

ANAIIS

I CONINTER

CONGRESSO INTERNACIONAL
INTERDISCIPLINAR EM
SOCIAIS E HUMANIDADES

03 a 06 de setembro de 2012
Niterói/RJ, PPGSD/UFF

2012

Gestão 2021-2023

Presidência

Napoleão Miranda

Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da UFF

Vice-Presidência

Verônica Teixeira Marques

Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas da UNIT/AL

Secretaria Geral

Andreia Hentz de Mello

Programa de Pós-Graduação de Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará

Suplente Secretaria Geral

Maria Beatriz Colucci

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema da UFS

Tesouraria

Wilson Madeira Filho

Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da UFF

Suplente da Tesouraria

Vanessa Castro

Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB

Secretaria de Eventos

Diamantino Alves Correia Pereira

Mestrado e Doutorado Acadêmico em Mudança Social e Participação Política da USP

Suplente Secretaria de Eventos

Juliane Conceição Primon Serres

Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL

Secretaria de Pós-Graduação

Roberto Donato da Silva

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da UNICAMP

Suplente Secretaria de Pós-Graduação

Maria de Fátima Makiuchi

Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB

Secretaria de Pesquisa

Carlos Henrique Medeiros de Souza

Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da UENF

Suplente Secretaria de Pesquisa

José Roberto Severino

Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA

Conselho Fiscal

Geraldo Márcio Timóteo

Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF

Elton Dias Xavier

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES

Francisco Ramos de Farias

Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO

Suplentes Conselho Fiscal

Otair Fernandes de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da UFRRJ

Silvia Alicia Martinez

Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF

Maria da Luz Alves Ferreira

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES

I CONINTER

03 a 06 de setembro/2012

Niterói/RJ - PPGSD/UFF



Perspectivas e desafios da
interdisciplinaridade

ANAIS I CONINTER

Trabalhos completos

ISSN 2316-266X, n.1, v.1

Comissão Executiva:

- **Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF);**
- **Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);**
- **Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO);**
- **Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO);**
- **Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF);**
- **Pós-Graduação em Cognição & Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF);**
- **Pós-Graduação em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida (UVA);**
- **Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).**

Comissão Científica:

- **Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté (UNITAU);**
- **Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES);**
- **Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);**
- **Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE);**
- **Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Prebisteriana Mackenzie;**
- **Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA);**
- **Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT);**
- **Pós-Graduação em Família da Sociedade Contemporânea Universidade Católica de Salvador (UCSAL);**
- **Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural de Universidade Federal de Pelotas (UFPEl).**



Programação Geral

Organização:





Dia 3/9 - Teatro Popular de Niterói

Reunião com os coordenadores e apoiadores de GTs – 16h

Inscrições – 17h

Cerimônia de abertura – 19h – Coral de Música Jovem da UFF

20h – Conferencia de Mario Gerlero (Universidade de Buenos Aires)

20h30min - Conferencia de Alessandra Caporale (Universidade Aberta da Catalunha)

21h – Coquetel

Dia 4/9 - Faculdade de Direito da UFF

Mesas-redondas – 9h30min às 12h – Avaliação de Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares:

Trajatórias e prospectivas – Casimiro Balsa (Universidade de Coimbra), Selma S. de Castro (Comissão de avaliação Ciências Ambientais – Capes), Pedro Pascutti (UERJ), Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO, Mediadora)

GTs, sessão 1 – 14 às 16h

GTs, sessão 2 – 16 às 18h

Apresentação de pôsteres eletrônicos, Sessões paralelas com apresentação de filmes e documentários – 14 às 18h

Assembleia ANINTER-SH – 18 às 20h – Salão Nobre

Dia 5/9 - Faculdade de Direito da UFF

Mesas-redondas – 9h30min às 12h – Práticas interdisciplinares na relação entre academia e

movimentos sociais – Jean-Pierre Leroy (FASE), Carlos Walter Porto Gonçalves (UFF), Renata Fernandes (Coordenadora Nacional do MST), Wilson Madeira Filho (PPGSD-UFF, Mediador)

GTs, sessão 3 – 14 às 16h

GTs, sessão 4 – 16 às 18h

Apresentação de pôsteres eletrônicos, Sessões paralelas com apresentação de filmes e documentários – 14 às 18h

Lançamento de livros e revistas – 18h às 20h – Salão Nobre

Dia 6/9 - Faculdade de Direito da UFF

GTs, sessão 5 – 9h às 11h

Conferência de Encerramento 11h – Jorge Almeida Guimarães (Presidente da Capes)

Organização:



Coordenação Geral: Wilson Madeira Filho (21-98075939)

Secretaria CONINTER: Eduardo Castelo Branco e Silva (21-97496368), Alessandra Dale Giacomini Terra (21-88307250), Deborah Zambrotti Pinaud (21-95773625), Bruna Soares da Silva Lopes (21-87235184)

Secretaria PPGSD-UFF: Rosemeri Harduim, Mara Catia Oliveira – 21-26292869

Apoio: Thais Maria Lutterback Saporetto de Azevedo, Sherazade Tammela Madeira.

Hospedagens: 4 Cantos Turismo, Fone 21-26095166, e-mail: coninter@4cantosturismo.com.br

SUMÁRIO

GRUPO DE TRABALHO	Página	SALA
GT 01 – MOVIMENTOS SOCIAIS E DESIGUALDADES	05	A11
GT 02 – GESTÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS	06	A12
GT 03 – MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	09	A13*
GT 04 – RELAÇÕES ÉTNICORRACIAIS	12	A21
GT 05 – CULTURA, MULTICULTURALISMO E INTERCULTURALIDADE	14	A22
GT 06 – PROCESSOS SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE	16	A23
GT 07 – ECONOMIAS E TRABALHO	18	A24**
GT 08 – COMUNICAÇÃO, ARTES E CIDADES	21	A31
GT 09 – SAÚDE E SOCIEDADE	23	A32***
GT 10 – ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO	26	01
GT 11 A- INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS	28	A33
GT 11 B- INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS	30	A34
GT 12 – CIÊNCIAS E HUMANIDADES	31	AQUÁRIO
GT 13 – HISTÓRIA, LINGUAGEM E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	34	02****
GT 14 – CONFLITOS TERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS	36	Bloco O, 303
GT 15 – PENSAMENTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO	39	A11
GT 16 A – ESTUDOS DE GÊNERO, FEMINISMO E SEXUALIDADES	40	AUDITÓRIO 1
GT 16 B – ESTUDOS DE GÊNERO, FEMINISMO E SEXUALIDADES	42	AUDITÓRIO 2

GT 17 – ESTUDOS DE FAMÍLIA E GERAÇÕES	43	05
GT 18 A – ACESSO À JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	46	03
GT 18 B – ACESSO À JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	48	04
SESSÃO DE PÔSTERES	50	Saguão
MESAS-REDONDAS	52	Salão Nobre
FILMES E DOCUMENTÁRIOS	53	Salão Nobre
LANÇAMENTO DE LIVROS	54	Salão Nobre

* 6ª Sessão na sala A21; ** 6ª Sessão na sala A23, *** 6ª Sessão na sala A31, **** 6ª Sessão na sala 04

GT01 – MOVIMENTOS SOCIAIS E DESIGUALDADES – Sala A11

Coordenação: Alessandro Soares da Silva (EACH-USP), Maria Fátima de Melo Toledo (PPGDH-UNITAU)

Apoio: Leonardo Alejandro Gomide Alcântara (Doutorando PPGSD-UFF)

1ª Sessão – Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

CLASSE SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAPITALISMO NEOLIBERAL: RESSIGNIFICANDO CONCEITOS E LUTAS - Carla Appollinario de Castro (UFF) e Iuri Falcão Xavier Mota (UFF)

ZAPATISMO: REBELDIA CONSTRUINDO AUTONOMIA. GUERRA DE POSIÇÕES E CRIAÇÃO POLÍTICA EM TEMPOS DE BIOPOLÍTICA? - Leandro Marcelo Cisneros (UFSC) e Paulo José Durval da Silva Krischke (UFSC)

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONFLITO/CONSENSO ESTADO-SOCIEDADE CIVIL: A LUTA DO MST POR EDUCAÇÃO E PELA GESTÃO SOCIAL DA ESCOLA –Adilene Gonçalves Quaresma (FACSAL)

O NEGRO E SEU MUNDO: VIDA E TRABALHO NO PÓS-ABOLIÇÃO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (1883-1893) – Rafaela Machado Ribeiro (FAFIC)

EDUCAÇÃO DO CAMPO: O ESTADO DA ARTE DE TESES PRODUZIDAS ENTRE 2001 A 2011 – Antonia Lucineire de Almeida (UNITAU)

2ª Sessão – Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

EMANCIPAÇÃO/LIBERTAÇÃO E O MOVIMENTO SOCIAL DO BRASIL CONTEMPORÂNEO A PARTIR DA TEORIA CRITICA DECOLONIAL – João José Veras de Souza (UFSC)

O PAPEL DAS CIDADES NAS REDES DE PROTESTO – Mariana Freitas Gomes de Oliveira (UFMT)

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO ESPAÇO PARA VISIBILIDADE DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS – Ivini Ferraz (USP)

JUVENTUDE QUE OUSA LUTAR! A PRÁXIS DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE – Guilherme Augusto Marena Borgo e Danuta Estrufika Cantóia Luiz

DIREITOS DO EGRESSO DO SISTEMA PRISIONAL: DA REGULAMENTAÇÃO À EFETIVAÇÃO – Ilenice Soares de Freitas

3ª Sessão – Quinta-feira, 06/09/2012, 09h às 11h

“AS MÃES DA DOR” – Janaina Pereira Antunes

O PARADOXO DA ATUAÇÃO DO ESTADO – “AS INTERFACES DOS MECANISMOS DE GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROL DOS COLETIVOS ESTIGMATIZADOS COMO POBRES – Ana Paula Carvalho Otoni, Ana Cristina Fonseca de Vasconcelos, João Paulo da Silva Andrade

DEFINIÇÃO E MENSURAÇÃO DA POBREZA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DEBATE RECENTE – Gepherson etíci Espínola (UFRB) e Clóvis Roberto Zimmermann (UFRB)

O ASPECTO TERRITORIAL COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL – Ana Cristina Fonseca de Vasconcelos, Ana Paula Carvalho Otoni, Ilenice Socares de Freitas

GT02 – GESTÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS – Sala A12

Coordenação: Jacinta Sidegum Renner (FEEVALE)

Apoio: Daniel Misse (Doutorando PPGSD-UFF)

1ª Sessão – Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

COMPRAS PÚBLICAS EM FAVOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DE OSASCO – Eduardo de Lima Caldas (EACH-USP) e Raquel Sobral Nonato (EACH-USP)

ECONOMIA CRIATIVA, POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS E INSERÇÃO PRODUTIVA: UM ESTUDO SOBRE O SETOR DO ARTESANATO NO NORTE FLUMINENSE – Andreza Barreto Leitão (UENF) e Marcelo Carlos Gantos (UENF)

GOVERNO ELETRÔNICO E TRANSPARÊNCIA: COMPARATIVO ENTRE AS PREFEITURAS MUNICIPAIS DE CURITIBA, BELO HORIZONTE, SALVADOR E PORTO ALEGRE – Christian Luiz da Silva (UTFPR), Letícia Sayuri Kumegawa (UTFPR) e Marta Chaves Vasconcelos (UTFPR)

“MEU LUGAR” – RESISTÊNCIA E PERTENCIMENTO NO SAMBAR DE MADUREIRA –: Cátia Gomes da Silva (CEFET – RJ) e Patrícia Gabrielle Oliveira Rodrigues (CEFET – RJ)

NOVAS PERSPECTIVAS À ADERÊNCIA AO AUTOCUIDADO EM HANSENÍASE: RELATO DE EXPERIÊNCIA – Talitha Vieira Gonçalves Batista (UNITAU), Carmen Silvia de Campos Almeida Vieira (UNICAMP) e Maria etíci Boccara de Paula (USP)

2ª Sessão – Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

NOVOS DESAFIOS PARA OS DIRETORES ESCOLARES: GERENCIALISMO, RESPONSABILIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR – Maria de Fátima Magalhães de Lima (PUC – Rio)

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO E SEUS POSSÍVEIS EFEITOS SOBRE AS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS: UM ESTUDO DE CASO – Scheila Ribeiro de Abreu Silva (UENF) e Sonia Martins de Almeida Nogueira (UENF)

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: ANALISANDO A POLÍTICA DE COTAS E A UTILIZAÇÃO DO ENEM/SISU NA UENF – Shirlena Campos de Souza Amaral (UFF) e Marcelo Pereira de Mello (UFF)

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA EXPERIÊNCIA DE ELABORAÇÃO COLETIVA E PARTICIPATIVA – Marinete Lourenço Mota (UFAM) e Antonia Rodrigues da Silva (UFAM)

O CONTROLE SOCIAL E O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUARAPUAVA (PR) – Andressa Kolody (UECO) e Danuta E. Cantoia Luiz (UEPG)

3ª Sessão – Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

PROCESSO DECISÓRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÍCOLAS: ANÁLISE DO VETO DO PODER EXECUTIVO PARANAENSE AO PL 403/2011 – Caroline da Rocha Franco (UFPR) e Victor Manoel Pelaez Alvarez (UFPR)

A GESTÃO SOCIAL EM ÁREAS PACIFICADAS NA CONSTRUÇÃO DA CONFERÊNCIA RIO +20 NAS COMUNIDADES – Daniel Ganem Misse (UFF) e Joaquim Leonel de Rezende Alvim (UFF)

A PROTEÇÃO SOCIAL NOS PAÍSES DO MERCOSUL – Lucia Cortes da Costa (UEPG)

SANTUÁRIO DE BALEIAS E GOLFINHOS NO BRASIL: FORMAÇÃO DA AGENDA – Raquel Rivera Soldera (UFABC)

O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ENQUANTO MEIO DE APRENDIZAGEM SOCIAL EM UMA ABORDAGEM DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA – André Galindo da Costa (USP)

4ª Sessão – Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: O CASO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SEEDUC/RJ) – Vitor Hugo Fernandes de Souza (UERJ)

ECONOMIA CRIATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE – Neusa Serra (USP) e Rafael Saad Fernandez (UFABC)

POLÍTICAS PÚBLICAS: DO CAPITAL SOCIAL AO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL – Adriana Senetra (UEPG) e Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (UEPG)

POTENCIALIDADES E LIMITES DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – Lídice de Barros Guerriero (UFRJ)

DESAFIOS NO USO DA INFORMAÇÃO E NA CONSTRUÇÃO DE INDICADORES EM SEGURANÇA PÚBLICA A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS ESTADUAIS DE PRODUÇÃO E ANÁLISE DE DADOS EM SEGURANÇA PÚBLICA – Marcelle Gomes Figueira (UNB) e Luciane etícia Braga de Moraes (UNB)

5ª Sessão – Quinta-feira, 06/09/2012, 09h às 11h

A PRÁTICA DAS POLÍTICAS ASSISTÊNCIAS ARTICULADAS ÀS QUESTÕES DE GÊNERO – Priscila Pavan Detoni (UFRGS), Eliana Teresinha Quartiero (UFRGS) e Henrique Caetano Nardi (UFRGS)

O PROGRAMA FICA VIVO E A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL EM UBERLÂNDIA-MG: A ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA – Ana Clara Nunes Sisterolli (UERJ)

ANÁLISE DOS PROCESSOS DE DISCUSSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA NOROESTE COLONIAL TENDO COMO BASE A CATEGORIA DA IGUALDADE PARTICIPATIVA – Jean Chassot (UNIJUI), Sérgio Luiz Allebrandt (UNIJUI) e Cíntia Cristina Kuntz (UFSM)

UMA REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS E TECIDOS: A EXPERIÊNCIA DO ESTADO DO AMAZONAS – Antonia Cosmo De Oliveira

GT03 – MEMÓRIA E PATRIMÔNIO - Sala A13 (6ª sessão na Sala A21)

Coordenação: Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes (UNIVILLE), Maria Etécia Mazzucchi Ferreira (UFPEL)

Apoio: Thiago Guerreiro (Graduando de Direito UFF)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

A “CIDADE DA BAHIA” DE MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM UMA CIDADE DO CAPITAL – José Rubens Mascarenhas de Almeida (UESB) e Tânia Regina Braga Torreão Sá (UESB)

LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DA ARQUITETURA URBANA DE IJUÍ CONSTRUÍDA ENTRE OS ANOS DE 1890 E 1960: INVENTÁRIO PARA A SUSTENTABILIDADE DA CIDADE – Cláudio Renato de Camargo (UFSM) e Denise de Souza Saad (UFSM)

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO FRENTE AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM IBITIPOCA, LIMA DUARTE/MG – Helena Tuler Creston (UFMG)

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CRUZ ALTA - O USO INADEQUADO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO – Lorenzo Cunegato (UNICRUZ)

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA O ESTUDO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – O EXEMPLO DA ILHA DA RITA/SC – Cibele Dalina Piva Ferrari (UNIVILLE) e Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes (UNIVILLE)

PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A PATRIMONIALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JOINVILLE – Ilanil Coelho (UNIVILLE), Arselle de Andrade Fontoura (UNIVILLE), Fernando Cesar Sossai (UNIVILLE) e Diego Finder Machado (FC JOINVILLE)

TRADIÇÃO, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES NO CIRCO-TEATRO MAMBEMBE: O TEATRO DO BEBÉ NO RIO GRANDE DO SUL –Darlan de Mamann Marchi (UFPEL)

O PATRIMÔNIO CULTURAL DA ILHA DA RITA (SANTA CATARINA): ESTUDOS PRÉVIOS PARA SUA REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO – Dione da Rocha Bandeira, Fernanda Mara Borba, João Carlos Ferreira de Melo Junior e Roberta Cristina Silva

OS DOMÍNIOS DA MEMÓRIA: O CULTO CONTEMPORÂNEO AO PATRIMÔNIO – Yacy-Ara Froner (UFMG)

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO EDUCACIONAL: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PESQUISA ATRAVÉS DE UM ESTUDO DE CASO (O ARQUIVO HISTÓRICO DO LICEU DE HUMANIDADES DE CAMPOS/RJ) – Silvia Alicia Martines (UENF) e Rafaela Machado Ribeiro (FAFIC)

A MEMÓRIA E A HISTÓRIA DA ESCOLA NORMAL N. S. AUXILIADORA - CAMPOS/RJ –Ivone Goulart Lopes (PUC – FE)

DE MARIA À MARIAZINHA. COMO A MODERNIDADE DO PÓS II GUERRA MUNDIAL MODIFICOU O LEGADO DA MULHER RURAL DO VALE DO ITAJAÍ. 1950-1960 –Daiana Riechel (UNIVILLE)

A BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA NA ANTIGUIDADE: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO IMPÉRIO HELENÍSTICO – Rosimere Mendes Cabral (UNIRIO)

TEMPO E MEMÓRIA, TRADIÇÃO E CRIAÇÃO – Sonia Cavallini de Sá Freire Moreira Maia (UNIRIO)

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

A GRAVURA NA REGIÃO SUL DO BRASIL: RESGATE DA HISTÓRIA POR MEIO DA MEMÓRIA DOS INTEGRANTES DE NÚCLEOS DE GRAVURA – Elenir Morgenstern (UNIVILLE), Leticia Ribas Diefenthaler Bohn (UNIVILLE) e Rita Peixe (UNIVILLE)

CIBERPOÉTICA: PATRIMÔNIO VIRTUAL? – Elisangela Viana (UNIVILLE) e Taiza Mara Rauen Moraes (UNIVILLE)

MARCEL GAUTHEROT, ENTRE ARTE E DOCUMENTO MÚLTIPLAS FACES DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO –Vera Dodebei (UNIRIO)

O MANTO DE ARTHUR, O DIÁRIO DE CAROLINA: ESCREVER A REALIDADE E GRAFAR DELÍRIO CONTRA A AMEAÇA DO ESQUECIMENTO –Fátima Maria de Oliveira (CEFET – RIO)

FOTOGRAFIAS DO CARNAVAL DE SÃO JOÃO DA BARRA: TRANSFORMAÇÕES E MEMÓRIAS – Bruno Azevedo da Costa (UENF) e Lilian Sagio Cezar (UENF)

EU COMPARTILHO, ELE COMPARTILHA - MEMÓRIA E COLECIONISMO - PATRIMONIALIZANDO LEMBRANÇAS NAS REDES SOCIAIS – Márcia Elisa Lopes Silveira Rendeiro (UNIRIO) e Leila Beatriz Ribeiro (UNIRIO)

5ª Sessão - Quinta-feira, 06/09/2012, 09h às 11h

MEMÓRIA SOCIAL NA LEGISLAÇÃO FEDERAL BRASILEIRA (1988-2012) – Eliezer Pires da Silva (UNIRIO), Gisele Lima Botelho de Deus (UERJ), Samuel Klauck (UNIOESTE) e Andressa Szekut (UNIOESTE)

POLITICAS DE MEMÓRIA, O DIREITO E A HISTÓRIA NAS REIVINDICAÇÕES MEMORIAIS CONTEMPORÂNEAS – Ana Paula F. de Brito (UFPEL)

HOTEL BRAGANÇA: A MEMÓRIA COMO RESISTÊNCIA PRESENTE – Vladimir Santafé (UFRJ)

UMA REFLEXÃO SOBRE A PAISAGEM CULTURAL DE JOINVILLE/SC – Eliziane Meurer Boing (UNIVILLE) e Mariluci Neis Carelli (UNIVILLE)

AS POSSIBILIDADES DE UM INSTRUMENTO: O ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA E SUA UTILIZAÇÃO EM BELO HORIZONTE – Lívia Fortini Veloso (UFMG) e Leonardo Barci Castriota (UFMG)

6ª Sessão - Quinta-feira, 06/09/2012, 09h às 11h

REDESCOBRINDO A MEMÓRIA DO SOLAR DO VISCONDE DE ARARUAMA: PROJETO DE EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO MUSEU HISTÓRICO DE CAMPOS- RJ – Graziela Escocard Ribeiro (UNIRIO)

SUGESTÃO DE METODOLOGIA PARA INVENTÁRIO DE PATRIMÔNIO CULTURAL PARA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR QUALIFICADA COMO OSCIP: ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO PLANEJAR – Michelle Campos Morais (UFSM)

A CONSERVAÇÃO PREVENTIVA NO MUSEU E SUA AÇÃO INTERDISCIPLINAR – Ana Ramos Rodrigues (UFPeL) e Juliane Conceição Primon Serres (UFPeL)

A FENOMENOLOGIA DE CESARE BRANDI: TEMPORALIDADE E HISTORICIDADE NO RESTAURO – Breno Guimarães Mendes (UFMG)

OS TERRITÓRIOS SAGRADOS DOS CANTOS NEGROS: UMA PROPOSTA DE MUSEU A CÉU ABERTO – Denise Barata (UERJ) e Alexandre Leite Souza Farias (UERJ)

GT04 – RELAÇÕES ÉTNICORRACIAIS – Sala A21

Coordenação: José Geraldo da Rocha (UNIGRANRIO), Roberto Borges (CEFET-RJ)

Apoio: Tathiana Figueira (Doutoranda PPGSD-UFF)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

RAÇA E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL – Barbara Terezinha Sepúlveda (UNIMONTES) e Sarah Jane Alves Durães (UNIMONTES)

A NEGAÇÃO DO CORPO NEGRO E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR – Bruno Rodolfo Martins (CEFET – RJ)

PENTEADOS AFRO-BRASILEIROS; UMA EXPRESSÃO ETNOCULTURAL – Ciranilia Cardoso da Silva (UFRB)

QUESTÕES RACIAIS NO BRASIL: SÍNTESE HISTÓRICA E PERSPECTIVAS DE ESTUDO A PARTIR DA TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA – Deloise de Fátima Bacelar de Jesus e Jony Marcos Rodrigues dos Santos

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO BRASIL DO ENSINO MÉDIO E A LEI 10.639/03: TEMOS MUDANÇAS? – Fernando Santos de Jesus (CEFET – RJ)

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

FESTA, SAMBA E RELIGIÃO: CULTURA DE RESISTÊNCIA E SOCIALIZAÇÃO ENTRE NEGROS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – Cristina da Conceição Silva (UNIGRANRIO)

MITOS YORUBÁS, A MAGIA DO CONTAR E RECONTAR HISTÓRIAS ANCESTRAIS NA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL BRASILEIRA: RECRIANDO CONCEITOS – Jorge Luiz Gomes Junior (CEFET – RJ)

REPRESENTAÇÕES DO NEGRO NA TELENOVELA “AVENIDA BRASIL” – José Ricardo D’ Almeida (CEFET – RJ) e Roberto Carlos da Silva Borges (CEFET – RJ)

CASTANHEIROS, REMANESCENTES DE QUILOMBO, FILHOS DO EREPECURU – Joyce Silva dos Santos Drumond Linhares (UFRRJ)

JUVENTUDE NEGRA EM FOCO: O SIGNIFICADO DO SILÊNCIO NA TRADIÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS DO BRASIL DO SÉCULO XXI – Juliano Gonçalves Pereira (CEFET – RJ)

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

TEM BRANCO NO SAMBA – A BRANQUITUDE EM PERSPECTIVA: PARA UMA MAIOR COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS NO BRASIL – Katia Gomes da Silva (CEFET – RJ)

USOS E IMAGENS SOBRE O CABELO CRESPO DE MULHERES NEGRAS – Luane Bento dos Santos (CEFET - RJ)

ENTRE BARBIES E KENS - NEGAÇÃO E SILENCIAMENTO DO NEGRO NAS PROJEÇÕES DE CRIANÇAS SOBRE A AUTOIMAGEM – Aline Oliveira Grion, Prof. Dr.^a Simone Freitas Chaves e Tais de Almeida Costa

PRODUÇÃO ACADÊMICA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E RELAÇÕES ÉTNICORRACIAIS –Lilian Miranda Bastos Pacheco (UEFS), Joíla Rodrigues de Lima (UEFS) e Suely dos Santos Souza (UEFS)

DA INVISIBILIDADE AFROBRASILEIRA À VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL: A IMPLIMENTAÇÃO DA LEI 10639 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO –Maria Helena Negreiros de Oliveira (UFABC)

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

ETNICIDADE E RELIGIOSIDADE NA CONFIGURAÇÃO IDENTITÁRIA FORJANDO UM CURRÍCULO INSTITUINTE EM UM QUILOMBO CONTEMPORÂNEO NO OESTE DA BAHIA – Rogério Lima Vidal (UNEB)

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NAS ESCOLAS DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DA RASA EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS – Brena Costa de Almeida (UFF)

RELIGIÕES AFRO BRASILEIRAS: HISTÓRIAS QUE PRECISAM SER CONTADAS – José Geraldo da Rocha

EXPERIÊNCIA DA FAMÍLIA CAZUMBÁ NO RECÔNCAVO DA BAHIA – Maria Cristina Machado de Carvalho

MAKOTA VALDINA: UMA VOZ QUE ECOA NA DIÁSPORA – Neidjane Goncalves dos Santos

RELAÇÕES ENTRE SUJEITOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA: EGRESSOS NEGROS DO SISTEMA DE COTAS DA UERJ E SEUS PROFESSORES – Daniela Frida Drelich Valentim

GT05 – CULTURA, MULTICULTURALISMO E INTERCULTURALIDADE – Sala A22

Coordenação: Maria de Fátima Bento Ribeiro (UFPeL), Ana Keila Pinezi (UFABC)

Apoio: Carolina Weiler Thibes (mestranda PPGSD)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

TRABALHO, CIDADANIA E RECONHECIMENTO: UM ENSAIO SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS, MÚSICA E LEGITIMIDADE –Luci Helena Silva Martins (UNIMONTES)

USO CONTÍNUO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM COMUNIDADE INDÍGENA: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE REELABORAÇÃO CULTURAL EM ALDEIA GUARANI – Gabriel Henrique Klebis Freitas (UFABC)

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A ANTROPOFAGIA DE OSWALD DE ANDRADE – Ana Paula Massadar Morel (UFRJ)

ESPELHO DOS OLHOS DA CULTURA AMAZÔNICA: A VÍDEODANÇA COMO MEIO DE REFLEXÃO SOBRE A IDENTIDADE AMAZÔNICA NA PRODUÇÃO DO ARTISTA MANAUARA – Olvídia Dias de Souza Cruz Sobrinha (UFAM)

A DIALÓGICA CULTURAL EM PROJETOS ESCOLARES A PARTIR DAS NARRATIVAS DOCENTES – Isadora Souza da Silva (UERJ)

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

TRADIÇÃO, ESPETÁCULO E CONSUMO NOS PARAFOLCLÓRICOS DA CULTURA POPULAR DO MARANHÃO: UMA REFLEXÃO INICIAL SOBRE OS GRUPOS CACURIÁ DE DONA TETÉ E BOI DE TECLADO - José Alberto Campos de Oliveira Junior (UFMA), Helyne Jullee R Carvalho Palmer (UFMA) e Marla de Ribamar Silva Silveira (UFMA)

ESTILO DE VIDA E CULTURA COMO CONCEITOS NORMATIVOS? PUTAS, MERDAS E OUTROS DEVIRES SUBVERSIVOS – Luciano Jahnecka (UFSC), Carmen Silvia de Moraes Rial (UFSC) e Luiz Carlos Rigo (UFPeL)

A INTERCULTURALIDADE NA COOPERAÇÃO DO BRASIL PARA O DESENVOLVIMENTO - Marina Bolfarine Caixeta (UNB), Umberto Euzébio (UNB) e Rubenilson Cerqueira de Natividade (UNB)

A INTERCULTURALIDADE NO EDUCAR: POR UMA PEDAGOGIA DO FUXICO – Miguel Almir Lima de Araújo (UEFES)

HIBRIDAÇÕES GASTRONÔMICAS EM CUIABÁ: UM ESTUDO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA E SUAS RELAÇÕES INTERCULTURAIS – Naiza Brito Garcia (UFMT), Fernando Gil Paiva Martins (UFMT) e Yuji Gushiken (UFMT)

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

MULTICULTURALIDADE NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA (RONDÔNIA): UMA LEITURA DAS REALIDADES PLURAIS – Zuila Guimarães Cova Dos Santos (UFPR)

DA YOGA AO TAJ MAHAL: RELATOS CONTEMPORÂNEOS DE VIAGENS À ÍNDIA NO BRASIL – Claudia Wanessa Rocha Poletto (UFMT) e Dolores Cristina Gomes Galindo (UFMT)

MULTICULTURALISMO E DIREITOS HUMANOS: IMPLICAÇÕES EPISTÊMICAS QUANTO AO UNIVERSALISMO E RELATIVISMO CULTURAL – Marcio Renan Hamel (UPF)

OS INVISÍVEIS: NOVOS HIPPIES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA – Carlos Eduardo Machado Fialho (UFF) e Silvia Valéria Borges Duarte (UFF)

IRACEMA NA TRANSAMAZÔNICA: ENCONTROS E DESENCONTROS – Claudio Aurelio Leal Dias Filho (UFMT)

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

FUTEBOL BRASILEIRO, DE CULTURA POPULAR À ESPETÁCULO GLOBAL: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS – Maria Fátima B. Ribeiro (UFPeL), Cássia C. C. Fernandes (UFPeL) e Roberta Viel (UFPeL)

ENTRE MÃOS, GESTOS E OLHOS: CULTURALIDADE NA VISÃO DOS SURDOS (CONSTRUINDO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA SURDOS, PELOTAS/RS/BRASIL) – Angela Machado Tavares e Maurício Aires Vieira (UNIPAMPA)

HEAVY METAL CRISTÃO: MATERIALIDADES E STIMMUNG – Angela Mastella Coradini

A DOCTRINA DO ETERNO RETORNO E O PROBLEMA DO SUJEITO MODERNO – Mateus Perez Jorge (UFSC) –

COMUNICAÇÃO NAS REDES SOCIAIS: AUTORRETRATO E REPRESENTAÇÃO NO ESPAÇO DIGITAL – Luciana Aparecida de Miranda (UEFS) e Manuela Azevedo Carvalho (UEFS)

5ª Sessão - Quinta-feira, 06/09/2012, 09h às 11h

LEGADO DE WOODSTOCK: UM PARALELO ENTRE A FILOSOFIA NATURISTA E O IDEAL DOS ANOS 1960 – Carolina Weiler Thibes

UM MUNDO AINDA NÃO REALIZADO": LITERATURA E CRÍTICA NA AMÉRICA LATINA – Mário César Silva Leite

AS PRODUÇÕES MUDIÁTICAS KAYAPÓ: RELAÇÕES INTERCULTURAIS ENTRE O EU E O OUTRO – Michelle Carlesso Mariano

CULTURA COMO INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL: ESPAÇOS DA FRONTEIRA BRASIL/URUGUAI: ENCONTRO LAZOS URUGUAI/VENEZUELA - Alan Melo (UFPam), Maria de Fatima Bento Ribeiro (UFPel)

LITERATURA E INSUBMISSÃO - Robson Dutra (UNIGRANRIO)

GT06 – PROCESSOS SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE – Sala A23

Coordenação: Eliana Gonçalves, Selene Herculano (UFF)

Apoio: Márcio Hamel (Doutorando PPGSD-UFF)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

A TEORIA DO PODER SIMBÓLICO NA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEA – Mônica Gonçalves Aderne Freitas (UFF)

A POLÍTICA AMBIENTAL REGULADA JURIDICAMENTE EM CUMPRIMENTO AOS PRECEITOS DA ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL – Sharon Cristine Ferreira de Souza (UFF) e Clodomiro José Bannwart Júnior (UEL)

TUVALU E OS IMPASSES POLÍTICOS AMBIENTAIS – Patricia Benedita Aparecida Braga

A RETÓRICA SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DO DISCURSO DO MEIO AMBIENTE NA POLITICA – Gabriel Ferreira Carvalho (UEPG)

VAZIOS URBANOS E A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE. O PAPEL DO PLANO DIRETOR URBANO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ – Eliane França Conti

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E MÍDIA: ESTUDO SOBRE OS POSICIONAMENTOS DA IMPRENSA NA COBERTURA DE UM CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NO PARANÁ – Edson dos Santos Dias

POTENCIALIDADES E LIMITES DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – Lidice de Barros Guerreiro

AMAZÔNIA E A BUSCA PELO CONHECIMENTO INTERDISCIPLINAR – Maria Jose Ferreira Tupinambá

SUSTENTABILIDADE DA CIÊNCIA PELAS ATIVIDADES DE PESQUISA SOB A ÓTICA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS – Monica Aparecida de Oliveira (UNITAU), Edna Maria Querido de Oliveira Chamon (UNITAU) e Vera Lucia Ignacio Molina (UNITAU)

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

ECONOMIA CRIATIVA: FOMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Danielle de Souza Saad (AMF), Josele Nara Delazeri de Oliveira (AMF), André Kohl (AMF) e Elci Mara Massirer Favero (AMF)

A INTEGRAÇÃO TURÍSTICA DA FAVELA NA PERSPECTIVA DOS MORADORES “PACIFICADOS”: UM ESTUDO DE CASO NO CHAPÉU-MANGUEIRA – Joel Couto Saar de Almeida

A FUNÇÃO SOCIAL DO USO TURÍSTICO DOS MUSEUS ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E PALEONTOLÓGICO DE MONTE ALTO-SP – Marina Teixeira Figueiredo

A QUESTÃO DA MORADIA E A CONVERGÊNCIA ENTRE TERRITÓRIO, MERCADO E ESTADO – Raquel Chaffin Cezario (UENF) e Rodrigo da Costa Caetano (UENF)

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

AGRONEGÓCIO E AGROECOLOGIA: PERAPUTANGA ENTRE DOIS MUNDOS – Augusto César Pereira da Silva (UFMT)

AÇÃO COLETIVA ORIENTADA À AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA – Luis Alejandro Lasso Gutiérrez (UFSC), Fernanda Savicki de Almeida (UFSC) e Paulo Freire Vieira (UFSC)

DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA LEITURA DAS ASSOCIAÇÕES NAS COMUNIDADES RURAIS – Autora: Claudiana Aparecida Leal de Araujo

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ENFRENTAMENTO DE DESASTRES NATURAIS PELO GOVERNO FEDERAL – Daniele Teixeira de Carvalho

TERRITÓRIO DA PROSTITUIÇÃO DE TRAVESTIS: MARCAS, CORPOS E SIGNOS – Ivan Ignácio Pimentel

GT07 – ECONOMIAS E TRABALHO – Sala A24 (6ª sessão na sala A23)

Coordenação: Luciene Rodrigues (UNIMONTES), Geraldo Timóteo (UENF)

Apoio: Lucas de Andrade (Mestrando PPGSD-UFF)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

O ALUNO-TRABALHADOR E A ESCOLA NOTURNA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA MEMÓRIA SOCIAL – Roney Gusmão do Carmo (UESB) e Ana Elizabeth Santos Alves (UESB)

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: ESTUDO COM ACADÊMICOS TRABALHADORES - Kael Vieira Amadei (UNITAU), Gilmar Lopes Dias (UNITAU), Edna Maria Querido de Oliveira Chamon (UNITAU)

JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO: O IDEÁRIO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL VISTO NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR – Renan Araujo

REFLEXÕES SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA. O EXEMPLO DA UESB, ENTRE A ALTA PERFORMANCE E A ALTA FLEXIBILIDADE: Deyse Cardoso Souza, Viviane Meira Lima, Tânia Regina Braga Torreão Sá

TRABALHADORES E USOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – Jorge Custódio (UFF)

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

EMPREENDEDORISMO TUPINIQUIM: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO – Joaquim Leonel de Rezende Alvim (UFF), Tiago de Garcia Nunes (UFF) e Carla Appollinario de Castro (UFF)

PRECARIIDADE, CONDIÇÕES DE TRABALHO, TERCEIRIZAÇÃO - Luciana Maria Guimarães Rabelo

A TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NA EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) NA ESFERA MUNICIPAL – Sandra Regina dos Santos e Elisa Maria Andrade Brisola

O GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS DAS MAIORES COOPERATIVAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DA RIQUEZA GERADA POR EMPREGADO – Thatiana de Andrade Figueira e Gustavo Simão

SEGREGAÇÃO ESPACIAL, MERCADO DE TRABALHO E POBREZA NA CIDADE DEBELO HORIZONTE _ Geraldo Márcio Timóteo (UENF)

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

O ACESSO AO CRÉDITO PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM CENÁRIO DE RESTRIÇÃO NUM UNIVERSO DE EXPANSÃO – Fernando Farias Valentin (UFABC) e Neusa Serra (UFABC)

O TRABALHO DE PRODUZIR ECONOMIA SOLIDÁRIA É TAMBÉM O DA PRODUÇÃO SIMBÓLICA – Lucília Regina de Souza Machado

OS PRECÁRIOS FRUTOS DA MODERNIZAÇÃO: RELAÇÕES DE ASSALARIAMENTO NA FRUTICULTURA IRRIGADA DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO – Felipe Santos Estrela De Carvalho (UFBA)

UMA ANÁLISE DOS MERCADOS DE TRABALHO NO BRASIL E NO CERRADO NORTE MINEIRO COM BASE NO DESENVOLVIMENTO/CRISE DA SOCIEDADE SALARIAL – Luciene Rodrigues (UNIMONTES), Casimiro Marques Balsa (UNL) e Maria Elizete Gonçalves (UNIMONSTES)

ECONOMIA E RELAÇÕES DE TRABALHO NO RECÔNCAVO: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES – Maria Cristina Machado de Carvalho (UFRB)

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

A EXPERIÊNCIA SOCIAL COTIDIANA COMO PERPETUADORA DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL DOMÉSTICO – Kelen Aparecida da Silva Bernardo e Lenir Aparecida Mainardes da Silva

O SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL E A IMPORTÂNCIA DO SUPORTE SOCIAL QUANDO A DOENÇA O ATINGE OU A ALGUÉM DE SUA FAMÍLIA – Paulo Afonso de Barros (UNITAU) e Eliane Freire de Oliveira (UNITAU)

TRABALHO, SAÚDE E EDUCAÇÃO: A PERCEPÇÃO DOS EGRESSOS DO ARCO OCUPACIONAL SAÚDE DO PROJOVEM TRABALHADOR –Mércia Maria dos Santos, Bianca Ribeiro Veloso e Neise Deluiz

PESSOA COM DEFICIÊNCIA = PESSOA INCAPAZ? UM ESTUDO ACERCA DO ESTEREÓTIPO E DO PAPEL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO – Vanessa Silva Perez

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: INCLUSÃO? – Ana Lucia Saia (UNIFEI) e Sylvia da Silveira Nunes (UNIFEI)

5ª Sessão - Quinta-feira, 06/09/2012, 09h às 11h

IMPACTOS DA INSERÇÃO DE MULHERES EM OCUPAÇÕES CONSIDERADAS MASCULINAS: FRENTISTAS E POLICIAIS FEMININAS DE MONTES CLAROS (MG) –Maria da Luz Alves Ferreira

OS ADOLESCENTES TRABALHADORES A PARTIR DA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS ENTRE 2007 E 2011 – Andréa Cristina Oliveira Ferreira

NOTAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLITICA LOCAL: PERGUNTAS GERANDO PERGUNTAS – Maísa Maria Vale

JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO: O IDEÁRIO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL VISTO NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR - Edinéia Fátima Navarro Chilante (Unespar), Renan Araújo (Unespar)

A POLÍTICA DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (BPC): MÍNIMO SOCIAL DE CIDADANIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PIORES SITUAÇÕES DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL – Werley Pereira de Oliveira (UNIMONTES) e Maria Natividade Maia e Almeida (UFBR)

6ª Sessão - Quinta-feira, 06/09/2012, 09h às 11h

TRABALHO ESCRAVO: DILEMAS E DESAFIOS PARA O ESTADO E O JUDICIÁRIO – Clarisse Ines de Oliveira (UFF)

NOÇÕES DE TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA: DESAFIO ÉTICO-POLÍTICO PARA O SERVIÇO SOCIAL – Antônia Lúcia Silva de Almeida (UFAM) e Milane Lima Reis (UFAM)

CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE UM EVENTUAL PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO "JOSÉ GOMES DA SILVA" - ITESP. – Otávio Cândido da Silva Junior (UNIFEI)

ATIVIDADES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS E TRABALHO: UMA ANÁLISE POR GRANDES REGIÕES DA PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA –Alda Pinto da Silva e Marlon Gomes Ney

GT08 – COMUNICAÇÃO, ARTES E CIDADES – Sala A31

Coordenação: Maria Thereza Azevedo (UFMT), Gláucia Maria Costa Trinchão (UEFS)

Apoio: Camila de Oliveira Santos (Graduada em Direito UFF)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

A CONSTITUIÇÃO DO ENUNCIADO NA OBRA MUSICAL JARDINS DOS CAMINHOS QUE SE BIFURCAM Nº 01 – 2010 DE CAO BENASSI – Claudio Alves Benassi (UFMT) e Roberto Pinto Victorio (UFMT)

ANDY WARHOL E A LINGUAGEM DO SIMULACRO – Daniele Ribeiro Fortuna

MEMÓRIA E NARRATIVA URBANA – Lucia M. A. Ferreira (UNIRIO) e Andréa Rodrigues Naylor (UNIRIO)

A VISUALIDADE URBANA CONTEMPORÂNEA COMO CAMPO DE ESTADOS INTERDISCIPLINARES – Francisco Antônio Zorzo (UFBA)

CARTOGRAFIA DA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO NA/SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA: DADOS PRELIMINARES E INFERÊNCIAS SOBRE PROCEDIMENTOS – Sandro Adalberto Colferai (UFAM)

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

O DIREITO À CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS FACE AO ENOBRECIMENTO IMOBILIÁRIO – Pedro Henrique Faria Machado (UNITAU)

PUBLICIDADE, MODERNIDADE E SUSTENTABILIDADE: O HÍBRIDO E O HOMOLOGADO NOS ANÚNCIOS COMERCIAIS – Thays Fernanda Silva dos Santos (UFMA)

A BOLINHA DE PAPEL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PRODUÇÃO DE CONTRA-INFORMAÇÃO ATRAVÉS DE BLOGS – Paulo Roberto Elias de Souza (UFABC)

ARTE, CIDADE E OS DISCURSOS DA DEMOCRACIA – Luiz Sérgio de Oliveira (UFF)

EXPERIÊNCIA LIGEIRAMENTE DEFORMADA: A ETNOGRAFIA DO ESCRUTINADOR ITALO CALVINO – Camila Pierobon (UERJ)

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

LEGENDAMENTO NÃO AUTORIZADO NA REDE: PRÁTICAS DE CÓPIA E RESISTÊNCIA – Danilo Peloi (UFMT)

CRITÉRIOS PARA A CONSERVAÇÃO DE UMA ARTE NOVA – Tatiana Duarte (UFMG) e Yacy-Ara Froner (UFMG)

PERFORMANCE , REPRESENTAÇÃO E MEMÓRIA: TECENDO RELAÇÕES ENTRE CORPO, NORMATIVIDADE E PERFORMATIVIDADE NO PALCO E NA SOCIEDADE – Renata Daflon Leite (UNIRIO)

PROGRAMA JUSTIÇA COMUNITÁRIA: A ANIMAÇÃO DE REDES SOCIAIS SOB O PRISMA DA OBRA FACTICIDADE E VALIDADE DE JÜRGEN HABERMAS – Valter Eduardo Bonanni Nunes (UFF) e Cibele Carneiro da Cunha Macedo Santos (UFF)

MÍDIA E REPRODUÇÃO DA IDEOLOGIA DOMINANTE: A REPRESENTAÇÃO DOS ADOLESCENTES QUE COMETERAM ATOS IRRACIONAIS – Andreia Teixeira (UFJF), Karina Nogueira e Silva (UFJF) e Patrícia rodrigues de Almeida Leal (UFJF)

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

VIVER NA CIDADE: EXPERIÊNCIAS DA VIDA URBANA NA COMÉDIA AS FIAS DE MAMÃE – Yuji Gushiken (UFMT) e Joilson Francisco da Conceição (UFMT)

NO COMPASSO DA MEMÓRIA: UM ESTUDO SOBRE AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DE IPIABAS E CONSERVATÓRIA – Idemburgo Frazão

CIDADE E CIBERESPAÇO: ESPAÇOS PARA UMA REFLEXÃO DA CONTEMPORANEIDADE – Karina Galli Fraga da Silva e Icléia Rodrigues de Lima e Gomes

ARQUIVO PÚBLICO DO RS: DIFUSÃO NO AMBIENTE VIRTUAL ATRAVÉS DE MÍDIAS SOCIAIS – Viviane Portella De Portella, Maria Cristina Kneipp Fernandes e Carlos Blaya Perez

ARTES EMERGENTES NA CIDADE – Maria Thereza de O. Azevedo (UFMT)

GT09 – SAÚDE E SOCIEDADE – Sala A32 (6ª sessão na Sala A31)

Coordenação: Fernanda Gama de Miranda Neto (PPGSD-UFF), André de Faria Pereira Neto (FIOCRUZ)

Apoio: Rodolfo Noronha (Doutorando PPGSD-UFF)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

INDICADORES DE CAPACIDADE FUNCIONAL: MATÉRIA PRIMA NA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE - Bruniele Olmo (FIOCRUZ)

A REPRESENTAÇÃO DA SAÚDE NOS PERIÓDICOS DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - Clarisse Cavalcante (FIOCRUZ)

DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS DE RÁDIO NO CAMPO DA SAÚDE PARA RE-SOCIALIZAÇÃO DE USUÁRIOS DA SAÚDE MENTAL NO BRASIL - Danielle Fortuna (FIOCRUZ)

TESES DE DOUTORADO DA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: UM OLHAR EXPLORATÓRIO - Marcelo Moreira (FIOCRUZ), Rosany Bochner (FIOCRUZ)

PAUTANDO, NEGOCIANDO E PRODUZINDO SENTIDOS- Nilson de Moraes (FIOCRUZ)

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE NA WEB: UM ESTUDO DE CASO COM A COMUNIDADE DE MANGUINHOS - Rodolfo Paolucci (FIOCRUZ), Michele N. Antunes (FIOCRUZ)

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

IMAGENS DE ADVERTÊNCIAS SANITÁRIAS: UM ESTUDO DE CASO - Ester Cristina Ruas (FIOCRUZ)

OBJETIVAÇÃO DO CORPO COMO PRÁTICA DE ENFRENTAMENTO DA MORTE E INCENTIVADOR DO CONSUMO NA CONTEMPORANEIDADE – Autores: Rosemeire da Silva Marques (UFMT) e Juliana Abonizio (UFMT)

JOVENS, FAMÍLIA, BIOMEDICINA: DISCURSOS SOBRE GRAVIDEZ E MATERNIDADE ADOLESCENTE – Autora: Régia C. Oliveira (USP)

EDUCAÇÃO, TRABALHO E SAÚDE: O CORPO E A ALMA COMO O LUGAR DA INSCRIÇÃO DO SUJEITO NORMAL – Autor: Rogério Rodrigues (UNIFEI)

O CORPO LÚPICO COMO EXPRESSÃO DO MUNDO VIVIDO – Autora: Elisangela Silva dos Santos (UFBA)

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

FORMAÇÃO EM SAÚDE DO TRABALHADOR: UM OLHAR PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA – Andréa Maria Giannico de Araújo Viana Consolino (UNITAU) e Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão (UNITAU)

SAÚDE E DESENVOLVIMENTO: O CONTEXTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAÚDE NO DIAGNÓSTICO DAS DOENÇAS NEGLIGENCIADAS – Mônica Cristina Antunes Figueirêdo Duarte (UNB) e Maria De Fátima Souza e Silva (UNB)

POLÍTICA PÚBLICA E ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO: HÁ FRONTEIRAS PARA DEMARCAR ESSA ATUAÇÃO? – Alessandra Dale Giacomini Terra (UFF) e Thiago Guerreiro Bastos (UFF)

O ATIVISMO JUDICIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: A BUSCA DO EQUILÍBRIO DO SISTEMA – Michel Faria de Souza (UFF)

POLÍTICAS PÚBLICAS E A OBESIDADE NA ADOLESCÊNCIA – Constantino Oliveira Júnior (UEPG), Márcia Helena Baldani Pinto (UEPG), Gilcéia Luciane Dallagassa Eickhoff (UEPG) e Solange de Moraes Barros (UEPG)

CONSTRUINDO A MEMÓRIA SOCIAL DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO HEITOR CARRILHO NO CONTEXTO DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO: NARRATIVAS, IDENTIDADES E EXPERIÊNCIAS – Diana de Souza Pinto (UNIRIO), Francisco Ramos de Farias e Lobélia da Silva Faceira

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

PERCEPÇÃO DAS MERENDEIRAS SOBRE BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS EM UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL – Ana Maria Fernandes de Sousa (UFERSA), Sthenia Santos Albano Amóra e Elisabete Stradiotto Siqueira

NEUROCIÊNCIAS: CONTRIBUIÇÃO PARA ADOLESCENTES EM MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA – Flavio Roberto de Carvalho Santos (UFRJ) e Bruna Velasques

O DESENVOLVIMENTO DA IDEIA DE REGIÃO METROPOLITANA NO BRASIL – Yara Landre Marques (UFMG)

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS DO MÉDICO FRENTE AOS SEUS “STAKEHOLDERS” – Eduardo Roberto de S. Fortes Carvalho

AS RELAÇÕES DE REPRESENTATIVIDADE DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA/PR – Carla Buhner Salles Rosa (UEPG) e Danuta Estrufika Cantóia Luiz (UEPG)

5ª Sessão - Quinta-feira, 06/09/2012, 09h às 11h

EM DIREITOS NÃO SE MEXE: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NAS ATIVIDADES DOS PROFISSIONAIS DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) – Juliana Alves Barbosa e Elisa Maria Andrade Brisola

SAÚDE E DESENVOLVIMENTO: O CONTEXTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAÚDE NO DIAGNÓSTICO DAS DOENÇAS NEGLIGENCIADAS – Mônica Cristina Antunes Figueirêdo Duarte (UNB) e Maria De Fátima Souza e Silva (UNB)

MENS SANA IN CORPORE NO GINÁSIO SANTA CATARINA: INVENTÁRIO DAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DO CORPO (1906 – 1918) – Thiago Perez Jorge (UDESC) e Norberto Dallabrida

CORRENDO ATRÁS DA SAÚDE: REPRESENTAÇÕES DA CATEGORIA DE SAÚDE ENTRE CORREDORES DE RUA – Camila Cartaxo (UFF)

A FUNDAMENTALIDADE DO DIREITO HUMANO À AMAMENTAÇÃO NO BRASIL: O PAPEL DA FAMÍLIA, DA SOCIEDADE E DO ESTADO – Thiago Marques Leão (USP), Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima (UCSAL), Miriã Alves Alcântara (UFBA) e Anamélia Lins e Silva Franco (UFBA)

REDES SOCIOTÉCNICAS DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - Sílvia Regina Nunes Baptista (FIOCRUZ), Annelise Caetano Fraga Fernandez (UFRJ), Paula Xavier dos Santos (FIOCRUZ)

6ª Sessão - Quinta-feira, 06/09/2012, 09h às 11h

IMAGEM CORPORAL NAS AÇÕES EDUCATIVAS EM AUTOCUIDADO PARA PESSOAS QUE TIVERAM HANSENÍASE – Talitha Vieira Gonçalves Batista (UNITAU), Carmen Silvia de Campos Almeida Vieira (UNICAMP) e Maria Angela Boccara de Paula (USP)

A RELAÇÃO ENTRE CORPO E SAÚDE NA FORMAÇÃO DOS GRADUANDOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA – Matheus C. da Silva, Susana S. Chaves, Marcos P. de A. França e Simone Freitas Chaves

O FRACASSO ESCOLAR NO CONTEMPORÂNEO: UM CASO DE MEDICALIZAÇÃO? – Ulisses dos Anjos Carvalho, Fernanda de Avellar e Silva e Cristina Monteiro Barbosa

MULHERES INCRIMINADAS POR ABORTO NO RJ: DIAGNÓSTICO A PARTIR DOS ATORES DO SISTEMA DE JUSTIÇA – Ana Paula Sciamarella (UFF), José Ricardo Cunha (UERJ/FGV), Rodolfo Noronha (UFF) e Carolina Alves Vestena (UERJ)

INTEGRALIDADE DO CUIDADO EM SAÚDE: UM OLHAR PARA A TRABALHADORA DO CAMPO – Luanna Rodrigues de Jesus e Vilara Maria Mesquita Mendes Pires

GT10 – ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO – Sala 01

Coordenação: Edna Maria Querido de Oliveira Chamon (UNITAU), Maria de Fátima Souza e Silva (CEAM-UnB)

Apoio: Gisele Picorelli (Mestranda PPGSD-UFF)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

MATRIZ DE ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS POR VARIÁVEIS-CHAVES NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - Gabriel Massao Fugii, Christian Luiz da Silva, Sidarta Ruthes – UTFPR

RELAÇÕES DE CASAMENTO NUM MUNICÍPIO O INTERIOR PAULISTA (1890-1939) - Silvano da Conceição

A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO GOVERNO BRASILEIRO NO PERÍODO 2004–2011: UMA REFLEXÃO À LUZ DA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA - Fernando Sertã Meressi, Maria de Fátima Souza e Silva – UnB

A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA PRIVAÇÃO DE UMA CAPACITAÇÃO BÁSICA - Karen Beltrame Becker Fritz (UPF), Paulo D. Waquil (UFRGS), Luiz Fernando Fritz Filho (UPF)

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

A ARTE COMO PROMOTORA NA APRENDIZAGEM DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS - Eliana de Cássia Vieira de Carvalho Salgado, Roseli Albino dos Santos – UNITAU

O MEXA E A INTEGRAÇÃO REGIONAL DO MERCOSUL - Leonardo Kazuo dos Santos Serikawa, Leides Barroso Azevedo Moura – UnB

CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO COMO REDE DE SUPORTE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO BIOECOLÓGICO DE IDOSOS - Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão, Fernanda Rabelo Prazeres – UNITAU

FORMAÇÃO CONTINUADA E EQUIPE INTERDISCIPLINAR ENVOLVIDA COM AÇÕES QUE FOCAM O DESENVOLVIMENTO HUMANO - Nilsen Aparecida Vieira Marcondes, Nilde Ferreira Balcão, Maria Aparecida Campos Diniz de Castro – UNITAU

RELAÇÃO CAPITAL TRABALHO: EDUCAÇÃO FORMAL COMO MERCADORIA ESPECIAL NA COLABORAÇÃO DIRETA DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO - Marcelo Torreão Sá – UnB

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

ZONEAMENTO URBANO E “DESENVOLVIMENTO”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE DE MONTES CLAROS/MG - Deborah Marques Pereira, Anete Marília Pereira, Marcos Esdras Leite, Aline Crystiane de Carvalho Mendes – UNIMONTES

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ SP-COOAAT: GESTÃO PARTICIPATIVA COMO TECNOLOGIA SOCIAL - Othoniel Francisco Godoy Mollica, Otávio Cândido da Silva Junior, Adilson da Silva Melo – UNIFEI

ASPECTOS RELEVANTES DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO – QVT PARA APURAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH: José Agnaldo Pereira Leite Júnior, Gladis Camarini – UNICAMP

ALCOOLISMO, ENFERMAGEM E OS CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - Débora Inácia Ribeiro, Edna Maria Querido de Oliveira Chamon

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

A (DES) CONSTRUÇÃO ETNOCÊNTRICA DO DESENVOLVIMENTO - Cristiane Diniz Barbosa, Luci Helena Silva Martins, Luciana Maria Guimarães Rabelo – UNIMONTES

O PROBLEMA AGRÁRIO EM JOSÉ DE SOUZA MARTINS, OCTÁVIO VELHO E MARIA ISaura PEREIRA QUEIROZ - Dora Vianna Vasconcellos – UFRRJ

A FALÁCIA DO DESENVOLVIMENTO E O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA COMO UMA ESTRATÉGIA DAS FORÇAS HEGEMÔNICAS NO BRASIL - Graziano Leal

FAZENDA MUNDIAL DE FORMIGAS: PARA PENSAR MOBILIDADES, FRONTEIRAS E CIDADES - Ludmila Brandão (UFMT)

5ª Sessão - Quinta-feira, 06/09/2012, 09h às 11h

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS PÚBLICAS: POLÍTICA PÚBLICA URBANA EFETIVA OU INTERESSE DO MERCADO? - Luiz Cláudio Moreira Gomes (UFRJ)

ENTRE CONCEITOS E TEORIAS: UM ESTUDO SOBRE A POBREZA: Gepherson Macêdo Espínola, Clóvis Roberto Zimmermann (UFRB)

O INVENTÁRIO COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA FERROVIÁRIA - Mônica E. Carmo – UFMG

DESIGUALDADES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO ENTRE AS MACRORREGIÕES DE PLANEJAMENTO DE MINAS GERAIS - Raíssa Cota Pales, Gilmar Ribeiro dos Santos – UNIMONTES

GT11 A – INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS – Sala A33

Coordenação: Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)

Apoio: Bolsista UENF

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

O USO DE BLOGS COMO ESTRATÉGIA DE INTERAÇÃO PROFESSOR/ALUNO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL - Jaqueline Maria de Almeida (UENF), Karine Lôbo Castelano (UENF), Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)

COOPERAÇÃO BIBLIOTECÁRIA ENTRE BIBLIOTECAS DO IFCE - Lígia Almeida do Nascimento Bandeira (UFCE), Maria do Rosario de Fátima Portela Cysne (UFCE)

A DIFUSÃO DA FLAUTA POR MEIO DO ENSINO E AS IMPLICAÇÕES DE SEU USO INDISCRIMINADO - Claudio Alves Benassi (UFMT), Roberto Pinto Victorio (UFMT)

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA COOPERAÇÃO EM C, T & I ENTRE BRASIL E JAPÃO: CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS CONJUNTAS E DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS - Nanahira de Rabelo e Sant'Anna (UnB)

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

O DISPOSITIVO PEDAGÓGICO FORMAÇÃO INTEGRADA E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO - Luiz Antonio Saléh Amado (UERJ e FIOCRUZ), Daniel Vieira Silva (UERJ)

GESTÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA: O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DOCENTE PELO DISCENTE - Miraldo Matuichuk (UTFPR), Maclovia Correa da Silva (UTFPR)

INTERMINGLINGS: REFLEXOS E INTER-RELAÇÕES ENTRE ADOLESCENTES E AMBIENTES VIRTUAIS NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFSC - Patricia Fabiola Scandolar, Protasio Ferreira e Castro – UDESC

ELEMENTOS PARA REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA: NADA É TÃO NOVO SOBRE REDES, LINGUAGEM E APRENDIZAGEM - Cláudio Márcio Magalhães, Daniel Mill – UFMG

O ESTUDO DA FAMÍLIA NO ITINERÁRIO FORMATIVO DO PEDAGOGO/PROFESSOR: CONCEPÇÕES DE DOCENTES E FORMANDOS DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA CIDADE DE SALVADOR - Lúcia Vaz de Campos Moreira, Teresa Cristina Merhy Leal – UCSal

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

ITINERÁRIOS DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS NO RECÔNCAVO DA BAHIA: Georgina Gonçalves dos Santos, Cristiane de Oliveira Xavier Machado, Larisse Miranda de Brito – UFRB

PESQUISAS EM TECNOLOGIA E ENSINO DE LÍNGUAS: DISCURSO, WEB 2.0 E MATERIAIS DIDÁTICOS - Marcio Luiz Correa Vilaça – UNIGRANRIO

TERCEIRA IDADE E NOVAS TECNOLOGIAS: UMA RELAÇÃO DE POSSIBILIDADES E DESAFIOS - Priscila Cristina da Silva Maciel, Gisele Pessin, Luiza Carla Tenório

USO DO TWITTER COMO RECURSO DIDÁTICO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA - Karine Lôbo Castelano (UENF), Jefferson de Oliveira Balduino (UENF), Jaqueline Maria de Almeida (UENF)

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

TIC E NOVAS APRENDIZAGENS: ESPAÇO ABERTO PARA O DEBATE SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - Cíntia Nascimento de Oliveira Conceição (PUC RIO)

USOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO - Luis Cláudio Borges (IBICT/UFRJ)

O CURRÍCULO ESCOLAR DE CIÊNCIAS HUMANAS ACRÍTICO: O PAPEL DOS PROFESSORES FRENTE A ESTE PARADOXO - Leandro Ferreira de Melo (USP)

A INSERÇÃO DO CONTEÚDO EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO. UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA RESOLUÇÃO CNE/CP N.º 1 - Cláudia Moreira Hehr Garcia (PPGSD-UFF)

EDUCAÇÃO NA MODERNIDADE BAUMANIANA: UM ESTUDO DE CASO DE ENSINO JURÍDICO À DISTÂNCIA: Juliana Peralva Domingues, Sandra de Mello Carneiro Miranda – UFF

GT11 B – INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS – Sala A34

Coordenação: Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)

Apoio: Claudia Moreira Hehr (Doutoranda PPGSD-UFF)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

UM COMPUTADOR POR ALUNO: SENTIDOS DE TEMPO E DESAFIOS CURRICULARES CONTEMPORÂNEOS - Fernando Cesar Sossai (UNIVILLE), Ilanil Coelho (UNIVILLE)

O IMOBILISMO NO IDOSO E SUA REPERCUSSÃO NO SISTEMA MUSCULOESQUELÉTICO - Júlio César dos Santos Boechat (UENF), Fernanda Castro Manhães (UENF), Reubes Valério da Gama Filho (UENF), Rosalee Santos Crespo (UENF)

O DEFICIENTE INTELECTUAL E SUA SEXUALIDADE, UM ESTUDO PSICANALÍTICO CONTRIBUINDO PARA A AÇÃO PEDAGÓGICA - Giseli Monteiro Gagliotto, Tatiane Faust, Aline Bruna dos Santos – UNIOESTE

O CIBERESPAÇO COMO AMBIENTE DE INTERAÇÃO HIPERTEXTUAL - Ruana da Silva Maciel, Tanisse Paes Bóvio Barcelos Cortes, Milena Ferreira Hygino Nunes, Carlos Henrique Medeiros de Souza

PAPEL DA SUPERVISÃO DE ENSINO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - UMA ABORDAGEM HISTÓRICA: Maria Cecília Grieco Puppio Jacob, Oriovaldo Rodrigues – UNITAU

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

UM EXEMPLO DE APLICAÇÃO DE MODELAGEM MATEMÁTICA COMO METODOLOGIA DE ENSINO - Nilson S. Peres Stahl, Estefane Costa Rosa Domingues, Clara Vanessa Barros dos Santos – UENF

OS SABERES E FAZERES DE TRANÇADEIRAS COMO PRODUÇÃO DE ARTE E MATEMÁTICA - Luane Bento dos Santos

COMPUTADORES QUE HABITAM E VISITAM A PEDRIATRIA: AFETOS E ESPACIALIDADES EM UMA BRINQUEDOTECA - Vanessa Ferraz Leite, Dolores Galindo (UFMT)

A APRENDIZAGEM MEDIADA ATRAVÉS DO ESPAÇO VIRTUAL E A POTENCIALIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – Giovanna Maria Brunetti, Rita Fonseca, Bianca Pires

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

LÍNGUA PORTUGUESA E AMBIENTE VIRTUAL: INTERPRETAÇÕES E EXPRESSÕES TEXTUAIS DOS ADOLESCENTES E JOVENS - Silvia Carla do Nascimento (UENF), Carlos Dias (UENF), Bianka Pires André (UENF)

AS INFLUÊNCIAS DO HIPERTEXTO PARA O ENSINO APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR - Thiago Azevedo da Silva (UENF), Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF)

A UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE LIVRE NA PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL - EXPERIÊNCIA COM O ICA-AtoM: Andrea Gonçalves dos Santos

DESEMPENHO ESCOLAR DIFERENCIADO DE MENINOS E MENINAS: Flaviane Ferreira da Silva, Wania Maria Guimaraes Lacerda

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE INTROSPECÇÃO DA LINGUAGEM EM VÍDEOS SOBRE CIÊNCIAS - Daniele Ribeiro Fortuna, Protasio Ferreira e Castro

O HIPERTEXTO E SEUS LABIRINTOS NA ERA DIGITAL - Eloiza da Silva Gomes de Oliveira, Gabriela Gomes da Silva Costa (UERJ), Renata Gomes da Silva (PUC)

A ESCRITURA DO PROCESSO PENAL: INTERAÇÃO ENTRE OS AUTORES, OS 'ATORES DA HISTÓRIA', OS LEITORES E A MÍDIA - Inessa Trocilo Rodrigues Azevedo UENF), Analice de Oliveira Martins (UENF)

AS CONTRIBUIÇÕES DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO –TIC's PARA O ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: Janete Araci do Espirito Santo, Bianka Pires André, Carolina Fragoso Gonçalves – UENF

GT12 – CIÊNCIAS E HUMANIDADES - Aquário

Coordenação: José Carlos de Oliveira (UFRJ), Beatriz Couto (UFMG)

Apoio: Iuri Falcão (Mestrando PPGSD-UFF)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR SOBRE O PAPEL DA UNIVERSIDADE – Ricardo Kubrusly, Regina Maria Macedo Costa Dantas

PESQUISANDO RELAÇÕES ENTRE TECNOLOGIA E SOCIEDADE A PARTIR DE DOIS PPGS DA CAINTER/CAPES- Adilson da Silva Mello – UNIFEI

A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NOS TELEJORNAIS REGIONAIS - Bárbara Martins Zaganelli, Marcelo Carlos Gantos – UENF

HOMENS DE CIÊNCIA NO BRASIL OITOCENTISTA - Mariáh dos Santos Martins,
Paulo Vinícius Aprígio da Silva - UFRJ

CONFLUÊNCIAS ENTRE MAGIA, FILOSOFIA E CIÊNCIA - Nelson Job – UFRJ

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

A VIDA EM SUA CONDIÇÃO BIOLÓGICA E SUA CENTRALIDADE NA
MODERNIDADE - Sandro Luiz Bazzanella

LABORATÓRIOS DE APRENDIZAGEM: NOVAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO
PARA OFICINAS DE ASTRONOMIA E FÍSICA - Ângela Maria Mendes Dias, Luiz
Eduardo Silva Souza, Cristina Novikoff – UNIGRANRIO

TEORIA DO ROMANCE E TEORIA DA EVOLUÇÃO - Pedro Ramos Dolabela
Chagas – UESB

CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA NIETZSCHIANA DO ETERNO RETORNO
PARA (RE) PENSAR A RELAÇÃO HOMEM E SEU MEIO HABITAT - Mateus
Perez Jorge – UFSC

SANTOS-DUMONT E IMPRENSA AMERICANA : UMA HISTORIA DA
AVIAÇÃO A PARTIR DA VISÃO AMERICANA DA TRAJETÓRIA DO
INVENTOR BRASILEIRO = Renato Vilela Oliveira de Souza – UFRJ

ECOS IMPERIALISTAS NA AMÉRICA LATINA: A GUERRA CONTRA O
PARAGUAI - Paulo Tarso Mascarenhas Pedreira, Ramon Trindade Pellegrini – UESB

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

BEN 10: AS FRONTEIRAS DA HUMANIDADE E DA MONSTRUOSIDADE A
PARTIR DA VIRTUALIDADE DE CORPOS POSSÍVEIS - Simone Oliveira Vieira
Peres, Juliana Abonizio – UFMT

QUESTÕES ACERCA DA OBJETIVIDADE CIENTÍFICA - Fábio Eduardo De Giusti
Sansón – UFSC

ESCOLA BRASILEIRA: FÁBRICA DE DESIGUALDADES SOCIAIS - Norton
Figueiredo Corrêa – UFMA

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO INTERDICPLINAR NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - Conceição Solange Bution Perin,
Ricardo Tadeu Caires Silva – UNESPAR

MICROFÍSICA DA VIOLÊNCIA ‘DA’ ESCOLA: VIVÊNCIAS, EXPERIÊNCIAS E
NÃO-EXPERIÊNCIAS NOS ESPAÇOTEMPOS DA ESCOLA - Adalgisa A de
Oliveira Gonçalves

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

SEGURANÇA ALIMENTAR: CONCEITO, PARÂMETROS E HISTÓRIA: Ana Lucia do Amaral Vendramini, José Carlos de Oliveira, Maria Aparecida Campos

ANÁLISE DESCRITIVA DO POLO PRESENCIAL DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL EM ITAPEVI/SP: Eduardo Bernardes de Castro, André Luiz Salles Silva

O MITO QUE ENVOLVE A CULTURA DIGITAL E AS INFLUÊNCIAS PARA A LEGITIMIDADE DA PRÁTICA DOCENTE: Luciana Silva dos Santos - PUC-RJ

CIBERESPAÇO: AMBIENTE DE INTERAÇÃO HIPERTEXTUAL: Tanisse Paes Bóvio Barcelos Cortes, Ruana da Silva Maciel, Milena Ferreira Hygino Nunes, Carlos Henrique Medeiros de Souza – UENF

A POLÍTICA DOS INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Simone Machado de Athayde – UENF

5ª Sessão - Quinta-feira, 06/09/2012, 09h às 11h

DESENHO E EDUCAÇÃO: ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DE IMAGENS NO LIVRO DIDÁTICO: Suely dos Santos Souza, Glaucia Maria Costa Trinchão, Joila Rodrigues de Lima

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE: A INSERÇÃO DA CTS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO: Thais Cristina Silva de Oliveira, Carlos Alberto Máximo Pimenta

LEITURA, APRENDIZAGEM E CONHECIMENTO NA ERA DA INFORMAÇÃO: Roberta Müller Scafuto Scoton

ESCOLA KANAMARI: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO COTIDIANO ESCOLAR NO MÉDIO SOLIMÕES (MARAÃ-AMAZONAS): Priscilla Lima, Artemis Soares, Mireia Solart

ESTUDO SOBRE O USO E APROPRIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO LATINO AMERICANA: Leonardo Zenha Cordeiro, Eloiza da Silva Gomes Oliveira

A ENTROPIA E UMA NOVA RESPONSABILIDADE: Antonio C. G. de Sousa

GT13 – HISTÓRIA, LINGUAGEM E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO – Sala 02 (6ª sessão na sala 04)

Coordenação: Silvia Alicia Martínez (UENF), Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)

Apoio: Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa (Mestrando PPGSD-UFF)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA ESPECÍFICA E DIFERENCIADA: UM OLHAR ATRAVÉS DAS ESCOLAS EBENEZER E MARAVILHA DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM - Antonia Rodrigues da Silva, Marinete Lourenço Mota – UFAM

SABERES DOCENTES INTERDISCIPLINARES CONSTRUÍDOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA - Ely Soares do Nascimento, Simone Guimarães Braz, Maria Aparecida Campos Diniz de Castro – UNITAU

OS SABERES E FAZERES DE TRANÇADEIRAS COMO PRODUÇÃO DE ARTE E MATEMÁTICA - Luane Bento dos Santos – CEFET – RJ

CEM ANOS DE IFBA: AS MUDANÇAS NO PERFIL DOS ESTUDANTES - Alcione Oliveira - IFBA, Georgina Gonçalves dos Santos – UFBA

UMA SOCIOLOGIA DA GESTÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CAMBUÍ-MG - Cássio José de Oliveira Silva – UNIFEI

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

O PROCESSO DE BOLONHA E OS DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS: O IMPACTO DO PROCESSO DE BOLONHA NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - Córa Hisae Hagino – Coimbra

SABER LOCAL E CULTURA CAIPIRA – AVALIAÇÃO NA ÓTICA DE ALGUNS “INTÉRPRETES DO BRASIL” - José Carlos Leite – UFMG

BAIXO RENDIMENTO E INCLUSÃO DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA QUE CONTEMPLE A REALIDADE DOS APRENDIZES - Rosemary Santos, Elenice Santos Boss

CRÍTICA GENÉTICA : DO MANUSCRITO AO VIRTUAL - Eleonora Campos Teixeira, Marco Antônio Coelho, Lenise Ribeiro Dutra – UENF

ESTUDO DO ENSINO PROFISSIONAL (FEMININO) NO BRASIL: A ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA “NILO PEÇANHA” (1922 a 1930) - Euza de Souza Silva, Fabiana de Arruda Resende Reis, Silvia Alicia Martinez – UENF

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

ESTUDO DE CASO SOBRE A ABORDAGEM DO ENSINO AFRO NAS ESCOLAS PRIVADAS “EXTERNATO EMANUEL” E “VIVENDO E APRENDENDO” NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ: LIMITES, AVANÇOS E PROPOSTAS - Prissaine dos Santos Crespo, Graziela Escocard Ribeiro – UNIRIO

OUTRAS VOZES DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO - Érica Henrique Ribeiro Andrade, Sérgio Arruda de Moura – UENF

O DISCURSO DOS BACHAREIS-ADVOGADOS NO PERÍODO DA SUA PROFISSIONALIZAÇÃO: A BUSCA DE COMPROVAÇÃO DA SUA INDISPENSABILIDADE DO ESTADO - Sandra de Mello Carneiro Miranda – UFF

O SENTIDO SOCIAL DO ARRANJO E AMBIÊNCIA EM AMANÁ - Thatyana de Souza Marques – UFAM

INTERDISCIPLINARIDADE E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE CONHECIMENTO: O ESTUDO DE CASO EM UMA ASSOCIAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DE PEIXE EM MUNDO NOVO _MS: Ivânia Freire da Silva, Erlaine Binotto, Claucir Roberto Schmidtke

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

DA NECESSIDADE DE PROBLEMATIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA POLÍTICA NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO E APLICAÇÃO DO ARTIGO 59 DO CÓDIGO PENAL - Pedro Dalla Bernardina Brocco, Daniel Nunes Pereira

A NATUREZA INTERDISCIPLINAR DA RESPONSABILIDADE SOCIAL UMA DISCUSSÃO DA ESTRATÉGIA DE PESQUISACORPORATIVA - Naira Tomiello

COMPARTILHANDO OS BENS DE JAGUARÃO – RIO GRANDE DO SUL: PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - Ângela Mara Bento Ribeiro

POR QUE PESQUISAR REPRESENTAÇÕES SOCIAIS? INTERFACES ENTRE DIREITOS HUMANOS, EXECUÇÃO PENAL E PSICOLOGIA SOCIAL = Glauca Orth

LEITURA, APRENDIZAGEM E CONHECIMENTO NA ERA DA INFORMAÇÃO - Roberta Müller Scafuto Scoton – UFJF

5ª Sessão - Quinta-feira, 06/09/2012, 09h às 11h

ESTADOS MELANCÓLICOS : ENTRE A DOR E O SOFRIMENTO O PODER DA CRIAÇÃO NAS RUÍNAS DE MEMÓRIA: Glauca Regina Vianna – UNIRIO

CULTURA EM MOVIMENTO NA ESCOLA PÚBLICA: RELEITURAS DE DATAS COMEMORATIVAS TRADICIONAIS: Allan do Carmo Silva

EDUCAÇÃO – PARA QUÊ? EDUCAÇÃO – COMO? CONTRIBUIÇÕES DOS CONCEITOS DE EDUCAÇÃO E DIDÁTICA AO LONGO DOS TEMPOS: Angela Machado Tavares, Maurício Aires Vieira

FORMAÇÃO DO ESPÍRITO CIENTÍFICO TRANSDISCIPLINAR: A PRODUÇÃO SOLIDÁRIA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO: Wilson Madeira Filho, José Antonio Callegari - PPGSD-UFF

OS SENTIDOS DA INTERAÇÃO E DA PERMANÊNCIA: DINÂMICAS DAS REDES SOCIAIS DE CUIDADO NA METRÓPOLE: Livia A. Fialho Costa, Juliana Freitas – UCSal

6ª Sessão - Quinta-feira, 06/09/2012, 09h às 11h

COMPARTILHANDO OS BENS DE JAGUARÃO – RIO GRANDE DO SUL: PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Carlos José de Azevedo Machado

A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA O ESTUDO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – O EXEMPLO DA ILHA DA RITA/SC: Cibele Dalina Piva Ferrari, Sandra Paschoal Leite de Camargo

O ADESTRAMENTO WITTGENSTEINIANO COMO POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA FRENTE ÀS INCERTEZAS DO CONSTRUTIVISMO: Carolina Fragoço Gonçalves, Julio Cesar Ramos Esteves, Lenilson Alves dos Santos

CLASSIFICANDO E FICHANDO: A IDENTIDADE DAS MULHERES NOS ARQUIVOS DE MEDICINA LEGAL E IDENTIFICAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 1930: Renato da Silva

GT14 – CONFLITOS TERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS- Campus do Gragoatá, Bloco O, Sala 303

Coordenação: Napoleão Miranda (PPGSD-UFF), Vera Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)

Apoio: Leonardo Ostwaldi (Mestrando PPGSD-UFF)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

OS CONDOMÍNIOS E AS REPRESENTAÇÕES DE SEGURANÇA: O OLHAR DA IMPRENSA PARANAENSE - Simone Carolina Dias (UTFPR), Maclovio Corrêa da Silva (UTFPR)

O DESLOCAMENTO FORÇADO DE CAMPONESES NA COLÔMBIA: GERME DE CONSTRUÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS? - Guillermo Alejandro D'abbraccio Krentzer – Colômbia

COMUNIDADES TRADICIONAIS ENTRE O DESENVOLVIMENTO E A SUSTENTABILIDADE - Leila Ribeiro Rodrigues (UNIMONTES), Ana Paula Glinfskoi Thé (UNIMONTES)

IMPERIAL-TERRORISMO ESTADUNIDENSE: A VIOLÊNCIA COMO FATOR DE CONTROLE - Ramon Trindade Pellegrini (UESB), Paulo Tarso Mascarrenhas Pedreira (UESB)

SOBRE CONSERVAÇÃO, POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO VALE DO RIO TROMBETAS - Leonardo Alejandro Gomide Alcántara (PPGSD – UFF)

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

É POSSÍVEL INOVAR NO DIREITO? AS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DE UM TERMO DE ACORDO SOCIOAMBIENTAL - Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão (PPGSD-UFF), Yanne Milano (UFF); Tatiana Maranhão (PPGSD-UFF)

A CIDADE DE SENTO-SÉ E A BARRAGEM DE SOBRADINHO: DINÂMICAS TERRITORIAIS E DISPUTAS DE PODERES - Ana Catarina Braga

IGREJA UNIVERSAL DO REINO VERSUS CANDOMBLÉ: UMA GUERRA SANTA? UM ESTUDO SOBRE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA EM SALVADOR, BAHIA, ENVOLVENDO A IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS E O CANDOMBLÉ ILÊ AXÉ GENTIL DE GUINÉ - Paulo César de Brito (UFBA)

SOLO SAGRADO: ENTRE O ESTADO E A IGREJA - Carina Gomes de Oliveira (UENF), Rodrigo da Costa Caetano (PGG-UFF)

SERES ENCANTADOS, TERRITÓRIOS DEMARCADOS - Clarissa Bittencourt de Pinho e Braga

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

A AMBIENTALIZAÇÃO DOS DISCURSOS NA CIDADE DE PARATY: ASSIMETRIAS E CONVERGÊNCIAS - Deborah Zambrotti Pinaud (PPGSD-UFF), Denise Vidal (PPGSD – UFF)

A CORRIDA DO OURO NOS RINCÕES ANDINO-AMAZÔNICOS NO SÉCULO XXI: UM BREVE RELATO DO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO, DOS CONFLITOS E DAS PRÁTICAS - Eduardo Firak Cordeiro (UFSC), Guilherme Tebet, Raoni Pena (UFSC)

DO MITO À TERRITORIALIDADE: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO DA SERRA DA BARRIGA/AL - Rosa Lucia L. S. Correia (UFPA)

AS MIGRAÇÕES CAMPO-CIDADE NO NORTE DE MINAS GERAIS - Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (UNIMONTES)

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS - Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)

DIREITO À PROPRIEDADE E FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A APA DE TAMOIOS - Andréia de Mello Martins (PPGSD-UFF), Clarisse Stephan Farhat Jorge (PPGSD – UFF)

MEIO AMBIENTE E PENSAMENTO SOCIAL: APONTAMENTOS INICIAIS PARA A COMPREENSÃO DA RELAÇÃO AMBIENTE/SOCIEDADE - Leonardo Ostwald Vilardi (PPGSD-UFF)

TRILHOS E TRILHAS: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DOS COLETIVOS RURAIS EM AÇAILÂNDIA (MA) NO ENTORNO DA DUPLICAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS-SÃO LUIZ - Wilson Madeira Filho (PPGSD-UFF), Eduardo Castelo Branco e Silva (PPGSD-UFF), Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa (PPGSD-UFF), Deborah Zambrotti Pinaud (PPGSD-UFF)

5ª Sessão - Quinta-feira, 06/09/2012, 09h às 11h

EM BUSCA DE VIAS URBANAS POR VIAS DEMOCRÁTICAS: O PROBLEMA DE MOBILIDADE VIÁRIA DE NITERÓI-RJ E A VIA ORLA E A VIA 100 - Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF), Saint' Clair Luiz do Nascimento Neto (UFF)

O DIA EM QUE O CÉU TOMBOU SOBRE NOSSAS CABEÇAS: A TRAGÉDIA DO MORRO DO BUMBÁ, EM NITERÓI RJ - Jamille Medeiros (PPGSD-UFF)

UNIDADES PARANÁ SEGURO: UMA ABORDAGEM INICIAL - Diego Nogueira (UFPA)

A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA À LUZ DA QUESTÃO SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO NA CONTEMPORANEIDADE - Afonso Soares de Oliveira Sobrinho

MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA, RESILIÊNCIA E CRIANÇAS: NARRATIVAS EM ASSENTAMENTOS URBANOS NA PERIFERIA DE NATAL (RN) - Thiago Matias de Sousa Araújo (UFRN), Blenda Carine Dantas de Medeiros (UFRN), Marlos Alves Bezerra (UFRN)

GT15 – PENSAMENTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO – Sala A11

Coordenação: André Luiz da Silva (UNITAU), Luis Carlos Fridman (PPGSD-UFF)

Apoio: Leonardo Alejandro Gomide Alcântara (Doutorando PPGSD-UFF)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

O IMPERIALCAPITALISMO E A “GLOBALIZAÇÃO”: PARA UMA ABORDAGEM DO IMPERIALISMO DOS SÉCULOS XX/XXI: José Rubens Mascarenhas de Almeida – UESB

O FENOMENO GLOBAL E A GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA: Renata Guimarães Reynaldo – UFSC

A CRISE DE 2008 NO PENSAMENTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: Leonardo de Araújo e Mota – UEPB

DA PRODUÇÃO À COMUNICAÇÃO – COMO ALGUNS CONCEITOS PERDEM A SUPREMACIA NA ABORDAGEM DA ATUAL CRISE ECOLOGIA PELAS CIÊNCIAS SOCIAIS: João Julio Vitral Amaro – UFMG

ENTRE CAOS E CRONOS: SOMOS MODERNOS OU PÓS-MODERNOS?: Patricia Fabiola Scanddolaro – UDESC

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

INDIVÍDUO E SOCIEDADE NO PENSAMENTO SOCIAL DA ESCOLA DE CHICAGO: Fernando Farias Valentin, Ana Keila Mosca Pinezi – UFABC

IMAGENS DA VIOLÊNCIA: A DINÂMICA DO CONTROLE SOCIAL CONTEMPORÂNEO NOS PROGRAMAS POLICIAIS DA TELEVISÃO BRASILEIRA: Poliana Sales Alves, Silvano Alves Bezerra da Silva – UFMA

OS JOVENS E O VOTO: DESPOLITIZAÇÃO OU PARTICIPAÇÃO EM NOVOS MOLDES?: Arnaldo Lucas Pires Junior – UFF, Caroline Trapp de Queiroz – UERJ

A PARTICIPAÇÃO SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E O SEU SIGNIFICADO ENTRE OS INTEGRANTES DA REDE SOCIAL TAUBATÉ: Josinára Ribeiro de Alencar, André Luiz da Silva – UNITAU

A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL NA AMAZÔNIA NO CONTEXTO DA OBRA “VIAGEM DAS IDEIAS”: Alessandra Rufino Santos – UFAM

GT16 A – ESTUDOS DE GÊNERO, FEMINISMO E SEXUALIDADES – Auditório 1

Coordenação: Ana Alice Alcântara Costa (UFBA)

Apoio: Paula Monteiro (Mestranda PPGSD-UFF)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

GÊNERO E SEXUALIDADE NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES (AS) DO DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO GERAL DO IFPE CAMPUS RECIFE: Beatriz Alves de Sousa, Sandra Roque de Oliveira – UFPB

SER OU NÃO SER, EIS A QUESTÃO? ALGUMAS REFLEXÕES NAS ENCRUZILHADAS DA CONSTITUIÇÃO DA SEXUALIDADE DOS ADOLESCENTES NUMA ESCOLA ESTADUAL SITUADA EM UM BAIRRO PERIFÉRICO DE SALVADOR: Elisângela Silva Lopes – UEBA

PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZADO DE GÊNERO E SEXUALIDADES EM CONTEXTOS INTERDISCIPLINARES: REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS DOCENTE E DISCENTE: Isadora Vier Machado, Letícia Cardoso Barreto, Miriam Pillar Grossi – UFSC

COMO ENSINAR IGUALDADE? POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTITUIÇÃO DA DIFERENÇA: Eliana Teresinha Quartiero, Priscila Pavan Detoni, Henrique Caetano Nardi – UFRGS

SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: AÇÃO E LINGUAGEM NA CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA DO SUJEITO NA PSICANÁLISE DE FRANÇOISE DOLTO: Giseli Monteiro Gagliotto, Aline Malagi, Simaia Lazzarin Huguenin da Silveira – UNIOESTE

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

FAMÍLIA E SEXUALIDADE: SOB A TEIA DO ENTRELACE ENTRE OS CONTRATOS: Marlene Brito de Jesus Pereira, José Euclimar Xavier de Menezes – UCSal

FAMILIA HOMOPARENTAL: UMA ADAPTAÇÃO OU UMA CONTRAPOSIÇÃO À NORMA?: Cláudia Moraes e Silva Pereira e Édina Schimansky

DIREITOS, IGUALDADE E DEMOCRACIA SEXUAL: A UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO NA ARGENTINA E NO BRASIL: Claudia Regina Nishnig, Caterina Rea – UFSC

TRANFORMAÇÕES NO CASAMENTO E SATISFAÇÃO CONJUGAL: FATORES MNEMÔNICOS: Andréa Soutto Mayor – UNIRIO

REPRESENTAÇÕES DA SEXUALIDADE DE MULHERES DAS CAMADAS POPULARES DE BELÉM NO SÉCULO XIX: Elaine Cristina da Silva Mesquita, Lina Brandão de Aras – UFBA

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

TRABALHO DOMÉSTICO INFANTIL E RELAÇÕES DE GÊNERO- UM OLHAR MAIS AMPLO: Claudia Veronese – UFRGS

TRABALHO INFANTIL E POBREZA DA POPULAÇÃO FEMININA BRASILEIRA: UMA DISCUSSÃO DA INTER-RELAÇÃO ENTRE ESTES DOIS FATORES: Janete Leige Lopes, Rosângela Maria Pontili, Ana Roberta de Almeida – UNESPAR

CENÁRIOS DA LIDERANÇA FEMININA NO TRABALHO EM MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAJAÍ EM SANTA CATARINA: Rosa Maria Correa da Costa – FLC

CONSEQUÊNCIAS SÓCIO-TRABALHISTAS DA GLOBALIZAÇÃO PARA AS MULHERES NA ESFERA TRANSNACIONAL: Renata Guimarães Reynaldo – UFSC

NEGRA E TRAVESTI: REALIDADE E ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO: Patricia Gabrielle Oliveira Rodrigues – UFSM

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

O IMAGINÁRIO DA MULHER NO COOPERATIVISMO NO RIO GRANDE DO SUL (O CASO DE PINHAL ALTO, NOVA PETRÓPOLIS-RS): Angela Ester Mallmann Centenaro – UNEMAT

MEMÓRIAS DE MULHERES PROFESSORAS ASSENTADAS – UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR: Elisângela Santos de Amorim, Joana Maria Pedro – UFSC

LUTAS INTERSECCIONAIS? DISCUTINDO CATEGORIAS DE ARTICULAÇÃO NO MST: Pedro Rosas Magrini, Mara Coelho de Souza Lago – UFSC

ENTRE BANDEIRAS NEGRAS E AS ASAS DE EROS: OS DISCURSOS SOBRE AMOR LIVRE NAS PÁGINAS DO JORNAL ANARQUISTA A PLEBE (1917-1951): Ana Claudia Ribas – UFSC

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA A MULHER E AS REDES DE ATENDIMENTO: Dirceia Moreira, Tatiana Sovek Oyarzabal – UEPG

ESTUDOS SOBRE MULHERES NO CAMPO DA MEDICINA: PERFIS E TRAJETÓRIAS NAS INTERSEÇÕES?: Luzinete Simões Minella – UFSC

GT 16 B - ESTUDOS DE GÊNERO, FEMINISMO E SEXUALIDADES – Auditório 2

Coordenação: Luzinete Simões Minella (UFSC)

Apoio: Ana Paula (mestranda PPGSD-UFF)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

MULHERES TRANÇADEIRAS; GÊNERO, IDENTIDADE E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: Ciranilia Cardoso da Silva – UFRB

A CONDIÇÃO DA MULHER AMAZÔNIDA NO SÉCULO XIX: BRANCAS PARA CASAR, ÍNDIAS PARA TRABALHAR E NEGRAS PARA TRANSAR: Maria Jose Nunes Moreira Aleixo – UFAM

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA A MULHER E AS REDES DE ENTENDIMENTO: Dirceia Moreira e Tatiana Sovek Oyarzabal - UEPG

ROTAS PERCORRIDAS POR MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: DAS VIVÊNCIAS AS ESTRATÉGIAS PARA O ROMPIMENTO: Jayce Layana Lopes Callou – UFBA

ESTUDO SOBRE OS FATORES QUE INFLUEM NA DECISÃO DE ABANDONO DOS PROCEDIMENTOS JUDICIAIS INICIADOS POR VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA ESPANHA: Arianna Sala – UFSC, Maria Jesús Cala Carrillo – US

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: A CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA DOS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO: Márcia Macêdo – UFBA

GÊNERO NA COMUNIDADE BRASILEIRA DE SOFTWARE LIVRE: Monica de Sá Dantas Paz – UFBA

MÍDIA E GÊNERO: AS JORNALISTAS NA MÍDIA IMPRESSA CAMPINENSE NA DÉCADA DE 1980: Ana Ramos Rodrigues, Juliane Conceição Primon Serres, Leidiane Alves de Farias – UFPEl

JULIE ENGELL-GÜNTHER: UM PERFIL FEMINISTA ENTRE A EUROPA E O BRASIL DO SÉCULO 19: Izabela Liz Schlindwein – UFSC

RELAÇÕES DE GÊNERO E O FEMINISMO NOS CAMINHOS DA MEDICINA LEGAL NA BAHIA: MARIA THERESA DE MEDEIROS PACHECO: Sabrina guerra Guimaraes, Lina Brandão de Aras – UFBA

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

POLÍTICAS PÚBLICAS COM TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO – RESGATANDO A INTERSECCIONALIDADE E A INTERDISCIPLINARIDADE NO SERVIÇO SOCIAL: Teresa Kleba Lisboa, Simone Lolatto – UFSC

[SEM TÍTULO] (tema: gênero, poder, política, cooperação internacional). José Alejandro Barrios Diaz (UnB)

ZONA FRONTEIRIÇA NA ESCOLARIZAÇÃO DO CORPO: O JORNAL O DIA E O GINÁSIO SANTA CATARINA NA MODERNIZAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS (1906 – 1918): Thiago Perez Jorge - UDESC, Alexandre Fernandez Vaz – UFSC, Norberto Dallabrida – UDESC

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE AS ATITUDES CORPORAIS DAS FEMINISTAS NO CAMPO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL: Carmen Lucia Ribeiro Pereira, Evelyn Orrico – UNIRIO

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

DIREITOS HUMANOS AMBIENTAIS, RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS E ECOPELAGOGIA: Monica Paraguassu – PGDC-UFF

A FAMÍLIA HOMOPARENTAL: UMA ADAPTAÇÃO OU UMA CONTRAPOSIÇÃO À NORMA?: Cláudia Moraes e Silva Pereira, Édina Schimansk – UEPG

TERRITÓRIO DA PROSTITUIÇÃO DE TRAVESTIS: MARCAS, CORPOS E SIGNOS.: Ivan Ignácio Pimentel

GT17 – ESTUDOS DE FAMÍLIA E GERAÇÕES – Sala 05

Coordenação: Elaine Rabinovich (UCSAL), Marcos Cesar de Freitas (UNIFESP)

Apoio: Fabiana Mascarenhas (Mestranda PPGSD-UFF)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

A FAMÍLIA NAS FRONTEIRAS INTERDISCIPLINARES DO PENSAMENTO DE FOUCAULT - José Euclimar Xavier de Menezes (UCSal)

PAIS DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS E ESCOLA - Cláudia Paranhos

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA PROPOSTA EXTENSIONISTA - Andressa Kolody (UNICENTRO), Cristiane Sonogo (UNICENTRO)

FAMÍLIAS, LUGAR DE VIVER: QUANDO A DEFICIÊNCIA SEGREGA MULHERES, MÃES E CUIDADORAS - Barbara Maria Santos Caldeira – UBU/ES, Maria Angélica Gonçalves Coutinho (UNEB)

A FAMÍLIA E A RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA COM A ESCOLA BÁSICA- Meire Vana Pavani (UNITAU)

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

A PARENTALIDADE NAS FAMÍLIAS NEOCONFIGURADAS - Hilda Ledoux Vargas de Araújo (UEFS)

DINÂMICAS CONJUGAIS E INDIVIDUALIDADES: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES CASADAS COM MILITAR - Ester Nunes Praça da Silva,(UCSal)

FORMAÇÕES DISCURSIVAS E GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Estela Scheinvar

BIOLÓGICOS OU ADOTIVOS? O SIGNIFICADO DA FILIAÇÃO PARA HOMENS GAYS - Selma Reis Magalhães (UCSal)

ADOÇÃO: DA IDEALIZAÇÃO AO FRACASSO - Juliana Castelo Branco e Silva (UERJ), Eduardo Castelo Branco e Silva (PPGSD-UFF)

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

SE A SUA VELHICE FOR DEPENDENTE – QUEM CUIDARÁ DE VOCÊ? - Carlos Eugenio Soares de Lemos (PUC-GO), Cecilia Souza Oliveira (PUC-GO); Luiz Cláudio Carvalho de Almeida (MPE-GO)

A PESSOA IDOSA E O CONTEXTO FAMILIAR: UMA ABORDAGEM SOCIOJURÍDICA - Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSal), Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima (UFBA)

OS MODELOS EDUCATIVOS DAS MÃES EVANGÉLICAS COM MARIDOS NÃO CRENTES: INFLUÊNCIAS DA RELIGIÃO E DO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NAS RELAÇÕES FAMILIARES - Ariane Vieira Leire (UCSal)

OS ANOS 1960: AS RELAÇÕES PRIVADAS, AUTONOMIA, INDIVIDUALISMO E DIVÓRCIO- Yan Navarro, Fabrício Dias (PPGSD-UFF)

A ABERTURA DO CONCEITO DE FAMÍLIA NO DIREITO BRASILEIRO: DA FAMÍLIA MATRIMONIALIZADA À PROTEÇÃO DOS ARRANJOS FAMILIARES PLURAIS - Marcela Rodrigues Souza Figueiredo (UFF), Fabiana Alves Mascarenhas (PPGSD-UFF)

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

FAMÍLIA, VULNERABILIDADE E HABITAÇÃO: UMA REFLEXÃO - Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco(UEPG), Jussara Ayres Bourguignon (UEPG)

A FAMÍLIA NAS POLÍTICAS SOCIAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - Marcelo Couto Dias (UCSal)

FAMÍLIA E TRABALHO: O (DES)COMPASSO ENTRE CONVIVÊNCIA CONJUGAL, CUIDADOS COM OS FILHOS PEQUENOS E ATIVIDADES PROFISSIONAIS - Cinthia Barreto Santos Souza (UCSal), Lúcia Vaz de Campos Moreira (UCSal)

AS RELAÇÕES FAMILIARES NA CONTEMPORANEIDADE: CONFLITOS E SOLUÇÕES- Giselle Picorelli (PPGSD-UFF), Juliana Barbosa Torres (PPGSD-UFF)

AUTOBIOGRAFIA E INFÂNCIA - Elaine P Rabinovich (UCSal), Teresa C. Mehry Leal (UCSal), Maura Espinheira Avena (UCSal); Maria Angélica Vitoriano da Silva (UCSal)

5ª Sessão - Quinta-feira, 06/09/2012, 09h às 11h

ENTRE A INTENÇÃO E O GESTO OU QUÃO INTERDISCIPLINAR SOMOS? ENSAIO SOBRE A PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR E ESTUDO DE CASO, POR ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE ESTUDOS NO CAMPO DE FAMÍLIA: Mary Garcia Castro – UCSal

O PROCESSO DE RESILIÊNCIA NOS LAÇOS CONJUGAIS UMA ANÁLISE AO LONGO DO CICLO VITAL: Monica Maria Costa Morais Pereira – UNITAU

RELAÇÕES DE CASAMENTO NUM MUNICÍPIO DO INTERIOR PAULISTA: Silvano da Conceição

FAMÍLIA OU FAMÍLIAS? UM ESTUDO DE CASO DO ENSINO DO DIREITO DE FAMÍLIA NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - Córa Hisae Hagino (Universidade de Coimbra)

GT18 A – ACESSO À JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – Sala 03

Coordenadores: **Elisa Maria Andrade Brisola (UNITAU), Gilvan Luis Hansen (PGJA-UFF)**

Apoio: Priscila Petereit (Doutoranda PPGSD-UFF)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA: PERSPECTIVAS CONCEITUAIS E EXPERIÊNCIAS NO BRASIL E NA ARGENTINA - Valter Eduardo Bonanni Nunes (UFF), Juliana Barbosa Torres (PPGSD-UFF)

JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E A EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES À LUZ DO PARADIGMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO - Cintia Kelly (PGJA-UFF), Soraia Brito De Queiroz Gonçalves (PGJA-UFF)

PRESERVAÇÃO DIGITAL: GARANTIA DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO - Lenora de Beaurepaire da Silva Schwaitzer (PGJA-UFF)

MEDIAÇÃO PENAL – UM NOVO MODELO DE JUSTIÇA - Ana Paula Faria (PPGSD-UFF), Letícia Veloso (PPGSD-UFF)

POLÍTICAS JUDICIÁRIAS DEMOCRÁTICAS DE PROXIMIDADE EM UPPS: ENTRE A REGULAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO SOCIAL - Vladimir Santos Vitovsky (UERJ)

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

ABRINDO O PASSADO – AS COMISSÕES DA VERDADE E A ABERTURA DOS ARQUIVOS DAS DITADURAS NA AMÉRICA LATINA - Delton Ricardo Soares Meirelles (PPGSD-UFF), Gil De Souza Von Der Weid (UFF)

ABERTURA DOS ARQUIVOS DA “DITADURA (CIVIL) MILITAR” - Cesar Augusto Freitas Jacques (UFSM), José Luiz de Moura Filho (UNISC)

ENCARCERAMENTO E DIREITOS FUNDAMENTAIS - Herbert Toledo Martins, Priscila Rosa Guimarães Bomfim (UFRB)

PRIMEIRAS LINHAS SOBRE A MEDIAÇÃO PÚBLICA DE CONFLITOS TRABALHISTAS NO BRASIL: DESCORTINANDO AS “MESAS REDONDAS”- Luiz Felipe Monsore de Assumpção (UFF)

OUVIDORIA: DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA - Marcelo Pereira de Mello (PPGSD-UFF), José Antonio Callegari (PPGSD-UFF)

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

ACESSO À JUSTIÇA DA PESSOA IDOSA NO BRASIL: ASPECTOS SOCIOJURÍDICOS E DIREITOS HUMANOS - Sheila Marta Carregosa Rocha (UCSal)

OS DIREITOS INFANTO-JUVENIS DAS CRIANÇAS INDÍGENAS NA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA BUSCA POR CIDADANIA - Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros (UEPG), Luiz Fernando Taques Fonseca Buzato (UEPG)

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA CULTURA ESCOLAR PRISIONAL: Elizabeth de Lima Gil Vieira (UFRJ)

IDENTIDADE E MATABILIDADE - Tatiana Barboza Miranda (UEPG), Carlos Eduardo Machado Fialho (UEPG)

O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR - Elsa Cristine Bevian, Selvino Assmann – UFSC

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

MEDIAÇÃO: CONSCIENTIZAÇÃO DO TEMA NO CENTRO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA – CAJUFF MACAÉ - Cibele Carneiro da Cunha Madedo Santos, Marcia Valeria Rodrigues Ferreira – UFF

POLÍTICA E PROGRAMAS: AVALIANDO TRÊS AÇÕES PARA CIDADANIA EM SEGURANÇAS PÚBLICA - Elisa Maria Andrade Brisola - UNITAU, Gilvan Luiz Hansen – UFF

IDENTIDADE E MATABILIDADE - Tatiana Barboza Miranda, Carlos Eduardo Machado Fialho – UFF

A PRISÃO COMO ESCOLA TRANSMISSORA DE APARATOS INSTRUCIONAIS VIOLENTOS: UM ESTUDO DE CASO - Maria de Fátima Scaffo – UNIRIO

DIREITOS HUMANOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E INTEGRALIDADE: O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - Ludmila Cerqueira Correia, Thiago Marques Leão, Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima

ABRINDO O PASSADO – AS COMISSÕES DA VERDADE E A ABERTURA DOS ARQUIVOS DAS DITADURAS NA AMÉRICA LATINA - Delton Ricardo Soares Meirelles (PPGSD-UFF), Gil de Souza Von der Wei (UFF),

GT18 B – ACESSO À JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – Sala 04

Coordenação: Delton Ricardo Soares Meirelles (PPGSD-UFF)

Apoio: Pedro Paulo Vieira (Mestrando PPGSD-UFF)

1ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 14h às 16h

UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA DE AÇÕES INTEGRADAS E REFERENCIAIS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NO TERRITÓRIO BRASILEIRO – PAIR EM MANAUS/AMAZONAS - Vanessa Cristine Oliveira Praia (SEMASDH), Maglúcia Izabel de Assis Oneti (SEMASDH)

VIOLENTAS MEMÓRIAS DA EXPERIÊNCIA DE IMPOTÊNCIA À PRÁTICA DA VIOLÊNCIA - Glauca Regina Vianna, Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)

O PROGRAMA PROJOVEM ADOLESCENTE EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – DESAFIO DA INSERÇÃO SOCIAL - Cláudia Aparecida Vieira Pinheiro (UENF)

POLÍTICA E PROGRAMAS: AVALIANDO TRÊS AÇÕES PARA CIDADANIA EM SEGURANÇAS PÚBLICA - Cleide Magáli dos Santos (UFBA), Ivone Freire Costa (UFBA)

2ª Sessão - Terça-feira, 04/09/2012, 16h às 18h

ACESSO A JUSTIÇA, REFORMAS PROCESSUAIS E MEDIAÇÃO: UMA BUSCA PELA CIDADANIA - Giselle Picorelli Yacoub Marques (PPGSD– UFF), Delton Ricardo Soares Meirelles (PPGSD– UFF)

ACESSO À JUSTIÇA: OS EMBATES OCORRIDOS NO PODER JUDICIÁRIO PARA A EFETIVAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA NO BRASIL (1889-1922) - Priscila Petereit de Paola Gonçalves (PPGSD-UFF)

REFORMAR O JUDICIÁRIO: UMA ANALISE DA REDISTRIBUIÇÃO DO PODER DE JULGAR NA FRANÇA - Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGSD– UFF)

INTERDISCIPLINARIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CAMPO SOCIOJURÍDICO EM MANAUS/AM - Antonia Lucia Almeida

ÉTICA POLÍTICA E EDUCAÇÃO EM ARISTÓTELES: Lenilson Alves dos Santos, Julio Cesar Ramos Esteves, Carolina Fragoso Gonçalves

3ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 14h às 16h

ACESSIBILIDADE: UM FATOR DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL - Cristiane Dieter (FEEVALE), Jacinta Sidegum Renner (FEEVALE), Luciana Néri Martins (UFSC)

AS VIAS DE ACESSO NA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - Manoela Magalhaes Alves, Vera Lucia Marques da Silva

O DIREITO CONSTITUCIONAL DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC): UM EMBARAÇO AO RECONHECIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - Werley Pereira de Oliveira, Elton Dias Xavier, Maria da Luz Alves Ferreira (UNIMONTES)

REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO E O PRIVADO: O INDIVIDUALISMO E AS QUESTÕES DE CIDADANIA - Regiane Santos Flauzino de Oliveira, Livia Serretti Azzi Fuccio, Rogério Rodrigues

4ª Sessão - Quarta-feira, 05/09/2012, 16h às 18h

CRISE DE PARADIGMAS DO ACESSO À JUSTIÇA PERANTE O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO – TENSÃO ENTRE CELERIDADE PROCESSUAL E CONTRADITÓRIO PARTICIPATIVO – DISCURSO DE JUSTIFICAÇÃO E DISCURSO DE APLICAÇÃO - Marcelo Pereira de Almeida (PPGSD-UFF)

TRIBUNAIS DA (IR)RACIONALIDADE: A INCOMPREENSÃO DAS EXPERIÊNCIAS NA CORTE DE TERRAS SUL-AFRICANA - Paula Pereira Monteiro (PPGSD– UFF)

TUTELA DO CONSUMIDOR SUPERENDIVIDADO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS - Pedro Paulo Vieira da Silva Junior (PPGSD– UFF)

O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA BRASILEIRA E A EXTENSÃO DA COISA JULGADA A TERCEIRO - Vanila Moraes (PPGSD– UFF)

SESSÃO DE PÔSTERES - Saguão

DAS VILAS OPERÁRIAS À UNIVERSIDADE: O DIREITO À MEMÓRIA DA CIDADE DE SANTO ANDRÉ - Gabriela Ferro Scarabel (UFABC), Glaucon Campos (UFABC), Mariana Pereira da Silva (UFABC)

UFABC X BAIRRO SANTA TEREZINHA - CONFLITOS E TRANSFORMAÇÕES - Aline Zabisk de Arruda Simão (UFABC), Karina Viera dos Santos (UFABC), Mariana Pereira da Silva (UFABC)

A OCUPAÇÃO IRREGULAR DA LOCALIDADE DE MONTE ALTO, NA RESTIMGA DE MASSAMBABA, EM CABO FRIO (RJ) – Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD-UFF), Wilson Madeira Filho (PPGSD-UFF)

COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES: UMA CONTRIBUIÇÃO MINEIRA PARA O FORTALECIMENTO DO ESTADO PUNITIVO BRASILEIRO - Andreia Souza de Jesus (UFU), Débora Regina Pastana (UFU)

MEDIAÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A COMPOSIÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES - Paula Faria Freitas (UFF), Cibele Freitas Serafim Ambrosio (UFF), Giselli Picorelli Yacoub Marques (PPGSD-UFF), Delton Ricardo Soares Meirelles (PPGSD-UFF)

O RITMO QUILOMBOLA: ANÁLISE COMPARADA DE MANIFESTAÇÕES IDENTITÁRIAS ATRAVÉS DA SUÇA, DOJONGO E DO SAMBA - Renato Alves de Carvalho Junior (UFF), Wilson Madeira Filho (PPGSD-UFF)

O NORDESTE E A CONSTRUÇÃO DE SEUS MITOS: CANUDOS E O CANGAÇO EM UMA ANÁLISE COMPARATIVA - Sabrinne Cordeiro Barbosa da Silva (UFRJ)

A EFETIVIDADE DAS DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NOS CONTEXTOS LOCAIS - Juliane dos Santos Ramos Souza (UFF), Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão (PPGSD-UFF)

CONEXÕES PARA O CONHECIMENTO: UMA ABORDAGEM CONECTIVISTA PARA O DESENHO INSTRUCIONAL DAS DISCIPLINAS SEMIPRESENCIAIS DOS CURSOS SUPERIORES DA

FACULDADE VALE DO CARANGOLA - Marcos Antonio Pereira Coelho (UENF), Carlos Henrique Medeiros Souza (UENF), Lenise Ribeiro Dutra (UENF)

TATUAGEM E VESTIMENTA COMO SIGNOS SOCIAIS NO MEIO JURÍDICO - Paloma Abreu Monteiro (UFF)

MESA-REDONDAS – Salão Nobre

Dia 4/9 – 9h30min às 12h

AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINARES: TRAJETÓRIAS E PROSPECTIVAS

Casimiro Balsa (Universidade de Coimbra)

Selma S. de Castro (Comissão de avaliação Ciências Ambientais – Capes)

Pedro Pascutti (UERJ)

Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO, Mediadora)

Dia 5/9 – 9h30min às 12h

PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA RELAÇÃO ENTRE ACADEMIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Jean-Pierre Leroy (FASE)

Carlos Walter Porto Gonçalves (UFF)

Renata Fernandes (Coordenadora Nacional do MST)

Wilson Madeira Filho (PPGSD-UFF, Mediador)

FILMES E DOCUMENTÁRIOS – Salão Nobre

Terça e quarta-feira, dias 4 e 5/09/12, das 14 às 18h

LOS HILOS DE PENÉLOPE – "Colectivo Circes" [Alessandra Caporale (UOC-IN3-URV); Raquel Garca (Realizadora audiovisual y formadora); Eva Cruells (Investigadora y Media Activista)]

PARAFOLCLÓRICO, PARA QUÊ? UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE A CULTURA POPULAR MARANHEMENSE - José Alberto de Oliveira Junior (UFMA), Helyne Carvalho Paqlmer (UFMA), Maria de Ribamar Silveira (UFMA)

MEMÓRIA E TECNOLOGIAS DIGITAIS: MEMÓRIAS E REGISTROS DE UM GRUPO DE IDOSOS DE SANTO ANDRÉ - Ana Keila Mosca Pinezi (UFABC), Tiago de França Queiroz (UFABC), Anderson de França Queiroz (UFABC), Leonardo Palermo Gentile (UFABC), Tais Kashiura de Vita (UFABC)

EL BAILE DE TÍTERES – Maria de Lourdes Reis Madeira (Univerdidad Obierta de Catalunha)

ESPELHO DOS OLHOS DA CULTURA AMAZÔNICA: A VÍDEODANÇA COMO MEIO DE REFLEXÃO SOBRE A IDENTIDADE AMAZÔNICA NA PRODUÇÃO DO ARTISTA MANAUARA - Olvídia Dias de Souza Cruz Sobrinha (SENAC)

A HISTÓRIA CAVADA NA MADEIRA. O CANGAÇO POR FRANKLIN MAXADO - Luciana Boeira (UEFS)

UMA VIAGEM AO QUILOMBO SÃO JOSÉ – NEPAG, Colégio Pedro II – Realengo

A ÚLTIMA NOITE DA DAHA VINHERIA - Wilson Madeira Filho (PPGSD-UFF)

LANÇAMENTO DE LIVROS - Salão Nobre e Saguão

Quarta-feira, 05/09/12 – 18h às 20h

ALMIR, Miguel. Os sentidos da sensibilidade: sua fruição no fenômeno do educar.

ALMIR, Miguel. Silêncios da ventania.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres; OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro (organizadores). Pesquisa em ci~encias sociais:interface. Debates e metodologias. Ponta Grossa (PR): Editora TodaPalavra.

LIMA, Isabel. Políticas sociais e pessoa com deficiência. Direitos humanos, saúde e família. Salvador: EDUFBA, 2011.

NASCIMENTO, Alexandre. Do direito á universidade á universalização de direitos: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares e as políticas de ação afirmativa. Rio de Janeiro: Ed. Litteris/FAPERJ, 2012.

RABINOVICH, Elaine Pedreira; BALTRUSIS, Nelson; MENEZES, José Euclimar Xavier de; TORRES, Ogvalda Devay de Souza; PEREIRA, Marlene Brito de J. Poética do corpo. Salvador: UCSal, 2012.

RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília de Souza (organizadoras).Poética da família e da comunidade. São Paulo: AnnaBlume, 2012.

SILVA, Enésio de Deus; ARAÙJO, Hilda Ledoux Vargas de (coordenadores). União estável entre homossexuais. São Paulo: Juruá, 2011.

GT 01 - Movimentos sociais e desigualdades

A MARCHA DA LIBERDADE E O PAPEL DAS CIDADES NAS REDES DE PROTESTO

OLIVEIRA, Mariana F. G.¹
ABONIZIO, Juliana.²

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar a Marcha da Liberdade, orientando-nos, principalmente, pelas informações produzidas pela imprensa. Em seguida, buscaremos interpretá-la articulando os conceitos de *acontecimento político* e *movimentos pós-socialistas* de Maurizio Lazzarato, com uso de teorias complementares. Procuraremos, a partir das noções de *redes interativas* e *fluxos* de Manuel Castells, evidenciar o papel das cidades como *nós* para a organização deste tipo de protesto, materializando em suas ruas e praças a reunião de um coletivo de pessoas que já estavam previamente reunidas na internet. Concluimos com a ideia que este tipo de organização de protesto evita a cristalização da agência coletiva em uma entidade burocratizada que se quer unificada, promovendo a diversidade de pessoas e bandeiras.

Palavras-chave: *ação coletiva, redes, acontecimento.*

Abstract

The purpose of this paper is to present the Freedom March by the informations produced by the formal press. We also will interpret it on the concepts of *political happening* and *pós-socialists movements* of Maurizio Lazzarato, using complementary theories. We'll seek, by the notion of *interactive networks* and *flows* Manuel Castells, to highlight the role played by cities as nodes to the organization of this kind of protest, materializing in its streets and squares the meeting of a collective already gathered online. We conclude with the ideia that this kind of organization of protest avoids the crystallization of the agency a tone burocratic unified entity, promoting diversity of people and flags.

Palavras-chave: *collective action, networks, happening.*

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCo) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduada em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo e estudante de Ciências Sociais, ambos também na UFMT. <marianafreitasgo@gmail.com>

² Doutora em Sociologia e docente no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCo) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). <abonizio.juliana@gmail.com>

Introdução

Num primeiro momento, a presença da massa de jovens e velhos nas ruas e praças nos fascina. Há o fervor em reconquistar de maneira coletiva e pacífica de territórios urbanos, praças e largos, verdadeiros espaços públicos marginalizados pela lógica neoliberal privatista que privilegiou não espaços de manifestação social, mas espaços de consumo e fruição intimista. (ALVES, p. 35-36, 2012)

Para os estudiosos de movimentos sociais, 2011 foi um ano com espetáculos à parte. Protestos se articularam globalmente como algo que beira a *epidemia*, “no sentido grego original da palavra” (CARNEIRO, 2012), com pelo menos um caráter comum, a *simultaneidade*, apesar de serem gestados por grupos sociais diferentes, terem carregado bandeiras distintas e terem especificidades históricas únicas. Podemos citar a Primavera Árabe, os indignados na Espanha, a Geração à Rasca em Portugal, as revoltas nos subúrbios de Londres, manifestações na Grécia e na Rússia.

Nos Estados Unidos o *Occupy* foi considerado histórico por ter começado na Avenida que símbolo do sistema financeiro mundial: Wall Street. Contudo, as ocupações de praças e ruas não se detiveram a Nova York, se estendendo a outras cidades americanas (ALVES, 2012; ŽIŽEK, 2012). Na América Latina, as manifestações que ganharam amplitude foram no Chile, mobilizando principalmente estudantes pela causa da educação. No entanto, grandes protestos estudantis também foram realizados no México, Bolívia e Colômbia.



Figura 1

Houve até um movimento global, no sentido de ser organizado globalmente. O 15O³ marcaria a data de 15 de outubro como o dia de ocupações de locais públicos em mais de mil cidades do mundo (ver Figura 1).

Não é nosso objetivo encontrar causas para essa multiplicidade de protestos, pois, sem um exame atento de todos esses movimentos, correríamos o risco de reduzir milhares de motivações pessoais e coletivas a uma reação à crise financeira global que teve início em 2008. Além disso, o cenário da América Latina e do Oriente Médio se destacam com cenários econômicos distintos em relação aos países desenvolvidos, que sofreram os impactos mais profundos desta crise.

³ O site 15october.net se tornou centro oficial de articulação destes protestos, contendo o mapa (Figura 1) com todas as cidades em que havia ocupações previstas.

Cabe a nós, contudo, compreender que os brasileiros foram *contagiados* por essa onda de protestos por meio da imprensa internacional e das publicações em redes sociais, o que refletiu na intensidade das manifestações aqui realizadas e em seu modelo de organização. Um exemplo é a *Slutwalk*, movimento de protestos pelo respeito à mulher. O primeiro levou 3000 pessoas às ruas em Toronto, Canadá, em 3 de abril de 2011. O movimento foi uma resposta à declaração do policial Michael Sanguinetti, quando questionado sobre os diversos casos de abuso sexual de mulheres que estavam ocorrendo na Universidade de Toronto. Ele disse que “as mulheres deveriam evitar se vestirem como vadias (*sluts*, no inglês original) para não serem estupradas” (iG São Paulo, 2012; FOLHA DE SÃO PAULO, 2011). A frase, carregada de conservadorismo, foi apropriada pelas mulheres, que usaram o termo pejorativo para a autoafirmação de uma determinada maneira de *se ver* mulher e exigir respeito. O mesmo foi feito com a imagem do *ser vadia* com a escolha das manifestantes de vestir sutiãs, saias curtas, batons vermelhos e pintar seus corpos com reivindicações por respeito.

No mesmo ano, *Slutwalks* foram realizadas em Los Angeles e Chicagos (EUA), Buenos Aires (Argentina), Amsterdã (Holanda), entre outras cidades do mundo. No Brasil, o nome foi traduzido para Marcha das Vadias e foi realizado em pelo menos em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Fortaleza. A apresentação do evento na página no Facebook do protesto em São Paulo dizia: “Não é culpa dos nossos vestidos, salto alto, regatas, saias e afins que todos os dias mulheres são desrespeitadas e agredidas sexualmente, isso é culpa do machismo ainda muito presente na nossa sociedade. As mulheres do mundo estão se unindo” (FOLHA, 2012). É interessante observar que o movimento continuou em 2012, com ampliação da divulgação por parte da imprensa e adesão de grupos de outras cidades.

Outros exemplos são a Marcha Contra a Corrupção e a Marcha pelo Estado Laico. A primeira teve duas edições em 2011, em várias cidades. Em 2012 já ocorreu uma grande edição, em 21 de abril, e foi realizada em cerca de 40 cidades (MARTINS, 2012). A segunda, ainda que com menos repercussão, levou manifestantes às ruas em Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Recife em 2011 (Blog MARCHA PELO ESTADO LAICO, 2011).

É importante acentuar que esse tipo específico de protesto, a tomada das ruas e praças, a ocupação do espaço público e a intervenção no cotidiano da cidade é tão antiga quanto são as rebeliões populares. Esse modelo, talvez herdado das romarias cristãs, representa um instrumento de ação coletiva importante e usado por revolucionários e

reacionários desde as revoltas camponesas da Europa feudal. No Brasil destacam a Marcha dos 100 mil, realizada em 1999, em Brasília, contra as políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso. Quanto às reacionárias, basta lembrar as recentes Marchas para Jesus, organizadas por Igrejas Evangélicas de diversos matizes, e a histórica Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que marca o início da Ditadura Militar brasileira.

O fenômeno que presenciamos entre esses movimentos que surgem no país é a adoção do nome *marcha* para caracterizar todo o conjunto do coletivo. O ato de marchar, além de ser um modelo de protesto, é também parte do movimento em si. Organizações de movimentos sociais anteriores já adotavam este nome, mas são organizações burocraticamente unificadas e com caráter diferente. Podemos citar a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Margaridas, ambas lideradas por trabalhadoras rurais. Há também redes de pequenos grupos de interesse, como a Marcha da Maconha (*Global Marijuana March*, que teve início em 1999 nos EUA, encabeçada pelo ativista Dana Beal), que se organiza anualmente e atua de maneira descentralizada (VÁRIOS AUTORES, s/d).

Os protestos da Marcha da Maconha são feitos no Brasil desde 2002, no Rio de Janeiro. Nacionalmente, o movimento se articula desde 2007 (VÁRIOS AUTORES, s/d). Em 2008 houve uma tentativa de fazer a Marcha da Maconha no Brasil em doze capitais, programada para o dia 04 de maio, mas em todas foram expedidas liminares proibindo a realização das passeatas. As Marchas deveriam ocorrer em Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, mas só ocorreu em Recife, ainda assim com confusão e prisões (G1, 2008). Já em 2009 e 2010 a Marcha da Maconha ocorreu pacificamente e sem maiores problemas em várias cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (VÁRIOS AUTORES, s/d).

Em 2011, porém, a repressão alcançou outro patamar. A justiça voltou a proibir a Marcha da Maconha em São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba, embora já ela tivesse sido realizada em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Vitória e Niterói, entre outras. Mesmo com a proibição os paulistas decidiram realizar a Marcha, que teve de ser renomeada para Marcha da Liberdade de Expressão, levando cerca de 2000 pessoas à Avenida Paulista em 21 de maio. A resposta da Polícia Militar foi “três horas de bombas, balas de borracha, gás de pimenta e cassetetes nos manifestantes” (MONCAU, 2011). Profissionais da imprensa também foram atingidos - o repórter da TV Folha de

S. Paulo Felix Lima foi agredido e teve seu equipamento danificado pela Guarda Civil Metropolitana -, imbuindo às notícias um tom negativo à repressão, o que contribuiu com a adesão à causa (FOLHA, 2011).

O movimento revidou com outro protesto. Nomeado de Marcha da Liberdade (ao invés de Marcha *pela* Liberdade de Expressão), o ato foi realizado dia 28 de junho, também na Paulista. Desta vez 4000 pessoas foram às ruas, de acordo com os cálculos da PM. Não houve grandes confrontos (RIBEIRO, 2011; FOLHA, 2011; REDE BRASIL ATUAL, 2011, COLETIVO DAR, 2011; SÁ, 2011). Na convocatória, distribuída indefinidamente pelas redes digitais, lia-se:

Quando a tropa de choque bateu nos escudos e, em coro, gritou CHOQUE! a Marcha pela Liberdade de Expressão do último sábado se tornou muito maior. Não em número de pessoas, mas em importância, em significado.

Foram liminares, tiros, estilhaços, cacetadas, gases e prisões sem sentido. Um ataque direto, cru, registrado por centenas de câmeras, corpos e corações. Muita gente acha que maconheiros foram reprimidos.

Engano...

Naquele 21 de maio, houve uma única vítima: a liberdade de todos.

E é por ela que convocamos você a aparecer no Vão Livre do MASP, sábado que vem, dia 28, às 14hs. (VÁRIOS AUTORES, 2011).

Contudo, a repressão à Marcha anterior refletiu no judiciário, que, por meio do Supremo Tribunal Federal votou por unanimidade a liberação de protestos a favor da descriminalização e legalização das drogas, baseando-se nos princípios da liberdade de expressão. Pela decisão, tomada em 15 de junho, o artigo 287 do Código Penal (tipifica como crime fazer apologia de "fato criminoso" ou de "autor do crime" relacionado às drogas) deve ser interpretado conforme a Constituição, e não de forma a impedir manifestações públicas (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2011).

Ao fim da 1ª Marcha da Liberdade, os manifestantes sentaram-se no chão, fizeram falas de solidariedade aos movimentos que lutam pela liberdade no mundo e convocaram o Dia Nacional da Liberdade, a ser comemorado em 18 de Junho em diversas capitais do país (RIBEIRO, 2011). A convocatória deu certo e três dias depois da decisão do STF, estavam marcadas 40 Marchas da Liberdade em cidades de todas as regiões (R7, 2011; G1, 2011). O movimento ganhou amplitude em todos os sentidos. A questão da maconha já havia se tornado secundária, quase imperceptível frente à imensidão de reivindicações de todos os gêneros. O mote da *liberdade*, muito além de

se tornar a grande bandeira do movimento, permitiu que cada um carregasse consigo a sua própria bandeira, como vemos na convocatória já citada:

Ciclistas, peçam a legalização da maconha... Maconheiros, tragam uma bandeira de arco-íris... Gays, gritem pelas florestas... Ambientalistas, tragam instrumentos... Artistas de rua, falem em nome dos animais... Vegetarianos, façam um churrasco diferenciado... Moradores de Higienópolis, venham de bicicleta... Somos todos cadeirantes, pedestres, motoristas, estudantes, trabalhadores... Somos todos idosos, pretos, travestis... Somos todos nordestinos, bolivianos, paulistanos, vira-latas. E somos livres! (VÁRIOS AUTORES, 2011)

A Marcha da Liberdade como *acontecimento político*

Entender como este movimento emergiu, com todas as peculiaridades já expostas, nos ajuda a construir um caminho teórico para compreendê-lo. Tomar a Marcha da Liberdade por objeto de pesquisa pode ser um desafio. Seu caráter difuso, a pluralidade de vozes que se fizeram ouvir naquele 18 de junho e a diversidade de bandeiras levantadas deixam claro que é impossível encará-la enquanto uma unidade sólida. E são justamente estas características que devem ser consideradas no processo de escolha das melhores ferramentas teórico-metodológicas para sua compreensão.

A comparação entre a Marcha da Liberdade e movimentos sociais tradicionais também é útil para essa escolha. Selecionando apenas os mais conhecidos percebemos que parece haver mais diferenças que semelhanças. Movimento camponês, estudantil, feminista, étnico, ecologista e de trabalhadores são nomes que carregam em si diversos sentidos históricos estabelecidos, que indicam uma suposta unidade. Mesmo não sendo verdadeira a unidade interna dos movimentos sociais é visível que estamos tratando de outro tipo de ação.

A Marcha da Liberdade poderia ser investigada à luz do conceito de movimento social. A diversidade de correntes teóricas usadas para explicar este tipo de fenômeno social, além daquelas forjadas especialmente para isso, poderiam nos dar fundamentos para sua compreensão. Um dos conceitos mais importantes do circuito brasileiro de pesquisadores é o de Maria da Glória Gohn (2011, p. 335): “encaramos [os movimentos sociais] como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”.

É certo que o campo de pesquisa necessita de conceitos fundamentais, que possam englobar todos os fenômenos de um mesmo gênero. Mas é próprio destes fenômenos sociais assumirem formas variadas, refletir sobre suas ações e buscar se

reinventar, criando novos padrões. Dessa forma, um conceito genérico não possibilitaria que compreendêssemos a singularidade do objeto. Outro pormenor de que devemos tratar é a realização de uma única Marcha da Liberdade – houve em várias cidades, mas não se repetiu no ano seguinte como os outros movimentos. Ao assinalarmos essa importante característica, percebemos que a melhor escolha teórica é aquela que pode revelar a Marcha como aquilo que ela é: um evento.

O conceito mais indicado para essa perspectiva é o *acontecimento*. Mendonça (2007, p. 117) explica que este tem sido utilizado principalmente em estudos acerca dos meios de comunicação e, mais especificamente, em pesquisas sobre jornalismo, “entendendo o *acontecimento* como aquilo que é digno de conhecimento, e debruçando-se sobre os modos de tratamento discursivo que possibilitam a circulação dele sob a forma da informação (...) feito por meio da restrição à sua efetuação espaço-temporal (o fato)”. A proposta do autor é superar essa restrição a partir do tratamento dos movimentos sociais enquanto *acontecimento*, ou seja, os movimentos sociais não seriam somente agentes do *acontecimento*, mas sim (e também) fruto dele. Isso permitiria fugir da dicotomia *ator x estrutura* que, segundo Mendonça, seria cara às Ciências Sociais.

Interpretar um movimento social a partir do conceito de *acontecimento* é percebê-lo como descontinuidade que irrompe no tecido social, permitindo a reinterpretação de elementos que o precederam e dos campos de possibilidade que o sucederão. Ao reconfigurar, interpretativamente, fragmentos da realidade social, tais agências coletivas afetam o contexto em que se situam e os próprios sujeitos que as constituem, ao mesmo tempo em que são por eles edificadas (MENDONÇA, 2007, p. 117)

O autor não é o primeiro a fazer essa proposta. Em livro editado no Brasil em 2006, Maurizio Lazzarato, inspirado nas ideias de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Mikhail Bakhtin, propõe o conceito de *acontecimento político*. “O modo do acontecimento é a problematização. Um acontecimento não é a solução de problemas, mas a abertura de possíveis” (p. 14). Ele pensa a possibilidade dentro do regime de criação de possíveis e de sua atualização. Seguindo os passos de Deleuze, afirma que o possível (ou *virtual*, na construção deleuziana) não mais orienta o pensamento e a ação de acordo com alternativas preconcebidas, mas sim é um possível que ainda precisa ser criado. Esse novo “campo de possíveis” desloca as oposições binárias e expressa novas possibilidades de vida.

O sobrenome *político* dado por Lazzarato ao conceito serve para apontar aquilo que é particular a esse tipo de *acontecimento*. Para ele, “encontramo-nos muito mais

próximos da política do que acreditávamos” (2006, p. 19). Em todo conflito político clássico haveria dois diferentes regimes de possível: o conflito como alternativa subjacente às condições de possibilidade dadas e o conflito como denegação de uma atribuição prévia de papéis, de funções, de percepções, de afetos. Contudo, aqueles a quem o autor nomeia *movimentos pós-socialistas* destruiriam esse esquema sem perder de vista “as alternativas atualizadas (capitalistas/trabalhadores, homens/mulheres) que geralmente estão na origem das lutas” (p. 20).

A ação política é uma dupla criação que acolhe simultaneamente a nova distribuição de possibilidades e trabalha por sua efetuação nas instituições, nos agenciamentos coletivos "correspondentes à nova subjetividade" que se expressa através e no acontecimento. A efetuação de possíveis é, ao mesmo tempo, um processo imprevisível, aberto e arriscado (LAZZARATO, 2006, p. 20).

A criação, efetuação e atualização desta “nova subjetividade” seria aquilo que o *acontecimento político* permite. A transformação da subjetividade é, para o autor, aquilo que o sintetiza. Para exemplificar esta transformação Lazzarato cita a Batalha de Seattle, uma onda de manifestações para impedir a realização da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) naquela cidade. Os protestos começaram em 30 de novembro de 1999⁴ e duraram cinco dias. A participação de grupos diversos é uma das grandes características deste movimento, que conseguiu reunir 50.000 pessoas. Ecologistas, anarquistas, sindicalistas, estudantes, mulheres, grupos étnicos, vegetarianos, ciclistas, ativistas de mídia e outros tantos lutaram juntos por “outro mundo possível” (LAZZARATO), slogan adotado posteriormente pelo Fórum Social Mundial⁵.

Além de impedir que diversos contratos comerciais bilionários de alcance global forem fechados, o *acontecimento* alcançou nível global. Em solidariedade, foram realizados protestos na Cidade do México, Amsterdã, Nova Déli, Bangalore, Lisboa, Paris, Gênova, Berlim, Ancara, Roma, Baltimore, Islândia, Filadélfia, Nashville, Milão, Tucson, Manila, Boston, Austrália, Israel e no País de Gales.

⁴ Outro nome dado ao movimento é N-30, devido ao dia em que começaram os protestos. Essa fórmula foi adotada em protestos realizados em 2011, como o 15M espanhol (começaram em 15 de maio) e o próprio 15º, protesto global já citado.

⁵ Evento organizado desde 2001 por movimentos sociais de vários continentes com objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global. Foi proposto como um contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, que se realiza anualmente em janeiro. Já foram realizadas nove edições, cinco delas no Brasil.

Voltamos então à Marcha da Liberdade, que compartilha com o movimento em Seattle a diversidade de grupos participantes. Contudo, há a diferença pontual das bandeiras levantadas. Em 1999 a questão-chave era globalização do capitalismo, a qual os manifestantes iam contra por crer que os resultados seriam a exploração e dominação de países economicamente periféricos. Já o nosso objeto não trata especificamente de questões econômicas, até porque ocorreu em um momento em que o cenário brasileiro é de pretensa prosperidade. Fora isso, podemos dizer que as semelhanças entre os eventos são o suficiente para nos permitir usar a mesma categoria teórica, o *acontecimento político*.

Lazzarato afirma que os dias de Seattle – e, conseqüentemente, também a Marcha da Liberdade – foram, antes de tudo, um agenciamento corporal, uma mistura de corpos composta de singularidades individuais e coletivas. Além disso, possibilitou novos agenciamentos corporais e novas formas de expressão, reafirmando aquilo que disseram Mendonça (2007) e Lazzarato (2006): a magia do *acontecimento* está em seu poder de iluminar o passado, dando a ele novos sentidos, e revelar futuros possíveis.

O mundo possível existe, mas não existe mais fora daquilo que o exprime: os slogans, as imagens capturadas por dezenas de câmeras, as palavras que fazem circular aquilo que "acaba de acontecer" nos jornais, na internet, nos laptops, como um contágio de vírus por todo o planeta. O acontecimento se expressa nas almas, no sentido em que produz uma mudança de sensibilidade (transformação incorporeal) que cria uma nova avaliação: a distribuição dos desejos mudou. Vemos agora tudo aquilo que nosso presente tem de intolerável, ao mesmo tempo que vislumbramos novas possibilidades de vida (...) (LAZZARATO, 2006, p. 22).

Podemos fazer um jogo de palavras com o trecho supracitado: a *liberdade* existe, mas não existe mais fora daquilo que a exprime. Para o autor, ao comunicarmos nossos desejos, conferimos a eles certa realidade, que precisa ser efetuada “ao difundir e ao estruturar novos agenciamentos corporais na sociedade” (2006, p. 22). Assim, a liberdade reivindicada nasce a partir do momento da reivindicação e se infiltra na organização desse cruzamento de corpos, seja coletivos ou individuais. Ela se perpetua na ação social do sujeito e, principalmente, quando transforma sua subjetividade, o que é um caminho sem volta.

A cidade e a internet

A história dos movimentos sociais se mistura à história das cidades. O uso do termo na literatura científica (ver Sherrer-Warren, 1987) coincide com o período de industrialização na Europa e com o surgimento do proletariado. Apesar de ser notória a existência de conflitos sociais no campo muito antes da invenção do conceito, o estudo dos movimentos sociais como agentes de mudanças só se estabeleceu com os conflitos que tomaram forma nas ruas das cidades.

O cenário contemporâneo é, obviamente, muito distinto daquele encontrado pelos primeiros pesquisadores de movimentos sociais. Essas diferenças são visíveis em nosso objeto, cujas singularidades representam as mudanças por que passaram as organizações da sociedade civil ao longo dos séculos. As reivindicações trabalhistas ou mesmo a ideia de uma revolução proletária não desapareceram por completo, mas agora convivem com imperativos de outras naturezas. Podemos ver isso na Marcha da Liberdade, onde caminharam lado a lado integrantes de organizações sindicais e ecologistas, feministas, movimento estudantil, ciclistas e tantos outros.

A essência *conflituosa* (TOURAINÉ, 1998) dos movimentos sociais também se manteve, contudo, e também por isso elegemos o conceito de *acontecimento* para a análise da Marcha, não permite mais o delineamento de um *adversário* (idem) que oponha os dois lados de um conflito. Lazzarato apresenta uma explicação para esse movimento histórico: a grande capacidade dos *movimentos pós-socialistas* seria a de abrir novas perspectivas, *devires*, mundos possíveis, a partir da negação de uma realidade; isso sem impor o modelo deste mundo a ser criado, como normatiza o marxismo. As dicotomias são reajustadas na contemporaneidade.

Apesar disso, há uma característica que a Marcha da Liberdade e Seattle compartilham que nos indica um possível adversário, ou mesmo uma força que represente vários interesses: a violência policial. Se a repressão da Polícia Militar paulista foi o estopim para um movimento que residia no subterrâneo da vida social, a atuação da polícia americana mostra claramente a que interesses servem o aparato militar. Foram 630 manifestantes presos naqueles dias de novembro. No Brasil, a força foi usada para calar um grupo que protestava contra a política anti-drogas do país⁶. Nos

⁶ O movimento é contra a política proibicionista brasileira, inspirada na Guerra às Drogas norte-americana, que criminaliza substâncias psicoactivas.

Estados Unidos, o objetivo era garantir a realização da Rodada do Novo Milênio, que definiria as regras do jogo da globalização produtiva.

O momento da repressão simbolizaria o que Mendonça afirma ser a briga para que a malha do tecido social volte ao normal, dada a descontinuidade provocada pelo *acontecimento*. Em ambos os casos a violência foi combustível para o agenciamento coletivo, provocando a solidariedade e a intensificação dos protestos. A briga, neste caso, seria da sociedade civil contra o Estado e o mercado, este segundo principalmente em Seattle. Dessa maneira, poderíamos delinear as feições dos adversários de ambos os movimentos, reafirmando, contudo, que é menos importante a derrota do outro do que a afirmação de uma possibilidade ainda desconhecida, mas em construção.

A característica mais interessante da Marcha da Liberdade, no entanto, é seu modo de organização. Manifestações simultâneas em diversas cidades são realizadas no Brasil pelo menos desde as Diretas Já, mas o uso das internet para organizá-las, divulgá-las e comunicá-las, é algo mais recente. A apropriação da internet pelos movimentos sociais existe desde a insurreição do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em Chiapas, estado Mexicano. Camponeses se rebelaram e instituíram um Estado paralelo, por meio da “tomada” de quatro cidades e mais de 600 propriedades rurais. Hoje há 32 municípios autônomos zapatistas em Chiapas. No momento do nascimento desta rebelião, em 1994, a internet ainda era incipiente, mas as mensagens escritas pelo subcomandante Marcos, líder do movimento, se difundiram e encontraram simpatizantes em todo o mundo.

A Batalha de Seattle também sofreu influência da comunicação via ciberespaço, mas desta vez não só para divulgar as ações dos grupos naqueles cinco dias de protestos. De fato, o movimento nasceu nos grupos de e-mail de organizações anarquistas e ativistas de mídia. Também devemos à rede mundial de computadores o nascimento do Centro de Mídia Independente (CMI), organização criada no momento pós-Seattle com a missão usar a mídia para expor condições de exploração e injustiças de todo gênero. É mantida por grupos descentralizados, normalmente de raiz anarquista, que se organizam na forma de rede e combatem a chamada “grande mídia”⁷.

De 1999 a 2011 a internet sofreu transformações imensas. Em 2002 surge chamada Web 2.0, que não representa uma atualização técnica, mas a percepção da possibilidade da criação de *redes interativas*, conceito proposto por Manuel Castells

⁷ Nos Estados Unidos, cerca de oito empresas controlam 50% da mídia. No Brasil, nove famílias controlam mais de 90% da mídia eletrônica.

(2009). Compreendendo este espaço multimídia como ambiente simbólico, o autor admite que interação mediada por computador é também construtiva de realidades, sentidos e representações. A isso ele dá o nome de *cultura da virtualidade real*. O desenvolvimento desta forma de comunicação não deixaria de afetar os movimentos sociais e as organizações políticas, que integraram ao cotidiano de debates e mobilizações as ferramentas disponíveis na internet.

Não só os movimentos sociais foram afetados pelas novas possibilidades abertas pela internet. Ainda na linha proposta por Castells (2009), a ideia de cidade foi profundamente transformada e passou de um lugar estático a um ponto de confluência entre diversas cidades, que formam um circuito, ou rede. A isso se soma a noção de *fluxos*, denominação usada pelo autor para diferentes “dinâmicas de deslocamentos espaço-temporais típicas da economia global “flexível” e financeirizada” (2009, p. 23). Dessa maneira, as cidades seriam os nós de uma rede cujos fluxos determinantes seriam de produtos, transações comerciais, dinheiro, informação, conhecimento e, obviamente, pessoas.

A Marcha da Liberdade é exemplo de como isso afeta os movimentos sociais. A partir do momento em que não se calculam o número de pessoas que participaram de um protesto, mas sim em quantas cidades ele se deu, vemos a inversão uma determinada ordem. As centrais sindicais, por exemplo, têm a prática de organizarem em seus comitês locais e estaduais delegações para viagens à Brasília, cidade símbolo do aparato estatal brasileiro, onde ocorrem as negociações trabalhistas de nível nacional. Essa prática não foi repetida pelos participantes da Marcha, primeiro porque não havia uma entidade que centralizasse o processo, e segundo porque não era a intenção do movimento.

Esse modo de organização só foi possível por causa das tecnologias de informação. De fato, os movimentos que marcaram 2011 tornaram conhecido o uso do Facebook⁸ para marcar protestos e organizar ações coletivas. A Primavera Árabe acabou ganhando o apelido de “Revolução do Facebook”, por conta do uso massivo de ferramentas digitais pelos manifestantes. Exageros à parte é certo em que todos os movimentos que citamos no início deste texto essa rede social em particular foi utilizada para marcar reuniões, divulgar os movimentos e concentrar os apoiadores das causas.

⁸ Do Facebook foram usados principalmente dois aplicativos que podem ser criados por qualquer usuário, o Evento e os Grupos. O primeiro permite que o usuário crie uma página divulgando seu evento e convide pessoas, que podem confirmar a participação, rejeitar ou mesmo ficar no meio termo, clicando em “talvez”. O segundo é usado para reunir pessoas e pode ser aberto ou fechado.

Assim, a internet funciona como catalisadora de um processo de organização que não é novo, mas foi aprimorado por consequência do desenvolvimento das ferramentas. É por meio dela que os sujeitos que promoverão o *acontecimento político* (e serão por ele transformados) interagem, produzem, editam, recebem e compartilham informações pré e pós-ato. Essa reunião virtualmente concebida se materializa nas praças e ruas das cidades. São dois espaços de sociabilidade que se complementam, formando um circuito de *fluxos* comunicacionais intensos, uma rede ao mesmo tempo virtual e real.

Os manifestantes disputam os dois espaços, cada um a seu tempo e de determinada maneira. No ciber, buscam atenção dos internautas para suas causas, realizam reuniões inteiras e produzem conteúdo, eternizado nos arquivos da rede. Já a cidade representa o retomar do *espaço público*, daquilo que é comum e é de direito de todos, que vai além do que é pontual. “Nós tomamos a ruas de volta” (VÁRIOS DIRETORES, 2000), diz um dos que estiveram em Seattle.

Da unidade à diversidade

Em 18 de junho 2011, milhares de pessoas realizaram a Marcha da Liberdade. Apesar de terem ocorrido pelo menos 40 protestos com o mesmo mote, podemos encarar todos os protestos como um grande ato. Todavia, um termo melhor para definir este movimento seria rede de protestos, pois os *acontecimentos* estão articulados por uma linha invisível em que transitam desejos e indignações comuns. O termo foi inspirado no conceito de *redes de movimentos sociais* (SHERRER-WARREN, 2006) e adequado ao objeto em questão.

Dessa maneira, a rede nasce em São Paulo, mas - e aqui temos que manter em mente a noção de *fluxos* de Castells - chega a outras cidades por meio da solidariedade entre os manifestantes. Cabe à imprensa o papel de noticiar a repressão da PM e a realização da primeira Marcha em São Paulo; a internet e suas *redes interativas* têm a função de compartilhar a indignação e a solidariedade, serve de catalisador das convocatórias e da mobilização, e ainda permite sua perpetuação após o evento; as cidades são o lugar da caminhada de fato, dos cartazes, apitos e narizes de palhaço, das entrevistas aos jornalistas e das filmagens e fotografias amadoras. As cidades se tornam uma base física para a rede virtual, o nó da rede de protestos.

Devemos salientar que a Marcha da Liberdade foi apenas semi-organizada, pois manteve certa espontaneidade. Afinal, não havia protocolo que garantisse a realização da mesma – não sabemos nem se todas as 40 cidades conseguiram juntar pessoas o suficiente para seus atos. O simples fato de 1000 pessoas confirmarem presença no evento do Facebook não significava que todas iriam, já que, obviamente, é mais fácil apertar o botão na rede social do que de fato ir marchar. Além disso, a falta de uma entidade nacional que centralizasse o movimento permitia que participassem pessoas que não atuam em organizações políticas e coletivos de outros tipos.

O contingente de manifestantes formava um grupo eclético, alguns mais ativos politicamente que outros, e cada sujeito carregava uma bandeira própria. Assim, a diversidade é a característica marcante desse *acontecimento político*. Não havia sinais de ser a intenção destes sujeitos iniciar algo sólido e, mesmo que fosse, seria uma tarefa complicada reuni-los em uma entidade formalizada e burocrática. Portanto, ao contrário dos movimentos sociais clássicos, este tipo de organização de protesto evita a cristalização da agência coletiva em uma entidade burocratizada que se quer unificada, promovendo a diversidade de pessoas e bandeiras.

Já de Seattle nasceu a rede Direct Action Network (DAN), formada para coordenar ações diretas. Logo essa rede alcançou outras cidades americanas e formou a Continental Direct Action Network (CDAN), que rapidamente se expandiu para 12 cidades. Os diretórios locais eram formados por grupos de afinidade autônomos que coordenavam ações via conselhos de representantes usando a delegação o modelo consensual de decisão.

Além de Seattle, a DAN contribuiu com a organização de cinco mobilizações: Protestos contra o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, de 8 a 17 de abril de 2000; protestos durante a Convenção Nacional do Partido Republicano (Filadélfia), em 29 de julho de 2000; e durante a Convenção Nacional do Partido Democrata (Los Angeles), em 11 de agosto do mesmo ano; em 2001, houve ato na posse de George W. Bush (Washington), em 20 de janeiro; a última articulação foi em 2 de fevereiro de 2011, durante o Fórum Econômico Mundial (Nova York). Logo após 11 de setembro, a rede desapareceu.

Registros das discussões da DAN na internet mostram que, apesar da tentativa de formar uma estrutura burocrática para a rede, havia um consenso de que essa estrutura não poderia ser fixa. “There was general agreement that DAN is not, and not intended to be, an "organization" but rather an entity composed of organizations

(COHEN, 2000). Essa descrição coincide com a noção de *rede de movimentos sociais* de Sherrer-Warren, mas há peculiaridades nesta rede. Apesar de ser formada principalmente por grupos anarquistas, há uma tentativa de eleger um grupo central de coordenação, que seria responsável por votar os pedidos de “filiação”, como vemos no trecho do email:

The principle now reads: Founding members of DAN will compose the initial spokescouncil. They will decide on requests by other groups for membership. It is assumed that a new group will be welcome to join unless an existing member objects, in which case the normal decision-making process will be followed when considering the group's membership. Representatives of new organization can attend the orientation and petition there for membership. New members must agree to DAN mission statement, values and principles. (COHEN, 2000)

Nossa hipótese, que dificilmente será testada, é que essa tentativa de burocratização do agenciamento coletivo foi a culpada pela perda da força dessa rede. A proposta de organizar movimentos que nasceram espontâneos, com o objetivo de provocar outros *acontecimentos* do mesmo gênero, parece ser o caminho inevitável de um processo de mudança. Todavia, as condições necessárias para a irrupção de uma mobilização nascem das motivações dos atores e da estrutura social, em uma articulação invisível dos dois níveis. A concretização do *acontecimento* nunca termina, mas se desenvolve na subjetividade dos atores. Também não possui início, por isso é difícil saber como começá-lo.

Assim, esse grupo sólido que consiste o corpo do *acontecimento* é formado por uma multiplicidade de pessoas que representam interesses diversos, formando uma estrutura de gentes, uma rede de pessoas e coletivos. A busca pelo pensamento único só empobreceria essa rede e a falta da diversidade incapacitaria os atores de enxergar a realidade com a insatisfação que o momento pede – “Não suportamos mais aquilo que suportávamos”, anuncia Lazzarato sobre Seattle. A diversidade é aquilo que transfigura os sentidos clássicos de igualdade e da liberdade, oportunizando ao sujeito o exercício simultâneo de papéis diferentes – um ecologista pode ser homossexual, marxista e trabalhador, não há regras a seguir. Essa diversidade, por fim, que é materializada no corpo coletivo, no grito de indignação polissêmico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Ocupar Wall Street... e depois?* In: CARTA MAIOR. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

CARNEIRO, Henrique Soares. *Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011*. In: CARTA MAIOR. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

COHEN, Mark. *Notes from "what is dan?" discussion*, publicada na lista de email [discuss-dan]. Disponível em http://greens.org/colorado/list_archives/discuss-dan/msg00143.html. Acesso em 08.07.2012

COLETIVO DAR (2011). Comunicado da Marcha da Liberdade: não silenciaremos. Disponível em <<http://coletivodar.org/2011/05/comunicado-da-marcha-da-liberdade-nao-silenciaremos%E2%80%8F/>> Acesso em 19.06.2012.

FOLHA DE SÃO PAULO (2012). *São Paulo recebe a Marcha das Vadias no sábado*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/925192-sao-paulo-recebe-a-marcha-das-vadias-no-sabado.shtml>> Acesso em 8.07.2012.

FOLHA DE SÃO PAULO (2011). *Marcha da Liberdade tem início em São Paulo*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/922331-marcha-da-liberdade-tem-inicio-em-sao-paulo.shtml>> Acesso em 8.07.2012.

G1 (2008). *Justiça proíbe Marcha da Maconha em 9 capitais brasileiras*. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL452646-5598,00.html>> Acesso em 8.07.2012.

G1(2011). *Manifestantes encerram a Marcha da Liberdade na Avenida Paulista*. Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/06/manifestantes-encerram-marcha-da-liberdade-na-avenida-paulista.html>> Acesso em 19.08.2012.

GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-agosto. 2011.

_____. b. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

IG SÃO PAULO (2012). *Mulheres tiram a roupa na Marcha das Vadias em protesto contra violência*. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2012-05-26/mulheres-tiram-a-roupa-na-marcha-das-vadias-em-protesto-contrav.html>> Acesso em 19.08.2012.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

MARCHA PELO ESTADO LAICO (2011). Blog do movimento. Disponível em <<http://marchaestadolaico.wordpress.com/>>. Acesso em 8.07.2012.

MARTINS, Andreia (2012). *Marcha Contra a Corrupção vai hoje às ruas de mais de 40 cidades pedir julgamento do mensalão*. São Paulo: UOL. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/04/21/marcha-da-corrupcao-quer-tornar-corrupcao-crime-hediondo-e-pede-julgamento-do-mensalao.htm>> Acesso em 8.07.2012.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. *Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público*. Lua Nova, São Paulo, 72: 115-142, 2007.

MONCAU, Gabriela (2001). *Repressão à liberdade de expressão na Marcha da Maconha em São Paulo*. Revista digital Desinformémonos. Disponível em <<http://desinformemonos.org/2011/06/marcha-da-maconha-em-sao-paulo/#respond>> Acesso em 8.07.2012.

POLLETTA, Francesca. *Freedom Is an Endless Meeting: Democracy in American Social Movements*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

R7 (2011). *Marcha da Liberdade ocorre em mais de 40 cidades*. Disponível em <<http://noticias.r7.com/cidades/noticias/marcha-da-liberdade-ocorre-hoje-em-mais-de-40-cidades-20110618.html>> Acesso em 19.06.2012.

REDE BRASIL ATUAL (2011). *Marcha da Liberdade promove reunião “ecletica” no centro de São Paulo*. Disponível em <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidadania/2011/05/marcha-da-liberdade-promove-reuniao-2011ecletica2011d-no-centro-de-sao-paulo>> Acesso em 19.06.2012.

RIBEIRO, Guilherme (2011). *Marcha da Liberdade reúne milhares em São Paulo*. Mtv. Disponível em <<http://mtv.uol.com.br/ultimas/marcha-da-liberdade-reune-milhares-em-sao-paulo-veja-fotos>> Acesso em 19.06.2012.

SÁ, Xico (2011). *22 razões para ir à Marcha da Liberdade*. Outras Palavras. Disponível em <<http://www.outraspalavras.net/2011/05/28/22-razoes-para-ir-a-marcha-da-liberdade/>> Acesso em 19.06.2012.

SHERRER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais no mundo multicultural*. KATÁLYSIS, v. 8 n. 1 jan./jun. Florianópolis SC 24-31, 2005.

_____. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Editora UFSC, 1987.

_____. *Sujeitos e Movimentos Conectando-se Através de Redes*. Palestra proferida na Mesa Redonda: A sociedade em rede e cibercultura, Congresso Internacional de Ética e Cidadania – Curitiba 31 a 04/10/2000.

_____. *Das ações coletivas às redes de movimentos sociais*. Santa Catarina, 2006.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (2011). *STF libera “marcha da maconha”*. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=182124>> Acesso em 8.07.2012.

TOURAINÉ, Alain. *¿Podremos vivir juntos?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1997.

VÁRIOS DIRETORES. *Essa é a cara da democracia*. 01:08:50, 2000.

VÁRIOS AUTORES (s/d). *Página Marcha da Maconha*. Wikipédia. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_da_Maconha>. Acesso em 8.07.2012.

VÁRIOS AUTORES (2011). *Convocatória da 1ª Marcha da Liberdade*. Casa Fora do Eixo. Disponível em <<http://casa.foradoeixo.org.br/blog/2011/05/1%C2%AA-marcha-da-liberdade/>> Acesso em 19.06.2012.

ŽIŽEK, Slavoj. *O violento silêncio de um novo começo*. In: CARTA MAIOR. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

Outras referências (Acessos em 19.06.2012)

<https://www.facebook.com/marchadaliberdade>

<http://twitter.com/liberdade/>

AS MÃES DA DOR

Janaina Pereira Antunes

Advogada e Mestranda no PPGSD/UFF

janaantunes@gmail.com

Resumo

O cenário de violência policial letal, no Estado do Rio de Janeiro, concentra-se em áreas menos abastadas. As mães das vítimas de violência policial organizaram-se e, coletivamente, passaram a lutar por Justiça. Essa característica do movimento é marcante e já foi tratada por alguns. O presente trabalho pretende investigar outros dois importantes significados e alcances na militância dessas mulheres. De um lado, lutam pela vida de outros filhos, sobrinhos, netos. Rebelam-se, assim, contra a forma mais grave e cruel de exclusão social: àquela atinente à dimensão humana, à vida. De outro lado, trata-se de um movimento que foi construído sobre a base da maternidade. A condição de mãe, muito peculiar, e o amor pelos filhos trazem à tona outro aspecto marcante da luta dessas mulheres: uma militância feminista.

Palavras-chave: Mães, violência policial, exclusão social, feminismo.

Abstract

The scenario of lethal police violence, in the state of Rio de Janeiro, is concentrated in poor areas. Mothers of police violence victims organized themselves and, in a collective way, began a fight for Justice. This characteristic of the movement is remarkable and has been treated by some. The present study aims to investigate two other important meanings and scope of these women. On one hand, they also fight for the lives of other sons, nephews, grandsons. They rebel against the most serious and cruel way of social exclusion: the one to the extent of human dimension, of life. On the other hand, it is a movement that was built on the basis of motherhood. The condition of being mothers, very special, and the love for their children bring up another remarkable aspect of the struggle of these women: it is a feminist activism.

Key words: Mothers, police violence, social exclusion, feminism.

Introdução

No Estado do Rio de Janeiro, a violência concentra-se nas áreas mais pobres – o que inclui a violência policial. Em audiência realizada na Assembléia do Rio de Janeiro, em 30/06/2009, sobre a questão dos autos de resistência, Patrícia Rivero afirmou que o “trabalho mais letal de polícia se concentra fundamentalmente nas áreas com maior número de vítimas, ou seja, nas Zonas Norte e Oeste”¹. Por sua vez, o trabalho menos letal, como prisões e apreensões de drogas, está mais concentrada na Zona Sul, área de classe média mais concentrada.

As mães dos jovens vítimas de violência policial, no Estado do Rio, a partir da Chacina de Acari², levantaram-se contra a corriqueira impunidade, nesses casos – e passaram a lutar por Justiça. Adentraram em um espaço ao qual não estavam acostumadas. Na tentativa de punição dos responsáveis, desde então, enfrentam enormes dificuldades no percurso realizado pelos órgãos públicos; e, ainda, o estigma e o preconceito contra a favela e seus moradores.

O presente trabalho pretende investigar outros dois importantes significados, a partir da análise dos depoimentos dessas mães, registrados: i) no livro “Auto de resistência: relatos de familiares de vítimas da violência armada”, de Bárbara Musumeci Soares, Tatiana Moura e Carla Afonso armada”; ii) no documentário brasileiro “Luto como mãe”, do cineasta Luis Carlos Nascimento, sobre a luta das mães de vítimas de violência policial, no Rio de Janeiro³; iii) na dissertação “Do Luto à Luta: A Experiência das Mães de Acari”, de Fábio Alves Araújo.

Essas mulheres também lutam pela vida de outros filhos, sobrinhos, netos. Rebelam-se, assim, contra a forma mais grave e cruel de exclusão social: àquela atinente à dimensão humana, à vida. De outro lado, afirmam sua condição de mãe, o que traz à tona outro aspecto marcante: trata-se de uma militância feminista, em uma visão mais recente.

¹ Disponível no site da ALERJ, http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=30645.

² Chacina Magé-Acari, ocorrida em julho de 1990.

³ O filme nos foi gentilmente cedido pelo cineasta.

1. A violência policial no Estado do Rio de Janeiro

Em agosto de 2010, o Instituto Pereira Passos (RJ) registrava, no Município do Rio de Janeiro, o número de 1020 (mil e vinte) favelas. Em junho de 2011, na recontagem das áreas carentes, em conjunto com a Secretaria Municipal de Habitação, com o objetivo de dar novo balizamento para o atual programa de reurbanização (“Morar Carioca”), o mesmo Instituto informou que o Rio conta com 582 (quinhentas e oitenta e duas) favelas. Nessa “rearrumação”, de acordo com os números oficiais, tratam-se de 133 (cento e trinta e três) complexos e 449 (quatrocentos e quarenta e nove) favelas isoladas. Os complexos passaram a ser contabilizados como apenas uma favela - embora componham um conjunto de favelas (por exemplo, a Maré e o Alemão)⁴. No final de 2011, entretanto, já se noticiava que o número total de favelas seria de 763 (setecentos e sessenta e três)⁵.

As favelas surgiram no final do século XIX e, historicamente, são vistas como caso de polícia. O primeiro documento oficial a reconhecer sua existência foi o Código de Obras e Postura de 1936, do Distrito Federal, então Rio de Janeiro, que previa a eliminação e interditava a construção de novas favelas.

De acordo com Luiz Antonio Machado da Silva (2008, p. 14), o “antigo fantasma das classes perigosas agora reencarna na ameaça representada pela violência criminal, que é rotineira e, portanto, ‘próxima’, personalizada”. Para ele, a “contigüidade territorial inescapável com a minoria que integra os bandos armados” fez com que a população moradora de favelas passasse a ser vista como os próprios bandidos, ou quase bandidos (2008, p. 14).

O próprio Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, Governador Sérgio Cabral, durante seu primeiro mandato, em 25 de outubro de 2007, declarou que a favela é uma “fábrica de produzir marginal”. Reproduzimos trecho da entrevista:

Sou favorável ao direito da mulher de interromper uma gravidez indesejada. Sou cristão, católico, mas que visão é essa? Esses atrasos são muito graves. Não vejo a classe política discutir isso. Fico muito aflito. Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal.

⁴ Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/06/04/recontagem-diz-que-193-favelas-tem-menos-de-cem-casas-924616580.asp>.

⁵ Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/rio-a-cidade-com-maior-populacao-em-favelas-do-brasil-3489272>.

Estado não dá conta. Não tem oferta da rede pública para que essas meninas possam interromper a gravidez. Isso é uma maluquice só.⁶

Após trabalho de pesquisa, Patrícia Rivero (2010) explica que as razões pelas quais os moradores de favelas em geral não são diferenciados dos criminosos e de grupos de traficantes armados que controlam territórios de favelas guardariam relação com a concentração de vítimas e ocorrência de homicídios nesses locais.

O estigma que relaciona moradores de áreas pobres e violentas – notadamente de favelas – a práticas de crimes influencia diretamente na relação entre mortes em confrontos com a Polícia e a questão dos direitos humanos. Encara-se o problema da violência como uma verdadeira guerra a ser travada.

Por um lado, a ameaça representada pela violência urbana é rotineira; por outro, a associação dessa violência com favelas, demais áreas pobres e seus moradores é corriqueira. O medo “se espacializa nos perigos imputados aos territórios da pobreza, cujo caso exemplar na representação social são as favelas, vistas como lugares prenhes de uma violência descontrolada” (Silva, 2008, p. 14). A reivindicação é para repressão cada vez mais violenta.

Em outras palavras, na atualidade o medo produz expectativas e demandas de segurança *contra* e não *com* os outros – levando a polícia a funcionar como verdadeiro dispositivo de confinamento. Dos aparelhos de segurança não se espera mais a regulação das relações de classe, e sim a evitação de encontros entre desconhecidos por meio de repressão livre de restrições, cotidiana e generalizada. A função da polícia passa a ser vista pelas camadas mais abastadas como um muro de contenção ao intercâmbio de indivíduos e maneiras de viver, em vez de ser um meio orgânico de sua regulação. Com os encontros cada vez mais escassos e envoltos por uma hostilidade muito mais profunda do que a mencionada por Simmel (1987) como característica das interações nas metrópoles de seu tempo, cresce a desconfiança recíproca e se aprofundam as distâncias sociais. Dessa forma, o processo se realimenta. (SILVA, Luiz Antonio Machado da (Organizador). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008, p. 14)

Jonas Henrique de Oliveira (2005) concluiu que as condutas dos policiais militares variam de maneira significativa, dependendo do local onde se encontrem: na Zona Norte ou na Zona Sul da cidade. De acordo com o mesmo, “é possível afirmar que os policiais classificam e hierarquizam os jovens de acordo com o local em que estes residem” (2005, p. 75).

⁶ Site G1 Política (g1.globo.com) – NOTÍCIAS: Cabral defende aborto contra violência. Retirado de Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Luiz Antonio Machado da Silva (organizador). RJ: Nova Fronteira, 2008. Pp. 99/100.

O senso comum, oriundo do medo e da suposta guerra, legitima a morte de pessoas – e não importa se eram inocentes.

A associação entre moradores de favelas e crimes é alimentada diuturnamente pelos veículos de informação, que apresentam notícias sobre esses espaços e seus moradores, frequentemente, do ponto de vista negativo, com ênfase no tráfico de drogas, crimes e violência em geral. Em verdadeiro culto à estética da violência, essa mídia associa as favelas e seus moradores a uma cultura de violência.

Esclareça-se que a existência das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) não causa impacto em nossas reflexões, quanto ao objeto do presente trabalho.

De acordo com dados oficiais, no Estado do Rio de Janeiro, com as últimas implementações de UPP's, ocorridas na Penha, em 27.06.2012⁷, o Estado contabiliza 25 (vinte e cinco) UPP's, totalizando (repise-se, de acordo com os números oficiais) 144 (cento e quarenta e quatro) “locais em paz”, utilizando fielmente a informação que consta no site oficial⁸.

Confrontando o número de UPP's com o número oficial de favelas apenas no Município do Rio de Janeiro (763), como exposto anteriormente, é fácil concluir que, na maior parte desses espaços, continua a convivência com a violência policial. Nos dias que antecederam a conclusão do presente trabalho, duas mortes teriam ocorrido em virtude de ação policial em favelas: a morte do jovem Elizeu Santos Trigueiro da Silva, na Favela do Arará, em Benfica, em operação do BOPE⁹, e a morte da criança Yasmin de Moura Camilo, de 6 anos, em Guadalupe¹⁰.

Ressalte-se o que fora constatado pela Anistia Internacional, e registrado em seu relatório referente ao ano de 2010¹¹, no tópico referente ao Brasil, item “Segurança Pública”:

A violência dos grupos criminosos e da polícia continuou sendo um grave problema nas maiores cidades do país. Em um relatório de seguimento sobre o progresso do Brasil, o relator especial da ONU sobre execuções sumárias,

⁷ Disponível em <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=261>.

⁸ Disponível em <http://upprj.com/wp/?p=1932>.

⁹ Em nota, a Polícia Militar informou que o jovem já havia sido encontrado ferido, em uma viela da favela. O pai do jovem, entretanto, deu declarações de que a mãe viu que a Polícia matou Elizeu. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/adolescente-morre-em-operacao-do-bope-em-benfica-5830605>.

¹⁰ Ela morreu baleada no fim da noite de um domingo (20/08). De acordo com vizinhos, a criança foi atingida após um carro blindado da Polícia Militar ter entrado na comunidade Terra Nostra. Ela brincava com uma boneca em uma rua sem saída, onde moradores estavam reunidos tocando pagode. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/crianca-de-4-anos-morre-baleada-em-costa-barros-5837817>, <http://oglobo.globo.com/rio/familia-de-menina-de-6-anos-pode-processar-estado-5851379>.

¹¹ Disponível em <http://www.chaxcha.com/camp/amnesty/newsletter/Informe2011.pdf>.

arbitrárias ou extrajudiciais afirmou que “os cidadãos, principalmente os moradores de favelas, continuam sendo reféns da violência dos grupos criminosos, das milícias e da polícia” e que as “execuções extrajudiciais ainda são amplamente praticadas”.

No Rio de Janeiro, Unidades de Polícia Pacificadora foram instaladas em um maior número de favelas, com a conseqüente diminuição da violência nesses locais. Entretanto, nas áreas não contempladas pelo projeto, a violência policial continuou generalizada, inclusive com o registro de vários homicídios. Segundo dados oficiais, em 2010 a polícia matou 855 pessoas em circunstâncias descritas como “autos de resistência”. (Relatório da Anistia Internacional, 2010, p. 113)

Por fim, devemos registrar, ainda, que o presente trabalho não adentra na questão da violência porventura existente nas favelas ocupadas por UPP's. É importante ter bem claro que os locais ocupados por UPP's não estão, obrigatoriamente, totalmente protegidos contra as diversas formas de violência policial (como já foi noticiado em jornais e televisão).

2. A exclusão social e o efetivo direito à vida

Sarah Escorel (1999, p. 75) avalia que o processo de exclusão social possui “‘traduções’ específicas segundo o âmbito da vida social em que ocorre”, e estuda a exclusão social “considerando-a como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura dos vínculos em cinco dimensões da existência humana em sociedade”. Tais dimensões são de ordem laboral, sociofamiliar, política, cultural e humana.

A caracterização principal da vulnerabilidade no campo laboral consiste, de acordo com Escorel,

em que contingentes populacionais cada vez maiores são economicamente desnecessários e supérfluos conformando, além do denominado desemprego estrutural, uma situação em que não há, sequer como potencialidade, postos de trabalho que poderiam ser ocupados no processo de produção de bens e serviços. (Escorel, Sarah. *Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social*, Rio, 1999, p. 76)

Em seu aspecto sociofamiliar, a exclusão, de acordo com Escorel (1999, p. 76), significa a “fragilização e precariedade das relações familiares, de vizinhança e de comunidade, conduzindo o indivíduo ao isolamento e à solidão”.

A exclusão, em sua dimensão política, traz a idéia de que o exercício dos direitos não é igual para todos. Escorel (1999, p. 78) utiliza o termo “cidadanização seletiva”: “Isso porque pessoas submetidas a carências materiais extremas, em seu aprisionamento

no ‘reino das necessidades’, encontram enormes obstáculos para conseguir apresentar-se na cena política como sujeito portador de interesses e direitos legítimos”.

Ainda nesse campo político da exclusão, José Murilo de Carvalho (2004, p. 215) afirma que, do ponto de vista da garantia dos “direitos civis”, a sociedade brasileira está dividida em três classes.

Há os de primeira classe, os privilegiados, os “doutores”, que estão acima da lei; e que “sempre conseguem defender seus interesses pelo poder do dinheiro e do prestígio social” (2004, p. 215).

Ao lado desses privilegiados, existe uma grande massa de cidadãos de segunda classe – sujeitos aos rigores e benefícios da lei, de modo parcial e incerto. São eles “a classe média modesta, os trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, os pequenos funcionários, os pequenos proprietários urbanos e rurais. Podem ser brancos, pardos ou negros, têm educação fundamental completa e o segundo grau, em parte ou todo” (Carvalho, 2004, p. 215).

Finalmente, há os cidadãos de terceira classe; os “elementos”, na linguagem policial.

São a grande população marginal das grandes cidades, trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, biscateiros, camelôs, menores abandonados, mendigos. São quase invariavelmente pardos ou negros, analfabetos, ou com educação fundamental incompleta. (CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5.ed. Rio de Janeiro Ed. Civilização Brasileira, 2004. P. 215)

Os cidadãos “de terceira classe” são parte da comunidade política nacional apenas formalmente. No mundo real, desconhecem seus direitos civis, ou os têm sistematicamente desrespeitados – por outros cidadãos, pelo Governo, pela Polícia. Não se sentem protegidos pela sociedade, tampouco pela legislação. Para eles, vale apenas o Código Penal.

No tocante à exclusão sob o prisma da dimensão cultural, Escorel (1999, p. 79) expõe que a análise dos direitos deve estar associada à abordagem das representações sociais, “pois é este o âmbito do fenômeno que possibilita entender a exclusão social para além dos elementos de sua produção (vínculos econômicos) e de sua consolidação (vínculos sociais e políticos) nos elementos que a tornam natural (vínculos culturais e éticos)”. Seguindo este raciocínio, é “no terreno dos hábitos e costumes, no cotidiano social, nas interações sociais, no âmbito cultural, no eixo de troca de valores simbólicos,

que a exclusão se manifesta de maneira mais radical, criando ‘dois mundos’” (Escorel, 1999, p. 79).

O outro, o diferente passa a ser visto com indiferença; ou de maneira discriminatória.

Especificamente quanto à dimensão humana, segundo Escorel (1999, p. 81), os grupos sociais excluídos “são expulsos da idéia de humanidade e, por vezes, da própria idéia de vida”.

Na dimensão humana, no *mundo da vida*, a exclusão social pode atingir o seu limite, o limiar da existência humana. Os grupos sociais excluídos que se vêem reduzidos à condição de *animal laborans*, cuja única preocupação é manter seu metabolismo em funcionamento, manter-se vivos, são expulsos da idéia de humanidade e, por vezes, da própria idéia de vida. Os grupos sem vínculos com os mundos do trabalho e da cidadania, que não têm direito a ter direitos e cujas potencialidades da condição humana encontram-se limitadas a conseguir sobreviver, não interessam a ninguém, são supérfluos e desnecessários à vida social, são descartáveis, e podem ser eliminados das mais diferentes formas, ostensivas ou opacas, que ninguém os reclamará. (Escorel, Sarah. *Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social*, Rio, 1999, p. 81)

Göran Therborn chamou de “desigualdade vital” (apud Bauman, 2011): “o fato de a expectativa de vida e a chance de morrer bem antes de alcançar a idade adulta divergirem profundamente segundo as diferentes classes sociais e diferentes países”. De acordo com Therborn, as “hierarquias de status social são literalmente letais” (apud Bauman, 2011, p. 109).

Os moradores de favelas e de áreas pobres em geral são as grandes vítimas de violência policial letal, no Rio de Janeiro.

A violência policial, no Estado do Rio de Janeiro, vem apresentando-se de diversas formas: chacinas, seqüestros seguidos de mortes, autos de resistência¹². Especificamente quanto a estes últimos, em Assembléia realizada em 2009, o deputado estadual Marcelo Freixo denunciara que os dados demonstravam que, em 1997, o número era de 300 (trezentos) casos, e, 10 anos depois, atingiam a marca de 1300 (mil e trezentos)¹³.

Em junho de 2011, os meios de comunicação divulgaram o caso do menino Juan de Moraes, assassinado pela Polícia, aos 11 anos, durante uma operação policial na comunidade Danon, em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Após tal fato, em 08 de julho, foi publicada a Portaria 553, assinada pela Chefe de Polícia Civil, Martha Rocha, com

¹² Resistência em confronto com a Polícia, com morte do opositor.

¹³ Disponível no site da ALERJ, http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=30645.

novos procedimentos para casos de “autos de resistência”. Os delegados, antes de lavrarem os mesmos, deverão realizar perícias e tomar depoimentos, para terem certeza de que não se tratam de execuções; os policiais envolvidos diretamente nos confrontos, logo que apresentarem as ocorrências às delegacias, passariam a ter suas armas apreendidas para exames de Balística.

De acordo com dados oficiais do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, o número de mortos em confrontos com a polícia no Estado do Rio de Janeiro vem decrescendo. Apresentou uma queda de 42,5% no primeiro semestre de 2012, em relação ao mesmo período de 2011. O total de autos de resistência no acumulado de 2012 até junho foi de 214 (duzentas e quatorze) vítimas – de acordo com o Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, este seria o menor número no primeiro semestre desde 2001, ano que o indicador apontou 300 mortes¹⁴.

Os moradores de favelas e de áreas pobres em geral, “cidadãos de terceira classe”¹⁵, continuam expostos a elevados riscos de terem suas vidas interrompidas precocemente.

3. As mães e a dimensão da vida

“Dizem que a pior dor do mundo é a dor do parto. Não é não, Luis. A pior dor do mundo é a dor de perder um filho. Que não cicatriza nunca. Eu perdi dois filhos.”

(Elizabeth Medina Paulino, mãe de Renan Medina Paulino, 13 anos, e de Rafael Medina Paulino, 18 anos, e tia de Bruno Muniz Paulino, 20 anos, assassinados na Chacina da Via Show, São João de Meriti, em 05/12/2003)¹⁶

“É uma família diferente, uma família pela dor. São as mães da dor. Acho muito bom fazer parte desse grupo, isso me ajuda como cidadã.”

(Maria da Penha Souza Silva, mãe de Maicon de Souza Silva, assassinado em Acari quando tinha 2 anos e 6 meses, em 15/04/1996)¹⁷

O documentário brasileiro “Luto como mãe”, do cineasta Luis Carlos Nascimento, sobre a luta das mães de vítimas de violência policial, no Rio de Janeiro, traz o significativo depoimento de um Delegado da Polícia Civil:

“Morre muita gente no Rio de Janeiro, né, tem muito homicídio por ano. Taxa de elucidação é baixíssima, né. Seleciona os homicídios da Zona Sul, em que vítimas foram brancos de classe alta. Você vai ver que essa taxa de

¹⁴ Disponível em <http://www.isp.rj.gov.br/NoticiaDetalhe.asp?ident=327>.

¹⁵ Utilizando a expressão de José Murilo de Carvalho.

¹⁶ Depoimento retirado do filme documentário brasileiro “Luto como mãe”, de Luis Carlos Nascimento.

¹⁷ SOARES, Bárbara Musumeci, MOURA, Tatiana, AFONSO, Carla (Organizadoras). *Auto de resistência: relatos de familiares de vítimas da violência armada*. RJ: 7Letras, 2009. P. 134.

eluci – primeiro, que são raríssimos esses homicídios, porque já há prevenção. Segundo, porque a taxa de elucidação é de quase 100%. Quem são esses homens que morrem? Normalmente negros, pobres e jovens, não é isso? E desde quando foi preocupação dessa polícia, desse Estado com esses negros, pobres e jovens? (...) A Polícia mata? Mata. Tá errado matar? Claro que tá errado matar. Sim. Mas tem um Estado que dá uma ordem para ela matar. Tem uma classe política que dá uma ordem para ela matar. E é mais do que isso. Tem uma maioria da população apoiando isso. É ilegal, mas tem legitimidade na nossa sociedade.”¹⁸

Considerando esse cenário, as mães de vítimas de violência policial, no Estado do Rio de Janeiro, na tentativa de punição dos responsáveis, enfrentam enormes dificuldades no percurso realizado pelos órgãos públicos. Conforme Sylvia Amanda da Silva Leandro (2010), as “mães de vítimas de violência policial queixam-se do descaso e do preconceito com que são tratadas no seu percurso pelas instituições públicas e na sua demanda por justiça para a morte de seus filhos”.

Elas também sofrem o estigma e o preconceito contra sua condição de despossuídas e seu local de moradia. De acordo com Fábio Alves Araújo (2007), elas precisam “romper duplamente com a condição de falar de um lugar de despossuído e de um território criminalizado”.

O que motivou e uniu essas mulheres foi o sentimento de amor pelos filhos – e a dor que sentiam. Esse sentimento tornou-se uma militância, cujo objeto direto e mais evidente é Justiça.

Entretanto, de suas falas, percebemos que essa militância apresenta outros significados. Aqui, destacamos depoimentos retirados do livro “Auto de resistência: relatos de familiares de vítimas da violência armada”:

“O grupo das mães foi importante porque parei de pensar no meu caso, na minha luta, na minha dor, e tive consciência de que não é o meu caso: são os nossos casos, a nossa luta, a nossa dor. Eu pensava que estava nesta luta pelos meus filhos que morreram, mas não. Depois eu tive consciência disto: estou nesta luta por causa da minha filha, por causa dos meus netos. Isso foi importante para mim, como pessoa, porque realmente eu achava que o mundo girava em torno da minha família. Hoje em dia tenho outra visão do meu papel na sociedade, que não é somente dentro de casa. E o meu principal objetivo é mudar um pouco essa violência, tentar fazer alguma coisa para que isso não aconteça mais. Não vai ter fim a minha luta. A nossa luta é para daqui a cem anos. Quer dizer... duzentos, não sei, depende.”

¹⁸ Depoimento do Delegado de Polícia Civil Vinícius, no filme mencionado.

(Elizabeth Medina Paulino, mãe de Renan Medina Paulino, 13 anos, e de Rafael Medina Paulino, 18 anos, e tia de Bruno Muniz Paulino, 20 anos, assassinados na Chacina da Via Show, São João de Meriti, em 05/12/2003)¹⁹

“O grupo das mães de Vigário Geral não existe mais. Só existem hoje três mães, que moram fora da comunidade: eu e mais duas, mas uma foi embora do Rio. As mães foram ameaçadas por tudo quanto é lado. Elas têm medo: não vão a manifestações, não vão a delegacias, não vão a universidades. Elas dizem que têm outros filhos e que não podem ir.

Mãe que diz que não quer saber de justiça, embora o filho tenha sido assassinado, é porque tem algum impedimento. Sou a única que está indo às audiências, ao Ministério Público. É como se eu fosse mãe de todos aqueles meninos, eu carrego isso nas costas.

Aprendi muito com as mãezinhas. Não sabia que existia uma quantidade de gente tão grande com a mesma dor. Há diferenças? Há, porque cada uma tem o seu pensamento, sua forma de agir. Mas, se não fosse esse grupo de familiares, eu não teria essa força que tenho hoje.

Com esse grupo nós conseguimos sair dos encontros e dizer: “Gente, eu estou viva! Eu tenho outros filhos, eu tenho que fazer minha unha, eu tenho que fazer meu cabelo, a minha vida não acabou. Vou continuar lutando, mas a minha vida não acabou.”

(Denise Alves Tavares, mãe de Douglas Roberto Alves Tavares, seqüestrado na Chacina de Vigário Geral, em 13/12/2005, aos 16 anos)²⁰

“Meu objetivo é dedicar um pedaço do meu tempo à não violência. Estou nesta luta porque acredito, não nos homens, mas em Deus. Quando voltamos de nossos encontros com o grupo, nos sentimos fortalecidas e cada vez mais podemos acreditar na humanidade.”

(Vera Lúcia Flores Leite, mãe de Cristiane Leite de Souza, assassinada na Chacina de Acari em 26/07/1990, aos 17 anos)²¹

“Eu vou continuar nessa caminhada porque, no bairro onde eu morava, toda semana tinha duas, três pessoas mortas. De lá para cá, por causa da minha luta, da nossa luta, nunca mais houve pessoas assassinadas por aqueles policiais. Então outras mães não estão chorando agora.”

(Euristéa Sant’Anna de Azevedo, mãe de William Keller Azevedo Marinheiro, assassinado na Chacina do Maracanã em 10/10/1998, aos 24 anos)²²

“Mas não é isso o mais importante. O mais importante é que tenho um objetivo maior. Saí daquele mundo pacato em que vivia e aquela Márcia morreu. Eu não tinha conhecimento de nada. Quando entrei no primeiro ano da faculdade comecei a descobrir coisas: “Ah, mas meu filho tinha esse direito? Eu tinha esse direito? Ah, mas o pobre tem esse direito? O ser humano tem esse direito? Nós, aqui na favela, temos esse direito?”

¹⁹ SOARES, Bárbara Musumeci, MOURA, Tatiana, AFONSO, Carla (Organizadoras). *Auto de resistência: relatos de familiares de vítimas da violência armada*. RJ: 7Letras, 2009.. P. 132.

²⁰ Ibidem. P. 125.

²¹ Ibidem. P. 145.

²² Ibidem. P. 148.

A nossa lei não precisa mudar, ela só tem que ser cumprida de fato em favor dos pobres. Eu não sabia nada e consegui sair daquele mundo escuro em que estava, de depressão.

Incansavelmente, consegui, mesmo com as falhas e a negligência da apuração, mesmo com a má vontade das autoridades, consegui que a delegacia fechasse o inquérito para que o processo fosse encaminhado ao Ministério Público e as denúncias contra os policiais pudessem ser feitas.

Se eu, que sou moradora de morro e negra, não estivesse nesta luta junto com outras mães, vendo, através do nosso esforço, a justiça começando a acontecer, se eu não acreditasse que as outras mães também, se quiserem, podem vir, eu hoje não poderia dizer que é possível.

Eu quero estar assim, eu quero estar voluntária na luta pela sobrevivência dessas crianças.”

(Márcia de Oliveira Silva Jacintho, mãe de Hanry Silva Gomes de Siqueira, assassinado por policiais em Lins de Vasconcelos, em 21/11/2002, aos 16 anos)²³

“Existem direitos humanos, existe lei, existe uma Constituição. O povo tem que saber que, se você cobra moradia, hospital, é porque a Constituição garante isso. E você tem que cobrar também justiça, assim como cobra luz e água.

O que acontece é que é mais fácil tirar de circulação o jovem com problema social do que resolver a questão da segurança. É mais fácil você matar, eliminar. Nós temos que lutar para mudar isso. Alguém tem que deixar um legado para as outras crianças.

O trabalho para reconstruir é de formiguinha, mas já existe uma consciência aqui na Baixada, onde as coisas antes eram encobertas. A partir da chacina, os olhares das autoridades e das pessoas em geral se voltaram para as áreas de violência e começaram a investigar.

Está certo que isso será lento, porque a impunidade cresceu tanto que apenas cinco homens se sentiram confiantes para matarem 29 pessoas de uma vez só. Foi a confiança que eles tinham na impunidade que fez com que tivessem coragem para praticar esse crime 29 vezes. E o que eu quero, e acho que todas as mães querem, é que daqui a três, quatro, dez anos, eles não consigam ter essa confiança, pois saberão: se fizerem, serão punidos.”

(Luciene Silva, mãe de Raphael da Silva Couto, assassinado na Chacina da Baixada, em 31/03/2005, aos 17 anos)²⁴

De suas falas, percebemos que essas mulheres também lutam pelas vidas de seus sobrinhos, de seus netos. Pelas vidas dos filhos de seus vizinhos. Lutam contra a exclusão, na dimensão humana (Scorel, 1999). Lutam pela vida.

4. A Questão do Feminismo

A teoria política do feminismo apresenta extrema diversidade. Segundo Alison Jaggar (1983, *apud* Kymlicka, 2006, p. 303), “um compromisso de eliminar a

²³ Ibidem. P. 151.

²⁴ Ibidem. P. 155.

subordinação das mulheres unifica as diversas correntes da teoria feminista”. Contudo, o próprio Jaggard (1983, apud Kymlicka, 2006, p. 303) diz que “esta concordância logo se dissolve em descrições radicalmente diferentes desta subordinação e das medidas requeridas para que seja eliminada”.

Considerando, portanto, a mencionada diversidade de correntes da teoria feminista, e a limitação quanto à extensão do presente trabalho, gostaríamos de concentrar-nos na crítica feminista a respeito da igualdade sexual e discriminação.

A teoria liberal mostrou-se insuficiente para lidar com a questão da condição da mulher na sociedade. De acordo com Maria Lucia de Paula Oliveira:

Dentro do amplo espectro de teorias políticas, uma das críticas mais veementes é aquela que o feminismo faz àquelas teorias liberais, preocupadas com a questão da igualdade, que não conseguem levar em conta as necessidades das mulheres, não integrando em seu arcabouço as experiências delas.²⁵

Como mencionado por Kymlicka (2006, p. 304), “muitas feministas acreditam que os princípios que foram desenvolvidos com a experiência e os interesses dos homens em mente são incapazes de reconhecer adequadamente as necessidades das mulheres ou de incorporar as experiências das mulheres”.

Sob este enfoque, a questão, na verdade, gira em torno não de discriminação – mas de dominação. Considerando que os homens estabelecem todos os padrões vigentes na sociedade, a mulher não sofre com a discriminação – mas, sim, com a dominação. O problema, assim, toca ao poder – e diz respeito à relevância dos papéis assumidos por homens e mulheres.

Como o problema é a dominação, a solução não é apenas a ausência de discriminação, mas a presença de poder. A igualdade requer não apenas igual oportunidade de buscar papéis definidos por homens, mas também igual poder de criar papéis definidos por mulheres ou de criar papéis andróginos, que homens e mulheres tenham igual interesse em preencher. O resultado de tal capacitação poderia ser muito diferente de nossa sociedade ou da sociedade de instituições masculinas com igual oportunidade de ingresso, preferida pela teoria da discriminação sexual contemporânea. (KYMICKA, 2006, p. 313)

²⁵ Disponível em http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/maria_lucia_de_paula_oliveira.pdf.

Nesse sentido, Kymlicka (2006) cita, como exemplo, a profissionalização da medicina, que expulsou as mulheres de seus papéis tradicionais de curandeiras e parteiras, para assumirem o papel de enfermeiras – segundo escalação das profissões de saúde.

Um dos papéis mais marcados de uma mulher é o papel de mãe – os avanços da ciência e da tecnologia, ao menos até o presente momento, não mudaram isso. É ela que gera. E, não obstante algumas mudanças já ocorridas na sociedade com relação aos papéis de homens e mulheres na família e no mercado de trabalho, até o presente momento, a ela tem cabido e vem sendo reservado o papel de educadora.

Sob esse prisma, percebemos que a luta das mães de vítimas de violência policial apresenta uma outra faceta: a de movimento feminista. Feminismo em um outro tipo de percepção e construção – com a afirmação do papel de mãe. Uma condição especial que deve ser percebida.

Considerar que homens e mulheres possuem diferenças que devem ser levadas em consideração – notadamente a maternidade – é necessário em um debate sobre a condição da mulher na sociedade.

Considerações Finais

Essas mães reivindicam justiça, reconhecimento de sua condição (enquanto sujeito de direitos) e respeito de seu discurso (posto que falamos de uma sociedade desigual). Nosso estudo, porém, nos levou à conclusão de que a luta dessas mães vai muito além: elas lutam pelo bem básico da vida. Em um contexto de abissais desigualdades, elas lutam pela supressão da desigualdade na dimensão humana.

Do mesmo modo, tomamos para reflexão o alerta de Boaventura de Sousa Santos (2011), quanto ao perigo de reflexos funestos, nas diversas lutas encabeçadas por mulheres no mundo, em decorrência de estereótipos existentes em culturas patriarcais, a respeito de suposta condição das mulheres como “vítimas indefesas e silenciosas”.

Mas a cultura patriarcal tem, em certos contextos, uma outra dimensão particularmente perversa: a de criar a ideia na opinião pública que as mulheres são oprimidas e, como tal, vítimas indefesas e silenciosas. Este estereótipo torna possível ignorar ou desvalorizar as lutas de resistência e a capacidade de inovação política das mulheres. É assim que se ignora o papel fundamental das mulheres na revolução do Egito ou na luta contra a pilhagem da terra na Índia; a ação política das mulheres que lideram os municípios em tantas pequenas cidades africanas e a sua luta contra o machismo dos líderes partidários que bloqueiam o acesso das mulheres ao poder político nacional; a

luta incessante e cheia de riscos pela punição dos criminosos levada a cabo pelas mães das jovens assassinadas em Cidade Juarez; as conquistas das mulheres indígenas e islâmicas na luta pela igualdade e pelo respeito da diferença, transformando por dentro as culturas a que pertencem; as práticas inovadoras de defesa da agricultura familiar e das sementes tradicionais das mulheres do Quênia e de tantos outros países de África; a resposta das mulheres palestianas quando perguntadas por auto-convencidas feministas europeias sobre o uso de contraceptivos: “na Palestina, ter filhos é lutar contra a limpeza étnica que Israel impõe ao nosso povo”.

A luta dessas mulheres por justiça, pela cidadania e pela vida acaba por contribuir também para o fortalecimento de sua condição. Entendemos que temos, aqui, um movimento social contra desigualdades, com forte caráter feminista – o que dá ao movimento uma tonalidade singular. Considera-se, aqui, a compreensão do feminismo não como uma mera igualdade entre homens e mulheres, mas, como um forte reconhecimento da condição feminina – o que inclui a condição de mãe. Essa discussão é essencial, em nossa sociedade.

Referências Bibliográficas

ANISTIA INTERNACIONAL. Relatório, 2010, disponível em <http://www.chaxcha.com/camp/amnesty/newsletter/Informe2011.pdf>.

ARAÚJO, Fábio Alves. “Do Luto à Luta: A Experiência das Mães de Acari”. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ, para obtenção do título de Mestre (Julho de 2007).

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro Jorge Zahar Ed., 2004.
_____. *44 Cartas do mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro Zahar, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5.ed. Rio de Janeiro Ed. Civilização Brasileira, 2004.

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social*. RJ: Editora Fiocruz, 1999.

KYMLICKA, Will. *Filosofia política contemporânea*. SP: Martins Fontes, 2006.

LEANDRO, Sylvia Amanda da Silva. “Auto de Resistência”: *Um Estudo de Caso das Práticas Institucionais no Inquérito Policial*. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, 2010.

NASCIMENTO, Luis Carlos. “Luto como mãe” (documentário). Brasil, 2010.

OLIVEIRA, Jonas Henrique de. *A polícia e os jovens: um estudo sobre histórias de vida, práticas corporativas e conflitos urbanos*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, para obtenção do título de Mestre, 2005.

OLIVEIRA, Maria Lucia de Paula. Desenvolvimento, Teoria Feminista e Filosofia do Direito. Anais do CONPEDI.

RIVERO, Patrícia. *Segregação urbana e distribuição da violência: homicídios georreferenciados no Município do Rio de Janeiro*, Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 3, nr. 9, JUL/AGO/SET 2010, pp. 117-142.

SANTOS, Boaventura de Sousa. As Mulheres não são Homens. 2011. Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Mulheres%20n%C3%A3o%20s%C3%A3o%20Homens_large_10Mar11.pdf

SILVA, Luiz Antonio Machado da (Organizador). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 2008.

SOARES, Bárbara Musumeci, MOURA, Tatiana, AFONSO, Carla (Organizadoras). *Auto de resistência: relatos de familiares de vítimas da violência armada*. RJ: 7Letras, 2009.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO ESPAÇO PARA VISIBILIDADE DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Ivini Ferraz¹

RESUMO

Buscando consolidar uma democracia, a partir dos anos 80, o estado brasileiro, para lidar com a pluralidade de interesses em processos administrativos, adota as Audiências Públicas (APLAs) e os Conselhos ambientais como os mais usados mecanismos deliberativos do país, juntamente com os relatórios e estudos sobre impacto ambiental (LEIS, 1997).

Tomando como estudo de caso as ações coletivas relacionadas ao processo de licenciamento ambiental do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas, este artigo discute as potencialidade e limites de APLAs como espaço deliberativo, participativo, decisório e de exposição dos conflitos socioambientais urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: Audiências Públicas, Rodoanel, Conflitos Socioambientais, Cantareira, Licenciamento Ambiental.

Citizen Foruns as a space for visibility of environmental conflicts

ABSTRACT

Seeking to consolidate democratic regime, from the 80s, in order to deal with plurality of interests in administrative proceedings, the Brazilian, government adopts Citizen Foruns and Environmental Councils as the more deliberative mechanism used in the country, together with reports and environmental impact studies (LAWS 1997).

Taking as a case study, the collective actions related to environmental licensing process of the north section of the Mario Covas Road Ring, this article discusses the possibilities and limitations of its audience as a deliberative, participatory, informational, decision making space and of the exposure of urban environmental conflicts.

KEYWORDS: Citizen Foruns, Road Ring Mário Covas, Cantareira, Environmental conflicts, Environmental Licensing Process.

¹ Mestranda do Programa Mudança Social e Participação Política da EACH - USP. Presidente do Instituto de Empreendedores Ambientais e Sociais (OSCIP IDEAS) e coordenadora do Conselho Gestor da Rede de Cooperação da Cantareira (RECANTA).

Apresentação

No final dos anos 90, no Estado de São Paulo, iniciou-se um ciclo de protestos e mobilizações motivado pelo processo de licenciamento do Rodoanel Mário Covas, considerado a maior obra viária já licenciada no Brasil. Uma sequência de ações coletivas em prol da Serra da Cantareira (trajeto do Rodoanel em seu trecho norte) resultou, em 1994, na criação da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (RBCVSP) pela UNESCO.

Os impactos socioambientais gerados pela “modernização” do sistema rodoviário descontentaram não só o movimento ambiental, mas as populações residentes do entorno de florestas urbanas (APAs, Unidades de Conservação, Parques Lineares Municipais) que enfrentam o fantasma da desapropriação, ampliando a dimensão deste conflito que já pode ser considerado um dos maiores conflitos de cunho eminentemente socioambiental na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Para elaboração deste artigo, foram acompanhadas 9 APLAs que antecederam à licença prévia (LP) do Trecho Norte em 2010 e 2011. A presença de múltiplos atores e grupos de interesse com distintas formas de ocupação neste território, tornaram as APLAs uma arena política plural capaz de dar visibilidade a conflitos socioambientais multiescalares.

A questão inicial que motivou à elaboração deste artigo foi a de analisar se, de alguma forma, as Audiências Públicas contribuiriam para, além de dar visibilidade aos conflitos ambientais, solucioná-los, funcionando como uma ferramenta eficaz para Governança ambiental, capaz de oferecer oportunidades reais para participação cidadã na adoção das políticas públicas menos impactantes do ponto de vista ambiental e refletir sobre as reais potencialidade e limitações destes espaços.

Tendo em vista a desapropriação e a desterritorialização anunciada de milhares de famílias, os auditórios das APLAs tornam-se repletos com a participação interessada da população diretamente afetada. Dessa forma, novas questões emergiram: como as populações expulsas de seus territórios de origem respondem à necessidade de tornar público seus dramas e interesses? O que tornaria o discurso e a argumentação das comunidades afetadas, em muitos casos estigmatizadas por um histórico de ocupação ilegal, visível aos olhos do Estado? Qual o papel dos movimentos ambientalistas e de moradia nestes conflitos socioambientais?

Licenciamento Ambiental e Participação Cidadã

A Constituição Federal² exige o prévio licenciamento ambiental para a instalação de atividades efetiva ou potencialmente degradadoras dos recursos ambientais. Um empreendimento de grande impacto socioambiental deve passar por três fases de licença ambiental: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

Segundo o Art. 2o. da Resolução CONAMA³ 1/86, de 23 de janeiro de 1986, dependerá de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e da SEMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

- I. *estradas de rodagem com 2 (duas) ou mais faixas de rolamento;*
- II. *ferrovias;*
- III. *portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos;*
- IV. *aeroportos, conforme definidos pelo inciso I, art. 48, do Decreto Lei no 32, de 18 de novembro de 1966;*
- V. *oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários;*
- VI. *linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230 Kw;*
- VII. *obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para quaisquer fins hidrelétricos, acima de 10 MW, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques;*
- VIII. *extração de combustível fóssil (petróleo, xisto, carvão);*
- IX. *extração de minério, inclusive os da classe II, definidas no Código de Mineração;*
- X. *aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos;*
- XI. *usina de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária,*
- XII. *acima de 10 MW;*
- XIII. *complexo e unidades industriais e agroindustriais (petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo de recursos hidróbios;*
- XIV. *distritos industriais e Zonas Estritamente Industriais - ZEI;*
- XV. *exploração econômica de madeira ou de lenha, em áreas acima de 100ha (cem*
- XVI. *hectares) ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental;*
- XVII. *projetos urbanísticos, acima de 100ha (cem hectares) ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes;*
- XVIII. *qualquer atividade que utilizar carvão vegetal, derivados ou produtos similares, em quantidade superior a dez toneladas por dia;*
- XIX. *projetos agropecuários que contemplem áreas acima de 1.000ha, ou menores, neste caso, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, inclusive nas áreas de proteção ambiental;*

² Artigo 225 § 1º, IV.

³ Conselho Nacional de Meio Ambiente

No processo de Licenciamento Ambiental, um conjunto de pressupostos teórico-normativos e pareceres técnicos somam-se às atas produzidas e documentos protocolados nas Audiências Públicas.

Com base na Lei nº 9.784/1999 art. 32, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, audiência pública é definida “como mecanismo de instrução do processo administrativo, a finalidade de sua realização é o amplo debate acerca de questão relevante, que afeta ao interesse geral da coletividade, via de regra identificada pela presença de interesses meta individuais, difusos ou coletivos, de sorte a não atingir direitos da população sem sua prévia oitiva”.

Ao receberem diferentes enfoques em relação ao processo administrativo, as APLAs, muitas vezes, a exemplo do texto constitucional, além de seus aspectos de publicidade, destacam seu aspecto de legitimação das decisões governamentais, onde a realização das audiências públicas condicionaria a legalidade dos atos, protegendo o cidadão de arbítrios do poder público.

“Visando à legitimação administrativa, formalmente disciplinada em lei, pela qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções que possam conduzir o Poder Público a uma decisão de maior aceitação conceitual”. (MOREIRA NETO,1992 apud OLIVEIRA 1997, p.4)

Smith (2003) descreve três instrumentos complementares para a tomada de decisão no estado democrático contemporâneo. Entre eles estão os de: mediação (mediation); fóruns ou audiências públicas (citizens forums); referendos (referendum). Segundo este autor, as APLAs podem tomar ainda três formas distintas: a) opinion polls; b) citizen\s juries; e, c) consensus conferences.

Diferentemente dos instrumentos de mediação, que buscam alcançar algum tipo de resolução de conflitos entre grupos de interesse em disputa, ou mesmo dos referendos que podem inclusive mudar leis, as APLAs são maioritariamente do tipo opinion polls onde realiza-se o levantamento de opiniões sobre questões de interesse público. Por sua natureza plural, como espaço da diversidade e da adversidade, as APLAs dificilmente resultam em consenso.

Neste modelo incluído no processo de licenciamento, as APLAs, juntamente com os EIA/RIMA, podem ser vistas como um instrumento administrativo legalizante das ações do Estado, fazendo convergir diferentes opiniões, pareceres, recomendações para o centro do poder decisório sobre o licenciamento ambiental, neste caso o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA).

Como diria Manin (2007, p.31): “Uma decisão legítima não representa a vontade de todos, mas resulta da deliberação de todos”. Ao institucionalizar um espaço formal para participação da sociedade civil, o Estado estabelece um canal para que os gestores municipais, peritos, além de todos os cidadãos interessados, principalmente aqueles que possam sofrer os impactos da obra, tenham oportunidade de se manifestar durante a tomada de decisões administrativas sobre a licença prévia de instalação, conferida pelo CONSEMA.

Criado em 1983, em um momento em que a poluição e o desmatamento no Estado de São Paulo tomava índices alarmantes, a exemplo da instalação do pólo industrial de Cubatão que colocava em cheque a sobrevivência da Mata Atlântica da Serra do Mar, o CONSEMA desempenhou um papel embrião da Secretaria de Meio Ambiente criada em 1986, quando passou a estar à ela esta vinculado como órgão normativo e recursal⁴.

O CONSEMA compõe-se de forma paritária por trinta e seis (36) membros, sendo a metade de seus representantes oriundos de órgãos do Estado e a outra metade da sociedade civil. Entre as entidades conselheiras da sociedade civil, apenas seis são de cunho ambiental e eleitas diretamente pelos votos das demais associações cadastradas no CONSEMA. A presidência do CONSEMA é sempre exercida pelo Secretário de Meio Ambiente do Estado.

Segundo ABERS e KECK (2007) embora boa parte da literatura brasileira sobre os conselhos gestores os vêem como novas arenas deliberativas que encorajariam a expansão da participação direta dos cidadãos no processo de decisão pública, a estrutura organizacional e a prática política desses conselhos contraria essa visão.

“Mas o modelo organizacional dos conselhos não se encaixa no conceito tradicional de democracia participativa por dois motivos. Primeiro, os “participantes” não são cidadãos comuns, como estipulariam os modelos de democracia direta: são representantes de organizações. Segundo, além de associações cívicas e grupos de interesse, “representantes” do Estado também participam desses conselhos.[...] as expectativas para participação em conselhos gestores deveriam ser ajustadas em três sentidos: 1) que a participação de associações cívicas nos conselhos tem legitimidade quando possibilita a presença de pontos de vista diversos e não somente quando estas falam em nome de grupos sociais amplos; 2) que os representantes do Estado deveriam ser cobrados para defender os interesses daqueles que não se fazem representar; e 3) que os conselhos gestores deveriam ser entendidos como potenciais espaços dinâmicos, nos quais atores diversos não somente deliberam, mas também mudam as suas práticas. (ABERS e KECK, 2007, p.1)

⁴ Art. 193 da Constituição do Estado.

Dessa forma, é importante esclarecermos que a participação cidadã nos Conselhos Gestores só é direta quando o cidadão assume a função de conselheiro, atuando como autêntico Agente Público, deliberando diretamente sobre as matérias de competência setorial do Colegiado. A participação popular, portanto, é indireta e se dá através das Audiências Públicas ou Reuniões Técnicas Informativas quando o público opina, através do exercício da palavra.

Os argumentos do cidadão comum sobre o licenciamento e reuniões técnicas informativas podem ser apreciados pelos conselheiros principalmente através da análise do registro consignado nas atas. Neste caso, aquele cidadão que tiver a pretensão de cobrar tal análise no futuro, deve requerer que sua fala seja consignada na íntegra quando de sua manifestação em Audiência, pois nem sempre isso acontece.

O papel do Estado em conflitos de classe e interesses no processo de Licenciamento

O estado moderno democrático é caracterizado pelo dissenso entre diferentes cosmovisões, o que torna os conflitos elementos constitutivos de nossa própria sociedade. Nos processos de licenciamento de obras estatais, esta ampla gama de interesses em disputa confrontam-se com diferentes lógicas para a gestão dos bens públicos de uso comum, tornando estas arenas bastante relevantes ao campo de estudo da Ecologia Política.

“A Ecologia Política estuda conflitos ecológicos distributivos; constitui um campo criado por geógrafos, antropólogos e sociólogos ambientais. O enfrentamento constante entre meio ambiente e economia, com suas vicissitudes, suas novas fronteiras, suas urgências e incertezas, é analisado pela economia ecológica” (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p. 15).

Para LITTLE (2006, p.91), os conflitos ecológicos distributivos podem ser divididos em três grupos: 1) Conflitos em torno da disputa pelo controle sobre os recursos naturais, tais como disputas sobre a exploração ou não de um minério, da pesca, do uso dos recursos hídricos, florestais etc.; 2) Conflitos em torno dos impactos sociais e/ou ambientais, gerados pela ação humana, tais como a contaminação dos rios e do ar, o desmatamento, a construção de grandes barragens hidrelétricas e grandes obras de infra-

estrutura urbana; 3) Conflitos em torno de valores culturais e modo de vida, isto é, conflitos envolvendo o uso e os serviços ambientais.

Little (op cit, p. 92) afirma que “um olhar antropológico pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado”. Tal invisibilidade somam-se ainda a três tipos de críticas relacionado às APLAs e ao licenciamento ambiental: 1) quanto às suas limitações técnico-científicas (LA ROVERE, 1992); 2) quanto aos seus fundamentos morais e ao seu desenho institucional (LEIS, 1997) e 3) quanto a possibilidades de gerarem a elitização do processo decisório (ALONSO; COSTA, 2000).

Se por um lado, autores adeptos da democracia deliberativa como HABERMANS(1987) defendem que adotando os procedimentos próprios da teoria hegemônica (regra da maioria, eleições periódicas, divisão de poderes) a democracia legitimaria as decisões governamentais ao promover o exercício da deliberação dos indivíduos racionais em fóruns amplos de debate e negociação, por outro, autores refutam o conceito habermasiano de que afinal seria reconstrução racional do mundo da vida diante da hipercomplexidade da sociedade moderna e sua diversidade contraditória, desigual e inconciliável de valores, interesses, ideologias e paradigmas.

“Na medida em que a questão ambiental e ecológica generaliza-se, obtendo alcance planetário, a qual diz respeito a todos os âmbitos da organização social, aos aparatos do Estado e a todos os grupos e classes sociais, isso induz um amplo e complexo processo de transformação epistêmica no campo do conhecimento e do saber, das ideologias teóricas e práticas, dos paradigmas científicos.” (MUNIZ, 2009, p.184)

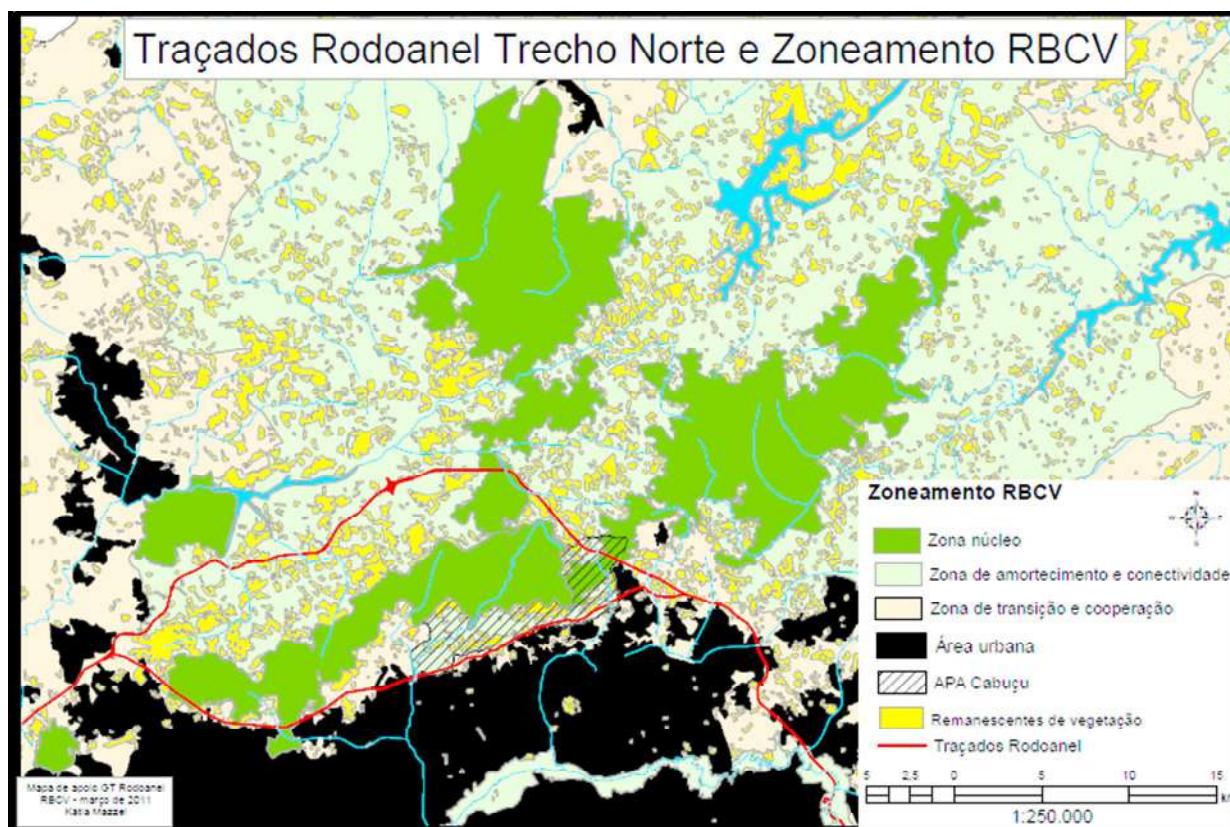
Entre os mais notáveis destes autores críticos da hegemonia cognitiva está Boaventura dos Santos (2007) que identifica no mundo ocidental, a linha abissal que separa, o legal do ilegal, o visível, do invisível. De um lado da linha, o conhecimento científico e o direito moderno, de outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem aos critérios da racionalidade hegemônica.

“A modernidade ocidental, em vez de significar o abandono do estado de natureza e a passagem à sociedade civil, significa a coexistência de sociedade civil e estado de natureza separados por uma linha abissal com base na qual o olhar hegemônico, localizado na sociedade civil, deixa de ver e declara efetivamente como não-existente o estado de natureza. O presente que vai sendo criado do outro lado da linha é tornado invisível ao ser reconceitualizado como o passado irreversível deste lado da linha.” (BOAVENTURA, 2007, p.74)

Para Boaventura dos Santos (2007) defende que no campo do direito moderno, o Estado realiza a distinção central entre legal e o ilegal deixando de fora todo um território social “sem lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e ilegal de acordo com direitos não reconhecidos oficialmente.”

Um excelente exemplo do pensamento abissal está expresso na forma cartográfica do traçado norte do Rodoanel representado pela alternativa ao Sul do mapa abaixo. Passando por diversos bairros de baixa renda, pouca infra-estrutura urbana e áreas verdes, ao escolherem a alternativa “inferior” do traçado por fim atravessará toda a zona de amortecimento ao Sul do Parque Estadual da Cantareira, optou-se por interferir em regiões ocupadas por favelas, áreas de proteção ambiental (APA Cabuçu) afetando maioritariamente cidadãos pobres, pequenos proprietários em situação imobiliária irregular e de vulnerabilidade social e com menor capacidade de representação jurídica diante de conflitos desta natureza.

MAPA 1- Mapa de apoio ao GT Rodoanel Trecho Norte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo



Fonte: Kátia Mazzei, pesquisadora do Instituto Florestal (Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo).

O DERSA argumenta, em seu EIA, que o traçado inferior do Rodoanel, ao Sul da Cantareira pode servir como uma "linha amortizante" para o Parque Estadual da Cantareira contendo as ocupações ilegais em sua Zona de amortecimento. Dessa forma, o próprio estudo já esclarece a hierarquia das posições e distintos tratamentos para atores desiguais. Nesta "linha amortizante", vemos claramente uma "linha abissal" que separa a população visível da invisível, o legal do ilegal, a floresta da cidade, o selvagem do civilizado.

Sendo assim, é comum que argumentos de cunho tecnocrático ofusquem os verdadeiros conflitos distributivos e de classe presentes em um sistema repleto de injustiça ambiental, acabando por alimentar instrumentos de controle da legalidade e de licenciamento ambiental baseados na livre interpretação da lei, transgressão de princípios que subvertem as leis de proteção ambiental e os direitos humanos. Conforme afirma David Harvey (2004, p. 111):

“as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e sócio-ecológicos que ocorrem no momento presente.”

Em um território social e identitário marcado por agudas desigualdades como a zona de amortecimento da Serra da Cantareira o Estado não é um poder neutro, um mero observador de fora. Por seu caráter plural. Como afirmam Abers e Keck (2007): “o Estado não atua como um mero mediador de conflitos, não representa o interesse comum, mas de seus próprios projetos políticos para os quais procura aliados em todos os setores da sociedade”. Nem mesmo é um poder imposto à sociedade, assim como não é “a imagem e a realidade da razão” como sustentava Hegel, mas ao invés disso, desempenha, necessariamente, certas tarefas de apoio ao modo capitalista de produção.

“Toda classe que se põe no lugar da classe dirigente anterior fica obrigada, para levar a cabo seu objetivo, a representar seus interesses como interesse comum de todos os membros da sociedade [...] precisa dar as suas idéias a forma de universalidade, e representá-las como as únicas ideias racionais e universalmente válidas”. (MARX e ENGELS, 1970, p.65)

Para o historiador Edward Thompson e parte dos revisionistas marxistas ingleses, o conceito de classe social, equivocadamente entendido como fenômeno global e imutável, deve ser substituído, tanto do ponto de vista sociológico como heurístico, por uma categoria histórica, derivada de processos sociais e conflitivos estruturados através do tempo e no espaço.

“Gramsci não escreveu sobre classes hegemônicas, mas sobre a hegemonia de uma classe – a hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das assim chamadas organizações privadas, tais como a Igreja, as municipalidades, as escolas etc.” (THOMPSON, 2001, p. 147).

Ao admitirmos, juntamente com Thompson, que o conceito de classe não é apenas determinado por fatores estruturais e econômicos, incorporando aspectos culturais e as experiências cotidianas de indivíduos e grupos em lutas “herdadas ou partilhadas” que contribuem para o seu “fazer-se em si mesmo”, resgatamos a importância das memórias populares, de “gente comum” frequentemente esquecidas, levadas a se engajarem em confrontos políticos diante de privações reais impostas pelo poder hegemônico. Para Thompson, não é possível falarmos de classe social ignorando estes indivíduos e grupos que a constituem. Parafrazeando Thompson (1987, p.13) e Boaventura “Os becos sem saída, são linhas abissais para além dais quais as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos.”

Ao revigorar o conceito de classe, estabelecendo um ponte com a antropologia, foi possível despontar uma crítica radical das ideologias do progresso abstrato, modernização, cuja conseqüência mais cruel é a mercantilização da vida, promovida através de violenta ruptura com passado e tradições dos vencidos e oprimidos da história, entendendo o funcionamento político do Estado moderno, em sua relação com o capital, sob a ótica da racionalização constante da vida coletiva em favor da livre operação dos mercados. O Estado moderno democrático, como bem menciona Boaventura (1982, p.12):

“não é capitalista por suas características institucionais, nem pela composição de classes das elites que ocupam os seus aparelhos. O estado é capitalista pelo seu papel constitutivo no processo de acumulação. Esta contradição e instabilidade e estas lutas não só atravessam o Estado em suas múltiplas ações e omissões como se inscrevem sua forma política básica, a medida que o estado deve assegurar a criação e reprodução das condições de acumulação e *no mesmo processo* permanecer exterior a elas.”

Licenciamento ambiental e Desenvolvimento Geográficos Desiguais

O difícil acesso a terra urbana vem sendo uma grande barreira para circulação de capitais excedentes. Segundo Harvey (2004), está em curso um crônico e permanentemente variável estado de Desenvolvimento Geográfico Desigual na modernidade contemporânea,

fundamentado na reprodução ampliada do capital e na “acumulação por desapropriação”⁵, o que significa necessariamente a apropriação de recursos alheios.

O investimento público em GPU (Grandes Projetos Urbanos) como o Rodoanel cria maiores oportunidades para a expansão do capital imobiliário, acirrando as disputas em distintas escalas geográficas em torno da apropriação, desapropriação e permanência espacial, acelerando fluxos e mudanças nestes territórios.

A constante busca de espaços que ainda não foram incorporados à circulação de capital como uma necessidade irremediável do capitalismo competitivo de acelerar o tempo de circulação de mercadorias, consolida como senso comum a crença de que tanto o crescimento econômico como as mudanças tecnológicas e os investimentos bilionários em infra-estrutura devem ser aceitos como inevitáveis e portanto bons em si mesmos, independentemente dos impactos socioambientais causados às populações lindeiras à obra.

A Teoria de Desenvolvimento Geográfico Desigual de Harvey revela uma intrínseca relação entre o processo de acumulação de capital com as dinâmicas de injustiça ambiental urbanas onde são frequentemente destinados a maior carga dos danos ambientais relativos à urbanização às populações de baixa renda, grupos marginalizados e APAS e corredores ecológicos da fauna e flora.

“De forma mais ampla, parece que a modernidade ocidental só poderá se expandir globalmente na medida em que viole todos os princípios sobre os quais fez assentar a legitimidade histórica do paradigma da regulação/emancipação deste lado da linha. Assim, direitos humanos são violados para que possam ser defendidos, a democracia é destruída para que se garanta sua salvaguarda e a vida é eliminada em nome da sua preservação”. (BOAVENTURA, op. cit., p.9)

A seguir analisaremos, como populações afetadas por este tipo de empreendimento resistem à homologação do espaço pelo Estado Moderno que ao promover em suas políticas básicas o crescimento econômico e a superacumulação de capitais ratificam as desigualdades geográficas, justificando e legitimando suas ações através de um conjunto de mecanismos sóciopolíticos, pautados pela argumentação racional, técnica e ambiental em fórum democrático.

⁵ A acumulação por desapropriação, uma generalização da concepção de Marx acerca da acumulação primitiva, a partir da qual seres humanos, natureza e dinheiro são convertidos em mercadorias e postos em circulação como capital uma força crucial para a validação do sistema.

A construção de identidades coletivas através do ambientalismo

A complexa geografia histórica de uso e ocupação humana na porção Sul da serra da Cantareira tem produzido no meio ambiente um mosaico geográfico de ambientes e modos de vida sócio-ecológicos caracterizados pelo pluralismo e pela desigualdade de uma grande floresta urbana.

Em nosso estudo de caso, pudemos observar que, diante de conflitos distributivos que afetam um grande número de pessoas, grupos, comunidades como o Rodoanel Norte, a população afetada primeiramente tende a formular argumentos que evidencie suas experiências e memórias pessoais e familiares, para depois se apropriarem de argumentos que salvaguardem o bem público e os patrimônios históricos e natural.

O cidadão comum, ainda não-ativista, começa a participar de ações coletivas motivado por um conjunto de significados e valores importantes para sua própria vida. Dessa forma, sua experiência pessoal no tempo e espaço vivido é sempre o ponto de partida para a formação de identidades coletivas. Como observou Harbemas (1982, p.255): “Se os atores não trouxerem consigo, dentro de seu discurso, suas histórias de vida individuais, suas identidades, suas necessidades e desejos, tradições e pertencimento, o discurso prático será esvaziado de todo o seu conteúdo”.

Os discursos individuais adquirem importância ao serem coletivizados no contexto das audiências públicas, à medida que promovem um intercâmbio entre as memórias individuais, possibilitando interações dialógicas entre diferentes memórias. Muitas vezes em contradição com o tempo presente, tais memórias tensionam-se entre a experiência vivida/aprendida, entre o espaço vivido/concebido gerando a possibilidade de produção simbólica de novas identidades territoriais latentes e desconhecidas. É Pollack quem a seguir explica a estreita ligação entre memória individual e identidade.

“Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum [...] Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”. (POLLACK, 1989, p.4-5)

Para BOHMAN (1999), um argumento torna-se público quando apresenta grande chance de ser compreendido e aceito pelos demais interlocutores. Aquilo que chamamos “espírito público” (ELIASOPH,1997) depende da competência dos atores de representar suas próprias crenças, valores sobre uma determinada questão sob aspectos generalizantes junto a um coletivo, conjugando na sua argumentação não só seus próprios interesses individuais ou de um grupo restrito de pessoas. DROMI (1992) chama atenção para figura do “cidadão colaborador”⁶, atuante na gestão dos bens públicos e hábil em tornar público seus argumentos tornando-se, por vezes, capaz de influenciar políticas públicas.

Em uma arena política como as APLAs de licenciamento, onde discutem-se os impactos socioambientais e questões relevantes envolvendo bens públicos, como a água, o ar, as florestas, como tornar a participação, a contestação e colaboração cidadã eficiente na definição de políticas públicas pautadas na adoção de cautelas ambientais?

Estamos de acordo com diversos autores de que as instituições deliberativas apresentam limites às políticas pautadas pelo princípio de “sustentabilidade” de bens públicos⁷ (JACOBS, 1997; LENZI, 2009).

“A negociação dos conflitos, nessas instâncias, se realiza quando os cidadãos afetados atribuem ou negam legitimidade a iniciativas públicas ou privadas, conforme sua percepção subjetiva das conseqüências imediatas dos problemas ambientais para sua vida cotidiana. No entanto, o resultado da deliberação é incerto. Nada garante que da expansão da participação popular venham a emergir decisões consensuais relativas a dilemas ambientais.” (ALONSO; COSTA, 2002, p.121)

Acrescentamos o fato das APLAs investirem-se de um viés técnico-científico no contexto brasileiro como aponta LEIS (1997), configurando-se como uma arena deliberativa, além de plural desigual do ponto de vista da capacidades dos atores formularem argumentos “racionais” frente ao aparato legal do Estado.

Todavia, mesmo com a dificuldade de leitura dos EIA/RIMA pela maior parte das pessoas afetadas por estes empreendimentos no Brasil, ao se abrir um canal para discussão sobre impactos sobre paisagem, formas de uso e ocupação no entorno de Unidades de Conservação, dando a oportunidade de interações simbólicas entre os dramas e memórias individuais e coletivas compartilhadas é possível admitir o potencial das APLAs para

⁶ Sob a perspectiva de uma relação colaborativa entre Administração e população, pautadas pela racionalidade argumentativa encontramos respaldo na própria Constituição da República que prevê “a cooperação das associações representativas no planejamento municipal” (Art. 29, inc. X).

⁷ JACOBI (1991) discute as diferenças entre bens públicos, que podem ser divididos em partes individuais e recursos comuns que podem ser individualmente consumidos. “O que difere do ar que não pode ser apropriado como partes separadas pelos indivíduos. Embora o acesso a cada um deles seja coletivo, a apropriação ocorre de forma diferenciada”. (JACOBS,1991 apud LENZI, 2009, p.35)

configurarem um espaço relacional para informação, comunicação, influência, disputas, conflitos e negociação entre diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos.

Neste processo de “negociação” de identidades coletivas (MELLUCI, 1989) a partir da convivência e interação entre diferentes grupos de interesse à memória individual pode dar lugar à coletiva, todavia, muitas vezes os grupos afetados devem estar dispostos a mudarem suas ações, por vezes ingenuamente performadas, para se engajarem reflexivamente no processo de contestação política e argumentação técnica.

Ao saltar para uma esfera de argumentação mais coletivizante, tais grupos tornam-se capazes de explorar os pormenores dos conflitos distributivos baseados em inter-relações ecológicas rumo à construção de uma memória coletiva que se fortalece no sentimento comunitário e de pertença ao território em que vivem. Esta mudança de perspectiva, conectada com ações coletivas e oportunidades políticas, pode afetar o conjunto de decisões políticas sobre este território, intensificando o processo de resistência como se evidenciou não só no adiamento do processo administrativo, mas nas mudanças sócioespaciais do traçado norte em relação aos demais trechos do Rodoanel.

Em contato com o movimento ambientalista em prol da Cantareira, muitos moradores da zona de amortecimento do parque tornaram-se ativistas ambientais⁸, enveredando rumo a formas de resistência locais em intercâmbio com resistências globais, assimilando novos discursos pautados pelo paradigma de desenvolvimento sustentável.

Audiências Públicas 2010 - 2011 - Licenciamento Rodoanel Trecho Norte

Durante o processo de Licença Prévia (LP) do empreendimento “Rodoanel Metropolitano Mário Covas”, foram realizadas 9 APLAs, as quais descrevemos sumariamente no quadro a seguir:

⁸ Este é o caso de Adriana Matos moradora do bairro Vila Rica, dona de casa que esteve liderando ao microfone os manifestantes da passeata S.O.S Cantareira em novembro de 2010 e testemunhou que se soubesse da importância da Cantareira para a cidade não teria ocupado a área em que mora.

QUADRO 1- Audiências Públicas do Trecho Norte do Rodoanel que antecederam a Licença Prévia

Audiência DATA/ LOCAL	Organizador	principais acontecimentos
1ª Audiência: Arujá 07/12/2010	O Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S.A.	Um pedido de adiamento das audiências públicas foi feito por moradores e entidades ambientalistas que reuniram 9.200 assinaturas manifestando-se em passeata contra à instalação do Rodoanel na zona de amortecimento do Parque Estadual da Cantareira. Mesmo após o Ministério Público Federal recomendar ao CONSEMA o adiamento das Audiências Públicas por dificuldade de acesso à informação das comunidades afetadas, a primeira APLA para a análise do EIA - RIMA foi realizada no município de Arujá como previsto.
2ª Audiência: Guarulhos 15/12/2010	O Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S.A.	Em auditório lotado, após grande tumulto, esta Audiência foi cancelada sob protestos dos manifestantes presentes. O município de Guarulhos critica cerca de 1,2 mil famílias de Guarulhos terão de sair de suas casas e pelo menos 4 mil residências serão isoladas do resto da cidade pelo anel viário, alega a prefeitura da cidade. A administração municipal reclama que o traçado do Rodoanel passa sobre um reservatório de água no bairro Bananal e por uma estação de tratamento de esgoto no Cabuçu.
3ª Audiência: São Paulo - 16/12/2010	O Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S.A.	Entidades ambientalistas do CONSEMA que expuseram suas críticas ao projeto demonstrando preferência pelo traçado ao norte da Cantareira argumentando que a ligação com a D. Pedro desestimularia o uso do Rodoanel como avenida de fuga para os carros da cidade. Várias denúncias de abuso do DERSA com relação à negociação de valores e retirada de moradores.
2ª Audiência: Guarulhos 15/12/2010	O Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S.A.	Reagendada, a audiência de Guarulhos durou quase sete horas. Representantes da sociedade civil vindos de diversas regiões do Estado, muito mais preparados superlotaram o auditório e apresentaram à mesa trabalhos técnicos denunciando inconsistências sobre o EIA/RIMA. A manifestação, através de votos, que confirmou contrariedade quase unânime dos presentes ao empreendimento.
4ª Audiência: Taipas - São Paulo 25/02/2011	Comissão de Administração Pública da C. M. de São Paulo Frente Parlamentar contra o traçado do Rodoanel	Esta audiência foi convocada por parlamentares da Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal, de oposição ao Governo do Estado da Frente Parlamentar contra o traçado do Rodoanel. Moradores da região de Taipas e Brasilândia, no pé da Serra da Cantareira, reclama não pôde comparecer na audiência pública de São Paulo, realizada no bairro da Liberdade, a quase 20 km de distância. Os moradores lotaram o auditório com aproximadamente 1.000 pessoas. Representantes do movimento de moradia ganharam destaque nas discussões.
5ª Audiência: São Paulo - 14/04/2011	Assembleia Legislativa Frente Parlamentar contra o traçado do Rodoanel	Coordenada pelo deputado Enio Tatto (PT) a audiência abordou preocupação com os variados impactos que o Rodoanel poderá causar, tanto social, por conta das desapropriações, como os ambientais, foram expressas pelos deputados do PT, PDT, PSol e PC do B.
6ª Audiência: São Paulo 27/04/2011	Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente Frente Parlamentar contra o traçado do Rodoanel	Convocada pelo vereador Chico Macena (PT), integrante da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, para que a Dersa, as secretarias municipal e estadual de Transportes e a secretaria estadual do Verde e Meio Ambiente apresentem os projetos do trecho norte do Rodoanel e seus respectivos impactos ambientais, urbanísticos e de vizinhança. Prefeitura e DERSA não compareceram.

Audiência DATA/ LOCAL	Organizador	principais acontecimentos
7ª Audiência: São Paulo - 03/05/2011	Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S.A.	A Audiência Pública convocada pelo DERSA e conduzida pelo presidente do DERSA, Sr. Laurence Casagrande Lourenço, Foram discutidos detalhes do projeto de construção do novo ramal para dar diretrizes a licitação da obra do trecho Norte. O presidente do Dersa, comunicou que não haveria mais o trevo de ligação na avenida Inajar de Souza. A pedido da prefeitura de São Paulo e haveria um desvio do traçado original nos bairros Bambi e Cabuçu de Baixo, em Guarulhos. Mais de 300 moradores dos bairros atingidos pela obra participaram do evento público, no Instituto de Engenharia, zona sul da capital.
8ª Audiência: São Paulo - 27/05/2011	Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente Frente Parlamentar contra o traçado do Rodoanel	Foi apresentado o parecer técnico elaborado pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo sobre o Trecho Norte do Rodoanel onde são propostas 70 medidas de prevenção, compensação ou mitigação de impactos ambientais.
9ª Audiência: São Paulo - 28/06/2011 - AUDIÊNCIA RESOLUTIVA DO CONSEMA	O Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA)	A decisão do CONSEMA garantiu a Licença Prévia (LP) da obra, que terá 7 túneis e mais de 20 viadutos. O parecer aprovado fez 119 recomendações à Dersa para que a instalação definitiva da obra seja concedida. Com a LP, o Dersa já pode publicar edital, fazer sondagens de campo e cadastrar famílias e donos de imóveis que serão diretamente impactados. Foram 23 votos favoráveis, 7 contrários e uma abstenção, o parecer técnico da Agência Ambiental Paulista (CETESB) para as obras do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas.

Além de servidores públicos da municipalidade e do Estado, a grande maioria dos participantes das APLAs que antecederam o licenciamento prévio do Rodoanel trecho norte era constituída pela população diretamente afetada pela obra, sobretudo, moradores da zona norte de São Paulo e Guarulhos, em sua maioria, classe média baixa e moradores das periferias mais vulneráveis da metrópole, seguidos, minoritariamente, por pequenos proprietários rurais e moradores de condomínio.

Ao longo de seu processo de licenciamento, a argumentação técnica, os protestos do movimento ambientalista e de comunidades diretamente “afetadas” basearam-se, em linhas gerais, nos seguintes questionamentos em relação ao empreendimento:

- 1) A real contribuição da obra para resolver os problemas de trânsito da cidade de São Paulo, considerando o pouco investimento em transporte público de qualidade na região metropolitana;
- 2) Aos impactos ambientais sobre os mananciais e áreas do Cinturão Verde de São Paulo resultando em prejuízos aos serviços ambientais prestados pelas florestas urbanas paulistanas (abastecimento de água, poluição atmosférica e lhas de calor);
- 3) À quantidade de desapropriações necessárias para consecução do empreendimento;
- 4) Sua capacidade de induzir um “boom imobiliário” em áreas da Serra da Cantareira;

- 5) Sua capacidade de induzir novas ocupações irregulares em áreas verdes e de mananciais devido a necessidade de mobilidade da população de baixa renda desapropriada;
- 6) À transferência de poluição, risco de acidentes envolvendo cargas perigosas em locais de relativa pureza ambiental gerando impacto sobre a fauna e flora local;
- 7) Ao desmatamento de aproximadamente 400 hectares de floresta primária e secundária;
- 8) À insuficiência e ineficiência dos compensações ambientais e mitigações da obra levadas a cabo pelo empreendedor DERSA;
- 9) Às denúncias de corrupção, desvio de verbas públicas e insatisfatória execução da obra pelas empreiteiras prestadoras de serviço;
- 10) Ao impacto da obra e do empreendimento sobre o Sistema Cantareira de Abastecimento e os riscos de operação para a Estação Elevatória (ESE) da SABESP.

Durante as APLAs do Trecho Norte, manifestou-se a insatisfação generalizada quanto à estratégia de divulgação adotada pelo empreendedor e ao traçado altamente impactante do ponto de vista sócioambiental, levando muitos moradores das áreas afetadas a organizarem abaixo assinados, passeatas e ações coletivas. Algumas comunidades acionaram a Defensoria Pública, enquanto grupos mais assessorados juridicamente e com maior capacidade de argumentação técnica levaram suas demandas diretamente ao Ministério Público e aos organismos internacionais como o BID.

No final de 2010, o Ministério Público do Estado de São Paulo recomendou, sem sucesso, o adiamento da primeira audiência a ser realizada em Arujá, apontando uma série de problemas, entre eles, a falta de destaque da realização de tais audiências no portal da Secretaria do Meio Ambiente, além de dificuldades para o download dos anexos e mapas do EIA/RIMA pela população afetada.

Além da indignação diante da grande modificação da paisagem da Cantareira e perda da qualidade ambiental da região, reinava, sobretudo, entre as populações lindeiras à obra, o clima de insegurança quanto às indenizações e à efetividade dos programas de habitação de competência dos municípios. Foram frequentes, nas APLAs do Trecho Norte, os relatos de moradores de outros trechos do Rodoanel sobre os dramas da desapropriação compulsória. Tais inseguranças demandavam a necessidade de uma nova representação destes segmentos da sociedade diante dos árbitros do poder público.

O problema de representação através dos Conselhos de políticas públicas foi problematizado no artigo “ Representando a diversidade” de ABERS e KECK:

“Nos anos 90, a frustração com a política convencional alimentou a esperança de que os conselhos criassem a possibilidade de uma representação mais “autêntica [...] O Estado eleito democraticamente pode não constituir a expressão da vontade de todos, mas tem obrigações para com todos os cidadãos e para com a

igualdade de direitos. Associações cívicas não têm, todavia, tal obrigação, ainda que na prática muitas delas procurem promover igualdade de direitos e justiça social”. (ABERS e KECK, 2007, p.6)

A partir do ano de 2000 e durante toda sua primeira década, o CONSEMA, ao começar a licenciar por trechos este grande projeto urbano, levando a cabo desmatamentos e desapropriações como jamais antes licenciados no Estado de São Paulo, demonstrou pouca ou nenhuma eficácia em representar principalmente aquele cidadão comum que está sendo diretamente afetado pelo empreendimento, tornando mais legítima não só a necessidade de re-fortalecimento das associações de bairro, de classe de grupos de interesse característico do associativismo dos anos 80, como as alianças políticas tradicionais dos movimentos populares urbanos com representantes do poder legislativo eleitos pelo voto direto. Esta aliança resultou na criação da Frente Parlamentar contra o Traçado Norte.

Durante as principais ações coletivas⁹ deste ciclo de contestação ao traçado do rodoanel norte, representantes parlamentares dividiram nas passeatas e nas audiências o microfone com representantes do movimento ambiental, do movimento de moradia e lideranças comunitárias. Durante o processo de licenciamento, parlamentares da bancada de oposição ao Governo do Estado (PT, PSol, PCdoB, PMDB), tomaram a defesa das vítimas do empreendimento, principalmente daquelas milhares famílias pobres que seriam desalojados pela obra, resultando em maio de 2012 na criação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Cantareira (CPI da Cantareira), cujo objetivo seria apurar irregularidades no uso e ocupação do solo da região.

Além da participação ostensiva de parlamentares, podemos dizer que, diferente das primeiras ações coletivas de oposição ao Rodoanel (89-2004), neste momento do confronto não se discutia mais “o que” e “porque” das ações do Estado, mas “como”, “onde” o trecho norte deveria ser instalado, ou ainda “quem” o traçado afetaria. Por isso o nome Frente Parlamentar contra o “traçado” do Rodoanel¹⁰.

Conclusão

A presença de múltiplos atores representativos dos setores sociais além de grupos, classes sociais com distintas formas de produção do espaço tornam as APLAs aptas não só

⁹ Em 2004 o movimento S.O.S Cantareira obteve sucesso na suspensão de audiências e do processo de licenciamento do traçado intermediário (Norte), que deveria passar pelos condomínios da Serra da Cantareira e mananciais do Sistema Cantareira.

¹⁰ A contestação política dos parlamentares da oposição, todavia, não contestou a real necessidade da obra que se insere também dentro do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal .

a dar visibilidade aos conflitos socioambientais, mas a tornarem-se um espaço para negociação, cooptação, mobilização e desmobilização de ações coletivas, uma arena política capaz de convergir interesses públicos e privados em torno empreendimentos de grande impacto ambiental.

Embora, motivados pelos ideais de uma nova democracia participativa, haja, em nossa sociedade, um grande interesse pela expansão destes espaços deliberativos, cada vez mais a efetividade dos mesmos para salvaguarda do patrimônio ambiental no processo de Licenciamento Ambiental brasileiro vem sendo questionada.

Em nosso estudo de caso, foram apontadas duas ações civis junto ao Ministério Público Federal, envolvendo a assinatura de milhares de manifestantes no intuito de suspender Audiências públicas durante o processo licenciamento. Isto indica que, no atual modelo, espaços como as APLAs e também o CONSEMA têm sido vistos, principalmente pelo movimentos ambiental, muito mais como instrumentos legitimadores e legalizantes de projetos desenvolvimentistas do Estado, do que arenas políticas onde seria possível um eficiente exercício da cidadania ambiental sobre assuntos de interesse público envolvendo a conservação do patrimônio natural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, A. COSTA . V. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. Encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da Clacso – Rio de Janeiro, novembro, 2000.

ABERS, R. N.; KECK, M. E. Representando a diversidade: Estado e sociedade e relações fecundas nos Conselhos Gestores. II Seminário Nacional do Núcleo de Pesquisa em Ciências, 2007.

SANTOS, B. O Estado, o Direito e a Questão Urbana. Revista Crítica de Ciências Sociais. (1982) 9-86.<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/10792>.

SANTOS, B. Para Além do Pensamento Abissal das Linhas Globais. A Uma Ecologia de Saberes Novos, Estudos 7, Novembro, 2007.

DROMI, R. El procedimiento administrativo. Buenos Aires : Ediciones Ciudad Argentina, 1996.
_____. Procedimiento administrativo. Prefácio. Tucuman, Argentina : Ediciones UNSTA, 1982.

ELIASOPH, Nina. Close to home: the work of avoiding politics. In: Theory and Society, v.26, 1997, pp.605-647. In GUICHENEY H; MARQUES A. A formação de contextos deliberativos para o entendimento negociado de questões coletivas em foco a Audiência Pública do processo de Licenciamento Ambiental de uma Pequena Central Hidrelétrica. Madri: Taurus, 1987

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. Espaços de Esperança. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela. Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LA ROVERE, E. Sociedade tecnológica, a democracia e o planejamento, in Goldenberg, Mirian “Ecologia Ciência e Política”. Rio de Janeiro, 1992.

LEIS, H. R. Um modelo político-comunicativo para superar o impasse do atual modelo político-técnico de negociação ambiental no Brasil. In: CAVALCANTI, C. (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo e Recife: Editora Cortez e Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

LENZI, C. L. A política democrática da sustentabilidade: os modelos deliberativo e associativo de democracia ambiental. Campinas. Ambiente e sociedade, Vol IV, 2009.

LITTLE, Paul E. Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, 2006

MANIN, B. Legitimidade e Deliberação Política. in WERLE, Denílson Luiz. E MELO, Rúriom Soares (Org.). Democracia Deliberativa. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007.

MARTÍNEZ, A. El ecologismo de los pobres. Editora Icaria , 2005.

MCADAM, D; TARROW, S.; TILLY, C. (1996). Para mapear o confronto político In: Lua Nova, São Paulo, 2009

MELUCCI, A. Getting involved: identity and mobilization in social movements. In: KLANDERMANS, B. (ed.). From structure to action: comparing social movement research across cultures. international social movement research. Greenwich CT: JAI Press.

MOREIRA, N. D. F. Direito de participação política: legislativa, administrativa, judicial: (fundamentos e técnicas constitucionais de legitimidade). Rio de Janeiro, Renovar, 1992.

HABERMAS, J. The Theory of communicative action: vol.II Lifeworld and system: a critique of functionalism reason. Boston: Beacon Press,1987.

MUNIZ, L.M. Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais. Revista Pós Ciências Sociais v.6, n.12, 2009.

OLIVEIRA G. H J., As Audiências Públicas e o Processo administrativo Brasileiro. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, 1997.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, vol. 2, nº 3. 1989.

SMITH, G. Deliberative democracy and the environment. London: Routledge, 2003.

CLASSE SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAPITALISMO NEOLIBERAL: RESSIGNIFICANDO CONCEITOS E LUTAS

Carla Appollinario de Castro

(mestre e doutoranda em Ciências Sociais e Jurídicas, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - PPGSD/UFF, bolsista da Capes e professora de Direito Processual Penal no Departamento de Direito da UFRRJ/ITR)

Iuri Falcão Xavier Mota

(mestrando em Ciências Sociais e Jurídicas, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - PPGSD/UFF e bolsista da Capes).

RESUMO

O presente artigo pretende, em um primeiro momento, analisar os conceitos de classe e o cenário de luta que serviram como base para o desenvolvimento capitalista brasileiro e, em um segundo momento, ressignificar tais conceitos a partir da lógica neoliberal. Por fim, procuramos também refletir acerca dos impactos dessa nova dinâmica sobre os movimentos sociais nascidos nas últimas décadas e sobre o estatuto garantidor de cidadania neste novo contexto histórico, social e econômico; bem como sobre suas consequências sobre as desigualdades econômico-sociais que marcam a historiografia do país, que repercutem diretamente sobre a questão da inclusão social.

ABSTRACT

This article aims, at first, to analyze the concepts of class struggle and the scenario that served as the basis for capitalist development in Brazil and in a second time to reframe these concepts from the neoliberal logic. Finally, we also reflect on the impacts of this new dynamic of social movements born in recent decades and guarantor on the status of citizenship in this new historical context, social and economic, as well as on its consequences on economic and social inequalities that mark the historiography of the country, which directly reflect on the issue of social inclusion.

PALAVRAS CHAVE: classes sociais – movimentos sociais – neoliberalismo

*“Não tenho culpa se a realidade é marxista”.
(CHE GUEVARA apud SARTRE¹)*

Introdução

O novo regime do capital mais flexível (HARVEY, 1994), implantado no contexto brasileiro durante os últimos vinte anos, foi responsável não somente por adaptar o país ao mundo globalizado e neoliberal, como também por impor desafios às classes populares no que diz respeito à configuração de sua identidade, luta e, principalmente, formas de organização social.

Neste atual estágio do desenvolvimento capitalista, marcado pela ausência de participação mais efetiva de grande parte dos indivíduos na riqueza social produzida e, ao mesmo tempo, pela ascensão do debate acerca do surgimento de uma “nova” classe média (NERI: 2011; POCHMANN: 2012; SOUZA: 2009 e 2010), torna-se necessária uma reflexão sobre os impactos e desafios impostos pela emergência de um novo padrão de desigualdade decorrente desse processo, com ênfase no caso brasileiro e suas repercussões.

Inserimos nossa pesquisa nos recentes estudos sobre a emergência ou não de uma (nova) classe média no Brasil, identificando que a maior parte deles enfatiza o debate a partir do seu uso como reserva de consumidores ou como capital político, negligenciando uma questão fundamental, que consiste na despolitização da questão social e da pobreza histórica brasileira.

Partimos da constatação de que os extratos das classes populares em ascensão são, em grande medida, despolitizados e pautados por valores individualistas, agora amplamente resgatados pelo neoliberalismo. Também é possível ressaltarmos que, entre eles, não há uma identidade de valores que normalmente identificam uma classe social ou um projeto comum emancipatório e, ainda, que sua forma de sociabilidade tem se desenvolvido em torno de padrões de consumo e de rendimento.

Por este motivo, aliás, verifica-se a ausência, entre eles, de um outro elemento, antes definidor de classe e de luta social, qual seja: a organização em torno de movimentos sociais ou instituições tradicionais, tais como associações de moradores ou de bairros, partidos políticos ou entidades sindicais e profissionais. Esta ausência de participação ativa em movimentos sociais organizados denota o caráter de passividade política e aponta para um refluxo dos movimentos sociais atualmente existentes e atuantes. Assim, entendemos que tal dinâmica parece reforçar apenas o caráter mercantil e/ou ideológico de seu delineamento e consolidação como suposta classe, a ensejar um debate mais amplo.

¹ (MÉSZÁROS, 2012: 8).

Serão utilizados como métodos de pesquisa a revisão de literatura, o levantamento de dados e notícias divulgadas na mídia impressa e eletrônica sobre a “nova” classe média e as novas formas de organização social. Serão utilizados como principais marcos teóricos para o desenvolvimento do tema, especialmente: NERI (2011), POCHMANN (2012), SOUZA (2009 e 2010), MARX (2011, 2008, 2004, 2001 e 1998), MARX e ENGELS (s.d. e 2007) e COUTINHO (1998).

Nossa hipótese principal consiste na constatação da necessidade do resgate dos conceitos de classe e de luta social como forma de enfrentar os novos desafios impostos pelo regime capitalista globalizado, a fim de não perder de vista o caráter político e, em certa medida, emancipatório das conquistas sociais verificadas até a chegada do neoliberalismo.

A partir dessas constatações e por meio da análise crítica de ambos os conceitos esperamos contribuir para a ampliação do debate atual que envolve a emergência de uma “nova” classe média e seu significado social e político, assim como para o resgate da discussão sobre as classes sociais e suas lutas, imprescindíveis para o enfrentamento da histórica desigualdade social histórica brasileira.

1. Classe trabalhadora ou classes trabalhadoras?

Quando se procura refletir sobre movimentos sociais² torna-se passagem obrigatória a discussão que envolve a expressão “classe trabalhadora”, na medida em que o contexto do qual emergiram todas as formas de lutas sociais na modernidade somente pode ser compreendido em termos de uma forma bastante específica de organização econômica que produziu as classes sociais e o antagonismo entre elas, das quais a expressão mais significativa é a classe trabalhadora.

Apesar de Marx e Engels jamais terem se dedicado, especificamente, à elaboração de uma teoria da classe trabalhadora ou das classes sociais, é inegável que a contribuição teórica que mais se destaca com relação ao tema, cuja relevância é perceptível até os dias atuais, foi fornecida por estes autores. Este processo pode ser observado em suas obras, a partir da formulação do conceito de “proletariado”³, analisado, por um lado, a partir da estrutura econômica típica das sociedades modernas no estágio inicial de desenvolvimento do capitalismo e, pelo outro, como uma massa política que seria capaz de organizar-se na direção de uma luta pela emancipação, sobretudo, econômica e social.

Dessa forma, podemos considerar como principais referências teóricas presentes nas primeiras formulações de ambos os autores: a estrutura de classes instituída pelo capitalismo

² Estamos trabalhando especificamente com o conceito de movimentos sociais no sentido de ação social coletiva de natureza sociopolítica, em torno da qual parte da população se organiza a fim de expressar e impor suas demandas. Não abordaremos o caráter cultural presente em alguns movimentos sociais. Por isso, para um aprofundamento do tema, remetemos para: COHN; PIMENTA (2008), MACIEL (1987), HOBBSAWM (2002: 274-291). Para uma visão sobre o contexto brasileiro, ver: GOHN (2011(a), 2011(b), 2010 e 2008), HOLLANDA; GONÇALVES (1985). Para uma leitura de movimentos mais contemporâneos, ver: MONTAÑO; DURIGUETTO (2010); Harvey *et al* (2012) e MONTAÑO (2007).

³ Remetemos, especialmente, para: MARX (s.d.; 2011(a); 2011(b); 2007; 2004; 1980 e 1967); ENGELS (2008) e MARX; ENGELS (2003; 1998).

(burguesia e proletariado) e a luta de classes que se estabeleceria a partir de então decorrente dos conflitos inerentes a essa forma de organização e reprodução produtiva. Pois,

É sempre na relação direta entre os proprietários dos meios de produção de produção e os produtores imediatos que encontramos o recôndito segredo, a base oculta da construção social toda e, por isso, da forma política das relações de soberania e dependência, em suma, da forma específica do Estado numa época dada (MARX, 1980: 907).

Contudo, a existência das classes ou grupos antagônicos não foi descoberta pelos autores mencionados, uma vez que alguns historiadores (Tierry, Guizot e Niebuhr) e economistas (Smith e Ricardo) já as analisavam muito antes deles, como revela o próprio Marx:

(...) Quanto a mim, não me cabe o mérito de haver descoberto a existência das classes sociais na sociedade moderna nem a luta entre elas. Muito antes de mim, alguns historiadores burgueses já haviam exposto o desenvolvimento histórico desta luta de classes e alguns economistas a anatomia destas classes. O que eu trouxe de novo foi demonstrar: 1) que **existência de classes** só está unida a **determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção**; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à **ditadura do proletariado**; 3) que esta mesma ditadura não é, de per si, mais que o trânsito para a **abolição de todas as classes** e para uma sociedade sem classes. [grifos no original] (MARX *apud* HARNECKER, 1983: 156)

Também merece destaque o fato de os dois conceitos (burguesia e proletariado) não permanecerem estáticos nas formulações de ambos os autores, sendo possível perceber uma variação de sentidos e valores que puderam ser agregados aos termos durante o amadurecimento da teoria que procurou compreender a marcha da história: a lei que rege a luta de classes.

Assim, quando os mesmos autores, mais tarde, desenvolvem o conceito de luta de classes como motor da história, ao considerarem que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe”, na realidade, estão chamando a atenção para o quanto o conceito de classe encontra-se diretamente relacionado com o conceito de modo de produção, a partir das diversas fases históricas do desenvolvimento da produção e da reprodução do capital, como valor que se transforma em mais valor (MARX; ENGELS, 1998: 8).

Nesse sentido, aliás, é oportuna a contribuição de Bakunin no que se refere à dinâmica de diferenciação de significativas parcelas da sociedade entre si, ao propor que “toda propriedade burguesa, enquanto propriedade exclusiva, é baseada na miséria e no trabalho forçado do povo, forçado não pela lei, mas pela fome” (1992: 6).

Posteriormente, Marx e Engels passaram a empregar o termo “luta de classes” para indicar a existência de um antagonismo que já não se manifestava apenas entre duas classes. Àquela altura, os sujeitos históricos específicos (burguesia e proletariado) passaram a protagonizar uma luta político-ideológica mais explícita, embora constante durante o desenvolvimento do capitalismo e da burguesia,⁴. Tratava-se, portanto, de uma consequência da diferenciação interna nas duas grandes

⁴ Remetemos para MARX, 2011(a) e MARX; ENGELS, s.d..

classes, em torno da disputa pela força motriz, i.e., pela capacidade de participar de forma ativa do processo de transformação social.

Emerge do pensamento de ambos os autores, nesse processo de diferenciação verificado no interior da sociedade burguesa, o surgimento do que eles denominaram de “pequena burguesia”, expressão utilizada, em momentos e sentidos diversos, para designar a classe média.

No que diz respeito à expressão “classe média”, o próprio Engels, em seu “Prefácio” à obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (1845), apresenta as observações quanto aos distintos sentidos, por ele, atribuídos ao termo:

(...) utilizei sempre a expressão *classe média* no sentido do inglês, *middle-class* (ou, como se diz frequentemente, *middle-classes*), que designa, como a palavra francesa *bourgeoisie* [no sentido de parte das classes proprietárias que se distinguia da aristocracia], a classe proprietária, especificamente a classe proprietária que é distinta da chamada aristocracia, ou seja, aquela classe que, na França e na Inglaterra diretamente e na Alemanha indiretamente, envolta sob o manto da “opinião pública”, detém o poder estatal. Utilizei também constantemente como sinônimos as palavras: operários (*working men*), proletários, classe operária, classe não proprietária e proletariado. [grifos no original] (ENGELS, 2008: 43)

Mas, a principal contribuição desta obra para a reflexão sobre as classes sociais, e mais especificamente sobre a questão social, manifesta sob a forma do pauperismo, reside em três aspectos principais, como mostra José Paulo Netto:

A radical originalidade do trabalho juvenil de Engels, que torna *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* uma obra absolutamente inovadora, pode ser sinalizada se se considerar que, na literatura européia de que é parte integrante, é nela que, *pela primeira vez*: a) a *revolução industrial* ganha a centralidade que de fato lhe cabe para a compreensão de como o capital passa a controlar a produção de mercadorias (...); b) a solução da ‘questão social’ deixa de estar hipotecada à filantropia, à moralização da sociedade ou à realização de receitas utópicas idealizadas por mentes generosas; porque compreendida como implicação necessária do padrão societário embasado na propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sua resolutibilidade é posta como função da supressão desse mesmo padrão societário; c) o proletariado não comparece como massa indiferenciada, sofredora e passiva, tal como o visualizavam os socialistas contemporâneos do jovem Engels; este foi capaz de apanhar, na situação proletária, a dinâmica criativa que, saturando a rebeldia e o protesto operários, põe o proletário, o trabalhador urbano-industrial, enquanto *classe*, como *sujeito revolucionário*, qualificado para promover a sua *autoliberação*. [grifos no original] (NETTO, 2008: 31-32)

Marx, por seu turno, utilizou a expressão “classe média” mais no sentido de “pequena burguesia”, correspondente àquela classe ou camada social situada entre a burguesia e a classe operária, diferenciando-a, deste modo, das demais. Além disso, ele tomou o surgimento e crescimento de distintos segmentos de classes médias como um fenômeno típico do processo de desenvolvimento do capitalismo e passou a criticá-las por serem aliadas naturais das classes proprietárias dos meios de produção e dotadas de um papel revolucionário apenas quando ameaçadas de proletarização e pauperização:

"As classes médias – o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês - combatem a burguesia para garantir a própria existência enquanto classes médias e impedir o próprio declínio. Portanto, não são revolucionárias, mas conservadoras. Mais ainda, são reacionárias, pois tentam virar a roda da história para trás. Quando são revolucionárias, é porque estão na iminência de passar para o proletariado; não defendem então seus interesses

atuais, mas futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado. (MARX; ENGELS, 1998: 18)

Como pode ser observado, Marx e Engels não diferenciaram - pelo menos, não de forma sistemática - os distintos setores das classes médias: a “antiga classe média” (artesãos, pequenos produtores, agricultores, camponeses, profissionais independentes) e a “nova classe média” (técnicos, supervisores, trabalhadores em escritório, funcionários do governo, professores etc).

Entretanto, apesar disso, não deixaram de manifestar duas inquietações importantes com relação ao processo de divisão interna da classe trabalhadora que deu origem às classes médias, a saber: seu crescimento expressivo no desenvolvimento do capitalismo⁵ e a orientação política dessa parcela expressiva das massas populares.

O aspecto mais importante que se extrai das contribuições de ambos os autores, e que mais interessa no âmbito do presente artigo, consiste no processo histórico de politização do conflito decorrente da relação capital-trabalho, exteriorizado sob a forma de questão social. Isso porque, no contexto brasileiro, a relevância da constituição do que Marx e Engels denominaram de “proletariado”, enquanto classe, pode ser observada a partir do tratamento conferido à questão social.

2. Luta de classes e questão social no Brasil

Nos anos antecedentes da década de 30, isto é, na República Velha⁶, a questão social, ou seja, os conflitos decorrentes do antagonismo entre as classes, era comumente tratada como “um caso de polícia” (MUNAKATA, 1981: 9). A partir da Revolução de 30, teve início uma crescente organização das classes trabalhadoras, verificada a partir, principalmente, da ampliação do movimento sindical, da maior capacidade de mobilização e de formulação de demandas, diante da qual a resposta política, pautada apenas pela repressão, pura e simples, da elite mais rígida, diferentemente do que ocorria até então, já não mais se sustentava. Era preciso, portanto, implantar um conjunto de transformações, que tornaram-se possíveis em decorrência da Revolução de 30, como mostra Wanderley G. Dos Santos, pois

“tornava-se indispensável uma mudança na composição da elite, ou – pelo menos – em parte dela, a fim de promover a renovação do equipamento ideológico com o qual era enfrentado o problema da ordem econômica e social e que alterasse as normas que presidiam o processo de acumulação e as relações sociais dele decorrentes”. (SANTOS, 1994: 67)

Logo, somente com o governo de Getúlio Vargas, a “questão social” entrou de forma mais efetiva no debate político e passou a ser tratada como tal. Por isso, o período compreendido entre 1930 e 1945, apesar de todas as turbulências (no campo político) e de todo autoritarismo do

⁵ Ver, nesse sentido, BERNSTEIN (1993) e POULANTZAS (1975).

governo de Getúlio Vargas, é considerado como a “era dos direitos sociais”, como destaca José Murilo de Carvalho (2001: 123). Este autor produziu uma boa caracterização do cenário brasileiro verificado após o movimento de 30, sobretudo nos aspectos social e político:

O ano de 1930 foi um divisor de águas na história do país. A partir dessa data, houve aceleração das mudanças sociais e políticas, a história começou a andar mais rápido. No campo que aqui nos interessa, a mudança mais espetacular verificou-se no avanço dos direitos sociais. Uma das primeiras medidas do governo revolucionário foi criar um Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A seguir, veio vasta legislação trabalhista e previdenciária, completada em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho. A partir desse forte impulso, a legislação social não parou de ampliar seu alcance, apesar dos grandes problemas financeiros e gerenciais que até hoje afligem sua implementação. Os direitos políticos tiveram evolução mais complexa. O país entrou em fase de instabilidade, alternando-se ditaduras e regimes democráticos. A fase propriamente revolucionária durou até 1934, quando a assembléia constituinte votou nova Constituição e elegeu Vargas presidente. Em 1937, o golpe de Vargas, apoiado pelos militares, inaugurou um período ditatorial que durou até 1945. (2001: 87)

Tal período, portanto, foi responsável por caracterizar para sempre a Era Vargas como a era dos direitos sociais, tendo sido implementado um modelo de legislação social⁷ que foi capaz de sobreviver a diversos regimes políticos e econômicos, inclusive a uma ditadura civil-militar, permanecendo quase intocado até a chegada do neoliberalismo.

Assim, a partir desse momento, a expressão “questão social” passou a ser utilizada para designar os problemas sociais, que eram e são conseqüentes da contradição que se consolida com o desenvolvimento da sociedade capitalista verificada entre o trabalho *versus* o capital. No mesmo sentido, Carvalho e Ianamoto salientam que

A questão social não é senão as expressões (*sic*) do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO; IAMAMOTO, 1983:77)

Concomitantemente a esse cenário de forte ebulição política e econômica, ganha expressão, no contexto brasileiro, uma discussão que se desenvolve em torno da tese da outorga/luta dos direitos, que não pretendemos, no âmbito do presente artigo e em tão poucas linhas, esgotar de forma absoluta, mas sim, fornecer subsídios para uma discussão. Nesse sentido, resgatamos a contribuição de Evaristo de Moraes Filho sobre o período, que passou a assumir uma postura, cada vez mais expressiva, de crítico socialista antigetulista, em 1952, ao rebater de forma bastante retórica a tese da outorga, como aponta John D. French:

(...) não houve outorga nenhuma, como quem dá esmola a um débil mental. As massas operárias lutaram durante um triênio – e ainda lutam hoje e continuarão a lutar – pelo advento de leis que lhes melhorassem as condições de vida. Houve greves, lutas, sangue, desespero, prisões, morte. Como falar-se em pobres-diabos, sem líderes, sem idéias, sem

⁷ Em pesquisa anterior, tivemos a oportunidade de esboçar um histórico da principal legislação produzida durante a Era Vargas, com repercussão até os dias atuais, nas esferas trabalhista, previdenciária e sindical, bem como seu processo de flexibilização após a ofensiva neoliberal. Nesse sentido, ver: CASTRO (2010: 87-89).

inspirações que receberam tudo que se lhes queria dar como favores espontâneos e unilaterais? (2001: 84)

O que se observa com relação ao marco regulatório propiciado principalmente pela CLT, é que, de fato, a submissão dos trabalhadores ao manto protetor da legislação do trabalho, ao mesmo tempo, criou uma situação dual (de inclusão/exclusão) e passou a “garantir” não só os direitos nela elencados, como também o exercício da efetiva cidadania por parte de numerosos setores sociais.

No entanto, com a chegada ao poder dos governos neoliberais no Brasil, no início dos anos 1990, verifica-se, pela primeira vez na história recente do país, que algumas mudanças substanciais conseguiram ser introduzidas, principalmente no segmento da legislação que sempre protegeu e assegurou os direitos aos trabalhadores, culminando na necessidade de uma reorganização em torno da questão social.

As principais transformações ocorridas no mundo do trabalho decorrentes da globalização neoliberal manifestaram-se, sob o enfoque econômico, na forma de reestruturação produtiva, e sob o enfoque social, por meio da flexibilização, desregulamentação e relativização dos direitos dos trabalhadores, cuja maior consequência, foi a precarização das condições e relações de trabalho. Esse conjunto de medidas compõe um novo regime do capital, pautado pela “acumulação flexível” e marca a passagem do paradigma da sociedade do trabalho para a sociedade neoliberal, esta última instituída no contexto brasileiro a partir do governo Collor (no início dos anos 90), consolidada durante o governo de FHC (1995-2002) e mantida durante os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011).

3. O novo mundo (neoliberal) do trabalho

O balanço que se extrai dos sucessivos governos neoliberais permite-nos apontar que esse conjunto de transformações inviabilizou a manutenção do emprego, consolidou o desemprego crônico (MÉSZÁROS, 2004: 17) ou estrutural e obrigou o trabalhador a se sujeitar às regras impostas pelo “mercado”, sendo ideologicamente induzido a acreditar que tal reestruturação produtiva (acompanhada da flexibilização dos direitos sociais) era necessária e inevitável como forma de se manter no mercado de trabalho.

Estamos nos referindo aos empregos mantidos ou criados no contexto neoliberal, que são acompanhados de contratos de trabalho realizados sob um arcabouço jurídico-legal que já havia institucionalizado as formas precárias, mediante a flexibilização do tempo de trabalho (jornada de trabalho), da remuneração, das espécies de contratação, da alocação do trabalho e, por fim, das formas de resolução dos conflitos (inclusive, com amplo incentivo à solução direta).

Tais mudanças também foram responsáveis por acentuar ainda mais a existência de uma histórica parcela de trabalhadores “informais”, formada por indivíduos que ficaram inteiramente alijados do mercado de trabalho formal (no sentido de trabalho regular, pago e com todos os

direitos) e, conseqüentemente, da proteção da tutela do Estado.

Além dos trabalhadores precarizados e dos informais, nesse mesmo período, observou-se a ampliação, sem precedentes históricos, de uma terceira parcela de trabalhadores, formada pelos “inempregáveis”⁸, ou seja, por indivíduos para os quais não há reserva de lugar, segundo a ordem social mais tradicional, na nova divisão social do trabalho, restando-lhes apenas a responsabilidade pela sua sobrevivência mais básica, a partir das formas mais precárias e instáveis de submissão ao capital.

Logo, diante desse cenário, é possível perceber que as diversas expressões das contradições decorrentes do processo de acumulação capitalista (em especial, a informalidade, o subemprego e os baixos salários) – que, como já tivemos a oportunidade de destacar, foram concomitantes ao seu desenvolvimento e remontam ao surgimento da própria sociedade capitalista - exteriorizadas sob a forma da [antiga] “*questão social*”, a partir das transformações contemporâneas, passaram a coexistir em conjunto com “novos” problemas decorrentes do processo de acumulação (i.e., desemprego estrutural, ocupações atípicas e precarização), materializando aquilo que Castel denominou de “nova” questão social (1998: 32).

Essa nova realidade indica a necessidade de alterarmos a reflexão sobre a “questão social”, como assinala Castel, à medida que o problema representado pelos atuais “inúteis para o mundo”:

(...) é, de fato, completamente distinto daquele que ocupavam até mesmo os mais desfavorecidos na versão precedente da questão social. Assim, o trabalhador braçal ou operário especializado das últimas grandes lutas operárias, explorado sem dúvida, não lhe era menos indispensável. Em outros termos, ele continuava vinculado ao conjunto das trocas sociais. Fazia parte, ainda que ocupando o último lugar, da sociedade entendida, segundo o modelo durkheimiano, como um conjunto de elementos interdependentes. Disso resultava que sua subordinação podia ser pensada dentro do quadro de uma problemática da integração. Isto é: em sua versão ‘reformista’, em termos de redução das desigualdades, de política de salários, de promoção de oportunidades sociais e de meios de participação cultural; em sua versão ‘revolucionária’, em termos de transformação total da estrutura social para garantir a todos uma real igualdade de condição. (1998: 32-33)

Castel sustenta que somente uma “nova questão social” pode lidar com este novo desafio imposto à teoria social, uma vez que

(...) os supranumerários nem sequer são explorados, pois para isso, é preciso possuir competências conversíveis em valores sociais. São supérfluos. Também é difícil ver como poderiam representar uma força de pressão, um potencial de luta, se não atuam diretamente sobre nenhum setor nevrálgico da vida social. Assim, inauguram sem dúvida uma problemática teórica e prática nova. Se, no sentido próprio do termo, não são mais atores porque não *fazem* nada de socialmente útil, como poderiam *existir* socialmente? No sentido, é claro, de que existir socialmente equivaleria a ter, efetivamente, um lugar na sociedade. Porque, ao mesmo tempo, eles estão bem presentes – e isso é o problema, pois são numerosos demais. Nisso há uma profunda ‘metamorfose’ relativa à questão anterior que era saber como um ator social subordinado e dependente poderia tornar-se um sujeito social pleno. A questão, agora, sobretudo, é amenizar essa presença, torná-la discreta a ponto de apagá-la (esse é [...] todo o esforço das políticas de inserção em pensar no espaço

⁸ Vale ressaltar que tais trabalhadores não se confundem com o exército industrial de reserva analisado por Marx, uma vez que este era formado por pessoas que ficavam à espera de uma convocação para voltar a ocupar um posto de trabalho, o que poderia ocorrer – e, normalmente, ocorria - em ciclos de expansão da economia.

de um refluxo das políticas de integração). Nova problemática, pois, *mas não outra problematização*. ((1998: 33)

Castel sustenta que os “*inúteis para o mundo*”/“*supérfluos*” fazem parte de uma nova lógica capitalista, havendo, portanto, um *déficit de lugares*, que conduz à *vulnerabilidade social* das massas, posta em prática por meio da exclusão maciça dos indivíduos dos processos de trabalho (que antes cumpriam a função de integrar os seres humanos socialmente) e que, por isso, essa lógica se mostra diferente das antigas formas de exploração adotadas pelo capitalismo de outrora, em especial as que fizeram emergir o pauperismo do século XIX.

Ademais, a *instalação na precariedade* dos trabalhadores e a *desestabilização dos estáveis*, cada vez mais comuns entre aqueles que ainda não se encontram no estágio de “supérfluos”, também contribuem para a *vulnerabilidade social*, bem como para o processo de desfiliação. Tudo isso resulta em um *déficit de integração* que deve ser considerado como atual objeto de reflexão da “*nova questão social*” (CASTEL, 1998: 513-537).

Tais problemáticas, portanto, caracterizam - o que Castel considera - uma ruptura com a “antiga questão social” e revelam não só ter havido uma *metamorfose* da “*questão social*” propriamente dita, como também das formas de regulação social desempenhadas pelo Estado. Para tanto, ele propõe um a “*figura do Estado social à altura dos novos desafios*” como solução, correspondendo ao que ele denominou de “*Estado estrategista*”, isto é, que

(...) estenda amplamente suas intervenções para acompanhar esse processo de individualização, desarmar seus pontos de tensão, evitar suas rupturas e reconciliar os que caíram aquém da linha de flutuação. Um Estado até mesmo protetor porque, numa sociedade hiperdiversificada e corroída pelo individualismo negativo, não há coesão social sem proteção social. Mas esse Estado deveria ajustar o melhor possível suas intervenções, acompanhando as nervuras do processo de individualização. (1998: 610-611)

Contudo, ressaltamos que, em nosso entendimento, o “*Estado estrategista*” proposto por Castel apenas cumpre a função de administrar a “catástrofe social”, revelando-se, inclusive, contraditório com a lógica neoliberal, uma vez que dentro da ortodoxia do pensamento social e econômico neoliberal há uma limitação brutal dos gastos e das intervenções do Estado nas questões sociais. Portanto, sustentamos que o modelo de Estado proposto pelo autor apenas serve para garantir a manutenção da ordem (burguesa) vigente, sobretudo nos países onde as medidas neoliberais foram implantadas de forma mais intensa (como foi o caso do Brasil).

Isso porque mesmo que certas estratégias sociais sejam aplicadas, seus efeitos são apenas locais e temporários, como têm revelado, por exemplo, as medidas assistencialistas/compensatórias adotadas de forma mais expressiva desde o governo Lula, no contexto brasileiro, que não têm o condão de promover uma transformação mais objetiva da ordem social. Pelo contrário, elas conferem garantia à reprodução do sistema, para que ele possa continuar realizando sua exploração e dominação, apenas garantindo a ordem e evitando o caos social, o que tem sido realizado na atualidade, quando se verifica até mesmo uma regressão histórica, com o retorno do tratamento

dado à “questão social” na forma de “um caso de polícia”, problema que se coloca novamente no cerne do debate político e que, por este motivo, impõe novos desafios às classes trabalhadoras.

No mesmo sentido, assinala Armando Boito Júnior, que também analisou o conjunto de medidas sociais adotado durante o governo Lula, para quem:

Os ministros da área social simulam resolver no varejo a desgraça que os ministros da área econômica promovem no atacado. Não se trata de uma proposta de organização política dos trabalhadores pauperizados pelo capitalismo neoliberal para fazer deles uma força pela mudança do modelo econômico. O Governo Lula mantém essa população pobre desorganizada e desinformada, explora-a politicamente – para ser mais preciso, explora-a eleitoralmente – porque sabe que a organização do povo poderia criar uma situação que o obrigaria a substituir a oferta de bolsas pela consolidação de direitos. (s.d.)

Além disso, não podemos deixar de mencionar o fato de não ser possível, embora seja bastante desejável pelo capitalismo neoliberal, se despedir por completo da sociedade salarial, uma vez que o trabalho, tanto no sentido concreto como também no sentido ideológico, ainda continua cumprindo função primordial para manutenção do sistema como um todo e, conseqüentemente, da dominação/exploração sobre as classes trabalhadoras.

Daí resulta, também, a importância da reflexão sobre a expressiva parcela de trabalhadores, agora alçados ao status de (nova) classe média, justamente no momento em que se observa, como consequência desse processo de transformação, a despolitização da questão social, da pobreza e, conseqüentemente, da histórica exclusão social brasileira.

4. A (nova) classe média e sua utilidade (ideológica) no contexto contemporâneo

Os recentes estudos sobre a emergência ou não de uma (nova) classe média no Brasil, se, por um lado, propiciam o debate acerca de seu uso como reserva de consumidores e ora, como capital político, por outro não enfatizam a questão fundamental inerente ao tema, e que mais diretamente tem relação com nosso propósito, pautada pela ausência de organização social dessa parcela da população, manifesta, principalmente, na ausência de confrontação com as bases de reprodução das nossas crônicas injustiças sociais, justamente por quem mais teria razões para questionar o atual modelo de desenvolvimento que garante a manutenção do sistema capitalista.

As pesquisas apontam aceleração na mobilidade social, dinamização do mercado consumidor e denunciam sua fragilidade à cooptação política, contudo, deixam de questionar a utilidade ideológica desse discurso, bem como de se debruçar sobre a parte mais significativa para a compreensão do atual cenário, consistente na caracterização da vida objetiva da (nova) classe média, a partir de um balanço dos principais direitos sociais garantidores de uma cidadania plena e substantiva e, conseqüentemente, de uma vida melhor.

Apesar de todas as críticas que devem ser direcionadas ao paradigma da cidadania, entendemos que o uso do termo ainda se mostra válido, quando se trata de compreender o processo histórico da desigualdade social brasileira. É preciso, entretanto, ampliar os termos do debate,

especialmente no que se refere ao uso ideológico da expressão (nova) classe média, bem como de seu concomitante processo de desvalorização dos direitos sociais (em especial, do trabalho), que foi fundamental para a consolidação do padrão de não desenvolvimento econômico aliado à permanência histórica da desigualdade social das últimas décadas.

É preciso, pois, revelar os múltiplos aspectos que permeiam o delineamento do capitalismo, em sua fase neoliberal, que também fizeram surgir o discurso ideológico embutido na emergência de uma suposta (nova) classe média, com ênfase no contexto brasileiro, que passaremos a analisar.

A primeira contribuição é do economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Marcelo Neri, ao defender que a “nova classe média brasileira é filha da combinação do crescimento com a equidade, que difere de nossa história pregressa e daquilo que ocorre nas últimas décadas em países emergentes e desenvolvidos nos quais a concentração de renda sobe” (2011: 14).

Em outras palavras, o autor assume o argumento de que estaria finalmente ocorrendo, pela primeira vez no desenvolvimento sócio-econômico do país, a “repartição do bolo”, tão almejada nas décadas anteriores, manifesta agora sob a forma de crescimento com distribuição de renda⁹, sendo essa combinação a maior característica dessa nova estrutura de classes¹⁰. E projeta ainda que

Se continuarmos na trajetória de crescimento e redução de desigualdade vistas em cada estado brasileiro desde 2003, a proporção de indivíduos na classe C cresce dos 50,5% em 2009 para 60,19% em 2014. Inicialmente, num cenário neutro em termos distributivos dentro dos estados, se a renda per capita crescer 4,7% ao ano nos próximos cinco anos, a classe média subirá para 56,22%, um aumento acumulado de 11%. Esse aumento seria ainda maior se o crescimento de renda viesse de mãos dadas com a redução da desigualdade recente. Nesse caso, a nova classe média chegará aos 60,19% com crescimento de 19,3%. Em termos absolutos, 12 milhões de pessoas sairiam da pobreza, contando o acréscimo de 8 milhões na população previsto desde 2009. Já a união das classes A, B, C seria incrementada de 32,2 milhões de brasileiros incorporados aos mercados consumidores. (NERI, 2011: 48-49).

O economista reconhece que o contingente de brasileiros pobres ainda se revela bastante expressivo, mas passível de sofrer transformações futuras, caso a tendência à distribuição de renda seja mantida, à medida que

Como conseqüência da manutenção do crescimento com redução da desigualdade, a pobreza também continua sua tendência decrescente, que vem desde 2003, quando o número de pobres segundo a linha da FGV, de R\$151,00 mensais, era de 49 milhões de pessoas. Esses indivíduos correspondem, em nossa metodologia de segmentação de estratos econômicos, à classe E, chegando a uma população de 28,8 milhões de pobres (2011: 26).

Neri refuta o argumento segundo o qual a nova classe teria como função apenas dinamizar o

⁹ Para ilustrar a distribuição de renda, o economista mostra que “a renda do Nordeste sobe 41,8% contra 15,8% do Sudeste ‘maravilha’ (sic). A razão de rendas sobe de 0,43 para 0,53. Detalhando o perfil espacial, a renda sobe 46,8% no Maranhão, inicialmente o estado mais pobre, contra 7,2% de São Paulo, o mais rico em 2001. Em Sergipe a renda sobre 58% no período. Fazendo um *zoom* pela Pnad nos municípios das capitais, a maior taxa de crescimento foi a de Teresina, com 56,2%, e o destaque nos municípios das periferias das metrópoles foi a de Fortaleza, com 52,3%. Já a renda na capital e periferia da Grande São Paulo subiu 2,3% e 13,1%, respectivamente. Esse padrão no qual a periferia cresceu mais que a capital foi observado em sete das nove grandes metrópoles brasileiras. Similarmente, a renda cresceu mais nas pobres áreas rurais, 49,1%, contra 16% nas metrópoles e 26,8% nas demais cidades” (2011: 32).

¹⁰ De acordo com Neri, o índice de 55,5% registrado em 2011 representa cerca de 100,5 milhões de indivíduos que possuem renda entre R\$1.200,00 e R\$5.174,00 mensais (2011: 27).

mercado interno após décadas de estagnação econômica, ao afirmar que “mais do que o consumismo e o otimismo, o que caracteriza a nova classe média brasileira (...) é o lado do produtor; leia-se educação e trabalho” (2011: 14), com o objetivo de garantir o novo “padrão” adquirido.

Ainda de acordo com o autor:

Crédito [ao consumidor] e benefícios oficiais fazem parte da cena da classe C, mas como coadjuvantes. O protagonista é o lado produtor, do empregado formal em particular. A carteira de trabalho é o maior símbolo da ascensão como ato consumado, e o concurso público é seu platônico objeto de desejo. Os “por conta própria” [leia-se empreendedores] são os outros protagonistas fundamentais do mercado de trabalho brasileiro da classe C, mas da classe E também. Verdadeiros capitalistas sem capital. E sem políticas públicas de apoio também como a do crédito produtivo popular (NERI, 2011: 168).

Porém, ao mesmo tempo, explicita que “ser nova classe média também é consumir serviços públicos de melhor qualidade no setor privado, aí incluindo colégio privado, plano de saúde e o produto prêmio, que é a previdência complementar. Todos podem ser vistos como ativos meio públicos, meio privados, que conferem maior, ou menor, sustentabilidade ao sonho brasileiro de subir na vida” (NERI, 2011: 19), evidenciando que esse é o aspecto mais extraordinário do fenômeno.

Além do aspecto econômico, o economista também revela a perspectiva política¹¹ implícita na nova classe, consistente em sua consolidação como capital político, uma vez que

Os 105,5 milhões de brasileiros que estão na nova classe média correspondem a 55,05% da população. Isto significa que a nova classe média brasileira inclui não só o eleitor mediano, aquele que decide o segundo turno de uma eleição, mas também que ela poderia sozinho decidir um pleito eleitoral. Complementarmente, a nova classe média também é a classe dominante, do ponto de vista econômico, pois já concentrava 46,6% do poder de compra dos brasileiros em 2011, superando as classes A e B, estas com 45,6% do total do poder de compra. As demais classes D e E tem (*sic*) hoje 7,8% do poder de compra, caindo do nível de 19,79% logo antes do lançamento do Plano Real (NERI, 2011: 28-29).

Entretanto, em que pese sua ênfase aos aspectos econômico e político-social, a partir da caracterização apresentada, é possível perceber que a expressão “nova classe média” é utilizada por Neri muito mais em seu sentido econômico do que social. Esse viés estritamente econômico fica mais evidenciado ainda quando o autor propõe “dar o mercado” a essa nova classe como “agenda” ideal a ser desenvolvida no novo contexto, ao sustentar que

‘Dar o mercado’ significa acima de tudo melhorar o acesso das pessoas ao mercado de trabalho. Os fundamentos do crescimento econômico e as reformas associadas são fundamentais aqui. A agenda de reformas trabalhista, previdenciário e tributária (desoneração da folha de pagamento etc.) turbina a relação entre crescimento e mercado de trabalho, mas fica difícil falar delas quando estamos gerando quase dois milhões de empregos formais em oito meses. A pergunta que não quer calar é quantos empregos geráramos se a institucionalidade fosse mais favorável. [Nesse sentido] A educação funciona como passaporte para o trabalho formal: refiro-me a todos os níveis escolares formais e da educação profissional. (...) Como o setor público é, ou deveria ser, mais próximo dos pobres, ele pode pavimentar o acesso ao mercado. (...) Metas sociais complementam esse

¹¹ Sobre a disputa política pelo voto desse segmento social, remetemos ao interessante debate estabelecido entre Francisco de Oliveira e André Singer, sobre as eleições para Presidência da República em 2006 e o apoio político-eleitoral das classes pauperizadas ao segundo mandato do governo Lula (OLIVEIRA, 2007 e 2008 ; SINGER, 2009).

movimento, incorporando eficiência do setor privado ao setor público por meio de um pseudomercado, já que não existem preços. (...) Se a opção é ir além do ‘dar mercado aos pobres’ usando o Estado como ponte, vale incorporar na agenda do ‘choque de gestão’ a conexão entre a distribuição de recursos do orçamento público e o desempenho das diferentes unidades receptoras de recursos, medidas por indicadores sociais (NERI, 2011: 262-263).

E conclui, ponderando que:

Alguns gostariam de uma agenda mais amigável à ação privada, outros gostariam de um Estado provedor. O coletivo de brasileiros, no fundo, quer as duas coisas, respeito às regras de mercado com políticas sociais ativas por parte do Estado. Se os consensos de Washington não vigoram em Brasília, Caracas também não é aqui. O desafio é combinar as virtudes do Estado com as virtudes dos mercados, sem se esquecer de evitar as falhas de cada um dos lados (NERI, 2011: 263).

Complementarmente às medidas acima descritas, o autor ainda propõe, como agenda para a base da pirâmide social brasileira, o empreendedorismo (NERI, 2011: 19 e 191-212) que, no Brasil, foi introduzido, de forma mais enfática, a partir da criação de uma nova figura jurídica representada pelo “empreendedor individual”, cujo contingente já se revela bastante expressivo, chegando, em 10/06/2011, a 2.515.241 trabalhadores formalizados como Empreendedores Individuais - EI’s, segundo dados obtidos a partir da Previdência Social (11/06/2011).

Uma leitura bastante diversa, e por vezes até mesmo oposta, é apresentada pelo economista Marcio Pochmann e também pelo sociólogo Jessé Souza.

O primeiro autor, que desde 2007 até maio desse ano ocupou a presidência do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, critica o que considera a inconsistência das definições e identificações sobre a existência de uma nova classe média no Brasil, afirmando que

Em síntese: entende-se que não se trata da emergência de uma nova classe – muito menos de uma classe média. O que há, de fato, é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o seqüestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil (POCHMANN, 2012: 8).

Acrescenta ainda Pochmann, que esta visão da transformação social tem sido utilizada para análise de outros países da periferia do capitalismo, com o intuito de difundir uma interpretação otimista e exitosa da globalização neoliberal, como se fosse possível “solucionar” as mazelas provocadas pela política econômica neoliberal dentro de seus próprios marcos estruturais (2012: 8). Isto talvez explique porque este tipo de interpretação esteja centrado numa retórica de classe e de rendimento desligada das condições concretas e objetivas de vida dos grupos sociais, incluindo entre as características da suposta “nova classe média” seus desejos mercantis, seu consumismo e individualismo.

O que sua pesquisa constata é um aumento dos empregos formais. No entanto, esse aumento se dá na expansão do setor de serviços, responsável por criar “nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal” (POCHMANN, 2012: 10). Isto caracterizaria, de acordo com o autor, um movimento de fortalecimento do mercado de trabalho,

mas em atividades de baixa remuneração e qualificação.

Entretanto, acreditamos que esta novidade resulta, em sentido mais amplo, em desvalorização do trabalho e, conseqüentemente, na legitimação da redução do custo geral médio do trabalho, materializada no contingente de trabalhadores com rendimento mensal de até 1,5 salário mínimo¹², que, em 2009, representava 47,8% da população ocupada (POCHMANN, 2012: 28).

O economista, assim como Marcelo Neri, acredita que houve um processo de mobilidade social. Contudo, seu argumento é no sentido de que tais indivíduos são muito mais próximos da classe trabalhadora do que da classe média, à medida que

Seja pelo nível de rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média. Associam-se, sim, às características gerais das classes populares, que, por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo (POCHMANN, 2012: 10).

Outro aspecto fundamental apontado por Pochmann consiste no caráter despolitizado de tal processo social. Segundo ele, os segmentos das classes populares que elevaram sua renda estão desconectados dos chamados movimentos sociais e das instituições tradicionais que historicamente mobilizaram a classe trabalhadora, tais como partidos, sindicatos, associações de moradores ou de bairro (2012: 10-11). Isto, paradoxalmente, confirmaria a natureza predominantemente mercantil deste processo de mudança social.

Ao contrário de Marcelo Neri, que enfatiza a adoção de medidas privatistas até no âmbito do Estado, Pochmann promove uma crítica das interpretações acerca de uma “nova classe média”, demonstrando que estas interpretações têm como pano de fundo e principal objetivo promover a reorientação das políticas públicas para o atendimento das demandas de diversos setores do mercado: saúde, educação, previdência e assistência social (POCHMANN, 2012:11). Ou seja, estaríamos assistindo aqui a uma luta de interesses pelo direcionamento e apropriação dos recursos públicos pela iniciativa privada, em detrimento de demandas públicas e universais, sendo esta talvez a maior contribuição de sua pesquisa.

Já as formulações propostas por Jessé Souza, que assim como Pochmann, rejeita a noção de

¹² Convém ressaltar que, em 2009, enquanto o governo já começava a comemorar a emergência de uma “nova” classe média a partir da consolidação de um segmento inteiro da população com rendimento médio mensal de até 1,5 salário mínimo (que, oficialmente, era equivalente a R\$465,00), o DIEESE já apontava que o salário mínimo necessário, referente a DEZ de 2009, deveria ser de R\$R\$ 1.995,91, ou seja, 4,29 vezes maior do que o salário mínimo vigente à época. Atualmente, o salário mínimo necessário, apontado pelo DIEESE, referente a MAIO de 2012, é de R\$ 2.383,28, contra os R\$622,00 oficiais, isto é, uma diferença de 3,83 vezes maior. De acordo com o Dieese, o salário mínimo necessário corresponde ao “salário mínimo de acordo com o preceito constitucional ‘salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim’” (conforme preceitua o artigo 7º, IV, a CRFB). A metodologia consiste em considerar “em cada mês o maior valor da ração essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário”. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>. Acesso em: 03/06/2012.

“nova classe média”, são mais no sentido da emergência de uma “nova classe trabalhadora”.

Além de criticar o atual debate acerca da emergência de uma “nova classe média”, por considerá-lo insubsistente do ponto de vista sociológico, à medida que é fruto de uma associação entre classe e renda, o autor ainda rejeita o caráter estritamente “economicista”¹³ bastante comum nas interpretações acerca dos contornos atuais da sociedade brasileira, defendendo que sua argumentação

(...) é sobre classe social nova e moderna, produto das transformações recentes do capitalismo mundial, que se situa entre a ‘ralé’ e as classes média e alta. Ela é uma classe incluída no sistema econômico, como produtora de bens e serviços valorizados, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços que antes eram privilégios das classes média e alta. Mas como as classes sociais não podem ser definidas (...) apenas pela renda e pelo padrão de consumo, mas, antes de tudo, por um estilo de vida e uma visão de mundo ‘prática’, que se torna corpo e mero reflexo, mera disposição para o comportamento, que é em grande medida pré-reflexivo ou ‘inconsciente’ (SOUZA, 2010: 26).

Entretanto, como mostra o sociólogo, o que caracteriza a existência deste grupo social é a ausência de “privilégios de nascimento”, ou seja, do “capital familiar”, diferentemente do que ocorre nas classes média e alta. Tal segmento também não desfruta do acesso ao capital cultural (valorizado pelas classes médias “autênticas”), bem como ao capital econômico, típico das classes altas (SOUZA, 2010: 49-50). Nesse sentido, suas “conquistas” foram alcançadas

(...) à custa de extraordinário esforço: à sua capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho (SOUZA, 2010: 50).

Além disso, a ênfase na associação entre classe e renda, de acordo com Jessé, acaba por agravar o perverso quadro de invisibilidade da desigualdade social brasileira, ao minimizar o quadro de eternização da ralé, compreendida como uma

(...) ‘classe social’, nunca percebida até então enquanto ‘classe’, ou seja, nunca percebida como possuindo uma gênese social e um destino comum, sempre (in)visível, entre nós, e percebida apenas como ‘conjuntos de indivíduos’, carentes ou perigosos. (...) uma ‘classe de indivíduos’ que nasceram sem o ‘bilhete premiado’ de pertencerem às classes alta e média (SOUZA, 2009: 25).

Em nosso entendimento, a maior contribuição do sociólogo para o debate acerca da “nova classe média”, ou, como ele prefere, nova classe trabalhadora, consiste em explicar o provocativo título de sua pesquisa, a partir da análise de tais indivíduos como “batalhadores”, uma vez que

Essa nova classe trabalhadora labuta entre 8 e 14 horas por dia e imagina, em muitos casos, que é o patrão de si mesmo. O real patrão, o capital tornado impessoal e despersonalizado, é invisível agora, o que contribui imensamente para que todo o processo de exploração do trabalho seja ocultado e tornado imperceptível. Vitória magnífica do capital que, depois de 200 anos de história do capitalismo, retira o maior valor possível do trabalho alheio vivo, sem qualquer despesa com a gestão, o controle e a vigilância do trabalho. Destrói-se a grande fábrica fordista e transforma-se o mundo inteiro numa grande fábrica, com filiais em cada

¹³ Para um aprofundamento sobre o que o autor denomina de “economicismo”, isto é, “visão redutoramente econômica do mundo”, remetemos para SOUZA, 2009: 18-26.

esquina, sem lutas de classe, sem sindicatos, sem garantias trabalhistas, sem greve, sem limite de horas de trabalho e com ganho máximo ao capital. Esse é o admirável mundo novo do capitalismo financeiro (SOUZA, 2010: 57).

Portanto, o que se extrai de todo esse processo, é que se trata de um inegável resgate da “ética do trabalho”, porém, desprovida, no atual contexto neoliberal, dos direitos sociais de outrora (sobretudo os trabalhistas), antes garantidores da cidadania, acentuando ainda mais o dramático quadro da questão social brasileira.

5. O empreendedorismo e o “fim” das lutas sociais

No que se refere especificamente ao empreendedorismo, que já tivemos a oportunidade de abordar pela visão otimista e propositiva de Marcelo Neri (2011: 19 e 191-212), não poderíamos deixar de apontar algumas críticas¹⁴, pois as ideias que compõem o que preferimos denominar de discurso empreendedor vêm sendo disseminadas há algum tempo. Em 05/10/1999, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi implantado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Programa Brasil Empreendedor (PBE), cuja finalidade foi promover “o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, buscando-se a inserção dos empreendedores no setor formal da economia, bem como o surgimento de novos negócios” (PBE, “apresentação”, s/d). Um resultado desta iniciativa foi a capacitação de 6.070.127 indivíduos/empreendedores, somente no período compreendido entre outubro/1999 e dezembro/2002, superando – e muito – a previsão inicial de 4.937.000 (PBE, “dados”, s/d).

Desde 2002, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) também desenvolve importante papel de agente disseminador da cultura empreendedora ou “empreendimentista” (HARVEY, 1994: 161), por meio do Programa de “Formação de Jovens Empreendedores”. No total, somente o SEBRAE-SP, conta com um histórico de “mais de 240 mil alunos atendidos, 7.600 professores capacitados, adesão de mais de 100 municípios e 50 universidades aplicando a disciplina de empreendedorismo em sua grade curricular”. No ensino médio os números são igualmente ilustrativos, com 900 professores capacitados e mais de 24 mil alunos participantes do Programa “Formação de Jovens Empreendedores”. No ensino superior foram mais de 50 universidades, 700 professores capacitados e mais de 20 mil alunos participantes do “Sebrae no Campus” (SEBRAE-SP, 27/10/2009).

Outra iniciativa exemplar é a de Fernando Dolabela, fundada em 1996, com a metodologia “Oficina do Empreendedor”, dirigida aos universitários. Atualmente, a Oficina é direcionada também aos alunos do ensino médio. A partir de 2002, o autor elaborou a “Pedagogia Empreendedora”, voltada à educação de crianças e adolescentes do ensino infantil, fundamental e

¹⁴ Mais críticas sobre o tema (bem como às consequências) podem ser obtidas a partir de: ALVES, 2011; ALVES e TAVARES *in*: ANTUNES, 2006; BARBOSA *in*: FRANCISCO e ALMEIDA, 2007; MALAGUTI, 2000; POCHMANN, 2006 e TAVARES, 2002.

médio. Até 2008, o primeiro projeto já havia sido implementado, por meio do Sebrae, do Instituto Evaldo Lodi (IEL) e do CNPq, em mais de 400 instituições de ensino superior, atingindo cerca de 3.500 professores e 160.000 alunos/ano. Já a metodologia mais recente, até 2008, era utilizada em 120 cidades e contava com o envolvimento de 14.000 professores (dos níveis básico e superior). Este trabalho chegou a cerca de 400 universidades e 2.000 instituições de ensino básico, em 126 municípios (LOPES, 2008).

Igualmente merece destaque a iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que, em seu relatório de março de 2004, intitulado “Desencadeando o empreendedorismo: o poder das empresas a serviço dos pobres”, afirma a importância do empreendedorismo como instrumento de combate à pobreza. Segundo este documento,

(...) Apesar do enorme progresso feito nos últimos 50 anos, 1,2 bilhões de pessoas (a quinta parte da população mundial) subsistem com menos de um dólar por dia, sem acesso a muitos dos serviços sociais considerados básicos para uma vida digna. Esta situação penosa requer uma resposta global, que utilize todos os recursos financeiros, intelectuais e organizacionais que possamos reunir. Diante deste quadro desolador, o Secretário Geral Kofi Annan desafiou a Comissão para Setor Privado e Desenvolvimento a responder duas perguntas: Como podemos desencadear o potencial do setor privado e do empreendedorismo, nos países em desenvolvimento? Como o setor privado pode ser engajado no combate à pobreza? O presente relatório é a nossa resposta a essas interrogações. (PNUD, 2004: i)

O que se extrai de todas as propostas citadas é que não faltaram “iniciativas” dispostas a convencer a grande massa de desempregados, subempregados e informais da necessidade de se formalizarem, mas dentro do novo paradigma das relações de trabalho neoliberais, o que resulta em precarização de sua atividade produtiva. A nosso ver, tal processo de formalização, neste contexto neoliberal, implica em adaptação e conformação às novas regras do jogo ditadas pelo mercado e reivindicadas pelo próprio autor.

Portanto, uma crítica a tal discurso se justifica na medida em que o empreendedorismo não se apresenta apenas como defesa de uma tese estritamente econômica, mas, de forma mais ampla e profunda, como uma tese social, isto é, assume um caráter de projeto social e político, com sérias consequências para a esfera pública. É interessante notar que, justamente no momento em que o Estado bate em retirada em relação às questões mais básicas da cidadania (em especial, quanto aos direitos sociais), a lógica do mercado se propõe, por meio da ideologia empreendedora, a trazer soluções justamente para estas e outras questões tradicionalmente pertinentes às funções do Estado. Dessa maneira, o recente culto ao empreendedorismo (a exemplo do que propõe Marcelo Neri), como bem observou Giovanni Alves (2011), acaba por revelar que a lógica do mercado, ao se universalizar, pretende gerenciar a totalidade da vida social.

Nestes termos, percebemos que o empreendedorismo apresenta-se como aparente “solução” ou superação da contradição capital / trabalho. Na atualidade, os indivíduos produtivos não mais constituiriam uma classe trabalhadora / operária, mas sim, uma classe “empreendedora”, para a qual

as únicas metas e valores seriam aqueles que conduzem ao sucesso econômico. Esse processo fica evidente no momento em que o trabalhador (microempreendedor individual) deixa de se perceber como empregado, passando a se ver como “empresário”, o que resulta em uma evidente perda da consciência de classe, cuja consequência mais perversa consiste na capacidade de torná-lo um oposto de si mesmo, pondo fim à luta social mais objetiva.

Contudo, a dimensão mais relevante que emerge desse discurso é a transformação do empreendedorismo em algo instintivo, derivado de uma suposta “natureza humana”, que – tal como ocorreu com a empregabilidade, entendida como capacidade de manter-se empregado – desloca a responsabilidade pelo aumento do desemprego, do sistema econômico como um todo para a “natureza” individual dos excluídos. Assim, resta claro que o atual lugar reservado para estes indivíduos, flutuantes na estrutura social, é o de microempreendedor individual, que deve ser interpretado como o último acento no “carro do progresso”, aqui expresso pela figura alegórica criada por Bauman (2005: 24). Aliás, nesse sentido, este é o aspecto que resta mais evidente na proposta do economista Marcelo Neri.

Considerações finais: cidadania e movimentos sociais no contexto neoliberal

Ao nos debruçarmos sobre os três temas em conjunto (classes sociais, lutas de classes e [nova] classe média) no atual cenário, mais uma questão se integra nesse debate, pois parece que o enorme desafio, agora, refere-se a como aglutinar as classes trabalhadoras decorrentes da especialização e da divisão social do trabalho contra a dominação e a exploração típicas do capitalismo, mas acirradas neste estágio, sobretudo quando percebemos o mosaico tão complexo que envolve a formação dessas identidades e, por conseguinte, o processo de organização. E mais: Em que medida os movimentos sociais atuais podem contribuir ou não para a constituição do proletariado em classe ou classes?

É preciso, pois, ressaltar que todos esses questionamentos têm repercutido de forma direta sobre os movimentos sociais nascidos nas últimas décadas e sobre o estatuto garantidor de cidadania (antes, a partir da garantia de direitos). Neste novo contexto histórico, social, político e econômico, pautado pela retirada em larga escala dos direitos e pelo desmonte do Estado social, as consequências sobre as desigualdades econômico-sociais que marcam a historiografia do país, bem como sobre o projeto de inclusão social mais substantiva, têm representado também novos desafios impostos às classes trabalhadoras.

Os movimentos sociais eclodiram no Brasil a partir, principalmente, dos anos 1970-1980, e logo se tornaram objeto da sociologia, tendo sido considerados, como mostra Maria da Glória Gohn, “fonte de renovação nas ciências sociais e da forma de fazer política” (2011(a): 7).

A mesma autora revela que:

O destaque inicial foi a emergência dos movimentos sociais populares urbanos, reivindicatórios de bens e equipamentos coletivos de consumo e questões ao redor da moradia, usualmente articulados territorialmente ao nível do bairro ou de uma região. Eles também tiveram papel de destaque nas frentes de luta contra o regime militar. O tempo passou, surgiram novos campos temáticos de luta que geraram novas identidades aos próprios movimentos sociais, tais como na área do meio ambiente, direitos humanos, gênero, questões étnico-raciais, religiosas, movimentos culturais etc. Alguns movimentos transformaram-se em redes de atores sociais organizados, ou fundiram-se em ONGs, ou rearticularam-se com as novas formas de associativismo que surgiram dos anos de 1990; outros entraram em crise e desapareceram; outros, ainda, foram criados com novas agendas e pautas, como as recentes manifestações antiglobalização. (GOHN, 2011(a): 7)

Uma característica comum aos movimentos sociais atuais e aqueles originados nos anos 1980, apontada por Gohn, diz respeito à capacidade de construir representações simbólicas afirmativas, por meio de discursos e práticas, o que também serve para conferir identidades a grupos antes dispersos e desorganizados, promovendo, ainda, o sentimento de pertencimento social e de inclusão, pelo menos, em um grupo social (2011(a): 15).

Entretanto, é possível identificarmos uma diferença importante entre eles, que merece destaque, e diz respeito à autonomia na relação com o Estado. Os movimentos dos anos 1980 tinham por característica a existência à margem do Estado, este ignorado propositalmente e, por vezes, tornado o próprio alvo das críticas em conjunto com a ordem oficial. Esta relação possuía natureza notadamente política.

Na atualidade, verifica-se uma espécie de reconciliação de uma parcela crescente dos movimentos sociais com o Estado, em novas formas de relação que podemos caracterizar como contratuais ou, mesmo, mercantis, cujas figuras mais emblemáticas são: as ONGs, as organizações sociais (OS's) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP's). Todo esse conjunto de transformações parece revelar um novo paradigma no tratamento dado à autonomia que antes garantia legitimidade aos movimentos sociais, exigindo, por isso, uma maior reflexão sobre seu potencial e propósito na organização social.

Nesse sentido se insere nosso propósito explicitado ao longo do artigo, apontado como hipótese principal, consistente na constatação da necessidade do resgate dos conceitos de classe e de luta social como forma de enfrentar os novos desafios impostos pelo regime capitalista globalizado, a fim de não perder de vista o caráter político e, em certa medida, emancipatório das conquistas sociais verificadas até a chegada do neoliberalismo.

Acreditamos que a teoria social e sua expressão mais voltada para a prática, manifesta, em grande escala, sob a forma de organização em movimentos sociais, não pode negligenciar que "(...) a reversão dos estragos dos anos 1990, que foram econômicos, políticos, sociais e culturais, portanto, é possível, mas vai exigir muita coragem e vontade política dos novos dirigentes do país, e muita mobilização popular, para além do voto", como bem destacou Elaine R. Behring (2003: 287).

Quanto ao papel da (nova) classe média, no novo cenário, ressaltamos - como bem observou o filósofo Vladimir Safatle (2011) - ao analisar o atual momento da esquerda, o futuro da "nova

classe média”, os oito anos de Lula, o governo de Dilma e a democracia brasileira, que essa atual (re)configuração de certos segmentos da sociedade pode ser uma ótima oportunidade, aproveitando o anseio de ascensão social dessa parcela de indivíduos que integram a “nova classe média” ou “nova classe trabalhadora”, para resgatar a discussão sobre a luta de classes, assim como para expor os malefícios da desigualdade.

Por tudo isso, acreditamos, como sugere José Paulo Netto (2009), que será impossível superar a “questão social” sem que haja a supressão da ordem do capital, pois a cada novo estágio do desenvolvimento do capitalismo só foi possível perceber expressões, cada vez mais complexas, de intensificação da exploração e, portanto, da dominação, impondo novos desafios às classes trabalhadoras, revelando o quanto esse debate ainda permanece aberto.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ALVES, Maria Aparecida ; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 425-444.
- BAKUNIN, M. L’Egalité(1), Nº II, 1869, In: “*O socialismo libertário*”. São Paulo: Global, s/d.
- BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Trabalho e economia solidária: crítica ao empreendedorismo como possibilidade histórica. In: FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon e ALMEIDA, Carla Cristina Lima de (Orgs.). *Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 79-98.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BERNSTEIN, Eduard. *The preconditions of socialism*. New York: Cambridge University Press, 1993.
- BOITO JÚNIOR, Armando. *O Governo Lula e a reforma do neoliberalismo*. s.d.. Artigo escrito a partir de duas palestras realizadas a estudantes e ativistas dos movimentos populares no CecAC (do Rio de Janeiro) e no Instituto de Física Teórica (da Unesp-SP). Disponível em: http://www.cecac.org.br/mat%E9rias/Armando_Boito_Governo_Lula.htm. Acesso em: 09/05/2009.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez, 1983.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CASTRO, Carla Appollinario de. *Das fábricas aos cárceres: mundo do trabalho em mutação e exclusão social*. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. SETEMBRO/2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=140509. Acesso em: 25/11/2011.
- COHN, Sergio; PIMENTA, Heyk (orgs.). *Maió de 68*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.
- DIEESE. “Salário mínimo nominal e necessário”. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>. Acesso em: 03/06/2012.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GOHN, Maria da Glória (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011(a).
- _____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2011(b).
- _____. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- _____. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2008.
- HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. São Paulo: Global Editora, 1983.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1994.
- _____. *et al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo ; Carta Maior, 2012.
- HOBBSAWM, Eric. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- LOPES, Ana Lúvia. “Pedagogia empreendedora é instrumento de transformação cultural. Jornal “A Tarde”, em 20/01/2008. Disponível em: <http://www.starta.com.br/#/items/20100222112012578>. Acesso em 1/02/2011.
- MACIEL, Luiz Carlos. *Anos 60*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- MALAGUTI, Manoel L. *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: boitempo, 2011(a).
- _____. *A guerra civil na França*. São Paulo: boitempo, 2011(b).
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *O capital: crítica da economia política: livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon*. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. *O Capital*. Livro 3. Vol. 6. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1980.
- _____. *O capital: crítica da economia política*: Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- _____. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s.d., p. 138-139.
- _____. ; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. Manifesto comunista. In: *O manifesto comunista 150 anos depois*: Karl Marx, Friedrich Engels.
- COUTINHO, Carlos Nelson et. al. Daniel Aarão Reis Filho (org.) Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MÉSZÁROS, István. *A obra de Sartre: busca da liberdade e desafio da história*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. ; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe social e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2010.
- MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da ‘questão social’. In: _____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. Apresentação. In: ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 9-35.
- OLIVEIRA, Francisco de. Entrevista concedida à Lydia Medeiros, Jornal O Globo. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/chicooliveira040207.pdf>. Acesso em: 10/03/2008.
- _____. Hegemonia às avessas. In: *Revista Piauí*. n.7, Jan, 2007. Disponível em: http://www.revistapiaui.com.br/edicao_4/artigo_295/Hegemonia_as_avessas.aspx. Acesso em: 10/03/2008.
- _____. O surgimento do antivisor. In: *Novos Estudos – CEBRAP*, nº 22, outubro de 1988, p. 8-28. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/acervo/acervo_artigo.asp?idMateria=300. Acesso em: 20/02/2008.
- PBE - PROGRAMA BRASIL EMPREENDEDOR. Dados. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/proAcao/proBraEmpreendedor/priEixPrograma.php>. Acesso em: 05/02/2011.
- PNUD. *Desencadeando o empreendedorismo: o poder das empresas a serviço dos pobres*. Relatório para o Secretário Geral das Nações Unidas. Março/2004. Disponível em: http://www.undp.org/cpsd/documents/report/portuguese/foreword_p.pdf. Acesso em: 20/01/2011.
- POCHMANN, Marcio. *Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 59-73.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- PREVIDÊNCIA SOCIAL. “Formalização: Número de empreendedores individuais no país já chega a 2,5 milhões”. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/vejaNoticia.php?id=46701>. Acesso em: 11/06/2012.
- SAFATLE, Vladimir. "A ascensão da nova classe média vai bater no teto", Revista Caros Amigos, nº 173, ago. 2011. Disponível em: <http://cms.carosamigos.terra.com.br/index/index.php/component/content/article/174-revista/edicao-173/1477-entrevista-vladimir-safatle>. Acesso em: 20/12/2011.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso”. In: *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SEBRAE-SP. “Empreendedorismo na sala de aula”. Portal SEBRAE-SP de Notícias, em 27/10/2009. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/PortalSebraeSP/Noticias/Noticias/Multissetorial/Paginas/Empreendedorismonasaladeaula.aspx>. Acesso em: 27/10/2009.
- SINGER, André. “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”. In: *Novos Estudos CEBRAP*. nº 85. Nov, 2009, p. 98. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/acervo/acervo_artigo.asp?idMateria=1356. Acesso em: 08/12/2009.
- SOUZA, Jessé. (Org.) *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- _____. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TAVARES, Maria Augusta. “Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista”. In: Revista Outubro, nº 7. São Paulo: 2002, p. 49-60. Disponível em: <http://www2.fae.edu/galeria/getImage/1/361633460249798.pdf>. Acesso em: 03/05/2011.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: O ESTADO DA ARTE DE TESES PRODUZIDAS ENTRE 2001 A 2011

Antonia Lucineire de Almeida
Universidade de Taubaté – UNITAU
Mestranda em Desenvolvimento Humano
antoniaalmeida33@yahoo.com.br

Profa. Dra. Édna Maria Querido de Oliveira Chamon
Universidade de Taubaté – UNITAU
Professora Orientadora – Mestrado Desenvolvimento Humano
edna.chamon@gmail.com

Resumo

O presente trabalho objetiva identificar as teses de doutorado que abordaram a Educação do Campo como tema no período de 2001 a 2011 apresentando o estado da arte deste assunto. Pretende-se ainda relacionar os resultados obtidos à tríade campo-educação-políticas, a fim de possibilitar reflexões sobre a Educação do Campo, seu conceito, seus sujeitos e suas peculiaridades na realidade rural brasileira. Evidencia-se o campo para além da extensão territorial e como espaço de possibilidades e lutas, bem como a ampliação nas discussões sobre Educação do Campo nas universidades, nas discussões sobre políticas públicas voltadas para o campo, sobre formação de professores e as práticas educativas constextualizadas que retroagem neste processo e geram novos saberes sobre a Educação do Campo.

Palavras-Chaves: Educação do Campo; Educação Rural; Estado da Arte;

Abstract

The present objective work to identify the theses of doutorado that they had approached the Education of the Field as subject in the period of 2001 the 2011 presenting the state of the art of this subject. It is still intended to relate the results gotten to the triad field-education-politics, in order to make possible reflections on the Education of the Field, its concept, its citizens and its peculiarities in the Brazilian agricultural reality. The field is proven stops beyond the territorial extension and as space of possibilities and fights, as well as magnifying in the quarrels on Education of the Field in the universities, the quarrels on public politics come back toward the field, on formation of constextualizadas practical professors and the educative ones who retroact in this process and generate new to know on the Education of the Field.

Word-Key: Education of the Field; Agricultural education; State of the Art;

Introdução

A Educação do Campo é um assunto recente, que vem sendo discutido com vigor desde a década de 1990. Trata-se de um conceito ainda em construção que engendra discussões precedida pelos movimentos sociais. Estes, por vez visavam a melhoria das condições de vida, de trabalho, de educação e de direitos dos sujeitos que habitavam os espaços rurais, com destaque para o processo de Reforma Agrária, de Educação Popular e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para entendimento da Educação do Campo, um conceito ainda em construção há necessidade de revisitar sua trajetória histórica, as políticas públicas para a educação no meio rural e Educação do Campo, com base nas Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo. Outro caminho necessário é o entendimento do campo, não só como espaço geográfico, mas como espaço de possibilidades a um trabalho produtivo que possibilita o desenvolvimento, por meio da educação.

Este trabalho apresenta o Estado da Arte realizado com teses produzidas na última década e relacionadas à Educação do Campo, Educação Rural e Professores, com pesquisa no banco de teses da Capes, que engendram discussões e considerações sobre o tema pesquisado em relação à tríade campo-educação-políticas.

Apresenta-se como resultado a análise dos termos utilizados para pesquisa que foram divididos em eixos, nos quais estão ligados os movimentos sociais, as políticas públicas, as práticas educativas, a atuação e formação docente, os programas e projetos realizados pelas universidades em parceria com os movimentos sociais e o aumento da pesquisa acadêmica acerca da Educação do Campo.

A Educação do Campo no Brasil: algumas considerações

Relaciona-se a origem da Educação do Campo ao fato dela ter nascido como crítica à realidade educacional brasileira, em especial no contexto do campo. Este fato foi evidenciado pelas lutas sociais ocorridas no campo e por uma ação prática de transformação advinda dessas lutas em relação às políticas (CALDART, 2009, p. 40).

Neste sentido vê-se nos movimentos sociais e, a partir deles, um movimento pela Educação do Campo que surge dentro de um momento e contexto histórico, como “um movimento real de combate ao *atual estado de coisas* (grifos do autor)” (CALDART, 2010, p. 147).

Arroyo e Fernandes (1999) destacam o movimento social como algo exigente ao relacioná-lo com a educação, “porque nos situa no terreno dos direitos, nos leva a vincular educação com saúde, cooperação, justiça, cidadania. O direito coloca a educação no terreno dos grandes valores da vida e da formação humana” (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 18).

Entretanto, antes de conhecer a Educação do Campo faz-se necessário discorrer sobre a Educação Rural e a educação oferecida aos povos do meio rural ao longo da história brasileira, das lutas sociais e políticas educacionais voltadas a estes povos. Estes assuntos serão tratados a seguir para entendimento de termos que envolvem a tríade campo-educação-políticas antes de apresentar o Estado da Arte realizado neste trabalho.

A Trajetória da Educação Rural e Educação do Campo no Brasil

O percurso histórico do meio rural brasileiro teve seu marco inicial na divisão de terras à época da Colônia, com as Capitânicas Hereditárias e, a partir disso, observou-se o domínio latifundiário no Brasil e as desigualdades sociais que este processo histórico provocou e ainda provoca no país.

Alentejano (2012) corrobora que:

No Brasil, apesar das inúmeras lutas e revoltas camponesas, da resistência indígena e quilombola, o latifúndio prevaleceu e impôs ao país a condição de um dos recordistas mundiais em monopolização da terra. [...] a concentração fundiária segue sendo uma marca do campo brasileiro (p. 355).

Sabe-se que quanto mais desigual é a distribuição de terra mais a estrutura fundiária é fortalecida, fato que ressalta uma relação de poder entre grandes proprietários e donos de pequenos portes de terra, entre latifundiários e camponeses. Observa-se ainda que a concentração fundiária tem impacto na dimensão produtiva do campo, a substituição dos trabalhadores rurais pela modernização agrícola, o monopólio sobre o patrimônio ambiental do país e as mazelas sociais advindas do êxodo rural com a concentração populacional na zona urbana (ALENTEJANO, 2012).

Neste contexto de discussão sobre as desigualdades que emergem diante da má distribuição de terra, ao longo da história brasileira, cabe ressaltar o surgimento de lutas sociais pela distribuição justa e democrática das terras como a Reforma Agrária.

Stedile (2012, p. 659) corrobora que a Reforma Agrária tem como função a democratização da terra (propriedade) na sociedade e a garantia de distribuição e acesso a todos que quiserem produzir e usufruir deste pedaço de terra.

O processo de Reforma Agrária defendida pelos movimentos sociais brasileiros, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem intenção popular que atenda às especificidades do país no contexto rural (STEDILE, 2012, p 666). No cerne desta luta preconiza-se um processo democrático de educação formal, que garanta o acesso à escola, um aprendizado efetivo e constextualizado, tanto no oferecimento da Educação Básica como no ensino superior, que atenda aos jovens do campo e pessoas que se interessem pela docência no contexto do campo.

Ao retomar o percurso histórico observa-se que houve iniciativas na área educacional em relação ao meio rural no século XIX, mas estas não se consolidaram e somente no século XX é que a Educação Rural começou a ser discutida. A partir da década de 1930 a educação rural começa a se modelar e a ser assunto de debates educacionais, tanto pelo grande número de analfabetos do país quanto pela migração do campo para a cidade.

Destaca-se aqui o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, do qual foi gerada a idéia de “ruralismo pedagógico” (RIBEIRO, 2012, p. 298) diante da situação de inchaço da zona urbana em decorrência da procura de trabalho nas indústrias.

Cunhou-se o termo ruralismo pedagógico para definir uma proposta educacional voltada ao trabalhador rural, na intenção de que este se fixasse no campo por meio de uma pedagogia que contemplasse um currículo escolar voltado ao homem rural e as suas necessidades (BEZERRA, 2003).

Observa-se entre as décadas de 1940 a 1950 um período de projetos educativos voltados à educação da população rural que de um lado reforçava a valorização do meio rural e dos camponeses, a fim de manter a população na terra, no meio rural. Por outro lado, algumas iniciativas tinham caráter pontual, períodos curtos de execução e falta de aderência à realidade rural à época.

Nesse sentido, até a metade do século XX houve preocupação e iniciativas de uma educação voltada ao povo do campo que atendesse o que era peculiar à vida rural. Contudo, essas iniciativas não puderam contribuir de maneira qualitativa e nem com grandes evoluções nesta área, ao contrário, acabaram contribuindo com o êxodo rural em busca de trabalho na cidade.

Na década de 1960, a educação rural voltou a ser adotada pelo governo “como estratégia de contenção do fluxo migratório do campo para a cidade” (BRASIL, 2007, p. 11). Passou-se a cobrar do governo da época ações educacionais na zona rural. Com isso, a promulgação da Lei nº 4.024/1961, que dispunha das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passou a ordenar que a zona rural mantivesse escolas rurais que estimulassem os dons profissionais do meio, com face tecnicista, e possibilitasse ao homem adaptação àquele meio (BRASIL, 1961).

Neste período, a Educação Popular, que tem como seu precursor e maior pensador o educador Paulo Freire, se apresenta como proposta de educação libertadora, conscientizadora, reflexiva e crítica. Tratava-se de possibilitar uma educação problematizadora que permitisse desvelar a realidade com a emersão da consciência (FREIRE, 1987).

Entretanto, o regime militar que assumiu o país até final da década de 1970 perseguiu e exilou pensadores e educadores que articulavam reformas na educação incluindo o meio rural.

Frigotto (2010, p. 31) afirma que as lutas e embates que se estabeleceram a partir da década de 1980 acabaram por reavivar “um novo alvorecer das lutas sociais por um novo projeto societário e de educação”.

A volta ao cenário social da Educação Popular trouxe à tona discussões sobre a Educação do Campo. “A idéia era reivindicar e simultaneamente construir um modelo

de educação sintonizado com as particularidades culturais, os direitos sociais e as necessidades próprias à vida dos camponeses” (MEC, 2007, p 11).

A Constituição Federal de 1988 passou a garantir a educação como “direito de todos” e a LDB/1996 regulamentou as ações educacionais nas esferas federal, estadual e municipal. A LDB ainda dispôs de medidas relacionadas às escolas rurais, nas quais deveriam promover “adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural” como preconizado no Artigo 28 (BRASIL, 1996).

No ano de 1998 realizou-se a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo e desde então vem aumentando as discussões acerca do assunto não só pela disseminação, mas pelo questionamento, reivindicação e reformulação de políticas públicas educacionais voltadas aos povos do campo.

Três situações se destacam na ampliação das discussões acerca da Educação do Campo: os movimentos sociais e sindicais que aumentaram e tomaram como bandeira esta educação; as políticas públicas que, por ação do Estado foram criadas; e as discussões e grupos de pesquisa de instituições de ensino, universidades, contemplada por diversas áreas do conhecimento (MOLINA, 2010).

Sobre os movimentos sociais destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que a partir da década de 1980 passou a ser considerado o movimento social de combate mais forte no contexto do campo. O MST faz da educação um eixo importante de ação como necessidade no processo de construção e reconstrução do próprio movimento (ANTONIO; LUCINI, 2007).

Ao revisitar a trajetória histórica do MST percebe-se que a educação teve início pela preocupação de cunho pedagógico com as crianças das famílias do movimento nos acampamentos de luta pela terra, que gerava a demanda de um processo educacional também como luta pelo direito à educação.

Kolling, Vargas e Caldart (2010) corroboram que a trajetória da história do movimento tem relação direta com a história da educação dentro do MST, com a intenção de organizar e articular o trabalho educacional às novas gerações e também ao trabalho docente no seio do movimento.

Cabe ressaltar que o percurso e a organização da educação no interior do MST perpassavam questões como o direito à educação pública, em especial na luta por escolas nos assentamentos e nos acampamento; a organização de ações coletivas no interior do movimento, com iniciativas voltadas à educação, no qual se inclui a construção de uma projeto pedagógico; a preparação e formação de educadores

militantes; a disseminação dos ideais do MST pelos educadores às crianças e jovens das famílias dos acampamentos;

Sobre as políticas públicas, o Conselho Nacional de Educação – CNE vem ao longo dos anos, dispondo de Pareceres e Resoluções que tratam da Educação do Campo. A criação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo em 2001 e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade trouxeram ganhos à Educação do Campo no que tange ações relacionadas às necessidades e à singularidade da população que precisa desta educação.

Trata-se de uma ação educacional que deve ultrapassar o limite geográfico. “O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social”, de acordo com o Parecer nº 36 da CNE (BRASIL, 2001, p. 01).

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituída em 2001, preconiza que:

Art. 2º - A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2001)

Em relação ao aspecto social e coletivo mencionado anteriormente, Martins (2008) discorre sobre “a superação do antagonismo entre a cidade e o campo, que passam a ser vistos como complementares e de igual valor”. O autor ainda ressalta “a existência de tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir”, admitindo a necessidade de adoção de “variados modelos de organização da educação e da escola” (MARTINS, 2008, p. 13).

Arroyo e Fernandes (1999, p. 24) em complemento à idéia de Martins e vislumbrando a Educação Básica do Campo corrobora que “a educação básica tem que prestar especial atenção às matrizes culturais do homem, da mulher, do povo do campo” (grifos do autor).

Neste sentido há necessidade de acompanhar as políticas públicas designadas aos povos do campo no oferecimento da Educação Básica, fato que faz surgir um ponto de tensão entre o que é implementados pelos governos (estaduais e municipais), em

termos de políticas, currículos e práticas educativas, ao que verdadeiramente se constitui a Educação do Campo.

Em crítica a esta situação Molina (2010, p. 105) refere-se ao “apartamento; a ruptura; a separação do campo da Educação do Campo” afirmando que o que lhe é verdadeiramente constitutivo tem sido desconsiderado pelas instâncias governamentais na prática cotidiana, na qual tem-se feito a Educação do Campo sem o campo.

Este fato considera a educação levada ao campo meramente como rural e muitas vezes descontextualizada das necessidades e demandas dos sujeitos que habitam o campo. Para elucidar a Educação do Campo pretende-se desvelar, a seguir, seu conceito, sujeitos e práticas.

Educação do Campo: um conceito em construção

Alguns entendimentos se fazem necessários para entender como se constitui a Educação do Campo. Para além do espaço geográfico, o campo é considerado como cenário de reflexões, lutas e movimentos sociais, no qual se deve considerar costumes e práticas singulares (MARTINS, 2008).

A essa discussão soma-se a colaboração de Gudêncio Frigotto, que a partir de uma análise semântica das preposições *para* e *no* consegue desvelar intenções de natureza política embutidas na educação voltada ao meio rural. O autor discorre que a educação *para* e *no* campo expressa o sentido de extensão conteudista e com métodos pedagógicos centralizados, próprios de uma educação voltada para o meio rural, cuja dimensão local e particular nega a “especificidade e particularidade de processos sociais, produtivos, simbólicos e culturais da vida do campo” (FRIGOTTO, 2010, p. 35).

Ainda no apego à semântica, na intenção de elucidar Educação do Campo e diferenciá-la da Rural, Martins (2008, p. 08) discorre que:

A distinção com a “educação rural”, o apreço pela apresentação gramatical da expressão educação DO campo, contrapõem-se à educação NO campo, por entender que mais que uma prática educativa realizada na zona urbana, é uma prática educativa que se constrói a partir do local. Frisar que a educação é DO campo é acentuar a reconstrução social desse espaço pelos seus sujeitos, fato que antecede a prática educativa formal.

Engendra-se na semântica *do campo* um sentido de realidade particular e singular aos sujeitos do campo, que lá produzem suas vidas, e que só podem ser

entendidos na construção de movimentos e lutas sociais (FRIGOTTO, 2010). Torna-se, dessa forma um espaço/tempo, em que homens e mulheres se controem historicamente, a partir dos processos sociais específicos e de dimensões diferentes dos centros urbanos (MARTINS, 2008).

A Educação do Campo, como movimento social caracteriza-se por se constituir de sujeitos que residem no meio rural e lá trabalham. Deste meio retiram seu modo de sobrevivência e rendimento. São camponeses, ribeirinhos, grupos indígenas e quilombolas, pessoas que arrendam terras, assentados, grupo acampandos, sertanejos, moradores de sítios e colonos, pessoas que trabalham para proprietários ou que são pequenos proprietários, que residem e cuidam da lavoura e pecuária.

À existências desses sujeitos “do campo” agregam-se a valoração, a diversidade, o trabalho produtivo e os direitos como condição de sua existência social, na constância de vincular os seus direitos à educação e conseqüentemente a educação aos sujeitos (ARROYO; FERNANDES, 1999).

Sabe-se que a Educação do Campo é uma prática social e coletiva, na qual participam movimentos sociais, por acadêmicos, por povos, grupos e comunidades que se organizam politicamente, Há ainda a participação de instituições de ensino, universidades e professores que atuam na Educação Básica.

Vislumbra-se na Educação do Campo a geração de conhecimento “práxico”, como afirma Souza (2010) orientado pela interdisciplinaridade, pois essa modalidade de educação se faz:

[...] mediante a análise histórica das contradições e conflitos sociais; da aprendizagem como construção social; da política como produto do trabalho coletivo e da dialogicidade; do movimento social como expressão de uma luta que é de classe; campo como expressão de territorialidades que enfrentam constantes disputas políticas. É uma prática social orgânica que ultrapassa todos os limites da análise disciplinar, na escola e na ciência (SOUZA, 2010, p. 97).

Fazenda (1991) corrobora que a mudança de atitude é uma característica interdisciplinar que possibilita reflexão crítica e útil. Nesse sentido, a educação que busca novos objetivos, métodos e pedagogia inovadora consegue superar o monólogo e instaurar uma prática dialógica.

De acordo com Molina (2010, p. 107) na Educação do Campo as ações protagonizadas pelos sujeitos coletivos tem provocado e desencadeado processos que estão contribuindo com as ”mudanças na realidade e nas próprias práticas educativas”.

Trata-se, portanto, de extrapolar um projeto educativo, uma modalidade de ensino, na perspectiva de transformação social pelos sujeitos coletivos.

Os grupos e sujeitos que compõem a Educação do Campo, segundo Souza (2010, p. 93) “buscam possibilidades de transformação da própria realidade e adensam as discussões sobre o projeto político-popular que se quer para o país”. A autora ainda cita o educador Paulo Freire, cujas idéias são consideradas como base de uma Educação Popular consciente, no qual ressalta que o homem pode transformar a natureza com seu trabalho a partir das relações e interações que estabelece e que o possibilita passar de objeto a sujeito de sua história.

Destaca-se, contudo, que na Educação do Campo se pratica a política com a participação de seus sujeitos coletivos nas lutas pela reforma agrária, pela terra, por direitos e pelo fortalecimento dos processos educativos, no qual a luta por escolas públicas é sustentada por uma participação sociopolítica efetiva.

O contexto da experiência coletiva é expressado pelas parcerias que promovem um avanço nas políticas públicas e que possibilita o diálogo e a ação entre as instituições acadêmicas e os movimentos de lutas sociais, com as parcerias e implantações de projetos voltados à Educação do Campo e para os sujeitos do campo.

Resta discorrer sobre os professores no sentido da Educação do Campo que são vistos como sujeitos importantes e fundamentais na atuação e formulação pedagógica nas escolas do campo (CALDART, 2010). Importa dizer que essa temática segue a trajetória histórica da educação no Brasil e não é possível dissociá-la do que já foi discutido nesta pesquisa, da Educação Rural à Educação do Campo.

Assim como na trajetória histórica da educação no Brasil, a docência segue o percurso de mudanças da sociedade, no qual seus desafios, incertezas, ganhos, mudanças curriculares, processo de formação inicial e continuada ganham espaços nos debates acerca da educação.

Para o momento, em relação aos professores ressalta-se aqui dois pontos: o primeiro voltado ao educador de escolas de zona rural, cujo processo de formação não abordou as particularidades do campo; o segundo, que inserido em movimentos e lutas sociais e/ou como sujeitos de projetos voltados à formação do educador do campo teve a possibilidade de uma formação contextualizada.

Para discussão do primeiro caso apontado recorre-se à LDB nº 9.394/96, os Artigos 61 a 67 abordam a questão dos Profissionais da Educação, seu processo de formação e atuação, mas não se referem a um preparo educacional específico para o

meio rural, para o campo, que atenda às especificidades e necessidades já discutidas neste trabalho em relação ao sujeito do campo.

Já na Educação do Campo as lutas e práticas necessárias a este contexto tem preconizado a defesa e a valorização do trabalho docente com um processo de formação específico a esta perspectiva (CALDART, 2010). Ressalta-se aqui a importância de uma formação inicial e continuada com base nos contextos vivenciados pelo professor em face à diversidade, que permita uma práxis efetiva e geradora de novos saberes.

Metodologia

Este trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica e exploratória, com abordagem quantitativa e qualitativa do assunto proposto. Optou-se por fazer o Estado da Arte da Educação do Campo no Brasil e para este caminho foi utilizada a base de dados da Capes, na qual a busca por trabalhos resultou em 98 trabalhos (teses) de doutorado entre os anos de 1991 a 2011.

Para delinear a busca utilizou os termos Educação do Campo, Educação Rural e Professores. Das 98 teses obtidas 53 foram descartadas, pois não apresentavam relação com os termos utilizados na busca dos trabalhos ou estavam fora da década escolhida como recorte para esta pesquisa, o período de 2001 a 2011.

As 45 teses obtidas relacionadas à busca foram analisadas pelos títulos, palavras-chaves e resumos, sendo que o conteúdo encontrado nos resumos foi determinante para o descarte ou não das teses. Ainda na análise das teses encontradas foram observadas questões como a instituição em que foi produzida e a região do país.

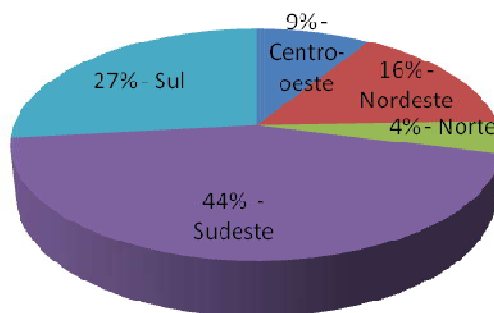
No decorrer da análise das teses optou-se pelo desmembramento dos conteúdos por eixos, de forma a relacioná-los com os termos utilizados na busca das teses. Por fim, os resultados obtidos foram relacionados com o estudo bibliográfico e relatados nesta pesquisa.

Estado da Arte da Educação do Campo, Educação Rural e Professores

Dos 98 trabalhos identificados no banco de teses da Capes, com a utilização dos termos Educação do Campo, Educação Rural e Professores, 53 foram descartados. Os descartes foram realizados com base na década de interesse desta pesquisa, período de 2001 a 2011, e também por análise dos resumos e das palavras-chaves das teses que se deslocavam dos termos utilizados para a busca e cujos assuntos não apresentavam aderência a proposta deste trabalho.

Restaram para análise 45 teses, sendo 41 produzidas em instituições públicas e 04 em privadas. Destacam-se a região sudeste e sul do Brasil com os maiores números de produções:

Gráfico 1 – Porcentagem de produções por região



Fonte: Banco de Teses Capes, 2012

Já era esperado que a maioria das produções se concentrasse na região sudeste, dada a quantidade de universidades e de cursos *lato e stricto sensu*, que de certa forma atendem às demandas de outros estados. Já a região sul aparece em segundo lugar, fato que demonstra as iniciativas relacionadas à Educação do Campo, dos movimentos sociais e projetos voltados aos povos do campo, que se concentram nos estados do sul do país.

Em relação ao período pesquisado ressalta-se que a escolha se deve à necessidade de conhecer o que se tem pesquisado e produzido, na última década, acerca da Educação do Campo após a eclosão e disseminação do assunto na década de 1990, precisamente no ano de 1998 com a realização da I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo.

Cabe discorrer que, após a realização de encontros e conferências na década sinalizada, a Educação do Campo ampliou-se para diversos e diferentes cenários (MOLINA, 2010, p. 104). Destaca-se como ponto importante desta ampliação a pesquisa nas universidades (nos cursos graduação e pós-graduação), o aumento dos movimentos sociais e via políticas públicas, com a participação do Estado, na qual é necessário considerar as Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo.

Ainda em relação ao período de 2001 a 2011 pode-se observar que houve crescimento em relação às pesquisas sobre a Educação do Campo pelas universidades, conforme:

Tabela 1: Período de produção das Teses

Ano Publicação	Qtde
2011	8
2010	2
2009	13
2008	6
2007	5
2006	2
2005	2
2004	1
2003	4
2002	1
2001	1

Fonte: Banco de Teses Capes, 2012

Esse crescimento demonstra que a Educação do Campo tem despertado a curiosidade de acadêmicos, mesmo que de forma tímida, por se tratar de um campo amplo e com vários vieses para pesquisa. Ressalta-se ainda que o papel das universidades vai além de fomentar as pesquisas, se dá também na aplicação de projetos e programas diretamente relacionados à Educação do Campo como o PROCAMPO, o Projovem Campo, Programa Saberes da Terra, Escola Ativa, PRONERA, entre outros.

Ao destrinchar os resumos das teses pode-se observar que além dos termos utilizados na busca dos trabalhos, Educação do Campo, Educação Rural e Professores, considerados nesta análise como eixos, outros termos se destacaram como fatores importantes para entendimento da origem, das peculiaridades, sujeitos e ação da Educação do Campo.

Nos eixos ressaltam-se como fatores de discussão dos trabalhos analisados as políticas públicas, as práticas educativas, os movimentos sociais, os projetos e programas relacionados à Educação do Campo e à Educação Rural, a Pedagogia da

Alternância, a formação e atuação dos professores e os sujeitos que fizeram parte das pesquisas das teses analisadas. Dentre os sujeitos destacam-se os assentados, os povos ribeirinhos, as comunidades rurais, os jovens do campo, os professores, entre outros.

Sobre o eixo Educação do Campo salienta-se a presença dos movimentos sociais, de uma organização e mobilização coletiva. A Educação do Campo ganha força nas práticas dos coletivos que levam em consideração a vida na terra, o aprender política, a experiência vivida no coletivo, na qual a formação humana é necessária e viável e onde se intensificam lutas sociais e políticas na construção de um projeto de bem comum à comunidade (SOUZA, 2010).

A mobilização vem da necessidade de garantir ao meio rural uma educação contextualizada mediante a realidade vivenciada pelos povos do campo e que possibilite meios para seu desenvolvimento. Avalia-se neste contexto a implantação de um currículo diferenciado, a ação dos jovens que passam por uma formação voltada às peculiaridades do campo e a atuação de professores neste processo de formação para a transformação social.

Caldart (2010) corrobora que a Educação do campo não nasceu como teoria, mas em questões práticas. E é essa prática que busca a conjugação da luta tanto pelo acesso à educação pública quanto a uma prática pedagógica contextualizada que possibilite a transformação social.

O eixo Educação Rural assume, na análise das teses, dois caminhos. O primeiro considerado apenas como espaço geográfico que sofre com um processo educacional descontextualizado, que não atende à demanda e as necessidades dos povos e comunidades de zona rural. Este critério serve apenas como demarcação rural/urbano para manutenção de interesses capitalistas. Cabe dizer que este primeiro caminho ressalta na análise dos resumos das teses, mas não é a maioria dos trabalhos deste eixo.

O segundo caminho do eixo Educação Rural vislumbra a Educação Popular proposta por Paulo Freire, a educação de um povo trabalhador e a disseminação de informações que possibilitem uma análise crítica da situação rural e o desenvolvimento das comunidades do meio rural.

Souza (2010, p. 85) ressalta Paulo Freire quando afirma que o homem pode transformar a natureza com seu trabalho a partir das relações e interações que estabelece em seu meio e no qual pode passar de “objeto a sujeito de sua própria história”. Neste contexto, o trabalho educativo, por meio da Educação Popular, visa a formação de sujeitos que interfiram na realidade para transformá-la (PALUDO, 2012, 283).

Ressalta-se aqui a necessária distinção entre Educação Rural e do Campo. A Educação Rural, por si só e deslocada do contexto representa um espaço geográfico, na maioria das vezes manipulado por interesses econômicos e desenvolvimentistas que não contemplam as demandas e necessidades dos povos que habitam este meio. Esta educação não articula o trabalho do campo à educação escolar contextualizada.

Já a Educação do Campo constrói-se na organização, cooperação e contextualização do tempo e espaço geográfico, às necessidades educacionais dos povos do campo e ao trabalho produtivo advindo destes.

Torna-se importante discorrer que nos resumos das teses analisadas aponta-se uma Educação Rural que caminha, por meio das lutas de classes, movimentos sociais, Educação Popular e outros programas e projetos à vislumbrada Educação do Campo, haja vista o processo de conscientização que estas mobilizações sociais têm aplicados ao meio rural. Ou seja, observa-se que por intermédio de ações organizadas política e socialmente, com crianças, jovens e famílias camponesas, assentadas e demais comunidades rurais, que o processo educativo tem se fortalecido quando pensado em coletividade.

Em relação aos professores observou-se entrelaçamento de três fatores: a formação, a atuação e a prática educativa, sendo que esses fatores resultam em uma situação de interação mútua, pois quando é possibilitado ao professor que trabalha na zona rural um preparo voltado às necessidades do campo sua atuação passa a atingir seus alunos por meio de práticas contextualizadas. Simetricamente, as práticas contextualizadas dos professores retroagem sobre sua formação, construindo um novo saber sobre o campo e a educação.

Este eixo discute, na maioria das teses, a ação de um processo de formação, inicial ou continuada, condizente com as peculiaridades do campo que passa também pela necessidade de um projeto pedagógico contextualizado e um currículo adaptado. Um processo voltado ao desenvolvimento da comunidade do campo e à emancipação dos sujeitos deste espaço.

Considerações Finais

A Educação do Campo, como prática social e coletiva, como modalidade da Educação Básica e como movimento social tem crescido nos últimos anos, de acordo

com o Estado da Arte apresentado neste trabalho. As pesquisas e produções realizadas pelas universidades, juntamente com a criação e participação em programas e projetos voltados à realidade e sujeitos do campo viabilizam a ampliação do assunto e colaboram com o delineamento do conceito de Educação do Campo.

Ressalta-se que os termos utilizados para busca e Estado da Arte deste trabalho apresentam vieses intrínsecos a sua constituição como os movimentos sociais, as políticas públicas, a docência, os programas e projetos, que na atualidade atuam no contexto do campo com intenção de atender aos sujeitos que lá habitam e trabalham. Esses vieses corroboram com a construção do conceito de Educação do Campo para além do espaço geográfico.

A Educação Rural é entendida, de acordo com o Estado da Arte, como espaço onde surgiram lutas e movimentos sociais, cujas reivindicações buscavam melhorias que atendessem à demanda e necessidade dos sujeitos do campo e que ao longo da história contribuíram para o movimento de Educação do Campo.

Em relação aos professores, um dos termos de pesquisa há necessidade de considerar a formação, a atuação e a prática educativa no contexto da Educação do Campo e da Educação Rural. Considera-se que quando o docente é preparado para atuar na especificidade apresentada no campo engendra-se um processo de retroação sobre a prática educativa e na qual a atuação possibilita novos conhecimentos.

Por fim entende-se que a tríade campo-educação-políticas estão entrelaçadas, sendo o campo um espaço de possibilidades, a educação um direito dos sujeitos que habitam o campo considerando as peculiaridades do contexto e no qual se luta por políticas coerentes e efetivas à demanda do campo. Este trabalho possibilitou entendimento e ampliação do assunto proposto para geração e disseminação do movimento de Educação do Campo para a comunidade acadêmica, que surge como forma de ação a um contexto rico, diferenciado e peculiar, o campo.

Referências Bibliográficas

- ALENTEJANO, P. Estrutura Fundiária. *In*: CALDART, R. S. et al (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- ANTONIO, C. A. LUCINI, M. **Ensinar e Aprender na Educação do Campo: processos históricos e pedagógicos em relação**. Caderno Cedes. Vol.27, m. 72, p. 177-

195. Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 23/01/2012, às 14h37.
- ARROYO, M. G. FERNANDES, B. M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. Coleção nº 2. Brasília – DF, 1999.
- BEZERRA NETO, L. **Avanços e Retrocessos na Educação Rural no Brasil**. 221 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação – Campinas, 2003.
- BRASIL, MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Projovem Campo – Saberes da Terra**. Brasília, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Decreto lei n. 4.024, de 20/12/1961. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 18/01/2012.
- BRASIL. Decreto lei n. 9.493, de 20/12/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, ano CXXXIV, nl. 248, 23/12/96, pp. 27833-27841
- BRASIL. MEC/CNE. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001.
- CALDART, R. S. et al (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CALDART, R. S. Educação do Campo e a Perspectiva de Transformação da forma Escolar. In: MUNARIN, A. et al (org.). **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.
- CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. V. 7 n. 1, p. 35-64, mar/jun, 2009. Disponível em: <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r235.pdf>. Acesso em: 24/05/12.
- CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Banco de Teses CAPES**. 2012. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>. Acesso em: 1 jul. 2012.
- FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. 3. ed. Vol. 13. Coleção Educar. São Paulo: Loyola, 1991.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FRIGOTTO, G. Projeto Societário Contra-Hegemônico e Educação do Campo: desafios de conteúdo, método e formas. In: MUNARIM, A. et al (org). **Educação do Campo: reflexões e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.
- KOLLING, E. VARGAS, M. C. CALDART, R. S. MST e Educação. In: CALDART, R. S. et al (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- MARTINS, F. J. **Educação do Campo: processo de ocupação social e escolar**. In: II Congresso Internacional de Pedagogia Social. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092008000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 20/11/2011.
- MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Cadernos SECAD. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaocampo.pdf>. Acesso em: 23/10/2011.

- MOLINA, M. C. Desafios Teóricos e Práticos na Execução das Políticas Públicas de Educação do Campo. *In*: MUNARIM, A. et al (org). **Educação do Campo: reflexões e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.
- MUNARIM, A. et al (org). **Educação do Campo: reflexões e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.
- PALUDO, C. Educação Popular. *In*: CALDART, R. S. et al (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- RIBEIRO, M. Educação Rural. *In*: CALDART, R. S. et al (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- STEDILE, J. P. Reforma Agrária. *In*: CALDART, R. S. et al (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- SOUZA, M. A. A Educação do Campo na Investigação Educacional: quais conhecimentos estão em construção?. *In*: MUNARIM, A. et al (org). **Educação do Campo: reflexões e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

EMANCIPAÇÃO/LIBERTAÇÃO E O MOVIMENTO SOCIAL DO BRASIL CONTEMPORÂNEO A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA DECOLONIAL

João José Veras de Souza

Mestre em Direito, pelo Programa de Pós-Graduação em Direito-CPGD da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH, também da UFSC, e bolsista da CAPES

Resumo

O presente artigo busca, no campo da teoria crítica, problematizar as categorias *emancipação e libertação*, o que para tanto parte, de um lado, do ponto de vista da modernidade – com pensadores como Herbert Marcuse e Jürgen Habermas, da *Escola de Frankfurt* – e, de outro, com a visão de pensadores vinculados à *teoria crítica decolonial* - entre os quais, dois dos seus mais expressivos, o semiólogo argentino Walter Mignolo e o filósofo também argentino Enrique Dussel. Tal empresa científica pretende apontar: i) indícios teórico-epistemológicos que possam responder sobre quais das categorias elencadas os movimentos sociais contemporâneos do Brasil, num plano geral, se filiam em sua prática e pensamento, bem como ii) as possíveis consequências advindas daí.

Palavras-chave: Emancipação. Libertação. Movimentos Sociais. Teoria Crítica Decolonial.

Summary

This article seeks, in the field of critical theory, to problematize the categories emancipation and liberation, both for what part, on one hand, from the standpoint of modernity - with thinkers like Herbert Marcuse and Jürgen Habermas, of the Frankfurt School - and on the other, with the vision of thinkers linked to critical theory decolonial - including two of his most expressive, the Argentine semiotician Walter Mignolo and also Argentine philosopher Enrique Dussel. This company intends scientific point: i) theoretical-epistemological evidence that can answer which of the categories listed on the contemporary social movements in Brazil, in general terms, are affiliated in their practice and thinking, as well as ii) the possible consequences resulting therefrom.

Keywords: Emancipation. Liberation. Social Movements. Critical theory decolonial.

Poucos são os estudos no Brasil que têm investido em problematizar, dentro da teoria dos movimentos sociais, as contribuições dos chamados estudos pós-coloniais. É de se destacar dois trabalhos muito recentes a tal respeito: Scherer-Warren (2011) e Bringel (2010). Ambos acentuam aspectos que se pode extrair do pensamento pós-colonial para o desenvolvimento da teoria dos movimentos sociais. A primeira autora ocupa-se em analisar o legado desse pensamento como contribuição para se repensar o lugar do intelectual em relação aos sujeitos de seus estudos; a importância de se relacionar a experiência, representação e reconhecimentos desses atores sociais; a necessidade de se repensar o conceito universalista dos direitos humanos, como também de levar em conta as novas formações discursivas que vêm sendo construídas em práticas articulatórias em redes. O segundo autor, por sua vez, ocupa-se em analisar, à luz do debate pós-colonial, aspectos teóricos e epistemológicos quanto ao ativismo transnacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras-MST. Ambos os trabalhos constituem um marco na literatura brasileira que estuda a teoria dos movimentos sociais.

No artigo “*Para uma abardagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais*”, Ilse Scherer-Warren (2011), aponta que os estudos dos movimentos sociais têm sofrido revisões críticas sobretudo a partir das contribuições que advêm de teorias da pós-modernidade, dos estudos culturais e pós-coloniais.

O presente trabalho, nesse passo, busca contribuir com reflexões teóricas dando destaque para a construção epistemológica de conceitos que são caros tanto para os estudos pós-coloniais como para o dos movimentos sociais como, de fato, o são *emancipação e libertação*. Parte-se no sentido das atualizações epistemológicas que se tem realizado à luz da *teoria crítica decolonial* produzida pelo grupo de pesquisa Modernidade/Colonialidade (ESCOBAR, 2003, CASTRO-GOMES e GROSFUGUEL, 2007, SOLIS, 2010). O que se objetiva fazer em vista de que a teoria dos movimentos sociais tem, comumente, partido das experiências européias e norte americanas (da modernidade eurocêntrica) de modo a desconsiderar as lutas anticoloniais e anti-imperialistas que ocorriam (e ainda ocorrem) na América Latina e África, condição que impele, no campo desses estudos, ao desenvolvimento de um viés teórico epistemológico descolonizador (BRINGEL, 2010), de modo que, aceitando a

adventância de Scherer-Warren (2011), não se deixe cair nas “*armadilhas da colonização na política e na construção de conhecimentos*”.

Destarte, o presente artigo parte, por um lado, do ponto de vista da modernidade – pela via de Herbet Marcuse e Jungens Habermas - e, por outro, da *teoria crítica decolonial*, pelo olhar de Walter Mignolo e de Enrique Dussel, buscando apontar indícios teórico-epistemológicos de *emancipação/libertação* nos movimentos sociais contemporâneos do Brasil, em sua prática e pensamento, bem como as possíveis consequências advindas daí. Estruturalmente, o artigo inicia com uma apertada síntese *da teoria crítica decolonial*, depois apresenta como autores da modernidade concebem *emancipação* e como autores da *teoria crítica decolonial* a criticam e defendem *libertação*, e, ao final, introduz no debate a história dos movimentos sociais contemporâneos no Brasil.

Teoria Crítica Decolonial

Partindo da idéia de que o pensamento social dominante na América Latina não é latino- americano, um grupo de pensadores latino-americanos e latino americanistas¹ tem, desde a década de 90, desenvolvido, por meio de encontros e publicações (ESCOBAR, 2003, CASTRO-GOMES e GROSGOUEL, 2007, SOLIS, 2010), uma série de reflexões teóricas, nos vários campos do conhecimento, com vistas a pensar a América Latina e o mundo das ciências humanas em seu conjunto, numa perspectiva de defender ser possível um outro pensamento, um outro conhecimento e um outro mundo.

¹ São muitos aqueles pensadores contemporâneos que têm produzido reflexões a respeito dos temas e categorias colocados pela Teoria Crítica Decolonial. Podemos destacar os seguintes e suas respectivas principais contribuições teóricas: Filósofo argentino Enrique Dussel (filosofia da libertação, transmodernidade), Sociólogo peruano Aníbal Quijano (colonialidade do poder), semiólogo argentino Walter Mignolo (geopolítica do conhecimento, diferença colonial), antropólogo colombiano Arturo Escobar, a pedagoga norte-americana radicada no Equador Catherine Wash (interculturalidade), o portoriquenho Ramon Grosfoguel, o filósofo portoriquenho Nelson Madonaldo-Torres (colonialidade do ser), o filósofo colombiano Santiago Castro-Gomes (La Hybris del punto cero), sociólogo venezuelano Edgardo Lander, o crítico literário boliviano Javier Sanjinés, Fernando Caronil, o norte-americano Imanuel Wallestein (sistema-mundo moderno), entre outros. (ESCOBAR, 2003, CASTRO-GOMES E GROSGOUEL, 2007)

O que esse grupo tem produzido se apresenta como uma teoria crítica contemporânea – a teoria crítica decolonial - vinculada às tradições das ciências humanas da América Latina e Caribe. É um pensamento que se articula a partir da América Latina, todavia não se circunscreve a ela. Retoma de maneira crítica e dialoga de forma construtiva com outros projetos intelectuais e políticos latino-americanos, constituindo-se como uma alternativa de reflexão teórica das especificidades históricas e políticas de nossas sociedades, buscando desconstruir o caráter universal e natural da sociedade capitalista-natural, frente ao quadro de dificuldades para a formulação de alternativas teóricas e políticas à hegemonia total do mercado, como compreende Edgardo Lander (LANDER, 2005).

Nesse sentido, parte basicamente do questionamento das origens, espaciais e temporais, da modernidade. De acordo com a sintetização do colombiano Arturo Escobar (2003): a teoria crítica decolonial parte do pressuposto de que a origem da modernidade ocorre com a conquista da América e o controle do Atlântico, a partir de 1492 e não no final do século XVIII; que o colonialismo, o poscolonialismo e o imperialismo são constitutivos dessa idéia de modernidade; que tal idéia tem uma perspectiva global, ao invés da perspectiva somente intra-européia, tendo como uma das suas dimensões a dominação dos outros fora do eixo europeu, o que constitui o eurocentrismo como uma forma de conhecimento da modernidade/colonialidade – uma representação hegemônica e modo de conhecimento de pretensão universal.

Para Luis Martinez-Andrade (2008), a *colonialidade* - uma das categorias mais importante para esta teoria social que foi cunhada pelo sociólogo peruano Anibal Quijano - é a dominação colonial que perdura, mesmo sem a permanência do instituto jurídico-político da colônia, e impregna cada uma das áreas da existência social constituindo-se como o mais profundo e eficaz formato de dominação social, material e intersubjetiva, sendo a forma mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder, e que dar conta da dependência histórico-estrutural assim como das características específicas do aspecto societal na América Latina. Para este autor, mesmo que os processos de independência resultassem numa ruptura com o padrão de dominação colonial, a *libertação* política, econômica e cultural latino-americana nunca se efetivou. A colonialidade do poder se fortaleceu com a colonialidade do saber, o que ocorreu graças à ideologia do progresso e as ciências sociais (WALLERSTEIN, 2007) que, com o seu positivismo e dogmatismo, serviu-se de instrumento a serviço do poder

colonial. Descolonialidade ou descolonização seriam processos sociais de resistência à matriz colonial de poder por meio de atos de desprendimento.

Emancipação

É comum, na literatura voltada para os estudos dos movimentos sociais, o manuseio da categoria *emancipação*, de tal modo como se fosse desnecessário justificá-la sob o ponto de vista epistemológico. Parece naturalizada a tal ponto como se ela por si já se auto-explica, sobretudo se o discurso, no qual esteja inserida, paute-se na tradição do pensamento moderno dos pensadores europeus e norte-americanos.

Emancipação se coloca, a primeira vista, como o ato de tornar-se livre. Emancipar-se, nesse sentido, seria livrar-se de algo do qual se mantém, sem vontade própria, vinculado, preso. Emancipado, assim, seria aquele liberto das amarras. Partindo do campo da teoria crítica, *emancipação* tem sido regularmente entendida como meio através do qual os agentes sociais se libertariam das condições de existências na vida social que lhes são adversas para a autodeterminação individual ou coletiva. É exatamente nessa perspectiva que os discursos emancipatórios, o que inclui a produção científica das ciências humanas, têm alimentado “a humanidade”, no caso, aquela parte dela que se sente e se encontra efetivamente na condição adversa a um estado de liberdade. Tem sido assim, seja como ideal filosófico, político ou sociológico, seja na sua forma mais radical ou mais moderada.

Dois filósofos europeus da Escola de Frankfurt, Herbet Marcuse, da primeira geração, e Jürgen Habermas, da segunda, cada um ao seu modo e tempo, dedicaram-se a pensar a teoria da emancipação social dentro da esfera do paradigma da modernidade.

O primeiro, marcado por uma visão de cunho marxista, que deseja uma transformação profunda da sociedade capitalista, dedicou grande parte de seu pensamento na construção de uma filosofia política voltada para a *emancipação* humana. Uma sociedade emancipada para ele seria uma sociedade socialista. Marcuse aponta a sua crítica para o que considera falsa visão, a que se tem dado à idéia de *emancipação* quando esta se vincula à de progresso projetada pela modernidade. Segundo ele, essa perspectiva induz que o necessário domínio da natureza e da sociedade, especialmente pela técnica e pela ciência, “*evolui para meio de regulação social, uma vez combinado com as leis do capitalismo*” (ANIBAL, 2010).

Marcuse reclama, sobretudo, uma *emancipação econômica*² (o que será possível com o fim do modo de produção capitalista), considerando importante a *emancipação dos sentidos* que no homem possibilitaria a emergência do socialismo. Sua visão está voltada para o homem europeu, tido como representante da humanidade, e o homem operário europeu, este que, pelo discurso marxista, representaria o homem a ser emancipado (LOUREIRO, 2005).

O segundo pensador, Habermas, desenvolve a teoria crítica do conhecimento, pela qual contrariamente a crítica de Marcuse, reafirma o legítimo papel da ciência como instrumento de dominação e manipulação da natureza e a consequente dominação humana pela ação instrumental. Justifica sua posição afirmando que o interesse pelo controle técnico é universal e inerente à humanidade (sic). Habermas, no entanto, não deixa de oferecer um contraponto à racionalidade instrumental que, para ele, é a racionalidade comunicativa. A *emancipação* estaria na ação comunicativa, acredita. A *emancipação social* estaria, essencialmente, no projeto de discussão e decisão pela argumentação, o que seria o fundamento de uma governança democrática (ANIBAL, 2010). O filósofo alemão também não consegue sair das problemáticas que lhes são caras como um homem europeu e “moderno”. Sua idéia de *emancipação* passa necessariamente pelo uso racional da linguagem e suas estratégias de argumentação, rumo à uma das mais importantes categorias da modernidade que é a democracia. Também para ele a humanidade está muito bem representada pelo homem europeu.

Como se pode observar, Marcuse e Habermas firmam seus entendimentos, apesar de diferentes entre si, dentro de um campo de conhecimento atrelado ao discurso eurocêntrico (posto pelo homem europeu do passado e do presente) e, por isso, circunscrito ao paradigma da modernidade. Nesse sentido, suas concepções de *emancipação* deixam de levar em consideração o contexto de luta assim como da compreensão do que foi e vem sendo a condição histórica dos povos que não são europeus, do sujeito latino-americano, seus grupos étnicos.

² Partindo da visão marxista, que conceitua emancipação a partir das suas duas modalidades (a política e a humana), para quem “a supressão da propriedade privada constitui, desse modo, a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanas...” (MARX, 2001).

Emancipação ou libertação

No plano histórico, a idéia de *emancipação* se fundou, a partir do século XVIII, na Revolução Gloriosa, ocorrida no Reino Unido de 1688; na Revolução Americana, de 1776, e na Revolução Francesa, de 1789. Os três fatos históricos tiveram como atores principais a burguesia, no caso das revoluções Gloriosa e Francesa, e colonos anglo-descendentes, no caso da Americana. Com isso, entende Mignolo, emancipação serviu para afirmar a liberdade da nova classe social, a burguesia, que, desde então, passou a se autodenominar humanidade e exportar para o resto do mundo a sua concepção de *emancipação*. Tal conceito é retomado no século XX para justificar a Revolução Proletária, de 1917, e outros movimentos políticos pautados principalmente pelos ideais marxistas. (MIGNOLO, 2010)

Para Enrique Dussel (DUSSEL, 2011), a categoria *libertação*, diferentemente de *emancipação*, é que é apropriada para expressar sentido ao contexto histórico latino-americano, enquanto negação e resistência ao domínio europeu, inclusive epistêmico, desde as conquistas do século XVI. É que, para ele, o conceito de *emancipação* pertence ao iluminismo europeu e segue sendo usado hoje na mesma tradição, muito embora indique seus limites para além da Europa. É uma noção comum aos discursos tanto liberais quanto marxistas e que, portanto, “*pertence ao universo discursivo enquadrado nas concepções filosóficas e históricas da modernidade.*” (MIGNOLO, 2010)

Segundo Mignolo, *libertação* remete a dois tipos de projetos diferentes e interrelacionados: a descolonização política e econômica e a descolonização epistemológica. Assim, *emancipação* e *libertação* são dois projetos localizados em diferentes terrenos geo-políticos. Nesse sentido, partindo da premissa de que a modernidade é um fenômeno essencialmente europeu, a *emancipação* dos povos só poderá ser planejada, ditada e executada a partir da Europa e dos Estados Unidos. Mignolo insiste que a pergunta fundamental que coloca as diferenças, a partir das respostas, é: quem são os destinatários dos projetos emancipatórios e libertadores. O autor faz uma análise do conceito de emancipação numa perspectiva do que denomina de geopolítica do conhecimento e, assim, da geopolítica do discurso. Nesse passo, propõe a pensar de que modo a descolonização e a *libertação* subsumem o conceito racional de *emancipação* e inverte a geopolítica do discurso. O que se dá

especialmente na medida em que aquela inclui as lutas raciais que a burguesia européia colonizou nas suas periferias (QUIJANO, 2006).

Por considerar que os projetos emancipatórios da modernidade estão presentes como reformas lineares no interior da história ocidental e dos pensamentos ocidentais, o semiólogo defende que, diferentemente da *emancipação*, a *libertação* e a descolonização são projetos conceituais de despreendimento da matriz colonial de poder, entendida esta como o capitalismo e a globalização neoliberal. Assim, “*Uma estratégia de despreendimento consiste em desnaturalizar os conceitos e os campos conceituais que totalizam UMA unidade*” (MIGNOLO, 2010).

Com efeito, aponta que o processo de despreendimento impõe que se instale uma epistemologia fronteira e em alternativas à modernidade, ao invés de modernidades alternativas. Considera Mignolo que o despreendimento conceitual se estabelece como o rumo para a libertação e descolonização, enquanto que as reformas permanecem no marco da matriz colonial do poder, o que se constitui no esplendor e limitação de qualquer projeto de *emancipação*.

Continua o semiólogo. Com a prática de despreendimento não se trata de negar ou ignorar as técnicas e estratégias da modernidade mas dá-lhes propósitos descoloniais. Com isto, não se pode confundir despreendimento com assimilação. Existem projetos de despreendimento que não conseguem sair da retórica da modernidade e da lógica da colonialidade. Mignolo tem que o marxismo, embora oferece um conteúdo diferente, continua preso a uma lógica que não é diferente³.

Uma das funções do ato de despreendimento, afirma o semiólogo, é negar a ilusão de que a razão imperial pode ao mesmo tempo produzir uma razão libertadora. *Emancipação e libertação* são duas caras da mesma moeda. A moeda da modernidade e da colonialidade. *Emancipação* captura o momento em que a burguesia se emancipava das estruturas monárquicas da Europa. *Libertação* captura a diversidade racializada de etnos-grupos colonizados das burguesias que se emancipavam das monarquias.

³ Nesse sentido, a transcrição que dimensiona melhor os limites da visão marxista: “*Todas as lutas contra formas de desigualdade, de opressão, de exclusão, tornam-se, assim, importantes e fundamentais para a conquista da emancipação política, mas elas não garantem a ‘emancipação humana’.* Para esta última, essas lutas (necessárias e fundamentais) devem confluir num processo que supere a divisão social em classes e a separação do produtor do meios para produzir, ou seja, e eliminação da exploração, e com ela da ordem social burguesa” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011)

No que diz respeito à teoria crítica de Frankfurt, Mignolo é do entendimento de que a mesma limitou seu espaço de experiência e seu horizonte de expectativas ao âmbito da história e futuro da Europa. Assim, a *emancipação* e a teoria crítica da Escola de Frankfurt se conduzem no perfil dos processos revolucionários levados adiante pela burguesia europeia e os criolos de descendência europeia nas américas. A *emancipação* não pode ser a luz que guie os processos de *libertação* e descolonização, não pode subsumir estas, mas, pelo contrário, a *libertação/descolonialidade* é que deve reconfigurar o conceito tradicional de *emancipação*. A *libertação* crítica da filosofia e a virada decolonial operam a partir dos espaços de experiências e de expectativas de variados etnos-grupos de distintas partes do planeta e não só da Europa.

A questão no contexto da história dos movimentos sociais contemporâneos

A partir de um brevíssimo passeio pelo que tem se constituído a atuação dos movimentos sociais no Brasil, especialmente no período da ditadura militar (anos 60 e 70) até a década de 2000 (SCHERER-WARREN, 2007 e 2012), o que se pode perceber é uma crescente adoção - pelas diversas manifestações de ação coletiva no Brasil (sobretudo a partir dos anos 80)⁴ - do conceito e também de ações voltadas à *emancipação* frente a um decrescente apego à idéia, e também práticas no sentido, de *libertação*, frente à compreensão dada às respectivas categorias no presente trabalho.⁵

Assim, de acordo com Ilse Scherer-Warren (2012) temos que, no período da ditadura (nas décadas 60 e 70), “*uma das diretrizes mais importantes [dos movimentos sociais] era a autonomia política e organização em relação às estruturas estatais e governamentais*”. Para alguns analistas, nesse período “*os movimentos de base ‘davam as costas para o Estado’, mas muito mais do que a busca de uma separação nítida em*

⁴ É possível extrair uma leitura similar também no capítulo VIII - Movimentos Sociais no Brasil na era da Participação:1978-1989, da obra *Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*, de Maria da Glória Marcondes Gohn (GOHN, 1997).

⁵ É de se ressaltar que esta afirmativa funda-se em um olhar histórico panorâmico. O presente artigo não se propõe à análise esmiuçada quanto à rica e complexa especificidade dos estudos dos movimentos sociais, no que pertine a apurar, no plano micro, as manifestações da ação coletiva que tenham em si a semente da libertação no Brasil contemporâneo. Partindo do plano geral, não se está descartando as possibilidades de existência, como exceção, de ações coletivas cujas pautas prendem-se ao ideal de libertação, estas que sempre sustentaram, mesmo que invisibilizados, o frescor da tradição libertária, quiçá descolonizada. Com efeito, não se pode deixar de notar a existência de pequenos focos de projetos de decolonialidade no Brasil no período apontado. O Movimento dos Sem-Terra e da Via Campesina, como exemplo de mobilizações sociais de maior profundidade ideológica, e o Fórum Social Mundial, como fundamental promotor e difusor de resistências discursivas perante e no interior do padrão colonial de poder no final do século XX e início do Século XXI, conforme vasta bibliografia.

relação ao governo, rejeitava-se o regime opressor e restritivo à participação popular em sua totalidade". Depois disso, a fase seguinte (décadas de 80 e 90) foi caracterizada pela *"conscientização acerca dos direitos do cidadão, estimulada sobretudo pelas organizações de mediação, intelectuais orgânicos e lideranças de movimentos, mas com alcance ainda limitado para a grande massa dos excluídos"*. Os anos 90 foi o período caracterizado, essencialmente, pela institucionalizações do movimento social. Por fim, segundo a cronologia da autora, os anos 2000 foram caracterizados pela ascensão de um movimento cidadão crítico em que o controle social passou a ser operado pela cidadania.⁶

O que se pode apurar, sob ponto de vista epistemológico, é que, nesse período histórico, os movimentos sociais passam a adotar uma gramática de sentidos - que não é a sua - face ao uso de categorias vazadas pela racionalidade moderna, as quais têm a função de limitar o campo da ação prática na medida em que cumprem o papel, como retóricas, de induzir se pensar que o discurso basta para manter um *status* de realidade pautado e a partir dele. Conceitos como *democracia, cidadania, emponderamento, governança* e a própria *emancipação* têm a função de persuadir a se acreditar que há controle social efetivo sobre os poderes, sobre os mercados.⁷ O que por si basta para expressar um contexto de *emancipação* da sociedade (e não de *libertação*), com a manutenção dos estados de conformidade social, e também de inconformidade controlável, importantes, e institucionalizados, legitimadores políticos.⁸

⁶Nesse mesmo diapasão: *"No Brasil, a recente ampliação do espaço público ocupado por ONGs, conselhos e outros canais de participação pode reproduzir relações políticas nas quais a noção de cidadania e de democratização das políticas e recursos públicos é pouco difundida. Entretanto, quando há vínculos com movimentos sociais de caráter de defesa de direitos, é possível que esse espaço público ampliado possa favorecer a constituição de sujeitos sociais com adesão às ações cívicas embasadas nos valores democráticos e no sentido da solidariedade política"*. (KAUCHAKJE, 2008)

⁷ Nesse sentido, ver, por exemplo, no campo dos movimentos ambientais e rurais: PAULA, 2005, ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005, LEROY, 2006, et al 2002, MELLO, 2006, ACSELRAD et al, 2006, LEFF, 2006, SOUZA, 2008.

⁸ De fato, emancipação é incompatível com modernidade. Mesmo se fôssemos adotar a idéia de *emancipação*, tal qual manipula Boaventura de Souza Santos (SANTOS, 1997), ainda assim, nem *emancipação* poderíamos considerar no caso dos movimentos sociais no Brasil, visto que, segundo o sociólogo português, o fortalecimento da regulação em detrimento da emancipação, na modernidade, se deve, na esfera da *emancipação*, tanto à hegemonia da racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica - em detrimento das racionalidades estética-expressiva da arte e da literatura e da moral prática da ética e do direito - quanto, na esfera da regulação, à hegemonia do mercado sobre o Estado e a comunidade. Nesse passo, de acordo com Boaventura, a subjetividade se reafirma em detrimento da cidadania e ambas em detrimento da emancipação. Com isso, é lícito afirmar que, na

Diante deste quadro teórico e histórico, não se pode dizer que no Brasil o movimento social do período em questão tenha adotado como pauta de luta a *libertação*. O que se percebe é que ele continua, de fato, vinculado à concepção de *emancipação*, esta cuja função pragmática e ideológica, enquanto discurso, é manter a ação coletiva presa à epistemologia da colonialidade e, assim, no campo restrito das lutas por possíveis reformas no interior da matriz colonial do poder colonial, na esfera ainda da modernidade. Deste modo, de acordo com o pensamento da *crítica social decolonial*, é possível supor que os movimentos sociais no Brasil ainda não conseguiram sair da retórica da modernidade e da lógica da colonialidade, portanto sem desprendimento necessário para valer-se da gramática da desconlonialidade, o que justifica a sua “opção” pela *emancipação* ao invés da *libertação*.

contemporaneidade, ainda se observa as hegemonias apontadas. No pilar da emancipação ainda perdura a racionalidade técnica-científica, como força produtiva do capitalismo, colonizando e, por isto, superando as demais racionalidades. No pilar da emancipação, o princípio do mercado continua no estágio de superação em relação ao Estado e à comunidade, e os dois primeiros ainda mantêm uma relação colonizadora frente ao terceiro.

Referências

ACSELRAD, Henri. MELLO, Cecília. BEZERRA, Gustavo. **Cidade, Ambiente e Política: Problematizando a Agenda 21 Local**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ANIBAL, Graça. A Teoria Crítica e a Educação. *Revista Lusófona de Educação*. n. 16, 2010.

CASTRO-GOMES, Santiago e GROSGOQUEL, Ramón. Prólogo: **Giro decolonial, teoria crítica y pensamiento heteráquico**. In: *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores. 2007.

DUSSEL, Enrique. **Filosofía de la Liberación**. FCE. México. 2011.

EDGARDO, Lander (ed.), **La Colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales**. Perspectivas Latinoamericanas. Caracas: Clacso, 2000.

ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de otro modo – O programa de investigación de modernidade/colonialidade latinoamericana**. Colômbia: Revista Tabula Rasa. Nº 1, 2003.

GONH, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunitiva**. Madrid. Taurus. 1987.

KAUCHAKJE, Samira. **Solidariedade Política e a Constituição de Sujeitos: A Atualidade dos Movimentos Sociais**. *Revista Sociedade e Estado*. V. 23, n. 3, Brasília: set/dez 2008.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEROY, Jean Pierre. Apresentação. In ACSELRAD, Henri. MELLO, Cecília. BEZERRA, Gustavo. **Cidade, Ambiente e Política: Problematizando a Agenda 21 Local**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

LOUREIRO, Isabel. Herbert Marcuse – **Anticapitalismo e Emancipação**. *Revista Trans/Form/Ação*, São Paulo: 28(2); 7-20, 2005.

MARCUSE, H. **A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARTINEZ-ANDRADE, Luís. **La reconfiguración de la colonialidad Del poder y nla construccions del Estado-nación em America Latina. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM***, 15 | 2008, [En línea], Puesto en línea el 29 jun 2009. URL : <http://alhim.revues.org/index2878.html>. consultado em 10/12/2010.

- MARX, Karl. **Manuscritos económicos-filosóficos**. São Paulo: Martim Claret, 2001.
- MELLO, Cecília Campelo do Amaral. **Agenda 21 Local – um glosário analítico para o debate**. In ACSELRAD, Henri. MELLO, Cecília. BEZERRA, Gustavo. *idade, Ambiente e Política: Problematizando a Agenda 21 Local*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- MIGNOLO, Walter. **Desobediência Epistêmica – Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad e gramática de la descolonialidad**. Ediciones del Signo. Buenos Aires: 2010.
- MONTAÑO, Carlos. DURIGURTTO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Cortez. 2011.
- PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco: EDUFAC, 2005.
- QUIJANO, Anibal. **Os Fantasmas da América Latina**. In Oito Visões da América Latina. Adauto Novaes (org.). São Paulo: Editora Senac. 2006.
- SANTOS, Boaventura de Souza, **Pela Mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade**. Ed. Cortez, 4ª edição, Porto: 1997.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes Emancipatórias: Nas Lutas Contra a Exclusão e por Direitos Humanos**. 1ª Ed. Curitiba: Appris, 2012.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais**. In **Movimentos Sociais e Participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**/Ilse Scherer-Warren, Ligia Helena Hahn Luchmann (orgs). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo**. Revista História: Debates de Tendências. V. 7. n 1. Jan/jun 2007. P. 9-21.
- SOLÍS, Ángel Octavio Álvarez. **La persistência de los márgenes. Reflexiones epistemológicas em torno a la obra de Walter Mignolo**. México: Araucaria – Revista Iberoamericana de Filosofía, política e Humanidades. Ano 12. Nº 21. 2010.
- SOUZA, João José Veras de Souza. **O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre: uma análise à luz do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2008.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis-RJ. Vozes. 2005.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Abrir las ciencias sociales. Informe de la Comisión Gulberian para la reestructuración de las ciencias sociales**. Espanha: Siglo XXI editores de Espanha S.A. 2007.

ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. PEREIRA, Doralice (orgs). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

O ASPECTO TERRITORIAL COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Ana Cristina Fonseca de Vasconcelos

(Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social)

anacfv2006@yahoo.com.br

Ana Paula Carvalho Otoni

(Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social)

paulinhadypaula@yahoo.com.br

Ilenice Soares Freitas

(Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social)

ilenicefreitas@yahoo.com.br

Apresentação

O presente artigo tem como título “O Aspecto Territorial como Proposta de Desenvolvimento no Brasil”, e objetivou debater acerca da complexa teia de significações que implica conceituar e tratar de território, considerando as dimensões espacialmente continentais e culturalmente heterogêneas do contexto brasileiro.

Ao discutir a temática abordada, buscou-se analisar sob o enfoque conceitual de alguns dos principais estudiosos do desenvolvimento territorial, e, a partir de uma interlocução histórica, sobre os debates acerca do processo de desenvolvimento territorial no Brasil, desde a década de 1980 até as atuais suposições sobre o tema.

Ainda que de maneira sinóptica, pretendeu-se refletir sobre como o território, compreendido como produto social determinado historicamente, têm sido espaço de reprodução de desigualdades e conflitos, e o papel do Estado nesse processo.

Ressalta-se que a dimensão de território concebida nesse estudo, o percebe como um espaço concreto e simbólico repleto de significações, e apropriado por determinado grupo social.

Discute-se, ainda, que o papel do poder público deve privilegiar ações que busquem soluções de âmbito regional, fazendo uso de parcerias intermunicipais que sejam fundamentadas no enfrentamento de problemas.

Metodologia

A metodologia de investigação adotada neste trabalho é substancialmente simples e possui um caráter teórico-bibliográfico, que foi empreendido através de leitura e análise bibliográfica, focando a mobilização das principais categorias conceituais concernentes ao tema escolhido.

Desenvolvimento

Novos elementos vêm sendo adicionados ao debate acerca do desenvolvimento nos últimos tempos, como resposta a um processo de estímulo à promoção frenética de desenvolvimento econômico em escala nacional, cujas conseqüências estão atreladas às múltiplas faces da desigualdade.

Considerando as novas configurações dos espaços nacionais, estudiosos da temática vêm privilegiando questões relativas aos aspectos territoriais, que ressaltem a importância das singularidades regionais.

Tomamos como pano de fundo para esse estudo, a situação brasileira a partir da década de 80, na qual, segundo Araújo (2007), o Brasil resistiu, bem ou mal, à consolidação em escala global de duas hegemonias difundidas na década de 70: do ponto de vista da dinâmica econômica, a hegemonia do rentismo; do ponto de vista ideológico, a hegemonia do neoliberalismo.

Resistência esta que se deu nas décadas de 70 e 80, não se repetiu nos anos 90, quando o Brasil possuía razoável déficit fiscal e dificuldades em refrear a hiperinflação, advinda da onda neoliberalizante que reduziu a participação do Estado na economia e resultou em um processo de desregulamentação econômica.

Nesse contexto, em junho de 1994 durante o governo do então Presidente Itamar Franco, cria-se o Plano Real (inserido na lógica do rentismo mundial) com o objetivo de estabilizar a economia, por meio de uma política monetária atrelada a uma política fiscal que viabilizasse o controle da inflação, assim como o pagamento da dívida pública.

De acordo com Araújo (2007), tal modelo privilegiou pessoas e empresas superavitárias que podiam comprar títulos do governo, montando-se uma lógica de ação que até foi capaz de estancar a corrida de preços, mas que gerou um grande déficit nas contas externas e que aumentou o desequilíbrio fiscal. As consequências de tais ajustes se manifestaram na forma de bloqueio ao crescimento da economia nacional.

Araújo (2007) destaca que o modesto crescimento econômico em meio a uma crise fiscal, se associa à crescente hegemonia de teses liberais, e teve como resposta os movimentos de desestatização que justificaram a ampla desestruturação do Estado brasileiro.

Na perspectiva abordada, Araújo (2007) defende a adoção de políticas nacionais que considerem o quadro de diversidade regional heterogêneo e desigual que configura a sociedade brasileira, sendo o Estado um interventor dinamizador das economias regionais, mas que não ousa macular as identidades locais.

No contexto mundial da década de 90, já se percebia movimentos sinalizadores de mudanças de enfoque na elaboração de algumas políticas públicas, em que o caráter local, anteriormente adotado, cedia espaço para o caráter territorial das mesmas.

Como exemplo, pode-se citar a elaboração de um relatório publicado pelo Banco Mundial no ano de 1996, nomeado de “A nova visão do desenvolvimento rural”, no qual sua forte característica é a tentativa de explicar as mudanças sofridas pelo meio rural nas décadas anteriores, e a necessidade que elas traziam em passar de um enfoque setorial para um caráter territorial, assim como em se construir um novo modelo institucional em torno destas políticas públicas (Favareto, 2010).

Ainda explorando o fértil terreno de mutações sociais da década de 90, Mendonça e Ortega (2005) ressaltam que no mencionado momento histórico, parece surgir um consenso em torno da descentralização do planejamento, e da execução das políticas públicas, já que de um lado estão as políticas públicas orientadas por organismos multilaterais internacionais, e do outro estão as reivindicações originadas da cobrança de uma maior participação da sociedade civil e de uma menor intervenção de estado.

Nessa ocasião, nascem novas propostas de desenvolvimento, principalmente para as regiões que até então não haviam sido contempladas pelo crescimento econômico. Destaque foi dado às discussões sobre desenvolvimento local e, mais recentemente, sobre o desenvolvimento territorial, que vem despertando o interesse de instituições de caráter público e privado, bem como de teóricos de diferentes áreas do conhecimento, e que se encontra como fio condutor desse estudo.

Resultados alcançados

Ao longo do trabalho, procurou-se estabelecer um diálogo em torno em torno da temática do desenvolvimento territorial. Sendo assim, percebe-se que, segundo a perspectiva privilegiada nesse estudo, o território transcende as limitações físicas / concretas, e se estrutura em virtude de uma ação social que compreende aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos abarrotados de significações, e que é apropriado por determinado grupo social.

Em se tratando de um território que é sinônimo de espaço de ação, de representação e (re) construção de identidades individuais e coletivas, intui-se que no âmago das relações sociais, ocorrem processos de internalização das identidades coletivas, que são abarcadas por tensões estruturais, e são desmistificadas na sua consciência por meio de conflitos existenciais entre os diferentes domínios da sua identidade.

É nessa atmosfera, que o Estado e a sociedade civil se vêem como atores essenciais no processo de consolidação do território, e orquestrando as tomadas de decisões (individualizantes e coletivas).

Tornou-se perceptível, ao longo do trabalho, com base nas informações e análises feitas por teóricos do tema, que a sociedade brasileira necessita se sujeitar às estratégias políticas de “recomposição territorial”, através de uma ação planejada de reconstrução de espaços públicos e de canais institucionalizados, bem como da criação de arenas de discussões e reivindicações que tornem representativos os indivíduos, e busquem solidificar uma proposta de desenvolvimento.

Importa ressaltar, segundo o que aqui foi discutido, que no exercício de suas funções, o poder público adote ações que busquem soluções de âmbito regional, fazendo uso de parcerias intermunicipais que sejam fundamentadas no enfrentamento dos problemas.

Em suma, observou-se que há uma crescente e latente necessidade de modernização dos procedimentos, no sentido de implantar medidas de médio a grande alcance social, coerentemente com a realidade vigente, e sua complexa teia de demandas insurgentes no território, não devendo desconsiderar, contudo, os grandes desafios encontrados neste percurso. Desafios estes que devem extrair vantagens não apenas na evolução de estudos e pesquisas na área, mas igualmente da experiência concreta com tais fenômenos.

Referências Bibliográficas

- 1 - BAJOIT, Guy. **Tudo muda: proposta teórica e análise de mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas**. Ijuí: Editora Ijuí, 2006.
- 2 - BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha K.; COSTA, Rogério H. da; SILVEIRA, Carmen B. (orgs.). **Abordagens políticas de espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983, p. 1-8.
- 3 - BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.
- 4 - BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- 5 - FAVARETO, Arilson. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou "inovação por adição"?**. *Estud. av.* [online]. 2010, vol.24, n.68, pp. 299-319. ISSN 0103-4014.
- 6 - FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- 7 - MENDONÇA, N. C. e ORTEGA, A. C. **Estratégias de desenvolvimento territorial: governo FHC X governo Lula**. Anais do X Encontro Nacional de Economia Política, Campinas, 24 a 27 de Maio de 2005, volume disponível em CD.
- 8 - RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993; p. 269.

9 - Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004 – Brandão. **A América Latina e a Modernidade Contemporânea. Uma interpretação sociológica.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 255p.

10 - SANTOS, M. **Território e sociedade: Entrevista com Milton Santos.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

11 - Sen, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. - São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RAÇA E ESTRATIFICAÇÃO NO BRASIL

Bárbara Terezinha Sepúlveda

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social-PPGDS, da
Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes/MG.
bs.unimontes@yahoo.com.br

Sarah Jane Alves Durães

Doutora em Educação, professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Social-PPGDS, da Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes/MG.
sj-duraes@uol.com.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir as implicações decorrentes da raça nos processos de estratificação social no Brasil. Ao falarmos de estratificação temos em mente quantidades diferenciadas de recursos apropriados por diferentes estratos, ou seja, falamos de desigualdade. Uma vez que a condição racial de um indivíduo ou grupo pode influir quanto ao fenômeno citado, falamos de uma hierarquia determinante nas desigualdades percebidas nas sociedades. Procurou-se, aqui, abordar tal questão, resgatando os sentidos e caminhos percorridos para a consolidação da ideia corrente de raça, a discriminação e desqualificação inerentes, que, historicamente, tem servido para manter os negros na base de nossa pirâmide social. Utilizamos pesquisa bibliográfica e dados secundários, retirados da PNAD 2009 e do censo 2010.

Palavras -Chave: Raça, Desigualdade, Estratificação Social.

Abstract: This paper aims to discuss the implications of race in the processes of social stratification in Brazil. Speaking of layering in mind we have different amounts of resources appropriate for different strata, ie, we talk about inequality. Since the racial condition of an individual or group can influence the phenomenon as mentioned, we speak of a hierarchy factor in perceived inequalities in societies. Attempt was made here to address this issue, recovering their senses and paths taken to consolidate the current idea of race, discrimination and inherent disqualification, which historically has served to keep blacks on the basis of our social pyramid. We use literature and secondary data, taken from PNAD 2009 and 2010 census.

Keywords: Race, inequality, Social Stratification.

Introdução

O fenômeno da *estratificação social* diz respeito ao processo de hierarquização das sociedades, onde indivíduos e grupos encontram-se desigualmente dispostos (TUMIN, 1970). Trata-se, basicamente, do processo através do qual se reproduzem as desigualdades sociais.

Uma vez que a condição racial de um indivíduo ou grupo pode influir de maneira a reduzir ou a potencializar as suas condições sociais, falamos de uma hierarquia determinante nas desigualdades percebidas nas sociedades.

O presente artigo tem como objetivo discutir algumas implicações decorrentes da raça nos processos de estratificação social no Brasil. Para tanto, procurou-se resgatar sentidos e caminhos percorridos para a consolidação da ideia corrente de raça e de desigualdade social, que, historicamente, tem servido para manter os negros na base de nossa pirâmide social.

Serão apresentados, dessa forma, alguns processos através dos quais se têm promovido a exclusão dos negros brasileiros, com destaque para políticas como o *branqueamento* e a *ideologia da democracia racial*. Ademais, de uma revisão bibliográfica, valemo-nos de dados secundários que foram retirados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD de 2009 e do Censo Demográfico de 2010.

A Invenção da Raça

Embora a invenção de um conceito *científico* de raça esteja relacionada ao evolucionismo do século XIX, práticas e sentimentos próprios do racismo e do etnocentrismo estão presentes no pensamento ocidental desde a antiguidade, sob outros rótulos (SEYFERTH, 2002).

Nessa direção está o *barbarismo*. Esse fenômeno surgiu na Grécia antiga como forma de se distinguir os gregos dos demais povos. Designava o outro, o que é de fora. Os bárbaros eram considerados povos desprovidos de razão, cruéis e inferiores. Segundo afirma Seyferth (2002), ainda que a base para tal diferenciação fosse comportamental, mais que racial, aí já se colocavam em dúvida a unidade da espécie

humana. Esse ideal etnocêntrico se manteve no mundo cristão medieval, no entanto, a ideia da conversão, ainda segundo a autora, tornou possível que se transformasse bárbaros em cristãos, notadamente no contexto europeu.

Assim tornou-se necessária outra denominação: o *pagão*. No entanto, esse não passou de um *novo sinônimo*, dado ao fato que continuaram ausentes referências fenotípicas. Noções raciais não apareceriam com clareza e o que havia, basicamente, eram implicações de ordem cultural mais relacionadas a ideia do que hoje entendemos por etnia¹. O sujeito como outro, conforme afirma Francisco (2010), estaria nas trevas, no primitivismo, em contraposição ao *civilizado* europeu, que atua no sentido de destruí-lo e reinventá-lo através dos verbos: *esclarecer*, *evangelizar*, *legisferar*, *regenerar*.

Schwarcz (2010) destaca a possibilidade da *nossa história das diferenças* ter começado mesmo a partir da descoberta do novo mundo - a América -, onde o canibalismo, a poligamia e a nudez dos nativos escandalizavam a elite pensante da Europa, ao mesmo tempo em que lançavam dúvidas sobre sua humanidade.

No século XVI, conforme afirma Seyferth (2002, p. 19), “cativos da América e da África eram exibidos na Europa e proliferavam as coleções, os *gabinetes de curiosidades* e as cosmografias”². Nesse ponto, as classificações produzidas já possuem base no fenótipo, além de questões como a ausência de linguagem e de religião e o comportamento selvagem.

Embora a autora considere este século o período em que teriam surgido as primeiras clivagens da humanidade baseadas em características físicas, destaca que ainda não se tratava de termos propriamente raciais. As especulações sobre as diferenças percebidas articulavam-se a teorias bíblicas, através das teses monogenista - a origem

¹ De acordo com Santos, Palomares e Normando (2010), a palavra *etnia* é proveniente do adjetivo grego *ethnikos*, derivado do substantivo *ethnos*, que significa gente ou nação estrangeira. Trata-se, segundo os autores, de um conceito polivalente ligado à construção das identidades individuais, a partir de fatores como o parentesco, a religião, a língua, o território e nacionalidade, além da aparência física. Difere, sobremaneira, da noção de *raça*, utilizada, geralmente, para designar grupos de pessoas que compartilham certas características morfológicas.

² Schwarcz (2010), ao abordar essa questão, cita Todorov (1983) para quem o etnocentrismo presente nesse encontro de culturas era uma realidade em ambas as partes, e, dessa forma, lembra que enquanto os europeus levavam indígenas para apresentá-los às cortes europeias, os *primitivos* afogavam europeus tentando entender se se tratavam de homens ou deuses.

única da humanidade -, e poligenista - a humanidade teria se originado a partir de vários atos de criação em diferentes lugares.

A reflexão sobre a diversidade humana durante o século XVIII tem no iluminismo e nos legados da revolução francesa importante contribuição. De acordo com Schwarcz (2010), a partir destes se estabelecem as bases para se pensar a humanidade enquanto totalidade. Nesse sentido, destacavam-se os ideais do *bom selvagem*³ e a visão positiva da natureza americana.

Contudo, conforme Schwarcz (2010), concomitantemente aos princípios iluministas, ganhavam força algumas correntes pessimistas, de visão negativa, sobre os homens da América. Essas vislumbravam o continente como *atrasado*, seus habitantes como *preguiçosos*, tanto mental como moralmente *fracos*.

Já no final do século XVIII, pelo que nos coloca Seyferth (2002), a anatomia comparada e o conhecimento etnográfico abriam caminho para as distinções baseadas na raça que substituía a ideia da variedade, o que conformaria o paradigma predominante no século seguinte, no qual, segundo a autora:

O progresso e a civilização são ditados pelas leis da natureza - a desigualdade humana como parte da ordem natural. O conceito de homem natural, bom selvagem, nobre selvagem, e certos princípios igualitários do iluminismo (cujas luminares também usaram e abusaram da idéia de progresso), foram em grande parte substituídos pela ideia de raça - uma explicação *biológica* para a diversidade cultural (SEYFERTH, 2002, p. 23).

Era o *evolucionismo*, também abordado por Schwarcz (2010), que trazia consigo uma base Darwinista⁴, com a transferência de lógicas próprias da biologia para o terreno das ciências sociais. A lógica aqui é superar uma visão teológica de raça para moldá-la segundo critérios científicos.

As diferenças entre os homens passaram a ser objeto de estudo, onde se buscavam classificar as raças partindo de exercícios de comparação que tinham por base

³ Tal conceito teria sido explorado, preferencialmente, por Rousseau (1993), dentro de uma visão que elegia a natureza como meio cercado de características positivas, onde o homem, isolado da vida em sociedade, não veria ascender características como o egoísmo e a ganância por poder, afloradas num ambiente de competição, antes, o que se veria entre os selvagens era a bondade, expressa na repulsa pelo sofrimento de outro ser humano.

⁴ A obra de Darwin recuperada nessa discussão refere-se à publicação de 1859, intitulada *Origem das Espécies*, onde o autor afirma estarem todos os animais sujeitos a leis universais, as quais promoveriam sua evolução.

desde medidas do crânio, a cor da pele, cabelo, e outros. Conforme aponta seyferth (2002), esses exercícios por si mesmos não carregavam julgamentos de valor, mas, em sua maioria, partiam de pressupostos anteriores à investigação.

Pensadores como Gobineau (1875), disseminaram a existência de uma hierarquia racial entre os homens - que implicava na congruência entre características físicas e morais -, enaltecera a ideia de *tipos puros* e condenaram a miscigenação racial.

Segundo Schwarcz (2010, p. 20), “esse saber sobre as raças implicou, por sua vez, um ‘ideal político’, um diagnóstico sobre a submissão ou possível eliminação das ‘raças inferiores’”- base de um racismo científico porque se justificava pela ciência - acabou por se traduzir em uma espécie de prática avançada do darwinismo social - a eugenia - que pretendia intervir na reprodução das populações, através do que consideravam nascimentos desejáveis, desencorajando, ainda, certas uniões raciais.

Para Francisco (2010), o *eugenismo*, como busca da homogeneização racial, tem o branco europeu como modelo, em um contexto em que a presença de não brancos e, notadamente, de mestiços e negros significava *atraso* para o país e *degeneração*⁵ de sua população.

Os efeitos de tal política são exemplificados pelo autor no controle de imigração presente na constituição brasileira de 1934, e que significava, na prática, veto à imigração de negros, judeus e amarelos, naquilo que ficou conhecido como *política do branqueamento*.

Guimarães (2003) evidencia que as teorias que trataram de dividir a humanidade em subespécies, tal como o mundo animal na Biologia, foram, em certo tempo, consideradas como ciência e só posteriormente pseudociência. A partir delas se fundamentou o racismo e se respaldou políticas que levaram a genocídios e holocaustos.

De acordo com o autor, após a II guerra mundial verificou-se um esforço da parte de cientistas de diversas áreas - como, por exemplo, biólogos, antropólogos,

⁵ A denominada degeneração humana é explicada pela raça ou pelo cruzamento racial, através dos médicos que estabelecem os equivocados vínculos entre as doenças e as raças ditas inferiores, entendidas como determinantes das diferenças doenças (OLIVEIRA, 2007, p. 267).

sociólogos - no sentido de banir o termo raça do mundo científico. Na Biologia, especificamente, teriam chegado à constatação de que não existem maiores diferenças genéticas entre europeus e africanos, por exemplo, que aquelas percebidas internamente entre estes. Assim sendo,

[...] é impossível definir geneticamente raças humanas que correspondam às fronteiras edificadas pela noção vulgar, nativa, de raça. Dito ainda de outra maneira: a construção baseada em traços fisionômicos, de fenótipo ou de genótipo, é algo que não tem o menor respaldo científico (GUIMARÃES, 2003, p. 4).

Contudo, Guimarães (2003) defende o uso do conceito raça como uma construção social, devendo este ser estudado como ramo específico das ciências sociais, que trate das identidades sociais. Além desse aspecto, o autor em pauta questiona quando no mundo social, assim como no natural, poderemos dispensar o conceito de raça. Sobre isso, ele nos diz que:

A resposta teórica parece ser bastante clara: primeiro, quando já não houver identidades raciais, ou seja, quando já não existirem grupos que se identifiquem a partir direta ou indiretamente derivados da idéia de raça; segundo, quando as desigualdades, as discriminações e as hierarquias sociais efetivamente não corresponderem a esses marcadores; terceiro, quando tais identidades e discriminações forem prescindíveis em termos tecnológicos, sociais e políticos, para afirmação social dos grupos oprimidos (GUIMARÃES, 2002, p. 50).

Raça no Brasil: um conceito negociado

Os estudos sobre raça no Brasil iniciaram em fins do século XIX, fruto das preocupações relativas à presença massiva de negros e mestiços no país. Foram estudos influenciados por estudiosos europeus no campo da eugenia (TELLES, 2003).

Conforme se lê em Schwarcz (2010), a mestiçagem brasileira não era apenas descrita, mas *adjetivada*⁶. Acumulavam-se textos nos quais se previa, por conta da mistura racial no Brasil, o atraso ou, ainda, a possível inviabilidade da nação.

⁶ A autora cita pensadores com Agassiz, para quem a mistura de raças no Brasil teria gerado um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia e mental, e Gobineau, que qualificou os brasileiros como viciados no sangue e no espírito, além de assustadoramente feios. Telles (2003) também se ocupou de Gobineau (1875), segundo aquele, este “mostrou sua deploração a miscigenação brasileira dizendo que esta teria afetado a todos os brasileiros, em todas as classes e nas melhores famílias, “tornando-os feios, preguiçosos e inférteis”(GOBINEAU, 1875, apud TELLES, 2003, p. 43).

De acordo com a autora, intelectuais como Nina Rodrigues, famoso médico da escola de medicina da Bahia, entendiam a questão nacional a partir da raça e do indivíduo. Isso impossibilitou o debate mais amplo sobre cidadania e inclusão dos escravos no mercado de trabalho, em um contexto de implementação da *jovem república*⁷.

Ainda que a questão racial pudesse parecer interessante às elites brasileiras, pelo que nos coloca Schwarcz (2010), uma vez que possibilitava a naturalização das desigualdades sociais, políticas e culturais, gerava ao mesmo tempo o problema de se pensar no futuro de um país *misturado*.

A saída encontrada foi redescobrir a nação, selecionar certas partes da teoria e ignorar outras. Para Schwarcz (2005, p. 65) “o modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça”. Dessa forma o Brasil procurou adaptar positivamente as teorias raciais, negando a impossibilidade do progresso da nação. O caráter letal do cruzamento racial foi então abandonado. Elegia-se a raça branca como a mais forte, e a miscigenação como forma de se alcançar um branqueamento evolutivo.

Nesse momento, vemos que conclusões como as de Sílvio Romero, publicizadas a partir de 1908 em Recife, e para quem a mestiçagem brasileira seria a própria solução para a degeneração do país (OLIVEIRA, 2007), passam a direcionar o pensamento nacional. Assim sendo,

a tese do Branqueamento como projeto nacional surgiu, assim, no Brasil, como forma de se conciliar a crença na superioridade branca com a busca do progressivo desaparecimento do negro, cuja presença era interpretada como um mal para o país (JACCOUD, 2008, p. 53).

Segundo Jaccoud (2008), a ideia de que o progresso do país dependia não somente de desenvolvimento econômico, mas também da mudança nas estruturas raciais do seu povo, influenciou significativamente as decisões e práticas políticas da época. Sobre isso, pode-se citar, como por exemplo, o estímulo à entrada de imigrantes

⁷ Da mesma forma, o índio, segundo Fonseca (2010), feito símbolo da identidade nacional, permanecia apenas simbolicamente incluído.

européus, parte de um projeto político que pretendia tornar o país mais branco e teoricamente mais desenvolvido.

Conforme afirma Telles (2003, p. 46):

O branqueamento prescrito pelos eugenistas tornar-se-ia sustentação principal da política de imigração do Brasil. Assim como em outros países latino-americanos, a elite no Brasil trouxe e subsidiou imigrantes europeus para “melhorar a qualidade” de sua força de trabalho e substituir os ex-escravos. O estado de São Paulo em particular, em conluio com os fazendeiros de café, encorajou, recrutou e subsidiou a imigração européia, enquanto o governo federal restringia a imigração asiática até 1910. Esta nova leva de mão-de-obra substituiu a população de ex-escravos africanos em lugares como São Paulo, ao mesmo tempo que agia como um “agente civilizador”, embranquecendo o *pool* genético brasileiro. Esperava-se que os imigrantes brancos acabassem se mesclando a população nativa, de modo a diluir a grande população negra. Mesmo com o fim da escravidão, os trabalhadores negros e mulatos permanecem economicamente marginalizados e esquecidos pelo Estado.

Seyferth (2002) nos informa sobre um *nacionalismo racializado*, a partir do qual a nação brasileira ideal deveria ser ocidental, de civilização latina e língua portuguesa, cuja população teria aparência branca, ainda que plasmada na mestiçagem.

De redentora, possível caminho para o embraquecimento, a miscigenação brasileira passa a fator de identidade, especificidade nacional que atuaria no sentido de proporcionar relações raciais, teoricamente, horizontais entre nós - ideologia que ficou conhecida como *democracia racial*.

De acordo com Francisco (2010), ao Estado brasileiro interessava eliminar os extremos antagônicos de classe, raça ou nacionalidade, transformando a todos em brasileiros a serviço do Brasil. Contudo, o ideal embranquecedor permanecia forte, a questão é apenas de afirmação de um *ethos* nacional, no qual a harmonia racial aparecia como distinção de brasilidade.

Para o autor,

O *ethos* cultural que aliaria negros e brancos, através do mestiço e da miscigenação e que mitigaria os conflitos entre proprietários e expropriados – é o fundamento da democracia racial. Democracia racial não significa convivência harmônica de raças diferentes. Significa, ao contrário, predominância da raça e da classe ou elite branca e, primeiro luso-tropical e, contemporaneamente, euro-americana, que admite a miscigenação, assinala valores culturais das etnias social e racialmente inferiores (as de baixo) e tolera a mobilidade vertical e horizontal de mestiços ou de mulatos (técnica e

intelectualmente preparados para exercer funções de direção), mas urge assinalar – não para o usufruto do poder (FRANCISCO, 2010, p. 135).

Segundo Schwarcz (2010), o antropólogo Gilberto Freire (através do livro *Casa Grande e Senzala*) seria o principal mentor de tal ideologia, popularizada a partir da década de 30 do século XX. Gilberto Freire aborda as questões raciais através de um viés cultural⁸, passando a vigorar de maneira não oficial pelo Estado, mantida acima de clivagens de raça e dos conflitos sociais da época.

Conforme se lê em Telles (2003), apesar de não ter criado o termo democracia racial, Freire (1930) disseminou e desenvolveu a ideia, argumentando que o Brasil era o único entre as sociedades ocidentais, onde a mistura de raças se deu de maneira serena. Ele, sustenta que, assim, a sociedade brasileira estaria livre do racismo que tanto castigava o restante do mundo.

Para Jaccoud (2008, p. 55) esta ideologia “chega assentada em uma interpretação benevolente do passado escravista e em uma visão otimista da tolerância e da mestiçagem [...], reinventa uma historia de boa convivência e paz que caracterizaria o Brasil”.

A popularização de uma democracia racial operou mudanças substanciais na forma de pensar o negro na sociedade brasileira, que passa a se negar enquanto nação racista, e a promover sua miscigenação como fator cultural positivo.

De acordo com Telles (2003), por volta de 1950 o país havia adquirido reputação internacional devido a sua *democracia racial*, fato que gerou curiosidades gerais sobre o segredo da *aclamada harmonia racial brasileira*. Em virtude disso, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO encomendou um estudo sobre as relações raciais brasileiras, tendo Florestan Fernandes como principal pesquisador.

Para Fernandes (1965), a realidade racial brasileira não corresponderia às racionalizações convencionais, defendidas pelos brancos que se identificavam com a

⁸ Para Jaccoud (2008) a análise cultural a que se propõe a obra de Freire não escapa a presença de elementos racistas do início do século. Com destaque para a valorização do branqueamento como forma de ascensão social. Silvério (2002) também destaca que apesar de tal ideologia de certa forma romper com os condicionamentos biológicos do branqueamento, este permanece nas ideias culturalistas de Gilberto Freire.

democracia racial. Enquanto ideologia dominante, esta operaria formas de acomodação social e negação do preconceito racial em nome de uma paz social, em uma sociedade apenas falsamente homogênea, onde as tensões raciais foram confinadas a um *fluxo subterrâneo* das relações raciais.

Segundo o autor:

Os que apreciam as relações raciais na superfície e não se preocupam nem com o padrão histórico-cultural de acomodação social que elas envolvam, nem com as implicações deste em termos de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, bem como do modelo correspondente de dominação racial, não atinam com a existência, as ramificações profundas e as influências persistentes do fenômeno (FERNANDES, 1965, p. 286).

Em função do recrudescimento da ditadura militar os estudos sobre raça no Brasil foram, nas palavras de Telles (2003), *aniquilados*. Isso porque os maiores estudiosos da área foram exilados pelo regime ⁹.

Assim,

No contexto dos protestos dos negros nos Estados Unidos, o governo militar do Brasil via no movimento negro uma ameaça de peso à segurança nacional. Para limitar ou evitar seu crescimento, os militares promoveram ainda mais a ideologia da democracia racial, enquanto reprimiam qualquer sinal do movimento negro e exilavam os principais acadêmicos brasileiros da área das relações raciais que se tornavam cada vez mais críticos da ideologia da democracia racial (TELLES, 2003, p. 57).

Para o autor, nas décadas de 1970 e 1980, a *democracia racial* continuou sendo aceita na sociedade brasileira. Observa-se a retomada da temática em meados de 1990, a partir da redemocratização do país, quando se reconhece a existência do racismo e a negação da democracia racial por parte do Estado Brasileiro. Nesse momento, as questões relacionadas ao negro passam adquirir algum destaque nos debates nacionais e, especialmente, na esfera acadêmica.

No entanto, no entendimento de Syferth (2002), apesar das denúncias contra a afirmação de uma *democracia racial* brasileira, o mito parece persistir, enraizado em um tipo de racismo que não se reconhece como tal. Isso porque, ao contrario de teorias

⁹ O autor cita Skidmore (1985), para quem os exílios de Abdias do nascimento, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, foram causados principalmente por seus questionamentos em relação ao consenso nacionalista sobre raça.

anteriores, afirma o reconhecimento da diversidade étnica, cultural e racial do país, incluindo o negro em um discurso politicamente correto, que não encontra respaldo na vida cotidiana.

A autora destaca a negação do racismo como importante sustentáculo do processo de reprodução das desigualdades sociais no Brasil.

Raça e Estratificação

Dentre os autores que buscaram analisar as desigualdades raciais no Brasil, além do próprio Guimarães (2002), estão Fernandes (1965) e Hasenbalg (1979).

Ao falarmos de estratificação social temos em mente quantidades diferenciadas de recursos apropriados por diferentes estratos, ou seja, falamos de desigualdade. Nesse sentido, de acordo com Tumin (1970),

Fundamentalmente, por estratificação social entendemos a disposição de qualquer grupo ou sociedade numa hierarquia de posições desiguais com relação a poder, propriedade, valorização social e satisfação psicológica (TUMIN, 1970, p. 27).

Uma vez que a condição racial e/ou étnica de um indivíduo ou grupo pode influir de maneira a reduzir ou a potencializar a posse de tais recursos, falamos de uma hierarquia determinante nas desigualdades percebidas nas sociedades. Contudo, estudos que assumam a relevância da temática nos processos de estratificação nem sempre obtiveram a atenção devida. Tal deficiência estaria relacionada ao próprio nascimento da disciplina, ao desinteresse por parte dos teóricos clássicos pelas questões de ordem racial e étnica.

Segundo Parkin (1980), os clássicos - sobretudo Marx - tendiam a tratar raça e etnicidade como meras perturbações na superfície da estrutura de classes. Os atores envolvidos nesse processo são percebidos como simples *materializações* de forças sistêmicas, não cabendo dar ênfase à qualidade destes.

Dentre os autores que buscaram analisar as desigualdades raciais no Brasil destacamos Fernandes (1965), Hasenbalg (1979) e Guimarães (2002).

Atribui-se a Fernandes (1965) a negativa da *democracia racial* brasileira, reconhecendo o autor, o preconceito racial e *o estado de miséria, de desorganização e de abandono* de grande parte da população negra no Brasil. Sua percepção se apoia na ideia das desigualdades raciais contemporâneas como o resultado de relações raciais herdadas do antigo regime, expressas na associação entre cor e posição social, que se perpetuou na *ordem social competitiva*.

Nesse sentido, a modernização (industrialização e urbanização) da sociedade brasileira promoveria, na visão de Fernandes (1965), a integração do negro à sociedade de classes na medida em que modernizaria também o sistema de relações raciais no Brasil. Dentro dessa perspectiva, a igualdade racial é uma conquista futura a ser realizada na vigência e desenvolvimento do capitalismo.

Em sua análise sobre as desigualdades, o autor privilegia as questões relativas à classe, que apenas em circunstâncias específicas ganham conotações de ordem racial, no nosso caso, a herança escravocrata.

Em direção oposta à Fernandes (1965), Hasenbalg (1979) entende as discriminações e desigualdades de raça no Brasil longe da ideia de resquícios de uma ordem ultrapassada, para este autor estas se desenham, mesmo, no presente, dentro da ordem capitalista. Sua negação a perspectiva daquele é claramente expressa na citação abaixo:

[...] forma de ligar o passado escravista ao presente consiste em interpretar as relações sociais contemporâneas como área residual de fenômenos sociais resultantes da sobrevivência de padrões “arcaicos” ou “tradicionais” de relações intergrupais [...] A suposição subjacente a essa interpretação é que apesar da abolição do escravismo, uma inércia histórica perpetua os padrões tradicionais de comportamento inter-racial. Visto que esses padrões não são funcionalmente exigidos pela nova estrutura, eles deverão se atrofiar. Consequentemente, o racismo e as desigualdades raciais eventualmente desaparecerão. [Contrariamente] foi sugerido que: (a) a discriminação e o preconceito raciais não são mantidos intactos após a abolição, mas, pelo contrário, adquirem novos significados e funções dentro das novas estruturas, e (b) as práticas racistas do grupo dominante branco que perpetuam a subordinação dos negros não são meros arcaísmos do passado, mas estão funcionalmente relacionados aos benefícios materiais e simbólicos que o grupo branco obtém da desqualificação competitiva dos não brancos (HASENBALG, 1979, p. 19).

Segundo Hasenbalg (1979) a exploração de classe e a opressão racial se articulam de forma a usurpar a população negra dos bens materiais e simbólicos produzidos na sociedade brasileira. Utiliza, para defesa de sua tese, dados estatísticos nos quais as desigualdades de negros em relação aos brancos se expressam, dentre outros espaços, na educação e no mercado de trabalho - ainda quando ambos desfrutam de uma mesma condição de classe.

Guimarães (2002) também contraria Fernandes (1965), entende que na visão defendida pelo autor, as relações entre as classes obedecem a uma lógica puramente econômica. Nesse caminho, quando abordadas, as questões de ordem racial passam ser consideradas como “formas arcaicas a serem superados pelo regime capitalista” (GUIMARÃES, 2010, p.10).

Para ele o erro intrínseco nessa abordagem estaria no fato das classes sociais, teoricamente, formarem-se prescindindo de quais quer outras formas de sociabilidade. Ainda de acordo com o autor, classes sociais nada mais seriam que um recurso analítico usado na compreensão de um tipo de exploração - a capitalista - que no mundo real sempre vem misturado a outras hierarquias sociais, como raça, etnia e gênero.

Dessa forma, Guimarães (2002, p. 10) argumenta que a questão central a ser colocada é a exploração ou apropriação diferenciada de recursos, já que não se pode escapar do fato das desigualdades raciais no capitalismo serem também desigualdades de classe, assim como “preconceitos de cor ou raça só têm sentido se resultarem em posições de classe, distinguindo brancos de negros”.

Sobre isso, perguntamos: poderíamos estar vivendo uma inversão de valores nessa área? Parkin (1980) entende que sim e sua percepção é global, extrapolando o contexto brasileiro. Para este, as questões relativas à raça nas discussões sobre estratificação ganham cada vez mais espaço na atualidade, em detrimento das visões, fundamentalmente, classicistas.

Críticas *apaixonadas* têm sido feitas contra a adoção da centralidade da raça nos estudos e processos de reprodução das desigualdades sociais no Brasil (MAGNOLI, 2008; Fry, 1996). Para Gomes (2011), essa postura está relacionada a um ideal conservador no Brasil, que equaciona as desigualdades, quando não as hierarquiza, conferindo a raça papel subsumido no conjunto geral da classe.

Assim como Guimarães (2002), entendemos que, provavelmente, não se construirá um consenso nacional sobre as desigualdades raciais. O autor fala da emergência de dois *discursos competitivos*. No primeiro a ênfase é posta no caráter racial das desigualdades, “na discriminação sistêmica alimentada pelos preconceitos e hierarquias socialmente aceitas (classe, gênero, etnia, raça, região, etc)”; e, no segundo, o foco é o fator econômico da desigualdade, a pobreza em um contexto geral (GUIMARÃES, 2002, p.60).

Em ambas as situações, porém, a constatação generalizada é a de que a pobreza atinge no Brasil, preferencialmente, os negros.

Vemos que tal consenso se ancora na realidade cotidiana do país, exposta por órgãos de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, através de instrumentos como o censo demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio-PNAD. Nos atentamos, especificamente, aos universos que compreendem renda/trabalho e escolaridade, por estarem relacionados, dentre outros, a possibilidades de melhor qualidade de vida e a perspectiva de mobilidade.

Recentemente, dados do Censo 2010 informam que dentre a população em extrema pobreza no Brasil 70,8% seriam de negros. Enquanto que no conjunto da população branca do Brasil o percentual em condição de extrema pobreza seria de cerca de 4,7%, dentre os negros esse número corresponderia a 11,9% , mais que o dobro dos brancos.

Já a PNAD 2009 coloca que um negro no Brasil, por ocasião da pesquisa, recebia em média, 57,4% do rendimento-hora de um branco. Ao separarmos as categorias de cor, as quais convencionalmente comporiam a população negra, os pretos e pardos, incluindo ainda a relação rendimentos e anos de estudo, vemos que estes recebiam, quando com 4 anos de estudo, respectivamente, 78,7% e 72,1% dos brancos com mesmo grau de escolaridade; para 5 a 8 anos de estudo o valor era de 78,4% e 72,1% ; 72,6% e 75,8% para 9 a 11 anos e 69,8% e 73,8% quando os anos de estudo coincidentes ultrapassavam os 12 anos.

Quando a questão a ser observada é posição na ocupação, a desigualdade entre brancos e negros também se manifesta. Dessa forma, em 2009, entre pessoas ocupadas,

com dez anos ou mais, eram empregadores 6,1% dos brancos, contra 4,5% dos negros, percentual somado dos pretos e dos pardos (1,7% 2,8% respectivamente).

Os negros, ainda segundo mesma pesquisa, eram maioria dos empregados sem carteira assinada, 36% (17,4% de pretos e 18,9% de pardos), enquanto que entre brancos esse número seria de 13,8%. No trabalho doméstico, negros estariam super-representados, tanto nas condições de carteira assinada, quanto sem carteira. Enquanto na primeira situação, representariam 6,2% (3,9% pretos e 2,3% de pardos) dos trabalhadores domésticos, onde os brancos seriam cerca de 1,9%, na segunda seriam 15,1% (8,3% e 6,8%), brancos, 4,1%.

Ao abordarmos a educação vemos que, segundo a PNAD 2009, a taxa de analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais para a população negra era de 26,7% (13,3% pretos e 13,4% pardos), enquanto que entre os brancos, 5,9%.

Encontramos ainda, diferença em quantidade de anos de estudo, onde a população branca sai mais uma vez na frente, verificando-se em média, 8,4 anos de estudo, contra 6,7 anos dos negros, ambos nas faixas com 15 anos ou mais de idade.

Outro dado interessante de ser comparado, diz respeito a formação superior. Nesse sentido, dentre a população com 25 anos ou mais com ensino superior completo, a proporção de negros seria de cerca de 10% (4,7% de pretos e 5,3% de pardos), em contraposição aos brancos, 15%.

A população negra representa 51,1% (IBGE) da população total no Brasil, sua super-representação, no caso do analfabetismo, ou sub-representação, dentre aqueles com formação superior, demonstram quão determinante é a raça e a etnia nos processos de estratificação social.

Considerações Finais

Ao longo da história muitos foram os mecanismos acionados no sentido de desqualificar e discriminar a população negra. No Brasil, destacam-se o *branqueamento* e a *ideologia da democracia racial*, ambos importantes colaboradores dos processos que acabaram por conferir aos negros brasileiros os piores índices sociais.

Embora a legitimidade de um conceito científico de *raça* se mostre em constante declive, há muito demonstrado a unidade da espécie humana, as práticas deflagradas a partir deste continuam a operar no mundo social. Esse racismo implica num ciclo reprodutor das desigualdades existentes na sociedade brasileira, unindo marcadores sociais e raciais.

Ao mesmo tempo, uma dificuldade da nossa sociedade de se assumir racista, subsumindo-se, nas discussões sobre desigualdade, a *raça* no conjunto geral da classe, dificulta seu desmantelamento.

Entendemos, dessa forma, que a condição racial de um indivíduo ou grupo se apresenta como meio eficaz de se diferenciar o acesso a bens e recursos, agindo como importante hierarquia nos processos de estratificação social.

O não reconhecimento das desigualdades raciais implica na percepção da pobreza negra como simplesmente pobreza - um reducionismo sociológico e político, já apontado por Guimarães (2002), que contribui para a naturalização do fenômeno.

Referências

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Dominus-USP, 1965.

FRANCISCO, Dalmir. Comunicação, Identidade Cultural e Racismo. In. FONSECA, Maria Nazareth. **Brasil Afro- Brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade Étnico-Racial, Inclusão e Equidade na Educação Brasileira: desafios, políticas e práticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34. 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Como trabalhar com "raça" em sociologia**. São Paulo: Editora 34. 2003.

HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**. Rio de Janeiro, Iuperj/Vértice, 1988.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1979.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: O Debate sobre o Branqueamento e a Discriminação Racial no Brasil. In. THEODORO, Mário (org). **As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil-120 anos após a abolição**. 2 ed. Brasília: IPEA, 2008.

MAGNOLI, Demétrio. **Identidades Raciais, Sociedade Civil e Política no Brasil**. projeto Nova Agenda de Coesão Social para a América Latina, 2008.

OLIVEIRA, Iolanda de. A Construção Social e Histórica do Racismo e Suas Repercussões na Educação Contemporânea. In. SOUZA, Maria Elena Viana; OLIVEIRA, Iolanda de (Orgs). **Cadernos Penesb**. Niterói: EdUFF, 2007.

PARKIN, Frank. Estratificação Social. In. BOTTOMORE, Tom e NISBET, Robert (orgs). **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SEYFERTH, Giralda. O Beneplácito da Desigualdade: breve digressão sobre racismo. In. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópolis; ABONG, 2002.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Sons Negros com Ruídos Brancos. In. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópolis; ABONG, 2002.

SOUZA, Jessé. Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. In. SCALON, Maria Celi (org.). **Imagens da desigualdade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

SCHWARCZ, Lilia K. Raça como Negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil. In. FONSECA, Maria Nazareth. **Brasil Afro- Brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

TELLES, Edward. **Racismo à Brasileira**. Uma nova perspectiva sociológica. 1ed. Rio de Janeiro: Dumará, 2003

TUMIN, Melvin M. **Estratificação Social**. São Paulo: Pioneira, 1970.

ZAPATISMO: REBELDIA CONSTRUINDO AUTONOMIA. GUERRA DE POSIÇÕES E CRIAÇÃO POLÍTICA EM TEMPOS DE BIOPOLÍTICA?

Leandro Marcelo Cisneros

Doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina
leo_cis@yahoo.com.br

Paulo José Durval da Silva Krischke

Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina
paulo.krischke@gmail.com

Resumo

Esse trabalho apresenta meu projeto de tese de doutorado e os estudos exploratórios iniciais. Nesses estudos sobre o fenômeno do Zapatismo no México, indago sobre o conteúdo de *dignidade e rebeldia*, na atitude de *resistência* no contexto de *biopolítica*, nos perguntando se as ações políticas orientadas por essa atitude podem ser entendidas como a *criação* de outra maneira de fazer *política*. Para isso, concentro minha atenção em apenas uma estratégia desenvolvida pelos rebeldes: *A Outra Campanha*.

Palavras-chave: Zapatismo; Outra Campanha; autonomia.

Abstract

This paper presents my doctoral thesis project and the initial exploratory studies. In these studies about the phenomenon of Zapatismo in Mexico, I inquired about the contents of *dignity* and *rebelliousness*, in an attitude of *resistance* in the context of *biopolitics*, wondering if political actions directed by this attitude can be understood as the *creation* of another way of doing *politics*. For this, I focus my attention on just one strategy developed by the rebels: *The Other Campaign*.

Key-words: Zapatism, Other Campaign, autonomy.

Introdução

Em 1º de janeiro de 1994 o mundo recebia a notícia de que no sudeste do México, num ignoto estado chamado Chiapas, um grupo de indígenas, encapuzados, organizados com disciplina, treinamento, graus, autoridades e estratégias militares, autodenominados Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), dominaram seis municípios e, respeitosos da Convenção de Genebra, fizeram alguns reféns. Amparados no art. 39 da Constituição mexicana, lançaram a primeira de seis declarações, conclamando aos poderes Legislativo e Judiciário a “urgente instalação de uma ordem política mais justa e democrática” (EZLN, 1993). A primeira vista, parecia uma tardia experiência de guerrilha à moda dos anos sessenta, no entanto, a intenção publicamente declarada, que ações posteriores confirmaram, não era a de assumir o governo por via da força. Sua intenção era a de chamar a atenção e dizer: “Basta!” Suas reivindicações eram explícita e concretamente: “trabalho, terra, moradia, alimentação, saúde, independência, liberdade, democracia, justiça e paz” (EZLN, 1993). Seis meses depois dessa aparição em público, os mesmos que se apresentaram ao mundo tomando as armas contra o governo federal, organizados no Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI) e o EZLN convocaram “aos setores honestos da sociedade civil para um diálogo nacional pela democracia, a liberdade e a justiça para todos os mexicanos” (CCRI-EZLN, 1994), para aprofundar a luta civil e política pela democratização.

A autodenominação dos insurrectos explicita a tradição à qual se remetem e que desejam manter vigente, isto é, as lutas da Revolução Mexicana no começo do século XX, particularmente inspirados pelo tipo de liderança de Emiliano Zapata.

A perplexidade que esses fatos criaram, acrescentou-se ainda mais com a apresentação do porta-voz oficial desses índios. O encapuzado que chamam de Subcomandante Insurgente Marcos (SCI Marcos) falava espanhol e podia se comunicar com jornalistas de outros países, capaz de analisar a realidade mexicana e mundial com o rigor teórico de um cientista social e com profundo conhecimento da história do seu país e dos principais processos políticos mundiais, com cultivado estilo de escrita e com um perspicaz uso da ironia. Seu singular uso da palavra, não apenas retórico, trouxe uma consistente crítica teórica à versão do mundo elaborada pelo neoliberalismo global. Desde os confins da floresta chiapaneca, essa crítica contrariava explicitamente o senso comum sobre as bondades dessa globalização e a validade da tese sobre o “fim da história”, que tinha conquistado hegemonia no *establishment*.

O fenômeno é um complexo processo, com mudanças significativas a partir do diálogo com as comunidades indígenas e a sociedade civil nacional e internacional, a princípio, sem renunciar aos objetivos iniciais; sem se constituírem em partido político, sem disputar

eleições, pretendendo manter vigentes os mesmos princípios éticos e, sobretudo, o princípio da autonomia política.

As repercussões que teve a aparição do EZLN na vida social e política mexicana nos leva a perguntar se estamos perante mais uma infundada fantasia épica ou se estamos presenciando novas possibilidades para a construção de outros processos sociais e políticos, que enfatizariam a atitude de *resistência* e de *criação política*. Nesse sentido, entendemos que a expressão *dignidade rebelde* é mais que uma autodenominação, pois pressupomos que ela pode ser uma categoria que explicita o conteúdo normativo para a construção de uma política que visa à *autonomia*, não o separatismo. Essa perspectiva, se confirmada, ofereceria para nossa pesquisa alguns elementos interessantes de conteúdo filosófico, sócio-político, ético e estético,¹ que nos permitiriam outra compreensão da política latino-americana.

Hipóteses da pesquisa

Para uma compreensão o mais objetiva e direta possível, apresentamos de forma esquemática as hipóteses que orientam essa pesquisa:

Dentro das atuais *relações de poder*,² possivelmente a noção de *biopolítica*³ nos permita uma boa interpretação do fenômeno do Zapatismo.

O tipo de ação política do Zapatismo visa à sociedade civil e sugere uma opção pela *guerra de posições*, para sentar bases para a criação de um novo *bloco histórico*, via uma *revolução passiva*.

A *Outra Campanha*, provavelmente, seja expressão dessa *dignidade rebelde* e permita entender, tanto uma particular maneira de *resistência* aos bio-poderes, como de *criação* de *política*, definindo uma *estética da existência* a partir do princípio da *autonomia*.

Possivelmente o diálogo entre perspectivas teóricas diferentes como a de Foucault⁴, Gramsci⁵ e intelectuais latino-americanos⁶ exprima mais adequadamente o que há de próprio na política zapatista. Isto constitui um desafio interdisciplinar.

¹ Na Secção 3 explicitarei o sentido da noção de estética.

² Não em termos de soberania, como “poder de fazer morrer e deixar viver”, mas como bio-poder que “faz viver e deixa morrer” (Foucault, 1995: 166-9; 1999: 287 e ss).

³ Esta noção será desenvolvida resumidamente na Secção 3 e, além da proposta original de Foucault, para esta pesquisa também serão consultadas as mais recentes re-elaboraões e aprofundamentos sobre essa noção, apresentadas por pensadores, como Giorgio Agamben, Roberto Espósito, Maurizio Lazzarato e Peter Pál Pelbart. Nessas interpretações serão analisadas as possibilidades de resistência e criação da existência perante a iminência dos bio-poderes contemporâneos, dominando a vida.

⁴ E outros, como já mencionamos na Nota Nº 3.

⁵ E outros como José María Aricó, que permitam entender sua recepção na América Latina.

⁶ Sendo o SCI Marcos apenas um deles.

Justificativa do projeto

Entendemos que o estudo do fenômeno do Zapatismo é relevante porque oferece elementos de análise para conjecturar sobre uma possível nova perspectiva para redefinir e reconstruir relações políticas e sociais nos países latino-americanos no contexto de calamidades estruturais da globalização neoliberal. Só para citar alguns exemplos disto, consideremos a absurda concentração de riqueza e lucros, junto à espantosa multiplicação e aprofundamento da pobreza e precarização da existência da maioria da população mundial. Hoje, conferimos níveis de exploração semelhantes aos existentes no início da era industrial e nada parecidos às farturas prometidas pelo transbordar em cascata desde o topo da pirâmide da renda e da riqueza, prometida pelas teorias liberais. Assim, assistimos ao horror de milhões de trabalhadores errantes pelo mundo sem qualquer condição de segurança social e, junto a esse pesadelo, a escandalosa convivência entre mercados financeiros, partidos políticos, governos e organizações criminosas (Marcos, 1997). Como já dito, entendemos que a proposta zapatista não se esgota no interior das fronteiras mexicanas, antes bem, ela oferece elementos para pensar a realidade em outros países latino-americanos. Temos a impressão de que poderíamos estar perante outro tipo de respostas para políticas cujo conteúdo democrático se baseie mais nos processos efetivos de ampla participação social na construção de legitimidade, em vez da aposta na mera regularidade de mecanismos institucionais abstratos que garantam a concorrência de grupos pelo monopólio da dominação política.

Assim, vemos que o fenômeno evidencia certa relevância em si mesmo, a qual fica reforçada, se consideramos que se trata de uma realidade que também nos afeta de uma ou de outra maneira. Portanto, consideramos importante que nós, enquanto intelectuais latino-americanos, que vivemos as desventuras desses processos em nossos países, dediquemos esforços para compreender essa realidade. Nesse sentido, os que participam no Zapatismo oferecem análises e reflexões a partir de experiências no seio desses conturbados contextos. Com isto, não sugerimos o retorno a posições nacionalistas ou regionalistas ou qualquer tipo de fundamentalismo de *retorno à origem*, mas, sim, consideramos importante que alarguemos nosso leque de referências e nos permitamos considerar outros pensadores, embora não sejam os consagrados por tradições acadêmicas europeias ou norte-americanas. Por isso, entendemos que o SCI Marcos, entre outros, é um desses pensadores.

Essa preocupação tem a ver com a adequada valorização de outras maneiras de pensar a realidade latino-americana, destacando o olhar de quem a vive no seu dia-a-dia, elaborando categorias autóctones *nela e a partir dela*. Mas também tem a ver com a importância que damos à voz dos próprios sujeitos protagonistas desses processos. Entendemos que é

importante poder encaminhar pesquisas que permitam o aparecimento dos discursos e diversas manifestações d@s protagonistas.

Finalmente, consideramos importante o estudo do fenômeno do Zapatismo, porque ele é pouco conhecido e pouco divulgado no Brasil, o que chama nossa atenção. Entendemos que essa é uma questão a ser pensada, especialmente no âmbito da universidade pública. Além disso, consideramos que esse estudo e debate pode permitir aprofundarmos nosso conhecimento de alguns processos da América espanhola, o que, por sua vez, pode subsidiar na construção da integração latino-americana. Por isso propomos esta pesquisa com o intuito de contribuir para essa aproximação.

Objetivos da pesquisa

Em termos gerais, pretendemos explorar o conteúdo sócio-político-ético-estético da proposta zapatista, especificamente no que diz respeito à construção da *autonomia* envolvendo a *sociedade civil*, entendida como uma determinada *estética da existência*, ancorada em políticas culturais que vão além da institucionalização da vida, que el@s caracterizam como *dignidade rebelde*.

Mais especificamente, propomos analisar algumas práticas zapatistas para definir o que eles entendem por *autonomia* e *bom governo*, pontualmente através de uma das estratégias por el@s proposta e desenvolvida, para interferir sistemática e intencionalmente na articulação da sociedade civil: *A Outra Campanha* e a *Comissão Sexta* do EZLN.

Assim, em termos de teoria, procuramos aproximar as categorias de *biopolítica*, *biopoder*, *resistência*, *estética da existência*, *cuidado de si*, *governabilidade* propostas por Foucault e as de *sociedade civil*, *bloco histórico*, *bloco intelectual*, *intelectual orgânico*, *guerra de posições*, *hegemonia*, *revolução passiva* segundo Gramsci, para um diálogo que nos permita compreender o Zapatismo e a realidade latino-americana do século XXI.

A partir disso, gostaríamos de avaliar se efetivamente há novidade significativa nas práticas políticas zapatistas e considerar se há contribuição efetiva dos zapatistas para o pensamento latino-americano.

Revisão de literatura

Segundo Boron (2000a), desde os anos setenta, acontece uma reorganização⁷ da política, a partir dos objetivos, agenda, prazos e estratégias do capitalismo, liderado fundamentalmente pelos setores do capitalismo financeiro. Este fenômeno é hoje bem

conhecido como globalização neoliberal. Nesse marco geral, Boron percebe, por um lado, uma gritante defasagem entre a transformação das instituições econômicas e financeiras e as instituições políticas dos *capitalismos democráticos*⁸, processo que aconteceu com dinamismo e eficácia nas primeiras, não sendo o caso das segundas, ficando estas como obsoletas.

Esse descompasso entre as instituições transformou-se num desequilíbrio⁹ entre elas. Além disso, também observa uma nunca antes vista expansão dos mercados; ao mesmo tempo em que se produzia uma inédita mercantilização da vida social. Isso contribuiu com o desequilíbrio entre as instituições do Estado, as condições da vida social e o mercado. Este último cresceu à custa dos outros dois. A consequência mais direta é que nas sociedades latino-americanas há uma redução dos espaços públicos em benefício dos espaços privados.

Portanto, Boron se pergunta pelas possibilidades reais de convívio e compatibilidade entre os mercados e a democracia, pois, situações e condições, antigamente consideradas como direitos, agora são mercadorias vendidas no mercado como qualquer outra – a educação, por exemplo-, só que são uns poucos oligopólios os que assumem essa tarefa.

Então, a pergunta é: por acaso, seria possível reconciliar esta escalada de crescimento dos mercados com a preservação da democracia? Segundo Boron, há contradições que dificultariam esse casamento (Boron, 2000a: 105). Essa análise abona a tese de uma plausível desconfiança na suposta e tão difundida harmonia entre os mercados e os sistemas democráticos (Boron, 2000a).

Nessa reorganização do tabuleiro político internacional, o autor também chama nossa atenção para o surgimento de um novo tipo de atores políticos, que possuem um extraordinário peso econômico e social na hora de definir políticas de alcance mundial. Por este motivo, são atores de primeira ordem. Boron se refere à conformação de aglomerados de gigantescas empresas transnacionais, que ele batizou como *novos leviatãs* da política (*Ibid*: 117). Paralelamente a esse fenômeno, a atual situação dos sistemas democráticos nas sociedades latino-americanas se caracteriza por ser: a) democracias corroídas pela pobreza; b)

⁷ E nós perguntamos mais incisivamente ainda: não seria o *fim da política*?

⁸ Boron prefere essa expressão à tradicional denominação de *democracia burguesa*, pois entende que define com maior fidelidade o significado desse tipo de organização, pois entende que explicita mais claramente a relação entre a forma de organização do poder social no espaço público e a inseparável estrutura econômico-social sobre a qual dito poder se sustenta, sem ocultar nem neutralizar a característica intrinsecamente antidemocrática da sociedade capitalista (Boron, 2000c: 162-3).

⁹ As instituições democráticas que nasceram no século XVIII, com algumas superposições próprias da primeira metade do século XX, não se beneficiaram das vantagens das revoluções tecnológica e científico-técnica das que usufruíram as instituições econômicas. As instituições econômicas experimentaram mudanças extraordinárias, acompanhando as que aconteciam nos mercados e nas classes sociais: os mercados se tornaram oligopólicos e de escala planetária; a partir das novas tecnologias, a velocidade de circulação do capital é de uma celeridade nunca antes conhecida, o qual acentuou e revalorizou seu caráter especulativo (Boron, 2000a: 118-20).

com uma acentuada divisão social entre um pequeno grupo de indivíduos muito ricos e uma imensa maioria de sujeitos muito pobres; c) suas instituições políticas estão em crise, quando não em dissolução; d) fortemente marcadas pela corrupção política, a indiferença governamental perante as demandas da população; e) o desencanto da cidadania. Como podemos ver, a situação é muito delicada e nos leva a pensar como é possível que a organização e o funcionamento democráticos aconteçam em condições como estas (*Ibid*: 114).

Dentro desse quadro complexo, ainda devemos analisar o mecanismo que tem sido consagrado como “o” procedimento que vai nos garantir a democracia: o voto popular. Assim, a pergunta é: em que posição fica o cidadão, em tanto suposto suporte de um regime político, que em países como os nossos, no caso de ter a possibilidade de votar regularmente, o cidadão da América Latina o fará de dois em dois anos, sem grandes chances de alterar radicalmente a realidade já existente? (*Ibid*: 114-5).

Segundo as circunstâncias descritas, fica suspeita a possibilidade de construir uma autêntica democracia. Então, a pergunta que surge é: até que ponto é democrático um Estado que se permita uma desigualdade dessa magnitude no exercício dos direitos políticos, quando há aqueles que votam todos os dias, conseguindo que suas preferências se traduzam em políticas governamentais? (*Ibid*: 115).

As grandes firmas transnacionais são esse pequeno grupo de privilegiados que votam todos os dias e que se mostram indiferentes à sorte de cada país no qual operam.

Essa análise, talvez, sugira uma leitura um tanto apocalíptica. Mas, independentemente das expectativas do autor, achamos que ajudam a colocar com clareza a seriedade e gravidade da situação, para poder dar uma resposta à altura.

No entanto, dentro da tradição marxiana, achamos que reflexões provenientes dos estudos de Antônio Gramsci podem nos subsidiar de maneira mais específica para nos aprofundarmos com mais detalhe nas questões aqui propostas a serem pesquisadas.

Nesse sentido, concordamos com Hugues Portelli (1977) em enfatizar que Gramsci *completa* as teorias de Marx (*Ibid*: 123), em especial, e de central importância para nossa tese, a partir do seu diálogo e contribuições pessoais a respeito das categorias de *sociedade civil*, refinando a interpretação sobre a mesma, trazendo a tona o duplo significado que essa categoria tem já em Hegel na *Filosofia do Direito*, reconhecido por Marx em *A ideologia alemã* e *Crítica ao Programa de Gotha*, concebida por Gramsci como “o conjunto dos organismos, vulgarmente ditos *privados* que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” (*Ibid*: 20 e 22). Ela se caracteriza pela complexidade do conjunto, que tem a *vocação de dirigir* todo o bloco histórico. Isso implica

que ela “adapta seu conteúdo, segundo as categorias sociais que atinge”, podendo ser considerada sob três aspectos complementares: “como ideologia da classe dirigente [...] como concepção de mundo [...] como direção ideológica da sociedade” (*Ibid*: 19-24).

Esse debate com Marx também oferece contribuições na concepção e estudo da relação/articulação entre *estrutura* e *superestrutura*, reconhecendo a existência de um *vínculo orgânico* entre ambas que permite entender melhor a constituição, evolução e possível superação do *bloco histórico hegemônico*. Organicidade que é definida por Gramsci como a “necessidade de o movimento superestrutural do bloco histórico evoluir nos limites do desenvolvimento da estrutura, mas também, mais concretamente, como a obra dos grupos sociais encarregados de gerir as atividades superestruturais”. Esse vínculo “se traduz concretamente [...] e] é assegurado pela camada social encarregada de gerir a superestrutura do bloco histórico – os intelectuais”. Formulado dessa maneira, Gramsci oferece a vantagem de podermos visualizar esse vínculo orgânico de forma concreta e não somente teórica. (*Ibid*: 47-49). Nas palavras de Gramsci:

“[...] Cada grupo social, surgido de um terreno originário de uma função essencial do mundo da produção econômica, cria, ao mesmo tempo que a si próprio, uma ou várias camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não somente no plano econômico, mas também no plano social e político.” (Gramsci, 2009: 9)

Cabe acrescentar uma última observação a respeito deste ponto, que diz respeito da concordância com Marx sobre os elementos que constituem o bloco histórico, mas em desacordo na hora de valorar ambos os momentos. Para Gramsci não há primazia de um sobre o outro, pois “a relação entre esses dois momentos do bloco histórico é uma relação dialética entre dois momentos igualmente determinantes: o momento estrutural, pois ele é a base que engendra diretamente a superestrutura [...] e] O momento ético-político [...] desenvolve a consciência de classe”. Portelli afirma que essa discussão sobre a primazia de algum desses momentos tem mais a ver com as leituras feitas de Marx que com a interpretação de Gramsci, portanto, tem sido um “falso problema”, pois “a relação entre esses dois elementos é, ao mesmo tempo, dialética e orgânica” (*Ibid*: 54-57).

Com isso, enfatizamos mais uma vez a necessidade de considerarmos a centralidade da categoria de *bloco histórico*, para dar atenção privilegiada a esse vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura, por concordarmos em que “é o nó do bloco histórico” (*Ibid*: 123).

Gramsci entende que esse foco no estudo do papel dos intelectuais é de central importância, porque:

“[...] Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos – entre governantes e governados -, é dada por uma relação orgânica, no qual o sentimento-

paixão torna-se compreensão e portanto saber (não mecanicamente, mas de forma viva), é somente então que a relação é de representação e que produz o intercâmbio de elementos individuais entre governados e governantes, entre dirigidos e dirigentes, isto é: que se realiza a vida conjunta que, só ela, é vida social; cria-se o bloco histórico.” (Apud Portelli: 83).

Dito dessa maneira, Gramsci não apenas considera a importância daqueles “grandes intelectuais”, como se entende corriqueiramente. Pelo contrário, ele analisa o que concebe como uma “categoria social” que são explicitamente os “agentes, os funcionários da superestrutura”, cujas funções específicas podem ser consideradas sob três aspectos: “o vínculo orgânico entre o intelectual e o grupo que ele representa e sua função no seio da superestrutura; as relações entre intelectuais do bloco histórico e os do antigo sistema hegemônico (intelectuais tradicionais); a organização interna do ‘bloco intelectual’ no seio do bloco histórico” (*Ibid*: 83-84).

Assumimos, junto a essa leitura de Gramsci, que os *intelectuais* são um fator chave para entender esse *vínculo orgânico*, para ponderar a “estratégia das classes subalternas” (*Ibid*: 124).

Outro aspecto que mostra a herança do pensamento de Marx é a preocupação teórico-prática de orientar seus estudos para ver as condições e possibilidades concretas de construção e consolidação de um “novo bloco histórico”, considerando quais seriam as condições de uma “crise estrutural” dentro do bloco histórico dominante, analisando as possibilidades estratégicas das classes subalternas dentro da luta de classes, como por exemplo, a *guerra de posições* e a *guerra de movimentos* (*Ibid*: 103-121). Sem dúvida alguma, estas considerações são de singular relevância para nosso estudo.

Nessas reflexões, Portelli afirma que Gramsci também é herdeiro e continuador das teorias de Lenin, analisando como aconteceu o processo revolucionário nas “sociedades orientais pré-capitalistas”, nas quais, na leitura de Gramsci se justifica um papel central outorgado ao “aparelho de Estado, à ditadura do proletariado, ao aspecto militar e centralidade do partido” (*Ibid*: 123).

Essas considerações são de grande importância para nossa tese, porque segundo Portelli, é a partir dessa comparação entre processos revolucionários no *Oriente* e nas sociedades ocidentais, pontualmente, as revoluções burguesas na França e na Itália, que Gramsci estabelece importantes distinções e especificidades, que justificarão o papel chave outorgado aos intelectuais, o bloco intelectual e a guerra de posições nas sociedades ocidentais, nas quais o Estado é uma “trincheira avançada” numa “guerra de trincheiras” (*Ibid*: 38), justamente em “Estados mais avançados, em que a *sociedade civil* tem se

convertido numa estrutura muito complexa e resistente às *interrupções* catastróficas do elemento econômico imediato” (Gramsci, 2003: 81).

Pelo dito, entendemos que essa perspectiva nos oferece instrumental adequado para entender nuances e detalhes do fenômeno do Zapatismo na sua relação com o Estado Mexicano no contexto do neoliberalismo global.

Assim como Gramsci percebeu a necessidade de repensar e introduzir novos elementos às teorias marxianas a partir dos desafios propostos pela realidade contemporânea a ele, essa dica pode ser de grande ajuda para nosso trabalho. Isto, porque estamos nos propondo pensar um fenômeno diferente dos que ele analisou, além das mudanças que têm acontecido ao longo do século XX e nesta primeira década do XXI.

Para isso, também consideraremos reflexões de pensadores contemporâneos, que não assumem a simples função de acólitos em qualquer confraria marxista, mas também não desdenham as contribuições da tradição marxiana, como é o caso de Benjamín Arditi. Este pensador paraguaio, radicado no México há muitos anos, nos propõe ensaiar pensamentos que “exploram formas de pensar e de fazer política em áreas cinzentas, onde os pressupostos liberais são questionados e onde o encontro entre esses pressupostos e seus desafiantes ‘outros’, criam formas de política híbrida” (Arditi, 2009: 15).

Seguindo o que Deleuze e Guattari entendem como *devir minoritário*, Arditi aponta àqueles que se tornam *nômadas*, ou seja, àqueles que “se afastam da ordem existente, sem ir para outro lugar, sendo parte da sua periferia interna”. Dito em outras palavras, a *periferia interna* refere-se a fenômenos nas bordas, cuja permanência no território da política liberal só é possível de decidir se a entendemos como, pois os fenômenos que formam parte dessa periferia interna confrontam o liberalismo como seu *impensável* (*Ibid*: 20).

Esses hibridismos têm a ver com práticas e ações políticas que já não se regem pelos princípios das grandes narrativas da modernidade, portanto, assentam-se no questionamento a qualquer tipo de *fundamento último*, isto é, aceitando que as posições políticas se constroem na *contingência* dos processos de *identificação* que rejeitam referentes de tipo essencialistas, configurando o que ele chama de *identidades metaestáveis* (*Ibid*: 34-37).

No entanto, Arditi também chama nossa atenção para os riscos teóricos e político-práticos de não termos a cautela suficiente para avaliar devidamente os limites da reivindicação da diferença que procura nos predispor de maneira mais sensível à *micropolítica*, à *particularidade* e ao direito a ser diferente, temas que têm assumido um papel fundamental na configuração do imaginário dos novos movimentos sociais (*Ibid*: 21).

Essa advertência se justifica pelas complicações teóricas e práticas de aceitarmos certas premissas pós-modernas em termos absolutos. Assim, Arditi analisa o que ele chama de *reverso do estranhamento e reverso da multiplicidade* (*Ibid*: 56-68), como as consequências não previstas e não desejáveis das políticas que não aceitam qualquer tipo de *universalismo*.

Nesse sentido, o autor nos propõe reflexões muito sugestivas, para pensar os universais a partir da *contingência do referente*, aceitando o caráter *indizível e impuro* dos universais (*Ibid*: 75-99), ainda aproveitando as vantagens de um pensamento que valoriza a necessidade de algum tipo de referente para avaliar e comparar, mas também aceitando as críticas do pensamento pós-fundamento, sem descartar os universais de vez.

Esse diagnóstico da realidade social e política contemporânea cobra particular relevância quando confrontado com a análise dos zapatistas, que podemos sintetizar nas seguintes teses, segundo o SCI Marcos (1997):

A globalização neoliberal deve se entender como uma nova guerra de conquista de territórios após o fim da dita Guerra *Fria*, que deve ser entendida como a *III Guerra mundial*, pois entre 1945 e 1992 aconteceram guerras no mundo, que deixaram milhões de mortos. O grande vitorioso dessa guerra não foi um país, mas o capitalismo. Essa guerra provocou uma redefinição das relações internacionais, as que agora se estruturam numa nova luta por mercados e territórios, dando lugar à *IV Guerra Mundial* (IV GM), deflagrada entre os grandes centros financeiros, com cenários totais e com intensidade aguda e constante.

Isso significa que a mundialização da nova guerra não é mais do que a mundialização da lógica dos mercados financeiros. Os Estados nacionais (e seus governantes) passaram a ser regidos, ou tele-dirigidos pelo fundamento do poder financeiro: o livre-câmbio comercial, e ficam, assim, destruídas todas as falácias discursivas da ideologia capitalista, pois na nova ordem não há democracia, nem liberdade, nem igualdade, nem fraternidade.

Na IV GM a dominação é exercida, principalmente, pelos mecanismos econômico-financeiros, que se caracterizam por destruir a polis (no caso, a nação) e impor morte, terror e miséria a quem a habita, mas destrói seletivamente e, além disso, refaz, reorganiza e reordena o que ataca como uma peça dentro do quebra-cabeça da globalização econômica, como um novo *bairro* incorporado a alguma das *mega-polis* comerciais do novo hipermercado mundial.

Como fruto dessa guerra, a realidade está quebrada em pedaços, e pelo menos são sete as peças as que compõem o quebra-cabeça do mundo neoliberal, elas são:

“[...] 1) a dupla acumulação, de riqueza e de pobreza, 2) a exploração total da totalidade do mundo, 3) o pesadelo de uma parte da humanidade que vaga errante, 4) a nojenta relação entre a criminalidade e o Poder, 5) a violência de Estado, 6) o mistério da mega-política, 7) o multiforme nicho de resistência da humanidade contra o neoliberalismo” (*Ibid*).

Por trás desse tom irônico e incisivo podemos apreciar uma crítica que problematiza o próprio presente e explicita as orientações políticas e éticas da globalização neoliberal desde a particular perspectiva dos Zapatistas.

Como percebemos, as palavras do SCI Marcos, como porta-voz d@s zapatistas, têm um nítido caráter político-estratégico, procurando efeitos retóricos, mas não só, pois o SCI Marcos entra na disputa pelos sentidos e os significados das palavras, enfrentando o *establishment* e a intelectualidade *oficial*. Suas declarações, se entendermos junto a Foucault, se inscrevem dentro de *jogos de verdade*, dentro das redes de saberes não *substanciais*, pois seria errado assumi-los como saberes com valor fixo (Foucault, 1990b: 48), mesmo que essa *verdade evidente* seja a que se impõe há mais de quinhentos anos na América latina.

A luta zapatista evidencia o caráter agônico dessa disputa, no mesmo sentido em que Foucault o frisava, quando inverte o aforismo de Clausewitz e formula o que ele chama de *hipótese de Nietzsche* para entender a natureza do poder a partir da chave da *guerra* (Foucault, 1999: 22-4). Nessa luta, @s zapatistas assumem a tarefa de “mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que elas se sentem, que as pessoas aceitam como verdade, como evidências certos e determinados temas que foram construídos em determinados momentos da história e que essa pretensa evidência pode se criticar e se destruir” (Donda, 2002: 1)

Então, os discursos, especialmente os da política, se destinam a produzir efeitos de verdade, que são efeitos de poder. E parece que o agir d@s zapatistas confirma isso e, como Foucault afirma (concordando com Nietzsche), eles se dispõem a tomar uma das espadas, também chamada *instinto*, para chocá-la com a outra (a que impera faz quinhentos anos), para fazer aparecer a faísca e *inventar* o conhecimento e, junto a ele, criar isso que chamamos de *verdade* (Foucault, 1990a: 19-20; Nietzsche, 1990: 19-32).

A esse respeito, @s zapatistas “de cara a essa política global do poder, oferecem respostas locais” (Foucault, 1992a: 89). E aqui cabe frisar o papel do SCI Marcos, exercendo sua função de intelectual, enquanto porta-voz do EZLN, fazendo dela uma trincheira, talvez, a principal trincheira de luta, debatendo sobre qual deveria ser a função de um intelectual, entendendo que esse profissional é quem:

“[...] analisa o evidente, o afirmativo e o negativo, buscando o ambíguo, o que não é nem uma coisa nem a outra, e exhibe (comunica, desvela, denuncia) o que não só não é o evidente, mas também o que contradiz o evidente [...] o intelectual opta, escolhe entre sua função intelectual e a função que lhe propõem os atores sociais” (Marcos, 2000, II).

Assim, os objetivos de luta, definidos pel@s Zapatistas são os seguintes: já não permitir que os tratem pior que animais. Exigem democracia, a liberdade e a justiça para todos

os mexicanos, embora concentrem sua atenção nos povos índios. Eles lutam pela situação em que eles se encontram, mas também junto a todos aqueles que são pessoas humildes e simples e que têm grande necessidade e sofrem a exploração e os roubos dos ricos e os seus maus governos. Após tanta exploração e maus tratos, se organizaram para se defender e para lutar pela justiça (CCRI-EZLN, 2005).

Como vemos, um dos elementos mais significativos e evidentes dessa posição ética é a vontade de universabilidade não só do discurso, como da luta toda. Também apreciamos uma explícita denúncia e uma oposição d@s zapatistas às políticas de genocídio, que são segundo Foucault (1995), o “sonho dos poderes modernos”, que o governo e a elite dos poderosos impõem aos indígenas, e não só a eles. Como diz o filósofo, “o princípio de poder matar para poder viver, que justificava a tática dos combates, se tornou princípio de estratégia entre Estados; mas as amarras já não são aquelas, jurídicas, as da soberania, mas, sim, as puramente biológicas de uma população.” (*Ibid*: 166) A atitude d@s zapatistas é a de dizer *Já chega!* a essa sujeição na qual, por um lado, são sugadas todas suas forças, são domesticad@s, docilizad@s, integrad@s em sistemas de controle eficazes e econômicos, para serem o mais úteis e rentáveis possível.

Aqui parece que faz sentido aquilo que Foucault pensava sobre as relações de poder e a possibilidade de resistência, quando afirmava que:

“[...] o poder está *sempre aí*, nunca estamos *fora* dele, não há *margens* para as cabriolas dos que se situam em ruptura com ele. Mas, isso não significa que seja necessário admitir uma forma de dominação, impossível de abranger, ou uma espécie de privilégio absoluto da lei. [...] Que não existem relações de poder sem resistências, que essas são mais reais e mais eficazes quando se formam aí mesmo, onde as relações de poder são exercidas” (Foucault, 1992c: 180-1).

Essa possibilidade de *resistência* é manifestada quando contestam à maneira em que el@s são tratados, são “administrados”, pelo simples fato de serem indígenas, pobres e miseráveis. Isto é, recusam que seus corpos sejam considerados e administrados como máquinas, como também não aceitam que as populações indígenas sejam submetidas a certos e determinados mecanismos de controle e regulação. Como vemos, os conceitos de *anatomo-política dos corpos* e *biopolítica das populações* que Foucault propõe, podem ser pertinentes, para analisar este *biopoder* que sujeita os corpos e controla as populações, na perspectiva de fazer viver e deixar morrer (Foucault, 1995: 166-9; 1999: 287).

Nesse sentido, Pál Pelbart nos lembra do raciocínio de Agambem, quando afirma que “a vida é reduzida ao contorno de uma mera silhueta”, então, aí aparece a *perversão* de um poder que não elimina o corpo, mas o mantém numa zona intermediária entre a vida e a

morte, entre o humano e o inumano: o “sobrevivente”. Assim, “o biopoder contemporâneo, reduz a vida à sobrevivência biológica” (Pál Pelbart, 2008: 3).

Entendo que a proposta sócio-política d@s Zapatistas pode ser uma resistência, exatamente nesse sentido. Segundo Pál Pelbart (2008: 1), isso teria acontecido porque o poder *tomou por assalto* a vida. Isto é, o poder penetrou todas as esferas da existência, e as mobilizou inteiramente, pondo-as para trabalhar. Afetividade, psiquismo, inteligência, imaginação, criatividade, tudo isso foi *violado, invadido, colonizado*, quando não diretamente expropriado pelos poderes. Os mecanismos diversos pelos quais tais poderes se exercem são anônimos, esparramados, flexíveis, rizomáticos e a vida parece integralmente subsumida a tais mecanismos de *modulação da existência*, pois o poder já não se exerce desde fora, nem de cima, mas como que por dentro, isto é, trata-se de um *poder imanente, produtivo*. Esse *biopoder* tem por fim se encarregar da vida, a intensifica, a otimiza.

Como vemos, esse tipo de problemática sugere vários conceitos que poderiam ser de utilidade, mas dentro desta perspectiva teórica contemporânea serão dois deles o eixo do presente trabalho, a saber, *biopolítica* e *resistência*. Nessa pesquisa, também seguiremos as orientações de outros pensadores, que entendem que “a resistência pode situar-se no próprio objeto do biopoder, a vida. O poder da vida nos permite perguntar em que medida é possível pensar uma pedagogia no sentido de promover um determinado tipo de formação intelectual e moral, sem que se constitua em um novo *nomos*” (Assmann *et al*, 2007: 23).

Segundo Assmann (*et al*), existe a possibilidade de um poder *da* vida, também chamado de *potência*, capaz de resistir àquele poder “sobre” a vida, que Foucault chamou de *biopoder*. Essa possibilidade se sustenta na “aposta na capacidade criativa do ser humano. Neste sentido, mesmo ainda existindo o poder sobre a vida [...] existe uma compreensão do humano que enfatiza o poder da vida.” (*Ibid*: 21) Nessa direção, Pál Pelbart (2008: 2) sugere que quando parece que a própria vida está dominada, submetida, controlada, se insinua uma *reviravolta*, pois nesse mesmo processo de expropriação ela revela sua potência indomável. Assim, afirma que ao *poder sobre a vida* responde a *potência da vida*, ao *biopoder* responde a *biopotência*, mas que essa resposta não se refere a uma reação, pois o que se constata é que tal potência de vida *já* estava lá desde o início. A vida aparece como *reservatório de sentido*, manancial de *formas de existência*, que extrapolam estruturas de comando e os cálculos dos poderes constituídos.

Se analisarmos o Zapatismo desde essa perspectiva, desde seu conteúdo ético-político-estético e sociológico, também é um exemplo do que Foucault denomina como *arte da vida* a partir de uma *estética da existência*. Assim, usando suas palavras, entendo o Zapatismo como:

“[...] um esforço para afirmar a própria liberdade e dar a sua própria vida uma certa *forma* na qual pode se reconhecer e ser reconhecido por outros e onde a posteridade mesma poderá encontrar como exemplo. Esta elaboração da própria *vida* como uma *obra de arte pessoal* [...] a ideia de uma moral como obediência a um código de regras está, no presente, em processo de desaparecimento; já desapareceu. E a essa ausência de moral, responde, deve responder, uma busca de uma *estética da existência*” (Foucault, 1984: 2). Grifos nossos.

Como pode se observar, a nossa preocupação fundamental é a *liberdade*, modulada pela autodescrição-atitude da *dignidade rebelde*, que implica, segundo entendemos, a *resistência* de numa *biopotência*, que se propõe numa *estética da existência*, na construção da *autonomia*, dentro de um campo de análise, que é um conjunto de práticas situadas de modo concreto dentro da história. Mas, junto a Foucault, entendemos essa *liberdade* como *condição de existência*, e não como mera condição de possibilidade, como Kant a pensava.

Assim, entendemos que esse instrumental teórico, apenas sucinta e esquematicamente apresentado, pode nos subsidiar para conhecer melhor e entender o conteúdo sócio-político-estético da proposta zapatista, que envolve deliberadamente a sociedade civil para construir sua autonomia, entendida como estética da existência, ancorada em políticas culturais que vão além da institucionalização da vida, que el@s caracterizam como dignidade rebelde.

Metodologia proposta

O modelo adotado para o estudo, as indagações e análise propõe ir do particular para o geral. Isto é, a partir do estudo da realidade concreta e particular designada pel@s própri@s zapatistas mediante os conceitos de *dignidade* e *rebeldia*, visar à possibilidade de enunciar o conteúdo de natureza universalizável que essa particular realidade possua para a compreensão e análise das dimensões política, ética, sociológica e estética de outros movimentos sociais. A pesquisa será realizada numa perspectiva qualitativa, dividida em três momentos: a) pesquisa teórico-bibliográfica; b) pesquisa de campo; c) análise de dados.

Procedimentos metodológicos

O primeiro momento (já em andamento desde o início do doutorado) consiste no levantamento de bibliografia para uma investigação de ideias, noções e conceitos que permitam entender o aspecto recortado do fenômeno do Zapatismo, visando confrontar diversas posições de vários autores, fundamentalmente Foucault (e outros nessa linha), Gramsci (e outros nessa linha) e intelectuais que estudem desde categorias autóctones latino-americanas pontualmente o fenômeno do Zapatismo (SCI Marcos, entre um deles), para

descrever as relações políticas, sociais e estéticas do EZLN-FZLN, procurando dar fundamentação a esta tese.

O segundo momento consistiu numa breve estadia no México em outubro-novembro de 2011, com a intenção de estabelecer um primeiro contato exploratório com instituições e pesquisadores/as para me aproximar de maneira mais concreta à definição do campo da pesquisa. Isto aconteceu em Cidade do México, cidade de Toluca e na cidade de San Cristobal de las Casas (Chiapas), oportunidade na qual pude realizar algumas atividades¹⁰, que me permitiram redefinir as possibilidades reais de exequibilidade desta pesquisa, portanto, de melhor definição do foco da mesma.

Sinteticamente, das informações levantadas a partir desses contatos concluímos, preliminarmente o seguinte:

- O acesso às comunidades é muito mais difícil do que pensávamos inicialmente, pela demora em obter permissão para ingressar (caso haja) e pelas grandes restrições de acesso, devido à política de segurança e autoproteção do estado de *guerra de baixa intensidade* mantido pelo exército federal e pela intensa atividade de forças paramilitares.
- As possibilidades de convívio e de exercício de observação participante, avaliamos serem inexequíveis ou, caso sejam possíveis, serão restritas a espaços e atividades possivelmente sem relevância para esta pesquisa.
- A partir dessa constatação, avaliamos como inexequível a aplicação de técnicas como: a) questionário aberto ao público-alvo, que seriam: membros da Comandância Geral do CCRI-EZLN, autoridades das Juntas de Bom Governo e habitantes dos municípios autônomos integrantes dos Caracoles; b) coleta de documentos, tais como atas de reuniões de ditas Juntas; c) observação-participante em reuniões de instâncias de decisão política, para observar a dinâmica das práticas dos Zapatistas.
- Privilegiar outro tipo de fontes, como centros de pesquisa e solidariedade política com @s zapatistas, que disponibilizem tanto documentação e trabalhos de pesquisa já desenvolvidos, como também a possibilidade de contato com informantes chave, que seriam pessoas que tiveram ou têm algum contato próximo com as comunidades, que possam ajudar nos objetivos de: a) levantamento de dados; b) conhecer e entender a percepção política de diferentes atores do movimento; c) analisar as pautas políticas

¹⁰ Entre elas, obtive a confirmação do Prof. Dr. Benjamín Mauricio Arditi Karlik (Prof. na Faculdade de Ciências Políticas e Sociais, UNAM), para ser meu co-orientador de tese no exterior. Também pude visitar e conhecer o Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), San Cristobal de las Casas, no qual a Prof^a. Dra. Xóchitl Leyva Solano ofereceu seu apoio acadêmico-institucional me convidando a ser pesquisador visitante no CIESAS.

Análise dos dados obtidos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração de artigos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Apresentação da pesquisa em eventos	X						X					
Elaboração de versão para qualificação												X
Preparação para DO sanduíche							X	X	X	X	X	X
Ano III – 2012												
Atividades	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Qualificação da tese			X									
Leitura e fichamento de bibliografia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Preparação SWE		X	X	X	X							
Período possível de concessão e início da SWE										X	X	X
Contato com fontes e coleta de dados no México	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração de artigos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Análise dos dados obtidos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ano IV – 2013												
Atividades	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Contato com fontes e coleta de dados no México	X	X	X	X	X							
Período de viagem ao México	X											
Participação de eventos acadêmicos	X	X	X	X	X							
Escrita da tese	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Período de Retorno ao Brasil						X						X
Ano IV – 2014												
Atividades	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Defesa			X									

Obs.: As atividades aqui propostas e sua seqüência poderão ser modificadas parcial ou completamente a partir da avaliação conjunta do(s) orientador(es), que será solicitada pelo candidato na primeira reunião de orientação.

6. Resultados esperados

Oferecer resultados de uma pesquisa interdisciplinar que contribua, fundamentalmente nas áreas de filosofia política, ética, sociologia política e estética, sobretudo, visando à possibilidade de explicitar e difundir novos sinais de construção dessas relações numa perspectiva emancipatória. A pesquisa possivelmente permita:

- Compreender melhor se esta perspectiva de entendimento e ação d@s Zapatistas faz efetivamente uma crítica teórica e prática aos princípios da *Realpolitik*, ou seja, à *arte do possível*, entendida como pretensa renúncia a qualquer ideologia e só aceitando aquilo pragmaticamente possível de ser realizado.
- Aprofunda o entendimento de estratégias organização e ação políticas com bases em métodos e procedimentos que visem efetivar práticas democráticas *autônomas*.
- Conhecer uma construção de sociedade civil a partir de estratégias como *A Outra Campanha*, reconhecendo sua *dimensão estética*, entendendo que há ações de *criação política* para o efetivo exercício e institucionalização de uma política emancipatória.

Bibliografía

- ARDITI, B.: *La política en los bordes del liberalismo. Diferencia, populismo, revolución, emancipación*, Ed. Gedisa, México, **2009**.
- ASSMANN, S; PICH, S.; GOMES, I.; VAZ, A.: “Corpo e biopolítica: poder sobre a vida e poder da vida”, In: Revista *Temas & Matizes*. Nº 11, Dossiê Biopolítica, **2007/01**. Consultado em: e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/download/.../1874.
- BORON, A.: “Los nuevos leviantes y la polis democrática”, In: BORON, A. *Tras el búho de Minerva*, CLACSO-FCE, Buenos Aires, **2000a**.
- BORON, A.: “Los dilemas de la modernización y los sujetos de la democracia”, In: BORON, A. *Tras el búho de Minerva*, CLACSO-FCE, Buenos Aires, **2000b**.
- BORON, A.: “Quince años después: democracia e injusticia en la historia reciente de América Latina”, In: BORON, A. *Tras el búho de Minerva*, CLACSO-FCE, Buenos Aires, **2000c**.
- CCRI-EZLN: “Segunda Declaración de la Selva Lacandona”, 10 de junho de **1994**. Consultado em: <http://palabra.ezln.org.mx/declaraciones>.
- _____ : “Sexta Declaración de la Selva Lacandona”, junho de **2005**. Consultado em: <http://palabra.ezln.org.mx/>.
- DONDA, M.C.S.: “Sujeto, Instituciones y Poder Político” (material elaborado pela docente para um curso de pós-graduação), Facultad de Filosofía y Humanidades-Universidad Nacional de Córdoba, **2002/01**.
- EZLN - Comandância Geral: “Declaración de la Selva Lacandona”, (a primeira delas), dez. de **1993**. Consultado em: <http://palabra.ezln.org.mx/declaraciones>.
- FARHI NETO, L.: *Biopolítica em Foucault*, Introdução, UFSC **2007**. Consultado em: www.tede.ufsc.br/teses/PFIL0074-D.pdf.
- FOUCAULT, M.: “Uma estética da existência. Entrevista com Michel Foucault”, In: *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, Vol. IV, pp. 730-735. Tradução: Wanderson F. Nascimento <Une esthétique de l’existence> (entretien avec A. Fontana), Le monde, 15-16 juillet **1984**, p. XI. Consultado em: www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/esthetique.html; também em: <http://dc149.4shared.com/doc/a8w9icRD/preview.html>.
- _____ : *La verdad y las formas jurídicas*, Ed. Gedisa, México, **1990a**.
- _____ : “Tecnologías del yo”, In: *Tecnologías del yo y otros textos afines*, Eds. Paidós, Barcelona, **1990b**.
- _____ : “Verdad individuo y poder”, In: *Tecnologías del yo y otros textos afines*, Eds. Paidós, Barcelona, **1990c**.
- _____ : “Los Intelectuales y el poder. Entrevistas Michel Foucault – Gil deleuze”, In: *Microfísica del poder*, Ed. La Piqueta, Madrid, **1992a**.
- _____ : “Las relaciones de poder penetran los cuerpos”, In: *Microfísica del poder*, Ed. La Piqueta, Madrid, **1992b**.
- _____ : “Poderes y estrategias”, In: *Microfísica del poder*, Ed. La Piqueta, Madrid, **1992c**.
- _____ : “Verdad y poder”, In: *Microfísica del poder*, Ed. La Piqueta, Madrid, **1992d**.

- _____ : *Historia de la sexualidad I*, Ed. Siglo XXI, México, **1995**.
- _____ : *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*, Ed. Martins Fontes, SP, **1999**.
- GADEA CASTRO, C. A.; WARREN, I.: *O ideal comunitário como resistência à modernidade-global. Um estudo sobre o movimento Neo-Zapatista de Chiapas* (dissertação), UFSC-PPGSP, Florianópolis, **1999**.
- KRISCHKE, P. J. D.: “Interfaces Temáticas: Origens e Diferenças”, in RIAL, Carmen *et al* (Orgs.). *A Aventura Interdisciplinar*, Blumenau: Ed. Nova Letra, 2010.
- LAZZARATO, M.: “Del biopoder a la biopolítica”, março de **2000**, Revista *Multitudes* N° 1, Paris. Consultado em: www.sindominio.net/arkitzean/otrascosas/lazzarato.htm.
- _____ : “Para uma definição do conceito de bio-política”, 10.9.2003. Consultado em: www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/09/262958.shtml.
- MARCOS, SCI: “7 piezas sueltas del rompecabezas mundial”, junho de **1997**. Consultado em: <http://palabra.ezln.org.mx/>.
- _____ : “El liberalismo es la crisis misma hecha teoría y doctrina”, 17.3.1995, In: *Cartas y manifiestos*, Planeta, Buenos Aires, **1998a**.
- _____ : “El neoliberalismo, caótica teoría del caos económico”, 20.7.1995, In: *Cartas y manifiestos*, Planeta, Buenos Aires, **1998b**.
- _____ : “Oximoron”, abril de **2000**. Consultado em: <http://palabra.ezln.org.mx/>.
- NIETZSCHE, F.: “Sobre verdad y mentira em sentido extra moral”, In: *Sobre verdad y mentira*, Ed. Tecnos, Madrid, **1990**.
- _____ : *El nacimiento de la tragedia: Grecia y el pesimismo*, Ed. Alianza, Buenos Aires, **1995**.
- _____ : *La genealogia de la moral*, Ed. Alianza, Madrid, **1986**.
- PAL PELBART, P.: “Vida e morte em contexto de dominação biopolítica”, conferência, IEA-USP, 03.10.2008. Consultado em: www.iea.usp.br/iea/textos/pelbartdominacaobiopolitica.pdf.

GT 02 - Gestão, políticas públicas e sociais

A GESTÃO SOCIAL EM ÁREAS PACIFICADAS NA CONSTRUÇÃO DA CONFERÊNCIA RIO +20 NAS COMUNIDADES

Daniel Ganem Misse

Doutorando do PPGSD–UFF

danielmisse@yahoo.com);

Joaquim Leonel de Rezende Alvim

Professor do PPGSD–UFF

alvimleo@hotmail.com).

Resumo:

O objetivo é fazer uma análise descritiva dos fatos ocorridos na realização do projeto denominado “Rio +20 Comunidades”, de forma a propor uma breve reflexão no que concerne à aplicabilidade do modelo de eficácia coletiva proposto por Robert Sampson ao caso brasileiro. Trabalhando com as duas vertentes da teoria ecológica de Robert Park/Ernest Burgess e Clifford Shaw/Henry Mckay e observando os três níveis de controle social propostos por Albert Hunter (privado, paroquial e público), estudamos de forma ainda incipiente a “extensão da confiança local”, de forma a criticarmos a aplicabilidade dessas teorias ao caso brasileiro, vez que a observância da mobilização comunitária como voluntariado para os eventos da Rio +20 Comunidades foi tida como bastante representativa.

Palavras-Chaves: Gestão Social; Territórios da Paz; Teoria da Desorganização Social; Eficácia Coletiva; Rio +20 Comunidades.

Abstract:

The main objective of this paper is to make a descriptive analysis of the events "Rio +20 Communities", in order to offer a brief reflection regarding the applicability of the model of Collective Efficacy proposed by Robert Sampson applied at the Brazilian case. Working with the two strands of the ecological theory of Robert Park/Ernest Burgess and Clifford Shaw/Henry McKay and observing the three levels of social control proposed by Albert Hunter (private, parochial and public), we studied the incipient form of "extension local confidence" in order to criticize the applicability of these theories to the Brazilian case.

Keywords: Social Management; Territórios da Paz; Gestão Social; Territórios da Paz; Social-Disorganization Theory; Collective Efficacy; Rio +20 in the Communities.

1. Introdução.

O presente artigo é um breve estudo acerca do processo de mobilização realizado pelos gestores sociais do programa Territórios da Paz nas comunidades pacificadas como parte da programação oficial da Conferência Rio +20.

Este estudo tem como base um processo participativo inédito em termos de parceria Estado-sociedade civil – a mobilização de centenas de voluntários, moradores das favelas cariocas selecionadas para apresentarem seus projetos durante a conferência – , os legados positivos e negativos de um processo que começou de forma controvertida e se transformou em um projeto inovador de integração comunitária.

A mobilização das comunidades trouxe muitos questionamentos quanto à aplicabilidade da teoria da desorganização social e da eficácia coletiva, bem como a organização das redes sociais e da formação do capital social nas comunidades pacificadas cariocas.

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise descritiva dos fatos ocorridos na realização do projeto denominado “Rio +20 Comunidades”, de forma a propor uma breve

reflexão no que concerne à aplicabilidade dos modelos propostos por Robert Sampson ao caso brasileiro.

A construção metodológica do trabalho se dá principalmente baseada na observação participante, através de entrevistas, matérias de jornal e estudos de caso de cada comunidade, exemplificando projetos e procedimentos realizados. O trabalho tem como propósito ser uma análise descritiva, propondo reflexões de cunho teórico. Para tanto, o método a ser adotado é o relacional, tendo como foco o estudo de caso e a descrição empírica dos fatos, de sorte a ter um diagnóstico final ainda que parcial de todo o processo de construção e execução da Rio +20 Comunidades.

2. A Teoria da Desorganização Social e a Eficácia Coletiva.

O que faz com que determinadas áreas de uma cidade tenham maiores índices de criminalidade do que outras? Por que há territórios tidos como mais violentos mesmo após várias décadas e mudança na sua composição populacional? Como isso afeta a entrada das políticas públicas nessas áreas?

Para tentar responder a esses questionamentos, diversas teorias foram desenvolvidas ao longo do século XX. O intuito era procurar fatores que explicassem a criminalidade atrelada a espaços territoriais de uma cidade.

A criminologia do século XIX, em seu esforço de racionalização da lei penal, promoveram a introjeção dos idéias iluministas no campo do direito penal. Neste sentido, os trabalhos de Beccaria e Bentham são fundamentados na idéia de contrato social, de Montesquieu, e buscam a separação da lei criminal da religião.

Como desdobramento dessa racionalização em que há três elementos nucleares de explicação do crime, o indivíduo, o alvo e o lugar, surge a teoria comportamental que trabalhará com variáveis individuais do criminoso a partir de fatores genéticos¹, neurológicos ou psicológicos (Lombroso, 1876; Wolfgang, 1972; Goddard, 1912; Caplan, 1965, Taylor, 1984). O segundo elemento, o alvo, será objeto de estudo de diversos campos de conhecimento, formulando teorias criminológicas cujas explicações do crime variam desde fatores individuais até as do crime a partir de fatores culturais, estruturais ou socioeconômicos.

Quanto às explicações do crime que levam em conta os “lugares”, o foco de análise desloca-se das atitudes individuais tratadas como uma reação ao comportamento da sociedade para as diferentes características dos lugares dentro da sociedade, que são tratados como fatores causais da criminalidade. Isto é, os indivíduos vêm a cometer crimes – ou se tornam vítimas de crimes – por residirem ou estarem em localidades cujas características proporcionam tal situação. Destarte, “o crime é gerado por fatores externos à pessoa, considerados condições ‘patológicas’ de comunidades particulares, vizinhanças, ou bairros” (Einsadter e Henry, 1995, p. 121).

Como estamos estudando o papel de um programa de gestão social em favelas cariocas na mobilização de seus moradores para a Conferência Rio +20, daremos enfoque ao “lugar” enquanto espaço de desconstrução dessa teoria sociológica da criminalidade.

No âmbito do lugar, diversas teorias tentaram explicar a relação entre território e crime, tendo a teoria ecológica de Robert Park e Ernest Burgess sido um marco por importar os conceitos da ecologia natural à vida social.

A importância dessa teoria está no fato de ter desenvolvido a idéia da “cidade como laboratório” e atraído a atenção para a relação entre território e criminalidade ao afirmarem que mesmo com alta taxa de mobilidade territorial, uma zona da cidade, por ser a mais degradada, será sempre violenta, estando a violência ligada ao território.

A partir da teoria ecológica que o fato de que em toda cidade existem áreas em seu interior que devem ser evitadas, Clifford Shaw e Henry McKay (1942) mapearam a localização residencial dos jovens que haviam sido encaminhados à corte juvenil de diferentes áreas da cidade de Chicago. Usando os mesmos dados para três períodos distintos no tempo (1900-06, 1917-23 e 1927-33), encontraram que o padrão de localização espacial da criminalidade na cidade se repetia para cada um dos períodos analisados.

Entretanto, a identificação de alguns fatores estruturais no nível local da vizinhança explicaria as diferenças nas taxas de delinqüência na cidade como um todo: heterogeneidade étnica, mobilidade residencial e privação econômica.

A existência de diferentes grupos étnicos numa mesma área no interior da cidade funcionava como uma barreira que impedia os residentes de compartilharem valores convencionais comuns a todos. A heterogeneidade funcionava como um

mecanismo impedindo a comunicação, ou melhor, a interação entre os residentes de uma área dificultando a resolução de problemas e a conseqüente obtenção de recursos externos para a melhoria na qualidade de vida dos seus residentes.

Em suas proposições originais, Shaw e McKay assumiam que a mobilidade residencial em uma determinada área, medida como instabilidade da população residente, abalava as redes comunitárias de relações sociais. Isso ocorria porque as regras institucionais de uma área com alta concentração de migrantes não estavam facilmente acessíveis aos novos residentes e, também, porque as regras institucionais que os novos residentes traziam não os preparavam para aquelas encontradas no novo contexto de sociabilidade residencial (1942, p. 381).

Segundo Shaw e McKay (1942), este conjunto de fatores que impediam os residentes de determinadas áreas urbanas alcançarem objetivos comuns era o que caracterizava uma vizinhança como “socialmente desorganizada”. Em termos mais gerais, desorganização social é um conceito que se refere à incapacidade de uma estrutura comunitária em alcançar valores comuns a todos os seus residentes e de manter o controle social efetivo.

Adicionalmente, os autores afirmam que, embora houvesse alteração da população que residia nas áreas de desorganização social, as taxas de criminalidade e delinqüência permaneciam relativamente constantes, o que deslocava as explicações da criminalidade do foco individual para um nível superior de agregação, o nível socioestrutural da vizinhança.

Após muitas críticas à teoria da desorganização social, esta deixa de ser estudada por mais de vinte anos, vindo a ser retomada por Robert Bursik e Harold Grasmick.

Reformulando a teoria da desorganização social e trabalhando em cima de conceitos de esferas de controle social, Bursik e Grasmick (1993) afirmam que a capacidade local de auto-regulação está determinada pela extensão e densidade de redes formais e informais entre os residentes no interior das vizinhanças. Essas redes entre os residentes, ou vizinhos, conduzem a um efetivo controle social local, que, por sua vez, dependerá das três dimensões básicas propostas por Shaw e McKay (1942) em sua teoria da desorganização social: baixo status socioeconômico, instabilidade residencial e

heterogeneidade étnica, responsáveis por uma diminuição da capacidade local de promover auto-regulação.

Para Bursik e Grasmick (1993), essas três dimensões estruturais afetam as relações formais e informais dentro de uma comunidade. Por causa disto, ocorre um enfraquecimento do controle social comunitário em três níveis distintos: privado, paroquial e público, que têm a ver com as diferentes formas com que os indivíduos de uma comunidade buscam a ordem social (Hunter 1985).

No nível privado, que diz respeito às relações mais pessoais entre familiares ou amigos, as mudanças contínuas da população nas vizinhanças dificultam o estabelecimento e a manutenção dos laços primários entre os residentes. Isso implica redes relacionais mais frágeis e menos duradouras e um controle social local menos eficiente. Em relação ao nível paroquial, que diz respeito ao amplo conjunto de redes interpessoais entre vizinhos e sua ligação com instituições locais, o controle do crime se vê abalado por causa da incapacidade dos residentes de se organizarem e supervisionarem o comportamento uns dos outros. Por fim, esse modelo sistêmico enfatiza a importância de se considerar o nível público de controle social. Neste nível de ordem social, entende-se a capacidade da comunidade local de obter recursos e serviços oriundos da esfera pública de poder (serviços de saúde, social e de justiça), situada fora da comunidade.

Com base reformulação da teoria da desorganização social, Robert Sampson e Byron Groves (1989) analisam dados de um *survey* britânico de 1982, com o objetivo de examinar o que concebem como dimensões da desorganização social: status socioeconômico, mobilidade residencial, heterogeneidade étnica, desestruturação familiar e urbanização.

Para Sampson e Groves (1989), a capacidade de uma comunidade de supervisionar e controlar as ações e atitudes de jovens e adolescentes consideradas desordeiras é a mais importante dimensão interveniente do modelo. Shaw e McKay (1942) mostraram que a criminalidade e delinquência é um fenômeno de grupo. As gangues que atuam em uma comunidade se desenvolvem por causa da fraca supervisão e controle de grupos locais. Desta forma, quanto maior o grau de coesão em determinada vizinhança, maior será sua capacidade de controlar o desenvolvimento e a ação de gangues responsáveis pelas taxas de crime e delinquência locais.

Outra variável interveniente é a das redes de amizade local como um dos fatores mediadores das taxas de crime, na medida em que funcionam como mecanismo de reconhecimento de pessoas suspeitas e de controle social informal.

Por fim, a terceira variável interveniente elaborada por Sampson e Groves é a “taxa de participação local em organizações formais e voluntárias” (idem, p. 779). Organizações comunitárias exercem um importante papel no envolvimento e participação dos residentes de uma comunidade local na discussão dos problemas de interesse comum. Desta forma, quanto mais organizada forem as vizinhanças, menores seriam as taxas de crimes violentos e de delinquência juvenil. (Sampson e Groves, 1989, p. 780).

Em um grande estudo elaborado para associar características de vizinhanças a taxas de criminalidade realizado na cidade de Chicago, em 1995, por Sampson, Raundenbush e Earls (Sampson *et al.*, 1997), considerado um importante avanço sobre a idéia original da teoria da desorganização social, concebe-se o que seria “Eficácia Coletiva”, ou seja, a conexão entre coesão social, confiança mútua dos residentes e predisposição para intervirem na resolução de problemas locais. Destarte, “a eficácia coletiva dos residentes é um meio crítico pelo qual localidades urbanas inibem a ocorrência de violência pessoal, sem considerar a composição demográfica da sua população” (idem, p. 919).

De acordo com este trabalho, as baixas taxas de crimes numa vizinhança seriam resultantes de um ambiente em que os moradores têm valores comuns compartilhados e, ao mesmo tempo, agem de forma a controlar as atividades locais. Este controle social informal ao nível da vizinhança será mais bem exercido quando houver maior interação e confiança entre seus residentes.

Os autores focam suas análises nos mecanismos de controle social informal que os moradores de uma vizinhança buscam para alcançar ordem pública, em contraste com controle social formal, como ações policiais, por exemplo.

Já o controle social informal efetivo na vizinhança se traduz na capacidade de seus residentes de obterem recursos (financeiros) e respostas (ações políticas) direcionadas às demandas locais. Segundo os autores, essa viabilização de serviços públicos direcionados às demandas locais minimiza os efeitos da desordem social sobre as taxas de criminalidade local.

Para que uma vizinhança consiga um efetivo controle social informal, traduzido na predisposição dos residentes locais em agirem para obter o bem comum, é preciso que os moradores compartilhem de duas características individuais: confiança e solidariedade. De fato, é improvável que exista qualquer tipo de mobilização numa vizinhança em que os seus residentes compartilhem sentimentos de desconfiança ou medo entre eles. Isto posto, os autores assumem que “vizinhanças socialmente coesas apresentam um contexto mais fértil para a realização de controle social informal” (Sampson et al., 1997, p. 919).

As medidas mais importantes deste trabalho são traduzidas pelos conceitos de controle social informal, coesão social e confiança, combinados para compor a medida de eficácia coletiva. O indicador de controle social informal é obtido a partir de perguntas direcionadas aos entrevistados para captar informações sobre sua capacidade (ou predisposição) de agir ou intervir no bem-estar comum da vizinhança em que vivem.

As medidas de *coesão social* e de *confiança* na vizinhança são construídas a partir de questionamentos aos residentes a respeito do grau de coesão e confiança existente entre eles. Alguns autores chamam este indicador de “integração social”¹.

Os resultados obtidos na pesquisa de Sampson mostram que as medidas ao nível de vizinhança – pobreza concentrada, concentração de imigrantes e estabilidade residencial – explicam 70% da variação de eficácia coletiva dentro da cidade. Concentração de pobreza, imigrantes e elevada instabilidade residencial têm uma relação negativa com o indicador de eficácia coletiva. Da mesma forma, a existência de eficácia coletiva na vizinhança está negativamente relacionada à violência. Isto é, áreas em que os vizinhos exercem um forte papel de vigilância informal de jovens e adolescentes associado a um forte indicador de coesão social e confiança mútua apresentam baixos indicadores de desordem e vitimização.

¹ Como observamos nas teorias constantes no texto de Rountree, Pamela W. and Kenneth C. Land (1996) “Perceived Risk versus Fear of Crime: Empirical Evidence of Conceptually Distinct Reactions in Survey Data”. *Social Forces* 74:1353-76.

3. A Gestão Social em Territórios Pacificados.

No Rio de Janeiro, a construção da “cidade partida”, expressão cunhada por Zuenir Ventura, reforça as diferenças territoriais da cidade, tendo de um lado o asfalto e do outro a favela.

Tal construção foi feita ao longo de décadas, estando presente em romances como “O Cortiço” e mesmo revistas do início do século:

“O Rio é a cidade dos contrastes. Sai-se da Avenida Rio Branco e cai-se em vielas coloniais. Vêm-se nas nossas ruas senhoras ricamente vestidas, homens no rigor da moda e misturados com eles, na mais franca promiscuidade, indivíduos imundos, de camisa e meias desbotadas, esfarrapados e descalços. De um lado ouvem-se frases de cortesia entre gente bem educada e do outro palavrão e obscenidades atiradas a esmo pelo pessoal da lira. E para cúmulo quando se entra na Avenida (...) e o olhar paira à esquerda, descortina-se lá ao alto, a dois passos da formosa artéria, um trecho de África. Reparem. Tem-se a impressão de ver ali pertinho Dakar ou São Vicente.” (“O RIO é a cidade dos contrastes”, Revista Fon-Fon, Rio de Janeiro, 10 outubro de 1914).

Os contrastes historicamente construídos na cidade do Rio de Janeiro se evidenciaram mais fortemente pela violência e estigmatização de uma parcela da população que vivia ainda habita determinados territórios da cidade que não somam juntos muito mais do que 42 mil km², segundo dados do IPP.

As favelas povoam o imaginário de pessoas do mundo inteiro. Sua imagem está sempre associada à violência. Há um tratamento dos seus residentes como nativos e um afastamento enquanto objeto de estudo que não consegue enxergar seus moradores como sujeitos.

Ao longo do século XX, desde o surgimento da primeira favela no Rio de Janeiro (Morro da Providência – antigo Morro da Favela), passando pelo fim dos cortiços até hoje em dia, diversas formas de exploração de mercados ilegais tiveram sua delimitação ligada ao território, normalmente na favela. Em entrevista com a Tia Lúcia, moradora e personagem emblemático da Providência, a mesma nos revelou que:

O que fez da favela um lugar violento foi a ambição, o olho grande. Antigamente era contrabando de bebidas e cigarro. Depois foi o jogo do bicho, mas nunca pararam o contrabando. Até que descobriram que o que dava dinheiro era a droga e daí não tinha mais volta. (Entrevista sobre a Providência: Tia Lúcia – Providência – 08/12/2011).

A Providência, após mais de um século de sua criação, bem como mais 19 outros territórios da cidade, somando mais de 100 favelas, sofreu um processo de intervenção do Estado a partir de 2008 através de instalação de postos de polícia. Essa nova forma de atuação policial dentro das comunidades cariocas foi denominada Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

O Secretário de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, ao perceber que somente a polícia não seguraria a violência nas comunidades com UPP, faz discurso diversas vezes sobre a necessidade de se trazer o social para essas áreas.

Com a entrada das UPP's nos territórios antes dominados pelo tráfico de drogas, inicia-se então um processo de entrada maciça do Estado e demais serviços públicos e privados nessas áreas da cidade.

Como forma de dar uma resposta às demandas do Secretário de Segurança, Ricardo Henriques, à época Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), criou a UPP Social².

O Edital do programa UPP Social esclarecia seus objetivos:

O programa UPP Social tem por objetivo a consolidação do controle territorial e da pacificação, a promoção da cidadania e do desenvolvimento social e a integração plena das comunidades pacificadas por UPP ao conjunto da cidade do Rio de Janeiro. (Edital Seleção Pública – UPP Social 2010).

² Informação obtida através de conversa com gestores sociais da UPP Social e do Territórios da Paz.

A UPP Social seria basicamente um programa de gestão social que atuaria nos territórios pacificados, tendo como objetivo fazer a escuta dos moradores locais acerca dos serviços públicos estatais de sorte a torna-los compatíveis com os da cidade como um todo e promovendo a integração da favela à cidade.

Para o cargo de gestor social, foi feito um edital público pela UERJ em que se selecionariam 20 gestores sociais e 40 assistentes de gestão para atuar nos territórios pacificados.

Com a saída de Ricardo Henriques da SEASDH após desavenças políticas, o mesmo foi para o município onde se tornou presidente do Instituto Pereira Passos (IPP), fundando a UPP Social Carioca.

No âmbito do Governo do Estado, para evitar maiores questões políticas, o novo Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Rodrigo Neves, decidiu manter o programa e modificar a sua nomenclatura para Territórios da Paz.

Como todas as informações relativas à UPP Social foram levadas por Ricardo Henriques para o IPP, o programa Territórios da Paz se formou através de construção coletiva em que os gestores se encontravam semanalmente com seu coordenador de equipes para pensar “estratégias de integração comunitária e promoção da emancipação social” (Conforme consta dos folders do programa).

Desta forma, tem-se dois programas de gestão social nos territórios pacificados que foram construindo suas diferenças ao longo quase dois anos de trabalho.

A UPP Social tem a dinâmica dos “fóruns da UPP Social”. São grandes reuniões comunitárias puxadas pelos gestores sociais do IPP que ocorrem pela primeira vez logo após a inauguração de uma UPP e que serve para levar diversos pontos focais (agentes) do município e um representante do Governo do Estado (além do Comandante da UPP) até as comunidades para discutir os serviços públicos e a participação dos moradores na sua melhor adequação na localidade.

O programa Territórios da Paz tem uma metodologia diferente. As equipes de gestão social são alocadas nos territórios sem trazer qualquer proposta e sem realizar um fórum local. A idéia é observar as reuniões locais e mapear as redes existentes para fortalecê-las e, desta maneira, buscar o protagonismo social. Há ainda o fato relevante de que há um certo receio em se chegar em uma comunidade acenando com serviços, pois

isso poderia gerar uma demanda não existente na localidade e promover, conseqüentemente, uma inflação de demandas de difícil resolução por parte do Estado, sempre com suas limitações orçamentárias.

Já a UPP Social, traz um leque de serviços e programas que atenderão às comunidades e, após o primeiro fórum, tiram alguns encaminhamentos para retornarem às comunidades.

Entretanto, o modelo experimentado pela UPP Social de realizar fóruns mensalmente, viu-se logo desgastado, tendo em vista a impossibilidade de resposta às demandas levantadas pelas comunidades e, conseqüentemente, o próprio esvaziamento das reuniões.

Desta forma, os fóruns da UPP Social foram deixando de ocorrer, gerando certa desmobilização da população das comunidades pacificadas. Por isso, a mobilização feita pelo Territórios da Paz se dá em torno de reuniões já existentes, pensando em projetos conjuntos que venham da comunidade ou do poder público, procurando casar oferta e demanda.

No entanto, ambos os programas de gestão social visam a fortalecer em algum grau o controle social informal, a coesão social e a confiança.

Não se pode afirmar que os programas têm como foco a composição da eficácia coletiva, porém ambos trabalham principalmente no nível paroquial, dando respostas públicas a questões relativas ao controle social informal.

Como vimos, o controle social informal efetivo na vizinhança se traduz na capacidade de seus residentes de obterem recursos (financeiros) e respostas (ações políticas) direcionadas às demandas locais. Sendo assim, os programas de gestão social têm por objetivo fortalecer essa forma de controle social.

A idéia dos programas³, como vimos no edital, é consolidar o controle territorial viabilizando serviços públicos direcionados às demandas locais e minimizando os efeitos da desordem social sobre as taxas de criminalidade local.

³ Tanto a UPP Social quanto o Território da Paz têm origem comum e, por isso mesmo, têm no edital público seus objetivos bem claros.

Desta forma, não há como se negar a influência da teoria da desorganização social e da eficácia coletiva de Sampson nos objetivos de ambos os programas de gestão social.

Entretanto, a distribuição espacial de ambos os programas é diferenciada, pois no caso da UPP Social, há uma equipe de gestão para cada 3 áreas de UPP.

No Territórios da Paz, as áreas são escolhidas de através do paradigma identitário, contemplando normalmente uma área de UPP por equipe.

O Territórios da Paz teve uma ampliação de equipes em duas etapas, sendo inicialmente cobertos os territórios do Borel, Complexo do Alemão e Complexo do São Carlos já em abril de 2011, além de Cidade de Deus e Providência que foram projetos piloto com gestores desde 2010.

Posteriormente, em novembro de 2011, entraram mais doze equipes de gestão, tendo o programa uma atuação em todos os territórios pacificados ou em processo de pacificação, à exceção de Mangueira e Complexo da Penha.

4. A Construção da Conferência Rio +20 nas Comunidades.

Em fevereiro de 2012, o Governo do Estado do Rio de Janeiro resolveu incluir em sua agenda para a programação oficial da Conferência Rio +20, as comunidades pacificadas ou em processo de pacificação do Rio de Janeiro. Foram escolhidos⁴ 6 territórios para que seus moradores pudessem apresentar projetos propondo o futuro que querem: Cidade de Deus, Rocinha, Vidigal/Chácara do Céu, Cantagalo/Pavão-Pavãozinho, Babilônia/Chapéu Mangueira e Complexo do Alemão.

Como as equipes de Gestão Social – Territórios da Paz, vêm realizando o seu trabalho nas comunidades da cidade desde 2010, quando iniciaram os trabalhos na Providência e na Cidade de Deus, representantes da Casa Civil do Governo do Estado pediram a ajuda do programa para pensar as ações nos territórios.

A proposta do programa de gestão social é construir políticas públicas de forma participativa, propondo projetos que venham de baixo para cima, através de reuniões

⁴ Não se sabe ao certo quais foram os critérios para essa escolha, porém muitos dos organizadores do evento disseram que foi o governador Sérgio Cabral que os escolheu.

comunitárias e propostas de grupos locais. Cada equipe de gestão social é composta normalmente por um gestor social e dois assistentes de gestão e o seu objetivo é trazer políticas sociais para as áreas pacificadas seja através de articulação com instituições públicas (superintendências e secretarias de estado através do CEPS – Comitê Executivo de Políticas Sociais) ou privadas (empresas, ONG`s, associações, etc.).

Entretanto, no caso do processo da Rio +20 nas comunidades, a proposta veio de cima para baixo, por parte do Governo do Estado e começou a ser implementada mantendo a lógica tradicional de relação do Estado com essas comunidades, favorecendo alguns grupos locais em detrimento da maioria.

Quando o programa foi chamado a participar da construção da Conferência Rio +20 nas comunidades, já havia uma articulação prévia da Casa Civil com algumas ONG`s locais para organizar o evento tais como Criança Esperança (Cantagalo), Verdejar e Raízes em Movimento (Complexo do Alemão) e Avice (Chapéu Mangueira).

A partir de algumas reuniões abertas na Casa Civil, em poucas semanas todo o processo foi modificado e no fim de fevereiro de 2012, representantes da Casa Civil decidiram durante a reunião aberta que os eventos nas comunidades pensados e construídos pela população local.

O papel das equipes de gestão social em territórios pacificados - Territórios da Paz, aparece como essencial para a inversão do processo, pois realizam a mobilização de centenas de pessoas nos territórios contemplados.

No início das reuniões comunitárias se começava perguntando à população das áreas contempladas pelos projetos, primeiro se queriam fazer algo para a Rio +20 e, em seguida, que tipo de atividades gostariam de propor em cada comunidade.

A apresentação dos projetos por parte das comunidades através da mobilização de centenas de pessoas que se organizaram em torno de comissões, levantou algumas questões que nos leva inevitavelmente a remeter à teoria da desorganização social e da eficácia coletiva proposta por Robert Sampson, pois a Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro deixou claro desde o início que financiaria somente a infraestrutura, informando não poder remunerar nenhum grupo, e mesmo assim foi alto o engajamento das comunidades como voluntária nas atividades.

Desta forma, reforçou-se publicamente o controle informal ao promover a maior integração social através de um projeto comum.

Vários relatos como o do Dionísio, importante liderança do Pavão-Pavãozinho foram observados:

É a primeira vez que vi um monte de gente que se odiava na minha comunidade sentando junto e pensando um projeto comum. Se tinha algum legado a ser deixado pela Rio +20 foi todo mundo sentar junto e propor uma grande feira para mostrar o que o Pavão-Pavãozinho e o Cantagalo têm de melhor. (Relato de Dionísio no ato da entrega do projeto do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo na Casa Civil em 30 de março de 2012).

Ao longo do processo de construção dos projetos de cada comunidade, cada uma propôs ações bem distintas, conforme publicado em no jornal O Globo:

RIO - A Rio+20 ultrapassará os muros do Riocentro, os jardins do Aterro do Flamengo e subirá favelas pacificadas. Em paralelo à conferência das Nações Unidas, de 13 a 22 de junho, seis comunidades terão uma programação especial sobre desenvolvimento sustentável. As atividades vão desde visitas guiadas na Rocinha e no Vidigal a competições esportivas na Cidade de Deus, sempre com o lema “A comunidade que nós queremos”. Também estão na lista da Secretaria estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, à frente da organização das atividades em parceria com a Casa Civil do estado, os morros do Chapéu Mangueira/Babilônia (Leme), do Cantagalo/Pavão-Pavãozinho (Copacabana) e o Complexo do Alemão.

A proposta dos eventos é integrar o morro à cidade e divulgar experiências positivas, na linha da sustentabilidade, desenvolvidas dentro das favelas. [...]

Na Rocinha, as atividades, marcadas para 19 de junho, foram elaboradas em torno do tema educação. Durante todo o dia, partirão grupos do centro esportivo em visita à comunidade. Em cada parada, serão discutidos os projetos desenvolvidos na favela sob o ponto de vista da educação, os problemas da Rocinha e os desejos dos moradores. Os Jogos Abertos da Cidade de Deus,

realizados pela primeira vez em novembro do ano passado, ganharão uma segunda edição de 16 a 23 do próximo mês. Crianças e jovens entre 6 e 20 anos poderão participar de competições de esportes como corrida, futebol e jiu-jítsu. Haverá ainda a Jornada de Educação Socioambiental, com debates sobre desenvolvimento econômico sustentável e projetos de economia solidária.

Na Zona Sul, o Chapéu Mangueira e o Babilônia farão, nos dias 14 e 15 de junho, uma feira de economia solidária, com exposição de trabalhos locais e apresentações culturais e oficinas, entre outras atrações. Além disso, modelos desfilarão com roupas feitas de produtos reciclados, como garrafas PET. O Vidigal terá um “arrastão cultural”, com apresentações de teatro e hip hop, além de uma visita ao parque criado — com replantio feito pelos próprios moradores — numa área onde antes ficava um lixão.

O Complexo do Alemão se prepara para, nos dias 16 e 17 de junho, sediar uma feira solidária, debates, apresentação de filmes e de bandas locais, além de oficinas de teatro e reciclagem. Haverá ainda um tour pela Serra da Misericórdia. (O Globo, matéria de Ludmilla de Lima, 07 de maio de 2012 – “O morro também tem vez durante a Rio +20”, acessado em: “<http://oglobo.globo.com/rio20/o-morro-tambem-tem-vez-durante-rio20-4836207#ixzz24p7PVumG>”).

Entretanto, após a entrega dos projetos pelas comunidades, o apoio por parte da Casa Civil acabou sendo reduzido por conta de limitações orçamentárias e de pessoal para realizar a licitação, recaindo toda a licitação sobre a superintendência de territórios, o que gerou uma desarticulação da esfera pública e a uma desinstitucionalização do projeto que inicialmente fora promovido em parceria com o PNUD, mas que em seguida foi preterido, não tendo sido liberados nem mesmo o voluntariado, conforme previsto anteriormente, para as ações nas comunidades.

Apesar de todos os contratemplos encontrados, os projetos findaram por serem realizados com ampla mobilização comunitária, não tendo sido necessários voluntários, pois todos os 39 gestores sociais do programa Territórios da Paz se dividiram nos 6 territórios e trabalharam junto com centenas de moradores na organização do evento.

Sabe-se que o número de moradores trabalhando na organização do evento foi de em torno de 600 pessoas, pois foram feitas 600 camisas que foram controladas pelos gestores e foram dadas somente àqueles que ajudaram.

Entretanto, apesar de toda a mobilização social e engajamento, no último dia de atividades no Pavão-Pavãozinho, ocorreram tiros, o que fez com que alguns moradores afirmassem que fosse uma briga entre moradores enquanto outros diziam que traficantes de outra localidade estavam tentando invadir o morro.

A integração comunitária proposta pelo evento não foi suficiente para impedir um ato de violência nem mesmo enquanto ocorriam as atividades.

Será que no caso carioca seria a pouca coesão social, (baixa capacidade de moradores estabelecerem valores e objetivos comuns), a falta de auto-regulação (incapacidade de controlar ou supervisionar o comportamento mútuo), a indisposição que membros das comunidades têm de agir em prol do bem comum, somado ao rápido processo desordenado de urbanização e a desestruturação familiar, que levariam ao domínio dessas áreas por gangues ou grupos armados antes ou depois das UPP`s?

Essa conclusão se dá pelo fato de não observarmos esses fatores de forma tão evidente, já que a mobilização das comunidades se deu de forma ampla, evidenciando que os atores sociais já se conheciam e mesmo assim não conversavam, partilhavam em muitos casos valores e objetivos comuns e sabiam quem está ou não envolvido com as “gangues locais”.

Observamos ainda que mesmo com a disposição da comunidade em agir em prol de um bem comum (o projeto da Rio +20) isso não evitou que em alguns casos houvesse violência e até mesmo tiros, apesar da presença da UPP. Se pensarmos no rápido e desordenado processo de urbanização como causa, veremos que tratam-se de regiões já densamente povoadas há décadas. Não há heterogeneidade na população local. Há um vínculo identitário forte e um engajamento social que nenhuma região de classe média da cidade teria.

5. Considerações Finais.

Trabalhando com as duas vertentes da teoria ecológica de Robert Park/Ernest Burgess e Clifford Shaw/Henry McKay e observando os três níveis de controle social propostos por Albert Hunter (privado, paroquial e público), estudamos de forma ainda incipiente a “extensão da confiança local”, de forma a criticarmos a aplicabilidade dessas teorias ao caso brasileiro, vez que a observância da mobilização comunitária como voluntariado para os eventos da Rio +20 Comunidades foi bastante representativa.

O reforço das redes comunitárias e a animação das mesmas foi proposto como parte do legado a ser alcançado em decorrência da mobilização realizada pelos gestores nas comunidades.

Tratou-se de um processo conturbado de negociação coletiva e mediação de interesses de atores sociais de diversos grupos identitários e extratos sociais. Houve ainda a tentativa de desmobilização por parte de ONG`s locais que inicialmente haviam sido chamadas para organizar os eventos e posteriormente foram postas de lado pelo Estado, fazendo com que a realização do projeto se complexificasse bastante na costura das redes locais.

Focamos neste trabalho somente em alguns indicadores de resultado que remetem à não aplicabilidade das teorias de Robert Sampson ao caso brasileiro. Entretanto, os dados apresentados são insuficientes para tal afirmação, servindo primordialmente para a reflexão.

Referências Bibliográficas:

Bursik Jr., Robert. J. and Harold G. Grasmick (1993). *Neighborhood and Crime: the dimensions of effective community control*. San Francisco: Jossey-Bass Inc. 1993.

Hunter, Albert. J.(1985) “Private, Parochial and Public Social Orders: The problem of crime and incivility in Urban Communities”. Pp 230-242 in *The Challenge of Social Control: Citizenship and Institution Building in Modern Society*, edited by Gerald D. Suttles and Mayer N. Zald. Norwood, NJ: Ablex Publishing.

Park, Robert. E. and Ernest W. Burgess (1921). *Introduction to the Science of Sociology*. Chicago: University of Chicago Press.

Park, Robert. E. and Ernest W. Burgess (1925). *The City*. Chicago: Chicago University Press.

Sampson, Robert J. and W. Byron Groves (1989). "Community Structure and Crime: Testing Social-Disorganization Theory". *American Journal of Sociology*, Vol. 94, Issue 4 (Jan.), 774-802.

Sampson, Robert J., Stephen S. Raudenbush and Felton Earls (1997). "Neighborhoods and Violent Crime: A multilevel study of Collective Efficacy". *Science* 277:918-24.

Sampson, Robert. J.(2003) "Desorden Urbano, Crimen y Eficacia Colectiva en el Barrio". In *Elementos para una criminología local: políticas de prevención del crimen y la violencia en ámbitos urbanos*. Maria Victoria Llorente y Mauricio Rubio. Bogotá: Colombia, Ediciones Uniandes.

Shaw, Clifford and Henry D. McKay (1942). *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago: University of Chicago Press.

A PRÁTICA DAS POLÍTICAS ASSISTÊNCIAS ARTICULADAS ÀS QUESTÕES DE GÊNERO

Priscila Pavan Detoni

Mestra em Psicologia Social e Institucional. Doutoranda em Psicologia Social e Institucional – UFRGS. Membro do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero NUPSEX.

CV: <http://lattes.cnpq.br/9818967247146714>

E-mail: ppavandetoni@gmail.com

Eliana Teresinha Quartiero

Professora da Universidade Estadual de Santa Catarina UDESC. Mestra em Psicologia Social e Institucional. Doutoranda em Psicologia Social e Institucional – UFRGS, Membro do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero NUPSEX.

CV: <http://lattes.cnpq.br/1896289305396728>

E-mail: eliana@quartiero.com.br

Henrique Caetano Nardi

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero NUPSEX.

CV: <http://lattes.cnpq.br/9591044257330893>

E-mail: hcnardi@gmail.com

PPGPSI – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Resumo:

Neste trabalho propomos questionamentos acerca da forma que se apresentam e as políticas públicas de assistência social e a flexão das relações de gênero. Em especial no que consta a apresentação e discussão de três casos relatados etnograficamente nos atendimentos de um Centro de Referência de Assistência Social. Neste campo podemos perceber que se (re) produzem, por vezes, modelos cristalizados de masculinidades e feminilidades no contexto de situações de atendimento frente situações de violência de gênero, como estão presentes nas posturas dos profissionais as marcas de comportamentos esperados para cada gênero e corpo. Estas reflexões apontam para a necessidade de maior formação e informação para articular com a rede de políticas públicas no que consta olhar para as relações de gênero e reconhecer os sujeitos dentro da diversidade.

Palavras-chave: políticas assistenciais, relações de gênero e violência de gênero.

Abstract:

In this paper we propose questions about the way the public policies of social assistance and bending of gender relations are presented. In particular given the presentation and discussion of the three cases reported ethnographically in attendances in a Reference Center for Social Assistance. In this field we can sometimes see (re)produced crystallized models of masculinity and femininity in the context of service situations facing situations of gender violence, as are present in the attitudes of professional the brands of expected behaviors for each gender and body. These reflections point to the need for more training and information to articulate with the network of public policies in looking at gender relations and recognizing the individuals within diversity.

Keywords: welfare policies, gender relations and gender violence.

Neste trabalho proponho lançar alguns questionamentos acerca da forma que se apresentam e se produzem nas políticas públicas de assistência os modelos de masculinidades, feminilidades e como são pensadas suas organizações na família. Qual o entendimento e a articulação das relações de gênero, sexualidade, e diversidade sexual dentro das execuções das políticas de Assistência Social? Todos os sujeitos são acolhidos e atendidos nos serviços da Assistência Social da mesma forma? Neste campo podemos perceber que se (re) produzem, por vezes, modelos cristalizados de masculinidades e feminilidades no contexto de situações de atendimento frente situações de violência de gênero, como estão presentes nas posturas dos profissionais as marcas de comportamentos esperados para cada gênero e corpo. Estas reflexões apontam para a necessidade de maior formação e informação para articular com a rede de políticas públicas no que consta olhar para as relações de gênero e reconhecer os sujeitos dentro da diversidade.

A Política Pública de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004) completa sete anos no Brasil, e ainda se encontra em um momento de implantação no que consta a organização e as constantes (re)formulações de como devem acontecer as práticas em diferentes regiões, no que consta os níveis de proteção básica e em especial nas atribuições delegadas aos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social e CREAS – Centros de Referência Especializados em Assistência Social. A população foco destas políticas de assistências está inscrita em situações de vulnerabilidade social, no que confere à condições sócio econômicas e culturais, configurada dentro das condições de Pobreza (entre 70 a 140 reais per capita) e Extrema Pobreza (abaixo de 70 reais per capita).

Podemos pensar este processo de aplicação das políticas públicas que visam a garantia de direitos para a população que apresenta maior vulnerabilidade como um processo que está atrelado a produção de subjetividades e possibilidades de modos de existência. Verdades legitimadas nas regulamentações do SUAS dizem sobre as formas de ser homem, mulher, criança, idoso/a, adolescente (DIAS, 2009). O texto da PNAS, que tem como foco a família - entendida por uma unidade nuclear de pessoas ligadas por parentesco ou afinidade, que formam um grupo doméstico e dividem o mesmo teto, propõe e se constitui dentro de jogos de verdade sobre os sujeitos. Neste sentido vislumbramos as relações de gênero como um dos marcadores sociais que devem ser

pensados para contemplar e flexionar quem são os seus sujeitos e como eles estão imbricados com as questões sociais.

O debate de gênero, classe e saúde recentemente foram incorporados no campo da saúde, tendo ocupado cinco subgrupos, segundo Aquino (2006): reprodução e contracepção; violência de gênero (dentro estariam suas variações: a violência doméstica, familiar, conjugal e sexual); sexualidade e saúde (com ênfase nas DST/Aids); trabalho e saúde (incluindo o trabalho doméstico e o trabalho noturno); e outros temas emergentes ou pouco explorados como o envelhecimento e a saúde mental. Neste campo de debate a PNAS se assemelha ao foco dado pela saúde, utilizando-se das mesmas nomenclaturas, pois estas práticas de políticas públicas coexistem e dialogam entre si. Estamos tomando estas vulnerabilidades relacionadas à sexualidade e marcadas pela violência de gênero como sendo questões antes de tudo sociais, decorrentes de como tem se organizado o sistema de sexo-gênero (RUBIN, 1975), das relações de poder (FOUCAULT, 2006), das relações de gênero (BUTLER, 2003), da dominação masculina (BORDIEU, 1999), e do que as instituições das políticas públicas assumem como práticas quando vão dimensionando quem e como se deve cuidar da(s) família(s), como deve se dar a distribuição de renda.

Para este primeiro ensaio, foram realizados relatos de atendimentos ocorridos em um CRAS da capital do Rio Grande do Sul que envolviam violência de gênero, a partir de uma proposta etnográfica que consta o diário de campo que produzi enquanto profissional psicóloga que acompanhou a implantação dos CRAS em Porto Alegre.

Através da exposição dos relatos etnográficos de três atendimentos realizados em 2012 por uma equipe de profissionais de um CRAS em Porto Alegre, busco aqui refletir sobre as possibilidades de acolhimento e sobre o encaminhamento dado, dentro da rede das políticas públicas, para estes sujeitos que vivenciaram situação de violência de gênero. Entendo violência de gênero como a produção das relações de poder que as instituições tomam no corpo dos sujeitos, bem como as produções que regulam formas de se relacionar dentro do âmbito que constitui sexo, sexualidade e gênero.

Para adentrar esta discussão, proponho uma análise nos documentos produzidos pela PNAS no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, em especial as referências em relação ao Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero (MDS, 2006).

PNAS e Relações de Gênero

Para coordenação e execução das Políticas Nacionais de Assistência Social - PNAS, renda de cidadania e segurança alimentar e nutricional, bem como a supervisão, monitoramento e avaliação da implementação destas políticas, foi criado em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. O MDS abriga quatro secretarias – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC, Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional- SESAN e Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, além da sua Secretaria Executiva e da recém criada Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza - SESEP. E o MDS que produz como deve ser orientada e executada a Política Nacional de Assistência Social - PNAS dentro das instituições dos CRAS e CREAS.

O MDS (2012) solicitou em recente edital a escrita e o resgate de pesquisas que abordavam sobre as questões relacionadas ao gênero através da modalidade produto, tomando como centro de seus objetivos o estudo das mulheres dentro das relações que reafirmariam que a condição de pobreza também seria fruto da desigualdade na forma como a sociedade estabeleceu a divisão por sexos, gêneros, corpos, raças, etnias; o que de certa forma poderia ser compensado pela organização da distribuição de renda, como é o caso do cadastro único das famílias e recebimento do Programa Bolsa Família - PBF, onde geralmente cabe às mulheres serem responsáveis legais pela família.

Este edital propôs:

Analisar, sob a perspectiva de gênero (...), os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a qualidade de vida e das mulheres e as relações de gênero. Avaliar a pertinência e a abordagem da temática de gênero nas pesquisas realizadas pela SAGI e propor estratégias de pesquisa para avaliação dos impactos do Programa Bolsa Família no que diz respeito à temática de gênero. (MDS, 2012, p. 3 e 4).

Existem, também, já duas pesquisas concluídas que vão auxiliar nesta busca: O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero e a Avaliação de Impacto do Programa Bolsa família (1ª e 2ª rodadas).

Os principais impactos do Programa [Bolsa Família] na condição social das mulheres se refletem: (1) na visibilidade das beneficiárias como consumidoras, já que o benefício lhes confere maior poder de compra; (2) na afirmação da autoridade dessas mulheres no espaço doméstico, decorrente muito mais da capacidade de compra suscitada pelo

benefício do que, necessariamente, de uma mudança nas relações de gênero tradicionais; e, (3) na mudança de percepção das beneficiárias sobre si próprias como cidadãs, o que se tornou possível, especialmente, após o momento em que foram obrigadas a lavrarem documentos, tais como a certidão de nascimento e a carteira de identidade, para o cadastro no Programa. Não se pode afirmar que o Programa mudou as relações de gênero tradicionais, algo que de forma alguma poderia ter acontecido no curto tempo transcorrido desde sua implantação, mesmo que esse objetivo tivesse existido. Sob a perspectiva da diminuição das desigualdades de gênero, o maior acerto do Programa reside em transferir a renda preferencialmente às mulheres visto que são elas que reproduzem a vida. (O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero, MDS, 2006, p.2).

Esta pesquisa traz a questão de que as mulheres reproduzem a “vida” também estariam imbricadas com a maternagem das crianças, uma vez que as condições socioeconômicas de baixa ou nenhuma escolaridade delas fizesse com que suas atividades laborais não se reconheçam remuneradas e se encontrem dentro do âmbito familiar, e que o PBF - principal programa da PNAS e maior distribuição de renda no mundo em 2011 - as colocaria em outro lugar, uma vez que existe uma fragilização no exercício de cidadania e na precarização do trabalho.

A PNAS se dá conta da necessidade de retomar o limite entre cuidado e tutela, para não reproduzir o antigo assistencialismo; contudo ainda precisa suspender os padrões de normatividade no que constam as práticas, que reafirmam papéis tradicionais. Afinal, a categoria profissional que forma um corpo de aplicação das políticas públicas em especial a PNAS implica em dispersão, conflito e contradição (RUSSO e cols, 2009).

Considero toda a argumentação do PBF e seus estudos já realizados importantes, mas existe a necessidade de vislumbrar outros sujeitos dentro deste espectro de vulnerabilidade que não só as mulheres para que possa ser possível um real enfrentamento das desigualdades de gênero. Pensar em relações de gênero dentro das políticas públicas de uma maneira mais ampla, já que deveriam visar o conjunto de homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, idosos/as. Neste sentido, a seguir apresentarei os casos de violência de gênero que não estão flexionados somente na posição das mulheres. Como geralmente é caracterizada a violência de gênero e a produção da vítima, conforme Sarti (2009), trouxe na análise dos atendimentos de casos de violência como problemas de saúde dentro das políticas públicas de saúde, em que o corpo de crianças, adolescentes tomam um lugar emblemático de cuidado, seguido pelas

mulheres, mesmo que no desenho da violência urbana brasileira traga que as principais vítimas são jovens, negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos.

Considero importante destacar que o movimento feminista num primeiro momento se apoiou na mulher enquanto objeto, para formar uma classe para reivindicar na luta de classe. O gênero foi desenvolvido para ser uma categoria que explora o que significa mulher (HARAWAY, 2004). Wittig (2002) argumentou que as mulheres se constituem em uma classe que se construiu através de uma estabelecida e específica diferença sexual, que dá aos homens o poder ideológico, político e econômico sobre as mulheres, ou seja, o sexo como uma categoria que funda a sociedade heterossexual, e as lésbicas, dentro desta lógica, seriam *não mulheres*, por que estariam fora da economia sexual (RUBIN, 1975) que se dá nas trocas das relações heterossexuais.

Marx trabalha o gênero pensando em quem o poder através dos meios de produção, como se a heterossexualidade fosse inquestionável e Gayle Rubin traz o materialismo histórico do sistema sexo-gênero em que as mulheres foram colocadas como objeto de troca (RUBIN, 1975).

Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo. (HARAWAY, 2004, p. 211).

Butler (2003) argumentou que o gênero está antes do sexo, uma vez que o gênero produz o sexo e a sexualidade dos sujeitos, o que Foucault (1988) já destacava que a noção de sexo produz a sexualidade, o que faz parte da pauta dos discursos e das práticas. “(...) o discurso de identidade de gênero é intrínseco a ficção da coerência heterossexual.” (HARAWAY, 2004, p. 219). Haraway (2004) problematiza o lugar do inato e do biológico que vai se colocando ao sexo, o que produz feminilidades e masculinidades com atributos específicos como se pudesse ser da natureza dos corpos.

Uma “ficção reguladora” semelhante, básica para o conceito ocidental de gênero, insiste que a maternidade é natural e a paternidade cultural: as mães e os bebês naturalmente, biologicamente. A maternidade salta a vista; a paternidade é inferida.” (HARAWAY, 2004, p. 220).

Pretendo, a partir deste momento, descrever e discutir três casos que passaram pela violência de gênero no âmbito de garantia de políticas públicas, no âmbito da

relação com a família, à escola e/ou com o acesso de saúde. Estes não acessos fez com que estas pessoas acessem a assistência social, pois uma das suas prerrogativas é mesmo ter outros acessos.

Contudo, ainda não se mensuram as vulnerabilidades de violência de gênero com especificidades na assistência, por isso é importante trazer alguns casos para pensar que não é só a figura da mulher padrão que sofre violações.

Caso 1: Homofobia Inscrita

Paulo¹, um adolescente de 16 anos, negro, foi atendido pelo CRAS durante um ano, estava participando das atividades do Pro Jovem Adolescente² fora da região de abrangência do CRAS que o referenciava, por que não existiam vagas suficientes para o número de adolescentes na região em relação aos coletivos. Além disso, a comunidade apresentava uma relação de preconceito em relação à orientação sexual de Paulo, então o adolescente preferiu estar em um lugar onde pudesse buscar a atividade de lazer e de profissionalização com outros jovens e profissionais, que não repetissem a exclusão e os deboches que vinha sofrendo no seu bairro e escola.

A família de Paulo é composta por ele, a mãe e mais um irmão mais novo. A mãe faz parte do cadastro do Programa Bolsa Família e recebe 150 reais, ela também realiza faxinas dentro do trabalho informal.

Paulo retornou ao acolhimento do CRAS por estar residindo há um mês fora de casa, em decorrência do preconceito – homofobia - dos vizinhos e da família as suas manifestações de homossexualidade e por andar com os emos, punks e outros grupos onde pode se expressar mais livremente. Ele estava morando com Scheila³, uma amiga da mãe, que sofreu um acidente e necessitava de cuidados, em uma cidade da região metropolitana. Contudo, Paulo não estava satisfeito com esta situação pois: não

¹ Nome fictício.

² O Pro Jovem Adolescente é um programa no MDS que visa ser um espaço sócio protetivo para adolescentes entre os 14 e 18 anos, em que a família sem encontra em situação de vulnerabilidade social, como é considerado o caso de todos os/as beneficiários/as do PBF.

³ Nome fictício.

conseguia frequentar a escola e as atividades do Pro Jovem em decorrência das distâncias e demandas no cuidado dela. Também Paulo não estava tendo um bom relacionamento com Scheila e se sentia explorado por ela no que tange a execução dos serviços domésticos. Então, Paulo pretendia voltar a morar com a mãe, só que relatava ter dificuldade nesta relação familiar por não ter uma renda para auxiliar na casa, uma vez ele trazia que o irmão mais novo já vinha auxiliando e tem a marca do preconceito homofóbico associado a esta condição, como se não fosse homem de verdade.

No primeiro momento, a equipe do CRAS abordou sobre a oportunidade de uma vaga de profissionalização oferecida dentro dos projetos sociais, na qual Paulo poderia se inscrever para fazer uma entrevista. Paulo retornou, dizendo que a amiga da mãe – Scheila - queimou todas as suas roupas, quando ele disse que tinha como prioridade sua formação - como ir à escola, buscar o curso profissionalizante e continuar no Pro Jovem. Então, Paulo desacreditou na possibilidade de fazer a entrevista para o curso profissionalizante somada as dificuldades de voltar para casa da mãe e ser acolhido por ela, como se a orientação sexual pudesse estar ligada a uma escolha e culpa sua, conforme Paulo se percebia e sofria em relação a norma.

As intervenções do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF no caso de Paulo propostas pelos/as profissionais do CRAS foram: a intermediação com a sua mãe para possibilitar o seu retorno em casa e organização da vida escolar e das atividades que ele vinha fazendo, bem como, acompanhá-lo em uma entrevista e auxiliar na organização da documentação para o processo seletivo do curso profissionalizante remunerado. Paulo conseguiu entrar no curso profissionalizante remunerado e retornar para casa, e estuda à noite e pode-se perceber que consegue ser valorizado por ter a possibilidade de auxiliar na renda da família.

Contudo, a intervenção poderia ter abrangido a denúncia do preconceito sofrido por Paulo devido à sua orientação sexual, pelas suas roupas queimadas, pela exploração do trabalho doméstico, uma vez que se produziram formas de violência e violação dos direitos humanos. Cabe pensar aqui, o quanto fortalecer vínculos que é uma função atribuída ao trabalho da assistência é efetiva em contemplar as reivindicações de lugares dignos e legítimos para pessoas que habitam as minorias sexuais. Afinal, a construção de respeito a este adolescente passa, e se funda, pelo lugar de quem é produtivo, trabalha e tem renda.

O adolescente percorre espaços onde pode ser incluído e outros não, então: se coloca a necessidade de discutir as possibilidades de sua expressão sexual. Onde? Como? Quais as possibilidades de sair do armário? O armário é colocado em evidência na construção política e identitária da vida gay, mas também precisa ser pensado como um dispositivo para a regulação da vida (SEDGWICK, 2007). Afinal, para sair do armário é preciso sair em vários níveis, como no caso de Paulo, primeiro no grupo de amigos, depois num serviço de atendimento público - a Assistência Social – para ganhar respaldo nas esferas da família, da escola e da profissionalização.

A violência contra homens, como Sarti (2009) trouxe em estudo com profissionais da saúde não tem inteligibilidade, uma vez que se reconhece este lugar como possível de dar conta da denúncia por si só, bem como os abusos aos homens não fossem legítimos pela vitimização que o feminismo da primeira e da segunda onda produziram em relação às mulheres.

Neste caso, poderíamos pensar por que é deixado de lado os encaminhamentos que historicamente se construíram em torno do gênero que não reconhecem a homofobia e as violações em relação aos homens e os culpabiliza, como se o corpo homossexual pudesse ser penetrável a violência (Sarti, 2009). E também, o encaminhamento jurídico de abusos ligados ao preconceito relacionado à orientação sexual está sendo construído e seu debate é recente, e envolve controvérsia no sentido de sua criminalização específica.

Caso 2 - “Que é nome social?”

Vanessa tinha acabado de mudar de bairro por que vinha sofrendo ameaças devido à disputas no ponto de prostituição onde trabalhava mais próximo ao centro da cidade. Vanessa⁴ procurou o CRAS por que precisava de um comprovante de residência para ser atendida na Unidade Básica de Saúde - UBS do bairro. Conjuntamente a esta demanda trazia consigo a problemática de não ser aceita num primeiro momento para os

⁴ Nome fictício.

atendimentos de saúde, por ter um documento de identidade masculino – Denis⁵ - e uma aparência feminina - Vanessa, uma vez que se identifica enquanto travesti e também por não ter comprovante de residência, por estar morando em área invadida.

“E quando eu pergunto para ela: - “Como tu costumava ser chamada?” ela me responde: – “Vanessa! Mas, nem adianta me chamar de Vanessa, por que o meu documento tá Denis, e o que vale é o que tá escrito e ponto. Não é?”(Diário de Campo).

Vanessa desconhece seus direitos de como deve ser recebida e tratada dentro dos serviços das políticas públicas - da saúde e da assistência, ela também desconhece os programas de transferência de renda. Os encaminhamentos dados foram: Vanessa foi acompanhada ao serviço de saúde para ser atendida, afinal a PNAS resalta que ela garante o acesso as outras políticas públicas. Foi agendado visita domiciliar para comprovar a residência de Vanessa no bairro, por ela e família não possuem outra fonte de comprovação. Além disso, Vanessa foi convidada para participar de um grupo socioeducativo no CRAS sobre os benefícios assistências e buscou-se ressaltar informações sobre as condições de uso de um nome social.

Como travestis, transexuais, transgêneros, intersex são recebidos dentro dos espaços de execução das políticas públicas de assistência social? Não há necessariamente uma normativa que contemple este ponto, mas se propõe uma universalidade no acesso dos serviços. Mas, como se garantir uma universalidade, se o objeto central das políticas públicas de assistência social são figuras de mulheres, como fica o acesso quando não há uma coerência entre sexo, gênero e corpo? Entramos no que Butler (2003) coloca de que o gênero vem antes do sexo, e geralmente dentro de um espectro de uma heteronormatividade. Aqui eu colocaria uma nota de rodapé com o conceito de heteronormatividade “(...) o discurso de identidade de gênero é intrínseco a ficção da coerência heterossexual.” (Haraway, 2004, p.219). Nem todos os corpos habitam esta coerência, então a partir disso se constroem as reivindicações políticas que podem clamar por um nome social. Como o caso de Vanessa, a qual precisa se afirmar como pessoa legítima, dentro dos espaços institucionalizados dentro de um padrão que

⁵ Nome fictício.

refere mais valia a um documento do que um sujeito. Não se sai da norma, por mais que se escape dela.

Caso 3 – **As lésbicas são mesmo mulheres?**

A tia avó de Isabela procurou o serviço do CRAS para relatar que esta está sofrendo violência física e psicológica por parte da sua companheira Mariana. Ela conta que Mariana tem ciúmes de Isabela e não a deixa sair de casa, no máximo ir ver os seus dois filhos (um de 2 e outro de 4 anos de idade) que estão sob a guarda de outro tio avô. Esta guarda se deu em decorrência das internações de Isabela por fazer uso de substâncias psicoativas - SPA.

Isabela apresenta marcas de agressão física como mordidas, chutes, roxos; mas se recusa a ir até uma delegacia fazer ocorrência da violência sofrida por que vem sendo ameaçada pela companheira de morte, caso denuncie ou se separe dela. A tia avó relata que Isabela é afetiva com os filhos dela e da companheira, que cuida os 4 filhos da companheira enquanto a companheira exerce funções com o tráfico de drogas. Segundo sua tia avó, Isabela estabeleceu uma relação de dependência com a companheira que também lhe fornece drogas em decorrência da dependência química. Isabela necessita ir aos atendimentos de saúde, mas abandonou o tratamento no CAPSad e também não foi as consultas agendadas para tratar de problemas de saúde relacionados a obesidade.

A tia avó não sabe o que pode fazer para ajudar Isabela e tomar providências em relação à violência que ela vem sofrendo da companheira. A tia avó já pediu três vezes a internação compulsória de Isabela via judicial por abuso de SPA e também recorreu aos pais dos filhos de Isabela por entender que seria melhor ela voltar a ter uma relação heterossexual, como se nestas relações ela estivesse mais protegida de um circuito de violência.

As intervenções pensadas dentro do serviço de atendimento do CRAS, evidenciaram num primeiro momento a indicação de que a tia avó possa fazer um boletim de ocorrência constando as violências que Isabela sofre em relação a companheira, uma vez que Isabela não está conseguindo fazer. Foi indicada, também,

um encaminhamento a um atendimento em um Serviço de Acessória Jurídica⁶ –para que Isabela possa buscar seus direitos e marcar a violação que vem sofrendo em relação à companheira. E caso, Isabela ficasse muito desprotegida por estar sobre efeito de SPA, pode-se solicitar uma nova internação para desintoxicação.

A tia avó realizou uma ocorrência policial e pedido de internação judicial via defensoria pública para Isabela, contudo ela não foi internada e não admitiu tratamento. Isabela foi então referenciada ao serviço do CREAS para que ela possa ser acompanhada na proteção para a violência que vem sofrendo, no tratamento para dependência de SPA e da obesidade. Não houve uma adesão a nenhum dos encaminhamentos propostos neste caso de violência. O que leva a questionar a legitimidade da violência sofrida por Isabela dentro de um relacionamento lésbico, diferente de uma violência vinda de um homem para uma mulher, mas de uma mulher para outra mulher, como se elas estivessem no mesmo nível hierárquico e neste caso não se configurar abuso ou violência. Podemos pensar que estas mulheres se encontram com a mesma marca social de gênero, mas que isto não garante uma relação igualitária se pensarmos em outros aspectos que configuram as relações de poder e inferem violações de direitos.

Wittig (2002) colocou as lésbicas como não mulheres, por que estariam fora da economia sexual de troca de mulheres pelas relações de parentesco como as descritas por Rubin (1975), fruto do tabu do incesto, a heterossexualidade obrigatória e uma divisão assimétrica dos sexos. Rubin (1975) definiu o sistema sexo-gênero como o sistema de relações sociais que transforma a sexualidade biológica em produtos de da atividade humana dentro da divisão sexual do trabalho e da construção psicológica do desejo que fundamenta os direitos dos homens sobre as mulheres e visualiza a sexualidade como obrigatória dentro da economia política.

Por não estar dentro desta economia política, o olhar da comunidade e dos serviços de políticas públicas teriam dificuldades de categorizar esta Isabela como um sujeito alvo de proteção do estado, como uma não mulher? Existe um risco que a homogeneização de um sujeito único - mulher- produz ao desconsiderar as diferentes

⁶ Grupo G8 do SAJU da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – serviço de atendimento e acessória jurídico e psicológico prestado em relação à violência de gênero pela composição de estudantes e profissionais.

inserções políticas das múltiplas mulheres na sociedade. Da mesma forma não é possível falar de um único homem.

Rich (1980) postulou a heterossexualidade compulsória como opressão às mulheres, por isso utilizou o “continuum lésbico” como se pudesse dar conta da irmandade entre as mulheres. Porém esta irmandade nem sempre dá conta da superação da dominação masculina (Bordieu, 1999), a produção das mulheres ainda fica muito associada às questões de ter e cuidar de crianças, bem como dar conta dos trabalhos domésticos, e reificam a subordinação e até mesmo violência e opressão de uma mulher sobre a outra.

Os estudos voltam-se a pensar a subordinação das mulheres, como se estivesse no corpo dos homens esta responsabilidade, quando na verdade eles também são produtos das relações de poder que se tem estabelecido. Na saúde existe esta abertura para pensar em gênero claramente, na política pública da Assistência social tudo fala do gênero, mas ele não está ali colocado diretamente. Afinal, como pode o maior programa de transferência de renda do mundo, com é o Programa Bolsa Família – PBF – que funciona há 7 anos no Brasil, focar as mulheres como titulares em circunstâncias, onde nem sempre se abre uma brecha para (re)pensar a organização familiar, social.

Considerações

O ponto comum de todos os três casos perpassa por formas de dominação masculina contemporâneas que podem ou não substituir o patriarcado, formas que também subjetivam homens, ou sociedades que estão fora da lógica do patriarcado. Dominação esta que produz formas de homofobia como o caso de Paulo, que produz a norma de uma identidade e gênero como no corpo de Vanessa, e que reforça que Isabela se mantenha em um modelo de relação que reitera um modelo de relação entre dominante e dominado/a.

A sexualidade constituiu-se como um dispositivo histórico do poder (FOUCAULT, 1988) o que se assemelha a constituição do racismo e do sexismo (MISKOLCI, 2009). O sujeito que não pode ter uma legitimidade em assumir um lugar social, acaba por ocupar um espaço de patologia. E como destaca Medrado (2004) e

Sarti (2009), ao invés de procurar os culpados, é preciso identificar como se institucionalizam e como se atualizam as relações de gênero na tensão entre os espaços públicos e privados. O que não implica em um não investimento da responsabilidade individual como o reconhecimento da violência de gênero, o que permite reconhecer que a dinâmica social perpassa não só as relações entre homens e mulheres, mas entre mulheres e mulheres, entre homens e homens e de uma forma geral nos homens e nas mulheres.

O corpo não pode se tornar só texto de uma política pública, quando na verdade ele é produzido por várias instituições e dispositivos tecnológicos. Práticas higienistas e normalizadoras ainda compõem o tecido da política pública de assistência social, não só pelo que se escreve e regula, mas também pelo resquício das práticas que se mantêm, o que confere a organização social em torno da sexualidade e modelos de relação que foram se construindo. Por isso, as normas são reiteradas, uma vez que precisamos de identidade para reivindicar e ser sujeito de políticas públicas. É preciso abrir espaço para novas construções teóricas que resgatem o caráter plural, polissêmico e crítico das leituras feministas, como podemos nos inspirar neste ensaio com Wittig, Reich, Rubin, Butler, Hawarary.

As políticas assistências deveriam possibilitar os acessos e a autonomia dos sujeitos, conforme preconizam a expansão dos serviços. Contudo, reproduz-se, por vezes, um papel paternalista e de tutela sobre os sujeitos, estigmatizando e reafirmando papéis já estabelecidos e esperados dentro das performances de gênero que instituem masculinidades e feminilidades. Um aspecto a ser pensado é o fato de homens, geralmente, não serem colocados como responsáveis legais pelas famílias no Cadastro Único que concede o Benefício do Programa Bolsa Família, o qual tem como condicionalidade os campos da saúde e da educação (MDS, 2004), priorizando, responsabilizando e sobrecarregando as mulheres no que tange a vigilância do seu corpo reprodutivo e do corpo das crianças que vai desde os aspectos nutricionais até o aprendizado. Naturalizando, assim, o lugar da mulher como a que cabe gerir o que está na ordem do privado, doméstico. Desta forma, podemos problematizar como de certa forma se marginaliza o acesso do próprio cuidado do homem com a sua saúde que vem sendo pauta das discussões em torno da Política Nacional de Saúde do Homem – PNSH (BRASIL, 2009). Estas propostas convivem com ações de políticas públicas que convocam os homens a um “exercício da paternidade responsável” (LYRA, 2004)

ligada aos cuidados dos/as filhos/as na relação com os direitos e deveres dentro das escolas e das redes de saúde e assistência social. Existem, enfim, muitas justificativas para que os homens não sejam considerados responsáveis pela/s família/s e nem tidos como foco das práticas tradicionais da assistência social que nasceram no assistencialismo. Nesta perspectiva, os homens ficaram visualizados como sujeitos que atravancam o desenvolvimento das famílias e até mesmo da sociedade por estarem mais envolvidos como protagonistas das violências domésticas e urbanas, e vistos, na maioria das vezes, como responsáveis por sua condição de agressividade, vulnerabilidade, e até mesmo da dependência do álcool e de Substâncias Psicoativas. Porém, é importante refletir que a construção das masculinidades se dá no embate da força (FRAGA, 2000; CHECCETTO, 2004), é preciso virilidade como estratégia de defesa para agüentar a dureza do trabalho (DEJOURS, 2007; DETONI, 2010), e mais, as masculinidades se interpelam dentro de um modelo esperado de homem: o forte, o corajoso e o sexualmente insaciável (MEDRADO, 2004).

Contudo, sabemos que por mais que existam masculinidades hegemônicas construídas em diferentes locais (WELZER-LANG, 2001; DETONI, 2010), não existe uma masculinidade, mas masculinidades, que precisam ser vistas dentro da sua pluralidade (CONNELL, 2006; SEFFNER, 2004; CYPRIANO, 2008; CLÍMACO, 2008), como também não podemos condicionar a uma única forma de existir enquanto mulher que pode estar associada a estes atributos masculinos. Os atributos que cercam estas marcas da construção de gênero referenciam as possibilidades de existir enquanto homem e mulher nos diferentes contextos, como nas composições e aplicabilidades das políticas públicas, em especial nos espaços dos CRAS(s), CREAS(s) e comunidades atendidas dentro do processo de territorialização e implantação do SUAS.

Este lugar que os homens ocupam dentro da atenção das políticas públicas, com foco nas questões de gênero, vem se constituindo num campo de negociação e ocupação recente, bem como pensar nas masculinidades e feminilidades que não respondem ao modelo heteronormativo, que pode ser vislumbrado pelas identidades LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, Transexuais) que já conquistaram espaço dentro das políticas públicas. . Por isso, acreditamos na necessidade de constituir saberes teóricos que discorram sobre estes/as usuários/as e estes serviços de Assistência Social a partir dos documentos elaborados e pelas práticas produzidas dentro do SUAS. Pensando no que (im) possibilita formas de existir e marcar os corpos

dentro das performances de gênero, como os Estudos Queer, têm apontado que nem todos os corpos cabem dentro da possibilidade das identidades que dispomos, ao mesmo tempo em que a própria constituição de uma identidade não é fixa. Como se constituem estes sujeitos considerados vulneráveis, que necessitam destes atendimentos ou prioridade no serviço de assistência? A princípio os homens são considerados sujeitos com maior força física e social, os quais não dependeriam da mesma proteção que o Estado vem estabelecendo com os grupos entendidos como vulneráveis; uma vez que a sociedade é marcada pelas relações de gênero que trazem no seu cerne a hierarquia do masculino sobre o feminino, o heterossexismo, o patriarcado, a dominação masculina. Precisa-se problematizar como se constituem e se executam as políticas públicas, o que se articula nas políticas que visam às garantias propostas pelo Estado de Seguridade Social, Saúde e Previdência Social.

Referências

- AQUINO, Estela M L. "Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil". **Revista de Saúde Pública**, n. 40 (número especial), p. 121-132, 2006.
- BORDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – (PNAS, 2004) aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15/10/04, e publicada no **Diário Oficial da União** em 28/10/04; disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/publicacoes> Acesso: 18 de setembro de 2011.
- BRASIL. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, 2009. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/politica_nacional_homem.pdf Acesso: 18 de setembro de 2011.
- BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: BUTLER, J. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CECCHETTO, Fátima Regina. Corpo, masculinidade e violência. Em: _____. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004, p. 73 – 84.

CLIMACO, Danilo de Assis. Os laços homosociais entre homens: análise de *Between men: english and male homosocial desire*, de Eve Sedgwick. In: **Fazendo o Gênero 8. Corpo Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de 2008.

CONNELL, R. W. Desarrollo, globalización y masculinidades. In: CARREGA, Gloria; SIERRA, Ivador. (Coord.) **Debates sobre masculinidades: Poder, desarrollo, Políticas Públicas e Ciudadanía**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006, p.185 - 210.

CYPRIANO, Breno. Diálogos entre o Feminismo no masculino e Teoria Política. **Fazendo o Gênero 8. Corpo Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de 2008.

DEJOURS, Christophe. **A Banalização da Injustiça Social**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DETONI, Priscila Pavan. “Seguir Barragem”: (Re - Des) Construções das Masculinidades num Canteiro de Obras de uma Usina Hidrelétrica. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DIAS, Daniela Duarte. **Política pública de assistência social, entre o controle e a autonomia**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Michel Foucault; organização e seleção de textos Manoel de Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FRAGA, Alex Branco. Anatomias de consumo: investimentos na musculatura masculina. Em: **Educação & Realidade**, v. 25 nº 2 Julho Dezembro 2000, p. 135-150.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cad. Pagu*, Jun 2004, no.22, p.201-246.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Objetivos de Desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília: Autor, 2007.

LYRA, Jorge. Paternidade: sentidos, marcas e padrões sociais. Em: MEDRADO, Benedito; FRANCH, Mônica; LYRA, Jorge e BRITO, Maíra. (orgs.) **Homens: tempos, práticas e vozes**. Recife: Instituto PAPAI/Fages/ Nepo/Pagacapá, 2004.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, 2009, n.21, pp. 150-182.

MEDRADO, Benedito. Sexualidades e socialização masculina: Por uma ética da diversidade. Em: MEDRADO, Benedito; FRANCH, Mônica; LYRA, Jorge e BRITO, Maíra. (orgs.) **Homens: tempos, práticas e vozes**. Recife: Instituto PAPAI/Fages/ Nepo/Pagacapá, 2004.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2004.

MDS - Edital 2012. Acesso: <http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoescontratos/organismos-internacionais-pessoa-fisica/editais-disponiveis/edital-131-tr-42b-sagi.pdf>

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: notes on the ‘Political Economy’ of sex. In REITER, Rayna Rapp (ed.). **Toward na anthropology of women**. New York and London: Monthly Review Press, 1975. (há uma tradução para o português – feita pelo SOS-Corpo de Recife – e outra para o espanhol – Rubin, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In Nueva Antropología, vol. VIII, no. 30, México, 1986.)

RUSSO, Jane A.; ROHDEN, Fabíola; TORRES, Igor and FARO, Livi. **O campo da sexologia no Brasil: constituição e institucionalização**. *Physis* [online]. 2009, vol.19, n.3, pp. 617-636.

SARTI, Cynthia A. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima. **Rev. Sexualidad, Salud y Sociedad**, n1, 2009, pp 89-103.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário**. *Cad. Pagu* [online]. 2007, n.28, pp. 19-54.

SEFFNER, Fernando. **Fazer com Homem, Fazer com Mulher: a escorregadia masculinidade bissexual**. In: LOPES, Denilson; BENTO, Berenice; ABOUD, Sergio et al. (Org) *Imagem e Diversidade Sexual: Estudos da homocultura*. São Paulo: Nojosa, 2004, p.434-436.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos feministas Pagu**, v. 2., 2001

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E REMUNERAÇÃO FLEXÍVEL: O CASO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SEEDUC/RJ)

Vitor Hugo Fernandes de Souza

Mestrando do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ)
Professor da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) e da
Fundação de Amparo à Escola Técnica (FAETEC/SECT/RJ).

vhfsouza@gmail.com

Resumo:

O artigo discute a precarização das condições de exercício do magistério na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), no contexto da reestruturação do trabalho escolar, onde novas tarefas são impostas aos profissionais da educação, considerando as relações entre as medidas políticas estaduais e as políticas públicas na área de educação em curso no Brasil. Procura-se discutir o processo de precarização das condições de realização do trabalho docente, considerando-se não apenas a degradação da remuneração, mas também as mudanças relacionadas à política educacional fluminense na definição das condições de trabalho como um todo.

Palavras-chave: Políticas públicas, Precarização, Trabalho docente

Abstract: This article discusses the precariousness of the conditions for the exercise of the magisterium in the State Department of Education do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), in the context of the restructuring of school work, where new tasks are imposed to education professionals, whereas relations between the State policy measures and the area of public policies on education course in Brazil. The article tries to discuss the process of precariousness of the conditions of teaching work, considering

not only the degradation of remuneration, but also the changes related to educational policy of Rio de Janeiro in the definition of working conditions as a whole.

Key words: Public Policies, Precariousness, teaching work.

Reestruturação produtiva e políticas públicas

A educação como um todo e, dentro dessa, a educação formal, não é algo solto na sociedade, algo que não tenha relação ou que não seja funcional à estrutura da sociedade. Ela responde às demandas da sociedade na qual está inserida. Demandas estas que sempre expressam as correlações entre distintas forças e projetos em disputa, em cada contexto.

Na sociedade capitalista, a educação tende a servir, hegemonicamente, às necessidades e interesses deste modo de produção, cujo padrão de acumulação se modificou muito nas últimas três ou quatro décadas. Tal mudança tem provocado novos tipos de nexos e de tensões entre as demandas da acumulação capitalista e, por consequência, do mercado de trabalho e da educação escolar, o que provoca novas pressões sobre esta modalidade educacional para que se adeque às exigências desse mercado de trabalho.

Num contexto de reestruturação produtiva e globalização econômica, a produção econômica capitalista exige uma mão-de-obra mais qualificada e flexível, pronta a exercer várias funções ao mesmo tempo e a se adaptar a múltiplas tarefas, ou seja, é a lógica de acumulação toyotista substituindo a fordista, onde cada trabalhador realizava uma única tarefa especializada. Este novo padrão de acumulação exige a flexibilização das relações de trabalho e a chamada modernização do Estado, de modo a aumentar a competitividade de uma nação numa economia globalizada.

A intervenção do Estado na sociedade então sofre transformações e as políticas públicas, sendo uma expressão dessas intervenções, são diretamente afetadas.

Conforme Algebaile, Heckert e Valla (2008),

A reorientação da política social nos diferentes países é uma das consequências desse processo que melhor permite apreender as mudanças no contrato social das sociedades modernas. Afinal, essa reorientação é referenciada na aplicação de uma lógica de gestão privada e de valores do mercado na redefinição de direitos e ações que, até duas ou três décadas,

orientavam-se por pressupostos de universalização e de produção de bases para a vida social mais elevada e menos desigual.

Com a intenção de reduzir os gastos com a área social de modo a dinamizar a produção capitalista com a redução de impostos e o oferecimento de outros estímulos à produção, as políticas públicas vão gradativamente perdendo seu caráter universalista e se tornando cada vez mais seletivas, ou seja, seleciona-se somente “aqueles que precisam”. Aqueles que “não precisam” deixam de ser amparados pelas políticas públicas; o que antes era “direito” passa a ser tratado pelo Estado como “benefício” ou “vantagem”.

Neste contexto, uma das principais formas de se “sanar as contas do Estado” é “reduzir o gasto com pessoal”, onde se procura retirar direitos trabalhistas dos funcionários públicos, tais como aposentadoria integral, progressão funcional por tempo de serviço e titulação, por exemplo. Vários governos, então, instauram políticas de remuneração flexível de acordo com o “mérito” do servidor, que se aplicam às diversas áreas de atuação do Estado: saúde, segurança, educação, etc.

Neoliberalismo e políticas educacionais

A reestruturação produtiva não é um fenômeno novo, mas após a crise financeira de 2008 é possível fazer um balanço do neoliberalismo expresso no consenso de Washington (1989) e nas diretrizes da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e das suas conseqüências nas políticas públicas em educação.

Política e ideologicamente, a partir da década de 1970, mas principalmente a partir dos anos 1980, o neoliberalismo alcançou um enorme êxito, disseminando a idéia de que não há alternativa e todos devem se adaptar às suas normas. Mas os seus resultados na esfera econômica e educacional não tiveram êxito. As diretrizes neoliberais para a educação, como: realização de parcerias com fundações, ONGs, empresas e sociedade civil na esfera educacional, avaliação de desempenho do professor e das instituições escolares, tiveram e tem como função desobrigar o Estado com relação à educação e imputar responsabilidades às escolas e professores, já que, na nova lógica, se duas escolas com o mesmo orçamento por aluno tem desempenho diferentes, a responsabilidade não seria mais dos sistemas de ensino, mas das escolas e professores. Ou seja, é a lógica que diz que o problema não é a falta de recursos, mas de adequada

gestão dos mesmos, o que é condizente com a lógica de “redução de gastos” do Estado mínimo.

Um dos aspectos desta desobrigação é a descentralização administrativa da responsabilidade com a educação, expressa pela municipalização do ensino fundamental e as políticas de fundos (compensatórias), como o FUNDEFi e o FUNDEBii. O resultado foi que alguns indicadores educacionais pioraram, como o crescimento do analfabetismo funcional, além de os índices de evasão e repetência continuarem entre os mais elevados do mundo, mesmo havendo avanços no acesso à escola.

A mercantilização do ensino faz com que a gestão da escola pública se torne cada vez mais parecida com a gestão de escolas privadas, especialmente na relação capital-trabalho. Conforme assinala Gilberto Souza (2009),

Os professores passam a ser tratados com os mesmos métodos dos trabalhadores da iniciativa privada, é a proletarização completa da categoria e a destruição da carreira docente. Estabilidade no emprego, evolução funcional por tempo de serviço e titulação, hora-atividade, entre outras conquistas funcionais, começam a se tornar relíquias de um passado distante, algo desconhecido para as novas gerações de professores que ingressaram no mercado de trabalho a partir dos anos 2000. Precarização do trabalho, remuneração flexível, fixação de metas a serem atingidas pela escola, passaram a fazer parte do cotidiano do trabalho dentro da escola (2009, A proletarização do professor, p.115)

É importante lembrar que remuneração por produtividade e bonificação por metas e resultados, o que leva os trabalhadores a competirem entre si pelo bônus, são umas das bases do chamado *toyotismo*. Observamos então que é a lógica da reestruturação produtiva sendo aplicada à risca na educação pública, ou seja, os professores têm suas condições de trabalho precarizadas, como já citado acima associado às fortes perdas salariais das duas últimas décadas, assemelham cada vez mais os docentes ao proletariado em geral.

Políticas educacionais e trabalho docente

Neste contexto de reestruturação produtiva e modernização do Estado, a educação tem como função cada vez mais formar este trabalhador flexível, adaptável às múltiplas ramificações produtivas, que se proliferam com a intensificação da divisão do trabalho.

Parte-se da ideia de que, com a reestruturação produtiva vivida principalmente nas duas últimas décadas, novas demandas têm sido colocadas à educação escolar, no

que diz respeito à sua função na sociedade, impondo mudanças na gestão e organização do trabalho nas redes escolares, que trazem intensificação do trabalho docente, ampliando o seu raio de ação, inclusive a campos estranhos ao magistério, perdendo-se o foco do trabalho docente.

As políticas de arrocho salarial, implantadas por sucessivos governos desde os anos 1990, a crescente precarização das condições de trabalho, como as perdas salariais, a intensificação da jornada de trabalho para compensar as referidas perdas, a lotação das turmas, o crescimento de tarefas imputadas ao professor (a maioria não-intelectuais) vem provocando um processo chamado por muitos autores de “proletarização do professorado”, como Shiroma (2003), Enguita (1991), Frigotto (2000), entre outros, devido, além da precarização do trabalho, à natureza do trabalho do professor se distanciar cada vez mais de um trabalho intelectual para se tornar um trabalho mecânico, fabril.

Como assinala Áurea C. Costa, conforme Tumolo e Fontana (2008), a produção acadêmica sobre a temática da proletarização do professor tende a ratificar a tese de que essa categoria sofre um processo de proletarização fundamentando-se nos seguintes argumentos: 1) empobrecimento dos professores da educação básica; 2) assalariamento associado à precarização profissional; 3) perda do controle sobre o seu trabalho; 4) transformação da categoria num trabalhador coletivo, negando-se suas peculiaridades de trabalhador individual; 5) caracterização do professor como produtor de mais-valia (2009, p. 94-95).

A precarização nas condições de trabalho que atinge toda a profissão docente, é mais intensa entre os docentes da educação básica, chegando a ser noticiada pela grande mídia, como um estudo realizado pela fundação Carlos Chagas (2009), encomendado pela fundação Victor Civita, do Grupo Abril, que revela esta precarização:

Dados do Censo Escolar de 2007 (INEP/MEC) mostram a queda no número de formandos em cursos de licenciatura e a mudança de perfil dos que buscam a profissão. De 2005 a 2006, houve a redução de 9,3% de alunos formados em licenciatura. A situação é mais complicada em áreas como Letras (queda de 10%), Geografia (menos 9%) e Química (menos 7%). Faltam professores de Física, matemática, Química e Biologia.

Mais adiante, a pesquisa revela o seguinte:

O perfil socioeconômico de quem escolhe o magistério mudou nos últimos anos, sendo a maioria pertencente a famílias das classes C e D. Além disso, pelos resultados consolidados nas análises do Exame Nacional do

Ensino Médio (ENEM - INEP/MEC, 2008), são alunos que têm dificuldades com a língua, a leitura, escrita e compreensão de texto, a maioria proveniente dos sistemas públicos de ensino, e têm apresentado nas diferentes avaliações um baixo desempenho. Em resumo, trata-se de alunos que tiveram dificuldades de diferentes ordens para chegar ao ensino superior.

Estes dados são indicadores que apresentam outra face: as classes A e B não se interessam mais pelo magistério, devido à precarização. A precarização nas condições de trabalho os afastou da profissão, visto que é possível ter remuneração bastante superior em outras profissões (se é que podemos afirmar que o magistério está consolidado como uma profissão).

Poderíamos dizer então, utilizando um conceito de Bourdieu (1998), que esses novos professores possuem um *capital cultural* mais baixo do que tiveram no passado, o que compromete a qualidade da educação. Vale questionar, neste caso, se a mudança que vem ocorrendo no perfil dos que buscam o magistério da educação básica (se originando agora das classes C e D) seria um fator que facilitaria a aceitação de salários mais baixos, visto que para estes indivíduos ser professor da educação básica já representaria uma ascensão social.

Estes dados são indicadores do desprestígio social do professor da educação básica. No entanto, é preciso problematizá-los, pois que poderiam levar a crer que os problemas educacionais devem ser reputados ao professor, a sua atual origem social de baixa renda e precária formação escolar, sem levar em consideração o principal fator: as relações de trabalho precarizadas a que estes docentes são submetidos. É preciso lembrar que as relações de trabalho, portanto *após* o ingresso na carreira docente é que são principais fatores para a precarização do trabalho docente.

Outra matéria veiculada na grande mídia, publicada no site do jornal “O Globo”, no dia 20/05/2012, baseada em dados do Censo 2000 do IBGE, mostra que o magistério é a profissão de nível superior com pior salário do Brasil- em torno de R\$1800 mensais.

A precarização das condições de trabalho tem múltiplos aspectos, mas podemos exemplificar alguns:

1- Arrocho salarial, que tem levado às crescentes perdas salariais, provocando uma deteriorização das condições de vida dos docentes. [Importante falar dos regimes de trabalho]

2- Extensa jornada de trabalho, em várias unidades escolares.

3- Aumento do quantitativo de estudantes por turma, chegando a mais de 50 em muitos casos.

4- Inúmeras atividades estranhas ao seu trabalho.

5- Aumento das demandas sobre a escola: professores “substituindo” pais na educação dos filhos de pais cada vez mais ausentes, violência escolar, etc.

6- Carência de funcionários pedagógicos e administrativos, o que faz com que os professores exerçam muitas vezes a sua função.

7- Quase ausência de políticas de formação continuada para os professores

A precarização proporciona uma forte queda na qualidade do trabalho docente. A necessidade de trabalhar em várias redes de ensino e escolas para aumentar a sua renda tão rebaixada, quase impossibilita o docente de se dedicar à sua formação, ao seu aperfeiçoamento, aos estudos, ao atendimento mais individualizado aos estudantes, à elaboração de aulas diversificadas, etc. Todas estas questões são indispensáveis para o exercício do trabalho docente enquanto uma atividade intelectual.

O Caso da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro

Essas políticas vêm sendo aplicadas já, por exemplo, pelos governos estaduais de São Paulo e Rio de Janeiro com enormes semelhanças entre si. Para que os governos estaduais possam estipular metas por unidade escolar, foi preciso criar índices diagnósticos para avaliar e “premiar” os professores pela sua produtividade, de acordo com o percentual de metas atingidas, o que foi quase uma transposição do IDEBⁱⁱⁱ do MEC para as esferas estaduais.

Em São Paulo foi criado o IDESP^{iv}, no Rio de Janeiro foi criado o IDERJv, mudando apenas o “SP” por “RJ”, tendo como requisitos fundamentais o desempenho dos alunos no SARESP^{vi} em São Paulo e SAERJ^{vii} no Rio de Janeiro, que são provas que avaliam o desempenho dos alunos das redes públicas estaduais destes dois estados. No caso da rede estadual do Rio de Janeiro, os professores e funcionários têm a promessa do governo estadual de receberem o 14º, 15º ou até o 16º salário caso cumpram integralmente as metas estabelecidas pelo governo estadual.

No planejamento estratégico da SEEDUC/RJ de 2011, a política de remuneração variável fica explicitada:

Com o objetivo de valorizar os servidores da Educação, o Estado poderá investir, anualmente, cerca de R\$240 milhões. O sistema de bonificação vai recompensar os servidores da Educação por bons resultados e trabalho de equipe. É a valorização dos profissionais ligados diretamente à melhoria dos indicadores.

Para toda a equipe escolar, será implantada uma remuneração variável, com bonificação de acordo com o desempenho da unidade escolar. O servidor que conseguir atingir o limite máximo das metas poderá receber até três vencimentos-base a mais por ano. E, no mês de junho, será pago um auxílio-qualificação para utilização em bens pedagógico-culturais. São R\$500 iniciais depositados em um cartão de débito.

Fica evidente então a *flexibilização* da remuneração por meio de *gratificações* que **não** são *direitos* dos professores, de acordo com metas estabelecidas pelo Estado, e por não serem *direitos* podem ser retirados a qualquer momento pelo governo estadual, além de não incidirem sobre eles o plano de carreira, nem podem ser levados para a aposentadoria. Metas estas que são imediatistas e sem os investimentos necessários, pois pretendem colocar o estado do Rio de Janeiro entre os cinco primeiros no ranking nacional do IDEB até 2014, no fim do atual governo, já que o Rio de Janeiro amargava a penúltima colocação até 2009.

As metas da SEEDUC/RJ incluem os seguintes itens:

- Redução da evasão escolar
- Melhoria no fluxo escolar, ou seja, a taxa de aprovação dos alunos.
- Melhorar o desempenho dos alunos em avaliações externas (SAERJ- anual e SAERJINHO- bimestral).
- O lançamento de notas no sistema “on-line” da SEEDUC (conexão educação).
- Cumprimento integral do currículo mínimo de cada disciplina.

Discutamos alguns: a evasão escolar, fluxo escolar e desempenho dos alunos em avaliações externas.

A evasão escolar não se deve quase sempre, segundo comprovado por diversas pesquisas, a fatores internos à escola, mas principalmente à necessidades econômicas dos estudantes de ingressarem no mercado de trabalho para complementar a renda doméstica. Isso pode ser comprovado, por exemplo, com a inclusão menor dos negros no ensino médio no Brasil. Segundo o estudo *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, divulgado pelo IPEA (2006)

Branco e negro estão próximos quando analisada a inclusão no ensino fundamental. Há dois anos, 95,7% das crianças brancas cursavam os primeiros anos da escola. Já entre as negras, este índice era de 94,2%. Entretanto, na análise sobre a inclusão no ensino médio, as diferenças se ampliam. São 58,4% de brancos e 37,4% de negros.

Se a responsabilidade pela evasão escolar é dos professores, porque muito mais negros do que brancos abandonam a escola? Obviamente o professor não é o responsável pela evasão escolar.

A **melhoria no fluxo escolar**, que consiste em premiar aos professores onde as escolas diminuam os seus índices de repetência, o que fará com se estimule na prática as escolas a aprovarem estudantes sem condições de serem aprovados, para que estas melhorem os seus índices, contribuindo assim para “diplomar” inclusive muitos analfabetos funcionais e melhorar o “ranking” do Estado do Rio de Janeiro no IDEB.

Além disso, existem mecanismos que obrigam os professores a preencherem relatórios anuais (em muitas escolas bimestrais) para cada aluno reprovado ou rendimento baixo no bimestre, o que funciona como mais um inibidor à reprovação de alunos, dado que é extremamente trabalhoso o preenchimento desses relatórios. Este mecanismo acaba funcionando como mais uma “punição” aos “professores rigorosos”, que avaliam, e se for o caso, reprovam alguns ou muitos alunos de acordo com o seu mérito.

Essa política de coação à aprovação é mais um fator a baixar a qualidade da educação, pois após os estudantes perceberem (isso já está acontecendo) que mesmo sem aprenderem os conteúdos mínimos serão aprovados, não se empenharão em estudar. Teríamos desta forma, ótimas estatísticas quantitativas e péssima qualidade educacional. Segundo notícia veiculada no sítio da SEEDUC/RJ no dia 14/08/2012, “A rede estadual do Rio de Janeiro subiu, em apenas um ano, 11 posições, saindo da 26ª para a 15ª colocação no Ensino Médio”

Desempenho dos alunos em avaliações externas é aferido por meio da prova do SAERJ, e é elaborada por uma instituição localizada inclusive fora do Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e é comum a todos os alunos da SEEDUC/RJ, não levando em consideração as inúmeras especificidades de cada região do Estado, nem as condições socioeconômicas dos alunos da rede estadual, que é diversificado.

Dessa forma fica evidenciado que o professor é responsabilizado (visto que sua remuneração varia de acordo com isso) por fatores externos ao seu trabalho, ou seja, aplica-se uma política de salários rebaixados e oferece-se uma “compensação” (que não compensa) por meio de bonificações, que de forma alguma “valoriza” os professores.

Todos os professores, mesmo os de disciplinas que não são avaliadas pelo SAERJ (este em 2011 só contou com as disciplinas de português e matemática e em 2012 foram incluídas as de ciências, biologia, química e física) são obrigados pela SEEDUC/RJ através de uma portaria (PORTARIA SEEDUC/SUGEN Nº 174 DE 26 DE AGOSTO DE 2011) a utilizá-lo como instrumento de avaliação, o que limita mais uma vez a autonomia do professor em avaliar o seu aluno. Em vez disso, parte da avaliação dos estudantes da SEEDUC/RJ é transferida para a UFJF.

A precarização das condições de trabalho na SEEDUC/RJ

Resultados das perdas salariais das últimas décadas, segundo dados de 2010 do próprio governo estadual, SEEDUC/RJ tem o menor salário médio entre todas as Secretarias estaduais do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com salário médio mensal de R\$1.396,041, seguido da Secretaria de Saúde e Defesa Civil.

Nos últimos anos, a incorporação da gratificação do programa “Nova Escola” (outra política de remuneração variável implantada no governo Antony Garotinho [2009-2012] é computada como reajuste salarial pelo governo estadual. Além de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN nº 4782), impetrada pelo governador Sérgio Cabral, no Supremo Tribunal Federal (STF), questionar a constitucionalidade da obrigação do poder executivo em pagar os triênios aos servidores. Ou seja, isso significaria a retirada de um mecanismo regular de ampliação gradual da remuneração vinculado ao tempo de serviço, sem que se coloque no lugar nada equilibrante, o que funcionaria simplesmente então como uma retirada de direitos.

Outras medidas do governo estadual contribuem para a precarização do trabalho docente, como a não aplicação da lei 11.738/08, que trata do piso nacional do magistério e 1/3 da carga horária para atividade extraclasse. Na SEEDUC/RJ em vez de

¹ Fonte: Sistema de Administração de Pessoal - SAPE - Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos - SUBRE /SEPLAG
 CONCEITOS : Apuração pela folha de pagamento - folha normal (não inclui folhas suplementares de acertos e exercícios anteriores);
 Folha Bruta sem abatimento de remuneração para efeito de teto remuneratório legal.
 Número de servidores equivale o número de matrículas (efetivos, extra quadros (comissionados) temporários).
 DISPONÍVEL EM: http://www.planejamento.rj.gov.br/rh/estatisticas/conceito_folha_pag_normal/totais_direta_indireta_2010.pdf

1/3, os professores têm apenas 1/4 da carga horária para atividades extraclasse - imprescindíveis à boa qualidade do trabalho docente.

A lógica redução de gastos na SEEDUC tem levado esta a uma política de “otimização de turmas”, que representa o fechamento de turmas consideradas pequenas e fundi-las com outras, além do fechamento de muitas escolas noturnas da Rede estadual que provoca uma intensificação da superlotação das turmas.

A precarização das condições de trabalho na SEEDUC/RJ vem provocando uma massiva fuga de professores da rede. Somente no primeiro semestre de 2011, 2.376 professores pediram exoneração, segundo levantamento realizado pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE/RJ).

Pelo exposto acima, fica claro que a política de remuneração flexível, vinculada ao cumprimento de metas imediatistas se insere num contexto de reestruturação produtiva mundial e que a política educacional da SEEDUC/RJ não está isolada. Vários Estados brasileiros adotam tais políticas, que visam à imputação de culpa aos professores pelo fracasso escolar e desresponsabilizar assim o Estado.

Como conclusão, devemos nos questionar qual a função dos professores da SEEDUC/RJ? Visto que estes não têm o poder pleno de avaliar os seus alunos, são “estimulados” a aprovar os alunos ao máximo e cada vez mais funções estranhas (não-intelectuais) ao magistério lhes são impostas. Sem dúvida vivemos uma grave perda do controle sobre o seu trabalho e a sua transferência para os sistemas de ensino.

Referências

ALGEBAILÉ, Eveline; HECKERT, Ana Lúcia C.; VALLA, Victor. Modernização seletiva e políticas públicas no Brasil: Implicações entre reformas educacionais e recomposição da política social na periferia do capitalismo. *Sociedad Hoy*, n.15, 2008, pp. 11-23. Universidad de Concepción. Concepción, Chile. EVELINE; HECKERT, ANA LUCIA C.; VALLA, VICTOR

Modernização seletiva e políticas públicas no Brasil: Implicações entre reformas. *A ATRATIVIDADE DA CARREIRA DOCENTE NO BRASIL*. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2009. p 14-15

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Áurea. Entre a dilapidação moral e a missão redentorista: o processo de alienação no trabalho dos professores do ensino básico brasileiro. In: A proletarização do professor: neoliberalismo na educação. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2009.

ENGUITA, Mariano F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização.

Teoria & Educação. Porto Alegre, n.4, p.41-61, 1991.

FRIGOTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000

IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. In: Sociologia para o Ensino Médio, p.92. TOMAZI, Nelson Dacio. 2. Ed.-São Paulo: Saraiva, 2010.

SOUZA, Gilberto. Das luzes da razão à ignorância universal. In: A proletarização do professor: neoliberalismo na educação. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2009.

SHIROMA, Eneida, Oto. O eufemismo da profissionalização. In: MORAES, Maria Célia Marcondes (org.) Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e as políticas de formação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Sistema de Administração de Pessoal - SAPE - Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos - SUBRE /SEPLAG/RJ

Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE/RJ) – Documento do SEPE sobre o plano de metas. In: www.seperj.org.br

TUMOLO, P.S.: FONTANA, K.B. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. Educação e Sociedade. Campinas: v.29, nº 102, p. 159-180, jan.jun.2008.

Sites e documentos consultados:

- www.educacao.rj.gov.br
- <http://www.imprensaoficial.rj.gov.br/portal/>
- <http://oglobo.globo.com/educacao/professor-ainda-pior-salario-4954397>
- <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/553225/DLFE-37303.pdf/PlanejamentoEstrategico.pdf>
- PORTARIA SEEDUC/SUGEN Nº 174 DE 26 DE AGOSTO DE 2011

http://www.planejamento.rj.gov.br/rh/estatisticas/conceito_folha_pag_normal/totais_direta_indireta_2010.pdf

<http://www.seperj.org.br/admin/fotos/biblioteca/biblioteca24.pdf> (Documento do Sepe/RJ sobre o plano de metas)

[-http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm)

ⁱ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

ⁱⁱ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério

ⁱⁱⁱ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

^{iv} Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Estado de São Paulo

^v Índice de Desenvolvimento da educação do Estado do Rio de Janeiro

^{vi} Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

^{vii} Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E
REMUNERAÇÃO FLEXÍVEL:
O CASO DA SECRETARIA DE ESTADO DE
EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SEEDUC/RJ)**

Vitor Hugo Fernandes de Souza

Mestrando do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana
(PPFH/UERJ)

Professor da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
(SEEDUC/RJ) e da Fundação de Amparo à Escola Técnica
(FAETEC/SECT/RJ).

Rio de Janeiro, RJ, Brasil
vhfsouza@gmail.com

Resumo:

O artigo discute a precarização das condições de exercício do magistério na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), no contexto da reestruturação do trabalho escolar, onde novas tarefas são impostas aos profissionais da educação, considerando as relações entre as medidas políticas estaduais e as políticas públicas na área de educação em curso no Brasil. Procura-se discutir o processo de precarização das condições de realização do trabalho docente, considerando-se não apenas a degradação da remuneração, mas também as mudanças relacionadas à política educacional fluminense na definição das condições de trabalho como um todo.

Palavras-chave: Políticas públicas, Precarização, Trabalho docente

Abstract

This article discusses the precariousness of the conditions for the exercise of the magisterium in the State Department of Education do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), in the context of the restructuring of school work, where new tasks are imposed to education professionals, whereas relations between the State policy measures and the area of public policies on education course in Brazil. The article tries to discuss the process of precariousness of the conditions of teaching work, considering not only the degradation of remuneration, but also the changes related to educational policy of Rio de Janeiro in the definition of working conditions as a whole.

Key words: Public Policies, Precariousness, teaching work.

Reestruturação produtiva e políticas públicas

A educação como um todo e, dentro dessa, a educação formal, não é algo solto na sociedade, algo que não tenha relação ou que não seja funcional à estrutura da sociedade. Ela responde às demandas da sociedade na qual está inserida. Demandas estas que sempre expressam as correlações entre distintas forças e projetos em disputa, em cada contexto.

Na sociedade capitalista, a educação tende a servir, hegemonicamente, às necessidades e interesses deste modo de produção, cujo padrão de acumulação se modificou muito nas últimas três ou quatro décadas. Tal mudança tem provocado novos tipos de nexos e de tensões entre as demandas da acumulação capitalista e, por consequência, do mercado de trabalho e da educação escolar, o que provoca novas pressões sobre esta

modalidade educacional para que se adeque às exigências desse mercado de trabalho.

Num contexto de reestruturação produtiva e globalização econômica, a produção econômica capitalista exige uma mão-de-obra mais qualificada e *flexível*, pronta a exercer várias funções ao mesmo tempo e a se adaptar a múltiplas tarefas, ou seja, é a lógica de acumulação *toyotista* substituindo a *fordista*, onde cada trabalhador realizava uma única tarefa especializada. Este novo padrão de acumulação exige a *flexibilização* das relações de trabalho e a chamada *modernização* do Estado, de modo a aumentar a competitividade de uma nação numa economia globalizada.

A intervenção do Estado na sociedade então sofre transformações e as políticas públicas, sendo uma expressão dessas intervenções, são diretamente afetadas.

Conforme Algebaile, Heckert e Valla (2008),

A reorientação da política social nos diferentes países é uma das conseqüências desse processo que melhor permite apreender as mudanças no contrato social das sociedades modernas. Afinal, essa reorientação é referenciada na aplicação de uma lógica de gestão privada e de valores do mercado na redefinição de direitos e ações que, até duas ou três décadas, orientavam-se por pressupostos de universalização e de produção de bases para a vida social mais elevada e menos desigual.

Com a intenção de reduzir os gastos com a área social de modo a dinamizar a produção capitalista com a redução de impostos e o oferecimento de outros estímulos à produção, as políticas públicas vão gradativamente perdendo seu caráter *universalista* e se tornando cada vez mais *seletivas*, ou seja, seleciona-se somente “aqueles que precisam”. Aqueles que “não precisam” deixam de ser amparados pelas políticas públicas; o que antes era “direito” passa a ser tratado pelo Estado como “benefício” ou “vantagem”.

Neste contexto, uma das principais formas de se “sanar as contas do Estado” é “reduzir o gasto com pessoal”, onde se procura retirar direitos trabalhistas dos funcionários públicos, tais como aposentadoria integral, progressão funcional por tempo de serviço

e titulação, por exemplo. Vários governos, então, instauram políticas de remuneração flexível de acordo com o “mérito” do servidor, que se aplicam às diversas áreas de atuação do Estado: saúde, segurança, educação, etc.

Neoliberalismo e políticas educacionais

A reestruturação produtiva não é um fenômeno novo, mas após a crise financeira de 2008 é possível fazer um balanço do neoliberalismo expresso no consenso de Washington (1989) e nas diretrizes da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e das suas conseqüências nas políticas públicas em educação.

Política e ideologicamente, a partir da década de 1970, mas principalmente a partir dos anos 1980, o neoliberalismo alcançou um enorme êxito, disseminando a idéia de que não há alternativa e todos devem se adaptar às suas normas. Mas os seus resultados na esfera econômica e educacional não tiveram êxito. As diretrizes neoliberais para a educação, como: realização de parcerias com fundações, ONGs, empresas e sociedade civil na esfera educacional, avaliação de desempenho do professor e das instituições escolares, tiveram e tem como função desobrigar o Estado com relação à educação e imputar responsabilidades às escolas e professores, já que, na nova lógica, se duas escolas com o mesmo orçamento por aluno tem desempenho diferentes, a responsabilidade não seria mais dos sistemas de ensino, mas das escolas e professores. Ou seja, é a lógica que diz que o problema não é a falta de recursos, mas de adequada gestão dos mesmos, o que é condizente com a lógica de “redução de gastos” do Estado mínimo.

Um dos aspectos desta desobrigação é a descentralização administrativa da responsabilidade com a educação, expressa pela municipalização do ensino fundamental e as políticas de fundos (compensatórias), como o FUNDEFⁱ e o FUNDEBⁱⁱ. O resultado foi que alguns indicadores educacionais pioraram, como o crescimento

do analfabetismo funcional, além de os índices de evasão e repetência continuarem entre os mais elevados do mundo, mesmo havendo avanços no acesso à escola.

A mercantilização do ensino faz com que a gestão da escola pública se torne cada vez mais parecida com a gestão de escolas privadas, especialmente na relação capital-trabalho. Conforme assinala Gilberto Souza (2009),

Os professores passam a ser tratados com os mesmos métodos dos trabalhadores da iniciativa privada, é a proletarização completa da categoria e a destruição da carreira docente. Estabilidade no emprego, evolução funcional por tempo de serviço e titulação, hora-atividade, entre outras conquistas funcionais, começam a se tornar relíquias de um passado distante, algo desconhecido para as novas gerações de professores que ingressaram no mercado de trabalho a partir dos anos 2000. Precarização do trabalho, remuneração flexível, fixação de metas a serem atingidas pela escola, passaram a fazer parte do cotidiano do trabalho dentro da escola (2009, A proletarização do professor, p.115)

É importante lembrar que remuneração por produtividade e bonificação por metas e resultados, o que leva os trabalhadores a competirem entre si pelo bônus, são umas das bases do chamado *toyotismo*. Observamos então que é a lógica da reestruturação produtiva sendo aplicada à risca na educação pública, ou seja, os professores têm suas condições de trabalho precarizadas, como já citado acima associado às fortes perdas salariais das duas últimas décadas, assemelham cada vez mais os docentes ao proletariado em geral.

Políticas educacionais e trabalho docente

Neste contexto de reestruturação produtiva e modernização do Estado, a educação tem como função cada vez mais formar este trabalhador flexível, adaptável às múltiplas ramificações produtivas, que se proliferam com a intensificação da divisão do trabalho.

Parte-se da ideia de que, com a reestruturação produtiva vivida principalmente nas duas últimas décadas, novas demandas

têm sido colocadas à educação escolar, no que diz respeito à sua função na sociedade, impondo mudanças na gestão e organização do trabalho nas redes escolares, que trazem intensificação do trabalho docente, ampliando o seu raio de ação, inclusive a campos estranhos ao magistério, perdendo-se o foco do trabalho docente.

As políticas de arrocho salarial, implantadas por sucessivos governos desde os anos 1990, a crescente precarização das condições de trabalho, como as perdas salariais, a intensificação da jornada de trabalho para compensar as referidas perdas, a lotação das turmas, o crescimento de tarefas imputadas ao professor (a maioria não-intelectuais) vem provocando um processo chamado por muitos autores de “proletarização do professorado”, como Shiroma (2003), Enguita (1991), Frigotto (2000), entre outros, devido, além da precarização do trabalho, à natureza do trabalho do professor se distanciar cada vez mais de um trabalho intelectual para se tornar um trabalho mecânico, fabril.

Como assinala Áurea C. Costa, conforme Tumolo e Fontana (2008), a produção acadêmica sobre a temática da proletarização do professor tende a ratificar a tese de que essa categoria sofre um processo de proletarização fundamentando-se nos seguintes argumentos: 1) empobrecimento dos professores da educação básica; 2) assalariamento associado à precarização profissional; 3) perda do controle sobre o seu trabalho; 4) transformação da categoria num trabalhador coletivo, negando-se suas peculiaridades de trabalhador individual; 5) caracterização do professor como produtor de mais-valia (2009, p. 94-95).

A precarização nas condições de trabalho que atinge toda a profissão docente, é mais intensa entre os docentes da educação básica, chegando a ser noticiada pela grande mídia, como um estudo realizado pela fundação Carlos Chagas (2009), encomendado pela fundação Victor Civita, do Grupo Abril, que revela esta precarização:

Dados do Censo Escolar de 2007 (INEP/MEC) mostram a queda no número de formandos em cursos de licenciatura e a mudança de perfil dos que buscam a profissão. De 2005 a 2006, houve a redução de 9,3% de alunos formados em licenciatura. A situação é mais complicada em áreas como Letras (queda de 10%), Geografia (menos 9%) e Química (menos 7%). Faltam professores de Física, matemática, Química e Biologia.

Mais adiante, a pesquisa revela o seguinte:

O perfil socioeconômico de quem escolhe o magistério mudou nos últimos anos, sendo a maioria pertencente a famílias das classes C e D. Além disso, pelos resultados consolidados nas análises do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM - INEP/MEC, 2008), são alunos que têm dificuldades com a língua, a leitura, escrita e compreensão de texto, a maioria proveniente dos sistemas públicos de ensino, e têm apresentado nas diferentes avaliações um baixo desempenho. Em resumo, trata-se de alunos que tiveram dificuldades de diferentes ordens para chegar ao ensino superior.

Estes dados são indicadores que apresentam outra face: as classes A e B não se interessam mais pelo magistério, devido à precarização. A precarização nas condições de trabalho os afastou da profissão, visto que é possível ter remuneração bastante superior em outras profissões (se é que podemos afirmar que o magistério está consolidado como uma profissão).

Poderíamos dizer então, utilizando um conceito de Bourdieu (1998), que esses novos professores possuem um *capital cultural* mais baixo do que tiveram no passado, o que compromete a qualidade da educação. Vale questionar, neste caso, se a mudança que vem ocorrendo no perfil dos que buscam o magistério da educação básica (se originando agora das classes C e D) seria um fator que facilitaria a aceitação de salários mais baixos, visto que para estes indivíduos ser professor da educação básica já representaria uma ascensão social.

Estes dados são indicadores do desprestígio social do professor da educação básica. No entanto, é preciso problematizá-los, pois que poderiam levar a crer que os problemas educacionais devem ser reputados ao professor, a sua atual origem social de baixa renda e precária formação escolar, sem levar em consideração o principal fator: as relações de trabalho precarizadas a que estes docentes são submetidos. É preciso lembrar que as

relações de trabalho, portanto *após* o ingresso na carreira docente é que são principais fatores para a precarização do trabalho docente.

Outra matéria veiculada na grande mídia, publicada no site do jornal “O Globo”, no dia 20/05/2012, baseada em dados do Censo 2000 do IBGE, mostra que o magistério é a profissão de nível superior com pior salário do Brasil- em torno de R\$1800 mensais.

A precarização das condições de trabalho tem múltiplos aspectos, mas podemos exemplificar alguns:

1- Arrocho salarial, que tem levado às crescentes perdas salariais, provocando uma deteriorização das condições de vida dos docentes. [Importante falar dos regimes de trabalho]

2- Extensa jornada de trabalho, em várias unidades escolares.

3- Aumento do quantitativo de estudantes por turma, chegando a mais de 50 em muitos casos.

4- Inúmeras atividades estranhas ao seu trabalho.

5- Aumento das demandas sobre a escola: professores “substituindo” pais na educação dos filhos de pais cada vez mais ausentes, violência escolar, etc.

6- Carência de funcionários pedagógicos e administrativos, o que faz com que os professores exerçam muitas vezes a sua função.

7- Quase ausência de políticas de formação continuada para os professores

A precarização proporciona uma forte queda na qualidade do trabalho docente. A necessidade de trabalhar em várias redes de ensino e escolas para aumentar a sua renda tão rebaixada, quase impossibilita o docente de se dedicar à sua formação, ao seu

aperfeiçoamento, aos estudos, ao atendimento mais individualizado aos estudantes, à elaboração de aulas diversificadas, etc. Todas estas questões são indispensáveis para o exercício do trabalho docente enquanto uma atividade intelectual.

O Caso da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro

Essas políticas vêm sendo aplicadas já, por exemplo, pelos governos estaduais de São Paulo e Rio de Janeiro com enormes semelhanças entre si. Para que os governos estaduais possam estipular metas por unidade escolar, foi preciso criar índices diagnósticos para avaliar e “premiar” os professores pela sua produtividade, de acordo com o percentual de metas atingidas, o que foi quase uma transposição do IDEBⁱⁱⁱ do MEC para as esferas estaduais.

Em São Paulo foi criado o IDESP^{iv}, no Rio de Janeiro foi criado o IDERJ^v, mudando apenas o “SP” por “RJ”, tendo como requisitos fundamentais o desempenho dos alunos no SARESP^{vi} em São Paulo e SAERJ^{vii} no Rio de Janeiro, que são provas que avaliam o desempenho dos alunos das redes públicas estaduais destes dois estados. No caso da rede estadual do Rio de Janeiro, os professores e funcionários têm a promessa do governo estadual de receberem o 14º, 15º ou até o 16º salário caso cumpram integralmente as metas estabelecidas pelo governo estadual.

No planejamento estratégico da SEEDUC/RJ de 2011, a política de remuneração variável fica explicitada:

Com o objetivo de valorizar os servidores da Educação, o Estado **poderá** investir, anualmente, cerca de R\$240 milhões. O sistema de bonificação vai recompensar os servidores da Educação por bons resultados e trabalho de equipe. É a valorização dos profissionais ligados diretamente à melhoria dos indicadores.

Para toda a equipe escolar, será implantada uma remuneração variável, com bonificação de acordo com o desempenho da unidade escolar. O servidor que conseguir atingir o limite máximo das metas poderá receber até três

vencimentos-base a mais por ano. E, no mês de junho, será pago um auxílio-qualificação para utilização em bens pedagógico-culturais. São R\$500 iniciais depositados em um cartão de débito.

Fica evidente então a *flexibilização* da remuneração por meio de *gratificações* que **não** são *direitos* dos professores, de acordo com metas estabelecidas pelo Estado, e por não serem *direitos* podem ser retirados a qualquer momento pelo governo estadual, além de não incidirem sobre eles o plano de carreira, nem podem ser levados para a aposentadoria. Metas estas que são imediatistas e sem os investimentos necessários, pois pretendem colocar o estado do Rio de Janeiro entre os cinco primeiros no ranking nacional do IDEB até 2014, no fim do atual governo, já que o Rio de Janeiro amargava a penúltima colocação até 2009.

As metas da SEEDUC/RJ incluem os seguintes itens:

- Redução da evasão escolar
- Melhoria no fluxo escolar, ou seja, a taxa de aprovação dos alunos.
- Melhorar o desempenho dos alunos em avaliações externas (SAERJ- anual e SAERJINHO- bimestral).
- O lançamento de notas no sistema “on-line” da SEEDUC (conexão educação).
- Cumprimento integral do currículo mínimo de cada disciplina.

Discutamos alguns: a evasão escolar, fluxo escolar e desempenho dos alunos em avaliações externas.

A evasão escolar não se deve quase sempre, segundo comprovado por diversas pesquisas, a fatores internos à escola, mas principalmente à necessidades econômicas dos estudantes de ingressarem no mercado de trabalho para complementar a renda

doméstica. Isso pode ser comprovado, por exemplo, com a inclusão menor dos negros no ensino médio no Brasil. Segundo o estudo *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, divulgado pelo IPEA (2006)

Branco e negro estão próximos quando analisada a inclusão no ensino fundamental. Há dois anos, 95,7% das crianças brancas cursavam os primeiros anos da escola. Já entre as negras, este índice era de 94,2%. Entretanto, na análise sobre a inclusão no ensino médio, as diferenças se ampliam. São 58,4% de brancos e 37,4% de negros.

Se a responsabilidade pela evasão escolar é dos professores, porque muito mais negros do que brancos abandonam a escola? Obviamente o professor não é o responsável pela evasão escolar.

A **melhoria no fluxo escolar**, que consiste em premiar aos professores onde as escolas diminuam os seus índices de repetência, o que fará com se estimule na prática as escolas a aprovarem estudantes sem condições de serem aprovados, para que estas melhorem os seus índices, contribuindo assim para “diplomar” inclusive muitos analfabetos funcionais e melhorar o “ranking” do Estado do Rio de Janeiro no IDEB.

Além disso, existem mecanismos que obrigam os professores a preencherem relatórios anuais (em muitas escolas bimestrais) para cada aluno reprovado ou rendimento baixo no bimestre, o que funciona como mais um inibidor à reprovação de alunos, dado que é extremamente trabalhoso o preenchimento desses relatórios. Este mecanismo acaba funcionando como mais uma “punição” aos “professores rigorosos”, que avaliam, e se for o caso, reprovam alguns ou muitos alunos de acordo com o seu mérito.

Essa política de coação à aprovação é mais um fator a baixar a qualidade da educação, pois após os estudantes perceberem (isso já está acontecendo) que mesmo sem aprenderem os conteúdos mínimos serão aprovados, não se empenharão em estudar. Teríamos desta forma, ótimas estatísticas quantitativas e péssima

qualidade educacional. Segundo notícia veiculada no sítio da SEEDUC/RJ no dia 14/08/2012, “A rede estadual do Rio de Janeiro subiu, em apenas um ano, 11 posições, saindo da 26ª para a 15ª colocação no Ensino Médio”

Desempenho dos alunos em avaliações externas é aferido por meio da prova do SAERJ, e é elaborada por uma instituição localizada inclusive fora do Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e é comum a todos os alunos da SEEDUC/RJ, não levando em consideração as inúmeras especificidades de cada região do Estado, nem as condições socioeconômicas dos alunos da rede estadual, que é diversificado.

Dessa forma fica evidenciado que o professor é responsabilizado (visto que sua remuneração varia de acordo com isso) por fatores externos ao seu trabalho, ou seja, aplica-se uma política de salários rebaixados e oferece-se uma “compensação” (que não compensa) por meio de bonificações, que de forma alguma “valoriza” os professores.

Todos os professores, mesmo os de disciplinas que não são avaliadas pelo SAERJ (este em 2011 só contou com as disciplinas de português e matemática e em 2012 foram incluídas as de ciências, biologia, química e física) são obrigados pela SEEDUC/RJ através de uma portaria (PORTARIA SEEDUC/SUGEN N° 174 DE 26 DE AGOSTO DE 2011) a utilizá-lo como instrumento de avaliação, o que limita mais uma vez a autonomia do professor em avaliar o seu aluno. Em vez disso, parte da avaliação dos estudantes da SEEDUC/RJ é transferida para a UFJF.

A precarização das condições de trabalho na SEEDUC/RJ

Resultados das perdas salariais das últimas décadas, segundo dados de 2010 do próprio governo estadual, SEEDUC/RJ tem o menor salário médio entre todas as Secretarias estaduais do

Governo do Estado do Rio de Janeiro, com salário médio mensal de R\$1.396,04¹, seguido da Secretaria de Saúde e Defesa Civil.

Nos últimos anos, a incorporação da gratificação do programa “Nova Escola” (outra política de remuneração variável implantada no governo Antony Garotinho [2009-2012] é computada como reajuste salarial pelo governo estadual. Além de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN nº 4782), impetrada pelo governador Sérgio Cabral, no Supremo Tribunal Federal (STF), questionar a constitucionalidade da obrigação do poder executivo em pagar os triênios aos servidores. Ou seja, isso significaria a retirada de um mecanismo regular de ampliação gradual da remuneração vinculado ao tempo de serviço, sem que se coloque no lugar nada equivalente, o que funcionaria simplesmente então como uma retirada de direitos.

Outras medidas do governo estadual contribuem para a precarização do trabalho docente, como a não aplicação da lei 11.738/08, que trata do piso nacional do magistério e 1/3 da carga horária para atividade extraclasse. Na SEEDUC/RJ em vez de 1/3, os professores têm apenas 1/4 da carga horária para atividades extraclasse - imprescindíveis à boa qualidade do trabalho docente.

A lógica redução de gastos na SEEDUC tem levado esta a uma política de “otimização de turmas”, que representa o fechamento de turmas consideradas pequenas e fundi-las com outras, além do fechamento de muitas escolas noturnas da Rede estadual que provoca uma intensificação da superlotação das turmas.

¹ Fonte: Sistema de Administração de Pessoal - SAPE - Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos - SUBRE /SEPLAG
CONCEITOS : Apuração pela folha de pagamento - folha normal (não inclui folhas suplementares de acertos e exercícios anteriores);
Folha Bruta sem abatimento de remuneração para efeito de teto remuneratório legal.
Número de servidores equivale o número de matrículas (efetivos, extra quadros (comissionados) temporários).
DISPONÍVEL EM:
http://www.planejamento.rj.gov.br/rh/estatisticas/conceito_folha_pag_normal/totais_direta_indireta_2010.pdf

A precarização das condições de trabalho na SEEDUC/RJ vem provocando uma massiva fuga de professores da rede. Somente no primeiro semestre de 2011, 2.376 professores pediram exoneração, segundo levantamento realizado pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE/RJ).

Pelo exposto acima, fica claro que a política de remuneração flexível, vinculada ao cumprimento de metas imediatistas se insere num contexto de reestruturação produtiva mundial e que a política educacional da SEEDUC/RJ não está isolada. Vários Estados brasileiros adotam tais políticas, que visam à imputação de culpa aos professores pelo fracasso escolar e desresponsabilizar assim o Estado.

Como conclusão, devemos nos questionar qual a função dos professores da SEEDUC/RJ? Visto que estes não têm o poder pleno de avaliar os seus alunos, são “estimulados” a aprovar os alunos ao máximo e cada vez mais funções estranhas (não-intelectuais) ao magistério lhes são impostas. Sem dúvida vivemos uma grave perda do controle sobre o seu trabalho e a sua transferência para os sistemas de ensino.

5- Referências

ALGEBAILLE, Eveline; HECKERT, Ana Lúcia C.; VALLA, Victor. Modernização seletiva e políticas públicas no Brasil: Implicações entre reformas educacionais e recomposição da política social na periferia do capitalismo. *Sociedad Hoy*, n.15, 2008, pp. 11-23. Universidad de Concepción. Concepción, Chile.

A ATRATIVIDADE DA CARREIRA DOCENTE NO BRASIL. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2009. p 14-15

BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Áurea. Entre a dilapidação moral e a missão redentorista: o processo de alienação no trabalho dos professores do ensino básico brasileiro. In: A proletarização do professor: neoliberalismo na educação. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2009.

ENGUITA, Mariano F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização.

Teoria & Educação. Porto Alegre, n.4, p.41-61, 1991.

FRIGOTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000

IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. In: Sociologia para o Ensino Médio, p.92. TOMAZI, Nelson Dacio. 2. Ed.-São Paulo: Saraiva, 2010.

SOUZA, Gilberto. Das luzes da razão à ignorância universal. In: A proletarização do professor: neoliberalismo na educação. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2009.

SHIROMA, Eneida, Oto. O eufemismo da profissionalização. In: MORAES, Maria Célia Marcondes (org.) *Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e as políticas de formação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Sistema de Administração de Pessoal - SAPE - Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos - SUBRE /SEPLAG/RJ

Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE/RJ)

- Documento do SEPE sobre o plano de metas. In: www.seperj.org.br

TUMOLO, P.S.; FONTANA, K.B. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. Educação e Sociedade. Campinas: v.29, nº 102, p. 159-180, jan.jun.2008.

Sites e documentos consultados:

- www.educacao.rj.gov.br

- <http://www.imprensaoficial.rj.gov.br/portal/>

- <http://oglobo.globo.com/educacao/professor-ainda-pior-salario-4954397>

- <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/553225/DLFE-37303.pdf/PlanejamentoEstrategico.pdf>

- PORTARIA SEEDUC/SUGEN Nº 174 DE 26 DE AGOSTO DE 2011

http://www.planejamento.rj.gov.br/rh/estatisticas/conceito_folha_pag_normal/totais_direta_indireta_2010.pdf

<http://www.seperj.org.br/admin/fotos/biblioteca/biblioteca24.pdf>
(Documento do Sepe/RJ sobre o plano de metas)

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm

i Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

ii Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério

iii Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

iv Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Estado de São Paulo

v Índice de Desenvolvimento da educação do Estado do Rio de Janeiro

vi Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

vii Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro

A PROTEÇÃO SOCIAL NOS PAÍSES DO MERCOSUL¹

Lucia Cortes da Costa

Docente no Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas – UEPG
cortesluci@gmail.com

Resumo:

No texto apresenta-se uma caracterização das mudanças recentes na proteção social nos países do Mercosul, depois das reformas liberais dos sistemas de seguridade social na década de 1990. Aborda especialmente as mudanças na seguridade social brasileira. Sem a pretensão de fazer um estudo comparado, coloca a referencia regional para analisar as mudanças na seguridade social nos países do Mercosul. Na primeira década do século XXI houve incremento de políticas de combate à pobreza na região, centrado em programas de transferência de rendas, mas o ponto de inflexão pode ser identificado no abandono do discurso neoliberal, valorizando a articulação entre política econômica e política social. Há dados que indicam uma redução na desigualdade social na região, no entanto, ainda é grave a situação de vida de amplos segmentos da população dos países da América do Sul.

Palavras-chave: proteção social, direitos sociais, desigualdade social.

Abstract:

The text presents some points concerning current changes in the model of social protection in the Mercosul countries. Also it shows a reflection about the consequences of neoliberal proposals in these countries with regards to the system of social security in 1990s. Particularly, the paper asserts the main changes in relation to Brazilian social security. The main intention it is not to produce a comparative piece of paper with regards to the social security. Differently, it intends to show the regional distinctions in the South America countries. In the first decade of XXI century there was a development of social policies to face poverty in the region although these actions were centred in programs of relocation of income. However, the point of inflection of all of this can be found in the idea of the abandonment of neoliberal postulations with the recovery of the link between economic politics and social politics. Data from recent researches point out a reduction in the inequality situation in the region. Nevertheless, it is large the situation of poverty conditions from South America people.

Key words: social protection – social rights –inequalities

¹ Vinculado ao Projeto de pesquisa financiado com Bolsa produtividade/ CNPq: As possibilidades e contradições de uma agenda social no Mercosul (2011-2015)

1) Apresentação:

A proteção social, inserida na agenda pública após as lutas dos trabalhadores pelo voto universal, faz parte das conquistas civilizatórias e evidencia as contradições entre a lógica da acumulação do capital e a redistribuição da riqueza socialmente construída. A democracia nos países ocidentais levou a expansão da cidadania, incluindo diferentes dimensões dos direitos nas esferas individuais e coletivas. Conforme Marshall (1967) a cidadania inclui os direitos civis que protegem a liberdade do cidadão diante do poder do Estado; os direitos políticos que garantem a participação na vida pública e no Estado; os direitos sociais que garantem proteção diante dos riscos advindos da incerteza do mercado laboral e da fragilidade da proteção privada, especialmente na esfera familiar. Como dever do Estado o direito do cidadão à proteção social pública efetiva-se por meio de um conjunto de políticas sociais.

No século XX o Estado ampliou sua capacidade de regulação nas esferas econômicas e sociais. Um conjunto de serviços sociais passou a ser realizado pelos governos, levando a ampliação da administração pública. Para custear essa expansão da máquina pública e das políticas sociais houve também a ampliação da base tributária. A imposição de controles sobre os rendimentos do capital e do trabalho expandiu a tributação sobre a produção e o consumo. O Estado passou a contar com fundos públicos que favoreceram os investimentos produtivos e na infraestrutura social, elevando a produtividade da economia. Nos países desenvolvidos, os acordos políticos entre investidores e trabalhadores garantiram um período de crescimento econômico, elevação do bem-estar e do consumo das famílias, favorecendo a legitimidade da ordem social capitalista. Esse período foi considerado como “época de ouro” do capitalismo estabelecido a partir do pacto fordista. (COSTA, 2006)

Após 1950, desenvolveu-se nos países ocidentais a experiência do Estado de bem-estar. O desenvolvimento de um sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores favoreceu o assalariamento da força de trabalho, a criação de benefícios assistenciais reduziu os riscos da pobreza. A expansão dos serviços de educação e saúde melhoraram as condições de reprodução da força de trabalho. Nos países com instituições democráticas, a universalização da cobertura das medidas de bem-estar reduziu a desigualdade social. No entanto, em países com regimes autoritários, a proteção social pública foi destinada para setores das classes trabalhadoras incluídos no mercado formal de trabalho, adquirindo um caráter corporativo. Nos países da América do Sul, com uma história de governos autoritários e economias subdesenvolvidas, em razão da não universalidade da proteção social, houve

elevação da desigualdade entre os diferentes segmentos das classes trabalhadoras. Registrou-se a melhora nos padrões de vida dos trabalhadores urbanos inseridos na proteção social pública e a permanência de situações de pobreza nos segmentos mais precarizados da economia informal e da atividade rural. No Brasil, somente após a Constituição Federal de 1988 houve a expansão da proteção social pública com a universalização do direito à saúde e à educação. A previdência social continua como um seguro social contributivo e a assistência social têm critérios de acesso ligados à situação de necessidade, exigindo prova de meios. Na economia informal o trabalho precário contrasta com setores protegidos do funcionalismo público e do mercado formal. Argentina e Uruguai países considerados por Mesa-Lago (1985) como pioneiros na universalização do direito à educação e com um sistema mais abrangente de proteção social, promoveram reformas liberais na seguridade social diante da crise da década de 1990. Paraguai com uma sociedade marcada pelo autoritarismo das elites locais não logrou construir um sistema de proteção social público universal, mantendo elevado grau de pobreza. No século XXI o desafio para os países do Mercosul é reduzir a desigualdade social e erradicar a pobreza, o que exige além do crescimento econômico, medidas de universalização da proteção social pública.

2) Aspectos metodológicos da pesquisa

A pesquisa bibliográfica fundamenta a reflexão teórica sobre a proteção social na sociedade capitalista, considerando as transformações nas esferas da economia, das instituições públicas, das mudanças sociais e na família. A construção de um modelo descreve as características gerais de um fenômeno, permitindo estabelecer parâmetros de comparação. A partir dos trabalhos de Titmus e Marshall, nas décadas de 1950-60, com os estudos comparados foi possível estabelecer parâmetros para agrupar os países com características semelhantes e analisar os diferentes sistemas de proteção social.

Na América Latina, as análises Carmelo Mesa-Lago (1985, 2006) e vários trabalhos da CEPAL, identificaram as principais características dos modelos ou regimes de proteção social. Mesa-Lago (1985) agrupou os diferentes países e modelos de bem-estar a partir do período de seu surgimento. Ele considera como os países pioneiros o Brasil, Uruguai, Argentina e Chile que desenvolveram sistemas de proteção social nas primeiras décadas do século XX. O Paraguai é classificado como tardio na adoção de medidas de bem-estar porque não criou um sistema público de proteção social.

Na década de 1990 ganhou destaque as pesquisas de Gosta Esping-Andersen (1991, 2011), ao agrupar os diferentes países conforme as características dos regimes de bem-estar. De forma geral, estabeleceu uma tipologia com três regimes de bem-estar a partir da atuação do Estado, família e mercado de trabalho. Os regimes liberais são identificados pela atuação residual do Estado na proteção social e pela forte atuação do mercado. Os Estados Unidos da América do Norte é o país considerado como o modelo típico de regime liberal. Os regimes conservadores têm como característica a forte atuação da família na provisão do bem-estar e a atuação do Estado com características corporativas ao proteger o trabalhador do mercado formal. O modelo Alemão é considerado conservador nessa análise. O regime socialdemocrata é caracterizado pela forte atuação do Estado com a universalização da proteção social pública. O modelo de bem-estar da Suécia foi considerado como socialdemocrata. Embora o próprio autor assevere que na realidade não é possível fazer uma separação rígida nos modelos de Estado de bem-estar, em todos os casos há sempre uma relação entre programas de caráter universal, outros de caráter contributivo e outros focalizados e assistenciais. O que difere um modelo de outro é a amplitude e foco de atuação da proteção social pública. A família segue como a base da proteção social privada que, num sistema capitalista, busca os meios para prover suas necessidades através da inserção no mercado de trabalho. Apesar das várias críticas que o autor recebeu, especialmente dos movimentos feministas, sua análise passou a ser um parâmetro adotado para o estudo dos modelos de proteção social.

Na discussão sobre as mudanças recentes dos modelos de proteção social dos países do Mercosul, considera-se como variáveis da pesquisa a ampliação ou restrição de acesso a seguridade social, os aspectos contributivos e não contributivos dos benefícios. Os dados da legislação e do aporte de recursos públicos são importantes para analisar o modelo de proteção social. A pesquisa da legislação, os dados de Institutos de Pesquisas e órgãos oficiais dos governos dos países da região fornecem parâmetros para análise. Ao considerar os aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos, o estudo tem um caráter interdisciplinar por incorporar a contribuição de diferentes áreas do conhecimento.

3) A proteção social na sociedade capitalista

Os riscos decorrentes do assalariamento da força de trabalho estão na origem da seguridade social. A incerteza do futuro foi reduzida pelos sistemas de seguridade social gerando um ambiente propício para a produção capitalista, controlando o grau de conflitos

entre trabalhadores e empregadores com a regulação estatal. A previdência social pode ser concebida como uma propriedade social dos trabalhadores já que é financiada também por meio de suas contribuições, fornece garantias contra os riscos a que estão submetidos numa economia de mercado. (CASTEL, 2005)

A incerteza presente na economia de mercado fez surgir a demanda por seguridade social e ampliou a proteção social para além das esferas privadas. Com os conflitos sociais o Estado passou a assumir responsabilidades diante da situação de pobreza e insegurança dos trabalhadores. Essa atuação do Estado favoreceu a coesão social e reduziu os conflitos, permitindo um ambiente propício para a produção capitalista e a legitimidade do regime de assalariamento da força de trabalho e da propriedade privada. No entanto, a política social não subverte a lógica do mercado, apenas regula as situações de conflitos e realiza a socialização da reprodução da força de trabalho no nível de desenvolvimento exigido pela produção. Conforme Adelantado, Noguera e Rambla²

Lãs políticas sociales, serían, por tanto, uno de los factores primordiales que contribuyen al proceso de estructuración de las sociedades del capitalismo avanzado: surgen de la estructura social a la vez que contribuyen a configurar la misma.

As políticas sociais são campos de intervenções do Estado para efetivar os direitos sociais das classes trabalhadoras. A relação entre direitos sociais e assalariamento da força de trabalho é considerada por Castel (2005, p.33) “*É, sobretudo uma sociedade na qual a imensa maioria da população tem acesso à cidadania social, primordialmente, a partir da consolidação do estatuto do trabalho*”. Ainda, conforme Castel (2005), na sociedade capitalista constituiu-se a propriedade social como uma garantia para aqueles que não são proprietários. Vejamos sua análise:

Poderíamos caracterizar a propriedade social como a criação de equivalentes sociais das proteções que anteriormente somente eram propiciadas pela propriedade privada. Suponhamos, por exemplo, a aposentadoria. Em termos de segurança, a aposentadoria poderá rivalizar com a renda assegurada pelo patrimônio da pessoa. A aposentadoria trouxe, portanto uma solução a uma das manifestações mais trágicas da insegurança social, a situação do trabalhador idoso que não podia mais trabalhar e corria o risco da decadência total e o recurso obrigatório a formas aviltantes

² José Adelantado, José Antonio Noguera y Xavier Rambla. **CAMBIO EN EL ESTADO DEL BIENESTAR. Políticas sociales y desigualdades en España.** Disponível em <http://www.mag-politicassociales.cl/documentos/adelantado.pdf> Acesso em 20 de agosto de 2011.

de assistência, como o asilo. Mas a aposentadoria não é uma medida de assistência. Ela é um direito criado a partir do trabalho. Ela é a propriedade do trabalhador, constituída não segundo a lógica do mercado, mas através da socialização do salário: uma parte do salário retorna em benefício do trabalhador (salário indireto). Poderíamos dizer que é uma propriedade para a segurança, que garante a segurança do trabalhador fora do trabalho. (CASTEL, 2005, p. 33/34)

Na segunda metade do século XX, o trabalhador assalariado passou a contar com certas garantias, conforme Esping-Andersen (2011) houve um processo de desmercadorização da força de trabalho. O trabalhador, assegurado com proteção social pública, não está totalmente submetido ao mercado, podendo contar com uma renda nas situações em que está impedido, de forma temporária ou permanente, de participar do mercado laboral. O acesso à renda na economia capitalista é fundamental para a sobrevivência, uma vez que o consumo é mediado pelas relações de mercado. Como a principal fonte de renda das classes trabalhadoras é o salário, nas situações de desemprego ou impedimentos para o trabalho assalariado, coloca-se a necessidade da proteção social pública, através dos mecanismos de transferências de rendas do sistema de pensões, aposentadorias, seguro desemprego ou da assistência social. A expansão da cidadania com a inclusão do direito social, no século XX, permitiu o pacto entre as classes sociais, com controles do Estado sobre o capital na exploração do trabalho. (MARSHALL, 1967) Para Esping-Andersen, foi durante as décadas de 1960 e 70 que de fato as instituições do Estado de bem-estar foram consolidadas.

Fue entonces cuando surgió una importante protección al trabajador y una fuerte regulación del mercado de trabajo, cuando se afirmó plenamente la ciudadanía social. Y fue entonces cuando cristalizaron los rasgos fundamentales de los estados del bienestar. (ESPING-ANDERSEN, 2011, p. 13)

A economia capitalista é fundamentada no assalariamento da força de trabalho e na legitimidade da propriedade privada. No entanto, é preciso considerar o sistema de poder político entre as classes sociais em cada sociedade. As normas relacionadas aos direitos sociais e do trabalho têm particularidades em cada Estado. Considerando aspectos culturais, históricos e políticos, cada sociedade define a forma de organização do sistema de proteção social pública. O desenvolvimento dos sistemas de proteção social levou a elaboração das teorias sobre os modelos ou regimes de bem-estar. O modelo contributivo da Alemanha, com os seguros criados por Bismarck no final do séc. XIX e, os modelos universais, não contributivos, inspirados no relatório de Beveridge, Inglaterra, após a segunda guerra mundial. Os modelos liberais dos países anglo-saxão com maior participação do mercado.

Autores relacionam o surgimento da seguridade social ao assalariamento da força de trabalho e aos processos de industrialização e urbanização das sociedades ocidentais, Claus Offe (1984); Castell (2005); Fleury (1994). Inicialmente, a seguridade social foi organizada como um sistema para proteger o homem assalariado, que era o provedor da família. Num modelo de sociedade em que a mulher estava restrita aos espaços privados do domicílio, com tarefas vinculadas aos cuidados dos membros da família, desenvolvendo um trabalho não remunerado que, no entanto, é fundamental para o bem-estar. No entanto, após a década de 1960, nos países ocidentais, as lutas feministas pela igualdade de direitos favoreceram a expansão da participação das mulheres no mercado de trabalho. Ao assumir funções dentro do mercado de trabalho, a mulher deixou de estar restrita a esfera privada e domiciliar. As tarefas de cuidar foram colocadas como demandas para a sociedade e o Estado passou a assumir responsabilidades no atendimento de crianças pequenas via creches e escolas, de adultos enfermos nos centros de cuidados e dos idosos nas instituições de abrigo. Embora em muitos países exista uma rede de instituições que dão suporte aos cuidados, a família segue sendo um espaço importante na provisão do bem-estar de seus membros e a principal responsável pelos cuidados de crianças e idosos. Apesar das lutas das mulheres, elas ainda têm uma sobrecarga nos trabalhos de cuidados na família. As mudanças sociais na instituição família, a maior autonomia das mulheres redefiniu as relações de poder nos domicílios e teve impactos nos sistemas de bem-estar. Outro fator importante foi a mudança demográfica, o envelhecimento da população em razão da maior longevidade e queda da fertilidade. As mulheres, especialmente aquelas inseridas no mercado de trabalho, retardaram a maternidade e em alguns casos optaram por não terem filhos. Assim, conforme Esping-Andersen (2011), a proteção social é historicamente relacionada ao mercado de trabalho e ao modelo de organização familiar. Ao mudar o padrão de organização familiar e do mercado de trabalho houve impactos nos modelos de bem-estar e nas tarefas do Estado diante das demandas sociais de proteção pública.

Autores marxistas colocam que a crise do Estado de bem-estar é decorrente das lutas políticas entre capital e trabalho, há uma ofensiva contra os direitos sociais num contexto de internacionalização da produção, do consumo e das finanças. NAVARRO (2009) reforça em sua análise o peso dos fatores políticos e econômicos na crise do Estado de bem-estar, o acirramento das lutas de classe com uma ofensiva do capital contra os direitos do trabalho. Nesse sentido o sistema de proteção social pública é um espaço em que se evidenciam conflitos de classe, a busca da redistribuição da riqueza socialmente produzida e a lógica de

acumulação do capital. A partir da década de 1980 o capital financeiro tornou-se um fator para o agravamento da situação fiscal do Estado. Os bancos deixaram de atuar preferencialmente no financiamento da esfera produtiva para fazer a gestão de fundos de investimentos e especular com a dívida pública. Parte dos recursos públicos foi colocada para pagar os juros da dívida pública, reduzindo a capacidade fiscal dos Estados no financiamento do sistema de bem-estar e nos investimentos em infraestrutura.

A busca de elevar a competitividade das empresas numa economia globalizada serviu de argumento para baixar o preço dos salários e reduzir as garantias do contrato de trabalho. Nesse contexto as ideias liberais ganham força, houve privatizações de setores antes controlados pelo Estado, especialmente na infraestrutura (telefonía, energia, transportes) e ampliação do mercado para serviços (educação, saúde, previdência). Os governos promoveram reformas liberais que ampliaram a liberdade dos capitais e da ação do mercado, numa lógica de redução dos direitos sociais. Conforme Pisarello (2011) há um ataque sistemático aos direitos constitucionais de proteção social na Europa e na América Latina.

En América Latina, por ejemplo, la ilusión de que las libertades civiles y políticas podían sobrevivir a una Constitución económica que, si bien había contenido la inflación, también había abierto de manera indiscriminada la economía a la libre circulación de capitales, bienes y servicios, aumentando las desigualdades y la exclusión, se desvaneció a partir de los años noventa.(PISARELLO, 2011, pg.197)

4) A seguridade social nos países do Mercosul

O Brasil, Argentina e Uruguai, na análise de Mesa-Lago (1985, 2006), inserem-se no grupo de países pioneiros na construção de um modelo de proteção social na América Latina. Segundo Fleury (1994) no final do século XIX a Argentina, o Brasil e Uruguai já contavam com sistema de pensões para as forças armadas, posteriormente para trabalhadores públicos civis e, no caso do Uruguai e Argentina, incluía também os professores.

No início do sec. XX, a seguridade social no Brasil, Argentina, Uruguai, foi organizada em sistemas contributivos e protegendo uma força de trabalho masculina e urbana. O sistema de pensões e aposentadorias teve início a partir da criação de “Caixas” com a contribuição dos trabalhadores e empregadores, num sistema de mutualidades. Nesse início a participação do Estado era residual, prevalecia o modelo de autoproteção vinculando os trabalhadores e seus empregadores. O caráter corporativo dos sistemas de seguridade social foi constatado pela literatura ao analisar a cobertura e regras de inclusão de categoria de

trabalhadores. A classe trabalhadora urbana e o funcionalismo público foram protegidos pelo sistema previdenciário, já os trabalhadores rurais, domésticos, autônomos e aqueles da economia informal ou excluídos do mercado de trabalho, contavam com benefícios de caráter assistencial. Somente com a expansão do operariado urbano, profissionais liberais e do corpo de funcionários civis do Estado a demanda por proteção social entrou na agenda política. O Estado assumiu maior protagonismo na organização dos sistemas de previdência social, saúde e assistência social, embora mantendo o financiamento a partir das contribuições dos trabalhadores e empregadores. A proteção social passou a fazer parte da política de Estado como forma de garantir legitimidade ao governo e reduzir os conflitos entre capital e trabalho, favorecendo a modernização da sociedade na busca de alteração do modelo agrário para o urbano, com o desenvolvimento da indústria.

Enquanto a previdência regula-se por uma relação de direito vinculado ao trabalho e à prévia contribuição, com garantias jurídicas, a assistência social prevê um benefício vinculado a uma avaliação da carência, da necessidade. Na área assistencial era forte a atuação das entidades religiosas, o Estado atuava de forma subsidiária, como apoio ao setor filantrópico. A previdência adquiriu um caráter de solidariedade de classe e, a assistência permanecia como caridade e ajuda. Assim, na construção do modelo de bem-estar nos países da região, os benefícios assistenciais adquiriram caráter clientelista e os direitos previdenciários um caráter corporativo. O sistema de seguridade social ao proteger os trabalhadores dos setores mais dinâmicos não teve forte impacto na redução da desigualdade social nesses países. Pode-se afirmar que o modelo de proteção social nos países da região³ seguiram as características dos seguros contributivos, organizados de forma corporativa para trabalhadores urbanos da economia formal e do setor público, excluindo os setores mais pobres das classes trabalhadoras. O uso político das medidas de proteção social favoreceu o surgimento de líderes populistas na região. Nos períodos das ditaduras a manipulação dos mecanismos de proteção social serviu como instrumento para legitimar os governos autoritários. O controle e uso dos fundos de previdência permitiu ao Estado a formação de poupança interna, garantiu investimentos em infraestrutura.

No Brasil, somente na década de 1970 os trabalhadores rurais, autônomos e os domésticos foram inseridos na proteção previdenciária, no entanto, com regras diferenciadas de contribuição e benefícios. No Uruguai e Argentina o modelo de proteção social era mais

³ Brasil, Uruguai e Argentina.

abrangente, mas também estava voltado para o objetivo de modernizar a sociedade e fomentar a industrialização.

A partir do final da década de 1970 também se registrou a inclusão das mulheres no mercado de trabalho nos países do Mercosul. Nesses países a desigualdade de gênero no mercado de trabalho é evidente. As mulheres têm menores rendimentos que o dos homens para as mesmas funções e estão mais expostas ao trabalho informal. Com a queda da fertilidade no Uruguai, Argentina e Brasil⁴, houve um processo de envelhecimento da população a partir da década de 1980, as mudanças demográficas afetaram o sistema de bem-estar. O Paraguai é o país da região em que não houve envelhecimento, é grande a presença de crianças e jovens na população do país⁵. Nesse país, o grau de assalariamento da força de trabalho é reduzido, registra significativa presença do trabalhador rural. O sistema de seguridade social no Paraguai ainda tem baixa cobertura, abrange aos trabalhadores públicos e trabalhadores urbanos inseridos na economia formal.

O amadurecimento dos sistemas de previdência social coincidiu com a crise econômica e redução na criação de postos de trabalho nas décadas de 1980-90. Assim, houve o aumento no pagamento dos benefícios de aposentadorias e pensões, com a maior duração desses benefícios em razão da longevidade num contexto de redução empregos formais e das contribuições aos sistemas de seguridade. A crise econômica afetou os sistemas de seguridade social, elevou os déficits e favoreceu a difusão de propostas liberais de reformas com elevação da idade para aposentadorias, aumento da contribuição dos trabalhadores e critérios mais rigorosos para concessão de benefícios.

Com a Constituição Federal de 1988, a seguridade social no Brasil foi organizada a partir de três campos de direitos sociais: saúde, de caráter universal e regulamentada pelas leis

⁴ Países latinoamericanos y caribeños según los grupos de transición demográfica elaborados por CELADE. O Brasil está no **Grupo III. En transición total**. Países con un índice moderado de nacimientos y baja o moderada mortalidad que determina una tasa moderada de crecimiento de alrededor del 2%. Dado que la menor fertilidad es un fenómeno reciente, la edad de la estructura poblacional es relativamente joven aunque el ratio de dependencia ya ha disminuido. Argentina e Uruguai estão no **Grupo IV. Transición avanzada**. Países con índices de nacimiento bajos y bajos o moderados índices de mortalidad, que trasladan tasas de crecimiento bajas, aproximadamente de un 1%. Países que tienen baja fertilidad y mortalidad desde hace mucho tiempo (Argentina, Uruguay y, en menor medida, Cuba) y consecuentemente tienen una estructura poblacional en términos de edad y crecimiento similar a la de los países desarrollados. (DRAIBE y RIESCO, 2009. Anexo 1.)

⁵ **Grupo II. Transición moderada**. Países con un alto índice de nacimientos y un nivel moderado de mortalidad. Gracias a este hecho, su índice de crecimiento es aún alto, cerca del 3%. Reducir la mortalidad, especialmente durante el primer año de vida, ha tenido como consecuencia el rejuvenecimiento de la estructura poblacional, lo que también conlleva una ratio de alta dependencia. (DRAIBE y RIESCO, 2009. Anexo 1.)

8.080 e 8.142 de 1990; a assistência social, de caráter universal, porém com critérios de necessidade e avaliação de meios para o acesso a benefícios e serviços, regulamentada pela lei 8.742 de 1993; a previdência social, em caráter contributivo, regulamentada pela lei 8.213 de 1991. Apesar de a Constituição Federal prever um sistema integrado de seguridade social, Lei 8.212/91, com orçamento global, cada setor foi organizado a partir de fundos orçamentários e com aportes institucionais específicos.

A crise fiscal do Estado brasileiro levou ao contingenciamento dos gastos do orçamento da seguridade social. Em 1994, com a criação do Plano Real e das medidas de controle da inflação, foi criado o Fundo Social de Emergência com o objetivo de aumentar a desvinculação de receitas da União. Esse mecanismo reduziu os gastos na seguridade social e foi reeditado com a denominação de DRU – Desvinculação de Receitas da União. Os investimentos na saúde foram insuficientes em relação à expansão da demanda em razão da universalização do direito, favorecendo o setor privado na venda de planos de saúde. Na assistência social, apesar da expressa previsão legal (8.472/93) de redução da idade para acesso ao benefício de prestação continuada, por iniciativa do governo federal (FHC) a idade de 67 anos foi mantida. Essa medida objetivou reduzir o acesso de idosos ao benefício assistencial. A previdência social foi alvo de reformas em 1998, EC 20/98, que alterou o critério de comprovação de tempo de trabalho para tempo de contribuição, reduzindo a concessão de benefícios sem a efetiva comprovação da contribuição do segurado. A previdência do setor público foi alterada com a exigência de tempo de contribuição e idade mínima para acesso aos benefícios de aposentadorias, estabelecimento de teto máximo para benefícios aos trabalhadores inseridos no sistema após a reforma e a criação de previdência complementar. No regime Geral da Previdência Social foi criado pela Lei 9.876/1999 o fator previdenciário, que com uma regra de ajuste do valor do benefício em razão da longevidade, desestimulou as aposentadorias precoces, ampliando o tempo de contribuição. O aumento do desemprego reduziu a contribuição e elevou os gastos da previdência social. Pode-se afirmar que na década de 1990, em razão das reformas liberais, tornaram-se mais restritivos os critérios de acesso aos benefícios e serviços da seguridade social brasileira. (COSTA, 2006)

Na década de 1980 houve, ao mesmo tempo, a retomada da democracia com o fim de governos autoritários na região e o agravamento da crise econômica, com o endividamento público. As ideias neoliberais e a ação dos governos com medidas voltadas para mercado tiveram impactos negativos nas políticas sociais e na proteção ao trabalho.

Na Argentina, as décadas de 1980 e 1990 evidenciaram a crise econômica e o ataque aos direitos do trabalho, com medidas de privatizações de empresas públicas, com demissão de trabalhadores, redução das rendas dos salários e empobrecimento de amplos setores da população. A política de abertura econômica e câmbio valorizado afetou o setor produtivo do país, com redução da atividade e do emprego industrial. (DEL VALLE, 2008)

As políticas sociais na Argentina foram afetadas pelas medidas neoliberais e com o agravamento da crise no mercado de trabalho, assumiram um caráter assistencial e focalizado. Segundo Estela Grassi (2006) houve uma desarticulação das políticas laborais e ampliação de programas e projetos assistenciais. Tal desarticulação das políticas laborais numa conjuntura de elevado desemprego favoreceu a fragmentação das políticas sociais e a desigualdade entre diferentes segmentos das classes trabalhadoras. *“A lo largo del proceso que condujo a esta situación en Argentina, la no universalidad de sus sistemas de protección social y la ineficacia de la política estatal de asistencia se hicieron evidentes y problemáticas a medida que se producían las transformaciones regresivas en las condiciones del mercado de trabajo”*. (GRASSI, 2006, pg.29) O modelo de bem-estar da Argentina foi alterado com reforma no sistema de pensões e aposentadorias (1993), foi introduzido o sistema misto de capitalização com gestão privada dos fundos previdenciários, mantendo a administração pública em caráter de repartição.

En materia de jubilaciones y pensiones, para el universo de trabajadores de la actividad pública y privada, se diseñó en 1993 un régimen mixto o, como lo denomina la Ley 24.241 “Integrado” por la administración pública (Administración Nacional de la Seguridad Social – ANSES) y compañías privadas (Administradoras de fondos de jubilaciones y pensiones – AFJP). (MANSUETI, 2010, pg. 68)

Argentina com um processo de dolarização da economia que gerou uma redução na atividade industrial e agravou o endividamento externo, elevou o desemprego e os índices de pobreza. *“Los procesos de reforma entre 1980 y 2001 han modificado dramáticamente aquella situación y, en el corto período de 15 años tanto la pobreza como la indigencia pasaron del 5,8% (1980) al 23,7% (1990) y alcanzaron, a fines de 2001 al 45,4% de la población.”* (DEL VALLE, 2008, p.71) O modelo de bem-estar da Argentina foi alterado com reforma liberal no sistema de pensões e aposentadorias (1993), reduzindo a proteção social daquele país.

O Uruguai, em 1995, promoveu reformas liberais com redução do gasto em proteção social e reforma do sistema de aposentadorias e serviços de saúde.

(...) la transformación más radical y profunda de la estructura del sistema jubilatorio fue la que se verificó en el año 1995, cuando se dejó atrás el modelo único de carácter público y de reparto, basado en la técnica de la solidaridad intergeneracional, para pasar a un sistema mixto que combina un pilar de solidaridad y reparto con componentes de capitalización y ahorro individual y administración privada. (CASTELLO, 2010, pg. 27)

Paraguai, sem contar com um sistema de proteção social abrangente, em 1993 promoveu reformas com a privatização de empresas públicas, seguiu com um modelo de monocultura e estrutura fundiária com concentração da propriedade rural, baixa capacidade de tributação da riqueza e baixo investimento em políticas sociais.

Seguindo a agenda neoliberal, o Brasil (1998), a Argentina (1993) e o Uruguai (1995) promoveram reformas nos sistemas de previdência social, com o objetivo de fortalecer o setor privado complementar, aumentar o tempo de contribuição dos trabalhadores e a idade para aposentadoria. Argentina e Uruguai promoveram reformas estruturais na previdência social com a ampliação do sistema de capitalização. O Brasil promoveu reformas não estruturais, mantendo o modelo de repartição com gestão estatal da previdência social, apesar de fortalecer a previdência complementar. (MESA LAGO, 2006) Paraguai, a proteção previdenciária no país é a mais baixa da região, em torno de 20% da população de idosos recebe algum benefício (GARCIA, 2008).

A partir da década de 1990, a proteção social na região passou a incorporar programas de transferência de renda com critérios a partir da situação de pobreza e risco social. Argentina, em 1997 as bolsas de permanência escolar para alunos carentes, 1995 a 1999 Plan Trabajar, para inserir desempregados em ocupações temporárias, em 2002 Plan Jefes/as de Hogar Desocupados, 2004 Plan Familias para inclusión. No Brasil, governo FHC, o programa Bolsa Escola (2001), Vale Gás (2002), Vale Alimentação (2002), atendia a população considerada em risco social. Governo Lula (2003) Bolsa Família. Uruguai – Plan Nacional de Atención a la Emergência Social (2005-07), Paraguai só em 2008 o Programa Tekoporã.

Na década 2000, uma virada política nos governos da região, com a eleição de Lula no Brasil e Néstor Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vazquez no Uruguai (2005) e Fernando Lugo no Paraguai (2007). Como um avanço da agenda social no processo de integração regional, o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul busca harmonizar a proteção previdenciária e garantir a cobertura dos trabalhadores migrantes nos campos da

saúde e previdência social. O acordo foi firmado em 1997, mas só entrou em vigência em 2005. (COSTA, 2009)

No Brasil ampliaram-se os benefícios não contributivos da assistência social e da previdência social rural. Os avanços com o Sistema Único de Assistência Social, Lei 12.435/2011 com ampliação dos benefícios assistenciais. Desde 2007, o Decreto Presidencial nº 6.214 ampliou a cobertura do benefício assistencial de prestação continuada (BPC), com critérios mais abrangentes na avaliação da deficiência, incluindo os parâmetros sociais na avaliação pericial.

Art. 4º, III - incapacidade: fenômeno multidimensional que abrange limitação do desempenho de atividade e restrição da participação, com redução efetiva e acentuada da capacidade de inclusão social, em correspondência à interação entre a pessoa com deficiência e seu ambiente físico e social;

Em 2011, o Decreto 7617 alterou os parâmetros para concessão do BPC para crianças e adolescentes deficientes.

Para fins de reconhecimento do direito ao Benefício de Prestação Continuada às crianças e adolescentes menores de dezesseis anos de idade, deve ser avaliada a existência da deficiência e o seu impacto na limitação do desempenho de atividade e restrição da participação social, compatível com a idade.

Com o Estatuto do Idoso, Lei 10.741/93, a idade para acesso ao benefício assistencial passou a ser de 65 anos e mais de um idoso da mesma família pode receber o benefício, não sendo considerado o valor do benefício já concedido no cálculo da renda familiar para a inclusão de outro idoso⁶. No caso de concessão de benefício assistencial em razão de deficiência, ainda não é possível uma mesma família receber mais de um benefício para outra pessoa com deficiência. No entanto, houve alteração nas regras do benefício assistencial concedido em razão da deficiência. O deficiente que entra no mercado de trabalho tem o benefício suspenso, mas caso retorne a situação anterior que deu origem a concessão, o benefício pode ser restabelecido. Pelas regras anteriores o deficiente que entrasse no mercado de trabalho não poderia ter acesso novamente ao benefício assistencial.

Na previdência social a Lei 11.718/2008 facilitou a contratação de trabalhadores por produtor rural pessoa física, para o pequeno empresário, a Lei Complementar 128/2008, essas

⁶ O valor per capita da renda famílias é de ¼ do salário mínimo, embora existam decisões judiciais que concedem o benefício com parâmetros mais amplos de ½ do salário mínimo quando há relatórios e dados que comprovem a necessidade do requerente.

medidas buscam combater a informalidade do trabalho rural e urbano. A Previdência Social brasileira, conforme dados da PNAD 2008, reduziu os índices de pobreza no país.

A recuperação da cobertura entre os trabalhadores em idade ativa, de 15 a 59 anos, que subiu de 61,7% em 2002 para 65,9% em 2008, foi acompanhada pelo registro de 81,8% dos idosos de 60 anos de idade ou mais protegidos pela rede de proteção da Previdência e Assistência Social. O impacto sobre a pobreza foi substantivo, pois 22,6 milhões de pessoas ultrapassaram a linha de pobreza em função de suas famílias receberem benefícios previdenciários, o que corresponde a 12,3% da população. (SCHWARZER, 2009, p.9)

No Regime Geral da Previdência Social no Brasil, em 2011 foi estabelecida a alíquota de 5% do salário mínimo para a contribuição das mulheres de baixa renda que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência e que estejam inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo federal (CadÚnico). Essa medida busca incluir na proteção previdenciária um segmento populacional em situação de risco, excluídas do mercado formal de trabalho e que, certamente recorrerá ao benefício assistencial quando atingisse a idade exigida para concessão.

Conforme Castello (2010), no Uruguai, após 2005, o governo de esquerda assumiu o poder político e promoveu mudanças na seguridade social, revertendo as reformas liberais de 1995. O governo promoveu reformas no sistema tributário de caráter progressivo, em 2007 instituiu pela Lei 18.241, uma pensão não contributiva para idosos acima de 65 anos que estejam em situação de pobreza. Em 2008, mudanças por meio da Lei 18.395/2008, na aposentadoria por idade com redução de 70 para 65 anos, na aposentadoria por contribuição com idade mínima de 60 anos, reduziu o tempo de contribuição de 35 para 30 anos. Flexibilizou os critérios para aposentadoria por incapacidade. Há ainda uma medida voltada para atender a questão de gênero na previdência social, com computo de tempo ficto de contribuição em razão de nascimento de filhos. *“Por último, la Ley 18.356 de 19.09.2008 modificó el régimen de comisiones de las Administradoras de Fondos de Ahorro Previsional (AFAPs), eliminando la comisión fija.”* (CASTELLO, 2010, pg. 43)

Na Argentina ampliou-se a cobertura do benefício assistencial com o Programa Famílias por la Inclusion Social, em 2009 estabeleceu a Asignación Universal por Hijo, alterou o sistema de previdência em 2008, colocando a administração no setor público. (DANANI; HINTZE, 2011) Conforme Mansueti (2010, pg. 68-69) no regime de previdência social argentino há cobertura para situações de velhice ou invalidez, pela Lei 24.241 – regime de “jubilaciones e pensiones”; benefício em razão de desemprego esta previsto na Lei 24.013;

a compensação econômica familiar – régimen de asignaciones familiares, Lei 24.714, ampliado pelo Decreto 1.602/2009 que criou a Asignación Universal Por Hijo, com cobertura para todas as pessoas menores de 18 anos de idade e estabelece condicionalidades aos pais ou tutores nas questões de educação e saúde; as obras sociais e o seguro nacional de saúde pelas leis 23.660 e 23.661. Os benefícios em razão de doenças e acidentes de trabalho estão previstos na “Ley de Contrato de Trabajo”, lei 24.557. As mudanças no sistema de aposentadorias e pensões na Argentina, em 1993 com a criação do sistema misto pela Lei 24.241, que integrava o sistema de capitalização, com administração por empresas privadas e de repartição administrado pelo setor público, foi alterado em 2008 pela Lei 26.425, transformando num único sistema com a administração pública. Com os governos de esquerda na Argentina, (Néstor e Cristina) houve uma retomada pelo Estado na administração da seguridade social, reduzindo a participação do setor privado.

No Paraguai, a Constituição dispõe sobre os direitos laborais e a seguridade social, como um sistema obrigatório e integral para o trabalhador e sua família, conforme a lei. Os serviços do sistema de seguridade social podem ser públicos, privados ou mistos, em todos os casos com a supervisão do Estado. Conforme Cristaldo M. (2010, pg. 124) os instrumentos da seguridade social são classificados em assistenciais e previdenciários. O autor coloca que há polêmicas acerca da seguridade social no Paraguai estar integrada ao direito do trabalho. *“Por tanto, en Paraguay el derecho positivo sobre seguridade social es parte del derecho de trabajo, y carece, por ello mismo, de autonomia jurídica.”* (pg. 126) Como um direito vinculado a condição de empregado, só estão incluídos no sistema de seguridade social paraguaio os trabalhadores do setor público e da economia formal. O Instituto de Previsión Social – IPS - foi criado em 1943, como uma entidade autônoma, descentralizada e autárquica, que administra o “seguro social” dos trabalhadores do setor privado e, para alguns funcionários públicos. Os trabalhadores rurais e da economia informal não contam com proteção da seguridade social e não estão incluídos no seguro social.

El asegurado en el IPS y sus derechohabientes beneficiários están cubiertos en las contingencias de enfermedad y accidente común, enfermedad y accidente de trabajo, maternidade, vejez y muerte. Por su parte, los funcionarios y empleados públicos están automaticamente afiliados a la Caja Fiscal dependiente del Ministerio de Hacienda, quienes están protegidos solo en las contingencias de vejez y de muerte, mediante las jubilaciones y pensiones. (CRISTALDO M., 2010, pg. 131)

O governo de Fernando Lugo, em 2008 criou o programa de transferência condicionada de renda, Tekoporã e instituiu programa saúde da família, de atenção básica à

saúde. A crise política no país com a destituição do Presidente Lugo (2012) evidencia a fragilidade das instituições democráticas e o peso das elites na condução da vida econômica e política do Paraguai.

A participação do Paraguai no Mercosul tem sido proveitosa no sentido do financiamento de investimentos sociais naquele país com os recursos do FOCEM – Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul. O Paraguai recebe a maior parte dos recursos do FOCEM e contribui com apenas 1% dos recursos do Fundo.

(...) dos US\$ 100 milhões depositados no Focem anualmente, o Brasil deve aportar 70% dos recursos; a Argentina 27%; o Uruguai 2%; e o Paraguai 1%. Também é permitido ao Fundo receber doações de terceiros países e organizações internacionais (CMC no 18/2005, Art. 8o). (...) Consoante o propósito de fazer frente às assimetrias intrabloco, o Paraguai e o Uruguai têm direito de utilizar até 48% e 32% anuais dos recursos do Focem referentes aos US\$ 100 milhões, respectivamente. Brasil e Argentina, por sua vez, podem sacar até 10% anualmente para investir em projetos que visem mitigar as disparidades entre os parceiros do Mercosul. (SOUZA, OLIVEIRA, GONÇALVES, 2011, pg. 10)

5) Considerações finais:

Mesmo com diferenças no modelo de proteção social e no conceito de seguridade social, a pesquisa bibliográfica e documental constatou que, na primeira década do século XXI, houve avanços na proteção social nos países da região. Uma hipótese que explica esse avanço é dada pela capacidade de organização de setores progressistas que passaram a ocupar o poder político nos governos dos países da região. Dessa forma, as pressões externas dadas pelo avanço do processo de globalização, embora ainda operem na região, foram limitadas pelas respostas dadas pelos governos dos países. Essa hipótese valora os fatores políticos internos em cada sociedade e sua capacidade de articulação regional, colocando a possibilidade de ação de atores sociais e de resistência às mudanças das instituições do Estado na área da proteção social.

Como questão em aberto está a capacidade de ampliar os empregos formais e elevar a renda do trabalho nos países da região, ainda é preocupante os índices de pobreza, especialmente no Paraguai, mas há dados que indicam uma modesta redução na desigualdade social. A capacidade de criar novos empregos com proteção trabalhista esta relacionada à capacidade de crescimento econômico, e afeta o financiamento do sistema de seguridade social que está vinculado às contribuições de empregadores e trabalhadores, além do aporte de recursos do orçamento público.

A crise nos países europeus e o baixo crescimento econômico registrado na economia mundial podem afetar negativamente os países da região. Uma estratégia dos governos da região, verificada após a crise financeira de 2008/09, foi o estímulo ao consumo e a ampliação dos gastos sociais para evitar a queda da demanda, com o objetivo de manter o nível de empregos. Nesse sentido há uma articulação entre política econômica e proteção social, a redução das desigualdades deixa de ser um resultado das políticas econômicas para ser um meio através do qual se pode alavancar o crescimento econômico.

Referências:

ADELANTADO, José; NOGUERA, José Antonio y RAMBLA, Xavier. **CAMBIOS EN EL ESTADO DEL BIENESTAR**. Políticas sociales y desigualdades en Espana. Disponível em <http://www.mag-politicassociales.cl/documentos/adelantado.pdf> Acesso em 20 de agosto de 2011.

CASTEL, R. **A insegurança social**. O que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTELLO, Alejandro. Evolución y Perspectiva del Régimen Jubilatorio em Uruguay. In: **Previdência social no Brasil e no Mercosul**. Jane Lúcia Wilhelm Berwanger, Suzani Andrade Ferraro (coords.) Curitiba: Juruá, 2010.

CEPAL. Informe Panorama Social América Latina, 2011.

COSTA, Lucia Cortes da. **Os impasses do Estado capitalista**. Uma análise da reforma do estado no Brasil. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Cortez, 2006.

COSTA, Lucia Cortes da. A agenda social do MERCOSUL: a relação Estado nacional e integração regional. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea. Rio de Janeiro: UERJ/ Faculdade de Serviço Social, 2009.

CRISTALDO M., Jorge Darío. La Seguridad Social y la Previsión Social em el Paraguay. In: **Previdência social no Brasil e no Mercosul**. Jane Lúcia Wilhelm Berwanger, Suzani Andrade Ferraro (coords.) Curitiba: Juruá, 2010.

DANANI, Claudia y HINTZE, Susana. **Protecciones y desprotecciones**: la seguridad social en la Argentina 1990-2010. Alejandra Beccaria ... [et.al.] coordinado por Claudia Danani y Susana Hintze. - 1a ed. - Los Polvorines : Universidad Nacional de General Sarmiento, 2011.

DEL VALLE, Alejandro H. **Comparando regímenes de bienestar en América Latina**. *European Review of Latin American and Caribbean Studies* 88, April 2010. P.61-76

DEL VALLE, Alejandro H. **Estado, Ciudadanía y Bienestar**. Buenos Aires: Elaleph, 2008.

- DRAIBE, Sônia M. y RIESCO, Manuel. **EL ESTADO DE BIENESTAR SOCIAL EN AMÉRICA LATINA**. Una nueva estrategia de desarrollo. Madrid: Fundación Carolina, 2009.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Revista Lua Nova**, n. 24. set/1991.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. **Fundamentos sociales de las economías postindustriales**. Barcelona: Ariel, 2011.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. PALIER, Bruno. **Los três grandes retos del Estado del bienestar**. Barcelona: Ariel, 2011.
- FLEURY, Sônia. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.
- GARCIA, Stella Mary. La protección social em Paraguay. In: **Mercosul em múltiplas perspectivas: fronteiras, direitos e proteção social**. Jussara Maria Rosa Mendes (et al) Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- GRASSI, Estela. **Políticas y problemas sociales em la sociedade neoliberal**. La outra década infame. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2006.
- MANSUETI, Hugo Roberto. Contenidos de la seguridad social em el Mercosur. In: **Previdência social no Brasil e no Mercosul**. Jane Lúcia Wilhelm Berwanger, Suzani Andrade Ferraro (coords.) Curitiba: Juruá, 2010.
- MARSHALL, T. H. **Política Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MESA-LAGO, Carmelo. **As reformas de previdência na América Latina e seus impactos nos princípios de seguridade social**. / Carmelo Mesa-Lago; tradução da Secretaria de Políticas de Previdência Social. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2006.
- MESA-LAGO, Carmelo. El Desarrollo de la Seguridad Social em América Latina. **Estudios e informes de la CEPAL**, nº 43, Santiago, 1985.
- NAVARRO, Vicenç. **Bienestar insuficiente, democracia incompleta**. 5ª ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 2009.
- NAVARRO, Vicenç; LÓPEZ, Juan Torres; ESPINOSA, Alberto Garzón. **Hay Alternativas**. Propuestas para crear empleo y bienestar social em España. 3ª ed. Madrid: Ediciones sequitur, 2011.
- OFFE, C; LENHARDT, G. Teoria do estado e política social. In: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PISARELLO, Gerardo. **Um largo Termidor**. La ofensiva del constitucionalismo antidemocrático. Madrid: Trotta, 2011.

SOUZA, André de Mello e; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; GONÇALVES, Samo Sérgio. O fundo de convergência estrutural do MERCOSUL: agendas e propostas. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Nº 5, Brasília, IPEA, 2011.

ANÁLISE DOS PROCESSOS DE DISCUSSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA NOROESTE COLONIAL TENDO COMO BASE A CATEGORIA DA IGUALDADE PARTICIPATIVA

¹ *Jean Pierre Chassot*

Mestrando em Desenvolvimento da UNIJUÍ

jeanchassot@hotmail.com

² *Sérgio Luís Allebrandt*

Prof. do Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUÍ

allebr@unijui.edu.br;

³ *Cíntia Cristina Kunz,*

Pós-graduanda em Gestão Educacional da UFSM

cintiak27@hotmail.com.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os processos de discussão dos atores envolvidos no programa Território da Cidadania do Noroeste Colonial quando implantação de políticas públicas considerando a categoria da igualdade participativa proposto pelo Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), vinculado à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). A partir dessa análise observa-se a sistemática de participação e tomada de decisão, tendo como base os critérios de análise: forma de escolha dos representantes, discurso dos representantes e avaliação participativa. Dentre as contribuições que o estudo revelou foram os desafios que o território deve enfrentar para elaboração e implementação das políticas públicas, e os avanços, uma vez que setores historicamente excluídos, como o caso dos indígenas e agricultores familiares, estarem incluídos e consideravelmente participantes do processo.

Palavras-Chave: Gestão Social; Desenvolvimento Territorial; Políticas Públicas Intergovernamentais.

ABSTRACT

This study aims to analyze the processes of discussion of the actors involved in the program of the Northwest Territory Citizenship Colonial when implementing public policies considering the category of participatory equality proposed by the Program for Studies in Social Management (PEGS), linked to the Brazilian School of Management public and Business from Fundação Getúlio Vargas (EBAPE / FGV). From this analysis we observe the systematic participation and decision making, based on criteria analysis: how to choose representatives, representatives of discourse and participatory evaluation. Among the contributions that the study revealed were the challenges that the country must face for the design and implementation of public policies, and advances, since historically excluded sectors, such as the case of indigenous peoples and farmers, are included and participants in the process considerably.

Keywords: Social Management; Territorial Development; Intergovernmental Public Policy.

INTRODUÇÃO

O Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), vinculado à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV), desenvolve no Brasil estudos teóricos orientados sob os conceitos habermasianos na ótica de cidadania deliberativa.

Cidadania deliberativa, de acordo com Tenório (2007, p. 54), significa que a “legitimidade das decisões políticas devem ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum”.

A partir destes princípios, classificados como categorias a serem observadas em avaliação de processos de participação e decisão, aborda-se no presente estudo a categoria Igualdade Participativa, que é segundo Tenório (2007, p.55) “a isonomia efetiva de atuação nos processo de tomada de decisão nas políticas públicas”, assim como seus critérios de análise: forma de escolha dos representantes, que é o método utilizado para a escolha dos representantes; discurso dos representantes, que é a valorização de processos participativos nos discursos dos representantes; e avaliação participativa, que se caracteriza como a intervenção dos participantes no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas.

Allebrandt (2010, p. 75) apoiado também em ideias de outros teóricos, aborda a questão da Igualdade Participativa como sendo o “nivelamento de oportunidades de atuação efetiva nos

processos de tomada de decisão”. A ideia se norteia, afirmando que qualquer cidadão, com informação suficiente e com acesso livre aos canais de deliberação, tem condições de influenciar as decisões tomadas via processo de deliberação.

Frente a esta situação, diante do processo de democratização instalado no país por meio da valorização de iniciativas associativas e da participação da sociedade civil organizada no planejamento e execução de políticas públicas, se faz necessário uma reflexão em torno de conceitos de gestão que se apliquem aos espaços de atuação pública não estatal e não privado, ou seja, de gestão social, que por sua vez contrapõe-se aos modelos tradicionais que se voltam aos interesses privados.

E neste contexto, que se oportuniza o estudo do Programa Territórios da Cidadania (PTC), que é uma política pública federal implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no ano de 2008 com atuação integrada com os demais órgãos ministeriais voltados à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidade de inclusão social e econômica às populações que habitam em contingentes excluídos.

O objetivo do programa segundo o MDS de é promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais nos territórios, inclusive as de gênero, raça e etnia por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contempla a integração de políticas públicas com base no planejamento territorial, a ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios, a ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania, a inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais e a valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações.

Este estudo teve como objetivo analisar o processo de gestão social e o modo como as práticas de participação acontecem no âmbito regional, envolvendo trinta e quatro municípios que integram o território, averiguando os avanços que este modelo de desenvolvimento e de governança territorial produzem em termos de cidadania nestes ambientes estudados diante das relações de poder que se estabelecem no âmbito regional a partir da observação da sistemática de participação e tomada de decisão, tendo como base os critérios de análise: forma de escolha dos representantes, discurso dos representantes e avaliação participativa.

METODOLOGIA

Partindo do objetivo do estudo empregado junto ao Programa Territórios da Cidadania do Noroeste Colonial – PTC-Norc de analisar os processos de discussão dos atores envolvidos considerando a categoria Igualdade Participativa, a pesquisa é abrangente, e é justificada pela natureza exploratória do trabalho, isto é, “realizado em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado” (Vergara, 2007, p. 47). Fundamenta-se numa epistemologia crítica, destacando-se a necessidade de um conhecimento da *práxis social* que questione as estruturas sócio-político-econômicas existentes. Para Alves-Mazzoti (1998) o pensamento crítico preocupa-se com a superação das dicotomias entre saber e agir, sujeito e objeto, e ciência e sociedade, dando ênfase aos determinantes sócios-históricos da produção do conhecimento científico.

Diferente da ciência tradicional, que se apoia na objetividade e na neutralidade, o teórico crítico assume a condição de sujeito histórico que está inserido em processo igualmente histórico que o influencia, na busca da emancipação do homem através de valores como a solidariedade e a justiça social. Adota-se, portanto, uma ontologia crítico-realista, no que se refere à dimensão da natureza do objeto a ser conhecido, entendendo que a investigação parte de uma realidade objetiva que será revelada.

Ainda, optou-se por uma metodologia que privilegiou o diálogo numa perspectiva de transformação social, favorecendo o questionamento crítico e criativo, ou seja, foram utilizadas entrevistas do banco de dados do Grupo de estudos em Gestão Social e Cidadania da Unijuí, em que os pesquisadores entrevistaram no ano de 2011, membros dos núcleos dirigentes, articuladores e demais integrantes do colegiado territorial pertencentes ao PTC-Norc. Ainda contou com uma pesquisa documental, considerando os documentos inerentes ao Programa Território da Cidadania. Os dados foram tratados qualitativamente por meio de análise de conteúdo, pois é a forma mais adequada para as pesquisas exploratórias.

GESTÃO SOCIAL: ASPECTOS CONCEITUAIS

O debate acadêmico sobre o tema gestão social se dá num contexto de drama e urgência. O agravamento de problemas sociais e as desigualdades no mundo revelam que o atual sistema econômico produz cada vez mais bilionários ao mesmo tempo em que se revela incapaz de viabilizar uma vida digna e sustentável para todos. As discussões geradas a cerca do tema, tem ganhado notoriedade ao longo dos últimos anos pela importância que as questões sociais representam para os governos dos Estados na implementação das políticas públicas.

Sachs, Lopes e Dowbor (2010) remetem a uma convergência de tensões, como o crescimento populacional acelerado, liquidação de aquíferos, contaminação de reservas planetárias

de água doce, aumento da produção de automóveis, expansão de cadeias produtivas geradoras de aquecimento climático, e a necessidade de soluções sistêmicas que viabilizem mudanças concretas no nível da consciência desses desafios.

Carrion e Calou (2008) acreditam que frente a este contexto se estabeleça mudanças concretas nos processos de tomada de decisão, priorizando a redução da desigualdade e o reequilíbrio ambiental. Enfatizam ainda, a necessidade de organizar com mais força a presença da sociedade civil neste processo.

Autores como Allebrandt (2010); Tenório (2008); França Filho (2008); Fischer (2002) defendem o estabelecimento de um modelo de gestão mais participativo através da articulação social e maior fluidez de informações entre atores e agentes locais, públicos e privados por meio do compartilhamento de poder.

Allebrandt (2010) conduz este argumento com base em duas óticas principais: a mercadocêntrica, que se defende pela supremacia do mercado como o grande condutor da sociedade, deixando o Estado apenas como responsável pelo cumprimento das leis e pela segurança, e a estadocêntrica, que considera o mercado incapaz de conduzir as relações de poder existentes na sociedade, passando essa total responsabilidade para o Estado. Entretanto, no intento de construir um modelo efetivamente cidadão o autor apresenta um novo modelo tripartite de sociedade, denominado tripé social, que defende a construção de novas relações de poder, com equilíbrio mínimo entre Mercado, Estado e sociedade civil, através de um processo permanente de concertação entre estes segmentos, pela constituição de espaços públicos que privilegie a cidadania.

Allebrandt (2010) ainda fala que a articulação deste triângulo concretiza-se pelas relações de poder, pois “o Estado exerce o poder político, o mercado exerce o poder econômico e a sociedade civil exerce o poder social”. É neste sentido, que o conceito de gestão social tem sido evocado, acentuando a importância das questões sociais tanto nas relações de trabalho nas organizações, como no na implementação de políticas públicas.

Tenório (2008) defende que esta mudança de posição muda o enfoque de quem deve ser o protagonista no processo dessas relações: a cidadania, colocando o cidadão como “[...] sujeito privilegiado de vocalização daquilo que interessa à Sociedade nas demandas do Estado e daquilo que interessa ao trabalhador na interação com o capital”. Deste modo, a cidadania se expressa pelo “pleno exercício de direitos exigíveis em benefício da pessoa humana e da coletividade”.

Schomer e França Filho (2008) argumentam que gestão social evoca uma nova configuração no padrão de relações entre Estado e sociedade como forma de enfrentamento das problemáticas contemporâneas, configurando-se como uma inovação no campo administrativo, já que se trata de

um ideal de gestão que não se orienta para uma finalidade econômica, contrariando a tradição de técnicas gerenciais em administração.

Para melhor compreensão deste novo ideal de gestão, Schomer e França Filho (2008) sugerem dois níveis de análise ou de percepção da gestão social: o primeiro é o nível societário, aquele que identifica como uma problemática da sociedade, e outro no nível organizacional, aquele que a associa a uma modalidade específica de gestão, sugerindo uma forma de gestão organizacional que subordina as lógicas instrumentais a outras lógicas mais sociais, políticas, culturais ou ecológicas.

No que se refere ao termo gestão social como uma problemática da sociedade (nível societário), Schomer e França Filho (2008) entendem como um modo de gestão das demandas da sociedade pela própria sociedade, onde existe uma dinâmica de auto-organização social que pode ocorrer a partir de espaços de interação social, tanto no âmbito do Estado e da sociedade civil, como no âmbito do próprio mercado, em condições específicas.

Ao referir-se à gestão social, Tenório (2007) a define como um processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação, de modo que o adjetivo social de gestão é compreendido como o espaço de relações sociais onde todos têm direito a fala. O autor refere-se, ainda, à cidadania deliberativa, entendida como uma ação de viés político conduzida pela esfera pública e caracterizada pela ação comunicativa na qual os sujeitos ao apresentarem seus argumentos com bases racionais, devem alcançar um acordo comunicativamente, com base nos melhores argumentos.

Cabe destacar que o termo gestão social é estabelecido pelos fundamentos epistemológicos definidos pela Escola de Frankfurt. Tenório (2008) que enfatiza os contrapontos entre teoria tradicional e teoria crítica observando que eles se desenvolvem em três aspectos: a) a teoria tradicional é inadequada para analisar ou entender a vida social; b) a teoria tradicional analisa somente o que vê, aceita a ordem social presente, obstruindo qualquer possibilidade de mudança, o que conduz ao quietismo político; c) a teoria tradicional está intimamente relacionada e é fator de sustentação e dominação tecnológica na sociedade tecnocrática que vivemos.

Tenório (2008, p.15) “discutiu a racionalidade instrumental como razão inibidora da emancipação do homem”. Das teorias originárias Frankfurteanas, seguiremos a análise do alemão Jürgen Habermas que procura por meio de seu conceito de racionalidade comunicativa estabelecer elementos conceituais democratizadoras das relações sociais na sociedade contemporânea.

Este teórico alemão propõe um paradigma teórico-social que implemente a razão a partir do consenso alcançado por uma ação social do tipo comunicativa, ao contrario de uma ação social do

tipo estratégica. O objetivo de Habermas, segundo Tenório (2008, p. 20), é de “desenvolver uma teoria que, diferente da *teoria tradicional*, positivista, denunciada por Horkheimer, permita uma *práxis* social voltada para um conhecimento reflexivo e uma *práxis* política que questione as estruturas sócio-político-econômicas existentes.”

A Gestão Social diferencia-se da Gestão estratégica à medida que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais, e esta ação dialógica desenvolve-se segundo os pressupostos do agir comunicativo.

Nesse sentido, Tenório (2008, p. 26), conclui que no “contexto da gestão social orientada pela racionalidade comunicativa, os atores, ao fazerem suas propostas, não podem impor suas pretensões de validade sem que haja um acordo alcançado comunicativamente no qual todos os participantes exponham suas argumentações”.

O autor ainda dispõe que estes argumentos devem ser expostos através da razão, do conhecimento, colocados discursivamente. Ou seja, quem fala expõe suas ideias de maneira racional e quem ouve reage tomando posições motivadas também pela razão. Segundo Habermas (1991), apud Tenório (2008, p. 27), “a argumentação não é um processo de decisão que acabe em *resoluções*, mas sim um procedimento de solução de problemas que conduza a *convicções*”.

Durante o processo da gestão social, admite-se que a verdade só exista se todos os participantes da ação social admitem sua validade, isto é, essa verdade é a promessa do consenso racional ou a verdade não é uma relação entre o indivíduo e sua percepção do mundo, mas sim um acordo alcançado por meio da discussão crítica, da apreciação intersubjetiva. Ainda segundo Tenório (2008, p. 27), “sob uma ação comunicativa, dialógica, um indivíduo procura motivar racionalmente um outro(s) para que este concorde com sua proposição – nesse tipo de ação a linguagem atua como uma fonte de integração social”.

O terceiro setor nos últimos anos tem sido apontado como uma alternativa de gestão social, ou seja, tem sido referenciado como uma proposta para resolução de muitos dos problemas sociais que assolam a sociedade contemporânea. Os governos com seus discursos de Estado-mínimo e as empresas que oscilam em suas estratégias de ação social, cabe então ao terceiro setor a responsabilidade para atender as deficiências sociais. Este setor diferencia-se dos demais à medida que desenvolve atividades públicas através de associações, entidades de classe, fundações privadas, instituições filantrópicas, movimentos sociais organizados, organizações não governamentais e outras associações assistenciais da sociedade civil.

Tenório (2008, p.34) conclui dizendo que:

Ter o indivíduo como sujeito privilegiado de vocalização daquilo que interessa à Sociedade nas demandas ao Estado e daquilo que interessa ao trabalhador na interação com o capital, significa mudar a natureza dessas relações, quer dizer, passar de condições monológicas, tecnoburocratas e autoritárias para situações dialógicas, democráticas e intersubjetivas, do exercício da cidadania.

Nesse sentido ainda Tenório (2008, p. 36) diz que a epistemologia de desenvolvimento da gestão social não pode ser pautada por mecanismos de mercado que orientam a gestão estratégica informada pelas teorias tradicionais, pois esta teoria tem como enfoque a fundamentação da gestão estratégica-monológica, como as empresas estão para o mercado. Já a base da epistemologia da gestão social deve ser a intersubjetividade-dialogicidade, como a política, como o bem comum, contemplando o envolvimento da cidadania no espaço público e do trabalhador no espaço privado. Assim, gestão social é o processo intersubjetivo que preside a ação da cidadania tanto na esfera privada quanto na esfera pública.

Para este trabalho, trabalharemos apenas a gestão social num espaço público, considerando a cidadania deliberativa nestes ambientes. E sob este aspecto, pode-se discutir e observar diversas formas de caracterizar o significado do termo cidadania, desde suas origens até sua aplicação prática; mas, para uma definição mais contemporânea discute-se o conceito de cidadania segundo Jürgen Habermas (2004 apud Tenório, (2007, p. 53), partindo da perspectiva liberal e republicana. Segundo o desejo do autor de aproximar os dois conceitos “sem dar prioridade nem aos direitos humanos, que se vinculam à perspectiva liberal, nem à soberania popular que está relacionada ao enfoque republicano”. Dessa forma, partindo destes dois contextos, liberalismo e republicanismo, Habermas propôs um enfoque deliberativo, com fundamentação no diálogo.

De acordo com a perspectiva liberal:

O processo democrático tem como objetivo orientar o governo no interesse da sociedade, onde o governo aqui se faz representar pela administração pública, e a sociedade como uma rede de interações entre particulares, estruturada à semelhança do mercado onde a política tem como função de unir e motivar os interesses privados contra um aparato governamental especializado no uso administrativo do poder político para fins coletivos (TENÓRIO, 2003 p. 57).

Já na perspectiva republicana:

A política implica em mais que atuar como função mediadora, a política é concebida como forma reflexiva da vida ética substantiva como o meio pelo qual os membros de comunidade mais ou menos integradas, se tornem conscientes de sua mútua dependência, e os interesses individuais são substituídos pela solidariedade e a orientação em direção ao bem comum aparecem como uma terceira fonte de integração social (TENÓRIO, 2003, p. 57).

Cidadania Deliberativa, de acordo com Tenório (2007, p. 54), significa “que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum”.

A Cidadania Deliberativa encontra-se no meio termo entre as duas perspectivas, ou seja, segundo Habermas (1997), apud Tenório (2007, p. 58), “o liberalismo prioriza os compromissos e a liberdade para negociar” e “o republicanismo dá prioridade ao que é melhor para o próprio grupo ou comunidade”. Nesse sentido, procurando o que tem de melhor em cada perspectiva, o conceito deliberativo tem como prioridade o consenso.

Para Tenório (2007 p. 59), “sob cidadania deliberativa tanto formas de deliberação dialógicas quanto instrumentais são institucionalizadas e válidas na formação da opinião e da vontade política, transferindo-se as condições de virtude do cidadão para a institucionalização de formas de comunicação em que possam ser feitos debates éticos, morais, pragmáticos e de negociação. Ela tem como base, portanto, as condições de comunicação, onde assim permite-se pressupor que decisões racionais podem ser tomadas no processo político”.

Por meio do diálogo, Habermas (1997), apud Tenório (2007), procura integrar as duas perspectivas com o fim de submeter a um processo deliberativo para as tomadas de decisões. Processo este, que estimule uma cultura política de liberdade, de socialização política esclarecedora, de iniciativas formadoras da opinião pública originadas na sociedade civil.

Essa Cidadania Deliberativa, chamada por, constitui-se então em:

uma nova forma de articulação que questiona a prerrogativa unilateral de ação política do poder administrativo do Estado. A perspectiva é que esta nova forma de participação contribua através do espaço público oferecido, para quebra de barreiras de classe, libertação da estratificação e exploração social e para que se desenvolva plenamente o potencial de um pluralismo cultural atuante conforme sua própria lógica, potencial que é tão rico em conflitos e gerador de significado e sentido (HABERMAS, 1997, apud TENÓRIO, 2007, p. 62).

Para Tenório (2007), existem cinco pontos cruciais para uma deliberação utópica, ou seja, deve ser livre, no sentido de que os participantes estão obrigados apenas pelos resultados de sua deliberação; deve ter também justificada, no sentido de que as partes devem declarar seus motivos, apresentar, apoiar ou criticar propostas; deve ser ainda formalmente igual, no sentido de que os procedimentos não podem distinguir os participantes do processo; deve ser substancialmente igual, no sentido de que a distribuição existente de poder e recursos entre os participantes não determinem

duas chances de ajudar para a deliberação; e por fim, a deliberação utópica tem como objetivo chegar a um consenso racionalmente motivado.

Do ponto de vista da teoria crítica, o conceito de gestão social rompe com as separações e busca construir laços comuns com outros saberes, como o entendimento de desenvolvimento territorial. O objetivo é sobretudo atender por meio da coisa pública o bem comum e as necessidades da sociedade.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

A abordagem do tema desenvolvimento no enfoque territorial, tendo em vista a integração de agentes locais e o envolvimento cooperativo entre atores sociais como Estado, sociedade civil e demais organizações e iniciativas sociais e privadas, justifica-se por atrelar-se ao objetivo do programa ‘Territórios da Cidadania’, que visa promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Tal objetivo sustenta-se na possibilidade de participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios, que estão em permanente construção dessa estratégia.

No relatório da Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL, aponta-se que um dos principais objetivos da ciência regional e das políticas públicas preocupadas com os temas territoriais, é dar resposta a um importante questionamento: “¿por que se concentra la actividad económica en unas determinadas localizaciones em vez de distribuirse uniformemente sobre el territorio? O planteado de otra manera: ¿el crecimiento y el desarrollo económico y social es territorialmente desequilibrado?” (CEPAL, 2010, p. 23).

As respostas para estas questões parecem simples. Segundo o relatório da CEPAL (2010) inevitavelmente, as atividades econômicas concentram-se em alguns pontos do território de cada país, e o problema a resolver é identificar onde a concentração é aceitável; que nível de concentração é aceitável; que nível de concentração deveria ser aceitável; ou, que nível de concentração deveria ser aceitável para não comprometer o desenvolvimento do país como um todo.

De acordo com as análises das disparidades territoriais na América Latina, é possível afirmar que são ainda proeminentes, observando-se uma leve diminuição nos últimos cinco anos em países como Brasil, Colômbia e Chile. O crescimento e o desenvolvimento econômico e territorial é desequilibrado, persistindo nestes países diferenças regionais que atravessam décadas e tornam-se

empecilho para o desenvolvimento econômico, político, social e sustentável do qual remete o Territórios da Cidadania.

A análise das disparidades conecta-se ao entendimento de processos de gestão do desenvolvimento territorial, ou, como conceitua Dallabrida (2011), da governança territorial, referindo-se às ações e às iniciativas de uma sociedade organizada territorialmente para gerenciar os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais. Destaca-se entre os atores institucionais o Estado e seus diferentes agentes nas instâncias municipal, estadual e federal, como é o caso do Brasil.

Para Dallabrida (2011), a competência de governar e de tomar decisões no âmbito regional está na capacidade de exercer o poder, relacionando a governança territorial à transferência (ou conquista) de poder à sociedade. “Governança é um processo complexo de tomada de decisão que antecipa e ultrapassa o governo”. A constatação dos autores é de que a governança está relacionada: à legitimidade do espaço público e repartição do poder entre governantes e governados; à negociação entre os atores sociais; e à descentralização da autoridade e das atividades ligadas ao ato de governar.

O uso do poder é condição necessária para a efetivação de práticas geradoras de desenvolvimento no âmbito territorial, entretanto Dallabrida (2011) destaca que é fundamental que se construa um poder político local-regional, que vem de duas fontes, sendo a primeira a descentralização, enquanto essa presume a efetiva criação de poder, e a segunda é a concertação social, compreendendo que a união é determinante para o fortalecimento e estabelecimento do poder que emana da sociedade. O autor alerta para o fato de que este poder que se acumula na comunidade regional não é o suficiente para uma revolução no sistema, mas é fundamentalmente importante para modificações nos parâmetros no estilo de desenvolvimento.

Boisier (2011) explora a sociedade civil numa perspectiva simultânea de estrutura difusa, que se move em torno da acumulação de poder e que existe somente na medida em que seus membros individuais participam do desenvolvimento cotidiano de práticas capazes de exercer influência nas três instituições pilares da sociedade ocidental: O Estado, a igreja e o mercado. O autor sustenta, ainda, que na contemporaneidade latino-americana, a sociedade civil atravessa em diferentes países, transformações associadas à defesa dos direitos civis das pessoas, incluindo os direitos humanos. A novidade reside no fato de que parte importante do desenvolvimento (um direito coletivo) está nas mãos da sociedade civil, transformando a escala territorial e o papel do cidadão.

As experiências de ação pública territorial estão atreladas a um processo de descentralização do poder, que para Rover e Mussoi (2011) ocorrem no Brasil especialmente pós-constituição de

1988 e relacionam-se às demandas por democratização na sociedade, destacando a promoção de um grau superior de autonomia para as unidades descentralizadas da federação. Os autores argumentam, ainda que “A descentralização da estrutura administrativa e a busca de ampliação da participação social são elementos comuns a todos os processos de gestão pública descentralizada”.

Esta nova configuração que procura recuperar a sociedade civil como precursora de mudanças numa perspectiva territorial, partindo de um processo de descentralização impulsiona importantes mudanças na dinâmica de participação, sobretudo em nível local. O conceito de descentralização remete ao deslocamento do centro havendo a possibilidade de outras instâncias assumirem o planejamento, a tomada de decisões e o próprio gerenciamento no âmbito territorial.

A proposta de governança territorial defendida nesta tese, portanto, aposta na emergência da sociedade civil e de um estilo democrático no âmbito da gestão pública, apontando para uma ação coletiva, societal, inclusiva e configurada por todos. Isso recupera a sociedade civil como condutora de um amplo processo de mudança.

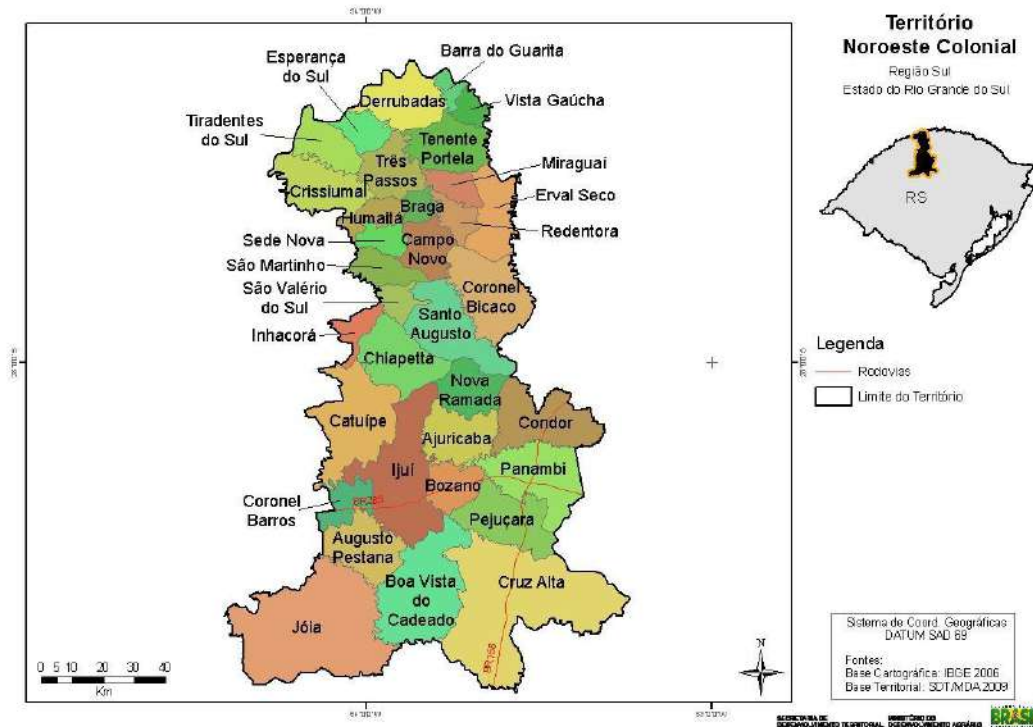
O Território da Cidadania é uma política pública federal brasileira, de desenvolvimento local e inclusão social que tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.

Os 120 Territórios que integram o programa representam 1.852 municípios (32,9% do total do País), abrangendo 42,4 milhões de habitantes (23% do total do País), estando eles divididos nas seguintes regiões e seus respectivos territórios.

De acordo com as informações disponibilizadas pelo MDA, os Territórios da Cidadania tem como base os Territórios Rurais, programa desenvolvido desde 2003, e os mesmos se caracterizam por constituírem-se por um conjunto de municípios unidos pelo mesmo perfil econômico e ambiental, tendo identidade e coesão social e cultural.

O Território da Cidadania Noroeste Colonial que é o lócus desta pesquisa, abrange uma área de 13.334,30 Km² e é composto por 34 municípios: Coronel Barros, Crissiumal, Cruz Alta, Esperança do Sul, Humaitá, Ijuí, Jóia, Miraguaí, Panambi, Pejuçara, Santo Augusto, São Valério do Sul, Tiradentes do Sul, Três Passos, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Catuípe, Chiapeta, Bozano, Ajuricaba, Boa Vista do Cadeado, Bom Progresso, Braga, Campo Novo, Condor, Coronel Bicaco, Derrubadas, Inhacorá, Nova Ramada, Redentora, São Martinho, Sede Nova, Tenente Portela e Vista Gaúcha.

A população total do território é de 373.369 habitantes, dos quais 99.695 vivem na área rural, o que corresponde a 26,70% do total. Possui 28.441 agricultores familiares, 967 famílias assentadas e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,79.



Fonte: Sistema de Informações Territoriais do MDA (<http://sit.mda.gov.br>).

Figura 1 - Os 34 Municípios do Território Noroeste Colonial – RS

O relatório do Portal do Territórios da Cidadania no ano de 2010 e as informações divulgadas relataram uma previsão de 57 ações com a atuação de 11 ministérios, com valor previsto de R\$ 413.219.427,24.

O modelo proposto pelo MDA busca contemplar categorias coerentes com o modelo de desenvolvimento territorial e sustentável, através do atendimento a questões como direitos e desenvolvimento social; organização sustentável da produção; saúde, saneamento e acesso à água; educação e cultura; infra-estrutura; apoio à gestão territorial e, ações fundiárias.

O presente estudo observa e avalia os processos de participação e tomada de decisão na perspectiva da gestão social tendo como tendo como base a categoria Igualdade Participativa com os critérios de análise: forma de escolha dos representantes, discurso dos representantes e avaliação participativa

Observa-se que o TC-Norc possui algumas especificidades que o difere dos demais territórios. O primeiro ponto a ser avaliado é o fato de que este não se constituía antes como territórios rurais,

não tendo uma trajetória anterior sendo novo em sua formação e constituição. O segundo ponto é de que a sociedade gaúcha possui uma experiência significativa de discussão e promoção do desenvolvimento. São vinte anos de existência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), cuja base de promoção do desenvolvimento é territorial. Entretanto, um ponto a destacar é que o TC-Norc é constituído por 34 municípios que integram Três Coredes diferentes: O Corede Celeiro e seus 21 municípios; O Corede Noroeste Colonial e seus 11 municípios, e mais dois municípios que integram o Corede Alto Jacuí (Cruz Alta e Boa vista do Cadeado).

A ideia central neste caso é a valorização da representação coletiva e superação dos interesses individuais pelos coletivos diante de um território heterogêneo e com uma cultura de participação diferente, atrelada à presença do Corede e ao modo como tais processos foram estabelecidos. Para um dos articuladores, os processos de participação ainda são ferramentas que podem propiciar bons resultados, caso estabeleçam novas políticas. Um dos membros do núcleo dirigente pondera que ainda existem algumas deficiências institucionais que levam a falhas no processo de participação.

A escolha dos representantes que integram o núcleo dirigente aconteceu em dois importantes momentos: O primeiro constituiu-se uma plenária regional e o segundo, uma assembléia pública geral, envolvendo todas as micro-regiões. Neste sentido, o tamanho geográfico do Território se revela como empecilho e traz a dificuldade de muitos se locomoverem para participar. Entretanto, os espaços criados para a participação propiciam a manifestação da vontade política de cada ente, podendo assim cada um se expressar e ainda podendo negociar, angariar adeptos à sua ideia trazendo assim sustentabilidade para o seu discurso.

Uma das ponderações de membros da sociedade civil é de que embora existam espaços de participação, há certa frustração quando algumas manifestações não são atendidas. Esta constatação torna pertinente discutir os critérios de avaliação e de intervenção nos participantes no acompanhamento das políticas públicas.

O articulador entrevistado, neste caso, revelou que os projetos são acompanhados pelo núcleo técnico e pelo colegiado, de modo que os mesmos têm poderes de intervir e ponderar durante a execução de ações. Para um dos membros do núcleo técnico, existem etapas que operam nessa ótica, de forma a criar espaços para a crítica ao processo. Um dos articuladores complementa afirmando que são realizadas oficinas, onde as políticas são discutidas tendo como ordem o debate de projetos, revisão e rediscussão de planos. Entretanto, nem todos são unânimes na eficácia desses espaços de discussão, uma vez que ainda há problemas, como de comunicação e publicização das atividades.

Do ponto de vista de uma das integrantes dos povos indígenas, a dificuldade de acesso às informações se deve ao fato de que os envolvidos no processo não possuem acesso à internet, um dos meios que tem sido mais utilizado pelo programa. Para a indígena, é difícil tomar conhecimento da forma como os projetos têm sido elaborados, e até mesmo a origem dos mesmos, pois revela: “Pois é, tem que pesquisar pegar nas pastas da internet né e infelizmente agente não tem como ter acesso, como que tu vai fazer?”.

Vale recordar que o Governo Federal gerencia o portal dos Territórios da Cidadania, e os articuladores responsabilizam-se em enviar informações referentes aos resultados apresentados por cada Território. De acordo com um integrante do núcleo dirigente, “[...] a gente tem todos os instrumentos pra dar transparência, por exemplo se entrar no site ai dos territórios da cidadania, tem um site do governo federal, então assim tu pode ver tudo que tá acontecendo”.

Embora a transparência se estabeleça como processo importante para a ampliação dos processos de discussão, é fundamental ampliar a sua diversidade, transcendendo a ideia de que os canais de difusão são apenas para enviar convites, sendo necessária a publicização de realizações de modo mais amplo, e acima de tudo, a constituição de espaços plurais e interativos que motivem efetivamente a sociedade à participação. A forma como as informações estão sendo apresentadas “[...] de forma bastante resumida ate a gente que faz parte de toda discussão até entra ali e tem dificuldades de entender o que foi dizer o que foi aplicado o que não foi aplicado”, pondera o núcleo dirigente.

O modelo estabelecido pelo programa pode ser melhor explorado, sobretudo de forma participativa, possibilitando o enriquecimento dos processos de discussão e ampliação/mobilização dos potenciais participantes. Para isso, enfatiza-se a necessidade de acesso à canais que democratizam efetivamente a comunicação, como é o caso da internet, e isso demanda, necessariamente, mais infraestrutura e inclusão digital.

No que se refere aos espaços que atravessam setores no intuito de integrar diferentes pontos de vista, tidos como espaços de transversalidade, é fundamental remeter à forma como os projetos são concebidos no âmbito do TC-Norc. Pelas afirmações do núcleo dirigente, são perceptíveis os problemas de encaminhamento, uma vez que os agentes que integram o colegiado territorial reúnem-se para concordar com o que já está definido, não sendo possível identificar um espaço de discussão para a tomada de decisões.

Um espaço que pode ser considerado como elo entre as organizações e o TC é constituído pelas Instituições de Ensino Superior (IES), que fomentam a pesquisa e extensão no sentido de

pesquisa-ação, sobretudo na região noroeste colonial que tem a inserção de IES comunitárias, comprometidas com o desenvolvimento regional.

Um parâmetro fundamental neste sentido é a autonomia, tida como apropriação indistinta do poder decisório pelos diferentes atores nas políticas públicas (Tenório, 2008). Quanto à origem das proposições, verificou-se que existem várias formas e meios que dão origem para as proposições no TC-Norc. Proposições individuais, coletivas, de organizações e até os municípios.

Os articuladores revelam que há projetos que nascem de uma forma estudada, dirigida, planejada pelos diversos atores envolvidos. Entretanto, há outros projetos que são elaborados somente porque há recursos, diminuindo os graus de autonomia do território, uma vez que as proposições estão presas a determinados editais que limitam os processos de debate e de discussão.

Reconhece-se que parte dos investimentos não são concretizados devido ao excesso de burocracia estatal. Como os recursos necessitam obrigatoriamente passar pelas prefeituras e não podem ser direcionados diretamente para as organizações beneficiárias acarretando distorções, atrasos e até mesmo a não realização do que estava planejado.

Na análise dos dados e com relação à gestão social, entende-se que a autoridade decisória precisa ser compartilhada, garantido autonomia para os participantes. Outro fator é a extensão deste território, que esta dificultando a articulação entre atores e a integração entre as políticas locais, regionais e nacionais, e entre as políticas setoriais dos três entes federativos, em sintonia com a cidadania deliberativa dos espaços públicos locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os critérios de análise Igualdade Participativa para verificação dos processos de discussão foram analisados os métodos para a escolha dos representantes do colegiado do TC-Norc, os discursos dos representantes que é onde se dá a valorização dos processos participativos, e ainda buscou enaltecer a intervenção dos participantes no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas.

Para tanto, pode-se perceber que os critérios para escolha dos representantes partiu de uma assembleia pública, uma plenária regional, onde abriu-se espaço de discussão para definição de quais segmentos que seriam contemplados para participar do colegiado. Na valorização dos processos participativos, pode-se perceber que os canais de participação são vistos como ferramentas que podem propiciar bons resultados, como a configuração de novas políticas, mas que ainda essa questão é muito superficial pela importância em que este processo de participação tem, pois ainda existem algumas deficiências institucionais.

Na avaliação participativa, os entrevistados apontaram que os projetos são acompanhados pelo Núcleo Técnico do colegiado e pelo próprio colegiado, tendo estes poderes para durante a execução do projeto, avaliar as ponderações e se necessário revitalizar o que está sendo executado. E ainda apontam que existem etapas que operam nessa ótica, de forma a criar espaços para crítica ao processo, como realização de oficinas, onde são discutidas as políticas, tendo como ordem a discussão dos projetos, revisão e rediscussão dos planos se necessário.

CONCLUSÕES

O estudo procurou enfatizar os processos de discussão das políticas públicas que são implementadas no âmbito do TC-Norc. O objetivo basilar fora a forma como os processos de discussões tendo como foco o critério de análise Igualdade Participativa se institui dentro do cenário estabelecido, e de como estas práticas de gestão social se revelavam em termos de cidadania considerando a ótica deliberativa, com vistas a ampliar e qualificar estes espaços de participação numa visão de desenvolvimento territorial/regional.

Quanto à questão principal analisada, sobre a Igualdade Participativa, foi possível identificar a preocupação em respeitar a paridade dos representantes, entre a sociedade civil e governo. Por tratar-se de uma área consideravelmente abrangente, utilizou-se como critério de seleção a regionalização, pois não era possível contemplar município a município. Uma limitação pode ser considerada pela fala de alguns atores, que apontam que, mesmo existindo espaços de discussão, muitas manifestações não são atendidas, o que gera frustração e desmotivação por parte dos integrantes do colegiado.

Em suma, a compreensão da gestão social por meio do critério de análise estabelecido para o presente trabalho, frente aos indicativos que foram propostos, revelam os desafios que o território deve enfrentar para elaboração e implementação das políticas públicas com o propósito de desenvolvimento territorial/regional, cujas diferenças entre os municípios que o compõem são enormes, e nesse sentido esta o merecimento de uma atenção às discrepâncias regionais para legitimação das tomadas de decisão frente às necessidades. E ainda, as diferenças dos discursos entre determinadas entrevistas, que apontam para a necessidade de um entendimento, de um consenso para contemplar uma ação comunicativa voltada para o paradigma teórico-social proposto por Habermas. Destaca-se também que há avanços nos processos de participação, uma vez que o programa é recente e que, de um modo geral setores historicamente excluídos de todo o processo de planejamento tradicional, como é o caso dos setores indígenas e da agricultura familiar, estarem incluídos e consideravelmente ativos.

Então, não podemos negligenciar a existência da Igualdade Participativa no território, pois esta se apoia no nivelamento das oportunidades de atuação efetiva nos processos de tomada de decisão, onde qualquer cidadão ou organização, dotado de informação, tem acesso livre aos canais de deliberação, influenciando, assim, as decisões tomadas via processo deliberativo, mesmo que em muitos momentos, a incapacidade de despertar na população o interesse e a necessária mobilização no intuito de concretização da plena participação, dificulta o exercício.

BIBLIOGRAFIA

ALLEBRANDT, Sérgio Luis. **Desenvolvimento, Planejamento e Arranjos Institucionais para a Governança Local e Regional**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, (2010).

ALVES-MAZZOTI, A. J., GEWANDSZNAJER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira (1998).

BOISIER, S. **Sociedad civil, participación, conocimiento y gestión territorial**. Mirando por El retrovisor: La década de los años noventa y El proceso de redemocratización em América Latina. In DALLABRIDA, Valdir Roque (org) **Governança Territorial e Desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond (2011).

CARRION, R. CALOU, A. **Pensar a Gestão Social em Terras de Padinho Cícero**. In: SILVA JR, J. T. et al. **Gestão Social: Práticas em Debate, Teorias em Construção**. Juazeiro do Norte: UFC/CARIRI, (2008).

CEPAL. Documento de Proyecto del Desarrollo Territorial en America Latina y Caribe Naciones Unidas. CEPAL (2010).

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Gestão territorial e desenvolvimento: descentralização, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento, capacidades estatais e escalas espaciais da ação pública**. In DALLABRIDA, Valdir Roque (org) **Governança Territorial e Desenvolvimento: Descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, (2011).

FISCHER, T. (org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: CASA DA QUALIDADE, (2002).

FRANÇA FILHO, G. C. **Definindo Gestão Social**. In: SILVA JR., J. T.; MÂSIH, R. T. (org) *et al.* **Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, (2008).

ROVER, J. MUSSOI, E.M. **A reinvenção da relação Estado-Sociedade através da gestão pública descentralizada: uma análise da descentralização política em Santa Catarina, Brasil**. In DALLABRIDA, Valdir Roque (org) **Governança Territorial e Desenvolvimento: Descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond (2011).

SACHS, I. LOPES, C. DOWBOR, L. **Crises e oportunidades em tempos de mudança.** Documento de referência para as atividades do núcleo de crises e oportunidades no Fórum Social Mundial Temático. Bahia, (2010).

SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. **Gestão social e aprendizagem em comunidades de prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação.** In: SILVA JÚNIOR, J. T.; MASIH, R. T.; CANÇADO, A.C.; SCHOMMER, P. C. (Orgs.). *Gestão social: práticas em debate, teorias em construção.* Fortaleza: Imprensa Universitária: UFC, (2008).

TENÓRIO, Fernando G. **Um Espectro Ronda o Terceiro Setor,** o Espectro do Mercado. Ensaio de Gestão Social. Ijuí: Ed. UNIJUI, (2008).

_____. et al. Critérios para avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 3., 2008, Salvador. Anais... Curitiba: ANPAD, 2008.

_____. **Cidadania e Desenvolvimento Local.** Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. UNIJUI, (2007).

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9.ed. São Paulo: Atlas, (2007).

COMPRAS PÚBLICAS EM FAVOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL : O CASO DE OSASCO

Eduardo de Lima Caldas

Professor Doutor da Universidade de São Paulo
elcaldas@hotmail.com

Raquel Sobral Nonato

Bacharel em Gestão de Políticas Públicas
pela Universidade de São Paulo
raquel@itsbrasil.org.br

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar e refletir sobre a importância das compras públicas como instrumento de gestão do Desenvolvimento Local a partir da experiência do “Projeto Educação e Inclusão” no município de Osasco. Para compor o trabalho foram realizadas revisão de literatura, visitas a campo e entrevistas semiestruturadas com os atores envolvidos no processo. Os resultados foram analisados sob a ótica das compras públicas, de forma a apontar mecanismos operacionais, bem como os caminhos (e escolhas) que a administração pública direta enfrenta no processo de implementação dessa política pública. Conclui-se que o exercício de poder de compra do Estado contribui efetivamente para o Desenvolvimento Local.

Palavras-chave: Políticas públicas, compras públicas, desenvolvimento local

Abstract

This work aims to analyze and reflect on the public procurement as an instrument of management of local development from the experience of “Projeto Educação e Inclusão” in Osasco. To compose the work were carried out literature review, field visits and semistructured interviews with the actors involved. The results were analyzed from

the perspective of public procurement, to point operating mechanisms as well as the ways (and choices) which directly faces the public administration in the implementation of this state action. It is concluded that the exercise of public procurement effectively contributes to local development.

Key-words: Public Policy; public procurement, local development

Introdução

Este trabalho procura trazer uma contribuição no campo de estudos sobre Desenvolvimento Local, observando as compras públicas governamentais como instrumento fundamental para organizar a demanda e favorecer a capilaridade de recursos financeiros no território. Há uma série de experiências de desenvolvimento local, observadas e analisadas a partir do uso de estratégias e instrumentos, dentre os quais, facilitação de acesso ao crédito, qualificação da mão-de-obra, apoio técnico, dentre outros. No entanto, desde meados dos anos 90, raras foram as experiências de desenvolvimento local que contribuíram com a organização da demanda como instrumento e estratégia para aumentar a capilaridade de recursos financeiros no território.

Este trabalho está organizado em duas partes, além desta e das conclusões: Compras Públicas como instrumento estratégico para o desenvolvimento local e Compras Públicas em Osasco. Na seção “Compras Públicas como instrumento estratégico para o desenvolvimento local”, buscar-se-á apresentar a referida ação estatal, de modo a reconhecê-la como instrumento capaz de induzir o desenvolvimento local, destacando a constituição e o fortalecimento de marcos legais, além de evidenciar limites acerca dessa prática. Em seguida, na seção “Compras Públicas em Osasco”, será apresentado um estudo de caso sobre compras públicas estruturado como políticas públicas no município de Osasco. A referida política é denominada “Projeto Educação e Inclusão” e, ao mesmo tempo, que oferece formação e qualificação socioprofissional no setor têxtil e de confecção, garante o escoamento do produto gerado no setor por meio da compra pública de uniformes escolares.

Observando o modelo de produção, garante-se a formação e qualificação pelo lado da oferta, e a compra pública pelo lado da demanda; olhando pela ótica do consumo, observa-se a redução das despesas das famílias que têm filhos matriculados na Rede Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental, visto que a distribuição

dos uniformes escolares para a rede municipal de ensino é gratuita. Além desses aspectos, deve-se considerar o reconhecimento público da referida experiênciaⁱ, mais um elemento que justifica o esforço para sua compreensão.

1. Compras Públicas: instrumento estratégico para o desenvolvimento local

As compras públicas guardam forte relação com a ação do Estado capaz de ativar dispositivos para dinamizar a economia local, uma vez que movimentam recursos estimados em 10% do PIB brasileiro (CATTANI, 2010). No âmbito internacional, a inserção das compras públicas nos debates sobre a integração de blocos econômicos para a expansão das transações comerciais entre os países, tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a União Européia (UE), NAFTA, Estados Unidos da América (EUA), estão cada vez mais presentes, evidenciando seu papel estratégico nas discussões sobre a ação estatal e o desenvolvimento (MOREIRA E MORAIS, 2003).

O presente artigo parte da perspectiva teórica de que a tradição econômica de intervenção do Estado na economia está intimamente ligada às experiências que utilizam o exercício do poder de compra do governo. Avançando para o campo empírico, são apresentadas suas recentes interfaces com o plano jurídico brasileiro, de modo a destacar como estão sendo desdobradas, limitadas e articuladas as políticas públicas para impulsionar a referida ação estatal.

De Lima e Pitaguari (2005), a partir do enfoque keynesiano, propõem que a dinamização da demanda efetiva no nível local está intrinsecamente ligada à base produtiva de exportação e ao investimento do setor público em setores estratégicos por meio do gasto público.

Deve-se ressaltar que as alterações na demanda efetiva, advinda da expansão das atividades de exportação ou da despesa pública, têm três efeitos sobre a renda da economia local: um efeito direto associado à remuneração das famílias, que dependem do setor exportador; um efeito indireto, que vai estimular a produção dos setores não exportadores; um efeito induzido pelo acréscimo de renda causado pela expansão do emprego nos setores exportadores e não exportadores (DE LIMA E PITAGUARI, 2005).

Tal perspectiva remonta estudos de meados dos anos 80 no Canadá e nos Estados Unidos da América (EUA) e traz em si elementos passíveis de observação

sobre a atuação estatal na dinâmica local. O estudo de Davis (1987) evoca importantes contribuições acerca do tema, por meio de uma abordagem teórica e empírica.

O autor traz experiências bem sucedidas no estado de Oregon nos EUA e em províncias canadenses no que se refere à substituição de importações, o que ele denomina “*Buy-local*”. O autor conclui que tal prática representa um elemento de força no apoio à economia local, gerando um efeito multiplicador no processo que é descrito a seguir:

A dollar decrease in import purchases will indeed have the same impact on the local economy as a dollar increase in export sales, all other things equal. But a decrease in imports is only half of the process of import substitution. The other half of the process is an increase in local production. A dollar of import substitution (the replacement of a dollar of imports by a dollar of local production) will thus have a greater impact on the local economy than will a dollar increase in exports. While it is correct, as Hoover states, that in both cases local production has increased by one dollar, in the case of import substitution, in contrast with export expansion, the local multiplier has been slightly increased (1987:03)ⁱⁱ

Sobre os resultados da aplicação do *Buy-Local*, Davis (1987) ressalta algumas vantagens em utilizar bens e serviços produzidos no âmbito local, entre eles a eliminação de despesas intermediárias como transporte e câmbio e o aumento da diversidade da economia local. Ainda sobre isso, Davis elucida a conexão causal de programas de fomento à este processo e a criação de emprego e, conseqüentemente, dos impactos sentidos na economia local, alcançando assim, o fortalecimento e a expansão da produção local.

Jane Jacobs (1974) também tece importantes considerações sobre o efeito multiplicador gerado ao investir na economia local. Para a autora, as cidades têm o poder de alavancar o desenvolvimento econômico à medida que o mercado local é fortalecido. O *the export-multiplier effect* aumenta os níveis de emprego local gerando um círculo virtuoso onde a produção no mercado local induz o desenvolvimento de novos bens e serviços para o consumo interno e externo

Dessa maneira, a traduzir a estratégia de intervenção em mecanismos utilizados pelo Estado no processo de compras públicas, destacam-se o fomento à tecnologia nacional e aumento de competitividade no nível internacional; a flexibilização e desburocratização na formalização de micro e pequenas empresas, principalmente por meio alteração na legislação; o apoio instrumental fomentando a criação de empreendimentos coletivos, realizado por meio de políticas públicas de

incentivo; a oferta de crédito, articulando com outros equipamentos públicos tais como agências de fomento, de modo a diminuir os riscos envolvidos, entre outros.

A presença de órgãos que atuam sistematicamente na capacitação de servidores e fornecedores sobre compras públicas também é um ponto relevante, destacando-se nesse aspecto o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE, que por meio de realização de eventos e publicação de cartilhas, promove importante contribuição sobre a temática.

No plano jurídico, entre as normas que atualmente regem o processo de aquisição governamental no Brasil estão a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/200 e a Lei de Licitações e Contratos 8.666/93, criadas com o intuito de promover maior transparência e controle sobre os gastos públicos. Alterada em 2010 (Lei 12.349/10), o art. 3º da Lei 8.666/93, reza que a função da licitação não é tão-somente obter a proposta mais vantajosa, mas promover o desenvolvimento inclusivo, de forma a direcionar a demanda do Estado para o desenvolvimento local.

Com efeito, o enrijecimento das normas é apontado como uma grande barreira para institucionalizar novas práticas no setor, fato que acaba favorecendo muitas vezes empresas já consolidadas no mercado, não beneficiando modelos alternativos de incremento produtivo. Cabe destacar outra crítica levantada sobre a Lei 8.666/1993 reportando ao fato das prescrições burocráticas incidirem em maior morosidade no processo de compras públicas desde a sua concepção até sua realização. No rol das propostas para maior celeridade dos referidos processos está o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) instituído pela Lei nº 12.462 de 2011 que, implementada pela urgência das obras de infra-estrutura da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 dispõe, entre outras coisas, sobre a prioridade para os meios eletrônicos de contratação, a inversão de fases entre habilitação e julgamento, a fim de minimizar os recursos jurídicos de impugnação a todos os licitantes, concentrando tal exercício no fornecedor vencedor. Com efeito, pontos como sigilo orçamentário e adoção de critérios não estritamente econômicos são apontados como ameaça à moralidade dos procedimentos, representando uma barreira para flexibilizações normativas

A Lei complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006 que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte representa outro marco legal importante sobre essa temática, isto porque, tal lei dispõe, entre outras coisas, sobre a preferência de organizações associativista e inclusivas no processo de licitação. Além disso, a lei dispõe sobre a eliminação de etapas bem como estabelece prazos

diferenciados para as empresas enquadradas em tal situação e o pagamento unificado de tributos por meio do Simples Nacional, o que pode corroborar para a redução de carga tributária, conforme especificação da organização. Ainda sobre esta temática, a LC N°123/06 institui a possibilidade de participação exclusiva das MPE's em licitações de até R\$ 80.000,00 bem como dar preferência em ocasião em que os valores forem próximos aos de empresas de grande porte no processo de licitação.

Atualmente, as compras públicas permeiam duas questões principais. A primeira se relaciona à utilização de insumos ou substituições do modelo de produção que promovam o desenvolvimento sustentável, de maneira a favorecer produtores que reduzam as externalidades negativas causadas pela produção de um determinado produto, substituindo materiais degradantes por materiais sustentáveis, são as chamadas compras verdes ou sustentáveis (BIDERMAN et al., 2008). O incentivo pode ser realizado por determinações legais, a exemplo da proibição de compra de determinados materiais como mogno ou madeira não certificada implementada no município de São Paulo em 2002, ou pelo estímulo a substituição de modelos de produção, a exemplo da aquisição de produtos orgânicos para merenda escolar em municípios do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (BIDERMAN, 2006).

A segunda compreende o ato do Estado investir em setores socialmente estratégicos para a inclusão e a otimização da produção (MOREIRA E MORAIS, 2002) por intermédio de políticas públicas de incremento à economia local, desenvolvendo a competitividade industrial e tecnológica, além de fomentar Micro e Pequenas Empresas (MPE's), Cooperativas ou Arranjos Produtivos Locais (APLs) e relações comerciais nos moldes da Economia Solidária.

Entre as principais conquistas alcançadas nesse âmbito, podem ser destacadas as Leis Federais n° 10.973/2004 e 11.947 /2009. A primeira apresenta dispositivos sobre o incentivo à produção de ciência, tecnologia e inovação nacional, estabelecendo favorecimentos às indústrias nacionais nos processos de compras públicas. A segunda, por sua vez, prevê que ao menos 30% dos alimentos para o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE), adquiridos com recursos do Fundo Nacional de Educação (FNDE), sejam oriundos da agricultura familiar favorecendo assim, à produção local no processo de compras públicas, abrindo margem para os municípios adotar essa prática próximo a sua totalidade, como é o caso de municípios como Conchal – SP e Apucarana - PR.

Dessa forma, o exercício do poder de compra do Estado ganha maior visibilidade nas questões que cercam o desenvolvimento local à medida que as mudanças contemporâneas fortaleceram para um novo panorama de relações comerciais bem como a retomada da ação estatal intervindo no âmbito local. Cabe destacar, contudo, que apesar dos avanços normativos alcançados ainda é percebido um “malabarismo jurídico” para institucionalizar novas práticas no setor de compras públicas, principalmente no que diz respeito à formalização de empreendimentos coletivos e da formação de cooperativas que sejam reconhecidas como capazes de ofertar bens e serviços para o poder público.

2. Compras Públicas em Osasco

O “Projeto Educação e Inclusão”, conhecido como Oficina Escola, foi criado pela Prefeitura Municipal de Osasco, em 2006, e por meio da integração de um conjunto de políticas públicas tem os objetivos de promover a qualificação socioprofissional no setor têxtil e confecção de pessoas com baixa renda, e diminuir a despesa das famílias com filhos matriculados na rede municipal do ensino por meio da distribuição gratuita de uniformes escolarⁱⁱⁱ. Também consta como objetivo fomentar a criação e a consolidação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no setor têxtil-confecção, contribuindo para as atividades de Economia Solidária desenvolvidas na região.

Em 2005 a Prefeitura Municipal de Osasco apresentou uma estratégia de inclusão social para o município. Dentre as ações desenvolvidas esteve a criação da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão (SDTI) que atua na municipalização das políticas de emprego e inclusão em Osasco, antes responsabilidade majoritária do governo estadual.

Para compor a equipe técnica da Secretaria, alguns atores com *expertise* no assunto foram contratados. Muitos deles já haviam desempenhado atividades na Prefeitura de São Paulo no período de 2001 a 2004 (Gestão Marta Suplicy – PT/SP), sobretudo os técnicos do programa Oportunidade Solidária^{iv} que foram integrados ao corpo de servidores permitindo que o conhecimento acumulado fosse incorporado na nova estratégia adotada pelo governo municipal.

A implementação do referido projeto demandou a formação de uma rede de governança, composta por um conjunto de atores dentre os quais a Secretaria do

Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão (SDTI), a Secretaria da Educação (SE), a Associação Eremim (OSCIP EREMIM) e o Instituto de Tecnologia Social (ITS BRASIL).

Concebido como política pública matricial, o projeto prevê a capacitação socioprofissional dos beneficiários e o auxílio técnico na formalização de micro-empresas e cooperativas. Para garantir e reafirmar a matricialidade como princípio organizacional, o projeto se articula com os programas redistributivos, o Osasco Solidária e Osasco Incluir, sediados na SDTI. Além disso, o projeto se articula com a Secretaria da Educação, a qual tem a responsabilidade de organizar a oferta pelo produto e disponibilizar recursos para a gestão orçamentária do projeto, representando um gasto de 7,6 milhões/ano.

Sobre o processo de entrada, o beneficiário do projeto deve estar ligado a um dos programas redistributivos do município, ser morador de Osasco há pelo menos dois anos, ter renda de, no máximo, $\frac{1}{2}$ salário mínimo e estar em situação de desemprego. A seleção dos beneficiários é realizada pela SDTI e o período de permanência no projeto é de até 2 (dois) anos. Nos dois primeiros meses, os alunos passam por um curso de 200 horas no SENAI, localizado no Brás, em São Paulo, ou em Oficina Laboral que é o espaço disponibilizado pela Associação Eremim, localizado no Bairro Rochdale em Osasco onde são feitos os primeiros contatos com o maquinário.

Passada essa fase, os participantes se dirigem à Oficina Escola, onde recebem formação cidadã (3h) e qualificação profissional (4h). Após três meses no local, ou seja, 60 horas de formação cidadã e 80 horas de qualificação profissional, as alunas podem escolher qual será a estratégia da inserção do mercado de trabalho: se preparar para o mercado formal de trabalho ou para a organização de empreendimentos populares.

Escolhendo a primeira alternativa, o beneficiário recebe formação sobre as leis trabalhistas, o comportamento profissional, o auxílio na elaboração do currículo, participa de simulações de entrevistas e processos seletivos, entre outras. Além disso, são encaminhados ao Portal do Trabalhador e são cadastrados no Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. A SDTI também é responsável por sensibilizar as empresas locais para contratação dos participantes

Os que preferirem, por sua vez, o aprendizado sobre os empreendimentos populares, recebem apoio instrumental do programa Osasco Solidária que, por meio de incubação, formaliza e auxilia a consolidação de micro e pequenas empresas e cooperativas.

Segundo o relatório de cumprimento do objeto elaborado pela Associação Eremim, até agosto de 2011, 967 pessoas passaram pelo projeto, dentre as quais 815 já se desligaram, destas 47,7% estão empregadas no mercado formal, 11, 7% foram encaminhadas aos equipamentos públicos de Economia Solidária, as demais foram encaminhadas para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda para intermediação de mão de obra. Além disso, foram formados 9 Arranjos Produtivos Locais (APLS) no setor têxtil e confecção.

Sobre a distribuição dos uniformes, os diretores de cada unidade educacional realizam levantamento junto aos pais de alunos matriculados sobre a especificidade da numeração de cada traje escolar e encaminham tais informações à Secretaria da Educação. Os Kits escolares são entregues anualmente, idealmente ocorridos no início do ano letivo, e são compostos por 2 (duas) camisetas de manga curta, 01 (uma) camiseta de manga comprida, 01 (uma) calça, 01 (um) agasalho e uma bermuda. Atualmente, a distribuição dos uniformes atende aos 65.000 alunos da rede municipal de ensino de Osasco que abrange às 102 escolas circunscritas no território.

A gestão do “Projeto Educação e Inclusão” é compartilhada e envolve órgãos públicos e entidades da sociedade civil. Em vista do Termo de Parceria nº 213/2009, participam da coordenação do projeto a Secretaria da Educação, a Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão e a Secretaria de Assuntos Jurídicos e a Associação Eremim.

Ainda no âmbito do Termo de Parceria, é prevista a criação de um Comitê Gestor, reunido mensalmente, com a função de monitorar e avaliar a execução do projeto. O Comitê é composto por 2 (dois) representantes da Secretaria da Educação, 2 (dois) representantes da SDTI, 2(dois) representantes da Associação Eremim, 1 (um) membro indicado pelo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) membro indicado pela Comissão Municipal do Emprego.

Osasco possui um conjunto articulado de instrumentos que possibilita que o poder público esteja presente tanto no apoio instrumental das beneficiárias como na aquisição de insumos e, principalmente, do produto final demandado pelos alunos. Tal articulação permitiu que Osasco obtivesse um desenho metodológico que favorecesse setores estratégicos da economia local (setor têxtil e confecção). Nesse sentido, o Estado optou por ter maior participação e, por conseguinte, maior controle sobre toda a cadeia de suprimentos no processo de compras públicas.

Desdobrando as atribuições de cada órgão na execução do projeto, a Secretaria da Educação faz o levantamento da demanda e promove a discussão sobre os modelos de uniforme com professores e pais de alunos. Além da determinação sobre a especificidade dos uniformes, a Secretaria da Educação também é responsável pela maior parcela dos recursos dependidos a este projeto e, em consequência disso, possui voz ativa nas reuniões do Comitê Gestor. Além disso, exerce forte pressão sobre a Oficina Escola e as Cooperativas Setoriais envolvidas no projeto, a fim que os uniformes sejam confeccionados no prazo estipulado e tenham à qualidade pré-estabelecida. Nesse sentido, o órgão representa um importante “cliente” do projeto acompanhando o processo logístico da confecção do produto final até a distribuição nas unidades educacionais.

Por ser a mentora do desenho metodológico do projeto, a Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão é grande incentivadora das atividades, por meio de acompanhamento em todas as etapas do projeto, desde a formação socioprofissional até o apoio à formalização de Arranjos Produtivos Locais capazes de produzirem bens e serviços para Osasco e região.

As secretarias de Governo e de Assuntos Jurídicos, juntamente com o Gabinete do Prefeito formam uma triangulação jurídica e são responsáveis pela gestão do convênio e do Termo de Parceria, o qual é renovado a cada dois anos, além das disposições quanto à liberação dos recursos. Nesse sentido, são responsáveis pelos visíveis “malabarismos jurídicos” para justificar a prorrogação do termo e para garantir a continuidade do projeto e no apoio à formalização dos novos mercados que surgiram após a implementação do projeto.

Entre as entidades da sociedade civil está o Instituto de Tecnologia Social – ITS BRASIL. O Instituto de Tecnologia Social é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que embora não tenha envolvimento formal e direto na execução do “Projeto Educação e Inclusão”, a organização contribuiu com o seu *know-how* no delineamento dos projetos executados em Osasco, bem como apoio técnico na realização de atividades de incubação de empreendimentos.

A Associação EREMIM, é uma entidade sem fins lucrativos caracterizada como OSCIP desde o ano de 2003. Ligada ao setor metalúrgico do município, seu papel está relacionado à execução da Oficina Escola em todas as frentes de atuação: aprendizagem prática; qualificação profissional; formação cidadã; logística e distribuição. Assim, o investimento com maquinário, e despesas relativas à

terceirização de serviços específicos e a distribuição dos uniformes até as unidades de ensino são responsabilidades da Associação Eremim.

Sobre os caminhos percorridos para a implementação da referida experiência do ponto de vista institucional, o início do processo que culminou no projeto se deu em 2005, com a estratégia municipal de distribuir os uniformes escolares de forma gratuita, como igualmente acontecia na cidade de São Paulo desde 2002. Porém, diferentemente da capital paulista, Osasco decidiu que o uniforme seria o produto final de um projeto de qualificação profissional desenvolvido pelo próprio município.

Então, foi delineada a estrutura metodológica e definido o público-alvo que seria atendido no “Projeto Educação e Inclusão”. Para alcançar os objetivos do projeto, principalmente no que tange à produção própria dos uniformes e a geração de renda e ocupação foi estruturada uma rede de mecanismos utilizados na execução do projeto, principalmente no que se refere ao processo de compras públicas.

Dessa forma, o primeiro passo foi a consolidação de um arcabouço jurídico materializado na Lei 3981/05, que criou o Programa Operação Trabalho (POT) e previu a existência de uma entidade parceira capaz de executar o projeto no setor têxtil e confecção, não caracterizando a concorrência desleal na produção dos uniformes.

Com a alteração normativa, o próximo passo foi escolher o parceiro executor. Nesse momento, foi necessário a criação de um Edital Público para recrutar aquele que teria a responsabilidade de organizar a produção de uniformes, atendendo a demanda de, em média, 400.000 peças/ano.

O processo licitatório foi desenhado de forma a contratar uma entidade, preferencialmente que desenvolvesse suas atividades no município e pudesse atender à especificidade técnica da produção de uniformes escolares. De acordo com o depoimento de Celso Pedro, coordenador do “Projeto Educação e Inclusão”, a Associação Eremim já tinha experiência em ser mantenedora de cooperativa no setor de confecção e costura no município de Osasco, o que se apresentou como fator positivo e diferencial na celebração do contrato.

No momento de implantar fisicamente a Oficina, foram definidos os detalhes de infra-estrutura e de aquisição de materiais por meio de licitação pública. Nesta fase, foi necessário o auxílio de funcionários da prefeitura (do setor de compras públicas) para determinar o procedimento de aquisição e regularização dos contratos referentes à

contratação de serviços para setores específicos, tais como o corte de tecidos dos uniformes.

O Termo de Parceria, instrumento jurídico que formaliza a atribuição de responsabilidade de cada ente na execução do projeto, estabelecendo metas, indicadores, resultados e mecanismos de desembolso para a realização do mesmo. Renovado a cada dois anos, o Termo de Parceria é amparado por legislação federal (Lei 9.790/199), e estadual (Decreto Nº 48.766, de 30/06/2004) e determina que o período máximo de vigência não deve ultrapassar 5 anos. Este fato incidiu em pontos críticos ao projeto, haja vista os riscos envolvidos no que se refere à continuidade das atividades desenvolvidas pela Oficina Escola. Até porque, trocar de entidade executora significa em grande medida perder a memória do processo, o que traria inúmeras dificuldades de incorporação dos procedimentos por parte de uma nova parceria.

A Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários (IPEPS) representou outro instrumento para a consolidação da experiência em questão, uma vez que viabilizou a criação da Oficina Setorial no setor têxtil e confecção denominada *Incluindo Ponto a Ponto*, cuja função é disponibilizar um espaço que propiciasse as atividades de planejamento, gestão (contábil, tributária, financeira, fiscal e de recursos humanos), produção e comercialização dos empreendimentos individuais e coletivos na fase de incubação, funções previstas no decreto nº 9.823, assinado em 04 de outubro de 2007.

Tal ação da IPEPS resultou na criação da Cooperativa de Costura Osasco que, desde 2010, complementa a produção de uniformes escolares realizada pela Oficina Escola com 53.00 peças/ano. De acordo com o depoimento de Marize Alves Prazeres, presidente da Cooperativa desde a formalização, a viabilização da criação da cooperativa só foi possível pelo acompanhamento técnico do instrumento em questão. Para estabelecer a relação contratual dos novos participantes foi necessário desenhar o Chamamento Público nº01/2010, no qual foram convocados empreendimentos econômicos já existentes e em processo de consolidação e inseri-los no mercado de forma autônoma, a fim de promover a integração destes com a economia local.

Ainda no bojo do apoio organizativo dos novos empreendimentos, está a articulação de linhas de crédito junto ao Banco do Povo. Trata-se de um programa de microcrédito do governo estadual, sob administração da Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho (SERT), em parceria com as prefeituras municipais, destinados às micro e pequenas empresas, cooperativas, ou empreendedores individuais que

desempenham atividade produtiva no município, concedendo empréstimo até R\$5.000,00 à pessoa jurídica e R\$ 3.000,00 à pessoa física. Entre as exigências para acessar as linhas de crédito da instituição, estão a não observância de pendências cadastrais no SCPC, SERASA e CADIN Estadual e ter faturamento bruto menor a R\$ 240 mil no último ano .

O Banco do Povo foi acionado na maioria dos casos em que a beneficiária optou pela Economia Solidária. De acordo com o depoimento de Maria Albertina, ex beneficiária do projeto, a aquisição das três máquinas profissionais de costura só foi possível devido à disponibilização do microcrédito. Mais recentemente, a implementação do FUMDIP - Fundo Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Produtiva^v, criado pela Lei 4.421, de 31 de maio de 2010, representou um avanço para a consolidação da referida prática no nível local, visando fomentar pequenos empreendimentos e iniciativas de geração de renda e ocupação mediante concessão de empréstimos e subvenções econômicas. Dessa forma, o conjunto de instrumentos de políticas públicas articuladas representa um ponto forte do “Projeto Educação e Inclusão”, sobretudo no período de saída da beneficiária e na consolidação de Arranjos Produtivos Locais favorecendo um cenário favorável para dinamizar as relações econômicas no nível local.

Uma dimensão das dificuldades observadas no “Projeto Educação e Inclusão” é se relaciona com a posição dos atores envolvidos, sobretudo os gestores públicos. Isto porque, a viabilidade econômica é posta em prova a todo o momento. Na visão de alguns entrevistados, existe um custo elevado para arcar com toda infra-estrutura e garantir que os uniformes sejam entregues nas condições pré-estabelecidas. Essa posição se alinha à crítica sobre o exercício de compras públicas em relação aos gastos, muitas vezes os paradigmas da eficiência econômica e da maximização dos lucros no curto prazo são sobrepostos aos retornos sociais gerados no médio e longo prazo a partir da referida ação estatal.

Considerações Finais

O trabalho procurou analisar e refletir sobre o exercício de compras públicas em favor da gestão do Desenvolvimento local. Assim, foi realizada uma descrição minuciosa do “Projeto Educação e Inclusão”, de modo a perceber a articulação entre os

instrumentos de organização da oferta dos uniformes escolares com os instrumentos que permitiram fazer do Estado indutor da demanda. O recorte temático analisou a experiência sob a teoria das compras públicas.

Tratando especificamente dos resultados percebidos a partir da análise do “Projeto Educação e Inclusão”, a diminuição das despesas das famílias que têm filhos matriculados na rede pública municipal de ensino representa um resultado positivo do projeto. Além disso, a distribuição gratuita dos trajes escolares representa um ponto central para garantir a isonomia e a melhoria na oferta de serviços públicos de educação. Percebe-se ainda o caráter redistributivo do projeto, uma vez que a referida ação estatal aloca recursos públicos em setores estratégicos, neste caso, o grupo são pessoas cadastradas em programas de transferência de renda condicionadas (PTC’s) visando à erradicação da pobreza extrema. Assim, desde o primeiro momento, as beneficiárias que antes estavam desempregadas, passam a receber um valor financeiro para impulsionar sua saída das condições de vulnerabilidade social. Ainda, as beneficiárias tendem a consumir em seu próprio município, contribuindo para um ciclo virtuoso da economia local (JACOBS, 1997). A criação dos 9 Arranjos Produtivos Locais no setor têxtil e confecção é, nesse sentido, um resultado proeminente de como o investimento na demanda efetiva do Estado, inclusive organizando a oferta local, colaborou para efeitos multiplicadores da economia local (DAVIS, 1987). Diante o cenário de vulnerabilidade social e de precarização do trabalho pré-estabelecido, a “porta de saída” apresentada nesse projeto corresponde à capacitação socioprofissional bem como a intermediação da mão-de-obra das beneficiárias.

Os marcos legais implementados deram maior flexibilidade e preferência aos pequenos empreendimentos coletivos nos processos licitatórios. O apoio instrumental, seja por capacitação profissional, seja por auxílio na formação de cooperativas é proeminente nesse sentido, representando elementos fortes para a otimização dos resultados alcançados.

Em suma, o conjunto dessas medidas demonstra a possibilidade em substituir importações no âmbito local, aponta o potencial do setor da educação como indutor de processos geradores de trabalho e renda por meio da compra de uniforme e alimentação escolar, móveis, reparos e reformas nas unidades escolares. Vontade política, arcabouço jurídico consolidado e recursos próprios suficientes à demanda governamental são os elementos principais para a continuidade de um projeto que utilize o exercício de compras públicas. Nesse aspecto, o potencial de difusão desta prática é grande. Por fim,

ressalta-se a importância do envolvimento dos atores com um projeto desta natureza, de modo a garantir maior pluralidade na oferta de bens estratégicos e, conseqüentemente, maiores ganhos no âmbito do desenvolvimento local.

Referencias Bibliográficas

Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6023**. Rio de Janeiro. 2002

BIDERMAN, R., L. Betiol, L. Macedo, M. Monzoni, R. Mazon (orgs) **ICLEI Guia de compras públicas sustentáveis. Uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável**. 2ª Edição, Editora FGV, Rio de Janeiro. 2008.

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988

_____. Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993. **Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 22 de junho de 1993

_____. Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 15 de dezembro de 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Observatório de Boas práticas na Gestão do Programa Bolsa Família**. Disponível em:<
http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/observatorio/visualizar_pratica_publica?co_o_pratica=3354&co_versao=2&tp_regiao=37&sg_uf=SP&ano_publicacao=&nm_municipio=OSASCO&tp_categoria=&ck_premiada=> Acesso em 25/05/2011

CANDIDO JUNIOR, J.O. **Os gastos públicos no Brasil são produtivos?** Brasília: Ipea,2001 (Texto para Discussão, n. 781)

CATANNI, Antonio David e FERRARINI, Adriane Vieira. **Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza**. Revista Katái v. 13. Florianópolis, 2010

DAVIS, H. Craig (1987). **Buy Local Programs: Import Substitution at the Regional Level**. UBC Planning Paper. Canadian Planning Issues, 25. School of Community and Regional Planning. The University of British Columbia

GOMES, Vinicius P. G. & ALVES, Mário. **O Programa Oportunidade Solidária e a emancipação: uma visão crítica**. In: Anais do IV Encontro Internacional de Economia Solidária. São Paulo: USP, 2005

KEYNES, John. M. **A teoria geral do juro, do emprego e da moeda**. 1. e d. São Paulo: Atlas, 1982

LIMA, Jandir Ferrera de. e PITAGUARI, Sinival Osorio. **As idéias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais**. Revista Interações. v. 6, N.10, p.11-20, Mar. 2005.

SEBRAE. **Cartilha do Comprador: Compras públicas alavancando o desenvolvimento**. 2010. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/0cba03e234df94dd03256c6e005ad646/d659122b3e936715832573d7004dd16a?OpenDocument>> Acessado em 20/06/2011

^{i i} Em 2008 o projeto ficou em segundo lugar no Prêmio “Boas Práticas do Bolsa Família”, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (MDS, 2011).

ⁱⁱ A queda do dólar em importações terá certamente o mesmo impacto sobre a economia local quanto um aumento do dólar em vendas para exportação. Porém, uma diminuição das importações é apenas metade do processo de substituição de importações. A outra metade do processo é um aumento em produção de dólar. Um dólar de substituição de importações (a substituição de um dólar das importações por um dólar de produção local) terá assim um maior impacto na economia local do que será um aumento do dólar nas exportações. Embora seja correto, como Hoover afirma que, em ambos os casos a produção local tem aumentado por um dólar, no caso de substituição de importações, em contraste com a expansão das exportações, o efeito multiplicador local foi ligeiramente aumentada (Tradução Livre)

ⁱⁱⁱ O município de Osasco está localizado na Região Metropolitana de São Paulo e possui 667.000 habitantes distribuídos em 64km² (IBGE, 2010). Conhecido por abrigar historicamente grandes indústrias paulistas, tais como a Companhia Brasileira de Material Ferroviário (COBRASMA), Ford Motor do Brasil s/a (setor automobilístico) e S/A White Martins (setor químico). O município assistiu o êxodo de várias delas, principalmente nas últimas duas décadas, entre elas estavam a ETERNIT, indústria relacionada a materiais de construção, e a empresa SANTISTA, ligada ao setor têxtil e confecção. Com isso, o perfil do município foi alterado, dando lugar à um forte pólo comercial, principalmente no setor varejista e atacadista. Atualmente, estão instaladas no município as sedes do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP, da Federação das Associações Comerciais – FACESP, do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE, Junta Comercial e sindicatos, além de unidades do SENAI e SENAC. Contudo, a oferta de empregos formais, bem como a qualificação da mão-de-obra, não acompanhou a real necessidade inerente ao desenvolvimento local e regional. Com o PIB

aproximado de 30 bilhões de reais (IBGE, 2010), a distribuição de empregos formais em Osasco está concentrada no setor de serviços, cuja participação é de 52,2%, seguido pelos setores de comércio (24,7%) e indústria (19,7%) (DIEESE, 2009).. Tais dados permitem dizer que Osasco tem grande parcela de sua população em situação de vulnerabilidade social. De acordo com o Cadastro Único (CadÚnico) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), 10.790 famílias do município são consideradas extremamente pobres e vivendo com a renda *per capita* abaixo de R\$70,00 estão inscritas no programa Bolsa Família.

^{iv} O programa Oportunidade Solidária foi um dos primeiros programas ditos de Economia Solidária no país. Implementado em 2001, o programa previu a criação da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade para o desempenho das ações, coordenadas por Márcio Pochmann. Importante ressaltar que o desenho e a metodologia aplicada nas atividades desenvolvidas pela SDTI em Osasco é semelhante em grande medida ao caso paulistano. Para mais informações sobre o programa Oportunidade Solidária ver (GOMES e ALVES, 2005) e SILVA (2010).

^v Ainda em processo de consolidação, o FUMDIP representa um grande passo na questão das compras públicas. Isso porque, a idéia inicial é que o fundo seja composto por recursos advindos de transações comerciais a partir das compras públicas, de modo a promover um giro na economia local, favorecendo os microempreendedores.

ECONOMIA CRIATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE

Rafael Saad Fernandez

(Graduado em Letras pela Universidade de São Paulo e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC)

rafael.saad@ufabc.edu.br

Neusa Serra

(Doutora em Engenharia (Produção) pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC).

neusa.serra@ufabc.edu.br

Resumo: A importância econômica dos setores considerados criativos tem sido discutida intensamente no mundo nas últimas décadas, trazendo à tona conceitos chave para a compreensão desse fenômeno, como economia, cultura e criatividade. Além de trazer essa discussão, o artigo traça um panorama histórico dos debates sobre a Economia Criativa em organizações nacionais e internacionais que têm se dedicado a mensurar a importância dessas atividades para a economia e subsidiar a elaboração de políticas públicas de apoio. Por fim, são apresentados exemplos de políticas bem sucedidas na área e o papel recém assumido pelo Ministério da Cultura no Brasil de formulador de políticas públicas que transcendem a esfera cultural e impactam no desenvolvimento econômico e social.

Palavras-Chave: Economia Criativa; Cultura; Políticas Públicas.

Nas últimas três décadas houve grande preocupação por parte de organismos nacionais e internacionais em observar mais atentamente a dinâmica dos setores econômicos relacionados à cultura e à criatividade (UNESCO, 2005; DEPS, 2005; IBGE, 2007; FIRJAN, 2008; OIC, 2008, 2009; KEA, 2009; MCH, 2009; UNCTAD, 2008, 2010; DCMS, 2010; CAIADO, 2012 entre outros). Esse movimento foi motivado pela necessidade de buscar alternativas ao modelo de desenvolvimento até então vigente, que privilegiava a indústria tradicional, e partir para um novo modelo no qual a cultura e a criatividade ocupassem lugar de destaque.

A partir dos levantamentos realizados por essas instituições, observou-se que as atividades intensivas em conhecimento apresentavam franco crescimento e ocupavam

ano a ano uma fatia cada vez maior da economia global, enquanto setores que haviam carregado a economia por décadas passavam por sucessivas crises.

Quanto ao emprego, os estudos têm mostrado (CAIADO, 2012) que esses setores são extremamente atrativos para a parcela mais jovem da população, porém exigem profissionais com maior nível de escolaridade. Esse requisito garante melhores salários aos trabalhadores, mas ao mesmo tempo coloca desafios para as políticas públicas de formação de recursos humanos. Além de exigir um novo perfil profissional, as relações de trabalho nas atividades criativas também estão mudando drasticamente, vide a porcentagem cada vez maior de *freelancers* e trabalhadores em regime de *home work*. Mesmo quando o trabalho se dá na empresa, as mudanças em relação às décadas anteriores são perceptíveis: horários mais flexíveis; valorização e estímulo à criatividade; áreas de lazer e convivência etc.

Apesar de não haver consenso sobre a melhor forma de agrupar essas atividades, a terminologia mais empregada atualmente para reunir os setores intensivos em conhecimento, cultura e criatividade é **Economia Criativa**. Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU, essas atividades encontram-se no cruzamento das artes, da cultura, dos negócios e da tecnologia, compreendendo o ciclo de criação, produção e distribuição de bens e serviços que utilizam o capital intelectual como sua principal matéria-prima. Isso inclui desde as manifestações folclóricas, música, livros, artes plásticas, teatro e dança até setores intensivos em tecnologia como cinema, televisão, animação digital, *games* ou campos mais orientados aos serviços como arquitetura e publicidade. Tais atividades podem gerar benefícios de diversas formas, mas principalmente por meio do comércio, da prestação de serviços e dos direitos de propriedade intelectual (UNCTAD, 2010).

Neste cenário, algumas instituições voltaram o olhar para as possibilidades de promoção do desenvolvimento que podem advir da valorização das atividades. Boa parte do esforço de organismos internacionais concentrou-se na análise de políticas públicas que foram bem sucedidas ao fomentar as atividades culturais e criativas e difundi-las por meio de publicações e encontros em diferentes partes do globo.

Entre as ações registradas nesses documentos encontram-se desde incentivos fiscais até renovações completas de grandes centros urbanos deteriorados, passando pela recuperação de parques industriais decadentes, formação de *clusters* criativos, políticas de incentivo às exportações de bens e serviços culturais, de promoção do emprego e do empreendedorismo. Os inúmeros sucessos alcançados por estas iniciativas nos fazem

crer que é preciso discutir de maneira mais atenta as possibilidades desse tipo de ação para países em desenvolvimento, especialmente para o Brasil.

Metodologia

A partir de uma revisão das principais referências da literatura que abordam essa temática busca-se a origem dos conceitos de Economia, Cultura e Criatividade, com o objetivo de melhor esclarecer as bases do conceito de Economia Criativa. Com base nesses trabalhos, é apresentado um breve panorama da história recente destes estudos e os principais trabalhos de instituições que se dedicaram a fomentar as atividades culturais e criativas, discutindo-se algumas de suas diferenças conceituais.

Em seguida, são apresentados exemplos de políticas públicas bem sucedidas e que podem contribuir para a expansão dessas atividades no Brasil. É dada ênfase a iniciativas como a da Rede de Cidades Criativas da Unesco e alguns projetos de renovação urbana.

Por fim, são feitas considerações sobre o papel assumido pela recém criada Secretaria de Economia Criativa no Ministério da Cultura e a importância deste agente nas ações voltadas para as atividades criativas no país ao longo dos próximos anos.

O debate conceitual

Throsby (2001, p.3-4) considera a “Economia” como sendo uma ciência que trata da escassez e de como recursos limitados são distribuídos entre os indivíduos que compõem uma sociedade. De maneira relativamente oposta, a “Cultura” escapa à lógica da escassez. Em um sentido sociológico, ela envolve atitudes, crenças, modos, costumes, valores e práticas compartilhadas por um povo e que são infinitamente multiplicáveis de maneira oral e escrita pelo contato entre os indivíduos. Para ele, são culturais as atividades humanas envolvem criatividade na sua produção, comunicam significados simbólicos e geram, mesmo que apenas de forma potencial, algum tipo de propriedade intelectual.

Raymond Williams (1976, p.87-90) vai buscar no termo latino *colere*, “ancestral” da palavra *cultura*, uma gama bem variada de acepções que ajudaram a compor o sentido que hoje reconhecemos nesta palavra e que se registra desde a Antiguidade: habitar (no sentido de “colonizar”, a partir de *colonus* de mesmo radical);

cultivar (daí o uso no português de expressões como “cultura da cana” ou “suinocultura”); proteger; honrar com devoção (no sentido religioso de “culto”).

A cultura no sentido romano expressava, assim, a conexão entre homem e natureza, sendo a agricultura, que dela advém, mais valorizada que a fabricação de objetos e obras de arte. Marilena Chauí (2006) lembra que o termo, donde deriva “puericultura” relaciona-se também ao cuidado com as crianças e o “cultivo do espírito para a verdade e a beleza, inseparáveis da natureza.” (CHAUÍ, 2006, p.12).

No mundo grego, o conceito que melhor refletia a noção que temos hoje de cultura era *paideia* (παιδεία), que engloba não só o ensino, a transmissão de conhecimentos, mas também a elevação do indivíduo a uma condição intelectual e espiritual mais privilegiada e que depende principalmente da incorporação dos valores e conhecimentos passados através do convívio em sociedade e da reflexão sobre os saberes (ALVES, 2010, p.24).

Adentrando mais especificamente no conceito de “Criatividade”, John Howkins, considerado o pai do conceito de Economia Criativa, vê nela a habilidade humana de gerar algo novo. Para ele, a criatividade depende do envolvimento de pessoas (pois as ideias só surgem a partir delas), da originalidade (visto que a criatividade relaciona-se à novidade) e de um significado (cria-se coisas com um determinado sentido e objetivo, carregadas de conteúdo simbólico). Ele acredita que no mundo atual, as pessoas criativas, isto é, aquelas que são capazes de ter ideias, estão se tornando mais poderosas que os indivíduos que trabalham nas máquinas e até mesmo mais poderosas que os donos das máquinas, o que as torna ao mesmo tempo alvo de admiração e temor (HOWKINS, 2001).

No entanto, apesar de ser bastante claro que todos os seres humanos são dotados de algum grau de criatividade, o que vemos na sociedade é que nem todos os indivíduos optam (ou têm oportunidade de optar) por viver de sua capacidade de criação, seja escrevendo um romance ou inventando um novo computador. Por outro lado, é preciso ter em conta que a criatividade não é uma atividade necessariamente econômica, mas que pode assumir esta forma quando é transformada em um bem ou serviço consumível pelos indivíduos.

Na busca por estabelecer algumas fronteiras e distinções entre a variada gama de atividades enquadradas sob a rubrica de Economia Criativa, vale lembrar ainda que:

a cultura relaciona-se com objetos e é um fenômeno do mundo; o entretenimento relaciona-se com pessoas e é

um fenômeno da vida. Um objeto é cultural na medida em que pode durar; sua durabilidade é o contrário mesmo da funcionalidade, que é a qualidade que faz com que ele novamente desapareça do mundo fenomênico ao ser usado e consumido (ARENDDT, 2006, p. 260).

Ao destacar a durabilidade, o caráter de “permanência” no mundo do objeto ou obra cultural, em oposição à ideia de “funcionalidade”, associada puramente à satisfação de necessidades, Arendt estabelece os alicerces que nos permitem fazer a distinção entre expressões culturais genuínas e a indústria do entretenimento e da moda, só para citar alguns exemplos. No entanto, é importante fazer tais distinções por que, segundo ela:

A cultura é ameaçada quando todos os objetos e coisas seculares, produzidos pelo presente ou pelo passado, são tratados como meras funções para o processo vital da sociedade, como se aí estivessem somente para satisfazer a alguma necessidade – e nessa funcionalização é praticamente indiferente saber se as necessidades em questão são de ordem superior ou inferior (ARENDDT, 2006, p. 261).

A linha demarcatória estabelecida entre as qualidades durável e descartável, permanente e transitório, utilidade para a sobrevivência e alimento para o espírito, objeto de uso e objeto de deleite é fundamental para que, ao nos referirmos ao grande campo da Economia Criativa, não percamos de vista que ele engloba conteúdos de diferentes naturezas. Em grandes linhas, essas diferenças referem-se, de um lado, a conteúdos puramente simbólicos, constitutivos de identidades coletivas, expressos pelas artes e pelo patrimônio histórico, arquitetônico e cultural, não totalmente mensuráveis em termos monetários e, de outro, a uma infinidade de bens e serviços facilmente reprodutíveis e circunscritos ao mundo das mercadorias.

História recente dos estudos sobre economia, cultura e criatividade

Em 1994, é produzido na Austrália o *Creative Nation*, um dos marcos iniciais desta nova linha de pensamento que vê no tripé economia, cultura e criatividade possibilidades de promoção do desenvolvimento através da valorização da diversidade, da expressão dos indivíduos e do conhecimento por eles produzido. Nessa obra, os australianos veem a cultura e a identidade de maneira entrelaçada, seja ela da nação, da comunidade ou dos indivíduos. Para eles, encontrar formas de preservar e promover a cultura, os valores e as tradições é a única maneira de se chegar a uma melhor

compreensão de quem realmente somos e de traçar metas para o que desejamos nos tornar no futuro (NATIONAL LIBRARY OF AUSTRALIA, 1994).

Esse documento estipulou uma série de compromissos que teriam de ser cumpridos para que se alcançasse um grau mais elevado de desenvolvimento social e cultural. Previa-se, por exemplo, uma política permanente de promoção de festivais que valorizassem as culturas tradicionais e suas formas de expressão; a criação de mecanismos legais que protegessem as manifestações artísticas; maiores aportes financeiros para empresas que estivessem desenvolvendo atividades em alinhamento com os objetivos nacionais de valorização da cultura etc. Um dos resultados mais visíveis globalmente foi o incentivo às produções audiovisuais para cinema e televisão, os quais parecem ter surtido enorme efeito, sobretudo nas produções direcionadas à faixa etária dos adolescentes, as quais têm sido exportadas para diversos países, inclusive para o Brasil (vide os seriados *Ninguém Merece*, *Portal do Intercâmbio e Ciência Travessa*, recentemente exibidos na TV Cultura).

Ainda nos anos 1990 esse tipo de discurso desembarca no Reino Unido, difundindo ainda mais a ideia de que os setores culturais/criativos poderiam realmente alavancar o crescimento econômico e promover o desenvolvimento em seu sentido pleno. Essa percepção foi decisiva para que os britânicos adotassem uma série de políticas nacionais que visavam arrancar a economia do país da estagnação e levá-la para um novo patamar de crescimento, aproveitando o ritmo acelerado de setores como design, audiovisual e informática.

O principal objetivo do país nesse período foi revitalizar a economia nacional, até então muito dependente da indústria tradicional, apostando todas as fichas na criatividade. Isso não significava, como pode parecer à primeira vista, que os setores tradicionais seriam deixados à agonia enquanto todos os investimentos seriam concentrados em arte – muito pelo contrário. Um dos fatores que permitiram o sucesso dessa iniciativa foi justamente a incorporação de novas ideias a produtos e serviços tradicionais. Um exemplo desse tipo de ação pode ser verificado no design, que passou a ocupar um local de destaque na indústria conforme se tornou mais evidente que sua participação na determinação do valor dos bens era grande e poderia levar a um aumento do valor agregado aos produtos britânicos. O sucesso dessa iniciativa tornou a experiência do Reino Unido uma referência importante para os estudos que vieram posteriormente.

Os britânicos trabalharam essencialmente com o conceito de **indústrias criativas**¹ até 2004, quando passaram a adotar o termo **economia criativa**. Para eles, neste conjunto de setores encontram-se aquelas atividades cujo elemento central é a criatividade, a habilidade e o talento individuais. Todas elas possuem grande potencial para a geração de riqueza e de trabalho por intermédio da criação e da exploração da propriedade intelectual (DCMS, 2001).

O Department of Media, Culture and Sports – DCMS² cria então a *Creative Industries Task Force*, equipe responsável por elaborar estudos que viabilizassem uma renovação dos setores tradicionais da economia britânica, em franca decadência, e promovessem os setores mais intimamente ligados à criatividade (UNCTAD, 2010). Segundo Flew e Cunningham (2010), essa equipe foi responsável por quatro grandes contribuições à ideia de fomentar as Indústrias Criativas no Reino Unido. A primeira teria sido atribuir a essas atividades o foco principal da economia pós-industrial britânica, tendo em vista sua importância econômica, sobretudo no que se refere à oferta de emprego e contribuição à formação do Produto Interno Bruto. Em segundo lugar, mostrou que tais setores não seriam importantes apenas por seu valor intangível, mas também por contribuírem para o desenvolvimento da economia como um todo, devido ao seu grande efeito multiplicador dos investimentos. A terceira ação importante foi destacar a questão do fomento à cultura não apenas do ponto de vista do subsídio e do patrocínio, mas como objeto de políticas mais amplas, que envolvessem a exportação de bens e serviços culturais, propriedade intelectual, desenvolvimento urbano e educação (esta última tendo culminado em uma completa reestruturação do ensino básico, com foco no incentivo à criatividade desde o início da escolarização). Sua quarta ação foi estimular não só as formas tradicionais de se produzir bens culturais/criativos, mas também envolver formas modernas de produção diretamente relacionadas às tecnologias da informação e ao que se tem considerado como “nova economia”.

Passando agora para as discussões no âmbito de agências internacionais, é importante ressaltar que a Unesco tem se preocupado com este debate desde 1986, quando publicou o primeiro *Framework for cultural statistics*. Esse documento era

¹ O termo *creative industries* no inglês comporta não apenas as atividades industriais, mas também o setor de serviços. A tradução do termo como *indústrias criativas* em português tem sido a causa de alguns desentendimentos ao redor do conceito.

² O DCMS é o departamento britânico responsável pelas políticas relacionadas ao setor cultural, mídia (tanto impressa quanto rádio, televisão e internet) e esportes. Ele possui **status ministerial** e é o responsável pela realização de grandes eventos no Reino Unido, como é o caso dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres em 2012.

composto por uma série de indicações metodológicas que visavam uma padronização dos dados sobre os setores culturais de forma a possibilitar a comparação de informações de diferentes países, criando uma série histórica consistente. O intuito do projeto era facilitar o levantamento, a divulgação e a análise de informações sobre a cultura nos países membros, subsidiando a elaboração de políticas públicas culturais. No entanto, até os anos 1990, a preocupação da instituição concentrava-se na questão estritamente cultural, sem uma perspectiva econômica e de desenvolvimento, que se tornaria o mote dos estudos mais tarde realizados. A partir daí, a Unesco começa a apostar no desenvolvimento de uma metodologia (UNESCO, 2005) que permitiu comparar o volume e a composição da balança comercial de bens e serviços culturais dos países membros, tornando clara a importância dessas atividades para a economia global e a necessidade de voltar os olhos com mais atenção para seu potencial, obscurecido pela movimentação internacional de *commodities* e produtos manufaturados de baixo valor agregado.

A Unesco considera como setores econômicos ligados à cultura aqueles diretamente relacionados à criação, produção, comercialização e ensino de conteúdos intangíveis e culturais em sua natureza. Essas atividades são vistas como intensivas em trabalho e conhecimento e estimulariam a criatividade e a inovação dos processos de produção e comercialização. Além dessas, são consideradas atividades relacionadas a esses setores o turismo e as atividades esportivas e recreativas (UNESCO, 2005, p.19).

Outra importante ação da Unesco no fomento às atividades culturais/criativas foi a criação da Rede de Cidades Criativas (*Creative cities network*), sobre a qual falaremos adiante.

Ainda no sistema ONU, a Unctad produziu estudos sobre a Economia Criativa, especialmente sobre sua conceituação (UNCTAD, 2008; 2010), trabalhou em prol do levantamento de informações internacionalmente comparáveis³ e na elaboração de uma metodologia que permitisse aferir a importância dos setores econômicos criativos para a economia dos países.

Além disso, os *Creative Economy Report* (2008 e 2010) trazem um grande conjunto de experiências bem sucedidas de políticas públicas implementadas em

³ Há um banco de dados com informações sobre o fluxo de bens e serviços criativos entre os países que pode ser acessado em: http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx?sRF_ActivePath=P,10&sRF_Expanded=,P,10.

diferentes países e que podem servir de modelo para serem adaptadas a países como o Brasil. Entre as principais alternativas propostas pela Unctad encontram-se ações como a implantação de uma infraestrutura tanto de equipamentos culturais quanto de apoio às atividades econômicas criativas (como espaços adequados para a instalação de empresas dos setores criativos, acesso às redes informacionais, espaços para troca de informações, melhor acesso aos mercados consumidores etc.); suporte financeiro adequado na forma de crédito e incentivos especialmente desenhados de acordo com as características específicas de cada setor criativo; instrumentos legais que favoreçam o desenvolvimento de atividades criativas; estímulo à formação de *clusters* criativos; estímulo ao empreendedorismo, entre outras iniciativas.

Um destaque merece ser dado a uma das propostas que nos parece ser fundamental para o estímulo inicial a essas políticas, pensando especialmente no caso brasileiro: o estabelecimento de instituições dedicadas exclusivamente à promoção da Economia Criativa, responsáveis tanto pelo levantamento e divulgação de informações como pelo desenvolvimento de pesquisas, elaboração de propostas de políticas públicas, estímulo à interação entre os agentes envolvidos em todas as etapas das atividades criativas e pela proposição de ações que aumentem a sinergia entre empresas, governo e consumidores de bens e serviços criativos. O Brasil parece ter começado a trilhar este caminho a partir da criação recente da Secretaria de Economia Criativa no Ministério da Cultura, sobre a qual trataremos adiante.

Na América Latina, um dos países que mais tem se debruçado sobre essa temática nos últimos anos é a Argentina. Buenos Aires, por ser considerada internacionalmente como uma Cidade do Design e fazer parte da Rede de Cidades Criativas da Unesco, tem se preocupado em realizar uma série de estudos para mensurar o impacto dessas atividades na sua economia. Com o intuito de melhor observar a importância desses setores para a economia da cidade, o governo municipal criou o Observatorio de Industrias Creativas - OIC, constituído por uma equipe multidisciplinar empenhada na elaboração de políticas específicas de promoção das atividades criativas portenhas. A cidade tem apostado fortemente nos setores criativos como uma forma de impulsionar o desenvolvimento da economia local e destacá-la no cenário internacional, havendo fortes evidências de que estes setores poderiam arrancar o país das sucessivas crises pelas quais vem passando ao longo das últimas décadas (OIC, 2008).

Desde 2005, o OIC tem publicado relatórios contendo dados quantitativos e qualitativos do setor, sobretudo no que se refere ao emprego em atividades criativas,

comércio exterior, produção, comercialização e consumo de bens e serviços culturais na Argentina (OIC, 2009, p. 6)

Para o OIC, são criativas as seguintes atividades:

- Artes cênicas e visuais (teatro, dança, pintura, escultura etc.);
- Editoriais (livros, jornais e revistas);
- Música (gravada e ao vivo);
- Audiovisual (cinema, rádio, televisão etc.);
- Design (gráfico, industrial, moda etc.);
- Serviços criativos conexos (informática, games, internet, arquitetura, publicidade, agências de notícias, bibliotecas, museus etc.).

Já no caso do Brasil, os estudos sistemáticos sobre cultura e criatividade começaram a ser desenvolvidos pelo IBGE em 2004, quando foi firmado um convênio com o Ministério da Cultura para a elaboração de estatísticas referentes à **Economia da Cultura** no país, compreendida como o grupo de atividades econômicas geradoras de bens e serviços culturais. Para esse fim foi criado o Sistema de Informações e Indicadores Culturais, que assumiu a função de democratizar o acesso às informações existentes nas bases do IBGE, permitindo a elaboração de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema (IBGE, 2007).

No primeiro ano de trabalhos foram utilizados dados de 2003 e, a partir desse ponto, vem sendo construída uma série que contou com informações mais recentes (IBGE, 2007), apresentados de maneira comparativa (2003-2005).

Segundo o IBGE:

Consideram-se como atividades econômicas diretamente relacionadas à cultura as atividades características que são típicas da cultura, tradicionalmente ligadas às artes. Neste campo estão incluídas as atividades de edição de livros, rádio, televisão, teatro, música, bibliotecas, arquivos, museus e patrimônio histórico. As atividades econômicas indiretamente relacionadas à cultura referem-se às que agregam em uma mesma classificação aquelas consideradas propriamente culturais e outras não necessária ou exclusivamente vinculadas ao setor em questão. (IBGE, 2006, p.13).

A concepção de cultura adotada nos estudos do IBGE relaciona-se às atividades econômicas geradoras de bens e serviços culturais, observadas tanto do ponto de vista da oferta como do consumo. O setor cultural foi definido pelo IBGE de uma maneira empírica, tomando-se como referência inicial a definição da Unesco e adaptando-a para as bases de dados e sistemas de classificação existentes no Brasil.

Em São Paulo, a Fundação do Desenvolvimento Administrativo – Fundap, entrou para a lista de instituições em busca de definições para este campo de estudos em 2008, com o início do projeto “Caracterização das Cadeias Produtivas Baseadas na Criatividade”. O resultado desse estudo (CAIADO, 2012) apresenta, além de um breve panorama sobre o que tem sido feito no Brasil e no Mundo, um diagnóstico de como se situa a cidade de São Paulo em termos de empregos e empresas criativas e elenca alguns modelos de políticas públicas aplicadas em diversos países e que poderiam ser adaptadas ao caso paulistano, ajudando a alavancar os setores criativos do município de acordo com as características específicas identificadas para as diferentes regiões da cidade e setores nela instalados.

Políticas públicas para Economia Criativa

O que parece ser uma regra em todos os estudos aqui apresentados é a participação do poder público como um ente ativo no processo de fomento às atividades criativas. Seu papel de formulador de políticas pode ser decisivo para o sucesso ou insucesso de empreendimentos ligados à Economia Criativa, seja no âmbito internacional ou no nível de pequenas áreas das cidades. Muitas dessas ações dependem de investimentos maciços, o que pode inibir iniciativas, mas há uma série delas que dependem muito mais da criação de instrumentos de regulação e do exercício do papel de liderança estratégica do governo do que de recursos financeiros.

No entanto, pelo ainda pequeno número de ações que vêm sendo desenvolvidas, nota-se que a preocupação dos governos continua direcionada para outras áreas, cabendo elaborar formas de atrair a atenção dos formuladores de políticas públicas para a importância desse conjunto de setores e seu potencial. Dessa forma, os estudos aqui apresentados procuraram estabelecer metodologias que permitissem aferir de maneira objetiva o impacto econômico das atividades culturais/criativas e demonstrar empiricamente o significado delas para a economia como um todo.

Alguns números sobre a Economia Criativa no Brasil

Apesar de os gastos do governo federal com cultura terem praticamente dobrado nos últimos cinco anos, alcançando em 2011 a marca dos R\$ 946 milhões, são ainda absurdamente insuficientes quando comparados com os gastos de países como França e

Alemanha que beiram a casa dos R\$ 20 bilhões ao ano! (KEA, 2006). Para um país tão grande e diverso como o Brasil, a marca realmente impressiona.

Por outro lado, quando olhamos os dados brasileiros referentes a esses setores percebemos que eles são muito significativos quando comparados com outros ramos de atividade. Segundo dados da Firjan (2011), a participação da cadeia produtiva ligada aos setores criativos no PIB brasileiro teria alcançado já em 2010 18,2%, enquanto a indústria automobilística, que tem sido mais contemplada pelos estímulos governamentais, respondeu por apenas cerca de 5% do PIB (ANFAVEA, 2012). Mesmo que considerássemos os números da Firjan extremamente otimistas ou se tomássemos apenas o que o núcleo criativo, isto é, as atividades mais diretamente ligadas à criatividade, a cifra chega aos 2,5% de participação no total do PIB, o que coloca este conjunto de setores em uma posição bastante importante na economia brasileira.

No Estado de São Paulo, responsável pela maior concentração de profissionais e empresas criativas do país, os empregos formais na Economia Criativa têm crescido a uma taxa superior a 8% ao ano, contra cerca de 5% no total do emprego formal. Se considerarmos que uma parte significativa dos trabalhadores nesses setores exercem atividades informais (estima-se que no Estado de São Paulo apenas 1/3 dos profissionais criativos sejam formalizados) o dinamismo das atividades criativas fica ainda mais evidente (CAIADO, 2012).

Algumas políticas no nível internacional

No nível dos organismos internacionais, tem sido extremamente importante a ação das entidades do sistema ONU no fomento às atividades criativas. Neste sentido, cabe destacar o papel da Unctad, com ações concentradas principalmente na divulgação de informações estatísticas sobre o setor, realização de estudos sobre políticas públicas, organização de grandes eventos para discussão do tema, assim como presença de seus representantes em diversos eventos sobre o assunto em todo o mundo, inclusive no Brasil.

No caso da Unesco, a principal ação da entidade para as atividades culturais/criativas tem se dado no âmbito da Rede de Cidades Criativas. Esta rede nasceu da Aliança Global para a Diversidade Cultural, uma iniciativa criada em 2002 pela Unesco com o intuito de promover parcerias entre agentes públicos, privados e sociedade civil voltadas para as atividades econômicas culturais. Seu principal objetivo é a promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural das cidades, tanto em

países desenvolvidos como em desenvolvimento, de acordo com as prioridades globais elencadas pela Unesco para a cultura e o desenvolvimento sustentável.

Essa rede conecta cidades que querem compartilhar experiências, ideias e melhores práticas para o desenvolvimento cultural, social e econômico. As cidades solicitam o ingresso na rede através de um pedido formal, composto de um dossiê que apresenta as características da cidade e a importância dos setores criativos na sua história e no seu planejamento econômico para o futuro. Esse documento deve ser preferencialmente elaborado por um comitê misto, composto por especialistas de diversas áreas, gestores do poder público, representantes da iniciativa privada e membros da sociedade civil organizada⁴

Uma vez aceita na rede, a cidade pode compartilhar suas experiências com as demais e também tomar contato com o repertório de políticas que tem sido bem sucedidas em outros lugares, o que auxilia na formulação de políticas públicas no nível local.

As cidades criativas integram sete grupos, de acordo com o setor mais característico de cada local. Elas podem ser Cidades da Literatura, do Cinema, da Música, das Artes Folclóricas e do Artesanato, do Design, da Mídia ou da Gastronomia. Atualmente os grupos são formados por 34 cidades localizadas em quatro continentes, havendo uma série de outras de todas as regiões do mundo à espera de serem avaliadas para se juntar à Rede⁵

Fazem parte da Rede de Cidades Criativas:

- **Cidades da Literatura:** Edinburgo (Reino Unido), Iowa (EUA), Melbourne (Austrália), Dublin (Irlanda), Reykjavik (Islândia) e Norwich (Inglaterra);
- **Cidades do Cinema:** Bradford (Reino Unido) e Sydney (Austrália);
- **Cidades da Música:** Bolonha (Itália), Ghent (Bélgica), Glasgow (Reino Unido), Sevilha (Espanha) e Bogotá (Colômbia);
- **Cidades das Artes Folclóricas e do Artesanato:** Aswan (Egito), Kanazawa (Japão), Santa Fé (México), Icheon (Coreia do Sul) e Hangzhou (China);

⁴ Mais informações sobre o processo de candidatura à Rede de Cidades Criativas podem ser obtidas em: http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=36800&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html.

⁵ Mais informações sobre a Rede de Cidades Criativas podem ser obtidas no site: <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/creativity/creative-industries/creative-cities-network>. (Acesso em 14 de agosto de 2012).

- **Cidades do Design:** Berlim (Alemanha), Buenos Aires (Argentina), Kobe e Nagoya (Japão), Montreal (Canadá), Shenzhen, Xangai e Pequim (China), Seul (Coreia do Sul), Saint-Étienne (França) e Graz (Áustria);

- **Cidade da Mídia:** Lion (França);

- **Cidade da Gastronomia:** Popoyan (Colômbia), Chengdu (China), Östersund (Suécia) e Jeonju (Coreia do Sul).

Como se vê, ainda não há cidades brasileiras na lista, cabendo aí a ação das nossas municipalidades no sentido de solicitarem sua inclusão no grupo para partilharem experiências que poderiam ser bastante benéficas para o desenvolvimento local. Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro são candidatas óbvias, mas as possibilidades que a inclusão nesta rede oferece para municípios fora dos grandes centros urbanos, mas que se destacam nacional e internacionalmente em diferentes ramos criativos, são imensas.

Algumas políticas nacionais promovidas por outros países

-China

A cidade de Xangai, um dos mais importantes centros manufatureiros da China, sofreu muitas transformações nos últimos anos. Desde que o governo local optou por incluir em sua lista de principais objetivos de desenvolvimento o fomento à Economia Criativa, em 2007, uma série de iniciativas foram postas em prática para atingi-los.

Entre essas iniciativas destaca-se a criação de parques industriais criativos, um projeto que envolveu a reforma de galpões industriais em desuso e sua oferta a preços baixos para empreendedores dos ramos criativos, galerias de arte e estúdios que ali quisessem se instalar. A iniciativa deu tão certo que no mesmo ano mais de 75 parques foram criados nestes moldes na cidade.

Com o sucesso da iniciativa, o governo de Xangai optou por estender a ideia para a formação de *clusters* em regiões da cidade que agrupavam determinados nichos criativos. Foram dados incentivos diversos para que as empresas se concentrassem nessas áreas, de forma que se formaram regiões de teatro, cinema, quadrinhos, artes plásticas e *games*, que hoje concentram uma parte bastante significativa da produção nacional nesses setores (UNCTAD, 2010, p. 211-212).

- Argentina

A cidade de Buenos Aires é um dos mais importantes centros econômicos e turísticos da América Latina, atraindo milhares de visitantes que ali desembarcam em

busca de cultura e entretenimento oferecidos por seus inúmeros monumentos, museus, teatros, casas de tango, parques e centros culturais.

Apesar do período de grave crise pelo qual a Argentina tem passado, o governo municipal não deixou de realizar investimentos em setores relacionados à cultura e à criatividade por entender que estas são formas eficazes de se promover o desenvolvimento da cidade ao mesmo tempo em que se valoriza a cultura local.

Entre as muitas iniciativas empreendidas pela municipalidade destaca-se o Centro Cultural Recoleta, localizado em um edifício histórico do séc. XVII, uma das mais antigas construções preservadas de Buenos Aires. O centro é responsabilidade do governo da cidade de Buenos Aires e é gerido em parceria com uma Associação de Amigos do Centro Cultural, com apoio da iniciativa privada (via patrocínio).

Ao lado do Cemitério de la Recoleta, um dos pontos turísticos mais visitados da cidade, o Centro oferece um espaço amplo para a realização de eventos culturais, exposições e cursos, dedicando-se principalmente a quatro linhas de ação: artes visuais, artes cênicas, música e pesquisa com foco em cultura.

Nos últimos anos, os eventos realizados no espaço atraíram mais visitantes do que todos os museus municipais e nacionais juntos, com uma taxa média de crescimento de público ao ano da ordem de 20% (OIC, 2008), uma evidência do grande sucesso da iniciativa.

Sob a praça na qual se encontra o espaço existe um grande shopping de design com foco em objetos para o lar. Os dois espaços de certa forma estabelecem uma relação na medida em que o shopping costuma expor os trabalhos dos designers formados no centro cultural. Além disso, o espaço também interage com uma grande feira de antiguidades e artesanato, que ocorre na praça em frente, o que gera um “intercâmbio” de público que promove os três espaços.

Outra iniciativa bastante interessante é o Centro Metropolitano de Design - CMD. Localizado no bairro de Barracas, próximo a uma das regiões mais pobres da cidade, o espaço é administrado pelo governo da cidade de Buenos Aires e tem por objetivo estimular as atividades relacionadas ao design no município.

O centro está subordinado à *Dirección General de Industrias Creativas y Comercio Exterior*⁶ e foi instalado no edifício de um antigo mercado de peixe (no local,

⁶ A DGIC é o órgão municipal responsável pelas políticas municipais relacionadas ao desenvolvimento das indústrias criativas da cidade de Buenos Aires. Para saber mais sobre o trabalho deles: <http://industriascreativas.mdebuenosaires.gov.ar>.

encontram-se em exposição diversos equipamentos utilizados no processamento do pescado como uma forma de preservar a história do edifício), tendo passado recentemente por uma grande reforma que deu maior capacidade de utilização aos seus mais de 14 mil m².

Entre as principais atividades do CMD estão cursos e oficinas, incubadoras de novos negócios e a organização de eventos e feiras que reúnem profissionais e empresas interessados em promover o design na cidade. Por meio dessas atividades o CMD pretende mostrar a importância do design para a indústria portenha e o quanto ele pode contribuir para alavancar os diferentes setores da economia e agregar valor aos produtos.

Dentro do CMD funciona também o Observatorio de Industrias Creativas – OIC, responsável pela elaboração de relatórios anuais sobre as condições das indústrias criativas na cidade, comparando esses dados ao total da economia argentina. O OIC também realiza pesquisas sobre novas formas de se promover a criatividade no município, incentivando a municipalidade a adotar políticas públicas específicas para esse fim. Entre as medidas mais recentes está a formação de uma série de *clusters* em diferentes regiões da cidade que vão abrigar setores criativos, sendo oferecidos incentivos para a instalação de empresas desses setores, especialmente para aquelas que fazem uso intensivo de tecnologia. Aliado à estratégia de atração de empresas, faz parte da iniciativa o incentivo aos profissionais que queiram viver mais próximos de seus locais de trabalho por meio da isenção de impostos para os que fizerem essa opção. Essa medida é vista como uma forma de reduzir o impacto no trânsito do deslocamento das pessoas para o trabalho, melhorando assim a qualidade de vida e desenvolvendo o bairro como um todo.

A política para Economia Criativa no Brasil

Com a recente criação da Secretaria de Economia Criativa, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, fica evidente que o país está tomando um posicionamento mais ativo em relação ao tema, havendo uma preocupação crescente com a elaboração e implementação de políticas públicas de estímulo aos setores criativos. Esta secretaria chama para si a responsabilidade de refletir sobre o potencial do setor e levantar dados que subsidiem políticas públicas com este foco no país.

No final de 2011 foi lançado o plano da secretaria (MINC, 2011) para o período 2011-2014, que procura apresentar, além de uma carta de intenções, uma forma de

proporcionar um ambiente no qual a criatividade dos brasileiros seja estimulada, tendo em vista a importância que as atividades econômicas relacionadas à cultura e à criatividade têm assumido nos últimos anos. Assim, o documento aponta para uma perspectiva na qual a diversidade deixa de ser vista como ponto da discórdia para se tornar o ativo mais valioso em uma sociedade que anseia por bens e serviços culturais.

O primeiro desafio ao qual se propõe o Plano da Secretaria de Economia Criativa é chegar a um conceito mais claro de Economia Criativa, adaptado para a realidade brasileira. Ao invés de adotar abertamente um conceito pré-existente, o documento realiza uma nova investida sobre este objeto e não se detém em aceitar como criativas as atividades nas quais o insumo principal é a criatividade ou das quais há geração de propriedade intelectual, mas conceitua:

[...] os setores criativos são todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica (MINC, 2011, p. 22).

Nesta perspectiva, a Economia Criativa é definida de forma próxima ao que já é proposto pela Unctad, ou seja:

[...] a partir das dinâmicas culturais, sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica (MINC, 2011, p. 23).

Assim, são consideradas atividades da Economia Criativa:

- Patrimônio (material e imaterial, arquivos e museus);
- Expressões culturais (artesanato, culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, artes visuais);
- Artes de espetáculo (dança, música, circo e teatro);
- Audiovisual e do livro, da leitura e da literatura (cinema e vídeo, publicações e mídias impressas);
- Criações funcionais (moda, design, arquitetura e arte digital).

A secretaria se volta especialmente para ações que visem a uma maior capacitação dos profissionais criativos do país; ao estabelecimento de marcos legais específicos para os setores criativos, protegendo-os e incentivando-os a crescer ainda mais e a promoção do turismo cultural nas regiões brasileiras potencialmente favoráveis.

Uma das principais ações sob responsabilidade da secretaria e que foi posta em prática no início de 2012 foi o lançamento do Observatório Brasileiro da Economia Criativa – OBEC, o qual tem como objetivos:

Permitir a centralização e fácil acesso a dados e informações sobre o setor, inclusive sobre o seu impacto na dinâmica social e econômica do País, favorecendo debates sobre o tema e o fomento a um ambiente acadêmico-prático de estudos e pesquisas que envolva, em rede, estudiosos, especialistas, agentes governamentais e representantes do setor cultural (OBEC, 2012).

Além disso, o OBEC pretende realizar uma série de atividades que incluem o mapeamento dos dados referentes à Economia Criativa no Brasil; a elaboração de indicadores para as atividades econômicas criativas que permitam desenvolver e acompanhar as políticas públicas implementadas no país; a condução e a divulgação de pesquisas sobre esses setores e a organização de apresentações e debates nas diferentes regiões do país com o intuito de divulgar as possibilidades de desenvolvimento que podem advir de um maior incentivo aos setores criativos, entre outras ações.

Conclusão

Olhando para a quantidade de eventos, reportagens e artigos científicos que tem tomado conta da mídia no último ano tratando de Economia Criativa parece-nos que todas as ideias que passaram despercebidas nos últimos 30 anos estão vindo à tona de uma só vez. No Google, o termo “economia criativa” aparece mais de 120 mil vezes nesse período, uma evidência de que o debate sobre este tema tem sido intenso.

Cultura e Economia, vistas até pouco tempo atrás em polos completamente opostos tem sido aproximadas através dos conceitos de Economia da Cultura e Economia Criativa numa tentativa evidente de promoção do desenvolvimento econômico e social. Alternativas para o rompimento dessa barreira têm surgido e parece haver interesse de todos os lados para que isso aconteça.

Os estudos que trataram do processo de aproximação das atividades criativas à lógica do mercado têm sido bem sucedidos. Pode-se dar o devido mérito às iniciativas da ONU e de organismos nacionais por conseguirem levantar informações que comprovam a importância cada vez maior dos setores culturais/criativos na economia global e o potencial deste tipo de atividade para a geração de emprego e renda. Os argumentos apontados por estas instituições parecem paulatinamente chegar aos

ouvidos dos formuladores de políticas públicas e têm dado resultados positivos em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil.

O que se vê em países como o Reino Unido, França, Austrália, China e Argentina são exemplos de que pensar de maneira criativa e apostar em políticas que fujam do pensamento tradicional pode ser interessante. A importância do poder público nesse processo é clara e indica a necessidade de haver maior ação tanto no sentido de propor novas políticas como também em motivar as empresas e profissionais destes setores a interagirem e acreditarem que o caminho trilhado por eles tem grandes chances de sucesso.

O que tem sido feito no Brasil desde os estudos preliminarmente realizados pelo IBGE até o cenário atual de adoção da Economia Criativa como uma questão estratégica para o país indicam que já há certo grau de convencimento de que as coisas podem mudar. Se as iniciativas propostas pelo Ministério da Cultura derem certo, estará aberto o caminho para uma participação maior da cultura na determinação dos rumos do país e as possibilidades de desenvolvimento sustentável com inclusão social estarão mais próximas da realidade.

Essa mudança de perspectiva parece já estar dando frutos, mas é preciso que o discurso de desenvolvimento que acompanha o debate de Economia Criativa atinja ainda mais fortemente os tomadores de decisão se quisermos que a cultura, a criatividade e o conhecimento cheguem ao patamar de importância que realmente lhes cabe. Neste sentido, é fundamental o trabalho intenso de instituições e pesquisadores que defendam a tese de que a cultura e a criatividade são alternativas viáveis para o desenvolvimento. Por sua vez, cabe também ao poder público adotar uma postura um pouco menos tradicional e se deixar convencer de que a cultura não pode mais ser vista como o último item da lista de prioridades.

Basta apenas um pouco mais de criatividade para que isso seja possível.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Paulo César (org.). **Cultura: múltiplas leituras**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- ANFAVEA. **Anuário da indústria automobilística brasileira**. São Paulo: Anfavea, 2012.
- ARENDRT H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992

CAIADO, A. . C. **Economia criativa: economia criativa na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundap, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DCMS. **Creative Industries Economic Estimates Statistical Bulletin**. London: DCMS, 2010. Disponível em: <http://www.culture.gov.uk/global/research/statistics_outputs/>.

_____. **Creative Industries Mapping Document**. London: DCMS, 2001. Disponível em: <http://www.culture.gov.uk/creative_industries/QuickLinks/publications/>.

DEPS. **L'emploi culturel dans l'union européenne en 2002: donnés de cadrage et indicateurs**. Paris: DEPS, 2005.

HOWKINS, J. **The creative economy: how people make money from ideas**. London: Penguin, 2001.

IBGE. **Sistema de informações e indicadores culturais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Sistema de informações e indicadores culturais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

FIRJAN. Cadeia da Indústria Criativa no Brasil. **Estudos para o desenvolvimento do Rio de Janeiro**, v.2, maio de 2008, Rio de Janeiro.

_____. Cadeia da Indústria Criativa no Brasil. **Nota técnica**, n.10, out. 2008, Rio de Janeiro.

FLEW, T.; CUNNINGHAM, S. **Creative industries after the first decade of debate**. Brisbane : Routledge, 2010.

KEA. **The economy of culture in Europe**. European Commission, October 2006.

_____. **Impact of Culture on Creativity**, European Commission, June 2009.

MCH. **Cultural indicators for New Zealand**. Wellington: Ministry of culture and heritahge, 2009. Disponível em: <<http://www.mch.govt.nz/publications/cultural-indicators/CulturalIndicatorsReport.pdf>>.

MINC. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014**. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

NATIONAL LIBRARY OF AUSTRALIA. **Creative Nation: Commonwealth cultural policy**. 1994. Disponível em: <<http://www.nla.gov.au/creative.nation>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

OBEC. **Observatório Brasileiro da Economia Criativa**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/economiacriativa>>. Acesso em: 14 ago 2012.

OIC. **Industrias creativas de la ciudad de Buenos Aires**. Buenos Aires: OIC, 2009.

_____. **Industrias creativas de la ciudad de Buenos Aires.** Buenos Aires: OIC, 2008.

THROSBY, D. **Economics and culture.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

UNCTAD. **Creative economy report: the challenge of assessing the creative economy.** New York: United Nations, 2008.

_____. **Creative economy report: a feasible development option.** New York: United Nations, 2010.

UNESCO. **International Flows of Selected Cultural Goods and Services, 1994-2003.** Montreal: UNESCO Institute of statistics, 2005.

_____. **Framework for Cultural Statistics.** Statistical Commission and Economic Commission for Europe, UNESCO, Conference of European Statisticians. Third Joint meeting on Cultural Statistics, 17-20 March 1986. CES/AC/44/11. 13 February 1986.

WILLIAMS, Raymond. **Keywords: a vocabulary of culture and society.** Edição revisada. New York: Oxford, 1976.

ECONOMIA CRIATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE

Rafael Saad Fernandez

Graduado em Letras pela Universidade de São Paulo e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC
rafael.saad@ufabc.edu.br

Neusa Serra

Doutora em Engenharia (Produção) pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC
neusa.serra@ufabc.edu.br

Resumo: A importância econômica dos setores considerados criativos tem sido discutida intensamente no mundo nas últimas décadas, trazendo à tona conceitos chave para a compreensão desse fenômeno, como economia, cultura e criatividade. Além de trazer essa discussão, o artigo traça um panorama histórico dos debates sobre a Economia Criativa em organizações nacionais e internacionais que têm se dedicado a mensurar a importância dessas atividades para a economia e subsidiar a elaboração de políticas públicas de apoio. Por fim, são apresentados exemplos de políticas bem sucedidas na área e o papel recém assumido pelo Ministério da Cultura no Brasil de formulador de políticas públicas que transcendem a esfera cultural e impactam no desenvolvimento econômico e social.

Palavras-Chave: Economia Criativa; Cultura; Políticas Públicas.

Nas últimas três décadas houve grande preocupação por parte de organismos nacionais e internacionais em observar mais atentamente a dinâmica dos setores econômicos relacionados à cultura e à criatividade (UNESCO, 2005; DEPS, 2005; IBGE, 2007; FIRJAN, 2008; OIC, 2008, 2009; KEA, 2009; MCH, 2009; UNCTAD, 2008, 2010; DCMS, 2010; CAIADO, 2012 entre outros). Esse movimento foi motivado pela necessidade de buscar alternativas ao modelo de desenvolvimento até então

vigente, que privilegiava a indústria tradicional, e partir para um novo modelo no qual a cultura e a criatividade ocupassem lugar de destaque.

A partir dos levantamentos realizados por essas instituições, observou-se que as atividades intensivas em conhecimento apresentavam franco crescimento e ocupavam ano a ano uma fatia cada vez maior da economia global, enquanto setores que haviam carregado a economia por décadas passavam por sucessivas crises.

Quanto ao emprego, os estudos têm mostrado (CAIADO, 2012) que esses setores são extremamente atrativos para a parcela mais jovem da população, porém exigem profissionais com maior nível de escolaridade. Esse requisito garante melhores salários aos trabalhadores, mas ao mesmo tempo coloca desafios para as políticas públicas de formação de recursos humanos. Além de exigir um novo perfil profissional, as relações de trabalho nas atividades criativas também estão mudando drasticamente, vide a porcentagem cada vez maior de *freelancers* e trabalhadores em regime de *home work*. Mesmo quando o trabalho se dá na empresa, as mudanças em relação às décadas anteriores são perceptíveis: horários mais flexíveis; valorização e estímulo à criatividade; áreas de lazer e convivência etc.

Apesar de não haver consenso sobre a melhor forma de agrupar essas atividades, a terminologia mais empregada atualmente para reunir os setores intensivos em conhecimento, cultura e criatividade é **Economia Criativa**. Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU, essas atividades encontram-se no cruzamento das artes, da cultura, dos negócios e da tecnologia, compreendendo o ciclo de criação, produção e distribuição de bens e serviços que utilizam o capital intelectual como sua principal matéria-prima. Isso inclui desde as manifestações folclóricas, música, livros, artes plásticas, teatro e dança até setores intensivos em tecnologia como cinema, televisão, animação digital, *games* ou campos mais orientados aos serviços como arquitetura e publicidade. Tais atividades podem gerar benefícios de diversas formas, mas principalmente por meio do comércio, da prestação de serviços e dos direitos de propriedade intelectual (UNCTAD, 2010).

Neste cenário, algumas instituições voltaram o olhar para as possibilidades de promoção do desenvolvimento que podem advir da valorização das atividades. Boa parte do esforço de organismos internacionais concentrou-se na análise de políticas públicas que foram bem sucedidas ao fomentar as atividades culturais e criativas e difundir-las por meio de publicações e encontros em diferentes partes do globo.

Entre as ações registradas nesses documentos encontram-se desde incentivos fiscais até renovações completas de grandes centros urbanos deteriorados, passando pela recuperação de parques industriais decadentes, formação de *clusters* criativos, políticas de incentivo às exportações de bens e serviços culturais, de promoção do emprego e do empreendedorismo. Os inúmeros sucessos alcançados por estas iniciativas nos fazem crer que é preciso discutir de maneira mais atenta as possibilidades desse tipo de ação para países em desenvolvimento, especialmente para o Brasil.

Metodologia

A partir de uma revisão das principais referências da literatura que abordam essa temática busca-se a origem dos conceitos de Economia, Cultura e Criatividade, com o objetivo de melhor esclarecer as bases do conceito de Economia Criativa. Com base nesses trabalhos, é apresentado um breve panorama da história recente destes estudos e os principais trabalhos de instituições que se dedicaram a fomentar as atividades culturais e criativas, discutindo-se algumas de suas diferenças conceituais.

Em seguida, são apresentados exemplos de políticas públicas bem sucedidas e que podem contribuir para a expansão dessas atividades no Brasil. É dada ênfase a iniciativas como a da Rede de Cidades Criativas da Unesco e alguns projetos de renovação urbana.

Por fim, são feitas considerações sobre o papel assumido pela recém criada Secretaria de Economia Criativa no Ministério da Cultura e a importância deste agente nas ações voltadas para as atividades criativas no país ao longo dos próximos anos.

O debate conceitual

Throsby (2001, p.3-4) considera a “Economia” como sendo uma ciência que trata da escassez e de como recursos limitados são distribuídos entre os indivíduos que compõem uma sociedade. De maneira relativamente oposta, a “Cultura” escapa à lógica da escassez. Em um sentido sociológico, ela envolve atitudes, crenças, modos, costumes, valores e práticas compartilhadas por um povo e que são infinitamente multiplicáveis de maneira oral e escrita pelo contato entre os indivíduos. Para ele, são culturais as atividades humanas envolvem criatividade na sua produção, comunicam

significados simbólicos e geram, mesmo que apenas de forma potencial, algum tipo de propriedade intelectual.

Raymond Williams (1976, p.87-90) vai buscar no termo latino *colere*, “ancestral” da palavra *cultura*, uma gama bem variada de acepções que ajudaram a compor o sentido que hoje reconhecemos nesta palavra e que se registra desde a Antiguidade: habitar (no sentido de “colonizar”, a partir de *colonus* de mesmo radical); cultivar (daí o uso no português de expressões como “cultura da cana” ou “suinocultura”); proteger; honrar com devoção (no sentido religioso de “culto”).

A cultura no sentido romano expressava, assim, a conexão entre homem e natureza, sendo a agricultura, que dela advém, mais valorizada que a fabricação de objetos e obras de arte. Marilena Chauí (2006) lembra que o termo, donde deriva “puericultura” relaciona-se também ao cuidado com as crianças e o “cultivo do espírito para a verdade e a beleza, inseparáveis da natureza.” (CHAUÍ, 2006, p.12).

No mundo grego, o conceito que melhor refletia a noção que temos hoje de cultura era *paideia* (παιδεία), que engloba não só o ensino, a transmissão de conhecimentos, mas também a elevação do indivíduo a uma condição intelectual e espiritual mais privilegiada e que depende principalmente da incorporação dos valores e conhecimentos passados através do convívio em sociedade e da reflexão sobre os saberes (ALVES, 2010, p.24).

Adentrando mais especificamente no conceito de “Criatividade”, John Howkins, considerado o pai do conceito de Economia Criativa, vê nela a habilidade humana de gerar algo novo. Para ele, a criatividade depende do envolvimento de pessoas (pois as ideias só surgem a partir delas), da originalidade (visto que a criatividade relaciona-se à novidade) e de um significado (cria-se coisas com um determinado sentido e objetivo, carregadas de conteúdo simbólico). Ele acredita que no mundo atual, as pessoas criativas, isto é, aquelas que são capazes de ter ideias, estão se tornando mais poderosas que os indivíduos que trabalham nas máquinas e até mesmo mais poderosas que os donos das máquinas, o que as torna ao mesmo tempo alvo de admiração e temor (HOWKINS, 2001).

No entanto, apesar de ser bastante claro que todos os seres humanos são dotados de algum grau de criatividade, o que vemos na sociedade é que nem todos os indivíduos optam (ou têm oportunidade de optar) por viver de sua capacidade de criação, seja escrevendo um romance ou inventando um novo computador. Por outro lado, é preciso ter em conta que a criatividade não é uma atividade necessariamente econômica, mas

que pode assumir esta forma quando é transformada em um bem ou serviço consumível pelos indivíduos.

Na busca por estabelecer algumas fronteiras e distinções entre a variada gama de atividades enquadradas sob a rubrica de Economia Criativa, vale lembrar ainda que:

a cultura relaciona-se com objetos e é um fenômeno do mundo; o entretenimento relaciona-se com pessoas e é um fenômeno da vida. Um objeto é cultural na medida em que pode durar; sua durabilidade é o contrário mesmo da funcionalidade, que é a qualidade que faz com que ele novamente desapareça do mundo fenomênico ao ser usado e consumido (ARENDDT, 2006, p. 260).

Ao destacar a durabilidade, o caráter de “permanência” no mundo do objeto ou obra cultural, em oposição à ideia de “funcionalidade”, associada puramente à satisfação de necessidades, Arendt estabelece os alicerces que nos permitem fazer a distinção entre expressões culturais genuínas e a indústria do entretenimento e da moda, só para citar alguns exemplos. No entanto, é importante fazer tais distinções por que, segundo ela:

A cultura é ameaçada quando todos os objetos e coisas seculares, produzidos pelo presente ou pelo passado, são tratados como meras funções para o processo vital da sociedade, como se aí estivessem somente para satisfazer a alguma necessidade – e nessa funcionalização é praticamente indiferente saber se as necessidades em questão são de ordem superior ou inferior (ARENDDT, 2006, p. 261).

A linha demarcatória estabelecida entre as qualidades durável e descartável, permanente e transitório, utilidade para a sobrevivência e alimento para o espírito, objeto de uso e objeto de deleite é fundamental para que, ao nos referirmos ao grande campo da Economia Criativa, não percamos de vista que ele engloba conteúdos de diferentes naturezas. Em grandes linhas, essas diferenças referem-se, de um lado, a conteúdos puramente simbólicos, constitutivos de identidades coletivas, expressos pelas artes e pelo patrimônio histórico, arquitetônico e cultural, não totalmente mensuráveis em termos monetários e, de outro, a uma infinidade de bens e serviços facilmente reproduzíveis e circunscritos ao mundo das mercadorias.

História recente dos estudos sobre economia, cultura e criatividade

Em 1994, é produzido na Austrália o *Creative Nation*, um dos marcos iniciais desta nova linha de pensamento que vê no tripé economia, cultura e criatividade

possibilidades de promoção do desenvolvimento através da valorização da diversidade, da expressão dos indivíduos e do conhecimento por eles produzido. Nessa obra, os australianos veem a cultura e a identidade de maneira entrelaçada, seja ela da nação, da comunidade ou dos indivíduos. Para eles, encontrar formas de preservar e promover a cultura, os valores e as tradições é a única maneira de se chegar a uma melhor compreensão de quem realmente somos e de traçar metas para o que desejamos nos tornar no futuro (NATIONAL LIBRARY OF AUSTRALIA, 1994).

Esse documento estipulou uma série de compromissos que teriam de ser cumpridos para que se alcançasse um grau mais elevado de desenvolvimento social e cultural. Previa-se, por exemplo, uma política permanente de promoção de festivais que valorizassem as culturas tradicionais e suas formas de expressão; a criação de mecanismos legais que protegessem as manifestações artísticas; maiores aportes financeiros para empresas que estivessem desenvolvendo atividades em alinhamento com os objetivos nacionais de valorização da cultura etc. Um dos resultados mais visíveis globalmente foi o incentivo às produções audiovisuais para cinema e televisão, os quais parecem ter surtido enorme efeito, sobretudo nas produções direcionadas à faixa etária dos adolescentes, as quais têm sido exportadas para diversos países, inclusive para o Brasil (vide os seriados *Ninguém Merece*, *Portal do Intercâmbio e Ciência Travessa*, recentemente exibidos na TV Cultura).

Ainda nos anos 1990 esse tipo de discurso desembarca no Reino Unido, difundindo ainda mais a ideia de que os setores culturais/criativos poderiam realmente alavancar o crescimento econômico e promover o desenvolvimento em seu sentido pleno. Essa percepção foi decisiva para que os britânicos adotassem uma série de políticas nacionais que visavam arrancar a economia do país da estagnação e levá-la para um novo patamar de crescimento, aproveitando o ritmo acelerado de setores como design, audiovisual e informática.

O principal objetivo do país nesse período foi revitalizar a economia nacional, até então muito dependente da indústria tradicional, apostando todas as fichas na criatividade. Isso não significava, como pode parecer à primeira vista, que os setores tradicionais seriam deixados à agonia enquanto todos os investimentos seriam concentrados em arte – muito pelo contrário. Um dos fatores que permitiram o sucesso dessa iniciativa foi justamente a incorporação de novas ideias a produtos e serviços tradicionais. Um exemplo desse tipo de ação pode ser verificado no design, que passou a ocupar um local de destaque na indústria conforme se tornou mais evidente que sua

participação na determinação do valor dos bens era grande e poderia levar a um aumento do valor agregado aos produtos britânicos. O sucesso dessa iniciativa tornou a experiência do Reino Unido uma referência importante para os estudos que vieram posteriormente.

Os britânicos trabalharam essencialmente com o conceito de **indústrias criativas**¹ até 2004, quando passaram a adotar o termo **economia criativa**. Para eles, neste conjunto de setores encontram-se aquelas atividades cujo elemento central é a criatividade, a habilidade e o talento individuais. Todas elas possuem grande potencial para a geração de riqueza e de trabalho por intermédio da criação e da exploração da propriedade intelectual (DCMS, 2001).

O Department of Media, Culture and Sports – DCMS² cria então a *Creative Industries Task Force*, equipe responsável por elaborar estudos que viabilizassem uma renovação dos setores tradicionais da economia britânica, em franca decadência, e promovessem os setores mais intimamente ligados à criatividade (UNCTAD, 2010). Segundo Flew e Cunningham (2010), essa equipe foi responsável por quatro grandes contribuições à ideia de fomentar as Indústrias Criativas no Reino Unido. A primeira teria sido atribuir a essas atividades o foco principal da economia pós-industrial britânica, tendo em vista sua importância econômica, sobretudo no que se refere à oferta de emprego e contribuição à formação do Produto Interno Bruto. Em segundo lugar, mostrou que tais setores não seriam importantes apenas por seu valor intangível, mas também por contribuírem para o desenvolvimento da economia como um todo, devido ao seu grande efeito multiplicador dos investimentos. A terceira ação importante foi destacar a questão do fomento à cultura não apenas do ponto de vista do subsídio e do patrocínio, mas como objeto de políticas mais amplas, que envolvessem a exportação de bens e serviços culturais, propriedade intelectual, desenvolvimento urbano e educação (esta última tendo culminado em uma completa reestruturação do ensino básico, com foco no incentivo à criatividade desde o início da escolarização). Sua quarta ação foi estimular não só as formas tradicionais de se produzir bens culturais/criativos, mas também envolver formas modernas de produção diretamente relacionadas às tecnologias da informação e ao que se tem considerado como “nova economia”.

¹ O termo *creative industries* no inglês comporta não apenas as atividades industriais, mas também o setor de serviços. A tradução do termo como *indústrias criativas* em português tem sido a causa de alguns desentendimentos ao redor do conceito.

² O DCMS é o departamento britânico responsável pelas políticas relacionadas ao setor cultural, mídia (tanto impressa quanto rádio, televisão e internet) e esportes. Ele possui **status ministerial** e é o responsável pela realização de grandes eventos no Reino Unido, como é o caso dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres em 2012.

Passando agora para as discussões no âmbito de agências internacionais, é importante ressaltar que a Unesco tem se preocupado com este debate desde 1986, quando publicou o primeiro *Framework for cultural statistics*. Esse documento era composto por uma série de indicações metodológicas que visavam uma padronização dos dados sobre os setores culturais de forma a possibilitar a comparação de informações de diferentes países, criando uma série histórica consistente. O intuito do projeto era facilitar o levantamento, a divulgação e a análise de informações sobre a cultura nos países membros, subsidiando a elaboração de políticas públicas culturais. No entanto, até os anos 1990, a preocupação da instituição concentrava-se na questão estritamente cultural, sem uma perspectiva econômica e de desenvolvimento, que se tornaria o mote dos estudos mais tarde realizados. A partir daí, a Unesco começa a apostar no desenvolvimento de uma metodologia (UNESCO, 2005) que permitiu comparar o volume e a composição da balança comercial de bens e serviços culturais dos países membros, tornando clara a importância dessas atividades para a economia global e a necessidade de voltar os olhos com mais atenção para seu potencial, obscurecido pela movimentação internacional de *commodities* e produtos manufaturados de baixo valor agregado.

A Unesco considera como setores econômicos ligados à cultura aqueles diretamente relacionados à criação, produção, comercialização e ensino de conteúdos intangíveis e culturais em sua natureza. Essas atividades são vistas como intensivas em trabalho e conhecimento e estimulariam a criatividade e a inovação dos processos de produção e comercialização. Além dessas, são consideradas atividades relacionadas a esses setores o turismo e as atividades esportivas e recreativas (UNESCO, 2005, p.19).

Outra importante ação da Unesco no fomento às atividades culturais/criativas foi a criação da Rede de Cidades Criativas (*Creative cities network*), sobre a qual falaremos adiante.

Ainda no sistema ONU, a Unctad produziu estudos sobre a Economia Criativa, especialmente sobre sua conceituação (UNCTAD, 2008; 2010), trabalhou em prol do levantamento de informações internacionalmente comparáveis³ e na elaboração de uma metodologia que permitisse aferir a importância dos setores econômicos criativos para a economia dos países.

³ Há um banco de dados com informações sobre o fluxo de bens e serviços criativos entre os países que pode ser acessado em: http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx?sRF_ActivePath=P,10&sRF_Expanded=P,10.

Além disso, os *Creative Economy Report* (2008 e 2010) trazem um grande conjunto de experiências bem sucedidas de políticas públicas implementadas em diferentes países e que podem servir de modelo para serem adaptadas a países como o Brasil. Entre as principais alternativas propostas pela Unctad encontram-se ações como a implantação de uma infraestrutura tanto de equipamentos culturais quanto de apoio às atividades econômicas criativas (como espaços adequados para a instalação de empresas dos setores criativos, acesso às redes informacionais, espaços para troca de informações, melhor acesso aos mercados consumidores etc.); suporte financeiro adequado na forma de crédito e incentivos especialmente desenhados de acordo com as características específicas de cada setor criativo; instrumentos legais que favoreçam o desenvolvimento de atividades criativas; estímulo à formação de *clusters* criativos; estímulo ao empreendedorismo, entre outras iniciativas.

Um destaque merece ser dado a uma das propostas que nos parece ser fundamental para o estímulo inicial a essas políticas, pensando especialmente no caso brasileiro: o estabelecimento de instituições dedicadas exclusivamente à promoção da Economia Criativa, responsáveis tanto pelo levantamento e divulgação de informações como pelo desenvolvimento de pesquisas, elaboração de propostas de políticas públicas, estímulo à interação entre os agentes envolvidos em todas as etapas das atividades criativas e pela proposição de ações que aumentem a sinergia entre empresas, governo e consumidores de bens e serviços criativos. O Brasil parece ter começado a trilhar este caminho a partir da criação recente da Secretaria de Economia Criativa no Ministério da Cultura, sobre a qual trataremos adiante.

Na América Latina, um dos países que mais tem se debruçado sobre essa temática nos últimos anos é a Argentina. Buenos Aires, por ser considerada internacionalmente como uma Cidade do Design e fazer parte da Rede de Cidades Criativas da Unesco, tem se preocupado em realizar uma série de estudos para mensurar o impacto dessas atividades na sua economia. Com o intuito de melhor observar a importância desses setores para a economia da cidade, o governo municipal criou o Observatorio de Industrias Creativas - OIC, constituído por uma equipe multidisciplinar empenhada na elaboração de políticas específicas de promoção das atividades criativas portenhas. A cidade tem apostado fortemente nos setores criativos como uma forma de impulsionar o desenvolvimento da economia local e destacá-la no cenário internacional, havendo fortes evidências de que estes setores poderiam arrancar o país das sucessivas crises pelas quais vem passando ao longo das últimas décadas (OIC, 2008).

Desde 2005, o OIC tem publicado relatórios contendo dados quantitativos e qualitativos do setor, sobretudo no que se refere ao emprego em atividades criativas, comércio exterior, produção, comercialização e consumo de bens e serviços culturais na Argentina (OIC, 2009, p. 6)

Para o OIC, são criativas as seguintes atividades:

- Artes cênicas e visuais (teatro, dança, pintura, escultura etc.);
- Editoriais (livros, jornais e revistas);
- Música (gravada e ao vivo);
- Audiovisual (cinema, rádio, televisão etc.);
- Design (gráfico, industrial, moda etc.);
- Serviços criativos conexos (informática, games, internet, arquitetura, publicidade, agências de notícias, bibliotecas, museus etc.).

Já no caso do Brasil, os estudos sistemáticos sobre cultura e criatividade começaram a ser desenvolvidos pelo IBGE em 2004, quando foi firmado um convênio com o Ministério da Cultura para a elaboração de estatísticas referentes à **Economia da Cultura** no país, compreendida como o grupo de atividades econômicas geradoras de bens e serviços culturais. Para esse fim foi criado o Sistema de Informações e Indicadores Culturais, que assumiu a função de democratizar o acesso às informações existentes nas bases do IBGE, permitindo a elaboração de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema (IBGE, 2007).

No primeiro ano de trabalhos foram utilizados dados de 2003 e, a partir desse ponto, vem sendo construída uma série que contou com informações mais recentes (IBGE, 2007), apresentados de maneira comparativa (2003-2005).

Segundo o IBGE:

Consideram-se como atividades econômicas diretamente relacionadas à cultura as atividades características que são típicas da cultura, tradicionalmente ligadas às artes. Neste campo estão incluídas as atividades de edição de livros, rádio, televisão, teatro, música, bibliotecas, arquivos, museus e patrimônio histórico. As atividades econômicas indiretamente relacionadas à cultura referem-se às que agregam em uma mesma classificação aquelas consideradas propriamente culturais e outras não necessária ou exclusivamente vinculadas ao setor em questão. (IBGE, 2006, p.13).

A concepção de cultura adotada nos estudos do IBGE relaciona-se às atividades econômicas geradoras de bens e serviços culturais, observadas tanto do ponto de vista da oferta como do consumo. O setor cultural foi definido pelo IBGE de uma maneira

empírica, tomando-se como referência inicial a definição da Unesco e adaptando-a para as bases de dados e sistemas de classificação existentes no Brasil.

Em São Paulo, a Fundação do Desenvolvimento Administrativo – Fundap, entrou para a lista de instituições em busca de definições para este campo de estudos em 2008, com o início do projeto “Caracterização das Cadeias Produtivas Baseadas na Criatividade”. O resultado desse estudo (CAIADO, 2012) apresenta, além de um breve panorama sobre o que tem sido feito no Brasil e no Mundo, um diagnóstico de como se situa a cidade de São Paulo em termos de empregos e empresas criativas e elenca alguns modelos de políticas públicas aplicadas em diversos países e que poderiam ser adaptadas ao caso paulistano, ajudando a alavancar os setores criativos do município de acordo com as características específicas identificadas para as diferentes regiões da cidade e setores nela instalados.

Políticas públicas para Economia Criativa

O que parece ser uma regra em todos os estudos aqui apresentados é a participação do poder público como um ente ativo no processo de fomento às atividades criativas. Seu papel de formulador de políticas pode ser decisivo para o sucesso ou insucesso de empreendimentos ligados à Economia Criativa, seja no âmbito internacional ou no nível de pequenas áreas das cidades. Muitas dessas ações dependem de investimentos maciços, o que pode inibir iniciativas, mas há uma série delas que dependem muito mais da criação de instrumentos de regulação e do exercício do papel de liderança estratégica do governo do que de recursos financeiros.

No entanto, pelo ainda pequeno número de ações que vêm sendo desenvolvidas, nota-se que a preocupação dos governos continua direcionada para outras áreas, cabendo elaborar formas de atrair a atenção dos formuladores de políticas públicas para a importância desse conjunto de setores e seu potencial. Dessa forma, os estudos aqui apresentados procuraram estabelecer metodologias que permitissem aferir de maneira objetiva o impacto econômico das atividades culturais/criativas e demonstrar empiricamente o significado delas para a economia como um todo.

Alguns números sobre a Economia Criativa no Brasil

Apesar de os gastos do governo federal com cultura terem praticamente dobrado nos últimos cinco anos, alcançando em 2011 a marca dos R\$ 946 milhões, são ainda

absurdamente insuficientes quando comparados com os gastos de países como França e Alemanha que beiram a casa dos R\$ 20 bilhões ao ano! (KEA, 2006). Para um país tão grande e diverso como o Brasil, a marca realmente impressiona.

Por outro lado, quando olhamos os dados brasileiros referentes a esses setores percebemos que eles são muito significativos quando comparados com outros ramos de atividade. Segundo dados da Firjan (2011), a participação da cadeia produtiva ligada aos setores criativos no PIB brasileiro teria alcançado já em 2010 18,2%, enquanto a indústria automobilística, que tem sido mais contemplada pelos estímulos governamentais, respondeu por apenas cerca de 5% do PIB (ANFAVEA, 2012). Mesmo que considerássemos os números da Firjan extremamente otimistas ou se tomássemos apenas o que o núcleo criativo, isto é, as atividades mais diretamente ligadas à criatividade, a cifra chega aos 2,5% de participação no total do PIB, o que coloca este conjunto de setores em uma posição bastante importante na economia brasileira.

No Estado de São Paulo, responsável pela maior concentração de profissionais e empresas criativas do país, os empregos formais na Economia Criativa têm crescido a uma taxa superior a 8% ao ano, contra cerca de 5% no total do emprego formal. Se considerarmos que uma parte significativa dos trabalhadores nesses setores exercem atividades informais (estima-se que no Estado de São Paulo apenas 1/3 dos profissionais criativos sejam formalizados) o dinamismo das atividades criativas fica ainda mais evidente (CAIADO, 2012).

Algumas políticas no nível internacional

No nível dos organismos internacionais, tem sido extremamente importante a ação das entidades do sistema ONU no fomento às atividades criativas. Neste sentido, cabe destacar o papel da Unctad, com ações concentradas principalmente na divulgação de informações estatísticas sobre o setor, realização de estudos sobre políticas públicas, organização de grandes eventos para discussão do tema, assim como presença de seus representantes em diversos eventos sobre o assunto em todo o mundo, inclusive no Brasil.

No caso da Unesco, a principal ação da entidade para as atividades culturais/criativas tem se dado no âmbito da Rede de Cidades Criativas. Esta rede nasceu da Aliança Global para a Diversidade Cultural, uma iniciativa criada em 2002 pela Unesco com o intuito de promover parcerias entre agentes públicos, privados e sociedade civil voltadas para as atividades econômicas culturais. Seu principal objetivo

é a promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural das cidades, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, de acordo com as prioridades globais elencadas pela Unesco para a cultura e o desenvolvimento sustentável.

Essa rede conecta cidades que querem compartilhar experiências, ideias e melhores práticas para o desenvolvimento cultural, social e econômico. As cidades solicitam o ingresso na rede através de um pedido formal, composto de um dossiê que apresenta as características da cidade e a importância dos setores criativos na sua história e no seu planejamento econômico para o futuro. Esse documento deve ser preferencialmente elaborado por um comitê misto, composto por especialistas de diversas áreas, gestores do poder público, representantes da iniciativa privada e membros da sociedade civil organizada⁴

Uma vez aceita na rede, a cidade pode compartilhar suas experiências com as demais e também tomar contato com o repertório de políticas que tem sido bem sucedidas em outros lugares, o que auxilia na formulação de políticas públicas no nível local.

As cidades criativas integram sete grupos, de acordo com o setor mais característico de cada local. Elas podem ser Cidades da Literatura, do Cinema, da Música, das Artes Folclóricas e do Artesanato, do Design, da Mídia ou da Gastronomia. Atualmente os grupos são formados por 34 cidades localizadas em quatro continentes, havendo uma série de outras de todas as regiões do mundo à espera de serem avaliadas para se juntar à Rede⁵

Fazem parte da Rede de Cidades Criativas:

- **Cidades da Literatura:** Edinburgo (Reino Unido), Iowa (EUA), Melbourne (Austrália), Dublin (Irlanda), Reykjavik (Islândia) e Norwich (Inglaterra);
- **Cidades do Cinema:** Bradford (Reino Unido) e Sydney (Austrália);
- **Cidades da Música:** Bolonha (Itália), Ghent (Bélgica), Glasgow (Reino Unido), Sevilha (Espanha) e Bogotá (Colômbia);
- **Cidades das Artes Folclóricas e do Artesanato:** Aswan (Egito), Kanazawa (Japão), Santa Fé (México), Icheon (Coreia do Sul) e Hangzhou (China);

⁴ Mais informações sobre o processo de candidatura à Rede de Cidades Criativas podem ser obtidas em: http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=36800&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html.

⁵ Mais informações sobre a Rede de Cidades Criativas podem ser obtidas no site: <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/creativity/creative-industries/creative-cities-network>. (Acesso em 14 de agosto de 2012).

- **Cidades do Design:** Berlim (Alemanha), Buenos Aires (Argentina), Kobe e Nagoya (Japão), Montreal (Canadá), Shenzhen, Xangai e Pequim (China), Seul (Coreia do Sul), Saint-Étienne (França) e Graz (Áustria);

- **Cidade da Mídia:** Lion (França);

- **Cidade da Gastronomia:** Popoyan (Colômbia), Chengdu (China), Östersund (Suécia) e Jeonju (Coreia do Sul).

Como se vê, ainda não há cidades brasileiras na lista, cabendo aí a ação das nossas municipalidades no sentido de solicitarem sua inclusão no grupo para partilharem experiências que poderiam ser bastante benéficas para o desenvolvimento local. Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro são candidatas óbvias, mas as possibilidades que a inclusão nesta rede oferece para municípios fora dos grandes centros urbanos, mas que se destacam nacional e internacionalmente em diferentes ramos criativos, são imensas.

Algumas políticas nacionais promovidas por outros países

-China

A cidade de Xangai, um dos mais importantes centros manufatureiros da China, sofreu muitas transformações nos últimos anos. Desde que o governo local optou por incluir em sua lista de principais objetivos de desenvolvimento o fomento à Economia Criativa, em 2007, uma série de iniciativas foram postas em prática para atingi-los.

Entre essas iniciativas destaca-se a criação de parques industriais criativos, um projeto que envolveu a reforma de galpões industriais em desuso e sua oferta a preços baixos para empreendedores dos ramos criativos, galerias de arte e estúdios que ali quisessem se instalar. A iniciativa deu tão certo que no mesmo ano mais de 75 parques foram criados nestes moldes na cidade.

Com o sucesso da iniciativa, o governo de Xangai optou por estender a ideia para a formação de *clusters* em regiões da cidade que agrupavam determinados nichos criativos. Foram dados incentivos diversos para que as empresas se concentrassem nessas áreas, de forma que se formaram regiões de teatro, cinema, quadrinhos, artes plásticas e *games*, que hoje concentram uma parte bastante significativa da produção nacional nesses setores (UNCTAD, 2010, p. 211-212).

- Argentina

A cidade de Buenos Aires é um dos mais importantes centros econômicos e turísticos da América Latina, atraindo milhares de visitantes que ali desembarcam em

busca de cultura e entretenimento oferecidos por seus inúmeros monumentos, museus, teatros, casas de tango, parques e centros culturais.

Apesar do período de grave crise pelo qual a Argentina tem passado, o governo municipal não deixou de realizar investimentos em setores relacionados à cultura e à criatividade por entender que estas são formas eficazes de se promover o desenvolvimento da cidade ao mesmo tempo em que se valoriza a cultura local.

Entre as muitas iniciativas empreendidas pela municipalidade destaca-se o Centro Cultural Recoleta, localizado em um edifício histórico do séc. XVII, uma das mais antigas construções preservadas de Buenos Aires. O centro é responsabilidade do governo da cidade de Buenos Aires e é gerido em parceria com uma Associação de Amigos do Centro Cultural, com apoio da iniciativa privada (via patrocínio).

Ao lado do Cemitério de la Recoleta, um dos pontos turísticos mais visitados da cidade, o Centro oferece um espaço amplo para a realização de eventos culturais, exposições e cursos, dedicando-se principalmente a quatro linhas de ação: artes visuais, artes cênicas, música e pesquisa com foco em cultura.

Nos últimos anos, os eventos realizados no espaço atraíram mais visitantes do que todos os museus municipais e nacionais juntos, com uma taxa média de crescimento de público ao ano da ordem de 20% (OIC, 2008), uma evidência do grande sucesso da iniciativa.

Sob a praça na qual se encontra o espaço existe um grande shopping de design com foco em objetos para o lar. Os dois espaços de certa forma estabelecem uma relação na medida em que o shopping costuma expor os trabalhos dos designers formados no centro cultural. Além disso, o espaço também interage com uma grande feira de antiguidades e artesanato, que ocorre na praça em frente, o que gera um “intercâmbio” de público que promove os três espaços.

Outra iniciativa bastante interessante é o Centro Metropolitano de Design - CMD. Localizado no bairro de Barracas, próximo a uma das regiões mais pobres da cidade, o espaço é administrado pelo governo da cidade de Buenos Aires e tem por objetivo estimular as atividades relacionadas ao design no município.

O centro está subordinado à *Dirección General de Industrias Creativas y Comercio Exterior*⁶ e foi instalado no edifício de um antigo mercado de peixe (no local, encontram-se em exposição diversos equipamentos utilizados no processamento do

⁶ A DGIC é o órgão municipal responsável pelas políticas municipais relacionadas ao desenvolvimento das indústrias criativas da cidade de Buenos Aires. Para saber mais sobre o trabalho deles: <http://industriascreativas.mdebuenosaires.gov.ar>.

pescado como uma forma de preservar a história do edifício), tendo passado recentemente por uma grande reforma que deu maior capacidade de utilização aos seus mais de 14 mil m².

Entre as principais atividades do CMD estão cursos e oficinas, incubadoras de novos negócios e a organização de eventos e feiras que reúnem profissionais e empresas interessados em promover o design na cidade. Por meio dessas atividades o CMD pretende mostrar a importância do design para a indústria portenha e o quanto ele pode contribuir para alavancar os diferentes setores da economia e agregar valor aos produtos.

Dentro do CMD funciona também o Observatorio de Industrias Creativas – OIC, responsável pela elaboração de relatórios anuais sobre as condições das indústrias criativas na cidade, comparando esses dados ao total da economia argentina. O OIC também realiza pesquisas sobre novas formas de se promover a criatividade no município, incentivando a municipalidade a adotar políticas públicas específicas para esse fim. Entre as medidas mais recentes está a formação de uma série de *clusters* em diferentes regiões da cidade que vão abrigar setores criativos, sendo oferecidos incentivos para a instalação de empresas desses setores, especialmente para aquelas que fazem uso intensivo de tecnologia. Aliado à estratégia de atração de empresas, faz parte da iniciativa o incentivo aos profissionais que queiram viver mais próximos de seus locais de trabalho por meio da isenção de impostos para os que fizerem essa opção. Essa medida é vista como uma forma de reduzir o impacto no trânsito do deslocamento das pessoas para o trabalho, melhorando assim a qualidade de vida e desenvolvendo o bairro como um todo.

A política para Economia Criativa no Brasil

Com a recente criação da Secretaria de Economia Criativa, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, fica evidente que o país está tomando um posicionamento mais ativo em relação ao tema, havendo uma preocupação crescente com a elaboração e implementação de políticas públicas de estímulo aos setores criativos. Esta secretaria chama para si a responsabilidade de refletir sobre o potencial do setor e levantar dados que subsidiem políticas públicas com este foco no país.

No final de 2011 foi lançado o plano da secretaria (MINC, 2011) para o período 2011-2014, que procura apresentar, além de uma carta de intenções, uma forma de proporcionar um ambiente no qual a criatividade dos brasileiros seja estimulada, tendo

em vista a importância que as atividades econômicas relacionadas à cultura e à criatividade têm assumido nos últimos anos. Assim, o documento aponta para uma perspectiva na qual a diversidade deixa de ser vista como ponto da discórdia para se tornar o ativo mais valioso em uma sociedade que anseia por bens e serviços culturais.

O primeiro desafio ao qual se propõe o Plano da Secretaria de Economia Criativa é chegar a um conceito mais claro de Economia Criativa, adaptado para a realidade brasileira. Ao invés de adotar abertamente um conceito pré-existente, o documento realiza uma nova investida sobre este objeto e não se detém em aceitar como criativas as atividades nas quais o insumo principal é a criatividade ou das quais há geração de propriedade intelectual, mas conceitua:

[...] os setores criativos são todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica (MINC, 2011, p. 22).

Nesta perspectiva, a Economia Criativa é definida de forma próxima ao que já é proposto pela Unctad, ou seja:

[...] a partir das dinâmicas culturais, sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica (MINC, 2011, p. 23).

Assim, são consideradas atividades da Economia Criativa:

- Patrimônio (material e imaterial, arquivos e museus);
- Expressões culturais (artesanato, culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, artes visuais);
- Artes de espetáculo (dança, música, circo e teatro);
- Audiovisual e do livro, da leitura e da literatura (cinema e vídeo, publicações e mídias impressas);
- Criações funcionais (moda, design, arquitetura e arte digital).

A secretaria se volta especialmente para ações que visem a uma maior capacitação dos profissionais criativos do país; ao estabelecimento de marcos legais específicos para os setores criativos, protegendo-os e incentivando-os a crescer ainda mais e a promoção do turismo cultural nas regiões brasileiras potencialmente favoráveis.

Uma das principais ações sob responsabilidade da secretaria e que foi posta em prática no início de 2012 foi o lançamento do Observatório Brasileiro da Economia Criativa – OBEC, o qual tem como objetivos:

Permitir a centralização e fácil acesso a dados e informações sobre o setor, inclusive sobre o seu impacto na dinâmica social e econômica do País, favorecendo debates sobre o tema e o fomento a um ambiente acadêmico-prático de estudos e pesquisas que envolva, em rede, estudiosos, especialistas, agentes governamentais e representantes do setor cultural (OBEC, 2012).

Além disso, o OBEC pretende realizar uma série de atividades que incluem o mapeamento dos dados referentes à Economia Criativa no Brasil; a elaboração de indicadores para as atividades econômicas criativas que permitam desenvolver e acompanhar as políticas públicas implementadas no país; a condução e a divulgação de pesquisas sobre esses setores e a organização de apresentações e debates nas diferentes regiões do país com o intuito de divulgar as possibilidades de desenvolvimento que podem advir de um maior incentivo aos setores criativos, entre outras ações.

Conclusão

Olhando para a quantidade de eventos, reportagens e artigos científicos que tem tomado conta da mídia no último ano tratando de Economia Criativa parece-nos que todas as ideias que passaram despercebidas nos últimos 30 anos estão vindo à tona de uma só vez. No Google, o termo “economia criativa” aparece mais de 120 mil vezes nesse período, uma evidência de que o debate sobre este tema tem sido intenso.

Cultura e Economia, vistas até pouco tempo atrás em polos completamente opostos tem sido aproximadas através dos conceitos de Economia da Cultura e Economia Criativa numa tentativa evidente de promoção do desenvolvimento econômico e social. Alternativas para o rompimento dessa barreira têm surgido e parece haver interesse de todos os lados para que isso aconteça.

Os estudos que trataram do processo de aproximação das atividades criativas à lógica do mercado têm sido bem sucedidos. Pode-se dar o devido mérito às iniciativas da ONU e de organismos nacionais por conseguirem levantar informações que comprovam a importância cada vez maior dos setores culturais/criativos na economia global e o potencial deste tipo de atividade para a geração de emprego e renda. Os argumentos apontados por estas instituições parecem paulatinamente chegar aos

ouvidos dos formuladores de políticas públicas e têm dado resultados positivos em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil.

O que se vê em países como o Reino Unido, França, Austrália, China e Argentina são exemplos de que pensar de maneira criativa e apostar em políticas que fujam do pensamento tradicional pode ser interessante. A importância do poder público nesse processo é clara e indica a necessidade de haver maior ação tanto no sentido de propor novas políticas como também em motivar as empresas e profissionais destes setores a interagirem e acreditarem que o caminho trilhado por eles tem grandes chances de sucesso.

O que tem sido feito no Brasil desde os estudos preliminarmente realizados pelo IBGE até o cenário atual de adoção da Economia Criativa como uma questão estratégica para o país indicam que já há certo grau de convencimento de que as coisas podem mudar. Se as iniciativas propostas pelo Ministério da Cultura derem certo, estará aberto o caminho para uma participação maior da cultura na determinação dos rumos do país e as possibilidades de desenvolvimento sustentável com inclusão social estarão mais próximas da realidade.

Essa mudança de perspectiva parece já estar dando frutos, mas é preciso que o discurso de desenvolvimento que acompanha o debate de Economia Criativa atinja ainda mais fortemente os tomadores de decisão se quisermos que a cultura, a criatividade e o conhecimento cheguem ao patamar de importância que realmente lhes cabe. Neste sentido, é fundamental o trabalho intenso de instituições e pesquisadores que defendam a tese de que a cultura e a criatividade são alternativas viáveis para o desenvolvimento. Por sua vez, cabe também ao poder público adotar uma postura um pouco menos tradicional e se deixar convencer de que a cultura não pode mais ser vista como o último item da lista de prioridades.

Basta apenas um pouco mais de criatividade para que isso seja possível.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Paulo César (org.). **Cultura: múltiplas leituras**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- ANFAVEA. **Anuário da indústria automobilística brasileira**. São Paulo: Anfavea, 2012.
- ARENDRT H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992
- CAIADO, A. . C. **Economia criativa: economia criativa na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundap, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- DCMS. **Creative Industries Economic Estimates Statistical Bulletin**. London: DCMS, 2010. Disponível em: <http://www.culture.gov.uk/global/research/statistics_outputs/>.
- _____. **Creative Industries Mapping Document**. London: DCMS, 2001. Disponível em: <http://www.culture.gov.uk/creative_industries/QuickLinks/publications/>.
- DEPS. **L'emploi culturel dans l'union européenne en 2002: donnés de cadrage et indicateurs**. Paris: DEPS, 2005.
- HOWKINS, J. **The creative economy: how people make money from ideas**. London: Penguin, 2001.
- IBGE. **Sistema de informações e indicadores culturais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- _____. **Sistema de informações e indicadores culturais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- FIRJAN. Cadeia da Indústria Criativa no Brasil. **Estudos para o desenvolvimento do Rio de Janeiro**, v.2, maio de 2008, Rio de Janeiro.
- _____. Cadeia da Indústria Criativa no Brasil. **Nota técnica**, n.10, out. 2008, Rio de Janeiro.
- FLEW, T.; CUNNINGHAM, S. **Creative industries after the first decade of debate**. Brisbane : Routledge, 2010.
- KEA. **The economy of culture in Europe**. European Commission, October 2006.
- _____. **Impact of Culture on Creativity**, European Commission, June 2009.
- MCH. **Cultural indicators for New Zealand**. Wellington: Ministry of culture and heritahge, 2009. Disponível em: <<http://www.mch.govt.nz/publications/cultural-indicators/CulturalIndicatorsReport.pdf>>.
- MINC. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014**. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

NATIONAL LIBRARY OF AUSTRALIA. **Creative Nation:** Commonwealth cultural policy. 1994. Disponível em: <<http://www.nla.gov.au/creative.nation>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

OBEC. **Observatório Brasileiro da Economia Criativa.** Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/economiacriativa>>. Acesso em: 14 ago 2012.

OIC. **Industrias creativas de la ciudad de Buenos Aires.** Buenos Aires: OIC, 2009.

_____. **Industrias creativas de la ciudad de Buenos Aires.** Buenos Aires: OIC, 2008.

THROSBY, D. **Economics and culture.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

UNCTAD. **Creative economy report: the challenge of assessing the creative economy.** New York: United Nations, 2008.

_____. **Creative economy report: a feasible development option.** New York: United Nations, 2010.

UNESCO. **International Flows of Selected Cultural Goods and Services, 1994-2003.** Montreal: UNESCO Institute of statistics, 2005.

_____. **Framework for Cultural Statistics.** Statistical Commission and Economic Commission for Europe, UNESCO, Conference of European Statisticians. Third Joint meeting on Cultural Statistics, 17-20 March 1986. CES/AC/44/11. 13 February 1986.

WILLIAMS, Raymond. **Keywords: a vocabulary of culture and society.** Edição revisada. New York: Oxford, 1976.

ECONOMIA CRIATIVA, POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS E INSERÇÃO PRODUTIVA: UM ESTUDO SOBRE O SETOR DO ARTESANATO NO NORTE FLUMINENSE

Andreza Barreto Leitão (socióloga, mestranda do PPGPS/CCH/UENF
E-mail: andreza_bl@yahoo.com.br)

Marcelo Carlos Gantos (Pós-Doutor, Professor associado do
PPGPS/CCH/UENF Chefe do LEEA/CCH/UENF
E- mail: mgantos@uenf.br)

Resumo: Neste trabalho, pretende-se analisar as mutações atuais da esfera do trabalho, observando a gramática política por meio da qual o conceito de “Economia Criativa” se institucionaliza no Brasil e suas implicações com os preceitos de “inserção produtiva”, “inovação” e “sustentabilidade”. Discute-se a possibilidade intersecção entre as propostas da Secretaria da Economia Criativa e os atuais desafios das Políticas Sociais, percebendo que papel a Universidade assume nesse sentido, tendo em vista as demandas regionais e as especificidades do setor do artesanato.

Palavras-Chave: Economia Criativa, Políticas Públicas, Artesanato

1. Origens do conceito “Economia Criativa”: histórico e definições preliminares

A expressão “Economia Criativa” é relativamente recente, surgindo pela primeira vez em 2001, numa matéria de capa da revista Business Week, intitulada “*The creative economy – the 21 century corporation*” e dando título ao livro de John Howkins “*The Creative Economy – how people make money from ideas*”, publicado em Londres. (MIGUEZ, 2007, p.98)

De acordo com Reis (2008a, p. 16), esse conceito deriva do termo “*Indústrias Criativas*”, a partir da experiência do projeto *Creative Nation*, em 1994, na Austrália. Havia o intuito, por parte do governo australiano, em, concomitantemente ao fomento das artes, promover a elaboração de políticas públicas de preservação da herança cultural e reconhecimento dos aborígenes australianos enquanto elemento relevante da identidade nacional. Tal projeto tinha por pressuposto a importância do trabalho criativo, sua contribuição para a economia do país, bem como o papel das tecnologias como aliadas da Política Cultural.

Já em 1997, no Reino Unido, durante a gestão de Tony Blair, a idéia toma fôlego, quando, diante da eminência de uma crise econômica global dos setores tradicionais, a equipe britânica teria identificado os setores de maior potencial para o país, que foram chamados de “*Indústrias Culturais*”, os quais se definem como *indústrias que tem sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que apresentam um potencial para a criação de riqueza e empregos por meio da geração e exploração de propriedade intelectual*¹.

A classificação de *Indústrias Criativas* da UNCTAD é dividida em quatro categorias amplas: *patrimônio cultural* (incluindo artesanato², festivais e expressões da cultura tradicional), *artes* (artes visuais: pintura, escultura e fotografia; artes dramáticas: teatro, dança, ópera, circo, música) , *mídia* (edição e mídia impressa, audiovisual, cinema e rádio) e *criações funcionais* (design de moda e de interiores, arquitetura, conteúdos digitais, jogos), que são apresentados como setores privilegiados na geração de emprego e renda. (DUISEMBERG, 2008, p. 61)

Todavia, as formulações teóricas sobre as *Indústrias Criativas* são bastante plurais, de acordo com Ana Fonseca Reis:

Não há um conceito unânime, Caves, por exemplo, entende por indústrias criativas as relacionadas a artes, cultura e entretenimento em geral. Já para Howkins, o divisor de águas da Economia Criativa seria o potencial de gerar direitos de propriedade intelectual (a “moeda” da Economia Criativa), expandindo sua abrangência dos direitos autorais para desenhos industriais, marcas registradas e patentes. (...) Já John Hartley propõe uma definição plural: a idéia de indústrias criativas busca descrever a convergência conceitual e prática das artes criativas (talento individual) com indústrias culturais (escala de massa) no contexto das novas tecnologias de mídia (TICs) em uma nova economia do conhecimento, para o uso dos novos consumidores-cidadãos interativos. (REIS, 2008b, p. 22- 23)

¹ REIS, Op. Cit. Também Disponível em: http://www.culture.gov.uk/about_us/creativeindustries/default.html

² Setor que será analisado neste trabalho.

A fim de compreender os preceitos necessários para o desenvolvimento da Economia Criativa, é necessário ter em mente o panorama das mudanças globais do período. O processo de Globalização, caracteriza-se pela desindustrialização de muitas economias, assim como pela fragmentação das cadeias de produção e a integração financeira em escala mundial. Paralelamente, percebe-se o aumento da demanda por serviços criativos no setor de turismo: a valorização da cultura *ofstream*, das identidades locais, da experiência, do único, do singular.

Assim, dois ativos econômicos tornam-se facilmente transferíveis entre cidades, países e regiões: Capital & Tecnologia. Por sua vez, a cultura se apresenta como um ativo econômico diferenciado: agrega valor, pois incorpora conhecimento não facilmente copiável, que não se consegue “transferir” com certa facilidade, sem que se perca sua especificidade e, portanto, gera os chamados “ativos intangíveis”, representados pelos direitos de propriedade intelectual. (REIS, 2011, p. 151)

A primeira pressuposição para compreender o sentido destas políticas é o surgimento, nos anos 1970, de teorias que propunham que o capitalismo estava suplantando a fase industrial e seguindo para uma fase pós-industrial, ou para o pós-fordismo, como alguns denominam. O último século foi marcado por mudanças profundas em série nos campos político, cultural, social e tecnológico, cujos efeitos seguem em curso hoje: mudanças de ordem estrutural, tais quais a ampliação do setor de serviços em detrimento ao setor industrial, o aumento do número de profissões gerenciais (como administradores e engenheiros) na estrutura de ocupações e importância cada vez maior da função da tecnologia nos rendimentos de produtividade. Inaugura-se a chamada “Economia do Conhecimento”, ou nova economia, que se fundamenta na supremacia de conteúdos imateriais, simbólicos e intangíveis. Em síntese, teríamos o seguinte esquema:

Século XIX-XX - Era Industrial

MATÉRIA PRIMA , PRODUTOS , SERVIÇOS

Tangível, Finito, Inelástico

QUANTITATIVO

Economia da Escassez

X

Século XXI- Era Pós Industrial

CONHECIMENTO, CULTURA, EXPERIÊNCIA

Intangível, Infinito, Elástico

QUALITATIVO

Economia da Abundância

Ao falar sobre o chamado “Capitalismo Cognitivo”, Cocco (et al, 2003, p. 12) assinala que Schumpeter (1883 – 1950) seria o primeiro a dar conta da inovação como motor fundamental da economia. Os pensadores neo-schumpeterianos enfocam o papel do conhecimento como instrumento-chave para o alcance do fato inovador. O ponto que se coloca é, como formula Antonella Corsani: “Quem são os sujeitos da atividade inovante, que teoria do sujeito criador poderia fundar a análise do fato inovante?” (CORSANI, 2003, p. 18) De onde, trazendo para o glossário da Economia Criativa, podemos também indagar: qual criatividade é valorizada e quem institui que ela mereça ser valorizada? Braga analisa a questão:

Nos últimos trinta anos, dizem alguns, o trabalho humano vivo estaria mudando de conteúdo: do material para o imaterial. Se antes da informatização da produção de bens e serviços o conteúdo do trabalho era essencialmente material, isto é, implicava no dispêndio físico de energia objetivando transformar a matéria, com as novas tecnologias informacionais, o dispêndio físico cede lugar às aptidões cognitivas e o objetivo final do processo de trabalho é acumular informação agregando um valor adicional oriundo da criatividade intelectual. (BRAGA, 2004, p. 50)

Castel (1998) fala sobre as metamorfoses da questão social, como um fantasma que ronda a sociedade contemporânea, colocando em xeque as garantias conquistadas pelos direitos trabalhistas que configuravam a condição salarial até parte do século XX. O autor aborda o processo em que se desenvolve uma “nova questão social” nos últimos anos, a qual, ultrapassando a pauperização de uma periferia precária, se caracteriza pela “desestabilização dos estáveis”, ou seja, pela retirada de direitos conquistados pelos trabalhadores, e que toma a mesma amplitude e centralidade daquela questão social

oriunda das primeiras revoluções industriais, onde se observava o acirramento de conflitos, desemprego e precarização. Diante do chamado contexto “pós-fordista”, as formas atuais de emprego se parecem mais com as antigas formas de contratação, quando o status do trabalhador se diluía ante as pressões do trabalho. O progresso técnico, em vez de criar, suprime empregos: as transformações tecnológicas promovem a invalidação dos trabalhadores mais velhos, não aptos à produtividade pela via informatizada e, ao mesmo tempo, jovens demais para se aposentarem. Essa precarização do emprego e aumento do desemprego gera déficits de lugares ocupáveis na sociedade. Assim, vemos o que Castel caracteriza como um processo de *desfiliação*, entendido como a *ausência de vínculos* e a não inscrição do sujeito numa estrutura de sentidos. Os chamados “inúteis para o mundo” escolhem entre a resignação e a raiva. Ocorre, com isso, o crescimento de uma vulnerabilidade de massas que havia sido lentamente afastada (CASTEL, 1998, p. 495 – 591)

Questiona-se quais modelos produtivos seriam capazes de criar “*refiliações*” dos sujeitos envolvidos. Se formos pensar nos atuais desafios das Políticas Sociais no que diz respeito ao bem-estar do trabalhador, sua qualidade de vida e erradicação da miséria, é de se intuir que dificilmente alguém que trabalha por meio da expressão de algum talento artístico/criativo o faça por obrigação ou por imposição de fatores meramente de ordem financeira: antes, trabalha-se com o que se gosta. Dir-se-ia que o trabalho criativo tem por premissa a auto-realização dos sujeitos. Destaca-se, concomitantemente, que essa Economia Criativa tem se revelado como importante via de geração de empregos e renda na atualidade. No Reino Unido, a Economia Criativa torna-se referencial em 2005: representa 7,3% do PIB em 2005 e possui, entre 1997 – 2005, taxa de juros de 6% a.a , frente a 3% a.a. do total da economia. (REIS, 2011, p. 153). E, assim, conforme assinalado pelos autores, a Economia Criativa também tem se apresentado como estratégia para o fortalecimento econômico e social de países em desenvolvimento:

Nos países em desenvolvimento, especialmente nos mais pobres, a economia criativa é uma fonte de criação de empregos , oferecendo oportunidades para a mitigação da pobreza. Atividades criativas, especialmente as ligadas às artes e às festas culturais tradicionais, geralmente levam à inclusão das minorias, mantidas à distância. Isso facilita a maior absorção de parcelas de jovens talentos marginalizados que, na maioria dos casos, envolvem-se com

atividades criativas no setor informal da economia. Além disso, como muitas mulheres trabalham na produção de arte e artesanato, nas áreas relacionadas à moda e à organização de atividades culturais, a economia criativa também desempenha um papel catalítico na promoção do equilíbrio de gêneros na força de trabalho criativo. (DUISENBERG, 2008, p. 61)

Há uma tendência global de adesão ao fortalecimento das indústrias criativas, percebendo a cultura como um vetor da nova economia. Se, por um lado esse fato aumenta seu status entre as políticas públicas, por outro, há o risco de comprometer a especificidade da cultura, no momento em que ela se submete à lógica econômica.

Em geral, quando assume o caráter conservador, não adaptado às novas tecnologias (associadas ao software livre, copyleft, etc.), o projeto de implementação das indústrias criativas costuma vir acompanhado de uma intensificação das políticas de proteção à propriedade intelectual. Há de se ter cuidado frente à iminência do risco de que tal aparato legal quando expandido não de forma a resguardar os direitos dos produtores, mas dos difusores de tais conteúdos (empresas, gravadoras, editoras) , no âmbito da Economia Criativa, sirva para garantir a exploração por terceiros dos conteúdos simbólicos gerados pelas comunidades. Isto é, uma vez que conteúdos simbólicos tornam-se ativos agregadores de valor econômico, as pessoas correm o risco de perderem o direito até sobre o que elas significam. Tal quadro já tem gerado conflitos, conforme relata Kovács:

ativistas quenianos estão lutando para reter designs culturais que foram desenvolvidos na África Oriental, mas que estão sendo patenteados por empresas em países ricos. Após perder a marca registrada da cesta Kiondo para o Japão, hoje, a famosa estampa de tecido kikoï corre o risco de ser patenteada por uma empresa britânica. O kikoï é um tecido colorido de algodão, historicamente vestido por homens e mulheres em toda costa oriental africana. (KOVÁCS, 2008, p. 110)

Desse modo, pensando em políticas que não resultem na expropriação de significados, é mister a reflexão sobre a possibilidade de atrelar o conceito de propriedade intelectual aos campos do conhecimento tradicional e do patrimônio imaterial, para que estes saberes sejam respeitados.

2. A Economia Criativa no contexto nacional

Se a cultura é o recurso privilegiado na economia criativa, num país miscigenado e tão plural em sua formação como nosso, onde vemos reinar a diversidade, certamente possuímos esse recurso em abundância, o que faz com que a promoção da Economia Criativa seja-nos interessante em termos de vantagens competitivas. Mas, do mesmo modo que o Brasil sempre foi dotado de riqueza em recursos naturais, as questões que se colocam são as seguintes: Como se dão, na Economia Criativa, os usos e apropriações desses recursos? Será que podemos afirmar que seus projetos e políticas realmente culminam na redistribuição de renda? Qual modelo de gestão que cumpriria tal finalidade? Ana Carla Fonseca Reis destaca que um elemento base nessa questão é pensarmos sobre a *“inadequação dos atuais paradigmas sócio-econômicos em lidar com as discrepâncias distributivas, forjar modelos sustentáveis de inclusão econômica e resolver os problemas da violência urbana, ambientais e sociais que nos afligem”*. (REIS, 2008b, p. 23) Portanto, como saída, a noção de Economia Criativa por aqui deveria passar por adaptações, dando ênfase na economia da experiência que *“reconhece o valor da originalidade, dos processos colaborativos (...) fortemente ancorada na cultura e em sua diversidade”* (idem, p. 24) e da economia da cultura *“ que propõe a valorização da autenticidade de do intangível cultural, único e inimitável”* (idem), as quais abririam portas às aspirações dos países em desenvolvimento de possuírem um recurso abundante em suas mãos. Para a autora,

(...) gerar riqueza não equivale a gerar desenvolvimento, a questão de fundo de nossas economias continua sendo não somente como crescer, mas como crescer de modo sustentável e, ao mesmo tempo, distribuir as possibilidades de inclusão (...) de formação de profissionais capazes de conquistarem seus meios de sobrevivência e se realizarem com isso. (Reis, 2011, p.151)

De acordo com o ex-ministro Juca Ferreira, nos últimos anos tem sido de recomendação dos relatórios da ONU o tratamento da Cultura como propulsora no desenvolvimento das nações. Ele afirma que isso não se dá por um acaso, uma vez que *“não se pode conceber desenvolvimento ou tecnologia sem cultura, porque tudo está impregnado de cultura”* (FERREIRA, 2010). Para ele, portanto, a cultura deveria ser encarada de uma forma holística, dado que :

A cultura produz muitas “externalidades”; os impactos dos processos simbólicos, das ações e dos conteúdos culturais e artísticos iluminam de diversas formas os diferentes segmentos da sociedade e a vida das pessoas nas mais diversas dimensões: impactos da cultura são visíveis na economia, na saúde, na educação, na ciência e tecnologia, na pesquisa, na qualidade das relações sociais, nas questões de segurança pública, na vida política do país, na possibilidade de desenvolvimento de subjetividades complexas, fundamentais na formação de uma cultura democrática, solidária e participativa. (Op. Cit.)

Ferreira percebe a cultura em seu sentido antropológico como aquilo que “cimenta” toda forma de ação humana, daí o protagonismo das políticas culturais, que deveriam fazer uma ponte entre os demais ministérios. Podemos, paralelamente a nossas considerações anteriores, compreender a possibilidade da criação da Secretaria de Economia Criativa como fruto dessa necessidade de intercâmbio entre setores ministeriais e na medida em que se recoloca a cultura como componente estratégico para o desenvolvimento brasileiro. Visionário, o ex-ministro da Cultura Celso Furtado, afirmava no livro *Criatividade e Dependência*, que *“implícito na criatividade existe, portanto, um elemento de poder”*. (FURTADO, 1978, p. 17) e aventava no fim da década de 70 a possibilidade de superação da dependência econômica – particularidade dos países em desenvolvimento – por meio da criatividade.

Ferreira ainda alerta: *“Muitos não sabem que a cultura movimenta uma economia que emprega mais que a indústria automobilística, já respondendo por mais de 6,5% de nosso PIB”* (Idem), isto é, trata-se de uma economia em franca expansão. De acordo com Euclides Mauricio de Souza, as articulações entre cultura e desenvolvimento devem ser encaradas em sua complexidade, dando ênfase a seu caráter transversal:

Para que a cultura seja inserida no contexto de um desenvolvimento sustentável, é preciso que suas respectivas políticas públicas sejam devidamente articuladas no conjunto de outras políticas voltadas para essa proposta de desenvolvimento. Ou seja, criar pontes, abrir diálogos conseqüentes em ações e políticas(...) (SOUZA, 2008, p. 2)

Os termos *Indústrias Criativas e Economia Criativa*, cuja penetração em alguns países – como o caso específico da França (MIGUEZ, 2007, p.101) – inicialmente

encontravam resistências, tendem a se acelerar particularmente pelo fato de que a UNESCO passou a incorpora-los a suas iniciativas e documentos.

Em 23 de setembro de 2011, durante o II Seminário Internacional de Políticas Culturais, na Fundação Casa de Rui Barbosa, é lançado o Plano da Secretaria da Economia Criativa, no qual se declara o compromisso com a formulação de um modelo próprio, alinhado à nossa realidade, com diretrizes e ações a se efetuarem até 2014. Importa salientar que muito da crítica a nossas políticas desenvolvimentistas diz respeito justamente à importação de modelos vindos de fora sem a necessária adequação às nossas condições. Algo como: Copia-se a receita do bolo, mas nossos ingredientes não são os mesmos. No referido documento há uma preocupação em demonstrar que está havendo algum cuidado com relação a esse fato. Por exemplo, optou-se por usar “setores criativos”, em vez de “indústrias criativas”, por motivos de tradução. O conceito de setores criativos é definido neste documento como: “(...) *todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica.*”³

Destacam-se os chamados princípios norteadores, por cuja intersecção se constitui a Economia Criativa Brasileira. De acordo com o Plano, as ações da secretaria devem atentar para o fato de que nossa riqueza cultural se deve a nossa *diversidade cultural*. Ela é responsável por um “*mundo rico e variado que aumenta a gama de possibilidades e nutre as capacidades e valores humanos, constituindo, assim, um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações.*”⁴

Também se coloca a importância da *sustentabilidade* contra o uso indiscriminado de recursos naturais e tecnologias poluentes, cujo objetivo é obter lucros e garantir vantagens competitivas a curto prazo; um tipo de produção compulsiva e massificada de baixo valor agregado que é destituída de elementos originais identificadores das culturas locais. O princípio da inovação é concernente também à idéia de capitalismo cognitivo, que veremos a seguir. Diz respeito à identificação de soluções aplicáveis e viáveis, à capacidade de lidar com riscos e à própria postura de vanguarda do artista. Por fim, vemos o princípio da *inclusão social*: dadas as condições atuais de precariedade de considerável parte da população brasileira,

³ Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações. 2011 -2014. Brasília. Ministério da Cultura, p. 22

⁴ Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações. 2011 -2014. Brasília. Ministério da Cultura, p. 33.

*a efetividade dessas políticas passa pela implementação de projetos que criem ambientes favoráveis ao desenvolvimento desta economia e que promovam a inclusão produtiva da população, priorizando aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por meio da formação e qualificação profissional e da geração de oportunidades de trabalho e renda.*⁵

Assim, na dinâmica exposta, procuro debater as possibilidades de diálogo entre Economia Criativa e Políticas Sociais, atentas ao contexto do setor do artesanato, na região Norte-Fluminense. A escolha pelo setor se deve a seu potencial em absorver mão-de-obra em maior escala, dadas características do processo produtivo e à observação de se tratar de um perfil de público reiteradamente alvo de Políticas Sociais.

3. O Lugar do Artesanato na Economia Criativa

O artesanato é uma das formas de expressão da identidade cultural e social, listadas pela “*Recomendação da UNESCO sobre a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional*”, em 1989⁶. Podemos afirmar que a biografia do artesanato confunde-se com a própria história da humanidade. Seu surgimento data do período neolítico, quando o homem transforma a natureza, ao criar com suas próprias mãos artefatos para a garantia de sua sobrevivência e bem-estar individual e coletivo (CHITI, 2003, Apud SILVA, 2006, p. 12). Desse modo, pode-se dizer que o artesanato configura-se como a primeira forma de trabalho humano. Ao seu universo, integram-se artigos domésticos, utilitários e ornamentais, feitos para o uso cotidiano e artefatos destinados ao âmbito do extraordinário, como rituais e festas. Sennett dirá que a habilidade artesanal inspira-se na experiência das brincadeiras infantis, “e quase todas as crianças brincam bem” (SENNETT, 2009, p. 299), de onde inferimos que decorreria desse fundo lúdico a origem do esmero dado às peças. Há, nesse sentido, semelhança na concepção do artesanato com o

⁵ Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações. 2011 -2014. Brasília. Ministério da Cultura, p. 34.

⁶ O Brasil é signatário das diretrizes sobre a Diversidade Cultural da Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – desde 2003. A UNESCO é criada em 1945, período em que, nos circuitos acadêmicos, a cultura passa a ser compreendida como uma capacidade universal, “estendida aos homens de todas as épocas e regiões do mundo e não mais como um privilégio de uma parte da humanidade, ou de algumas nações que se consideravam mais capazes que as outras. Era necessário, então, engajar todas as nações na preservação dos patrimônios culturais que refletiam a diversidade cultural do mundo (...). Foi ao longo deste percurso que a UNESCO, que integra a família de instituições das Nações Unidas, passou a se destacar na defesa da riqueza que resulta da diversidade cultural.” Destaca-se, em 1989, a recomendação da UNESCO sobre a salvaguarda da cultura popular e tradicional: “O conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural são fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e reconhecidas porque atendem às expectativas da comunidade enquanto expressão da identidade cultural e social, das normas e dos valores que se transmitem oralmente, por imitação ou outros modos. Suas formas de expressão compreendem, entre outros, a língua, a literatura, a música a dança, a mitologia, os ritos, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes.” (GALLOIS, 2006, p. 14, 15)

fazer artístico, na medida em que se caracteriza como uma atividade cujas origens precedem o processo de divisão social do trabalho e, portanto, traduzem aquilo que chamamos de um trabalho não-alienado:

Dentre todas as obras humanas (...) a obra de arte apresenta a unidade mais coerente, a totalidade mais auto-suficiente (...) A coerência da obra de arte significa, pois, que, nela, uma unidade anímica subjetiva encontra expressão; a obra de arte exige um único homem, mas o exige inteiro, em sua intimidade mais central (...) Ao contrário, onde predomina a divisão do trabalho, tem-se como efeito uma incomensurabilidade da realização com o realizador. (SIMMEL, 1998, p. 52)

Podemos afirmar que tanto na arte quanto no artesanato – atividades que escapam ao processo de divisão social do trabalho – o homem se concebe como “criador”. Segundo Heliana Marinho da Silva,

O conceito de cultura, aplicado ao artesanato está referenciado na arte, preferencialmente de natureza popular, criada por um povo de baixo poder aquisitivo, pertencente, em grande parte, aos estratos econômicos menos favorecidos. A arte popular artesanal, aqui defendida, não é aquela direcionada para o entendimento das massas, mas a arte criada por estas, como necessidade estética, funcional, ou de sobrevivência. (SILVA, 2006, p 13)

Em linhas gerais, os elementos que caracterizam um objeto como artesanato na atualidade, independente do lugar geográfico ou do território da produção, seriam: “manualidade; funcionalidade; seriação; intenção estética e decorativa; durabilidade; tipicidade e tridimensionalidade.” (CHITI, 2003, Apud SILVA, p. 17), assim notamos características que distinguem a arte (aceita no campo artístico⁷) quanto ao artesanato. Diz-se, por exemplo, que “Toda arte é inútil”⁸, suas atribuições são de ordem contemplativa, não possuindo fim prático algum para além do enaltecimento do homem na terra (LEITÃO, 2009, p. 2), exclui-se, desse modo, a “funcionalidade” presente no artesanato.

O artesanato se situaria na fronteira entre arte e mercadoria, possuindo características de ambos. Atualmente, o que diferencia o artesanato produzido em dado território, conferindo-lhe valor e exclusividade é sua forma de concepção, a partir da “interpretação da cultura e da

⁷ BOURDIEU,

⁸ WILDE, Oscar. “ Prefácio”. In: _____. *O Retrato de Dorian Gray*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

trama da história local, favorecida pela utilização de matéria-prima disponível no território”. (CHITI, 2003, Apud SILVA, p.14)

Para termos oficiais, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior institui em D. O. de 5 de outubro de 2010 , pela Secretaria de Comércio e Serviços a “Base conceitual do Artesanato Brasileiro”, em que lemos a seguinte definição:

Art. 4º ARTESANATO - Artesanato compreende toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (possui valor simbólico e identidade cultural), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios.⁹

Ainda sobre as políticas públicas para essa área, o Artesanato entra como um dos Colegiados Setoriais, isto é, um dos órgãos integrantes da estrutura do Conselho Nacional de Política Cultural ¹⁰ – CNPC . Os Colegiados são instâncias de formulação das políticas setoriais e têm como competência debater, analisar, acompanhar, solicitar informações e fornecer subsídios ao CNPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos setores culturais. As inscrições para a participação do colegiado foram até o dia 26 de agosto de 2012. Com a criação do Plano da Secretaria de Economia Criativa, o Artesanato configura também como um dos setores criativos do Ministério da Cultura, no campo das Expressões Culturais. ¹¹ A base das reivindicações está na inclusão do setor nas formas de fomento do Ministério da Cultura e de outras instituições.

Nessa fase da pesquisa , paralelamente ao acompanhamento da dinâmica das Políticas Públicas para o referido setor, busco fazer um levantamento sobre o perfil dos artesãos na região Norte Fluminense. A região preserva as técnicas mais tradicionais do bordado, crochê, abrolhos e ponto cruz, aplicados em linhas de cama e mesa e

⁹<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=06/10/2010&jornal=1&pagina=100&totalArquivos=15.2>

¹⁰“nos termos do art. 6º e do art. 9º do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973, de 07 de outubro de 2009” Fonte: <http://www.cultura.gov.br/setoriais/artesanato/colegiado-setorial-de-artesanato/>

¹¹ Plano da SEC, p. 29.

também na moda, além da utilização das fibras naturais em objetos tradicionais e contemporâneos, bem como da argila retirada das cerâmicas.

Os projetos em fase de coleta de dados são “Tranças e Tramas”, dos municípios de São Francisco de Itabapoana e Quissamã – RJ, que têm como principal matéria-prima a fibra da Taboa, “Caminhos de Barro”, ligado à extensão universitária da Universidade Estadual do Norte Fluminense, trabalhando com a argila extraída das cerâmicas das localidades de Poço Gordo e São Sebastião e AME (Associação de Mulheres Empreendedoras) – uma associação Incubada pela ITEP (Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da UENF) e que trabalha com o bagaço da cana-de-açúcar. Em todos os casos, percebemos tratar-se de matéria-prima abundante na região. Concernente a isso, vemos o conceito de “Indicadores Geográficos”, que relaciona meio-ambiente, propriedade intelectual e patrimônio imaterial, com respeito a *“produtos ou serviços, cujo local de origem tenha alcançado reputação consagrada no mercado, ou quando o ambiente natural e humano transmita características singulares aos produtos.”* (MAFRA, 2010, p. 66)

As artesãs da AME desejam patentear a fórmula da massa do bagaço de cana-de-açúcar com que são feitas as peças para casa e decoração, moda, acessórios, além de brindes e material de escritório. Do mesmo modo, também se analisa a atribuição de patente aos engobes, corantes naturais feitos a partir de diferentes tipos de argila, com que são pintadas as peças do projeto Caminhos de Barro. Outro distintivo é a aplicação do crochê, característico da região, no acabamento das peças de argila, que já se configurou como parte da identidade do projeto.

Os aportes de memória estão presentes no fazer artesanal e se expressam ainda pela sua iconografia. Nas cestarias de palha de taboa, comuns no interior, nas imagens de santos cultuados na região, feitas com argila ou massa de bagaço de cana, na própria referência às usinas açucareiras, que marcaram de forma indelével o a história do Norte Fluminense, nas alusões à “Mana-chica do Caboio”, dançada na região, ao livro “O Coronel & o lobisomem”, de José Cândido de Carvalho, ao mito do “Urural da Lapa”.

Assim, pode-se, deliberadamente, buscando elementos de pertencimento, de identificação com o local, recriar modelos de identificação com o meio, visando a sustentabilidade, tanto do ponto de vista simbólico, quanto do ecológico, do econômico e do social. E aqui entraria a convergência com a proposta de desenvolvimento da Economia Criativa, pela geração de propriedade intelectual, ou seja, do valor gerado por esse saber imaterial desenvolvido e cultivado pelas artesãs.

Discute-se em que ponto as proposições da Secretaria da Economia Criativa, enquanto modelo econômico alternativo, ressoam nos atuais debates das Políticas Sociais no sentido da criação de zonas de coesão, novas filiações pautadas na cultura, na identidade e no território, frente às desfiliações decorrentes da crise do mundo do trabalho, que configura nossa “nova

questão social” e quais os limites, possibilidades e chances de êxito dessas políticas nesse sentido. Creio que o grande desafio das políticas públicas nesse âmbito é o de não promoverem a redução da cultura a um bem cultural, todavia possibilitarem que os grupos utilizem de sua cultura como um bem quando eles assim desejarem.

4. Considerações finais:

Além da disponibilização de dados sobre as demandas do setor artesanal no Norte Fluminense e levantamento iconográfico da produção, pretende-se contribuir para os debates sobre a adaptação do conceito de Economia Criativa ao quadro brasileiro, pontuando alcances, limitações e conseqüências dessas políticas.

As políticas da SEC estão em fase de formulação e implantação, assim sendo, ainda não podemos mensurar seus impactos. Contudo, pretendemos compreender em que medida uma intensificação de políticas para o setor do artesanato pode promover desenvolvimento e ressignificação das relações produtivas, estimulando o processo de reconhecimento dos sujeitos-criadores e valorizando saberes que atualmente se encontram à margem do processo econômico conservador.

Referências Bibliográficas:

BARTRA, Eli, et. al.. “*Creatividad invisible – mujeres y arte popular em América Latina y el Caribe*”. Eli Bartra (compiladora). Editora Universidad Nacional Autónoma de México. Programa Universitario de Estudios de Género. México, 2004.

BRAGA, Ruy. *O trabalho na trama das redes: para uma crítica do capitalismo cognitivo*. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. www.eptic.com.br, Vol. VI, n. 3, Sep. – Dec. 2004

BRASIL. Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações. 2011 - 2014. Brasília. Ministério da Cultura, 2011.

BOURDIEU, Pierre. “*Gênese de uma estética pura*”. In: _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica sobre o salário*. (trad. Iraci D. Pleti). Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

COCCO, et at. “Conhecimento, inovação e redes de redes. Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação. COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez & SILVA, Gerardo (orgs.) Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CORSANI, Antonella. “Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo”. *Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação*. COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez & SILVA, Gerardo (orgs.) Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DEHEINZELIN, Lala. “Economia Criativa, Sustentabilidade e Desenvolvimento Local”. In: DEHEINZELIN, Lala; REIS, Ana Carla Fonseca (orgs.). *Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local*. Vitória: SEBAE & SECULT, 2008.

DUISENBERG, Edna dos Santos. “Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável?” In: REIS, Ana Carla Fonseca (org.), 2008.

FERREIRA, J. “A centralidade da cultura no desenvolvimento” – In: Barroso, Aloísio Sérgio; Souza, Renildo (orgs.). *Desenvolvimento: idéias para um projeto nacional*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2010. p. 265-278. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/12/13/a-centralidade-da-cultura-no-desenvolvimento/> acesso em 8 de junho de 2011.

FURTADO, Celso. “Poder e espaço numa economia que se globaliza”. In: *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GALLOIS, Dominique. “O que é Patrimônio Imaterial?” In.: Gallois (org.), *Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas*. Iepé, 2006.

KOVÁCS, Máté. “A Economia Criativa e a erradicação da pobreza na África: princípios e realidades.” In: REIS, Ana Carla Fonseca (org), 2008.

LEITÃO, Andreza Barreto. “Das modernas utopias às heterotopias pós-modernas: um estudo sobre arte e emancipação”. Campos dos Goytacazes, 2009. Monografia de Bacharelado. Centro de Ciências do Homem. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

MARSHALL, T. H. *Política Social*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

MIGUEZ, Paulo. *Economia Criativa: uma discussão preliminar*. In: Teorias e Políticas da Cultura: visões multidisciplinares. NUSSBAUMER, Gisele Marchiri (org). Salvador: EDUFBA, 2007.

REIS, Ana Carla Fonseca (org). *Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú cultural, 2008.

SENNETT, Richard. “O artifício”. (tradução: Clovis Marques), 2ª ed. . Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Heliana Marinho. “Por uma teorização das organizações de produção artesanal: habilidades produtivas nos caminhos singulares do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, 2006. Tese de doutoramento. Escola Brasileira de Administração Pública de Empresas. Fundação Getúlio Vargas.

SIMMEL, George. “A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva” . In: ____. *Simmel e a modernidade*. Jessé Souza e Berthold Oëlze (Org.). Editora UNB. Brasília, 1998.

SOUZA, Euclides Maurício Siqueira. O lugar da Cultura na idéia de desenvolvimento sustentável. In.: IV ENECULT : Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: UFBA, 2008.

**ESTUDO DO ENSINO PROFISSIONAL (FEMININO) NO BRASIL:
A ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA
(CAMPOS, 1922-1930)**

Fabiana de Arruda Resende Reis

Graduação em História pela Universidade Federal de São João Del Rei. Aluna de Mestrado no Programa de Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense – Campos - RJ

fab_i_sjdr@yahoo.com.br

Euza de Souza Silva –

Aluna de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual Norte Fluminense - Campos- RJ

euzassilva@hotmail.com

Silvia Alicia Martínez

Doutora em Educação pela PUC – Rio – Pós- Doutora em História da Educação pela Universidade de Lisboa

Professora Associada da Universidade Estadual Norte Fluminense – Campos – RJ

silvia-martinez@hotmail.com

Resumo

Com o processo industrial e de modernização do Brasil, surgiu o ensino profissional, inclusive o feminino, que muitas vezes preparava as mulheres para serem melhores donas do lar e para ajudarem no orçamento familiar, qualificando-as para trabalharem fora de casa como professoras de arte ou até mesmo confeccionarem produtos para serem vendidos. Neste contexto visamos demonstrar os primeiros resultados relativos ao estudo exploratório do ensino profissional feminino no Estado do Rio de Janeiro, tendo como referência e objeto de estudo a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, fundada em 1922 na cidade de Campos. Para tal, optamos pelo recorte temporal de 1922

a 1930, correspondente ao período entre o ano de criação da escola até o final da gestão da primeira diretora da instituição, Maria Pereira das Neves.

Abstract

With the industrial and modernization processes taking place in Brazil, the professional teaching came about, including that of women. Often the teaching of women prepared them to be better housewives and to help in the family monthly income, qualifying them to work outside of the household as art teachers or developing handmade products to sell. Within this context, we aim at demonstrating the first results of the research carried out on the professional teaching of women in the state of Rio de Janeiro, having the school Escola Profissional Nilo Peçanha, which was founded in 1922 in Campos, as a reference for research. In order to accomplish that overview, we selected the period of 1922 to 1930, corresponding to the period of the inauguration of the school up to the end of the first administration by the first director of the institution, Maria Pereira das Neves.

Trabalho completo

Este trabalho se propõe a apresentar os primeiros resultados relativos ao estudo exploratório do ensino profissional feminino no Estado do Rio de Janeiro, num contexto de crescente modernização do país, tendo como referência e objeto de estudo a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, fundada em 1922 na cidade de Campos. Para tal, optamos pelo recorte temporal de 1922 a 1930, correspondente ao período entre o ano de criação da escola até o final da gestão da primeira diretora da instituição, Maria Pereira das Neves.

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha se localizava à Rua Lacerda Sobrinho, nº. 119, no centro, onde, atualmente, funciona o Colégio Estadual Nilo Peçanha. Sua história começou com a inauguração, em 1922, no governo de Moraes Veiga, então Presidente do Estado do Rio, mas a instituição só entrou em funcionamento no ano seguinte, no governo estadual de Feliciano de Abreu Sodré.

No início, seu currículo era distribuído em três anos de curso, sendo alterado, em 1929, segundo Fonseca (1961), pelo Regulamento de Ensino Profissional sob a forma de Decreto nº. 2380, estabelecendo que o ensino profissional fosse ministrado em quatro anos, havendo um curso geral, de caráter obrigatório, e, paralelamente, cursos especiais,

na forma de oficinas, abrangendo corte e costura, bordados e rendas, chapéus, flores e frutos.

A análise, entretanto, não se restringe à história da criação do colégio, mas na busca de entendimento do seu funcionamento a partir da hipótese de que esta instituição tenha representado, para a população, função sócio-cultural e tenha gerado, provavelmente, expectativas de mobilidade, libertação e construção social.

A escolha da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha insere-se num contexto de pesquisa em que se estudam escolas de relevância da cidade, sendo inaugural no sentido de iniciar o estudo de uma primeira instituição que não era destinada à elite campista, mas às mulheres de classes trabalhadoras. Buscamos, a partir do “universo” da escola, elementos que possam dar conta de entender a sua gênese, tendo em vista que o ambiente escolar é um lugar de memória e de diversos elementos que envolvem a sociedade.

Os estudos da escola profissional (feminina) podem contribuir para compreender o projeto de modernização da sociedade brasileira construído pelos políticos que atuavam no plano da incipiente nação e que defendiam a necessidade de romper barreiras internas, por meio da educação, que impediam a inserção do Brasil no movimento cultural e político geral.

A educação, certamente, formava parte do projeto fluminense, que não era alheio à crença ilimitada no progresso por meio da instrução, em circulação no final dos Oitocentos e início dos Novecentos. O intuito neste período era, ao menos no plano das ideias, superar os atrasos de um Brasil colonial (agrário, pouco desenvolvido em termos de industrialização, modernização e urbanização), fazendo progredir a nação republicana que surgia, e aos poucos se consolidava, percebendo que avançar na educação da população, ainda que de maneira lenta, poderia ser um caminho para tal. E o sexo feminino não poderia ficar alheio a este processo de emancipação e progresso do país. Em virtude disso é que consideramos aqui o histórico papel da mulher na sociedade, a educação feminina e a evolução do ensino profissional no Brasil.

A escola surge como um espaço social de formação de indivíduos, sobretudo na preparação para a vida moral, política e econômica de um país. Tanto no Brasil, como em vários outros países, este espaço foi, a princípio, marcado pela presença masculina. Foi, inicialmente, conduzida por mestres jesuítas e direcionada à formação de meninos brancos da elite. Somente com o decorrer do tempo é que as instituições de ensino

tiveram que mudar seu perfil, transformar-se e aceitar meninos de baixa renda, de outras etnias e também as meninas.

A entrada das mulheres no meio educacional, como alunas ou como professoras, não se deu de maneira rápida, tampouco fácil. Esse processo ocorreu lentamente ao longo do século XIX, trazendo consigo muitas polêmicas sobre o papel da mulher, contestadas em diversos discursos. A partir da Independência do Brasil, com ideais de progresso e soberania, evidenciando que o novo Império precisaria se firmar, é que se iniciava o discurso defensor da educação como alavanca para a modernização do país, tendo em vista o alto índice de analfabetos existentes até o período. Surgiram então diversas escolas para meninos e meninas.

Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura. (LOURO, 2000, p.444).

Apesar da inclusão feminina na educação, não podemos simplificar este processo uniformemente, pois era gritante a distinção do acesso de meninos e meninas ao ambiente escolar. E ainda que a educação feminina representasse um avanço para as mulheres, esta continuava a ser justificada pela maternidade.

Sob diferentes concepções, um discurso ganhava a hegemonia e parecia aplicar-se, de alguma forma, a muitos grupos sociais a afirmação de que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, ou seja, para elas a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução. Na opinião de muitos, não havia porquê mobilizar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na formação de futuros cidadãos. (LOURO, 2000, pp. 446 e 447).

Com o advento da República Brasileira, os ideais de modernização e avanço se fortaleceram, acarretando a necessidade de educação das mulheres, sempre vinculada à ordem e ao progresso. Cabia às mulheres o papel de higienização da família e de construção de cidadania dos jovens, considerando a ideia de que as mulheres deveriam ser educadas visando o acesso a boas colocações, tanto como boas donas-de-casa, quanto como mães de família.

Neste contexto de modernização surgiu o ensino profissional feminino, que muitas vezes preparava as mulheres para serem melhores donas do lar, mais prendadas, conseguindo elas próprias confeccionar tarefas domésticas, como costurar, bordar, fazer chapéus e cuidar bem da casa, do marido e dos filhos. As escolas profissionais também propiciavam a essas meninas uma oportunidade de ajudarem no orçamento familiar caso houvesse necessidade, pois possuíam, a partir do curso profissional, qualificação para trabalhar fora de casa como professoras de arte ou até mesmo confeccionarem produtos para serem vendidos.

Quando paro para pensar neste público feminino ou nestas mulheres que optaram ou que não tiveram outra escolha a fazer quanto a sua formação, é possível de se imaginar as lutas e esforços que foram produzidas para a contribuição da construção da sociedade, em que as características marcantes das práticas de um ofício que eram ensinadas para as mulheres, sejam aprender a costurar, bordar, cozinhar e entre outros papéis atribuídos especialmente as mulheres como a submissão aos seus maridos e aos cuidados da casa. Somente estas práticas ofereciam para uma camada mais pobre da sociedade as oportunidades de socialização ou de uma ascensão social. (FERNANDES, 2006, P. 05).

O histórico do pensamento social brasileiro, como também em diversos outros lugares, tem como base a crença em uma natureza feminina que garantiria às mulheres seu lugar como “donas do lar”, com a predestinação para casamento e filhos. Partindo deste princípio, seria lógico imaginar que não haveria espaço para a mulher em outro lugar que não fosse a casa, aos cuidados do marido e criação dos filhos, assim como para os homens o lugar ser pertencente às ruas e ao mundo do trabalho, na busca por cumprir suas obrigações que resumem-se no sustento casa, da mulher e dos filhos. Os papéis pré-definidos ao marido e à mulher seriam complementares, mas jamais com

direitos iguais.

A imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e a sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser. (MALUF e MOTT, 1998, p. 375).

Com a modernidade, vagarosamente as mulheres começaram a quebrar determinados padrões, ainda que houvesse inúmeras distinções entre a posição do homem e a posição da mulher perante a sociedade. A mulher moderna se mostrou capaz de realizar tarefas difíceis antes retiradas de sua participação. Mas ainda que tenha aumentado a participação feminina em diversos setores sociais, inclusive no mercado de trabalho, devemos ressaltar que ela ainda era instruída e formada para o casamento, preparada para a vida do lar, enquanto o homem recebia preparação para uma vida voltada para os cuidados financeiros e também para a vida militar.

A Escola Profissional Nilo Peçanha

A partir destas considerações analisamos a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, em Campos, Rio de Janeiro, no período correspondente aos anos de 1922 a 1930.

No início, seu currículo era distribuído em três anos de curso, com aulas teóricas e oficinas, no intuito de profissionalizar meninas pobres. A primeira turma a se formar foi em 1926, quando o curso era ainda de três anos. Este só foi ampliado, para quatro anos, em 1929, pelo Regulamento de Ensino Profissional (Decreto nº. 2380).

Aquêle Regulamento vinha trazer normas uniformes às escolas profissionais do Estado do Rio, atingindo, portanto, a Escola Profissional Feminina de Niterói, que naquela época já se chamava Escola Profissional Aurelino Leal, como também, as outras existentes na ocasião: a Visconde de Moraes e a Washington Luís, em Niterói, e a Nilo Peçanha, em Campos.

O Regulamento declarava que o ensino profissional consistia no lecionamento de artes e ofícios, paralelamente à cultura física, intelectual e cívica dos alunos, e visava a prepará-los, de um modo geral, para a vida prática e, especialmente, para o exercício do magistério em estabelecimentos daquele ramo de ensino e nas secções profissionais, que o mesmo Regulamento criara junto a qualquer grupo escolar de ensino primário, excetuados os de Niterói e Campos, para mãças de 15 a 25 anos de idade, que desejassem aprender Corte e Costura, Bordados e Rendas, ou a fazer Chapéus, Flôres e Frutos, prevendo um período letivo de dois anos para isso. O Regulamento estabelecia que o ensino nas escolas profissionais do Estado seria feito em um período de quatro anos, havendo um curso geral, considerado fundamental e de caráter obrigatório, e paralelamente, cursos especiais. (FONSECA, 1961, p. 189).

Fonseca (2000) descreve as características do ensino profissional, afirmando que o curso geral subdividia-se em dois: o de educação sistemática e o de educação doméstica. Segundo o autor, o primeiro compreendia os ensinamentos de Português; Instrução Moral e Cívica; Matemática – Aritmética, Álgebra e Geometria –; Física Experimental, Química e História Natural. Também havia Trabalhos Manuais, destinados exclusivamente às mãças. No curso de Educação Doméstica seriam ensinadas as artes domésticas, como cozinha, pastelaria e confeitaria, as artes aplicadas e a economia doméstica.

A parte propriamente profissional é descrita por Fonseca (1961) como sendo designada por cursos especiais, de acordo com o Decreto de 2.380. Para as mãças os cursos especiais abrangeriam o ensino de corte e costura; bordados e rendas; chapéus; flores e frutos.

Ainda sobre o mesmo Decreto, Fonseca (1961) afirmou,

Também no Estado do Rio houve formação de professores para as escolas profissionais estaduais, principalmente para as do sexo feminino. Assim é que o Regulamento do Ensino Profissional, baixado com o Decreto Estadual 2.380, de 14 de janeiro de 1929, estipulava ter aquêlo ramo da instrução, como uma de suas finalidades, o preparo para o exercício do magistério nas escolas profissionais, bem como nas secções profissionais que o mesmo decreto criava junto aos grupos escolares do Estado. Aliás, a Escola Aurelino Leal, situada em Niterói, desde 1926, pela sua regulamentação, dava direito, às mãças que completassem seus cursos, de

exercerem o cargo de professoras de trabalhos manuais e de agulha nos grupos escolares estaduais. Posteriormente, em 1936, novo regulamento de ensino profissional do Estado, Decreto 129, de 20 de janeiro, criava nas escolas femininas fluminenses, um curso Normal-Profissional, destinado ao preparo de professoras para as escolas profissionais, com duração de dois anos. Por dificuldades várias, entretanto, tais cursos não chegaram a funcionar regularmente. (FONSECA, 1961, p. 607).

Além do suporte teórico, o desenvolvimento desta pesquisa contou com importantes dados contidos no arquivo escolar da Escola Profissional Nilo Peçanha, disponível no atual Colégio Estadual Nilo Peçanha: o primeiro ano de funcionamento da escola; os cursos oferecidos; as médias alcançadas pelas alunas; os Decretos que regiam o funcionamento da escola; o número de matriculadas e de desistentes; a primeira turma diplomada; o aproveitamento das alunas; informações sobre matrícula e frequência; horário das aulas; disciplinas e oficinas oferecidas; termos de visita de inspeção; dados e pareceres sobre a direção; a secretaria; curso noturno; exposição das alunas; comemorações cívicas; exames de admissão, mapa de rendas do curso geral e especial, entre outros. Também podemos encontrar cartas com depoimentos de alunas, professoras e demais pessoas da sociedade campista, além de um álbum fotográfico referente ao cotidiano da Escola Profissional Nilo Peçanha.

A metodologia engloba também o levantamento de Relatórios de Presidentes da Província, disponibilizados em fonte de dados *on line*, com dados referentes a todo o Estado do Rio de Janeiro. Foi realizado um levantamento bibliográfico, identificando autores como Almeida (1998); Bonato (2001); Cunha (2005); Fernandes (2006); Fonseca (2000); Fonseca (1961); Louro (2000); Maluf e Mott (1998); Rago (2000); Santos (2003); Soihet (1997); Veiga (2003), entre outros.

Por fim, foram realizadas pesquisas no Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, com o propósito de investigar, nos jornais da época, o comportamento social em relação à educação profissional feminina, bem como o alcance de atuação do ensino, a sua repercussão e demais percepções, manifestas nas publicações da imprensa local.

A partir destas fontes, pudemos perceber que o Ensino profissional brasileiro esteve associado ao desenvolvimento comercial, industrial e urbano, com medidas para a instrução popular. Associa-se, então, ao progresso material e moral da sociedade,

bastante ligado ao discurso republicano do início do século XX, que elevava a nação brasileira a um futuro promissor.

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha propiciava às alunas novas oportunidades, seja como melhores donas de casa ou como profissionais voltadas para educação e artes, consistindo no lecionamento de artes e ofícios, paralelamente à cultura física intelectual e cívica das alunas, visando prepará-las, de um modo geral, para a vida prática e, especialmente, para o exercício de magistério.

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha: a constituição de uma cultura escolar

A partir dos dados obtidos no arquivo escolar da E.P.F. Nilo Peçanha, observamos que o ensino era compreendido em técnico profissional, com costura, bordados e rendas, chapéus, cozinha, pintura e artes aplicadas; também havia o ensino primário complementar, com aulas de português, aritmética, geometria, geografia, história pátria, caligrafia, noções de física, química, história natural, higiene, desenho profissional e economia doméstica. Além disso, também funcionava um curso noturno, visando alfabetização de mulheres impossibilitadas de estudar durante o dia, com duração de 2 horas.

O número de matriculadas no curso diurno era aproximadamente 130 alunas por ano, com aulas diárias de 9 às 16 horas, inclusive aos sábados. Na escola eram realizados trabalhos, totalizando, por exemplo, no ano de 1926, 978 de costura, 406 de bordados e rendas, 539 de chapéus e 192 de artes aplicadas. É importante salientar que apesar da produção, a escola enfrentava bastantes dificuldades de mobiliário, qualificação de professoras e, sobretudo, do baixo rendimento de diversas alunas, consequência de um exame de admissão considerado pouco rigoroso. Olhamos criteriosamente para as fontes, mas observamos frequente esforço e empenho da diretora no bom funcionamento da escola e no rigor desempenhado durante a sua gestão.

Organização administrativa

No período correspondente aos anos de 1922/1923 a 1930, a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha esteve sob direção da Sr^a Maria Pereira das Neves. No final do ano de 1930, esta diretora foi transferida para a cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro.

Além da diretora, Maria Pereira das Neves, o corpo administrativo contava também com uma secretária, *Magdalena Galvão de Queirós R. de Castro*; uma almoxarife, *Maria Isabel Pinheiro*; uma porteira, *Antônia Monteiro Barrozo de Siqueira*, quatro inspetoras de alunas, *Josephina Peixoto de Azevedo*, *Maria José da Silveira Areas* e *Cândida Pereira Paes*; e um servente, *Luiz Rodrigues de Barros*.

O currículo nas oficinas

O corpo docente era formado por cerca de 30/31 professoras, divididas entre as salas de aulas e as oficinas. As oficinas eram de *Costura e Corte*; *Chapéus*; *Bordados e Rendas*; *Flores e Frutos*. Em cada oficina havia uma professora titular, chamada de *Mestra*, além de 3 (três) professoras, designadas *contra-mestras*.

As professoras (mestras, contra-mestras e substitutas) deveriam estar disponíveis para o caso de serem solicitadas a comparecer na escola fora dos horários determinados de aulas, sempre que o serviço exigisse e desde que este tempo estivesse de acordo com o Regulamento da escola.

Nas oficinas, as aulas aconteciam pela manhã, com horários diários de 9h às 12h. As alunas do 1º ano passavam por todas as oficinas, alternado-as a cada 15 dias.

Vejamos exemplos referentes às matrículas das oficinas no ano de 1930:

1º ano

Oficinas de Flores e Frutos, Chapéus e Bordados e Rendas: 10 alunas matriculadas em cada uma; Costura e Corte: 11 alunas.

2º ano

Oficinas de Flores e Frutos e Chapéus: 03 alunas em cada; Bordados e Rendas: 06 alunas; Oficina de Costura e Corte: 27 alunas matriculadas.

3º ano

Oficina de Costura e Corte: 17 matriculadas; Bordados e Rendas e Chapéus: 06 alunas em cada uma.

4º ano

Oficina de Costura e Corte: 11 alunas matriculadas; Bordados e Rendas: 03 alunas;

oficina de Chapéus: 02 alunas.

Quadro docente das oficinas

Oficina de Costura e Corte: Anna Carmem Cordeiro, mestra; Iracema dos Santos Sieberath, Maria Moreira Campos e Zilda Alves - contras-mestras;

Oficina de Chapéus: Rita Manhães, a mestra; Zahira Romana Pinto, Hermínia Paes de Oliveira e Maria Antonieta dos Santos Lacerda – contras-mestras;

Oficina de Bordados e Rendas: Izaura Peixoto, a mestra; Arinda Peixoto Prata, Carolina Manhães de Moraes e Maria Eneida Nunes – contras-mestras;

Oficina de Flores e Frutos: Zilde Manhães, a mestra.

O currículo nas salas de aula

As aulas teóricas, no período da tarde, começavam às 13h e terminavam às 16h, de segunda a sábado. O currículo constava das seguintes disciplinas:

1º ano: Português, Desenho, Economia doméstica, Aritmética, Moral e Cívica, Música e Trabalhos Manuais (total de 7 disciplinas).

Professoras:

Alzira Perissé Sodré – Português; Graziella Souto R. do Rosário – Desenho e Trabalhos Manuais; Rita de Cássia B. Sobral – Economia Doméstica; Maria da Conceição Peixoto – Aritmética; Maria Isabel Peixoto – Moral e Cívica; Zinia Muylaert Collares – Música

2º ano: Álgebra, Desenho, Moral e Cívica, Música, Economia Doméstica, Português, Artes Aplicadas (total de 7 disciplinas).

Professoras:

Elza Pereira das Neves - Álgebra; Zaira Peixoto e Alzira Gesteira Passos – Desenho; Maria Isabel Peixoto – Moral e Cívica; Zilda Tavares – Música; Rita de Cássia Sobral – Economia Doméstica; Hilda Barcelos Sobral – Português;

Maria Amélia Vasconcellos e Maria de Lourdes Veiga – Artes Aplicadas

3º ano: Português, Física, Música, Economia Doméstica, Artes Aplicadas, Geometria, Desenho, Moral e Cívica (8 disciplinas).

Professoras:

Hilda Barcelos Sobral – Português; Zenir Bacellar da Silva – Física; Zilda Tavares – Música; Maria Carlota Fernandes – Economia Doméstica; Alzira Barcellos – Artes Aplicadas; Elza Pereira das Neves – Geometria; Alzira Gesteira Passos – Desenho; Maria Isabel Peixoto – Moral e Cívica

4º ano: Português, Química, Economia Doméstica, Artes Aplicadas, Desenho, História Natural, Moral e Cívica, Música (8 disciplinas).

Professoras:

Hilda Barcelos Sobral – Português; Zenir Bacellar da Silva – Química e História Natural; Maria Carlota Fernandes – Economia Doméstica; Anna Gesteira Passos – Artes Aplicadas; Zaira Peixoto – Desenho; Maria Isabel Peixoto – Moral e Cívica

Zilda Tavares – Música

*Os cursos desenvolvidos na escola**O curso geral*

Era denominado Curso Geral a primeira etapa de estudos desenvolvidos pelas alunas ao ingressarem na escola. Compreendia a frequência às oficinas, pela manhã, e às aulas das disciplinas teóricas, no período da tarde.

As alunas deveriam ter 12 anos de idade, no mínimo e 20 anos, no máximo. Deveriam apresentar o Diploma ou Certificado de conclusão da 5ª série primária, ou fazer uma prova, chamada de Exame vestibular, Exame de Admissão e também conhecida como Prova Oral. As candidatas que apresentassem o documento de conclusão do ensino primário estavam habilitadas e ficavam isentas do vestibular.

Conforme a publicação da imprensa local, estas provas constavam das disciplinas de Português, Aritmética, Economia Doméstica, Álgebra e Geometria; eram marcadas em datas e horários previamente anunciados por dias consecutivos.

Os documentos requeridos para a matrícula eram: A Certidão de idade – o Registro Civil de Nascimento; Atestado de Vacina, além do já mencionado Diploma ou Certificado de conclusão do ensino primário. Era preenchida uma ficha contendo as

informações básicas referentes à filiação, endereço e naturalidade de cada aluna.

O curso de aperfeiçoamento

Às alunas que concluíam o Curso Geral era concedida a oportunidade de prestarem serviço à Escola como auxiliares das Contra-mestras, nas turmas de 1º ao 3º ano, nas oficinas nas quais se especializaram durante sua formação, além de serem alunas nas demais oficinas.

Essa especialização acontecia em horários extras, fora dos horários normais de aula, sendo que as alunas do curso de aperfeiçoamento trabalhariam como auxiliares ou regeriam turmas a critério da diretora, não tendo direito à remuneração. Mais tarde o estágio incluiria também o trabalho na Secretaria e no curso de Artes Domésticas. Deveriam estar na Escola, diariamente, das 9h às 12h.

Das 15 alunas que concluíram em 1929 o Curso Geral, todas se apresentaram, ou se matricularam, para o estágio no Curso de Aperfeiçoamento e destas, 14 concluíram.

Da leitura dos relatórios contidos no arquivo escolar, é possível perceber o grande interesse das alunas pelo curso de aperfeiçoamento e, ao que é mencionado no arquivo, a direção e todo o corpo docente ficavam bastante agradecidos com o empenho e a dedicação com que as alunas trabalhavam, gratuitamente, almejando mais experiência para sua profissionalização; algumas chegaram a receber destaque por atuação impecável, como é o caso da aluna *Ana Calomeni* que atuou como substituta da professora Maria Amélia Vasconcellos, de junho até o final do ano de 1930.

A professora Maria Amélia era auxiliar na disciplina de Artes Aplicadas e foi designada para servir em comissão na Escola Normal de Campos. Outras alunas também substituíram professoras que precisaram se ausentar por motivos de saúde. Assim este primeiro ano do Curso de Aperfeiçoamento foi avaliado como satisfatório.

O curso especial

Este curso teve início de seu funcionamento em 1929 e, conforme os relatórios apresentados, conquistou o sucesso de desempenho na avaliação da direção da escola. Constava das aulas que aconteciam nas oficinas no período da tarde, as mesmas oficinas, ou seja: Costura & Corte, Bordados & Rendas, Flores & Frutos e Chapéus.

Sempre de segunda a sábado, das 14h às 16 h. E o curso de Artes Aplicadas, às quintas-feiras, de 10h às 12h.

No primeiro ano do Curso Especial (1929), foram matriculadas 40 alunas no início do ano e em julho mais 20, entretanto a direção escolar decidiu não manter esse número de alunas alegando insuficiência de mobiliário para o desenvolvimento das aulas. Neste mesmo ano, por ocasião da exposição, estas alunas apresentaram 275 trabalhos, de todas as oficinas e ainda as produções das aulas de Artes Aplicadas.

No Curso Especial as alunas não precisavam frequentar aulas teóricas, em horário distinto, como as alunas do Curso Geral, mas apenas as aulas nas oficinas. Este era um curso livre que não possuía um regulamento para controle, por isso a flexibilidade dos movimentos de entrada.

Conforme anúncio do edital no Jornal Folha do Comércio, de 05 de janeiro de 1930, as candidatas ao Curso Especial deveriam ser maior de idade. As vagas foram limitadas a 20 candidatas, 05 alunas em cada oficina, e incluía também a necessidade de que as alunas frequentassem as aulas do Curso de Artes Aplicadas e Artes Domésticas, além das oficinas, completando o que foi chamado de **Curso Profissional**, esta nomenclatura também é mencionada nos relatórios numa referência a todas as modalidades do ensino juntas.

O curso noturno

O curso noturno era um modelo de Escola Primária que ocupava as dependências da Escola Profissional Nilo Peçanha, no horário noturno, atendendo especialmente moças que trabalhavam como empregadas domésticas durante o dia.

O curso estava sob a direção da professora D. Olinda Gomes Pinto, auxiliada pelas professoras adjuntas Alayde Rodrigues Lírio e Maria do Carmo Veiga, ambas diplomadas pela Escola Normal de Campos.

Alguns fragmentos, transcritos abaixo, retirados dos relatórios de Inspeção contidos no arquivo da Escola Profissional Nilo Peçanha, mostram as características do Curso, os objetivos, o currículo, o perfil das alunas atendidas e das professoras, bem como condições gerais e perspectivas futura.

A matrícula atual é de 79 alunas. Foram matriculadas 84, mas só frequentam

79, por se terem retirado 5. Compareceram hoje 30 que estiveram presentes à inspeção. A frequência média do mês foi 36. As alunas aqui matriculadas são todas moças que vivem em empregos durante o dia, quer como operários, quer como domésticas, e sua frequência demonstra o desejo que nutrem de conseguir alguns conhecimentos indispensáveis na vida prática. O tempo letivo é de apenas duas horas, que considero insuficiente, pois é durante este curto período que elas podem preparar suas lições, pois as horas dos dias são absorvidas pelos patrões que as remuneram para prestarem serviços. Este curso é de dois anos, mas o programa é de tal modo desenvolvido que não poderão as alunas completá-lo nesse tempo, apesar do esforço que empregam as professoras e alunas. (Livro de Registros – 1930, p. 49)

Outra visita de inspeção registra a presença de 39 alunas, quando o número de matriculadas era de 81 alunas. Das matriculadas: 51 alunas em duas turmas de 1ª série, e 30 alunas em duas turmas de 2ª série. As turmas eram organizadas de acordo com níveis de desenvolvimento, assim as mais adiantadas ficavam separadas das menos adiantadas.

Assisti à leitura de um grupo de alunas da série mais adiantada, leitura que muito se resente dos vícios de linguagem adquiridos no meio em que elas vivem. Esses vícios vão sendo gradativamente corrigidos pelas senhoras professoras que, para isso não tem poupado esforços. Dignas são, pois de louvor essas preceptoras que, bem compreendem a situação pouco favorável de suas alunas, procurando transmitir-lhes os necessários e indispensáveis conhecimentos usando para isso de métodos e processos apropriados. Não é esse um curso em que possam as professoras apresentar sensível resultado, apesar do esforço empregado pois as alunas requeçam durante duas horas apenas. (Livro de Registros – 1930, p. 51).

A frequência era bastante instável, aliada a uma carga horária de aulas, de apenas 2 horas por dia. As alunas também recebiam um grau menor de exigência no desempenho dos resultados da aprendizagem. Segundo as palavras do próprio inspetor, as alunas não podiam se dedicar durante o dia por causa da ocupação:

Por isso não se pode exigir aqui notável aplicação e progresso por ser insuficiente o tempo de que elas podem dispor para empregarem nos misteres do ensino. Apesar disso, devido ao esforço das senhoras professoras e das mestras alunas, algumas, já se nota relativo adiantamento. (...) não tem durante do dia, devido aos deveres outros que tem a cumprir, o tempo necessário para o preparo das lições que lhes são marcadas, o que fazem durante o curto período em que permanecem na Escola. Apesar, notem, de sua condição humilde e pouco aperfeiçoamento na educação, posso afirmar ser irrepreensível a disciplina. (Livro de Registros – 1930, p. 54).

As festas escolares

A Escola mantinha como tradição a comemoração de datas importantes e para

tanto, eram realizadas cerimônias cívicas que seguiam um padrão formalizado. O modelo seguido se constituía basicamente da execução do Hino Nacional, apresentação musical com solo e o coro das alunas da Escola; a leitura de textos e palestras que eram proferidas por professoras e também pela Diretora.

As datas comemorativas principais que se encontram relatadas são as de 13 de maio (abolição da escravatura), 7 de setembro (Independência do Brasil) e 15 de novembro (Proclamação da República), porém uma das datas mais comemoradas era o dia da Bandeira, 19 de novembro; também constam registros, não detalhados, de cerimônias para receber autoridades do governo estadual e federal em visitas à Escola.

Exposições

As exposições eram eventos organizados pelas professoras das oficinas, ao final de cada ano, como culminância do ensino e da aprendizagem desenvolvidos ao longo dos 12 meses. Toda a comunidade podia visitar a exposição dos trabalhos e ainda adquirir os que estivessem à venda. Muitos trabalhos eram feitos sob encomenda, por pessoas que conheciam a qualidade dos mesmos, garantindo assim, o custeio dos materiais usados. Havia também outros trabalhos produzidos para uso das alunas, muitas vezes para confecção de seus próprios enxovais.

Os trabalhos apresentados durante a Exposição de 1930 estão assim elacionados, conforme seus respectivos cursos:

O Curso Geral ou Profissional: Oficinas: Costura e Corte – 846; Bordados e Rendas – 133; Chapéus – 704; Flores e Frutos – 55 dúzias e meia; Artes Aplicadas – 269.

O Curso Especial: Oficinas: Costura e Corte – 134; Bordados e Rendas – 11; Chapéus – 100; Flores e Frutos – 37 dúzias e meia; Artes Aplicadas – 25.

O Curso de Aperfeiçoamento: Costura e Corte – 18; Bordados e Rendas – 17; Chapéus – 83; Flores e Frutos – 33 dúzias; Artes Aplicadas – 19.

Totais de cada Oficina: Costura e Corte – 998; Bordados e Rendas 161; Chapéus – 887; Flores e Frutos – 126 dúzias e Artes Aplicadas – 313 trabalhos; perfazendo um total geral de 2.485 trabalhos produzidos por toda a Escola Profissional no ano.

Conclusão

Ainda há muito que se desvendar acerca da atuação feminina, e de sua educação profissional, não apenas dentro da escola, ainda uma socialização cerceada pela permissão masculina, cheia de limites impostos, trabalhando pela conquista de uma visibilidade, um lugar, um espaço, que se ampliava na medida em que dava conta do trabalho que lhes era confiado.

Mas podemos afirmar, enfim, que a E.P.F. Nilo Peçanha fez juz às suas finalidades:

prepara a mulher para a família e para a Pátria: forma-se-lhe o caracter na moral e no dever, prepara-se, portanto, o homem do futuro, porque quem quizer o homem educado moral e civicamente eduque primeiro a mulher. (Termo de visita lavrado pelo Exmo. Snr. Inspector do Ensino Profissional, José Joaquim da Costa, quando em visita à E.P. Nilo Peçanha, em 26/7/1926).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. – (Prismas).

BONATO, Nailda Marinho da Costa. *Uma Escola de Formação Profissional para o Sexo Feminino no Distrito Federal: a Escola Profissional Paulo Frontin (1919)*. Caxambu, 2001. Trabalho apresentado na XXIV Reunião Anual da ANPED.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização – 2ª Ed.* – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FERNANDES, Rosane Schmitz. *Escola Profissional Feminina e as Relações de Gênero: Florianópolis, 1935-1960*. Centro de Ciências da Educação /CCE/ Faed da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, 2006.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In. Mary Del Priore (org.) *História das mulheres no Brasil*. – 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2000. Páginas 510 a 553.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do Ensino Industrial no Brasil*. - 2. Ed., em CD ROM, Rio de Janeiro: CEFET, 1961.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In. Mary Del Priore (org.) *História das mulheres no Brasil*. – 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2000. Páginas 443 a 481.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recôndito do Mundo Feminino. In *História da Vida Privada no Brasil / coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998. – *História da Vida Privada no Brasil*; 3). Páginas 367 a 421.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In. Mary Del Priore (org.) *História das mulheres no Brasil*. – 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2000. Páginas 579 a 605.

SANTOS, Jailson Alves. A trajetória da educação profissional. In Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Chynthia Greive Veiga (org.) trajetória da educação profissional. 500 anos de educação no Brasil. – 3. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Páginas 205 a 224.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 – 14ª Reimpressão. Páginas 275 a 295.

VEIGA, Cynthia Greive. História Política e História da Educação. In Cynthia Greive Veiga e Thais Nivia de Lima Fonseca. História e Historiografia da Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Pág. 13 a 47.

GOVERNO ELETRÔNICO E TRANSPARÊNCIA: COMPARATIVO ENTRE AS PREFEITURAS MUNICIPAIS DE CURITIBA, BELO HORIZONTE, SALVADOR E PORTO ALEGRE

Christian Luiz da Silva (Professor do programa de mestrado e doutorado em Tecnologia (PPGTE), coordenador do programa de pós-graduação em planejamento e governança pública (PGP) e tutor do PET Políticas Públicas da UTFPR). Email: christiansilva@utfpr.edu.br.

Letícia Sayuri Kumegawa (Bolsista do PET Políticas Públicas e graduanda de Tecnologia em Comunicação Institucional da UTFPR, campus Curitiba). Email: leticia.sayuri@gmail.com

Marta Chaves Vasconcelos (Bolsista do PET Políticas Públicas e graduanda de Bacharelado em Administração da UTFPR, campus Curitiba). Email: martacvasconcelos@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo foi avaliar comparativamente os estágios de transparência e de disponibilidade de informações dos portais institucionais da Prefeitura Municipal de Curitiba, de Belo Horizonte, de Salvador e de Porto Alegre. A metodologia da pesquisa é exploratória e aplicada, com estudo de casos comparativos a partir da aplicação de um modelo de avaliação dos estágios de transparência e disponibilidade de informação, construído por meio de critérios compostos em diferentes documentos sobre o assunto. Após a avaliação, foram comparados os resultados obtidos entre os portais das cidades escolhidas, para saber em qual nível de governo eletrônico se encontram. Comparativamente o portal da Prefeitura de Porto Alegre possui características mais presentes nos três estágios iniciais, mas todas as prefeituras ainda estão pouco desenvolvidas nos dois estágios de integração (horizontal e vertical; sem fronteiras).

Palavras-chave: Governo Eletrônico, transparência, portais governamentais.

ABSTRACT

The aim of this paper was to comparatively evaluate the stages of transparency and availability of information from institutional web portals of Curitiba, Belo Horizonte, Salvador and Porto Alegre. The research methodology is exploratory and applied with comparative case studies from the application of a model for evaluating the stages of transparency and availability of information, built using composite criteria in different documents on the subject. After evaluation, we compared the results between the portals of cities chosen to find out what level of e-government are. Compared with the portal of Porto Alegre has three characteristics present in early stages, but all municipalities are still poorly developed in two stages of integration (horizontal and vertical; without borders).

Key-words: Electronic Government, transparency, government sites.

1. INTRODUÇÃO

A transparência e credibilidade são as principais características esperadas de um governo, seja de âmbito federal, estadual ou municipal. Para que sejam alcançados esses objetivos, devem ser utilizados meios acessíveis e práticos na administração pública. Para tal, as novas tecnologias da informação e comunicação (TICS) tem desempenhado um papel importante, tornando públicas as informações e serviços prestados pelo governo, por meio do Governo Eletrônico (e-gov).

A dinâmica da sociedade moderna é caracterizada por um constante processo de transformações e uso de novas tecnologias, inclusive por parte do Estado, o qual deve estar adepto às funcionalidades que o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) trazem para a Administração Pública. A utilização dessas novas tecnologias por parte do governo têm sido crescente, porém devem ser analisadas quanto à sua eficiência e abrangência na sociedade. Deve-se avaliar os estágios evolutivos que se encontram os portais e sítios governamentais no país.

Para que se possa fazer uma avaliação consistente é necessário o entendimento de governo eletrônico e o que está inserido no conceito. O objetivo do governo eletrônico é mais do que a simples prestação de contas, mas de tornar as ações do governo mais transparentes e mais acessíveis aos cidadãos. Além disso, busca interligar

a população com o poder público, em que a premissa básica é a cooperação entre os dois agentes: governo e cidadão. A realização da pesquisa desse artigo busca avaliar o problema de como os governos municipais tem lidado com a interação e disponibilização de informações à população.

O objetivo deste artigo foi avaliar comparativamente os estágios de transparência e de disponibilidade de informações dos portais institucionais da Prefeitura Municipal de Curitiba, de Belo Horizonte, de Salvador e de Porto Alegre. A metodologia da pesquisa é exploratória e aplicada, com estudo de casos comparativos a partir da aplicação de um modelo de avaliação dos estágios de transparência e disponibilidade de informação, construído por meio de critérios compostos em diferentes documentos sobre o assunto.

Este artigo está dividido em cinco sessões, incluindo esta introdução. Na próxima sessão estão definidos os conceitos de transparência, accountability e governo eletrônico. Busca relacionar e definir o que está inserido em cada um dos temas. Na terceira sessão é explicada e detalhada a metodologia utilizada no trabalho, a pesquisa elaborada e o questionário aplicado; na quarta sessão são mostrados os resultados obtidos na aplicação do questionário nos quatro municípios e finalmente, na última sessão estão as considerações finais.

2. GOVERNO ELETRÔNICO E TRANSPARÊNCIA

A governança pública envolve o processo de transparência e ética de relações entre os diversos níveis e estratos sociais sobre o uso dos recursos e funções públicas. Esse processo envolve um comprometimento maior da sociedade no processo decisório do uso dos recursos públicos para constituição de suas leis, para sua aplicação, normatização e o uso fruto de bens públicos para toda um sociedade que se constitui em um Estado. Neste aspecto, o cidadão torna-se um parceiro no modelo organizacional da governança pública (SECCHI, 2009). A governança pública é um modelo horizontal de relação entre atores públicos e privados no processo de elaboração de políticas públicas

O comprometimento e a participação da sociedade dependem de um processo de amadurecimento democrático que se fortalece em ações de *accountability*, traduzido

como ‘prestação de contas’ mas que envolve muito mais que isso porque incorpora a interdependência dos entes públicos com a sociedade.

A noção de *accountability* pressupõe a existência de poder e que ele seja controlado. Esta existência de poder decorre da relação entre Estado e sociedade, organizada por meio das suas leis e instituições, contudo depende dessa interdependência de autocontrole, por isso se sintetiza a tradução em ‘prestação de contas’ apesar de ser mais abrangente que isso. Pressupõe-se que o exercício do *accountability* demande a capacidade do poder se sujeitar a sanções, que este poder seja transparente e que os atos dos governantes sejam justificados (SCHIEDLER, 1999: p 14). Trata-se de um grau razoavelmente alto de controle do povo sobre os detentores do poder político, envolvendo três dimensões: informação, justificação e punição.

O’Donnell (1998) caracteriza que a relação ocorre de *accountability* sob três perspectivas:

- *Accountability* vertical: uma ação entre desiguais (mecanismo de voto – de baixo para cima – ou sob a forma de controle burocrático – de cima para baixo)
- *Accountability* horizontal: uma relação entre iguais; mútua vigilância dos três poderes
- *Accountability* societal: mecanismo de controle não eleitoral – redes sociais; novos atores

O amadurecimento dos instrumentos governamentais após a constituição de 1988 frente ao uso dos recursos públicos tem, especialmente, fortalecido a capacidade de resposta dos governos (*answerability*) e a capacidade de impor sanções (*enforcement*) - O’Donnell (1998).

Com relação ao *accountability* vertical cabe destacar que a dimensão democrática é garantida por esse processo por meio do mecanismo de eleições e do voto. Neste sentido, demanda que os representantes prestem contas e submetam ao veredito da população. As eleições representam dois mecanismos importantes de democracia: autorização – titular da soberania (povo) delega capacidade decisória a um grupo de pessoas – governabilidade; e o próprio *accountability* que está relacionado a prestação de contas do governo com o povo. Contudo, há problemas na consolidação deste tipo de *accountability* em estruturas como as latino-americanas, como ressaltam (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006) ao expressar que eleição e voto são elementos ineficientes para controle da ação governamental.

A capacidade de supervisão dos constituintes sobre seus representantes é reduzida, implicando em baixa efetivação da prática política. Algumas razões estão relacionadas a complexidade das questões públicas; fraco incentivo a qualificação política e controle sobre a agenda o que leva ao desencanto com processo democrático e a abstenção eleitoral, erosão das lealdades partidárias e manifestações de alienações.

Por outro lado, o *accountability* horizontal se fortalece em um processo de construção do controle público pelos próprios agentes públicos. O controle mútuo dos poderes como instrumento de responsabilização governamental e trata de um produto de uma rede de agências internas ao estado. As agências estatais que tem o direito e poder legal e que estão de fato capacitadas para realizar ações e o controle que os poderes estabelecidos exercem uns sobre os outros. O *accountability* horizontal é necessária para governança democrática, mas insuficiente para garantir a legitimidade suficiente para o exercício da democracia.

Por fim, o *accountability* societal mecanismo de controle não eleitoral, que emprega ferramentas institucionais e não institucionais (ações legais, participação em instâncias de monitoramento, denúncias na mídia, etc.) que se baseia na ação de múltiplas associações de cidadãos, movimentos, ou mídia, visando expor erros ou falhas do governo, trazer novas questões para a agenda pública ou influenciar decisões políticas a serem implementadas pelos órgãos públicos (SMULOVITZ e PERUZZOTTI, 2000).

Ao priorizar maior transparência e a prestação de contas com a sociedade, o governo utiliza algumas maneiras facilitadoras e uma delas é o governo eletrônico. Com a crescente evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS), o método do e-gov tornou-se ferramenta básica e essencial para o *accountability*.

O objetivo do Governo Eletrônico está focado no estreitamento de relações entre governo, cidadão e empresas. Além disso, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) deve promover a mudança de atitude por meio dos agentes públicos, focando-se nas necessidades dos cidadãos, incentivar a transparência e um combate efetivo à corrupção. Há de se lembrar de que a base que sustenta o governo eletrônico é a relação do cidadão, se as pessoas não conhecem ou não utilizam as ferramentas disponibilizadas, não há a razão de existir o e-governo. É uma relação de interdependência, o governo eletrônico tem como objetivo ir de encontro às necessidades do cidadão proporcionando serviços e informações, porém necessita da participação efetiva e acesso para garantir a sua sobrevivência. (SILVA E LIMA, 2008).

O termo e-gov começou a ser utilizado após a intensa disseminação do e-commerce (comércio eletrônico), tornando-se cada vez mais vinculada com a evolução das TICs e frequentemente associado a elas. Mas o e-gov vai, além disso; veio para modernizar a administração pública, de forma a torna-la mais eficiente, utilizando-se das novas tecnologias disponíveis, bem como a disponibilização de serviços públicos com o uso da internet. A transparência e a participação do cidadão nos processos de decisão são outros focos que devem ser objetivados e alcançados pela utilização do governo eletrônico. É um conceito amplo e complexo, que vai além da simplicidade de se ter um governo inserido na sociedade da tecnologia. O e-gov vêm adquirindo mais importância ao longo do tempo, podendo ser considerado um instrumento essencial quando se trata da modernização na administração pública. Visa reduzir a burocracia, promove a atividade da cidadania através do meio eletrônico. O funcionamento do e-gov não se deve restringir apenas a disponibilização de informações em ambiente virtual, porém instigar a criação de métodos que proporcionem ao usuário realizar ações e serviços que, antes só poderiam ser feitos pessoalmente, em um ambiente online. É uma das principais ferramentas de modernização do Estado, está vinculado ao uso de tecnologias para prestação de serviços públicos, de forma a inovar a forma de interação do governo com o cidadão, empresas e outros governos.

O governo eletrônico brasileiro busca utilizar as tecnologias da informação e comunicação para democratizar o acesso à informação, incentivar a participação da população na formulação de políticas públicas. Para tal, o Governo Federal se apoia em diretrizes, as quais possuem três pontos básicos e essenciais, que devem ser destacados: participação cidadã, gestão interna do Estado mais eficiente e a interação com empresas e indústrias. Quando alcançados esses três pontos, há a melhoria no processo de democratização do país (GOV.BR, 2011).

A discussão sobre o de e-gov no Brasil cresceu devido à necessidade emergente da reforma e modernização no setor público. A demanda na utilização das TICs aumenta à medida em que há a melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade, bem como a modernização da gestão pública, o movimento da reforma do Estado e a necessidade de maior eficiência do governo.

No Brasil, o início de projetos de governo eletrônico ocorreu pela criação de um grupo de trabalho interministerial (GTTI), que tinha como objetivo estudar e desenvolver políticas e diretrizes relacionadas às novas tecnologias. No ano de 2000, o GTTI, por meio da elaboração de um relatório expondo a situação da infraestrutura e

serviços do Governo Federal, formulou uma política de interação eletrônica do Governo e sociedade. No mesmo ano, foi criado o Comitê Executivo de Governo Eletrônico (CEGE). Quatro anos depois, foi criado o Departamento do Governo Eletrônico, o qual coordenava e articulava as ações do e-gov nas atividades de prestação de serviços públicos por meios digitais. Em 2005 foi implantado um padrão para garantir a acessibilidade e inclusão de portadores de deficiência, para que esses tivessem acesso às informações e conteúdos dos portais governamentais. No ano de 2008 são publicadas cartilhas com recomendações de boas práticas, padrões de e-gov para o Brasil. (GOV.BR,2011)

Percebe-se que o e-gov no Brasil está em constante amadurecimento. Antes, era visto apenas como um fornecedor de informações por meio de sites e e-mails; hoje atua como ferramenta que promove interação entre governo e sociedade. Para entender a evolução do e-gov, é feita a divisão do governo eletrônico por estágios. Alguns modelos se destacam:

- Filho e Loyola (2001): são quatro níveis que crescem segundo a maturidade e usabilidade;

- Mateus (2008): classifica em cinco fases: informação (presença na internet, disponibilização de informações básicas, pouca interatividade), interação simples (informações básicas e obtenção de formulários para se realizar um serviço), interação bidirecional (aceita submissão de formulários para se iniciar o processo), transação (permite a formalização de todo serviço via sítio, sem necessidade de papéis ou deslocamento do cidadão) e personalização (pró - atividade por parte do governo);

- IGOV (2009): lista três níveis de e-gov: Modelo da ONU (são cinco estágios: emergente, aperfeiçoado, interativo, transacional e unificado), Modelo do Banco Mundial (publicação, interação e transação) e Modelo Gartner Group (presença, interação, transação e transformação).

Desses três modelos e classificações, surgiu o modelo com cinco estágios (IGOV,2009 apud VICENTIN, 2012, p.106):

- Presença Inicial: simples, presença do portal na internet, disponibilizando informações básicas, pouca ou nenhuma atualização, informações estáticas;

– Presença intensiva: websites mais incorporados, com mais funcionalidades e interação (e-mail, formulários, consulta à legislação, pesquisa de opinião). É a fase em que se inicia o relacionamento, no ambiente online, entre governo e cidadão.

– Transações financeiras e serviços: nesse estágio, é possível realizar serviços e transações online, como pagamento de taxas e tributos. Há economia de custos operacionais e facilita para o cidadão, pois já não há necessidade de locomoção por parte dele para realizar serviços mais simples. Aqui também é possível ter maior transparência, uma vez que há mais informações disponibilizadas para a comunidade.

– Integração vertical e horizontal: os serviços mais complexos passam a ser feitos no ambiente online e há sofisticação dos mesmos. O uso de sistemas altamente integrados deve cobrir o processo todo. Nessa fase, o combate à corrupção utilizando o e-gov é mais efetivo.

– Integração sem fronteiras: já não existem mais fronteiras entre agentes do poder, empresas e cidadão. Os processos estão altamente integrados.

O grau de maturidade de e-gov está vinculado com a acessibilidade às informações, da interação e transações entre agentes públicos e a sociedade, finalizando com a integração de sistemas no âmbito público e privado. No Brasil, os portais governamentais chegam no máximo ao estágio quatro, mostrando que a integração completa entre governo, cidadão e empresa privada ainda está longe da realidade vivenciada no país. Para que as transações do governo alcancem a eficiência máxima, deve-se fornecer um ambiente que proporcione um ponto de acesso único às informações e serviços. O que torna isso viável é a adoção de padrões que supram a necessidade de integração dos sistemas e compartilhamento de informações entre as instâncias e órgãos governamentais. Do ponto de vista tecnológico, o desafio da implantação do governo eletrônico inclui a modernização dos sistemas presentes e a integração dos sistemas que são fragmentados para dar suporte à infraestrutura tecnológica exigida para melhorar a prestação de serviços aos cidadãos (CIBORRA; NAVARRA, 2003).

A evolução do governo eletrônico no Brasil só poderá ser possível quando houver mudança radical na administração pública (FERNANDES, 2002). Alcançar um estágio avançado de e-gov implica inúmeros pontos, vale ressaltar que os serviços a serem prestados em uma instância maior exigirão exaustiva colaboração, integração e interoperabilidade entre os órgãos e níveis do governo envolvidos. Nesse contexto, a

padronização traz consigo benefícios inefáveis para a administração pública, como por exemplo: melhor gestão de dados, melhoria na infraestrutura da informação, transparência nas contas públicas, promoção de serviços e expansão nas ações de políticas públicas. É inevitável a percepção de que, para um padrão adotado alcançar o objetivo com sucesso, deve ser utilizado por todos aqueles que estão envolvidos nas ações e transações que o englobem.

Os padrões de interoperabilidade entre os agentes do governo é algo complexo, uma vez que o número de envolvidos nesse processo é grande, bem como o ambiente e as relações presentes nesse ambiente. Ainda, cabe ressaltar que pode haver conflitos entre essas relações entre níveis e agentes governamentais. Quando se fala em padronização no âmbito da Tecnologia da Informação, a padronização tem como definição um processo no qual um ou dois agentes concordam em aderir um conjunto de especificações técnicas de um sistema. Tal padrão acaba por habilitar ações futuras de usuários, afetando diretamente em seu comportamento (GARUD, JAIN, KUMARAWASMY, 2000).

O conceito de interoperabilidade tem como base a capacidade de dois ou mais elementos efetuarem trocas de informações entre si e ainda, usarem as informações trocadas. A interoperabilidade proporciona diversos benefícios, como maior efetividade (melhora o problema de soluções isoladas), eficiência (redução de custos e integração da participação dos agentes envolvidos) e responsividade (melhoria no acesso às informações, tornando mais rápida a solução de problemas). Porém, existem barreiras para se alcançar a interoperabilidade de forma satisfatória. Essas barreiras são políticas, organizacionais, técnicas e econômicas (LANDSBERGEN; WOLKEN, 2001).

A padronização é algo difícil de desenvolver e implementar, porque muitos padrões não passam do processo de desenvolvimento, devido ao intenso processo de discussão e definição desses padrões. O que contribui para isso é a rapidez em que as tecnologias surgem no mercado, o padrão pode exigir novas especificações, ainda assim é necessário definir a amplitude em que será adotado e então realizar mudanças ao longo dos avanços tecnológicos para que o modelo de arquitetura de governo eletrônico não se torne obsoleto e inutilizado.

A premissa de contemplar um governo eletrônico eficiente e efetivo não se realiza. Isso se deve ao método utilizado pelas TICs nos portais governamentais nos dias de hoje. São adotadas soluções que atendem às necessidades específicas de cada agente do governo, mas não prioriza a interoperabilidade, o ponto de acesso único para

troca de informações. A disponibilização desse ponto de acesso único para cidadãos, empresários e governo, é um facilitador no que tange a melhoria da comunicação entre os envolvidos no processo de formulação de políticas públicas e decisões do governo que afetem tanto cidadão e empresa como o governo. Ainda, resulta em melhoria dos serviços existentes e disponibilizados e até mesmo criação de novos serviços.

3. METODOLOGIA

Para fundamentação do artigo, foram feitas pesquisas e leituras teóricas sobre o conceito de transparência na governança pública, accountability e governo eletrônico. Foram escolhidas as quatro capitais (Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador), pois estavam entre os dez municípios mais populosos do Brasil (IBGE,2010).

A primeira etapa foi selecionar o modelo de e-gov a se utilizar para elaborar o questionário de avaliação do portal institucional das prefeituras das cidades selecionadas. A partir das diretrizes postuladas pela Cartilha de Usabilidade do Governo Federal, dos Indicadores e Métricas para Avaliação de e-Serviços - Governo Eletrônico, conceitos apresentados no Instituto de Governo Eletrônico (TI GOV) e ROVER, A. J. et al (2010), foi formulado um questionário com perguntas divididas por estágios de e-gov. Considerando pontos importantes a serem abordados na pesquisa, as questões foram elaboradas e subdivididas entre os cinco níveis de e-gov, apresentados no modelo do IGOV (2009).

A aplicação foi feita nos portais dos municípios no período entre os meses de maio e junho de 2012, nos sites de Curitiba (www.curitiba.pr.gov.br), Belo Horizonte (www.pbh.gov.br), Porto Alegre (www.portoalegre.rs.gov.br) e Salvador (www.salvador.ba.gov.br), avaliando questões como conteúdo, acessibilidade de informações, interação governo e cidadão e integração. O questionário teve um total de 31 questões divididas por nível: Presença Inicial (8 questões), Presença Interativa e Interação (7 questões), Transações Financeiras e Serviços (8 questões), Integração Vertical e Horizontal (5 questões) e Integração sem Fronteiras (3 questões).

Para avaliar cada questão, foi utilizada a pontuação de 1 a 6, aonde:

- 1 – para AUSENTE/NÃO
- 2 – para NÃO HÁ INFORMAÇÕES SOBRE O ASSUNTO NO PORTAL.
- 3 – para SIM, MAS FALTAM MUITAS INFORMAÇÕES SOBRE O ASSUNTO.

4 – para SIM, MAS FALTAM POUCAS/ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE O ASSUNTO.

5 – para SIM, CONSTAM AS INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O ASSUNTO.

6 – para SIM, ESTÃO DISPONÍVEIS TODAS AS INFORMAÇÕES SOBRE O ASSUNTO.

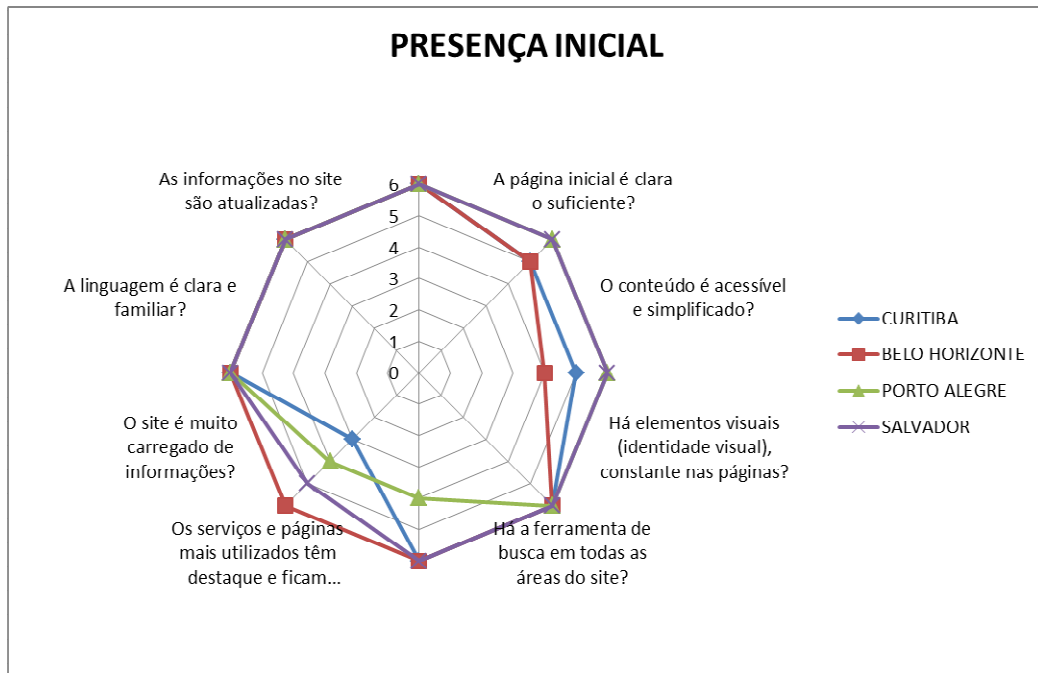
Após a aplicação desse questionário, foram comparados os resultados obtidos nas quatro cidades e essas informações foram colocadas em forma de gráfico, para comparar o nível de egov de cada uma das cidades, como é mostrado na próxima sessão.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Essa seção apresenta os resultados comparativos por estágio de e-gov entre os municípios em análise, para na última seção discutir o posicionamento de todos os estágios e portais.

4.1. PRESENÇA INICIAL

Nas questões deste estágio, procurou-se avaliar a interface do sítio, se a linguagem é clara o suficiente para o usuário, a identificação das secretarias por meio de logomarcas, se há ferramenta de busca para facilitar o acesso. É a primeira impressão do portal. Nesse quesito, os portais de Salvador e Belo Horizonte obtiveram destaque, porque não sobrecarregam a inicialização, como foi o caso no portal de Curitiba, e também porque possui organização na disposição das áreas do site, o que não ocorreu com o portal de Porto Alegre (GRÁFICO 1). Ressalta-se que a nota máxima por tópico é 6, o que é representativo e muitos itens deste estágio, especialmente para os portais de Salvador e Porto Alegre.



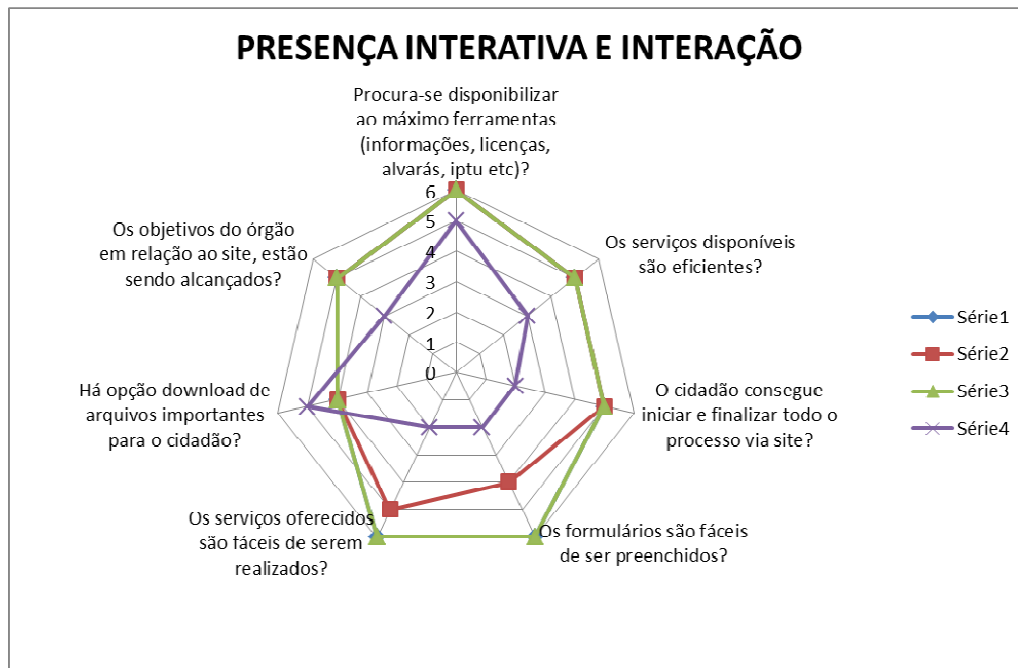
Fonte dos dados brutos: Sites das prefeituras de Curitiba (www.curitiba.pr.gov.br), Belo Horizonte (www.pbh.gov.br), Porto Alegre (www.portoalegre.rs.gov.br) e Salvador (www.salvador.ba.gov.br).

Gráfico 1 – Presença Inicial nos Portais de Salvador, Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte.

4.2 PRESENÇA INTERATIVA E INTERAÇÃO

No nível dois, que diz respeito à presença de outras funcionalidades como: download de arquivos importantes, formulários, consultas à legislações e regulamentos, entre outros serviços, Porto Alegre é o que desempenhou melhor pontuação. Há um serviço que pode ser feito inteiramente via web, que é a aprovação de edificações, serviço que nas outras cidades é feito pessoalmente e não há opção de realizar por meio do portal.

A facilidade de preenchimento de formulários obteve pontuação máxima nas cidades de Porto Alegre e Curitiba. Em Belo Horizonte, tal como nas outras cidades, há uma ampla gama de serviços disponibilizados para serem realizados no portal, como segunda via de IPTU e dar entrada a processos realizados pela prefeitura. Salvador obteve a menor pontuação, pois seu sítio utiliza um sistema integrado que depende de um cadastro único para realização de todos os serviços disponibilizados no portal da prefeitura, porém, a funcionalidade de realizar cadastros está desativada. Isso torna impossível a realização de qualquer serviço no ambiente online (GRÁFICO 2).



Fonte dos dados brutos: Sites das prefeituras de Curitiba

(www.curitiba.pr.gov.br), Belo Horizonte (www.pbh.gov.br), Porto Alegre

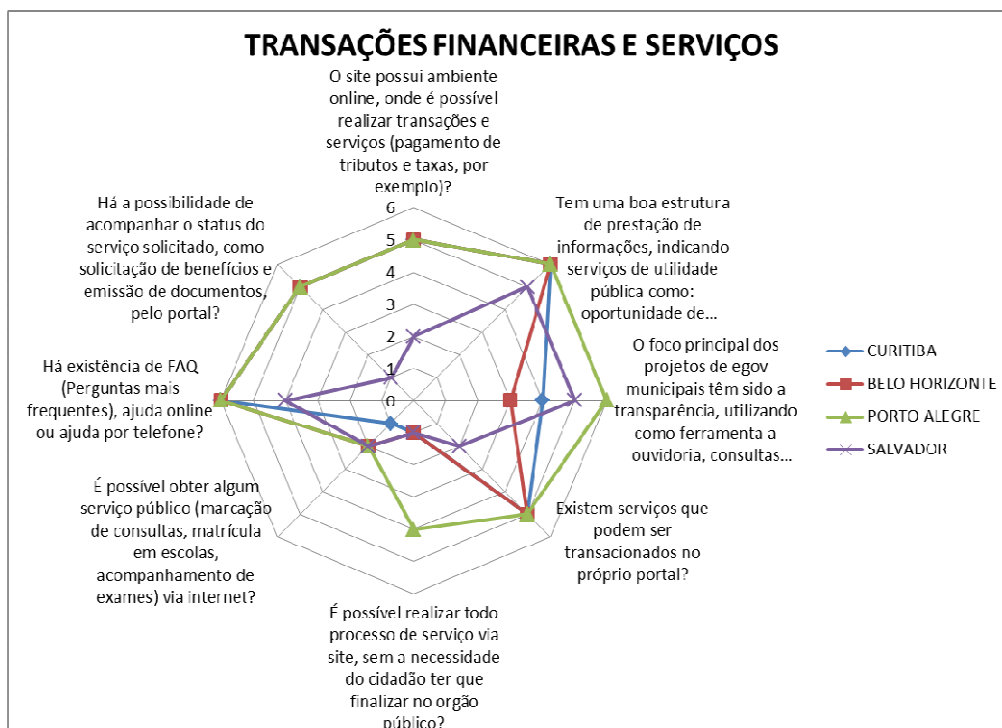
(www.portoalegre.rs.gov.br) e Salvador (www.salvador.ba.gov.br).

Gráfico 2 – Presença Interativa e Interação nos Portais de Salvador, Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte

4.3 TRANSAÇÕES FINANCEIRAS E SERVIÇOS

Ao analisar esse nível de governo eletrônico foram considerados os serviços possíveis de serem transacionados inteiramente no portal (pagamentos de taxas, matrículas, consultas). A prefeitura de Salvador obteve as menores notas devido ao problema do sistema de cadastro para utilização dos serviços dispostos no sítio. Porto Alegre obteve a maior nota porque é o único município cujo portal disponibiliza um serviço que pode ser inteiramente realizado via internet, a aprovação de edificações. As cidades de Curitiba e Belo Horizonte equipararam-se.

Em Belo Horizonte, o ponto que se destacou em relação aos outros municípios, foi a disponibilização de um serviço relacionado à saúde, que é a notificação de doenças e focos de doenças, por meio do preenchimento de um formulário no site. As demais questões como a existência de um canal direto de comunicação entre prefeitura e cidadão, obtiveram notas semelhantes, exceto Salvador, porque utilizam o mesmo método para comunicação, a central 156 (GRÁFICO 3).



Fonte dos dados brutos: Sites das prefeituras de Curitiba

(www.curitiba.pr.gov.br), Belo Horizonte (www.pbh.gov.br), Porto Alegre

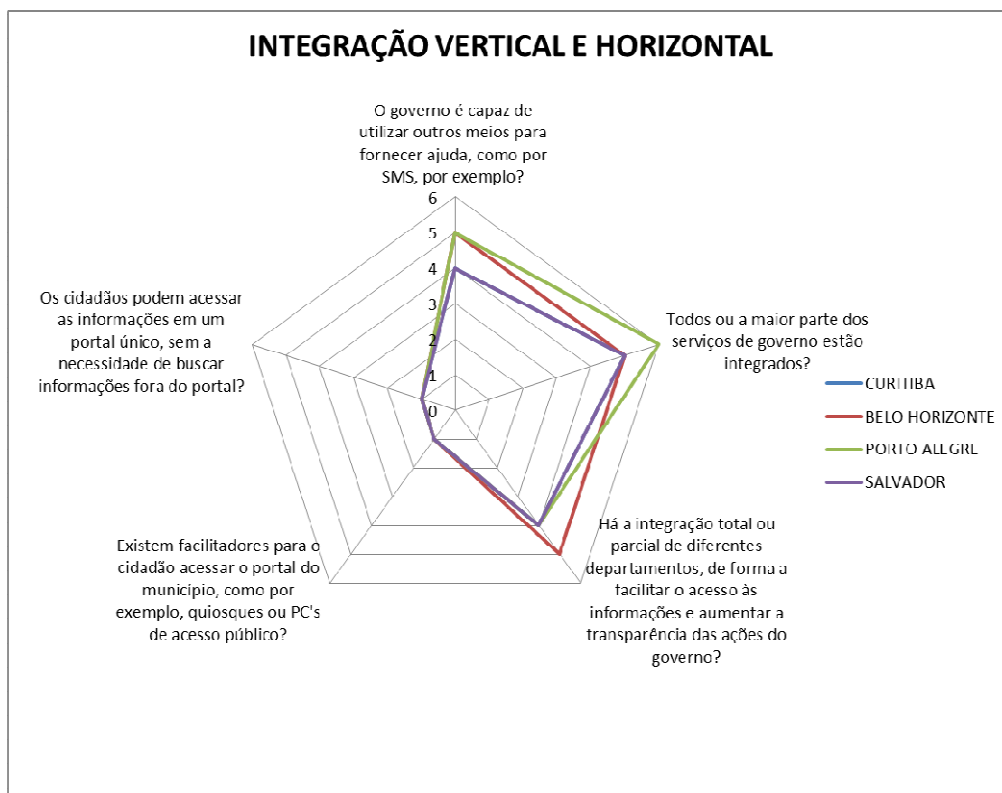
(www.portoalegre.rs.gov.br) e Salvador (www.salvador.ba.gov.br).

Gráfico 3 – Transações Financeiras e Serviços nos Portais de Salvador, Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte

4.4 INTEGRAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL

A avaliação do estágio quatro, Integração Horizontal e Vertical, mostrou que não há integração total entre todos os departamentos do governo nos portais avaliados, o que afeta diretamente na transparência. Além disso, Curitiba e Salvador obtiveram a mesma média de notas, por não possuírem outras ferramentas de comunicação com o cidadão, como foi o caso de Belo Horizonte (Chat PBH, atendimento online, tempo real) e Porto Alegre (Porto Alegre Móvel, acompanhamento das ações da prefeitura via SMS).

Todas as cidades tiveram em comum as notas baixas na questão que qualificou a questão de inclusão digital, porque nenhuma das prefeituras disponibiliza, ainda, para toda população acesso a computadores e quiosques de acesso público. Também obtiveram a mesma nota na questão em que avaliou se o portal integra todas as informações sem a necessidade de visita a vários portais, pois nenhuma das cidades possui essa facilidade. O resultado pode ser observado no gráfico 4.

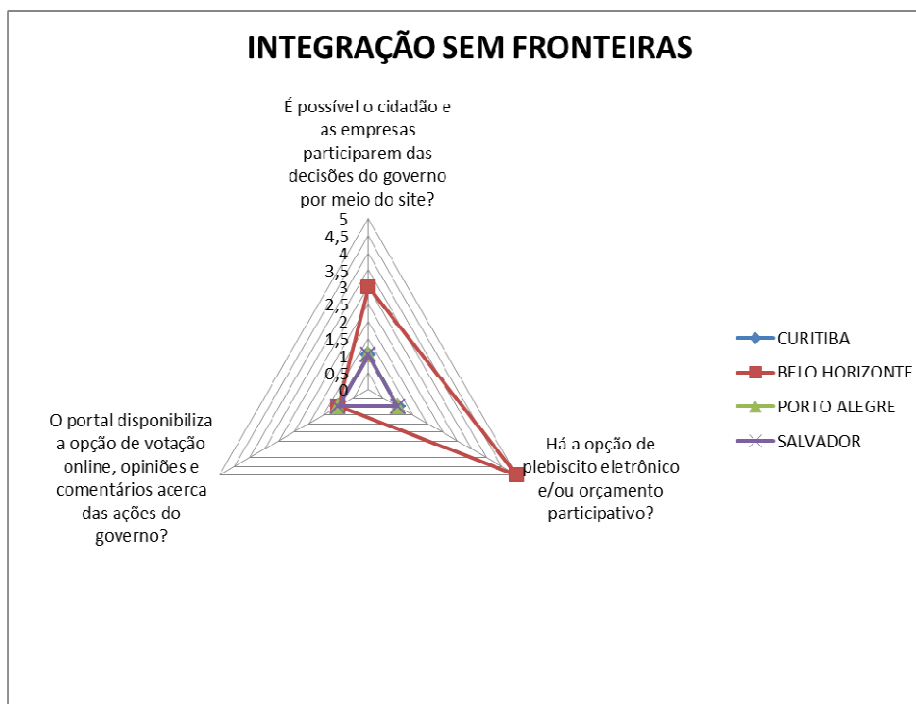


Fonte dos dados brutos: Sites das prefeituras de Curitiba (www.curitiba.pr.gov.br), Belo Horizonte (www.pbh.gov.br), Porto Alegre (www.portoalegre.rs.gov.br) e Salvador (www.salvador.ba.gov.br).

Gráfico 4 – Integração Vertical e Horizontal nos Portais de Salvador, Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte

4.5 INTEGRAÇÃO SEM FRONTEIRAS

No geral, o último nível, Integração sem Fronteiras, é o que obteve menores notas para as quatro cidades. A participação direta da população nas decisões do governo, pelos portais governamentais, ainda é falha. Apenas na cidade de Belo Horizonte que há o orçamento participativo digital, aonde os cidadãos podem fazer votação quanto aos empreendimentos realizados pela prefeitura. Nas outras três cidades, não há qualquer indício que o serviço esteja presente. Ainda, nesse nível espera-se que haja integração também com empresas do setor privado, em ambiente digital, o que também não ocorre integralmente (GRÁFICO 5).



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Sites das prefeituras de Curitiba
(www.curitiba.pr.gov.br), Belo Horizonte (www.pbh.gov.br), Porto Alegre
(www.portoalegre.rs.gov.br) e Salvador (www.salvador.ba.gov.br),

Gráfico 5 – Integração sem fronteira nos Portais de Salvador, Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte

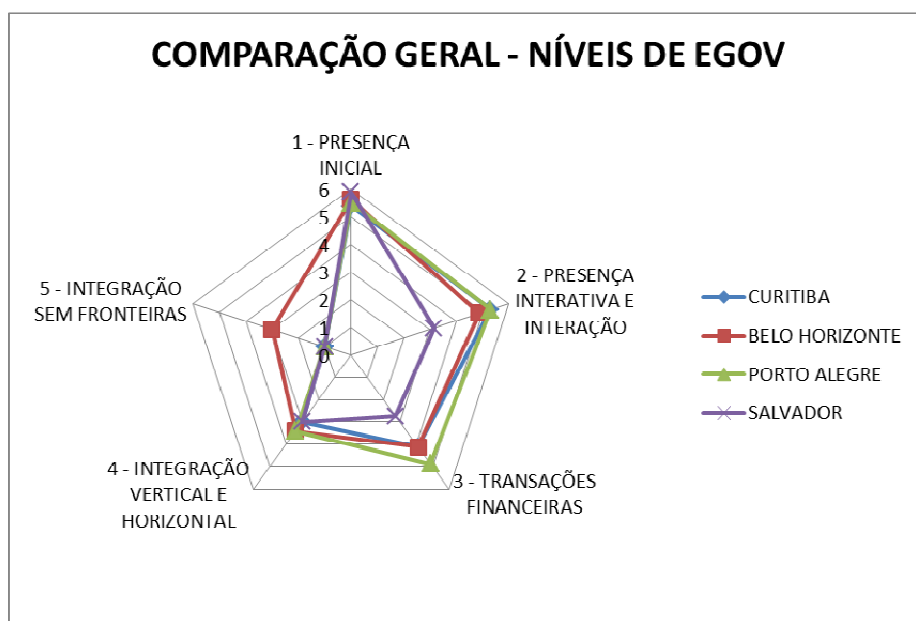
4.6. AVALIAÇÃO GERAL

A análise comparativa entre os sítios das cidades de Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador mostra que em muitos pontos há semelhança entre os níveis de governo eletrônico presentes em ambas. Porém, vale ressaltar que, em alguns aspectos, há mais evolução em um portal do que em outro. Enquanto em Salvador a Presença Inicial está mais avançada, em Curitiba há o problema do sítio ser muito carregado de informações. Em Belo Horizonte ainda há falhas na questão da identidade visual, a qual é importante para situar o cidadão dentro do portal e em Porto Alegre há o problema das informações mais procuradas não terem o destaque adequado, bem como a página também ser carregada de informações. São questões básicas, mas que contam para interação do cidadão com o ambiente virtual fornecido pelas prefeituras.

Além disso, no portal da prefeitura de Salvador, há uma ampla gama de serviços que facilitariam o cidadão, como a matrícula informatizada na rede municipal. Porém, para que se efetue esse e qualquer outro serviço disponível no portal, há a necessidade de fazer um cadastro prévio, o qual não está funcionando. Cabe destacar também, o

portal de Belo Horizonte, o único com o Orçamento Participativo online, ferramenta em que é possível integrar o cidadão na votação de projetos a serem realizados pela prefeitura.

De forma geral, a cidade de Porto Alegre é a que obteve maiores notas, demonstrando maior desenvolvimento nos níveis de governo eletrônico. A opção de fazer downloads de quase todos os documentos importantes, realização de um serviço inteiramente online, outros meios de contato com o cidadão é que proporcionaram o bom desempenho em questão de governo eletrônico. Salvador obteve o menor nível de evolução, pelo problema já citado: o cadastro indisponível para o cidadão. Ainda, é possível perceber que o primeiro estágio, Presença Inicial, é o que está mais desenvolvido nas quatro cidades.



Fonte dos dados brutos: Sites das prefeituras de Curitiba (www.curitiba.pr.gov.br), Belo Horizonte (www.pbh.gov.br), Porto Alegre (www.portoalegre.rs.gov.br) e Salvador (www.salvador.ba.gov.br).

Gráfico 6 – Comparação Geral dos Níveis de Egov nos Portais de Salvador, Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação do conteúdo dos portais permitem aprender com os exemplos para melhoria contínua do processo de transparência pública, por meio do e-gov. É importante salientar que o processo de evolução de egov não é gradativo, ou seja, os

níveis não são dependentes entre si, porque como visto na pesquisa, algumas cidades têm desenvolvimento maiores em níveis maiores e menores nos demais níveis. A partir dos resultados obtidos, percebe-se a constante necessidade de reformulação do governo eletrônico nas cidades brasileiras, apesar que o esforço demonstra o interesse das prefeituras e da sociedade por desenvolver esse meio de interação entre governo e sociedade. Para aumentar a transparência, credibilidade e conexão com a população é necessário trabalhar em todos os níveis de e-gov. Dessa forma, não há deficiências no processo que possam atrapalhar em outro nível e na realização de serviços.

O conceito de interoperabilidade pode ser adotado para melhorar a qualidade dos portais analisados. A busca por uma padronização nos sistemas de governo eletrônico é um desafio, porém torna-se necessário a partir do momento em que se entende que a estrutura atual existente no egov é falha. Uma janela única de serviços, para os portais de Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador, facilitaria o intercâmbio de informações entre as secretarias e pouparia o cidadão de boa parte das burocracias nos processos que envolvem as Prefeituras. Ainda assim, a adoção de um padrão encontra obstáculos, sendo um deles o número de agentes envolvidos no processo; há uma diversidade cultural, política, econômica e social entre os agentes, sendo necessária a criação de um software próprio que dê conta dessas diferenças e possa maximizar a eficiência nas relações ente empresas, cidadão e Estado, além de diminuir os custos políticos.

Além do problema de interação entre secretarias, há a exclusão digital. A maior parte da população brasileira ainda está longe o uso das facilidades proporcionadas pelas TICs. Já existem programas feitos pelo governo (BARBOSA, 2009), porém faz-se necessária a regulamentação para conceituar a universalização ao acesso a internet, bem como um parâmetro para implementação dos serviços proporcionados em ambientes online. Outro ponto passível para melhoria é comunicação do Governo com a Sociedade, por meio de canais já existentes, como a ampliação destes. Deve haver capacitação do cidadão quanto ao uso das novas tecnologias e ainda, ele deve deter os benefícios proporcionados pelo governo eletrônico, de forma a aumentar sua eficiência. Através do estudo feito nesse artigo, buscou-se mostrar o panorama dos serviços do governo eletrônico nas cidades analisadas, mostrando como há desigualdade no acesso às informações por parte da população e ainda, de que forma o conceito de interoperabilidade pode ser a solução para os problemas encontrados no portal do município.

REFERÊNCIAS

- [1] AGUIAR, J. C.(1973). Processo Legislativo Municipal – Rio de Janeiro, RJ: Forense.
- [2] CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (2012). Vereadores dados e contato. Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/ver.php>. Acesso em: 20 março 2012.
- [3] CIBORRA, C.; NAVARRA, D. Good governance and development aid: risks and challenges of e-government in Jordan. In: Korpela , M.; Montealegre, R.; Poulymenakou, A. Organizational Information Systems in the Context of Globalization. Dordrecht: Kluwer, 2003.
- [4] FILHO, F.; GONÇALVES, M. (1973). Curso de Direito Constitucional. 4. ed. revista e ampliada. São Paulo, Saraiva.
- [5] MELLO, C. A. B. (2006). Curso de Direito Administrativo. 21. Ed. São Paulo: Editora Malheiros.
- [6] MORAES, A. D. (2010). Direito Constitucional. 25. Ed. São Paulo: Atlas.
- [7] PIETRO, M. S. Z. (2005). Direito Administrativo. 18. Ed. São Paulo: Atlas.
- [8] O'DONNELL, Guilherme (1998) “Accountability horizontal e novas poliarquias”, Lua Nova,º 44
- [9]ANDERSEEN, D.; DAWES, S. Government information management. A primer and casebook. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1991.
- [10] ASSUMPÇÃO, R. Além da Inclusão digital: O Projeto Sampa.Org. Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA-USP, 2001.
- [11] BNDES 2001, E-Governo no Brasil - Estudo da Secretaria para Assuntos Fiscais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (SF/BNDES). Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/bf_bancos/e0001364.pdf. Acesso 19/04/2012.
- [12] BRASIL. Comitê-técnico de Gestão de Sítios e Serviços On-line. Grupo 1 - Padronização. Cartilha de Usabilidade para Sítios e Portais do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/cartilha-de-usabilidade-para-sitios-e-portais-do-governo-federal/view>>. Acesso em: 30/03/2012.
- [13] CONSEGI (2001). Dados abertos para a Democracia na Era Digital. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- [14]_____. Padrões de interoperabilidade de governo eletrônico – e-PING. Comitê

Executivo de Governo Eletrônico – Governo brasileiro, 2008.

[15] FERNANDES, A. Compras governamentais no Brasil: como funcionam os principais sistemas em operação. Brasília: BNDES, 2002. 9 p. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br/f_estudo.htm>. Acesso em: 31/05/2012.

[16] FILHO, J. C. M. B.; LOIOLA, E..The Public Services ProvidedBy Brazilian Government Over The Internet. New York Social: Science ElectronicPublishing. Abr. 2001.

[17] GARUD, R.; JAIN, S.; KUMARASWAMY, A. Institutional Entrepreneurship in the Sponsoring of Common Technological Standards: The Case of Sun Microsystems and Java. Academy of Management Journal, 2000.

[18] Gov.br (2011). Conheça o Programa de Governo Eletrônico Brasileiro. Disponível em: URL: <http://www.governoeletronico.gov.br/>. Acesso em 19/04/2012.

[19] Igov (2009). Os novos estágios do governo eletrônico. Disponível em: <http://igov.com.br/tigov/?p=71>. Acesso em 19/04/2012.

[20] LANDSBERGEN JR, D.; WOLKEN JR, G. Realizing the promise: government information systems and the fourth generation of information technology. Public Administration Review, v. 61 (2), p. 205-218, Mar./Apr. 2001.

[21] MATEUS, J. C. O Governo Electrónico, a sua aposta em Portugal e a importância das Tecnologias de Comunicação para a sua estratégia. PolytechnicalStudiesReview: Vol VI, nº 9. Barcelos(Portugal): 2008.

[22] MEDEIROS, P. H. R.;GUIMARÃES, T. A. A institucionalização do governo eletrônico no Brasil. São Paulo: RAE, v. 46, n. 4. 2006.

[23] PINHO, J. A. G. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. Rio de Janeiro. RAP: maio/jun. 2008.

[24] PRADO, O. Governo Eletrônico, Reforma do Estado e Transparência: O Programa de Governo Eletrônico do Brasil. Tese de doutorado. São Paulo: FGV, 2009.

[25] REZENDE, D. A. Planejamento de informações públicas municipais: sistemas de informação e de conhecimento, informática e governo eletrônico integrados aos planejamentos das prefeituras e municípios. Revista de Administração Pública, v. 41, n. 3, p. 505-536, maio/jun. 2007.

[26] ROVER, A. J. ; SANTOS, P. M. ; FERREIRA, M. V. A. ; BERNARDES, M. B. ; PINTO, C. A.d ; YAMAOKA, E. J ; DE PAULA, G. ; JÚNIOR, E. S. ;

ROCZANSKI . Avaliação de portais e sítios governamentais no Brasil. In: Aires José Rover; Fernando Galindo. (Org.). O Governo Eletrônico e suas múltiplas facetas. Zaragoza: Lefis Series, v. 10, p. 11- 38. 2010.

[27] SILVA, H. P. e LIMA, J. B. Governo Eletrônico e Informação Utilitária: uma relação necessária para uma efetiva inclusão digital. Disponível em reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/16892/1/R2091-1.pdf Acesso em: 30/03/2012.

[28] VICENTIN, I.C. Governo Eletrônico. In: SILVA, C.L. (Org.). Políticas Públicas e Desenvolvimento Local: Instrumentos e Proposições de Análise para o Brasil. Curitiba: Editora Vozes; 2012. p. 94 – 111.

[29] IBGE (2010). Estimativas das Populações dos Municípios em 2011. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1961. Acesso em 30/06/2012.

MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA: PERSPECTIVAS CONCEITUAIS E EXPERIÊNCIAS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Juliana Barbosa Torres

Mestranda em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense – PPGSD/UFF, linha de pesquisa: Acesso à Justiça e crítica das instituições político-jurídicas, bolsista CAPES

Valter Eduardo Bonanni Nunes

Mestrando em Sociologia e Direito na Universidade Federal Fluminense – PPGSD/UFF, linha de pesquisa: *Acesso à Justiça e crítica das instituições político-jurídicas*

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo identificar as principais diretrizes estruturantes do eixo Mediação Comunitária contido no programa Justiça Comunitária, promovido como política pública pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, a partir do lançamento da Cartilha Justiça Comunitária em 2008 e da Resolução CNJ 125/2010, em paralelo com o equivalente programa argentino denominado “Mediacion Comunitaria”, regulado pela “Ley 4540/1999”, ambos com o apoio do PNUD e do Banco Mundial, com a finalidade de incentivar a prática da mediação como forma de empoderamento do cidadão como protagonista da solução de suas demandas em comunidade. Através da análise das principais diretrizes dos programas, pretendemos nos aprofundar na identificação dos métodos de mediação que vêm sendo aplicados e no conceito de comunidade em cada um dos países analisados. Sendo assim, procuraremos evidenciar a influência das principais linhas teóricas tradicionais na formação do conceito de comunidade e de mediação que fundamentam os respectivos programas. A principal finalidade desta pesquisa é verificar de que forma vem sendo institucionalizada a mediação, a partir do conceito de comunidade que define o público-alvo em ambos os programas. Nesse sentido, também será trabalhada a comunidade como uma categoria sociológica, abordando as análises teóricas realizadas em ambos os países sobre o conceito de comunidade.

ABSTRACT: This study aims to identify the main guidelines of the structural axis Community Mediation contained in Community Justice program, promoted as policy by the Secretary of the Judicial Reform of the Ministry of Justice, from the launch of the Community Justice Primer in 2008 and Resolution CNJ 125/2010, in parallel with the Argentine equivalent program called, governed by the "Law 4540/1999", both with the support of UNDP and World Bank, with the aim of encouraging the practice of mediation as a means of empowering the citizen as protagonist the solution of their demands in the community. Through the analysis of the main guidelines of the programs, we intend to deepen the identification of mediation methods that have been applied and the concept of community in each of the countries analyzed. Therefore, we will seek to demonstrate the influence of the main theoretical lines traditional in concept formation and mediation of community that underlie their programs. The main purpose of this research is to see how mediation has been institutionalized, from the concept of community that sets the audience in both programs. In this sense, the community will also be worked as a sociological category, approaching the theoretical analysis performed in both countries about the concept of community.

Palavras-Chave: COMUNIDADE – MEDIAÇÃO – SISTEMAS JURÍDICOS

INTRODUÇÃO

A partir das últimas décadas do século XX, os países ocidentais, formados a partir dos preceitos da era da modernidade calcados no cientificismo, na razão prática e no formalismo estatal como única fonte de direito e de resolução dos conflitos, passaram por desgastes provenientes de diversos colapsos sociais e econômicos que a estrutura estatal se viu incapaz de promover a contraprestação proposta à sociedade, que desencadeou uma série de reformismos e flexibilizações nos processos judiciais que alcançaram efeitos predominantemente paliativos.

É nesta linha histórica que se encontra o tema proposto neste ensaio, pois o direito positivo, baseado na norma legitimada pela ficção do Estado Democrático de Direito, que através da democracia representativa que incorporar a função de única fonte de direito e de justiça, vem se transformando a cada dia na quebra da dicotomia Estado-sociedade civil, formal/informal, conforme ensina o professor Boaventura Santos:

“Depois de duas décadas tumultuosas, a reforma acabou por se transformar no modelo hegemónico de transformação social nos países capitalistas centrais e a forma política em que se cristalizou foi o Estado-Providência. A precedência dada ao reformismo foi acentuando os traços formalistas deste. Em primeiro lugar, porque a regulamentação extensiva e intensiva das relações sociais se fez no marco do direito estatal formal; em segundo lugar, porque, decorrente dessa regulamentação em permanente crescimento, o Estado expandiu enormemente o seu aparelho burocrático, ele próprio dominado por processos formais de decisão; em terceiro lugar, porque as teorias dominantes da representação política converteram os partidos e de algum modo também os sindicatos em organizações formais e exclusivas dos interesses sectoriais, recusando todas as alternativas informais de agregação de interesses, tal como a democracia directa ou de base ou os direitos não estatais.”¹

A partir da incapacidade na contraprestação jurisdicional concentrada no estado, formas pré-modernas de resolução de conflito tem sido incorporadas pelo estado como política pública. É neste contexto que serão analisadas as perspectivas conceituais da mediação comunitária, recorrendo às experiências no Brasil e na Argentina.

¹ SANTOS, Boaventura de Souza. O Estado e o Direito na Transição Pós-Moderna: para um Novo Senso Comum sobre o Poder e o Direito. Revista Crítica de Ciências Sociais nº 30 Junho 1990. Lisboa: 1990. p. 14.

O primeiro passo dessa investigação se ocupara em identificar o conceito de comunidade que desenhara o contexto que a mediação comunitária esta sendo implantada em cada país e de que forma estes cenários contribuem para a realização dos objetivos propostos pela mediação em cada programa.

Outro pilar da pesquisa centra-se nos fundamentos teóricos que justificam a mediação como uma forma adequada de resolução de conflitos, evidenciando em cada programa quais os métodos propostos para a prática da mediação.

A COMUNIDADE DENTRO DO PENSAMENTO SOCIAL

O termo “comunidade” é utilizado para os mais diversos grupos, porém sempre no sentido de se referir a um determinado conjunto de pessoas que têm uma vida partilhada em um espaço comum.

Os antropólogos através de seus estudos sobre diferentes grupos humanos, sempre trouxeram ao nosso conhecimento (da sociedade ocidental de forma generalizada), informações sobre comunidades e tipos de vivência comunitária das que nós chamamos de “sociedades tradicionais”.

Para Max Weber, a grande maioria das relações comunitárias está de algum modo, relacionada com a economia. Ao falar em economia, o autor se refere à relação que existe entre um complexo de necessidades e um determinado número de ações possíveis para satisfazê-las, sendo esse número considerado escasso pelos agentes, torna essa ação a causa de um comportamento específico. (WEBER, 2009).

Para o autor, as relações entre ação social e economia podem ser de naturezas muito diversificadas, as ações sociais podem se orientar por motivos subjetivos de seus participantes, por motivos puramente econômicos ou podem surgir como comunidades de gestão econômica.

Também é típico o caso em que determinadas pessoas retiram suas existências, ideal ou economicamente, “da” aceitação da representação dos interesses de uma comunidade ou sob outro aspecto, da existência da mesma e que, em consequência disso, a ação social se propaga, perdura e chega a constituir uma relação associativa em casos nos quais isto, em condições normais, não teria ocorrido. Idealmente, tal interesse pode ter fundamentos de natureza mais diversa: os ideólogos do romantismo e seus

seguidores, por exemplo, incitaram, no século XIX, muitas comunidades de povos “interessantes” com línguas em decadência ao cultivo consciente de seu idioma. (...) Todavia essa “vida” puramente idiológica de uma comunidade não é uma alavanca tão forte como a propiciada pelo interesse econômico. Mas quando um grupo de pessoas paga a alguém pra que este se mantenha constantemente pronto (como “porta-voz”) a cuidar de modo planejado dos interesses comuns de todos, ou quando semelhante representação de interesse traz algum “ganho” direto ou indireto, cria-se assim uma relação associativa que, em todas as circunstâncias, constitui uma forte garantia para a subsistência da ação social. (WEBER, 2009, p. 234)

Em nosso artigo a comunidade analisada será a que Weber denominou de “comunidade de vizinhos”, essas, de acordo com o autor, podem se mostrar de maneiras diversas, como por exemplo, aldeias, ruas urbanas, cortiços e etc. As ações comunitárias que estas representam, também têm intensidades muito diversas.

Nas cidades modernas o grau de ação comunitária pode chegar a ser nulo, com exceção de lugares como cortiços e bairros pobres, onde se encontra um grau maior de solidariedade entre os moradores, porém, mesmo nesses lugares, de acordo com o autor, apesar da proximidade física, os moradores tendem a se distanciar um dos outros, surgindo ações comunitárias apenas em situações de perigo.

É nesse sentido, que se volta a nossa análise sobre a comunidade nas grandes cidades modernas, em especial nas brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Porém, antes de analisar especificadamente a questão da favela como comunidade nos grandes centros urbanos, cabe observar o que o sociólogo da contemporaneidade Zygmunt Bauman, analisa sobre o distanciamento e as relações entre estranhos na sociedade moderna.

A insegurança, característica presente em basicamente toda forma de convivência no mundo, mundo esse atualmente representado por uma gama de oportunidades pautadas através do ato de consumir, se faz presente por alguns fatores primordiais. Um deles é o fato de que uma parcela considerável da população mundial se situa fora do padrão dos indivíduos detentores do poder de escolha; o outro fator é que vivemos em um mundo de linguagem difusa e polifônica que faz com que os indivíduos encontrem dificuldade em se orientar e fixar em “solo” seguro.

De acordo com Zygmunt Bauman, uma das causas da crescente sensação de insegurança na vida contemporânea é a falta de pontes entre a vida privada e a vida pública. Isso ocorre devido ao fato de que, para o autor, o aumento da liberdade individual, trazida pela cultura do individualismo, coincide com o aumento da impotência da coletividade, “(...) uma vez que não há uma maneira óbvia e fácil de traduzir preocupações pessoais em questões públicas e, inversamente, de discernir e apontar o que é público nos problemas privados” (2000, p. 10). A falta dessas pontes faz com que em público sejam audíveis apenas algumas agonias e ansiedades pessoais.

De acordo com Bauman, a falta de pontes para traduzir corretamente os problemas pessoais em problemas públicos faz com que as aflições pessoais não se condensem e não se transformem em causa comum. Sendo assim, situação define a relação entre insegurança pessoal e Estado na contemporaneidade, o sentimento de insegurança impede as ações coletivas, pessoas inseguras e temerosas sobre seu futuro não se sentem capazes de assumir os riscos da ação coletiva.

É nesse sentido, que, de acordo com o autor, o indivíduo se desprende de suas redes de proteção, que eram formadas pela comunidade. O excesso de liberdade individual destituiu qualquer função de uma voz comunitária ativa, fez com que os grupos se desmembrassem em todas as esferas da vida social: na família, na vizinhança, na ação política e no ambiente de trabalho, onde as pessoas não trabalham mais por fidelidade a instituição e sim para garantir sua “sobrevivência” em mundo incerto e sem garantias de posições duradouras.

Nesse sentido, os indivíduos tendem a agir por interesse pessoal e raramente por sua equipe, grupo ou instituição. Na Europa essa situação se agravou com o fim do Estado social, onde o indivíduo recebia proteção providenciada pelo Estado em alguma situação de emergência, com o fim dessa instituição, os indivíduos se viram abandonados à própria sorte, tendo que buscar opções cada vez mais individualizadas para contornar essa situação de desamparo.

Porém, o nosso objeto de estudo é a comunidade na Argentina e no Brasil, que são sociedades que embora inseridas na contemporaneidade e grande parcela da população vivendo uma existência individualizada, deve-se levar em consideração seus passados históricos e suas formações políticas, sendo necessário destacar suas particularidades e analisar como a questão da comunidade aparece nesses países.

URBANIZAÇÃO, COMUNIDADES E FAVELAS.

A favela, em especial na cidade do Rio de Janeiro, carrega consigo um sentido duplo, por um lado, a favela é vista por suas questões de moradias irregulares, falta de planejamento urbano, em suma, sofrendo uma precariedade urbana onde se encontra uma situação agravante de pobreza. Por outro lado, existe a exaltação cultural da favela, espaço da roda de samba e de movimentos culturais alternativos.

Desde seu surgimento, a favela é vista como um problema social, embora tenha continuado a crescer (ZALUAR, 2006). Houveram-se vários planos de “limpeza” dessas regiões, porém não iam para frente. “Encravada no Rio de Janeiro, a favela é uma cidade dentro da cidade”. (BILAC, Olavo *apud* Zaluar, Alba, 2006, p.12)

No Rio de Janeiro, essa reflexão sobre a dualidade brasileira encontrou na oposição favela x asfalto uma de suas encarnações. Pela sua importância política e cultural, capital do país durante 250 anos, o Rio de Janeiro sempre representou a “ponta estratégica do processo de modernização”. Arriscamo-nos a dizer que, ainda hoje, a despeito do seu enriquecimento econômico e da maior variedade de centros políticos e culturais importantes, o Rio de Janeiro, representa metonimicamente o Brasil justamente porque mantém essa tensão entre o pessoal e o impessoal, entre o moderno e o antigo, entre a ordem e a desordem, tensão para a qual a presença da favela tem oferecido modelos, desafios e contestações, além dos estilos de dança, gêneros musicais, dada a grande criatividade cultural nela desenvolvida. Aqui ainda são buscados os símbolos (positivos e negativos) da nacionalidade a partir dessa tensão e para expressá-la. (ZALUAR, 2006, p. 13)

O que a autores também chama a atenção, é a falta de direitos do cidadão que são incutidas as populações das favelas, pois nessa questão, não existem favelados nem negros, existe uma parcela da população que é exilada de um sistema verdadeiramente liberal.

A importância de estudar uma favela carioca está no fato de mostrar que a favela não é “o mundo da desordem, que a ideia de carência (‘comunidades carentes’), de falta, é insuficiente para entendê-la.” (ZALUAR, 2006).

De acordo com Marcelo Burgos (2006), a distância do mundo popular carioca e da elite, em especial na República Velha retarda e entrada das favelas na agenda das

políticas públicas. Sendo assim, essa invisibilidade política corresponde às barreiras no plano social, “legado da herança escravocrata, ainda muito viva na memória da cidade”. (BURGOS, 2006)

Lourdes Carril, em seu livro “Quilombo, Favela e Periferia”, analisa a relação que no Brasil essas três categorias têm com o fim e a falta planejamento urbanização. (CARRIL, 2006)

Carril em seus estudos sobre a formação comunitária no Brasil, entre outros lugares analisa a periferia na cidade de São Paulo, onde ela observou que a industrialização foi vertical e grande parte da população “sobrevive” a esse sistema através de trabalhos não fixos, “bicos”. Na sociedade moderna brasileira, de acordo com a autora, foi-se repondo mecanismos antigos de exploração da força de trabalho, onde nota-se reaparecer realidades reprimidas com conteúdos étnicos raciais na metrópole.

De acordo com a autora, a cidade de São Paulo é a metrópole nacional, moderna, cidade global que está conectada às redes e fluxos mundiais que o capitalismo globalizante constituiu como esfera do reconhecimento da tecnologia relativa à Terceira Revolução Industrial, onde o fator principal passa a ser não mais a indústria e sim a informação. “O território da cidade então, apresenta-se fragmentado, tempos e territórios segmentados, em que a rua torna-se símbolo da degradação, permeado pelos investimentos em bairros de classe média e alta enquanto os pobres são empurrados para o fundão”. (CARRIL, 2006)

Sendo assim, a cidade é heterogênea e a periferia mostra “a cidade que ainda está para existir, porque não se reconhece e não é reconhecida pela metrópole”. De acordo com Carril, para entender a relação entre estado e sociedade no Brasil, precisa-se analisar a formação do Estado e de seu território, onde vários grupos de movimento próprio se entrelaçam e se relacionam entre si e com o poder das mais diversas maneiras, de forma tal que a representação política e social seja marcada pela ampliação da cidadania para alguns e sua redução para muitos.

Carril busca explicar essa formação tão fragmentada da sociedade brasileira através de sua origem;

O território colonial brasileiro, incluído como parte de um sistema mundial em formação, permitia a criação de um feitiço de comando político exterior a constituição socioeconômica que aqui se desenrolava. O Estado encontrava-se externo ao território e à sociedade. Essa condição tem consequência para o exercício das formas de representação modernas concebidas, pois formulou vias de construção de poderes territoriais distintos, em

uma parte extraterritoriais, e, em outras, locais. (CARRIL, 2006, p. 217)

A partir dessa análise, observaremos como ações e programas com enfoque no acesso a justiça na América Latina, são trabalhados e podem se aperfeiçoar com o intuito de democratizar essas regiões, trazendo sua inserção no espaço público da cidade, não as deixando a margem, assistidas apenas por medidas assistencialistas.

DO PÚBLICO ALVO: PROGRAMA JUSTIÇA COMUNITÁRIA X MEDIACION COMUNITÁRIA

A partir da análise teórica do conceito de comunidade, passa-se para a análise comparativa do conceito de comunidade nos respectivos programas no Brasil e na Argentina, com a intensão de identificar como estão sendo implantados os programas, se de maneira localizada, através da autonomia das cidades, da comunidade e do cidadão ou se de maneira centralizada, como uma concessão do poder central do estado, como uma forma de formalizar a informalidade.

Na análise do programa “Justiça Comunitária”, identifica-se como promotor e financiador do programa o Ministério da Justiça, que através de editais, elegerá e delegará aos agentes estatais (defensorias públicas, poder judiciário, poderes estatais e municipais) a responsabilidade na execução das diretrizes pré-definidas pelo programa. Neste cenário, verifica-se a manutenção da dependência e da relação hierarquizada entre as comunidades e os poderes locais e poder judiciário centralizador, conforme se verifica no quesito 4.1 do Edital SRJ/MJ n. 02/2011:

“Poderão participar deste chamamento público órgãos da administração direta e consórcios de Estados e Municípios, bem como o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública.”

Ao se analisar a cartilha do programa em comento, verifica-se que além de restringir os agentes públicos que poderão se candidatar ao convênio, há ainda uma seleção dos municípios que poderão se candidatar seleção esta baseada no número de habitantes e nos índices de violência e precariedade de serviços públicos, sendo este o quesito genericamente definido pelo mesmo edital e especificado no anexo I:

“3.1 O público da Ação são as comunidades que não dispõem de plena acessibilidade à rede formal de assistência jurídica localizadas em regiões metropolitanas e que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos.”²

A maneira verticalizada (de cima para baixo) que se estabeleceram os critérios de eleição das comunidades contempladas denuncia que os vícios do pacto federativo brasileiro persistem, pois mesmo com pressupostos de empoderamento e emancipação das comunidades e dos cidadãos que a mediação comunitária traz como diretrizes, verifica-se que no Brasil o judiciário se apropriou da prática como reserva de delegação de poder conforme seus critérios e objetivos, evidenciando o quanto o conceito brasileiro de comunidade é excludente, conforme preceitua Victor Nunes Leal, quando observa a preocupação do se restringir a atuação das Câmaras locais funções puramente administrativas e controladas pela forte atuação do Poder Judiciário:

“a ênfase que pôs a lei no caráter administrativo das municipalidades, Por um lado, constituía eficiente processo técnico de redução da sua autonomia e, por outro, concorria para impedir que os municípios e tornassem centros de atividade política mais intensa, capazes de estimular os interesses e aspirações das camadas inferiores da população.”³

Menos centralizadora é a versão Argentina definida pela Ley 4045, no artigo 3º, que apesar da qualificação e a outorga para a atividade de media estar subordinada ao *El Ministerio de Gobierno y Justicia*, estabelece:

“Artículo 3º.- Los Centros de Mediación Comunitaria estarán a cargo de aquellas asociaciones civiles y fundaciones, con personería jurídica debidamente otorgada, que soliciten autorización para realizar tal actividad”.

Nesse passo, verifica-se que a Ley 4045, contempla as associações civis e fundações a responsabilidade acerca da criação e gestão dos *Centros de Mediación Comunitaria*, desde que os mediadores e as associações sejam registrados.

² *Ibidem*, *Idem*

³ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p. 74.

Diante do exposto, podemos concluir que o conceito de comunidade e a estrutura federativa dos estados influenciam importantemente nas formas de eleição das comunidades e dos gestores que executarão o programa.

Evidenciados os contextos de que vêm estão sendo implantado cada um dos programas, cumpre verificar quais são as diretrizes do instituto da mediação e como este método pode contribuir para a emancipação dos cidadãos na resolução de seus conflitos em comunidade.

A MEDIAÇÃO COMO PRÁTICA COMUNITÁRIA

Superadas as questões conceituais e as análises críticas de como cada programa foi concebido e esta sendo implantado, passa-se para a análise de como cada programa define o instituto da mediação e quais os objetivos se pretende alcançar com a mediação comunitária.

Na experiência brasileira, foi publicada pelo Ministério da Justiça em 2008, a prática da mediação nas comunidades do Distrito Federal sob o título “O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA: PROGRAMA JUSTIÇA COMUNITÁRIA DO DISTRITO FEDERAL”, em que se verifica uma transformação na forma de abordagem do conflito e se identifica as limitações do processo judicial:

O conflito não pode mais ser visto como algo necessariamente negativo. Posto que inerente à vida, o conflito é o resultado natural das diferenças entre os seres humanos. Assim, uma nova concepção de justiça deve atribuir sentido positivo aos conflitos, visando superá-los de forma criativa e, quando possível, solidária.

O processo judicial, como ferramenta para a resolução de conflitos, exalta o contraditório, divide dialeticamente o certo do errado, atribui culpa e identifica, ao final, ganhadores e perdedores. Mesmo quando o processo judicial celebra a conciliação e formaliza a composição judicial, o acordo nem sempre se mostra eficaz no que diz respeito ao senso de justiça que cada parte leva ao processo. Isso porque, muitas vezes, dados os riscos da sucumbência, a adesão ao consenso é movida por uma razão meramente instrumental.

No contexto comunitário, evidencia-se a que a mediação tem finalidades muito além da simples solução do conflito através do restabelecimento do diálogo, observa-se

que o restabelecimento do diálogo através do empoderamento das partes e o resgate do protagonismo do cidadão na condução de suas relações sociais são os objetivos primeiros da mediação, tal entendimento é ratificado quando se identifica com o modelo transformativo de Bush e Folder que define:

“a mediação é exitosa (1) se as partes se conscientizarem das oportunidades de *empoderamento*⁶² e reconhecimento apresentadas durante o processo; (2) se as partes foram ajudadas a clarificar suas metas, opções e recursos para fazer escolhas livres; (3) se as partes foram estimuladas ao reconhecimento em qualquer direção que a decisão tenha sido tomada”⁴

Fora do ambiente do Poder Judiciário, espera-se que a mediação não se contamine com a prática judicial baseada na celeridade e na eficiência em busca de índices quantitativos de resoluções de conflito massificadas que se bastam com a conclusão do processo, sem a preocupação com a resolução material do conflito, muito menos dos reflexos sociais das relações interpessoais após o procedimento.

Nesse sentido, se faz necessário uma capacitação diferenciada do mediador comunitário que deve ser orientado a focar sua atuação muito mais nos métodos de desenvolvimento e construção da cultura dialógica do que simplesmente na solução pontual da divergência, por esses motivos os métodos de mediação circular narrativo e o método transformativo são os modelos mais adequados na qualificação dos mediadores.

Apesar da importância de se definir um método que estabeleça procedimentos objetivos a serem seguidos pelos mediadores, não se pode negar que:

"Não é possível abordar um processo de mediação por meio de conceitos empíricos, empregando a linguagem da racionalidade lógica. A mediação é um processo do coração; o conflito precisamos senti-lo ao invés de pensar nele; precisamos, em termos de conflito sê-lo para conhecê-lo... Os conflitos reais, profundos, vitais, encontram-se no coração, no interior das pessoas. Por isto é preciso procurar acordos interiorizados.

A partir de diretrizes mais compromissadas com o desenvolvimento de um método mais próximo do respeito a intersubjetividade e da mediação como uma proposta

⁴ BUSH, Robert A. Baruch; FOLGER, Joseph P. *The Promise of Mediation: responding to conflict through empowerment and recognition*. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1994, p. 81.

de identidade linguística baseada na construção de diálogos que favoreçam o entendimento e a adesão dos envolvidos de maneira responsável e sincera, pode se concluir que muito mais que um método de resolução a mediação e uma forma de prática de cidadania que pretende promover as relações comunitárias como uma fonte de direito, legitimada pela adesão de todos os envolvidos, logica esta que remete a ideia J. Habermas acerca do Significado e Verdade: das tensões entre facticidade e validade imanentes à linguagem:

“De qualquer modo, os membros de uma comunidade linguística devem, na prática, pressupor que falantes e ouvintes entendem cada expressão gramatical de forma idêntica. Pressupõem que expressões similares guardem o mesmo significado nas diversas situações e atos de linguagem nos quais sejam empregadas. Mesmo no nível em que os significados encontrem os seus substratos nos signos, o signo-tipo deve ser passível de ser reconhecido como do mesmo signo na variedade de eventos de signo correspondentes. A relação lógica entre o geral e o particular, que o idealismo filosófico concebeu como uma relação de aparência e essência reflete-se nessa relação de significante e significado concretamente percebido. O que também é verdade para um conceito ou significado e a forma em que aparece nas expressões. O que caracteriza um pensamento apresentado como geral, idêntico a si mesmo e publicamente acessível, como transcendente da consciência individual, em face dos pensamentos particulares, episódicos e acessíveis apenas no nível privado, é a idealidade fundada nos signos linguísticos e nas regras gramaticais. São essas regras que emprestam aos eventos linguísticos - nos níveis da fonética, da sintaxe e da semântica - sua forma determinada, que é constante e reconhecível sob todas as variações.”⁵

Nesse viés teórico, a mediação comunitária pode se fundamentar como forma inclusiva, em que a linguagem funcione como identidade e canal de entendimento entre os envolvidos, em espaços democráticos, sem hierarquia ou necessidade da coerção para

⁵ HABERMAS, Jürgen. Facticidade e Validade: Uma introdução à teoria discursiva do direito e do Estado Democrático de Direito. Tradução provisória e não autorizada, exclusivamente para uso acadêmico Menelick de Carvalho Netto. Estudo Dirigido – Curso de Pós-Graduação em Direito da U.F.M.G. Belo Horizonte: 2010. Frankfurt: 1992. pp. 14-15.

o cumprimento do que tenha sido deliberado pelos interessados.

CONCLUSÃO.

Diante do contexto apresentado através da definição do conceito de comunidade, verificou-se que a experiência brasileira e a argentina se diferenciam tendo em vista ao processo de formação de ambos os estados que levou a uma concepção brasileira de comunidade associada a identidade e a “minorias” excluídas do estado formal e a concepção argentina de comunidade como espaço comum de convivência muito mais aproximada do espaço geográfico compartilhado independente das condições sociais e econômicas.

Nesse sentido, constatou-se que o programa Justiça Comunitária delimitou seu público alvo às favelas, locais “sem a presença do estado” com altos índices de violência e precariedade de serviços públicos.

Por outro lado, verifica-se na Ley de Mediacion Comunitaria o controle acerca da delegação da atividade de mediação se centralizou na outorga do ofício da mediação às pessoas físicas e pessoas jurídicas.

Este panorama permite concluir, que o programa “Justiça Comunitária” tem o condão garantir a presença do estado nas “favelas” em que a sua ausência produz os índices mais alarmantes acerca de sua ineficiência, estatizando as relações que até o momento eram resolvidas de maneira informal, conforme observou o professor Boaventura Santos em pesquisa de campo realizada nas favelas do Rio de Janeiro:

“... procedi a uma comparação entre o direito oficial brasileiro, de recorte europeu continental, e o direito das favelas, e verifiquei que o discurso jurídico deste último tinha conteúdo retórico mais amplo que o discurso jurídico do direito oficial, ao mesmo tempo em que nele as formas de institucionalização burocrática da função jurídica eram apenas embrionárias e que os meios de coerção ao exercício desta última eram extremamente débeis. Generalizando a partir desta verificação, propus, como hipótese de trabalho, a seguinte correlação: *a amplitude do espaço retórico do discurso jurídico varia na razão inversa do nível de institucionalização da função jurídica e do poder dos instrumentos de coerção ao serviço da produção jurídica* (Santos, 1980). Esta hipótese de trabalho conduziu-me a considerar a retórica, a burocracia e a violência como sendo três elementos estruturais do direito

(oficial ou não) da modernidade”⁶

Em contraponto, a forma de promoção da *Mediacion Comunitária* na Argentina obedece a forma de constituição do estado argentino, cujo poder estatal em maior proporção é delegado às províncias que possuem maior autonomia para a promoção de políticas públicas mais abrangentes, tendo em vista um conceito mais amplo de comunidade menos associado a guetos e favelas.

O modelo argentino parece mais alinhado à proposta da mediação, pois a maior autonomia dos agentes públicos locais, entendidos de forma ampla, incluindo-se as “*asociaciones civiles y fundaciones, con personería jurídica debidamente outorgada*” demonstram maior compromisso como objetivos mais vinculados com a proposta da mediação comunitária que é de promover a prática da mediação nos mais diversos grupos, de maneira a emancipar os cidadãos e descentralizar as o poder através de práticas que levem em conta as identidades locais e as relações intersubjetivas.

Tais conclusões de cunho teórico levam a necessidade checagem através de pesquisa de campo para uma conclusão mais fundamentada a partir da análise dos projetos no caso concreto, o que será levado a diante para maior exatidão das hipóteses aqui enunciadas.

⁶ SANTOS, Boaventura de Souza. O Estado e o Direito na Transição Pós-Moderna: para um Novo Senso Comum sobre o Poder e o Direito. Revista Crítica de Ciências Sociais nº 30 Junho 1990. Lisboa: 1990. p. 18

REFERÊNCIAS

- ALVITO, Marcos, ZALUAR, Alba. Um século de favela. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- CARRIL, Lourdes. Quilombo, favela e periferia – a longa busca pela cidadania. Editora FAPESP, 2006.
- CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado. Artigo. Sabotagem. www.sabotagem.revolt.org. 2004.
- FOLEY, Glácia Falsarella, Organizadora. O que é Justiça Comunitária. Ministério da Justiça, Brasil. 2008.
- HABERMAS, Jürgen. Facticidade e Validade: Uma introdução à teoria discursiva do direito e do Estado Democrático de Direito. Belo Horizonte: Tradução provisória e não autorizada, exclusivamente para uso acadêmico Menelick de Carvalho Netto. Estudo Dirigido – Curso de Pós-Graduação em Direito da U.F.M.G. 2010. Frankfurt: 1992
- MOORE, Christopher W. O processo de mediação: Estratégias práticas para a resolução de conflitos. 2^a edição. Artmed, Brasil. 1988.
- FOLGER, J. P., Bush, R. A. Baruch “La Promesa de Mediacion” – Ediciones Granica SA Buenos Aires - Argentina 2001.
- MULDOON, Brian. El corazón del conflicto - Brian Muldoon - Editora Paidós 2^a edição Buenos Aires Argentina 2005.
- SANTOS, Boaventura de Souza. O Estado e o Direito na Transição Pós-Moderna: para um Novo Senso Comum sobre o Poder e o Direito. Lisboa: Revista Crítica de Ciências Sociais nº 30 Junho 1990. 1990.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade, volume I. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

NOÇÕES DE TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA: DESAFIO ÉTICO-POLÍTICO PARA O SERVIÇO SOCIAL

Antônia Lúcia Silva de Almeida

Assistente Social, Especialista em Assistência Social e Família, Mestranda no programa de pós-graduação em Serviço Social e Família na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, bolsista do CNPq.

Milane Lima Reis

Assistente Social, Especialista em Gerontologia Social, Mestranda no programa de pós-graduação em Serviço Social e Família na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, bolsista da CAPES.

RESUMO

Este trabalho aponta algumas reflexões acerca da contribuição do assistente social no trabalho com as desigualdades vivenciadas na Amazônia. Apresenta-se como imperativo para o debate acadêmico e como subsídio para a prática profissional do Serviço Social nos dias atuais em razão das inúmeras desigualdades vivenciadas por esta população. Neste contexto, propõe-se uma leitura sobre a importância de se considerar a participação das populações amazônicas como sujeitos no processo de criação/implantação e controle das Políticas Públicas, adaptadas para o trato da questão social na Região.

Palavras chaves: Serviço Social; Trabalho; Questão Social.

ABSTRACT

This paper provides some reflections on the contribution of social work with inequalities experienced in the Amazon. It is presented as imperative for the academic debate and as an aid to the professional practice of social work today because of the many inequalities experienced by this population. In this context, we propose a reading on the importance of

considering the participation of the Amazonians as subjects in the process of creation / implementation and control of public policies, adapted to the treatment of social issues in the region.

Keywords: Social Service; Work; Social Matter.

INTRODUÇÃO

Falar sobre a realidade Amazônida é sempre um desafio, pois não podemos deixar de evidenciar o cenário contraditório a que está imerso esta Região, o qual de um lado apresenta um imenso território constituído de riquezas naturais, representado por seus ecossistemas, pela sua imensa floresta e sua bacia hidrográfica. E, por outro lado, mesmo rodeada por essa exuberante riqueza, convive uma população empobrecida, excluída do acesso e/ou com atendimento precário as políticas sociais.

Pode-se inferir que este caráter contraditório de realidades sobrepostas refere-se ao descompasso presente entre as políticas desenvolvimentistas direcionadas a região e as demandas da população local. Projetos mirabolantes são elaborados e encaminhados a Região sem, no entanto, considerar as particularidades locais e também não priorizando as reais necessidades das populações nativas (indígenas, brancos e negros), com formações socioculturais diversificadas.

Este contexto reflete também a ausência de uma política de Estado voltada à Região que implique na valorização dos recursos naturais renováveis e não-renováveis de modo a mitigar os impactos ecológicos, principalmente no que corresponde à degradação ambiental e a escassez dos recursos naturais, numa postura ética com as populações diacrônicas e sincrônicas.

Ressalta-se que o modelo de desenvolvimento, as tecnologias e as relações capitalistas de trabalho, proposto à Amazônia acompanham a lógica do sistema capitalista globalizado, neoliberal, socialmente excludente e marcado pelo alto consumo e desperdício das classes mais abastadas da sociedade. Isso fica premente quando se observa os diversos projetos implementados na Região cujo foco, pelo menos na intenção explicitada, era de promoção do desenvolvimento local, mas que fracassaram por não atentarem para as especificidades da Região.

Diante desse cenário dualista é importante problematizar sobre que parte dessa realidade, ou melhor, qual a imagem que está sendo reproduzida sobre a Amazônia, principalmente em torno da temática sustentabilidade, questão socioambiental, desenvolvimento sustentável, dentre outros. Esse quadro expressa as múltiplas manifestações “questão social” na Amazônia, exigindo o rompimento com modelos extremistas, balizados nas relações de favor, de dependência e de recusa de responsabilidades por parte do Estado, evidenciando a necessidade de luta por direitos sociais, bem como de organização sociopolítica das comunidades locais em torno da questão “trabalho”.

Neste sentido, com o propósito de colaborar na produção de novos conhecimentos e produzir subsídios qualificados para as discussões sobre as desigualdades sociais e a questão do “trabalho” do assistente social na Amazônia, este artigo levanta algumas propostas de intervenção para o profissional de Serviço Social, as quais não se encerram aqui, mas buscam propiciar a legitimação e ampliação da atuação desse profissional.

As especificidades da Região apresentam desafios complexos e demandas particulares ao exercício profissional, representando um campo aberto de possibilidades para a práxis profissional. Neste sentido, a questão social na Amazônia desafia o Serviço Social a apreender a dinâmica da realidade e suas contradições, exigindo compromisso ético e leitura crítica do contexto numa perspectiva dialética de articulação da realidade global e local.

1. Breve discussão sobre “Trabalho” e “Questão Social” na Amazônia

Ao longo do processo histórico o trabalho vem se apresentando de diversas formas nas relações sociais, numa busca de concretizar a produção e a reprodução do ser social, numa posição teleológica entre o homem e a natureza. Esse ato do homem transformar a natureza é o trabalho.

Para Marx(1988, vol. I: 142), o trabalho é um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Segundo Engels, (2004 *apud* NoGUEIRA, 2006) o homem não só transforma a natureza de acordo com seus interesses, mas também em grande medida a domina. Neste aspecto podemos afirmar que a diferença na relação homem-natureza, é especificamente porque a ação humana é projetada

na consciência antes de construir na prática objetivamente ou materialmente. E ao transformar a natureza, os homens também se transformam.

Questiona-se: se os homens são os artífices de sua própria história, por que eles não têm sido capazes de construir uma sociedade verdadeiramente humana? Para Lessa (2008, p.13), existem duas respostas para essa questão: a conservadora afirma que o homem é essencialmente burguês, pois é sempre dominado pelo espírito de acumulação privada de riqueza. A história nada mais seria que a afirmação desse individualismo em diferentes situações, sendo a melhor sociedade possível, a capitalista; a segunda resposta é a dos revolucionários, os homens são individualistas porque a sociedade burguesa os fez assim, e não porque sejam bons ou ruins por natureza. Afirmam eles que não é só possível, mas também necessário, que a humanidade se emancipe da exploração e da opressão. E a única forma de evitá-la é superar as desumanidades da sociedade capitalista.

O trabalho, portanto é o centro do processo de humanização do homem, é através dele que ocorre a busca pela produção e reprodução da vida em sociedade, ao criar e recriar a própria sociabilidade do ser, a partir da divisão do trabalho.

O trabalho é uma categoria fundante do ser social, pois é por intermédio dele, que a prévia-ideação se objetiva e se aliena em objetos que são ontologicamente distintos de si mesmo. Isto quer dizer que a consciência pode impulsionar a realização da transformação da prévia-ideação em objeto concreto, ao ultrapassar a simples adaptação ao ambiente. (Nogueira, 2006, p. 163)

A evolução humana em sociedade tem por finalidade responder às necessidades do próprio ser. Para Marx, a práxis humana é a única forma onde se consegue fazer uma demonstração ontologicamente verdadeira de um “pôr teleológico”, como momento efetivo da realidade material. (Apud Nogueira, 2006, p. 147)

Em sua origem primária, o trabalho tem uma intencionalidade voltada para o desenvolvimento da condição humana do homem em seu sentido abrangente, sendo que a posição teleológica secundária, supõe a interação entre os seres sociais, como práxis interativa e intersubjetiva, mas que se constituem como complexos que ocorrem a partir do trabalho. (Antunes, 1999,p.146)

A sociedade capitalista é por natureza excludente, com seus impactos devastadores sobre o trabalho, transformando suas relações em prestação de serviços, trabalho precário e autônomo; perda dos padrões de seguridade social, dentre outros. Cocco (2000, p.96) afirma que a partir da mobilidade territorial e social das forças de trabalho, o “sonho do

capital nos anos 70 era exatamente o de ter uma fábrica sem operários”. Assim ao propiciar a condição de pobreza, exclusão e subalternidade, o capitalismo determina a concentração de renda e riqueza de forma desigual.

Socialmente podemos afirmar que não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais. Geralmente o que observamos são discussões onde a “miséria”, a “pobreza” e a “ignorância”, parecem estados de natureza, ou de responsabilidade do miserável, pobre, analfabeto, ou seja, ocorre uma naturalização da questão social.

O problema da pobreza e da exclusão social como resultantes da questão social, requer uma reflexão sobre o precário sistema de proteção social público no país, particularmente sobre as Políticas Públicas, num Estado que defende os mínimos sociais em prol das necessidades básicas, conforme prescrito na LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social – 1993).

Segundo Scherer(2009, p. 142), a distância entre ricos e pobres é abissal na realidade do Amazonas, posto que em 2000, o IDHM de Manaus era de 0,774, que se apresenta de forma espacialmente diferenciada:

No bairro de São José na zona leste, especialmente em Nova Vitória, onde concentra famílias pobres que vivem sem nenhuma infra-estrutura urbana e bens de consumo coletivo, o IDHM é de 0,660 quase próximo aos municípios de Pauini, Itamarati, Guajara, e Ipuxuna no Estado do Amazonas, considerados os municípios mais pobres do Brasil. Em contraste encontra-se o Bairro Vieiralves, com o IDHM de 0,941, quase equivalente em termos de Desenvolvimento Urbano dos países ricos da Europa ocidental(ATLAS MUNICIPAL, 2006).

Portanto, enfrentar esses desdobramentos das desigualdades sociais significa trabalhar com políticas públicas que visem à justiça social, a partir do papel do Estado, a fim de que não ocorra apenas a “gestão da pobreza”, mas principalmente que se materialize a elaboração, implementação e execução de programas sociais (municipal e Federal), comprometidos com as especificidades da região amazônica e não apenas uma tentativa de resolver as desigualdades sociais com políticas compensatórias.

Conforme o IPEA, 60 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza (80 reais por mês) e dentre estes 24 milhões encontram-se abaixo da linha de indigência, isto é, com 40 reais por mês. Portanto, a pobreza é considerada um fenômeno multidimensional, onde, a inclusão muitas vezes se faz pela exclusão, pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída. Questiona-se: que cidadania é essa, que exclui para poder incluir, num cenário onde o acesso ao trabalho formal é cada vez mais desigual?

Pobreza, exclusão e subalternidade são produtos dessas relações, nas quais se visualiza a ausência de atores que lutem por uma nova ordem societária, onde não ocorra a dominação e a exploração de uma classe sobre a outra. Sociedade esta que vem produzindo e reproduzindo a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, colocando as pessoas pobres como párias sociais, numa pluralidade de desigualdades, injustiças e opressões.

Sendo assim, a desigualdade é um fator que atravessa a realidade da população amazonense, principalmente a desigualdade de renda, onde muitos são extremamente desfavorecidos pelo capital e poucos são extremamente favorecidos. De acordo com os indicadores sociais 68% da renda produzida fica nas mãos dos 20% mais ricos, enquanto os 20% mais pobres ficam com apenas 1,6% da renda produzida, assim caminha lado a lado, riqueza e pobreza, luxo e miséria, exploradores e explorados.

Hélio Jaguaribe (2000, p. 101), coloca que “a sociedade brasileira se caracteriza pela maior discrepância existente no mundo entre seus indicadores econômicos e seus indicadores sociais”, desta forma o autor vem afirmar que de um lado temos uma sociedade econômica moderna e do outro lado uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência. A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social.

Esta afirmação se confirma ao constatar-se que o Brasil tem assumido há alguns anos a liderança entre os países da América Latina, como o país que tem a pior distribuição de renda do continente, sendo seguido algumas vezes pela Colômbia. Segundo Cattani (2005, p.56), “um dos elementos centrais nos processos de produção e de reprodução da desigualdade é, justamente, a distribuição de renda”.

De acordo com os dados da PNAD de 2007, constata-se que de 2001 e 2007, o coeficiente de Gini passou de 0,593 para 0,552. Apesar disto a desigualdade de renda no país ainda permanece bastante elevada, pois, a parcela de renda apropriada pelos 50% mais pobres é pouco mais elevada que a parcela apropriada pelo 1% mais rico. Além disto, os dados também nos revelam que a quantidade da renda apropriada pelos 10% mais ricos representa mais de 40% da renda total, enquanto que a parcela apropriada pela metade mais pobre representa apenas 15% da renda total, ou seja, continua existindo uma grande disparidade de renda, apesar de toda a exaltação por parte do governo sobre a redução da pobreza no país.

É importante destacar, que discutir a pobreza exige considerá-la de forma ampla e profunda, pois, olhá-la apenas sob um ângulo, é reduzir sua compreensão e as considerações que a envolvem como também a possibilidade de confrontá-la e superá-la. Portanto, é relevante analisá-la em suas dimensões econômica, social e política, assim como empreender novos parâmetros teóricos que possibilitem explicar este fenômeno levando-se em consideração suas diversas formas e manifestações. Para Yazbek (2001, p.82), “a pobreza é fenômeno multidimensional, é categoria política que implica carecimentos no plano espiritual, no campo dos direitos, das possibilidades e esperanças”.

Sendo que, é a expansão capitalista que cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente de instabilidade social no âmbito da categoria “não-trabalho”. E alguns economistas chegam até a afirmar que pode ocorrer o “fim da sociedade do trabalho”, tendo em vista o crescente número de famílias que sobrevivem do trabalho precarizado, sujeitos a todo tipo de interpéries quanto à saúde, a alimentação insuficiente, a falta de moradia, dentre outras, que expressam o quanto a sociedade pode banalizar a pobreza, naturalizando-a como questão social.

Neste sentido, grande parte dos brasileiros torna-se alvo de ações solidárias e da filantropia, através de ONGs, que funcionam sem a devida responsabilidade e contribuição do Estado e do capital, numa realidade onde as desigualdades, expressas na pobreza, na exclusão e na subalternidade, são sequelas da crise da reestruturação do processo de acumulação do capital globalizado, da desestabilização da economia estatal, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora, principalmente no âmbito do trabalho formal e legalizado.

Frente a esta conjuntura de crise e mudanças, as Políticas Públicas e as propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado quanto ao emprego formal, geralmente são propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social, acentuando seus traços de improvisação e inoperância na universalização do acesso a serviços e direitos humanos, bem como na condição de cidadão-trabalhador.

Neste contexto, a globalização está gerando cada vez mais exclusão, posto que as pessoas geralmente não conseguem entrar no mercado de trabalho, devido a ausência de capacitação. E como obtê-la se as novas tecnologias e os meios de comunicação excluem o cidadão-pobre das redes virtuais?

Às políticas públicas, infelizmente, também enfrentam o fenômeno da pobreza, de forma focalista, aprofundando a exclusão da população e aumentando ainda mais sua condição de vulnerabilidade. Assim sendo, a seguridade social vai sendo afetada pelo corte de gastos sociais, consolidando a separação entre mercado e direitos, numa profunda disparidade do âmbito econômico para o social, onde a questão social tende a ficar fora da responsabilidade e intervenção do Estado.

Frente esta realidade, o embate que trava o assistente social na construção de um projeto ético-político na direção de um projeto societário é um grande desafio, pois tem que trabalhar com os limites e principalmente com as possibilidades frente à reprodução ampliada das contradições sociais, pois não há rupturas no cotidiano sem resistência, sem o compromisso de construir e reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o caráter público do direito ao trabalho.

2. Enfrentando a questão social na Amazônia: perspectivas de trabalho do Serviço Social.

O Serviço Social sendo considerado trabalho, portanto, inserido em processo de trabalho, materializa-se sob a forma de serviços e produtos, interferindo na produção e reprodução material da força de trabalho. Neste sentido, Iamamoto (2005, p.22) aduz que o Serviço Social é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade.

Por atuar na dinâmica societária o objeto de trabalho do Serviço Social é a questão social, caracterizada pelas múltiplas expressões das desigualdades sociais que perpassam a sociedade. Sendo assim, intervêm no campo dos direitos sociais, na área de família, idoso, criança e adolescente, gênero, do trabalho e do não-trabalho, da saúde, da educação, das questões ambientais, entre outras formas de violação do exercício da cidadania, na perspectiva de ampliação de direitos (CAVALCANTE; REIS & GOMES, 2010).

Iamamoto (2004, p. 272) sustenta que um dos maiores desafios impostos ao profissional de Serviço Social na atualidade concentra-se na necessidade deste profissional apreender as particularidades dos processos de trabalho, decifrá-los em suas distintas feições, adquiridas em várias circunstâncias, dentro de seus limites e possibilidades para o exercício profissional. E o conhecimento das condições de vida dos sujeitos permite ao assistente social dispor de um conjunto de informações que, iluminada por uma perspectiva

teórica crítica, possibilitam apreender e revelar as novas faces e os novos meandros da questão social.

Assim, o profissional do Serviço Social tem como desafio em sua prática os desdobramentos da questão social que passam a compor o cenário do “não trabalho” e que vem criando uma lacuna entre as condições de vida de todos os trabalhadores e em específico os da região amazônica. Uma vez que com a reestruturação produtiva vem crescendo um índice de desempregados que procuram buscar novas estratégias para manter a sua sobrevivência a partir da eliminação dos postos de trabalho seja no chão de fábrica, seja nos níveis intermediários.

Desta forma, ao analisar a prática do assistente social, é necessário considerar as bases teórico-metodológico, técnicas e ético-política, que norteiam as habilidades deste profissional, bem como as condições de luta nos espaços ocupacionais com as normas e regras institucionais. Destaca-se que, esta prática ocorre no bojo das relações sociais, as quais se modificam historicamente, conforme a correlação de forças dentro de cada sociedade.

É de suma importância à identificação da realidade na qual o profissional irá intervir, de modo a decifrar as particularidades da questão social, bem como suas nuances na vida dos sujeitos sociais, buscando responder aos desafios propostos à categoria frente à trama da realidade vivenciada na contemporaneidade.

Neste âmbito, cabe ao profissional de Serviço Social atuar na viabilização do acesso da população a bens e serviços públicos, buscando a garantia, legitimação e ampliação dos direitos de cidadania. Além desse desafio, sua contribuição situa-se na formação, mobilização e participação da sociedade na elaboração, gestão, no processo de tomada de decisão e na avaliação das políticas sociais, exercendo a cidadania e o alcance de uma sociedade mais justa e igualitária quanto à questão do “direito ao trabalho formal”.

O Assistente Social também intervém junto aos aspectos sociais, culturais e econômicos, estabelecendo um diálogo entre as políticas públicas e a população em geral, visando interferir nas externalidades produzidas pelos impactos sociais, resultantes do processo de desenvolvimento capitalista. A partir dessa perspectiva, busca assegurar os direitos dos atores sociais envolvidos, no sentido de identificar os recursos e de fazer usos dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos, conforme norteia o Código de Ética da Profissão (CAVALCANTE; REIS & GOMES, 2010).

Dentre as exigências do mercado de trabalho cabe a este profissional ter o compromisso de buscar estratégias que venham atender as novas formas de gestão da força de trabalho dentro de um mercado flexível. Isto se inscreve como um dos desafios atrelados a capacidade de articular sua bagagem teórico-metodológica acumulada com o seu arsenal técnico-operativo e ético-político, em função das particularidades de seu objeto de trabalho na Amazônia.

Portanto, o exercício profissional deve acompanhar a dinâmica das inter-relações entre o Estado, Mercado e a Sociedade Civil, fazendo-se necessário que o assistente social assuma em seu cotidiano uma prática pedagógica e ressocializadora, atendendo os *stakeholders* de acordo com as necessidades de (re)produção da vida social.

O Serviço Social na Amazônia tem sua especificidade a partir da dinâmica local no que tange a dinamizar a ampliação de conhecimentos sobre a questão da sustentabilidade que cada vez mais assume um espaço no cenário do mundo do trabalho em âmbito local. Parece ser algo novo mais que já está inserido na realidade amazônica e que traz ao profissional uma cultura interdisciplinar para buscar alternativas na elaboração de propostas implementadas, por meio de programas e projetos, a partir de contribuições que incluam o desenvolvimento de ações socioeducativas voltadas à organização e participação na gestão comunitária e representativa.

Assim, mediante a participação coletiva dos sujeitos envolvidos nesse processo, o profissional pode valorizar e arregimentar forças sociais para a elaboração de estratégias que propiciem a superação da exclusão social e da ausência e/ou precarização do acesso ao mercado de trabalho, bem como aos bens e serviços sociais da população local.

Nesta perspectiva, o assistente social pode potencializar o diálogo, a cooperação e a consolidação de um compromisso ético com as populações empobrecidas, que vivem isoladas, esquecidas na zona urbana e rural da Amazônia. Acredita-se que é a partir da consideração de sua particularidade e do respeito a suas diversas formas de saber e cultura é que se devem construir mecanismos que viabilizem a alteração desse quadro dualista que perpassa o cotidiano da população.

É importante destacar, que discutir a pobreza exige considerá-la de forma ampla e profunda, pois, olhá-la apenas sob um ângulo, é reduzir sua compreensão e as considerações que a envolvem como também a possibilidade de confrontá-la e superá-la. Portanto, é relevante analisá-la em suas dimensões econômica, social e política, assim como empreender novos parâmetros teóricos que possibilitem explicar este fenômeno

levando-se em consideração suas diversas formas e manifestações. Para Yazbek (2001, p.82), “a pobreza é fenômeno multidimensional, é categoria política que implica carecimentos no plano espiritual, no campo dos direitos, das possibilidades e esperanças”.

É na luta contra as privações do mínimo necessário para a sobrevivência que famílias inteiras saem de seu lugar de origem, no entanto, este processo acarreta uma série de mudanças que são experimentadas no cotidiano. O modo de vida da família rural regulado pelas leis da natureza passa a ser conduzido pelas leis do mercado e do consumo, característico do meio urbano.

No meio rural a subsistência familiar é assegurada através do trabalho coletivo na roça e na pesca. Estas atividades laborais são condicionadas pela dinâmica da natureza, ou seja, pelo ciclo das águas (enchente e vazante) que regula tanto o plantio quanto a pesca. Apesar de ocorrer a comercialização de alguns produtos, em especial no período da cheia quando aumenta a quantidade de peixes, a produção visa atender primordialmente a subsistência diária do grupo familiar. Segundo Chaves e Rodrigues (2004, p.75), “a produção na agricultura familiar, praticada pelas populações nativas da região, bem como suas relações, escapam ao terreno estrito do mundo da eficiência econômica”.

A cidade obriga estas famílias a reconstituir seu modo de vida. Apesar da subsistência ainda ser assegurada pelo trabalho de todos os membros adultos da família, esta subsistência passa a ser garantida pelo trabalho individualizado, ocorrendo em espaços e ocupações diferenciados.

A qualificação exigida pelo mercado de trabalho na atualidade é uma das principais dificuldades encontradas por estas famílias na cidade. Diferentemente da época da implantação do distrito industrial na cidade Manaus, quando eram admitidos trabalhadores sem qualificação ou semi-qualificados para atuarem nas fábricas, o mesmo não ocorre neste início de século. Segundo Scherer (2004), busca-se um trabalhador com um novo perfil: polivalente, multifuncional, consciente e responsável, além disto, idade e escolaridade são outros critérios decisivos para a admissão contratual, excluindo milhares de pessoas do mercado de trabalho.

Frente a esta realidade, o trabalho informal torna-se uma alternativa (ou a única) de se obter alguma renda. A inserção no mercado informal não ocorre por uma escolha ou por opção, mais sim, pela necessidade imposta pelo mercado. Estes trabalhos, como: ambulantes, camelôs, entre outros, caracterizam-se por longas jornadas de trabalho, por baixo ganhos mensais e incertos e pela falta de direitos sociais e trabalhistas. Neste

contexto, Scherer (2004, p.132) afirma que o mercado de trabalho informal “é o desagouro de toda força de trabalho relegado pelo setor produtivo”.

Frente a esta realidade, Netto (1999) levanta a necessidade do assistente social mobilizar a participação, a emancipação e o empoderamento dos sujeitos, priorizando sua autonomia, liberdade e plena expansão dos seus direitos. Norteados por esses princípios, o profissional deve valorizar o protagonismo dos sujeitos, possibilitando-lhes uma interpretação crítica da realidade vivenciada, fortalecendo-os no exercício de sua cidadania e (re) construção de sua história.

O autor ainda destaca que além de valorizar os sujeitos, há necessidade de estimular uma consciência política e participativa pautada em princípios de legitimidade representativa, ou seja, a partir de sua visão de mundo, respeitando a diversidade de cada sujeito, de forma que se torne um protagonista social da sua própria realidade.

É importante lembrar que historicamente o Estado brasileiro manteve como paradigma compensatório um tratamento dado as políticas públicas em geral. E que, a questão social era tratada como um caso de polícia. (Iamamoto, 1995)

O caráter interventivo frente a este objeto justifica-se não somente pelo número crescente de casos sociais que necessitam de intervenção na área de acesso ao direito ao trabalho legal, mais também porque a conjuntura de crise advinda da economia neoliberal, os impactos causados pelo sistema capitalista nas relações familiares e trabalhistas e os reflexos da violência e da exploração sobre a vida dos cidadãos brasileiros, são expressões da questão social que requerem a investigação, a pesquisa e a intervenção do assistente social.

Enfim, o Assistente Social inserido na divisão social do trabalho deve compreender as transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho, bem como seu projeto Profissional precisa incorporar as lutas populares, para compreender que “as pessoas não podem ser sacrificadas em nome da reestruturação produtiva.”(Oliveira, 1999)

Sendo um dos grandes desafios mediar a “questão social” com a bagagem teórico-metodológico, técnico-operativas e ético-político do trabalho profissional, em função das particularidades de seu objeto de trabalho na Amazônia. Desta forma, faz-se necessário que este profissional inclua em suas práticas um caráter pedagógico e ressocializador, infundindo uma ética de sociedade que conduza a uma nova conduta individual, familiar e coletiva, de acordo com as necessidades de (re)produção da vida social, a partir do direito ao trabalho.

Considerações

É este cenário, aqui apresentado, que constitui o objeto de trabalho do profissional de Serviço Social na Região. Toda a cartografia social explicitada impõe desafios, limites, mas também possibilidades de trabalho que devem ser impulsionadas e valorizadas no sentido de promover mudanças pautadas na sustentabilidade social, ambiental, política, cultural e econômica.

Fala-se em conservar o ambiente a fim de garantir que as futuras gerações possam usufruir deste ecossistema, mas vivencia-se uma economia selvagem e desigual, que desenvolve ações para estimular um avanço desordenado e com um impacto social, cultural e geográfico catastrófico que impossibilita até mesmo as gerações de hoje atender suas demandas.

Inscribe-se como basilar a criação e o respeito a princípios que venham garantir o manejo e gestão adequada dos recursos naturais, a partir de estratégias promotoras de bem-estar social e ambiental, priorizando-se a população nativa, tradicional e urbana, que no decorrer do processo de exploração e expropriação tornaram-se invisíveis para a sociedade. Isto representa milhares de brasileiros que estão imbricados nas florestas com os chavões de caboclo, ribeirinhos, quilombolas, índios, que não usufruem de políticas públicas como um direito e, em consequência, não exercem a sua cidadania.

É importante destacar o papel e a intervenção do Estado, seja por intermédio de gestores ou agências encarregadas de formulações de políticas públicas voltadas para povos tradicionais. Objetivando políticas públicas que primem em assistir, assessorar e garantir condições mínimas a partir da valorização dos conhecimentos tradicionais de modo consciente e fundamentado, garantindo autêntica manifestação de vontade.

Estas breves reflexões aqui expressas buscam salientar a importância de um olhar diferenciado para a Amazônia. É preciso enxergá-la e conhecer suas diversidades e particularidades, construindo possibilidades de superação da atual ordem, baseada em modelos insustentáveis que ignoram limite, tempo, diferenças e diversidades.

Neste âmbito, conclui-se que as políticas públicas na Amazônia, devem estar pautadas na promoção da sustentabilidade da região e na melhoria da condição de vida de sua população. Devem, portanto, ser estabelecidas como mecanismo de inclusão social, por meio de ações que privilegiem tanto o desenvolvimento econômico através do acesso ao ‘trabalho’, quanto o social e o ambiental. Para tanto, é importante ancorar-se em alguns aspectos, considerando: as *diferenças para socialização da riqueza social*, a *abertura de*

canais de participação da população local para que sejam observadas as reais demandas e necessidades dos diversos segmentos sociais, evidenciando as suas potencialidades.

Não se pretendeu, aqui, esgotar esse debate, mas se espera contribuir para uma reflexão para o encontro de propostas que conduzam à busca de alternativas que possam solucionar e/ou amenizar os problemas mais graves enfrentados pelas populações dispersas e esquecidas no interior amazônico.

Portanto, o assistente social encontra no cenário amazônico, inúmeras oportunidades de intervenção, fortalecidas pelo compromisso ético-político no exercício profissional e promoção da cidadania, numa realidade repleta de contrastes, garantindo que as políticas de desenvolvimento sustentável possam dar cobertura e também um ponto de partida para a consideração da limitação ecológica imposta pela natureza ao processo econômico de forma a respaldar o homem e suas futuras gerações.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, A. S; REIS, Milane; GOMES, Joselene. *Serviço Social e Questão Socioambiental na Amazônia*. In: Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS. Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como? Rio de Janeiro, CD Room, 2010.

CHAVES, Ma. Do P. SOCORRO & NOGUEIRA, Marinez Gil. **Desenvolvimento Sustentável e ecodeenvolvimento**. Somanlu, ano5,n.1, jan/junho. 2005

COCCO, Giuseppe. Trabalho e Cidadania: produção e direitos na era da globalização. São Paulo, Cortez, 2000.

FALEIROS, V. DE P. **Fome, pobreza e exclusão social**: desafios para o governo e a sociedade. Ser Social 13:Revista do Programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Vol.1, n.1(1 semestre). Brasília: UNB, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social na **Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. Villela. *Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sócio jurídica*. In: MIONE, A.S; MAURILIO, C.M; e MARIA, C.L. (orgs). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

TORRES, Iraíldes Caldas. Noção de Trabalho e trabalhadores na Amazônia. In: Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do programa de Pós- Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Ano 4, no. 2 Manaus: Edua, 2000.

IANNI, Octavio. **A Questão Social**. São Paulo em Perspectiva, v.5, n. 1, 1991.

LESSA, Sergio e Ivo Tonet. Introdução a Filosofia de Marx. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular. 2008. 128 p.

NETTO, Jose Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1991.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O Trabalho Duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular. 2006.

OLIVEIRA, Simone Eneida Baçal de. A Prática Profissional do Assistente Social em Manaus: Análise e perspectivas. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

SCHERER, Elenise. **Vulnerabilidade social na cidade de Manaus**: o avesso do progresso. In: SCHERER, Elenise. (org). **Questão Social na Amazônia**. Manaus: Edua, 2009.

SPOSATI. **A. Pobreza e desigualdade no século do desperdício**. In: DEBATES SOCIAIS. Inclusão Social: enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais (32. Conferências Internacional de Bem-Estar Social). Rio de Janeiro: CBCISS, 2006. (n.65/66. Ano XLI)

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social**. Revista em Pauta, Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. N.21-2008.

NOVAS PERSPECTIVAS À ADERÊNCIA AO AUTOCUIDADO EM HANSENÍASE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Talitha Vieira Gonçalves Batista

Psicóloga, Mestranda em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais
pela Universidade de Taubaté
talitha.vgb@gmail.com

Carmen Silvia de Campos Almeida Vieira

Enfermeira, Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Estadual de
Campinas/UNICAMP, Professora da Universidade de Taubaté
carmenn_vieira@yahoo.com.

Maria Angela Boccara de Paula

Enfermeira, Mestre e Doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo/USP,
Professora da Universidade de Taubaté
boccaradepaula@hotmail.com

RESUMO

Apesar da descoberta do tratamento e da cura e dos esforços em mudar a nomenclatura de 'lepra' para hanseníase, estudos mostram que a hanseníase possui estreita relação com uma representação social do corpo 'leproso'. Esta estigmatização, juntamente com a desestruturação da imagem corporal, podem ser algumas das causas da não aderência da pessoa com hanseníase ao autocuidado. Acredita-se que o autocuidado é essencial para prevenir ou minimizar consequências da hanseníase e que a aderência ao cuidado do próprio corpo demanda, além da informação, a internalização de conteúdos que possam favorecer a compreensão das possíveis alterações corporais que a hanseníase pode causar. Neste relato de experiência destaca-se a importância de se incluir, além da abordagem técnica do cuidado, aspectos psíquicos e socioculturais às ações educativas para o autocuidado em hanseníase.

Palavras-chave: Hanseníase; Imagem corporal; Autocuidado.

INTRODUÇÃO

A hanseníase constitui um grave problema de Saúde Pública no Brasil. Atinge um grande número de pessoas, o que faz com que esta doença seja prioritária nas Políticas Públicas de Saúde, sendo pactuada nas três esferas do governo e no plano de aceleração do crescimento, uma vez que, quando não devidamente tratada, gera alto custo para o sistema de saúde e danos psicossociais a pessoas com esta doença (LIRA et al., 2005).

É uma doença crônica, causada pelo *Mycobacterium leprae* e com características clínicas polimórficas (SAMPAIO; RIVITTI, 2001). Sua manifestação ocorre em células cutâneas e nervos periféricos. Nas células cutâneas, a manifestação se dá por lesões de pele sempre acompanhadas de diminuição e/ou perda de sensibilidade nas áreas dos nervos afetados, principalmente nos olhos, mãos e pés. As lesões nos nervos decorrem de processos inflamatórios dos nervos periféricos (neurites), causados tanto pela ação direta do bacilo nos nervos, como pela reação do organismo ao bacilo (BRASIL, 2010).

A característica principal da doença é o comprometimento dos nervos periféricos, que ocasiona o aparecimento de incapacidades físicas irreversíveis que podem evoluir para deformidades, fato que resulta em um grande sofrimento que ultrapassa a dor, pois vinculados ao prejuízo físico, insere-se os impactos psíquico e sociocultural (BORENSTEIN et al., 2008).

O tratamento da hanseníase compreende o tratamento poliquimioterápico (PQT), avaliação de prevenção de incapacidades (PI) e atividades de educação em saúde, incluindo o autocuidado, que se refere ao aprendizado e posterior compromisso do paciente no cuidado com o próprio corpo, com o objetivo de prevenir o surgimento de novas incapacidades/deformidades (BRASIL, 2008).

O 'estar doente' de hanseníase remete a desestruturas físicas, psíquicas e socioculturais, causadas, principalmente, pelas incapacidades e deformidades físicas, pela desestruturação da imagem corporal, pelo estigma, preconceitos, discriminações e exclusões causadas pela doença, que podem interferir na aderência ao autocuidado (BAIALARDI, 2007).

Como psicóloga voluntária de um Programa de Hanseníase, pude observar, em minha prática profissional, dificuldades dos pacientes em aderir ao autocuidado, fato que, infere-se que sejam decorrentes, dentre outros motivos, da desestruturação da imagem corporal e do estigma advindo das representações sociais do corpo 'leproso', incapacitado e deformado.

Neste sentido, acredita-se que para que o paciente tenha um maior comprometimento no cuidado do próprio corpo, as ações educativas para o autocuidado não devem enfatizar apenas uma abordagem técnica do cuidado, uma vez que precisam considerar as necessidades individuais da pessoa doente.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, como psicóloga voluntária, a partir de dois encontros realizados com um grupo de pessoas que tiveram hanseníase e que desenvolveram deformidades físicas, cadastradas e em acompanhamento no Programa de Autocuidado em Hanseníase de um Ambulatório Regional de Especialidades de um Município do Vale do Paraíba Paulista.

Vale salientar que o referido Programa de Autocuidado em Hanseníase é formado por pessoas que se encontram em alta por cura da doença e que são acompanhados para a prevenção de incapacidades. O grupo é formado por um total aproximado de trinta e nove pessoas. Os critérios definidos para a inclusão no grupo foram: pessoas portadoras de reação hansênica, com queixa de não melhora da dor, submetidos às cirurgias de descompressão de nervo ou reparadoras sem sucesso e que não aderiram ao autocuidado, apresentando desde anestésias até ferimentos, contraturas e reabsorções ósseas com deformidades instaladas. Dentre as trinta e nove pessoas, vinte e duas são do sexo masculino e dezessete do sexo feminino, sendo a faixa etária entre 40 a 85 anos.

Os encontros aconteceram no ano de 2009, visando conhecer as expectativas e a imagem corporal dos participantes, utilizando estratégias lúdicas e projetivas.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O grupo de autocuidado, promovido no ano de 2009, aconteceu todas as últimas quintas-feiras de cada mês, no período das 14h às 18h, no Ambulatório Regional de Especialidades de um Município do Vale do Paraíba Paulista. Como moderadores, estavam presentes sempre duas enfermeiras e uma psicóloga. Eventualmente, havia uma assistente social e uma fisioterapeuta.

Vale ressaltar que este relato é referente aos dois primeiros encontros, realizados em março e abril de 2009, por meio dos quais se buscou, em um primeiro momento, levantar as expectativas em relação ao grupo de autocuidado e, posteriormente, conhecer a imagem corporal dos participantes do mesmo.

O primeiro encontro denominado ‘trabalhando as expectativas’, teve como objetivo conhecer as expectativas que cada participante tinha em relação ao grupo. Os participantes foram divididos em três grupos e cada grupo recebeu uma folha grande de cartolina, na qual se propôs que, conjuntamente, desenhassem e/ou fizessem colagens de revistas que representassem as suas expectativas em relação ao grupo. Após a execução da atividade, os participantes foram convidados a falarem sobre seus desenhos e colagens.

De acordo com a atividade proposta e com os depoimentos dos participantes, pôde-se constatar que os mesmos esperavam do grupo de autocuidado um espaço de orientação, apoio, conforto, troca de experiências, paz e aceitação.

O segundo encontro denominado ‘desenho do próprio corpo’ teve como objetivo conhecer a imagem corporal dos participantes do grupo, isto é, compreender como cada participante percebe seu próprio corpo.

Com a finalidade de propiciar uma interiorização, foi realizado inicialmente um relaxamento. Após o relaxamento, foi proposto que cada participante desenhasse individualmente, em uma folha sulfite, o seu próprio corpo.

A atividade proposta mostrou que os participantes possuíam dificuldades no contato interpessoal, que podem ser justificadas pelo estigma decorrente da hanseníase. Além disso, pode-se constatar que as regiões mais afetadas pela hanseníase não estão integradas à consciência e que isso acarreta em desestruturação da imagem corporal, dificultando a socialização destas pessoas e aumentando, conseqüentemente o estigma da hanseníase.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o relato acima, percebe-se que as ações educativas para o autocuidado devem enfatizar, além da abordagem técnica do cuidado, as necessidades e expectativas individuais da pessoa doente.

Acredita-se que para que ocorra a aderência às orientações com o cuidado do próprio corpo, é preciso considerar, além da informação técnica, a internalização de conceitos que possam favorecer a compreensão das possíveis alterações na imagem corporal que a hanseníase pode causar.

Portanto, acredita-se na importância de se agregar novos conceitos nas ações educativas do autocuidado, permitindo que estes novos conhecimentos favoreçam a equipe de saúde um olhar integral do indivíduo com hanseníase, ao preocupar-se não apenas com o cuidar/educar técnico, mas acima de tudo, que se possa auxiliar o indivíduo no reconhecimento de sua dor, de suas angústias, esperanças e perspectivas.

REFERÊNCIAS

BAIALARDI, K. S. O estigma da hanseníase: relato de experiência em grupo com pessoas portadoras. **Hansen Int.**, v. 32, n. 1, p. 27-36, 2007.

BORENSTEIN, M. S. et al. Hanseníase: estigma e preconceito vivenciados por pacientes institucionalizados em Santa Catarina (1940-1960). **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 61, p. 708-712, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde. **Cadernos de Atenção Básica**, 2 ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Autocuidado em Hanseníase, Face, Mãos e Pés**. Série F. Comunicação e Educação em Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

LIRA, C. V. et al. A hanseníase como etno-enfermidade: em busca de um novo paradigma de cuidado. **Hansen int.**, v. 30, n. 2, p. 185-194, 2005.

SAMPAIO, S. A; RIVITTI, E. **Dermatologia**. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2001.

NOVOS DESAFIOS PARA OS DIRETORES ESCOLARES: GERENCIALISMO, RESPONSABILIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

Maria de Fátima Magalhães de Lima

Mestre em Educação – PUC-Rio

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PUC-Rio

Integrante do Grupo de Pesquisas Observatório da Educação e Cidade

fatima_mlima@superig.com.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o funcionamento dos conselhos escolares como uma das estratégias da gestão democrática em escolas do ensino fundamental com bons resultados em exames nacionais. A pesquisa, um estudo de caso, considerou o perfil e a percepção dos professores e diretores sobre a gestão e as dinâmicas dos conselhos. Reporta-se aos dados de um *survey* aplicado junto a quatro escolas públicas da rede municipal do Rio de Janeiro, aos questionários aplicados aos diretores e professores, entrevistas, análise documental e observações. A análise dos dados demonstrou que a gestão democrática e os correlatos instrumentos de participação não se efetivam plenamente e os conselhos escolares, em particular, se constituem como instrumentos predominantemente protocolares.

Palavras-chave: Gestão escolar; Gestão democrática; Diretores escolares; Conselhos escolares

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the functioning of school boards as a strategy of democratic management in primary schools with good results in national examinations. The research, a case study, considered the profile and perception of teachers and principals on the management and the dynamics of advice. It refers to data from a survey applied at four public schools in the city of Rio de Janeiro, the questionnaires to principals and teachers, interviews, document analysis and observations. Data analysis showed that the democratic management and related instruments of participation is not fully actualized and school councils, in particular, constitute themselves as predominantly ceremonial instruments.

Keywords: School management; Democratic management; School principals; School councils

1 Introdução

Este trabalho constitui parte da Dissertação de Mestrado, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Educação da PUC-Rio, em maio de 2011, que teve por objetivo investigar o funcionamento dos conselhos escolares, como uma das estratégias da gestão democrática, em quatro escolas públicas da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, com bons resultados em exames nacionais.

A seleção das escolas, para compor a amostra, requereu o levantamento dos resultados de 174 escolas municipais com Ensino Fundamental completo,¹ integrantes do conjunto das 1062 escolas da rede pública municipal, estabelecendo-se critérios e um controle rigoroso tanto sobre os fatores extraescolares, expressos no nível socioeconômico médio dos alunos (NSE), como naqueles relativos à estrutura organizacional (Paes de Carvalho *et al.*, 2011), traduzidas em número de matrículas e turmas.

Do conjunto, foram selecionadas quatro escolas com Ensino Fundamental completo, de médio à grande porte, que correspondiam, ainda, aos seguintes critérios: total de matrículas superior a 800 alunos; mínimo de 3 turmas de 8ª Série/9º Ano; nota média padronizada na Prova Brasil na 4ª e na 8ª Série, superior a média do município nas edições de 2005 e de 2007; localização em pontos diferentes da Cidade do Rio de Janeiro e distribuição em faixas de nível socioeconômico (NSE) distintos.

A pesquisa abrangeu os dados do *survey* aplicado a alunos, pais e professores, complementados por entrevistas com os diretores das escolas, questionários autoaplicados aos conselheiros escolares, entrevistas com um membro de cada conselho, bem como observações do cotidiano escolar registradas no caderno de campo e pesquisa aos documentos oficiais (legislação, livros de atas e quadros estatísticos das escolas).

Neste trabalho detenho-me aos dados coletados junto aos professores e diretores destas escolas que permitiram traçar o perfil destes agentes escolares, suas percepções acerca do funcionamento dos conselhos, da eleição de diretores e da construção do projeto político-pedagógico, consagrados mecanismos da gestão democrática, bem como o levantamento das atividades dos diretores na liderança da escola e dos conselhos.

¹ Esta pesquisa foi realizada a partir do survey do SOCED (Grupo de Pesquisas em Sociologia da Educação): “Contextos Institucionais e a Construção da Qualidade do Ensino na Educação Básica – 2009”. Para maiores esclarecimentos sobre o Grupo e a trajetória das pesquisas ler: “Percorrendo as questões que guiam o SOCED há uma década: primeira ancoragem” Lacerda, P. M., Boletim Eletrônico do SOCED nº 04 de 2007, disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/soced.php?strSecao=input> e “Os novos desafios do programa de pesquisa do SOCED” de Brandão, Z., Boletim Eletrônico do SOCED nº 06 de 2006, disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/soced.php?strSecao=input>.

2 Os conselhos escolares na rede pública municipal do Rio de Janeiro

A institucionalização dos conselhos escolares na rede pública municipal do Rio de Janeiro remonta de 1984, no contexto da redemocratização do país. O desenvolvimento desta política educacional pautou, antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988, uma nova forma de participação da família e da comunidade na escola, na qual buscava superar as características colaborativas das antigas Caixas Escolares e das Associações de Pais e Professores.

Cabe ressaltar que a instituição de um conjunto de leis e programas que desenvolveram processos de participação das comunidades escolares, inclusive através dos conselhos e da eleição de diretores, no Rio de Janeiro, na década de 80 (Mignot, 2001; Bomeny, 2009), está relacionada a um contexto político bastante favorável. Refiro-me, notadamente, aos debates nacionais em torno da redemocratização do Estado brasileiro e à eleição de governadores de oposição no ano de 1982, que conjugaram forças progressistas e de setores da esquerda, marcando o projeto de transição democrática no Brasil.

No bojo deste processo, a descentralização política foi amplamente defendida pelos movimentos de redemocratização do país, nos anos 80, em oposição ao regime autoritário, centralizador dos “anos de chumbo” e às estruturas oligárquicas do país. Os atores sociais, organizações, sindicatos e setores da sociedade civil, que defendiam a descentralização, postulavam a autonomia do poder local, o controle social e a gestão participativa.

As mudanças ocorridas no papel do Estado na década de 90, tiveram repercussão nas políticas educacionais, através da implementação da política de descentralização, do financiamento e do gerenciamento da escola pública, constitutivas das mudanças recomendadas pelo Banco Mundial, aprofundadas no governo Fernando Henrique Cardoso no período de 1995 a 2002.

O processo integrado de descentralização das políticas e da regulação do Estado, concernentes ao financiamento e à avaliação da educação, acentuado partir dos anos 90, expôs a emergência de padrões de gestão pautados sob a forma de *accountability*, cujas operações integradas de avaliação, prestação de contas e responsabilização impactaram no incremento de competências técnicas e políticas dos gestores das redes públicas de ensino e de escolas da Federação.

Para Dagnino (2004) o projeto de reforma do Estado deslocou o sentido de conceitos basilares dos movimentos de redemocratização do país da década de 80. Redefinindo, segundo a autora, as organizações da sociedade civil como organizações sociais; a participação como voluntariado, numa perspectiva individualista e moralista, relacionada à gestão; e à cidadania como

ação individual, articulada ao mercado, ao consumo, à solidariedade, à caridade e à assistência (aos mais pobres e às instituições precarizadas).

Outros estudos (Silva, 2001; Borges, 2003; Adrião & Peroni, 2007) também identificam a apropriação do léxico dos movimentos de democratização do país da década de 80, às reformas do Estado da década de 90 e às mudanças das políticas em direção à descentralização e a autonomia, que atingiram e reorientaram a gestão escolar. Os autores consideram que esse processo afetou, sobretudo, as formas de conceber a sociedade civil e a democracia, impactando nos processos de implementação das políticas correspondentes.

Ressalte-se, como exemplo, o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). Integrante do processo de descentralização, o Programa foi criado em 1995 com o objetivo principal de “agilizar a assistência financeira aos sistemas de ensino” (Brasil, 1995, p. 1). A partir de 1997 o PDDE passou a exigir como condição para o repasse dos recursos financeiros às escolas a constituição de Unidade Executora, “uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que pode ser instituída por iniciativa da escola, da comunidade ou de ambas” (Brasil, 2009, p. 3), organizada como associação e composta pelos membros do colegiado, do conselho escolar, da associação de pais e mestres, da caixa escolar, ou de agremiações similares que representassem a comunidade escolar.

Esta medida induziu a proliferação de Unidades Executoras em diferentes redes de ensino, muitas delas constituídas a partir das estruturas de conselhos e colegiados escolares já existentes, com a finalidade precípua de gerir recursos financeiros encaminhados através de programas e ações governamentais. É o caso, por exemplo, dos Conselhos Escola-Comunidade, da rede pública municipal do Rio de Janeiro.

Diversas pesquisas (Yanaguita, 2010; Taborda, 2009; entre outras) têm demonstrado que a transformação dos conselhos e colegiados em Unidades Executoras, e personalidades jurídicas não contribuíram necessariamente para a ampliação da participação das comunidades escolares nestes organismos. Ao contrário, há evidências da distorção do caráter democrático dos conselhos e de tendências à burocratização.

Na rede pública municipal do Rio de Janeiro o impacto das mudanças que asseguraram maiores graus de autonomia e descentralização à gestão escolar, na década de 90, impulsionou a criação de novas disposições legais, que conferiram aos CECs maior inflexão sobre as demandas de caráter burocrático, alinhadas às transformações dos conselhos em Unidades Executoras e relacionadas à gestão de recursos financeiros, provenientes de convênios e programas federais (Rio de Janeiro, 2004). Contudo, a legislação também assegurou a estes organismos, a participação no

planejamento, na avaliação da escola, bem como na elaboração e desenvolvimento do projeto político-pedagógico.

As mudanças afetaram também as atribuições do diretor escolar, que passou a se constituir membro nato, presidente do conselho e representante legal da Unidade Executora. Tornando-se, neste sentido, responsável pela declaração de informações à Receita Federal, ao INSS, além do recolhimento e do pagamento de tributos que incidiram sobre as movimentações financeiras do Conselho, que passou a atuar na gestão como entidade de direito privado sem fins lucrativos.

Conforme as disposições legais de 2010, da rede pública municipal de ensino do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 2010a, 2010b), cada Conselho, integrante das estruturas organizativas das escolas, eleito para um mandato de dois anos, é composto por: três professores, dois responsáveis, dois alunos, um funcionário de apoio, um representante da Associação de Moradores, legalmente constituída, além do diretor.

O principal objetivo destes organismos é a integração escola-família-comunidade, com o propósito de assegurar “a melhoria do ensino”². Dentre as competências destes organismos, destacam-se: promoção de reuniões mensais, com a direção da escola e por segmento, registradas em atas; participação no planejamento, na consecução e na avaliação do projeto político-pedagógico; gestão dos recursos financeiros e prestação de contas dos gastos à comunidade; participação no planejamento, nas avaliações da escola e nos conselhos de classe. No ano de 2010, com a vigência do Regimento Escolar, os Conselhos passaram a deliberar também sobre medidas disciplinares aplicadas aos alunos³.

3 A pesquisa nas escolas

As quatro escolas públicas da pesquisa são referências em seus bairros pela qualidade do ensino ministrado. Muitos de seus alunos moram em comunidades e bairros diferentes daqueles em que as escolas estão localizadas, e as famílias precisam utilizar estratégias para escolher essas escolas e manter os seus filhos estudando nelas ao longo do Ensino Fundamental.

Estas escolas, denominadas doravante de: Ana Cristina César, Florbela Espanca, Frida Kahlo e Maria Callas, estão inscritas em quatro das dez Coordenadorias Regionais de Educação - CREs, integrantes da estrutura da Secretaria Municipal de Educação, localizadas em pontos diferentes da Cidade. No quadro seguinte são apresentados os principais aspectos estruturais e de desempenho na Prova Brasil destas instituições escolares.

² Portaria E/SUBE/CGG nº 48 de 17 de março de 2010 e Regimento Escolar – Resolução SME 1074 de 14/04/2010.

³ Ver Regimento Escolar - Resolução SME 1074 de 14/04/2010.

Quadro 1: Resumo das escolas públicas

Escola	Faixa de NSE Médio 8ª série 2005 (1)	IDS do Bairro (2)	Nº de Matrículas (3)	Nº de Turmas	Níveis e modalidades de ensino	PROVA BRASIL Nota média padronizada 4ª Série/5º Ano (4)			PROVA BRASIL Nota média padronizada 8ª Série/9º Ano		
						2005	2007	2009	2005	2007	2009
						Ana Cristina César	4	0,795	786	24	EF
Florbela Espanca	2	0,648	1078	31	EF	5,14	4,90	7,09	4,82	5,07	4,95
Frida Kahlo	1	0,615	1312	42	EF e EI	5,14	5,22	6,47	5,53	5,62	5,33
Maria Callas	3	0,606	1094	38	EF, EI e EE	5,46	5,63	6,62	5,66	5,06	5,59

Fontes: IPP - Armazém de Dados/RJ, IBGE, INEP/MEC.

Notas: (1) Baseado no Censo Escolar 2005/8ª série.

(2) O IDS – Índice de Desenvolvimento Social é uma construção que utiliza em sua composição quatro variáveis do Censo Demográfico 2000 do IBGE, que cobrem as seguintes dimensões: acesso a saneamento básico, qualidade habitacional, grau de escolaridade e disponibilidade de renda.

(3) Os dados relacionados ao nº de matrículas, nº de turmas, níveis e modalidades de ensino foram atualizados conforme informações prestadas pelas escolas em outubro de 2010.

(4) Embora nos critérios de seleção das escolas tenham sido consideradas as notas médias padronizadas da Prova Brasil nos anos de 2005 e 2007, atualizo as informações, relacionando as médias de 2009. As notas médias padronizadas da Prova Brasil na rede pública municipal do Rio de Janeiro foram, respectivamente nos anos de 2005, 2007 e 2009, na 4ª Série/5º Ano: 4,91; 4,86 e 5,70. Na 8ª Série/9º Ano: 4,71; 4,62 e 4,90.

A pesquisa nas escolas teve início com o *survey* do SOCED “Contextos Institucionais e a Construção da Qualidade do Ensino na Educação Básica – 2009”, com o objetivo de obter dados sobre os contextos institucionais e os agentes das unidades escolares, através de questionários aplicados aos pais e alunos do 9º Ano e professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

No caso dos alunos, os questionários foram aplicados de forma assistida, em um tempo de aula com a presença do professor e de pelo menos duas pesquisadoras do SOCED. Em relação aos professores, os questionários autoaplicados foram distribuídos, via de regra, em reuniões pedagógicas após a apresentação da pesquisa ao corpo docente das escolas. Quanto às famílias, os

questionários foram entregues aos alunos, para serem encaminhados aos pais, com a devolução marcada para a semana seguinte.

Os questionários, divididos em blocos, buscaram captar os perfis socioeconômicos, sociodemográficos, profissionais e culturais dos agentes investigados. No caso dos professores, tinham também o intuito de apreender as percepções acerca da escola, seus contextos pedagógicos e administrativos, relacionados, sobretudo, à gestão escolar, ao trabalho docente e à gestão da sala de aula. Em relação ao questionário dos alunos, não foram observadas questões diretamente relacionadas à temática da gestão democrática.

O apoio das equipes gestoras das escolas, durante a coleta do material, contribuiu para o índice relativamente alto de devolução dos questionários, conforme apresentado no quadro seguinte:

Quadro 2: Resumo da aplicação dos questionários nas escolas públicas

Segmento	Questionários		
	Previstos	Respondidos	%
Pais	578	467	80,8%
Alunos	617	530	85,9%
Professores	116	89	76,7%
TOTAL	1311	1086	83,54%

Fonte: *Survey* SOCED, 2009

Após as apresentações dos primeiros resultados do *survey* às escolas, e de uma análise exploratória dos dados, foi observado o processo eleitoral dos Conselhos Escola-Comunidade em cada instituição escolar, com o objetivo de apreender o processo de escolha dos membros dos conselhos.

Além das observações, foram aplicados questionários aos membros eleitos, representantes de cada segmento, e aos Presidentes Natos (diretores das escolas), no intuito de captar as trajetórias políticas dos conselheiros, suas percepções acerca do CEC e da vinculação à escola.

Cabe destacar que os questionários autoaplicados foram entregues aos conselheiros após frustradas tentativas de entrevistá-los durante uma reunião do conselho. A mudança de instrumento ocorreu porque durante o período da pesquisa (maio a outubro de 2010) não foram realizadas reuniões dos conselhos nas escolas.

Considerando as atribuições e competências dos diretores das escolas, que são membros natos na composição dos conselhos, e peças-chave na gestão, foram desenvolvidas também entrevistas com estes agentes. Em face dos objetivos da investigação, as entrevistas buscaram relacionar as percepções macro e microinstitucionais, privilegiando o conselho como espaço para delinear as suas ações, relacionando-as à gestão, e às perspectivas de democratização da escola.

Articulando-se a estes instrumentos e abordagens foram coletados dados sobre as escolas através dos projetos políticos-pedagógicos e atas das reuniões dos conselhos. O material documental foi complementado com um vasto conjunto de disposições legais que traçam o panorama do desenvolvimento desta política educacional, em diferentes contextos históricos. Estes documentos foram investigados na perspectiva da análise de conteúdo, considerando as relações entre os contextos de influência, os contextos de produção do texto político e os contextos da prática (Mainardes, 2006, p. 56).

4 Os professores: perfis e percepções sobre os conselhos, a gestão e os diretores escolares

Nestas instituições escolares, os professores do 2º segmento do Ensino Fundamental, caracterizam-se por serem predominantemente mulheres (72,1%), brancas (67,4%), na faixa etária de 40 a 49 anos (41,6%), com renda familiar bruta entre 7 a 9 salários mínimos. Dentre os 89 respondentes, 36,4% lecionam há mais de 20 anos e, conforme declarado, 46,1% concluíram o curso superior entre 16 a 20 anos atrás. 37,9% cursaram pós-graduação. Parcela considerável (55,8%), trabalha na escola há pelo menos 6 anos, o que pode sugerir, a princípio, uma vinculação consolidada às instituições escolares investigadas.

As funções docentes são exercidas sob intensa jornada de trabalho, posto que 47,2% trabalham em duas escolas e 42,7% lecionam de 31 a 40 horas semanais. Cabe sublinhar que em estudo sobre a temática Souza *apud* Gatti e Barreto (2009, p. 30) destaca que esta jornada de trabalho não corresponde efetivamente ao tempo dedicado ao conjunto de atividades correlatas ao trabalho docente, como a preparação de aula, preparação e correção de provas, além de outras similares que não estão dimensionadas na jornada de trabalho informada. Some-se ao excesso de trabalho, a inadequada estrutura física das escolas, assinalada por 66,3% dos respondentes.

Por outro lado, são expressivos os aspectos que indicam, favoravelmente, a coesão docente e o compartilhamento de decisões. Nas escolas pesquisadas 89,9% afirmaram que participam nas decisões relacionadas com o seu trabalho, 88,7% declararam que os professores da escola concordam com as suas ideias, e ainda, que o desenvolvimento do ensino nas escolas é influenciado pela troca de ideias entre os professores, conforme afirmado por 86,6% dos respondentes. Estes

aspectos reforçam resultados de pesquisas (Sammons, 2008, p. 335-387) que mencionam estes fatores como componentes da construção da eficácia escolar. Ademais, 68,5% declararam que o trabalho desenvolvido na escola dá satisfação profissional, e 64,1% responderam que o trabalho com alunos reforça a opção docente, coroando a construção de um clima escolar favorável.

Outro aspecto que diz respeito à qualidade da educação é a gestão de recursos financeiros, componente integrante das atribuições do conselho escolar. Uma das perguntas encaminhada aos professores, e relacionada a esta questão foi a seguinte: “Os professores desta escola consideraram como problema a insuficiência de recursos financeiros”? Dentre os respondentes 70,1% consideraram que sim, mas assinalaram que não foi um problema grave.

No tocante ao projeto político-pedagógico, instrumento da gestão, “documento de referência escolar, que organiza o planejamento escolar e expressa as concepções das pessoas que atuam na/sobre a escola acerca da função social desta instituição” (Souza, 2007, p. 240), a legislação assegura a participação dos profissionais da educação, das comunidades escolares e dos conselhos e colegiados na sua construção (Brasil, 1996; Brasil, 2001; Brasil, 2007; Rio de Janeiro, 2010a, 2010b).

Para apreender como o processo de elaboração ocorreu nas escolas, foi encaminhada, através do *survey*, a seguinte pergunta aos professores: “Como foi desenvolvido o Projeto Político-Pedagógico NESTA escola?”

Aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos professores responderam que participaram mais ativamente da elaboração do projeto político-pedagógico e assumiram papel central no processo. Entretanto, 19,8% dos professores destas instituições não sabem como o projeto foi desenvolvido. O índice chega a surpreender, especialmente porque este instrumento diz respeito à gestão escolar e ao trabalho educativo realizado nas escolas. Ademais, estamos nos referindo a quatro escolas consideradas de qualidade, expressa nos bons desempenhos em exames nacionais, decorrentes, em tese, do planejamento, da organização e do desenvolvimento do trabalho educativo.

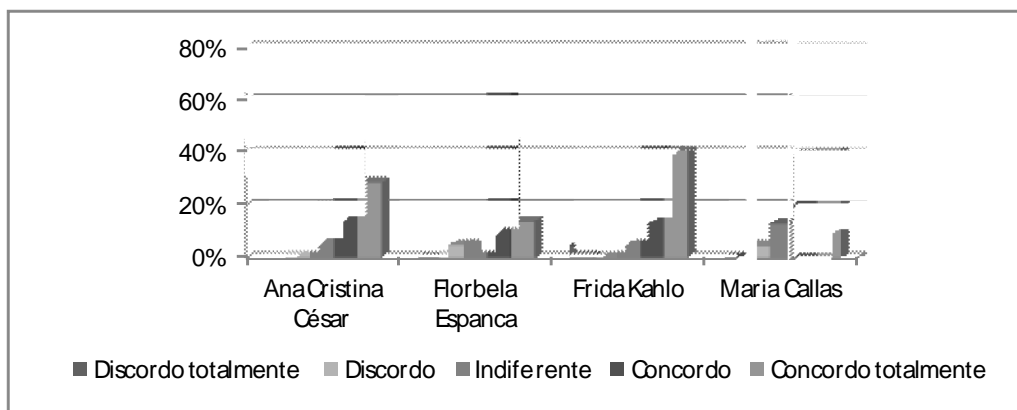
Nestas escolas o diretor é peça chave para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico. No cômputo geral, para 65% dos respondentes o diretor foi partícipe deste processo, sendo citado como o agente mais implicado em sua elaboração. Sugerindo, neste sentido, o monopólio da equipe gestora sobre o corpo docente na concepção do projeto. Por outro lado, observa-se a eficiência no cumprimento das determinações oficiais, tendo em vista que nenhum professor declarou que “não existe projeto pedagógico”, ainda que esteja, em face das respostas apresentadas, deslocado dos princípios da gestão democrática.

Outro instrumento da gestão democrática é a eleição dos diretores. Não obstante estudos referentes à temática ressaltam sua relativa contundência democrática, (Paro, 1996; Dourado, 2008), alertando sobre a importância de relacioná-lo a outros mecanismos de democratização, a forma de escolha desta liderança escolar reverbera na coordenação e na decisão das ações administrativas, pedagógicas, financeiras e comunitárias da escola.

Deste modo, examinar a percepção da confiança dos professores em relação a este agente escolar, construída ao longo da sua trajetória no exercício da função e, portanto, nas formas de gerir a escola, parecia particularmente interessante. A intenção era captar os contornos da transparência no trato da coisa pública, examinar a relação entre uma forma mista de escolha (seleção+eleição), utilizada na rede pública municipal, com o alcance dos níveis de expectativa e de confiabilidade que este processo mobiliza, como também estabelecer correlação entre este aspecto e a gestão escolar.

Para apreender os níveis de confiança nas direções escolares pedimos que os professores indicassem o grau de concordância, observando a seguinte afirmação: “tenho plena confiança na direção”. A questão foi encaminhada através do *survey* e tematizava, originalmente, a construção do clima no contexto escolar. O gráfico seguinte apresenta a percepção dos professores acerca deste aspecto.

Gráfico 1: Confiança dos professores do 2º segmento na direção



Fonte: *Survey Soced*, 2009

Os resultados apresentados no Gráfico 1 levam-nos a supor que: os elevados índices de confiança no diretor parecem produzir efeito agregado ao clima escolar construído no contexto destas instituições; estes índices indicam sinais de transparência no trato da gestão, e leva-nos a interpretar que o processo de escolha que combinou a eleição com a seleção, possivelmente logrou as expectativas de confiabilidade manifestadas por estes professores durante a escolha dos diretores no processo eleitoral.

No tocante aos conselhos escolares, os professores, durante as entrevistas, revelaram o que consideravam como obstáculos para o funcionamento dos conselhos. Além dos empecilhos enfrentados no cotidiano das escolas, de natureza estrutural, tais como as dificuldades em conciliar os horários de trabalho com as reuniões e a falta de capacitação dos conselheiros para o exercício de suas funções, foram citadas outras dificuldades de caráter organizacional no âmbito das próprias escolas, que contribuem para consolidar a inatividade e deformar o caráter coletivo dos conselhos. Dentre as dificuldades foram destacadas: a ausência de reuniões, inclusive nos segmentos; inexistência de planejamento; baixa adesão dos responsáveis; falta de conhecimento sobre o funcionamento e a atuação dos conselhos, além da dificuldade em conciliar a agenda do conselho com a agenda do diretor. Cabe reforçar que nestas escolas não ocorreram reuniões dos conselhos no período de maio de 2010 (quando foram eleitos os conselheiros) até outubro de 2010 (período em que o trabalho de campo foi concluído).

É necessário enfatizar que os professores analisados não podem ser considerados como amostra representativa destas escolas, ou de um conjunto de escolas do Ensino Fundamental que obtiveram bons resultados em exames nacionais na rede pública municipal do Rio de Janeiro. Tanto em função dos procedimentos adotados para a seleção, bem como em razão do restrito número de professores do 6º ao 9º Ano (89), na amostra. No entanto, ainda que esta pesquisa apresente um panorama parcial e limitado dos professores, das escolas e da rede, a expectativa é que ela possa contribuir com a compreensão de fenômenos homólogos e indicar generalizações para investigações de novos estudos no campo.

5 Diretores escolares: perfis, papéis e desafios para a democratização da gestão escolar

A importância da gestão escolar como espaço mediador das políticas públicas educacionais tem sido exaustivamente articulada ao debate da qualidade educacional. Consequentemente, o papel dos diretores tem sido referenciado no desenvolvimento destas políticas.

Contudo, o que se espera do diretor está muitas vezes além do que ele pode oferecer. Exemplo desta afirmativa é a fala de uma assessora de CRE durante uma entrevista sobre o funcionamento das escolas. Na ocasião ela explicava o que qualificava uma escola para as famílias no momento da matrícula. Porque umas eram mais procuradas do que as outras. Na sua percepção o diretor é determinante para o bom funcionamento das escolas públicas. A este respeito, ela diz: *“eu acho que a escola pública tem tudo pra dar certo. Agora, tem que ter uma boa gestora lá”*.

Mas afinal, quem são as boas gestoras? O que as fazem ser reconhecidas como tais?

O domínio técnico da função pode ser, a primeira vista, considerado como elemento central para dirigir uma escola. Mas, além do domínio técnico que as qualifica para os planejamos

estratégicos, resolução dos problemas complexos e mais imediatos da escola, o poder político destas agentes escolares se constitui como força motriz na condução dos processos de gestão escolar.

Sob o manto do poder simbólico, os diretores agem e transformam as relações de força, constrangimentos e a violência simbólica presentes nas hierarquias e estruturas sociais da escola. O poder simbólico “é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder” (Bourdieu, 2010, p. 15). É através dele que a violência e a força das hierarquias são diluídas produzindo efeitos que favorece a crença naquele que a exerce. Sem imposições, mas pelo reconhecimento de sua posição distinta, incrementada por outras formas de capitais, o diretor mobiliza forças e opera a política na/da escola. Segundo Bourdieu, (idem, p. 159) “a política é o lugar, por excelência da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos”.

Complementarmente, Souza (2007) encontra nas teorias weberianas elementos que contribuem para analisar o papel do diretor de escola no âmbito da imbricada relação entre administração, poder e política. Segundo o autor, a liderança carismática do dirigente escolar se efetiva através do reconhecimento de sua autoridade carismática pelos liderados, e da renovação da confiança depositada nele, através do cumprimento de compromissos assumidos durante suas atividades na gestão.

Na rede pública municipal do Rio de Janeiro a escolha e o provimento na função de diretor ocorreram, até o último processo sucessório, em 2008, através de procedimento misto de seleção técnica e eleição na comunidade escolar. A seleção técnica, primeira etapa do processo, foi composta de análise de currículo, análise de plano de trabalho e redação sobre um tema da atualidade educacional. No caso de diretores candidatos à reeleição, consideram-se, ainda, os resultados da avaliação da gestão feita pelo CEC e o cumprimento do plano de trabalho anterior. O resultado da primeira etapa do processo sucessório, que avalia se o professor está apto a participar do processo eleitoral, é arbitrado pelas Coordenadorias Regionais de Educação.

As eleições para diretores, tributária dos movimentos de democratização do país e instrumento da gestão democrática da educação, não cumpriu integralmente as promessas do passado. Concebido com o intuito de romper com o clientelismo e o patrimonialismo de décadas anteriores, o processo eleitoral carece de aprimoramento. Segundo Paro (2007, p. 81) a ausência de regras claras sobre a construção dos mecanismos de participação e diálogo, componentes precípuos da gestão democrática, fragiliza a distribuição de poder e de autoridade no interior da escola e põem em xeque os horizontes de democratização da gestão.

Por outro lado, ainda que a eleição direta para diretores não garanta, isoladamente a democratização da gestão, Dourado (2008) assevera que a forma de provimento, pode, mesmo que não defina, influenciar no rumo da gestão. O autor menciona que a eleição associada a outros canais e mecanismos de participação, se constitui, potencialmente, em importante instrumento para a implementação do projeto político-pedagógico da escola, atividade que requer o envolvimento e a liderança do dirigente escolar.

No que se refere às escolas da pesquisa, as diretoras das Escolas Ana Cristina César e Frida Kahlo ingressaram na função através da primeira eleição livre promovida na rede pública municipal no final da década de 80 e permanecem na função através de sucessivas reeleições. No caso da escola Florbela Espanca, a diretora, que já desempenhou as funções de professora de sala de leitura, coordenadora pedagógica e diretora adjunta, exerce a função por indicação da Coordenadoria Regional de Educação, em decorrência da aposentadoria da diretora anterior. A indicação, ocorrida um mês antes do início da pesquisa, foi legitimada pelo Conselho, requisito previsto para casos desta natureza na rede municipal. A diretora da Escola Maria Callas já havia exercido a função de diretora em outra escola e foi indicada para a função em virtude da exoneração da diretora anterior, em meados da década de 90, quando iniciou o trabalho na escola.

As diretoras destas escolas são quatro mulheres brancas, cujos *backgrounds* familiares, pelos relatos, denotam aspectos das classes média e popular. Estão situadas na faixa etária entre 40 a 70 anos. Duas delas responderam ter cursado Pós-Graduação na área de gestão. São experientes. Estão no magistério público municipal, em média, há 20 anos, e nas escolas há pelo menos 15 anos, tempo médio no exercício da função dirigente.

Considerarei que um dos aspectos que poderia favorecer iniciativas e empenho para o funcionamento dos conselhos, e o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola seria a experiência e a disposição política das diretoras, verificadas através de experiências de participação em organizações, entidades, redes ou movimentos de interesse coletivo. A maioria (três das quatro diretoras) informou não ter qualquer experiência neste sentido. A única menção a este respeito, foi da diretora da Escola Maria Callas que participou, na década de 70, do Círculo de Pais e Professores.

Estas diretoras mantêm padrões de reuniões com os pais e responsáveis, bastante semelhantes. No início do ano letivo organizam e lideram uma reunião geral, com responsáveis e professores, para explicar as regras, organização e funcionamento da escola. Organizam também reuniões ordinárias, bimestrais, para divulgar os resultados do desempenho escolar, entregar boletins e conversar com os responsáveis sobre o desenvolvimento dos alunos durante o bimestre.

E, caso seja necessário, agendam reuniões extraordinárias com responsáveis de determinadas turmas ou alunos.

Além de um plano de recuperação da escola, pensado pelas três diretoras desde que assumiram a função, outro importante aspecto é que, em consonância com a expansão do Ensino Fundamental, ocorrida nas últimas décadas, todas as escolas ampliaram o número de matrículas. A ampliação ocorreu tanto através da oferta de uma determinada modalidade de ensino, como no acréscimo de turmas em um segmento do Ensino Fundamental. Nestes casos, as diretoras reorganizaram a estrutura de funcionamento da escola, orientando as vagas a partir das demandas, com margens consideráveis de autonomia.

Há, entre as diretoras, modos diferentes de gerir as escolas, mas há, notadamente em todas elas, o acompanhamento da aprendizagem dos alunos. As diretoras mostram-se atentas aos problemas das famílias e chegam a aconselhá-las; monitoram o desempenho das turmas e alunos; acompanham o trabalho docente, e colocam à disposição das Coordenadorias os professores que não trabalham na lógica da escola; replanejam; utilizam recursos pedagógicos e concentram esforços nos projetos de recuperação da aprendizagem; acessam projetos para as escolas, entram nas salas de aula e algumas vezes substituem os professores, lecionando durante as suas ausências. Cabe ponderar também quanto ao reduzido número funcionários administrativos observados nestas escolas, o que acarreta a redistribuição e o acúmulo de tarefas entre os membros das equipes dirigentes.

Às diretoras compete coordenar o Censo Escolar e os programas sociais; acompanhar e avaliar os serviços de ONGs e de terceirizados, que incluem limpeza, melhoria de aprendizagem e correção de fluxo escolar; distribuir e controlar uniformes e materiais encaminhados aos alunos e professores, tais como: apostilas pedagógicas, cadernos de apoio pedagógico, relação de descritores, provas, gabaritos e resultados.

Neste último aspecto, um tema que ocupou as entrevistas e que foi observado como trabalho regular, nos contextos escolares, diz respeito aos recentes procedimentos da Secretaria Municipal de Educação para melhoria da performance acadêmica, e os correlatos impactos na gestão e no trabalho docente.

Tais procedimentos, relacionados à melhoria dos resultados da avaliação dos alunos, foram desenvolvidos nos primeiros meses da atual gestão municipal. Naquela ocasião, foi desenvolvido o plano de melhoria da educação carioca, que conta com um incremento de material pedagógico e projetos, no intuito de garantir aos professores e às escolas condições para melhorar o desempenho dos alunos, através da regulação da gestão pedagógica, especialmente da concepção do

planejamento e da política de avaliação. Paralelo a esta ação foi assinado pelos dirigentes escolares o Termo de Compromisso de Desempenho, que visa o alcance de progressivos índices (IDEB e IDE-Rio⁴) que enfatize a melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos.

A centralidade do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Plano De Desenvolvimento da Educação e nas políticas públicas educacionais, como veio para monitorar, alcançar e promover a qualidade da educação nacional, e ainda, o estabelecimento de exames regulares aos alunos, com o monitoramento do IDE-Rio, são recentes na rede pública municipal do Rio de Janeiro, e foram consagrados na atual gestão. E, em face do lastro da política educacional anterior, balizada nos ciclos, se constituem como pontos de tensão que requer das diretoras maiores conhecimentos.

O estabelecimento de bonificação para os profissionais de educação que atingirem as metas acordadas, produz além do efeito da responsabilização, o impacto e a favorável persuasão social, que ocorrem tanto pela crise da educação quanto pela imagem da escola como representação das aspirações sociais das famílias.

Um ponto que deve ser mencionado, e que figura entre os sinuosos caminhos da descentralização e da responsabilização da gestão, é o fato deste mecanismo lançar mão de dois aspectos que produzem efeitos sobre a sociedade: o primeiro é a produção de dados mensuráveis – as estatísticas: que comprovam que várias escolas, no conjunto da rede, precisam melhorar, mas algumas precisam melhorar muito mais do que outras. O segundo é o tripé: avaliação, transparência e responsabilização (*accountability*), lugar-comum nas falas de diferentes setores da sociedade e dos governos mundo afora, mas que soa ainda de forma peculiar para as diretoras das escolas.

Entretanto, o que parece ser uma idiosincrasia da política educacional da rede municipal do Rio de Janeiro, se configura como uma tendência de âmbito mais abrangente, que visa produzir resultados, monitorá-los e alcançar crescentes patamares de desempenho, alinhado ao contexto global de responsabilização. E, no caso do Brasil, conforme assinalado por Alves (2009) deverá impactar nas formas como são concebidos e operados os instrumentos da gestão democrática e, mais notadamente, nos mecanismos de escolha e de provimento do cargo de diretores escolares.

As diretoras consideraram que a autonomia financeira é crucial, para o desenvolvimento dos trabalhos na escola, embora se ocupem de forma distinta da gestão dos recursos encaminhados

⁴ Baseado no IDEB, o IDE-Rio - Índice de Desenvolvimento da Educação do Rio, foi lançado em 2009 pela Secretaria Municipal do Rio de Janeiro para medir e monitorar o desempenho dos alunos e escolas da rede municipal de ensino. Constitui-se como parâmetro para avaliar a evolução do desempenho das escolas, bem como encaminhar bonificações pecuniárias aos profissionais de educação, cujas escolas atingirem as metas estabelecidas no Termo de Compromisso de Desempenho, assinado pelos diretores escolares.

através do PDDE e do SDP⁵. A utilização concentra-se, sobretudo, nas melhorias dos prédios escolares, através de pequenos reparos e obras. E, em 3 das 4 das escolas os recursos são geridos pelas diretoras na ausência de um planejamento de longo alcance, atendendo às emergências, sem que os gastos sejam publicizados para a comunidade escolar.

Durante as entrevistas foram recorrentes as reclamações das diretoras quanto aos escassos recursos encaminhados e à responsabilidade em lidar com áreas da tributação de pouco conhecimento, e que não se constitui como a atividade fim da escola e da direção escolar. A agilidade na prestação de contas, o uso adequado dos recursos, o pagamento de tributos, são ações que precisam ser desenvolvidas e que impactam no funcionamento da escola e dos conselhos. Sobretudo se considerarmos que as responsabilidades das diretoras foram alargadas com a autonomia financeira das escolas, e o arcabouço legal que rege atualmente o funcionamento dos conselhos escolares como Unidades Executoras.

Nos trechos seguintes, duas diretoras apresentam as suas percepções a este respeito:

O CEC tem muita responsabilidade. São verbas, empenhos. A escola em si está ali no CEC. E a escola em si é responsabilidade do diretor. O que acontecer na escola, não importa quem fez, a culpa é do diretor. Se é pra ter louro, está bom, louros também são do diretor, mas se for pra crucificar, crucifica o diretor. É muita responsabilidade mexer com verba, com dinheiro público, e dentro de uma escola você está calculando tributos. Você faz dentro do CEC. Eu pago, eu calculo ISS, eu calculo INSS, se tiver Imposto de Renda eu tenho que calcular. Sou eu que calculo... (Diretora da Escola Frida Kahlo)

[...] Mas você não faz só isso, você faz, além disso, Imposto de Renda do CEC, a RAIS da escola. Você faz toda a tributação da escola. [...] Nós não temos essa formação. Eu não sou contadora, [...] eu sei que tem diretor que até contratou contador. [...] Se você erra um CNPJ, um CPF de um autônomo, qualquer coisa, você paga. (Diretora da Escola Ana Cristina César)

É certo que a rapidez na prestação de contas, pelo menos no tocante a verba municipal, se traduz na alocação de mais recursos para a escola. Entretanto, durante as entrevistas as diretoras reforçaram que é atribuída à descentralização e à autonomia a solução de todos os problemas da escola, inclusive os estruturais, de maior monta, que requerem a ação do Governo, como a reforma de uma quadra de esportes ou a ampliação de salas de aula para atendimento à demanda de matrículas.

No tocante à gestão dos recursos financeiros, na percepção das diretoras, a descentralização tende a oscilar entre os extremos da autonomia e da responsabilização. Entretanto, cabe lembrar que o tema foi caro e constituiu-se como um dos pilares dos movimentos democráticos do país na década de 80. Foi vigorosamente debatido entre os setores organizados da sociedade brasileira e os

⁵ Sistema Descentralizado de Pagamento – Encaminhamento de recursos financeiros municipais às Unidades Administrativas, com o objetivo de atender às despesas emergenciais.

parlamentares durante a elaboração da CF de 1988. Os ideais da descentralização eram iminentes à democracia e representou o mote central da reestruturação e redemocratização do Estado brasileiro.

Contudo, o ideário foi capturado na Assembleia Nacional Constituinte com ênfase na interpretação, na reconfiguração fiscal e na adoção de um sistema tributário que tinha em vista um novo ordenamento político dos entes federados frente ao Estado centralizador.

Souza, (2001, p.546) explica as demandas políticas que operaram esta engenharia constitucional, os embates e consensos na ANC e as razões que podem elucidar a adoção da descentralização como via de mudanças para o federalismo entre os parlamentares. Dentre as razões a autora destaca a agenda da transição democrática, e um dos componentes explicativos foi, segundo a autora, a existência de [...]“um ambiente favorável aos governos subnacionais, abrindo caminhos para assunções normativas sobre a descentralização, como por exemplo seu potencial para promover eficiência, democracia e *accountability*”

6 Considerações finais

As diretoras são agentes centrais nestas escolas, e reconhecem que a elas cabe a tarefa de enfrentar diuturnamente os desafios da falta de funcionários, demanda de vagas, falta de professores, problemas de indisciplina dos alunos, questões familiares, controle de índices para alcance de metas e resultados, além de um volume de trabalho que tende a secundarizar as ações da face política da gestão.

Neste sentido, não foram poucas as ocasiões em que se pôde observar no dia-a-dia dessas escolas a ocupação da equipe dirigente com tarefas como transporte, contagem, reprodução e distribuição de cadernos pedagógicos e provas, encaminhadas pela Secretaria para professores e alunos, além da inserção das notas dos alunos no banco de dados da SME. Tais mecanismos, de controle e monitoramento da aprendizagem, derivam do plano de melhoria do desempenho acadêmico, adotado como política educacional pelo atual Secretaria Municipal do Rio de Janeiro.

A sobrecarga do trabalho das lideranças escolares ocorre na rede municipal, em vista tanto da falta de profissionais para executar os urgentes e diversos serviços administrativos, quanto aos novos papéis que estes dirigentes passam a operar na gestão escolar, particularmente frente às demandas da descentralização dos recursos financeiros e das novas políticas de avaliação e responsabilização, além da apresentação periódica de informações que subsidiam programas sociais que impactam na educação pública. Executando, neste sentido, atividades de um estatuto menos intelectual e mais operacional, acentuando a redefinição das relações de poder entre o centro (a administração) e a periferia (as escolas), como afirmado por Canário (1995).

No âmbito das escolas, apesar de um largo espectro normativo, que regulamenta a participação dos conselhos no planejamento, acompanhamento e execução dos recursos financeiros encaminhados às escolas, não foram observadas práticas participativas que envolvessem os organismos nesta ação política.

Para as diretoras e, inclusive alguns conselheiros, a consulta e o levantamento de propostas para o uso de recursos, feitos por segmento ou individualmente, são práticas participativas. Entretanto, este mecanismo, adotado pelas diretoras, mediante a ausência das reuniões coletivas, prescinde do diálogo e do estabelecimento do debate daqueles que representam os interesses da comunidade escolar.

Desta maneira, no tocante ao fomento da autonomia financeira e da descentralização, as políticas indutoras de mobilização e de participação da comunidade na gestão financeira da escola, se mostraram frágeis. Por outro lado, atingiram o intento de repassar às escolas a responsabilidade de dar conta das suas inúmeras demandas materiais. E às diretoras a percepção de maior volume de atribuições e de papéis a serem desempenhados na gestão escolar.

Finalmente, cabe salientar, a partir das análises, as mudanças desencadeadas na gestão das escolas da rede pública municipal do Rio de Janeiro nos últimos dois anos que, na perspectiva de Ball (2004), se coadunam às transformações do Estado, do capital, das instituições escolares e da relação dos cidadãos entre si, no sentido de promover a “instauração de uma nova cultura de performatividade competitiva que envolve uma combinação de descentralização, alvos e incentivos para produzir novos perfis institucionais” (p.1107).

7 Referências Bibliográficas

ADRIÃO, T.; PERONI, V. M. V. **Programa Dinheiro Direto na Escola: Uma proposta de redefinição do papel do Estado na Educação?** INEP, Brasília – DF. 2007.

ALVES, F. C. M. Mapeamento das políticas de escolha de diretores da escola e de avaliação na rede pública das capitais brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília. v. 90, nº 224, p.71-86, jan.-abr. 2009.

BALL, S. Performatividade, Privatização e o Pós-Estado do Bem-Estar. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, nº 89, p. 1105-1126, set-dez. 2004.

BOMENY, H. A Escola no Brasil de Darcy Ribeiro. **Em Aberto**. Brasília, v.22, nº 80, p. 109-120, abr. 2009.

BORGES, A. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, nº 52, São Paulo, p. 125-138, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Senado Federal. Brasília. DF. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_13.07.2010/index.shtm. Acesso em: 22 jun. 2010.

_____. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. **Manual de orientação para constituição de Unidade Executora**. Brasília, DF. FNDE: 2009.

_____. Lei 10.172/2001 - **Plano Nacional de Educação**. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, 2007.

_____. Lei 9394, de 20/12/1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1997.

_____. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução nº 12 de 10 de maio de 1995**. Brasília, DF. FNDE: 1995

CANÁRIO, R. A gestão como meio de inovação e mudança nas escolas In: NÓVOA, A.(Coord.). **As organizações escolares em análise**. 2ª ed. Lisboa, Publicações Dom Quixote, Instituto de Inovação Educacional. 1995. p. 139-161.

DAGNINO, E.: ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (coord.) Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: **FACES**, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110. 2004.

DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: Políticas e gestão da educação no Brasil. In: In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Orgs.) **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 7. ed., São Paulo: Cortez, 2008. p. 77-95.

GATTI, B. A. & BARRETO, E. S. S. (Coord.) **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO. 2009.

LIMA, M.F.M. **Conselhos Escolares, gestão democrática e qualidade do ensino em quatro escolas da rede pública municipal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. 2011.

MAINARDES, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**. São Paulo. vol. 27. nº 94, p. 47-69. jan/abr. 2006.

MIGNOT, A. C. V. Escolas na vitrine: Centros Integrados de Educação Pública (1983-1987). **Estudos Avançados** 15 (42), p. 153-168, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a05.pdf>. Acesso em out. 2010.

PAES DE CARVALHO, C. FELIPE, L. H. L.; MANDERLET, D. Desafios para a imaginação e o rigor metodológico. In: Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. v. 19, nº 70, Rio de Janeiro, jan.-mar. 2011.

PARO, V. H. **Gestão Escolar, democracia e qualidade do ensino**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2007a.

_____. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. In: OLIVEIRA, R.; ADRIÃO, T. (Orgs) **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB**. 3 ed. São Paulo: Xamã, 2007b. p. 73-81.

RIO DE JANEIRO. Resolução SME nº 212 de 24 de agosto de 1984. Cria o Conselho Escola-Comunidade nas Unidades Escolares da Rede Pública do Município do Rio de Janeiro. **Diário Oficial [do Estado do Rio de Janeiro]**, Rio de Janeiro, RJ, 27/08/1984, p. 10, Municipalidades, 1984.

_____. **Resolução SME nº 827, de 02 de abril de 2004**. Altera a Resolução SME de 24 de agosto de 2004 e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ.

_____. **Portaria E/SUBE CGC nº 47, de 17 de março de 2010a**. Estabelece normas para a realização da eleição dos membros do Conselho Escola Comunidade nas Unidades Escolares da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro

_____. **Portaria E/SUBE CGC nº 48, de 17 de março de 2010b**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Escola Comunidade nas Unidades Escolares da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro.

_____. **Resolução SME nº 1074 de 14 de abril de 2010c**. Dispõe sobre o Regimento Básico do Ensino Fundamental da Rede Pública do Município do Rio de Janeiro.

SAMMONS, P. As características-chave das escolas eficazes. In: BROOKE, N.; SOARES, J. F. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Tradução Viamundi Idiomas, Cleusa Aguiar Brooke e Rômulo Monte-Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008. p. 335-392.

SILVA, I. G. A reforma do Estado Brasileiro nos anos 90: processos e contradições. **Lutas Sociais** (PUC-SP) São Paulo, v. 7, p. 81-94, 2001. Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v7_ilse_gomes.pdf. Acesso em 30/01/2010.

SOUZA, A. R. **Perfil da Gestão Escolar no Brasil**. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOUZA, C. Federalismo e Descentralização na Constituição de 1988: Processo Decisório, Conflitos e Alianças. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 3, p. 513-560, 2001.

TABORDA, C. R. T. **Conselho Escolar como Unidade Executora: limites e possibilidades no processo da construção da gestão democrática**. Mato Grosso, Cuiabá. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp086791.pdf>. Acesso em abr. 2010.

YANAGUITA, A. **A descentralização da gestão financeira para a escola**. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/3.pdf>. Acesso em jan.2010.

O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ENQUANTO MEIO DE APRENDIZAGEM SOCIAL EM UMA ABORDAGEM DEMOCRÁTICO- PARTICIPATIVA

André Galindo da Costa – bacharel em Administração Pública pela UNESP, licenciado em Administração pela FATEC, professor do Centro Paula Souza, mestrando no programa de pós-graduação em mudança social e participação política pela USP.

e-mails: andregalindo@usp.br e dacostagalindo@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho tem o intuito de contextualizar o orçamento participativo em um quadro de tendências em descentralização e participação política. Ele apresenta através de uma parte da literatura produzida no sentido de criar bases de contribuição para concepções de uma democracia mais participativa. Diante de uma suposta crise de Estado, práticas ligadas a uma abordagem democrático-participativa parecem ser alternativas a políticas de cunho neoliberal. O orçamento participativo se mostra como um instrumento relacionado diretamente com a aprendizagem social e a potencialidade de gerar processos de cidadania e capital social.

ABSTRACT

This paper was made to contextualize the participatory budgeting in a tendency framework of decentralization and political participation. It presents one part of the literature produced to create the basis of contribution for conceptions of a more participative democracy. Facing a supposed State crisis, practices related to the participatory democracy approach seem to be an alternative to neoliberal policies. The participatory budgeting brings back the democratic principles of the public budgeting, and it shows itself as an instrument related to social learning and the potential of generating processes of citizenship and social capital.

Palavras-chave: democracia participativa, orçamento participativo, aprendizagem social

INTRODUÇÃO

Através de uma pesquisa bibliográfica o texto nos apresenta um panorama onde a democracia participativa surge em um contexto onde se popularizam políticas neoliberais. Diante de mudanças econômicas e sociais que vem ocorrendo desde a metade do século XX fala-se em uma suposta crise do Estado desenvolvimentista e de bem estar social. São propostas soluções de diferentes abordagens e surgem instrumentos bastante inovadores.

Nesse contexto o Brasil traz uma inovação que vem se desenvolvendo desde o fim do regime militar e que é apontado como uma das grandes marcas da redemocratização e da consolidação de instituições democráticas o qual conhecemos por orçamento participativo. Esse instrumento que busca uma maior horizontalidade na relação entre Estado e sociedade civil tem sido objeto de estudo no Brasil e internacionalmente através de diversas perspectivas.

O desenvolvimento desse trabalho tem por objetivo contextualizar essa política diante de um paradigma democrático-participativo emergente e analisar quais as contribuições que o orçamento participativo possa ter para a aprendizagem social dos envolvidos. Para tentar alcançar essa meta divide-se em três sessões.

A primeira sessão que leva o nome de “*O orçamento participativo no paradigma da democracia participativa*” nos é apresentado o contexto de uma suposta crise do Estado e como isso tem gerado políticas privatizantes; ao mesmo tempo alternativas contra hegemônicas e mais solidárias – onde se incluem o orçamento participativo – se apresentam como metodologias de gestão pública. Na segunda sessão “*O caráter democrático do orçamento público e o orçamento participativo*” temos um breve histórico das fortes relações do orçamento público com princípios democráticos e o resgate do orçamento participativo dessa sua característica. Assim o orçamento público se mostra para além de sua importância enquanto ferramenta técnica de planejamento. Em “*A questão da aprendizagem no orçamento participativo*” é questionada a efetividade do orçamento participativo em realizar alocação da receita pública total. Dessa forma o elemento aprendizagem social surge como um possível ganho intangível dos envolvidos. Levanta-se a dúvida sobre a capacidade das instituições públicas existentes incentivarem a cidadania e a formação de capital social entre a população através do orçamento participativo.

Por fim como esse estudo não tem o intuito de apresentar respostas e sim contribuir para a discussão, as considerações finais deixa em aberto a possibilidade da realização de outras pesquisas bibliográficas mais aprofundadas e que criem certos níveis de categorização e pesquisas empíricas que possam qualificar esses processos.

1. O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO PARDIGMA DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Desde o final da década de 60 do século XX muitas mudanças sociais, econômicas e políticas ocorreram e essas iriam traçar uma nova forma de relação das pessoas com o mundo e da sociedade com o Estado. Entre os fatores de maior destaque que podemos apontar temos o surgimento dos novos movimentos sociais¹, as crises do petróleo em 1973 e 1979, a crise do Estado de bem estar social e do regime de acumulação fordista/keynesiano, a ascensão do regime de acumulação flexível e do modelo industrial toyotista, a crise do bloco soviético e o colapso do socialismo real, intensificação acelerada do processo de globalização e o avanço, popularização e barateamento das tecnologias da informação. (MONTAÑO;DURIGUETTO, 2010)²

Nesse contexto o Estado passa a perder gradativamente a sua função de provedor e a capacidade de se manter como responsável pelo desenvolvimento social e econômico. Analisando o caso do Brasil onde o Estado desde a década de 30 do século XX foi o grande responsável pelo processo de industrialização, temos que na década de 1980 ele se encontra em uma profunda crise econômica, aumento da dívida pública e privada, altas taxas de desemprego e de inflação. O Estado brasileiro mostra-se também como incapaz de realizar gastos e investimentos públicos em um quadro de inúmeros problemas sociais. (GIAMBIAGI & ALEM, 2008)

Vemos durante toda a década de 1980 e 1990 pelo mundo a imensa popularização de políticas neoliberais no sentido de diminuir as funções do Estado como tentativa de superar sua crise. Nos Estados Unidos e na Inglaterra essas práticas se intensificaram nos governos Reagan e Thatcher respectivamente. No Brasil essas políticas foram marcantes durante a

¹ Montañó & Durigetto colocam como marco de maior expressão dos novos movimentos sociais o Maio de 68.

² A crise do petróleo somada a reorganização da indústria são apontadas como os fatores diretos que levam a incapacidade de se realizar políticas sociais e conseqüentemente a crise do Estado.

abertura econômica no governo Collor, e com a reforma do aparelho do Estado liderada pelo ministro Bresser Pereira durante o governo FHC, ambos na década de 1990. Conforme Pontual(2000, p.31) “...o fim do reformismo social determinou o início do movimento pela reforma do Estado.”.

Pontual (2000) aponta duas tendências ideológicas marcantes diante da suposta crise do Estado. A primeira tendência entende o Estado como parasitário e irreformável, portanto tendo que ser diminuído e privatizado ao máximo. A segunda tendência vê o Estado como reformável e se assenta na atribuição da prestação das atividades sociais às instituições privadas sem fins lucrativos, ou seja, tem no terceiro setor a solução para a crise.

Com menor visibilidade surge uma terceira corrente que via a necessidade de reinvenção solidária e participativa do Estado. Emergem assim sinais de construção de novos paradigmas de reforma do Estado e de gestão pública. Essa nova literatura põe a sociedade civil como parte da constituição da esfera pública e que se diferencia da ação estatal e das regras do mercado. Por muito o orçamento participativo (OP) e os conselhos consultivos, deliberativos ou gestores surgem nessas obras como um dos exemplos mais relevantes dessas práticas no Brasil.(PONTUAL, 2000)

Segundo Pateman (1992), a democracia representativa é um mito proliferado durante todo o século XX e que se pauta em argumentos como o de que o excesso de número de pessoas que compõe as sociedades industriais complexas impossibilitariam a participação direta. Além disso, vê que muitos argumentos que se baseiam na representação política pelos “mais bem preparados e educados” não passam de reprodução da ideologia elitista.

Também em defesa de um modelo democrático participativo, mas analisando o seu impacto sobre os indivíduos, Cohen e Arato(2000 p.26) apontam que:

El modelo participativo de la democracia sostiene que lo que hace a los buenos líderes también hace a los buenos ciudadanos: la participación activa en el gobernar y en el ser gobernado(es decir, en el ejercicio del poder) y también en la formación de la voluntad y opinión públicas. En este sentido, la democracia le permitirá a todos los ciudadanos, y no sólo a las élites, adquirir una cultura política democrática.

Assim há uma tendência da literatura, das pesquisas teóricas e das pesquisas empíricas objetivando a participação na formação de novos modelos de gestão pública. Esses estudos buscam observar práticas diferentes daquelas apresentadas tradicionalmente pela teoria democrática. Mostram também certa oposição a ideias ligadas ao neoliberalismo, enfraquecimento do Estado e a globalização-hegemônica. (SANTOS,1998)

Para Frey (2004) nos novos modelos de gestão e administração pública destaca-se a necessidade de mobilizar o conhecimento disponível na sociedade. Para isso tornar-se necessário um processo interativo. Nesse contexto a governança participativa é vista mais do que uma pauta da reforma do Estado, se caracterizando como meio de emancipação da população.

Em Frey (2004) também podemos destacar a diferença entre abordagens gerenciais que buscam o enxugamento do Estado e a abordagem “democrático-participativa” que:

[...]visa a estimular a organização da sociedade civil e promover a reestruturação dos mecanismos de decisão, em favor de um maior envolvimento da população no controle social da administração pública e na definição e na implementação de políticas públicas.” (Frey, 1996 apud Frey, 2004, p.125)

No contexto de globalização temos que para Santos & Avritzer (2002) esse processo de internacionalização traz uma ênfase na democracia local e nas diversas formas democráticas dentro do Estado nacional, possibilitando o surgimento de práticas participativas em países como o Brasil. O debate entre democracia representativa e participativa ganha força em países que apresentam diversidades étnicas, grupos que tem dificuldades em ter seus direitos reconhecidos e que os interesses das elites econômicas prevalecem. Pelo fato da América Latina apresentar muitas dessas características as discussões sobre democracia participativa vêm ligadas a defesa das identidades subalternas.³

Nesse contexto é destaque como o orçamento participativo teve papel fundamental na formulação dos paradigmas da democracia participativa no Brasil, assim temos que “[...]entre as diversas formas de participação que emergiram no Brasil pós-autoritário, o orçamento participativo adquiriu proeminência particular.” (SANTOS&AVRITZER, 2002, p.65)

O orçamento participativo possui um formato que une práticas de democracia representativa e democracia participativa. Ele não depende unicamente da mobilização popular e nem somente da boa vontade do governo, mas de uma associação dos dois. O governo deve possibilitar e dar condições para sua prática e a o sucesso do orçamento

³ Esse estudo realizado por Santos & Avritzer (2002) tem por base a análise de alguns países que se incluem no que os autores chamam de terceira onda de democratização. Para eles a terceira onda de democratização se deu em países que passaram por um processo de transição ou ampliação democrática a partir dos anos 70.

participativo depende da participação ativa da população. O corpo político do governo tem que dar possibilidade técnica para a materialização do orçamento participativo e gera uma responsabilidade maior de cumprir as políticas públicas. Dessa maneira:

O orçamento participativo surge dessa intenção que, de acordo com Santos, se manifesta em três de suas características principais: (1) participação aberta a todos os cidadãos sem nenhum *status* especial atribuído a qualquer organização, inclusive as comunitárias; (2) combinação da democracia direta e representativa, cuja dinâmica institucional atribui aos próprios participantes a definição das regras internas; e (3) alocação de recursos para investimentos baseada na combinação de critérios gerais e técnicos, ou seja, compatibilização das decisões e regras estabelecidas pelos participantes com as exigências técnicas e legais da ação governamental, respeitando também os limites financeiros. (SANTOS & AVRITZER, 2002, p.66)

O orçamento participativo se apresenta como um dos elementos fundamentais e uma das principais experiências brasileiras diante do paradigma emergente da democracia participativa. Temos que as reflexões sobre participação política, sobretudo no Brasil, tem uma função de mão dupla. Essa função que ao mesmo tempo é a de consolidar suas instituições democráticas a partir de características próprias de se fazer democracia, a qual inclui a participação e o envolvimento direto das classes subalternas por tanto tempo renegadas e excluídas politicamente, é também a de certa oposição a um modelo de superação da crise do Estado com uma reforma baseada no privatismo neoliberal.

2. O CARÁTER DEMOCRÁTICO DO ORÇAMENTO PÚBLICO E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Para Jund (2008) o orçamento público tem suas raízes históricas associadas a necessidade da população em controlar os gastos públicos. O surgimento de sua gênese deu-se com a outorga da carta magna inglesa em 1215. O documento previa um controle sobre a discricionabilidade do Rei em realizar gastos públicos. Somava-se a isso o fato de que a partir de então o parlamento inglês inicia uma busca pelo controle dos gastos públicos.

Se observarmos dois momentos da história da humanidade que foram marcos pela instauração da democracia o controle sobre as finanças públicas também se mostram presentes. O primeiro evento foi a revolta dos colonos dos Estados Unidos em 1765 que estava associado com a independência dos Estados Unidos e instituiu que a cobrança de impostos só se daria com o consentimento dos cidadãos. O segundo foi a Constituição

francesa de 1789, associada a revolução francesa, que faz surgir o instituto orçamento.(JUND,2008)

Para Lacher (1995) a Inglaterra vê de fato o surgimento do orçamento como um modelo sistematizado e formal de controle do Parlamento sobre a Coroa, ferramenta democrática e equilíbrio das contas públicas em 1822.

Conforme Jund (2008) no Brasil o orçamento surge ainda em 1824 no regime imperial. Ele tinha por objetivo condicionar que o ministro da fazenda apresentasse um balanço geral das despesas e receitas do exercício anterior a Câmara dos Deputados. Porém, é somente com o Decreto Lei 200/1967 que ele passa a acumular funções de planejamento.

A Constituição Federal de 1988 e legislações posteriores oriundas de suas previsões passaram a dar uma nova roupagem ao orçamento público, retornando a princípios iniciais de controle popular e acrescentando elementos legais que incentivaram a participação direta da população na sua formulação.

Entre os já consagrados princípios orçamentários recebe destaque o princípio participativo. Ele surge em uma legislação posterior a CF/88, mas que é resultado de suas premissas, o Estatuto das Cidades(Lei nº 10.257/01). Esse princípio se origina da interpretação do art. 44 do Estatuto das Cidades, onde:

No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual como condição obrigatória para a sua aprovação pela Câmara Municipal.

O orçamento público está associado a valores do Estado democrático enquanto forma de exercício do controle de gastos públicos e de participação na sua elaboração por parte da população.

A garantia da participação pública na formulação do orçamento público vista no Estatuto da Cidade não é apenas uma norma que tem por objetivo condicionar um comportamento institucional futuro sem ligações com a realidade presente. Na verdade está associada a uma prática já realizada no Brasil de participação popular na elaboração do orçamento público que vem se desenvolvendo desde a década de 1980 com sua gênese ainda na década de 1970 a qual conhecemos como orçamento participativo.

Diante de Lacher(1995) o orçamento participativo se apresenta como uma ferramenta crítica em relação a metodologia tradicional de se elaborar o orçamento público. O orçamento participativo trouxe inovações através de um formato mais legítimo e democrático. Devido suas funções essenciais relacionadas à participação democrática ele deve se apresentar mais como um processo de cidadania do que como um modelo rígido e definido aplicado a qualquer circunstância.

Podemos considerar essa nova forma de orçamentação como uma verdadeira inovação tanto em termos de concepção quanto prática orçamentária. Mais do que isso, o orçamento participativo deve ser encarado como uma escola de cidadania, onde a relação sociedade—Estado é forjada através de uma relação biunívoca, em que os movimentos populares organizados influenciam diretamente a distribuição dos recursos públicos.(LACHER, 1995, P.35)

O orçamento participativo não se constituiu em um instante estático e nem foi fruto unicamente de previsões legais que obrigavam sua adesão aos entes municipais. Ele se desenvolveu ao longo do tempo tomando formas muito diferentes e é consequência de diversos fatores, não podendo ser simplificado a poucas variáveis. Cada caso de orçamento participativo requer uma análise e um tratamento particular, sendo as generalizações muitas vezes vagas demais para explica-los.

Conforme Souza (2001) o modelo de orçamento participativo tem seus precedentes ainda no regime militar, onde práticas e experiências difusas de participação popular com o incentivo dos governos municipais possibilitaram que novas relações fossem sendo construídas entre Estado e sociedade civil. Entre os casos mais famosos temos os de Lages-SC e de Boa Esperança-ES. Nesses municípios entre 1978 e 1982 o governo municipal realizou diversas ações de infraestrutura junto com a população. Essas ações se baseavam tanto em consultas prévias como em mutirões para a construção de casas próprias.

Outras experiências menos conhecidas apontadas por Pires (2000) e que se deram mais em caráter consultivo ocorreram também em Vila Velha-ES(1986-1988), Diadema-SP (1983-1988) e em Piracicaba-SP (1978-1982).

Para Pires(2000) o orçamento participativo tem um segundo momento após o processo de redemocratização e com promulgação da Constituição de 1988, conhecida também como Constituição Cidadã, já que trazia além de diversos direitos sociais princípios democráticos e de incentivo à participação. Nele vemos uma maior consolidação de seu formato e também

passa a estar diretamente associado a conquistas do PT às prefeituras. As experiências dessa fase deram-se entre 1989 e 1992 com destaque para municípios como Porto Alegre-RS, Piracicaba-SP, Santo André-SP, Betim-MG, Santos-SP e São Paulo-SP.

No período de 1993 em diante o orçamento participativo passa a ter maior visibilidade sendo praticado por governos de outros partidos que não apenas o PT, ou mesmo partidos de esquerda. Cria-se uma concepção da importância dessa prática como forma inovadora tendo papel na consolidação das instituições democráticas brasileiras. Nesse instante também houve o aumento de sua visibilidade por organismos multinacionais e o início da produção de diversos trabalhos e reflexões acadêmicas sobre o assunto. (SOUZA, 2001)

Destaque para os estudos realizados pelo então já aclamado intelectual português Boaventura de Souza Santos que vê no orçamento participativo, principalmente através da análise do caso de Porto Alegre, um exemplo da reinvenção de novas práticas políticas dos países em desenvolvimento, sobretudo no que diz respeito a formas correntes de globalização contra-hegemônica, como aponta Souza (2001).

3. A QUESTÃO DA APRENDIZAGEM NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Os estudos realizados sobre orçamento participativo mostram as diferentes questões com as quais os pesquisadores se ocuparam ao longo do tempo. Assim dada à abrangência das questões postas ao orçamento participativo seu campo de estudo vai além das áreas da Administração Pública e da Ciência Política, como costumou-se pensar, ultrapassando os cortes das disciplinas e áreas acadêmicas. Para Souza (2001, p.88) o orçamento participativo:

[...]relaciona temas como descentralização, democracia, capital social, *accountability*, desenvolvimento, governança (“bom governo”), “empoderamento” de grupos sociais excluídos, educação cívica, justiça social, desenvolvimento sustentável e gestão urbana.

Dessa forma Souza (2001) apresenta quatro visões do orçamento participativo, cada uma delas gerando uma agenda de estudos com temas específicos. São elas as visões do orçamento participativo como modelo de gestão, processo educativo, política pública e mecanismo de mudança social. Apesar de cada uma dessas visões gerarem diversas formas de se observar o OP, não são áreas totalmente distintas e estáticas, sendo que suas funções se relacionam conforme as perguntas feitas e as respostas procuradas.

Os recursos públicos locais dispendidos no orçamento participativo tem se mostrado como baixos em relação a despesa pública total. Em Souza (2001, p.93) “Apesar da porcentagem ser relativamente pequena no caso de Porto Alegre, por exemplo, a média foi de 13,1% entre 1990 e 1996...”.

Dessa forma o orçamento participativo parece apresentar importância mais como elemento de educação cívica e política dando a oportunidade a aqueles que sempre estiveram à margem das decisões políticas no Brasil. Principalmente aos mais pobres, que por não estarem inseridos em uma rede de influências têm a oportunidade de discutir questões públicas.

Esse ganho intangível parece ultrapassar as obras de infra-estrutura e os serviços alcançados para a comunidade na medida em que é gerado um processo de aprendizagem social. Conforme Souza:

Nesse sentido, o mérito do OP parece não estar necessariamente nos ganhos materiais para segmentos de baixa renda, mas sim na ampliação da participação e do poder de decisão para grupos anteriormente excluídos do processo decisório. (2001, p.94)

Até mesmo diante de alguns casos de orçamento participativo que se mantêm com as trocas de governo e partido é possível observar ganhos em relação à aprendizagem.

Obviamente que muitos partidos e candidatos que a priori podem não simpatizar com a prática acabam tendo que ceder, já que em alguns casos o orçamento participativo se apresenta como um patrimônio daquela comunidade. Fedozzi (2007) mostra, através de uma pesquisa quantitativa, como no caso de Porto Alegre foi possível ter a partir da percepção dos participantes que o OP é “...uma conquista que ultrapassa eventuais gestões administrativas ou partidos políticos.”(FEDOZZI, 2007, p.38).

No caso de Porto Alegre vemos uma mudança partidária em 2005. Isso fez com que o partido que assumiu (PPS-PTB) optasse pela preservação do orçamento participativo entendendo-o como uma conquista da cidade. Em um processo como esse de mudança a aprendizagem também se mostra como algo fundamental, já que muitas vezes há modificações na metodologia do orçamento participativo e são inevitáveis a alteração dos atores governamentais e legislativos e mesmo do corpo técnico de burocratas municipais. (FEDOZZI, 2007)

Segundo Souza(2001), o processo educativo envolve todos os atores locais importantes como prefeito, burocratas, vereadores, movimentos sociais, população envolvida e as instituições que eles atuam. Assim Souza (2001, p.93) enxerga que: “As constantes mudanças nas regras, procedimentos e no funcionamento do OP mostram que a experiência faz parte de um aprendizado para os envolvidos.”

Sobre a visão política do orçamento participativo, apesar de essa ser muito diversificada e apresentar muitas posições e focos diferentes, destacamos que a aprendizagem social também aparece como elemento fundamental para a construção de valores coletivos como o civismo, a organização social e a cidadania.

Nessa perspectiva Villas-Boas (1994) vai além, enxergando o orçamento participativo como um meio que possibilita a construção de uma nova cultura política, aumentando a conscientização da cidadania e podendo até ter reflexos diretos na melhoria das condições de vida da população.

Temos aqui que nessas condições o orçamento participativo, enquanto elemento de aprendizagem pode desenvolver novas habilidades nos atores envolvidos, sobretudo na população que atua como participantes reivindicando suas demandas através das reuniões e plenárias. Uma consciência coletiva maior pode ser gerada fazendo com que novas formas de relações mais altruístas, associativas e cívicas se desenvolvam na sociedade e gerem ganhos potenciais ao longo do tempo.

Pateman (1992) desenvolvendo as bases de uma teoria da democracia participativa via a educação dos envolvidos no processo participativo como um dos fatores mais importantes dessa prática. Analisando Davis (1964) a autora mostra que a ideia de democracia participativa tem um propósito importante o qual é “...a educação de todo um povo até o ponto em que suas capacidades intelectuais, emocionais e morais tivessem atingido o auge de suas potencialidades e ele tivesse se agrupado ativa e livremente, numa comunidade genuína.”(PATEMAN,1992, p.33 apud DAVIS, 1964).

Apesar de essa visão parecer utópica e demasiada ambiciosa não podemos negar a sua importância no estabelecimento de princípios básicos e fundamentais para considerarmos o fator aprendizagem, como elemento da educação, quando tratarmos, analisarmos, estudarmos ou mesmo avaliarmos políticas de participação popular.

Pateman (1992) quando trata de autores clássicos da ciência política e da teoria democrática mostra que para eles a educação cívica também era um dos maiores, se não o maior, ganho da democracia participativa. Quando analisa a obra de Rousseau, por exemplo, ela nos mostra alguns pontos importantes de sua concepção de democracia participativa como a de que a participação possui a função “[...]de integração - ela fornece a sensação de que cada cidadão isolado “pertence” à sua comunidade.”(PATEMAN, 1992, p. 41) e de que:

[...]as “associações tácitas” ocorreriam inevitavelmente, isto é, que indivíduos não organizados estariam unidos por alguns interesses comuns, mas que seria muito difícil que tais associações tácitas obtivesse apoio para políticas que as favorecessem especialmente, devido à própria forma como se dá a participação. (Pateman, 1992, p.38)

Fica claro, diante dos argumentos apresentados, que a aprendizagem social e política trazida no processo educativo da participação popular é um tema que remete tanto ao orçamento participativo quanto às discussões mais elementares sobre democracia participativa e participação política. As posições dos autores, apesar de serem influenciadas por perspectivas, temporalidades, localidades, visões individuais e posições políticas e ideológicas diferentes parecem convergir em pelo menos um aspecto. O aspecto de que a participação política tende a criar novas habilidades entre os indivíduos, já que ela possibilita que esses participem de um processo de aprendizagem.

Uma concepção importante aqui é de que nem sempre os ganhos da participação são materiais e imediatos, mas é certo que os envolvidos podem passar por uma nova educação social extracurricular. Essa talvez possa gerar entre eles uma maior autonomia, cidadania, associacionismo, visão ampla das circunstâncias e talvez até mesmo redes e laços de confiança e solidariedade que podem levar a busca de objetivos comuns.

Essa discussão pode ser fundamental para um projeto de construção dos alicerces de uma democracia mais participativa e ainda mais se nos atentarmos ao caso do Brasil que tem um histórico de centralização e más práticas como o elitismo, patrimonialismo, descaso, falta de representatividade dos mais pobres ou de menor prestígio social, clientelismo, corporativismo e outros vícios políticos.

Assim é possível que o envolvimento da população ao longo do tempo em esferas de representação possa gerar um aprendizado que leve, se não a mudança drástica e definitiva, pelo menos a alteração do formato de certas relações e a construção de uma sociedade mais

cívica e ativa, alterando o quadro de submissão e dependência visto historicamente na relação Estado-sociedade e que afeta principalmente os mais pobres.

O processo educativo para se criar essa nova concepção cidadã se mostra como a chave que pode alargar a busca por esse caminho de reinvenção de valores e relações políticas. Dessa forma cabe saber de que forma se dá esse processo, até que ponto depende só e unicamente do envolvimento dos atores sociais e políticos e até que ponto há uma responsabilidade institucional e de políticas públicas para gerar, valorizar e incentivar a aprendizagem?

Pontual (2000) realiza através da sua tese de doutorado um estudo sobre ao processo educativo e a aprendizagem dos atores da sociedade civil e do Estado envolvidos no OP. Nisso ele aponta que o OP realiza a mediação educativa necessária para gerar o aprendizado dos atores e que isso é capaz de criar novos significados. O processo educativo é fator fundamental para a construção da cidadania e para isso o autor aponta a educação popular como o formato que essa educação deve se dar.

A educação popular é um conjunto de obras e teorias que foram populares no final da década de 1950 no Brasil e na América Latina e que tinha por objetivo fortalecer os atores ligados aos movimentos sociais. Posteriormente a educação popular recebeu críticas por não atender a realidade contemporânea e também por se apresentar um pouco simplista. (PONTUAL, 2000)

Assim na década de 1990 viu-se o surgimento de autores que resgataram e criticaram as teorias da educação popular, mas a partir de uma ótica da radicalização da democracia, ou seja, a partir da participação política e difusão da cidadania. As características mais fundamentais da educação popular são criar um processo educativo para além da escolarização visando à constituição e qualificação de vários atores sociais e políticos da sociedade civil (PONTUAL, 2000).

Temos a criação de outros espaços para a produção e transmissão do saber e o caráter pedagógico das organizações já que conforme Pontual (2000, p.39) “Ao afirmar a existência de outros espaços de produção e transmissão do saber , a educação popular (EP) parte da premissa da existência de uma pedagogia presente no processo das organizações”.

Para Pontual (2000) a cidadania está associada a qualidade social da democracia e a capacidade de gerar pessoas autônomas e críticas. Entre os sinais do desenvolvimento da

cidadania o autor destaca o ato da população participar em instituições da sociedade civil, exercer o associativismo, o poder de controle sobre o governo e a capacidade em resolver pacificamente os conflitos.

Destaque especial deve ser dado a um desafio dos conflitos, o de construir novas práticas de exercício do poder substantivamente democráticos para superar uma de suas condições que é a de provocar a desagregação e fragmentação. Para isso é necessário também ir além de uma lógica posta, que é a do neoliberalismo e que valoriza o individualismo e a competitividade ao invés da solidariedade. Diante disso temos que:

A ação participativa pode e deve ser local, específica e motivada por interesses pessoais e grupais, mas o horizonte deve ser universal para não se tornar corporativista. Os participantes são singularizações do gênero humano e enquanto tal devem orientar suas práticas pela mediação da ética universal, para que ela se contextualize. (SAWAIA, 1997, p.157, apud PONTUAL, 2000, p.42)

Em uma perspectiva habermasiana, Pontual (2000) aponta que o indivíduo vive hoje em um mundo de incertezas e complexidades, o que demanda dele adquirir competências comunicativas para se tornar um sujeito autônomo e criativo. Para a materialização dessas premissas temos que esse mesmo indivíduo deve desenvolver pontos de vista universais, ter abertura a ações associacionistas, e realizar o julgamento crítico e a posição comunicativa dos problemas de uma comunidade.

O aprendizado, diante dessas circunstâncias, se apresenta como uma construção e reconstrução e não como simples adaptação ao que existe. Quando analisa outros dois autores Pontual (2000) observa que:

Em Freire e Piaget encontramos uma proposta de aprendizagem mediante construções e tomadas de consciência, ações e reflexões, uma aprendizagem pela práxis construída tanto pelo educando quanto pelo educador, uma aprendizagem ativa, operatória.(Pontual, 2000, p.43)

As instituições participativas parecem ter responsabilidade sobre o incentivo das ações de aprendizagem. Segundo Pontual(2000, p.44) há a “[...]necessidade de uma ação educativa planejada e a criação de instrumental pedagógico capaz de capacitar os diversos atores envolvidos nas práticas participativas.” Isso mostra que a participação requer uma prática pedagógica explícita e intencionada para orientar mudança de atitudes, valores, comportamentos e procedimentos.

Fedozzi(1997) através do estudo ao OP de Porto Alegre, vê seu modelo como criador das condições institucionais favoráveis a à emergência da cidadania. Ainda mostra que o

modelo operacional de OP, como forma de gestão sócio-estatal, vem, até o presente momento, promovendo condições institucionais favoráveis à emergência da forma-cidadania.

Essa posição de Fedozzi(1997) requer uma análise crítica sobre a capacidade das instituições públicas e do próprio OP incentivarem o aprendizado dos envolvidos e terem isso bem definido como política pública. Para tanto se faz necessário um maior aprofundamento teórico de conceitos fundamentais ligados ao processo educativo, os quais são a aprendizagem social e o capital social enquanto uma de suas dimensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema orçamento participativo ainda se mostra em um campo instigante da investigação científica, mesmo com o grande número de pesquisas que existem desde a metade da década de 1990. Se antes os argumentos sobre o orçamento participativo eram bastante otimistas sobre sua capacidade de gerar elementos da democracia participativa num modelo de democracia representativa e as pesquisas empíricas se voltavam para entender os atores da população hoje seu foco de estudo parece apresentar certa inversão.

Diante do seu tempo de existência e permanência em alguns casos o orçamento participativo recebe status institucional. Dessa forma parece emergir a importância de uma agenda de pesquisa que estude o papel e a influência das instituições no desenvolvimento do orçamento participativo e que desvendem questões espinhosas que muitas vezes não vai de encontro com a visão otimista de antes.

Coloca-se em questionamento sua capacidade de empoderamento efetivo da população sobre a despesa pública. Isso se dá já que dados demonstram que a parcela de recursos reservados ao orçamento participativo representa uma porcentagem pequena diante dos recursos totais. Assim o seu potencial enquanto instrumento de aprendizagem social parece ter maior importância.

De qualquer forma esse trabalho é muito limitado e somente apresenta parte das bases dessa discussão. É importante que haja pesquisas empíricas e bibliográficas mais aprofundadas que talvez lance sobre a luz do conhecimento mais contribuições nesse sentido. Sobretudo, devem-se realizar definições mais concretas de ideias subjetivas e de difícil mensuração e qualificação como os conceitos de cidadania e capital social. Para isso talvez a categorização dessas ideias e a demonstração de sua relação com o orçamento participativo possa ajudar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2005.
- _____. **Estatuto da cidade e legislação correlata.** Lei nº10.257, de 10 de Julho de 2001. 2. ed. Atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2002.
- COHEN, Jean; ARATO, Andrew. **Sociedad civil y teoria política.** 1.ed. Mexico D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- FEDOZZI, Luciano. **Observando o orçamento participativo de Porto Alegre:** análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas. 1.ed. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2007.
- FEDOZZI, Luciano. **Orçamento participativo de Porto Alegre:** reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. 1.ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.
- FREY, Klaus. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública interativa? **Política & Sociedade**, n.5, out. 2004, p.119-138.
- GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana C. **Finanças Públicas:** Teoria e Prática no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- JUND, Sérgio. **Direito Financeiro e Orçamento Público.** 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- LACHER, Eduardo R. Notas sobre a atual problemática do orçamento público no Brasil e o Orçamento Participativo. **Indicadores econômicos FEE.** Porto Alegre, Ano.22, nº 4, p. 219-237, 1995.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGHETTO, Maria L. **Estado, classe e movimento social.** 1.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PIRES, Valdemir. **Participação da Sociedade nos processos orçamentários:** a experiência brasileira recente. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/premio_TN/VPremio/sistemas/1siafpVPTN/PIRES_Valdemir.pdf> Acesso em: 22 de Julho de 2011.

PONTUAL, Pedro de C. **O processo educativo no orçamento participativo:** Aprendizados dos atores da Sociedade Civil e do Estado. 2000. 54 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITIZER, Leonardo. Introdução: Ampliar o cânone democrático. **Democratizar a democracia:** Os caminhos da democracia participativa. 1.ed. Civilização Brasileira, 2002

VILLAS-BÔAS, Renata J. A. Participação popular nos governos locais, **Revista Pólis**. n.14, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Participatory budgeting in Porto Alegre: toward a redistributive democracy. **Politics & Society**, v.26, n.4, 1998, p.461- 510.

SOUZA, Celina. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo. Ano 15, n^o4, p.84-97 out./dez. 2001.

O PROGRAMA PROJÓVEM ADOLESCENTE EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - DESAFIO DA INSERÇÃO SOCIAL

PROJÓVEM TEENAGER IN THE PROGRAM OF CACHOEIRO ITAPEMIRIM - CHALLENGE OF SOCIAL INCLUSION

PINHEIRO, Cláudia Aparecida Vieira (1).

(1) Professora e Gestora Escolar, na Rede Municipal de Ensino de Cachoeiro de Itapemirim; Especialista em Gestão, Inspeção, Supervisão e Orientação Escolar; Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional; Especialista em Gestão Pública Municipal; Mestranda em Políticas Sociais: Educação, Política e Cidadania da Universidade Estadual Norte Fluminense - UENF. *Email:* claudiapinheiropgm@gmail.com ou claudiavieira1999@hotmail.com.

RESUMO

O presente artigo versa sobre implementação do Programa PROJÓVEM Adolescente em Cachoeiro de Itapemirim, de modo a analisar se o funcionamento e as práticas adotadas vão de encontro às características apregoadas pelo governo federal, no tangente das ações de políticas públicas voltadas para adolescência e juventude no País. Este trabalho visa avaliar se o Projovem atende realmente as demandas sociais em relação à inserção social destes adolescentes em condições de vulnerabilidade social em contraposição ao exercício pleno de sua cidadania. Neste aspecto cabe compreender a realidade destes jovens e as dificuldades de inserção que se deparam às suas realidades, procurando evidenciar os desafios presentes quanto aos resultados esperados não só em relação aos beneficiários do Projovem, mas, na implementação do próprio programa no âmbito do município.

Palavras Chaves: Projovem Adolescente; Inserção Social; Cidadania.

ABSTRACT

This article focuses on a reflective implementation of the Program in Adolescent PROJÓVEM Itapemirim, in order to analyze the functioning and practices adopted will meet the features touted by the federal government, the tangent of the actions of public policies aimed at teens and Youth in the Countr. This study aims to evaluate whether the Projovem actually meets social demands in relation to social inclusion of adolescents in conditions of social vulnerability as opposed to the full exercise of their citizenship. In this respect it is to understand the reality of these young people and integration difficulties encountered by their realities, seeking to highlight the challenges and present the expected results not only in relation to the beneficiaries of Projovem, but the implementation of the program itself within the municipality.

Keywords: Adolescent Projovem; Social Inclusio; Citizenship.

1. INTRODUÇÃO

Toda trajetória histórica em torno das políticas sociais no Brasil principalmente nas duas últimas décadas foram permeadas por muitas transformações sociais e econômicas que acentuavam cada vez mais a pobreza latente do País. Estas transformações de certa forma sempre foram conflitantes com o discurso de cidadania e garantia de direitos iguais a todos. Com isso é notório a ênfase que tem se dispensado às políticas Públicas que visam garantir direitos mínimos à população que vive em situação de segregação socioeconômica. No âmbito das inovações nas/das políticas públicas de assistência social destinadas a adolescentes e jovens destacam-se alguns aspectos históricos e legais na atualidade, políticas essas que de modo geral se objetivam a garantir direitos e o exercício da cidadania, num contexto de incertezas nos quais está inserida a grande maioria dos jovens atendidos pelo Projovem adolescente. Neste cenário tem se constituído todo o aparato legal que legitima a implementação das Políticas Públicas, desde a própria carta magna de 1988, às legislações criadas para regulamentar e garantir os direitos constitucionais principalmente quanto à assistência (LOAS), à saúde (SUS), o acesso a educação (LDBEN), às crianças e aos adolescentes (ECA). No entanto, ainda que diante de toda essa teia de regulamentações e aspectos legais que se entrelaçam em busca de soluções, há uma perpetuação do abismo da desigualdade socioeconômica no Brasil.

Diante de todo esse quadro, considerados um público propenso a vulnerabilidade e em risco social, os jovens pobres, pertencentes a classes sociais menos favorecidas são em sua maioria grandes vítimas das mazelas sociais, da exclusão no mercado capitalista, além de estarem relacionados aos problemas da violência e drogas e este número cada dia ganha mais proporção.

Um dos grandes desafios e demandas sociais hoje é criação de políticas públicas para a juventude, e no Município de Cachoeiro de Itapemirim, não diferente do restante do País, apesar de todo o discurso de diversidade em relação à temática da juventude tal debate não ganha menos destaque.

Dando início em 2004/2005, o Governo Federal inicia a construção de uma Política Nacional de Juventude com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Projovem - programa de atendimento aos jovens em situação de vulnerabilidade social.

O PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) acompanha as mais recentes tendências no âmbito das políticas públicas de assistência social destinadas aos jovens no Brasil e nos permite refletir sobre a amplitude em torno das políticas voltadas a adolescência e à juventude, a partir de determinantes e possibilidades histórico-sociais.

O PROJOVEM Adolescente, alvo principal deste trabalho, é um dos quatro eixos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, lançado em setembro de 2007 pela Presidência da República, para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos (BRASIL, 2008), e destina-se a promover a inclusão social dos jovens brasileiros. Seu foco principal é o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, a inserção e reinserção dos adolescentes à escola e sua permanência no sistema de ensino, bem como no mundo do trabalho.

Se considerarmos que a existência do programa possa ser meramente reprodutora de práticas assistencialistas e compensatórias, a própria maneira do programa se relacionar com os jovens/adolescente dificilmente leva em conta as particularidades e diversidade da juventude, como desejado pela instância federal, e assim, dificilmente promove práticas realmente transformadoras. Em caso contrário, como acontecem as práticas transformadoras e que particularidades supõem? São alguns pressupostos a serem explicitados nesse trabalho, cuja intenção não está em esvaziar e tampouco finalizar a discussão a respeito desse tema, mais trazer a tona inquietações que venham contribuir para estudos posteriores.

Neste sentido com propósito de contribuir para o entendimento é contemplado neste trabalho, abordagens teóricas acerca de questões conceituais sobre a juventude, bem como as características dos jovens e os novos arranjos no modo de se conceber e reconhecer a juventude no âmbito das políticas públicas e as preocupações recorrentes aos problemas da juventude especialmente das camadas pobres da sociedade.

Também se buscou explicitar um pouco do contexto socioeconômico do município de Cachoeiro de Itapemirim, como caracterização do campo de pesquisa de forma a compreender o contexto socioeconômico nos quais os jovens/adolescentes alvos dessa pesquisa encontram-se inseridos.

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL: EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES PARA OS JOVENS

2.1. CONCEITUANDO JUVENTUDE

Ao longo dos tempos o conceito de juventude foi sendo construído socialmente, foi se remodelando, ganhando novos contornos sociais e legais ao longo de uma história que perpassa por questões sociais, políticas e econômicas. Constituem-se pela cultura, pelas mudanças sociais, variando cronologicamente de acordo com os arranjos sociais.

Nas sociedades clássicas greco-romanas a juventude se referia a uma idade entre os 22 e os 40 anos. Cujo conceito está ligado à etimologia da palavra “Juvenis” que vem de “aeoum”, que etimologicamente é “aquele que está em plena força da idade”.

Hoje, não só no que dizem respeito à idade, mais ao biológico, ao psicológico, levando-se em conta como um período decisivo para a idade adulta. Um período também de transformações sociais e econômicas marcantes para sua independência e destas demandam principalmente sua inserção no mercado de trabalho, além de um período de formação da identidade juvenil para a adulta.

De modo geral o conceito de juventude refere-se ao período da vida entre a infância e a idade adulta - adolescência, mocidade (Rios, p.313, 2010), período considerado entre a transição da condição de dependência para a autonomia. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu art. 2º “considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade” e somente em casos excepcionais a lei se aplica de 18 a 21 anos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) classifica a juventude em dois períodos, o da adolescência – dos quinze aos dezoito anos - e o da juventude propriamente dita - após os dezoito anos. Considerando que somente a partir dos 16 anos os jovens podem legalmente serem inseridos no mercado de trabalho.

A juventude é compreendida como um período de construção de nova identidade, como uma etapa transitória de inserção na vida social.

Como a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajustes aos papéis adultos são as falhas nesse desenvolvimento e os ajustes que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a

juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como ‘problema’, como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social. (ABRAMO, 1997, p. 29)

2.2. POLÍTICA PÚBLICA PARA A JUVENTUDE

Na trajetória da sociedade contemporânea brasileira, é muito recente o enfoque dispensado acerca da juventude¹, que após um longo período histórico de negligência, passa a ser foco de reflexões e discussões tanto no cenário acadêmico quanto no político do Brasil, fazendo parte hoje das agendas para o desenvolvimento de políticas públicas para a juventude.

Apesar do crescimento da população jovem e do agravamento das questões sociais ligadas diretamente à juventude, durante muito tempo foi irrelevante a problematização dos direitos dos jovens, além do foco das mobilizações e preocupações terem sido centrados nas crianças e adolescentes e com isso durante um longo período, no âmbito das decisões nas políticas públicas a juventude esteve sem um espaço de discussão sem uma identidade própria, tendo sido durante um tempo desconsideradas na sociedade.

De acordo com Rua (2009), “Políticas Públicas referem-se à formulação de propostas, tomadas de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos”.

Somente a partir da última década é que se começam destacar rumores no campo das políticas públicas específicas para a juventude e nesse momento considera-se que o País dá um salto e fazem-se emergir ações voltadas para esse segmento da sociedade, através de políticas públicas compensatórias – que são políticas públicas criadas pelo Estado no intuito de reduzir as desigualdades e se definem como uma espécie de compensação do Estado à população mais segregada socioeconomicamente.

Todas as reflexões abarcando os jovens, como parte da sociedade civil, como sujeitos de direitos e de cidadania, nos reportam à Constituição Federal de 1988 que estabelece a garantia de direitos mínimos sociais e marca na história um passo importante no que trata à conquista dos direitos sociais e ainda amplia os debates em busca de condições cidadã para todos.

¹

Juventude, neste artigo, refere-se desde a adolescência à juventude adulta propriamente dita.

Os debates sociais cresceram e logo após a promulgação da Constituição Federal, aprovou-se o estatuto da criança e do adolescente (ECA), que veio traçar uma nova visão sobre esse público, reconhecendo-os como sujeitos de direitos, porém, ainda que esse segmento da população tivesse seus direitos assegurados em constituição, isso não significou sua concretização, uma vez que apenas partes da categoria, os adolescentes, teriam através do Estatuto, seus direitos assegurados. Daí começa serem traçados novos conceitos de juventude, não apenas restritas a condição de ser jovem, mais de serem entendidos em sua totalidade e especificidade da idade.

Para Groppo,

A juventude é construída, do século XIX ao início do século XX, através de instituições preocupadas com a proteção dos indivíduos ainda não maduros e diagnosticados em suas fragilidades ou através de instituições interessadas na potencialização das capacidades desses indivíduos, entre os quais as instituições escolares, as ciências modernas, o direito, o Estado e mundo do trabalho industrial. (GROPPO; 2000, P. 77).

Segundo Costa com base em Carvalho (2002, pág. 23), o aumento da pobreza ocorrido nas últimas décadas, aliada à redemocratização e mobilização da sociedade civil, recolocou na agenda política e social os temas do combate à pobreza, da reforma da assistência social e das políticas para infância e adolescência no Brasil, o que vem gerando importantes mudanças nas políticas sociais, além de suscitar novas questões e desafios. Um desses desafios passa pela questão da criação de políticas públicas para a juventude.

Ainda que, no início dos anos 1990, esse segmento da população tivesse seus direitos assegurados em constituição, isso não significou a pronta concretização destes. Rua (1998), citada por Spósito e Carrano *apud* Fávero (2007), afirma que naquela conjuntura as políticas de educação, saúde e trabalho não estavam contemplando ações especialmente voltadas para os jovens, sobretudo a nível federal.

Nos últimos dez anos, no entanto, começam a ocorrer mudanças no debate público acerca da juventude no Brasil, relacionados às condições de segregação socioeconômicas, a pobreza e concentração de renda presentes no Brasil, bem como, “os problemas na área da saúde, segurança pública, trabalho e emprego, deram a materialidade necessária para se começar a pensar em políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem evitados e combatidos” (SPÓSITO e CARRANO *apud* FÁVERO, 2007).

Por essas razões, o grande tema que ocupa a constituição de uma opinião pública em torno dos jovens no Brasil sempre teve suas origens na violência, sobretudo nos centros urbanos. A temática do desemprego, das condições subumanas, fortalecida no fim da década de 1990, não rompe de modo fundamental com o campo simbólico anterior, aparecendo como um problema social por levar os jovens a uma ociosidade forçada, propiciadora de um tempo livre perigoso, que os aproximaria, inevitavelmente, das condutas criminosas, sobretudo aquelas ligadas ao tráfico de drogas ilícitas (cf. CORROCHANO E GOUVÊA, 2003).

Considerando a imensa população adolescente/jovem na atualidade, bem como as mazelas socioeconômicas nas quais a sua grande maioria estão inseridas, as necessidades advindas da situação de pobreza, a exclusão e vulnerabilidade social, associado às necessidades peculiares do desenvolvimento dos jovens em seu ciclo de vida e visando contribuir para a inclusão social destes, o Estado passa a direcionar mais o olhar para as questões da juventude, criando políticas públicas que visem à redução das condições de segregação social, de vulnerabilidade e risco social. Há nesse sentido a necessidade da criação de uma política pública mais específica e abrangente para a juventude, daí o surgimento da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), implementada em 2004 objetivando fazer um diagnóstico da juventude brasileira e dos programas do governo federal destinados a esse público.

A SNJ foi criada por sugestão de um grupo interministerial, e coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, que mais tarde recomenda a criação da Secretaria do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), instituídos em 30 de junho de 2005 através da lei 11.129.

O CONJUVE, criado sob a lei 11.129/2005, tem como atribuições formular e propor diretrizes para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre as condições socioeconômicas dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis.

O PROJOVEM, destinado aos jovens de quinze a 29 vinte e nove anos, com objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, a ser desenvolvido por meio das seguintes modalidades, de acordo com a Lei nº 11.692/2008: Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo (objeto deste artigo), Projovem Urbano, Projovem Campo - Saberes da Terra e o Projovem Trabalhador.

De acordo com SPÓSITO e CARROCHANO o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) foi um marco na história das políticas públicas voltadas para a população jovem no Brasil. É apresentado como um componente estratégico da Política Nacional da Juventude. Funciona sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tem como objetivo oferecer oportunidades de elevação da escolaridade, de qualificação profissional e de planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público (BRASIL, 2005). O Programa foi implantado simultaneamente a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude, o que, segundo o governo federal, representa um novo patamar de políticas públicas voltadas para a juventude do Brasil. Assim, segundo suas palavras:

Investir em uma política nacional com programas e ações voltadas para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro representa uma dupla aposta: criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil (BRASIL, 2005, pág.5).

2.3. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROJOVEM ADOLESCENTE

Projovem Adolescente – serviço sócioeducativo, uma das modalidades da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que se materializa por meio do SUAS Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destina-se a adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos pertencentes a famílias consideradas segregadas e marginalizadas socioeconomicamente, e àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social², o público do Projovem Adolescente pode se dividir em duas grandes categorias: jovens de famílias do PBF, que por sua condição socioeconômica demandam do Estado ações de proteção social básica, conforme definidas na PNAS; e jovens que em algum momento de suas vidas tiveram direitos violados ou entraram em conflito com a lei, e demandam ou demandaram do Estado ações de proteção social especial. Nesse aspecto aos egressos de medidas socioeducativas e medidas de proteção, bem como egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou vinculados a programas de combate ao abuso e exploração sexual.

² A respeito da condição de vulnerabilidade e risco social, ambos são sinônimos de pobreza, e a diferença é que uma é consequência da outra. É a vulnerabilidade (a condição de vulnerável, de pobreza, de excluídos) que coloca as pessoas em um risco social (nesse caso os adolescentes que diante da condição de excluídos acabam por entrar nas drogas, crimes, entre outros).

O Projovem adolescente é desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social, por meio das Secretarias de Desenvolvimento e Ação Social e tem como objetivo complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições pra inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. De acordo com o art. 19, do Decreto nº 6.629, de 2008, os jovens admitidos no Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, será organizado em grupos e cada um deles constituirá um “coletivo”, “coletivos juvenis”.

O ProJovem Adolescente trabalha com três eixos estruturantes: A “convivência social”, “participação cidadã” e “mundo do trabalho”. A essência Programa é traduzida pela convivência social, enquanto serviço socioeducativo de proteção social básica, voltado ao fortalecimento de vínculos relacionais e pertencimento.

A participação cidadã demanda mais do que a convivência social e reconhecimento de direitos, visa o desenvolvimento de potencialidades dos jovens que resultem na sua atuação crítica, protagônica e transformadora na vida pública e no exercício da cidadania ativa.

Já o eixo o mundo do trabalho, é condição vital que possibilita os jovens a sua existência autônoma, é o que estrutura sua identidade, cria um espaço de pertencimento social, é o espaço onde o cidadão se realiza enquanto produtor de si mesmo e de cultura.

Além dos eixos estruturantes o Projovem adolescente aborda seis temas transversais relacionados ao contexto social, político, cultural e econômico em que os jovens estão inseridos: Direitos Humanos e Socioassistenciais, Juventude e Trabalho, Cultura, Meio Ambiente, Saúde, Esporte e Lazer. E as ações socioeducativas são abordadas a partir de cada um desses temas.

3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este trabalho trata da análise em torno do funcionamento do PROJOVEM Adolescente no município de Cachoeiro de Itapemirim e o desafio da inserção social destes adolescentes considerados segregados socioeconomicamente. E na condução do referido estudo adotou-se em princípio a pesquisa bibliográfica a fim de dar sustentabilidade à base teórica e empírica do trabalho realizado. De igual forma, pesquisa documental, junto ao Conselho Municipal da

Juventude e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por meio das legislações, ações e documentos que apontam avanços e/ou fragilidades envolvendo jovens das camadas mais pobres do município, além de documentos sobre quais as principais políticas públicas adotadas pelo município com intuito de minimizar as situações de vulnerabilidade e risco social nas quais estes jovens estão inseridos, permitiu a coleta de informações reais sobre o assunto e mais sustentabilidade ao conteúdo teórico abordado.

Através de pesquisa de campo foi possível conhecer todos os envolvidos no programa, bem como realizar um período de observação aos momentos de planejamentos de ações com toda a equipe técnica, neste foram realizadas três visitas e outras duas visitas com a coordenadora do Programa no Município, além das observações junto aos coletivos, visando compreender as múltiplas realidades no contexto destes jovens segregados socioeconomicamente e que muitas vezes encontra-se em situação de vulnerabilidade e risco social e como consequência, excluídos socialmente.

As abordagens e método utilizado se efetivaram por meio de estudo qualitativo e a coleta de dados se deu através de entrevista estruturada, com roteiro de 13 questões com perguntas qualitativas (abertas), destinadas integrantes da equipe técnica do programa, Fazem parte desta equipe 08 pessoas, destas 03 responderam o questionário e 07 questões abertas destinadas a adolescentes inseridos no programa, do total de 60 alunos foram aplicados 15 questionários. Os dados obtidos serviram de fundamentação para este trabalho.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

O município de Cachoeiro de Itapemirim, com seus 69 bairros e 10 distritos, está localizado ao sul do Estado do Espírito Santo, tem 145 anos de emancipação política. Atualmente possui uma população de aproximadamente 195.289 habitantes, ocupando a posição de quinta cidade mais populosa do Estado e com uma população jovem na idade de quinze a vinte e nove anos de aproximadamente 50.093 habitantes, de acordo com censo demográfico de 2010.

Considerado o município do Sul do Estado que possui a maior infra-estrutura em relação ao comércio, indústria, educação e prestação de serviços, além de ser considerada

hoje, cidade industrial com projeção nacional e internacional, sendo responsável pela maior parte da extração e beneficiamento do mármore e granito do país, acrescentando-se as rochas ornamentais, sendo responsável pelo abastecimento de 80% do mercado brasileiro de mármore. . Destacando-se ainda como polo de desenvolvimento econômico, com indústrias de produtos minerais não-metálicos, vestuário, calçados e Artefatos de Couro em geral, produtos metalúrgicos, alimentação, bebidas, madeiras e construção civil. Além disso, nas diferentes atividades econômicas do Município, destaca-se a agricultura com o cultivo do café; a pecuária, com o queijo tipo minas; a silvicultura e exploração florestal; a reparação de veículos automotores; o comércio de bens e serviços.

Apesar dos avanços citados, no que se refere a condições socioeconômicas da população, não diferente de outras cidades do Brasil, há um enorme abismo entre os dados relacionados ao crescimento econômico e as realidades que exclui as camadas menos favorecidas da população.

Durante a realização da pesquisa, verificou-se a existência de projetos realizados pelo município de atenção às questões relacionadas, com implementação de políticas de combate e de diminuição a exclusão social, quer seja através das políticas públicas propostas pelo governo federal, ou através das articulações com programas implementados por demais organizações da sociedade civil organizada. E estas políticas são aplicadas por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES).

A SEMDES trabalha na prestação de serviços sociais que conduzam ao desenvolvimento da cidadania, dos direitos humanos e das comunidades. É sua atribuição combater as conseqüências geradas pela pobreza, como a exclusão social, garantindo acesso a políticas públicas na área da educação, saúde, cultura, esporte e lazer. A ela compete organizar a rede de atendimento social do município, executar programas e projetos desenvolvidos pela prefeitura e acompanhar as ações da rede pública e filantrópica de assistência social, liberando recursos financeiros e humanos para que desenvolvam suas atividades. Algumas ações são destaque nesse campo como ações de proteção da família, maternidade, infância, adolescência, juventude e do idoso.

Neste sentido, o município vem oferecendo atendimento a pessoas em situação de risco social e desenvolvendo ações, serviços e projetos sociais nas áreas de trabalho, renda e economia solidária, de atenção às questões da pobreza, das desigualdades, especialmente com

foco na adolescência e juventude, com implementação de políticas de combate e de diminuição a exclusão social, quer seja através das políticas públicas propostas pelo governo federal, ou através das articulações com programas implementados por demais organizações da sociedade civil organizada. Tais ações estão contidas no Plano Municipal de Assistência Social, elaborado pela Secretaria Municipal de ação Social. Porém, muitos são os percalços que se apresentam quanto sua efetivação e aplicabilidade destes projetos.

No intuito de limitar o escopo da pesquisa, este trabalho teve um recorte, detendo-se estudar os jovens adolescentes inseridos no programa Projovem adolescente no âmbito do município.

3.2. EVIDENCIANDO O PROJOVEM NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

O PROJOVEM adolescente em Cachoeiro de Itapemirim é um serviço sócio educativo que integra as ações de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Foi implementado no município tendo como local de funcionamento dos Coletivos Juvenis os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), dos bairros Jardim Itapemirim, Village e União, sendo que no Village o CRAS não tem sede, funcionando em um espaço cedido e que por hora encontra-se em péssimas condições de funcionamento, com muitas filtrações e sem energia.

O Projovem adolescente objetiva complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária, dando condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Este, conta incentivo do governo federal quanto ao repasse direto de verbas, obedecendo ao número de jovens atendidos. Tem sido gradativo o número de beneficiados do programa no município, já foram atendidos uma média de 120 adolescentes e hoje tem um atendimento a 60 Adolescentes com faixa etária de 15 a 18 anos.

Desta forma, a implementação desse programa no município leva algumas considerações que abrangem vários aspectos, como a inserção dos alunos, o modo e local de funcionamento do programa, entre outros. Principalmente se considerarmos que a constituição

dos coletivos de jovens participantes é muito importante, pois é nesse espaço que estes se envolvem em sua comunidade de forma positiva, buscando e contribuindo em conjunto para superação das dificuldades ou deveriam se envolver, mais que diante de tantos empecilhos permanecem na condição de segregados.

O projuvem adolescente se concretiza no município após o término do programa agente jovem, mais especificamente no ano de 2009. Os responsáveis diretos pelo programa no município são a Secretária municipal de desenvolvimento social e a coordenadora de atenção à juventude, tendo ainda outros cinco profissionais, que realizam os trabalhos nos CRAS do município.

Quanto à divulgação do programa, este acontece através de panfletagem, divulgação junto aos CRAS, a lideranças comunitárias, a escolas municipais e estaduais, por meio da secretaria de comunicação. Porém os responsáveis pelo programa notam a falta de envolvimento e comprometimento por parte desses interlocutores no intuito de desmistificar para a sociedade o caráter de que o programa não passa apenas de mais uma “política compensatória”, que não traz soluções e benefícios e que de nada resolveriam.

Dos adolescentes já atendidos pelo programa não há por parte do programa um acompanhamento de sua vida social, não sendo possível um aprofundamento no âmbito do município sobre a influência do programa posteriormente na vida dos que aqui tiveram e se de fato estão inseridos socialmente.

Para os técnicos do programa as principais dificuldades quanto à realização dos trabalhos, está no envolvimento da comunidade, na precariedade quanto ao funcionamento, na estrutura física, na falta de envolvimento de parceiros.

Quanto aos adolescentes atendidos no projuvem, todos se encontram em defasagem escolar, alguns são advindos de determinação judicial, para cumprimento de medidas sócio-educativas e todos estão na condição de vulnerabilidade e risco social. Para eles, os principais fatores que interferem no convívio social, é a exclusão social e estes vêm no projuvem uma oportunidade de cidadania, um incentivo aos estudos, um lugar longe da violência, das drogas e da criminalidade, uma possibilidade de serem incluídos socialmente, mesmo diante de todas as dificuldades quanto ao funcionamento do programa.

As ações do projovem têm participação de todos os envolvidos, inclusive os adolescentes que participam no planejamento e execução dessas ações, estas são discutidas nos coletivos e somente após participação de todos se concretizam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho foi um desafio, que se concretizou a partir de uma inquietude em relação às dificuldades observadas no contexto que se inserem os jovens/adolescentes pobres das sociedades nos dias atuais, mais especificamente das realidades observadas na juventude dentro do contexto municipal. Cujas temáticas se objetivou antes de tudo fundamentar-se teoricamente sobre o Programa Projovem Adolescente e avaliar o referido programa no âmbito do município e de que modo estes vem contribuir para a inserção social destes jovens à sociedade. Percebeu-se que os esforços sociais em busca de mudanças são de fato urgentes e necessários no tangente ao atendimento às populações que se encontram em situação de vulnerabilidade social e é justificável que busquem a garantia de direitos mínimos sociais de cidadania através de políticas públicas mais focadas às reais necessidades de dada população, nesse caso, dos adolescentes jovens. Porém logo de início percebeu-se que não basta apenas o governo federal criar programas e exigir a implementação por parte das instâncias municipais, e de igual forma não basta ao município apenas a sua implementação, se estas não estiverem totalmente entrelaçadas à participação da população.

Com o referido estudo foi possível examinar de que forma os problemas socioeconômicos dos jovens influem em suas aspirações na busca por melhores condições e conseqüentemente à busca de ascensão social e a influência dessas condições socioeconômicas, sobre a busca por escolarização, formação profissional e qualificação, considerando que na atual conjuntura socioeconômica brasileira muitas foram às transformações e que novas demandas se estruturaram no cenário econômico, vem influenciando diretamente entre outras coisas, as perspectivas dos jovens das camadas mais pobres da sociedade ao primeiro emprego por exemplo e a esperança no trabalho formal.

Hoje o grande desafio do Sistema único de assistência Social é desmistificar o caráter de simples assistencialismo, caridade, ou simples política compensatória, que ao longo dos tempos veio sendo impregnados aos programas lançados pelo governo.

Por fim, as iniciativas, de implementação de Políticas Públicas existentes são válidas, mais insuficientes para o enfrentamento dos desafios quanto à inserção social de adolescentes pobres, principalmente àqueles sob medida socioeducativa à sociedade e muitos são ainda os percalços que se apresentam no todo das ações e do programa no município de Cachoeiro de Itapemirim, quanto sua efetivação e aplicabilidade, apesar dos esforços por parte dos envolvidos diretamente com o programa o que se vê é que as características apregoadas e desejadas pelo governo federal nem sempre se efetivam, a exemplo disso, como se falar em inclusão dos jovens em situação de risco e desvantagem social, se um dos locais em que acontecem os momentos com esses jovens- os coletivos, é um espaço cedido e sem energia?

A intenção desta pesquisa não foi esvaziar e tampouco finalizar a discussão a respeito desse tema, mais trazer a tona inquietações que venham gerar estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.5-6, p.25-36, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 29/07/2012.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em 04/08/2012.

BRASIL. **Leis Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 03/08/2012.

BRASIL. **Projovem. Programa Nacional de inclusão de jovens:** Educação, qualificação e ação comunitária. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Diário Oficial da União:** Lei nº 11.692. Brasília, DF, 2008.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CARVALHO, Alysson [et al.]. (Org.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Proex, 2002. 142 p.

FAVERO, Osmar et al. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: Unesco, MEC, ANPED 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A Política de Educação Profissional no Governo Lula: Um Percorso Histórico Controvertido**. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 92, p.1087-1113, out. 2005. Especial.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de Pesquisa, Amostragens e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, análise e Interpretação de dados**. 7ª São Paulo: Atlas, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **Diário Oficial do Município**. Disponível em: <
<http://www.cachoeiro.es.gov.br/transparencia/diario/2008/diario3180.pdf>> Acesso em 05/08/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **Diário Oficial do Município**. Disponível em:
<<http://www.cachoeiro.es.gov.br/transparencia/diario/arq/Di%C3%A1rio4046-10.Pdf>> Acesso em 05/08/2012.

RUA, Maria Das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, (Brasília). CAPES 2009. 130 p.

SEGNINI, Lilliana Rolfsen Petirlli. **Educação e Trabalho: Uma Relação tão necessária quanto insuficiente**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 2, p.72-81, jun. 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392000000200011>.

Acesso em: 13 maio 2012.

SOARES, Ignez Pinto; SOARES, Swamy de Paula Lima. **Emancipação, juventude e políticas públicas**: o caso do Projovem. ANPED, 2007.

SOLA, Lourdes. Juventude, Política e Sociedade Civil. In CNPD. **Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas**. Brasília: CNPD, 1998, p. 753-768.

SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação: Associação Nacional de Pesquisadores em educação, São Paulo, n. 24, p.16-39, dez. 2003.

SPÓSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. **A Face Oculta da Transferência de Renda para Jovens no Brasil**. Tempo Social, São Paulo, v. 17, n. 2, p.141-172, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES (Org.). **Programa Projovem Adolescente**. Disponível em:
<<http://www.cachoeiro.es.gov.br/site.php?id=notbusca>>. Acesso em: 11 set. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Org.). **Programa Projovem**: Projovem adolescente. Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/proteçãobasica/serviços/projovem>>. Acesso em: 11 set. 2011 e 18/05/2012.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO E SEUS POSSÍVEIS EFEITOS SOBRE AS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS: UM ESTUDO DE CASO

SILVA, Scheila Ribeiro de Abreu - CCH/PPGPS – UENF
Abreu.scheila@gmail.com
NOGUEIRA, Sonia Martins de Almeida - CCH/PPGPS – UENF
nogueira@uenf.br

RESUMO

O questionamento acerca das características necessárias à escola para obter sucesso e o manter impulsionam novas vertentes de análise, no intuito de se buscar pressupostos que possibilitem a compreensão de uma identidade da própria escola. Neste estudo buscou-se responder ao questionamento acerca da organização social do território e seus possíveis efeitos sobre o desempenho escolar. O trabalho buscou analisar, em breve abordagem, o sistema educacional municipal de Macaé/RJ a partir de um estudo de caso de duas escolas públicas de anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo como referência os indicadores demográficos e educacionais. Concebe-se a escola como um espaço de produção do seu próprio projeto de educação, considerando a sua complexidade, heterogeneidade e diversidade.

ABSTRACT

The questioning about features necessary for the school to succeed drive new forms of analysis, in order to seek assumptions that enable the understanding of a school's own identity. In this study sought to answer the question about the social organization of the territory and its possible effects on school performance. The study aimed to analyze shortly approach, the educational system of Macaé / RJ city from a case study of two public schools in early years of Basic Education, having as reference the demographic and educational indicators. It is conceived as a school production space of its own education project, considering its complexity, heterogeneity and diversity.

PALAVRAS- CHAVE

Gestão da Escola; Organização Social do Território; Rendimento Escolar

O TERRITÓRIO E SUA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Enquanto uma “obra coletiva que desafia a natureza” (Rolnik, 1995, p. 8) o aparecimento da cidade delimita uma nova relação do homem com a natureza, quando, para plantar, é preciso garantir o domínio permanente de um território. A natureza da cidade está no aglomerado de pessoas em torno de uma produtividade, em que a concentração de um população num espaço limitado, definido como espaço urbano, norteia-se por uma economia “baseada na divisão de trabalho entre campo e cidade e entre diferentes cidades” (Rolnik, 1995, p. 27). A atração de grandes contingentes populacionais para as cidades, gerada em função do mercado, cria uma estrutura urbana que reorganiza o seu espaço interno e também circundante. A cidade então possui um forte poder de atração, por se tornar um local de moradia e trabalho. Aos poucos, o espaço urbano vai ganhando os contornos de uma arquitetura criada e construída pelo homem garante a memória do “seu mundo”.

Tal espaço apresenta também o que geógrafos e diversos urbanistas muito já estudaram: uma realidade de desigualdade que isola determinadas pessoas e que, determinado por uma série de ações reais e simbólicas, define o espaço em que cada um vive e onde são produzidas e reproduzidas as relações sociais. A ocupação deste espaço reflete as desigualdades sociais presentes no nosso cotidiano, fruto das relações baseadas na divisão do trabalho e de renda. Enquanto uma entidade concreta, um organismo vivo (SANTOS, 2008), a cidade é um fenômeno coletivo, produto criatividade e da ação dos homens sobre um determinado espaço.

Enquanto um dos fatores responsáveis por determinar o local de residência da família (SILVA, 2006) a variável renda pode ser assim definida:

O padrão segregacionista do espaço residencial é produzido pela maior ou menor capacidade que os indivíduos/famílias de diferentes rendimentos têm de se apropriar das externalidades do espaço urbano (p.141).

O reconhecimento da reprodução e da ampliação das desigualdades no território repousa sobre dois pressupostos: “o primeiro é que o modo capitalista de produção é, intrinsecamente, produtor de desigualdades. O segundo é que tais desigualdades têm uma expressão geográfica” (THEIS e BUTZKE, 2010, p. 02). A ideia de democracia, de igualdade e justiça social diante do quadro de segregação espacial das cidades, perceptível na observação da paisagem cotidiana com sua divisão hierarquizada, que caracteriza as condições de vida das pessoas, é passível de ser questionada e investigada.

Para Neil Smith, a combinação de desigualdades geográficas é inerente ao desenvolvimento capitalista, considerando a necessidade de acumulação de capital e a necessidade de controle social. Assim, "o desenvolvimento desigual é a desigualdade social

estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados" (1998, p. 221).

São grandes os impactos ocasionados pelas transformações econômicas na organização socioespacial das cidades a partir de uma estrutura social dualizada e pela fragmentação do espaço socioterritorial, questionando-se o papel que a cidade exerce em relação à efetivação dos direitos de cidadania e da dinâmica democrática.

Os estudos da sociologia urbana e da sociologia da educação buscam ver os efeitos da segregação territorial na reprodução das desigualdades sociais, considerando a questão da estratificação educacional, dos mecanismos relacionados ao modelo de segregação residencial e do contexto de moradia, conforme afirmam Ribeiro e Kolinski:

[...] somente uma terceira geração de estudos, realizados nas últimas duas décadas, têm conjugado abordagens da sociologia urbana e da sociologia da educação para tratar fatores relacionados à organização social do território e seus possíveis efeitos sobre as oportunidades educacionais (2008, p.2).

Pesquisas recentes¹ desenvolvidas em Educação norteiam-se pela investigação acerca das desigualdades educacionais, tendo como foco a questão da exclusão social. Uma expressiva produção bibliográfica em pesquisas tem sido produzida, buscando-se referenciais explicativos para a realidade educacional não igualitária, em que o discurso de escola democrática depara-se com as contradições inerentes a ela, uma vez que ao mesmo tempo em que a escola afirma a igualdade dos indivíduos, reproduz contraditoriamente os problemas da desigualdade e da exclusão social. No entanto, questões relacionadas ao sucesso e ao insucesso da escola permanecem em aberto. Apesar dos resultados em educação no Brasil apresentarem uma realidade que generaliza o sucesso e o insucesso, atribuindo às regiões mais pobres os resultados menos favoráveis (UNESCO 2009), questões relacionadas às escolas, que mesmo fazendo parte deste contexto de pobreza e desigualdade social, conseguem obter sucesso, com positivos resultados escolares, carecem ainda de serem investigadas.

Sant'Ana afirma:

Morar em territórios pobres, isolados, contribui para que os indivíduos fiquem excluídos das principais correntes de influência da sociedade, vivenciando situações de fragilização social, tanto frente ao mercado de trabalho, quanto frente à família, à escola e à moradia. Na ausência de mecanismos que permitam romper com essa situação de precariedade, seja por meio da renda gerada pelo trabalho, seja por meio da mobilidade social propiciada pela educação, recria-se o processo da causalidade circular da pobreza. As oportunidades de trabalho e educativas podem, portanto, representar um diferencial nesse processo (2009, p. 01).

¹Destacando-se BRACHO (2003), GACITÚA (2000), OLIVEIRA (2003), SPOSATI (2000; 2004) e ZALUAR (1997)

No Brasil, as causas da pobreza estão fortemente vinculadas à questão da distribuição de renda, com uma realidade em que, de cada cinco crianças de até 17 anos, pelo menos uma ainda vive em uma família sem renda suficiente para garantir a satisfação das necessidades nutricionais mais básicas de seus membros. De acordo com BRONZO (2010), “[...] é importante enfatizar-se que pobreza e desigualdade são fenômenos diversos, mas no Brasil tais fenômenos se sobrepõem. Parte expressiva da pobreza no Brasil não está associada à escassez de recursos, mas à perversa estrutura de desigualdade na distribuição da renda.” (p. 4). A incorporação do debate acerca da desigualdade e da pobreza na agenda das políticas públicas no Brasil, considerando a complexidade de tais questões, que não permite uma abordagem superficial do tema, compreende a discussão, ainda de acordo com a autora citada acima, acerca da

[...] possibilidade de políticas mais universais de provisão de bens e serviços sociais, além de estratégias redistributivas para redução dos níveis de desigualdade [...]. Forçosamente, equacionar o problema da pobreza implica rever normas e padrões de justiça que orientam as ações distributivas em cada sociedade. (p.4).

Neste trabalho buscar-se-á analisar o sistema educacional municipal de Macaé/RJ, tendo como foco duas escolas públicas de anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando-se o desenho da realidade atual de Macaé, em que se situam, no universo das escolas, realidades bastante diversificadas. Este texto se originou no estudo que ainda está sendo desenvolvido: “Universalização dos Direitos da Criança: uma Abordagem da Gestão em duas escolas da Rede Pública Municipal no Município de Macaé/RJ”, norteado pelas seguintes indagações: quais fatores contribuem, ou mesmo, ocasionam as desigualdades educacionais na educação pública municipal de Macaé; em que medida a autonomia da escola favorece ou não o desempenho diferenciado das escolas; em que medida a organização social do território tem influência nos resultados escolares?

A CIDADE DE MACAÉ

O município de Macaé, apesar dos desmembramentos de antigos distritos, permanece como um dos mais extensos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Possuía no ano 2000, segundo o Censo Demográfico do IBGE, 132.461 residentes, distribuídos em 1.206.000 km² de área territorial, que se constituía de área predominantemente rural (1.139,1 km²). Apesar da predominância do espaço rural no território municipal com 92,9% da área total do município (Gráfico 1), há uma concentração da população nas áreas urbanas, localizada espacialmente na

faixa litorânea, devido ao crescimento e à chegada de imigrantes., Macaé tornou-se um pólo de atração para a população circunvizinha e de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, que chegou para trabalhar e fixar residência. .

Atualmente, o município está organizado em nove Setores Administrativos, identificados por cores e números, com seus respectivos Bairros e/ou Distritos e Localidades, de acordo com o ordenamento territorial determinado pela Lei 045 de 10 de dezembro de 2004, aprovada pela Câmara de Vereadores. O quadro 1 apresenta os Setores Administrativos, com a sua respectiva localização geográfica no município:

Quadro 1 – Ordenamento territorial do município de Macaé –2004

ÁREA	DISTRITO	SETORES ADMINISTRATIVOS
URBANA	1º	Setor Administrativo Azul - 1
		Setor Administrativo Amarelo - 2
		Setor Administrativo verde 3
		Setor Administrativo vermelho 4
		Setor Administrativo Vinho 5
		Setor Administrativo marrom 6
SERRA	3º E 6º	Setor AdministrativoBege - 7 (Região Serrana - 3º e 6º
	4º E 5º	Setor Administrativo Laranja- 8 (Região Serrana - 4º e 5º
	2º	Setor AdministrativoCinza - 9
RURAL	1º	Área Rural do 1º Distrito

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007

A forte atração que o mercado, em plena efervescência, originou, marcou profundamente o seu processo de urbanização. Situado na região norte-fluminense, o ciclo do petróleo marca profundas transformações na região, notadamente pela superação da estagnação/decadência da atividade sulcroalcooleira. O encerramento do ciclo da cana, uma atividade predominantemente rural,e o surgimento do ciclo do petróleo, situado no espaço urbano, provocou mudanças profundas na cidade e região ao modificar o perfil das novas oportunidades de empregos.

Ocorreu então uma forte mudança na sua paisagem urbana que modificou a sua estrutura arquitetônica em duas perspectivas: com a especulação imobiliária edifícios residenciais e comerciais foram construídos e grandes parques industriais se configuraram, modificando a paisagem natural das praias, morros, rios, lagoas, mangues e ruas.

O problema mais grave, comparado aos das grandes metrópoles,é o problema da segregação espacial. A partir do intenso fluxo migratório a favelização amplia-se. Com a favelização e a formação de uma grande periferia urbana, o que se constata é um elevado

processo de segregação do espaço geográfico, conforme estudos realizados a respeito². De acordo com os dados apresentados no Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS (SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE MACAÉ, 2010, p. 87), o município possui 19 assentamentos precários, compreendendo um universo de 16.092 domicílios e uma população de 52.838 pessoas (30% da população do município). O censo demográfico 2010 identificou 12 aglomerados subnormais no município, com 11.413 domicílios, uma população de 36.233 habitantes (17,5% da população) e com valor do rendimento nominal mediano mensal de R\$ 600,00, considerando as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Os dados do censo demográfico de 2010 mostram uma redução nos rendimentos da população ocupada de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal no município, em comparação ao Censo do ano de 2000, considerando-se que, em 2000, 27,8% das pessoas de 10 anos recebiam até dois salários mínimos e que em 2010, este percentual sobe para 39,6%. Por sua vez, o rendimento mediano dos 27,8% mais pobres da população ocupada cresceu 11,7% em relação ao censo anterior, ao passo que para os 6,5% mais ricos a redução foi de 9,0%, resultando num aumento no grau de desigualdade entre esses grupos. Em 2010, o rendimento médio dos 6,5% mais ricos era 39 vezes o rendimento médio dos 27,8% mais pobres.

O censo também mostra que 42,4% dos domicílios têm renda per capita familiar de até um salário mínimo (R\$510,00). Estes estão nos bolsões de pobreza e vivem em miseráveis condições, os quais estão situados nas áreas da periferia urbana, concentradas no distrito sede. Devido à dificuldade de disciplinar o seu crescimento urbano, apoiando-se em planos urbanísticos, favelas foram erguidas em áreas ambientais, onde a população pobre vive sem condições de higiene, moradia e qualquer estrutura urbana.

O município de Macaé é então um espaço urbano capitalista, fragmentado, complexo, apresentado uma problemática, fruto da relação histórica estabelecida entre o espaço e a sociedade, o que vai além da dicotomia urbano/rural, comumente presente nos discursos referentes ao termo “urbanização”.

POSSÍVEIS EFEITOS SOBRE AS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS A PARTIR DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

Pesquisas realizadas entre 1950 e 1960 nos Estados Unidos, França e Inglaterra voltavam-se à explicação de que “os resultados escolares estão vinculados às características

²Destacando-se COUTINHO (2011), PIQUET E SERRA (2007), SILVA (2006 e 2004) e TERRA E RESSIGUIER (2010).

socioeconômicas e culturais dos alunos” (NÓVOA,1999, p. 15). Ainda de acordo com Nóvoa (p.15), de forma “original e inequívoca” os estudos de Bourdieu e Passeron (1964, 1967) e as investigações de Coleman (1966) demonstraram a impossibilidade de isolar a ação pedagógica do universo social que a envolve, revelando que as variáveis familiares, sociais, culturais interferem no resultado dos alunos na escola. Tais estudos “subestimaram a influência das variáveis escolares e dos processos internos aos estabelecimentos de ensino” (NÓVOA, 1999, p. 15). A discussão sobre o sucesso da gestão do sistema escolar ainda permanece em aberto. O questionamento acerca das características necessárias à escola para obter sucesso e o manter, assim como indagações sobre o que faz uma escola obter sucesso e outra não impulsionam novas vertentes de análise, no intuito de se buscar pressupostos que possibilitem a compreensão de uma identidade da própria escola.

A escola - o seu cotidiano e a prática escolar - possui um dinamismo próprio que não absorve linearmente as determinações, preceitos e regras definidos pelas definições legais e administrativas estabelecidas pelos órgãos exteriores a ela, estando influenciada pela dialética do cotidiano, expressa na relação entre as práticas educacionais e as realidades sociais exteriores. Neste sentido, a partir do papel central atribuído à escola, enquanto constituinte de uma “[...] territorialidade espacial e cultural, onde se exprime o jogo dos actores educativos internos e externos [...]” (NÓVOA, 1999, p. 16), a abordagem sobre as organizações escolares passou a ser fortemente investigada, dentro de um esforço de construção de uma pedagogia centrada na escola.

A análise aqui compreendida se desdobra sobre os indicadores demográficos e educacionais, buscando observar os efeitos da organização do território sobre as oportunidades educacionais. A escola não mais entendida como um *lócus* apenas de efetivação de um determinado projeto político de governo, constitui-se um espaço de produção do seu próprio projeto de educação, passando a se desenvolver, considerando não apenas sua centralidade em termos de estudo - mas a sua complexidade, heterogeneidade e diversidade (LIMA 2011) - e enquanto uma instância que produz regras formais ou informais (auto-organização), considerando as margens de autonomia que caracterizam as organizações sociais (LIMA, 1991). Tal perspectiva situa-se dentro dos estudos feitos pela Sociologia das Organizações Educativas³, que dirige um acentuado valor à escola enquanto uma organização, dotada de autonomia e enquanto espaço de formação, centro de investigação e experimentação.

³A Sociologia das organizações educativas desenvolveu “novas abordagens disciplinares, atribuindo à escola uma contribuição conceitual e metodológica, compreendendo os domínios da gestão, da avaliação, da auditoria, da inovação e etc. (BARROSO, 1996, p.10).

É certo que a pobreza tem cor, é espacialmente localizada “e que o território é uma categoria central para caracterizar a pobreza quanto à sua reprodução”. (BONZO, 2010, p.8) No Brasil, as desigualdades presentes na sociedade ainda têm um importante reflexo no ensino brasileiro. De acordo com os dados da PNAD, há uma gradual redução dos alunos que permanecem fora da escola: em 2007- 2,4%, em 2008 – 2,1% e em 2009 – 2,0% da população. Apesar de parecer pouco, em 2007 (PNAD 2007), estes percentuais representam cerca de 680 mil crianças de 7 a 14 anos oriundas em sua maioria de populações vulneráveis, como as negras, indígenas, quilombolas, pobres, sob risco de violência e exploração, e com deficiência, que vivem nas regiões que apresentam os maiores índices de pobreza do país e as menores taxas de escolaridade (Norte e Nordeste). Deste total, total cerca de 450 mil são negras e pardas (UNESCO, 2009).

A questão da pobreza remete à discussão sobre a situação de vulnerabilidade social em que vive esta população, considerando que, enquanto circunscritos a um território ou região da cidade ou do município (JUNQUEIRA, 1999) demanda estratégias de ação inclusivas, voltadas para o atendimento das diversidades desta população, compreendendo, além da renda, o acesso a serviços públicos e sociais de qualidade; relações sociais, familiares e comunitárias de caráter mais positivo; acesso a trabalhos qualificados, que confirmam aos indivíduos não apenas renda, mas também uma identidade e um “lugar social” (BRONZO, 2010, p.8), associando a idéia de integração, de território, de equidade, enfim, de direitos sociais, numa referência à população e aos seus problemas, circunscritos.

Do total de 90.9% dos alunos matriculados no 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais que frequentaram as escolas da região urbana em 2011, concentraram-se na área nobre da cidade 38,8% destes. Na área pobre da cidade, estavam 61.2% dos alunos de toda a região urbana. Esta acentuada diferença mostra a desigualdade social ocorrida e sua distribuição territorial na área urbana do município. Em seu trabalho “Exclusão Social e Desenvolvimento Humano em Macaé”, Costa (2005), com base nos dados apontados pela Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão, demonstra uma “apartação social e geográfica entre os residentes de Macaé” (p. 139), e, conseqüentemente, entre a população em idade escolar. Segundo o autor:

[...] Macaé [...] é uma “cidade partida”, de um lado, uma área nobre e valorizada, na qual seus moradores são brancos, apresentam renda elevada, têm carteira de trabalho assinada, possuem plano de saúde privado e matriculam seus filhos em escolas particulares; do outro lado, uma periferia pobre, favelizada e negra, caracterizada pelo

trabalho informal ou pelo desemprego, pela baixa escolaridade e pelo recurso à rede pública de saúde. (p. 169)

Ao analisar os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2009 e 2011, no município de Macaé, que integra os resultados da Prova Brasil e a aprovação registrada no Censo Escolar, observa-se a ocorrência de um processo complexo, em decorrência de existirem escolas com um alto desempenho e escolas consideradas de atendimento prioritário e abaixo da média nacional em 2007 (Ideb 4,2 para os Anos Iniciais e 3,8 para os Anos Finais), que desde 2009 recebem apoio financeiro normatizados pela Resolução N° 4, do PDDE, de 17 de março de 2009.

No universo das escolas que foram avaliadas em 2007⁴, 31 escolas de Anos Iniciais e 16 de Anos Finais, cinco escolas foram incluídas na lista⁵ de escolas prioritárias e sete escolas foram consideradas como escolas abaixo da média nacional. Considerando a avaliação realizada em 2009, das 35 escolas que foram avaliadas de Anos Iniciais, 05 escolas obtiveram notas 6,0 (meta a ser alcançada pelo país em 2022) ou acima de 6,0, sendo que 01 escola localiza-se na área rural e 04 escolas nos bairros com maior concentração de renda, situados na área urbana do 1° Distrito. Em contrapartida, das 10 escolas de Anos Iniciais que obtiveram o Ideb menor que 4,6 (média nacional em 2009), 03 estão localizadas na área rural e 07 nos bairros com menor renda mensal familiar. A avaliação realizada em 2011 apresenta uma pequena modificação neste panorama:

Considerando a variável renda como fator determinante para a desigualdade social e para a segregação urbana, buscamos fazer um cruzamento desta variável com o desempenho das escolas no Ideb, traçando um mapeamento destas duas variáveis e posteriormente, realizando uma análise do comportamento dos dados observados. Neste caso, levamos em consideração os bairros situados no 1° distrito da cidade, o distrito sede que tem por nome Macaé, essencialmente por ser este o distrito que concentra 90,9% do total de alunos matriculados, conforme já apresentado acima.

A tabela 02, que segue abaixo, mostra que o maior quantitativo de alunos está concentrado nos bairros de três setores: Setor Administrativo 06 - Marrom (5450), seguido do Setor Administrativo 05 – Vinho (4730) e do Setor Administrativo 06 – Vermelho (3450). Analisando a questão renda, os Setores Administrativos que apresentam as menores rendas per

⁴O município possuía no ano de 2009 e 2011 o seguinte quantitativo de escolas de Ensino Fundamental: 38 escolas de Anos Iniciais e 18 de Anos Finais.

⁵ A listagem das escolas consideradas como prioritárias e abaixo da média nacional se encontra disponível através do seguinte endereço: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12698:saiba-mais&catid=195:seb-educacao-basica.

capita (IBGE, 2010) cujos bairros apresentam o maior percentual de rendimento até dois salários mínimos, são respectivamente: Setor Administrativo 06 – Marrom, Setor Administrativo 03 – verde; Setor Administrativo 05 – Vinho e o Setor Administrativo 02 – Amarelo. Os Setores Administrativos que apresentam as maiores rendas em todos os seus bairros, considerando renda de 05 salários mínimos ou mais são, respectivamente: Setor Administrativo 01 – Azul, Setor Administrativo 02 – Amarelo e o Setor Administrativo 06 – Vermelho. Esta análise permite inferir acerca da acentuada desigualdade de renda presente no município, onde coexistem bairros considerados ricos e outros considerados muito pobres.

Ao analisar os setores com melhor desempenho no Ideb(Ideb 5,0 ou acima de cinco em todos os seus bairros), observa-se que se destacam o Setor Administrativo 01- Azul e o Setor Administrativo 06 – Vermelho, bairros com melhor remuneração salarial mensal. Os demais setores apresentam uma acentuada variação com resultados no Ideb em 2009 acima de 6,2 e outras com resultados até 3,7 e em 2011, Ideb acima de 6,4 e outros com resultados até 3,8.

Tabela 02 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita em 2010

Setor Administrativo	População	Bairros selecionados	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (salário mínimo) (1)								Nº de alunos matriculados em 2011		Total de alunos por setor administrativo	Resultado do Ideb dos Anos Iniciais (3)	
			Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento (2)	Anos Iniciais	Anos Finais		2009	2011
SA 01 - AZUL		Lagoa	1,0	3,0	7,9	15,5	16,1	24,8	30,1	1,7	117	-	1347	A-5,3	A-6,1
		Glória	1,9	4,9	9,6	14,9	12,7	16,8	34,4	4,8	569	661		A-5,0 B-6,1	A-5,2 B-6,1
SA 02 - AMARELO	32.384	Riviera	1,7	6,8	16,8	25,4	13,5	14,7	17,2	4,0	322	-	2997	A-4,9	A-5,0
		Praia Campista	2,9	8,9	18,0	19,2	10,6	11,6	19,8	9,0	163	862		A-4,6	A-5,4
		Miramar	1,3	6,0	18,9	31,6	17,0	13,4	8,6	3,1	134	637		A-4,6 B-4,7	A-4,1 B-4,7
		Visconde de Araújo	1,2	7,3	22,3	33,5	15,7	11,3	6,1	2,6	422	457		A-4,8	A-4,7
SA 03 - VERDE	29.660	Aroeira	2,5	10,7	27,4	30,9	11,4	8,7	5,5	2,9	929		2460	A-5,2 B-5,6	A-5,4 B-5,9
		Botafogo	6,5	20,5	34,4	27,2	4,2	1,5	0,4	5,3	820	331		A-4,4 B-3,7 C-3,9	A-4,3 B-4,1 C-3,8
		Virgem Santa	2,8	18,7	31,8	22,4	4,7	4,7	1,2	13,7	238	142		A-4,5	A-4,0
04 - VERMELHO	17.337	Centro	0,8	3,7	13,5	27,0	17,9	16,7	16,7	3,7	1193	1045	3564	A-5,0 B-6,0 C-5,5	A-5,3 B-6,4 C-5,7

		Imbetiba	1,0	3,8	15,7	22,1	15,7	16,3	22,3	2,9	1230	-		A-5,1 B-6,0	A-5,6 B-5,7
		Cajueiros	16,12	22,43	11,10	9,53	6,12	1,96	16,12		96	-		A- NA*	A-4,5
SA 05 - VINHO	44.239	Barra de Macaé	5,2	18,2	33,9	26,1	6,5	3,0	1,5	5,5	2304	800	4730	A-4,4 B-4,8 C-4,4 D-4,4	A-4,3 B-5,0 C-4,4 D-4,5
		Ajuda	4,9	17,2	31,3	26,4	8,3	3,9	1,2	6,8	929	697		A-4,0 B- NA* C- NA*	A-4,9 B- NA* C- 5,2
SA 06 - MARROM	48.864	Parque Aeroporto	1,9	9,3	26,3	34,7	13,9	7,4	2,8	3,6	1658	1461	5450	A-4,2 B-5,1 C- NA*	A-4,0 B-4,9 C- NA*
		Lagomar	5,4	18,2	33,9	26,9	6,7	2,9	0,8	5,2	1469	469		A- NA* B-4,8	A-5,3 B-4,4
		São José do Barreto	5,8	15,3	30,8	26,6	8,6	3,4	2,5	7,0	393	-		A-6,2	A-5,7

As escolas (escolas de Anos Iniciais do Ensino Fundamental) que estão sendo investigadas nesta pesquisa apresentam realidades bastante distintas, no que se refere aos resultados obtidos no Ideb, mas assemelham-se no que se refere ao contexto territorial onde estão inseridas. A seguir passaremos a analisar a situação das duas escolas e contexto onde estão inseridas. Ainda que brevemente, a apresentação dos dados e análise destes contribuirá para a discussão que priorizamos neste estudo.

O COLÉGIO MUNICIPAL BOTAFOGO

Situada no bairro Botafogo, localizado no Setor Administrativo 03 – Verde, na área urbana do ° distrito – Macaé, com uma população crescente de acordo com os dados dos censos demográficos do IBGE (em 2000, 9758 pessoas e em 2010, 12933), a escola insere-se no contexto de numa periferia urbana bem próxima à área central comercial da cidade, com acentuados problemas sociais: precária infra-estrutura urbana, degradação do meio ambiente, violência, desemprego e miséria⁶. De acordo com os dados do censo 2010, é o segundo bairro com a menor renda domiciliar per capita de todo o município, 88,6%, considerado rendimento até dois salários mínimos.

Segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS (Secretaria Municipal de Habitação, 2010), o bairro é classificado como uma Zona Especial de Interesse Social

⁶ Abordagem extraída através de dados obtidos junto à Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão

Malvinas, possuindo dois assentamentos precários de tipologia Setor de Requalificação Urbano Ambiental de intervenção complexa (Botafogo e Morro do Lazaredo).

De acordo com os dados da Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2007/2007, 36,1% da população é migrante, sendo que 63,3% são oriundos do próprio estado do Rio de Janeiro. Mesmo possuindo uma população jovem, com cerca de 60% de sua população de até 29 anos de idade, apresenta um acentuado percentual de pessoas que não freqüentavam a escola (64,8%). Dos que freqüentavam, 56,5% estavam no Ensino fundamental e 13% no Ensino Médio. Declararam ter o Ensino Fundamental completo apenas 71,3% da população. Apresenta uma taxa de analfabetismo de 7,7%. Não trabalham 49,8% da população, sendo que, dos que trabalham, 82,2% atuam no ramo de serviços. Declararam que trabalham, mas não possuem carteira assinada, 42,5% da população. Declararam ser estudantes 37% da população; vivem de renda, 26,8%; outros motivos 17,3% e aposentados, 9,2%.

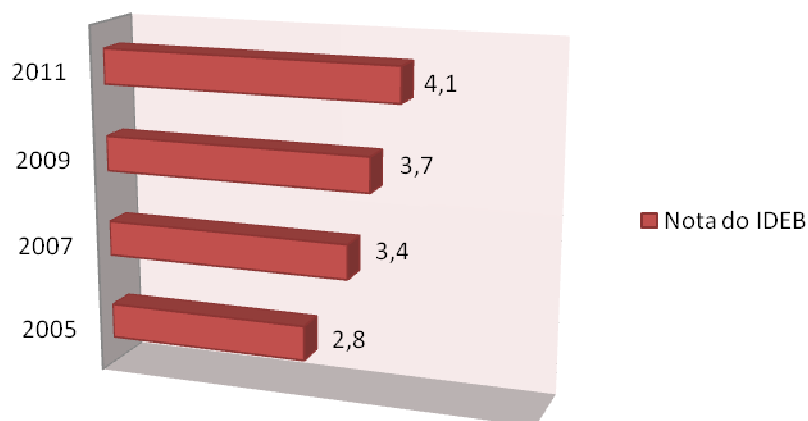
Moram em domicílio do tipo casa, 98,2%, sendo que em casas alugadas, 22,2% e de tipo alvenaria sem reboco 17,9%. Não possuem cadastro na prefeitura 34,5% dos domicílios. Utilizam como destino sanitário rio, mar ou lagoa (13,1%) e céu aberto ou vala (11,4%). Consomem água sem tratamento 30,2% e declararam não ter telefone 29,5% dos domicílios. Não possuem acesso a internet 95,3% e em 84,6% dos domicílios não há veículo automotor.

O Colégio, de acordo com os dados fornecidos pela Supervisão Escolar da Secretaria Municipal de Educação registra 38 turmas em 2012, sendo que 22 dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental, 04 da Educação de Jovens e Adultos - EJA, 01 multifuncional e 11 de atividades complementares. Nele atuam 103 funcionários, sendo 54 professores de Ensino fundamental; 17 da EJA- Educação de Jovens e Adultos; 42 de atividades administrativas/pedagógicas; 19 de apoio pedagógico e 11 de apoio. Este quantitativo vem se mantendo ao longo dos anos. Relaciona 996 alunos matriculados, assim distribuídos: 308 dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 119 da educação de Jovens e adultos e 262 de Atividades Complementares. Funciona no período diurno, no sistema parcial de carga horária. Possui 16 salas de aula, sendo que 14 são utilizadas para tal fim; não há quadra esportiva; um laboratório de informática com 14 máquinas está instalado, massem acesso a Internet.

Analisando os resultados obtidos no Ideb (Gráfico 01) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, observa-se que esta escola por três anos consecutivos foi a que obteve o mais baixo resultado entre todas as escolas do município, embora tenha apresentado um resultado ascendente nestes três anos: em 2005 (2.8), em 2007 (3.4) e em 2009 (3.7). Em 2011 a escola continuou num movimento ascendente (4.1), melhorando o seu resultado quando comparado às

demais escolas Importante situar que os resultados alcançados sempre superaram a meta projetada pelo MEC/INEP (2007 – 2.9 , 2009 – 3.2 e 2011 – 3.6).

Gráfico 01 – Evolução do desempenho do Ideb em 2005, 2007, 2009 e 2011



Fonte: MEC/INEP

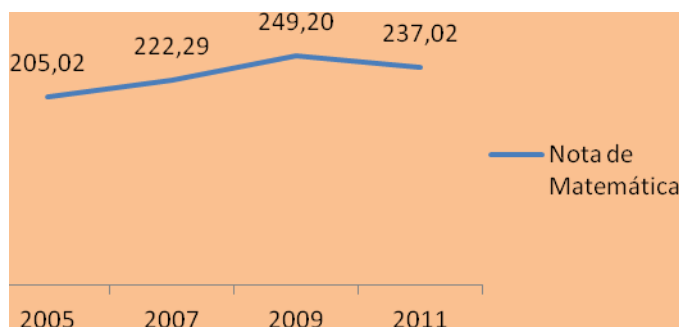
Ao analisar os indicadores taxa de aprovação e desempenho na Prova Brasil, percebe-se que ocorreu uma melhora principalmente, entre os anos, conforme demonstra a tabela 03 e os gráficos 02 e 03 que seguem abaixo. Associamos a melhora no Ideb em 2011 à melhora na taxa de aprovação do 1º ao 4º ano de escolaridade, e ao crescimento no desempenho da nota da Prova Brasil de Matemática e de Língua Portuguesa.

Tabela 03-Evolução da taxa de aprovação, por ano de escolaridade, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em 2005, 2007, 2009 e 2011

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
2005	80,0	60,0	49,3	74,5	72,1
2007	83,7	61,8	84,8	66,0	71,1
2009	78,4	89,4	69,7	78,9	85,3
2011	86,7	83,3	80,0	89,3	84,8

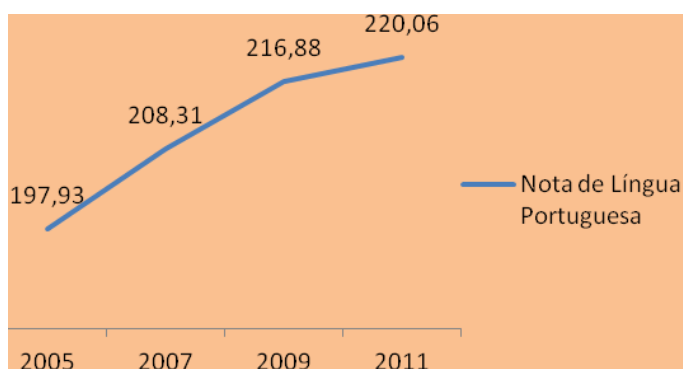
Fonte: MEC/INEP

Gráfico 02 - Desempenho obtido pelos estudantes na prova Brasil em Matemática em 2005, 2007, 2009 e 2011



Fonte: MEC/INEP

Gráfico 03 - Desempenho obtido pelos estudantes na prova Brasil em Língua Portuguesa em 2005, 2007, 2009 e 2011



Fonte: MEC/INEP

O COLÉGIO MUNICIPAL JOSÉ CALIL FILHO

Situada no bairro São José do Barreto, localizado no setor administrativo 06 – Marrom, na área urbana do ° distrito – Macaé, situa-se distante fisicamente da área central do município, e é marcado pela segregação espacial, com pouco acesso aos bens e serviços e que tem apresentado umacentuado crescimento populacional (passando de 1.106 pessoas em 2000 para 2.300 pessoas em 2010). Apesar de possuir poucas residências “apresenta um acelerado ritmo de crescimento, por se tratar de uma área com espaço para crescer ... uma área típica periférica-urbana” (SILVA, 2004, p.24).

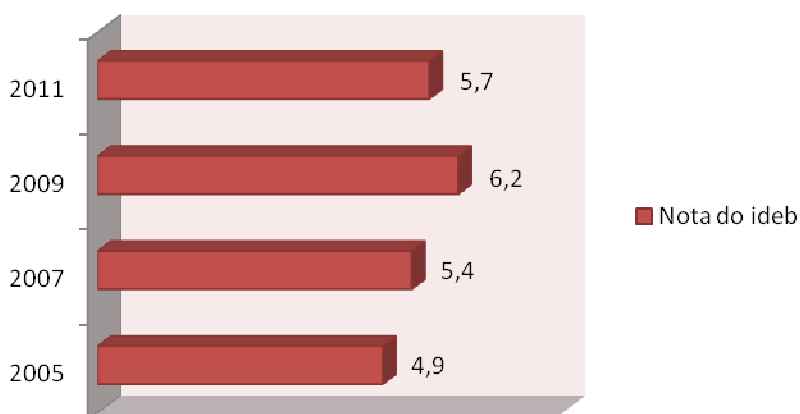
Ganhavam até dois salários mínimos (renda domiciliar per capita) de acordo com o censo 2010, 78,5% dos domicílios, sendo um entre os seis bairros com a menor renda mensal da população residente que trabalha em todo o município.

De acordo com os dados da Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2007/2007, 58% da população é migrante, sendo que 70,8% é oriunda do próprio Estado do Rio de Janeiro. Sua população é de variada faixa etária e apresenta um acentuado percentual de pessoas que não freqüentavam a escola (65,5%). Dos que frequentavam, 51,1% estavam no Ensino fundamental, 15,2% no Ensino Médio e 13,3 na pré-escola. Declarou ter o Ensino Fundamental completo apenas 63,9% da população. Apresenta uma taxa de analfabetismo de 7,5%. Não trabalham 49,7% da população, sendo que, dos que trabalham, 71,1% atuam no ramo de serviços. Declararam que trabalham, mas não possuem carteira assinada, 46,5% da população. Declararam ser estudantes 32,1% da população; vivem de renda, 25,6%; consideraram que lhes falta oportunidade 19,2% e aposentado, 13,5%.

Moram em domicílio do tipo casa, 90,1%, sendo que em casas alugadas, 27,3%. Não possuem cadastro na prefeitura 37,8% dos domicílios. Utilizam como destino sanitário rio, mar ou lagoa (10,5%) e céu aberto ou vala (2,3%). Consomem água sem tratamento, 16,3% e declararam não ter telefone 29,4% dos domicílios. Não possuem acesso a internet 94,2% e em 83,9% dos domicílios não há veículo automotor.

O Colégio, de acordo com os dados fornecidos pela Supervisão Escolar da Secretaria Municipal de Educação soma, em 2012, 20 turmas dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e 04 da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Seu quadro é de 52 funcionários, sendo 16 professores de Ensino fundamental; 12 da EJA; 16 de apoio pedagógico e 08 de apoio. Este quantitativo vem se mantendo ao longo dos anos. Registra 448 alunos matriculados, assim distribuídos: 374 dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 74 da educação de Jovens e Adultos. Funciona no período diurno, no sistema parcial de carga horária. Possui 10 salas de aula, sendo que 09 são utilizadas para tal fim; não possui quadra esportiva; há um laboratório de informática com 16 máquinas e com acesso à Internet.

Ao analisar os resultados obtidos no Ideb para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, observa-se um movimento ascendente no período de 2005 a 2009, apresentando um movimento descendente entre os anos de 2009 e 2011 (Gráfico 04). Em 2009, esta foi a escola com o mais alto resultado entre todas as escolas de Ensino Fundamental da área urbana do 1º distrito, 6,2. Em 2011 este índice caiu para 5,7, ficando em terceiro lugar quando comparado às demais escolas, considerando esta mesma variável de análise. Importante situar que a escola atingiu a meta projetada em 2009 e a superou nos anos de 2009 – 5.2 e de 2011 – 5.6.

Gráfico 04 – Evolução do desempenho do Ideb em 2005, 2007, 2009 e 2011

Fonte: MEC/INEP

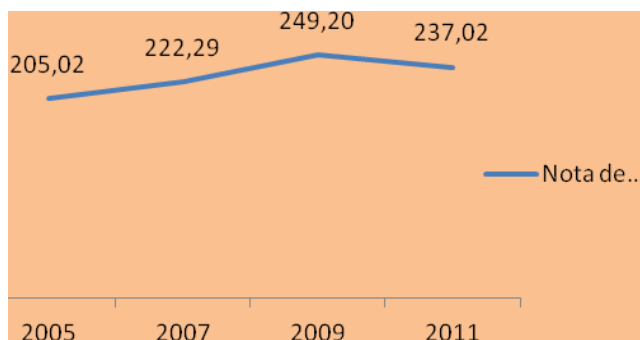
Ao analisar os indicadores taxa de aprovação e desempenho na Prova Brasil, percebe-se que ocorreu uma melhora principalmente, entre os anos de 2005 a 2009, conforme demonstra a tabela 04 e os gráficos 05 e 06 que seguem abaixo. Em 2011, apenas o 1º ano de escolaridade apresentou crescimento na taxa de aprovação em comparação ao ano de 2009. No entanto, é perceptível o movimento descendente no desempenho da Prova Brasil de Matemática no ano de 2011, quando comparado aos demais anos avaliados e o movimento ascendente no resultado de Língua Portuguesa, em todos os anos. A redução do Ideb em 2011 pode ser então associada a dois motivos: aumento na taxa de reprovação escolar do 2º ao 5º ano de escolaridade e menor desempenho na Prova Brasil de Matemática.

Tabela 04 - Evolução da taxa de aprovação, por ano de escolaridade, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em 2005, 2007, 2009 e 2011

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
2005	96,8	88,7	79,4	90,4	90,0
2007	96,8	82,7	88,1	86,5	100,0
2009	90,6	85,7	94,6	95,8	100,0
2011	94,3	82,0	81,4	86,3	97,4

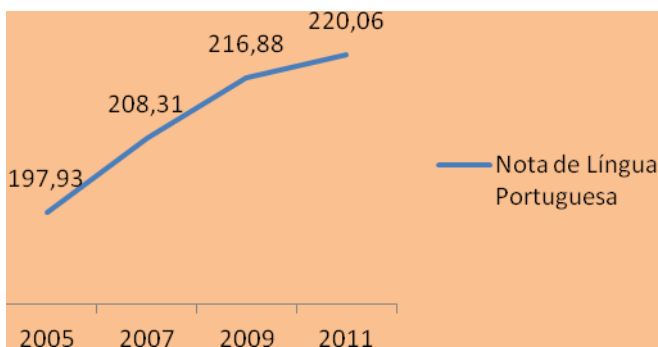
Fonte: MEC/INEP

Gráfico 05 - Desempenho obtido pelos estudantes na prova Brasil em Matemática em 2005, 2007, 2009 e 2011



Fonte: MEC/INEP

Gráfico 06 - Desempenho obtido pelos estudantes na prova Brasil em Língua Portuguesa em 2005, 2007, 2009 e 2011



Fonte: MEC/INEP

Após estas considerações, novamente voltamos à indagação inicial, objeto de estudo deste trabalho: tem a organização social do território influência nos resultados escolares? Mas tal questionamento suscita a seguinte interrogação: o que determina o sucesso ou o fracasso da escola? A análise do contexto das duas escolas parece nos encaminhar para a reflexão acerca de que a organização social do território pode não necessariamente interferir nos resultados escolares. Foram apresentadas neste estudo duas escolas situadas em territórios urbanos segregados espacialmente, porém, apresentando resultados diferentes no Ideb. São estas escolas retratos de sucesso? Quais são os indicativos que efetivamente podem elucidar o que faz uma escola obter sucesso e o manter? O ideário reprodutivista prevalece ainda no seio do discurso educacional ao ainda se considerar a influência da organização do território como fator determinante no desempenho escolar? São as variáveis sociais produtoras das desigualdades de aprendizagem conforme o debate pedagógico, dentro da abordagem macrossocial, tem considerado?

São questionamentos necessários ao se considerar que os dados extraídos do Ideb tornam público os indicadores de desempenho de cada escola, mas escondem e não desvelam e

muito menos revelam a sua identidade. Sob qual ponto de vista uma escola pode ser considerada de sucesso ou de fracasso?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização do município de Macaé como referencial de análise, à luz dos pressupostos teóricos utilizados neste ensaio, deve-se à grande expressão que o município obteve no cenário nacional, em função da produção de uma forma de energia, amplamente valorizada pelo mercado internacional. Expressão essa que coloca o município como o único do estado entre o 15 melhores do país em qualidade de vida, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM), elaborado pela Firjan, com dados baseados nos índices de 2007. Um município rico, com abundantes recursos, porém com uma acentuada desigualdade social, conforme já demonstrado.

Foram destacadas, no universo das 109 escolas do município, duas escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, situadas na área urbana do município, com localização espacial e territorial semelhantes, embora com desempenho no Ideb diferentes. No entanto, a breve análise desenvolvida, permitiu considerar que as dimensões sociais, pessoais, simbólicas e políticas do cotidiano escolar fazem da escola um espaço territorial e cultural com dinâmica própria, que vai muito além das estratégias de gestão promotoras da eficácia e eficiência padronizadas e até mesmo estereotipadas, veiculadas nas políticas reguladoras.

Acolhemos que o fracasso ou sucesso escolar não consideram quem são as crianças e os jovens que ocupam, quase que universalmente, os assentos das salas de aula brasileiras e, em especial, do município e das escolas que destacamos. Muitas vezes estão representados em indicadores que não traduzem a sua realidade. São graves os problemas enfrentados pelos meninos e meninas e pelos jovens e que interferem no seu direito de aprender: saúde, moradia, trabalho precoce, violência, preconceito, entre outros. São graves os problemas enfrentados nas salas de aula, na relação entre docentes e alunos: programas curriculares inadequados, que não consideram as necessidades de aprendizagem tendo em vista a realidade em que os alunos e professores estão inseridos; corpo docente mal preparado; estrutura física e pedagógica precárias, por exemplo.

Uma educação contextualizada não trata apenas de metodologias, de conteúdos, de didática, trata de uma visão de mundo, de uma tarefa política específica, considerando o contexto social em que aquela parcela de alunos está inserida. A educação tem uma função social. O que representa para os professores, funcionários, alunos e família das duas escolas

aqui em análise, o acesso, a permanência e o sucesso escolar? São dados que somente com uma observação acurada acerca do cotidiano da escola podem desvelar.

As pesquisas estatísticas que apresentam os indicadores educacionais brasileiros apontam os graves problemas, mas não consideram a grande distância que existe entre a escola e o mundo dos alunos. Oferecer vaga na escola, universalizar o ensino, não basta e os números já comprovaram isso suficientemente. A tão sonhada qualidade na educação brasileira precisa considerar que a desigualdade de oportunidades promove diferenças nas chances de desenvolvimento entre crianças com distintas origens sócio-econômicas. Mas, de qual oportunidade estamos falando?

Os vários fatores que podem influenciar no êxito escolar têm sido objeto de análise e estudo sobre a desigualdade educacional em larga escala e norteiam as discussões acerca dos indicadores de acesso, sucesso e permanência escolar. Os fatores extra-escolares referem-se a diversas variáveis, dentre elas, o estrato de pertencimento, o nível de instrução e a condição de trabalho e renda das famílias, as condições socioambientais, as condições de habitação e residência. Estes foram brevemente aqui analisados. Outros fatores identificam as variáveis intra-escolares, que abrangem desde a questão do gênero, etnia, origem cultural até a própria estrutura da escola, a formação dos professores, a gestão escolar, o projeto pedagógico e outros. Estes ainda carecem de ser investigados.

A questão que se coloca é então: é a gestão escolar a determinante para o sucesso ou o fracasso da escola? Quais são as características necessárias para uma gestão escolar oportunizar à escola a obtenção do sucesso? De que forma a relação entre os atores educativos internos e externos, sua relação dialética e complexa, assim como os projetos elaborados e vivenciados pela escola podem ser indicativos de sucesso escolar?

São questionamentos que encaminham para estudos posteriores.

BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, C. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. São Paulo, Editora UNICAMP, 2009.

BRACHO, T. *Exclusão educacional como dispositivo e exclusão social*. In: OLIVEIRA, M. C. Demografia da Exclusão Social. Campinas, Editora Unicamp, 2001.

BRONZO, B. *Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo*. In: Planejamento e políticas públicas. IPEA, Brasília, n. 35, jul./dez. 2010.

- COSTA, Ricardo Cesar. *Exclusão Social e desenvolvimento humano: um mapeamento das desigualdades e do desenvolvimento sócio-econômico do município de Macaé. Análise Sociológica da Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão*. Macaé/RJ: Prefeitura Municipal de Macaé / Programa Macaé Cidadão, 2005.
- COUTINHO, H. C. *Ordenamento territorial: considerações sobre o desenvolvimento urbano*. XXXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual: Desafios da Engenharia de Produção na Consolidação do Brasil no Cenário Econômico Mundial Belo Horizonte, MG, Brasil, 04 a 07 de outubro de 2011.
- FERNANDES, M. C. S. G.. *A sociologia da educação como campo de conhecimento*. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 13-21, jul./dez. 2010.
- GACITÚA E. ; SOJO C. & Davis, S. 2000. *Exclusión Social y Reducción de la Pobreza en América Latina y El Caribe*. FLACSO - Banco Mundial, 2000.
- JUNQUEIRA L. A. P. A. *Descentralização, intersectorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade*. Revista FEA-PUC-SP, São Paulo, v. 1, p. 57-72, nov. 1999.
- LIMA, Licínio. *A escola como organização educativa*. São Paulo, Cortez editora, 2011, 4ª Ed. _____ *Planos, estruturas e regras organizacionais: problemas de focalização no estudo da escola como organização*. Revista Portuguesa de Educação, v. 4 nº 02, 1991.
- NÓVOA, António.(org.) *As Organizações Escolares em análise*. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1999.]
- OLIVEIRA, L. *Os Excluídos Existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, 1997, ano 12, n. 33.
- PIQUET, Rosélia& SERRA, Rodrigo (orgs.) *Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância*. Ed. Garamond Universitária, Rio de Janeiro, RJ. 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. *Plano Municipal de Educação de Macaé*, 2008. Disponível em: www.macaerj.gov.br/semmed/
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. *Relatório da Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006/2007*. Programa Macaé Cidadão, 2012.
- RIBEIRO, L. C.& KOSLINSKI, M. *Efeito Metrôpole e Acesso às Oportunidades Educacionais*. Trabalho apresentado no 32º Encontro Anual da ANPOCS, em 06 de setembro de 2008, Caxambu, Minas Gerais. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/TrabalhoANPOCS2008.pdf>. Acesso em 23/08/2011.
- ROLNIK, R. *O que é a cidade*. Coleção Primeiros Passos. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- SANT'ANNA, M.J.G. *O papel do território na configuração das oportunidades educativas: efeito escola e efeito vizinhança*. In:Carneiro, S. M. S. e Sant'Anna,M.J.G. (orgs.). *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.
- SANTOS, Milton. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. *Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS*, Prefeitura Municipal de Macaé, 2010. <http://www.macaerj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1317371032.pdf>.

- SILVA, Leonardo de Carvalho. *Da cana ao petróleo: dinâmica intra-urbana recente em Macaé*. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social. ENCE/IBGE, Rio de Janeiro, maio de 2006.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*, Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SPOSATI, A et al. *A Pesquisa Sobre Segregação: conceitos, métodos e medições*. Espaço & Debates. 2004, v. 24, n. 45.
- TERRA E RESSIGUIER. *Mudanças no Espaço Urbano de Macaé: 1970-2010*. Trabalho Apresentado na Oficina sobre Impactos Sociais, Ambientais e Urbanos das Atividades Petrolíferas – o caso de Macaé (RJ), UFF, em Niterói, entre 7 e 9 de dezembro de 2010.
- THEIS, Ivo Marcos e BUTZKE, Luciana. *O desenvolvimento geográfico desigual de uma perspectiva latino-americana*. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/13_ivotheis&lucianabtzke.pdf.
- UNICEF. *Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009 – O Direito de Aprender: Potencializar Avanços e reduzir desigualdades*. Brasília, DF, 2009.
- ZALUAR, A. *Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas*. In. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 35, Paulo, 1997. Disponível em: www.scielo.org.

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR:
ANALISANDO A POLÍTICA DE COTAS E A UTILIZAÇÃO DO ENEM/SISU
NA UENF**

Shirlena Campos de Souza Amaral

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Direito (PPGSD) da UFF
E-mail: shirlenacsamaral@yahoo.com.br

Marcelo Pereira de Mello

Professor do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Direito (PPGSD) da UFF
E-mail: mpmello@unisys.com.br

RESUMO: A pesquisa se constitui na análise sobre a política de cotas para negros e carentes, como medida de inclusão social, a partir do sistema pioneiro implantado nas universidades estaduais do Rio de Janeiro, no Brasil. Objetiva-se examinar se a fragilidade da política de cotas para negros averiguada na UENF, nos anos de 2004 a 2005, quanto à conquista efetiva de inserção de negros pobres no ensino superior público fluminense, se mantém até 2011 e se é perceptível a ociosidade no preenchimento das vagas igualmente na modalidade das cotas para estudantes de escolas públicas. Em análise seguida, avaliamos a utilização do ENEM/SISU para o acesso aos cursos de graduação da UENF, buscando identificar possíveis interferências da utilização do ENEM/SISU na política de cotas para negros e carentes na instituição, como medida de inclusão social.

Palavras-chave: política pública de cotas; ENEM/SISU; acesso à universidade.

ABSTRACT: The research aims to analyze the policy of quotas for black and poor, as a measure of social inclusion, from the pioneering system deployed in the state universities of Rio de Janeiro, in Brazil. The objective is to examine whether the fragility of the policy of quotas for blacks in the UENF in the years 2004 to 2005, as the achievement of effective inclusion of poor blacks in higher education state, is maintained until 2011 and idleness is noticeable in filling vacancies also in the form of quotas for students from public schools. In analysis then evaluated using the ENEM/SISU for access to undergraduate programs of UENF, seeking to identify possible interference of using ENEM/SISU policy of quotas for blacks and poor in the institution, as a measure of social inclusion.

Keywords: public policy of quotas; ENEM/SISU; access to university.

Apresentação

Nas últimas décadas, políticas públicas têm sido formuladas em diferentes níveis de governo com vistas a impulsionar as bases da igualdade e da justiça na sociedade brasileira. Nesse contexto, políticas e programas de ação afirmativa passaram a ocupar o centro das discussões sobre acesso ao ensino superior. Nas universidades públicas brasileiras as políticas afirmativas, estabelecidas por leis ou resoluções dos conselhos universitários, especialmente, os sistemas de reservas de vagas – a tão conhecida *política de cotas* para grupos específicos, em geral os identificados como negros ou afro-descendentes, os egressos de escolas públicas e a população carente – emergiram com a finalidade de democratizar o acesso ao ensino superior e reduzir as desigualdades sociais e étnicas presentes no Brasil.

Já é possível identificarmos uma tendência à adesão de políticas de ação afirmativa pelas universidades brasileiras (Machado, 2007; Heringer e Ferreira, 2009). O Estado do Rio de Janeiro, no que tange a instituição de programas de “Ações Afirmativas” no âmbito educacional, vem se destacando no objetivo de minimizar o problema do acesso de estudantes negros e pobres ao ensino superior público. A visibilidade dessas medidas afirmativas deu-se em meio às divergências em torno do sistema de cotas com base na “raça” e/ou “classe” para acesso às universidades públicas a partir da denominada “política de cotas” implementada na UERJ e na UENF. Nessas universidades novos critérios de seleção e admissão em seus cursos de graduação foram fixados em decorrência da força de leis estaduais e passaram a reservar um percentual de vagas para estudantes oriundos da rede pública estadual de ensino e para a população negra e parda já no processo seletivo 2002/2003.

É esta experiência pioneira de cotas para negros e carentes na educação pública superior que trazemos para a nossa reflexão.

Nesse trabalho, retornamos ao contexto histórico da política de cotas para negros e carentes na UENF, apresentando o movimento de implantação de medidas marcantes da política. Enfatizamos as inúmeras mudanças sofridas na legislação sobre cotas e as contradições nelas presentes, no decorrer de quatro gestões governamentais – Anthony Garotinho, Benedita da Silva, Rosinha Garotinho e Sérgio Cabral – a partir de análise da literatura e de fontes documentais. A UENF e a UERJ foram pioneiras na implementação da política de cotas, com destaque para a UENF que foi ainda a primeira universidade estadual a aderir ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), já em sua primeira edição, em 2009. A partir de 2010 incluiu todos os seus cursos de graduação presenciais no sistema, selecionando seus alunos por meio das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Num segundo momento, avançamos na análise do impacto das cotas raciais na UENF, com o intento de responder às duas questões: a política de cotas para negros e carentes tem ampliado o

acesso de estudantes negros e pobres no ensino superior da UENF? A utilização do ENEM/SISU está interferindo no desenho da política de cotas para negros e carentes na instituição enquanto mecanismo de inclusão social? Mediante levantamento junto a uma base de informações recolhidas em fontes primárias (legislação, editais, estatísticas, dentre outras informações) junto à Pró-Reitoria de Graduação da UENF (PROGRAD), iremos diagnosticar, em primeiro lugar, de forma mais acurada, a política de cotas para negros e carentes na UENF, enquanto mecanismo de inclusão social, utilizando o exame por um maior lapso temporal, focalizando o período de 2004 a 2011. Atentos à incapacidade da política de cotas para “negros” no ensino superior público fluminense, averiguada por Amaral (2006), no *caso* da UENF, entre os anos de 2004 a 2005 – que foi de 12,52% para 4,05% – pretendemos examinar se a ineficácia se mantém para o período imediatamente posterior até 2011, e se até este mesmo ano continua a haver igualmente ociosidade no preenchimento das vagas na modalidade das cotas para estudantes de escolas públicas. Em seguida, vamos avaliar a utilização do ENEM/SISU para o acesso aos cursos de graduação da UENF, buscando identificar possíveis interações entre o ENEM/SISU e a política de cotas para negros e carentes na instituição, como medida de inclusão social.

Cotas enquanto política de ação afirmativa no ensino superior

Nos últimos anos, o ensino superior estabeleceu-se como uma das principais áreas em que foram implantadas políticas e programas de ação afirmativa. Uma nova função da educação pública superior ganhou força e vem sendo amplamente discutida em razão das cotas para estudantes negros e carentes enquanto uma política de inclusão social, e como forma de ampliar o acesso de minorias raciais e grupos sociais economicamente desfavorecidos na universidade.

Em sentido amplo, políticas com viés afirmativo existem no Brasil há bastante tempo. No campo do trabalho, por exemplo, por determinação contida nos Arts. 93 da Lei 8213 de 1990, e 36 do Decreto Federal 3.298 de 1999, a empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência¹. No que respeita especificamente à educação podemos exemplificá-las com a chamada Lei dos Dois Terços, da década de 1930, “para garantir a participação majoritária de trabalhadores brasileiros nas empresas em funcionamento no Brasil, numa época em que muitas firmas de propriedade de imigrantes costumavam discriminar os trabalhadores nativos” (Medeiros, 2004, p.

¹ Araújo, Josemar F.; Mello, Marcelo Pereira de. (2010). Cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho: uma linha tênue entre preconceito e falta de qualificação.

143). Ou, ainda, a Lei n.º 5.465/68, direcionada ao campo da educação, conhecida por “Lei do Boi”, que em seu artigo 1.º dispunha que os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União teriam que reservar anualmente, de preferência, 50% de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural, e 30% para os que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio (Gomes, 2003). Também, em sua história jurídica e constitucional, a legislação brasileira trouxe a possibilidade de aplicação de políticas afirmativas, mediante leis que alicerçam o princípio de tratamento diferenciado direcionado às “minorias”², como ações positivas para os índios, mulheres e deficientes físicos presentes na Magna Carta de 1988.

Ainda, no que se refere à análise da evolução da aplicação de políticas afirmativas no Brasil, há não de hoje um direcionamento especial à temática da inclusão social dos negros, tal como na Convenção Internacional Sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, ratificada pelo Brasil em 26 de março de 1968³, assim como esforços envidados na década de 1980, por uma aliança entre sociólogos das relações raciais e movimentos sociais na luta anti-racismo, a exemplo do Centenário da Abolição e da Lei Caó, n.º 7.437, de 1985. Na década de 90 as políticas de ação afirmativa com recorte “racial” foram objeto de acaloradas discussões e contestações tanto no movimento negro quanto dentre estudiosos das relações raciais. Apesar disso, foi a partir dos anos 90 que propostas de políticas afirmativas começaram a se consolidar.

As cotas como políticas afirmativas no ensino superior ganharam força nitidamente com a atuação do agente político “movimento negro”, conforme demonstra Antônio Sérgio Guimarães, “(...) o movimento negro foi o primeiro e, até recentemente, o único agente político a propor, com as cotas, medidas concretas que ampliassem a democratização do ensino superior no Brasil, daí a sua ressonância” (Guimarães, 2010).

A situação se alterou precisamente em 2001, como reflexo da *III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata*, em Durban, África do Sul – marco na luta antirracista em escala internacional – quando no decorrer da preparação da Conferência, setores da sociedade brasileira, em especial o movimento negro, estiveram fortalecendo a discussão sobre a reserva de vagas para negros no ensino superior, afora iniciativas do poder público e do setor privado. Marcos Chor e Ricardo Ventura (2005, p.188),

² Importante a menção de que “não se toma a expressão *minorias* no sentido quantitativo, senão que no de qualificação jurídica dos grupos contemplados ou aceitos com um cabedal menor de direitos, efetivamente assegurados, que outros, que detêm o poder. [...] em termos de direitos efetivamente havidos e respeitados numa sociedade, a minoria, na prática dos direitos, nem sempre significa menor número de pessoas”. (Rocha, 1996, p.87).

³ Esta Convenção dispôs que: “Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais, tomadas com o único objetivo de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberais”.

tratam da III Conferência Mundial Contra o Racismo como “a grande guinada nos rumos das ações afirmativas no Brasil”, representada pela adoção de ações, projetos e programas governamentais, em prol de inclusão social e de valorização da população negra. Queremos dizer que foi somente a partir de 2001 que ganhou força entre as autoridades brasileiras a disposição para implementar as políticas e programas de inclusão social materializando-se em ações a idéia de que era preciso um tratamento positivamente distinto a determinados grupos que se encontram em posições desvantajosas, em função de desigualdade social e discriminação de que são vítimas reais⁴.

A representação de programas de cotas enquanto ações afirmativas surgem em diversos campos no Brasil. Na educação, como vimos, outras tantas políticas de acesso ao ensino superior, como formas de efetivação de direitos, como medidas que priorizam a inserção de grupos minoritários, com histórico de exclusão. Mas, são as “raciais”, nomeadamente, as que vêm provocando as maiores polêmicas.

Muitos brasileiros foram apresentados a um debate complexo, que ganhou a mídia e tornou-se tema de debate público, de visível entusiasmo, sobretudo, quanto ao seu fundamento legal. Remetemos, particularmente, ao mesmo tempo em que entram em vigor no Rio de Janeiro as medidas resultantes de decisão do poder público⁵ e da aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), qual seja: a Lei 3.708/2001, estabelecendo a reserva de 40% de vagas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro para àqueles que se afirmassem como “negros” ou “pardos”, “sob as penas da lei”; e a Lei 3.524/2000, em que 50% de vagas foram reservadas para estudantes oriundos de escola pública, produzindo efeitos para ingresso nas universidades UERJ e UENF a partir de 2003. Já naquela época, intelectuais se dividiram no apoio⁶ ou na rejeição⁷ às cotas “raciais”, ponderando sobre aspectos sociais diversos. Enquanto, mais comumente, os

⁴ Lembramos das estatísticas divulgadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Henriques, 2001), segundo a qual, organizações do chamado movimento negro contemporâneo vem denunciando com veemência, para além da histórica desigualdade de oportunidades educacionais e no mercado de trabalho, a ideologia da democracia racial e a mestiçagem brasileira.

⁵ Experiência distinta ocorreu, por exemplo, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em que o programa de inclusão foi discutido, votado e implementado, no vestibular de 2003, pelo seu próprio Conselho Universitário, por meio da Resolução n.º 198 de 2002 (Freire, 2004).

⁶ Guimarães (1999, p.64) aponta "a necessidade de teorizar as 'raças' como elas são, ou seja, constructos sociais, formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios". A seu juízo se a contestação da idéia de 'raça', diante da sua força simbólica no mundo social, tem contribuído para a manutenção da desigualdade racial, as políticas de cotas “raciais” seria um modo de desmascarar o racismo – que estaria no cerne de toda desigualdade econômica e cultural –, como também de questionar a ausência de igualdade e a naturalização das hierarquias sociais brasileiras. Estudiosos como Rosana Heringer (2004), Petrônio Domingues (2005), dentre outros, compartilham desta visão.

⁷ Yvonne Maggie e Peter Fry (2004), dentre outros autores, em defesa de políticas universalistas, direcionadas aos economicamente desfavorecidos, fazem restrições à política com base na “raça”, vez que não aponta para a universalização dos direitos. Proporcionar melhoria na qualidade de ensino básico é uma das soluções apontadas pelos autores, à medida que as cotas raciais caracterizam critérios desiguais de acesso aos direitos e dificultam a compreensão de que o principal problema existente na sociedade brasileira é social e não racial. Também, esses autores introduzem o questionamento de como se poderia implantar no Brasil o sistema binário classificatório das raças. Nesse sentido, atentam que medidas como cotas raciais podem “transformar a nação brasileira em uma nação dividida em duas metades – uma feita de brancos e a outra, de negros” –, incentivar o ódio racial e viabilizar a agressão de forma violenta (SORJ et. al, 2007, p.14).

militantes de movimentos sociais advogaram em prol do sistema “racial” de cotas, observamos simultaneamente que não poucos profissionais universitários manifestaram-se em oposição deste.

Inúmeras universidades públicas estaduais e federais adotaram política de cotas por critérios variados. Elielma Ayres Machado (2007), em artigo sobre “Implementação e monitoramento de políticas afirmativas nas universidades públicas brasileiras”, revela uma tendência à adesão de políticas de ação afirmativa pelas universidades brasileiras. Apresenta a autora que no período correspondente aos anos de 2002 a 2007, das 84 (oitenta e quatro) universidades públicas existentes no País, 37 (trinta e sete) já tinham implementado alguma medida de política de ação afirmativa. Em 2008 este incremento abrangeu ações em 52 (cinquenta e duas) universidades públicas brasileiras (Ibid., p.145). Também, Rosana Heringer e Renato Ferreira (2009, p.141) informam que “dentre as duzentas e vinte e quatro instituições públicas de ensino superior, setenta e nove promovem algum tipo de ação afirmativa”. Destas, quarenta e uma são instituições públicas estaduais, que adotam em maioria o sistema de cotas.

Parece que tem auferido, portanto, concretude a idéia de que a democratização do acesso a educação pública superior carece de política de cotas, como forma de ascensão social para as camadas mais pobres da sociedade, para os grupos que se encontram sub-representados na população estudantil universitária. José Jorge de Carvalho, por exemplo, em sua obra “Inclusão Étnica e Racial no Brasil”, ratifica também ser imperativo a implantação de medidas afirmativas em diferentes áreas, especialmente, para a população negra, e justifica: “o problema é que existe um grupo racial aqui (o grupo negro) que certamente tem uma história de discriminação e exclusão muito maior do que os outros e esse grupo é uma minoria (12%), então, não é a metade da população (2005, p.9).

Como instrumentos de “integração”, com vistas a contribuir na dissolução dos obstáculos que impedem à participação e usufruição de todos na/da chamada sociedade democrática, a política de cotas emerge ganhando força na acepção da “justiça distributiva ou social”, entendida, conforme Gomes (2001) como a necessidade de se promover a redistribuição equânime dos ônus, direitos, vantagens, riqueza e outros fundamentais “bens” e “benefícios” entre os membros da sociedade. Não nega a justiça cultural, ao contrário, tende efetivá-la.

Feres Júnior (2006, p.16-17), por exemplo, vem reconhecendo em seus trabalhos o argumento da justiça social como o de maior legitimidade, alicerçando-se no texto constitucional de 1988 – artigos 170 e 193, respectivamente – que contemplam a igualdade orientada pelos critérios econômico e social – e na tese de que a pobreza tem cor, ao mencionar que: “(...) basta constatarmos que no Brasil, a variável raça/cor é responsável por uma grande desigualdade sócio-econômica para podermos justificar a criação de políticas que visem a promover aqueles que são

desfavorecidos”. Fortalece esse fundamento o fato de que a aplicação desse princípio pode se estender a “outros grupos que sofrem ou possam vir a sofrer de discriminação”. Por outra lógica, a justiça social combina-se – não contraria – ao direito da reparação⁸.

No entanto, apesar do Brasil figurar entre os líderes no *ranking* mundial da desigualdade social e econômica com reflexos na educação – basta a leitura do “*Relatório do Desenvolvimento Humano 2006*”, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a lembrança de que apenas 2,5% dos negros (pretos e pardos), com mais de 25 anos de idade encontram-se no ensino superior, enquanto entre os brancos essa proporção é de 10,2% (IPEA, 2005),– há, ainda hoje, forte divergência quanto a ser a adoção da política de cotas a melhor alternativa de política pública para promover a igualdade racial e social no país. Em especial, discute-se a adequação dessa política de cotas para tornar mais inclusivo e democrático o acesso a educação superior no Brasil. Quiçá não pelos seus resultados meritórios ou não, já que ainda é muito cedo para diagnósticos acabados sobre avanços e limites da política, mas devido à sua adequação às características específicas das relações raciais na nossa sociedade.

Cotas para negros e carentes: medidas marcantes e apreciação da legislação

A reivindicação pela política de cotas, num primeiro momento, esteve direcionada exclusivamente aos egressos da escola pública. A primeira Lei, de n.º 3.524/2000, oriunda do Projeto de Lei n.º 1.653/2000 e de autoria do Poder Executivo – nos termos do Projeto de Lei n.º 1.258/2000, elaborado pelo Deputado Edmilson Valentim (PCdoB) – adveio de pressões do movimento estudantil secundarista (UBES).

À época, mesmo de uma forma não organizada, houve manifestação das universidades, a despeito do Projeto de Lei 1.653/2000 ter sido enviado em caráter de urgência para a ALERJ, *a priori* à votação, as universidades participaram de um debate organizado pela UERJ, denominado “*Reserva de Vagas: Democratização, acesso e permanência no ensino superior*”, ocorrido em 15/08/2000⁹. Em decorrência, a ALERJ optou por enviar o Projeto à UENF e UERJ, em vez de votá-lo em caráter de urgência, buscando os pareceres das universidades. Isso possibilitou à UENF se manifestar por intermédio do então Pró-Reitor de Graduação em atuação no período, mediante Ofício CG./n.º 013, o qual dentre menções, destaca-se: “O Projeto de Lei que estabelece a Reserva de Vagas nas Universidades Públicas Estaduais para alunos Egressos da Rede Pública de Ensino,

⁸ Exemplificamos que justificativas de reparação histórica aparecem bem presentes no Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2003).

⁹ Maiores detalhes conferir em <http://www2.uerj.br>.

não resolve e não ataca o principal problema do Ensino Público no Estado do Rio do Janeiro”. Não houve desautorização a aprovação do Projeto de Lei, embora a universidade posicionasse contrário à política. Em último caso, a Universidade “aceitava cumprir o que fosse estabelecido na forma da lei, sugerindo apenas um maior tempo de adaptação”, conforme exposto no Ofício CG./n.º 013, anteriormente citado.

Também na UERJ, em 14/09/2000 ocorreu situação similar, quando por meio de parecer institucional, foram apresentadas críticas e sugestões ao Projeto, embasadas em critérios acadêmicos e jurídicos.

Portanto, as críticas das comunidades acadêmicas ao Projeto de Lei 1.258/2000, elaborado pelo Deputado Edmilson Valentim, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), não repercutiram a ponto de frear um movimento que derivou no estabelecimento da reserva de vagas na UERJ e na UENF¹⁰. Apesar das ressalvas, o Projeto de Lei 1.653/2000 foi aprovado por unanimidade pela ALERJ em 09/11/2000, naquela época presidida pelo então Deputado Sérgio Cabral. Aprovado, o Projeto originou a Lei n.º 3.524, sancionada em 28/12/2000, pelo então Governador Anthony Garotinho.

A lei visava à garantia de alunos egressos de rede pública de ensino nas universidades estaduais, estabelecendo no artigo 2.º, inciso I, alíneas “a” e “b”, que 50% das vagas, em cada curso de graduação das universidades fluminenses fossem reservadas para os mesmos, mas desde que tivessem cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em instituições de rede pública do Município e/ou do Estado do Rio de Janeiro e que tivessem sido selecionados em conformidade com o estatuído no artigo 1.º desta Lei.

Não foram contemplados nesta reserva de rede pública, alunos oriundos de ensino público federal, diversamente de outras instituições, o que pareceu violar o modelo de federação brasileiro. Por essa percepção, César (2005, p.63) elucida que o “legislador visou acomodar o uso do bem público a pessoas que tenham laço efetivo com o Estado, e que participem efetivamente dele”. Para a autora, “isso significa que são legítimos os tratamentos diferenciados para comunidades locais, e que foge aos objetivos da UERJ e da UENF a busca da redução da desigualdade social de outros Estados da Federação”.

A Lei n.º 3.524/2000, na prática, gerava dois vestibulares, nos quais 50% das vagas tinham a concorrência dos alunos provenientes das escolas particulares, ou que em algum período

¹⁰ Registramos que já em 1996, o deputado estadual à época, Carlos Minc apresentou pioneiramente o Projeto de Lei n.º 86/99, propondo, dentre outras providências: “a criação de vagas suplementares nos concursos de admissão para as universidades e escolas técnicas públicas do Estado do Rio de Janeiro, a serem destinadas aos setores étnoraciais historicamente discriminados (10%) e a alunos carentes (20%)”. Disponível em <http://www.alerj.rj.gov.br>.

estudaram em escola particular; e os demais 50%, dos alunos que sempre estudaram em escola pública do Estado.

Em 09 de novembro de 2001, ainda no Governo Anthony Garotinho, foi sancionada a Lei n.º 3.708 – originária do Projeto de Lei n.º 2.490/2001, de autoria do ex-deputado José Amorim (PP), aprovado pela ALERJ na Sessão de 18 de outubro de 2001 – que estabeleceu em seu artigo 1.º a cota mínima de até 40% para populações negras e pardas no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação da UERJ e UENF. Nas reuniões prévias acerca da política de cotas nas universidades estaduais e a consecutiva aprovação da Lei, havia a participação marcante da EDUCAFRO, um representante do movimento social negro em âmbito nacional, trazendo a demanda pelas chamadas cotas “raciais”.

Anteriormente a aprovação da política de cotas nas universidades estaduais fluminenses, em 29 de outubro de 2001, o Assessor da Pró-Reitoria de Graduação da UENF na ocasião, atendendo à solicitação do então Reitor, emitiu parecer desfavorável – Memo PROGRAD n.º 101/2001 – sobre o Projeto de Lei n.º 2.490/2001, que instituía cota de até 40% para negros e pardos, e que, por sinal, havia sido aprovado pela ALERJ onze dias antes desse parecer. Destacamos nesse documento as considerações conclusivas de que: *“somente a reserva de vagas para uma das classes das populações carentes e discriminadas não resolve o problema maior que é como mudar uma sociedade injusta e antidemocrática”*. Mas, o parecer da UENF foi, mais uma vez, desconsiderado pelos quadros do Executivo e Legislativo. Entenderam ser o momento certo, para o reconhecimento de certas identidades coletivas, apostando na proteção diferenciada para a garantia da inclusão social de todos.

Em menos de seis meses, precisamente em 04/03/2002, visando à efetiva implantação das cotas, adveio o Decreto n.º 30.766 regulamentando a Lei n.º 3.708/2001 e produzindo efeitos para ingresso nas universidades a partir de 2003. Por uma interpretação literal do artigo 3.º é pertinente a elucidação de que o decreto, em questão, determinou que fosse feita a acumulação da cota de 40% para negros e pardos com a cota de 50% para egressos de escolas públicas, estabelecida esta pela Lei n.º 3.524, de 28/12/2000, sendo que na cota mínima “racial” já estavam incluídos os “beneficiados” pelas cotas para oriundos de escola pública. Significa que primeiro preenchia-se o percentual de 50% pelos candidatos aprovados no vestibular oriundos de escola pública e, em seguida, verificava-se, se dentre estes havia candidato autodeclarado negro ou pardo, visando preencher a segunda cota racial de 40% – por esse preceito o sistema de cotas apresentou-se como aberto as portas do ensino superior para os estudantes carentes.

Além disso, no artigo 1.º constituiu que o percentual antes definido em “até 40%” para negros e pardos passasse a exatos 40% e, em seu parágrafo único, permaneceu não fazendo

distinção entre pessoas negras e pardas. Para gozar dessas prerrogativas, o artigo 5º do aludido decreto estabeleceu a identificação dos alunos negros e pardos por meio de declaração firmada pelo próprio candidato, mas sendo esta facultativa. Do mesmo modo, esclareceu o significado de negro, precisamente no parágrafo único, do artigo 1.º, ao dispor que: “para fins deste Decreto, é considerada negra a pessoa de cor preta”.

Observamos, assim, que a Lei n.º 3.524/2000, a Lei n.º 3.708/2001 e o Decreto n.º 30.766 regulamentaram o primeiro processo seletivo com reserva de vagas na UENF e UERJ – o vestibular de 2003¹¹ – buscando atender os alunos oriundos da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, em 50% das vagas reservadas, e os negros e pardos, com um percentual de 40%, respectivamente, mostrou-se problemático. César (2005, p. 56) tratou a problemática exprimindo o equívoco desta, no momento em que dentre os candidatos aprovados pela reserva de escola pública (50%) não existia, na maioria dos cursos, o percentual de candidatos auto-declarados negros ou pardos que se esperava. Situação em que o preenchimento de 40% reservado para “cota racial”, estabelecido em lei, dar-se-ia por candidatos autodeclarados como tais oriundos de escolas privadas, o que significaria um preenchimento de até 90% das vagas para cada curso nas duas universidades. De tal modo, finaliza a autora: “a política de ação afirmativa que deveria ser a exceção da regra, tornava-se a própria regra”.

Este advento pioneiro em nível nacional, de estabelecimento da política de cotas, principalmente, as “raciais”, provocou um cenário de perspectivas em conflito por parte de alguns segmentos da sociedade (Amaral, 2006), com movimentos marcados por dissensos, favorecendo ocorrências de ações judiciais em múltiplos juízos¹².

Interessante que, ainda no mês de março de 2003, nos percursos dos acalorados debates e matrículas dos primeiros alunos “cotistas” na UERJ e na UENF, o então Governo do Estado – Rosinha Garotinho – pressionado a acolher às possibilidades de modificações nas leis, determinou àquela que passou a se designar Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) a instituição de mais um Grupo de Trabalho, com o diferencial de que, desta vez, as universidades convidadas a discutir o assunto apresentariam propostas antes de quaisquer alterações serem votadas na ALERJ.

Deste modo, após a primeira experiência com cotas e todas as incertezas dela derivadas, dada a dificuldade prática de aplicação das leis, houve revisão da legislação no sentido de melhorar

¹¹ O vestibular de 2003 foi realizado em duas fases: o Vestibular Estadual – com cotas para negros e pardos – e o SADE - Sistema de Acompanhamento do Desempenho do Ensino Médio, específico para alunos da escola pública, atendendo igualmente a cotas para negros e pardos.

¹² César (2005) e Machado (2005) recuperam esse processo, em que vários foram os fóruns de debates e as reações contrárias como ações de inconstitucionalidade, totalizando em torno de 300 ações protestando o resultado do Vestibular.

a presença de jovens pobres na universidade pública, já que o critério da renda familiar do candidato não havia sido considerada e muitos candidatos oriundos de famílias não carentes estariam sendo favorecidos.. O estabelecimento do critério de carência foi então introduzido para evitar a “injustiça” de se beneficiar duplamente os já privilegiados economicamente como ocorrera no ano anterior, seja com os oriundos de escola pública, seja com os negros. UERJ e UENF propuseram a revisão da legislação pertinente no sentido de garantir melhores possibilidades de execução e êxito para a política afirmativa. A UENF, representada pela Assessoria da Pró-Reitoria de Graduação à época, não se manteve omissa, tal como se pode ler no relatório elaborado de 16 de junho de 2003:

“Ao fazermos uma análise crítica da Lei 3.708, de 09 de novembro de 2001, certificamos que a escolha da quota de 40 % não é razoável. (...) Entendemos que o termo populações negra e parda não é esclarecedor para a aplicação da Lei, caso ela venha a ser aprovada. Isto porque, num país como o Brasil, com uma grande miscigenação, seria muito difícil caracterizar quem não é pardo. (...). Contudo, devemos analisar a questão da reserva de vagas também pelo ponto de vista social. As populações menos favorecidas incluem os afrodescendentes, os de origem indígena e outros. Sendo assim, entendemos que não somente a Lei 3.708 deve ser reeditada, mas também a Lei (...), que trata do ingresso nas Universidades do Estado dos alunos egressos das Escolas Públicas. Entendemos que o problema da exclusão social deve ser analisado do ponto de vista histórico, social e econômico. (...). Esforços estão sendo realizados pela UENF, UERJ, SECTI, SEE e a sociedade civil organizada no sentido de reeditar as duas Leis de reservas de vagas sob a ótica histórica, social e econômica, e sem ferir a autonomia universitária (...). Aproveitamos para agradecer a oportunidade da UENF se pronunciar quanto a esta questão polêmica e lembrarmos que faz parte da vida da Universidade refletir, discutir, gerar e universalizar o conhecimento e, desse modo, promover a igualdade social. Mesmo que não pareça claro à primeira vista, esta discussão é fundamental para substanciar a inclusão social. (...). Entendemos que a Lei de reserva de vagas para as populações negra e parda consiste em uma ação, cujo objetivo se coaduna com os anseios da Universidade: ciência e tecnologia a serviço de todos, sem exclusão.”

Coube à Governadora Rosinha Garotinho encaminhar a ALERJ o Projeto de Lei n.º 506, de 27/06/2003, que instituiu novos critérios para o sistema de cotas para ingresso nas Universidades Públicas Estaduais. Com a aprovação da Lei n.º 4.151, de 04/09/2003, pela Governadora Rosinha Garotinho, revogaram-se as leis anteriores. Em seu artigo 5.º, a Lei n.º 4.151 definiu o percentual mínimo total de 45% para os carentes, assim distribuídos: 20% para estudantes oriundos da rede pública de ensino; 20% para negros; e 5% para pessoas com deficiência e integrantes de minorias étnicas..

O novo regulamento constituiu-se num modelo de sistema de reserva de vagas mais claro, passando a vigorar a partir do processo seletivo de 2004, com a possibilidade de ser reavaliado a contar de cinco anos de sua implementação. Atendendo as diversas sugestões das universidades, a

nova Lei trazia a intenção clara de atender inicialmente os alunos carentes. O critério de carência¹³, conforme estabelecido, haveria de ser definido pelas Universidades Públicas Estaduais levando-se em consideração o nível sócio-econômico oficial estabelecido no edital. A partir de então, no processo de seleção, o candidato na concorrência a quaisquer modalidades de cotas haveria que comprovar ser carente.

Com o advento da Lei 4.151/2003 a restrição contida no artigo 2.º, inciso I, alínea “a” da Lei 3.524/2000 – de que os estudantes egressos de escolas públicas deveriam cursar integralmente o ensino fundamental e médio em instituições da rede pública dos Municípios e/ou do Estado do Rio de Janeiro –, foi modificada, exigindo apenas como requisito que o aluno tivesse cursado o ensino médio em escolas públicas situadas no Estado do Rio de Janeiro, podendo ser escolas estaduais, municipais e federais (artigo 1º, §2º), excluindo das reservas apenas os alunos de outros entes federativos.

Ainda, nos termos da Lei 4.151/2003, a terminologia “negros e pardos” foi permutada por “negros”, como sinónimo do somatório de pretos e de pardos, o que significou a supressão do termo “pardo”, sendo os beneficiados aqueles que se autodeclarassem negros. Ora, essa alteração gerou uma grande contestação uma vez que tornava “negros” muitos que, até antes desta política, se percebiam como “morenos” ou “morenos claros”, por não serem pretos nem mulatos, nem corresponderem ao padrão do branco europeu, remete à reflexão sobre a questão da identificação racial exigida pela política. Não por acaso, Azevedo (2004) proferiu: “como definir “negro” em terras onde muitos se orgulham de ser “morenos”?”

Em 2007 observamos nova atualização na legislação que regula o sistema de cotas para acesso às universidades públicas¹⁴, a Lei 5.074 de 17 de julho de 2007, sancionada pelo Governador Sérgio Cabral. Esta Lei trouxe as modificações do artigo 1º da Lei 4.151/2003, tanto no inciso III quanto no parágrafo primeiro do mesmo dispositivo desta Lei. Particularmente, no inciso III foram incluídos como beneficiados na cota de 5%, além dos deficientes e integrantes de outras minorias étnicas, “filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos em razão do serviço”.

Meses depois, em abril de 2008, uma nova alteração incidiu na Lei 4.151. A Lei nº 5230, de 29 de abril de 2008, incluiu o parágrafo 2º, no artigo 4º e definiu que o programa de apoio aos cotistas de que trata esse artigo deveria vigorar durante todo o curso universitário, caso o aluno permanecesse na situação de carente.

¹³ O critério de carência fixado pelas Universidades naquele ano de 2004 foi de R\$ 300,00 (trezentos reais).

¹⁴ Em 2007, no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Amaral (2007) relatou a análise situacional da legislação sobre cotas que, ora, recuperamos e agora avançamos, pois naquele mesmo ano e no seguinte foram regulamentadas novas leis redefinindo o sistema de cotas para acesso às universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro.

Em 11 de dezembro de 2008 mais uma Lei foi sancionada, desta vez, pelo governador Sergio Cabral – Lei 5.346. Essa Lei, atualmente em vigor, além de revogar as Leis 4.151/2003 e 5.074/2007, trouxe a inclusão dos indígenas no rol de beneficiados, que em vez dos 5% para integrantes de outras minorias étnicas passaram a ser considerados juntamente com a de 20% destinada aos negros, prevista no artigo 2º, inciso I.

Nos termos do artigo 4.º da Lei Estadual no 5346/2008, por aluno oriundo da rede pública de ensino passou-se a entender aquele que tenha cursado integralmente todas as séries do 2º ciclo do ensino fundamental e do ensino médio em escolas públicas de todo território nacional. Portanto, modificou a exigência de que o aluno tivesse que ter cursado o ensino médio em escolas públicas situadas no Estado do Rio de Janeiro.

Outra inovação, presente no mesmo artigo 2º da Lei 5.346/2008, foi o estabelecimento do prazo de 10 (dez) anos para a duração do sistema de cotas, minimizando o estigma de que a política de cotas para acesso às universidades possui caráter permanente, e não emergencial. O parágrafo 6º do artigo 1º prevê ainda que, no prazo de 1 (um) ano anterior ao fim do prazo de prorrogação previsto no caput do artigo, o programa de ação afirmativa deverá ser minuciosamente avaliado por Comissão presidida pelo Procurador-Geral do Estado, juntamente com representantes dos órgãos e entidades participantes do referido programa e representantes das instituições da sociedade civil.

O artigo 3º da Lei 5.346/2008, por sua vez, especifica como deve ser o programa de inclusão social dos estudantes carentes ao longo do curso universitário:

“Art. 3º - É dever do Estado do Rio de Janeiro proporcionar a inclusão social dos estudantes carentes destinatários da ação afirmativa objeto desta Lei, promovendo a sua manutenção básica e preparando seu ingresso no mercado de trabalho, inclusive mediante as seguintes ações:

I - pagamento de bolsa-auxílio durante o período do curso universitário;

II - reserva proporcional de vagas em estágios na administração direta e indireta estadual;

III - instituição de programas específicos de crédito pessoal para instalação de estabelecimentos profissionais ou empresariais de pequeno porte e núcleos de prestação de serviços”.

Ainda, nos termos da Lei Estadual 5.346/2008 permanece a atenção ao atendimento á condição de carência socioeconômica, sendo definida nos mesmos moldes da Lei 4.151/2003, como renda *per capita* bruta das pessoas do grupo familiar, porém o valor estabelecido pelas universidades foi bem mais elevado, de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais). O critério de carência fixado pelas universidades foi, inicialmente, em 2004, de renda familiar equivalente a R\$ 300,00 (trezentos reais) per capita, mas, no ano de 2005, passou a ser de R\$ 520,00 (quinhentos e

vinte reais), depois R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) em 2008 e de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais) em 2009.¹⁵

Apesar de divergências em torno do sistema de cotas para acesso às universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro continuarem extremamente amplas e inúmeras atualizações na legislação que regula o sistema de cotas para acesso às universidades públicas – conforme tem sido ajustada frequentemente, de modo a captar mais alunos negros e carentes para o ensino superior público – a pergunta fundamental que devemos responder é: a implantação destas Leis ampliou o acesso ao ensino superior dos grupos beneficiados nos processos de seleção para ingresso na UENF?

Antes de buscarmos responder essa indagação, importa assinalarmos uma recente mudança de alternativa para o ingresso nos cursos de graduação da UENF, advinda da primeira experiência da universidade com a utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)¹⁶, na seleção de 2009 para alguns de seus cursos, como forma de acesso complementar e, a partir de 2010, como o único critério do processo seletivo para o ingresso em todos os seus cursos de graduação presenciais, desvinculando-se, assim, do Vestibular Estadual do Rio de Janeiro.

Mesmo que tal mudança não altere o estatuído para o sistema de cotas, que continua vigendo conforme os termos da Lei Estadual 5.346/2008, também, seguimos com a indagação: a utilização do ENEM/SISU está interferindo no desenho da política de cotas para negros e carentes na instituição enquanto mecanismo de inclusão social?

¹⁵ Interessante observar que a majoração no critério de carência não tem sido lembrada por estudiosos, mas tem nos chamado atenção. Curioso, também que, quando em participação no Fórum de Graduação da UENF – instância deliberativa da Câmara de Graduação da Universidade –, em 18 de junho de 2009¹⁵, tendo como pauta de discussão a política de cotas para ingressos nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, notamos que os professores presentes ficaram surpresos com o incremento de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais) no critério de carência estabelecido para o processo de seletivo de 2009, em relação ao vestibular de 2008, realizado com base na Lei 5.074/2007. Temos ponderado, assim, ser paradoxal uma modalidade de ingresso cuja estratégia de preenchimento das vagas esteja se dando pela ampliação da renda *per capita* do candidato. Acentua o debate, se nos percebermos diante de um novo paradoxo da inclusão social por “cotas raciais”: para que as vagas possam ser preenchidas, cada vez se aceitam, nesta modalidade de ação afirmativa, candidatos de renda *per capita* mais elevadas.

¹⁶ O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) instrumento para avaliar os estudantes que concluíam o Ensino Médio foi criado em 1998. Com o passar dos anos, o ENEM passou a ser utilizado como critério de seleção para os estudantes concorrerem a bolsas para estudos no ensino superior privado, no Programa Universidade para Todos (ProUni), bem como vem sendo adotado recentemente, a partir de 2009, como forma de acesso complementar ou em substituição ao vestibular por algumas instituições públicas e privadas de ensino. O Plano Nacional de Educação 2001-2010 estabelece, entre outros objetivos, a expansão da oferta de educação superior. Em sintonia, nos últimos anos as instituições públicas de ensino superior têm sido palco de várias políticas públicas e programas governamentais voltados para a expansão do número de vagas e incentivo ao acesso, como os programas Fies e ProUni e o aumento da oferta de vagas na rede federal, via abertura de novos campi e novas Instituições de Ensino Superior, além da ampliação do número de financiamento (bolsas e subsídios) aos alunos, dentre outros. Corroborando a menção da expansão da oferta de vagas, os novos formatos de cursos que têm sido adotados, diversos dos tradicionais cursos de bacharelado e na modalidade de ensino presencial, falamos, aqui, dos cursos na modalidade de ensino à distância e os tecnológicos, voltados à formação profissionalizante de nível superior em atual destaque. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira o número de matrículas, nos cursos de graduação, aumentou em 7,1% de 2009 a 2010 e 110,1% de 2001 a 2010.

A inclusão por cotas e a utilização do SISU/ENEM na UENF

Em pesquisa realizada na UENF, balizada na associação da legitimidade da política de cotas raciais à urgência de mecanismos de aceleração da justiça como equidade Amaral (2006) apresentou o primeiro diagnóstico de ineficácia da política de cotas para negros na UENF, com ênfase na análise da relação entre a inclusão social pretendida e a efetivamente realizada. Constatou-se que o candidato negro e carente para lograr êxito no sistema de reserva de vagas na UENF, precisava, inicialmente, ter sido bem-sucedido na *corrida ao vestibular*, ou seja, no Exame de Qualificação – ter acertado ao menos 40% –, que precedia ao Exame Discursivo, fase em que poderia assinalar a opção pelas cotas. Verificou-se, assim, que a política de cotas não retirava, portanto, da disputa por vagas para ingresso na universidade a competição acirrada com base no mérito e as pressupostas desvantagens sociais, de “classe” e “raciais” entre os candidatos.

Esta constatação nos impulsionou diagnosticar, de forma mais acurada, a eficácia da política de cotas para negros e carentes na UENF, enquanto medida de inclusão social, utilizando o exame por um maior lapso temporal, focalizando o período em princípio de 2004 a 2010 (Amaral e Mello, 2011).

Partimos do decréscimo de estudantes negros por cotas de 2004 a 2005, que foi de 12,52% para 4,05%, e reexaminamos se a ineficácia averiguada no caso da UENF, nos anos de 2004 a 2005, quanto à baixa inclusão, se manteve ao longo dos anos posteriores e se era perceptível a mesma ociosidade no preenchimento das vagas disponibilizadas pelo sistema de reservas de vagas para negros na modalidade das cotas para estudantes de escolas públicas em geral, vez que são também considerados carentes na forma da lei.

A partir das novas análises, deparamos com o fato inesperado e intrigante de que a redução de cotistas negros na UENF, inicialmente, observada entre 2004 e 2005 (Amaral, 2006) continuou até o ano de 2010 (Amaral e Mello, 2011). Esta evidência foi possível pela análise de dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Graduação da UENF (PROGRAD). Por esta investigação pudemos perceber que ao longo dos anos, a reserva de 20% de vagas para negros, estabelecida por Lei a cada ano, não favoreceu o ingresso de estudantes negros pelo sistema de cotas na universidade. O decréscimo desses estudantes que de 2004 a 2005 foi de 12,52% para 4,05%; agravou-se no ano de 2006, passando de 3,80%; e em 2007, para 3,00%. Em 2008, foi possível o acompanhamento do contínuo decréscimo, em torno de 2,00%. Em valores absolutos: enquanto em 2004 ingressaram 60 estudantes negros carentes por cotas nos cursos de graduação da UENF, após 4 (quatro) anos, em 2008, apenas 8 estudantes estavam inseridos por meio do mesmo mecanismo. A ínfima inserção de

estudantes negros carentes por cotas se manteve no ano de 2009, num total de preenchimento de apenas 20% do total de vagas disponibilizadas para este segmento – ou seja, 105 vagas do total de 526 vagas reservadas para os cursos de graduação da UENF. Em termos percentuais apenas 2,28% foram preenchidas.

Tabela 1 – Proporção das vagas para carentes e negros em relação ao total de vagas reservadas

Ano	Vagas oferecidas para estudantes negros	Vagas efetivamente preenchidas (%)
2004	20%	12,5%
2005	20%	4,1%
2006	20%	3,8%
2007	20%	3,0%
2008	20%	2,0%
2009	20%	2,3%
2010*	20%	5,1%**
2011*	20%	20%

*Dados já refletem a inclusão do ENEM/SISU no processo seletivo

** Para os cursos de Agronomia, Zootecnia e as Licenciaturas em Biologia, Física, Matemática, Química e Pedagogia.

Em 2004, as vagas reservadas para estudantes oriundos de escolas públicas na UENF foram totalmente preenchidas. Mas, nos anos seguintes os resultados alcançados por esta modalidade de cotas não foram animadores. Da reserva de 20% de vagas para egressos de escolas públicas, estabelecida por Lei, o percentual de estudantes ingressos na UENF em 2005 foi de 12,4%, passando em 2006 para 10,6% e para 8,4% em 2007. A fragilidade das cotas para o acesso de jovens carentes, oriundos de escola pública também se mostrou mais nítida no ano de 2008, traduzida na percentagem de 5,2% de ingressantes. Em números: enquanto em 2004 ingressaram 127 estudantes por reservas de escola públicas nos cursos de graduação da UENF, em 2008, somente 26 estudantes estavam inseridos pelo mesmo sistema. No ano de 2009 identificamos uma majoração de ingressantes por cotas para egressos de escola pública no percentual de 8,8%, mas longe dos 20% de vagas reservadas.

Tabela 2 – Proporção das vagas para oriundos de escola pública ocupadas em relação ao total de vagas reservadas

Ano	Vagas oferecidas para estudantes negros	Vagas efetivamente preenchidas (%)
2004	20%	20,0%
2005	20%	12,4%
2006	20%	10,6%
2007	20%	8,4%
2008	20%	5,2%
2009	20%	8,8%
2010*	20%	10,1%
2011*	20%	20%

*Dados já refletem a inclusão do ENEM/SISU no processo seletivo

Com tudo isso, esperava-se que as preocupações manifestadas pelos diversos atores envolvidos no processo, deputados, chefes do executivo estadual, movimentos sociais de negros e outros, e das sucessivas modificações legais coroadas com a aprovação da Lei 5.346 de 2008 - estabelecendo a extensão do pagamento de bolsa-auxílio, em vez de um ano para todos os anos do curso universitário; mais o alargamento no critério de carência, fixado em 2004, em R\$ 300,00 per capita para R\$ 960,00, fossem proporcionar a inclusão dos estudantes negros e carentes da rede pública. No entanto, a despeito delas, a ínfima inserção desses estudantes se manteve estável.

Muitos foram os nossos questionamentos a partir dessa constatação. O problema estaria fixado no próprio sistema de cotas? Ou então, à má formação dos jovens nos níveis básicos da educação pública, como querem alguns, seria o principal motivo dessa situação de subutilização das vagas? Ou ainda, o problema estaria na própria forma de seleção dos estudantes: o vestibular? Seguindo a pesquisa, em andamento, pela última suspeita, de que o problema de não inclusão dos “carentes” esteja, sobretudo, no próprio sistema de vestibular, a pergunta que temos feito a partir do número de ingressantes por cotas para negros e egressos de escola pública em 2009 é: o ENEM é um sistema que está facilitando o ingresso na UENF? A utilização do ENEM/SISU está interferindo no desenho da política de cotas para negros e carentes na instituição enquanto mecanismo de inclusão social?

Quando a UENF, em meados de 2009, incluiu alguns de seus cursos de graduação presenciais no Sistema de Seleção Unificada (SISU) – os cursos de Agronomia, Zootecnia e as Licenciaturas em Biologia, Física, Matemática, Química e Pedagogia – como forma de acesso

complementar na seleção de 2009, contando como única etapa do Vestibular Específico/UENF a utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para ingresso no primeiro semestre de 2010, constatamos um pequeno incremento de estudantes negros por cotas em relação ao ano de 2009, mas ainda aquém ao pretendido, vez que num total de 20% de vagas disponibilizadas para negros em 2010, apenas 5,1% das vagas foram preenchidas. Verificamos uma majoração mais nítida no preenchimento das vagas naquele ano para ingressantes por cotas para egressos de escola pública, que atingiu o percentual de 10,1%, do total de 20% de vagas disponibilizadas para esse segmento.

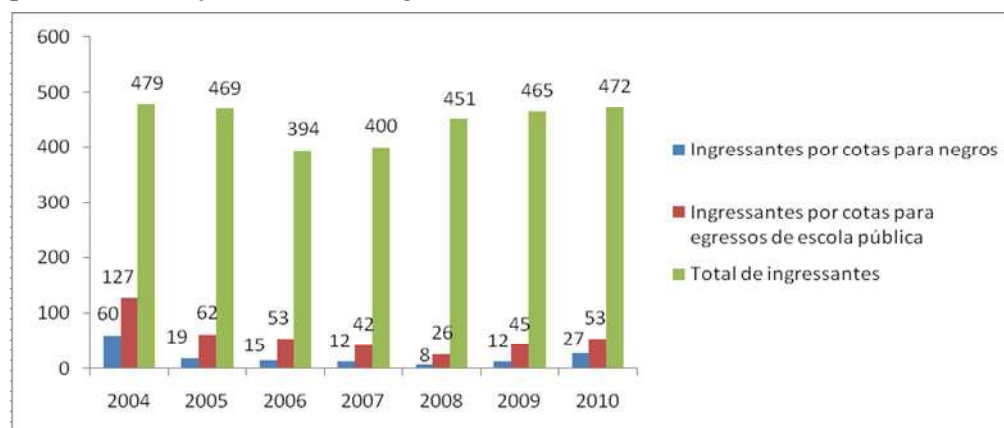
Em 2010 a UENF aderiu ao processo seletivo do ENEM/SISU utilizado exclusivamente para o ingresso dos estudantes, permitindo a manutenção da opção por concorrência as vagas reservadas ao sistema de cotas. Em 2011, surpreendentemente, o ingresso de estudantes unicamente pelo novo modelo de processo seletivo alcançou o objetivo pretendido de ampliação eficaz de acesso ao ensino superior da UENF, influenciando no resultado do preenchimento dos 20% de vagas reservadas para negros e os também carentes egressos de escolas públicas.

Esse dado reforça nossa convicção a respeito da forma de seleção anterior, o vestibular, ter desempenhado um papel fundamental no entrave do acesso dos públicos alvos das cotas à universidade.

Analisando os dados do ingresso dos alunos nos vestibulares antes da adesão da UENF efetiva ao processo SISU/ENEM, para os seus cursos presenciais, nos anos 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, verificamos que ao longo dos sete anos, o acesso à universidade dos estudantes pelo sistema de cotas para negros, não chegou a 5% em relação ao total de estudantes ingressantes. O total de vagas oferecidas para “cotistas” autodeclarados negros durante esse período de 2004-2010 foi, em números absolutos, de aproximadamente 720 vagas, sendo que apenas 155 destas vagas foram preenchidas; ao passo que os egressos de escolas públicas ocuparam 408 das vagas reservadas para eles, ainda que lá devessem estar também os aproximados 720 estudantes advindos de escolas públicas.

A proporção de estudantes negros e de ensino médio público em relação ao total dos ingressantes na UENF torna-se mais perceptível com base na Figura 1.

Figura 1. Proporção de estudantes ingressantes por cotas para negros e oriundos de escola pública em relação ao total de ingressantes na UENF - 2004 a 2010



Fonte: Informações obtidas junto à Secretaria Acadêmica da UENF.

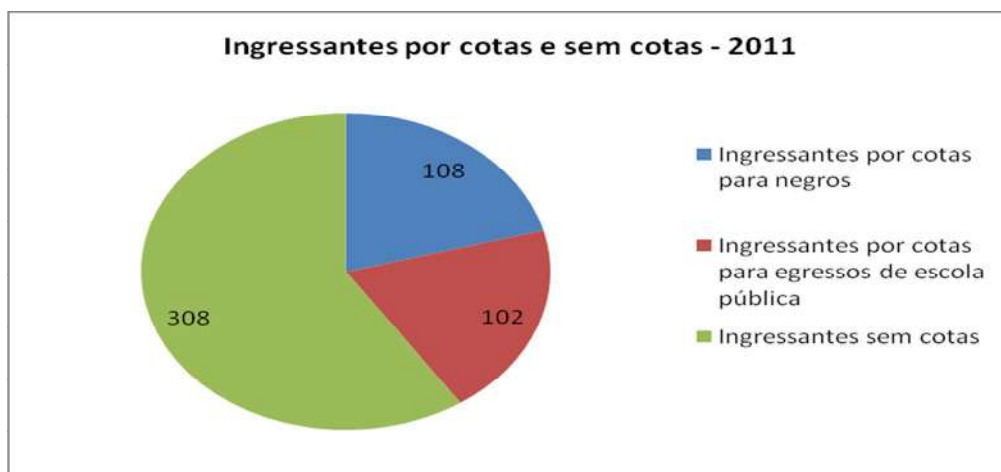
Para esses anos avaliados, constatamos a ociosidade de aproximadamente 80% de vagas reservadas pela política de cotas para negros na UENF, quase o dobro da não ocupação de vagas pelos estudantes advindos de escolas públicas, próximo de 43%. Entre 2004 e 2010, dentre os cursos oferecidos, os que apresentaram menor ingresso por cotas de estudantes negros e egressos de escolas públicas foram Ciência da Computação, Zootecnia e as Licenciaturas em Química, Matemática e Física. Por se tratarem de cursos que exigem uma base mais consistente de educação nos ensinamentos básicos e médio, suspeitamos que as leis e seus incentivos não foram capazes de compensar as desigualdades de formação educacional. Isso reforça a opinião daqueles que localizam na fraca formação dos estudantes da escola pública as razões do insucesso na entrada na universidade.

No que se refere à indagação quanto à ociosidade no preenchimento das vagas disponibilizadas pelo sistema de cotas raciais igualmente na modalidade das cotas para estudantes oriundos de escola pública, podemos dizer que para esta modalidade a ociosidade é menos alarmante, mas também não atinge o impacto de inclusão real desejada.

Tais dados somados àqueles do incremento do preenchimento das cotas a partir da adoção do ENEM/SISU, a partir de 2010, estão a indicar, supomos, que as ações afirmativas e as suas inúmeras modificações legais desde a sua implementação na UENF, embora não sejam a panaceia que seus idealizadores propugnavam para a resolução dos problemas das desigualdades sociais e seus reflexos na educação, têm o seu valor como política pública de inclusão. Os dados indicam também que elas sozinhas não serão capazes de garantir maior democratização no acesso ao ensino superior público.

E quanto à indagação dos efeitos da utilização do ENEM/SISU como forma única de acesso aos cursos de graduação da UENF e sua possível interferência no desenho da política de cotas para negros e carentes na instituição enquanto mecanismo de inclusão social, os dados revelam para o ano de 2011 um cenário muito animador, mediante o resultado do preenchimento dos 20% de vagas reservadas para negros e os 20% também carentes egressos de escolas públicas, conforme Figura 2 que se segue:

Figura 2. Proporção de estudantes ingressantes por cotas para negros e oriundos de escola pública em relação ao total de ingressantes sem cotas na UENF - 2011



Fonte: Informações obtidas junto à Secretaria Acadêmica da UENF.

Impressões finais

A pesquisa, segundo pudemos evidenciar, busca subsidiar estudos e responder às indagações do ponto de vista da análise da eficácia de tais políticas públicas de acesso ao ensino superior: a política de cotas para negros e carentes e a utilização do ENEM/SISU na UENF.

Os dados alcançados e apresentados, por ora, nos autorizam a dizer que a permanência de baixa porcentagem de estudantes negros e egressos de escolas públicas na UENF – os denominados também carentes – não é devida à inexistência de número de vagas suficientes colocadas para eles como reserva especial, ou mesmo remetem a algum tipo de inelasticidade dos critérios adotados pela política de cotas ao longo dos anos, ao contrário. Igualmente, a universidade pública, no caso em análise a UENF, não nos parece mais colocada como um patamar inatingível para estes estudantes.

Os dados analisados indicam que a conjugação das políticas estaduais de ação afirmativa com a utilização do ENEM/SISU vem se mostrando mais eficaz para a inclusão de estudantes negros e carentes na UENF.

Lembrando que a pesquisa esta em andamento, adiantamos que, para além da importante questão ocupação de vagas, para o ingresso em 2012, a procura pela UENF teve 1.400 inscrições a mais do que o ano de 2011 – a ampla demanda significou 8.614 inscrições para as 546 vagas oferecidas por meio do SISU, perfazendo média de 15,78 candidatos por vaga. Dentre os cursos mais concorridos destacamos as engenharias Civil, de Exploração e Produção de Petróleo, bem como a de Produção, seguidos dos cursos de Medicina Veterinária, Administração Pública e Licenciatura em Pedagogia. Resta-nos aguardar para saber se isso significará possível permanência de resultados positivos da conjugação das cotas com o processo ENEM/SISU, especialmente nos cursos mais concorridos. Este acréscimo de demanda pode ser explicado não pela oferta, mas pelo próprio processo de operacionalização da inscrição SISU, sistema este informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), que se dá via internet, favorecendo a inscrição de candidatos situados em qualquer localidade do País, proporcionando a oportunidade de mobilidade dos estudantes.

Fato é que ainda é cedo para conclusão, temos que aguardar um pouco mais para avaliar o resultado concreto das políticas adotadas em termos de ampliação do acesso de estudantes carentes, negros e oriundos de escolas públicas, na UENF. Permanecemos, portanto, com a preocupação em avaliar se a tendência de incremento dos estudantes negros e carentes se manterá. Se o conjunto das ações governamentais garantirá a efetiva universalização dos direitos de cidadania e, se corresponderão às necessidades legítimas da sociedade. Entendemos que seja indispensável refletirmos a partir de dados empíricos, e evitar avaliações valorativas que distorçam a necessária fidedignidade das informações que possam subsidiar a melhoria do conjunto dessas políticas de inclusão.

Referências bibliográficas

AMARAL, Shirlena Campos de Souza. *O acesso do negro às instituições de ensino superior e a política de cotas: possibilidades e limites a partir do “caso” UENF*. Campos dos Goytacazes: PPGPS/UENF, 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais).

_____. Política de cotas nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro: resgate do memorial. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, 2007. p.1-15, *Paper*.

AMARAL, Shirlena Campos de Souza; MELLO, Marcelo Pereira de. Cotas para Negros e Carentes na Educação Pública Superior: análise do caso UENF de 2004 a 2010. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba/PR, 2011. p. 1-20, *Paper*.

Araújo, Josemar F. ; MELLO, Marcelo Pereira de. . Cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho: uma linha tênue entre preconceito e falta de qualificação. In: Fernando Rister de Sousa Lima; Otávio Henrique Martins Port; Rafael Sérgio Lima de Oliveira. (Orgs.). *Poder Judiciário, Direitos Sociais e Racionalidade Jurídica. Poder Judiciário, Direitos Sociais e Racionalidade Jurídica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, v. 1, p. 293-310.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Cota racial e Estado: abolição do racismo ou direitos de raça? *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 34, n. 121, p. 213-239, 2004.

CARVALHO, José Jorge de. Inclusão étnica e racial no ensino superior: um desafio para as universidades brasileiras. *Série Antropologia*. Brasília, n. 382, 2005.

_____. Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar, 2006.

CÉSAR, Raquel Coelho Lenz. Políticas de inclusão no ensino superior brasileiro: um acerto de contas e de legitimidade. *Revista Advir*. Rio de Janeiro, v.2, n.19, p.55-64, 2005.

D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, p. 164-176, 2005.

FERES JÚNIOR, João. Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: EUA e Brasil. *Revista Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 30, p. 1-21, 2006.

FREIRE, Nilcéa. A experiência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) na implementação de cotas para ingresso na Universidade. In: PAIVA, Ângela Randolpho (Org.). *Ação afirmativa na Universidade: reflexão sobre experiências concretas Brasil – Estados Unidos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004. p.187-195.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos e LOBATO, Fátima (Orgs.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.15-58.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Entrevista ao site da Ação Educativa sobre ações afirmativas. 2010. Disponível em:

http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=63

3 ; acesso em 12/07/2012.

GUIMARÃES,. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. São Paulo: 34, 1999.

HERINGER, Rosana. Ação afirmativa e promoção da igualdade racial no Brasil: o desafio da prática. In: PAIVA, Ângela Randolpho (Org.). *Ação afirmativa na universidade: reflexão sobre experiências concretas Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004. p. 55-86.

HERINGER, Rosana; FERREIRA, Renato. Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período de 2001-2008. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. *Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. p. 137-194.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao de vida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf)>. Acesso em 10 jul. 2012.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior 2010. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em 15 de jul. 2012.

MACHADO, Elielma Ayres. Ação afirmativa nas universidades estaduais fluminenses: o começo. *Revista Advir*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 19, p. 26-33, 2005.

_____. Acompanhamento e monitoramento das políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras. *Desigualdade e Diversidade*, Rio de Janeiro, n. 139, p. 139-160, 2007.

MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 67-80, 2004.

MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UNB). *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.11, n.23, p.188, 2005.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. São Paulo: *Cadernos de Pesquisa*, v.3, n.117, p.197-217, 2002.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. *Ação Afirmativa - O Conteúdo Democrático do Princípio da Igualdade Jurídica*. Revista Trimestral de Direito Público. São Paulo: Malheiros, n. 15, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Schwarcz, 2001.

SORJ, Bila; MIRANDA, José Carlos; MAGGIE, Yvone. “Preâmbulo”. In: FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13-16.

POLÍTICAS PÚBLICAS: DO CAPITAL SOCIAL AO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Adriana Senetra¹
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha²

RESUMO

O texto indaga se o capital social é importante para a formulação das políticas públicas, e as questões inerentes ao desenvolvimento local e regional como apoio na construção de relações, estabelecendo confiança entre Estado e sociedade. Buscou-se como procedimento metodológico o levantamento bibliográfico, análises empíricas incluindo a própria realidade brasileira na qual conhecemos e fazemos parte, e leituras pertinentes à composição das políticas públicas e o capital social. Se obteve o entendimento de que a teoria do capital social, abarcada em sua totalidade, pode estabelecer um dos mais importantes respaldos para amparar as análises sobre a democracia existente em uma sociedade na qual existem espaços de participação das pessoas nas decisões que atendam aos seus anseios e a construção da igualdade e justiça social.

PALAVRAS – CHAVE: capital social; desenvolvimento; políticas públicas.

ABSTRACT

The text asks whether social capital is important for the formulation of public policies and issues related to local and regional development and support in building relationships, establishing trust between state and society. Searched as a methodological procedure the literature, empirical analyzes including Brazilian reality in which we learn and we are part, and readings relevant to the composition of public policies and social capital. If you got the understanding that social capital theory, embraced in its entirety, you can establish one of the most important endorsements to support the analyzes of democracy existing in a society where there are spaces for participation of people in decisions that meet their expectations and the construction of equality and social justice.

KEY WORKS: social capital; development; public policies.

¹ Mestranda do programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. asenetra@yahoo.com

² Professor/Orientador do Programa de Pós-Graduação em Ciências sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. llagc2@yahoo.com.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O texto indaga se o capital social é importante para a formulação das políticas públicas, e as questões inerentes ao desenvolvimento local/regional como apoio na construção de relações, estabelecendo confiança entre Estado e sociedade. Esta temática está inserida na proposta de dissertação do mestrado em geografia, área de concentração “Gestão do território”, na qual ainda está em construção. Mas com o avanço da pesquisa, e do estado da arte foi possível vislumbrar a importância do tema proposto e apresentar alguns pontos levantados. E a questão que norteou o trabalho foi a seguinte pergunta: Até que ponto a abordagem de Robert Putnam, fundamentada no conceito de capital social, é importante para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento local e regional no Brasil?

O presente trabalho procura fazer um *survey* da literatura disponível sobre o tema capital social, incluindo neste contexto as políticas públicas e a noção de desenvolvimento atrelada a elas. Buscou-se como procedimento metodológico o levantamento bibliográfico sobre a temática em questão, análises empíricas incluindo a própria realidade brasileira na qual conhecemos e fazemos parte, e leituras pertinentes à composição das políticas públicas e o capital social.

Sobre capital social, a discussão é recente nas diversas áreas de conhecimento, que busca elementos da Economia, das Ciências Sociais, da Administração - incluindo Administração Pública, e mesmo da Biologia. Para elucidar melhor, contamos com quatro principais correntes de pensamento que buscam definir o conceito de capital social: (1) o comunitarismo de Tocqueville e Putnam; (2) o capital social como gerador de capital humano de Coleman; (3) o capital social no mercado das trocas simbólicas de Bourdieu; (4) e o capital social como infra-estrutura social (instituições) de North.

Estes estudiosos se dedicaram a sistematizar as informações existentes sobre o tema e a estimular novos estudos, principalmente no que concerne à sua criação, medição e relação com o desenvolvimento econômico e redução da pobreza. No entanto, as diferentes formas de criação quanto de medição de capital social permanecem, ainda, sem um arcabouço teórico fechado a respeito deste tema. Pois, o capital social se comporta de forma relativamente diferente das outras formas de capital.

Estudos realizados mostram que a mobilização do capital social de uma comunidade passa a ser fator positivo que, pela participação, utiliza recursos organizacionais e associativos, formais e informais, para o exercício do controle social das políticas públicas, no atendimento das necessidades sociais, com os mais diferentes atores sociais, tanto no âmbito

da sociedade quanto do Estado, reivindicam a participação social, a democracia participativa, o controle social sobre o Estado e a realização de parcerias entre o Estado e a sociedade civil. Capital social pode ser entendido também como o conjunto de normas, informação e a confiança presentes nas organizações sociais informais, resultando em melhoramentos diretos ou indiretos, decisivo na captação da ação social, e essas relações provocam que os interesses pessoais e coletivos se unam. (SILVA *et al*, 2012).

Em relação ao exposto acima, e para facilitar o entendimento da organização deste trabalho e a análise na qual foi dada sobre o capital social e seus laços. Penso que pelo menos duas etapas são essenciais para se incluir o capital social no processo de formulação de políticas públicas, primeiramente a definição do conceito; e por último analisar que tipo de políticas públicas é capaz de gerar, aumentar e/ou manter o “estoque” de capital social de uma sociedade, e como as políticas públicas podem fazer bom uso do capital social nela existente, que visem ao aumento do bem-estar da sociedade. Neste contexto o trabalho vai proceder, tentando replicar os itens levantados ou ao menos apontando caminhos.

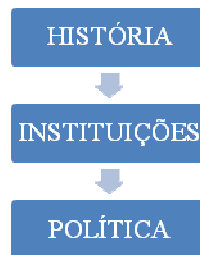
ROBERT PUTNAM E A ABORDAGEM DO CAPITAL SOCIAL

Para facilitar o entendimento da temática, remetemos ao exposto por Robert Putnam em seu clássico “*Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*” (1996). Onde o autor trabalha com a abordagem do capital social, nesta compreensão faz necessário um breve resumo de sua obra.

A partir da década de 1970 a Itália deixou de ser um Estado unitário. Com isso, houve uma reforma administrativa e desta, resultou na criação de 20 regiões com capacidade de auto-governo. Para compensar as diferenças regionais o governo central adotou um programa de distribuição de recursos e de aplicação de investimentos diferenciado. Putnam (1996), então, se propõe a entender como se daria o processo de adaptação das novas regiões, bem como, seu desempenho enquanto governos autônomos. Sua pesquisa durou 20 anos (1970-1990), conseguiu analisar diversas cidades tanto do sul, quando do norte italiano, investigando em contato direto com diversas escalas da sociedade e do governo, juntamente com seus atores.

Em um perfil geral dessas regiões constatou-se que no Sul: há desconfiança entre os cidadãos e em relação ao governo; autoritarismo governamental; opacidade administrativa;

clientelismo burocrático; desinteresse político; baixa vocação participativa (capital social negativo). No Norte: fortes laços de confiança mútua e em relação ao governo; democracia participativa; transparência administrativa; sensibilidade e profissionalismo burocrático; interesse político; participação política (capital social positivo). Segundo Putnam (1996), a história molda as instituições e estas à política, conforme o modelo abaixo.



Ao estudar o caso da Itália moderna, a diferenciação regional e o desempenho institucional, o autor se refere ao conceito capital social sendo a característica da organização social, como confiança, normas e redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade ao facilitar ações coordenadas. (PUTNAM, 1993³ *apud* SANTOS, 2003). Portanto, esta definição versa uma visão culturalista, ou seja, a formação de capital social se dá através de um processo histórico, conforme mencionado anteriormente. Putnam (1996) argumenta que a diferença de estoque de capital social encontrado no Norte e no Sul da Itália deve-se a séculos de histórias distintas entre as duas regiões. O depósito excessivo de confiança no papel exclusivo da história deixaria apenas duas alternativas para que o Sul da Itália se igualasse ou mesmo ultrapassasse o Norte em termos de capital social: “trocar” sua população ou esperar mais alguns séculos, tomando-se neste ínterim decisões similares às tomadas ao longo da história do Norte. Esta visão acabou sendo revista posteriormente por Putnam, que passou a dar maior valor para o papel das instituições neste processo.

Ainda seguindo a linha de definição de capital social, em outras visões, entende-se que o capital social de um indivíduo é determinado pelo tamanho de sua rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e o volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído por cada uma das pessoas às quais ele tem alguma conexão. O capital social exerce, portanto, um papel multiplicador do capital existente em um determinado grupo de pessoas,

³ PUTNAM, Robert D. **The Prosperous Community: Social Capital and Public Life**. American Prospect (13): 35-42, 1993.

deixando-o disponível a todos os membros desta rede (BOURDIEU, 1986⁴ *apud* SANTOS, 2003).

Corroborando ao conceito de capital social Silva (*et al*, 2012) “adiciona-se aos conceitos de capital físico e humano, capital econômico e cultural, que possibilitam o benefício dos envolvidos nessas relações, de informações na organização de políticas públicas” (p. 18).

Sendo assim, temos uma melhoria na qualidade da cidadania desempenhada pela população. Mas uma observação mais atenta a essa produção indicará também os enormes desafios que surgiram na constituição desses espaços institucionais de controle social das políticas.

Considerando a obra de Putnam, e a análise da estrutura institucional italiana e seguindo o pensamento anterior sobre o capital social se apresentar de diversas formas em diferentes regiões por fatores sociais, identitários e institucionais, que levamos em conta aos nos referirmos ao Brasil, pois um país com tanta diversidade étnica e cultural com uma população densa e um amplo território. O capital social, se apresenta ainda de diferentes maneiras, ou até mesmo inexistente em algum casos.

Sendo o primeiro desafio, de certa forma marcante, é aquele ligado a cultura burocrática adversa à participação cidadã das políticas públicas. Tal modelo de Estado que foi estabelecido ao longo da história do Brasil descartou qualquer probabilidade de controle social, levando às últimas conseqüências aquela visão meritocrática. Portanto, esse modelo de gestão acredita que governar é uma atividade reservada a especialistas, que foi reforçado no Brasil pela maneira elitista. (FAORO, 2001).

Cabe aqui ressaltar de maneira sucinta um pouco do conceito de identidade, apresentado anteriormente e importante fator na decisão de ter ou não o capital social.

Pensar as identidades não é tarefa das mais fáceis, ao contrário, pelo menos de início, parece um conceito duro, sem flexibilidade, que se traduz em essências ocultas, imutáveis. E as identidades espaciais, por sua vez, parecem ter vida ainda mais longa, à medida que são ancoradas em representações de natureza mais imutável, mais imóvel e mais permanente que qualquer outra. A busca de uma identidade espacial tem esse sentido de assegurar um passado (fixo, cristalino) e assegurar o presente, enfim, de criar uma tradição que legitime este espaço.

⁴ BOURDIEU Pierre. **The forms of capital**. In J.G.Richardson(ed). Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. New York, Greenwood Press, 1986.

Pensá-la como objeto que foi construído historicamente, através de práticas discursivas exaustivas e repetitivas que acabam inventando uma verdade para a coisa. Afinal de contas, os significados, os sentidos e os valores atribuídos a um espaço, e que constituem sua identidade não existem desde sempre nem são inerentes à natureza. São inventados e reinventados a cada momento.

As relações exercidas sobre o espaço-território nos dias atuais são de uma complexidade muito grande e, devido ao modo de produção capitalista ter dinamizado o território a partir de novas necessidades de circulação de pessoas, informações/comunicações e mercadorias, as transformações no cotidiano das pessoas também se alteraram sensivelmente.

Isso faz com que muitas culturas se percam, muitos usos e costumes de povos se percam, sob a influência globalizada de estilos, lugares, imagens, viagens internacionais, e pela mídia, e segundo Hall (2006), causa o fenômeno de identidades desvinculadas - desalojadas dentro desse mundo tendencioso e consumista.

Portanto, as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. As identidades nacionais não são literalmente impressas em nossos genes. “As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação: elas participam da idéia da nação tal como representada em sua cultura nacional” (HALL, 2006, p. 49). E é pelo discurso que se opera a (des) construção das identidades.

Buscar a identidade de um lugar é procurar compreender o entrelaçar das falas e conceitos que dão uma forma ao espaço. Para entender como esta imagem se constrói, enfim, como surge uma suposta divisibilidade espacial

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Nesta ocasião será tratado também o conceito de desenvolvimento, inclusive perpetrando a ponte com desenvolvimento territorial. Abarcando aqui o conceito de capital social – que também está amarrado com o território e as políticas públicas (*relações de poder*) e a importância da sociedade na criação das políticas públicas, como gestoras do território. Portanto, usufruindo dele através das próprias manifestações: território material – simbólico, território discursivo - relacional. Acerca da espacialidade e temporalidade conceitual.

Não obstante, é importante destacar a noção de política pública aqui empregada. Compartilha-se da definição de Di Giovanni, que pensa,

A política pública como uma forma, contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal. (DI GIOVANNI, 2009, p. 3)

Isso implica considerar que uma política pública não se restringe meramente a intervenção do Estado numa situação problemática. De acordo com Pereira (2008), “implica, simultaneamente, intervenção do Estado, envolvendo diferentes atores (governamentais e não-governamentais), seja por meio de demandas, suportes ou apoios, seja mediante o controle democrático já referido” (p.96). A política pública corresponde, portanto, a uma forma de interação entre o Estado e a sociedade, nesse sentido, compete às organizações governamentais e não governamentais em conjunto com os atores sociais constituírem planos de desenvolvimento locais.

Não se limitando ao descrito anteriormente ainda há outros olhares a respeito, destacando que se definem políticas públicas como sendo as normas ou princípios orientadores de ação do poder público; regras e métodos nas relações entre poder público e sociedade, intermédio entre atores da sociedade e do Estado. (SILVA, *et al*, 2012). Consideram-se as políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos, que direcionam ações que envolvem aplicações de recursos públicos. “Formar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem” (SILVA, *et al*, 2012, p. 3).

Também, cabe distinguir políticas públicas de políticas governamentais. Nem sempre políticas governamentais são públicas, apesar de serem estatais. Para serem públicas, é preciso analisar para quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de preparação é submetido ao debate público. Daí a necessidade de interação entre sociedade e governos, já que são eles os representantes eleitos, para tomar as decisões em nome de todos.

Contudo, o histórico político brasileiro, não demonstra um bom exemplo, conforme citação anterior de Faoro, em relação à participação da sociedade e a afinidade com o poder. E um exemplo da administração é que o Estado tem participação significativa na economia, mas a qualidade dos serviços que provê é, em muitos casos, precária. Isto afeta muito dos serviços que estão associados à garantia de nível aceitável de qualidade de vida. E ainda,

As políticas públicas persistem na discriminação sistemática dos interesses das gerações mais jovens em benefício das gerações mais velhas. Esta deformação é explicitada com mais crueza pelos diversos regimes previdenciários em meio a reformas que em geral consagram o princípio de que quem chegou primeiro merece tratamento preferencial. E, no entanto, poucos duvidariam que alcançar finalmente a linha de sombra depende de compromisso coletivo firme quanto à melhoria radical, tanto qualitativa quanto quantitativa, do desempenho do País em relação à educação. (ABREU, 2007, p.20).

A participação popular na formulação das políticas públicas e no controle das ações do Estado é garantida na Constituição Federal do Brasil, de 1988. (SILVA, *et al*, 2012). Porém, o que vemos é exatamente o contrário, a falta de capital social brasileiro leva muitas vezes há falsas políticas públicas e mal distribuídas. Portanto, a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinete dos governantes.

As políticas públicas tratam de recursos públicos diretamente, ou regulam relações que envolvem interesses públicos. Conforme os autores,

Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para programar as decisões tomadas. [...] Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública que contemple a sociedade. (SILVA, *et al*, 2012, p. 4).

No momento que se destacam as políticas públicas, de maneira geral podemos ressaltar que estas, vêm atreladas ao desenvolvimento, quando empregadas corretamente, pois o desenvolvimento pode abranger o econômico, social e cultural. Lipietz (1991) defende que são vários elementos que constituem o desenvolvimento, a acumulação como resultado da regulação, tendo como base a organização, ou seja, é o conjunto que constitui um modelo de desenvolvimento, e não propriamente o desenvolvimento. Ou seja, desenvolvimento é igual à atração, que será igual a outras atividades.

E, “quanto maior a identidade, a institucionalidade ou o capital humano, mais possibilidades de desenvolvimento” (GOMEZ, 2007, p. 51). Além desses fatores, há outros conforme Pires (2007), “valores sociais também desempenham papéis preponderantes nos processos nacionais de desenvolvimento” (p. 62).

Apoiando esta linha Silva (*et al*, 2012) ressalta, “para que haja desenvolvimento é necessário que haja alterações do capital humano e do capital social, que garantam uma convergência dinâmica com o meio, uma capacidade contínua de adaptação e conversação” (p. 8).

Quando se reconhece, em primeiro lugar que todo desenvolvimento é social, quando aplicado à sociedade alteram suas condições de existência, então desenvolvimento é mudança

social. Sobre esses argumentos Lipietz (1991) afirma, “um modelo de desenvolvimento só consegue vingar se suas promessas coincidem com certa concepção possível de felicidade (p. 29)”. Contribuindo assim, para a formação do desenvolvimento territorial.

Compreende-se que o território deve ser apreendido como um espaço no qual se projetou um trabalho, e que, por conseqüência, revelam uma complexa teia de relações sociais marcadas por conflituosas relações de poder. Dessa forma, ele só pode ser compreendido com amparo em todas as dimensões que o constituem (política, social, econômica e cultural).

E para vislumbrar melhor este conceito, terá a participação de alguns autores que conceituam o termo, já que quando se fala em território, não é apenas material, ou seja, as divisas de um país.

O conceito de território ganhou novas perspectivas em virtude das possibilidades de abordagem estabelecidas sobre o tema por importantes estudiosos. Esse conceito, que até então, era feito a partir de uma leitura fundamentalmente política, passa a ser tratado a partir da complexidade em diversas escalas das relações sociais.

Destacamos alguns dos principais estudiosos do conceito, Ratzel (1882 - enfoca o território pela primeira vez), em seguida Gottmann (1952), Raffestin (1970), Dematteis (1985) e Sack (1986). Historicamente, o território tem sido pensado, definido e delimitado a partir das relações de poder. O que tem de essencial nessa análise é a necessária compreensão de que o território é composto por ação e poder que se manifestam por pessoas ou grupos. Dessa forma, poder e território, são enfocados conjuntamente, pois estão intrínsecos em todas as relações sociais.

Santos (1996) compreende sob a perspectiva do uso. Para o autor o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Deve ser compreendido como uma totalidade que vai do global ao local. Em sua análise argumenta que o território em si não é um conceito, ele só se torna um conceito quando o consideramos na perspectiva do seu uso. Tal entendimento é demasiadamente importante, visto que tem como preocupação principal a ação e a utilização desempenhada pelos seres humanos na produção do espaço.

Em Robert Sack (1986), território está ligado ao controle de pessoas e/ou recursos através do controle de uma área, ou seja, é marcado mais pelo domínio, onde os elementos das relações de poder terão mais ênfase. A escala varia muito, podendo ir do nível pessoal, ao internacional. Nesta análise estão evidentes as relações de poder abordadas no conceito, ou seja, o território pode ser usado para conter ou restringir, incluir e excluir.

As relações de poder estabelecidas no território estão entre as contribuições mais importantes, visto que busca entender como ocorrem à apropriação e dominação territorial em diferentes escalas de poder, produto da organização social.

Assim, percebe-se que não é possível estudar território sem compreender o espaço e seu processo de fragmentação, que criam os territórios. Corrobora com esse pensamento Claude Raffestin⁵, aponta que o território é objetivado por relações sociais concretas e abstratas, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, que inclusive revela em sua obra que o espaço é anterior ao território, onde o território se apóia no espaço, mas não é o espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida.

Refutando essa idéia Milton Santos esclarece o território sobre outros vieses, e expõe que “a linguagem cotidiana frequentemente confunde território e espaço [...] Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada”. (SANTOS, 2008, p.19). Ou seja, entender que o território usado, é utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2008). Completando ainda o exposto, “espaço e território nunca poderão ser separados, já que sem espaço não há território”. (HAESBAERT, 2010, p. 166).

Incluímos aqui, conforme exposto acima as diferentes discussões que grandes autores têm na distinção do conceito. Por isso é importante estabelecer, ou melhor, levar em conta que as novas discussões relacionem época e lugar, justificando as diferentes abordagens pelos pesquisadores, onde se encontram inseridos em momentos históricos distintos, no qual os acontecimentos que os rodeiam, também influenciam nas suas proposições. Por isso, as diferentes abordagens, que aqui estão sendo tratadas, e que continuarão a existir.

Para Saquet (2004), outra contribuição importante de Raffestin está relacionada ao processo TDR⁶ (territorialização, desterritorialização e reterritorialização), relacionado às ações econômicas e culturais. É considerado um “processo de relações sociais, de perda e reconstrução de relações” (SAQUET, 2004, p. 126). O território também apresenta caráter político, é um espaço modificado pelo trabalho e apresenta relações de poder.

Um território é produzido, ao mesmo tempo, por relações políticas, culturais e econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle do espaço geográfico. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização, do enraizamento; é resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais (SAQUET, 2004, p. 128-129).

⁵ Na obra traduzida para o português em 1993, *Por uma geografia do poder* (1980). Citada por diversos autores referenciados neste trabalho.

⁶ Haesbaert (2004-2007-2010) também trata em suas obras deste processo TDR, marcados principalmente no livro *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* (2004), entre outros.

Heidrich (2004), também fala da formação deste território, com características essencialmente voltadas ao campo do poder, mas para ele, o território completo que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação, é somente o desenvolvimento de territorialidades, onde apenas partes destas características estão presentes. Deste modo, “encaremos o território como algo dinâmico, não fixado para sempre nem sequer por muito tempo” (REIS, 2005, p.60), um território em movimento. Considerando que o território envolve, ao mesmo tempo, a dimensão espacial, material das relações sociais e o conjunto das representações sobre o espaço. A propósito, “a concepção de território sempre esteve mais próxima das idéias de controle, domínio e apropriação (políticos e /ou simbólicos) do que da idéia de uso ou função econômica” (HAESBAERT, 2002, p.119).

Haesbaert (2004) desenvolve, então, uma nova noção, onde o conceito de território se define a partir da multiterritorialidade. Para ele, somente partindo da visão integradora, que enfatize os aspectos político, econômico e simbólico, é possível compreender o que hoje vem a ser a complexidade do território. Haesbaert (2004) ressalta que as variações conceituais de análise do território podem ser agrupadas em três grandes vertentes básicas:

- Política (referida as relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política, (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- Econômico (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (p.40).

O território, nesse sentido, passa a ser estruturado a partir de uma nova organização, articulado globalmente. Depara-se, dessa maneira, com a formação de novas territorialidades. Diante às novas dinâmicas da sociedade, de competições entre regiões e a tendência de desregulação do território como identidade. Segundo Queiroz (2011),

O território pode assim ser descrito como interação de um espaço (socialmente produzido) com a ação humana (raramente isolada), expressos nas formas e nas alterações que a ação dos indivíduos produz sobre a base física e natural em que se encontram (p.122).

Para Santos (1996) o território tem um sentido peculiar e por isso é acrescido de novas interpretações, nas suas argumentações o território não é apenas forma, mas produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma

delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinações. Conforme o autor,

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. (SANTOS, 2008, p.96).

Percebe-se, dessa forma, que o processo do qual se optou chamar de mundialização (globalização), permitiu no campo da Geografia o avanço das discussões acerca das categorias, dentre elas, a redefinição do território. Podemos apreender, conforme as análises de Sack (1986), Haesbaert (2004), Saquet (2004), Santos (1996), que o conceito tornou-se mais complexo e abrangente, estando relacionado ao uso, a apropriação do espaço, as relações sociais, políticas, econômicas, culturais, de poder e de controle.

É assim que se vê a abordagem territorial da SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) /MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário). Com um discurso aparentemente novo em suas políticas traz a falsa impressão de que uma nova perspectiva é direcionada aquele que durante muitos anos foi considerado o “primo pobre” do urbano: o rural. O padrão de desenvolvimento utilizado por tais políticas, continua a ser padronizado, marcado pelo consumo e acumulação de riqueza. Milton Santos (2008) vem chamar de “território do dinheiro”, por exemplo, o que se retira do território, e o que ele é capitalizado – um bem de consumo.

Por esta e outras razões, afirma-se que no fundo a persistência das desigualdades no meio rural está na concentração da riqueza social historicamente produzida, que tem origem nas dificuldades criadas (pelo sistema capitalista) ao acesso e distribuição de bens e serviços de qualidade, à satisfação das necessidades e capacidades humanas. Considerando as proposições, pelo MDA, da criação de territórios (rurais), como ferramenta de apoio à agricultura familiar.

Para a SDT/MDA, as políticas territoriais se comportam como importantes políticas de ordenamento territorial, e servem de complemento às políticas de descentralização. Assim, o território é definido como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meios de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA/SDT, 2003, p. 34).

O desenvolvimento rural, limitado a um quadro territorial descarta a análise setorial (e regional), no desafio de integrar o agricultor à indústria e de criar condições para que a população valorize certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercado (SDT/MDA, 2003).

Nesta perspectiva, os órgãos governamentais, juntamente com criações de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial, têm carregado consigo a intenção de promover a inclusão daqueles atores rurais, que durante muito tempo, estavam do lado de fora (excluídos), porém, praticavam sua agricultura, se reproduziam, social e economicamente. Com seu modo de vida, usos e costumes. Entretanto, só estavam à margem do sistema capitalista, das relações de poder (econômica), mas constituíam seu território. Ao se referenciar as políticas territoriais na criação de territórios rurais, os governos estão concebendo um outro território, na visão de Araujo e Haesbaert (2007) significa um território enquanto simulacro discursivo.

No momento que se destacam as políticas públicas, de maneira geral podemos ressaltar que estas, vêm atreladas ao desenvolvimento, quando empregadas corretamente, pois o desenvolvimento pode abranger o econômico, social e cultural.

Quando se reconhece, em primeiro lugar que todo desenvolvimento é social, quando aplicado à sociedade alteram suas condições de existência, então desenvolvimento é mudança social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem pretensão de finalizar a discussão, acredita-se que algumas considerações podem ser apontadas a partir das idéias explanadas no texto. A abordagem do conceito de território remete a uma série de estudiosos e, sem dúvida, não foi possível levantar todo debate. A respeito do processo de mundialização do capital, considera-se que certamente ele amplia a formação de territórios com multiplicidade de significados, haja vista, que os novos territórios são formados por uma relação híbrida entre global e local. Certamente o território não poderá ser delimitado como algo econômico, somente. Pode – se afirmar que o território está atrelado as relações de poder, mas não exclusivamente de um Estado e sim também de uma população.

A falácia desenvolvimentista que também recheia as propostas do MDA corrobora com o discurso que apresenta o rural como o lócus do atraso, cujo “desenvolvimento precário” perpassa os ideais de um meio onde as desvantagens persistem. O rural seria concebido, segundo essa lógica, como um espaço com deficiências, que necessita de incentivos e planejamentos para que consiga caminhar nos trilhos do desenvolvimento. É observável, todavia, que as aplicações de recursos que aceleram a circulação, a reprodução e a acumulação do capital não necessariamente têm contribuído para alterar os quadros sociais.

Em relação aos itens levantados e debatidos nesta proposta, se obteve o entendimento de que a teoria do capital social, abarcada em sua totalidade, pode estabelecer um dos mais importantes respaldos para amparar as análises sobre a democracia existente em uma sociedade na qual existem espaços de participação das pessoas nas decisões que atendam aos seus anseios e a construção da igualdade e justiça social.

O capital social não constitui apenas em democracia, participação e união social por um bem comum. Uma outra forma também importante de capital social é o potencial das informações que existem como parte integrante nas relações sociais. O aspecto educacional é essencial para a conformação do capital social sendo que o acesso às políticas públicas disponíveis envolve a questão do alcance e decodificação das informações veiculadas pelo poder público. Ou seja, não basta à participação popular nas decisões políticas, é necessário principalmente o conhecimento, informação sobre os assuntos reivindicados e a realidade em questão.

Conforme já elucidado, quando a sociedade interfere nas políticas públicas, garantem para si o controle social. Bem como uma população atenta resulta na qualidade desta política pública, logo no desenvolvimento social em diversas escalas.

Contudo, os pontos aqui destacados não se encerram nestas páginas, pois o arcabouço teórico vai além, e dependerá da pesquisa finalizada dos resultados sistematizados para então concluirmos, pois os fenômenos não permitem, no ato da construção do mundo conceitual, preendimento a apenas um dado sistema epistemológico. Com isso emprestamos à fala de Karl Popper (1960) a verdade evidente é um mito, e a solução consiste em aceitar que erramos (com freqüência) e que a idéia de erro implica a idéia de verdade absoluta.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P. (2007). A quem beneficiam as políticas públicas no Brasil? Uma visão de longo prazo. **Revista Economia**, Brasília (DF), v.8, n.4, p.1-23, dezembro. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/html>. Acesso em: 10/05/12.
- ARAUJO, F. G. B.; HAESBAERT, R. (2007). **Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access.
- BRASIL. (2003). Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para um programa o desenvolvimento territorial sustentável**. SDT/CONDRAF.
- DI GIOVANNI, G. (2009). As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de pesquisa** N° 82, Unicamp: NEEP.
- FAORO, R. (2001). **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3° ed. rev. São Paulo: Globo.
- GOMEZ, J. R. M. (2007). Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNADES, B. M; MERQUES, M. I. M; SUZUKI, J. C, (orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1° edição. São Paulo: Expressão Popular.
- HAESBAERT, R. (2004). **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (2010). **Regional – Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (2004). Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs). **Brasil século XXI por uma nova regionalização – agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Lomonad.
- _____ (2002). **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto.
- HALL, S. (2006). **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11° ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- HEIDRICH, A. L. (2004). Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs). **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Edunioeste.
- LIPIETZ, A. (1991). **Audácia: uma alternativa para o século 21**. São Paulo: Editora Nobel.
- PEREIRA, P. A. (2008). Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. Ivanete Boschetti et all (orgs.) São Paulo: Cortez.
- PIRES, E. L. S. (2007). As lógicas espaciais e territoriais o desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos. In: FERNADES, B. M;

MERQUES, M. I. M; SUZUKI, J. C, (orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular.

POPPER, K. (1972). **Conjecturas e Refutações**. Brasília: editora UnB.

PUTNAM, R. (1996). **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV.

QUEIROZ, P. V. S. (2011). Os territórios rurais do ministério do desenvolvimento agrário. **Geografia Ensino & Pesquisa**. v. 5 , n°2, p.117 – 128, maio/ago.

RAFFESTIN, C. (1993). **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática.

REIS, J. (2005). Uma epistemologia do território. **Estudos Sociedade e Agricultura**. v. 13, n°1, p. 51-74, abril.

SACK, R. (1986). **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge Press.

SANTOS, F. F. S. (2003). **Capital Social: Vários conceitos, um só problema**. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo.

SANTOS, M. (1996). O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs). **Território: globalização e fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC.

_____ (2008). **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record.

SAQUET, M. A. (2004). O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (2008). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record.

SILVA, C. R. R.; LEDUR, F. A. P.; MILANI, M. L (2012). A teoria de capital social para entender o controle social das políticas públicas. In: III CEPIAL - Congresso de Cultura e Educação para Integração da América Latina. **Anais**. Curitiba, p. 1-26. Disponível em: <http://cepial.org.br/anais/trabalho/124/html>. Acesso em: 20/07/12

POTENCIALIDADES E LIMITES DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Lídice de Barros Guerreiro

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do LIEAS – Laboratório de Investigação Educação, Ambiente e Sociedade

lidguer@gmail.com

Resumo

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento/Rio-92, consagrou o papel da sociedade civil organizada, no que se refere à questão ambiental. Apresentamos a Agenda 21 Local de Itaboraí/RJ, município escolhido para construção do Complexo Petroquímico da Petrobras/Comperj, como um formato participativo permeado por uma perspectiva harmonizadora e conciliadora, que responsabiliza igualmente os sujeitos sociais, isolando-os das determinantes históricas e de classe. A constituição de esferas de diálogos entre Estado e atores sociais, apresentadas como qualificadoras de cidadania, pode, em muitos casos, ser complementar às demandas do capital. O presente artigo busca problematizar as potencialidades e limites da participação do terceiro setor na presente proposta de ação. Palavras-chave: meio ambiente; participação; Agenda 21.

Abstract

The United Nations Conference on Environment and Development / Rio-92, established the role of organized civil society, with regard to the environment question. Here is the Local Agenda 21 from Itaboraí / RJ, city chosen for the construction of Complexo Petroquímico da Petrobras/Comperj, as a format participatory perspective permeated by a harmonizing and conciliatory, also blaming social subjects, isolating them from historical and class determinants. The creation of spheres of dialogue between State and social actors, presented as citizenship qualifiers, can in many cases be complementary to the capital demands. This article seeks to

discuss the potentialities and limits of the third sector participation in this proposed action.

Key Words: environment; participation; Agenda 21.

Introdução

Os efeitos e limites impostos pela natureza ao modelo de desenvolvimento econômico e social do pós-Segunda Guerra colocaram as nações diante de desafios globais que envolveram, e ainda envolvem, a superação de desastres ambientais, mortes, prejuízos para a saúde e pobreza, difusão de informações, produção de conhecimento, mas também questionamentos sobre o modo e os padrões de produção e consumo que evidenciam as relações entre modelos de desenvolvimento econômico e utilização dos recursos ambientais.

Tanto os Estados nacionais como as instituições multilaterais – ONU, Banco Mundial – reconhecem a inviabilidade de um modelo de desenvolvimento que ignore as questões relativas aos custos ambientais e sociais e seus efeitos, muitas vezes drasticamente compartilhados por diferentes países.

As questões ambientais, principalmente nos países em desenvolvimento, convergem para e se complementam com demandas socioeconômicas, envolvendo a efetivação de direitos sociais como educação, trabalho, moradia, saúde, renda compatível com as reais necessidades da população. A questão ambiental é portadora de elementos que desmistificam um modelo de desenvolvimento socioeconômico supostamente democrático, revelando diferenças sociais de acesso a bens, territórios e instrumentos de participação política.

No campo dos conflitos socioambientais estão em disputa uma gama de representações simbólicas e discursos sobre as causas da crise ecológica e soluções de curto e médio prazo, assim como é objeto de disputa a desigual distribuição dos impactos ambientais e sociais do presente modelo de desenvolvimento. Além do Estado, os movimentos sociais assumem o papel de protagonistas na construção de novas práticas econômicas e políticas mais justas, tanto nos aspectos ambientais como sociais. Esse processo demanda uma atuação qualificada da sociedade civil, que ultrapasse a superficialidade com que muitas vezes os problemas sociais são apresentados, incluindo

as técnicas modernas de resolução negociada de conflitos e suas consequências muitas vezes despolitizadoras e desmobilizadoras.

A participação política não é uma característica inerente/inata ao ser humano, mas aprendida, fruto do processo de socialização. Os processos educativos não formais têm um importante papel na democratização das relações sociais quando assumem uma perspectiva dialógica, incorporando os conflitos inerentes à lógica da sociedade capitalista nas disputas por hegemonia entre as classes.

Novas demandas do sistema econômico mundial, relativas a uma reorganização para dar conta dos limites de exploração da natureza, reconfiguram novos atores e seus papéis não apenas no sistema produtivo, mas também no debate em torno de questões ambientais globais. A “velocidade dos fluxos de mercadorias acelerou-se a níveis sem precedentes e propagou o processo de desterritorialização e reterritorialização de capitais” (Acsegrad, 2006, p.13). Nesse movimento, novas categorias são construídas ou rearticuladas. Entre elas o conceito de desenvolvimento, agora sustentável, que passa a incorporar as dinâmicas socioculturais em um “novo” modelo, construído a partir de uma perspectiva consensual do meio ambiente.

O conceito de desenvolvimento sustentável possui uma perspectiva harmonizadora, onde equidade social, progresso econômico e meio ambiente aparecem como categorias com uma pretensa universalidade, apesar de inserido em políticas regionais e locais. A ideia de sustentabilidade que permeia essa nova visão defende a reorganização da sociedade em torno de valores que promovam a sustentabilidade e uma reapropriação de saberes para a gestão do meio ambiente.

Para compreendermos a complexidade de correlação de forças, mapear a atuação de atores sociais e políticos (Estado), setor produtivo, instituições sociais (associações, sindicatos, conselhos municipais, fóruns populares) na luta por direitos sociais materializados sob a forma de políticas públicas a partir da década de 1990, recorreremos a um campo de produção teórica que elegeu como tema de análise as determinações e determinantes materiais enquanto fundamentos/causalidade para os formatos de Estado e hegemonia de atores/sujeitos, para além das interpretações simplificadoras ou deterministas.

Nossa proposta de trabalho é refletir sobre a ampliação da esfera de atuação de um ator específico na esfera ambiental – a sociedade civil organizada – e as potencialidades de diálogo entre este ator com o Estado e com o setor produtivo, o mercado, a partir de formatos participativos de gestão, em especial, a Agenda 21 Local

do município de Itaboraí, localizado na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Neste território está sendo construído o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ. Esse empreendimento situa-se na área de influência da Área de Proteção Ambiental Guapimirim, um dos últimos remanescentes de manguezais da baía da Guanabara.

A partir do método dialético e da utilização de conceitos e categorias interpretativas do materialismo histórico, buscamos compreender o processo em curso como resultado das dinâmicas próprias das lutas de classes no interior do capitalismo. Problematizamos os limites e as implicações da participação do terceiro setor no formato de planejamento denominado Agenda 21, por meio dos discursos e saberes produzidos pela comunidade a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo.

Meio ambiente e sociedade

O artigo 225 da Constituição Federal do Brasil de 1988 contribui para a formação de um campo de atuação ao responsabilizar tanto o poder público quanto a sociedade pelas ações em defesa e preservação do meio ambiente. Esse campo, em construção até os dias de hoje, é constituído por diversos atores sociais, organizados ou não. Nele estão em disputas não apenas questões relativas ao meio ambiente, mas também políticas e sociais. Neste contexto, insere-se a Agenda 21, enquanto instrumento de planejamento participativo. Fruto de discussões da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992 é criado um documento, Agenda 21 Global, propondo interligar o econômico ao social e ambiental, ou seja, eficiência econômica, conservação ambiental e justiça social.

A partir da década de 1990, é possível perceber que novas demandas do sistema econômico mundial, relativas a uma reorganização para dar conta dos limites de exploração da natureza, reconfiguram novos atores e seus papéis no sistema produtivo. Nesse movimento, novas categorias são construídas ou rearticuladas. Entre elas o conceito de desenvolvimento, agora sustentável, que passa a incorporar as dinâmicas socioculturais na construção de um suposto novo modelo. A ideia de sustentabilidade que permeia essa “nova” visão defende a reorganização da sociedade em torno de valores que promovam a sustentabilidade e uma reapropriação de saberes para a gestão do meio ambiente e seus recursos. As mudanças propostas envolvem também uma

reconfiguração das instituições e a criação de novos espaços de interlocução entre Estado e sociedade.

A proposta de identificar as causas e os efeitos dos prováveis desequilíbrios em um sistema hipoteticamente harmonioso entre homem e natureza passa pela recuperação de um poder perdido pelos segmentos mais expostos a vulnerabilidades, denominados excluídos.

A busca por novos formatos participativos, tutelados ou não pela esfera estatal, tendo como protagonistas não mais as classes sociais, mas atores com causas parcelares, particulares, setorializadas, confirmou uma tendência das novas formas de luta. Consagrou também uma perspectiva de análise que divide a sociedade em três setores: primeiro, segundo e terceiro setores. O primeiro setor, o Estado; o segundo, o setor produtivo; e o terceiro seriam as organizações não lucrativas e não governamentais (ONGs), incluindo as associações comunitárias, as instituições de caridade, de filantropia, as ações solidárias e voluntárias.

A esfera de atuação dessa sociedade civil organizada está pautada na construção de parcerias entre diversos atores sociais a fim de construir novas respostas para as questões sociais, inclusive os conflitos socioambientais.

A percepção dos limites e avanços em torno da aplicabilidade das convenções, dos acordos e dos protocolos na política ambiental global, fez da sociedade civil organizada um ator fundamental na governabilidade ambiental internacional (Alier, 2009). A potencialização do poder de mobilização com uma atuação em rede e uso eficiente de informações e da mídia colocou-a como um ator fundamental na agenda da política ambiental.

Encontramos em documentos e relatórios das agências multilaterais (Banco Mundial, ONU, BIRD, OMC) a receita para uma boa gestão dos recursos naturais. Partindo de uma perspectiva supraclassista e a-histórica, e por meio de parcerias, haveria um empoderamento de grupos “potencialmente em desvantagem”. A ocupação de espaços de decisão, sob uma perspectiva gerencial, e muitas vezes, apresentada ideologicamente como uma atuação descolada da política local, é chamado de governança.

“(...) a AGENDA 21 enfatiza os direitos, a importância e as contribuições potenciais dos pobres, indígenas, idosos e jovens, mulheres, camponeses, deficientes e outros grupos ‘minoritários’. (...) estes grupos potencialmente em desvantagem têm os mesmos direitos à saúde, abrigo, alimento, etc. que o resto da humanidade. (...) Ela explica também que estes grupos têm os mesmos direitos a voz nas decisões sobre o caminho que o desenvolvimento deve tomar, e têm sua própria contribuição – em termos de conhecimento tradicional, valores, experiência de vida – a fazer para a sua consecução.” (Kranz, 2012, p.7)

As esferas políticas de interlocução criadas ou reconfiguradas pelo presente modelo capitalista de desenvolvimento socioeconômico pressupõem uma participação qualificada da sociedade civil modelada por conceitos de gerenciamento ambiental, ‘desenvolvimento de recursos humanos’, ‘oportunidades’, ‘treinamentos’, buscando “a conciliação entre as pressões aparentemente conflitantes do desenvolvimento econômico, da proteção ambiental e da justiça social” (Kranz, 2012, p.13).

Diante da complexidade de definições e sentidos em que o conceito de participação está inserido, o presente trabalho busca compreender e problematizar os conhecimentos construídos a partir de um o tipo de participação proposto por um formato específico – fóruns da Agenda 21 Local. O processo de construção da Agenda 21 Brasileira é considerado “(...) a mais ampla experiência de planejamento participativo desenvolvida no país no período posterior à Constituição Federal de 1988(...)” (Agenda 21 Brasileira - Ações Prioritárias, 2004, p.12).

O ‘novo pacto federativo’ presente na CF/88, supostamente descentralizando as áreas fiscal, política e administrativa, fortaleceu os municípios, o local. Seu papel no ‘novo Estado’ é de executor direto das políticas públicas, enquanto o nível federal tem o poder de coordenar, informar e controlar (*idem*, p.76).

“No caso específico das políticas ambientais, por exemplo, uma questão fundamental se coloca em termos da incorporação de novos instrumentos e mecanismos econômicos como elementos complementares às decisões tomadas dentro do estilo de comando e controle” (*idem*, p.89).

A relação entre cidadania e questões ambientais vem construindo um importante campo de análise, pois é também a partir de temas ambientais que parcela da população está conseguindo maior mobilização e conquistas no espaço público. Mas essa maior visibilidade de demandas de grupos em situação de vulnerabilidade social, econômica e política, a partir da participação nas arenas públicas, é capaz de produzir mudanças nas estruturas de poder local e nas agendas de prioridades da política municipal? Ou temos,

contemporaneamente, novos arranjos institucionais que permitem um mapeamento dos conflitos sociais, identificação de lideranças, e por meio de chamados processos participativos como fóruns locais e regionais de discussões, audiências públicas, cursos de capacitação e gestão públicas, além de outros instrumentos de uma política descentralizadora, um maior controle, agora local, das questões sociais?

Agenda 21 e as questões socioambientais

A proposta da Agenda 21 apresenta-se como um programa de ação baseado em dinâmicas de construção de consensos e parcerias na sociedade. Pretende ser um caminho para estimular novas formas de planejamento e gestão, através da potencialização tanto do capital natural como do capital humano enquanto fatores de desenvolvimento. Cada país tem autonomia para desenvolver suas agendas. Através da construção de espaços de participação chamados Fóruns locais, do uso de metodologias e dinâmicas de produção coletivas, são criadas as Agendas 21 Locais, enquanto espaços consultivos, que, no Brasil, dialogam com espaços deliberativos, por exemplo, como os Conselhos Municipais já existentes nas diversas localidades na orientação e construção de políticas públicas.

Nossa análise busca problematizar e complexificar os usos de uma proposta participativa com a finalidade de obter consenso a partir de situações de crise e/ou conflitos - Agenda 21 - que tem no Estado, enquanto poder público, seu principal articulador, mas, que no contexto estudado, permitiu que uma empresa – Comperj – se responsabilizasse e se apoderasse do formato participativo – Agenda 21 Comperj.

O caso estudado insere-se em um processo recorrente na vida política do Brasil redemocratizado que pode ser definido como uma estratégia das classes detentoras dos meios de produção em dotar de universalidade interesses privados. A forma como tem sido conceituada a sociedade civil, enquanto esfera neutra e acima de interesses particulares, é ideal para a legitimação do atual projeto de sociabilidade burguesa e um considerável grau de aceitação das “relações sociais vigentes como única solução possível de convivência social” (Neves, 2005, p.32). O ‘Estado educador’, ao estimular ações na esfera da ‘pequena política’ (Gramsci, 2007), produz juntamente com os interesses e a voracidade ilimitada do grande capital na extração da mais-valia, áreas de

consensos entre os diferentes segmentos da sociedade para legitimar uma forma de organização social e um modelo de desenvolvimento predatório e excludente.

A tendência em considerar as questões ambientais sob a perspectiva limitadora da relação entre crescimento econômico e utilização racional dos recursos naturais também nos coloca diante de questões restritivas ao considerarmos os sujeitos envolvidos nessa relação. Seria um sujeito único – “consciência ambiental” una - e diante de situações de conflito, a solução estaria basicamente em parcerias e consensos “supraclassistas”. Portanto na dinâmica do conflito, as questões envolvendo a diversidade das práticas sociais e espaciais, as noções de territorialidades e suas representações simbólicas seriam categorias extrínsecas ao conflito. Nessa perspectiva, cria-se um campo para o uso de estratégias de resolução de conflitos baseadas em preceitos tecnicistas, descontextualizados e, muitas vezes, autoritários.

Esse formato participativo chamado Agenda 21 adquire uma instrumentalidade funcional na construção de um modelo de desenvolvimento econômico pautado na lógica da construção de consensos como forma de harmonizar os conflitos sociais inerentes ao sistema de produção capitalista.

A proposta da Agenda 21 apresenta-se como um programa de ação para o desenvolvimento sustentável, com um desenho de política pública, buscando compatibilizar conservação ambiental, justiça social e eficiência econômica. Parte das premissas de que o capitalismo é o único modo de produção e de que os países têm poder para construir suas formas de inserção no mercado global a partir de uma ‘vocação nacional’ supostamente costurada pelas demandas locais. Embora possua uma proposta consensual, esta e seus desdobramentos estão inseridos em divergências e conflitos de interesses, tanto relativos aos conceitos como   sua metodologia.

Na medida em que a participa o nos fóruns, mediada por técnicos e consultores contratados pela Petrobras, é considerada como promotora da inclusão social, capaz de criar competências e habilidades para um “agir local”, mas também para o mercado de trabalho, percebemos uma ausência da identifica o das causas da insustentabilidade ambiental e social, ou até mesmo, um olhar para questões mais estruturais.

A Lei estadual n 2787/97 cria o Fórum 21 para executar o Programa da Agenda 21 Local “com a finalidade de normatizar, facilitar e integrar as a es necessárias ao planejamento sócio-econômico-ambiental participativo”. Temos aqui a inser o no

Estado do Rio de Janeiro de uma proposta de política pública para a área ambiental que institucionaliza os princípios da parceria entre governo, mercado e sociedade civil, setorizando a sociedade. Essa proposta parte dos pressupostos de que há um problema comum – a má ou ineficiente gestão dos recursos ambientais – e de que uma divisão consensual das responsabilidades – considerada como forma de participação – seria capaz de produzir um empoderamento dos segmentos explorados economicamente e excluídos dos processos decisórios da política, sendo materializado, por exemplo, por uma forma de participação na elaboração do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável.

A discussão pública e democrática acerca do projeto de crescimento e desenvolvimento para o Brasil é praticamente inexistente, inclusive nas décadas pós democratização. O que produzir, como, quanto e para quem não são questionamentos retóricos, mas necessários para promover um debate democrático.

“Uma vez que recolocar no atual contexto as reflexões acumuladas sobre o que significa a nossa existência e o que é ser natureza, e levar isso a uma esfera pública de decisão dos caminhos a serem construídos pela sociedade, seja transformando-a radicalmente ou apenas reformando-a, não é das tarefas mais modestas que se possa pensar” (Loureiro, Layrargues, Castro, 2006, p.119).

O que vemos são esferas de debates sob a forma de Conferências internacionais, construção de protocolos norteadores de ações, mas pautados por uma agenda de temas e diretrizes que conferem ao mercado, e seus interesses, o papel de principal, se não o único, agente condutor ou responsável pelo processo produtivo e, conseqüentemente, pelas supostas soluções para os “problemas ambientais”.

São evidências desse tipo de processo as formas como as sociedades definem os contornos da “crise ambiental”, desde a década de 1970 até o momento, e as tentativas de construção de consensos em torno de respostas para a mesma, com a proposição do *desenvolvimento sustentável* na década de 1990, e, atualmente, com a *economia verde*. Encontramos essas evidências em documentos produzidos por atores multilaterais como ONU (Organização das Nações Unidas), OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), Banco Mundial, FMI. No Brasil, discussões e legislações, como a aprovação do Novo Código Florestal em abril deste ano (2012), concessão de licenças ambientais para empresas que chegam a exportar para os países sedes 100% da produção (Thyssenkrupp CSA no distrito industrial de Santa Cruz, na

cidade do Rio de Janeiro) e um considerável investimento, através de consórcios públicos e privados, em empreendimentos (transposição das águas do rio São Francisco; Usinas Hidrelétricas de Belo Monte no rio Xingu, Pará, e de Jirau no rio Madeira, em Rondônia; o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) que impõem graves impactos sociais e ambientais reveladores de uma lógica desenvolvimentista, agora denominada de crescimento, referenda os princípios da eficiência, da segurança e da lucratividade, mas sob a forma de responsabilidades social e ambiental.

Uma abordagem que considere a multiplicidade de sujeitos e seus diferentes “projetos de apropriação e significação do mundo material” (Acsehrad; 2004, p.14), no campo dos conflitos ambientais, torna-se fundamental para a elaboração e implementação das políticas públicas de meio ambiente.

Há uma rica diversidade de práticas sociais relativas às múltiplas formas de apropriação do mundo material. Dessa dinâmica emergem “categorias de percepção, julgamento e orientação” que são social e historicamente construídas e recorrentemente utilizadas para legitimar tais práticas. (Acsehrad, 2004).

Essa diversidade de conceitos constrói uma rede de significados que são acionados em diferentes contextos pelos atores sociais a fim de formularem categoriais explicativas. Nesse campo de disputas são construídos “acordos simbióticos” com a pretensão de dar legitimidade a determinadas formas de apropriação do mundo material. Não são acordos necessariamente baseados em interesses em comum, inclusive muitas vezes antagônicos, entretanto os atores sociais referem-se um ao outro criando pretensos estados de equilíbrio envolvendo práticas sociais e simbólicas que seguem lógicas também antagônicas. Quando desse pretenso estado de equilíbrio se evidenciam as contradições inerentes aos diferentes interesses e modos de apropriação, o conflito adquire um papel importante “(...) trazendo benefícios ao sistema e permitindo-lhe uma auto-regulação permanente, (pois) há que se considerar que na recusa dos atores há também positividade.” (Acsehrad, 2004 p.17).

Essa problemática é visível tanto em contextos macro sociais, como por exemplo, na construção de acordos multilaterais, marcos legais e institucionais que resultam de debates realizados nas Conferências. Mas também na esfera micro social envolvendo conflitos entre pescadores artesanais e os interesses da pesca industrial, ou a proteção dos manguezais e a carcinocultura onde estão em jogo, por exemplo, formas de

proteção da biodiversidade e negociações em torno dos serviços ambientais ou ecossistêmicos.

Esses consensos possuem uma lógica que descaracteriza as relações entre os seres humanos e a natureza, pois deixa de ter o trabalho e a reprodução da força de trabalho como categorias centrais para uma compreensão crítica das relações sociais (Lamosa, 2010).

Agenda 21 Local e o Comperj

O processo de construção da Agenda 21 Local na cidade de Itaboraí, município da região metropolitana do Rio de Janeiro, iniciou-se efetivamente em 2006. O município teve sua proposta de construção da Agenda 21 escolhida para ser financiada de acordo com o Edital do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) nº 02 de 2003 do Ministério do Meio Ambiente. Essa proposta foi enviada para análise dentro de uma linha temática lançada pelo FNMA em 2000 para viabilizar a construção de Agendas 21 Locais via financiamento de projetos na área chamada Demanda Espontânea da Carteira de Educação Ambiental do fundo. A proposta de Agenda foi enviada pela organização não-governamental Associação Projeto Rodaviva-RJ com o título “Comunidade Construindo sua Agenda: Itaboraí se mobiliza para a construção da Agenda 21 Local”.

A partir de 2007, com a escolha do município de Itaboraí para sediar a construção do Complexo Petroquímico da Petrobras, empreendimento com importância estratégica para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2006 pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva, a empresa Petrobras incorpora a Agenda 21 Local de Itaboraí. A partir desse momento, a metodologia da Agenda 21 é utilizada

“como um roteiro estruturado para o diagnóstico socioparticipativo e proposição de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que expresse o consenso das preocupações e potencialidades econômica, social e ambiental, de governantes, empresários, lideranças da sociedade civil e cidadãos.” (Grupo Gestor da Agenda, 2006, p.1)

A fusão das duas Agendas 21, sob coordenação do Grupo Gestor da Agenda 21 Comperj coordenado pela Petrobras, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Estado do Ambiente teve como objetivo

“construir condições para que a sociedade civil e governos da área de influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) se organizem e se preparem para receber os grandes investimentos e aumento da atividade econômica na região. Para isso é necessário aumentar o Capital Social com o fortalecimento da rede de relacionamento entre pessoas e

organizações, a partir de espaços em que todos os setores sociais possam expressar e discutir permanentemente suas preocupações, e como aproveitar as oportunidades com responsabilidades compartilhadas, para justiça social e ambiental.” (*idem*, p.1)

Com o início de suas atividades marcadas para o ano de 2014, esse mega empreendimento, que ocupa uma área de aproximadamente 4,5 milhões de metros quadrados, envolve direta e indiretamente os municípios de Itaboraí, Magé, Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Rio Bonito, Tanguá, São Gonçalo, Niterói, Maricá, Saquarema e Rio de Janeiro.

Com o objetivo de refinar 150 mil barris diários de petróleo pesado originado da Bacia de Campos (Marlim), em uma área construída de 4,5 milhões de metros quadrados, os impactos socioambientais sobre a região são consideráveis. Utilização dos rios Macacu e Caceribu para escoamento da produção e fornecimento de 1200 litros de água por segundo; construção de emissário submarino para destinação dos resíduos; emissões aéreas altamente poluidoras; realização de arbitrários processos de desapropriações da população local; crescimento urbano desordenado; promoção de déficit no abastecimento de água não apenas para o município, mas também para os do entorno. Esses são alguns dos elementos que delineiam o conflito em torno de um empreendimento construído em parte de um território constituído por 22 áreas naturais protegidas no Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense. A Apa de Guapimirim será diretamente atingida. Criada em 25 de setembro de 1984, Decreto Federal nº90225,

“(…) protege os derradeiros manguezais do recôncavo, assegura a manutenção das condições naturais de trechos da baía de Guanabara e a sobrevivência de uma população humana (sobretudo pescadores e caranguejeiros) que mantém características tradicionais no convívio com o ambiente.” (Giuliani; Pinto, 2008, p.11)

Apesar desse contexto, a Agenda 21COMPERJ, subdivide-se em Agendas Comperj municipais, que passam a ser fóruns para apresentação do projeto da empresa e, utilizando a metodologia da Agenda 21, busca relacionar-se e mobilizar as populações locais – representantes do poder público, da iniciativa privada, de ONGs e da comunidade (Kranz, 2012).

Estratégias e atores entram em cena principalmente para tornar a aparência desses interesses difusa, como se fosse de todos. As disputas em torno do que é cidadania, com a produção de índices de desenvolvimento humano e dados que supostamente permitem medir níveis de qualidade de vida (de quem e para quem?), provoca um deslocamento do foco das disputas, dos sujeitos envolvidos e da questão

central que é a efetivação de processos democráticos de participação política e tomada de decisão acerca do que produzir, para quem e como. O mesmo é evidenciado no que concerne à real garantia de direitos, mas não sob a forma de intervenções focais que se limitam a demandas temporárias como forma de controlar e gerir possíveis conflitos que venham a perturbar a produção de tecnologias e a livre circulação e reprodução do capital.

Em Antônio Gramsci encontramos o conceito de sociedade civil enquanto

“uma arena privilegiada da luta de classe, uma esfera do ser social onde se dá uma intensa luta pela hegemonia; e, precisamente por isso, ela não é o ‘outro’ do Estado, mas – juntamente com a ‘sociedade política’ ou o ‘Estado-coerção’ – um dos seus inalienáveis momentos constitutivos” (Coutinho, 2012).

Se o Estado capitalista requer o consenso e o ‘educa’ instrumentalizando para tal objetivo associações políticas e sindicais, e a burguesia possui a capacidade de perpetuar um movimento “capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a ao seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado se transforma: o Estado torna-se ‘educador’, (...)” (Gramsci, 1989, p. 147).

Conclusões

A construção de espaços participativos e de formação que tenham um significativo potencial na promoção de mudanças nas relações de forças não pode ser interpretada como transformações nas relações sociais de produção. Os novos formatos que os Estados neoliberais assumiram, incorporado demandas populares, promovendo políticas públicas descentralizadas e referendando espaços de participação e sujeitos sociais não podem ser tomados como evidências de uma mudança/transformação dos fundamentos econômicos, políticos e sociais do sistema capitalista.

A ausência de espaço físico adequado e redução dos recursos destinados por lei municipal para a manutenção da Agenda 21 Local para que sua coordenação possa dar continuidade aos trabalhos e às discussões; pouca participação do setor empresarial; negociações sobre impedimentos legais para que o poder municipal reconheça a legitimidade da participação do terceiro setor são alguns dados reveladores da dinâmica conflitiva da participação da comunidade mediada por esse formato.

Diante de dados reveladores de altos índices de vulnerabilidades socioambientais no município de Itaboraí (Incid, 2012) e a partir dos resultados obtidos pela observação dos fóruns da Agenda 21 Local, sinalizamos para a necessidade de maior problematização e debates acerca do que representa a participação do terceiro setor em uma proposta de política pública para a área ambiental que institucionaliza os princípios da parceria entre governo, mercado e sociedade civil, setorizando a sociedade.

Portanto, perceber a sociedade civil, sob a perspectiva da teoria gramsciana, é tomá-la como momento onde se dão processos dinâmicos de disputas por hegemonia, conflitos e expressões das contradições, que podem levar à transformação ou à conservação do Estado e das relações de poder na sociedade.

Estamos diante de mecanismos indiretos de intervenção do Estado não apenas na aplicabilidade das políticas, mas também de formas de intervenção nas dinâmicas organizativas da população, retirando-lhes, muitas vezes, sua capacidade de autogestão. Isso ocorre pela multiplicação de especialistas e técnicos em gestão, promovendo assessorias e um tipo de mediação nas áreas ambiental, habitacional, educacional e da saúde, concretizando, em muitos casos, uma pedagogia para o consenso.

Na contramão do método democrático, investe-se na descaracterização do caráter conflituoso da participação política e das relações de classe ao se promover intervenções de natureza ‘cirúrgica’ e messiânica. O método democrático constrói regras reconhecendo os conflitos, as alteridades, os sujeitos coletivos ao longo de um processo de complexificação e desnaturalização das estruturas sociais, das classes e dos interesses (Oliveira, 1991).

Dessa forma, temos um Estado educador com intervenções pedagógicas diante de uma imaginária incapacidade política dos sujeitos para a promoção de um desenvolvimento com contornos e regras que aparentemente emergem do local ou das realidades locais por mecanismos de participação que buscam uma construção consensual de um ‘pacto social’ ou ‘compromissos’ de segmentos sociais com responsabilidades diferenciadas nas esferas tanto do consumo como da produção e destruição. A constituição de espaços públicos pode assumir uma funcionalidade para o próprio processo de acumulação enquanto esferas educadoras, legitimadoras e reprodutoras de discursos e práticas.

Referências

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004, pp.13- 35.
- ACSELRAD, Henri, MELLO, Cecília Campello do Amaral, BEZERRA, Gustavo das Neves. **Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- ALIER, Juan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 1ª ed., São Paulo: Contexto, 2009.
- BRASIL. MMA-Ministério do Meio ambiente. **Agenda 21 Brasileira. Ações Prioritárias**. Brasília, 2002.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **“Gramsci e a sociedade civil”**. <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv93.htm>. Acessado em 06/04/2012
- GIULIANI, Gian Mario; PINTO, Raquel Giffoni. “As áreas naturais protegidas e o crescimento econômico em seu entorno”. In **IV Encontro Nacional da ANPPAS**, 04-06 de junho de 2008, Brasília-DF.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GRUPO GESTOR DA AGENDA 21COMPERJ. **Agenda 21 Comperj**; 2007. Acessado em 26/09/2011. www.petrobras.com.br/comperj.
- IBASE. **Indicadores da cidadania vivida**. Rio de Janeiro: Ibase, 2012.
- KRANZ, Patrícia. **Pequeno Guia Agenda 21 Local**. www.agenda21local.com.br. Acessado em 10 de abril de 2012.
- LAMOSA, Rodrigo. **Educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital: um estudo de caso nas escolas de Teresópolis (RJ)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Educação, 2010.
- LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P., & CASTRO, R. S. (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Uma alternativa democrática ao liberalismo**. In Democracia como proposta. Volume 1. Rio de Janeiro: Ibase, 1991.

PROCESSO DECISÓRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÍCOLAS: ANÁLISE DO VETO DO PODER EXECUTIVO PARANAENSE AO PL 403/2011

Caroline da Rocha Franco

Graduada em Direito pela UFPR. Mestranda em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPR.
carolufpr@gmail.com

Victor Pelaez

Professor Associado do Departamento de Economia da UFPR e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPR.
victor@ufpr.br

Resumo: O Projeto de Lei nº 403/2011, que dispõe sobre estímulos estaduais à implantação do sistema de produção agroecológica e orgânica por agricultores familiares, foi vetado pela casa civil paranaense em maio de 2012. Este trabalho busca entender as razões do veto e as estratégias de legitimação adotadas pelo governo do Paraná. A hipótese é a de que este ato do poder executivo não se deu de maneira excepcional, refletindo uma característica estrutural do Estado capitalista. A retórica empregada aponta para um esforço na manutenção do *status quo* produtivo. No entanto, referidos argumentos não foram convincentes face à mobilização realizada pelos grupos sociais empenhados em dar continuidade ao PL. Mesmo que não tenha sido possível prosseguir com o veto, isso não quer dizer que a Lei será de fato implementada por norma infralegal.

Palavras-chave: políticas públicas; agroecologia; Paraná

Abstract: The Law Project No. 403/2011, which provides state incentives for deployment of the agro-ecological and organic production by smallholders, was vetoed by Paraná civil house in May 2012. This paper seeks to understand the reasons for the veto and the legitimizing strategies adopted by the government of Paraná. The hypothesis is that executive branch act did not happen on an exceptional basis, reflecting a structural feature of the capitalist state. The rhetoric employed shows an effort to keep the productive *status quo*. However, these arguments were not convincing in view of the social mobilization performed by groups committed to continuing the LP. Even has not been possible to pursue the veto, it doesn't mean that the law will be implemented as a infralegal rule.

Keywords: public politics, agroecology, Paraná

1 Introdução:

Em 16 de maio de 2011 o Projeto de Lei nº 403/2011, que dispõe sobre estímulos estaduais à implantação do sistema de produção agroecológica e orgânica por agricultores familiares foi apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. O documento visa dar respaldo legal à elaboração e à implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola, no sentido de combinar a atividade produtiva com a preservação ambiental e a defesa à saúde humana.

Embora a proposição desta norma tenha incorporado inúmeros debates realizados pela Assembleia Legislativa, incluindo audiência pública pertinente, e contado com apoio em todas as comissões pela qual tramitou rumo à aprovação, a mesma foi vetada pelo governador do Estado. Na sequência, houve uma mobilização dos grupos sociais interessados na aprovação do PL, no sentido de conseguir a suspensão do veto do governador. Feito que acabou tendo sucesso mesmo em face do contexto adverso de produção agrícola predominante no Paraná, onde o modelo agrícola baseado no uso intensivo de insumos químicos é responsável por fazer do Estado o maior produtor de grãos do país.

Este trabalho busca entender as razões do veto e discutir as estratégias de legitimação adotadas pelo governo do Paraná. A hipótese adotada é a de que este ato do poder executivo não se deu de maneira excepcional. Ele reflete, outrossim, uma característica estrutural do Estado capitalista, no sentido de garantir as condições de perpetuação do modo de produção que o sustenta econômica e politicamente.

2 Projeto de Lei nº 403/2011- Estado do Paraná

Em 16 de maio de 2011 foi protocolado o projeto de Lei nº 403/2011, de autoria do deputado estadual Elton Welter – PT. Como justificativa para sua propositura

colocou-se a necessária mudança da atual racionalidade de produção agrícola em prol de alimentos “limpos e saudáveis”, tendo-se como alicerce o sistema agroecológico¹.

A agroecologia representa defesa da biodiversidade e traz subsídios para se pensar os reflexos da monocultura de exportação, a importância em se planejar métodos para se perquirir a soberania alimentar do país e o combate à produção alimentícia baseada no uso de agrotóxicos. Coloca-se em contraposição à racionalidade defendida pelo agronegócio², criticando a concentração de latifúndios e promovendo o plantio diversificado de hortaliças³.

O referido projeto de Lei consigna o seguinte:

Na agroecologia, a agricultura é vista como um sistema vivo e complexo, inserida na natureza rica em diversidade, inúmeros tipos de plantas, animais, micro-organismos, minerais e infinitas formas de relação entre estes e outros habitantes do planeta terra. Além disso, não se pode esquecer que a agroecologia engloba ramificações e especializações, como agricultura biodinâmica, agricultura ecológica, agricultura natural, agricultura orgânica, etc. (...)

queremos mudar o paradigma que outrora orientou o uso do solo no nosso Estado. Ao propor uma alteração nos processos de produção de alimentos, com a conversão para os sistemas agroecológicos, vamos garantir uma política mais conservacionista, inclusive no tocante à proteção da qualidade hídrica dos nossos cursos d'água, ao diminuir as ações com utilização de produtos químicos e garantir uma água de qualidade⁴.(grifou-se)

¹ Tal justificativa segue consoante ao que propugna a doutrina especializada: “A agroecologia aponta para uma ruptura com o paradigma da químico-mecanização (BEUS; DUNLAP, 1990; ALMEIDA, 1998b), que concebe o meio ambiente como uma mina, ou um mero suporte físico do qual se extraem mercadorias e lucro imediato. Aponta para uma alternativa crescentemente reconhecida em nível mundial por diversos segmentos sociais (agricultores, pesquisadores, extensionistas, planejadores políticos, etc.) como uma opção para a promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável.” (ASSIS; ROMEIRO, 2002, p.73)

² Neste artigo o termo “agronegócio” corresponde à lógica da expansão agrícola produtivista; aos métodos pregados pela “Revolução Verde” por meio da implantação de um novo padrão tecnológico, baseado no uso de agrotóxicos, fertilizantes inorgânicos e máquinas agrícolas, desconsiderando-se os processos tradicionais de produção. É aqui pautado como o modelo das grandes corporações da agricultura, sendo, portanto, o sistema de produção preponderante no mercado agropecuário, notadamente por ser o mais lucrativo.

³ “O objetivo principal dos sistemas agroecológicos consiste em integrar componentes de maneira que a eficiência biológica global seja incrementada, a biodiversidade preservada, e a produtividade do agroecossistema e sua alta capacidade de se sustentar sejam mantidas. (...) A principal estratégia agroecológica para mover os agricultores para além da agricultura orgânica reside em explorar a complementariedade e os sinergismos que resultam de várias combinações de culturas, florestas e animais em agrossistemas com arranjo espacial e temporal tipo policulturas, sistemas agroflorestais e integração lavoura/pecuária. Em situações reais, a exploração destas interações envolve o uso de sistemas de manejo agrícola e requer o entendimento de inúmeros relacionamentos entre solos, microrganismos, plantas, insetos e inimigos naturais.” (ALTIERI; NICHOLLS, 2003, p.150)

⁴ O Projeto de Lei pode ser acessado em [www.alep.pr.gov.br/sc_integras /projetos/Proj_403 - Dep Elton Welton.pdf](http://www.alep.pr.gov.br/sc_integras/projetos/Proj_403_-_Dep_Elton_Welton.pdf).

O Paraná detém posição de destaque no cenário agrícola nacional. Apresentou, em 2010, a segunda maior participação no valor da produção agrícola no país (13%) sendo: o maior produtor de grãos do país; o maior produtor de milho, trigo e feijão; É o segundo maior produtor de mandioca e de soja, contando com o maior parque moageiro desse grão em nível nacional; e o terceiro maior produtor de cana de açúcar (IBGE, 2011). Nesse contexto, o Paraná é o terceiro maior consumidor de agrotóxicos, respondendo por 14,3% do consumo nacional, segundo o Censo Agropecuário Brasileiro mais recente (ABRASCO, 2012, p.21). E no consumo de fertilizantes químicos situa-se como quinto maior consumidor, em 2010, equivalente a 12% do total nacional (ANDA, 2011). Destaca-se também como o maior exportador de carne de frango e segundo maior de carne suína, em 2011 (SEAB, 2012).

Considerado esse contexto produtivo, o projeto de Lei em comento surgiu como forma de se pautar a produção agrícola alternativa ao modelo baseado no uso intensivo de insumos químicos . Tem como justificativa a adoção de bases legais capazes de combinar o incentivo à produção com políticas de conservação ambiental do espaço rural (PARANÁ, 2011, p. 5, 6).

Inicialmente tal projeto disciplinava o incentivo à implantação de sistemas de produção agroecológica pelos agricultores familiares no PR. Não se abordava especificamente a questão do apoio à produção orgânica. Mas na audiência pública realizada em junho de 2011 propôs-se a alteração do PL, com a inserção da produção orgânica, como estratégia de ampliar o foco de ação do PL.

Os incentivos previstos no PL abrangem uma gama de instrumentos a fim de estimular a geração de conhecimentos e a difusão de práticas agrícolas baseadas nos preceitos da agroecologia, sendo dispostos pelo art. 3º, incisos I a XIII:

- I- Prestação de assistência técnica e extensão rural pública;
- II- Pesquisa agroecológica e sistematização de experiência dos saberes tradicionais;
- III- Comercialização de produtos agroecológicos, por meio do fortalecimento de mercado de venda direta com apoio às Feiras Agroecológicas, fortalecimento de vendas indiretas e mercados institucionais promovidos pelas políticas públicas;
- IV- Consumo de produtos agroecológicos pelos beneficiários de programas sociais e de alimentação escolar;
- V- Apoio às Feiras agroecológicas;
- VI- Apoio à criação de mecanismos de controle para a garantia de qualidade orgânica como a certificação, os sistemas participativos de garantia e o

- controle social para a venda direta sem certificação, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 6.323/2007;
- VII- Apoio às organizações de controle social e às entidades que atuem com avaliação da conformidade ou formas participativas de avaliação de produtos agroecológicos no Estado;
 - VIII- Definição de linhas de crédito rural;
 - IX- Apoio à organização de agricultores e consumidores de produtos agroecológicos;
 - X- Ações voltadas à educação para o consumo responsável, incluindo visitas de consumidores aos locais de produção;
 - XI- Promoção de eventos sobre agroecologia;
 - XII- Adequação de legislação referente ao ICMS Ecológico;
 - XIII- Introdução de temas relativos à agroecologia no ensino de nível fundamental, médio e superior.

Mais relevante do que a especificação desses instrumentos é o fato de a lei estabelecer uma prioridade em relação ao modo de produção agrícola não ecológico, no que tange especificamente às atividades de assistência técnica e extensão rural (§ 1º. do Art. 3º.). E o Art. 7º. é ainda mais abrangente ao explicitar: “A implantação de sistemas de produção agroecológica, nos moldes preconizados nesta Lei, terá prioridade entre as políticas públicas formuladas para a área.”

A aprovação desse PL, e principalmente a implementação dessa Lei, teria portanto implicações significativas na difusão paradigma tecnológico alternativo à Revolução Verde, iniciada após a II Guerra Mundial, a qual se consolidou no Brasil, notadamente com as políticas de substituição de importações e de crédito rural (PELAEZ et al, 2010).

O projeto seguiu seu trâmite, passando para as Secretarias de Estado de Agricultura/Abastecimento e Meio Ambiente, não encontrando óbice. Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP em 21/09/2011, bem como da Comissão de Agricultura- ALEP, em 07/11/2011. Esta última fez questão de ressaltar que “a iniciativa contribuirá significativamente com a melhoria dos patamares de sustentabilidade ambiental dos agrossistemas e na conservação e recuperação dos recursos naturais, assegurando a produção de alimentos limpos, de qualidade biológica, e acessíveis a diversos segmentos da população” (PARANÁ, 2011, p.53,54). Ainda, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente-ALEP foi partidária à aprovação do PL (PARANÁ, 2011, p.60).

Contudo, mesmo que o processo legislativo tenha seguido rumo à aprovação, com todos os pareceres favoráveis, o PL foi vetado pelo poder executivo em março de 2012, sob os argumentos de inconstitucionalidade e por ser proposição contrária ao interesse público.

3 O processo de seleção das demandas sociais a serem tuteladas pelo Estado

Como já colocado, o Estado do PR possui uma atividade agroindustrial de destaque em relação aos demais estados da federação, cujo modelo de produção agrícola é , alicerçado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Desta forma, o agronegócio é responsável por grande parte da captação fiscal do Paraná (SESSO FILHO et al, 2011). Na tabela a seguir, verifica-se o montante arrecadatório no Estado do Paraná, evidenciando-se a relevância desta atividade para os cofres públicos.

TABELA 5 - IMPOSTOS INDIRETOS LÍQUIDOS (IIL) GERADOS PELO AGRONEGÓCIO DOS ESTADOS DA REGIÃO SUL, DO RESTANTE DO BRASIL E BRASIL, 2004 (EM MILHÕES DE REAIS DE 2004)

Agregado/Região	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Região Sul	Restante do Brasil	Brasil
Insumos	186	38	165	389	2.100	2.489
Agropecuária	648	431	687	1.767	3.866	5.633
Indústria	1.434	1.085	1.870	4.389	12.698	17.088
Distribuição	585	461	890	1.936	7.512	9.448
Total	2.853	2.015	3.612	8.481	26.176	34.657

FONTE: Cálculos dos autores.

Essa importância tributária implica em uma relação direta entre o Estado e o modo de produção capitalista, na qual a super-estrutura deve garantir as condições de viabilidade jurídica para a manutenção das relações de produção dominantes. Ao mesmo tempo, a super-estrutura depende, para sua sobrevivência do excedente gerado pela infraestrutura produtiva (HABERMAS, 1980). No que tange mais especificamente ao interesse arrecadatório do Estado Claus OFFE observa que:

Its power relationship, its very decision-making *power depends* (like every other social relationship in capitalist society) upon the presence and the continuity of the accumulation process. In the absence of accumulation, everything and especially the power of the state, tends to disintegrate. If we think of the budgetary obligations of the state in advanced capitalist societies, its extensive reliance on resources created in the accumulation process and derived through taxation from wages and profits, this becomes immediately clear. Thus every interest the state may have in their own stability of

accumulation; this fundamental dependency upon accumulation functions as a selective principle upon state policies. (OFFE, 1975, p.126)

Por outro lado, o Estado pode agir no sentido de desonerar determinadas atividades produtivas, como é o caso da produção de insumos para a agricultura, os quais são no Brasil isentos de IPI (Decreto 6006/06), de PIS/COFINS/PASEP (Decreto 5630/95) e com uma redução de 50% no ICMS (Convênio 100/97). Tal desoneração é originária de uma política histórica de estímulo à difusão da Revolução Verde, adotada em muitos países, principalmente naqueles com recursos mais escassos de financiamento à atividade agrícola (Repetto, 1985). Ao desonerar as atividades de produção de insumos agrícolas o Estado não apenas contribui para a centralização dos capitais agroindustriais, como garante um retorno tributário das atividades situadas a jusante da agricultura, ainda baseadas em um modelo de exportação de *commodities* agrícolas.

Nesse contexto político e econômico, as pautas sociais contrárias aos interesses hegemônicos⁵ tendem a ser suprimidas da agenda política. A supressão de demandas alternativas e/ou avessas aos interesses das grandes corporações não é realizada somente no que tange aos setores minoritários da sociedade, como minorias étnicas e políticas. Há também estratégias de exclusão de pautas majoritárias por representarem ameaças aos interesses da elite dominante. Para tanto, faz-se necessário a construção de mecanismos seletivos de demandas sociais, capazes de proporcionar uma aparente neutralidade às ações do Estado (DIETER, 2009).

Nesse processo de exclusão de demandas contra-hegemônicas da agenda política, o Estado não pode abrir mão da legitimidade que os cidadãos conferiram ao governo eleito e para isso deve manter a aparência de aparato imparcial democraticamente respaldado. A implementação de tutelas sociais de acordo com um conjunto de “filtros”, com mecanismos de seleção institucionalmente arraigados, cujo

⁵ “Em primeira instância, hegemonia significa simplesmente liderança, derivada diretamente de seu sentido etimológico. O termo ganhou um segundo significado, mais preciso, desenvolvido por Gramsci para designar um tipo peculiar de dominação. Nessa acepção de hegemonia é dominação consentida, especialmente de uma classe social ou nação sobre seus pares. Na sociedade capitalista, a burguesia detém a hegemonia mediante, a produção de uma ideologia que apresenta a ordem social vigente, e sua forma de governo em particular, a democracia, como se não perfeita, a melhor organização social possível. Quanto mais difundida a ideologia, tanto mais sólida a hegemonia e tanto menos necessidade do uso de violência explícita.” (Conceito disponível em www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/hegemon/index.html . Acesso em 25/06/2012)

resultado é determinado pelas operações cumulativas de seleção desse sistema, torna o Estado legítimo perante o corpo social (OFFE, 1982, p. 151).

O processo decisório das políticas públicas depende portanto dos meios jurídicos, notadamente do processo legislativo, como argumento legitimador das ações do Estado.

Todavia, como instituição que precisa de legitimação perante a sociedade, conferida de modo democrático, deve aparentar neutralidade com relação às pautas por ele tuteladas. É com esse intuito que algumas demandas sociais contra-hegemônicas, em especial as que detêm elevado grau de mobilização popular e pressão subjacente à demanda, conseguem transpor o sistema de filtros, passando a integrar a agenda política.

Consoante a essas reflexões teóricas, o projeto de Lei aqui discutido tenderia ao insucesso, somente por sua essência questionadora, ante a racionalidade de produção agrícola dominante. No entanto, caso a demanda social represente pressão suficiente para sua inclusão na agenda política, fazendo com que a necessidade de legitimação do Estado pese mais que seu interesse na manutenção da lógica de acumulação capitalista, tal pauta poderia ser acatada. Isto efetivamente ocorreu, conforme se tratará adiante.

4 Veto ao PL nº 403/2011 e sua derrubada

O projeto de Lei nº 403/2011 foi vetado pelo poder executivo estadual dadas as prerrogativas conferidas pelo art. 87, inciso VII e art. 71, § 1º, ambos da Constituição do Estado do Paraná, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. Com relação a esta última consideração, cabe destacar os argumentos utilizados para legitimar tal decisão:

sendo assim, em virtude da importância do agronegócio para o Estado do Paraná (argumento I), cumpre ressaltar que nosso Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, já possui em seus programas ações pautadas na política de conservação ambiental, objeto do projeto de lei em tela, bem como detêm legislação específica, em âmbito estadual, acerca do uso de agrotóxicos. (argumento II)

Desta forma, tendo em vista que a matéria do projeto ora em comento já está compreendida dentre os programas da Secretaria de Estado da Agricultura e do

Abastecimento- SEAB, (argumento III), tem-se que a presente proposição é contrária ao interesse público (argumento IV) ⁶. (grifou-se)

Pode-se sintetizar o encadeamento dos argumentos utilizados, em quatro etapas fundamentais, indicadas da seguinte forma:

- 1- Em virtude da importância do Agronegócio (proposição)
- 2- já existe legislação estadual específica que trata do uso de agrotóxicos (restrição 1)
- 3- e o Estado já trata da conservação ambiental por meio da SEAB (restrição 2)
- 4- logo, esta proposição é contrária ao interesse público (conclusão).

Em primeiro lugar, a afirmativa de que já existe legislação estadual que dispõe sobre o uso de agrotóxicos (argumento II) mostra-se sem fundamento, uma vez que o objeto da lei que regulamenta esses produtos no Estado diz respeito ao controle do seu uso, no sentido de minimizar os riscos inerentes a um determinado paradigma de produção. O PL nº 403/2011 pretende justamente combater a racionalidade do uso de insumos inorgânicos, pondo-se favorável à mudança do paradigma alicerçado no cultivo, não apenas por meio de agrotóxicos, como de fertilizantes químicos e de sementes geneticamente modificadas. Com isso, o escopo do PL vai muito além do escopo da lei estadual de agrotóxicos bem como do seu próprio objeto, por se tratar do incentivo a uma nova racionalidade produtiva.

Em segundo lugar, ao afirmar que a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, já possui em seus programas ações pautadas na política de conservação ambiental, o argumento III carece de consistência ao deixar de exemplificar um deles sequer. Ademais, utiliza-se desta premissa para diretamente relacioná-la à suposta afronta ao interesse público do PL por meio da seguinte construção: “tendo em vista que (...) tem-se que (...) a proposição é contrária ao interesse público.” Tal conexão é desprovida de nexos lógicos por dois motivos: não se demonstrou ser válida a afirmativa de que a SEAB engloba em seus projetos estímulos semelhantes aos propostos pelo PL; e

⁶ A integralidade das razões de veto pode ser lida em www.alep.pr.gov.br/sc_integras/projetos/Proj_403_-_Dep_Elton_Welton.pdf.

ainda, se atendesse a esta demanda, não significaria, como num mero silogismo, que a pauta seria contrária ao interesse público, por simplesmente já fazer parte dos programas desempenhados pela mencionada secretaria. Muito pelo contrário, já que as ações desempenhadas pela SEAB devem estar em consonância ao interesse público.

Com relação à alegação da suposta inconstitucionalidade do PL, o veto baseou-se nos seguintes argumentos:

Não pode o legislador estadual dispor sobre as matérias suso citadas, sob pena de violação do princípio basilar de nosso ordenamento jurídico, qual seja, da Separação dos Poderes, imortalizado por Montequieu em sua obra “O espírito das Leis” e transcrito no art. 2º de nossa Carta Magna (...)

Ainda, ao cometer essa ingerência sobre o Poder executivo, o membro da Assembleia Legislativa incorre no vício de iniciativa, ou seja, na inconstitucionalidade formal subjetiva.(...)

Assim, a presente proposta de lei incorre em inconstitucionalidade, pois não cabe a membro desta Casa de Leis tal propositura que, como citado, é de competência do Poder Executivo. (PARANÁ, 2012, p.3,4)

A discussão relativa ao hipotético vício de iniciativa na proposição do PL foi levada em conta no debate legislativo realizado pela ALEP. Tanto é que a Comissão de Constituição e Justiça resolveu que o PL fosse baixado em diligência para as Secretarias de Estado da Agricultura/Abastecimento e Meio Ambiente para que debatessem o tema internamente (PARANÁ, 2011, p.11-19). Buscou-se assim um trabalho contíguo entre os poderes, o qual resultou no seguinte parecer, posterior à diligência sugerida:

A proposição foi baixada em diligência para a Secretaria de Agricultura e do Abastecimento para melhor apreciação técnica do tema, que segue abaixo.

No dia 21 de julho deste ano, foi realizada uma Reunião Ordinária da Câmara Setorial de Agroecologia e Agricultura orgânica na cidade de Londrina para discussão do tema.

A análise final não encontra óbice por parte da secretaria citada, sendo que o presente projeto deve prosperar quanto a sua constitucionalidade e legalidade, sendo objeto de maior apreciação na comissão de Agricultura. (PARANÁ, 2012, p.48)

Como observa Ferraz (1994, p. 14) o método de separação dos poderes deve observar um mínimo e um máximo de independência de cada órgão, sob pena de se desfigurar a separação, pois inexistindo limites, um poder pode se sobrepor ao outro, em vez de entre eles se formar uma atuação “em concerto”. E a atuação “em concerto” efetivamente ocorreu.

Ademais, a norma em que se fundamenta a alegada inconstitucionalidade do PL (art. 66, IV da Constituição Estadual), a qual dispõe ser de iniciativa do Governador a

“criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública”, não tem relação com o presente caso. Isto porque as atribuições da SEAB, dispostas pela Lei estadual nº 8.445/1987, consignam o seguinte:

“Art. 27. O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento compreende: a assistência técnica e **prestação de serviços ligados ao desenvolvimento e aprimoramento da agropecuária paranaense**; a realização de estudos, pesquisas e avaliações de natureza econômica visando à previsão da produção agropecuária; **a adoção de medidas voltadas a garantir o abastecimento de alimentos e o provimento de insumos básicos para a agricultura estadual**; a aplicação e a fiscalização da ordem normativa de defesa vegetal e animal; a concepção e controle da política estadual de colonização; **a articulação das medidas visando obter a melhoria da vida no meio rural; a proteção da fertilidade dos solos; o desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo; participação na execução de fomento e extensão econômicos e ecológicos**; a classificação de produtos de origem vegetal e animal; outras atividades correlatas.”⁷ (grifou-se)

E o *caput* do art. 66 denota que as disposições nele prescritas correspondem à competência privativa do Governador, portanto, passíveis de delegação, não representando atribuições herméticas e exclusivas do chefe do poder executivo estadual.

E considerando-se que: i) a Secretaria de Abastecimento e Agricultura (SEAB) faz parte da estrutura básica do Poder Executivo estadual pelo Sistema de Administração Pública, congregando estrutura da Governadoria, consoante o art. 11 da Lei estadual nº 8.445/87; ii) já é atribuição da SEAB a adoção de medidas voltadas a garantir o abastecimento de alimentos e o provimento de insumos básicos para a agricultura estadual, bem como a prestação de serviços ligados ao desenvolvimento e aprimoramento da agropecuária paranaense, a articulação das medidas visando obter a melhoria da vida no meio rural, a proteção da fertilidade dos solos, o desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo, a participação na execução de fomento e extensão econômicos e ecológicos, dentre outras atividades; iii) e, por fim, a SEAB participou do debate legislativo atinente ao PL nº 403/2011, como mostra o parecer da Comissão de Constituição de Justiça da ALEP; denota-se a fragilidade da justificativa apresentada pelo poder executivo no sentido da inconstitucionalidade do projeto de Lei nº 403/2011.

A carência de fundamentos aptos a conferir respaldo às alegadas inconstitucionalidade e afronta ao interesse público, especialmente por se ressaltar a

⁷ Este dispositivo é reiterado pelo Decreto Estadual 6485/2002.

“importância do agronegócio para o Estado”, fez com que diversos setores sociais se unissem buscando a retirada do veto e a aprovação do PL⁸. Eles redigiram um documento favorável à agroecologia no Paraná, o qual recebeu a denominação de “Manifesto a favor da agroecologia no Paraná, contra o veto do governador ao projeto de lei nº 403/11”⁹. O manifesto circulou nas redes sociais, congregando mais grupos a participarem do movimento.

8 Algumas notícias sobre o tema: **Governo do Paraná vê agroecologia como afronta ao interesse público** In <http://www.mst.org.br/Governador-do-Parana-ve-incentivo-a-producao-agroecologica-como-contraria-ao-interesse-publico>. 10/05/2012. Acesso em 18 de maio de 2012; **Organizações se mobilizam contra veto de Beto Richa à PL de incentivo à produção agroecológica e orgânica no PR** In <http://terradedireitos.org.br/biblioteca/noticias/organizacoes-se-mobilizam-contraveto-de-beto-richa-a-pl-de-incentivo-a-producao-agroecologica-e-organica-no-pr-2/>. 09/05/2012. Acesso em 18 de maio de 2012.

9 **Manifesto a favor da agroecologia no Paraná - Contra o veto do governador ao Projeto de Lei nº 403/11-** O mundo vive um momento crítico no aspecto socioambiental. A realização da Rio+20, em 2012, no Brasil, ressalta a necessidade de priorizar políticas públicas sustentáveis. A Agroecologia é uma estratégia fundamental para a construção de uma sociedade sustentável, solidária e saudável.

Contrária a essa tendência, no mês de abril passado, o governador Beto Richa vetou o Projeto de Lei nº 403/11 que incentiva a implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná. Este PL foi construído pelo conjunto das entidades da sociedade civil – após sucessivas e amplas reuniões e audiências públicas. Contou com o envolvimento direto das instituições públicas estaduais e foi pautado no Programa Paraná Agroecológico, referendado pelo próprio Governo Estadual, em 2011. Após a sua discussão e aprovação nas diversas Comissões, em especial na Comissão de Constituição e Justiça – que o julgou pela constitucionalidade – obteve aprovação unânime da Assembléia Legislativa Estadual do Paraná.

A justificativa apresentada pelo governador Beto Richa para o veto – além de equivocada – é descabida, inoportuna e parcial, pois atribui importância somente ao agronegócio e ignora o papel da agricultura familiar, enquanto produtora de 70% dos alimentos consumidos para a população. Além disso, desconsidera a importância da Agroecologia e da produção orgânica como estratégia do desenvolvimento rural sustentável e da promoção da saúde da população. Lamentável, portanto, o governador Beto Richa vetar o PL considerando-o “...inconstitucional e contrário ao interesse público”.

A partir do exposto, as entidades abaixo mencionadas conclamam para manifestação contrária ao veto do governador do Paraná, por meio de envio de mensagens, betoricha@betoricha.com.br, vicegov@ccivil.pr.gov.br, durvalamaral@ccivil.pr.gov.br, nortigara@seab.pr.gov.br, traiano@pr.gov.br, dep.welter@pr.gov.br, vrossoni@hotmail.com, e participação na sessão plenária da Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 15 de maio, a partir das 14h30m.

RETIRE O \$EU VETO, BETO!

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Associação para o Desenvolvimento de Agroecologia (AOPA), Associação dos Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná (ACOPA), Comitê Paranaense da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Centro de Cooperativas Agroecológicas (CCA-MST), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná (CONSEA), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA/PR), Conselho Regional de Nutrição 8ª Região (CRN8ª), Diretório Central de Estudantes (DCE/UFPR), Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), Federação Estadual de Soberania Nutricional, Rede Ecovida da Agroecologia, Rede Puxirão, Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular (SAJUP), Sindicato dos Engenheiros do Paraná (SENGE), Terra de Direitos, Universidade Federal do Paraná – Litoral, União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES).

Essa mobilização teve o efeito esperado¹⁰, sensibilizando os deputados que, na sessão plenária da ALEP de 15 de maio de 2012, apoiaram a rejeição do veto do governador, com 38 votos favoráveis ao projeto e 3 contrários à proposta¹¹. Nesse caso, a mobilização social fez com que uma pauta já barrada pelos *policy makers* tornasse a entrar na agenda política. Como propõe Maria das Graças RUA, a insatisfação popular pode ser de grande valia para a inserção de pautas na agenda do Estado.

Uma situação pode existir durante muito tempo, incomodando grupos de pessoas e gerando insatisfações sem, entretanto, chegar a mobilizar autoridades governamentais. Neste caso, trata-se de um “estado de coisas”- algo que incomoda, prejudica, gera insatisfação para muitos indivíduos, mas não chega a constituir um item da decisão governamental, ou seja, não se encontra entre as prioridades dos tomadores de decisão. Quando este estado de coisas passa a preocupar as autoridades e se torna uma prioridade na agenda governamental, então tornou-se um “problema político”. (...) Um estado de coisas geralmente se transforma em problema político quando mobiliza ação política, seja ação coletiva de grandes grupos, seja ação coletiva de pequenos grupos dotados de fortes recursos no poder, seja ação de atores individuais estrategicamente situados.

Ao deixar de ser um estado de coisas e de transformar em um problema político ou uma questão ou demanda, torna-se um *input*, passando a incluir-se na agenda governamental. A partir desse momento inicia-se o momento de formulação das alternativas. (RUA, 1998, p.5,6)

5 Conclusão

A incoerência e inconsistência da retórica utilizada no veto do PL revela, por um lado, uma tentativa de desqualificar a proposta do documento do ponto de vista de sua legitimidade e legalidade. Por outro lado, a retórica utilizada aponta para um esforço manutenção de um *status quo* produtivo, baseado no uso intensivo de insumos químicos. Ao afirmar que o conteúdo do PL seria contrário ao interesse público, o veto procura deixar implícito que os interesses privados dominantes (con)fundem-se com o interesse público.

Os referidos argumentos não foram no entanto suficientemente convincentes para consolidar o poder do veto, face à mobilização realizada pelos grupos sociais

10 **Agroecologia: Mobilização Popular e pressão da Oposição derrubam veto de Beto Richa.** Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/hotsites/elton-welter/noticia/3190/agroecologia-mobilizacao-popular-e-pressao-da-oposicao-derrubam-veto-de-beto-richa.html>. Acesso em 18/05/2012.

11 O resultado da votação pode ser conferido em <http://www.alep.pr.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2012/05/ITEM-05-VETO-1812-PL-40311.pdf>. Os deputados Alexandri Curi, do PMDB, Evandro Junior e Francisco Bühler, ambos do PSDB, votaram pela manutenção do veto.

empenhados em dar continuidade ao PL. Ainda que seja complexo o processo de seleção de demandas a serem tuteladas pelo Estado, a mobilização de grupos de pressão foi importante para a inclusão de desígnios na agenda política os quais, se dependessem da máquina estatal em si, não seriam contemplados. Ao mesmo tempo, a derrubada do veto pelo legislativo, denota a necessidade da busca do poder estatal pela legitimação popular.

Mesmo que não tenha sido possível prosseguir com o veto, isso não quer dizer que a Lei recém criada, de nº 17.189/2012¹², receberá implementação no sentido de alocar recursos necessários à viabilização de um modelo alternativo de produção agrícola. Resta ainda a criação de um decreto regulamentador e todo um processo de implementação da nova lei, no qual o poder executivo possui todos os instrumentos de controle para alocação dos recursos necessários à consolidação de tal política.

6 Referências bibliográficas:

Agroecologia: Mobilização Popular e pressão da Oposição derrubam veto de Beto Richa. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/hotsites/eltonwelter/noticia/3190/agroecologia-mobilizacao-popular-e-pressao-da-oposicao-derrubam-veto-de-beto-richa.html>. Acesso em 18/05/2012

ALTIERI, Miguel A., NICHOLLS, Clara I. **Resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição.** Revista Ciência & Ambiente. Santa Maria: UFSM. Julho/dezembro 2003. Disponível em [portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Agroecologia_-_Resgatando_a_Agricultura_Org%C3%A2nica_a_partir_de_um_Modelo_Industrial_de_](http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Agroecologia_-_Resgatando_a_Agricultura_Org%C3%A2nica_a_partir_de_um_Modelo_Industrial_de_.pdf). pdf.

ANDA – Associação Nacional para Difusão de Adubos. Consumo Nacional por Região. Disponível em: [http://www.potafos.org/ppiweb/brazil.nsf/\\$webindex/7A41892BCC7634FB83256B1200656701?opendocument&navigator=profile](http://www.potafos.org/ppiweb/brazil.nsf/$webindex/7A41892BCC7634FB83256B1200656701?opendocument&navigator=profile). Acesso em 02/07/2012.

ASSIS, Renato Linhares; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências.** Desenvolvimento e Meio Ambiente. nº 6 Curitiba: Editora UFPR. jul/dez. 2002. P. 73. Disponível em ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewFile/22129/14493.

Carneiro, F F; Pignati, W; Rigotto, R M; Augusto, L G S. Rizollo, A; Muller, N M; Alexandre, V P. Friedrich, K; Mello, M S C. **Dossiê ABRASCO –Um alerta sobre os**

¹² Publicada no Diário Oficial do Estado em 21 de junho de 2012.

impactos dos agrotóxicos na saúde. ABRASCO, Rio de Janeiro, abril de 2012. 1ª Parte. 98p.

DIETER, Mauricio Stegemann. **O programa de política criminal brasileiro, funções declaradas e reais: contribuições de Claus Offe para fundamentação da crítica criminológica à teoria jurídica das penas.** In EOS- Revista jurídica da faculdade De Direito da faculdade Dom Bosco. V-I- nº 4- ano III. Disponível em: http://www.dombosco.com.br/faculdade/revista_direito/1edicao-2009/eos-4-2009-8.pdf. Acesso em 18/05/2012

FERRAZ, Anna Cândida da Cunha . **Conflito entre poderes.** São Paulo: Ed. RT,1994 .

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da questão agrária brasileira.** Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm. Acesso em 15 de maio de 2012)

Governo do Paraná vê agroecologia como afronta ao interesse público In <http://www.mst.org.br/Governador-do-Parana-ve-incentivo-a-producao-agroecologica-como-contraria-ao-interesse-publico>. 10/05/2012. Acesso em 18 de maio de 2012

HABERMAS, Jüger. **A crise de legitimação no capitalismo tardio.** Trad. Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1980.

HUBNER, Otmar. **Relatório safra de soja – 2009/2010.** Disponível em www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/soja_relato_2009_10.pdf. Acesso em 25/05/2012

HUBNER, Otmar. **Relatório safra de trigo – 2009/2010. Dez. 2010.** Disponível em www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/soja_relato_2009_10.pdf. Acesso em 25/05/2012

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal: culturas temporárias e permanentes.** Vol 37- 2010. Rio de Janeiro, 2011

Mobilização popular e pressão da oposição derrubam veto de Beto Richa. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/hotsites/elton-welter/noticia/3190/agroecologia-mobilizacao-popular-e-pressao-da-oposicao-derrubam-veto-de-beto-richa.html>. Acesso em 18/05/2012.

OFFE, Claus. **Dominação de classe e sistema político sobre a seletividade das instituições políticas.** In problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: tempo brasileiro. 1982.

OFFE, Claus. **The Capitalist State and the Problem of Policy Formation.** In: Lindberg, Leon N. etal. (eds.). Stress and Contradictions in Modern Capitalism . Lexington: Lexington Books, 1975.

Organizações se mobilizam contra veto de Beto Richa à PL de incentivo à produção agroecológica e orgânica no PR In <http://terradedireitos.org.br/biblioteca/noticias/organizacoes-se-mobilizam-contraveto-de-beto-richa-a-pl-de-incentivo-a-producao-agroecologica-e-organica-no-pr-2/>. 09/05/2012. Acesso em 18/05/2012.

PARANÁ, Casa Civil. **Razões de proposição de veto nº 18 – protocolo nº 1883/12-DAP**. Curitiba, 2012

PARANÁ, Assembléia Legislativa do Estado do. **Processo legislativo - projeto de Lei nº 403/2011. Curitiba, 2011**. Disponível em Disponível em: www.alep.pr.gov.br/sc_integras/projetos/Proj_403_-_Dep_Elton_Welton.pdf. Acesso em 09/08/2012.

PELAEZ, Victor; TERRA, Fábio; SILVA da, Letícia. **A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente**. Revista de Economia. Jan./abr., 2010, p. 27-48.

Projeto de lei nº 403/2011. Disponível em: www.alep.pr.gov.br/downloads/projetos/1813. Acesso em 12/05/2012

REPETTO, Robert. **Paying the price: pesticide subsidies in developing countries**. World Resources Institute. Washington D.C., 1985.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas**.in RUA, Maria das Graças e CARVALHO, Maria Izabel Valladão (orgs.). O estudo da política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998. Disponível em vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF. Acesso em 16/05/2012.

SEAB, Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento. **Números da pecuária paranaense: Brasil e Paraná- pecuária: efetivo do rebanho (cabeças), 2010**. Curitiba, 2012

SESSO FILHO, Umberto Antonio; GUILHOTO, Joaquim José Martins; RODRIGUES, Rossana Lott; MORETTO, Antonio Carlos; GOMES, Magno Rogério. **Geração de renda, emprego e impostos no agronegócio dos estados da região sul e restante do Brasil**. In Revista Economia & Tecnologia. Curitiba: UFPR. Ano 07, Vol. 25- Abril/junho de 2011.

Votação relativa ao veto do projeto de Lei nº 403/2011. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2012/05/ITEM-05-VETO-1812-PL-40311.pdf>. Acesso em: 12/05/2012

SANTUÁRIO DE BALEIAS E GOLFINHOS NO BRASIL: FORMAÇÃO DA AGENDA

Raquel Rivera Soldera

Mestranda em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC

E-mail: raquel.soldera@ufabc.edu.br

Resumo

O presente estudo tem como principal objeto a análise da formação da agenda da política pública de conservação e proteção de baleias e golfinhos no território marítimo brasileiro. Esta política pública, que culminou com a publicação do Decreto n. 6.698/08, declara as águas jurisdicionais marinhas brasileiras Santuário de Baleias e Golfinhos do Brasil.

Palavras chave: Santuário de baleias e golfinhos. Formação da agenda. Política pública.

Abstract

The present study has as its main object the analyses of public policy agenda formation for whales and dolphins conservation and protection in Brazil's sea territory. This public policy, which culminated in the publication of the Decree 6.698/08, declares Brazilian jurisdictional waters Whales and Dolphin Marine Sanctuary.

Keywords: Whales and dolphins sanctuary. Agenda setting. Public policy.

Introdução

A caça de baleias foi uma importante atividade para o desenvolvimento econômico mundial. No entanto, a falta de preocupação com a proteção e conservação da espécie, sobretudo de fêmeas e filhotes, acarretou uma drástica redução no número de baleias, além do desaparecimento de uma série de espécies.

Neste contexto, a maioria dos países concordou em proibir a caça de baleias mundialmente. No entanto, esta proibição é contestada por países que possuem interesses econômicos e culturais na retomada da caça.

O Brasil, além de decretar a moratória da caça de baleias em território nacional em 1985, também transformou a costa litorânea em um santuário de baleias e golfinhos, em 2008.

A criação de um santuário de baleias e golfinhos em território brasileiro tem como principal objetivo a proteção da vida marinha, visando reafirmar o interesse nacional no campo da preservação e proteção de cetáceos, e promover o uso não-letal das suas espécies, estimulando a pesquisa e o uso econômico sustentável de baleias para o benefício das comunidades costeiras da região, através do ecoturismo e de atividades educacionais, como a observação de baleias.

Este estudo analisará como se deu a formação da agenda para viabilizar a criação deste santuário como política pública ambiental. A trajetória do projeto percorrerá os seguintes caminhos: 1) apresentar concepções conceituais e teóricas sobre política pública e formação da agenda (*agenda setting*); 2) traçar um breve histórico sobre a caça predatória de baleia, em especial no Brasil, que levou ao desaparecimento de inúmeras espécies; 3) analisar o processo de formação da agenda para a política pública de conservação e proteção das baleias e golfinhos no litoral brasileiro.

Concepções conceituais e teóricas sobre *agenda setting*

Uma política pública é o resultado da atividade política, onde decisões coletivas são tomadas por diversos grupos que compõem a sociedade. Esses grupos apresentam interesses, valores e objetivos divergentes (RODRIGUES, 2010, p. 13).

As políticas públicas são desenhadas por atores políticos que, no exercício de suas funções, mobilizam os recursos necessários para a realização dessas políticas (RODRIGUES, 2010, p. 21).

Os atores privados influenciam na formatação das políticas públicas ao pressionarem o governo na execução de ações determinadas, enquanto os atores públicos são os que realmente decidem as políticas (RODRIGUES, 2010, p. 21-22).

O processo de elaboração de políticas públicas também é conhecido como ciclo de políticas públicas, e compreende algumas etapas, como a identificação do problema, formação da agenda (*agenda setting*), formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, monitoramento e avaliação da política pública.

Importante destacar que, na prática, tais etapas nem sempre seguem este ciclo de maneira exata, ocorrendo muitas vezes de forma desordenada, onde as etapas se misturam e as sequências se alternam (SECCHI, 2010, p. 4; SARAVIA, 2006, p. 35).

Thomas Dye (apud SOUZA, 2006, p. 24) define política pública como “o que o governo escolhe ou não fazer”. Já Theodor Lowi (apud SOUZA, 2006, p. 28) afirma que “cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas”. Assim, cada política pública causa pontos ou grupos de veto e de apoio diferentes, que são processados dentro do sistema político também de maneira diferente (SOUZA, 2006, p. 28).

A formação da agenda, ou *agenda setting*, é o segundo estágio do processo de formação de uma política pública. Tem início no momento em que a demanda sobre a qual o governo decidiu agir torna-se uma questão política, ou *issue*, em inglês (RODRIGUES, 2010, p. 48).

Apesar de não haver consenso conceitual quanto à uma definição de política pública, há uma concordância de que o seu estabelecimento advém da tentativa de resolução de um problema, considerado relevante de maneira coletiva. Assim, podemos dizer que o problema público é a essência conceitual de políticas públicas (SECCHI, 2010, p. 4).

Alguns atores que estão constantemente preocupados em identificar problemas públicos são os agentes políticos, os partidos políticos e as organizações não governamentais (SECCHI, 2010, p. 35).

No entanto, um problema só se torna público quando, além de ser considerado um problema relevante para a coletividade, conquista a atenção e o interesse de algum ator político na resolução deste problema. Este problema público passa, então, a compor a agenda política deste ator político.

Importante neste ponto destacar a existência de dois tipos de agenda: agenda política e agenda formal ou institucional, segundo Roger W. Cobb e Charles D. Elder (SECCHI, 2010,

p. 36), e agenda governamental e agenda decisional, de acordo com John Kingdon (CAPELLA, 2006, p. 26).

A agenda política ou governamental, é definida como o conjunto de assuntos, problemas ou temas que, devido à necessidade de intervenção, o poder público centraliza sua concentração num determinado momento. Já a agenda formal, institucional ou decisional é um subconjunto da agenda governamental ou política, e elenca os problemas, temas ou assuntos que o poder público já decidiu considerar (SECCHI, 2010, p. 36; CAPELLA, 2006, p. 26).

Por este motivo, nos estudos sobre o ciclo de políticas públicas, a questão mais latente é exatamente sobre o processo de formação da agenda: por que alguns problemas ganham espaço na agenda política, e outros não? (RODRIGUES, 2010, p. 48).

A resposta à essa questão depende de outros fatores, como a liderança política em vigor e as expectativas sociais, variáveis que compõem o que John Kingdon nomeia *multiple streams* (“múltiplos fluxos” ou “correntes múltiplas”, em português), onde um problema, um fluxo político e um fluxo da política pública são catalisados pela ação empreendedora de um líder político (RODRIGUES, 2010, p. 48-49). Tais fluxos ainda contam com a atuação de atores específicos em cada um deles e seus respectivos contextos, que podem se transformar em janelas de oportunidade através da atuação de empreendedores de políticas (PERDICARIS, 2009, p. 16).

Este modelo apresentado por John Kingdon mantém o foco em dois estágios anteriores ao estágio de tomada de decisão: a formação da agenda e as alternativas para a formulação das políticas (CAPELLA, 2006, p. 25).

Para John Kingdon, um problema torna-se relevante para fazer parte de uma agenda por meio de três mecanismos básicos: indicadores; eventos, crises e símbolos; e *feedback* das ações governamentais, que podem levar os formuladores de políticas a visualizarem uma questão como problemática (CAPELLA, 2006, p. 27).

O modelo de Kingdon ajuda a entender a importância do contexto no processo de definição da agenda, como momento político, tempo, realidade e alternativas que devem ser consideradas na formação da agenda e da formulação das políticas públicas.

Importante destacar que o processo de definição de agenda conta com a participação de atores visíveis (presidente, ministros, secretários-executivos de ministérios, senadores, deputados, participantes do processo eleitoral, grupos de interesse e mídia), que influenciam a decisão da agenda, e invisíveis (servidores públicos, analistas de grupos de interesse, assessores parlamentares, acadêmicos, pesquisadores e consultores), que atuam

principalmente na escolha de alternativas da agenda decisional ou formal (CAPELLA, 2006, p. 31-36).

Segundo Joan Subirats, um problema pode não fazer parte da agenda devido à limitação de recursos humanos e econômicos, falta de vontade política, falta de pressão dos grupos de interesse e da mídia. Por outro lado, um problema pode se converter em problema público quando alcança a proporção de crise, não podendo ser ignorado; quando chama a atenção da mídia; quando adquire importância global; quando conquista grande notoriedade pública, por ter relação direta com temas da atualidade (SUBIRATS, 2006, p. 205-206).

Nesta trilha, pode-se concluir que a preocupação com a proteção ao meio ambiente atende aos aspectos mencionados por Joan Subirats: apesar de ser uma questão bastante recente, já alcançou a dimensão de crise, chamando a atenção da mídia, conquistando alcance global, além de atingir notoriedade pública e ser uma temática extremamente atual.

Essas características, aliadas à trajetória histórica da caça de baleia no litoral brasileiro – que resultou no desaparecimento de inúmeras espécies de baleia –, contribuíram para que a criação de um santuário marinho para golfinhos e baleias alcançasse status de problema público, ganhando espaço na agenda política brasileira.

Além disso, também há o interesse no desenvolvimento da pesquisa e do ecoturismo na costa litorânea brasileira, beneficiando as comunidades da região e propiciando uma maior interação do Brasil nas pesquisas sobre cetáceos desenvolvidas mundialmente.

Um breve histórico da caça predatória de baleias

A caça de baleias é uma prática muito antiga. Os primeiros registros desta atividade remetem ao ano 712, realizada pelos japoneses (PALAZZO; PALAZZO JR., 1989, p. 51-54). No Brasil, as atividades de caça de baleias tiveram início no começo do século XVII, primeiramente na Bahia, se estendendo posteriormente por todo o litoral brasileiro (CASTELLUCCI JUNIOR, 2009, p. 33).

A caça de baleias foi uma das principais expedições do litoral para a manutenção do Brasil Colonial, reunindo uma vasta quantidade de mão-de-obra escrava e livre, num período em que mundialmente se utilizava o óleo de baleia como combustível para a geração de eletricidade, e, por esse motivo, sua produção no Brasil era voltada principalmente para a exportação (CASTELLUCCI JUNIOR, 2009, p. 27-33).

Nesta época, não havia qualquer preocupação com o esgotamento dos recursos naturais, e o único objetivo existente era a matança do maior número de baleias possível, numa exploração abusiva e depredatória dos recursos naturais marinhos, no mundo todo.

Durante mais de três séculos, os produtos derivados de baleia foram itens de primeira necessidade para a sobrevivência dos moradores do ocidente, que iam desde a alimentação até materiais utilizados na construção de casas e prédios (CASTELLUCCI JUNIOR, 2009, p. 37).

Com isso, a caça de baleias foi muito lucrativa durante os séculos XIX e XX para países como o Japão, Noruega, Inglaterra, Alemanha, Panamá, África do Sul, Chile e Estados Unidos, e foi igualmente importante para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Contudo, em meados de 1930, foi observado um decréscimo no número de baleias em âmbito mundial (PALAZZO; PALAZZO JR., 1989, p. 59). Durante a exploração da caça, não houve qualquer preocupação com a proteção das espécies e a possibilidade de redução do número de animais. Sobretudo, não houve qualquer medida para a preservação de fêmeas e filhotes, para garantir o mínimo de sobrevivência da espécie, e, como resultado, muitas espécies de baleia desapareceram, restando apenas algumas centenas atualmente.

No Brasil, durante os setenta e cinco anos de exploração de toda a costa litorânea para a caça de baleia, cerca de vinte e duas mil baleias foram abatidas pela empresa nipo-brasileira COPESBRA (Companhia da Pesca Norte do Brasil), localizada no litoral paraibano (CASTELLUCCI JUNIOR, 2009, p. 155).

Diante deste cenário de caça desenfreada no mundo todo, foi necessário o estabelecimento de um controle e de uma limitação do número de animais abatidos. Assim, em 1931, foi redigida uma Convenção para a Regulamentação da Pesca da Baleia pela Liga das Nações, promulgada em 1933 pelo Brasil. Os objetivos da Convenção visavam a proibição da caça de determinadas espécies de baleias, bem como o impedimento da captura ou morte de filhotes ou baleias jovens, e fêmeas acompanhadas de filhotes.

Ainda visando o controle e redução do número de animais abatidos, em dezembro de 1946 é firmada a Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia, promulgada pelo Brasil em 1950. Os objetivos desta Convenção são a proteção dos cetáceos contra a caça predatória, salvaguardando as espécies brasileiras para as gerações futuras. E, no intuito de evitar a completa extinção das baleias, através desta Convenção foi criada a Comissão Internacional da Baleia (CIB), para regulamentar a caça e definir números, espécies e locais de caça para cada país.

No entanto, com a descoberta do petróleo e, posteriormente, de uma grande variedade de substâncias vegetais e produtos sintéticos em substituição ao óleo de baleia, a

caça tornou-se totalmente dispensável, já na década de 1970 (PALAZZO; PALAZZO JR., 1989, p. 55). Assim, gradualmente, os países começaram a interromper a caça comercial de baleias.

Em 1982, a Comissão Internacional da Baleia aprovou uma resolução proibindo a caça comercial de baleias a partir de 1986. No entanto, sete países se opuseram à moratória da caça de baleias, dando continuidade à exploração comercial sob o argumento de necessidade econômica: Islândia, Brasil, Japão, Coreia, Noruega, Peru e União Soviética (PALAZZO; PALAZZO JR., 1989, p. 72-73).

Assim, a caça de baleias foi mantida no Brasil durante três séculos, até que, em dezembro de 1985, foi suspensa por determinação do Presidente José Sarney. Dessa forma, aceitando a resolução estabelecida pela Comissão Internacional da Baleia, que previa a moratória da caça de baleias mundialmente a partir de 1986, foi publicado o Decreto n. 92.185, que proibia a caça comercial de baleias em território nacional pelo período de cinco anos.

Contudo, dois anos depois foi aprovada e sancionada a Lei n. 7.643, que proíbe definitivamente a pesca de toda espécie de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, consagrando desde então a proteção às baleias e demais cetáceos no Brasil.

No entanto, devido a uma série de interesses econômicos e culturais, a caça de baleias ainda não foi completamente abandonada por todos os países até os dias atuais. A comercialização de cosméticos, por exemplo, está associada à continuidade da caça predatória de baleias (CASTELLUCCI JUNIOR, 2009, p. 22). Isso faz com que um dos maiores desafios de conservação das baleias e da biodiversidade marinha esteja relacionado diretamente ao respeito às Convenções e legislações, nacionais e internacionais, de proteção ao meio ambiente.

Enquanto países como Estados Unidos, Austrália, Canadá, Brasil, Chile, África do Sul e Argentina investem na criação de áreas protegidas para as baleias, quantidades inimagináveis desses animais continuam sendo abatidas de forma cruel em outras partes do mundo. Com isso, não há dúvidas de que o futuro das baleias depende de acordos internacionais que garantam a sua proteção e conservação.

Política de preservação e conservação ambiental no Brasil

A preocupação com o meio ambiente tem início a partir dos anos 60, com a crise ambiental, um momento em que a necessidade de se repensar o modelo desenvolvimentista é

despertada, diante da descoberta de que os recursos naturais são finitos e estão em perigo (HARTMANN, 2009, p. 32). Esta preocupação, aliada aos números alarmantes em relação à degradação ambiental no mundo todo, tem tornado a proteção do meio ambiente um dos principais assuntos nas reuniões internacionais nos últimos anos.

Devido à abundância de recursos naturais, esta consciência ecológica tardou a chegar ao Brasil. Contudo, isto não reduziu o trabalho do movimento ecologista brasileiro para a criação legislações que protejam nosso gigantesco patrimônio ambiental de maneira apropriada (HARTMANN, 2009, p. 34).

Considerados patrimônio mundial, os recursos marinhos também vêm sendo alvo de inquietação internacional, de maneira cada vez mais crescente.

É notória a diversidade e riqueza presentes na natureza brasileira, incluindo as águas que banham o litoral do Brasil. Por esse motivo, é imperativo que a enorme biodiversidade de espécies marinhas que reside nesta região, constantemente ameaçada pela ganância da humanidade, seja protegida.

A efetivação dessa proteção, contudo, requer a implementação e efetivação de políticas públicas ambientais.

Dentre os atores que participam das políticas públicas ambientais, destaca-se o Estado e o indivíduo, identificados pelos critérios de função e interesse (D'ISEP, 2009, p. 163).

É sabido que o Estado é responsável pela defesa e proteção do meio ambiente, ainda que não atue de maneira isolada, e, com isso, cada vez mais são exigidas intervenções político-administrativas nacionais na proteção do meio ambiente. Assim, o Estado apresenta a função de tutelar e assegurar um meio ambiente equilibrado à população, conforme disposto na Constituição Federal brasileira de 1988, em seu artigo 225:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Por outro lado, temos a figura do indivíduo, que, além de interesse, tem também direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, devendo ser assegurada a sua participação nas políticas públicas ambientais, de maneira individual ou coletiva (D'ISEP, 2009, p. 163-164).

Importante destacar que a atuação do Estado nas políticas públicas ambientais abrange os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. A ideia de políticas públicas ambientais como iniciativa pública organizada se extrai do Poder Executivo. Dessa forma,

toda política pública ambiental é dotada de planos, metas e instrumentos próprios para gerir o meio ambiente, seja através de lei, seja por iniciativa do governo (D'ISEP, 2009, p. 163).

O caráter impositivo das leis e dos princípios advém do Poder Legislativo, enquanto ao Poder Judiciário cabe o controle pela via jurisdicional, tanto no âmbito preventivo como no âmbito repressivo (D'ISEP, 2009, p. 163).

Historicamente, a caça de baleias teve grande importância econômica para o desenvolvimento do Brasil. No entanto, com a extinção de uma série de espécies de baleias em âmbito mundial, verificou-se a necessidade de preservação dos cetáceos, diante do iminente risco de extinção de mais espécies. Com isso, foi estabelecida uma moratória da caça de baleias em águas internacionais, em 1986.

Contudo, ainda permanece o interesse das nações baleeiras, como Japão, Noruega e Islândia, em retomar a caça de baleias, colocando um fim à moratória. O principal interesse dessas nações é o comércio da carne, além da captura de animais para serem comercializados para a exibição em aquários e espetáculos.

Importante destacar que o oceano Atlântico Sul tem sido palco da caça de baleias, realizada por frotas estrangeiras, que capturam espécies protegidas e desrespeitam as regulamentações feitas pela Comissão Internacional da Baleia, além de causar danos progressivos às espécies e populações de baleias locais¹, violando as já estabelecidas legislações de proteção pelas nações que fazem parte do oceano Atlântico Sul (PALAZZO JR., 2006, p. 10).

Paralelamente, com o avanço da pesquisa sobre baleias, descobriu-se que pouco sabemos sobre os hábitos e costumes desses animais. E a redução drástica no número de cetáceos existentes acaba dificultando os avanços da pesquisa nessa área.

Além disso, descobriu-se os benefícios trazidos pelo ecoturismo, uma importante fonte de renda para as populações litorâneas brasileiras.

Dessa forma, a proposta de um santuário em território brasileiro visa não só proteger as baleias e a biodiversidade marinha, mas também salvaguardar os recursos marinhos contra o retorno da caça comercial de baleias, especialmente por interesses alheios à região, defender o direito das comunidades costeiras do Brasil de se beneficiarem do uso não-letal dos grandes cetáceos através do ecoturismo e desenvolver a pesquisa, já que, historicamente, as nações do Atlântico Sul têm enfrentado dificuldades no desenvolvimento de pesquisas marinhas, devido

¹ Mais de 50 espécies de cetáceos são encontradas na região, sendo 39 em águas brasileiras. Cf: HOYT, Erich. **Marine protected areas for whales, dolphins, and porpoises: a world handbook for cetacean habitat conservation and planning**. 2. ed. Great Britain: MPG Books Group, 2011. p. 254.

à limitação de recursos financeiros disponíveis para esforços científicos (PALAZZO JR., 2006, p. 29).

Santuário de Baleias e Golfinhos: formação da agenda

A agenda envolve um conjunto de problemas ou demandas tidas como relevantes para a coletividade. Os problemas ou demandas entram e saem da agenda, de acordo com o momento político.

O modelo de múltiplos fluxos, apresentado por John Kingdon, é extremamente útil para a compreensão da formação da agenda e por que algumas questões tornam-se prioridade e se transformam em políticas públicas, enquanto outras questões são colocadas de lado ou ignoradas. Por isso, este modelo é bastante utilizado na sistematização da relação de atores, fatores e contextos que favorecem a inclusão de determinados assuntos na agenda política e decisória.

Não há dúvidas da importância da criação de um santuário de baleias e golfinhos em território nacional, visando a preservação e proteção de cetáceos e o estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento do turismo na região litorânea brasileira. No entanto, os inúmeros problemas sociais existentes no nosso país dificultam que questões relacionadas à proteção ambiental conquistem espaço na agenda política. Isso faz com que a atuação em rede se torne elemento fundamental para a mobilização dos atores políticos, públicos e privados, e também da sociedade civil, visando o estabelecimento de um debate e de uma articulação para a notoriedade destas questões.

Um dos motivos para a criação do Santuário de Baleias e Golfinhos no Brasil é bastante político, já que visa uma interação internacional, através da promoção da participação do país nos foros internacionais, articulando em âmbito regional e internacional o desenvolvimento de pesquisa de cetáceos, por meio da conservação dessas espécies no oceano Atlântico Sul.

Outro aspecto importante é o desenvolvimento do turismo, especialmente com a atividade de observação de baleias (*whale watching*). O turismo de observação de baleias, além de incentivar a conservação do ambiente marinho e a pesquisa na região, beneficia economicamente as populações litorâneas, e é uma das principais formas no combate ao retorno da caça de baleias.

Na América do Sul, atualmente, Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Equador já praticam o turismo de observação de baleias, um mercado que apresenta um grande potencial de crescimento e que, somente na Argentina, gera cerca de US\$ 60 milhões anuais (PESSÔA, 2006, p. 07).

No Brasil, o número de brasileiros que participam desta atividade de observação de baleias ainda é muito pequeno, comparando ao número de turistas em outros países, sendo, portanto uma atividade ainda a ser explorada em território nacional.

Além da observação de baleias em seu habitat natural, a observação de baleias também tem propósito científico e educacional, através do desenvolvimento de pesquisas não-letais de cetáceos.

Estes fatores políticos, econômicos e educacionais propiciaram uma maior articulação pela relevância do tema, facilitando que a discussão sobre a criação do santuário de baleias e golfinhos em território nacional conquistasse espaço na formação da agenda de políticas públicas.

Além disso, importante ressaltar que o Brasil, em conjunto com a Argentina e com o apoio da África do Sul, desde 2002 apresenta uma proposta de criação de um santuário de baleias no oceano Atlântico Sul nas reuniões da Comissão Internacional da Baleia. Sua implementação, no entanto, depende de 3/4 dos votos dos países membros, e a dificuldade de aprovação da proposta ocorre, principalmente, pelas divergências político-econômicas internacionais, em especial pelos interesses comerciais dos países baleeiros na retomada da caça de baleias, o que se tornou um óbice à implementação do santuário na região.

Com isso, no intuito de proteger e conservar a biodiversidade marinha do oceano brasileiro, a criação do santuário de baleias e golfinhos em território nacional praticamente não encontrou grupos de veto para a sua inclusão na agenda política e decisória interna, visto que também há um interesse na promoção do desenvolvimento do ecoturismo e da pesquisa por parte dos atores públicos e privados. Na realidade, o grupo de interesse contrário a esta política pública é formado por países interessados na retomada da caça de baleias, e que não apresentaram influência econômica sobre o Brasil para pressionar no sentido contrário ao estabelecimento do santuário.

Dessa forma, o estabelecimento de um santuário de baleias e golfinhos em território brasileiro intensifica, perante a comunidade internacional, a posição do país no campo da preservação e proteção de cetáceos.

O ciclo para a criação de um santuário de baleias e golfinhos em território nacional como política pública ambiental culminou na publicação do Decreto n. 6.698, em 17 de

dezembro de 2008, que declara as águas jurisdicionais marinhas brasileiras Santuário de Baleias e Golfinhos do Brasil. Desde então, já é possível observar um aumento no número de baleias que se aproximam da costa litorânea brasileira para se reproduzirem, visto que a recuperação da população possibilita a reocupação de antigas áreas, onde já não havia mais ocorrência de baleias devido à caça excessiva.

Enquanto em uma época não muito distante, as populações litorâneas festejavam a caça de baleias em suas praias, hoje comemoram a chegada da temporada de baleias, onde é possível acompanhar a temporada reprodutiva da espécie e analisar o seu comportamento.

Considerações finais

Atualmente, pensar de maneira globalizada se torna cada vez mais significativo no tocante às decisões políticas, visto que o atual cenário econômico, social e político mundial acarreta uma reorganização do papel e da interação entre Estado, instituições políticas, econômicas e sociais, e organismos internacionais.

Este enfoque mundial também é necessidade que se impõe na criação de políticas públicas, revestidas da autoridade soberana do poder público estatal nacional, já que, atualmente, os Estados assumem compromissos de caráter internacional através do estabelecimento de acordos, convenções e tratados.

Da mesma forma, é crescente a importância da criação e implementação de políticas públicas ambientais, visto que a proteção ao meio ambiente, apesar de ser uma preocupação bastante recente, não é somente um dos principais objetivos dos Estados, mas também da comunidade internacional. No entanto, ao mesmo tempo em que são exigidas intervenções jurídicas, políticas e administrativas de âmbito nacional na proteção do meio ambiente, o atendimento a essa demanda é dificultado pelas reivindicações e interesses dos demais países que compõem o atual cenário político e econômico internacional.

É o que ocorre na questão da caça de baleias. Apesar de ser proibida internacionalmente desde 1986, países com interesses econômicos e culturais na retomada desta atividade ameaçam não só o meio ambiente, mas o desenvolvimento científico e econômico das regiões que se dedicam à promoção dessas atividades aliadas à conservação e proteção dos seus recursos marinhos nacionais.

O Brasil, reafirmando sua posição contrária à retomada da caça de baleias, e visando o desenvolvimento do turismo e de pesquisas não-letais na região, estabeleceu em território

nacional um santuário de baleias e golfinhos, uma política pública ambiental que alcançou a agenda política e decisória do país.

Cabe agora aos atores envolvidos no estabelecimento deste ciclo de política pública interno articular em âmbito internacional para que seja estabelecido um santuário de baleias no oceano Atlântico Sul, cuja proposta, apresentada por Brasil e Argentina, ainda não influenciou sobremaneira a comunidade internacional para sua efetivação.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 abr. 2012.

_____. **Decreto n. 6.698**, 17 dez. 2008. Declara as águas jurisdicionais marinhas brasileiras Santuário de Baleias e Golfinhos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6698.htm>. Acesso em: 19 abr. 2012.

_____. **Decreto n. 23.456**, 14 nov. 1933. Promulga a Convenção para a Regulamentação da Pesca da Baleia, firmada em Genebra, a 24 de Setembro de 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23456-14-novembro-1933-549542-publicacaooriginal-65035-pe.html>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

_____. **Decreto n. 28.524**, 18 ago. 1950. Promulga a Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia e o Regimento anexo a mesma, assinados em Washington a 2 de dezembro de 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28524-18-agosto-1950-327325-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

_____. **Decreto n. 92.185**, 20 dez. 1985. Proíbe as atividades de caça comercial da baleia no Brasil, a partir de 1º de janeiro de 1986, por um período de cinco anos. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-92185-20-dezembro-1985-442250-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 abr. 2012

_____. **Lei n. 7.643**, 18 dez. 1987. Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7643.htm>. Acesso em: 19 abr. 2012.

CAPELLA, Ana Cláudia N.. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **BIB**: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais, São Paulo, n. 61, p. 25-52, 1. sem. 2006.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. **Caçadores de baleia**: armações, arpoadores, atravessadores e outros sujeitos envolvidos nos negócios do cetáceo no Brasil. São Paulo: Annablume, 2009.

D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. Políticas públicas ambientais: da definição à busca de um sistema integrado de gestão ambiental. In: D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo; NERY JUNIOR, Nelson; MEDAUAR, Odete. **Políticas públicas ambientais**: estudos em homenagem ao professor Michel Prieur. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 156-171.

HARTMANN, Analúcia de Andrade. Políticas públicas ambientais: a atuação do Ministério Público. In: D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo; NERY JUNIOR, Nelson; MEDAUAR, Odete. **Políticas públicas ambientais**: estudos em homenagem ao professor Michel Prieur. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 31-57.

HOYT, Erich. **Marine protected areas for whales, dolphins, and porpoises**: a world handbook for cetacean habitat conservation and planning. 2. ed. Great Britain: MPG Books Group, 2011.

PALAZZO, Miriam; PALAZZO JR., José Truda. **S.O.S. baleia!**: a história do maior movimento conservacionista de todos os tempos. Porto Alegre: Sulina, 1989.

PALAZZO JR., José Truda (Coord.). **Atlântico Sul**: um santuário de baleias. Recife: Fundação Marinhas Aquáticas, 2006.

PERDICARIS, Priscilla Reinisch. **Gestão para resultados como política pública**: uma análise da Formação da Agenda e Formulação de Alternativas em Municípios Brasileiros. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5367/62080100013.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 maio 2012. p. 16.

PESSÔA, Maria Teresa Mesquita. Apresentação. In: PALAZZO JR., José Truda (Coord.). **Atlântico Sul**: um santuário de baleias. Recife: Fundação Marinhas Aquáticas, 2006. p. 7-8.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Políticas públicas**: coletânea. v. 1. Brasília: Enap, 2006. p. 21-42.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SUBIRATS, Joan. Definición del problema. Relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Políticas públicas**: coletânea. v. 1. Brasília: Enap, 2006. p. 199-218.

**UMA REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE
TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS E TECIDOS:
A EXPERIÊNCIA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Antonia Cosmo de Oliveira

Assistente Social graduada pelo Centro Universitário do Norte – UNINORTE - 2010 e
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na
Amazônia - 2012. (PPGSS/UFAM), Bolsista da FAPEAM. – End. Rua Ademar de Barros,
650-A, Vila da Prata, Manaus/AM. antoniacosmo@yahoo.com.br

Heloisa Helena Correa da Silva

Doutora em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e Programa de Pós-
Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas,
Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Departamento de Serviço Social. Av.
General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 - Campus Universitário,
Aleixo. hhelena@ufam.edu.br

RESUMO

O presente artigo faz uma reflexão sobre a Política Nacional de Transplantes de Órgãos e Tecidos destacando a experiência do Estado do Amazonas. A partir da análise bibliográfica de autores contemporâneos que tratam do assunto em pauta e dos informativos internos da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas, foi possível perceber, que os transplantes iniciaram no Brasil na década de 1960 e somente a partir de 1997 se efetivou de fato a regulamentação de uma política de transplantes para o país. O Brasil possui hoje um dos maiores programas público de transplantes de órgãos e tecidos do mundo, cujo desafio atual para o Estado do Amazonas, está na estruturação dos hospitais da rede pública, a fim de se

tornar em breve, o centro de referência em transplante de fígado para a região da Amazônia Ocidental.

PALAVRAS - CHAVE: Transplante, política pública de saúde, questão social.

ABSTRACT

The present article provides a brief reflection on the National Transplant Organ and Tissue highlighting the experience of the State of Amazonas. From an analysis of contemporary literature dealing with the subject matter and the internal information of the Secretariat of Health of the State of Amazonas, it was observed that the transplants began in Brazil in the 1960s, but it was only from 1997 that in fact the regulations effected a policy of transplants for the country. Today, Brazil has one of the largest programs of public organ and tissue transplants in the world whose current challenge for the State of Amazonas, is the structuring of public hospitals, to become soon the reference center for liver transplant for the western Amazon region.

KEY WORDS: transplantation, public health policy, social issues.

INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe uma reflexão sobre a Política Nacional de Transplantes de Órgãos e Tecidos e traz uma abordagem sobre a trajetória dos transplantes no Brasil, dando destaque a experiência do Estado do Amazonas.

Dada a importância deste procedimento terapêutico, como fator condicionante na continuidade da vida humana, faz-se necessário trazer para o debate, como uma nova demanda que se apresenta no campo da saúde em suas múltiplas dimensões, os pacientes que necessitam de um transplante de órgão e/ou tecido, os quais surgem no cenário atual como novos sujeitos titulares de direitos e que demandam, portanto, políticas públicas específicas.

Os objetivos do estudo foram os seguintes: descrever de forma breve a trajetória do desenvolvimento dos transplantes no Brasil; contextualizar o transplante no cenário da política pública de saúde e por fim, identificar os desafios e possibilidades na execução da política de transplantes de órgãos e tecidos no estado do Amazonas.

Registra-se ainda, que este artigo relaciona-se à pesquisa que ora é conduzida e que prima pela relação dinâmica entre teoria e prática, com observação direta e compilação de dados em fontes primárias e secundárias, a saber: dados obtidos da ABTO, SNT e a permanente análise bibliográfica de autores contemporâneos que tratam do assunto em pauta, além dos informativos internos da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas – SUSAM.

Os resultados alcançados no estudo apontam que o Brasil possui na atualidade um dos maiores programas público de transplantes de órgãos e tecidos do mundo. No entanto, apesar dos avanços obtidos, ainda não consegue atender de forma efetiva a demanda por transplantes existente no país, fato percebido pelas crescentes filas de espera.

Com relação ao Estado do Amazonas, o desafio atual consiste na estruturação dos hospitais da rede pública, com vistas a se tornar em breve o centro de referência em transplante de fígado para a região da Amazônia Ocidental.

1 - BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE TRANSPLANTES NO BRASIL.

Os transplantes de órgãos iniciaram no Brasil na década de 1960, mas, foi somente na década de 1990 que as primeiras propostas a respeito da organização dos transplantes para o país foram encaminhadas ao Ministério da Saúde. Até então, não havia uma legislação apropriada que regulamentasse de fato a realização deste procedimento terapêutico no país.

No entanto, à medida que os avanços da medicina proporcionaram uma melhora significativa nos resultados, novas indicações também surgiram, criando-se assim uma demanda pela necessidade de transplantes, bem como da regulamentação destas atividades no país.

Após várias discussões sobre a normatização dos transplantes no Brasil, foi implementada a partir de 1997 a Política Nacional de Transplantes de Órgãos e Tecidos fundamentados na Legislação (Lei nº 9.434/1997 e Lei nº 10.211/2001), tendo como

diretrizes a gratuidade da doação, a beneficência em relação aos receptores e a não maleficência em relação aos doadores vivos.

Estabelece também garantias e direitos aos pacientes que necessitam destes procedimentos e regula toda a rede assistencial através de autorizações e reautorizações de funcionamento de equipes e instituições (SNT, 2011).

De acordo com Duro (2006), o Brasil viveu um período de grande movimentação na área dos transplantes durante os anos de 1997 e 1998, e contou com a participação de vários segmentos da sociedade, com destaque para a participação da Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos (ABTO), que apresentou uma proposta de política de transplantes para o país.

Através do Decreto Lei nº 2. 268/1997, o Ministério da Saúde criou o Sistema Nacional de Transplantes (SNT) e as Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (CNCDOs), conhecidas como Centrais Estaduais de Transplantes e estabeleceu a forma da distribuição dos órgãos e tecidos por meio das listas de espera regionalizadas, entre outras ações.

A partir da criação do SNT e das Centrais Estaduais a situação do transplante no Brasil vivenciou um período de transição entre a informalidade anterior e um intenso trabalho por parte do Ministério da Saúde no que se refere à implementação das medidas preconizadas na legislação. É importante salientar que toda a política de transplante encontra-se em sintonia com as Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90, que regem o funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS (SNT, 2011).

Conforme Rodrigues e Junior (2010), O Brasil possui hoje um dos maiores programas público de transplante de órgãos e tecidos do mundo. O Sistema Nacional de Transplantes já é uma realidade em mais de 20 estados do país por meio das Centrais Estaduais de Transplantes. O desempenho do Brasil fica evidente ao se constatar que ele é o segundo país em número absoluto de transplantes renais no mundo (o primeiro são os Estados Unidos).

Apesar dos resultados positivos, o Brasil ainda não consegue suprir as necessidades de sua população, fato percebido por meio das crescentes filas de espera por transplantes de órgãos e/ou tecidos. Alguns entraves são apontados por Rodrigues e Junior (2010), principalmente na rede pública (SUS) como problemas de compatibilidade e incentivos à doação; tamanho (estrutura) dos hospitais; deterioração dos órgãos, expansão

da demanda; taxa de mortalidade nas filas; administração e gerenciamento das filas, entre outros.

O SNT atualmente é uma instituição respeitada tanto pela sociedade brasileira, como pela comunidade transplantadora, suas definições legais encontram-se asseguradas pelo ordenamento jurídico. No entanto, tais fatos por si só não garantem a efetivação, ou o pleno funcionamento do sistema (que precisa ser aprimorado). Existe a necessidade de investimentos constantes por parte do Estado, os quais possibilitem o acesso de forma igualitária aos sujeitos sociais deste tipo de demanda como parte integrante da cidadania, independente de classe social, conforme preconiza o SUS.

2 - O TRANSPLANTE NO CENÁRIO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE.

A concepção de política pública como direito de cidadania¹, encerra um capítulo recente da história dos brasileiros. Sua configuração como dever do estado e direito do cidadão assegurada na Constituição de 1988, é fruto das lutas e reivindicações de vários segmentos da sociedade e concebe a seguridade social através do tripé: saúde, assistência social e previdência. Os modelos anteriores eram pautados na filantropia e na prática liberal, somente a partir do século XX, em decorrência das transformações econômicas e políticas ocorridas no país, surgem às primeiras iniciativas no campo da saúde pública, que serão aprofundadas na década de 1930.

Conforme aponta Silva (2008), o sistema de proteção social no Brasil remonta os anos 1930 e 1943, período de grande transformação socioeconômica, mudança no modelo de produção e reordenamento nas funções do Estado. Este, por sua vez, passou assim a gerir e prover diretamente a assistência, porém a base para essa proteção social e cidadania era marcada pelo trabalho e os trabalhadores deveriam estar devidamente enquadrados no mercado formal.

No entanto, ao tecer considerações sobre política pública como direito de cidadania, Pereira (2009) afirma que é preciso antes conhecer o termo política em seus dois

¹ Conforme Pereira (2009, p.106), [...] a cidadania acabou por constituir uma fusão entre os direitos individuais e sociais, em que os direitos civis constituem a base de sustentação e de ampliação dos direitos políticos e sociais, ao mesmo tempo em que são fortalecidos por eles. Como observa Nogueira, “todo esse processo tensionou, recriou e expandiu a cidadania, associando a ela novos temas e dimensões” (p.93) [...].

principais significados que são: o sentido clássico (associado à eleição, voto, partido, parlamento e governo) e o sentido mais recente e restrito (referente às ações do Estado frente às demandas e necessidades sociais da sociedade), caracterizado como política pública que coloca a política social como uma espécie do gênero da política pública.

É assinalado pela autora que historicamente a política se constitui uma arena de conflitos de interesses e por ser contraditória e conflituosa, permite a formação de contra poderes, e as políticas sociais quando associadas à cidadania se identificam com os direitos sociais que por sua vez, primam pelo princípio da igualdade e permitem a sociedade exigir a participação do Estado, seja como provedor, ou garantidor de bens públicos como direito.

Desta forma, a política pública é descrita como uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual o Estado e a sociedade desempenham papéis ativos.

Com relação à política de saúde no Brasil, Bravo (2009), aponta que:

As alterações ocorridas na sociedade brasileira a partir da década de 1930 têm como indicadores mais visíveis o processo de industrialização, a redefinição do papel do Estado, o surgimento das políticas sociais além de outras respostas às reivindicações dos trabalhadores [...] possibilitou o surgimento de políticas sociais nacionais que respondessem às questões sociais em forma de Política de Saúde no Brasil. Necessitavam transformarem-se em questão política, com a intervenção estatal e a criação de novos aparelhos que contemplassem de algum modo, os assalariados urbanos, que se caracterizavam como sujeitos sociais importantes no cenário político nacional, em decorrência da nova dinâmica da acumulação. BRAVO (2009, p. 90).

A partir da década de 1980, o debate sobre melhores condições de vida da população assume dimensão política, permeia a sociedade civil e ganha o apoio de novos atores sociais como, os profissionais de saúde e representantes de entidades, que ao romperem com o corporativismo, fortalecem o debate em torno da proposta da reforma sanitária que preconizava a universalização do acesso aos serviços de saúde, a concepção de saúde como direito social e dever do Estado, a implantação de um sistema unificado de saúde visando um novo reordenamento setorial a partir de um novo olhar sobre a saúde individual e coletiva, além da descentralização do processo decisório em âmbito estadual e municipal (BRAVO, 2009).

Com a promulgação da Constituição de 1988, a saúde no Brasil assume a seguinte configuração: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao

acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. CF. Art. 196.

A partir destes princípios foi criada a Lei Orgânica da saúde - Lei 8.080 em setembro de 1990, a qual dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. O Art. 2º determina que:

A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação. CF/1988. Art. 1º. §1º.

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) estabelecida no Art. 4º. §1º e §2º, traz consigo o desafio de tornar realidade uma nova ordem social no âmbito da saúde, sobre a ótica dos princípios da universalidade, igualdade e integralidade e a participação da comunidade. O SUS enquanto política pública diz respeito às necessidades de saúde da população brasileira, e como tal, precisa responder de forma concreta às demandas presentes na sociedade atual.

Conforme assinala Pereira (2009, p.102), “[...] os direitos sociais são os mais dinâmicos, percebidos através do aparecimento de novos sujeitos ou titulares de direitos, tais como, idosos, crianças, mulheres, pessoas com deficiência, gerações futuras”. Inseridos neste contexto de novas necessidades, emerge na área da saúde os pacientes que aguardam por um transplante de órgão e/ou tecido os quais demandam por políticas públicas específicas como condicionantes da continuação da vida.

As novas demandas que se apresentam no campo da saúde em suas múltiplas dimensões, dentre elas a necessidade do transplante de órgão e/ou tecido, se constituem na atualidade como um novo desafio para as mais diversas áreas do conhecimento, exigindo novos estudos, bem como novas técnicas com vistas a garantir o êxito dos procedimentos realizados.

Os avanços recentes no controle imunológico, além das novas técnicas cirúrgicas, entre outros fatores, possibilitaram o desenvolvimento dos transplantes e sua aplicação terapêutica no tratamento terminal de alguns órgãos. Conforme Duro (2006), em aproximadamente três décadas, o transplante de órgãos evoluiu de um procedimento

relativamente arriscado, para um procedimento exitoso em pacientes com doenças terminais do coração, fígado e pulmão.

Apesar dos avanços, percebe-se a necessidade da viabilização de políticas públicas que venham concretizar os direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados na legislação, cuja aplicabilidade depende da execução destas políticas, que associadas à cidadania, primam pelo princípio da igualdade (PEREIRA, 2009). Neste cenário, os pacientes que necessitam de um transplante de órgão e/ou tecido, surgem como novos sujeitos titulares de direitos e que demandam, portanto, políticas públicas específicas.

Trata-se de uma questão de saúde pública, cuja relevância social, se justifica no fato das pessoas que aguardam na fila por um transplante de órgão e/ou tecido encontrarem-se excluídas de seu meio social. A possibilidade do transplante na maioria das vezes se constitui não somente numa alternativa, mas na única oportunidade de obter uma melhor qualidade de vida, poder ser reinserido na sociedade de forma produtiva e exercer o direito de cidadania como, trabalhar, estudar, constituir família, entre outros. No caso de órgãos sólidos (rim, coração, fígado, entre outros), o transplante é a única opção terapêutica capaz de prevenir a morte certa e oferecer a expectativa de uma nova vida.

A necessidade premente de um transplante de órgão e/ou tecido como fator condicionante para continuidade da vida humana pode ser vista na contemporaneidade, como um agravamento da manifestação da questão social na área da saúde. Tal fato se justifica devido à visibilidade política adquirida, em face da crescente demanda por este procedimento terapêutico no país.

De acordo com Wanderley (2000), o surgimento de uma questão social pressupõe uma nova correlação de forças em torno de uma problemática com capacidade suficiente para inseri-la no debate político. Presente nos diferentes estágios da história da sociedade brasileira e objeto de distintas interpretações, a questão social permanece na atualidade, como um tema básico e desafiador para a prática de diversos profissionais (IANNI, 1991).

O desafio contemporâneo na efetivação das políticas públicas como enfrentamento da questão social, a partir das expressões da mesma como é o caso do transplante de órgãos perpassa os interesses da ofensiva neoliberal. No estado neoliberal, é dada a primazia para o mercado, os serviços públicos, tornam-se mercadorias, visto que prevalece à lógica do lucro em detrimento da equidade no direito ao acesso aos serviços públicos.

Conforme Scherer (2009), os desafios da questão social reabrem a discussão em torno da justiça social, retoma também a redefinição do estado como provedor histórico da regulação da questão social e das responsabilidades públicas.

Tal fato dificulta a efetivação de uma ação planejada voltada aos interesses da população menos favorecida, ao mesmo tempo em que cristaliza as desigualdades presentes na sociedade brasileira. No que diz respeito à Região Amazônica, a situação torna-se mais grave, devido à ausência de um planejamento que considere as singularidades e espacialidades regionais como fator preponderante em suas formulações.

4 - DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS E TECIDOS NO ESTADO DO AMAZONAS.

No que diz respeito à Amazônia, as políticas de desenvolvimento pensadas e executadas ao longo da configuração geopolítica da região, deixaram marcas profundas e difíceis de serem superadas. A intervenção estatal, aliada ao capital nacional e internacional, caracterizou historicamente dois pontos básicos que fundamentaram a exploração da região, “o interesse exógeno”, as decisões e formulações para o desenvolvimento da região sempre de fora para dentro, desconsiderando as potencialidades, especificidades espaciais e socioculturais da região Amazônica.

É a partir da análise das características sociodemográficas e econômicas de uma população que se torna possível a compreensão de suas condições de vida e suas demandas por políticas públicas que venham ao encontro de suas necessidades (SOUSA, 2009). Neste contexto, quando se pensa na aplicabilidade e efetividade das políticas sociais na região amazônica, observa-se ao mesmo tempo, uma fragilidade nas intervenções realizadas.

É sabido que os moradores amazônidas possuem certas especificidades e/ou características quanto ao seu modo de vida, sua relação com a natureza e na maneira de lidar com o outro socialmente. Daí a necessidade de intervenções qualificadas das políticas sociais no intuito de levar de fato a cidadania aos sujeitos que residem nos espaços urbanos e rurais dos municípios amazônicos.

Vale salientar que as políticas sociais, sob a ótica dos direitos, precisam trabalhar com estratégias articuladas em suas várias instâncias, levando-se em consideração as singularidades da Amazônia no sentido de enfrentar as refrações da questão social presentes na Região, inclusive na área da saúde.

Assim, com vistas a transformar a realidade dos pacientes que aguardam na fila por um transplante de órgão e/ou tecido, a Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas em parceria com o Ministério da Saúde, vem desenvolvendo ações no sentido de minimizar os problemas decorrentes das especificidades espaciais e socioculturais da região Amazônica no que diz respeito ao acesso aos serviços de saúde de alta complexidade, como é o caso dos transplantes de órgãos.

O Estado do Amazonas tem despertado especial interesse por parte Ministério da Saúde no que concerne à efetivação da Política Nacional de Transplantes de Órgãos e Tecidos. Recentemente o Estado foi apontado pelo Ministério da Saúde para ser o centro de referência em transplante de fígado para a região da Amazônia Ocidental (compreendendo os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima), um importante passo para a região, cujo isolamento geográfico, entre outras questões, dificulta o acesso da população às regiões centrais do país.

De acordo com a Secretaria de Saúde “[...] a escolha do Estado do Amazonas foi feita com base em estudos realizados pelo Ministério da Saúde, através dos quais foram mapeados todos os centros transplantadores do país e foi possível verificar a concentração desses centros nas regiões Sul e Sudeste [...]”. (SUSAM, 2012).

No entanto, para que esta *escolha* se torne uma realidade na região, além dos investimentos do Ministério da Saúde, é preciso também que haja uma ação integrada entre, Governo do Estado, Secretaria de Saúde e Coordenação Estadual de Transplantes, a fim de que estes recursos sejam aplicados na estruturação dos principais hospitais públicos da cidade de Manaus (capital do Estado) para que os transplantes sejam realizados na rede pública, ao contrário do ocorre na atualidade no Estado do Amazonas.

Atualmente o Estado do Amazonas disponibiliza através do Sistema Único de Saúde (SUS) em convênio com a rede privada, os transplantes de rim (doador falecido e entre vivos), e córnea (doador falecido). A Secretaria de Saúde pretende iniciar os transplantes de fígado e coração até o ano de 2013 (SUSAM, 2012). A tabela abaixo mostra a trajetória do desenvolvimento alcançado pelo Estado na realização dos transplantes, do ano de 2002 aos dias atuais.

Tabela estatística - Trajetória dos transplantes no estado do Amazonas.

Central Nacional de Captação, Notificação e Distribuição de Órgãos (CNCDO/AM)												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012*	Total*
Rim (Doador falecido)		-	-	-	-	-	-	-	-	10	22	32
Rim (Doador Vivo)	02	07	23	16	29	21	21	25	24	22	12	202
Córnea	-	10	31	35	68	82	118	96	120	139	76	775

Fonte: CNCDO-AM/2012. * Até junho de 2012.

De acordo com a tabela estatística da CNCDO-AM, o Amazonas tem obtido um bom desempenho, fato percebido pelo aumento crescente no número de transplantes realizados no Estado. Observa-se ainda, que o ano de 2011 traz consigo uma importante conquista para a região, cristalizada na realização dos primeiros transplantes renais com doador falecido. No entanto, foi percebido, que apesar dos avanços alcançados, as filas por um transplante de órgão e/ou tecido no Estado do Amazonas, como nas demais regiões, ainda são expressivas (CNCDO-AM, 2012).

Alguns entraves são apontados por Rodrigues e Junior (2010), principalmente na rede pública (SUS), a saber: problemas de compatibilidade; incentivos à doação; estrutura dos hospitais; deterioração dos órgãos, expansão da demanda; taxa de mortalidade nas filas; administração e gerenciamento das filas, entre outros.

Com relação ao Estado do Amazonas, o principal desafio percebido para a efetivação da política de transplante se dá prioritariamente na estruturação dos hospitais da rede pública para a realização dos procedimentos. Após 10 anos da implantação da CNCDO-AM, os transplantes ainda são realizados na rede privada, conveniada com o SUS.

Tal fato cristaliza a desigualdade do acesso por parte da população aos serviços de saúde, ao mesmo tempo em que acentua a construção de uma identidade nas políticas públicas de saúde adotadas no país, as quais transformam direitos em gratuidade e cidadania em carência (COHN et al. 2010). O SUS enquanto política pública diz respeito às necessidades de saúde da população brasileira, e como tal, precisa responder de forma concreta às demandas presentes na sociedade atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica e o conjunto dos dados analisados demonstram que o Brasil possui hoje um dos maiores programas público de transplante de órgãos e tecidos do mundo. A Política Nacional de Transplantes de Órgãos e Tecidos no Estado do Amazonas, mesmo considerando seu bom desempenho, padece pela alta demanda que se percebe, tanto nos dados da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas, quanto nas grandes filas de espera.

Embora, tenha-se constatado o crescimento no número de transplantes realizados no Estado e a importante conquista para a região, cristalizada na realização dos primeiros transplantes renais com doador falecido, a aludida Política carece ter maiores investimentos e difusão na sociedade.

Sobre os investimentos, o presente estudo refere-se às melhorias na estrutura física da rede hospitalar pública. Para além das adequações necessárias exigidas pelo Ministério da Saúde, dada a complexidade desse tipo de procedimento, faz necessário investimentos também na contratação de profissionais com qualificação específica na área da doação/transplante, bem como na capacitação dos profissionais já envolvidos no processo.

Tais investimentos poderiam contribuir para a não deterioração dos órgãos, diminuição da taxa de mortalidade nas filas e proporcionar mudanças na administração e gerenciamento das filas, entre outros. A difusão da Política, certamente contribuiria para baixar o índice de expansão da demanda reprimida, entre outros.

E, como as demais políticas públicas sob a égide do neoliberalismo, requer a Política Nacional de Transplantes de Órgãos e Tecidos no Estado do Amazonas o efetivo controle social por parte da sociedade amazonense como preconiza o Sistema Único de Saúde - destaque a iniciativa do Sistema Nacional de Transplante (SNT) de disponibilizar o acesso do receptor, através da internet, à sua situação e à evolução de sua posição na lista de espera, permitindo um maior controle social e transparência do sistema.

Deve-se ainda incentivar cooperação entre a Secretaria de Estado da Saúde e o Ministério Público do Estado do Amazonas, objetivando cooperação técnica e operacional, intercâmbio de informações na área do transplantes de órgãos e tecidos, além de acompanhamento e fiscalização da obediência ao cadastro técnico de receptores.

Entende-se que desta forma Política Nacional de Transplantes de Órgãos e Tecidos em sua aplicabilidade no Estado do Amazonas, contribuirá efetivamente no combate à expressão da questão social na Saúde no que se refere aos transplantes de órgãos e tecidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos do Estado do Amazonas - CNCDO-AM. Site: <http://doeorgaos.am.gov.br>

IANNI, Otávio. *A questão social*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: v. 5, 1991, p. 2-10. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br>>

LEI nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde.

MOTA, Ana Elizabete. *Serviço Social e saúde* [et al.] , (orgs). 4. Ed. – São Paulo: Cortez; Brasília – DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

NUNES, Edison; JACOBI, Pedro; KARSCHI, Úrsula S.; COHN, Amélia. *A saúde como direito e como serviço*. 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. *Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania*. In Boschett, Behring, Santos, Miotto. Política Social no Capitalismo.

Revista da Associação Médica do Rio Grande do Sul – AMRIGS, Porto Alegre – 2006. Artigo Especial – *A política de transplantes no Brasil* - Walter Duro Garcia (Coordenador Hospitalar de Transplantes da Santa Casa de Porto Alegre).

RODRIGUES, Thais Kuhn; JÚNIOR, Antônio Alves. *ESTIMATIVA DO NÚMERO DE POSSÍVEIS DOADORES DE ÓRGÃOS NO ESTADO DE SERGIPE NO ANO DE 2007*. JBT J Bras. Transpl. 2010; 13:1329-1392.

Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas – SUSAM. <http://www.saude.am.gov.br/>

SCHERER, Elenise(org.). *Questão Social na Amazônia*. Manaus: Edua, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. *A política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda* (org) – 4. ed. rev.e atual,- São Paulo: Cortez, 2008.

SNT- Sistema Nacional de Transplantes – Brasília/DF - outubro de 2011.

WANDELEY, Luiz Eduardo [et al]. *Desigualdades e Questão Social*. São Paulo: Cortez/EDUC, 2000.

GT 03 - Memória e patrimônio

LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DA ARQUITETURA URBANA DE IJUÍ CONSTRUÍDA ENTRE OS ANOS DE 1890 E 1960: INVENTÁRIO PARA A SUSTENTABILIDADE DA CIDADE

MELLO, Cláudio Renato de Camargo

Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta, Unicruz. Mestrando do PPGPPC da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM. arqmel@hotmail.com

SAAD, Denise de Souza

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural – PPGPPC, UFSM. dssaad1@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo ampliar os conhecimentos referentes à arquitetura urbana na cidade de Ijuí no Rio Grande do Sul, promovendo a divulgação da produção arquitetônica regional e verificando se a diversidade de origem dos habitantes do município teve influência direta em sua produção arquitetônica. Para tanto foram selecionadas vinte edificações, em que foram realizados os levantamentos, cujo recorte se dá em um período de setenta anos – de 1890 a 1960. A partir do mapeamento de alguns exemplares significativos, espera-se dar início a um processo que nos conduza a um futuro inventário sustentável para o município, na busca do elo existente entre a cidade e sua evolução histórica, onde a preservação da paisagem urbana seja vista como um bem representante das raízes da identidade cultural desta população.

Palavras-chave: Preservação, Inventário, Sustentabilidade.

Abstract: The present paper aims to increase knowledge relating to the urban architecture at Ijuí city, in Rio Grande do Sul, promoting the dissemination of regional architectural production and verifying the diversity of origin of the inhabitants of the city had a direct influence on his architectural production. Therefore, we selected twenty buildings, where surveys were conductes, whose clipping occurs in a seventy years – from 1890 to 1960. From the mapping of some significant samples, it is expected to initiate a process that will lead to a sustainable future inventory for the city of Ijuí, looking for the link between the city and its historical evolution, where the preservation of the urban landscape is seen as a good representative of the roots of the cultural identity of this population.

Keywords: Preservation, Inventory, Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

A presente investigação privilegia o patrimônio arquitetônico e define uma região específica do Rio Grande do Sul. Polarizada pelo atual município de Ijuí, a região pesquisada

localiza-se no setor noroeste deste Estado, e sua colonização teve início a partir de 1878, por meio de imigrantes que reemigraram de outras colônias.

Os bens materiais e imateriais muitas vezes deixam de ter o devido reconhecimento por parte da sociedade pela falta de conhecimento do valor dos mesmos, nos impedindo até de zelar por sua preservação. Nesse sentido, por ser a arquitetura gaúcha ainda hoje uma temática pouco estudada, o município de Ijuí demonstra conter um precioso acervo a ser conhecido e analisado. Ao considerar-se o período estudado, de 1890 a 1960, verifica-se que a arquitetura brasileira desenvolveu-se em meio a um complexo processo cultural, e os arquitetos imigrantes e brasileiros sempre contribuíram para a ruptura das formas e estilos consagrados.

Em uma perspectiva histórico-cultural, a preservação do patrimônio cultural assegura a continuidade da história, salvaguardando os costumes e tradições locais, além de estabelecerem bases de apoio a políticas de desenvolvimento sustentáveis. Nesta direção, as edificações de época do município de Ijuí, em grande maioria, inseridas na área central da cidade, acabam por sofrer grande desvalorização, em um entorno urbano imediato, que, pela especulação imobiliária descontrolada, converte o solo urbano em um dos bens mais lucrativos, dando lugar às novas construções.

Considerando-se que, o patrimônio edificado é o elemento através do qual as cidades se distinguem fisicamente umas das outras, é urgente que se tomem medidas de conservação, no sentido de proteger os bens do patrimônio à medida que a cidade antiga e a cidade moderna sejam pensadas conjuntamente, de forma a assegurar a participação da população nos processos de decisão, a fim de que a mesma construa uma identidade com o patrimônio.

Neste sentido, a relevância do presente trabalho reside na constatação de que, dada a importância do município de Ijuí no contexto do estado do Rio Grande do Sul e pelas peculiaridades de seu povoamento, os pesquisadores ainda têm muito a dizer frente ao entendimento dessa realidade, que pela sua complexidade é passível de ser reinterpretada em um processo histórico em movimento, que considera o homem e suas múltiplas facetas; o espaço, que efetivamente condiciona a ação deste homem e o tempo, cuja ação é transformadora.

A partir da ponderação de que a arquitetura é uma das principais manifestações de suma importância para a análise e entendimento da história das cidades, torna-se fundamental antes de qualquer ação preservacionista, a realização de um inventário arquitetônico, envolvendo a coleta de dados, o levantamento de campo, o registro e a identificação dos bens patrimoniais a serem reconhecidos e protegidos. Nesta direção, não se pode deixar de considerar também que a realização de um inventário deve extrapolar a condição de ser

apenas um registro, mas também deve articular-se às políticas e planos constantes no Plano Diretor do município.

Desta maneira, pela identificação dos diversos códigos culturais que emanam dos diferentes grupos sociais que compõe a complexidade étno-cultural do município de Ijuí, denota-se que enquanto classes elitizadas utilizam símbolos, elementos e adereços da cultura, muito mais por questões de status social do que por identificação, é na massa economicamente menos favorecida – que se define como herdeira desta cultura – que percebemos um significado emocional, um sentimento de pertencimento e identificação a uma determinada cultura que a memória cristalizou.

Assim, os símbolos, e elementos específicos de cada cultura acabam por originar a identidade de cada etnia, dando visibilidade e viabilizando sua transmissão via paisagens, arquitetura, gastronomia, vestuários típicos, enfim, códigos visíveis e não visíveis, responsáveis pela materialização da cultura no espaço e consequentemente, pela constituição dos lugares de memória e dos patrimônios culturais.

A urbanização do Rio Grande do Sul, sobretudo quando se trata de municípios específicos, é um território pouco desbravado pela historiografia e, sendo o município de Ijuí nosso objeto de pesquisa, constata-se que falta a seus cidadãos o elo que os liga aos que os antecederam, fato que sem dúvida contribui para a sua identificação no meio em que está inserido. Desta maneira, a valorização dos espaços urbanos e arquitetura não devem ser um mero retorno ao passado, que utiliza a história como um receituário teórico ou uma fonte de abastecimento de elementos formais.

Para além da realização de um inventário, o tema proposto envolve a programação de ações no âmbito da educação patrimonial como forma de aproximar os cidadãos e o patrimônio cultural, promovendo sua identificação com os mesmos. Desta maneira, entende-se estar contribuindo significativamente ao cerceamento de uma grande lacuna, no que diz respeito ao pouco conhecimento das populações com a sua própria história, a fim de que as mesmas possam valorizar o que sentem que é seu, em uma perspectiva onde o monumento é uma espécie de antepassado da comunidade onde está inserido.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Breve contextualização da arquitetura brasileira entre os séculos XIX e XX

A arquitetura foi expressão de progresso e instrumento para a modernização durante os períodos Colonial, Imperial e Republicano. Contou com o apoio dos governantes - a partir de

1808, com o rei de Portugal, dom João VI, prosseguindo com os imperadores dom Pedro I e dom Pedro II e, mais tarde, desde o ditador Getúlio Vargas até o presidente Juscelino Kubitschek. Mereceu também o apoio de intelectuais e artistas que atuaram na Semana de Arte Moderna, em 1922, no Salão de 31, no Cinema Novo, em 1960, e na resistência à ditadura militar, nas décadas de 70 e 80.¹

A importância do papel da ocupação holandesa na formação das cidades do Recife e São Luís, no século XVIII, foi o germe das condições e das principais origens da modernidade na configuração do espaço físico-político brasileiro, consolidando, no século XIX, as propostas da Missão Francesa. Até o final da década de 20 a Escola Nacional de Belas Artes e os arquitetos estão às voltas com o neocolonial como alternativa à importação de modelos estilísticos do passado.²

A chegada da Missão Artística Francesa ao Brasil, durante o século XIX, deu as feições neoclássicas às residências particulares e aos edifícios públicos. Ao final deste mesmo século, o predomínio do ecletismo na persistência simultânea dos modelos coloniais, neoclássicos e no Art Nouveau, representados nos arquitetos Victor Dubugras e Carlos Eckman. Desta forma, o ecletismo consolida sua posição como linguagem adequada da expressão da época, visto que, seguindo as vanguardas européias, renovou a cidade e a arquitetura do século XIX.

Weimer (1987) alerta para o fato de que:

Como o conceito de ecletismo abarca, indistintamente, qualquer linguagem estilística do passado, sua abrangência torna-se demasiado ampla. Delimita um contorno, mas não explicita o conteúdo. [...] Se na Europa houve uma evolução linear que levou o que eles chamam de ecletismo, aqui se manifestou como uma enxurrada de tendências assistemáticas e contraditórias. Se a teoria foi a mesma, o contexto no qual ela germinou e frutificou foi totalmente diverso. Assim, se [...] substituíssemos a palavra ecletismo por historicismo, em cujas adjetivações (classicista, goticista, etc.) poderiam ser definidos melhor os conteúdos dominantes [...] seria apenas a substituição de um rótulo por outro [...] é mais importante nos preocuparmos com o processo do que com os resultados (WEIMER, 1987, p. 258).

Na década de 20, com o arquiteto russo Gregori Warchavchik e com o arquiteto brasileiro Rino Levi, chegaram ao Brasil às concepções arquitetônicas mais avançadas do século XX. Contratado para trabalhar em São Paulo, no final da década de 20, pelo grupo Simonsen, Warchavchik projetou e construiu a Casa Modernista – marco inicial das transformações.

¹ DE GUIMARAENS, Cessa. Disponível em www.mre.gov.br. Capturado online em 29 de abril de 2005.

² Ibidem.

Cem anos após a proclamação da independência, a Semana de Arte Moderna souo como uma nova proclamação. [...] Ao combater os velhos preconceitos e o ecletismo dominante, através de uma ousada exposição de pinturas e de esculturas de vanguarda, e de uma série de conferências e recitais de dança e música realizados no imponente Teatro Municipal de São Paulo, anunciou alto e bom som, ‘o espírito dos novos tempos’. Mas apesar de tudo a Semana era também uma importação européia. [...] De toda forma, a Semana de Arte Moderna trouxe consigo o germe de um autêntico renascimento que, com o tempo, iria estabelecer uma relação com os mais altos valores da vida brasileira, com as fontes do passado, com a terra e com o povo (MINDLIN, 2000, Pp. 25-6).

Miranda (2010) destaca que a arquitetura moderna é a expressão visível da unidade entre a arte, a ciência e a indústria. A novidade do movimento moderno residiu no uso dos novos materiais de técnicas de construção tornadas disponíveis pelo desenvolvimento industrial. Se o modernismo é parte e reflexo do avanço científico e tecnológico, da era do ferro, do aço e das telecomunicações, a arquitetura é a área da produção cultural em que arte e técnica - modernismo e modernidade - são obrigadas a se unir.³

Canez (1998) esclarece que a arquitetura erudita brasileira, produzida a partir da década de trinta, época da ascensão de Getúlio Vargas à presidência e transição de dois grandes ciclos – da República Velha à Nova –, atravessou um período de extraordinários acontecimentos que se desencadearam alicerçados pela influência modernista européia. Este modernismo se apoiava em conceitos identificados com mudanças sociais, conquistas tecnológicas e com vontade estética emergente. Entretanto as inovações transladadas do contexto europeu ao contexto brasileiro suscitaram novas respostas, dadas as particularidades de nossa cultura e dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais do momento. Os estudos sobre a arquitetura moderna desenvolvida em torno e a partir da década de trinta não são poucos, principalmente tratando-se da arquitetura paulista e carioca, em parte para preconizar e desenvolver este processo, porém deixaram em aberto estudos pormenorizados da arquitetura moderna gaúcha como importantes manifestações da arquitetura brasileira e merecedoras também de atenção.⁴

Especificamente ao nosso objeto de estudo, Lazzarotto (2002) assinala que:

O início da colonização de Ijuí foi orientado pelo engenheiro José Manuel da Siqueira Couto, que era chefe da Comissão de Terras de Silveira Martins. [...] O primeiro relatório de Augusto Pestana foi o de 1899, no entanto, o de 1900 apresenta dados do 2º recenseamento realizado em Ijuí. Relativamente as edificações, este

³MIRANDA, S. M. Cataguases: **Um olhar sobre a modernidade**. Disponível em www.asminasgerais.com.br. Capturado online em 20 de outubro de 2010.

⁴CANEZ, A.P. **Fernando Corona e os caminhos da arquitetura moderna em Porto Alegre**. Porto Alegre: UE/Porto Alegre/Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis, 1998. p. 16.

autor relata que de acordo com o referido relatório, [...] o estado possuía cinco prédios: a casa do escritório, a escola, o barracão, a casa do farmacêutico e a do médico. Em bom estado só o barracão, reconstruído em 1899, e a escola, que foi reformada. Duas casas serviram de templos provisórios para católicos e evangélicos. Na área urbana havia 65 casas de alvenaria e 72 de tábuas (estando em construção 11 de alvenaria e quatro de tábuas), enquanto nos lotes rústicos havia 858 casas de tábuas, 31 de alvenaria e 153 de pau-a-pique (LAZZAROTTO, 2002, Pp. 73-7).

Neste contexto, pretende-se interpretar, a partir de uma análise compositiva, a arquitetura do município de Ijuí, no recorte estudado, relacionando suas características estéticas e funcionais aos diferentes períodos em que foi produzida, com vistas a criar instrumentos de gestão participativa da política de preservação do patrimônio, uma vez que, passados pouco mais de 120 anos da fundação da Colônia de Ijuí, tais práticas e seus reflexos na gestão do patrimônio urbano da cidade são praticamente inexistentes.

2.2 Histórico do município de Ijuí

Sendo necessário imprimir-se maior impulso ao serviço de medição de lotes [...] e convindo ativar os trabalhos que, sob vossa zelosa direção, se estão executando em Ijuí Grande, cujo núcleo convém quanto antes inaugurar, vos declaro que podeis fazer seguir para aquela localidade, os empregados que forem necessários para se medir, no menor prazo possível, o maior número de lotes coloniais (LAZZAROTTO, 2002, p. 46).

A Colônia⁵ de Ijuhy⁶, fundada em 19 de outubro de 1890 (contando já com 18 etnias), por iniciativa do governo estadual, na orla inferior da floresta subtropical do planalto, entre os campos de Cruz Alta, Santo Ângelo, Tupanciretã e Palmeira das Missões, significou o início da ocupação das últimas áreas disponíveis no Rio Grande do Sul, para onde eram enviados imigrantes recém chegados da Europa.

Nesta perspectiva, Ijuí caracteriza-se pela sua diversidade étnica, social e religiosa, expressa na origem de seus habitantes, onde a evolução da arquitetura no processo histórico revela em que condições – políticas, econômicas e sociais – a distribuição do espaço ocorreu, bem como reflete a arquitetura produzida no período estudado, apresentando características estilísticas predominantes na Europa.

Lazzarotto (2002) elucida que um dos problemas que preocupou os historiadores que escreveram sobre o início da colonização de Ijuí foi saber o nome e a origem dos imigrantes

⁵ O termo “colônia” designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como é sinônimo de rural. Ou seja, a área rural de um município é chamada, hoje, de colônia, e seus habitantes são colonos – uma categoria que sobreviveu ao longo do tempo e que designa o camponês. O termo “colônia” também é usado para designar a propriedade agrícola do colono. (SEYFERTH, 1990, p.25.)

⁶ No presente trabalho, a grafia *Ijuhy* será utilizada para se referir à Ijuí do passado (de acordo com a grafia que aparece em todos os documentos até a década de 40). A grafia atual, Ijuí, designa o município na atualidade.

que testemunharam a fundação da colônia... a chegada de colonos que reemigravam das colônias velhas, oriundos, sobretudo de Caxias, Conde D'Eu e Silveira Martins, dos quais a única referência disponível é o Cadastro da Dívida Colonial, do arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana - MADP, que fornece o nome do primeiro ocupante de cada lote, no entanto, grande número comprou lotes já registrados.⁷

Historicamente, o nome Ijuhy (hoje Ijuí), foi revestido de várias acepções. O significado do nome Ijuí, na língua Guarani, significa *Rio das Águas Claras* ou *Rio das Águas Divinas*, por terem sido os povos indígenas os primeiros habitantes da região, seguido pelos imigrantes de origem afro-brasileiros.⁸

Desta maneira, se dá o início da grande miscigenação de etnias que caracteriza o município como *Terra das Culturas Diversificadas*, por estarem presentes em sua população “alemães, teuto-russos, poloneses, italianos, letos, austríacos, húngaros, suecos, franceses, espanhóis, e, pouco depois, uma geração moça, excedente das *colônias velhas*, isto é, das áreas ocupadas por alemães e italianos a partir de São Leopoldo e Caxias do Sul.”⁹

Bastante integrados culturalmente, estes grupos étnicos, em uma escala de preponderância, contam em maior número com os descendentes de portugueses com brasileiros, seguidos pelos imigrantes alemães, italianos e poloneses. Em número menor estão os imigrantes letos, austríacos, holandeses, árabes, japoneses, africanos, espanhóis e suecos.

O nome Ijuhy foi o nome dado pelos índios guaranis ao rio que perpassa o município. O seu significado varia conforme a grafia que se lhe dá. Escrevendo “Ïhjuí” entende-se “rio das rãs”, talvez o significado original; “Juhy” significaria “rio dos espinhos”; “Jujhy”, “rio dos pintassilgos”; mas “Ijuhy”, a grafia que aparece em todos os documentos até a década de 1940, só pode significar “rio das águas divinas” ou “rio da abelha divina”.¹⁰ Cabe ressaltar que na época, Ijuhy fazia parte do quinto distrito de Cruz Alta.

A cidade de Ijuí também ficou conhecida como *Colmeia do Trabalho*, título este escolhido através de um concurso promovido pelo Jornal Correio Serrano no ano de 1944: “O nome simbólico escolhido em 06/10 de 1944 para a nossa querida Ijuí foi *Colmeia do Trabalho*, nome conservado até hoje, que bem sintetiza o labor constante e progressivo do povo de nossa terra”¹¹

⁷ LAZZAROTTO, Danilo. **História de Ijuí**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

⁸ Disponível em <http://www.projetos.unijui.edu.br>. Capturado online em 15/06/2011.

⁹ MARQUES, M. O. GRZYBOWSKI, L. C. **História Visual da Formação de Ijuí, Rio Grande do Sul**. Ijuí: Unijuí, 1990. pp. 9-10.

¹⁰ LAZZAROTTO, Danilo. **História de [...]**. Op. cit. p. 13.

¹¹ CORREIO SERRANO, 27 de outubro de 1944, p.5. *Apud* CREMONESE, 2006, p. 108. Conforme este autor, já encontramos registros deste codinome “colméia do trabalho” antes da referida data.

O município de Ijuí está localizado na Microrregião Geográfica de Ijuí, compondo, conjuntamente com outras microrregiões, a Mesorregião Geográfica do Noroeste riograndense.¹² Distanto pouco mais de 400 km da cidade de Porto Alegre, possuindo uma área territorial de aproximadamente 689 km² (em uma densidade demográfica de 114,51 hab/Km²), conta com uma população de 78.915 hab. (estimada em 79.160 pessoas no ano de 2011), de acordo com o censo de 2010¹³.

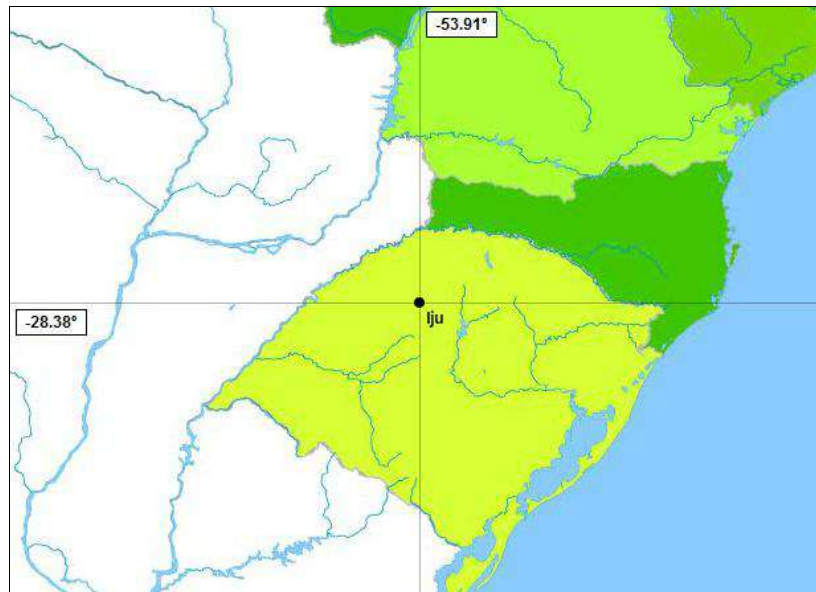


Figura 01: Mapa de localização da sede do município de Ijuí.

Fonte: IBGE, 2011.

Em conformidade com o mapa da figura 01, o território do município situa-se entre as coordenadas geográficas 28° 03' 27.658" Sul e 28° 32' 17.26" Sul de latitude; e 53° 41.74" Oeste e 53° 45' 41.74" Oeste e 54° 08' 43.85" Oeste de longitude, estando, a sede, a uma altitude de 328 metros acima do nível do mar (IBGE, 2011).

Os primeiros moradores de Ijuí foram os “caboclos”, luso-brasileiros ou mestiços que viviam da coleta de erva-mate e do cultivo de pequenas lavouras, posteriormente trabalharam também como peões na abertura e conservação de pequenas estradas (picadas). Essa população, que via de regra não se tornou proprietária das terras que ocupava e tão pouco as

¹² Cadernos Unijuí. **Região: questões conceituais e a prática da regionalização do RS.** Série Ciências Sociais, nº 22. Apud CREMONESE, Dejalma. **Capital social e padrões de participação político-social em Ijuí – RS.** 2006, 265f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

¹³ IBGE, 2011

conservou, vendendo-as aos adventícios, passou a ser denominada de ‘nacional’, por oposição aos colonos estrangeiros, o mesmo, quando viviam em situação muito precária, “bugres”.¹⁴

O município faz limites ao norte com Municípios de Ajuricaba, Chiapetta e Nova Ramada; ao sul com Augusto Pestana, Boa Vista do Cadeado e Cruz Alta; ao leste com Bozano, Panambi e Pejuçara e, ao oeste, com Catuípe e Coronel Barros.

Com relação à formação administrativa do Município de Ijuí, o Distrito foi criado com a denominação de Ijuí, por atos municipais nºs 40-A, de 14-01-1890 e 1, de 12-02-1912, subordinado ao município de Cruz Alta. Elevado à categoria de município com a denominação de Ijuí, pelo decreto estadual nº 1814, de 31-01-1912, desmembrado de Cruz Alta. Sede no antigo distrito de Ijuí. Constituído do distrito sede. Instalado em 12-02-1912.

O atual município de Ijuí até a segunda metade do século XIX aproximadamente, era apenas uma zona de mata cerrada. Os primeiros registros sobre o município de Ijuí datam em torno de 1850, quando o governo da Província mandou abrir uma picada por entre a mata costeira do Rio Conceição, visando reduzir o trajeto entre Cruz Alta e Santo Ângelo, até então percorrido por campo, costeando a mata nativa. Para que fosse possível trafegar pela picada, instalaram-se peões responsáveis pelas periódicas limpezas, constituindo-se nos primeiros moradores permanentes. Assim, chamou-se o local de Picada Conceição, mais tarde Barreiro, em função de um lamaçal formado por uma vertente de água mineral.¹⁵

O início da colonização de Ijuí foi orientado pelo engenheiro José Manuel da Siqueira Couto, que era chefe da Comissão de Terras de Silveira Martins. Recém inaugurado o núcleo colonial, a Comissão de Terras foi transferida para Ijuí e, em ofício de 20/1/1891, Siqueira Couto recebeu ordens para providenciar a sede para a instalação da Comissão e “que os imigrantes se dirijam agora diretamente para Ijuí”.¹⁶

Uma das primeiras ruas a serem abertas quando da instalação da Colônia de Ijuhy, em 1890, foi a rua 7 de setembro e a partir da antiga colônia, configurou-se em um quadrado composto por oito quadras de cem por cem metros de cada lado, tendo como limites: ao Sul, a rua 21 de Abril (Travessão 18), ao Norte, a rua 12 de Outubro (Travessão 22), a Leste, a rua 13 de Maio (linha base) e a Oeste, a rua 19 de Outubro (linha 1 oeste) .

A partir da figura 02 percebe-se que a planta da cidade é cortada ao meio (no sentido leste/oeste) pelo travessão 20, atual rua do Comércio e avenida Coronel Dico. Aí se localiza a Praça da República (praça central), onde se localiza o Centro administrativo, social, comercial

¹⁴ WEBER, Regina. **Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil**. Ijuí: Unijui, 2002, p. 170.

¹⁵ Disponível em <http://www.projetos.unijui.edu.br>. Capturado online em 09/12/2011.

¹⁶ LAZZAROTTO, Danilo. **História de [...]**. Op. cit. p. 73.

e religioso da cidade. Em torno dela se organizaram o edifício da Comissão de Terras – que posteriormente foi Casa de Câmara e Cadeia e que atualmente abriga a Secretaria de Planejamento do município; a Prefeitura Municipal; as igrejas Católica e Evangélica, o Clube Ijuí, o Cine Teatro Serrano (onde por muitos anos funcionou a primeira escola pública da cidade, construída em 1893); entre outros.

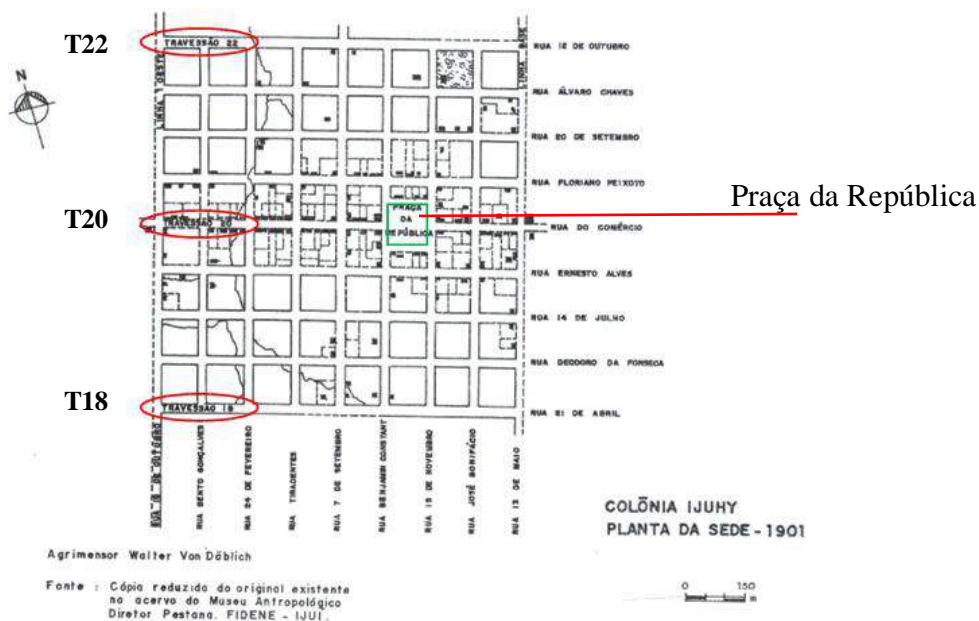


Figura 02: Mapa Colônia Ijuhy – Planta Sede - 1901

Fonte: Adaptado do Acervo do Museu Antropológico Doutor Pestana. FIDENE – Ijuí.

A expansão urbana da cidade ocorre a partir do traçado original, decorrente do prolongamento das ruas e delimitação de novos quarteirões para além dos limites iniciais. Todavia, devido a aspectos de ordem físico-naturais, econômicos e sociais, a expansão urbana acontece de modo heterogêneo e em todas as direções.

Se por um lado, a via férrea desempenhou um papel de atração para a expansão urbana, com a implementação de moradias e estabelecimentos industriais no município – de transformação e produtos coloniais – fazendo a ligação com a zona rural e outros municípios pela rua 19 de Outubro, por outro, funcionou como um obstáculo, uma vez que a passagem dos trilhos junto à acentuada topografia do terreno, dificulta até hoje o fluxo urbano no sentido oeste.

No século XIX surgiram os Códigos de Posturas ou as Posturas Municipais, originadas da necessidade de um novo delineamento jurídico que reestruturasse as relações sociais, as

relações de produção e a convivência nas cidades. O espaço urbano como causador de problemas humanos será alvo de legisladores, engenheiros, médicos e sanitaristas que criaram códigos e leis para coibir a proliferação de doenças e disciplinar o ambiente citadino e a população.

Nesta direção, em 1º de outubro de 1913, o primeiro projeto para o “Código de Posturas” do município de Ijuí, cuja fisionomia urbana é representada na figura 12, foi encaminhado pelo então Cel. Antônio Soares de Barros para apreciação pública e, em 14 de janeiro de 1919, foram promulgadas as emendas (Ato nº 225), de acordo com o projeto publicado em ato nº 215 de 25 de outubro de 1918.

Lazzarotto (2002) destaca que no ano de 1917, o então intendente Antonio Soares de Barros – O coronel Dico, por meio de financiamentos e empréstimos com o governo do Estado, empreendeu obras urbanas a exemplo do calçamento das ruas da praça de República e da assinatura de contrato para o fornecimento de luz elétrica na praça e na rua do Comércio – a principal rua da cidade.

Pelo decreto nº 5716, datado de 19 de outubro de 1934, a “Villa de Ijuhy” é elevada à categoria de cidade. A administração municipal, em curso há mais de trinta anos, foi complementada com a constituição da primeira Câmara de Vereadores, instalada em 24 de novembro de 1947 no Salão Nobre da Prefeitura Municipal. Em 20 de agosto de 1979, foram inauguradas as novas instalações da Câmara, onde funciona até hoje.

Na administração de Sadi Strapazzon – de 01/01/1969 a 31/1/1973 – foi elaborado e trabalhado por uma equipe pluridisciplinar, o Primeiro Plano Básico para o Desenvolvimento Municipal de Ijuí, entregue no Estado e a ser implementado com recursos municipais, a fim de dotar o município do instrumental necessário para que seu desenvolvimento e realizasse de maneira plena.

Com relação à Estrutura Urbana do município, o Plano contempla as seguintes proposições básicas: reforçar a posição de cidade central, desempenhada pro Ijuí em relação a seu “hinterland”; reforçar o polo central do núcleo urbano, como centro de vivência; estimular a localização de equipamento de natureza imediata nos centros distritais e nas áreas periféricas à área central tradicional; controlar a expansão caótica do núcleo urbano através da consolidação dos atuais limites e adoção de incentivos a expansão, atitude extensiva aos atuais distritos; elevar a densidade demográfica da cidade, definindo áreas prioritárias à ocupação e taxação adequada; fixar na cidade, um zoneamento de predominância, quando necessário à evitar possíveis incompatibilidades de funções e definir um sistema viário a nível

municipal e urbano capaz de servir de suporte adequado ao desenvolvimento das atividades locais e intermunicipais.

Ressalta-se que no período, Ijuí contava com uma população de 53.880 hab. (31.879 hab. na cidade), caracterizando-se por um processo de intensa urbanização, uma vez que sua população urbana que em 1940 representava 40% do total, passou para 38,7% em 1970, apresentando um ritmo de crescimento anual elevado em torno de 5%, sendo que no período de 50/60, atinge 7,7% (8,5% no distrito sede).

Neste período, o potencial de recursos humanos economicamente mobilizáveis é constituído de 30.000 pessoas (56% da população total), que se encontram na faixa produtiva de (14 a 60 anos).

O crescimento da população urbana entre as décadas de 40 e 70 deflagra a expansão generalizada da malha urbana. Na década de 70, uma nova configuração transforma o município em entroncamento rodoviário regional com ligação aos grandes centros urbanos, ao passo que a linha férrea vai sendo substituída por uma moderna rede viária.

Neste processo, as margens das rodovias são ocupadas, reafirma-se o eixo central à leste da avenida Coronel Dico como principal acesso à cidade e à oeste pela ligação com a RS 342 (Ijuí – Catuípe). Cabe enfatizar que, neste processo, a ocupação de tais áreas são favorecidas pelas ligações secundárias às rodovias.

A ocupação urbana em 1980, pelo mapa da figura 03, apresenta a demarcação do Centro Histórico do município, alguns bairros bem delimitados, algumas das principais ligações com os municípios vizinhos; bem como a linha férrea e a rede hidrográfica.

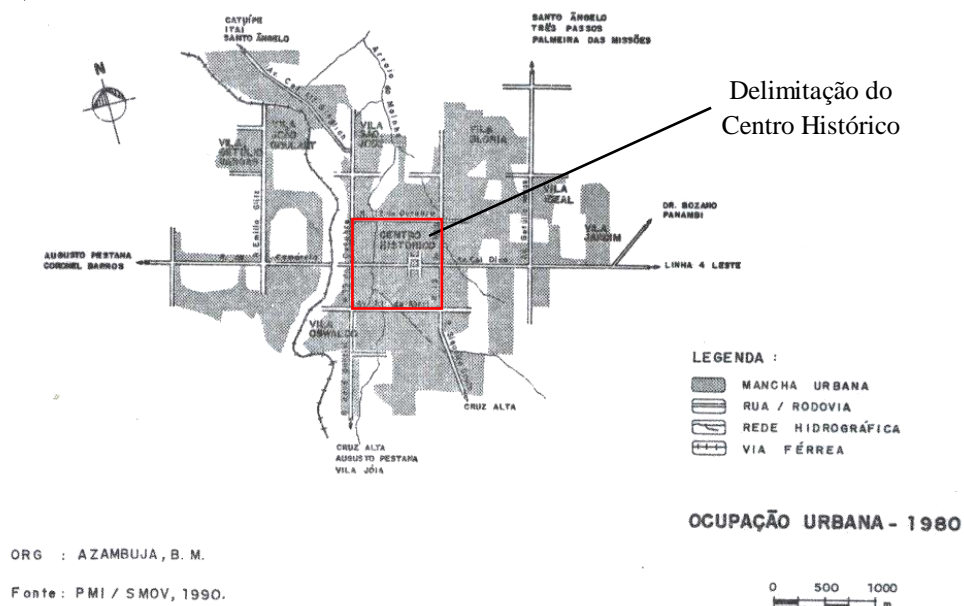


Figura 03: Mapa de Ocupação Urbana de Ijuí em 1988.

Fonte: Adaptado do Museu Antropológico Doutor Pestana. FIDENE - Ijuí

O perímetro do Centro Histórico do município de Ijuí é delimitado pelas ruas 19 de outubro e 13 de maio (no sentido norte-sul) e pelas ruas 12 de outubro e 21 de abril (no sentido leste-oeste). Nele estão inseridos a maioria dos edifícios inventariados na presente pesquisa.

No mapa da ocupação do município de Ijuí em 1988, estão demarcados o perímetro urbano, seus principais eixos viários, bem como os bairros e alguns dos principais edifícios e instituições, consolidadas no decorrer do tempo.

O acesso principal do município, que corta transversalmente a área urbana no sentido leste-noroeste, se dá pela Avenida Coronel Dico, que se estende até a Praça da República. A partir desta, configura-se a Rua do Comércio, que faz a ligação do centro da cidade com o Campus Universitário da Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul.

Considerando-se que ao longo de sua história, o município de Ijuí passou por reestruturações territoriais, e que, as frentes colonizadoras e expansionistas no Rio Grande do Sul aceleraram o processo de ocupação do território, percebe-se um aumento significativo no número de municípios que em 1912 era de 68, passando para 507¹⁷, em 2011.

O processo de ocupação do território de Ijuí, derivado de um processo levado à frente pelo Estado, para onde aportou uma grande diversidade étnica, foi determinante na composição da estrutura desta sociedade. No período de 23 de novembro de 2009 a 23 de novembro de 2010, foi elaborada a proposta para o Plano Diretor Participativo do Município, contemplando a Gestão Administrativa e diretrizes de desenvolvimento para o território municipal, o Perímetro Urbano, o Uso e Ocupação do Solo Urbano, o Parcelamento do Solo Urbano, a Mobilidade Urbana e o Meio ambiente.

Entre os pontos de destaque da nova lei, o Plano Diretor Participativo – PDP atende ao Estatuto da Cidade e, portanto deve contar com a participação efetiva e o comprometimento da comunidade. Dentre os aspectos jurídicos, a atualização do PDP objetiva consolidar a legislação existente e complementá-la, desenvolver o Plano Diretor a partir do território municipal observando a realidade regional, utilizar linguagem jurídica de fácil interpretação e compreensão para o cidadão, além de dotar a Administração Municipal de instrumentos jurídicos para consolidar o desenvolvimento socioambiental e econômico do município.

¹⁷ FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social. IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza o município de Ijuí, nos aspectos relacionados à contextualização histórica e produção arquitetônica. Nesta direção, o recorte se dá em um período de setenta anos – de 1890 a 1960, desde a data da fundação da Colônia de Ijuhy, até o período do movimento modernista na arquitetura brasileira. A delimitação deste período justifica-se pelo fato de que nele encontra-se a maioria dos exemplares arquitetônicos do município que devem ser preservados, com características marcantes da arquitetura Eclética (historicista), Art Déco e Moderna (especialmente do primeiro modernismo).

A pesquisa realizada é do tipo aplicada, de caráter exploratório e de abordagem qualitativa, uma vez que considera a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Nesta direção, a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.¹⁸

A proposta metodológica divide o trabalho em etapas bem caracterizadas, que incluem como instrumentos de coleta de dados a revisão bibliográfica, a elaboração de listagem dos edifícios selecionados – com seus respectivos endereço, uso e ano de construção; o levantamento fotográfico (geral e de detalhes) e o levantamento físico das edificações selecionadas (medição com trena); a graficação do projeto arquitetônico (plantas de situação e localização, plantas baixas, cortes e fachadas), por meio de programas computacionais específicos para desenho em arquitetura: AutoCad, Arqui_3D, entre outros.

Paralelamente a coleta de dados foi realizado o estudo da bibliografia arquitetônica e histórica relacionada à temática abordada pela pesquisa, com vistas à confecção de fichamentos e análise dos dados teóricos e técnicos levantados. Também deverão ser definidos eixos temáticos definindo temas fundamentais para a sustentabilidade da cidade, estabelecendo indicadores.

A análise e discussão dos resultados envolverá a interpretação e análise dos dados tabulados e organizados anteriormente, com vistas à realização de um inventário do patrimônio histórico-cultural de Ijuí, bem como a implementação de ações no âmbito da educação patrimonial e de políticas que assegurem, conforme Gutiérrez, a continuidade dos elementos vitais para a sociedade, que tenha como uma das metas a melhoria da qualidade de vida e acima de tudo que tenha a participação da população.

¹⁸ GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

Considerando-se que o principal objetivo deste estudo é o Inventário Arquitetônico das edificações de interesse arquitetônico e cultural do município de Ijuí e, portanto, de valor significativos e passíveis de preservação, foi necessário a definição do método de catalogação e o modelo de ficha de inventário a ser utilizada. Neste sentido, as informações foram sistematizadas de acordo com o Sistema de Rastreamento Cultural utilizado atualmente pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE.

Com referência a escolha dos bens inventariados, foram observados seu valor histórico, sua relevância cultural e morfológica, bem como os valores de representatividade e de referência com um enfoque direcionado ao conhecimento, gestão e preservação.

A partir do mapeamento de alguns exemplares significativos, espera-se que o inventário da arquitetura Ijuicense, restaurar o elo existente entre a cidade e sua evolução histórica, onde também, a preservação da paisagem urbana seja vista como um bem representante das raízes da identidade cultural desta população.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os bens materiais e imateriais muitas vezes deixam de ter o devido reconhecimento por parte da sociedade pela falta de conhecimento do valor dos mesmos, nos impedindo até de zelar por sua preservação. Nesse sentido, a análise e discussão dos resultados envolverá a interpretação e análise dos dados tabulados e organizados anteriormente, com vistas a realização de um inventário do patrimônio histórico-cultural de Ijuí, bem como a implementação de ações no âmbito da educação patrimonial e de políticas que assegurem a continuidade dos elementos vitais para a sociedade, que tenha como uma das metas a melhoria da qualidade de vida e acima de tudo que tenha a participação da população.

Neste contexto, entende-se que a Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis, de maio de 2007, e mesmo a futura carta de intenções a partir da Rio+20, devem ser consideradas em suas recomendações, a fim de que se tenha maiores recursos a abordagens de políticas de desenvolvimento urbano integrado.

A identificação, a classificação e o cadastramento do patrimônio artístico e arquitetônico localizado, em grande número, no centro geográfico do município de Ijuí, buscam suprir uma lacuna no conhecimento sobre o patrimônio da cidade e da região.

A partir do mapeamento de alguns exemplares significativos, espera-se dar início a um processo que nos conduza a um futuro inventário da arquitetura Ijuicense, na busca do elo

existente entre a cidade e sua evolução histórica, onde a preservação da paisagem urbana seja considerada de maneira sustentável e como um bem representante das raízes da identidade cultural desta população.

Relativamente aos critérios de seleção das edificações a serem inventariadas, o primeiro recorte feito na pesquisa levou em consideração o fator cronológico em um período de cinquenta anos: de 1890 – data de fundação da colônia de Ijuhy a 1940 – período que compreende a “fase heróica” (1930-45) do movimento modernista na arquitetura brasileira, selecionando dezesseis (16) edificações significativas no contexto urbano da cidade.

Com o aprofundamento dos estudos, ampliamos o recorte, avançando até o ano de 1960, uma vez que a arquitetura modernista – principalmente nas cidades mais distantes dos centros urbanos. Desta maneira, também foi ampliado para vinte (20), o número de edificações inventariadas no projeto. A delimitação deste período justifica-se pelo fato de que nele encontra-se a maioria dos exemplares arquitetônicos do município que devem ser preservados, com características marcantes da arquitetura Eclética (historicista), Art Déco e Moderna.

Neste contexto, tal qual Ginzburg¹⁹, também fundamentamos nossa investigação à procura de “sinais”, “pistas” ou “indícios” – reveladores acerca dos fenômenos da realidade, voltando nossa atenção a dados locais e característicos, buscando nesta especificidade, aspectos gerais, universais. Particularmente, em nosso caso de estudo, buscamos nas manifestações arquitetônicas de Ijuí, reflexos dos modelos arquitetônicos tradicionais.

Também, a partir das reflexões e análise de Argan²⁰ sobre a arquitetura como disciplina independente e suas relações com a cultura e com a memória – individual ou coletiva –, buscamos um aprofundamento em nosso referencial teórico, como forma de selecionar com maior propriedade e critério as edificações inventariadas. Nestes argumentos, consideramos as possíveis relações das edificações selecionadas com a memória coletiva da cidade, bem como pela sua importância histórica, social e arquitetônica.

¹⁹ Carlo Ginzburg é historiador e antropólogo de origem italiana e um dos pioneiros do estudo da *microhistória* – escola historiográfica que reduz a escala de observação, notabilizando fatos relevantes que são ignorados dentro de um contexto construído de forma generalizadora. Seu *método indiciário* constitui o indiciarismo como ferramenta de pesquisa – um conjunto de princípios e procedimentos teórico-metodológicos que orientam a elaboração do conhecimento a partir da investigação e análise dos indícios.

²⁰ O italiano Giulio Carlo Argan (1909-1992) foi historiador e teórico da história da arte. Entre suas obras merece destaque *História da arte como história da cidade* e seus estudos da década de 50 sobre *Bruneleschi*, *Gropius* e a *Bauhaus*.

4. CONCLUSÃO

Ao considerar-se a arquitetura produzida entre os anos de 1890 e 1940, verifica-se que a arquitetura brasileira desenvolveu-se em meio a um complexo processo cultural, e os arquitetos imigrantes e brasileiros sempre contribuíram para a ruptura das formas e estilos consagrados.

Ainda que os exemplares de arquitetura selecionados apresentem características de estilo predominantes na Europa, percebe-se nos mesmos alguns traços vernaculares fortalecendo ainda mais a idéia de que as ações de preservação, além de estabelecer diretrizes de planejamento ressaltam os bens considerados importantes para a constituição da identidade de um povo.

Com a realização do inventário, considerado analiticamente a partir de suas dimensões histórica, sócio-cultural, urbanística e arquitetônica, pretende-se contribuir significativamente ao subsídio de uma política de preservação e por conseqüentemente à futuras intervenções adequadas, tanto na área central como em outras zonas do município.

A partir das reflexões feitas, entendemos o inventário como um instrumento a serviço da política de preservação. Assim, ele estará cumprindo de forma concreta, seu papel no município, na defesa de seus costumes, de suas riquezas – artística, arquitetônica e escultural, de suas reservas ambientais, bem como sua memória histórica.

O presente inventário deve objetiva o esclarecimento de algumas diretrizes que possam servir como ações viáveis para a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Ijuí. De forma mais ousada, enumeramos algumas metas para sua preservação, bem como para o desenvolvimento sustentável do município.

Além do que objetivamos acima, lembramos que o inventário realizado também pretende servir a uma política educacional, bem como, em um âmbito mais abrangente e a um prazo mais longo, atentar para a necessidade vital de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural imaterial, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico do município.

Por fim, considerando a dinâmica das transformações espaciais da cidade, evidenciadas também pela diversidade estilística de suas edificações, torna-se também urgente a adoção de ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais que compõe o patrimônio cultural, bem como trata-se de reverter o atual modelo de cidade, integrando-a aos instrumentos de gestão urbanística, considerando-se princípios da sustentabilidade, dentro de uma nova perspectiva para o planejamento ambiental voltado à soluções de problemas de

exclusão social, mobilidade urbana, mudanças climáticas, entre outros.

REFERÊNCIAS

- Canez, A.P. **Fernando Corona e os caminhos da arquitetura moderna em Porto Alegre**. Porto Alegre: UE/Porto Alegre/Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis, 1998. p. 16.
- CREMONESE, Dejalma. **Capital social e padrões de participação político-social em Ijuí – RS**. 2006, 265f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- GUIMARAENS, C. Disponível em www.mre.gov.br. Acesso em 29 de abril de 2005.
- LAZZAROTTO, Danilo. **História de Ijuí**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- MARQUES, Mario Osorio e GRZYBOWSKI, Lourdes Carvalho. **História visual da formação de Ijuí**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1990.
- MINDLIN, H. E. **Arquitetura Moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000. p. 25-6.
- MIRANDA, S. M. **Cataguases: Um olhar sobre a modernidade**. Disponível em www.tratosculturais.com.br. Acesso em 24 de abril de 2005.
- WEBER, Regina. **Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil**. Ijuí: Unijuí, 2002.
- WEIMER, Ghunter. **A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul**, in FABRIS, Annateresa (org.). **Eclétismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1987.

UMA REFLEXÃO SOBRE A PAISAGEM CULTURAL DE JOINVILLE/SC

Eliziane Meurer Boing¹
Mariluci Neis Carelli²

A cultura é o agente, a área natural o meio e a
paisagem cultural é o resultado
(Carl O. Sauer³)

RESUMO

O artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão acerca da discussão sobre a paisagem cultural na cidade de Joinville, localizada no Estado de Santa Catarina, principalmente com relação a dois espaços: a Estação da Memória e a Alameda Brüstlein, lugares importantes como instrumentos de políticas públicas de gestão, principalmente na interação da sociedade com relação à preservação e sustentabilidade do patrimônio cultural da cidade e região. Esses espaços apresentam intervenções humanas significativas culturalmente refletidas no ambiente.

Palavras chaves: paisagem cultural, patrimônio cultural, memória, sustentabilidade.

ABSTRACT

The article aims to present a reflection on the discussion of the cultural landscape in the city Joinville, located in the state of Santa Catarina, particularly with respect to two sites: the Alameda Station Memory and Brüstlein, important spaces as instruments of public policy management, especially in the interaction of society concerning the conservation and sustainability of the cultural heritage of the city and region. These spaces reflect culturally significant human interventions in the environment.

Key-words: cultural landscape, cultural heritage, memory and sustainability.

¹ Mestranda do curso de Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), graduada em Ciências Econômicas pela Univille/SC, com especialização em Gestão Estratégica de Pessoas pela FAE/PR, participante do grupo de pesquisa em patrimônio ambiental.

² Doutora em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); professora e pesquisadora do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

³ SAUER, Carl O. (*apud* Ribeiro, Rafael Winter 2007, p. 19).

INTRODUÇÃO

As reflexões contidas neste artigo têm origem na pesquisa sobre patrimônio ambiental da cidade de Joinville, localizada no Estado de Santa Catarina, projeto de pesquisa desenvolvido para aprofundar o estudo sobre esse assunto e também será parte de uma dissertação de mestrado.

A cidade de Joinville/SC está inserida, de um lado, em uma paisagem que compreende a Serra do mar, a Baía Babitonga, o manguezal e os sambaquis. De outro lado, a cidade e sua crescente urbanização e o parque industrial.

Para uma sociedade sustentável é necessário preservar o patrimônio ambiental e cultural, abrangendo a população diretamente envolvida, evidenciando sua memória e a essencialidade da identidade dos cidadãos que residem na região de Joinville/SC. Uma visão não ingênua de sustentabilidade é inseparável da consciência crítica de seus limites e possibilidades. Sendo assim, torna-se indispensável o estudo do patrimônio ambiental em Joinville/SC, tema dessa natureza evidenciará a intensa interseção entre homem e o meio ambiente. É nesse cenário que faremos um recorte, com relação à paisagem cultural de Joinville/SC.

A paisagem cultural poderá trazer novos horizontes de atuação e orientar novas práticas de preservação patrimonial, uma vez que seu escopo parte do reconhecimento das relações entre homem e meio ambiente numa perspectiva integradora capaz de considerar as múltiplas relações tecidas ao longo do tempo entre essas duas esferas.

O trabalho foi desenvolvido segundo uma metodologia de pesquisa documental dentro do espaço contextual de Joinville/SC. Focalizando-se a literatura disponível específica sobre o tema e as pesquisas já efetuadas por outros pesquisadores, que possuem diagnósticos e projetos considerados relevantes na área e a utilização de imagens (gravuras e fotografias), principalmente aquelas que possam ilustrar paisagens culturais na cidade.

O texto está estruturado em três partes, primeiramente discute a conceituação de paisagem cultural, o surgimento e a legislação. Em seguida aborda-se o processo histórico de Joinville/SC. Por fim, é feita uma discussão entre os espaços de Joinville/SC: a Estação da Memória e a Alameda Brüstlein.

A PAISAGEM CULTURAL

O termo paisagem é polissêmico, visto que é utilizado por várias disciplinas, no entanto para a geografia esse conceito é chave, começou a ser utilizado por Carl O. Sauer, considerado o fundador da geografia cultural, final do século XIX. Cabe ressaltar, que este é um dos vários conceitos históricos que envolvem todo o termo surgimento do termo, que não serão aprofundados neste artigo.

No entanto, a paisagem compreende elementos funcionais e dinâmicos que estão implicados na relação entre natureza e cultura, e que não pode ser observado somente o aspecto visível, mas necessariamente, deve-se buscar olhar além do aspecto 'não visível' da paisagem, sendo que são estes os que têm significados dos valores humanos, o conteúdo simbólico, a relação afetiva que os grupos sociais estabelecem com os lugares onde a vida humana se reproduz (Ribeiro, 2007), estes que representam o testemunho do passado e do presente da relação existente entre os indivíduos e seu meio ambiente.

Dessa maneira, ainda podemos considerar dois tipos de paisagens, natural e cultural. Os conceitos de paisagem natural e paisagem cultural, conforme Ribeiro (2007) são baseados na geografia alemã. A paisagem natural é aquela que não sofreu modificações do homem, enquanto a paisagem cultural é aquela modificada pelo trabalho do homem. Então os termos como "*Landscape* seria o equivalente ao alemão *Landschaft*, e pode ser definido como uma área construída por uma associação distinta de formas tanto naturais como culturais" argumenta Sauer (*apud* RIBEIRO, 2007, p. 19). Santos (2012) comenta que a paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e culturais.

Para a paisagem já estava previsto a proteção desde a edição do decreto lei federal nº 25/1937, no entanto com a renovação das práticas no âmbito do IPHAN⁴, houve a possibilidade de destacar a "Paisagem Cultural como uma nova categoria específica do patrimônio cultural (IPHAN, 2012, web)" sendo criado instrumento próprio para sua preservação, a Portaria nº 127/2009, que estabeleceu a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

Porém, o que é Paisagem Cultural?

⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937.

De acordo com a Portaria 127/2009, no seu artigo 1º a Paisagem Cultural Brasileira constitui “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2012, web).

Sendo que o termo peculiar é o que representa algo particular, especial, próprio, que será o alvo da Chancela. Tendo a compreensão desta diferenciação e sabendo a existência da mesma, é que o espaço pode ser Chancelado, senão ficaria na generalidade “tudo é paisagem cultural” (IPHAN, 2012). Para Santos (2012, p.64) “por isso cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra”.

A criação dessa Chancela representa uma grande inovação na forma de dedicar-se ao patrimônio cultural brasileiro, pois auxilia o IPHAN, que é um dos articuladores nas ações de valorização, planejamento, assim como viabiliza a qualidade de vida da população e a motivação responsável pela preservação conjunta na gestão desse patrimônio.

Por conta, do conceito de paisagem cultural, o IPHAN vem desenvolvendo um estudo, em território nacional, intitulado “Roteiros Nacionais de Imigração – Santa Catarina”, que trata de uma ampla pesquisa que mapeou e identificou o patrimônio cultural dos grupos de imigrantes alemães, poloneses, italianos, ucranianos no estado catarinense, os quais contribuíram para a formação do que se chama de “identidade nacional” (IPHAN, 2012). A cidade de Joinville/SC está inserida com bens na lista dos “Roteiros Nacionais de Imigração/SC”, esses bens estão conectados à paisagem os lugares por onde passaram, viveram emigrantes e também os lugares onde os escravos se instalavam.

A Chancela é como um selo de qualidade, um instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território, que mostra os processos de interação do homem com o meio ambiente de formas especiais. Para que essa paisagem chancelada possa usufruir desse título, ela deve manter as características que a fizeram merecer a sua classificação, e para isso precisa desenvolver um Plano de Gestão. A “Chancela é, portanto, regida por um pacto que envolve o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, resultando em uma gestão compartilhada de determinada porção do território nacional” (IPHAN, 2012, web). Esse Plano de Gestão deve ser realizado, em decorrência desse pacto, que deve conter as ações para a preservação dos valores do lugar que foi reconhecido como Paisagem Cultural Brasileira, caso, as paisagens forem perdidas ou degradadas,

pode ser cancelada a Chancela, o que, é diferente dos outros processos de preservação do patrimônio cultural, que uma vez declarado, por exemplo, o tombamento, não há possibilidade de anulação.

Na portaria 127/2009, no seu artigo 4º coloca que as ações de planejamento e ordenamento devem ser estabelecidas com base no pacto de gestão mencionado acima, que implica no “estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando à gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida” (IPHAN, 2012, web).

Segundo Carlos Fernando de Moura Delphim em entrevista concedida a Gorgulho (2008, web) a paisagem cultural,

não é uma declaração compulsória efetuada por órgãos do poder público. É uma decisão democrática da população. Expressa, de forma perfeitamente democrática, a vontade que tem cada grupo de proteger os cenários mais valiosos de sua sociedade [...] a declaração de Paisagem Cultural convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis. Alias, valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

Portanto, este instrumento, serve como um balizador para a população, para promover uma discussão de que não apenas edificações estéticas, monumentos, mas espaços do território, com marcas de ação humana, que ao longo do tempo, foram tendo interação do homem ao meio natural, são patrimônios culturais.

A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE: JOINVILLE/SC

Joinville começa sua história no século XIX, com a negociação de 25 léguas quadradas, de um dote nupcial pelo casamento do príncipe de Joinville, François Ferdinand Philipe (terceiro filho do rei da França, Luiz Felipe) com a irmã de Dom Pedro II, princesa Dona Francisca Carolina (Françoise Caroline). “O local das 25 léguas quadradas ainda não fora escolhido, sendo o dote da princesa até essa data uma área imaginária e imensa na mata virgem [...] (dentre as melhores da província de Santa Catarina)” (FICKER, 2008, p. 26), efetivando a fundação da denominada Colônia Dona Francisca, em homenagem à Princesa Francisca Carolina, e posteriormente chamada de Joinville, em homenagem ao Príncipe de Joinville.

Essas terras acabaram sendo negociadas como parte de problemas financeiros e econômicos, por parte do príncipe de Joinville que se encontrava exilado. Nesse acordo o príncipe vende ao Senador Mathias Schroeder, um total de 08 (oito) léguas das terras dotais, para que o Senador, que já possuía uma frota de navios e fazia expedições e transportes, além de possuir vastas relações comerciais no Brasil, então para que a sua empresa a Companhia Colonizadora de Hamburgo, empreendesse uma colonização em grande escala. Essa colonização também resultou das constantes transformações econômicas que estavam ocorrendo na Europa com o processo de consolidação do capitalismo e em decorrência de revolução e conflitos.

Assim, em 09 de março de 1851 oficialmente, chegam às terras dotais com a barca “Colon” os primeiros imigrantes, mesmo com todos os percalços de uma viagem para uma terra nova, desconhecida, mas ao mesmo tempo por ser um espaço encantador, acredita-se segundo Ficker (2008, p. 99) que,

Foi um verdadeiro espetáculo, porquanto apresenta a Baía Babitonga dimensões e surpresas paisagísticas raramente igualadas por outras baías do Sul do Brasil. Passando pela Ilha Redonda e Ilha Comprida, os passageiros apreciaram as pedras enormes de granito nas margens dos ilhotes e a quantidade imensa de aves aquáticas. [...] atravessada a lagoa Saguacú o rio tornou-se extremamente estreito, tanto assim que as árvores, com suas ricas parasitas, dobravam-se sobre as cabeças dos passageiros, entusiasmados com a beleza tropical das folhagens, das flores e orquídeas da nova pátria, na terra ainda tão pouco conhecida, cheia de segredos e mistérios.

Iniciava-se, portanto, a ocupação efetiva das terras onde se desenvolveria a cidade de Joinville/SC, já em meio à acentuada diversidade cultural entre os imigrantes, alemães, suíços e noruegueses e entre esses e os nativos que moravam no distrito de São Francisco do Sul (S. THIAGO, 2001). Ao chegar tiveram que construir todo o espaço inicial da cidade, justamente por encontrarem um lugar com o meio ambiente totalmente natural, onde a paisagem, ainda não havia tido uma interação com o homem. A figura 01 mostra a primeira vista de Joinville, ano de 1850.

Figura 01 – Primeira vista de Joinville, antes da fundação. Desenho de 1850.



Primeira vista de Joinville, antes da fundação. Desenho de 1850. Xilogravura publicada na Illustrierte Zeitung, de 1851

Fonte: Ficker, Carlos. História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca. 3ed. Joinville: Letradágua, 2008, p. 69.

De acordo com o arquiteto e urbanista Norberto Sgarzerla (2001, p. 65) “se Joinville não fosse uma cidade, certamente essas terras poderiam ser um parque, mesmo assim e pela massa de vegetação existente, temos então uma cidade no meio de muito verde”.

Então, nos primeiros meses os novos habitantes se dedicaram à derrubada da mata, afinal, os dias foram difíceis na medida em que quase nada tinha sido feito, sofreram um grande impacto, o solo e o clima eram adversos. Mas, precisaram adaptar-se à nova realidade que lhes foi apresentada, segundo a historiadora S.Thiago (2001, p. 16) “tal desafio exigiu a capacidade de dominar o meio ambiente vontade e muito trabalho, atributos comuns entre a maioria dos imigrantes. [...] Trouxeram consigo sua cultura e com ela tradições, idioma, costumes, crenças”.

Essa questão reforça a rápida expansão dos colonos, o estabelecimento da colônia agrícola. Com a abertura das picadas e estradas, a ocupação continuava a margem dos rios Vermelhos, Morro Alto, Cachoeira e Jaguariú, fazendo com que assim surgissem novos povoados. Já nesse momento, começam as transformações da paisagem, a ação dos imigrantes, sobre o espaço. A paisagem é algo que está determinado pelas ações humanas, é uma ferramenta de análise (ALVES, 2010) que

processa a plenitude das modificações do espaço através das ações humanas em um determinado lugar.

De um lado o patrimônio natural representa a “memória” da natureza [...], os testemunhos dos processos naturais e das relações estabelecidas entre seus elementos. De outro, torna-se, também, parte da memória humana, pois adquire significado e sentido para os diversos grupos sociais, torna-se uma referência histórica e é inserido na memória social (SCIFONI, 2008, p.10).

O intenso processo de imigração que ocorreu em Joinville/SC na década de 70, fez com que a hegemonia dos tempos coloniais cedesse lugar a um ambiente de diversidade cultural e étnica, visto que milhares de pessoas, vindas de várias partes do Brasil, foram tornando-se cidadãos joinvilenses. O que ocasionou um desenvolvimento econômico e novas manifestações culturais. Aqui, pode-se citar o período da industrialização, com o surgimento de algumas das maiores indústrias do país da atualidade, como por exemplo, Tupy, Consul e Tigre.

Por conta desse processo de migração a população teve um crescimento fortemente ampliado entre os anos de 1970 e 1980, como vemos na tabela 01.

Tabela 01 – Crescimento populacional em Joinville/SC, entre 1960 e 2010.

ANOS	TAXAS MÉDIAS %	INÍCIO DA DÉCADA	FINAL DA DÉCADA
1950 a 1960	6,07	43.334	69.677
1960 a 1970	6,04	69.677	126.095
1970 a 1980	6,45	126.095	235.812
1980 a 1991	3,54	235.812	347.151
1991 a 2000	2,21	347.151	429.604
2000 a 2010	1,69	409.604	515.250

Fonte: IBGE Censos Demográficos 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 (publicado em 29 de novembro de 2010) extraído de IPPUJ (2011, p. 57).

Com a intensificação e aceleração da urbanização devido a esse crescimento da população, houve alteração nos parques fabris uma referência é a Fundação Tupy, cuja transferência da indústria do bairro central para o bairro Boa Vista, em 1954, contribuiu para o povoamento e urbanização de espaços verdes de grande parte dos bairros da Zona Leste. O bairro Comasa surgiu devido a essa empresa, os trabalhadores começaram a construir as moradas para ficarem mais próximos de seu local de trabalho e de uma grande fonte geradora de empregos (Plano de Estruturação Urbana/1987). O local onde a indústria se instalou o acesso

era difícil, não havia ruas, a área verde exuberante pertencente à Baía Babitonga teve seu entorno todo modificado com o crescimento do parque fabril da empresa, houve mais modificações, sendo que na atualidade grande parte dessa área foi totalmente devastada, ocorrendo uma mudança no desenho da paisagem local. Esse é somente um exemplo.

Portanto, é através da ação humana nas modificações dos espaços, gerando a interação do homem com o meio ambiente que surge o argumento de Santos (2004, p. 54) “são testemunhos de um momento do modo de produção e de um momento do mundo, pois a paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos”. Verifica-se a temporalidade da história humana e também o tempo da natureza.

Assim, a paisagem cultural de Joinville/SC foi sendo construída, destruída e reconstruída seguindo um caminho em que o tempo histórico dos ciclos econômicos cunhou. Ribeiro comenta que (2007), a paisagem cultural não pode ser compreendida somente como uma somatória de objetos, lugares ou pontos do espaço, mas como um sistema que possui relações que permanecem conectados aos lugares de memória sob aspectos estéticos, históricos, simbólicos, funcionais e ambientais.

Partindo dessa reflexão, serão analisados dois espaços⁵ a Estação da Memória e a Alameda Brüstlein, lugares importantes como instrumentos de políticas públicas de gestão, principalmente na interação da sociedade com relação à preservação e sustentabilidade do patrimônio cultural e apresentam intervenções humanas significativas culturalmente refletidas no ambiente.

ESTAÇÃO DA MEMÓRIA

Inicialmente construída para ser a Estação Ferroviária de Joinville, em 1906, inaugurada pelo então presidente da República Afonso Pena, como um importante edifício ferroviário do Brasil e um marco no processo de formação e desenvolvimento do município. Sua arquitetura e sua estreita ligação afetiva com a sociedade joinvilense a torna um bem cultural representativo da cultura local e um

⁵ Espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais (SANTOS, 2012)

atrativo turístico. Em 2007 foi restaurada, sendo fiel à época que foi construída e em 2008 foi tombada como patrimônio arquitetônico do Brasil. No mesmo ano, o Complexo foi inaugurado sob a denominação Estação da Memória. Em 30/08/2010 foi assinado o Decreto nº 17.008 que regulamentou a criação desta unidade. Seu objetivo é atuar como centro de referência de memória das identidades que estabelecem a diversidade cultural de Joinville e região.

A Estação da Memória além de constituir essa porção do território onde houve a interação do homem com o meio natural, atribuindo valor significativo, apresenta no seu ambiente a memória, assim como transporta o homem ao passado geralmente de modo coletivo (HALBWACHS, 2006), também traz para uma conexão com o presente e com o futuro, esses processos sociais da memória são importantíssimos para a composição da identidade e do lugar.

Nas figuras 02 e 03, pode-se perceber a característica singular da Estação da Memória em 1906 e 2010, mesmo com todas as modificações, restaurações realizadas no decorrer dos anos.

Figura 02 - Estação Ferroviária (1906)



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=738664>. Acesso em 10/08/2012.

Após restauração e requalificação a Estação da Memória, o espaço, na atualidade, abriga a Coordenação de Patrimônio Cultural, área de lazer, cultura e educação, contando a história da cidade, bem como a memória do trabalho em Joinville e região (figura 03). Mensalmente ocorre neste espaço o evento “Sábado na Estação”, com Mercado de Pulgas, Feira de Arte, Artesanato e Apresentações Culturais (Fundação Cultural de Joinville, 2012).

Figura 03 - Estação da Memória (2010)



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=898416>. Acesso em 10/08/2012.

ALAMEDA BRÜSTLEIN

A Alameda Brüstlein, mais conhecida na cidade como Rua das Palmeiras, foi concebida para servir de ligação entre a *Maison* de Joinville (atual Museu Nacional de Imigração e Colonização) e Rua Olaria (atual Rua do Príncipe). Em 1867, Frederico Brüstlein, administrador da Colônia Dona Francisca, por isso, o nome de

Alameda Brüstlein, ordenou a Louis Niemeyer que trouxesse do Rio de Janeiro sementes das palmeiras imperiais existentes no Jardim Botânico. Em 1873, as mudas de 56 (cinquenta e seis) palmeiras foram transplantadas para o local. Em 1961, foram replantadas mais dez palmeiras, em substituição às antigas, sendo que quatro haviam sido retiradas devido às ruas terem sido alagadas no século XIX (Fundação Cultural de Joinville, 2012).

Em 1973, a Alameda foi ajardinada e transformada em *Boulevard*, com projeto do artista Juarez Machado. A Alameda Brüstlein foi tombada como Patrimônio Cultural do município de Joinville, pelo decreto 12.276, no dia 9 de março de 2005.

Em 2012, foi realizado um projeto de requalificação urbana da Alameda Brüstlein que, entre outras melhorias, abriu um caminho central levemente sinuoso para a passagem de pedestres. Este projeto, elaborado pela administração pública em parceria com instituições vinculadas a cultura, “teve como principais objetivos estimular a convivência urbana, fortalecer o turismo, preservar a história e o simbolismo do local, além de garantir acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida” (Fundação Cultural de Joinville, 2012, web).

A Alameda Brüstlein, desde seu surgimento passou por várias alterações de traçado, trânsito, sentido propostas por paisagistas, gestores, artistas. Pelo seu significado e simbolismo para a história da cidade, para seus habitantes o que se pode constatar é que a paisagem é um elemento fluido, rápido e mutável. Assim, como o ser humano ela se move, cria e sofre as mesmas mudanças sociais gritantes (ALVES, 2010), então “as paisagens possuem significados simbólicos porque é o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem” (COSGROVE, 2004 *apud* ALVES, 2010, p. 3). Como demonstrado na figura 04 aparece a Alameda nos anos de 1890 e 1910, pode se perceber algumas mudanças provocadas pela ação do homem, no decorrer dos anos.

Figura 04 - Alameda Brüstlein 1890 – 1910



Fonte: <http://nossajoinville.com.br/cotidianojoinville/tag/alameda-brustlein/>. Acesso em 10/08/2012.

A mesma paisagem cultural pode ser observada na figura 05, no ano de 1960, quando no ano seguinte foi efetuado o replantio de algumas palmeiras e no ano de 1973, quando virou um *Boulevard*, modificações sofridas ao longo dos anos, no entanto, a representatividade do lugar para a cidade permaneceu, assim como a peculiaridade do lugar, não sofreu alteração.

Figura 05 - Alameda Brüstlein 1960 – 1973



Fonte: <http://nossajoinville.com.br/cotidianojoinville/tag/alameda-brustlein/>. Acesso em 10/08/2012.

Em Joinville/SC, a Alameda Brüstlein, um dos principais atrativos culturais, está diretamente ligado ao que se constitui como patrimônio histórico e cultural e esses inseridos na consolidação da história de Joinville/SC, também é um dos principais atrativos para o turismo da cidade como demonstrado na figura 06.

Figura 06 - Alameda Brüstlein (2010)



Fonte: http://www.sctur.com.br/joinville/rua_das_palmeiras.asp Acesso em 10/08/2012.

Em 2012, o atrativo da cidade recebeu um novo paisagismo, obras de drenagem pluvial, espaços de permanência, nova pavimentação e moderna iluminação, entre outras melhorias (IPPUJ, 2012), como visualizado na figura 07. A requalificação do espaço teve como objetivo a utilização do local para o desenvolvimento cultural e a convivência da população. Novamente o espaço, sofreu alteração, mas sua excepcionalidade conservar-se.

Figura 07 - Alameda Brüstlein (2012)



Fonte: Foto Divulgação (IPPUJ, 2012). Acesso em 10/08/2012.

Considerando que a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, como já argumentava Halbwachs (2006), ou seja, como um fenômeno que é construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Assim esses dois espaços de Joinville/SC que foram analisados, passam pela memória coletiva da população, transformando-se em lugares de memória, lugares esses particularmente ligados a uma lembrança, independente do momento que ocorreu (POLLAK, 1992).

Como Santos afirma (2012, p.73) “uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos”.

Passado, presente, futuro todas essas transformações constantes dos elementos naturais, foram geradas em decorrência da integração da paisagem cultural e sua abordagem de forma articulada dos diversos grupos sociais, fazendo com que esses criassem ou produzissem, nos espaços analisados lugares de memória. E essa memória coletiva, representa a sociedade e compõe a paisagem cultural da cidade de Joinville/SC, dada sua interação do homem com o meio

ambiente, mas, principalmente, o resultado material de todas as mudanças – sociais e naturais – que ocorrem nas regiões onde estão inseridos os espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS PRELIMINARES

A paisagem cultural em Joinville/SC é um assunto recente, assim como no Brasil. No geral, a paisagem cultural é um conceito pouco conhecido, inexplorado, as reflexões e discussões são intensas e profundas, principalmente nas modificações das paisagens, sejam naturais ou culturais, como esses espaços urbanos são transformados com certa velocidade, visto que a paisagem cultural, não é algo estático, mas sim um elemento fluido e rápido (MOREIRA, 2007). A cidade precisa dessas paisagens culturais, pela necessidade de identidade e de reconhecimento desses espaços como parte do cotidiano de suas vidas, gerando um legado cultural para as futuras gerações.

Essa percepção é o que faz com que esse estudo seja um desafio, uma vez que a cidade apresenta paisagens culturais significativas para sua população, algumas expostas pela mídia, que podem ser visualizadas nos cartões postais, folders e outros, mas que estão na memória dos cidadãos. E a questão da sustentabilidade atrelada à paisagem cultural.

Enfim, acredito que mesmo tendo passado por esses processos de modificações e restaurações, ambos os espaços analisados, mantêm suas características peculiares, são lugares de memória, de milhares de joinvilenses, que de alguma forma ou de outra, olham para essas paisagens culturais e veem significados de valores humanos, uma relação afetiva criada no processo social de interação do homem com o meio ambiente.

REFERENCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALVES, Rahyan de Carvalho. Cidade e paisagem: a decodificação do visível por cidadãos do município de Pirapora, norte de Minas Gerais. **I Colóquio Cidade e**

Região: dinâmicas dos espaços urbanos e rurais. Unimontes, 13 a 15 de setembro de 2010.

BERQUE, A. paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. P. 84-91.

CABRAL, Luiz Otavio. A paisagem enquanto fenômeno vivido. **Revista Geosul**, v.15. n.30, p.34-45, jul/dez.2000.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CONVENÇÃO Européia de Paisagem. Florença, 20/10/2000.

FCJ - Fundação Cultural de Joinville. Disponível em: <<http://www.joinvillecultural.sc.gov.br>>. Acesso em: 15.Jul.2012.

FICKER, Carlos. **História de Joinville:** crônica da Colônia Dona Francisca. 3ed. Joinville: Letradágua, 2008.

DELPHIM, Carlos F. de M. Paisagem cultural: depoimento [outubro. 2008]. Entrevistador. Silvestre Gorgulho. Disponível em: <<http://www.gorgulho.com>>. Acesso em: 26.jun.2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Censo Demográfico 2000 e Estimativa Censitária, 2010.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 20. jul.2012.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 127 de 30/04/2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

IPPUJ - Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Cidade em Dados**. 2011.

IPPUJ - Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. Disponível em: <<http://www.ippuj.sc.gov.br/>>. Acesso em: 21.Jul.2012.

IPPUJ - Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Plano de Estruturação Urbana**. 1987.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia:** ensaios de historia, epistemologia e ontologia do espaço. São Paulo: Contexto, 2007.

NASCIMENTO, Flávia Brito & SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília: Iphan, 2007.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6.ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SCIFONI, Simone. **A Construção do patrimônio natural**. São Paulo: Labur edições, 2008.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SGANZERLA, Norberto. O processo urbanístico. **Instituto 150 anos**. Joinville: Letradágua, 2001.

STIGLIANO, B.V. RIBEIRO, H. CESAR. P. de A. B. Paisagem cultural e sustentabilidade: possíveis conexões e subsídios para políticas públicas e planejamento do turismo. **Turismo em análise**, v.22. n.3. Dez-2011. 632-650. ISSN 1984-4867.

S.THIAGO, Raquel. Joinville – cultura e história. **Instituto 150 anos**. Joinville: Letradágua, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/>>. Acesso em: 26 jun.2011.

A “CIDADE DA BAHIA” DE MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM UMA CIDADE DO CAPITAL¹

Tânia Regina Braga Torreão Sá
Doutoranda do PPGMLS/UESB
Docente Assistente do DCHL/UESB
Pesquisadora do GEILC²

José Rubens Mascarenhas de Almeida
Professor do Programa do PPGMLS/UESB (Orientador)
Docente Adjunto do DH/UESB
Líder do GEILC³

RESUMO. Em meados do século XIX e início do século XX, Salvador, a “cidade da Bahia”, capital do Estado, foi adquirindo as formas urbanas que tem hoje, e, sobremaneira, (re)produzindo através perpetuação de sua memória, do modo como os homens enxergavam um patrimônio, enquanto cidade de fundamental importância para o capitalismo colonial. Esse trabalho investiga as antecedências que tornaram possíveis a transformação da “cidade da Bahia” numa das mais importantes capitais do Brasil. Perspectiva para tanto, discutir a avaliação que o saber científico, produzido na 1ª faculdade de ensino superior criada no Brasil, a Faculdade de Medicina da Bahia, enceta em vista da promoção do capitalismo e de suas ideias sobre como deveria se dar o desenvolvimento.

PALAVRAS CHAVES: Memória, Patrimônio, Capitalismo.

ABSTRACT. In the mid-nineteenth and early twentieth century, Salvador, "the city of Bahia",

¹ Esse ensaio constitui-se como parte de um capítulo da Tese de Doutorado *Discurso Cientificista e desenvolvimento desigual e combinado: memória e ideologia na (re)produção do espaço capitalista na “cidade da Bahia” no fim do século XIX e início do século XX*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGMLS/UESB).

² GEILC – Grupo de Estudos Sobre Ideologia e Lutas de Classe (UESB/CNPq).

³ GEILC – Grupo de Estudos Sobre Ideologia e Lutas de Classe (UESB/CNPq).

the state capital, has acquired urban form it has today, and, above all, (re)producing through perpetuation of their memory, while the city of paramount importance to the colonial capitalism. This study investigates the lead time which made possible the transformation of the "city of Bahia" one of the most important capitals of Brazil. Perspective to both discuss the endorsement that scientific knowledge produced in the 1st faculty of higher education established in Brazil, the Faculty of Medicine of Bahia and launches for the promotion of capitalism and their ideas about how development should happen.

KEY WORDS: Memory, Heritage, Capitalism.

Concordando com a compreensão de Almeida, para quem “[...] método e teoria não são objetivos finais de um trabalho científico, mas ferramentas propiciadoras de um melhor entendimento do objeto [...]” (2009, p.16), elaboramos esse ensaio perspectivando, senão, colocar o objeto de estudos (“cidade da Bahia”) totalmente entre *bias*⁴, ao menos favorecer uma compreensão do fenômeno – como a ciência legitima o discurso capitalista na cidade do Salvador de meados do século XIX e início do século XX – e de sua essência.

Distanciando-nos, portanto, de qualquer análise baseada na utilização de “tipos ideais” weberianos – porque acreditamos ser esse tipo de análise produto da pseudocriticidade do real (KOSIK, 1976, p.9) –, o ensaio teórico que aqui é sumariamente apresentado, busca explicitar as vinculações do fenômeno estudado com a realidade concreta e por isso mesmo, tomamos a “cidade da Bahia” enquanto “coisa em si”, cujo desenredar da essência não prescinde de um *détour*, isto é, de uma sutileza, de um subterfúgio que objetivamente se apresenta nos sujeitos históricos, sujeitos históricos esses que “em situação” (KOSIK, 1979, p.10) e por meio de práticas sociais, revelam um sistema correlativo de noções que permitem compreender melhor os aspectos concretos da realidade.

Pautando-se, outrossim, no cuidado e na fidedignidade com as categorias e conceitos que julgamos imprescindíveis a definição de qualquer opção metodológica, apropriamo-nos de referenciais analíticos da escola marxista para lastrar uma melhor compreensão do modo como a ciência insere-se enquanto discurso legitimador do “capitalismo colonizado” (HARVEY, p. 102) na “cidade da Bahia” de meados do século XIX e início do século XX.

A opção por essa referência justifica-se pelo entendimento que a escola marxista

⁴ Do inglês. Significa viés, parcialidade. (GOLDENBERG, Míriam. **A arte de pesquisar**. Como fazer uma monografia em Ciências Sociais. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005).

possui indicadores perfeitamente adequados à percepção do fenômeno e de sua essência. Indicadores que permitem pensar como o estatuto científico insere-se enquanto discurso legitimador do capitalismo promovendo, conseqüentemente, o desenvolvimento desigual e combinado, no contexto sócio espacial da produção de uma nova ordem cidadina que ressalva uma agudíssima divisão de classes, cujas repercussões se fazem sentir por meio do controle cada vez mais rigoroso de acesso os espaços urbanos e divisionamento da cidade em duas: uma "nobre" e outra pobre. Marcadores que permanecem até o dia de hoje.

Na perspectiva de promover a explicitação profunda da indissociável conectividade entre fenômeno e essência, intencionamos realizar um retrospecto histórico do conceito de desenvolvimento desigual e combinado, criado por Trotsky (1978) para explicar a situação histórico social de países atrasados. Para ele:

O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do processos históricos. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado [...] A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (TROTSKY, 1978, p. 25).

A concepção antideterminista e antidogmática da história desenvolvida por Trotsky e sua rejeição de todo automatismo economicista mostra seu vigor na Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado. Para essa tese, sem sombra de dúvidas, o conceito criado por Trotsky fornecerá uma contribuição das mais relevantes, porque tal autor demonstra uma agudíssima sensibilidade com o tempo histórico, entendendo de modo abrangente as circunstâncias históricas da formação da sociedade em suas dimensões econômica, social e política, bem como, a relação dos países com as potências estrangeiras, destacando assim, uma clara preocupação com a totalidade concreta dos fatos históricos.

Objetivando ainda realizar um retrospecto histórico do conceito de desenvolvimento desigual e combinado, outros pensadores também serão 'convocados' para exporem as suas reflexões dentro desse trabalho. Sem sombra de dúvidas, o diálogo com estes será oportuno para robustecer a crítica ao evolucionismo, social determinismo, a ideologia do progresso linear e ao eurocentrismo, pautados recorrentemente no debate cientificista na 'cidade da Bahia' de meados do século XIX e início do século XX.

No sentido de evitarmos interpretações equivocadas, é bom esclarecer que a inclusão de cada um desses pensadores não se dará exatamente pela fidedignidade com o método do materialismo histórico, mas essencialmente, pela importância e repercussão que seus discursos tiveram em circunstâncias históricas determinadas e consideradas dentro do recorte espaço-temporal que foi definido: um período de 60 anos, a começar de 1852 até 1912. Compreendemos que esses discursos – muitas vezes dissonantes ao marxismo – acabaram por forjar contribuições que se somarão ao entendimento do fenômeno e essência estudados.

Inspirando-nos, então, na “arquitetura metodológica” criada por Almeida (2009), adotaremos categorias marxianas (desenvolvimento desigual e combinado e materialismo histórico e dialético) e marxistas (economia política, especialmente no que concerne ao capital financeiro e à compreensão social do desenvolvimento), o que nos obriga a recorrer a um amplo espectro de referências bibliográficas, documentais e cartográficas. Mais que oferecer uma plêiade de visões teórico-metodológicas, no entanto, o amplo espectro das referências que deveremos consultar, obriga ao apuro com a disposição de auscultar outras vozes, pois, não se trata de especular com base em nossa própria orientação, mas, se trata sim, de perceber que contribuições, pensadores orientados por uma visão diferente da nossa, em alguns casos, trouxeram para explicar o objeto estudado também.

Com a constituição desta "arquitetura metodológica" busca-se evidenciar a gênese e as transfigurações⁵ sofridas pela categoria desenvolvimento desigual e combinado na 'cidade da Bahia' desde meados do século XIX até o início do século XX. Na mesma medida, busca-se também uma aproximação com 3 aspectos importantes do método histórico, que afinal de contas, são indispensáveis para a comprovação da hipótese: a partir da análise da realidade concreta, serão desenredadas as inequívocas relações estabelecidas entre a promoção do discurso cientificista e a afirmação da logicidade capitalista.

Os aspectos indeclináveis do método histórico, nesse trabalho envolvem:

⑩ **Analisar a materialidade das relações sociais.** Dentro de um período marcado por profundas transfigurações – transfiguração de regime político: monarquia para a república; transfiguração de regime de produção: sistema escravista, para sistema de trabalho assalariado

⁵ O termo transfiguração aqui é utilizado em substituição ao termo transformação, pois, compreende-se que esse segundo termo não dá conta de expressar toda a complexidade dos fatos históricos, a partir da lente que pretendemos utilizar para explicar a indissociabilidade do fenômeno e essência. Transfiguração parece ser o termo mais apropriado para explicar que tais fatos históricos não deixaram de ser assim, e devem ser vistos de outro modo a partir do momento em que começa a ocorrer alguma alteração profunda na sociedade. Pelo contrário, a utilização do termo transfiguração destaca o caráter farsesco do capitalismo, que transfigura o fato histórico, sem pretender, no entanto, comprometer o que de mais essencial existe dentro dele: a assegurar a existência das contradições.

e, finalmente, transfiguração do "regime de verdade": do primado do estatuto religioso, ao primado do "regime de verdade" científica – a materialidade das relações sociais determinou a significativa importância que o estatuto científico teve na 'cidade da Bahia' de meados do século XIX e início do século XX;

⑩ **Analisar as múltiplas determinações postas nos contextos históricos.** A totalidade concreta foi sempre renovada a partir da atualização da síntese de múltiplas determinações postas dentro dos contextos históricos. Múltiplas determinações essas que, num primeiro momento, impetraram o ecletismo e a erudição empolada enquanto pontos nevrálgicos e indeclináveis para a produção da ciência, do progresso e do desenvolvimento. Tudo isso para num segundo momento, transfigurarem esses fenômenos por meio da exigência cada vez maior da experimentação científica. Isso porque, para a definição do marcador classe - quem era *illustrado*, quem ocuparia o papel de "criminoso social", quem eram os *homens bons*, etc - numa sociedade profundamente marcada pelas contradições, torna-se central que o estatuto de verdade mais importante, a ciência, assegurar na prática e ideologicamente a manutenção do *status quo* das classes hegemônicas.

⑩ **Analisar as contradições inerentes nos processos sociais.** As teses sobre as quais se apoia a análise marxista mantêm a sua atualidade, visto que as relações sociais entre os homens desde sempre, são reguladas pelo valor de troca antes do que pelo valor de uso das mercadorias e serviços que eles produzem, o que leva a afirmar que as necessidades humanas encontram-se na dependência direta do poder de compra das pessoas no mercado.

A satisfação das necessidades humanas apresenta-se, outrossim, como resultado secundário da produção e do lucro mediado pelo sistema de trocas. É o capital e os bens, não o homem e a vida, pois, que encontra-se no centro da atividade econômica no sistema capitalista, e por isso mesmo são comprimidos por sua força

Por tudo o que foi dito pode-se afirmar, então, que o processo de desenvolvimento capitalista na "cidade da Bahia" de meados do século XIX ao início do século XX, acirra a dupla contradição presente na base de reprodução desse sistema, visto que, ele se estabelece entre a crescente produtividade do trabalho social – força de trabalho, por um lado, e seu uso repressivo e destrutivo, por outro: trabalho morto e subsumido. Em segundo lugar, a contradição é estabelecida entre o caráter social da produção e a apropriação privada dos excedentes.

Desenredar as complexidades que o método histórico possui, constitui-se num grande desafio para a pesquisadora que, reconhecidamente precisa aprofundar-se ainda mais nas

leituras e reflexões sobre tal método. O desafio a que nos propomos, no entanto, não deve ser confundido com impasse "[...] já que não fogem às determinações gerais do processo de acumulação que lhe é historicamente peculiar [...]" (ALMEIDA, 2009, p.18). Um impasse suporia uma imprecisão inaceitável aqui.

Aderindo a sugestão de Carvalho (2012, p.40), por isso mesmo, propomos a elaboração de uma “maneira marxista” para interpretar o objeto 'cidade da Bahia', concebida pelos *illustrados* da ciência de meados do século XIX e início do século XX. No sentido de operacionalizar essa elaboração racional, outrossim, procuraremos evidenciar que todo o processo produtivo que envolve a transfiguração da 'cidade da Bahia' no período supramencionado, se dá a partir do “[...] trânsito dialético/gnosiológico que separa e relaciona, exclui e inclui e afirma os dois momentos da produção dialética e materialista do pensamento, a saber, *o real concreto* e *o real pensado* [...]" (*grifos do autor*, CARVALHO, 2012, p.40).

E ainda que requeira cuidado extremo lidar com a “[...] apropriação primária das sensações, percepções e da intuição como base para a formulação das representações (noções e conceitos) que terá de desenvolver em seu cérebro para fins práticos [...]" (*grifos do autor*, CARVALHO, 2012, p. 40) – porque tal decisão requisita uma aproximação com categorias muito próximas do método fenomenológico –, talvez tenhamos de de lançar mão da memória inscrita nas Theses Doutoriais selecionadas, em outras bibliografias⁶, em outros documentos⁷ e nos mapas antigos⁸ para explicar porque a 'cidade de Bahia' de meados do século XIX e início do século XX está inserida no projeto expansionista do capitalismo global. Em linhas gerais, o 'recuperar' dessa memória nos ajudará a recompor imagens que reverberarão na constituição de um *corpus* conceitual mais robusto e que se coloca em diálogo com o método histórico.

Sob a lente do método histórico, outrossim, a memória funcionará como uma espécie de ponte que liga a singularidade à multiplicidade condensada de todas as outras cidades que estão inseridas no projeto expansionista do capitalismo global. É através da memória, pois, que a “cidade da Bahia” de meados do século XIX e início do século XX, torna-se dialeticamente parecida com qualquer outra cidade do mundo e daí não fazer sentido tomá-la como um caso particular. Análises marxistas, aliás não podem contemplar estudos de caso.

Quando expomos desse modo as condições apriorísticas de instalação do capital em espaços periféricos da economia mundo, como é o caso da “cidade da Bahia” de meados do século XIX ao início do século XX, destacamos que as formas de capital prototípicas, de

⁶ Outras Theses Doutoriais.

⁷ Edições da Gazeta Médica da Bahia e Códigos de Posturas Municipais.

⁸ Topografias Médicas.

comércio e de usura, restavam sob uma lógica tipicamente capitalista - qual seja, a acumulação como um fim em si mesmo -, muito antes da instalação das formas e meios mais nítidos de produção capitalista. Paradoxalmente, no entanto, é bom esclarecer que a acumulação de capital no mundo pré-capitalista não poderia jamais alcançar o vulto que alcançou, a velocidade em que se processou, a partir da “colonização da produção pelo capital”, apenas, isso porque, os ajustes espaciais da produção do espaço geográfico são pensados no sentido de espraiar o capitalismo, sem que haja, no entanto, nenhuma intencionalidade de equiparação dos desequilíbrios regionais.

Não podemos nos enganar, no entanto, que a memória vai, de per si, fornecer uma representação completa do gênero cidade. Para pensar a cidade dialeticamente, através da memória, faz-se imprescindível compreender que se o gênero 'cidade' – e aqui especialmente, a 'cidade da Bahia' - tem uma imagem, essa imagem foi formatada pela ideologia, visto que:

A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ‘ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material...São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc, mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente e o Ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em toda a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa câmara obscura isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico (MARX, 2007, p.51)

Se as memórias sozinhas não são capazes de potencializar a formação de quadros explicativos que permitem caminhar do real pensado para o real concreto, tampouco, a ideologia sozinha orientará a formação desses quadros. Acreditamos, pois, que para fornecer um quadro cognoscível do fenômeno e essência estudados, será fundamental a elaboração consciente de noções e conceitos com os quais se possa problematizar as questões relativas ao que se concebe enquanto desenvolvimento e, mais ainda, será fundamental compreender como as classes dominadas e hegemônicas se inserem – ou são inseridas – dentro desse projeto.

Recuperamos um fragmento de texto da autora, escrito na forma de um parecer avaliativo do anteprojeto de pesquisa de um colega doutorando, na disciplina que cobra essa avaliação, inclusive. Nesse parecer, deixamos claro que:

[...] para além da considerar a avaliação como um processo, pensamo-a enquanto procedimento pautado na explicitação (sempre) ideológica de uma “consciência de mundo”, que se expõe tanto no corpo do trabalho avaliado, quanto nas considerações realizadas pelo avaliador acerca dele [...] (TORREÃO SÁ, 2012)

Cidade, memória e patrimônio

Abreu nos lembra que “[...] o Brasil é um país de cidades novas [...]” (1998, p.79). A maior parte de seus núcleos urbanos brasileiros surgiu no século XX. Há cidades, entretanto, que já existem há bastante tempo. Contemporâneas dos primeiros tempos da colonização, algumas delas já ultrapassaram, inclusive, a marca do quarto centenário. A cidade do Salvador é uma delas.

Poucas, entretanto, são as cidades brasileiras que ainda apresentam vestígios materiais consideráveis do passado. Em alguns espaços pontuais da “cidade da Bahia”, largamente apropriadas pelo capital – mormente nas cidades consideradas turísticas –, aliás, restaram vestígios dessas memórias.

E se hoje a “cidade da Bahia”, fundada em 1549, vangloria-se por se constituir em um verdadeiro “[...] mosaico do séculos [...]” (SANTOS, 2008, p.13), que preserva edificações no Centro Histórico, construídas na virada do XIX para o XX, é importante lembrar que as formas espaciais que ali se fixaram constituíram-se, sobretudo, a partir da história. De uma história fragmentada e articulada e que é reflexo e condicionante social de um conjunto de lutas que se processaram entre as classes. As formas espaciais, por assim dizer, não são aleatórias. Elas refletem as contradições próprias da sociedade de classes, de tal modo que as alterações que ocorrem dentro dessas, expressam os interesses que o capital manifesta em relação a elas.

Novamente Abreu (2008) nos oferece uma orientação para pensar no assunto. A partir do exemplo de São Paulo, Olinda, Ouro Preto e da própria Salvador, o autor vai discorrendo sobre o desaparecimento das feições físicas da cidade, ao tempo em que aborda o surgimento de uma memória que se fixa através do recurso da imagem.

E o que falar de São Paulo, fundada em 1554? Da paulicéia colonial e imperial quase mais nada existe, e se ainda temos uma boa noção do que foi a São Paulo da primeira metade do século XX é porque contamos com a paisagem eternizada das fotografias e com os belíssimos trabalhos realizados pelos geógrafos paulistas por ocasião do quarto centenário da cidade. Há outros exemplos. Olinda, fundada em 1537, orgulha-se de ser patrimônio cultural da humanidade, mas este título não lhe foi conferido em razão dos testemunhos que sobraram da cidade antiga, em grande parte substituída por construções em estilo eclético ou *art déco* do início deste século. E se Salvador, criada em 1549, e Ouro Preto, fundada em 1711, podem

gabar-se de manter ainda um patrimônio histórico-arquitetônico apreciável, isto deve-se muito mais à longa decadência econômica pela qual passaram, que atenuou os ataques ao parque construído anterior, do que a qualquer veleidade preservacionista local. (ABREU, 2008, p.80)

O que nos interessa no texto de Abreu, no entanto, não é pensar quando tais formas desaparecerem, mas em vista do que elas desapareceram? Que essência o processo de aparecimento ou desaparecimento das formas físicas da cidade do Salvador de meados do século XIX ao início do século XX guardam?

Cidade, Ciência, Desenvolvimento e Memória

O passado sempre fez parte do cotidiano de diversas sociedades contemporâneas. No Brasil, a fé no futuro se constituiu por meio do discurso *cientificista* que se aproveitava daquilo que Hegel chamou de “[...] fardo da história [...]” (LE GOFF, 1994 p.204), e que Marx qualificou mais tarde, ao referir-se ao processo histórico francês, de “[...] peso paralisante do passado [...]” (*apud* LE GOFF, 1994, p.220).

Na introdução da These Doutoral *Ligeiras considerações sobre o determinismo*, Castro (1908) nos dá uma ideia do quanto progredia a fé na *sciência*. Por meio de elogios contundentes, ele realiza afirmações que evidenciam a superação do discurso secular da religião, pelo discurso da verdade científica:

Morrem as crenças, vacillam os dogmas. Diante da luz poderosa da sciência, recuam espavoridas as velhas doutrinas.
Derruído o vetusto monumento, que a fé sustentava, sobre as suas ruínas levanta-se o sólido edifício da sciência moderna.
Também com fragor as columnas das chimeras e ilusões do passado.
Na treva das falsas concepções penetra a luz devastadora da experimentação.
A fé era um empecilho no caminho complicado da verdade; sua supressão foi uma imperiosa necessidade.
A fé crê, a sciência investiga.
A primeira aceita o mystério, a segunda busca desvenda-lo. (CASTRO, 1908., p.7)

Na realidade, a citação acima resume uma tendência do período estudado, que via a ciência não apenas como profissão, mas como um novo estatuto de verdade, capaz de definir novos rumos para o processo de desenvolvimento da nação, inclusive.

Essa atenção as práticas científicas e seus resultados não se constituía, no entanto, uma especificidade da nação brasileira. Eric Hobsbawm chama atenção para “[...] esse mundo da ciência que em finais do século XIX andava para frente nos seus próprios trilhos intelectuais

[...]” (1977, p. 265). Bernstein considera o século XIX o período que testemunhou o nascimento e desenvolvimento de singularidades e Burke (2003, p. 86), de modo semelhante, acredita que as disciplinas seriam uma “invenção” de fins do século XVIII e princípio do XIX. Schwarcz (1993, p. 29-30), da mesma forma, defende que o século XIX caracterizar-se-ia pelas especializações, pelo surgimento de novos ramos de conhecimento e pelo estabelecimento de limites entre as áreas.

O que se quer dizer com isso é que o saber científico, quando se instaura na “cidade da Bahia” de meados do século XIX ao início do século XX, instaura também um projeto político e esse projeto envolvia pensar um 'novo modelo de nação'. Uma nação desenvolvida e industriosa, liberta da imagem de ser constituída por um espaço selvagem e primitivo, como o país fora reconhecido até então. É por isso que a “cidade da Bahia” de meados dos séculos XIX e XX transforma-se, ao mesmo tempo, em uma extensão e também em um desdobramento das demandas sociais dessa *elite ilustrada* e burguesa que ratifica em seus discursos, os parâmetros disciplinares que definem o que significa 'ser desenvolvido' no contexto da valorização das ideias do evolucionismo e sociodarwinismo⁹, popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação” (SCHWARTZ, 1993, p. 30).

E assim, a constituição da memória e do patrimônio soteropolitanos acompanhou *pari passu* o processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, visto que, tal discurso foi o que mais ousadamente explicitou a parceria com os ideias de progresso, desenvolvimento e civilização.

Para Meneses (2008, p.68):

Civilizar tornou-se, a partir de meados do século XIX, a peça central da doutrina colonial europeia em relação aos territórios ultramarinos. Na senda de outros impérios, Portugal adotou, como parte integrante da sua estratégia governativa, a missão política de civilizar os povos indígenas (MENESES, 2008, p.68)

O atrelamento entre os interesses de exploração capitalistas e o discurso civilizatório, sob essa perspectiva, combinava vários pressupostos que justificavam a superioridade do discurso *cientificista* e situavam a possibilidade de, as culturas ‘outras’ poderem melhorar as suas qualidades, fruto da apropriação de saberes científicos também. Não que o capitalismo

⁹ É bom esclarecer que o evolucionismo e sócio darwinismo funcionam enquanto estatutos ontológicos que lastreiam as concepções de progresso inexorável defendido pelo Doutores da Faculdade de Medicina da Bahia. São considerados, portanto, enquanto “justificativas teóricas das práticas imperialistas de dominação” (SCHWARTZ, 1993, p. 30), porque orientam acerca de uma sociedade, profundamente marcada pela diferença de classes.

pretendesse que todos fossem detentores desse saber, pelo contrário, o que se quer dizer é que ele, por meio da divisão de classes – e seccionalmente econômico – permitiu o acesso ao saber científico somente a alguns poucos privilegiados e a esses poucos caberia a responsabilidade de promoverem esse saber como um saber superior. Isso explica porque os médicos excediam-se no debate de questões que escapavam da aproximação com temas ligados a saúde; isso explica porque o discurso *scientificistas* encarregaram-se da tarefa de construir um novo modelo de nação.

O discurso do desenvolvimento na “cidade da Bahia” do século XIX e meados do século XX, assentava-se igualmente no pressuposto de que a *sciência* possuía uma predisposição especial, para promover o desenvolvimento. A *sciência* configura-se como 'um quê a mais' que encaminha para o processo civilizatório. Quem se embebe dela, pois, pela superioridade moral e material, derivada do disciplinamento do temperamento, segundo o que defendia no período, seguiria firme em direção ao progresso.

Essa fé no desenvolvimento inexorável tornou-se uma ideologia avassaladora a partir da República, e isto explica por que foram tão bem-sucedidas, no século XX, as reformas urbanísticas radicais que tanto transformaram a face da “cidade da Bahia” de meados do século XIX e início do século XX. Viabilizadoras desse futuro, essas reformas tiveram grande acolhida entre as elites modernizadoras do país, que jamais hesitaram em enfrentar qualquer apego a antigos valores, a antigas 'usanças' urbanas, taxando sempre esse comportamento como um indicador de conservadorismo, de atraso, de subdesenvolvimento.

Cidade colonial, cidade do capital

Para Marx a cidade ocidental moderna se constituiu no local da produção e reprodução do capital, produto do desenvolvimento desigual e combinado que lastreia o sistema capitalista e que, deste modo, configura-se como parte integrante de processos sociais e contraditórios mais amplos. Cidades como Salvador, portanto – ainda que considerando o seu passado colonial –, expressariam a miséria e a degradação da classe operária, figurando-se em um *locus* privilegiado da luta de classes. A cidade é para Marx, portanto, o berço da burguesia, além de espaço privilegiado aonde se daria a sua ascensão paradoxalmente revolucionária e predatória.

O entendimento da lógica urbana sob o ponto de vista marxista, nesse sentido, requisita a observação e análise das contradições embasantes do processo histórico e por

assim dizer, da memória, que potencialmente tem o poder de permitir compreender como se deu ou dá a divisão social do trabalho.

Com base nos estudos realizados até então – estudos aliás, baseados na análise de documentos históricos que se constituem em um conjunto de 5 Theses Doutorais, escritas entre 1852 e 1912, pelos médicos da Faculdade de Medicina da Bahia –, pode-se afirmar com relativa tranquilidade, que o estatuto da verdade científica, quanto se instaura na “cidade da Bahia”, via Faculdade de Medicina, implica no desenvolvimento de um novo padrão de exploração que substituiu o sistema estamental pelo de classes sociais. Isto exigiria homens livres, no sentido de que, de um lado deveria haver pessoas não dependentes dos laços da servidão e que, assim, pudessem vender sua força de trabalho e, de outro lado, uma classe que estivesse disposta a comprar e usar tal força de trabalho alheia.

Para Marx, é apenas nas cidades que os proletários e os burgueses, estes dois atores sociais, se encontram e interagem. A cidade, nesse sentido, assume as feições de um grande mercado, uma vez que ela contém a população exigida pelo aparelho produtivo e o 'exército de reserva' que a burguesia urbana requer, a fim de esmagar os salários e dispor de um 'volante' de mão de obra. Mercado de bens e de dinheiro, a cidade também se torna o mercado de trabalho da mão de obra, expressando as condições mais fundamentais de alienação do homem.

Nesse artigo apresentamos sucintamente uma história de intensificação da apropriação. Expomos o *modus operandi* da lógica capitalista que foi tomando conta da “cidade da Bahia” de meados do século XIX e início do século XX, alterando as formas urbanas dessa importante cidade, e, sobremaneira, (re)produzindo, através perpetuação de uma memória contaminada pelos interesses especulativos, uma cidade riquíssima no que tange ao acervo de bens patrimoniais, todos eles transformados, porém, em fetiches da mercadoria.

Ideias “inovadoras” sobre o desenvolvimento podem ser reconhecidas no Brasil desde o século XIX, quando a cômte real portuguesa se instala no país.

Com a chegada da cômte, em 1808, houve uma grande preocupação em adotar hábitos e políticas públicas que promovessem o assemelhamento de cidades coloniais como Salvador com Lisboa, Portugal. Era o tempo em que se acreditava que as elites poderiam construir nos trópicos uma “europa possível”¹⁰.

¹⁰ Há que se deixar claro, no entanto, que mesmo dentro do propósito de transformar Salvador numa “europa possível”, vigiam limitações dentro desta proposta. Para esclarecer melhor, convém analisar separadamente cada um dos termos, de modo a perceber que quando se coloca o termo “europa”, se quer dizer claramente que foi feita a opção por um modelo civilizatório que é o continente europeu. Já quando se diz “europa possível”, impõe-se uma possibilidade de transformação e mudança, que sobre o ponto de vista do alcance é intangível pela

O discurso do desenvolvimento desigual e combinado, deste modo, conquanto, seja profundamente marcado pela inflexibilidade, não abria mão de oferecer uma solução para o problema do atraso que envolvia o propósito de transformar Salvador numa “europa possível”, isto é, numa cidade que absorvia uma série de elementos próprios do projeto civilizatório e que engendraria alterações múltiplas na vida da sua população. Seus hábitos e aplicação dos gastos, diante das novas obrigações e do novo contato com uma modernidade deveriam ser acentuados na direção de fixar o projeto político liberal, que procurava transformar a cidade “[...] num autêntico laboratório da civilização [...]” (SÁ JUNIOR, 2008), aonde a aquisição do conhecimento obrigaria aos homens de ‘grosso trato’ soteropolitanos à adaptação, movimentando partes consideráveis de seus esforços para atender ao propósito de sustentação da vida no ambiente moderno.

Com base no objetivo de modernização, portanto, promove-se a multiplicação de obras em quase todas as ruas; novas habitações foram sendo construídas com a fisionomia de residências europeias; o comércio de mercadorias de luxo foi propiciado pelos recém-chegados e pelos habitantes locais que possuíam recursos suficientes para viajar a europa e realizar o trânsito de mercadorias.

Diante de todas as transformações, a mais significativa ocorre em 1808 – no mesmo ano em que a corte portuguesa se instala na terra *brasilis* – quando é criada a 1ª escola de nível superior do Brasil, a Faculdade de Medicina da Bahia. Por seu papel pioneiro a Faculdade de Medicina da Bahia já justifica a sua importância, mas não se trata apenas disso. A Faculdade de Medicina da Bahia cumpre o papel de se constituir enquanto principal espaço difusor do discurso *cientificista*, um discurso embriagado nos ideais desenvolvimentistas, promotores da “civilização” a qualquer custo.

E cuidar da “civilização”, sobremaneira, significava interferir em todos os aspectos da vida urbana a fim de impor a dinâmica do capital. Assim, se um homem, porventura, gostasse de estar próximo de uma sociedade de mulheres, a certeza do médico é que fatalmente seu caminho seria a pederastia. Os homossexuais, por sinal, os médicos descreviam assim:

Querem muito cedo se parecerem com raparigas, têm logo necessidade de submeterem-se passivamente, se exaltam e se entusiasmam pelos romances e pelas *toilettes*, procuram fazer trabalhos femininos, como frequentarem sociedades de mulheres. Consideram-nas como amigas, começam a imitar os seus gestos, são de um sentimentalismo banal e amam loucamente o luxo. Raspam os bigodes e todos os cabelos do corpo, procuram sempre vestes que ponham em relevo as curvas de suas nádegas e finalmente se apaixonam por indivíduos do seu sexo. Logo estes

miseráveis, cuja impotência ao trabalho é manifesta, cuja inclinação ao vício é patente, exercerão a prostituição masculina, não só como meio de vida, como para a satisfação do seu apetite execrável. (SAMPAIO, 1912, p.5)

Se as moças se interessavam pela dança do maxixe, logo vinha o médico a prescrever:

Hoje, a última palavra em dança é o maxixe. No Rio de Janeiro em um baile da fina elite, algumas moças de fidalgas famílias requebravam o maxixe, bem aconchegadas aos seus pares. Não ficava ahi, os espectadores batiam palmas e mais requebrado tornava-se o maxixe. Eis ahi o início da estrada do erro para o caminho fatal da prostituição (SAMPAIO, 1912, p.28)

Por tudo isso, pode-se afirmar que o contexto mais propício ao empreendimento das reformas modernizadoras que atingiram a “cidade da Bahia” de meados do século XIX ao início do século XX, foi aquele que teve início tão logo foi implantada a Faculdade de Medicina da Bahia dado que, com a instalação dessa instituição impõe-se um novo regime de verdade – o regime científico – que permitiu a articulação direta entre os interesses capitalistas e o interesse das elites locais que transmutaram-se, passando de elites nobres e oligárquicas a elites burguesas e comerciais.

A preocupação com a instituição de uma moralidade mais rigorosa, desse modo, não tem somente haver com a afirmação de um novo pacto, que enceta dramáticas modificações nos costumes, mas situa-se como uma importante estratégia, que busca assegurar a afirmação de um novo pacto social, aonde pretende-se que as pessoas, definitivamente devam aceitar ser alienadas em razão do pertencimento a uma classe social, a uma posição econômica.

O processo de afirmação da posição da “cidade da Bahia” de meados do século XIX ao início do século XX como cidade periférica da economia capitalista, portanto, veio acompanhada pela construção de novos monumentos; veio acompanhada pela iniciativa de abertura das portas na cidade, abertura essa que permitiu, inclusive, a expansão do núcleo urbano até a altura do que é hoje conhecido como Largo do Rio Vermelho; bem como, se fez acompanhar pela mudança de feição de alguns bairros, que perderam o seu caráter residencial e foram se transformando em bairros comerciais. A cidade, assim, esquadrinha-se, abrindo-se a cristalização das diferenças impostas pela perversidade do capital de tal todo que, até os dias atuais ele está dividida entre bairros chamados de “nobres” e suburbanos.

Neste cenário atuaram os agentes da civilização (médicos, primeiramente, e depois advogados, engenheiros e juizes), próximos aos aparelhos do Estado que estando próximos dos cargos de direção, participarão de maneira contraditória das mais distintas iniciativas que o poder público tomará na primeira metade do século com a finalidade de “civilizar” e “modernizar” a cidade: dos governos de José Maurício Wanderley (1852 - 1855), preocupados

em implantar um modelo higienista na cidade, passando pelo Governo de Luiz Vianna (1896 - 1900), concentrada no reordenamento das instituições (o que implicou no fortalecimento dos órgãos repressivos), até chegarmos ao período dos intervencionistas, com destaque para a gestão de José Joaquim Seabra (1912), na qual se processa em evidente rearranjo das oligarquias locais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos mostrar neste trabalho como, sob o olhar marxista é possível realizar uma análise do nosso passado colonial.

No plano metateórico, demos particular atenção à existência de uma tensão na historiografia que retoma, de certa forma, o debate entre a visão historicista do conhecimento, segundo a qual os conceitos são históricos, particulares, e assim os conceitos criados para estudar uma sociedade não podem ser generalizados para o estudo de outras; e a visão positivista e também a estruturalista, que buscam os “invariantes universais”, ou as leis gerais que regem as diferentes sociedades.

No plano teórico, enfatizamos também as discussões a respeito da utilização dos conceitos da economia política marxista (modo de produção, formação social, relações de produção e capital), e também as discussões a respeito da importância relativa do mercado interno da colônia, com a correspondente discussão sobre a autonomia da economia colonial em face das flutuações do mercado internacional (e as “críticas empíricas” que vieram questionar a ideia do “sentido”).

Apesar de termos feito aqui as distinções entre os planos metateórico, teórico e empírico, nunca é demais lembrar que estes planos estão inter-relacionados, e ao longo do texto buscamos explicitar a dificuldade desta separação, particularmente quando se trata de uma abordagem dialética.

O desafio posto nesse trabalho é, portanto, pensar a originalidade das fontes da pesquisa, a 'elasticidade' dos discursos cientificistas médicos e as consequências do desenvolvimento capitalista, desigual e combinado, no contexto socioespacial da produção de uma nova ordem citadina, que ressalva uma agudíssima divisão de classes, cujas repercussões históricas e geográficas se fazem sentir por meio do controle cada vez mais rigoroso de acesso aos espaços urbanos, sobretudo, aqueles mais dotados de infraestrutura. Este desafio se institui porque as construções teóricas dos homens de *sciência* no período supramencionado,

parecem tender a se auto representarem como fundamentais para a solução dos destinos da “cidade da Bahia” constituindo, portanto, num material privilegiado para a recuperação da memória não só cidadina, mas para entendermos sobre quais parâmetros, o discurso do desenvolvimento desigual e combinado afirma-se para promover o desenvolvimento capitalista pautado no metabolismo da cidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. Sobre a memória das cidades. In: **Revista da Faculdade de Letras – Geografia I**. Porto: Vol. XIV, 1998, p 77 – 97.
- ALMEIDA, J. R. M. **Globalização: a retórica do velho imperialismo** (uma abordagem do imperialismo dos séculos XX e XXI. 2009. 433 f (Tese de Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BERNSTEIN, B. **Pedagogy, symbolic control and identity: Theory, Research, Critique**. New York: Lanham, Boulder, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2000. 229p.
- BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241p.
- CASTRO, E. P. A. **Ligeiras considerações sobre o determinismo**. 1908. 85 f (These Doutoral) – Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1908.
- CARVALHO, E. **A cidade do capital e outros estudos**. Salvador: Arcádia, 2012.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005, 107 p
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011, 196 p.
- HOBSBAWM, E. **Era das Revoluções – 1789/1848**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, 250p.
- LE GOFF, J. Memória. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem. In: CASTRO, I. E. *de et al* (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 309-353.
- MENESES, M. P. (2008), "Mundos locais, mundos globais? Desafios para outras leituras da

diversidade do Sul", In: CABECINHAS, R. e CUNHA L. C. (Orgs.). **Comunicação intercultural**: perspectivas, dilemas e desafios. Porto: Campo das Letras, 75-94.

SANTOS, M. **O centro da cidade do Salvador**. Estudos de Geografia Urbana. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e EDUFBA, 2008, 208 p.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287p.

TROTSKY, L. *História da revolução russa*. Dois tomos. 1ª ed. São Paulo: Sundermann Editora, 2007, 1776 p

A BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA NA ANTIGUIDADE: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO IMPÉRIO HELENÍSTICO

Rosimere Mendes Cabral

Professora Assistente DE do Departamento de Ciência da Informação da UFF,
doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO.

E-mail: rosimerecabral@gmail.com

Resumo: Apresenta um estudo histórico sobre o surgimento da cidade e da Biblioteca de Alexandria na Antiguidade a partir de um olhar crítico que parte dos dados históricos para analisar o projeto político que as envolve. Analisa a Biblioteca como espaço de memória e patrimônio no império helenístico. Relata as conquistas de Alexandre Magno e a construção do império helenístico. Discute o conceito de memória social. Aborda uma discussão a cerca da formação do acervo da Biblioteca através do trabalho de reunir, ordenar e classificar obras como um quadro social da memória. Analisa a Biblioteca como parte integrante de um processo de apropriação lingüística e cultural, que por meio de cópias, traduções e reelaborações dos mais importantes escritos, possibilitou a construção numa cidade nova de uma memória artificial.

Palavras-chave: Biblioteca de Alexandria. Memória Artificial. Patrimônio.

Abstract: Presents a historical study of the emergence of the city and the Library of Alexandria in antiquity from a critical view that emerges from the historical data to analyze the political project which involves both of them. Analyzes the library as a place of memory and heritage in the Hellenistic empire. Reports the conquests of Alexandre Magno and the construction of the Hellenistic empire. Discusses the concept of social memory. Addresses a discussion about the formation of the Library's collection through the work of gathering, ordering and classifying works as a social frame of memory. Analyzes the Library as an integral part of a process of linguistic and

cultural appropriation, which through copies, translations and reworkings of the most important writings, enabled the construction into a new city of an artificial memory.

Keywords: Library of Alexandria. Artificial memory. Heritage.

O trabalho aqui apresentado aborda o surgimento da cidade e a criação da Biblioteca de Alexandria enquanto espaço de memória e patrimônio no império helenístico, a partir de um olhar crítico que parte dos dados históricos para analisar o projeto político que as envolve.

Alexandria foi fundada por Alexandre Magno em aproximadamente 332 a.C. (sendo considerado pelo povo um libertador do jugo persa que os dominava), como parte de seu projeto de formação de um império universal. Idealizou uma grande cidade que se tornou a mais importante do império helenístico¹ e seus sucessores continuaram seu projeto ao construírem um grande centro de saber.

Fundação e origem

Alexandre Magno (336-323) nasceu da união de Filipe, o realista, e de Olímpias, a mística, tendo como antepassados míticos, por parte de pai, Zeus e Heracles, Aquiles e Príamo por parte de mãe. O sangue de grandes heróis dos quais acreditava descender parecia estar em suas veias, e apaixonado pelas tradições místicas consulta o oráculo de Amon em Siwah, recebendo dos deuses a resposta que tanto almejava: é proclamado filho de Amon, que lhe promete o império universal. Alexandre sente-se o próprio deus após a proclamação, o que o faz comportar-se como um super-homem. Ao mesmo tempo, seguia os ensinamentos de Aristóteles, adquirindo a cultura helênica através da leitura de Píndaro, Heródoto e Eurípides. Segundo seu mestre, Aristóteles, Alexandre acreditava que a moderação está na base das monarquias e herda dos seus pais a prudência, a inspiração, a reflexão e a intuição, assim como os acessos de cólera e o entusiasmo também vistos em outros Eácidas (da família Molossos a que sua mãe fazia parte), (LÉVÊQUE, 1987, p. 9-11).

Filipe morre em 336, apunhalado por Pausânias, época em que Alexandre tinha apenas 20 anos e por ser o primogênito, é proclamado rei pelo exército. Seus ideais de conquistar e civilizar o mundo são então colocados em prática por meio de grandes batalhas, chegando a conquistar terras muito longínquas como o Oriente e a Ásia,

[...] Alexandre anima o exército com o seu ardor enquanto o dirige com a ciência do estrategista mais seguro. De resto, este intrépido cavaleiro, este

¹ O período helenístico é considerado por Toynbee (1975, p. 18-19) como iniciando-se em fins do segundo milênio a.C. e finalizando no século VII da Era Cristã. Mantendo sua essência cultural e social, a identidade helênica se corporificava em sua instituição básica, a cidade-Estado helênica, onde seria aceito como heleno qualquer habitante da Hélade, não importando qual a sua origem e formação.

temível manejador de homens, este capitão grande entre os maiores, mostra-se o mais genial dos organizadores (LÉVÊQUE, 1987, p. 13).

O controle das cidades conquistadas é conseguido com a manutenção da administração às quais estavam habituadas:

[...] assim, tem a sabedoria de não querer unificar um Império polimorfo e de manter em cada região a administração a que ela está habituada. Esta política de colaboração completa-se através de uma política muito mais ambiciosa e concebida de uma forma radicalmente nova. Alexandre não comunga do ideal pan-helênico, não quer submeter e humilhar o Bárbaro mas, sim, fundi-lo com o Grego num conjunto harmonioso onde cada um terá a sua parte. E como conseguir melhor esta fusão senão multiplicando os casamentos mistos? O rei dá o exemplo: casa com Roxana, filha de um nobre de Sogdiana, depois com três princesas persas. Num só dia, no regresso da Índia, a maior parte dos seus generais e 10000 soldados unem-se com indígenas numa esplêndida cerimônia (as bodas de Susa). Paralelamente, manda educar à maneira grega 30000 crianças iranianas (LÉVÊQUE, 1987, p. 14).

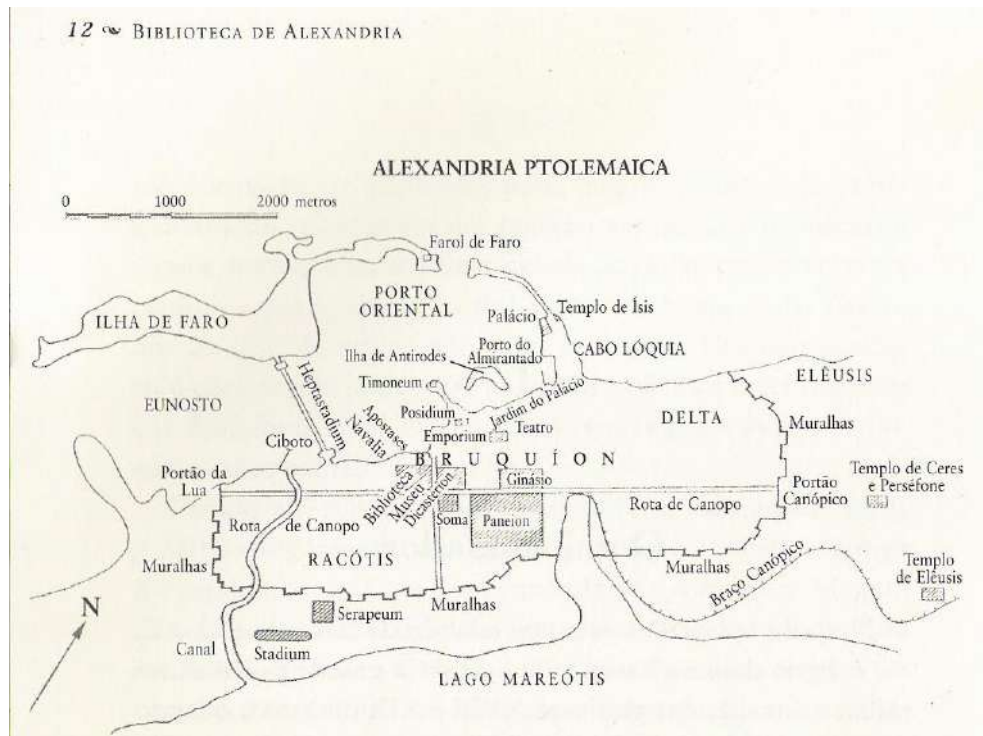
Com essas atitudes Alexandre mantém o poder e o controle das cidades conquistadas e expande a cultura grega por vastas regiões, mas somente Alexandria atinge a glória como uma das mais belas cidades do mundo.

As estratégias usadas pelo conquistador para expansão da cultura grega demonstram sua habilidade política para com os povos dominados e as imensas regiões conquistadas. Ao promover os casamentos entre povos distintos, permitia uma fusão cultural e lingüística entre os mesmos, atingindo assim seus planos de dominação através da clivagem étnica e cultural.

Segundo Flower, Alexandre Magno chega ao Egito cerca de 332 a.C., sendo acolhido pela população como um salvador que a estava libertando do odiado jugo persa: “O rei persa Ataxerxes III Oco (da XXXI dinastia) reconquistou o Egito em 343 a.C. e reinou por meio de um governador até a chegada de Alexandre Magno, em 332 a.C.” (FLOWER, 2002, p. 11). Devido às muitas lutas pelo poder e invasão de persas e assírias, o reino foi reduzido a uma província do império aquemênida.

Após as festividades de sua coroação, Alexandre passa o inverno na costa do Mediterrâneo numa vila conhecida como Racótis, “[...] no extremo ocidental do Delta e logo atrás da Ilha de Faro” (FLOWER, 2002, p. 12).

A cidade de Alexandria estabeleceu-se a oeste do delta, no istmo entre o mar e o lago Mareótis, perto do braço Canópico do Nilo: sítio salubre, mesmo no verão, por causa dos ventos etésios. O porto, protegido pela ilha de Faros, fica relativamente ao abrigo das grandes tempestades (LÉVÊQUE, 1987, p. 66).



Mapa 1: Alexandria Ptolemaica
 Fonte: Flower, 2002, p. 12

Existem algumas lendas sobre a fundação de Alexandria. Podemos considerar que:

Numa versão mais prosaica, seus conselheiros (Alexandre Magno) teriam observado que uma cidade construída em uma faixa de terra entre o mar e o Lago Mareótis logo atrás teria a) acesso fácil ao Nilo e ao Delta e b) uma fonte permanente de água doce, vital para o projeto. E ao construir uma estrada elevada para a Ilha de Faro, ele poderia, sem muito esforço, ter o maior e melhor porto da bacia oriental do Mediterrâneo, abrigado dos ventos etesianos e das perigosas correntes do oeste (FLOWER, 2002, p. 13).

Alexandre decidiu construir um porto de mar profundo que atendesse a uma armada agressiva e grande frota. Contratou o maior arquiteto da época, Deinócrates, para projetar a cidade, e em 7 de abril de 331 a.C. lançou a pedra fundamental da cidade. Algumas semanas depois ele partiu e nunca mais retornou em vida. Seu corpo foi enterrado por seu sucessor Ptolomeu I Sóter em uma magnífica tumba conhecida como Soma, segundo relato de Flower (2002, p. 15).

Mas se Alexandre da Macedônia foi o fundador efetivo de uma cidade que se tornaria o epicentro do pensamento grego e romano dos novecentos anos seguintes, temos de agradecer também a seus sucessores imediatos, os três primeiros ptolomeus, pela criação de seu singular centro de saber (FLOWER, 2002, p. 16).

Para Lévêque (1979, p. 39), a cidade era uma grande metrópole cosmopolita e a mais importante do mundo helênico. Um lugar onde conviviam povos distintos como

gregos, egípcios, sírios e judeus, uma verdadeira miscelânea de povos, culturas, costumes. Tal variedade permitia uma valiosa efervescência que seria habilmente utilizada como uma estratégia de aculturação lingüística e cultural, como veremos adiante.

Após a morte de Alexandre Magno em 323 a.C., o vasto império foi dividido entre seus generais e o Egito coube a Ptolomeu I (filho de um obscuro comandante de guarnição macedônio chamado Lagos) que só se proclamou rei dezesseis anos depois, fundando a dinastia que governou o Egito até este se tornar um estado satélite romano, aproximadamente três séculos depois (FLOWER, 2002, p. 17). Ptolomeu I era um homem de letras e, ligado a tudo referente ao intelecto, procurou se rodear de conselheiros inteligentes. Um desses sugeriu pela primeira vez a criação de uma biblioteca real, sendo a sugestão aprovada pelo rei com todos os recursos possíveis (FLOWER, 2002, p. 19).

O sucessor de Ptolomeu I Sóter foi Ptolomeu II Filadelfo, que se casou com sua irmã Arsinoé II. A seu respeito, Flower (2002, p. 21) narra o seguinte:

Apaixonado colecionador de livros, Ptolomeu II Filadelfo adquiriu todos os papiros e rolos que podia conseguir, até mesmo bibliotecas inteiras, como a de Aristóteles, embora os historiadores tenham discutido durante séculos se realmente a obteve inteira. Assim, ao final de seu reinado de quase quarenta anos, os livros transbordavam da Biblioteca para os escritórios e armazéns reais, por isso foi tomada a decisão de construir uma segunda biblioteca para abrigá-los. O projeto foi concretizado por seu filho Ptolomeu III Evergeta (filho de Ptolomeu II Filadelfo e de sua primeira esposa, Arsinoé I), e uma biblioteca filha foi incorporada ao vasto Serapeum.

Sobre a biblioteca filha, sabe-se que foi construída visto que os rolos de papiro transbordavam da Biblioteca de Alexandria para os escritórios e armazéns reais e seu acervo era constituído pelas melhores cópias elaboradas a partir das boas edições feitas no museu (que assim como a biblioteca filha, fazia parte do vasto Serapeum), localizados no bairro de Racótis, que abrigava os centros de saber. Ela era freqüentada por pessoas estranhas ao museu, ou melhor, por pessoas da própria cidade, diferentemente do movimento de eruditos e sábios que freqüentavam a biblioteca principal.

Assim como seu pai e avô, Ptolomeu II Filadelfo era também um grande admirador das artes e bibliófilo apaixonado, adquirindo carregamentos inteiros de livros e gastando grandes fortunas com códices e papiros raros. Após seu reinado, a tranqüilidade vivida dentro do Museu e da Biblioteca chegou ao fim com os sucessores de Ptolomeu que, devido aos casamentos entre primos e irmãos, foram vitimados pela

degenerescência e ataques de loucura. Esses sucessores demonstraram hostilidade com o grande centro de saber e cultura (FLOWER, 2002, p. 22).

Para uma melhor compreensão do significado da reunião desses milhares de rolos de papiros buscou-se o conceito de documento que é discutido por Dodebei através de atributos a ele relacionados, como formação e suporte físico. Esses atributos, no entanto, não são suficientes para distinguir documento de objeto. Dessa forma a autora busca outros atributos, como prova ou testemunho de uma ação cultural, o que levará ao complexo conceito de memória social. Considera-se a memória como a “manutenção de qualquer recorte de ações vividas por uma sociedade” (DODEBEI, 2001, p. 60), levando assim ao congelamento das ações escolhidas com o intuito de promover a preservação daquele momento social. A escolha dessas ações representa a sua duplicação em móvel e imóvel, implicando então na noção de representação e, conseqüentemente, de memória.

Para Dodebei (2001, p. 60) a “memória social é assim retida, por meio das representações que processamos, quer na esfera pessoal – memória individual – quer na esfera pública – memória coletiva”. Há, portanto, duas formas de representação para melhor compreensão: pela reprodução, como “duplicação de textos, sons e imagens”, e por “isolamento de um objeto”, no caso de um único exemplar. O conceito de documento pode ser compreendido como um “constructo”, reunindo três proposições: unicidade, virtualidade e significação. No primeiro, unicidade, entendemos que os documentos como “objetos de estudo da memória social não são diferenciados em sua essência”, visto não se reunirem em categorias específicas.

A segunda, virtualidade, leva a uma classificação do objeto, pois a “atribuição de predicados ao objeto submetido ao observador dentro das dimensões espaço-tempo é seletiva” (DODEBEI, 2001, p. 64). Significação, a terceira das proposições, indica que a transformação dos objetos usados no cotidiano em documentos é intencional, o que os constitui em categoria de tempo e circunstância.

A partir dessas proposições, é possível afirmar que “não existe memória sem documentos, uma vez que estes só se revelam a partir de escolhas circunstanciais da sociedade que cria objetos” (DODEBEI, 2001, p. 64).

Em Alexandria tal memória foi formada através dos documentos reunidos na biblioteca, visto que estes representavam as escolhas dos soberanos e dos bibliotecários que indicavam quais obras seriam armazenadas na biblioteca real e quais iriam para a biblioteca filha, num processo incessante de depositar todas as obras disponíveis e em

todas as línguas, afirmando assim a primazia sobre outros povos e o domínio cultural advindo deste processo de montagem do acervo.

Tal processo de acumulação dos escritos, nas palavras de Le Goff (1990, p. 545, 547-548) significa que

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram [sic], mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.

Assim, o acervo foi formado com o apoio das gerações dos Ptolomeu que, ao incentivarem o acúmulo de rolos nas estantes das bibliotecas, possibilitaram seu crescimento, fortaleceram o domínio cultural e lingüístico, além da imagem de si próprios que construíram através do esforço consciente ao reunirem os documentos-monumentos durante séculos de existência das bibliotecas.

Retomando o histórico do centro de saber, encontra-se Demétrio Falereu que foi o grande influenciador de Ptolomeu I Sóter na formação e construção da primeira grande biblioteca, tendo chegado em Alexandria na primavera de 304 a.C., com pouco mais de quarenta anos. Demétrio nasceu numa família rica e influente, recebeu a melhor educação e estudou no Liceu de Aristóteles, convivendo com grandes filósofos, poetas e oradores de seu tempo,

Demétrio tinha sido um dos grandes jovens mais poderosos e bem sucedidos do mundo grego, e poucos de seus contemporâneos conseguiram igualar sua fama como orador, poeta e filósofo ou rivalizar seu poder como senhor absoluto de Atenas, que ele governara desde a idade de vinte e oito anos em nome de Cassandro, outro general de Alexandre, que se tornara soberano da Macedônia (FLOWER, 2002, p. 23).

No entanto, Poliorceta deu um golpe de Estado e Demétrio foi obrigado a fugir. Sua formação teria influenciado a sugestão que dera ao rei

[...] um centro de cultura e pesquisa em Alexandria que rivalizaria com os de Atenas, Pérgamo e Cirene, e transformaria a cidade no epicentro da erudição. O resultado foi a formação do que se tornaria a primeira grande biblioteca e centro de pesquisa internacional. Abrigado ao recinto real, o acesso ao Museu e à Biblioteca era limitado de início aos convidados do rei. Mas rapidamente, à medida que o número de rolos e códices cresceu e que sábios locais e estrangeiros eram convidados a estudar ali, o local se transformou em um lugar de estudo público para eruditos reputados [...] (FLOWER, 2002, p. 25).

Algumas lendas mostram que Demétrio sugeriu a Ptolomeu I que reunisse livros sobre a realeza e o exercício do poder para seu próprio uso. Demétrio recebeu o consentimento do rei e o persuadiu a montar uma biblioteca com cópias de todas as

obras importantes já escritas, um projeto ambicioso envolvendo a compra ou cópia de quatrocentos a quinhentos mil pergaminhos (FLOWER, 2002, p. 25-26).

Para a realização deste projeto, Ptolomeu enviou emissários aos centros acadêmicos do Mediterrâneo e Oriente Médio com a missão de comprar ou mesmo surrupiar trabalhos dos principais filósofos, poetas, matemáticos e dramaturgos. Outro método utilizado foi a revista de todos os barcos que atracavam no porto de Alexandria, procurando manuscritos que, ao serem encontrados, eram confiscados e mantidos em armazéns para posterior cópia, e muitas vezes sequer eram devolvidos.

Segundo Jacob (2000, p. 45), a biblioteca então formada era um depósito de livros, no sentido grego do termo, onde rolos de papiros eram arrumados em estantes, em nichos ou contra as paredes. Seus leitores eram sábios e homens de letras que liam, conversavam, e talvez ensinassem a uns poucos alunos em galerias cobertas.

Para Jacob (2000, p. 45), Alexandria não era um modelo de catedrais do saber como as bibliotecas de hoje e sim uma biblioteca de Estado, mas sem público, pois sua finalidade era acumular todos os escritos da terra no palácio real, e não difundir o saber de forma a educar a sociedade.

Em contraste com o que Baratin e Jacob colocam como o espírito de uma biblioteca:

Lugar de memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogos com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira (BARATIN; JACOB, 2000, p. 9).

Demétrio intrometeu-se na sucessão real e acabou banido por Ptolomeu II Filadelfo quando este soube que Demétrio havia aconselhado seu pai a colocar o primogênito como sucessor. Demétrio morreu de uma picada de cobra quando fazia sua sesta; é provável que tenha morrido envenenado por ordens do faraó (FLOWER, 2002, p. 26-27). Mas se Demétrio foi o idealizador da Biblioteca de Alexandria, outro nome passou à história como seu grande organizador: Calímaco. É o que conta Flower (2002, p. 50):

Por volta de 270 a.C., no reinado de Ptolomeu II Filadelfo, entrou em cena um poeta e gramático cujo nome seria ligado mais do que qualquer outro – exceto Demétrio Falereu – à grande biblioteca. Calímaco nasceu por volta de 305 a.C. em Cirene, a outra grande colônia grega.

Calímaco conseguiu um emprego na biblioteca devido a sua inteligência e sabedoria, pois recebera excelente educação por ser filho da nobreza. No entanto, quando sua família perdeu a fortuna, passou a ganhar a vida dando aulas num subúrbio de Alexandria; logo ficou conhecido no palácio e então convidado a trabalhar na biblioteca. Grande bajulador que era, escreveu poemas ao faraó, como Hino a Zeus e Délio, sendo nomeado poeta oficial da corte. Recebeu nomeações para tutor do herdeiro do trono e bibliotecário-chefe, mas possivelmente por achar que atrapalhariam seu trabalho recusou os cargos (FLOWER, 2002, p. 51).

Calímaco tentou uma classificação geral do acervo, os *Catálogos*, que eram divididos em gêneros e atendiam a todos os setores da biblioteca. O enorme catálogo era tão extenso que ocupava sozinho uns cento e vinte rolos, *Catálogo dos autores que brilharam em cada disciplina* e dá uma idéia da ordenação dos rolos. Esse catálogo não representava um guia da biblioteca, pois apenas os que a utilizavam com freqüência conseguiam entendê-lo, mas sim uma seleção do catálogo completo; nem mesmo representava todo o acervo, uma vez que foi usado como critério incluir apenas os autores que mais se destacaram nos diversos gêneros, em categorias, tais como épicos, trágicos, cômicos, historiadores, médicos, retóricos, leis, miscelâneas, em seis seções para a poesia e cinco para a prosa (CANFORA, 2001, p. 41).

A maior contribuição de Calímaco para a biblioteca foi a catalogação de toda a coleção de papiros e códices, estimada em quinhentos mil, utilizando Pinakes (lâminas). A respeito destas lâminas, Flower (2002, p. 52) oferece mais detalhes:

Essas eram uma série de 120 livros nos quais as obras eram analisadas e listadas cronologicamente por “palavras-chave” e “autor”. De acordo com o Suidas, léxico do século 10, Calímaco compôs lâminas “sobre os homens eminentes em todos os campos do conhecimento e sobre o que escreveram”. Um efeito digno de Sísifo, e se a ele adicionarmos as 880 obras que se considera que escreveu, temos uma idéia da voracidade por trabalho que ele devia ter.

Homens de confiança eram escolhidos pelos reis para cuidar da biblioteca, trabalho este que consistia em classificar, dividir em livros, copiar, anotar, acrescentar comentários às obras, contribuindo assim para o aumento incessante do acervo. Eram os chamados bibliotecários que conheciam a biblioteca profundamente, com todas as suas estantes, corredores e milhares de rolos armazenados cuidadosamente, um trabalho que permitia o acesso tão restrito às mais diversas obras (CANFORA, 2001, p. 40).

O trabalho de reunir, ordenar e classificar as obras depositadas na biblioteca foi valorizado por Namer (1987) como um verdadeiro “quadro social da memória”, tal

como o define Halbwachs: uma referência estável de tradições e conhecimentos a partir dos quais todas as novas informações se organizam. Namer destaca a importância da obra *Catálogos* enquanto uma categorização sistemática, afirmando que ela constitui uma verdadeira

[...] mnemotécnica do corpo de bibliotecários e dos leitores. Reflexo da categorização dos livros nas prateleiras tanto como os casos da classificação dos saberes, o catálogo sistemático, *memória das memórias*, desempenha o papel de quadro social da memória tal como o define Halbwachs: uma lembrança nova se adapta às categorias antigas [...], ou seja, as categorias se modificam (se subdivide a classificação: se abre uma nova prateleira). [...] O catálogo sistemático, na medida em que representa a categorização prepara um primeiro exemplo de uma coordenação entre a memória social virtual que constitui o conjunto dos livros e a atualização dessa memória pela escolha e a leitura que o público fará.

O catálogo criado por Calímaco, apesar de representar uma parte e não todo o acervo da biblioteca, representava uma forma de organização do conhecimento armazenado em milhares de rolos que se espalhavam pelas estantes e permitia assim a localização dos mesmos. Tal trabalho leva à questão abordada por Dodebei (2001, p. 62) quando diz que:

[...] independentemente da questão do valor, que é um atributo móvel, e portanto, não permanente, em um dado instante é necessário dar uma ordem a esses objetos que já se constituem em documentos, uma vez que estes foram selecionados para pertencer a um conjunto (*coleção*, no caso de bibliotecas e museus e *acervos orgânicos*, no caso de arquivos). Tais conjuntos vão se constituir em memória se deles pudermos obter os cruzamentos representacionais necessários à recuperação, ou seja, a possibilidade de localização e acesso à fonte primária.

A miscelânea de povos na cidade de Alexandria ao reunir num mesmo lugar gregos, judeus, núbios, egípcios, colonos, militares e aventureiros, assim como a pretensão de abrigar uma biblioteca universal que abarcasse toda a memória do mundo numa cidade nova, mostra que os soberanos pretendiam afirmar a “primazia da língua e da cultura gregas, dotar sua capital com uma memória e raízes artificiais” (JACOB, 2000, p. 47). Neste sentido, a idéia da biblioteca como podendo constituir um “quadro social da memória”, segundo o que propõe Namer, poderia ser questionada, já que esse quadro social, no sentido rigoroso do termo, tem como estofos as tradições familiares, religiosas e de classe de um determinado grupo ou região. A memória que se visava constituir através da Biblioteca de Alexandria, contudo, é uma memória que não se enraíza em nenhuma tradição local: trata-se de uma memória construída artificialmente, a partir de raízes inventadas ou impostas. Essa memória artificial foi construída a partir da fundação da cidade, da criação da biblioteca e do museu, como forma de compensar

a marginalidade geográfica através da simbologia obtida com a grandiosidade e importância do centro de saber. Não satisfeitos com suas tradições ou sua origem, os governantes inventavam uma, como forma de legitimar e engrandecer o seu poderio: eis aqui um propósito político importante na fundação da Biblioteca de Alexandria, onde o saber se encontra claramente a serviço do poder.

Ao reunir num só local todas as obras escritas e em todas as línguas, num processo de apropriação lingüística e cultural, por meio de cópias, traduções e reelaborações dos mais importantes escritos, construiu-se numa cidade nova uma memória artificial, permitindo que através dessa memória escrita o Egito obtivesse vantagem na rivalidade política com outras potências mediterrâneas.

O terceiro bibliotecário-chefe foi Eratóstenes, que nasceu em Cirene e fora para Alexandria para estudar com Calímaco. Ele permaneceu no cargo por quarenta anos, tendo assumido em 245 a.C. com apenas trinta e um anos. Eratóstenes era poeta, filósofo, matemático, astrônomo, cientista, geógrafo, crítico literário, gramático e inventor. Por possuir todos esses dons, é considerado precursor de gênios como Leonardo da Vinci, Giovanni Pico della Mirandola e Leon Battista Alberti; sua maior contribuição foi ter descoberto uma forma válida para se medir o perímetro da Terra, o que permitiu a entrada de seu nome para a História. Eratóstenes teve um fim trágico: com mais de setenta anos perdeu a visão e teve que renunciar ao cargo de bibliotecário-chefe; dez anos depois, sem o conforto dos livros e o estímulo à pesquisa, parou de comer e morreu aos oitenta e dois anos (FLOWER, 2002, p. 66-67, 69, 70).

A movimentação na biblioteca era restrita a uma elite de sábios, pensadores, estudiosos que tinham acesso aos milhares de rolos de papiro acumulados por anos de reinado ptolemaico, numa tentativa de reunir num só lugar todo o saber registrado pelos vários povos e línguas de todo o mundo. Era um lugar de leitura, de descobertas e criação, onde os pesquisadores buscavam conhecimentos e dialogavam com autores antigos, muitas vezes reescrevendo, traduzindo ou atualizando escritos. Segundo Jacob (2000, p. 51):

[...] a 'grande biblioteca' de Alexandria funda uma nova relação com o tempo e o espaço. Há o tempo da busca dos livros, de sua acumulação progressiva que visa criar uma memória total, universal, abolindo a distância com o passado para propor num mesmo lugar de conservação todos os escritos humanos, os vestígios do pensamento, da sabedoria e da imaginação. A coleção afirma uma vontade de domínio intelectual ao impor uma ordem à acumulação de livros e de textos provenientes de regiões e de épocas muito variadas.

Esse processo incessante de reescrever, traduzir e produzir novos textos é representado como uma memória-saber, que nas palavras de Namer (1987) significa:

cópia, resumo, citação, formalização da reflexão sobre a memória, todas estas práticas de memória são práticas cognitivas; atualizo uma memória para recuperar um saber, um raciocínio antigo, a partir dos quais nasce minha própria reflexão. Esta prática cognitiva de memória está ligada à minha intenção de atualizar uma memória-saber.

A esse conjunto de práticas cognitivas, o autor chama de memória-diálogo, assim como o fichário ou catálogo usados para pesquisar o acervo de uma biblioteca.

Os pesquisadores que atuavam na biblioteca, sábios e eruditos, assim como os bibliotecários que lá trabalhavam, ao terem acesso aos mais variados textos já escritos, dialogando entre si e talvez ensinando a uns poucos alunos, atualizavam as memórias escritas com o intuito de recuperar um saber. Tais práticas cognitivas de resumos, citações, traduções realizadas no centro de saber eram formas de atualizar uma memória-saber.

Memória esta que só existe se houver documentos, conforme estudos de Dodebei (2001), como os milhares de rolos acumulados nas estantes da Biblioteca de Alexandria e da biblioteca filha no Serapeum, que foram criadas, mantidas e destruídas a partir de escolhas, disputas e exercício de poder dos soberanos ao longo da existência da biblioteca, durante o reinado ptolemaico que durou três séculos, como uma “memória cumulativa dos saberes das elites do poder” (NAMER, 1987).

A Biblioteca de Alexandria era um espaço de conservação do patrimônio intelectual, lingüístico e literário do império helenístico como parte integrante de um projeto político baseado na dominação pelo saber e assimilação cultural. Estratégias utilizadas por Alexandre Magno para estender o seu poder sobre os persas, e como elas foram baseadas em grande parte no saber, na cultura e na assimilação do conhecimento armazenado nas estantes das bibliotecas que eram freqüentadas por uma por uma minoria de sábios e representantes da elite intelectual da época.

REFERENCIAS:

BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. 351 p.

CANFORA, Luciano. *A biblioteca desaparecida: histórias da Biblioteca de Alexandria*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 195 p.

DODEBEI, Vera. Construindo o conceito de documento. In: LEMOS, Teresa; MORAES, Nilson (Orgs.). *Memória e construções de identidades*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. p. 59-66.

FLOWER, Derek. *Biblioteca de Alexandria: as histórias da maior biblioteca da antiguidade*. Tradução Otacílio Nunes e Valter Ponte. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. 215 p.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 45-73.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994. 553 p.

LÉVÊQUE, Pierre. *Impérios e bárbaros: do século III a.C. ao século I d.C.* Tradução Ana Maria Rabaça. Tradução Artur Morão. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979. 336 p.

_____. *O mundo helenístico*. Tradução Teresa Meneses. Lisboa: Edições 70, 1987. 248 p.

NAMER, Gérard. Les institutions de mémoire culturelle. In : _____. *Mémoire et société*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo: história de uma civilização*. Tradução Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, 1975. 234 p.

A CONSERVAÇÃO PREVENTIVA NO MUSEU E SUA AÇÃO INTERDISCIPLINAR

Ana Ramos Rodrigues

Mestranda do Programa de Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel

email:anarrodrigues@gmail.com

Profª Drª Juliane Conceição Primon Serres

Professora do Programa de Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel

Resumo: O presente texto tem a pretensão de analisar, a problemática do uso da memória e sua forma de manifestação nos museus e a ação interdisciplinar da conservação preventiva nas referidas instituições. O artigo partirá do estudo de caso do projeto *Memória Visual de Porto Alegre (1880-1960)* realizado no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC), localizado em Porto Alegre no Rio Grande do Sul. O museu como um evocador do passado acaba operando como um instrumento de representação da legitimação e ação pública da identidade coletiva. Com a finalidade de garantir o sucesso da preservação do patrimônio cultural para futuras gerações conhecerem parte da sua história, os museus selecionam objetos que irão representar a sociedade dentro da política de preservação que é instituída. Estas serão as discussões o qual este artigo pretende abordar.

Palavras chave: museu, conservação preventiva, memória

Abstract: This paper pretends to analyze the problem of memory usage and its manifestation in museums and interdisciplinary approach of preventive conservation in those institutions. The paper will start from the case study project Visual Memory of Porto Alegre (1880-1960) held at the Museum of Media Hipólito José da Costa (MCSHJC), located in Porto Alegre in Rio Grande do Sul. The museum as a evocative of the past just operating as an instrument of representation and legitimacy of public action of collective identity. In order to ensure the success of the preservation of cultural heritage for future generations to know of its history, the museums will select objects that represent the company within the conservation policy is

instituted. These are the discussions which this article intends to address.

Key-words: museum, preventive conservation, memory

Museus: memória e esquecimentos

Os museus apresentam uma representação do passado através de suportes de memória de forma organizada, contrariando a ordem do tempo, criando um “tempo museal” através de vestígios do passado. Ou melhor, um passado construído conforme determinado grupo acredita ser a sua história, uma representação de um tempo, porque “o passado está além de nosso alcance” (Lowenthal, 1998, p.67).

No passado os museus abrigaram coleções principescas fechadas. Depois serviram como gabinetes de curiosidades e também foram instrumentos para criação de identidade dos Estados Nacionais. Hoje ressurgem como focos locais de identidade e memória.

O museu hoje é visto como o “manda-chuva” da indústria cultural, não sendo mais considerado apenas como um local da elite cultural (Huysen, 1994, p.40). Assim sendo, o museu na contemporaneidade é estimulado a servir a indústria de turismo e trazer benefícios à economia urbana.

Para Andreas Huysen (1994, p.35), na passagem da modernidade para a pós-modernidade, o próprio museu sofreu uma transformação. Isto poderia explicar o *boom* de museus na sociedade atual. Essa transformação requereu uma reflexão, uma vez que pareceu causar um impacto profundo na política de exibir e ver.

Segundo Huysen o museu existe dentro de um novo cenário:

como explicar o sucesso do passado museológico numa época em que se apontou constantemente a perda do sentido da história, a deficiência da memória e uma amnésia degenerada? A velha crítica sociológica do museu como um reforço “do sentimento de pertencimento para alguns e para outros, do sentimento de exclusão”, não nos parece mais pertinente. No atual cenário do museu, a ideia de um templo com musas foi enterrada, surgindo no lugar um espaço híbrido, entre a diversão pública e uma loja de departamento (1994, p.36).

Dentro desta turistificação que o museu atua hoje, e levando em conta que em diversas ocasiões observamos uma banalização da memória diante da proliferação de exposições e um público cada vez maior em busca de espetáculos, como as representações de identidades podem ser analisadas? Com a proliferação de museus na contemporaneidade fica difícil estabelecermos uma identidade. Para Huysen (1994) o medo da perda da identidade acaba criando mecanismos para não esquecermos de quem somos.

Segundo Joël Candau, (2012, p.158) este medo da perda da identidade se traduz como um imenso desejo de memória, requerendo-se, assim, um gigantesco esforço de inventário, salvaguarda, conservação e valorização dos supostos indícios de seu próprio passado, a ponto de fazer do país inteiro um imenso museu, configurando-se, portanto, em um exemplo de um dos efeitos do excesso de preservação anteriormente apontado.

O discurso museal evidencia sua intervenção nos processos da memória coletiva (Castro, 2009, p.130). A memória representada através da musealização apresenta a memória de forma gerenciada e controlada, pois no museu mecanismos são criados para manejar as memórias.

Para entender esta necessidade da sociedade atual de tudo musealizar, o primeiro passo é compreender o que significa musealização no seu sentido bruto.

Huyssen (1994, p.46) recupera o conceito, tratando a musealização como o sintoma-chave da nossa cultura pós-moderna. O autor conceitua musealização a partir da ideia original iniciada por Hermann Lübbe¹, como central para a sensibilidade temporal das mudanças. Para Lübbe a musealização não se encontra ligada a instituição museu, pois ela estaria infiltrada em todas as áreas da vida cotidiana. O diagnóstico de Lübbe que Huyssen (1994, p.46) apresenta pressupõe um historicismo expansivo de nossa cultura contemporânea e, segundo ele, jamais uma cultura foi tão obcecada pelo passado como a nossa.

De forma resumida podemos apresentar a musealização em museus como uma forma de preservação, pela mudança do objeto de seu local (original) para um espaço museológico, atribuído de novos significados estes objetos perdem seu valor de uso e passam a ter um valor documental, representando uma memória coletiva.

Segundo Jeffrey Barash, a função pública da memória coletiva apresenta-se sob formas de comemorações ou de museus (2012, p.64). Dentro desta concepção, o museu, denominado como uma instituição de memória e também de esquecimento, apresenta suas ações museológicas como coletar, registrar, catalogar, classificar, registrar e salvaguardar objetos que representam testemunhos históricos que contextualizam uma época, fatos, vidas e cotidianos, refletindo, dessa forma, a sociedade do período.

Que sociedade compõe os testemunhos históricos representados nos museus? A representação de uma memória institucionalizada, uma vez, esta instituída como patrimônio, adquire um caráter de “verdade”, a ser reproduzida para toda sociedade.

Para Roger Chartier existe uma manipulação nas representações do mundo social:

¹ Filósofo alemão neoconservador, no meio de debates sobre a crise da modernidade e pós-modernidade descreveu a “musealização”.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza [...]. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (1990, p.17).

Discutir o território da memória no museu implica questionar a extensão e o objeto de sua construção e discurso. Conforme Castro o discurso da imagem museal é preenchido ideologicamente de conteúdo ritualístico, decifrativo e enigmático (2009, p.131). Os objetos ao adentrar aos museus perdem seu valor de uso e se transformam em *semióforos*².

Neste contexto, cabe aos museus não serem instituições voltadas para os objetos históricos e sim para os problemas históricos. Para Meneses (1992, p.4), os problemas históricos devem ser entendidos como aquelas propostas de articulação de fenômenos que permitem conhecer a estruturação, funcionamento e, sobretudo, a mudança de uma sociedade.

Compactuando com as ideias de turistificação e teatralização das instituições museológicas propostas por, Henri Pierrri Jeudy e Jean Baudrillard (Huysen, 1994), Meneses diagnosticou que o grande problema da proliferação de museus é o consumo. As pessoas buscam espetáculos de grandes sucesso e não pensam na apropriação do conhecimento cultural (2000, p.96).

Conforme Meneses (2012, p.18-19) o conceito de representar significa apresentar de novo. Representar significa, ao mesmo tempo, tornar presente o que está ausente, mas, pela própria presença da ausência, acentuar a ausência. O autor refere-se às exposições dos museus e questiona porque sentimos necessidade de representar.

A grande questão é como cada grupo quer representar sua história e sua cultura. As duas são construídas de forma ideológica, que muitas vezes acabam criando uma banalização do patrimônio, este último constituído em “um aparelho ideológico da memória” (Guillaume apud Candau, 2009, p. 43).

Dentro dos museus, esta questão *do que* representar está sempre presente, pois, conforme a política de aquisição da instituição e a sua missão, ocorre uma seleção do que estará presente no museu e o que será descartado.

² Expressão utilizada por Pomian Krzstof para diferenciar os objetos úteis dos que não tem utilidade, no sentido que representam o invisível, são dotados de um significado.

Para Paul Connerton (2008) o *lembrar* é sempre uma virtude, visto que o esquecimento passa a ser representado como uma falha. Em função disso, este autor distingue sete formas diferentes de atos que se agrupam ao termo “esquecer”: o apagamento repressivo; o esquecimento prescritivo; o esquecimento enquanto constitutivo de uma nova identidade; a amnésia estrutural; a anulação de paradigmas; o esquecimento como obsolescência planejada; e, por fim, o esquecimento como silêncio do humilhado. O autor demonstra que o esquecimento não é um defeito ou fracasso e não devemos nos sentir culpados por esquecer, pois isso pode ser útil em determinados momentos.

Johann Michel (2010, p.15-23) questiona se a política de esquecimento seria o negativo de uma política de memória. Para responder a esta questão, primeiro ele tenta distinguir as categorias de esquecimento. A primeira categoria seria o *esquecimento omissão* e o *esquecimento negação*. Neste caso o *omissão* é de ordem natural esquecermos de alguma coisa, ou seja, a memória de forma seletiva. No caso do *negação*, seria uma expressão patológica da memória, referindo-se as cargas traumáticas. A segunda categoria seria o esquecimento-manipulação e o esquecimento-direcionamento. Esta categoria está direcionada aos atores públicos encarregados de elaborar e transmitir a memória pública oficial, sendo estas as formas de esquecimento institucionalizada. A terceira categoria seria o *esquecimento-destruição*. Está é a forma mais violenta, pois vincula-se à ação sistemática de aniquilação (destruição de documentos públicos, autos de fé...), encontrando-se nas ações de extermínio étnico ou genocídios. Para este autor o *esquecimento-manipulação*, o *esquecimento-comando* e o *esquecimento-destruição* podem estar vinculados a uma política pública de esquecimento, pois, os fatos do passado são evacuados, se não da memória coletiva, pelo menos da memória oficial.

Ao visitarmos um local patrimonial, estamos compactuando com os patrimônios presentes e os esquecidos, e conforme Candau, nos apropriamos de formas diferentes de cada objeto que encontra-se exposto, realizando, portanto, nosso próprio ato de seleção. Segundo o seu raciocínio o autor que apresentamos dois tipos de comportamento nas visitas aos museus:

I- ratificamos o objeto patrimonial e o esforço patrimonial e o esforço de transmissão; II- nos tornamos nós mesmos produtores desse patrimônio. Incontestavelmente, manifestamos pela visita uma vontade de adesão a isso que é dito e transmitido. A visita vale o reconhecimento do que foi patrimonialização. Mas, aliás, o ritual da visita patrimonial é também produtor do patrimônio. Os objetos, monumentos, imagens que nós vemos ali e que são todos sociotransmissores, provocam emoções compartilhada, solicitam um imaginário comum (2009, p.53).

Para alguns autores como Baudrillard e Jeudy, a musealização é precisamente o oposto da preservação: é o mesmo que matar, congelar, esterilizar, “de-historicizar” e “de-contextualizar” (Huyssen, 1994, p.50).

Dentro da teoria da simulação e da catástrofe, desenvolvida pelos franceses Baudrillard e Jeudy, o museu nada mais é do que uma máquina de simulação. Para estes autores o museu, enquanto cultura de massa e máquina de simulação, não é em nada distinguível da televisão. Huyssen entende a questão dessa forma igualmente ao mencionar que,

Jeudy fala da musealização de áreas industriais inteiras, de restauração de cidades do interior, do sonho de proporcionar a cada pessoa o seu próprio museu através da coleção, preservação e das câmeras de vídeo. Baudrillard, por outro lado, analisa várias estratégias de musealização que vão desde o congelamento etnográfico de uma tribo (cita como exemplo o Tasaday nas Filipinas), ou de uma cidade (Creusot), através da duplicação de um espaço museico original (as cavernas de Lascaux), até a exumação, a repartição como uma reconstrução do estado original e, por último, a hiperrealidade da Disneylândia, essa estranha obsessão de tantos teóricos europeus (Huyssen, 1994, p.50).

Nesse sentido, Candau nos fala que “a museologia, como também a etnologia, pode ser fábrica de identidade” (2012, p. 162).

Para Huyssen os museus devem continuar a trabalhar com mudanças, convertendo seu espaço em um lugar de contestação e negociação cultural:

as atividades do museu para serem julgadas precisariam determinar até que ponto ele ajuda a superar, no espaço e no tempo, a ideologia insidiosa da superioridade de uma cultura sobre todas as outras. Até que ponto e de que maneira ele se abre para outras representações e como ele será capaz de lidar com os problemas de representação, narrativa e memória nas suas exposições e no seu projeto (1994, p.54).

Essas visões dos autores Baudrillard e Jeudy, são classificadas como a velha crítica que considera o museu uma câmara mortuária, eles seguem a linha da teoria da simulação e catástrofe da musealização, estes teóricos partiram do princípio da musealização como o oposto da preservação.

Conservação Preventiva

Em oposição aos autores que trabalham com a ideia do museu como um local de morte ao patrimônio, este texto apresenta o museu como um local de guarda dos vestígios da dimensão cultural da sociedade. Dessa forma, se possibilita pesquisas que busquem o entendimento sobre o perfil das sociedades que os produziram. O patrimônio, sendo uma dimensão da memória quando preservado, passa a ser considerado herança patrimonial e

contribui para a construção das identidades.

Esta contribuição só será possível se os objetos e coleções dos museus receberem um cuidado específico na sua preservação, caso isto não aconteça, muitos bens patrimoniais acabarão não representando uma determinada identidade pelo fato de se deteriorarem. Antigamente os objetos eram conservados de forma individual, mas atualmente, conforme as exigências de conservação, não se pode realizar desta forma este modo de trabalho.

Segundo Milagros Callol uma mudança está acontecendo na preservação do patrimônio cultural:

Há vinte anos estamos testemunhando uma mudança de mentalidade, que se traduz em um novo uso das coleções, que se tornaram uma parte ativa da cultura, que por sua vez levou a uma nova atitude em relação a preservação do patrimônio cultural. Uma prova desta mudança é conservação preventiva. Por tudo o exposto, o conceito de conservação mudou, a aquisição de uma abordagem mais ampla, onde cada dia é para o cuidado preventivo de grandes coleções. Isto significa criar novas formas de prevenir e / ou retardar a deterioração através de controle ambiental, que é a base da conservação preventiva (2003, p.13).

Neste estudo de caso a conservação preventiva é utilizada como uma forma atual de pensar projetos para a preservação dos acervos museológicos. São medidas aplicadas de forma direta sobre as coleções e sobre seu entorno, destinada a evitar as possíveis causas de danos.

A conservação preventiva requer o envolvimento de áreas variadas, ou seja, exige interdisciplinaridade. Diversos autores têm ressaltado os benefícios do trabalho interdisciplinar em museus, e alguns entendem ser esse um dos fatores de sucesso das ações de conservação preventiva (BRUNO,1996), (LOUREIRO, 2009), (LOPES, 2011). O sucesso das ações de conservação preventiva depende, também, de uma 'mudança de mentalidade' (GUICHEN,1999). Dentro desta mudança de processo de conscientização, o trabalho interdisciplinar faz-se necessário, pois deve-se pensar na realidade financeira da instituição, no clima e a própria história do museu e tudo isto ligado a compatibilidade e a tipologia do acervo e o edifício onde encontra-se.

Diversas são as notícias vinculadas na mídia em que acervos museológicos sofrem as mais variadas formas de violência: fogos, roubos, enchentes, vandalismos ou simplesmente omissão dos agentes públicos. Tudo isso, ou pelo menos um aspecto disso, acarreta um prejuízo inestimável não só ao patrimônio histórico, artístico e cultural, mas também um grave prejuízo financeiro aos cofres públicos.

O Brasil não é o único país a passar dificuldade em manter seus acervos. Segundo

estimativas da UNESCO e do Centro Internacional de Estudo para Preservação e Restauração da Propriedade Cultural (ICCROM) 60% das coleções em reserva nos museus do mundo encontram-se inacessível ou deterioram-se rapidamente.

Apesar de haver uma legislação específica para o campo museal, a realidade brasileira está muito distante da sonhada: diversos museus ou espaços de memória ainda sofrem com a degradação e descaso com seus acervos. Porém, a promulgação da Lei n.º 11.904 de 2009 é uma esperançosa tentativa de se criar uma política pública coerente para o patrimônio e para os museus. Em dita legislação, do artigo 21 ao artigo 27 ficou instituído a seção “Da preservação, da restauração e da segurança”, onde se detalhou mais especificamente o papel dos museus no processo de conservação e preservação.

Estabelecendo-se o prazo de cinco anos para as instituições se adequarem às premissas da referida Lei, algumas entidades estão buscando adequarem-se à legislação brasileira e se ajustarem às propostas da UNESCO, expressada pelas Cartas Patrimoniais, para desenvolverem projetos para a preservação de seus bens culturais.

Desenvolver um projeto de conservação preventiva não é fácil. Nele, deve ser pensada a articulação de várias competências. Especificamente em se tratando na preservação de acervos, James Bourdeau (2008. p.210 e 211) elenca nove agentes de deterioração dos objetos: forças físicas; ladrões e vandalismos; fogo; água; peste; contaminadores; raios UV e luz visível; temperatura incorreta; e umidade relativa incorreta³. Porém, o mesmo afirma que é possível prevenirmos os ataques dos agentes através de cinco estratégias de controle: evitar, bloquear, detectar, responder, e remover e tratar.

Estas ações são de responsabilidade do corpo técnico do museu e não podem ser realizadas de qualquer forma, como já alertava Cesare Brandi em 1963.⁴ O fato de um objeto estar no museu não significa que esteja protegido, pois os profissionais necessariamente devem possuir conhecimentos específicos e técnicos sobre o trabalho que desenvolvem. Há técnicas específicas que devem ser observadas nas ações de conservação e preservação dos objetos nos museus, pois como já mencionou Garry Thonson “um mau restaurador pode destruir uma obra, um mau conservador pode destruir uma coleção inteira”⁵ Para evitar problemas dessa ordem, Gael de Guichen garante que o sucesso das ações de conservação

³ Além destes agentes que agem diretamente na condição física de um objeto, o autor afirma que as pressões *internas* (governança, pessoas e infra-estrutura) e *externas* (risco financeiro, contabilidade e relevância) contribuem para o agravamento da situação. Já para o pesquisador canadense David Grattan essas pressões internas e externas formam o décimo agente de deteriorização: a *dissociation* (que pode ser entendida como ‘negligência da conservação’.

⁴ O autor afirmava que o material humano deve ser qualificado, pois existem técnicos, produtos e materiais importados.

⁵ Embora este texto não vise o tema da restauração, essa frase é ilustrativa dos perigos que a criação sem critérios de políticas conservacionistas podem produzir nas instituições museológicas.

preventiva depende, também, de uma mudança de mentalidade.

Conforme o autor:

“Onde ontem se viam objetos, hoje devem ser vistas coleções. Onde se viam depósitos, devem ser vistos edifícios. Onde se pensava em dias, agora se deve pensar em anos. Onde se via uma pessoa, devem ser vistas equipes. Onde se via uma despesa de curto prazo, deve-se ser visto programas e prioridades” (1999, p.5)

Porém, em um país carente de recursos financeiros para os campos da cultura e educação, diversas ações conservativas buscam financiamento para a execução desses projetos em entidades privadas ou em empresas públicas com capital aberto.

Essas financiadoras têm um limite de verba para a execução dos projetos, e por isso em diversas instituições museológicas com acervos numerosos os projetos devem ser, necessariamente, pensados para a conservação de uma parte de seu acervo. Outros, com acervos menores, mas nem por isso insignificantes, logram colocar a totalidade de seu acervo dentro de um projeto de preservação.

Projeto *Memória Visual de Porto Alegre 1880 -1960*

Como forma de ilustrar esta realidade das seleções das coleções nas instituições, apresenta-se o estudo de caso do projeto *Memória Visual de Porto Alegre 1880-1960*, financiado pela Caixa Econômica Federal, através do Programa de Apoio ao Patrimônio Cultural Brasileiro (período de 2005-2006).

Este acervo encontra-se sob a salvaguarda do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, localizado em Porto Alegre no Rio Grande do Sul, está ligado ao órgão da Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC), foi criado em 1974 e o prédio é tombado como Patrimônio Histórico do Estado, pela Portaria de nº 06/82, de 23 de julho de 1982, que abrigou um dos mais importantes jornais de Porto Alegre, “A Federação” de 1922 a 1937. O acervo fotográfico do museu está vinculado à área de Imagem e Som, inaugurado em 1980.

O prédio do museu apresenta o estilo eclético, próprio da arquitetura positivista, no qual se expressam várias tendências artísticas. Abaixo segue a imagem da fachada do MCSHJC. No alto o detalhe prédio destaca-se a escultura alegórica representando a imprensa, esta escultura tem como autoria o artista veneziano Luiz Sanguin. Em 1995, a escultura foi restaurada pelo escultor João Carlos Ferreira, da equipe da Brigada Militar, acompanhada pelo

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), pois estava danificada há mais de 40 anos, perdendo a mão e a respectiva tocha.



Imagem 1- Fachada do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa
 Fonte: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/default.php?p_secao=59
 Autor da fotografia: Delourdes Bressiani

Diante de um acervo composto por mais de 400.000 imagens em diversos formatos e suportes, a equipe deste museu teve que estabelecer uma 'tomada de decisão' e selecionar 2.000 imagens para serem incluídas no projeto. Diante do problema de se ter um grande volume de material a conservar e possuir escassos recursos disponíveis.

O acervo selecionado para este projeto contemplado foram: imagens do arquivo do Palácio Piratini (período de 1947 a 1970); a coleção Brasil Telecom (à extinta Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações-CRT) com imagens da década de 1920 e 1930 e imagens de arquivos privados de diversos fotógrafos atuantes na cidade de Porto Alegre.

Neste artigo será introduzido apenas, a coleção do Arquivo do Palácio Piratini, pois este projeto encontra-se em andamento, as outras coleções precisam de um aprofundamento na pesquisa.

A coleção do Arquivo do Palácio Piratini, mostram os registros oficiais dos atos dos governadores, primeiras-damas e Secretarias de Estado, organizados em ordem cronológica

dos períodos dos mandatos desde 1947 até a atualidade, mas foi realizado um recorte neste projeto até 1970. Estas imagens apresentam o patrimônio do Estado, como prédios históricos e vários locais de cidades do Rio Grande do Sul, as principais obras públicas realizadas nos diversos grupos sociais, entidades de classe e sindicatos fornecendo importantes fontes da memória política do Rio Grande do Sul para futuras pesquisas.

Segue uma das imagens pertencentes ao acervo contemplado no projeto, do Palácio Piratini sede do governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Podemos apresentar aqui algumas problematizações, porque este período (1947-1970) foi selecionado dentro dos registros da história da política brasileira, o que pode-se evidenciar com este recorte? Este acervo evidencia uma forte influencia da história oficial do governo do estado em detrimento de outras, este período contempla e reforça uma memória oficial, da qual a Assessoria de Imprensa dos Governadores do Estado do RS produziram seu próprios recortes, a partir do que registraram.



Imagem 2 – Visita do Presidente Emílio Garrastazu Médici ao Palácio Piratini pelo Governador Walter Peracchi Barcelos em 20/01/1970

Fonte: Catálogo Memória Visual de Porto Alegre p.61-Acervo MCSHJC

O problema da pesquisa que encontra-se em processo centra-se em: Qual a importância desse acervo (conservado) para a história do Brasil e memória social da região de abrangência do museu? As seleções são determinadas por intenções e se baseiam em ideologias, neste estudo de caso as hipóteses são preliminares e ainda não nos permitem desenvolver ideias de quais seriam esses valores aqui estabelecidos nestes recortes temáticos

contemplados neste projeto.

O projeto *Memória Visual de Porto Alegre* buscou recursos para proceder a higienização, inventário, recuperação, preservação e digitalização do acervo para, em seguida, ser posta à disposição do público. Na medida que o constante manuseio dessas coleções estariam colocando estas fontes de pesquisa em perigo, foi preciso pensar em uma ação que contemplasse a conservação deste acervo e ao mesmo tempo que fosse desenvolvido um meio de acesso a este material. Pois, apresenta constantes pesquisas por parte do público gerando dissertações, livros, matérias jornalísticas e outros.

Este acervo encontra-se em um museu, e segundo Meneses (1992), esta instituição é um local com potencial para estabelecer um diálogo na construção do conhecimento histórico a partir memória .

Por sua vez, a memória evocada nos museus provém dos objetos expostos, que por seu turno, são selecionados pelos responsáveis pela exposição. Duas questões que devem ser levadas em conta: que memórias são preservadas no museu? e quais se pretende preservar? (MENESES, 1992). A memória evocada em museus também é um assunto amplamente discutido por (RAMOS, 2004) e (GUIMARÃES, 2003). A seleção de bens patrimoniais participa do fenômeno geral de fragmentação das memórias (CANDAU, 2012).

É importante pensarmos que Porto Alegre está sendo apresentada pelo museu, a partir destas coleções selecionadas neste projeto *Memória Visual de Porto Alegre 1880-1960*.

O museu como uma ferramenta na construção de conhecimento opera de várias maneiras, aqui nos propomos a falar da fotografia como “um resíduo do passado, um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente (Kossov,2001, p.45).

Para Boris Kossov existe formas diferentes de uso da fotografia:

O objeto-imagem de primeira geração – o original- é essencialmente um objeto museológico, e como tal tem sua importância específica para a história da técnica fotográfica, além, de seu valor histórico intrínseco, enquanto o de segunda geração- a reprodução sob os mais diferentes meios - é, em função da multiplicação do conteúdo (particularmente quando publicado), fundamentalmente um instrumento de disseminação da informação histórico-cultural. Daí a importância da organização de arquivos sistematizados de imagens: iconotecas destinadas a preservar e difundir a memória histórica. É em função dessa multiplicação que a fotografia alcança sua função social maior (2001, p.42).

Para Kossov (2001,p.131) a fotografia é, ao mesmo tempo, uma forma de expressão e um meio de informação e comunicação a partir do real, portanto, um documento da vida histórica. E como um documento é importante sua organização em forma de coleções, sua

conservação, seu inventário, sua documentação para futuros pesquisadores terem acesso a este material, assim o museu cumpre seu papel social.

Considerações finais

Através do estudo das ações de conservação preventiva do museu escolhido, reitera-se a importância de se desenvolver e aplicar uma política de conservação preventiva às instituições museológicas. Esse tipo de ação reduz os custos das instituições, tornando-se uma aliada poderosa na gestão dos recursos financeiros destinados ao setor cultural no Brasil.

É importante problematizar a questão da preservação nos museus neste estudo para contribuir para que no momento de realizar as ações para selecionar determinada coleção dentro dos projetos, os museus possam fazer de forma mais crítica.

O museu como um lugar de preservação, acaba sendo um importante mecanismo de consagração da memória e de estratégia para afirmar as identidades em crise. Porém, ao mesmo tempo em que preserva as 'identidades', os museus acabam legitimando-as em detrimento de outras, não representando determinados grupos de memória.

Neste sentido, a demonstração dos benefícios dos métodos preventivos de conservação pode servir como um incentivo para que as instituições que já possuam alguma política de preservação busquem a aplicação de um plano de conservação mais eficaz. Para as que não possuam, que, através de uma profunda reflexão sobre as situações críticas em que se encontrem, pensem as melhores alternativas para preservarem suas coleções e, assim, seguirem uma política conservacionista cada vez mais apurada.

O acervo contemplado no projeto *Memória Visual de Porto Alegre 1880-1960*, faz parte da pesquisa que encontra-se em processo no curso de Pós-Graduação do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel e tem a orientação da professora Dr^a Juliane Serres, seus conhecimentos na área da museologia e da história serão fundamentais para desenvolvimento futuro desta investigação, que insere-se na linha de pesquisa *Gestão de Acervos e Patrimônio*.

Quando nos referimos a determinada coleção, podemos pensar que a própria seleção apresentada pode partir do que a instituição quer que seja preservada, implicando na representação de determinadas identidades. Mas, não pensar em meios de conservação do patrimônio cultural, é colocar em risco a própria memória das identidades de uma sociedade.

Neste caso apresentou-se a coleção fotográfica de um museu, que num plano maior está se preservando a memória social de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, existindo uma

maior responsabilidade, pois implica em uma memória não mais individual e sim coletiva. No momento em que estas imagens são doadas a uma instituição, elas passam para uma outra dimensão dentro da sua representatividade.

Referências

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia – Sp: Ateliê, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museu. Brasília, DF, 14 de janeiro de 2009. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 10 julho 2012.

BOURDEAU, James. **Avanços em conservação preventiva: pesquisa científica aplicada, estratégias de risco, estruturas e governo**. In. CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues de et. All. (Org.). Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material. Rio de Janeiro: MHN, 2008. pp. 210 e 211.

BRUNO, Cristina. **“Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar”**. In. RUNO, Cristina. *Museologia e comunicação*. Lisboa: ULHT, 1996. (Cadernos de Sociomuseologia, nº 9). pp. (01-37)

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990, 248 p.

CONNERTON, Paul. Seven types of forgetting, *Memory Studies*, 2008, 59-71.

GRATTAN, David. **Mise à jour du plan de préservation des collections de musées**. In. *Réflexions sur la conservation*. Institut Canadien de Conservation. 2011.

GUICHEN, Gael de. **La conservacion preventiva: simple moda pasajera o cambio transcendental?** Boletim da UNESCO, nº 201 (Vol. 51, nº 1, 1999).

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Memória, história e historiografia**. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel (org). *História representada: o dilema dos museus*. Livro do Seminário Internacional. RJ: Museu Histórico Nacional, 2003.

HUYSSSEN, Andreas. **Escapando da amnésia**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. V. 23. Rio de Janeiro: IPHAN/ MinC, 1994: 35-57.

JEUDY, Henri Pierre. **Memórias do social**. Tradução de Márcia Cavalcanti.- Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 1990.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2ª ed. Rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LOPES, Ana Andréia Alberto. **Conservação preventiva: construção de uma ‘checklist’**

aplicada às áreas e reservas. Dissertação de mestrado para a obtenção do grau de Mestre em Museologia apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanismo, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2011.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus **Museus, Museologia e Informação Científica: uma abordagem interdisciplinar.** p. 99 – 111. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST Museu e Museologia: Interfaces e perspectivas. - Organização de: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia de N. M. Loureiro- Rio de Janeiro : MAST, 2009.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado.** In: Trabalhos da Memória, Projeto da Revista do Programa de Pós- graduados em História da PUC/SP, nº 17, São Paulo, nov/1998, p.63-201.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Como explorar um museu histórico.** São Paulo: Museu Paulista: USP, 1992.

Memória Visual de Porto Alegre 1880-1960: acesso às imagens do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Org. STUMVOLL, Denise e MENEZES, Naida. Porto Alegre: Pallotti. 2007.

MICHEL, Johann. **Podemos falar de uma política de esquecimento?** Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 2, n.3, ago-nov.2010.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história.** Chapecó:Argos, 2004.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria Estadual de Educação e Cultura. **Museu de Comunicação Hipólito José da Costa: 30 anos.** Porto Alegre: CORAG, 2005.

VAILLANT, M., DOMÉNECH, M.T., VALENTÍN, N. **Una mirada hacia la conservación preventiva del patrimonio cultural.** Ed.Universidad Politécnica de Valencia. Valencia 2003.

A GRAVURA NA REGIÃO SUL DO BRASIL: RESGATE DA HISTÓRIA POR MEIO DA MEMÓRIA DOS INTEGRANTES DE NÚCLEOS DE GRAVURA

Morgenstern, Elenir;

Dr.^a Professora no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade e no Curso de
Design/UNIVILLE
elenir.m@gmail.com

RESUMO: O artigo discorre acerca do projeto de pesquisa 'GRA (Questões históricas, sociais, culturais e estéticas, relacionadas à gravura contemporânea). A referida pesquisa, desenvolvida ao longo de quatro anos, centra-se na recuperação de aspectos da história da gravura artística, por meio do registro virtual (patrimônio cultural material) e do resgate da memória de alguns dos agentes envolvidos nas práticas dos clubes de gravura da região Sul do Brasil (patrimônio cultural imaterial). Em sua metodologia contempla a análise de documentos impressos e a captura de imagens e entrevistas orais (presenciais e online). Os principais resultados da pesquisa referem-se ao desenvolvimento de material virtual de apoio a aprendizagem.

Palavras-chave: memória, história, gravura.

ABSTRACT: The article is about the research project 'GRA (Historical, social, cultural and aesthetic issues related to contemporary printmaking). The research, developed over four years, focused on recovering the aspects of the artistic printmaking history, through the virtual registry (material cultural heritage) and rescuing the memory of some people involved on the clubs of printmaking practice in Southern Brazil (immaterial cultural heritage). Our methodology involved the analysis of printed documents, capturing

images and oral interviews (in person and online). The main results of the research refers to the development of material to support virtual learning.

Keywords: memory, history, printmaking.

INTRODUÇÃO

A carência de pesquisas e publicações, atinentes aos processos gráfico-manuais, bem como a necessidade da academia em estar à frente, no que diz respeito a tal investigação, são fatores que atestam a relevância de investigações relacionadas à temática. Professores e estudantes, da disciplina Gravura (dos cursos de Design e Artes Visuais) e de disciplinas afins, que lidam com processos gráfico-manuais de reprodução da imagem, encontram dificuldades nas investigações de referentes bibliográficos e visuais (em termos históricos, sociais, culturais, estéticos...), devido à escassez de publicações nesta área. Em se tratando da história contemporânea, as dificuldades são ainda maiores. A gravura, em períodos anteriores, utilizada basicamente como veículo informacional, foi considerada, por muito tempo, como arte menor, sendo que o desenho, a pintura e a escultura, dominavam os compêndios didáticos. A partir da arte Moderna, com Picasso e Braque, entre outros, a gravura passou a ser agenciada como modo artístico em potencial. No entanto, o registro e disseminação teórica, acerca destas práticas, são insipientes. No Brasil, por exemplo, tem-se conhecimento de grupos de artistas, na própria região Sul do País, que desenvolveram relevantes pesquisas em gravura. Todavia, existe pouco material de registro e divulgação dessas práticas sociais, sendo seu acesso dificilmente disponibilizado à Academia (trata-se de catálogos e demais materiais produzidos para mostras locais, relativos a acervos itinerantes ou fixos).

Entendemos que a gravura configura-se em relevante modo de representação do social, ou seja, das práticas vivenciadas e cultivadas por determinados grupos. Por essa razão, consideramos que o registro de sua história, bem como o mapeamento de seu patrimônio material (tangível, ou seja, artefatos artísticos) e

imaterial (intangível, como as práticas e técnicas que passam a integrar a cultura de grupos específicos) é fundamental para constituição de nossa identidade cultural.

O presente artigo apresenta parte da experiência do projeto de pesquisa denominado ‘GRA (Questões históricas, sociais, culturais e estéticas, relacionadas à gravura contemporânea). A referida pesquisa, financiada pelo fundo de apoio a pesquisa (FAP) da UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville, centra-se na investigação, registro e desenvolvimento de material virtual, de apoio as práticas de ensino, referente a questões estéticas e extra-estéticas (históricas, sociais, culturais...) relacionadas à gravura artística, em contexto contemporâneo. Atualmente, em sua quarta fase, o projeto explora duas frentes, readequando os focos de coleta, análise e desenvolvimento e agregando a elas uma nova perspectiva, que se traduz na experiência relacional com outros espaços e agentes produtores/gravadores que promovem a gravura artística. As novas metas, previstas para a quarta fase do projeto (considerando-se a escassez de material impresso e dificuldade de acesso que se apresenta) desdobram-se por meio de entrevistas orais e escritas (*in loco* e *online*), no intuito de se registrar a história de formação e desenvolvimento dos Núcleos/Clubes de Gravura da região Sul do Brasil, por meio do resgate da memória de alguns de seus agentes. Paralelamente, será realizado o registro imagético de produções gráficas desenvolvidas nestes espaços de fomento à gravura artística. Os resultados da pesquisa serão utilizados para o desenvolvimento de um vídeo-documentário e um Banco de imagens.

Abordamos, neste artigo, aspectos teóricos que tem fundamentado as reflexões do projeto GRA, ao longo de seus quatro anos e, ainda, esboçar alguns dados históricos, pertinentes a gravura desenvolvida na região sul do Brasil. Assim, discorreremos, na sequência, acerca das questões ‘gravura enquanto patrimônio cultural’, ‘abordagem antropológica da história da gravura’, ‘imagens como modos de representar o social’, e, ‘alguns dados históricos atinentes aos processos gráficos desenvolvidos na região sul do Brasil’.

A GRAVURA ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL

a. Os artefatos de gravura como patrimônio cultural material e imaterial

Os artefatos gráficos conhecidos como gravuras artísticas, desenvolvidas ao longo dos últimos 60 anos (arte contemporânea), junto aos clubes de gravura da Região sul do Brasil, relacionam-se com a cultura de nossa região, conforme nossa compreensão, principalmente por dois aspectos: constituem-se patrimônio material, representativo das práticas sociais de nossa região; carregam em si os saberes técnicos acumulados culturalmente, sendo estes aqui considerados como patrimônio imaterial. Neste subtítulo, explicitaremos alguns conceitos ligados ao termo ‘patrimônio’, a fim de evidenciar nossa ancoragem teórica.

A palavra ‘patrimônio’, segundo Choay[1], está originalmente ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada, conforme a referida teórica, por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc) que fizeram dela uma expressão nômade, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante.

A expressão ‘Patrimônio histórico’, conforme descrição de Choay[2] designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras primas, das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos.

De acordo com Canclini[3], entendemos que o patrimônio cultural expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social.

Teoricamente, é possível separarmos os termos ‘material’ e ‘imaterial’, no tangente ao conceito de patrimônio. Na prática, no entanto, os dois termos se entrecruzam. Como ‘patrimônio cultural material’ entendemos os artefatos tangíveis, como no caso as gravuras artísticas. Já o conceito de patrimônio imaterial, de acordo com Arruda[4], encontra-se associado, de forma ampla, nos documentos internacionais da Unesco, bem como nos nacionais, ao de ‘cultura

tradicional e popular'. Essa 'cultura tradicional e popular' é definida, como regra geral, nesses documentos, como "...conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem a expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social". Segundo o documento da UNESCO[5], as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas correspondem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes." Assim, como 'patrimônio imaterial' compreendemos as práticas culturais intangíveis que fazem parte da vivência de determinada sociedade ou grupo.

Os clubes de gravura, devido as suas práticas de atelier, configuram-se em espaços de troca de experiências técnicas que, com o passar do tempo, podem ser incorporadas ao estilo dos produtores artísticos. A carência de registros acerca destas produções, e dos diferentes modos de fazer, dificulta o recontar dessas histórias constituindo-se em amnésia cultural.

b. Memória coletiva e identidade

No percurso investigativo do projeto GRA, consideramos a memória coletiva, constituída por alguns integrantes dos clubes de gravura da região Sul do Brasil, fundamental para recontar a história da gravura. A problemática da memória, como escreve Menezes[6], vem se transformando nos últimos anos, em foco privilegiado de atenção, seja do ponto de vista das ciências biológicas, seja das ciências humanas. De acordo com o teórico, a memória está em voga não somente como tema de estudo entre especialistas, mas também como suporte aos processos de identidade[7]. Menezes alerta para o fato de que a memória, enquanto representação, está viva e atuante entre nós, porém seu *status* é extremamente problemático. Segundo este teórico, a crise da memória cria uma situação problemática no que diz respeito à documentação e a prática da história. Entendemos, enquanto pesquisadores do projeto GRA[8], que a identidade de uma sociedade ou de um grupo é fortalecida/configurada pelo registro de sua memória

cultural. Ou seja, o patrimônio cultural tangível e intangível, registrado, pode fortalecer a identidade cultural do grupo de produtores. Concordamos com Menezes que alerta para o fato de que a “amnésia social”[9] (entre outros fatores), configura-se em problema crucial para o ângulo da História. De fato, no caso da história da gravura, são poucas as pesquisas que teorizam as práticas, e raras as publicações a que temos acesso. Da mesma forma, entendemos, como escreve Menezes, que é relevante uma história da memória, que seria não apenas a história das teorias sobre a memória, mas se imbricasse nas práticas e representações rememorativas das sociedades e grupos. E, ainda, que a memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional[10]. Destacamos, no entanto, que o resgate da memória coletiva constitui-se em um recontar da história e, portanto, faz intervir não apenas a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios. De acordo com Le Goff [11], o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada, quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam a ciência do passado e do tempo que passa (historiadores). Para Le Goff, estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador. Assim, nossa escolha, enquanto pesquisadores do projeto GRA, é a segunda, ou seja, documentar a história e, nossa escolha, refere-se ao resgate da memória coletiva por meio de entrevistas orais e relatos escritos. Neste aspecto, os escritos de Maurice Halbwachs (em seu livro “A memória coletiva” são constantemente aproveitados durante a pesquisa do projeto GRA. Da mesma forma, as reflexões de autores como Alessandra Portelli (em suas ponderações acerca da ética na história oral) e Michel Pollack (em seu entendimento de que a memória é seletiva e nem tudo fica registrado) são fundamentais para refinarmos a metodologia prevista no projeto.

ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA DA HISTÓRIA DA GRAVURA

Quando nos propomos a realizar uma abordagem antropológica[12] da história da gravura (na região Sul do Brasil), optamos por seguir os passos que a sociologia da arte tem feito, nos últimos anos, dentro do campo da arte.

A sociologia da arte é o estudo das práticas e das instituições da produção artística[13]. O estudo sociológico[14] realizou um bom trabalho ao expor muitos dos elementos extra-estéticos[15] envolvidos no julgamento estético. A especificidade do juízo estético, e todos os grandes problemas da estética filosófica, só podem achar a sua solução numa história social do campo associada a uma sociologia das condições da constituição da atitude estética especial que o campo exige em cada um dos seus estados[16]. A sociologia da arte abriu uma perspectiva pela qual podemos compreender a construção social da arte e da cultura – seus praticantes, seu público, seus teóricos e críticos, e seus produtos[17].

A abordagem social da arte entende que uma obra de arte não é constituída somente por sua materialidade física, inclui também a vida, o mundo que a cerca e sua história[18]. Essa abordagem considera o universo simbólico do contexto histórico, em que a arte se encontra, não sendo possível isolá-la em sua estética ou estrutura formal, assim como não se pode acreditar que o objeto de arte é separado de sua estética[19]. O que a história social da arte procura descrever objetivamente é o fenômeno específico do trabalho artístico, que é singular, e algo que está fora dele, o seu contexto material e espiritual, que lhe é complementar [20].

Ainda que um campo de produção cultural tenha conquistado uma autonomia quase total em relação às forças e as demandas externas, como no caso das ciências mais puras, continua passível de uma análise propriamente sociológica[21]. Cabe, portanto, à sociologia estabelecer as condições externas a serem cumpridas para que se possa instaurar um sistema de relações sociais de produção, circulação e consumo (por exemplo, o campo científico ou um dado *subcampo* artístico) capaz de apresentar características sociais necessárias ao desenvolvimento autônomo da ciência ou da arte[22]. Cumpre ainda, à sociologia, determinar as leis de funcionamento, que caracterizam o campo artístico, definindo normas capazes de explicar a estrutura das produções simbólicas bem como suas

transformações[23].

Na pesquisa do projeto GRA, consideramos fundamentais dois autores que abordam o campo artístico pelo viés social: Pierre Bourdieu e Janet Wolff. Bourdieu aplica o princípio teórico antropológico, segundo o qual os códigos simbólicos produzidos e reproduzidos pelos grupos sociais adquirem significado quando aludidos às relações de força, que os tornam possíveis e necessários, em determinados contextos sociais. Janet Wolff apresenta a noção de arte como processo e do artista[24] como produtor. As incursões desses autores, que analisam a história da arte considerando seus artefatos como resultados de uma construção social em que fatores extra-estéticos são condicionantes, compõe as bases reflexivas e ações em meio ao projeto GRA.

AS IMAGENS: MODOS DE REPRESENTAR O SOCIAL

Também consideramos para as análises reflexivas do projeto GRA, outros dois autores que destacam o possível uso das imagens artísticas como ‘maneiras de representar as práticas sociais’, ou seja, modos de contar a história de uma determinada sociedade: Peter Burke[25] Howard S. Becker[26]. Esses autores examinam a aplicabilidade de imagens pelos sociólogos (no caso de Becker) e pelos historiadores (nos escritos de Burke), destacando certo preconceito, no uso da imagem, como fonte para os estudos da sociedade e da história. e

Burke destaca que, assim como os testemunhos orais e textuais evidenciam a história, o uso de imagens, em seus diferentes modos (pintura, gravura, fotografia...), pode configurar-se em processo científico documental na pesquisa histórica. Burke considera que as imagens podem constituir-se em evidência da história.

Esse autor questiona o enfoque estruturalista que se preocupa em lançar “fórmulas” na leitura de “códigos” (tidos como universais) padronizando, dessa forma, a interpretação de imagens variadas. Segundo Burke, o significado das imagens vincula-se ao contexto social de forma abrangente, considerando aí aspectos culturais e políticos, entre outros.

Becker, de forma análoga, interessa-se por todas as maneiras de falar acerca da sociedade e, por isso, concentra-se no trabalho representacional feito por outros tipos de trabalhadores, da mesma forma que verifica aqueles desenvolvidos por cientistas sociais. Esse teórico aplica-se no entendimento das formas variadas por meio das quais as pessoas tentam contar, a outras, o que sabem acerca de sua sociedade ou de alguma outra sociedade que as interesse.

De acordo com Beker, as imagens configuram-se em modos de representar o social. Para ele, levar em conta as maneiras como as pessoas que trabalham em outros campos – artistas visuais, romancistas, dramaturgos, fotógrafos e cineastas – e os leigos, representam a sociedade, revelará dimensões analíticas e possibilidades que a ciência social muitas vezes ignorou serem uteis em outros aspectos[27]. Beker denomina o produto de toda esta atividade, em todos os meios, de “relatos sobre a sociedade” ou “representações da sociedade”. Sua intenção é ver o que os problemas de diferentes meios têm em comum e quais soluções, que funcionam para um tipo de relato, podem auxiliar quando aplicadas a algum outro tipo. Em outros termos, objetiva verificar soluções para os problemas de descrição que um campo pode importar de outro[28].

No entender deste autor, os cientistas sociais sabem bem fazer o seu trabalho, e ele é adequado para muitos objetivos, mas suas maneiras não são as únicas. Destaca que seus próprios colegas de profissão, sociólogos e outros cientistas sociais – gostam de falar como se detivessem o monopólio da criação dessas representações, como se o conhecimento que produzem, a respeito da sociedade, fosse o único conhecimento ‘real’ acerca deste assunto. E, ainda, que gostam de fazer a afirmação, igualmente tola, de que as maneiras que possuem de falar sobre a sociedade são as melhores ou as únicas pelas quais isso pode ser feito de forma apropriada, ou que suas maneiras de fazer esse trabalho protegem contra todas as espécies de erros ‘terríveis’ que poderíamos cometer. Segundo Beker, esse tipo de conversa é apenas uma tomada do poder profissional clássica. Ou seja, argumenta que as restrições dos cientistas sociais, acerca do estudo da sociedade por meio de imagens, configuram-se em disputa de poder entre categorias profissionais.

Ao destacarem a desvalorização da imagem, em se tratando de interpretação

histórico-social, entre suas categorias profissionais, e ao proporem a possível análise de imagens como reveladoras de processos sociais e históricos, Burke e Beker podem nos ajudar a compreender como o campo da arte apreende o problema de uso das imagens.

Por fim, entendemos que a falta de reflexão, por parte do campo artístico, acerca dos aspectos extra-estéticos envolvidos na produção e interpretação das imagens, retrata um saber superficial acerca dos princípios teóricos e práticos aplicados às imagens. Esse conhecimento parcial, ou seja, voltado apenas para o objeto em si, impulsiona um emprego ‘intuitivo’ dos elementos integrantes das imagens, fundado nos usos comuns dos elementos visuais ou conceituais. Parte significativa das reflexões, oriundas do campo artístico, não concebe as produções visuais como reveladoras de processos sociais. Daí o fato de que as imagens, ao longo dos séculos, permanecem alvo de visões românticas (noção de gênio criador e obra criada, sob aura transcendental) em meio ao campo artístico.

DADOS HISTÓRICOS ATINENTES AOS PROCESSOS GRÁFICOS DESENVOLVIDOS NA REGIÃO SUL DO BRASIL

As práticas desenvolvidas junto aos centros ou núcleos de gravura, na região Sul do Brasil, são consideradas, por alguns teóricos, referenciais expoentes na História da Arte Brasileira contemporânea. No entanto, as pesquisas e publicações que referenciam esta parte da história, são ainda insipientes. Nos raros referenciais teóricos que temos acesso, ainda deparamo-nos com outro agravante: no geral, configuram-se em registros meramente historicistas que marcam datas e destacam artistas ou obras. Ou seja, trata-se da história do autor e da obra. Esses registros fundam-se numa concepção romântica acerca da figura do artista e da criação. O que pretendemos, enquanto pesquisadores do projeto GRA (atualmente em sua quarta fase), é verificar as questões extra-estéticas (sociais, culturais, filosóficas, políticas...) envolvidas na história de constituição e desenvolvimento dos núcleos de gravura na região Sul do Brasil.

Segundo Spinelli (2003) a história da arte brasileira registra e reconhece a

contribuição artística e a atuação política e ideológica dos grupos de gravura criados em Bagé (1948) e Porto Alegre (1950), no Rio Grande do Sul. De acordo com a mencionada autora, estes grupos marcaram o panorama nacional do pós-guerra, dando ênfase ao realismo e à temática regional e social bem como a democratização da arte. Spinelli argumenta que a consciência da responsabilidade social do artista e da arte, a serviço de um ideário, influenciou o resto do país, tornando o Rio Grande do Sul um pólo irradiador da gravura tanto como técnica de reprodução de imagens, quanto revolucionário meio de transmissão de mensagens (*Idem*).

a) Rio Grande do Sul

Em 1994, a partir de uma exposição de gravuras realizadas na Pinacoteca do Estado de São Paulo, com a curadoria de Carlos Scliar, foi produzida uma publicação intitulada “Os Clubes de Gravura do Brasil” (1994). Nesta publicação, constam informações relevantes acerca da produção de artes gráficas no Sul do Brasil, principalmente nas décadas de 40 e 50 (op. cit. p. 5). No documento, Scliar relata seu contato com a gravura, na Europa, e discorre acerca da influencia, de tal experiência, na criação (ao retornar ao Brasil, ao lado de outros artistas e intelectuais), da Associação Amigos da Gravura, no ano de 1950, em Porto Alegre - que posteriormente seria denominado “Clube da Gravura”. Conforme Costella (1984), o Clube da Gravura, de Porto Alegre, comprometeu-se com ideologia de esquerda, orientando-se para uma linha estética de “realismo social”, explorando as temáticas regionais como tradições, costumes e festas. Entre seus integrantes estavam: Carlos Scliar, Danúbio Gonçalves, Glauco Rodrigues, Glênio Bianchetti, Vasco Prado. Outros artistas igualmente expressivos que se aventuraram nesse campo de expressão foram: Tarsila do Amaral, Portinari e Lasar Segall.

Em outra publicação, em forma de catálogo, realizada pelo Núcleo de Gravura do Rio Grande do Sul (1997), encontra-se uma retrospectiva histórica acerca do processo gráfico do Rio Grande do Sul. O Núcleo foi fundado em 8 de outubro de 1984 no Atelier Livre da Prefeitura de Porto Alegre. Constituiu-se em Associação de Artistas Gravadores que atuam de forma independente, desenvolvendo as técnicas gráficas como Xilogravura, Linóleogravura, Calcografia, Litografia, Serigrafia, Gravura Digital (Infografia), e Eletrografia

(Spinelli, 2003). A sede do Núcleo de Gravura foi montada no Museu do Trabalho, onde permaneceu até maio de 2004. Atualmente a sede do NGRS está instalada no Solar Cívico Cultural Anes Dias, na Avenida João Pessoa nº 567, em pleno funcionamento.

b. Paraná

No Paraná foi fundado, em 1951, o “Centro de Gravura do Paraná”, orientando-se, segundo Costela (1984), pelo Clube de Gravura de Porto Alegre. Esse centro, como os demais ateliês de gravura, desempenhou um papel importante: reforçar o vínculo da arte com a realidade social brasileira (*Idem*).

Em 1989 foi inaugurado, na cidade de Curitiba, o “Museu da Gravura” que, segundo informações obtidas junto ao site “itaucultural”[29], conta com um acervo de cerca de 2.600 obras de artistas nacionais e estrangeiros, adquiridas por doações e compras. De acordo com a mencionada fonte, fazem parte do acervo obras de renomados representantes da arte moderna do século XX - Pablo Picasso (1881 - 1973), Louise Bourgeois (1911) e Andy Warhol (1928 - 1987) - e trabalhos de artistas brasileiros, como Oswaldo Goeldi (1895 - 1961), Amilcar de Castro (1920-2002), Cildo Meireles (1948), Mira Schendel (1919-1998), Poty (1924-1998).

O “Museu da Gravura”, criado na esteira da experiência do Clube de Gravura de Porto Alegre, está localizado em um edifício tombado pelo patrimônio histórico, o Centro Cultural Solar do Barão. Este museu, também denominado Casa da Gravura, de acordo com o site “itaucultural” (<http://www.itaucultural.org.br/>), está voltado para a gravura em suas diferentes modalidades - xilogravura, litografia, gravura em metal e serigrafia - divulgando as produções nacionais em geral e, sobretudo, novos nomes e visando a organização de exposições, pesquisas e realização de cursos e oficinas para incentivar a produção na área. De acordo com informações do mesmo site, além do setor de documentação, com informações sobre gravadores do Brasil e do exterior, o museu conta com biblioteca especializada e salas de exposições (para mostras de longa e curta duração). O setor educativo, segundo a mesma fonte, inclui cursos regulares, a cargo de artistas convidados e atendimento especial para escolas. As atividades de pesquisa articulam-se às mostras realizadas pela instituição, com peças do acervo, coletivas e/ou individuais. O Museu da Gravura da Cidade de Curitiba, ao lado do Museu de

Arte Contemporânea do Paraná - MAC/PR, funciona como canal de divulgação da produção contemporânea, dedicando especial atenção aos artistas locais.

c) Santa Catarina

Em Santa Catarina o itinerário ligado à arte da gravura não tem uma tradição, sendo ainda, de certo modo, uma iniciativa incipiente. Tendo iniciado na década de 80, com artistas oriundos de outros Estados, o Museu de Arte de Santa Catarina foi um dos incentivadores, promovendo oficinas e ateliês que revelaram alguns nomes, ao lado da chamada Editora Noa Noa, cujas experimentações deram origem ao Clube da Gravura de Florianópolis.

De acordo com site “agecom”[30], uma retrospectiva da história da gravura, em Santa Catarina, remete a um gravador austríaco que viveu em Blumenau e no Rio de Janeiro nas décadas de 1930 e 40. Na década de 1950, segundo a mesma fonte, um fervoroso divulgador da gravura do Rio Grande do Sul, passou por Florianópolis, transmitindo seus conhecimentos, mas não encontrou muitos seguidores. Motivado por obras do expressionismo alemão, e pela qualidade da gravura brasileira contemporânea, o catarinense Jayro Schmidt realizou trabalhos de gravura em madeira e metal, buscando uma prática coletiva para a gravura o que abriu caminhos para um núcleo de gravadores.

A década de 1980, como relata o site “agecom” (<http://www.agecom.ufsc.com.br/>) foi promissora para a gravura no Sul do País e o MASC viabilizou a implantação de uma oficina de litografia, em Florianópolis. Tal iniciativa gerou outras oficinas de gravura o que resultou na criação das Oficinas de Arte do MASC, a partir de 1983. Desde então, conforme a mencionada fonte, a gravura tornou-se um “movimento” no Estado, tendo revelado talentos de expressão e incentivado a criação de outros cursos e oficinas e o surgimento de novos grupos como o Clube de Gravura de Florianópolis.

Iniciando suas atividades em março de 2002, tem-se em Florianópolis, o Clube de Gravura “Gravar Gravando Gravura”. Trata-se de uma iniciativa gerada na UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina), sob formato de projeto de extensão, coordenado pela professora Sandra Maria Correia Fávero. O projeto, conforme informações do site “agecom” (<http://www.agecom.ufsc.com.br/>) originou-se motivado pelo interesse que a gravura vem despertando tanto no

público universitário quanto no público que objetiva desenvolver sua poética voltando-se para a gravura como meio de expressão. Segundo informações do mesmo site, o clube de gravura “Gravar gravando gravura” promove encontros semanais, momento em que os participantes desenvolvem seus trabalhos voltando-se à construção de uma poética pessoal, aguçando a percepção na produção estética da gravura contemporânea desencadeadora de uma ação artística crítica e educativa, propondo-se à discussão e à reflexão sobre as questões dos conceitos que envolvem a gravura na contemporaneidade. O trabalho não se limita a uma prática dentro da oficina, mas também constitui uma prática de artistas em busca de espaço, enviando propostas para exposição divulgando a gravura contemporânea e a produção da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentou aspectos da experiência do projeto de pesquisa denominado GRA (Questões históricas, sociais, culturais e estéticas, relacionadas à gravura contemporânea). Destacou que o foco do projeto, ao longo de quatro anos de desenvolvimento, centra-se na recuperação da história da gravura artística, por meio do registro virtual (patrimônio cultural material) e do resgate da memória de alguns dos agentes envolvidos nas práticas dos clubes de gravura da região Sul do Brasil (patrimônio cultural imaterial). Evidenciou que, em sua metodologia, a pesquisa tem contemplado a análise de documentos impressos, captura de imagens, e entrevistas orais (presenciais e online).

Os principais resultados, da pesquisa desenvolvida pelo projeto GRA, referem-se ao desenvolvimento de material virtual de apoio a aprendizagem. Este material está disponibilizado de forma *online*, junto ao *Blog* do projeto (www.graburauniville.wordpress.com). Ao longo desses quatro anos de desenvolvimento, o material desenvolvido tem sido aplicado como referência a inúmeras proposições, ligadas as práticas de ensino e extensão, desenvolvidas na UNIVILLE. Todavia, pelo teor informacional resultante das investigações, nossa intenção, enquanto pesquisadores do projeto GRA, é que sua continuidade resulte

em benefícios para os demais órgãos de fomento à gravura e comunidade escolar regional. Assim, na fase da pesquisa, atualmente em desenvolvimento, investimos em estratégias que dêem visibilidade ao projeto, intensifiquem o acesso ao *Blog* e efetivem novas parcerias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS APLICADAS NA REVISÃO DE LITERATURA

- [1] CHOAI, Françoise. A alegoria do patrimônio. Estação liberdade: UNESP. São Paulo: 2006.
- [2] IDEM.
- [3] CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In.: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan; n 23, p. 94-115, 1994.
- [4] ARRUDA, Gilmar. O patrimônio imaterial: a cidadania e o patrimônio dos ‘sem eira nem beira’. In.: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n3,p.117-144, 2006.
- [5] 1989.
- [6] Meneses, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In.: Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas/organizadora Zélia Lopes da Silva. Ed. UNESP: FAPESP. São Paulo: 1999 p. 11.
- [7] Meneses, Ulpiano T. Bezerra de. Op. cit. 1999 p. 12.
- [8] Projeto de Pesquisa desenvolvido junto a UNIVILLE.
- [9] Meneses, Ulpiano T. Bezerra de. Op. cit. 1999 p. 21.
- [10] IDEM.
- [11] Ver GOFF, Jacques Le. Documento/monumento. In.: História e memória. Ed. Unicamp. Campinas: 1992 p.424.
- [12] BOURDIEU, op.cit., 2007, p. 287.
- [13] IDEM, p. 155.
- [14] CIPINIUK, Alberto. Subsídios para a distinção crítica da arte contemporânea e a arte pós-moderna. In.: Jornal da Associação Brasileira de Críticos de Arte – ABCA/AICA. São Paulo, p.24-26, 01 de maio, 2006.
- [15] IDEM.
- [16] IBDEM.
- [17] BOURDIEU, op., cit., 2007, p. 175, 176.
- [18] IDEM.
- [19] IBDEM.
- [20] CIPINIUK, Alberto. Subsídios para a distinção crítica da arte contemporânea e a arte pós-moderna. In.: Jornal da Associação Brasileira de Críticos de Arte – ABCA/AICA. São Paulo, p.24-26, 01 de maio, 2006.
- [21] BOURDIEU, op., cit., 2007, p. 175, 176.
- [22] IDEM.
- [23] IBDEM.
- [24] WOLFF, Janet. A produção social da arte. Rio de Janeiro: Ed. ZAHAR, 1982.
- [25] BURKE, Peter. Testemunha Ocular. EDUSC. São Paulo: 2004.
- [26] BECKER, Howard S. Falando da Sociedade – Ensaio sobre as diferentes maneiras de representar o social. Ed. Zahar. Rio de Janeiro: 2009.
- [27] IDEM.
- [28] IBDEM.
- [29] www.itaucultural.org.br
- [30] www.agecom.ufsc.com.br

A MEMÓRIA E A HISTÓRIA DA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA - CAMPOS/RJ

Ivone Goulart Lopes

Doutoranda em Educação FE/PUC - Rio de Janeiro

ivone.goulartlopes@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como *objeto* o Projeto educativo das salesianas na formação das normalistas, no curso normal do Colégio “Nossa Senhora Auxiliadora” de Campos/RJ, nos anos 1937-1961. Baseado em fontes inéditas e história oral. Estas fontes advêm do arquivo do Colégio e de três arquivos particulares das províncias/inspetorias das Salesianas (São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, e Rio de Janeiro /RJ), do Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa, Barbacena/MG e Biblioteca Nacional/RJ. Busco a construção da identidade institucional, (projeto educativo), com foco na equipe de professores: religiosas e “leigos” que atuaram na formação de outras tantas professoras “católicas” que “professoraram” nas escolas públicas de Campos e região, seu significado e contribuição para a formação docente. Destaco a abordagem de Dubet (2002) sobre as profissões que se remetem ao *trabalho sobre o outro* e abordagem de Dubar (1997). Trata-se de uma pesquisa em andamento.

Palavras Chaves: Projeto Educativo das Salesianas

Abstract

This study aimed to work on normalistics formation of salesianas educational project, in normal course of “Nossa Senhora Auxiliadora” School of Campos/RJ, in the years of 1937 to 1961. Based on unheard-of sources and oral history. This sources comes from our school’s archive and from three private archives of salesianas’ provinces/inspectory of (São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, and Rio de Janeiro/RJ), of salesianas documentation and research center, Barbacena/MG and National Library/RJ. The educational project search for institutional building identity, focuses on team of teachers: religious and none religious that

acted in the formation of other teachers “Catholics” that “taught” in the public schools of Campos and region, their meaning and contribution for the teaching formation in this study is pointed out the approach of Dubet (2002) which is about the professions that takes us to the *work about the other* and approach of Dubar (1997). It is about a research in progress.

Key words: salesianas’ educational project

INTRODUÇÃO

A escola católica é milenar, e as escolas normais católicas dirigidas por religiosos, em terras brasileiras, mais que centenárias, contribuíram para o perfil da profissão docente. Fizeram parte da ‘modernização’ da escola brasileira. Não podemos esquecer que no final do século XIX e em quase todo o século XX as escolas normais católicas formaram muitíssimas professoras primárias, que foram exercer sua função docente nas escolas primárias públicas, pois, as congregações, desde meados do século XIX dedicavam-se, de maneira geral, ao ensino primário e à formação de professoras, há um *ethos* religioso fundante na formação dessas primeiras professoras.

As escolas católicas de religiosas (os) não são idênticas, cada uma traz suas especificidades conforme o carisma fundacional da congregação. Há uma pluralidade de projetos educativos, os jesuítas são diferentes dos lassalistas, dos maristas, das (os) salesianas (os). Esta pesquisa versa sobre o projeto educativo das salesianas¹ na Escola Normal “N. S. Auxiliadora,”² em Campos³/RJ, primeira escola normal das FMA⁴ no Estado do Rio de

¹ Filhas de Maria Auxiliadora (FMA), mais conhecidas como Salesianas, congregação fundada por João Bosco e Maria Domingas Mazzarello, em 1872, na Itália. Chegaram ao Brasil em 1892 (S. Paulo) e no Rio de Janeiro em 1925. Daqui para frente usarei a sigla FMA quando não usar salesianas.

² Ginásio e Escola Normal N. S. Auxiliadora de Campos no Estado do Rio de Janeiro, usarei a sigla (GENNSAC/RJ). Hoje Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora (CENSA) e no ano de 2002, o CENSA ampliou seu raio de atuação educacional para o Ensino Superior com um projeto de criação dos seus Institutos Superiores de Ensino (ISECENSA).

³ Refere-se à atual cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, que até 16/10/1986 era somente Campos. As terras dos índios goitacás começaram a ser colonizadas pelos portugueses em 1627, com a chegada dos "Sete Capitães". Pertenceu à capitania de São Tomé e se tornou, cinquenta anos depois, no dia 29 de maio, a Vila de São Salvador dos Campos. Foi elevada à categoria de Cidade em 28 de março de 1835. Distante da capital 286 km.

⁴ A Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora (FMA) /Salesianas fundou várias escolas normais femininas, deu origem ao processo educacional feminino em muitas cidades do Brasil: (Ponte Nova e São João Del Rey/MG; Rio de Janeiro e Campos/RJ; São Paulo, Tupã, Lins, Araras, Ribeirão Preto, e Batatais/SP; Corumbá, Campo Grande, Guiratinga e Cuiabá/MT; Goiânia, Silvânia e Anápolis/GO; Campos Novos e Rio do Sul/SC; Recife e Baturité/PE; São Luiz Gonzaga/RS, Brasília/DF; Natal/RN, Cambé/PR; Porto Velho/RO; Manaus/AM; Fortaleza/CE).

Janeiro; será uma visão de alguns anos, 1937-1961, constituída de pequenos detalhes, lembranças que não devem perder-se, pretende preservar do esquecimento pessoas e eventos que construíram uma história educativa.

Busco analisar o projeto educativo das salesianas como educadoras e na formação de normalistas/professoras na cidade de Campos/RJ, relacionando a atuação dessas religiosas, na educação junto à juventude feminina, dentro do movimento católico e profissionalização docente na sociedade brasileira, que ocorre sob o impacto do ideário da Escola Nova, e impulsiona um projeto de cientificização do campo da educação; busca compreender de que forma esse tipo de ensino/aprendizagem era praticado na instituição salesiana e experimentado por seus agentes escolares, professoras⁵ e alunas, como se constituíram, como elas se percebiam, que marcas ficaram em sua vida.

Busca-se, assim, entender a história do ensino normal neste ambiente, através da documentação existente e a partir da percepção que tanto docentes quanto discentes possuíam de si mesmos e de sua prática educacional. Até os anos de 1950 não havia ainda massificação do ensino escolar; o ensino secundário masculino visava o ingresso nas universidades, enquanto o ensino secundário para o sexo feminino era a escola normal, e preparação para o casamento. Muitas alunas do GENNSAC/RJ exerceram a profissão, - “professoraram”⁶ - a maioria em escolas públicas de Campos e da região.

Trabalho com o *recorte temporal* de 1937 a 1961, pelo fato de que em 1937 iniciaram-se as negociações para a implantação da escola normal, sua equiparação em 1940, a admissão das alunas externas ao curso normal em 1945, e seu funcionamento até 1961 quando é publicada a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 fixando as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foram localizadas 17 ex-alunas e seis antigas professoras desta escola deste período. Esta é uma divisão ainda provisória que, com o avançar da pesquisa, pode sofrer outros recortes importantes.

Trata-se de uma pesquisa sócio-histórico, documental de uma instituição educativa, na perspectiva de Magalhães (1999), Antonio Nóvoa (1991-1992), que têm na instituição escolar seu foco de estudo, estabelecendo um referencial teórico metodológico para análise da organização educativa, enquanto espaço de produção de práticas, através da ação de seus

⁵ Neste período quase todas as professoras eram religiosas e somente em alguns anos houve a presença de professores.

⁶ Cf. Stano, Rita de Cássia M.T. Identidade do professor no envelhecimento, S. Paulo, Cortez, 2001.

atores, professores, alunos, gestores. Acredito que seja possível responder às questões levantadas considerando o nível por onde a história das instituições e dos poderes se dão.

Dubet em seu livro, *El declive de la institución* (2002), traz como tema central o trabalho realizado *no/sobre o outro*, entendido dentro de uma *transmissão de hábitos, costumes, valores e formas de ação e disposições adquiridas pelo processo de socialização*. Para ele, o programa institucional da modernidade seria a tentativa de combinar a *socialização* dos indivíduos e *formação* de um sujeito em torno de *valores universais*, para articular a sua *integração social e sistêmica na sociedade*.

Observa-se a importância assumida pelas Escolas Normais públicas e a formação de professores no Brasil, por tantos pesquisadores que fizeram dela seu objeto de estudo⁷. Na elaboração deste texto tive acesso a alguns trabalhos recentes⁸ que enriquecem a historiografia brasileira, todos eles relacionados a instituições de educação católica, à escola normal; alguns referentes a educação e pedagogia salesiana. Estas pesquisas ajudaram na compreensão e no direcionamento do meu olhar pelo interior do GENNSAC/RJ, ou seja, estão de alguma forma presentes no desenvolvimento desta pesquisa.

OS PRIMÓRDIOS DO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA DE CAMPOS

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora é uma instituição confessional, integrante do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora, criado em 1872 em Mornese, Itália, e hoje sediado em Roma. Constitui, nele e com ele, uma "rede mundial de educação e solidariedade" inserida em múltiplos contextos culturais espalhados em 93 países dos cinco continentes, em 1.443 casas, num total de 13.877 religiosas e noviças⁹. No Brasil¹⁰ estão presentes em 19 estados, com 949 religiosas e noviças trabalhando em 128 casas. Na Inspeção Nossa Senhora da

⁷ Dentre eles, podem ser citados Tanuri (1970-9), Haidar (1972), Catani (1989-2000), Villela (1990), Nosella e Buffa (1996), Nunes (2000), Magaldi (2003, 2006), Mendonça & Ó (2007). Em se tratando da escola normal católica temos Manoel Ivan (1996), Paiva (1991) Crespo (1991), Moura (2000), Perosa (2008 – 2009).

⁸ Algumas teses, dissertações, textos que foram apresentados nos GTs de História da Educação da ANPEd, no CBHE e no Luso-Brasileiro nestes últimos cinco anos.

⁹ Dados estatísticos de 2010, in: Elenco *Generale del Istituto Figlie di Maria Ausiliatrice*, v. 2, 2011, Roma: Istituto FMA, tipografia privada.

¹⁰ No Brasil, as Irmãs estão distribuídas em nove inspeções/províncias: 1- São Paulo, (Inspeção Santa Catarina de Sena-1892), 2- Mato Grosso (Santo Afonso de Ligório/Imaculada Auxiliadora -1895). 3- Nordeste-Norte (Inspeção N. S. Auxiliadora-1914), posteriormente tal Inspeção se dividiria em duas Nordeste (Inspeção N. S. Auxiliadora/Recife) e 4- Norte (Inspeção Missionária Laura Vicuña /Manaus-1961). 5- Inspeção Madre Mazzarello (1948/Belo Horizonte). 6-Inspeção N. S. Aparecida, (Sul/ 1967); 7- Inspeção N. S. da Penha (Rio de Janeiro/1984); 8 –Inspeção N. S. da Paz (1993/Mato Grosso, desmembrada do Mato Grosso do Sul). 9- S. Terezinha (Manaus/2005), *apud* Elenco FMA, 2011.

Penha, que abrange os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, estão em 11 presenças educativas, com um total de 61 religiosas.

Em 18 de fevereiro de 1925, diante do anseio da sociedade local e atendendo ao pedido de Monsenhor Henrique Mourão¹¹, chegam à cidade de Campos, RJ, sete Irmãs Salesianas com o objetivo de fundar um colégio para meninas e moças. Para tal, foi adquirida uma chácara de 24.000m², no centro da cidade¹². Concluídas as obras de adaptação para o funcionamento de uma escola, no dia 2 de março de 1925 foi inaugurado o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora que, além do curso primário em regime de internato e externato, compreendia, também, aulas particulares de piano, pintura, bordado e confecção de flores.

Em 1933, as famílias passaram a insistir para que se abrisse também o curso ginásial para as meninas e em 13 de maio de 1934, foi concedida autorização para funcionamento do curso ginásial e a inspeção permanente em 1938 (reconhecimento). O Colégio passou a se chamar “Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora”.

Acontece a criação da Associação das Ex-alunas, UESC (União das Ex-Alunas Campistas) em 1933. Foi um dos primeiros colégios do Brasil a instaurar o curso noturno gratuito (1937), iniciando o ano com 132 alunos e francos elogios do Sr. Lourenço Filho, então Diretor Geral do Deptº Nacional de Educação.

A AÇÃO EDUCATIVA DAS SALESIANAS NA ESCOLA NORMAL

Para a instalação do Curso Normal houve uma verdadeira “batalha”. As irmãs salesianas ao requererem a instalação e funcionamento de uma Escola Normal, buscavam manter de modo satisfatório o seu integral funcionamento mediante três aspectos: a expansão/o fortalecimento do trabalho educacional das irmãs salesianas em Campos; o oferecimento de mais uma modalidade escolar, - o curso normal confessional - Campos já possuía a Escola Normal pública, que funcionava anexa ao Liceu de Humanidades; e a exigência da legislação para o funcionamento de escolas particulares.

¹¹A diocese de Campos, situada na região Nordeste do Estado do Rio de Janeiro foi criada em 4 de dezembro de 1922, por bula do papa Pio XI, em território desmembrado da diocese de Niterói. Em 1924 a Santa Sé nomeou Henrique Cesar Fernandes Mourão como administrador da nova diocese, sendo depois elevado ao episcopado; foi o primeiro bispo de Campos, - era salesiano -, sagrado no dia 18 de outubro de 1925. A vinda das Irmãs Salesianas para Campos foi resultado da sua insistência e colaboração.

¹²A chácara pertencia à família Ribeiro de Castro. O terreno foi dividido, mais tarde, em duas partes atendendo planos da Prefeitura Municipal de reorganização da cidade e prolongamento da Rua Benta Pereira. Numa das partes foi construído o Instituto Profissional Laura Vicunha (Crônica de 16/8/1949).

Embora mantendo um discurso conservador, ao atuar na esfera educacional a instituição católica tornou-se uma instituição modernizadora, facilitando a inserção da juventude na sociedade urbana e na cultura científica. Em termos de comportamento, porém, as salesianas procuravam conservar quanto possível os valores tradicionais. E para isso procuraram marcar fronteiras, criar seu próprio curso normal e numa tessitura salesiana, formar a professora com um ethos cristão.

QUADRO 1– Fases/Periodização da Escola de Professoras anexa ao Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora

Fases/Período	Anos	Acontecimentos
1ª	1937 – 1940	Luta para a criação do Curso Normal.
2ª	1940 – 1944	Equiparação, início do curso para as alunas internas
3ª	1945-1961	Entrada das alunas externas, promulgação do Decreto-Lei 8.530 de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal) e da promulgação da LDB nº 4024 de 1961

Fonte: Organizado por LOPES, 2012.

Esta escola formou, durante o período em estudo, 16 turmas, um total de 393 normalistas, conforme o Livro de matrículas, o Livro de Registro de Diplomas e as listas de concluintes confeccionadas pelas secretárias da escola na época. Segundo o livro de matrículas esta escola foi frequentada por moças de Campos, Macaé, São Fidelis, Cambuci, Nova Iguaçu, São João da Barra, Rio de Janeiro, Cantagalo, Niterói, Santo Antonio de Pádua, Bom Jesus de Itabapoana, Miracema, Quissaman, Natividade, Conceição de Macabú, Dores de Macabú, Santa Bárbara, Itaperuna, Bom Jardim, Casemiro de Abreu, Miracema, São Gonçalo, Silva Jardim, Cardoso Moreira, Lajes do Muriaé, Santa Maria Madalena, Alegre/ES, Muqui/ES, Mimoso do Sul/ES, São Pedro do Calçado/ES, João Pessoa/ES, Vitória/ES, Juiz de Fora/MG, Manhuaçu/MG, Leopoldina/MG, Bom Sucesso/MG.

As duas primeiras turmas (1943, 1945) foram formadas pelo Decreto n. 714 de 10/3/1939 e as turmas de 1946 a 1961 sob o Decreto-Lei nº 8.530/46.

A necessidade de uma escola primária anexa à Escola Normal, neste período, pode ser justificada pela estrutura de ensino proposta pelo Decreto-Lei nº 8530/46 que também previa a criação de institutos de educação¹³, onde além dos cursos de formação, existiam o jardim de infância e o curso primário.

¹³ Nos institutos de educação eram ministrados cursos de especialização, destinados a preparação de professores para a educação pré-primária, ensino primário, complementar e ensino supletivo, desenho, artes e música, além

O método seguido na aplicação do projeto das salesianas era o “materno”, isto é escolhendo o caminho do coração e não da dureza e do rigor, acostumando pouco a pouco as alunas a fazer o bem com espontaneidade e sinceridade. Sobre um documento “*Collezione di Elementi di Metodica ed altre Norme per la maestra*”, - colecionado e escrito, em 1907, por P.P. Scaglione, tendo por fundamento as orientações da madre Clélia Genghini, secretária da madre Vigária Enriqueta Sorbone, encontrado no Arquivo da Inspetoria S. Catarina de Sena/SP -, Silva (2001, p. 72), fala que “a intenção do documento é normatizar as posturas das diferentes casas da Inspetoria do Brasil, buscando uniformizar as práticas dos diferentes colégios, tendo em vista a fidelidade aos princípios da casa matriz na Itália”.

Luta para a criação do Curso Normal: 1937 – 1940

Quem ensina deve interrogar, interrogar muito, interrogar muitíssimo. No ensino, eu gostaria que as explicações fossem fiéis ao texto, explicando bem os seus termos. Explicações muito altas é o mesmo que dar golpe no ar (MB XI, 218). No ensino, abaixar-se até à capacidade dos alunos, não ficar em dissertações sublimes e longas (MB XI, 291).

A década de 1930 é conhecida como o marco referencial da modernidade na história do Brasil, modernidade esta entendida como o processo de industrialização e urbanização, foi um período marcado por intensa dinâmica sociopolítica que deu origem a episódios importantes da história do Brasil, como a Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932 e a instauração do Estado Novo em 1937¹⁴ que foi resultado de um golpe de Estado que instaurou um regime ditatorial, comandado por Vargas, sob a justificativa de manter a ordem institucional, supostamente ameaçada pelos regionalismos, pelas divergências entre os grupos dominantes (setores agrários e burguesia industrial) e pelas manifestações das forças de oposição, especialmente o Partido Comunista. Em suma, a Era Vargas caracterizou-se pela transição do modelo econômico agroexportador para o de produção industrial. Andreotti (2010, p. 106) comenta que neste cenário de intenso desenvolvimento das forças produtivas, a educação escolar foi considerada não apenas como propulsora do progresso e instrumento de construção nacional, em conformidade com as aspirações republicanas, mas também como meio eficaz de promoção e ascensão social.

de diretores, orientadores e outros especialistas para escolas primárias (BENTO, 2009, p. 83, nota de rodapé nº 38).

¹⁴ Sobre a Era Vargas, verificar entre outros estudos: Edgard Carone (1977), O Estado Novo (1937-1945), Boris Fausto (1997) A Revolução de 30: Historiografia e História; entre outros.

O estado novo que instaurou a ditadura nos anos de 1930, em relação ao professorado estabeleceu uma política de ambiguidades, pois mantinha a categoria num esquema de contenção salarial enquanto procurava dignificar a imagem profissional. As mulheres, que já eram maioria no magistério, detinham, do ponto de vista social, uma imagem assexuada, ao incorporar a maternidade e o papel de guardião da moral da família e da pátria. Para as professoras primárias da primeira metade do século XX, o magistério foi o ponto de partida, foi o possível no momento histórico em que viveram. Significou o trânsito do invisível para a visibilidade e a realização de algo que não fosse o único e prestigiado serviço doméstico, como reduto privilegiado da feminilidade. O exercício do magistério representava um prolongamento das funções maternas, e instruir e educar crianças era considerado não somente aceitável para as mulheres, como era também a profissão ideal em vista destas possuírem moral ilibada, sendo pacientes, bondosas e indulgentes para lidar com os alunos. a escola normal iria, paulatinamente, suprir uma necessidade e um desejo femininos (ALMEIDA, 2006, p. 81-82).

Em meados dos anos 1940 a população brasileira vivia, em sua maior parte, na zona rural. No entanto, a urbanização e a crescente industrialização do país, trouxeram para o cenário político a presença do proletariado urbano. Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o Brasil passa a viver a Segunda fase do Período Republicano ou a Segunda República.

O Decreto-Lei nº 713 de 05 de janeiro de 1935 transforma as escolas normais em Institutos de Educação. Para a instalação do Curso Normal no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora houve uma verdadeira “batalha”. A diretora Benedita Braga relatou os motivos: 1º) “Curso de maiores possibilidades de formação moral e religiosa. 2º) Necessidade de elevar o nível moral e principalmente religioso da sociedade campista e circunvizinhanças”.

Vemos claramente a busca de uma *tessitura católica* na formação destas professoras.

Braga comenta no Relatório de 31 de dezembro de 1946 que a maior dificuldade inicial para a instalação do curso normal foi o Capítulo V, Art. 63 do Regulamento “Das Escolas Equiparadas”, o Governo poderá equiparar à Escola de professores dos Institutos de Educação o estabelecimento de ensino secundário que, funcionando regularmente durante cinco anos, *onde não exista estabelecimento daquela natureza, pública ou particular*, se proponha adotar no seu plano de estudos, curso destinado à preparação técnica de professores primários. Na cidade de Campos já havia a Escola Normal oficial.

Logo após a Inspeção preliminar de 15 de março de 1934 e o início do Ginásio, a direção e irmãs do Colégio começaram a tramitação para conseguir a inspeção permanente e a implantação da Escola Normal.

Em visita de caráter particular que fiz, hoje, a este estabelecimento de ensino secundário, posso atestar, em função do cargo que exerço que o “Colégio Nossa Senhora Auxiliadora” *prima pela organização perfeita que possui, pela ordem, disciplina e pelo sentido moral em que é orientado o seu ensino* (LIVRO DE VISITAS, BORTOLUZZI, Flávio Sousa - Inspetor Federal do “Liceu de Humanidades de Campos” Campos, 27 de maio 1937) [grifo nosso].

A Inspeção Permanente, Criação e Reconhecimento do Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora sai publicada no Diário Oficial de 18/10/1938, é o Decreto Presidencial nº 3184/38.

Após estas pressões, em 1940, o Colégio tem seu Curso Normal equiparado à Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, mas somente para alunas internas conforme o Decreto Lei nº 145/40 da Secretaria de Educação e Saúde, publicado no Diário Oficial de 13/09/1940.

A Crônica da casa também registra: “No dia a ela consagrado, a nossa cara Mãe Celeste nos traz como presente da sua festa a bela e desejada noticia: A Equiparação do Curso Normal. *Deo Gratias!* Seja tudo para a maior glória de Deus” (Crônica, 12/9/1940).

Equiparação, início do curso para as alunas internas: 1940-1944

É profundamente humano e de uma riqueza afetiva incalculável colhermos a realidade do “Auxiliadora” em sua fecundidade e significado social. Ele compreende um fenômeno muito mais amplo que sua história individual sintetiza e encarna um sonho e um ideal que nos foram transmitidos por Dom Bosco e Maria Mazzarello. (...) Desejo historiar com vocês as origens do “Auxiliadora”, captando-as no fluxo do seu acontecer, desde os inícios até o instante mais próximo. (CHALOUB, 2005 – informação verbal in CARVALHO, 2009, p. 75-76).

Assim que o Curso Normal foi equiparado, *só para alunas internas*, logo em seguida reinicia a luta para mudar este Art. 2 do Decreto-Lei nº 145, de 12 de Setembro de 1940.

Enviam ao interventor Ernani do Amaral Peixoto um “Memorial”:

“A 12 de Setembro de 1940, o Governo Fluminense, atendendo as solicitações de *todas as classes sociais campistas*, resolveu conceder ao Colégio autorização para manter uma Escola de Professores, anexa ao seu Curso Fundamental. O Decreto de nº 145, entretanto limitou a autorização unicamente para um curso de alunas internas no estabelecimento. Os abaixo assinados pedem vênha para apresentar a V. Excia. as seguintes considerações:

- a. A obrigatoriedade do Internato vem encarecer sobretudo a terminação do Curso, já de si mesmo muito dispendioso,
- b. A nova Escola de Professoras *em nada poderá prejudicar as matrículas da Escola congênere*, anexa ao Instituto de Educação, pois aquela outra se destina a completar o Curso de suas próprias alunas;
- c. *A restrição* imposta pelo decreto de nº 145 *veio atingir somente as alunas de menores recursos econômicos*, impossibilitadas que se acham de concluírem seu Curso no mesmo ambiente e sob a mesma direção do início dos estudos;
- d. As assinaturas do presente memorial representam eloquentemente o grande interesse geral, despertado em todo o Município, em que o Governo Fluminense, minuciosamente a par das realidades educacionais do Estado, venha completar os benefícios do Decreto de nº 145 de 12/9/40. [grifo nosso].

Assinam o Memorial, escrito por Esmeraldo Delorme Baptista em 21 de Novembro de 1940, as autoridades da cidade:

- Arcebispo - Dom Octaviano Pereira de Albuquerque, Bispo Diocesano de Campos;
- Prefeito - Dr. Mario Pinheiro Motta;
- Delegado Regional – Dr. Hernani de Carvalho;
- Juiz de Direito da 1ª Vara Civil – Dr. Luiz da Silveira Paiva;
- Juiz de Direito da 2ª Vara Civil – Dr. Caetano Thomaz Pinheiro;
- Juiz Criminal em exercício – Dr. Antonio Eugênio Fritschs;
- Escola de Direito Clóvis Bevilacqua (pela) – Dr. Gastão de Almeida Graça;
- Sindicato Agrícola de Campos (pelo) – Dr. Antonio Peçanha Junior;
- Diretor Presidente do Sindicato de Açúcar e Alcool de Campos – Julião Jorge Nogueira;
- Procurador Geral – Dr. Isimbardo Peixoto;
- Promotor de Justiça – Dr. Ruy Alves Tinoco.

Pedidos de ampliação do Decreto continuaram sendo tramitados entre a escola e o interventor: Ofício da Ir. Ondina de Souza Santos dia 11/2/1942 e de Ir. Benedita Braga em 26 de Outubro de 1943.

A 24 de outubro de 1944 a Escola recebeu a visita do Dr. Aldo Muyliaert, era ex-aluno do Instituto de Educação de Campos, mostrou que não aprovava o funcionamento da escola, disse que Campos não comportava duas Escolas de Professores, tanto que no Instituto a matrícula ainda não estava completa. Entretanto deixou o seguinte Termo de Visitas:

Visitei nesta data, o Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora. Percorri todas as suas dependências; apreciei as grandes obras que se estão fazendo. Troquei ideias, principalmente sobre o ensino normal, com a sua ilustre diretora e distintas auxiliares. De tudo colhi a melhor impressão, tendo-se acrescido a confiança que sempre depus neste excelente educandário assim como a fé na missão do professor. (LIVRO DE VISITAS - MUYLLAERT, Aldo. Chefe de Divisão de Ensino Industrial, Secundário e Normal, 24 de Outubro de 1944).

A escola vai a luta, envia telegrama seguido de 41 assinaturas das alunas em 8 de dezembro de 1944. O Telegrama foi acompanhado de um pedido político do Sr. Romualdo Monteiro de Barros, pai de uma das alunas que desejava fazer o curso normal, como realmente fez (concluiu em 1946). Aí sai o despacho do interventor:

Processo em que Romualdo Monteiro de Barros e outros pedem ampliação dos dispositivos do Decreto-Lei nº 145, de 12 de Setembro de 1940 – “Deferido – O elevado número de matrículas no estabelecimento oficial de ensino, em Campos, aconselha a concessão da medida solicitada. Tomam-se as providências para alteração na legislação em vigor” (DIÁRIO OFICIAL RJ, de 12 de janeiro de 1945).

E a crônica da Casa traz esta passagem referente a este despacho

Acontecimento maravilhoso! Chega a tão agradável notícia do Decreto do Senhor Interventor concedendo o regime de externato para nossa escola normal. A alegre notícia chegou exatamente no dia em que se cumpriam dois anos da morte de Ir. Leontina Duarte¹⁵, uma das Irmãs que mais se tinha empenhado para conseguir esta graça. Com um “*Deo gratias*” de reconhecimento, bendizemos a Deus, suplicando-lhe a ajuda necessária para fazer maior bem à juventude. (Crônica, 12/01/1945).

Com a chegada das salesianas a Campos, muitas famílias preferiram deixar as filhas aos seus cuidados para serem educadas e, em pouco tempo houve aumento significativo de alunas.

A sua ação educativa está alicerçada no Sistema Preventivo¹⁶ que é uma experiência educativa desenvolvida por Dom Bosco¹⁷ no século XIX (1815 a 1888), prolongada no tempo e espaço, através das comunidades dos educadores salesianos, ou seja, é um conjunto de práticas e princípios educativos deixados por Dom Bosco, baseado na Razão: o educando se educa quando se dá conta dos motivos da ação educativa. De acordo com as possibilidades de cada um, todos nós nos educamos através da participação, espírito crítico e diálogo.

Religião: O evangelho fundamenta e dá sentido às práticas, experiências de fraternidade vividas pelas pessoas, pelo grupo e comunidade educativa. *Amorevolezza*¹⁸: A presença salesiana se identifica pela atitude de acolhida, bondade e fraternidade, que cria um clima de família. A "afeição demonstrada" é a essência e tudo.

¹⁵ Nasceu: Areia/SP em 16/9/1883. Morreu em SP, 12/1/1943. 1º profissão: 20/1/1908. Profissão Perpétua: 20/12/1913 em Araras. Diploma: Trabalhou em Niterói, Guaratinguetá, RJ. Ponte Nova. Notável preparação intelectual- era comunicativa, alegre entusiasmada. Trabalhou na obra dos Tabernáculos e com as Damas de Maria Auxiliadora (SECCO, 1995, p. 124-125).

¹⁶ Existem vários trabalhos teóricos sobre o Sistema Preventivo, lembramos alguns realizados no Brasil: Mario CASASSANTA, em 1934, escreveu um ensaio intitulado *Dom Bosco o Educador, um mestre velho da Escola Nova*, fez um paralelo de Dom Bosco com Rousseau. João MODESTI, 1975, em *Uma pedagogia perene*; Franz Victor RUDIO propõe o Sistema Preventivo de Dom Bosco como o mais adequado para a busca de uma Educação para a fraternidade. Ítalo ROCCO, 1977, *O amor pedagógico pesquisado de Platão a Dom Bosco: uma constante sem solução de continuidade na obra educativa*. A dissertação de Tarcísio SCARAMUSSA (1984) reconhece a necessidade de se fazer um estudo do Sistema Preventivo na realidade latino-americana. A dissertação de Delarim Martins GOMES, defendida na PUC/SP, *Homem: objetivação de uma sujeição* (1991), conclui que o Sistema Preventivo é um sistema de “docilização” e “adestramento”, e *Apóstolos do Progresso* (1998) do Adilson José FRANCISCO, defendida no IE/UFMT, ambas com enfoque foucaultianas.

¹⁷ Alguns escritos de D. Bosco sobre o Sistema Preventivo: BOSCO, Giovanni, *Scritti sui sistema preventivo nell'educazione della gioventu*, a cura di P. BRAIDO (Brescia, La Scuola 1965). O Sistema Preventivo na Educação da Juventude. Turim, 1877. In: A pedagogia de Dom Bosco em seus escritos, São Paulo: Editora Salesiana, 2005. Carta de Roma de 1894.

¹⁸ Amor demonstrado, carinho, amizade, bondade.

Vivendo numa época em que a Igreja se mantinha numa postura fortemente autoritária e com rígidas restrições ao espírito de liberdade, Dom Bosco assumiu uma postura bastante inovadora em termos de educação cristã: queria educar a juventude para a responsabilidade pessoal. Numa simplificação bastante ampla, D. Bosco costumava reduzir os diversos sistemas educativos a dois gêneros principais: o repressivo e o preventivo. No sistema preventivo o primado da pessoa é um critério educativo da mais alta importância na prática educativa salesiana. Justamente porque acredita no agir pedagógico personalizado, o/a educador/a salesiano/a leva em conta os interesses, as diferenças individuais e faz acontecer uma prática educativa marcada pelo respeito, pela gradualidade.

A pedagogia do diálogo e da preventividade faz compreender a razão de ser das coisas, das normas, dos princípios norteadores de qualquer ação, é condição "*sine qua non*" para que as pessoas se motivem, para que sejam escolhidas as mediações mais viáveis e adequadas ao processo educativo, para que os objetivos sejam atingidos. Já a pedagogia da presença e da convivência para João Bosco e Mazzarello, faz ver que nada pode acontecer, no âmbito do processo educativo, sem a convivência. É daí que vem a força inspiradora para as salesianas que têm procurado criar um clima educativo pautado em relações interpessoais significativas.

Eis o coração do sistema: nada de sólido se poderá construir, declara-o D. Bosco, enquanto o coração do jovem se não entrega à confiança. Tudo o mais prepara ou predispõe a isto, que é o essencial: cativar o coração da criança. E de que maneira? Fazendo-se amar. E de que maneira ainda? Suprimindo todo o castigo corporal e humilhante, punindo preferivelmente com a suspensão exterior da afeição, eliminando as distâncias que, em outros sistemas, separam o mestre do discípulo, associando os salesianos aos jogos, às penas e preocupações dos alunos, promovendo uma familiaridade sã, fazendo enfim, como dizia D. Bosco, que os meninos sejam amados, não só, mas percebam que são amados, destruindo as barreiras tradicionais cuja presença origina, não o respeito, como se tem julgado, mas a desconfiança, e, sem a confiança é impossível a educação (BOLETIM SALESIANO, ano XXXII, nº 6, 1935, p. 162).

Quanto à pedagogia do ambiente, ou seja, a ambiência, a conjugação entre a via da racionalidade e a via da 'amorevolezza', da amizade, da presença respeitosa, atenciosa e solidária provoca a criação de uma série de intervenções e mediações estimuladoras. A Comunidade Educativa, bem entrosada e unificada pelos mesmos ideais educativos, é a grande presença pedagógica salesiana.

A pedagogia da ação, da participação e do associacionismo, valoriza o protagonismo juvenil, a alegria articulada com o dever, com visão otimista e responsável da vida e de si mesmo e a pedagogia do extraclasse, do lazer, do lúdico.

Para D. Bosco a recreação é a fotografia do colégio. (...) O recreio é a válvula de escape do tônus nervoso, das frustrações acumuladas nas horas de maior rigor e seriedade. Por isso

recomenda que se deixem os meninos pular, gritar, saltar a vontade. É no recreio que se desenvolve e pode ser orientado o espírito social do menino. É aí que se manifestam suas iniciativas, suas habilidades (REVISTA SALESIANA, 1960, ano X nº 1-2, p.14).

Naturalmente o ambiente familiar no qual cresceram tanto Dom Bosco quanto Maria Mazzarello (camponeses do norte da Itália) foi decisivo para que ambos desenvolvessem uma concepção ascético educativa sobre o trabalho. Além disto, é bom recordar que os fundadores da Família Salesiana viveram em tempo da Revolução Industrial na Itália e compreenderam a necessidade de profissionalizar os jovens como resposta aos tempos. A inserção social, o exercício da cidadania, a sobrevivência, a realização da pessoa e também a atuação política exigem uma determinada qualificação profissional. Pelo que revela a tradição salesiana, os educadores intuíram esta exigência, mesmo que não tenham tratado, explicitamente, da questão da cidadania e de suas implicações para o processo educativo.

No pensamento do Pe. Filippo Rinaldi¹⁹, é necessário a conservação do espírito de Dom Bosco e o adequar-se aos tempos. A salesiana devia saber se adaptar, no desenvolvimento da própria ação, às necessidades dos tempos, aos costumes dos lugares: *deve ser progressivamente sempre nova e moderna*, mesmo conservando a sua particular fisionomia de educadora da juventude através do sistema preventivo baseado na doçura e bondade.

Podemos perceber que o Sistema Preventivo é método e espiritualidade que fundamenta a ação de educadores salesianos: - Saúde: refere-se à dimensão corporal-afetiva; - Sabedoria: está na dimensão sociocultural: a compreensão da vida, o situar-se no tempo e no espaço, capacitar-se para a autonomia, e saber viver. - Santidade: diz respeito à dimensão religiosa. O sentido da vida, o compromisso, o projeto de vida.

Com base nestes núcleos, Dom Bosco resumia o empenho do jovem pela vida no seguinte programa: - Alegria: curtir a vida em tudo o que oferece de bom e de belo. O espaço simbólico de vivência da alegria é o pátio, que representa o lúdico, a festa (lazer, esporte, ginástica, excursão, teatro, música e canto, toda criatividade). - Estudo e trabalho: Estudo e trabalho indicam a atitude de empenho e compromisso diante da vida: capacitar-se profissionalmente para a auto-sustentação e inserir-se ativamente na sociedade através do trabalho; exercer o apostolado; descobrir “a verdadeira riqueza da vida” e a própria vocação (visão de futuro). O espaço simbólico deste empenho é a “oficina” (seja ela de profissão ou de arte, de atividade agrícola, escolar, ou de grupo...). - Piedade: acolher a vida como dom de

¹⁹ 3º sucessor de D. Bosco na direção da Congregação dos Salesianos, 1922-1931.

Deus. A piedade expressa a dimensão religiosa da vida, o sentido mais profundo e unificador da pessoa. O espaço simbólico da piedade é a capela (espaço da experiência de Deus, que inclui as celebrações, a vivência sacramental, as orações, as práticas religiosas, devocionais, catequéticas, vivência comunitária e apostólica, que motiva toda uma vida de alegria e empenho).

CONCLUSÃO

A preocupação, no presente estudo, de desvelar nos documentos oficiais os indícios que levaram à criação de uma escola de formação de professores, no ano de 1940 em Campos, assim como conhecer as tendências pedagógicas que se encontravam presentes nos discursos da mantenedora e da igreja diocesana, tiveram por meio dos documentos, do arquivo escolar e dos arquivos inspetoriais as principais fontes de análise desse período.

A escola normal, foi um espaço difusor do ser mulher, da educação feminina. As alunas recebiam a formação moral e religiosa conforme os padrões utilizados nos demais colégios das religiosas. No setor da instrução, eram seguidas as normas estabelecidas pelo Ministério da Educação.

As alunas da Escola Normal “Nossa Senhora Auxiliadora” recebiam a formação moral e religiosa conforme os padrões utilizados normais da época nos demais colégios das religiosas. No setor da instrução, eram seguidas as normas estabelecidas pelo Ministério da Educação.

A identidade social não é “transmitida” por uma geração à seguinte, ela é construída por cada geração, com base em categorias e posições herdadas da geração precedente, mas também através das estratégias identitárias desenroladas nas instituições que os indivíduos atravessam e para cuja transformação real eles contribuem ((DUBAR, 1997, p. 118).

Uma dimensão central da pesquisa será identificar e entender essas distintas estratégias de construção da identidade docente da escola normal confessional de Campos. O curso normal do colégio Auxiliadora passa, então, a ser interpretado não apenas segundo seus condicionantes externos – as relações dessa modalidade de ensino com as políticas educacionais, por exemplo - mas, fundamentalmente, segundo as maneiras pelas quais seus docentes e discentes se relacionam no interior desse espaço social. Assim, as identidades, fruto dos processos de socialização, são “o resultado simultaneamente estável e provisório,

individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições” (DUBAR, 1997, p. 115).

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. S. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval, SOARES, Jane de Almeida, SOUZA, Rosa Fátima de e VALDEMARIN, Vera Teresa (orgs.). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006
- ANDREOTTI, Azilde Aline. A Administração Escolar na era Vargas -1930-1945, p. 106. In: ANDREOTTI, Azilde Aline.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L. W. (Orgs.). *História da Administração Escolar no Brasil do Diretor ao Gestor*. Campinas: Alínea, 2010.
- AZZI, Riolando. *As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil: cem anos de história*. Lorena, São Paulo, Centro Cultural Tereza D'Ávila, CCTA, 2002, v.2 – A consolidação do Instituto: 1917 - 1942.
- BENTO, Maria Cristina Marcelino. *A escola Normal das irmãs salesianas de Lorena, S. Paulo, história e memória, 1964-1974*, Lorena: Instituto Santa Tereza, 2009, 200p.
- BOLETIM SALESIANO, ano XXXII, nº 6, Nov/dez 1935, p. 163
- BOSCO, Giovanni, *Scritti sui sistema preventivo nell'educazione della gioventù*, a cura di P. BRAIDO (Brescia, La Scuola 1965).
- CARTA do Bispo ao interventor do Estado em 1940
- CARVALHO, Luzia Alves de. *Identidade Institucional Coletiva em tempos líquidos: possibilidade ou ilusão?* Rio de Janeiro, Usina das Letras, 2009b
- CHALOUB, Suraya Benjamim. (2005) – Informação verbal – discurso proferido pela diretora geral do CENSA, na festa de comemoração dos 80 anos da Instituição, em 02/03/2005
- CRÔNICA (Casa das Irmãs, 12/9/1940)
- _____. (Casa das Irmãs 12/01/1945)
- _____. (Casa das Irmãs 16/8/1949)
- DECRETO-LEI nº 713 de 05 de janeiro de 1935
- DECRETO-LEI nº 145, de 12 de Setembro de 1940, Diário Oficial de 13/09/1940.
- DECRETO-LEI nº 8.530/46, Lei Orgânica do ensino normal
- DESPACHOS do Interventor Federal deferindo o processo em favor da escola - Diário de 12 de janeiro de 1945
- DIARIO OFICIAL do Estado do Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1945.
- DUBET, François. *Le déclin de l'institution*, Ed. Seuil, Paris, 2002.
- DUBAR, Claude. *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto:

- Porto Editora, 1997.
- ELENCO GENERALE, Roma: Instituto Figlie di Maria Ausiliatrice, v.2, 2011.
- ESTATUTOS do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Campos (1937)
- ESTATUTOS do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Campos (1953)
- ESTATUTOS do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Campos (1958)
- GENGHINI, Clélia. *Collezione di Elementi di Metodica ed altre Norme per le Maestre*. 1907, manuscrito.
- LEMOYENE, Giovanni Batista. AMADEI, Ângelo. CERIA, Eugênio. *Memorie Biografiche di (Don, Del Beato) San Giovanni Bosco*, Torino, Tipografia della Società Editrice Internazionale, 1932.
- LIVRO DE VISITAS, Flávio Sousa Bortoluzzi - Inspetor Federal do “Liceu de Humanidades de Campos” Campos, 27 de maio 1937
- LIVRO DE VISITAS, Aldo Muylleert. Chefe de Divisão de Ensino Industrial, Secundário e Normal, 24 de Outubro de 1944
- MAGALHÃES, Justino. (1999). *Breve apontamento para a História das Instituições Educativas*. IN: SANFELICE, José Luis, SAVIANI, Dermeval e LOMBARDI, José Claudinei. *História da Educação; perspectivas para um intercâmbio internacional*. Campinas: Autores Associados. p. 67-72.
- MEMORIAL de 1940 ao Interventor Federal enviado por: Bispo e autoridades de Campos.
- NÓVOA, Antonio, (1991). Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria e Educação*, nº 4, p. 109-139.
- NÓVOA, Antonio (coord.). *As organizações escolares em análise*. Lisboa. Publicações D. Quixote, 1992.
- OFICIO dia 11/2/1942, SANTOS, Ir. Ondina de Souza.
- OFICIO dia 16/10/1943 BRAGA, Ir. Benedita.
- REGULAMENTOS e ESTATUTOS do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Certidão) 1935
- REVISTA SALESIANA, ano X, nº 1-2, jan./fev. 1960.
- SECCO Michelina, *Facciamo Memoria cennibiografici dele fma defunte nel 1943* - p. 124-125 -Stampato in próprio, Roma, FMA 1995
- SILVA, Maria A. Félix do Amaral. *A educação das mulheres no Vale do Paraíba através da ação das irmãs salesianas*. O Colégio do Carmo de Guaratinguetá: 1892 - 1910. Dissertação de mestrado. São Paulo: Puc, 2000.
- STANO, Rita de Cássia M.T. *Identidade do professor no envelhecimento*, S. Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 87).

AS POSSIBILIDADES DE UM INSTRUMENTO: O ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA E SUA UTILIZAÇÃO EM BELO HORIZONTE

Lívia Fortini Veloso

Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, na área de concentração em
Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído - Escola de Arquitetura - Universidade
Federal de Minas Gerais
lifortini@yahoo.com.br

Leonardo Barci Castriota

Sub-coordenador do Curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio
Sustentável (MACPS) - Escola de Arquitetura - Universidade Federal de Minas Gerais
leocastriota@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho discute o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), instrumento de gestão urbana previsto pelo Estatuto da Cidade, que possibilita a análise dos impactos causados por empreendimentos a serem inseridos no meio urbano, com a finalidade de apontar a viabilidade da implantação, bem como as medidas mitigadoras, compensatórias e potencializadoras. Buscou-se ilustrar o instrumento através de sua aplicação em Belo Horizonte e do controverso processo de licenciamento urbanístico de dois hotéis a serem implantados na Área de Diretrizes Especiais da Pampulha. O estudo de caso permitiu verificar que mesmo legislações com caráter restritivo, como as relativas às Áreas de Diretrizes Especiais, podem ser modificadas para se tornar mais permissivas e as boas intenções de um EIV anuladas perante a força dos interesses econômicos.

Palavras-chave: Estudo de Impacto de Vizinhança; Desenvolvimento sustentável; Gestão democrática dos espaços.

ABSTRACT

This paper discusses the Neighborhood Impact Study (NIS), an urban management tool provided by the City Statute, which enables the evaluation of the impacts caused by the enterprises to be inserted into the urban environment, in order to point out the implementation feasibility, as well as the mitigation, compensatory and the potentiating measures. The study aimed to illustrate the mechanism of Neighborhood Impact Study through its application in Belo Horizonte and the controversial urban licensing process for two hotels to be implanted in the Pampulha' Special Guidelines Area. The case study showed that even restrictive laws, such as those related to the Special Guidelines Areas, can be modified to become more permissive and the Neighborhood Impact Study good intentions canceled before the strength of the economic interests.

Keywords: Neighborhood Impact Study; Sustainable development; Democratic management of spaces.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos de impacto ambiental – com a devida análise dos aspectos relativos ao patrimônio cultural – são de fundamental importância para se verificar a viabilidade de determinado empreendimento, bem como para se estabelecer medidas mitigadoras, compensatórias e potencializadoras, de forma a compatibilizar o exercício das atividades econômicas com a preservação do patrimônio ambiental e cultural, alcançando-se o desejável desenvolvimento sustentável.

O conceito de urbanismo sustentável envolve ideias relacionadas ao desenvolvimento urbano, ao direito à habitação, à cidadania, ao uso e ocupação do solo, ao convívio social, à qualidade de vida, à segurança, ao desenvolvimento socioeconômico, entre tantos outros aspectos que reunidos formam e transformam a dinâmica das cidades.

Diante da inevitável expansão das cidades, muitas vezes de forma não planejada, assiste-se à degradação do meio urbano e da qualidade de vida dos habitantes, evidenciando, pois, a necessidade urgente de acionar os mecanismos urbanos presentes em nossas leis em prol da integridade do espaço.

Embora o atual contexto mundial tenha trazido evoluções na forma de pensar o meio ambiente, o patrimônio construído segue sem atingir a devida importância, tanto pelas pessoas, que ainda não possuem uma consciência ou sensibilização acerca do assunto,

quanto pelos administradores públicos. Os instrumentos de política urbana, como o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), ainda vêm sendo implantados nas nossas cidades de forma tímida.

A pouca visibilidade do EIV e sua regulamentação em pequeno número de cidades explica a escassa produção bibliográfica sobre o tema, tendo literatura predominantemente jurídica. Todavia, tem sido adotado como objeto de monografias e artigos, ficando clara sua importância crescente e contemporânea.

O Estudo de Impacto de Vizinhança visa não só proteger a ordem urbanística de agentes potencialmente causadores de degradação, como também promover a gestão democrática do espaço, assegurando, assim, um meio urbano equilibrado e o desenvolvimento sustentável das cidades, em prol da qualidade de vida da população e da salvaguarda do patrimônio construído.

2 METODOLOGIA

Inicialmente foi feita uma discussão da regulamentação do EIV, instituído pelo Estatuto da Cidade. Traçou-se um panorama histórico que nos trouxe até o instrumento “Estudo de Impacto de Vizinhança” como nos é apresentado hoje. Elaborou-se o estudo da evolução da legislação urbano-ambiental da cidade de Belo Horizonte até a instituição do Estudo de Impacto de Vizinhança, passando pela Lei Orgânica, pelo Plano Diretor e pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo. A aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança foi ilustrada por meio do estudo de caso dos hotéis *Bristol Stadium e Go Inn*, que se encontram em processo de licenciamento urbanístico em Belo Horizonte até o presente momento e que pretendem se instalar na região da Pampulha. Para tanto, foram utilizadas informações pesquisadas em livros e artigos sobre o assunto, bem como por meio de legislação pertinente.

3 ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

O termo “Estudo de Impacto de Vizinhança” é mencionado pela primeira vez em textos legais, após a promulgação da Constituição de 1988, ao serem colocadas as exigências para a formulação das leis orgânicas municipais e elaboração de novos planos diretores. Assim, pode-se dizer que o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), originado no

contexto do Projeto de Lei de Desenvolvimento Urbano, foi um mecanismo criado para sanar as necessidades sociais contemporâneas.

O Estatuto da Cidade, composto por uma série de diretrizes legais voltadas ao uso e ocupação do solo urbano, recebeu na forma do Estudo de Impacto de Vizinhança “um tratamento inovador – espelhado na avaliação de impacto ambiental e que amplia o conceito privado de direito de vizinhança”, conforme explica Rogério Rocco (2009, p. 35). Como escreve Sánchez (2008), o termo “impacto de vizinhança” designa os efeitos locais em áreas urbanas, trazidos pelas alterações no espaço, sejam elas sobre o sistema viário, a infraestrutura ou o microclima. O EIV é um instrumento capaz de fazer a mediação entre os interesses privados dos empreendedores e o direito da comunidade por um ambiente urbano saudável. Em outras palavras:

[...] o objetivo do Estudo de Impacto de Vizinhança é democratizar o sistema de tomada de decisões sobre os grandes empreendimentos a serem realizados na cidade, dando voz a bairros e comunidades que estejam expostos aos impactos dos grandes empreendimentos. [...] (CYMBALISTA, 2001).

A realização do estudo é obrigatória para a concessão de licença urbanística para a instalação de determinado empreendimento ou atividade em uma área específica, tendo, portanto, grande potencial como mecanismo “de controle social para a segurança da sustentabilidade local.” (ROCCO, 2009, p. 35).

Segundo Tomanik (2008), com a aplicação do EIV, o empreendimento é sujeito a uma série de condicionantes para a concessão de intervenções no meio, que podem tanto solucionar conflitos existentes quanto adequar o espaço para o recebimento da estrutura da nova atividade. Ao se avaliar a pertinência da implantação da atividade, estabelece-se assim uma relação entre a cidade e o empreendimento.

3.1 Implementação do EIV em Belo Horizonte

O licenciamento ambiental em Belo Horizonte só foi de fato incorporado à administração da cidade com a instituição da Lei Municipal nº 7.277/97, embora há muito já existissem leis federal, estadual e municipal que dispunham sobre o tema, como a lei que sancionou a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81). Entende-se, assim, que o licenciamento ambiental na capital mineira foi colocado em

exercício devido à pressão da população, através de reclamações, denúncias e protestos em relação aos abusos praticados contra os interesses coletivos no espaço urbano.

O processo de formação do campo legislativo urbano-ambiental em Belo Horizonte foi longo. O Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, ambos instituídos em 1996 e atualizados em 2010, foram decisivos na consolidação do conceito de meio ambiente urbano, abordando simultaneamente aspectos ambientais e aspectos urbanos.

Em 2001, o Estatuto da Cidade introduziu uma série de instrumentos no cenário urbano ao regulamentar o capítulo de Política Urbana da Constituição Federal de 1988, entre eles o Estudo de Impacto de Vizinhança, finalmente instituído em Belo Horizonte em 30 de setembro de 2011 pelo Decreto nº 14.594.

O Decreto nº 14.594/11 regulamenta o processo de licenciamento integrado dos empreendimentos de impacto e de licenciamento urbanístico e define, também, a comissão de interface para orientar e acompanhar o processo de licenciamento dos empreendimentos de impacto. O referido decreto surge pela necessidade de se buscar aprimoramento nos processos de gestão interna e de prestação de serviços públicos, assim como pela necessidade de agilizar o processo de licenciamento dos empreendimentos e atividades causadores de impacto (BELO HORIZONTE, 2011, p. 1).

O Decreto nº 14.594/11 é baseado na Lei nº 7.615/96 (Plano Diretor de Belo Horizonte), alterada pela Lei nº 9.959/10, mais precisamente nos artigos 65-A a 65-E, que tratam das Operações Urbanas, e nos artigos 74-P a 74-S, referentes ao Estudo de Impacto de Vizinhança.

O artigo 74-P institui o Estudo de Impacto de Vizinhança para os casos em que o empreendimento implique repercussões preponderantemente urbanísticas. Segundo o parágrafo primeiro desse mesmo artigo, o EIV deve considerar a interferência que o empreendimento causará na qualidade de vida da população residente na área e na vizinhança. Aponta que o EIV deve incorporar ao seu conteúdo, no mínimo, as questões assinaladas pelo Estatuto da Cidade, ou seja, o adensamento populacional, os equipamentos urbanos e comunitários, o uso e a ocupação do solo, a valorização imobiliária, a geração de tráfego e a demanda por transporte público, a ventilação e a iluminação, a paisagem urbana e o patrimônio natural e cultural. O artigo define, ainda, que o poder municipal ficará responsável por estabelecer quais serão os empreendimentos ou atividades sujeitos ao EIV, e o Executivo por regulamentar seu

licenciamento e os procedimentos para a aplicação do instrumento (BELO HORIZONTE, 2010, p. 13 e 14).

4 ESTUDO DE CASO: O EIV APLICADO AO LICENCIAMENTO DOS HOTÉIS *BRISTOL STADIUM* E *GO INN*, NA PAMPULHA

“E a Pampulha despontou para mim, mal saído da escola, como uma oportunidade inesperada, e nela me debrucei entusiasmado, consciente que um mundo de formas novas se abriria para a arquitetura.”

Oscar Niemeyer

Se há uma paisagem marcante dentro do cenário de Belo Horizonte, esta, com toda certeza, é a Pampulha, internacionalmente conhecida pelo seu complexo arquitetônico. De acordo com Flávio Carsalade (2005), nenhum outro ícone da cidade tem a força referencial quanto os criados pela Pampulha.

O Projeto Pampulha origina-se nos anos de 1930, baseado nos preceitos da ciência do urbanismo, em que se observa a preocupação com o zoneamento funcional, a expansão urbana, o abastecimento de água, os polos de lazer etc. Estas questões estiveram fortemente presentes nos estudos da Comissão Técnica Consultiva da Cidade e nas administrações de José Oswaldo de Araújo e Otacílio Negrão de Lima. Na década de 1940, o governo de Juscelino Kubitscheck retoma o Projeto Pampulha. O então prefeito visualiza a lagoa como o local de turismo, lazer e habitação que faltava à capital moderna (CARSALADE, 2006, p. 273).

O convite para que Oscar Niemeyer projetasse alguns dos principais edifícios do complexo da Pampulha surgiu depois de um fracassado concurso para o desenho dos prédios públicos, incapaz de representar a imagem futurista almejada por Kubitscheck. O arquiteto e o prefeito, juntamente com outros artistas renomados – o pintor Candido

Portinari, o paisagista Burle Marx e o escultor Alfredo Ceschiatti – carregaram as obras da Pampulha de valores arquitetônicos e históricos. A Pampulha tornou-se um ponto simbólico em Belo Horizonte, presente no cotidiano da cidade como local de lazer, cultura e esporte, composta pelo Museu de Arte, a Casa do Baile, a Igreja de São Francisco de Assis, o Jardim Zoológico, o Iate Clube, o Pampulha Iate Clube e os estádios esportivos, Mineirão e Mineirinho.

Em 1º de dezembro de 1947, a Igreja da Pampulha, bem como suas obras de arte, são inscritas no Livro do Tombo das Belas-Artes do IPHAN. Em 15 de dezembro de 1997, todo o complexo arquitetônico da Pampulha é registrado simultaneamente no Livro das Belas Artes, Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Além do tombamento federal e estadual, o complexo recebe tombamento integral pelo município em 14 de outubro de 2003.

Entretanto, para proteger um bem, não basta decretá-lo como tombado e inscrevê-lo em um dos livros do tomo; especialmente em se tratando de um conjunto urbano como o da Pampulha, tão influenciado por agentes externos de diversas naturezas e tão a mercê de interesses difusos. Pensando nessas questões, faz sentido haver uma legislação específica que proteja regiões únicas dentro da cidade, como é o caso da Pampulha em Belo Horizonte.

4.1 A Área de Diretrizes Especiais e a Lei da Copa

A exigência para o estabelecimento de áreas especiais dentro da cidade vem com a Lei nº 7.165/96, a qual institui o Plano Diretor de Belo Horizonte. No capítulo IV, dedicado aos mecanismos de intervenção urbana, o artigo 75 prevê a criação de diretrizes distintas para áreas com características específicas dentro da cidade, em que seja necessária a adoção de parâmetros urbanísticos e fiscais, bem como políticas de intervenção, diferenciados. Nas chamadas Áreas de Diretrizes Especiais, os parâmetros fixados devem se sobrepor aos do zoneamento e, sobre eles, prevalecer.

Em 14 de Janeiro de 2005, sancionou-se a Lei municipal nº 9.037, que instituiu o Plano de Ação – Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha (PROPAM) e regulamentou as ADEs da Bacia da Pampulha, da Pampulha e do Trevo, de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Plano Diretor, ambos de 1996.

A Lei nº 9.037/05 foi regulamentada pelo Decreto nº 12.015/05. Com ela, criou-se a necessidade de elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança para o licenciamento de certas atividades e empreendimentos na região da Pampulha.

No Capítulo III da Lei nº 9.037/05, relativo à ADE da Pampulha, o artigo 21 explica que a ADE em questão visa à proteção e à valorização do patrimônio arquitetônico, cultural e paisagístico, além de estimular o potencial turístico da região. Por estas razões, estabelece parâmetros para a adequada ocupação e uso do solo da área (BELO HORIZONTE, 2005, p. 5).

Apesar das restrições impostas pela ADE da Bacia da Pampulha, da Pampulha e do Trevo, recentemente dois casos se esquivam da referida legislação: dois hotéis que ferem os parâmetros apresentados na Lei nº 9.037/05 estão em vias de implantação na região da Pampulha.

A implantação dos hotéis na Pampulha se tornou possível através da aprovação de duas leis municipais em 2010: a Lei nº 9.959, que revisou a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte, e a Lei nº 9.952, a chamada “Lei da Copa”, que instituiu a operação urbana de estímulo ao desenvolvimento da infraestrutura de saúde, de turismo e de negócios, visando suprir as demandas do mundial de futebol que acontecerá em 2014. As duas normas tiveram vigência até julho de 2011 e permitiram mudanças nos parâmetros em pontos distintos da cidade, como, por exemplo, nas ADEs. Flexibilizou-se a ocupação imobiliária, permitindo o aumento do Coeficiente de Aproveitamento (CA) dos terrenos.

A Lei da Copa foi regulamentada pelo Decreto nº 14.066 de 11 de agosto de 2010 e tem como objetivos oferecer as condições necessárias para que a capital mineira cumpra com os compromissos assumidos com a FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado) como uma das cidades-sede escolhidas para o Mundial. Além disso, visa aprimorar a Rede Municipal de Saúde, o turismo local e de negócios e a geração de emprego e renda. Para isso, previu-se o incentivo à implantação de empreendimentos culturais (cinemas, teatros, auditórios, bibliotecas, museus e centros de convenções ou feiras e suas atividades de apoio), hospitalares e hoteleiros (hotéis e apart-hotéis, nos termos do Anexo X da Lei nº 7.166/96) para atendimento da demanda imposta pela Copa do Mundo.

Segundo o artigo 3º da Lei da Copa:

Art. 3º - A Operação Urbana de que trata esta Lei abrange todo o território do Município, respeitadas as normas de localização dos usos e do funcionamento das atividades previstas na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano, a legislação urbanística correlata, assim como as normas relativas a parâmetros específicos de Áreas de Diretrizes Especiais - ADEs - e à proteção do patrimônio histórico e cultural, com exceção daqueles relativos ao Coeficiente de Aproveitamento (BELO HORIZONTE. Lei nº 9.952, de 5 de julho de 2010. Seção III – Das áreas envolvidas na Operação Urbana).

Conforme se nota com o artigo supracitado, a Operação Urbana é válida para todo o território da cidade, inclusive para as ADEs, em que se devem respeitar os parâmetros estabelecidos por legislação específica, com exceção daqueles que tratem do Coeficiente de Aproveitamento do terreno. Assim, entendemos que mesmo nas Áreas de Diretrizes Especiais, como a Pampulha, é possível construir utilizando maior Coeficiente de Aproveitamento do que aquele estabelecido pela Lei nº 9.037/05, lei que regulamenta as ADEs da Bacia da Pampulha, da Pampulha e do Trevo, e pela LPOUSBH.

O parágrafo 1º deste mesmo artigo coloca que os parâmetros instituídos pela Operação Urbana sobrepõem-se aos previstos na legislação urbanística municipal – com exceção daqueles previstos para as Zonas de Preservação Ambiental (ZPAMs). Fica claro, assim, que a nova lei ganha supremacia sobre qualquer outro parâmetro urbanístico da legislação municipal.

O artigo 4º trata da implantação de novos hotéis ou apart-hotéis e ampliação dos já existentes. Para se beneficiarem dos parâmetros estabelecidos pela Lei da Copa, os empreendimentos deveriam apresentar protocolo de projeto para aprovação até a data de 30 de abril de 2011, cronograma de execução de obra com finalização até 28 de fevereiro de 2014, dar garantia de início de funcionamento até 30 de março de 2014 e de manutenção da atividade hoteleira por no mínimo dez anos e submeterem-se ao processo de licenciamento urbanístico especial, mediante aprovação de EIV, ou processo de licenciamento ambiental, sem necessidade de obtenção de licença prévia, conforme dispuser a legislação pertinente. A dispensa da licença prévia representa uma forma de agilizar a instalação de hotéis na cidade, através desse chamado processo de licenciamento especial.

Tais empreendimentos, conforme disposto no artigo 6º, podem se utilizar de Coeficiente de Aproveitamento máximo de 5,0. Desta maneira, a nova lei permite que qualquer edificação, não só do ramo hoteleiro, mas também cultural ou hospitalar, tenha o dobro

de área construída do maior prédio do bairro Belvedere, por exemplo. Essa permissão fica aberta a todas as áreas da cidade, incluindo bairros saturados, como o Buritis, Ouro Preto e Castelo.

Art. 6º - Para os empreendimentos que atenderem aos requisitos previstos no art. 4º desta Lei, fica estabelecida a outorga de potencial construtivo adicional, limitado ao Coeficiente de Aproveitamento - CA - máximo de 5,0 (cinco), observadas as demais condições desta Operação Urbana (BELO HORIZONTE. Lei nº 9.952, de 5 de julho de 2010. Seção IV – Do estímulo à atividade hoteleira).

De olho nas vantagens oferecidas pela Lei da Copa, os empreendedores do setor hoteleiro se apressaram na elaboração dos projetos para aprovação em tempo hábil. A quantidade de pedidos de licenciamento aumentou em 60% entre os meses de junho e dezembro de 2011, enquanto o número de hotéis já licenciados e prontos para iniciar as obras subiu 64,7%, resultando em investimentos de R\$2,758 bilhões¹.

4.2 Aplicação de Estudo de Impacto de Vizinhança

O Estudo de Caso envolve o polêmico processo de licenciamento urbanístico dos empreendimentos *Bristol Stadium Hotel* e o *Hotel Go Inn* a serem implantados na Avenida Alfredo Camarate, no bairro São Luiz, a menos de 1 km do Estádio Mineirão e a 1,5 km da Lagoa da Pampulha. Ambos os hotéis com 13 andares e 40 metros de altura serão inseridos dentro da ADE da Pampulha e têm previsão de conclusão de suas obras para março de 2014.

A Lei nº 9.959/10 define, como vimos, que o Estudo de Impacto de Vizinhança seja empregado em casos que impliquem repercussões preponderantemente urbanísticas e que envolvam interferências na qualidade de vida da população e em suas vizinhanças – como nas condições dos hotéis –, considerando, entre outras questões apresentadas pelo Estatuto da Cidade, o uso e a ocupação do solo, a geração de tráfego, os equipamentos urbanos e comunitários, a paisagem urbana e o patrimônio natural e cultural (BELO HORIZONTE, 2010, p. 13).

Além disso, os empreendimentos hoteleiros tratados nesta análise se beneficiaram dos parâmetros urbanísticos estabelecidos pela Lei da Copa (Lei nº 9.952/10). Entre as

¹ Os dados são do jornal *Hoje em Dia*, datado de 19 de janeiro de 2012.

imposições para serem favorecidos por esta legislação estava a obrigatoriedade de se submeterem ao processo de licenciamento urbanístico especial, por meio da aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança.

O artigo 30 da Lei nº 9.037/05 também estabelece, de acordo com os parâmetros adotados pelos hotéis, que o Estudo de Impacto de Vizinhança seja elaborado pelos empreendedores para aprovação pelo Conselho Municipal de Políticas Urbanas (COMPUR) e pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município (CDPCM).

Ambos os hotéis adotaram em seus projetos parâmetros urbanísticos especiais, possíveis de serem utilizados em decorrência da criação da Lei da Copa. Entre os parâmetros usados pelos empreendimentos estão a taxa de ocupação superior a 50%, a altura total da edificação superior a nove metros, o coeficiente de aproveitamento superior a 1,0 e, ainda, para o *Bristol Stadium Hotel*, a altura máxima na divisa de cinco metros.

Segundo o artigo 30 da Lei nº 9.037/05, que trata da ADE da Pampulha, nos terrenos lindeiros às avenidas Atlântida/Heráclito Mourão de Miranda, Antônio Francisco Lisboa, Clóvis Salgado e Braúnas, para a instalação de hotel, admite-se taxa de ocupação superior a 50% com taxa de permeabilidade mínima de 30% e, nas vias coletoras, altura máxima na divisa de cinco metros. Conforme colocado anteriormente, o uso destes parâmetros requer a apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança.

Esta mesma lei impede que sejam implantadas na ADE da Pampulha edificações com altura superior a nove metros. Todavia, a Lei da Copa, em seu artigo 6º, abriu a possibilidade de os empreendimentos destinados à Copa do Mundo de 2014 usufruírem de Coeficiente de Aproveitamento do terreno de até 5,0, como um estímulo à atividade hoteleira.

4.2.1 O processo de licenciamento

O processo de licenciamento dos empreendimentos se iniciou em julho de 2011. Teve o respaldo da Lei da Copa, criada em 5 de julho de 2010 e válida justamente até julho de 2011. A apresentação da regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança foi realizada no dia 22 de julho desse mesmo ano, no plenário do Conselho Municipal de Política Urbana por Gina Beatriz Rende, Secretária Municipal Adjunta de Planejamento Urbano e Vice-Presidente do COMPUR. Cabe chamar a atenção, entretanto, que a legislação pertinente à regulamentação do processo de licenciamento integrado dos

empreendimentos de impacto e de licenciamento urbanístico em Belo Horizonte só foi sancionada em 30 de setembro de 2011, pelo Decreto nº 14.594.

No dia 22 de julho de 2011, além da apresentação da regulamentação do EIV no plenário do COMPUR, houve a exposição da caracterização de ambos os empreendimentos, com vistas a início do Estudo de Impacto de Vizinhança.

De acordo com o Decreto nº 14.594/2011, o processo de licenciamento urbanístico se inicia quando o empreendedor obtém a Orientação para o Licenciamento de Empreendimento de Impacto (OLEI) elaborada pela Gerência de Orientação e Licenciamento Integrado (GELC), contendo o roteiro de elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança. Para sua obtenção, o empreendedor deve entregar o protocolo de Caracterização de Empreendimento para Estudo de Impacto de Vizinhança (CEEIV), no qual constam os dados cadastrais do empreendimento e dos responsáveis legais e técnico, o motivo da exigência de licenciamento urbanístico, a caracterização do empreendimento, as orientações gerais para elaboração da documentação e os documentos a serem entregues.

Tendo sido finalizada a etapa de caracterização do empreendimento, a Gerência de Orientação e Licenciamento Integrado entrega ao empreendedor a Orientação para o Licenciamento de Empreendimento de Impacto, a chamada OLEI, que consiste em um documento que orienta a elaboração dos estudos e projetos necessários para a formalização do processo administrativo de licenciamento de empreendimentos de impacto. O empreendedor recebe, ainda, o roteiro geral de elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança, que, além de conter os campos para preenchimento de dados cadastrais do empreendimento e dos responsáveis legal e técnico, também engloba os campos de caracterização do terreno, da concepção arquitetônica do empreendimento, da caracterização da vizinhança potencialmente impactada e dos impactos do empreendimento no terreno e na vizinhança.

Com o Estudo de Impacto de Vizinhança concluído, o material é encaminhado à Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano e aos demais órgãos participantes da Comissão de Interface para verificação. Estando toda a documentação correta, a Gerência Executiva do Conselho Municipal de Política Urbana elabora o Relatório de Avaliação do Estudo de Impacto de Vizinhança, também chamado de REIV, composto pelos dados retirados do próprio EIV e das análises da secretaria supracitada e demais órgãos.

O *Bristol Stadium Hotel* e *Hotel Go Inn* tiveram seus estudos e projetos analisados pelos seguintes órgãos municipais: Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana (SMARU), Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), Fundação Municipal de Cultura (FMC).

De acordo com o Decreto nº 14.594/11, que regulamenta o processo de licenciamento urbanístico em Belo Horizonte, o conteúdo do REIV envolve as diretrizes utilizadas no projeto, implantação e funcionamento do empreendimento, as medidas mitigadoras e compensatórias, os prazos para o cumprimento de todas as etapas, entre outros (BELO HORIZONTE, 2011, p. 7).

As diretrizes contidas no REIV são publicadas no Diário Oficial do Município (DOM) pela Gerência Executiva do Conselho Municipal de Política Urbana e estão abertas à contestação por qualquer pessoa.

Os REIVs de ambos os hotéis resultaram em parecer favorável à instalação, com a condição de que os empreendimentos atendessem às diretrizes e prazos especificados nesses relatórios. Os REIVs dos hotéis foram encaminhados para deliberação no plenário do COMPUR em 12 de janeiro de 2012.

A 169ª Reunião Ordinária do COMPUR, tendo como pauta o Relatório de Impacto de Vizinhança dos empreendimentos *Bristol Stadium Hotel* e *Hotel Go Inn*, foi marcada para o dia 26 de janeiro de 2012.

Conforme dispõe o artigo 35 do Decreto nº 14.594/11, o processo de aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança finaliza com a publicação do Parecer de Licenciamento Urbanístico, baseado no REIV e na deliberação feita no plenário do COMPUR. Entretanto, a tramitação dos empreendimentos objetos desse estudo de caso não foi concluída na reunião de 26 de janeiro de 2012, em decorrência de um pedido de vistas efetuado por Cláudia Pires, conselheira e membro do Instituto de Arquitetos do Brasil, no departamento de Minas Gerais (IAB-MG).

4.2.2 O parecer do Instituto de Arquitetos do Brasil

O parecer do IAB-MG foi baseado nas análises dos Estudos de Impacto de Vizinhança elaborados pelos empreendedores, do Relatório do Estudo de Impacto de Vizinhança e

da avaliação ao recurso ao Relatório do Estudo de Impacto de Vizinhança, esses dois últimos elaborados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Em seu parecer, o IAB elabora algumas considerações a respeito da análise documental, a partir das quais julga arriscada a aprovação dos REIVs da maneira como foram apresentados. Começando pela anuência de defesa do patrimônio cultural, o IAB recorda a existência de legislações específicas que tratam de diretrizes especiais para o licenciamento de empreendimentos em áreas como a Pampulha, onde se encontram bens tombados pelas três instâncias.

De acordo com o artigo 28 do Decreto nº 14.594/11, para licenciamento de empreendimentos nas condições dos hotéis, ou seja, com intenção de implantação em uma ADE e em proximidade de edificações tombadas, se mostra necessário o consentimento de órgãos específicos que emitam um parecer conclusivo para a avaliação do EIV.

Segundo declaração do COMPUR, a liberação para a construção dos empreendimentos foi possível através de pareceres favoráveis do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) e do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município (CDPCM).

No documento elaborado pelo IAB, o órgão comenta que o parecer do IPHAN considerou os empreendimentos como passíveis de aprovação, mas que não faz observações acerca das diretrizes de tombamento federal que protegem o perímetro dos bens tombados e a paisagem de entorno (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 2012).

Já em relação ao IEPHA, do qual o IAB teve acesso a dois pareceres, o Instituto avalia o primeiro deles como inconclusivo quanto à aprovação dos empreendimentos; o parecer reforça, porém, a importância da manutenção da altimetria adotada no perímetro de tombamento e da aprovação do EIV pelo COMPUR. Todavia, em um segundo parecer, de julho de 2011, o IEPHA aprovou a altura final de 33 metros, sendo 11 pavimentos e três subsolos, o que, segundo o IAB-MG, fere os princípios altimétricos estabelecidos pelo perímetro de tombamento determinado pelo IEPHA em 1984. Uma nota técnica do IEPHA, de setembro de 2011, flexibiliza a altimetria para 42 metros, alegando pouca interferência no conjunto tombado da Pampulha, mas deixando um alerta para os impactos negativos que tal altimetria poderia vir a causar no entorno (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 2012).

Para o IAB, o IEPHA permite que a competência de aprovação recaia sobre a esfera municipal e não se manifesta sobre a alteração na altimetria definida pelo Decreto nº 23.646/84, relativo ao tombamento estadual do conjunto da Pampulha. O órgão afirma que o IEPHA tenha se utilizado das modificações na legislação que flexibiliza a inserção de novos usos na ADE para embasar seu parecer.

Quanto ao parecer favorável do CDPCM, o IAB aponta que não fica claro qual é o perímetro de tombamento municipal que prevalece na Pampulha. O Instituto de Arquitetos do Brasil observa, ainda, que os pareceres do IEPHA e do CDPCM foram redigidos pelo mesmo arquiteto, fato esse que impediu uma avaliação do caso por outros profissionais com opiniões diversas (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 2012).

O IAB-MG questiona em seu parecer quais serão as consequências que essas flexibilizações nas leis trarão para o perímetro de tombamento em um futuro próximo, possibilitando que novas leis sejam criadas ou modificadas para atender a interesses pontuais. O órgão coloca, ainda, pontos muito pertinentes. Indaga se o tombamento da paisagem seria um parâmetro menos importante em avaliações dessa natureza e se as diretrizes de tombamento nas esferas estadual e federal não deveriam se sobrepor às diretrizes municipais (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 2012).

O IAB-MG, em seu parecer, avalia que a aprovação do licenciamento dos empreendimentos contrariam as condicionantes estabelecidas pela Lei nº 7.165/96 – a qual institui o Plano Diretor de Belo Horizonte –, tendo em vista que se flexibilizaram os princípios urbanísticos em alguns lotes específicos do quarteirão 66 no bairro São Luiz, parte da ADE da Pampulha. Para o IAB, as modificações nos parâmetros urbanísticos e no conceito de Área de Diretrizes Especiais trazidos pela chamada Lei da Copa deveriam ter sido acompanhadas de uma revisão do perímetro da ADE da Pampulha e de estudos pormenorizados que ponderassem os impactos derivados dessas alterações.

O IAB-MG, bem como a comunidade da Pampulha, teme que essa flexibilização enfraqueça ainda mais a proteção que a ADE exerce na região, tendo em vista a forte pressão imobiliária sobre a área.

Em seu parecer, o IAB-MG chama atenção para a pouca participação da sociedade no processo de licenciamento dos hotéis. Embora as audiências públicas não sejam obrigatórias, é desejável, segundo a própria Lei nº 9.959/2010 – que altera a leis nº

7.165/96 e 7.166/96 –, que haja o envolvimento da comunidade, sobretudo aquela diretamente afetada, durante o processo de licenciamento de um empreendimento.

Em sua análise, o IAB indica não só a pequena participação da comunidade, como também do Fórum da Área de Diretrizes Especiais da Pampulha quanto ao cumprimento de análise dos projetos e anuência. Segundo o regimento do FADE e o artigo 10 do Decreto nº 12.015/05 – o qual regulamenta a Lei nº 9037/05 –, o referido Fórum da Área de Diretrizes Especiais da Pampulha tem o papel de subsidiar o COMPUR, o CDPCM e/ou o COMAM nos pedidos de licenciamento de atividades na ADE da Pampulha.

Como definem as leis, o FADE deve analisar os empreendimentos antes que estes sejam submetidos ao COMPUR. O FADE alega não ter sido consultado durante o processo de licenciamento. Em seu parecer, o IAB sugere que o FADE seja ouvido para a aprovação dos REIVs.

O IAB recorda, ainda, que compete ao profissional de arquitetura e urbanismo a responsabilidade técnica sobre a elaboração de Estudos de Impacto de Vizinhança, os quais contemplam análises urbanas, de acordo com regulamentações pertinentes ao recente Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e ao antigo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), do qual a Arquitetura não mais constitui parte integrante (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 2012). Ambos os hotéis tiveram EIV elaborados por engenheiros civis.

O IAB-MG expressa como um dos motivos para o pedido de vistas a insuficiência de informações apresentadas nos Relatórios de Impacto de Vizinhança para o licenciamento dos hotéis. De acordo com o órgão, as diretrizes apresentadas nos REIVs não representam medidas mitigadoras e compensatórias capazes de abarcar todos os impactos negativos provenientes da instalação da atividade hoteleira na região (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 2012).

4.2.3 A votação e as suspeitas de fraude

No dia 1º de março, o IAB-MG apresentou seu parecer no plenário do COMPUR para votação. Na opinião da vice-presidente, Gina Rende, em contraposição aos argumentos do IAB-MG, houve uma discordância na condução do processo, e não uma inconsistência no mesmo. Lembrou que não houve limitação aos empreendimentos por parte dos órgãos do patrimônio e foram analisadas as devidas questões com relação aos

impactos de vizinhança (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, 2012).

O parecer do IAB-MG foi colocado em votação e recebeu oito votos contrários, dois votos favoráveis e uma abstenção. Em seguida, passou-se à votação dos REIVs, o qual recebeu nove votos favoráveis e dois contrários. O momento de votação foi marcado por discussões e polêmica. Enquanto os empreendedores argumentavam sobre os pontos positivos que os hotéis trariam para a economia e a valorização da Pampulha, os moradores vaiavam em desaprovação.

Com a decisão, as obras que estavam embargadas pela Prefeitura desde outubro de 2011, em decorrência de terem sido iniciadas sem nem mesmo obterem a aprovação, foram autorizadas a continuar, contados 15 dias a partir da data da votação.

No dia 8 de março de 2012, o vereador Iran Barbosa denuncia ao *Jornal O Tempo* que os membros do COMPUR teriam recebido R\$1,3 milhão em propina para aprovar o parecer técnico que embasou o licenciamento dos empreendimentos. As denúncias, segundo o próprio vereador, se fundaram em relatos de um funcionário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento a respeito da forma e da data em que o dinheiro da propina foi entregue. De acordo com a denúncia feita ao jornal, o suborno compreendeu repasses entre R\$25 mil e R\$200 mil, além de três unidades nos hotéis, avaliadas em R\$500 mil.

Em 9 de março de 2012, Iran Barbosa apresentou nova denúncia; desta vez, relativa às suspeitas de que houve fraude na votação do projeto de lei nº 1.395/2010, que prevê alterações no Plano Diretor, na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, no Código de Edificações e no Código de Posturas, o que facilitaria a permissão da construção de hotéis na Pampulha.

Na mesma semana das denúncias, o Ministério Público começou a investigar ambas as acusações feitas pelo vereador. A apuração do MPMG compreende coleta de mais provas e depoimento de outras pessoas envolvidas no caso. "A apuração deverá ocorrer em sigilo. O caso envolve fortes interesses políticos e financeiros.", declarou o promotor Eduardo Nepomuceno, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Belo Horizonte (JORNAL O TEMPO, 2012a).

No dia 13 de março de 2012, promotores de Justiça das áreas de Habitação e Urbanismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural pediram a suspensão da licença que autorizava a construção dos hotéis através de uma Ação Civil Pública. O Ministério Público pediu, ainda, que a Justiça impedisse o início dos projetos, sob pena de multa de

R\$100 mil e pagamento de indenização ambiental pelos danos causados ao meio ambiente (JORNAL O TEMPO, 2012b). Todavia, em 21 de março de 2012, a Justiça indeferiu o pedido do Ministério Público por decisão do juiz Alyrio Ramos, da 3ª Vara de Fazenda Pública Municipal, alegando ausência de provas técnicas que evidenciassem que a flexibilização da ADE da Pampulha tenha favorecido o caso específico dos dois hotéis. Diante de tal veredito, cerca de 20 associações de bairro de quatro regiões da cidade se organizaram para montar uma campanha contra a verticalização da Pampulha, resultando em passeatas, distribuição de material impresso, abaixo-assinados e mobilização virtual.

O assunto polêmico divide opiniões. De um lado, uma parcela da população deseja de manter a paisagem cultural da Pampulha preservada – entre ela, arquitetos, urbanistas, moradores e políticos. De outro, aqueles que defendem a flexibilização das leis que, a seu ver, traria nova valorização à região. De acordo com o segundo grupo mencionado, a construção dos dois hotéis na Pampulha não representaria uma ameaça ao patrimônio e não pode ser chamada de verticalização.

As investigações do Ministério Público relativas às fraudes continuam, sem previsão de quando o promotor responsável, Eduardo Nepomuceno, emitirá seu parecer. Enquanto isso, as partes debatem o caso e as obras seguem pelo que parece ser ainda um longo caminho.

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

Entende-se que o Estudo de Impacto de Vizinhança é, até o momento, um instrumento muito recente na política urbana de Belo Horizonte, assim como também o é no restante do país. Tendo sido regulamentado em setembro de 2011 pelo Decreto nº 14.594, a capital mineira ainda deverá se adaptar ao estudo de vizinhança e aprimorá-lo através das experiências de implantação, que apenas começaram a surgir. Não só órgãos e conselhos responsáveis por repassar as orientações aos que buscam o licenciamento e por proceder às análises dos trabalhos, como também os empreendedores percorrerão esse processo de adequação ao conceito de estudo de impacto de vizinhança e à sua metodologia.

De acordo com Lollo e Röhm (2005), mesmo com os pressupostos adequados, a forma de conduzir as análises de impacto de vizinhança é fundamental para a obtenção de

resultados fidedignos. Somente através de uma análise de qualidade se pode alcançar a confiabilidade da definição de medidas mitigadoras e compensatórias. Um Estudo de Impacto de Vizinhança que não consiga traçar diagnósticos dos impactos adequadamente pode causar danos para o ambiente, para a comunidade do entorno, para a população em geral e também para o poder público.

A Pampulha é marcada por uma história de luta contra a pressão imobiliária em verticalizar a região. Amada não só pelos moradores, mas também pela grande maioria dos belorizontinos, que a consideram o principal cartão postal da cidade, por guardar joias da arquitetura moderna brasileira e oportunidades de lazer. As preocupações relativas à Pampulha recaem não apenas sobre o patrimônio cultural, como ainda sobre sua fragilidade de infraestrutura e sobre suas especificidades ambientais e urbanas. Por esses motivos a região foi definida como uma Área de Diretrizes Especiais e ganhou parâmetros urbanísticos diferenciados de outras parcelas da cidade.

Entretanto, a violação aos códigos do urbanismo parece ser uma realidade nas cidades brasileiras, pois, em julho de 2010, leis foram alteradas especialmente para permitir a implantação de empreendimentos e atividades que viessem a atender às demandas da Copa do Mundo de 2014. As leis contrariam a Lei nº 9.037/05 – que regulamenta a ADE da Pampulha e estabelece que nenhuma outra legislação possa modificar os parâmetros definidos para as ADEs, a não ser que seja para ampliar as limitações já definidas.

Os Estudos de Impacto de Vizinhança dos hotéis, apesar de não apontarem riscos ao conjunto arquitetônico tombado da Pampulha e de receberem o aval dos órgãos ligados ao patrimônio histórico e artístico, podem, de forma contrária, tornar mais vulneráveis os bens tombados se avaliarmos, por exemplo, a sobrecarga no trânsito do entorno e no uso dos equipamentos coletivos. Devemos considerar, ainda, que com a flexibilização dos parâmetros urbanísticos permitida pela criação de leis específicas para a Copa do Mundo de 2014, há a abertura de um perigoso precedente para a verticalização.

O Estudo de Impacto de Vizinhança é um dos instrumentos que auxiliam a realização dos objetivos constitucionais e possibilitam ao Poder Público uma gestão responsável. Entrementes, diante das irregularidades e das ilegalidades que acompanharam o processo de licenciamento dos hotéis e a votação das próprias leis que possibilitaram a implantação destes, cabe-nos refletir se haveriam forças capazes de lutar contra a ambição e os interesses econômicos.

6 REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. Decreto n. 14.594 de 30 de setembro de 2011. Regulamenta o processo de licenciamento integrado de empreendimento de impacto, bem como o processo de licenciamento urbanístico, no Município de Belo Horizonte e institui a Comissão de Interface para Orientação e Acompanhamento do Processo de Licenciamento de Empreendimentos de Impacto. Disponível em: <<http://cmbhweb.cmbh.mg.gov.br>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

BELO HORIZONTE. Lei n. 9.952 de 5 de julho de 2010. Institui a Operação Urbana de Estímulo ao Desenvolvimento da Infraestrutura de Saúde, de Turismo Cultural e de Negócios, visando atender às demandas da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 no Município. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom>>. Acesso em: 22 mar. 2012

CARSALADE, Flávio de L. Pampulha como ícone de Belo Horizonte. In: CASTRO, Mariângela; FINGUERUT, Silvia. *Igreja da Pampulha: restauro e reflexões*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2005.

CARSALADE, Flávio de L. *Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora Lastro, 2006, 316p.

CYMBALISTA, Renato. Estudo de Impacto de Vizinhança. *Instituto Pólis*, São Paulo, p. 1-4, jul. 2001.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Ata da Reunião Ordinária do dia 01/03/2012. Belo Horizonte, ano XVIII, 4044 ed., 2012. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom>>. Acesso em: 28 mai. 2012.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. *Parecer referente ao Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, ao Relatório de Impacto de Vizinhança – REIV e à avaliação ao recurso ao Relatório do Estudo de Impacto de Vizinhança referentes aos empreendimentos Hotel Go Inn e Hotel Bristol*. Belo Horizonte: IAB-MG, 2012. 8p. Relatório.

LOLLO, José; RÖHM, Sérgio. Aspectos negligenciados em Estudos de Impacto de Vizinhança. *Revista Estudos Geográficos*, Rio Claro, v. 3, n. 2, p. 31-45, Dez. 2005.

MORAES, Tatiana. Construtoras correm para aprovar hotéis. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 19 jan. 2012. Disponível em: <http://www.masb.com.br/noticia/saladeimprensa/86-Construtoras_correm_para_aprovar_hoteis_.html>. Acesso em: 10 mai. 2012.

SALES, Gabriela. Morador exige explicações. *Jornal O Tempo*, Belo Horizonte, 3 mar. 2012a. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/noticias/ultimas/?IdNoticia=197321,OTE&IdCanal=>>>. Acesso em: 9 mai. 2012.

SALES, Gabriela. PBH aprova hotéis e dá início à verticalização da Pampulha. *Jornal O Tempo*, Belo Horizonte, 2 mar. 2012b. Disponível em: <

<http://www.otempo.com.br/noticias/ultimas/?IdNoticia=197208,OTE&IdCanal=>>.
Acesso em: 7 mai. 2012.

SÁNCHEZ, Luiz Enrique. *Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 496p.

TOMANIK, Raquel. *Estudo de Impacto de Vizinhança e licenciamento urbanístico-ambiental: desafios e inovações*. 2008. 116f. (Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

CIBERPOÉTICA: PATRIMÔNIO VIRTUAL?

*Elisangela Viana*¹

Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

*Taiza Mara Rauen Moraes*²

Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

Resumo: Este artigo apresenta o recorte de uma pesquisa intitulada ‘Paragens Literárias no Ciberespaço’ intitulada ‘Paragens Literárias no Ciberespaço’, apresentada ao Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. A pesquisa dirigida para compreensão da imbricagem de linguagens visuais, verbais e hipermediais foi sustentada pelo conceito de Lévy (1999) que considera o ciberespaço como o “sistema do caos”. Valor reafirmado pela visão de Canclini (2005) sobre patrimônio cultural na pós-modernidade, discutindo-o como um conjunto de valores que emaranham materialidade e intangibilidade e tangenciam a identificação para um determinado grupo de pessoas. Assim sendo, o ciberespaço encena em seus conteúdos as disputas sociais que percebemos no ‘mundo real’, e os espaços virtuais são abordados como locais e globais, simulando e impregnando a tessitura social. A abordagem analítica efetuada no blog de Eduardo Silveira, “O bibliófilo pobre”, focou as diferentes linguagens utilizadas nas suas composições que requerem a mediação tecnológica tanto para a criação, quanto para a fruição, demonstrando que o ciberespaço é um ambiente de ser e estar do indivíduo contemporâneo.

Palavras-chave: Patrimônio Virtual. Ciberespaço. Entrelaces de linguagens

Abstract: This paper presents a part of a research entitled ‘Literarian Stoppage in the Cyber Space’ presented to the Master Degree Course named ‘Cultural Heritage and Society’ at University of Joinville Region – UNIVILLE. The research is directed to the understanding of

¹ Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville

² Doutora em Teoria Literária pela Universidade Federal de Santa Catarina

visual, verbal and hypermedia language imbricating, sustained by Levy's (1999) thoughts who consider the Cyber Space as the 'Chaos System'. This value is reaffirmed by Canclini's (2005) vision about cultural heritage in post-modernity, discussing it as values that entangle materiality and intangibility and represent the identification for a certain group of people. Therefore, the cyber space mounts in its contents the social disputes that we can notice in the 'real world' and the virtual environments are approached as local and global, simulating and imbuing the social tessiture. The analytical approach performed in Eduardo Silveira's blog entitled 'O Bibliófilo Pobre' ('The Poor Bibliophile) focus the different languages used in its compositions that required technological mediation in the creation and in the fruition, showing the cyber space as an being environment for post-modern individuals.

Apresentação

O interesse por uma pesquisa que aborda termos como patrimônio virtual, cibercultura e ciberpoética surgiu do contato com manifestações poéticas realizadas no ou para ciberespaço como a composição de Eduardo Silveira, poeta joinvillense que cria textos em que imbricações hipermídias ampliam ou implicam o campo semântico impactando no efeito e recepção da leitura, postados no blog 'O bibliófilo pobre' no endereço <<http://obibliofilopobre.blogspot.com/>>.

O blog, para escritores como Eduardo, constitui-se como uma possibilidade acessível para a publicação de seus trabalhos, pois, estando no ciberespaço, essas manifestações podem ser acessadas e lidas por qualquer pessoa em qualquer lugar do globo, adquirindo uma condição tanto local quanto global. Por outro lado, tais manifestações também lidam com a instabilidade do sistema que depende de computadores, servidores e da rede mundial de computadores chamada Internet.

Marques (2003, p. 174) aborda a Internet como "gigantesca e caótica", como um lugar que não tem uma hierarquia, nem um dono, um espaço que deveria ser democrático, mas que acaba refletindo ou simulando as estruturas sociais que vivemos. Isso coloca em pauta a revolução que o mundo da rede mundial de computadores está causando: pessoas e instituições online compartilhando dados, trocando informações e produtos, expressões e representações que a cada dia multiplicam-se em ciberespaços, lugar de convívio, de ser e estar de grande parte dos indivíduos contemporâneos.

A partir dessa constatação, percebeu-se, então, que o ciberespaço é um território fluido ou um desterritório, onde se está virtualmente em qualquer ponto sem a sua presença física:

um espaço-tempo próprio. Percebendo essa especificidade da cibercultura e também das tendências pós-modernas em que espaço e tempo se redimensionam, essas composições pós-modernas induzem a subversão dos sistemas que ela utiliza, pois propõem a ruptura com o consumo veloz de informação para criar espaços que se constituem em essência como territórios de reflexão, de abstração.

Para alguns artistas, o ciberespaço torna-se o palco de experiências estéticas literárias que vão revelar outras facetas do homem contemporâneo, não só sobre suas fragilidades, suas vicissitudes, mas também, sobre suas potencialidades, revelando-o como um ser complexo, análogo à complexidade das imbricações de linguagens na construção poética dessas experiências e que suscita estudos para a compreensão de suas manifestações tão reveladoras do indivíduo contemporâneo.

Patrimônio em tempos pós-modernos

É estranho pensar na relação entre Patrimônio e pós-modernidade. Afinal, o patrimônio relaciona-se com os processos de significação social que geram identidade ao indivíduo, enquanto que a pós-modernidade marca tudo o que é fluido, desestabilizante e fugidivo. A identidade do sujeito que passou pelo descentramento (HALL, 2006) encontra na pós-modernidade múltiplas identificações: a sociedade (re) transforma-se constantemente nesse cenário multicultural. Nesse contexto, as definições de cultura e patrimônio cultural são temas sempre revistos e transformados.

Partindo da oposição Cultura X Sociedade que Canclini (2005) resignifica, compreendemos patrimônio cultural como o conjunto de valores (num complexo que emaranha materialidade e intangibilidade) que tangenciam a identificação para um determinado grupo de pessoas. Nesse sentido, compreendendo a cultura como um processo, Canclini (2009) propõe utilizar ao invés de cultura, o termo cultural, como um adjetivo, o que seria mais propriamente útil para abarcá-lo pela sua “incomensurabilidade” compreendendo zonas de disputas locais e globais.

Na internet, os saberes e fazeres culturais se imbricam aos tecnológicos, demonstrando que por trás da técnica há sempre um saber humano envolvido, mas que são portadores, por essa mesma razão, de referência a fragmentos de memória e identificação por parte dos criadores dos ciberespaços e daqueles que os frequentam.

Outro debate frequente no que tange às conceituações de patrimônio cultural é o da divisão entre o patrimônio material e imaterial, ou tangível e intangível. O patrimônio cultural emaranha-se entre a materialidade e as ideias nela expressa. A divisão comumente

utilizada passa a ser não mais do que um atributo metodológico. Pensando especificamente no ciberespaço, o ambiente material revela em primeira instância a realidade que hoje, paradoxalmente, passa por um processo de ‘desmaterialização’, reconstruindo-se código binário.

Entretanto, Lévy (1997, p. 15-16) alerta que não é suficiente opor realidade e virtualidade, definindo a segunda como um atributo de inexistência da primeira. Virtual é um modo de ser, tal qual o real.

A virtualização não é uma desrealização [...] mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto considerado: em vez de se definir principalmente por sua atualidade (uma “solução”), a entidade passa a encontrar sua consistência essencial num campo problemático. (LÉVY, p. 17-18).

Na atualidade, a informação não precisa mais utilizar os suportes materiais convencionados historicamente, como é o do suporte em papel. O livro pode hoje ser substituído por uma página em *HTML* ou um programa navegador, as músicas trocaram de formato para habitar *HDs*, quadros se transformaram em *pixels*, enfim, novos hábitos de consumo de cultura, de acordo com Santaella (2003, p. 59), são inseridos pouco a pouco no nosso cotidiano, propiciando uma circulação mais fluida e complexa.

Nos novos espaços virtuais criados primeiramente para a troca e consumo de informações, os usuários utilizam das ferramentas disponíveis para criar manifestações culturais que imbricam recursos tecnológicos em diferentes linguagens. Nesse espaço é difícil definir o que é suporte e quais suportes são materiais e quais são virtuais. A interface do usuário, que é a camada mais alta da informática, onde os usuários comuns interagem com sistemas, programas e outras funções, é o lugar também em que são realizadas as criações pelos autores/criadores que, dependendo do seu nível de conhecimento da tecnologia podem também transitar por outros programas, compiladores e escrever algoritmos em diferentes linguagens. Essa interface ou superfície é executada sobre outras plataformas ou camadas interiores como as linguagens de programação, que interpretam instruções num nível mais baixo de programação que se transformam em código binário (0 e 1, ligado ou desligado) e que, por sua vez, é interpretado pelo maquinário eletrônico (celulares, computadores, tablets, etc..).

Definido por Lévy (1999) como o “sistema do caos”, o ciberespaço encena em seus conteúdos as disputas sociais que percebemos no ‘mundo real’, com espaços virtuais que podem ser, ao mesmo tempo, locais e globais, manifestações culturais que podem ser

significativas para o criador do espaço e para quem o frequenta, simulando e impregnando a tessitura social.

A cibercultura abarca processos de significação cultural nesse espaço fluido, onde as telecomunicações convergiram com as tecnologias informáticas criando, conforme Lemos (2003), transformações sociais, culturais e antropológicas que alteram não apenas os processos técnicos, mas a nossa percepção espaço temporal, em que o termo virtual passa a adjetivar os espaços e produtos que habitam esse ambiente tecnológico online.

Os blogs e as redes sociais são exemplos de manifestações da cibercultura que se alastram pela internet de tal forma que um usuário pode ter diversos espaços em diferentes hospedeiros (servidores que hospedam esses espaços através de endereços e sub-endereços) e com diferentes funções.

Essas manifestações vão constituir-se como patrimônio digital que Dodebei (2006) conceitua como bens criados ou duplicados na web e que representam fragmentos de memória. Nos espaços virtuais, as manifestações culturais imbricam recursos tecnológicos para criar experiências culturais, artísticas e estéticas em que até mesmo as relações tradicionais artista-obra-fruidor são redimensionadas a partir da interatividade que as tecnologias, principalmente as de weblogs, podem proporcionar. Na internet, os saberes e fazeres culturais se imbricam aos tecnológicos, demonstrando que por trás da técnica há sempre um saber humano envolvido.

O patrimônio digital tangencia, como observa Dodebei (2006), a ideia de patrimônio virtual, levando em consideração a especificidade dos suportes e do seu modo de ser. Tentando buscar os conceitos de Lévy (1997) para o virtual, tentemos decifrar esse modo de ser específico que é em potência, vir-a-ser, sem que haja uma realidade (concreta) ou a falta desta. Uma composição de Eduardo Silveira, por exemplo, que imbrica texto e imagem e está postada no seu blog com essa imbricagem não pode se realizar em outra esfera material, é um objeto virtual porque existe e possui um suporte também virtual (navegador, linguagens de programação, sistemas, etc) mas é um vir-a-ser pois sua materialidade não é concreta, não é de “pedra e cal”. Poderíamos considerar o maquinário utilizado para o acesso (seja este um notebook, um ipad, celular) como a materialidade concreta do objeto e, de fato, o é, mas essa característica só intensifica suas propriedades virtuais, afinal, o objeto pode pulular de monitor em monitor em busca do seu vir-a-ser e continuar, de fato, existindo apenas como 0s(zeros) e 1s (uns) em algum disco rígido (HD) do servidor hospedeiro.

Essa transformação do suporte pode causar assombro em vista da revolução que está causando. Contudo, embora a transformação das tecnologias em nossa época seja veloz, não é

a primeira vez que há uma inovação no suporte da escrita. Desde o seu aparecimento, por volta de 4000 a.C., os materiais utilizados para o seu registro foram muitos: pedra, madeira, argila, metal, papiro, pergaminho foram suportes utilizados até atingir o papel. E as tecnologias foram diversas como os rolos de papiro e o *códice*, que, de acordo com Darnton (2010, p. 40) transformou a experiência de leitura, pois a "página surgiu como unidade de percepção e os leitores se tornaram capazes de folhear um texto claramente articulado".

No entanto, uma nova transformação na tecnologia do suporte da escrita iria causar grandes implicações para a história da escrita. A invenção da prensa, os tipos gráficos móveis, por Johannes Gutenberg, aproximadamente em 1450, e a dispersão do seu invento fez circular cerca de 13 milhões de livros pela Europa por volta de 1500 (BRIGGS & BURKE, 2006, p. 24) causando uma “explosão de informações”.

De um lado havia a resistência no uso da nova tecnologia, como os turcos, que consideravam pecado a impressão de textos religiosos, dos russos que não tinham condições culturais e sociais para disseminar a tecnologia e dos escribas que não queriam que as pessoas de nível hierárquico inferior tivessem acesso aos textos religiosos sem a sua mediação e de outro, havia um grande montante de informação a ser administrado. (BRIGGS & BURKE, 2006, p. 26-27).

Em analogia com a tecnologia atual, tanto Darnton(2010) quanto Briggs & Burke (2006) revelam que alguns problemas que hoje enfrentamos ao buscar conteúdo na internet também foram vividos pelos leitores dos primeiros livros publicados através dos tipos móveis:

(...) A explosão dos modos eletrônicos de comunicação é tão revolucionária quanto a invenção da impressão com tipos móveis. Estamos tendo tanta dificuldade em assimilá-la quanto os leitores do século XV ao se confrontarem com textos impressos. (DARNTON, 2010, p. 14)

Erros de publicação são comuns quando há um aumento de informação a se administrar e nenhuma era foi tão eficiente em produzir informações quanto a nossa. E no que diz respeito a *internet*, em que qualquer pessoa, pode ser a produtora, reprodutora e compartilhadora de textos nos diversos ciberespaços, a chance de perceber a instabilidade da informação aumenta.

A instabilidade da informação também pode ser aplicada aos conteúdos originais, como o conteúdo que analisamos. Embora creditemos os escritos a seus blogueiros não há nada que os impeça de publicar um conteúdo de outra pessoa como os seus. E também nada impede outra pessoa copiar esse conteúdo e publicar em outro espaço falseando a autoria.

O mundo da internet (de copiar e colar) testa muito mais a ética do navegador que qualquer outra tecnologia ao democratizar o acesso e a elaboração do seu conteúdo. Referendando ao projeto iluminista de uma República das Letras, em que o saber seria um bem público, acessível para todos, Darnton (2010, p. 75) comenta que “(...) digitalizar e democratizar – não é uma fórmula fácil, mas é a única que funcionará se de fato quisermos tornar realidade o ideal de uma República das Letras, que no passado já pareceu tão utópico”. Entretanto, se é nessa direção que marchamos, só podemos conjecturar.

Interface de linguagens e vozes

Há quem diga que os *weblogs* ou as redes sociais são espaços das manifestações narcísicas do homem contemporâneo. O diário pessoal, íntimo e secreto abriu suas portas para o ciberespaço e agora todos podem compartilhar com o mundo os mais profundos segredos do seu ser. Em contrapartida, a escrita profunda e reflexiva que permeavam os espaços dos diários escritos passou a ser descritiva e visual nos diários virtuais. Contudo, nesse mar de informações, utilizando a metáfora comum do ciberespaço, ainda é possível encontrar espaços que buscam a reflexão, a fruição e o entrar em si. Nesse sentido, o blog de Eduardo Silveira, “O bibliófilo pobre”, disponível no endereço: <<http://obibliofilopobre.blogspot.com/>> é um exemplo desses espaços.

A trajetória do jovem poeta joinvillense Eduardo Silveira é marcada por movimentos de criação e abandono de espaços virtuais. Eduardo iniciou seus escritos na internet com o blog “O sujeito Oculto” que foi desativado. Passou a escrever também no “As palavras mortas”³ que ainda se encontra disponível na web, mas foi encerrado pelo autor. Atualmente é possível encontrar publicações do poeta no blog “O Bibliófilo pobre”, principal espaço analisado nesse artigo, e no “Limericando”⁴. Nessa simbiose com o ciberespaço, Eduardo demonstra que também ele apropriou-se dos modos do ciberespaço, utilizando esses ambientes como rascunhos, que em metáfora, podem ser rasgados, amassados e jogados fora.

A criação e a desativação de espaços é um movimento comum na web e sinaliza o movimento de buscar novos espaços, novas experimentações. A desconstrução desses espaços é também uma experiência realizada pelo autor que brinca com os rastros criando os binômios aparecer/esconder, criar/destruir em um jogo com o leitor que é provocado pelo autor para seguir esses rastros deixados. Diferente da interação pela ferramenta blog através dos comentários que se aderem às composições, a interatividade de Eduardo com o leitor nesse

³ Disponível ainda no endereço <<http://aspalavramortas.blogspot.com/>> Acesso em: 29 jan 2012.

⁴ Disponível no endereço: <<http://www.limericando.blogspot.com/>> Acesso em: 05 fev 2012.

ambiente se dá através dessa trajetória composta por ele, fazendo o leitor pulular entre um blog em analogia ao próprio ciberespaço, afinal, o usuário não vai de um espaço a outro por intermédio de hiperlinks, formando um gigantesco hipertexto?

Nesse universo de escritos, rabiscos e rascunhos, recortamos a composição “(Picasso, os dois saltimbancos)”, postada por Eduardo em seu blog no dia 05 de outubro de 2001 para proceder a abordagem analítica de uma manifestação criada para ou no ciberespaço.

Além de propor o entrelace entre diferentes linguagens como a visual, a hipermedial e a verbal, a composição selecionada para esse recorte traz também o diálogo de vozes diferentes, ao buscar como tema a pintura “Os dois saltimbancos [o arlequim e sua companheira]” de Pablo Picasso (1901) (figura 1). O conjunto de diferentes linguagens e vozes na construção de espaços ciberpoético é um movimento comum e sinaliza a multiplicidade cultural que demarca a identidade do homem pós-moderno como um conceito fluido e cambiante (HALL, 2006) em contrapartida a ideia fixa de identidade que outrora havia.

Nessa pintura, Picasso utiliza tons mais vivos e motivos mais simples e leves da vida circense, entretando, o casal de circense são representados num outro local como um restaurante ou um bar. Apesar do tema, a pintura parece demonstrar uma certa melancolia e tristeza: a mulher com seu semblante pesado e o homem, de perfil, parecem ambos estar longe e distantes um do outro emocionalmente. Apesar de preceder ao cubismo, a pintura analisada já demonstra a preocupação de Picasso com as linhas bem demarcadas e pesadas e as formas geométricas: a mesa redonda, o fundo retangular e os triângulos do casaco do arlequim. Entretanto, os contornos das figuras do casal evocam a tradição clássica. De acordo com Walther (1994, p. 29), “Picasso estava sempre à procura de novas possibilidades técnicas para transpor as suas ideias.”

Na pintura de Picasso, os saltimbancos que pertencem ao circo só são descobertos pelo título, pois estão retratados num outro ambiente. A mesa, os copos, o fundo (parede) indiciam o ambiente: um restaurante, um bar, ou uma mesa de jantar qualquer. Retirá-los do ambiente natural de um saltimbanco é significativo. O arlequim, figura que entretém os espectadores entre as apresentações no circo, só é marcado pelo desenho da sua roupa, caracterizada por losangos claros e escuros que reforçam a sua ambiguidade em contraste com o de sua companheira que veste uma roupa laranja, cor que reflete a intensidade da luz.

O restante do corpo do casal retratado não foi retratado, aspecto significativo pois as pernas dão o movimento ao corpo, estatizando o retrato. Ambos aparecem com as cabeças apoiadas nas mãos como se suas mentes estivessem pesadas e cansadas. Os cotovelos sobre a


mesa – impróprio para etiqueta - e a própria roupa simples e colorida dos saltimbancos são ícones que revelam a classe social mais baixa, mas a curvatura do corpo nessa posição indica o peso psicológico da situação e revelam o estado contemplativo do casal diante do cenário emocional que se lhes apresenta, principalmente da companheira, assim o retrato capta um momento reflexivo de abandono e solidão.

Com o cubismo, Picasso estava interessado em questionar a verdade e a própria arte, propondo a ruptura (Walther, 1994), mas essa preocupação pode também ser percebida na pintura analisada. Quando usa o saltimbanco que é uma figura alegórica que representa a alegria e extroversão num movimento introvertido, subjetivo e psicologicamente pesado, Picasso inverte os valores, rompe com as expectativas do fruidor e questiona a realidade.

Na sua composição, Eduardo dialoga com a obra de Picasso, ressignificando-a. A proposta que Eduardo coloca na voz da figura feminina retratada é uma tentativa de movimento de aproximação, uma vez que os personagens são circenses e o movimento, a alegria e a expressão fazem parte da alma de um saltimbanco. A proposta é subir a mesa somando “a pedra da fala” que simboliza o silêncio ao “duro da tabua” que representa a sustentação e ao mesmo tempo o palco para se realizar e criar o efeito da alegria, próprio dos arlequins.

5 DE OUTUBRO DE 2011

(picasso, "os dois saltimbancos")



se a gente subisse na mesa,
somasse a pedra da fala
com o duro da tábua

se a gente desse um outro nome
para essa noite

ficaria a mesa
menos vazia?


POSTADO POR EDUARDO SILVEIRA ÀS 00:23 0 COMENTÁRIOS 

Figura 1 - (Picasso, “os dois saltimbancos”) de Eduardo Silveira

Fonte: SILVEIRA, Eduardo. O Bibliófilo Pobre. *Weblog*. Disponível em: <http://obibliofilopobre.blogspot.com/> Acesso em: 02 dez 2011.

A contestação é dada pela resignificação do sentido: a verdade que antes preocupava Picasso no jogo entre o aparente e o verdadeiro passa a ser o mote do jogo para Eduardo cuja preocupação se centra no vazio deflagrado pelo desencantamento que a busca pela verdade ocasionou. Sem encantamento, a fala é pedra e a madeira é dura como se nada pudesse penetrar nessas coisas naturais num jogo entre natureza & cultura dado pelos adjetivos agregados aos objetos, uma vez que as propriedades das coisas já foram questionadas em

outro momento histórico. A sugestão é subir na mesa, como uma transgressão, uma forma de deslocar novamente a situação de um centro que se tornou impróprio ou insuportável para esse ser.

Na segunda estrofe, o texto sugere dar “um outro nome / para essa noite”, no qual “para essa” está destacado na frase, com uma fonte maior. Esse destaque evidencia que noites como essa, nessa distância velada e silenciosa, já são tão frequentes e usuais que “só” para essa noite, o desejo é de pertencer, de ficar junto, por isso, a sugestão de dar um nome. Damos nome àquilo que nos é pessoal e íntimo, àquilo que nos é significativo. Esse desejo de nomear, dessa forma, está ligado ao desejo de transformar o momento em algo íntimo e importante. Desejo que impulsiona para a pergunta-dúvida que conclui o poema: “ficaria a mesa / menos vazia?” São propostas incertas, sugestões já desesperadas para acabar com a solidão que se instaurou no silêncio e na distância entre os dois.

O poema questiona essa situação de solidão velada na companhia do outro. Os dois saltimbancos, circenses, alegres, arlequins são o signo do casal em aparência, em cores vibrantes na superfície, mas olhos fundos e inertes, o sorriso já murcho há muito tempo, recorrendo ao vinho como escapatória para a situação (que é representado na pintura de Picasso por dois copos). A intenção do movimento fica apenas na condição: “e se...”, nada mais se concretiza.

Eduardo busca novamente, nessa composição, a figura do saltimbanco, como uma representação de si mesmo e dos movimentos que imprime a seus espaços. O saltimbanco é essa figura errante que não tem parada, nada é fixo. O futuro é incerto e a insegurança é parte da vida do saltimbanco. Apesar disso, o saltimbanco espera deixar rastros, espera ser lembrado por onde passa, por onde encena suas apresentações, o que nos leva a conjecturar que os rastros que Eduardo deixa para seus leitores são experiências para gerar esse efeito de aproximação e afastamento, pois o leitor é compelido a abandonar um espaço em busca do outro. O poema propicia ao leitor um abandono de suas crenças, suas ideologias, suas reflexões e significações criadas por ou naquele espaço para ser lançado a um outro em que buscará novamente pela identificação. Nesse procedimento, o autor encena e interage com o leitor em movimento de solidão e companhia. É possível perceber que há o peso ou a angústia da solidão em contraposição ao individualismo e, em última instância, uma contradição entre vida (a criação do novo espaço) e morte (abandono ou encerramento do espaço criado) ou entre a significação e o vazio, quando aquele espaço deixa de significar para o autor e, em consequência, para o leitor.

Essas contradições, percebidas e criadas nesse movimento do autor com relação aos espaços, são também observadas na composição analisada. Nela, entretanto, a condição da angústia da solidão se sobressai ao desejo da individualidade, a vida (representada pelo arlequim, enquanto uma alegoria da alegria) é desejada diante da morte (a solidão e o afastamento).

Eduardo interfere, assim, na pintura de Picasso utilizando a técnica de ecfrase. Parafraseando Heffernan, autor de *Museu de Palavras*, Ferreira (2007, p. 1) conceitua a técnica:

(...) a ecfrase é fascinante por diversas razões: primeiro, porque evoca o poder da imagem silenciosa mesmo quando submetida à autoridade rival da linguagem. Segundo, porque é uma técnica que possibilita uma forte analogia com a disputa entre os gêneros, funcionando muitas vezes como a expressão de um duelo entre os olhares masculino e feminino, onde a voz intelectual do discurso tenta controlar, explicar ou reduzir o impacto sensorial da beleza que seduz e ameaça.

Os personagens, o ambiente, o peso psicológico agora são resignificados como se ganhassem vida em suas palavras, não as relegando somente a uma linguagem. Entretanto, mais do que apropriar-se do que é visível, Eduardo contesta o jogo dado pela pintura, sem, contudo, destituí-la do poder que ela exerce sobre o leitor que fica fascinado pela conjuntura visual.

A contestação é dada pela resignificação do sentido: a verdade que antes preocupava Picasso agora é o mote do jogo para Eduardo cuja preocupação se centra no vazio deflagrado pelo desencantamento que a busca pela verdade ocasionou. Sem encantamento, a fala é pedra e a madeira é dura como se nada pudesse penetrar nessas coisas naturais num jogo entre natureza & cultura dado pelos adjetivos agregados aos objetos, uma vez que as propriedades das coisas já foram questionadas em outro momento histórico. A sugestão é subir na mesa, como uma transgressão, uma forma de deslocar novamente a situação de um centro que se tornou impróprio ou insuportável para esse ser.

Pelo deflagramento do vazio e pelo desejo de inversão situado nos dois últimos versos, o poema embora transpire a angústia, busca por alternativas, busca reconstruir ou restituir o ser destituído de sua totalidade, por isso, busca pela alteridade, evidenciada pelas propostas que são dadas pelo substantivo “gente” como um sinônimo para o pronome nós, tentando tornar mais próxima, íntima e pessoal essa relação com o outro, como uma nova religiosidade. A religião desse ser com algo além dele mesmo é emergente e urgente nesse contexto histórico, como se denota através da angústia presente na composição de Eduardo.

Considerações finais

Eduardo alerta que a aparência não basta para sustentar relações com a composição (Picasso, Os dois saltimbancos). O homem contemporâneo depara-se com a solidão mesmo na presença do outro, transpirando o desejo da (re)ligação, mas nem sempre esse movimento consegue ser realizado. Essas relações engessadas constituem um paradoxo diante do nomadismo a que o homem contemporâneo acostumou-se evidenciado nas flutuações em busca de novos ciberespaços. Em contrapartida, essa desestabilização ou flutuação espaço temporal exemplifica os desejos de afastamento e aproximação do outro que vivenciamos no cotidiano, material de experimentação para o ciberpoeta.

O homem contemporâneo depara-se com a solidão mesmo na presença do outro, transpirando o desejo da (re)ligação, mas nem sempre esse movimento consegue ser realizado. Essas relações engessadas constituem um paradoxo diante do nomadismo a que o homem contemporâneo acostumou-se evidenciado nas flutuações em busca de novos ciberespaços. Em contrapartida, essa desestabilização ou flutuação espaço temporal exemplifica os desejos de afastamento e aproximação do outro que vivenciamos no cotidiano, material de experimentação para o poeta blogueiro.

Dessa forma, a composição de Eduardo exemplifica que os espaços virtuais são espaços de ser e estar do indivíduo contemporâneo em busca de identificações, espaços que constituem-se fragmentos de memória e significação e considerados, portanto, patrimônio virtual da humanidade em transformação.

Referências Bibliográficas

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. 2ª Ed. Rev. e Ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DARNTON, Robert. **A Questão dos Livros: passado presente e futuro**. Trad. Daniel Pelizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DODEBEI, Vera. **Patrimônio e Memória Digital**. Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas. Ano 04, número 08, 2006. Disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline/numero08-2006/veradodebei.htm>> Acesso em: 28 jun 2011.

FERREIRA, Ermelinda Maria Araújo. **A Ecfraze como técnica de transcrição intersemiótica**. In: Anais do Encontro Regional da Abralic 2007 – Literatura, Artes, Saberes. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/complemento/ERME_LINDA_FERREIRA.pdf> Acesso em: 02 fev 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEMOS, André. Cibercultura. Alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, André; CUNHA, Paulo (Organizador). **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. **O que é virtual?**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Da conversação pública em terrenos digitais: horizontes e provocações sobre a validade de uma esfera pública virtua. In: LEMOS, André; CUNHA, Paulo (Organizador). **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SANTAELLA, Lúcia. A Estética das linguagens líquidas. IN: SANTAELLA, Lúcia; ARANTES, Priscila (Org.). **Estéticas tecnológicas: novos modos de sentir**. São Paulo: Educ, 2008.

_____. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. 2. ed. São Paulo: Paulus; 2004.

_____. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. Revista Famecos : Mídia, Cultura e Tecnologia, Porto Alegre , n. 22 , p. 23-32, dez. 2003.

SILVEIRA, Eduardo. **O Bibliófilo Pobre**. Disponível em <<http://obibliofilopobre.blogspot.com>> Acesso em 30 mai 2011.

WALTHER, Ingo F. **Picasso**. 1ª Ed. Taschen, 1994.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE AS ATITUDES CORPORAIS DAS FEMINISTAS NO CAMPO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

Carmen Lucia Ribeiro Pereira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (UNIRIO).
carmenpereira2002@yahoo.com.br

Evelyn Orrico

Profa. Associada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social (UNIRIO), Brasil.
evelynorrico@unirio.br

Resumo: A presente comunicação pretende relacionar uma reflexão sobre a categoria corpo e suas articulações ao campo do patrimônio com a luta das feministas a partir do que se considera a 2ª onda do Movimento feminista. Admite a constatação de Bourdieu (apud GOLDENBERG, 2012) sobre o corpo ser um bem simbólico e que as atitudes corporais, consideradas como naturalmente ‘naturais’, são, na verdade, naturalmente ‘cultivadas’. Admite ainda, a partir de Freyre (1987, apud GOLDENBERG, 2010a), que as modas e os modismos poderiam se tornar modas de pensar, de sentir, de crer, de imaginar, e assim, subjetivas, influírem sobre as demais modas. Parte-se da suposição de que o conceito de patrimônio imaterial, historicamente construído, se aplica à compreensão do corpo como expressão de resistência pelo movimento feminista, reconhecendo-o como um importante valor na cultura brasileira.

Palavras-chave: Patrimônio – memória – corpo

Abstract

This communication is intended to relate a reflection on the category body and your joints to the field of heritage with the struggle of feminists from what is considered the second wave of the feminist movement. Admits the finding of Bourdieu (cited Goldenberg, 2012) about the body being a symbolic good and that body attitudes, naturally regarded as 'natural', are actually

naturally 'grown'. Admits even from Freyre (ANO reference), that the fashions and fads could become fashions of thinking, feeling, believing, imagining, and thus subjective, have an effect on other fashions. It starts with the assumption that the concept of intangible heritage, historical construction, applies to the understanding of the body as an expression of resistance by the feminist movement, recognizing it as an important value in Brazilian culture.

Introdução

A Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) foi nossa inspiração para a elaboração deste trabalho, pois entende o patrimônio cultural imaterial como práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Ainda sob a inspiração da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) observamos que o patrimônio cultural imaterial “se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”. Nesse sentido, o discurso construído pelas feministas manifesta-se por práticas de exposição ou uso do corpo que constroem práticas simbólicas de resistência. Assim, se faz necessário discutir as articulações possíveis do conceito de patrimônio cultural à problemática da memória.

Nosso objetivo, nesta reflexão, em primeiro lugar visa enfrentar alguns desafios teóricos e metodológicos, tomando como ponto de partida o patrimônio como categoria de pensamento (GONÇALVES, 2009) para compreender as práticas do feminismo que utilizam o corpo como resistência e transgressão, em oposição a instrumento de sedução, abrangendo a materialização das memórias de um segmento social como um campo em que se desenham as

lutas cotidianas¹. Com isso, tomamos a qualificação de patrimônio imaterial ou intangível, tendo em vista a ênfase que recai nos aspectos ideais e valorativos de determinadas formas de vida. (GONÇALVES, 2009, p.28).

Em segundo lugar, a presente reflexão tem ainda o objetivo de ampliar a pesquisa que vimos desenvolvendo no projeto no Programa de Pós-Graduação em Memória Social (Unirio) sobre a memória do movimento feminino no Brasil a partir da década de 80, estabelecendo um elo entre o papel da ciência e da imprensa nessa construção, sob o enfoque teórico e metodológico da Análise de Discurso francesa (AD), visando utilizar o discurso como fonte de análise do uso do corpo das feministas como construção de práticas simbólicas de resistência. Não é nosso propósito, nos limites desta reflexão, aproximarmos o campo do patrimônio da AD, embora tenhamos identificado marcas discursivas que revelam as práticas corporais das feministas como discursos de resistência. Um exemplo indicativo do que poderá ser observado em outros trabalhos é o comunicado à imprensa emitidos pelas organizações feministas após a manifestação da Rio+20, pelo qual declaram que na passeata “desnudamos nossos corpos para expressar politicamente nossa indignação e protesto”.

Diante do exposto, vamos iniciar nossa reflexão sobre a categoria patrimônio no mundo moderno, a partir do pensamento de José Reinaldo Gonçalves, que, tendo em vista o contexto histórico e cultural brasileiro, enfatiza os aspectos ideais e valorativos das formas de vida. O elo entre as categorias patrimônio e corpo é a memória que se situa no campo de lutas e de relações de poder, que possibilita relacionar as duas categorias, configurando um embate entre lembrança e esquecimento. Isso nos permite, a seguir, tomar a categoria corpo construída por Mirian Goldenberg, que, focalizando a discussão de gênero, nos permite salientar as características que as feministas utilizam para pensar e usar o corpo não só como forma de resistência e transgressão, mas em última instância como símbolo de suas lutas. O nosso fio condutor se dá a partir de Gonçalves e Goldenberg que adotam Marcel Mauss que, em seu projeto sociológico, procura compreender como se constitui a vida social e como essa pode ser conhecida através de suas próprias peculiaridades.

O corpo como patrimônio imaterial

¹ Não é nosso propósito pleitear a salvaguarda do corpo das mulheres como patrimônio cultural.

O campo do patrimônio cultural no Brasil foi radicalmente alterado a partir do Decreto 3551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o inventário e o registro do denominado patrimônio cultural imaterial ou inatingível, pondo em cena antiga preocupação de alguns intelectuais brasileiros. Até então predominava um tipo de atuação preservacionista, voltada prioritariamente para o tombamento dos chamados *bens de pedra e cal*. (ABREU, 2009, p. 13) A valorização do patrimônio imaterial tem como referência, no âmbito internacional, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, que aborda o patrimônio cultural a partir de duas vertentes: o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio cultural material e natural. E também o documento Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 1989².

No Brasil, a ideia de preservação do patrimônio imaterial remonta à década de 30, com a elaboração do Anteprojeto de Proteção do Patrimônio Artístico Nacional por Mario de Andrade. Esse anteprojeto propunha a criação de um órgão no Ministério da Educação, mais especificamente o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), com o objetivo de “determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional”. O conceito de patrimônio cultural adotado por Mario de Andrade era bastante amplo e envolvia tanto os monumentos e bens históricos e arqueológicos quanto as manifestações da cultura popular e indígena, como: músicas, contos, lendas, medicina, culinária e outros. Inovador, visionário, considerado avançado para a época, tanto nacional quanto internacionalmente, serviu de referência à elaboração do Decreto-Lei n.25/37, responsável por organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, que, por sua vez, não enfatizou a proteção das expressões da cultura popular e indígena na mesma medida que o Anteprojeto escrito pelo poeta paulista.

O tema da proteção do patrimônio imaterial retorna na década de 1970 por meio de iniciativas e ações experimentais de registros do Centro Nacional de Referência Cultural e pela Fundação Nacional Pró-Memória. Um trabalho mais efetivo e sistemático nesse sentido só foi possível a partir da Constituição de 1988 que, seguindo a tendência internacional, identifica formalmente os bens imateriais como parte do patrimônio cultural da nação. A Carta Magna

² Esses documentos surgiram no âmbito da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como uma reação ao documento da Convenção Relativa a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, que restringe o conceito de patrimônio cultural a monumentos, conjuntos arquitetônicos e sítios urbanos e naturais. (BELAS, 2004, p. 11)

abriu espaço para as expressões da cultura popular e para os bens imateriais. Mas só mais recentemente houve uma efetiva retomada das discussões em torno dessa nova agenda patrimonial, quando se coloca em marcha um novo conceito de patrimônio cultural. (ABREU, 2009, p. 14)

Para a compreensão do patrimônio como categoria de pensamento, que envolve vários sentidos, José Reginaldo Gonçalves (2009, p. 25) diz que a nossa tarefa consiste em verificar em que medida ela está presente em sistemas de pensamentos não modernos ou tradicionais³ e quais os contornos semânticos que ela pode assumir em contextos históricos e culturais distintos. A palavra patrimônio está entre as que usamos com mais frequência no cotidiano. No senso comum remete à herança familiar (tradição) e seus bens (propriedade) com a função de preservação (tombamento). “Parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra”, diz Gonçalves que se utiliza de alguns sentidos do senso comum para construí-la como categoria de pensamento. Entre elas a ideia de propriedade seja ela material ou espiritual, econômica ou simbólica, vinculadas à ideia de preservação.

Na qualidade de categoria, patrimônio deve ser pensado historicamente, pois seu sentido varia no tempo e no espaço. Muitos estudos afirmam que sua concepção moderna foi constituída junto com os processos de formação dos Estados nacionais. Mas isso não permite que se diga que é uma invenção moderna, pois está presente no mundo clássico e na Idade Média. “A modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos assumidos por ela. Podemos dizer que a categoria ‘patrimônio’ também se faz presente nas sociedades tribais.” (GONÇALVES, 2009, p. 26) Sem entrar na discussão sobre o conceito de Estado⁴, é importante não perder de vista que patrimônio é um conjunto de objetos (materiais ou não) investidos de valores (frutos de processos conflituosos), e que são produtos de práticas específicas engendradas pelas instituições no interior dos Estados. (SILVA, 2010, p.39) No processo de valoração (patrimonialização), o bem passa a ter duplo valor – material (mercado) e simbólico (afetivo). “Sem a identificação de um valor qualquer, seja este mágico, econômico, artístico, histórico, científico, afetivo, cognitivo, a preservação não será deflagrada, ainda que exista o perigo de destruição”. (CHAGAS, 2005, p. 119)

³ GONÇALVES (2009, p. 26) alerta que a categoria patrimônio, por sua importância para a vida social e mental de qualquer coletividade humana, não se restringe às modernas sociedades ocidentais.

⁴ Com isso, não cabe nos limites dessa reflexão abordar a retórica da perda. (GONÇALVES, 2002)

Sobre patrimônio imaterial ou intangível, Gonçalves (2009, p. 28) explica que essa nova qualificação foi construída em oposição ao chamado patrimônio *de pedra e cal* e a ênfase recai nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida (lugares, festas, religiões, dança, culinária etc.). Para ele, a iniciativa representa uma inovação e flexibilização nos usos da categoria patrimônio, particularmente no Brasil. Mas a distinção entre bens materiais e bens imateriais não é pacífica. “Trata-se de algo diferente do patrimônio cultural e que necessita ser elaborado do ponto de vista conceitual.” (OLIVEN, 2009, p. 82)

Diante desse cenário, tendo em vista a possibilidade de ampliação da conceituação do patrimônio cultural para além da temática sobre a identidade nacional e os limites da preservação e do tombamento, entre outros, nosso desafio é pensar como a categoria corpo (das mulheres) se articula com a de patrimônio imaterial.⁵ Antes, porém, é importante destacar o conceito antropológico de cultura que Gonçalves toma como suporte analítico: a noção de fato social total, tal como apontado por Marcel Mauss.

Entender o fato social é procurar vê-lo a partir da sociedade concreta, ou seja, tomando a dimensão social como realidade e não como abstração. Isso é possível, apenas, buscando-se neste contexto, os sujeitos sociais totais, aqueles que agem e comportam-se permeados por múltiplos valores, que, por sua vez, conformam suas ações. (TRIGUEIRO, 2003, p. 14) Pensando patrimônio como fato social total, a partir da noção de Mauss, Gonçalves procura atentar para suas múltiplas dimensões sociais e simbólicas, apontando, entre muitas características, algumas que são inerentes ao conceito moderno de patrimônio. São elas: ressonância (o bem precisa articular a ligação do presente com o passado), materialidade (mesmo que intangível ou imaterial) e subjetividades (GONÇALVES, 2005).

O foco de Gonçalves na construção da categoria de patrimônio é a “a possibilidade de transitar analiticamente com essa categoria entre diversos mundos sociais e culturais.” Essa possibilidade para a nossa compreensão do corpo das mulheres ser enquadrado na categoria patrimônio imaterial é importante, na medida em que, do ponto de vista dos modernos, a categoria patrimônio tende a aparecer com delimitações muito precisas. Mas o antropólogo alerta para a necessidade de adotarmos certas precauções. “É preciso contrastar cuidadosamente

⁵ No caso das feministas, a ênfase recai nas manifestações a favor das lutas feministas.

as concepções do observador e as concepções nativas”⁶. (p. 28).

Assim como Gonçalves, tomamos a noção de fato social total de Mauss para discutirmos a dimensão cultural do patrimônio encontrada nas categorias patrimônio e corpo.⁷ Entender o fato social é procurar vê-lo a partir da sociedade concreta, ou seja, tomando a dimensão social como realidade e não como abstração. Isso é possível, apenas, buscando-se neste contexto os sujeitos sociais totais, aqueles que agem e comportam-se permeados por múltiplos valores, que conformam suas ações. (TRIGUEIRO, 2003, p. 14)

A partir da compreensão de que patrimônio é um bem que porta valor devemos buscar possíveis articulações com a categoria de corpo das mulheres. Antes, porém, abordaremos a ligação da categoria patrimônio com a memória, pois além de ampliar a noção de patrimônio, poderá contribuir para pensarmos o corpo (das mulheres).

A relação do patrimônio com a memória no senso comum se dá pela tradição, conservação. No plano teórico, sob a ótica do esquecimento, discute-se a necessidade de instituir novas formas de preservação, de memorização e de arquivamento do mundo moderno. A categoria lugares de memória no sentido de Pierre Nora (1993) aponta para os lugares de memória nascendo da consciência de que não há memória espontânea. Para o historiador francês a razão fundamental de ser de um lugar de memória é bloquear o trabalho do esquecimento,

Para a nossa análise é importante somar a Pollak que diz que a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, dando suporte para pensarmos a maneira como as feministas vêm utilizando o corpo. Além disso, ele explica que a memória funciona para definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades.

Nos inspiramos em Nora e Pollak, clássicos do campo do memória, para pensar a relação do patrimônio com a memória, porque, sob o ponto de vista mais geral do projeto de pesquisa que vimos desenvolvendo, nossa preocupação é com o apagamento das lutas das

⁶ No nosso caso, ampliaríamos para as concepções das feministas.

⁷ Mauss nos ensina que, por intermédio da análise dos fatos sociais, a totalidade de uma cultura pode ser revelada e que é possível perceber a vida social como realidade total, onde não há preeminência de uma ou outra dimensão social, mas antes, todas estão presentes integradas e interagindo através dos atores sociais. (TRIGUEIRO, 2003, p. 15)

mulheres, isto é, com o discurso sobre as lutas feministas que é silenciado nas vozes das mulheres. E, também situamos a memória no campo de lutas, no plano particular desta reflexão, em que procuramos relacionar o uso do corpo pelo movimento feminista, como expressão de resistência e transgressão. Assim, o conceito memória discursiva, de J.J. Courtine (1999), que relaciona a memória a seu apagamento, deve contribuir para entendermos como funciona o discurso sobre a nudez feminina nas manifestações das feministas, tendo em vista os sentidos contidos no slogan “nosso corpo nos pertence”.

Mulheres: corpos aprisionados

Quando o movimento feminista criou a palavra de ordem “nosso corpo nos pertence” – referida sobretudo ao campo da sexualidade e da reprodução - houve a crítica quanto ao seu caráter liberal. Não se compreendia que isso poderia significar radicalidade na luta política e produção teórica sobre as relações sociais. (ÁVILA, M.B, 2001, p. 67) No entanto, ao afirmarem “nosso corpo nos pertence”, as feministas chamavam a atenção para o caráter objetual do corpo feminino, identificado como a face mais visível da subjugação das mulheres. (PORTELLA, 2009, p. 17) Quando o movimento gritava “nosso corpo nos pertence” almejava liberdade personificada no próprio corpo feminino. Se, por um lado, este corpo ganhou ou pelo menos tem avançado na conquista do direito de sentir e assumir o desejo e o prazer diante de uma sociedade que foi ensinada a negar esse direito às mulheres; por outro lado, as pesquisas constataam que é exatamente sobre este corpo que se constituíram as amarras. Nosso modelo de sociedade se apropriou das lutas das mulheres e as transformou em demandas de mercado. Hoje este corpo cobra e é cobrado. Quando refletimos sobre a valorização da estética em nossa sociedade, não há como negar que o mercado faz da beleza uma meta a ser perseguida por todas as mulheres. E é interessante perceber que foi justamente este corpo que se emancipou de antigas prisões sexuais procriadoras, entre outras, que passou a submeter-se a controles e coerções estéticas construídas, tais como a magreza e a juventude, que atualmente aprisionam e domesticam.

Diante desse cenário, fomos, então, buscar na categoria corpo, desenvolvida por Mirian Goldenberg⁸ as características para pensarmos como as feministas utilizam o corpo para

⁸ Procuramos resgatar, nos limites dessa reflexão, os principais pontos do seu projeto analítico para este tema através dos textos GOLDENBERG, 2005, 2006, 2007, 2010a, 2010b, 2011.

resistências e transgressões na qualidade de símbolo de suas lutas. Ela iniciou sua reflexão no livro *Nu & Vestido* (2002), focalizando a discussão de gênero.⁹ Estuda o corpo como valor identificador do indivíduo em determinado grupo para o distinguir de outros; além disso, discute o papel do corpo como uma importante forma de capital (físico, simbólico e social) na cultura brasileira. Busca mostrar os traços distintivos de uma cultura em que o corpo é elemento crucial na construção de uma identidade nacional, a partir das ideias de Gilberto Freyre, Marcel Mauss e Pierre Bourdieu. (GOLDENBERG, 2011, p. 545)

Ela verificou que o corpo é um valor e um capital para os segmentos das camadas médias cariocas¹⁰. Considerando que há cerca de duas décadas a antropóloga se dedica a refletir sobre as questões de gênero, chamou nossa atenção sua preocupação no que diz respeito a “atual ditadura da juventude e perfeição” do corpo feminino. (GOLDENBERG, 2010b, p.40) Nos inspiramos nessa afirmação para uma compreensão sobre as práticas do feminismo que utilizam o corpo como resistência e transgressão, em oposição a instrumento de sedução, ou ao que a antropóloga chama de modelo de corpo que, na cultura brasileira além de um capital físico, é também um capital econômico e um capital social. O ponto de partida foi sua pesquisa sobre a vida de Leila Diniz, ícone das décadas de 1960-1970, que levou-a a perceber que o corpo da atriz foi fundamental na construção de sua imagem como símbolo da mulher revolucionária. Foi a gravidez mais comentada do Brasil, fazendo do seu ventre um panfleto, pois foi a primeira grávida a expor a barriga ao sol, enquanto as mulheres de então escondiam suas barrigas em batas quando iam à praia. “A barriga grávida corporificou seus comportamentos transgressores”. (GOLDENBERG, 2010a, p. 42) Soma-se a esta atitude de exibir sua barriga na praia de Ipanema, o fato de ter engravidado sem ser casada, assumindo a maternidade como uma escolha livre e consciente. Leila foi considerada uma precursora do feminismo no Brasil, na medida em que influenciou decisivamente o comportamento das mulheres brasileiras, embora não defendesse explicitamente bandeiras do movimento feminista. “O corpo de Leila Diniz simbolizou a nova mulher que nascia no Brasil, em meio à repressão, ao controle e à censura”. (GOLDENBERG, 2010a, p. 44).

⁹ Ela explicita sua opção pelo conceito de gênero de Scott, porque rejeita o determinismo biológico e enfatiza o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade e masculinidade. (GOLDENBERG, 2002, p. 34).

¹⁰ “a visão de mundo e o modo de vida desse segmento social têm um efeito multiplicador que vai muito além de seus limites de classe, o que sugere que ele pode ser útil para revelar em termos mais amplos as transformações experimentadas pela sociedade brasileira” (GOLDENBERG. 2011, p. 543)

A antropóloga toma Gilberto Freyre que, de forma pioneira e polêmica, pensou o corpo da mulher brasileira e suas transformações, sugerindo que as modas e os modismos não diziam respeito apenas às roupas ou penteados, mas que também poderiam se tornar modas de pensar, de sentir, de crer, de imaginar, e assim, subjetivas influírem sobre as demais. Freyre enaltecia o corpo da mulher brasileira, miscigenado, equilibrado de contrastes¹¹ e propunha uma consciência brasileira, dizendo que a mulher deveria seguir modas adaptadas ao clima tropical, em vez de seguir passivamente e, por vezes, grotescamente, modas de todo europeias ou americanas. Gilberto Freyre sugeria que as modas e os modismos também poderiam se tornar modas de pensar, de sentir, de crer, de imaginar, e assim, subjetivas, influírem sobre as demais modas.. (GOLBENBERG, 2010, p. 45)

Complementando sua análise, a antropóloga toma o conceito de imitação prestigiosa de Marcel Mauss, dizendo que é por meio da “imitação prestigiosa” que os indivíduos de cada cultura constroem seus corpos e comportamentos. (MAUSS, 1974, apud GOLDENBERG, 2010, p. 45) Para Mauss, o conjunto de hábitos, costumes, crenças e tradições que caracterizam uma cultura, também se refere ao corpo¹². Assim, há uma construção do corpo, com uma valorização de certos atributos e comportamentos em detrimentos de outros, fazendo com que haja um corpo típico para cada sociedade. Esse corpo, que pode variar de acordo com o contexto histórico e cultural, é adquirido pelos membros da sociedade por meio da imitação prestigiosa. Os indivíduos imitam atos, comportamentos e corpos que obtiveram êxito e que têm prestígio em sua cultura.¹³ As feministas também atribuem valor (simbólico) ao corpo e por isso lutam contra os comportamentos que aprisionam as mulheres a modelos de maternidade e de beleza (valor material), entre outros.

Sobre a relação do corpo com a roupa, Goldenberg (2011, p. 548) diz que pode-se pensar o corpo como sendo muito mais importante do que a roupa, pois ele é a verdadeira roupa: é o corpo que deve ser exibido, moldado, manipulado, trabalhado, costurado, enfeitado,

¹¹ A ideia de “contrários em equilíbrio” ou “equilíbrio de antagonismos” de Freyre permite enxergar melhor que, no Brasil, vivemos, por um lado, um dos momentos de maior independência e liberdades femininas mas, por outro lado, é também aquele em que se impõe à mulher brasileira um alto grau de controle ao corpo. (FREIRE, 2002, apud GOLDENBERG, 2010, p. 50) Esses momentos de liberdade podem ser relacionados com as práticas feministas.

¹² É com esta visão de cultura que podemos fazer articulações da categoria corpo com a de patrimônio imaterial.

¹³ No caso brasileiro, muitas das mulheres mais bem sucedidas, ricas e famosas, as mulheres “imitáveis” são aquelas que aparecem na televisão (atrizes, apresentadoras), que tem “o corpo” como o seu principal capital, ou uma de suas mais importantes riquezas. (GOLDENBERG, 2011, p 545)

escolhido, construído, produzido, imitado. É o corpo que entra e sai da moda. A roupa, neste caso, é apenas um acessório para a valorização e a exposição desse corpo da moda. Sua exibição e desnudamento públicos podem dar a impressão de um corpo mais livre, mas, na verdade, ele permanece prisioneiro a normas sociais internalizadas pelos indivíduos. Nessas normas sociais não estão incluídas a atitude das feministas que se desnudam, com os seios nus, em protesto, procurando chamar a atenção da mídia para suas causas¹⁴. Cabe lembrar que em outros momentos as feministas também protestaram com seus corpos: queimaram sutiãs (década de 1960), lançaram o slogan “nosso corpo nos pertence” (década de 1970). A prática regular, outro aspecto que caracteriza o patrimônio imaterial fortalece nossa suposição de que o conceito de patrimônio imaterial se aplica à compreensão do corpo como expressão de resistência pelo movimento feminista e aponta para possíveis articulações com o campo da memória social.

Para Pierre Bourdieu (1999, apud GOLDENBERG, 2010a, p. 49) a dominação masculina, que constitui as mulheres como objeto simbólico, tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica. Sob o olhar dos outros experimentam constantemente a distância entre o corpo real, a que estão presas, e o corpo ideal, o qual procuram alcançar. É na categoria de corpo distintivo, do sociólogo francês, que Goldenberg apoia seu argumento central. Esse corpo, que pode variar de acordo com o contexto histórico e cultural, é adquirido pelos membros da sociedade por meio da imitação prestigiosa. Como afirmou Marcel Mauss (1974, apud GOLDENBERG, 2010, p. 45) é por meio da imitação prestigiosa, que os indivíduos de cada cultura constroem seus corpos e comportamentos. No Brasil, determinado modelo de corpo é um capital: um corpo jovem, magro, em boa forma, sexy; um corpo que distingue como superior aquele que o possui; um corpo conquistado com muito investimento financeiro, trabalho e sacrifício. (GOLDENBERG, 2010, p. 193)

Pode-se dizer que o corpo e tudo o que ele simboliza estimula nos brasileiros à conformação a um estilo de vida e a um código de conduta. A obediência a estas normas é recompensada pelo sentimento de pertencer a um grupo “superior”. O corpo é um valor em si,

¹⁴ Sejam as ativistas ucranianas do grupo feminista Femen que, em abril deste ano, subiram ao topo da catedral de Kiev para protestar com os seios nus contra um projeto de lei em tramitação no parlamento condenando todo tipo de aborto, sejam as mulheres brasileiras do grupo Tambores de Safo que tiraram a blusa durante a Marcha das Mulheres na Rio+20 reivindicando igualdade entre homens e mulheres e a legalização do aborto.

que simultaneamente identifica o indivíduo com um grupo e o distingue dos demais. Esse corpo malhado, esculpido e desenhado constitui uma espécie de prova de virtude. Sob a moralidade da boa forma, trabalhar o corpo é um ato preñado de significado.

A psicanalista inglesa Susie Orbach, em entrevista a Revista Veja, diz que considera o modelo de beleza (corpo perfeito, magro e esguio) um dos principais fatores que contribuem para a frustração em relação ao sexo:

A apologia do corpo perfeito é uma das mais cruéis fontes de frustração feminina dos nossos tempos. A obsessão pela magreza virou uma epidemia. Considero a busca do corpo perfeito um retrocesso no processo de emancipação feminina. Houve apenas um breve momento de progresso das mulheres nos anos 1970. Depois disso, elas começaram a recuar, escravizadas por um modelo inalcançável de beleza. Há uma ironia nesse fato: justamente em um tempo em que as mulheres dizem querer ganhar espaço, elas procuram ficar cada vez menores e mais esqueléticas. (ORBACH, 2000, apud GOLDENBERG, 2005)

Diante desse cenário, podemos dizer que a noção do corpo como capital também pode ser aplicada à utilização do corpo como prática simbólica pelas feministas na qualidade de instrumento de transgressão e protesto.

Considerações finais

Tendo em vista que a categoria patrimônio é considerada um instrumento analítico para entender a vida social e cultural no mundo atual, e o momento histórico em que houve uma efetiva retomada das discussões em torno dessa nova agenda patrimonial, quando se coloca em marcha um novo conceito de patrimônio cultural, conforme sinalizou Regina Abreu (2009, p. 14), entendemos que o corpo idealizado pelas feministas pode ser pensado como patrimônio imaterial. Considerando que a ênfase recai mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida (lugares, festas, religiões, dança, culinária etc.) e a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) entende o patrimônio cultural imaterial como práticas, representações, expressões; o corpo nas manifestações feministas representa formas de vida que elas idealizam. Mas que corpo é esse?

Nossa compreensão do corpo a partir da categoria desenvolvida por Mirian Goldenberg, que focalizando a discussão de gênero, estuda o corpo na qualidade de valor e capital (físico, simbólico e social) na cultura brasileira, foi decisiva para articularmos a categoria patrimônio. Gonçalves e Goldenberg adotam Marcel Mauss, que numa análise do seu projeto sociológico, pode-se dizer que todo seu esforço resultou em compreender como se constitui a vida social e como essa pode ser conhecida através de suas próprias peculiaridades. (TRIGUEIRO, 2006, p.16) Em patrimônio, Gonçalves, atentando para as múltiplas dimensões sociais e simbólicas, aponta para três características, inerentes ao conceito moderno de patrimônio. São elas: ressonância, que o corpo como bem social precisa articular a ligação do presente com o passado pela memória; materialidade, mesmo que intangível ou imaterial, e subjetividades, que podem ser identificadas concretamente nos discursos das feministas.

Então, se tomarmos a categoria corpo construída por Goldenberg como uma das peculiaridades da vida social, podemos através da noção de valor dizer que ambas as categorias adotam pensar o corpo como patrimônio imaterial das militantes que utilizam seus corpos como instrumento da luta feminista pela construção de um novo modelo que provoque uma imitação prestigiosa nas mulheres brasileiras (feministas ou não) não só no que diz respeito à estética mas, como disse Freire, se tornar modas de pensar, de sentir, de crer, de imaginar.

O elo entre as categorias patrimônio e corpo é a nossa concepção de memória no campo de lutas, pois considerando que ambas variam de acordo com o contexto histórico e cultural, é através da análise do discurso que poderemos identificar os possíveis deslizamentos.

Por fim, ressaltamos que a apropriação do conceito antropológico de cultura por Gonçalves e Goldenberg no campo do patrimônio e do corpo das mulheres revelou uma passagem importante para a nossa reflexão. Compartilhamos com ABREU (2009, p.34) de que a nova configuração do campo do patrimônio permite o surgimento dos chamados “patrimônios emergentes”, entre eles o imaterial ou intangível. Foi nos limites dessas correntes da antropologia cultural, quando adotamos a noção de fato social total de Mauss, que iremos refletir sobre a articulação das atitudes corporais das feministas com o conceito de patrimônio imaterial. Assim, esperamos estar contribuindo tanto para o movimento feminista quanto para o fortalecimento da nova agenda patrimonial.

Referências:

ABREU, Regina. “A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio”, in: ABREU, R. E CHAGAS, M. (orgs.) Memória e Patrimônio – Ensaaios Contemporâneos, 2ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ÁVILA, Maria Betânia. As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito, Cadernos de Crítica Feminista, Ano V, nº 4, dez.2011, p. 48-71.

BELAS, Carla Arouca. Aspectos Legais do INRC – Relação com Legislações Nacionais e Acordos Internacionais, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, Belém, 31 de janeiro 2004.

CHAGAS, Mario. “Casas e portas da memória e do patrimônio”, in GONDAR, J. E DODEBEI, V, (orgs). O que é memória social?, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

Comunicado à Imprensa da Articulação de Mulheres Brasileiras e Tambores de Safo, 21/06/2012,
http://www.feminismo.org.br/livre/index.php?option=com_content&view=article&id=99993756:comunicado-a-imprensa-da-articulacao-de-mulheres-brasileiras-e-tambores-de-safo&catid=109:atencao", acesso 13/07/2012.

COURTINE, J.J. "O Chapéu de Clémentis". Trad. Brás. de Rodrigues, M.R. In Os múltiplos territórios da Análise de Discurso. F. Indursky e M. C. Leandro Ferreira (orgs). Porto Alegre, Ed. Sagra Luzzatto, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. “A civilização das formas: O corpo como valor”, in GOLDENBERG, M... [ET AL.], Nu & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca, 2ed, Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____ Gênero, “o Corpo” e “Imitação Prestigiosa” na Cultura Brasileira, *Saude soc.* [online]. 2011, vol.20, n.3, pp. 543-553.

_____ “O corpo como capital”, in GOLDENBERG, M. (org.) *O Corpo como capital: gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira*, 2d, São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010a.

_____ *O corpo como capital: Gênero, casamento e envelhecimento na cultura brasileira*. REDIGE, Rio de Janeiro, v.1, n°1, oct 2010b.

_____ *O Corpo como capital: para compreender a cultura brasileira*. *Arquivos em Movimento*, v.2, n°2, jul/dez.2006.

_____ *Corpo e dominação masculina na cultura brasileira*. In: Fernando Cocchiarale; Viviane Matesco. (Org.). *Corpo. Corpo*. São Paulo: Itau Cultural, 2005, v., p. 119-126.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. “O Patrimônio como categoria do pensamento”, in: ABREU, R. e CHAGAS, M. (orgs.) *Memória e Patrimônio – Ensaio Contemporâneos*, 2ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

_____ *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*, 2ed, Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Iphan, 2002.

_____ *Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas como Patrimônios*, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

OLIVEN, Ruben George. *Patrimônio Intangível: primeiras considerações*, in ABREU, R. e CHAGAS, M. (orgs.). *Memória e Patrimônio – Ensaio Contemporâneos*, 2ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

PORTELLA, Ana Paula. *Corpo, Sexualidade e Reprodução*, Recife, PE: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2009.

SILVA, Lucia. *Trajetória de um conceito: Patrimônio entre a memória e a história*, *Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 1, n. 1, p. 36-42, jan./jun., 2010.

SOIHET, RACHEL. “A conquista do espaço público”, in PINSKY, C.B. e PEDRO, J.M. (orgs.) *Nova História das Mulheres*, São Paulo, SP: Contexto, 2012.

TRIGUEIRO, Aline. *Uma análise introdutória à noção de *fato social total* em Marcel Mauss*, Augustus, Rio de Janeiro, Vol. 08, n. 17, Jul./Dez., 2003.

UNESCO. *Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Documento originalmente publicado pela UNESCO sobre o título *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*, Paris, 17 October 2003. Tradução feita pelo Ministério das

Relações Exteriores, Brasília, 2006.

DE MARIA A MARIAZINHA: COMO A MODERNIDADE DO PÓS II GUERRA MUNDIAL MODIFICOU O LEGADO DA MULHER RURAL DO VALE DO ITAJAÍ. 1950-1960.

Daiana Riechel

Graduada em Design de Moda pelo Centro Universitário de Jaraguá do Sul- SC. Tem experiência na área da pesquisa, com ênfase na área social e cultural. Participou do projeto sócio - econômico Fibra da Bananeira, em parceria com a EPAGRI e Secretaria de Desenvolvimento Regional de SC. Atualmente aluna do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville- UNIVILLE, e desenvolve pesquisa de resgate da manifestação artesanal de bordadeiras.

Email: daiana.riechel@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa procura redescobrir o legado da mulher rural e investigar como a sociedade de consumo modificou suas memórias. Em primeiro momento, procura-se entender quem é essa mulher rural do Vale do Itajaí – Santa Catarina, e o que significam suas heranças no contexto contemporâneo. Como técnica de pesquisa utiliza-se a história de vida, visando à pesquisa histórica oral, em que se destacam a subjetividade, o cotidiano e a memória. O capítulo de desenvolvimento apresenta as narrativas de vida, de trabalho, das relações humanas e os saberes dessas mulheres, e como e em que intensidade a sociedade de consumo modificou o legado. A pesquisa conclui enunciando que as memórias permanecem no cotidiano histórico da existência, e que se trata de um processo plural, coletivo, conflituoso, dialético, pois aponta para o inacabamento da vida.

Palavras chaves: Feminino- Herança- Permanência

Abstract: This research seeks to rediscover the legacy of rural women and to investigate how the consumer society changed his memoirs. In the first instance, seek to understand who this woman is rural Vale do Itajai - Santa Catarina, their heritage and

what they mean in the contemporary context. As a research technique uses the story of life, seeking the oral historical research, which highlighted the subjectivity, everyday life and memory. The chapter presents the development of narratives of life, work, relationships and knowledge of these women, and how and to what extent the consumer society changed the legacy. The research concludes stating that the memories remain in the history of everyday existence, and it is a process plural, collective, confrontational, dialectical, because it points to the incompleteness of life.

Apresentação:

O desejo de costurar e juntar os saberes e heranças das mulheres rurais foi o princípio desta pesquisa. O fruto deste florescimento revelou-se em uma pesquisa sobre como a sociedade de consumo pós II Guerra Mundial modificou o legado da mulher rural do Vale do Itajaí. Como a contemporaneidade pulverizada após o conflito mundial, contribuiu para modificar os saberes das mulheres rurais, distantes dos grandes centros urbanos, submersas dentro de um universo e de seus espaços particulares.

Na reconstrução e no reconhecimento de quem somos, é preciso costurar as histórias, os conhecimentos, mas para isso é preciso juntar os retalhos na tarefa de recuperar aqueles que permanecem imersos na condição de exclusão. Somos sistematicamente forçados a adotar em nossa existência, um modo de funcionamento que depende usualmente de identidades prontas e catalogadas, renegando raízes pela “modernidade vaporosa”, que apresenta uma realidade distante da realidade vivenciada por essas mulheres.

Metodologia:

Como metodologia utilizou-se a pesquisa etnográfica, dividida em dois momentos: no primeiro momento, foi realizada a pesquisa exploratória na qual foi realizado o mapeamento das mulheres e dos seus conhecimentos. Paralelo a esta pesquisa de campo, aconteceu a pesquisa bibliográfica e pesquisas em outras fontes: Acervos, Museus e Arquivos Históricos. Na pesquisa exploratória, foram realizadas entrevistas com as mulheres que viveram as décadas de 1950 e 1960. São mulheres residentes no Vale do Itajaí, que hoje atingem a idade de 80 a 90 anos, e que testemunharam momentos importantes da história (especificamente o período

correspondente a II Guerra Mundial), o que permitiu traçar um importante comparativo entre esses períodos, item fundamental para o entendimento do trabalho. No segundo momento, foram avaliadas as informações coletadas e concluída a pesquisa.

Aspetos que constituem o corpo do trabalho:

- Qual é o perfil dessa mulher rural?
- Como se transformou o discurso construído em torno da mulher no período pós II Guerra Mundial?
- Como e quais foram as mudanças nas técnicas artesanais?
- Quando as máquinas passaram a fazer parte do cotidiano dessas mulheres, tomando o lugar da “manualidade”?
- Como e quais foram as mudanças nos valores sociais, humanos e familiares no cotidiano dessas mulheres?

Desenvolvimento:

A mulher rural pré II Guerra Mundial teve um papel muito significativo na construção do Vale do Itajaí durante o período que antecede o conflito mundial e, após esse momento. Conhecer as histórias e a figura dessa mulher é fundamental para que se compreenda toda a engrenagem relatada nesta pesquisa.

As mulheres que viveram e construíram a região do Vale do Itajaí (região norte de Santa Catarina), durante os anos que antecederam a II Guerra Mundial, ainda traziam consigo a imagem da mulher imigrante do final do século XIX. Exibindo um modelo de mulher do interior, ilustravam o seu reconhecimento a partir do que eram por natureza, a partir de seu papel de devotamento à família, aos costumes tradicionais e ao modelo da mulher da época. Esse modelo investia a mulher rural, esposa e mãe, de uma missão utilitária e produtiva: economizar, gerir a casa e educar os filhos.

Essas atividades exercidas em seus espaços, em seus cotidianos marcados por uma realidade de necessidades básicas não satisfeitas, eram essenciais para a sobrevivência da família colona. A produção doméstica feminina começava já no plantio dos alimentos e na criação dos animais, e passava por vários processos até chegar à mesa da família e comunidade. Toda a vasta produção de gêneros de primeira necessidade que as mulheres produziam, refere-se a bens de consumo não duráveis, consumíveis por si sós. Assim, o preparo das carnes, gorduras, doces, conservas, compotas, farinhas, pães, manteiga, queijos, arroz, feijão e tantos outros exigiam a participação especialmente das mulheres da família, enquanto que aos homens cabia toda a produção de materiais utilitários para a vida no campo,

como cestarias e móveis, por exemplo. Mas, no entanto, as receitas, as técnicas de produção, as medidas e quantidades certas, que variavam de acordo com a qualidade dos produtos, com o clima e a umidade do ar, com as mudanças da lua e os segredos da produção, são as heranças femininas que atravessaram as gerações.

São partes de uma identidade, de uma cultura, calcada, fortificada que ainda resiste aos modismos da contemporaneidade. São as prendas domésticas que se tornaram combustíveis para uma indústria regional; prendas que anteriormente eram produzidas particularmente, e que agora são produzidas por maquinários povoando os comércios. A indústria substituiu o artesanato doméstico, feito antes por mãos habilidosas e cuidadosas. Nesse cenário, somos testemunhas das vários fatores que antes estavam presentes na casa e na vida cotidiana dessa mulher rural, e que sofreram as transformações da indústria e da contemporaneidade. São detalhes que encontramos em cada espaço do cotidiano (modos de preparar) alimentos, nas práticas religiosas, no dialeto, na confecção do vestuário da família, nos bordados que enfeitavam as casas, enfim, em toda uma vasta rede de produções e conhecimentos.

Uma parcela das memórias da mulher rural está em nosso tempo, envolta em embalagens. Os artigos, antes desenvolvidos em longos processos, como a produção dos alimentos, dos produtos essenciais a higiene humana, como o sabão, que era feito a partir de uma mistura de gordura e cinzas, atualmente, encontramos em variedades no comércio. Mas, não podemos deixar de citar a mulher em seu papel de proeminente facilitadora desse incremento industrial, e uma facilitadora em potencial, pois foi ela quem cedeu espaços, subsídios, revelando receitas e segredos, e sendo a principal mão-de-obra por excelência para o crescimento da indústria que compõe a imagem desta região de Santa Catarina.

Foram essas mulheres, que auxiliaram seus companheiros, suas famílias a produzir, a trabalhar a terra, e que, além disto, foram responsáveis por uma infinidade de outros trabalhos, pela manutenção de toda uma cultura enraizada, provinda especialmente por imigrantes europeus, repassadas e transportadas por suas mãos e memórias.

Além de todo esse relevante papel, ainda podemos encontrar a facilidade de adquirir os saberes femininos de forma rápida através dos meios de comunicação. Aquilo que outrora passava por um longo processo de comunicação direta entre as mulheres, e que por isso mesmo necessitava de certo tempo para se ter acesso, já não alcança as mesmas proporções de sociabilidade, devido a liquidez de informações.

A mulher rural deixou marcada em nosso cotidiano aspectos da sua história, do seu cotidiano, com os reflexos das crises econômicas, sociais e políticas que afetavam o seu entorno e as suas atividades. Essas mulheres zelavam por suas casas, alimentavam maridos e

filhos e representavam parte do trabalho produtivo nas lavouras. A colonização da região norte de Santa Catarina teve na figura feminina rural, um importante apoio. Sua presença era fundamental para, além de produzir, manter costumes e tradições provindos da terra e lembranças de origem.

Da mãe, esposa, filha, e agricultora eram exigidos também os saberes do universo feminino da época. Deveriam saber das belas artes do lar, das prendas e do artesanato doméstico. A mulher deveria ter o domínio das costuras, do remendo e cerzido, dos bordados, das tramas - do crochê, do tricô; devia ainda produzir laticínios, fazer conservas de frutas e vegetais; devia conhecer das artes gastronômicas, dos chás curadores, dos emplastos e unguentos, das ervas medicinais que curavam enfermidades próprias da região; também deveria produzir óleo, cera, sabão, velas e outras necessidades da vida rural. Além disto, para a mulher rural era extremamente importante saber administrar o lar, seus gastos, suas provisões, e todas as demais necessidades administrativas da casa e família.

Assim, a mulher rural era também uma espécie de respaldo para seus companheiros no constante exercer das atividades econômicas. O casamento era uma sociedade recíproca, aonde as mulheres eram prestadoras de serviços, inclusive sexuais. Sendo então a mulher rural a responsável pela ordem doméstica, seu papel social privado estava restrito ao lar. De outra parte, o homem era o provedor da renda e permanecia associado aos papéis instrumentais e públicos, que buscava na rua o sustento econômico da casa e em troca recebia os serviços da esposa. A própria condição natural de primeira filha e irmã, contemplavam uma preparação para a função posterior de mãe, esposa e dona de casa.

O autor Antônio Morga no livro História das Mulheres de Santa Catarina (2001, p 160-170), relata o que se esperava da mulher imigrante no período da colonização de Blumenau, e quem era essa mulher imigrante rural:

“A colônia de Blumenau iniciou-se a partir de uma empresa particular encabeçada pelo Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau. Os primeiros colonos chegaram em 1850, mas nem todos que chegavam ali se fixavam. Até 1897 haviam chegado a Blumenau 10.316 homens e 8.662 mulheres. Da fundação até 1860 a responsabilidade do empreendedorismo coube à empresa do Dr. Blumenau, que, por dificuldades financeiras, a vendeu ao Governo Imperial, continuando a administrar a colônia até a sua emancipação em 1882, quando tornou-se município.

Os imigrantes chegados à colônia eram em grande parte artesãos ou lavradores. Vinham de uma Alemanha conturbada política e economicamente, cujo unificação política somente se completou em 1871. A estrutura econômica feudal foi abolida somente no século

XIX, através de uma reforma que teve como consequência a redução de terras dos camponeses, seu retalhamento em minifúndios e a imigração destes em busca de melhores condições de vida. Com o advento da indústria a partir de 1870, a ruína estendeu-se ainda aos artesãos e trabalhadores da indústria doméstica, liberando ainda um maior contingente para a imigração. Os colonos que aqui chegavam dedicavam-se a pequena agricultura familiar, embora alguns paralelamente, exercessem atividades artesanais. Os lotes de terras variavam entre 33 e 49,5 hectares, e a mão de obra era exclusivamente familiar: os colonos não tinham capital para investir em escravos, e numa economia escravista, a mão-de-obra livre era razoavelmente cara e restrita. Desta forma, o trabalho das mulheres e das crianças era necessário em todas as famílias.

O próprio fundador da Colônia Blumenau escreve aconselhando os novos imigrantes a trazer “uma mulher e boa dona de casa. (...) uma esposa aqui é tão necessária como o pão de cada dia”.

Mas o que faria de uma mulher uma “boa dona de casa”? Alguns candidatos ao casamento tiveram a idéia de publicar as principais qualidades em um jornal da cidade:

Uma lei recente entrada em vigor em Blumenau exige que cada moça que pretende casar deve apresentar um certificado autenticado sobre suas capacidades em cozinhar e administrar a casa, bem como ter a necessária habilidade na costura, lavar roupa, bordar e tricotar, antes que lhe seja colocada a coroa e o véu. Bonito se fosse verdade.

*Ass. Alguns candidatos a casamento.
24/08/1901 - tradução de Edith S. Eimer.*

Pelo visto, nem todas as “moças casadoiras” de Blumenau tinham todas as habilidades. Mas além de limpar, cozinhar, lavar a roupa, costurar, bordar e tricotar, era importante que a mulher soubesse fazer pão e cerveja; matar animais e preparar a sua carne; cuidar da criação; plantar e cuidar da horta; e “ajudar” o marido em seu trabalho, fosse este de agricultor ou artesão. Isto sem esquecer de cuidar da educação dos filhos e do casal. O papel da dona de casa era portanto de suma importância para a manutenção da família. A elas cabe uma série de trabalhos que vão desde o cuidado com a casa e as crianças até a própria produção agrícola, artesanal e às vezes industrial. É toda uma concepção de como deve funcionar uma unidade doméstica.

Em vários relatos de imigrantes, fica patente seu sofrimento nos primeiros tempos de colônia, até a adaptação à nova vida. Neste “sofrimento destaca-se a questão da alimentação, muito diferente aqui da consumida na Alemanha”. Tudo era estranho e

diferente: o clima, os insetos, as primeiras casas, a solidão. Cabia às mulheres atenuar essa estranheza com sua presença, sua companhia e seu trabalho de dona de casa. Uma “boa dona de casa” devia saber criar, no meio da floresta, um lar aconchegante e confortável, com uma alimentação, semelhante à alemã. Em todas as casas alemãs se vê primeiramente a mulher alemã. Ordem, limpeza, conforto mesmo com a maior simplicidade, estas são as virtudes do lar alemão trazidas, que, nas casas brasileiras, sem exceção faltam. Além do conforto material, a boa dona de casa deveria oferecer ao marido carinho e companhia, como escreve Julius Baumgarten em suas cartas às irmãs na Alemanha, em que inclusive pede que elas encontrem uma noiva para ele:

Em primeiro lugar queria encontrar uma boa trabalhadora, culta, não muito feia para esposa. Uma querida companheira que esteja disposta a dividir comigo a solidão da floresta e que me receba à noite, ao chegar cansado em casa, com carinho e um sorriso nos lábios.

O que estamos vendo até agora, são idealizações. Dificilmente todas as mulheres alemãs e suas descendentes poderiam ser “donas de casa” impecáveis. Veremos mais adiante alguns exemplos disto. Mas o que interessa, neste momento, é o que se esperava destas mulheres, expectativas estas que serviam de guia para a sua formação, tanto em casa como na escola e em outros espaços.

Estas qualidades requeridas em uma esposa ligam-se, como já coloquei, a uma idéia de conforto doméstico trazida da Europa e a valores morais e religiosos dos imigrantes, cuja maioria em Blumenau, neste período era formada por protestantes luteranos. Portanto para ser uma “boa dona de casa” em Blumenau, era necessária toda uma formação de menina, visto que esta deveria exercer uma série de atividades que, naquela época, já eram muitas vezes exercidas por profissionais especializados e qualificados. Este aprendizado das prendas domésticas dava-se ao longo da vida de menina, até a adolescência, e imbricava-se com outras atividades e mesmo com a educação escolar e religiosa. Mas o espaço, por excelência, da educação da mulher o próprio lar.

Desde pequenos, as filhas e os filhos auxiliavam em tarefas domésticas e agrícolas, simples e leves no início. Gradativamente ganhavam importância na economia familiar, seja na propriedade rural ou no empreendedorismo como assalariados para outras pessoas. (...) Esta formação, para meninas e meninos, não se restringia, porém, ao aprendizado e ao desenvolvimento de habilidades manuais e capacidades técnicas. Também não bastava

ensinar-lhe os rudimentos da escrita e de leitura. Havia valores que se fazia questão de passar e que eram aprendidos em casa, assim como na escola, na Igreja e mesmo em outros espaços.

É necessário observar que esta formação se dava de maneira diferenciada, não só por gênero como também por classe e por local de moradia (urbano e rural). Para as mulheres, havia as prendas domésticas, em todas as classes sociais, na colônia ou na vila. Variava segundo a classe e o local de moradia, o grau de instrução escolar e artística, e o tipo de trabalho que fazia, se agrícola, artesanal, industrial ou somente doméstico. Para os homens pobres, havia além de pequena instrução escolar, o trabalho na lavoura ou o aprendizado no artesanato, comércio ou indústria. Para os mais abastados, havia maior possibilidade de instrução, pelo menos o grau médio, e os negócios da família.

A formação de uma pessoa enquanto membro de um grupo social, ou seja, sua socialização, não se dá em um lugar específico. Embora algumas instituições sejam responsáveis de forma mais direta por esta socialização, como a família e a escola, ela se dá diluída no cotidiano, através das múltiplas atividades que a pessoa é levada a desenvolver, dos valores que passa a aceitar e defender, dos exemplos que tem à disposição para seguir. (...) Porém há padrões a serem seguidos, exigidos por algumas instituições que dirigem a formação das mulheres: a família, a escola, a Igreja. Estas instituições imbricavam-se ao ponto de haver padres e pastores que eram diretores ou professores de escolas. Por outro lado, a instrução religiosa era também ministrada em casa e na escola, por exemplo. Além disso, a família não ocupava, na maioria das vezes, somente o espaço da casa, mas também a propriedade agrícola, artesanal, comercial ou industrial a ela pertencente. Assim, poderíamos chamar este espaço de “unidade doméstica”.

A formação de uma boa dona-de-casa começava na unidade doméstica desde cedo. Ainda pequenas, as crianças ajudavam trazendo coisas, procurando ovos no galinheiro, alimentando os animais, ajudando suas mães nos trabalhos mais variados. Era desta forma que aprendiam. Se, nas famílias que se dedicavam à produção agrícola, as crianças eram integradas aos poucos aos trabalhos- domésticos ou não-, o mesmo se pode dizer das famílias que partiam para algum tipo de produção artesanal ou manufatureira. Na família Hering, por exemplo, mesmo as crianças mais novas tinham suas tarefas, na atividade manufatureiras de roupas de malha e de algodão.

Gretchen e Max vão duas vezes à escola, mas não são obrigados a realizar pequenos serviços na fabricação. Agora veja, querida Aurelie, cada qual trabalha de acordo com suas forças.

Carta de Minna Hering.

Através da documentação levantada, podemos dizer, em suma que as mulheres de origem alemã de Blumenau eram preparadas, na unidade doméstica de sua família, para serem boas donas de casa, trabalhadeiras, limpas e prendadas. Esta formação se dava através da participação das meninas, desde pequenas, nas atividades desenvolvidas pela família: doméstica, agrícola e artesanal. Na convivência com a mãe e demais membros da família, a menina aprendia também hábitos de conduta e valores morais”.

O trecho acima faz parte do livro As mulheres de Santa Catarina, e traz em seu conteúdo um apanhado geral da situação enfrentada pelas primeiras imigrantes do estado de Santa Catarina, em diferentes regiões do estado. Essas mulheres imigrantes tinham um papel muito significativo a desempenhar, dito fundamental na construção da região, principalmente na questão da povoação, que nesse período era fundamental para o crescimento, nesse caso em especial para a localidade de Blumenau”.

Mas essa representação da figura feminina, não estava presente apenas na vida das mulheres rurais e imigrantes de nossa região, FREYRE (1968, p 109) disserta sobre a realidade da mulher colonial fazendeira da região centro oeste do Brasil, ainda no século XIX:

O fato de que no século XIX os limites domésticos em geral consistirem nos limites do trabalho feminino apenas refletia que, numa sociedade pré-industrial, o domínio da produção não se deslocaria ainda do domínio familiar. Para uma fazendeira, que era ao mesmo tempo uma dona de casa, um conjunto de tarefas deveria ser realizado. Assim, levantando-se cedo a fim de dar andamento aos serviços, ver se partir a lenha, se fazer o fogo na cozinha, se matar a galinha mais gorda para a canja; a fim de dar a ordem para o jantar, que era às quatro horas, e dirigir as costuras das mucambas e molecas, que também remendavam, cerziam, remontavam, alinhavam a roupa da casa, fabricavam sabão, vela, vinho, licor doce, geléia. Mas tudo devia ser fiscalizado pela iaiá branca, que às vezes não tirava o chicote da mão.

Através das entrevistas, observa-se que apesar das facilidades oferecidas pela contemporaneidade, o passado ainda permanece nos espaços dessas mulheres. O passado permanece no cotidiano, está presente nas paredes dos lares, nas valiosas fotografias que são testemunhas de um tempo sagrado. O mobiliário construído pela figura paterna ocupa lugar de prestígio dentro da casa. São partes de toda uma vida e do próprio corpo da habitante da casa, podemos dizer que “certos objetos simbólicos referem-se a papéis sociais específicos” (BURKE, 2004).

Os maquinários e o artesanato doméstico após II Guerra Mundial.

O advento da II Guerra Mundial foi um divisor no século XX. Além de transformar a economia mundial, o conflito contribuiu para o estímulo a um novo cenário econômico, novos perfis sociais, comportamentais, e na relação entre os gêneros. Algumas nações, a partir deste momento passaram a influenciar o cenário ocidental, especialmente os Estados Unidos. A partir deste momento, sua cultura, indústria, tecnologia, cinema, vestuário, seus ícones, seus produtos industrializados, enlatados, e todo o seu sistema político e econômico, foram pulverizados, adentrando nas casas e chegando aos lugares mais distantes, inclusive nos espaços habitados pelas mulheres rurais, ainda que (em alguns casos) de forma lenta. Algumas senhoras relataram que receberam a tecnologia em seus lares, somente quase duas décadas após o advento da II Guerra Mundial.

Neste trajeto de recebimento, algumas famílias permaneciam sob luz dos lampiões, e muitas dessas mulheres faziam o trabalho doméstico à noite, o único momento disponível. Então costuravam as roupas ou bordavam o enxoval para o casamento. Produziam-se os alimentos, ou mesmo o abate de animais domésticos para alimentar a família. Antes da chegada das “facilidades tecnológicas” todo o árduo trabalho doméstico e rural (lavoura), era realizado manualmente, de forma artesanal, necessitando muito da força, incluindo as crianças que desde cedo acompanhavam os pais em todas as tarefas diárias.

Além disso, a mulher rural além de participar do trabalho na lavoura tinha todo um aglomerado de funções e serviços domésticos que, inevitavelmente, cabiam apenas à ela, visto que o homem não participava, pois esse era considerado “o trabalho das mulheres”. Durante as entrevistas realizadas esse fato ficou muito evidente, e elas se recordam com clareza desses tempos, quando o trabalho tomava um significativo espaço em suas vidas, não permitindo se dedicar a outras atividades como os bordados, por exemplo.

E esse trabalho aumentava após o casamento, por que a partir de então incluíam-se os filhos. A maioria das mulheres entrevistadas relatou que por esse motivo não se interessava em dar continuidade ao artesanato doméstico, às prendas que enfeitavam os lares. Mas para que a nova vida funcionasse era necessária a participação de todos da célula familiar, incluindo principalmente o corpo e os saberes femininos, seja ela mãe, filha ou esposa, todas sem exceção trabalharam ao lado e muitas vezes à frente de seus homens. O trabalho colono tinha um valor importantíssimo na realidade dessas mulheres, afinal era a base do sustento e sobrevivência de toda a família.

Enquanto os homens construía as casas, o mobiliário com suas técnicas e saberes, as mulheres permaneciam dentro dos lares, zelando pela família, economizando e organizando toda a ordem doméstica. Às vezes permaneciam sozinhas com os filhos na propriedade, enquanto os maridos adentravam nas matas a procura de mais terras ou alimentos por dias seguidos. Eram dias e noites à luz de querosene. Enquanto isso era parte integrante das tarefas femininas atividades pesadas, como o plantio, a manutenção da lavoura – a capinagem e a colheita, carregando nas costas grandes quantidades dessas produções (sacos de arroz, milho e mandioca, e também o trato para os animais domésticos).

Além desses, havia todo o trabalho de transformação posteriormente desses alimentos. Assim podemos relatar, uma vasta produção de artigos para o consumo familiar, como o café, a cana-de-açúcar - que no engenho tornava-se o melado, que se tornava mais adiante, através de outro processo, numa espécie de geléia, ou também bebidas, como a cachaça (vício e remédio); mandioca- farinha, milho – fubá para fazer o pão, entre outras variedades de alimentos.

Haviam ainda os filhos, um grupo geralmente muito significativo de crianças. Os maiores já auxiliavam nas produções domésticas, enquanto que os menores eram carregados geralmente junto as mães. Na roça, por exemplo, as crianças de peito permaneciam dentro de cestos de palha embaixo de árvores para proteger do calor do sol.

E as atividades da ordem doméstica não se limitavam apenas a isso, havia todo o trabalho no pomar, na horta, com as frutas, as verduras, os legumes, os chás curadores e os temperos (extremamente importantes). Os unguentos caseiros eram muito comuns, permanecendo seus preparos guardados principalmente junto às mulheres. Eram saberes fundamentais para a sobrevivência na região, transmitidos e revistos entre os grupos femininos nas comunidades e nas gerações posteriores. Algumas mulheres já não se recordam facilmente, mas é essencial o conhecimento dessas heranças que foram tão importantes para a sobrevivência desta história e memória. A história dos imigrantes e seus descendentes- construtores, artesãos,

curandeiros, bordadeiras, costureiras, que atravessaram uma imensidão desconhecida em navios em busca da própria reconstrução, deixando para trás uma parte de suas histórias.

Por outro lado, havia o desejo pela novidade facilitadora, a praticidade das máquinas, dos produtos enlatados, da margarina ao invés da manteiga, da cera pronta enlatada, do sabão industrial ao invés daquele produzido artesanalmente, do sabonete exibido nas revistas de moda, das compotas embaladas ao invés daquelas produzidas pelas mãos das mulheres colonas. Tudo isso, que na realidade não era percebido, pois fazia parte do cotidiano, era para essas pessoas algo intrínseco, e este momento já orientava para o início das transformações que estavam ocorrendo na sociedade.

As fábricas/indústria, com seus horários e padrões pré-determinados, acabaram por mecanizar os indivíduos. A II Guerra Mundial foi determinante na construção de novos modelos econômicos e sociais. A mulher é uma peça fundamental dessa engrenagem invisível, e a indústria - seja esta enquanto produtora de bens de consumo alimentícios ou técnicos/ materiais, soube atingir esse público. A preocupação com a higiene e com a saúde também contribuiu para a divulgação dos novos hábitos domésticos, já que após o conflito mundial, a medicina ocupou um espaço significativo na sociedade, tomando o lugar dos saberes femininos (dos chás e unguentos caseiros).

No universo feminino as mudanças foram muito fortes, em especial relatamos o período após o nascimento dos filhos; as mulheres entrevistadas relataram que os nascimentos aconteciam em suas casas, sob os olhares e ajuda das mulheres mais velhas da família, geralmente a mãe ou a sogra. Durante esse período, apesar de todo o serviço doméstico e caseiro, algumas das mulheres permaneciam dentro de suas casas, aproximadamente quarenta dias sob um regime severo; nesse regime incluía-se uma alimentação à base de canjas de galinhas. As mulheres permaneciam recolhidas, banhos em excessos eram evitados, principalmente lavar os cabelos durante o período de “resguardo”. As senhoras entrevistadas, relataram que esses cuidados eram fundamentais, mas que os mesmos não foram empregados por suas netas, por exemplo.

Porém, essa realidade muitas vezes não era comum à todas. Algumas mulheres relataram que apesar de estarem neste período, precisavam continuar com o trabalho da casa; isso significava cuidar dos animais e buscar o sustento para esses, bem como voltar a trabalhar na lavoura e realizar todo o trabalho doméstico. Algumas mulheres além de trabalharem no período após o nascimento de seus filhos, trabalhavam também durante a gestação, sem nenhum tipo de acompanhamento médico. As mulheres entrevistadas se recordam de que nunca haviam recorrido a profissionais. Elas confiavam e contavam com a sabedoria das

mulheres mais velhas. Essas eram os verdadeiros alicerces, visto que os homens em nada contribuíam, e até permaneciam afastados de suas esposas durante todo o período de gestação. Para a mulher rural deste momento de nossa história, recorrer a um médico era vergonhoso, afinal isto era um assunto tratado unicamente na intimidade do círculo feminino.

As mulheres do pós lar: Quem é a mulher do após II Guerra Mundial? 1950-1960.

A partir da década de 1950, um novo perfil do feminino passa a existir, promovido especialmente pela indústria de entretenimento, no qual as virtudes, a beleza e o corpo feminino começavam a ser explorados. Essa publicidade exibia as mulheres do lar, a mulher-mãe exemplar, doceira, caseira, costureira, e também a mulher sedutora. O modelo desejado era de uma mulher prática, juvenil, maquiada com ruge e batom, cheirando a colônia, a sabonete *Lux*, da mesma forma que as atrizes de cinema exibiam nas revistas.

Por trás dessas transformações principalmente entre as mulheres, surge ou pelo menos se legitima uma nova preocupação: a de se manter sedutoras. As novas revistas femininas, como *Marie Claire*, lançada em 1937, insistem que as mulheres, se quisessem conservar seus maridos, devem se manter atraentes. (...) Mas isso não estava no contrato que fundava o casamento da geração anterior. Os cuidados com a beleza, a maquiagem, o batom já não são apanágio das coquetes e das mulheres fáceis: agora são maneiras honestas de valorizar os próprios encantos. (PROST, 1992, p 98)

Uma mulher transformada pelo louro da *TecnoColor*, que estivesse pronta e feliz por conseguir diminuir seu tempo dentro do lar, através das engenhocas mecânicas (liquidificadores, máquinas de lavar, batedeiras, enceradeiras, geladeiras, ferros à vapor, etc.) dos produtos empacotados, também oferecidas pela indústria em ascensão.

No período entre as duas guerras foi elaborada em particular nos Estados Unidos, uma nova imagem da mulher do interior, menos marcada pelo espírito de devotamento do que pela sedução, pela felicidade consumista, pela emancipação em relação aos costumes tradicionalistas. O aspirador de pó, as máquinas de lavar roupas, o fogão a gás, o refrigerador, a alimentação em conserva são saudados

pela publicidade como instrumentos libertadores da mulher.
(LIPOVETSKY, 2000, p 210)

Na realidade “a mulher pré- II Guerra era idealizada segundo certos valores que estavam, por sua vez, calcados na visão e na ideologia religiosa patriarcal, imposta e conservada via família. Essa mulher que até esse momento está limitada ao seu universo doméstico, foi “substituída” em parte, por uma mulher consumista e industrial, que apesar de até certo momento ter conservado o ideal familiar, já possuía um olhar voltado para a indústria e suas extensões. A situação sócio-econômica pós II Guerra Mundial foi fundamental na formação da nova figura feminina. A mulher foi uma agente essencial quando os novos modelos sociais foram instaladas. Novos valores de vida humana foram implantados, em especial o ideal norte americano de viver, o *American Way of Life*, que trazia para o mundo uma espécie de brilho novo, através de suas tecnologias, com produtos sedutores e embelezadores.

Muito proferido e fortalecido em função da expansão americana frente ao novo cenário mundial que estava se edificando, o *American Way of Life*, gerou sérias mudanças em relação à figura feminina. Durante o período do conflito, uma nova imagem de mulher nascia, menos marcada pelo espírito de devotamento aos costumes tradicionalistas. As máquinas facilitadoras eram observadas como “instrumentos libertadores” da mulher. Apesar de haver ainda a permanência da figura feminina relacionada a papéis privados estéticos e afetivos, a mulher posterior à guerra já sinaliza pequenas mudanças em sua postura. Trabalhando nas fábricas e no comércio, são influenciadas por uma cultura de massa que estava em proeminente crescimento. Essa mulher aparece trazendo novas ideologias e gerando uma revisão de valores e hábitos. São mulheres que além de saírem às ruas em busca de oportunidades de trabalho se espelham nos ícones do cinema. Influenciada pela moda extremamente feminina que os franceses criaram, e por uma nova e charmosa moda americana, essa mulher se vê nos papéis de esposa e mãe moderna, envolta na sedução física, na magia das novidades, promessas ruidosas de mercadorias e boas compras. Isso se reflete em sua aparência.

O período correspondente ao final da II Guerra Mundial, despertou para uma nova geração, que trouxe consigo novos estilos de família, novos modos de trabalhar, de amar, viver, de existir para o outro, além de uma nova economia e novos conflitos políticos, tudo isso geraria uma profundas e sérias transformações nas relações com o passado, presente e futuro.

A partir de então uma sociedade programada para inventar necessidades e novos problemas começaria a ser construída. E essa sociedade construiria novas formas de relações entre os indivíduos, relações semeadas sob o princípio do narcisismo, aonde um sentimento de grandiosidade, uma certa tendência autocêntrica seria levada ao máximo, impulsionada por um mercado em profundo crescimento, que subsidiado por meios de comunicação levariam às massas uma fantasia do existir, principalmente para as mulheres, que a partir de então receberiam uma atenção especial por parte desses agentes.

Mas essa mesma mulher, que do mundo rural transita para o mundo urbano, não conseguia se enxergar nesse contexto, muito menos se via como um elemento da engrenagem. Na realidade essa mulher acreditava estar no caminho da emancipação feminina. Estava em meio a correnteza do processo, sendo lançada de um lado para o outro, em meio ao tumulto, tanto que se esqueceu do dia em que deixou de freqüentar a venda “secos e molhados”, para freqüentar supermercados; quando deixou de lado os pacotes de papel com os alimentos visíveis e palpáveis, para levá-los embalados, prontos, invisíveis; quando deixou de produzir o próprio queijo, o próprio sabão caseiro para encontrá-los e comprá-los nas prateleiras dos super mercados. E a mulher rural compra esses produtos mesmo sabendo que a sua produção é infinitamente melhor, saudável e especial.

Porém, a mulher rural não compreende que as suas heranças adentraram nas indústrias através da sua própria condição. A criação humana dessa mulher forte, agricultora, artesã, foi a responsável pela distribuição do saber feminino colonial para o sistema industrial, massificado, e também para a inclusão desse sistema nos lares. Foram os filhos e filhas dessas mulheres, que após trabalharem arduamente na propriedade da família ao lado dos pais, foram para as fábricas, que a partir de 1950 que se multiplicaram no Vale do Itajaí. Trabalhar e transformar a realidade de suas famílias rurais foi a tarefa desses filhos, que levaram para o interior das fábricas tudo o que aprenderam e receberam dentro dos seus lares, inclusive o seu mais precioso saber- a força de trabalho, uma herança de seus antepassados imigrantes.

Por sua parte, esses filhos e filhas da colônia levaram para dentro de seus lares tudo aquilo que tinham visto dentro das fábricas e fora dessas, nos centros urbanos. Eram eles que transmitiam as novidades à família no interior. Foi a partir de então que a mulher rural teve acesso aos maquinários facilitadores, a partir de então o processo seria contínuo. Cada vez mais as máquinas e a tecnologia tomariam conta dos lares e sufocariam os saberes artesanais femininos. As mulheres cansadas da vida roceira engavetaram conhecimentos de sua própria história e de vida. A partir de então nada seria mais como anteriormente. A partir desse

momento o artesanato permaneceria guardado dentro dos baús dessas mulheres ou, em alguns casos, essas produções seriam transmitidas às gerações posteriores. Seriam presenteadas, afinal eram objetos de adornos, e serviriam para enfeitar as casas das filhas e netas. Pode-se registrar que se trata de uma forma de conservar a memória familiar, era uma maneira de efetuar as conexões do amor através das fronteiras da ausência.

A alimentação era cada vez mais industrializada, as produções caseiras perderam espaço, a nova mulher já não possuía os saberes artesanais de suas antepassadas e estava muito mais preocupada com sua estética e com sua carreira profissional. Nem mesmo enxoval de casamento era produzido por essa nova mulher, enquanto que há alguns anos atrás isso era quase uma ordem, a partir de então já não era compreendido como tal. Após a explosão dos industrializados a figura feminina estava muito mais dentro das indústrias do que propriamente dentro das suas casas, produzindo artesanato e bens de consumo familiares. Cardoso (1980, p 28-29) disserta a respeito desse assunto.

Na Europa e nos Estados Unidos na década de 1950- na Áustria 38% das mulheres eram economicamente ativas, enquanto que na Grã Bretanha e EUA esse número estava em 31% e na França em 33%. A pesquisa ressalta ainda que durante a guerra, entre 1939 a 1944, o número de mulheres ativas economicamente cresceu muito, na Inglaterra houve um número maior, foram 44%. As necessidades da guerra tiveram um efeito mais ou menos compulsivo na mão-de-obra feminina. As mulheres eram instaladas a aceitar o trabalho pelo menos em tempo parcial, o que significou um grande encorajamento ao emprego das mulheres casadas. O Departamento de Trabalho, Emprego e Administração, dos EUA, oferece dados a respeito da situação da mulher no mercado de trabalho desse país. É também durante a guerra que os efetivos femininos, passaram de 10.880.000 em março de 1941 para 18.030.000, em agosto de 1944. Em dezembro de 1944, a participação feminina na população economicamente ativa dos EUA atingiu a taxa de 34%, ficando o desemprego de mulheres reduzido, nessa época, a menos de um quarto do que havia sido em 1940.

Assim como disserta Lipovetsky (2000, p 236) “a mulher era um ser pensado e idealizado segundo a visão e os princípios do homem”, que por sua vez considera-se o criador desta idéia que temos de civilização, é ele quem determina os parâmetros da utilização e função da mulher.

Conclusão:

Na realização desta pesquisa, descobriu-se um perfil feminino na forma de esposa, mãe e companheira. Mulheres molduradas em condições sociais e humanas que não se modificaram, com os quais elas conviveram durante toda a existência e reproduziram para as gerações posteriores. Nessa realidade os saberes que essas mulheres trouxeram consigo, em suas memórias, foram aos poucos engavetados pela contemporaneidade pulsante, que entrou no universo dessas mulheres através dos seus filhos, que foram às fábricas. Filhos e filhas que cederam às fábricas uma mão de obra importante, e que ao mesmo tempo levaram para dentro de seus lares as máquinas que substituíram as mãos femininas, que substituíram os processos artesanais.

Mas essa realidade parece não povoar de fato as memórias das mulheres rurais. Muitas informações importantes foram apagadas com o passar dos anos e das experiências vividas durante o decorrer de suas existências. Muitos saberes foram absorvidos pelo consumismo, pela voracidade da indústria e a alienação das próprias mulheres, que por sua vez não reconhecem a si mesmas como agentes importantes e fundamentais de todo esse processo. O artesanato doméstico que elas produziram durante toda a sua vida, as técnicas, os saberes e toda a vasta produção de bens de consumo e embelezamento da vida, foram engavetados e encobertos de tal forma que, redescobri-los exige ainda um longo tempo de pesquisa e reflexão.

Esse engavetamento que me refiro, não diz respeito apenas ao esquecimento das próprias mulheres, diz respeito também ao esquecimento que as mulheres contemporâneas fazem de si mesmas. As mulheres desse momento não florescem para a sua natureza, elas não permitem que a herança da mulher rural frutifique. Trazemos todos esses saberes conosco, sem o saber. Mas esses saberes não florescem em função de uma realidade de vida impossível, em que simplesmente a reflexão a respeito é impensável, e para muitas até mesmo impossível, motivo de deboche. Em instância alguma, acreditamos que nós mulheres contemporâneas somos semelhantes a essas mulheres rurais. Mulheres que não zelam pela estética, que não cuidam das unhas, dos cabelos e de nada que diz respeito ao corpo, mulheres que não possuem mãos, possuem mecanismos para pegar objetos, para trabalhar.

Em função deste tipo de pensamento, muitas informações e muitos saberes se perdem em meio ao tempo que passa. A mentalidade da mulher moderna, consumista e alienada da sua própria história, torna-a um simples item em meio a toda a correnteza do mundo contemporâneo. Uma figura ingrata, pequena, e subjugada aos desejos do outro. Um ser, muitas vezes sem consciência da sua real importância, ignorante de sua própria existência, da

suas memórias e história, que mal sabe produzir o próprio alimento. Uma mulher de corpo e alma descartáveis, mutáveis conforme as modas.

Na conclusão deste trabalho é impossível um ponto final. Essa pesquisa é um estudo de vida, de existência humana que está intimamente ligada ao tempo, e que está na raiz de tudo o que nos rodeia e permite viver - a terra. Por que afinal, tudo dela surgiu e continua desta forma. A terra, em sua dimensão cósmica, nos dá a vida e norteia tudo o que existe. A terra que representa o coração e a essência de vida dessas mulheres rurais.

Referências:

- AGUIAR, Neuma. **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.
- AMENO, Agenita. **Crítica a tolice feminina**. Rio de Janeiro: Ed. Do Brasil, 1979.
- ARIÈS, Philippe. **História sexual da criança e da família**. 2ª ed. São Paulo:Ed. Afiliada, 1981.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro:Ed. Nova Fronteira, 1980.
- BERGER, John. **Modos de Ver**. São Paulo: Ed. Rocco, 1999.
- BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar - a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1896.
- BOLEN, Jean, S. **As deusas e a mulher - nova psicologia das mulheres**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Paulus, 1990.
- BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1987.
- BUCKER, Bárbara, P. **O feminino da igreja e o conflito**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**. Bauru: EDUSC, 2004.
- CHITI, Jorge, F. **Artesania, Folclore y Arte Popular**. Ediciones Condorhuasi, 2003.
- DE MASI, Domenico. **A economia do ócio**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 2001.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympo, 1968.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- _____, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro, edições Graal, 1984.
- GAIARSA, José, A. **O que é pênis**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.
- HALL, Edward, T. **A dimensão oculta**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- HOLLANDER, Anne. **O sexo e as roupas**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2003.
- JACOBIA, Eloá; KÜHRNER, Maria, H. **Feminino e masculino no imaginário de diferentes épocas**. Rio de Janeiro: Berthrand Brasil, 1998.
- KEHL, Maria, R. **A mínima diferença**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1996.
- LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1995
- LEITE, Márcia, G. **O papel da mulher no mercado de trabalho**. MO. Blum, 1999.
- LEWENKAK, Sheila. **A mulher e o trabalho**. Portugal: Ed. Presença, 1992.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher- Permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- MACFARLAME, Alan. **História do Casamento e do Amor- Inglaterra, 1300-1400**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- MAÇANEIRO, Marlon. **A ascensão da mulher no mercado de trabalho Blumenauense e a empregabilidade**.- MO Blum, SC, 1998.
- MORGA, Antônio. **História das mulheres de Santa Catarina**. Ed. Argos, 2001.
- OLIVEIRA, Albertina. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Ed. Rosa dos Tempos, 1992.
- PENA, Maria, V. **Mulheres e trabalhadoras - presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PRECIOSA, Rosane. **Produção Estética**. São Paulo: Ed. Anhembi Morumbi, 2005.
- PROST, Antoine; VICENT, Gerard. **História da vida privada – I Guerra aos nossos dias**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- QUINTANEIRO, Tânia. **Retratos de Mulher- o cotidiano feminino sob o olhar de viajeiros do século XIX**. Petrópolis- RJ: Ed. Vozes, 1995.
- RENAUX, Maria, L. **O papel da mulher no Vale do Itajaí- 1850-1950**. Blumenau: Ed. Furb, 1995.
- RIBEIRO, Berta. **O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.
- SCHÖRNER, Ancelmo. **O arco-íris encoberto- Jaraguá do Sul, o trabalho e a história: operários, colonos- operários e faccionistas**. Joinville-SC: Ed. FURB, 2000.
- SINGER, Paul. **O capitalismo – sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. 14^a ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1987.
- STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx- roupas, memórias, dor**. São Paulo: Ed. Autentica, 2004.

- STUART, Heloneida. **Mulher objeto de cama e mesa**. 5ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.
- TERTULIANO. **A moda feminina e os espetáculos**. Lisboa: Verbo, 1974.
- TELLES, Ricardo. **A Saga- retratos das colônias alemãs no Brasil**. São Paulo: Ed. Terra Virgem, 1997.
- THERBORN, Göran. **Sexo e Poder- a família no mundo**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.
- VIORST, Judith. **Casamento para toda a vida**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2005.
- WOORTMANN, Klass. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1987.
- _____, Elle, F., **Herdeiros parentes e compadres**. São Paulo: Ed. Universitária de Brasília, 1995.
- XIMENES, Sérgio. **Minidicionário Ediouro**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO EDUCACIONAL: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PESQUISA ATRAVÉS DE UM ESTUDO DE CASO (O ARQUIVO HISTÓRICO DO LICEU DE HUMANIDADES DE CAMPOS/RJ).

Silvia Alicia Martínez

Professora Associada Universidade Estadual do Norte Fluminense. silvia-martinez@hotmail.com

Rafaela Machado

Mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense e pesquisadora do Arquivo Público de Campos. rafaela1808@yahoo.com.br

Resumo:

Este artigo pretende apresentar parte dos resultados alcançados com o trabalho realizado no Arquivo Histórico da centenária escola campista Liceu de Humanidades, principalmente, no que tange à difusão do seu patrimônio educacional, alicerçado na utilização da própria história da sobredita instituição, bem como a partir de um sistemático trabalho de utilização da memória e da pesquisa para tal fim. Além disso, nos propomos a descrever e problematizar parte do percurso percorrido pelo Grupo de Pesquisa e Extensão “*Liceu de Humanidades de Campos: Preservar a memória, divulgar a cultura escolar e afirmar a identidade na comunidade (escolar)*”, bem como de alguns de seus projetos que visam à preservação da memória histórica e educacional, a produção de estudos científicos e a divulgação do patrimônio educativo.

Palavras-Chave: Patrimônio educacional, arquivo escolar e memória.

Introdução

No Brasil, atualmente, pode-se afirmar que está se alcançando a meta de ter todas as crianças na escola, embora não se possa ainda superar outras metas, que passam pela qualidade e equidade. Em consequência, a escola é uma instituição que faz parte da

vida de uma parcela significativa da sociedade e habita nas suas memórias: seja com lembranças de êxito, seja de insucesso, de alegria ou sacrifício, ela deixa marcas que nos acompanham e nos constituem como adultos.

E a escola muda. Apesar das afirmativas que se escutam cá e lá sobre a imutabilidade da escola, sobre seu atraso, ela vem acompanhando o passo do tempo de forma irreparável. Sejam os programas escolares, seja o mobiliário, seja o material escolar cotidiano, sejam os objetos auxiliares do trabalho do professor, eles vão mudando com as transformações que acontecem na sociedade, das quais derivam diferenciadas correntes pedagógicas.

Estes câmbios não passaram inadvertidos pelos historiadores da educação. As provocações impostas pela nova história cultural e seu giro historiográfico (Chartier, 1990), estimularam o desenvolvimento da denominada “nova história cultural da educação” que, como lembra Moreno Martínez (2010),

a través de sus líneas etnográfica e microhistórica, ha favorecido el impulso de la investigación de la cultura y el patrimonio material e inmaterial de las instituciones educativas, situándolas como un campo historiográfico emergente, una nueva mirada de la historia, que partiendo de los significados de los elementos materiales de las instituciones educativas podía llegar a ofrecer una comprensión holística de la escuela. Unos vestigios que no son meros testigos fósiles, neutros y mudos de un tiempo pasado sino, utilizando la conocida expresión de Pier Paolo Sacchetto, “objetos huella”, es decir productos históricos impregnados de las culturas que conformaron la escuela. Restos arqueológicos cargados de significados en los que cabe hallar ciertas claves... (p.9-10).

Neste contexto, o cotidiano escolar, com suas características singulares, contradições e complexidades tem se transformado num objeto privilegiado de pesquisa na área.

O processo de conservação da memória institucional e sua cultura específica levaram os historiadores da educação a prestarem mais atenção nos *objetos-documentos-monumentos produzidos para e pela escola* e tem provocado nos últimos anos, em vários países, a criação de variados espaços, seja de pesquisa, de exposição, de guarda e organização de acervos bibliográficos, de arquivos escolares, bibliotecas particulares de professores e Centros de Memória para a preservação de fontes escolares documentais. Para citar apenas alguns brasileiros localizados na região sudeste, e correndo o risco de incorrer em sérios esquecimentos, podemos nomear: Centro de

Memória da Educação (FEUSP), Centro de Memória da Faculdade de Educação da UNICAMP, Centro de Memória da Faculdade de Educação da UFMG, Centro de Estudos e Investigações em História da Educação da UFPel, Centro de Memória da UNESP, PRODEF da UFF, PROEDES da UFRJ, CEDAPH da Universidade de São Francisco, APER "Arquivo Pessoal Euclides Roxo" da PUC-SP, Centro de Referência do Professor (MG), Centro de Referência em Educação Mário Covas (SP), Grupo de Pesquisa História da Educação no Brasil - UNESP Marília, Grupo CIVILES da UNICAMP, dentre muitos outros.

No plano internacional, a problemática do patrimônio educacional tem provocado a criação de numerosos espaços de estudo, preservação e divulgação. O monográfico da Revista *Educatio Siglo XXI* No. 28.2 de 2010, da Facultad de Educación de Murcia, Espanha, dedicado a este tema, dá conta da abundante e rica produção e reflexão que estão realizando os pesquisadores espanhóis, que os limites deste texto impedem aprofundar: acervos de manuais escolares, museus, museus virtuais, fontes orais que compõem museus de patrimônio imaterial, centros para o estudo e preservação da cultura escolar, são alguns exemplos de trabalhos desenvolvidos nesse contexto nas últimas décadas.

Por outro lado, um importante espaço de troca de informações acadêmicas tem sido a *Rede Iberoamericana para a Investigação e a difusão do Patrimônio Histórico Educativo* (RIDPHE), com início em 2007 que, como seu nome indica, congrega pesquisadores de Iberoamérica que se dedicam ao estudo deste patrimônio. O recente *Simpósio Iberoamericano: História, Educação, Patrimônio Educativo*, que aconteceu entre os dias 28 de 30 de maio de 2012, na Unicamp, foi muito profícuo e reuniu pesquisadores argentinos, brasileiros e espanhóis com a intenção de trocar experiências e ajudar a consolidar redes de pesquisa internacionais. Além disso, não podemos deixar de mencionar brevemente os trabalhos que se desenvolvem no território argentino, como o *Museo de las escuelas*, do governo da Ciudad de Buenos Aires; e o Projeto *Huellas de la Escuela, Legado de la historia educativa de la ciudad de Buenos Aires*.

Ainda, não é banal nem casual que o tema do IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, que aconteceu em Lisboa entre os dias 12 e 15 de julho de 2012 tenha como tema central *Rituais, Espaços e Patrimônios Escolares*. O tema também é alvo de reflexão e ações no espaço português, com vários pesquisadores debruçados a este tema, dentre os quais se encontra Maria João Mogarro, colega e colaboradora de pesquisas com membros do grupo que ora assina este texto.

No nosso caso particular, nos últimos dez anos nos dedicamos ao estudo e preservação do patrimônio educacional, na linha de pesquisa *História das Instituições Educativas no Norte Fluminense (UENF)*¹, que tem estudado historicamente algumas instituições, dentre as quais o Liceu de Humanidades de Campos (LHC)², objeto privilegiado deste texto³.

Neste artigo nos propomos a descrever e problematizar parte do percurso percorrido pelo Grupo de Pesquisa e Extensão, trajetória esta composta por numerosos integrantes e sucessivos projetos que visam a preservação da memória histórica educacional, a produção de estudos científicos e a divulgação do patrimônio educativo. Especial atenção será dada aos trabalhos desenvolvidos na última fase, relativos à divulgação do patrimônio e popularização da ciência. Esperamos com o trabalho dar subsídios para encorajar outros grupos de pesquisa, diretores, professores e a comunidade em geral no sentido de evitar o esquecimento do patrimônio histórico educativo, que tanto tem marcado nossa sociedade e tão pouca atenção do poder público tem despertado.

O trabalho de organização das fontes escolares: os Fundos do Arquivo Histórico do Liceu de Humanidades de Campos

¹ Vinculada ao Grupo de Pesquisa *Educação, Sociedade e Região*, do Diretório de Grupos do CNPq, sob a liderança de Silvia A. Martínez. Financiada com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro Carlos Chagas (FAPERJ) e pela Pró-reitoria de Extensão da UENF (PROEX-UENF), nos programas de Extensão e Universidade Aberta. Apoiada pelo CNPq, através do Programa PIBIC, de Iniciação Científica.

² O LHC foi criado em 1880 e cinco anos depois começou a funcionar no antigo solar do Barão da Lagoa Dourada. Neste trabalho não abordaremos a história das instituições relativas aos fundos documentais, história esta abordada em vários trabalhos da nossa autoria, alguns dos quais elencados na bibliografia do trabalho, como MARTÍNEZ, S. A. ; [BOYNARD, Maria Amelia de A Pinto](#) . *O ensino secundário no Império e na Primeira República no Brasil: entre as ciências e as humanidades. O caso do Liceu de Humanidades de Campos/RJ (1880-1930)*. História da Educação (UFPEL), v. 14, p. 121-153, 2010. Martínez, Silvia Alicia ; [FAGUNDES, Pedro Ernesto](#) . *As memórias liceistas: o arquivo do Liceu de Humanidades de Campos (Rio de Janeiro)*. Cadernos de História da Educação (UFU. Impresso), v. 9, p. 239-249, 2010. MARTÍNEZ, S. A. . *Formando os professores no interior: a criação da Escola Normal de Campos no processo de implantação do sistema de instrução pública e de profissionalização do magistério no Estado do Rio de Janeiro*. História de la educación anuario, v. 10, p. 99-122, 2009. MARTÍNEZ, S. A. ; [BOYNARD, Maria Amelia de A Pinto](#) . "Depois de sementeiro da terra, o sementeiro das almas." O Liceu de Humanidades na cidade de Campos: espaço, história e memórias.. Revista Academia Campista de Letras, v. VI, p. 191-211, 2008. MARTÍNEZ, S. A. ; [LOPES, S. M. C. N.](#) . *A emergência de escolas normais no Rio de Janeiro do século XIX: a Escola Normal do Município da Corte e a Escola Normal de Campos*. Revista Brasileira de História da Educação, v. 15, p. 27-39, 2007.

³ Por outro lado, a linha está vinculada a outros dois grupos de pesquisa do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq: 1) Observatório da Cultura Escolar, sob a liderança de Eurize Caldas Pessanha (UFMS); 2) História da Profissão Docente, sob a liderança de Ana Waleska P. C. Mendonça (PUC-Rio).

Refletir sobre o itinerário da investigação desenvolvida nos últimos anos não permite omitir o longo e inacabado trabalho realizado com os documentos escolares que se encontram hoje no Arquivo Histórico do Liceu de Humanidades de Campos, e que correspondem a três fundos: o Fundo *Escola Normal*, o Fundo *Escola Modelo 6 de Março* e o Fundo *Liceu de Humanidades de Campos*.

Estes fundos não estavam claramente identificados quando iniciamos as pesquisas sobre a Escola Normal e sobre o Liceu, nos idos anos de 2002, embora existissem claros vestígios da sua existência. Sobre os documentos da Escola Modelo, podemos afirmar que foram identificados graças ao espírito investigativo de um membro da pesquisa⁴.

Ao longo do trabalho de organização inicial dos documentos que compõem estes fundos, não tínhamos dúvida de que eles são de vital importância para o que Magalhães (1998) chama de *ethnohistoriografia a partir da escola*, já que foi justamente o estudo da cultura escolar (Julia, 2001) que tem deixado em evidência a importância dos documentos por ela gerados, e tradicionalmente negligenciados pelo campo da história.

Como afirma MOGARRO (2005),

Os documentos de arquivo são os mais tradicionais como base da escrita da história, mas os novos caminhos da investigação em educação não deixam de lhes conferir esse lugar de centralidade, de matriz de referência, pela consistência das suas informações e pela segurança que transmitem aos investigadores. As novas fontes de informação expressam a preocupação com as vozes dos atores sociais e educativos (privilegiando os testemunhos orais e as lógicas narrativas de natureza pessoal) ou com a materialidade associada às práticas (como os objetos móveis que fazem parte dos espólios museológicos das escolas), mas a configuração da identidade histórica e institucional passa necessariamente pelo arquivo, enquanto repositório do processo de “escrituração” da escola. O arquivo escolar garante, em cada instituição, a unidade, a coerência e a consistência que as memórias individuais sobre a escola, ou os objetos isolados por ela produzidos e utilizados, não podem conferir, por si sós, à memória e identidade que hoje se torna fundamental construir. (p. 98)

Os autores dedicados a este tipo de estudo coincidem em elencar algumas categorias analíticas e conceituais consideradas fundamentais: espaço; tempo; currículo; modelo pedagógico escolar; professores; manuais escolares; públicos, cultura, forma de

⁴ Trata-se de Maria Amelia de Almeida Pinto Boynard, membro da equipe, TNS da UENF, e autora da dissertação de Mestrado sobre essa escola e que participou ativamente de todo o processo entre os anos de 2002 e 2010.

estimulação e resistências; dimensões, níveis de apropriação, escolarização, alfabetização, destinos de vida.

A ausência de uma cultura de preservação documental e de políticas definidas de avaliação que deliberem acerca da importância de determinados documentos, e ainda, o incentivo que a escola recebe no Brasil - desde a década de 1970 - a "eliminar" documentos dos arquivos mortos, ainda são empecilhos a serem superados.

Os documentos que se encontram no AHLHC⁵ foram aqui classificados e separados em três grandes categorias apenas com finalidade didática, e portanto, arbitrária, posto que devem ser analisados na sua totalidade e reciprocidade.

- a) documentos cotidianos escritos ⁶
- b) fotografias como evidência histórica
- c) objetos escolares

Além disso, não podemos deixar de mencionar um quarto elemento da cultura escolar da instituição em estudo, que não está dentro do arquivo, mas o comporta, que é o seu prédio histórico.

- d) a arquitetura escolar como parte do currículo

Estes fundos guardam um importante e rico acervo documental do AHLHC que, desde outra perspectiva - o estado de deterioração e abandono em que se encontravam - constituiu-se no principal elemento complicador do trabalho de pesquisa, posto que sua organização se tornou muito complexa e atrasou a fase inicial de coleta de dados.

Entretanto, após os anos de trabalho⁷, percebemos que a pesquisa somava ao seu foco principal - a produção de conhecimento sobre as instituições escolares em questão

⁵ Até finais de 2011 haviam sido identificados aproximadamente 30 mil documentos do fundo Liceu de Humanidades de Campos, 3000 documentos do Fundo Escola Normal e 85 documentos relativos a Escola Modelo. Importante é destacar que o arquivo é um espaço dinâmico: o número de documentos vai aumentando na medida em que são enviados para o Arquivo Histórico documentos que não são mais importantes na Secretaria da Instituição. Além disso, trata-se de não permitir que o passo do tempo deteriore os documentos existentes, o que viria a produzir a diminuição numérica dos mesmos. Sobre a Escola Normal gostaríamos de explicitar que parte do arquivo se encontra no ISEPAM, instituição herdeira dessa escola.

⁶ Uma descrição dos documentos escritos pode ser encontrada em: MARTINEZ, S. A.; FAGUNDES, P. *As memórias liceístas: o arquivo do Liceu de Humanidades de Campos (Rio de Janeiro)*. Cadernos de História da Educação, v.9, n. 1, 2010, p-p 239-249.

- um outro foco, colocando agora os holofotes na questão do patrimônio em si, na sua preservação, divulgação e disponibilização.

Esta questão será abordada a seguir.

Preservação e difusão do patrimônio educativo

Avançando nas possibilidades investigativas dos arquivos escolares, ainda, e tomando como base as considerações de FELGUEIRAS (2005), acreditamos que ao "inventariar, estudar e preservar" (p. 99) o patrimônio educativo se coopera com o resgate da herança educativa das escolas, contribuindo para a criação de uma "identidade dos contextos escolares" que, ao tornar-se pública, colabora com a melhoria da qualidade cultural da cidade, permitindo o resgate da memória coletiva.

É nesse sentido que a pesquisa foi reinventada.

O trabalho desenvolvido por longos anos, tanto de organização do arquivo como de análise acadêmica, apesar de fundamental pelo trabalho de preservação e estudo sistemático, limitava-se a espaços fechados ou de circulação limitada (salas do arquivo, salas de aula, congressos, palestras, mostras, workshops), e apresentava escassos momentos de contato com o grande público, tanto escolar como da cidade.

A partir desta constatação e da necessidade de uma maior possibilidade de trocas, planejaram-se novas etapas, visando a ampliação do trabalho com os documentos no arquivo histórico, extrapolando os limites do arquivo, e estimulando a participação dos alunos da escola.

Dessa forma, foi realizado no ano de 2010 o projeto de Extensão: "*Liceu de Humanidades de Campos: Preservar a memória, divulgar a cultura escolar e afirmar a identidade na comunidade (escolar)*"⁸ que, além da continuidade do trabalho de organização das fontes e do estabelecimento de um plantão de atendimento no Arquivo Histórico do LHC, executou basicamente quatro novas ações, com o objetivo de

⁷ Trata-se das pesquisas e projetos de extensão desenvolvidos até 2009: *Preservação do patrimônio histórico de Instituições escolares do Norte Fluminense - o caso do Liceu de Humanidades de Campos (LHC): 1880-1980* e *Preservação do patrimônio histórico de Instituições escolares do Norte Fluminense - o caso da Escola Normal de Campos (ENC): 1894-1954*, que visaram atividades de sistematização e normatização dos três fundos da Escola Normal de Campos, Liceu de Humanidades de Campos e Escola Modelo, com vistas à realização de um Inventário de Fontes e digitalização de alguns documentos.

⁸ O projeto articula-se com o Plano Nacional de Extensão Universitária, no campo das Ciências Humanas, nas áreas temáticas de CULTURA E EDUCAÇÃO. Neste projeto participaram Ligia de Freitas Sodré, Michele dos Santos da Silva Gama, Jussara Scafura Mesquita, Fabiana Monteiro Viana e Michele Assis. Relatório Proex, jan. 2011.

conscientização da comunidade escolar acerca da importância da preservação da memória do LHC.

- “VISITAS GUIADAS”, com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental, pelas instalações da escola: prédios atuais, prédio histórico, chegando ao Arquivo, com explicações sobre os espaços, construções, usos e ocupações ao longo do tempo.
- Oficina “MEMÓRIA, HISTÓRIA E PRESERVAÇÃO: ELOS DA IDENTIDADE CULTURAL”, com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental que, após a visita guiada, interessaram-se por aprofundar esses conhecimentos sobre a história da escola.

Esta oficina foi organizada através de diversas atividades que envolveram explicações e relatos sobre a história da instituição; trabalho com conceitos como memória, história e preservação, assim como produção de desenhos, cartazes, fotografias livres e textos que demonstraram o novo olhar desses alunos sobre sua escola. Estes trabalhos produzidos foram guardados em um baú de madeira, denominado “*Baú de Memórias*”, caixa de madeira depositada no Arquivo Histórico, que será aberto quando estes alunos chegarem ao 3º ano do Ensino Médio, ou seja, quando concluírem seus estudos no LHC.

Por outro lado, uma das pesquisas realizadas com os documentos do Arquivo focou seu estudo na LAECE (Liceu Associação Escolar de Cultura e Esporte) criado em 05 de maio de 1938 e que existiu por várias décadas: estatuto, jornais, fotografias e documentos diversos. Além da identificação de integrantes da LAECE, foram identificadas suas ações políticas, culturais, sociais e/ou esportivas. Isto possibilitou duas outras ações, a saber:

- ENTREVISTAS com ex-alunos participantes do Grêmio Estudantil de modo que se tornariam informantes chave para entendermos melhor a Laece. Algumas pessoas selecionadas para entrevistas individuais tiveram destaque em diversas atividades que marcaram a história da Laece, retratada em diversos documentos encontrados no Arquivo. Decidiu-se também entrevistar membros do atual grêmio. Foram feitas indagações a cada

entrevistado sobre sua vivência no grêmio, surgindo memórias reveladas sobre momentos significativos das pessoas e da escola.⁹

- ENCONTRO INTERGERACIONAL do Grêmio estudantil do Liceu de Humanidades de Campos – *LAECE EM FOCO*.

No bojo das ações de intervenção, e perante a constatação da existência do Grêmio estudantil atuante no ano de 2010, decidiu-se promover um encontro intergeracional de troca de experiências, principalmente ao se verificar a lacuna sobre a história laecea e o interesse por conhecê-la.¹⁰ Surgiram então perguntas: Como era a Laece? Tinha força representativa como a apresentada nesse momento? Que importância teve a Laece para os seus integrantes? Os participantes da Laece eram hoje que tipo de pessoas na sociedade?



A atividade teve por objetivos: favorecer a troca de experiências e informações que permitem o enriquecimento dos envolvidos no Encontro; conscientização dos atuais e futuros integrantes do grêmio estudantil na identificação de suas raízes, determinando

⁹ Os entrevistados foram: Professor Hélvio Santafé, Dr. Guy Lobato Augè, professor Benedito Ribeiro Dias, professor Luciano D'Angelo Carneiro, Professor e sociólogo José Luiz Viana da Cruz, o empresário Cláudio César Soares, as empresárias Lia Mirian Aquino Cruz e Suzana Ferreira Paes, Professora e pesquisadora Maria Amelia Almeida Pinto Boynard e os estudantes Fabrício Barreto dos Santos Moura, Hugo Pereira e Lucas Viana de Azevedo Rangel.

¹⁰ Esta atividade foi em parte inspirada no "Encuentro intergeneracional" realizado no CEINCE (Centro Internacional de la Cultura Escolar), localizado em Berlanga de Duero, Soria, Espanha. Ver em www.ceince.es. Realizada em 18 de novembro de 2010, integrando as comemorações dos 130 anos do LHC.

mudanças e permanências para uma LAECE sempre atuante; memórias reveladas para a (re) construção da história da LAECE.¹¹

Dando continuidade ao projeto em questão, no ano de 2011, com novo sub-coordenador¹², e a partir da experiência acumulada, planejou-se expandir o trabalho de valorização da herança educativa, tendo como público-alvo não apenas exclusivamente o acervo documental e os alunos de uma escola específica, mas os professores da rede estadual e o público em geral. Sendo assim, direcionou-se o olhar para sensibilizar a comunidade para o re(conhecimento) de seu ambiente escolar como patrimônio, visando fortalecer sua ligação com a herança cultural local.

Nesse sentido, além do trabalho no Arquivo Histórico, e das orientações de forma assistemática realizadas com alunos que mostraram curiosidade e requisitaram informações sobre a história do Liceu - o que comprova e justifica a importância e necessidade do trabalho além sala-arquivo - desenvolveram-se três novas ações:

- **ATIVIDADES** com professores e funcionários da secretaria de Escolas Municipais e Estaduais do Município de Itaperuna-RJ, através de dois eventos de sensibilização e explicitação do trabalho de recuperação, catalogação e montagem de arquivos escolares realizados¹³. O intuito era o de suscitar na equipe de Itaperuna a necessidade de se resguardar a documentação escolar existente nas escolas do município como forma de se preservar o passado das instituições escolares, bem como os vestígios daqueles que por estas instituições tenham estudado.

Fomentados por esta discussão, durante os meses de junho a novembro de 2011, realizou-se na Escola Estadual Buarque de Nazareth um trabalho de observação, organização e limpeza dos documentos do arquivo dessa escola, basicamente dotado de documentação escrita.¹⁴

¹¹ Os participantes foram: professor e sociólogo Dr. José Luiz Viana da Cruz, empresário Cláudio César Soares, Diretora Celina Mateus Barbosa, Professora e pesquisadora Maria Amelia Almeida Pinto Boynard e os estudantes Fabricio Barreto dos Santos Moura, Hugo Pereira, Lucas Viana de Azevedo Rangel.

¹² Trata-se do Prof. Dr. Leandro Garcia Pinho, do LEEL-CCH-UENF.

¹³ 5 de maio e 21 de novembro de 2011.

¹⁴ Equipe composta pelo prof. de História, Marcelo Medina Garcia Faria, que chefiava as atividades neste arquivo, alunos do ensino fundamental, dois alunos do Curso de Graduação em História de IES local, apoiados pelo diretor da instituição.

- EXPOSIÇÃO *Liceu de Humanidades de Campos: Patrimônio Escolar, Patrimônio da cidade.*

Com o objetivo de assinalar para a importância do Liceu de Humanidades como patrimônio histórico da cidade e, por isso, da necessidade sempre presente de desenvolvimento de políticas de preservação do edifício, bem como de sua história, a exposição pretendeu propiciar ao público uma maior aproximação com o cotidiano de alunos e professores da instituição em variados tempos. Para tanto, cerca de 40 fotografias foram selecionadas, entre mais de 200, utilizando-se como critério de escolha as imagens que possibilitassem algum tipo de identificação visual imediata com o cotidiano da instituição, dos alunos e professores.¹⁵ Além das fotografias, foram expostos objetos do Laboratório de Química e Física da centenária escola, como lupas, balanças e microscópios, e o casaco de um uniforme masculino.

No bojo das comemorações do aniversário da instituição, aberta por uma semana no Hall do Solar e encerrando o ano letivo, a mostra recebeu ampla divulgação na mídia, e em sua inauguração pode contar com a presença do público em geral, além de alunos, professores, funcionários e ilustres liceístas. Aberta por apenas 8 dias, contou com mais de 350 visitantes da comunidade – assinantes do livro de presença- e permanece, em parte, ainda aberta no segundo andar do prédio histórico, oferecendo a oportunidade de se conhecer parte do patrimônio material e imaterial da instituição.

É importante ressaltar que durante os dias em que a exposição esteve aberta ao público, o Arquivo Histórico pode também ser visitado e seu acervo conhecido, cumprindo dessa forma, um dos objetivos de todo e qualquer arquivo e do próprio projeto em si, isto é, o de poder tornar público o seu acervo.

¹⁵ Com a Curadoria da Coordenadora do Projeto, foi possível graças à parceria estabelecida com o Fotoclube Goytacazes, nas figuras do seu Presidente, Teófilo Augusto da Silva e do fotógrafo Paulo Damasceno. O primeiro, também, foi responsável pelo desenho da Exposição e dos Cartazes.



A realização da exposição implicou, ainda, no aprofundamento de conhecimentos próprios da museologia, aproveitando a revolução atual pela qual atravessa a área, ao almejar que esses espaços - que anteriormente eram reservados a poucos - passem a ser frequentados pelo grande público.

A esse respeito, temos nos inspirado bastante no movimento espanhol, que tem aumentado consideravelmente a oferta de museus que se relacionam com o passado educativo, museus estes de grande ou de pequeno porte, materiais ou virtuais, como explicita Yanes Cabrera, C. (2007). Da museografia, por sua vez, devemos aprender acerca da teoria e da prática da instalação (instalações técnicas, requerimentos funcionais e espaciais, circulação, preservação, medidas de segurança e conservação do material exibido) assim como formas de comunicar a mensagem (missão) através dos objetos expostos, etc.

- Realização de ESTUDO EXPLORATÓRIO acerca da possibilidade de organização de acervos documentais de outras escolas antigas da cidade.

Com o intuito de dar continuidade ao estudo de instituições educacionais do Norte Fluminense, meta do projeto de investigação, teve início o trabalho de pesquisa no Colégio Estadual Nilo Peçanha, privilegiando o olhar, em princípio, no Liceu de Artes e Ofícios e na Escola Profissional Feminina¹⁶. O Liceu de Artes e Ofícios veio a se instalar no ano de 1895 no edifício idealizado por Clovis Arraud e construído para tal fim. Após seu fechamento, em 1923 instalou-se nesse local a Escola Profissional Feminina... Mas esta história, certamente, será objeto de outros textos.

Considerações Finais: Preservar para compreender e re-inventar - Resgate, conservação e divulgação da memória educativa

Os acervos escolares escondem uma variada e valiosa quantidade de documentos que muitas vezes não é valorizada pela comunidade educacional nem pela sociedade. Esses documentos, se guardados e identificados, possibilitam desvendar o cotidiano da escola em diversas épocas, compreender seu funcionamento interno, a constituição do currículo e as práticas diárias de professores e alunos, constituindo a chave capital para o estudo das instituições educacionais. Sem abandonar outro tipo de documentação, consagrada e tradicional, como a legislação.

A preservação do patrimônio histórico educativo está intrinsecamente ligada ao conhecer, entender e divulgar a importância cultural e social da instituição escolar. A guarda e conservação da documentação escolar, fundamental para preservar a memória educativa, permite também valorizar os resquícios da construção da escola como espaço social peculiar da sociedade que a compõe. Resquícios estes que se tornam a cada dia plausíveis de esquecimento, abandono e, muitas vezes, descarte.

Nas páginas acima não perseguimos o intuito de apresentar um relatório de atividades desenvolvidas. Nem um estudo modelo a ser seguido ou imitado. Apenas reiterar, a partir de ações concretas, a necessidade de conservação dos arquivos

¹⁶ Neste novo projeto conta-se com uma aluna de Mestrado (UENF-PGPS-CNPq) e três alunas de Iniciação Científica (CNPq-PIBIC).

escolares, possibilitando a percepção da viabilidade deste tipo de trabalho e sem esconder as próprias dificuldades inerentes a ele.

Por outro lado, ao destacar a história de uma das mais antigas instituições do Estado do Rio de Janeiro, como é o Liceu de Humanidades de Campos, não queremos contribuir para a cristalização da ideia de que apenas as instituições com uma longa história podem e precisam ser estudadas e seu patrimônio conservado. Também não queremos induzir ao falso entendimento de que sem arquivos escolares nem objetos “antigos” não se pode conhecer, estudar e escrever a história de uma instituição.

TODA ESCOLA TEM HISTÓRIA E TEM MEMÓRIA(S). Seja uma escola recém-criada, seja uma centenária, as instituições, como os homens e mulheres, vão construindo uma história. Quando os documentos escritos e objetos materiais estão ausentes, recorrer aos depoimentos dos sujeitos que passaram pela escola ou que dela participam no dia-a-dia, sejam professores, diretivos, pessoal de apoio, alunos e familiares dos alunos, é muito promissor. Os trabalhos com memória podem ser desenvolvidos com os próprios alunos e o envolvimento nessa tarefa pode ajudar também a desenvolver laços afetivos mais fortes com a instituição estudada.

Incorporar os estudos sobre o patrimônio escolar nos cursos de formação inicial e continuada de professores é uma tarefa inadiável. Lamentavelmente, as políticas oficiais nem sempre valorizam estes saberes, priorizando aqueles que as tendências internacionais apontam como “mais importantes” ou mais urgentes.

Por último, acreditamos que escrever e divulgar a história das instituições educativas possibilita a introdução de variados objetos, discursos e olhares para serem analisados, comparados, enfrentados, problematizados, ações que talvez produzam um conhecimento mais aprofundado delas, que possam nos levar a reinventá-las...

Esperamos, portanto, contribuir com a preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural da educação e, em consequência, com uma melhor compreensão da escola (pública) que nos leve a sua melhoria.

Referências:

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1990.

ESCOLANO, A. B. “*El espacio escolar como escenario y como representación*”. Teias, Revista da Faculdade de Educação/UERJ – Rio de Janeiro, n.1, jun. 2000.

_____. *Tiempos y espacios para la escuela. Ensayos históricos*. Editorial Biblioteca Nueva, Madrid, 2000.

ESCOLANO, A. B.; HERNANDES DÍAZ, José Maria (Coords.) *La memoria y el deseo. Cultura de la escuela y educación deseada*. Valencia, Tirant lo Blanch, 2002.

FILGUEIRAS, M. “*Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação-comunicação da herança educativa*.” Campinas, Proposições, v. 16, n.1, jan-abril, 2005, p. 87-102.

JULIA, D. *A Cultura Escolar como Objeto Histórico*. Revista Brasileira de História da Educação. SBHE, Campinas: Autores Associados, No. 1, jan/junho, 2001.

MARTÍNEZ, S. A. Et alli. *Preservar a memória, divulgar a cultura escolar e afirmar a identidade na comunidade (escolar)*. Relatório de Extensão, PROEX-UENF, 2011.

MARTÍNEZ, S. A. ; BOYNARD, Maria Amelia de A Pinto . *O ensino secundário no Império e na Primeira República no Brasil: entre as ciencias e as humanidades. O caso do Liceu de Humanidades de Campos/RJ (1880-1930)*. História da Educação (UFPel), v. 14, p. 121-153, 2010.

Martinez, Silvia Alicia ; FAGUNDES, Pedro Ernesto . *As memórias liceistas: o arquivo do Liceu de Humanidades de Campos (Rio de Janeiro)*. Cadernos de História da Educação (UFU. Impresso), v. 9, p. 239-249, 2010.

MARTÍNEZ, S. A. ; BOYNARD, Maria Amelia de Almeida Pinto ; GANTOS, Marcelo Carlos . *Arquitetura, Escola e Memória: o edifício do Licei de Humanidades de Campos*. Cadernos de História da Educação (UFU), v. 5, p. 161-174, 2006.

MARTÍNEZ, S. A. ; LOPES, S. M. C. N. . *A emergência de escolas normais no Rio de Janeiro do século XIX: a Escola Normal do Município da Corte e a Escola Normal de Campos*. Revista Brasileira de História da Educação, v. 15, p. 27-39, 2007.

MOGARRO, M. J. “*Arquivos e educação: a construção da memória educativa*”. Revista Brasileira de História da Educação, n.º 10, Julho/Dezembro:75-99.

MORENO MARTÍNEZ, P. L. *Patrimonio y educación*. Introducción. Múrcia, Educatio Siglo XXI No. 28.2 de 2010, pp 9-15.

VIÑAO, A. “Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada”. In: BENCOSTA, M. L. A. (org.) *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo, Cortez, 2005.

VIÑAO FRAGO, A. e ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade. A arquitetura como programa*. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1998.

YANES CABRERA, C.: “*The Pedagogical Museums and the Intangible Educational Heritage: didactic practices and possibilities of safeguarding*”. *Journal of Research in Teacher Education*. No. 4, (Special Issue on Historical Literacy). Umeå University.

EU COMPARTILHO, ELE COMPARTILHA – MEMÓRIA E COLECIONISMO – PATRIMONIALIZANDO LEMBRANÇAS NAS REDES SOCIAIS

Márcia Elisa Lopes Silveira Rendeiro

Professora de História do Município do Rio de Janeiro
Doutoranda do PPGMS, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO
marelisarendeiro@ig.com.br

Leila Beatriz Ribeiro

Professora do PPGMS, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO
leilabribeiro@ig.com.br

Resumo

O presente trabalho destina-se a uma parcial apreciação e análise da pesquisa em curso “Coleções em Rede – a fábrica de memórias do Orkut e do Facebook”; na linha de pesquisa Memória e Patrimônio, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, levando em conta: a configuração do objeto – redes sociais da Internet; o espaço em que ele se constitui como fenômeno de comunicação e de gerador de lembranças – a Web; os vocábulos e as ações que caracterizam o objeto, com especial destaque para o verbo compartilhar; além das especificidades desse gênero de investigação, considerando a metodologia empregada e os primeiros resultados da pesquisa, erguida à luz dos estudos da Memória Social e do Coleccionismo.

Palavras-chave: Redes Sociais; Memória Social; Coleções.

Abstract

The present work addresses to a partial appreciation and analysis of the research in course "Collections in Net - the factory of memory from Orkut and Facebook"; in the research line of Memory and Patrimony, of the Post-Graduation Program in Social Memory, from the Federal University of the State of Rio de Janeiro, taking account: the configuration of the object –

social networks from the Internet; the space in which itself poses as a generator of memories and communication phenomenon – the Web; the words and the actions which feature the object, with special highlight for the verb share; beside the specificities of this gender of investigation, considering the methodology implied and the first results of the research, risen in light of the Social Memory and the Collectionism studies.

Palavras-chave: Social Networks; Social Memory; Collections.

1. Apresentação

No significativo vocabulário empregado nas redes sociais da Internet chama a nossa atenção termos como conectar, postar e compartilhar. Isso porque desses termos – no paradoxo da informação em tempo real – se apreende um desejo de memória e de patrimonialização de lembranças, uma urgência em ampliar o presente com imagens e fragmentos do passado. Nesse sentido, Dodebei (2008, p.12) nos auxilia atentando para o fato de que cada vez mais e de forma exponencial, objetos são produzidos e conseqüentemente preservados no meio digital: “Preservar, então, corresponde a tornar possível a troca de informações armazenadas numa memória de mundo”. O que explicaria em parte o extenso volume de álbuns virtuais, marcados por uma intensa circulação de fotografias; além de *blogs*, *fotologs* e outros tantos dispositivos que oferecem um atrativo à exposição do indivíduo, musealizado por si mesmo, preso nas tramas da sedução pela memória *on-line*. Essa questão – problematizada no espaço desse artigo – é parte da pesquisa “Coleções em Rede – a fábrica de memórias do Orkut e do Facebook” (RENDEIRO, 2011), no propósito de investigar o colecionismo no universo das redes sociais.

Inicialmente, vale lembrar que do conjunto de experiências que a ação de colecionar proporciona, merecem destaque a satisfação garantida pela posse dos objetos e o valor a eles atribuído (seja como um elemento de troca ou apenas como algo para ser visto e admirado). Nesse caso, há de se ressaltar a presença de vários elementos: satisfação e prazer, exibição, poder e posse.

Na dinâmica composta pelas redes sociais, com *sites* que permitem que você encontre e “acumule” amigos por características específicas, crie grupos de discussão e transite entre álbuns e comunidades; vislumbramos a existência de um circuito que contrapõem palavra e imagem, um dispositivo virtual que estimula a gestação de lembranças e de representação – elos de uma mesma cadeia que serve para pontuar a escrita dos estudos de memória.

2. O tecido das redes

No propósito de estabelecer significado para o termo redes, no complexo e variado mar de associações e interpretações que a palavra sugere, lançamos mão do que no dizer da pesquisadora Regina Marteleto pode ser definido como um “sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica”; ou ainda, “um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede” (MARTELETO, 2001, p.72). Em Elias (1994, p.35) também verificamos a preocupação com a definição do termo rede, partindo da gênese da palavra, nesse caso, o conceito viria da rede de tecido, muitos fios isolados, ligados uns aos outros, tecendo uma nova coisa, “nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente”; a rede só seria compreensível com uma análise da maneira como eles se ligam, da relação recíproca que eles estabelecem, acenando com uma imagem que reflete do indivíduo para a sociedade, a formação de uma nova ordem, do individual para o todo, algo que já existia antes dele, mas que ele (indivíduo) ajuda a formar. Assim, dada à dificuldade da compreensão do tecido todo pela análise isolada, cabe-nos puxar um fio e, nesse movimento e abertura, investigar a sua trajetória, seus pontos, nós e conexões.

Inicialmente, propomo-nos refletir sobre a complexidade das redes humanas, estruturas que só podem ser compreendidas em função do coletivo e cuja existência é anterior ao advento das novas tecnologias de comunicação, assim como também se faz necessário compreender o termo rede na confluência de um outro termo – informação.

Palavra presente no dia a dia, rede está em quase tudo, rede ferroviária, fluvial, redes de televisão, computadores em rede etc. De modo primário serve para “descrever todos os tipos de associações entre as pessoas: uma rede de amigos, uma rede de vizinhos, uma rede de mulheres” (LIPNACK; STAMPS, 1992, p.03); na tentativa de compreendê-la de modo mais profundo, também podemos afirmar que “são estruturas dinâmicas e complexas formadas por pessoas com valores e (ou) objetivos em comum” (DUARTE; QUANDT, SOUZA, 2008, p.19).

Como árvore ou raiz sua forma pode ser configurada seguindo algumas imagens;

um sistema de nodos e elos; um mapa de linhas entre pontos; uma identidade persistente de relacionamentos; uma ‘rede de pesca mal amarrada’; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não-geográfica; um sistema de apoio; uma linha de vida; todo mundo que você conhece; todo mundo que você conhece que... pratica natação, coleciona moedas, canta no coro da igreja, leva as crianças para a escola, lê Teilhard de Chardin (LIPNACK; STAMPS, 1992, p.03).

São ainda os mesmos autores que apontam para o uso do termo *network*, em um distante 1560, para designar “um trabalho com fios (*work*)”, espécie de arranjo em que o

movimento acontece **por** e **com** conexões, o que serve também para demonstrar que a ideia não é nova, nem recente. De outra feita, tecidas essas considerações iniciais, é possível observar que na contemporaneidade as disciplinas conversam cada vez mais entre si – e que uma maior compreensão do termo “rede” sugere que a realidade não separa, não divide; nós é que assim o fazemos, nos diferentes campos científicos – e o estudo das redes sociais pode servir para sustentar esse argumento. Dessa observação segue-se para o fato de que o modelo compartimentado, em que se separa o sujeito do mundo, já não nos serve mais. Os estudos dos diferentes tipos de redes sociais teriam assim a função de romper com a dicotomia entre isso ou aquilo, (re)unindo sujeito e realidade, como forma de enredamento do homem ao homem, na raiz de questões que se dizem humanas e sociais.

No empenho de tratar das relações estabelecidas nos sites de relacionamento, partindo da premissa de que formamos no mundo contemporâneo uma sociedade de “coleccionadores de imagens”, dedicamo-nos ao estudo de dois *sites* em particular – *Orkut* e *Facebook* – conhecidos como redes sociais, no espaço sem fronteiras que chamamos Internet. Nosso propósito é mapear esses *sites*, na hipótese de que eles configurem espaços de edificação de memórias, onde se faz presente o desejo de patrimonializar lembranças, em forma de imagens, fotografias, amigos – possíveis objetos de uma coleção virtual ou de um museu pessoal.

Desse processo de composição de um acervo de imagens e objetos virtuais (e pessoais) segue-se a ideia de que é impossível falar de patrimônio sem considerar os monumentos que sustentam a sua existência. Inicialmente cabe lembrar que a caracterização desses monumentos está atrelada ao modo como ele age sobre a memória, mediado pela afetividade, com a função de fazer o passado vibrar como se fosse presente, todo ele “invocado, convocado, de certa forma encantado”; o monumento atua como instrumento de defesa, protegendo-nos contra os “traumatismos da existência, um dispositivo de segurança”, capaz de assegurar, acalmar, tranquilizar, “conjurando o ser do tempo”, garantia sobre as origens, dissipando “a inquietação gerada pela incerteza dos começos” (CHOAY, 2006, p.18).

Dessa articulação entre monumento, representação do passado e patrimônio apreende-se também uma relação com o tempo, no que se percebe “a evocação de um movimento de criação e de acúmulo espontâneo”, uma dinâmica contrária “a tudo o que tende a fixar-se, oprimir e tyrannizar”; nesse contexto, o termo “patrimonialidade” aparece como aplicável e compreensível, na intenção de designar a “modalidade sensível de uma experiência do passado, articulada com uma organização do saber” (POULOT, 2009, p. 27-28). No conjunto

destas perspectivas vislumbramos a pertinência de estudar novas formas de patrimônio, condicionadas, entre outras, às matrizes do tangível, intangível ou digital.

Quer nos parecer que as condições *potenciais* para a memória virtual do mundo já existem, representadas pelo conteúdo digital, no qual se inserem os *bits* patrimoniais, e a interoperabilidade maquínica, mediada por uma linguagem independente das línguas naturais e ontologias, operada por um sistema aberto de comunicação. A reflexão sobre os conceitos de patrimônio digital e de memória virtual indica que a digitalização pode ser uma das garantias da preservação do patrimônio; que a formação de coleção, ainda que destituída do atributo de acumulação, organiza um domínio do conhecimento, essencial ao desenvolvimento da comunicação no ciberespaço; e que os atributos para a formação do conceito de patrimônio digital ainda são escolhas determinadas pelos poderes institucionais. (DODEBEI, 2008, p. 31).

Antes de apresentar o detalhamento do espaço das redes, na configuração de uma nova forma de patrimônio digital, cumpre-nos a tarefa de refletir sobre o desafio dos estudos de Memória Social, no esteio de uma espécie de memória do tempo presente, forjada por uma nova relação com o tempo, nas sociedades atuais, acentuadamente marcadas pelo aqui e agora, se considerarmos a quase inexistente preocupação com o futuro e uma visão redentora do passado.

Alguns autores podem nos ajudar na tentativa de compreensão desse tipo de produção memorialista. Começemos pelo argumento de que diversas formas de memória podem coexistir com mecanismos diferentes e diferentes objetos de lembrança. Seguindo os passos dos filósofos gregos, o pesquisador italiano Frederico Casalegno afirma que a memória pode ser vista como um “traço”, na metáfora de um “pedaço de cera”, sobre o qual a memória agiria como um “carimbo”; pode ser vista também como um “celeiro”, uma espécie de depósito ou local onde se “conserva as impressões do passado”; e pode ainda ser vista como um “conjunto de pássaros de várias espécies e de diversas cores”, abrigadas numa espécie de “casa da alma”, um local ativo, onde as “lembranças não são imóveis e se agitam e voam como entidades vivas: a memória é concebida como uma atividade” (CASALEGNO, 2006, p.17). Como situar a produção memorialista das redes sociais nesse contexto de memória (s)?

Nesse caso, é possível pensar no fato de que as redes sociais da Internet – com seus *posts*, *links* e imagens, fragmentos narrativos, *fotologs* e informações – está marcadamente em sintonia com a ideia de memória ativa. Com uma produção que é alimentada pela troca de recordações pessoais e dos outros, servindo como um recurso pelo qual é possível nutrir a memória coletiva, como se nossas ações só tivessem valor quando exteriorizadas, contadas e (re)contadas aos outros e a nós mesmos.

É o caso, por exemplo, dos usuários que cultivam o hábito de digitalizar fotos antigas, (re)significando suas imagens pessoais (nascimento, infância, casamento) na composição de

perfis, suscitando uma sorte de comentários e leituras do hoje sobre o ontem. No corpo da pesquisa, voltando o nosso interesse para as imagens que circulam nas redes sociais, com seus “avatares”¹ e retratos, como elementos que identificam e representam virtualmente o indivíduo, ressaltamos a ambiguidade da fotografia, imagem que encerra um “poderio de informação e desinformação”, na sua capacidade de “emocionar e transformar, de denunciar e manipular”, sendo, contudo, elemento permanente de fascínio para a sociedade (KOSSOY, 2007, p.31).

A fotografia – para o usuário das redes – é sempre a chance de criar novas realidades, configurar a si mesmo como alguém em constante mudança, um editor capaz de recortar a própria imagem, produzir um ser virtual, compor um mosaico de interesses, propagador de suas ideias na expressão de seus sentimentos. No corpo das fotos postadas em rede há sempre o recurso de recuperar o detalhe, destacar um sorriso, compor a paisagem dentro da paisagem, filtros específicos de memória, que ampliam a possibilidade de construção do “eu”. Nesse contexto, interessamo-nos mais pelos recortes, pela realidade criada a partir de fragmentos, pela compulsão de guardar em álbuns virtuais as fotografias dos “eventos” que o usuário participa, pela ambiguidade das aparências, do que pelas evidências que a fotografia oferece.

Como um gênero específico de produção de lembrança, apreende-se que a fotografia resulta de um processo de criação, construído de uma forma “técnica, cultural, estética e ideológica”; complexo na sua abrangência, um gênero imagético encetado para registrar as atividades humanas, mais ainda, como “elemento de fixação da memória histórica individual e coletiva” (KOSSOY, 2007, p.35).

No universo das redes sociais percebe-se um diálogo entre as imagens dos usuários, com perfis que se comunicam, informam e narram; fotografias que são modificadas com a inserção de legendas – do próprio usuário ou por parte de outros membros de sua rede de amigos – e dessa interação comunicativa, apreendemos uma trajetória contrária à imobilidade, situando no espaço individual, na página do indivíduo, um repertório de experiências que nem sempre são apenas suas; fatos e coisas, aparentemente desconexas, que ganham um sentido e uma coerência na proposta de retratar alguém, compor uma imagem maior, sobrepondo as identidades, um percurso que segue do “nós” para o “eu”.

¹ Nas redes de relacionamento o termo avatar compreende um corpo virtual, uma imagem que transcende ao seu criador, potencializa a sua própria imagem, representa uma espécie de duplo, elemento que transita, age e opera dentro das redes. Nem todo usuário de redes sociais possui um avatar, ele apenas ilustra as muitas possibilidades de representação que a rede oferece.

Tudo o que era vivido diretamente se distancia em uma representação. Essa relação entre vivido e representado evoluiu consideravelmente com as comunicações em rede. [...] Assistimos, assim, à criação de uma memória que é verdadeiramente “respondente”, muito mais do que “registradora”. [...] É essa forma de exteriorização e de partilha de sensações e de informações em rede que modela a memória coletiva e viva das comunidades a que pertencemos e que nos permite, em última instância, dar um sentido a nossa existência: criar associações, formar comunidades e partilhar as emoções em comum (CASALEGNO, 2006, p.31-32).

A lógica da “sociedade do espetáculo”, apresentada pelo pesquisador Guy Debord, que dizia respeito, sobretudo, às mídias de massa – anunciando a vida como uma “imensa acumulação de espetáculos” – destacava a finitude de um tempo cíclico, em que se vivia a “ilusão imóvel” sobre o “realmente vivido”, em detrimento de um “tempo espetacular”, em que, segundo ele, o tempo da realidade se transforma, sendo “vivido ilusoriamente” (DEBORD, 2003, p.155); esse tempo, criticado por ele, ganha especial contorno com as novas tecnologias interativas de comunicação, erguidas sob o signo da partilha, em face da ideia de que a “experiência compartilhada participa da fundação da memória coletiva” (CASALEGNO, 2006, p.32).

A associação de sentidos entre as redes sociais da Internet (cujo surgimento pode ser apontado como uma espécie de velha criação) e a memória social é, pois, fruto da experiência narrativa, sensorial, que esses *sites* oferecem, graças a um conjunto de aplicativos e alternativas de compartilhamento. No dizer do filósofo e urbanista francês Paul Virilio “a memória da comunidade virtual é algo que surge para substituir a memória perdida da comunidade real”, e tal como uma compensação ou escape, “nada mais é aqui, tudo é agora” (VIRILIO, 2006, p.91; p.93) – eis que se institui a memória do presente.

Os *sites* de relacionamento – constituídos na estrutura rizomática das redes sociais – corroboram para a ideia de que a memória individual e a memória coletiva caminham lado a lado; estabelecendo uma concepção de memória em que se observa que as nossas recordações (individuais e coletivas) e “até o nosso processo cognitivo de recordar contêm na origem muito de social”; verbos como “reconhecer, recordar, evocar, registrar, comemorar” e, agora, também compartilhar “mostram que a memória, de tão complexa, pode incluir tudo, desde uma sensação mental altamente privada e espontânea, possivelmente muda, até uma cerimônia pública solenizada” (FRENTRESS; WICKHAM, 1992, p.08).

É das relações humanas que nos ocupamos quando debruçados sobre o objeto redes sociais; da natureza dessas relações quando mediadas pelas modernas tecnologias de comunicação; e da complexa forma de produzir lembranças, com coleções de imagens e de narrativas. Dessa interação sem precedentes percebe-se que “aceitamos controlar, mas também sermos controlados pelos outros. Democratizamos o voyeurismo em escala

planetária” (VIRILIO, 2006, p.101); cabe-nos refletir sobre esse trânsito de informações, imagens e narrativas na web.

3. Metodologia

À luz da Memória Social propomos a análise qualitativa dos referidos *sites* de relacionamento, entrevistando usuários e dissecando esses espaços, a fim de identificar – no circuito das imagens e informações – os objetos que compõem essas coleções virtuais. No espaço dessa análise cabe-nos investigar: o que o ato de compartilhar ensaja nesse cenário? Que espécie de colecionador se configura em *sites* como o *Orkut* e o *Facebook*? Em que medida a categoria patrimônio pode ser alocada nesse estudo?

Vale reforçar o fato de que o mundo virtual assinala a possibilidade de corporificar a memória com um novo tipo de objetos, antropologicamente e sociologicamente reconhecíveis, de natureza armazenável, reunidos em série, como vestígios ou rastros, indicativos da presença do homem, definindo assim a existência de um suporte de memória, próprio das práticas de coleção e, como tal, patrimônio capaz de identificar ideias, comunidades e sujeitos. Ao partir dessa premissa vislumbramos o ensejo de patrimonialização de lembranças nas redes sociais, observando, por exemplo, que antigos álbuns de família ganham novas leituras e significados, compondo páginas de eventos e como objetos de uma coleção de imagens de caráter infundável.

Entre as redes sociais de maior sucesso, considerando o número de usuários, estão o *Facebook*, o *Orkut* e o *Twitter*; *sites* de relacionamento entre *blogs*, *micro-blogs*, aqui pontuados como a marca de um trânsito virtual, esboçando regiões de grande circulação, onde palavras como tráfego, portais e janelas ganham outros sentidos e significados.

Longe daqueles diários íntimos do século XIX, nos quais o tempo sedimentava em lentas camadas de sentido e era preciso recobrá-lo nessa empreitada tão insistente quanto cotidiana, os *blogs* conformam prolixas **coleções do tempo presente** organizadas cronologicamente. Ademais, agora é lícito abandonar a tarefa se ela se tornar cansativa ou enfadonha demais, sabendo que sempre será possível renascer em outro momento, abrindo um outro *blog* ou mesmo um fotolog, ou um perfil no *Orkut*, ou alguma outra novidade que logo irá aparecer e será ainda mais cintilante. Sempre é possível recomençar, não apenas com outro layout mais bonito e atual, mas inclusive com um perfil renovado (SIBILIA, 2008, p.139, grifo nosso).

Assim, uma vez reconhecida a legitimidade de uma discussão sobre patrimônio e coleções, em uma análise sobre as redes sociais, para chegar às respostas, no processo de estruturação de um método de análise, inicialmente, partimos do reconhecimento dessa forma de organização humana, construindo uma espécie de mapeamento inicial do campo, identificando a sua forma e o seu conteúdo, a dinâmica que estabelece os nós e as conexões,

considerando não apenas os “atributos individuais (classe, sexo, idade, gênero), os atores, mas o conjunto de relações que os indivíduos estabelecem através de suas interações uns com os outros” (MARTELETO, 2001, p.72). De outra feita à pesquisa empírica se recomenda a observação e apreensão de todos os detalhes, cuidando para conhecer apuradamente todo o “universo que se pretende problematizar”; levando em conta o fato de que “a Internet é um universo de investigação particularmente difícil de recortar, em função de sua **escala** [...], **heterogeneidade** [...] e **dinamismo** [...]” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2012, p.55, grifo nosso).

De pronto, vale lembrar que há uma grande oferta de métodos de análise para as redes sociais, sobretudo, no campo da matemática, com seus gráficos, teoria de grafos e sociomatrizes, mas, mesmo reconhecendo o valor dessas propriedades, assim como, dos programas de *software* dedicados ao assunto e a gama de possibilidades que os mesmos oferecem, nosso processo empírico tem sido construído à sombra de uma observação qualitativa e seguindo o seguinte roteiro inicial: a) o **mapeamento dos sites** *Facebook* e *Orkut* (análise do espaço, sua configuração visual, terminologia, ações e aplicativos); b) a **análise de entrevistas** aos usuários, na perspectiva de que configuram os atores da rede, nesse caso, interpretados como “atores-chave na conexão” (DUARTE; SOUZA; QUANDT, 2008, p.35); c) a **análise do fluxo de imagens** (fotografias e quadros imagéticos) o modo como elas circulam e sofrem interferência; e de *posts* (pequenos relatos), na perspectiva de que os mesmos (na sua associação e completude) configuram objetos de uma coleção de imagens, com uma dinâmica própria e formadora de um novo gênero de colecionador.

Esclarecemos que cada uma dessas categorias de análise pode, eventualmente, contar com o auxílio de outras tantas ferramentas, na medida em que isso se mostrar necessário.

Desse modo,

a percepção do Outro é essencial para a interação humana. Ela mostra que, no ciberespaço, pela ausência de informações que geralmente permeiam a comunicação face a face, as pessoas são julgadas e percebidas por suas palavras. Essas palavras, constituídas como expressões de alguém, legitimadas pelos grupos sociais, constroem as percepções que os indivíduos têm dos atores sociais. É preciso, assim, colocar rostos, informações que gerem individualidade e empatia, na informação geralmente anônima do ciberespaço. Este requisito é fundamental para que a comunicação possa ser estruturada. Essas questões são importantes porque trazem a necessidade de que o ator que se expressa através da comunicação mediada pelo computador, seja individualizado e percebido de modo a proporcionar as pistas necessárias para a interação social (RECUERO, 2010, p.27).

Na soma dessas considerações com a questão metodológica percebemos, de imediato, a atração que o fenômeno “redes sociais na Internet” exerce na sociedade contemporânea, o

que nos leva a reconhecer a existência de um mercado de memórias, suscitando o consumo de imagens, a projeção de perfis, o compartilhamento de ideias, a criação de comunidades.

4. Desenvolvimento

Do processo inicial de investigação, na tentativa de mapear o espaço e as possibilidades que ele enseja (como objeto de estudo) listamos algumas de suas ações, ferramentas e aplicativos, no esboço de uma primeira análise e interpretação de sua terminologia. Para tanto, a título de exemplificação, apresentamos algumas considerações acerca da rede *Facebook*, extraídas da observação da própria rede, no uso de suas especificidades, como uma pequena demonstração das possibilidades analíticas que esse site de relacionamentos oferece.

Principais ações disponíveis ou ao alcance dos usuários (verbos, iniciativas e caminhos para o usuário no trânsito das redes: a) **Curtir** – ação de observar (admirar, examinar) uma página ou uma comunidade do site, comunicando aos “amigos” o objeto (pessoa, coisa ou tema) observado pelo usuário; b) **Compartilhar** – ação motriz do site, possibilidade de dividir com os amigos, as imagens, as fotos, as mensagens de cunho pessoal. No cenário em questão, pode-se afirmar que compartilhar é a ação de maior relevância, uma vez que dinamiza a ação comunicativa dos usuários na rede. d) **Postar** – termo que remete ao envio de mensagens curtas, assim como, *links* e imagens, meio pelo qual o usuário dialoga com os amigos (membros da mesma rede) e pelo qual lança mão de suas ideias e mensagens; e) **Comentar** – ação de emitir opinião, interferência direta sobre uma fotografia, imagem ou mensagem, nesse caso, uma mesma foto ou texto, pode ser comentada por vários usuários (amigos) da mesma rede; f) **Localizar** – ação de rastrear pessoas, amigos ou com potencial de amigos, seguindo as pistas dos que compartilham interesses em comum; g) **Criar eventos** – ato de começar e nomear um evento, promovendo, convidando e reunindo pessoas em torno de um interesse comum; g) **Adicionar** – ação de adicionar um amigo-usuário a sua rede²; h) **Confirmar** – ato de confirmar a adição de mais um amigo a sua rede; i) **Outras possibilidades de ação** são evidenciadas a partir de: **Pergunte algo**; **Publicar**; **Classificar** (primeiras histórias, mais recentes); **Foto-vídeo** (enviar foto ou vídeo, usar *webcan*, criar álbum de fotos).

² Lembramos que a rede, compreendida como um todo, com suas ferramentas e aplicativos, suscita a formação de outras redes, a rede de amigos que se adicionam (própria e comum a um determinado número de usuários) e trafegam mutuamente no universo de suas imagens e mensagens.

Objetos, ferramentas e aplicativos também estão ao alcance dos usuários. Entre eles, destacamos o espaço do *Status*, onde o usuário da rede descreve o seu momento, respondendo à pergunta: no que você está pensando? Também merecem destaque: o **Perfil** (espaço em que o usuário se descreve, a partir de um pequeno banco de dados, profissão, instituição em que trabalha, entre outros); a **Linha do Tempo** (página dentro da rede, que é própria ao usuário, onde se alojam todas as suas mensagens, tudo o que compartilhou com seus amigos, tudo o que curtiu, todos os convites e solicitações que recebeu, organizados em ordem cronológica); **Jogos** (aplicativos ou jogos interativos que podem ser compartilhados com amigos); **Álbuns** (arquivo de fotografia e ou imagens que são reunidas e classificadas por um eixo temática); **Bate-papo** (recurso que permite a troca de mensagens em tempo real, para o qual é possível mostrar-se conectado ou desconectado).

Uma vez mapeado e estabelecido os critérios iniciais de análise cumpre-nos dialogar com os autores e com o aporte teórico que uma pesquisa como essa exige. De pronto reconhecemos o peso de conceitos como representação, narrativa, consumo e memória coletiva. Nesse cenário destacamos também o peso conceitual da intimidade.

A transformação do tempo e do espaço reconhecida pela modernidade levou a **um novo modelo de intimidade**, a ideia de “confiança e segurança, risco e perigo” caminha lado a lado com a experiência transmitida pela mídia, é Gideens quem afirma “a familiaridade gerada pela experiência transmitida pela mídia pode talvez, com frequência, produzir sensações de inversão da realidade: o objeto ou evento real, quando encontrado, parece ter uma existência menos concreta que sua representação na mídia” (2002, p.30). Assim, apresentar-se, expor-se em rede, representar a sua própria atuação, postando imagens e criando álbuns, seriam coisas ainda mais importantes do que o evento em si.

No futuro, são as fronteiras permeáveis que se tornarão o mais interessante de se compreender e de estudar. As pessoas sempre vão querer o imediatismo do contato humano, elas sempre irão querer conversar enquanto tomam uma xícara de café, sempre vão querer ver onde você mora, fisicamente, com seu corpo. Você aprende muito sobre uma pessoa vendo o seu local, vendo a forma como ela vive, o tipo de arte que ela gosta, como gosta das luzes, se ela trabalha numa sala escura ou numa sala iluminada. As pessoas sempre vão querer isso para formar relações que contêm informações sobre os nossos corpos e os corpos daqueles com quem falamos. Mas as pessoas também vão querer – agora que desenvolvemos o gosto para isso – a possibilidade de encontrar pessoas no virtual, elas vão sempre querer a velocidade, o alcance global, e, até mesmo, o tipo de intimidade especial que vem da comunicação eletrônica (TURKLE, 2006, p.289-290).

A existência de um tipo de memória na tela sugere também uma forma de apreensão subjetiva da tecnologia, tomando como base o uso de arquivos e memórias *on-line* e a angústia de que nada pode se perder: “a diferença entre todas as minhas caixas e o arquivo de

e-mail tem a ver com o fato de que quando eu tenho o antigo e-mail na minha tela, está lá com a mesma presença na tela, a mesma forma de poder ser manipulado que as coisas do presente” (TURKLE, 2006, p.298).

O mundo virtual assinala desse modo com a possibilidade de corporificar a memória com um novo tipo de objetos, antropologicamente e sociologicamente reconhecíveis, de natureza armazenável, reunidos em série, como vestígios ou rastros, indicativos da presença do homem, definindo assim a existência de um suporte de memória, próprio das práticas de coleção e, como tal, patrimônio capaz de identificar ideias, comunidades e indivíduos.

5. Resultados Alcançados

O trabalho de campo, considerando o inicial mapeamento dos *sites* e as questões que envolvem a entrevista aos usuários já aponta para a existência do ensejo de colecionar, indícios de um tipo muito singular de colecionador, o que o filósofo Vilém Flusser chama de “coleccionadores de imagens”; o termo foi empregado com respeito ao “domínio das imagens técnicas” na sociedade; essas imagens apontam para uma espécie de “revolução cultural”, marcada pela dependência e pelo excesso de informação presente em “fotografias, filmes, imagens de TV, de vídeo e dos terminais de computador” (FLUSSER, 2008, p.14) – dessa constatação se apreende um mundo regido por imagens, objetos que acumulam sentidos, evidenciando novas formas de compreensão social e suscitando novas formas de abordagem para a memória. É o mesmo Vilém Flusser quem afirma que “quem escreve tece fios” (2010, p.51); nesse caminho interpretativo percebemos que a escrita das redes se estabelece como uma leitura de superfície, mas tão intensa e constante que dá conta de uma “nova experiência espaço-temporal e, por conseguinte, de um novo conceito de espaço-tempo, em que as antigas experiências e os antigos conceitos não podem ser mantidos” (FLUSSER, 2010, p.64).

De um balanço primário de resultados, entre o real e o virtual, cabe-nos refletir sobre que tipo de mensagem encerra a imagem postada em rede. Na defesa de uma postura crítica, supondo que novas experiências subjetivas se estabelecem na contemporaneidade, procuramos os elos das redes sociais, o desejo comum do compartilhamento, a compulsão pela acumulação de imagens e informações, vislumbrando nesses passos a presença do colecionismo.

Dessa apreensão inicial, percebemos que o virtual, “mais do que sinônimo de ilusão ou falsidade, compreende um outro espaço de experimentação da própria realidade”, indicando que há novas formas de criação e convivência sendo estabelecidas em sociedade; com

imagens que “carregam, também, sentidos tensos, expressos sob a conjugação de sons, falas, movimentos” (JOBIM e SOUZA, 2003, p.82).

Professor de Literatura Comparada e pesquisador, Andréas Huyssen chama a nossa atenção para o fato de que “memória e esquecimento estão indissolúvel e mutuamente ligados”, mais ainda, estimula-nos a pensar nesse fenômeno como algo “ligado à mercadorização e à espetacularização”, tal como se observa numa ampla oferta de “filmes, museus, docudramas, *sites* na Internet, livros de fotografia, histórias em quadrinhos, ficção” (2000, p.19; p.21), estratégias que corroboram na visão da memória como um produto, passível de comercialização e de barganha; partindo dessa provocante premissa, consideramos que uma das possibilidades que as entrevistas aos usuários apontam seria a configuração de um novo ‘produto’ (grifo nosso) de memória. Assim,

a nossa sedução monumental já pode não ter qualquer relação com o espaço de fato construído, e certamente não tem nada a ver com os *shopping centers* gigantes postos no meio do nada, os aeroportos internacionais e sua circulação em massa de pessoas e mercadorias, ambos fisicamente desprendidos do lugar tradicional do espaço público: a cidade viva. Não admira que muitos vão buscar o novo espaço público na Internet, mordendo a isca da promessa monumental de conquistar o tempo e o espaço, que dá novo sentido à fantasmagoria de Mc Luhan sobre uma cultura global unificada eletronicamente. De fato, tudo pode acontecer na no ciberespaço e na autoestrada da informação [...] Se o tráfico de informações para o futuro vai se dar de fato na via expressa ou se ele vai produzir um engarrafamento dos cérebros em escala monumental é o que vamos ver. Só futuro dirá se valeu a pena ser seduzido (HUYSEN, 2000, p.64).

De outra feita, se as redes sociais expressam o fascínio pela velocidade de comunicação, pelas imagens que estampam e identificam novos sujeitos, pela transparência e poder que veiculam como explicar que todo esse forte aparato tecnológico esteja sempre acompanhado da marca da efemeridade? Como explicar que o mundo *on-line*, no circuito de suas lembranças e imagens, no paradoxo da vida em rede, sobreviva à sombra da tecla deletar?

Nesse cenário, não se pode observar os resultado sem uma necessária reflexão sobre a transitoriedade dos arquivos, a legitimidade e a autenticidade da cultura digital, considerando que os dados num servidor da Internet “não tem o sentido de um ‘original’ *per se*” (LICHTY, 2003, p.308, grifo do autor); periódicos e jornais, como o *New York Times*, estariam criando “entidades *on-line*”, disputando espaço e público com outras mídias virtuais. O que revela como problema a evidência da criação de “arquivos institucionais inteiros sem nenhuma cópia impressa que os acompanhe” (LICHTY, 2003, p.307), o que representa um desafio do registro histórico no contexto digital. Sobre isso vale pensar no significado da palavra efêmero, já carregada de um sentimento de perda, no seu sentido de passageiro, descartável ou fadado ao

desaparecimento. Na escrita das redes seria possível apontar um relato histórico “dos rastros que indivíduos, instituições e sociedades deixam para a posteridade” (LICHTY, 2003, p.307)? No entanto, de modo contraditório, a ausência de um original impresso e a rapidez com que as mídias se tornam obsoletas (com toda a implicação econômica e de recursos que envolvem) não parece diminuir o ânimo, a intensidade e o número de arquivos que são criados diariamente. Eis que identificamos o argumento do excesso, sobre o qual o *back-up* parece imprescindível; “no nível pessoal, a natureza dinâmica da Internet e a natureza transitória do registro *on-line* requerem a criação de arquivos locais” (LICHTY, 2003, p.314), como aponta o autor:

eu não deleto nenhum dos meus e-mails pessoais e faço *back-ups* periódicos de meus arquivos de correio eletrônico. Colegas meus imprimem cópias de novos artigos e textos relevantes logo que os encontram, para evitar que os ventos da Internet levem o texto embora. Se fosse conhecido que essa prática de arquivamento *on-line/off-line* é mais disseminada – e em alguns lugares suponho que seja –, poderia ser dito que foi selado um acordo referente à imaterialidade de práticas virtuais, mas ao mesmo tempo mantendo uma forma de “metatexto” do mundo *on-line* em cópia impressa no arquivo pessoal (LICHTY, 2003, p.314, grifo do autor).

Nesse excesso encontramos algo de melancólico, o desejo de permanência, âncora e fronteiras com o que seria possível fugir à fragilidade imposta ao indivíduo no mundo globalizado. No senso comum consideramos melancólicos os que têm o hábito de recorrer ao passado como forma de consolo ou alívio frente às angústias do presente. No universo acadêmico, a melancolia vai além. Surge como esteio da articulação de memórias em torno de um passado comum, pode expressar o desejo de permanência, o medo da perda, da finitude, flertando também com o colecionismo, o antigo e sempre renovado hábito de acumular “objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado, preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público” (POMIAN, 1984, p.52).

O colecionador de imagens nas redes sociais configuraria, assim, um novo modelo dessa prática, mais afeito aos objetos virtuais e ao tempo presente, mais próximo do efêmero, mas não menos seduzido pelo olhar e pela admiração dos outros sobre a sua própria coleção.

O material que ora apresentamos como artigo configura parte dessa análise, ressaltando, por hora, a circulação e o compartilhamento dos objetos imagéticos que configuram essas coleções virtuais. Nesse momento cumpre-nos a tarefa de pontuar a presença desse acervo, reconhecendo nele o ensejo de patrimonializar lembranças, acervos em que reconhecemos a constituição de álbuns e trajetórias pessoais, como monumentos simbólicos, onde seria possível até construir linhas do tempo em um território não linear.

Referências

CASALEGNO, Frederico (Org.). **Memória cotidiana**: comunidades e comunicações na era das redes. Porto Alegre: Sulina, 2006.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2006.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo**. Projeto Periferia. Disponível em: <www.eBooksBrasil.com>. 2003. Acesso em: 20 mar.2012.

DODEBEI, Vera. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (orgs.). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008. p.11-32.

DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila. **O Tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FLUSSER, Vilém. **O universo das imagens técnicas – O Elogio da superficialidade**. São Paulo: Anablume, 2008.

_____. **A Escrita**. Há futuro para a escrita? São Paulo: Anablume, 2010.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulinas, 2012.

FRENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social, novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Editorial Teorema, LTDA, 1992.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JOBIM e SOUZA, Solange; KRAMER, Sônia. **Ciências Humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2003.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

LICHTY, P. Histórias de desaparecimento/desaparecimento de histórias. A efemeridade das mídias digitais como rastros da história. In: DOMINGUES, D. (org.) **Arte e vida no século XXI**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LIPNACK, Jéssica, STAMPS, Jeffrey. **Networks: redes de conexões**. Pessoas conectando-se com pessoas. São Paulo: Aquariana, 1992.

MARTELETO, Regina Maria. Análise das redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação, **Ci. Inf.**, Brasília, V.30, n.1, p.71-81, jan./abr. 2001.

POMIAN, Krzystof. Coleção. In: GIL, Fernando. **Memória-História**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 51-86. (V. 1)

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

RENDEIRO, Marcia Elisa Lopes Silveira. **Coleções em Rede – a fábrica de memórias do Orkut e do Facebook**. Rio de Janeiro: PPGMS/UNIRIO. Projeto de Doutorado, 2011.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**. A intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

TURKLE, Sherry. A memória na tela. In: CASALEGNO, Frederico (Org.). **Memória cotidiana: comunidades e comunicações na era das redes**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

VIRILIO, Paul. O paradoxo da memória do presente na era cibernética. In: CASALEGNO, Frederico (Org.). **Memória cotidiana: comunidades e comunicações na era das redes**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

FOTOGRAFIAS DO CARNAVAL DE SÃO JOÃO DA BARRA: TRANSFORMAÇÕES E MEMÓRIAS

Bruno Costa

Mestrando em Políticas Sociais – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro (Uenf)
e-mail: brunocostasjb@gmail.com

Lilian Sagio Cezar

Professora Associada LEEA/CCH - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro (Uenf)
e-mail: lsagio@hotmail.com

Resumo: O carnaval contextualiza o maior fenômeno cultural de São João da Barra e, assim como em todo País, passou por inúmeras transformações que foram ao longo do tempo moldando a festa. O foco desta pesquisa busca entender como se configura e como se desenvolve esta interação entre pessoas de distintos estratos sociais no tempo e espaço do carnaval e como essas relações sociais se transformaram ao longo dos anos, tendo como base as implicações do processo de memória numa conjuntura com a fotografia. Dados relativos à memória dos foliões mais dedicados foram tencionados a questões relativas às dinâmicas e políticas culturais atualmente vigentes no município, conduzindo assim a investigação no âmbito da interdisciplinaridade. Vale ressaltar que o trabalho aqui apresentado constitui um primeiro recorte da pesquisa de mestrado.

Palavras-chaves: Memória, Fotografia, Patrimônio

Abstract: Carnival contextualizes the biggest cultural phenomenon of São João da Barra, and like in any country, has undergone numerous transformations over time were shaping the party. The focus of this research seeks to understand how to configure and

how this interaction develops between people of different social strata in time and space of the carnival and how these social relations have become over the years, considering the implications of the memory process in an environment with photography. Data relating to the memory of the most dedicated revelers were tensed issues concerning cultural and political dynamics currently prevailing in the city, thus leading research within the interdisciplinary. Importantly, the work presented here is a first cut of the master's research.

Apresentação

O carnaval contextualiza o maior fenômeno cultural de São João da Barra, município da região norte do Estado do Rio de Janeiro. Em meio às inovações tecnológicas¹, às mudanças sociais, à influência política, à massificação midiática, o carnaval de rua sanjoanense, mesmo com todas as transformações, se mantém forte e a atrai curiosos e turistas, tendo como carro-chefe o desfile de duas Escolas de Samba: “Congos” e “O Chinês”, blocos fundados no início da década de 1930 e que se tornaram escolas de samba no final dos anos de 1970. O inusitado é que não há premiação e as escolas conseguem condensar nos dias de folia toda uma movimentação popular arraigada numa das mais acirradas rivalidades conhecidas em terras fluminenses. A cidade se divide ao meio e nos relembra Shakespeare, em Romeu e Julieta, onde quem é Montechio jamais poderá ser Capulleteo.

O carnaval de clubes – estas festividades carnavalescas já não mais envolviam a população como um todo. Os estratos sociais mais elevados se desinteressaram pelas atividades de rua, passando a organizar bailes restritos em salões onde pudessem brincar entre iguais (SIMSON, 2007) – também era sinal de ostentação e entretenimento, onde se destacavam o Clube Democrata e o Clube União dos Operários, ambos oriundos do desdobramento de duas bandas de músicas da cidade fundadas no final do século XIX, a

¹ Em 19 de fevereiro de 2007, algumas novidades na transmissão on-line são mencionadas no site oficial da prefeitura de São João da Barra (www.sjb.rj.gov.br): “Quem não puder ir até a Avenida do Samba, em São João da Barra, pode aproveitar para curtir as emoções dos desfiles das Escolas de Samba, dos blocos carnavalescos e shows musicais sem precisar sair de casa. Com apenas alguns cliques no site www.sjb.rj.gov.br é possível acompanhar – em tempo real – os espetáculos de cores e muito samba, sem perder nenhum detalhe. Este ano, uma novidade: cinco câmeras foram colocadas em pontos estratégicos”.

Lyra de Ouro, que deu origem à Lyra Democrata, e a Lyra de Ferro, que deu origem a, hoje, centenária banda musical União dos Operários, e já demonstravam uma grande rivalidade desde este período longínquo repleto de provocações, humilhações e competições acirradas para, no fundo, prevalecer o status de quem desfilou melhor no carnaval de São João da Barra.

Nem sempre foi pacífico o relacionamento dessas duas entidades. Na década de 1910, acirraram-se os ânimos a tal ponto que houve um incidente de consequências quase fatais, na Rua Direita, entre os senhores Francisco Feitosa, do Democrata, e José Narciso, dos Operários. (PINTO, 1977, p. 204)

Não muito diferente acontecia no carnaval de São Paulo, por exemplo, como descreve Simson (2007, p. 119), em período parecido, aonde “os relatos sobre o surgimento e a evolução de cordões carnavalescos paulistanos indicam a existência de um período de intensa rivalidade entre essas agremiações, com disputas que podiam chegar até a lutas físicas violentas.

Os relatos colhidos dão a entender que nos anos de 1930 e 1940 havia uma marcada diferenciação entre os cordões existentes na cidade em termos de comportamento agressivo. Existiam aqueles de caráter mais violento, que já iam preparados para os embates nos desfiles, portando lanças, bastões e batutas, organizando verdadeiras comissões de frente, formadas pelo abre-alas, balizas, contrabalizas e batedores, prontas para atacar os cordões rivais e defender o estandarte da agremiação, seu símbolo máximo (SIMSON, op. cit., p. 120).

Parece-nos que a dualidade marca a festa de momo em terras sanjoanenses. De tempos em tempos, mesmo com as transformações, observam-se grupos polarizados disputando seu espaço no tempo e na memória do carnaval de São João da Barra.

Desde os primeiros² registros do carnaval sanjoanense, em 1868, fala-se em entrudo, máscaras, bailes e, evidentemente, transformações ocorreram durante esta trajetória carnavalesca. Temos nos grupos de carnaval formas de associação das mais autênticas e espontâneas, formas que não seguem qualquer modelo externo, mas

² Os primeiros registros do carnaval de São João da Barra relatam a seguinte notícia “Para o Entrudo – cera em pão, verdete, óleo essencial de alfazema. Vende-se na casa do Moraes.” publicado no Jornal Parahybano, de 07 de fevereiro de 1868. No mesmo jornal, datado de 21 de fevereiro de 1868, temos alguns anúncios: “Para o Carnaval - Chegou um sortimento de lindas máscaras de todas as qualidades, para a Casa do Moraes”; “Carnaval – A Sociedade União Carnavalesca, faz ciente ao respeitável publico desta cidade, que pretende dar um baile, no domingo 23 do corrente, e como os elegantes máscaras tem de sair a tarde em passeio, para percorrer as ruas, por isso pede por especial obséquio as pessoas prediletas do entrudo, para não as molharem. Eugenio Gomes de Azevedo Bath”; “O Diogo, vende para as damas do carnaval, enfeites o mais barato possível”.

dialogam com as estruturas de relações sociais vigentes na realidade brasileira (DAMATTA, 1997). Outro aspecto é que o carnaval brasileiro, embora se realize em quatro dias, é percebido como uma festa compacta: “é o tempo de carnaval”.

Um momento especial, onde tudo pode ocorrer; ou seja, sociologicamente, um período em que o mundo social fica pleno de potencialidade e deixa de ser focalizado por meio de seus mediadores sociais ordinários (como profissão, bairro, riqueza, poder, etc). O carnaval [...] é, então, um período em que se ganha em liberdade e anonimato, vale dizer, em campo de manobra social. (DAMATTA, op. cit., p. 163)

Contrariando Damatta neste aspecto citado, veremos que mesmo no período carnavalesco, podemos observar tensões e hierarquização entre os personagens praticantes da festa de momo. É preciso analisar este contexto já que nem todos questionam a importância das festas populares – em nosso caso, o carnaval – como símbolos e expressão de uma cultura. E mais: que tais festas englobem – dando-lhes, inclusive, o necessário sentido – as dimensões do trabalho, da política, da economia, da religião, da comunicação e outras, permitindo, por meio de sua análise, compreender como se estrutura dada sociedade (AMARAL, 2012, p. 69).

O próprio Damatta logo nos remete à questão que, embora pareça óbvia, levanta problemas básicos e aponta para uma reflexão aprofundada.

Não parece haver dúvidas de que o carnaval é um rito em que o princípio social da inversão é aplicado de modo consistente. Mas inverter é apenas um mecanismo lógico, e nem sempre conduz o evento social numa mesma direção. Assim, é preciso ter muito cuidado com as visões substantivas do ritual, aquelas que pretendem ver o rito como um momento social dotado de força e qualidades próprias, com sua simbologia expressiva apropriada. (DAMATTA, op. cit., p. 169-170)

Apesar de toda a disciplina e método necessários para se colocar um desfile na rua, a forma de ocupação apresentada pelas passeatas não obedecia a leis ou regulamentos oficiais pré-estabelecidos (FERREIRA, 2004). Embora fossem divulgados com antecedência os planos para cada carnaval, eles eram traçados de acordo com sua conveniência e não levavam em conta os planos de outros grupos.

Objetivos

A apresentação deste trabalho tem como objetivo discutir questões relativas à memória tendo como objeto de pesquisa o Carnaval de São João da Barra enquanto

expressão do patrimônio cultural de natureza imaterial. O que se propõe é analisar os modos como os foliões se relacionam entre si tendo como foco da pesquisa buscar entender como se configura e como se desenvolve a interação entre pessoas de distintos estratos sociais no tempo e espaço do carnaval e como essas relações sociais se transformaram ao longo dos anos.

Observou-se durante o início da revisão bibliográfica e numa busca mais aprofundada pelo estudo em questão uma crescente preocupação do meio acadêmico com relação às implicações do processo de memória numa conjuntura com a fotografia. Como decorrência disso, crescem os estudos e as pesquisas que resguardam o simbólico como forma de estudo do intangível. Muito embora a produção acadêmica sobre esta temática tenha aumentado em anos recentes, entende-se que faltam mais estudos teórico-empíricos de natureza qualitativa, que trabalhem efetivamente com fontes primárias de investigação e que envolvam uma perspectiva crítica para as tendências atuais.

Desse modo, considera-se este trabalho oportuno e inovador uma vez que poderá contribuir para o sentido de fornecer elementos empíricos para uma reflexão sobre os pressupostos teóricos sobre os quais se realizam os estudos dessa temática, ensejando também futuras pesquisas sobre o tema. Evidentemente que semelhanças com outros carnavais vão aparecer, mas as peculiaridades, as transformações, as tensões e os relacionamentos entre os envolvidos com a festa poderão direcionar para novos olhares e para perspectivas diferenciadas.

Metodologia

Para tanto, procedeu-se ampla pesquisa iconográfica da qual foi selecionada uma fotografia datada de 1913, por ser esta, até então, a mais antiga imagem conhecida da festa. Para a sua análise foram cruzados dados relativos à leitura da imagem, discussão da imagem com os interlocutores da pesquisa a partir de fotoentrevista (CEZAR, 2010) em que dados relativos à memória dos foliões mais dedicados foram tencionados a questões relativas às dinâmicas e políticas culturais atualmente vigentes no município, conduzindo assim a investigação no âmbito da interdisciplinaridade. Vale ressaltar que o trabalho aqui apresentado constitui um primeiro recorte da pesquisa de mestrado “O carnaval de São João da Barra, sua influência sociocultural, político-

econômica e os desafios do futuro” que atualmente vem sendo desenvolvida, desde março de 2012, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF.

Segundo Kossoy (2001, p. 46-47), toda fotografia constitui um resquício do passado, um artefato que contém em si um recorte determinado da realidade registrada imageticamente. Se, por um lado, este artefato nos oferece indícios quanto aos elementos constitutivos (assunto, fotógrafo, tecnologia) que lhe deram origem, por outro o registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/tempo representado.

Do ponto de vista sociológico, certamente há desafios metodológicos, em especial, porque, desde sua origem, a fotografia “foi sendo, aos poucos, capturada pela ilusão similar e, portanto, documental e precisa. [...] se na fotografia há tensões que empurram as imagens para fora dos enquadramentos, propondo sobressignificados ocultos e não intencionais, há também formalizações deformadoras, que se expressam em imagens que resultam de relações de poder e modos de dominação social e política” (MARTINS, 2011, p. 152), assim como afirma Kosoy (op. cit.) que a fotografia está definitivamente inserida na história cultural, pois ela se faz presente como meio de comunicação e expressão em todas as atividades humanas, e, por isso, é sob esta perspectiva mais abrangente que deve ser estudada.

Ainda Martins (op. cit., p. 154), demonstra que as Ciências Sociais que incorporaram a fotografia ao âmbito de seus interesses não se propuseram à superação deste caráter residual da imagem do que para eles é objeto documentado, sobretudo a imagem fotográfica, no entanto, toda fotografia contém um “ver a mais” já que nenhum fotógrafo, mesmo o amador da fotografia ingênua, é passivo copista do que está fotografando.

Todos nós sabemos que esta “verdade” é extremamente relativa, já que uma fotografia expressa sempre uma série de escolhas do autor e, por via de consequência, a sua visão das coisas. Sabemos também que, ao longo da história, a fotografia foi sistematicamente adulterada por aqueles que temiam a própria força de seu testemunho ou que queriam se beneficiar desta força. Porém, essas adulterações sempre foram desmascaradas, mais cedo ou mais tarde, e nunca abalaram a credibilidade da foto em si. (GURAN, 1999, p. 106)

Fica impossível, portanto, conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomarmos para ponto de aplicação os quadros sociais que servem

de ponto de referência nesta reconstrução que chamamos memória (HALBWACHS, 2006). Entretanto, como argumenta Myriam Sepúlveda dos Santos (2011), não há tanta facilidade em trabalhar a questão social já que a tarefa de associar a memória apenas a quadros sociais não é uma tarefa tão fácil, pois frente a tantas construções coletivas caberão sempre ao indivíduo, pelo menos, a escolha e seleção das memórias socializadas disponíveis. Evidentemente que muita coisa que nos acontece é esquecida e o que permanece são as estruturas que estão presentes na realidade percebida. A possibilidade de reproduzirmos objetos, lugares e eventos sociais associa-se à presença de estruturas.

Não haveria o sujeito que lembra separado do meio, mas a atividade social de recordar desenvolvida em determinado contexto. Por outro lado, a ideia de uma sucessão de unidades uniformes de duração que poderiam ser recordadas também teria sido substituída pelo tempo contíguo ao ato de recordar. (Myriam Sepúlveda dos Santos, op. cit., p. 72)

De acordo com Huyssen (2000), um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais, e observa que se a capacidade de rememorar é um dado antropológico, algumas culturas valorizam a memória mais do que outras. “O lugar da memória numa determinada cultura é definido por uma rede discursiva extremamente complexa, envolvendo fatores rituais e míticos, históricos, políticos e psicológicos” (HUYSSSEN, op.cit., p. 69).

É preciso atentar também que este trabalho nos direciona para a memória coletiva e o argumento é fortalecido já que se a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior (HALBWACHS, op.cit.). É como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas. Assim como demonstra Le Goff (2003), a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

A memória está presente nas construções do passado e, desde que estejamos inseridos no contexto, teremos condições de analisar o fato, não predominantemente como realmente aconteceu na íntegra.

O que recordamos não é exatamente igual ao que aconteceu, uma vez que, ao mesmo tempo em que construímos o passado, ele também nos constrói. Temos bastante segurança em afirmar que o passado aconteceu, mas não temos muita certeza de como ele aconteceu. Reconhecemos, portanto, que nossas memórias são incertas e confusas. Ainda assim, a memória nos dá uma noção de distância no tempo que não surge de imagens que construímos no passado (Myriam Sepúlveda dos Santos, op. cit., p. 101).

Destarte, em relação à memória, temos aqueles que confinam o conhecimento do passado a testemunhos parciais dos fatos, sejam eles objetivos ou subjetivos, e temos aqueles que rejeitam radicalmente qualquer assertiva de verdade referente ao passado e sublinham a impossibilidade da objetividade no que a ela tange.

Desenvolvimento



1. Foto do carnaval de São João da Barra de 1913 do desfile do bloco Lyra Democrata

Esta imagem foi postada no grupo de discussão das redes sociais – Facebook – denominado “Fórum do Carnaval de São João da Barra”. A criação³ do grupo virtual de discussão foi iniciativa minha e teve como objetivo estimular o diálogo e debate sobre alternativas para o resgate do carnaval de rua sanjoanense.

A Internet é simultaneamente real e virtual, informação e contexto de interação, espaço e tempo, mas que altera as próprias coordenadas espaço-temporais a que estamos habituados, compactando-as, ou seja, o espaço e o tempo na rede existem na medida em que são construções sociais partilhadas. Esta construção é estruturada pelos laços e valores sociopolíticos, estéticos e éticos que tipificam este novo espaço antropológico (SILVA, 2001: 151). Conforme Ribeiro (2001, p. 138) aponta, estamos vivenciando na atualidade uma grande revolução nas formas e nos meios de comunicação, onde a união entre os avanços tecnológicos da telecomunicação e da informática propiciam a criação de um novo componente: a rede telemática. Neste contexto de inovações e possibilidades tecnológicas, foi se delineando um novo ambiente de convivências, o ciberespaço.

A alternativa de criação de um grupo nas redes sociais para discutir carnaval neste espaço de cibercultura é pontuada em outros estudos com os seus diversos desdobramentos, conforme assinala PEREIRA DE SÁ (2005):

Ainda que o conflito, o dissenso e mesmo a efemeridade e volatilidade das participações apresentem-se como ameaças, o que testemunhei durante o período da observação foi o bem-sucedido esforço de um grupo para se manter conectado e assim, por meio da Internet, solidificar os laços de convívio e compartilhar uma visão de mundo sobre o carnaval carioca. Neste caso, portanto, não tenho dúvida de que a internet é potencializadora desta rede de afinidades, contribuindo decisivamente para a construção deste coletivo e justificando, assim, o interesse acadêmico em torno da temática do ressurgimento do ideal comunitário das redes digitais. (p.108)

Assim como em outras cidades do Brasil, em São João da Barra o carnaval de rua sofreu profundas transformações a partir da introdução de trios elétricos e do emprego de estratégias mercadológicas de venda de ingressos em forma de abada para permitir o acesso ao espaço que até pouco tempo era somente ocupado pelas escolas de samba e foliões. Num processo contínuo, iniciado “a partir dos anos 1980, as festas

³ O grupo “Fórum do Carnaval de São João da Barra” foi criado no dia 23 de fevereiro de 2012.

carnavalescas brasileiras seguiram a trilha aberta pela folia à baiana e passariam a buscar uma organização mais empresarial para valorizar seus eventos” (FERREIRA, op. cit., p. 392).

Hoje o “Fórum do Carnaval de São João da Barra” no Facebook conta com 1685 participantes, muitos dos quais disponibilizaram exemplares de seus acervos particulares de fotografias do carnaval. Com o advento das novas tecnologias criou-se a possibilidade de que a posse material das fotografias continuasse resguardada no seio das famílias, sendo facultada a sua disponibilização virtual a partir do recurso da digitalização. A iniciativa de membros do grupo virtual de discussão do carnaval de São João da Barra de postar no fórum suas fotografias antigas ofereceu à pesquisa novas possibilidades. Hoje temos acesso a cerca de três mil fotografias, de um acervo até então pulverizado e desconhecido enquanto conjunto, pois pertenciam às pessoas da cidade e eram guardadas como relíquias e herança de família.

Através da memória os participantes foram narrando proposições de conflitos e tensões. De acordo com os relatos, a fotografia aqui apresentada se refere à alegoria “Amphitrite em Triumfo” e representa em destaque o coronel Amando Alves e Manoel Berto, pessoas ricas e influentes na sociedade de São João da Barra, postados na comissão de frente sobre cavalos adornados o que demonstra aspectos de ostentação, poder e hierarquia.

O memorável carnaval de 1913 foi, por assim dizer, feito por ele, então presidente do Clube Democrata. Ele⁴ gostava tanto desse clube e do carnaval que, em 1930, muito doente, afirmava que se pusessem o Democrata a desfilar, ele se levantaria para vê-lo passar. Folião animado, saudava o carnaval pelas páginas de seus jornais e a única coisa capaz de aborrecê-lo era a água cheirosa (ou fedorenta) lançada de bisnagas, limões de cera e baldes, ensopando os passantes. (SÁ, 1995, p.50)

O carnaval naquela época, já se mostrava como uma festa a ser apreciada, pois grande parte muda a cara e afinal fica com a mesma, razão pela qual se costuma dizer de qualquer sujeito que com uma cara só desempenha diversos papéis no imenso teatro da vida: aquilo é um tipo carnavalesco (SÁ, 1995).

Fernando Lobato, ao narrar os eventos representados nesta imagem, nos dá conta de que o pessoal do bloco “Lyra Democrata”, nas vésperas do carnaval, descobriu

⁴ José Henriques da Silva, jornalista influente que dá nome à referida bibliografia. A citação busca contribuir com uma informação que até então não havia sido postado no Fórum do Carnaval. O presidente do Clube na época é pai do artista que confeccionou a alegoria, Coriolano Henriques.

o tecido com que o bloco dos “Operários” faria a farda de sua banda, mandou comprar o tecido e usou-o para fazer a cobertura dos cavalos, em sinal de rivalidade e humilhação ao grupo rival. Sobre a temática da alegoria, ele disse que representava o fundo do mar, com sereias em fuga, cada uma com uma concha na cabeça, tendo dentro uma menina, a guiza de pérolas. As nereidas fugiam de Pã e Amphitrite, a rainha do mar, vinha ao centro em uma carruagem de concha puxada por cavalos marinhos. Consta que a alegoria foi confeccionada pelo artista sanjoanense Coriolano Henriques que, na época, tinha apenas 20 anos de idade. Este foi o último ano de desfile da Lyra Democrata que se extinguiu por conta da Primeira Grande Guerra.

Márcio Paes, contribuindo com a memória do carnaval de São João da Barra, ao ser citado o nome do artista Coriolano Henriques, fez uma pequena biografia do seu avô, postada no espaço virtual. “Muito bom resgatar coisas do fundo do baú sobre vovô Cori, vou aproveitar e falar sobre ele: Filho do jornalista José Henriques da Silva e da Sr^a América Brasília M. e Silva, estudou na Escola Pública de São João da Barra até a 3^a série primária, mas, sendo um homem muito inteligente e esforçado, estudou como autodidata, chegando a ser coletor estadual. Era membro da União Brasileira de Trovadores (UBT) e da Academia Pedralva de Letras e Artes aonde ocupava a cadeira de Ulysses Martins. Publicou vários livros de poesia, dentre eles, Relógio da Vida. Destacava-se ainda como cenógrafo, ator, carnavalesco, pintor, caricaturista, alegorista, poeta, escritor, teatrólogo, etc”.

Fernando Lobato complementa lembrando que este carro alegórico muitos anos depois foi repetido no bloco O Chinês⁵, provavelmente em 1967/1968. Ele lembra que naquele ano choveu muito e os carros com eletricidade, na hora do desfile saiu um fogaréu no mar que deu o que falar, o que virou gozação do bloco rival, Congos. Observamos que num mesmo resquício de memória para falar da Lyra Democrata, no desfile de 1913, ultrapassamos décadas e chegamos à outra rivalidade carnavalesca em São João da Barra: entre congoleses e chineses.

Vale ressaltar que a fotografia representa a grandiosidade e luxo com que o carro “alegórico” ocupado por seis meninas, fora confeccionado no carnaval desta cidade do interior do Rio de Janeiro, dando mostras da importância da festa mesmo

⁵ Já vimos historicamente que o bloco O Chinês foi fundado em 1933 e Coriolano por ter sido carnavalesco lá trouxe de volta esta alegoria para enaltecer o carnaval de seu grupo.

longe da capital. Chama atenção na imagem também o fato dos transeuntes, compostos por homens negros trajando calça comprida e paletó, serem representados observando o desfile. Dá-se, assim, uma troca de trações culturais entre os setores dominador e subordinado, ambos se influenciando, mas a posição de superioridade está claramente definida, a priori, pelo próprio poderio econômico (SIMSON, 2007) e, novamente fazendo analogia à festa paulistana, os foliões que desfilavam nos carros enfeitados eram os das famílias mais abastadas e, por isso, vestiam fantasias mais luxuosas. Os jovens que não possuíam meios suficientes faziam o percurso a pé.

Mesmo sem termos fotografia da União dos Operários no grupo, há referência ao bloco nas falas de Dircélia Raposo: “O Operários se apresentou com um cavalo malhado de preto e branco (cores do Democrata), montado pelo senhor José Narciso vestido com as cores do “Operários”, tendo sido considerado vitorioso nesse carnaval. Esses fatos eram sempre contados pelos meus pais e de Ronaldo [marido dela]. Pena não haver fotos desse acontecimento. Estou contando isso para que a história não se perca no tempo”.

Outras pessoas tiveram estas lembranças em comum comigo. Mais do que isso, elas me ajudam a recordá-las e, para melhor me recordar, eu me volto pra elas, por um instante adoto seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois experimento ainda sua influência e encontro em mim muitas das ideias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho, pelas quais permaneço em contato com elas. (HALBWACHS, op.cit., p.31)

Ainda Halbwachs (op. cit.), explica que nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós.

Observamos, assim, que a arte fotográfica tem a capacidade de representar no presente um recorte do passado distante e, através desse registro podemos acessar elementos constituintes do carnaval, analisando o figurino de uma época, a alegoria, a arquitetura, e acessando por meio das recordações por elas estimuladas, as impressões e narrativas daqueles que de algum modo vivenciaram experiências a partir do carnaval local de São João da Barra, exemplar desta que é uma das manifestações culturais mais importantes para o brasileiro: a festa de carnaval.

Seguindo esta linha tênue entre vivência e memória, Bosi (1994) frisa que na lembrança das pessoas idosas é possível verificar uma história social bem desenvolvida já que atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas, além de já terem vivenciado quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis. Para Bosi,

Sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade. [...] a situação do velho, do homem que já viveu sua vida, ao lembrar do passado ele não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida (BOSI, op.cit., p.60)

Resultados alcançados

A análise do carnaval de São João da Barra aponta para uma articulação, de longas datas, entre poder político/econômico e a festa. Observou-se, ainda, uma linha tênue entre as relações hierárquicas e conflituosas. Aliás, o resultado mostra um processo cíclico de conflitos e legitimação. Para tal, a defesa da memória ou de memórias coletivas torna-se crucial em conflitos sociais e políticos contemporâneos, que são analisados como resultado da luta de diversos grupos sociais por maior autonomia e representação (Myriam Sepúlveda dos Santos, op.cit.).

O carnaval de rua sanjoanense reserva espaço para os foliões, sátiras e brincadeiras, mas atualmente está restrito devido à introdução de trios elétricos, música e abadas baianos o que está gerando discussões entre diferentes grupos. Justifica-se, portanto, este trabalho, que articula fotografia e memória, enquanto possibilidade de compreensão das transformações ocorridas durante este centenário em que o carnaval de São João da Barra é representado em imagem.

Os relatos apresentados pelos participantes do Fórum do Carnaval de São João da Barra relativos à fotografia em questão delineiam uma discussão sobre a memória das pessoas ligadas aos principais aspectos carnavalescos que foram surgindo, se mesclando e se transformando ao longo dos tempos, mantendo algumas características nas relações sociais e modificando outras exterioridades.

Cabe ressaltar que, enquanto observador participante do grupo virtual, pudemos fazer inferências que embasassem ainda mais este recorte do trabalho. Com o aprofundamento maior através das fotoentrevistas buscaremos, metodologicamente, formatar conclusões a respeito do carnaval de São João da Barra, sua influência sociocultural, político-econômica e os desafios do futuro.

Referências bibliográficas

AMARAL, Rita. Para uma antropologia da festa; questões metodológico-organizativas do campo festivo brasileiro. In: PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania; (orgs). **Festa como perspectiva e em perspectiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 67-86.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembrança dos Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CEZAR, Lilian Sagio. **Revelando imagens da Congada: fotografia, memória e pesquisa etnográfica**. In: Resgate. Vol. XVIII, nº 19. Campinas: Unicamp, jan/jul 2010, p. 171-179.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FERREIRA, Felipe. **O livro de Ouro do Carnaval Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GURAN, Milton. **Linguagem Fotográfica e Informação**. 2 ed. Rio de Janeiro. Gama Filho, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

Jornal Parahybano. São João da Barra/RJ, 07 de fevereiro de 1868.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão... [ET al.]. 5ª ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

PEREIRA DE SÁ, Simone. **O samba em rede – Comunidades virtuais, dinâmicas identitárias e carnaval carioca**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005.

PINTO, João Oscar do Amaral. Apontamentos para a história de São João da Barra

RIBEIRO, José Carlos S. Um breve olhar sobre a sociabilidade no ciberespaço. In: LEMOS, André; PALACIOS, Marcos. org **Janel@s do ciberespaço – comunicação e cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 138-150.

SÁ, Carlos AA de. **Zériques – Um Jornalista Político na Província Fluminense**. Rio de Janeiro: Cultura Goitacá, 1995.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2011.

SILVA, Lídia Oliveira. A Internet – a geração de um novo espaço antropológico. In: LEMOS, André; PALACIOS, Marcos. org **Janel@s do ciberespaço – comunicação e cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 151-171.

SIMSON, Olga Maria de Moraes Von. **Carnaval em branco e negro: carnaval popular paulistano: 1914-1988**. Campinas-SP, Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial de São Paulo, 2007.

HOTEL BRAGANÇA: A MEMÓRIA COMO RESISTÊNCIA PRESENTE

Vladimir Lacerda Santafé

Professor interino da UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso),
Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ E-mail:
vladimirsantafe@gmail.com

Resumo: Neste artigo, tomamos de “empréstimo” as experiências dos moradores do Hotel Bragança, ocupação situada na Lapa, Rio de Janeiro, que passou por um processo de remoção. O artigo dialoga com as memórias dos moradores, ou seja, a partir de suas impressões subjetivas do processo, estabelecendo um vínculo entre a memória viva dos ocupantes e um tipo de resistência que se dá quando essa memória é “preservada” ou disseminada nos meios audiovisuais e afins. Em seu *intermezzo*, confrontamos dois tipos de ciências que correspondem, respectivamente, aos modelos arquiteturais que moldam as cidades, suas linhas de fuga e as apreensões que o poder faz deles, afim de melhor fundamentar os pensamentos que tratam dos cortiços, das ocupações, dos labirintos das favelas, mas também dos grandes planos geométricos de urbanização e dos espaços higienizados das metrópoles em disputa.

Abstract: In this article, we had to "borrow" the experiences of residents of the Hotel Bragança, occupation located in Lapa, Rio de Janeiro, which has undergone a process of removal. The paper discusses the memories of residents, that is, from their subjective impressions of the process, establishing a link between the living memory of the occupants and a kind of resistance that occurs when the memory is "preserved" or disseminated in the audiovisual media and the like. In his *intermezzo*, we confront two

kinds of sciences that correspond respectively to the architectural models that shape the cities, their lines of flight and seizures that might makes them, in order to better substantiate the thoughts that deal with the tenements, of occupations, labyrinths of slums, but also of large geometric planes of urbanization and sanitized spaces of cities in dispute.

Palavras-chave: memória, resistência, cidade.

A cidade *pulsa*

No presente artigo, a fim de não separar a teoria da prática, pretendemos seguir os “passos” dos moradores que tiveram seu passado violentamente apagado e seu futuro “roubado”¹. A nossa análise refere-se à memória e suas relações com a história, a resistência e a vida dos moradores que tiveram o seu destino selado pelo rearranjo urbano da cidade e a voracidade do mercado imobiliário – que pretende instalar no local prédios novos ou reformados para novos moradores que possam pagar por eles. Assumimos, no entanto, a nossa postura ético-política, o que se faz inevitável, dado que a objetividade científica, segundo a nossa visão, é mais um *estratagema do poder*. Um saber cujo fim não está separado dos poderes que o sustenta. A objetividade científica nunca foi imparcial ou inocente. É o próprio Foucault quem analise e traça, genealogicamente, a dinâmica dos saberes, suas relações com o poder e sua tendência homogeneizante e, no caso das populações, higienista e racista, dado que o *biopoder* analisado por ele pressupõe a organização dos espaços segundo as populações e suas características biológicas, decidindo *por elas* o direito de vida e de morte².

O “Bota Abaixo”, orquestrado pelo então prefeito Pereira Passos e o sanitarista Osvaldo Cruz no início do séc. XX na região central do Rio de Janeiro, apesar das particularidades que caracterizam o contexto histórico em que estava inserido, tem o mesmo tom do processo de remoções que vemos no Rio de Janeiro neste início do séc. XXI. O processo promovido pelos poderes da época, tal qual o processo atual, destruiu e/ou desalojou centenas de pessoas de seus cortiços e casarões, levando-as a se instalarem nos morros da região central da cidade ou na periferia. Também na época havia uma “avalanche” de investimentos da iniciativa

¹ Nos referimos aos moradores que foram removidos do antigo Hotel Bragança, situado na Lapa, por meio de uma “negociação” com a Prefeitura do Rio de Janeiro. A remoção ocorreu no final de 2009. No site da revista *Vírus Planetário* é possível acompanhar melhor o processo. Disponível em: <<http://virusplanetario.wordpress.com/?s=hotel+bragan%C3%A7a>>. Acessado em: 18/08/2012.

² FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

pública e privada em obras de revitalização³ e urbanização dos territórios, no entanto, nada se compara às cifras investidas nos megaeventos, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, sediados no Rio de Janeiro. O número de comunidades e famílias removidas em nome desses eventos também é incomparável, o rearranjo do espaço urbano promovido pela valorização dos bairros e regiões a partir do modelo neoliberal implementado pelos governos, com a especulação imobiliária e o turismo como motores econômicos⁴, atinge limites históricos inigualáveis⁵. Os projetos urbanísticos da cidade não levam em consideração que essas famílias em sua maioria compostas de camelôs e empregados de serviços pouco valorizados no mercado de trabalho como faxineiros, porteiros, etc., também produzem e participam das dinâmicas sociais urbanas, assim como da produção de suas riquezas. Eles não estão excluídos do processo produtivo, mas integrados em seus circuitos econômicos, o capitalismo os exclui da partilha das riquezas, mas não de sua produção.

Mesmo quando tratamos de contextos diferentes, o “Bota Abaixo” do início do séc. XX ou o “Choque de Ordem” atual, analogias são sempre possíveis, e estrategicamente necessárias. De um lado, interesses financeiros e um projeto de cidade que exclui os mais pobres, do outro, pessoas retiradas de suas casas, lançadas à periferia, cujas memórias roubadas reinvestem sua força na resistência e no “excedente de expressão comum da vida nos espaços metropolitanos”⁶.

As diferenças de classe e a programação genérica na divisão do trabalho na metrópole já não se fazem mais entre nações, mas entre centro e periferia. Sassen vai olhar para os arranha-céus e deles extrair lições implacáveis. Em cima está quem comanda e embaixo quem obedece. No

³ O termo revitalização é questionado pelos movimentos sociais confrontados pela urbanização promovida pelos governos que modificam a paisagem urbana da cidade, como se os lugares atingidos pelas obras não fossem vitais, isto é, não participassem das dinâmicas sociais da cidade.

⁴ Só a reforma do Maracanã custou aos cofres públicos, principalmente, com participação minoritária da iniciativa privada, R\$ 931.885.382,19. A Prefeitura do Rio de Janeiro não divulgou os dados precisos do orçamento, pois o próprio prefeito Eduardo Paes declarou que “não seria irresponsável” por divulgar o orçamento para os megaeventos, mas estima-se que seja algo em torno de 28 bilhões. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/olimpiadas/conteudo.phtml?id=1286467&tit=Rio-nao-sera-irresponsavel-ao-divulgar-custo-para-Jogos-diz-prefeito>>. Acessado em: 18 ago. 2012.

⁵ Disponível em: <<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/>>. Acessado em: 18 ago. 2012.

⁶ NEGRI, A. Dispositivo Metr pole: a multidão e a metrópole. Rio de Janeiro: Lugar Comum, n. 25-26, 2005, p. 203.

isolamento daqueles que estão mais no alto está a ligação com o mundo, enquanto que na comunicação daqueles que estão mais embaixo estão os pontos móveis, os estilos de vida e renovadas funções da recomposição metropolitana. (NEGRI, A. *Dispositivo Metrôpole: a multidão e a metrópole*, 1997, p. 203).

Tendo como base de ação e justificativa a contenção de doenças e a abertura da cidade às novíssimas construções importadas da Europa, o projeto urbanístico que se queria universal, pois que organizado segundo os princípios da *razão iluminista*, acabou deixando suas marcas “sangrentas” nas particularidades pulsantes da cidade. Ou seja, o progresso, seja ele econômico ou cultural, alimentado pela racionalidade mais bem resolvida, o combate às grandes epidemias de febre amarela, varíola e peste bubônica, teve como consequência uma violenta crise social – a Revolta da Vacina⁷.

Tiros, gritaria, engarrafamento de trânsito, comércio fechado, transporte público assaltado e queimado, lampiões quebrados à pedradas, destruição de fachadas dos edifícios públicos e privados, árvores derrubadas: o povo do Rio de Janeiro se revolta contra o projeto de vacinação obrigatório proposto pelo sanitaria Oswaldo Cruz (*Gazeta de Notícias*, 14 de novembro de 1904).

Pode-se argumentar que a objetividade científica empregada foi mal administrada pelas autoridades, que a necessidade de expansão da cidade, ligada à abertura das grandes avenidas e à construção dos prédios públicos, assim como o combate às doenças que dizimavam a população, não levou em consideração a população que, por direito, deveria usufruir dessas conquistas. No entanto, esta não foi a única, *e nem a última*, vez que a racionalidade científica foi usada contra os segmentos menos favorecidos da sociedade. Há uma lógica por trás do discurso. Percebemos que no decorrer da história a defesa do progresso e da racionalidade que o pressupõe geralmente serviu às classes dominantes, por classes dominantes entendemos quem está efetivamente no poder e participa de suas relações de força,

⁷ Hoje podemos observar que essas revoltas continuam, mas de forma dispersa e fragmentada, apesar das tentativas de organização dessas resistências como o Comitê Popular da Copa, dentre outros. Disponível em: <<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/>>. Acessado em: 18 ago. 2012.

e que a objetividade a que se pretende, a universalidade que almeja, serviu de suporte à sua vontade de domínio. Um poder tão bem dissimulado quanto a igualdade proclamada pelas elites liberais que organizaram o “Bota Abaixo” e hoje organizam o “Choque de Ordem”. No início do séc. XX vivíamos sob a “tutela” dos grandes regimes disciplinares, rígidos em sua medida do tempo e dos espaços, organizados a partir das instituições que alicerçavam a estrutura político-econômica da sociedade (a escola, a fábrica, o exército, o hospital, etc.). Hoje, no entanto, é a flexibilidade do tempo e dos espaços que ocupa o lugar do “centro de comando”:

A flexibilidade pode e deve, assim, ser apreendida como espaço e dinâmica de reorganização do comando, mas também como produto e eixo de avanço das lutas sociais. Por um lado, a flexibilidade é um produto das lutas, da fuga da fábrica, da potência livre das forças universalizadoras dos espaços públicos que perpassaram o fordismo e sua crise. Por outro, ela é recuperada na lógica do comando pelos mecanismos da fragmentação e das segregações, isto é, pela desuniversalização dos bens públicos que a classe produziu apesar e além do corporativismo fordista. (COCCO, Giuseppe. *A cidade policêntrica e o trabalho da multidão*, 1999, p. 13).

Não devemos, no entanto, negar a racionalidade em si como algo que deve ser evitado e combatido, as lutas por liberdade também tem suas *razões*. Antes é preciso entender os regimes de poder que agem no interior dos discursos de verdade e na formação das regras enunciativas que formam as certezas científicas. Ou então, demarcar as diferenças entre as ciências *régia* e *nômade*, diferenças essas relacionadas aos seus limites sociopolíticos: o Estado e as *máquinas de guerra*. O primeiro um conjunto de estratos formados a partir de um centro de ressonância, um poder centralizado que modela os homens assujeitando-os, estabelecendo padrões e controles; o segundo, um campo múltiplo de disseminações *rizomáticas*, isto é, abertas e flexíveis, ascentradas, onde os homens se deslocam segundo o traçado de uma linha de fuga criadora que se abre para novas conexões e reapropriações da cidade – uma *máquina de guerra*, conceito elaborado segundo a relação das forças sócio-econômicas, políticas e culturais que confrontaram e confrontam o Estado e seus dispositivos de poder no decorrer da

história, ainda que o aparelho estatal, com a mudança do regime de produção capitalista, a passagem do sistema fordista de organização para o *pós-fordismo*, caracterizado justamente pela flexibilização e mobilidade das relações de trabalho, muitas vezes se reconheça nesse traçado, rearticulando as suas tecnologias de captura de forma desterritorializada e nomádica. A sua relação com a produção, no entanto, passa pela expropriação do comum produzido pela *multidão*, reinserindo a exploração do trabalho em outros moldes, não mais definidos pela mais-valia que media a produtividade segundo as horas trabalhadas, hoje a mais-valia que “sustenta” o capitalismo é absoluta e o trabalho é, hegemonicamente, imaterial, produz-se relações sociais, comunicacionais, intelectuais e afetivas⁸.

Das ciências régia e nômade

Há um ramo da ciência que não se enquadra naquilo que a história define como ciência régia ou clássica, um ramo de difícil classificação, cujos traços, segundo Michel Serres⁹, podem ser encontrados tanto na física atômica de Demócrito a Lucrécio, quanto na geometria de Arquimedes. Esta ciência teria algumas características que a diferenciam da ciência régia, seu modelo seria hidráulico ao invés de ser uma teoria dos sólidos, que considera os fluxos um caso particular. Nesse modelo, os fluxos constituiriam a realidade mesma das coisas e sua consistência. É um modelo de *devenir*, de heterogeneidade, que se opõe ao estável, ao identitário, ao constante. Tornar o devir um modelo constitui um paradoxo. No “Timeu”, Platão evoca esta possibilidade, mas para conjurá-la e excluí-la em seguida.

Ora, no atomismo, ao contrário, a famosa declinação do átomo proporciona um tal modelo de heterogeneidade, e de passagem ou de devir pelo heterogêneo. (...) O clinâmen é o ângulo mínimo pelo qual o átomo se afasta da reta. É uma passagem ao limite, uma exaustão, um modelo “exaustivo” paradoxal. (DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia (Vol.5)*, 1997, p. 25).

Para esta ciência, o modelo espacial é turbilhonar, “um espaço aberto onde as coisas-fluxo se distribuem”¹⁰, ao invés do espaço fechado ocupado pelas “coisas

⁸ A análise dessas transformações no mundo do trabalho e na organização das resistências encontra-se, principalmente, em NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. **Império**, Rio de Janeiro: 2006. Sustentamos, juntamente com os autores, que o conceito de máquinas de guerra encontra a sua definição atual no conceito de multidão.

⁹ SERRES, Michel. **La naissance de la physique dans le texte de Lucrèce**. Apud DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia (Vol. 5)**. Rio de Janeiro: 1997, pg. 24

¹⁰ DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia (Vol.5)**. Rio de Janeiro: 1997, p. 25.

sólidas e lineares”. É a diferença que existe entre um *espaço liso* (vetorial, projetivo ou topológico) e um *espaço estriado* (métrico e medido). No primeiro caso os elementos ocupam o espaço sem medi-lo, no outro mede-se o espaço para depois ocupá-lo. “Da *turba* ao *turbo*: ou seja, dos bandos ou maltas de átomos às grandes organizações turbilhonares”¹¹.

Seu modelo é problemático e não mais teoremático. Parte-se do problema para os acidentes nele contidos, esses acidentes o constituem, o condicionam e o resolvem. Já não se parte de uma essência estável para as propriedades que lhe pertencem através de deduções que solucionariam os problemas ou do gênero para as espécies através de diferenciações específicas, não há um centro que coordena as ações. No modelo *nômade*, as figuras são consideradas segundo suas *afecções*. Do problema proposto à solução de situação, uma solução temporária, que funciona sob certas condições e de acordo com as especificidades do problema.

Há aí toda uma sorte de deformações, transmutações, passagens ao limite, operações onde cada figura designa um “acontecimento” muito mais que uma essência: o quadrado já não existe independente de uma quadratura, o cubo de uma cubatura, a reta de uma retificação. (DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia (Vol. 5)*, 1997, p. 26).

Enquanto a ciência teoremática é da ordem das razões, dos espaços homogêneos e indiferenciados, a ciência problemática ou *menor* é da ordem dos afectos e está diretamente relacionada às metamorfoses da ciência, à sua inventividade. Nela o problema não é um obstáculo, mas uma ultrapassagem, uma projeção, uma *máquina de guerra*. É por isso que a ciência régia sempre limitou o “elemento-problema”, sempre procurou escapar ou amenizar a inquietação que ele provoca, organizando a problemática nos limites de um modelo teoremático, que tem por base ora a gravidade de uma essência estável, ora a segurança proporcionada pela estrutura de um gênero. “Arquimedes, vencido pelo Estado romano, torna-se um símbolo”¹².

¹¹ *Ibidem*, p. 25.

¹² *Ibidem*, p. 26.

Esta ciência *arquimediana* está diretamente associada às *máquinas de guerra*. A *problemata*, aquilo que move e desdobra as matérias contidas no interior da *ciência menor*, é o *fora* que mobiliza as forças de criação. E todas as projeções, as inclinações, as passagens ao limite são efeitos dessa *problemata*. É que esta *ciência menor* se projeta num saber abstrato formalmente diferente daquele que duplica os aparelhos estatais. O Estado, por sua vez, não para de arregimentar e impor sua soberania a esta ciência nômade, ora apropriando-se dela, restringindo sua inventividade, ora tornando-a ilegal.

A tensão-limite entre as duas concepções de ciência, a *nômade* e a *régia* pode ser observada em diferentes momentos da história. Segundo estudos de Anne Querrien¹³, no decorrer do século XII, com a construção das catedrais góticas, houve uma tensão desse tipo entre os arquitetos influenciados pela arquitetura romana, que tinham como princípio a concepção estática *forma-matéria*, e os arquitetos de origem germânica, povos nórdicos recém-estabelecidos na civilização, que viviam sob a sombra da eficiência e estética presentes na arquitetura romana. Esses arquitetos romperam com a concepção arquitetônica *forma-matéria*, criando sua própria concepção de arquitetura, baseada na relação *material-forças*. Fora o desejo de construir catedrais mais longas e mais altas que as românicas, havia uma inadequação da ciência parcialmente *régia* da arquitetura românica com aquilo que a estética gótica necessitava. É evidente que a utilização das cifras e equações da ciência teomática foi necessária, porém, segundo a lenda¹⁴, Bernado de Claraval, pioneiro da arte gótica, renuncia a esta ciência por achá-la “difícil demais”. Ele invoca a especificidade de uma geometria operatória, *arquimediana*, projetiva e descritiva, para pensar a pedra. Seria preciso que o traço produzisse a cifra e não o contrário; já não se representa, se engendra e se percorre. As cifras já não são uma “boa forma” de se organizar a matéria, elas são geradas

¹³ QUERRIEN, Anne. Devenir Fonctionnaire ou lê travail de l'État. Apud DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia (Vol.5). Rio de Janeiro: 1997 p. 29.

¹⁴ VERGEZ, Raoul. Les illuminés de l'art royal. Apud DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Ibidem, p. 29.

pelo material, pela metamorfose que envolve o processo de construção do objeto - o gótico conquista o seu espaço liso.

É o talhe que fará da pedra um material capaz de captar e compor as forças de empuxo, e de construir abóbadas cada vez mais altas e mais longas. A abóbada já não é uma forma, porém uma linha de variação contínua das pedras. (DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia (Vol. 5)*, 1997, p. 29).

A *ciência nômade* não tem com o trabalho a mesma relação que a *ciência régia*, na *ciência nômade* a divisão do trabalho se dá de outra forma. O Estado sempre sedentarizou a força de trabalho, sempre regrou o movimento do fluxo de trabalho, criou corporações no sentido de um organismo, com uma hierarquia funcional e metas de produção, e de resto, recorreu a uma mão-de-obra forçada, obtida a partir da população mais pobre das cidades. Esta sempre foi uma das principais funções do Estado, vencer, ao mesmo tempo, uma vagabundagem de bando e um nomadismo de corpo, assim como a introdução do binômio trabalho-intelectual-trabalho-manual, a divisão entre o prático e o teórico, copiada da relação entre governantes e governados.

O Estado não confere um poder aos intelectuais ou aos conceptores; ao contrário, converte-os num órgão estreitamente dependente, cuja autonomia é ilusória, mas suficiente, contudo, para retirar toda potência àqueles que não fazem mais do que reproduzir ou executar. (DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia (Vol. 5)*, 1997, p. 35).

Tanto nas *ciências nômades* como nas *ciências régias* há a existência de um plano, esse plano, no entanto, se diferencia pela sua natureza. Ao plano de composição e consistência da *nômade* se opõe um plano de organização e formação da *régia*. E se o Estado é obrigado a reprimir as *ciências nômades* (a geometria operatória do traço, as essências vagas, etc.), não é pela imprecisão ou inexatidão de seus conteúdos, nem pela sua utilização nos círculos mágicos ou iniciáticos, mas porque elas implicam numa nova divisão do trabalho. A maneira pela qual uma ciência ou uma concepção de ciência participa de um campo social

não está dissociada da própria Ciência. A *ciência régia* é inseparável de um modelo hilemórfico, que implica numa forma ou modelo que organiza a matéria e numa matéria preparada para a forma. Esse modelo deriva menos de um conjunto de técnicas ou de concepções filosóficas do que de uma sociedade dividida entre governantes e governados, intelectuais e manuais. Toda a matéria é colocada ao lado do conteúdo, enquanto toda a forma é colocada ao lado da expressão.

Na *ciência nômade*, ao contrário, o conteúdo e a expressão têm sua própria forma e matéria, não há uma matéria preparada, homogeneizada, para o conteúdo, como não há uma expressão formal, universal, um modelo aplicável a toda e qualquer situação, independente da *problemata* que ele envolve. As singularidades que emanam da matéria constituem a forma do conteúdo, ao passo que a expressão não é formal, ela depende dos traços e contornos produzidos pelos acontecimentos, traços pertinentes, que constituem as matérias da expressão. Pode-se pensar as diferenças entre os dois esquemas a partir dos aspectos mais gerais da arte nômade, onde a relação entre o suporte e o ornamento é sempre dinâmica, sempre excede a forma orgânica que a compõe, transbordando os seus limites. As *ciências nômades* seguem as conexões formadas pelas singularidades da matéria e os traços de expressão, estabelecendo-se no nível dessas conexões, “é uma outra organização do trabalho e do campo social através do trabalho”¹⁵.

No “Timeu”, Platão observa que o devir não seria apenas um “caráter inevitável” das cópias, mas um modelo que se contrapõe ao modelo ideal que as reproduz. Platão invoca esse modelo para logo em seguida excluí-lo, caso ele se confirmasse, a relação modelo-reprodução, a *mímesis*, base da *teoria das ideias*, teria que ser excluída. A esse modelo de devir Platão denominou *Díspar*. O *Cômpar*, por sua vez, seria o modelo adotado pela *ciência régia*, e sua principal característica seria a de pôr constantes em evidência. O *Díspar* se remete ao par material-forças, suas constantes estariam em estado de variação contínua,

¹⁵ DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia (Vol.5)*. Rio de Janeiro: 1997, p. 36.

operando individuações por *hecceidades*, acontecimentos singulares, e não mais por objetos compostos de matéria e forma; já não subsiste, no modelo do *Díspar*, uma forma invariável que determina a relação entre as variáveis.

Se há ainda equações são adequações, inequações, equações diferenciais irreduzíveis à forma algébrica, e inseparáveis por sua vez de uma intuição sensível da variação. Captam ou determinam singularidades da matéria em vez de constituir uma forma geral. (DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix.

Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia (Vol. 5), 1997, p. 35).

A lei do *Cômpar* se opõe ao nomos do *Díspar*. O espaço homogêneo do *Cômpar* é um espaço estriado, ele não nega a dinâmica das forças, essas, no entanto, são sempre limitadas pela forma invariável que as determina. As forças gravitacionais são um exemplo, é um espaço estriado pela queda dos corpos, pelas verticais de gravidade, todas as operações têm como referência essa constante e a cada vez que a ciência cria um novo campo o formaliza segundo as leis que regem o campo gravitacional. O nomos do *Díspar* não nega a gravidade, mas dela não depende incondicionalmente, a gravidade seria apenas uma ponta do fenômeno. O espaço do *Díspar* é aquele do menor desvio, só há homogeneidade entre dois pontos infinitamente próximos e a conexão entre os pontos se faz independentemente do campo gravitacional. É um *espaço liso*, heterogêneo, que contém multiplicidades que ocupam o espaço sem medi-lo, de forma ascentrada, *rizomática*. Segue-se o movimento, e não a reprodução de suas coordenadas a partir de um espaço homogêneo e estriado. “Talvez seja preciso dizer que todo progresso se faz por e no espaço estriado, mas é no espaço liso que se produz o devir”¹⁶. Ao *gravitas* do *Cômpar* opõe-se o *celeritas* do *Díspar*, o caráter que impregna os dois tipos de ciência, velocidade e lentidão, lento e rápido, não é apenas uma oposição quantitativa, entre o *celeritas* e o *gravitas* há uma oposição

¹⁶ *Ibidem*, p. 195

qualitativa e científica, na medida em que a velocidade não é um movimento relativo, mas absoluto, e se encarna num móbil que se desvia de sua linha de gravidade ou de queda, num movimento que se desvia do centro e assume um andamento turbilhonar, ocupando um *espaço liso*, traçando as linhas que o percorrem - *suas linhas de fuga*.

Nesse sentido, a oposição qualitativa gravidade-celeridade, pesado-leve, lento-rápido, desempenha não o papel de uma determinação científica quantificável, mas de uma condição coextensiva à ciência, e que regula a um só tempo a separação e a mistura dos dois modelos, sua eventual penetração, a dominação de um ou do outro, sua alternativa. (DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia (Vol. 5)*, 1997, p. 35).

Por contestarem a ordem das razões imposta pela soberania dos Estados, as *ciências nômades* não são mais impregnadas de procedimentos irracionais ou místicos do que as *régias*. Quando o esoterismo se apropria dessas ciências é porque elas caíram em desuso. Ademais, as *ciências régias* também são cercadas de sacerdócio e magia. O seu uso pelos católicos durante a Idade Média e nos dias atuais é notório. A principal diferença entre os dois pólos é que as *ciências nômades* não estão preocupadas ou destinadas a tomar o poder. Elas não possuem meios para isso, não podem se fixar numa estrutura de poder que implique a perda do movimento, pois subordinam todas as suas ferramentas às condições sensíveis da intuição e da construção. Elas tendem a criar mais problemas do que podem resolver, o *problemático* é o seu único modo, um modo ambulante, que tem como principal meta o percorrer: “seguir o fluxo de matéria, traçar e conectar o espaço liso”¹⁷. Sua realidade está tomada numa zona instável de indiscernibilidade e flutuação.

Na *ciência régia* as condições sensíveis da intuição são abstraídas das operações do pensamento e convertidas em verdadeiros conceitos intrínsecos, em categorias *a priori*. A sua desterritorialização se dá como reterritorialização no aparelho dos conceitos, na ereção de modelos estáveis que contêm de antemão o

¹⁷ *Ibidem*, p. 41.

traçado do percurso dos fenômenos. Parte desse modelo, é verdade, foi criado segundo o desejo e a exigência de proporcionar um controle necessário aos seus cálculos de segurança. Nas ciências ambulantes não se tem, efetivamente, um controle teórico sobre as suas construções, as catedrais de Orléans e de Beauvais desmoronaram no final do séc. XII. Geralmente elas se instalam num a-mais que transborda o espaço da reprodução dos modelos funcionais de aplicação, compensando sua imprevisibilidade com a operação enérgica de seus construtores. “Donde a necessidade de atrelar os espaços ambulantes a um espaço homogêneo, sem o qual as leis da física dependeriam de pontos particulares do espaço”¹⁸.

O mar, *espaço liso* por excelência, tal qual o deserto e a interseção de suas miragens, é um problema que concerne à *ciência nômade*. No mar coloca-se a tarefa imediata de ocupar um espaço aberto, cujas dimensões são móveis e incertas, a partir de um movimento turbilhonar, onde seus efeitos podem emergir de qualquer ponto de sua superfície. O submarino nuclear e as caravelas construídas no final do séc. XV são um exemplo, é uma ocupação que se dá através de um ritmo não mensurado, à maneira de um fluido ocupando um recipiente.

No campo de interação entre as duas ciências, a *ciência nômade* sempre se contentou em inventar problemas, problemas esses que são normalmente resolvidos e moldados segundo os padrões estabelecidos pela *ciência régia*, que os reterritorializa em seu aparelho teoremático e em sua organização de trabalho. Nessa interação há uma conversão das multiplicidades escavadas pela ciência nômade a um conjunto de coordenadas que se distribuem num espaço homogêneo e estriado (no campo das forças gravitacionais, por exemplo, ou na dogmática imposta por um determinado método). A busca pela verdade sempre foi um palco de disputas entre interesses políticos e econômicos, desde a ciência econômica,

¹⁸ *Ibidem*, p. 42.

que nasceu entre os moralistas escoceses e os fisiocratas franceses como uma “teoria geral dos equilíbrios”, fundamentando as desigualdades sociais e naturalizando a exploração do trabalho¹⁹, às verdades impostas pelo europeu às culturas indígenas nas Américas, processo de aculturação que gerou violências brutais nos territórios ocupados. Com os processos de urbanização e revitalização da cidade impostos pelos governantes às populações mais pobres do Rio de Janeiro e nas capitais que receberão os megaeventos não é diferente, a verdade, travestida de progresso, reaparece na história como instrumento de dominação e controle.

Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. (...) O poder não pára de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar a busca da verdade, profissionaliza-a e a recompensa. No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas. (Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*, 1979, p. 180).

Memórias subterrâneas e vozes indizíveis: o contrapoder dos excluídos

Em seu diálogo com Halbwachs sobre a construção da memória coletiva e seus pontos de referência, Pollak critica a estabilidade e coesão social alcançada pela memória comum que formaria a variedade dos diferentes grupos na síntese da nação: “Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva”²⁰. Ele evoca a violência simbólica desempenhada pela memória nacional, a sua estabilidade e força institucional na adesão autoritária dos grupos étnicos e culturais à ideia de nação, e toda a publicidade em torno de sua figura. É possível estabelecer um paralelo com as transformações e imposições da *ciência régia à nômade*, assim como a inevitável homogeneização dos traços de

¹⁹ NEGRI, Antonio e HARDT, M. **Multidão - Guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: 2005, p. 201.

²⁰ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, 1989, p. 1.

expressão decorrentes das singularidades dos seus artesãos – a oposição entre as *máquinas de guerra*, memórias subterrâneas e rebeldes, pois que não controláveis ou potencialmente perigosas, com aquelas oficializadas pelo Estado na construção de uma nação.

Pollak critica o método durkheimiano empregado por Halbwachs, onde os fatos sociais são tratados como coisas, e a base comum das memórias coletivas passa por uma “negociação” com as memórias individuais. Halbwachs nunca se perguntou sobre os atores sociais e os processos que formariam os “suficientes pontos de contato” para a reconstrução dessa unidade, ou seja, a maneira como essas negociações são feitas e a correlação de forças por trás delas. O problema que se coloca para Pollack, ao contrário, não tem como ponto de partida a memória oficial estável propagada pelos Estados nacionais, mas as subterrâneas que os grupos minoritários ou subalternos conservam contra o poder.

“Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa”. (POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*, 1989, p. 2).

A clivagem entre memórias oficiais e subterrâneas se dá quando o excesso de memórias disseminadas pelo Estado esbarra nas pequenas histórias transmitidas oralmente de geração a geração. São as resistências mudas da história oral. Quando isso ocorre, o longo silêncio das *minorias*, entendidas aqui não pela quantidade de seus membros, mas pela condição de subalternidade a que estão submetidas, se faz ouvir dos guetos e favelas que as aprisionavam. Um exemplo foram as reformas pós-stalinistas da ex-URSS, a autocrítica oficial dos stalinistas gerou um enxame de reivindicações e afirmações culturais e étnicas que o antigo Estado soviético, unificado à força pelo Komitern, não suportou. As lembranças de deportados e clandestinos, as memórias subterrâneas suscitadas com a crise das instituições, ganharam vivacidade e força nos relatos individuais dos homens e mulheres que sofreram com o totalitarismo de Stálin, participando de uma rede de comunicação informal e nômade que enfraquece a memória oficial de um Estado.

Primo Levi diz: não nos obrigarão a tomar as vítimas por algozes. Mas o que o nazismo e os campos nos inspiram, diz ele, é bem mais ou bem menos: a vergonha de ser um homem (porque mesmo os sobreviventes precisaram compactuar, se comprometer...). Não são somente nossos Estados, é cada um de nós, cada democrata, que se acha, não responsável pelo nazismo, mas maculado por ele. (...) Eles não podem mais se olhar um ao outro, ou cada um a si mesmo, sem uma fadiga... (DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *O que é a Filosofia?*, 1992, p. 139).

As resistências, enquanto *memória*, se articulam nas linhas e nos pontos de fuga *abertos* pelo poder: “pourquoi tout acte de réminiscence, fût-il le plus humble, a pu être assimilé à la résistance antitotalitaire”²¹. E a reconstituição do passado é a arma contra os despotismos da memória oficial e o solo fértil para a construção de uma sociedade nova, radicalmente democrática. Uma memória exemplar, segundo Pollack, é *libertadora* e supera os condicionamentos do passado sobre o presente, uma memória que nos lembre o quanto os regimes totalitários podem materializar “o horror de ser um homem”, ou o quanto o ser humano pode decair e ser usado como uma marionete para fins terríveis como o nazismo ou o genocídio dos jovens negros nas periferias e favelas das metrópoles brasileiras.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*, 1989, p. 3).

²¹ TODOROV, Tzvetan. *Les Abus de La Mémoire*. Paris: 1989, p. 12.

Entre o dito e o não-dito, o Estado seleciona e enquadra a memória. A luta política pela memória, pela identidade dos grupos, pressupõe a gestão do passado e o domínio sobre o presente. O movimento negro no Brasil é um exemplo. O resgate de suas memórias ancestrais e subterrâneas, o indizível de um país escravocrata que ainda explora e oprime essa população em sua maioria, é uma afronta aos poderes estabelecidos de um país que até bem pouco tempo implementava a “política de embranquecimento” idealizada pela antropologia eugenista dos órgãos oficiais²².

O Palácio de Inverno é a própria estrutura racial do biopoder. Onde não existe Estado moderno, onde não existe Palácio de Inverno a ser tomado, existe de todo modo aquele palácio de verão que é a casa do colonialista português. (...) A construção da organização revolucionária da classe operária, as lutas sindicais e políticas e, por fim, o renascimento de um projeto de democracia por parte das multidões sempre estiveram fechados neste recinto. É preciso rompê-lo. (COCCO, G. e NEGRI, A. *Glob(AL): Biopoder e luta em uma América Latina globalizada*, 2005, p. 203).

O trabalho de enquadramento da memória é sempre uma interpretação do passado em função dos combates presentes e futuros. A tensão entre as memórias oficiais e subterrâneas se prolonga numa economia do tempo. As classes dominantes geralmente apostam no “silêncio” como forma de esquecimento, este silêncio, no entanto, guarda uma violenta reação dos dominados. Quando um Estado entra em crise, quando suas estruturas são abaladas, as memórias subterrâneas emergem no cenário social com força desmedida²³. “A passagem da

²² A política de embranquecimento da população pode ser fartamente encontrada nos livros e manuais militares. Até o final da ditadura a miscigenação enquanto política oficial era vista como benéfica pelas autoridades na formação do “homo brasileiro”, onde as misturas raciais características do país gerariam um indivíduo forte, alto e *embranquecido*, isto é, adequado à construção de uma nação subordinada ao modelo político-cultural europeu

²³ Uma das formas que os movimentos sociais encontraram para que essas memórias subterrâneas não fossem apagadas pela violência do Estado, foi a criação de um site (Contador de Despejos) que conta os despejos promovidos pelo governo estadual do Rio de Janeiro e a Prefeitura da cidade, em função dos megaeventos. Disponível em: <<http://www.contadordedespejos.kit.net/>>; Acessado em: 18 ago. 2012. Ou a *linha de fuga* criada por Yves Marchand e Romain Meffre na “reconstituição” da velha Detroit abalada pela desindustrialização dos EUA através de suas ruínas (The Ruin of Detroit). Disponível em: <<http://marchandmeffre.com/detroit/index.html>>. Acessado em: 18 ago. 2012.

memória à história requer que cada grupo social redefina sua identidade através da revitalização de sua própria história. A tarefa de recordar faz de cada um seu próprio historiador”²⁴.

Os rastros da memória oficial também se solidificam em monumentos e símbolos, não é à toa que na maioria das revoluções, as multidões atacam e derrubam os “edifícios do poder” – *lá onde o poder é mais intenso*. Na Guerra Civil espanhola, o povo depredou as relíquias católicas e expôs os instrumentos de tortura da inquisição nas ruas, as ferramentas do poder serviram ao ódio represado por séculos como uma forma de libertação popular. Em alguns casos mais extremos, freiras e padres mortos foram mumificados e expostos na porta das igrejas. Na Revolução Russa, os símbolos do regime czarista foram usados pelo cinema dialético de Eisenstein como uma forma de comunicação e expressão da decadência do antigo regime em contraste com a força inovadora da nova humanidade que surgia. Símbolos e monumentos sempre foram pontos de referência às memórias coletivas, seja pelo seu pertencimento ao grupo, seja pela exclusão dos grupos minoritários e dominados. Os símbolos da civilização greco-romana, da sua filosofia à complexa arquitetura do Coliseu, podem soar como um pertencimento à humanidade para um europeu ou para um latino-americano formado pela racionalidade ocidental, mas não para um aymara ou um queichua.

Apontamentos e relatos: as memórias subterrâneas

A *multidão*, a partir do enfraquecimento estrutural da democracia representativa, obstrui e desequilibra os mecanismos de controle e coesão social estatais – são *máquinas de guerra*. O contexto atual estimula a experimentação de novas relações democráticas, *tout court*, em bases *extraparlamentares*, o momento é dos movimentos sociais e dos desdobramentos ontológicos que criam a partir de suas práticas ou do resgate de suas memórias, dado que são as práticas dos movimentos que criam as bases produtivas que sustentam e geram a economia global. Multidões que agem enquanto *minorias*, que não aspiram para si um modelo de

²⁴ NORRA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. São Paulo: **Projeto História**, n. 10, 1993, p. 10

comando, mas mantém entre si relações heterogêneas, conservando as particularidades de cada movimento na unidade de um *todo* – tal qual o pertencimento dos modos singulares à substância comum em Spinoza²⁵. Trata-se antes de multiplicar os centros não estatais de decisões políticas, fazer um *rizoma* das lutas, horizontalizar o poder a ponto de torná-lo indiscernível, destituir a vontade geral como fundamento da unidade política soberana de um povo passivo e entregue à lógica eleitoral, pelas conexões cooperativas e criativas do trabalho da *multidão*²⁶. “As reformas institucionais põem à disposição as regras e os procedimentos necessários para governar uma Multidão sobre a qual não se pode mais sobrepor a fisionomia tranquilizante do Povo”²⁷.

Os lugares de memória são simples e ambíguos, naturais e artificiais, de uma só vez imediatamente disponíveis à experiência sensual concreta e suscetíveis à mais abstrata elaboração. Sem dúvida, eles são lugares nos três sentidos da palavra – material, simbólico e funcional. Até um lugar que aparentemente é apenas material, como por exemplo um arquivo, se torna um lugar de memória se a imaginação o investir de uma aura simbólica. (NORRA, Pierre.

Entre a memória e a história: a problemática dos lugares, 1993, p. 10).

O relato começa com um senhor fixando a data da entrevista: “neste momento, neste 10 de janeiro de 2010”. Ele narra que foi desprezado pela prefeitura depois de 28 anos de vida no “Palacete de Bragança”, como costuma chamar o prédio, e faz um esforço, expressado por seu silêncio, para rememorar o que foram todos esses anos. Em seguida, nos explica como a prefeitura convenceu os moradores a abandonar o prédio, admitindo estar decepcionado com a reação dos vizinhos. A maioria se rendeu aos apelos do governo municipal sem

²⁵ SPINOZA, Baruch de. *Ética: demonstrada à maneira dos geômetras*. São Paulo: 2002.

²⁶ No artigo publicado pela ADUFRJ em 04 de novembro de 2010, há uma mostra desse trabalho, onde camelôs (MUCA – Movimento Unificado dos Camelôs), estudantes e movimentos sociais organizados no grupo (Re)unindo Retalhos, em conjunto com o CACS - UFRJ, promoveram um debate para discutir projetos e políticas para os movimentos sociais que sofrem com a violência do Estado em seu cotidiano. Disponível em: <<http://www.adufrj.org.br/joomla/index.php/component/content/article/108-ultimas/4736-movimentos-populares-organizam-se-contravioencia-do-estado.html>>. Acessado em: 18 ago. 2012

²⁷ VIRNO, Paolo. *Virtuosismo e Revolução*. Rio de Janeiro: 2008, p. 139.

resistência.

A tensão entre as memórias oficiais veiculadas pela imprensa e as subterrâneas, narradas pelo morador, aparecem quando este contrasta a matéria publicada num jornal da grande mídia com a realidade das famílias que residem no local (“Nós não somos invasores como o Globo publicou, somos famílias sérias...”). A memória se vincula a lugares, enquanto a história se vincula a eventos, como nos diz Norra. É possível que a história do Bragança seja contada pelas linhas do Globo e assim seja conhecida no futuro, e não pelas palavras cuidadosas de Seu Rubens, mas é certo que a vivacidade de sua fala sobre os acontecimentos e seus *lugares de memória* nos passa muito mais “verdade”.

Em sua *fala*, os monumentos transbordam e se “deformam”, adquirindo uma história imprevista, quase tangível, da Sala Cecília Meireles aos bondes e a Pça. da Cruz Vermelha, das ruas que delimitam as fronteiras entre os bairros ao Aterro. “Onde começa a Lapa, na Igrejinha ou um pouco mais adiante, na Conde Laje?” Seus territórios afetivos nos saltam aos olhos neste momento limite em que suas paisagens se esfacelam. Seu relato se confunde com as memórias históricas e populares. Seu Rubens nos conta que o mito da malandragem, o “pessoal da navalha”, remonta às farras de Dom Pedro I: “O imperador saía de sua chácara no Elias para farrear na Lapa... Dom Pedro I deixou quase 40 filhos aqui, morreu novo, morreu no exílio, na França, com 34 anos... E foi obrigado a gritar independência ou morte naquele 07 de setembro de 1822”. A história monumental se intercala com a rotina dos nobres de Santa Tereza e dos escravos que eram obrigados a levar água e outros mantimentos sobre o pântano que hoje é o “berço da boêmia”, foi assim que a Lapa nasceu e floresceu, segundo o relato de Seu Rubens. Um *narrador*, tal qual Leskov, que ao contar suas histórias as reinventa²⁸.

²⁸ BENJAMIN, W. **Walter Benjamin – Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: 1996, p. 197.

Os Arcos, o marco zero, foram erguidos para o abastecimento da nobreza e aproveitados posteriormente como linha férrea para os bondes que o povo, antes açoitado, passou a usar como transporte. Os Arcos que são a *aura* do lugar, aquele objeto que nos é ao mesmo tempo familiar e distante. Manipulados por artistas, ponto de referência das memórias oficiais e subterrâneas, os Arcos transcendem a experiência do comum e nos remete à experiência do sagrado. Ou é a experiência comum o sagrado que procuramos?

A *fala* dos moradores do antigo Hotel Bragança nos remete ao relato das mulheres que vivenciaram os campos de concentração nazistas e revelaram o desejo, simultâneo, de regressar e testemunhar suas experiências passadas para retomar suas vidas, como descrito por Norra²⁹. Em ambos os casos, ainda que de maneiras diferentes, suas memórias e esquecimentos são formas de exorcizar o sofrimento e os traumas do passado, liberando o presente para novos possíveis, novas formas de lidar com o intolerável, experiências limites de pobreza, de torturas e humilhações. Memórias construídas a partir dos conflitos internos e externos que as moldaram, memórias individuais e coletivas, onde a fronteira entre elas se torna indiscernível.

Referências Bibliográficas:

BENJAMIN, W. **Walter Benjamin – Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. Trad. de ROUANET, Paulo Sérgio. São Paulo: Brasiliense, 1996.

COCCO, Giusepe e NEGRI, Antonio. **Glob(AL): Biopoder e luta em uma América Latina globalizada**. Trad. de AGUIAR, Eliana. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

²⁹ NORRA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. São Paulo: **Projeto História**, n. 10, 1993.

COCCO, G. A cidade policêntrica e o trabalho da multidão. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 09-10, 1999.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia (Vol. 5)**. Trad. de PÁL PELBART, Peter e CAIAFA, Janice. Rio de Janeiro: 34, 1997.

_____. **O Que é a Filosofia?** Trad. de PRADO JR., Bento e ALONSO MUÑOZ, Alberto. Rio de Janeiro: 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. de GALVÃO ERMANTINA, Maria. In São Paulo: Martins Fontes, 1999. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do Poder**. Trad. de MACHADO, Roberto. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto - PUC Rio.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. **Multidão – Guerra e democracia na era do Império**. Trad. MARQUES, Clóvis. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Império**. Trad. VARGAS, Berilo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. Dispositivo Metrópole: a multidão e a metrópole. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 25-26, 1997.

NORRA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993.

PLATÃO. **Timeu in Diálogos**. Trad. de ALBERTO NUNES, Carlos. Belém: EDUFPA, 2001.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

TODOROV, Tzvetan. **Les Abus de La Mémoire**. Paris: Arléa, 1989.

VIRNO, Paolo. **Virtuosismo e Revolução**. Trad. de LEMOS, Paulo Andrade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARCEL GAUTHEROT E O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO¹

Vera Dodebei

Pesquisadora do CNPq

Professora Associada III

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Rio de Janeiro, Brasil

dodebei@gmail.com

Resumo: Discute-se o processo de patrimonialização no Brasil tomando-se como objeto de análise a obra fotográfica de Marcel Gautherot. A análise considerou três momentos da observação: o primeiro enfatiza a vida e a obra de Marcel Gautherot no Brasil e sua participação na sociedade brasileira que vivia um período de democratização política sob os efeitos estéticos do Modernismo e identitários da Campanha Nacional do Folclore; no segundo momento, focaliza-se a constituição do arquivo privado (IMS) de matrizes (negativos fotográficos) e seu valor documental, patrimonial e artístico; e, por último, a análise volta-se para o sentido e o significado de patrimônio para a memória social. Conclui-se que, por possuírem uma natureza simbólica e circunstancial, os valores artísticos, documentais e patrimoniais, que não são mutuamente exclusivos, permitem que o objeto transite por entre espaços público-privado, casa-museu, cotidiano-patrimônio e que a “despatrimonialização” de objetos pode ocorrer para garantir a preservação de sua memória.

Palavras-chave: Patrimonialização; Marcel Gautherot; Memória Social

Abstract: It discusses the “heritarization” process in Brazil taking as object of analysis the photographic work of Marcel Gautherot. The analysis considered three moments of observation: the first emphasizes the life and work of Marcel Gautherot in Brazil and his

¹ Baseado na conferência “Marcel Gautherot, entre art et document: multiples facettes du patrimoine culturel brésilien” proferida em Avignon, França por ocasião da École d’Été, Université d’Avignon et des Pays de Vaucluse, 2011.

participation on Brazilian society that had experienced a period of political democratization under the aesthetic influence of Modernism and the National Campaign of Folklore identity wave; secondly, it focuses on the creation of the private archives (photographic negatives) and its artistic, documentary and heritage values; finally, the analysis turns to the meaning and significance of heritage for social memory. It concludes that, by having a symbolic and circumstantial nature, the artistic, documentary and heritage values, which are not mutually exclusive, allow the object to move through public-private spaces, house-museum, heritage-daily life, and the idea of object "dis-heritarization" may occur to ensure the preservation of its memory.

Keywords: Heritarization; Marcel Gautherot; Social Memory

1 INTRODUÇÃO

O processo de patrimonialização de bens artísticos e culturais levado a efeito no Brasil ao longo do século XX representou mais a tentativa de criar uma identidade nacional do que aquela de preservar a memória artística e cultural do país.

Para discutir esta questão, tomamos como estudo de caso a obra do fotógrafo francês Marcel Gautherot, radicado no Brasil desde o ano de 1939. O tema é, à primeira vista, extenso e complexo na medida em que destaca conceitos como os de Patrimônio e Arte postos em diálogo. Três cenários, no entanto, ajudam-nos a reduzir a impossibilidade de concluir o texto, caso contrário, necessitaríamos investir em longas narrativas para explorar temas de caráter tão universais.

O primeiro cenário refere-se ao contexto de produção do trabalho de Gautherot em relação à documentação fotográfica junto ao grupo de arquitetos que projetou a cidade de Brasília, capital do Brasil inaugurada em 1960. O segundo põe em relevo o envolvimento do designer, arquiteto e fotógrafo no cenário de valorização e institucionalização do patrimônio junto aos órgãos oficiais de proteção do patrimônio brasileiro. E o terceiro diz respeito ao reconhecido valor artístico de sua obra, o que leva à privatização do arquivo fotográfico de Gautherot e sua musealização no Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro.

Nosso objetivo com estas perspectivas de abordagem é o de propor uma análise do processo de patrimonialização de objetos que foram escolhidos como representantes

materiais e simbólicos de uma memória nacional. As fotografias feitas por Gautherot como trabalho documental da arquitetura de Lucio Costa e Oscar Niemayer e como registro do patrimônio brasileiro nos servem de subsídio para pensar o patrimônio como um constructo circunstancial nascido no presente e, conseqüentemente, fruto de escolhas datadas social e politicamente em função do desejo de criar uma identidade nacional.

A privatização posterior das imagens produzidas pelo fotógrafo nos convida a pensar que os documentos criados com a intenção de registro de uma ação social, como por exemplo, a construção de Brasília e as manifestações culturais representadas pelas festas populares e pelo cotidiano das pessoas nos diversos cantos e recantos do enorme território brasileiro, ao ingressarem no mundo da arte como mercadorias valorizadas esteticamente podem ser privatizados no tocante à sua guarda e direitos e, com isso, acabam por se distanciar do efeito de uma memória patrimonial compartilhada e protegida pelo Estado em defesa de uma identidade nacional.

A vida social dos objetos representada por seu trânsito em diversos setores e instituições, bem como as funções, valores, sentidos e significados que adquirem poderiam então nos indicar que se o objeto possui um valor documental ou patrimonial, pode, do mesmo modo, perder esse valor quando a circunstância de sua relação com o meio social mudar. Nesse sentido, poder-se-ia falar em patrimonialização e despatrimonialização.

Não cabe aqui nenhum julgamento de qual instância protegeria melhor o objeto contra perda ou destruição. Com certeza, o acervo artístico de Gautherot está protegido e bem conservado no museu privado. Mas, a preservação de um bem cultural que deseja ser representação de uma memória nacional deve prever também sua disseminação e ampla utilização ao manter a mediação patrimonial no trânsito entre o passado e o futuro.

Nesse sentido, a obra de Gautherot, como tentaremos discutí-la em seguida, não representa apenas as etapas da construção da nova capital do ponto de vista arquitetônico ou das tradições populares brasileiras, ela capta, com valor artístico, a vida social do brasileiro nas décadas de 50 e 60 do século XX. Seu acervo deve ser considerado como Documento, Arte ou Patrimônio?

Na tentativa de compreendermos esse jogo de desejos que se divide entre o autor/produtor dos objetos, a intenção de documentar o patrimônio e a qualidade artística do produto, dividiremos nossa narrativa em três eixos de observação: o

primeiro enfatiza a vida e a obra de Marcel Gautherot no Brasil e sua participação na sociedade brasileira que vivia um período de democratização política sob os efeitos estéticos do Modernismo e identitários da Campanha Nacional do Folclore. Em um segundo eixo, discutiremos a constituição do arquivo privado de matrizes (negativos fotográficos) e seu valor documental, patrimonial e artístico. No terceiro eixo, a análise volta-se para o sentido e o significado de patrimônio para a memória social, dando sequência às reflexões teóricas feitas em trabalhos anteriores da autora sobre o estatuto do documento na contemporaneidade. Por fim, a título de conclusão, discutiremos a importância e o papel que desempenha o acervo fotográfico de Marcel Gautherot para compreender o processo de valorização/desvalorização patrimonial dos objetos.

2 MARCEL GAUTHEROT, O FOTÓGRAFO DO PATRIMÔNIO

Marcel André Felix Gautherot nasceu em Paris em 14 de julho de 1910, filho de pai operário e mãe costureira. Em 1925 ingressou na École Nationale des Arts Décoratifs, no curso noturno de Arquitetura. Nos 5 anos que passou na universidade (não chegou a se formar) Gautherot desenvolveu sua formação acadêmica e sua prática de arquiteto alinhadas com a emergência do movimento moderno em arquitetura.

Participou da construção do pavilhão do Sprit Nouveau, projetado por Le Corbusier e Pierre Jeanneret para a Exposição de Artes Decorativas de Paris em 1925. Trabalhou com Gustave Moeder, em Estrasburgo, entre 1927 e 1928, projetando móveis de linhas modernas, sóbrias e geométricas. Em 1927 visitou a Weissenhof Siedlung, em Stuttgart, exposição pública do modo de habitar moderno numa cidade-modelo que contou com a participação dos arquitetos Walter Gropius, Mies van der Hohe e Le Corbusier.

Em 1930, Gautherot participou do Congresso de Sohlberg, um encontro de orientação liberal, comunista e socialista que reuniu jovens alemães e franceses onde apresentou o “Discours sur l’architecture française”, tributário dos escritos de Le Corbusier e dos ideais da Bauhaus, e clara defesa do “sprit nouveau e da arquitetura moderna”.

O interesse pela fotografia acompanha Gautherot em sua trajetória profissional por considerar a importância da luz na arquitetura, uma vez que a luz era pensada como elemento estruturante e modelador das decisões formais e estéticas. Essa ideia acompanharia Gautherot desde meados da década de 1930, quando passou a se dedicar

prioritariamente à fotografia, até o período entre 1940 e 1960, quando consolidou seu trabalho como fotógrafo, já no Brasil.

Ainda na Europa, junto à Alliance Photo em Paris, Gautherot aproximou-se de fotógrafos que se destacavam, como René Zuber, Emeric Feher, Pierre Boucher e Pierre Verger. Em 1936, Gautherot tornou-se colaborador do Museu do Homem, no Palais de Chaillot, dedicando-se, entre outros trabalhos, à organização do acervo do registro fotográfico da coleção de etnografia, em parceria com Pierre Verger. Em 1939, ainda à serviço do Museu do Homem, Gautherot viajou para o Brasil, instigado pela leitura do romance “Jubiabá” de Jorge Amado, publicado na França em 1938. (Burgi, Sergio; Titan Junior, Samuel, p. 9-14)

Com uma carta de recomendação do Museu do Homem, assinada por Paul Rivet, Gautherot chega ao Brasil em 1939 e procura o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional – SPHAN, recém fundado, em 1937, pelo governo de Getúlio Vargas. O SPHAN, dirigido por Rodrigo de Melo Franco, adotava uma política de preservação dos bens materiais imóveis, principalmente da arquitetura barroca colonial, com o uso do registro fotográfico, o que facilitou a inserção de Gautherot nos quadros da instituição ainda que de forma colaborativa, o que poderá explicar posteriormente a formação de seu arquivo de caráter privado.

O período de maior atuação do fotógrafo no SPHAN coincide com a fase de patrimonialização de bens arquitetônicos. A maioria dos registros (tombamentos) representava monumentos e obras de arte, principalmente igrejas barrocas e arquitetura colonial. Nesse período, a diretoria do SPHAN era composta majoritariamente por arquitetos que buscavam destacar o passado barroco e colonial como norteador do que se poderia denominar de “autêntico” para a construção de uma identidade nacional.

A arquitetura moderna de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, arquitetos que trabalharam no SPHAN, garantiria essa ponte entre o passado, a tradição e o futuro, a inovação. Haveria então uma afinidade entre os dois estilos – o colonial e o moderno – que se constituiriam na mais autêntica manifestações da cultura brasileira. Com este espírito, as fotografias de arquitetura moderna e colonial feitas por Gautherot para o SPHAN serviam de apoio para os dossiês de registros patrimoniais e publicações institucionais.

A Revista do Patrimônio (2010) dedica vários números de sua coleção às fotografias que Gautherot produziu sobre a arquitetura barroca e colonial, arquitetura moderna e, em sua maioria, sobre os registros de folgedos e festas populares

brasileiras, contribuição dada pelo fotógrafo ao patrimônio de natureza imaterial. (SILVA, 2009)

Marcel Gautherot foi o fotógrafo da Comissão Nacional do Folclore – CNFL, fundada em 1947, da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro- CDFB, instituição ligada ao Ministério da Educação e Cultura, criada em 1958 e, posteriormente, do Museu de Folclore Edison Carneiro, criado em 1968. Essas três instituições formaram o chamado “movimento folclórico brasileiro” (Vilhena, 1997). Há no Museu do Folclore Edison Carneiro um conjunto de 95 imagens do fotógrafo realizadas para a CDFB. A participação do registro de manifestações culturais no Brasil levou Gautherot a viajar por 18 estados brasileiros e a capturar imagens, algumas encomendadas e outras que registravam momentos de manifestações culturais brasileiras de sua escolha. Gautherot selecionava os eventos, fotografava-os e vendia suas imagens aos interessados.

O objetivo da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro além do registro de manifestações culturais era o de diminuir as distâncias entre as múltiplas identidades brasileiras. O uso de fotografias e sua disseminação em periódicos que circulavam no país e no exterior mostravam um Brasil construído pela diversidade cultural, por um lado, mas coeso na afirmativa de sua identidade nacional. As fotografias de Gautherot representavam para o público três aspectos entrelaçados que diminuía a distância espaciotemporal entre o evento e sua recepção: a comunicação mediada pela captura da imagem; a memória mediada pela escolha do objeto; e, a arte mediada pela tensão entre o visível e o invisível.

Gautherot registrou, na verdade, eventos em processo, fossem as imagens da construção de Brasília, ou das festas populares nas regiões brasileiras. O fotógrafo contribui, deste modo, para o entendimento de que patrimônio não se divide em material e imaterial.

Embora, no Brasil, tenha havido a opção de dividir as instituições que cuidam da proteção do patrimônio entre material e imaterial, nos parece que esta divisão é apenas burocrática e operacional. Tomemos como exemplo o bem cultural já valorizado simbolicamente como patrimônio. Os bens patrimoniais de natureza material são classificados conforme seu caráter de mobilidade em bens móveis, por exemplo: coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, arquivísticos, bibliográficos, videográficos, fotográficos e cinematográficos; e, bens imóveis como os núcleos urbanos, os sítios arqueológicos e paisagísticos e os bens individuais. Os bens de natureza imaterial se situam na categoria dos saberes, dos fazeres, das comemorações,

da tradição oral, quer seja a música, a dança a literatura, a língua. A falta aparente de um corpo material na condição efêmera de produção não exclui a materialidade do imaterial, nem a imaterialidade do material. Preservar uma construção religiosa sem a liturgia, uma língua sem o falante, é observar uma única face ou natureza do objeto. Mesmo com a criação de leis, normas e procedimentos para a proteção dos bens patrimoniais de natureza intangível ou imaterial é necessário compreender o caráter de virtualidade desses bens e a impossibilidade prática de separar o material do imaterial. (Dodebei, 2007)

3 O ARQUIVO MARCEL GAUTHEROT: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Com o fim da Comissão Nacional de Folclore, depois do golpe militar em 1964, Gautherot passou a se dedicar à organização de seu arquivo, que foi adquirido em 1999 pelo Instituto Moreira Salles - IMS. Com caráter institucional, a coleção manteve a organização original, representada por 25.000 fotogramas divididos em 18.000 negativos, 3.000 cromos, 4.000 imagens em pranchas contato.

O IMS adquiriu também uma pequena biblioteca do fotógrafo e um projeto de livro que não chegou a ser publicado “Da Amazônia ao Trópico de Capricórnio” com um capítulo sobre a arquitetura moderna brasileira. Em 2002, o IMS organizou a exposição “O Brasil de Marcel Gautherot” com 267 imagens e publicou o livro de mesmo nome.

Essas fotografias foram tiradas ao longo dos anos nas várias viagens de Gautherot pelos estados brasileiros: Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal (Brasília), Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e São Paulo. A coleção se manteve com a maioria dos negativos, pois o fotógrafo negociava somente as cópias; e ainda em vida, tentou, sem sucesso, negociar a venda de seu arquivo.

Gautherot organizou seus fotogramas, em sua maioria, no formato de pranchas-contato, confeccionadas em papel cartão cinza nas dimensões de uma folha A4. Cada folha, na posição “paisagem”, possui 12 fotogramas quadrados, de 6 cm x 6 cm (tamanho de seu negativo) distribuídos de 4 em 4. Os fotogramas foram numerados em ordem crescente a partir de 100 e cada fotograma recebe um número idêntico ao do negativo a ele correspondente. Essa ordem numérica das pranchas-contato é submetida às categorias: estados brasileiros – cidade – tema. Segundo a pesquisadora Andréa Silva (2009, p. 36):

Impecáveis, essas pranchas quase nunca representam alguma notação. [...] a edição de seus contatos constitui a retificação de seu olhar, e são como uma marca autoral de seu criador na composição de novos arranjos. Esse trabalho significa outro processo criativo, em que uma história é narrada, um passar a limpo o que outrora tinha sido rascunhado.

O trânsito desse arquivo, de uma coleção particular para uma instituição cultural, muda o estatuto de valorização do objeto. Assim como outras instituições privadas de cunho cultural que adquirem objetos, o IMS imprimiu às imagens de Gautherot valores: artístico e documental. Mas, o modo como a coleção neste espaço-tempo se relaciona com o mantenedor e com o público põe em dúvida a manutenção do valor patrimonial existente na origem do registro das imagens.

Às instituições patrimoniais, de caráter público, restou um acervo de reproduções, principalmente as imagens presentes na Revista do Patrimônio (2010). Lamentavelmente, o acesso à memória do fotógrafo explicitada nas narrativas da organização de seu acervo foi reduzido, ou até mesmo impedido, já que, através da leitura das pranchas-contato, um público mais amplo poderia acompanhar as viagens feitas por Gautherot e ter acesso à produção do conhecimento pessoal sobre a vida social no Brasil e, em especial, sobre o que é, para o fotógrafo, ser brasileiro. De todo modo, registros documentais do patrimônio ganham o estatuto de arte fotográfica e dão a conhecer um período sócio-histórico do Brasil. O mais interessante é que na disputa entre memória e arte, a última se alojará na história. Voltaremos a esta discussão no próximo item quando abordarmos a vida social dos objetos nos cenários documentais e patrimoniais.

4 O SENTIDO E O SIGNIFICADO DE PATRIMÔNIO PARA A MEMÓRIA SOCIAL

Partimos da tese de que patrimônio é um valor atribuído aos objetos produzidos pela sociedade e concordamos com Jean Davallon (2006, p. 18) quando ele diz que não há objetos nascidos patrimônio.

Comme je ne croyais que des objets pouvaient être objets de patrimoine par nature (pas plus hier qu'aujourd'hui), je me suis tourné vers la façon dont leur relation a leur univers d'origine était socialement construite. Ou, s'il on veut,

dont le statut de l'objet de patrimoine était produit à travers un certain nombre de procédures de patrimonialization qui en faisaient un opérateur symbolique.

Davallon dedica um capítulo de seu livro à análise que Aloïs Riegel (2005) faz dos valores simbólicos dos documentos, abordando, principalmente, a relação existente entre os valores de antiguidade e os históricos. Mas, o que nos interessa em seu discurso é a abordagem comunicacional que ele apresenta para conduzir o processo de patrimonialização dos objetos, em detrimento do ponto de vista histórico e linear de Riegel. Se considerarmos que a Comunicação é um processo circular que exige um emissor, um receptor e um canal de comunicação como meio, temos que aceitar que o processo de patrimonialização se dá no presente tal como acontece com o processamento da memória.

O estudo da memória social, conforme Le Goff (2003, p. 422), é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. Os tempos da memória, para Le Goff, são marcados também pela transição entre a oralidade e a escrita e ele a periodiza em cinco segmentos: a memória étnica nas sociedades sem escrita, ditas “selvagens”²; o desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita, da pré-história à antiguidade; a memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito; os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias; e, os desenvolvimentos atuais da memória.

Para esse último período, o da memória no último século, Le Goff (2003, p. 463) se inspira no que Leroi-Gourhan denominou de “memória em expansão”. No entanto, ele não discute essa memória em expansão e apenas aponta que: *os desenvolvimentos da memória no século XX, sobretudo depois de 1950, constituem uma verdadeira revolução da memória, e a memória eletrônica não é senão um elemento, sem dúvida o mais espetacular*. Segundo o autor, a tensão entre oralidade e escrita conduz os estudos históricos sobre a sociedade, e o aparecimento da escrita na sociedade é o que vai transformar profundamente a memória coletiva do mundo oral.

Le Goff considera que a escrita permite à memória coletiva duas formas de memória: a comemoração, quer dizer, a celebração de um acontecimento memorável através de um monumento comemorativo, uma inscrição de memória, um monumento; a segunda forma de memória ligada à escrita seria o documento. No documento, a

² Menção ao que Jack Godoy chama de “a domesticação do pensamento selvagem”. Cf. LE GOFF, 2003)

escrita teria duas funções principais: o armazenamento das informações, que permite a comunicação no tempo e no espaço e fornece um processo de marcação, memorização e registro; a outra função diz respeito à possibilidade de reexaminar, reordenar, retificar esses registros, já que a escrita representa a mudança da esfera auditiva para a visual. (LeGoff, 2003, p. 427)

A cultura do acúmulo nasce com a tecnologia da escrita e a cultura da memória é intensificada nos séculos XIX e XX como conclui Le Goff (2003, p. 465) ao afirmar que *as convulsões que se vão conhecer no século XX foram, parece, preparadas pela expansão da memória no campo da filosofia e da literatura*. Dos estudos de Henri Bérson e Freud à obra de Proust que toma a noção de imagem na encruzilhada da memória e da percepção, a memória começa a assumir no início do século XXI os contornos de uma memória “pura” em progresso. Mas o que seria exatamente a memória pura?

Em “Matéria e Memória” Bérson (1999) afirma que esta é o registro de todas, absolutamente todas as percepções que um indivíduo realiza. Entretanto, como esta memória deve ser atualizada – para virar então uma lembrança, de acordo com o presente – há imagens que nunca serão iluminadas, ou seja, permanecerão obscuras. Bergson argumenta que serão estas imagens que irão compor os sonhos, e sobre sua aparente falta de ordem, ele explica que ao serem retomadas espontaneamente e não como uma resposta consciente, elas irão figurar segundo a ordem que foram armazenadas. Nesse sentido, a memória pura se torna uma espécie de local de armazenamento total que fornecerá as imagens para que a memória hábito se atualize.

A idéia de *memória pura* parece bastante interessante e potencial para compreender, no mundo digital, os bancos de dados de que dispomos atualmente, onde a informação está dada, devidamente armazenada, esperando uma atualização que promova sua recuperação.

Com base na periodização da memória feita por Le Goff, podemos afirmar que a relação entre os conceitos de memória e de patrimônio deve levar em conta três atributos: herança, considerando o tempo mítico da memória; documento, representando a era, pólo ou tecnologia da escrita; e, informação, em que a memória social e o ambiente virtual são representados na era da lógica paradoxal, que se inicia com a videografia, holografia, infografia (informação digitalizada). É sobre o último, a informação, que retomamos nossa análise sob a perspectiva comunicacional.

O processo de “*filiation inversée*” expressão criada por Jean Poullon (apud Davallon, 2006, p. 27) considera a instauração de uma relação com o outro - no tempo e no espaço - mediada por um objeto. Segundo Davallon (2006, p. 26), a diferença entre os conceitos – memória e patrimônio – vai depender do olhar do sujeito, e não de uma divisão temporal – passado, presente e futuro. A patrimonialização pode então ser definida como a fusão de diversos procedimentos que, ao formar um dispositivo social e simbólico, opera esta “filiação inversa”.

Essa mediação, que ocorre no presente, garante também que o valor patrimonial seja circunstancial à essa ação. Com efeito, é no âmbito desse processo de patrimonialização do presente que se estabeleceu a categoria de objeto intangível ou imaterial, distinta do patrimônio material. Se por um lado, essa separação demonstra a importância do contexto de criação do patrimônio material ao lhe atribuir sentido cultural, por outro lado, a proteção do fazer cultural deve ser considerada como um ato de preservação dos produtos e do ambiente no qual esse fazer se produz, e não como outra categoria de patrimônio.

Compreende-se que esta questão surge a partir da preocupação de não apenas salvaguardar os vestígios do passado, como também incluir nesse processo as ações desencadeadas no tempo presente. Os bens de natureza imaterial são classificados na ordem dos saberes, dos fazeres, das comemorações, da tradição oral, quer seja a música, a dança a literatura, a língua. São circunstanciais, vivos e se preservam por tradição.

Depreende-se daí que a falta aparente de um corpo material na condição efêmera de produção não exclui a materialidade do imaterial, nem a imaterialidade do material. Preservar uma construção religiosa sem a liturgia, uma língua sem o falante, é observar uma única face ou natureza do objeto. E mesmo com a criação de leis, normas e procedimentos para a proteção dos bens patrimoniais de natureza intangível ou imaterial é necessário compreender o caráter de virtualidade desses bens e a impossibilidade prática de separar o material do imaterial (Dodebei, 2007).

Mario Chagas (2003) fala sobre essa impropriedade de separar os bens tangíveis dos intangíveis. Diz o autor que *a preservação dos bens tangíveis busca e assenta a sua justificativa não na materialidade do objeto e sim nos saberes, nas técnicas, nos valores, nas funções e nos significados que representam e ocupam na vida social*. O patrimônio cultural é então criado a partir de valores imateriais ou intangíveis, quer estejam representando objetos materiais ou saberes, fazeres e significados presentes na vida social.

Aqui fica a idéia de que é possível preservar significados, independentemente dos objetos materiais que são sua referência, o que nos leva ao mundo virtual da informação, considerada um veículo numérico de aproximação entre objeto (significante), sujeito (significado), espaço-tempo (contexto). Talvez tenha sido necessário criar o conceito de bem imaterial para que pudéssemos pensar em preservação da memória para além da materialidade.

As políticas patrimoniais separam os registros em livros distintos para os bens tangíveis e os intangíveis, mas o processo de representação do bem patrimonial na contemporaneidade é o mesmo, quer dizer, o registro digital transforma o bem, “material ou imaterial”, em informação. A invenção ou a reinvenção do patrimônio imaterial, a partir da mudança da tecnologia da escrita para a tecnologia da informática mediática, nos aproxima do pólo da oralidade mítica; e aproxima também a narrativa da informação (Dodebei; Gouveia, 2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do processo de patrimonialização no Brasil tomou como objeto de análise a obra fotográfica de Marcel Gautherot. Dividimos as análises em três momentos da observação: o primeiro enfatizou a vida e a obra de Marcel Gautherot no Brasil e sua participação na sociedade brasileira que vivia um período de democratização política sob os efeitos estéticos do Modernismo e identitários da Campanha Nacional do Folclore. No segundo momento, discutimos a constituição do arquivo privado de matrizes (negativos fotográficos) e seu valor documental, patrimonial e artístico. Por último, a análise voltou-se para o sentido e o significado de patrimônio para a memória social.

Entendemos que os objetos que circulam no meio social devem ser considerados sempre circunstanciais em relação aos valores patrimoniais a eles atribuídos. Os objetos são sempre os mesmos, o que muda é a relação que os liga ao olhar documental ou patrimonial que lançamos sobre eles. Marcel Gautherot fotografou eventos e monumentos que foram valorizados como patrimônio nacional pelo poder público brasileiro. Tanto no que concerne à arquitetura barroca e moderna, quanto às manifestações lúdicas e populares dos rituais e festas brasileiras, sua obra acabou por ser valorizada como arte.

As fotografias documentais de Gautherot sobre a construção de Brasília, cidade que foi registrada sob o número 445 na lista do patrimônio cultural da humanidade da Unesco em 1987, são musealizadas pelo Instituto Moreira Salles, o que não quer dizer que a elas foi atribuído valor de patrimônio.

A análise de sua obra nos indicou também que, para além de uma tarefa de registro documental, fotografar é selecionar, dentre inúmeras possibilidades, aquela imagem que construímos sobre o objeto observado. É, portanto, um ato mais de criação do que de representação, do mesmo modo como se dá com a memória, que seleciona e organiza as lembranças para a criação de uma imagem no presente. A narrativa documentária, mais que memória representada é memória criada. É outro objeto, de certo complementar à narrativa expográfica, por exemplo.

A imagem circula em infindáveis seqüências de acontecimentos; ela modifica-se ao entrar em contato com outros objetos, mas não se repete. As duas dimensões do ato de fotografar, representação e criação, tão presentes na obra de Gautherot, nos fazem perceber que o conteúdo informacional das imagens produziu um fluxo de diferenças que se encontra, ainda hoje, em contínua reordenação.

Por possuírem uma natureza simbólica e circunstancial, os valores artísticos, documentais e patrimoniais, que não são mutuamente exclusivos, permitem que o objeto transite por entre público ↔ privado, casa ↔ museu, cotidiano ↔ patrimônio.

Talvez, se não fosse pelo valor artístico, as fotografias de Gautherot não tivessem sido preservadas e, neste caso, nos apraz conviver com a hipótese de que a “despatrimonialização” pode ocorrer, e não é um mal abominável.

REFERÊNCIAS

BURGI, Sergio; TITAN JUNIOR, Samuel (Orgs) **Brasília: Marcel Gautherot**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010.

CHAGAS, Mario. O pai de macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.95-110.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CLIFFORD, James. Colecionando Arte e Cultura, **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 23, 1994.

DAVALLON, Jean. Le Don Du patrimoine: une approche communicationnelle de la patrimonialisation. Paris: Lavoisier, 2006.

DODEBEI, Vera. Museu e memória virtual. In: José Neves Bittencourt; Marcus Granato; Sarah Fassa Benchetrit. (Org.). **Museus, ciência e tecnologia**. 1 ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007, v. 1, p. 71-80.

DODEBEI, Vera ; GOUVEIA, I. C. Contribuições das teorias da memória para o estudo do patrimônio na web. In: FUGITA, Mariângela S. L.; MARTELETO, Regina M.; LARA, Marilda G. de. (Org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, v. 1, p. 87-102.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

REVISTA DO IPHAN: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: IPHAN, 1937 - . Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio/> Acesso em 12 de outubro de 2010.

RIEGEL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Goiânia: UCG, 2005.

SILVA, Andréa Cristina. **A memória da construção e a construção de memórias: Brasília sob o olhar de Marcel Gautherot**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Memória Social, UNIRIO. 2009. (Dissertação de Mestrado em Memória Social)

VILHENA, L. R. **Projeto e missão, o movimento folclórico brasileiro 1947-1964**. Rio de Janeiro: FUNARTE/FGV, 1997.

Websites com imagens fotográficas de Marcel Gautherot

<http://blogdoims.uol.com.br/ims/brasil-50-anos/>

<http://www.youtube.com/watch?v=G87DYy9MhFg>

<http://ims.uol.com.br/hs/gautherot/gautherot.html>

http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_n\Trbs\RevIPHAN\RevIPHAN.docpro

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO FRENTE AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM IBITIPOCA, LIMA DUARTE/MG

Helena Tuler Creston

helenatuler@hotmail.com

Mestranda do Programa do Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – MACPS, da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais– UFMG, orientada pela professora Maria Cristina Villefort Teixeira.

RESUMO

Este trabalho trata do projeto de pesquisa inserido no programa de mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da UFMG, mostrando o que está sendo desenvolvido em seu momento inicial. Nessa fase, é colocada uma questão fundamental como tema de preocupação, como fica a memória e preservação frente às mudanças significativas provocadas pela expansão do turismo hoje, especificamente em locais inseridos em paisagens de grande relevância. O estudo pretende, assim, a compreensão da questão para a possibilidade de proposição de medidas de gestão específicas para esses locais, considerando a participação da comunidade como fundamental, a fim de manter a essência de cada lugar e evitar distorções físicas e culturais. Propõe-se que o palco deste estudo seja Ibitipoca, em Lima Duarte/MG.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Desenvolvimento sustentável. Gestão.

ABSTRACT

This work is about the research project inserted into the master's program in Sustainable Built Environment and Heritage, UFMG, showing what is being developed in its initial moment. At this stage, is placed a key issue as a matter of concern, as is the memory and preservation in the face of significant changes caused by the expansion of tourism today, specifically in places embedded in landscapes of great importance. The study thus seeks to

understand the issue to the possibility of proposing specific management measures for these sites, considering the participation of the community as essential in order to maintain the essence of each place and avoid physical and cultural distortions. It is proposed that the stage of this study is Ibitipoca, in Lima Duarte / MG.

Key-words: Cultural heritage. Sustainable development. Management.

INTRODUÇÃO

O projeto aqui apresentado insere-se na linha de pesquisa “Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído”, do programa de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

O estudo traz uma discussão sobre interferências significativas em pequenas localidades inseridas em paisagens de relevância, provocadas pela prática do turismo. Tais lugares têm se transformado em visados objetos dessa atividade com mais intensidade na atualidade, trazendo uma relação de dicotomia entre a cultura local e o desenvolvimento, que acarreta em uma segunda dicotomia, aquela entre preservação e progresso.

Propõe-se que o palco deste estudo seja a Vila Conceição do Ibitipoca, distrito da cidade de Lima Duarte, MG. Conceição do Ibitipoca teve seu apogeu como rota alternativa do Caminho do Ouro, anteriormente à descoberta do material precioso em Vila Rica (atual Ouro Preto/MG), que culminou no êxodo da região. Desenvolveu-se com base na economia rural e, a partir da década de 1970, tendo sido criado o Parque Estadual do Ibitipoca, vive uma expansão constante como suporte ao Parque, hoje a principal atração turística.

Visitando com maior frequência e ‘habitando’ Ibitipoca, surgiu o desafio de trabalhar tais questões neste lugar, impregnado de uma ambiência ímpar e, exatamente por esta qualidade que o inspira, de um modo ou de outro, o poder de atração e as consequências que tal fenômeno provoca.

Além disso, parte da motivação vem da preocupação pessoal com o lugar em relação às transformações que vêm acontecendo frente ao crescimento do turismo, buscando-se especular possíveis perdas de valores culturais, do patrimônio ambiental, arquitetônico e

imaterial, visto que muitas vezes o investimento externo e a não valorização de quem vem de fora dão espaço à degradação do meio e ao lugar genérico.

Atualmente, pode-se inferir que a atividade turística em Ibitipoca tem contribuído para as relações econômicas e de lucro, causando apenas a dependência da atividade por parte da população local. Além disso, a maneira como a vila cresceu – impulsionada pelo turismo – não foi acompanhada pelo desenvolvimento estrutural e social na mesma proporção, tornando relevante um trabalho nesse sentido.

Alguns aspectos podem ser observados na situação recente da região, destacando-se a preocupação crescente quanto à preservação do Parque, a expansão dos loteamentos e a monopolização territorial. Tal conjuntura traz possíveis consequências, como o desordenamento urbano e a desfiguração física e cultural, ou seja, a descaracterização do lugar, preocupação a ser tratada no estudo.

O Parque Estadual do Ibitipoca é uma área de proteção ambiental, além de patrimônio natural, apresentando algumas restrições legais. É nítida a preocupação em relação à preservação e certo cuidado com o mesmo pela própria administração do IEF (Instituto Estadual de Florestas), com a legislação e fiscalização que o envolvem, bem como inúmeros estudos sobre a influência e mudanças causadas pelo turismo, que visam um uso com menores impactos no meio, ainda que essa preocupação não venha desde o início de sua criação, sendo observada principalmente nos últimos dez anos.

No entanto, fica claro que a preocupação com o patrimônio se restringe ao objeto Parque e não trata do conjunto quando são analisados a legislação e seus mapas anexos. O mapa anexo da lei de Zona de Expansão Urbana do Distrito de Conceição do Ibitipoca, por exemplo, corrobora com esta afirmação ao delimitar a Zona de Amortecimento também como área de proteção ambiental entre o Parque e o núcleo urbano já ocupado de Conceição do Ibitipoca, mas considerar uma expansão urbana para a Vila que prevê sua triplicação em área, o que ignora a manutenção do lugar com suas características originais de fuga do cotidiano, de ‘vazio’, do bucólico, as quais o tornam tão singular e remetem ao seu surgimento, bem anterior à criação do Parque.

Essa expansão já vem acontecendo com os inúmeros loteamentos que surgem sem ordenação e com uma tipologia arquitetônica estranha ao lugar, interferindo na paisagem como um todo. No documento intitulado Plano Diretor de Organização Territorial e

Desenvolvimento do Turismo de Conceição de Ibitipoca, de novembro de 2000, editado pela Fundação João Pinheiro no ano seguinte, há um capítulo que discorre sobre a organização territorial, indicando essa “preocupação com o estabelecimento de padrões mais adequados de construção para que a paisagem e as condições ambientais não sejam progressivamente desfiguradas”.

Com base neste trabalho, foi ainda editada a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Conceição de Ibitipoca, a qual prevê algumas normas para um planejamento urbano que mantenha as tipologias do crescimento espontâneo original de Ibitipoca. Porém, a situação observada não condiz com a legislação, seja por falhas na mesma, seja por falta de instrução ou mesmo fiscalização das obras, agravando o estado de conservação do conjunto paisagem apresentado na pesquisa.

A monopolização territorial é outro fator relevante em relação ao lugar, frente às consequências que pode acarretar, como a especulação imobiliária. Atualmente, por volta de 70% do entorno do Parque de Ibitipoca é uma reserva particular pertencente a um empresário da cidade de Juiz de Fora/MG. Intervenções na paisagem tendem a ocorrer conforme sua vontade e em prol de um crescimento sem planejamento. “... quem domina o espaço sempre pode controlar a política do lugar”. (HARVEY, 1989, p. 213)

METODOLOGIA

A discussão sobre a metodologia é entendida como fundamental para o entendimento do estudo e alcance de seus objetivos. Como método de abordagem, será seguida a linha de raciocínio do método indutivo, uma vez que a observação caminhará no sentido de determinar se o estudo condiz com a teoria existente, alimentando-a com novos fatos. Quanto aos métodos de procedimento, será aplicado o método qualitativo e estudos de caso, trazendo a perspectiva de outros locais cuja situação assemelha-se ao contexto da pesquisa, enxergando os limites do que tem sido feito no Brasil.

Como técnicas de pesquisa, o estudo tem como base a pesquisa bibliográfica e documental, ou seja, uma revisão da literatura através de fontes secundárias e primárias. Essa é a parte de conceituação, que será a mais focada no artigo aqui apresentado. O trabalho também recorrerá à técnica de observação direta intensiva, entrevistas, histórias de vida e fotografias produzidas em trabalho de campo.

CONCEITUAÇÃO

Para a imersão no tema abordado, é necessário o estudo de alguns conceitos que se integram na discussão proposta da preservação frente ao progresso, trazendo-os ainda para a atualidade. A memória é um dos conceitos que permeia a pesquisa. Ela aparece aqui entendida como uma preocupação cultural e política emergencial nas sociedades ocidentais, tendo tornado-se uma obsessão cultural de proporções monumentais.

A musealização do mundo, a comercialização em massa da nostalgia, a literatura memorialística, práticas memorialistas nas artes visuais, mostram que o real pode ser mitologizado, e que a memória tornou-se uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta. Segundo Huyssen, é possível que o excesso de memória nessa cultura saturada de mídia crie uma sobrecarga que o próprio sistema de memórias fique em perigo constante de implosão, disparando o medo do esquecimento¹.

Huyssen afirma que ocorreu uma obsessão pelo passado durante a pós-moderna década de 1980, quando se passou a construir uma vasta quantidade de museus e memoriais. Esse fenômeno demonstra que existiu um grande desejo de materializar a memória no momento em que a mídia invadiu a vida política, cultural e pessoal².

No processo de desenvolvimento das tecnologias midiáticas, a memória foi afetada pela nova estrutura de temporalidade, gerada pelo ritmo veloz da vida material e pela aceleração das imagens e das informações. A velocidade destrói o espaço e apaga a distância temporal. A continuidade/descontinuidade histórica, dependentes de um antes e um depois, cede lugar à simultaneidade de todos os tempos e espaços prontamente acessíveis no presente através da tela. Nesse sentido, o imediatismo das imagens e informações causa a perda da percepção da diferença real no tempo histórico ou na distância geográfica³.

Huyssen ressalta ainda que as inovações científicas, tecnológicas e culturais numa sociedade orientada pelo consumo e pelo lucro criam objetos, estilos de vida e atitudes

¹ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9-40.

² *Ibidem*.

³ *Ibidem*.

predestinados à rápida obsolescência, o que faz encolher a duração temporal do presente. O aspecto temporal dessa obsolescência é a amnésia, que gera seu oposto: a nova cultura museica. Paradoxalmente, a disseminação da amnésia é acompanhada de um fascínio pela memória e pelo passado. Entretanto, a nova cultura de museus e memória contradiz a noção verdadeira de história, ao se converter em espetáculo e entretenimento. A cultura memorial pós-moderna é superficial e pode contribuir com a destruição da noção verdadeira de tempo⁴.

Pode-se inferir que nesse contexto situam-se os chamados *lugares de memória*⁵, espaços onde a memória se fixa e serve como uma nova forma de apreender a memória que não é natural, pois não é vivenciado mais o que ela representa. Nora critica esse processo de *patrimonialização*, no que se refere a sua tendência em reduzir o lugar de memória ao sítio topográfico e entregar o culto da memória aos abusos da comemoração, ao invés da transmissão tradicional da cultura, da oralidade entre as gerações.⁶

Assim, os lugares de memória deveriam ser uma representação da história de forma contínua, sendo transmitida através das gerações de forma natural, mas esta se transformou em comemoração, passando a encenar a história e a criar uma memória coletiva irreal, um produto cultural, que se tornou a forma dos povos se identificarem e se reconhecerem, permitindo um sentimento de formação de identidade e pertencimento.

Os lugares de memória têm, então, uma tripla conjuntura: são materiais, fixando os lugares para servir como apoio a apreensão da memória através de bandeiras, arquivos, dicionários, enciclopédias, museus, bibliotecas, monumentos, assim como comemorações e festas populares; são simbólicos, expressando e revelando o que seria sua memória coletiva, cristalizando e transmitindo-a entre as gerações; e por fim são funcionais, promovendo os rituais, derivados em espetáculos, lugares refúgio ou santuários. E antes de tudo, são restos, fragmentos, expressam uma “vontade de memória” de sociedades.⁷

Quaisquer que sejam as suas causas específicas, motivos ou contextos, as intensas práticas de memória que são vistas em distintas partes do mundo de hoje articulam uma

⁴ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9-40.

⁵ *Lugar de memória* é um conceito histórico posto em evidência pela obra *Les Lieux de Mémoire*, editada a partir de 1984, sob a coordenação de Pierre Nora.

⁶ RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Trotta: Madrid, 2003, p. 518-529.

⁷ *Ibidem*.

crise fundamental de uma estrutura de temporalidade anterior, que marcou a época da alta modernidade, com sua fé no progresso e no desenvolvimento, celebrando o novo e o utópico. Posteriormente, uma das lamentações permanentes da modernidade refere-se à perda de um passado melhor, da memória de viver em um lugar seguramente circunscrito, com um senso de fronteiras estáveis e numa cultura construída localmente com o seu fluxo regular de tempo e um núcleo de relações permanentes.⁸

Ao levar memória para o campo da percepção, observa-se que “... a memória gera fatos que são recebidos pela percepção e estruturados pelas experiências de uso do ambiente central. Dois paradigmas básicos da teoria arquitetônica-urbanística estão aí então contemplados: o da fenomenologia e o da estrutura morfológica.” (CASTELLO, 2003, p. 254)

Por fenomenologia, entende-se o estudo que busca a essência do fenômeno para além da aparência, da consciência. Essa essência é fundada na relação do objeto com aquele que o percebe⁹. A fenomenologia orienta seu olhar para a relação sujeito-objeto, buscando identificar os aspectos da percepção nessa relação individual, na chamada “experiência real” vivida pelo indivíduo em seu cotidiano, em contrapartida ao senso comum e à ciência, que atribuem como significado à percepção uma construção cultural que perde de vista o fenômeno em si. “O objeto ou a coisa percebidos não são um conglomerado de sensações e memórias. Assumindo o fenômeno, descobrimos um todo que já se projeta com um significado próprio”. Assim, na visão fenomenológica, a memória surge por ter um significado no presente, que a evoca, não aparecendo simplesmente como uma ficha catalogada de um arquivo.

Observa-se que, atualmente, a percepção espacial parece ser transformada pela forma com que o tempo se processa em ritmo acelerado. Questiona-se a redução ou mesmo abdução do tempo, levando a algumas teses que abordam certo adormecimento da percepção diante do cotidiano de repetições que se vive nesse mundo atual da pluralidade, rapidez e expansão, ou seja, o excesso de informações que se recebe faz com que a percepção destas realidades tenda a desaparecer na dinâmica dos fluxos e da descartabilidade. O efêmero tende a ser descartado rapidamente.

⁸ RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Trotta: Madrid, 2003, p. 518-529.

⁹ “... perceber no sentido pleno da palavra, [...] é apreender um sentido imanente ao sensível antes de qualquer juízo.” (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 63), ou seja, primeiramente se percebe, sem que qualquer valor pré-existente na memória interfira nessa percepção.

Uma justificativa para o adormecimento da percepção e para a ideia de que, quanto mais informação se tem, o significado em si mesmo passa a ser invisível, é que o condicionamento dos indivíduos ao movimento rápido e contínuo de estímulos exteriores e interiores tende a gerar nesses indivíduos um mecanismo de defesa contra a superestimulação, mecanismo este que resulta na “atitude blasé” descrita por Simmel “... somente afastando os complexos estímulos advindos da velocidade da vida moderna poderíamos tolerar os seus extremos”. (HARVEY, 1989, p.34). Dessa forma, o bloqueio em relação aos muitos estímulos externos, impedindo-os que penetrem em sua totalidade, diminui as experiências vividas por cada pessoa como uma forma de anestesia nela mesma.

Em A poética do espaço, busca-se o redescobrimto da imagem primeira, ancestral e arquetípica, formadora de pensamentos no inconsciente humano, onde todos os sentidos se despertam e trazem a reação do espanto no sentido do maravilhar-se. Tal espanto não é visto na atualidade, as pessoas não se permitem sentir o espaço diante da rapidez do cotidiano, ou o sentem de maneira diferenciada na contemporaneidade¹⁰. Arantes também discorre sobre o aspecto de desatenção e “empobrecimento moderno da experiência, que a certa altura chega a antecipar a indiferença sem perspectiva da cultura do simulacro...”¹¹.

Nesse sentido, Augé traz a ideia de multiplicação dos chamados *não-lugares*, aqueles que, diferentemente do conceito de *lugar*¹², não podem ser definidos como relacionais, históricos ou ligados à identidade. São espaços que não se integram a lugares anteriores a ele, sendo estes apenas listados, classificados e promovidos aos já citados *lugares de memória*. Tais espaços contêm uma massa de relações somente conectadas pelos fins certos – transporte, trânsito, comércio, entre outros – criando uma identidade compartilhada temporária dos passantes, que têm experiências simultâneas, portanto, somente no instante presente¹³.

¹⁰ BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In: KUHNEN, Remberto Francisco; LEAL, Antonio da Costa; LEAL, Lídia do Vale Santos. *Bachelard (Os pensadores)*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 93-266. (1979)

¹¹ ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 57. (1993)

¹² *Lugar* na antropologia é definido como uma construção concreta e simbólica do espaço, com as vicissitudes e contradições da vida social. Segundo De Certeau, apresenta três características fundamentais: é um espaço relacional de identidade (por possuir singular ocupação de elementos que coexistem e se interrelacionam nessa específica e instantânea configuração de posição), e necessariamente histórico (a partir do momento em que, combinando identidade e relações, é definido por uma estabilidade mínima onde se vive essa história). (AUGÉ, 1995, p. 53-55)

¹³ AUGÉ, Marc. *Non-places: introduction to an anthropology of supermodernity*. Tradução John Howe. Londres: Verso, 1995. (1992)

Montaner, por sua vez, aparece com uma abordagem em relação à percepção mais voltada a uma transformação da mesma do que em sua ausência. Segundo este autor, os lugares não devem ser interpretados como recipientes existenciais permanentes, mas sim entendidos como focos de acontecimentos, fluxos, cenários de eventos efêmeros, dentro do dinamismo da contemporaneidade¹⁴. Nessa atual sociedade de alta mobilidade, “as impressões fugazes das pessoas que estão de passagem não podem ser negligenciadas”, uma vez que podem constituir outra forma de percepção, uma percepção presente. Muitas vezes os visitantes, por exemplo, são capazes de perceber potencialidades e carências de um ambiente que não são mais visíveis para os residentes.¹⁵

O que está em pauta é, na verdade, o lugar e sua relação com o tempo. A “queda das barreiras espaciais”, devido à “compressão espaço-tempo”, não implica no decréscimo da significação do espaço, podendo, em mão contrária, levar à “busca de uma identidade coletiva ou pessoal, à procura de comportamentos seguros em um mundo cambiante”.¹⁶

Assim, ao mesmo tempo em que a globalização traz certa unidade dos espaços, cresce a necessidade de particularidades. De acordo com Habermas, “O novo valor atribuído ao transitório, ao fugidio e ao efêmero, a própria celebração do dinamismo, revela um anseio por um presente estável, imaculado e não corrompido”¹⁷.

No entanto, de qualquer modo, é preciso ter cautela com o “efeito desse colapso da cadeia significativa” de “reduzir a experiência a uma série de presentes puros e não relacionados no tempo”. “O outro lado da perda da temporalidade e da busca do impacto instantâneo é uma perda paralela de profundidade” e “... sua fixação nas aparências, nas superfícies e nos impactos imediatos que, com o tempo, não têm sustentação”¹⁸. Antes do interesse pelas novas formas sociais, modos de sensibilidade e instituições que caracterizam o presente contemporâneo, é imprescindível atentar para as mudanças que

¹⁴ MONTANER, Josep Maria. *La modernidad superada – Arquitectura, arte e pensamiento del siglo XX*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1997, p.45.

¹⁵ TUAN, Yi-fu. *Topofilia – Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980, p. 72. (1974)

¹⁶ HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Oxford: Brasil Blackwell Ltd, 1989, p. 272.

¹⁷ *Ibid.*, p.291.

¹⁸ *Ibid.*, p.57 e 59.

afetam a maioria das pessoas ao pensarem sobre suas relações e identidade¹⁹.

Não se deve ignorar a complexidade do tecido social e a variedade de posições individuais, que não podem ser deduzidas do “texto cultural”. Dessa complexidade é que surge a organização do espaço e o descobrimento de lugares. As coletividades precisam simbolizar a identidade compartilhada por todo o grupo, bem como a identidade particular de cada indivíduo e a identidade singular, que torna o grupo diferente de outros²⁰.

Trazendo para dentro desse contexto a questão do planejamento, acredita-se que as políticas preservacionistas devem ser inseridas em um planejamento diferenciado, visto que tais políticas, tradicionalmente desarticuladas daquelas mais amplas, mostram-se incompatíveis com a dinâmica da cidade contemporânea real, reforçando a falsa dicotomia entre preservação e desenvolvimento.

As políticas preservacionistas inserem-se nesse planejamento diferenciado, visto que tais políticas, tradicionalmente desarticuladas daquelas políticas públicas mais amplas, mostram-se incompatíveis com a dinâmica da cidade contemporânea real, reforçando a falsa dicotomia entre preservação e desenvolvimento. No Brasil, a trajetória das políticas de preservação caracteriza-se ainda pela exclusão da população local e apagamento sistemático da “memorabilidade” autêntica dos lugares. “Nesse novo quadro, em que a ideia da ‘conservação integrada’ parece desempenhar um importante papel, as políticas de patrimônio passam a ser vistas como um dos mais importantes elementos do planejamento urbano e regional...” (CASTRIOTA, 2003, p. 21).

A preservação nesta perspectiva é entendida a partir da ampliação do conceito de patrimônio (meados década 1970), resultando no conceito contemporâneo de *patrimônio ambiental urbano*. É preciso perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, a fim de preservar o equilíbrio da paisagem como um todo, frente ao desenvolvimento. A questão dos valores surge como central, trazendo certos questionamentos que devem ser feitos, como “o que conservar?”, “por que conservar?”, “para quem conservar?”, e o fim último da conservação passa a ser a manutenção desses

¹⁹ AUGÉ, Marc. *Non-places: introduction to an anthropology of supermodernity*. Tradução John Howe. Londres: Verso, 1995, p. 40. (1992)

²⁰ *Ibid.*, p. 50.

valores.²¹

Para a manutenção do lugar é necessário perceber a essência de seu patrimônio ambiental, preservando tais características que apresentem significância, conforme proposto pela Carta de Burra²². Trata-se de uma preservação que considera a inevitabilidade da mudança, apreciando o desenvolvimento, porém de forma “sustentável”.

A ideia de desenvolvimento sustentável é ainda um discurso muito restrito à dimensão físico-energética (ambiental) e econômica. No entanto, aparece aqui associada à conservação no sentido de desenvolvimento que, enxergando a paisagem cultural como unidade de planejamento, preserva o que seria “suficiente” de se deixar às próximas gerações, entendendo a participação dos diversos atores da comunidade como fundamental no lidar com os múltiplos valores²³.

Observa-se que, em geral, a ampliação do conceito de patrimônio não foi acompanhada pela gestão desse, e que, na prática, a conservação não se engajou com a sustentabilidade. As políticas de conservação devem ser avaliadas para a proposição de novas formas de gerir o patrimônio e a mudança já inseridos na discussão do planejamento urbano, tendo em mente a introdução da comunidade como agente nesse processo. “Deve-se reconhecer a importância dos diferentes grupos e buscar as alternativas de conservação e sustentabilidade dos diferentes traços socioculturais...” (BUENO, 2003, p. 182).

PREMISSAS

A pesquisa pretende abordar toda a condição apresentada, somada às questões conceituais, privilegiando a situação da Vila Conceição do Ibitipoca em conjunto com o Parque, com menor foco para esse objeto isolado, a fim de propor possíveis soluções, seguindo para o que seria a preservação de uma situação ideal que considere o turismo como forma de desenvolvimento, com respeito à cultura local.

Acredita-se que o turismo como desenvolvimento não deve ser deixado de lado ou

²¹ CASTRIOTA, L. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 109.

²² Documento resultante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, de 1980, que estabelece princípios e procedimentos para a conservação, preservação, restauração e reconstrução de bens culturais (de valor estético, histórico, científico ou social para as gerações passadas, presentes ou futuras). http://www.icomos.org.br/002_001.html, acesso em maio/2012.

²³ FAIRCLOUGHT, Graham. Cultural landscape, sustainability and living with change? In: TEUTONICO, Jeanne Marie; MATERO, Frank (org.). Managing change: sustainable approaches to the conservation of the built environment. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2001.

inibido, apenas visto de forma diferenciada e conduzido de forma “sustentável”. “... o desenvolvimento baseado em um turismo alternativo pode se constituir em ‘... uma mediação possível de dar algum dinamismo econômico a esses lugares, representada pela possibilidade de geração de emprego e renda...” (BUENO, 2003, p. 183), sendo orientações para esse turismo a preservação ambiental, o desenvolvimento participativo e a qualidade de vida.

Dessa forma, o projeto tratado tem como objetivo o desenvolvimento de medidas e estratégias de gestão relacionadas à como atuar em pequenas localidades como Ibitipoca, que vêm sofrendo acentuada descaracterização com o processo do turismo. Essas ações/diretrizes seriam em prol de uma manutenção do lugar que considere ao mesmo tempo a dinâmica de desenvolvimento que o turismo traz, não entendendo essa manutenção com o intuito de manter estáticas as estruturas físicas ou as relações sociais, mas sim no sentido de uma não transformação da Vila Conceição do Ibitipoca em um lugar genérico.

Inserem-se nessas medidas discussões acerca da construção civil e sistemas construtivos novos nesse meio, políticas públicas urbanísticas que visem o equilíbrio ambiental e patrimonial com sua valorização cultural, proteção também sobre os costumes locais, trabalhos educativos com as organizações sociais ali presentes, enfim, formas de tornar o desenvolvimento consciente ou “sustentável”, considerando a participação da comunidade local nesse processo de construção, conforme focado anteriormente.

Além das proposições de atuação, busca-se uma definição da forma de estudo para a percepção da essência do lugar, a qual deve ser mantida. Tal definição é que permitirá o aprimoramento da gestão de conservação, na ideia apresentada do que pode ser considerado um desenvolvimento turístico sustentável.

CONCLUSÃO: RESULTADOS ALCANÇADOS

Por hora, o resultado esperado para a pesquisa é sua consolidação através da proposição de medidas de gestão que realmente tenham eficácia na prática e possam vir a garantir a preservação do lugar, conforme apresentado.

O trabalho encontra-se no seu início de desenvolvimento e, por isso, a ideia ainda será mais destrinchada, porém o destaque aqui é dado à definição do objetivo maior, visto

como uma necessidade atual a ser discutida quanto à pertinência do tema e sua chance de resultados passíveis de concretude.

REFERÊNCIAS

AMARO, João Júlio Vitral. A gestão dos recursos naturais - possibilidades e limites dos atuais instrumentos. In: CONFERÊNCIA LATINO AMERICANA DE CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL, 2004, São Paulo. Anais da Conferência Latino Americana de Construção Sustentável. São Paulo: ENTAC, 2004.

_____. Uma discussão sobre a fundamentação da teoria econômica para o desenvolvimento urbano sustentável. In: 8º ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1999, Porto Alegre. Anais do 8º Encontro Nacional da Anpur. Porto Alegre: ANPUR, 1999.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. O lugar da arquitetura depois dos modernos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. (1993)

AUGE, Marc. Non-places: introduction to an anthropology of supermodernity. Tradução John Howe. Londres: Verso, 1995, p. 40. (1992)

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In: KUHNEN, Remberto Francisco; LEAL, Antonio da Costa; LEAL, Lídia do Vale Santos. Bachelard (Os pensadores). 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 93-266. (1979)

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan (org.). Turismo de base comunitária – diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BEDIM, Bruno P. O processo de intervenção social do turismo na serra de Ibitipoca (MG): Simultâneo e desigual, dilema camponês no “paraíso do capital”. Monografia (Pós-Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

_____. Turismo e Mudanças Socioculturais em Conceição de Ibitipoca. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Departamento de Turismo da UFOP. Ouro Preto: UFOP, 2005.

BICUDO, Maria Aparecida V.; ESPÓSITO, Vitória Helena C. (org.). Joel Martins... Um seminário avançado em fenomenologia. São Paulo: EDUC, 1997.

BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Metodologia de planejamento. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BUENO, Ayrton Portilho. Novos loteamentos, velhos paradigmas. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). Urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003, p. 175-184.

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE. Código de obras - Lei nº 582/77. Lima Duarte: Prefeitura Municipal de Lima Duarte, 1977.

_____. Lei nº 1.155: Organização da Ocupação e Uso do Solo do Distrito de Conceição de Ibitipoca. Lima Duarte: Prefeitura Municipal de Lima Duarte, 2001.

CASTELLO, Lineu. A re-arquitetura da cidade. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). Urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003, p. 244-258.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

_____. Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). Urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003, p. 186-206.

COOPER, C. et al. Turismo, princípios e prática. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CRESTON, Helena T. Percepção e afetividade na contemporaneidade: intervenção na Vila Conceição do Ibitipoca, Lima Duarte/MG. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. Juiz de Fora: UFJF, 2011.

FAIRCLOUGHT, Graham. Cultural landscape, sustainability and living with change? In: TEUTONICO, Jeanne Marie; MATERO, Frank (org.). Managing change: sustainable approaches to the conservation of the built environment. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo em Conceição de Ibitipoca. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 6. ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2001.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HEIDEGGER, Martin. Ensaio e Conferências. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. (1954)

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9-

40.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (1945)

MONTANER, Josep Maria. La modernidad superada – Arquitectura, arte e pensamiento del siglo XX. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1997.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate (org.). Uma nova agenda para arquitetura: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 443-461. (1976)

LEACH, Neil. La an-estética de la arquitectura. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, p. 96-98. (1999)

LE GOFF, Jaques. História e memória. Campinas: UNICAMP, 1996.

RICOEUR, Paul. La memoria, la historia, el olvido. Trotta: Madrid, 2003, p. 518-529.

SALES, Breno Augusto Garcia. Natureza, Paisagens e Educação: reflexões conceituais na trilha de um estudo sobre a agência de conhecedores. ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2010, Florianópolis. Anais do V Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis: ANPPAS, 2010.

TUAN, Yi-fu. Topofilia – Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980. (1974)

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MEMÓRIAS DA DIVERSIDADE POPULACIONAL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU/PR

Samuel Klauck

Doutor em História, docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade
Cultura e Fronteiras / Unioeste
e-mail: samuelk98@msn.com

Andressa Szekut

Bacharel em Turismo, Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Sociedade, Cultura e Fronteiras / Unioeste
e-mail: andressaszekut@gmail.com)

Resumo:

O estudo analisa a formação da diversidade populacional de Foz do Iguaçu, a partir da construção da memória desse processo, que a consolida como patrimônio cultural da cidade. Pauta-se em levantamentos historiográficos e nas análises de discursos produzidos por instituições e meios midiáticos. Fundamenta-se em preceitos teórico-metodológicos da história cultural, bem como, na compreensão dos conceitos de memória, patrimônio cultural e identidade. Identifica o processo histórico da construção da memória da formação populacional e como esta é formadora da identidade coletiva deste espaço. Analisa a fixação de um discurso positivo estabelecido através da memória, ancorada em preceitos de integração dos diversos grupos e na consolidação deste discurso em referências de patrimônio cultural.

Palavras-chave: Memória, Diversidade Populacional, Patrimônio Cultural.

Abstract:

The study analyzes the formation of the population diversity of Foz do Iguaçu, as from the construction of the memory of this process, which consolidates of the city as cultural heritage. Tariff in historiographical surveys and by the analyzes of discourses produced by institutions and the media itself. It is based on theoretical and methodological precepts of cultural history as well as in understanding the concepts of memory, identity and cultural heritage. Identifies the historical process of the construction of memory formation the population and how this is shaping the collective identity of this space. Analyzes the setting of a positive discourse established through memory, anchored in precepts of integration of various groups and the consolidation of this discourse in references of cultural heritage.

Keywords: Memory, Population Diversity, Cultural Heritage.

Introdução

O trabalho nasce da nossa inserção, como habitantes e pesquisadores, em um cenário populacional plural - a cidade de Foz do Iguaçu. Ela costuma ser “marcada”, numa acepção a Michael Pollak, física e simbolicamente por características culturais. Essas “marcas” são apresentadas aos transeuntes ou leitores da mídia impressa e eletrônica nos exemplos da diversidade de grupos que formam a cidade.

Associada a estas constatações, solidificou-se um discurso construído institucionalmente, pelo poder público e setores do turismo, de que essa formação multicultural é uma riqueza da cidade. As características dos grupos que integram este espaço são nomeadas pelos atributos identitários próprios, como a língua árabe, o templo budista, os temperos paraguaios, a gastronomia asiática, a música gauchesca, entre tantos outros. Esses traços são mostrados como patrimônios culturais.

Essas construções discursivas, simbólicas e escriturísticas, nos levaram a formular os objetivos de compreender a formação populacional de Foz do Iguaçu marcada pela diversidade e analisar como a memória desse processo resultou na constituição de uma referência de patrimônio cultural. Em consonância, os passos da pesquisa foram balizados pela busca sistemática de material bibliográfico e documental que abordasse o processo migratório que envolveu a formação da cidade de Foz do Iguaçu.

Nessa perspectiva de coleta e diálogo com as fontes, o trabalho e a concepção teórico-metodológica se vincula a vertente da história cultural, representada por Roger Chartier, a partir da aplicação da noção de *representação* à disciplina histórica. Segundo o autor, a história cultural “tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (1990, p. 16-17). Para ele, esta noção serve para compreender as intencionalidades de um determinado grupo em forjar determinada representação social. Também serve, sobremaneira, na proposta de interface entre uma história cultural do social. Esta, segundo Chartier, é possível de ser pensada a partir do momento

[...] que se tome por objecto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, a revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostaria que fosse. (1990, p. 19).

Nesse sentido, essa percepção contribui substancialmente para entender como a historiografia e, de maneira geral, os trabalhos bibliográficos contribuíram para forjar memórias do processo de formação de Foz do Iguaçu, permitindo observar sua construção, sua arquitetura escriturística (CERTEAU, 2000) e como essa veio a ser lida – usada como referência de identidade. Essa perspectiva pode ser corroborada em outra passagem citada por Roger Chartier, pois para ele as representações

[...] não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Para isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio. (1990, p. 17).

Por sua vez, cabe entender que o tratamento das fontes bibliográficas e documentais, enquanto representações de um momento histórico e de lutas para fixar uma visão, devem ser balizadas pela compreensão do conceito de memória. Este, segundo Michael Pollak, pode ser “um elemento constituinte de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou um grupo em sua reconstrução em si.” (1992, p. 204). Em outra perspectiva o autor mostra como a memória pode ser usada para fixar verdades. Segundo ele, a partir do

seu conceito de *enquadramento da memória*, é possível aferir como em um determinado momento um grupo profissionalizado busca estabelecer e controlar a imagem ou representações de uma situação, o que lhes define a função de guardiões da verdade. (POLLAK, 1989, p.10).

A partir disso, é preciso compreender os sentidos produzidos sobre a cidade de Foz do Iguaçu no seu processo de formação. Nesta ação, concebem-se essas fontes como capazes de constituir um imaginário social, objetivando a manutenção de certa identidade, seja ela nacional, regional, cultural, etc. Na pesquisa essa interpretação se dará a partir do destaque de Bronislaw Baczko, que sustenta que todo imaginário social “[...] torna-se inteligível e comunicável através da produção de ‘discursos’ nos quais e pelos quais se efetiva a reunião de representações coletivas numa linguagem”. (1985, p. 311)

Nesta perspectiva os textos bibliográficos e documentais podem ser compreendidos como porta-vozes de representações, memórias e imaginários sociais da formação da cidade de Foz do Iguaçu. Essa percepção nos aproxima de definição de porta voz feita por Pierre Bourdieu. Para ele “O porta-voz autorizado consegue agir com as palavras em relação a outros agentes e, por meio do seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador”. (1996, p. 89). Neste sentido, o trabalho escriturístico cumpre esse papel. Os autores e seus textos podem ser analisados dentro da perspectiva de serem os precursores de uma “verdade”.

Ainda em um diálogo com Bourdieu, deve-se considerar, que as fontes compreendidas nesta perspectiva, plausivelmente podem estabelecer fronteiras. Pois, segundo esse autor “A fronteira nada mais é que o produto de uma divisão à qual se atribuirá maior ou menor fundamento na ‘realidade’ conforme o grau e a intensividade de semelhanças entre os elementos aí envolvidos...” É também “produto de um ato jurídico de delimitação, tanto produz a diferença cultural quanto é por ela produzida...” (1996, p. 109-110). Aqui devem ser considerados o uso, o enquadramento e a fixação de uma memória coletiva da cidade, que permite compreender inclusão ou exclusão de sujeitos ou memórias da sua história, fixando, portando, fronteiras. Ou, sob outro foco, na compreensão de Norbert Elias e John L. Scotson (2000) na construção de *estabelecidos* e *outsiders*, nas narrativas e no uso da memória destas.

A Formação Populacional de Foz do Iguaçu: Memórias e Identidade

A trajetória histórica da formação da cidade Foz do Iguaçu é contextualizada a partir de marcos. O ato fundacional está relacionado à instalação da colônia militar em 1889, conforme destaques recorrentes da historiografia (WACHOWICZ, 1987; GREGORY, 2002; MYSKIW, 2011). Contudo, esse processo não resultou em ocupação definitiva, mas identificou e nomeou habitantes. São citados paraguaios, argentinos, ingleses, franceses e índios. Em um território “inóspito”, distante de qualquer centro urbano, estas presenças já indicavam uma conjuntura curiosa de contato multicultural.

Nas décadas seguintes, a cidade será povoada por migrantes dedicados à agricultura, provenientes, principalmente, do sul do Brasil. Estes reafirmam novas referências de identidade, tal como a gaúcha, italiana e alemã. Este cenário, agora complementado pelos novos agentes culturais, dará a cidade feições de ser “pacata”, comum no interior do Brasil. A grande distinção é a presença das Cataratas do Iguaçu, que desde fins do século XIX, já atraem um contingente razoável de visitantes do mundo inteiro, a tal ponto, que a cidade conta com um aeroporto desde 1935.

Outro marco importante, que costuma ser muito valorizado é a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Nos aspectos populacionais, sem dúvida, rompe com o “marasmo” de uma cidade “pacata” ao promover um crescimento demográfico intenso, pois em duas décadas a cidade passou de pouco mais de 27.000 mil para mais de 120.000 mil habitantes (HAHN, 2006, p. 31). Nesse processo chegaram à cidade pessoas do Brasil inteiro e com elas, suas marcas culturais.

E por fim, como destacam Luis Eduardo Catta (2003) e Regina Coeli Machado Silva (2008), a cidade é plasmada por “novos” rostos e gostos, provenientes do Oriente Médio e da Ásia. São populações de origem árabe – libaneses, sírios, iraquianos, etc. e chineses, taiwaneses, coreanos e indianos, que se fixam neste espaço atraídos pelas facilidades comerciais possibilitadas pela instituição de uma Zona Franca na cidade de Presidente Strossner (atual Ciudad del Este). Neste mesmo cenário, nas últimas três décadas, também são atraídas populações de origens nacionais diversas e representantes de quase todos os estados brasileiros. Na atualidade, segundo dados oficiais (PMFI, 2006), mais de 70 etnias dos cinco continentes vivem nesta cidade, que de acordo com o IBGE (2010), conta com 256.088 habitantes.

Na perspectiva dos dados apontados foi imprescindível compreender o papel da memória desse processo, diga-se, de tornar visíveis os agentes e suas marcas, em específico, relacionando-os a preservação dos laços culturais.

Ressalta-se que se compreende que a memória é constituinte do sentimento de pertencimento, pois ela organiza o *ser* frente ao *não ser* de um grupo, o que remete à formação da identidade cultural. Aproximando os dados bibliográficos da discussão, a identidade é entendida, quando aplicada à cidade de Foz do Iguaçu, no sentido conceitual de sujeitos pós-modernos, definido por Hall (2006, p.12). Pois, associando a diversidade populacional, a perspectiva do autor, nos permite concluir que a identidade é construída a partir da convivência coletiva e a fixação do sentimento de pertencimento.

Dessa forma, permite entender que o indivíduo pode identificar-se a seu grupo, através de singularidades coletivas, mas também com a sociedade multicultural por integrar a memória de migração, patrimônio e ocupação do espaço de fronteira. Esta última é a memória que está sendo incentivada pelo poder público local, na busca da fixação de uma identidade que represente a cidade.

Cabe destacar nesse processo a importância do conceito de patrimônio histórico cultural. Ele é entendido como um bem destinado ao usufruto de uma comunidade e está constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum e remete a uma instituição e a uma mentalidade (CHOAY, 2006, p.11).

A partir da autora, é possível identificar o esforço dos agentes do enquadramento da memória, diga-se poder público, na construção e manutenção do patrimônio, pois ele é o resultado das ações comuns e de acumulação entre os indivíduos.

Por fim, de acordo com as reflexões realizadas, percebe-se que o patrimônio de Foz do Iguaçu não pode ser considerado como unificado em uma identidade, pois cada grupo formou o seu patrimônio segundo seus usos e costumes, derivados da sua memória. Já de outra forma, a unidade que intenciona esconder as diferenças, forja uma nova memória.

A Consolidação de um Discurso Positivo Acerca da Diversidade Populacional

O uso de atributos valorativos de populações na consolidação de memórias nacionais, regionais e mesmo locais, passa a ser corriqueiro a partir da construção de movimentos emancipatórios na América Latina e na formação dos Estados Nacionais Modernos. Na história ocidental, o marco da revolução francesa ocupa destaque. Desta, nasce o apelo para a inserção dos habitantes de um espaço a uma nação que os identifica e a qual se identificam. Contudo, em outros contextos, a partir de então, essa situação se replicou. Cabe citar o caso brasileiro da construção de um imaginário positivo sobre a figura do “bandeirante”, retratado

como herói e formador do Brasil (OLIVEIRA, 2000). Entretanto, a organização de tais discursos permeiam disputas, que numa acepção a Pierre Bourdieu (2004), servem para definir uma *região*.

Os exemplos apresentados permitem perceber que, em partes, os discursos são forjados e difundidos a partir de organismos oficiais, os quais podem ser representados pelo Estado, por partidos políticos, grupos de intelectuais, etc. Estes se enquadram como portadores e guardiões da memória, apontados por Michel Pollak (1989). Quando aproximamos essa discussão do nosso objeto – Foz do Iguaçu, toma evidência que a memória oficial da cidade, da forma como está consolidada, reflete os esforços do poder público na consolidação desta. Essa constatação fica latente a partir do tratamento que a questão da diversidade populacional recebe. Contudo, cabe ressaltar, que a memória não emana naturalmente destes portadores da memória, pois são balizados nos discursos científicos – a historiografia –, ou das lembranças dos próprios sujeitos da história – grupos em busca de visibilidade.

Retomando a questão populacional de Foz do Iguaçu, percebe-se que a questão da diversidade é marcada, no sentido de fixar, nos documentos públicos que apresentam a cidade aos turistas ou na busca de um sentido aos próprios sujeitos – pessoas, que compõe a formação histórica deste espaço. Um exemplo elucidativo dessa situação pode ser encontrado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal. Nos links histórico e cronologia da formação encontramos destaque aos ciclos econômicos – construídos para dar sentido lógico, e dentro deles, as populações que são evidentes. As narrativas, usualmente, ancoram suas representações em textos que representam discursos fundadores. Um exemplo dessa situação pode ser encontrado no relato de um militar quando da fundação da Colônia Militar. Nesta fonte, encontram-se nomeados os sujeitos encontrados na foz do rio Iguaçu, que eram “... 324 pessoas, em sua maioria paraguaios e argentinos. Mas havia também espanhóis e ingleses...” (PMFI, s.d. [a]) .

A ênfase ao registro dos sujeitos encontrados reforça a conjectura de que se quer estabelecer ou mesmo fortalecer, que desde as origens – primórdios da formação da cidade, um cenário de integração. Cabe destacar, que essa narrativa destoa do movimento de nacionalização dos espaços de fronteira, pois comumente essa região tornava invisível ou procurava controlar a presença de estrangeiros a partir dos aparatos do Estado (Klauck, 2005).

Um cenário no qual se molda uma memória histórica associada à integração dos povos – o emprego no plural é intencional, não se restringe ao marco da fixação dos brasileiros neste espaço, em 1889, pois podem ser encontradas nesta mesma fonte, nos indicativos as presenças

de espanhóis históricos, como Cabeza de Vaca, da povoação dos grupos indígenas guaranis e kaiganges.

Esta fonte do município, associada à outra, da Secretaria Municipal de Turismo, reforça essas narrativas de evidenciar os grupos que deram feições multiculturais a cidade ao enfatizarem o papel do crescimento populacional pelo qual a cidade passou. Enquanto que a primeira enfatiza que ainda chegaram outros grupos

(...) na sua maioria alemães e italianos, que asseguravam sua fonte de renda através da produção da erva-mate e do corte da madeira. A partir de 1930 foram chegando os primeiros agricultores do Rio Grande do Sul. (...) trabalhadores e seus familiares de São Paulo, Minas Gerais, e Rio Grande do Sul [a partir de 1970], árabes e asiáticos [década de 1980]. (PFMI, s.d. [b])

Por sua vez, a segunda, de caráter sintético, mostra o resultado desse processo, no ano de 2011. Cita que

Foz do Iguaçu tem uma composição étnica muito variada e interessante, estimando-se hoje uma população de 255.900 habitantes. A cidade abriga cerca de 80 das 192 nacionalidades existentes no mundo. Caminhando pelas ruas da cidade não é surpresa nenhuma deparar-se com japoneses, chineses, coreanos, franceses, bolivianos, chilenos, árabes, marroquinos, portugueses, indianos, ingleses, israelenses e tantas outras nacionalidades, sem contar ainda paraguaios e argentinos. Os diferentes grupos étnicos residentes na cidade fazem de Foz do Iguaçu uma das cidades mais cosmopolitas do Brasil. (PMFI, 2011)

Essas assertivas indicam que o pano de fundo das narrativas e de seus agentes, está na concepção de *integração* que se quer passar através de representações marcadas pelos discursos e pelo poder simbólico que carregam. Em outras palavras, parafraseando Roger Chartier, a escolha de mostrar a diversidade populacional integrada nesse espaço e com um valor positivo, são *lutas de representações*, pois permitem entender, conforme indica o autor, em citação acima, tentativa de impor uma concepção do mundo social e de valores.

Contudo, cabe ressaltar que essas *lutas de representações* envolvem a questão da afirmação de identidade da cidade, que coesa até os anos de 1980, passou por uma desestruturação no período do vertiginoso crescimento populacional. Conforme indica Luis Eduardo Catta (2003), o aumento do número de habitantes, veio acompanhado de graves problemas, como pobreza, falta de estrutura escolar e hospitalar, ausência de moradias, violência desenfreada, etc. Além disso, contrapõem dois grupos que tentam impor sua visão de cidade, a elite “nativa” e a vinculada aos setores de serviços e empregados da Itaipu Binacional. Se, em um primeiro momento, os *outros*, fora desse grupo de elite significavam

“problemas”, no decorrer do processo de afirmação de uma nova identidade à cidade, figuram como elementos positivos, a partir da fixação de que a diversidade populacional é a riqueza deste espaço.

Essa percepção já foi apontada anteriormente. Pesquisadores vinculados ao *Observatório da Tríplice Fronteira*, entre eles, sociólogos, antropólogos, historiadores, cientistas políticos e economistas, indicam que

Atualmente Foz e Ciudad del Este aglutinam grande parte desta diversidade, cuja exaltação positiva tomou, no caso de Foz do Iguaçu, a forma de um slogan que afirma que ali “convivem pacificamente mais de 72 etnias”, representação enraizada e recorrente tanto pelos organismos públicos como pelas empresas de turismo e alguns grupos religiosos que consideram a Tríplice Fronteira como um terreno fértil para a prática do proselitismo transcultural. (OBSERVATÓRIO, s.d)

Essa concepção positiva da integração da diversidade vista de forma crítica pelos pesquisadores do *Observatório*, aparece em outros contextos e são divulgados amplamente. Fugindo dos discursos oficiais, como os vinculados a instâncias da prefeitura municipal ou ao turismo, permitem aferir que esta ideia é quase naturalizada. Serve como um primeiro exemplo às representações construídas nos meios midiáticos, disponíveis na internet, acerca da exposição fotográfica *Todas as Cores do Mundo*, produzida pela jornalista Áurea Cunha, a partir de fotografias de mulheres que representam a diversidade populacional. As matérias publicadas com o título *Retratos do multiculturalismo de Foz do Iguaçu*, em dois meios de comunicação on-line, são elucidativas. A autora do trabalho

(...) justifica a escolha do tema lembrando que Foz do Iguaçu confirma sua vocação voltada para o cosmopolitismo, não apenas pela disposição geográfica da região, onde o trânsito por três países é espontâneo, mas, pela variedade de nações que aqui plantaram raízes. Em um tempo onde os conflitos políticos e a intolerância crescem, a cidade é exemplo de como as diferenças podem conviver e interagir pacificamente. “O sentimento de tolerância solidária talvez seja a palavra-chave para a mudança deste mundo cada vez mais indiferente às contribuições dos nossos semelhantes”, lembra a fotógrafa. (GUATA e H2FOZ, s.d.)

Ela segue explicando que na escolha das mulheres não se procurou molduras e, muito menos, reproduzir caricaturas étnicas, buscando a natureza humana e espontânea do momento, pois para ela “Se olharmos mais atentamente, vamos perceber que Foz do Iguaçu é realmente assim, simples no seu cotidiano, porém complexa na sua riqueza e contribuição cultural.” (Idem)

Por sua vez, um segundo exemplo se torna importante ao indicar que a concepção de integração e o papel positivo da diversidade cultural apresenta ressonância entre a população local. A pesquisa realizada em coparticipação entre a RPCTV – Cataratas e o Instituto ETHOS, indicou que 87% dos pesquisados afirmaram que um aspecto positivo da cidade de Foz do Iguaçu é que nela moram pessoas de muitas origens diferentes.

Nessa perspectiva, cabe dizer, que entre a população já se estabeleceu um sentimento de pertencimento a esse local multicultural. Indica também, que a *luta de representações* alcançou êxito, pois fixou o reconhecimento interno – dos habitantes da cidade, e externo – turistas e transeuntes de outras cidades, que a diversidade populacional é algo positivo, sendo vivenciada pela sociedade, e, portanto, sinônimo de patrimônio cultural.

A Diversidade Populacional como Patrimônio cultural

O reconhecimento dos potenciais usos e da preservação da memória da cidade de Foz do Iguaçu, entendidos como referenciais de patrimônio cultural, acompanham os desdobramentos dessa temática em nível nacional. Seguem as discussões brasileiras, da década de 1970 e 1980, que preconizaram a criação de centros, casas e fundações de cultura em nível estadual e municipal, a exemplo do que propõe o Compromisso de Brasília, em 1970. É uma política ancorada no discurso de descentralizar esse papel, uma vez que o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional - IPHAN, encontrava dificuldades de acompanhar e zelar por todos os bens já salvaguardados. Além disso, esse órgão não conseguia acompanhar as particularidades de cada região.

O contexto e o cenário que envolve a preservação patrimonial ainda se restringem praticamente aos bens materiais. Como desdobramento dessas medidas de outorgar aos estados e municípios o papel de agentes colaboradores na preservação do patrimônio cultural resultou em criação de leis, museus, centros e casas de cultura. Em Foz do Iguaçu essas medidas resultam na criação da Fundação Cultural pela lei 1.224 em 12 de julho de 1985. É uma Entidade de personalidade jurídica própria, voltada ao estímulo e desenvolvimento das atividades culturais de qualquer natureza, fazendo acordos, contratos e convênios com terceiros, para execução de seus objetivos.

Desde sua criação, a Fundação passa por um constante readequamento à realidade vivida na cidade. De acordo com a informação do site da instituição essa diretriz segue a

missão de: “Estimular e promover atividades culturais e artísticas; Incentivar e difundir o cultivo das artes; Proteger e preservar o patrimônio cultural e histórico do município.” (PMFI, s.d. [c]).

É possível perceber o empenho dessa entidade em consolidar uma política de preservação do patrimônio cultural da cidade. Um dos maiores esforços, que exigiu contribuição da Fundação Cultural foi a criação e aprovação da Lei 1500/1990, que dispõe sobre a preservação do patrimônio natural e cultural do município de Foz do Iguaçu. Cabe ressaltar, que em outros momentos o papel de incentivadora da cultura local também recaiu a ela. A tal ponto que, de forma direta ou indireta, participou da organização de duas grandes feiras locais que enfatizam aspectos culturais da cidade, a Feira de Artesanato e Alimentos - FARTAL e a Feira das Nações, Artesanato, Turismo e Cultura – FENARTEC.

Contudo, o papel da Fundação Cultural apresenta limitações quando do apoio à visibilidade da diversidade populacional e suas características materiais e imateriais. Um indicativo de resposta está na própria fragilidade desse patrimônio, uma vez que ele se sustenta mais em discursos do que em ações e manifestações cotidianas, o que, em sentido *lato sensu*, demonstra que são artificiais. Essa crítica à patrimonialização da diversidade populacional da cidade é contundente, pois, o patrimônio deve ser referência de memória e identidade de um grupo. E, das mais de 70 etnias nacionais, comumente apontadas como residentes nesse espaço, poucas permitem visualizar suas referências de memória e identidade de forma tangível e intangível. O que se reflete na dificuldade ou ausência de ações por parte da Fundação para apoiá-las.

Mesmo assim, a partir dos discursos positivos acerca do processo migratório, a ênfase em dar visibilidade a ele, tornando-o, por sua vez, referência de patrimônio cultural, encontra apoio e difusão no segmento do turismo presente na cidade. Isso pode ser encontrado em discursos de profissionais e intelectuais vinculados a este segmento de mercado. Essa situação pode ser aferida em um exemplo publicado no Jornal Gazeta do Povo, no dia 28 de agosto de 2005, intitulada *Mescla Cultural é a riqueza da fronteira* (COSTA, 2005). Nesta, o professor Mauro Cury, coordenador do curso de Turismo das Faculdades União Dinâmica Cataratas – UDC, cita que “A mistura de povos, o fluxo de turistas e a riqueza cultural fazem de Foz uma experiência fascinante.” A reportagem segue apontando que o

Mineiro, Cury chegou a Foz há 20 anos. Trocou o pão de queijo pela chipa, biscoito típico do Paraguai, feito de polvilho, vendido nas ruas do centro da cidade. ‘No começo, essa forte presença das culturas paraguaia e argentina, para mim, foi um choque’, diz ele. ‘Depois, percebi que era um privilegiado, por ter contato com essa riqueza.’

Mas, essa perspectiva de usar a diversidade populacional enquanto riqueza cultural, portanto, como uma forma de patrimônio pelo turismo, também pode ser encontrado em documentos oficiais que elaboram planos e estratégias de ações para esse mercado. Um exemplo elucidativo é o documento elaborado pela Secretaria de Estado do Turismo do Paraná, intitulado Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS. Nele é possível identificar pontos positivos associados à Foz do Iguaçu, vinculados aos aspectos culturais da sua população. Entre eles, destaca-se como um ponto forte na estratégia de produtos turísticos a "População com hábitos e costumes livres de preconceitos contra credo, cor e raça" (PARANÁ, 2012, p. 161).

Como sustentação de propostas vinculadas ao turismo cultural destaca feiras, monumentos e programas. Do primeiro exemplo, cabe citar que a ênfase à diversidade populacional é evidente, conforme pode ser percebido no excerto que segue:

FARTAL – Feira de Artesanato e Alimentos

Feira tradicional realizada há 33 anos (1976) no mês de junho em comemoração ao aniversário do município. Realizado pela Prefeitura Municipal, por meio da Fundação Cultural, o evento tem como objetivo divulgar os trabalhos dos artesãos locais e mostrar a diversidade étnica e gastronômica da região, proporcionando o encontro da população e do turista com o produto artesanal.

FENARTEC – Feira das Nações, Artesanato, Turismo e Cultura

Promovida pela Câmara Júnior com apoio da Fundação Cultural, realizada no mês de outubro. Conta com a participação de representantes de várias etnias, sendo considerado o maior evento do Paraná neste segmento. Durante todos os dias da feira são realizadas apresentações de danças típicas, mostra de gastronomia, shows artísticos e folclóricos, divulgando os costumes e tradições locais, além de feiras de negócios em vários setores, com a participação de expositores de toda a região. (PARANÁ, 2012, p. 93)

Cabe destacar que aspectos culturais como a gastronomia, danças típicas, artesanato, shows folclóricos, referências de costumes e tradições são utilizados para estabelecer o sentido da importância dos eventos para o conhecimento e reconhecimento dos grupos estabelecidos na cidade. Em uma acepção de Elias e Scotson, encontra-se a noção do *nós* (riqueza da diversidade populacional) e dos *outros* (os que percebem essa diversidade, mas não se identificam). Portanto, as feiras representam um palco que permite reforçar que essa riqueza é um patrimônio cultural.

O Programa também faz referência a monumentos arquitetônicos como exemplos da diversidade populacional, são eles o Templo Budista e a Mesquita Muçulmana. Estes espaços físicos representam um contingente populacional expressivo de residentes na cidade.

Contudo, o documento retrata a Mesquita como um exemplo que representa essa diversidade e como sinônimo dessa riqueza. Indica que esta é

Testemunho da harmonia, tolerância respeito multi-racial e cultural que vive a cidade de Foz do Iguaçu onde aqui convivem 58 diferentes etnias a comunidade islâmica de Foz do Iguaçu empenhou-se na construção da Mesquita, cuja pedra fundamental foi lançada em 1981, sendo inaugurada em 23 de março de 1983, com o nome de Omar Ibn Al-Khatab. (PARANÁ, 2012, p. 80)

Por fim, destaca a ação de um programa de desenvolvimento do artesanato, Ñandeva, que busca o fortalecimento de uma identidade trinacional (na região de fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai), através da inserção de elementos e ícones que remetem à cultura desses povos - (www.nandeva.org). Ao retratar o papel do programa, mostra que

Dado sua condição geopolítica, Foz do Iguaçu comunga de hábitos e costumes não apenas dos dois países com quem se delimita – Paraguai e Argentina – mas de forma particular com sua população que é formada por uma mistura de povos que abriga cerca de 57 das 192 nacionalidades existentes no mundo. Com o objetivo de desenvolver e fortalecer uma identidade trinacional (na região de fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai), foi criado um programa de artesanato – o Ñandeva, que se desenvolve através da inserção de elementos e ícones que remetem à cultura desses povos. (PIDTS, 2012, p. 80)

Aqui, como nos demais excertos do Programa, é possível identificar que as referências culturais – materiais e imateriais –, assumem conotações e representações da riqueza deste espaço. Há a defesa de que estes atrativos mostram a diversidade populacional abrigada neste território e de que valorizam sua memória e identidade. Nos exemplos aportados acima, são nomeados grupos estrangeiros como Árabes (libaneses, sírios, sauditas, iraquianos, palestinos), asiáticos (chineses, coreanos, indianos, japoneses), paraguaios e argentinos. Mas, também há grupos nacionais, destacados pelos nordestinos, gaúchos e mineiros. Cabe destacar, que as referências culturais destes grupos tornam-se, a partir dos sentidos de identificação, sinônimos de patrimônios culturais da cidade.

Na elaboração de suportes – feiras, festas, documentos e discursos, de fixação de um discurso positivo e que dá visibilidade a diversidade cultural, é possível aferir a intencionalidade de grupos vinculados direta ou indiretamente ao poder público ou ao setor de turismo. Contudo, desde a criação da Fundação Cultural e da Lei 1500/1990, não há um esforço sistematizado para concretizar o reconhecimento da diversidade populacional como patrimônio cultural. Da mesma forma, praticamente inexistem ações públicas da população em prol dessa definição, além de expressões folclóricas e manifestações de costumes.

Essa situação começa a mudar a partir do ano de 2009. Em 10 de dezembro deste ano é sancionada a Lei Nº 3645. Ela institui o Sistema Municipal de Cultura de Foz do Iguaçu - SMC -, cria o Fundo Municipal de Incentivo a Cultura - FMIC -, estabelece diretrizes para políticas públicas de cultura e dá outras providências. Essa ação representa políticas públicas associadas à necessidade de envolver e reconhecer a riqueza cultural da cidade e o papel dos cidadãos nesse processo. O texto informa que a Lei

visa proporcionar efetivas condições para o exercício da cidadania cultural a todos os iguaçuenses, estabelece novos mecanismos de gestão pública das políticas culturais e cria instâncias de efetiva participação de todos os segmentos sociais atuantes no meio cultural. (FOZ DO IGUAÇU, 2009, p. 1)

Cabe destacar, que a medida representa a consolidação dos discursos positivos acerca da diversidade populacional como riqueza cultural, ao inserir essa discussão nos objetivos e metas a serem perseguidos, de acordo com a Lei. Isso pode ser percebido em dois excertos do documento que seguem:

CAPÍTULO I - DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

XIV - manter e ampliar os eventos tradicionais que identifiquem os costumes da população; e

XV - assegurar a centralidade da cultura no conjunto das políticas locais, reconhecendo o município como o território onde se traduzem os princípios da diversidade e multiplicidade culturais, estimulando uma visão local que equilibre o tradicional e o moderno numa percepção dinâmica da cultura.

CAPÍTULO III - DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 10. São atribuições e competências da Conferência Municipal de Cultura:

VI - facilitar o acesso da sociedade civil aos mecanismos de participação popular, no município, por meio de debates sobre os signos e processos constitutivos da identidade e diversidade cultural. (FOZ DO IGUAÇU, 2009)

O texto legislativo deixa transparecer o reconhecimento da diversidade cultural da cidade. Expressa tanto as manifestações institucionais e organizações – poder público, agentes de turismo, como a ressonância dessa compreensão por parte da população quanto à riqueza cultural construída a partir da fixação de um grande contingente de grupos populacionais. Além disso, estabelece à Conferência Municipal da Cultura o papel de inserir essas premissas em seus debates e deliberações. Há, portanto, prenúncio que estabelece que os aspectos culturais, consolidados como positivos a partir de suportes da memória, não desapareçam das ações e propostas que poderiam ser emanadas das plenárias que resultariam na organização de uma política cultural para a cidade.

A hipótese de que haveria a fixação dos discursos positivos, legitimados pelos trabalhos da Conferência Municipal de Cultura de Foz do Iguaçu, pode ser encontrada no seu

relatório, publicado no ano de 2011. O eixo que definiu propostas para o patrimônio cultural da cidade, ratifica no seu Item 8, a aprovação de que é necessário “ Reconhecer, valorizar e promover como patrimônio local a diversidade étnico-cultural, com destaque às culturas indígenas, quilombolas e ciganas.” (CONFERÊNCIA, 2011)

Os resultados da Conferência Municipal de Cultura foram mais expressivos do que as análises apontadas acima, pois os debates se organizaram em torno de cinco eixos: I – Cultura, Turismo e Cidade; II – Cultura é Direito e Cidadania; III – Economia da Cultura; IV – Patrimônio Cultural; V – Comunicação é Cultura. Todos amplamente debatidos e com deliberações indicando os passos para a efetivação de políticas culturais que envolvessem tanto o poder público, a sociedade civil organizada e os cidadãos comuns. Mesmo assim, a concepção de cultura enquanto patrimônio e, portanto, sinônimo de memória e identidade, definem a tonalidade do documento. Esse preceito, por sua vez, sustenta-se na trajetória histórica da formação populacional da cidade de Foz do Iguaçu.

Considerações Finais

A memória coletiva, segundo Michel Pollak, constitui a base do sentimento de pertencimento de um grupo, portanto, definindo sua identidade. Pensando a cidade de Foz do Iguaçu, enquanto coletividade ou grupo formado, segundo os dados oficiais por mais de 70 nacionalidades, se torna compreensível que a ideia de homogeneidade cultural, política, religiosa, entre outras, fosse impossível. A partir do sentido pós-moderno de identidade cultural, definido por Stuart Hall, pode-se concluir, que esse espaço é marcado por uma infinidade de grupos. Estes se estabelecem, não somente pela origem nacional comum, mas nas suas definições de sujeitos capazes de produzir e reordenar suas referências culturais, a partir de *práticas cotidianas*, como as relações de trabalho, credos religiosos, questões de gênero, filiações partidárias e ideológicas, agremiações esportivas, além de outras.

Portanto, não é possível definir que existe uma identidade coletiva, associada ao cenário da diversidade populacional de Foz do Iguaçu. E, quando se valoriza a pluralidade cultural como riqueza, moldando referências de patrimônio cultural, deve-se considerar que estas estão sendo forjadas pelas *lutas de representações*, capazes de definir e fixar um *imaginário social* coletivo. Ao tomarem tais medidas o poder público, segmentos do turismo, organizações e a própria legislação que organiza as políticas culturais, tornam-se agentes “guardiões da memória”.

Estes agentes ao naturalizarem os discursos de que há harmonia entre as diversidades populacionais e que isso é um ponto positivo da cidade, marcam fronteiras em relação a outros espaços urbanos. Contudo, ao enquadrarem a memória coletiva, associada aos ciclos migratórios que definiram essa formação multicultural, escondem conflitos e disputas entre os agentes envolvidos nesse processo. Assim, definir e reconhecer intencionalmente a diversidade populacional como patrimônio cultural, no caso de Foz do Iguaçu, nos leva a considerar as operações de fixar silêncios e esquecimentos. Ao mesmo tempo, permite conjecturar que os sentidos de patrimônio cultural são um tanto quanto artificiais, indicando que são *invenções*.

Mesmo assim, por fim, se torna inegável que as marcas da diversidade populacional, sejam signos capazes de mostrar a cidade como um palco multicultural. De outra forma, negar-se-ia o preceito da existência de grupos identitários vinculados às diversas formas de *práticas cotidianas*. Portanto, nas experiências compartilhadas pelos membros destes grupos, unidos em torno de uma memória coletiva e pelo sentimento de pertencimento, encontramos não o patrimônio, no singular, mas os patrimônios culturais da cidade.

5. REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Enaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 296-332.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7 ed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2004.

CATTA, L. E. **O Cotidiano de uma Fronteira: a perversidade da modernidade**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE FOZ DO IGUAÇU – 2011
RELATÓRIO DOS TRABALHOS. Disponível em:
<<http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=13344>> Acessado em: 22 Ago. 2012.

COSTA, Flavio. *Mescla cultural é a riqueza da Fronteira*. In.: GAZETA DO POVO. Curitiba, 28 agosto de 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ETHOS, RPC-TV. **Atitude foz**. Foz do Iguaçu: Gazeta do Povo. Edição especial. 2009.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei Nº 3645, de 10 de Dezembro de 2009**. Disponível em: <<http://www.pmf.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=13071>> Acessado em: 22 Ago. 2012.

GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GUATA. **Retrato do Multiculturalismo de Foz do Iguaçu**. Disponível em: <www.guata.com.br/exposicao/todasascores/index> Acessado em: 22 Ago. 2012.

HAHN, Clarí T. **Produção e consumo do espaço urbano em Foz do Iguaçu-PR**. Aquidauana-MS 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (MS), 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

H2FOZ. **Retrato do Multiculturalismo de Foz do Iguaçu**. Disponível em: <www.h2foz.com.br/diversidade-cultural> Acessado em: 22 Ago. 2012

IBGE. **Censo populacional 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=41> Acessado em: 22 Ago. 2012.

KLAUCK, S. A Fronteira do Oeste do Paraná: narrativas de desbravamento, imaginários e representações. In: ARRUDA, Gilmar (org.). **Natureza, Fronteiras e Territórios: Imagens e Narrativas**. Londrina: Eduel, 2005. p. 243-278.

MYSKIW, Antonio Marcos. **A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)**. Niterói, RJ, UFF, 2011.

OBSERVATORIO DE LA TRIPLE FRONTERA. **A Atividade Cultural e Religiosa**. Disponível em: <http://www.observatoriotf.com/br/a_diversidade_cultural_e_religiosa.html> Acessado em: 22 Ago. 2012.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Inventário da Oferta Turística de Foz do Iguaçu 2011**. Disponível em: <http://www.pmf.pr.gov.br/Turismo/uploadFiles/Estatisticas_Inventario_2011.pdf> Acessado em: 22 Ago. 2012.

_____**História da Cidade.** Disponível em:
<<http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal2/home/historia.asp>> [a]. Acessado em: 22 Ago. 2012.

_____**Cronologia da História.** Disponível em:
<<http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal2/home/cronologia.asp>> [b]. Acessado em 22 Ago. 2012.

_____. **Missão da Fundação Cultural.** Disponível em:
<http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal/Pagina.aspx?Id=140>> [c]. Acessados em: 22 Ago. 2012.

_____**Plano Diretor de Foz do Iguaçu 2006.** Disponível em:
<http://www.pmfi.pr.gov.br/PlanoDiretor/VOL_I/12_Aspectos_sociais.pdf> Acessado em:
12 Out. 2011.

PARANÁ. Secretaria do Turismo - SETU. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Pólo Turístico de Foz do Iguaçu.** Disponível em:
<<http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/institucional/PDITSFozdoIguacu.pdf>> Acessado em: 22 Ago. 2012

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

SILVA, R. C. Machado e. Reordenação de identidades de imigrantes árabes em Foz do Iguaçu. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 47, p. 357-374, 2008.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obraberos, mensus e cololos: história do oeste do paranaense.** 2 ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

“MEU LUGAR” – RESISTÊNCIA E PERTENCIMENTO NO SAMBAR DE MADUREIRA

Katia Gomes da Silva

Mestranda em Relações Etnicorraciais do CEFET/RJ,

26.katia.silva@gmail.com

Patricia Gabrielle Oliveira Rodrigues

Mestranda em Geografia e Geociências da UFSM,

patirodrigues_85@hotmail.com

Resumo: Esta pesquisa propõe entender a construção da identidade negra no contexto urbano, pelo viés da cultura e resistência, enfocando o samba “Meu Lugar”, do compositor Arlindo Cruz, como instrumento estrutural da análise. Essa canção, que refere-se ao bairro de Madureira, na cidade do Rio de Janeiro, traz diversos elementos e valores culturais, importantes para se compreender alguns dos processos da história e da cultura negra brasileira. Neste sentido, a partir da letra da música, buscar-se-á identificar os aspectos da religiosidade como coesão e resistência do grupo, o pertencimento pela valorização do lugar, a importância da oralidade e da memória nesse processo e as formas de acolhimento que serviram de sobrevivência para a permanência da cultura e da história negra brasileira, apesar dos esforços da sociedade em apagá-la e reprimi-la.

Palavras-chave: Identidade negra; resistência; samba.

Abstract:

This research proposes to understand the construction of black identity in the context urban bias of the culture and resistance, focusing on the samba "My Place", the composer Arlindo Cruz, as an instrument of structural analysis. This song, which refers to the neighborhood of Madureira, in the city of Rio de Janeiro, brings different elements and cultural values important to understand some of the processes of history and black culture in Brazil. In this respect, from the lyrics, it will seek to identify

aspects of religiosity as strength and cohesion of the group, membership appreciation of the place, the importance of orality and memory in this process and the forms that served as host survival for the permanence of culture and history, black people, despite the efforts of society to erase it and repress it.

Key words: Black identity; strength; samba.

Há relativos trabalhos e pesquisas que apresentam a efetiva participação dos negros na construção da nação brasileira. Essa participação pode ser notada no cotidiano, cercado de várias influências de matriz africana. Pode ser percebida na língua, nas músicas, nas danças, na culinária etc. Aqui, no Brasil, esse patrimônio imaterial, legado da diáspora africana, dialogou e se reinventou a partir das trocas culturais com os nativos indígenas, com os europeus e até com povos asiáticos, devido à política de imigração que visava o embranquecimento do país.

No entanto, essas trocas não foram harmônicas, como pode aparentar à primeira vista. A relação entre os diferentes povos teve por base uma relação de poder, que se legitimava pela violência e por uma articulação de consenso que trabalhava a mentalidade dos povos para uma crença na superioridade dos europeus. Com isso os negros e os índios eram considerados povos inferiores, só que os negros estavam em situação menor, na base mais inferior da hierarquia racial imaginada. Por serem considerados povos inferiores e vistos como problema para o progresso e o desenvolvimento do país, suas culturas e histórias foram reprimidas, eram perseguidas pelo aparelho de segurança do Estado, e apenas entravam no conteúdo didático das escolas como casos isolados, da escravidão e da colonização, africana e indígena. Sendo essas histórias oficialmente contadas de forma negativa, ao mesmo tempo em que a europeia era exaltada como modelo e padrão a ser seguido.

Com isso, o processo de desenvolvimento das identidades e de identificação ficou comprometido, porque a sociedade não se colocava de maneira plural, como nos informa Munanga (2004) dando liberdade para as expressões. Ela impunha um modelo branco europeu, em que o negro deveria se encaixar, buscando o embranquecimento pela miscigenação ou então até admitiu, depois, algumas expressividades, como o samba, que se transformou num elemento nacional, mas antes foi “cercado” pela vida urbana, com regulamentos e oficializações necessárias para o controle estatal dessa

cultura. Entretanto, apesar da situação não satisfatória, os negros brasileiros não desistiram de lutar pela permanência e reconhecimento do seu legado histórico e cultural. A lei 10639/03 é fruto dessa luta, onde a história e cultura africana e afro-brasileira se tornaram obrigatória nos estabelecimentos de ensino.

Essa resistência cultural pode ser vista de diversas maneiras: com a luta pela sobrevivência das religiões afro-brasileiras; com a afirmação de si na valorização do local, a partir das memórias que o lugar produz; com a transmissão da memória pela oralidade; e com o fortalecimento da identidade e de autoestima pela sociabilidade. Essas questões são todas remetidas numa canção chamada “Meu lugar”, de Arlindo Cruz, que traz o bairro Madureira como exemplo. Esse é um bairro da zona norte do Rio de Janeiro, conhecido por ser uma zona de encontros, pois muitas linhas de ônibus têm esse bairro como ponto de partida, assim como também tem o trem que interliga o bairro aos diferentes lugares da cidade. É também conhecido pela sua variedade de expressões culturais e de encontros da cultura negra. Atualmente, inclusive, tem tido visibilidade em telenovelas, o que dá notoriedade ao bairro. Partiremos da letra desse samba para a estruturação do presente trabalho, privilegiando e estruturando as seções pelas divisões postas no início desse parágrafo.

Afirmação das religiões afro-brasileiras – a importância da religiosidade para a coesão e resistência cultural

O meu lugar
 É caminho de Ogum e Iansã
 Lá tem samba até de manhã
 Uma ginga em cada andar
 O meu lugar
 É cercado de luta e suor
 Esperança num mundo melhor
 E cerveja pra comemorar

A canção se inicia mencionando a ligação do local a elementos da religiosidade afro-brasileira. Essas religiões foram perseguidas, por serem de matriz africana, e as batalhas travadas para a sua afirmação variaram, conforme o lugar e a situação encontrada. Teve a violência aberta, como também existiram tentativas de negociações e resistências sutis, isto é, com estratégias pacíficas, que procuraram a sobrevivência pelas brechas, de acordo com a maleabilidade que conseguiram. Mas que só sobreviveram pela luta constante e pela base oral da religião, pois a oralidade foi um

fator importante para a manutenção, flexibilidade e reinvenção das religiões afro-brasileiras.

Em seguida, a música parte do diálogo entre lugar e religiosidade, adicionando o samba e explicando que o lugar é cercado de luta e trabalho, terminando o trecho musical falando sobre a cerveja para comemoração. Demonstrando, assim, uma relação coletiva, uma construção da memória sobre o lugar ao estar inserido num grupo, o qual irá se identificar pelos elementos do samba, do trabalho e da cerveja, todos esses níveis, mesmo que diferenciados, de sociabilidade. Sendo as religiões brasileiras de matriz africana um fator importante para a reinvenção desses novos laços de socialização, antes cortados pela arbitrariedade da escravidão. Foi um espaço que permitiu agregação e a sensação de sentir-se incluído, apesar da repressão da sociedade que impunha o embranquecimento cultural como finalidade evolutiva para os negros, uma tentativa de aculturação. No final, esse movimento acabou por realizar trocas que geraram novas formas de se cultuar os Orisàs ou Orixás africanos.

Os Orisàs são elementos que constituem o que chamamos de natureza. A energia destes encontra-se em toda parte. Não há diferenciação, um é o outro, num ciclo sem fim, em que, segundo Rodrigues (2012), tudo se renova. Não obstante, podemos afirmar que o culto é possível somente diante da natureza, pois sem a mesma não há Orisà. Neste sentido, o material é inseparável do espiritual, e sendo inseparáveis na concepção de natureza afrocentrada, esta se dá como extensão também humana e não como uso e/ou mercadoria.

Ogum, citado na música, significa luta, senhor vencedor de demandas, cuja força é irremediável. Como elemento da natureza, tem sua presença nos momentos de impacto, é o ferro, zinco, estrutura, cobre e com efeito diversas armas. Este representa a força pela vitória através da luta. Iansã, também mencionada, é vento, tufão furacão. Dentre outros fenômenos, a guerreira poderosa, que transita entre o mundo dos vivos e dos mortos, é guia de quem parte para Orun (mundo espiritual). É, pois este Orisà capaz de mexer objetos sem vida regendo as paixões e desejos da vida terrena.

Dentro da própria religiosidade e conseqüentemente das permanências observadas, ainda que com todas as transformações cotidianas, a música se faz muito presente. A musicalidade das religiões de matriz africana onde cada Orisà tem a sua dança, como um evento que parte de dentro para fora, é observada na música cantada por Arlindo Cruz.

Para Lan (2001), a música e a dança para mulheres e homens negros sempre foram comunitárias e sociais e ainda hoje é visível este fato. É comum a atribuição da dança negra ao estereótipo, contudo ela está intimamente relacionada à ancestralidade, uma vez que eventos como uma boa colheita, a vinda da chuva eram reverenciadas com a dança e música. O samba, que teve sua formação dentro dos terreiros de Candomblé, acompanha, em termos de significados, toda a sua extensão religiosa no que se refere à movimentação corporal e musicalidade.

No que se refere à extensão de significados que a música oferece cita Sodré:

A música não é considerada uma função autônoma, mas uma forma ao lado de outras – danças, mitos, lendas e objetos – encarregadas de acionar o processo de interação entre os homens e entre o mundo visível e o invisível. O sentido de uma peça musical tem que ser buscado no sistema religioso ou no sistema de trocas simbólicas do grupo social em questão. Ademais, os meios de comunicação musical não se restringem a elementos sonoros, abrangendo também o vínculo entre a música e as outras artes, sobretudo a dança. (SODRÉ, 1998, p. 21).

E completa Rodrigues:

O tempo é sentido em profundidade e corporalmente e não como no olhar moderno um mero conceito matematicamente dividido e igual para todos. A representação não permite que o objeto da sua sabedoria fique simplesmente seguro em sua mente ao contrário toma parte dele e concomitantemente une a interpretação e significado a respeito à vida espiritual e material à energia suprema que encontra-se em todas as fendas do mundo por onde entra ou sai o ar ou seja em qualquer ambiente que exista vida. (RODRIGUES, 2010, p.40)

O samba esteve muito entrelaçado com a religiosidade afro-brasileira. Até porque a música e a dança de matriz africana têm uma ligação com o sagrado, pois havia uma percepção do mundo em diálogo permanente com o divino, com a ancestralidade. Essa conectividade permitiu um fortalecimento mútuo entre religião e outras artes, no caso a música e a dança, incorporando numa mesma resistência a afirmação da cultura, da história e do corpo negro.

As memórias que o lugar produz – afirmação de si na valorização do local

O meu lugar
 Tem seus mitos e Seres de Luz
 É bem perto de Osvaldo Cruz,
 Cascadura, Vaz Lobo e Irajá
 O meu lugar
 É sorriso é paz e prazer
 O seu nome é doce dizer
 Madureiraaa, lá lá laiá, Madureiraaa, lá lá laia

Ao contrário dos discursos de homogeneização da cultura a partir da globalização, alega-se que: "cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global

e de uma razão local, convivendo dialeticamente" (SANTOS, 1996, p.273). De acordo com Santos, compreender através dos estudos dos lugares é tornar provável o estudo real e da captação de elementos centrais, assim como os valores locacionais. Tudo isso para que sejam realmente identificados os possíveis intercâmbios com os atos hierárquicos.

Assegura Rodrigues que:

A cultura é a perspectiva de enraizamento do pretérito ao conhecimento presente de um grupo social que transcorre pela avaliação emblemática como, por exemplo, as danças, cantos, modo de falar e rituais. É uma relação entre o atual e o passado, que forte, torna-se um vínculo entre as pessoas que tem um passado semelhante e que não deixaram em gerações perecer o ciclo de conhecimento que se repassa e se renova. (RODRIGUES, 2010, p. 31)

Identificar o valor do lugar onde se vive torna possível a mulheres e homens negros não somente conhecer a sua história, como também de reconhecerem-se como sujeito ativo da mesma, o que reflete na possibilidade de mudança, auto-organização e valorização de si e de seu grupo. Dentro dos debates entre a singularização e a homogeneização, o conceito de lugar mostra a possível alternativa de aumentar as capacidades de compreender um mundo que concomitantemente se une e estilhaça em rapidez. No debate entre o local e o global, podemos compreender que:

Ao lado da tendência da homogeneização global, há também uma fascinação com a *diferença* e com a mercantilização da etnia e da "alteridade". Há, juntamente com o impacto do global, um novo interesse pelo "local". A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de "nichos" de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como "substituindo" o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre "o global" e "o local" (HALL, 2000, p. 77).

Nestas afinidades, que se estabelecem entre o local e o global, domadas aos negócios mercantilistas e até mesmo em decorrência de outros fatores, se explanam por meio das experiências e situações. Compreender que o local tem íntima relação com o externo é permitir vê-lo, ao mesmo tempo, de duas maneiras. Encontramos nos bairros os globais que mantêm as instituições, estratégias e organismos, tanto nacionais quanto internacionais, assim como é possível identificar as pessoas em sua construção de significados, de organização e de ações diferentes.

Assegura Tuan (1883) que, como os objetos, o lugar tem um centro de estima, que podem ser percebidos completamente por meio das relações de quem ali vive (*insider*) e do que compreendemos por relações externas (*outsider*). Tornando-se o lugar realidade, a partir da relação de intimidade e familiaridade à proporção que o reconhecemos e lhe atribuímos valor.

A cultura recebe extensão não somente material como também simbólica no lugar. Este por sua vez, pode ser compreendido, de acordo com Mello (2000) como sustentação para a representação da vida e edificador de identidades, sendo concebido por meio do uso e da absorção simbólica. Completa Tuan (1983) que o lugar é o repositório de significados. Assegura Rodrigues (2010) que apesar da expansão da comunicação e das influências externas é possível observar singularidades em certos ambientes. Fazendo do conceito de lugar não somente a referência de um fato, mais que isso, para compreender este conceito é preciso dar valor às relações afetivas desempenhadas pelos indivíduos, pois o lugar não é meramente uma localização geográfica. Fortemente ligado às experiências e envolturas dos mais diferentes tipos, tem a ver com o sentimento de pertencimento e identificação pessoal.

Neste sentido, propõe Sodré (1999), que a palavra identidade designa um complexo relacional que une o sujeito a um quadro permanente de referências, composto pela admissão de sua história individual com a do grupo onde este vive. Cada sujeito é único e a sua identidade é dada a partir do reconhecimento de um “outro”, em outras palavras é a caricatura, ou seja, a representação que qualifica-o socialmente.

A resistência dos grupos está no embate às estruturas hegemônicas, ao mesmo tempo em que busca a diferenciação para que haja o reconhecimento. Mais que isso, cria-se a partir da reunião dos iguais um espaço de sociabilidade, para que este grupo esteja em contato com a alteridade, o que permite dar sentido e função ao pertencimento. Assim, permite-se ao grupo, que é massacrado por sua cor, origem e cultura, ser visível neste momento entre os seus, afastando-os da invisibilidade e do massacre diário. Ao possuir papéis centrais em seu lugar, estes se identificam e podem produzir, e (re) produzir possibilidades, ao contrário da paralisação que pode decorrer das situações massacrantes.

Assim, uma negritude se fortalece para enfrentar os pensamentos e atitudes racistas da sociedade, se afirmando frente a toda uma negação e exclusão dessa mesma sociedade que lhe inferiorizava. O samba foi e ainda é um desses elementos culturais que possibilitou e ainda possibilita esse acolhimento e valorização de mulheres e homens negros, do seu lugar e cultura.

Contudo, essa população é ainda hoje fortemente cerceada e excluída dos processos oficiais do Estado, como os setores educacionais e políticos superiores, por exemplo. A história e cultura afro-brasileira somente foram mantidas devido às muitas lutas afirmativas de integração e principalmente pela tradição oral, herdada dos povos

africanos, a qual visava à transmissão das memórias coletivas. Infelizmente essa sobrevivência se deu na esfera do privado apenas, já que era excluída, por vezes perseguida pelos setores oficiais estatais, porém, atualmente, encontramos um período conjuntural de favorecimento, gerado pela Lei 10639/03, que estimulou novos estudos, divulgação de pesquisas e ensino.

A memória transmitida pela oralidade

Ahhh que lugar
A saudade me faz relembrar
Os amores que eu tive por lá
É difícil esquecer
Doce lugar
Que é eterno no meu coração
E aos poetas trás inspiração
Pra cantar e escrever
Ai meu lugar
Quem não viu Tia Eulália dançar
Vó Maria o terreiro benzer
E ainda tem jogo à luz do luar
Ai que lugar
Tem mil coisas pra gente dizer
O difícil é saber terminar

Ah! As lembranças! As lembranças dão colorido às nossas vidas. Algumas podem ser traumáticas, porém independente da forma como a percebemos, se positiva ou negativa, são elas que dão sentido à jornada da vida. Sejam os amores vividos, os amigos ou a simples convivência com os conhecidos, são recordações que farão parte do que iremos compor como nossas lembranças, dando um sentimento de pertencimento ao lugar. Sendo que essas lembranças sobre os lugares não são apenas individuais, elas podem ser percebidas por outras pessoas que compartilham o mesmo local. Alguns fatos, mesmo que isolados, possuem uma visibilidade coletiva local, isto é, não apenas os de maior divulgação na mídia. Irá depender das relações humanas que irão relembrar ou esquecer as lembranças, naturalmente ou forçosamente.

Para Rousso (Apud AMADO & FERREIRA, 2006), a memória é a presença do passado, uma espécie de reconstrução e representação do passado de forma seletiva. Sendo que esse passado não é apenas do indivíduo, pois este está inserido em contextos diferentes, como o familiar, o social e o nacional. Sendo que a percepção do passado se dá de maneiras diferentes, seja na escala do indivíduo, seja na escala do grupo, quanto ao ângulo do ponto de vista, o que para Rousso dá um caráter coletivo a reunião das memórias individuais, mas ele não acredita numa memória coletiva com uma

representação do passado compartilhada de uma mesma forma para todos os envolvidos.

Já Lovisollo (1989) acredita numa memória coletiva e diz que ela é uma leitura seletiva, onde se esquece e se lembra no mesmo ritmo. Sendo que, para ele, a memória histórica permite ser uma âncora para que diante das mudanças e da modernidade não desmanchemos no ar e também servindo de plataforma para que possamos ter a firmeza do passado para nos lançarmos ao futuro. Um passado que pode ser recriado ou inventado como tradição e onde se tomará o sentido de resistência e transformação.

Pollak (1989) acrescenta que a memória de um determinado grupo é estruturada com classificações e hierarquias, assim como é a memória que define o que é comum ao grupo e o que a diferencia dos outros, fundando e fortalecendo, assim, sentimentos de pertencimento e fronteiras socioculturais. Halbwachs (*Apud POLLAK*) explica que esse é também um momento de negociação entre as memórias individuais, para que se obtenha uma memória coletiva, uma base comum. “Assim, o denominador comum de todas [as] memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural.” (POLLAK, 1989, p.12)

A representatividade da memória traz várias questões. Os elementos recordados são fundamentais para os indivíduos e para coesão dos grupos, ao possuírem uma base de lembrança comum. Porém, a percepção dos eventos, a intensidade deles, o que é lembrado, não significa ser comum a todos. Em vista disso, ao tornar a memória individual em coletiva, é travada uma luta, um embate pela memória comum. O que não garante ter sido lembrada toda essa base comum, ela também pode indicar um esquecimento comum por exemplo.

No caso dos negros brasileiros, há uma base comum, que é a de uma história e cultura reprimida, inferiorizada, reduzida como maléfica ou dita primitiva. Essa base está ligada a um passado discriminatório, do não investimento público para que houvesse um desenvolvimento dessa população após a abolição da escravidão, da dificuldade em conseguir ascender socialmente, porque algumas profissões, até por conta da exigência de escolaridade, são associadas a grupos brancos. Entretanto, essa base não é percebida da mesma forma por todos os negros. Alguns se percebem mais discriminados do que outros, outros não conseguem ter consciência da discriminação que eles estão vivenciando, ainda mais num país em que o mito da democracia racial ainda impera, apesar de ter sido amplamente debatido.

Essa situação atrapalha o desenvolvimento da identidade e do ato de identificação das pessoas. Afinal, é um passado tratado como inferiorizado. O que é valorizado, considerado bonito, capaz é o branco. Por isso, que embranquecer culturalmente ou esteticamente tem sido uma das formas de sobrevivência para os negros, porque é o aceito como bom gosto e como superior na nossa sociedade. Contudo, a resistência em se afirmar, mesmo frente a todas essas adversidades, e mostrá-la valorizada é uma procura de manter essas culturas e histórias e para garantir formas de identificação sadias, não operadas pelo racismo. Afinal, o Brasil precisa conhecer esse passado menosprezado e negado a ele. Um passado negro de valor que traz infinitas possibilidades para o futuro, para que, enfim, essa terra consiga viver uma real democracia racial e ser um exemplo para outras nações que convivem com o problema do racismo.

Esse passado é nosso patrimônio. O patrimônio humano não é apenas o que herdamos materialmente, mas também é o imaterial, como as artes e os ensinamentos que trazemos com o corpo, uma herança cultural que atravessa gerações, se perpetuando numa forma de cantar, tocar, dançar e lidar com o mundo, por exemplo. Dos possíveis meios de registro, como a escrita, a fotografia, o vídeo etc., tiveram partes do continente africano que desenvolveram, historicamente, a técnica de memorizar. Essa técnica foi conhecida como tradição oral e visava guardar a herança de conhecimentos, se constituindo numa memória viva.

Em sociedades orais, o valor da palavra é correspondente ao mesmo das outras em que impera a escrita. O tratamento com a palavra é de muito respeito, pois ela é fonte da história e da coesão dos povos. A palavra é o grande agente funcional, tem um poder de dupla função, podendo transmitir a paz e o conflito, tendo o poder de criar e destruir. É claro que isso não quer dizer que essas sociedades não tenham mentira. Porém, existe um responsável por tratar das memórias, um profissional que garante a veracidade delas, que cita as fontes que encadearam tais conhecimentos, são os chamados tradicionalistas. Bâ (1982) explica que se trata de estudiosos das histórias dos povos, os responsáveis por colher as diferentes informações, sendo os guardiões da memória para consulta e transmissão. Os tradicionalistas possuem apreço em seu meio, pois são conhecidos como os que dizem as verdadeiras histórias, nas formas como elas

realmente aconteceram e não enfeitadas como os griots¹ muitas vezes fazem. São pessoas que possuem uma memória fantástica e bem desenvolvida, com muitos anos de estudo e observação. Sua legitimidade era baseada em testemunhas que podiam controlar os discursos ditos.

Essa tradição oral, hoje em dia, convive com a escrita se abrangendo nesses espaços, devido à escolarização. Entretanto, existiu uma fase histórica em que a forma de saber predominante era essa. Mesmo em lugares fora da África em que a escrita impera, o uso da história oral é importante para se obter mais noções sobre a realidade vivenciada. Verena Alberti nos diz, na passagem a seguir, que essa era uma metodologia antiga:

Historicamente, esse método de aproximação do objeto de estudo não é nada recente. Já Heródoto e Tucídides lançavam mão de relatos e depoimentos para construir suas narrativas históricas sobre acontecimentos passados. Acontece que à época não se tinha o recurso do gravador para registrar tais relatos e, portanto, transformá-los em documento de consulta. Sabe-se hoje, que, desde a Idade Média até antes do advento do gravador, o recurso a relatos e depoimentos para a reconstituição de acontecimentos e conjunturas não era incomum. (ALBERTI, 2005, pág.18)

Para nós, a história oral precisa ser documentada para a possibilidade de acesso a outros estudiosos. Aqui, o gravador é um recurso importante para validar o uso dos depoimentos, já que não possuímos uma estrutura como a dos tradicionalistas. Mesmo esse método registrado em gravador, antes existia certa resistência quanto ao seu uso, por conta de algumas peculiaridades. Alberti explica que hoje,

Não é mais fator negativo o depoente poder “distorcer” a realidade, ter “falhas” de memória ou “errar” em seu relato; o que importa agora é incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, perguntando-se por que razão o entrevistado concebe o passado de uma forma e não de outra e por que razão e em que medida sua concepção difere (ou não) das de outros depoentes. (*Idem*, 2005, pág.19)

Portanto, a metodologia oral para a transmissão da história é usada não somente pelos africanos, mas de fato existia nesse continente uma forma específica de lidar com o armazenamento e a transmissão da história, assim como deveria existir também formas próprias de se pensar sobre as tais “falhas” de memória ditas na citação. Afinal, a maneira como a memória é processada traz questões analíticas importantes, que revelam mais detalhes sobre as relações humanas nos espaços.

¹ Casta que compreende músicos, cantores, sábios genealogistas e cortesãos. Estão ligados com a arte, portanto, possuem licença para enfeitar seus discursos de forma que os ouvidos sintam a beleza dos sons e das histórias.

Na África, a tradição oral é a escola da vida, é o que preserva a memória através do tempo e das mudanças, é o que permite a compreensão do seu lugar e função no mundo. Dessa forma, mantêm-se unidos o material e espiritual, entendendo a fala como um dom capaz de possibilitar a atividade dos potenciais humanos. O indivíduo é também marcado pelo coletivo, tendo assim a variante do indivíduo com características oriundas de sua singularidade. Transforma-se, pois em ação a oralidade dando possibilidades à memória.

Na passagem a seguir, vimos esse caráter bem próprio das sociedades africanas, numa forma de perceber o passado com o presente. Uma relação diferente com a temporalidade, com a ancestralidade:

Neste sentido, a memória, a experiência e o tempo são fundamentais para essa recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. Memória no sentido de fonte do passado no presente, como busca daquele tempo no agora, transcendendo a mera cronologia, mas como nas palavras de Walter Benjamin, ‘como musa da narratividade, que se constrói na experiência de vida’, possibilitando assim, revisitar o passado no presente, ‘restabelecer uma ligação com o passado, e que este possa ser salvo naquilo que tem de fundamental. O movimento de mergulhar em busca da experiência perdida, de saltar para trás em direção ao passado, poderá permitir a erupção de algo novo’. (BORELLI, 1992, p.81)

Essa sabedoria de vida é uma das marcas presentes nas religiões afro-brasileiras e foi por meio dessa tradição oral que as culturas e as histórias africanas e afro-brasileiras não viessem a se perder e a sumir. O estreitamento com a técnica da oralidade, muitas vezes pelo formato de canção, foi o que garantiu a força dessas memórias ao longo do tempo, mesmo com toda a repressão. Isso porque a música é um instrumento bem eficaz na memorização das histórias, na revitalização das lembranças.

O fortalecimento da identidade e da autoestima pela sociabilidade

Madureiraaa, lá lá laiá, Madureiraaa, lá lá laiá, Madureiraaa
 Em cada esquina um pagode num bar
 Em Madureiraaa
 Império e Portela também são de lá
 Em Madureiraaa
 E no Mercado você pode comprar
 Por uma pechincha você vai levar
 Um denço, um sonho pra quem quer sonhar
 Em Madureiraaa
 E quem se habilita até pode chegar
 Tem jogo de lona, caipira e bilhar
 Buraco, sueca pro tempo passar
 Em Madureiraaa
 E uma fezinha até posso fazer
 No grupo dezena centena e milhar

Pelos 7 lados eu vou te cercar
 Em Madureiraaa
 E lalalaia laia la la ia...
 Em Madureiraaa

A sociabilidade dos grupos tem uma espacialidade exigida, mesmo que esse ambiente seja virtual como é um dos casos da atualidade, sendo confundida com as lembranças e com o sentimento gerado pela identificação com o lugar e com as pessoas. No caso da música em questão da análise desse trabalho, são mencionados os pagodes dos bares, as escolas de samba do Império e da Portela, o Mercadão e os jogos que dão vida às relações humanas, lugares construídos e constantemente ressignificados por essas mesmas relações, trazendo um marco para a memória local.

A memória pode ser tratada em diferentes níveis, a individual, a coletiva local, a nacional etc. A partir do ponto inicial da vida de cada pessoa dá para acompanhar as mudanças da sociedade, trazendo olhares distintos e reações diversas aos eventos históricos. Poderíamos dizer que seria uma ligação entre a micro-história e a macro-história, numa relação dialética de análise, pois uma depende da outra. A autora Lang (1996) indica que o conto de uma vida toda e até de parte(s) da mesma não está relacionado apenas à miragem do indivíduo, uma vez que é apoiada pelo conjunto desde o início do que chamamos de socialização. Ela corresponde às diferentes relações existentes, do indivíduo no contexto local e ampliando para outros níveis.

São as relações humanas, locais e globais, em conjunto com os eventos da natureza, que irão dar forma ao presente e ao passado, assim como servirá de ponte para possibilidades do futuro. A história é construída por diferentes locutores, em espaços distintos, nas suas diversas condições possíveis, tendo presente relações de poder, discriminações e preconceitos. As culturas dialogam e negociam, buscando isolamento ou visibilidade, mas que possuem uma finalidade em comum: a sociabilidade. Elas possuem um modo de estar, viver e pensar o mundo, mas são as culturas que também regem as relações humanas.

Uma das bases da sociabilidade é a oralidade. É conversar. É pela sociabilidade que construímos as nossas histórias individuais. Mesmo que com o objetivo explícito apenas do entretenimento ou de esgotamento na relação como única finalidade, aprendemos. Aprendemos porque qualquer sociabilidade tem sua face política, porque, as relações humanas são políticas. Com grupos jovens, a socialização é bem estimulada, por conta dos processos de identidade e sentimento de pertencimento, capazes de gerar

autoestima elevada, e a música tem papel fundamental. Até porque normalmente a juventude é tratada sociologicamente como um problema, seja pela preocupação desviante, como a possibilidade de se envolver com a criminalidade, seja pelo caráter contestatório e de mudanças, que abalam os setores conservadores da sociedade.

O samba teve e ainda tem um grande papel para a sociabilidade. Sua configuração dava uma participação a todos os envolvidos, com a improvisação das letras, ao tocar os diferentes instrumentos, tirando som até de pratos, no bater das palmas e nos passos das danças. Como um bom instrumento de sociabilidade do grupo, o lazer imperava ao mesmo tempo em que a herança cultural se mantinha acesa, sendo transmitida para novas gerações e evitando seu desaparecimento, apesar de todo o esforço da sociedade brasileira em abafar essas expressividades culturais inicialmente.

Ele foi um tipo musical desenvolvido no seu seio da população negra e, por isso, foi perseguido e reprimido no começo. Geralmente, era, assim como a batucada, tocado nos terreiros das casas e encontrou nos morros cariocas uma liberdade para o seu desenvolvimento, por conta da perseguição policial que reprimia as culturas de matrizes africanas. Com o Estado Novo, o samba começou a ter uma nova configuração, ele se tornou um elemento de brasilidade e foi captado pelo Estado para exaltação do trabalho, servindo de propaganda do governo. A espontaneidade cultural foi sendo paulatinamente regulada pelo Estado e por financiadores que vieram a transformá-lo numa indústria cultural, com a grande entrada de brancos nesse segmento cultural.

Sua configuração foi sendo alterada e o diálogo com outros ritmos o desmembrou em outros estilos musicais, como por exemplo, o samba rock, o samba reggae etc. Paralelamente, grupos negros, percebendo essa interferência branca e as hibridações, tentam desenvolver uma resistência no samba, de sobrevivência frente a esse embranquecimento do samba. A escola de samba “Quilombo”, fundada por Candeia, foi um exemplo dessa resistência cultural, de sobrevivência de um desenvolvimento sem as interferências que antes o condenavam a perseguição e agora o cooptavam para uma nova forma de trato, visando enormes lucros com o turismo e com a mercadorização. Outro exemplo carioca de resistência foi o Clube Renascença. O clube foi fundado por conta da discriminação racial que acontecia em espaços de entretenimento de classe média, de maioria branca. O clube teve diferentes momentos e foi palco de eventos e finalidades distintas e o samba esteve largamente presente.

Essa resistência, que marca a identidade negra, é a base primordial da memória da diáspora africana. Porque na diáspora, os afrodescendentes passaram por contextos

históricos de repressão e de inferiorização cultural, alguns vivenciaram a separação física nos espaços de forma oficial, por leis, e outros viveram de forma escamoteada, em que não havia lei segregacionista, mas que o cotidiano revelava uma contradição. Essa resistência foi o que permitiu a criação do que viemos chamar de negritude, que visava ressignificar o passado negro e o ser negro numa forma positiva.

Lembramos que a negritude e a resistência que a circunda, assim como a própria noção de identidade negra, não traz a questão da raça no sentido biológico, como nos alerta Munanga (2009). Não acontece pela simples diferenciação da cor da pele, mas sim pelo fator da história, do sentido sócio-histórico que a raça incorporou, nas tentativas externas de desumanização e destruição das histórias e culturas dos negros. É, portanto, uma tomada de consciência dessa situação histórica de opressão e exclusão, em que os negros constroem um discurso de afirmação, buscando uma solidariedade do grupo, para que fosse possível uma transformação dessa mesma condição histórica.

Conclusão

O samba “Meu lugar” trouxe desdobramentos importantes para pensarmos a identidade negra. Uma identidade que não se resume apenas à transmissão de culturas e histórias, mas que também está vinculada a uma condição socio-histórica. Essa condição apresentou repressão cultural, divulgação de um passado de maneira inferiorizada e a prática do racismo. Foi ela também que impôs o embranquecimento como solução de identidade para o aceitação no “mundo dos brancos”.

A resistência em se afirmar e se valorizar nessa dada situação foi uma posição política da identidade reprimida. Com a tradição oral, essa resistência encontrou as forças necessárias para assegurar as histórias e as culturas negras, mesmo que às margens. Tendo no samba, nas religiões afro-brasileiras e em outras expressões culturais, o espaço de sociabilidade capaz de trazer uma autoestima e um orgulho imprescindível para a potencialidade do ser, para não ser massacrado pelo racismo e pelos diferentes níveis de exclusão na sociedade. É claro que a progressão da identidade negra não aconteceu de maneira isolada, partiu dessa condição sócio-histórica e se desenvolveu em diálogo com o “mundo branco”, numa eterna negociação e com trocas, como os movimentos sincréticos e de tradução cultural. Foi uma posição política para não ver suas culturas e histórias serem sucumbidas no “mundo branco”, foi uma resposta, uma possibilidade de valorização frente a essa situação racista, de falsas ideias de inferioridade e de desqualificação.

O “Meu lugar” permitiu todo esse debate, mostrando que o lugar não é mera localização geográfica. Atribuímos-lhe valor afetivo pela memória. O lugar está fortemente relacionado às experiências do pertencimento e da identificação. Não se trata, pois de considerar as relações, saberes e fazeres como imutáveis, mas sim o de compreender o valor da identidade negra enquanto resistência. Foi feito aqui um rápido panorama, que buscou dialogar os conceitos de resistência, memória, lugar e oralidade para que entendêssemos o contexto da identidade negra. Sendo esta identidade não configurada como uma imposição ou numa desvalorização da identidade branca, mas na tomada de consciência da sua condição sócio-histórica, visando o fortalecimento e a valorização de um passado que foi depreciado. A esperança é a de podermos vivenciar um Brasil que valorize e respeite sua diversidade.

BIBLIOGRAFIA:

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BÂ, Amadou Hampâté. “a tradição viva” In KI-ZERBO, Joseph (org). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010.
- DAYRELL, Juarez. “Juventude, grupos culturais e sociabilidade”. *Jovenes: Revista de Estudios sobre Juventud*, ano 9, nº22, janeiro-junho de 2005, Cidade do México, pgs314-332.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- LAN (pseudônimo). “As Escolas de Lan” / Ilustrações de Lan (Lanfranco Vaselli); texto de Haroldo Costa. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2001.
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *História Oral: Muitas Dúvidas, Poucas Certezas E Uma Proposta*. In: MEIHY, José Carlos Sebe (Org.). *(Re) Introduzindo História Oral no Brasil*. Série Eventos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1.996.
- LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto estima*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.
- LEOPOLDI, José Sávio. *Escolas de Samba: ritual e sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- LOPES, Nei. *Partido-alto: samba de bamba*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.
- LOVISOLLO, Hugo. A Memória e a Formação dos Homens. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol.2, nº3, 1989, p.16-28.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional de Música, Divisão de Música Popular , 1983.

- MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e Perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes. 1982.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- MUNANGA, Kabenguele . *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Identidade Nacional versus Identidade Negra. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.
- NOGUEIRA, N. *et al: Dossiê das matrizes do samba no Rio de Janeiro*. Partido-alto, samba de terreiro, samba enredo. Rio de Janeiro, 2006.
- NOVAES, Adauto. *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras/FUNARTE, 1999.
- OLIVEIRA, Anita Loureiro. *Música e ação no Rio de Janeiro a partir dos anos 1990: vozes insurgentes na cidade*. In: Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol.2, nº3, 1989, p.3-15.
- REIS, Elisa Maria Pereira. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. In.: *Revista Estudos Históricos – CPDOC*, Rio de Janeiro, nº 2, sem.2, 1988.
- RODRIGUES, Ana Maria. *Samba negro, espoliação branca*. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.
- RODRIGUES, Patrícia. *As transformações do samba no Rio de Janeiro: Estudo de caso sobre a GRES Unidos do Viradouro a partir da década de 60*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.
- _____. *O Orisà do tempo: Os infindáveis ciclos da vida*. São Gonçalo: Revista de História da Biblioteca Nacional, 2012.
- _____. *Memória e oralidade nos fazeres dos pretos brasileiros: O candomblé na cidade do Rio de Janeiro*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2011.
- ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) *Usos e abusos da história oral*. 8.ed.Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Editora Hucitec, 1997.
- SODRÉ, Muniz. *A máquina de Narciso*. Rio de Janeiro: Cortez, 1984.
- _____. *Claros e Escuros — identidade, povo e mídia no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes, 1999.
- TUAN, Y. F. *Espaço e Lugar*. São Paulo: DIFEL, 1983.

O MANTO DE ARTHUR, O DIÁRIO DE CAROLINA: ESCREVER A REALIDADE E GRAFAR O DELÍRIO CONTRA A AMEAÇA DO ESQUECIMENTO

Fátima Maria de Oliveira
Prof^a do PPRER/CEFET/RJ
e-mail: fmorj@uol.com.br

Resumo: Este artigo aborda duas obras cujos autores produzem memórias de experiências através das quais compartilham com o leitor/espectador a força da pobreza: “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus (1914-1977), uma catadora de lixo que tem nas ruas de uma grande cidade a sua fonte de subsistência, através dos resíduos da sociedade de consumo, que permitem a sobrevivência sua e de seus filhos, em um cenário onde a fome e a escassez são onipresentes; e a obra de Arthur Bispo do Rosário (1909-1989) interno de uma colônia psiquiátrica, cuja “poética do delírio” é composta de *assemblages*, objetos, vestimentas, bordados, sendo o principal trabalho do artista o *Manto da apresentação*. Ambos buscam, com materiais diferentes de registro autobiográfico, representações de si mesmos e da sociedade que os exclui.

Palavras-chave: escrita, memória, patrimônio cultural

Abstract: This article addresses two works whose authors produce memories of experiences through which they share with the reader/spectator the power of poverty: “Dumping room: a squatter’s diary” (“Quarto de despejo: diário de uma favelada”), of Carolina Maria de Jesus (1914-1977), a garbage collector who has the streets of a big city as her source of subsistence, through the residues of the consumption society, which allow her and her sons survival, in a background where famine and scarcity are ubiquitous; and the work of Arthur Bispo do Rosário (1909-1989), a patient of a psychiatric colony, whose “delirium poetics” is composed of *assemblages*, objects,

clothing, needlework, being the main work of the artist, the “*Mantle of the presentation*” (“*Manto da apresentação*”). Both seek, with distinct materials of autobiographical register, representations of themselves and of the society which has excluded them.

Key words: writing, memory, cultural heritage

“*É caco, é caco, mas é coisa de muita importância.*”
Gabriel Joaquim dos Santos

“*Eu preciso destas palavras. Escrita.*”
Arthur Bispo do Rosário

“*Um sapateiro perguntou-me se meu livro é comunista. Respondi que é realista. Ele disse-me que não é aconselhável escrever a realidade.*”
Carolina Maria de Jesus.

O ser humano vive constantemente o drama de ser esquecido. Estamos cercados de objetos que apelam para a memória: cemitérios, monumentos (do latim *moneo*, faço recordar). A ausência da memória implica a perda da identidade, uma vez que “o dever da memória fez de cada um o historiador de si mesmo” (NORA, 1993, p. 17). Recordar a própria vida quer dizer selecionar, lembrar de pedaços, instantes, momentos. Os homens devem aprender a lembrar-se e a esquecer, se quiserem aprender a viver. A lembrança, separada do esquecimento, ou o esquecimento, sem a recordação, implicaria a elaboração de um único pensamento, o da morte. Esquecer é uma exigência indispensável ao bem estar psíquico e físico. Tal como a faculdade de esquecer, a de lembrar-se é um produto da civilização. Nas palavras de Fernando Pessoa: “Ah quanta vez na hora suave / Em que me esqueço... / Não ignoro o que esqueço. / Canto por esquecê-lo. / Procuo despir-me do que aprendi. / Procuo esquecer-me do modo de lembrar que me ensinaram.”

Quando, no início das *Historiai*, Heródoto declarou que ele apresentaria “os resultados de sua pesquisa, a fim de que o tempo não apagasse os trabalhos dos homens e que as grandes proezas realizadas, seja pelos gregos, seja pelos bárbaros, não caíssem em esquecimento” (HERÓDOTO apud GAGNEBIN, 2006, p. 45), ele toma para si a tarefa sagrada do poeta épico, transformando-a ao mesmo tempo pela

busca das causas verdadeiras: lutar contra o esquecimento, mantendo a lembrança da glória dos heróis, isto é, fundamentalmente, lutar contra a morte e a ausência pela palavra viva e rememorativa. Como a estela funerária erguida em memória do morto, o canto poético luta igualmente para manter viva a memória dos heróis. Monumento funerário e palavra se alternam nesse trabalho de memória:

O fato da palavra grega *sema* significar ao mesmo tempo, *túmulo* e *signo* é um indício evidente de que todo o trabalho de pesquisa simbólica e de criação de significação é também um trabalho de luto. E que as inscrições funerárias estejam entre os primeiros rastros de signos escritos confirma-nos, igualmente, quão inseparáveis são memória, escrita e morte. (GAGNEBIN, 2006, p.45)

A tríade memória, escrita e morte, nos leva a pensar melhor sobre a tarefa ética e política do historiador atual de manter viva a memória dos sem-nome, dos exilados, refugiados, e ser “fiel aos mortos que não puderam ser enterrados” (GAGNEBIN, 2006, p. 47), não deixando-os cair no esquecimento.

Dois ensaios de Walter Benjamin (1892-1940) – “Experiência e pobreza” (1933) e “O narrador” (1935) -- colocam em questão aquilo que ele chama de perda ou de declínio da experiência, isto é, da experiência

no sentido forte e substancial do termo, que a filosofia clássica desenvolveu, que repousa sobre a possibilidade de uma *tradição* compartilhada por uma comunidade humana, tradição retomada e transformada em cada geração, na continuidade de uma palavra transmitida de pai para filho. (GAGNEBIN, 2006, p. 50)

No ensaio de 1933, Benjamin insiste nas mudanças que a pobreza de experiência acarreta para as artes contemporâneas: a experiência não é mais possível, a transmissão da tradição se rompe:

nossa pobreza de experiência nada mais é que uma parte de grande pobreza que ganhou novamente um rosto [...]. Pois qual o valor de todo o nossa patrimônio cultural, se a experiência não o vincula a nós? [...]. Sim, admitamos: essa pobreza de experiência não é uma pobreza particular, mas uma pobreza de toda a humanidade. Trata-se de uma espécie de nova barbárie. Barbárie? Pois é. Nós a mencionamos para introduzir um conceito novo, um conceito positivo de barbárie. Pois o que traz ao bárbaro a pobreza de experiência?

Ela o leva a começar do começo; a começar de novo; a saber se virar com pouco; a saber construir com pouco [...]. Entre os grandes criadores sempre houve aqueles implacáveis, cuja primeira medida era fazer tabula rasa. (BENJAMIN, 1986, p. 196)

A “pobreza da experiência” tem como emblema a solidão contemporânea, em um mundo devastado por duas grandes guerras e por genocídios raciais, no qual não há mais nenhuma experiência comum, compartilhada por todos. No campo da criação artística cada criador deve contar somente com suas próprias forças e recomeçar a partir do zero. A sociedade capitalista moderna e global impõe o anonimato e aniquila os rastros dos que se propõem a resistir. Tais estratégias de apagamento dos rastros apontam hoje para uma transformação no conceito de *rastro*: desprovido da durabilidade que podia ligá-lo à escrita, entregue à caducidade e mesmo à clandestinidade, o rastro se aproxima dos restos, dos detritos, da sucata. do lixo. Muitas práticas artísticas contemporâneas retomam, segundo Jeanne Gagnebin, o gesto do sucateiro, do trapeiro, essa figura heróica da poesia de Baudelaire que Benjamin realçou em seu estudo “A Paris do Segundo Império em Baudelaire”. Cito Benjamin:

Os poetas encontram pela rua o lixo da sociedade e, a partir dele, fazem a sua heróica crítica exatamente contra ele. Parece que, assim, é ao mesmo tempo copiado no seu ilustre tipo um tipão bastante comum. Ele é marcado pelos traços do catador de trapos, que tanto preocupava Baudelaire. Um ano antes do “Vin des chiffonniers” apareceu uma apresentação prosaica dessa figura: “Temos aqui um homem: ele tem de catar pela capital os restos do dia que passou. Tudo o que a grande cidade jogou fora, tudo o que ela espezinhou – ele registra e coleciona. Coleta e coleciona os anais da desordem, a Cafarnaun da devassidão; separa e seleciona as coisas fazendo uma seleção inteligente; procede como um avarento em relação a um tesouro, aferrando-se ao entulho que, nos maxilares da deusa da indústria, assumia a forma de objetos úteis ou agradáveis”. Essa descrição é uma única e longa metáfora para a atividade do poeta segundo a visão de Baudelaire. Trapeiro ou poeta – o lixo importa aos dois; ambos executam solitariamente o seu trabalho nas horas em que os burgueses se entregam ao sono; mesmo o gesto idêntico em ambos. Nadar fala do “pás saccadé” [passo cadenciado] de Baudelaire: é o passo do poeta que erra pela cidade catando restos de rimas; deve ser também o passo do trapeiro que a todo instante, para no seu percurso, lendo,

selecionando e catando o lixo que encontra. (BENJAMIN, 1991, pp. 103-104)

O trapeiro, figura heroica da poesia de Baudelaire, torna-se uma nova figura do artista, na avaliação de Benjamim. Com aquilo que é descartado, rejeitado, esquecido, com esses “rastros/restos de uma civilização do desperdício e, ao mesmo tempo, da miséria, trapeiros, poetas e artistas constroem suas coleções, montam suas ‘instalações’, seu ‘pequeno museu para o resto do mundo’, na expressão do artista russo Ilya Kabakow” (GAGNEBIN, 2006, p. 118). Exemplo vigoroso de colecionador de restos da sociedade do desperdício é Gabriel Joaquim dos Santos (1892-1985), artista negro e pobre, analfabeto até os 36 anos, que com recursos mínimos, inspirado por um sonho, construiu a “Casa da Flor”. Começou a construção em 1912, e só conseguiu terminá-la onze anos depois. Já residindo no novo lar, sonhou com um enfeite em uma parede e para concretizar sua visão passou a garimpar, em montes de lixo, pedaços de coisas quebradas, objetos imprestáveis para o uso, que foram sendo aplicados nas paredes e no muro que cerca a casa, em São Pedro da Aldeia, município do Estado do Rio de Janeiro. A área construída não chega a 40 m². Gabriel preferia os cacos, pois via nesses materiais mais humildes, possibilidades que as pessoas comuns não conseguiam perceber: “Não sei o que tenho eu com os cacos... Quebra um prato, eu fico tão contente que me dê um caco, depois eu transformo o prato numa flor. Fico tão satisfeito. Aí tem um mistério na minha vida que eu mesmo não posso compreender.” (Gabriel apud ZALUAR, 1997, p. 299). O arquiteto da Casa da Flor recolheu no lixo até morrer em 1985, pedaços de telhas, tijolos, jarras, ladrilhos, copos, garrafas, espelhos, xícaras, pratos, bibelôs e muitos materiais insólitos como faróis de automóveis, correntes, ossos de animais, pedras, conchas, uma estrela do mar, um emblema metálico da Volkswagen, com os quais compunha predominantemente flores. À medida que finalizava um enfeite considerado como mais importante, modelava com cimento ou escrevia com caneta nas paredes, frases e datas para registrar o acontecimento. Nunca teve a oportunidade de freqüentar uma escola, mas resolveu aos 36 anos aprender a ler e escrever para preservar a história de sua família, dos amigos, da sua região. Depois de estudar e aprender o alfabeto, começou a anotar, sistematicamente, em cadernos baratos, todos os fatos que o impressionavam, numa típica atitude de escritor de diários. A casa onde viveu sempre sozinho era para ele um objeto estético do qual tirava extremo prazer em habitar: “ De

noite, acendo a luz, me sento nessa cadeira, oh, que alegria. Quando eu vejo tudo prateado, fico tão satisfeito... Tudo caquinho transformado em beleza... Eu mesmo faço, eu mesmo fico satisfeito, me conforta...” (Apud ZALUAR, 1997, p. 301). Além disso, tinha consciência da singularidade e potência de sua criação: “Aqui em Cabo Frio tem casa, tem palacete, mas é casas bem organizadas, é a força da riqueza e a força da engenharia. Mas eles veem aqui é a força da pobreza. Eu quero é que eles admirem é a força da pobreza.” (Apud ZALUAR, p. 301)

É também da pobreza dos recursos de composição mesclada à poesia arrancada desses parcos meios de expressão e de vida que se ergue a força que fascina o leitor, quando este se depara com a escrita do diário de Carolina Maria de Jesus – “Quarto de despejo: diário de uma favelada” -- cuja edição em livro se deu em agosto de 1960, por iniciativa do jornalista Audálio Dantas, que teve contato com os cadernos de Carolina ao visitar a favela do Canindé para a realização de uma reportagem.

Carolina migrou do interior de Minas, da pequena cidade de Sacramento, para São Paulo em busca de trabalho e por absoluta falta de opção, passou a viver na favela do Canindé, onde fez das tripas coração para garantir a sua sobrevivência e a de seus três filhos. Recolhia no lixo o calçado, a roupa e até a comida, mas também recolhia livros que lia e colecionava, e cadernos com folhas em branco onde escrevia poemas, contos peças de teatro, provérbios, diários e as letras de música que compunha. Cometia inúmeros erros gramaticais, de ortografia, de concordância. Mas a escrita lhe fazia bem, era um antídoto contra as dificuldades cotidianas, como ela afirma ao iniciar seu diário: “Quando fico nervosa, não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo.” (JESUS, 2007, p. 22). Dos mais simples fatos cotidianos às mais admiráveis reflexões existenciais compunha-se o seu diário, como podemos verificar na seguinte anotação do ano de 1958:

Amanheceu fazendo frio. Acendi o fogo e mandei o João ir comprar pão e café. O pão, o Chico do Mercadinho cortou um pedaço.

Eu xinguei o Chico de ordinário, cachorro, eu queria ser um raio para cortar-lhe em mil pedaços. O pão não deu e os meninos não levaram lanche.

De manhã eu estou sempre nervosa. Com medo de não arranjar dinheiro para comprar o que comer. Mas hoje é segunda-feira e tem muito papel na rua. [...] O senhor Manuel apareceu dizendo que quer casar-se comigo. Mas eu não quero porque já estou na maturidade. E depois um homem

não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal. [...] A Dona Alice veio queixar-se que o senhor Alexandre estava lhe insultando por causa de 65 cruzeiros. Pensei: ah! o dinheiro! Que faz morte, que faz ódio criar raiz. (JESUS, 2007, pp. 50-51)

Carolina tem consciência de quanto o seu ideal de ser uma mulher que “não pode passar sem ler e que levanta para escrever” não corresponde às expectativas da sociedade para uma catadora de lixo, mãe solteira, moradora da favela, nos anos de 1958. É também por isso que ela detesta o Canindé que classifica como “sucursal do Inferno, ou o próprio Inferno.” (JESUS, 2007, p. 166). Carolina completou apenas dois anos de estudo em Sacramento, sua cidade natal, e precisou desentranhar do lixo de São Paulo o sustento e a escrita, que exercia como um meio de superar a escassez de recursos para sobreviver: “Não havia papel nas ruas. Passei no Frigorífico. Havia jogado muitas lingüiças no lixo. Separei as que não estavam estragadas. Eu não posso enfraquecer e não posso comprar. [...] Então recorro ao lixo” (JESUS, 2007, p. 93). Ainda em 1958, anota em seu diário:

As oito e meia da noite eu já estava na favela espirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visitas com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludo, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. [...] Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo. (JESUS, 2007, p. 38)

O diário também funciona como um recurso de defesa diante da complicada máquina burocrática instalada na “sala de visitas” que é a cidade, impulsionada pelas instituições oficiais que tratam a favelada com soberba, certos de que ela não tem nem como se proteger, nem quem a proteja. O diário é o recurso de proteção de quem nada possui, mas sabe que tem direitos e sabe exigí-los, mesmo que não seja atendida:

Fui no Juiz. Receber o dinheiro que o pai da Vera me dá por intermédio do Juizado. [...] O advogado não quis me dar a ficha.
--- Sem a ficha eu não atendo!

E bateu a porta no meu rosto. Fui falar com o advogado que o Dr. Walter não queria atender-me sem a ficha. Ele mandou um guarda acompanhar-me e disse-me:

--- Muito bem, Carolina! Põe todo mundo no Diário.

Acompanhei o guarda, que disse para o Dr. Walter Aymberê que devia atender-me sem a ficha.

--- Não atendo! Se não trazer a ficha vou falar com o advogado chefe.

[...]

Eu disse para o guarda deixar. Eu vou embora. O Dr. Walter já está no meu Diário. Ele é muito grosseiro. (JESUS, 2007, p. 167)

Quando as portas se fecham, abrem-se as páginas do diário para o registro das injustiças do mundo. Juiz, advogado, guarda, todos vão parar no diário de Carolina.

A pobreza absoluta da narradora de *Quarto de despejo* é a circunstância que a constitui: a pobreza e a fome são as mestras que conduzem a mão que escreve. Para Carolina, a favela é o espaço da exclusão. Quando está no barraco, na favela, identifica-se com os detritos da cidade, com os restos de onde retira o sustento. Vive a experiência da precariedade do cotidiano, a escravidão da carestia dos gêneros alimentícios, a fome, a violência dos vizinhos e anota: “Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas, as misérias são reais.” (JESUS, 2007, p. 47). Para combater o real da miséria material e moral do Canindé, Carolina vale-se da força de suas palavras, recolhidas em seus cadernos-diários:

Dia 1 de janeiro de 1958 ele [um vizinho valentão] disse-me que ia quebrar-me a cara. Mas eu lhe ensinei que *a é a e b é b*. Ele é de ferro e eu sou de aço. Não tenho força física, mas as minhas palavras ferem mais do que espada. E as feridas são incicatrizáveis. Ele deixou de aborrecer-me porque eu chamei a radio patrulha para ele, e ele ficou 4 horas detido. Quando ele saiu andou dizendo que ia matar-me. (JESUS, 2007, p. 49)

A escrita do diário também funciona como a possibilidade de criar um suplemento de vida, através do qual Carolina realiza alguns desejos. Os sonhos noturnos e a escrita surgem como modos de reinvenção de si mesma e superação da miséria também incicatrizável, incrustada na favela e em sua vida:

Quando eu estou com pouco dinheiro procuro não pensar nos filhos que vão pedir pão, pão, café. Desvio meu pensamento

para o céu. Penso: será que lá em cima tem habitantes? Será que eles são melhores do que nós? Será que o predomínio de lá suplanta o nosso? Será que as nações de lá é variada igual aqui na terra? Ou uma nação única? Será que lá existe favela? E se lá existe favela será que quando eu morrer eu vou morar na favela? (JESUS, 2007, p. 51)

Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa a pensar nas misérias que nos rodeia. [...] Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que residuo num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades.[...] É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. [...] As horas que sou feliz é quando estou residindo nos castelos imaginários. (JESUS, 2007, pp. 60-61)

Depois que eu jantei fiquei indisposta e fui deitar. Sonhei. No sonho eu estava alegre. (JESUS, 2007, p. 127)

Escrevi até tarde, porque estou sem sono. Quando deitei adormeci logo e sonhei que estava noutra casa. E eu tinha tudo. Sacos de feijão. Eu olhava para os sacos e sorria. Eu dizia para o João:

--- Agora podemos dar um ponta-pé na miséria.

E gritei:

--- Vai embora, miséria!

A Vera despertou-se e perguntou:

--- Quem é que a senhora está mandando ir-se embora? (JESUS, 2007, p. 186-187)

O ambiente de fantasia, os “castelos imaginários”, são uma amparo, um lugar ameno de felicidade e alegria, que materializava nas folhas de seu diário, em cujo repouso momentâneo, Carolina recolhia forças para afrontar a exclusão e a fome. Mesmo nesse lugar ideal de sonho e fantasia, a realidade de morar na favela impõe-se: “[...] será que quando eu morrer eu vou morar na favela?”, pergunta Carolina, quando desvia o pensamento para o céu a fim de se distrair da necessidade de pão e café para os filhos. Quando expulsa finalmente a miséria a pontapés, acorda em seu barraco no Canindé. A ronda do real – entendido aqui enquanto esfera que escapa ao simbólico – é implacável: “Como é horrível ouvir um pobre lamentando-se. A voz do pobre não tem poesia.” (JESUS, 2007, p. 141). O pensamento de Carolina opera por desvios que a afastam da brutalidade diária dos fatos com que convive. O diário torna-se para ela o espaço de um duplo registro: do real e do imaginário. A autora dos

diários procurava permear a visão desse real bruto de alguma poesia. Poesia que surgia do olhar simples de uma miserável semi-analfabeta, moradora do “quarto de despejo” de São Paulo e cujo corpo exalava mau-cheiro pela contiguidade constante com seu material de trabalho: o lixo: “Quem trabalha como eu tem que feder! (JESUS, 2007, p. 136). Do canto “mais imundo que há no mundo” (JESUS, 2007, p.139), Carolina vê o visível e o invisível: “Contemplei a paisagem. Vi as flores roxas. A cor da agrura que está nos corações dos brasileiros famintos.” (JESUS, 2007, p. 142). Carolina não torna a voz narrativa do “diário de uma favelada” um lamento monótono e desinteressante, uma vez que procura revesti-la de um efeito estético, garantido pelo tom poético de algumas expressões e pensamentos surpreendentes e/ou inusitados:

Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:

--- É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (JESUS, 2007, p. 65)

Hoje é o dia da páscoa de Moisés. O Deus dos judeus. Que libertou os judeus até hoje. O preto é perseguido porque a sua pele é da cor da noite. E o judeu porque é inteligente. Moisés quando via os judeus descalços e rotos orava pedindo a Deus para dar-lhe conforto e riquezas. É por isso que os judeus quase todos são ricos. Já nós os pretos não tivemos um profeta para orar por nós. (JESUS, 2007, p. 122)

... a vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é minha pele. Preto é o lugar onde eu moro. (JESUS, 2007, p. 168)

A escrita auto-referencial de Carolina constitui o que Foucault (1992) conceitua como “escrita de si”. Ela, ainda que sem saber, exercita nas páginas de seu diário, o que se convencionou chamar “produção de si” no mundo moderno ocidental. Essa denominação pode ser mais bem entendida a partir da idéia de uma relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos. A divulgação de uma

“memória de si” torna-se uma prática a partir do século XVIII, quando indivíduos “comuns” passam a produzir de si mesmos uma memória. Período em que também surgem em língua inglesa as palavras “biografia” e “autobiografia”. Desde o fim do século XVIII estabeleceu-se progressivamente um formidável poder da escrita que se estende sobre o conjunto do nosso cotidiano; a escrita está em toda parte: para existir é preciso inscrever-se: inscrever-se nos registros civis, nos prontuários médicos, nas fichas escolares, nos seguros sociais.

A emergência da memória é um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes das últimas décadas nas sociedades ocidentais. Esse fenômeno caracteriza uma volta ao passado que contrasta com o privilégio dado ao futuro, que tanto marcou as primeiras décadas da modernidade do século XX. Discursos da memória de um novo tipo emergiram pela primeira vez no ocidente após a década de 1960, no rastro da descolonização e dos novos movimentos sociais em sua busca por histórias alternativas e revisionistas. Trata-se da questão do testemunho, tal como ela vem sendo tratada desde o início dos anos 1960 nos países da América Latina. Dentro de uma perspectiva de luta de classes, assume-se esse gênero como o mais apto para “representar os esforços revolucionários” dos oprimidos (SELLIGMANN-SILVA, 2003, p. 32) dos excluídos do poder e explorados economicamente.

Práticas de produção de si podem ser entendidas como englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita – como é o caso das autobiografias e dos diários --, até a da constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, capaz de formar um “teatro da memória”. Um espaço que dá crescente destaque à guarda de registros que materializam a história do indivíduo e dos grupos a que pertence. Escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam daquilo que Foucault chamava a preocupação com o eu, o cuidado de si. Em todos esses exemplos que se podem considerar atos biográficos, os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de alguma forma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas. Vidas que deixam lições a serem meditadas ou ainda breves efeitos cuja força não se desvanece imediatamente. A idéia de indivíduo que aqui se deseja fixar vincula-se à longa transformação das sociedades ocidentais chamadas de tradicionais por oposição

às modernas. Um processo de mudança social pelo qual uma lógica coletiva, regida pela tradição deixa de se sobrepor ao indivíduo, que se torna “moderno” justamente quando postula uma identidade singular para si no interior do todo social, afirmando-se como valor distinto e constitutivo desse mesmo todo. A vida individual ganha assim uma importância até então desconhecida, tornando-se matéria digna de ser narrada como uma história que pode sobreviver na memória de si e dos outros. Assim, os tempos modernos são de consagração do lugar do indivíduo na sociedade, “quer como uma unidade coerente que postula uma identidade para si, quer como uma multiplicidade que se fragmenta socialmente, exprimindo identidades parciais e nem sempre harmônicas” (GOMES, 2004, p. 12). Uma sociedade em cuja cultura importa aos indivíduos sobreviver na memória dos outros, pois a vida individual tem valor e autonomia em relação ao todo:

No que se refere à memória [...], passam a ser legítimos os procedimentos de construção e guarda de uma memória individual ‘comum’, e não apenas de grupo social/nacional ou de ‘grande’ homem (político, militar, religioso). Os argumentos que sustentam as novas práticas derivam tanto da assertiva sociológica de que todo indivíduo é social, quanto do reconhecimento da radical singularidade de cada um. Uma singularidade que se traduz pela multiplicidade e fragmentação do próprio indivíduo e de suas memórias através do tempo, sem que tal dinâmica torne falso (muito pelo contrário) o desejo de uma ‘unidade do eu’, de uma identidade. É exatamente porque o ‘eu’ do indivíduo moderno não é contínuo e harmônico que as práticas culturais de produção de si se tornam possíveis e desejadas, pois são elas que atendem à demanda de uma certa estabilidade e permanência através do tempo. (GOMES, 2004, p. 13)

Esse indivíduo moderno é simultaneamente uno e múltiplo e devido à fragmentação de que se constitui, experimenta temporalidades diversas em sentido diacrônico e sincrônico, e, na medida em que a sociedade moderna passou a reconhecer o valor de todo indivíduo e que tornou acessível instrumentos que permitem o registro de sua identidade – singularidade –, abriu espaço para o desejo legítimo de arquivamento do indivíduo “comum”, cuja vida é composta por acontecimentos cotidianos, mas não menos fundamentais a partir da ótica da produção de si. Na cultura desse tipo de sociedade, a verdade passa a incorporar um vínculo direto com a subjetividade desse indivíduo, exprimindo-se na categoria sinceridade e

ganhando, ela mesma, uma dimensão fragmentada e impossível de sofrer controles absolutos, pelo seu teor de pluralidade.

Ao “escrever a realidade” no seu diário, do ponto de vista da favela, – “Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados” (JESUS, 2007, p 196) – Carolina, nos idos de 1955 a 1958, não abre mão da radical subjetividade que a singulariza e suscita escândalo naqueles que não estão, no entender da autora, “habitudo[s] com este tipo de literatura” e completa: “Eu escrevi a realidade porque eu pensava que o repórter não ia publicar.” (JESUS, apud CASTRO, 2007, p. 69). O repórter Audálio Dantas publicou e Carolina se transformou na autora de um *best-seller* mundial:

O gênero autobiográfico revigora-se com o aparecimento de Carolina Maria de Jesus. Até então, os textos de um excluído da sociedade raramente chegavam ao público. Pela primeira vez, a vida do favelado é narrada pela própria pessoa que a experimenta. É um fato inédito na literatura brasileira, algo da ordem da infração. (CASTRO, 2007, p. 107)

A infração é assinalada pela classe social que constitui o público leitor do “Diário”, mas da qual a autora não faz parte. É para esses leitores que a mulher negra do Canindé expõe o amargo cotidiano da miséria, enquanto vai exibindo uma representação de si mesma. Representação com que recupera outras memórias afastadas no tempo e no espaço. A singularidade de Carolina compõe-se de uma multiplicidade de outros “eus” femininos, sacrificados pelo tempo e pela dinâmica perversa da história do país, cuja recuperação se dá diante do espelho que reverbera a imagem imediatamente transportada para a escrita do diário:

Hoje eu fui me olhar no espelho. Fiquei horrorizada. O meu rosto é quase igual ao de minha saudosa mãe. Eu estou sem dente. Magra. Pudera! O medo de morrer de fome!” (JESUS, 2007, p. 177)

Já emagreci 8 quilos. Eu não tenho carne, e o pouco que tenho desaparece. Peguei os papeis e saí. Quando passei diante de uma vitrine vi o meu reflexo: deviei o olhar porque tinha a impressão de estar vendo um fantasma. (JESUS, 2007, p. 183)

O horror da própria imagem e o medo de morrer de fome não imobilizam Carolina. A mulher que se definia como “exótica” pelo desejo de “cortar um pedaço

do céu para fazer um vestido” (JESUS, 2007, p. 28), realizou o desejo de ser escritora e ver seu nome ainda em vida gravado na capa de alguns livros de sua autoria. No seu diário, traduzido e publicado em “14 diferentes idiomas” (CASTRO, 2007, p. 126), além de narrar os acontecimentos corriqueiros, acompanha e analisa os fatos políticos da cidade e do país, com um senso de observação bastante perspicaz, o que torna essas páginas um documento relevante para a interpretação de um período histórico brasileiro da perspectiva da classe subalternizada.

A obra de Carolina Maria de Jesus é muito mais extensa que os diários editados por Audálio Dantas, embora sejam eles que sobressaíam no conjunto dessa obra:

Embora ainda não reunida em sua totalidade, grande parte dela pode ser consultada, desde 1996, na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Uma coleção de dez rolos do “Projeto Carolina de Jesus” contém microfimes de manuscritos, em sua maior parte inéditos. Nove desses rolos pertencem à coleção Vera Eunice de Jesus Lima e o décimo, à coleção Audálio Dantas. [...]

Boa parte desse material hoje microfilmado segundo o termo do convênio de cooperação cultural entre a Fundação Biblioteca Nacional, no Brasil, e a Library of Congress, nos Estados Unidos, já existia desde 1958, naquela tarde do encontro de Carolina com Audálio, ponto de mutação de suas vidas, especialmente a dela. (CASTRO, 2007, p. 56)

Pobre e negro, assim como Carolina, Arthur Bispo do Rosário (1909-1989) poderia ter sido apenas mais uma pessoa que passou pela vida sem deixar rastros, um infame, “vidas destinadas a passar ao lado de todo o discurso e a desaparecer sem nunca terem sido ditas” (FOUCAULT, 1992, P. 98). Todavia, da mesma forma que a escrita funcionava como abrigo e salvaguarda para Carolina, a arte tinha esse mesmo papel na vida desse homem cuja loucura, dínamo de sua criação, conseguiu situá-lo na fronteira entre o mito e a realidade. A obra de Arthur Bispo do Rosário apresenta, segundo Dantas (2009, p. 20) caráter mitopoético, o qual “consiste na elaboração de um conjunto a partir de resíduos e fragmentos de acontecimentos, testemunhas fósseis da história de um indivíduo, ou de uma sociedade” (2009, p. 20). Resíduos e fragmentos com os quais Bispo busca construir o sentido de um conteúdo que não encontra no pensamento racional o seu adequado meio de expressão.

Arthur Bispo nasceu em 1909, em Japaratinga, estado de Sergipe. Em 1925, com 15 anos, acompanhado pelo pai, alistou-se na Escola de Aprendizes de Marinheiros de Sergipe, em Aracaju, e em 1926 foi transferido para o Quartel Central do Corpo de Marinheiros Nacionais de Villegagnon, no Rio de Janeiro, e não mais retornou ao Nordeste. Em 1933, foi excluído da Marinha, por insubordinação e passou a trabalhar na Light de onde também foi despedido em 1937, quando foi trabalhar como empregado doméstico para a família Leone, em Botafogo. Ele era uma espécie de faz-tudo na casa: pintava os muros, consertava o encanamento, encerava o chão. Aos olhos da família, era um homem comum, empregado fiel, dedicado à vida doméstica. Mas a semana do Natal de 1938 foi marcante para Bispo:

um grupo de anjos lhe apareceu e lhe comunicou o que não deveria ser mais segredo: ele havia sido eleito pelo Todo-Poderoso, e sua missão na Terra consistia em julgar os vivos e os mortos e em recriar o mundo para o Dia do Juízo Final. [...] Na noite de 22 de dezembro, guiado por imagens e vozes, saiu em peregrinação mística pela cidade [...] [até ser] levado pela Polícia Civil para o manicômio da Praia Vermelha, o Hospital Nacional dos Alienados. (DANTAS, 2009, p. 30)

Diagnosticado como esquizofrênico-paranoico, Bispo foi transferido, em 1939, para a Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, onde permaneceu, entre algumas saídas e retornos, durante 50 anos, até sua morte. Bispo não se descuidava da missão de “recriar o mundo para o Dia do Juízo Final” e preparar-se com dignidade para ela: na casa da família Leone, Bispo já começara a bordar o manto a ser usado para o encontro com o Todo-Poderoso, no dia da “passagem” – passagem para o além-mundo. A necessidade de cumprir sua missão falava mais alto que qualquer outra coisa e, por isso, não se descuidava do preparo da veste. A escassez de materiais não desestimulava o artista, quando lhe faltavam os carreteis de linha, ele desfiava o próprio uniforme azul de interno da colônia psiquiátrica, para conseguir os fios de seu bordado constituído por imagens, signos, símbolos e nomes de mulheres. Só aos eleitos mostrava o manto que estava criando, uma vez que aquela veste para ele, não era arte, mas uma missão divina. Além do bordar o manto, Bispo do Rosário produzia inúmeros objetos, miniaturas, vitrines (*assemblages*), estandartes bordados, para exteriorizar seu delírio e dar corpo, forma, ao seu mundo interno fragmentado. Enquanto esperava a “passagem”, a “apresentação”, ia criando um mundo próprio,

reinventando a vida numa espécie de diário plástico: “Miniaturas que permitem a minha transformação, isso tudo é material existente na terra dos homens. Minha missão é essa, conseguir isso que eu tenho, para no dia próximo eu representar a existência da Terra. É o significado da minha vida.”(ROSÁRIO apud HIDALGO, 2011). Significados que criava em sua cela, seu quarto-forte que resumia seu mundo, onde trabalhava horas seguidas:

Com o passar dos anos seu mundo foi crescendo, a cela já não comportava seu inventário das coisas do mundo. Quantos uniformes e lençóis foram desfiados, quantos sacos de estopa foram bordados, quantos pequenos objetos talhados na madeira foram envolvidos nas linhas azuis [...], quantas canecas de alumínio e quantos talheres provenientes do refeitório ganharam vida nova? Papéis, sacos plásticos, bibelôs e todo tipo de sucata e lixo industrial foram recolhidos e organizados na construção do novo mundo. (DANTAS, 2009, p. 44)

Dos detritos produzidos e do material descartado, objetos industriais destinados ao lixo, Bispo construía uma poética através de seu estado de delírio (DANTAS, 2009). Ele próprio, se considerarmos a lógica das instituições psiquiátricas até a primeira metade do século XX, era um ser descartado socialmente, um resíduo social, já que era julgado inapto para o trabalho. No entanto, enquanto o hospício “destituía as pessoas de sua singularidade, [...]”, o Bispo colecionador reconhecia, em cada objeto descartado e obsoleto, as particularidades de sua existência e, através de sua intervenção, dava-lhes nova aura.” (DANTAS, 2009, p. 108)

Enquanto construía seu universo paralelo, a sua utopia, o seu mundo sagrado – “Vou construir um outro mundo, pegar meu manto e subir aos céus” (ROSÁRIO apud HIDALGO, p. 57) -- Bispo fabricava uma autobiografia modelada por ficções pessoais. Ficções nutridas pelo seu passado, pela herança cultural advinda de sua procedência sergipana. Ainda que não se tenham notícias sobre a família de Arthur Bispo, e ele próprio declarasse: “um dia eu simplesmente apareci” (apud HIDALGO, 2011, p. 29), quando indagado sobre sua origem, é fato que ele nasceu na cidadezinha de Japaratuba, uma vez que lá foi encontrada por Luciana Hidalgo, em sua pesquisa para escrever a biografia de Bispo, a certidão de batismo do artista. Segundo a biógrafa, Japaratuba sempre esteve à espreita de forma “cifrada num esconderijo da

memória” (HIDALGO, 2011, p. 30) desse criador incansável: “Tradições locais transparecem na obra, sinais de nascença não extirpáveis pelos atritos da maturidade. Signos da infância perpassam a ordem mundial de Bispo [...]” (HIDALGO, 2011, p.30):

Japaratuba era uma usina de tradições e alegorias. As festas da Folia de Reis começavam com semanas de antecedência, nos dedos ligeiros das costureiras a cerzir as roupas dos folguedos. Cada traje impunha seu respeito, encerrava tradições africanas, indígenas, nordestinas.

Os bordados eram a mais bem-acabada tradução da cultura matuta. Agulhas abriam trilhas em pontos de cruz e redendês, a formar desenhos, salpicar brilhos. Fantasias prontas, todo Dia de Reis, 6 de janeiro, grupos folclóricos as vestiam e dançavam pelas ruas de Japaratuba em atenção ao nascimento de Jesus e aos reis magos. O clímax dos folguedos era a coroação do rei e da rainha, obrigatoriamente negros, metidos em vestes cravejadas de bordados e franjas. (HIDALGO, 2011, p. 33)

A preferência pelos bordados, o pendor e a habilidade de Bispo para grafar em tecidos rústicos nomes, frases, legendas, pequenos objetos ou representação de cenas, a insistência em certos temas da tradição de Japaratuba, remetem-nos à interpretação de que havia toda uma estética armazenada na memória de Bispo. Em uma cena do filme *O prisioneiro da passagem – Arthur Bispo do Rosário*, produzido em 1982 por Hugo Denizart, há uma fala do artista em que ao declarar que suas obras não são para vender, ele completa “É recordação para mim não, é recordação pras pessoas...” (ROSÁRIO apud HIDALGO, 2011, P. 125), ou seja, ele intuía que ao resgatar o dom da confecção de bordados em suas criações -- seu manto, seus trajes, seus estandartes -- perpetuava na memória do público de seus trabalhos não só o registro de sua vida transformada em arte, mas também a rica tradição cultural do povoado católico de Sergipe, onde “surgiu” para o mundo.

A peça central de seu fazer manual e sensível – estético –, com a qual reinventa a sua própria existência, é o manto da apresentação, preparado com esmero para o encontro com Deus no Dia do Juízo Final:

Confeccionado em dois tipos de tecido, apresenta, na face externa, feita de um cobertor, palavras, símbolos, números e figuras bordados em fios de lã, distribuídos quase que circularmente; alamares e cordas de cortina servem como adornos. Na face interna (avesso), sobre tecido branco, nomes

de mulheres, organizados em forma de espiral irregular em direção à abertura da cabeça, foram bordados, na sua maioria, com fios de cor azul. (DANTAS, 2009, p. 207)]

O manto de Bispo é a superfície material de que precisa para grafar o seu encantamento com a vida e o mundo que lhe coube criar para abrigar sua diferença, sua incomum maneira de estar no mundo e habitá-lo. Se a experiência da cisão psíquica com que tem de conviver é uma realidade em sua vida, e se o mundo não acolhe, nem reconhece essa experiência, oferecendo-lhe apenas um futuro vazio de comunicação e entendimento com os aspectos ditos racionais da existência, Bispo parte para a ação e preenche esse vazio anunciado para sua condição existencial bordando “PALAVRAS. ESCRITA” ou reunindo sucata, ou construindo objetos, ou revestindo-os com linha. Apresenta seu universo pessoal e mítico a partir do momento que decide “vir” ao mundo e registrar com seu fazer artístico incomum sua passagem pela terra. Arthur Bispo constrói a sua vida a partir de sua obra, formada por sua vez de subprodutos, restos do mundo industrializado, descartes da instituição psiquiátrica. A partir da década de 1980, o grande público toma conhecimento do trabalho de Arthur, até então restrito aos “eleitos” escolhidos por ele mesmo, uma vez que a *mídia* impressa e televisiva coloca em destaque a obra de Bispo. Alguns estandartes e *assemblages* foram incluídos na Mostra *À margem da Vida*, organizada por Frederico Morais, em 1992, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, bem como , em 1989, no Parque Lage, na exposição *Registro de minha passagem pela terra*. Em 25 de novembro de 1992, a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural, decretou o tombamento integral da obra de Bispo. O ano de 1995 trouxe o mais alto reconhecimento ao trabalho de Arthur Bispo, quando 140 trabalhos seus são escolhidos para participar da 46ª edição da Bienal de Veneza.

A divulgação mais ampla da obra de Bispo coincide com a modernização da noção de patrimônio, cuja seleção do que deve ou não ser motivo de preservação assume um caráter mais politizado, na medida em que os agentes institucionais se propuseram a atuar como “mediadores dos grupos sociais marginalizados junto ao Estado” (FONSECA, 2005, p. 23). A partir da década de 1970, sobretudo quando o regime militar entrou em crise, definem-se novos valores e novos interesses para a preservação do patrimônio cultural, que até então privilegiava basicamente as produções das elites.

O manto de Arthur e o diário de Carolina encarnam significações que buscam perdurar pela potência ética e estética dos meios utilizados para se apresentarem à humanidade. Incluem-se no que Benjamin apontava em seu texto de 1933, como um “conceito positivo de barbárie”. Ambos sabem reconhecer a “pobreza de experiência” de toda a humanidade, quando constatarem como exilados em grandes centros urbanos que o patrimônio cultural não mais se vincula aos cidadãos, seus herdeiros, portanto com sabedoria e paciência decidem-se a “começar de novo; a saber se virar com pouco; a saber construir com pouco”. Escrever, para Carolina, e criar objetos e/ou bordar, para Arthur, eram necessidades vitais. Modos de testemunhar o presente e driblar o esquecimento histórico, uma vez que as suas condições de existência não eram favoráveis à permanência na memória dos homens. Vidas precárias e anônimas, infames, não fosse a obra de teor artístico que produziram e à qual deram visibilidade ainda em vida. Tanto Carolina, quanto Arthur são “despejados” da sociedade que os excluiu, mas construíram para si um lugar de memória no campo literário e artístico através de suas obras, reconhecidas como parte importante do patrimônio cultural brasileiro, tendo alcançado ainda reconhecimento internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie*: escritos escolhidos. Seleção e apresentação Willi Bolle. Trad. Celeste Ribeiro de Sousa. São Paulo: Cultrix; Editora da USP, 1986
- . “A Paris do Segundo Império em Baudelaire” In: KOTHE, Flavio R. (org) *Walter Benjamin*. Sociologia. São Paulo: Ática, 1991
- CASTRO, Eliana de Moura e MACHADO, Marília Novais de Mata. *Muito bem, Carolina*: biografia de Carolina Maria de Jesus. Belo Horizonte. C/Arte, 2007
- CHIARA, Ana Cristina. “Memórias extremas: Graciliano Ramos e Carolina de Jesus” In: ROCHA, Fátima Cristina Dias (org.). *Literatura Brasileira em Foco*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003
- DANTAS, Marta. *Arthur Bispo do Rosário*: a poética do delírio. São Paulo: Editora UNESP, 2009
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed., Rio de Janeiro: Basília; Editora UFRJ/MINC – IPHAN, 2005
- FOUCAULT, Michel. “A escrita de si” In: ------. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006

- HIDALGO, Luciana. *Arthur Bispo do Rosário: O senhor do labirinto*. 2. ed [ver. e ampliada]. Rio de Janeiro: Rocco, 2011
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2007
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Trad. Yara Aun Khoury. In: PROJETO HISTÓRIA, vol. 10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Editora da PUC-SP, 1993
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura. O testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003
- . *O local da diferença*. Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Editora 34, 2005
- ZALUAR, Amélia. “A Casa da Flor – uma arquitetura poética” In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 25, Ministério da Cultura, 1997

O PATRIMÔNIO CULTURAL DA ILHA DA RITA (SANTA CATARINA): ESTUDOS PRÉVIOS PARA SUA REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO

Dione da Rocha Bandeira

*Arqueóloga e Professora do Mestrado em Patrimônio Cultural da UNIVILLE,
dione.rbandeira@gmail.com*

Fernanda Mara Borba

*Historiadora e Aluna do Mestrado em Patrimônio Cultural da UNIVILLE,
fernanda.borba@univille.br*

Roberta Cristina Silva

*Arquiteta e Professora da SOCIESC
arq.roberta@terra.com.br*

RESUMO: Este trabalho pretende apresentar os resultados preliminares de dois projetos financiados pela CAPES, CNPq e FAP/UNIVILLE desenvolvidos pela Universidade da Região de Joinville sobre o patrimônio cultural da Ilha da Rita (São Francisco do Sul, Santa Catarina). As pesquisas têm por objetivo geral reunir informações e gerar conhecimento sobre o patrimônio cultural, arqueológico e ambiental da Ilha da Rita produzindo uma proposta de revitalização da mesma. Os projetos têm objetivos e metodologias interdisciplinares, contemplando análises ambiental, arqueológica, histórico-social e arquitetônica. A prática interdisciplinar, para além da reciprocidade teórica, metodológica e/ou tecnológica, permite a criação de novos conceitos, teorias, modelos, metodologias e tecnologias de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVES: Interdisciplinaridade, Ilha da Rita (SC, Brasil), Patrimônio Cultural.

ABSTRACT: This work intends to present the preliminary results of two projects funded by CAPES, CNPq and FAP/UNIVILLE developed by the University of the Region of Joinville on the cultural heritage of the island of Rita (São Francisco do Sul, Santa Catarina). The surveys are designed to gather general information and generate knowledge about the cultural heritage, archaeological and environmental Island Rita producing a proposal to revitalize it. The projects have goals and interdisciplinary methodologies, analyzes covering environmental, archaeological, historical, social and architectural. The interdisciplinary practice, beyond reciprocity theoretical, methodological and/or technology, allows the creation of new concepts, theories, models, methodologies and technologies for research.

KEYWORDS: Interdisciplinarity, Rita Island (SC, Brazil), Cultural Heritage.

O artigo apresenta os resultados preliminares de projetos desenvolvidos sob a coordenação da Profa. Dra. Sandra Pascoal de Leite Camargo Guedes financiados com recursos do CNPq, CAPES e FAP/UNIVILLE e vinculados ao Grupo de Pesquisa “Estudos Interdisciplinares do Patrimônio Cultural” e ao Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE. Estes projetos têm como objetivo geral reunir informações e gerar conhecimento sobre o patrimônio cultural, arqueológico e ambiental da Ilha da Rita (São Francisco do Sul, Santa Catarina) para subsidiar uma proposta de revitalização da mesma.

A Ilha da Rita está situada no litoral norte de Santa Catarina, na Baía Babitonga, onde existem outras 24 ilhas. No entorno desta baía localizam-se os municípios Balneário Barra do Sul, Araquari, Joinville, Garuva, Itapoá e São Francisco do Sul, cujo território abrange a maior ilha desta Baía (sede do município) e a porção continental denominado Distrito do Saí. O Distrito do Saí, por sua vez, é composto pelas localidades de Vila da Glória, Praia Alvarenga, Praia Bonita, Estaleiro, Frias, Ramos, Torno dos Pintos, Caeté, Lamin e Saí Mirim. A Ilha da Rita, que pertence ao Município de São Francisco do Sul, está a 200 metros da localidade de Estaleiro (Figura 1).

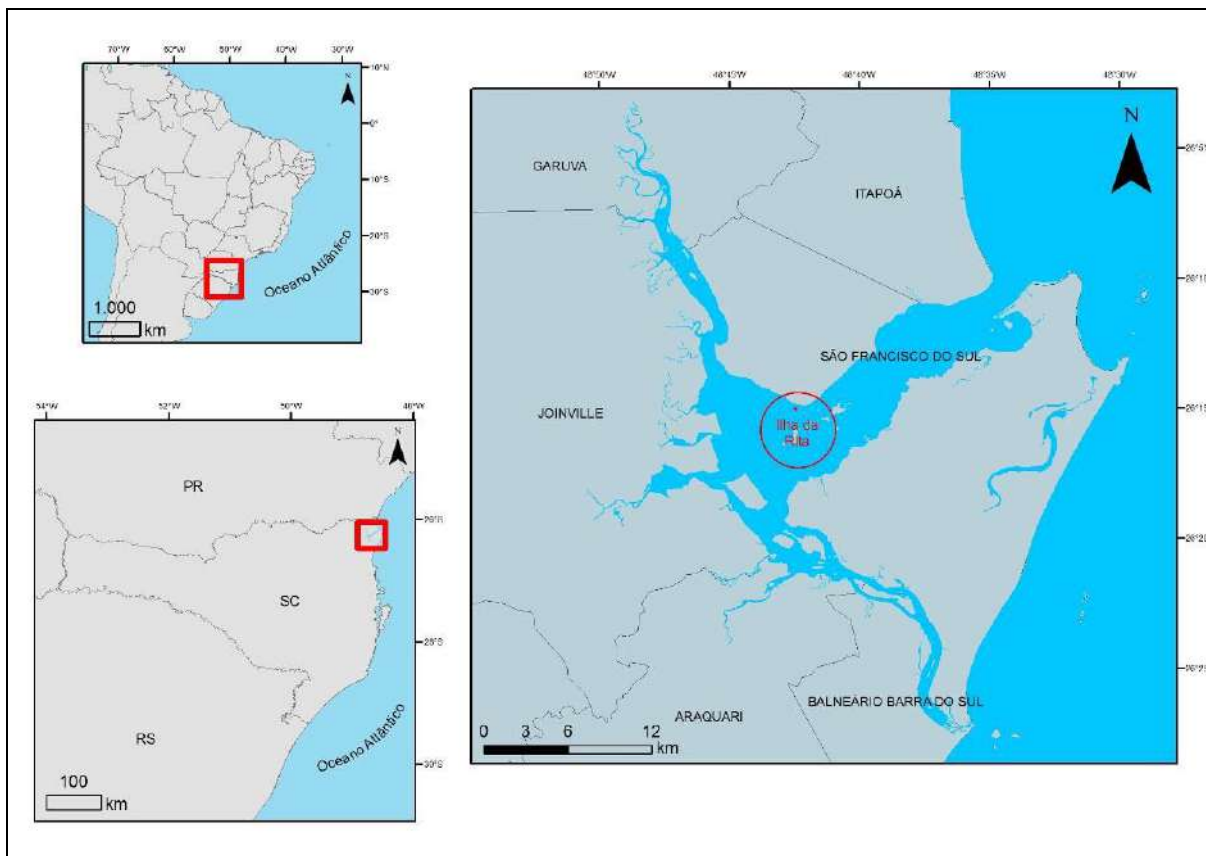


Figura 1. Localização da Ilha da Rita. Baía Babitonga. Santa Catarina. Brasil. Fonte: André Lima, 2012.

Esta Ilha teve um importante papel na história do Brasil na primeira metade do século XX, quando foi utilizada pela Marinha como base de abastecimento de água potável, carvão e óleo combustível a navios. Devido à ausência de água potável na ilha, foi adquirida uma fazenda agrícola no Distrito do Saí, na localidade de Frias, onde havia uma nascente cuja água era conduzida até a base. Na ilha construiu-se dois tanques de óleo combustível e diesel, uma residência para os navais que deveriam administrar a Ilha e outra com dois andares estilo “chalé moderno” para o oficial. Também foram construídos um trapiche de concreto em T, orientado na direção das marés e um portão de ferro trabalhado e fechadura de bronze na entrada da Ilha, como um portal. Duas guaritas para sentinelas ladeavam a entrada e, suavizando a visão dos tanques, foram plantadas árvores entremeadas por jardim. Ligando a parte baixa e a alta, foi construída uma escada de concreto e, na frente da casa e dos tanques, “pavimentou-se um caminho, onde bancos e mesas foram instalados ao longo do mesmo. Também um caramanchão de madeira, um chafariz e um lago foram feitos, tornando um local de paisagem quase paradisíaca” (S. THIAGO e COELHO, 2011, p. 53-54). A base foi inaugurada em 1940 com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas e atingiu seu auge de utilização durante a Segunda Guerra Mundial até a década de 1960, como ponto

militar de importância estratégica (Figura 2).



Figura 2. Imagem aérea da Ilha da Rita. Fonte: Acervo da UNIVILLE, s.d.

Em 1968, a Marinha devolveu a Ilha da Rita ao Município que continuou utilizando-a como posto de abastecimento de navios, sob responsabilidade do Porto de São Francisco do Sul. Com a modernização do porto, esta função também acabou caindo em desuso e outras foram pensadas, mas dada a impossibilidade de efetivação, a ilha foi abandonada (THIAGO e COELHO, 2001; BOHN, 2010). Após algumas negociações, em 1999 o espaço foi cedido à Universidade da Região de Joinville (Univille), que desde então, desenvolve diversos estudos.

Entendendo que a Ilha da Rita constitui-se em importante patrimônio cultural e ambiental de Santa Catarina uma vez que combina aspectos históricos, arquitetônicos, arqueológicos e naturais, reconheceu-se a necessidade de aprofundar estudos interdisciplinares acerca dela a fim de que se pudesse, num futuro próximo, proporcionar a sua revitalização e reutilização para fins científicos, culturais, turísticos e educacionais. Os estudos buscam, portanto, conhecer mais profundamente a história da Ilha da Rita numa perspectiva interdisciplinar, propondo uma nova apropriação e usos da mesma através de sua relação com a comunidade, de modo que ela volte a fazer parte do contexto cultural de São Francisco do Sul e da região nordeste do Estado de Santa Catarina.

A interdisciplinaridade possibilita que a pesquisa seja desenvolvida a partir da

combinação de disciplinas que se complementem, buscando a reciprocidade teórica, metodológica e tecnológica. Além da possibilidade de fornecer respostas aos problemas de pesquisa e questões de forma abrangente, promove a criação de novos conceitos, teorias, modelos, metodologias e tecnologias mais complexas. Suplantando a fragmentação do conhecimento, bem como favorecendo uma reflexão mais aprofundada e crítica sobre este conhecimento, a interdisciplinaridade é a utilização de alternativas que se complementam e não uma escolha entre vários modos de produção de conhecimento (PHILIPPI e SILVA NETO, 2011, p. 179). A prática interdisciplinar implica na intercomunicação entre as disciplinas, causando modificações através do diálogo entre tais, tendo em vista que a simples troca de informações disciplinares não constitui método interdisciplinar (JAPIASSÚ, 1976). A interação entre as áreas do conhecimento é necessária a partir do momento em que se conclui que não existe uma fonte de conhecimento completa e autossuficiente, uma compreensão mais ampla do objeto de pesquisa. A interdisciplinaridade é:

o diálogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpenetrar por elas. Aceita o conhecimento do senso comum válido, pois é através do cotidiano que damos sentido às nossas vidas. Ampliado através do diálogo com o conhecimento científico, tende a uma dimensão utópica e libertadora, pois permite enriquecer nossa relação com o outro e com o mundo (FAZENDA, 1999, p. 17).

A prática da pesquisa interdisciplinar requer especialistas capazes de estabelecerem o diálogo com as outras áreas do conhecimento e com o senso comum, buscando com o aprofundamento da pesquisa compreender os aspectos particulares relativos à sua área, bem como da complexidade na qual o objeto de pesquisa está inserido. Para Demo (1998), a melhor forma para se trabalhar a pesquisa de forma interdisciplinar é através de grupos de pesquisa que possibilitam a cooperação e o diálogo entre os especialistas e que teorias e métodos sejam acessíveis a todos para a compreensão ampla. Acredita-se que a abordagem interdisciplinar seja a melhor alternativa no estudo do patrimônio cultural, suas dimensões histórica e social, a relação dos indivíduos com os seus bens, suas representações, apropriações e ressignificações. A compreensão do patrimônio cultural da Ilha da Rita de forma ampla tem sucesso na combinação do conhecimento de disciplinas tais como História, Sociologia, Psicologia Social, Arqueologia, Biologia e Geografia.

Dentre as pesquisas que estão sendo desenvolvidas nos projetos, uma delas é a identificação e a análise das representações sociais da população de São Francisco do Sul

sobre a Ilha da Rita¹. O estudo das representações sociais possibilita a compreensão dos significados que o patrimônio cultural tem para com os indivíduos, como são construídos socialmente e quais os fatores influenciadores nos processos de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural. Os resultados obtidos podem ser úteis enquanto subsídios para a construção de projetos de intervenção cultural no espaço, desenvolvidos em consonância com os interesses da população local e com a sustentabilidade deste patrimônio, não apenas a sua restauração e preservação. Acredita-se que o estudo das representações sociais favoreça o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural de forma eficiente, analisando a função social e a demanda da população que irá usufruir do patrimônio.

As representações sociais são categorias de pensamento que expressam a realidade, buscam explicações e justificativas, retratam e refratam a realidade, segundo determinado segmento da sociedade (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2009). De acordo com Moscovici (2009), todas as interações humanas pressupõem representações e é esta interação que as caracteriza. Essa teoria tem sido usada nos estudos que buscam a compreensão da relação das construções simbólicas com a realidade social e iniciou a partir de pesquisas da Psicologia Social na década de 1960. Desde então, ela tem alcançado grande relevância dentro dessa perspectiva, mas também tem crescido consideravelmente com novas perspectivas teóricas e metodológicas que enriqueceram o estudo dos processos de construção social da realidade. Desenvolvidas de forma dinâmica através da comunicação e a partir da combinação dos conhecimentos científicos socializados com o senso comum, parte-se do conhecido, do comum para ordenar, explicar e atuar sobre o novo, inserindo-o na realidade já representada. Por serem construídas dentro dos grupos de pertencimento, essas representações tornam-se a visão partilhada da realidade, fornecendo uma identidade social em relação ao meio e aos objetos, sendo impossível ficar alheio ao condicionamento dos grupos (MOSCOVICI, 2009). As possibilidades de uma abordagem interdisciplinar do patrimônio cultural possibilitam a compreensão ampla dos múltiplos processos que ocorrem na contemporaneidade. Os processos de identificação, ressignificação, apropriação, valorização, defesa e difusão do patrimônio estão intimamente ligados com os processos do conhecimento social da realidade. E diante disto a importância do estudo das representações sociais se dá pois

a noção de representação social é uma noção concebida para explicar o que une as pessoas a um grupo ou a uma sociedade, e os faz agir em conjunto. Com o objetivo

¹ Esta pesquisa está vinculada à dissertação de mestrado de Cibele Piva Ferrari com orientação da Profa. Dra. Sandra P. L. de Camargo Guedes (UNIVILLE). Os estudos e os principais resultados poderão ser vistos no artigo a ser apresentado também nesse evento.

de permanecerem unidas, as pessoas criam instituições e seguem um conjunto de regras, que demandam um sistema de crenças e de representações compartilhadas próprias de suas culturas (ALMEIDA, SANTOS e TRINDADE, 2011, p. 117).

A análise das representações sociais de um grupo e dos fatores que influenciam a elaboração destas se dá no sentido perceber os aspectos de convergência de um grupo em torno de um patrimônio, possibilitando que sejam desenvolvidas políticas patrimoniais que irão contemplar esses aspectos e favorecer os processos de identificação e apropriação do grupo com seu patrimônio cultural. As iniciativas que poderão ser desenvolvidas na Ilha da Rita podem ter como subsídio a compreensão do que ela significa para a população de São Francisco do Sul, quais os principais fatores que influenciam nas representações sobre a mesma, qual a compreensão que essa população faz do patrimônio cultural e o que influencia as expectativas de sua revitalização e reutilização.

Por outro lado a ilha apresenta um conjunto de sítios arqueológicos. Seguindo o que preconiza a Carta Patrimonial de Laussane (1990), o patrimônio arqueológico

compreende a porção do patrimônio material para qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas não importando quais sejam elas, estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (WEB, 1990).

No contexto histórico em que, além desses vestígios, estão presentes edificações ou ruínas que devem ser conservadas e restauradas, a pesquisa arqueológica é considerada fundamental. Conforme a Carta de Veneza (1964), que é ainda uma importante referência no mundo todo quanto à Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, toda a “restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento” (WEB, 1964). Na restauração quando o sítio ou monumento arquitetônico é visto como bem arqueológico está prevalecendo à instância histórica na qual são percebidos como documentos e não só a instância estética é considerada. A relação entre Arqueologia e restauração é, muitas vezes, envolta num clima conflituoso justamente pelos diferentes entendimentos sobre o assunto, denominado por Mori de “a questão dialética do restauro” (MORI, 2007, p. 123). No Brasil, os avanços são lentos neste campo e o diálogo entre arquitetos e arqueólogos ainda são pouco frequentes. No entanto, a publicação do Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauro pelo IPHAN em 2002, em função do Projeto Monumenta, indica o uso do conceito “sítio arqueológico” no restauro de alguns bens com a participação de arqueólogos. Estas questões relativas ao restauro e a pesquisa arqueológica

são importantes considerando que as edificações da Ilha deverão ser restauradas e intervenções arqueológicas farão parte deste processo.

Além do conjunto de bens arquitetônicos, a Ilha apresenta, na sua face norte, um sambaqui cujo nome é o mesmo da Ilha. Este faz parte de um conjunto de 150 sítios arqueológicos da Baía Babitonga (BANDEIRA, 2010, entre outros) que são remanescentes de populações humanas que viveram na região no período pré-colonial. Estes ocorrem em todos os municípios que circundam a Baía e em várias ilhas e são considerados patrimônio cultural pela Lei 3.924 de 1961 que proibiu sua exploração para a produção da cal. Os sambaquis, que ocorrem também ao longo de quase toda a costa brasileira (WAGNER, *et al.*, 2011), foram, na sua maioria, locais de moradia dessas populações e caracterizam-se por montes intencionalmente construídos formados predominantemente de conchas de moluscos, chegando em alguns casos a 30 metros de altura. Nestes montes, em meio às conchas, são identificados diversos elementos da cultura material destes povos indicando que tinham conhecimentos para o trabalho com rochas, ossos, conchas e vegetais para a elaboração de artefatos dos mais diversos tipos, bem como o costume de enterrar os mortos nestes mesmos locais. Neles são identificados vestígios de fogueiras e cabanas e uma enormidade de restos faunísticos em que predominam as conchas, embora muitos fragmentos de ossos de diversos animais ocorram, sendo os peixes os mais consumidos. Por muito tempo acreditou-se que os sambaquis eram fenômenos naturais e posteriormente passou a vê-los como construções humanas, mas decorrentes do abandono ao acaso de restos alimentares. Atualmente, estes sítios e os povos que os construíram são vistos como sociedades semi-sedentárias de relativa complexidade social que tinham como um dos elementos de sua identidade cultural a construção dos montes que deveriam servir de marcadores territoriais e altamente significativos para eles. A partir de pesquisas realizadas na Baía Babitonga, a presença destes grupos foi datada entre 5.500 e 1.000 anos atrás.

A pesquisa arqueológica envolve, portanto, duas perspectivas presentes no espaço abordado: a Arqueologia Pré-Colonial e a Arqueologia Histórica. Ou seja, ocupações anteriores e posteriores a chegada de europeus na América, cronologicamente marcada por convenção na Arqueologia em 1500. Esta ciência pode ser definida como aquela “que estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (FUNARI, 2003, p. 15). Portanto, disposta a estudar sociedades de qualquer tempo, onde tanto os “registros escritos como os materiais se conservam e transmitem fragmentos que se prestam à

interpretação” (RENFREW & BAHN, 2008, p. 104). A inclusão da abordagem arqueológica na pesquisa partiu da premissa de que a partir do estudo, por meio da Arqueologia, do sambaqui poder-se-ia contribuir para a compreensão destes povos na região somando-se os dados produzidos, tais como a extensão do sítio, sua sequência estratigráfica e sua datação, às informações conhecidas de outros sambaquis já pesquisados. Quanto ao contexto histórico que nos remete aos vestígios materiais e construções da Base Naval, bem como ao período anterior a ela, acreditou-se que seria possível contribuir com informações que permitissem uma maior compreensão da história da Ilha e de suas diferentes ocupações, de São Francisco do Sul e da questão militar naval regional e nacional. O estudo desse patrimônio arqueológico, formado pelo sambaqui e o conjunto arquitetônico, pela Arqueologia, parte, portanto, da premissa que a cultural material é um terreno particularmente apto à compreensão das relações sociais, das raízes históricas e culturais dos grupos que ocuparam este espaço (FUNARI, 1995). A partir de uma dada abordagem, adota-se uma série de fontes distintas na promoção de uma reflexão sobre a produção humana, perpassando elementos textuais, iconográficos e orais, além da cultura material.

A pesquisa arqueológica em campo desenvolve-se a partir de sondagens para a localização e delimitação de sítios, além da escavação na formação de coleções que permitem, após uma série de análises específicas, inferir sobre a organização social destes grupos e outros diversos aspectos de sua cultura, vida cotidiana e cerimonial (BICHO, 2006; SCHEEL-YBERT *et al.* 2005-2006). O estudo na Ilha da Rita iniciou com um levantamento superficial sistemático de toda a área, aproveitando os acessos existentes para identificar, fotografar e registrar vestígios que estavam na superfície e sobre os quais não se tinha informações. Neste levantamento foi identificada uma estrutura constituída de rochas cortadas alinhadas que seriam, segundo informações orais, do alicerce de uma edificação de madeira que serviu como residência dos oficiais (Figura 3). No mesmo local havia grande quantidade de telhas dos tipos cana-e-canal e francesa fragmentadas e nas imediações foi identificada vala sem revestimento provavelmente para drenagem de águas pluviais. Esta estrutura está no ponto mais elevado da Ilha numa área plana resultante de terraplenagem constatada por corte no morro identificado nas imediações.



Figura 3. Estrutura constituída de rochas cortadas alinhadas. Fonte: Fernanda Borba, 2011.

No sambaqui fizeram-se, a partir dos locais onde se viam conchas na superfície, sondagens com cavadeira manual com o objetivo de estimar sua extensão e profundidade. Também se fez a escavação de uma trincheira a partir de um ponto em que a camada arqueológica, de aproximadamente 1 metro, era visível devido à erosão provocada pelas águas da Baía. Em todos os pontos sondados a camada arqueológica não passou de 30 centímetros de profundidade, sendo coletadas amostras da matriz arqueológica para análises utilizando a técnica da flotação. Tantos os trabalhos laboratoriais e de mapeamento das intervenções estão em andamento.

Os trabalhos realizados até o momento no Sambaqui Ilha da Rita indicam uma situação atípica, pelo menos em relação aos sítios deste tipo na região estudados, pois em sua parte oeste o material arqueológico, constituído basicamente por conchas e sedimento argiloso escuro, ocorre na superfície até aproximadamente 30 centímetros de profundidade, enquanto na parte leste do sítio, a camada arqueológica, só identificada a partir da praia, está há 50 centímetros abaixo de solo argiloso (Figura 4). A camada arqueológica nesta parte do sítio tem pelo menos 1,25 metros de espessura e se estende para sul por baixo do solo por aproximadamente 2 metros. Esta situação levou-nos a pensar que o sítio foi soterrado por solo deslocado da porção mais elevada da ilha ou que o sambaqui foi erodido pelas águas da baía, restando somente uma faixa que seria sua borda sul ou ainda que o material ali identificado

tenha sido trazido de outro sambaqui – o que ocorreu em outras ilhas conforme informações orais levantadas nas pesquisas. Respostas para estas questões deverão ser obtidas com a conclusão do material coletado bem como sua datação.



Figura 4. Trincheira mostrando a estratigrafia do sambaqui. Fonte: Fernanda Borba, 2011.

Além da pesquisa das representações sociais e arqueológicas para a revitalização e requalificação do espaço existente, fez-se um diagnóstico abrangente das edificações considerando as diversas metodologias como levantamento dos elementos arquitetônicos, análise tipológica e de patologias, entre outras, que permitam dar um direcionamento aos técnicos responsáveis pelo restauro visando garantir ao local o registro de sua passagem pelos anos (Figura 5).

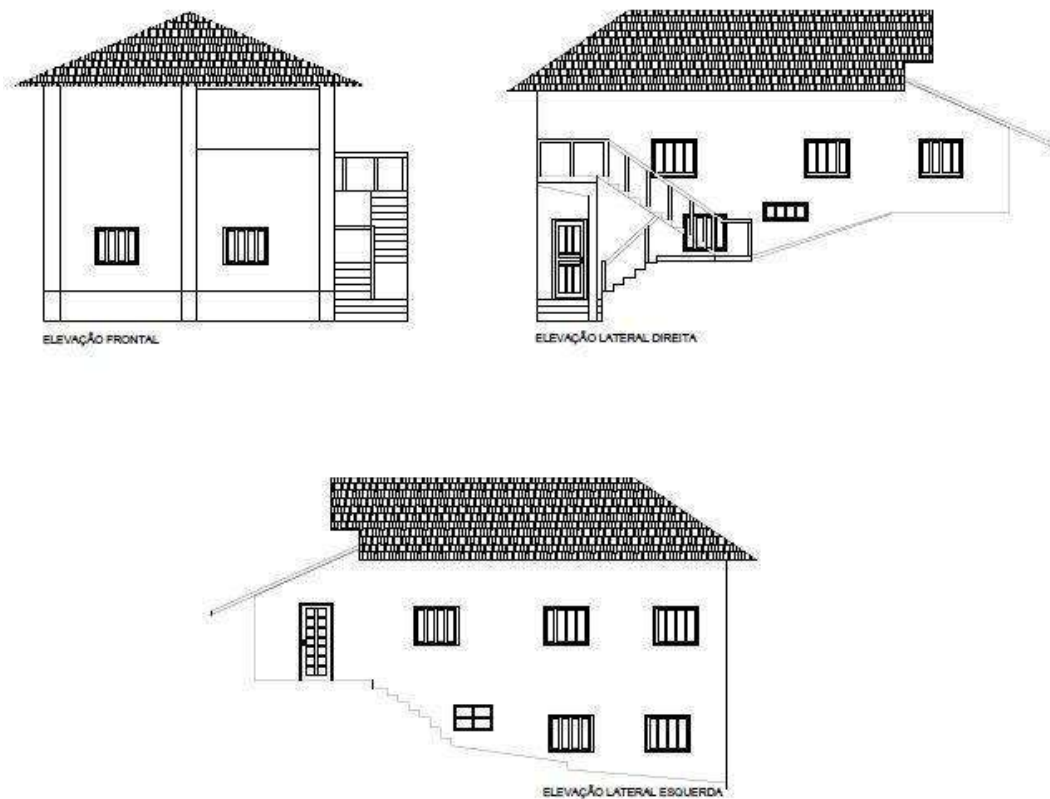


Figura 5. Planta arquitetônica da edificação número 2 – residência do Comandante. Fonte: Roberta Silva, 2012.

Neste sentido, mais uma vez a Carta de Veneza coloca que mais importante do que a relevância artística e histórica de um bem é a sua ambiência, ou seja, o espaço em que está inserido (CURY, 2004). Desta forma, o patrimônio passa a ter valor por seu conjunto, pela paisagem, pelas técnicas construtivas, usos e representações que o compõem. Preservando este espaço está se permitindo que bens de interesse coletivo possam continuar existindo para a apreciação das pessoas que fazem parte de sua história e das gerações futuras.

Os espaços de convívio e habitação são repletos de significados, lembranças e memórias que nos permitem diversas sensações e nos fazem viajar no tempo e nos reconhecer como parte integrante destes espaços. A relação com os espaços deve se dar de forma técnica e sensível e nos permitir tirar partido de locais, materiais, paisagens, facilitando o processo construtivo. Quanto a Ilha da Rita, percebemos claramente esta percepção desde o âmbito da escolha de sua implantação, até os materiais e funcionamento, além da proximidade com a parte continental para que houvesse um abastecimento simplificado de água, melhor transporte de materiais para as obras e uma localização estratégica para a entrada da Baía

Babitonga. A importância da preservação deste patrimônio, coberto de memórias, reflete os anseios e necessidades da época, bem como a identidade de uma população que se vê como parte integrante do seu processo. Pois esta “[...] costura [...] o sujeito à estrutura. Estabiliza os sujeitos quanto aos mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis.” (HALL, 2006, p. 10). A Ilha da Rita representa uma parte importante da história da comunidade de São Francisco do Sul e principalmente do Distrito do Saí não só pelo seu uso como Base Naval, mas pela proximidade e recordações que transmite (Figura 6 e 7).



Figura 6. Pórtico da antiga base naval. Fonte: Roberta Silva, 2012.



Figura 7. Edificação número 1 – residência da Tropa. Fonte: Roberta Silva, 2012.

A revitalização do local não implica apenas em restaurar as suas edificações (residências, tanques, pórtico), mas também garantir a sua ambiência, ou seja, o contexto em que foram implantadas, as relações com a natureza, sensações causadas quando se está lá. Este registro nos permite a leitura do conjunto e a preservação da identidade do local com o objetivo de desenvolver a consciência da importância do legado que foi deixado do passado.

A construção da significação simbólica é, simultaneamente, um ato de conhecimento e um ato afetivo. Tanto a cognição e os afetos que estão presentes nas representações sociais encontram sua base na realidade social. [...] É quando as pessoas se encontram para falar, argumentar, discutir o cotidiano, ou quando elas estão expostas às instituições, aos meios de comunicação, aos mitos e à herança histórica cultural de suas sociedades, que as representações sociais são formadas. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 20)

O conceito de preservação foi sendo alterado no decorrer dos tempos, o conceito inicial em que apenas bens considerados monumentais deveriam ser preservados foi, ao longo do século XX, se ampliando. Em 1964, o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) produz a Carta de Veneza que versa sobre a conservação de monumentos e sítios. A partir da produção deste documento, a discussão sobre a preservação patrimonial amplia seus discursos e passa a englobar, não só os ditos monumentos, mas conjuntos urbanos inteiros, homogêneos ou não.

[...] patrimônios culturais seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc. (GONÇALVES, 2005, p. 17).

Levando em conta estes contextos, pesquisas e o entendimento de que a Ilha da Rita é um espaço de memórias onde grande parte da população local se reconhece, é que se propõe sua preservação e a valorização destes valores tão comentados e comprovados como de grande importância para o legado futuro. Preservar a Ilha, mais do que permitir que uma obra de grande valor histórico ligada diretamente à história de um grupo, porém de interesse nacional, seja resguardada, é na verdade permitir que bens de interesse coletivo possam continuar existindo para a apreciação das gerações futuras. Acredita-se que o uso adequado do espaço proporcionará a transmissão do conhecimento sobre o local e o manterá “vivo”.

En este sentido, la conservación del Patrimonio Histórico o Cultural no debe contemplarse con una visión – diríamos reduccionista - en la que sólo se tuvieran en cuenta los aspectos relativos a su mantenimiento en las mejores condiciones posibles, sino que debe ser tratado con una perspectiva mas amplia. Preservación y “puesta en valor” (es decir, consideración de los elementos que posibilitan la rentabilización – económica y social - del Patrimonio) son la cara y la cruz – o mejor, las dos caras - de una misma moneda y como tal, aspectos de un único problema, indisolublemente unidos. Al hablar de valorización o rentabilización nos referimos a la conexión entre la oferta que constituyen los bienes culturales – los valores sociales, educativos y estéticos que llevan incorporados - y la demanda potencial de usuários que se expresa básicamente en el turismo cultural (HIERRO, web, 2010).

O entendimento destas ambiências, não somente do espaço físico e sua arquitetura em si, nortearão o projeto no sentido de que a revitalização não deixe alterar estas percepções e contatos tão próximos com a natureza que são tão importantes para a identificação do local e a clareza de seu real uso. “[...] toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade, de uma identidade “manufacturada” pelo presente que a idealiza” (MAGALHÃES, 1985, p. 25). Esta percepção mais qualitativa, aberta e interdisciplinar é que se buscou para a concepção do projeto de revitalização da Ilha. O estudo do espaço perante a perspectiva de cada profissional em suas áreas específicas e as contribuições e discussões sobre a Ilha, é que foram condicionando o projeto. São as ciências sociais e ambientais se articulando com a arquitetura e urbanismo em prol da preservação.

Embora as edificações ainda mantenham grande parte de suas características construtivas originais, as reformas feitas no decorrer do tempo foram alterando parte das características internas, e algumas externas, das edificações. A falta de documentação e registros específicos contribuíram para a falta de informações precisas de como estas edificações foram concebidas e alteradas ao longo do tempo. O intemperismo, a falta de manutenção e reformas ocorridas sem nenhum critério levaram o conjunto a um estado de conservação precário, que exige intervenções de restauro imediatas (Figuras 8 e 9). Porém, estes fatos não fizeram com que a história escrita pela implantação, edificações, tanques e equipamentos necessários para o seu funcionamento como Base Naval, fossem apagados. A Ilha tem uma importância pelo seu conjunto arquitetônico, implantação e ambiência e deve ser preservada.



Figura 8. Danos causados pelo intemperismo em uma das construções. Fonte: Roberta Silva, 2011.



Figura 9. Danos causados pelo intemperismo e vandalismo em uma das construções. Fonte: Roberta Silva, 2011.

O conjunto remete às arquiteturas militares, principais referências quando se pensa que o Brasil foi colonizado pelo mar e, foi a partir dele, que as cidades começaram a ser configuradas. As edificações militares foram uma das primeiras a serem implantadas no período de colonização, pois se faziam necessárias à defesa do território. Neste contexto, foram construídas diversas fortificações e serviços de apoio à defesa, onde as escolhas dos locais para implantação eram feitas conforme a topografia do local, acessos e contornos, considerando os que permitissem boa visualização do entorno e também favorecessem o abastecimento. Hoje, na maioria das vezes, são edificações esquecidas, abandonadas ou totalmente “esmagadas” pelas cidades que cresceram e já não tem as mesmas necessidades de proteção passada. Porém, a memória de um país, estado ou local, está diretamente ligada a estas edificações que serviam de apoio às defesas militares, pois, como observamos, foram elas que iniciaram efetivamente a constituição dos espaços e cidades.

A implantação da Ilha da Rita revela um ajuste às condicionantes locais, bastante comum na arquitetura militar portuguesa, bem como suas construções trazem espaços bastante específicos como o Paiol, com o nome ainda devidamente registrado na porta da sala destinada para a guarda de armamentos e munições. O projeto de revitalização da Ilha está embasado na metodologia sugerida pelo Programa Monumenta através de seus cadernos intitulados “Cadernos Técnicos”, onde estão prevista três etapas para a definição de um projeto de revitalização: análise e conhecimento do bem, diagnóstico e proposta de

intervenção. Dentro de cada etapa, há subdivisões que determinam o nível de detalhamento e investigação necessários para uma boa proposta, visando garantir não só a perpetuação do bem, mas principalmente a sua identidade, identificação, tão importante para o reconhecimento da população como parte integrante deste contexto, casando perfeitamente com o objetivo desta investigação sobre a Ilha da Rita.

Relembrar a importância da continuidade do processo cultural a partir de nossas raízes não representa uma aceitação submissa e passiva dos valores do passado, mas a certeza de que estão ali os elementos básicos com que contamos para a conservação de nossa identidade cultural. (MAGALHÃES, A., 1985)

Todo este estudo interdisciplinar irá embasar esta leitura do espaço necessária para a adequada preservação, não a preservação apenas da arquitetura e dos remanescentes arqueológicos, mas dos valores embutidos em cada espaço encontrado no território da Ilha da Rita.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. de S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Tecnopolitck – Centro Moscovici, 2011.

BANDEIRA, D. R. Sambaquianos os mais antigos habitantes da Baía da Babitonga. In: **Joinville primeiros habitantes**. Itajaí: Prefeitura Municipal de Joinville/Fundação Cultural de Joinville/Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, 2010. p. 16-27.

BICHO, N. F. **Manual de Arqueologia Pré-histórica**. Lisboa: Edições 70. 2006.

BOHN, L. R. D. **O Patrimônio Histórico Cultural da Ilha da Rita: refletindo sobre identidades e heranças culturais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2010.

Carta de Lausanne – 1990. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=262>. Acesso em: 20 ago. 2012.

Carta de Veneza – 1964. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>. Acesso em: 20 ago. 2012.

CURY, I. **Cartas Patrimoniais**. Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. Conferência Geral da Unesco – 25ª Reunião. Paris, 15 de novembro de 1989. Rio de Janeiro: IPHAN, Edições do Patrimônio, 2004.

DEMO, P. **Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FAZENDA, I. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1999.

FUNARI, P. P. A. A cultura material de Palmares: o estudo das relações sociais de um quilombo pela Arqueologia. **Ideias**. São Paulo. 27, 37-42. 1995.

_____. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

GONÇALVES, J. R. S. “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, Ano 11, N. 23. 2005.

Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauro. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Brasília. 2002 Disponível em: http://www.monumenta.gov.br/upload/manual_de_arqueologia_1163179654.pdf. Acesso: 26 jun. de 2009.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.

HIERRO, Juan Alonso. **La preservacion del patrimonio histórico em perspectiva europea**. Disponível em: http://www.revistarestauro.com/CONTENIDOS/restauro1%20pdfbaja/050-057_EUROPA.pdf. Acesso em: 01 de março de 2010.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: Intersubjetividade, espaço público e representações sociais. *In*: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAGALHÃES, A. **Discursos, ensaios, conferências**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORI, V. H. Arqueologia e Restauração. **Revistado do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** Patrimônio arqueológico: O desafio da preservação. São Paulo: 9º SR/IPHAN. n° 33, p. 117-138, 2006.

PHILIPPI, A. & SILVA NETO, A. **Interdisciplinaridade em ciência: Tecnologia & Inovação**. Barueri: Manole, 2011.

RENFREW, C., BAHN. Arqueología histórica y textual. *In: Arqueologia Conceptos Clave*. Madri: Akal, p 100-105, 2008.

RODRÍGUEZ, E. R. (Org). **Representaciones sociales: atisbos, cabilaciones del devenir de cuatro décadas**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2004.

SCHEEL-YBERT, R., et al. Proposta de amostragem padronizada para macro-vestígios bioarqueológicos: antracologia, arqueobotânica, zooarqueologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. v.15-16, p.139-163, 2005-2006.

WAGNER G. et al. Sambaquis (shell mounds) of the Brazilian coast. **Quaternary International**. n. 239, p. 51-60, 2011.

POLÍTICAS DE MEMÓRIA, O DIREITO E A HISTÓRIA NAS REIVINDICAÇÕES MEMORIAIS CONTEMPORÂNEAS

Ana Paula F. de Brito

Mestranda do Programa em Memória Social e Patrimônio Cultural – UFPel.

E-mail: paulabritoa@yahoo.com.br

Dr^a. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

Professora do Programa em Memória Social e Patrimônio Cultural – UFPel

Resumo: Tendo em vista a crescente preocupação com o registro e a preservação da memória na contemporaneidade, este artigo visa discutir as reivindicações contemporâneas em torno das memórias sobre o período militar no Brasil (1964-1985). A busca pelo passado e a diversidade de seus usos tem atraído atenção de estudiosos das áreas da História, do Direito e de outras ciências produzindo um diálogo cada vez mais interdisciplinar, estabelecendo ainda uma relação intrínseca no presente como um direito e um dever de memória.

Palavras-Chave: políticas de memória, reivindicações memoriais, regime militar.

Abstract: In view of the growing concern about the registration and preservation of memory in contemporary times, this article aims to discuss the contemporary claims around the memories about the military period in Brazil (1964-1985). The search for the past and the diversity of their uses has attracted attention of scholars of the history, law and other sciences producing increasingly interdisciplinary dialogue, establishing an intrinsic relationship in this as a right and a duty of memory.

Keywords: memory policies, claims memorials, military regime.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas no Brasil tem demonstrado nos últimos anos uma crescente preocupação com o registro e a preservação da História e das práticas culturais. Se considerarmos o início da trajetória oficial da preservação do patrimônio cultural no Brasil, conforme esclarece Fonseca (2005, 37) no âmbito jurídico, o dever de proteção já se destaca na Constituição de 1934. Não obstante, esclarece que apenas em 1937 ocorre uma regulamentação da proteção dos bens culturais.

De acordo com Castriota (2009, 138) a ideia de patrimônio surge como uma “fabricação e criação” de uma identidade nacional. Mas com a ampliação do conceito, o patrimônio, segundo Cecília Londres Fonseca (2004, p. 21), passará a ser considerado como sendo “tudo aquilo que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia”.

As bases das relações sociais no mundo mudaram, novas importâncias foram sendo elencadas a objetos e fatos outrora relegados ao esquecimento e/ou ao menosprezo. Essas mudanças também irão atingir os limites do que passa a ser considerado patrimônio. Novos campos se abrem e as escolhas passam a ser mais cotidianas e contínuas. Se alargam também os instrumentos da preservação patrimonial, através de leis, decretos, convenções internacionais, e outros, meios específicos para atuar sob temas diversos, mas específicos.

A BUSCA PELA MEMÓRIA OU COMPULSÃO MEMORIAL

Na sociedade moderna, com tantos dispositivos eletrônicos de troca e controle de informações, se percebe uma significativa importância aos traços, conforme nos esclarece Candau (2011, 112). De acordo com o autor, o mundo moderno produz traços e imagens a um nível jamais visto na história das sociedades humanas. A essa compulsão memorial e preservacionista, Candau (2010, 43) irá denominar Menmotropismo (movimento em direção à memória). São arquivos, bibliotecas, museus (para diversos objetos e memórias), centros de memória e inúmeros outros

instrumentos para responder a uma necessidade de memória, portanto, registrando e preservando. Pierre Nora (1984, XXVII), também aponta que em nenhuma outra época se produziu tantos arquivos, com técnicas e respeitos aos traços deixados, como a nossa.

Dentro desse cenário, um tema tem atraído a atenção nacional nos últimos anos, a exemplo do que ocorreu em alguns países do Cone Sul, o que diz respeito à construção da memória política, principalmente no que se refere àquela memória dos fatos ocorridos no período do regime militar, no qual se notabilizou graves violações aos direitos humanos. Sabe-se que durante muito tempo o país viveu uma política de esquecimento acerca do tema, e os agentes públicos buscavam através de estratégias como restrições ao acesso a documentos, impedir que parte dessa memória fosse restaurada, com vistas a pedidos de justiça e indenização. Atos como esse consistem em um esquecimento-manipulação, se apropriando do conceito apresentado por Michel (2010,18) que apresenta uma tendência a ser um instrumento próprio às políticas de reunificação nacional através do apagamento do passado. Considerado por muitos como memórias que não deveriam ser lembradas por serem dolorosas, bem como pela necessidade de se avançar em um estado pacificado, o esquecimento foi implantado na conjuntura social como um dever, ainda que de forma sutil.

A imposição do esquecimento e do silêncio se deu, nas esferas jurídicas e simbólicas, conforme esclarece Michel (2010,21). O esquecimento aqui, apesar de institucionalizado, não se apresenta por decreto, como estabelecido na Grécia Antiga, mais especificamente em Atenas, conforme exposto por Loraux (1997, 29), mas se buscava “cicatrizar” as feridas coletivas.

Essas formas de silêncio institucionalizado não são jamais irreversíveis: além de iniciativas advindas dos atores públicos em decorrência de mudanças de orientações políticas, os mesmos podem se converter em “empreendedores de memória” traduzindo as ocultações memoriais em problemas públicos memoriais. (Ferreira, 2011, 19)

Esses empreendedores de memória¹, quer seja da sociedade civil ou do poder público, tem atuado no sentido de buscar o reconhecimento dos lugares vinculados a essas memórias ditas dolorosas do período ditatorial. Como o Núcleo de Preservação da Memória Política que procedeu junto ao Ministério Público Federal de pedido

¹ Conceito apresentado por Johan Michel (2010, 19) como sendo os grupos ou indivíduos que tentam impor representações e normas memoriais no interior do espaço público e político. Seja sociedade civil ou os que fazem parte do aparelho de produção de políticas públicas.

oficial para que o Poder Público investigue e crie lugares de memória, monumentos, paisagens e outras formas de homenagens às vítimas da ditadura militar. Numa ação mais direta o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, através de seu presidente Ivan Seixas e apoiado por outras entidades, solicitou o tombamento do prédio do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-CODI, II Exército de São Paulo, situado na Rua Tutoia, na Vila Mariana, onde atualmente funciona a 36ª Delegacia de Polícia. O tombamento foi aprovado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do estado de São Paulo – CDPHAAT, pela relevância história e social que o espaço tem para a memória política brasileira.

Que fique claro, assim, que este estudo de tombamento, se aqui aprovado, versa sobre um “lugar” definido de forma ampla e intensa, ou seja, um lugar histórico definido pelo vazio e pela aniquilação, o que implica lidar com a memória da dor e com a memória difícil, dentro dos esforços democráticos de nosso país. O Núcleo de Preservação da Memória Política, um dos signatários do apoio ao pedido de abertura de estudo de tombamento, é o membro institucional brasileiro da Coalizão Internacional de Museus de Consciência em Lugares Históricos”, o que confere a dimensão de preservar, para as futuras gerações, locais de rememoração e conscientização. (Meneguello, 2012, 211)

Apesar de tratar-se de memórias dolorosas, são memórias que refletem os percursos da instalação do atual sistema de direito que vigora no país: a democracia. E se analisarmos a Constituição da República, veremos que:

Art. 216º- Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza **material** e **imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, **portadores de referência à identidade, à ação, à memória** dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Grifo nosso).

A referência ao voto direto, a participação social, a liberdade de pensamento e artística a que dispomos hoje, remontamos ao período em que vigorou a repressão militar, bem como as lutas de resistência empreendidas. E em muitos casos, essa resistência aconteceu em lugares como o DOI-CODI, órgão subsidiado ao exército, atuou diretamente na repressão aos contrários ao regime vigente. Ocorre que lugares como esse, por se tratar de memórias dolorosas não tem recebido um reconhecimento

de sua importância histórica e patrimonial , bem como prédios como esse. No entanto, essa percepção pouco a pouco tem se alterado.

Ao incluir na lista de Patrimônio Mundial o campo de concentração e extermínio de Auschwitz-Birkenau em 2002, a UNESCO demonstra a compreensão de que o patrimônio não é apenas um relicário de testemunhos estéticos da atividade humana (Meneguello, 2012, 211). Mas compreende a importância de através do patrimônio, estimular a reflexão sobre as violações aos direitos humanos outrora cometidos.

Nesse interim, temos assistido uma série de políticas públicas de memória, que atrelada a organismos como a Comissão da Anistia e a Comissão da Verdade tem empreendido diversas ações de apuração dos fatos outrora silenciados pelo Estado e que na atualidade vêm cumprir o disposto nas convenções internacionais no que tange a justiça de transição, ao fomentar esclarecimentos e análises do ocorrido durante a ditadura civil-militar.

O DIREITO A MEMÓRIA E A VERDADE NO BRASIL

O que comumente tem se considerado é que a luta por justiça, verdade e memória se inicia com as reivindicações da sociedade civil pela anistia ampla, geral e irrestrita. A lei n. 6683/79, mais conhecida como Lei da Anistia, foi criada com o intuito de “perdoar” os crimes políticos cometidos durante o regime totalitário no Brasil. Após ampla mobilização nacional por uma anistia ampla geral e irrestrita, através de intensas e significativas manifestações sociais, o poder executivo militar outorgou uma lei que instaurava uma anistia restrita, na qual o estado estabelecia o perdão aos crimes políticos cometidos durante o período militar.

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas aos poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativos e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e complementares. (Lei n. 6683/79).

Deste modo, teoricamente todos os que cometeram crimes de qualquer natureza praticados por motivação política, tiveram direito a serem anistiados, ou seja, perdoados pelo Estado, que por sua vez ampliou interpretativamente a lei visando abranger os crimes cometidos pelos seus próprios agentes. Não obstante, o inciso 2º do mesmo artigo, excetua os benefícios da anistia aos que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo. Como a maioria dos que atuavam na resistência, sobretudo na resistência armada, eram considerados terroristas, muitos foram os presos que não obtiveram o “perdão” do estado e continuaram com suas liberdades cerceadas. Em carta, um ex-presos político fala ao filho sobre essa anistia que ainda o privava da liberdade.

Anistia, meu filho, no teu ingênuo entendimento seria desaparecer as grades e os guardas cáquis que mantêm tua orfandade. Anistia, Evandro, seria não precisares mais vir a este corredor cinza e feio, e podermos rabiscar juntos a parede nova e branca da casa que sua mãe na pressa de 10 anos já montou pra me esperar. Sim, meus filhos, talvez tua mãe saiba explicar o inexplicável desta anistia. Eu, por mim escrevo para o mais tarde, aliás, tudo o que penso e tenho feito incluindo ter feito vocês, o fiz para o mais tarde. Lutei para no mais tarde, vocês serem sadios e livres, resisti às torturas para que não fossem filhos de um traidor, resisti a loucura que o isolamento da prisão as vezes traz porque o mais tarde sempre carrega no seu ventre o aconchego daqueles que lhe amam, e pretendo resistir agora, mesmo que a fome me mate porque mais tarde vocês entenderão a iniquidade, a injustiça, e a violência dessa meia anistia. Que anistia é essa que não solta os presos, ou melhor, que Anistia é esta que só não deixa livre os presos. (JIMY, 1979)

A anistia apresentada por Jimmy a seu filho, foi a anistia disposta unilateralmente pelo estado, que, portanto, não atendia as reivindicações sociais nesse sentido. No entanto, se buscou promover a concepção de que a anistia estabelecida era bilateral e necessária para uma reconciliação política.

Em decorrência, procurou-se impor burocraticamente um conceito de perdão por meio do qual os ofensores perdoariam os ofendidos, o que limitou a adesão subjetiva à reconciliação, tentando-se transformar a anistia em processo de esquecimento, como se isso fosse possível. (Júnior, 2011, 122).

Após 29 anos foi estabelecido o pedido de revisão da citada lei, através da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153) implementado junto ao Supremo Tribunal Federal pela Ordem dos Advogados do Brasil. Votada em maio de 2010, visou trazer o princípio da imprescritibilidade dos crimes cometidos durante o regime militar, por serem de lesa humanidade, buscando reacender o

debate sobre o passado como uma necessidade do presente. Não obstante, apenas dois ministros votaram favoravelmente à ação, compreendendo que os crimes de tortura são de lesa-humanidade e contrário ao direito internacional, portanto, não passível de anistia. Em contrapartida, os demais ministros do STF validaram a interpretação dada a lei anteriormente, respaldando-se num suposto pacto bilateral, um pacto político.

A luta pela anistia foi apenas uma das várias reivindicações da sociedade civil acerca dos fatos ocorridos durante o regime militar. Nesse sentido, Júnior (2011, 126), destaca a atuação dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos que figuraram por muito tempo como os protagonistas no cenário da luta pela justiça de transição no Brasil. No epicentro dessa busca por verdade e memória está a reparação, através da qual tem se legitimado importantes avanços para uma elucidação histórica.

As primeiras comissões de reparação surgem durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), através da criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP, instituída através da lei n. 9.140/95, atuou no reconhecimento da responsabilidade do estado de mortes e desaparecimentos, por motivação política, ocorridos no período de 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Além de proceder ao reconhecimento de pessoas desaparecidas. Atuando junto a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, a CEMDP que teve seus trabalhos iniciados em 1996, dedicou-se a investigar os casos dos mortos e desaparecidos políticos. Nos primeiros onze anos de atuação, analisou 475 casos².

De 2007 até o final de 2010, a CEMDP tem se dedicado a sistematizar informações e realizar buscas sobre a possível localização de covas clandestinas nas grandes cidades e em locais de prováveis sepultamentos de militantes na área rural. [...] Outro procedimento, iniciado em setembro de 2006, foi a coleta de amostras de sangue dos parentes consanguíneos dos desaparecidos ou dos mortos cujos corpos não foram entregues aos familiares. O objetivo é criar um banco de DNA, [...]. (BRASIL, 2010, 136)

Posteriormente foi criada a Comissão da Anistia, através da lei n. 10.559/02, com o intuito de reparar os atos de exceção cometidos durante o regime totalitário,

² BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Habeas Corpus: que se apresente o corpo. Secretaria de Direitos Humanos – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 136.

tais como tortura, prisões arbitrárias, perseguições políticas entre outras ações que violaram os direitos dos cidadãos brasileiros. Apresentou-se como uma política pública de educação em direitos humanos, bem como uma política de memória, e entre suas atribuições cabe a apreciação dos requerimentos³ de pedidos de anistia de perseguidos políticos pelo Estado entre 1946 e 1988, bem como promoção de atividades de divulgação do trabalho e preservação do Acervo da Comissão junto à sociedade. Entre essas atividades, destaca-se a realização de eventos e publicações que contribuam para a reflexão sobre os períodos de exceção, visando o estímulo ao fortalecimento da democracia.

Vinculada ao Ministério da Justiça, a Comissão da Anistia estima ter beneficiado cerca de 30.000 pessoas com indenizações financeiras e retratações públicas por representantes do Estado. Tendo em vista maior difusão de suas ações e visando garantir uma ampla participação da sociedade civil aos atos de reparação oficial, a comissão criou as Caravanas da Anistia, que percorrem o país realizando sessões públicas de apreciação dos processos de requerimento de anistia política, além de atividades educativas e culturais. Desta forma, têm permitido uma reapropriação do sentido histórico do conceito de anistia e, neste aspecto, reconecta-se à memória do período das amplas mobilizações da sociedade na pré-redemocratização (Júnior, 2010, 05).

Desta forma, as Caravanas da Anistia têm contribuído para a ampliação e o fortalecimento do acesso à justiça na medida em que se constituem instrumento de aproximação e diálogo entre os espaços jurisdicionais e a sociedade civil, possibilitando o acesso dos anistiandos e seus familiares ao ato de apreciação dos requerimentos de anistia política, bem como incrementando a qualidade do processo de apreciação, desde a análise dos documentos probatórios até a manifestação oral do requerente. (Júnior, 2010, 09).

Durante as sessões são realizadas ações de valorização da memória coletiva, através de homenagens a personalidades na luta pela democratização a nível nacional e local, assim como exibição de vídeos de curta duração. O que se entende desde

³ A anistia está prevista no art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, o qual é regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. A reparação econômica, segundo a referida Lei, poderá ser concedida em prestação única correspondente a 30 salários mínimos por ano de perseguição política até o limite de 100 mil reais, ou prestação mensal que corresponderá ao posto, cargo, graduação ou emprego que o anistiando ocuparia se na ativa estivesse, observado o limite do teto da remuneração do servidor público federal.

Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?ViewID=%7BABFF735E-0881-40C1-A944-25A80210D846%7D¶ms=itemID=%7B48C923D2-2C80-4143-AB47-5A47E582E1D8%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>.

então, é que a reparação deve se dar nos planos individuais e coletivos, materiais e simbólicos.

As reivindicações por esclarecimentos e reparações pelo ocorrido durante a ditadura civil-militar foi aumentando consideravelmente no cenário brasileiro. Ampliando-se as vozes dos ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos políticos, emergindo-se então novos grupos e frentes de mobilização.

Ainda acerca das políticas públicas implementadas na área, cabe destacar o projeto *Marcas da Memória* que reúne depoimentos, sistematiza informações e fomenta iniciativas culturais que permitam a sociedade conhecer partes da história do regime totalitário. Em vias de instalação tem-se o projeto Clínicas do Testemunho, que visa construir uma política pública de apoio em Saúde Mental às vítimas da violência de estado. Semelhante ao que já ocorre em países da América Latina, como no Centro Ulhoa, da Secretaria de Direitos Humanos do governo da Argentina, bem como pelo Governo Uruguaio através de parceria com a Universidade da República. A intenção é criar núcleos de apoios e atenção psicológica as vítimas do período militar no Brasil. Com início das atividades previstas para o segundo semestre de 2013, o projeto é financiado pelo Ministério da Justiça através de edital elaborado pela Comissão da Anistia.

REIVINDICAÇÕES MEMORIAIS CONTEMPORÂNEAS E OS USOS DO PASSADO

Para efeito metodológico, se adotará aqui uma classificação de grupos de memória, identificados como geração. Deste modo, a primeira geração de memória para fim de mobilização, serão as vítimas diretas do regime totalitário em questão, os ex-presos e perseguidos políticos que vem atuando desde o regime militar pela efetivação da democracia.

Para a segunda geração de memória, considerar-se-ão as famílias e amigos das vítimas dos mortos e desaparecidos políticos, que de acordo com a Corte Interamericana de Direitos Humanos, são vítimas em alguns casos até hoje. Uma vez

que a ausência de informações sobre o que acometeu a seus parentes e amigos é considerada uma forma de tortura⁴.

Por otra parte, este Tribunal se ha referido en reiteradas ocasiones al derecho que asiste a los familiares de las presuntas víctimas de conocer lo que sucedió y de saber quiénes fueron los responsables de los respectivos hechos. La Corte há reiterado que toda persona, incluyendo a los familiares de víctimas de graves violaciones de derechos humanos, tiene el derecho a conocer la verdad. En consecuencia, los familiares de las víctimas, y la sociedad como un todo, deben ser informados de todo lo sucedido con relación a dichas violaciones. Este derecho a la verdad se ha venido desarrollando por el Derecho Internacional de los Derechos Humanos; al ser reconocido y ejercido en una situación concreta constituye un medio importante de reparación. Por lo tanto, en este caso, el derecho a conocer la verdad da lugar a una expectativa que el Estado debe satisfacer a los familiares de las presuntas víctimas.⁵

A união desses grupos de memória, atrelada ao pontual silêncio institucional para a apuração dos crimes e julgamento dos perpetradores aqueceu o debate por memória, verdade e justiça junto à sociedade. Esta intensa agitação social fez aflorar uma terceira geração de memória que é composta por jovens que não possuem ligação direta com o período, sendo muitos destes nascidos no período da redemocratização, mas que além de apoiar as causas das duas gerações citadas, reivindicam por essa memória e exigem a criação e instalação da Comissão da Verdade.

Com a pressão popular veio à criação da comissão da verdade, criada através da lei 12.528 no ano de 2011, mas que foi instalada de fato apenas em maio de 2012. Composta por sete membros, a comissão terá um prazo de dois anos para produzir um relatório com os fatos ocorridos entre 1946 a 1988. Em apoio à comissão criada, viu-se surgir paulatinamente comissões estaduais com a mesma finalidade, geralmente vinculada ao Poder Legislativo estadual. De igual modo criaram-se comitês municipais e/ou regionais que compostos majoritariamente por estudantes e parcela da sociedade civil, buscam discutir e produzir reflexões sobre os fatos

⁴ A CIDH em reiteradas sentenças tem defendido que manter os familiares das vítimas de desaparecimento forçado na ignorância, configura-se em tortura, crime continuado e imprescritível. Os casos Blake contra Guatemala, Neira Alegria contra Peru e Irmãs Serrana Cruz contra El Salvador são os precedentes nesse sentido. Para maiores informações, sugere-se a leitura de Leister, Margareth Anne. *Do desaparecimento forçado na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e no Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/43565712/9/%C2%B1-CIDH-caso-irmas-Serrano-Cruz-desaparecimento-forcado-e-tortura>.

⁵ Caso de las Hermanas Serrano Cruz Vs. El Salvador, sentença de 1 de marzo de 2005, p. 56. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_120_esp.pdf, acessado em 20/08/2012.

ocorridos no período. A Comissão Nacional da Verdade recentemente promoveu o Encontro da Comissão Nacional da Verdade com os Comitês Estaduais da Sociedade Civil, tendo participado os 23 comitês, entre grupos, fóruns e associações, com a elaboração de uma carta com sugestões de trabalho para a comissão, cobrando atuações no sentido de que além da identificação dos agentes que cometeram violações durante a ditadura, haja julgamento dos supostos crimes. O documento elaborado pontua quase 150 reivindicações das entidades ao Estado⁶.

O que se assiste, portanto, é um despertar da sociedade civil para uma participação mais direta no debate e preservação dessas memórias. Além de organismos não governamentais como associações, a juventude brasileira se apropriou do direito a memória e a verdade, desindividualizando a dor e a memória, socializando-a. O destino dos desaparecidos políticos, a análise sobre a documentação do período, o registro das memórias das vítimas diretas do período, entre outros, apresentam-se como algumas das reivindicações desses empreendedores da memória.

Dentro dessa conjuntura, surge o movimento conhecido como *escracho ou esculacho*⁷, promovido por jovens do grupo Levante Popular da Juventude - LPJ, que em todo o país tem reconhecido em suas ações, a estratégia para divulgar a sociedade brasileira os crimes cometidos durante o regime totalitário e fortalecer a reivindicação pela memória do período em questão, a exemplo do ocorrido na Argentina através dos H.I.J.O.S.⁸.

Formado em sua maioria por estudantes universitários, a organização promotora dos escrachos no Brasil, possui várias frentes de lutas e reivindicações. O ato mais divulgado desse grupo tem sido a ação denominada *escracho / esculacho*, no qual são identificadas casas e/ou locais de trabalhos de ex-agentes que atuaram

⁶ Para maiores informações ver o documento elaborado pelos comitês, disponível em: <http://comitedaverdadeportoalegre.wordpress.com/2012/08/13/carta-dos-comites-a-comissao-nacional-da-verdade/>, acessado em 22/08/2012.

⁷ Ato que tem a denúncia como fundamento, no qual os manifestantes se dirigem a frente das casas dos denunciados de serem torturadores do período militar no Brasil. Através de pichações, gritos de guerra, encenações teatrais, entre outras manifestações expõe o denunciado e suas ações outrora cometidas.

⁸ Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio. Grupo composto por filhos de desaparecidos, assassinados, ex presos políticos ou exilados pela repressão da ditadura militar argentina (1976-1983), que se organizaram a partir do compartilhamento de suas histórias e/ou de seus parentes em público na cidade de La Plata. De acordo com BONALDI (2006, 147) os mesmos buscavam o restabelecimento de um equilíbrio perdido, bem como reconstruir a história de seus familiares.

direta ou indiretamente em ações de tortura durante o período militar. A ação tem a denúncia como fundamento, assim como reivindicações e apoio a Comissão da Verdade.

Com o intuito de pressionar o governo a instaurar a Comissão da Verdade, criada, mas a época não atuando, foram realizadas mobilizações em vários estados brasileiros no dia 14/05 do corrente ano: em Pernambuco, no Pará, na Bahia, no Ceará, em Sergipe, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.



Imagem 01: Manifestação na cidade do Rio de Janeiro. Foto: Acervo da UNE. Disponível em: <http://www.une.org.br/2012/06/une-participa-do-%E2%80%98escracho%E2%80%99-promovido-pelo-levante-popular-da-juventude/>



Imagem 02: Manifestante do grupo Levante Popular da Juventude em frente a casa de militar no RJ. Foto: Acervo do Jornal Correio do Brasil. Disponível em: <http://correiodobrasil.com.br/grupo-promove-escracho-em-frente-a-casa-de-militar-acusado-de-torturar-rubens-paiva/451661/>, acessado em 29/08/2012. **Imagem 03:** Manifestantes do LPJ em ato de escracho. Foto: Leandro Silva. Disponível em: <http://candidoneto.blogspot.com.br/2012/03/levante-realiza-escrachos-contra.html>, acessado em 29/08/2012.

A ação gerou considerável repercussão nacional e tem se repetido desde então. O LPJ surgiu na cidade de Porto Alegre no ano de 2006 e nacionalizou-se em 2010. Nascido da necessidade de criar espaços de debates para além dos muros da universidade, o grupo possui uma relação estreita com a Via campesina⁹. Possui três frentes de atuação: a estudantil, a popular e a Camponesa. Estruturando-se ainda uma quarta, a sindical, que se encontra em processo de integração e formação. Organizam-se baseados na ideia de território e células, podendo-se existir nas universidades, nos bairros, no campo, entre outros, além de dispor de setores de atuação mais específicos, como o grupo das mulheres, da comunicação, entre outros. Em nível mais geral, possuem uma coordenação nacional e coordenações estaduais.

O LPJ apresenta, portanto muitas frentes de luta como a questão negra, indígena, reforma agrária, não dispendo, de uma especificidade de bandeira de reivindicações. Essa especificidade de luta encontrará abrigo com a criação das comissões estaduais e dos comitês por memória e verdade que terão objetivos específicos de atuação: participar enquanto sociedade civil do processo de construção da memória social do período de repressão no país. E mais que isso, ajudar a Comissão da Verdade a identificar os arquivos e cobrar do Estado posicionamentos políticos que caminhem para o que chamam a verdade dos fatos.

O que se percebe, portanto, é que essa terceira geração de memória, tem analisado o retorno ao passado, não apenas sob uma perspectiva histórica dos fatos ocorridos, mas com uma relação que tangencia o presente. Semelhante a relação da memória com o passado e presente proposto por Bergson (s/d,) em seu cone da memória.

Com a última afirmação, começa-se a atribuir à memória uma função decisiva no processo psicológico total: a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem a tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A

⁹Movimento internacional que articula os interesses globais dos trabalhadores do campo. Fundado em 1993 na Bélgica, congrega camponeses, pequenos e médios produtores, sem-terra, povos indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas em todo o mundo. Para maiores informações, consultar: http://viacampesina.org/sp/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=27&Itemid=44.

memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (Bosi, 1994,09).

Essa memória profunda, ativa, penetrante e invasora se mistura entre passado e presente para os que vivenciaram o período, uma vez que as lembranças do passado irão se fundir com as lembranças do presente ao evocar e atribuir novas significações no presente. E para as novas gerações, o processo será de mistura entre presente e passado, pois a memória que eles terão do período ditatorial no Brasil serão construídas por eles, mas no presente. Serão suas lembranças sob a memória de outrem. No geral, temos que as memórias do período (re)ssurgem e são reivindicadas não apenas como um dever de memória (Ricouer 2007), mas parte da compreensão de que esse passado está interferindo ainda hoje na vida social do Brasil. No documento elaborado pelos comitês a Comissão da Verdade, a preocupação com o passado que tangencia o presente é notória. A compreensão gerada é que a violência outrora cometida pelo Estado, ainda permanece sob outro viés, dado a impunidade dos crimes ainda não apurados. O discurso produzido é que muitos elementos gerados no período militar ainda vigoram, muito embora não sejam os apropriados.

O que se apresenta nesse contexto são grupos que disputam pela produção de uma memória ainda presente no cenário da história brasileira e que ainda está para ser construída em suas nuances. De um lado temos alguns militares que desejam um esquecimento coletivo dos fatos desconformes e que defendem a concepção de que o Brasil deve seguir adiante e esquecer o que passou, considerando o retorno a esses fatos como um retrocesso para o país, posicionamento que encontra solidariedade de alguns políticos e agentes públicos do Estado. Em contrapartida, se tem três gerações de memórias que reivindicam documentos, informações sobre os desaparecidos políticos, análises dos processos e reflexões sobre os métodos repressivos utilizados pelo estado durante o período compreendido entre 1964 a 1985.

Durante o período de repressão e resistência ao regime ditatorial o universo acadêmico figurou como um importante cenário para reflexões e mobilizações contra o governo. Foi considerável o número de alunos e professores das instituições de ensino superior que foram perseguidos e duramente reprimidos pelo regime. E desde sempre, o tema esteve presente entre as pesquisas e discussões no ambiente acadêmico. Atualmente são inúmeras as pesquisas que vão desde projetos de extensão a teses de doutorado que se debruçam sobre o assunto. Atrelado ao interesse

da academia e dos pesquisadores, projetos como a premiação do Grupo Memórias Reveladas a monografias que tenham como base fontes documentais referentes ao período ditatorial tem rendido importante incentivo para promoção de pesquisas.

Sobre as análises produzidas, aqui será destacado duas ciências: a história e o direito. O intercruzamento dispostos nas análises a todo o tempo é evidenciado, não obstante, cada área do conhecimento tem se apropriado do tema de modo diferente. O direito apresenta-se vinculado de modo intrínseco a reparação como fundamento da justiça de transição. Enquanto que a história indica pautar-se sobre o dever pela verdade e pela memória. Mas a volta ao passado é o ponto chave que une as duas ciências, no entanto, o uso dado ao passado não necessariamente irá acompanhar as mesmas. Paralelo às ciências mencionadas, ao longo de toda essa reivindicação por memória e verdade, a história e o direito estão caminhando lado a lado, usufruindo das especificidades das áreas e constituído um discurso que contempla as nuances da história, com suas narrações e registros das memórias, legitimadas pelo direito que por sua vez instaura as devidas apurações e retratações públicas e reparatórias.

CONCLUSÃO

Emerso nesse universo de reivindicações memoriais, se percebe que o Brasil tem caminhado paulatinamente para apurar páginas da história da sociedade brasileira que por longos anos permaneceram dobradas. E nesse processo de desdobramento dessas páginas, tem-se registrado diversas formas de análises e registro das memórias atinentes ao período do regime totalitário. Bem como os modos de preservar e valorar essas lembranças, quer seja através dos registros de história oral que tem ocorrido em quase todos os estados brasileiros, tombamentos de prédios importantes para a rememoração, abertura e análises dos documentos, entre outros. O que se tem percebido são (re) significações e apropriações em torno dessa memória, além de disputas e conflitos que caminham entre políticas de memória e estratégias de esquecimento FERREIRA (2011). Não obstante, dentro desse universo de reivindicações memoriais, cada área do conhecimento terá sua peculiaridade no trato com o tema. A história terá uma percepção de volta ao passado pela necessidade do registro, enquanto que o direito, por exemplo, irá vincular ao dever de contemplar as violações aos direitos humanos, numa perspectiva, ainda que

indireta de reparação as vítimas. Logo, o que as análises tem nos sugerido é que as ciências apontadas seguem percepções distintas na volta ao passado, mas se cruzam no quesito dever de memória. E nesta volta ao passado, a compreensão de que essas memórias tocam o presente ao apontarem as “heranças” autoritárias atuais.

A construção e o registro da memória política brasileira tem se dado num terreno que convergem questões políticas, históricas, afetivas, de perdas e conquistas. E a cada nova etapa dessa construção, tem surgido novos apontamentos e reivindicações. Os passos têm sido dados, não se sabe ainda qual será o destino final dessa jornada. O que se espera é que a confluência das vozes sobre os fatos enriqueça a narrativa e a história, sem expectativas revanchistas, mas com esclarecimentos dos fatos, permitindo o registro de uma justa memória.

REFERENCIAS

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. 3.ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BONALDI, Pablo Daniel. HIJOS DE DESAPARECIDOS. ENTRE LA CONSTRUCCIÓN DE LA POLÍTICA Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA MEMORIA. IN:JELIN, Elizabeth. **El Passado em el futuro: los movimientos juveniles**. Buenos Aires: Siglo XXI. Editora Iberoamericana; Nueva York: Social Science Research Council, 2006. Cap. 5, p. 143-185.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Habeas Corpus: que se apresente o corpo**. Secretaria de Direitos Humanos – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 136.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Políticas urbanas e contemporâneas do patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annalume, 2009.

CANDAU, Joel. **Bases Antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade**. Revista Memoria em Rede, Pelotas, v.1, n.1, dez. 2009/mar. 2010.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. 1 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

FERREIRA, Maria L. Mazzucchi. **Políticas de Memória e Estratégias de esquecimento**. Revista Aurora, São Paulo, n.10, 2011.

FONSECA, Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. . Rio de Janeiro: UFRJ; MINC – IPHAN, 2005.

FONSECA, Cecília Londres. Patrimônio e performance: uma relação interessante. TEIXEIRA, João Gabriel L.C.; CARVALHO, Marcos Vinícius; GUSMÃO, Rita. (orgs.). **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re) tradicionalização**. Brasília, TRANSE/UNB, 2004.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. **Gestión del patrimonio cultural**. 3ª ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2007.

JÚNIOR, Paulo Abrão Pires. **AS CARAVANAS DA ANISTIA: Um mecanismo privilegiado da justiça de transição brasileira**. In: II Reunião do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição. São Paulo, Abril – 2010.

JÚNIOR, Paulo Abrão Pires. A Lei de Anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e a justiça. IN: **ACERVO: revista do Arquivo Nacional**. v.24, n.1 (jan./jun. 2011). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

JYMY, 1979. Carta. IN: BRASIL, Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. 30 anos de luta pela anistia no Brasil: greve de fome de 1979 / organização de Daniela Frantz ... [ET AL.]. – Brasília: Comissão de Anistia / MJ, 2010. N

LORAUX, Nicole. De la amnistia y su contrario. IN: YERUSHALMI, Yosef H (org.) **Usos del Olvido**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1998. p. 27-51.

MICHEL, Johan. **Podemos falar de uma política de esquecimento?** Revista Memória em Rede, Pelotas, v.2, n.3, p. 14-26, agos.-nov. 2010.

MENEGUELLO, Cristina. **Parecer alusivo ao Processo n. 01037/2010**, referente solicitação de abertura de estudo de tombamento do edifício onde funcionou o DOI-CODI, II Exército, hoje 36ª Delegacia de Polícia, Rua Tutóia 921, São Paulo. Emitido 20 de março de 2012, Campinas, São Paulo. Disponível em: <http://www.nucleomemoria.org.br/noticias/internas/id/306>.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. IN: Pierre Nora (org.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984. Vol 1 La République, 1984.

RICOUER, Paul. **A Memória, a história e o esquecimento**. Campinas, Unicamp. 2007

Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Caso de las Hermanas Serrano Cruz Vs. El Salvador**, sentença de 01 de março de 2005, 1-154. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_120_esp.pdf, acessado em 20/08/2012.

PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A PATRIMONIALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JOINVILLE

Ilanil Coelho

Professora Dra. do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade e do Curso de História da
UNIVILLE

Arselle de Andrade da Fontoura

Professora MSc. dos Cursos de História e de Artes Visuais da UNIVILLE

Fernando Cesar Sossai

Professor MSc. dos Cursos de História, de Design e de Sociologia da UNIVILLE

Resumo: o objetivo deste artigo é analisar como os planejamentos urbanos e projetos de requalificação do centro de Joinville/SC, elaborados nas últimas décadas, atribuem sentidos à memória social, assim como procuram definir as funções do patrimônio cultural em meio ao processo de reorganização do espaço urbano do município. Para tanto, realizamos um amplo levantamento e análise de numerosas fontes documentais provenientes de acervos de instituições públicas responsáveis pelo planejamento urbano, infraestrutura e patrimônio cultural de Joinville. A partir de um estudo de caso da chamada Via Gastronômica, percebemos que as estratégias adotadas pelo poder público para garantir novos usos do patrimônio se chocam com projetos de cidade que, por vezes, relega a um segundo plano qualquer lógica de preservação do patrimônio na contemporaneidade.

Palavras-chave: Joinville; patrimônio cultural; cidade.

Abstract: the aim of this paper is to analyze how urban planning and redevelopment projects in downtown Joinville/SC, elaborated in recent decades, attribute meanings to social memory, as well as attempt to define the functions of cultural heritage in the

process of reorganization of urban space the municipality. Thus, we performed a comprehensive survey and analysis of documentary sources from numerous collections of public institutions responsible for urban planning, infrastructure and cultural heritage of Joinville. From a case study of Via Gastronômica, realize that strategies designed by the government to ensure new uses of heritage clash with city projects that sometimes relegates to the background any logical heritage preservation nowadays.

Keyword: Joinville; heritage; city.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apresentar reflexões sobre a relação entre memória social e patrimônio cultural tomando por base alguns processos de intervenção do espaço urbano de Joinville na contemporaneidade. É fruto de um projeto de pesquisa¹, que tem como objetivo investigar as implicações sociais e culturais das políticas urbanas em Joinville, em especial as relacionadas ao processo de enobrecimento de ruas centrais da cidade. O problema da investigação recai sobre as tensões e disputas que, por um lado, podem ser vislumbradas no cruzamento entre desejos, expectativas, práticas e representações de cidade, daí decorrentes e, por outro lado, como nesse processo emergem novos sentidos políticos sobre o urbano e a cidadania.

A pesquisa tem como base o levantamento e a interpretação de diferentes fontes documentais que integram acervos de instituições públicas municipais responsáveis pelo planejamento urbano, infraestrutura e patrimônio cultural de Joinville. No sentido de melhor organizar as fontes coletadas em campo foi criado um banco de dados virtual no qual estão sendo inseridos os documentos de acordo com sua tipologia: mapas, imagens, fotografias, projetos de intervenção e de zoneamentos urbanos, leis, atas, processos de tombamento e reportagens de jornais.

Com intuito de discutir os significados sociais das intervenções urbanas, a segunda etapa do estudo consistirá na realização de entrevistas orais com pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, nas transformações recentes das áreas centrais da

¹ O projeto “Práticas e representações sobre a patrimonialização do espaço urbano de Joinville” é financiado pelo Fundo de Apoio a Pesquisa (FAP) da UNIVILLE e está vinculado ao Departamento de História e ao Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade dessa instituição.

cidade de Joinville². Acreditamos que isso poderá impulsionar a análise e discussão sobre as experiências das pessoas em relação às temporalidades que cruzam os espaços urbanos na contemporaneidade, assim como sobre suas reivindicações, reconhecimentos e desejos de cidade e de cidadania.

Na esteira destes arranjos teórico-metodológicos, neste artigo, analisamos como os planejamentos urbanos e projetos de revitalização elaborados nas últimas décadas atribuem sentidos à memória social, bem como inserem e definem funções ao patrimônio cultural na organização do território urbano.

JOINVILLE: NARRATIVAS SOBRE A PATRIMONIALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Situada na região nordeste do estado de Santa Catarina, Joinville conta com uma população de 509.293 habitantes, sendo considerada, em termos populacionais, a maior cidade catarinense e a terceira maior do sul do Brasil³. Conforme fonte oficial, atualmente concentra o maior pólo industrial do estado, congregando indústrias dos setores metal-mecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico (Joinville: Cidade em Dados, 2009). Por outro lado, desde fins do século XX, vem combinando seu perfil industrial com novas estratégias econômicas que visam fomentar serviços e produtos relacionados à hospitalidade, em especial ao turismo de eventos e negócios⁴.

A princípio, tais estratégias estão em sintonia com o que vêm ocorrendo em diferentes cidades contemporâneas, já que, recorrentemente, deparamo-nos com anúncios sobre projetos que visam à transformação das cidades em vitrines de consumo (city marketing), apoiados por vezes em iniciativas resultantes da parceria entre poder público e empresariado (Sánchez, 2001).

A esse respeito, Fernanda Sánchez esclarece que, como elemento do processo de ajuste estrutural à nova ordem econômica mundial, “as cidades são lidas pela lógica da

² Para tais entrevistas faremos uso da metodologia da história oral. Diante de suas variações, adota-se o delineamento teórico e ético produzido por pesquisadores do campo, dentre os quais se destacam Verena Alberti (2004), Alessandro Portelli (1997) e Alistair Thomson (1997), assim como as diretrizes recomendadas pelo Laboratório de História Oral da UNIVILLE – LHO, que podem ser encontradas em: <<http://historiauniville.wix.com/lho>>.

³ Dados extraídos do Censo 2010 realizado pelo IBGE. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=42>. Acesso: 20 ago. 2012.

⁴ Disponível em: <<http://www.guiaville.com.br/joinville/perfil-de-joinville/economia-de-joinville.html>>. Acesso: 20 ago. 2012.

forma-mercadoria e da gestão empresarial e, como tal, busca-se inseri-las como produtos capitalistas que precisam realizar-se” (Sánchez, 2007, p. 25). Nas últimas décadas, algumas experiências de intervenção urbana tornaram-se modelos ou “receituários” adotados por vários gestores municipais. Segundo diz,

as imagens produzidas e difundidas sobre certas intervenções urbanísticas realizadas nos anos 90, além de cristalizarem usos, reforça a tendência ao consumo de serviços, eventos recreativos e circuitos culturais e de lazer. A experiência da cidade, tanto para visitantes quanto para os próprios cidadãos, é mediada pelo consumo destas imagens. Uma coleção de espaços-síntese, consagrados e designados para serem os espaços que falam de uma nova maneira de fazer cidade, um mundo de aparências que descortina um catálogo de novas edificações, espaços revitalizados, festas e eventos, tornados sinais eloquentes da época presente (Sánchez, 2007, p. 29).

É desta perspectiva que podemos compreender como o centro de Joinville vem sendo alvo de projetos de intervenção urbanística que buscam adotar e justificar práticas de requalificação e/ou revitalização como instrumentos para embelezar algumas áreas e instituir novas centralidades no espaço urbano. Com isso, pressupõem-se estar evitando perdas de edificações de interesse cultural, potencializar a economia da cidade e cumprir a função de satisfazer as novas necessidades de lazer e de cultura, tanto de moradores como de turistas.

A Via Gastronômica, alcunha dada pela Prefeitura a uma considerável extensão da Rua Visconde de Taunay, é um exemplo disso. Com o apoio da Câmara de Dirigentes Lojistas de Joinville, o projeto de revitalização se desenvolve paralelamente a projetos empresariais que preveem o aproveitamento de antigas edificações para ampliar e diversificar negócios (Jornal A Notícia, 2011).



Figura 1: “obras na Visconde de Taunay, em Joinville, começam nesta terça-feira” (Jornal Zero Hora, 2012).

Em 2006, a municipalidade planejou uma série de ações para melhoramento do local, tais como recapeamento asfáltico, mudanças de meio-fio, alterações de pontos de estacionamento, aperfeiçoamento da sinalização e iluminação. Como contrapartida, os proprietários dos estabelecimentos ficaram responsáveis pela padronização das calçadas (Prefeitura, 2012). Desde então, ainda que as ações anunciadas não tenham primado pela rapidez de execução, à noite e aos finais de semana, o local é frequentado por um público, sobretudo juvenil, inserido e movendo uma rede variada de consumo e de consumidores, cujas opções recaem não apenas sobre os cardápios gastronômicos dos restaurantes ali localizados e anúncios de shows e baladas, mas sobre edificações que parecem agregar valor ao serviço e às mercadorias oferecidas.



Figura 2: “barracas foram montadas na Visconde de Taunay: 2º Stammtisch de Joinville”. Evento de rua realizado em 23 de outubro de 2010 com o apoio dos proprietários de estabelecimentos comerciais localizados na Via Gastronômica de Joinville. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&action=galeriaPlayer&groupid=468&galeriaid=29271§ion=Fotos>>. Acesso: 20 ago. 2012.

O aglomerado de bares e de restaurantes procuram expor e espetacularizar tradições inventadas que aludem etnicidades, hábitos e preferências de consumo ancoradas em passados urbanos igualmente inventados.

A Choperia Biergarten pode ser considerada um exemplo dessa espetacularização. Foi inaugurada por um empresário de Blumenau. Mesmo assim, é veiculada como a “choperia oficial de Joinville”, lugar “tradicional”, buscando agregar valor econômico ao negócio a partir do passado urbano imigrantista (alemão).



Figura 3: “Biergarten: choperia oficial de Joinville”. Disponível em: <<http://www.biergarten.com.br/>>. Acesso: 20 ago. 2012.

A revitalização da rua Visconde de Taunay vem motivando a franca expansão do ramo de gastronomia, entretenimento e de hospitalidade em outras áreas da região central de Joinville. Segundo o que informa uma reportagem (Revista Dohler, 2012), “estabelecimentos antigos acabam se adaptando e produzindo um mix de tradição e modernidade. É o caso do Botequim da Frau”. Situado no entorno da Via Gastronômica, o local é definido como um exemplo remanescente “de uma Joinville tipicamente alemã”. Lá, em 1949, funcionava uma sorveteira. A partir de 1958 “virou clube de tiro” e logo após botequim. O negócio (e a edificação), desde julho de 2006, é dirigido por quatro migrantes, dois deles paulistas. Sugerem os atuais proprietários que, “ao manter a tradição, com um toque de modernidade e requinte”, o Botequim da Frau deslocou o eixo e diversificou a oferta de consumo da tradição. Na mesma reportagem, outro lugar da cidade mereceria ser revitalizado e transformado como oportunidade para novos empreendimentos: o Mercado Público. Assim, a lógica dos negócios parece buscar integrar a demanda proveniente de jovens ou famílias com poder de consumo e presumidos, anseios e desejos de tradição, memória e patrimônio.

Ao que tudo indica, o quadro apresentado seria, pois, bastante semelhante ao de várias cidades contemporâneas. Para a já citada arquiteta e urbanista Fernanda Sánchez (2007, p. 30), “guardadas as diferenças e matizes entre os variados projetos pode-se arriscar a afirmar que os lugares públicos criados não passam de cenários para uma sociabilidade fictícia que, por sua vez, produzem uma estetização das relações sociais”.

Entretanto, sem minimizar a dimensão econômica e de mercado, bem como o poder de empresários e de gestores políticos, a crítica de que “os lugares públicos criados pela lógica do capitalismo global não passam de cenários para uma vida social fictícia”, necessita ser aprofundada. Isso porque outros sujeitos sociais, praticantes cotidianos da cidade, não podem ser tomados como elementos isolados desses processos. Tampouco se podem desconsiderar os sentidos históricos e memorialísticos dos lugares.

A rua Visconde de Taunay foi, em 1851, uma das três primeiras picadas abertas para demarcação de lotes destinados ao estabelecimento de imigrantes europeus na então Colônia Dona Francisca. No início da colonização era conhecida como “Rua Alemã” (*Deutsche Strasse* ou *Deutsche Pikade*) em função do grande número de imigrantes alemães que nela habitavam, e posteriormente, na primeira metade do século XX, foi denominada Rua Comandante Saturnino Mendonça (Herkenhoff, 1987; Ficker, 2008). A “Rua Alemã” compreendia as atuais ruas Visconde de Taunay e Ottokar Doerffel e foi um dos “eixos primários de formação da cidade e contribuiu diretamente para a ocupação dos bairros Atiradores, São Marcos e Nova Brasília”⁵. Assim, para além de se constituir como um local residencial, no decorrer dos anos, algumas fábricas e estabelecimentos comerciais foram delineando novas feições e agregando diferentes funções a rua.



Figura 4: vista parcial da cidade de Joinville, aparecendo em primeiro plano a rua Visconde de Taunay. Acervo: Arquivo Histórico de Joinville.

⁵ Informações extraídas do Levantamento Histórico para a Comissão do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Município de Joinville — COMPHAAN, referente ao imóvel situado na Rua Visconde de Taunay, 185, elaborada pela Fundação Cultural de Joinville - FCJ. Coordenação de Patrimônio Cultural - CPC. Joinville, 2011.

Atualmente a rua Visconde de Taunay, de acordo com Levantamento Histórico para a Comissão do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Município de Joinville (COMPHAAN), realizado pela Coordenação de Patrimônio Cultural (CPC), tem um prédio tombado pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC), um imóvel tombado pela Fundação Cultural de Joinville (FCJ) e há quatorze imóveis cadastrados como Unidades de Interesse de Preservação (UIPs).

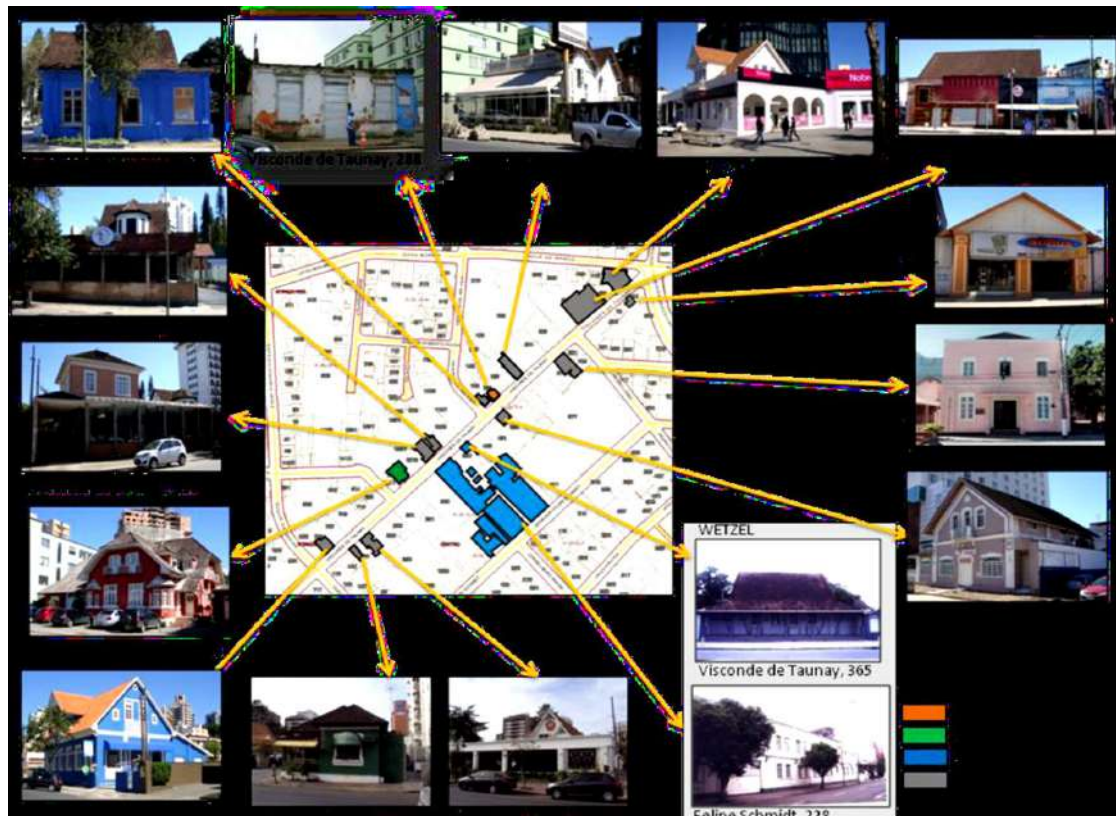


Figura 5: aerofotogramétrico, elaborado pela CPC/FCJ, que identifica os imóveis tombados e as Unidades de Interesse de Preservação do eixo demarcado. Fonte: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE. Coordenação de Patrimônio Cultural. **Levantamento Histórico para a Comissão do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Município de Joinville, referente ao imóvel situado na Rua Visconde de Taunay, 185.** Joinville, 2011.

Ainda que ao buscarmos delinear um histórico da rua deparássemos com lacunas resultantes da pouca documentação existente, nas lembranças de alguns moradores é possível vislumbrar os sentidos que lhes são atribuídos para a história da cidade. Uma história embasada na positividade da e sobre a imigração e colonização européia de Joinville. Assim, em algumas reminiscências, a rua é lembrada de forma nostálgica, forma essa acionada por sentimentos de perda diante da demolição ou do estado de abandono de antigos prédios. Isso se tornou, no contexto da investigação, um indício sobre desejos sociais de presentificação (e de valorização) do passado e de visibilidade a

uma suposta identidade joinvilense. Contudo, isso não pode nos levar a afirmar que a memória social ancorada a partir desse lugar, foi tomada como justificativa para sua transformação em via gastronômica.

Nesse âmbito, apoiamo-nos na contribuição de estudos realizados pelo antropólogo José Guilherme Cantor Magnani (2002) ao discutir, as abordagens sobre as faces e as consequências do processo de urbanização nas grandes metrópoles. Magnani propõe alternativas à apreciação das dinâmicas urbanas considerando os “sistemas de trocas de outra escala” protagonizados por migrantes, visitantes ocasionais, moradores fixos ou temporários, trabalhadores, ambulantes e de grupos articulados em função de suas opções étnicas, religiosas, sexuais, políticas etc. Para ele, as múltiplas e diferenciadas vivências dos sujeitos, assinadas por suas próprias práticas culturais, devem ser articuladas à análise dos processos de requalificação do espaço urbano. Assim, as “novas centralidades” deveriam ser consideradas não apenas em suas tentativas de integração ao denominado *city marketing*, mas também porque oferecem oportunidades de trabalho, concentram serviços, podendo, inclusive inspirar novos comportamentos, estilos de vida ou vínculos de pertencimento à cidade. Como “pontos de referência para a prática de determinadas atividades”, as manchas – categoria que prefere em lugar de “novas centralidades” – são áreas contíguas providas de equipamentos que tem uma função predominante. Contudo, são também lugares de encontros e de sociabilidades não previsíveis (Magnani, 2002, p. 23).

Na mesma direção de Magnani, cremos que o estudo sobre as “novas centralidades” também requer a consideração de que esses lugares são resultantes tanto de estratégias como de táticas. Em outras palavras, isso significa que em quaisquer áreas instituídas pelo poder dominante, a vida cotidiana manifesta-se e traz consigo perturbações impertinentes. De acordo com Certeau (1994, p. 39) flagrar tais perturbações implica conceber que:

a uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde *outra* produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante.

É dessa perspectiva que a reflexão de Rogério Proença Leite (2007, p. 83) sobre espaços enobrecidos nas cidades contemporâneas ganha também importância. Segundo

o autor, “as assimetrias do poder nos espaços enobrecidos constroem, mas não aniquilam as deambulações daqueles homens ordinários que taticamente demarcam suas práticas sociais no espaço vernacular”. É disso que podemos problematizar o sentido público e a dimensão política desses lugares e, ao mesmo tempo, contrapormo-nos à afirmação de Fernanda Sánchez de que “não passam de cenários para uma sociabilidade fictícia”. Isso leva-nos a considerar que o desafio à crítica frente às práticas e representações que operam na construção da cidade-mercadoria, deve enfrentar a dimensão da vida cotidiana, cujos desdobramentos escapam das instâncias e instituições políticas formais, bem como de algumas análises acadêmicas.

É isso que pode ser depreendido de uma recente contenda envolvendo o poder público, comerciantes e moradores da Via Gastronômica de Joinville. Explicamos melhor: ocorre que, na tarde de 02 de maio de 2012, um grupo de moradores procurou a Comissão de Participação Popular e Cidadania da Câmara de Vereadores de Joinville no intuito de discutir “os excessos que são praticados por determinados estabelecimentos comerciais e freqüentadores” da Via Gastronômica. Da lista de insatisfações os moradores destacavam “o barulho produzido por algazarras e o som alto das casas noturnas” que acabaram com o antigo “sossego dos moradores”. Renato Mussomed, um dos mais indignados, reclamava que, durante a noite, ocorriam constantes “disparos de alarmes dos veículos” e que estavam sendo realizadas “grandes festas com som alto em casas sem revestimento acústico adequado” (Ramos, 2012). Parte de suas insatisfações também advinha da postura adotada pelo poder público no tratamento de perturbações que já molestavam os moradores há quase uma década. Disse ele,

mesmo com tantos problemas a Moon [casa noturna], o Zoon e o Mango [dois bares bastante populares da Via Gastronômica] tiveram os alvarás liberados pela FUNDEMA (Fundação Municipal do Meio Ambiente) para seus funcionamentos. Estamos há sete anos pedindo uma solução para que possamos dormir (Ramos, 2012).

Para outros habitantes, viver na Via Gastronômica se tornava cada vez mais desesperador, uma vez que tanto os órgãos de fiscalização da ordem pública quanto os proprietários de estabelecimentos comerciais estavam “conscientes dos problemas e nada fazem para amenizar o constrangimento provocado e que tem gerado tantas reclamações”. Tal atitude parecia causar repulsa à moradora Suzana Henning; a qual esbravejava que todos estavam “cansados de receber como resposta por parte dos órgãos fiscalizadores que as casas possuem alvará”. Para ela, mesmo diante da complexidade

que a contenda explicitava, a situação era simples: “causar poluição sonora é crime” (Ramos, 2012).

O poder público, por sua vez, defendia-se das acusações de inoperância argumentando que os estabelecimentos que supostamente causavam o desconforto dos moradores agiam dentro da legalidade. A responsável pela área de fiscalização da FUNDEMA, Maria Salete Soares, lembrava a todos os parlamentares integrantes da aludida comissão que “as casas noturnas Moon, Zoon e Mango foram fiscalizadas pela instituição e apresentaram documentação legal” e que não havia muito a fazer já que era realizada “fiscalização semanal” nos horários de maiores incidentes, das “20h às 4h da madrugada” (Ramos, 2012).

Ainda nessa mesma direção, rebatendo as críticas dos habitantes da Via Gastronômica de que, todos os dias, “vários motoristas embriagados” saíam de diversas “casas noturnas” e dirigiam livremente “seus veículos sem que haja fiscalização”, o tenente coronel Eduardo Valles, do 8º Batalhão de Polícia Militar, destacava que eram “atendidas cerca de 250 ocorrências mensais de perturbação da ordem” e que isso gerava um problema enorme, uma vez que os obrigava a PM abandonar seu verdadeiro “foco é prender bandidos”. E esclarecia aos moradores: “se o problema é de falta de estrutura dessas casas noturnas cabe ao executivo adotar providências” (Ramos, 2012).

Moradores, Câmara Municipal de Vereadores, Polícia Militar, Fundação Municipal de Meio Ambiente. Esses são apenas alguns entre os numerosos personagens que habitam, constroem, praticam e cotidianamente inventam a Via Gastronômica de Joinville. Nas dobras desse processo, de um lado, parece ganhar cada vez mais força certa retórica patrimonializante segundo a qual a requalificação de espaços históricos é a melhor maneira de assegurar a continuidade da memória social, de garantir que os bens que evocam o passado do município sejam usados de modo a promover a geração de emprego e renda⁶, de outro, é inegável que também há projetos de cidade que se esquivam, negam ou se contrapõem a qualquer lógica de preservação do patrimônio. No vórtice de projetos requalificadores como o da Via Gastronômica o que parece estar em jogo são discursos que selecionam, se apropriam e até mesmo expropriam práticas, representações, direitos e deveres de cidade. Ou seja, narrativas sobre dinâmicas urbanas movediças que ao se cruzarem, se enfrentarem e disputarem poder; narrativas

⁶ Preceitos enunciados e defendidos em documentos como o que criou o Sistema Nacional de Cultura de Joinville (Lei n. 6. 705, de 11 de junho de 2010) e o Plano Municipal de Cultura de Joinville (Lei Ordinária n. 25/2012, de 03 de julho de 2012).

que cindem a cidade embasada pela premissa de que é necessário refazê-la para atender às novas demandas da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FICKER, Carlos. **História de Joinville: crônicas da Colônia Dona Francisca**. 3 ed. Joinville: Letrágua, 2008.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminhão...** Joinville: Fundação Cultura, 1987.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora da Unicamp; Aracajú: Editora UFS, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, USP, v. 15, n. 1, p. 81-95, abr. 2003.

MUITO além da Via Gastronômica. **Revista Dohler**, n. 19. Disponível em: <<http://www.dohler.com.br/revistadohler19/lazer.htm>>. Acesso: 20 ago. 2012.

OBRAS na Visconde de Taunay, em Joinville, começam nesta terça-feira. **Jornal Zero Hora**, 30 jun. 2008. Disponível em:

<<http://www.clicrbs.com.br/eleicoes2008/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&action=noticias&id=2010719§ion=Not%EDcias>>. Acesso: 20 ago. 2012.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, abr. 1997.

PREFEITURA de Joinville vai apoiar Via Gastronômica. Disponível em: <<http://www.belasantacatarina.com.br/variedades.asp?id=1703>>. Acesso: 20 ago. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. IPPUJ. **Joinville, cidade em dados**. Joinville, 2009.

RAMOS, Eliane. Excessos na Via Gastronômica. **CVJ Notícias**, Joinville, 02 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.cvj.sc.gov.br/component/content/article/47-noticias/1269-excessos-na-via-gastronomica->>. Acesso: 20 ago. 2012.

REVITALIZAÇÃO atrai mais investimentos para a Via Gastronômica em Joinville: Só neste ano, são três empreendimentos novos na Rua Visconde de Taunay. **Jornal A Notícia**, Joinville, 23 jun. 2011.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 16, p. 31-49, jun. 2001.

_____. Cultura e Renovação Urbana: a cidade-mercadoria no espaço global. In: LIMA, Evelyn F. W; MALEQUE, Míria R. **Espaço e Cidade: conceitos e leituras**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, abr. 1997.

TEMPO E MEMÓRIA, TRADIÇÃO E CRIAÇÃO

Sonia Cavallini de Sá Freire Moreira Maia

Mestranda do PPGMS – UNIRIO

Orientanda de Jô Gondar

soniacmmaia@gmail.com

Fernanda da Rocha Marques Nunes

Mestranda do PPGMS – UNIRIO

Orientanda de Anna Hartmann

fernanda.marquesnunes@gmail.com

Apresentação:

Um dos grandes problemas ligados à preservação do patrimônio e da memória social é a ideia de que o tempo e as transformações por ele trazidas são capazes de desfazer aquilo que pudemos construir no passado. Esta ideia aparece como um problema porque nos obriga a encarar o tempo e o surgimento do novo como inimigos da memória: acredita-se assim que o patrimônio deveria ser preservado da mudança e toda irrupção do novo deveria ser vista, pelos profissionais que trabalham com a memória, como força à qual se deveria resistir. A perspectiva deste trabalho é outra. A ideia é recortar do pensamento do filósofo Walter Benjamin (1892-1940) e do psicanalista Sandór Ferenczi (1873-1933) uma possibilidade de pensar a memória social e o patrimônio de forma a valorizar as articulações entre a tradição e sua transformação. Veremos que nesses dois autores a irrupção do novo enquanto catástrofe permite que o antigo seja sempre relançado, tornando-o vivo e significativo para as novas gerações. Para entender essa perspectiva se faz pertinente à apreensão, tanto em Benjamin quanto em Ferenczi, do conceito de trauma – entendido como irrupção do novo – bem como a solidariedade que ambos conferem à ideia de destruição e criação.

Desenvolvimento:

Walter Benjamin é considerado um profundo teórico da memória e pensador de questões éticas, apesar de não ser um filósofo da ética no sentido tradicional. A partir dos meados do século XX está se construindo uma nova ética e estética da memória e da historiografia. As representações do passado, a partir de grandes cortes históricos - como a primeira e segunda guerra mundial - passam a ser modeladas. As guerras e outros conflitos radicais que marcaram este século abalaram a concepção linear do decorrer histórico.

Em seu último texto, *Sobre o conceito de História (1940)*, considerado uma síntese de seu pensamento, Benjamin expõe sua crítica ao historicismo progressista que privilegia a história dos vencedores. Contra uma leitura da história universal, pautada numa concepção de tempo homogêneo e vazio, cronológico e linear, o autor propõe outra forma de fazer história, uma espécie de anti-história, a história dos vencidos, aquela que não está nos livros e por isso exige um trabalho da memória.

Ele inverte a direção da historiografia cientificista moderna, pois, enquanto a última pensa na salvação das gerações futuras, Benjamin volta seu olhar retrospectivo para as gerações passadas, com a finalidade de atender os apelos, os ecos das vozes daqueles que foram vencidos pela história, pela barbárie, na qual se impõe a cultura ou a tradição triunfante, que resulta a historiografia dos vencedores.

Benjamin preocupa-se com uma apreensão do tempo histórico em termos de intensidade e não de cronologia. Caberá ao historiador materialista não descrever o passado como ele de fato ocorreu, mas aflorar as esperanças não realizadas desse passado e inscrever, no presente, seu apelo por um futuro diferente. A rememoração do passado em Benjamin serve para desmistificar a visão da história como *continuum*, visão resultante da falsa ideia de progresso linear.

Benjamin encara a memória como redenção e o passado, ao invés de ser nostálgico, é fonte de libertação. O tempo, ao contrário da concepção historicista, passa a ter, com o trabalho da rememoração, uma dimensão entrecruzada e produtiva.

A ética da memória de Benjamin implicaria um duplo ato: por um lado, a destruição da falsa ordem das coisas e por outro, a construção de um novo espaço mnemônico.

À luz da memória social, poderíamos considerar a ética de Benjamin como aquela que articula passado, presente e futuro de modo processual. Considerar a memória como processo significa encarar o tempo como *devir*, ou seja, encará-lo como permanente alteração do que é, puro processo, onde encontramos não apenas uma forma, uma imagem ou uma representação possível, mas sim, um movimento, um campo de forças em tensão permanente, lutando para se afirmar. E, além de abarcar os confrontos e as lutas, a dimensão processual da memória abarca também a *criação*.

A memória tida como processo escapa à ideia do modelo entrópico do tempo. Nesta concepção entrópica, o tempo deixa de ser positivado em sua dimensão de mudança e alteridade e passa a ser visto como um tempo que caminha na direção do homogêneo, do idêntico. Aqui, a memória e patrimônio são vistos como herança acabada, marcas de um passado que deve ser perpetuado no tempo; e o esquecimento, sinônimo de perda, fenômeno natural, processo espontâneo causado pela passagem do tempo. Caberia ao tempo a missão de esquecer. Esta concepção de naturalização do esquecimento encobre o devir histórico e criador do fazer social. A teoria benjaminiana desnaturaliza o *lembrar* e o *esquecer* implicando-os socialmente.

Para recortarmos do pensamento do filósofo Walter Benjamin uma possibilidade de pensar a memória social e o patrimônio de forma a valorizar as articulações entre a tradição e sua transformação, faremos inicialmente uma breve digressão acerca de seu posicionamento sobre *experiência* e *narração* a partir do texto ‘*O Narrador*’ de 1936. Depois então, tomando seu ensaio de 1933 ‘*Experiência e Pobreza*’, procuraremos colocar o que no autor nos parece apontar para o foco deste trabalho, a saber, o fato de que através e até mesmo pela irrupção do novo enquanto catástrofe há a manutenção e significação do antigo tornando-o vivo para as novas gerações.

A experiência (*Erfahrung*) guarda estreita relação com a sabedoria e com a tradição. Para Benjamin a sabedoria seria o conselho tecido na existência, na substância viva da existência. Sábio é o indivíduo que não só acolhe a experiência viva da tradição

como também a transmite chegando pacientemente até a ‘substância viva’ na qual a sabedoria se materializa.

Benjamin reconsidera na modernidade alguns gêneros literários como formas de compreender a experiência dos antepassados. Em *O Narrador* ele investiga os fatos sócio-culturais que teriam ocasionado o enfraquecimento da narração e que conseqüentemente acentuariam o declínio da experiência (*Erfahrung*) na era moderna. Este declínio é decorrente da perda do sentido da sabedoria ancestral e é um dos fatores que o autor coloca como responsável pelo processo de degradação da experiência, ou seja, a crescente desvalorização da tradição e dessubstancialização do tempo e da história.

A degradação da experiência acontece por força do avanço do capitalismo e traz consigo os gêneros narrativos ‘romance’ e ‘informação jornalística’. Esse avanço consiste para Benjamin num ‘golpe’ que a vida moderna exerce sobre a tradição. Seria um ‘trauma’ que irrompe, novo, e embora contendo em si algo de catastrófico, pode, a partir mesmo do esfacelamento que causou provocar a criação.

Em seu artigo *Experiência e Pobreza* Benjamin assinala que a experiência está em baixa correndo, junto com a narração, o risco de extinção. Isso se deve fundamentalmente a escassez de experiências coletivas comunicáveis, dotadas de sentido, levando ao apagamento da tradição na modernidade. Ele nos diz que a perda da capacidade de transmitir experiências seria o sintoma do declínio da experiência ‘genuína’- o indivíduo moderno é ‘pobre’ de experiências por nada viver de verdadeiramente genuíno.

Falando dos combatentes, Benjamin nos mostra que voltam em silêncio das batalhas, mais pobres de experiências comunicáveis, por conta de se terem visto frente a experiências ‘desmoralizantes’- a experiência estratégica pelas guerras de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome e a experiência moral pelos governantes. Os ‘frágeis’ corpos humanos se viram imersos num campo de forças destruidoras quando comparadas às suas idas e vindas da escola em bondes puxados a cavalos.

No campo de batalha resta ao homem a experiência de vivências, ‘choques’, sem valor de transmissibilidade, levando a humanidade como um todo a sucumbir em favor

do que denomina ‘nova barbárie’. A realidade do sofrimento não se dobra à linguagem de forma a trazer experiências comunicáveis e, uma história que não pode ser narrada, que não é passível de ser comunicada, de nada serve ficando sem sentido. A guerra de trincheiras reduz os corpos humanos a massas sem forma, impossibilitando àqueles que retornam dizer algo do acontecido tamanha catástrofe vivenciada. Benjamin afirma o ‘silêncio’ e a ‘pobreza’ de experiências partilháveis desses combatentes.

Ao colocar a fragilidade humana frente às explosões destruidoras da guerra, o autor situa a técnica como decorrência do desenvolvimento capitalista. Remete-nos a pensar no modo de vida das sociedades artesanais, pré-industriais, às quais contrapõe a sociedade capitalista. Aquelas mantinham o vínculo com a tradição.

Ao tratar das formas possíveis de escrita da história Benjamin nos aponta a narração, o romance e a informação jornalística como portadoras de diferentes modos de apreensão de seus conteúdos. Para ele a narrativa é o gênero literário que porta o poder revelador e redentor da memória tanto para o conhecimento da história quanto para a produção de ‘experiências’.

Por narração o autor entende uma arte e uma faculdade, ambas desaparecendo na modernidade. A experiência contida na narração não estaria disponível na época moderna, pois esta possui um espírito veloz e fugaz não contemplando a tradição e assim não levando a qualquer experiência ‘genuína’. As experiências da modernidade são ‘vivências’ (*Erlebnis*)- seriam o que restou ao homem após a aniquilação do espaço para experiências compartilháveis. O indivíduo, alienado da sua condição de sujeito, torna-se um solitário em meio ao mundo criado pelo capitalismo.

A ‘matéria prima’ da narração, ao contrário, é a própria vida humana, associada à sabedoria e inimiga da pressa e do imediatismo próprios da vivência. A lentidão ligada ao trabalho artesanal é a matéria-prima da experiência genuína cujo rápido ritmo da modernidade apaga. A narração comporta, neste sentido, os elementos da tradição que não se dão ao homem moderno em vista deste conduzir sua vida num tempo mecânico.

A narração como meio pelo qual a experiência da tradição se transmite, dá-se em grande parte através da oralidade. Com o gradual desaparecimento desta forma de comunicação, extingue-se também a figura do narrador como sujeito que dá acesso aos conteúdos da tradição. As histórias do narrador tradicional levam a uma prática comum;

suas falas não apenas são ouvidas ou lidas, mas sim escutadas e seguidas na forma de ‘conselhos’, acarretando uma ‘formação’ de valores para os indivíduos de uma coletividade.

A oralidade seria um dos aspectos fundamentais da narração. Benjamin aponta em *O Narrador* que entre as narrativas escritas as melhores são as mais próximas das histórias orais relatadas por narradores anônimos. De acordo com o autor a narração remonta à poesia épica e aos contos de fadas, dizendo respeito necessariamente à tradição oral, às histórias contadas de pais para filhos, à memória dos ancestrais e á histórias de indivíduos que tiveram em suas comunidades forte papel simbólico.

Para o autor o narrador é identificado a partir do tipo de experiências que transmite, isto é, como aquele que diz das tradições de determinada comunidade ou como aquele que conta de algo longínquo. A estes modos de experiência Benjamin corresponde dois tipos fundamentais que se conjugam: o camponês sedentário e o marinheiro comerciante. O que os diferencia é a proveniência de seus conhecimentos, ou seja, a dimensão sobre a qual suas experiências são cultivadas- a do camponês sobre o tempo e a do marinheiro sobre o espaço.

O camponês sedentário sabe como ninguém o tempo de seu lugar. Por nunca ter saído de sua terra, pôde cultivar a memória dos que o antecederam mantendo assim o passado no presente. O marinheiro comerciante, por sua vez, é um nômade por excelência e tem seu conhecimento pela multiplicidade de mundos a que teve acesso. Ambos os tipos se complementam: o marinheiro tem no olhar a amplitude que o camponês não tem e este a profundidade que falta ao viajante.

Benjamin aponta em *O Narrador* a noção da palavra *Erfahrung*. Vem do radical ‘fahr’, usado no alemão antigo no sentido literal de ‘percorrer’, ‘atravessar uma região durante uma viagem’. O autor deixa clara essa noção quando afirma que o conhecimento vindo de longe tanto pode ser relativo a espacialidade quanto a temporalidade. E é este conhecimento espaço-temporal que dá ao narrador a autoridade que lhe é característica.

Além disso, toda narração traz uma ‘moral da história’ que resulta numa sugestão prática. Desta forma é conferida à narração uma dimensão utilitária e ao narrador uma função. Benjamin nos ensina que a utilidade da narrativa pode ser um

ensinamento moral, uma sugestão prática, um provérbio ou uma norma de vida; em todos os casos o narrador é sempre um homem que sabe dar conselhos procurando incorporar ao que conta um sentido a fim de extrair do tecido narrado um saber prático e afetivo. O narrador é um ‘bom conselheiro’.

Obedecendo ao princípio do ‘testemunho’, o narrador não traz relatos lógicos; em sua fala sempre há algo de ‘fantástico e misterioso’ que carrega consigo sua marca, tal as mãos do oleiro ficam impressas na argila na qual trabalha. Segundo o autor, ele toma de sua própria experiência o que conta ou da relatada por outras pessoas e soma seu relato à experiência de seu ouvinte. Notamos que trata-se da própria tradição como um todo, uma ‘experiência inteira’.

Segundo Jeanne Marie Gagnebin em ‘*Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História*’, tempo e linguagem se co-pertencem em Benjamin; a narrativa, ao restaurar o passado, atualiza o presente e presentifica a ausência do tempo. A função principal do narrador seria restaurar, atualizar e transmitir a experiência presente *da* e *na* tradição conduzindo o ouvinte a um saber objetivo sobre o relatado. Cabe a ele deixar a ‘história em aberto’, com isso potencializando qualquer possibilidade de reconstrução do que foi perdido, esquecido ou destruído; sua sabedoria implica no conhecimento histórico da formação de si e do coletivo, das práticas, ritos e valores compartilhados e passados pela tradição de geração em geração.

Para Gagnebin é neste contexto que a experiência (*Erfahrung*) pode surgir, uma vez que ela não leva o indivíduo a uma existência solitária, mas sim comunitária. É sobre esse sentido que se apoia a noção de trabalho e de práticas sociais- o modo de produção da experiência consiste na própria tradição.

Benjamin nos mostra que a narrativa floresceu no meio artesão, ela própria é uma forma artesanal de comunicação onde a coisa narrada ‘mergulha’ na vida do narrador para depois ser dele retirada conservando suas marcas. O tempo do artesão não é o mesmo do homem moderno. O autor nos aponta o ‘tédio’ como um estado de ânimo que existe no trabalho artesanal e é propício para a apreensão da narração; compara o sono com o tédio - o primeiro seria o ponto mais alto da distensão física e o segundo da distensão psíquica. O tédio para Benjamin é o ‘pássaro de sonho que choca os ovos da experiência’ e comenta que as atividades a ele relacionadas estão extintas na cidade e

em vias de extinção no campo, o que promove o desaparecimento do dom de ouvir bem como da comunidade dos ouvintes.

O tédio é o espaço onde a narrativa pode frutificar – é o espaço da memória, espaço aberto no que diz respeito ao tempo, negando-o para tê-lo presente. É no tédio, onde há a abstração do tempo presente, que a narrativa vai se instalar constituindo a verdadeira experiência.

Procuraremos agora, através de apontamentos sobre o texto benjaminiano ‘*Experiência e Pobreza*’ de 1933, apontar o que o autor coloca como saída para a manutenção da tradição, apesar do advento do novo enquanto catástrofe.

Nesse texto, como já mencionado, Benjamin nos traz questões acerca da transmissibilidade da experiência no seu sentido de *Erfahrung*, isto é, que traga consigo a tradição. Inicia seu relato com a parábola de um ancião no momento da morte. Ele revela a seus filhos a existência de um tesouro que estaria enterrado em seus vinhedos. Após a sua morte os filhos correm a cavar para encontra-lo, porém nada descobrem, não havia tesouro algum. Com o passar do tempo, no outono, as vinhas tem uma produção jamais vista até então e este fato revela o que o velho transmitira - o tesouro era na verdade uma ‘certa’ experiência, a saber, que a felicidade não se encontra no ouro e sim no trabalho. A seguir Benjamin reflete acerca de como nos foram transmitidas experiências como esta; seja de modo suave ou ameaçador, a autoridade que a velhice porta trazia aos jovens esse tipo de sabedoria, que vinha por provérbios, por histórias ou por narrativas de países distantes que eram contadas a pais e netos no calor de uma lareira. E se questiona acerca do que foi feito disso, da possibilidade de haver pessoas que saibam contar histórias como se deve, de que moribundos hoje dizem palavras que se transmitam através das gerações.

A seguir nos aponta que as ‘ações da experiência’ estão em baixa apesar da terrível experiência histórica vivida entre 1914 e 1918, a guerra. Não estranhando o fato, diz que os combatentes voltam em silêncio do campo de batalha pobres em experiências comunicáveis, e não ricos. As experiências radicalmente desmoralizantes pelas quais passaram os colocam abandonados num cenário estranho e muito diferente de tudo exceto pelas nuvens que os cobrem. Benjamin comenta que as explosões destruidoras arrasam os corpos humanos pela sua fragilidade e pequenez ante o horror.

Fala-nos de uma ‘nova forma de miséria’ surgida com o desenvolvimento monstruoso da técnica cujo reverso se traduz com a renovação da astrologia, da ioga, da *Christian Science*, da quiromancia, vegetarianismo, gnose, escolástica e espiritualismo; na verdade trata-se de uma galvanização não de uma renovação que vem sobrepor-se ao homem.

O autor toma os quadros de Ensor para refletir sobre a pobreza de experiências colocando que nosso patrimônio cultural perde seu valor pois a experiência não mais o vincula a nós. Aponta que o fato de confessar nossa pobreza é atualmente uma ‘prova de honradez’ revelando o lado que estamos.

Benjamin coloca-nos que é preferível confessar que essa pobreza de experiência é de toda a humanidade e não mais privada. E fala do surgimento de uma ‘nova barbárie’. Este seria um novo e positivo conceito de barbárie, pois o autor dá a esse ‘bárbaro’ uma importante missão: a de seguir em frente, começar novamente, contente com pouco, construir com pouco, criar a partir do quase nada e dos destroços sem olhar para os lados. Este posicionamento do autor vem sugerir aquilo que pretendemos colocar neste trabalho.

A pobreza de experiência vivida pelo ‘novo bárbaro’ parece mostrar que pela destruição da tradição comum e só por isso, pela catástrofe dela advinda, e ainda e apesar disso, pode-se *criar*. O olhar para o novo, resultado da catástrofe arrasadora, empurra para a criação e para a possibilidade de se haver, através *desse* novo, um olhar que ‘re-crie’ as peças do patrimônio humano abandonadas e empenhadas por centésimos de seu verdadeiro valor.

E esses ‘novos bárbaros’, operando numa tábula rasa como grandes criadores que existiram, seriam a possibilidade de sobrevivência da cultura por darem à pequena massa dos ‘poderosos’ um pouco de humanidade. Benjamin reitera que esta humanidade um dia talvez retribua a isso com juro e com os juro dos juro.

Tal como realizamos com o filósofo Walter Benjamin, procuraremos tomar do psicanalista Sandór Ferenczi aquilo que em sua obra aponta para questões acerca das possibilidades de criação apesar, e até mesmo por causa, de catástrofes ocorridas. Ele nos coloca o trauma como um fator estruturante de nosso psiquismo e como solo

propício para podermos viver com o desprazer e que, ao ‘criarmos’ novos modos de viver que o levem em conta, preservamos o ocorrido conservando assim a tradição.

Em sua obra, a partir do texto *‘Thalassa, ensaio sobre a teoria da genitalidade’* (1914), encontramos a teoria de origem lamarckiana das catástrofes, segundo a qual os seres vivos não tem uma tendência ‘natural’ à evolução, sendo levados a mudar impelidos por violentas modificações ocorridas no seu meio ambiente, às quais têm que responder transformando seu corpo e modo de viver.

Ferenczi propõe nesse texto uma íntima relação entre filogênese e ontogênese; a vida intra-uterina, o nascimento, a relação sexual e todas as etapas do desenvolvimento estariam reeditando as catástrofes da filogênese, e como consequência, as modificações que as mesmas provocam no corpo e comportamento da espécie ao longo da evolução. O autor refere-se aos traumas como estruturantes remetendo-os a uma cadeia filogenética pré-inscrita onde, para além de inevitáveis, seriam necessários.

As catástrofes, ao quebrarem um ritmo instalado, produzem desintração parcial das pulsões, uma *‘clivagem’* segundo Ferenczi. Como essa quebra não basta para levar a morte, dela mesma surge um novo estado de vida, que mesmo clivado reinicia retomando a unidade original e mantendo-a. A vitória da espécie na filogênese não garante a vitória de cada indivíduo na ontogênese e podemos assim dizer que a universalidade da experiência filogenética não desqualifica o peso da singularidade individual – cada um, por sua conta e risco, vive e cria suas possibilidades.

Tomemos o nascimento. Ferenczi o coloca como uma catástrofe que rompe com a unidade mãe-bebê inexoravelmente produzindo no psiquismo um efeito de excesso, traumático, que deixa uma estranheza com relação ao mundo externo como marca primordial criando um espaço vazio que constantemente buscará preenchimento, colocando assim nosso aparelho psíquico em funcionamento. Ferenczi indica essa clivagem provocada pelo nascimento como edificante para o psiquismo; a partir dela é que o sujeito, auxiliado por um adulto, vai aos poucos se introduzindo no universo humano.

Podemos ver que essa experiência, essa ‘catástrofe inicial’, implica numa destruição e numa reorganização com aquilo que restou do destruído, apontando para uma estruturação na medida em que leva o sujeito a relacionar-se com o outro

permitindo sua entrada na cultura. E mais: o autor toma a concepção do psiquismo humano como originado a partir de uma experiência monista. Tal como uma mônada, as sucessivas mudanças que nele ocorrem se fazem por graus, não alterando sua natureza originária. Assim, se algo muda algo sempre permanece. Desta forma podemos dizer que a ‘tradição’ é mantida.

Compreendemos a ideia de Ferenczi acerca da capacidade de criação a partir da destruição pela questão da afirmação do desprazer.

A ideia é que inicialmente funcionamos segundo o princípio do prazer. Este é um dos princípios que regem o funcionamento mental estabelecendo que a atividade psíquica, no seu conjunto, objetiva evitar o desprazer e proporcionar prazer. Na medida em que o desprazer estaria ligado a um aumento das excitações e o prazer à redução deste excesso, o princípio do prazer é tido como um princípio que rege a economia psíquica.

Com nossa ‘entrada’ catastrófica no mundo, este se dá a nós como invasivo e carregado de injunções que trazem consigo o desprazer. Nosso aparelho psíquico deve permitir que o ‘princípio de realidade’ se imponha de forma a articular nosso desejo com as possibilidades reais de nossa existência. A questão que se apresenta é: como se dá no ser humano a afirmação do desprazer, isto é, de que maneiras nosso psiquismo ‘aceita’ as injunções do mundo apesar de não nos levarem ao prazer?

Ferenczi tem uma brilhante formulação acerca deste fato no texto *‘O problema da afirmação do desprazer’* publicado em 1926. Nesse trabalho o autor aponta importantes conceitos acerca do desenvolvimento do sentido de realidade humano dos quais procuraremos nos aproximar com o intuito de entender seu propósito no que se refere às possibilidades de aceitação do trauma como motivo e até necessidade para ‘continuarmos existindo’.

No artigo *‘Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental’* (1911), Freud estuda como o psiquismo trata da aquisição do princípio da realidade. O autor inicia dizendo que em toda neurose há o propósito de alienar o paciente da realidade; os neuróticos dela se afastam por achá-la insuportável, por não ir ao encontro daquilo que seria prazeroso. A psicologia psicanalítica toma por base os processos mentais inconscientes colocando os processos mais antigos, os ‘primários’, ocupando

uma fase da vida onde eram únicos e tinham como propósito dominante o princípio do prazer. Sua atividade seria buscar o prazer e se afastar do desprazer – esta seria a raiz do recalçamento. Freud sugere que o estado de repouso psíquico é originalmente perturbado pelas necessidades internas e que tudo é apresentado de maneira alucinatória.

Quando a ausência da satisfação esperada acontece, surge o desapontamento e a necessidade do aparelho psíquico abandonar a tentativa alucinatória de satisfação decidindo obrigatoriamente a conceber a realidade externa e nela empenhar-se na realização de uma ‘real’ alteração. Estabelecemos assim o princípio da realidade, que Freud coloca como um ‘passo momentoso’ em nosso desenvolvimento. Este princípio merece ser visto como “a” possibilidade da introjeção das experiências catastróficas como constitutivas em nossa existência.

Com a crescente imposição ao sujeito da realidade externa, a importância dos órgãos sensoriais e da consciência cresce em significação. A consciência ‘aprende’ a alargar-se pelas qualidades sensórias aliadas às de prazer/desprazer. Desta forma institui-se a atenção, importante função consciente que vai ao encontro das qualidades sensórias a meio caminho em vez de espera-las aparecer. E concomitantemente se institui um sistema de ‘notação’ com a tarefa de registrar os resultados da atenção – é uma parte de nossa memória. E no lugar do recalçamento acontece outra função que permite a chegada à consciência de conteúdos a ela indesejáveis. É a ‘negação’. É se apropriando deste conceito que Ferenczi inicia seu estudo acerca da afirmação do desprazer em seu texto de 1926.

Comentando Freud, Ferenczi nos mostra que o ato psicológico da negação da realidade é a fase situada entre a ignorância e o reconhecimento do mundo externo que se apresenta hostil ao ego. Pela negação os conteúdos da realidade vão até a consciência ‘apesar de desprazerosos’. O autor diz que pelo negativismo ainda vemos a ação do recalque que apontava para a total ignorância do desprazer. O que ocorre é que uma vez que a alucinação não tem mais êxito completo devido às imposições da realidade sobre nós, o desprazer não pode mais ser ignorado e converte-se num conteúdo perceptivo sob a forma de negação.

Os conceitos de introjeção e projeção de Ferenczi podem ajudar no entendimento da aquisição pelo aparelho psíquico do princípio do desprazer.

Quando formula o conceito de introjeção em 1909, Ferenczi procura entender como se dá o processo de estruturação do psiquismo. Conclui que ele se faz pela apropriação das ‘marcas’ que se fizeram através da relação do bebê com o meio ambiente no começo da vida. Ferenczi tem muita empatia com o psiquismo infantil e realiza sua produção sempre a partir dele. Aquelas ‘marcas’ são deixadas pelas impressões sensíveis trazidas pelos estímulos externos.

Ferenczi coloca o processo introjetivo como vindo da tendência psíquica a realizar deslocamentos dos investimentos pulsionais. Esses investimentos não acontecem por acaso pois dependem das experiências causadas pelas impressões externas que vão aos poucos estabelecendo o diferencial prazer/desprazer. Desta forma nosso psiquismo vai dando respostas às sensações da escala prazer/desprazer e definindo as qualidades que vetorizam seus investimentos.

Em ‘*O conceito de introjeção*’(1909) Ferenczi enfatiza que a introjeção seria como uma extensão ao mundo do interesse, originalmente auto-erótico, pela *introdução* dos objetos exteriores ao ego; insiste na ‘introdução’ para enfatizar que considera todo amor objetal uma extensão do ego ou uma *introjeção*.

Esse interesse do ego é estendido ao mundo e vai dando a este último, *qualidades*; vemos que algo externo ao eu é dotado da qualidade de ser investido, ocupado enquanto lugar psíquico. É esta qualidade externa que é introjetada e constitui as primeiras introjeções psíquicas, base das identificações. Elas formarão o eu-ideal freudiano.

Ferenczi pensa que nosso psiquismo percebe o mundo de forma *monista*. Este ponto de vista não é ingênuo. Aproximando-nos da teoria monadológica de Leibniz, vemos que esta marcou fortemente o pensamento do autor. Em ‘*A dobra, Leibniz e o barroco*’ de Deleuze encontramos apontamentos acerca da definição de mônada. Ela pode ser vista como uma substância simples, sem partes, mas dotada de uma série de pluralidades afetivas e relacionais. As mudanças que nela ocorrem dependem de seu princípio interno e se fazem sobre o detalhe interno que muda; a mônada se dobra e cria algo em si e a mudança acontece sobre a parte dobrada e não sobre a sua totalidade; aconteceria nas dobras e redobras sucessivas e por graus, não alterando a natureza da mônada, ou seja, algo muda mas algo sempre permanece de originário.

Uma das principais características da mônada é ser *perceptiva*, ser dotada de *apetite*: a percepção seria o ato de, dentro da unidade, poder representar uma multiplicidade e o apetite seria o que provoca mudanças de uma percepção para outra.

A mônada seria uma ‘parte-todo’ uma vez que cada substância simples de seu conteúdo exprime todo o universo segundo sua própria visão. Segundo Deleuze, que retoma Leibniz, como o mundo não existe exterior à mônada, estaria incluído em seu interior na forma de percepções, ‘*representantes, elementos atuais infinitamente pequenos*’; ou seja, não existindo o mundo fora das mônadas, trata-se de *pequenas percepções*, sem objeto, micropercepções alucinatórias. Deleuze refere-se a uma *dança de poeiras*.

A esta visão monista, Ferenczi associa a origem de nosso psiquismo. Originalmente teríamos uma memória anterior ao nascimento onde o autor coloca a experiência de unidade equivalente a um estado de plenitude onde não há a necessidade de desejar. A questão de colocar a nossa origem como una e real, marca uma diferença em relação ao modelo freudiano que concebe nossa origem no mundo através de um modelo ficcional: a primeira vivência de satisfação freudiana é marcada pelo desprazer que a privação do nascimento traz. Esta impele a pulsão para fora do corpo em busca de satisfação desenhando a possibilidade de investimentos objetivos ao que lhe é oferecido. Para Freud somos divididos desde o início e a experiência de satisfação começa com o desprazer, sendo o objeto de satisfação perdido ‘*antes*’ de haver qualquer encontro com o mundo.

Ferenczi vê este momento diferente. Concebe um registro de memória *anterior* ao nascimento, na vida intra-uterina. Ali não há dentro nem fora ou tempo de espera, pois qualquer necessidade se satisfaz de imediato. Seu modelo serve de sustentação para uma onipotência original que traz como marca o prazer; o prazer seria nossa primeira marca mnêmica.

Ora, tomando o nascimento tal como o autor, isto é, como uma experiência catastrófica e tendo em vista estarmos ‘*marcados*’ por uma memória de onipotência e prazer, é em direção a esta plenitude que parte nossa vida, a criação de nossa vida. Estaríamos desejosos por retornar à *Thalassa*, buscando o prazer de nada necessitarmos. E vamos a isto justo por podermos afirmar em nós o trauma de ter vindo ao mundo, por

termos introjetadas em nós as marcas sensíveis dessa plenitude quebrada pela ‘catástrofe’ do nascer.

Considerações Finais:

Este ensaio pretendeu aproximar as ideias do filósofo Walter Benjamin e do psicanalista Sandór Ferenczi acerca da memória, patrimônio e tradição. Ambos, dentro de suas respectivas produções, encaram a memória como potência criativa ao invés de tomá-la como força destrutiva que naturaliza o esquecimento.

Encarar a memória deste modo significa não tomá-la pelo referencial linear e homogêneo do tempo nem como força a resistir, como vemos no historicismo ou em muitas modalidades terapêuticas, mas sim colocá-la de forma a tomar o tempo como produtivo e entrecruzado.

No presente, poder iluminar o passado, no sentido de lançá-lo ao futuro, tirando a ideia comum de que o passado é uma representação de algo acabado, finito.

A memória encarada desta maneira positiva as catástrofes, os traumas, a irrupção do novo, os rompimentos havidos, mantendo e atualizando a potência da tradição e do patrimônio, daquilo que passou, dando-lhes sentido no presente e vislumbrando um futuro potente, seja ele em sua dimensão psíquica ou social.

Seria poder germinar no presente as sementes do passado permitindo que floresçam hoje as histórias que foram ‘esquecidas’ articulando assim a tradição e sua transformação de forma a privilegiar a criação.

Referências Bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas v.1. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.114-119.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. v.1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas v.1. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.197-231.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas v.1. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.222-232.

DELEUZE, Gilles. *A dobra: Leibniz e o barroco*. Campinas, SP: Papirus, 1991.

FERENCZI, Sandór. *Thalassa, ensaio sobre a teoria da genitalidade*, in: *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Obras completas), p. 255-325.

FERENCZI, Sandór. *O problema da afirmação do desprazer*, in: *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Obras completas), p. 393-404.

FERENCZI, Sandór. *O conceito de introjeção*, in: *Psicanálise I*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Obras completas), p. 181-183.

FREUD, Sigmund. *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*. ESB. Volume XII. RJ: Imago, 1980. Obras completas, p.277-290.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio. In: *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas v.1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GONDAR, Jô, DODEBEI, Vera (orgs). *O que é memória social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

GONDAR, Jô. Lembrar e Esquecer: desejo de memória. In: *Memória e espaço*. RJ: 7 letras, 2000.

SELIGMAN-SILVA, Marcio. *A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno*. 2ªed. RJ: Civilização Brasileira, 2010.

TRADIÇÃO, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES NO CIRCO-TEATRO: O TEATRO DO BEBÉ NO RIO GRANDE DO SUL

Darlan de Mamann Marchi

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - UFPel

E-mail: darlanmarchi@hotmail.com

Orientadora: Dr^a Isabel Porto Nogueira

Professora do PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural – UFPel

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre a memória e a tradição a partir do circo-teatro como expressão da cultura popular. Inicialmente, em uma perspectiva mais ampla, discute-se a memória de uma cultura cômica popular e aspectos que a caracterizam e a constituem. Num segundo momento, volta-se o olhar à memória familiar e a relação entre memória individual e memória coletiva que ocorre nesse espaço marcado pela teatralidade circense e pelo convívio familiar, trazendo como exemplo o Teatro do Bebê, circo-teatro que atua na região sul do Rio Grande do Sul. Por fim, analisa-se o circo-teatro como tradição popular onde convivem ao mesmo tempo elementos do passado e do presente, um espaço vivo de expressão cultural em constante transformação, permeada por representações que permitem a circulação e atualização de memórias.

Palavras-chave: circo-teatro, memória, tradição.

ABSTRACT

This essay reflects on the memory and tradition from the circus-theater as an expression of popular culture. Initially, in a broader perspective, we discuss the memory of a popular comic culture and aspects that characterize and form. Secondly, we look back to the family memory and the relationship between individual memory and collective memory that occurs in the space marked by theatrical circus and the family life, bringing as an example of the Teatro do Bebê, circus-theater that operates in southern Rio Grande do Sul. Finally, we analyze the circus-theater as a popular tradition which coexist at the same time elements of the past and present, a living cultural expression of a constant changing, permeated with representations allowing movement and update of memories.

Keywords: circus-theater, memory, tradition.

O circo-teatro consiste em uma prática cultural onde peças de teatro são realizadas no espaço da lona circense por um grupo de atores amadores. Geralmente interligado por um ramo familiar, tem no centro do trabalho um cômico protagonista ou o popular palhaço. Diferentemente do circo, no circo-teatro o espetáculo teatral é a principal atividade desenvolvida. Essa modalidade de apresentação teatral itinerante se inicia conforme Silva (2007) com a introdução do teatro popular no circo nacional a partir do final do século XIX, através do cômico Benjamin de Oliveira¹, precursor do circo-teatro brasileiro.

Alguns aspectos como a vida mambembe, a construção coletiva da atividade cênica e o diálogo de diversas manifestações artísticas no espetáculo, são características dos grupos circenses. Cabe ainda expressar no que se refere ao circo-teatro, que não há uma separação específica do que seria a linguagem de circo e a de teatro, pois ambas se mesclam nesse espaço (SILVA, *ib.* p. 24). O termo “teatralidade circense” utilizado por Silva parte da compreensão do caráter multifacetado do artista popular circense, o que envolve um conjunto de referências adquiridas no decorrer de sua trajetória.

Há entre as heranças culturais dos circenses e as dos lugares para onde migraram cruzamentos ininterruptos, que resultam em continuidades e inovações na construção dos espetáculos. Os circenses ao se apresentarem aqui e ali como acrobatas, ginastas, mágicos, domadores, cantores, músicos, autores e atores, vão realizando trocas de experiências e ressignificações com outros modos de produções artísticas que, por sua vez, também são múltiplas (Idem, *ib.* p. 22).

Esse caráter dialógico, de um aprendizado que ocorre no decorrer da própria atividade conforme as necessidades, o interesse e as conjunturas que se apresentam a esses sujeitos, é algo recorrente dentro da cultura popular. Compreende-se aqui cultura popular a partir da definição de Burke (1989, p. 25), que a definiu como “a cultura não-oficial, a cultura da não-elite, das ‘classes subalternas’”.

Pode-se observar um olhar das ciências para o estudo da cultura popular a partir do que Burke (*ib.* p.31) chamou de “a descoberta do povo”, ou seja, do movimento do final do século XVIII e início do século XIX, onde a cultura tradicional da população das classes mais humildes passa a ser vislumbrada pela intelectualidade do período. Isso ocorre dentro de um contexto de mudanças advindas do período da Revolução Industrial que provocaram a urbanização das grandes cidades europeias, deslocando estruturas sociais vigentes até então e reformulando manifestações populares que há séculos estavam inseridas nas comunidades tradicionais interioranas. Hobsbawn (2006, p. 11) expressa que “as sociedades que se

¹ A trajetória do artista popular Benjamin de Oliveira, é tema da tese de doutoramento da historiadora Ermínia Silva. A tese gerou a obra “Circo-teatro: Benjamin de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil”, editado pela Altana em 2007.

desenvolveram a partir da Revolução Industrial foram naturalmente obrigadas a inventar, instituir ou desenvolver novas redes de convenções e rotinas com uma frequência maior do que antes”, o que ocasionou o diálogo entre aspectos culturais múltiplos, desde os mais rígidos e esteticamente elaborados pela cultura burguesa até os da linguagem popular.

Um exemplo desse diálogo de linguagens que ocorre a partir desse período é o surgimento do circo. Segundo Bolognesi (2003, p.36), “a aproximação da arte popular das feiras com a equestre militar possibilitou o surgimento do espetáculo circense que vai se perpetuar até os dias atuais”. O circo, nos moldes atuais surgiu na Europa do século XVIII e congregava atividade acrobática, equestre militar, de ginástica, números com animais e malabares.

Ao tecer uma análise sobre a complexa relação entre o popular e o erudito e as inúmeras influências, sejam elas religiosas, espaciais, sociais e que compõe as tradições populares, Burke (ib., p. 52) cita o palhaço como exemplo de uma das figuras que estavam presentes “tanto nas cortes como nas tavernas”. Os cômicos, os bufões, os bobos, os *clowns* e posteriormente os palhaços como se conhece hoje, há muito tempo encontravam-se inseridos no tecido social de diferentes comunidades. Porém, na atualidade com a incursão do palhaço junto ao circo, essa relação acabou criando uma representação que delimita o seu espaço ao da lona. Fala-se em palhaço logo se pensa no circo, fala-se em circo, logo se pensa no palhaço.

Muito antes do período que se denominou por Idade Moderna, a comicidade já se manifestava nos espaços populares. Assim, “[...] as praças e feiras há muito eram ocupadas por companhias ambulantes que se apresentavam ao ar livre, em barracas cobertas de tecido ou de madeira; palcos de pequenos teatros estáveis ou fixos [...]” (SILVA, ib. p. 34). Uma das formas artísticas que remontam o período medieval e que vão estabelecer uma relação até os dias atuais com diferentes estilos teatrais cômicos é a *commedia dell’arte*. Tratando-se de um estilo teatral popular, geralmente apresentado por grupos itinerantes e onde os atores desempenhavam durante toda a carreira um personagem-base. Essa estrutura é fonte de todo um contexto carnavalesco anterior, onde as máscaras e as pantomimas serviam para estabelecer momentos de sátira e crítica social. Entre os personagens-base vamos encontrar categorias pautadas pelas relações de classe.

O esteio do elemento cômico eram os Zanni, as figuras e servos provenientes de Bérgamo. [...] O Zanni geralmente aparece em parilha. É esperto, malicioso, ou bonachão e estúpido e, em ambos os casos, glutão. Usa uma meia máscara feita de couro, barba descuidada, um chapéu de abas largas e, no cinto de suas calças largas e bufantes, uma adaga de madeira sem fio. Os sucessores de Zanni constituem legião – Brighella e Arlecchino, Tuffaldino, Trivellino, Coviello, Mezzetino, Fritellino e Pedrolino. [...]

O alvo e o objeto dos jogos cômicos são os tipos passivos, sempre trapaceados, que se tornam caricaturas grotescas de si mesmos. São encabeçados por papéis paternos, Pantallone e Dottore. Pantallone, o senil, rico e desconfiado mercador de Veneza, o Signor Magnifico com o cavanhaque branco e o manto negro sobre o casaco vermelho, possui uma filha casadoira, ou atrai a gozação por ser ele próprio um cortejador tardio. (BERTHOLD, 2008.p. 355)

Na *commedia dell'arte* estão inseridas questões presentes em diferentes expressões da cultura popular, relativas às “impurezas humanas” como a avareza, a ganância, a enganação, a gula e a luxúria. Nos enredos, que se desenvolvem geralmente o personagem central é um servo², base das figuras do Arlequim, da Colombina e do Pierrô, personagens tão difundidas nas manifestações populares carnavalescas, sendo esse último à inspiração para o palhaço contemporâneo. Toda essa estrutura é, conforme Vendramini (2001, p.58),

Conseqüência natural de uma linha ininterrupta de teatro popular, que começa com os Flíacos, ainda na Grécia Antiga, passando pelo teatro folclórico e pela Atelana, formas já oriundas da Itália, para não falar das fontes eruditas devidas a Terêncio e Plauto. Depois do seu apogeu, a *commedia dell'arte* vem pontuando a história do teatro de interferências de graus variados de intensidade, porém sempre inegavelmente significativas, marcando desde a carreira de clássicos como Goldoni (e seu opositor, Gozzi), Molière e Marivaux, como dos modernos que, já no século XX, tanto do ponto de vista da dramaturgia quanto da direção teatral, retomam fórmulas e temas oriundos daquela forma do fazer teatral.

No universo da teatralidade popular o riso e o risível são pontos cruciais. Pensar esse tema a partir de uma noção temporal de longa duração no que concerne a ideia de uma cultura cômica popular³ como expressa Bahktin (2010) é basilar para se buscar analisar aspectos dessa comicidade nas manifestações populares da atualidade. Elementos característicos como personagens jocosos, situações de escárnio e figuras grotescas estão impressas nas manifestações carnavalescas e compõem aspectos universais da cultura cômica e estão presentes em maior ou menor grau nas mais diferentes expressões da comicidade em outros tempos e na atualidade.

O riso é o efeito do jogo dessas manifestações sobre o ser humano e é também o provocador do pensamento sobre como se organizam as estruturas da expressão da cultura

² Essas releituras da estrutura da *commedia dell'arte* podem ser observadas nos autos populares ou nas peças teatrais farsescas. Um exemplo da utilização contemporânea dessa linguagem está na obra do escritor brasileiro Ariano Suassuna. Em o “Auto da Compadecida”, por exemplo, encontra-se personagens cômicos, geralmente em situações de miserabilidade. Personagens como os de João Grilo e Chicó, que não possuem escrúpulos mentem e trapaceiam para conseguir dinheiro, comida ou sexo. Eles representam uma espécie de anti-heróis que utilizando da comicidade e vistos dentro do contexto social do qual são vítimas, acabam ganhando a simpatia do público.

³ Categoria criada por Bakhtin (2010, p.50) onde o autor destaca a mesma como sendo “infinita” e “extremamente heterogênea nas suas manifestações”, em sua obra busca analisar teoricamente a cultura cômica popular na Idade Média e no Renascimento através da obra literária de Rabelais, buscando “[...] revelar a unidade, o sentido e a natureza ideológica e seu valor estético”.

cômica popular. Como afirma Bergson (1983, p.06) “não há comicidade fora do que é propriamente humano”, uma vez que o homem é “um animal que ri”. Sendo o riso uma manifestação em grupo - ri-se de alguém, ou com alguém - e de algo que é de ordem humana, ele possui um significado social. Assim, é possível pensar sobre o risível enquanto provocador do deslocamento de algumas convenções sociais, permitindo o rearranjo destas convenções ou dependendo a situação, até mesmo a permanência das mesmas.

Os motivos do riso estão na gozação e na jocosidade com as fragilidades humanas onde os papéis estão instituídos na organização da vida em família e sociedade. Desde as peças teatrais cômicas medievais aspectos referentes a conflitos entre pares divergentes fazem parte do enredo das comédias, algo que se pode perceber até nos mais atuais programas de humor. Dependendo sempre do contexto social e do período em que se passa a encenação encontram-se em operação duplas como, por exemplo, patrão/empregado, marido/mulher, político/povo etc. Personagens como bêbados, miseráveis espertalhões, velhos com enorme apetite sexual, gigantes glutões, humanos com deformidades físicas são figuras recorrentes no campo do humor. Nesse território os apetites humanos e todas as formas de expressão que remetem ao baixo ventre estão presentes naquilo que Bakhtin (ib. p.17) chama de realismo grotesco, onde “o elemento material e corporal é profundamente positivo”, e vai se colocar na oposição de uma “separação das raízes materiais e corporais do mundo”. O autor completa esse pensamento afirmando que “o traço marcante do realismo grotesco é o rebaixamento, isto é, a transferência ao plano material e corporal, o da terra e do corpo na sua indissolúvel unidade, de tudo que é elevado, espiritual, ideal e abstrato”.

Em Bakhtin encontramos uma ligação cosmológica, uma interligação com o corpo rebaixado, com o riso e o humor no qual esses personagens cômicos vão beber para a realização de seu trabalho no intuito de provocar o riso. Conforme Ramirez⁴,

Uma mirada irónica sobre el mundo (como le que da el humor grotesco) nos relaciona de distinta manera com él, y nos ofrece como estado anímico la posibilidad de una representación desmistificadora y desolemnizadora de todo aquello que da lugar, bajo una forma críptica o repressiva, al miedo, al odio o a la adoración: se trata efectivamente del elemento de una cosmovisión. Es ló que destaca Bajtín de la cultura popular carnavalesca; el humor carnavalesco como cosmovisión és la herramienta de su valoración.

A leitura trazida por Bakhtin amplamente humanizadora e positiva do riso e do cômico pode ser analisada a partir de Chartier (1990, p. 200) como um artifício onde se

⁴ Fonte: Revista Dimensión Antropológica. Volumen 05. s/d.
Disponível em <<http://www.dimensionantropologica.inah.gob.mx/?p=1491>> Acesso em 24/06/2012

expressam as representações populares, ligadas à dimensão social e política. Ao analisar a cultura popular e sua dimensão política do período aristocrático francês, o historiador exemplifica que características dessa cultura, como por exemplo, aspectos de festividades e manifestações populares eram utilizadas pelo Estado nos atos de punição de revoltas e violência como “as execuções simbólicas e as penalizações de escárnio” onde se utilizavam “máscaras, trajes de disfarce e ritos de inversão”.

O popular transgride assim as barreiras da ideia de cosmovisão a que está atrelado conforme Bakhtin e no período moderno como é possível analisar em Chartier torna-se também um conjunto de representações da cultura popular utilizadas a serviço de interesses políticos. Porém, estabelece-se um paradoxo nessa análise, pois as classes subalternas enquanto produtoras das simbologias e alegorias geradoras da comicidade e do riso, “[...] saberão apoderar-se delas, para desvia-las, colocando-as ao serviço da demonstração da soberania, mas esta perdura também numa autonomia que a torna leitora dos desvios do Estado [...]”.

Como é possível observar, a linguagem popular é criadora de uma estrutura cômica formadora de estilos nas artes, mas que também transborda em representações que passam a vida em sociedade. A teatralidade popular se alimenta daquilo que as convenções sociais criadas passaram a tratar como fraquezas humanas e que se manifestam nas relações sociais instituídas, ao mesmo tempo, as representações dessa linguagem popular passaram a ser incorporadas e reelaboradas por essas instituições. É nesse princípio que está colocada a figura do personagem cômico-grotesco como o palhaço do circo-teatro. A teatralidade popular é a base da figura do palhaço do ambiente circense contemporâneo, com suas roupas coloridas, nariz vermelho, sapatos grandes, agindo com ingenuidade ou esperteza dependendo da situação. Ele engloba esse aspecto mundano, e por isso, é repleto de representações da materialidade humana e dos seus engodos, defeitos e fragilidades.

O CIRCO-TEATRO, O PALHAÇO BEBÉ E A MEMÓRIA

Primeiramente relegados a um segundo plano dentro do circo, como uma atividade de distração do público entre uma atividade acrobática e outra, a figura do palhaço passa a ser protagonista dos circos-teatro ou teatros de lona brasileiros. Acredita-se que na década de 1920 é que o circo-teatro teve seu apogeu, espalhando-se pelo interior do Brasil, com destaque nas regiões sul, sudeste e nordeste nas décadas de 30 e 40 (ANDRADE JR., 2000.p.08). Segundo Prado (1999, p. 89-106), no início século XX anterior ao período

modernista, o cenário cultural brasileiro estava marcado pela rigidez das artes tidas como “elevadas”. As companhias de teatro de revista, as operetas e os grupos ambulantes eram vistos pela elite como grupos de importância secundária tendo maior inserção junto à população de menor poder aquisitivo.

Essa expressão teatral popular ainda perdura nos dias atuais, através de alguns circos-teatro em atividade pelo Brasil. No passado apresentavam melodramas e comédias clássicas, hoje o palhaço presente na teatralidade circense em geral é sua referência central, por vezes, emprestando seu nome a própria companhia teatral e desenvolvendo o papel de protagonista não só no espetáculo como na estrutura familiar que mantém viva a atividade. Sobre a atividade desses grupos Bolognesi (ib. p.100), destaca:

[...] Em outras regiões, como os estados do Sul, a presença do teatro cômico, sob a lona, dá ao palhaço uma importância peculiar. A pesquisa no Sul comprovou as seguintes companhias que se dedicam exclusivamente ao circo-teatro: Circo-teatro Bebé, Teatro Serelepe, Circo-Teatro popular de Curitiba [...]

Conforme exemplifica o autor, temos como expoente da atividade dos circos-teatro no Rio Grande do Sul o Teatro do Bebé, que se encontra em plena atividade. O trabalho com teatro mambembe na família Almeida iniciou em 1929 na cidade de Sorocaba em São Paulo, quando o patriarca José Epaminondas de Almeida, cômico de nome artístico Nho Bastião, juntamente com a irmã Isolina de Almeida a Nh’Ana, executaram números cômicos com inspiração caipira. Posteriormente montaram o circo-teatro “Politeama Oriente”, uma casa de espetáculo itinerante feita com folhas de zinco que era montada em diferentes cidades. De São Paulo, a dupla juntamente com a família e atores que passaram a fazer parte do grupo, excursionaram nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na década de 40 Nho Bastião segue sozinho com sua casa de espetáculos itinerante enquanto a irmã monta seu próprio empreendimento teatral em Santa Catarina. Nho’Bastião faleceu precocemente no Paraná e o filho José Maria de Almeida, o palhaço Serelepe retoma as atividades com o teatro Serelepe na cidade de Cruz Alta – RS no ano de 1962. No entanto, logo que completa 15 anos o filho mais jovem José Ricardo de Almeida passa a se destacar como cômico e a atuar no circo-teatro da família, como palhaço Bebé. No ano de 1994, Bebé monta seu próprio circo-teatro de lona e passa a excursionar pela região sul e litoral do Rio Grande do Sul, trabalhando basicamente com a esposa, também filha de atores de circo-teatro, e os nove filhos do casal.

Essa é a estrutura básica do Teatro do Bebé até os dias atuais, ao longo de duas décadas de trabalho na qual dramas clássicos das companhias de repertório como “O céu uniu dos corações”, “Marcelino pão e vinho”, “Dama das Camélias” entre outros, deixaram de ser

apresentadas aos poucos e a comédia, ligada diretamente a figura do palhaço, passou a tomar proeminência. Atualmente localizado na cidade de Pelotas e região, o Teatro do Bebê possui um grande apelo junto ao público que paga ingresso a preços populares e peças que tem estrutura ainda do início das atividades da família com o teatro há mais de 80 anos, mas adaptadas a questões do tempo atual através da improvisação do cômico Bebê, protagonista dos mais de 30 espetáculos que o grupo encena.

Os espetáculos cômicos com títulos como “Bebê o galã da Rede Globo”, “Bebê e a mulher bonitinha, mas ordinária”, “Bebê e a maldição do lobisomem”, “Bebê e sua família na capital”, “Bebê o soldado recruta”, “Bebê o pai de Santo” entre outros, acompanham a própria história da família com o teatro e vão sendo repassados pela prática diária e pela oralidade. Da mesma forma, como se pode perceber pelo próprio título, vão sendo adaptados e relacionados à referenciais da atualidade. O espetáculo cômico é apresentado pela trupe familiar no palco montado no interior da lona e possui um caráter adulto por ser permeado por textos e frases de duplo sentido com piadas e situações com apelo sexual. As situações engraçadas que vão se desenvolvendo acontecem da interação entre o ator secundário ou “escada” como é chamado aquele que prepara a piada, e o palhaço, o protagonista encarregado de finalizar a situação cômica. Improvisações e brincadeiras com pessoas da plateia também são constantes durante a encenação. Os espetáculos acontecem principalmente no turno da noite no lugar onde a lona está montada, geralmente num bairro ou terreno da periferia da cidade.

Em consonância com as informações trazidas até o momento, compreende-se que o teatro cômico além de ser o trabalho dessa família é também uma atividade cênica que possui uma dimensão histórica que a constitui. Por outro lado, a prática do circo-teatro desenvolvido pela família do Teatro do Bebê também adquiriu características específicas, dialogando com as regiões e as comunidades por onde passa. Dessa forma, não seria a atividade do circo-teatro um espaço de compartilhamento de memórias, que marca as identidades daqueles que o fazem? Um espaço vivo de ressignificação e manutenção de uma forma teatral cômica que atravessa os tempos e guarda aspectos de diferentes formas de expressão da comicidade da cultura popular?

As referências que o indivíduo adquire e que são definidoras de sua identificação com o mundo que o cerca e de suas ações no espaço onde está colocado, possuem influência do meio social, com as trocas e relações que estabelece. Para Halbwachs (1990, p. 25-26) uma vez que a pessoa sustenta suas lembranças nas lembranças dos outros ela sente-se mais segura quando as evoca, e nesse momento é “como se uma mesma experiência fosse recomeçada,

não somente pela mesma pessoa, mas por várias”. Conforme o autor, mesmo quando estando sozinho o indivíduo lembra-se de algo, mesmo assim as lembranças permanecem permeadas de informações de outros, elas permanecem sendo coletivas.

Ainda conforme Halbwachs (1990) é no âmbito familiar que a memória está em seu estado mais fortalecido, sendo que na infância é que a pessoa adquire as memórias que a situam em um espaço de pertencimento. Mesmo com as rupturas que possa ter sofrido no decorrer da vida, através da sua inserção em outros grupos e de novas e sucessivas experiências, sua base inicial de pertencimento continua sendo a família, pois, “(...) é no quadro da família que a imagem se situa, porque desde o início ela estava ali inserida e dela jamais saiu” (Idem, ib.1990, p. 39).

O espetáculo desenvolvido no circo-teatro como no caso do Teatro do Bebê, é uma atividade desenvolvida em família, onde as crianças desde pequenas convivem ambientadas com o espaço da lona, em contato com o público e o palco. Esses homens e mulheres desde cedo se inserem no processo do fazer artístico, aprendendo com os adultos todo um arcabouço de conhecimento temporalmente construído e que é transmitido pela oralidade e pela experiência cotidiana. Nesse ambiente, os agentes família e teatro dialogam constantemente, como podemos perceber na fala do ator José Ricardo de Almeida, o Bebe, quando fala do processo de criação de sua máscara de palhaço:

Fui mudando a maquiagem. Eu tenho um primo em Garopaba, que foi um grande cômico, Tareco. Aposentado, agora. Quando eu decidi ser palhaço, eu me baseei nele. Até fico com tristeza, ele tá com 68 anos e não tem nada, uma gaita só. Às vezes, eu encontro ele na frente do espelho sentado, chorando. Minha pintura é praticamente baseada na dele. Essa pintura se assimilou muito com o meu rosto. Meus olhos realçam muito, dá um brilho incrível. O palhaço é uma coisa alegre, sorridente. A própria pintura, a boca pra cima, é sinal de alegria⁵.

Pode-se perceber na fala do artista a influência familiar em um aspecto essencial do conjunto de técnicas utilizadas no espetáculo teatral: a maquiagem. A pintura do rosto é elemento que constitui a personalidade do personagem, é parte da sua construção performática dentro do conjunto da atuação. A partir disso, é possível refletir sobre o grau de influência dessas memórias familiares compartilhadas e como elas permeiam ao mesmo tempo a dimensão pessoal e a dimensão profissional do artista. A máscara utilizada pelo palhaço, um artifício cênico fundamental que identifica o personagem está ao mesmo tempo ligada à lembrança de um familiar, a um sentimento. Izquierdo (1989) ao tratar da formação de uma memória, mais especificamente no que se refere à consolidação da mesma, expressa que “as

⁵ Entrevista de Bebê no livro “Circos e Palhaços Brasileiros”. BOLOGNESI, 2009, p.163.

memórias adquiridas em estado de alerta e com certa carga emocional ou afetiva são melhor lembradas”. No caso de Bebê a sua maquiagem, parte fundamental daquilo que leva riso e alegria ao público, é ao mesmo tempo um fator onde está ancorada uma lembrança familiar.



Figura 1 - José Ricardo de Almeida - O Palhaço Bebê.

Fonte: Disponível em: < <http://www.teatrodobebe.com.br/elenco.htm> > Acesso em 31 de jul 2012

Em outro trecho da entrevista, quando fala do início de sua atividade como palhaço, Bebê relata: “[...] Eu não achava que dava para isso, mas a sobrevivência, aquele negócio de ter que sobreviver já com filhos, porque eu casei com 15 anos. Eu trabalho com a mulher e os filhos” (BOLOGNESI, 2009, p.163). Nesse ponto também é perceptível como a questão familiar foi preponderante para a decisão do lado profissional. O ator que até então trabalhava como ator secundário e em outras funções dentro do circo-teatro da família, passa aos poucos a assumir o papel de cômico protagonista. O papel que assume como chefe de família também o leva a assumir seu próprio teatro. Com isso, é possível perceber que as relações internas estabelecidas pelo grupo acabam adquirindo influências dos filhos que se casam, se afastam e formam novos núcleos familiares. Foi analisando tais rupturas no ambiente familiar e suas implicações na memória desse novo núcleo familiar que Halbwachs (ib. p.124) considerou que nessas situações,

[...] se descobrem não somente os caracteres pessoais dos dois esposos, mas tudo que herdaram de seus pais, dos ambientes onde viveram até então; para que um novo grupo se edifique sobre esses elementos, é necessário toda uma série de esforços em comum através de muitas surpresas, resistências, conflitos, sacrifícios, mas também de muitos acordos espontâneos e encontros, consentimentos, encorajamentos, descobertas feitas juntos no mundo da natureza e sociedade.

No meio dessa complexa teia das relações familiares, é que está as memórias que dão sentido a identidade do grupo, pois, “[...] O conjunto de lembranças que compartilham os membros de uma mesma família, observa Halbwachs, participa da identidade particular dessa família.” (CANDAU, 2012, p. 137). Todo esse contexto passa também a adentrar no campo da construção da própria identidade profissional do grupo teatral circense, isso fica perceptível quando na seguinte declaração de José Ricardo:

Quando a pessoa casa muito cedo é privado de muitas coisas. Então, eu acho que no Bebê eu ponho tudo para fora. O personagem supre minhas deficiências. Às vezes falo coisas que na minha vida atual eu não falo. Quando eu estou revoltado com alguma coisa, eu aproveito o Bebê para falar. Ele é minha válvula de escape. (Idem, ib. p. 166)

Como se pode notar até esse instante, há uma confluência constante entre a memória familiar e a profissional em tudo que se abordou até aqui. Essa característica é definidora da identidade e, portanto do compartilhamento mnemônico que permite a continuidade da atividade cultural da qual são detentores. Candau (ib. p. 44) afirma que em um núcleo menor de relações humanas - uma aldeia, uma comunidade, uma família – as memórias compartilhadas são mais sólidas o que isso constitui “[...] uma dimensão importante da estruturação de um grupo e, por exemplo, da representação que ele vai ter de sua própria identidade”. Esse entendimento permite a reflexão sobre o que contribui para manter uma família em torno da atividade teatral popular mambembe, mesmo com os inúmeros desafios que as rápidas transformações dos tempos atuais têm imposto à atividade tradicional. A maior pertinência do trabalho do circo-teatro está nas comunidades periféricas de cidades pequenas e medianas onde mantém uma relação de proximidade através do uso de referenciais das próprias comunidades nos espetáculos⁶.

Essa memória forte e organizadora que aborda Candau(2012) e que possibilita a permanência da atividade tradicional está alçada nas memórias compartilhadas coletivamente como preconiza Halbwachs(1990) ou seja, nos momentos vividos no passado e que produziram os ensinamentos que foram sendo repassados. Estando na pertinência das memórias compartilhadas por um grupo, nos conhecimentos, nas crenças, nos ritos, ou seja, elementos definidores das representações formadores de identidades, é que dois tempos, passado e presente passam a conviver e a se reconfigurar.

⁶ Os grupos de circo e circo-teatro, por sua característica mambembe utilizam-se do artifício de usar nomes de locais e pessoas conhecidas do bairro ou da região no espetáculo para criar uma proximidade e ganhar confiança do público novo. O nome do prefeito da cidade, do padre, o nome do mercado, do rio que corta a localidade, são exemplos desses artifícios que são inseridos no decorrer do espetáculo.

No entanto, Candau (ib. p.48-49) também estabelece contrapontos às ideias de Halbwachs em relação à memória coletiva ao dizer que este “se equivocou em ver nas memórias individuais os ‘fragmentos’ da memória coletiva, conferindo a essa a substância com a qual tende a despojar as primeiras”. No caso da família do circo-teatro do Bebé, o cômico central do grupo constrói sua própria imagem de artista e como ela dialoga constantemente com o cotidiano familiar que mantém os membros da família (esposa, filhos, sobrinhos) inseridos no entorno do trabalho do teatro. Mesmo fazendo parte de uma tradição familiar maior o artista insere no trabalho suas vivências que são familiares, mas também pessoais e conseqüentemente partem da sua subjetividade. A figura do palhaço, protagonista e diretor das peças teatrais, chefe da empresa e pai de família são posições que andam juntas e se inter-relacionam nesses dois espaços: na lona do circo e no âmbito familiar.

Candau (ib. p. 141) corrobora para esse entendimento quando expressa que a memória familiar mesmo sendo compartilhada por um grupo é “redigida em primeira pessoa” visto que, o indivíduo utiliza essas referências que de um modo se colocam provisoriamente totalizantes sobre seu passado na constituição de sua identidade, porém ao mesmo tempo esse é um exercício de alteridade. Afinal, cada indivíduo exerce de forma reflexiva o seu entendimento sobre os acontecimentos em família e acaba por “[...] narrar sua própria história que será confrontada com a dos outros membros da família”. Assim, reforça o autor que a memória familiar passa a ser um espaço onde estão presentes ao mesmo tempo “a consciência de uma ligação e a consciência de uma separação”.

Tais concepções a princípio antagônicas são o que Ricoeur (2007, p.142) trata como a “tradição dos coletivos” e a “tradição do eu”. Ao mesmo tempo, no entanto, o filósofo estabelece a ideia de uma “tradição dos próximos”, como um contraponto, uma forma de diálogo entre uma teoria que remete ao subjetivo e outra que remete a uma abordagem holística e propõe assim uma visão tríplice em relação à memória. Uma alternativa a se construir em contraponto a essa dicotomia, uma vez que as relações que o grupo estabelece estão entre o individual, o familiar e o coletivo.

Considerando também que “a memória não é um núcleo compacto e impenetrável (...) mas um processo moldado no tempo histórico” (PORTELLI,1996,p. 109) e que quando compartilhada contribui para a manutenção e formação de uma tradição é possível se avançar a um próximo ponto da discussão, a partir de um olhar que remeta ao tema do circo-teatro enquanto tradição tendo em mente as ideias de Hobsbawm (ib. p. 10) quando a coloca

enquanto invenção definindo-a como um “conjunto de práticas” que expressam uma ideia de “continuidade em relação ao passado”.

UMA TRADIÇÃO EM MOVIMENTO

Todavia, o que se buscou ao versar brevemente sobre a comicidade, o riso, bem como às concepções bakhtinianas sobre o realismo grotesco, foi a intenção de compreender esses elementos como pontos de unidade impressos em diferentes expressões culturais populares ao longo do tempo. Estando o palhaço composto por traços do cômico grotesco na atividade do palhaço no circo-teatro, é possível perceber que estes elementos passam a fazer parte de uma memória compartilhada da comicidade.

Nesse panorama, pode-se empreender uma relação com o estudo de Halbwachs (ib. p. 167-169) sobre a memória coletiva nos músicos. Conforme o sociólogo o grupo do qual faz parte o músico é que dá significado aos símbolos que ele utiliza para executar sua atividade, isso é parte de “[...] todo um meio social, os músicos, suas convenções, e a obrigação que se impõe a nós, para entrar em relação com eles [...]”. O músico passa com o tempo a não precisar mais olhar para a partitura na execução das músicas no sentido de que “os movimentos que executa estão ligados entre si” em um mecanismo que tem seu princípio exterior, ou seja, está ligado “ao sistema de sinais fixado pelo grupo sobre o papel”.

Poder-se-ia fazer essa abordagem pensando também em um conjunto de signos que corroboram com a ideia de uma memória coletiva do palhaço ou cômico popular. O ator desenvolve uma série de mecanismos utilizados, aprendidos coletivamente e que tornam a atividade realizável como, por exemplo, a apurada percepção do cômico quando do momento do improvisado, o modo de fazer a maquiagem, o tempo da piada, da sua perspicácia para perceber o público ou para alterar o enredo e adaptá-lo. Afinal,

O repertório circense é mnemônico, transmitido através das sucessivas gerações familiares. Entre as companhias há uma incessante troca de informações, com as consequentes alterações. A dramaturgia cômica circense (especialmente os esquetes) apoia-se em roteiros sucintos, motivos gerais que se prestam à improvisação e à criatividade dos artistas, especialmente dos cômicos. (BOLOGNESI, 2003, p. 172)

De um conjunto de características que guardam reflexos da comicidade grotesca, que passam por uma releitura temporal, de ordem coletiva e individual, é que se estabelece a tradição familiar do circo-teatro. Essa tradição está enraizada nas memórias que são compartilhadas em família e também enquanto parte de um grupo mais amplo, ou seja, dos palhaços ou cômicos populares. Conforme Candau (ib. p. 121):

Aquilo que denominamos como tradição própria a um grupo é a combinação entre transmissão protomemorial e memorial que interagem uma sobre a outra fazendo, por exemplo, da tradição religiosa ‘um sistema organizado de pensamentos e gestos’. Para viver e não apenas sobreviver, para ser transmitida, e, sobretudo, recebida pelas consciências individuais ‘em inter-relação, em conexão de papéis, em complemento de funções’ essa combinação deve estar de acordo com o presente de onde obtém sua significação. Ela será autêntica, quer dizer que terá sua força – a de conferir aos membros de um grupo o seu sentimento de compartilhamento de sua própria perpetuação enquanto tal – de sua autoridade, aquela de uma transmissão efetiva e aceita.

Quando se fala em tradição parte-se do entendimento de que estão envolvidos dois pontos fundamentais, primeiro de que a tradição deve situar-se em um espaço temporal relativamente longo. Em segundo lugar, como afirmou Candau anteriormente quando se referiu ao diálogo com o presente, é seu caráter atualizável. O que mantém viva a tradição é sua capacidade ambivalente de ser ao mesmo tempo mantenedora e renovadora de aspectos originários, o que se dá no decorrer da sua transmissão. Nesse ponto Hobsbawn (ib. p.11-12) menciona a repetição como geradora de “um certo número de convenções e rotinas, formalizadas de direito ou de fato, com o fim de facilitar a transmissão do costume”, o que caracteriza uma forma de ritualização.

Em relação ao circo-teatro o comediante, demais atores e público não deixam de fazer parte de um ritual. Com funções específicas, dentro de um espaço físico e no tempo da duração do espetáculo, as pessoas se dispõem a cumprirem funções para que o objetivo maior seja alcançado, ou seja, rir. Pois, através do riso alcança-se uma espécie de desprendimento da realidade imediata e do conjunto de convenções estruturadas pela sociedade.

Durante o espetáculo quando o individuo dispõe-se a assistir e entra no espaço da lona, ao mesmo tempo em que se propõe divertir-se com a comédia e a rir, também se permite a possibilidade de ser alvo das brincadeiras e improvisações do palhaço, se coloca sob o risco da ridicularização, de ser material para a troça. Ri dos outros, permitem-se rir de si próprio e ser alvo do riso. No caso do Teatro do Bebê, o público ri também dos problemas sociais que viram piada na ação do cômico, desde os mais próximos como o da rua esburacada em frente de onde está o circo, da falta de esgoto no bairro até os problemas mais gerais como da corrupção dos políticos e da falta de investimento para as áreas da saúde e educação. As notícias midiáticas mais atuais e que recheiam as páginas dos jornais, até as páginas policiais, também viram matéria-prima para o trabalho do cômico. Nesse sentido, compete ao cômico e atores,

[...] a tarefa de ridicularizar as estruturas sociais e familiares, as autoridades, as hierarquias e as ordens diversas, em uma espécie de compensação revigoradora da submissão, de apaziguamento das dores e dos constrangimentos, enfim, um

momento de suspensão da reificação dominante. É a voz da antiordem e do caos, compensatória da ordem, sem a qual não haveria razão de existência. Nesse aspecto sobrevive no riso circense um traço ritualístico, uma espécie de ponto de ligação entre o fim e o recomeço, entre o morrer e o renascer do homem e da vida (BOLOGNESI, *ib.*, p. 172).

Essa ambiguidade está presente no circo-teatro quer é um lugar onde há interação entre o individual e o coletivo, onde aspectos cômicos de uma longa duração temporal são reinventados e adaptados à contemporaneidade. É nas ações momentâneas ritualizadas através da relação cômico/plateia, que se expressa a tradição do circo-teatro, como no caso do Teatro do Bebê.

Nesse contexto está em pauta as noções de tradição e modernidade. As transformações cada vez mais rápidas, os avanços tecnológicos que encurtam tempos e distâncias exigem que se avalie de forma cuidadosa seus efeitos no âmbito da tradição. Os reflexos das mudanças contemporâneas impostas pela globalização têm alcançado as culturas populares nas últimas duas décadas, entre elas a cultura tradicional circense. Essa inquietação, conforme Canclini⁷ tem feito com que diversos pesquisadores busquem “reconceitualizar a cultura” a fim de colocar no centro do debate os “movimentos de interculturalidade suscitados pelas migrações, pelos fluxos econômicos, financeiros, midiáticos, de todo o tipo”.

O binômio tradição/modernidade é constante no que se refere ao circo-teatro, uma vez que ele não representa um compromisso com uma ideia de originalidade em relação ao passado, pelo contrário, está sempre se atualizando com o seu tempo e agregando elementos contemporâneos. No entanto, características primordiais como o nomadismo, a transmissão oral dos conhecimentos e os aspectos que remetem a comicidade popular e ao realismo grotesco continuam vigentes, por vezes reconfiguradas, mas sempre presentes. Com relação a esse embate referente às noções de diálogo entre modernidade e tradição Ramirez (2010, p.17) afirma a necessidade de buscarmos “novos conceitos e marcos interpretativos” em relação ao tema da tradição de forma que esse paradoxo fosse substituído e desse lugar a um modelo “triádico ou sistêmico”.

A conjuntura que leva Ramirez ao debate da necessidade de ampliar a visão sobre a questão da tradição parte de uma análise aprofundada sobre as mudanças que a globalização tem provocado. Muitas dificuldades e desafios à manutenção de diversas expressões da cultura popular têm sido observados, porém, de outro lado existem vários exemplos de adaptações e releituras. Assim, o autor ao analisar a questão das tradições populares indígenas

⁷ Entrevista de Néstor Garcia Canclini publicada em “Voces y culturas” - Revista de Comunicación, n. 17, Barcelona, 2001, p. 143-165.

no México e o movimento que chama de retraditionalização que ocorre de forma multifacetada e em diferentes campos e implicações, e acaba por afirmar que “*a llamada ‘interculturalidad’ constituye todavia, más una aspiración que una realidad*” (Idem, ib. p.66).

Com base nisso tudo, o circo-teatro se apresenta como um espaço onde todas essas questões encontram-se presentes. Enquanto trabalho cênico, itinerante e popular, ele agrega traços da comicidade popular grotesca com organização espelhada nas companhias de repertório das primeiras décadas do século XX, sendo o Teatro do Bebê um dos poucos grupos familiares com essas características ainda em plena atividade no país.

Essa modalidade de trabalho teatral abarca inúmeras linguagens que compõem uma prática cultural híbrida firmada em memórias familiares e ao mesmo tempo formadora de memórias e referências para a atividade no presente. A atividade teatral circense, revelada através do espetáculo e do trabalho do cômico e dos atores, é ao mesmo tempo lugar de individualidades, de referenciais familiares e também serve de combustível na criação de referenciais coletivos atuais. Um campo multifacetado de influências do passado e releituras contemporâneas em uma só atividade cultural.

CONCLUSÃO

A memória coletiva está ancorada no social, no grupo onde está sendo compartilhada e age diretamente sobre a identidade do mesmo. Nesse artigo procurou-se abordar essa questão sob a perspectiva do circo-teatro. No entanto, também foi possível observar que quando falamos da constituição do personagem, no caso do cômico, além das influências familiares e exteriores, também estão presentes dispositivos da subjetividade, das leituras processadas na individualidade.

Encontra-se assim uma convergência com relação a abordagem de Ramirez sobre a tradição na contemporaneidade, quando vislumbra a necessidade de outra concepção que ultrapasse a ideia de tradição/modernidade apenas como algo contraditório ou conflitante, e empreenda novas interpretações sobre o tema. Pois, antes de tudo é preciso atentar para a heterogeneidade da manifestação teatral circense, enquanto herança de uma cultura cômica popular de longa duração e que dialoga ao mesmo tempo com as influências do seu tempo.

Nesse espaço estão colocadas memórias coletivas, familiares e também, por sua característica nômade, as memórias de diferentes lugares e comunidades. Todas essas processadas na individualidade do ator/palhaço e são transformadas em material para a

atividade cênica, baseada na comicidade e no risível. Dessa maneira, o circo-teatro atual passa a ser um objeto constituído por uma multiplicidade de influências mnemônicas sem deixar de ser um lugar onde se mantém uma tradição. Assim, abordar memória e tradição a partir dessa perspectiva exige atenção na busca de ultrapassar olhares polarizados sobre as atribuições da memória e sobre a permanência da tradição.

REFERÊNCIAS:

- ANDRADE JR. Lourival. **Mascates de Sonhos: as experiências dos artistas de circo-teatro em Santa Catarina – Circo-teatro Nh’Ana**. Florianópolis: UFSC, 2000. 208f. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós Graduação em História.
- BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora Universidade de Brasília, 2008.
- BERGSON, Henri. **O Riso. Ensaio sobre a significação do cômico**. 2º Ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- BERTHOLD, Margot. **História mundial do teatro**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BOLOGNESI, Mario F. **Palhaços**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- _____. **Circos e palhaços brasileiros**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- HABA, Juan de la; SANTAMARÍA, Enrique. **Dilemas de la globalización: hibridación cultural, comunicación y política**. Entrevista com Néstor Garcia Canclini, publicada em Voces y culturas - Revista de Comunicación, n. 17, Barcelona, 2001, p. 143-165.
- HALBWACHS, Maurice (1877-1945). **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence O. **A invenção das tradições**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- IZQUIERDO, Ivan. **Memórias**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000200006&script=sci_arttext> Acesso em 23/06/2012.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de civitella Val di Chiana: mito, política, luto e sentido do passado. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996: 103-130.

PRADO, D. A. **História Concisa do Teatro Brasileiro: 1570-1908**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1999.

RAMIREZ, Jesus Antonio Machuca. Patrimonio y retradicionalización en la cultura indígena y popular em Mexico. In: FERREIRA, Letícia Mazzucchi; MICHELON, Francisca Ferreira (org.) **Memória, patrimônio e tradição** . PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural, CAPES. – Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – UFPel, 2010.

_____. Mijail Bajtín y las nuevas orientaciones de la análisis em las ciencias sociales (la cultura cómica popular). Revista Dimensión Antropológica. Volumen 05. Disponível em: <<http://www.dimensionantropologica.inah.gob.mx/?p=1491>> Acesso em 24/06/2012

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Unicamp, 2007.

SILVA, Erminia. **Circo-teatro: Benjamin de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil**. São Paulo: Altana, 2007.

VENDRAMINI, José Eduardo. *A Commedia dell'arte e sua reoperacionalização*. **Revista Trans/Form/Ação**, São Paulo, 24: 57-83, 2001.

GT 04 - Relações étnicorraciais

CASTANHEIROS, REMANESCENTES DE QUILOMBO, FILHOS DO EREPECURU

Joyce Silva dos Santos Drumond Linhares, mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais e Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ. (e-mail: joyce.drumond @gmail.com)

Resumo

O texto trás reflexões acerca da identidade “remanescente de quilombo” utilizada pelos grupos do Erepecuru- Oriximiná/PA no presente etnográfico. Identidade que emerge como resposta atual diante de situações de conflito com grupos sociais, econômicos e agências governamentais que implementam novas formas de controle político e administrativo sobre o território quilombola e com os quais estão em franca oposição. O reconhecimento de direitos territoriais sobre as áreas ocupadas é reivindicado como meio de proteção e redução das pressões econômicas e políticas, garantindo a reprodução de práticas sociais e culturais. Mas, ações e projetos governamentais e não governamentais continuam procurando interferir nos modelos locais de vida social. Um dos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas consiste em ajustar as exigências externas aos seus modos de fazer, criar e viver, os quais garantem-lhes a “sustentabilidade”, segundo visão deles próprios.

Palavras-chave: remanescentes de quilombo, identidade, práticas sociais e culturais.

Abstract

The text behind reflections on identity "remaining quilombos" used by groups Erepecuru-Oriximiná / PA in the ethnographic present. Identity that emerges as current response in situations of conflict with social groups, economic and government agencies that implement new forms of political and administrative control over the maroon territory and with which they are in opposition. The recognition of territorial rights over the occupied areas is claimed as a protection and reduction of economic and political pressures, ensuring the reproduction of social and cultural practices. But actions and governmental and nongovernmental projects continue seeking to interfere in local models of social life. One of the challenges faced by maroon communities is to adjust

the external requirements to their ways of doing, creating and living, which guarantee them the "sustainability," according to their own vision.

Key words: remaining quilombos, identity, social and cultural practices

Estudo realizado com base no método do trabalho de campo etnográfico sobre as formas de organização social e práticas culturais das comunidades ribeirinhas da região amazônica, auto-identificadas remanescentes de quilombo para fins de reconhecimento territorial pelo Estado brasileiro. Tais comunidades¹ remanescentes de quilombo vivem nas margens do rio Erepecuru município de Oriximiná/ PA, e seus membros se utilizam igualmente dos termos *filhos do rio* e *castanheiros* como identidades contrastivas nos contextos de interação social.

Como Malinowski em “Argonautas do Pacífico Ocidental”, para a realização do trabalho de campo utilizei o método etnográfico da observação participante considerando, como Becker (1993), que o pesquisador deve adequar o método de pesquisa aos problemas e desafios do campo no qual se encontra inserido. Para a pesquisa, realizei entrevistas formais e informais, observação participante e coleta de dados a partir de documentos da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (ARQMO).

A ARQMO foi constituída em 1995 como resultado do processo de demarcação do território quilombola nos rios Trombetas, Erepecurú e Cuminã por castanheiros que se identificaram como remanescentes de quilombos após a inclusão do art. 68 na Constituição de 1988 que reconhece o direito dos remanescentes de quilombo à titulação de seus territórios.

O’Dwyer (2006) argumenta, no caso das comunidades negras rurais do Trombetas e Erepecuru-Cuminá, que, segundo fontes historiográficas, as mesmas formaram quilombos no passado. Contudo, a identidade “remanescente de quilombo” utilizada por esses grupos no presente etnográfico, emerge como resposta atual diante

¹ O uso do termo *comunidade* é ao se referirem a um grupo de unidades residenciais reunidas em uma mesma localidade, que possuem certa autonomia no estabelecimento de critérios próprios que regulam a utilização e manejo dos recursos ambientais no seu território de uso comum.

de situações de conflito e confronto com grupos sociais, econômicos e agências governamentais que passam a implementar novas formas de controle político e administrativo sobre o território que ocupam e com os quais estão em franca oposição.

As comunidades estudadas reivindicam o reconhecimento de direitos territoriais sobre as áreas que ocupam como meio de proteção e redução das pressões econômicas e políticas, garantindo a reprodução de práticas sociais e culturais. No trabalho etnográfico pude perceber que os interesses econômicos, como o de exploração da bauxita nos territórios do alto dos rios, e as ações governamentais de controle do território ocupado por esses grupos pelo disciplinamento das práticas agrícolas e extrativistas, todos foram atualmente reformulados. Mas, ações e projetos governamentais e não governamentais continuam procurando interferir nos modelos locais de vida social.

Este é o caso do projeto de construção de moradias do governo federal, em relação ao qual às comunidades quilombolas se queixam por estar em desacordo com os padrões locais. De acordo com os relatos, o modelo proposto de casa pelo projeto do governo está na contramão dos seus costumes, uma vez que o tamanho e a forma da construção são considerados incompatíveis com o tamanho dos seus grupos domésticos e os hábitos de moradia das famílias. Além disso, são casas, como dizem, inadequadas ao clima quente e úmido da Amazônia pelo uso de telhas de amianto, que esquentam o ambiente e nos dias de chuva produzem muito barulho. Logo, um dos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas consiste em ajustar as exigências externas aos seus modos de fazer, criar e viver, os quais garantem-lhes a “sustentabilidade”, segundo visão deles próprios.

O território ocupado pelas comunidades remanescentes de quilombos no alto dos rios é por eles considerado de uso comum. Segundo literatura consultada (Wagner, 2006), a modalidade de uso comum da terra é um aspecto frequentemente ignorado na estrutura agrária brasileira. Ela designa situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros, mas sim por uma unidade social. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente, acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem a referida unidade social (idem).

O ser quilombola

Procurei investigar no trabalho ora apresentado a multiplicidade de relações e significados envolvidos no cotidiano das pessoas interligadas, seja por laços de parentesco, vizinhança e/ou redes sociais, integrantes das comunidades remanescentes de quilombos do alto dos rios, formando, desta forma, universos locais com suas regras de inclusão e exclusão. Na atualidade, respondem a novos desafios colocados pelo “empreendimento capitalista moderno”, impondo-lhes formas diversas de extração e acondicionamento da castanha, assim como formas de organização e uso do espaço, relacionadas ao exercício de poder e gestão do Estado sobre o território por eles ocupado, após a titulação.

Gostaria de esclarecer que, ao longo do trabalho, me refiro aos chamados “remanescentes de quilombo” por quilombolas, como eles se auto-identificam. De acordo com a definição dos atores sociais: ser quilombola é ser coletivo -, o que para eles envolve não só a titulação coletiva do território como também estar inserido nas redes de relações próprias das comunidades do rio Erepecuru. Ainda segundo o entendimento do grupo, ser quilombola é possuir um modo de ser distinto, que define os de dentro em relação aos de fora. Deste modo, parto da ideia de Max Weber, citado por Geertz (1973), definindo o homem como um animal que vive preso a uma teia de significados por ele mesmo criada, podendo-se inferir que essa teia seja o que chamamos de cultura.

Sobre a análise dessa teia de significados, nos diz Geertz (1973), o ofício do antropólogo é desvendar esses significados estabelecendo relações entre eles, de forma a ensejar uma interpretação semiótica do objeto analisado. Como um sistema de signos passíveis de interpretação – ressalta Geertz (1973) – “a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles (os símbolos) podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade.”.

No caso dos grupos étnicos, representados na situação etnográfica pelos remanescentes de quilombos do rio Erepecuru, Barth (2005) nos diz que não são grupos formados com base em uma cultura comum, isto é, não são grupos portadores de cultura, mas suas formações ocorrem com base nas diferenças culturais socialmente comunicadas. “O contraste entre “nós” e os “outros” está inscrito na organização da etnicidade: uma alteridade dos demais explicitamente relacionada à asserção de diferenças culturais.” Barth (2005) convida-nos a pensar a cultura como um estado de

fluxo constante e distribuído por intermédio das pessoas, entre pessoas, como resultado das suas experiências. Ao terem experiências semelhantes e se engajarem mutuamente em reflexões, instruções e interações, as pessoas são induzidas a conceitualizar e, em parte, compartilhar vários modelos culturais.

O interior é fartura

Procedência das comunidades

A população dos quilombos ou mocambos do Trombetas, como também são conhecidos nos relatos dos viajantes e em referências historiográficas, foi em 1866 contabilizada por Tavares Bastos em mais de dois mil indivíduos. Atualmente, com uma população de cerca de 6.000 pessoas, os quilombolas de Oriximiná estão organizados em 32 comunidades rurais, distribuídas por oito territórios constituídos por grandes extensões da Floresta Amazônica ainda muito preservadas, que somam mais de 665 mil hectares .

A Floresta Amazônica está longe de ser um vazio demográfico, visto que abriga diversas comunidades ribeirinhas, quilombolas e/ou indígenas. Quando fugiram para a floresta, no século XIX, das fazendas e das propriedades dos senhores de Óbidos, Santarém, Alenquer e mesmo Belém, os quilombolas aprenderam com os índios alguns “segredos das matas”, permitindo-lhes não só fugir como também vencer os obstáculos com mais êxito. Hoje, as famílias quilombolas retiram grande parte do seu sustento e garantem sua sobrevivência a partir do uso comum de recursos oferecidos pelo território que ocupam na floresta.

Sobre a localização espacial dessas comunidades, O’Dwyer (2002) propõe:

“(…) a configuração espacial desses grupos do alto curso dos rios, cujo relativo isolamento é mantido e atualizado de forma consciente, não deve conduzir à reificação de qualquer imagem de um “mundo fechado e auto-suficiente”. Do nosso ponto de vista, a naturalização das ideias de “isolado social” e/ou “isolado cultural” deixa de fora e à margem das descrições etnográficas, diferentes processos históricos e sociais que resultam na construção de um “isolamento consciente”, baseado na memória histórica e genealógica desses grupos sobre sua origem comum, recuperando-se, assim, a noção de Weber sobre a construção de “fronteiras rigorosas...que se fixam em pequenas diferenças de hábitos cultivados e aprofundados... em virtude de um isolamento monopolista

consciente” (quilombos identidade étnica e territorialidade, 2002).

Rumo à Cidade

O deslocamento nas áreas ocupadas pelos quilombolas é realizado principalmente por barcos e rabetas – que são canoas acopladas de um motor pequeno - sendo que para se chegar a alguma comunidade vizinha demora-se horas. Visitas são mais frequentes no fim de semana, principalmente para a celebração de alguma paróquia ou uma partida de futebol marcada. Um complemento à comunicação foi a instalação de rádios em muitas dessas comunidades, ainda que seja necessário levar em conta a dificuldade de manutenção. A relação com a cidade está muito presente no cotidiano e na vida dessas comunidades. Se as “novidades” não chegam pelo rádio de comunicação, chegam ao final do mês, quando os quilombolas descem para a cidade afim de receber os benefícios como Bolsa Família, Aposentadoria, Salários e outros.

Nessa época, aumenta a movimentação na cidade, enquanto o interior fica esvaziado pelos barcos que descem o rio, abarrotados de membros tanto das comunidades ribeirinhas como quilombolas, além dos produtos que levam, com a finalidade de vender na feira ou em alguma mercearia da cidade ou ainda que levam para presentear algum parente da cidade. Uma prática comum dos quilombolas que “baixam” do interior para cidade é de se hospedarem na casa de algum parente ou amigo da cidade presenteando sempre com alguma coisa do interior, principalmente a farinha de mandioca que é muito apreciada na região. Essas práticas reafirmam a teoria da reciprocidade, fundamentada na tríade - dar, receber e retribuir - apresentada por Mauss (1974) em seu clássico Ensaio sobre o Dom e a Dádiva. Sabe-se que a dádiva não é um ato isolado e essa foi a grande descoberta, pois o processo compreende os três deveres que se repetem indefinidamente. Como Caillé (2002, p.142) reafirma, dádiva é “toda prestação de serviços ou de bens efetuada sem garantia de retribuição, com o intuito de criar, manter ou reconstituir o vínculo social”. Mauss (1974) observa também que o contato humano não se estabelece como uma troca, como em um contrato; considera-o como uma “lei não-escrita” que começa com uma dádiva que parte de alguém, gerando a retribuição e envolvendo um novo receber e retribuir, num processo sem fim. Os quilombolas, os estabelecidos no interior ou aqueles na cidade, estão inseridos nesse processo renovável de dádiva. Eles têm o costume de ‘presentear’ com produtos mais acessíveis à localidade que estão – exemplo: farinhas, peixes, caças, quando vem do interior; e roupas, material agrícola, como sementes, quando vem da

cidade. E também o costume de se hospedarem, até mesmo por meses, em casas de parentes. Os motivos variados, indo desde as questões de saúde, estudo, trabalho até passeio. São essas práticas de reciprocidade que alimentam o vínculo comunitário dos quilombolas, independentemente se estão na cidade ou no interior.

Uma vez na cidade, os quilombolas que ‘baixaram’ aproveitam também para fazer as compras possíveis, ir ao médico se necessário. Destaco que eles só buscam ajuda médica quando os remédios caseiros não funcionam, isto é, quando é ultrapassado o prazo comum, de uma semana, dado para o remédio caseiro fazer efeito. O recorrer ao hospital em detrimento da medicina local não é bem visto na concepção de saúde dos moradores dessas comunidades, como parte de um sistema de crenças, ela funciona na medida em que seus membros nela depositem sua fé. Conto aqui uma experiência própria vivenciada em campo: certo dia, eu acordei com torcicolo fortíssimo e uma jovem quilombola se ofereceu para puxar, mas previamente insistiu em perguntar se eu confiava nela pois, só assim teria efeito sobre mim. Todos possuem algum conhecimento sobre os remédios caseiros, mas existem também os benzedores que são possuidores do segredo das orações para cura, orações que são ensinadas pelos antigos e passadas em segredo a alguns.

Na cidade, os quilombolas também realizam suas visitas a amigos/parentes e resolvem os problemas burocráticos (como certidão de titulação, participação em projetos e outros) na ARQMO. O porto da cidade, segundo eles, fica em “festa” com os barcos e bares cheios pelos reencontros que ali se sucedem. Os quilombolas que não têm onde ficar dormem no barco que viajaram.

No porto encontrei várias famílias quilombolas que chegavam do interior e também quilombolas moradores da cidade que ali estavam com o intuito de encontrar com familiares e amigos. Esses encontros aconteciam tanto em algum barco como em algum bar da orla do porto e estendiam madrugadas regadas a bebidas e comidas. Em conversas com os que por ali ficam transitando no porto e mesmo em visitas às casas de quilombolas na cidade, escuta-se falar do interior como sinônimo de fartura, tanto de comida como de amigos. Para os quilombolas da cidade, o interior é referência de lugar e história que os unem e cria um sentimento de participação comunitária e identidade étnica no presente; mesmo porque, apesar de morarem na cidade, esses se fazem presentes nas principais manifestações culturais da comunidade, como nas festas religiosas. Todas essas experiências podem ser melhor compreendidas pelas elaborações apresentadas por Sahlins (1997) para compreender comportamentos coletivos:

“As pessoas organizam suas experiências segundo suas tradições, suas visões de mundo, as quais carregam consigo também a moralidade e as emoções inerentes ao seu próprio processo de transmissão. As pessoas não descobrem simplesmente o mundo: ele lhes é ensinado.”.

Ao se deslocarem do território originalmente ocupado em direção à cidade de Oriximiná, com a intenção de fixar residência ou apenas de passar um determinado período, os princípios que orientam a interação social entre os membros das comunidades se reafirmam no contexto urbano, posto que compartilhem de significados e representações sociais, comungam do mesmo repertório de tradições, mas, não necessariamente reproduzem a mesma vida levada no interior. Na cidade, os jovens quilombolas já mais ambientados à vida urbana que seus pais, participam vivamente das festas que aí ocorrem. Mesmo neste contexto urbano, esses jovens compartilham de uma origem em comum, dando preferência a estarem juntos na maioria de suas atividades, seja nos bailes de forró, num passeio na orla ou mesmo numa conversa na praça. Dessa forma, esses jovens fortalecem seus laços de pertencimento.

Sob o olhar do outro: vínculos e nexos

Sobre os olhares das “pessoas da cidade, os brancos” definidos assim pelos quilombolas, os coordenadores das comunidades, que são lideranças escolhidas em assembleia, são bem claros em dizer esses mudaram seus olhares para com a comunidade depois da visibilidade obtida com os processos de titulação. Lucas, coordenador da cooperativa de castanheiros CORQ, me disse certa vez que “As pessoas da cidade tinham medo de subir para o interior por causa da malária. Agora veem pessoas de fora subindo (referindo aos pesquisadores e agentes do governo), perderam o medo.” Outro coordenador, Caio, me disse “A cidade passou a respeitar mais as pessoas da comunidade. Perceberam que a cidade não é nada sem as comunidades.” Observações como essas quanto ao respeito adquirido na cidade com a visibilidade social que as titulações deram a essas comunidades foram variadas e recorrentes ao longo trabalho de campo.

A época anterior à titulação das terras, segundo os porta-vozes da ARQMO é representada por um sentimento de ‘invisibilidade social’. Os quilombolas recordam com pesar da exploração de seu trabalho e das baixas quantias que recebiam como

pagamento pelos produtos extraídos. Após as titulações, a presença dessas comunidades no sentido social e político, tornaram-se visíveis; e a forma de vida de seus habitantes valorizada como ‘tradicional’. Hoje, essa forma de vida é codificada pelos mediadores, ambientalista titulares das organizações não governamentais, cujo discurso se pretende antropológico, aportes valorizados para reafirmar a defesa da “diversidade cultural”, igualmente a Comissão Pró-Índio de São Paulo. Assim, essas comunidades passaram a estar na pauta de órgãos governamentais nos âmbitos federal e estadual, como o IBAMA, o INCRA e o INTERPA. Além disso, a titulação das terras mudou também a relação com essas instituições. Antes existiam relatos por parte dos quilombolas de racismo de seus funcionários diante de alguns membros dessas comunidades.

O fim do mês também é quando as lideranças comunitárias costumam se reunir, aproveitando a facilidade para que a maior parte dos coordenadores esteja presente. Encaminham então resoluções sobre questões de “políticas comunitárias” como projetos de órgãos governamentais, ou não governamentais; ou planos de ação financiados pela Mineração Rio do Norte – MRN – empresa de extração mineral da bauxita, todos voltados para as comunidades quilombolas.

A mudança na relação das comunidades com a mineradora MRN é relatada por Miguel, importante liderança do movimento quilombola que, na época do trabalho de campo, assumia a coordenação da Malungo (Coordenação das Associações Quilombolas do Pará). Segundo ele, essa mudança aconteceu quando os quilombolas tornaram público, no Tribunal dos Povos da Floresta - se referindo ao Tribunal Permanente dos Povos, Paris, os problemas enfrentados pelas políticas adotadas pela mineradora. Miguel diz que é nesse momento que a MRN reconhece a necessidade de ajudá-los. E uma das formas buscadas pela empresa foi o financiamento das estradas na Cachoeira do Chuvisco, onde ficam localizados os castanhais, facilitando o escoamento da castanha coletada. Na época do trabalho de campo, como estavam terminando a construção da estrada, as reais melhorias ainda não tinham sido experimentadas.

A CPI-SP trabalha em parceria com os quilombolas há algum tempo. Um dos seus principais projetos em parceria com a ARQMO é o Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas, que revela como uma de suas ações prioritárias a organização do sistema comunitário de exploração da castanha-do-pará. Desse projeto, nasceu a cooperativa dos castanheiros quilombolas (CORQ) que será comentada mais à frente.

As reuniões das lideranças no fim do mês acontecem numa casa onde funciona o setor burocrático. Definida por eles mesmos, as atividades cobrem as

titulações ou qualquer documentação de vinculação em projetos governamentais ou não, da associação ARQMO. Os quilombolas precisam lidar com uma infinidade de órgãos e documentos de interesses variados, o que os deixa confusos sobre os reais interesses desses para com as comunidades. Durante as entrevistas, relataram inúmeros projetos governamentais ou não, que envolviam as comunidades, mas não foram concluídos, apontando diferentes justificativas. Porém, sempre estava presente a reclamação de que, na maior parte desses projetos, os beneficiados – nesse caso, os próprios quilombolas – não eram consultados sobre seus reais interesses. A associação, como definiu O’Dwyer, surge como “(...)órgão representativo em oposição aos interesses políticos e econômicos que não lhes reconhecem o direito às terras que ocupam por várias gerações.”.

Hoje a sede da associação serve também como ponto de encontro dos quilombolas que estão na cidade. A qualquer hora do dia, há sempre um grupo jogando conversa fora na varanda, conversas que trazem notícias das outras comunidades, ou vendo TV na sala. A casa é de uso comum com algumas restrições justificadas pela presença de coisas definidas por eles como burocráticas; e é também referência para quem quiser conhecer ou entrar em contato com as comunidades quilombolas de Oriximiná, localizadas no alto dos rios.

Foi através de visitas à ARQMO que recebi um convite para viajar as comunidades do interior. Viagem esta iniciada com Lucas, sua esposa Mariana e seus filhos Eduardo e Leandro em um barco que tinham acabado de conseguir com a prefeitura para as crianças mais velhas poderem ir para a escola polo, localizada a algumas horas de sua comunidade. Viajamos pelo rio Erepecuru durante 10 horas até a comunidade do Jauari, onde fiquei hospedada na casa de dona Teresinha, conhecida como tia Terê. Do Jauari, fiz várias visitas a outras comunidades do Erepecuru, sendo que visitei a Serrinha apenas quando retornei ao interior a convite para um evento da cooperativa. Por essa oportunidade, conheci moradores de outras comunidades (não só do Erepecuru como também do Trombetas) mediante conversas com os quilombolas que estavam ali para o evento.

Castanheiros: filhos do rio Erepecuru

Grupo doméstico

O Erepecuru é um importante afluente pela margem esquerda do rio Trombetas. As comunidades quilombolas estão distribuídas nas suas margens, na seguinte ordem a montante do rio: Serrinha, Terra Preta, Terra Preta Dois, Água Fria, Arancuã de Baixo,

Arancuã de Cima, Arancuã do Meio, Jarauacá, Boa Vista do Cuminã, Varre Vento, Jauari, Espírito Santo, Araçá, Araçá de Dentro e Cachoeira da Pancada. Formados por grupos familiares entrelaçados, que compartilham não só da terra, mas também de práticas culturais, além de uma memória comum, esses grupos se afirmam por meio de uma existência considerada por eles coletiva, reforçada quando dizem, com orgulho, que são todos parentes. Os laços de parentesco que, na perspectiva de um observador externo e sem o conhecimento das teorias antropológicas de parentesco, parecem um emaranhado aparentemente difícil de delimitar, atuam como uma 'linha de costura' que aproxima as comunidades ao longo do rio. Reforçam assim relações de solidariedade e reciprocidade. Tais comunidades são formadas através do entrelaçamento entre grupos domésticos que permitem a troca e mobilidade dos seus membros.

Os grupos domésticos do Erepecuru compreendem a família nuclear que consiste no homem, sua esposa e os seus filhos, mas pode agregar outros membros como sobrinhos, tios, irmãos, mãe, pai, sogro e sogra. Segundo Fortes (1974), o grupo doméstico corresponde uma unidade que detém a propriedade da casa e assume sua manutenção e organização, visando prover os recursos necessários à reprodução social e cultural de seus membros. O conceito de grupo doméstico permite analisar as atividades concebidas com a produção de comida, proteção e meios não materiais que asseguram a continuidade com a sociedade maior. A casa revela-se como uma unidade do processo de distribuição, segundo regras de reciprocidade que possibilitam a um grupo doméstico acionar estratégias de reprodução social baseadas num jogo de obrigações mútuas dos membros. Nesse sentido, também assegura a reprodução do status do grupo. As relações internas ao grupo doméstico são orientadas por princípios de hierarquia e de gênero. Elas definem o processo de trabalho na unidade de produção e consumo, direcionando a ação de cada um de seus membros.

Para esclarecer a influência das concepções de gênero na hierarquia interna das famílias, é importante ressaltar que as comunidades quilombolas são patrilineares, ou seja, após união, a mulher costuma se mudar para a comunidade do marido, que constrói sua casa próximo aos seus irmãos homens. Porém, a casa da família é gerida pela mulher, que tem a preocupação e responsabilidade maior com os membros da casa. Ela cuida não só das atividades da casa, que consistem no preparo dos alimentos e sua repartição entre os membros do grupo, como também dá ordens às filhas e filhos, além de cuidar da saúde da família.

Esses conceitos, associados à perspectiva das observações em campo,

permitiram entender a combinação das diversas estratégias adotadas pelos grupos domésticos do Erepecuru, baseadas principalmente na ocupação, concepção e usos específicos da terra. O conjunto de bens, pessoas e saberes, para Fortes (1974), são o capital transmissível ao longo dos ciclos de desenvolvimento desses grupos domésticos.

Como referência de grupo doméstico na situação etnográfica descreverei o núcleo familiar de seu Omar, considerado um dos mais antigos quilombolas da comunidade do Jauari, apontado pelos próprios membros desta comunidade como o núcleo familiar mais “estruturado” de todos. Isso significa que os recursos materiais do seu Omar são considerados mais estáveis, pois produz continuamente no roçado, tem um pouco de gado e um barco próprio, logo, sua contribuição familiar à vida comunitária tem sido maior. Exemplo disso é o que ocorre com o diesel, combustível usado para gerar eletricidade nas comunidades, para o qual seu Omar acaba por contribuir mais que as outras famílias.

Seu Omar se diz o filho homem mais novo do antigo tronco familiar dos Melo e assim como seus pais se intitula ‘filho do Erepecuru’, não sabe dizer exatamente a localidade do rio onde nasceu.

“Desde que me entendo já moramos em vários pontos do rio. Você pode ver que temos parentes até lá na Pancada (última comunidade, localizada no alto do rio Erepecuru)”, explica seu Omar.

Seu Omar casou-se com Dona Manuela (Manu), nascida em outra comunidade na cidade de Juriti e, junto com seus irmãos e cônjuges, eles formaram a comunidade do Jauari.

As casas normalmente são espalhadas, distantes umas das outras, exceção do Jauari, que se concentra em um núcleo em volta da antiga casa do falecido sacaca João Melo, irmão do Seu Omar. A viúva de João Melo, dona Maria Helena da Silva, que atualmente mora na cidade com os filhos mais novos e os netos, que frequentam a escola em Oriximiná, me disse que, na época que seu marido vivia lá no interior, todos queriam morar perto dele, pois como sacaca representava uma segurança mítica para os quilombolas. Afinal os sacacas sempre conheceram os segredos da floresta, prescrevendo remédios e fazendo profetismos sobre o futuro.

O único indicado como herdeiro do ‘saber’ de sacaca que João Melo dominava é Rafael, seu filho mais novo, hoje fora da comunidade, mas segundo

telefonema da sua irmã, encontra-se morando na boca do rio Cuminá. Sobre Rafael, seu irmão Lucas diz:

“Rafael foge do seu destino de sacaca. Mas ele mesmo tem noção que a vida dele está direcionada para isso” e completa dizendo, como se conformasse: “Não surgiu ainda nenhum sacaca porque a natureza mudou muito. Anda muito movimentada por causa das televisões, motores, barcos.”

Além da autoridade religiosa dos sacacas, as comunidades contam com os chamados benzedeiros, representados pelos mais velhos que acumulara, mais conhecimento e cuidam de todos na comunidade fazendo remédios caseiros e “puxando”. Os sacacas e os benzedeiros são vistos tanto como pessoas capazes de curar doenças como também pessoas que tem poderes de provocá-las. Antes de buscar ajuda médica na cidade, os benzedeiros são os primeiros a serem procurados. Como dito anteriormente, passada uma semana ou mais, se o paciente ainda não estiver melhor, ai sim, será levado para o hospital.

Seu Omar conta que, quando os filhos eram mais novos, Manu mudou-se para cidade para que eles estudassem, enquanto ele permaneceu no interior trabalhando. Essa é uma prática comum aos quilombolas, onde os homens permaneciam no interior, dedicados ao trabalho extrativista, enquanto as mulheres, juntamente com as crianças, “baixavam” (do alto do rio Erepecuru) para a cidade, no intuito de frequentar as aulas. Também era costume algumas crianças “baixarem” sozinhas para cidade ficando em casas de parentes.

Como cita Vicent (1987) em seus estudos, na sociedade agrária é muito comum hospedagem de crianças provenientes do interior para cidade em casa de parentes que residam próximos a escolas. E como os mecanismos estabelecidos de parentesco se adaptam às necessidades de mudança, as reciprocidades envolvidas podem transcender gerações. Hoje a casa onde dona Manu morou com seus filhos para estudar, abriga os filhos de dona Maria José, Adelina e Diego, sobrinhas do seu marido Omar.

Parte dos filhos de dona Manu e seu Omar permaneceram na cidade de Oriximiná, outros foram para Manaus e Belém e dois voltaram para o interior para ajudar os pais. A volta do filho Luciano era significativa e foi articulada por seu Omar junto com as lideranças da comunidade, visto que além de ajudar o pai a cuidar da roça

e na extração da castanha, assumiu o posto de saúde da comunidade, visto que já havia recebido formação da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde). Luciano e sua esposa Sueli “fortaleciam” a composição do núcleo familiar ajudando nas tarefas do roçado, na extração da castanha e nos afazeres domésticos, mas ambos conciliavam ainda essas atividades com outra função: Luciano, como agente do posto de saúde da comunidade de Jauari; e Sueli como professora na comunidade Boa Vista, a jusante de onde mora.

O roçado

Ao observar os roçados familiares em visita a essas comunidades, notei que os terrenos não eram demarcados fisicamente e sim definidos de acordo com quem trabalhou e plantou naquela terra. Assim, “a terra não tem dono”, mas os roçados sim. Como foi dito anteriormente, é comum duas famílias compartilharem o produto do roçado, dividindo-o como descrito a seguir: no caso da mandioca, constatei que quando uma família plantava e colhia e outra fazia o fabrico, ao final dividiam a farinha meio a meio. As frutas plantadas, como as melancias, eram para uso próprio, repartidas ou vendidas na cidade dependendo da quantidade da produção. Outro exemplo de meação entre as famílias: quando estava em campo, era época de plantar melancia. A família de dona Terê dividia o roçado com seu Omar que provia as sementes, indicadas como de difícil acesso por eles. O marido de dona Terê, conhecido como Preto, ficou então na função de preparar o terreno, abrindo com fogo uma capoeira, trabalhar a terra e plantar. Entraram em acordo que as duas famílias dividiriam a colheita. Após a colheita, o excedente da produção serviria para realizar trocas com produtos de outras comunidades vizinhas, ou levariam para a cidade afim de “fazer algum dinheirinho na feira”, como diziam.

Na época do campo estava também um sobrinho de Sueli ajudando no roçado. Este não morava com eles, só “reforçava” a mão de obra familiar. Isso é comum e funciona como um empréstimo de mão de obra: um membro de uma família passa temporadas na casa de parentes ajudando no trabalho. Ao final, o trabalho pode ser trocado por produtos do roçado que ajudou a plantar ou mesmo uma quantia em dinheiro.

Os roçados plantados pelos quilombolas dessa região já eram de tamanho menor quando comparados aos roçados feitos pelas demais populações ribeirinhas de Oriximiná. O’Dwyer (2002) ressalta que o fato pode estar relacionado à predominância de atividades extrativistas nessas comunidades. Confirmando tal afirmação, percebi em

conversas que os quilombolas mostravam maior interesse em trabalhar na colheita da castanha (sua principal atividade extrativista destinada à venda) a cuidar de um roçado, mesmo que fosse da mandioca, principal produto de subsistência consumido por eles. Os grupos domésticos estudados são, assim, constituídos por relações familiares que organizam as atividades no extrativismo da castanha.

Alicerces da comunidade

Além do roçado e da coleta sazonal da castanha, as famílias viviam da caça e da pesca que diziam não faltar porque o rio é encantado e por isso sempre farto. Essas atividades relacionadas eram base da vida produtiva e, mais do que isso, eram as atividades que os homens desempenhavam com muito gosto. Vistas como lazer e trabalho, afirmavam que era para isso que cada menino se preparava desde a infância. A caça era realizada pelos homens, que geralmente saíam na madrugada em pequenos grupos munidos de espingardas e terçados, embrenhando-se mata adentro.

Os elementos que constituem o espaço físico das comunidades variam de acordo com as particularidades de cada lugar. Era comum encontrarmos uma capela católica; as casas construídas em sua maioria de pau a pique; um barracão onde realizam festas e celebrações; um campinho (de futebol), importante espaço de integração social de todas as idades e pessoas hoje na comunidade, e uma escolinha que normalmente funciona até a quarta série. Para continuidade dos estudos, os quilombolas precisam optar entre a escola polo na comunidade Boa Vista ou ir para a cidade estudar e trabalhar. Destaco que a opção por continuar os estudos e permanecer no interior era recente, pois, antes da construção dessas escolas-polo, a única forma para continuar os estudos era ir para cidade de Oriximiná. Anteriormente continuar os estudos não era possível para muitos. E quando o era, mudava a dinâmica do trabalho do grupo doméstico com as crianças, trocando a lida no roçado familiar por trabalhos diversos na cidade, como empregados em lojas comerciais, restaurantes, oficinas e serviços domésticos.

O movimento de retorno dos jovens para as comunidades estava se fortalecendo na época do trabalho de campo. Isso se devia em parte aos barcos disponibilizados pela prefeitura de Oriximiná para transportar as crianças à escola-polo da comunidade de Boa Vista, o que serviu como incentivo utilizado pelas lideranças para “encher novamente as comunidades que estavam tristes” (e esvaziadas). Sobre a “tristeza”, durante o trabalho de campo, ouvi o relato de uma situação dramática por eles vivida no Jauari. A “triste história” ainda pulsante de um membro antigo da comunidade morto

pelo genro que, segundo dizem, o “confundiu” com um animal da mata durante uma caçada. O acontecido foi tomado pelos quilombolas como “mau presságio” e para combatê-lo, era preciso unir a comunidade e incentivar o retorno dos jovens à vida no alto dos rios.

Os quilombolas não só valorizavam o “coletivo”, como o território titulado, mas o que chamavam de “ser coletivo”, isto é, a reprodução por parte de todas as gerações de respeito pela “coletividade”. Acreditavam que sua sobrevivência e reprodução social dependiam disso. Até o uso da energia elétrica era para eles um exemplo do “ser coletivo”, pois era gerada por motor alimentado por diesel, com uso restrito, visto que o combustível ficava caro para os membros da comunidade. Mesmo que a prefeitura contribuísse com 50 litros de diesel para cada comunidade, o restante precisava ser “rateado” entre as famílias conforme acordo entre as partes. A energia elétrica era usada nas atividades de lazer que reunissem a maioria. Por exemplo: para a novela e o futebol assistido na casa de algum morador ou no barracão que tivesse TV, como para a dança que os jovens agitavam para acontecer no barracão. Os dias e horários de funcionamento do motor eram acordados preferencialmente de segunda a sábado no horário da novela. E prolongados às vezes para o futebol ou quando ocorria dança no barracão. Essas eram atividades de importante integração e compartilhamento entre os membros dos grupos.

Recursos livres

Tanto a caça como a pesca são tratados como recursos de consumo livre, também oferecidos como presente a alguém que não conseguiu sucesso. O rio é fundamental para as comunidades além de ser usado como o principal meio de locomoção e ser uma fonte imprescindível de alimento. É na beira dele que todos tomam banho, lavam roupas, louças e retiram a água usada nas pequenas tarefas de casa e para beber. Importante ressaltar que a participação do rio na vida das comunidades ia além da utilidade. O rio é também lugar de histórias e um personagem de destaque é o “boto cor de rosa”. Para os quilombolas, quando uma mulher em seu ciclo menstrual lava-se no rio, atrai o boto com o cheiro, abrindo caminho para os encantamentos do boto, que são associados a maldades, como engravidar uma mulher ou causar doenças. Em conversas, sempre era alertada sobre os perigos do boto e de uma mulher menstruada entrar no rio Seu Caio, morador de uma comunidade do rio Trombetas, certa vez me descreveu, em visita à sede da ARQMO, a forma que o boto assumia.

“Ele toma forma de um homem vestido todo de branco e usa sempre chapéu para esconder o buraco da cabeça. Assim ele passeia pelas comunidades enganando as mulheres, dançando com elas.”

Da floresta, além da caça, os quilombolas aprenderam e acumularam conhecimentos sobre sua flora, o que lhes permite extrair, além de remédios, como óleos naturais, a castanha, hoje principal fonte de renda.

O extrativismo da castanha assume uma importância que vai além da econômica. A “lida” com a castanha remonta o século XIX, quando os escravos fugitivos das fazendas de Óbidos, Santarém e Alenquer formaram seus quilombos nas matas do Rio Trombetas e seus afluentes. Mesmo no período da fuga para os quilombos, a coleta da castanha-do-pará visava não apenas ao consumo, mas também à comercialização no mercado regional, confirmando não serem de um mundo social fechado e intransponível. Os quilombolas vendiam gêneros agrícolas e extrativistas nas cidades de Óbidos e Oriximiná ou para os regatões, tendo seus produtos alcançado certa importância nesses mercados. Este sistema produtivo, com grande ênfase no extrativismo, vinha sendo perpetuado de geração em geração.

Segundo o zoneamento agroecológico realizado pela Embrapa Amazônia Oriental, na cobertura vegetal das terras de quilombo tinha destaque a floresta densa dos platôs. Considerando que era nessa classe de floresta onde se concentravam as ocorrências espontâneas de castanheiras, constata-se, segundo eles, “a vocação das terras de quilombo para o extrativismo”, visão que valoriza hoje o fábriço e comercialização da castanha mediante projetos de financiamento a esse considerado principal “produto quilombola”.

Os castanhais se concentram na cachoeira Chuvisco, que fica depois da cachoeira Pancada, última comunidade quilombola do mesmo nome, subindo o rio Erepecuru. A distância das comunidades leva algumas famílias a irem para os castanhais, morar por lá na época da colheita e se dedicar exclusivamente à colheita, ao contrário das famílias que moram mais próximas e fazem “turno no dia” para colher ao longo de um maior período. As famílias que ficam pelos castanhais na época da colheita moram em casas provisórias, menores que as que costumam habitar, se alimentam preferencialmente de caça, pescaria, castanha e da farinha por elas levadas.

Entendendo como José César Gnaccarini e Margarida Maria Moura (1983), a

produção das famílias quilombolas pode ser considerada como “uma produção camponesa, que se mantém ou se recria na estrutura agrária como uma forma de luta por sua permanência; ao mesmo tempo em que dela se vale o sistema dominante para extração e captação de seu sobretrabalho”. Correspondem assim a processos de ajustamento e ressignificação local às forças econômicas e políticas hegemônicas. O tempo das relações comerciais têm duração anual, muito diverso do calendário da produção extrativista da castanha realizada pelos quilombolas na primeira parte do ano, época em que, como eles próprios relatam, todos ajudam na colheita, até crianças de 8 anos. A segunda parte do ano é dedicada ao roçado associado às outras atividades de caça e pescaria.

German Castelli e Wikinson (2002) identificam vários tipos de comportamento econômico que obedecem a lógicas diferentes e têm diferentes formas de validação. Para estes autores, cada um desses mundos tem uma dinâmica de criatividade própria que se submete a modalidades diversas de proteção, apropriadas à sua forma e “natureza”, o mesmo devendo ocorrer com o chamado saber tradicional.

Principal produtor brasileiro de castanha, o Pará contava com a cidade de Oriximiná como um importante pólo de produção que, contudo, sofreu significativa diminuição nas vendas e exportações deste produto, devido principalmente à expansão da fronteira agrícola e ao desmatamento de castanhais, para dar lugar à pecuária e à agricultura, ameaçando também o “território quilombola”. Os mais extensos castanhais do estado, após as frentes de ocupação do sudoeste do Pará, se concentravam na maior parte no rio Trombetas, isto é, a que corresponde à área de ocupação tradicional dos quilombos. Os quilombolas relataram vários conflitos com latifundiários na tentativa de ocuparem, até mesmo à força, seus territórios. Tais conflitos podem representar uma ameaça a um modo de vida camponês, como Wanderley (1997) afirma:

“A agricultura camponesa tradicional é profundamente inserida em um território, lugar de vida e de trabalho, onde o camponês convive com outras categorias sociais e onde se desenvolve uma forma de sociabilidade específica, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco.”.

Para Wanderley

“O território é também percebido como um espaço de vida de uma sociedade

local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e redes de integração com o conjunto da sociedade na qual está inserida. Trata-se, neste caso, de perceber o território como inscrição espacial da memória coletiva e como uma referência identitária forte.”.

Um dos problemas enfrentados são as “fronteiras” do território demarcado, pois que esbarram com os “individuais”, como designam aqueles que, durante o processo de demarcação e titulação do território quilombola, recusaram a titulação “coletiva”, preferindo receber títulos “individuais”. Dizem que a maior parte deles não são “filhos do Erepecuru”, muitos chegaram de outros municípios e até de outros estados. As fronteiras entre eles referidas pelos quilombolas e demarcadas por este conflito atingem principalmente os castanhais, que se encontram nas áreas de uso comum, tituladas como coletivas, e continuam sendo usados com certo “abuso” pelos “individuais”, como dizem os “coletivos”, ao redefinir os “de dentro” e os “de fora” da comunidade.

Após conseguirem a titulação das terras, os quilombolas de Oriximiná tornaram-se foco de políticas governamentais e ações não-governamentais. Exemplos disso é a Mineração Rio do Norte, prefeitura de Oriximiná e a Comissão Pró-Índio de São Paulo, entre outros, que contribuem para inovações sociais e políticas significativas, visando um projeto político-econômico definido como de luta pela sustentabilidade econômica e de preservação ambiental e reprodução social. Assim, um dos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas de Oriximiná, consiste nas possibilidades existentes de inserção social, política e econômica, e em ajustar as exigências dos poderes constituídos em relação às práticas anteriormente utilizadas de sustentabilidade dos grupos domésticos.

Como resultado do Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas (projeto estruturado pela ARQMO juntamente com a Comissão Pró-Índio de São Paulo), a cooperativa dos castanheiros pode ser pensada como um desdobramento decorrente da relação com o mercado regional e integração e sobrevivência dessas comunidades nas estruturas econômicas e sociais mais amplas. A cooperativa de castanheiros (CORQ) é resultado do Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas, surgindo como um novo ator político que tinha como objetivo tornar a exploração da castanha uma atividade “mais rentável”.

Os quilombolas justificam a formação da cooperativa dizendo ser ela uma forma de utilizar as ‘boas práticas’ e ao mesmo tempo concentrar a produção de castanha das comunidades e conseguir compradores que possam pagar preços considerados justos

pela produção. Antes do projeto de manejo, o que mais acontecia era a venda da castanha bruta para os atravessadores da região, que normalmente pagavam por ela um preço muito baixo. Estes atravessadores normalmente faziam um primeiro beneficiamento da castanha-do-Brasil, que incluía a secagem e polimento em secadores rotativos, e a vendiam no mercado de Óbidos, Santarém ou para empresas beneficiadoras, podendo assim ganhar até quatro vezes o valor pago às comunidades produtoras. A cooperativa buscava atender esses padrões de qualidade exigidos pelo mercado e, assim, acabar com a relação de exploração dos atravessadores. Com o objetivo de dialogar com valores, princípios e expectativas de outros segmentos e se apropriar deles de diferentes maneiras, os quilombolas que fazem parte da cooperativa tem igualmente a possibilidade de atualizar e reinterpretar valores, saberes, técnicas, virtudes e qualidades próprias do que consideram “ser extrativista” inserido no “ser coletivo quilombola”.

Referencias Bibliográficas

- ALMEIDA, Wagner B de. *Terras de quilombo, terras indígenas, ‘babaçuais livres’, ‘castanhais do povo’, faxinais e fundos de pasto: Terras tradicionalmente ocupadas. PPGSCA-UFAM - Manaus, 2006.*
- BARTH, Fredrik. *Etnicidade e o Conceito de Cultura.* Tradução de: *Paulo Gabriel Hilu da Rocha.* Pinto Antropolítica. Nº 19. 2º semestre 2005
- BECKER, Howard. *Introdução. Métodos de pesquisa: Métodos de pesquisa em ciências sociais.* SP: Ed. Hucitec, 1993.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas.* Zahar. Rio de Janeiro, 1973
- MALINOWSKI, B. *Introdução. Tema, método e objetivo desta pesquisa.* In: *Argonautas do pacífico ocidental.* SP: Abril S.A, 1976. (Coleção os pensadores).
- MAUSS, M. 1974 . *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.* In : *Sociologia e Antropologia.* v. II. São Paulo : Edusp.
- O'DWYER, Eliane C. (Org.) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade.* Rio de Janeiro. Editora FGV, 2002.
- O'DWYER, Eliane Cantarino . *Racismo, etnicidade e políticas de identidade no Brasil: os remanescentes de quilombos na fronteira amazônica.* In: Tânia

Pacheco; Selene Herculano. (Org.). Racismo Ambiental. 1 ed. Rio de Janeiro: Fase, 2006, v. 1, p. 53-72

SAHLINS, Marshall. *O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte I)*. Rio de Janeiro: Mana, 3 (1): 41-73, 1997.

Outras fontes:

Prefeitura de Oriximiná:

<http://www.oriximina.pa.gov.br/portal1/intro.asp?ildMun=100115084>

INCRA:

<http://www.incra.gov.br/portal/>

QUESTÕES RACIAIS NO BRASIL: SÍNTESE HISTÓRICA E PERSPECTIVAS DE ESTUDO A PARTIR DA TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

Deloise de Fátima Bacelar de Jesus – Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela EACH/USP e Mestranda em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC –
deloise.jesus@ufabc.edu.br.

Jony Marcos Rodrigues dos Santos – Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela EACH/USP e Mestrando em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC –
jonygpp@gmail.com.

Resumo

O presente trabalho discute as questões do preconceito, da discriminação e da desigualdade racial no Brasil, apresentando um breve histórico do desenvolvimento das teorias sociais que discutiram estes fenômenos no decorrer da história brasileira. Em seguida serão apresentados alguns elementos da teoria social que contribuem para os estudos sobre o preconceito, a discriminação e da desigualdade racial no Brasil, sendo eles: as contribuições dos autores pós-colonialistas às ciências sociais, as discussões sobre deslocamento e descentramento do sujeito, e as questões raciais vistas a partir da ideia de estigma. Concluímos o trabalho demonstrando que a necessidade de discussão e pesquisa a respeito das questões raciais no Brasil.

Palavras Chaves: Discriminação, preconceito e desigualdade racial.

Abstract

This paper discusses the issues of prejudice, discrimination and racial inequality in Brazil, presenting a brief history of the construction of social theories discussed these

phenomena in the course of Brazilian history. Then we introduce some elements of social theory that contribute to the study of prejudice, discrimination and racial inequality in Brazil: the contributions of authors postcolonial social sciences, discussions about displacement and decentering of the subject, racial issues and views from the idea of stigma. We conclude the work by demonstrating that the need for discussion and research about the racial issues in Brazil.

Key words: Discrimination, prejudice and racial inequality.

Introdução

O presente trabalho objetiva apresentar uma breve discussão a respeito das problemáticas associadas à desigualdade, à discriminação e ao preconceito racial em relação a população negra no Brasil, analisando a trajetória do pensamento social brasileiro sobre o tema e propondo a continuidade dos estudos relacionados a ele a partir de perspectivas das teorias sociais. Desse modo, foi selecionado um grupo de teóricos das ciências sociais para apontar um conjunto de elementos que podem contribuir para o estudo do tema com base em uma perspectiva multidisciplinar.

Considerando que as relações de desigualdade raciais e suas consequenciais para brancos e não brancos no Brasil ainda existam (HERINGER, 2002), e que a redução dessas desigualdades têm sido demasiadamente tímida e insuficiente para o alcance da igualdade (SOARES, 2002). E que, contraditoriamente, a ideia de que nem o preconceito, nem a discriminação, nem a desigualdade racial existam hoje, ou tenham existido em algum momento da história brasileira persistem em determinados grupos sociais e correntes teóricas, fazendo com que tais fenômenos não sejam entendidos como passíveis de estudo ou de intervenção pública. Tal posição é defendida por autores como Ali Kamel (2006), que sustenta que o estudo ou a intervenção pública para solucionar questões de desigualdade racial só serviriam para gerar conflitos que atualmente não existem. Sendo assim, é preciso continuar a analisar ambos os fenômenos, aproveitando as recentes produções teóricas das ciências humanas e sociais para discuti-los, pois o aprofundamento nos debates e a superação das “hierarquias raciais” configuram elemento central para o fim destas desigualdades.

Em primeiro lugar, apresentamos uma síntese da situação das questões raciais no Brasil, a partir de uma breve análise histórica das teorias sociais, ações públicas e relações sociais que resultaram na atual estrutura de desigualdade racial brasileira. Discutimos as teorias racistas que sustentaram a economia escravagista, passando pelos ideais que sustentaram a política de branqueamento, até as teorias de “democracia racial no Brasil” na década de quarenta, e as recentes discussões teóricas sobre a existência de uma desigualdade racial e de conflitos que permeiam as relações entre brancos e não brancos, a miscigenação brasileira e as problemáticas relacionadas a políticas afirmativas.

Em seguida, proponho alguns temas em voga na teoria social contemporânea a serem considerados nos estudos e nas discussões a respeito da discriminação e desigualdade racial no Brasil, sendo eles: As ideias pós-coloniais de relações de dominação e poder eurocentradas, desconstrução da inferiorização da diferença e hibridismo em Sérgio Costa

(2006), a discussão a respeito da fragmentação e do deslocamento dos sujeitos da “modernidade tardia” em Stuart Hall (1992), e a questão do estigma em Goffman (1981) que permanece contemporânea para a experiência brasileira.

Desigualdade, discriminação e preconceito racial no Brasil: Por que ainda faz sentido discuti-los?

Autores como Habermas (1998) e Hall (1992) sustentam que as nações são comunidades imaginadas, criadas em um momento histórico específico com objetivos específicos, de forma autoritária e violenta; e que não há homogeneidade nem na origem da formação de suas populações nem “pureza” em relação às demais nações em virtude dos diversos contatos, inclusive por meio da imigração, que transformam o comportamento e a identidade dessas nações. Concordamos com eles. Mas isso não significa que não seja relevante estudar fenômenos com base nas relações locais, internas a lógica de um país em especial. Ortner (2007, p. 838) afirma que há aspectos culturais compartilhados que justificam o estudo do comportamento de uma comunidade específica “para entender os funcionamentos do poder, e para a compreensão dos recursos dos sem-poder”. Santos (1988) defende que o conhecimento não é apenas total, mas também local, uma vez que surge de problemáticas nascidas localmente. O autor defende que o conhecimento produzido não pode ser desvinculado da pessoa e do contexto no qual está inserido, de modo a afirmar que todo conhecimento é autoconhecimento e que a produção científica chega a ser autobiografia.

Sahlins (1997) defende a importância da continuidade do estudo da cultura tanto para a antropologia quanto para as ciências humanas em geral, pelo fato de o estudo da cultura considerar as relações simbólicas que não são definidas pela biologia, ou verificadas nos demais animais. O autor explica que as críticas ao estudo da cultura se dão, principalmente, pelo temor de que os estudos culturais demarquem diferenças ajudando a sustentar, como no caso do racismo, os sistemas de opressão, inferiorização e desigualdade presentes no sistema capitalista, com a intenção de manter o controle e a dominação sobre as “culturas periféricas”. Para Sahlins (1997), no entanto, os autores que começaram a construir a antropologia com base na ideia de cultura estavam justamente se opondo a então onda colonizadora, assim como as diferenças culturais não possuem nenhum valor em si mesmas, e tem sido, inclusive, utilizadas pelos povos subjugados para rejeitar a opressão ocidental. O conceito de cultura é, portanto, plural e não universalizante nem hierárquico.

Sendo assim, faz sentido discutir e entender os aspectos da cultura brasileira que valorizam a diversidade ao mesmo tempo em que mantém desigualdades raciais, ou ainda, como afirma Osório (2008), as discussões a respeito da desigualdade racial no Brasil objetivam compreender a persistência da desigualdade, da discriminação e do preconceito racial frente a queda do ideário de raças em uma sociedade que, inclusive, criminaliza penalmente a discriminação e o preconceito. Considerando a persistência de confusões sobre o tema acreditamos que não é exagero reafirmar que as raças no sentido biológico não existem. O termo será utilizado nesse artigo apenas no plano simbólico do imaginário individual e social que constrói uma identidade para si e para o outro a partir de um conjunto de características físicas, como é entendida por Stuart Hall (1992, p. 17):

A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, freqüentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas — cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. — como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro.

No entanto, como demonstra Heringer (2002), há a persistência de diversas formas de desigualdades sociais entre negros e brancos no Brasil, relativos ao nível de renda, de escolaridade, funções de emprego, acesso a infraestrutura básica, habitação, entre outras, nas quais invariavelmente a população negra vivencia as piores condições. A autora defende que este fenômeno não acontece apenas pela origem de menor renda da população negra no período posterior à abolição da escravidão, mas pela perpetuação da desigualdade em virtude da existência de preconceito racial e pela prática de discriminação contra os negros no decorrer da história brasileira.

Santos (2005, p 11) demonstra que no decorrer do período escravagista vigoraram teorias científicas que sustentavam a existência de raças, assim como uma hierarquia evolucionista entre estas raças, sendo a “raça branca” a mais evoluída, e as demais, principalmente a “raça negra”, inferiores. Para Jaccoud (2008, p. 53) a política de branqueamento, realizada por meio do financiamento público da imigração de europeus brancos, estava baseada na ideia de graus de superioridade de acordo com graus de branqueamento, de modo que “o projeto de um país moderno era, então, diretamente associado ao projeto de uma nação progressivamente mais branca” (JACCOUD, 2008, p. 49), o que explica que ainda em 1920 eram elaborados projetos de lei que buscavam proibir a imigração de “indivíduos da cor preta”.

Theodoro (2008) sustenta que a utilização da mão de obra negra para ocupar os postos de trabalho no período posterior ao término da escravidão era uma opção factível que não foi desconsiderada, mas vencida. Para o autor, ainda que os anos de serviços como escravos, ou mesmo como libertos tivessem dado aos negros a qualificação necessária para ocupar todos os tipos de funções, a opção pela imigração de trabalhadores, especificamente europeus e brancos, fazia parte da crença de que os negros eram menos capazes, ou mesmo indignos para o trabalho assalariado.

Nas décadas de 1930 a 1940, autores como Gilberto Freyre¹ e Donald Pierson, contestaram a crença de uma inferioridade racial, defendendo a ideia de uma democracia racial brasileira, não só não estava livre de preconceitos baseados na ideia de raças como contribuiu para que não fossem feitas ações públicas de promoção da igualdade racial e para o fim da discriminação no país, o que resultou na perpetuação de ambos. As teorias desse período concluíram que pela miscigenação entre raças no Brasil o preconceito era apenas de classe e não de cor (OSÓRIO, 2008, p. 68). Um exemplo recente da permanência do pensamento de democracia racial foi o pedido de ação direta de inconstitucionalidade para as práticas de cotas para negros nas universidades brasileiras, sob a argumentação de que ao se privilegiar a população negra estaríamos ferindo o princípio de igualdade da constituição brasileira. O supremo tribunal federal, no entanto, em decisão recente ao julgar a constitucionalidade das cotas em universidades brasileiras, por considerar o histórico de desigualdade que favoreceu a população branca em demérito da negra, e a persistência de preconceito e discriminação sobre a população negra, admitiu a necessidade de ações que promovam a melhoria da condição da qualidade de vida da população negra, considerando as práticas de cotas constitucionais por unanimidade entre seus ministros (STF, 2012).

Osório (2008) sustenta que houve três ondas de pensamento sobre as questões raciais no Brasil. A primeira já exposta, na qual o preconceito racial é negado, só são reconhecidas as desigualdades de classe, e não de cor, e a ascensão social é vista como uma possibilidade dependente apenas da capacidade e do esforço dos indivíduos. O autor esclarece que não houve uma ruptura entre uma onda e outra, ou mesmo homogeneidade de pensamento no interior de cada onda, uma vez que as diferentes visões coexistiram e

¹ A obra de Gilberto Freyre até hoje atrai discussões sobre sua contribuição para o reconhecimento das barreiras sociais imposta à população negra. Por um lado, alguns analistas do pensamento Freyriano apontam sua contribuição positiva, mostrando como sua obra foi paradigmática no sentido de demonstrar a importância da cultura negra para construção geral da cultura brasileira. Por outro lado, estudiosos da obra de Freyre argumentam que seu pensamento serviu de alicerce para sustentar a construção de um discurso sobre uma suposta “democracia racial” que permeia a sociedade brasileira, o que contribuiu para encobrir a prática do preconceito e discriminação racial no Brasil.

coexistem, mas as separações refletem os momentos nos quais uma teoria se destaca e se torna dominante no pensamento social e acadêmico (Osório, 200).

Na segunda onda, Osório (2008) sustenta que autores como Oracy Nogueira contribuíram para a discussão demonstrando que ainda que as relações raciais brasileiras sejam distintas das dos EUA, havia conflito, assim como dominação e interiorização sobre os negros. Pois nos Estados Unidos a discriminação se dá em relação a todos os indivíduos que possuam qualquer origem negra, já no Brasil, há diferenças na estigmatização de acordo com o grau de enegrecimento da pele, de modo que a discriminação é maior para os indivíduos de pele mais escura. Ou seja, no Brasil a cor da pele é diferenciada em graus, havendo também diferenças nos efeitos do preconceito e da desigualdade a depender do grau de escurecimento da pele dos indivíduos, o que dificultou o reconhecimento do racismo e da discriminação, assim como o combate a suas causas e efeitos. Além disso, Florestan Fernandes contribui com a segunda onda ao defender que a desigualdade social não é fruto apenas de uma desigualdade de origem, mas do racismo e da discriminação racial.

Já a terceira onda, iniciada por cientistas sociais como Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (OSÓRIO, 2008) utiliza métodos e técnicas para quantificar os fenômenos de desigualdade, defendendo que o racismo e a discriminação não irão desaparecer (assim como a desigualdade racial) apenas em virtude do crescimento econômico sem que sejam feitas ações específicas para combatê-lo, como acreditavam os autores da primeira onda e também parte dos da segunda. Diversos estudos iniciados por Hasenbalg, em 1979, demonstram que não é apenas a pobreza (ou mesmo menor acesso à educação e capacitação para o trabalho) que mantiveram os negros na ocupação de cargos mais baixos e com menor remuneração. Ainda que possuam a mesma qualificação que os indivíduos de pele clara, os negros são preteridos na admissão para empregos que possuam alto grau de dificuldade, comando ou mesmo relações com o público, sendo preferidos apenas para os trabalhos braçais. As discriminações brasileiras não são, portanto, apenas de classe, mas também de cor (JACCOUD, 2008). Jaccoud (2008) sustenta que até a promulgação da constituinte de 1988 a preocupação de militantes e acadêmicos que discutiam o preconceito, a discriminação e a desigualdade racial era com a criminalização da discriminação racial e a ampliação dos direitos sociais a toda a população. Apenas com a garantia constitucional desses direitos houve espaço para as discussões de políticas afirmativas, de modo que continua a ser tema da agenda da teoria social contemporânea entender o comportamento das relações “raciais”. A seguir são apresentados temas da teoria social que podem

contribuir com os estudos a respeito do preconceito, da discriminação e da desigualdade racial no Brasil.

Contribuição da Teoria Social para os Estudos das Questões raciais no Brasil

Considerando a permanência tanto do preconceito quanto da discriminação e da desigualdade racial no Brasil, serão apresentadas algumas perspectivas da teoria social contemporânea a partir das quais é relevante pensar ambos os fenômenos.

As considerações a respeito do pensamento pós-colonialista apresentadas por Costa (2006), das quais as feitas por Hall é parte relevante, demonstram que esta corrente de pensamento realiza “uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade” (COSTA, 2006, p.117). Ou seja, os autores pós-colonialistas contrariam as teorias estruturalistas e pós-estruturalistas que analisam todas as sociedades sob a perspectiva das nações europeias, brancas e de dominação masculinas. De modo que, para Costa (2006, p.118), a crítica ao “Colonial [...] vai além do colonialismo e alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais”.

As críticas pós-colonialistas se dirigem ao aspecto binário da construção das ciências sociais sob a perspectiva ocidental, a partir da qual o restante do mundo é visto como o “outro” e entendida como inferior, dominável, e possuidora de todas as características negativas que o ocidente, no sentido de grupo dominante, não possuiria. Essa construção West/Rest (O ocidente e o resto) gera uma impossibilidade de se entender ou pensar o mundo de outros pontos de vista, o que para os pós-colonialistas contribui para a perpetuação das dominações. Como alternativa, autores como a socióloga Randeria (in Hall, 1992) propõe uma visão entrelaçada das relações entre os diferentes espaços do mundo no decorrer da história, sem desconsiderar as assimetrias de poder “de forma a dar sentido às assimetrias e às desigualdades construídas no interior da história moderna comum” (COSTA, 2006, p.121). As ações afirmativas recentemente realizadas no Brasil, como a introdução do estudo da história da África e da história afro-brasileira nos currículos escolares, por meio da lei nº 10.639 de 2003, podem ser entendidas como um exemplo de tentativas de se reverter esse quadro de construção da história sob o ponto de vista dos grupos dominantes.

A perspectiva híbrida proposta pelos pós-coloniais propõe que a construção dos sujeitos não esteja baseada nem no “West” nem no “Rest”, uma vez que:

O sujeito é sempre um sujeito provisório, circunstancial e cingido entre um sujeito falante e um sujeito “falado”, reflexivo. O segundo nunca alcança o primeiro, só pode sucedê-lo. Isso, contudo, não implica a impossibilidade da resistência à dominação. (COSTA, 2006, p.123).

Essa noção proposta por Bhabha (in Hall, 1992) entende que as culturas não são apenas diferentes uma das outras, por não haver homogeneidade no interior de cada uma delas, mais híbridas, por partilharem ou recusarem a atribuição de determinados signos. “Esse ideal cosmopolita confere uma conotação positiva à multiplicação das possibilidades de percepção do mundo a partir de um lugar fora do contexto espacial e simbólico das comunidades imaginadas que acompanha a globalização” (COSTA, 2006, p.124). Há espaço tanto no meio acadêmico, quanto no social, para discutir o fenômeno da hibridação no cenário brasileiro, e sua relação com as questões raciais do país, considerando a impossibilidade de se definir fronteiras claras entre negros e brancos em virtude dos séculos de miscigenação no país, associadas a existência de conflito e desigualdade de cunho racial.

Recentemente o Brasil passou por um fenômeno de “enegrecimento” observado por Soares (2008) no qual aumentou o número de indivíduos que se auto-declararam negros, especialmente no período de 2001 a 2007. No entanto, isso não significa um aumento do número de nascimento de negros no país. O autor observa que diferentes grupos de pessoas nascidas em um mesmo período agregado em cinco anos passaram a ter um aumento do número de indivíduos que se consideravam negros. Não há um estudo que busque compreender as raízes desse fenômeno, mas Soares sustenta que podem ser fruto de políticas afirmativas, o que vai ao encontro com a perspectiva pós-colonialistas de que as diferenças são construídas na convivência dos fenômenos sociais.

A relativa “desnegativização” da autoidentificação negra no Brasil é compatível com a ideia de um sujeito descentrado de Stuart Hall uma vez que o indivíduo deixa de ser um dado fixo socialmente localizado e passa “a se identificar ou não com determinadas posições” (Costa, 2006, p.127).

Costa (2006) exemplifica o posicionamento de Hall com a narração do autor sobre as lutas antirracistas na Inglaterra após a década de sessenta. Hall aponta duas fases, uma primeira de relações de representação na qual o termo *Black* foi defendido politicamente com o objetivo de retirar da população negra os aspectos negativos e de inferiorização associados aos outros termos utilizados para identificar a população negra. A segunda fase é entendida por Hall como de políticas de representação na qual a acentuação de um binarismo entre negros e brancos passa a ser entendida como algo que não poderá resultar em uma atenuação das desigualdades, mas apenas do acirramento dos elementos de

diferenciação levando o movimento antirracista a optar pelo que Hall denomina de “nova etnicidade”, ou seja, valorizar a hibridação ao invés da diferença buscando a construção de novos signos não desiguais.

A construção da identidade num contexto de pluralidade de centros a partir do qual é possível construir uma imagem de si com base no sujeito descentrado é amplamente discutida por Stuart Hall (1992). Para o autor, houve duas visões a respeito da formação da identidade, a primeira iluminista, em que o sujeito era possuidor de um centro contínuo que parte do “seu interior”. E a segunda do sujeito sociológico baseado especialmente nos interacionistas simbólicos que se constitui a partir de sua relação com a sociedade na qual está inserido. Sob esta visão a identidade “estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis” (Hall, 1992, p. 02). No entanto, com as variadas possibilidades de signos presentes no mundo contemporâneo globalizado, a dificuldade de se delimitar culturas, línguas e etnias, ou mesmo se construir uma identidade com base em uma identidade nacional ou outros tipos de origem comum, o sujeito passa a ser pensado para o que Hall chama de descentrado e fragmentado. Problematizando e complicando o modo pelo qual a identidade se constrói. Para Hall (1992, p. 02):

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). E definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente.

As relações identitárias (gênero, cultura, etnia, classe social, posição ideológica, etc...), para Hall (1992), possuem implicações políticas chegando a conflitos que o autor chama de “jogo de identidades”. Hall também afirma que com a queda da ideia de raças biológicas a manutenção das diferenças nacionais têm se baseado na ideia de culturas baseadas em raças. No entanto, para Renan (apud Hall, 1992), é ilusório afirmar que qualquer nação, mesmo as europeias, tenha sido constituída por uma única etnia:

"as nações líderes da Europa são nações de sangue essencialmente misto: a França é [ao mesmo tempo] céltica, ibérica e germânica. A Alemanha é germânica, céltica e eslava. A Itália é o país onde... gauleses, etruscos, pelagianos e gregos, para não mencionar outros, se intersectam numa mistura indecifrável..." (Renan, 1990, pp.14-15 apud Hall, 1992, p. 18).

Além disso, para Hall, os efeitos da globalização não estão levando a uma homogeneização das culturas, mas a novas significações do “global” e do “local”, podendo levar “a um fortalecimento de identidades locais ou à produção de novas identidades” (Hall, 1992, p. 24). No Brasil, no entanto, ainda que a ideia de nação tenha sido construída sobre um ideal homogenizador e branco nos primeiros anos de sua república, acabou por se identificar mais com a pluralidade de etnias, a diversidade e a diferença como seu caráter constituinte. E, considerando que a partir das considerações de Hall (1992) a visão de ocidente é baseada na Europa ocidental e nos Estados Unidos, o Brasil faz, portanto parte do “resto” e não do “Ocidente”, Faria sentido, então, tentar entender tais elementos da construção de identidade a partir da realidade brasileira.

Outra perspectiva a partir da qual as desigualdades raciais podem ser entendidas é a noção de estigma apresentada por Goffman (1891). Ainda que o autor tenha apresentado esta discussão a mais de um século, ao menos para o caso do preconceito e da discriminação racial no Brasil, suas considerações continuam a ser contemporâneas. Goffman explica que a palavra “estigma” foi utilizada pelos gregos para denominar determinadas marcas corporais feitas para demonstrar um comportamento pessoal socialmente indesejável, de modo a tornar tal pessoa facilmente identificável para que os demais se afastassem dela. Para o autor, o uso do termo continua a possuir parte do sentido original, uma vez que, ao conhecermos alguma pessoa, de imediato a enquadramos em determinadas categorias sociais e morais, ainda que o significado dessas características possa ser positivo ou negativo de acordo com os nossos demais referenciais.

As características que estigmatizam podem ser notadas de cara ou não. Goffman divide essas duas categorias na de desacreditado e desacreditável, respectivamente. O preconceito racial se enquadra na primeira categoria. Para Goffman os estigmas também podem se dar por conta de determinada deformidade física, conduta moral, assim como pela procedência étnica que aquela determinada sociedade classifica como maléfica ou inferior. Sendo assim, Goffman denomina as pessoas que se enquadram nas expectativas sociais de “normais”, e afirma que estas tendem a discriminar e criar um conjunto de explicações que justifiquem e enquadrem os estigmatizados em sua inferioridade. Goffman também sustenta que ainda que as pessoas estigmatizadas possam tentar resistir às imposições e exclusões que lhe são feitas, irá perceber as características na qual não se enquadra, envergonhar-se e passar por diversos conflitos internos, por estar enquadrada entre os sujeitos considerados como tendo um comportamento desviante. Para o autor, são considerados desvios todos os comportamentos que fogem aos valores considerados como normais pelo grupo social dominante.

Por fim, acreditamos que as contribuições propostas são apenas uma pequena parte do conjunto de teóricos e teorias das ciências sociais que podem contribuir nos estudos a respeito do papel do negro na sociedade brasileira, do preconceito, da discriminação, da desigualdade social, e dos caminhos para sua efetiva superação.

Considerações Finais

O presente artigo buscou demonstrar a importância e o sentido de estudar, a partir uma ótica multidisciplinar, as relações de desigualdade, preconceito e discriminação racial no caso específico do Brasil, em virtude de sua configuração cultural plural, resultante dos pensamentos e ações sociais vivenciados no decorrer de sua história. Entendemos que não é possível compreender ou mesmo observar um fenômeno social, como é o caso das questões raciais no Brasil, baseando-se na perspectiva de uma única teoria ou apenas em uma corrente teórica; E que não há exatidão ou consenso nas ciências, e em especial nas ciências sociais. De modo que acreditamos que perspectivas cada vez mais amplas e multidisciplinares podem auxiliar numa compreensão mais ampla e favorável das relações ético sociais no Brasil.

Ainda que uma série de teóricos e teorias relevantes tenham sido deixadas de fora deste artigo, foi possível observar a complexidade das questões raciais no Brasil, a relação direta da desigualdade social entre negros e brancos com o preconceito e a discriminação contra os negros, e a contínua transformação do pensamento social brasileiro a respeito destas questões no decorrer de sua história. Além disso, a ligeira redução nos índices de desigualdade do país não apontam para a extinção dos conflitos raciais, preconceitos e discriminações, ou seja, também não há perspectiva de mudança no cenário das desigualdades raciais sem que sejam feitas ações efetivas, como políticas públicas e alterações no imaginário social a respeito da temática da desigualdade ética, para alterar o quadro atual.

A apresentação das considerações de Costa (2006), Hall (1992) e Goffman (1891), ainda que muito sintética, objetivou demonstrar que há diversos caminhos possíveis para entender a sociedade brasileira e seus conflitos, e que já uma grande gama de teóricos e teorias sociais que podem contribuir para tal tarefa. Mesmo porque, a partir dos resultados do presente estudo fica claro que, ainda que as desigualdades não aumentem, não haverá igualdade entre negros e brancos no Brasil sem que o primeiro grupo ascenda as condições

do segundo, o que justifica a ação de políticas afirmativas como as cotas de acesso a universidade, que não objetivam provocar um acirramento das discriminações raciais, apenas amenizar seus efeitos de perpetuação da desigualdade racial ao longo do tempo. No entanto, o presente estudo também demonstrou que não é simples realizar ações de cunho afirmativo a fim de erradicar o preconceito, a discriminação e a desigualdade racial no Brasil por diversos fatores históricos, culturais e sociais, a começar pela subjetividade em se interpretar uma pessoa como branca ou negra, considerando-se a questão da miscigenação.

Os resultados do presente estudo demonstram que filhos dos mesmos pais podem enfrentar o preconceito de forma diferente em virtude do “grau de enegrecimento” de sua pele, já que os efeitos do preconceito e da discriminação no Brasil tendem a ser mais perversos quando mais “escura” a cor da pele. O que não significa que a situação hipotética dos irmãos modifique as consequências do conjunto de prejuízos sociais que serão vivenciados em virtude do preconceito e da discriminação pela qual seus antepassados foram submetidos, que acaba gerando um ciclo perverso de submissão a educação e emprego de baixa qualidade. Insistimos nessa questão, pois não acreditamos que o argumento de que a pessoa “não parece negra” faça sentido no debate a respeito das políticas afirmativas, das quais a citada decisão do STF a respeito das cotas raciais é apenas um tímido começo rumo a uma sociedade verdadeiramente democrática, que garanta direitos a todas verdadeiramente. Pois, como ainda existem preconceito e discriminação que causem a perpetuação da desigualdade racial no Brasil, é preciso agir para erradicar todos estes fenômenos sociais.

Por fim, acreditamos que a persistência de estudos na área contribui para a dissolução do preconceito e da discriminação racial, especialmente por contraporem-se a “*retórica do intransigente*”², ou seja, por contraporem-se aos discursos que inferiorizam e culpam o negro por sua atual condição na sociedade brasileira, assim como argumentam que ações de cunho afirmativo viriam a provocar um problema que hoje não existe. Argumentos que para nós são perniciosos, perigosos, e extremamente prejudiciais para a totalidade da sociedade brasileira.

² Termo cunhado pelo economista Albert Otto Hirshman em sua obra “A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça” (1992). Nesta obra, Hirshman, ao explorar discursos parlamentares e livros clássicos do pensamento anti-revolucionário e anti-reformista, demonstra a existência de *teses reacionárias* principais (retóricas intransigentes) no discurso que reage contra conquistas sociais.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**. Campinas: Papyrus, 1994.

COSTA, S. **Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial**. RBCS Vol. 21 n°. 60 fevereiro/2006.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 1891.

HABERMAS, Jürgen. **Inclusão: integrar ou incorporar? Sobre a relação entre Nação, estado de direito e democracia**. Novos Estudos Cebrap, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: D&P Editora, 1992.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, 18(Suplemento):57-65, 2002.

JACCOUD, L. **“Racismo e República: O debate sobre branqueamento e a discriminação racial no Brasil”** in As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

KAMEL, A. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. Rio de Janeiro: Editora Nova Frontera, 2006.

ORTNER, Sherry. **Subjetividade e crítica cultural**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, ano 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez. 2007.

OSÓRIO, R. **“Desigualdade Racial e Mobilidade Social no Brasil: Um Balanço de Teorias”** in As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

SAHLINS, M. **O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em vias de extinção**. MANA 3(1):41-73, 1997.

SANTOS, G. **A Invenção do “Ser Negro”**: Um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

SANTOS, B. Um Discurso sobre as Ciências na Transição para uma Ciência Pós Moderna. São Paulo: Estudos Avançados; volume 2; nº2; 1988.

SOARES, S. “**A Demografia da Cor: A Composição da População Brasileira de 1890 a 2007**” in As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

STF (Supremo Tribunal Federal). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186**. Distrito Federal, 2012. Acessado em 01/05/2012. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADPF&s1=COTCO&processo=186>.

THEODORO, M. **A Formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil**. in As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

A NEGAÇÃO DO CORPO NEGRO E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Bruno Rodolfo Martins

Mestrando em Relações Etnicorraciais (CEFET-Maracanã/RJ); Especialista em História da África e da Diáspora Africana no Brasil (FIS) e em Gênero e Sexualidade (IMS-CLAM-UERJ); Professor de Educação Física (UFRJ), lecionando na Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro

capoeiranomade@yahoo.com.br
brodolfo@prof.educacao.rj.gov.br

Resumo

Este texto debate como e por que as culturas africanas, em especial, são invisibilizadas no contexto escolar, através do recorte das aulas de Educação Física escolar. Num primeiro momento, o texto traz um necessário histórico da Educação Física escolar e algumas anotações sobre o corpo, contextualizando por onde se fará o debate. Depois, procuramos fazer um paralelo entre o corpo negro e sua relação com os ideais dominantes de corpo, notadamente a busca do ser branco na sociedade brasileira. Por um outro caminho, problematizaremos essa negação do corpo negro em duas vias: uma, pela simples ausência de referenciais culturais africanos, e outra, pelo estigma, através da folclorização dessas culturas. Para finalizar, uma reflexão sobre a lei 10.639 de 2003 com o foco nas aulas de Educação Física escolar e de como as questões raciais têm sido negadas por essa disciplina.

Palavras-chave: Educação Física escolar; corpo; corpo negro

Abstract

This article examines how and why african cultures are neglected in school context through an analysis of School Physical Education classes. Firstly, we present a brief history of this school discipline and some of its prevailing ideas about the body. Secondly, we discuss black body and its relation with white hegemony in brazilian society. We also seek to discuss the denial of black body in two different ways: the complete absence of african cultural references and the stigmatization of the black body through the folkloric view. Finally, the article discusses the law

n.10.639/2003 focusing on School Physical Education classes and how racial relations have been neglected by this discipline.

Keywords: School Physical Education; Body; Black Body

Introdução

Este texto tem como objetivo trazer contribuições para o debate sobre a questão da negação do corpo negro nas aulas de Educação Física na escola, em como e por que as culturas africanas ou descendentes destas, em especial, foram e ainda são invisibilizadas no contexto escolar, através desse recorte das aulas de Educação Física escolar. Esse estudo será feito com as noções de corpo, enquanto construção histórica; e de corporeidade, enquanto expressão desse corpo. Dessa forma, se o corpo fala, sua corporeidade é palavra... e quais são as vozes, então, não escutadas na escola e nas aulas de Educação Física? Quais são os corpos negados? Quais expressões culturais não se manifestam na escola, e na Educação Física? Por que alguns corpos falam e outros não? Entre outras perguntas, este debate é gerado na tentativa de respondê-las, mostrando *outros* lados ainda negados da Educação Física, com o intuito de, no desvelar de alguns desses aspectos, tornar visíveis as questões raciais outrora invisibilizadas junto com esses mesmos corpos negros também negados na escola. Percorreremos assim um breve histórico da Educação Física no Brasil, seu uso na escola, as intenções do Estado diante dela; e depois passaremos para um debate sobre o corpo e seus desdobramentos para tentar elucidar essa negação diante do corpo negro. Para esse histórico sobre o corpo no Brasil adotaremos o recorte a partir do século XIX, momento em que estas questões começaram a ter mais evidência, justamente por várias questões presentes que alteraram a vida por aqui, como a transferência da sede do governo português para o Rio de Janeiro, a constituição do Império do Brasil e da República, ou o debate sobre sistema escravocrata, o aumento da população negra e das cidades urbanas. Questões filosóficas e sociais estarão entrelaçadas por todo o texto. Identificando as questões raciais através da negação do corpo negro, apontaremos alguns desdobramentos políticos e especialmente educacionais.

I. Educação Física escolar e sua relação com essa negação

A Educação Física, no decorrer do texto, será tratada em sua especificidade na escola, conforme marca o COLETIVO DE AUTORES (1992) no qual “diremos que a Educação Física é uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais [...] que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal” (p.50). E adaptando melhor à nossa proposta, essa “cultura corporal” corresponde justamente ao arcabouço de conhecimentos que temos sobre o corpo, sobre o ser humano e seus movimentos, enfim, às heranças culturais expressas com o corpo e o movimento. Nestas heranças é que se baseia o trabalho da escola – em apresentar/iniciar o corpo discente em diversas manifestações culturais, oportunizando o conhecimento e sua valorização, para um possível aprofundamento nos anos escolares/acadêmicos que se seguem. Contudo, no cotidiano escolar, da mesma forma, na Educação Física escolar, estas heranças têm sido escolhidas e trabalhadas com a prioridade de alguns referenciais culturais em detrimento de outros. E é aqui que nosso debate se desenvolve. A Educação Física não teve essa preocupação: isso é algo recente, de debates produzidos a partir de 1980, momento em que as teorias críticas educacionais afetaram as bases teóricas da Educação Física no Brasil, provocando uma suposta “crise” na área (OLIVEIRA, 2002, p.55).

A partir disso, podemos demonstrar alguns aspectos que se apresentam de formas sutis às análises desatentas da Educação Física e sua relação com o racismo em nossa sociedade brasileira. Primeiramente, o próprio fato de nossa sociedade ter sido fundada no racismo – na postura de superioridade biológica e cultural de europeus diante das populações indígenas e africanas, impondo seus modos de vida e visões de mundo desde o período de colonização, e reforçado, com o advento da República, a busca da nação e da população brasileiras – se reflete no ambiente escolar... logo, se reflete em todas as disciplinas, incluindo aí a Educação Física. A temática do racismo em Educação Física parece invisível, devido à íntima relação que esta disciplina teve e tem com a formação e o controle dos corpos brasileiros que as elites dirigentes desejavam para aquela nação em construção. Para isso, dissertaremos um pouco sobre essa história da Educação Física no Brasil, procurando os momentos em que o racismo fica evidente, mas também aqueles em que fica disfarçado e que é sustentado até os dias de hoje, naturalizando práticas racistas nas aulas escolares sem uma necessária percepção de que isto aconteça, bem como sem atenção às consequências desse processo.

1.1. Pelo século XIX

A escola, enquanto instituição oficial no Brasil, foi sendo fortalecida a partir do século XIX, notadamente com grande expressão no Rio de Janeiro, centro do poder do Império Português, onde estava instalada a corte. A Educação Física deste momento refletiu o caráter positivista adotado na época, ora pela instituição militar, ora pela instituição médica.

Especialmente, a influência médica teve papel fundamental nas principais mudanças naquele Brasil que se queria construir, tanto em questões estruturais, como nas mentalidades daquela população – e especialmente no nosso caso, nos corpos. Conforme os *Parâmetros Curriculares Nacionais*¹ – PCNs da Educação Física (BRASIL, 1997), “esses vínculos foram determinantes, tanto no que diz respeito à concepção da disciplina e suas finalidades quanto ao seu campo de atuação e à forma de ser ensinada” (p.19). Mattos (2007) comenta que “desde o seu surgimento no Brasil, início do século XIX, a Educação Física esteve comprometida com o poder dominante, inicialmente com a finalidade de higienização dos corpos” (p.9). A autora ainda continua, ressaltando os aspectos positivistas e cientificistas em que se baseou a Educação Física nas escolas, e de como a noção de corpo foi sendo concebida:

Aplicada nas escolas, adotava métodos ginásticos europeus de sistematização de ensino disciplinar e mecânico, com critérios rígidos oriundos das ciências biológicas. Tendo início no Brasil através de processos seletivos, classificatórios, discriminatórios e excludentes, a Educação Física escolar desconsiderou, durante muito tempo, a idéia de corpo como revelador de atitudes e comportamentos pessoais e expressivos de especificidades culturais (idem).

O corpo, já naquele momento histórico, estava sendo considerado como algo que o ser humano possuía, como uma coisa, uma matéria que poderia ser estudada e manipulada através da ciência, em especial a biologia e a medicina. Mais adiante discutiremos com detalhes estes aspectos.

Entretanto, apesar das ideias oficiais serem estas, muitas vezes somos direcionados a uma tendência homogenizadora das práticas escolares e da Educação Física. Cabe aqui a observação de Oliveira (2002) quanto a isso, que afirma que “a historiografia desenvolveu uma estreita interpretação que imputa à educação física escolar uma função de reprodução do ideário oficial, calcado na ideologia da segurança nacional e do Brasil grande” (p.54)². Da mesma forma que se conformou a sua “utilização” no século XIX e início do XX para gerar corpos saudáveis e úteis à nação. O autor reforça que o Estado pode até ditar normas ou tendências e tentar homogenizar as práticas, mas que isso não é garantia da efetividade de sua “ordem”. Dessa forma, estamos

¹ O uso dos PCNs neste texto não reflete postura pedagógica do autor; é usado apenas em um sentido restrito quanto aos apontamentos históricos contidos neles.

² Oliveira se refere aqui ao período da ditadura militar, especificamente.

percorrendo as ideias oficiais, dos segmentos dirigentes da população, que procuraram formar a população brasileira a partir de um modelo – um modelo branco e europeu de corpo.

Entre essas demandas oficiais havia não só uma preocupação higienista, de “corpos saudáveis” através da atividade física, menos suscetíveis a doenças, mas também já estava posta a preocupação em não misturar as populações branca e negra. Era também para manter a população [branca], “limpa”, sem se misturar com as outras populações, e em especial, a africana e suas descendências. Isso se deu através de propostas eugênicas, como por exemplo, atrelar uma educação sexual que cumprisse o papel de controlar os corpos da população para que se mantivessem “puros”. Isso refere-se principalmente à parcela da população branca, uma vez que era ela que tinha mais acesso à educação formal. Disseminava-se a ideia de que a raiz biológica europeia seria superior à africana e, por conta disso, não se deveria misturá-las se as elites quisessem construir uma nação dita superior, ao nível das nações europeias. Todas estas ideias estavam reunidas a partir de estudos científicos da época, que sustentavam teoricamente a eugenia – que consta em ações voltadas para o melhoramento da raça humana utilizando-se para isso, por exemplo, de “esterilização de deficientes, exames pré-nupciais e proibição de casamentos consanguíneos” (BRASIL, 1997, p.19). Já nesse primeiro momento da Educação Física no Brasil, vimos que ela esteve servindo aos ideais racistas do Império, partindo de premissas higiênicas e eugênicas.

Estas questões foram baseadas justamente pelo pensamento europeu através da ciência da época. Munanga (2008) comenta o seguinte:

como acontece geralmente na maioria dos países colonizados, a elite brasileira do fim do século XIX e início do século XX foi buscar seus quadros de pensamento na ciência européia ocidental, tida como desenvolvida, para poder não apenas teorizar e explicar a situação racial do seu país, mas também, e sobretudo, propor caminhos para a construção de sua nacionalidade, tida como problemática por causa da diversidade racial (p.47)

As visões de mundo adotadas por essa elite – científicas e européias – foram aquelas implantadas na sociedade que, por evidência, não foram suficientes para resolver as questões raciais de seu tempo, especialmente na definição de como seria a população brasileira. Este modelo brasileiro, por sinal, ora era considerado o mestiço (gerado da mistura daquelas populações originárias, às vezes valorizado, às vezes rejeitado como projeto de brasileiro), ora era considerado a população branca, descendente apenas da parcela européia da população. Ambos os projetos de brasileiro vão ser debatidos entre as elites, mas o que vai se tornar foco da escola e da Educação Física é esse corpo branco enquanto projeto de brasileiro.

Foi assim, entre o [novo brasileiro] corpo saudável, robusto e harmonioso organicamente, em oposição ao [velho e colonial] corpo relapso, flácido e doentio, que foi representado o corpo de uma classe e de uma raça [dominantes]. Essa “criação” serviu para incentivar o racismo e os preconceitos sociais a eles ligados, da mesma forma que contribuía para manter o sistema de exploração baseado na superioridade racial e social branca, seja pelas singularidades étnicas ou pela marginalização social e econômica (CASTELLANI FILHO, 1991, p.13).

Ainda durante a estruturação das primeiras escolas, e, mesmo de acordo com os ideais das elites (a quem essa escola era destinada), a Educação Física foi lentamente se firmando enquanto disciplina obrigatória, pois havia uma resistência à atividade física, normalmente atribuída ao trabalho escravo. Eis uma contradição das elites: em um momento defendem a atividade física por várias razões, e simultaneamente, resistem à sua prática por ser algo considerado de baixa importância e associada ao ser escravo. Qualquer ocupação que implicasse esforço físico era vista com “maus olhos” pelas elites, considerada “menor”. Essa atitude dificultava que se tornasse obrigatória a prática de atividades físicas nas escolas (BRASIL, 1997, p.19). Mesmo depois da Reforma Couto Ferraz, em 1851, que a tornava obrigatória nas escolas de Ensino Primário e Secundário da Corte; considerada como o início oficial da Educação Física Escolar brasileira, ainda houve resistência, especialmente quando se considerava a participação de mulheres nas aulas (OLIVEIRA, 2004, p.24; e FINOCCHIO, 2001, p.3). Era um pouco menos problemático com relação aos homens, justamente por estarem associando a atividade física e uma possível carreira militar.

1.2. *Pelo século XX*

Por um outro processo, a Educação Física foi bastante valorizada pela instituição militar: junto com a promoção de ideais nacionalistas, “era de fundamental importância formar indivíduos fortes e saudáveis, que pudessem defender a pátria e seus ideais” (BRASIL, 1997, p.19). Muitas escolas de formação em Educação Física foram estruturadas dentro ou a partir de instituições militares; da mesma forma, ainda hoje muitas aulas têm suas premissas, questões estruturais e de método, heranças militares, muitas vezes sutis (como o uso de apito) ou declaradas (como a ideia de que a pessoa responsável por organizar a escola para desfiles “cívicos” seja este docente). Oliveira (2004) comenta que “o profissional que atua nesta área ficou historicamente identificado com hábitos militares, passando a ser o responsável pelo treinamento de ordem unida [!?] para desfiles e comemorações cívicas” (p.5). E Mattos (2007) reforça que durante a ditadura militar “as escolas eram incentivadas a participar dos eventos

cívicos, das exposições do exército, a formar atletas e organizar competições inter-escolares” (p.35). A instituição militar atravessa a história da Educação Física desde sua sistematização, marcando até hoje suas intervenções e o imaginário da disciplina. Voltemos então aos nossos comentários pelo século XX para percebemos como estas questões estariam imbricadas pela Educação Física, pela escola, e a formação dos corpos “brasileiros”.

No início desse século, houve uma proposta de revalorização da Educação Física, que começou a ser entendida como fundamental para a formação do ser humano, no meio do campo educacional, e isto possibilitou uma abertura para o debate na área, sobre seus fins, seus meios, enfim, sua própria existência no ambiente escolar. Todavia, a questão da eugenia da raça estava presente e gerava ainda um papel preponderante para a Educação Física, conforme Castellani Filho (1991)

o raciocínio era simples: mulheres fortes e sadias teriam mais condições de gerarem filhos saudáveis, os quais, por sua vez, estariam mais aptos a defenderem e construir a Pátria, no caso dos homens, e de se tornarem mães robustas, no caso das mulheres (p.56).

Neste momento, um outro marco que fortalecia o ideal europeu para a sociedade brasileira foi justamente a influência e o uso de métodos ginásticos europeus nas aulas de Educação Física, com o intuito de concretizar tais ideais de “melhoramento” da população. Ainda com os *PCNs* da Educação Física (BRASIL, 1997), eram os métodos

sueco, o alemão e, posteriormente, o francês —, que se firmavam em princípios biológicos. Faziam parte de um movimento mais amplo, de natureza cultural, política e científica, conhecido como Movimento Ginástico Europeu, e foi a primeira sistematização científica da Educação Física no Ocidente (p.20).

Logo em meados da década de 1930, com a ascensão de ideologias nazi-fascistas pelo mundo, juntamente com o processo de industrialização e urbanização no Brasil, as questões baseadas na eugenia são tratadas mais uma vez com intensidade, tanto pelo viés nacionalista-militarista, tanto pelo higienista – agora, com a intenção de, além de gerar uma população aperfeiçoada geneticamente, também que fosse forte e saudável para defender a pátria, na forma de um corpo militar e na forma de um corpo trabalhador [para a indústria]. Essa tendência perdurou, conforme reforça MATTOS (2002)

até o início da década de 70 do século passado, [no qual] o conteúdo básico aplicado nas escolas era oriundo dos “Métodos Ginásticos Alemães”. Essa prática, mais conhecida como ginástica calistênica, foi utilizada não só nas escolas como também em instituições militares, nas quais o fundamento era a disciplina dos corpos através de seqüências rígidas e coordenadas, cuja execução exigia dos alunos e recrutas atenção, concentração, raciocínio rápido e eficácia dos movimentos (p.10).

Havia fortes interesses pela Educação Física nesta época, pois, tanto setores da educação e religiosos, como instituições militares e o Estado compartilhavam de muitos de seus pressupostos (BRASIL, 1997). Ressalta Castellani Filho (1991) que, com o Estado Novo

passamos a assistir, então, o marcante enfatizar de duas “matérias” que, basicamente, deveriam assumir a responsabilidade de colocar a Educação na direção anunciada pelos discursos mencionados. Surge, portanto, a Educação Física e a Educação Moral e Cívica como elos de uma mesma corrente, articuladas no sentido de darem à prática educacional a conotação almejada e ditada pelos responsáveis pela definição da política de governo (p.84).

Esta “conotação” era o controle desses corpos, ao mesmo tempo em que estes mesmos eram usados para a manutenção da ordem social vigente, e de certa alienação, com pouca reflexão sobre os sentidos da Educação e da Educação Física pela própria população. A isso, Alcir Lenharo citado por Castellani Filho (1991) convencionou chamar de “militarização do corpo”, que se dava em três patamares (já indicados anteriormente): “o da moralização do corpo pelo exercício físico, o do aprimoramento eugênico incorporado à raça e a ação do Estado sobre o preparo físico e suas repercussões no mundo do trabalho” (p.85). Esse mesmo autor também comenta sobre uma conseqüente “militarização do espiritual”. Entendemos com o uso do termo “militarização” que se procurava muito mais que unificar ou fortalecer a “nação”, mas sim, se procurava uniformizar, desfazendo as diferenças existentes dentro do país, fossem elas políticas, culturais, raciais, ideológicas, espirituais, corporais³...

Chegando à metade do século XX, dois processos na sociedade emergem quase que entrelaçados: a tendência tecnicista na educação, que volta seus esforços para a manutenção de corpos saudáveis para o trabalho industrial que estava sendo desenvolvido e expandido no Brasil e, da mesma forma, na apreensão de técnicas, que pudessem favorecer o aprendizado de funções nessa mesma indústria. O outro processo foi a expansão e consolidação do esporte enquanto atividade física preferencial voltada para a população. Pela Educação Física escolar, estes dois processos ficaram evidentes, e com jeito de mudanças positivas na área. De acordo com os *PCNs* da Educação Física (1997):

o processo de esportivização da Educação Física escolar iniciou com a introdução do Método Desportivo Generalizado, que significou uma contraposição aos antigos métodos de ginástica tradicional e uma tentativa de incorporar esporte, que já era uma instituição bastante independente, adequando-o a objetivos e práticas pedagógicas (p.20).

Essa esportivização, a partir daquele momento, tornou-se a principal tendência da Educação Física escolar, tanto em questão de prática pedagógica – sendo conteúdo principal dessas aulas –, quanto de mentalidade e formação docente (ainda hoje a maior parte dos cursos de formação sustenta e/ou ainda não superou essa tendência). Da mesma forma como outras práticas docentes que podemos observar no sistema educacional mantêm forte tendência tecnicista. De acordo com Finocchio (2001) o esporte foi usado para a valorização da Educação Física e detalha o seguinte:

é pela “valorização” da Educação que a educação física adotará um conteúdo pedagógico. Questionam-se os velhos métodos ginásticos, militaristas, e propõe-se a sua esportivização. Retomando o conceito social-educativo desenvolvido pelo Movimento Esportivo Inglês no século passado, é atribuído ao esporte um importante papel na educação (p.4).

Com a ditadura militar, se fortalece ainda mais o papel da Educação Física e do esporte na sociedade brasileira. Nos *PCNs* da Educação Física (1997) é ressaltado que “na década de 1970, a Educação Física ganhou, mais uma vez, funções importantes para a manutenção da ordem e do progresso. O governo militar investiu na Educação Física em função de diretrizes pautadas no nacionalismo” (p.21). De uma maneira similar, houve uma ênfase a essa disciplina, como fez anteriormente o Estado Novo.

Mais uma vez, a preocupação principal não é a vivência ou a apropriação de diversas manifestações culturais expressadas pelo corpo, através das diferentes raízes da população brasileira. Os referenciais europeus nessas aulas, representados pelo esporte, assumem posição privilegiada – ou melhor – continuam nessa posição de valor. E agora com uma dupla “função”, pois o esporte e as questões nacionalistas pautadas pelo Estado estão mais vinculados – oficialmente vinculados e investidos (BRASIL, 1997, p.21). As questões da nação e da valorização dos referenciais europeus continuam presentes fortemente na Educação Física, notadamente na intervenção escolar.

Conforme já destacado, no momento histórico brasileiro de “redemocratização” política, na década de 1980, questionamentos daquela realidade cresceram e provocaram uma “crise de identidade” na área, em que os pressupostos e práticas da Educação Física foram repensados, enquanto outros foram propostos. “As relações entre Educação Física e sociedade passaram a ser discutidas sob a influência das teorias críticas da educação: questionou-se seu papel e sua dimensão política”, conforme se afirma nos *PCNs* da Educação Física (1997), que continuam e apontam:

³ Tivemos dificuldade em achar a fonte de LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986; por isso sua

Iniciou-se então uma profunda crise de identidade nos pressupostos e no próprio discurso da Educação Física, que originou uma mudança significativa nas políticas educacionais: a Educação Física escolar, que estava voltada principalmente para a escolaridade de quinta a oitava séries do primeiro grau, passou a priorizar o segmento de primeira a quarta e também a pré-escola. O enfoque passou a ser o desenvolvimento psicomotor do aluno, tirando da escola a função de promover os esportes de alto rendimento (p.21).

Mesmo com todo esse questionamento, e com a construção e o crescimento de outros pressupostos teóricos para a Educação Física, pouco se viu, naquele momento histórico, tendências que valorizassem os diversos referenciais culturais “formadores” do Brasil ou que trouxessem para um debate as questões raciais⁴.

II. Anotações sobre o corpo

Podemos realizar um recorte em paralelo ao que se desenrolava no Brasil e na Europa, já que, como já vimos no tópico anterior (usando a Educação Física como referência), as ideias que as elites brasileiras adotaram para estruturar a sociedade em que viviam estavam fortemente enraizadas nas ideias e nos movimentos intelectuais europeus. Finocchio (2001) nos chama a atenção sobre isso, demonstrando que “as concepções da Educação Física no Brasil, e latino-americana, não ocorreram de forma isolada do caráter epistemológico e histórico da Europa. Este caráter também é marcado pelo empirismo (Bacon, Hume) do século XVII e pelo positivismo de Comte (século. XIX)” (p.2). Entre estas ideias fundamentais estavam as positivistas. Outros movimentos foram importantes para a construção do que conhecemos hoje, ou melhor, de como debatemos, o corpo e o movimento. Novamente Finocchio (2001) nos exemplifica que

a pesquisa científica e a elaboração de métodos de trabalho, bem como os seus resultados, são [eram] feitos sob uma orientação empirista (século. XVII) e positivista (século XIX). Este fenômeno reflete na estruturação e concepção de educação [e de “educação física”], através da elaboração dos métodos ginásticos europeus entre os séculos XVIII e XIX: movimento sueco (Ling: 1776-1839), movimento alemão (Jahn: 1778-1852), movimento dinamarquês (Nachtgall: 1777-1847), movimento francês (Amorós: 1769-1848), movimento esportivo inglês (Arnold: 1795-1842) (p.1).

Passaremos por alguns séculos anteriores ao XIX, tentando perceber algumas nuances de como o corpo e o humano foram sendo estudados, como o período do Renascimento e seus

citação está atrelada a Castellani Filho.

⁴ Muitas dessas tendências ainda estão baseadas em referenciais europeus (por exemplo, o as tendências construtivista, a desenvolvimentista ou a da psicomotricidade, abordadas em Darido, 2003), apesar de romperem algumas vezes com a tecnicista-esportivista.

desdobramentos; para aí aprofundarmos as questões nos séculos XVIII e XIX, que deram as origens estruturais das formas de racismo que percorreram os anos até chegar aos dias de hoje.

Oliveira (2004) comenta a importância que os estudos sobre o corpo e o movimento tiveram no Renascimento:

Um sem-número de pensadores renascentistas dedicou suas reflexões à importância dos exercícios físicos. Da Vinci escreveu *Estudo dos movimentos dos músculos e articulações*, um dos primeiros tratados de biomecânica que o mundo conheceu. Rabelais defende práticas naturais para a educação e, por isto, os jogos e os esportes deviam ser explorados. Montaigne exaltava a importância da atividade esportiva, quando defendia que não só a alma deve ser enrijecida, mas também o corpo. Francis Bacon defendia a execução de exercícios naturais, havendo estudado a manutenção orgânica e o desenvolvimento físico pelo aspecto filosófico (pp.17-18).

David Le Breton (2011) também comenta sobre estes estudiosos, e de como as concepções de corpo e movimento foram sendo formadas a partir daquelas ideias, numa sociedade medieval, em que a modernidade vinha sendo construída. O corpo tinha se tornado uma propriedade, deixando de ser a própria essência do ser humano. O corpo seria uma coisa e não um “ser”. Antes era tudo um: humano, corpo, mundo. A separação proveio da reflexão... surgiu o individuo. Reforça o autor, que, “então, efetivamente, o corpo será [a partir daquele momento] a propriedade do homem, e não mais sua essência” (p.44). E ainda é categórico ao afirmar que “não mais do que o homem dessa sociedade [medieval] é não discernível de seu corpo; o mundo não é discernível do homem. É o individualismo e a cultura erudita que introduzem a separação” (p.44)⁵. Essa separação entre o individuo e a sociedade em que este está inserido vai gerar os desdobramentos que conhecemos ao lidarmos com nosso corpo (também hoje), ao menos no campo teórico, como se fosse algo estanque, uma coisa, uma propriedade, algo que o “ser humano” possuiria, às vezes até como, em comparação, uma máquina. É ainda Le Breton que sintetiza que “o corpo na sociedade medieval [...] não é distinguido do homem, como será, ao contrário, o corpo da modernidade, considerado como fator de individuação” (pp.46-47). Contudo, este debate era feito entre as elites e sem importância e alcance para a maior parte da população, que continuava “integrada” ao mundo e à sociedade – não se “fazia parte”, se fazia a própria representação do mundo e da sociedade. Na prática cotidiana, o que é real é o corpo grotesco, que não nega nem separa nada. Essa separação provocada pela modernidade não passa de abstração: “considerada pelo viés da separação, a categoria do corpo é

⁵ Preferimos deixar a expressão “homem”, original do autor, ao em vez de adaptá-la para “humano”, pois as reflexões eram feitas a partir do corpo do homem. Atravessa-se uma questão de gênero neste caso, já que as mulheres ainda não possuíam a importância que hoje lhes é conferida enquanto sujeito, ou ainda, enquanto um corpo de mulher, diferente do corpo de homem.

uma abstração, um não senso. Não se pode então considerar o homem isoladamente de seu corpo” (p.52).

Em meio a essa discussão provocada pelo autor, identificamos pontos – que poderíamos considerar como sendo “raízes” de mentalidades mais recentes – para se entender a relação do corpo e do movimento, do próprio humano com o mundo. Um primeiro desdobramento é que quando se nega o corpo, nega-se o mundo que este representa, nega-se aquele ser específico e todo o seu mundo de movimento, sua visão de mundo. Um corpo negado nega o passado, nega sua história, suas origens. “O corpo não é [ou não seria] isolável do homem ou do mundo: ele é o homem e é, na devida proporção, o cosmos” (p.72). Um outro ponto é a separação [abstrata] que foi inventada para que esses corpos, agora separados, pudessem ser manipuláveis, “coisificados”, classificados, controlados. Junto a esse movimento, rompe-se a relação [há quem diga] harmoniosa e sagrada com a natureza: “a individuação do homem vai de par com a dessacralização da natureza. Neste mundo da divisão, o corpo se torna fronteira entre um homem e outro” (p.70). Essa invenção do corpo vai ter seus “frutos” até o nosso momento atual, considerando que vivemos em uma sociedade marcada por essas questões e movimentos europeus de pensamento. E finaliza o autor que “a definição moderna do corpo implica que o homem esteja separado do cosmo, separado dos outros, separado de si mesmo. O corpo é o resíduo desses três retiros” (p.71).

Uma última observação, que nos interessa para um tópico mais adiante do texto, levantada por Le Breton, é a relação entre essa invenção do corpo, o dilema entre *ter* um corpo e *ser* um corpo, e sua equivalência no debate entre cultura “erudita” [ou de elite] e cultura “popular” [ou subalterna]:

o divórcio do corpo no seio do mundo ocidental remete historicamente à cisão entre a cultura erudita e a poeira das culturas populares, de tipo comunitário. O apagamento ritualizado do corpo, tão típico da modernidade, encontra aí suas fontes. Desvalorizado no âmbito das camadas sociais privilegiadas dos séculos XVI e XVII, o corpo permanece em seu lugar central, pivô do enraizamento do homem no tecido do mundo, para as camadas populares. Duas visões se polarizam então, uma que o deprecia, distancia, e acarreta sua caracterização enquanto, de certa forma, diferente do homem que ele encarna; trata-se, então, de ter um corpo; e a outra, que mantém a identidade de substância entre o homem e seu corpo: trata-se de ser seu corpo (p.94).

As populações que viviam em posições subalternas nas sociedades medievais europeias, diferentes daquelas outras em posições de elites, supostamente dirigentes, continuaram entendendo o ser humano totalmente unido, o humano era o cosmos, era a natureza, não possuía corpo. Mesmo quando tais produções intelectuais foram sendo criadas, da mesma forma que o corpo foi inventado, conceituado, categorizado, “morto”. O corpo popular – agora classificado

como tal – continuou vivo, em movimento. O corpo do indivíduo morreu, ou melhor, nasceu morto.

Esta breve análise vai ao encontro das problematizações que Marinho (2004) faz, adicionando um elemento fundamental para se entender a formação do mundo ocidental, que colaborou na sua visão do mundo e do corpo – o cristianismo. O autor escreve o seguinte:

Apesar de a História não esconder a importância dos exercícios físicos como expressão cultural, a mesma História sempre evidenciou preconceitos em relação à Educação Física. A religião - particularmente o cristianismo, no mundo ocidental - em alguns momentos inibiu a prática das atividades físicas, condicionando a evolução espiritual à negligência de tudo que, de alguma forma, exaltasse o corpo. O mundo intelectual também, por vezes, colaborou para a formação de idéias preconcebidas sobre a Educação Física. A intelectualidade quase sempre desprezou o trabalho físico, menosprezando-o e contrapondo-o ao trabalho intelectual. Às vezes, por refinamento conceitual. Outras tantas, por um jogo ideológico. E os exercícios físicos, aparentemente enaltecendo apenas o corporal, nem sempre mereceram destaque no plano cultural (pp.31-32).

São estas produções culturais europeias que serão a base teórica e teológica justificadora para as chamadas “grandes expedições”, para a procura e expansão de possíveis mercados e fontes de matérias-primas, que teve como grande desdobramento a invasão dos territórios que hoje chamamos de “Américas” por povos europeus, e que, em seguida, gerou o tráfico transatlântico de povos africanos escravizados.

Munanga (2003) aprofunda esta questão, relacionando este momento histórico com a elaboração de teorias que serviriam para responder como ou por que haveria povos tão distintos deles mesmos – europeus. Destas “reflexões” seriam construídas as ideias que sustentariam a estrutura social, econômica e cultural vigente daquele momento, uma dominação europeia, branca e cristã, que apontava os “outros” como inferiores a “si mesmos” como superiores:

Com o descobrimento da América e da África⁶, os povos autóctones recém descobertos receberam as identidades coletivas de “índios” e “negros”. A questão colocada tanto pelos teólogos ocidentais das séculos XVI e XVII, quanto pelos filósofos iluministas do século XVIII, era saber se esses índios e negros eram bestas ou seres humanos como os europeus. Questão cuja resposta desembocou numa classificação absurda da diversidade humana em raças superiores e inferiores. Daí a origem do racismo científico ou racialismo que, infelizmente, interfere até hoje nas relações entre seres e sociedades humanas (p.5).

⁶ Cabe aqui uma reflexão e uma reprovação: não concebemos os termos utilizados pelo autor como adequados para o debate. Seria mais interessante e até mais favorável termos que não se referissem às invasões territoriais como “descobrimto”, da mesma forma as nomeações dos continentes citados de “América” e “África”, pois ambas as posições demonstram um referencial classificatório “do outro” pelo dominador – no caso, as expressões foram geradas e conformadas pela tradição histórica “branca”, referendada num eurocentrismo. Os povos nativos, por exemplo, nomeavam as terras em que viviam de diversas formas, com outros nomes.

E dessa forma, todo ser humano, naquele mundo ocidental e moderno em construção que não fosse europeu, para além das designações específicas de origem – como povos “indígenas” ou “negro-africanos” – foi categorizado e tratado como um “outro”, que pelas suas diferenças deveria ser tratado de forma desigual, menos humana – já que a referência de humanidade eram os povos europeus. Mais do que isso: escravizar tanto indígenas, e em especial, africanos, era tido diversas vezes como uma benfeitoria a esses povos, em prol de sua evolução social e cultural. Lobo (2008) especifica esse debate:

Para o colonizador, assim como para qualquer opressor, o subjugado é sempre uma massa homogênea em que inexistem diferenças e multiplicidades. Trazer esses povos [no caso, africanos] para as Américas e escravizá-los seria uma “missão civilizadora”. Por serem inferiores, suas diferenças seriam mínimas, por isso, dissolvidas para sempre no ambiente do colonizador, onde não se levava em conta nenhum elemento étnico [...] (p.132).

Vimos a partir disso que, desde o começo dessa relação entre esses povos, indígenas, europeus e africanos, notadamente estes últimos tiveram seu corpo presente em toda a nossa sociedade, de forma maciça, e simultaneamente este mesmo corpo era forçadamente, pelos planos das elites brancas, levado a ficar invisível. Paradoxalmente, muito presente, mas com tudo para ser impedido de manifestar sua corporeidade, impedido de expressar suas raízes culturais, tornando-se um corpo de resistência, já que o corpo ideal direcionado pela sociedade era o corpo branco.

Diante dessa necessidade das elites [brancas] de sumir com o corpo negro, desde a época da escravidão, esse corpo se mostrou um corpo contestador (MATTOS, 2007, p.40). Sumir de todas as formas, física, mental, espiritualmente. Se não fosse a postura de resistência talvez não tivéssemos como expressar corpos negros nos dias de hoje. A medicina, já no século XIX, assumindo um poder de direcionar/projetar como seria a população brasileira, não poupou esforços para gerar um corpo brasileiro mais próximo do branco, europeu. Através da eugenia, influenciando vários setores da sociedade, a estrutura de exclusão e de marginalização do corpo negro foi se fortalecendo. Lobo (2008) comenta que o foco era o cuidado com o “branco”, e não com o “negro”: “é verdade que a medicina do século XIX praticamente ignorou o escravo [normalmente negro], porque o corpo do trabalho continuava sendo o corpo descartável” (p.189). E complementa que sua inferioridade vinha de sua descendência africana, que o tornava viciado, imoral, incapaz para o trabalho livre, criminoso em potencial, inimigo da civilização e do progresso (LOBO, 2008, p.215). Mattos (2009) aponta que,

dessa maneira, esses corpos negros escravizados são sentenciados a não provisões de condições mínimas de sobrevivência, lembrando que este século [XIX] foi marcado

pelas febres, infecções e epidemias. Ao escravizado restou a sua presença, o seu comportamento, a sua índole associada aos "maus ares" disseminadores das doenças orgânicas (p.27).

Naquela sociedade, tudo associado ao que é positivo, e por isso, com grande tendência a ser desejado, seguido, realizado, *incorporado*, estaria associado ao “ser branco”. O corpo negro é impedido de aparecer sistematicamente, é considerado feio e atrelado a tudo de ruim. Quanto mais branco e menos negro, melhor. Apoiamo-nos em Mattos (2009) quando relata que “o processo de embelezamento da raça brasileira, nesse caso, passou a incorporar os sujeitos de pele menos escura, cujos métodos higiênicos utilizados como medidas profiláticas ajudariam este corpo a adquirir formas próximas do ideal branco e europeu” (p.38). E conclui:

Todos esses processos acumulam marcas profundas de discriminação para com o corpo negro, ao longo da história da sociedade brasileira, que internalizou certos preconceitos a partir da lógica eurocêntrica, em favor da dominação da elite branca, que passava a achar natural que o negro fosse considerado cultural e intelectualmente inferior; esteticamente feio e, socialmente, sujo e incivilizado (p.40).

III. A negação por duas vias: a simples ausência ou o estigma (a folclorização)

Pela Educação [Física] escolar podemos perceber estas questões da invisibilidade do corpo negro por duas vias: ora pela simples ausência, ora pelo estigma. A começar pelo século XIX, a população negra (que fosse liberta) só pôde ter acesso à educação em 1878, segundo o Decreto n.º 7.031-A, de 6 de setembro do mesmo ano (MATTOS, 2009, p.27). Definitivamente, corpos negros eram indesejáveis pelas elites, e vetados dos mais diversos meios de sobrevivência ou de ascensão social promovidos pelo poder público, como a saúde e a educação. Associando ao que já expomos anteriormente, complementamos com Mattos (2009) que:

Desde o seu surgimento no Brasil, início do século XIX, a Educação Física esteve comprometida com o poder dominante, inicialmente com a finalidade de higienização dos corpos. Aplicada nas escolas, adotava métodos ginásticos europeus de sistematização de ensino disciplinar e mecânico, com critérios rígidos oriundos das ciências biológicas. Tendo início no Brasil através de processos seletivos, classificatórios, discriminatórios e excludentes, a Educação Física escolar desconsiderou, durante muito tempo, a ideia de corpo como revelador de atitudes e comportamentos pessoais e expressivos de especificidades culturais (p.15).

E assim como a autora, chamamos a atenção para o estudo desta temática, que parte

da premissa de que a Educação Física, enquanto prática pedagógica nas escolas, serviu aos interesses de três instituições políticas e ideológicas: a medicina, a instituição

militar e o esporte, cujas ideologias estiveram diretamente ligadas à discriminação do corpo negro, pela eugenia, pelo controle e pelo estereótipo (p.15).

Dessa forma, considerando já a participação na escola, por parte destes corpos negros, agora incluídos – de certa forma – na escola, procuramos analisar como é *efetivamente* a presença do corpo negro na escola, pelo viés das aulas de Educação Física. Notadamente, esta seria a disciplina que teria uma ocupação por essência e excelência no trato com o corpo e o movimento, como já atestamos. E será que esta disciplina está olhando de forma específica para as diferenças corporais e provocando reflexões através das intervenções pedagógicas? Percebemos o que Mattos (2009) também atesta em seu estudo, e nos aponta que

a necessidade de um outro olhar dessa área para a corporeidade negra se faz com a finalidade de ressaltar os valores de uma cultura corporal silenciada e invisibilizada durante muito tempo, no ensino da Educação Física, visto que, até o início da década de 1970 [...] o conteúdo básico aplicado nas escolas era oriundo dos "Métodos Ginásticos Alemães". Essa prática, mais conhecida como ginástica calistênica, foi utilizada não só nas escolas como também em instituições militares, nas quais o fundamento era a disciplina dos corpos através de sequências rígidas e coordenadas, cuja execução exigia dos alunos e recrutas atenção, concentração, raciocínio rápido e eficácia dos movimentos (pp.16-17, grifos nossos).

Pois então, diante desta que chamamos *simples ausência*, ainda esta corporeidade é negada mesmo quando aparece. Essa “simples ausência” se aproxima da discussão realizada por Gomes (2012), juntamente da noção de “visibilidade subalterna”, ampliando a questão da “folclorização”. Araújo (2011) nos esclarece que, de forma geral,

tal processo consiste em transformar as manifestações culturais dos negros em algo irrelevante ou em recheios ideais para se montarem esquemas de entretenimento para vastas camadas da população, em especial para aquelas que, independentemente da cor, podem usufruir, de forma mais plena, certo tipo de lazer produzido pela sociedade brasileira. Como tal, esta cultura não é levada a sério (p.3).

Gomes especifica, no caso escolar, que essa visibilidade, subalterna, é quando se folcloriza as expressões culturais – no caso, africanas – “cristalizando-as” e retirando seus valores. E desprovidas disso, se resumem, no caso da Educação Física, a movimentos repetidos e sem sentidos, coisificados, mecanizados. Corpos e corporeidades negros são vistos e vivenciados, mas de forma vazia de sentido, alienando seus agentes de seus próprios movimentos. A autora exemplifica também quando esta aparição acontece: como em momentos pontuais do ano letivo ou através de profissionais atentas e interessadas. Mesmo quando aparece, “ainda não ocupa um lugar central no debate”. A autora comenta que, por conta disso, “a mudança é pequena se comparada à gravidade do problema [da questão racial e a educação]” e que é preciso uma busca permanente de uma “enraizamento emancipatório”. O sentido deste

termo é justamente o de *enraizar* o tema no currículo e na formação de educadores, como nas intervenções pedagógicas e na escola como um todo. Somente desta forma é que o tema terá o espaço que lhe é necessário para um debate sério e profundo, não colaborando mais uma vez para sua subalternização.

Esta questão da visibilidade subalterna é tão latente que poderíamos identificar suas consequências em outros autores, quando somos formados por um não reconhecimento ou o reconhecimento inadequado de si mesmo pelo outro; exemplificando, uma pessoa ou um grupo de pessoas pode sofrer um prejuízo ou uma deformação real se as pessoas ou sociedades que os rodeiam lhes devolverem uma imagem limitada, depreciativa ou desprezível deles mesmos – reduzindo sua auto-imagem a algo falso ou reduzido (MUNANGA, 2003, p.5).

De forma similar, Leão (2011), ao tratar das questões de corpo e memória, notadamente a que se refere à memória corporal, aponta que para haver uma redescoberta de autores/agentes é preciso haver o reconhecimento daqueles que foram “esquecidos”, quem sabe propositalmente, ou marginalizados. Em suas próprias palavras, diz o seguinte: “a perspectiva que percebo é que, na história das ideias, o ambiente do redescobrimento de autores, reais ou supostamente marginais, necessita do reconhecimento de precursores esquecidos” (p.348). Neste caso, podemos traduzir o seguinte: esses autores, que seriam em nosso caso, produtores de movimentos, agentes corporais, e não só “reprodutores”, precisariam – para obter um status de “legitimidade” ou “normalidade” – se conhecerem e se reconhecerem, valorizando, por conseguinte, suas vidas e suas próprias expressões. Vale notar que o autor, em seu debate, usa folgedos de manifestações culturais e suas figuras (personagens) – tendência que também usaremos aqui; são justamente tais manifestações culturais expressadas por corpos negros e que são estigmatizadas pela hegemonia [de uma ordem] branca. Sem uma referência positiva/afirmativa de si mesmo, reforçando o debate sobre memória e corpo em Leão, e ignorando ou não lembrando dessas expressões e suas origens, ficaria mais fácil não somente estigmatizar o corpo negro e suas expressões, mas também deixar de produzi-los, apontando sempre a tendência de formação de corpos brancos (pois não haveria uma “opção” diferente – ou aceita preferencialmente – ofertada pela sociedade). Apaga-se o corpo negro. Apaga-se por consequência sua memória. E se inscreve um corpo e uma memória brancos, por toda a sociedade. É nesta questão que concordamos com Leão, no interesse por esse caminho, que desdobra na diversidade, contribuindo como foco de estudos na educação: “coube [ou melhor, cabe] a escolha do corpo afrodescendente enquanto temática que trouxesse como objetivo contribuições no campo da diversidade do corpo como fonte de espaço para o debate sobre as questões relativas à pesquisa social na educação brasileira” (p.345).

E reforça o que Mattos (2009) afirma:

Combater o racismo na escola passa, também pelo corpo, e é no corpo negro que recaem as práticas históricas das desigualdades, da desqualificação, da violência simbólica que levam os estudantes a uma baixa auto-estima, à evasão escolar, a possíveis identificações com padrões (p.69).

As consequências dessa ausência, dessa negação, também são demonstradas em Mattos (2007), que nos diz que

ao reconhecer que existem vários fatores que culminam com a baixa autoestima do estudante negro, como as dificuldades de inserção no âmbito escolar, o cerceamento de suas manifestações corporais e culturais, enfim, o próprio modelo escolar de reprodução das desigualdades raciais e sociais leva esses estudantes ao desânimo e ao baixo rendimento escolar (pp.62-63).

IV. A provocação (a lei 10.639)

Os dois trabalhos de Mattos (2007 e 2009), que viemos citando ao longo do texto, trabalham de forma específica de como a lei 10.639 de 2003 e poderiam provocar mudanças na área da Educação Física, e vêm ao encontro de nossas propostas de debate e atuação na escola. A autora ressalta que a contribuição da história e da cultura afrobrasileira não pode ser uma intervenção determinada pelo calendário folclórico (tendendo a uma representação folclorizada destas manifestações corporais). A implementação desta lei surge como uma importante ação, que atinge o currículo como um todo, atuando em todos os ciclos da educação básica, independente dos meses de maio (“fim da escravidão”), de agosto (“folclore”) e novembro (“consciência negra”) (MATTOS, 2009, p.127). Apesar das resistências previsíveis pelo sistema educacional, garante legalmente o debate, mesmo este sendo realizado pela visibilidade subalterna. E destaca ainda ser importante esta investida a ser feita pela Educação Física com o necessário reconhecimento de outras atividades baseadas em culturas diversas, incluindo aí as africanas/afrobrasileiras que podem ser trabalhadas enfaticamente com o corpo e o movimento, dentro de uma perspectiva da corporeidade negra (MATTOS, 2009, p.129).

Mattos (2007) é categórica quando comenta sobre a internalização de valores negativos a esses corpos negros, por toda a sociedade, e de como é preciso *ver* e tornar *visíveis* estas questões e esses corpos. “Absorvidas as representações sobre a raça negra como o outro subalterno, inferior e incapaz, chegamos ao século XXI com essa mesma visão, ou melhor, com essa cegueira, que não quer se curar” (p.114). E por que será que ainda este corpo é negado? Como já problematizamos, ao negar esse corpo desviamos o foco da história e de sua história específica,

como se todas as manobras discriminatórias e preconceituosas não tivessem existido, ou como se só houvesse uma única forma de corpo a ser representada, que pudesse existir em nossa sociedade. Possibilitar a construção, o conhecimento, a valorização de um corpo antes negado poderia levar uma tomada de consciência (corporal e *negra*), já que, como direciona Mattos (2007), “tornam-se mais evidentes as suspeitas de que é no corpo que recaem as representações de um passado histórico e de um presente desigual” (p.38). E termina, fazendo visível o seguinte: “torna-se imperioso rever a história desses corpos que, na contemporaneidade, seguem sendo discriminados a partir de uma concepção que retrata o corpo negro como subalterno e inferior” (p.39).

Apontamentos finais

A Educação Física [escolar] cresceu no Brasil juntamente com os desdobramentos dos pensamentos europeus sobre corpo e movimento, que desde o século XVI vinham pautando o tratamento dado ao corpo e as visões de mundo daqueles povos que iriam dominar/criar o mundo que chamamos hoje de Ocidente. O paralelo com essa área de conhecimento é interessante, pois, mesmo quando esta se estrutura como tal, no século XIX (e se adaptando às demandas das elites [“brancas”] no Brasil), veio pautando uma visão fragmentada do ser humano. Fragmentada, se comparada com as novas visões que vêm questionando na área essa visão que separa o humano de seu mundo. Notadamente, o debate da área cada vez mais se aprofunda nas questões sociais e culturais – visto que é uma área “humana” de conhecimentos, e especialmente, da “educação” – mas sem se afastar das demandas biológicas e médicas (e atrelando as esportivas a estas). Apesar disso, a tendência de separar o humano, se não tem diminuído consideravelmente, tem tido um avanço, que busca *reunir* o humano e seu mundo novamente (como se estivessem realmente separados) e uma resistência diante da continuidade de entender o mundo separado do corpo, ou o corpo separado do mundo. Devido a essas *redescobertas* e a esses *retornos*, vimos a possibilidade de, finalmente, localizar o ser humano em seu mundo, através de seu corpo e seu movimento, provocando reflexões, mas sem aliená-lo de si mesmo, nem desse mundo.

É especialmente nesse momento que a negação do corpo negro pode ter um foco, pois já não mais daria para entender o corpo brasileiro focado apenas no modelo da ordem branca, mantendo as intervenções pedagógicas nas mesmas questões médico-esportivas, e usando um referencial em que todo ser humano é igual. E que, por conta disso, deveria acessar um mesmo referencial de corpo, e não possibilidades de ser corpo. Como já notamos no texto, essa tentativa

fez/faz parte de uma estratégia das elites de controlar a população, especialmente não-branca, ora pelo fetiche criado para todo mundo em ser branco, ora pela simples eliminação desses outros corpos da sociedade. Essa eliminação podia/pode ser no nível “físico” como também “simbólico”. Ambas as formas presentes em nossa sociedade.

Contudo, depois que oficialmente o Estado brasileiro reconheceu que existe racismo no país, assumiu um papel de também propor mudanças desse quadro. É nesse contexto que a lei 10.639 de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, é criada, apoiando várias iniciativas de combate ao racismo na educação. Mais do que isso, provoca o debate sobre questões etnicorraciais obrigatoriamente na escola. Levando em conta que essa negação (a de que existe racismo, tanto quanto a do corpo negro) não seja mais “oficial”, ainda é cotidiana e referendada pela sociedade. O Estado, a escola, a Educação Física, continuam com suas práticas racistas porque a sociedade continua sendo também. Apesar da lei não se referir a questões corporais, nem da Educação Física, explicitamente, ela continua sendo uma base, legal, para qualquer disciplina e para qualquer profissional da educação que procure trabalhar estas questões, quer seja pelo viés da “visibilidade subalterna”, quer seja na busca de um “enraizamento emancipatório”.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Zezito de. *Folclorização e Significado Cultural do Negro*. Disponível em: www.ideario.org.br/neab/kule2/Textos%20kule2/Zezito.pdf Acesso em: 10 dez 2011.

BRASIL. MEC/SEF. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf Acessado em: 6 abr 2012

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil. *Lei n.10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm Acesso em: 25 ago 2009

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. 3ed. Campinas-SP: Papirus, 1991.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

DARIDO, Suraya Cristina. *Educação Física na escola: questões e reflexões*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

FINOCCHIO, José Luiz. A Educação Física do Brasil. In: Congresso Sul-mato-grossense de Atividade Física, 4., 2001. Campo Grande. Educação, saúde, cultura: educação física, educação e sociedade. *Anais...* Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2001. p. 28-33. Disponível em: <http://www.boletimef.org/biblioteca/663/A-educacao-fisica-no-Brasil> Acessado em: 25 ago 2009.

GOMES, Nilma Lino. Palestra proferida na mesa de debate. In: Seminário Racismo e antirracismo na educação básica do Rio de Janeiro. Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, movimentos sociais e culturas / PPGEDUC da UFRRJ / SEPE. Rio de Janeiro: UERJ, 18 mai 2012 (*anotações próprias*).

LEÃO, José Antonio Carneiro. Memória de brincantes: corpo como fonte e objeto de informação. In: SOUZA, Elizeu Clementino de (org.). *Memória, (auto)biografia e diversidade: questões de método e trabalho docente*. Salvador: EDUFBA, 2011. pp.345-365

LOBO, Lilia Ferreira. Corpo cativo e corpo assujeitado: as marcas da deficiência. In: *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro; Lamparina, 2008. pp.127-242

MATTOS, Ivanilde Guedes. *A negação do corpo negro: representações sobre o corpo no ensino da Educação Física*. Dissertação (Mestrado em Educação). UNEB; Salvador, 2007.

MATTOS, Ivanilde Guedes. *Estética afirmativa: corpo negro e educação física*. Salvador: EDUNEB, 2009.

MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. Ação Educativa, ANPED. Palestra proferida no 1º Seminário de Formação Teórico Metodológica-SP. 2003. Disponível em: www.npms.ufsc.br/programas/Munanga%2005diversidade.pdf Acessado em: 6 fev 2012.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 3ed. Belo horizonte: Autêntica, 2008.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. *Educação e Pesquisa*. São Paulo; v.28, n.1, p. 51-75, jan./jun. 2002

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. *O que é Educação Física*. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção Primeiros Passos; 79) Disponível em: http://www.4shared.com/office/Osjxfber/O_Que__Educaoo_Fsica_-_Vitor_M.html Acessado em: 13 jun 2011

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO BRASIL DO ENSINO MÉDIO E A LEI 10.639/03: TEMOS MUDANÇAS?

Fernando Santos de Jesus

Mestrando em Relações Étnicorraciais pelo CEFET/RJ –

fernandosenzala@hotmail.com

RESUMO

Este estudo investiga a representação do negro no livro didático de história do Brasil em consonância da tentativa de criação de uma identidade brasileira, que em suas formas contraditórias de negação das matrizes africanas exclui os negros dos espaços sociais de produção do saber, e da propagação do racismo. Para consecução deste estudo, fazemos uma análise de conteúdo de um capítulo de um livro didático de história no conteúdo de história do Brasil utilizado em escola de ensino médio do estado do Rio de Janeiro, buscando analisar se os dispositivos da lei 10.639/03 e as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicorraciais para o ensino de história e cultura afro – brasileira e africana estão sendo contemplados. Os resultados desse estudo apontam para a necessidade de ressignificação de textos e imagens da população negra nos livros didáticos, pois a invisibilidade da população negra constitui para uma possível desmobilização desse contingente.

Palavras-chave: Racismo. Simbólico. Livros Didáticos. Textos e Imagens.

ABSTRACT

This study investigates the representation of blacks in textbook history of Brazil in line trying to create a Brazilian identity, which in its contradictory forms of denial of African matrices exclude blacks from the social spaces of knowledge production by irradiation of symbolic violence, and hence the spread of racism. To achieve this theoretical study, we do a content analysis of a chapter in a history textbook content in

Brazil's history used in secondary school maintained by the government state of Rio de Janeiro, trying to analyze whether the provisions of the law 10.639/03 and the national curriculum guidelines for the education of relations racial and ethnics for teaching history and culture afro-Brazilian and African are being contemplated in the material analyzed. The results of this study indicate the need for reinterpretation of texts and images of black people in the textbooks, because the invisibility of the black population is a possible demobilization of overall population not to be seen as active in the political processes of the country that cultivates the myth of racial democracy, but still linking to the daily derogatory images of black without contextualizing them on the grounds of material and symbolic conditions below those of whites.

Keywords: Racism. Symbolic. Textbooks. Text and Images.

Após promulgação da lei 10.639/03 observam-se muitas produções de livros e materiais, didáticos e paradidáticos que venham a contribuir com a valorização de textos e imagens dos negros no intuito de desmistificar alguns estereótipos desses.

Essa lei visa à obrigatoriedade de inserção dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana em disciplinas de todos os segmentos de ensino. Contudo, para nós somente os conteúdos da lei não bastam, pois os mesmos devem ser expressos de forma valorativa, no que concernem as construções das representações culturais, textuais ou imagéticas, de africanos e afro-brasileiros no cotidiano escolar e nos materiais a serem utilizados no fazer educativo.

Desdobra-se daí as diretrizes curriculares para a educação das relações étnicorraciais e para o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana, que fora formulada para que todos os cidadãos brasileiros possam gozar de uma educação que contemple as variadas formas de se conceber o povo brasileiro no que concernem aos aportes culturais existentes nos povos fundadores da nação. Assim, os elementos culturais provindo dos africanos e seus descendentes precisariam ser revistos e melhor trabalhados, desvelando um caráter racista na forma de como esses conteúdos foram trabalhados ao longo dos tempos nos bancos escolares em todos os níveis de ensino, perdurando até os dias de hoje, trazendo efeitos negativos para a população como um

todo, sobre tudo a população negra. Cabe ressaltar que a lei 10.639/03 e as diretrizes curriculares foram um avanço propiciado nas discussões do movimento negro, constituindo em uma grande vitória.

Os conteúdos das diretrizes dialogam diretamente com o continente africano e sua diáspora pelo mundo, no intuito de fortalecimento dos laços culturais de origem africana, pois mesmo concebendo que a cultura pode se tornar híbrida no contato entre os povos, ela tem está inscrita em um local que reivindica a legitimidade de nascimento, e que somente em outro momento e contato com outra manifestação se tornará híbrida. Essa assertiva traz à tona a valorização de tudo que seja de matriz africana e que comumente é associado a coisas negativas, como a religião, a música, a indumentária e etc. Todo esse esforço é canalizado para que a sociedade seja reconstruída em bases justas, onde o negro possa viver em iguais condições materiais, psicológicas e educacionais que os demais membros da nação.

No ano de 2008 o Fundo Nacional de desenvolvimento da educação – FNDE disponibilizou uma gama de livros sobre a temática racial para distribuição em escolas da rede pública de ensino, tanto nas redes municipais e estaduais, as primeiras trabalham na maioria das vezes com a educação básica em nível fundamental e as segundas majoritariamente com o ensino médio.

Nesse sentido, pensamos se a distribuição desses livros e materiais, didáticos e paradidáticos, contempla a necessidade aventada pela lei, pois amiúde, seria vago demais afirmar que a lei 10.639/03 estaria dando conta do seu propósito em todos os livros editados após sua promulgação. Por esse motivo, pretendemos analisar o conteúdo de um livro didático utilizado a ser utilizado em uma escola da estadual do Rio de Janeiro, entendendo que os estudantes do terceiro ano do ensino médio estão em fase de forte interiorização dos valores que a eles são apresentados em diversas instâncias, devido às escolhas acerca das profissões, levando as práticas sociais que desdobrarão após a inserção nas mais variadas carreiras e instancias do cotidiano.

Assim, utilizamos como fonte de pesquisa o capítulo treze (história do Brasil contemporâneo) de um material de divulgação da editora Scipione de História Geral e do Brasil em seu terceiro volume publicado em sua primeira edição no ano de 2011 no estado de São Paulo, escrito pelos autores; Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo.

Cabe ressaltar que a intenção do capítulo treze dessa obra é justamente cumprir com a quebra de protocolo que a sociedade brasileira é harmônica, demonstrando

através de diversos presidentes que dirigiram o país após a redemocratização do país os avanços e retrocessos no campo político, econômico e social.

Portanto, procuraremos explicitar ao longo do texto os avanços e estagnações que a obra traz em seu bojo, demonstrando o quão difícil é fugir das questões impostas pela criação e irradiação de verdades sobre o negro com seus usos e fazeres culturais (quando está de fato visível), imposto por um sistema enunciativo hegemônico branco e ocidentalizado, mesmo quando se tem a intenção de trabalhar valorativamente à questão da construção de uma sociedade realmente democrática.

O Pensamento Ocidental, o Imaginário Social e o Negro.

Partindo da leitura da referida obra percebe-se a intenção de desconstrução e reconstrução do imaginário social brasileiro a partir da discussão acerca da política, estabelecendo uma relação de causa e efeito em torno de decisões tomadas em âmbito político, tendo seus efeitos reverberados no meio social.

Nesse sentido, a obra não revela preocupações aprofundadas com os elementos simbólicos como contribuidores para o nível de tensões sociais que vive o Brasil, mesmo após a redemocratização da política. Tal reflexão não é apresentada, pelos autores, e para nós, se dá forjando de maneira positiva a participação da população de maneira geral nas reivindicações populares, não sendo necessárias reivindicações particularistas, pois as políticas públicas reivindicadas em âmbito geral já dariam conta de atender as demandas de todos.

Dessa maneira a identidade que aqui discutimos está pautada em como se constrói e se articulam as normas de sociabilidade, pois nas imagens encontradas sobre os negros no livro faz com que se internalize uma construção pejorativa sobre a condição social do negro, que não é apresentado em momento de reivindicação ou em nenhuma posição de tomada de decisão da sociedade, quando sabemos que esse grupo racial participa (ou) ativamente de toda construção histórica na nação.

Corroboramos com Muniz Sodré (2000) acerca das representações sociais e os usos das normas de sociabilidade no sentido da construção signica irradiada por aqueles que possuem o aparato técnico hegemônico de massificação dos discursos, que em primeira linha se assume como verdades incontestes, de extrema dificuldade quanto à desconstrução. Diz ele que

Dizer identidade humana é designar um complexo relacional que liga o sujeito ao quadro contínuo de referências, constituído pela inserção de sua história individual com a do grupo onde vive, cada sujeito é parte de uma continuidade histórico-social, afetado pela integração num contexto global de carências (naturais e psicossociais) e de relação com outros indivíduos, vivos

e mortos. A identidade de um “si mesmo”, é sempre dada pelo reconhecimento do outro, ou seja, a representação que o classifica socialmente. (SODRÉ, 2000. P. 34).

Fica patente que em relação à população negra, faltam referenciais positivos nos meios técnicos de irradiação de ideias e imagens, para que se faça um reconhecimento satisfatório de sujeitos, contestando um padrão estético e moral imposto por uma orbita que “não é a sua”. Ou seja, sua “essência” é negada e construída a partir de discursos de alteridade.

Nesse sentido, retomamos a ideia de que uma ontologia do ser não pode ser confundida com o tornar-se pessoa. Essa afirmação indica que o ser traz consigo uma essência primeira que se equaliza com outros entes que trazem consigo suas essências e assim formam cultura.

Em Heidegger (1973) temos a questão da ontologia inscrita na noção de Ipseidade que quer dizer, o mesmo, em contraponto com o Idem que diz respeito ao idêntico, ou ao próprio pertencimento. O idem seria algo que não é o mesmo, mas é nitidamente idêntico ao mesmo. Ao contrario o ipse não seria idêntico e nem parecido com o mesmo, pois já é o mesmo. Desse modo, A = A diz respeito ao idem, dois As idênticos, e A é A diz respeito ao ipse, A significa ser ele mesmo.

Problematizando esse caráter filosófico de buscar entender a criação identitária e o jogo de alteridade inscritos na transição do ser “anômico” para a pessoa cultural, podemos inferir que os homens possuem em si a característica primeira do *ethos* buscando que o outro compreenda os seus enunciados a fim de fazer seus desejos e necessidades satisfeitos numa criação de alteridade, onde o outro será imaginado pré – discursivamente gerando a força motriz para as representações que, supostamente, serão conformadas pelo outro.

Compreendemos que essas estratégias discursivas são recebidas de diversas maneiras por aqueles a quem se destinam os enunciados. Nem sempre há conformação, assim como nem sempre há inconformidade. Tudo depende de complexos relacionais ligados à própria ontologia e as estratégias de resistência frente a situações que nem sempre se resolvem pragmaticamente.

Mas o que tem a ver a discussão racial com as problemáticas de conceituação filosófica do homem? Tudo – pois com as tentativas de imposição de discursos nas sociedades ocidentais a fim de se beneficiar no jogo de poder (econômico, político e

social), houvera a conceituação de fenômenos culturais de homens com determinadas marcas e, também, a tentativa de essencializar e estigmatizar esses homens com discursos inferiorizadores.

Para tal feito, construções e circulação de verdades foram viabilizadas por aqueles que se pretenderam enunciadores de discursos, o que não significa que aqueles que foram classificados pela força hegemônica permaneceram conformados na condição de alteridade¹ e assimilaram passivamente as conceituações proferidas a eles. Heidegger (1973) assevera que

O intelecto somente é conforme com a idéia porque realiza a adequação do que pensa com a coisa, tendo esta que ser conforme com a coisa. A possibilidade da verdade do conhecimento humano, se funda se todo ente é “criado”, sobre o fato de a coisa e a proposição serem igualmente conformes com a idéia e serem, por isso, coordenados um ao outro a partir da unidade do plano da criação. (HEIDEGGER, 1973, p.332).

Dáí se percebe que a construção signica dos negros fora materializada pelo pensamento ocidental que buscou ao longo de vários momentos na história demonstrar a realização do ser negro no mundo, mas num primeiro momento como construção de ser e não de pessoa, devido a animalidade na qual descreviam esse contingente. Mais adiante se admitiu a condição de ente do negro, mas numa construção de alteridade, onde os discursos ainda continuavam a designar pejorativamente os negros, como seres humanos inferiorizados numa hierarquia onde o branco ocupa o topo da pirâmide e estaria outorgando humanidade através de sua cultura superior e de seus padrões estéticos.

Conforme tratamos anteriormente a conformidade nem sempre se faz presente numa questão diametral, e nem em uma situação de suposta igualdade enunciativa. Heidegger (1973) diz que

Uma ação obviamente não se pode realizar a não ser através da liberdade de quem age. O mesmo acontece com a ação de enunciar apresentando, e com a ação de consentir ou recusar uma “verdade”. (HEIDEGGER, 1973, p.333).

Liberdade segundo o mesmo autor é “O fundamente da possibilidade intrínseca da conformidade porque recebe sua própria essência da essência mais original da única verdade verdadeiramente essencial”.

¹ Não se pode perder de vista que na concretude social e na luta contra hegemônica está marcadamente quem se institui como o eu e a quem esse eu designa a condição de outro, o que não significa que o outro também se veja como outro.

O manifesto ao qual se conforma a enunciação apresentativa, enquanto lhe é conforme, é o ente assim como se manifesta para e por um comportamento aberto. A liberdade em face do que se revela no seio do aberto deixa que cada ente seja o ente que é. A liberdade se revela então como o que deixa ser o ente. (HEIDEGGER, 1973, p.336).

As tentativas de essencializar e categorizar o negro no mundo ocidental têm como um princípio uma estratégia de fazer se identificar, conforme vimos mais atrás. As verdades veiculadas precisam, necessariamente, ser legitimadas para que dentro do espaço social determinado (pela coerção social) seja possível se socializar.

Insistimos que a marginalização da cultura afro – brasileira está visceralmente entrelaçada ao poder de enraizamento das verdades criadas pelos cânones da cultura europeizada, e a maneira como o pensamento identitário brasileiro utilizou – se desses conteúdos para buscar explicar a nação, silenciando vozes e determinando quais os discursos convenientes para a possível coesão do país e o silenciamento das vozes que se manifestaram e se manifestam com uma agenda anti – hegemonia.

Voltamos a evocar a teoria de Heidegger para buscar uma compreensão de como esses discursos são possíveis. Na constituição do que se enuncia como verdade a possibilidade de oposição da afirmação do que se pretende como verdadeiro se constitui como uma não – verdade, ou algo que é classificado como falso. O filósofo exemplifica demonstrando que

“É uma verdadeira alegria colaborar na realização dessa tarefa”. Queremos dizer se trata de uma alegria pura, real. O verdadeiro é o real. Assim falamos do ouro verdadeiro distinguindo – o do falso. O ouro falso não é realmente o que aparenta. É apenas uma “aparência” e por isso irreal. O real passa pelo oposto do real. Mas o ouro falso é, contudo, algo real. É assim que dizemos mais claramente: O ouro real é o ouro autêntico. Mas um e outro são “reais”, o ouro autêntico não o é nem mais nem menos que o falso. O verdadeiro do ouro autêntico não pode ser, portanto, ser simplesmente garantido pela sua realidade. (HEIDEGGER, 1973, p.331).

Está expresso nessa concepção que o valor é dado sem algo que privilegia a essência da existência, ou a liberdade de algo. O valor de algo é designado pelo bel prazer e conveniência de quem constrói o significado. O que não exclui a verdade do outro que recebe a significação, com suas concepções valorativas próprias.

A não – verdade da proposição (não conformidade) é a não concordância da enunciação com a coisa. A não – verdade da coisa (inautenticidade) significa o desacordo de um ente com sua essência. A não – verdade pode ser compreendida cada vez como não estar de acordo. Isto fica excluído da essência da verdade. É por isso que a não – verdade, enquanto pensada como

parte contrária da verdade, pode ser negligenciada quando se trata de apreender a pura essência da verdade. (HEIDEGGER, 1973, p.332).

Nesse sentido, os movimentos contrários aos cânones da verdade irradiada pelos sistemas hegemônicos, que não contemplam a essência (a liberdade) do negro, são marginalizados e vistos como argumentos não verdadeiros, ou seja, são argumentos falsos. Isso justifica os movimentos contrários às cotas para negros nas universidades e a predatória circulação dos padrões europeizados de estética com seus significados.

Nessa dinâmica não podemos perder de vista que os movimentos negros não incorrem na lógica hegemônica de produção de verdades, mas de significações contra hegemônica. O sentido de liberdade não está somente ligado à ausência de constrangimentos na direção do que impede ou que leva uma pessoa a praticar ações determinadas. Liberdade é a manifestação da essência do ser, pois a liberdade abandona a ideia de desvelamento do ser, ou de conceituação do eu em relação ao outro.

Antes de tudo isto (antes da liberdade “negativa” ou “positiva”), a liberdade é o abandono ao desvelamento do ente como tal. O caráter de ser desvelado do ente se encontra preservado pelo abandono ek – sistente; graças a este abandono, a abertura do aberto, isto é, a “presença” (o “aí”), é o que é. (HEIDEGGER, 1973, p 336).

A liberdade do negro se manifestar enquanto o como se é, numa sociedade de significações e determinações, pressupõe luta contra um sistema opressor que tenta classificá-lo, e somente no seio de ações coletivas que buscam desvelar os fatores de desmobilização e de “morte ontológica do negro”, se faz o movimento contrário, pois ao desvelar essas condições se abre espaço para que se possa manifestar a liberdade do ser negro, inscrito na sua ancestralidade e na continuidade do corpo e da mente.

Portanto, buscamos demonstrar que a concepção ocidental de pensamento buscou através da complexidade de enunciações, conceituar o negro em uma orbita negativa nas relações, onde estética e cultura negra se equalizam num conjunto marginalizado de signos ilegítimos ou falsos dentro dos cânones da cultura objetivada pelas classes que detém o poder. Essas criações acabam por contaminar, em certa medida, um conjunto populacional amplo que incluem brancos e negros na assimilação e conformidade daquilo que por eles são prescritos na tentativa de determinar as normas societárias.

O Livro Analisado.

Antes de tudo é de suma importância contextualizar nossa escolha pelo livro analisado, pois assim o leitor desse estudo pode compreender nossa inquietude e os motivos que nos levaram a obra escolhida.

Escolhemos o livro didático de ensino médio (mais precisamente utilizado no terceiro ano do ensino médio) por pensarmos que seja o período no qual o jovem fará suas escolhas profissionais e começará a lidar mais diretamente com o mercado de trabalho e com as diferenças étnicorraciais na dinâmica de hierarquia trabalhista. Por esse motivo, acreditamos que se os livros didáticos do ensino médio aliado ao fazer educativo não dê conta de explicitar as causas que levam à significação pejorativa do negro na sociedade, ou simplesmente omitem as informações que levam a exclusão do povo negro do produto social, as relações sociais dos indivíduos na escolha de suas carreiras e seus próprios cotidianos estarão debilitadas em relação à sensibilidade racial e a criticidade quanto à “democracia racial” em que vivemos.

O livro escolhido constitui um material de divulgação da editora Scipione de História Geral e do Brasil em seu terceiro volume publicado em sua primeira edição no ano de 2011 no estado de São Paulo, escrito pelos autores; Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo. Ambos são professores de cursos Pré – vestibulares e autores de livros didáticos para o ensino médio.

Nossa análise do material escolhido fica restrita ao capítulo treze; O Brasil no Século XXI, por entender que esse, seja o capítulo que constitua uma história bem recente e, talvez, mais acessível aos alunos dos anos finais do ensino médio, bem como acreditarmos que conhecer os fatores históricos, sociais e políticos contemporâneos de nossa sociedade aflore a consciência crítica dos alunos os tornando em cidadãos engajados nas lutas contra qualquer tipo de discriminação e opressão.

Esse capítulo está disposto desde a página 257 até a página 281 contando com uma gama de exercícios de vestibulares de universidades públicas e privadas no final a fim de auxiliar o aluno a fixar o que os professores utilizaram no cotidiano escolar. Os exercícios vão desde a página 282 até a página 297 do livro.

No nosso entender o intuito do capítulo é informar de forma organizada e temporal o agravamento das tensões políticas, econômicas e sociais, através da apresentação de como cada um dos governos após o regime militar chegando aos governos que adentraram o século XXI no comando da nação lidaram com as demandas

sociais, de resqúicio de outros governos, através das políticas públicas e de governo que se espera de um país de sistema democrático com uma constituição dita como cidadã e mais democrática de todos os tempos, a de 1988.

No longo da apresentação do capítulo as abordagens são as mesmas; demandas econômicas, políticas e sociais; e como os governos lidam com esses problemas tendo em vista uma conjuntura internacional que pressiona os países periféricos como é o caso do Brasil, no que tange aos órgãos de financiamento para crescimento econômico e para políticas de bem estar social.

Cada governo é apresentado sendo necessária uma contextualização de final do século XX para poder entender os resqúícios que cada governo herdou do anterior e da ditadura militar para carregar o fardo de buscar equalizar os problemas políticos, sociais e econômicos do Brasil.

Esse caráter é explicitado logo na primeira parte do capítulo (pagina 357), onde os autores advertem para o que será tratado adiante, explanando sobre a constituição de 1988 e quais as posições críticas direcionarão os estudos do livro na problematização dessa constituição em relação à efetivação pragmática dos direitos ali expressos.

Na página 258 os autores contextualizam a modernização do país (trabalhada no capítulo anterior) e direciona o escopo a ser trabalhado. Interessante localizarmos nesse início de capítulo que os autores possuem as características que compõe a base do pensamento de esquerda de outrora, que infere que os atrasos sociais, políticos e econômicos brasileiros provêm dos setores mais conservadores ditos de direita.

Fica claro, portanto, para o leitor que o livro seguirá um direcionamento de contestação aos sistemas ditos opressores no uso e desuso das riquezas nacionais as quais se tornam fruto de usurpação de uma minoria em detrimento uma maioria que vive no clamor de melhores condições de vida. Nesse sentido, é privilegiado no trabalho dos autores os movimentos sindicais e estudantis que vão as ruas e buscam soluções para os problemas econômicos na contestação da figura de determinados políticos que seriam os protagonistas da “desordem” social brasileira.

A crítica que tecemos a essa visão é a de que os autores acabam não evidenciando outras militâncias tão importantes para determinados setores e atividades específicas. Esse silenciamento, esquecimento, tendenciosidade ou ingenuidade (não há como saber), não nos soa bem, pois não veicular que variadas vozes excluídas buscaram amplificar seus anseios acabam por inviabilizar que sujeitos que não possuem o acesso a determinados estudos específicos dentro da academia conheçam estudos que venham a

criticar e refutar os cânones históricos de cultura e irradiação de verdades ocidentalizadas. Além disso, é relevante deixarmos claro acerca da massificação que

Querer especificar o termo massa é justamente um contra-senso - é procurar um sentido no que não o tem. Diz-se: “a massa de trabalhadores”. Mas a massa nunca é a de trabalhadores, nem de qualquer outro sujeito ou objeto social. As “massas camponesas” de outrora não eram exatamente massas: só se comportam como massa aqueles que estão liberados de suas obrigações simbólicas, “anulados” (presos nas infinitas “redes”) e destinados a ser apenas o inumerável terminal dos mesmos modelos, que não chegam a integrá-los e que finalmente só os apresentam como resíduos estatísticos. A massa é sem atributo, sem predicado, sem qualidade, sem referência. Aí está sua definição, ou sua indefinição radical. Ela não tem “realidade” sociológica. Ela não tem nada a ver com alguma população real, com algum corpo, com algum agregado social específico. (BAUDRILLARD, 1978. P.4).

Nessa primeira parte do capítulo treze do livro não localizamos em nenhum momento uma afirmação da situação dos sujeitos (pelo menos a maioria) que compõe o grupo dos excluídos ou do poder hegemônico. Isso para nós seria fundamental, pois sabemos que o poder, assim como o exército de excluídos, têm raça, sexo, opção sexual e religião. Portanto, acreditamos que sinalizar para essas questões faria com que, tanto alunos quanto professores, refletissem acerca de situações simbólicas pontuais que excluem uns e privilegia outros em determinados espaços estabelecidos dentro da sociedade brasileira.

Na página 262 os autores elencam os fatores que acreditam ser positivos da constituição de 1988 citando os seguintes:

- Democracia liberal com separação dos três poderes e eleição direta para todos os cargos do Executivo e Legislativo, prevendo-se realização a de dois turnos nas eleições dos cargos executivos mais importantes (presidente da República, governadores de estado e prefeito dos municípios com mais de 200 mil habitantes);
- Voto obrigatório para pessoas entre 18 e 70 anos; facultativo a analfabetos, jovens entre 16 e 18 anos e pessoas com mais de 70 anos;
- Fim da censura prévia, garantia do direito de greve, liberdade sindical;
- Nacionalismo econômico, reservando-se uma série de atividades às empresas nacionais;
- Intervenção do estado na economia, atribuindo-se a ele uma série de funções reguladoras e gerenciadoras;
- Amplo assistencialismo social, garantindo-se os direitos trabalhistas;
- Descentralização administrativa e financeira, afetando estados e municípios;
- Artigos que tratam dos direitos das crianças e dos adolescentes. (VINCENTINO, DORIGO, p.262, 2011).

Conforme visualizamos nessa gama de benfeitorias da lei entendemos que os autores privilegiem políticas de bem estar social e acreditam na possibilidade de uma melhor (re) distribuição da renda com aportes advindos do contrato social com as leis

que amparariam todos os sujeitos de uma mesma cidadania. Contudo, vale observar que um avanço constitucional imprescindível fora alcançado em 1988, a lei antirracismo, fato que se deve a reivindicações de entidades do movimento negro organizadas em varias instâncias e campus de atuação.

Outra leitura nos autoriza a dizer que os autores deram, novamente, bastante ênfase aos aspectos políticos e econômicos que proporcionasse algum retorno a sociedade de maneira geral, as políticas universalistas.

Por isso, novamente, gostaríamos de chamar a atenção para a não contextualização das questões educacionais nos governos trabalhados no livro, pois a situação de alfabetização e um projeto educacional sério deveriam estar contidos numa agenda política que se dizia redemocratizada. Assim, seria de suma importância pensar em discussões curriculares, de práticas pedagógicas e de conteúdos veiculados em manuais, pois em vários materiais pedagógicos e nos currículos educacionais produzidos nesse contexto ainda apontavam para as dificuldades de (re) construção de um imaginário social que se pretendesse democrático.

É de salutar importância saber que durante a década de 1980 circulava nas escolas de ensino fundamental uma cartilha chamada O sonho de Talita da Editora Didática e Científica das autoras Manoelita Marcello Pimenta Bueno e Maria do Carmo de Freitas Guimarães. Essa cartilha foi duramente combatida pelos movimentos negros e pelo ex-senador e intelectual negro Abdias do Nascimento, pois nesse material estavam contidos diversos ataques racistas a uma personagem negra chamada Diva. Diva sempre estava presente na trama como a menina desobediente, traquina, sem família, de hábitos condenáveis pelas demais crianças em contraponto a Talita, essa sim dotada de bons hábitos, requintes e querida por todos. A autora exaltou todos os traços positivos concentrados em uma criança branca e tudo aquilo que não corresponde de bom agrado na sociedade fora atribuído a criança negra.

Avançando para o governo de Fernando Collor de Mello os autores descrevem todos os escândalos que permearam o cenário de corrupção subjacente ao governo desse homem. É bastante enfatizada a participação de entidades estudantis na colaboração da deposição de Fernando Collor, pois é comumente veiculada a imagem dos “caras pintadas” como uns dos grandes viabilizadores da suposta vitória do povo contra um governo corrupto.

Ora, se pensarmos com mais apuro sobre a atuação dos caras pintadas veremos, de certa forma, legitimidade nas reivindicações. Por outro lado, podemos pensar em que

cenário atuavam e quais os rostos se escondiam por de traz das tintas que os camuflavam. Sob o ponto de vista da composição étnico racial dos caras pintadas nenhum censo foi feito ou nos é acessível, mas visivelmente temos uma maioria esmagadora de pessoas brancas, em detrimento os negros e os indígenas.

O acesso às universidades sempre fora privilégio de uma parcela bem pequena da população brasileira, pois a grande maioria vive em condições de pobreza e possui baixa realização escolar. Quando pensamos na situação dos negros isso se agrava, pois conforme vários estudos demonstram a população universitária no Brasil gira entorno de menos de 10% de negros compondo as vagas, isso sem falar na evasão dos mesmos por motivos de manutenção dentro do sistema universitário, se complexificando mais ainda se pensarmos nos cursos de maior valorização social.

Pelo motivo exposto se pode pensar que o movimento dos caras pintadas não fora um movimento de bases populares, ou de uma maioria excluída das benesses sociais, pois a direção do movimento era composta por estudantes universitários e partidários a políticas contrárias ao governo que estava no poder. Assim, remetemos ao pensamento que a maioria excluída não teria tamanha força de mobilização. Queremos dizer com isso que a força de mobilização inclui aparato técnico e não descontextualização política, pois o discurso que circula é o de que a maioria dos excluídos é despolitizada.

Poderia ter sido situado no livro algum tipo de informação que, sem desqualificar o movimento dos caras pintadas, situasse o leitor acerca das condições materiais e políticas em que se encontrava a maioria da população e que o movimento dos caras pintadas, fora um movimento de jovens universitários de cunho reivindicatório em bases socialistas, mas que em certa medida encampavam alguns motivos particulares de grupos a que estavam afiliados, pois como bem sabemos o governo Collor prejudicou grande parcela de uma pequena burguesia e/ou da classe média brasileira, que por sua vez são os mesmos que podiam custear estudos para seus filhos, os que constituíam os movimentos estudantis da época.

Antes disso fora explicitado, preliminarmente, alguns motivos que levaram o presidente Collor ao poder, sendo bastante enfatizado que o mesmo estava obsoleto, até então, no cenário político brasileiro. Talvez, essa tenha sido a causa imediata de se prestar credibilidade a quem não aparecia envolvido em escândalos e corrupção e se dizia vigoroso e “caçador de marajás”.

Sabemos que um dos motivos pelo qual o presidente Collor tenha subido ao poder foi o seu marketing pessoal, pois trazia em si um “bom mocismo”, uma imagem de vigor físico e intelectual. Essas imagens nada mais são do que as estratégias de se utilizar de um imaginário social construído em bases racistas, no qual se tem como simbolicamente adequado a construção de beleza ocidentalizada, ou afiliação a ela. Isso proporcionou muitos votos ao presidente de cidadãos deslumbrados com a figura de um líder jovem, educado e com traços fenotípicos europeizados.

Na pagina 266 os autores lançam mão de um fragmento de um artigo da autora Esther Hamburger que nele trabalha sobre a presença da televisão no cotidiano do país. Nesse fragmento a autora fala majoritariamente sobre as representações sociais contidas em telenovelas e programas de ampla circulação como os telejornais. Admite-se nesse fragmento o preconceito racial assim ensejado:

A super – representação de brancos em relação a negros e mulatos consiste em um exemplo gritante da maneira como, por omissão, os mais diversos programas televisivos contribuíram para a reprodução da discriminação racial. (HAMBURGER, 1998).

Para nós mesmo que a intenção da autora seja positiva, ainda pecou pela utilização de um termo que é fruto de muita discriminação racial e estereotipação do negro, pois o termo mulato, como bem sabemos, designa algo de negativo e não faz avançar questões de orgulho afirmativo da população negro. Portanto, para nós, esse termo deve ser erradicado do nosso vocabulário para que um imaginário social se (re) construa sem os mesmos estereótipos do passado e se efetive o respeito à diversidade.

Mesmo lançando mão de um fragmento que venha a contribuir na discussão acerca dos motivos que corroboram para que a sociedade seja tão desigual, os autores não utilizaram esses argumentos para explicar como a campanha de Fernando Collor de Mello se prevaleceu de um imaginário social que sustenta a figura positivada do bom mocismo branco ocidentalizado como estratégia de marketing para arrecadar votos.

É certo explicar que a lei 10.639/03 foi promulgada no intuito de valorizar o ensino de história e cultura negra nos conteúdos e currículos das redes de ensino público e privado do país, mas não descarta a possibilidade de articulação com a valorização das lutas históricas do povo negro em âmbito nacional e os desdobramentos sociais provindos dessas reivindicações. Por esse motivo acreditamos que situar os leitores acerca dessas militâncias, contextualizando com os fatores políticos, econômicos e sociais das épocas em que se passaram os governos e as conjunturas nacionais e internacionais, venha a ser imprescindível, pois assim os professores e educandos terão

acesso às informações de vozes antes silenciadas e poderão, talvez, fazer uma reflexão bem mais crítica do que outrora era possível.

Avançando para os presidentes que sucederam Fernando Collor de Mello, os autores trabalharam novamente sob uma perspectiva econômica sem laurear as lutas antirracistas de movimentos negros ou sequer explicitar que algumas das causas das mazelas sociais provêm do racismo. Assim, fora trabalhado o governo de Itamar Franco e posteriormente o Fernando Henrique Cardoso.

Porém, na explanação sobre as condições econômicas do governo de Fernando Henrique Cardoso, encontramos uma imagem que representaria as condições sociais precárias que seriam fruto do elevado custo de vida no governo vigente.



Imagem 1 Pág. 272.

Nessa imagem podemos perceber claramente que a pobreza tem cor, e a cor da pobreza é negra². Embora a imagem veiculada fale por si só, os autores não vinculam, novamente, fatores simbólicos como contribuidores das condições de pobreza extrema a qual está acometido um grande contingente populacional negro. A questão fica restrita aos altos custos de vida, possibilitando que o leitor se debruce na leitura de forma superficial sobre uma questão que afligiria a todos da mesma maneira, sem se dar conta de questões de cunho simbólico de crucial importância.

A pergunta que imediatamente nos remete é a seguinte: Por que os autores não veicularam além dessas imagens, outras que mostrassem a população negra lutando ativamente em marchas contra o racismo como forma de protesto da condição que assolava o país naquele, e em outros contextos? Uma pergunta que aqui fica sem resposta, mas que podemos elencar várias possibilidades que vão desde a falta de formação para essas questões dos autores, como até a tendenciosidade de não trabalhar essas questões. A pergunta fica mesmo no ar.

² Que fique claro para o leitor que não estamos generalizando que a pobreza seja fundamentalmente negra, pois um grande contingente de brancos pobres também constitui uma malha da miserabilidade no Brasil. Contudo, não podemos perder de vista que a maioria dos que vivem em condições de miserabilidade são negros e que o imaginário social, por sua vez, faz analogias de que todos os negros provenham da pobreza ou nela permanecem.

De suma importância lembrar que o ano de captação da imagem data de 2003, ano em que fora promulgada a lei 10.639 e que já haviam acontecido várias conferências nacionais e internacionais contra o racismo, como é o caso de conferência de Durban, ocorrida em 2001 com a presença do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

A não veiculação da resistência negra na história contemporânea do Brasil faz com que tenhamos a impressão de que as lutas negras ficaram perdidas e restritas ao século XIX, pois somente quando se fala em escravização do negro se veicula algum tipo de resistência negra, e mesmo assim localizada em Zumbi e no quilombo dos Palmares. Até as lutas de emancipação do Haiti acabam por ser representadas por negros com ideais europeizados.

Essa maneira de invisibilização acarreta em prejuízo para jovens negros, indígenas e brancos que se pautarão no mito da democracia racial, pois se os negros nada reivindicavam e os problemas do Brasil foram sempre entorno do âmbito econômico e político, não haveria motivo para desconfiar de qualquer racismo velado e institucional, pois racismo seria somente aquilo que fosse abertamente proferido ao outro de maneira manifesta, conforme os livros de história trabalham quando relatam casos como Apartheid na África do Sul, da Klu Klux Klan nos EUA ou do Nazismo alemão.

Seguindo o protocolo e a cronologia dos presidentes os autores entram no debate acerca dos dois mandatos do governo Lula. Logo no início está expresso um panorama geral do governo, com a afirmação de que Lula teria subido ao poder com amplo apelo por justiça social e (re) distribuição de riquezas. Importante relatar que os autores entenderam que a subida de Lula ao poder fora possível via confiança que havia depositada na figura do presidente, por parte de representantes de todas as classes sociais. “A eleição de Lula resultou da consciência mais ou menos disseminada em todo o país ou em todos os grupos sociais da necessidade de mudança, especialmente quanto à distribuição das riquezas”. (VINCENTINO, DORIGO, p.275, 2011).

Não partilhamos da mesma ideia dos autores no que concerne a tamanha adesão de setores hegemônicos conservadores da sociedade, pois mesmo que tenha sido uma vitória com um altíssimo percentual de votos, ela foi para o segundo turno sinalizando para uma possível “falta de opção” desses setores no sentido de haver um candidato que os representasse melhor que o candidato a presidente José Serra.

Além disso, somamos o aumento da violência em todo o país no governo de Fernando Henrique Cardoso que gerou um medo nas classes mais abastadas que acreditaram que as políticas sociais manteriam afastados os sujeitos que teoricamente são responsabilizados desse acréscimo de violência do país das áreas onde circulam e /ou residem os mais abastados. Para nós isso não é aventar para distribuição do produto social, pois as políticas públicas implementadas nos locais de maior vulnerabilidade social mostra-nos que os efeitos de inserção em mercado de trabalho e / ou de espaços decisórios são irrisórios.

O panorama social do governo é externalizado no texto através da crítica de várias políticas públicas como o programa Bolsa Família e o programa Fome Zero. Na página 278 os autores relatam que o empobrecimento e o sucateamento da polícia militar dos estados como um grande fator contribuidor para o agravamento da violência urbana que assola as grandes cidades com gigantescos índices de criminalidade e mortes. Contudo, novamente os autores deixam escapar a possibilidade de racializar a discussão dizendo qual o contingente populacional está mais suscetível à violência urbana e as causas de vulnerabilidade.

O capítulo finaliza com alguns balanços do governo Lula sempre na direção das ações políticas, econômicas e sociais, mas nunca privilegiando os traços educacionais como viabilizadores da ambivalência da situação a que se encontra o país, pois ao passo que a educação teria a função transformadora para formar sujeitos contestadores de uma ordem política, econômica e social – simbólica perversa, ela também avança para a possibilidade de formar sujeitos descontextualizados, performáticos e sem sensibilidade para as questões raciais, fruto de assimilação do mito da democracia racial.

Antes de fecharmos essa seção informamos que uma série de testes e exercícios de vestibulares de grandes universidades do Brasil estão contidos no fim do capítulo a fim de trazer a reflexão do educando em relação ao que foi estudado ao longo do livro.

Em um desses exercícios encontramos uma questão interessantíssima, e que na realidade, vem a corroborar com o que estamos discutindo. Cabe lembrar que esse exercício não é uma questão de vestibular de nenhuma universidade, e sim é uma questão formulada pelos autores, a saber:



Imagem 2 Pág. 284.

De acordo com o que o autor pede na questão chegamos à conclusão que o que responderia a pergunta sobre quem são os personagens e o que ajudaria ao identificá-los na imagem, estaria intimamente ligada ao que o imaginário social tem em relação à população negra e a vinculação poderia ser de forma instantânea pelo educando, vinculando pobreza e favela aos negros, sendo que em nenhuma parte do texto há aportes racializadores que permitiria que os educandos pudessem cautelosamente contestar a imagem dizendo que grande parcela da população negra constitui o exercito dos mais pobres e vulneráveis socialmente, mas que isso não constitui uma generalização que marca pejorativamente os negros, causando efeitos nefastos no mundo das relações simbólicas que dão acesso ao mercado de trabalho, relações interpessoais, estado de vulnerabilidade em relação à violência e etc.

Portanto, a análise, feita por nós, desse livro de História do ensino médio foi realizada no intuito de perceber se há questões subjacentes à representatividade da população negra no que concerne a contextualização no cenário nacional e na estereotipação em textos e imagens comumente veiculados em livros didáticos de diversos segmentos educacionais. Textualmente não encontramos, simplesmente, nenhuma referência da população negra no contexto de nenhum dos governantes estudados nesse capítulo treze, como se nenhum tipo de reivindicação ou acontecimento importante em relação às políticas raciais em contexto global e nacional tenha sido substancializado, nem o fim do apartheid e seus desdobramentos no Brasil foram citados pelos autores. Quanto à parte imagética somente uma fotografia e uma charge foram veiculadas. Contudo, essas veiculações sub – representa a população negra sempre vinculando a condição de pobreza e miserabilidade por omissão dos governos, como se a população negra, de forma.

Considerações Finais.

Os livros didáticos dialogam extensamente com a sociedade, realidade observável quando refletimos acerca das irradiações de verdades e falsidades expressas nos mais diversos veículos de comunicação da sociedade, moldando o cotidiano e o imaginário social, alcançando até mesmo aqueles que não passaram pelo processo de educação formal, a escola.

A afirmação acima é condicionada a sapiência de que aqueles que possibilitados por uma gama de dispositivos, produzem programas de rádio, Têvê, revistas e até mesmo os conteúdos educacionais, já se escolarizaram, e essa escolarização passou, necessariamente, pelos conhecimentos de livros didáticos, pelos mesmos motivos circulares que estamos descrevendo.

Nesse sentido, nosso estudo buscou demonstrar como o livro didático tem se comportado mesmo após a formulação de uma lei que visou buscar a erradicação de estereótipos clássicos acerca da população negra no que tange textos e imagens em livros didáticos em todos os níveis de ensino.

Chegamos à conclusão de que a sociedade brasileira não tem tido acesso a materiais que explicam com maior minúcia porque os negros estão mais suscetíveis a alguns processos de exclusão daquilo que se tem como bem social, pois esses estariam sub – representados em materiais didáticos que, junto com outros veículos de informação, auxiliam na prescrição do aceitável, do previsível e da invenção dos gostos dessa sociedade, que busca moldar seu escopo simbólico no “espelho” da Europa, assimilando discursos ultrapassados e descontextualizados, dificultando, por conseguinte, que o país emerja enquanto nação de fato democrática.

No livro analisado a pretensão dos autores em trazer a tona que alguns motivos pelo qual a nação não avança no plano social têm suas raízes nos planos políticos e econômicos. Para nós, isso constitui uma parte significativa do processo, mas que sem se pensar em questões de ordem simbólicas a supervalorização de uns (cultura, estética e etc.) em detrimento de outros não seria possível.

Pensar que somente as questões de ordem financeira daria conta de equalizar as oportunidades de acesso ao produto social seria para nós, retroceder a ilusão que somos uma nação democraticamente racial e que todos são iguais com oportunidades iguais, ou seja, que o destino de cada sujeito é de responsabilidade individual. Assim, o mérito individual que premiaria o sujeito independente de classe social, raça, credo, gênero,

opção sexual ou idade, sem se considerar o contexto em que se passa uma situação pontual.

A representação do outro pode ser mais uma maneira de manipular aquilo que se deseja, ou as normas de socialização que se deseja. As facetas das representações consistem em delegar poder de legitimidade a quem enuncia o discurso e consegue dar uma roupagem verídica e de grande valor discursivo na maior escala possível de irradiação. Representar o outro, por outro lado, pode constituir um processo de repetição daquilo que se têm apreendido sobre as possibilidades do que seja este outro. Representar outro indivíduo nunca dará conta do que o outro indivíduo é de fato, pois conforme estudamos anteriormente nenhum sujeito tem acesso às ideias ou aquilo que o outro seja de fato.

Contudo, o fato social nos obriga a lidar com questões subjacentes a veiculação de textos e imagens determinadas nos diversos meios de construção do conhecimento. Esse contato que temos, com as representações estabelecidas, é capaz de moldar identidades e de prescrever o que é aceitável ou não na sociedade. Esses juízos de valor prejudicam uns e beneficiam outros, automaticamente. Daí surge à necessidade de (re) construção da imagem daqueles que estão afiliados as representações negativas que os excluem dos espaços decisórios na sociedade. Nosso entender, as representações de uns acerca dos outros devem buscar meramente um apontamento para que a experiência de conhecer o outro ou a cultura do outro faça com que um diálogo respeitoso seja possível. Mas como fazer isso? É tarefa difícil conseguir que um ser humano tenha uma experiência com outro ser humano de forma genuína e sem se influenciar por conhecimentos prévios feitos dentro de si ou em suas experiências mundanas, mas concebemos que há a possibilidade de diálogos mais amistosos e/ou respeitosos na medida em que não comparamos valorativamente uns e outros.

O discurso ocidental se prevaleceu da força de irradiação possibilitada por alguns avanços tecnológicos, que por sua vez veio com a ganancia expansiva de conquista de outros povos, para fortalecer ainda mais a propagação de suas verdades e se expandir mais ainda territorialmente, financeiramente e politicamente o que, por conseguinte, condicionou o estabelecimento enquanto cultura simbolicamente superior. Os territórios dominados pela cultura europeia além de subordinação política, econômica e social, almejam simbolicamente aquele continente em detrimento os países dos continentes ditos atrasados, o que objetivamente produz mais dependência da

Europa e conflitos internos que acabam por ser escamoteados em alguns países, como é o caso do Brasil.

A invisibilização do negro no livro didático trabalhado pode constituir um desconhecimento de questões relativas à participação dos negros no produto social, com reivindicações ativas por melhorias no bem estar social por sofrerem com a perversidade do racismo. Se for esse o caso da invisibilização do negro no livro analisado, estamos deparados com uma questão circular em movimento, pois da mesma maneira que os autores não tinham tais informações e não buscaram por entender que elas sejam por menores, o leitor desse estudo também não terão acesso e podem achar que a questão social geral suplanta a questão racial não sendo necessária a busca por essa via. Se não for esse o caso da invisibilização do negro nesse livro, a inferência que fazemos é de que se trata de uma estratégia deliberada de apagamento das tensões raciais no país direcionando a questão para o âmbito da democracia racial e da naturalização das vinculações dos negros aos estereótipos que a cada dia se perpetuam. Portanto, buscamos demonstrar nesse estudo como vem sendo trabalhado os aportes da lei 10.639/03 em um livro editado após essa lei e escolhido através do Plano Nacional do Livro Didático do Ensino Médio – PNLDEM, tendo em vista que esse é um ano de escolha de livros a serem utilizados nos próximos três anos. Nossa conclusão, após análise de um capítulo de um livro didático editado para fazer parte da concorrência para que seja o livro implementado em escolas públicas, é a de que a falta de conhecimento da lei 10.639/03 aliada ao atraso e ao descaso que se têm no Brasil em relação aos estudos de cultura negra e africana, contribui de forma decisiva para que a sociedade cultive, ainda, estereótipos e imagens negativas do negro na sociedade brasileira, mantendo firme o *status quo* de uma sociedade onde o poder continua sendo branco, heterossexual e machista dependesse exclusivamente de políticas públicas governamentais de cunho sócio – econômico para superar a condição “natural” de exclusão na qual estariam acometidos³.

³ Utilizamos a palavra “natural” para nos referirmos à falta de vinculação aos processos simbólicos racistas impregnados nas instituições públicas e privadas, fruto de um imaginário social racista.

Referências Bibliográfias

BAUDRILLARD, Jean. *A sombra das maiorias silenciosas: O Fim do Social e o Surgimento das Massas*. Sabotagem, 2005.

BRASIL, Lei nº. 9.394. LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. De 20 de Dezembro de 1996. D.O.U. de 23 de Dezembro de 1996.

BRASIL, Lei nº. 10.639., de 9 de Janeiro de 2003. D.O.U. de 10/01/2003.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de Historia e Cultura afro-brasileira e Africana. Parecer CNE /CP 3 / 2004, de 10 de março de 2004.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 9ª ed. São Paulo. Ed. Melhoramentos, s/d

_____, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Livraria José Olympio Editora, 2º vol, 1946.

HEIDEGGER, M. *Identidade e diferença – O principio da identidade e constituição onto-teológica da metafísica*. Ed. Abril. Coleção os Pensadores, 1973.

_____, M. *Sobre o Fundamento da Verdade*. Ed. Abril. Coleção os Pensadores, 1973.

MAINGUENEAU, Dominique. *A propósito do Ethos*. In. MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana. (orgs.) *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

MUNANGA, Kabengele. *Argumentos a favor das cotas raciais*. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). *Educação e ações afirmativas: Entre a violência simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

_____. Kabengele. *Uma abordagem Conceitual das noções de Raça, Racismo, Igualdade e Etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação – PENESB – RJ 05/11/2003. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>.

_____. Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra*. 3ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica. 2004.

_____. Kabengele. Apresentação. In: BRASIL, *Superando o racismo na escola*. MUNANGA, Kabengele (org.). Brasília: MEC / SECAD, 2008, p. 11-16.

_____. Kabengele. *Teoria Social e Relações Raciais No Brasil Contemporâneo*. Cadernos Penseb, nº 12, 2010.

OLIVEIRA, Iolanda; SACRAMENTO, Mônica Pereira. *Raça, currículo e práxis pedagógica e Relações raciais e educação: o diálogo teoria/prática na formação de profissionais do magistério*. Cadernos PENESB, v. 1, p. 209-289, 2010.

SILVA, Ana Célia da. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: CEAO / CED. 1995.

SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Muniz. *O Social Irradiado: Violência Urbana, Neogrotesco e Mídia*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

_____. *A verdade Seduzida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

_____. *A máquina de Narciso – Televisão, Individuo e Poder no Brasil*. 3ª ed. Cortez Editora, 1990.

VICENTINO, Claudio; DORIGO, Gianpaolo. *História Geral e do Brasil*. 1ª ed. Vol.3. São Paulo: Editora Scipione, 2011.

CONTANDO E RECONTANDO HISTÓRIAS: A ANCESTRALIDADE NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL

Jorge Luiz Gomes Junior

Mestrando em Relações Etnicorraciais – CEFET/RJ
j.junior.rj@hotmail.com

Resumo: Reflexão acerca da presença e força dos mitos religiosos na sociedade africana, de cultura yorubá, assim como na afrobrasilidade, e seus reflexos na literatura brasileira para crianças e jovens, compreendendo a mesma, como um instrumento capaz de recriar conceitos referentes ao entendimento e percepção da cultura africana e afro-brasileira. Diante da necessidade de promover uma releitura das referências culturais do país, (re)avaliando/considerando a noção de afrobrasilidade presente nela e apoiados pela lei 10.639/03 pensa-se na possibilidade de apropriação da oratura de temática africana, para se recriar conceitos solidificados no imaginário de parte considerável da sociedade a respeito da cultura e religiosidade afro-brasileira, por oferecendo bases para o trabalho com a educação em uma perspectiva etnicorracial.

Palavras-chave: Oralidade, cultura afro-brasileira, literatura infanto-juvenil.

Abstract: Reflection about and strength of religious myths in african society, yoruba culture, as in afrobrasilidade, and its effects on Brazilian literature for children and youth, recognizing it as na instrument capable of recreating concepts for the understanding and perception of african culture and african-brazilian. Faced with the nee to promote arereading of cultural references of the country, (re) evaluating/considering the notion afrobrasilidade present in it and supported by Law 10.639/03 think on the possibility of appropriation of African-themed oratura, to recreate concepts solidified in the imagination of a considerable parto f society about the culture and african-brazilian religion, by offering bases to work with education in perspective atnicorracial

Keywords: Orality, african-brazilian culture, children's literature.

Este artigo pretende apresentar um projeto que vem sendo desenvolvido no NEAB/CEFET-RJ, no mestrado de Relações Etnicorraciais. É a partir da observação da oralidade, da palavra e sua força nas casas de Candomblé, que se começa a pensar essa pesquisa.

África é um continente plural, rico em tradições, culturas, línguas, e até mesmo religiosidades. Entretanto, em meio às diversidades que compõem esse espaço, há alguns relevantes pontos que perpassam pela cultura do continente e acabam ganhando visibilidade na diáspora. A relação africana com a palavra, ancestralidade e tradições é uma dessas marcas.

Alguns pensadores da africanidade, já refletiram sobre esses aspectos, nos oferecendo a partir dessas análises subsídios para se pensar as referidas questões por outro viés. Ao se pensar os saberes étnico-culturais tomando como norte os caminhos de África é indiscutível a percepção da presença do mito, da religiosidade e das tradições na cultura africana, uma vez que estes itens são partes essenciais na estruturação da sociedade em questão. O mito/oralidade ganha enorme destaque na formação sócio-cultural desses povos, a partir do momento que através dele é que se estabelece a ligação entre o passado e o presente, permitindo de alguma maneira, a perpetuação da religiosidade africana e o respeito às tradições. Sobretudo, a respeito da mitologia religiosa em África, especificamente a dos povos yorubás, deve-se destacar a grande função de formar os princípios morais e éticos, direcionando os caminhos do cotidiano e orientando os seres humanos, a partir das experiências dos orixás, seres encantados na natureza. Na literatura mítica, a natureza é humanizada e através dela são geradas críticas a cultura humana e aos valores morais que a cercam.

São inegáveis os reflexos da travessia, África-Brasil, na construção e desenvolvimento da cultura brasileira. A presença do negro e da afrodescendência foi por muito tempo invisibilizada. Colocado no espaço dos referenciais menores, as culturas negras partiram da marginalização, para que no cenário brasileiro contemporâneo pudessem se colocar na posição de enfrentamento, buscando respeito, igualdade, uma efetiva democracia.

O histórico processo de formação da sociedade brasileira e até mesmo, o desenvolvimento estrutural da construção do país, e da cultura nacional guarda nas tradições e demais heranças culturais vindas de África, assim como as de origem

indígena, uma parcela de seus alicerces. Nessa perspectiva é natural que as culturas a que se refere, ocupem diante das heranças européias e de suas relações no meio social, o mesmo espaço. Em comunhão, como afirma Munanga:

(...) essas heranças constituem a memória coletiva do Brasil, uma memória plural e não mestiça ou unitária. Uma memória a ser cultivada e conservada por meio das memórias familiares e do sistema educacional, pois um povo sem memória é como um povo sem história. (2010, p.50)

Muito do que é possível perceber como riqueza cultural do Brasil, assim como em inúmeras situações nos representa mundo a fora, chega até nós como contribuição africana decorrente do pós-travessia e do hibridismo que o sucede. Posteriormente ao tráfico negreiro, aspectos que o Brasil indígena-europeu não reconhecia sutilmente se estabelecem, exercendo atualmente profunda atividade na movimentação cultural do país. Entre esses agentes culturais, colaboradores da construção identitária dessa nação, encontra-se as religiões afro-brasileiras.

Como nos afirma Muniz Sodré:

(...) é fundamental a memória da contribuição africana em termos de estética, música, culinária e religiosidade para as formas de vida atuantes entre as classes subalternas no país. Não foi uma contribuição aleatória e anárquica, mas um verdadeiro processo civilizatório, que comporta mesmo a categoria “elite”, a propósito das movimentações sociais dos africanos e seus descendentes. As categorias litúrgicas matriarcais, aquelas que deram origem à profusão e à popularização dos cultos afro-brasileiros, foram resultado de uma aglutinação de elite, caracterizada pela participação fundacional de altos dignatários e sacerdotes do milenar culto aos orixás, trazidos ao Brasil na condição de escravos, em consequência das guerras interétnicas e das incursões guerreiras dos escravagistas no continente africano. (2006, p.12)

A lei 10.639/03 posteriormente alterada pela 11.645 vem fortalecer as iniciativas de enfrentamento às desigualdades e preconceitos, que alguns movimentos da sociedade como o movimento negro, vinham travando há algum tempo. Além disso, garante como propõe as diretrizes curriculares nacionais, o direito e igualdade de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros, através da valorização dessa face histórico-cultural dos afro-brasileiros e dos africanos, evidenciando positivamente o comprometimento com a educação de relações etnicorraciais. A partir dessa lei, o currículo escolar e até mesmo a escola como instituição podem ser repensados. Nesse exercício de repensar a sociedade e seus aparelhos, dando ênfase a educação, muitas possibilidades surgem.

Partindo da religiosidade afro-brasileira, pode-se dizer que é possível compreender os espaços de culto religioso, e nesse sentido fala-se exclusivamente de terreiros de Candomblé, como um espaço de resistência. Esses grupos recriam no Brasil tradições que vieram de terras africanas. Resistiram a todas as tentativas de sufocamento, por parte do colonizador, driblaram as mais ardilosas estratégias, como por exemplo a junção de grupos de diferentes línguas. A língua é instrumento de dominação. Considerando o pressuposto da não compreensão entre os diferentes povos, acreditou-se na impossibilidade de resistência a cultura dominante, único ponto comum a eles, além da condição de escravizados. Com um instinto de resistência, os afrodescendentes criam mecanismos para oferecer outra roupagem à religiosidade herdada de seus antepassados. Entretanto somente no século XIX, esta religiosidade, caracterizada pela resistência adquire fortemente uma estrutura sólida. De alguma maneira, os Candomblés surgem como complexos africanos no Brasil, já que nesses ambientes mostram-se claramente manifestações de uma cultura compreendida hoje, como afro-brasileira, entretanto não silenciam sua matriz africana.

O sincretismo religioso, ferramenta de resistência negra, cujo objetivo consistia no enfrentamento às investidas brancas de apagamento de suas tradições religiosas, foi de suma importância para a preservação dessa fé, apesar de oferecer uma duplicidade de sentidos. Apesar de ser utilizado com o intuito de resguardar uma fé, mascarando-a de outra, evitando dessa maneira, ações mais intensas para a destruição dos vestígios de africanidade que pudessem co-existir com a cultura do dominador, sendo esta entendida como caminho de salvação, regeneração; o sincretismo acabou gerando mais frutos e tendo maior durabilidade do que se fazia necessário. A proposta do pós-travessia se resumia na aquisição de mão de obra e na doutrinação do grupo inferiorizado, a partir da assimilação, que os deixaria aos moldes do colonizador. Entretanto, as coisas não saíram exatamente como se propunha. O sincretismo mascarou e colaborou profundamente na resistência das tradições afrodescendentes, da mesma maneira que se mantém vivo até os dias de hoje. Certamente com menos intensidade, mas objetivamente gerando muito mais confusões. Em dado momento ele passa de máscara à identidade. E nessa situação os orixás ganham uma roupagem católica que abrange inúmeros aspectos, desde conflitos referentes a uma construção católica de santidade, até efetiva confusão de imagens, que termina por sobrepor os santos católicos às divindades africanas, transformando-os em unidade. A religião de matriz africana, até a

atualidade, possibilita dotar seus adeptos de uma identidade negra, africana, afro-brasileira, mediante a recuperação de práticas de origem ancestral. Todavia, a força da cultura do dominador ainda se apresenta. Reafirmar a fé de seus ancestrais condenou o escravizado e os sobreviventes desse processo à invisibilidade. Somente após, aparentemente, se render a cultura do dominador, o negro escravizado no passado e regularmente marginalizado no dia a dia da sociedade brasileira, consegue se fazer existir efetivamente nesse espaço. Atualmente, o sincretismo já perdeu o sentido no cotidiano do candomblé, ainda assim, não está totalmente desvinculado dessa via religiosa.

Como afirma Reginaldo Prandi:

Somente muito recentemente – quando a sociedade brasileira não precisa mais do catolicismo como a grande e única fonte de transcendência que possa legitimá-la e fornecer os controles valorativos da vida social -, as religiões de origem negra começaram a se desligar do catolicismo. Mas isso é um projeto de mudança de identidade que mal começou e que exige, antes, outras experiências de situar-se no mundo com mais liberdade e direitos de pertencimento (1995,p.116)

Para o Candomblé, a palavra é símbolo de poder. Carregada com a simbologia do axé, força vital, a palavra é responsável pelo movimento, pelo fazer acontecer. A prática da contação de histórias e conseqüentemente a transmissão oral de conhecimentos é para os adeptos do candomblé, algo que estabelece uma ligação, senão uma relação com os antepassados e toda a ancestralidade, que exerce grande influência no cotidiano de África. “A palavra ocupa um lugar especial nas comunidades, a ela é atribuída o poder de animar a vida e colocar em movimento o axé contido na natureza”(BARROS, 2009, p.40)

Por ser uma religião hierárquica, está centrado na figura do mais velho o domínio do poder, da energia, da magia que a palavra carrega consigo. É o mais velho que detém o poder que a palavra emite e por meio do oralidade, da contação de história, que são reflexos da memória ancestral, se transmite conhecimento, e nesse momento é que se manifesta a potência ancestral na existência daqueles que são parte e crêem nessas manifestações religiosas. “Quem põe a palavra em circulação ascende a um nível de poder maior, pois intervém no real, quase sempre com um impulso de modificá-lo, dada a força cosmogônica da palavra que faz circular” (PADILHA, 2007, p.275). A figura do

mais velho é intensamente marcada pelo prestígio, uma vez que a velhice seria, talvez, o ápice de toda a trajetória nesse mundo. Existe a crença na continuidade da vida, e nesse sentido a morte seria um momento de travessia. Obviamente esse processo não está restrito aos mais velhos, já que muitos jovens realizam essa travessia, mas seria o ancião, um grande símbolo de experiência no mundo dos humanos, ao mesmo tempo, que mais ligados aos ancestrais e também à sabedoria que a ancestralidade nos oferece. É o ancião uma espécie de elo, entre o passado e o presente. Diante do valor que a palavra possui, em um olhar afrodescendente, justifica-se o domínio dos mais velhos sobre ela, “a palavra é por excelência o grande agente ativo da magia africana.” (HAMPATÉ BA, 1981, p.17)

É válido que consideremos nessa perspectiva, que a marcação de tempo, e conseqüentemente a hierarquia, no cotidiano do Candomblé tem possibilidades de variação, frente a nossa percepção de jovem e velho, uma vez que “é possível ser uma criança na idade e um adulto no santo. Nesse caso, os lugares de poder e hierarquia são outros. Trata-se de uma lógica muito diferente do adultocentrismo que impera em nossa sociedade e, sobretudo, na escola.” (BENISTE, 2012, p.20). Esse entendimento não faz de uma criança um ancião. Nesse sentido, este último, estaria sim, relacionado à concepção de juventude e velhice, vigentes em nossa cultura. A variação de que se fala está centrada no espaço da religiosidade. Essa abordagem pode nos mostrar as diversas possibilidades de atuação de uma criança no espaço religioso afro-brasileiro. Ela não se limita a uma condição cotidiana, que a coloca em processo de vir a ser, muitas vezes religiosamente, ela é.

Buscando uma releitura dos hábitos da sociedade brasileira em relação à postura dispensada a figura do culturalmente afrodescendente, a reflexão a partir do mito e uma outra perspectiva no olhar para a religiosidade afro-brasileira e todas a riqueza cultural que ela traz consigo são relevantes possibilidades de se reconstruir um imaginário, partindo da figura da criança, retrato do futuro. Além de oferecer, desde já às crianças de Candomblé a possibilidade de inserção e aceitação de suas práticas religiosas, desfazendo o silenciamento tão comum a respeito de sua pertença religiosa e as manifestações culturais que provém dela e promovendo dessa forma, um enfrentamento ao preconceito e desrespeito religioso.

Pensando a palavra africana, a manutenção, e ressignificação do culto aos orixás no novo mundo, e nesse momento se fala de Brasil, podemos refletir sobre a relevância dos mitos yorubás na reconstrução de perspectivas e abordagens sobre a afrobrasilidade. Os mitos podem ser entendidos como a expressão cultural de um povo. Da mesma forma que acontece em qualquer sociedade, para os yorubás os primórdios têm muita relevância. O mito é o registro de grandes acontecimentos, considerados meios premonitórios de situações posteriores, pois para a cultura africana, o tempo é cíclico e por assim ser, tudo que acontece ou acontecerá, um dia já aconteceu. Dessa forma, o mito serve para justificar os fatos e prevenir a humanidade de algumas situações. A mitologia yorubá surge da necessidade de um povo, com uma tradição embasada na oralidade registrar sua história.

Como religião pautada na oralidade, está nessas manifestações da memória que se traduzem em palavras, as justificativas e pressupostos para a uma série de valores que permeiam as tradições culturais dos yorubás, chamados também de nagôs. Através dele, o mito, o comportamento das pessoas diante da vida e da sociedade é influenciado, como consequência da influência do sagrado na vida dos africanos.

O Candomblé, uma religião com estrutura bastante dinâmica, em seus rituais faz uso constante dos cantos e das danças. No instante em que o mito se revela em cantos rituais, a dança pertinente a dada cantiga reconta através de gestos a passagem que é exaltada. Tais gestos acompanhados dos sons do sagrado permitem uma comunhão com o divino.

Dessa maneira, a pesquisa, que vem se desenvolvendo justifica-se inicialmente, pela importância em considerar-se a oralidade, em seus múltiplos aspectos, como literatura verbal, rica em significados, tradições e essencialmente como memória viva de uma ancestralidade, que pode servir de pano de fundo para o reconhecimento de manifestações da cultura afro-brasileira, através da educação, que pode se configurar como um movimento libertário na contemporaneidade. Segundamente, a pesquisa se propõe a caracterizar a Literatura como um meio de preservação e propagação cultural, que pode exercer função social, quebrando paradigmas preconceituosos no que se refere à religiosidade e cultura africana. Além disso, a pesquisa também se justifica por analisar o valor da Literatura Infantil e Juvenil na formação do imaginário popular. É também uma relevante justificativa a proposta de reconhecer a importância e influência

do Candomblé, como um complexo cultural afro-brasileiro, que por assim ser, produz reflexos incisivos na formação cultural afrodescendente.

Considerando a lei e a necessidade de oferecer voz às culturas africanas no cenário brasileiro, é possível perceber nos mitos yorubás caminhos para um trabalho educacional de desconstrução de estigmas referentes à religiosidade afrodescendente, assim como a partir dos valores morais e éticos que essas histórias podem nos transmitir é viável que se ressignifique o entendimento de práticas e posicionamentos da sociedade, frente à comunidade candomblecista.

Por mais que o caráter oral seja de maior valia em uma percepção afro-brasileira, diante das necessidades que a reestruturação desses cultos e tradições vieram mostrando ao longo do tempo, algumas perspectivas foram revistas. Houve a necessidade da escrita se inserir nesse contexto, para que na releitura dessas tradições em meio a modernidade, a intervenção de culturas dominantes não pudesse distorcer a estrutura de base dessa religiosidade. O enfrentamento a uma cultura dominante em favor de uma cultura ancestral, faz do Candomblé um espaço de resistência. Durante muitos anos as yalorixás e babalorixás silenciaram diante da sociedade, mantendo suas tradições e cultura restritas aos muros de suas comunidades religiosas. A intolerância, o desrespeito e a repressão geraram o clima de mistério. Além desse fator há de se fazer referência também a cultura das casas de orixá, que afirma o passar do conhecimento de forma gradativa, de pais para filhos ou mais velhos para mais novos.

Na maior parte das vezes, na figura da yalorixá, uma vez que trata-se de uma religião inicialmente matrilinear, tem-se uma intelectual orgânica, que apontará caminhos para a produção de visões de mundo, a partir da difusão de idéias originárias das tradições africanas. A exemplo dessa intelectualidade, tem-se Mãe Stella de Oxóssi, Odé Kayodê. Sacerdotisa do centenário candomblé baiano do Ilê Axé Opô Afonjá, essa yalorixá de grande representatividade no âmbito afro-brasileiro, nos sugere em seus escritos a necessidade de registrar aos moldes da cultura ocidental, ou seja, a partir da palavra escrita, algumas referências e pressupostos da afrobrasilidade, sem no entanto se desconsiderar a importância da oralidade e a vivência dessa prática no cotidiano das casas e comunidades candomblecistas.

Diante da escrita do que se reconhecia originalmente como pertencente ao espaço da oralidade, têm-se a oratura, como nos traz Laura Padilha.

A oralidade, ou oratura, como também alguns a denominam, se faz assim, a base de sustentação cultural africana e como que contamina o texto literário moderno, tornando-o uma espécie de falescrita ou , como em vários outros tempos e lugares afirmei, um espaço híbrido, intervalar, que se sustenta na fronteira gozosa onde a voz se encontra com a letra. (2007, p. 279)

Trata-se da literatura que reproduz ou se embasa na oralidade. A partir desse cruzamento podemos perceber uma grande ferramenta para o enfrentamento ao silenciamento das culturas africanas na educação. Trabalhando a mitologia dos orixás, com toda a simbologia que lhe é conferida, a partir de um trabalho pertinente com a Literatura, podemos contribuir com a reconstrução do imaginário social, no que se refere à afrobrasilidade.

Na contemporaneidade, vem ganhando destaque a construção e o desenvolvimento de políticas e ações que envolvam a diversidade cultural e as mais variadas manifestações das pluralidades. A temática etnicorracial se faz presente em variados campos da realidade social brasileira, em especial na educação. “Nunca se falou tanto da diversidade e da identidade como no atual quadro do desenvolvimento mundial dominado pela globalização da economia, das técnicas e dos meios de comunicação” (MUNANGA, 2010, p.47) Não é mais possível enxergar culturalmente o Brasil como um bloco homogêneo. A idéia de diversidade, assim como o respeito e valorização da mesma, vem roubando a cena.

Historicamente é de fácil percepção na educação brasileira uma abordagem eurocêntrica. Por essa perspectivas percebemos uma educação que tende a silenciar e/ou subalternizar, as referências de outras vias que não as do colonizador. São ainda resquícios da colonização que desenrolam uma educação que tem dificuldade em lidar com as diversidades, sejam elas étnicas, religiosas, culturais, sexuais, sociais, entre outras. Faz parte das atribuições da escola, a responsabilidade de promover a construção do respeito e desconstrução dos dilemas da sociedade, incluindo a desvalorização das diferenças e as bases do racismo.

Considerando o relevante momento sócio-cultural brasileiro, que vem sendo vivenciado e a valorização das manifestações africanas e afro-brasileiras, que progressivamente, ganha espaço na realidade do país, podemos afirmar que a temática africana e afro-brasileira promove cada vez mais discussões. O embasamento para as reflexões acerca das manifestações da afrobrasilidade na Literatura, assim como no

contexto educação como todo, são as leis, as diretrizes curriculares nacionais da educação das relações etnicorraciais, e os PCNs. A proposta da pesquisa é investigar a manifestação dos mitos religiosos africanos, que chegaram ao Brasil com mais intensidade (yorubás) , através da Literatura Infantil e Juvenil. E a partir daí, observar como a Literatura pode colaborar, no sentido de apresentar os aspectos culturais de povos que compuseram, de alguma maneira, a estruturação do que reconhecemos hoje, como povo brasileiro.

Diante do que fora dito, pode-se considerar que a proposta da pesquisa é envolta por uma realidade bastante atual, na qual se propõe a alteração de antigas visões e construções do imaginário popular, decorrentes do desconhecimento das raízes culturais que justificam as manifestações da religiosidade e cultura africana. Tais questões, tendo como suporte uma releitura por meio das redes educativas pode render bons frutos para a sociedade como todo, sendo uma relevante contribuição para os estudos referentes às relações etnicorraciais.

Segundo Câmara Cascudo, na obra *Literatura Oral*, o conceito que dá título à referida obra do folclorista passou a ser admitido como objeto de estudo, em meados do século XIX. O primeiro estudioso a utilizar o termo foi o francês Paul Sébillot no livro *Littérature Orale de la Haute Bretagne*, em 1881. A obra em questão tratou do registro das múltiplas manifestações culturais de cunho literário, geradas sem a presença de elementos gráficos. Apesar da dedicação de alguns estudiosos para caracterizar a narrativa oral como Literatura, ainda há quem se recuse a reconhecê-la como tal, de maneira que, ainda que indiretamente, acabam por diminuir as sociedades e práticas de suporte oral.

Como nos afirma Laura Padilha:

Reforçar a importância da tradição oral não significa, de modo algum, querer dizer que os povos africanos fossem ágrafos, mas apenas reiterar a importância da voz como caixa de ressonância e/ou de ampliação que fez com que a memória do local da cultura resistisse aos canhões contra ela disparados. A voz se complementa ou suplementa , melhor seria dizer, com várias outras formas de escrita [...] (2007, p.279)

Não se deve perder de vista a percepção de que a Literatura, seja ela oral ou escrita, de alguma maneira, acaba por se ressignificar, em uma abordagem pautada na afrobrasilidade, adquirindo a roupagem de um dos principais agentes de transmissão e

divulgação do patrimônio cultural de sociedades africanas e afro-brasileiras, que têm na mitologia o referencial. Da mesma forma, pode ser entendida como uma espécie de guardiã de memórias vivas dos antepassados. Sob a vertente de sua face infanto-juvenil, essa Literatura pode ganhar a forma de releitora e reconstrutora de concepções culturalmente enraizadas, já que o público a que se destina, de alguma forma, representa as perspectivas para o futuro. Essa reconstrução de paradigmas se embasaria na ação educativa e reflexiva da Literatura no cotidiano do público leitor. Um aspecto de grande valia revela-se na proposta de perceber a Literatura Infanto-Juvenil brasileira, considerando a presença da africanidade nessas narrativas, embasadas pelo tripé oralidade-religiosidade-cultura e sua ação na (re)construção do imaginário infantil de uma África, agora identificada por uma imensa riqueza cultural.

Desconstruir imagens pejorativas do afrodescendente, suas tradições e manifestações culturais e religiosas, é extremamente necessário para que se promova a tão falada igualdade racial. A proposta não se resume a uma questão religiosa, ela sugere a partir de uma comunhão, entre mitologia, literatura e educação, sólidos caminhos para a construção e desenvolvimento do respeito mútuo em toda a sociedade, sem a hipocrisia dos preconceitos velados e alicerçados pela ignorância. É preciso conhecer para entender e conseqüentemente respeitar.

Pensando a educação, a afrobrasilidade, e as relações etnicorraciais, podemos perceber algumas formas de trabalhar a cultura, religiosidade, línguas e tradição africana e afro-brasileira por meio da Literatura que vem reconfigurando sua estrutura, à medida que começa a oferecer de maneira mais intensa espaço e dando voz ao sujeito negro permitindo-lhe uma auto-afirmação de sua identidade cultural. Através desse instrumento ideológico que é a Literatura podemos reconstruir conceitos no imaginário dessa e das próximas gerações por meio de um trabalho gradativo que renderá bons frutos que podem se resumir na incansavelmente falada, igualdade racial, deixando o preconceito, desdém e as visões pejorativas do negro e de suas manifestações culturais como marcas de um passado surpreendido pela superação.

A pesquisa vem se desenvolvendo através de extensa pesquisa bibliográfica, que oferece o embasamento teórico para o desenrolar da proposta. É também parta da metodologia utilizada, visitas/entrevistas a duas casas de candomblé Ketu, no caso trata-se do Ilê Axé Opô Afonjá, em Salvador-BA e o Ilê Axé Omi Oju Arô, no Rio de

Janeiro, visando a obtenção máxima de aspectos da tradição oral africana, que se faz tão presente nesses complexos culturais afro-brasileiros, através de entrevistas com suas respectivas matriarcas, Mãe Stella de Oxóssi e Mãe Beata de Yemanjá, assim como de crianças pertencentes às comunidades religiosas. Almeja-se também observar a influência da literatura oral, mítica/religiosa, na formação identitária e do cotidiano das crianças ligadas às comunidades de terreiro. A entrada em campo ainda não se deu.

No que se refere às obras a serem analisadas incluem-se *Ifá, o adivinho*; *Xangô, o trovão* e *Oxumarê, o arco-íris*, Reginaldo Prandi; *Epé Laiyé – Terra viva*, Maria Stella de Azevedo Santos. A análise das obras almeja observar como a mitologia dos orixás chega a literatura, para que se avalie o trabalho educacional a partir desses textos.

Na metodologia do projeto inclui-se também consultas a documentos audiovisuais, tais como documentários acerca da religiosidade, oralidade e mitologia. A internet também será utilizada como forma de pesquisa.

Atualmente é inadmissível que se compactue com a colonização da educação. Ela é direito de todos e deve se reinventar sempre que a sociedade, que é a quem ela serve; tiver necessidade. Não se deve concordar com uma educação autoritária, repressora. Ela deve oferecer possibilidade de escolha aos educandos. É necessário que esteja viva dentro de cada educador a idéia que Paulo Freire nos traz, considerando a educação como uma forma de intervir no mundo, crendo sempre, que a mudança é possível.

Aproveitando ainda as direções que nos aponta Paulo Freire e nesse momento dialogando, mais uma vez, com Kabengele Munanga: “ (...) somos desafiados a construir uma Pedagogia do oprimido. No entanto, a questão racial nos ajuda a racializar ainda mais essa proposta. Somos levados a construir uma Pedagogia de Diversidade.”(2010,p.45)

Diante do que fora dito, pode-se considerar que a proposta da pesquisa é envolta por uma realidade bastante atual, na qual se propõe a alteração de antigas visões e construções do imaginário popular, decorrentes do desconhecimento das raízes culturais que justificam as manifestações da religiosidade e cultura africana. Tais questões, tendo como suporte uma releitura por meio das redes educativas pode render bons frutos para

a sociedade como todo, sendo uma relevante contribuição para os estudos referentes às relações etnicorraciais.

Referências Bibliográficas

ADÉKÒYÁ, Olúmúyiwá. *Yorubá: Ttradição Oral e História* – São Paulo: Terceira Margem, 1999.

AGUESSY, Honorat et alii. “Introdução à cultura africana”. Lisboa: edições 70, 1997.

AMÂNCIO, Iris Maria da C.; GOMES, Nilma Lino; JORGE; Miriam Lúcia dos S. (orgs). *Literaturas Africanas e Afro-Brasileira na prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BA, Amadou Hampaté. *A palavra, memória viva na África*. In: *Correio da UNESCO*. Ano 7, nº10, 1979.

_____. “Palavra africana”. In: *O correio da UNESCO*. Paris, Rio, Ano 21, nº11. Nov. 1993.

BARBER, Karin. “ Como o homem cria Deus na África Ocidental: atitudes dos Yorubá para com os òrìsà”, em Moura, C.E.M. de (org). *Meu sinal está no teu corpo*. São Paulo: EDICON- EDUSP, pp. 142-175.

BARROS, José Flávio Pessoa de. *A fogueira de Xangô, o orixá do fogo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005

_____. *Banquete do Rei – Olubajé*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005

BENISTE, José. *Mitos Yorubás: o outro lado do conhecimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CARNEIRO, Edison. *Candomblés da Bahia*. Salvador: Martins Fontes, 2008

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura Oral no Brasil*. 3º Edição, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo. Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. “Literatura afro-brasileira”. In.: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (orgs). *Literatura Afro-Brasileira*. Salvador: CEAO; Brasília (DF): Fundação Cultural Palmares, 2006.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula – visita à História Contemporânea*. 2ª edição revisada. São Paulo: Selo Negro, 2008.

LEITE, Ana Mafalda. *Oralidades & Escritas*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

OLSON, David R. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.

ÒSÓSI, Mãe Stella de. *Òsósí: O Caçador de Alegrias*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo: 2006.

MUNANGA, Kabengele. Educação e diversidade cultural. In: O negro na contemporaneidade e suas demandas. Cadernos PENESB 10/ Revista do Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira, n.10, RJ. Jan. de 2008/Junho de 2010.

PADILHA, Laura Cavalcante. “A palavra africana e as memórias antigas”. In: GONÇALVES, Maria Alice Rezende. (Org.). *Educação, Arte e Literatura Africana de Língua Portuguesa: contribuições para a discussão da questão racial na escola*. Rio de Janeiro: Quartet : NEAB-UERJ (Sempre Negro); v. 2, 2007.

PRANDI, Reginaldo. *De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião*. Revista USP n° 46, São Paulo, 2000.

_____. “Deuses africanos no Brasil: uma apresentação do candomblé”. In. *Herdeiras do Axé*. São Paulo, Hucitec, 1997, PP. 1-50.

_____. *As religiões afro-brasileiras nas ciências sociais: uma conferência, uma bibliografia*. Revista Brasileira de Informação bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, 2006.

_____. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

_____. *Ifá, o Adivinho*. Ilustrações de Pedro Rafael. São Paulo: Companhia das letrinhas, 2002.

_____. *Xangô, o Trovão*. Ilustrações de Pedro Rafael. São Paulo: Companhia das letrinhas, 2003.

_____. *Oxumarê, o Arco Íris*. Ilustrações de Pedro Rafael. São Paulo: Companhia das letrinhas, 2005.

_____. Raça e religião. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo. n° 42, julho 1995, pp. 113-129.

ROCHA, Everardo. *O que é mito*. 8ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

RUTHVEN, K.K. *O mito*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

SANTOS, Maria Stella de Azevedo. *Epé Laiyé – Terra Viva*. Salvador: Sociedade Cruz Santa do Axé Opô Afonjá, 2009.

SERRANO, Carlos e Mauricio *Memória D’África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007.

SODRÉ, Muniz. Diversidade e diferença. *Revista Científica de Información y Comunicacion*. Número 3, 2006, Sevilla.

VERGER, Pierre. *Lendas dos Orixás*. Salvador: Corrupio, 1981.

_____. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Negros entre o Golfo de Bénin e a Bahia de Todos os Santos - Do Século XVII ao XIX*. Edição Brasileira. Salvador: Corrupio, 1987.

ZILBERMAN, Regina e MAGALHÃES, Ligia C. *Literatura infantil: autoritarismo e emancipação*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

Documentos audiovisuais

DVD. *Cultura Negra Resistência e Identidade*. Manaus: CEAP, 2009.

DVD. *O povo brasileiro – Série Estudos Brasileiros*. São Paulo: TV Cultura, 1995

Referências na internet:

<http://www.casadasafricas.org.br/>

<http://www.acordacultura.org.br/>

ENTRE BARBIES E KENS: NEGAÇÃO E SILENCIAMENTO DO NEGRO NAS PROJEÇÕES DE CRIANÇAS SOBRE A AUTOIMAGEM

Aline Oliveira Grion

Aluna da graduação em ciências sociais da UFRJ, bolsista PIBEX.
aline_grion@hotmail.com

Tais de Almeida Costa

Professora de Educação Física da rede estadual do Rio de Janeiro.

Prof. Dr.^a Simone Freitas Chaves

Professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenadora do grupo de pesquisa Corpo Cultura e Imaginário Social. chavessimone@terra.com.br

Resumo: O presente estudo visou analisar aspectos da construção da autoimagem em alunos do quarto ano do ensino fundamental, com idade entre 9 a 11 anos, buscando estabelecer relações entre as representações de corpo apresentadas nas imagens por eles escolhidas e a identificação com códigos de pertencimento a uma cultura afro-brasileira. A pesquisa caracterizou-se como pesquisa-ação. Os dados originaram-se de recortes de imagens de revistas escolhidos pelas crianças, em que elas projetavam uma autoimagem ou aquela que gostariam de ter. A análise das imagens apresentadas nas projeções destes alunos nos apontou um silenciamento de pessoas negras, sendo escolhida somente por um menino, entre cinquenta e uma crianças. Assim, percebemos a inculcação precoce de modelos estereotipados de padrões corporais pelas crianças, oriundos, sobretudo das diferentes mídias, responsável pela negação da diversidade cultural e racial existente nos grupos sociais.

Palavras-chave: corpo; autoimagem; diversidade racial.

Abstract : The present report aimed to analyze aspects of the construction of self-image in students of the fourth year of primary school, aged 9 to 11 years old, seeking to establish relationships between body representations presented in the images they sorted and identification codes of belonging to a culture african-Brazilian. The research was characterized as action research. The data were derived from cuttings magazine images chosen by the children, where they projected a self-image or which you would like. Image analysis presented in the projections of these students pointed in a silencing of black people, being chosen by only a boy, between fifty-one children. Thus, we see the early inculcation of stereotyped models of body patterns for children, coming mainly from different media, responsible for the denial of cultural and racial existing social groups.

Key-words: body, self-image, racial.

O corpo é por excelência o depositário de imaginários coletivos e representações sociais. É a partir dele que se agregam uma infinidade de valores e simbolismos que dão significado ao mundo. A existência deste corpo é universal, pois como bem afirma o antropólogo Le Breton (2007), não nos relacionamos com corpos e sim sujeitos, entretanto os sentidos e as representações construídos nestas mediações do sujeito com o mundo apresentam-se matriciados por uma intrincada rede simbólica, responsável por fornecer sentido ao conjunto de práticas vividas com e a partir do corpo nas diferentes culturas e grupos sociais. Desta forma, ele cristaliza o imaginário social, provocando as práticas e análises que continuam a explicar sua legitimidade, a provar de maneira incontestável sua realidade. (LE BRETON, 2009)

Por essa propriedade catalisadora de significados e representações, o corpo tem merecido destaque nas ciências sociais, emergindo como protagonista nas análises e hipóteses de uma respeitável gama de produções contemporâneas. Os estudos sobre o corpo são cada vez mais transversais, entrecruzando necessariamente um conjunto de campos de conhecimento, provocando a interdisciplinaridade entre a história, etologia,

sociologia, antropologia, psicologia, psicanálise, biologia, medicina, educação física entre outras áreas tem se mostrado caminhos para a apreensão deste objeto de estudo.

Neste trabalho, nos ateremos às representações de corpo circulantes na sociedade moderna ocidental, que enquadram as teorias biomédicas como apenas mais uma representação socialmente construída. Para compreender este corpo, e que visões vêm sendo formadas precisamos fazê-lo tendo em vista a ascensão do individualismo¹ como moral definidora de parte considerável dos padrões de sociabilidade nas sociedades ocidentais. Nas sociedades tradicionais o homem é parte de um todo, da natureza e o cosmo, este corpo não representa fronteira ou elemento de individuação. Neste modelo de organização, não é a soma dos indivíduos isolados que forma a sociedade, mas sim estes sujeitos em relação. Como bem define Le Breton (2009):

O corpo moderno é de outra ordem. Ele implica o isolamento do sujeito em relação aos outros (uma estrutura social do tipo individualista) em relação ao cosmos (as matérias primas que compõe o corpo não tem qualquer correspondência em outra parte), e em relação a ele mesmo (ter um corpo, mais do que ser um corpo). O corpo ocidental é o lugar da censura, o recinto objetivo da soberania do *ego* (p. 9).

Embora suas bases já estivessem se formando a partir do Renascimento, um marco significativo para a ascensão da ideologia individualista foi a década de 1960. Período de grande efervescência cultural, onde muitos valores e ideais foram questionados e os sujeitos foram se voltando cada vez mais para si, para suas vontades e satisfações. Le Breton (2007) afirma que o “homem ocidental descobre-se um corpo” e a dualidade característica das sociedades ocidentais o opõe ao próprio corpo. Esse momento na história pode ser definido por marcadas quebras e enfraquecimento de paradigmas, dentre eles o cristianismo, onde homem se via sob o domínio do espírito e deveria anular seu corpo em favor deste. Este corpo antes submetido agora é protagonista, e discursos sobre prazer e satisfação própria fazem parte de uma chamada “liberação do corpo”. Chaves (1999) citando Baudrillard entende este processo da seguinte forma:

¹ A respeito da ascensão do individualismo na sociedade moderna ver Louis Dumont “O individualismo – uma perspectiva da ideologia moderna”. Editora Rocco.

A sua redescoberta, (...), sob o signo da libertação física e sexual, a sua onipresença (em especial do corpo feminino, ver-se-á porquê) na publicidade, na moda e na cultura de massas – o culto higiênico, dietético e terapêutico com que se rodeia, a obsessão pela juventude, elegância virilidade/feminilidade, cuidados, regimes, práticas sacrificiais que com ele se conectam, o mito do prazer que o circunda, tudo hoje testemunha que o corpo se tornou objeto de salvação (p. 137).

Com o deslocamento de significado que os indivíduos atribuíam a seus corpos, discursos e práticas indicam uma maior legitimação de ideologias individualistas. Ideais como beleza, virilidade, saúde, higiene, bem-estar paulatinamente começaram a tomar um lugar central que outrora era ocupado por narrativas religiosas que impunham a submissão desse corpo à alma. Sobre estas mudanças de perspectiva Chaves (1999) afirma:

Novas formas de pensar e agir o corpo têm sido remodeladas, reinventadas constante e incessantemente refabricadas, num processo que vem alterando significativamente a relação que os indivíduos têm estabelecido com o seu corpo. Podemos pensar que uma das grandes marcas no imaginário social das sociedades modernas seja a mudança nesta relação (p. 137)

Na tese do antropólogo Le Breton (2009), uma das características marcantes das sociedades modernas é o dualismo que separa o sujeito do próprio corpo, que seria uma espécie de *alter ego*, um outro passível de modificações e aperfeiçoamentos. Mesmo que os indivíduos não se percebam diferenciados e separados de seus corpos, as práticas e discursos apontam para uma notável dissociação.

As compreensões da corporeidade humana nas perspectivas social, cultural e do imaginário levam-nos a refletir sobre essa tessitura gerada na vida quotidiana, que envolve a mediação do corpo em tantos processos de exclusão, discriminação e segregação em torno da aparência corporal. Assim, percebemos que há uma tendência de circulação e inculcação de um padrão hegemônico de imagem corporal presente nas diferentes mídias, responsável pela negação da diversidade cultural e racial existente nos grupos sociais.

Chaves (2009) nos aponta para um a emergência de uma universalização dos modelos de corpo, representados num ideal estético de beleza atrelado ao corpo jovem,

saudável, magro quando não malhado. Estes estereótipos corporais não podem ser compreendidos sem levar em conta o papel da mídia, que embora não seja a única responsável, é sem dúvida um grande alimentador e propagador deste modelo de corpo que contribui para o apagamento da diversidade de formas corporais.

Esse modelo universal de beleza também é vigente na realidade social brasileira, onde este mesmo estereótipo de beleza magra, alta, branca e jovem se estabelece num território onde quase metade da população se declara preta ou parda². Ecos deste imaginário servem para reforçar e realçar preconceito racial e a discriminação, pois os fenótipos negroides não estão contidos nesse ideal de beleza e conseqüentemente a população negra é excluída dessa categoria.

As crianças e adolescentes acompanham estas mudanças e cada vez mais precocemente se inserem ou são inseridas em uma ética onde a aparência corporal se torna uma preocupação, em casos extremos demonstram traços obsessivos pela beleza em idade cada vez mais precoce. A criança adquire estes valores do meio social em que está inserida, repetindo padrões de comportamento que estão no seu entorno, e esse processo de aprendizagem em sua maior parte não é intencional ou consciente.

OBJETIVOS

O objetivo deste estudo foi analisar aspectos da construção da autoimagem corporal de estudantes do quarto ano do Ensino Fundamental buscando estabelecer relações entre as representações de corpo apresentadas e a identificação com códigos de pertencimento a uma cultura afro-brasileira, a partir de imagens presentes nas diferentes mídias, em particular nas revistas.

CAMINHOS METODOLÓGICOS:

² De acordo com dados do Censo realizado pelo IBGE em 2010, 50,74% da população de autodeclarou preta ou pardas, 47,73% se autodeclarou branca e 1,09% se autodeclarou amarelo.

O presente artigo utilizou como metodologia a análise do discurso imagético produzido por crianças na faixa etária de 9 a 11 anos, estudantes do quarto ano de uma escola municipal do Rio de Janeiro. O material de análise foi produzido durante uma oficina realizada na escola pelo projeto de extensão e pesquisa “Corpos em Debate”, vinculado à UFRJ e contou com a participação de 51 alunos, destes 33 eram meninos e 18 meninas.

Por se inserir em uma perspectiva que prevê intervenções e reflexões críticas nas concepções encontradas, a pesquisa, de natureza qualitativa, caracteriza-se como pesquisa ação, pois através da intervenção dos pesquisadores com a comunidade pretende-se a ampliação do olhar e do nível de conhecimento sobre os fenômenos estudados. Segundo Thiollent (2002, p.14) trata-se de:

(...) um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Para a realização da intervenção distribuimos cerca de 50 revistas dirigidas à diversas classes sociais, que em sua maioria eram direcionadas à mulheres com os temas moda e variedades. Os participantes individualmente deveriam escolher dentre as imagens, uma que *o represente* ou que represente *o que ele gostaria de ser*. Esta imagem deveria ser colada em uma folha de papel com os dados de identificação (nome, idade, escola) o motivo da escolha.

Em seguida socializaram com o restante da turma suas escolhas e motivações. A partir destas falas foi iniciada a problematização e o questionamento dos motivos. A dinâmica teve como objetivo fomentar discussões e reflexões acerca da autoimagem dessas crianças e identificar a partir das imagens escolhidas se haveria um estereótipo de corpo predominante nas escolhas do grupo de meninos e meninas.

Foi observada a totalidade do processo, os discursos, as exclamações, a postura corporal e dúvidas dos participantes, as imagens e falas que explicaram a escolha destas, bem como as reflexões realizadas durante a problematização das dinâmicas. A partir do

discurso imagético apresentado pelos alunos, identificamos a presença de alguns estereótipos corporais escolhidos com regularidade pelo grupo.

ENTRE BARBIES:

O título do presente trabalho faz uma clara referência à boneca Barbie³ que nasceu em 1958, não por coincidência o momento supracitado de transformações de um imaginário relativo ao corpo.

As conhecidas e amplamente desejadas formas corporais apresentadas por esta boneca fez dela um ícone de várias gerações, sendo objeto de desejo de colecionadores de diversas idades. A Barbie extrapolou as fronteiras do brincar por apresentar um estereótipo corporal de beleza sobre-humana⁴ e um estilo de vida onde a preocupação com sua aparência corporal é excessiva, e embora seja apresentada em funções profissionais sua maior qualidade é ser bonita. Em resumo a boneca Barbie representa uma mulher sempre jovem, magra, branca, loira, maquiada e vestida com roupas que seguem a moda.

Formas corporais valorizadas socialmente existem nas mais diversas sociedades e momentos históricos, mas o que devemos nos atentar é para o fato de um objeto destinado ao uso infantil conter este estereótipo, o que corrobora a percepção da centralidade que o corpo atingiu na nossa sociedade. A inserção deste estereótipo de beleza passa a ser materializado no universo lúdico infantil, carregando um conjunto de representações desse modelo no brincar.

Quando foi solicitado às crianças que escolhessem nas revistas imagens que *o representem* ou que representem *o que ele gostaria de ser*, entre as meninas a escolha foi unânime na segunda opção: todas escolheram o que gostariam de ser, e as escolhas se referiam preferencialmente à beleza.

³ Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Barbie> acesso em 20 de agosto de 2012

⁴ Alguns pesquisadores mostram que biomecanicamente, as medidas da boneca Barbie seriam impossíveis para um ser humano.

Simone de Beauvoir (1980) discutindo a construção social da mulher nos auxilia a compreender as escolhas dessas meninas, pois em seu estudo percebe que técnicas de controle social conscientes e inconscientes educam e formam socialmente meninas esperando-se delas apenas que sejam bonitas e passivas, sendo estas as características principais de feminilidade.

A beleza, como a maioria dos conceitos, apresenta uma polissemia que só tem seu sentido alcançado quando inserido no contexto em que está sendo utilizado. Para compreender o que é a beleza no imaginário deste grupo, nos voltaremos a uma análise das imagens escolhidas, pontuando os elementos elencados pelo grupo como pertencentes a essa categoria.

O cabelo é liso, embora possa haver algumas leves ondulações. O cabelo cacheado e crespo foi verbalizado como duro, feio e difícil de ser cuidado. O corpo é magro atlético e apenas um corpo diferente foi aceito, o malhado. A juventude é um imperativo, em nenhuma das imagens havia uma mulher que aparentasse mais de 25 anos, quando questionados, afirmaram que um termo exclui o outro: “não dá pra ser bonita e velha ao mesmo tempo!”.

A pele é branca admitindo-se pele bronzeada, mas a pele negra não apareceu em nenhuma das imagens escolhidas por estas meninas, e a que apareceu nas escolhas dos meninos não foi relacionada à beleza. O rosto mereceu mais atenção e a maioria das imagens o tinha como destaque, em detrimento do corpo, embora elementos associados à sensualidade e eroticidade como seios fartos em decotes, barrigas lisas, roupas curtas e justas também estivessem presentes algumas escolhas. Elementos associados à feminilidade como maquiagem, bijuterias/jóias, saias e vestidos foram uma constante.

As falas em tom jocoso expressavam a inadequação da maioria da turma ao conceito de beleza representado nos recortes, culpabilizando e ridicularizando as escolhas uns dos outros e até mesmo as próprias escolhas. Algumas meninas tinham poucas possibilidades de serem enquadradas no estereótipo de beleza que elas mesmas apontavam como branco, alto, magro, com cabelos lisos.

A imagem de uma mulher com músculos hipertrofiados, cabelos loiros com comprimento abaixo da cintura devido a um aplique, olhos azuis com lentes de contato foi a que mais se diferenciou do padrão. Era a foto da cantora e dançarina de funk Waleska Popozuda. Segundo as crianças ela não estava ali por ser bonita e sim pelo "corpão". A notória transformação corporal foi um tema das discussões e percebida como uma possibilidade válida para os insatisfeitos com o próprio corpo.

As observações durante a pesquisa nos apontaram um padrão estético nas escolhas das imagens pelas meninas. Esta beleza pressupunha adequação a um modelo, que assim como o corpo da Barbie⁵, valorizava apenas uma forma entendida como o sinônimo de beleza, negando e silenciando as outras inúmeras possibilidades de formas que o corpo humano pode possuir.

Este único formato de corpo presente nas projeções não era compatível com a variedade de formas e cores que aquelas meninas possuíam. Esse dado era percebido e comentários como "você nunca vai ser assim", "você é preta como é que escolheu essa imagem", "'Fulana' é muito feia e escolheu uma foto de mulher bonita" eram escutados durante toda a atividade. As meninas se defendiam dos comentários, mas pareciam ter dúvidas sobre esta possibilidade dizendo que nesta atividade poderiam escolher a imagem que desejassem.

ENTRE KENS:

O título do trabalho também faz referência ao par de oposição da Barbie, o seu namorado o Ken. A figura deste boneco não foi evocada no discurso ou nas escolhas dos meninos, mas certamente ele representa o modelo das novas masculinidades que estão sendo construídas, onde é exigido do homem mais do que potencial provedor ou protetor.

⁵ Embora tenhamos conhecimento dos diversos modelos de bonecas Barbie lançadas principalmente a partir da década de 80 que tinham o intuito de valorizar a diversidade étnica, estamos nos referindo ao imaginário de perfeição e beleza representado por esta boneca.

A diferença entre os gêneros que notamos nas projeções demonstra o quanto este corpo é simbolicamente diferenciado e socialmente construído a partir da diferença nos órgãos reprodutores. Bourdieu (2003) percebe que é no corpo que se inscrevem as disputas pelo poder, constatando neste, a materialização da dominação masculina, que vitima tanto homens quanto mulheres.

Entre os meninos notamos uma maior variabilidade nas escolhas, e alguns deles optaram por procurar imagens que representassem *como eles eram*. Muitos também optaram por escolher mais de uma imagem, 33 participaram da atividade e 43 imagens foram escolhidas. Quando questionados sobre as motivações de suas escolhas as respostas também eram mais diversificadas, mas em geral se referiam a bens materiais, profissões e ascensão social.

Beauvoir (1980) quando fala da construção do ser social mulher, também nos informa sobre a construção do ser social homem, pois o gênero é uma categoria relacional, e como tal, constrói seu sentido através da oposição ao outro. Logo categorias homem e mulher só fazem sentido enquanto par de oposições. A autora afirma que, para os meninos, as possibilidades são muito mais amplas e eles são encorajados a se aventurar e a conhecer o mundo, dessa forma criam uma vontade de afirmar em projetos concretos.

Homens ao lado de carros novos, com clara referência a alguma profissão socialmente valorizada, homens de terno e atletas foram as imagens mais frequentes, embora a imagem mais solicitada fosse inegavelmente a do jogador de futebol, que era disputada e avidamente procurada. Alguns meninos folhearam mais de quatro revistas a procura de um jogador de futebol, partindo para uma segunda opção somente após o insucesso da primeira busca.

As projeções se vinculavam a funções e ocupações como skatista, dançarino de hip hop, cantores de rock, atletas e homens bem sucedidos com ternos. A projeção em objetos como televisão e carros também foi cogitada, entretanto não foram recortadas. Modelos e atores também foram recortados, mas a explicação principal para a escolha era a fama e o dinheiro sendo a beleza um argumento acessório. Em alguns casos a beleza foi dispensada em detrimento da riqueza e status.

Um dos alunos escolheu duas imagens de tenistas devidamente paramentados com suas raquetes e ao lado destas imagens colou logomarcas de emissoras de TV e refrigerantes. Quando perguntado sobre o sentido, não soube responder ao certo, dizendo apenas que daquele jeito ficaria melhor. As logomarcas agregadas à imagem emprestavam prestígio, poder e riqueza ao homem ali representado.

Neste caso comentários jocosos sobre a escolha também foram feitos apontando a diferença da realidade observada na imagem e a imagem objetiva do aluno. Entre os 51 alunos que participaram da atividade apenas uma imagem de um negro foi escolhida por um menino: a foto do jogador de futebol Pelé, sendo a motivação para a escolha a habilidade no esporte, o dinheiro e fama que este jogador teria.

ENTRE O QUE SOMOS E O QUE QUEREMOS SER

O desenvolvimento das concepções analisadas neste trabalho não são exclusivas das crianças ouvidas, tampouco produzidas individualmente por elas, são apreendidas por um processo de aquisição de *ethos* que depende de sua relação com a sociabilidade que a cerca (família, grupo de amigos, escola, mídia etc.) que moldará sua maneira de interpretar o mundo. Assim também ocorrerá com o corpo que se socializará, carregará as marcas fornecidas e enquadradas pelo contexto sociocultural em que recebe as influências, desde o seu nascimento. Este processo de assimilação de comportamentos o acompanhara por toda a sua vida, entretanto é na infância e adolescência que estes são mais intensos e mais fortemente marcados. (LE BRETON, 2007.)

A partir da fala infanto-juvenil, que se diferencia da fala adulta por conter menos “filtros”, produzindo menos “acordos de fala”, percebemos que valores, simbolismos e representações são associados às formas corporais que a envolvem. Os discursos das crianças, a todo o momento, relatavam as diferenças entre a imagem escolhida e a imagem objetiva de cada um; quando questionados sobre o possível motivo desta

disparidade, as respostas apontavam a beleza, a fama e “qualidades morais” – “*elas são legais, por isso estão na revista*”.

Michaud (2008) ao traçar um histórico das visualizações nas sociedades ocidentais aponta um deslocamento de valores, observando que a beleza torna-se uma obsessão que se fez presente principalmente através das artes populares e será difundida imensamente no imaginário das massas. Os valores estéticos foram lentamente se infiltrando nos morais. “O belo toma conotação do bem”.

As sociedades ocidentais do tipo individualistas, anteriormente definidas, são formadas por sujeitos centrados em seus corpos, o que é um problema quando a maioria deles não será enquadrada na categoria belo e por consequência também será excluída da categoria bom. Parte considerável das novas psicopatologias (anorexia, bulimia, uso de esteróides anabolizantes) está ligada ao sentimento de inadequação que o restritivo modelo belo traz consigo.

Durante o processo de procura das imagens, falas que se referiam à dificuldade de encontrar uma imagem que representasse a sua própria imagem foram ouvidas diversas vezes, as crianças depreciavam as escolhas umas das outras e as falas mais comuns era: “*você nunca vai ser assim*”, “*você nunca vai ter esse carro*”, “*fulana é preta e escolheu uma loirinha*”.

A análise da construção da autoimagem pressupõe que apenas a observação do aspecto físico das imagens escolhidas não abarca a totalidade do “*como nos vemos*”, e os discursos repetidos e reafirmados por risos e manifestações de apoio nos dão pistas preciosas sobre esse processo de construção da imagem de si. Ao mesmo tempo em que meninos e meninas se projetam em imagens que representam a fama, sucesso, distinção e glamour, eles não se percebem capazes de acessar essa realidade, e expressam isso depreciando os colegas e a si mesmos. A marca lingüística *nunca* que se repetiu diversas vezes é muito forte apontando o encerramento na condição em que se encontram. Nesse caso como inadequados e inferiores ao padrão de beleza que se impõe socialmente e que é aceito e corroborado como certo por eles.

O formato da pesquisa pressupõe questionamentos e estímulo à reflexão sobre as escolhas. Questionados sobre o que haveria de comum naqueles corpos, reconheceram um padrão imagético nas escolhas e perceberam a ausência de pessoas negras. A observação desta ausência pareceu intrigar os alunos que não tinham uma explicação formal para o fato de suas escolhas excluírem a imagem que mais se repetia nas suas feições e cores, notavelmente negras e mestiças.

No corpo discriminado e preterido também são impressas as marcas deste imaginário, o descontentamento, a negação, a desvalorização da autoimagem são os principais elementos encontrados na construção social do corpo negro. Gomes (2002) parte desta premissa ao afirmar que “o corpo surge, então, nesse contexto, como suporte da identidade negra, e o cabelo crespo como um forte ícone identitário”. No esforço de compreender a formação da identidade negra, percebe que o ambiente escolar é uma constante muito significativa na construção da narrativa dessa trajetória. Infelizmente nem sempre a escola contribui positivamente nesse processo.

(...) a escola, assim como a nossa sociedade, vêem o negro e a negra e emitem opiniões sobre o seu corpo, o seu cabelo e sua estética deixa marcas profundas na vida desses sujeitos. Muitas vezes, só quando se distanciam da escola ou quando se deparam com outros espaços sociais em que a questão racial é tratada de maneira positiva é que esses sujeitos conseguem falar sobre essas experiências e emitir opiniões sobre temas tão delicados que tocam a sua subjetividade.

Enquanto os alunos participantes da pesquisa folheavam as revistas percebemos que imagens de pessoas negras eram ignoradas ou descartadas como possibilidade de escolha. Embora a quantidade de pessoas negras seja muito menor que a quantidade de pessoas brancas, essas imagens existiam. Imagens de jogadores de futebol, por exemplo, eram muito mais escassas, entretanto extremamente valorizadas naquele contexto, logo a quantidade de imagens de pessoas negras na revista seria uma explicação de causa e consequência que não daria conta da complexidade do tema.

Compreendemos que as categorias raciais no Brasil têm uma fluidez e uma relativização subjetiva e relacional, e esta classificação é intimamente ligada à

intensidade de traços negroides que o indivíduo possui. Notamos que nesta escola parte considerável dos alunos é parda ou negra.

O antropólogo Oracy Nogueira (1955) ainda na década de 1950 realizou uma pesquisa que tinha o intuito de compreender como seriam as relações entre negros e brancos no Brasil. Ele categoriza a realidade encontrada em nossa sociedade com o conceito *preconceito de marca*, que leva em conta questões relacionadas aos fenótipos, sendo esse o critério que separa discriminados de discriminadores, existindo uma graduação, onde os indivíduos com fenótipos mais *negroides* sofrerão maior preconceito e terão menos possibilidade de ascensão social.

Esta configuração das relações raciais não nasce nas escolas, mas esta instituição é uma reprodutora e alimentadora do preconceito e da discriminação por uma série de condutas segregadoras e principalmente por meio de um silenciamento da questão. Esta é a tese defendida por Cavalheiro (2001) que acompanhou crianças em turmas de educação infantil em seu convívio social, familiar e escolar observando principalmente a intervenção do adulto durante e depois de um conflito de ordem racial. A autora pode observar que mediante estes conflitos a conduta habitual era o silenciamento da questão e o incentivo à naturalização destas condutas. Observou também que as imagens nos cartazes, fotos e livros apresentavam escassez de imagens de pessoas não brancas. Sua análise concluiu que “dessa maneira, o espaço escolar reproduz o modelo de beleza branca/europeia predominante nos meios de comunicação e na vida social. (p. 145)

A complexidade do tema não será esgotada neste trabalho, contudo tomaremos a noção de Bourdieu (2003) de *violência simbólica*, que compreende as relações de poder e de mecanismos de inculcação como naturalizadores da condição de inferioridade e o dominado passa a se perceber e a se valorar como inferiores. O termo *violência simbólica* nos ajuda a entender a adesão dos dominados: dominação imposta pela aceitação das regras, das sanções, a incapacidade de conhecer as regras de direito ou morais, assim como não percebem a influência das práticas linguísticas e de outras práticas reforçadoras dessa realidade.

Este sentimento de inferioridade e inadequação percebido e verbalizado durante a pesquisa é fruto de um processo aqui exposto de construção de um padrão

universalizante de beleza que dá a apenas uma pequena fatia da população a possibilidade de alcançá-lo. E apenas a estes indivíduos cujo corpo se adapta – naturalmente ou artificialmente – são oferecidas as benesses de ser percebido como belo e logo como moralmente bom.

POR FIM...

A escola é entendida por nós como um espaço privilegiado para troca e construção de conhecimento e também de formação de indivíduos e identidades. Esta instituição é apontada por Cavaleiro como uma eficaz reprodutora das relações sociais, pois informa objetiva e subjetivamente aos seus alunos seus lugares sociais. A autora percebe que as práticas no ambiente escolar e familiar devem ser pautadas para a formação de indivíduos que tenha relações raciais mais saudáveis, pois quando “uma criança presencia diariamente a igualdade de tratamento tende a reproduzir essa mesma igualdade nas demais relações” (2001, p.154).

Contudo se este espaço se furtar a abordar assuntos polêmicos, a negação e silenciamento das questões raciais podem tornar-se uma prática cotidiana, fazendo do ambiente escolar um aparato ideológico de perpetuação dos padrões de exclusão.

Um trabalho realizado em uma oficina de 50 minutos deve reconhecer seus limites de alcance, mas também deve reconhecer suas potencialidades de contribuir para a formação de indivíduos que tenham relações raciais mais saudáveis e baseadas no respeito e igualdade. O estímulo ao debate e a reflexão de determinados padrões de conduta é um grande avanço quando se trata da educação e principalmente da educação das relações raciais. A abordagem destas questões deve ser cuidadosa, objetivada e informada, para os mecanismos de perpetuação desta violência simbólica sejam apontados, historicizados e desnaturalizados, abandonando finalmente a ideia da diversidade como sinônimo de desigualdade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: A experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CAVALHEIRO, E. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. *In: Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. CAVALHEIRO, Eliane (organizadora). São Paulo: Summus, 2001.

CHAVES, Simone Freitas. **Em cena: o corpo**. Sentidos que circulam com o corpo nas propagandas de televisão. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGEF/UGF, 1999.

_____. **No Labirinto dos Espelhos: O corpo e os esteróides anabólicos**. Niterói, RJ: Nitipress, 2009.

GOMES, N. L.(2002): Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? **Revista Brasileira Educação**. no. 21. Rio de Janeiro

LE BRETON, D. **Antropologia do Corpo e Modernidade**. RJ: Vozes, 2009.

_____. **A Sociologia do Corpo**. 3. ed. RJ: Vozes, 2007.

MICHAUD, I. Visualizações: o corpo e as artes visuais. *In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Org.). História do corpo: as mutações do olhar: o século XX*. Petrópolis: Vozes, 2008b. v. 3, p. 541-565.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Revista Anhembi**. São Paulo: abril. (Republicado em Tanto preto, quanto branco, em 1985).

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa ação**. São Paulo: Cortez, 2002.

EXPERIÊNCIA DA FAMÍLIA CAZUMBÁ NO RECÔNCAVO DA BAHIA

Maria Cristina Machado de Carvalho

Mestranda em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professora de História e Sociologia pelo Colégio Adventista de Feira de Santana. Email: chrilcarvalho@hotmail.com

Resumo

Este trabalho consiste em uma discussão que tem como objetivo contribuir para a pesquisa social e histórica na região do Recôncavo, através da análise da história da família Cazumbá. Especificamente investigo como as redes sociais e as experiências da família Cazumbá estão relacionadas com as experiências sociais, econômicas e culturais da história do Recôncavo da Bahia, especificamente São Gonçalo dos Campos e Feira de Santana como região de ligação para o Sertão.

Palavra chaves: Cazumbá, Recôncavo, pós-abolição

Abstract

This work consists of a discussion which aims to contribute to the social and historical research in the Reconcavo region, by analyzing family history Cazumbá. Specifically investigate how social networks and experiences of family Cazumbá relates the experiences social, economic and cultural history of the Reconcavo of Bahia, specifically São Gonçalo dos Campos and Feira de Santana as binding region for the Hinterland.

Key Word: Cazumbá, Reconcavo, post-abolition

Introdução

Este texto trata sobre as experiências de indivíduos e das famílias no período posterior a abolição, especificamente, a história da família Cazumbá. Faço uma discussão sobre as alternativas encontradas pelos descendentes de libertos, livres e escravos para sobreviver em um período de trabalho livre e em que a sociedade não os percebiam como componentes das relações sociais, em termos de direitos.

Como será preciso ancorar esse trabalho no contexto social e cultural da vida será, coincidentemente, necessário referir à atividade econômica às condições de desenvolvimento da sociedade. Observo, para tanto, que a atividade escrava foi criada por uma sociedade de exploração colonial voltada para o mercado externo o processo pelo qual se deu a abolição e serviu para alimentar as necessidades da economia capitalista em expansão. Inclusão e exclusão socioeconômica dos libertos passam afastadas do plano político onde não se registram mecanismos jurídicos que viessem trazer este para novas relações. Tais processos de diferente duração e diferentes condições de simultaneidade no campo social significam diferentes experiências.

O mundo se abre em uma pluralidade aparentemente inesgotável ao mesmo tempo em que revela a unidade histórica do processo de espoliação conduzido pela atualização do bloco histórico de poder com suas consequências em continuidade e mudanças. Diante disso as teorias social e histórica não podem ser apenas o registro de uma sucessão de manifestações, mas devem perceber o contexto de conflitos, de objetivos determinados por condições de classe e de categorias étnico racial. A afirmação de uma perspectiva histórica da trajetória familiar equivale a uma escolha, qual seja, de registrar as experiências que se circunscreve ao período desde o século XIX, ou que levanta questionamentos sobre o que conduziram a complexidade da trajetória dos indivíduos no Recôncavo às portas do Sertão.

Seguir essas experiências desde o século XIX e as experiências no período posterior é notar que o processo de modernização implantado não tinha o projeto de modificar a conjuntura que estava envolvido os indivíduos recém-libertos. Essa situação

pode ser estabelecida em termos de diferentes momentos da história, marcando a continuidade do sistema escravista e diferenciação social deste território.

O Recôncavo: experiência da família Cazumbá

A proposta inicial foi seguir os rastros da população pós-abolição e compreender quais as estratégias que ela utilizou para inserir-se na sociedade que até 1888 era baseada nas relações de trabalho escravo. Para tanto, faço uma discussão acerca da população do Recôncavo sendo ela proprietária de terra ou trabalhador escravo e livre, representando à dinâmica social, cultural e econômica do Recôncavo as portas do Sertão nos espaços acima citados.

Pretendo neste texto contextualizar o cenário que abarcou as experiências históricas da família Cazumbá em Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, apontando o perfil socioeconômico e demográfico no século XIX, as relações entre senhores e cativos e sociedade livre. Tomo as duas primeiras décadas do século XX fazendo uma discussão sobre a propriedade de terra e as acima elencadas, para assim seguir o rasto deixado pelos indivíduos Cazumbá.

Nota-se que essas experiências constroem a identidade do grupo ao mesmo tempo em que retrata história de luta de migração e deslocamento, além de estarem relacionadas ao trabalho em atividades agrícolas para a subsistência.

Investigar a história da família Cazumbá é ir atrás de rastros deixados pelos indivíduos ao longo da história do Recôncavo fumageiro. Reconstituir essa trajetória só foi possível pela diversidade de documentos que encontrei dentre jornais, escrituras de vendas e compras de terras, procuração, certidão de reconhecimento de filhos, escrituras de compra de escravos, certidão de nascimento, batismo e óbito e depoimentos orais da família e das pessoas que compartilham o mesmo espaço social. Esta diversidade de documentação foi possível para saber a cor, o sexo, a atividade econômica que desempenhavam entre si, bem como, analisar a relações que mantinham com os diversos proprietários da região. Neste artigo, porém, irei restringir aos aspectos a trajetória linear desta família, partindo do meado do século XIX até o meado do século XX.

A minha investigação sobre a família Cazumbá partir da inquietação em saber que seria esta família, uma vez que em Feira de Santana existia um Bairro denominado São João do Cazumbá. Comecei a investigar este bairro em 2007 quando iniciei a pesquisa como bolsista de iniciação científica no projeto “*Itinerários da Memória: comunidades negras rurais e memória de quilombo no Vale do Paraguaçu*” dirigido pela professora doutora Lucilene Reginaldo na Universidade Estadual de Feira de Santana.

Cataloguei diversas comunidades que continham a maioria da população negra e dessa diversidade selecionei apenas duas para ser objeto de investigação científica. São João do Cazumbá que era uma comunidade urbana localizada próxima no Bairro denominado Tomba e ao Centro Industrial do Subaé. E a outra Corredor dos Ferreiras, que era uma comunidade rural, que se formou na segunda metade do século XX, a partir do deslocamento da família Ferreira para um outro território. Esta experiência se torna singular por ser a trajetória de uma família de reдеiros, formando, assim, a história do Recôncavo mais complexa e dinâmica pelas suas experiências e redes de formações sociais, econômicas e culturais nos períodos anteriores e posteriores a abolição da escravidão.

Mesmo que esta diversidade de experiências suscite questões e necessidade de discussão, limitarei aqui a experiência da família Cazumbá.

Tratando desta família as primeiras informações que tive, nesse caso sem nenhuma preocupação com a pesquisa foi na escola quando eu estava na alfabetização. Em minha classe havia cinco pessoas que tinha o sobrenome Cazumbá. Eu e a maioria dos meus colegas achávamos o nome diferente, que delimitava a família, pois todos que encontrávamos com o sobrenome perguntamos se eram primos ou irmão de nossos colegas. Todos eles eram negros e os pais eram trabalhadores rurais. Conheciam de perto a experiência do reдеiro. Convivíamos no mesmo espaço de relações sociais.

Quando iniciei a pesquisa e identifiquei o Bairro São João do Cazumbá a minha orientadora sugeriu que eu investigasse a respeito da família Cazumbá. Naquele momento resistir, pois estava mais interessada em compreender a formação histórica daquela comunidade, saber se era ou não remanescente de quilombo.

As pessoas que selecionei para contribuir com minha pesquisa através do depoimento oral lembravam a experiência de Lucas da Feira e José Ferreira Cazumbá. Segundo os depoimentos Lucas da Feira havia escondido naquele local, para assim fugir da polícia que buscava a fim de prendê-lo. Sobre Lucas da Feira havia pesquisa feita por Lima (1999). Segundo esta autora Lucas era um escravo fugido que teria aterrorizado Feira de Sant'Anna em meados do século XIX. Mas sobre José Ferreira Cazumbá esta autora como outras bibliografias consultadas quase nada trazia a respeito, apenas discorriam que este era companheiro de Lucas da Feira e que o havia traído e entregueado as autoridades policiais.

Nos depoimentos orais os moradores diziam que José Cazumbá era amigo de Lucas da Feira que muitas vezes teria escondido no local, em cima de uma árvore e que os policiais passavam em busca mais não os encontravam. José que era amigo de Lucas sabia de seu esconderijo entregou-o as autoridades.

Fui em busca de fontes que viessem desvendar quem era esse homem - José Ferreira Cazumbá. Primeiramente encontrei jornais feirenses que sempre fazia alusão a Lucas e Cazumbá:

Uma multidão de crianças desleixadas pelos pais, pela escola, vagabundando pelas ruas e pelas roças, frequentando pelas mansões terríveis dos vícios. [...] Uns trilhando no latrocínio, outros na bebedice, outros na prostituição, mais outros na valentia e conseqüentemente nas rixas entre os companheiros, modos todos estes como se iniciou Lucas pelas ruas desta cidade. [...] Vi, então por uma imagem do pensamento, todos estes Lucas e Cazumbás incipientes fermentando em seus espíritos os produtos de todas essas perversões, uns porque não têm pai, nem mãe, nem avós, nem tutores, são sós na sociedade, outros porque os têm e são tanto os outros pervertidos morais. [...] (O Município. n. 48, 22 de maio de 1909, p. 1-3)

A memória social no início do século XX era que ambos, Lucas e Cazumbá eram bandidos e que muitas crianças em Feira de Santana estavam seguindo o mesmo caminho dos dois. Até aqui pude notar que havia um forte imaginário social a respeito de Cazumbá, embora não encontrasse documentos primários que comprovassem a existência desse indivíduo. A partir daí fiquei a perguntar se José teria existido mesmo ou apenas era uma lenda que configurava o imaginário feirense.

Fui seguindo todo rastro que poderia sugerir a existência de José. No arquivo da Casa do Sertão na UEFS, encontrei uma diversidade de jornais que circularam em Feira de Santana no final do século XIX e início do século XX e manuscritos do Monsenhor Galvão. Neste encontrei um trecho em que o Monsenhor anotava o óbito de José Ferreira Cazumbá;

Morte de Cazumbá (1857). José Ferreira Cazumbá, casado em (sem identificação) nupciais com Dona Rosa de Jesus, seus filhos natural de São José das Itaporocas. Preso por ter morto a cacete Marcelino Lopes da Silva, em oficial de Justiça evadiu-se em comprade de Lucas no batismo de Calatino, filho do salteador. Para obter o perdão e a prometida recompensa e outros auxílios (Vide Vida Feirense 4/04/1942) (Livro I, Miscelânea| Monsenhor Renato Galvão, p. 382)

O manuscrito apresentou além de informações sobre José Cazumbá apontou pistas importantes sobre o tão intrincado sujeito. Assim que vi a alusão ao jornal Vida Feirense segui a pesquisa no mesmo. Quando peguei os jornais percebi que existia uma diversidade de matérias que relatava a experiência de Lucas. Cazumbá aparece como sujeito secundário a Lucas.

É importante ressaltar que tais jornais só foram publicados no século XX e as notícias era do século XIX. Qual motivo deste estarem relatando sobre sujeitos em momentos tão distantes? Percebi que os jornais que referenciavam ao século XIX foram publicados em 1938 a 1948, período do governo Vargas, momento de golpe de Estado. Como a memória da escravidão já não tivesse tanto expressão, supostamente os auditores de jornais traziam a tonar a história de “herói” da resistência para que a população feirense se mobilizasse contra a ditadura varguista.

O jornal Folha do Norte de 20 de maio de 1939 aponta que José Ferreira Cazumbá era um oficial de Justiça que nos tempos remotos foi companheiro de Lucas e sabia os lugares que ele frequentava e onde se ocultava. Em diligência de justiça Cazumbá fez um ferimento, em atos de resistência em uma pessoa que veio a falecer. “Submetido a processo foi pronunciado, e então ocultou-se”. O juiz cons. Góes, incumbiu ao José Ferreira Cazumbá a missão de capturar Lucas, em troca de livrá-lo do crime. Lucas foi preso por ter sido descoberto por Cazumbá por causa da empreitada feita a qual deixou Lucas ferido.

O mesmo jornal um ano depois traz outra notícia que circulou em 1865 a respeito de Cazumbá. Nesta notícia é o compadre de Lucas que descobriu o esconderijo do mesmo.

José Ferreira Cazumbá andava guiando a polícia pelas serras e matos, até que encontrou na Pedra do Descanso e deu-lhe um tiro. O governo pagou quatro contos e, por isso, Cazumbá foi perdoado de seus crimes, que “não eram poucos”.

O Jornal que noticiar os fatos de Lucas em 1848 apresenta com todo detalhe os episódios que se segue a prisão de Lucas. Neste não apresenta que foi José Cazumbá que achou o esconderijo, mas que Lucas estava em um rancho de palhas com um curativo no braço, feito por Benedicto e uma moça que tinha sido raptada por ele.

Lucas não fez nenhum tipo de resistência, mas um dos homens da força policial chamado Serafim, lhe deram dois tiros no mesmo braço que já estava machucado. Com isso, Lucas implorou a Cazumbá que não o deixassem matar. Lucas foi levado carregado em uma rede. A polícia de “baioneras” mantinha o povo à distância e abria espaço para que os carregadores passassem com Lucas. Ao lado dos carregadores estava José Ferreira Cazumbá a que Lucas pedia que não o deixasse matar. Até aqui não se sabe se Cazumbá fora ou não companheiro de Lucas, muitas são as histórias a esse respeito.

A informação mais precisa sobre José Cazumbá foi encontrada no arquivo do Arcebispado em Feira de Santana. Neste encontrei no livro de óbito a certidão de óbito de José Ferreira Cazumbá. Registra no livro que Cazumbá era casado, pardo e tinha quarenta anos de idade quando morreu. A data da morte foi em 6 de abril de 1856. Foi enterrado no cemitério de São José das Itapororocas. Não se menciona a causa da morte, sendo necessárias ainda maiores investigações, para tornar os dados mais objetivos.

Sobre os filhos e a mulher não encontrei nenhum documento. Apenas o manuscrito de Monsenhor Renato Galvão. Persiste a pergunta: quem foi José Ferreira Cazumbá? Por que o nome tem tanta representação no cenário do Recôncavo baiano?

Mais adiante no final do século XIX encontrei no fórum Ministro João Mendes, em São Gonçalo dos Campos documentos que traz pistas sobre Cazumbá. No arquivo

do tabelionato existe uma quantidade significativa de fontes que informa sobre a família Cazumbá em São Gonçalo dos Campos.

Neste documento nome é João Cardozo Cazumbá. De acordo com as informações nele encontradas João Cazumbá era proprietário de terras no local Cruz.

As terras foram adquiridas em 1879 quando João Cazumbá compra em parceria com Manoel Ferreira de Cerqueira do major Francisco Antônio de Carvalho. Eles compraram a fazenda denominada Várzea pela quantia de um conto e oitocentos mil réis.

Além de compra a fazenda na Cruz João Cardoso Cazumbá vai comprar um escravo por nome de João a d. Anna Joaquina Ferreira de Cerqueira pelo valor de trezentos e cinquenta mil reis. O documento identifica que o escravo João era preto de idade de 19 anos mais ou menos, solteiro do serviço da lavoura natural desta Freguesia. Parece que este se tornou um proprietário de terra e também de escravo. Suponho que este plantasse em sua fazenda fumo e a aquisição de um escravo representava uma posição de poder no espaço de relações escravagistas.

A economia do fumo era familiar, os pequenos produtores cultivavam o fumo com a presença de escravos, tanto na mão de obra tanto quanto produtor efetivo (Teixeira e Andrade, 1988, p. 140). Mattoso (1992, p. 85), salienta que “era comum o proprietário alugar parte de suas terras a pequenos agricultores, o que acabou por criar um grupo heterogêneo de médios e pequenos rendeiros e proprietários”. Ainda norteia que as propriedades que cultivavam o fumo, comportavam, em geral, uma sede (construção térrea, muito simples sem qualquer semelhança com as belas casas grandes dos engenhos) (Mattoso, 1992, p. 90).

Sendo assim a compra e a utilização do escravo por João Cazumbá pode ter variadas significações em um contexto tão diversificado em complexos.

As ligações são diversas. João Cazumbá vai em 9 de abril de 1888 reconheceu 8 filhos que tiveram com Ritta Gonçalves de oliveira, escrava de Antônio Gonçalves de Oliveira.

João Cardoso Cazumbá me foi dito em presença das mesmas testemunhas que sendo solteiro e não sendo herdeiros legítimos teve com Ritta Gonçalves de Oliveira, escrava que foi de Antonio Gonçalves de Oliveira mulher também solteira e desempedida, dito filhos, de nomes Marcolino, Gonçalo, Vicente, Francisco, Manuel, Joanna, Joaquina e Claudina os quaes reconhece por seus legítimos herdeiros como se constituem por seus legítimos herdeiros como se tivessem nascido de matrimonio que passam gozar de todos os direitos e privilégios que a lei em tal caso lhes confere. (Livro do Tabelionato n. 8, 1887 a 1891, p. 29).

Em 1891 Ritta Gonçalves de Oliveira constituiu por seu procurador Honório Alves Pereira ao qual deu poderes para assistir as avaliações e aceitá-las impugná-las no inventário amigável em judicial dos bens deixados pelo falecimento de seu marido João Cardoso Cazumbá.

Suponho que João Cazumbá tenha morrido em 1890. O inventário ainda não foi encontrado. Encontrei outros documentos que apresenta o crescimento econômico dos filhos de João Cardoso Cazumbá.

Vicente Cardoso Cazumbá compra uma posse de terras de lavoura com casa de morar na fazenda “Cruz,” pela quantia de 300 mil reis em 12 de julho de 1895. Comprou de Apolinário Julião Ferreira e sua mulher Elisbana Mendes Ferreira. O limite da fazenda é dada,

com setenta e cinco braças de largura, e o comprimento principiando do vallado da fazenda Cruz até o riacho do “Acu” onde se acha o rumo e por outro lado, dividindo-se com as terras da fazenda “Cruz”, vendem a dita posse de terras com a casa de morar. (Livro 9, p. 74 e 75)

O terreno era vizinho ao que seu pai havia comprado. Supostamente os filhos de João Cazumbá eram produtores de fumo e teria posteriormente adquirido propriedades com o dinheiro do comércio do fumo.

A história da família Cazumbá no Recôncavo merece especial atenção, pois os mistérios ainda não foram revelados. Neste texto apenas expus rastros e pistas encontradas, mas que ainda não reconstrói quem foram eles.

A Guisa de Conclusão

O nome Cazumbá descende do grupo etimológico Cazumbi, Zimbi, Nzumbi, originário do Kibundo Nzumbi, macrogrupo etnolinguístico Bantu. De acordo com o dicionário de Arte Sacra e Técnicas Afro-brasileiras (2003) o significado trata-se de uma entidade espiritual que estar no mundo participando com os vivos. É uma fusão dos espíritos dos homens e dos animais. É um ser fantástico, misterioso.

De acordo com Silva (2011) Cazumbá é de origem centro africana, mas especificamente de Angola e Moçambique da etnia Nhaneka-humbi. Lopes indica que cazumba é uma máscara de procedência africana encontrada em alguns autos populares. (LOPES, Nei. Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana, Selo Negro, São Paulo, 2004, p. 180).

O bumba-meu-boi do Maranhão encontrar a figura extraordinária do cazumbá. Manhães, aponta para a presença do cazumba na cultura popular maranhense. Segundo Manhães cazumba é um personagem dos bois da região que alagam na estação das chuvas.

A cultura maranhense apresenta bois com um ritmo compassado, com badalo, pandeirões, chapéus bordados com penas de ema e a presença do cazumba. Pensar na figura da cultura popular no Maranhão em que o Cazumbá esta presente como um folclore, é o mesmo que dizer que esse nome não se constitui apenas como experiência, mas como histórias e indivíduos e grupos do Recôncavo e do Sertão.

Fica assim o questionamento qual o mistério esconde por traz do nome Cazumbá? Quais as experiências este nome está inserido? A investigação minuciosa continua no sentido de desvendar como a família Cazumbá chegou a este local e por que o nome é mantido não apenas pela família em São Gonçalo dos Campos, nas em nomes de Avenidas e Bairro em São Gonçalo e Feira de Santana, isto é essa experiência se constitui como uma experiência de ex-escravos e seus descendentes no Recôncavo e no Sertão da Bahia.

Referência Bibliográfica

ANTONIL, André João. **Segunda parte: Cultura e Opulência do Brasil na lavra do tabaco**. In. : Cultura e Opulência do Brasil. 1ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

ARNIZÁU, José Joaquim de Almeida e. **Memória: topográfica, histórica, comercial e política da Vila de Cachoeira da Província da Bahia**. 1ª ed. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1998.

BARICKMAN, B.J. “**Até a Véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850- 1881)**”. Revista Afro-Ásia, V. 21-22, p. 177-238. (1998- 1999).

BARICKMAN, B.J. **Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860**. Trad.: Maria Luiza X. de A. Borges. _ Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO JUNIOR, Augusto Monte Espínola S. **Memória da Feira sobre o Lucas. Feira de Santana: UEFS, 2005**. (Monografia de Especialização)

CARRIL, Lourdes. **Quilombos, favela e periferia: a longa busca pela cidadania**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006.

CARVALHO, José. “**Quilombos: símbolos da luta pela terra e pela liberdade**”. Revista de Cultura Vozes, Vol. 91, n. 5, (set /out. 1997), p. 149-160.

CARVALHO, M. C. M. de. *Quilombos nos campos da cachoeira (Bahia 1820 – 1850)*. **XI Seminário de iniciação científica III seminário de pesquisa e pós-graduação da UEFS. Semi árido: ciência, ética e cultura**. Anais eletrônicos CPNJ 07. 646. 948/0001-68. 2007.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade: A era da informação, economia, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1999.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. “**Pescadores e Baleeiros: a atividade da pesca da baleia nas últimas décadas dos oitocentos Itaparica: 1860- 1888**”. Revista Afro-Ásia, v. 33, p. 133- 168. 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho Bar e Botequim,: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Brasiliense: São Paulo, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: Mito, história e etnicidade**. São Paulo, Brasiliense. 1987.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte,

editora da UFMG, Brasileira. 2003.

LE GOFF, J. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

LIMA, Zélia de. **Lucas Evangelista: o Lucas da Feira; estudos sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana. 1807 – 1849**. Salvador: UFBA, 1990. (Dissertação de Mestrado)

MATOS, Hebe e RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania na pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

POPPINO, Rollie. **Feira de Santana**. Salvador, Itapuã, 1998.

POUTIGNAT, Phillippe. **Teorias da etnicidade: Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo, Editora da UNESP. 1998.

REVEL, Jacques (org.), **Jogos de escalas: experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SLENES, Robert W. “**Histórias do cafundó**”, In. VOGT, Carlos e FRY, Peter, *Cafundó – A África no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras; UNICAMP, 1996.

SPTIZER, Leo. **Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945**. Rio de Janeiro, EdUERJ. 2001

TEIXEIRA, Marli Geralda, ANDRADA, Maria José (org.). **Memória Histórica de São Gonçalo dos Campos**. Ed. Comemorativa do 1º centenário do município, 1984.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VERMEULEN, Hans. **Imigração, integração e a dimensão política da cultura**. Lisboa, Edições Colibri. 2001.

(<http://www.portalabrace.org/vcongresso/texto/estudosperformance> >Acesso em: 04-08-2010).

FESTA, SAMBA E RELIGIÃO: CULTURA DE RESISTÊNCIA E SOCIALIZAÇÃO ENTRE NEGROS DO RIO DE JANEIRO

Cristina da Conceição Silva (UNIGRANRIO)
cristinavento24@yahoo.com.br

José Geraldo Rocha (UNIGRANRIO)
rochageraldo@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho busca compreender os processos de socialização dos negros na Cidade do Rio de Janeiro a partir das práticas de trabalho e de entretenimento. Vamos considerar o cotidiano dos negros no território urbano, tendo em vista a visão de personagens visitantes da cidade, bem como da administração da família real, dos nobres e bem sucedidos. Esses personagens ao se estabelecerem na cidade, geralmente, manifestavam uma visão distorcida sobre a população negra nascida no território nacional ou que através dos navios negreiros, chegaram ao Rio de Janeiro. Observaremos através das políticas de modernização da cidade, após abolição da escravidão, como os negros situados em uma área urbana buscaram formas de sobrevivência. Tais formas estiveram associadas às moradias, ao trabalho, à cultura, ao entretenimento, ao samba e às relações com outras etnias e classes sociais, provocando uma forma de resistência nos espaços privados através da cultura musical, de instrumentos e danças. Aspectos esses que compreendemos ser de suma importância para os espaços educacionais acerca da reflexão da implantação da Lei 10369/03.

Palavras chaves: Negro- Resistência-Rio de Janeiro

Introdução

O conteúdo desta investigação aborda a participação do negro na sociedade do Rio de Janeiro, tendo como espaço geográfico o Centro da cidade. Bem como apresenta o cotidiano dos negros que viviam na cidade, dos que chegavam nos navios negreiros(de diversas nações africanas) para o trabalho escravo. Observamos também os adventos significativos, promovidos pelos afro cariocas, que contribuíram para o

desenvolvimento social e cultural da cidade do Rio de Janeiro através de sua arte de cantar, dançar e festejar. Então esta investigação relata através de Karasch (2000), Freitas (2009), Honorato (2008), Bonet (2009), Benchimol (1992), Florentino (2005), Carvalho (1990), Medeiros (2007), Lamarão (1991) Rocha (1995) Arantes (2005) Moura (1995).

Os autores abordam a visão de personagens estrangeiros que visitavam a cidade acerca da estrutura geográfica, física e populacional da cidade e os que vieram identificar a população e modernizar a cidade, a convite da administração. O cotidiano do negro no trabalho escravo, e nas artes musicais, bem como os problemas de trabalho e moradias que foi enfrentado pelos negros, após abolição da escravidão. Observaremos também fortalecimento das relações entre os negros que de diversas geografias vieram, através do trabalho no Cais do Porto, dos modelos de moradias e dos encontros festivos, que nos espaços em questão geraram modelos de socialização por meio de trocas de conhecimentos. Os espaços e os eventos promovidos pelos negros na cidade do Rio de Janeiro apresentam grande representatividade para o desenvolvimento da nossa pesquisa, uma vez que em muitos desses espaços o samba e a religião se faziam presentes.

Os aspectos discutidos quanto à cultura negra nos encontros de orientação de mestrado nos fez pensar que a investigação em questão nos levava a uma reflexão acerca da Lei 10639/03, cuja abordagem aponta para aspectos da cultura negra nos Estados brasileiros. Cultura esta implantada, por grupos étnicos que chegam as regiões brasileiras e que ao se incorporar a outros modelos culturais já existentes na cidade recebe a denominação de cultura afro carioca. Então a pesquisa em questão é de natureza qualidade com modelo descritivo, tendo base os com recursos tais como: livros, teses e artigos com foco nas questões étnicorraciais do Rio de Janeiro.

1 Os negros na cidade do Rio de Janeiro

Como observa Karasch (2000) existiam pelo menos no Rio oitocentistas sete principais nações africanas, bem como várias menos importantes. As mais significantes eram Mina, Cabinda, Congo, Angola (ou Loande), Cacánje (ou Angola), Benguela e Moçambique. As menos abundantes, muitas incorporadas às nações principais, eram Gabão, Anjico, Monjola, Moange, Rebola (Libolo), Cacánje, Calundá (Bundo) Quilimane, Inhamban, Mucena e Monbaça. Estes termos ambíguos, que a princípio significam portos de exportação ou vasta região geográfica, dirigem atenção para a África Oriental e especialmente para o centro oeste africano, possivelmente tiveram a maioria dos africanos que vieram para do Rio de Janeiro.

Os escravos de origem africana somavam um número expressivo da população escrava do Rio de Janeiro nas primeiras décadas oitocentistas. Freitas (2009). Neste período os escravos são

divididos de acordo com o local de nascimento: África ou Brasil. Os brasileiros são classificados por cor (pardo, crioulo, mulato, cabra etc.) enquanto os africanos todos considerados negros distinguem por local de origem (Angola, Moçambique, Mina etc.).

Relata ainda Freitas (2009) que o uso constantes das chamadas nações são utilizados como mecanismo de identificação para os africanos traficados na organização dos grupos da América. O modelo de identificação adotado redefine o limite entre grupos étnicos, através da formação de unidade inclusiva, que faz surgir esferas de solidariedade entre diferentes grupos. Assim as nações servem como menção para estabelecer novas identidades para a população negra vinda de diversos países do continente africano.

Os estrangeiros que passaram pelo Rio de Janeiro, segundo relatos de alguns autores, dentre eles, Karasch (2000) e Honorato (2008) deixaram registros diversos, onde comentam sobre a exuberante beleza natural, a grande luz de cores e matizes da cidade. Seus registros também mostram o quanto reclamavam do ardente calor e da presença dos escravos e mendigos nas ruas que causavam medo e insegurança.

A cidade ao mesmo tempo causava atração e medo. Os viajantes que por aqui passavam deixaram registros diversos e comentários sobre a exuberante beleza natural a grande luminosidade de tons e cores, mas reclamavam do excessivo calor, dos cheiros desagradáveis e mostravam-se amedrontados pela enorme quantidade de negros nas ruas. A mesma cidade que atraía, causava medo e insegurança (HONORATO. 2008, p.45)

O Medo manifestado pelos turistas estrangeiros, também pairava sobre as elites que viviam na cidade ao circularem pelos becos e vielas, onde os grupos excluídos da sociedade se aglomeravam. Tais Grupos aos olhos da nata carioca, estavam sempre prontos a se mostrarem, o que para o imaginário de uma elite, causava um temor ao pensar em uma possível africanização no Brasil.

Se recorrermos aos escritos dos viajantes que passaram pelo Rio de Janeiro no decorrer do século XVIII, talvez possamos compreender um pouco mais à respeito da cidade do momento em questão, e das pessoas que nela habitavam. Os viajantes que passaram pela cidade, descrevem o Rio de Janeiro como um espaço desorganizado, uma vez que as ruas não eram calçadas e que a falta de sistema de esgoto, de coleta de lixo e água encanada davam à cidade um aspecto malcheiroso, além do calor escaldante e o vai- e- vem dos negros seminus. Aos olhos dos visitantes, especialmente o europeu, estas características davam uma ideia de barbárie, por se encontrar fora dos modelos de civilizações do velho mundo. Identificam Bonet (2009) e Freitas (2009).

Benchimol (1992) aponta que a falta de fossas e de latrinas contribuía para que o esgoto fosse levado por escravos na cabeça, para ser esvaziado na baía, os negros que faziam este trabalho, eram chamados de tigres devido às manchas que adquiriam ao longo do corpo, causadas pelo ofício. O abastecimento de água era feito através de fontes e chafariz, locais onde negros carregadores e negras lavadeiras de roupas se faziam presente desempenhando seus trabalhos.

O estrangeiro, especificamente o europeu, descrevia que o Rio de Janeiro do século XIX, era comparado a uma cidade árabe, em virtude do estilo de comércio ruidoso e fervilhante. Os mesmos descreviam que na cidade as casas eram mal posicionadas, as ruas atravancadas e sujas, sem nenhuma simetria, o que também lembrava uma cidade africana. As semelhanças com uma cidade africana, apontadas pelos estrangeiros, não só são relacionadas à geografia e organização, mas também devido ao número significativo de negros, que movimentavam o trabalho urbano.

Ewbank apud Benchimol (1992) relata que as modalidades de trabalho escravo urbano exigia a força muscular dos negros, que movimentavam as atividades portuárias, comércio ambulante, oficinas, canteiros de obras e no transporte aos senhores. Na Avenida da Rua Direita, os passantes carregavam trouxas, fardos, barris, carroças dentre outros objetos. Outra característica da avenida era a presença de negros barulhentos e suados, que por ali transitavam. Não existia neste espaço carros puxados por animais, para o transporte de mercadoria; as bestas de carga eram os escravos e o peso que estes carregavam era suficiente para matar burros e cavalos. Os negros alforriados dominavam a esfera produtiva, embora ocupassem uma posição subordinada na economia urbana, onde desempenhavam pequenos ofícios como: latoeiros, carpinteiros, pedreiros, calceteiros, impressores, pintores de tabuletas e construtores.

Mesmo em estabelecimentos, as maiorias dos negros não tinham funções assalariadas. A separação social na Cidade entre o branco livre e do escravo, mostram que os trabalhos especializados eram exercidos pelos brancos, cabendo aos negros o trabalho braçal.

Na cidade, cada vez mais o número de pequenos proprietários prosperavam sobre o manto do poder e do prestígio dos grandes senhores rurais e, dos remediados comerciantes investidos de títulos. Sobre os escravos domésticos, descreve Lucccock:

Toda casa que se prezava era provida de escravos, os quais se haviam ensinado algumas ou mais artes comuns da vida e que não somente trabalhavam nessas especialidades para a família a que pertenciam ,como eram também alugados pelos seus senhores a pessoas não tão bem providas quanto aqueles. (JOHN LUCCOCK apud BELCHIMOL 1992.p.36)

Os seus serviços eram de manutenção doméstica ou da propriedade territorial urbana de seu senhor, pois os mesmos eram alugados pelos seus senhores; uma vez que; eram ensinados a eles alguns ofícios. Os serviços ensinados aos negros abrangiam um leque bastante variado, algumas profissões eram distribuídas entre às mulheres, homens e até mesmo às crianças faziam parte deste trabalho de ganho para o seu senhor. Dentre os trabalhos são citados: limpeza de esgoto e abastecimento de água. Estes serviços mais tarde passaram a ser rentáveis aos serviços públicos, nas mãos de companhias estrangeiras.

No período que compreende as primeiras décadas do século XIX, diz Honorato (2008), que os escravos quase que exclusivamente desempenhavam todas as tarefas braçais, tanto na rua como no interior das casas. A quantidade de negros que circulavam pelas ruas do Rio de Janeiro era tão grande que a impressão que os viajantes tinham que era um país de negros e mestiços. O contingente de escravos vindo de diversas regiões da África que desembarcavam no Porto do Rio, juntamente com os vindos de outras regiões do país se reunia na cidade e desempenhavam diversas atividades, formando uma expressiva população. Os negros de ganho e de aluguel trabalhavam ainda como operários nas manufaturas, marinheiros, quitandeiros, barbeiros pescadores.

Karasch (2000) narra que a cidade do Rio de Janeiro surpreendia os estrangeiros que por ela passava nos primórdios século XIX, ao perceberem que os escravos também apresentavam atividades e profissões especializadas, diferentemente do que eles imaginavam - lavradores e preguiçosos, sem nenhuma habilidade. Os escravos africanos tinham habilidades voltadas para a música, à pintura e esculturas, muitas vezes os artistas de renome não eram brancos, mas negros ou mulatos, o que causava surpresa aos visitantes da cidade

2 A cultura escrava na cidade carioca

Explica Karasch (2000) que na primeira metade do século XIX a cultura escrava no Rio de Janeiro é denominada como Samba e canção. Tal denominação foi associada à linguagem, etiqueta, comida, vestimenta, arte, recreação, religião dentre outros aspectos.

O jeito como os escravos do Rio de Janeiro se comportavam com seus cantos e danças forneceram novos aspectos culturais na cidade, contribuiu e ainda contribui com o jeito de ser, de viver e de se divertir do povo carioca até os dias de hoje. A autora ainda descreve, que os escravos do Rio de Janeiro sempre que trabalhavam, nas casas de seus senhores, como carregadores ou demais atividades na rua, estavam cantando em sua língua natal, quando não, cantavam em grupo. Quando em grupo cantavam, sempre tinha um deles que apresentava características do cantor

principal, e os demais o acompanhavam, com um tipo de refrão, o que era acompanhado por palmas e algumas vezes por instrumentos.

Karasch (2000) destaca que cantar para os escravos no momento em que estavam trabalhando, sendo em grupo ou não, especificamente nas ruas da cidade, era uma forma de procurarem disfarçar o calor e o peso da mercadoria. A música puramente africana era uma característica constante nestes atos.

De acordo com a autora muitos dos escravos que viviam pela cidade do Rio de Janeiro, tocavam instrumentos europeus como profissão. A maior empregadora de músicos escravos era a família real, que chegou a ter uma orquestra com 57 escravos, que se apresentava em ocasiões especiais, onde tocavam música instrumental e vocal para uma platéia branca. Os escravos também contribuíram com estilos musicais africanos nas igrejas, principalmente, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Geralmente em feriados religiosos, especiais ou sempre, que as procissões pedissem uma banda pequena, os músicos barbeiros eram solicitados para os eventos. Os barbeiros também tocavam nas festas da Igreja da Glória, sobre a batuta de Dutra, mestre dos barbeiros da Rua da Alfândega. Os músicos se trajavam de jaqueta branca, calça preta, chapéu alto e com os pés descalços. Além da música, os barbeiros, também, exerciam práticas medicinais. Graças à diversidade étnica dos escravos do Rio de Janeiro, foi criada a cultura afro-carioca nova, que combinava tradições africanas e lusitanas.

Assim, os negros aliviavam o fardo da escravidão, transmitiam tradições religiosas e contribuíam para desfrute de uma vida social. Caso desejassem, homens e mulheres livres podiam unir-se a eles em comemorações populares. Na primeira metade do século XIX, alguns cativos se voltavam para as tradições africanas e outros recorriam à herança luso-brasileira. Carvalho (1990) e Karasch (2000).

Embora os escravos vivessem o constrangimento da vida urbana e apesar de seu trabalho inflexível, eles eram participantes ativos de uma nova cultura, com linguagem e etiqueta, comidas, roupas, artes, recreação, religião, vida em comum e estrutura familiar própria. No que se refere à comida, muitos foram os pratos de origem africanas incorporados à cultura carioca como: farofa, pirão, angu, feijão e canja temperados generosamente com pimenta. Os doces produzidos pelas negras que vinham da Bahia, para a cidade do Rio, foram agrupados às demais iguarias produzidas pelas negras de diversas nações africanas que na cidade residiam, e com o tempo essas mulheres já preparavam alimentos de muitas tradições culturais europeias. Muitos dos escravos do Rio de Janeiro, sempre depois de uma refeição apimentada, pegavam os instrumentos africanos, construídos por eles mesmos e começavam a tocar e cantar.

Havia tambores de muitos tamanhos e formatos. Os maiores como o caxambu, não eram, em geral, vistos e desenhados pelos artistas estrangeiros, porque a perseguição policial levava os escravos a escondê-los e só usá-los à noite em locais recônditos. (KARASCH. 2000, p.315.)

Os escravos da Cidade do Rio de Janeiro dançavam com muita frequência, independente de toques de instrumentos, o que poderia acontecer com palmas, latas e nas batidas de ferramentas enquanto desempenhavam seus ofícios. Em geral os escravos também traziam para suas habilidades musicais os instrumentos europeus. O Rio do século XIX apresentava uma cacofonia de tradições musicais que deu um estilo peculiar à cultura musical carioca. E esta cultura afro-carioca, forjada a partir das muitas tradições culturais, continua a dar forma cultural ao jeito carioca de ser, onde o samba ainda é dançado e cantado. Nestas danças, instrumentos da África Central ainda são tocados e espíritos africanos ainda são reverenciados. Declara Karasch (2000).

A literatura que aborda a história carioca, de acordo com a autora, deve ser analisada cuidadosamente, pois a história da população negra na cidade do Rio de Janeiro, não só se fez presente nas lavouras e minas, mas também nos serviços domésticos, comerciais, artesanais e até mesmo na arte musical.

Na cidade do Rio de Janeiro nos encontros dos escravos sempre havia música e dança, de forma que todos dançavam sozinhos ou em círculos com variáveis contorções e gesticulações. Porém a elite se sentia incomodada com seus cantos e danças, de maneira que o governo passou a perseguir estes atos sob a desculpa de manter a ordem pública. A população negra do Rio de Janeiro cresceu muito, nela encontravam-se os negros livres e os ainda escravizados, por isso a elite se apresentou preocupada, com a manutenção da ordem pública em uma cidade negra. Karasch (2000) e Florentino (2005).

3 As transformações da cidade carioca em função da corte portuguesa

Quando a corte portuguesa se transfere para o Rio de Janeiro, é transferida para a cidade a sede da monarquia. Isso culminou na chegada de seus administradores e mais quinze mil estrangeiros. Os membros da corte e a população que os acompanhavam foram recebidos na cidade com ruidosos entusiasmos pela população que vivia no Rio de Janeiro. No período em questão o administrador da família real Paulo Fernandes Viana¹, preocupou-se com a estrutura da

¹ Paulo Fernandes Viana - Intendente Geral de Polícia da Corte Joanina (1808-1821)

cidade, pois havia ausências de serviços de saneamento, água e moradias dentre outros serviços essenciais. Tais estruturas eram desfrutadas pelos estrangeiros. As necessidades levaram o administrador a desocupar a cadeia do Largo do Paço para fixar os soberanos, além de contratar mineiros que possuíssem conhecimentos práticos, sobre a construção de sistema de abastecimento de água, tendo em vista que resolver o problema de água era prioridade para a manutenção e sobrevivência dos estrangeiros. E assim o administrador inicia as obras de abastecimento de água, que levaram água até o Campo de Santana, onde foi levantado um Chafariz de 10 bicas atendendo as necessidades da corte. Observa Carvalho (1990)

Paulo Fernandes Viana passou também a administrar a Intendência da polícia, o mesmo assumiu a tarefa de evidenciar a civilização do Rio de Janeiro, dando início a um longo processo de melhoramento no aspecto da cidade. Em busca de resolver os problemas urbanos, numa tentativa de torna a cidade parecida com as capitais europeias, à Intendência também cabia purgar a cidade, de vadios, pessoas com mau procedimento, castigar os perturbadores da ordem civil, e da tranquilidade bem como os corruptos da moral pública. Cumpria também a Intendência tarefa da urbanização do Rio dentre outras, enfim a Intendência Geral da Polícia da Corte acumulava várias funções. Honorato (2008).

A vinda da família real impõe ao Rio uma classe social até então inexistente. Impõe também novas necessidades materiais que atendiam não só aos anseios dessa classe, como facilitam o desempenho das atividades econômicas, políticas e ideológicas que a cidade passa a exercer. (MEDEIROS, 2007 p.70)

A partir de então, como declara Medeiros (2007), a cidade começa a sofrer várias transformações que irão proporcionar à classe dominante uma melhor condição de vida, que será viabilizada com a vinda, cada vez mais intensa de escravos novos. Por volta da segunda década do século XIX, já havia grandes estabelecimentos comerciais no Valongo. Essa região passou a ser um dos locais mais frequentados do Rio de Janeiro. As casas comerciais, de importação e exportação, depósitos de armadores e trapiches abarrotaram esta região nordeste da cidade. No mesmo período, o comércio incentivou a ampliação na direção norte do Rio de Janeiro. A área da localização do Cais do Valongo vivia anos de intenso movimento por causa da agitação constante de navios de grande porte que nela atracavam e desembarcavam os escravos. Servia também para outras embarcações menores que cuidavam de transportar os escravos para outras regiões litorâneas da Corte ou fora dela.

Os antigos sítios e chácaras localizados entre a Quinta e a Ponta do Caju, deram lugar às residências aristocráticas para os membros da corte. Outros trechos da cidade velha dão espaço aos cafés, bilhares e hotéis. As terras da praia da Gamboa e do Saco do Alferes foram utilizadas para construção de armazéns e trapiches, bem como a construção do Cais na praia do Valongo com rampas e escadas. O modelo da construção do cais, com suas rampas e escadas, objetivava facilitar embarques e desembarques de pessoas e ser entreposto de comércio da cidade, onde os produtos eram carregados por negros *seminus*. O Rio de Janeiro, por possuir uma configuração espacial de muito difícil acesso, requeria mais e mais dos escravos, pois, afinal, eles se tornaram as mãos e os pés do senhor.

Esse período é marcado pela preocupação com a higiene pública e algumas medidas foram tomadas para minimizar questões relacionadas a asseio da cidade, dentre elas: a extinção do uso de rótulas e gelosias² de madeiras, consideradas incômodas e prejudiciais à saúde dos moradores, em virtude da pouca entrada de ar que estes artefatos na janela impediam. Lamarão (1991).

No período em questão ocorrem também medidas enérgicas exercidas pela Intendência da Polícia, que funcionava como uma Prefeitura dos tempos atuais. A cidade apresentava em seu histórico, nesta ocasião, diversos registros de falta de segurança. Aos olhos das elites, a desordem muitas vezes nas ruas era provocada por aqueles que se encontravam excluídos.

O grupo que era visto como uma sub- população era composto por negros, pardos, escravos ou forros. Estes se transformavam- nos capoeiras que munidos de navalhas, facas e paus, assolavam as vielas estreitas da nova corte. A medida tomada para coibir tais manifestações foi o controle efetivo, encontrado para proibir ajuntamentos, jogos noturnos, encontros festivos dentre outras atividades em grupo, tendo em vista promover uma cidade civilizada. Honorato (2008).

4 A ampliação da cidade para o entorno

Rocha (1995) descreve que a ampliação da cidade para outros espaços geográficos, os investimentos para a construção de vias férreas, dentre elas a do subúrbio da Central, o término da campanha de Canudos. E a migração dos baianos, que provavelmente vieram ao Rio para receber seus vencimentos atrasados, por participação na Guerra dos Canudos, bem como abolição dos escravos. Consequentemente foram acontecimentos que marcaram o período que compreende dos anos 70 ao final dos 90 do século XIX, e provocaram um crescimento desordenado nas áreas próximas ao centro da cidade.

² Uma espécie de treliças que impediam que as pessoas de fora vissem o interior das casas

As discussões entre políticos e investidores acerca de uma nova roupagem para a cidade, aconteciam com muito fervor nas décadas finais do século XIX. No início do século XX ocorrem às demolições da cidade e as antigas edificações dão espaço a avenidas largas, lojas e prédios luxuosos e com isso quase vinte mil pessoas tiveram que procurar novas moradias. Rocha (1995)

Diante da política regeneradora implementada pelas elites, os poucos africanos que restaram na cidade, bem como os negros em geral, passaram a simbolizar atraso e barbárie, vestígios de um tempo em que a escravidão imperava, impedindo os caminhos da civilização. As transformações porque passava a cidade do Rio de Janeiro varreriam os cenários da “cidade negra” e, com elas, desagregava-se toda uma rede de relações construídas na vivência diária e pautadas em manifestações culturais de herança africana. (CARVALHO, 1990, p.79)

Arantes (2005) identifica que os espaços no entorno da nova cidade, ocupados por negros, aos poucos foram recebendo outras etnias. O ganha-pão desta população passa a ser o trabalho do Cais do Porto, e daí a força da socialização entre os negros foi marcante, e com o tempo suas maneiras, gostos, e etc. adquirem ações e novos significados através do contato com outros sujeitos. No porto e fora dele, pretos e brancos, brasileiros e imigrantes, estivadores, arrumadores, foguistas e carvoeiros estavam sempre se esbarrando no dia-a-dia. Encontros que também aconteciam nas ruas próximas ao Cais do Porto, nos botequins, nos cortiços e nas horas de descanso ou lazer.

Os momentos de folga e distração deve ser entendida como um espaço de convívio, de troca e de criação de laços, para além daqueles construídos durante o cumprimento do trabalho ou da organização institucional. No porto as relações mais estreitas entre os trabalhadores davam-se, sobretudo a partir de relações de parentesco, vizinhança, compadrio, de trabalho e em espaços de sociabilidade mais ou menos particularizados. O Cais do Porto e seu entorno sempre foi considerado uma zona perigosa da cidade, cheio de riscos para quem se aventurasse pelas suas ruas e becos, ladeiras e morros, mas também era um espaço onde os excluídos criavam laços de solidariedade.

Da região do Cais do Porto, poucos são os vestígios que restaram, daquela antiga parte da cidade que deu origem a muitas lendas em torno de sua própria história, ela foi apontada como o berço do samba, do carnaval popular e de outras práticas culturais associadas com identidades negras ou africanas.

Os espaços de moradia coletiva onde residiam grupos étnicos diversificados são importantes para entender a experiência dos trabalhadores do porto, pois, se era nesses lugares que morava grande parte daqueles homens. Também era nesses lugares que se estabeleciam laços de solidariedade e eixos de conflito entre pessoas de origens diversas. Assim, ao dividirem o mesmo

teto, negros e brancos, portugueses e brasileiros, enfim, pessoas de diferentes raças e nacionalidades compartilhavam experiências e estabeleciam trocas culturais.

Na capital da recém-fundada república, as multidões anônimas que ocupam as ruas são vistas como sinônimo de barbárie e atraso, uma verdadeira ameaça à ordem. Essas multidões com sua cultura, seus ritmos e seus hábitos estavam muito distantes dos padrões parisienses que a estética oficial sonhava implementar, em uma República composta por um grupo elitizado, que almejava disseminar a cultura europeia na cidade do Rio de Janeiro. As manifestações culturais que remetiam às heranças africanas sofreram com a repressão que pretendia derrubar os laços e instituições dos negros e não foi nada fácil vivenciar, no dia-a-dia, os laços que os uniam. Os ajuntamentos de pretos escravos foram motivo de desconfiança, medo e repressão por parte das autoridades da cidade do Rio de Janeiro. Ainda segundo a autora o século XIX testemunhou a uma verdadeira guerra contra um desses pontos de encontro de negros: as casas de angú ou zungús³, que existiam na época. Essas casas eram alugadas e frequentadas por negros escravos ou libertos, que sofreram perseguições, por serem reconhecidas como refúgio de escravos fugidos, locais de batuque, feitiçaria etc. Arantes (2005)

Arantes (2005) ainda assinala que os escritos de Carlos Eugênio L. Soares, expõe que os espaços onde os grupos étnicos habitavam, foram importantes para a sobrevivência cultural e principalmente religiosa. Os espaços criados pelos negros reproduziam práticas coletivas religiosas de origem africana com certa segurança longe dos olhares das autoridades.

Com o avançar do século XIX, esses espaços começam a ver seus quadros modificados pela inserção cada vez maior de outros grupos étnicos a população africana diminuía a olhos vistos. A julgar pelos registros da Casa de Detenção, as últimas décadas do XIX, que testemunharam a intensa troca cultural entre os negros e os imigrantes, especialmente portugueses. Os imigrantes que conviviam junto com os negros, passaram a figurar nas prisões feitas dentro dos zungús junto com negros africanos e crioulos, escravos ou libertos. As presenças dos imigrantes retratam as transformações étnicas e culturais que se refletiam nesses espaços coletivos. Observa também a autora que independentemente do potencial numérico, os africanos ocuparam posições estratégicas dentro das hierarquias das comunidades, sendo muitas vezes os mestres das casas coletivas. É destacado entre as diversas nações, os minas como a mais importante, sendo o elo fundamental com as raízes africanas dos Zungús. Não era difícil, especialmente na segunda metade do XIX, encontrar trabalhadores ligados ao porto fazendo parte das reuniões dos zungús.

³Zungús ou Angus Habitação coletiva das classes pobres também conhecido como cortiço ou cabeça de porco. (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira). Cabeça de porco. Novo Dicionário Aurélio; 2ª edição – Revista ampliada Editora Nova Fronteira, 1987

No final do século XIX, ocorreu à última prisão em massa de membros de zungús. A polícia deu uma batida no número 13 do Largo da Prainha, local conhecido como ponto de encontro de trabalhadores portuários, e lá prendeu 30 pessoas.

Diferentemente dos outros, este era um espaço coletivo formado apenas por homens, todos com “profissões da estiva”. Um aspecto interessante deste zungú, é que ele não era formado apenas por negros. Os estrangeiros faziam parte do Zungú do Largo da Prainha, o que expressa o papel dos espaços coletivos na troca cultural, característica das últimas décadas do XIX, especialmente entre imigrantes portugueses e a população negra. Os zungús se apresentam como uma forma de proximidade ocupacional e social entre lusos e negros, que permitiu um diálogo cultural. Com o fim da escravidão a entrada massificada de imigrantes, se energiza desencadeando uma troca simbólica. O diálogo cultural que acontece através da troca de conhecimentos entre negros e brancos, que convivem nas habitações coletivas, frequentadores dos mesmos botequins e as mesmas festas, e trabalham-nos mesmos locais provoca a interação cultural. A amplitude das relações entre aqueles homens (negros e brancos) aumenta se levarmos em conta que a convivência entre as horas de trabalho e o tempo livre instigava ainda mais o convívio entre eles, fora dos navios, dos armazéns ou dos trapiches, destacam Arantes (2005)

Arantes (2005) comentando a obra de Sidney Chalhoub⁴ observa que os republicanos, ao perseguirem os capoeiras, demolirem cortiços e modificarem o projeto urbano da cidade num ensaio de mudar o sentido da sua ampliação. Estavam na verdade agredindo, a memória histórica da busca pela liberdade, e que eles simplesmente demoliam casas e deslocavam entulhos. Procuravam também desconectar cenários, esvaziar significados pensosamente construídos na longa luta da cidade negra contra a escravidão. De qualquer forma, muitos aspectos dessa cultura, por mais que tivessem sido alterados ou reformulados, não foram simplesmente sepultados pela fúria regeneradora. Os negros permaneceram se organizando de várias maneiras, recriando suas tradições culturais e políticas em diferentes espaços: nos cortiços, nas vendas e botequins da cidade, nas casas de santo, no carnaval e também no trabalho no porto.

A literatura acima permite perceber a violência simbólica exercida pelas elites e o poder público da cidade carioca, ao segregarem e perseguiram as culturas dos negros e pobres, o que o sociólogo Pierre Bourdieu, atribui como conceito de violência simbólica. Consequentemente, as relações sociais apresentavam um vínculo, entre as classes, com característica de domínio e submissão. Inconscientemente os dominados assimilavam os valores e a visão dos dominadores,

⁴Sidney Chalhoub (Rio de Janeiro, 1957) é um [historiador](#) e professor universitário [brasileiro](#). Atualmente é também Diretor Associado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da [Unicamp](#).

não reagindo às propostas impostas sutilmente, ou seja, sem coesão física, porém com ações segregadoras.

5 Os encontros festivos entre grupos étnicos

A cultura comum das pessoas nasce no cotidiano de suas atividades banais e renovadas dia-a-dia, que pode ser vista como uma forma de conviver com a dominação, de forma sistemática, ou um processo de resistência observa Michel de Certeau em seus estudos sobre a cultura popular.

Nos arredores da Praça Onze, a Rua João Caetano foi endereço de um importante candomblé da cidade, a casa de Cipriano Abedé pai – de- santo de figuras importantes e de sambistas conhecidos, como João da Baiana, (compositor) que fora estivador em sua juventude. A rua em questão ficava próxima a maioria dos cortiços, que também era próxima a casa de santo do importante pai de santo Assumano Mina do Brasil, um africano que era da Costa da África e que foi um dos primeiros candomblés a se instalar na cidade. A Rua Visconde de Itaúna também cedia espaço para a Casa de Tia Ciata, conhecido como reduto de sambistas negros, especialmente dos baianos, Tia Ciata também era frequentadora dos candomblés da região . As festas na casa de Tia Ciata⁵ tornaram se tradicionais e ganhou respeitabilidade em função de seu marido ser funcionário público e futuramente Chefe de polícia.O cargo de Chefe de Polícia concedido ao marido de Tia Ciata, ocorreu em função da baiana ter curado a perna do Presidente da República Venceslau Brás, de uma ulceração insistente. Em virtude de Tia Ciata ter acesso a instituição policial, por conta de seu marido pertencer ao quadro da incorporação, sua casa era livre das batidas policiais.Então sua residência passa a ser um lugar privilegiado para as reuniões entre negros artesões, funcionários públicos , policiais por mulatos e brancos de baixa classe média. As pessoas que se aproximam através do samba e do carnaval são atraídas pelo exotismo das celebrações e passam a frequentar as rodas de sambas e encontros festivos na casa de Tia Ciata.

Em uma rua próxima, à Marquês de Sapucaí, estava a casa de Benzinho Bamboxê, outro pai-de-santo afamado. As ruas Visconde da Gávea e Barão de São Félix, também típicas de cortiços, ficavam mais próximas do porto e era nesta segunda rua que, no fim do século XIX, moraram as mais de 3.000 pessoas. Morava também, nestas imediações, o conhecido Dom Obá II d'África um líder religioso muito conceituado. Na Rua Barão de São Félix, funcionava o candomblé de João Alabá, também muito conhecido por ser o pai- de- santo de Tia Ciata e de muitos sambistas que frequentavam sua famosa e festeira casa. Certamente esses espaços festeiros e religiosos

⁵ Tia Ciata- Hilária Batista de Almeida, conhecida como Tia Ciata , nasceu em Salvador em 1854 e morreu no Rio de Janeiro em 1924
pt.wikipedia.org/wiki/Tia_Ciata acesso em 27/11/11

fizeram parte da vida de muitos homens que trabalhavam no porto, mesmo porque essas ruas, contavam com os cortiços e outras moradias populares. Essa referência é ainda mais forte se pensarmos nos portuários negros, que, assim como no trabalho, ainda guardavam em suas memórias – mas também na prática diária – os costumes e as tradições religiosas dos tempos da escravidão. Moura (1995) e Arantes (2005).

A freguesia de Santana era, sem dúvida, a região da cidade onde se concentrava a maior parte dos candomblés, especialmente porque a zona portuária e arredores da Cidade Nova e Praça Onze foram locais de grande concentração dos negros (africanos ou crioulos). Nesses lugares chegaram também inúmeros grupos oriundos da Bahia na segunda metade do século XIX, em virtude da cidade apresentar ampla concentração financeira. Os grupos baianos iriam situar-se na parte da cidade onde a moradia era mais barata, na Saúde, perto do cais do porto, onde os homens, como trabalhadores braçais, buscavam vagas na estiva. Moura (1995).

O crescimento das atividades portuárias, junto à inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil, transformou a região num polo de atração da população pobre especialmente os baianos, que poderiam se empregar nesses locais. Nessas cercanias da cidade era possível encontrar abrigo e solidariedade baseados em laços de parentesco (de sangue ou “de nação”) e afinidades religiosas. Assim os negros que na cidade chegavam se reuniam em torno dos negros já instalados na cidade, visto que no passado tinha na Pedra do Sal, na Saúde, uma casa de baianos e africanos, que quando os negros chegavam da África ou da Bahia da casa deles se via o navio, aí já tinha o sinal que vinha gente de lá. O sinal era uma bandeira branca, símbolo de Oxalá, avisando que vinha chegando gente. A casa era no morro, pertencia a uns africanos, ela chamava Tia Dadá e ele Tio Ossum eles davam agasalho, davam tudo até a pessoa se aprumar na cidade do Rio de Janeiro.

Percebe-se como a identificação étnica e a religião dos orixás exerciam forte eixo de ligação entre os negros que ali chegavam, mas também entre os que ali já estavam. A expressão cunhada mais tarde por um de seus moradores deu àquela região uma definição que ficou na memória – construída posteriormente – da cidade: “Era a Pequena África no Rio de Janeiro”, disse certa vez o sambista negro Heitor dos Prazeres referindo-se ao espaço nas primeiras décadas do século XX. Carvalho (1990), Moura (1995) e Arantes (2005)

Se por um lado o codinome não dava conta da diferença étnica e cultural da região naqueles tempos (afinal, a região era moradia de muitos brancos, inclusive estrangeiros), como nos diz Arantes (2005), por outro, ela pode ser interessante para expressar parte da vida cultural dos negros que ali viviam. O ambiente festeiro e religioso da “Pequena África” marcou a experiência dos

homens do Cais do Porto que circulavam pela região frequentemente. O espaço denominado como Pequena África, tal como o zungú do largo da Prainha, misturou pretos e brancos, inclusive estrangeiros, as festas e os rituais que aconteciam ali não eram privilégio dos pretos e pardos, mas também de outros grupos étnicos. Era comum, nesses ambientes, ver brancos e pretos participando das mesmas festas de samba, macumbas e comemorações. Referindo-se às festas que a baiana Tia Ciata dava constantemente em sua casa, João da Baiana dizia que ‘A festa era de preto, mas branco também ia lá divertir’.

Os ajuntamentos de pretos e manifestações culturais que remetesse às heranças africanas não eram bem vistos pelas autoridades. Estes homens negros eram constantemente vítimas das manhas de uma polícia que suspeitava e reprimia vadios, ébrios, capoeiras, feiticeiros e sambistas, prisões as quais a polícia associava a malandragem, especialmente nas ocasiões, que os negros promoviam encontros festivos. É também certo que eles tinham suas próprias formas criativas de lidar com a repressão e uma das maneiras era esconder tais práticas no âmbito privado. Como disse certa vez João da Baiana, referindo-se às festas nas casas das tias baianas, esses eram espaços onde, misturava-se samba e candomblé dentre outros eventos. O compositor João da Baiana contava que as festas na casa de Tia Cita eram organizadas nos espaços existentes da casa: o baile acontecia na sala de visitas, o samba de partido alto nos fundos da casa e a batucada no quintal. Arantes (2005).

O compositor João da Baiana, ao discursar acerca das tradições festeiras e musicais dos baianos, que seriam uma das fontes primordiais dessa cultura popular, dizia:

‘As nossas festas duravam dias, com comida e bebida, samba e batucada. A festa era feita em dias especiais, para comemorar algum acontecimento, mas também para reunir os moços e o povo “de origem”. Tia Ciata, por exemplo, fazia festa para os sobrinhos dela se divertirem. A festa era assim: baile na sala de visitas, samba de partido alto nos fundos da casa e batucada no terreiro. A festa era de preto, mas branco também ia lá se divertir. No samba só entravam os bons no sapateado, só a “elite”. Quem ia pro samba, já sabia que era da nata. Naquele tempo eu era carpina (carpinteiro)’. (MOURA 1995, p.87)

Os chamados feiticeiros João Alabá, Cipriano Abedé, Pai Assumano e Bamboxê, só para citar os que ficaram mais conhecidos, tinham pessoas ilustres em seus quadros de relações, certamente interessadas em seus “poderes sobrenaturais. Pai Assumano-‘ Príncipe dos Alufás’⁶ tinha como admirador de suas atividades religiosas José do Patrocínio Filho, que foi apresentado pelo sambista sinhô, frequentador do terreiro. A casa de Cypriano Abedé, na Rua João Caetano, 69 era frequentada pelo senador Irineu Machado, diz se ainda que nesta casa de

⁶Alufás- O termo designa líder religioso para os negros muçulmanos no Rio de Janeiro <http://dicionario24.info/Aluf%C3%A1> acesso em 27/11/11

santo em dias de função, paravam grandes fileiras de automóveis de luxo, de onde descia gente de Copacabana, Botafogo, Laranjeiras, entre outros bairros nobres. O filho do Presidente da República, o Sr Washington Luiz, também teve seu carro estacionado na casa do pai- de- santo. As ligações de pessoas da elite com os feiticeiros divulgam um aberto diálogo cultural entre indivíduos de diferentes origens sociais, conforme descreve Arantes (2005). p.123

Francisco Guimarães, o Vagalume, também mencionou em suas memórias as relações entre os “pais de santo” e “muita gente boa”. Segundo o cronista, entre os admiradores de Pai Assumano – o “Príncipe dos Alufás” – estava José do Patrocínio Filho, que o teria conhecido por intermédio do sambista Sinhô, que freqüentava o terreiro. Vagalume conta ainda que as festas na casa de Cypriano Abedé – “o maior Babalaô do Brasil” – também eram freqüentadas pela “gente da alta roda”, incluindo o Senador Irineu Machado, que teria pagado 20:000\$000 réis para que os trabalhos de Abedé lhe garantissem as eleições.

Arantes (2005) descreve que os relatos de Gabriela dos Reis Sampaio apontam que as relações entre negros e brancos vinham de longe, desde os tempos da história do famoso feiticeiro negro Juca Rosa, que na segunda metade do século XIX mantinha relações com a “fina flor da nobreza imperial”. E essas redes ligavam poderosos e subordinados, as trocas culturais constantes e os conflitos permanentes, também, envolviam senhores e dependentes em função de conviverem em espaços em comuns.

Os movimentos de inter penetração, de mútuas influências, entre brancos e negros, entre elites e subordinados, aconteciam involuntariamente, já que os escravos e outros dependentes viviam no mesmo mundo e até no mesmo teto que senhores brancos, convivendo diariamente.

A religião era parte importante da vida daquelas pessoas e a manutenção de suas crenças e práticas religiosas tinham uma dimensão fundamental na organização de suas vidas. Tais aspectos contribuíam para a sociabilização e articulação de identidades. Manter relações com pessoas “da alta roda” era uma estratégia possível de sobrevivência, uma maneira de garantir proteção para dar continuidade aos seus ritos. Tais alianças podiam incluir até mesmo autoridades policiais

Ainda segundo autora João do Rio descreve em suas narrativas um delegado, que estando amarrado a uma paixão, conseguiu seus intuitos graças ao prodígio de um galo preto. E segundo Vagalume, (Cronista) as funções no candomblé de Sua Alteza Cypriano Abedé, eram perfeitamente permitidas pela polícia, em vista de ser ali uma Sociedade de Ciências Ocultas, com organização de sociedade civil. Provavelmente Abedé teria obtido tal permissão com uma ajudinha de seus seguidores influentes. O estivador, Ogã⁷, sambista e compositor João da Baiana também tinha suas

⁷Ogã -O homem que é o guardião e auxiliar com muitas funções junto ao zelador ou zeladora das divindades www.estanciadeluz.com.br acesso em 27/11/11

amizades na política, bem pautadas em um jogo de interesses mútuos. Ele mesmo sugeriu ter atuado como cabo eleitoral de muitos deles no cais do porto.

Entre eles: Irineu Machado, o mesmo que teria pagado Cypriano Abedé para fazer um trabalho que lhe garantisse o Senado. Mas também de Mendes Tavares, o candidato do presidente Arthur Bernardes para o senado. O sambista contava que estes e outros ilustres, como o Coronel Costa e Marechal Hermes “viviam nas casas das baianas”. Segundo o próprio sambista, em um de seus depoimentos, relata que era bom se relacionar com gente do governo, pois garantiam salvo conduto para que homens como João da Baiana dentre outros, pudessem continuar suas macumbas, tocar seus sambas. Relata Arantes 2005p. 125

“O sambista conta que estes e outros ilustres, como o Coronel Costa e Marechal Hermes “viviam nas casas das baianas”. Segundo o próprio sambista, em um de seus depoimentos, para ele e seus companheiros “era bom andar com o governo. Davam automóvel pra gente e salvo conduto para polícia”.

As atitudes que até então eram proibidas, bem como exibir seus pandeiros, instrumento visto com maus olhos pela polícia como “coisa de malandro e vagabundo”, passam a se toleradas em virtude das relações dos sambistas com pessoas da alta roda da sociedade carioca. Ficou assim famosa a história do Pandeiro de João da Baiana, que, segundo ele mesmo gostava de contar nas suas entrevistas, foi furado pelo policial que o prendeu por vadiagem em 1908, quando este se dirigia à Festa da Penha. Na ocasião, outro influente político, o Senador Pinheiro Machado, mandou fazer-lhe outro pandeiro e nele escreveu uma dedicatória assinada para que nunca mais a polícia o tirasse.

As práticas culturais associadas à população negra, como candomblés e sambas eram perseguidos, como já foi dito por diversos autores e pelos próprios contemporâneos em depoimentos posteriores.

Ao olhar das elites, essas manifestações não eram lá muito civilizadas. No entanto, apesar de toda repressão sofrida, esses homens e mulheres souberam, de diferentes formas, dialogarem com as regras impostas pelas elites, ao se manterem em seus espaços. Esses ambientes foram significativos no sentido da troca de experiências que aconteceram neles entre, pessoas de diferentes cores, nacionalidades e culturas. Essas relações eram estabelecidas nos diversos espaços de convivência, como nos bares, habitações coletivas, nos carregamentos de café, nas casas de santo, nas festas religiosas e no profano carnaval que tinha ali um dos principais redutos da folia da gente pobre.

2 Considerações finais

O relato dos autores citados nesta investigação nos remete a um tempo histórico na cidade do Rio de Janeiro, que tem início a partir da chegada dos visitantes estrangeiros na cidade, sejam a passeio ou como convidados pela família real.

Observamos ao longo desta investigação que a cidade do Rio de Janeiro recebe críticas desses visitantes, quanto ao número significativo da população negra e sobre a organização estrutural da cidade. Esses visitantes, antes mesmo de chegarem ao Rio de Janeiro, concebiam em seu imaginário a figura do negro urbano, como um ser indolente e incapaz, uma vez que no perímetro urbano não existiam espaços agrícolas e pecuários para eles produzirem. No entanto o que percebemos ao longo dos escritos é que embora este negro tenha sofrido estereótipos acerca de suas características físicas e costumes, ele procurou minimizar tantas humilhações, sistematizando em seu cotidiano aspectos culturais peculiares a sua pertença étnica. E assim o negro da Cidade do Rio de Janeiro busca através de sua arte, trabalho e cultura, um modelo de resistência que apresentava civilidade no trato com diversos grupos étnicos e sociais que na cidade residiam, como também com os estrangeiros que chegavam e fixavam moradias na cidade.

Então esta investigação, releva não só o interesse pelo tema por parte da investigadora, como também objetiva sugerir reflexões nos espaços acadêmicos acerca das práticas pedagógicas e das relações com os seres humanos, especialmente, no que se refere aos aspectos étnicos e culturais, de forma a assinalar, à direção de uma educação inter- étnica e intercultural. Entendemos que este exemplo de educação, poderá ser possível se alimentarmos o espaço acadêmico e a sala de aula de conhecimentos que coloquem em evidência as contribuições dadas por aqueles que no passado se encontraram em desigualdade, invisibilizados frente a outros grupos da cidade carioca.

No entanto ao descrevermos, nesta investigação, como o negro foi tratado discriminadamente e contarmos suas histórias de contribuições nas artes, na música dentre outros aspectos. Estaremos tratando o negro como sujeito imprescindível no processo de constituição cultural da cidade do Rio de Janeiro, de forma a valorizar o seu legado na cultura afrocarioca. O legado cultural afrocarioca ao qual nos referimos fornecerá subsídios para que possamos discutir e implementar em nossas classes fundamental, média e acadêmica o princípio legal da Lei 10639/03 ao qual se dedica esta investigação.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Érica Bastos. **O Porto negro: Cultura e Trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX**. Campinas: EdUEC, 2005.

- CERTEAU, Michel **A cultura no Plural**: Campinas. Papirus, 1995.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos – Um Hausmann Tropical**. Rio de Janeiro: Mérito, 1953.
- BONET, Márcia. **Entre o Artifício e a Arte: pintores e entalhadores no Rio de Janeiro Setecentistas** Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 2006
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro 2º ed. Bertrand Brasil. 2002.
- BRASIL MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2006.
- CARVALHO, Delgado **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1990.
- DE FREITAS, Iohana Brito. **Cores e Olhares no Brasil Oitocentista**. Niterói: EdUFF, 2009
- FERREIRA, M. C.; MOURA, M. L. S. **Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. **Tráfico, Cativo e Liberdade- Rio de Janeiro Século XVIII-XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.
- HONORATO, Claudio de Paula. **Valongo o Mercado escravo do Rio de Janeiro, 1758-1835**. Niterói: EdUFF, 2008.
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 – 1850**. Rio de Janeiro: Cia. Das Letras, 2000.
- LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemayer **Dos Trapiches ao Porto**. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 2006.
- MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca carioca, 1995.
- PEREIRA, Júlio César da Silva. **À flor da terra o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond [Matheus Graciano], 2007.
- ROCHA, Porto. **A era das Demolições**. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1986

JUVENTUDE NEGRA EM FOCO: O SILÊNCIO NA TRADIÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS DO BRASIL DO SÉCULO XXI

Juliano Gonçalves Pereira

Mestrando do Programa em Relações Étnicorraciais do Centro Federal de Educação
Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ.

Email: juliano.afro@gmail.com

Bolsista Capes

Resumo

Este artigo apresenta um estudo sobre a participação política da Juventude Negra no Brasil, neste século XXI. Busca refletir sobre os desdobramentos de suas ações junto às políticas públicas de juventude/PPJ, analisando como o Estado brasileiro, representado pela gestão municipal (2008-2012) da cidade de Montes Claros/MG, tem traduzido os encaminhamentos da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (2008) nas ações municipais. A pesquisa assume um caráter dialético, de orientação bibliográfica disciplinada, crítica e ampla, problematizando o cuidado dispersado pela gestão pública, que desconsidera a intersecção entre juventude, raça e políticas públicas na estruturação dos planos operativos das PPJ.

Palavras Chave: Juventude Negra; Políticas Públicas; Silêncios.

Abstract

This paper presents a study on the political participation of Black Youth in Brazil, in the XXI century. Search ponder the ramifications of their actions with the public youth policies/PPJ, analyzing how the Brazilian government, represented by the municipal administration (2008-2012) the city of Montes Claros / MG has translated referrals from First National Conference on Policies public Youth (2008) on municipal actions. The research assumes a dialectical orientation bibliographic disciplined, critical and comprehensive, careful questioning dispersed by public management, which overlooks the intersection of youth, race and public policy in structuring the operational plans of PPJ.

Keywords: Black Youth, Public Policy Silences.

Os acontecimentos deste século XXI, que orienta a forma como a sociedade, em especial os governos se relacionam com a juventude¹, possibilita às reflexões que prende a atenção deste estudo e marca um novo momento para a garantia de direitos no Brasil. As posturas políticas endossadas à juventude revelam rupturas e continuidades históricas do pensamento político brasileiro que precisam ser rapidamente superado.

Este artigo reúne análises de parte de minha experiência empírica como Conselheiro Municipal de Juventude e de Promoção da Igualdade Racial da cidade de Montes Claros/MG (2008-2010), e como Conselheiro Nacional de Juventude (2010-2011). Para compreendermos a relação entre as políticas públicas e a juventude, e nesta, identificarmos o lugar da Juventude Negra², foco central dessa pesquisa, analisaremos a participação e incidência política desse segmento e suas relação com a gestão pública neste século XXI, onde para nós, a política brasileira traz à centralidade os assuntos relacionados à juventude.

Teorias sobre a dinâmica social têm balizado a maneira como as pessoas se organizam nas sociedades, em especial nos centros urbanos, ponto central para o exercício da democracia³ participativa, em busca do ideal de governança que traduza dos interesses do povo e possibilite o acesso aos direitos. Neste contexto, os novos arranjos sociais tencionam as gestões políticas o que nos últimos anos têm provocado significativas mudanças no convívio humano.

Algumas dessas tensões se articulam no propósito de fortalecer certos sujeitos políticos, que se organizam com propósito de garantir acesso aos direitos

¹ No Brasil há consensos por parte das agências de pesquisas e órgãos que discutem Juventude, em categorizar juventude a partir da condição etária, que justifica os fins estatísticos e, orienta a estruturação das políticas públicas. Nesse sentido, Juventude é entendida como segmento entre 15 e 29 anos (CONUVE, 2010). Bourdieu (1983), porém, ressalta que não se deve incidir no erro de falar de jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar esses interesses a uma faixa etária. Não existe *uma* única juventude, mas multiplicidade delas, tantas quantas são as tribos existentes. Não temos a pretensão aqui de oferecer uma conceituação abrangente dessa realidade, mas entendemos haver diferenças ao abordar juventude, em que pese identificar a Juventude Negra.

² Não existe um conceito formulado que podemos categorizar a Juventude Negra. No entanto entendemos que este possui idiosincrasias que distingue entre as várias juventudes. O conceito brasileiro de negro/a adotado pelo IBGE, usado como base para a formação das políticas, resume na somatória dos/as auto-declarados pretos e pardos nos censos demográficos e, o de juventude como já apresentado. Este conceito, no entanto, não comporta a complexidade da temática. Soares (2008) apresenta um conceito que se aproxima da classificação que usaremos neste estudo. Ao pensar na “identificação racial, não a define como mera consequência da cor herdada das características genéticas dos pais, esta é também uma construção social para a qual contribui o lugar que as pessoas ocupam na sociedade, sua condição socioeconômica e como as próprias pessoas se vêem” (p. 108 -111).

³ Governo do povo. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder. Neste estudo passaremos a analisar a democracia brasileira, como incita ROBERT DAHL “*um vir a ser*” ou Poliarquia, que se traduz em regimes que se aproximam desse ideal de democracia.

humanos universais. Identidades formadas a partir dos discursos de gênero, orientação sexual, deficiências física, grupos étnicos, religiosos e juvenis, vem buscando seu lugar na sociedade a partir da luta por direitos. O foco de nossas análises partirá da intersecção⁴ de raça⁵, juventude e políticas públicas⁶ para melhor compreensão do fenômeno juventude no Brasil, buscando identificar as idiossincrasias da Juventude Negra na busca por direito aos direitos na sociedade brasileira.

Os números alarmantes de óbitos por causas externas – em especial os homicídios -, exponencialmente fazem vítimas, jovens negros, do sexo masculino e moradores de periferia, chamando atenção para este público nas análises e olhares sobre juventude nesse país. Ao conferirmos a questão racial na relação gestão governamental e Juventude negra, percebemos a existência de tradições históricas não superadas sobre a população negra, dificultam e/ou silencia quando buscamos visualizar a formulação de políticas públicas.

As inegáveis transformações políticas ocorridas nos últimos anos deste século, em especial as destinadas à juventude, tem conferido a ampliação da participação política e orientado mudanças significativas na maneira como a sociedade se adapta aos novos arranjos sociais e as novas identidades⁷ políticas no Brasil. As transformações no cenário internacional que contribui para os esforços que tem garantido o direito de ser jovem serão capturadas por esta pesquisa, buscando as interfaces possíveis da participação da Juventude Negra neste propósito, somado aos

⁴ Encontro entre dois pontos, duas linhas que se cortam ou se cruzam. Metodologia usada pelo Feminismo Negro Diaspórico para identificar as mulheres negras nas discussões de gênero (WERNECK, 2005).

⁵ Do ponto de vista biológico, não existem raças, há apenas a raça humana. No entanto, do ponto de vista social e político é possível (e necessário) reconhecer a existência do racismo enquanto ideologia e atitude. Assim, só há sentido em usar o termo raça em uma sociedade racializada, ou seja, que define a trajetória social dos indivíduos em razão da sua aparência. Segundo Munanga (2006), o conceito de raça, tal qual empregado hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois, como todas as ideologias ele esconde algo não proclamado: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, naturalizada é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco, mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra etc. Por isto, o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico (MUNANGA, 2006, p. 27).

⁶ Entendida aqui como a tradução das ações do governo (municipal, estadual ou federal) para garantir seu plano de governo, por meio de leis, medidas reguladoras, decisões e ações. (...) “A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006).

⁷ Kabelengue Munanga define a afirmação dessa identidade como, uma “tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu economicamente, como o trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil” (Munanga, 1994, p. 187).

esforços de sua incidência política nos principais espaços de discussão do Brasil, com os de conferências nacionais.

Desafiamos com este artigo, apresentar uma possibilidade de análise do significado dos silêncios das políticas públicas quando destinadas Juventude Negra, problematizando os prejuízos desta relação para a sociedade brasileira. Tomaremos o município de Montes Claros/MG e suas ações nessa direção como laboratório para esta análise.

Como hipótese, partimos da compreensão de esforços do Estado brasileiro para assegurar os direitos da juventude por meio das políticas públicas, e ainda dificuldade de inserir as políticas afirmativas⁸, como metodologias de garantia de equidade nos direitos, mesmo quando respaldos por encaminhamentos de fóruns como a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Juventude/CNPPJ (2008).

É notória a crescente participação política da Juventude Negra e sua organização, que pode ser diagnosticada pela a prioridade 01 da I CNPPJ. Entretanto, o racismo institucional⁹, estruturante neste país revela por meio dos silêncios a dificuldade das ações governamentais para o desenvolvimento de políticas públicas que dirima os efeitos perversos do racismo e da violência na sociedade brasileira, o que tem impossibilitado a Juventude Negra de acesso a diversos direitos, em que pese o direito a vida.

Levando em consideração Alves (1991, p.58), não há metodologias “boas” ou “mas” intrinsecamente, sim metodologias adequadas ou inadequadas para tratar um determinado problema. Este estudo apresenta-se como uma construção de interesses teórico-metodológico, associado à pesquisa documental, por privilegiar fontes históricas como indicadores da movimentação juvenil, em que pese às respostas políticas endossadas à Juventude Negra por meio de políticas públicas.

Buscando garantir o rigor científico necessário, “esta pesquisa assumirá um caráter dialético, de orientação bibliográfica disciplinada, crítica e ampla” (MINAYO, 2002, p.32), baseando seus estudos em fontes como o Relatório Final do I ENJUNE e,

⁸ Políticas Afirmativas se constituem em mecanismos de diminuição de desigualdades historicamente construídas ou destinam-se a prevenir que novas desigualdades se estabeleçam no tecido social, tendo por base condições de gênero, raça, orientação sexual, participação política, religiosa e desenvolvimento econômico e social.

⁹ Compreendido como o fracasso coletivo de uma organização em prover um serviço profissional e adequado às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes ou comportamentos que denotam discriminação resultante de preconceito inconsciente, ignorância, falta de atenção ou de estereótipos racistas que coloquem minorias étnicas em desvantagem (PROJETO DE COMBATE AO RACISMO INSTITUTEUCIONAL – PCRI, 2005, p.03).

documentos públicos que apresentem as prioridades da I CNPPJ. Focaremos nas ações desenvolvidas no âmbito municipal de Montes Claros/MG a busca pelo significado dos silêncios que problematizaremos junto a respostas pela prioridade 01 da I CNPPJ, identificando como esta temática se revela nas políticas públicas de juventude/PPJ¹⁰ deste município.

A Juventude Negra e o Século XXI: *panorama brasileiro*

Após a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas¹¹, realizada em Durban/África do Sul, o Brasil tencionado por ações do Movimento Social Negro, inicia medidas para dirimir as distorções raciais neste país. Em 2003, o Decreto N° 4.886 instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, reconhece que no Brasil existe o racismo institucional e que este se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas vigentes neste país. Em qualquer situação, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições organizadas (PCRI, 2005, p. 3).

Os avanços gerados em torno das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em especial decorridos desde a assinatura da lei 10639/03, da criação da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial/SEPIR (2003), ainda não foram capazes de eliminar os resquícios de quase quatro séculos de escravidão que ainda deturpa coloca a população afro-brasileira, em especial, a Juventude Negra como população de segunda categoria.

Sodré (1983) afirma que, após avanços nos olhares que possibilitam ampliar a lente sobre a questão racial no Brasil, conseguimos retirar silêncio, discursos e idéias e maneiras/outras não contempladas pela forma padrão de normatização eurocêntrica e ocidental de ver e viver a sociedade pós-moderna. Pode-se hoje

...reconhecer a natureza afirmativa de uma diferença, a identidade ocidental contorna o transe da possibilidade de que a diferença na realidade se *oponha*,

¹⁰ Conjunto de políticas que estruturam e fortalecem os marcos legais da juventude (Emenda, Estatuto e Plano Nacional de Juventude)

¹¹Relatório da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Relacionadas (inclui a Declaração e o Plano de Ação). Disponível em: [http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/e06a5300f90fa0238025668700518ca4/df63f5ce6e120207c1256b4f005438e2/\\$FILE/N0221546.pdf](http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/e06a5300f90fa0238025668700518ca4/df63f5ce6e120207c1256b4f005438e2/$FILE/N0221546.pdf)

negativamente, à identidade branca, isto é, que o outro *extermine simbolicamente* os princípios de realidade e de identidade do ocidente. O que o *mesmo* (o idêntico de si próprio) realmente teme é o *outro* (o diferente) simétrico, um duplo da identidade do mesmo, a fim de não ter que dividir o espaço (o campo) de onde ele fala como sujeito (SODRÉ, 1983, p. 37-38).

Enfatiza o autor que cultura neste sentido, se torna “um *código* -conjunto de regras seletivas que permite a interpretação e a elaboração de representação do real - responsável pela ação de um grupo social” (p. 38-39). Revela que pela sedução, ou convencimento do ponto de vista que defendemos é passível mudanças. Ao tratar da natureza do negro, aponta elementos de análises que considere a Capoeira, o Samba a Religião e a Culinária como essencial para compreender a cosmo visão negra, pontuando-as como “operações de aproximação, atração ou de sedução dos termos” (p. 42).

A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial/EIR¹², sancionado em julho de 2010 por meio da Lei 12.288, garante entre outros direitos à População Negra¹³, a efetivação de políticas que visam à igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação, entre elas a racial. O mesmo documento no Capítulo IV, artigos 51, 52, 53, 54 e 55, garante, entre outros direitos, o dever por parte do Estado em promover ações por meio de ouvidorias permanentes que possibilitem o acesso à justiça e a segurança e traz outras indicações. Esse ponto é importante ao se pensar em Juventude Negra, pois, como veremos a seguir a violência e morte precoce desses sujeitos tem sido a base pela luta por justiça social e acesso aos direitos Constitucionais.

O Brasil é o maior país em território da América Latina, e aproxima seu contingente populacional de 200 milhões de habitantes, o que faz ser o segundo maior contingente populacional negro no mundo, sendo o maior em população negra fora da África (RUFINO, 2003, p. 29). Ainda segundo o autor os desníveis sociais/raciais que remetem a herança do tempo da colonização e da escravidão, período que fez do Brasil maior importador de mão-de-obra escrava do mundo e o último a abolir a escravidão, justificando a maior população negra fora da África (RUFINO, 2003, p. 29).

A Juventude Negra atenta aos prejuízos da herança escravocrata organiza em 2007 em Lauro de Freitas/BA, o I Encontro Nacional da Juventude Negra/ENJUNE.

¹² Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/359794.pdf>

¹³ Artigo 1º, Parágrafo Único, inciso IV do Estatuto da Igualdade Racial – população negra: é o conjunto de pessoas que se auto-declaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça, usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam auto-definição análoga;

Neste evento reuniram em torno de 700 jovens que debateram 14 eixos temáticos, retirando suas recomendações para o Estado brasileiro. No ano de 2008, estas recomendações tornar-se-ão a prioridade 01 da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude/CNPPJ. O documento chama atenção as lutas e ações anteriores históricas do Movimento Negro, vistas como fundamentais para os direitos da Juventude Negra no século XXI.

O Relatório Final do ENJUNE deixa nítido que a luta

...negra não se inicia com o ENJUNE, a juventude participante desse processo compreende esse processo como continuidade das formas de organização do movimento negro. O respeito e apropriação do legado dos(as) mais velhos (as) e ancestrais, que garantirá que não se cometa os mesmos erros, que é possível caminhar por trilhas já abertas. “Se não formos nós, juventude, a dar continuidade a essa tradição gloriosa, quem continuará a missão?”, reflete Deivison Nkosi, um dos coordenadores do ENJUNE (ENJUNE RELATÓRIO FINAL, p. 16).

Ainda no documento supracitado conseguimos o mapeamento nacional expressivo das demandas, questões e perspectivas da juventude negra, que revela um instrumento importante para potencializar o debate nacional e as intervenções dos/as novos/as ativistas nos espaços de disputa política. Insiste o documento que as demandas da

...juventude negra desse país são inúmeras, só conseguiremos saná-las através da pressão exercida contra o Estado e a sociedade. O ENJUNE se consolidou como um espaço nacional que se mostra como ferramenta reivindicatória e de intervenção efetiva rumo à construção de novas perspectivas de atuação social (ENJUNE RELATÓRIO FINAL, p. 9).

No capítulo que reflete sobre o histórico, organização e conjuntura do evento, o documento ressalta que,

...a juventude negra vem construindo suas alternativas na luta anti-racista e pela promoção da igualdade de oportunidades. Atuando como um amplo movimento, vem mostrando ampla capacidade de organização e mobilização, denunciando o racismo, a discriminação, a violência e a falta de oportunidades e mobilização, denunciando o racismo, a discriminação, a violência e a falta de oportunidades impostas pela sociedade (ENJUNE RELATÓRIO FINAL, p. 11).

O documento ainda revela que o preconceito se constitui como principal elemento de produção de vulnerabilidades para este segmento. A conjugação perversa de diversos fatores, tais como racismo, pobreza, discriminação institucional e impunidade, contribuem para dificuldades na implementação de políticas públicas capazes de assegurar os direitos constitucionais em especial para a Juventude Negra. Atribui essa relação às distorções do imaginário popular que estrutura a existência de

um “perfil suspeito” que naturalmente recai sobre os negros/as, resultando em ações que promovem a eliminação/execução sumária dos autos de resistência suspeitos, violando os direitos humanos e constitucionais desses jovens.

A Juventude Negra e o debate de Juventude

Entender Juventude em suas singularidades é um desafio contemporâneo. No Brasil o debate ainda circunscreve a garantia de legislações para conferir direitos a este segmento na sociedade, embora desafie ir além. A compreensão de juventude, enquanto categoria sociológica é ainda fragmentada entre as agências internacionais e os países, que se envolve de conceitos próprios, quando necessário, como expertise para melhor estruturar ações para este segmento. Isso possibilita problematizar algumas compreensões sobre o tema, buscando entender como este vem sendo refletido no mundo.

Em seus estudos, Carrano (2000) apresenta que

A juventude associa-se às potencialidades de construção de uma sociedade melhor, apesar de muitas vezes ser vista como problema pelos elevados índices de infrações cometidas por jovens; a abordagem da juventude por meio de perspectivas possibilitadoras nos leva à constatação de que os jovens elaboram saídas criativas para a superação dos problemas que os afligem (CARRANO 2000, p. 132).

O autor ainda afirma, que a referência dada aos/as jovens, em nossos dias, “precisa levar em consideração a heterogênea realidade das sociedades complexas” (p. 14-15). Afirma que o olhar depositado a determinados seguimentos juvenis, faz dos/as agentes sociais aqui tratados, capazes de assimilar sua posição em meio à realidade dinâmica e complexa da sociedade, (re)formular estratégias/outras de participação, organização, e em especial, resistência para suas incidências políticas. Isso possibilita pensarmos nas peculiaridades desse segmento quando separados em categorias e identidades.

Importa considerar “juventudes” no plural, como ressalta Bourdieu (1983), quando atenta ao “erro de pensarmos em jovens como estes fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, ressaltando a não existência de *uma única* juventude, mas multiplicidade delas”(p. 17). No pensamento do sociólogo francês, é possível identificar a Juventude Negra entre as discussões de juventude. Ainda pensando junto com o autor, a estruturação do sujeito político Juventude Negra,

que disputa o Estado em busca de inclusão social e acesso aos direitos Constitucionais com outras juventudes é totalmente pertinente.

As idiossincrasias deste segmento e o racismo institucional presente nos mais diversos setores da sociedade definem também seu lugar social e como este é percebido pelas relações sociais e políticas. A Juventude Negra é vista como os herdeiros representantes do povo negro. É prudente ao entender Juventude Negra interseccionar características como rentabilidade, qualificação profissional, índices de desemprego, as diversas vulnerabilidades, que reforçam necessidade de olhares atentos por parte das políticas públicas, ao mesmo tempo, exige a necessidade desta ser analisada como Juventudes Negras, por suas diversas multiplicidades.

Camarano (2004, p. 131) lembra que a juventude, categoria sociológica, é frequentemente associada à possibilidade de inovação e construção de um futuro renovado, onde os problemas pelos quais estaríamos passando seriam equacionados pelos jovens-futuros-adultos. Esta mentalidade também é nociva as juventudes, pois, ao pensar o jovem como possibilidade para o futuro, é limitada suas criações que o qualifica para mudanças do presente.

As ações circunscritas sobre a Juventude Negra geralmente são potencializadas pelos agravantes sociais, como aumento da violência e de mortes evitáveis. Ainda é realidade entre este segmento o desemprego, analfabetismo, moradias precárias, falta de saneamento básico entre outras, que fazem de suas ações pautarem o Estado por acesso do direito aos direitos. Esta diferença aumenta a distância social de jovens negros e brancos neste país, exigindo demandas diferenciadas que para uns justificam posturas mais reativas que propositivas.

Ao compreendermos juventudes, é possível dirigir um olhar sobre as Juventudes Negras que contemplem suas diversidades, o que é mais adequado à situação real, pois, esquiva da agregação arbitrária por idade que não resume as identificações possíveis num conjunto determinado de homens e mulheres que se reúnem num universo de pesquisa, mas que permite perceber experiências geracionais em comum (NOVAES, 1998, p.8). Nessa perspectiva, pode-se dizer que para garantirmos que as juventudes, em especial as Juventudes Negras tenham seu espaço na sociedade, é necessário está diante desta mesma geração de sujeitos, que em alguma medida vivenciam seus espaços-tempos e sensibilidades comuns, para identificar seus saberes, memórias, experiências históricas e culturais, para assim retirar um retrato conciso de suas necessidades e suas proposições para melhoria do país.

O espaço socioeconômico que separa negros de brancos no Brasil é histórico e atualmente atinge as Juventudes Negras. Por esta razão a organização do I ENJUNE preocupou em debater os principais temas na sociedade, propondo ações para o governo e para os movimentos sociais. Em todos os eixos de discussão, o combate a mortalidade precoce que no Brasil apresenta números de genocídio foi tento.

As pesquisas que desafiam fazer o recorte racial no país são reveladoras. Os estudos de Paixão (2003, p. 4) revelam que as características físicas da população, onde é latente a concentração dos maiores índices de analfabetismo, desemprego, violência e baixo IDH são também lugares de maior contingência negra. Segundo o autor, o IDH mensurado entre população branca coloca o Brasil para o 49º entre as nações no mundo. Lugar confortável para um país emergente. Quando feito entre a população negra o país ocupa a 108ª colocação, apresentando um dos piores IDH do mundo.

O combate a violência e morte precoce das Juventude Negras foi o tema mais evidente do I ENJUNE, sendo assim o norteador da prioridade 01 da I CNPPJ.

Chama atenção no Relatório Final do ENJUNE (2008, p. 15), a necessidade de pensarmos na identidade criminal no Brasil, que segundo os relatos da convidada palestrante Deise Benedito

...”é determinada pelos traços físicos, dividindo quem é do bem e quem é do mal. Essa imagem nociva do jovem negro reforçada pela mídia, deve ser derrubada”. Um dos objetivos impulsionadores do ENJUNE foi a discussão sobre o genocídio do juventude negra, todos os 14 eixos temáticos do encontro debateram, transversalmente, esta problemática. O ENJUNE compreende que o extermínio programado dos jovens negros e negras é uma prática que deve ser combatida em todos os setores as sociedade (ENJUNE RELATÓRIO FINAL, p. 15).

O I ENJUNE apresenta como uma escola de formação de lideranças negras, capaz de provocar rupturas, bem como fortalecer tradições. As novas perspectivas, que foi o tema central do encontro se perdem nas práticas reproduzidas quando analisadas os acordos realizados em espaços como Conselho Nacional de Juventude/CNJ e no Conselho Nacional de Segurança Pública/CONASP. Espaços em tese importantes e estratégicos para denunciar os acontecimentos que envolvem diariamente a Juventude Negra no Brasil, no entanto, mesmo recrutando a presença de lideranças não conseguem dar respostas objetivas à temática.

Mostra o Relatório Final do ENJUNE (2009) que foi estruturado o Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE que tinha como estratégia central apresentar os encaminhamentos do ENJUNE e incidir politicamente nos espaços de discussão

sobre juventude, como foi a I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude/CNPPJ. Pode notar que

...o processo que resultou no ENJUNE e na construção do Fórum Nacional de Juventude Negra vem se consolidando como espaço nacional que se mostra como ferramenta reivindicatória e de intervenção efetiva rumo à construção de novas perspectivas de atuação na militância étnico/racial (ENJUNE RELATÓRIO FINAL, p. 12).

O documento analisado permite ainda identificar a organização deste segmento, em torno da garantia dos direitos Constitucionais, também inseridos nos principais direitos humanos e, revela a antecipação de ações e movimentações das Juventudes Negras rumo a I CNPPJ. Este movimento ressalta a importância da participação política da Juventude Negra e a incidência de suas ações na política nacional. O desempenho da atuação política desse segmento demonstra contribuições e revelam uma nova proposta democrática brasileira, além de definir Juventudes Negras como sujeito social e político no Brasil. Os esforços desta performance poderá ser vista nas análises das políticas públicas desenvolvidas na cidade de Montes Claros/MG que perscrutaremos adiante.

Montes Claros: uma análise do silêncio na gestão governamental

A cidade de Montes Claros/MG é considerada o pólo de desenvolvimento do Norte de Minas Gerais, o que significa dizer que suas ações reverberam notória influência sobre as demais cidades da região, em virtude do importante papel que desempenha como centro urbano/comercial e de prestação de serviços, além de parque industrial e universitário que a atrai para si, a responsabilidade de ser exemplo para os demais municípios do Norte de Minas, em que pesem as ações desenvolvidas no âmbito das políticas públicas.

Sedutora pelo rápido desenvolvimento ocorrido nos últimos anos, o município de Montes Claros está situado na Bacia do Alto Médio São Francisco, ao norte do Estado de Minas Gerais e se apresenta em uma localização estratégica entre a capital de Minas Gerais, Belo Horizonte e a Bahia, detendo um dos maiores eixos rodoviários do país. Possui uma área total de 3.569 km², enquanto sua sede atualmente ocupa área de 97 km². O clima é do tipo tropical semi-árido, quente e seco, com período de chuvas

concentradas entre os meses de outubro a março. A precipitação média anual é de 1.060 mm. A temperatura média anual é de 24,2°C (PORTAL PREFEITURA, 2012, p.7).

Segundo dados da EMATER-MG(2011), Montes Claros caracteriza-se por localizar-se em uma área de transição entre o Brasil úmido e o Brasil semi-árido, o Brasil florestal e o de vegetações abertas (cerrado campos cerrados, caatingas matas secas, campos de altitude). A caatinga tem início em municípios limítrofes do sul da Bahia e penetra até o município, já constituindo transição Floresta/Caatinga e contactando com área de cerrado.

Pelo censo do IBGE 2010, o município possui uma população de 361,915 mil habitantes, o que classifica Montes Claros como a 6ª cidade mineira em população. A população total do município elevou-se de 72,4 mil habitantes em 1950 para 361,915 mil em 2011, representando um crescimento em torno de 383% no período observado. A faixa etária predominante da população, em 2010, é de 10 a 19 anos, com 68,8 mil habitantes, o que representa 22,4% do total. Em seguida destacam-se as faixas etárias de 20 a 29 anos (19,1%) e de 30 a 39 anos (14,8%) (PEREIRA, 2001, p 20). Essa crescente justifica o fato da cidade ter se tornado um pólo universitário o que tem chamado atenção da juventude das cidades circunvizinhas que emigram para o município.

A crescente presença juvenil induz a organização do município a estar atento as demandas nacionais quando pensado na peculiaridade e atenção das políticas públicas. A perspectiva de possibilitar autonomia através do poder público a este segmento em Montes Claros/MG se reverbera para os municípios vizinhos, o que caracteriza um fenômeno social interessante que faz esta cidade central no Norte de Minas Gerais. Estabelecida relação com instituições, grupos juvenis, a política tem dado respostas interessantes com relação às PPJ.

Montes Claros/MG tem atualmente, o maior contingente de jovens de toda a sua história. Esta parcela, como nos demais municípios da região, é o público mais atingido pelo processo de exclusão, desigualdade social, baixa qualidade de vida, desemprego, insegurança, logo o mais exposto à violência e a criminalidade. Cabe ressaltar o lugar de destaque para a Juventude Negra nos números que denunciam os índices diferenciados sobre violência e homicídios.

Diante deste quadro nos últimos anos, a juventude passou a ser reconhecida como alvo prioritário das políticas públicas municipais, que tem buscado em tese, corrigir as problemáticas ligadas a este segmento. Um dado que chama atenção, diz

respeito às altas taxas de criminalidade e/ou violência que envolve os jovens do município de Montes Claros/MG, tanto como vítimas quanto como agentes executores.

Percebemos que, juntamente com o crescimento e desenvolvimento da cidade, aumentou os índices de crimes violentos, entre os quais se encontram inseridos os crimes de homicídio. Montes Claros é a 63ª cidade mais violenta do país, segundo o Mapa da Violência (2012). Os estudos de Pereira (2010)¹⁴ mostram que a taxa, em 2005 era 18,68 crimes por 100 mil habitantes passando em 2008, alcançou o patamar de 25,68 homicídios por 100 mil habitantes. Estes crimes têm alvos preferenciais, jovens negros do sexo masculino. As características e particularidades das vítimas, as motivações, estão articuladas ao fluxo do sistema de justiça criminal, existindo ainda uma percepção quase que generalizada na cidade de que o elevado número de homicídios está relacionado diretamente com o tráfico de drogas (PEREIRA, 2010).

Essa crescente movimentação exigiu do governo municipal, posturas que pudessem atuar junto ao público jovem, neste contexto visto como uma problemática. Já em 2006 a primeira iniciativa diagnóstica pela Câmara de Vereadores de Montes Claros marca o início das iniciativas que formam as PPJ por da aprovação e sanção da Lei N.º 3.546/2006 que autoriza o poder Executivo Municipal a criar o Conselho Municipal de Juventude em Montes Claros/MG. A lei aborda os objetivos do Conselho e reconhece no Artigo II que tal iniciativa reflete “a Responsabilidade Social do Município de Montes Claros/MG, objetiva o desenvolvimento da população e entre ela está uma parcela de fundamental importância, que são os jovens” (LEI 3546/2006)¹⁵.

No ano de 2007 foi estruturado no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, a Coordenadoria Municipal de Juventude, onde também se alocava o Conselho Municipal. Ainda em 2007, foi organizada por estas instâncias a I Conferência Municipal da Juventude, momento especial onde mais de 500 lideranças juvenis participaram ativamente das atividades e discussão, debates e elaboração da plataforma política que balizaria as PPJ's do município, seguindo as orientações da I CNPPJ.

¹⁴ No Jornal Hoje em Dia, Edson da Cruz Pereira analisa os “Homicídios em Montes Claros de 2005 a 2008”. Ver <http://www. hojeemdia.com.br/colunas-artigos-e-blogs/blog-de-opini-o-1.10994/homicidios-em-montes-claros-1.117712>

¹⁵ Disponível na íntegra em: < <http://juventudemoc.com.br/wp-content/uploads/2011/Lei-3.546-2006%20AUTORIZA%20CRIAR%20O%20CONSELHO%20MUNICIPAL%20DA%20JUVENTUDE.pdf>>

Entre várias proposições aprovadas, uma das prioridades foi à criação de um espaço contínuo específico para promover ações, projetos e programas visando o protagonismo e autonomia da juventude de Montes Claros/MG, objetivos que constituiu em 2008, a Casa da Juventude¹⁶ do município.

Em 2009 já com um novo mandato político, é possível identificar avanços significativas nas PPJ's. Ocorre que com a nova gestão, houve a elevação da Coordenadoria Municipal de Juventude para Secretaria Adjunta de Juventude, associada a Secretaria de Esporte e Lazer, o que demonstra um avanço significativo para as PPJ's no município.

A criação da Secretaria-Adjunta da Juventude de Montes Claros/MG, através da lei complementar Nº 16, do dia 9 de fevereiro de 2009 é um marco para PPJ no Brasil. Respalgadas na compreensão de juventude como segmento com idade entre 15 a 29 anos, representando aproximadamente 30% da população, a Secretaria adjunta tinha o desafio de ampliar a participação e garantir acesso aos direitos juvenis no município. Revela seu objetivo central, o desafio de propor e executar ações positivas visando ao desenvolvimento físico, social e psicológico do jovem cidadão, impulsionando seu crescimento e sua criatividade (PLANEJAMENTO MUNICIPAL 2011-2012, p. 4)¹⁷.

Chama atenção neste documento como a política pública municipal se aproxima das ações desenvolvidas no âmbito do Estado e Federação

Tendo em vista o atual Plano Estadual de Juventude, os projetos de lei do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude, as diretrizes da Conferência Nacional da Juventude e do Conselho Nacional de Juventude e, ainda, o Programa de modernização da gestão "Administração Eficiente", a Secretaria Adjunta da Juventude busca, através deste planejamento estratégico, concretizar as políticas públicas de juventude, nas suas mais diversas manifestações, no cotidiano da juventude montesclareense, principalmente daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social (PLANEJAMENTO MUNICIPAL 2011-2012, p. 5).

Espanta o fato das orientações do plano estratégico desta secretaria, dialogar com as propostas da I CNPPJ, como na instância nacional e não ser percebido nenhuma ação que dialogue com a prioridade 01 da I CNPPJ que chama atenção à situação da Juventude Negra. Este retrato mostra a presença do silêncio na formação do

¹⁶ Esta política pública estruturada no final de um governo, ajudou a dinamizar a temática Juvenil na Cidade de Montes Claros, mas foi encerrada com a entrada do atual mandato político 2009-2012.

¹⁷ Planejamento 2011-2012 disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/54148651/Planejamento-Estrategico-2011-2012-da-Secretaria-da-Juventude-25-04-11-1a-Edicao>>

planejamento estratégico da gestão, mesmo quando os altos índices de homicídio que chama atenção no município, envolver diretamente uma quantidade absurda de Juventude Negra.

Dados extraídos do Mapa da Violência 2011, Os Jovens do Brasil Waiselfisz (2011) revelam que, no total da população, o número de vítimas de homicídios de cor ou raça branca diminuiu em 22,3%, entre 2002 e 2008. Entre os negros (pretos e pardos), o percentual de vítimas de homicídio cresceu em 20,2%, no mesmo período. Em 2002, foram vítimas de homicídios, proporcionalmente, 45,6% mais negros do que brancos. Em 2005, pelo mesmo motivo, morreram 80,7% mais negros que brancos e, em 2008, morreram 111,2% mais negros que brancos, situação que é traduzida em todo o país com raras exceções.

O Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil mostra que por um lado, os números de homicídios estagnaram, porém as taxas ainda são altas. Esse cenário piora, quando nota-se que esse tipo de violência aumentou em áreas de menor densidade e peso demográfico conhecidas como regiões pacíficas, como o município de Montes Claros/MG. É possível verificar o número total de homicídios no país que subiu de 13.910, de 1980, para 49.932, em 2010. O aumento foi de 259%. Já a outra tabela de evolução das taxas de homicídio mostra que entre os anos 2003 e 2010, o crescimento foi negativo. No entanto, o estudo comenta que as quedas significativas aconteceram em 2004 e 2005.

Os fatores que podem ter contribuído para a redução são muitos, como: políticas de desarmamento, planos e recursos federais e estratégias de enfrentamento de algumas unidades federativas. Nesses 30 anos o Brasil já ultrapassou um milhão de vítimas de homicídio. “Vemos que a média anual de mortes por homicídio no País supera, e em casos de forma avassaladora, o número de vítimas em muitos e conhecidos enfrentamentos armados no mundo”, de acordo com trecho retirado do estudo. Ele ainda afirma: “A gente não consegue ver a concreticidade dos fatos. Em 30 anos, está o número total de mortos igual a uma cidade inteira morta com uma bomba atômica, por exemplo. No Brasil, um País sem conflitos políticos, nem étnicos e religiosos, nem de fronteira, mataram mais gente do que esses países em conflito, em guerra, ou em guerrilha”. Importa identificarmos que juventude aparece como central nestes números de homicídios nestes 30 anos. No ano de 2010, revela o estudo que ocorreram no Brasil 50 mil assassinatos, com um ritmo de 137 homicídios diários e o público majoritário é a Juventude Negra.

O Planejamento da Secretaria de Juventude 2011-2012 reconhece a vulnerabilidade juvenil diante das mortes por homicídios. Descreve que é no

...segmento da Juventude que se registram as maiores taxas de homicídio do município. Quanto mais se avança na adolescência, maior é o número de assassinatos. De acordo com os dados do Ministério da Saúde, 76,25% dos homicídios ocorridos em residentes, no ano de 2007 vitimaram jovens entre 15 a 29 anos. São pessoas que perdem o direito à vida quando ela apenas está iniciando. Além desse fato, lastimável sob todos os aspectos, há também uma repercussão social importante a considerar: essas mortes prematuras atingem pessoas em idade economicamente ativa, sem que a elas tenha sido dado tempo de produzir.

Como visto, não há consideração da temática racial e, nem medidas que possam atuar para a diminuição das mortes prematuras entre estes sujeitos. Ainda diagnosticando as ações governamentais de Montes Claros/MG, foi aprovado o Decreto 2818 de 22 de junho de 2011 convoca a II Conferência Municipal de Políticas Públicas de Juventude CMPPJ, em decorrência da II Conferência Nacional realizada em 2011 e a Portaria 015 de 27 de junho de 2011 institui o grupo de trabalho de políticas públicas de Montes Claros. Ver-se um distanciamento de ações em consonância com o Conselho Municipal que sempre tiveram dificuldade de se organizar.

Importa ressaltar que este estudo reconhece todas as medidas realizadas em torno da temática juvenil na cidade de Montes Claros/MG, e que estas atingem a Juventude Negra, entretanto, não identificamos respostas quanto o reconhecimento do acometimento dos crimes por homicídio, tão pouco ações que visam mudar essa realidade.

Acreditamos que o racismo institucional favorece os silêncios das políticas públicas, o que distorce a forma como a gestão compreende a Juventude Negra, dificultando a relação com este segmento. É desafio para a gestão das PPI, rever a seus conceitos e a forma como se relaciona com este segmento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços realizados para compreender a juventude no Brasil e assegurar a este segmento o direito aos direitos são esforços que atingem as Juventudes Negras. Superar a compreensão de juventude como um grupo homogêneo é um desafio ainda a superar. No geral, são positivos e nítidos os avanços alcançados nos debates sobre juventudes na sociedade brasileira e são positivas as experiências em políticas públicas de juventude desenvolvidas no município de Montes Claros/MG, porém,

compreendemos como necessárias outras medidas e ações que aumente o cânone de acesso aos direitos, em especial que assegure a Juventude Negra, o direito a vida.

O silêncio da gestão municipal de Montes Claros/MG, quanto à temática racial na juventude, é retrato da realidade nacional. Faltam políticas públicas no âmbito da Secretaria Nacional de Juventude focada na garantia da vida Juventude Negra que é a que mais morre. O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Juventude Negra - em processo final de sua elaboração – é uma política a considerar. Será a primeira resposta dada depois de 04 anos, em direção a prioridade 01 da I CNPPJ. Esta nasce frágil devido seu orçamento reduzido e pela dificuldade de diálogo com os movimentos de juventude negra.

Um desafio importante se estrutura em torno das instâncias de governo reconhecer o racismo institucional nas PPJ, como um determinante para a garantia do acesso aos direitos da população negra jovem no Brasil e buscar anulá-lo. Enquanto a compreensão das políticas públicas não desafiar entender a Juventude Negra como cidadãs e cidadãos desse país, como personagens fundamentais para o desenvolvimento do Brasil e de sua democracia, as políticas destinadas a este segmento, serão superficiais e/ou emergências, sua inclusão será paulatina e controlada. O silêncio das políticas públicas precisa ser rompido. Enquanto não ocorre, vamos estudando, refletindo e tiramos as nossas conclusões, revelando o racismo e seus impactos, que tornam impotentes as políticas públicas destinadas as Juventudes Negras no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. Revista Brasileira de Educação nº 5. ANPED, 1997.

ALVES, Alda Judith. **O Planejamento de Pesquisas Qualitativas em Educação**. Caderno Pesquisa, São Paulo (77); 53-71, maio 1991.

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitu%C3%A7ao.htm>

Acesso em: 15/02/2012

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil. **Lei n.10.639**, de 9 de janeiro de 2003.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>.

Acesso em: 18/02/2012

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil. **Lei n.12.288 (Estatuto da Igualdade Racial)**, de 20 de julho de 2010. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm> Acesso em: 02/01/2012.

BRASIL. Lei 3.708/01 que instituiu o sistema de cotas para estudantes denominados negros ou pardos, com percentual de 40% das vagas nas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro (passando a ser aplicada no vestibular de 2002 da UERJ e da UENF).

BRASIL. Presidência da República/SEPPPIR. Relatório da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Relacionadas (inclui a Declaração e o Plano de Ação).

Disponível em:

<[http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/e06a5300f90fa0238025668700518ca4/d63f5ce6e120207c1256b4f005438e2/\\$FILE/N0221546.pdf](http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/e06a5300f90fa0238025668700518ca4/d63f5ce6e120207c1256b4f005438e2/$FILE/N0221546.pdf)>. Acesso em: 04/03/2012

BRASIL. Presidência da República/SEDH. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**; adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

CARRANO, P. C. R. Juventudes: as identidades são múltiplas. *Movimento*, Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, n. 1, p. 11-26, maio 2000.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 20ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB-RJ, 05 nov. 2003. p. 27. In: COSTA, D.M., OSÓRIO, A.B. & SILVA, A. de O. *Gênero e Raça no Orçamento Municipal: um guia para fazer a diferença*, vol. I, Orientações Básicas, IBAM/DES, Rio de Janeiro, 2006

PAIXÃO, Marcelo. IDH da População Negra. Programa Estratégico de Ações Afirmativas População Negra e Aids. Março 2006, p. 4.

PCRI; **Programa de Combate ao Racismo Institucional**. Relatório Final, Brasília/DF. 2005. Pag. 03.

PEREIRA, Edson da Cruz. Homicídios em Montes Claros. Jornal Hoje em Dia 2010. Disponível em: < <http://www.hojeemdia.com.br/colunas-artigos-e-blogs/blog-de-opini-o-1.10994/homicidios-em-montes-claros-1.117712>>. Acesso em 16/05/2012.

PEREIRA, L. M. **Dependência, Favores e Compromissos: Relações Sociais e Políticas em Montes Claros nos anos 40 e 50**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia : Uberlândia, 2001.

PEREIRA, Juliano Gonçalves. Os Impactos das Políticas Públicas na Construção de um novo Paradigma sobre o Esporte e Lazer a Juventude Mineira. Monografia apresentada à Universidade Estadual de Montes Claros. Dezembro de 2008.

PNAD 2011. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE. Brasília/DF 2011.

PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS 2012. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/desenvolvimento%20economico/div_ind-com/pdf/Dados%20Gerais%20da%20cidade%20de%20Montes%20Claros.pdf> Acesso em: 12/05/2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **O “Mapa da Violência 2011 – Anatomia dos Homicídios no Brasil, no período de 2002 a 2010”**. Instituto Sangari. São Paulo. 2011.

WERNECK, Jurema. **Inclusão Racial e de Gênero: desafio ou pressuposto da política pública? ABONG - 1** □ Conferência Nacional Promoção da Igualdade Racial. Cadernos *Abong*, n. 34:17, São Paulo, maio 2005.

WERNECK, Jurema. A Era da Inocência Acabou, Já Foi Tarde. *Racismos Contemporâneos*. Organização Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania – Rio de Janeiro: Takano Ed. Pag, 39-48, outubro de 2003.

RESOLUÇÕES DA II CONAPIR; Brasília 2009;

RELATÓRIO FINAL DO ENCONTRO NACIONAL DE JUVENTUDE NEGRA – ENJUNE, realizado em Lauro de Freitas/BA, julho 2007.

SAMPAIO, E. O. **Racismo institucional: desenvolvimento social e políticas públicas de caráter afirmativo no Brasil**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 4, n. 6, p. 77-83, março 2003.

SOARES, Serguei. A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 a 2007. In: THEODORO, Mário (Org). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília, DF: IPEA, 2008. p. 97-117.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma visão da literatura**. Centro de Recursos Humanos (CRH) da Universidade Federal da Bahia. Brasil, 2003, p. 2.

MAKOTA VALDINA: UMA VOZ QUE ECOA NA DIÁSPORA

Neidjane Gonçalves dos Santos

Mestranda em Relações Étnicorraciais pelo CEFET/RJ

E-mail: neidjane.goncalves@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho se propõe a perfazer o percurso da trajetória de vida de Valdina Pinto de Oliveira¹, contemplando os aspectos da sua atuação nas esferas social, política, ambiental, religiosa e educacional. O estudo se concentrará especificamente na multiplicidade da sua ação e do seu ativismo social nos diversos espaços sociais, perpassando pelos caminhos que foram marcantes no seu trajeto de vida que remete às histórias de vida de diversas mulheres negras que se entrecruzam pelas múltiplas opressões, pela invisibilidade baseada na sua condição sócio-econômica, racial, de gênero, de classe, bem como pelas negações e renúncias da vida cotidiana das mulheres negras em geral, ligadas a fatores históricos, culturais e sociais.

Palavras-chave: Makota Valdina; mulher negra e diáspora.

Abstract

This paper proposes to make up the route of the life trajectory of Valdina Pinto de Oliveira, covering all aspects of their performance in social, political, environmental, religious and educational. The study will focus specifically on the multiplicity of its action and its social activism in various social spaces, traversing the paths that were remarkable in their life path that leads to life stories of several black women intersect the multiple oppressions, the invisibility based on their socio-economic, racial, gender,

¹Valdina Pinto de Oliveira é conhecida na comunidade, bem como nos locais onde transita e nas instituições sociais como Neném, Valdina, Valdina Pinto e Makota Valdina, este, o mais abrangente.

class, and by the disclaimers and waivers of everyday life of black women in general, linked to historical, cultural and social.

Keywords: Makota Valdina; woman and black diaspora

A história das mulheres negras não é contemplada/legitimada por não fazer parte do contexto hegemônico e europeu, entretanto, as mulheres têm buscado reverter sua condição de invisibilidade, subalternidade e negação na sociedade brasileira contemporânea, criando estratégias para a sua participação e ativismo nas esferas sociais, educacionais, ambientais, políticas e religiosas através da sua inserção nas diversas vertentes do movimento social, tais como o feminismo, os grupos de mulheres, associações comunitárias e religiosas, o movimento negro, dentre outros.

Falar da trajetória de vida de uma mulher, negra, religiosa, professora, militante e ativista revela e evidencia que historicamente, a população negra, em especial as mulheres negras, sofreu as desigualdades sociais, raciais, de classe e de gênero na sociedade pós-colonial e permanece envolvida no processo excludente e desigual na contemporaneidade.

A narrativa da trajetória de vida de Valdina Pinto de Oliveira se encontra no lugar das silenciadas, das negadas e das subalternizadas, lugar instituído por um sistema que se apresenta hegemônico. Entretanto, esta mulher não se coloca neste lugar, assim como outras mulheres negras assumem o seu legado ancestral. Apresenta-se com identidade racial/étnica, religiosa, oriunda da classe popular, com valores ancestrais. Coloca-se no tempo e no espaço, afirmando e mantendo suas origens através do conhecimento que obteve no espaço religioso e na raiz ancestral africana, apesar da construção de um pensamento que nega e desvaloriza esses aspectos nas sociedades.

Uma mulher negra que não aceita os ditames de um discurso que limita as suas ações e seu saber, que limita a sua ancestralidade e todo o conhecimento acerca do mundo que nos cerca. Ousa falar sempre do seu lugar, do lugar das mulheres negras na diáspora, ousar falar sempre questionando e desafiando o lugar de negação de espaços

destinados às mulheres negras. Neste sentido, Spivak apud Duque-Estrada sinaliza que os sujeitos subalternos não podem falar. Onde o

Sujeito não é outro senão aquele que pertence ao lado explorador da divisão internacional do trabalho e que na discussão da questão da constituição do outro europeu acaba por obscurecer a cultura, a língua, a história dos subalternos. (DUQUE-ESTRADA, 2010, p.168)

Em se tratando desses espaços, encontramos um grande contingente de mulheres negras ocupando as profissões de domésticas, bem como em profissões socialmente inferiorizadas, sendo exploradas na sua trajetória diária sob os aspectos profissionais em todo o país².

Desde o tráfico transatlântico, o lugar de inferioridade foi destinado aos que não eram considerados construtores de cultura, que não tinham intelecto, aos tratados como uma subcultura, aos formatados como massa para a produção dos bens sociais para o suposto grupo superior e hegemônico, aos alijados de todos os bens sociais e que atualmente permanecem no lugar que silencia homens e mulheres. Este lugar do silêncio, da negação e da subalternização é destinado aos sujeitos que não fazem parte do projeto hegemônico através do capital humano que sustentou a constituição do capital simbólico e financeiro dos grandes opressores do mundo. O etnocentrismo foi utilizado como estratégia de dominação, de opressão e de exploração dos supostos grupos subalternos. No contexto brasileiro, os povos escravizados foram os índios e os africanos, posteriormente os seus descendentes. Para delinear esses sujeitos, Fonseca aponta que

A cor da pobreza é, no Brasil, majoritariamente negra [...], mas, mesmo nos segmentos de predominância de não-brancos, circulam traços de diferenciadores dos quais não se é possível fugir, porque são construídos por um discurso legitimado como verdadeiro demarcador de lugares que devem ser preservados pela sociedade como um todo. (FONSECA, 2001, p. 94).

Além de serem postos em lugares subalternos, os africanos e seus descendentes, foram descaracterizados quanto a sua identidade étnica e racial, bem como pela constituição na sua condição ontológica do ser, retirando do mesmo a condição de humano. Essa desumanização posicionou homens, mulheres e crianças no local do

² Lélia Gonzalez pontua que as mulheres negras já tinham espaços demarcados, sendo em sua maioria a condição de empregada doméstica, sem remuneração correta, recebendo sempre abaixo do salário, sendo exploradas na sua condição ontológica, sexual, etc. (GONZALES, 2008)

silêncio, local este que não possibilita que vozes sejam, nem que as falas ecoem pelo mundo.

Mas o tempo chega e com ele as diversas organizações de indivíduos negros, que lutam em prol da construção de ações, de estratégias e de políticas no combate ao racismo a partir da articulação dos movimentos negro e comunitário que se põe em confronto com a ideologia racista que nega a cultura africana e afro-brasileira, suas contribuições, valores e saberes. Uma dessas ações ocorre através dos diversos campos, seja o educacional, o cultural, o artístico, o religioso, etc., que ainda permanece num lugar marcado para não ser reconhecido. Assim, (Nascimento, 2008, p.50) que “o silêncio em que vem envolvida sua figura, **a da mulher negra**, e a ausência quase total de sua representação social evidencia a perversão e/ou hipocrisia em que está assentada nossa sociedade” (grifo nosso).

Como uma das estratégias de resistência e de superação das desigualdades, a representatividade social tem papel fundamental no espaço educacional, bem como pelo campo social onde Silva aponta que:

A superação da invisibilidade dos grupos marginalizados pela sociedade, entre eles as mulheres negras, e o reconhecimento de seu papel de cidadãos serão valorizados e reconhecidos através da educação de todos os brasileiros, inclusive da oferecida pelas escolas. (SILVA, 2007, p.14).

Gonzalez iniciou a discussão acerca do sexismo constituído pelas formas de opressão e de exploração na sociedade brasileira, sinalizando que limitou o acesso e a ação de mulheres e homens, negros e negras, que foram alijados de todo o processo de construção da sociedade, sendo essas práticas fortalecidas pelo racismo quando oprime as mulheres negras pela sua intersecção entre ser mulher, negra e de classe socioeconômico baixa. Significa a tripla discriminação (racial, classe e social), alinhada com a questão sexual e a tripla inferioridade como nos fala Nascimento.

Gonzalez sinaliza que houve uma diversidade racial no espaço geográfico brasileiro através dos imigrantes europeus onde o espaço territorial cedido foi uma forma de dar continuidade ao processo de negações dos descendentes de africanos em terras brasileiras, bem como o reforço para a construção racial da nação brasileira negando a origem negra africana.

Valdina Pinto de Oliveira é uma mulher negra que rompe com as barreiras do seu tempo e que se comporta como as guerreiras: africanas, negras brasileiras e baianas.

Amplia a sua ação através da organização das mulheres negras no mundo, na diáspora africana, nos grupos e espaços diversos ao tempo em que se conecta com o seu legado ancestral e religioso de matriz africana, o candomblé de nação angola.

Tem uma relação que se encontra muito próxima com as mulheres da história africana que exerceram papel importante na preservação da sua cultura e do seu legado ancestral, na luta contra as opressões. No contexto afro-brasileiro, podemos reconhecê-la entre as Dandaras, as Luíças Mahin, as Aqualtunes, as Marias, Felipas e tantas outras mulheres negras que ressignificaram o seu poder feminino, organizando-se coletivamente e enfrentando o patriarcado, o sexismo e o racismo. Para Theodoro (2008, p.70), “a cultura negra vem funcionando como fonte permanente de resistência aos dispositivos de dominação e como mantenedora do equilíbrio efetivo do elemento negro no Brasil”, assim como as mulheres vem resistindo diariamente ao processo de exclusão e de opressão.

A luta das mulheres por espaços na sociedade patriarcalista, machista e sexista não incluiu a questão racial, embora as questões de classe estivessem bem presentes. As mulheres negras então surgiram com as suas reivindicações voltadas ao combate de todo e qualquer tipo de exclusão, seja ela de raça, de classe ou econômica. Embora saibamos que o contorno das desigualdades em torno dos postos de trabalho ocupado pelas mulheres negras era demarcado, como sinaliza Lélia Gonzalez.

Em se tratando da história das mulheres negras a partir de um contexto que as invisibiliza, Cardoso (2008, p.6) aponta que “pensar a história das mulheres negras é refletir como esse sujeito social foi historicamente construído a partir de embates e estratégias de sobrevivência na diáspora nas sociedades pós-coloniais racializadas”.

A configuração do movimento feminista no Brasil não cede espaços para as mulheres negras, manipulando as mulheres “populares” como massa de manobra para os seus interesses próprios, sem se preocupar com as questões dos ditos “populares”. Neste sentido, como essas mulheres delineadas por uma conjuntura espacial e histórica não tem espaço para se colocar e se posicionar diante das opressões e explorações assim também não pode falar em nome delas mesmas.

Neste aspecto, ARFHUC e SPIVAK apontam que as discussões sobre a voz dos silenciados e dos subalternos só podem ser pronunciada por quem detém o poder hegemônico e o poder de falar pelas “maiorias” subalternizadas, entre eles, os negros

(homens e mulheres), os homossexuais, etc. A fala é reconhecida a partir do momento em que, quem detém o poder do discurso, representando e legitimando a voz dos subalternos no contexto sócio-histórico.

A história de Valdina Pinto de Oliveira faz parte da história das mulheres negras no Brasil e na diáspora africana, da luta coletiva em busca da igualdade entre todas as pessoas. Seu legado é baseado na tradição cultural, étnica e religiosa africana e afro-brasileira alicerçada pela cosmologia africana e numa filosofia de vida africana que embasa a visão de mundo dos descendentes na diáspora africana.

O candomblé torna-se o espaço em que os elos de base negra são fortalecidos, expressos, valorizados.

Parafraseando-a, podemos dizer que “o candomblé é a essência da Makota Valdina”. Fincada nestas tradições religiosas, ela tornou-se um instrumento de expressão da sabedoria popular baiana, brasileira, de base africana. Como é próprio de uma visão de mundo dessa origem, os conhecimentos e habilidades da Makota Valdina - o seu *savoir-faire* - se articulam e interagem constantemente, e não se estancam, ou se resumem a uma determinada dimensão do saber. Nela, reflexões filosóficas acerca da cosmogonia do Candomblé, mais especificamente os de origem bantu, coabitam com um apurado senso estético na execução de danças, ou confecção de artesanatos rituais; ao domínio da culinária, ou do uso de ervas, une-se um repertório de *cantigas* sagradas de rara extensão. (Onawalê, 2005).

Entretanto, a luta e organização social e política dos grupos de mulheres negras que se reuniram em prol de um objetivo comum em todo o território brasileiro e na diáspora africana, possibilitaram que uma voz tivesse um tom mais agudo e ressonante. É importante sinalizar que é necessária a quebra de um paradigma para situar a luta das mulheres negras em se considerando a necessidade da quebra da conjuntura que se apresenta como estratégia de dominação e submissão dos grupos subalternizados.

O desenvolvimento econômico brasileiro manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal onde a mulher negra se encontrava (e ainda se encontra) nas condições de inferiorização, ofuscada pelas diversas desigualdades, pelo racismo, pelo sexismo e pelo patriarcalismo que garantem a hegemonia de práticas e ações que se encontram presentes na sociedade e se distanciam da concepção africana em todos os seus sentidos.

Sobre a história das mulheres no Ocidente, as mulheres são as que estão sempre à sombra da história, ofuscadas e sem luz numa história que tem longa duração: desde a antiguidade até os dias atuais. Entretanto, a perspectiva apresentada situa as mulheres de

forma geral, limitando os aspectos relacionados às questões de raça com as quais as mulheres negras estão envolvidas desde o tráfico transatlântico e até mesmo antes dele. O século XIX é o momento em que há efetivamente o nascimento do feminismo que designa mudanças estruturais, mas sem situar e alocar as questões de raça e classe. É o momento em que a perspectiva das mulheres se altera, o tempo em que se torna possível uma posição do sujeito, da atriz política, onde o indivíduo se consolida. É neste contexto que a representação das mulheres através das normas estabelecidas, define a função social das mulheres, que regulam seus direitos e as designam como um grupo social cujo papel e comportamento devem ser uniformizados.

É a partir do entendimento de que as mulheres devem se revelar como figurantes e não como protagonistas que é apresentado o contraponto da realidade posta em relação às mulheres no mundo. A mulher negra toma consciência do processo ideológico pelo discurso sobre si, engendrando uma estrutura que tenta aprisioná-la numa imagem alienada na qual não se reconhece. Para Nascimento (2008, p. 60), “a mulher negra constrói o contra discurso pelo seu ponto de vista ao mesmo tempo em que se refazem no tempo e no espaço”, sinalizando que:

Mulheres tecendo-se na contra história ou na história dos desvios; momentos em que seu corpo sai da petrificação imposta e ganha movimento; momento em que a voz descongela e abre vias alternativas para veicular sua palavra, destoando do mando do mestre; momento em que o corpo, não mais reificado, abre-se para a criação, recuperando sua identidade e sua inteireza. (NASCIMENTO, 2008, p.52).

Por conta da necessidade de uma reflexão mais específica no que tange à significação das histórias das mulheres.

A presença das mulheres na história passou a ser investigada por muitas (as) historiadoras (es), por volta dos anos 70. As mulheres foram resgatadas dos porões e dos sótãos da antiga forma de narrar a história, tornando-se ao mesmo tempo sujeitos e objetos de novas narrativas históricas. A história das mulheres surge num momento de efervescência do feminismo e de sua ação política de visibilizar os estudos feministas em várias áreas do conhecimento. (CARDOSO, 2008, p.1).

A história das mulheres interroga a sociedade ao passo que se aproxima da construção da sua própria história que ocupa e reivindica espaços na sociedade contemporânea. Questiona o seu lugar, a sua condição de exploração, de negação, de desqualificação; questiona os seus papéis e seus poderes, o seu silêncio; questiona a sua forma de atuar no mundo.

Embora a questão seja bem problemática em se tratando do poder de falar sobre si mesmas, ainda no contexto contemporâneo existem as outras falas, um contra discurso contra os silêncios, invisibiliza e nega essas vozes. As mulheres negras são hoje professoras de diversos níveis, artistas, dançarinas, cantoras, médicas, pedagogas, atrizes, secretárias nas esferas públicas, ainda com uma representação baixa por conta do patriarcalismo, do sexismo e do racismo que as cercam e as impedem de evoluir em aspectos sociais, econômicos, educacionais, etc.

Em se tratando das mulheres negras, temos as diversas organizações coletivas que resultaram em constituição de organizações de mulheres na diáspora, em prol de igualdade de oportunidades, contra as diversas violências sofridas, contra as invisibilidades e negações, entre tantas outras questões inerentes a sua condição. Assim são as histórias de vida, são as biografias de inúmeras mulheres negras no contexto brasileiro que denunciam cotidianamente o processo excludente pelo qual a grande maioria das mulheres passa na luta diária.

Na sociedade brasileira, a fala de quem foi posto numa condição de inferioridade não poderá ecoar por conta da sua posição de subalternidade: inferior. Conforme o dicionário Michaelis, “inferior” significa o que está abaixo; a categoria subordinada a outro; a que tem pouco valor; aquele que está abaixo de outro em categoria ou dignidade, aquele que vale menos. E se vale menos não pode nem deve ter voz. A sua fala não pode ser ouvida, mas sim representada, o que se torna diferente da fala reconhecida como autêntica, da de quem fala por direito à causa.

A pluralidade de narrativas, que pode ocasionar a afirmação de vozes³ outras, abre espaços para a busca de valores compartilhados e de novos sentidos de comunidade e de democracia. Esta pluralidade de narrativas perpassa por histórias de vidas ligadas a grupos diversos que no contexto brasileiro se encontram numa condição de exclusão, entre eles temos os grupos de mulheres, restringindo ao grupo de mulheres negras, aos homossexuais, etc.

Como qualidade pragmática da escrita, uma das suas qualidades está em contar a história de vida, dando vida a esta história. Esta qualidade reconhece o valor simbólico que cada história tem a nos dizer, a nos mostrar, a desnudar. Em se tratando de uma história de vida que remete a tantas outras como é a trajetória de Valdina Pinto de

³ A pluralidade de vozes, denominada de polifonia, marcam os cruzamentos, as heranças, as valorações cunhadas pela história e pela tradição, que não deixam de falar pela própria voz.

Oliveira que traz à tona a ação de uma mulher, negra, educadora, religiosa que caminha em diversas direções em busca de um único objetivo que estar relacionado com as relações complexas de raça e gênero, bem como do atuar no mundo das mulheres na diáspora.

Os relatos de vidas, bem como a sua relação com o espaço público e o privado operam contra a normatividade das condutas de homens e mulheres, negros e negras, programados para agir dentro de uma lógica que contraria a natureza humana. Caminhando para o contexto de gênero, e mais especificamente para os das mulheres negras, as normas de condutas eram direcionadas para um pensamento patriarcal, racista e sexista, onde as mulheres eram consideradas incapazes e relegadas a espaços definidos para o seu atuar.

Valdina Pinto de Oliveira nasceu em 15 de outubro de 1943 no bairro do Engenho Velho da Federação, na cidade de Salvador, Bahia, onde reside até os dias atuais. Neste bairro, a população negra é maioria e a presença de terreiros de candomblé de nações diversas é marcante. Valdina, como comumente é chamada, exerce o cargo de Makota no Terreiro Tanuri Junsara, localizado no mesmo bairro de sua residência. Sobre o seu nome, Makota Valdina nos fala que:

No Brasil e na Bahia, mais especificamente, me conhecem como Makota Valdina. Makota é o título religioso que eu tenho porque sou do Candomblé, da Nação Angola, e na comunidade baiana me conhecem mais por este título, por causa de palestras e encontros que faço na Bahia e também no exterior. (VALENTIM, 2011).

Filha de Eneclides de Oliveira Pinto e de Paulo de Oliveira Pinto, esteve sempre envolvida com as questões da comunidade em que morava. Herdou da sua mãe, mais conhecida como Dona Neca, a participação no espaço comunitário em busca de melhorias e condições outras para a comunidade em que reside até os dias atuais.

A sua trajetória é a história de uma mulher negra, professora, líder comunitária e religiosa, marcada pela fé e pela luta por igualdade entre todos os brasileiros afrodescendentes. Trilhar caminhos em busca da afirmação da identidade da população negra, do resgate dos valores ancestrais e da religiosidade, e se põe no mundo reconhecendo o legado africano e a contribuição nos espaços religioso, cultural e social onde a população negra esta inserida, na diáspora africana.

Da sua adolescência à fase adulta desenvolveu atividades de assistência à população juntamente com a sua família na associação de bairro e na igreja católica. Iniciou curso de alfabetização de adultos por conta do grande contingente de analfabetos oriundos do sistema opressor e excludente que impossibilitou o acesso de homens e mulheres negras à educação.

Formou-se em 1962 pelo antigo Instituto Educacional Isaías Alves (IEIA), atual ICEIA, entretanto, bem antes desta data já atuava na comunidade. Ensinou na Associação dos Moradores de Bairros, em escolas, e até na sua própria casa. Por conta da sua atuação na comunidade através do viés educacional, foi convidada a lecionar português nas Ilhas Virgens a um grupo de estrangeiros que viriam ao Brasil pelo Corpo da Paz. A partir desta experiência, desenvolveu a percepção acerca do valor das suas referências étnico-culturais fora da sua comunidade. Valdina saiu do seu contexto para compreender o valor da cultura em que estava envolvida e de que fazia parte.

Conforme o escritor, poeta e Taata Xicarangoma ou Landê Onawale, como é mais conhecido, a iniciação de Valdina Pinto de Oliveira à religião de matriz africana aconteceu:

No início da década de 70 quando abandona o catolicismo, e em 1975, é iniciada na religião do Candomblé. No Terreiro Tanuri Junsara, liderado pela Sra. Elizabeth Santos da Hora, ela é confirmada para o cargo de *Makota* – assessora da Nengwa Nkisi (Mãe-de-Santo). Com a iniciação, recebe seu nome de origem africana, tornando-se a Makota *ZIMEWAANGA*. A iniciação numa religião de matriz africana impõe a Valdina Pinto uma *re-visão* da sua história e da cultura na qual havia sido criada. Todo um conjunto de práticas cotidianas vivenciadas por ela desde a infância no *gueto* negro do Engenho Velho da Federação passa a adquirir novos significados, importância e sentidos a partir das lições aprendidas no terreiro de candomblé. (Onowalê, 2005)

Na fala de Valdina Pinto fica nítida a sua relação desde a infância com o candomblé, apesar de ter, inicialmente, freqüentado a religião católica.

Eu estou com 66 anos e entrei para o candomblé mesmo em 1975, mas desde minha infância que eu vivo às voltas com o candomblé, porque a minha mãe era do candomblé e eu cresci nesse ambiente. Aqui no bairro onde nasci e vivo até hoje naquele tempo havia muitos terreiros, das mais variadas nações. Depois que chegaram as outras igrejas: católica, adventista, batista, testemunha de Jeová. Mas não tinha essa falta de respeito que a gente vê hoje, as pessoas se respeitavam. A sociedade brasileira ainda é muito preconceituosa, discrimina muito e acho também que isso é uma manifestação racista. Embora a nossa religião não seja só de negros, a crença vem de uma tradição negra. (OLIVEIRA, 2010)

Após sua iniciação, a sua ação não foi paralisada, continuou com a desenvolver suas atividades, ampliando o espaço geográfico de atuação e construindo estratégias de fortalecimento do saber cultural negro. Assim participou da primeira turma do Curso de Iniciação à Língua Kikongo, ministrado pelo congolês Nlaando Lando Ntotila no Centro de Estudos Afro-Oriental (CEAO/UFBA), marcando uma nova etapa no aprofundamento dos seus estudos sobre as culturas de origem bantu no Brasil – sobretudo nos aspectos religiosos.

A valorização das especificidades da nação de candomblé angola-congo, de matriz bantu, tem sido uma das marcas da trajetória de Valdina Pinto que, por isso, passa a ser conhecida como Makota Valdina. Reconhecida como mestra nos ambientes intelectuais nacionais e internacionais pela articulação entre a prática e a teoria da sabedoria bantu. (Onowale, 2005)

Em 2003 foi porta-voz das religiões de matriz africana de Salvador num encontro com o então recém empossado Ministro da Cultura, Gilberto Passos Gil Moreira, como também foi uma das representantes do Movimento Contra a Intolerância Religiosa em Brasília onde sentou à mesa da Câmara dos Deputados na sessão presidida pelo Deputado Federal Luiz Alberto.

Em 2005 foi proclamada "Mestra de Saberes" pela Prefeitura Municipal de Salvador. Também neste ano foi elaborado o documentário *Um jeito Negro de Ser e Viver*, que incentiva a reflexão acerca da presença africana no Brasil e os modos de ser e viver das culturas afro-descendentes. O vídeo conta a história da educadora baiana Valdina Pinto de Oliveira, renomada militante pela preservação do patrimônio cultural afro-descendente no Brasil e makota (auxiliar direta da Mãe de Santo) do terreiro de candomblé Tanuri Junçara.

Valdina Oliveira Pinto é, atualmente, a conselheira ‘mor’ da Cidade de Salvador, convidada a avaliar e avalizar plataformas de governo, campanhas eleitorais e mandatos parlamentares, ou ONG’s e eventos em defesa das tradições de origem africana e do Meio Ambiente. É também chamada a orientar grupos do Movimento Negro e a sistematizar propostas educacionais que dêem conta da diversidade cultural da cidade. Enfim, tornou-se presença quase obrigatória nos principais debates sobre os rumos da sociedade e, sobretudo, nos espaços reservados do sagrado, onde só têm acesso livre aquelas que se tornaram *uma mais velha* e trazem no corpo, no conhecimento e nos próprios sentimentos marcas ancestrais. (Onawale, 2005)

Ocupa o cargo de conselheira em diversas instituições de cunho religioso, acadêmico e social, assim é o caso da Associação de Preservação e Defesa do Patrimônio Bantu (ACBANTU), do Conselho Estadual de Cultura da Bahia e do Fórum

Cultural Mundial, do Núcleo de Estudantes negras e negros Makota Valdina, além de ser membro fundadora do St. Bartholomew Centro de Educação Ambiental, local onde dirige um projeto para vincular ritual afro-brasileiro e conhecimentos de plantas medicinais com a preservação ambiental e educação popular cidadã.

Vale ressaltar que, ainda em tempos de ditadura política no Brasil, a Makota Valdina tornou-se a primeira mulher a presidir a Associação de Moradores do seu Bairro, enfrentando preconceitos políticos e de gênero, dada a suas inclinações oposicionistas e ao fato mesmo de estar numa função até então ocupada por homens. (Onawalê, 2005)

Além de se representantes em organizações sociais, já recebeu diversas condecorações pelo desempenho na preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro. Um deles foi o Troféu *Clementina de Jesus*, da União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO), Troféu *Ujaama*, do Grupo Cultural Olodum, Em 2004 recebeu a *Medalha Maria Quitéria*, a maior honraria da Câmara Municipal de Salvador, em 2005 recebeu o Troféu de Mestra, conferido pela Fundação Gregório de Matos, em 2009 recebeu o Troféu Maria Felipa, em 2010 recebeu Troféu e homenagem no I Seminário Nacional de Liberdade de Crença e Diálogo Inter-religioso de Vitória da Conquista / Ba e no II Seminário de Africanidades e Afrodescendência em Vitória de Espírito Santo, dentre tantas outras homenagens e condecorações.

Valdina compartilha a importância do candomblé, não somente enquanto religião, mas também quanto os movimentos sociais negros que se apresentam imbuídos de símbolos e significados que tratam da interligação com outras expressões de religiosidade africana e afro-brasileira. Souza (2011, p.308) aponta que o “candomblé é uma expressão cultural viva e dinâmica”. Os candomblés são narrativas, encruzilhadas, lutas, folhas, matas, terras, águas mansas e agitadas. São histórias e experiências das diásporas dos africanos e seus descendentes.

Considerações finais

Valdina Pinto de Oliveira é uma intelectual, sua multiplicidade de ativismo nos movimentos ambientalista, comunitário, negro e em outros espaços contribuiu para o fortalecimento de uma ação coletiva, pois além de reafirmar a necessidade de outro olhar sobre as questões raciais.

A intenção de perpassar pelos caminhos percorridos pelas suas ações nos remete à possibilidade de compreender a concepção de mundo vislumbrada por um ângulo

distinto do hegemônico que é sempre posto como o modelo a ser seguido e que desconsidera todas as outras contribuições culturais, raciais, epistemológica, etc.

O grande problema em relação a esta imposição é não considerar que as culturas e os seus sujeitos também são produtores, possuidores de símbolos que auxiliaram para a conexão com a diversidade cultural, étnica e racial apresentada na sociedade brasileira e que aponta caminhos para as relações entre os diferentes indivíduos e sujeitos. A cosmologia africana sobre o mundo é uma filosofia de vida que tem base e sustenta todo o pensamento africano de vida, de morte e de interação com a natureza.

Sinalizamos que ainda falta muito a ser construído, outros diálogos a serem incorporados para que as vozes possam ecoar e serem ouvidas pela sociedade sem que um representante que não tenha o direito de falar pelos subalternos possa falar pelas vozes silenciadas. Isto é necessário em todos os tempos. É necessário que essas vozes sejam afirmadas e legitimadas por quem efetivamente participa e comunga do contexto social, histórico e racial da sociedade brasileira.

A busca de uma voz própria que representasse as falas de tantas mulheres negras na diáspora africana aponta para desejos de mudança da concepção da sociedade em se tratando de questões que estão conectadas com a sua vida cotidiana, da sua inclusão nas esferas sociais e da sua condição de subordinação no meio social, político, cultural e educacional.

A problemática em relação à questão da identidade, de gênero e de subalternidade leva a uma auto-reflexão que, conseqüentemente, irá gerar ferramentas para a construção de relatos biográficos com sentidos e significados das vidas dessas mulheres.

O contra discurso que não seja silenciado, deve ser a marca para a saída da condição da mulher negra do processo de opressão das mesmas na diáspora. Mesmo impingidas à sujeição e ao silêncio, o surgimento de uma voz tímida pode ser o instrumento de uma resistência silenciosa capaz de projetar vidas e que caminhem para a reconstrução de dimensões da história e da memória coletiva da população negra, e das mulheres negras em especial.

É necessário que vozes que não estejam no circuito hegemônico venham sempre à tona para representar as outras vozes que não conseguem chegar à superfície. O contra

discurso deve se localizar a vista para que haja uma ação coletiva e organizada dos grupos subalternizados.

Referências Bibliográficas

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

CARDOSO, Cláudia Pons. **História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões**. Congresso Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis, 2008.

CORDEIRO, Verbena Maria Rocha. SOUZA, Elizeu Clementino de (org). **Memórias, literatura e práticas culturais de leitura**. In: PALMEIRA, Francineide Santos. In: **Autobiografia e memória em Carolina de Jesus e Conceição Evaristo**. Salvador: EDUFBA, 2010.

DUBY, George. PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Tradução portuguesa com revisão científica de Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota (professoras da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Edições Apontamentos/EBRADIL – São Paulo.

DUQUE-ESTRADA, E. M. **Derives autobiográficos: a atualidade da escrita de si**. RJ: NAU/Ed. PUC – Rio, 2009.

ESTANISLLAU, Lúcia Avelar. **Feminismo Plural – negras do Brasil**. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Invisibilidade e ocultação da diferença: imagens de negro na cultura brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). **Guerreiras de Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

OLIVEIRA, Paulo César de. CARREIRO, Shirley de Souza Gomes (org). **Memória e identidade: ensaios**. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2011.

OLIVEIRA, Valdina Pinto de. **Entrevista**. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/religiao-e-fe/valdina-pinto/>. Acessado em: 09 de maio de 2012.

ONAWALE, Lande M. M. **Síntese Curricular de Valdina Pinto de Oliveira**. Disponível em: <http://www.moodle.ufba.br/mod/resource/view.php>. Acessado em: 10 de dezembro de 2011

Valetim, Y. **Candomblé Resistência: Makota Valdina, líder do Candomblé na Bahia**. Revista Conexão Afro. N. 1- 21 de abril de 2011. Guaíba – RS. Disponível em: <http://conexaoafro.wordpress.com/2011/03/>. Acessado: em 30 de maio de 2012.

Rocha, Everaldo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. Coleção Primeiros Passos. Editora Bras.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Chegou a hora e darmos luz a nós mesmas: situando-nos enquanto mulheres e negras**. Cadernos CEDES, v.19, n.45, Campinas, Jul/1998.

SOUZA, Elizeu Clementino de (org). **Memória, (auto) biografia e diversidade. Questões de método de trabalho docente**. In: SANTOS, Edmar Ferreira. In: **Memória e história afro-brasileira: experiências preservadas, recriadas e contadas pelo povo de santo da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2011.

SPIVAK. Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

PENTEADOS AFRO-BRASILEIROS; UMA EXPRESSÃO ETNOCULTURAL

Ciranilia Cardoso da Silva –

Mestranda em Ciências Sociais: cultura, desigualdade e desenvolvimento pela
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
E-mail; cirancardoso@hotmail.com.

RESUMO

Este artigo realiza uma abordagem acerca dos penteados afro-brasileiros como manifestação de identidades e simbologias ligadas ao universo cultural africano, de modo que partes dos valores relacionados à produção dos penteados nigerianos atravessaram o atlântico no contexto da diáspora e resguardaram e resignificaram no centro histórico de Salvador-BA, alguns dos seus referenciais simbólicos, gerando renda e fortalecendo a cultura e identidade local. Nesta perspectiva esta abordagem tem como campo para suas inferências o Centro Histórico de Salvador que se configura como um dos principais centros de produção dos referidos penteados, local de trabalho de mulheres que sustentam suas famílias e ostentam suas identidades perpetuando uma tradição que revitaliza a autoestima do povo negro ao representar um padrão de beleza referenciada na estética africana.

Palavras-chave: penteados; identidade, afro-brasileira.

ABSTRACT

This article presents an approach about how hairstyles african-Brazilian expressions of identity and symbols connected to the African cultural universe, so that parts of the values related to the production of Nigerian hairstyles crossed the Atlantic in the context of diaspora and resguardaram resignificaram and the historic center of Salvador, Bahia, some of its symbolic references, generating income and strengthening the culture and local identity. From this perspective this approach has the field for his

inferences the historic center of Salvador which constitutes one of the main production centers of these hairstyles work of women supporting their families and boast their identities perpetuating a tradition that revitalizes the self-esteem of black people to represent a beauty standard referenced in the African aesthetic.

Keywords: hairstyles, identity, african-Brazilian.

INTRODUÇÃO

A cultura do povo afro-brasileiro, durante muito tempo, permaneceu estigmatizada com adjetivos de inferioridade. Entretanto, os movimentos organizados de valorização da cultura africana têm se mantido firmes na conservação de práticas que, ao aproximar os sujeitos de suas raízes culturais, tendem a superação dessa visão reducionista. Entre as práticas mais expressivas destacam-se as tranças afro-brasileiras, as quais elaboradas predominantemente por mulheres se constituem um ponto de reflexão sobre a dinamização e disseminação da cultura afro-brasileira. Nesta perspectiva esta abordagem tem como objetivo Analisar os penteados afro-brasileiros desenvolvidos na atualidade enquanto condutores de conteúdos simbólicos, buscando revelar em que medida estes pode existir como canais de expressão e reafirmação étno-cultural.

O campo para a construção as referidas inferências é o centro histórico de Salvador, devido as fortes raízes africanas dinamizadas e preservadas na Bahia, bem como o quadro da diversidade de trançadeiras que se encontram nas ruas deste bairro, o tornando o principal centro de produção dos penteados afros da cidade. Esses penteados que são desenvolvidos em vários bairros de Salvador-BA e tem sua origem em diversas nações do continente africano, sobretudo na Nigéria, país em que a valorização esteve e ainda hoje se encontra voltada para simbologias ritualísticas, religiosas e cotidianas, sendo traços diacríticos representativos quanto ao papel das pessoas em seus respectivos grupos sociais, inclusive a religiosidade e condição de gênero da mulher, a este exemplo os penteados de mulheres virgens, viúvas, solteiras, casadas, religiosas, obedientes aos seus maridos, independentes, etc. No entanto a partir do contexto da diáspora africana em que povos de diferentes regiões do continente migraram para o Brasil, essas simbologias passam por um processo de reconstrução de significados se adaptando a dinâmica cultural de outra realidade.

Essa prática de trançar os cabelos na Bahia tem como palco de localização o bairro do Pelourinho, centro Histórico de Salvador, lá encontrarmos trançadeiras representativas do cenário estético afro-brasileiro em Salvador entre elas Rasidat Lola Akanni popularmente conhecida como Lola, e Valdemira Telma de Jesus Sacramento, que atende pelo nome artístico Negra Jhô. Isso devido à relação que estabelecem com a produção dos penteados de cunho afro, uma interação que se renova e se estreita em termos de cultura, memória e ancestralidade, transcendendo a exercício profissional apesar de ambas serem proprietárias de espaços comerciais especializados nos referidos arranjos.

As tranças longe de permanecer na formalidade, são verdadeiros espetáculos de visualidade afros nas ruas do pelourinho em Salvador, produzidas por trançadeiras que tecem suas vidas, trançam seus cabelos e perpetuam sua cultura e identidade de raça e de gênero. Os penteados são produzidos por dúzias de mulheres trançadeiras no centro histórico com exceção de um homem, mas que ainda assim assume uma identidade feminina.

As tranças afro-brasileiras ainda representam uma forma de declarar a simpatia pelas heranças africanas, por turistas e gente da terra, gente de toda cor, mas principalmente a população negra ligada ou não ao movimento negro, as pessoas que manifestam um posicionamento político de repulsa a imposição de um padrão de beleza europeu, os adeptos das religiões afro-brasileiras, e os que admiram a referida estética.

DESENVOLVIMENTO

O Brasil é um país que concentra uma grande diversidade cultural, sendo a mesma, resultado do processo de colonização que contribuiu para misturas étnicas entre europeus e os povos nativos, e também da influência de diferentes linhagens africanas aqui presentes desde o final de o século XVI, atribuindo a nação brasileira uma pluralidade singular.

A população indígena foi parcialmente dizimada ao longo dos conflitos que existiram em sua trajetória histórica, já os africanos que aqui chegaram viveram cruelmente sob o regime da escravidão e mesmo após a abolição desta, não houveram políticas pensadas para integrar o negro socialmente, assim pouco foi feito para que o povo brasileiro se reconhecesse em suas raízes mais profundas.

Sabemos que as relações entre o Brasil e o continente africano foram marcadas pelo lamentável contexto da escravidão no novo mundo. Os povos indígenas colonizados pelos europeus, não se adaptaram as condições de trabalho escravo que atenderiam as necessidades da ampla produção para o comércio mercantilista, que não teve o apoio da igreja católica para a manutenção da escravidão dos nativos. Deste modo ao final do século XVI já havia no Brasil ou especificamente na América Colonial Portuguesa a presença do primeiro grupo de escravos africanos que daria início ao que se estenderia a uma sujeição secular nas terras de Pindorama.

Nesse contexto da escravidão, etnias de diversas localidades diferentes do continente africano foram submetidas às mesmas condições de exploração de trabalho, construindo a identidade atrelada a uma África imaginada e reinventada a partir de uma fusão e agregação de línguas, religiosidades, costumes e valores estéticos que ao chegar ao Brasil foram recriados e reformulados em uma diaspórica cultura afro-brasileira.

Um dos fatores marcantes e viabilizados pela colonização, a nosso ver, foi à contribuição africana na formação de nossas identidades, no entanto o que deveria ser motivo de reconhecimento se entranhou na mentalidade social sobre as mais diversas formas de racismo, no qual os negros, durante muitos anos foram inferiorizados nas mais diversas esferas sociais, sendo submetidos a massacres, exploração, segregação e discriminação sendo cobertos por estigmas de negatividade, que ainda na contemporaneidade permanece sob a forma de racismos sem atores.

“O negro mostra Myrdal é apresentado de maneira estereotipada, constantemente distorcida, sempre “no sentido de um rebaixamento” o racismo antinegros é pejado de concepções e de representações que não se explicam nunca pelas particularidades de seus alvos.” (Wieviorka, 2002. p. 61).

Michel Wieveorka (2002) conceitua ainda que racismo esta ligado a caracterizar um grupo humano pelos componentes naturais, atrelados a características intelectuais e morais de forma generalizante que fundamentam, praticas de inferiorizarão e de exclusão. A partir dessa conceituação, podemos dizer que a inferiorização da beleza negra e do cabelo crespo, característica hereditária da população negra, se configura uma prática racista, a partir da imposição implícita de um padrão europeu e branqueador.

Compreendemos que durante muito tempo à imagem do negro foi submetida a uma negatividade. Tudo que apontava para suas referências culturais eram inferiorizado e execrado na sociedade, tudo isso reflexo de uma racista ideologia moderna. E o cabelo enquanto elemento visual biológico de fácil identificação étnica juntamente com a cor da pele, foi estrategicamente usado como distintivo atrativo do preconceito, do mesmo modo que na busca de um discurso antirracista foi usado positivamente pelo movimento negro como valor expressivo dessa etnia que aspirava resistência a colonização que modificava não só pensamentos, mas literalmente as cabeças dos colonizados.

Este preconceito com as pessoas por conta da sua cor e visualidade negra era uma forma de manutenção de inferioridade sem que os atores desse racismo fossem facilmente identificados, o que na década de noventa era pensado como boa aparência estava distante do uso dos cabelos crespos, das tranças e vestuários que se inspirassem na religião, costumes e estética africana, pelo contrario esta seria um indicativo para exclusão.

Em virtude disso nos parece, o uso dos penteados afros pela população negra, tema que ocupa o lugar central do nosso debate, ser entre outras, uma forma de assumir um cabelo crespo a luz da estética capilar africanizada, tornando-se uma atitude política de afirmação étnico-visual e, portanto uma expressão de engajamento antirracista, embora esta não seja uma perspectiva determinante.

Ainda que exista preconceito, desvalorização e certo desconhecimento acerca dessa descendência afro-brasileira, como chamamos atenção acima, sempre existirão manifestações de naturezas diversas que apontam para o seu universo étnico e que gera um efeito de discurso positivo de valorização cultural, étnica, de gênero e identidade. Portanto podemos pensar para nossa realidade a seguinte proposição:

“... Entre nós, a identidade é irrevogavelmente uma questão histórica. Nossas sociedades são compostas não de uma, mas de muitos povos. suas origens não são únicas, mas diversas.” (Hall, 2003. P. 30).

Bahia, terra onde se reconhece as heranças africanas ao simples ato de andar nas ruas. Sabe que a referida terra é facilmente relacionada a referências de ancestralidade africana, por conta da forte presença de africanos em tempos de colonização, devido à importância econômica que a província representou durante colonização e ao fato de

abrigar geograficamente um dos dois portos mais fluentes do tráfico e exportação de tudo que poderia ser considerada mercadoria.

Manuela Carneiro da Cunha (1987) acredita que a diáspora africana gerou um sentimento de reafirmação de seus descendentes, de modo que descendentes africanos, ao compartilharem dessa identidade, sempre buscaram diversas formas de expressar esse sentimento de pertencimento a um grupo, de modo que esses caracteres escolhidos acabam se constituindo enquanto traços diacríticos que fortalece as diferenças e consequentemente as identidades.

Podemos pensar enquanto cultura afro-brasileira as práticas que foram resignificadas no Brasil por africanos e seus descendentes que aqui chegaram no contexto da diáspora, e resistiram reafirmando e reestruturando seus costumes, conforme a realidade local, desenvolvendo a partir de então uma África imaginada, idealizada, assim como a necessidade de reviver essa África para afirmar suas identidades no novo mundo.

Seguindo esta linha de pensamento, afirmamos que o uso e as práticas das tranças, nosso objeto de estudo, de alguma forma se constituem como identidades identitárias, pois embora exista um padrão de beleza ainda eurocêntrico que permeia a mídia e a sociedade, inúmeras pessoas que compõem população negra ou se identificam com a cultura, através da visualidade, não se intimidam e continuam afirmando sua identidade afro-brasileira também através da imagem.



Figura 1 - Mulher usando tranças de fibras

Fonte: arquivo pessoal

Podemos pensar os penteados afros como elementos visuais identificadores de um determinado grupo. Conseqüentemente, se algumas pessoas utilizam as tranças por apreciação estética, muitas usam como forma de expressão de sentimento de pertencimento, mesmo que estas tranças não conservem mais os significados de lugar de origem neste caso a África, mas agregam novos sentidos, afinal a visualidade é também um campo de comunicação e interação, onde os grupos identificam valores estéticos e culturais em comum.

No entanto devemos lembrar que as culturas são dinâmicas e embora determinadas práticas tenham emergido de tradições culturais, as mesmas sendo vivenciadas e experienciadas por grupos humanos, ao se espalharem por vários

territórios, logo se resignificam com o tempo e as circunstâncias, favorecendo a diversidade e as diferenças regionais.

Do nosso ponto de vista é notável a influencia da identidade étnica nos papeis sociais exercidos pela população negra, pois estes costumam vivenciar a visualidade, a musica, a dança, a religião, a arte e diversas manifestações da cultura afro-brasileira. O que estamos propondo aqui é que em alguns casos, o uso das tranças supera a apologia estética e atinge uma postura política, no momento que o uso deste penteado significa para a pessoa, se assumir enquanto negro e confrontar o padrão de beleza eurocêntrico que ainda existe.



Figuras 2 e 3 – Membro de banda percussiva usando penteado afro nas ruas do Centro Histórico de Salvador (modelo do penteado moicano com pinauna).

Fonte: arquivo pessoal

De acordo com Fábria Calazans (2001) que trata especificamente de cabelos e cabeças de mulheres negras e suas respectivas relações de etnicidade, o penteado é importante na formação da identidade. A autora parte da ideia de que os penteados atuam como uma expressão de etnicidade e afirmação identitária, retomam a questão da ancestralidade, da religiosidade refletindo a história coletiva e significados estabelecidos

por determinada etnia, ou seja, o corpo e o cabelo são veículos de expressão de conceitos e símbolos, consciente ou não.

Conforme Raul Lody (2001) uma dessas raízes da visualidade africana que costuma ser geralmente iorubanizadas são os penteados que eram e são muito utilizados na Nigéria. Lá eles possuem significados. No livro “cabeças de axé” de Lody (2004) que escreve sobre os penteados africanos e suas simbologias abrangendo aspectos ligados a crenças, temporalidade, relações sociais, de ordem econômica e de gênero, ritos de passagem presentes em penteados que significam e identificam mulheres em luto, mulheres solteiras, mulheres virgens, mulheres casadas, etc., Tratando também da importância da cabeça para o povo negro enquanto espaço de expressão étnica e identitária, na medida em que cada desenho dos penteados traduz reconhecimento social, a identificação de uma festa, de um ritual religioso, da condição social, econômica e também sexual. Novamente nos explica o autor;

“a karoba - tranças típicas da cultura Fulani; são bem fininhas e altas e pode formar uma série de desenhos significantes. Patwo – um estilo que lembra Oni Xangô, filhos do orixá Xangô. Koku soko – que significa “olhando para o marido”, é um penteado de casamento. Kolese – penteado fúnebre composto por duas tranças soltas, etc.” (Lody, 2004).

Através do processo da diáspora esse penteado passa por uma renovação das funcionalizações de seus significados no Brasil, mas preservando alguns caracteres. A autora Manuela Carneiro da Cunha (1987) ao escrever sobre os retornados, africanos que regressavam a África, argumenta que em relação identidade que se construiu, na maneira pela qual eles preservaram festas típicas, religiões, ou seja, elementos da tradição adaptados a suas realidades, pois como assegura a autora, a cultura é dinâmica e os signos e símbolos são usados para alimentar esse dinamismo, do mesmo modo podemos estabelecer uma comparação reflexiva ressaltando as tranças e penteados afro-brasileiros, como sinais diacríticos de indivíduos e grupos que afirma sua negritude também através da visualidade, sobretudo a população baiana ainda é ligada a ideia de África quanto à estética, religiosidade e outros elementos que permanecem em seus modos de vida, embora o grau de parentesco e descendência tenha se distanciado no tempo, tradições africanas como a citada anteriormente, quando sobrevivem, representam heranças que fortalecem esse elo.

Bacelar (1989) que escreve “Etnicidade; ser negro em Salvador” apresenta a etnicidade como uma forma de construção social a partir de classificações relativas a diferenças e semelhanças, e assinala ainda a existência de critérios definidores de grupos étnicos, sendo que essas identidades se formam em torno dos símbolos, marcas e emblemas étnicos, elementos estes diferenciadores de grupos. O autor propõe que o corpo pode atuar como uma materialização física da identidade, sendo capaz inclusive de distinguir grupos através de marcas portadoras de cargas simbólicas como é o caso das raízes africanas revividas nas tranças e penteados afro-brasileiros, criando um sentimento de negritude com um referencial étnico, histórico e por isso cultural.

Manuela Carneiro da Cunha (1987) acredita que a diáspora africana gerou um sentimento de reafirmação de seus descendentes, de modo que descendentes africanos, ao compartilharem dessa identidade, sempre buscaram diversas formas de expressar esse sentimento de pertencimento a um grupo, de modo que esses caracteres escolhidos acabam se constituindo enquanto traços diacríticos que fortalece as diferenças e conseqüentemente as identidades.

Sob este aspecto Lody (2001) parece ter razão quando reafirma a pluralidade do “acervo da história, dignidade, ética, moral e cultura de diferentes grupos procedentes do continente africano, especialmente do ocidente da África subsaariana e banto ocidental.” Afinal Aqui no Brasil o povo afro brasileiro descende de diversas regiões africanas, mas apesar de muitos reconhecerem as particularidades de suas identidades, em uma perspectiva mais superficial, se unem para comungar e referenciar o sentimento de pertencimento a uma única terra, a África idealizada que permeia em nossas imaginações.

Essa prática de trançar os cabelos na Bahia tem como palco de localização o bairro do Pelourinho, centro Histórico de Salvador, lá encontrarmos trançadeiras representativas do cenário estético afro-brasileiro em Salvador entre elas Rasidat Lola Akanni popularmente conhecida como Lola, e Valdemira Telma de Jesus Sacramento, que atende pelo nome artístico de Negra Jhô. Isso devido à relação que estabelecem com a produção dos penteados de cunho afro, uma interação que se renova e se estreita tem termos de cultura, memória e ancestralidade, transcendendo a exercício profissional apesar de ambas serem proprietárias de espaços comerciais especializados nos referidos arranjos.

Lola é responsável pela administração e também pela produção de penteados junto à loja de artigos africanos Abitoks Ewamoda, enquanto Negra Jhô atua no Salão de Beleza Negra Jhô Penteados Afro. Ou seja, Lola e Negra Jhô não apenas fazem uso das práticas e da estética africanas com fins comerciais, mas também compreendem a simbologia que as envolve, em particular, aquela reservada aos desenhos dos penteados desenhos que, aliás, oscilam entre a reprodução e a atualização de seus padrões, compreensão inclusive, já citada em algumas publicações que enveredaram pelo tema em questão, como *Cabeças de Axé: identidade e resistência* (2004), de autoria de Raul Giovanni da M. Lody, e *Cabelos e cabeças de mulheres negras* (2001), de Fábria Calazans.

As tranças longe de permanecer na formalidade, são verdadeiros espetáculos de visualidade afros nas ruas do pelourinho em Salvador, produzidas por trançadeiras que tecem suas vidas, trançam seus cabelos e perpetuam sua cultura e identidade de raça e de gênero.



Figura 4 e 5 – Mostruários de penteados expostos nas ruas do Centro Histórico de Salvador. Fonte: Arquivo pessoal

Essas trançadeiras são no geral mulheres de diversas idades, que em sua maioria aprendeu a arte das tranças na família, nas ruas e treinavam em suas bonecas, elas se sentem pessoas valorizadoras da cultura afro-brasileira através da referida prática, se sentem apreciadas quando reconhecem o seu trabalho e desvalorizadas quando não são devidamente remuneradas ou sofrem excesso de exigência por parte dos clientes.

Estas tentam se organizar através da ASSOTRANS (Associação das trançadeiras de Salvador), mas as divergências de objetivos e opiniões tem dificultado o êxito da organização que aspira pela regulamentação da profissão que há tempos tem garantido a renda de várias famílias em Salvador, mas que não tem recebido recursos ou investimentos significativos merecidos, afinal os penteados afro antes de serem atividades comerciais, são manifestações culturais e cartões postais da Bahia.

Neste sentido, como esclarecemos anteriormente, os penteados e tranças afro-brasileiras, se constituem enquanto exemplo de manifestações das recriações dos penteados africanos expressando suas referências estéticas, religiosas e simbólicas e que são produzidas em espaços formais e informais, é uma prática até então protagonizada por mulheres que com as tranças sustentam suas famílias e fortalece sua cultura, identidade e tradição,

Segundo Sonia presidente da ASSOTRANS elas trabalham geralmente das oito às dezoito horas dependendo do movimento e trançam cabelos de baianos e turistas do Brasil e do mundo, não tendo preferência pela origem da clientela.

Embora algumas trançadeiras como Margarida e Fernanda afirmem se orgulhar quando trançam os cabelos das pessoas da terra por fortalecerem a cultura local, outras dizem perceber uma valorização maior dos turistas, mas a maioria afirma orgulho em serem mulheres trançadeiras, e que tem transmitido seus conhecimentos para suas filhas que em geral não prosseguem com a função.



Figura 4 e 5 – Cliente após fazer penteado afro no Centro Histórico de Salvador

Fonte: Arquivo pessoal

As elaborações dos penteados produzidos também com finalidades comerciais, costumam estar condicionadas mais ao gosto do público consumidor do que às preferências de quem o efetua. Apesar disso, a produção dos penteados continua mantendo em sua elaboração qualidade plástica reformulada e recriada a partir dos modelos de tranças nigerianas, como também, uma espessa camada de significados que interagem com o universo cultural afro-brasileiro em uma relação dialógica dos indivíduos que tem seus cabelos trançados com as crenças e valores que contribuem de certa forma, para a afirmação de sua etnicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cabelos afros têm as tranças como um dos seus penteados mais tradicionais, que expressam simbologias e atuam como manifestação visual de identidade e resistência, no sentido de se configurar enquanto um discurso positivo de afirmação étnica da população afro-brasileira.

Os penteados tem sua origem no continente africano, foram transportados para o Brasil junto com a história do seu povo, imigrantes forçados que aqui vieram como escravos e que apesar de subjugados tiveram a sua cultura e simbologia como alicerce de resistência, contexto anteriormente apresentado, no qual as elaborações dos penteados estão inseridos representam uma configuração deste exemplo.

Como argumenta Raul Lody (2001) “retornar a África culturalmente é um conflito permanente diante de uma dinâmica realidade afro-brasileira” e podemos afirmar que a força plástica e simbólica encontrou nos penteados e materiais utilizados um canal de comunicação estética, religiosa, política e social que revela um elo entre a população negra e a África metafórica e imaginada que paira em nossas identidades.

Deste modo se refez uma nova tradição da prática de tranças na Bahia, experiência de pessoas que como dito antes, trançam seus cabelos por motivos diversos, a revelação de identidade, apreciação estética, moda, ostentação do que é considerado exótico no caso de turistas, homenagens de sentido pessoal a orixás, sendo assim uma expressão de tradição e contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELAR, Jeferson. Etnicidade. Ser Negro em Salvador. Salvador: Ianamá; Programa de Estudos do Negro na Bahia (PENBA), 1989.

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo, Editora Brasiliense. 1986.

CALASANS, Fábila. Cabelos e Cabeças de Mulheres Negras. Projeto experimental (TCC) Orientadora Lindinalva Rubin. Faculdade de Comunicação / Universidade Federal da Bahia. Salvador- Bahia, fevereiro/2001.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Trad. Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: Mito, história e etnicidade*. São Paulo. Ed Brasiliense. 1987.

ENTREVISTAS. Realizada com catorze trançadeiras do centro histórico de Salvador-BA, em seus espaços formais e informais de trabalho, durante o mês de Janeiro de 2012, com perguntas semiestruturadas, textualizadas e autorizadas por elas.

FAGUNDES, Raphaela M. *Penteado Afro: Cultura, identidade de profissão*. Fundação Cultural Palmares. 2007. Disponível em:

http://www.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=281 acesso em 20 /05/ 2010.

FERREIRA, Edson Dias. *Desenho Conhecimento: em direção à construção de sua epistemologia*. In: *Graphica: Congresso Internacional de Engenharia Gráfica nas Artes e no Desenho*, 3, 2000, Ouro Preto, MG. Anais. Ouro Preto, 2000.

FERREIRA, Edson Dias. *Desenho e Antropologia: Influências da Cultura na produção autoral*. In: *Graphica: Congresso Internacional de Engenharia Gráfica nas Artes e no Desenho*, 7. 2005, Recife, PE.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, RJ: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.

GOMES, Luis Vidal Negreiros. *Desenhismo*. Santa Maria, Rio Grande do Sul: Editora UFSM, 1996.

GILROY, Paul. *Entre campos: Noções, cultura e o fascínio da raça*. São Paulo. Ed Annablume. 2007.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte. Editora da UFMG. 2003.

POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social* In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 5, Nº 10, 1992.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 18 ed., 2005.

LODY, Raul Giovanni da Motta. *Cabeças de Axé: identidade e resistência*. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional. 2004.

LODY, Raul. *Jóias de axé: fios-de-contas e outros adornos do corpo: a joalheria afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.2001.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade, seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. Tradução de Elcio Fernandes; São Paulo: UNESP, 1998.

SODRÉ, Muniz. A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Francisco Alves Editora, 1983.

THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna. São Paulo, Ed. Vozes, 2001.

WIEVIORKA, Michel. Racismo: Uma introdução. São Paulo, Editora Fenda. 2002.

**TEM BRANCO NO SAMBA – A BRANQUITUDE EM PERSPECTIVA:
PARA UMA MAIOR COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES
ETNICORRACIAIS NO BRASIL**

Katia Gomes da Silva

Mestranda em Relações Etnicorraciais no CEFET/RJ

26.katia.silva@gmail.com

Resumo

O embranquecimento do samba já teve seu momento mais polêmico. Depois seguiu com menos visibilidade. Com o avanço das discussões sobre as relações raciais no Brasil, estimuladas pela Lei 10639/03, retomamos o assunto à luz de novos debates, como o do branco em perspectiva, pela branquitude. Ao contrário do enfoque reducionista da questão racial apenas como um “problema de negros”. Para isso, focaremos em dois livros: “O mistério do samba” de Hermano Vianna e “Samba negro, espoliação branca” de Ana Maria Rodrigues. Assim, pretende-se mostrar duas diferentes visões sobre o desenvolvimento da história do samba, para que possamos perceber o que elas podem revelar sobre o trato do Brasil nas questões raciais e conseqüentemente entender um pouco mais da nossa realidade e os entraves que impossibilita a concretização do mito da democracia racial.

Palavras-chave: Samba; Branquitude; Relações raciais.

Abstract:

The graying of samba has had its most controversial. Then followed with less visibility. With the advancement of discussions on race relations in Brazil, stimulated by Law 10639/03, we resumed the subject in the light of further discussions, as the white perspective, the whiteness. Unlike the reductionist approach of race only as a "black problem." For this, we will focus on two books: "The Mystery of Samba" Hermano Vianna and "Samba black, white dispossession" Ana Maria Rodrigues. Thus, we intend to show two different views on the development of the history of samba, so we can understand what they can reveal about the dealings of racial issues in Brazil and consequently understand a little more of our reality and the obstacles that preclude the achievement the myth of racial democracy.

Key words: Samba; Whiteness; Race relations.

Refletir sobre o samba é perceber o levantamento de várias questões e uma delas é a do embranquecimento, com a entrada do branco no samba. O assunto ainda precisa ser debatido por algumas razões. Primeiro, pelo fato do samba ter virado símbolo nacional, sendo um patrimônio de todos, em que, no entanto, não há uma valorização da sua matriz negra africana. Uma matriz que a criou e desenvolveu, apesar da repressão que existiu, inicialmente, pelo simples fato de ser praticado e relacionado aos negros. Ou então temos a contradição de ver a mulata como símbolo do samba em eventos particulares, embora praticamente de forma exótica, tratada como um objeto e não como sujeito, e não a vemos como figura de destaque na maior parte dos desfiles da escola de samba. Segundo, porque no Brasil a branquitude é o padrão empregado naturalmente, escamoteada pelo discurso da mestiçagem na perspectiva do mito da democracia racial. A branquitude é o normativo nas diferentes mídias e é o modelo de sucesso, mesmo numa sociedade que se diz mestiça, pois, no Brasil, a mestiçagem não busca um reconhecimento e valorização das suas diferentes matrizes raciais, ela anseia por um embranquecimento, tendo sido o branqueamento tratado como meta nacional.

Neste presente trabalho, abordaremos o assunto, tendo como foco de análise dois livros: “O mistério do samba” de Hermano Vianna e “Samba negro, espoliação branca” de Ana Maria Rodrigues, para mostrar duas diferentes visões acerca da mesma temática que é o samba. Para uma maior compreensão dos discursos que envolvem os livros e do próprio embranquecimento do samba, traremos o conceito de branquitude numa primeira parte e as ideias de Stuart Hall no final. Estruturalmente, primeiro iremos contextualizar o caso brasileiro quanto às questões raciais, já levantando a questão da branquitude, para depois adentrarmos na apresentação dos livros. Seguiremos com a colocação de ideias do Hall, e, por fim, um breve debate gerado pelo diálogo entre eles.

O embranquecimento como meta nacional para aceitação no mundo dos brancos

O título do livro de Florestan Fernandes “O negro no mundo dos brancos” já nos aponta para uma realidade que sempre foi escamoteada no Brasil: uma sociedade racializada. O fato de vivermos num mundo branco se tornou tão naturalizado que realizamos a equivalência entre ser branco e universal sem muitos questionamentos. Neusa Santos (1983)

explica em seu livro que o negro não é negro naturalmente, frente a esse mundo branco, se quiser ser negro precisa se tornar negro. O negro nesse mundo branco teve e ainda tem duas alternativas. Uma é se deixar embranquecer, renegando a cultura e história de seus ancestrais e seguindo o padrão imposto da branquitude. Outra é afirmar sua negritude, sabendo que encontrará obstáculos para a afirmação dessa identidade. Já para o branco, está garantido o seu orgulho racial, pois é o padrão identitário da sociedade. Sendo que o branco e o negro embranquecido culturalmente perdem com o desconhecimento das culturas negras, pois o conhecimento só vem a trazer riquezas e possibilidades de trocas culturais mais equilibradas. No caso brasileiro, em que a mestiçagem é incentivada, toda a sociedade vem a perder com esse desconhecimento, porque uma maior compreensão da nossa realidade só será possível com o mais vasto conhecimento sobre as culturas que constituíram a nação.

Tornar-se negro no Brasil é uma questão política. Porque se trata de combater e romper os estereótipos negativos atribuídos ao simples fato da pessoa ter a pele negra e fenótipo negro. Estereótipos que não só envolvem a estética visual, mas também a tudo que remete ao negro, a cultura e a história. Sabemos que a raça não é um conceito operado biologicamente, mas ele existe sociologicamente, como forma de diferenciar o fenótipo, a cultura e a história. A raça negra está ligada a uma história da diáspora africana, de escravidão, de dificuldade da inserção na vida política, de inserção paulatina nas escolas, mas sendo esta com enfoque central na cultura europeia, de repressão cultural das matrizes africanas, de dificuldade em ascensão social e de preconceitos que colocam o negro como criminoso, feio, incapaz etc.

Isso ainda ocorre com um discurso de mestiçagem, que inviabiliza uma discussão sobre a questão racial, num país que reconhece que o racismo existe, mas que não se reconhece como racista. Quando o debate está voltado para a ação afirmativa então, a questão vira quase que um tabu discursivo de tão polêmico, se tornando um debate reducionista pela força dos discursos da mestiçagem e de que no Brasil o problema é apenas social. É claro que há um problema social no Brasil, com a permanência de uma desigualdade social elevada, apesar de alguns pequenos avanços de melhoria de vida conquistados em governos mais recentes. Entretanto, muitos estudam apontam que a questão racial está para além, pois mesmo os indivíduos negros que conseguem ascender socialmente, continuam a serem vítimas do racismo, até aqueles que tentam disfarçar a negritude adotando hábitos culturais e estéticos brancos, como seguir religiões de matrizes europeias, alisar o cabelo etc.

Assim vimos uma imposição do mundo branco, como norma e padrão a ser seguido, como estudiosos da branquitude relatam em seus estudos, com discursos que possuem bases

racistas, mas que não estão assim evidenciados na pronúncia. Liv Sovik (2009) aponta que a branquitude silenciosamente se articula, de modo a garantir seus privilégios brancos sem precisar se afirmar racialmente. Não é necessário, porque ela já o faz com a desvalorização do negro. Tanto que comumente associamos branco à nobreza, à riqueza, ao poder, à beleza, à bondade etc. Porque os antônimos são atribuídos ao negro, sendo tratado como surpresa quando o vemos em alguma dessas situações descritas. Vira uma exceção.

Sendo o Brasil um país de muitas misturas raciais, em que no fundo “aqui ninguém é branco”, tal como é o título do livro de Liv Sovik, vemos a questão racial se operar de uma maneira bem peculiar. Diferente dos Estados Unidos, onde qualquer mistura já enegrece o indivíduo, aqui qualquer mistura que clareie um pouco, já embranquece. No Brasil, a cor e o fenótipo são os determinantes para as relações sociais, temos um preconceito de marca, como nos disse Oracy Nogueira. Assim as associações do que é branco e do que é negro variam numa escala de cor e fenótipo, que combinados irão determinar a forma da discriminação, em que os marcadamente negros e mais escuros serão os mais discriminados, assim como os marcadamente brancos e mais claros serão os mais valorizados. É por isso que a dissimulação da raça, a procura pelo embranquecimento, é uma estratégia para a busca de aceitação na sociedade.

Um embranquecimento preconizado por intelectuais clássicos brasileiros e incentivado por políticos. Um exemplo artístico do embranquecimento biológico é o bem conhecido quadro “Redenção do Can” de Modesto Brocos y Gomes. O nosso país entendeu que os entraves para o desenvolvimento e o progresso era a questão racial. Assim, discussões e ideias importadas de escritores estrangeiros, que acreditavam numa hierarquia entre as raças, teve ampla discussão e a solução posta para o caso brasileiro foi a miscigenação. Embora alguns intelectuais pregassem a miscigenação como uma degeneração das raças, essa foi a medida adotada. Para tanto, políticas atrativas de imigração branca foram buscadas. Dessa forma, estados do sul do Brasil, devido ao grande investimento econômico para essa imigração, possui uma imagem de região desenvolvida, lembrando que há estudos sobre as dificuldades encontradas pelos imigrantes, mas que apesar disso tinham como benefício a crença de que os brancos eram superiores e de que conheciam melhor o trabalho livre. Ao contrário dos negros, que depois da abolição da escravidão foram deixados à própria sorte, sem nenhum tipo de apoio político e econômico. Acabando por reforçar a falsa ideia de que haveria uma hierarquia entre as raças.

Isso tudo justifica em parte, por exemplo, a razão da resistência em não se fazer cumprir a Lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-

brasileira nas escolas. Ou até de cumpri-la, mas de maneira equivocada, em decorrência dos preconceitos de uma sociedade que tem como base o pensamento eurocêntrico. Também justifica a existência da segregação dos espaços, mesmo que não regulamentada oficialmente, em espaços de negros e espaços de brancos. As relações raciais nesses espaços acontecem de maneiras as mais diversas, há diferença de se ter um negro num espaço branco e de se ter um branco num espaço negro. Geralmente o primeiro será desqualificado, tratado, por vezes, como suspeito criminoso; já o segundo será valorizado, pela imaginação preconceituosa de que se teria mais dinheiro, mais tempo de estudo, seria o mais bonito, o mais qualificado.

E o samba?

Como já apontaram alguns estudos, o samba foi repreendido em seu início, por se tratar de “coisa de negros” e por sua ligação com as religiões afro-brasileiras. Ele passou por diversas transformações, suas marcas acompanharam diferentes momentos históricos do Brasil. Partiu da marginalização, como movimento cultural, para símbolo nacional, sendo o carnaval hoje um dos grandes eventos anuais de maior significado do samba. Sua história é permeada de várias discussões, como os estudos que buscam as origens do samba. No entanto, há certo consenso de que o samba nasceu no Rio de Janeiro, na Praça Onze, apesar de algumas abordagens que trazem suas raízes ainda na Bahia. Até o primeiro samba registrado, o “Pelo Telefone”, também passou por questionamentos, pois alguns afirmavam que o ritmo não era samba e também aconteceram discussões quanto à autoria. Polêmicas colocadas à parte, pois não serão debatidas aqui, partiremos da sua origem afro-brasileira. O que nos interessa aqui é pensar o samba a partir de duas análises apresentadas nos livros “Samba negro, espoliação branca” e “O mistério do samba”.

O livro “Samba negro, espoliação branca” foi derivado de uma dissertação de mestrado em Ciências Sociais de Ana Maria Rodrigues, na Universidade de São Paulo (USP). A dissertação foi apresentada em 1981 e em 1984 o livro teve sua publicação na Editora Hucitec. A autora inicia o livro dizendo que a pesquisa partiu da leitura de livros que tratavam sobre a situação do negro no Brasil, sendo o livro de Florestan Fernandes “A integração do negro na sociedade de classes” o precursor que a inspirou, para que ela viesse a estudar sobre essa integração.

Uma das grandes contribuições do livro é pensar o controle que a sociedade branca dominante teve sobre as festividades dos negros. Ela primeiro analisa esse controle, da época da escravidão até a década de 1970, que ocasionou num embranquecimento do carnaval e na espoliação dessa festa pelos brancos. Depois examina as transformações decorrentes da

entrada do branco no samba e após busca perceber o nível de conscientização dos negros quanto a essa usurpação. Para isso, ela concentra seus estudos em quatro escolas de samba do Rio de Janeiro, a Estação Primeira de Mangueira, a Imperatriz Leopoldinense, a Beija-Flor de Nilópolis e a União da Ilha do Governador. Sua pesquisa usou diferentes metodologias, teve a observação participante nos anos 1975, 1976 e 1977, a realização de entrevistas com os componentes das escolas, jornalistas, radialistas e espectadores, a leitura de notícias de jornais sobre as escolas de samba e análise da bibliografia sobre o tema.

Já “O mistério do samba” foi de uma tese de doutorado em Antropologia Social, que Hermano Vianna apresentou no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1994 e sua primeira publicação foi em 1995, pelas editoras Jorge Zahar e Ed.UFRJ. O interesse principal de Vianna foi o de entender o mistério do samba em ser tratado com repressão num momento e depois ter sido exaltado como cultura nacional. Outra questão levantada no livro é sobre o mestiço como originalidade de projeto nacional. Como Vianna explica desde o início, sua pesquisa derivou-se depois de ele ter lido sobre um encontro entre Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Prudente de Moraes Neto (pseudônimo Pedro Dantas), Heitor Villa-Lobos, Luciano Gallet, Patrício Teixeira, Donga e Pixinguinha. Ele apresenta comentários sobre esse encontro e de outros da música popular brasileira, para mostrar que havia um diálogo entre elite e populares. Assim como também traz algumas análises sobre o mestiço. Vianna, no livro, procurou não ser muito acadêmico, para que a leitura tivesse um amplo público de interessados sobre o tema, porém traz debate teórico no texto e o aprofunda em anexos.

Ambos os livros trabalham com a temática das relações raciais no samba, no entanto, com enfoques diferentes. Rodrigues procura uma abordagem que mostra essas relações no sentido da expropriação e na transformação do samba visando o embranquecimento. Já Vianna traz uma análise que demonstra essas relações como integradoras, em diálogo e com um interesse que valoriza o negro e a “cultura popular”. No trabalho de Rodrigues as relações raciais são assim tratadas de maneira explícita, já Vianna se manifesta ora como relações raciais, ora conceituando como elite e populares. Vianna problematiza a fim de mostrar a complexidade das relações humanas, para revelar que não era toda uma classe reprimindo e desqualificando a produção cultural da outra, pois havia pessoas da elite que gostavam e defendiam a “cultura popular”, que eram contra a repressão. Já Rodrigues mostra que essa integração, ocasionou numa transformação que mais uma vez buscou o embranquecimento, uma integração que apresentou uma espoliação da cultura negra, regulando e colocando

elementos ditos modernos que buscavam um maior lucro. Logo, se aproximava das classes mais desenvolvidas socioeconomicamente e se distanciava das classes populares.

Sabemos que o problema do racismo toca as pessoas de diferentes maneiras. Seria reducionismo apenas afirmar que é um problema do narcisismo branco e da inferiorização negra. Tanto que há brancos que buscam questionar seus privilégios de cor e lutam pelo antirracismo, assim como há negros que acreditam que não passaram pelos entraves da cor. Como o problema tem sido resolvido basicamente na esfera privada, individualmente, apoiando-se na boa vontade das pessoas, no domínio por vezes da afetividade, podemos sim encontrar essas duas situações, que, inclusive, não negam a preponderância do narcisismo branco e da inferiorização negra. Por isso que ambas as visões apresentadas nesses dois livros são válidas, elas mostram faces diferentes da mesma realidade. Afinal, o racismo é algo que envolve toda a sociedade, portanto, não é para ser resolvido apenas de uma parte **ou** outra, mas sim de ambos os lados, um e o outro, um **com** o outro.

“Samba negro, espolição branca”

Rodrigues argumenta no livro que havia repressão e discriminação das festas negras e que elas só foram incentivadas quando se percebeu as vantagens decorrentes dela. Seja ainda na escravidão, trazendo melhor desempenho do trabalho, diminuição dos movimentos de revolta e possibilidade de aumento do contingente de pessoas a serem escravizadas pelas relações sexuais que essas festas podiam oferecer. Seja, no século XX, com o carnaval, na percepção de lucro com a venda, produção e divulgação dessas festas. Ela questiona a forma como se deu a integração do samba, porque, apesar da enorme rentabilidade, as comunidades em que as escolas de samba estão inseridas e os componentes não conseguem captar essa renda. Pois, o processo de profissionalização foi majoritariamente de setores que brancos desempenhavam a sua participação de controle para a viabilidade da festa.

Nessa passagem, a autora comenta resumidamente a forma como ela vê a integração do samba:

A partir da década de 50, percebe-se uma mudança na relação da população branca dominante com o universo dos sambistas, francamente contraditória. Assemelha-se a um processo sutil de branqueamento, que se inicia com duas ações interligadas: a primeira é a constante afirmação de que o elemento negro não é, por direito, responsável pela criação e controle dessas formas de associações lúdico-espontâneas que são as escolas de samba. A segunda é a interferência consciente e constante, cada vez mais aguda, no objetivo principal dessas associações, que são os desfiles das escolas de samba, durante o carnaval.

Sem querer afirmar que o samba teve influência somente de raça e de culturas negras, queremos, porém, deixar bem claro que é mérito exclusivo do grupo negro no Brasil o surgimento e o crescimento dessa forma musical. (RODRIGUES, 1984, p.40)

Em congruência com esse pensamento, Sodré nos diz:

A classe média torna-se, assim, produtora sistemática de sambas e começa a fazer passar, através do som e da letra, novas significações culturais. Na realidade, tratava-se de um movimento de expropriação paulatina do instrumento expressivo de um segmento populacional (pobre, negro) por outro (médio, branco). É exatamente isto o que indica o verso de Vinícius de Moraes: “Porque o samba nasceu lá na Bahia/E se hoje ele é branco na poesia/Ele é negro demais no coração... (SODRÉ, 1979, p.37)

Uma integração organizada e regulada pelo Estado e pelos financiadores. Em que o embranquecimento teve um grande marco, o da entrada da figura do carnavalesco. O carnavalesco é um dos participantes da festa que tem profissionalização, diferentemente dos componentes que desfilam por amor à ecologia. Sua entrada teve grande sucesso, que foi o caso do Fernando Pamplona na escola Acadêmicos do Salgueiro, e para Rodrigues “os juízes identificaram-se, pela primeira vez, com seus próprios valores culturais, sua realidade social, seu conceito particular de ‘bom gosto’. Não havia porque negar o êxito a esta escola.” (RODRIGUES, 1984, p.47).

O carnavalesco se torna o participante, profissionalizado, de maior importância na diretriz da organização do enredo anual. Se antes o Estado obrigava os sambas-enredos tratarem de temas históricos, depois é o carnavalesco quem definirá o tema. Tanto que Rodrigues faz uma pesquisa com os sambistas e viu que um dos temas que eles mais gostariam de ver nos desfiles era o que tratava dos problemas sociais. Ela até admite que aconteceu uma divulgação de temas afro-brasileiros, mas para ela isso seria um movimento mais inclinado para uma promoção da sociedade dominante, que explora o folclórico, ditando o que eles acreditam que seria uma festa realizada por afro-brasileiros, do que uma conscientização e valorização das características histórico-sociais dos negros.

Nessa troca do lúdico para o espetáculo, com toda uma indústria cultural que envolve materiais de luxo e grandes produções, veem-se os destaques que são os personagens importantes do enredo e as rainhas de bateria, de padrões brancos, sendo a população negra representada como passistas, na bateria e na ala das baianas, mostrando uma diferenciação na apresentação da festa, privilegiando as figuras brancas. Dessa forma, Rodrigues explica que a dominação ideológica da democracia racial continuava se perpetuando, principalmente com a imagem de que o samba não era de uma raça, mas de todos, assim, continuando a buscar o embranquecimento cultural e certa exclusão da população negra. Mas a autora se mostrava esperançosa, porque ela sentia uma conscientização dos sambistas sobre esse processo de inserção do grupo dominante, embora em sua pesquisa tenha percebido que a própria comercialização da festa dificultava uma maior voz aos negros.

“O mistério do samba”

Já Vianna parte do discurso de que não há pureza cultural e que o samba não é uma produção de uma única raça, a dos negros. Para isso, ele mostrará que as trocas culturais já aconteciam desde o lundu e a modinha, que teve influências de várias nacionalidades. Ele diz que “o samba, naquela época, não era visto como propriedade de um grupo étnico ou uma classe social” (VIANNA, 2005, p.120). Como argumento, ele fornece os exemplos da entrada da turma de Vila Isabel para o cenário do samba e o próprio formato da organização dos grupos sociais no Rio de Janeiro da época, anterior às transformações da cidade e do surgimento das favelas, que se dava de forma mais misturada na malha urbana, geograficamente falando.

O livro procura trazer para o leitor a afirmativa de que havia um diálogo entre elite e populares na produção cultural. Para tanto, ele exemplifica alguns encontros em diversas casas, como, por exemplo, a casa de Francisco Paula Brito, e cita casos de famosos negros, mulatos e morenos que tinham ligações, mesmo que momentâneas com a elite, como, por exemplo, Tinoco. Para que essas situações fossem possíveis, ele destaca as figuras que ele chama de “agentes mediadores” ou “mediadores culturais” que serviram de base para a existência das relações entre diferentes camadas sociais na procura pelas “coisas brasileiras” (aspas do autor). Um desses mediadores teria sido Afonso Arinos. O autor conta partes da história dele que mostram sua ação de mediação nas questões culturais, que visavam à continuidade da unidade territorial do Brasil. Ele preconizava que era necessária a união do povo e da elite para a garantia dessa unidade territorial. Vianna explica que a tendência de valorizar a mestiçagem tinha sido uma solução encontrada para esse projeto de unidade da pátria.

Vianna cita vários casos e usa de argumentos da história para explicar que existia uma valorização e interesse pela cultura popular, como foi o samba. O autor não nega a existência da resistência, da repressão, mas ele acredita que não deveria ser em grande número, já que o samba se torna elemento nacional, isto é, “ganhara” no “jogo” cultural. Tanto que em menos de seis anos de sua existência, acontecem patrocínios e regulação do Governo para que o carnaval se tornasse um evento oficial e para o desenvolvimento do samba como elemento e símbolo de brasilidade. Outro exemplo para mostrar uma mediadora que exaltava a música e dança de origem negro-africana (o samba) e a vestimenta de baiana é a cantora Carmen Miranda.

O autor admite a existência do racismo e da separação de mundos entre elite e as camadas populares, mas ressalta que também há vários grupos da elite que valorizam o popular e repudiam o racismo. Ele também comenta sobre o paradoxo da sociedade em repremir a cultura afro-brasileira, ao mesmo tempo em que valorizava a mestiçagem e a cultura popular urbana. No entanto, ele acredita que a solução para o racismo não se daria na divisão bipolar de negros e brancos, por isso que ele afirma, inclusive, que não há pureza étnica, no Brasil.

“Que ‘negro’ é esse na cultura negra?”

Hall nos instrumentaliza para pensarmos o momento atual das relações raciais, assim como o de dar algumas respostas aos dois livros já comentados. Para Hall, vivemos um contexto histórico que parte de algumas mudanças: o deslocamento dos modelos europeus como alta cultura e como sujeito universal da cultura, o aparecimento dos EUA como potência e, com isso, se tornando um centro de produção e divulgação global da cultura, e por fim o da descolonização do Terceiro Mundo, com a conquista de direitos civis e lutas negras que buscam uma descolonização da mente. O momento de produção do livro da Rodrigues estava no auge do acontecimento da terceira mudança, já o de Vianna teve um distanciamento desse auge, mesmo que pequeno, historicamente.

Para Hall essas mudanças que configuram a atualidade por vezes parecem revisitar os antigos modelos de centro-periferia, no entanto elas possibilitam novas formas de contestação e intervenção no campo popular. Os dias de hoje, marcado pelas noções de pós-colonial e pós-modernismo, possui ainda a ambivalência da discriminação e o fascínio pelas diferenças. Entretanto é um período histórico em que, embora numa situação periférica, a cultura marginalizada possui uma grande abertura de produtividade, fruto das lutas de movimentos e resultado de políticas culturais da diferença. Com isso, vemos o embate em busca da hegemonia cultural, por meio do deslocamento da distinção do que é erudito e popular.

O autor explica que a hegemonia cultural não é um jogo de perde e ganha, estaria ligada a uma mudança no equilíbrio de poder, alterando a disposição e a configuração do poder cultural sem ser excluído dele. Assim vemos uma afirmação da diferença nos espaços da cultura, apesar de ainda existir uma regulação e controle dela, limitando-a. Como também vemos posições de resistência à diferença, tentativas de retomar o formato eurocêntrico e o modelo da branquitude. Contudo, o que presenciamos é a cultura popular se tornando cada vez mais a forma dominante da cultura global, em que:

O papel do “popular” na cultura popular é o de fixar a autenticidade das formas populares, enraizando-as nas experiências das comunidades populares das quais elas retiraram o seu vigor e nos permitindo vê-las como expressão de uma vida social subalterna específica, que resiste a ser constantemente reformulada enquanto baixa e periférica. (HALL, 2003, p.323)

Para Rodrigues e para Vianna, Hall tem essas passagens:

Não importa o quão deformadas, cooptadas e inautênticas sejam as formas como os negros e as tradições e comunidades negras pareçam ou sejam representadas na cultura popular, nós continuamos a ver nessas figuras e repertórios, aos quais a cultura popular recorre, as experiências que estão por trás delas. (*Idem*, 2003, p.323)

A apropriação, cooptação e rearticulação seletivas de ideologias, culturas e instituições europeias, junto a um patrimônio africano, (...) conduziram a inovações linguísticas na estilização retórica do corpo, a forma de ocupar um espaço social alheio, a expressões potencializadas, a estilos de cabelo, a posturas, gingados e maneiras de falar, bem como a meios de constituir e sustentar o companheirismo e a comunidade. (*Idem*, 2003, PP. 324-325)

Isto é, afirmando a negritude de produções culturais ou enfraquecendo essa afirmativa com o argumento de que são impuras, por conta das trocas culturais que ocorreram pela diáspora africana, ou ainda tomar a ameaça da cooptação ou exclusão, não esconderão os estilos negros que se reformularam e se adaptaram a esses novos contextos históricos. Por isso, que não se trata de resgatar o que foi perdido pela entrada do branco no samba e nem de justificar que essa prática cultural não possui uma raiz única, negra. Devemos pensar as culturas negras pelo que elas são, por esse processo de diáspora irreversível, adaptadas em negociações e contradições, marcadas pela contestação estratégica. Hall propõe pensarmos a realidade pós-colonial ou também chamada como pós-moderna não pela oposição “ou”, mas sim pela conjunção “e”, que dá novas possibilidades de interpretação e significado. Ele ainda alerta que:

Esse momento essencializa as diferenças em vários sentidos. Ele enxerga a diferença como “as tradições deles versus as nossas” – não de uma forma posicional, mas mutuamente excludente, autônoma e auto-suficiente – e é, conseqüentemente, incapaz de compreender as estratégias dialógicas e as formas híbridas essenciais à estética diáspórica. (*Idem*, 2003, p.326)

Não se trata de trocar o narcisismo branco pelo narcisismo negro, Fanon já nos apontou que os dois são duas formas de escravização, um na branquitude e o outro na negritude. Não é uma procura por homogeneizar o negro, com uma essência. Pois, temos visto a diferença se naturalizar como biológico, não entendendo a historicidade da diferença. Os estudos precisam estar atentos a essa movimentação histórica e na forma como se processaram as culturas da diferença. Hall diz que:

Não é somente para apreciar as diferenças históricas e experiências dentro de, e entre, comunidades, regiões, campo e cidade, nas culturas nacionais e entre as

diásporas, mas também reconhecer outros tipos de diferença que localizam, situam e posicionam o povo negro. . (*Idem*, 2003, pp.327-328)

E foi isso que o trabalho de Rodrigues tentou mostrar pelo viés econômico da produção cultural. O processo histórico não nos permite voltar ao passado e fazer uma nova história. Foi inevitável, por isso foi, senão não teria sido. Temos que então entender esses processos e perceber como as relações raciais se constituíram e como ainda dialogam. No Brasil, temos a especificidade das relações raciais a partir do projeto de mestiçagem. Vimos essa diferença ser colocada como a nossa originalidade, tal como Vianna relembra, mas que na prática se apresenta numa tentativa de embranquecimento, tal como nos demonstra Rodrigues. Não se trata de uma valorização reconhecida da cultura popular, há pessoas sim que valorizam e reconhecem, como nos aponta Vianna, mas vemos no jogo cultural entrar elementos de hierarquia, ainda no diálogo erudito e popular, que qualifica – refina - versus que desqualifica - vulgariza.

As visões de Rodrigues e Vianna trazem importantes abordagens sobre os estudos culturais. Diferenças que se situam na produção em contextos diferentes, uma em 1984, momento próximo do fim da ditadura brasileira e criação do movimento “Diretas Já” para a redemocratização do país; outra em 1995, com a entrada do presidente Fernando Henrique Cardoso, iniciando um período de estabilidade democrática da política brasileira. Porém, ambos os livros trouxeram diferentes ângulos da mesma temática que é o samba, com diferentes pesquisas, mas que um não refuta o outro. A complexidade da realidade permite ambas as análises, é como diria Fernando Pessoa:

Encontrei hoje em ruas, separadamente, dois amigos meus que se haviam zangado um com o outro. Cada um me contou a narrativa de porque se haviam zangado. Cada um me disse a verdade. Cada um me contou as suas razões. Ambos tinham razão. Não era que um via uma coisa e outro outra, ou que um via um lado das coisas e outro um outro lado diferente. Não: cada um via as coisas com um critério idêntico ao do outro, mas cada um via uma coisa diferente, e cada um, portanto, tinha razão. Fiquei confuso desta dupla existência da verdade. (PESSOA. In: MATTA, 1997, p.13)

A luta da Rodrigues está na conscientização dos negros quanto à integração de suas culturas, para a observância das estratégias de expropriação e espoliação cultural. Já a de Vianna é a de nos orgulharmos de nossas misturas. As duas lutas procuram por um equilíbrio, uma harmonia justa que é difícil na esfera cultural, assim como a de todas as relações humanas, porque o humano é um ser político. Entretanto, não é impossível, a capacidade humana de criação, destruição e recriação têm potencialidades infinitas. Devemos continuar nessas lutas para que o futuro se mostre melhor do que o presente que vivemos.

Conclusão

A exaltação da nossa mestiçagem pelas diferentes misturas pode escamotear os complexos processos envolvidos nas relações raciais do Brasil. Apesar da nação se constituir numa democracia e preconizar a igualdade de todos perante a lei com as garantias mínimas de sobrevivência, isto não é visto em nosso cotidiano, em que as ações notadamente são racistas, mesmo que enrustidas ou dissimuladas. A força da cultura popular em se afirmar nos espaços, como nos aponta Hall, ainda mais nesse contexto histórico de circulação em níveis globais de alcance, é muitas vezes colocada nesse discurso da mestiçagem de maneira a minimizar os conflitos raciais internos, ao invés de procurar a valorização e o respeito das diferenças.

Rodrigues mostrou que essa integração, nesse diálogo racial, trouxe uma espoliação da cultura negra, modificando o samba com elementos da cultura branca, não no sentido de trocas justas, mas de um desnível na representação dos desfiles, na separação da profissionalização de alguns setores e outros não, trazendo uma consequência de concentração dos lucros em mãos brancas. Já Vianna explicou que essas trocas não eram de desqualificação do popular e que o samba seria resultado de uma produção branca e negra, sendo, portanto, um produto nacional e não de uma raça.

O que Rodrigues procurou mostrar foi que no discurso da integração, as ordens hierárquicas de valores ainda operava. Podemos, então, ver o conceito de branquitude sendo aplicado no contexto do samba, especificamente na abordagem de Rodrigues. Quanto ao Vianna, ele buscou trazer a existência dos diversos encontros e casos que demonstravam um diálogo entre elite e populares, entre brancos e negros, retomando a exaltação das nossas misturas para uma leitura possível do nosso passado. Vianna até admitiu, no livro, que esses encontros e casos não escondiam a realidade racista da sociedade, mas a sua preocupação era a de não tencionar ainda mais as discussões entre as raças pela requisição do samba como produto negro, tentando provar as misturas que sempre tiveram as produções culturais.

Já o Hall, nos alerta para as mudanças que configuram a atualidade e para a forma como deveríamos olhar para os estudos culturais, precisamente para a situação da diáspora africana e seu contexto histórico.

O conceito de branquitude não vem para afirmar que o branco é o único problema do racismo. Ele vem trazendo um novo ângulo para as discussões sobre o racismo, para não continuarmos no reducionismo de vermos a questão como um problema de negros. Vem para mostrar o processo histórico de dominação branca, de afirmação de superioridade na tentativa de desqualificação do negro. Vem para explicar que as trocas culturais foram tendenciosas, privilegiando o branco em detrimento do negro.

O racismo precisa ser atacado nas duas bases, na do narcisismo da superioridade do branco e na inferiorização introjetada no negro. Duas construções sócio-históricas que operam no sistema capitalista pondo uma face racial na desigualdade social e que vai além da situação de classe. É decorrente da mentalidade racista que ainda perdura ao longo dos anos e que apresenta a faceta racista na integração do negro no mundo das classes, no mundo capitalista. A luta antirracista vem pra questionar o imaginário da superioridade branca e da inferioridade negra. Para que um dia possamos viver numa sociedade em que a competição profissional não esteja calcada em mentalidades racistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVES, Luciana. *Significados de ser branco – a brancura no corpo e para além dele*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2010.
- ARAÚJO, Joel Zito. “A força de um desejo – a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual”. *REVISTA USP*, São Paulo, n.69, p. 72-79, março/maio 2006.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. “Branqueamento e branquitude no Brasil”. In: CARONE, I; BENTO, M. A. S. (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002a.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- GULLAR, Ferreira. “Tem branco no samba”. *Folha de São Paulo* 06/02/05. Disponível em: <http://www.academiadosamba.com.br/memoriasamba/artigos/artigo-142.htm> Acesso em: 05/06/11.
- HALL, Stuart. “Que ‘negro’ é esse na cultura negra?” In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. “Construção da Identidade Negra no Contexto da Globalização”. Democracia racial. In: OLIVEIRA, I. (org.) *Cadernos PENESB. Relações raciais e educação: temas contemporâneos*. Niterói: EdUFF, n° 4, p. 61-84, 2002.
- _____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo, Edusp, 1998.

- PESSOA, Fernando. In: MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.13
- RODRIGUES, Ana Maria. *Samba Negro, Espoliação Branca*. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.
- SOUSA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- SOUZA, Larissa da Silva Lisboa. "O samba como resistência e reafirmação." *Revista África e Africanidades*, Ano 2, n.8, fev. 2010, pp.01-08.
- SODRÉ, Muniz. *Samba, o dono do corpo*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.
- VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. 6.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: Ed. UFRJ, 2007.

USOS E IMAGENS SOBRE OS CABELOS CRESPOS DAS MULHERES NEGRAS

Luane Bento dos Santos

Mestranda em Relações Etnicorraciais no CEFET-RJ

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo “investigar” as representações sociais que se realizam sobre o cabelo crespo da mulher negra. Entendendo que o cabelo do negro está no jogo identitário marcado como importante símbolo político e corpóreo, sendo percebido por muitos negros (ativistas e intelectuais) na atualidade, enquanto um dos principais elementos de construção das identidades negras. Realiza o estudo a partir de etnografia, entrevista e levantamentos bibliográficos. Apresenta uma breve discussão sobre os processos de racismo e discriminações em torno dos cabelos crespos dos negros. Aponta como estes processos criam imagens “estigmatizadas” sobre a corporeidade negra, principalmente sobre os cabelos e cor da pele. Utiliza-se de conceitos como identidade, identificação, diferença, representação e processos culturais.

Palavras-chaves: Identidade negra, Cabelo, Representação Social.

Abstract

The present paper aims to “investigate” the social representation that over the curly hair of black women. Understanding that the hair of black identity in the game is marked as an important political symbol and body, being perceived by many blacks (activists and intellectuals) today, as major construction elements of black identities. Performs study from ethnography, interviews and literature surveys. Presents a brief discussion of the processes of racism and discrimination around the black curly hair. It indicates how theses processes create images “stigms” black corporeality, especially on the hair and

skin color. It uses concepts such as identity, difference, representation and cultural processes.

Keywords: Black Identity, Hair, Social.

O cabelo é utilizado publicamente para comunicar uma variedade de sentidos sociais e pode estar diretamente relacionado às demarcações e às internas delimitações hierárquicas das sociedades [...] Sendo um dos símbolos mais poderosos de identidade individual e social o cabelo consolida o significado do seu poder, primeiro porque é físico e extremamente pessoal; segundo porque apesar de pessoal é também público, muito mais do que privado. As efetivas hierarquias sociais podem ser simbolizadas por intermédio das formas de capilaridade que os indivíduos portam. Gênero ocupação, idade, fé, status socioeconômicos e até mesmo orientação política, além de disposições e gostos pessoais que não deixam de remeter às classes sociais - significam posições na gramática social, radicando-se nas relações de força inerentes às relações pessoais e institucionais (SABINO, 2007 p.116,117).

O cabelo da cabeça tem sido visto em muitos estudos antropológicos como um elemento importante de construção corporal. Sabino destaca sua posição, enquanto forte marcado social. Para Sabino, o cabelo exerce na sociedade uma comunicação de linguagem, expressando símbolos de hierarquia social, distinção de gênero e classe, posição religiosa entre outros papéis sociais.

De modo geral, podemos visualizar em quase todas as culturas o cabelo da cabeça como elemento permeado de linguagens e sentidos para os grupos. Segundo Leach:

A arte do penteado é objeto de elaboração ritualística. Quais são os mecanismos [...] dessa atuação. O que significa o comportamento do cabelo? (LEACH, 1983, p.145).

Se o cabelo opera como forte elemento constitutivo da identidade corpórea individual e coletiva, como podemos pensar a relação do cabelo crespo dos negros na sociedade brasileira. Sabemos que no Brasil as relações sociais etnicorraciais são de naturezas conflituosas e escondidas sobre a vulgaridade de racismo mascarado como nos fala Guimarães (2000). Nossa sociedade vivência um mito fundacional pautado na

ideia de integração e subserviência de negros e índios sobre a ordem ideológica de colonizadores portugueses. Como retrata Sodré:

Persiste ainda hoje a utopia civilizatória da Europa. Após cinco séculos de colonização da América, os europeus-diretamente ou por meio das elites nacionais mediadoras [...] continuam reproduzindo o discurso de enaltecimento de seu valor universalista, como garantia da colonialidade do poder. Costuma-se esquecer o genocídio “ fundador” [...] mas igualmente o fato de que o desenvolvimento econômico, o progresso, a modernização tecnológica (cujos parâmetros de realização partem da civilização européia) impõem a amplas parcelas populacionais com efeitos tão ou mais radicais do que os primeiros genocídios (SODRÉ, 1999, p.33)

Sobre a égide do legado colonizante (SODRÉ, 1999) o negro brasileiro experimenta em seu cotidiano diversas formas de discriminação e racismo como demonstram vários estudos sobre nossas relações raciais¹. Nesse sentido, o que os usos dados aos cabelos crespos pelos negro nos apresentam de importante para a compreensão da dinâmica cultural do racismo, assim como da identidade cultural negra?

Sabemos, de acordo com os estudos de Gomes(2006) e Lody (2004) que para os grupos africanos trazidos para as Américas como escravizados no período colonial, o cabelo representava um bem social de natureza espiritual, hierárquica e de outras distinções sociais. E que com a colonização o cabelo ganhou outros valores, tais como negativo e positivo para os descendentes de africanos. Por isso é preciso investigar quais representações de cabelo estão presentes no imaginário atual de negros e negras.

O presente trabalho é resultado de minha monografia de graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ intitulada: “Para ficar bonita tem que sofrer!”: a construção de identidade capilar para mulheres negras no nível superior (2010). Teve como objeto de pesquisa mulheres negras inseridas no nível superior. A pesquisa teve como objetivo tentar “captar” de qual forma as mulheres negras atribuíam valores sociais a seus cabelos quando crespo. Para isso foram realizado cerca de 15 entrevistas com mulheres negras de qualquer idade, classe social, religião, sexualidade e curso de graduação. As entrevistadas se auto declararam negras, o universo da pesquisa entrevistou mulheres negras oriundas de movimentos sociais negros e mulheres negras sem nenhum tipo de inserção a movimentos sociais negros ou

1 GUIMARÃES, Antonio Sérgio; HUNTLEY, Lynn. (orgs). Tirando a máscara. Ensaio sobre racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000, GOMES, Nilma Lino; Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação, Campinas*, n.21, p.40-51, set/out/nov/dez. 2002; SANTOS, Luane Bento dos. “Para ficar bonita tem que sofrer!” : A construção de identidade capilar para mulheres negras no Nível Superior. 2010. Monografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

outros. A maioria das entrevistadas eram de universidades públicas. As entrevistadas selecionadas eram mulheres com graduação e na graduação. A grande maioria eram oriundas da Universidade Federal Fluminense-UFF, Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro-UNIRIO e Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. A metodologia de trabalho teve como ferramenta de investigação roteiro de entrevista com perguntas semi-estruturadas: abertas e fechadas, história de vida e observação participante em grupos de mulheres negras ativistas do movimento negro.

Os resultados das entrevistas demonstraram que o cabelo crespo para as mulheres negras tem grande significado na construção de suas identidades corpóreas, assim como na construção de sua autoestima. Percebemos que sobre o cabelo se construíram diversas formas de identidades, no entanto prevalecendo na maioria dos discursos, em algum momento da vida das entrevistadas uma forte identidade negativa sobre os cabelos crespos.

Os resultados apresentados neste artigo são ideias parciais da etnografia realizada para o escrito da monografia de graduação. Contudo, são de extrema relevância para entendimento da complexidade que são a relação de mulheres negras com seus cabelos. Esse trabalho se propõe a descortinar perspectivas essencialistas entorno dos cabelos das mulheres negras. Consideramos como perspectivas essencialistas pensamentos que atribuem um grau de negatividade ao cabelo crespo negro, como pensamentos que condicionam a consciência política negra a esfera, apenas da apresentação do cabelo crespo em sua textura “natural”.

As identidades negras brasileiras.

As identidades negras brasileiras são oriundas de diversas culturas africanas que aqui aportaram com o tráfico de escravos. Falar em identidades negras é entender que elas ocorrem de várias formas, uma das maneiras mais fácil de ilustrar esse fenômeno é através da diversificação cultural das danças e religiões consideradas afro: Jongo, Congo, Coco, Tambor de Crioula, Maracatu, entre outras danças. Assim como no meio religioso o Candomblé, o Xangô, o Catimbó, a Umbanda e o Vodun são originárias dessa presença africana no Brasil.

Os negros² brasileiros criaram várias formas de identidades e no que foi possível tentaram preservar e recriar símbolos, histórias e tradições que relembram sua trajetória de saída de África. Nas considerações de Sodré:

É preciso deixar bem claro que não se tratou jamais de *uma* cultura negra fundadora ou originária que aqui se tenha instalado para, funcionalmente, servir de campo de resistência. Para cá vieram dispositivos culturais correspondentes às várias nações ou etnias dos escravos arrebatados à África entre séculos os séculos XVI e XIX. Tais culturas já conheciam mudanças no próprio continente africano em função das reorganizações territoriais e das transformações civilizatórias (substituições de antigos reinos e impérios por dispositivos políticos de natureza estatal), precipitadas pelas estruturas de escravo montadas pelos europeus.

No Brasil, as mudanças são evidentemente radicais. Desde o início, os *senhores* (proprietários) evitavam reunir grande número de escravos de uma mesma etnia, estimulavam as rivalidades étnicas e desfavoreciam a constituição de famílias. Os folguedos, as danças, os *batuques* —a “brincadeira” negra— eram permitidos (e até mesmo aconselhados por jesuítas), tanto por implicarem em válvulas de escape com por acentuarem as diferenças entre diversas nações.

Entretanto, nesse espaço permitido, porque inofensivo dentro da perspectiva branca, os negros reviviam clandestinamente os ritos, cultuavam deuses e retomavam a linha de relacionamento comunitário. Já se evidencia aí a estratégia africana de jogar com as ambiguidades do sistema, de agir nos interstícios da coerência ideológica. A cultura negro-brasileira emergia tanto de formas originárias quanto dos vazios suscitados pelos limites da ordem ideológica (SODRÉ, 1983, pp.123-124)

As culturas negras fazem parte desse conjunto de culturas que simbolizam a identidade nacional. No entanto como a identidade nacional é elitizada, e apenas ressalta a contribuição do colonizador as culturas negras são vistas em segundo plano.

A identidade brasileira é composta por inúmeros elementos das sociedades africanas trazidos pelos povos africanos,

(...) estruturas hierárquicas, administrativas, jurídicas e classificações sociais. Os avanços tecnológicos alcançados no continente africano, como as plantações com tecnologias avançadas para época, a criação de gado, a metalurgia, o comércio, a escrita, as formas de manifestação artísticas e o urbanismo utilizado nos centros urbanos forneceram mão-de-obra especializada para aqueles que compravam mão de obra escrava. Além das formas de organização política, as distribuições territoriais e as diferentes formas de elaboração intelectual constituem heranças importantes no processo de incorporação da população africanizada escravizada à população do Estado em formação (SANTOS, 2006)

Sem os elementos das culturas africanas o Estado que conhecemos seria outro, no entanto, não são abordados como constitutivos em prol dos referenciais oficiais. Tal como a história de Portugal em quase todo o processo antes “Descobrimento do Brasil”

² A palavra negro será usada para designar uma parte da população composta por pessoas que se autocalificam como negras e são classificadas no censo como pretas ou pardas. Negro, nesse trabalho, segue as definições do IBGE “preto e pardo”.

e no processo de Metrópole Brasileira difundidos nos níveis escolares Fundamental e Médio (Lei 10.639/2003) .

A identidade negra como qualquer identidade acontece no processo de contraste, na situação em que haja diferença. Ela comumente ocorre nos processo de conflitos e discriminações, precisa do diferente para existir e o diferente no caso é o branco. Mas como uma identidade subjugada ela opera nas transformações do cenário político porque a partir do momento em que é estabelecida transforma paradigmas. Ela é mais um dos pontos críticos para a “crise da identidade moderna”.

Ela faz parte daquelas identidades, que começam a aparecer pelas vozes de intelectuais negros e negras no contexto acadêmico provocando modificações no campo científico. Para Santos:

Muitos teóricos nas Ciências Sociais têm discutido sobre uma possível “crise da identidade” no mundo contemporâneo, mas como mostra Hall (2001) em “Identidade cultural na pós-modernidade”, o que está ocorrendo não é exatamente uma crise e sim processos de deslocamentos ocasionados por mudanças estruturais nos centros sociais. Essas mudanças, oriundas da Modernidade tardia, trazem para o ambiente acadêmico a necessidade de se repensar formas, abordagens e conceitualizações de termos como identidade. Não basta conceitualizar identidade como elemento representativo da cultura nacional de um povo. É necessário entender as diversas formas de identidades (gênero, raça, etnia, religião, nação) que estão aparecendo através da fala dos “estudados”, de suas produções científicas que visam reivindicar outras formas de cientificidade, de “episteme” e conhecimento(SANTOS, 2010, p.12)

Os movimentos sociais negros e o simbolismo político dado aos cabelos crespos.

A modernidade negra (GUIMARÃES, 2003)³ trouxe inúmeras questões para o cenário político global-local. Uma delas foi a afirmação da identidade negra através de uma estética corporal (indumentária) considerada mais "*africana*". O cabelo crespo do negro foi um dos elementos "*significantes*" dessa trajetória de elaboração identitária, marcada, expressivamente da década de sessenta do século vinte com os movimentos de Direitos Civis estadunidense e, principalmente pelo movimento Black Panter (Panteras

3 Nas considerações de Guimarães (2003) a modernidade negra seria,

Portanto, a modernidade negra se inicia, de fato, com a abolição da escravatura, nos meados do século XIX. Significa, em termos bastante gerais, a incorporação dos negros ao Ocidente enquanto ocidentais civilizados e acontece em dois tempos que às vezes coincidem, às vezes não: um primeiro, em que muda a representação dos negros pelos ocidentais, principalmente através da arte, fruto intelectual do mal-estar provocado pelas guerras e pelas lutas de classe na Europa; o segundo se inicia com a representação positiva de si, feita por negros para si e para os ocidentais (Guimarães, 2003: 42).

Negras), que considerava o cabelo alisado do negro como reflexo de uma mentalidade colonial;

Durante os anos 1960, os negros que trabalhavam ativamente para criticar, desafiar e alterar o racismo branco sinalizavam a obsessão dos negros com os cabelos liso como um reflexo da mentalidade colonizada. Foi nesse momento em que os penteados afro, principalmente o black, entraram na moda como símbolo de resistência cultural à opressão racista e foram considerados uma celebração da condição de negros(a). Os penteados naturais eram associados à militância política. Muitos (as) jovens negros (as), quando pararam de alisar o cabelo, perceberam o valor político atribuído ao cabelo alisado como sinal de reverência e conformidade frente às expectativas da sociedade. *Há nesse período histórico, um importante momento de exaltação do cabelo crespo negro.* (HOOCKS, 2005, p.3, grifos nossos)

Sobretudo, na década de setenta, há a eclosão das discussões sobre o Apartheid no cenário mundial. Nasce o movimento de Consciência Negra com Stevie Biko na África do Sul, propondo o fim da subalternização racial de negros para com brancos e a formulação de uma identidade negra consciente, que valoriza sua história resgatando suas memórias.

Os movimentos negros oriundos da década de setenta, a partir da divulgação dos ideais de consciência negra, têm como preocupação negar toda a rejeição introjetada pelo processo de escravidão e colonização. Criam um orgulho em ser negro dando valorização a cor da pele, traços físicos como boca, nariz e cabelos (sinais diacríticos no caso). O corpo negro nesse período é visto como lugar de desconstrução de estereótipos e construção de “*beleza negra*”. O cabelo crespo é valorizado em sua textura natural, no modelo “*black power*” há um apelo pelo estilo. Todo o manuseio do cabelo crespo negro tem em vista uma ligação imaginada com a ancestralidade africana, com a “Mãe África”⁴ (GOMES, 2006).

Na atualidade o cabelo crespo do negro está cercado de significados nas relações sociais, isso porque nossa atualidade é resultado de um processo histórico que marcou, brutalmente o corpo negro (o corpo que mais carregava as “*marcas*”⁵ da ascendência africana). Não foi apenas um recurso “*festivo*”⁶ o uso de cabelos “*naturais*” na década de sesenta e setenta. Todavia, um ponto e foco político de negros indignados pelo julgo do racismo; em todas partes das Américas; em que ocorreram o processo de

4“Olhar para África na tentativa de recuperar valores, referenciais artísticos, culturais, estéticos através de um resgate da ancestralidade africana. A civilização africana aparece, então, como um mito e traz ao negro brasileiro a possibilidade de ser visto sem a marca da coisificação e da negação, ou seja, de ser visto como humano.” (GOMES, 2006, p.162).

5 O sentido de marca aqui é baseado nas considerações de Oracy Nogueira sobre preconceito de marca e preconceito de origem.

6 Considero que o uso do cabelo crespo em sua interpretação afro pelos sujeitos no período abordado não foi festivo, no sentido de banalidade. Existe nesse período toda uma argumentação política para o uso do cabelo. A festividade está embutida de contestação e não festividade sem conteúdo político notório.

diáspora africana (GOMES, 2006) e em países africanos que estavam em processo de independência. O corpo foi simbolizado como objeto político. Portanto, é preciso nos empossarmos de um olhar atento para analisar o uso do cabelo na atualidade. O que realmente ele tem a nos dizer sobre as relações etnicorraciais atuais? Mas devemos lembrar que esse corpo negro foi tratado como relata a história por muitas formas de crueldades e castigos. Nas falas de Lobo (2008),

O regime escravista dava ao senhor o poder incondicional sobre o corpo do cativo, a não ser por algumas restrições legais como nos casos de morte e excesso de maus-tratos, mas que, uma vez praticados, ficavam quase sempre impunes. Ainda que restrita às relações entre senhor e escravo, a ação privada praticada pelo feitor ou pelo próprio dono era exibida aos outros escravos como exemplo. Os gritos que provocava não eram abafados como vergonhosos. Ao contrário, ecoavam nas ruas, nas fazendas, nos campos. Tampouco se evitavam as marcas no corpo, as lesões e as cicatrizes — elas formavam o desenho de uma escrita sobre o comportamento dos escravos como instrumento de trabalho. Os anúncios de jornais em busca dos fugidos descreviam com minúcias as dessas lesões. Eram os sinais de identidade e de “carteira de trabalho” do escravo. [...] O castigo corporal foi o mais importante dos três Ps para a manutenção do regime escravista. O castigo punia faltas cometidas, servia de exemplo e admoestação, e poderia ser aplicado apenas como medida preventiva para futuras rebeldias-uma forma educativa inicial de dobrar o corpo para a obediência [...] Como prática corrente no Brasil até o século XIX, o castigo corporal era admitido como pena para certos crimes julgados, como punição pelos senhores das faltas de seus escravos, e mesmo nas escolas de bom nome, como medida disciplinar. Era mais frequente quando se tratava dos escravos, porque para estes o castigo não era somente prerrogativa da justiça, mas ficava também ao arbítrio do proprietário.

Segundo Gomes (2006),

Por aproximadamente quatrocentos anos, uma estimativa de vinte milhões de homens, mulheres, crianças foram removidos à força das suas casa e arrastados para o mercado de escravos de maneira desonrosa. Os cativos eram vendidos para comerciantes de escravos europeus e arábés. A maioria dos escravos estava entre dez e vinte quatro anos e levada da África Central e Ocidental. Mais tarde, os habitantes do Senegal, da Gâmbia, de Serra Leoa, de Gana e da Nigéria também foram muito procurados graças às suas habilidades especiais na agricultura, na feitura de jóias, na tecelagem do algodão e trabalhos com madeira.

Nesse processo de escravização, a primeira coisa que os comerciantes de escravos faziam com sua carga humana era raspar a cabeça, se isso já não tinha sido feito pelos seus captores. Era uma tremenda humilhação para um africano ser capturado por um membro de outra etnia ou por um mercador de escravos e ter seu cabelo e sua barba raspados, dando-lhe a aparência de um prisioneiro de guerra. Nesse sentido, quanto mais elementos simbólicos fossem retirados, capazes de abalar a auto-estima dos cativos, mais os colonizadores criavam condições propícias para alcançar com sucesso a empreitada comercial. [...] A cabeça raspada era uma das estratégias dos colonizadores europeus na tentativa de erradicar a cultura dos africanos escravizados, alterando radicalmente a sua relação com o cabelo. (GOMES, 2004, p.359)

Os sujeitos negros da contemporaneidade são herdeiros de trágica história,

anulada e silenciada pelas instituições de poder. Negros e negras brasileiros e das Américas carregam uma herança africana marcada, indiscriminadamente em suas aparências. São possuidores de uma herança não econômica por motivos óbvios, todavia cultural, ressignificada porém não apagada. Para Gomes:

A identidade do africano continuou inscrita no seu corpo, no seu cabelo, nas suas crenças, na sua cultura. Mesmo que não lhe fosse permitido esculpir e adornar majestosamente os seus cabelos, essa prática continuou guardada na memória [...]. Os africanos escravizados não perderam seu objetivo de enfeitar os cabelos e fazer deles uma assinatura., no decorrer dos anos, o contato com os brancos e outros povos do Novo Mundo trouxe para o negro e para a negra maneiras diferentes de lidar com o cabelo. Dos penteados elaborados, repletos de simbologia até a imitação do estilo de cabelo dos brancos adaptada aos cachos do cabelo crespo, uma longa história de transformação foi sendo, aos poucos, construída, da qual somos hoje herdeiros (GOMES, 2004, p.360).

Representações e imagens sobre o corpo/cabelo negro dentro das instituições.

A identidade é construída na diferença é nela que as culturas demarcam seu espaço territorial. Toda forma de identidade é relacional. A identidade de um indivíduo só existe perante a relação com outro indivíduo. A identidade é social e permeada pela diferença sobre o outro. Dentro dos paradigmas de construção identitária *“O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem somos servindo de fundamento para a identidade”* (WOODWARD, 2000, p.15). Nesse sentido, o corpo no processo identitário distingue os indivíduos, representa suas culturas, suas tradições e seus processos históricos. E na construção das identidades serve como local de representação simbólica emitido a posição que o indivíduo ocupa na sociedade. (SANTOS, 2010) . E dentro da cultura o corpo é um instrumento técnico, permeado pela imposição cultural. Segundo Mauss, o corpo é:

O primeiro e o mais natural instrumento do homem. O mais exatamente, sem falar de instrumento, o primeiro e mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico do homem é seu corpo (MAUSS, 1974, p.217).

No contexto da sociedade brasileira, o corpo negro é visto como muito diferente do corpo considerado branco (NOGUEIRA, 1985; INOCÊNCIO, 2005). E suas características são marcadas, a todo o momento, como elementos de inferioridade. Nas palavras de Inocêncio (2006, p.189):

Na cultura visual brasileira, o corpo negro aparece como antítese do que se imagina como normal. É um corpo cuja representação está associada ao que há mais de caricato, como se ele existisse, justamente para demonstrar o contrário do humano. O corpo amedronta, porque a ele foi atribuída uma noção de força que se sobrepõe ao intelecto. Esse mesmo corpo provoca risos, porque sua leitura está vinculada com comparações que o animalizam.

Isto está relacionado com nossa história colonial e com nossos processos ideológicos presentes na cultura brasileira. Há uma crença social na inferioridade de negros em relação aos brancos. Podendo ser, facilmente, detectada nos setores de ensino, onde crianças negras são interpeladas, constantemente, por discriminações; sem que haja nenhuma forma de intervenção pelos educadores da instituição.

O espaço escolar reproduz o modelo de beleza branca/européia predominante nos meios de comunicação e na vida social. A ocorrência desses acontecimentos também na escola parece confirmar às crianças uma suposta superioridade do modelo humano branco. São acontecimentos que podem parecer apenas um detalhe do cotidiano pré-escolar, porém são reveladores de uma prática que pode prejudicar severamente o processo de socialização de crianças negras, imprimindo-lhes estigmas indelévels [...] A ausência de atitude por parte de professores(as) sinaliza à criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação de seus/suas educadores/as. Por outro lado, para as crianças que discrimina, sinaliza que ela pode repetir a sua ação visto que nada é feito, seu comportamento nem sequer é criticado. A conveniência por parte dos profissionais da educação banaliza a discriminação racial [...] Constata-se um sofrimento por parte da criança negra exposta diariamente à situação de violência, o que torna difícil a construção de uma identidade positiva. Simultaneamente, à criança branca é ensinada uma superioridade, visto que, todo dia, recebe uma prova farta dessa premissa. (CAVALLEIRO, 2007, p.146-147).

Poderíamos questionar por quê paira ainda nas relações sociais tantas formas de discriminações. Todavia, a intenção é demonstrar como as discriminações sofridas por negros (as) interferem nas construções de imagens positivas sobre suas características físicas, colocadas na sociedade como inferiores.

A escola tem sido nos estudos de relações raciais e de identidade negra identificada como instituição que inviabiliza construções positivas sobre ser negro(a). Nela perpetua-se idéias discrimináveis e racistas trazidas em relatos desse estudo e com frequência em outros⁷;

Na infância também dentro da escola, a escola eu acho que foi o principal lugar. Dentro de casa não, dentro de casa não era o lugar, a escola foi, principalmente, mas na rua que as crianças brincavam assim sempre tem uma coisa de zoação [...] Tinha do cabelo de bobs porque minha mãe também fazia bobs no meu cabelo e eu chegava lá (escola) com aquele cabelo armado de bobs.

Ai sim “cabelo armado não sei o que” [...] Eu não gostava, eu já não gostava de usar bobs e ai quando alguém falava alguma coisa em relação cabelo por causa do bobs eu ficava mais sentida ainda mais por tá usando bobs a vida toda. Ai eu já não gostava, aquilo pra mim era uma coisa enorme, eu detestava.”(Monifa)

Na minha infância a imagem do meu cabelo sempre foi negativa porque nem todo mundo aceita a gente como a gente é, né? E amigos, aqueles amigos que a gente conhece, sempre falavam que meu cabelo era duro, tonhonoso, essas brincadeiras de mau gosto, né [...] a maioria foram amigos de colégio, amigos

7 Os cadernos do PENESB-UFF demonstram inúmeros estudos sobre relações raciais e espaços escolar.

de colégio de ensino fundamental, eles sempre brincavam e tinham umas brincadeiras chatas assim: Ai tonhonoso, se jogar ali bate e volta [...] Se jogar alguma coisa tipo uma bolinha de papel. Essas brincadeiras assim fazem com que a gente não goste do nosso cabelo, a gente passa a não gostar e a querer outro tipo de cabelo. As brincadeiras naturais eu não achava não, me incomodava, mas eu não demonstrava. Eu ficava pensando muito mas também não mostrava nem pra pai nem pra mãe, ficava com aquilo mesmo, me entristecia mas não era uma coisa de te deixar muito não. (Sele)

Eu convivía só com a minha família sabe. Até ali eu era como todo mundo. E na escolinha não olha: Você é negra, você que tem o cabelo assim, então era horrível sabe. As próprias tias falavam: “Olha deixa o cabelo dela bem presinho” sempre achava que meu cabelo que tinha piolho. Eu nunca tive piolho a minha vida inteira. Sempre associando aquele o cabelo oh!”. E uma vez assim falaram que não queriam uma negra na escola e eles chegaram a me bater assim [...] E ai minha mãe fez um escândalo na escola e tal. E ai assim todos os funcionários começaram a me tratar com todos os dedos assim, não deixavam que ninguém se aproximasse de mim, que se não minha mãe ia colocar a escola na justiça, deu maior briga (Kesi).

Os fatos acima nos mostram que a identidade na pós-modernidade não está tão diluída e líquida como defendem alguns teóricos. A identidade branca está muito bem delineada nas falas. Ela é posta como o modelo referencial de nossa sociedade, o corpo branco não se líquida e seu legado não é negado como “*essencialismo*”. Não é considerado *essencialismo* ser branco (portar uma identidade branca), ser etnocêntrico, católico, cristão, usar o cabelo liso e herdeiro de fortuna oriunda de mão-de-obra escravizada. Mas é considerado *essencialismo* em muitos discursos; ser negro (tentar construir uma identidade negra), ser de religiosidade de matriz africana, usar cabelos “*afro*”, indumentária mais africana pertencer a movimentos de anti-racismo.

Interessante, observar os discursos entorno das questões de construção de identidade negra, que insistem em desconstruí qualquer forma de altivez identitária, perante ao massacre histórico que grupos africanos e afro-brasileiros (que carregam a *marca*, os considerados negros) passam em seu cotidiano. Tudo, que fazermos, torna-se *essencialismo* de uma maneira fulgaz!

Assim, falar de cabelo crespo como sinal diacrítico não é algo absurdo, quando pensamos sobre a construção da identidade negra. É importante nos debruçarmos sobre estudos que identificam essas problemáticas como cruciais para a implementação das Diretrizes e Bases de Implementação da lei da História e Cultura Africana e Afro-brasileira e pensar caminhos-soluções para tais, são questões imprescindíveis.

Uma fala chamou bastante atenção entorno das considerações sobre os usos do cabelo crespo por mulheres negras na transcrição das entrevistas.

Eu acho assim que a maioria das meninas negras que nunca usaram, assim o cabelo "*natural*", eu acho que elas deveriam dar essa chance assim pra elas mesmas de ser descobrirem. E ver, realmente, como é seu cabelo, de se encontrar, ver como é o cabelo e saber se ia gostar do seu cabelo naturalmente ou não, né, sem essa questão, assim, de sentir obrigada a usar o cabelo crespo, porque ela não tem que ter essa obrigação. Mas, se ela nunca teve essa experiência de usar o cabelo, que ela experimente isso, pra que possa ter opção, porque eu acho, se ela usa o cabelo, quimicamente, tratado desde criança, eu acho que ela nunca teve opção. É alternativa de uso de cabelo[. ..] Eu ficava com medo de deixar de para de usar química porque eu achava que meu cabelo fosse intensamente é crespo, e essa coisa assim de achar que o cabelo fosse intensamente crespo estava relacionado a achar que ele fosse intensamente feio também. Que eu ia ficar feia e eu fui descobrindo, cada dia que passa, eu tô descobrindo que ele é bonito, entendeu? Que eu posso usar ele assim, sentindo prazer e me sentindo linda, né. Claro que amanhã ou depois eu posso até voltar a usar química. Mas eu me sinto hoje uma pessoa que tá escolhendo. Então eu acho que a pessoa, que a menina negra que usa o cabelo desde criança quimicamente tratado, ela tem que ter essa alternativa de querer usar o cabelo crespo ou não, que na verdade elas não tem. Elas não têm essa alternativa porque é o tempo todo a mídia, e o social e a família o tempo todo dizendo como ela tem que usar o cabelo dela, que o cabelo dela tem que ser passado química, que ela pode usar o cabelo liso, cacheado, né, com prancha e tal, mas a química tem que tá ali, que ela não deve usar o cabelo natural, né, então eu acho que tem que ter direito a essa experiência, como eu (Layla).

A fala nos revela, que o uso do cabelo natural tornar-se um descobrimento, algo novo dentro do corpo. Fato novo e ligado há existência de construção de outra forma de se ver, querendo ou não está desconciliada de usar os cabelos lisos como o determinante e cansativo padrão branco de cabelos? Se as identidades negras não precisam serem marcadas como uma outra forma, ou como lugar de altero, porquê os cabelos continuam a demonstrar o hegemônico?

Verificamos a partir da fala sobre descoberta do “pelo” que há vários tipos de problemas de saúde relacionados aos usos excessivos de químicas que descaracterizam a estrutura física do cabelo;

Ai sofri ferida com guanidina⁸ ai eu fiquei um ano sem fazer o cabelo e da vez que a mulher colocou alisante no meu cabelo [...] Ai eu não quis (mais passar nada), eu fiquei com medo de passar e meu cabelo cair porque ficou uma parte do meu cabelo toda grudada assim.[...] Foi uma vizinha que se dizia cabeleira e cortou meu cabelo e meu cabelo não tinha mais força. E pior que ela cortou bem curto de um jeito que não dava para prender . E assim se ele tivesse ficado cacheado assim ele não ficou cacheado e não ficou coisa nenhuma sabe? Eu só andava de boné(Kesi, simpatizante).

Quedas, muitas, muitas, já perdi até as contas. Queda, sempre tive muitas, principalmente quando troca de creme, de um tipo de tratamento pro outro. Ai tem que cortar o cabelo curtinho, ai o cabelo tende a cair também. Caiu muito meu cabelo. Já fui em salões que o negócio queimou minha cabeça e saiu com a cabeça toda ferida, já aconteceu, sim. Tudo isso ai já aconteceu

8 Alisante. Procedimento químico.

[...]Da última vez que eu saí da outra pessoa que tava alisando pra esse salão que tô agora não aconteceu mais não, não aconteceu mais não [...] Dependendo do tratamento químico, sim, me arrependia bastante de ter feito. Mas depois de feito você não podia recorrer a nada, a mais nada, outras eu me arrependia sim, mas outras passava direto.(Monifa)

O cabelo natural versus identidade mestiça.

Não discuto que a era das globalizações nos trouxe mais questões acerca do estabelecimento de identidades, contudo, continuamos cercados de velhas questões por exemplo: a identidade mestiça. Munanga (2006) concebe “a mestiçagem como uma troca ou um fluxo de genes de intensidade e duração variáveis entre populações mais ou menos constatadas biologicamente”. Apresenta o fenômeno da mestiçagem como um ponto de vista populacional onde há menos implicações ideológicas do que na abordagem raciologista⁹. Em termos históricos objetivos, a constituição da categoria mestiça foi base da estratégia de desarticulação das identidades. Assim, os indivíduos negavam seu lado racial negro e sua descendência africana.

Entendendo que no Brasil, o que importa é a aparência, negros com tez mais escura e traços negróides mais visíveis são considerados negros em todos os momentos; e não apenas na hora dos conflitos como as discussões e brincadeiras. Porém negros com tez mais clara, que em muitos casos são considerados até brancos, quando possuem sinais diacríticos como cabelos bem crespos, “carapinha”¹⁰, sofrem os mesmos tipos de preconceito relacionados ao corpo dos negros mais escuros e de extermínios.

Nesse sentido, ser negro é o reconhecimento de um lugar, não fixo como pode parecer, mas é saber que há um lugar. Pode-se a partir do momento que se reconhece como negro encontra formas, hábitos, valores éticos-morais de ser para além do racismo. Ser, enquanto sujeito que carregam uma história ligada a um processo diásporico evidente. E como destaca Sodré (1999), ter compromisso-parceira com o outro.

Pensando o cabelo crespo do negro, tanto preto como aquele visto como

⁹ O termo é cunhado sobre o interesse nas grandes raças onde sua abordagem leva a invocar a mestiçagem quando seu método causa problema. Baseia-se na divisão da espécie humana em grandes raças. (Munanga, 2006).

¹⁰ Cabelo bem crespo, segundo algumas entrevistadas o original do negro. Um cabelo crespo muito fácil de ser trançado e de fazer *dreadlocks*. Ver foto no anexo.

mestiço, nessa situação de construção de ser negro, independente da cor da pele, é um elemento importante na construção de identidades negras. Sabendo-se que é no corpo que a identidade, preferencialmente é marcada. Para Lody:

O cabelo é um marcante indício de prodeência étnica, é um dos principais elementos biotipológicos na construção de pessoa na cultura. O negro quando assume o seu cabelo de negro assume também o seu papel na sociedade como uma pessoa negra. E ser negro no Brasil e no mundo, convenhamos, é ainda um duro caminho trilhado por milhares de afro descendentes. (LODY, 2004, p. 125)

Através das considerações de Lody, podemos pensar como o cabelo quando assumido crespo trazer um lugar até para o mestiços. Assumir o cabelo crespo com a pele clara é assumir uma outra posição no jogo identitário e, principalmente um lugar-negro como nos trazem as falas a baixo:

A minha descoberta de que eu sou negra é muito recente, sabe? Muito mesmo, coisa de dois, no máximo três anos. Havia vários incômodos, mas que eu resignificava no negócio da Psicanalítica, eu dava outro significado que não o racismo. Ai isso aconteceu porque eu sou pobre, favelada, ai isso aconteceu porque eu não sou bonita. Não porque eu não era bonita, porque assim nessa coisa que a gente tem de uma beleza branca, eu não sou bonita porque eu tenho a perna torta, não sou bonita porque eu sou gorda mas não porque assim, eu sou espinhenta. Mas não porque eu era negra, isso nunca foi esfregado pra mim.

Depois que eu parei de fazer (os cabelos), foi a primeira libertação que tive, foi o cabelo, não foi ler livro, não foi conversar, não foi ter amigas negras que se diziam negras, não foi e eu evitava. Foi um processo muito mais assim de relação com meu cabelo. E também componente de afirmação e reconhecimento de uma identidade negra. (Mondisa).

Depois que elas (primas) conheceram o pessoal e tal (pessoas do movimento negro). Ai agente começou a mudar mesmo. Essa conjuntura (de beleza) assim mas antes não, antes não [...] Porque quando eu era...principalmente quando eu era criança né o padrão de beleza não é ter o cabelão cheio, você se toda desconjuntada, você tem que ser igual a uma princesa, ter cabelo louro, liso, escorrido, olho azul.[...] Então me assumir como mulher negra, é isso que me faz realmente assumir meu cabelo, a gostar do meu cabelo. Hoje em dia eu gosto de verdade do meu cabelo, eu acho ele lindo. Coisa que antes eu não achava, porque eu não tinha acesso a informação de que agente é construído para não achar o nosso cabelo bonito. (Kinda)

As falas acima são de duas mulheres negras de pele clara, cabelo cacheados e visto por muitos como mulheres mestiças. Entretanto, se consideram negras por possuírem cabelos que consideram crespo, traços físicos e por uma concepção política. Entendemos assim, que ser negro dentro do jogo de construção identitário não é apenas uma questão de cor da pele escura, ou seja, possuir uma pele escura e sim uma posição de identificação. O cabelo nesse jogo ganha um papel fundamental de afirmação de uma identidade negada, subalternizada e escamoteada por aparelhos ideológicos como

observar Sodré:

A questão do cabelo parece constituir uma espécie de índice semiótico da revalorização identitária. [...] É compreensível que o cabelo possa aparecer em qualquer lugar como marca forte da diferença fenotípica entre claros e escuros. Nos Estados Unidos, pedagogos vêm recomendando às escolas a adoção do livro *Nappy Hair* (Cabelo de Lanugem), de Caroline Herron, que descreve as vicissitudes emocionais de uma garota, envergonhada pelos cabelos crespos, até a auto-aceitação.

Mas no Brasil este é um aspecto carregado de simbolismo todo especial. Pode-se evocar a fantasia literário-"científica" de Monteiro Lobato, assim como atentar para o que diz uma antropóloga: "É um equívoco colocar a cor como traço principal da raça. A cor da pele não importa tanto quanto o tipo de cabelo, pois o cabelo liso-ondulado e comprido sempre codifica a mulher "escura" como mulata"

Na verdade, a observação empírica das relações sociais demonstra que importam a cor e o cabelo. Mas o senso comum, a canção popular, a ansiedade visível no que diz respeito a cabelos- tudo isso parece corroborar a idéia de que o pelo é de algum modo estratégico na revalorização identitária. Um anúncio publicitário de produto capilar publicado na revista *Raça* definia cabelo como "espelho da alma". Até mesmo o nome de uma pesquisa de mercado – "Qual é o pente que te penteia", verso de uma canção popular-revela-se sintomático. (SODRÉ, 1999, p. 254)

As imagens do hoje sobre o cabelo: interferências dos movimentos negros.

Abaixo colocamos alguns relatos que elucidam o papel dos movimentos negros para construção de outras identidades negras pautadas em valorização das características físicas. Relatos que carregam em seu discurso o projeto político de beleza criado pelos movimentos negros criados na década de sessenta e setenta do século XX.

Depois que elas (primas) conheceram o pessoal e tal (pessoas do movimento negro). Ai agente começou a mudar mesmo. Essa conjuntura (de beleza) assim mas antes não, antes não [...] Porque quando eu era...principalmente quando eu era criança né o padrão de beleza não é ter o cabelão cheio, você se toda desconjuntada, você tem que ser igual a uma princesa, ter cabelo louro, liso, escorrido, olho azul.[...] Então me assumir como mulher negra, é isso que me faz realmente assumir meu cabelo, a gostar do meu cabelo. Hoje em dia eu gosto de verdade do meu cabelo, eu acho ele lindo. Coisa que antes eu não achava, porque eu não tinha acesso a informação de que agente é construído para não achar o nosso cabelo bonito. (Kinda)

"Eu acho lindo, assim, eu acho que eu consegui romper com aquela coisa: "Ai quem tem cabelo black power, cabelo black e tal é pessoa que não gosta do cabelo" Porque é bem isso, pô, como assim, cabelo black não é arrumado, cabelo de dread não é cabelo arrumado? Eu aprendi a gostar, eu aprendi a achar bonito." (Kesi)

A partir do momento que você deixa o cabelo crespo "afro", é isso. Você tá se abrindo para o enfrentamento do racismo, que não é um enfrentamento fácil. É saber que você vai ser perseguido dentro de uma loja de conveniência, dentro do ônibus, o único lugar vago é ao seu lado e a pessoa não senta porque você tá com o cabelo em pé. Sei lá, você causa espanto e as pessoas olham pra você

com olhar atravessado. E ai, a partir do momento que você deixa seu cabelo afro, eu entendo dessa forma, que você tá dizendo “Olha, eu sei que sou preto, sabe? E tô aqui, tô pra brigar”. Mas é uma briga, é uma briga que desgasta, que causa dor e deixa seqüelas. Infelizmente assumir-se preto é passar por esses tipos de enfrentamento.

Eu acho que quando o negro alisa o cabelo é mais fácil né porque o branco entende que você tá se esforçando pra ser limpinha, pra ser aceito. Então é você acaba criando uma máscara de proteção. Porque tem alguns pretos e algumas pretas que sabem que são pretos e que ainda assim optam por não deixar o cabelo natural, preferem manter o cabelo com uma escova progressiva, preferem ir ao Beleza Natural porque tá na moda. E ai eu acho que isso blinda você porque ninguém quer passar por esses tipos de constrangimentos todos os dias. Para não aparecer muito agressivo né. Agente acaba se mascarando. E eu penso que isso seja um dos principais motivos ou porque está em toda ignorância de si, porque sempre ouviu que o cabelo é duro. Então você não aprende a amar seu cabelo. Acho que isso. (Ialodé, militante).

“Olha, sabendo como deixá-lo (os cabelos crespos afros) eles são bonitos. Porque eu tenho visto na faculdade. E quando agente começa a sair e conhecer outras pessoas e sai daquele mudinho, agente vê que o cabelo afro é bonito e os penteados (Sele).

Percebemos que a campanha de beleza negra realizada há cerca de trintas pelos movimentos negros deixou seus legados para as gerações atuais, e que esse discurso está presente em espaços sociais diversos como faculdade, movimentos negros e revistas. No entanto, o fenômeno não cria consciência total da situação que as populações negras se encontram, mas possibilitam outros olhares sobre o cabelo que até então eram referenciados e pensados como lugares de feiura pelas nossas entrevistadas.

Considerações Finais.

Dentro da construção identitária negra, o corpo ganha um papel imprescindível como podemos ver. Nele os indivíduos demarcam suas espacialidades, seus lugares, seu ser. O cabelo da cabeça nesse esquema é um forte elemento construtivo por aparecer e ser lugar de simbologias variáveis nas culturas. O cabelo crespo do negro têm um papel importante na construção identitária, sobretudo porque ele é visto e colocado como alvo de discriminação. Dentro das discursões de identificação, identidade, personalidade o cabelo do negro opera com questões de formação social e ontológica. Ele demonstra o potencial criativo do sujeito como seu potencial destrutivo, e também é alvo de questionamentos por seus diversos usos, seja alisado ou em formas "afro"

Portar um corpo negro dentro de uma sociedade racista, colonial, que imprime no negro uma negação consciente e inconsciente é uma batalha diária. Ser negro e ter cabelos crespos e está conectado, a todo momento com questões políticas. Por mais que

não se queira elas chegam até o negro, seja o colocando como alvo de esteriótipos ou como aquele sujeito de quem se espera uma posição sobre ser negro no mundo. O negro é sempre essencializado em suas atitudes (HALL, 2009).

Sendo sempre sendo alvo de pré-conceitos sobre o seu agir, o negro cria estratégias de diluição, que apagam do seu corpo a memória e a aparência de sua origem. Alisar cabelos está permeado de valores hegemônicos de dominação colonizante. O ato de alisar não é simplesmente, um recurso da modernidade, alisar cabelos é submeter-se a ditos, ordenamentos, concepções eugênicas e negação de si quando nem se conhecer o ser.

Os relatos nos mostraram que o cabelo é elemento, imprescindível, na construção de uma identidade negra moderna ou pós-moderna. E que os "problemas" relacionados a ele vem carregados de discriminações e racismo. Alisar ou não alisar não é a principal questão e sim porque todos alisam? Por que o alisar está incluído em depreciar a si e a seu fenótipo.

A "descoberta" de beleza em fios crespos, no corpo negro, está conjecturada num discurso oriundo de movimentos negros mundiais e nacionais. Mas deixar o cabelo "afro" não é só resultado de discursões políticas como trouxe a fala de Mondisa e sim num está bem consigo, que ai pode representar um não lugar estabelecido de ser negra, mas sim de ser uma pessoa que não quer utilizar recurso químicos perigosos sobre o corpo. Necessariamente, deixar de alisar não é um ato de discursão política e sim um ato de busca de práticas corporais, que não precisam de produtos químicos que descaracterizam as características físicas dos sujeitos.

No entanto, o presente trabalho verificou que o uso do cabelo representa, expressivamente, a construção de uma forma de identidade negra pautada no corpo. O corpo como coloca Hall "... foi o único capital cultural que tínhamos. Temos trabalhado em nós mesmos como telas de representação "(HALL, 2009, p. 324). Percebemos no corpo-cabelo criação de estratégias de sobrevivências pautadas em construção de identidades positivas e não negativas sobre ser/negro.

A construção da identidade das mulheres negras, em relação com o cabelo crespo, passou por processos de negação das características negras, de negação do corpo/cabelo. Processos que ocorreram por mecanismos de introjeção de inferiorização no ambiente escolar e familiar. Neles as mulheres negras aprenderam, como todo indivíduo social, a pensar os cabelos crespos enquanto ruins e de difíceis cuidados.

Através da relação com os "outros" (nas escolas e famílias), as entrevistadas

foram aprendendo a não gostar de seus cabelos do jeito em que se apresentavam fisicamente. Sobre os cabelos, exerceram várias formas de rejeição, seja repetido as falas de que eles eram ruins mesmo, duros, rebeldes, seja não conseguindo olhar para eles quando começavam a crescer e mostrar a raiz crespa, seja manipulando com procedimentos químicos agressivos que causavam danos à saúde do couro cabeludo.

Todos os processos de construção das entrevistadas durante a infância e adolescência foram interpretados como processos de rejeição, que ocorriam através da internalização de valores negativos sobre os cabelos/corpos (SOUZA, 1983; GOMES, 2006).

A identidade negra formulada pelas mulheres em torno do cabelo, em torno de seus corpos, passou pelo que Gomes (2006) chamou de processo de rejeição/aceitação e ressignificação/recriação. As maneiras como estes processos ocorreram seguem similaridades em dois grupos: mulheres negras com cabelos ditos como “naturais” e mulheres negras com cabelos quimicamente tratados.

Referências

- BRASIL, Ministério da Educação. Lei 10.639 de 2003. Brasília: Ministério da Educação, 2003.
- FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação, Campinas*, n.21, p.40-51, set/out/nov./dez. 2002
- _____ **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio; HUNTLEY, Lynn. (orgs). *Tirando a máscara. Ensaio sobre racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5 ed. Rio de Janeiro: DPA, 2001.
- HOOKS, Bell. Alisando o nosso cabelo. Cuba: *Revista Gazeta de Cuba- Unión de escritores y artista de Cuba*, jan./fev/, 2005. Tradução de: Lia Maria dos Santos.
- INOCÊNCIO, Nelson Olokofá. **Corpo negro na cultura visual brasileira**. Educação Africanidades Brasil, v.1, Brasília: CEAD, 2006, pp. 185-191.
- LEACH, Edmund. O cabelo mágico. In: DA MATA, Roberto (Org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo, n.38, p.139-169, 1983.

LOBO, Lilia Ferreira. “Corpo cativo e corpo assujeitado: as marcas da deficiência” In: _____. **Os infames da História: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008, pp. 127-242.

LODY, Raul. **Cabelos de axé: identidade e resistência**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2004.

MALACHIAS, Rosângela. **Cabelo Bom. Cabelo Ruim**. Coleção percepções da diferenças. Negros e brancos na escola. Vol. 4, São Paulo: NEINB, 2007.

MALYSSE, Stéphane Rémy. “**Extensões do feminino**”: Megahair, baianidade e preconceito capilar. [S.l]: [s.n], 200?. Disponível em <w.w.w.googleacademico,com.br.>. Acesso: 20/03/2011.

MAUSS, Marcel. Noção de Técnica Corporal. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974.p.209-230. Tradução de Mauro W. B. de Almeida.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2. Ed. 1. Reimpressão. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

PAIXÃO, Marli Madalena Estrela. **Uma rosa para meus cabelos crespos: experiências estéticas e políticas da imagem**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFMA, 2008.

SABINO, Cesar. A louridade da loura. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.) *O corpo como capital: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultural brasileira*. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores Editora, 2007.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza étnico**. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

SANTOS, Luane Bento dos. “**Para ficar bonita tem que sofrer!**” : A construção de identidade capilar para mulheres negras no Nível Superior. 2010. Monografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, Tanimara Elias. **Corporalidade e identidades políticas: análise de elementos estéticos em mulheres negras do Distrito Federal**. 2009. Monografia. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. Brasília.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, RJ:

Vozes, 1999.

WALKER, Alice. Cabelo Oprimido é um teto para o cérebro. In: **Vivendo pela palavra**. São Paulo: Rocco, 1988.

WOODWARD, Kathyn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.7-39. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva.

GT 05 - Cultura, multiculturalismo e interculturalidade

Hibridações gastronômicas em Cuiabá: um estudo da cidade contemporânea e suas relações interculturais¹

GARCIA, Naiza Brito

Graduada em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) e aluna do Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea na Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO-UFMT), na linha de pesquisa em Epistemes Contemporâneas. E-mail: naizagarcia@gmail.com.

MARTINS, Fernando Gil Paiva

Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) e aluno do Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea na Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO-UFMT), na linha de pesquisa em Comunicação e Mediações Culturais. Membro do Núcleo de Estudos do Contemporâneo (NEC-UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. E-mail: nandopaiva2@hotmail.com.

GUSHIKEN, Yuji

Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ e professor do Departamento de Comunicação Social e do Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO-UFMT). Coordenador da Linha de Pesquisa em Comunicação e Mediações Culturais e líder do Núcleo de Estudos do Contemporâneo (NEC-UFMT), na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. E-mail: yug@uol.com.br.

Resumo

Este artigo tem como ponto de partida a discussão do aspecto da cidade contemporânea do ponto de vista da diferença e da interculturalidade como base para suas transformações. Considerando os fluxos migratórios ocorridos no século XIX e XX que Cuiabá se desenvolveu, encontram-se, na cidade, diversas manifestações que englobam a diferença como um fator que enriquece a formação dos territórios de sociabilidade. Para enredar essa discussão entre os autores que tratam da cultura e das dinâmicas das relações interculturais como Canclini, Canevacci e Beck, utilizam-se alguns pratos típicos que podem ser considerados produtos híbridos entre local, regional, nacional e internacional como a pizza pantaneira, a lasanha de pintado e a moqueca de jacaré que exemplificam o pensar cosmopolita e uma gastronomia que expressa uma das realidades da cidade.

Palavras-chave: cidade; gastronomia; hibridismo.

Abstract

This article has, as a starter, the discussion of the aspects of the contemporary city when it is taken by the side of difference and interculturality as a basis for its transformations. Considering the migratory fluxes occurred in the twentieth and twenty-first centuries, in which Cuiabá has had developments, we can find, in this city, diverse manifestations that encompass the difference as a factor that enriches the generation of territories of sociability.

¹ Artigo apresentado ao I Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades – CONINTER, organizado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói RJ, entre os dias 3 e 5 de setembro de 2012.

To embrace this discussion among authors that study cultures and dynamics of intercultural relationships as Canclini, Canevacci and Beck, there have been used some typical dishes that could be considered hybrids between local, regional, national and international like the Pantanal pizza, the “pintado” fish (a leather skin one) lasagna and the alligator “moqueca” (similar to a stew) that exemplify the way of cosmopolitan thinking and a gastronomy that expresses one of the existing realities in the city.

Keywords: city; gastronomy; hybridism.

Introdução

Em uma palestra realizada pelo TED – *Ideas Worth Spreading*², a escritora nigeriana Chimamanda Adiche falou sobre o perigo das histórias únicas e de como um único olhar sobre uma pessoa, um povo ou uma cultura é limitador e gera estereótipos difíceis de serem superados. Para Chimamanda, o problema com os estereótipos não é eles serem mentiras, mas serem incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história.

Qual cuiabano nunca escutou perguntas de pessoas de outras regiões do país, entre a ingenuidade e a má-fé, se em Cuiabá, nas ruas da cidade, junto com as pessoas, andam também jacarés e onças? Também muito já se ouviu que o cuiabano é preguiçoso e não gosta de trabalhar. Muito já se julgou, no mais pleno senso comum, que o português falado em Cuiabá é “errado”. No mesmo senso comum se insiste na visão de que quando produtos ou serviços demoram a chegar a Cuiabá é como se fosse da natureza da cidade esperar por mais tempo, como se nessas esperas não houvesse interesses econômicos e políticos contrários à modernização da cidade. Ou que pra cá só vinham degredados e marginais de outras regiões do país. Ou que Cuiabá é apenas uma cidade tradicional, onde o contemporâneo tarda por chegar pela própria caracterização histórica da cidade.

É assim que nasce uma história única, que tem lá seus vigores quando sugere uma identidade forte, mas que produz outros problemas quando uma ou outra narrativa se torna hegemônica e, principalmente, quando insiste em ter uma carga pejorativa na marcação histórica da experiência urbana. Ao acreditar em histórias únicas, assume-se o risco de um desentendimento crítico e limitado.

Chimamanda termina seu discurso com o pensamento: “Quando rejeitamos a história única, quando nos apercebemos que nunca há uma história única sobre nenhum lugar, reconquistamos uma espécie de paraíso.” Por isso, recusando essa história única sobre a

² Vídeo palestra: http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html
Acessado em: 15/07/2012 às 21:25

cidade, este artigo propõe pensar a cidade contemporânea a partir das múltiplas histórias que se desenvolveram e se desenvolvem em Cuiabá.

Historicamente, a cidade de Cuiabá recebeu, do século XIX em diante, levas de imigrantes estrangeiros: italianos, alemães, paraguaios, bolivianos, japoneses, entre outros grupos que, com as matrizes indígena, portuguesa e africana, constituíram a caracterização etnicamente mestiça da população da capital de Mato Grosso.

A formação da população cuiabana, ao longo do século XX, portanto, tem se caracterizado pela experiência dos processos interculturais, embora a concentração da vida socioeconômica e política do estado nacional brasileiro tenha se dado enfaticamente no litoral.

Em Cuiabá e demais cidades contemporâneas, esse convívio com a diferença, ou essa luta contra a uniformidade, é intensificado na medida em que a circulação de pessoas é facilitada física e virtualmente.

Para Canclini, a cultura é pensada como um conjunto de processos nos quais os grupos expressam imaginariamente o social e estruturam as relações com outros grupos, marcando suas diferenças. Desse modo, essas relações culturais implicam pensar o sentido de lugar em um mundo, onde o local e o global são suplementares. Portanto, as cidades e suas rotinas, ainda que permeadas de imprevisibilidade, compreendem a multiplicidade de hábitos, costumes e gostos, tornando o espaço urbano inclinado às experiências das relações interculturais.

Por isso, o que importa saber e discutir, mais do que o surgimento dessas misturas, mesclas e/ou hibridações, é o reconhecimento das diferenças, a percepção e a reflexão das misturas culturais e a produção de subjetividades a partir delas.

A partir desta configuração, este artigo visa, por meio de uma pesquisa bibliográfica de autores que estudam o contemporâneo, a cultura e o hibridismo por Canclini e as relações interculturais por Massimo Canevacci e Ulrich Beck, descrever uma imagem da cidade de Cuiabá como uma constante atualização da diferença.

Parte-se da imagem de uma Cuiabá miscigenada de etnias para compreender como essa convivência resultou em um variado livro de receitas. Essa interação é compartilhada não só em feiras e restaurantes presentes nos bairros da região que incorporam, em seus menus, pratos típicos de diferentes países, como também pelas “hibridações gastronômicas”, tornando a culinária um modelo de miscigenação e a cidade uma plataforma para diversas experimentações culturais.

Para exemplificar tais exposições, este artigo toma como referência a culinária cuiabana entendida por tais processos desde o século anterior aos dias de hoje. A gastronomia

se apresenta, portanto, como uma ferramenta para compreender as dinâmicas de relações interculturais.

Como etapas de desenvolvimento, esse artigo tem como ponto de partida a discussão do aspecto da cidade contemporânea do ponto de vista da diferença e da interculturalidade como base para essas transformações. Em seguida, a escritura desse livro de receitas, parte-se dos processos imigratórios ocorridos no século XIX e XX onde a convivência com o estrangeiro começa a despontar uma culinária cada vez mais variada.

Para enredar a discussão, utiliza-se de alguns pratos típicos considerados híbridos entre local, regional, nacional e internacional: a) a pizza pantaneira – massa, cuja origem desponta da Itália, com recheio regional de carne seca, banana da terra, queijo, pimentão e cebolinha; b) lasanha de pintado – prato de origem italiana que utiliza o recheio de presunto e queijo como massa e o peixe Pintado que é típico da região de Cuiabá e Mato Grosso, como recheio; e c) moqueca de jacaré, que toma um prato tipicamente do litoral cujos ingredientes principais são peixes de água salgada, como o cação, e frutos do mar como o camarão, retira a carne litorânea e insere a carne de jacaré para reconstruir uma experiência de sabores do mar ao rio, do mar com o rio.

Desse modo, percebem-se, em Cuiabá, diversas manifestações que aceitam e englobam essas relações entre as diferenças, não pensadas como contradições ou contra tradições, mas como um fator que enriquece a formação dos territórios de sociabilidades. A ideia de um viver multicultural ou cosmopolita não apenas paira por esse universo da diferença e do estrangeiro que é bem recebido pelo local, como se torna ferramenta de um pensar consciente da diferença. O objeto de estudo torna-se, com isso, não a cultura em si, mas a dimensão cultural ou os processos de hibridação seja nas vivências e convivências, em práticas econômicas e políticas e, por fim, na gastronomia.

Essa combinação de práticas culturais cria novas possibilidades e produz novos sentidos. Considerando o contexto urbano como pano de fundo desse artigo, uma vez que as cidades contemporâneas oferecem o contato com a heterogeneidade, essas possibilidades só tendem a se multiplicar.

1. Hibridação e interculturalidade na cidade

A partir da segunda metade do século XX, a cidade torna-se um campo interdisciplinar de pesquisa na medida em que suas vivências permitem múltiplas mudanças. A cidade contemporânea, como consequência, passa a ser permeada por questões de diversidade e

coexistência das diferenças e entendida como um ambiente propício para experiências de multiculturalismo e interculturalidade.

Hoje, trazer a discussão das cidades para a realidade das experiências do múltiplo, da diversidade e da coexistência implica ir em direção a uma compreensão da política das diferenças. Como descreve Maffesoli (2006, p.152), nas megalópoles contemporâneas, o caldeamento e a miscigenação são tão intensos que fica impossível negar o diferente e o estranho. A cidade se traduz pela produção excessiva de informações e de novas condições de subjetividade e, por fazer parte desse sistema da comunicação, possibilita apreender a cultura enquanto luta contra a uniformidade no espaço urbano (APPADURAI, 1996).

Pode-se definir cultura como o “conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, (...) o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social” (CANCLINI, 2005, p. 41). O que deve ser ressaltado nessa definição é a indicação de que a cultura não decorre da herança biológica do homem, mas de capacidades desenvolvidas com o convívio social.

Nas cidades contemporâneas, que passam pela experiência da metropolização neste início de século XXI, esse convívio com a diferença, ou essa luta contra a uniformidade, é intensificado na medida em que a circulação de pessoas é facilitada física e virtualmente. Não apenas as pessoas, mas as subjetividades e a informação permitem que esse encontro diverso seja tanto produzido de dentro para fora, na medida em que a diversidade local se reinventa, quanto de fora para dentro, no âmbito da comunicação global e das trocas e fluxos como parte e prática de uma cidade dita contemporânea.

Essa circulação de pessoas e informações produz um fluxo de interferências nos lugares por onde circulam e, ao mesmo tempo em que produzimos interferências onde circulamos, esses lugares interferem na subjetividade de cada um de nós. A cultura, então, compreende-se como algo dinâmico que se transforma e se reconfigura constantemente de acordo com a convivência com outras culturas.

Para Canclini (2005), a cultura é pensada como um conjunto de processos nos quais os grupos expressam imaginariamente o social e estruturam as relações com outros grupos, marcando suas diferenças.

Desse modo, essas relações culturais implicam pensar o sentido de lugar em um mundo, onde o local e o global são suplementares. Portanto, as cidades e suas rotinas, ainda que permeadas de imprevisibilidade, compreendem a multiplicidade de hábitos, costumes e gostos, tornando o espaço urbano inclinado às experiências das relações interculturais.

Emergem nesse palco diversos cenários que representam aquilo que a cidade polifônica quer dizer, ou tudo aquilo que ela “é”. Esses cenários são compostos pelo que Canclini chama de hibridação. O autor prefere chamar essa nova situação intercultural de hibridação em vez de sincretismo ou mestiçagem, “porque abrange diversas mesclas interculturais - não apenas raciais, às quais costuma limitar-se o termo ‘mestiçagem’ - e porque permite incluir as formas modernas de hibridação, melhor do que ‘sincretismo’, fórmula que se refere quase sempre a fusões religiosas ou de movimentos simbólicos tradicionais” (CANCLINI, 1996, p. 19).

Essas mesclas estão presentes não só nas classificações nacionais, religiosas e linguísticas, como também entre as diferentes manifestações culturais e artísticas: desde passeatas reivindicatórias, passando pela pintura, arquitetura, música, grafite e histórias em quadrinhos e gastronomia. As mesclas constituem a cidade polifônica.

O que o autor entende por hibridação são os “*procesos socio-culturales en los que estructuras o prácticas discretas, que existían en forma separada, se combinan para generar nuevas estructuras, objetos y prácticas. A su vez, cabe aclarar que las estructuras llamadas discretas fueron resultado de hibridaciones, por lo cual no pueden ser consideradas fuentes puras*” (CANCLINI, 1996, p.14)³.

A combinação de práticas culturais diferentes cria novas possibilidades, produzem novos sentidos. Considerando o contexto urbano, uma vez que as cidades contemporâneas oferecem o contato com a heterogeneidade, essas possibilidades se multiplicam.

Canclini (1996) entende que o hibridismo pode ocorrer de modo planejado, de um resultado imprevisto pelos processos migratórios, turísticos e de intercâmbios econômicos ou comunicacionais e, principalmente, pelo resultado da criatividade individual e coletiva (1996, p. 16). E, por isso, o que se tem como objeto são os processos de hibridação, e não ela em si.

Os processos de hibridação nos obrigam a pensar a identidade não como traços fixos, histórias únicas, nem como essência de uma etnia ou nação. Para que a cultura e a política possam ser modificadas por meio das mesclas é preciso não enclausurar as identidades em padrões puros e autênticos.

Ya no basta con decir que no hay identidades caracterizables por esencias autocontenidas y ahistóricas, y entenderlas como las maneras en que las comunidades se imaginan y construyen relatos sobre su origen y desarrollo. En un

³ Tradução livre: “processos sócio-culturais em que as estruturas ou práticas discretas, que existiam em forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. Em sua vez, cabe lembrar que as estruturas chamadas discretas foram resultados de hibridações, pelo qual não podem ser consideradas fontes puras”.

mundo tan fluidamente interconectado, las sedimentaciones identitarias organizadas en conjuntos históricos más o menos estables (etnias, naciones, clases) se reestructuran en medio de conjuntos interétnicos, transclásistas y transnacionales. Las maneras diversas en que los miembros de cada grupo se apropian de los repertorios heterogéneos de bienes y mensajes disponibles en los circuitos transnacionales genera nuevas formas de segmentación (CANCLINI, 1996, p.17)⁴.

A hibridez estampa-se nos territórios praticados nas cidades contemporâneas. Nestas, é possível encontrar índios mestiçados com colonizadores brancos, (no caso do México, estudado por Canclini, e se “chicanizaron” ao viajar aos Estados Unidos); outros que remodelaram seus hábitos pela mídia; outros que por meio da educação e viagens a diferentes países enriquecem seu patrimônio intelectual; outros que trabalham em multinacionais e incorporam os conhecimentos e disciplinas desses sistemas produtivos.

Hibridismo não é uma referencia à composição racial mista de uma população. (...) O hibridismo não se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados com os ‘tradicionais’ e ‘modernos’ como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecibilidade.” (HALL, 2001, p.71)

As misturas interculturais não são simples. Quando não se dá de forma violenta as soluções nem sempre são agradáveis. Então nem tudo se hibridiza, depende do limite de até quando aquilo é negociável.

Por isso, o que importa saber e discutir, mais do que o surgimento dessas misturas, mesclas e/ou hibridações, é o reconhecimento das diferenças, a percepção e a reflexão das misturas culturais e a produção de subjetividades a partir delas, como sugere Ulrich Beck (2004).

O objeto de estudo do observador não é a cultura, mas a dimensão cultural ou os processos de hibridação. O que esses estudos têm que responder é como os grupos se apropriam das diferenças e produzem outros “materiais” para adapta-los a novos contextos.

Nas artes e no desenvolvimento tecnológico da vida cotidiana busca-se reverter um patrimônio e reinseri-lo em novas condições de produção e mercado para gerar novas atualizações, novas subjetividades a partir da diferença. Como a música híbrida, que pode ser apreciada por outros ouvidos, as adaptações do artesanato para uso moderno e a gastronomia

⁴ Tradução livre: “Já não é mais suficiente dizer que não há identidade caracterizadas por essências auto-suficientes e a-histórica, e compreende-las como maneiras pelas quais as comunidades imaginam e constroem histórias sobre sua origem e desenvolvimento. Em um mundo tão fluidamente interconectado, as sedimentações identitárias organizadas em conjuntos históricos mais ou menos estáveis (etnias, nações, classes) se reestruturam em meio a conjuntos interétnicos, transclásistas e transnacionais. As maneiras diversas em que os membros de cada grupo se apropriam dos repertórios heterogéneos de bens e mensagens disponíveis nos circuitos transnacionais geram novas formas de segmentação.”

que se hibrida para atingir novos sabores, degustadores e novas visões da realidade por meio dos pratos.

Em Cuiabá, devido principalmente aos processos migratórios, concentram-se pessoas de origens diferentes que trazem consigo a sua cultura e, ao mesmo tempo, existe a cultura cuiabana que também é presente nas convivências entre os migrantes/imigrantes e os naturais da cidade. Esses elementos são transformados em um intenso e contínuo movimento de interação cultural que altera comportamentos sociais e criam novas histórias.

Para exemplificar tais exposições, este artigo toma como referência a culinária cuiabana entendida por tais processos desde o século anterior aos dias de hoje. A gastronomia se apresenta, portanto, como uma ferramenta para compreender as dinâmicas de relações interculturais seja na pizza pantaneira, na feijoada e na paella “cuiabana”, na lasanha de pintado, no sushi de dourado e/ou na moqueca de jacaré.

2. A experiência gastronômica em Cuiabá

Cuiabá foi fundada em 8 de abril de 1719 pelos bandeirantes paulistas que vieram ao interior do país em busca de índios para se tornarem escravos. A partir do final do século XIX e início do século XX, os governantes da Província tentaram estabelecer uma política de colonização europeia para a Província de Mato Grosso como uma ideia de perspectiva de progresso para a região. Porém, todas as iniciativas governamentais com o objetivo de atrair os imigrantes falharam. Os que se dirigiram a Mato Grosso fossem europeus, sírios, libaneses, japoneses ou americanos, entre outros, o fizeram de forma voluntária, sendo mais acentuada no período de 1890 a 1930 e se intensificando na segunda metade do século XX.

É possível observar as diversas nacionalidades que vivem em Cuiabá através dos censos de 1890 e 1920.

Tabela 1 – Imigrantes residentes na Cidade de Cuiabá, conforme informações dos censos de 1890 e 1920

Nacionalidade	Censo de 1890	Censo de 1920
Africanos	63	-
Alemães	11	19
Argentinos	04	8

Austríacos	01	3
Belgas	-	1
Bolivianos	03	-
Chilenos	-	1
Dinamarqueses	01	-
Espanhóis	01	12
Franceses	02	19
Ingleses	01	1
Italianos	18	112
Norte Americanos	-	8
Paraguaios	133	63
Portugueses	25	60
Suíços	01	-
Turcos/árabes	08	91
Uruguaios	-	13
Total	204	441

Fonte: Brasil. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil em 1 de setembro de 1920, Rio de Janeiro, Typ. Da Estatística, 1922 – 1930, v. 4, parte 1. Apud GOMES, Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo. Viveres, Fazeres e Experiências dos Italianos na Cidade de Cuiabá (1890 / 1930). 2001.

Esse movimento dirigido à cidade possibilitou a assimilação de culturas diferentes e um intercâmbio por meio do contato com os imigrantes. Lenine Povoas, pensador mato-grossense, comenta essa assimilação com os que vinham de “fora”:

Para nós, cuiabano não era apenas o que nascia na nossa cidade, mas também aquele que aqui se estabelecia, “com ânimo definitivo”, compartilhando conosco das dificuldades da vida numa urbe tão isolada e tão distante dos grandes centros do país e desfrutando conosco das delícias de uma comunidade solidária e hospitaleira. Os estrangeiros que no século passado e no atual vieram para Cuiabá de tal forma integraram-se ao meio social que se sentiram como se pertencessem a uma só família [...]. (POVOAS in GOMES, 2001, p. 128)

Cuiabá era uma cidade considerada distante do resto do país, que poderia ter ficado isolada e, por conta disso, ser hostil com as diferenças. Hoje, ao contrário, observa-se uma

cidade em pleno desenvolvimento e com características de uma metrópole intercultural, porque permitiu que essas relações e experiências se desenvolvessem.

Assim, em meio à tanta diversidade cultural, o que interessa discutir contemporaneamente é mais que a condição multiétnica e cosmopolita, porque estas são imposições da história (Invasões bárbaras, tráfico de escravos, colonizações, guerras mundiais, limpezas étnicas, transferência de populações inteiras, expulsões). Interessa refletir sobre a percepção das diferenças, esse desejo de se relacionar com o Outro que resulta em mesclas em diversos âmbitos culturais.

Os imigrantes estrangeiros, desde a virada do século XIX ao século XX, deram um impulso na economia em Cuiabá e, principalmente, influenciaram hábitos e costumes dos residentes mais antigos. Juntos, formaram o que contemporaneamente se chama de cuiabanos de “chapa e cruz”, o que inclui as novas gerações que já nasceram em Cuiabá e os que assim se denominam pela relação de afeto com a cidade.

Desse modo, considerando os fluxos imigratórios que se processaram na cidade e a velocidade com que os indivíduos circulam por entre as mais diversas regiões do planeta, física ou virtualmente, encontram-se em Cuiabá diversas manifestações na música, dança e comportamento que reconhecem, aceitam e englobam essas relações entre as diferenças promovendo a formação dos territórios de sociabilidades.

Um das formas de manifestação em que a interação das identidades com as diferenças locais e globais torna-se mais visível é na gastronomia. A alimentação carrega um complexo sistema de símbolos, significados, rituais e tradições que perpassam a cultura e as experiências pessoais. Assim, a gastronomia se apresenta como um instrumento para compreender questões que permeiam o universo das identidades, do hibridismo e da interculturalidade.

No Brasil, as diferentes etnias que chegaram ao país, trouxeram seus saberes peculiares e solidificaram uma gastronomia local. Assim, foram consolidados crenças, costumes e hábitos referenciais a tais grupos de acordo com as cidades aonde eles se fixaram.

Os primeiros que contribuíram com a gastronomia brasileira, como resultados desses processos imigratórios, foram os portugueses, os negros e os índios. Dos indígenas foi assimilado o uso da mandioca, das frutas, dos peixes. Os portugueses contribuíram com o uso do azeite, vinhos, vinagre, a preparação de carnes, o uso de sal e açúcar, entre outros, e os negros incorporaram na alimentação o azeite de dendê e seus conhecimentos ancestrais que permeavam pratos como o vatapá, acarajé, arroz de coco, etc. O autor Dante Moreira Leite diz que “a cozinha brasileira apresenta exemplos magníficos de aceitação de padrões estranhos,

pois são cada vez mais populares alguns pratos aqui introduzidos por italianos, sírios, alemães e norte-americanos” (LEITE, 2002, p. 20).

É fato que a presença dessas etnias, juntamente com a imigração do final do século XIX, com a chegada de italianos, japoneses, alemães, sírios e libaneses, entre muitos outros, seus costumes e hábitos alimentares permitiram grandes misturas e um rico e variado “livro de receitas”.

Essa interação é compartilhada não só pelas feiras e restaurantes que incorporam em seus menus pratos típicos de diferentes países, como também pelas “hibridações gastronômicas” tornando a culinária um modelo peculiar e a cidade em uma plataforma para diversas experimentações culturais.

2.1 Culinárias híbridas

Na busca de práticas que indiquem uma culinária híbrida, tomam-se aqui exemplos de pratos encontrados em restaurantes com ingredientes tipicamente locais que foram incorporados a outros pratos da culinária nacional ou internacional. O objetivo é mostrar, em uma breve descrição, como esses pratos se modificaram a partir de um prato já conhecido talvez nacionalmente. Com a descrição de cada um deles, pode-se perceber o resultado das possibilidades que a convivência com o estrangeiro e a circulação de informações no mundo permitiu e permite a cada dia e o modo como culturas distintas se hibridaram para dar origem a um terceiro.

Um primeiro exemplo seria a pizza pantaneira (imagem 01⁵ abaixo). A receita da pizza tem sua origem nos povos babilônicos, egípcios e hebreus que misturavam farinha com água para fazer pão em forma de discos. Com as navegações e o comércio existentes na época, a massa foi parar na Itália e ali começou a sofrer alterações até chegar à forma como é conhecida hoje. Em Nápoles, a massa começou a ser preparada de forma aberta e com recheios. No início do século XX, com a chegada dos imigrantes italianos no Brasil, a receita chega ao país com seus ingredientes tradicionais⁶. Entretanto, a pizza novamente ganha novas interpretações e torna-se comum ao brasileiro.

Presente em diversas pizzarias em Cuiabá, a pizza pantaneira chama a atenção aos que são e aos que não são da cidade e se sentem instigados a provar a combinação de sabores pantaneiros. A carne seca, principal ingrediente na pizza, era um dos alimentos que os monçoeiros carregavam em suas viagens pelo interior do país. Hoje, ela está presente não só

⁵ Imagem: Arquivo pessoal

⁶ <http://www.zun.com.br/origem-da-pizza-e-sua-justificativa/> Acessado em: 22/08/2012 às 10:25

na pizza pantaneira como em um dos principais pratos que representa a culinária local e que marca a cultura cuiabana: a maria isabel⁷.

Na pizza pantaneira os ingredientes italianos clássicos como muçarela de búfala ou os tomates San Marzano são trocados para compor um prato com recheio de carne seca desfiada, molho de tomate, banana da terra frita em pequenos pedaços, queijo muçarela, pimentão amarelo, verde e vermelho, orégano e cebolinha. Algumas versões da pizza, talvez novas interpretações de um prato já híbrido, ainda agregam a pimenta como ingrediente marcante para equilibrar-se com o sabor da carne seca.



01: pizza pantaneira / 02: lasanha de pintado / 03: Moqueca de jacaré

Já a lasanha de pintado ou lasanha pantaneira (imagem 02⁸) propõe ousar um novo sabor que não o típico molho à bolonhesa, de frango ou de presunto e queijo e coloca o peixe pintado como ingrediente principal do prato.

Encontrado nos rios da região, o pintado representa a principal alimentação do caboclo de beira-rio e de toda a população do século XIX. Hoje, o pintado é encontrado nos cardápios

⁷ O prato típico preparado com arroz e carne seca.

⁸ Foto: <http://www.saboresdematogrosso.com.br/graos-e-massas-10/> Acessado em: 16/08/2012 às 21:25

dos restaurantes, principalmente pelo empanado frito com farinha de trigo/rosca e ovo e da maneira mais representativa da comida típica, a mojica de pintado⁹.

Na lasanha, o peixe é acompanhado de ingredientes como o parmesão ralado, o vinho branco seco, o creme de leite, azeite, noz moscada, alho, cebola e cebolinha para o molho de tomate. Na maioria das receitas, o presunto e o queijo substituem a massa da lasanha no prato, que leva o nome pela montagem em camadas¹⁰. Entretanto, há ainda versões da lasanha de pintado que mantém a tradicional massa em cada camada.

A moqueca, que tem suas raízes indígenas até no nome (derivado da palavra tupi *pokeka* - algo semelhante a embrulho) e reflete como os índios preparavam os peixes embrulhando-os em folhas de bananeira com pimenta na brasa, assim como diversos pratos brasileiros, se funde com outros sabores e permite novas experiências.

Prato típico do litoral brasileiro, essa receita de cozido de peixe (o cação, por exemplo) e outros frutos do mar (como o camarão) com algumas especiarias como o coentro, não específico do litoral, possui diversas maneiras de ser preparado. Entre as mais tradicionais, o leite de coco e o azeite de dendê são ingredientes indispensáveis¹¹. Além dos ingredientes essenciais, o prato ainda se complementa pelo tomate, o alho, a cebola, o pimentão amarelo, vermelho ou verde e suco de limão.

Em Cuiabá, a experiência de sabores vai do mar para o rio e substitui peixes de água salgada e frutos do mar pela carne de jacaré dando origem à exótica moqueca de jacaré (imagem 03¹²). Nas diversas peixarias e alguns restaurantes da cidade, o prato chama a atenção pela diferença e pelo fato de a carne ser ainda desconhecida por muitos.

A pizza pantaneira, a lasanha de pintado e a moqueca de jacaré representam apenas alguns exemplos em que a gastronomia local agencia paladares e gostos e os reconverte em novas condições de produção e mercado. Essa negociação na gastronomia é testada por meio de receitas, das provas e pela constante convivência seja do estrangeiro que está presente em Cuiabá, seja por notícias do estrangeiro que vem em fluxos de informação e agregam novos valores para a gastronomia de um lugar.

⁹ A mojica de pintado é um ensopado de peixe com mandioca.

¹⁰ O nome lasagna vem do latino lagana, palavra utilizada ainda hoje em certas regiões da Itália para denominar as placas produzidas com farinha de trigo e água, vinho ou ovos.

¹¹ Essenciais para configurar uma moqueca segundo o historiador Luís da Câmara Cascudo em História da Alimentação no Brasil.

¹² Foto: <http://wmedeiros.com.br/index.php/receitas/receitaView/347> Acessado em: 16/08/2012 às 21:30

Conclusão

Pensando a gastronomia como uma representação do conceito de cultura proposto por Canclini, como algo dinâmico que se transforma e se reconfigura constantemente de acordo com a convivência com outras culturas, ela está mais sujeita a transformações, fusões e misturas se esse convívio for permeado por pessoas e informações do mundo todo.

Montanari (2009) expressa que “(...) as tradições alimentares e gastronômicas são extremamente sensíveis às mudanças, à imitação e às influências externas. Cada tradição é o fruto – sempre provisório – de uma série de inovações e das adaptações que estas provocaram na cultura que as acolheu” (2009, p. 12).

Assim como as identidades estão sujeitas à construção e à desconstrução, o sistema alimentar também é influenciado pelas trocas de produtos e sabores. Para Hall (2001),

quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos, e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. (2001, p. 75).

A alimentação não foge disso. Nesse universo gastronômico podemos nos identificar com determinados grupos e suas tradições alimentares em uma refeição e logo depois estabelecer ligações identitárias com outros ou até mesmo na mesma refeição estar presente traços de duas ou mais culturas diferentes. É a partir desse conjunto de experiências que se define a própria identidade.

A cidade contemporânea, composta por diversas etnias e misturas étnicas carrega, assim, elementos de identidades não fixas nem puras da gastronomia de diversos lugares. As relações “intergastronômicas” criam novas possibilidades, produzem novos sentidos, novas atualizações de pratos, ou melhor, de fragmentos culturais de certos lugares.

Nesta perspectiva, além de consistir em um eixo de afirmação de identidades, a comida também se inscreve como um importante instrumento de comunicação de valores, sentidos e identidades.

É inegável pensar que em qualquer cidade do mundo a culinária tenha ficado isenta de qualquer transformação. Hoje, as grandes cidades do Brasil e do mundo além de comportarem um grande número de estrangeiros que compartilham bairros e territórios estão sujeitas a um intenso fluxo de informações.

Entretanto, em que medida tais povos se permitem experimentar a ponto de ceder parte de sua tradição em prol de algo novo? Cuiabá recebeu em diferentes épocas diversas famílias de diversos países.

A experiência da convivência com o diferente lado a lado deu a Cuiabá algo além de uma história única. A lasanha ou a pizza não carregam apenas a história dos italianos que vieram em maior parte no início do século XX, mas também a história dos que já contavam suas histórias aqui – os cuiabanos de chapa de cruz, os pantaneiros e os índios.

Em uma cidade como Cuiabá, que possui em seus fragmentos relações interculturais que propiciam essas mesclas, a gastronomia carrega um complexo sistema de signos, símbolos e significados referentes às diversas nacionalidades que viveram e vivem na cidade e se misturaram com os que já estavam por aqui.

Não é a massa italiana que faz a lasanha de pintado ou a massa que faz a pizza, nem tão pouco o próprio peixe de uma ou a combinação pantaneira de outra; não se trata apenas da moqueca do litoral baiano nem apenas a carne de jacaré; o que neles mais significa e lhes dá relevância é a junção dos vários elementos que reconstroem uma visão, uma forma de pensar cosmopolita que está em constante atualização.

Referências

- APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large**. Cultural Dimensions of Globalization. Minneapolis London: University of Minnesota Press, 1996.
- BECK, Ulrich. **La mirada cosmopolita o la guerra es la paz**. Barcelona: Paidós, 2004.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1996.
- _____. **Diferentes, desiguais e desconectados** – mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1983.
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas. – 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- GOMES, Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo. **Viveres, Fazeres e Experiências dos Italianos na Cidade de Cuiabá (1890 / 1930)**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 6 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- MONTANARI, M. (org.). **O mundo na cozinha**: história, identidade, trocas. São Paulo: Estação Liberdade: Senac. 2009.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- RAMOS, Maria de Lourdes F. B. da Silva. **Tacuru**: Contando histórias na cozinha. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2010.

A INTERCULTURALIDADE NO EDUCAR: POR UMA *PEDAGOGIA DO FUXICO*

Miguel Almir Lima de Araújo

Professor de Pós-Graduação do Programa Desenho Cultura e Interatividade
Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
E-mail: malmir2@gmail.com

*De minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no universo
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer.*

Fernando Pessoa

*É no encontro com seu passado que um grupo humano
encontra energia para enfrentar seu presente e preparar o futuro.*

Edgar Morin

RESUMO

Compreendo diversidade cultural como expressão de pluralidade, de fluxos tensoriais; interculturalidade como possibilidade da trama de relações in-tensivas de interligação entre as culturas; educar como “rito de iniciação” aos valores e Sentidos humanos primordiais. Apresento o horizonte de uma *Pedagogia do Fuxico* como expressão da interculturalidade no educar mediante o dinamismo da metáfora do Fuxico que se traduz como entrelace in-tensivo da policromia e da polissemia do *ethos* vivido/vivente dos povos sertânicos e que potencializa ações educativas inspiradas na singularidade e na diversidade cultural de seus protagonistas; que promove interligação e complementaridade entre os símbolos das tradições culturais no compartilhamento in-tensivo dos Sentidos humanos primordiais.

Palavras-chave: Diversidade – Interculturalidade – Pedagogia do Fuxico.

ABSTRACT

I understand cultural diversity as the expression of plurality, of tension flows; intercultural relations as a web of in-tensive relations of inter-connection among cultures; educate as an “initiation rite” into primordial human values and Senses. I present the horizon of what I call *Patchwork Pedagogy* as the expression of intercultural relation in the art of educating by means of the dynamism of the Patchwork metaphor, which can be translated as in-tensive interweave of polychrome and polysemy of lived/living *ethos* of the rural people and that enables educational actions inspired in the cultural diversity of their protagonists; which promotes inter-connection and complementation among the symbols of cultural traditions in the sharing of primordial human Senses.

Key-words: Cultural tradition – Intercultural relations – Patchwork Pedagogy.

Diversidade cultural e interculturalidade

A abertura e a expansão da consciência e da sensibilidade humana para a compreensão e a vivência do fenômeno da diversidade cultural e da interculturalidade no mundo, em suas proporções singulares, parece estar sendo uma das perspectivas mais relevantes de contribuição nos desafios dos processos de uma suposta regeneração e re-humanização do planeta terra. Na proporção em que nos dis-pomos a compreender os valores e Sentidos próprios de cada tradição cultural, podemos compreender melhor a singularidade de nossa própria tradição, a nós mesmos. Podemos compreender, sobretudo, como podemos nos enriquecer mutuamente na medida em que tecemos relações dialógicas de acolhimento e de entrecruzamento com as expressões da alteridade de diferentes tradições culturais, mediante os desafios do ser-sendo-com.

Diversidade vem de *diversus* e conota desafio entre diversos, fluxo tensorial entre diferentes, divergência entre múltiplos. Traduz um “movimento que advém da luta” (BERNARD, 2005, p. 75). Supõe, intrinsecamente, encontros tensivos entre pessoas e grupos diferenciados; “fricção interétnica” como condição e estado que potencializa relações de inclusão e de interligação entre estes diversos mediante a difícil postura de abertura e de despojamento que implica na possibilidade das trocas dialógicas, no acolhimento da alteridade. Esse acolhimento pode incidir em crescimentos e

compartilhamentos mútuos, se os desafios inerentes aos contatos com as diferenças forem canalizados de forma simpática e altruísta. Porém, se essas fricções e tensões entre os diversos não forem conduzidas com desprendimento e disposição dialógica os influxos das relações interpessoais e intergrupais podem levar a posturas excludentes que implicam em isolamento, intolerância e segregação.

Diversidade cultural revela, portanto, a expressão da in-tensidade, do dinamismo e da polifonia dos fenômenos culturais, em sua complexidade e em seus tons mais diferenciados, mediante os fluxos tensoriais que os impulsionam; traduz as contradições, as tensões, dobras e torções que dão plasticidade a esse dinamismo e que podem fomentar os encontros e dialogias entre os diversos. Utilizo as expressões in-tensidade e in-tensivo marcadas com o hífen com o propósito de realçar a presença constante de uma tensão interna inerente aos fazeres humanos e que nos move e impulsiona aos desafios.

O reconhecimento da diferença, afirma, tanto a legitimidade da diferença dos outros, como da nossa própria diferença. Esse reconhecimento dispõe o espírito de abertura para o surgimento de laços de interligação com os outros. Laços que incidem nos riscos dos compartilhamentos in-tensivos de saberes e de sentires, em processos que podem compelir à fraternização através da interpenetração e dos cruzamentos que nos engrandecem como seres humanos na celebração dos valores primordiais da paz, da solidariedade, da amorosidade, do bem e do belo. Só podemos compartilhar, nos solidarizar, nos expandir e nos humanizar com mais amplitude, mediante os fluxos de relações entre os diversos, mediante o dinamismo da diversidade cultural como fenômeno constitutivo das culturas.

Estes são desafios tão difíceis quanto grandiosos que supõem espíritos despojados e abertos para que possamos tecer a urdidura das teias in-tensivas de relações que entrelaçam as culturas humanas, o inter-humano. São conflitos que, se bem conduzidos, podem ser traduzidos em dores de parto que fazem despontar o novo em sua feição humanizante.

Enquanto estivermos guetificados em nossos nichos culturais considerando que somos o umbigo do mundo, imbuídos do sentimento de exclusividade e de insegurança para com as searas dos desafios que as relações com as alteridades nos interpõem; enquanto estivermos com os braços ensimesmados e atados em nós mesmos, não poderemos nos abrir para abraçar os outros, para compartilhar as angústias e inquietudes, as dores e os prazeres que, nos seus modos mais diversificados, constituem nossos existires como humanos, como diferentes e semelhantes, protagonistas da raça humana. Enquanto estivermos aprisionados em nossas ideologias fundamentalistas e imediatistas que nos

isolam e amesquinham, não conseguiremos projetar valores e utopias mais largos que incluem as diferenças, as alteridades, na sedimentação de ações altruístas, solidárias e fraternas - considerando as diferenças inerentes às nossas próprias idiossincrasias na complexidade do ser uno e múltiplo de cada um de nós.

Parece que cada vez se torna um pouco mais compreensível e ingente a relevância do cuidado com a diversidade cultural, com a interculturalidade. A nossa própria condição biológica já traduz a presença da diversidade desde os nutrientes que carecemos para nos mantermos sadios, da existência dos órgãos diferenciados e complementares que formam o corpo etc. Somos seres bioculturalmente imbuídos de diversidade e de unidade – a *unitas multiplex*. É mediante o dinamismo do movimento, dos deslocamentos, que se insurgem os interfluxos entre a unidade e a multiplicidade que nos constituem; que a vida se processa, se projeta e se afirma; que ex-istimos e in-sistimos. O reconhecimento da diversidade cultural e a implicação com esta, com a biodiversidade, proporciona uma compreensão e uma postura espirituosa e ativa que nos implica com os valores primordiais da unidade e da diversidade da humanidade, na busca de processos de (eco)fraternização. Valores primordiais que, no matiz peculiar de cada diferença, ressoam fundo na alma e no coração de cada um de nós, tão distintos e tão semelhantes: a paz, a fraternidade, a liberdade, a dignidade, a amorosidade, a equidade, a beleza...

Somos diversos, diferentes, mas somos também semelhantes na condição de sermos e de co-pertencermos à mesma raça humana. Creio que é, sobretudo, essa condição ontológica de semelhança e de diferença que nos impulsiona, que nos dis-põe intensivamente para as possibilidades de encontros e de compartilhamentos com os outros, para os processos de co-aprendência e de coexistência. Nos manifestamos através das mais diversificadas e ricas formas de expressão cultural, mas, em todas elas traduzimos nossas pequenezas e grandezas, nossas fragilidades e forças, nossos desejos mais fundos de seres humanos através de nossas potencialidades sensíveis e inteligíveis, da expressão das intensidades do corpo e do espírito, da razão e da emoção. Dessa forma, podemos vislumbrar, em nossa condição estruturante, em nossas dimensões imponderáveis, o cuidado com os valores que nos dignificam e nos tornam mais humanos, que embelezam nossa existência e nossa coexistência.

De modo geral, considerando os fluxos do dinamismo que compelem as diversas tradições culturais, nas teias de relações mais visíveis e invisíveis que atravessam as redes das culturas, as expressões culturais mais específicas, em maiores ou menores proporções, são tingidas pela presença da interculturalidade. Podemos constatar isso, sobretudo, nas

últimas décadas com surgimento dos fenômenos da globalização através da sofisticação dos recursos e processos comunicacionais planetários, com as redes virtuais e sociais etc. Salvo as situações extremas, se é que elas existem, os diversos grupamentos humanos nestes tempos globalizados, estão implicados através dos vários modos de intercâmbios, com maior ou menor proximidade, pelas diferentes formas de relações interculturais. Os lugares em que habitamos se configuram como entre-lugares (BHABHA, 2003) em que, consciente ou inconscientemente, nos entrecruzamos com os mais diversos modos de ser e de estar sendo-no-mundo, com os tons e entretons que compõem a policromia das redes simbólicas que plasmam a plasticidade das diversas tradições culturais, dos diversos lugares contextuais.

Dessa forma, nos constituímos como seres das encruzilhadas. Assim, nesses cruzamentos, podemos compartilhar com os outros os repertórios de valores, idéias e crenças que nos estruturam humanamente. O dinamismo da interculturalidade revela nossa condição de seres híbridos, matizados pela polifonia da diversidade de valores e de Sentidos que perfazem nosso existir e co-existir. Porém, na constituição dessa teia, co-participamos como indivíduos e grupos com o contorno e a fisionomia de nossa singularidade, de nossos modos próprios de fruir e de tecer a vida, de trilhar o ondear de nossas aventuras e sagas.

Panikkar (2002, p. 53) afirma que “la interculturalidad nos revela nuestros propios límites, nos enseña la tolerancia y nos muestra la contingencia de la condición humana”, nos proporciona a compreensão de que somos todos seres interdependentes e, assim, podemos nos complementar uns com os outros mediante os desafios dos interfluxos de nossas singularidades e diversidades.

Sabemos que, nos interstícios das tentativas de relações interculturais, estão presentes formas de poderes políticos que, muitas vezes, implicam em relações de subordinação e de dominação. Diante das estruturas dos poderes instituídos marcados por posturas autoritárias e excludentes, nos trâmites das relações entre países, ou até entre grupos dentro de um mesmo país, constantemente ocorrem posturas colonialistas e fundamentalistas que tendem a obstruir as possibilidades de contatos e vínculos dialógicos e complementares entre os diversos. Essas ações implicam em intolerância e subjugação com a imposição de valores e idéias de um grupo ou país sobre outros como pretensas verdades únicas e inquestionáveis. Os processos de globalização instituídos – processos *globalitários*, na expressão lúcida de Milton Santos – traduzem com evidência essa perspectiva em que alguns países ou grupos pretendem homogeneizar e unifomizar

algumas culturas para melhor dominá-las. Porém, como também já aventamos, mesmo nesses contextos, os processos de resistência tendem a eclodir, as vozes dissonantes das diferenças tendem a se rebelar.

Considero fundamental para toda cultura local que não pretende se insular em si mesma, o estado deliberado de dis-posição, de abertura para a busca de relações dialógicas com as expressões de outras tradições culturais, de outras localidades, tanto para seu próprio fortalecimento e expansão, quanto para a busca de relações de compartilhamento e de aprendizagens com as alteridades. Como enunciei, sabemos que toda expressão chamada de global emerge de algum (ou de alguns) local, e que todo local é marcado, de algum modo, pelo suposto global, por repertórios de expressões consideradas mais universais, no dinamismo que plasma as teias diversificadas das culturas. O que me parece ser bastante relevante é esse estado de abertura crítica, dialógica e sensível para os fluxos dos entrelaces, para as sinergias que enriquecem mutuamente os protagonistas das relações interculturais, vislumbrando a afirmação da singularidade e da diversidade das expressões humanas, de nossa condição de seres interdependentes, na magnitude da dignidade e da boniteza da condição humana, com suas fragilidades e potencialidades.

Nesse horizonte compreensivo, urge cuidarmos dessa relação de interpenetração de forma crítico-criadora entre o local e o global, na dinamização do estado *glocal* em que ambas as dimensões protagonizam, dialógica e in-tensivamente, a policromia das teias das culturas, da possível coexistência intercultural.

Para Fornet-Betancourt (2001, p. 256 e 257), a interculturalidade se processa desde

una praxis de vida concreta en la que se cultiva precisamente la relación con el otro de una manera envolvente, es decir, no limitada a la posible comunicación racional a través de conceptos sino asentada más bien en el dejarse ‘afectar’, ‘tocar’, ‘impresionar’ por el otro en el trato diario de nuestra vida cotidiana.

Implica em nossa dis-posição, na abertura interna de nossas estruturas psíquicas para cuidar das relações de simpatia e de empatia para conosco mesmos e para com os outros, para com o dinamismo dos fluxos tensoriais do ser-sendo-com-os-outros, na sedimentação de processos de co-aprendizagens e de compartilhamentos em nosso viver cotidiano.

A interculturalidade se configura na imagem de uma encruzilhada em que as diversas veredas culturais se estranham e se entrecruzam, se conflituam e se interligam, podendo estas, assim, se expandir e se enriquecer mutuamente. A interculturalidade resvala no entramado do transcultural na proporção em que fomenta o dinamismo do trânsito que

se processa nos entre-lugares através das relações entre as diversas formas de expressão cultural. Desse modo, as tradições culturais se tensionam, se atravessam e se entrecruzam. Assim, vão além de si mesmas se expandindo e se fortalecendo mutuamente fazendo despontar a perspectiva das relações de sinergia e de entrelaces interculturais. Relações que se plasmam mediante a expressão anímica dos valores fundos e vastos que compõem a complexidade e a polifonia da condição humana, em nosso pertencimento singular e em co-pertencimento à humanidade.

As tradições culturais dos Sertões

*Sertão (...) tua beleza é tanta
Qui o poeta canta, canta
E inda fica o qui cantá.*

Patativa do Assaré

Sertão é isto, o senhor sabe: tudo incerto, tudo certo.

Guimarães Rosa

As meditações que ora explicito inspiram-se em minhas vivências, desde sempre, nos torrões dos Sertões, bem como, em processos sistemáticos de pesquisa que desenvolvo acerca da temática por essas searas.

Os Sertões que constituem, sobretudo, grande parte do Nordeste brasileiro (também incluindo o Norte de Minas Gerais) se configuram mediante sua geografia fortemente marcada por condições climáticas adversas em que predomina as estações de seca traduzidas no calor impiedoso de sua temperatura, na aridez de seu solo, na agrestia de sua vegetação, bem como, nas condições de desolação que afetam a maioria de sua população. Nas esferas sócio-político-econômicas predominam estruturas de poderes instituídos que privilegiam a minoria de sua população em detrimento das condições condignas de

qualidade de vida da grande maioria. Essas estruturas revelam processos perversos de dominação política (velhos e novos coronelismos), de uma intensa concentração de renda e de exclusão social que relega essa maioria da população às condições mínimas e bastante depauperadas de cidadania (de *terrânia* - povos da terra) e de dignidade humana.

Porém, considerando o horizonte do paradoxal que perfaz o humano, no campo das tradições culturais, dos modos coletivos de entretecer suas lides, os povos desses rincões sertânicos revelam seu espírito ativo de resistência, de engenhosidade e de labuta através dos tesouros extraordinários das mais diversas manifestações que constituem o cotidiano de suas sagas, de suas vidas. Nas mais variadas paragens dos Sertões, os sertanejos tocam e celebram suas vidas através das mais diversificadas manifestações: Reisado/Folia de Reis, Cordel, Bumba-meu-boi/Bumba-boi, Repente, Cantiga de Roda, Celebração de São João (quadrilha, forró, fogueira...), Rezas, Mutirões, Sambas, Pau de fita/Trança fita, Burrinha, Bandas de Pífanos, Chulas, Batas de feijão e de milho etc.

Essas múltiplas formas de manifestações tradicionais são realizadas pelos sertanejos em momentos diferenciados de seus cotidianos como nos festejos tradicionais do São João, no mês de junho, em festas religiosas (padroeiro, novenas, rezas etc.), em tempos de plantação e de colheita, em mutirões, nas comemorações dos Santos Reis, no mês de janeiro, em momentos específicos de celebração da vida etc. Estas manifestações e celebrações estão presentes nos diversos rincões dos Sertões. Porém, estas apresentam variações nas formas específicas do dançar, do cantar etc, na expressão peculiar de seus ritmos e tons traduzindo a riqueza das semelhanças e das diferenças de cada recanto, de cada comunidade.

As manifestações das tradições culturais dos Sertões se configuram como formas expressivas de celebração da vida em que estes povos compartilham suas crenças e valores, seus sentires e cosmovisões, suas dores e prazeres, suas angústias e satisfações, as agruras da sina dura, as labutas travadas nos desafios afiados de suas sagas agrídoces. Elas fortalecem a fibra e as energias humanas na trajetória das lides dessa gente. Assim, esses povos vadeiam nas folias de encantação; afirmam sua auto-estima. São rituais que acontecem de modo coletivo e que afirmam e fortalecem os laços de amizade e de solidariedade, que realçam os matizes do dinamismo de suas identidades culturais.

A vastidão da imagem que jorra da palavra Sertão traduz um horizonte de cruzamentos, de encruzilhadas e texturas mestiças, de estampas multicores. Sertão ressoa ser tão intenso, ser de imensidão e de funduras sem fim, desmesuradas. Sertão desborda

enigmas insondáveis, confins de desvãos incontornáveis, de larguezas e de lonjuras sem eiras nem beiras, de veredas tortas, de sabores agrídoces, de brenhas e de ermos abissais.

Sertão é um não-lugar, um des-lugar, um entre-lugar, um lugar in-certo e vesgo, côncavo e convexo, em que se descortina o tempo cíclico dos fluxos rítmicos do sol e da lua; em que se precipitam vidas de seres bravios e bandoleiros, mansos e festeiros. O Sertão se faz de recônditos braseiros, de voragens; de encruzilhadas em que se esparramam errâncias e *itinerrâncias* desgrenhadas.

Para os sertanejos, a presença intensiva das manifestações de suas tradições culturais proporciona vivacidade e contenteza ao cotidiano de suas sagas. Em prosas realizadas com estes em muitos rincões, escutei falas que afirmam serem estas expressões tradutoras do “prazer e a alegria de viver”, da “celebração da vida”, da “animação que dá sentido à labuta”, da “nossa cultura, da cultura de nossa gente”, da “alma dos sertanejos”, das “nossas raízes”. Essas manifestações apresentam e representam, assim, a seiva das raízes moventes que dão firmeza e vigor ao cotidiano de suas vidas; compõem a identidade viva que afirma o sentimento de pertencimento e de co-pertencimento a suas comunidades sertânicas e ao mundo; implicam no cultivo do estar-juntos, no compartilhar os sentimentos mais intensos e enraizados nos desvãos da alma, que os nutrem e animam nas sagas dos desafios e agruras das sinas.

As manifestações dessas tradições culturais emergem das dimensões mais fundas de cada ser e animam a coexistência entre o corpo e o espírito. Desse modo, os sertanejos dançam e recitam, brincam e cantam nas celebrações das proezas de seu viver renovando-o permanentemente. São rituais de re-atualização e de re-encantação da vida, da relação de cada um consigo mesmo, com os outros e com o mundo. São a cepa, a fonte inesgotável e renovável que os revigora nas curvas das andanças e pelejas.

O renascimento das tradições culturais dos Sertões

A presença das manifestações que constituem o caldo vigoroso dessas tradições culturais sertânicas, da identidade cultural dessa gente, emerge cada vez com certa intensidade nos circuitos da vivência cotidiana de nossas culturas. Expressões que até há pouco tempo eram consideradas como “cafonas”, “residuais”, “ultrapassadas”, “atrasadas”, em processos de extinção como as Cantigas de Roda, o Bumba-meu-boi, o Reisado, o Repente, o Cordel, as folias de São João, o Artesanato (Fuxico etc.) etc., a despeito, e

também por conta dos processos de globalização, de suas contradições e limites, de certa forma, se revigoram e se afirmam de modo surpreendente.

As tentativas de homogeneização e de uniformização cultural realizadas pelos modelos *globalitários* com a pretensão de denegação das culturas locais, da diversidade étnico-cultural, como vimos, parece que, em certa medida, estão se desmanchando pelos ares. Na esfera das culturas humanas, os modelos hegemônicos não são absolutos. As brechas de seus limites e contradições potencializam o despontar de novas possibilidades e rumos.

Os processos mercadológicos da voracidade capitalista, com seus mecanismos de dominância, procuram, muitas vezes, absorver as expressões dessas tradições culturais sertânicas e reduzi-las a meros produtos de consumo desqualificando a fecundez de suas formas e conteúdos originários. Porém, se expandem e se fortalecem as experiências que apontam para uma outra vertente, que resistem e desafiam inventivamente as correntes uniformizadoras do consumismo.

Nos últimos anos, o fenômeno do renascimento através do fortalecimento e da revitalização das culturas locais, das chamadas culturas regionais ou de raiz, tem se expandido em proporções expressivas em seus fluxos de afirmação, de renascimento e de renovação.

Como pontuei anteriormente, em sentido geral, são inúmeros os projetos e movimentos encampados nas mais diversas frentes por algumas instituições públicas, ONGs, grupos e comunidades que têm desenvolvido atividades e ações múltiplas pelos Sertões. Na zona rural, em pequenas e grandes cidades, nos rincões mais diversos, são incrementadas Semanas de Cultura, Festivais de Cultura e Arte, Semanas de Folclore, Festas da Cultura popular, Celebrações e eventos diversos com a perspectiva de realçar, afirmar e revigorar as expressões dessas tradições culturais enraizadas no chão de nossa história, nos cafundós do imaginário mitopoético, da vida cotidiana dessa gente.

Considerando que aquilo que está visceralmente entranhado no âmago do coração e da alma dos indivíduos não perece com facilidade, os símbolos mitopoéticos dessas tradições culturais (Bumba-meu-boi, Cantiga de Roda, Reisado, São João etc.) enfrentam intempéries, flutuações e desafios, mas, de modo geral, não morrem; se renovam e se revigoram, se desdobram e se ressignificam nos fluxos do dinamismo, da plasticidade e das mutações que caracterizam as culturas. Há anos acompanhamos e desenvolvemos diversos projetos e atividades que vislumbram esse propósito e é significativo o ritmo com que esses fenômenos estão acontecendo, com seus limites e possibilidades.

Fuxico: estampas mestiças de sertania

A imagem do Fuxico, bastante presente nos vários rincões dos Sertões, em sua composição originária como teia formada por retalhos de tecidos entrelaçados com sua estamparia multicolor, se configura numa metáfora que revela a vivacidade mestiça da cultura dos povos sertânicos. Os matizes da teia do Fuxico representam a policromia, a diversidade de tons da vida cotidiana dessa gente, da mobilidade intensiva de suas sagas; traduz a trama das inter-relações dialógicas, o dinamismo dos entrelaces, das trocas e partilhas presentes na urdidura das tradições culturais dos Sertões. Tradições culturais que se constituem mediante os processos de hibridação intercultural que se compõem desde as fontes ancestrais ameríndias, africanas e européias, em seus processos dinâmicos de fricção, de interpenetração e de complementação; de deglutição antropofágica que inspira e faz partejar, de modo redivivo, novas formas e conteúdos culturais.

As imagens do Fuxico, em suas modalidades diversificadas de expressão, tomam contornos míticos, mitopoéticos ao penetrarem no inconsciente coletivo, nos imaginários dessa gente sertaneja traduzindo o entramado de seus sentires e crenças, de sua sensibilidade poética. Essas imagens fuxiqueiras que configuram a metáfora do Fuxico plasmam e revelam o estado de sertania na tecedura de seus entrelaces, na textura de seus relevos e na policromia de suas estampas.

Sertania pode ser compreendida como o estado d'alma do Sertão, como expressão simbólica das crenças e valores, dos sentires e cosmovisões que configuram o imaginário dos povos sertânicos; como o descortinar de seus modos próprios de trançar e de colorir suas sagas; como o rendar intensivo de suas labutas e agruras. Sertania como expressão simbólica da teia multicolor do fuxico que estampa e dá vivacidade às vidas desses povos.

O horizonte da sertania verseja as imagens retorcidas e toscas dos garranchos que, com sua espinheza agreste, provoca ranhuras, mas, também verseja a maciez e a singeleza da cantiga do sabiá que encanteia essas paragens qual canto inefável de lua cheia, de luar do Sertão.

Os arcos da sertania se derramam em feixes de encantação nas flamas crepusculares de cada entardecer e de cada amanhecer. Sertania revela o Sertão amanhecendo, o sussurro dos rumores do mormaço suarento, o eco silente das funduras do chão, o rasgo dolente dos mandacarus que rebentam na ternura de sua floração. Sertania traduz o trançado do sol calcinante com a doçura da lua cheia, da secura inclemente das estiagens e da contenteza

vadia das folias de São João. Traduz os lampejos da coragem lampiônica, da irreverência de Lampião; um estado d’alma que nos conduz à terceira margem do mundo, aos Sentidos primordiais de nosso ser-sendo-com.

Em cada região ou localidade, nos cafundós mais recônditos desses confins sertânicos, a multiplicidade de formas e de Sentidos é intensa e abundante, desde a diversidade geográfica, histórica e religiosa – considerando as proximidades e similaridades –, às mais variadas expressões culturais, com sua pujança ritualística, nas quais os sertanejos celebram a vida, afirmando-a e renovando-a continuamente. Essa multiplicidade de estampas que se traduzem na imagem do Fuxico, re-vela a diversidade de valores e de sentimentos, de significados e Sentidos que constituem o manancial precioso e vigoroso – o *húmus* – de sabenças e sabedorias que perfazem as cosmovisões sertânicas norteadoras da vida vivida/vivente desse povo “cabra da peste”. Povo que renda suas histórias e estórias nas sagas bandoleiras de suas façanhas e pelejas.

Essas sagas, bem como as cantigas e danças de roda traduzem, de modo singular, a metáfora do Fuxico ao descortinar as juntas dos entrelaces em que as diferenças de cores, de olhares, de jeitos, de amores, de costumes, também de desamores e de desolhares, podem dar as mãos e se abraçar no compartilhar fra-terno da generosidade, da simpatia, do coração despojado; representam os ritmos dos ritos e ciclos da vida em seus fluxos de renovação; fazem vibrar os sentimentos e o espírito de sinergia e de fraternização. As rodas enredam as rotações do viver, suas veredas curvas e suas mutações constantes; seus feixes de encantação, desencantação e de reencantação.

Assim, nas mais variadas ações de seu cotidiano, os sertanejos travam suas lides, capinam suas terras, bordam suas folias, desbordam suas histórias, tecendo e entretecendo, na urdidura das teias dos Fuxicos em que costuram e entrelaçam suas sagas, em seu enraizamento dinâmico.

A metáfora do Fuxico pode ser concebida como um símbolo mitopoético ao penetrar nas dimensões fundas do inconsciente e do imaginário dos sertanejos e, assim, traduzir imagens multicores, os tons que estampam seus sentimentos, desejos e modos de vida; os entrelaces que revelam seus vínculos afetivos e existenciais, o espírito de amizade e de solidariedade. A imagem da metáfora do Fuxico, como teia de bordados e de tranças rendados por mãos tarimbadas e engenhosas, com o primor da sensibilidade e da inventividade dessa gente que renda a vida lavrando o seio da terra, entrelaça sonhos e utopias impregnados no corpo e na alma; urde a dinâmica coexistencial e in-tensiva das

relações interculturais; estampa a rede híbrida das tradições culturais desse povo sertânico; desborda os ritos *animados* de celebração e de encantamento.

**Tradições culturais e interculturalidade no educar:
por uma *Pedagogia do Fuxico***

As práticas educativas instituídas em nossa sociedade se configuram pela predominância dos modelos instrucionais que as reduzem a ritos mecânicos e funcionais de formação para os papéis e funções sociais. Esses ritos são lastreados nas lógicas monológicas e instrumentais que privilegiam as posturas e procedimentos técnicos e os ditames da quantitatividade do ter, em detrimento das esferas da qualitatividade do ser, dos valores humanos primordiais. A supremacia dessas lógicas incide em processos de fragmentação e de separação entre saberes e culturas, entre os próprios seres humanos em que prevalecem as posturas individualistas e de competição que tanto barbarizam.

Concebo o educar, em sua acepção vasta e funda, como um “rito de iniciação” que conduz os seres humanos a processos de aprendizagens e de co-aprendizagens dos valores e Sentidos humanos primordiais que traduzem os saberes e sentires, os mananciais de sabedorias dos diversos povos da humanidade (ARAÚJO, 2009). Assim, educar como processos in-tensivos que nos mobilizam de modo prenante (corpo) e anímico (alma) nas buscas do ser-sendo-com-os-outros. Processos que acontecem mediante as encruzilhadas em que se entrelaçam valores e crenças, saberes e sentires que configuram a singularidade e a diversidade cultural de seus protagonistas.

O educar, nesse rumo, precisa ser adubado e nutrido nos núcleos das culturas vividas pelos indivíduos, nas fontes do *ethos* (sentires, valores, crenças...) de seus grupos e comunidades para que possa contribuir, com intensidade e fecundez, nos processos de afirmação das singularidades, da identidade e da diversidade cultural, de formação da sensibilidade crítico-criadora, da imaginação criante, no cuidado com os valores humanos sedimentados nas fontes das sabedorias ancestrais. Esses processos, impulsionados pelo dinamismo da imagem metafórica do Fuxico, incidem na afirmação e no fortalecimento dos símbolos mitopoéticos que entrelaçam as expressões do mítico e do poético que configuram as identidades e diversidades culturais de cada povo. Podem contribuir na abertura dialógica para com as diferenças na promoção de relações in-tensivas de

interligação entre a multiplicidade das formas de expressão das diversas tradições, dos repertórios das culturas mediante o descortinar de relações interculturais.

Os matizes e a textura da teia do Fuxico, como vimos, traduzem a diversidade dos tons e formas que compõem o cotidiano dos povos sertânicos; a trama das interligações que dinamiza as trocas no partilhar de seus valores, sentires e crenças. Estruturam os entrecruzamentos entre as diversas matrizes culturais que perfazem essas tradições nas intensidades de seus processos de afirmação e de renovação.

Nesse horizonte, o educar se constitui como um território híbrido, plasmado de unidade e de multiplicidade; como uma encruzilhada em que se entrecruzam, intensivamente, os repertórios simbólicos das tradições culturais de seus protagonistas constituídas de identidades móveis, do dinamismo de suas diversidades, do vigor de seus Sentidos. Território configurado como um entre-lugar que, assim, potencializa interligações dialógicas, mediante os desafios de seus fluxos tensoriais que podem implicar em modos de condução – pedagogias – de saberes e sentires que incidem em relações de co-aprendências que enriquecem, sinergizam e solidarizam.

Assim, as ações de educar podem se instalar desde uma *Pedagogia do Fuxico*, no descortinar desses entre-lugares, potencializando encontros mestiços através de processos de compartilhamento e de cooperação entre os humanos mediante a afirmação e a renovação das singularidades e das diferenças, dos tons comuns das semelhanças que nos compõem; em que as singularidades de cada diferença podem proporcionar a dis-posição dos espíritos e corações para envidar relações in-tensivas que impulsionam a celebração da diversidade de saberes e sentires mediante a compreensão do dinamismo da metáfora da roda que gira e entrelaça, na plasticidade das estampas policrômicas dos símbolos das tradições culturais.

A presença multicolor das diversas manifestações das tradições culturais na ação de educar, além da possibilidade de contribuir no processo de afirmação dos símbolos que caracterizam a identidade e a diversidade cultural dos indivíduos e grupos, de fomentar as relações interculturais, também pode proporcionar o enredar de práticas educativas imbuídas da vivacidade e do dinamismo que compõem a plasticidade destas na intensidade dos fluxos que mobilizam o corpo e a alma de seus protagonistas. Assim, o vicejar das expressões das danças, das cantigas, das linguagens poéticas, dos estandartes, dos ritos de celebração da vida, como expressões singulares que *animam* as sagas do viver cotidiano dos diversos povos, infunde mais prazer, vitalidade e encantação ao cotidiano do educar.

As expressões das tradições culturais na cotidianidade das ações educativas configuradas no entrelace do Fuxico, numa Pedagogia do Fuxico, potencializam o suscitar da imaginação criante, do imaginário mitopoético de educandos e educadores através da plasticidade das estampas e das configurações de suas imagens e símbolos; proporcionam a fruição de saberes e sentires imbuídos de sabor e gosto mediante o vigor dos repertórios que revelam formas e conteúdos encharcados com as intensidades da cultura vivida e com o dinamismo rítmico de suas curvas e movimentos; engravidam processos de invenção e de reinvenção que, inspirados nesses mananciais da tradição, implicam em revitalização, renovação e expansão dos sentires, crenças e sabenças que robustecem o existir e o co-existir humanos; expandem a sensibilidade e a consciência dos protagonistas do educar.

A maioria das manifestações presentes no cotidiano das comunidades e grupos é realizada em forma de roda, revelando, desse modo, como as sabedorias que daí emanam podem proporcionar o aprendizado do compartilhamento dos valores primordiais (solidariedade, generosidade, dignidade, beleza, amorosidade...), de sentimentos que nos entrelaçam e enobrecem. São vivências sorvidas com intensidade, marcadas pela força, pela contenteza e pela abertura do espírito e do coração que implicam em formas de aproximação dos indivíduos das diversas tradições mediante as trocas de energias (sinergias) que vivificam os rituais de celebração e de re-encantação da vida.

O educar intercultural (FLEURY, 2003) se lastreia nas lógicas da inclusividade que primam pelas relações in-tensivas de interligação entre os diversos mediante os desafios da conflitividade inerente ao dinamismo dos fluxos tensoriais que perfazem as relações/inter-relações humanas. Desafios que implicam em atitudes de dis-posição de espírito e de coração para que sejam envidados processos dialógicos de trocas e compartilhamentos entre as diferenças. Processos que potencializam enriquecimentos e expansões mútuas através das teias híbridas de sinergização e de fraternização; de ações imbuídas de altruísmo.

Assim, um educar que implica nos processos de afirmação e de renovação dos valores e dos sentires que dão Sentido e encantamento à vida de seus protagonistas e que pode contribuir expressivamente nos processos de afirmação e de fortalecimento das identidades e diversidades culturais, no entrecruzar das relações interculturais envidando o senso de pertencimento local e de co-pertencimento planetário.

As manifestações das tradições culturais dos Sertões, traduzidas na metáfora do Fuxico, que se revelam com suas expressões multicores, imbuídas de vivacidade e enraizadas de forma profunda na cepa das sagas de sua gente, são marcadas pelo vigor de

sua dinamicidade e pelo espírito ativo de seus protagonistas através da plasticidade de suas formas e conteúdos. Assim, se configuram como fontes bastante fecundas que podem inspirar e nutrir a cotidianidade das ações do educar no contexto dos Sertões.

Nessa perspectiva, os acervos das tradições culturais desses rincões sertânicos se constituem como fontes primordiais que devem inspirar e dar cromaticidade às ações do educar nesses contextos realçando nos indivíduos o senso de pertencimento a um grupo, a uma comunidade, na contextualidade das manifestações que perfazem o cotidiano desses povos.

A presença vivificadora
da cultura viva na Educação
dá mais sabor aos saberes
afirma e renova a tradição.

A escola quando se nutre
no *ethos* fecundo da tradição
enriquece formas e conteúdos
ao aprendizado dá encantação.

A inserção das expressões das tradições culturais dos Sertões, configuradas na Pedagogia do Fuxico, no cotidiano das ações educativas (aulas, eventos diversos), em suas diversas modalidades, pode ocorrer de múltiplas formas. As Cantigas de Roda, os versos de Cordel, elementos do Bumba-meu-boi, do Reisado etc. podem ser incorporados contextualmente em vários momentos (início, meio, fim...) das atividades educacionais tornando estas mais fecundas e contextualizadas na vivacidade dos repertórios da cultura vivida/vivente de seus protagonistas contribuindo, assim, na afirmação dos símbolos culturais dessas tradições.

Destarte, em quaisquer matérias ou disciplinas e demais ações educativas nessas searas sertânicas, a articulação das formas e conteúdos dos processos de ensinância e de aprendizagem pode ocorrer através da incorporação dessas manifestações culturais (linguagem do cordel, das Cantigas de roda, das celebrações de São João etc.) que supõe a presença da música, da dança, dos versos (poesia). Nesse rumo, os próprios conteúdos de cada matéria/disciplina podem ser mobilizados e redimensionados, de forma sensível e criativa, inspirando a imaginação criante, a sensibilidade poética, o espírito crítico e inventivo de educandos e educadores, ao mesmo tempo em que estes conteúdos passam a ter carnalidade e são melhor compreendidos pois passam a ser ruminados e vivenciados, atravessando por dentro dos sentidos perceptivos de cada um. Desse modo, conteúdos e formas apresentam mais gosto e Sentido para o viver cotidiano dos indivíduos. Inspirados no dinamismo e na vivacidade dos símbolos das tradições culturais, educandos e educadores podem criar e recriar, com espíritosidade, saberes e sentires, reinventar

formas e conteúdos, na fruição de saberes eivados de sabor e encarnados nas intensidades das proezas do viver, de modo prazenteiro e expansivo.

A organização de eventos culturais (Semanas de Cultura, de Folclore etc.), das celebrações do São João etc. nas escolas pode mobilizar a participação de educandos, educadores e comunidade do entorno mediante a expressão da plasticidade de suas manifestações culturais. Essas ações, como momentos intensos de celebração da vida, se bem conduzidas, potencializam o advento dos laços de compartilhamento de seus valores, sentires e crenças, conduzindo ao fortalecimento das subjetividades e das intersubjetividades, do senso de pertencimento a uma comunidade e de co-pertencimento ao mundo mais amplo.

A incrementação, nas atividades educativas, de experiências vivenciais em que o corpo e o espírito celebram a vida através das diversas manifestações culturais, das brincadeiras populares, fomenta os laços de afetividade, de solidariedade e de amorosidade; o compartilhamento do estar-juntos no descortinar da interculturalidade.

Desse modo, essas expressões, com suas dimensões educativas e suas tonalidades singulares, tocam nas disposições sensíveis e espirituais do humano podendo suscitar o compartilhamento dos valores e Sentidos primordiais que plasmam a condição humana.

Em muitas circunstâncias, como nas comemorações das Semanas de Folclore nas escolas, há tendências e posturas que abordam essas manifestações culturais de forma superficial como mero espetáculo ornamental desprovido da expressividade de seus conteúdos contextuais. Nessas comemorações, essas manifestações são consideradas meramente como artefatos folclóricos traduzindo uma visão de Folclore como expressão de repertórios culturais caracterizados estaticamente, desvinculados do contexto vivo das culturas e da história dos indivíduos em seus grupos e comunidades. Muitas vezes, essas ações tomam contornos grosseiros que ridicularizam as expressões singulares desses grupos e comunidades.

Essas concepções e posturas são marcadas por preconceitos e por visões descontextualizadas e mecânicas que carecem de investigações e de compreensões mais cuidadosas e aprofundadas acerca dos significados e Sentidos das expressões dessas tradições culturais, das intensidades de suas manifestações cotidianas, dos contextos sócio-culturais em que estão imersas.

As características lúdicas das manifestações dessas tradições populares também são bastante relevantes nas práticas educativas na proporção em que fomentam o espírito brincante podendo, assim, propiciar aos indivíduos experiências que expandem o senso de

humor e de desprendimento, de flexibilidade e de abertura; que podem torná-los mais graciosos. As proezas do lúdico suscitam o espírito de aventura e de inventividade, o compartilhamento das emoções e dos sentimentos. Conduzem à fruição dos momentos preciosos de prazer e de alegria; estimulam e fortalecem a auto-estima, os laços de afetividade e de fraternização.

A presença dos tesouros que constituem as manifestações das tradições culturais dos Sertões, traduzidas na Pedagogia do Fuxico, pode proporcionar à ação de educar momentos intensos de iniciação às sabenças e sabedorias humanas impregnadas nos mananciais dessas tradições. Dessa forma, podemos articular uma ação de educar teórica e vivencial, que envolve, de forma interligada, o corpo (o pregnante) e a alma (o anímico), em que os saberes e sentires nos atravessam por dentro, nos mobilizam por inteiro através da fruição dos Sentidos que fazem desbordar o bem e o belo, a dignidade e a boniteza da condição humana na singularidade de cada contexto cultural.

Nesse horizonte de compreensão e de vivenciação do educar, nos quadrantes de seus entre-lugares, tanto nos Sertões como em outros territórios humanos, urge o alvorecer de uma Pedagogia do Fuxico que proporciona processos de ensinanças e de aprendizagens ao conduzir aos compassos das co-aprendências (em que nos aprendemos uns com os outros) inspiradas e nutridas na fecundez das estampas e do vigor dos repertórios de pensares e sentires de cada povo. Processos que se instalam mediante os fluxos de compartilhamentos das fontes das sabedorias que configuram os valores e Sentidos primordiais que fecundam as vidas de seus protagonistas e que constituem a expressividade dos repertórios de suas tradições culturais.

Uma Pedagogia do Fuxico que se traduz na fruição do cavucar, do render e do entretecer os símbolos mitopoéticos das tradições culturais com a força dos Sentidos que as vicejam e que animam as sagas dos povos nas in-tensidades de seu viver cotidiano. Uma Pedagogia que, como a configuração do Fuxico, apresenta aberturas para os entrelaces interculturais com os repertórios de outras tradições culturais; que realça o dinamismo e a vivacidade dos modos de ser e de estar sendo no mundo com os outros de cada povo, de seu espírito altivo, impulsionando aos desafios e labutas que compõem suas sagas. Que afirma e fortalece o existir e o co-existir de cada povo como protagonista de seus próprios destinos, abertos para as trocas que os complementam e enriquecem mediante as relações intra e interculturais.

Portanto, um educar intercultural configurado por uma Pedagogia do Fuxico pode incidir em processos in-tensivos de interligação e de compartilhamento entre a diversidade

dos grupos e das culturas na afirmação dos valores humanos primordiais que robustecem cada povo, da altivez de nosso ser-sendo-com-os-outros, de nosso co-pertencimento planetário.

O vigor das tradições culturais
que animam as sagas dos Sertões
se traduz na metáfora do Fuxico
com seus entrelaces e estampações
robustece a identidade cultural
nos abre para as interligações
dá mais Sentidos às nossas vidas
e traz vivacidade às educações.

Referências

- ARAÚJO, Miguel Almir Lima de. *Os Sentidos da Sensibilidade: sua fruição no fenômeno do educar*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- ARAÚJO, Miguel Almir L. de. *Laços de encruzilhada: ensaios transdisciplinares*. Feira de Santana: UEFS, 2001.
- ASSARÉ, Patativa do. *Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- BERNARD, François de. Por uma redefinição do conceito de diversidade cultural. In:
- BRANT, Leonardo. *Diversidade cultural: globalização e culturas locais – dimensões, efeitos e perspectivas*. São Paulo: Escrituras Ed.: Instituto Pensarte, 2005.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- FLEURI, Reinaldo Matias. *Educação intercultural: mediações necessárias*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- FORNET-BETANCOURT, Raul. *Transformación intercultural de la Filosofía*. Bilbao: Ed. Desclée de Brouer, 2001.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- MORIN, Edgar. *O método 5: a humanidade da humanidade: a identidade humana*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- MORIN, Edgar. *Sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1986.

PANIKKAR, Raimon. La interpelación intercultural. In: ARNAIZ, Graciano González R. *El discurso intercultural: prolegómenos a una filosofía intercultural*. Madrid: Biblioteca nueva, 2002.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

VIEIRA, Padre Antonio. *Sertão brabo*. São Paulo: Gráfica Brasileira, 1968.

AS PRODUÇÕES MUDIÁTICAS KAYAPÓ: RELAÇÕES INTERCULTURAIS ENTRE O *EU* E O *OUTRO*

Michelle Carlesso Mariano

Aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura
Contemporânea - UFMT
michellecarlessomariano@gmail.com.

RESUMO:

A dinâmica intersubjetiva, a relação entre o *Eu* e o *Outro*, ocorre dentro de um espaço social, e pode ser de estranheza ou de familiaridade. Nas relações interculturais apresentadas neste trabalho, o *outro* procura mostrar-se tanto no espaço real como no virtual, utilizando ferramentas de mídia como a internet. Eu conheço o outro a partir de como ele se mostra. Esta pesquisa aborda as relações interculturais do povo indígena Kayapó, mostrando a reconversão de instrumentos midiáticos para a promoção de suas demandas próprias, fundamentadas na noção de *culturalismo* proposta por Marshall Sahlins, no conceito de *hibridismo*, *sincretismo* e *mestiçagem* e no texto de Zygmunt Bauman “A ética pós-moderna”, sobre o *eu* e o *outro* e seus arranjos espaciais.

Palavras-chave: Interculturalidade; Intersubjetividade; Kayapó.

ABSTRACT

The dynamic intersubjective, the relationship between the *Self* and the *Other*, happen within a social space, and can be of strangeness and familiarity. This paper presents intercultural relationships that the *other* seeks to show up both in real space as in virtual, using for this media tools like the Internet. I know from the other as it shows itself. This research discusses the intercultural relations of the Kayapó indigenous people, showing the conversion of media tools for promoting their own demands, based on the notion of the *culturalism* proposed by Marshall Sahlins, the concept of *hybridity*, *syncretism* and

mestizaje and the text of the Zygmunt Bauman "Postmodern ethics" about the *self* and the *other* and their spatial arrangements.

Keywords: Interculturalism, Intersubjectivity; Kayapó.

INTRODUÇÃO

As relações intersubjetivas acontecem no espaço físico e social, entre o *eu* e o *outro*. Estas relações podem ser de familiaridade, quando o *outro* está próximo de mim, eu o conheço, acumulo conhecimento a seu respeito, suas atitudes são normais para mim, não há estranheza neste relacionamento. Porém, quando o *outro* está fora do meu espaço social, ele se apresenta a mim como um estranho, eu o desconheço como humano, desconheço seus valores, suas idéias, enfim, há uma distancia que nos separa.

Nas relações interculturais, o *outro* procura mostrar-se a partir de seu ponto de vista, sua visão êmica, sua cultura. No caso dos índios Kayapó, a utilização de instrumentos midiáticos tornou-se uma importante ferramenta aliada na divulgação de suas demandas pessoais, na promoção de sua cultura, suas festas e, principalmente, nas questões políticas em prol do coletivo, da comunidade indígena em geral. Situações vivenciadas no contexto real de tempo e espaço são posteriormente compartilhadas em um ambiente virtual, proporcionando um segundo momento de vivência das experiências, que agora podem ser experimentadas tanto pelos indígenas como pelos não-indígenas.

Eu conheço o outro a partir do que ele mostra a mim e de como ele se mostra. Os kayapó se mostram a nós através de suas próprias produções. Por um lado, os *benadjores* (grandes chefes) apropriam-se de um discurso ecológico nacional e o reconvertem para suas demandas políticas, como a luta pela demarcação de Terras Indígenas. Isso, que vem ocorrendo a anos, pode ser visto claramente no Rio +20¹, onde líderes Kayapó discursaram ao lado de grandes pensadores, falando sobre questões indígenas ligadas a preservação ambiental e luta pela posse de terras.

Por outro lado, os jovens apropriam-se de ferramentas tipicamente contemporâneas, a internet, por exemplo, para divulgar os próprios vídeos, as próprias

1 Workshop Internacional "A Terra está Inquieta". Programação para 18 de junho de 2012: O despertar de uma consciência mundial. Debatedor: Othon H. Leonardos. Marina Silva, Edgar Morin, Irina Bokova, Raoni Metuktire, Leonardo Boff.

idéias, como no movimento *Mebengokrê Nyre*, criado e divulgado por jovens Kayapó e o “Projeto de Registro de Narrativas Mebêngôkre, Panará e Tapajúna”, criado pela *Associação Ipren-re de defesa do povo Mebengokrê*. Assim, os conhecemos a partir de seu próprio ponto de vista, como eles se vêem e como querem ser vistos, nos espaços também escolhidos por eles, como o espaço virtual.

1. O EU E O OUTRO KAYAPÓ

Kayapó é uma designação cabocla dada pelos seringueiros aos indígenas brasileiros que usavam um peculiar ornamento de madeira, o botoque, no lábio inferior, o que lhes rendeu o apelido de 'beijos-de-pau' ou 'botocudos'. Também chamados de *txucarramãe* de origem Juruna que significa 'homem-sem-arco', por usarem para a caça uma borduna, semelhante a um tacape, de madeira dura e resistente. Hoje em dia, esta ‘arma’ tornou-se um símbolo tradicional. Pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê, subgrupo Jê Setentrional, distribuem-se em vasto território do Brasil, principalmente na região amazônica. Autodenominam-se *Mebêngôkre*, *homem do fundo do rio*, em referência aos seus mitos de origem, segundo eles próprios. Os *Gorotire* (habitam sul do Pará) foram “pacificados” em 1948 e os Kayapó do Xingu (*Mekragnotire*)², entre 1952 e 1958.

Para Viveiros de Castro, no que ele chamou de perspectivismo, os indígenas consideram que todos os seres são portadores de humanidade, de subjetividade, de cultura. Portanto, entre os humanos indígenas e animais, há uma condição comum: a própria humanidade. Se todos os corpos, animais e humanos, são portadores de humanidade, a grande questão dos indígenas frente ao estrangeiro era saber que tipo de humanidade aqueles corpos portavam, se semelhante a deles ou não. “Trata-se da concepção, comum a muitos povos do continente, segundo a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos”. (VIVEIROS DE CASTRO, 1996). Assim, a corporeidade com fundamento cosmológico é a maneira de explicar a distinção entre o *eu* e o *outro* sob o ponto de vista indígena. “É possível, por exemplo, entender melhor por que as categorias de identidade [...] exprimem-se tão frequentemente por meio de ‘idiomas’ corporais, em particular pela alimentação e pela decoração corporal.” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996).

2 As produções midiáticas que serão apresentadas neste trabalho foram realizadas pelos Kayapó Mekragnotire Metyktire.

Para o Kayapó, a aldeia é o centro do seu universo, pois é o local onde toda a sua corporeidade é performada nos ritos, hábitos, conhecimentos. A todos os que não pertencem à aldeia chamam de *Kuben*. Sua atitude etnocêntrica consiste em considerar o seu modo de vida, sua língua, superior a dos outros. Partilham uma atitude profundamente desconfiada em relação aos não membros da aldeia, às vezes metafisicamente, associando-os a seres míticos maléficos, antropomórficos. Para o etnólogo Anton Lukesch (1976, p.16), esse fato tem relação com as experiências amargas sofridas pelos Kayapó ao longo de sua história, contato com outros grupos indígenas e não indígenas.

O antropólogo Terence Turner, que estudou os Kayapó por mais de trinta anos, entende cultura como “o meio pelo qual um povo define e produz a si mesmo enquanto entidade social em relação à sua situação histórica em transformação” (Turner 1987:6). Para ele, houve no final da década de 80 uma mudança nas tribos da região Amazônica, um fenômeno considerado global, o que Sahlins chamou de “culturalismo”, no sentido de preservar sua identidade social, cultural e étnica, revertendo inclusive um quadro de retrocesso demográfico. O culturalismo consiste na apropriação do termo linguístico cultura, resignificando-o semanticamente de acordo com a própria concepção, consciente e crítica, dos grupos humanos. Para Turner, tal fato deveu-se a uma habilidade dos indígenas em adquirir e dominar aspectos da cultura nacional, como a língua, tecnologias, saberes, sem perder sua tradição³. “Os Kayapó, conseguiram afirmar um impressionante grau de solidariedade política e social e continuidade cultural em face dos desafios excepcionalmente rigorosos, originários de poderosos elementos da sociedade nacional.” (TURNER, 1991, p.69).

Assim o kayapó entendia sua cultura “incluindo as técnicas de subsistência, a dieta alimentar, as cerimônias, as instituições sociais, o acervo de saberes e costumes — como necessária à sua ‘vida’, ‘força’ e ‘felicidade’” (SAHLINS, 1997, p.125).

[...] ouvir líderes kayapó, bem como homens e mulheres comuns, dizendo ter como motivação fundamental de sua luta política a manutenção de seu modo de vida cultural e a defesa deste contra pressões de assimilação e de destruição por parte da sociedade nacional. Muitos, inclusive indivíduos

3 Marcel Mauss considera a própria palavra tradição perigosa, pois remete a algo inerte, resistente ao esforço, desgosto por novos hábitos, o que não é real. Toda tradição está sujeita a mudanças, e estas ocorrem por simples tomada de consciência do próprio grupo ou indivíduo. Mesmo as tradições mais resistentes se modificam de certa forma, pelo simples fato de saber da existência do outro. Isso não significa o seu desaparecimento, mas a sua existência histórica, dinâmica, real. “Há verdadeiramente tradição, continuidade; o grande ato é a entrega das ciências, dos saberes e dos poderes dos mestres aos alunos.” (MAUSS, 1999, p. 199).

monolíngües, haviam começado a usar a palavra portuguesa ‘cultura’ para se referir ao seu modo de subsistência material, ao ambiente natural ao qual está essencialmente ligado, bem como às suas instituições sociais e ao seu sistema cerimonial tradicional. O termo nativo para o conjunto de saberes e costumes, kukràdjà [que significa algo que se leva muito tempo para contar], era agora também comumente empregado da mesma forma, isto é, para se referir às práticas e saberes tradicionais como algo que exigia um esforço consciente por parte da comunidade para sua preservação e reprodução. (TURNER, apud SAHLINS, 1997, p.125).

Portanto, para Sahlins, a autoconsciência étnica, o entendimento instrumental do significado de sua cultura e a capacidade de responderem pela sua própria história foram fatores essenciais para colocarem este povo em destaque diante das forças amalgamadoras da sociedade nacional, sob a bandeira de proteção de sua cultura. “Os Kayapó não recusam a história: eles se propõem a responder por ela; pretendem orquestrá-la segundo a lógica de seus próprios esquemas. [...] A continuidade das culturas indígenas consiste nos modos específicos pelos quais elas se transformam” (SAHLINS, 1997, p. 126).

Desta maneira, o kayapó responde a um apelo pela modernização, assimilando a tecnologia e a incorporando ao seu modo de vida, trazendo benefícios e melhorias, como educação, saúde, infra-estrutura, sem com isso se tornarem “ocidentalizados”⁴.

2. AS PRODUÇÕES MIDIÁTICAS KAYAPÓ

A cultura contemporânea é uma cultura comunicacional por excelência. Nunca foi tão fácil ter contato com o outro, mostrar-se, transpor barreiras geográficas e temporais. Há uma inter-relação de espaços físicos e espaços virtuais, novas maneiras de conhecimento, onde a própria noção de tempo perde sentido quando um fato pode ser visto e revisto, vivenciado a qualquer hora do dia. Neste sentido, a comunicação como prática social é o que vincula os indivíduos.

Os movimentos afirmativos identitários, como os protagonizados pelos Kayapó, provocam uma mobilização produtiva no sentido de situar-se no tempo e espaço como indivíduos que, por estarem imersos na contemporaneidade, vivenciam

4 Para Samunel Huntington, em “O choque civilizatório”, a idéia de uma civilização universal nada mais é do que um produto da civilização ocidental. Justificativa para a expansão e domínio político-econômico do ocidente sobre o não-ocidente, o universalismo, uma imposição da cultura ocidental sobre as outras formas de cultura. A falácia está aí, pois acontece justamente o contrário, quanto mais globalizado o mundo, maior a exacerbação da autoconsciência étnica, societária, a volta ao que é “sagrado”.

uma de suas principais características: estar no mundo, de maneira difusa, entre uma memória tradicional que ainda não se esvaiu e um devir que ainda não se instalou, um virtual que ainda não se atualizou.

O uso de equipamentos de mídia pelos indígenas não é um fenômeno inédito, pois desde meados da década de 80 eles voltam seu olhar, através das lentes dos equipamentos, para um mundo que lhes é apresentado, procurando assim o conhecer melhor. No momento atual, o fenômeno ganha outra dimensão: agora eles se mostram a nós, de modo a se fazer conhecer também.

Para exemplificar as produções midiáticas Kayapó, serão descritas duas iniciativas. A primeira surgiu com o objetivo de registrar no formato audiovisual as narrativas históricas e mitos dos povos Mebêngôkre, Panará e Tapajúna. A segunda nasceu na comunidade jovem Kayapó, usuária do Facebook, que passou a produzir seus próprios vídeos e a divulgar na rede.

No primeiro caso, a idéia de registrar em vídeo as narrativas históricas e mitos desses povos partiu das próprias lideranças indígenas, da comunidade e dos professores indígenas, como está relatado no próprio projeto:

Em agosto/setembro de 2007, as comunidades receberam os produtos finais do Projeto “Atlas das Terras Indígenas Mebêngôkre, Panará e Tapajúna” (livros Atlas impressos, calendários de 2008 e cartazes com o mapa dos seus territórios). O referido Projeto foi desenvolvido pelos professores indígenas e suas comunidades, formando os professores como pesquisadores, através do Programa de Formação de Professores Mebêngôkre, Panará e Tapajúna e contou com o patrocínio do programa Petrobras Cultural/Lei Rouanet, edição 2004 (PRONAC nº 055461). Na entrega dos produtos finais do Atlas as comunidades declararam que queriam continuar com as pesquisas e registros e que iriam se reunir para decidir quais seriam os temas e as formas de registro dos conhecimentos em risco de desaparecimento. Em novembro de 2007, na reunião final da 12ª etapa intensiva do Programa de Formação, os professores e lideranças expressaram sua decisão de trabalhar com o registro das histórias e dos mitos de cada um dos 3 povos, através de pesquisas realizadas pelos professores indígenas com os especialistas de suas aldeias. (ASSOCIAÇÃO IPREN-RE, Projeto de registro de narrativas Mebêngôkre, Panará e Tapajúna, 2008).

Assim, o projeto foi aprovado, licitado e realizado⁵. Seu principal objetivo foi o registro e revitalização de conhecimentos de cada comunidade, em risco de desaparecimento. Segundo seus realizadores “alguns especialistas não concordavam em

5 O projeto foi aprovado e publicado no Diário Oficial, por se tratar de verba da União. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/5262857/dou-secao-3-28-05-2010-pg-91>>

repassar seus conhecimentos fora dos moldes tradicionais de transmissão”, ou seja, oralmente. Por outro lado “as crianças e jovens não demonstravam interesse em aprender com seus avós ou tios, demonstrando mais interesse pelos conhecimentos da sociedade nacional” (ASSOCIAÇÃO IPREN-RE, Projeto de registro de narrativas Mebêngôkre, Panará e Tapajúna, 2008).

Como resultados da execução do projeto foram observados a valorização da cultura e aumento da auto-estima dos povos envolvidos, pois há narrativas referentes às cerimônias, músicas e atividades que não são mais realizadas nas comunidades. O projeto contou com oficinas de edição, treinando jovens indígenas nas técnicas de registro, edição, produção e publicação de audiovisual.

Outra iniciativa de destaque é o *Movimento Mebengkrê Nyre*, formado por jovens em 2011, motivados afirmativamente a promover sua cultura. Em resposta a um e-mail pessoal, a idealizadora do movimento Mayalú Waurá Txucarramãe, filha do cacique Megaron Txucarramãe e neta do cacique Raoni, expondo sua opinião a respeito de suas motivações.

O grupo de jovem foi uma idéia que eu tive, logo após a exoneração do meu pai [Megaron] e quando o meu avô Raoni foi para aldeia e lá começou a ficar frustrado, com tanto desrespeito que a FUNAI vinha nos tratando. Na cidade tudo estava fora do eixo, os jovens cada vez mais consumindo bebida alcoólica, os adolescentes todas as madrugadas embriagados. Quando meu pai e meu avô estavam na cidade dificilmente isso ocorria. Eu estava quase desistindo de tudo, sinceramente pela primeira vez eu estava com muito medo de como seria o nosso futuro com aquela situação toda. Foi então que comecei a pensar em fazer algo para ajudar e de orgulhar meu pai e meu avô. Refleti que o povo do meu avô, por quem ele tanto lutou não podia acabar assim e conversei muito com meus irmãos kena, Atamai, Bepkoti e meu primo Roiti, filho do Bedjai. A partir daí, fomos repassando a idéia adiante. Pedi permissão e apoio a meu avô Raoni e meu pai e eles me deram o total apoio. Foi então que fizemos a primeira reunião para escolhermos o nome do grupo e qual seria o objetivo do nosso grupo. O Movimento é formado pela maioria jovem de 15 a 25 anos, jovens que assim como eu não sabia o que seria daquele dia em diante, estávamos nos sentindo sozinhos, foi isso que nos uniu, foi assim que surgiu *Movimento Mebengokrê Nyre*. Tem como membros Kayapó, Juruna e Tapayuna, mas pretendemos incluir todas as outras etnias dessa região para fortalecer e dar continuidade a luta dos nossos pais e avôs. O MMN começou a agir em Janeiro, em fevereiro ajudamos muito na comunicação com Kapotnhinore [terra indígena que está sendo reivindicada pelos Kayapó]. A iniciativa de acamparmos na FUNAI para tirarmos o Sebastião *punure* [substituto de Megaron na chefia da FUNAI em Colíder, MT, e desaprovado pelos índios] foi nosso com todo apoio das mulheres ao meu pedido e assim as mulheres vem nos dando força para seguir a luta. Agora por último tivemos a idéia de levar 40 guerreiros para apoiar o nosso avô e meu pai na Rio+20. Com todo apoio e nome que o Instituto Raoni tem e com seus apoiadores financeiros, conseguimos levar os guerreiros com uns dos nossos membros, sendo Yakarewa Juruna, Patxon Metuktire, Roiti Metuktire, Kena Waurá Txucarramãe, Uitsumá Kopre W. Txucarramãe, Ngruako Metutkire, e eu para a Rio+20. Hoje temos 25

participantes ativos e pretendemos com certeza aumentar mais membros. E então para nós essas foram as nossas primeiras conquistas, tivemos muita coragem e ousadia para concretizar essas idéias, estávamos muito cansados de tudo que não pensamos nas conseqüência, só em agir e trazer de volta a força e a garra do meu avô e meu pai, e estamos satisfeitos com isso e pretendemos não para mais. Bom assim é a estória do nosso *Movimento Mebengokrê Nyre*. (TXUCARRAMÃE, Movimento Mebengokrê Nyre, 2012)

Assim, os jovens do movimento se mobilizam afirmativamente pelas suas demandas em dois momentos distintos: no momento em que os fatos ocorrem, situados no tempo-espaço e, posteriormente, transferindo estes momentos para a internet, publicando vídeos de suas atuações. Na página eletrônica que leva o nome do movimento, podemos observar fotos que remetem à tradição indígena, ornamentos típicos, pinturas corporais tradicionais. Também encontramos vídeos de cunho mais político, como a invasão na coordenadoria regional da FUNAI em Colíder, Mato Grosso, exigindo que um líder indígena retornasse ao cargo de coordenador após ser exonerado por questões políticas.

Os jovens do *Movimento Mebêngôkre Nyre* se fizeram presentes na **Rio + 20**, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, e postaram na internet suas opiniões, fotos e vídeos. Este comentário foi retirado da página do Facebook do movimento e expressa a opinião se seus membros que estavam atentos ao que se debatia na ocasião:

Nós do MMN estávamos nessa palestra que Dr. Pontes deu, foi muito importante!!! VEJAM O QUE A TV NÃO MOSTROU DA RIO+20, NEM TUDO FOI BAGUNÇA, COMO OS OUTROS ANDAM DIZENDO, HOVE MUITO DEBATE IMPORTANTISSIMO... (Disponível em: <<http://pt-br.facebook.com/MebengokreNyre?sk=wall&filter=1>>)

3. CONCEITOS RELACIONADOS À INTERCULTURALIDADE: HIBRIDAÇÃO, MESTIÇAGEM E SINCRETISMO

O termo híbrido, para a biologia, refere-se a cruzamentos cujo resultado é um ser estéril. Mas esta noção adverte Canclini, não deve ser transportada para as ciências sociais. Assim, o conceito de hibridação para Canclini (2011, p. XIX) é definido como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e

práticas”. O autor enfatiza que estas práticas discretas já são resultados de processos de hibridação e não poderiam ser consideradas puras.

Como a hibridação funde estruturas ou práticas sociais discretas para gerar novas estruturas e novas práticas? Às vezes, isso ocorre de modo não planejado ou é resultado imprevisto de processos migratórios, turísticos e de intercâmbio econômico ou comunicacional. Mas frequentemente a hibridação surge da criatividade individual e coletiva. Não só nas artes, mas também na vida cotidiana e no desenvolvimento tecnológico. (GARCÍA CANCLINI, 2011, p. XXII).

O autor relaciona ao termo hibridação várias ‘misturas’ que ocorrem na sociedade, sejam elas étnicas, lingüísticas, artísticas, arquitetônicas, culturais, enfim, o conceito unifica sob uma mesma “operação epistemológica que situe sua fecundidade explicativa e seus limites no interior de discursos culturais” (CANCLINI, 2011. P. XXI). Assim, uma prática que pertence à outra cultura é reconvertida para ser reinserida em novas práticas, novas estruturas híbridas.

Canclini (2011, p. XXII) cita como exemplo de reconversão de patrimônio ou discurso uma prática indígena, muito usada pelos Kayapó, onde “os movimentos indígenas que reinserem suas demandas na política transnacional ou em um discurso ecológico e aprendem a comunicá-las por rádio, televisão e internet”. Os líderes Kayapó utilizam-se desta reconversão usando os meios midiáticos nacionais e internacionais para se fazerem conhecer e as suas necessidades, principalmente a questão ligada às terras indígenas, como também seus direitos como indivíduos e comunidades. Aprenderam a se fazer ouvir, aprenderam a como utilizar o discurso do não índio e a divulgá-lo pelos mesmos meios.

O termo hibridação geralmente é limitado a descrever as misturas entre elementos de culturas distintas. Esta é a real dificuldade do conceito, pois como afirma o autor, os estudos deveriam focar-se nos processos de hibridação e não nos produtos finais, já acabados, amalgamados. Toda a dinâmica está no processo. Canclini (2011, p. XXIV) fala o seguinte sobre isso:

Uma dificuldade para cumprir esses propósitos é que os estudos sobre hibridação costumam limitar-se a *descrever* misturas interculturais. Mal começamos a avançar, como parte da reconstrução sociocultural do conceito, para dar-lhe poder *explicativo*: estudar os processos de hibridação situando-os em relações estruturais de causalidade. E dar-lhes capacidade *hermenêutica*: torná-lo útil para interpretar as relações de sentido que se reconstruem nas misturas.

Serge Gruzinski afirma em seu livro *O pensamento mestiço* que nós, seres humanos, temos uma tendência a buscar o tradicionalmente puro, o intocável, o exótico nas culturas que não fazem parte da nossa, principalmente nas culturas indígenas. No entanto, adverte que isto é um “engodo”, pois o fato é que, mesmo antes do contato com o europeu, as culturas indígenas interagiam entre elas, incorporando práticas alheias as suas, trocando e misturando conhecimento. Então, “aceitar em sua globalidade a realidade mesclada que temos diante dos olhos é um primeiro passo” (GRUZINSKI, 2001 p. 26).

Desde o princípio da colonização européia, os povos americanos se viram rodeados de artefatos que não faziam parte de seu modo de vida, mas que se tornaram indispensáveis. No entanto, a história negligenciou estas misturas, preferido narras sob o enfoque dualista: conquistador e conquistado, deixando de olhar justamente para a fronteira entre os dois, onde aconteceram e acontecem as misturas, como aponta o autor:

Portanto, não é o silêncio dos arquivos que explica, até a data recente, as lacunas ou as falhas da pesquisa, mas uma tendência a esquecer a história de certas regiões do globo, ou a lhe conferir apenas uma parcela desprezível no destino dessas regiões. [...] Recusamo-nos a ver as mestiçagens que se desenvolveram – ou quando estas se tornaram dominantes e, portanto irrecusáveis – apressamo-nos em assimilá-las a ‘contaminações’ ou ‘interferências’. (GRUZINSKI, 2001, p. 35).

Mestiçagem é segundo Gruzinski a mistura de seres humanos e (ou) de seus imaginários, sem se saber exatamente o que esta mistura engloba e quais são suas dinâmicas. “Misturar, mesclar, amalgamar, cruzar, interpenetar, superpor, justapor, interpor, imbricar, colar, fundir, etc., são muitas as palavras que se aplicam à mestiçagem e afogam sob uma profusão de vocábulos a imprecisão das descrições e a indefinição do pensamento. (GRUZINSKI, 2001, p. 42). Este termo carrega, semanticamente, a noção da passagem do homogêneo ao heterogêneo, do puro ao misturado e é por si só complicado de se explicar.

A mestiçagem ocorre nas fronteiras, os espaços de troca por excelência, os espaços de mediação: “Nos espaços *in between* criados pela colonização aparecem e se desenvolvem novos modos de pensamento cuja vitalidade resida na aptidão para transformar e criticar o que as duas heranças, ocidental e ameríndia, têm de pretensamente autênticas” (GRUZINSKI, 2001, p. 48).

Assim, o autor leva o olhar sobre a mestiçagem não para o centro das comunidades, mas para a periferia, para a região de fronteira, mostrando que esta região é porosa e permeável, cuja flexibilidade se nota pela sua capacidade de deslocar-se e se deixar deslocar. Estes deslocamentos seguem uma dinâmica condicionada por fatores inerentes aos grupos em contato, não precisando haver uma lógica. Com isso não há como prever o seu desenrolar, qual a mobilidade e em que direção ela tende. Ela pode alargar-se ou contrair-se, uma comunidade pode ser completamente tomada pela sua fronteira, sendo totalmente misturada, resultando em outra coisa, diferente das duas que a originaram.

Sincretismo é um conceito que também diz respeito às misturas culturais. Para Lupo (1996, p.11) sincretismo é “uma categoria elaborada indutivamente, sobre a experiência, e não a partir de apriorismos lógicos [**tradução nossa**]”. Para ele, o termo carrega semanticamente o inconveniente de ser relacionado às impróprias conciliações, do ponto de vista doutrinal teológico, de posições incompatíveis.

A despeito dos problemas semânticos, sincretismo é um fenômeno que trata das transformações dos elementos culturais. Sobre essas transformações, Lupo afirma que:

A palavra [sincretismo] deve se referir às transformações que sofrem os elementos culturais na transição de um grupo humano para outro grupo humano. A universalidade dos fenômenos de manipulação, fusão, ressemantização e reformulação de traços culturais se manifesta simplesmente examinando os resultados possíveis de contato cultural. Existem basicamente três alternativas: 1) que os portadores de uma cultura rejeitem todos os elementos ou elementos complexos do exterior, 2) que os aceitem de maneira total 3) que os acolham, pelo menos em parte, alterando e redefinindo a sua forma, o uso, significado, e funções (cf. Lanternari, 1974: 19-20). Das três possibilidades, a terceira é de longe a mais frequente, pois uma vez conhecida um elemento novo fica difícil apagá-lo da memória, ou se ele é aceito e inserido no contexto cultural, que não sofra qualquer alteração [**tradução nossa**]. (LUPO, 1996, p. 15).

No entanto, para Lupo, o sincretismo não é a versão final, amalgamada, mas justamente a ambiguidade perceptível, onde as práticas em contato coabitam de maneira incômoda. Quando os elementos de culturas diferentes fundem-se dando origem a algo em que não se diferencia as suas origens deixou de ser sincrético. Assim “a utilização do conceito de sincretismo só faz sentido se aplicado à fase (ou situações) em que a síntese ainda não atingiu uma consistência completa e reconhecida por todos os

membros da sociedade [tradução nossa]” (LUPO, 1996, p. 17). A prova que o sincretismo se realizou é o amálgama final.

Portanto, o sincretismo refere-se a situações de fusão intercultural onde elementos de tradições distintas ainda não alcançaram a plena comunhão das formas e novos significados híbridos, pois para serem sincréticos, os elementos de ambas as culturas em choque têm que ser necessariamente ambíguos.

O que um conceito engloba e o que deixa de fora? Os conceitos mencionados, em comum, tratam de fusões interculturais cada qual em suas particularidades. Híbridação e mestiçagem possuem em comum o questionamento da noção de identidade, pois em se tratando de misturas não é possível estabelecer um ponto único de referência identitária, o conceito então não cabe mais, preferindo-se (para Canclini) processos afirmativos identitários, construídos em contextos de interação intercultural:

O estudo sobre narrativas identitárias com enfoque teórico que levam em conta os processos de híbridação (Hannerz; Hall) mostram que não é possível falar das identidades como se se tratassem apenas de um conjunto de traços fixos, nem afirmá-los como essência de uma etnia ou de uma nação. A história dos movimentos identitários revela uma série de operações de seleção de elementos de diferentes épocas articulados pelos grupos hegemônicos em um relato que lhe dá coerência, dramaticidade e eloquência. (CANCLINI, 2011, p. XXIII).

Gruzinski também questiona as identidades ao falar em mestiçagem. Para ele, o conceito de identidade, que atribui características mais ou menos invariáveis a indivíduos sob a base de uma cultura sólida e homogênea não se aplica mais justamente por não existirem, nos casos de misturas interculturais, estes modelos de cultura. Com isso se perde o conhecimento real em face de um conhecimento idealizado. “[...] ao valorizarmos categorias artificiais, negligenciamos os grupos múltiplos, móveis ou estratificados ao que se ligavam os protagonistas dessa história” (GRUZINSKI, 2001, p. 52), referindo-se à história da colonização europeia nas Américas. De maneira semelhante, Gruzinski também questiona o termo cultura, como categoria, pois considera que os estudiosos tendem a imprimir um caráter ordenado, recortado e formatado à cultura, perdendo-se também conhecimento com a delimitação de uma margem.

Ao relacioná-los com o contexto de interação intercultural pelo qual o povo Kayapó vive na atualidade surgem algumas ponderações. O kayapó do Xingu passou a ter contato com a cultura nacional a partir de 1953, o que não significa que não tivessem

conhecimento dela ou contato com outras culturas indígenas, pelo contrário, estudos afirmam que havia um trânsito constante entre etnias, sejam de confronto ou trocas materiais. No momento atual, são bombardeados pela toda sorte de novidades vindas de outras culturas, onde é notório que exista uma situação de processo de fusão.

Em relação ao conceito de hibridação, o que se pode perceber é a noção de reconversão de elementos e discursos alheios pelos indígenas para suas próprias demandas, suas necessidades e vontades. O discurso ecológico é um bom exemplo. Primeiramente dominar a língua para poder falar de igual para igual, usar os mesmos instrumentos de divulgação e estratégias de *marketing* pessoal. No entanto, ao que parece só o Kayapó hibrida, só sua cultura precisa adaptar-se a cultura nacional, só ele reconverte um patrimônio.

No caso do conceito de mestiçagem, pode haver uma analogia entre o que ocorreu entre os indígenas da América Central e os espanhóis e o que está ocorrendo entre o grupo indígena brasileiro Kayapó e a cultura nacional?

No caso mexicano, Gruzinski cita o trabalho de Gonzalo Aguirre Beltrán, que colocou em relação mestiçagem e a aculturação, mostrando que nestes casos a mestiçagem foi e é resultado da luta entre a cultura européia colonial e a cultura indígena. Ele afirma que “os elementos opostos das culturas em contato tentem a se excluir mutuamente, eles se enfrentam e se opõem uns aos outros; mas, ao mesmo tempo, tendem a se interpretar, a se conjugar e a se identificar” (AGUIRRE BELTRÁN, apud GRUZINSKI, 2001, p. 45). Assim, no caso descrito surgiu uma cultura nova, diferente das culturas originais que a formaram pela conjugação de contrários, a cultura mexicana.

A situação mexicana mencionada resultou em uma nova cultura diferente de ambas as originais. No caso Kayapó, só a sua cultura está sendo modificada, são duas culturas em contato, mas apenas uma sofre as modificações, precisa reelaborar-se e reconfigurar-se para assimilar o outro em suas práticas. Não creio que seja uma “luta” como no caso mexicano entre duas culturas, mas sim uma necessidade de sobrevivência frente a onda de aculturação, de assimilação, de deculturação, uma questão muito séria que passa longe dos gostos por novidades tecnológicas que, claro, fazem parte do cenário da comunidade indígena.

Como o contato pode ser considerado recente, mais de 50 anos, os processos ainda estão em curso, alguns elementos já estão amalgamados e outros em processo. A ambiguidade tende a ser superada a cada nova prática que é assimilada e reconvertida

para seus usos, ou seja, a situação de mistura intercultural ainda está em processo, não há como prever o seu futuro, está no meio termo entre um passado tradicional e um futuro incerto. Está, portanto, na contemporaneidade.

4. O EU E O OUTRO NA CONTEMPORANEIDADE: RELAÇÕES INTERCULTURAIS

O que regula o comportamento humano? Muitos dirão que são as regras estabelecidas pela sociedade, a moral, o ato de decidir entre determinados valores, bem ou mal, certo ou errado, justo ou injusto. Mas o que fundamenta o *Eu* moral? Este, por muito tempo, foi considerado sem fundamentação, pois repousava sobre os seus impulsos morais, cuja subjetividade não era considerada confiável o suficiente para fundamentar qualquer coisa estável. “Os eus não podem ser deixados entregues a seus próprios recursos, pois não têm nenhum recurso a que possam ser concebivelmente deixados” (BAUMAN, 1997, p.76). A desconfiança em relação ao impulso moral, considerado na ordem do “tudo pode acontecer” fez com que pensadores se unissem na tarefa de rejeitar qualquer impulso que possa estar animando o eu moral. Este considerado contrário à razão por agir por sua conta, naturalmente. Então, como alternativa, tais impulsos foram polarizados por agências modeladoras de controle.

Ontologicamente, o *eu* e o *outro* são separados, podendo existir individualmente ou na forma de *um com o outro*. A ontologia é desprovida de moral, o *estar com* ontológico só pode chegar à Lei coercitiva e heterônoma, reducionista por natureza, colocando a todos os *eus* no conjunto de ‘todos os humanos’, incitando o individualismo, o não-social. Portanto, o que é construído no *estar com* não é moralidade no modelo ontológico, pois, resistindo a síntese e dissipando-se na síntese a moral é antes da ontologia. O relacionamento entre os homens não é sintetizável, pois o verdadeiro estar junto não acontece na síntese, mas no face a face. “Eu tomo a responsabilidade pelo Outro. [...] Sou eu que tomo a responsabilidade, e eu posso tomar essa responsabilidade ou eu posso rejeitá-la.” (BAUMAN, 1997, p.88) É a minha responsabilidade que constitui simultaneamente o ‘Eu Moral’ e o ‘Outro Face’ e essa responsabilidade é incondicional, ou seja, não depende das qualidades do *Outro*.

Não há nada antes do *ser* para a ontologia, mas para a ética a moralidade vem antes do *ser*, como isto é possível? Bauman afirma o seguinte:

eticamente, a moralidade é antes do ser. Mas ontologicamente não há nada antes do ser, como ontologicamente também o ‘antes do ser’ é outro ser. A moralidade é antes do ser somente em seu próprio sentido moral de ‘antes’; isto é, no sentido de ser ‘melhor’. Mas no sentido ontológico, o sentido que predomina sempre que os dois sentidos competem no campo do ser, o campo em que todos estamos, o ser é antes da moralidade; o eu moral não pode ser senão um eu moral. Ontologicamente, a moralidade só pode vir depois do ser, isto é, ou como determinado resultado do ser, ou como uma regra obrigada a admitir prioridade do ser por querer justificar-se a si mesma em termos de ser. (BAUMAN, 1997, p.89)

Assim, para Bauman, é na relação com o *outro* que o *eu* se realiza, na busca incessante, nos relacionamentos, nas pulsões, no estar junto. O *impulso moral* não ocorre na socialização racionalizante, linear, histórica, que dominou as instituições do saber e moldou o comportamento social por muitos séculos, mas justamente no seu inverso, na *socialidade* contemporânea, marcada pelo momento presente, plano, movendo-se sem mudar de lugar, sem direção, recomeçando sempre, permanecendo em sua totalidade. Não pode ser compreendida em fragmentos, mas somente na totalidade. A *socialidade* não tem objetivos, ela simplesmente é o que é desinteressadamente, um fenômeno estético marcada pelos desejos, sentimentos, pela sensação.

Mas quem são os *Outros*? Para Bauman, eles são o que conhecemos sobre eles. O contato com o *outro* representa uma relação de reciprocidade, pois é elementar, natural. O problema surge quando esta relação foge da naturalidade, o não-compreendido, o não-natural, o não-recíproco, o *outro* está distante, e é desta distância que posso vê-lo, observá-lo, estudá-lo. Conhecer é, portanto, administrar esta distância. As afirmações: “‘Sei melhor das coisas que estão perto’ e ‘perto estão as coisas que eu conheço mais’ constituem duas articulações permanentes do laço inextricável (na verdade, identidade) entre reflexão e distância, entre conhecimento e espaço social”. (BAUMAN, 1997, p.170)

As distâncias entre o *eu* e o *outro* são feitas pelo conhecimento que eu tenho sobre o outro, demarcadas por ‘arranjos espaciais’, pela distinção entre o que Bauman chamou de pólos de *intimidade* e *anonimato*. No pólo da intimidade a interação confere ao *eu* um grande conhecimento sobre o *outro*, conhecimento acumulado dia a dia, nas relações próximas, na intimidade partilhada. No pólo do anonimato o *outro* não é objeto de conhecimento, ele está fora do espaço social do *eu*. A distância entre a intimidade e o

anonimato transforma o *outro* em objeto estranho. O *outro* agora se divide entre o *próximo* e o *estranho*. O estranho é o que eu não conheço, não sei como agir diante de uma possível aproximação. E esta aproximação ocorre dentro do espaço social e físico, onde o primeiro é governado por regras de conduta, tipificando seus membros, atribuindo-lhes características que os identifique com humanos.

Para Bauman, o problema da sociedade moderna não é eliminar esse estranho, mas conviver com ele. O estranho é essencial para não sobrecarregar instituições sociais como o ‘estar - junto comunitário’. Por isso, segundo o autor, é preciso cultivar e preservar essa estranheza como algo fundamental para a dinâmica das relações sociais.

CONCLUSÃO

As relações interculturais, nos exemplos Kayapó, ocorrem principalmente pela apropriação de um discurso, de uma tecnologia do outro, a cultura nacional no caso, para a produção de discursos afirmativos a partir do momento em que o indivíduo tornou-se autoconsciente, de maneira instrumental, de sua cultura. Esse fato foi um marco nas questões indígenas, pois eles, a partir disso, tinham pelo que lutar: a preservação de sua cultura entendida pelos seus próprios meios.

Em um primeiro momento, os indígenas se voltaram para a cultura não-indígena para saber mais a seu respeito, o estranho, o desconhecido, para principalmente saber agir diante de uma aproximação.

No momento atual a situação se inverte: o indígena se mostra a nós, através de seus vídeos, suas opiniões, suas idéias, tendo consciência que somos diferentes culturalmente e que podemos viver assim, respeitando estas diferenças, pois, acima de tudo, compartilhamos o mesmo mundo. “Respiramos todos um só ar, bebemos todos a mesma água, vivemos todos em uma só Terra. Nós devemos protegê-la.” (Raoni, cacique Kayapó, 2000).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO IPREN-RE. **Projeto de Registro de Narrativas Mebêngôkre, Panará e Tapajúna**. COLÍDER, 2008.

“A TERRA ESTÁ INQUIETA”. Workshop Internacional. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=6726>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

CARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. 2 ed. São Paulo: Paulos, 1997.

LUKESCH, Anton. **Mito e vida dos índios caiapós**. São Paulo: Pioneira, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.

LUPU, Alessandro. *Síntesis controvertidas: Consideraciones en torno a los limites del concepto de sincretismo*. Revista de Antropologia Social, nº 5, UCM, 1996, p. 11-27.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo, Perspectiva, 1999.

METUKTYRE, Raoni. **Palavras do chefe**. Disponível em: <<http://raoni.fr/palavras.php>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

MOVIMENTO MEBENGOKRÊ NYRE. Disponível em: <<http://pt-br.facebook.com/MebengokreNyre?sk=wall&filter=1>>. Acesso em: 10 jun. 2012.> Acesso em: 25 jun. 2012.

SAHLINS, Marshall. **O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II)**. MANA 3(2): 103-150, 1997.

TURNER, Terence. **Da cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó**. Tradução: David Soares. Revista Cadernos de Campo, São Paulo, v.1, n. 1, 68-85, 1991.

Disponível em: <<http://www.sumarios.org/resumo/da-cosmologia-%C3%A0-hist%C3%B3ria-resist%C3%Aancia-adapta%C3%A7%C3%A3o-e-consci%C3%Aancia-social-entre-os-kayap%C3%B>

Acesso em: 04 mai. 2012.

_____. 1987. *“The Politics of Culture”*. In: B. Spooner (ed.), *Conservation and Survival*. Oxford: Oxford University Press.

TXUCARRAMÃE, Mayalú Waurá. *Re: Movimento Mebengokrê Nyre [mensagem pessoal]*. Mensagem recebida por michellecarlessomariano@gmail.com em 31 de julho de 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio**. *Mana* vol.2 no.2 Rio de Janeiro Oct. 1996. Disponível Em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131996000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 jun. 2012.

DA YOGA AO TAJ MAHAL: RELATOS CONTEMPORÂNEOS DE VIAGENS À ÍNDIA NO BRASIL

Claudia Wanessa Rocha Poletto

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (UFMT). Turismóloga
claudiawanessa@gmail.com

Dolores Cristina Gomes Galindo

Doutora em Psicologia Social (PUC/SP). Professora da Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea e departamento de Psicologia (UFMT)
dolorescristinagomesgalindo@gmail.com

RESUMO

As narrações constituem um importante processo de recordação, produtores de “fatos” no turismo; dispositivos mnemônicos para lembrar viagens (EDENSOR, 1998), e, também, fontes para produção de novas formas de falar sobre o local onde se esteve. Este trabalho analisa relatos orais de viagens à Índia que foram produzidos por turistas brasileiras professoras e praticantes de yoga. A yoga se transnacionalizou conforme aponta Strauss (1997), porém, a Índia ainda é um ponto de referência para aqueles que buscam o seu aperfeiçoamento (AGGARWAL *et al*, 2008). Buscamos saber sobre a circulação de experiências antes, durante e após as viagens à Índia à luz das discussões pós-coloniais sobre o exercício imaginativo e a produção de fatos e materialidades sobre o lugar nominado de *oriente* (APPADURAI, 1996; SAID, 2007; BHABHA, 1998).

Palavras-chave: yoga, relatos de viagem, Índia.

ABSTRACT

Telling stories are an important process of remembering, producers of "facts" in tourism; mnemonic devices to remember trips (EDENSOR, 1998), and also sources for

production of new ways to talk about where they went. This study analyzes oral accounts of trips to India that were produced by Brazilian tourists teachers and yoga practitioners. Yoga is transnationalized as Strauss (1997) point us, however, India is still a reference for those who seek its improvement (AGGARWAL et al, 2008). We seek to know about the circulation of experiences before, during and after trips to India in the light of post-colonial discussions about exercise and imaginative production of facts and materialities of the place named *east* (APPADURAI, 1996; SAID, 2007, BHABHA, 1998).

Keywords: yoga, travel reports, India.

De onde vinham essas histórias todas? Parecia que bastava Rashid abrir a boca, com um sorriso rosado e rechonchudo, e lá vinha uma saga novinha em folha, completa [...](RUSHDIE, 2010, p. 11)

As viagens vão além de provocar deslocamentos temporários, elas continuam no regresso por meio das histórias contadas pelos viajantes. Para Peters (2006), as viagens não somente usam o tempo, mas também, produzem temporalidades e, neste caso, as narrativas na volta para casa reverberam uma viagem que parece nunca terminar. Contadas em rodas informais de conversas com amigos e familiares, publicadas na internet em *sites*, *blogs*, redes sociais ou mesmo sistematizadas em palestras, as narrativas são atravessadas por experiências, incidentes, histórias, objetos e fotografias perpetuados no tempo.

As narrativas sobre grandes viagens feitas por navegantes, aventureiros, exploradores, cientistas, sobretudo, aquelas escritas até o século XIX, atuaram como importantes fontes de informação sobre aquilo que estava além mar. Tais narrativas constituem o que se conhece como relatos de viagem, um gênero literário com características próprias. Este gênero exerceu grande popularidade na Europa no século XIX e “consistia, principalmente, no registro do escritor acerca de um lugar, privilegiando fatos ou instantâneos que melhor se amoldassem ao seu interesse narrativo” (DUARTE, 1999, p. 61).

Lançando um olhar político sobre os relatos de viagem escritos, estes são significativos instrumentos de construção e circulação de repertórios imperialistas sobre o *outro* colonial a partir do século XVII, o que vem sendo apontado pelos estudos pós-coloniais. Certamente, a Índia com seu passado colonial, foi alvo de expedições e relatos de viajantes que tinham um caráter condizente com a lógica europeia de dominação (SAID, 2007). Viagens que reafirmavam a geografia imaginativa fundada na linha divisória entre Oriente e Ocidente (SAID, 2007) e que, também a questionavam, pois narrar implica se posicionar no curso dos eventos, gerando saberes que problematizam, justamente, o que se busca reafirmar (BHABHA, 1998).

Ao longo do século XX, os relatos de viagem, mesmo aqueles que em sua época eram considerados como narrativas de pouco valor informativo, passaram a ter estatuto privilegiado como fontes históricas e antropológicas. O mesmo estatuto, entretanto, não vem sendo observado com relação aos relatos de viagens contemporâneos escritos por turistas, considerados inferiores porque estão inseridos no mercado de massa (PISCITELLI, 2002). É neste sentido que a distinção entre turistas e viajantes, bem como o emprego destes termos, se torna tema de controvérsia: a quem conferir a designação turista? A quem nomear viajante? Pensamos que ao invés de uma dicotomia entre viajantes e turistas baseada em juízos normativos, optamos por empregar uma expressão composta pelos dois termos - “turistas viajantes” que deriva da nomeação *tourist travellers* (ELLIOTT e URRY, 2010).

Na contemporaneidade, os relatos de viagem adquiriram novas performances nas dinâmicas dos fluxos turísticos, principalmente em destinações internacionalizadas como a Índia. Estes relatos não só contam uma viagem, mas também informam, podendo ainda, comercializar lugares. A utilização de termos, descrições pontuadas ou expressões locais reforçam o discurso do testemunho da viagem contada de tal maneira que “o capital narrativo é parte essencial da experiência turística – a aventura de viagem deve ser contada, a experiência não é completa sem o seu relato” (MARQUES, 2010, p. 422).

Neste trabalho, estudamos as narrativas de viagens à Índia contemporâneas de um pequeno grupo de brasileiras professoras e praticantes de yoga. Nossa chave de acesso às turistas viajantes foi a yoga, pois todas eram professoras. As turistas viajantes com quem conversamos buscaram o destino Índia pela relação com a yoga, país ao qual atribuem o florescimento da sistematização das técnicas que se espalharam ao redor do

mundo, mas que lá teriam sua origem, sendo parte necessária de um percurso de formação.

O argumento deste texto está dividido três seções. A primeira aborda os aspectos metodológicos envolvidos. A segunda discorre sobre as pesquisas contemporâneas em que as viagens à Índia se configuraram temática central. A terceira seção aborda trechos das narrativas distribuídos na preparação, em incidentes narrados durante a viagem. Nesta parte, percorremos um trajeto que foi das visitas ao Taj Mahal até o cosmopolitanismo indiano na cidade de Hyderabad, bem como falamos a respeito das experiências em *ashrams*¹ indianos, lugares bastante procurados por estrangeiros em busca de práticas de yoga, meditação e estudos da filosofia indiana.

1. Apontamentos metodológicos sobre as narrativas de viagens por meio de entrevistas

As participantes das entrevistas foram selecionadas por terem ido à Índia em período recente a época da realização das entrevistas. Elas freqüentavam o mesmo núcleo de yoga na cidade de São Paulo. O agendamento das entrevistas foi feito por *e-mail* e houve a mediação do professor de yoga das participantes. O apoio do espaço de yoga foi fundamental, onde contamos com a permissão para a realização das entrevistas nas dependências da escola.

Das quatro entrevistas realizadas, três foram no espaço localizado num bairro de classe média alta paulistana. A outra entrevista foi feita na casa de uma das entrevistadas, e também, em sua escola de yoga, situada no centro de São Paulo. Também foram obtidas algumas narrativas na palestra intitulada “Meditar, comer e viver”, promovida por uma das entrevistadas. Este evento foi realizado no dia 17/04/2011, em Suzano-SP, em um espaço que promove aulas de yoga e atividades associadas à qualidade de vida. Neste artigo, utilizamos nomes fictícios das entrevistadas a fim de preservar suas identidades.

Para Peter Spink (2003), contar histórias no cotidiano é uma importante ação: “Quantas vezes, quando pessoas querem relatar uma experiência importante, uma inovação ou ação social [ou uma viagem], se sentem mais confortáveis narrando o

¹ A palavra *ashram* provém da raiz sânscrita *srama* que significa “exercício religioso”, são lugares que congregam práticas de meditação, estudos filosóficos/religiosos e serviços altruístas sob a liderança de um mestre espiritual hindu ou uma linhagem específica.

processo” (P. SPINK, 2003, p.22). Foi neste sentido que optamos em estudar as narrativas por meio de entrevistas abertas. Não queríamos engessar as narrativas com perguntas sistematizadas, a fluidez das *conversas* permitiu a emergência de diferentes assuntos e temas entre as participantes, porém, algumas temáticas roteirizaram o diálogo, a fim de evitar um total desvio das conversas (GIARD, 1996).

Três entrevistas tiveram o áudio gravado e, concomitantemente, foram realizados apontamentos em um caderno de notas. Uma das quatro entrevistas, juntamente com a palestra, foi registrada com anotações e fotografias. O tempo médio das três entrevistas foi de duas horas, igualmente para a palestra. Apenas uma das entrevistas durou cinquenta minutos.

O grupo composto pelas participantes desta pesquisa foi de mulheres, entre 28 e 53 anos. No que se refere ao gênero e à yoga, um estudo realizado por Ferreira (2005) sobre o perfil de praticantes de yoga na cidade do Rio de Janeiro apontou que 71,8% da amostragem eram compostos por mulheres. Mostrou-se que o gênero feminino tem a maior incidência, o que coincidiu com o perfil das entrevistadas em nosso estudo.

A familiaridade com determinados termos de yoga e conteúdos referentes à Índia facilitaram a compreensão das narrativas e a fluidez na interaminação dialógica com as entrevistadas. As conversas estavam carregadas de palavras pertinentes ao contexto dos praticantes de yoga, tais como: *swami, Shiva, Ganga, asanas, puja, pranayama*, etc, termos bastante familiares, pois faziam parte do nosso léxico. Notamos esta incidência de referências sobre yoga e Índia somente ao transcrever as entrevistas, após alguns dias delas. Talvez a distância temporal da pesquisa, do “estar lá” e “escrever aqui”², tenha exposto esta particularidade ignorada no momento das conversas.

As temáticas sugeridas foram: preparação da viagem, objetos trazidos, alteridades e experiências. Assim, as entrevistas estiveram próximas do ato cotidiano das conversas em sua fluidez (MENEGON, 1999; MIGNOLO, 2003, SPINK, P., 2003). E, ao escrever sobre estas viagens, tornamo-nos, também, narradores. As narrativas sobre as viagens não foram lineares, mas repletas de incidentes, característica que buscamos preservar ao analisá-las, ou melhor, contá-las. O que chamamos de antes, durante e depois ocorreram no tempo presente das entrevistas, dizem, portanto, de presenças imaginadas mais do que de momentos estanques.

²Geertz em “Obras e vidas” problematiza a escrita etnográfica: um texto situacional em que a presença do autor (pesquisador) não deve ser ignorada, onde a produção do texto também é atravessada pela temporalidade.

2. Viagens à Índia: pesquisas contemporâneas

As pesquisas que discutimos nesse tópico indicam algumas produções acadêmicas realizadas sobre a destinação turística Índia na contemporaneidade. Iniciemos com o estudo da autora portuguesa Sandra Marques (2010), que tratou sobre narrativas de turistas à cidade de Kolkota na Índia. Concluiu-se que os relatos na contemporaneidade sobre lugares e outros distantes “não são a expressão da estranheza provocada por um primeiro contacto, mas, antes, o resultado do convívio de séculos com limitadas construções discursivas” (2010, p. 437).

Outro estudo aborda as motivações de viagens à Índia e experiências entre turistas estrangeiros, que os autores nominaram de ocidentais. O local da pesquisa foi no *Ashram Sri Aurobindo* e na comunidade *Auroville*, na cidade de Pondicherry - região sul (SHARPLEY e SUNDARAM, 2005). A comunidade foi fundada por Aurobindo com o objetivo de promover uma convivência fraterna entre os integrantes, baseada em princípios universais. Em vinte e oito entrevistas semiestruturadas, realizadas em cafés, uma vez que o acesso aos locais internos considerados sagrados era controlado, o estudo mostrou que poucos responderam haver viajado à Índia e visitado o *ashram* para satisfazer uma necessidade espiritual. Alguns estavam ali movidos pela curiosidade muitos, para aprender e praticar *yoga*, e outros, simplesmente, porque fazia parte do roteiro turístico. Chamou a atenção dos pesquisadores que alguns dos entrevistados reconheceram a artificialidade do lugar; outros, mesmo não motivados por busca espiritual, a visita ao *ashram* proporcionou-os certa experiência de realização espiritual.

Seguindo a análise do turismo praticado na Índia por estrangeiros, o estudo realizado por Chaudhary (2000) buscou saber as percepções do pré e pós-viagem. Com base em uma amostragem de 152 pesquisados, foram aplicados questionários estruturados. Coletaram-se dados sócio-demográficos, tendo como objetivo principal conhecer as atitudes dos turistas estrangeiros através do discurso de (multi) atributos. Os atributos escolhidos foram identificados previamente em artigos na mídia sobre a Índia e também em um pequeno levantamento entre turistas estrangeiros. A pesquisa foi voltada a instrumentar alternativas para o incremento do turismo indiano. Ela foi realizada durante dois anos, nas cidades de Delhi, Pune e Chandigrah, em aeroportos e hotéis. A maioria dos turistas encontrados foi de homens, entre trinta e cinquenta anos, solteiros e europeus que viajavam por conta própria, sem pacote turístico ou suporte de agência. As principais motivações identificadas foram a crença e o interesse em diversas

seitas religiosas. Dentre as expectativas (pré-viagem) positivas levantadas, o patrimônio cultural foi o mais citado. No rol das negativas, a falta de segurança foi evidenciada em maior escala. Na verificação da satisfação (pós-viagem), houve convergência entre a expectativa e a satisfação no item que se refere a patrimônio cultural, sendo a falta de qualidade nos serviços turísticos o problema mais apontado.

Em um recorte diferente, Dwivedi (2009) se debruçou na análise de depoimentos, relatos e fóruns de discussão de usuários que compartilharam suas experiências positivas e negativas em rede (presumidamente turistas que viajaram *para e na Índia*). Em etnografia aplicada à internet, foram analisadas duas comunidades “Lonely Planet’s the Thorn Tree” (400.675 membros/2007) e “Indiamike.com” (29.236 membros/2008). A pesquisa pôde constatar que os depoimentos positivos e negativos se misturavam. Comentários atuavam ora como dicas, orientações, ora como conselhos ou advertências. Eis um exemplo:

Imagina Michel Jackson chegando ao aeroporto com milhares de fãs gritando contidos por uma corda...Nós passamos os próximos dez minutos dizendo ‘não, muito obrigado’ para todos que ofereciam taxi, rickshaw ou hotéis [...]Agra era longe de tudo e foi o pior lugar que estive na Índia para visitar...distante do Taj, Agra para mim é suja, congestionada, um aborrecimento, pesadelo constante, um lugar que eu nunca desejo voltar...por que eles nao podem mudar o Taj para um lugar tranquilo? (ibidem, 2009, p. 230, tradução nossa)³

O artigo levantou alguns tópicos apontados pelos turistas, tais como: água potável, higiene da comida, distúrbios estomacais, pechincha como experiência genuinamente indiana, falta de limpeza nos hotéis, trânsito caótico, segurança das mulheres turistas, poluição, barreiras lingüísticas, música indiana, festivais, falta de manutenção em lugares históricos, hospitalidade dos indianos. Pobreza e sujeira se evidenciaram na maioria dos comentários dos usuários. O dado tido como surpreendente consistiu que a Índia foi mencionada como “mística” apenas duas vezes, ao contrário de outras destinações ao redor do mundo que foram 92 (noventa e duas) vezes caracterizadas pelo mesmo adjetivo. A prisão à temporalidade e espiritualidade vinculada historicamente à Índia se abre à complexidade.

Pesquisas contemporâneas, como estas acima, indicam que os fluxos turísticos na Índia são permeados de repertórios de indianidades, alguns deles convergentes aos

³ “Imagine Michel Jackson arriving at an airport with thousand of screaming fans being held back by ropes...we...spent the next ten minutes or so saying ‘no thank you’ to everybody offering taxi’s, rickshaws and hotels [...] Agra was far and away the worst place I have ever been to in India for touts...apart from the Taj, Agra to my mind is a dirty, congested, constant hassle nightmare of a place I will never go back to...why can’t they just move the Taj somewhere peaceful?”

que comentamos no primeiro capítulo, e outros que apareceram nos relatos de turistas, notadamente estrangeiros.

3. Narrativas sobre viagens à Índia

3.1 Os preparativos até o embarque

Por se tratar um destino internacional e atravessado por alteridades, buscamos saber sobre o lado operacional e prático do deslocamento, além da ideia de escolher a Índia como destinação turística. Para iniciar as conversas, abrimos pelo tema da preparação até o momento do embarque, tentando estabelecer um ponto de partida das narrativas.

A primeira entrevistada, que chamaremos de Mila, 28 anos, casada, sem filhos. Sempre teve a intenção de visitar a Índia. Para ela viajar àquele país é uma experiência necessária a qualquer professor que queira trabalhar com yoga; um ponto de passagem obrigatório conforme a sua fala: “[...] porque eu acho o seguinte, que yoga é como o inglês, quem é professor de inglês tem que pelo menos uma vez fazer um intercâmbio [...]”.

A comodificação também atravessa a yoga na contemporaneidade. Antes, as técnicas eram transmitidas por iniciações através de um mestre (ALEXANDER, 2006), hoje, professores e instrutores de yoga são formados em cursos profissionalizantes, alguns, em centros universitários. A yoga se transnacionalizou conforme aponta Strauss (1997), porém, a Índia ainda é um ponto de referência para praticantes que buscam o aperfeiçoamento.

Mila decidiu se juntar ao grupo do seu professor de yoga na jornada anual que faz à Índia. No mês de junho de 2010 ela comprou a passagem aérea com embarque marcado para dezembro de 2010. No período de aproximadamente de seis meses antecedentes, a sua preparação consistiu em algumas ações: aumentou o número de práticas de yoga durante a semana, se tornou vegetariana, saiu do trabalho no qual exercia o cargo de secretária, fez *checkup* médico e comprou livros sobre yoga: “(...) então eu fui atrás de alguns livros sobre yoga, chakras, este tipo de coisas, para começar a me preparar (...)”. O seu desempenho em relação às técnicas da yoga exerceu uma especial atenção, pois ela não queria chegar despreparada.

Outro ponto bastante comentado por Mila era a questão da saúde e higiene na Índia. Ela assistiu palestras sobre como lidar com as insalubridades higiênicas,

especificamente as do continente asiático, promovidas por um hospital em São Paulo. Lá mesmo tomou vacinas como a da febre amarela, exigida pelo governo indiano, e outras adicionais como antitétano e hepatite.

Alertada por uma amiga que já tinha viajado para a Índia, Mila levou um pequeno arsenal de remédios em caso de eventuais desconfortos, principalmente, os conhecidos distúrbios estomacais acometidos em muitos turistas estrangeiros na Índia⁴. Munida com um estoque de álcool gel e lenços de papel (e umedecidos também), estes valiosos agentes de assepsia garantiram a viajante uma espécie de “tranquilidade higiênica” para poder usufruir o seu *tour*:

“quando a gente pensa em Índia aqui, principalmente porque teve a novela, então a gente tem uma visão de Índia que tudo é colorido, assim, a gente imagina um cenário e a gente sabe que tudo é muito diferente daqui da nossa realidade, então você fica, poxa, e aí? Como que é? Então a [Rosa] já tinha me falado: “olha é bem diferente, têm certas coisas que você vai precisar levar”(…)“você precisa levar lenço de papel, você precisa levar álcool gel”, este tipo de coisa né, lenço umedecido, esse tipo de coisa eu já sabia que não podia faltar (…)eles têm muita dificuldade, porque eles usam água no sanitário, não tem papel higiênico, então pra gente é um pouco complicado”.(Mila)

Percebe-se no relato acima que a informação repassada por Rosa, outra viajante do grupo, que já havia estado na Índia, mediou a preparação de Mila para a adaptação intercultural, quase nunca isenta de problemas (HOTOLLA, 2004). Aqui a ênfase da pré-viagem foi dada ao não-humano menos transcendental possível: o papel higiênico. A preparação da viagem não escapou da micro-prática cotidiana da turista. Mila disse: *“Sou um pouco neurótica (risos) então, isso, assim, a primeira coisa que comprei e comprei bastante (...)”*.

Mila também fez seguro de viagem de assistência médica. A última etapa a preparação foi providenciar o visto indiano que *“foi super tranquilo, de um dia pro outro”*. Ela explicou que o visto indiano requerido no consulado geral em São Paulo é expedido em um dia útil, quando solicitado presencialmente.

Outra entrevistada era Tânia, professora de yoga e de dança circular e sagrada, com formação acadêmica em Educação Física, divorciada, mãe de dois filhos. Decidiu viajar apenas um mês antes do embarque do grupo (o mesmo de Mila). Impulsionada pelas práticas de yoga ela nos contou sobre a sua busca pela Índia:

⁴ O nome do blog intitulado “www.indiagestao.blogspot.com” criado por Sandra Duarte, residente na Índia desde 1999 foi inspirado nos relatos de diversos estrangeiros na Índia acometidos por distúrbios estomacais, inclusive vários deles encontram-se postados no blog.

“Não tinha aquela fissura de ir para Índia (...) Eu fui com esse intuito, o lado espiritual também, dos templos hindus (...) de conhecer como é mesmo a Índia, como é estar na Índia, como é praticar yoga na Índia, meditação (...) aí quando eu falei “eu vou”, eu comecei a mexer os pauzinhos pra tudo, comprei a passagem, liguei, fiz tudo (...).” (Tânia)

Praticar yoga na Índia foi uma expectativa gerada em todas as entrevistadas. Desta maneira, o verbo “praticar” deve ser ressaltado, pois o “fazer algo” faz parte de uma tendência contemporânea no turismo. Franklin e Crang (2001) sinalizam a mudança do *status* do contemplar para o agir e o praticar. Para este nicho de turistas a busca pelas práticas de yoga é por um serviço que promova bem estar.

Tereza não mencionou os seus meandros preparatórios à Índia. Foi importante notar isso, deixando-a livre para relatar a sua viagem. Em termos metodológicos, insistir em perguntas a fim de exaurir mais conteúdos é um tipo de violência que o pesquisador pode cometer, principalmente quando não percebe a finalização do enunciado pelo entrevistado (SPINK, 2010). Neste caso, Tânia havia encerrado a sua fala sobre a preparação, apontando para outro horizonte mais pertinente a sua viagem: a experiência em *ashrams* na cidade de Rishkesh.

A terceira entrevistada foi Nina. Professora de yoga, 36 anos, solteira, sem filhos, neta de indiano, acadêmica de psicologia e formada em Geologia. Passou doze meses, de dezembro de 2009 a dezembro de 2010, entre Índia e Nepal, para estudos, práticas de yoga, meditação, naturopatia e turismo. Foi a entrevistada que mais tempo permaneceu na Índia. Ao ser indagada sobre o interesse pela Índia, ela respondeu:

“Desde criança eu tinha assim, essa coisa. Não sei da onde que vinha. Talvez assim...porque eu tenho descendência, eu sou descendente de indiano, o meu avô era indiano, então, eu sempre fui criada.. “ah...a Índia”, ele nunca passou nada pra gente...nunca incentivou, mas assim, minha mãe, minhas tias sempre deram muita importância...muita!E aí desde criança eu tinha essa vontade de conhecer, de ficar lá, de ver como é a cultura deles, de vivenciar um pouquinho.” (Nina)

Nina contou que a sua preparação foi iniciada pelo menos um ano antes do embarque, o maior dentre todas as entrevistadas. Alguns tópicos envolveram a sua pré-viagem, como: guardar dinheiro; leitura de livros⁵; compra de passagem aérea; visto indiano e a matrícula em curso de yoga.

Nina buscou na internet inscrever-se previamente em curso de yoga que fosse reconhecido pelo governo indiano. Ela pontuou diversas vezes que o seu principal

⁵ “Planeta Índia” de Mira Kamdar e “Tentações do Ocidente” de Pankaj Mishra

objetivo na Índia era o de estudar e praticar yoga. Procurava uma escola de yoga que fosse “genuinamente” indiana, conforme o trecho da sua fala:

O meu objetivo era ir pra lá para ir para estudar, eu queria isso! Eu queria na verdade...fui pesquisar escolas, universidades...e eu achava que era tudo assim...coisa pra estrangeiro...voltada só para estrangeiro...e eu queria um foco mais pra eles mesmos, pra indianos. (Nina)

Ela buscou um local onde as imagens dos *sites* fossem determinantes em sua escolha. Ela descartava os *sites* que mostravam fotos de estrangeiros praticando yoga. A sua decisão foi em optar por uma escola na cidade de Delhi, cujo curso era inteiramente ministrado em híndi. Após a sua inscrição, juntamente com os outros dois professores de yoga do seu grupo de viagem, o coordenador do curso abriu uma exceção: eles poderiam ter aulas em inglês.

Rosa, a quarta e última entrevistada. Professora de yoga, 53 anos, casada, mãe de um filho, tem uma escola de yoga na região central de São Paulo. Foi para Índia por três vezes e disse que nenhuma viagem é igual: “*sempre tem diferença*”. “*Sempre vou descobrindo algo que não conhecia, por exemplo: o lado antigo de Delhi [...]o lado antigo das lojas, são mais baratas.*”.

A sua terceira viagem foi com o grupo de Mila, Tânia e o professor de yoga mencionado anteriormente. A programação foi inteiramente elaborada e organizada pelo líder do grupo, o professor, sendo que as demais pessoas, como Rosa, apenas aderiram ao roteiro. Para ela, era um sonho conhecer o deserto do Rajastão, talvez a mais exótica das experiências em termos de viagens à Índia.

Rosa nos contou que a compra de sua passagem aérea foi feita pela internet. Este fato nos traz a reflexão que as vendas diretas, sem a intermediação de agências de viagens, refletem uma tendência nos canais de distribuição de produtos turísticos. Esta prática vem se justificando, pois “em termos de custo de venda, o *site* da empresa pode representar até quatro vezes menos do que uma reserva via GDS [Global Distribution System⁶] (LOHMANN e PANOSSO NETTO, 2008). Esta tendência facilita o chamado “turismo individual” em que turistas compram seus produtos turísticos sem a mediação das agências de viagens (ANDRADE, 2002).

O embarque de todas as entrevistadas foi na cidade de São Paulo, Aeroporto Internacional de Guarulhos. Todos os voos não eram diretos, mas sim, mediados por

⁶ Mecanismo de reservas e vendas via programas de computadores, onde várias empresas (companhias aéreas, redes hoteleiras, locadoras de veículos, seguradoras de viagens e etc) expõem seus produtos num único canal de reserva e distribuição. Com a internet, as operações via GDS tornaram-se onerosas.

grandes *hubs*⁷ europeus. A cidade escolhida para o desembarque foi Nova Delhi no Aeroporto Internacional Indira Gandhi.

3.2. Na Índia ou durante a viagem: do Taj Mahal ao cosmopolitanismo indiano

Entre as práticas relatadas pelas entrevistadas, o cotidiano de suas viagens foi comentado. Entre estupefações e elogios, o aeroporto indiano acabou virando atração turística após a finalização de sua reforma. Sobre este tema, “aeroporto”, organizamos as falas pelo método de mapas (SPINK, 2010) como segue abaixo (quadro 4). Os mapas permitem mostrar as falas das entrevistadas conforme as temáticas abordadas.

Quadro 1. Mapa temático: Aeroporto Internacional Indira Gandhi

Entrevistadas	Tema: Aeroporto Internacional Indira Gandhi
Tânia	Assim que você chegou à Índia, qual foi a sua primeira impressão? <i>Ah! Foi aqueles mudras [gestos com as mãos de yoga] maravilhosos do aeroporto! (risos) Eu falei: “Meu Deus! Eu tô na Índia (risos) que coisa maravilhosa né?!”. Os mudras né, grandes, enormes! Assim, sabe? Eu achei muito legal! Eu falei: “Nossa! Olha que coisa linda, maravilhosa esses mudras, né? O que me chamou mais atenção foi os mudras. Eu olhei assim e falei: “Nossa que maravilha meu Deus! Olha agora eu tô na Índia mesmo!”. Onde você vai achar mudras assim, tão grandes, você chegou a ver essa parte? Depois que reformaram? - Não, só por fotos (da outra entrevistada, Mila) Então, exatamente. Eu falei: “Nossa! Que maravilha, eu tô na Índia mesmo!”.</i>
Mila	<i>Primeiro, uau, que aeroporto que é esse né? Porque você...(ela pergunta ao professor se ele já havia visto aeroporto depois da reforma, ele responde que não, que só havia visto em reforma) Eu não esperava aquela estrutura[...] Você tirou algumas fotos do aeroporto, certo? (ela mostra as fotos do aeroporto) fiz questão de tirar, porque o que me chamou a atenção foi justamente de ser moderno, embora eu achei absurdo ter carpete no aeroporto [...] o que chamou atenção foi o contraste, embora fosse moderno o fato deles terem colocados os mudras [gestos realizados com mãos, técnica da yoga] que é uma coisa bem característica né, quem não conhece, claro de repente você tá indo pra Índia à negócios, a pessoa fala o que será que é isso né, você não tem ideia, mas quem tem uma noção, chama muito atenção, eu achei muito bonito O aeroporto é um ponto turístico então? É! É enorme, é bem grande, tá super moderno, tá super bonito...primeiro mundo...(risos)</i>
Rosa	<i>“Como modernizou!”</i>

⁷Os *hubs* são a abreviação de *hub n'spoke* (nós e aros) que condiz com a dinâmica operacional entre rotas aéreas e terminais aeroportuários, ver Lohmann Palhares (2002).

O próximo tema apontado pelas entrevistadas foi o monumento do Taj Mahal. A visita e o valor da entrada no ícone turístico Taj Mahal⁸ foram bastante contestados, pois para visitá-lo é necessário pagar um valor diferenciado entre visitantes estrangeiros e residentes.

A atitude de Nina foi de protestar em relação à visita ao mausoléu. Ela e seu grupo decidiram visitar outro monumento, pois considerou um “*absurdo*” tal diferenciação de valores. Este tipo de performance pode ser entendido como uma fuga de ações normativas que Edensor (2001) chama de “*performances turísticas não-conformistas*”⁹. Estas se desdobram em: performances cínicas, resistentes, improvisadas e involuntárias. No caso de Nina, pode-se falar em *performance resistente*: “turistas nunca são compelidos a agirem em performances específicas conformistas”¹⁰ (EDENSOR, 2001, p. 76. Tradução nossa), eles podem inclusive usar táticas para reapropriar o espaço (CERTEAU, 1994). Segue a fala abaixo onde é apontada a resistência performática:

“Tá, a gente foi até Agra, aí a gente visitou um outro Taj que tem lá, mas a gente não chegou a visitar o Taj Mahal...”

- Por quê?

Ah...na verdade eu não tinha muito interesse, porque o Taj Mahal pra mim eu já tinha visto tanto na televisão e...aí a gente chegou lá, todos os lugares que você tem que visitar lá na Índia você tem que pagar uma entrada...a gente tava acostumado a pagar cem, duzentas rúpias para entrar em qualquer lugar...a gente chegou lá no Taj Mahal o cara pediu oitocentas! A gente achou um absurdo! Então a gente decidiu que a gente não ia entrar lá...por protesto! (Nina)

Já Mila ficou inconformada em ter que pagar setecentas e cinqüenta rúpias, ao invés das vinte rúpias para residentes indianos. Além do valor diferenciado, ela ainda frustrou-se: “*Tá, e aí? Eu esperava mais. Eu tô no Taj Mahal, pensei que a sensação fosse diferente*”. Mas mesmo frustrando-se, ela publicou a sua foto (fig. 13) no Taj em seu blog. Esta foto com mais outras cinqüenta e uma fotos “contam” a sua viagem à Índia. Interessante notar que, assim como o blog de Mila, muitos outros¹¹ também contêm relatos de turistas brasileiros em viagens à Índia. Talvez estes diários eletrônicos, publicados em rede, possam merecer uma atenção para futuros estudos que possam abordar os fluxos turísticos entre o Brasil e a Índia.

⁸ Entende-se aqui que o Taj Mahal faz parte do tipo de objeto de viagem “*traveller-object*”, em que o que se desloca é a sua imagem e não o objeto em si (LURY, 1997).

⁹ “Non-conformist tourist performances”

¹⁰ “tourists are never compelled to enact specific conformist performances”

¹¹ www.indiagestao.blogspot.com; www.rafaelnaindia.blogspot.com; www.glaucotavaresnaindia.blogspot.com



Figura 1: Mila no Taj Mahal, foto postada em seu blog
 Fonte: www.yogadalua.blogspot.com.br

Sobre a visita ao Taj Mahal, Tânia disse: *“Pra mim não foi tudo aquilo que o pessoal fala, lógico, é uma das sete maravilhas do mundo, mas...”*. Mila e Tânia posicionam-se sob a *performance irônica ou cínica* onde “os turistas questionam cinicamente o significado do Taj Mahal e enfraquecem a noção ortodoxa sobre como a atração deve ser contemplada sob o olhar romântico e com intensa seriedade”¹² (EDENSOR, 1998, p. 75. Tradução nossa).

Passemos para o próximo tema apontado em comum pelas participantes: compras. Mila Simões declarou enfaticamente: *“O comércio é fascinante!”*. O turismo movimenta a circulação de bens e serviços gerando um efeito multiplicador (LOHMANN e PANOSSO NETTO, 2008). Ir às compras é uma das atividades mais praticadas no turismo contemporâneo. Para turistas americanos, por exemplo, comprar é considerado a segunda atividade mais importante em viagens fora do país (FRANKLIN, 2003). As compras tiveram bastante importância por nossas entrevistadas: valores, bazares tradicionais, diversidade de mercadorias e barganha foram alguns dos assuntos mencionados.

De acordo com Diwivedi (2008), a barganha entre turistas e comerciantes locais foi considerada como uma prática obrigatória e autêntica para quem visita o país em grupos virtuais sobre viagens à Índia. O ato de barganhar e de tomar chá ao comprar uma mercadoria foi comentado por Mila:

“[...] o pessoal disputando para te vender e...querendo que você compre, enfim...e tentando negociar, a questão da negociação eu achei muito divertida, tem que barganhar! (risos) muito legal, achei muito divertido[...]O comércio é fascinante! É uma coisa...as pessoas são muito simpáticas, elas querem te atrair, querem saber da onde você é, daí tentam

¹² “The tourists are cynically questioning the significance of the Taj and undermining orthodox notions about how the attraction should be gazed upon romantically and beheld with intense seriousness”

falar em espanhol em algumas cidades pra tentar conversar e começam a perguntar, e quanto que você quer pagar, e tal..é muito engraçado...te convidam para tomar um chai[chá indiano], e vai te envolvendo né, te tratam como um amigo, que é pra você comprar. (Mila)

Além da prática de barganhar pelas mercadorias, as relações amistosas entre turistas e comerciantes apontadas por Mila, perfazem a lógica da transitoriedade estabelecendo uma sociabilidade comodificada, em que os comerciantes e prestadores de serviços comercializam suas “amizades” (LAWSON e JAWORSKI, 2007).

Os mercados chamados de “bazares” foram citados por todas as entrevistadas. Elas definiram como lugares tradicionais e autênticos para compras. Para Certeau *at el* (1996, p. 158) “o mercado é um importante ponto de referência sociológico para a compreensão das relações humanas”. Este estudo não foi até mercados indianos, eles foram trazidos até a pesquisa pelas narrativas das entrevistadas.

Quando questionada o porquê de uma das entrevistadas em querer comprar nos bazares indianos, Tânia respondeu da seguinte maneira: “*Porque eu queria coisa indiana, não queria muvuca...que era...que tinha muita loja da Adidas, muito shopping, eu queria ir nas coisas indianas, na muvuca indiana!*”. Já Rosa comentários sobre um comércio que visitou em Nova Delhi: “[...] *bem indiano, onde turista não vai [...] comércio bem popular e tradicional*”. Tanto Tânia quanto Rosa, o comércio fora do enclave turístico estava atrelado a uma ideia de tradicional e autenticidade. Notamos que, para elas, quanto menos “contaminação” pela presença de turistas no comércio local, mais autêntica a mercadoria e a experiência da compra.

Nina nos contou sobre as suas andanças pela cidade de Rishkesh em que gostava de ir aos bazares fora do bairro turístico onde estava hospedada. Sua alegação era que, além de baratos se aproximavam mais com a cultura local. O comércio local foi um dos principais espaços¹³ comentados pelas entrevistadas, onde as relações, ainda que efêmeras, foram estabelecidas e também desfeitas (LAWSON e JAWORSKI, 2007). Não era apenas comprar as mercadorias, era olhar, visitar, conhecer e conversar, um afã de buscar o contato com a cultura mais autêntica e o menos turística possível. A próxima fala de Mila mostra que muitas das suas mercadorias foram compradas mais pela relação estabelecida entre ela e os comerciantes que a própria mercadoria em si:

“Eles são muito bons! (risos) o povo fala de judeus com o comércio, mas o indiano é muito... “esse é meu amigo” e tal e

¹³ Espaço para Certeau (1994) é um lugar praticado. Os bazares eram os lugares onde as turistas podiam praticar as trocas para obterem suas mercadorias, talvez muito mais pela experiência de se realcionarem com os indianos que as próprias mercadorias.

te envolve e você fica até com dó, que pra você nem é tão caro, claro, que se você pensar na moeda deles, você vai falar 'puxa, mil rúpias, por exemplo, nem é tanto assim dependendo do objeto né'... Tá tudo bem...você sabe que tá pagando caro, mas você acaba levando às vezes, porque a pessoa foi super simpáticos, ela te envolveu, você acaba levando". (Mila)

Nem só de bazares tradicionais indianos vive a Índia. Os fluxos da globalização também vêm atravessando o país como em qualquer outro país emergente. Este fato pode ser relatado por Mila. O entusiasmo na sua fala e gestos mostraram a “descoberta” de uma outra Índia, diferentemente da que vinha conhecendo por intermédio dos *ashrams* e templos hindus.

Ela contou que, ao visitar um amigo indiano na cidade de Hyderabad, pode notar o cosmopolitanismo indiano. Ela viajou de avião pela companhia aérea Kingfisher, uma das maiores da Índia, embarcando do aeroporto em Dehra Dun próximo da cidade de Rishkesh em que estava hospedada. Em Hyderabad se sentiu muito bem, “*cara de casa!*”, disse ela. Conheceu vários estrangeiros que trabalhavam diretamente na área de tecnologia da informação. Conversou com pessoas que trabalhavam no Facebook.

Comeu em restaurantes e lanchonetes transnacionais como o Hard Rock, McDonalds e Subway. Foi em danceteria, mas frustrou-se pelo horário de funcionamento até a meia-noite. Frequentou shopping centers, comprou maquiagens da MAC, perfumes da Dior, calças da Tommy Hilfiger. Enfim, paisagens e mercadorias de uma cidade bem parecida com a sua cidade natal de São Paulo. Para Mila, não ouvir as tradicionais “*musiquinhas indianas*” era uma espécie de alívio, e falou: “*o pessoal de lá [de Hyderabad] é mais ocidentalizado, usam-se mais jeans e blusa e não batas*”.

As grandes marcas transnacionais procurada por Mila na Índia sinalizam que instrumentos como campanhas publicitárias e estilos de roupas tornam homogênea a cultura da globalização (APPADURAI, 1996). Ela comprou e usufruiu de mercadorias e serviços que são comercializados tanto em São Paulo quanto em Hyderabad.

Conclui-se que os objetos transnacionais comprados por Mila em Hyderabad se configuraram como *tripper-objects* pela perspectiva dos três tipos de viagem de Lury (1997)¹⁴, pois estes não estavam vinculados a convenção culturais ou laços legais restritivos do lugar de origem. A Índia “*ocidentalizada*”, conforme termo dado por Mila durante a entrevista, a surpreendeu; o exotismo deu espaço para o familiar; as grandes marcas internacionais alteraram o *status* de pobreza e atraso para uma noção de

¹⁴ Ver *Touring Cultures*, capítulo 4, “The objects of travel” por Celia Lury (1997).

sofisticação e “modernização” do país, assinalando a sua ascensão como potência mundial (KAMDAR, 2008).

3.2 *Ashrams*: experiências (quase) austeras

A noção de “autenticidade encenada” desenvolvida por MacCannel na década de setenta atribuiu que os turistas estão condenados a fracassar pela busca da autenticidade. A indústria turística cria e divulga atrações somente para seu público consumidor; este, sabendo que tudo faz parte de um cenário, acredita que o “real” ou autêntico encontra-se nos bastidores. Entretanto, a mesma indústria turística responde este esquema fazendo com que o cenário se pareça como um bastidor, criando assim mais um cenário (GRABURN *et al*, 2009). De acordo com MacCannel, os turistas esperam ultrapassar as superficialidades inerentes ao turismo para alcançarem uma apreciação mais profunda da sociedade e cultura (KAPLAN, 2005). Mas, para Urry (2001), não existem experiências turísticas consideradas autênticas.

Os *ashrams* indianos poderiam ser entendidos como núcleos que propiciam práticas de yoga e filosofias tradicionais como performances produtoras de espaços e práticas turísticas (EDENSOR, 2001). Em certo sentido, as experiências em *ashrams* tentam se distanciar da pressuposta superficialidade de práticas turísticas, como o aspecto lúdico e não reflexivo (EDENSOR, 2001), por serem lugares associados à espiritualidade indiana.

Para três das entrevistadas, Rishkesh, considerada a “cidade mundial da yoga”, era o lugar ideal para formalizar a tão almejada experiência autêntica de yoga. As três permaneceram na cidade, hospedadas em *ashrams*, em períodos maiores que um mês. Elas nos sinalizaram que a estadia em Rishkesh diferenciava-se das programações turísticas normais que visavam visitas breves em vários espaços.

Novamente recorreremos a técnica dos mapas (quadro 2) para dimensionar a diferença apontada pelas entrevistadas entre o turismo na Índia e a permanência em *ashrams* na cidade de Rishkesh:

Quadro 2. Mapa temático: turismo em Rishkesh

Entrevistadas	Diferenças entre práticas turísticas “normais” e as de Rishkesh em <i>ashrams</i>
Nina	<i>“Uma coisa é você tá passeando né, como turista, tirando fotos, aquela coisa de turista mesmo...(risos)...e assim... é diferente...lá [Rishkesh] que eu procurei praticar mesmo, as aulas”.</i>
Tânia	<i>“Eu acho assim quando você viaja pela Índia, e nós viajamos por várias cidades né, é...você não tinha tempo de parar sabe, e...você ficava em muitos hotéis e o hotel...era confortável dos hotéis, mas assim, você tava numa outra energia, de</i>

	<i>comprar, de conhecer a cidade, de passear, de ir em templos hindus, era outra coisa, era outra proposta. Aí quando você pára, Claudia, como eu parei em Rishkesh, aí é outra proposta, aí você pára para meditar, praticar yoga...”</i>
Mila	<i>Então, eu acho que...por exemplo Rishkesh, é um lugar acolhedor e é muito barato, então é um lugar que você pode passar algum tempo assim, pra ficar sozinha, pra praticar yoga, pra praticar meditação, sabe? E sem aquele stress de viaja pra lá, viaja pra cá..anda pra lá...sabe?...é um lugar que você pode ir, então, como eu conheço pessoas, agora eu posso ir, posso ligar, agora, eu converso por email, estão no meu facebook, então...por mais que seja um dono de uma pousada vai...mas eu falo “tô indo pra aí”, eu fico lá, fico no ashram, eu sei que é barato, [...] o lugar é bom, a energia é boa e tudo bem!</i>

Algumas das narrativas puderam reafirmar a existência de estereótipos associados à figura do indiano como sábio, velho e não-moderno (FRANKLIN e CRANG, 2001); a busca do turista estrangeiro pela sapiência e espiritualidade indiana conforme notamos no trecho a seguir:

“Então, você desce às cinco e meia da manhã, você senta pra praticar yoga, aí tem um swami quando ele está no templo, ele estava lá né, no ashram, daí ele senta ele fala um pouquinho de Deus, ele fala assim que o quanto as pessoas estão voltadas só para o lado material, vem pra Índia só pra comprar, comprar, mas elas não se preocupam para se voltar para si, e parar, sabe? E respirar corretamente...sentar, meditar, sabe? [...] O Swami lá muito gente fina, assim sabe, um senhorzinho com aquela barba branca, sabe, tranqüilo, sabe, conversa com você tranqüilamente, você senta lá...”
(Tânia)

Os *ashrams* de outrora eram lugares onde os ensinamentos de mestres hindus eram transmitidos aos discípulos e devotos, os quais executavam serviços altruístas e práticas ascéticas (ALEXANDER, 2006). Atualmente, os *ashrams* configuram-se como estabelecimentos de hospedagem e escolas de yoga para turistas. O próximo relato de Narani sinaliza um complexo turístico yóguico¹⁵:

*“E essa coisa de yoga, de visitar templos, participar de pujas, tudo isso faz parte do turismo...e...porque os ashrams em Rishkesh são voltados pra isso, aquela concepção que a gente tinha, de se internar num ashram, vai fica lá, vai trabalhar, vai estudar, toda aquela coisa...não existe mais...
- Os ashrams são voltados para o turismo?
Pra isso. São tipo uma pensão, você aluga um quarto, aí, se você quiser você participa das aulas, não é obrigatório, e tanto que eu cheguei a ficar hospedado num ashram e fazia aula em outro. (Nina)*

Talvez o rigor austero de antes foi *afrouxado* para que os turistas estrangeiros pudessem usufruir uma experiência *yogue* mais amena e confortável possível. Isso pode

¹⁵Assim como há o complexo turístico Disney em Orlando nos Estados Unidos, onde vários hotéis encontram-se dentro dos parques temáticos da Disney.

indicar que os *ashrams* atualizaram-se ao adequarem práticas e estrutura física para seu público alvo: turistas estrangeiros.

Porém, ainda há aqueles que buscam justamente a austeridade nos *ashrams*. Tânia comentou sobre as suas práticas ascéticas de yoga que incluíam voto de silêncio e jejuns. A performatividade das atividades do cotidiano no *ashram* norteou a sua experiência:

“[...] eu fui em todas as meditações que tinham, eu praticava três horas e meia de hatha yoga por dia [...] Eu fiz três dias de mouna[voto de silêncio] E só almoçava, só fazia uma refeição ao dia...ele [swami] falou: “você faça uma refeição só e fique em mouna”...e...então eu achava legal isso aí também [...]

- E essa experiência foi boa, de austeridade?

“[...] Eu acho importante! Foi falado muito isso, indiano é muito disciplinado e brasileiro não tem disciplina.”(Tânia)

Práticas de yoga, palestras com temas de espiritualidade e a simplicidade das acomodações proporcionam experiências estéticas condizentes às procuradas nos *ashrams*.

Nina nos contou um incidente curioso: a sua performance de praticar yoga, aprendida no Brasil, gerou interferência na Índia, considerada o berço da yoga. Houve outro movimento conforme pode-se notar na sua fala abaixo. Ela foi à Índia para estudar yoga, mas em dado momento, foi ela quem *ensinou* yoga lá:

“Aquela coisa:Respira...fecha os olhos...interioriza...”, lá não! Ninguém fecha olho, sabe, ninguém sabe respiração, então, era super engraçado que algumas aulas que eu pratiquei na Índia, eu percebi isso, depois eu ficava rindo, é hiper automático, eu tô acostumada a praticar assim, eu começo a praticar é automático: fechar o olho, respirar e eles viam que eu tava fazendo isso, daí eu comecei a perceber que o professor mandava os outros fazerem! Eu achava muito engraçado”. (Nina)

Mila mencionou que o seu grupo procurava “*coisas mais puras, mais essência*”, isto em relação à yoga e aos templos, porém, para ela isto era muito difícil. Quando questionada sobre o porquê da dificuldade, ela disse: “*tudo é comércio*”. Para corroborar sua resposta citou o exemplo de que quando visitava um templo, os sacerdotes ofereciam a *prasada* [oferenda de comida], mas que para recebê-la tinha que dar algumas rúpias¹⁶. Este tipo de prática gerou um incômodo em Mila. Ela disse que, para visitar os templos mais “*originais*”, era necessário andar muito, estes templos eram

¹⁶ Nome da moeda indiana.

mais “*simples, sem filas e não eram esquematizados*”. E, quase que em um desabafo frustrado, completou: “*Muita coisa do yoga ou espiritual se perdeu, não sei se são as campanhas ou se são os estrangeiros, virou um ciclo...*”. Algo similar, a suposta “perda” da autenticidade, foi comentado por Nina, ao nos contar sobre a dificuldade em achar um mestre espiritual na Índia contemporânea:

“Ah! mas é assim o país, está se ocidentalizando, mas sei lá...de repente você tropeça num mestre no meio desse povo todo!”.

- Isso te frustrou?

Não. Não. Não porque você vai vendo a realidade assim, eu sabia que era uma coisa, lógico, você tá dentro do yoga, você tá fazendo esse trabalho, lógico que seria muito legal encontrar uma pessoa assim né? Um mestre...mas...tem que ver pelo lado prático da coisa, que é muito difícil de alguém atingir um grau desse, né, então você...eu fui, eu conheci muita gente boa, vários Swamis, vários professores me transmitiram coisas muito legais, muito importantes, mas aquela questão “meu mestre”, não. Porque é tão difícil hoje, sei lá, talvez em até identificar, né? (Nina)

Estes relatos assemelham-se de alguma maneira com o livro do inglês Paul Brunton, “A Índia secreta”. Nesta obra, o autor relata sobre as suas dificuldades e desilusões, por meio de encontros com supostos mestres. Ele narra a sua experiência de ter viajado à Índia em meados dos anos trinta em busca de autênticos mestres espirituais indianos; por fim, ele acabou encontrando um, Ramana Maharshi.

4. Considerações sobre os relatos de viagem à Índia

As narrações constituem um importante processo de recordação. São práticas que produzem “fatos” no turismo; dispositivos mnemônicos para lembrar viagens (EDENSOR, 1998), e, também, fontes para produção de novas formas de falar sobre o local onde se esteve. Contar e inventar histórias se confundem como partes do próprio ato de narrar.

As narrativas de viagem no “retorno para casa” emergem uma Índia contemporânea atravessada pelos fluxos de globalização que escapa do engessamento discursivo midiático. Repertórios que comercializam a Índia em propagandas turísticas vinculados à antiguidade, exotismo, espiritualidade e multiculturalismo (POLETTI, 2012), acabam sendo fissurados por tais narrativas. Elas sinalizam pormenores do cotidiano que aproximam e desfazem polaridades. Ao mesmo tempo, os repertórios apontados também se fazem presentes nos relatos, o que Marques (2010) elucida como sendo uma repetição de discursos essencialistas provenientes do contexto colonial

orientalista. Podemos argumentar que há um jogo de movimentos nas narrativas entre as práticas contemporâneas comuns entre países emergentes (Brasil e Índia) e a repetição de discursos cristalizados em repertórios de outrora.

Se fossemos inquirir novamente as participantes a contarem suas viagens à Índia, certamente narrariam outras histórias, ou ainda, as mesmas, só que de maneira diferente, tornando-as novas. O manancial dos relatos de viagem não se esgota facilmente, assim como acontecia com Rashid, personagem da epígrafe no início deste artigo, bastava “abrir a boca” e “lá vinha uma saga novinha em folha, completa.

REFERÊNCIAS

AGGARWAL, Adarsh Kumar; GUGLANI, Meenal; GOEL, Raj Kumar. Spiritual & Yoga Tourism: A case study on experience of Foreign Tourists visiting Rishikesh, India. **Conference on Tourism in India – Challenges Ahead, 15-17 May 2008, IIMK.**

ALEXANDER, Ram. **Death must die.** Varanasi, India: Indica Books, 2006.

ANDRADE, José. **Turismo: fundamentos e dimensões.** 8 ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

APPADURAI, Arjun. **Modernity at large: Cultural Dimensions of Globalization.** Public Worlds Volume 1. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

BANDYOPADHYAY, Ranjan. The perennial western tourism representations of India that refuse to die. **Tourism Preliminary Communcation.** Vol. 57, n.1, p. 23-35, 2009.

BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CHAUDHARY, Manjula. India's image as a tourist destination – a perspective of foreign tourists. **Tourism Management .** 21. p. 293 – 297, 2000.

DWIVEDI, Mridula. Online destination image of India: a consumer based perspective. **International Journal of Contemporary Hospitality Management.** pp.226-232. Vol.21 No.2, 2009.

DUARTE, Constância. Narrativas de viagem de Nísia Floresta. **Revista Via Atlântica.** N. 2, jul. 2009.

EDENSOR, Tim. **Tourists at the Taj: performance and meaning at a symbolic site.** Routledge: London, 1998.

_____. Performing tourism, staging tourism: (re)producing tourist space and practice. **Tourist Studies**, 2001.

ELLIOTT, Anthony; URRY, John. **Mobile Lives.** New York: Routledge, 2010.

FERREIRA, Daniel de Oliveira. **Fatores Geradores da aderência ao yoga e perfil de praticantes como subsídio à captação de novos clientes.** (Trabalho de Conclusão de Curso – Educação Física). Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <www.edvaldofarias.com>

FRANKLIN, Adrian; CRANG, Mike. The trouble with tourism and travel theory?. **Tourist Studies**. pp. 1-5, 2001.

GIARD, Luce. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar.** Michel de Certeau (org.) Luce Giard, Pierre Mayol. Trad. Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

GRABURN, Nelson; BARRETO, Margarita; STEIL, Carlos; GRUNEWALD, Azeredo; SANTOS, Rafael. **Turismo e antropologia: novas abordagens.** São Paulo: Ed. Papius, 2009.

HOTOLLA, Petri. Culture Confusion: intercultural adaptation in tourism. **Annals of Tourism Research**, Vol. 31. N. 2, pp. 447-466, 2004.

KAMDAR, Mira. **Planeta Índia: a ascensão turbulenta de uma nova potência global.** Rio de Janeiro: Ed. Agir, 2008.

KAPLAN, Caren. **Questions of travel: postmodern discourses of displacement.** Durham, EUA: Duke University Press, 2005.

LAWSON, Sarah; JAWORSKI, Adam. Shopping and chatting: reports of tourist – host interaction in The Gambia. **Multilingua** 26. pp. 67-93, 2007.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas.** São Paulo: Aleph, 2008.

MARQUES, SANDRA C. S.. Réplicas topográficas nas narrativas de viagem sobre a Índia. **Revista etnográfica**. Outubro de 2010. N. 14 (3): 419-442, 2010.

MENEGON, Vera. Por que jogar conversa fora? Pesquisando no cotidiano. (in) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.** (Org.) Mary Jane P. Spink. São Paulo: Cortez, 1999.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

P. SPINK, (Peter) Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia e Saúde**. V. 15. pp. 18-42, jul-dez, 2003.

PETERS, Peter Frank. **Time, innovation and mobilities: travel in technological cultures**. Nova York: Ed. Routledge, 2006.

P. SPINK, (Peter) Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia e Saúde**. V. 15. pp. 18-42, jul-dez, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Exotismo e autenticidade: relatos de viajantes à procura de sexo. **Cadernos Pagu**. Vol. 19. pp. 195-231, 2002.

POLETTI, Claudia Wanessa R. **Brasil de Sári: indianidades nos fluxos turísticos entre Brasil e Índia**. 2012. 148 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea. Universidade Federal de Mato Grosso.

SAID, Edward. **Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das letras, 2007 [1978].

SPINK, Mary. **Linguagem e produção de sentido no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (edição on line), 2010.

STRAUSS, Sarah. **Re-orienting Yoga: Transnational flows from an India Center**, Paper AAI9814918, 1997. Disponível em: <<http://repository.upenn.edu/dissertations/AAI9814918>> Acesso em: 18 de outubro de 2011.

SHARPLEY, Richard; SUNDARAM, Priya. Tourism: A sacred journey? The case of ashram tourism, India. **International Journal of Tourism Research**. Vol. 7, PP 161-171, 2005.

URRY, John. **O olhar do turista: o lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel SESC, 2001.

YOGA DA LUA. Disponível em: <<http://www.yogadalua.blogspot.com.br>>. Acesso em: 18 de novembro de 2011.

HEAVY METAL CRISTÃO: MATERIALIDADES E STIMMUNG

Ângela Coradini

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea –
UFMT

(angelacoradini@gmail.com)

Dolores Galindo

Professora Doutora no Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura
Contemporânea – UFMT

(dolorescristinagomesgalindo@gmail.com)

Resumo

O *Heavy Metal* Cristão (HMC) em seu conflito sacro-profano, as materialidades que o compõem e a *Stimmung* dos *shows* formam o caminho por onde nos aventuramos neste texto. O conflito é o cerne – presente na forma de vestir-se, nas apresentações e nos ambientes – direciona-nos a um lugar onde sacro e profano coexistem. Nos *shows*, maior expressão do gênero, objetos, sons, cores, expressões faciais e corporais do religioso e do mundano mesclam-se compondo uma *Stimmung* (atmosfera) peculiar de conflito (GUMBRECHT, 2009). Propomo-nos a pensar a) os movimentos do neopentecostalismo que permeiam o HMC, b) as materialidades que delimitam e expandem o HMC e, c) a *Stimmung* dos *shows* que toca e envolvendo os corpos.

Palavras-chave: materialidades da *Stimmung*, neopentecostalismo e *Heavy Metal* Cristão

Abstract

The *Heavy Metal* Christian (HMC) in its conflict sacred-profane, the materialities that make up the *Stimmung*'s *shows* form the way where we venture in this text. The conflict is the core - present in the dressing, presentations and environments - directs us to a place where sacred and profane coexist. At *shows*, the higher expression of the genre, objects, sounds, colors, facial and body expressions of the religious and the mundane

mingle composing a *Stimmung* (atmosphere) peculiar of conflict (Gumbrecht, 2009). We propose to consider a) the movements of new-pentecostalism that permeate the HMC, b) the materialities that define and expand the HMC and, c) the *Stimmung*'s *shows* that feels and involving the bodies.

Keywords: materialities of *Stimmung*, New-Pentecostalism and Christian *Heavy Metal*

De onde e sobre o que falamos

O *Heavy Metal* Cristão (HMC) em seu conflito sacro-profano, as materialidades e a *Stimmung* dos *shows* formam o caminho deste texto. O conflito, presente na forma de vestir-se, nas apresentações e nos ambientes, direciona-nos a um lugar onde sacro e profano coexistem. Nos *shows*, a maior expressão do gênero *heavy metal*, os objetos, os sons, as cores, os cheiros, as expressões faciais e corporais do religioso e do mundano mesclam-se compondo uma *Stimmung* (atmosfera) peculiar de conflito (GUMBRECHT, 2009). O texto propõe-se a pensar os movimentos do neopentecostalismo que permeiam o HMC; as materialidades que delimitam e expandem o HMC; e a *Stimmung* dos *shows* que toca e envolvendo os corpos.

O HMC, então, apresenta-se como nosso campo-tema (SPINK, P. 2003). Mergulhado em uma condição de emaranhamento e coexistência sacro-profana, dizemos que esse campo-tema não é um lugar (geográfico) específico, mas sim, ele corresponde à situação atual do assunto do qual falamos: uma justaposição entre materialidades(1) e socialidades (SPINK, M. 2003, p.05).

Assim o *Heavy Metal* Cristão ‘existe’ em um conglomerado de presenças materiais profanas(2), satânicas e sacras, e tendo como raiz o *rock* – gênero considerado, em vários círculos cristãos, como ‘criação do diabo’ – situa-se em um espaço duplamente em conflito: em conflito com o sacro por carregar o profano, e com o profano por carregar o sacro. Esse espaço ocupado pelo HMC só é possível devido a movimentos de inserção de mundanidades e, retirada de usos e costumes, realizados pelo ‘neopentecostalismo’.

Para auxiliar a compreensão, apresentaremos no texto: primeiro, o contexto do neopentecostalismo onde se insere o HMC; segundo, o conceito de Hans Ulrick Gumbrecht de ‘materialidades da comunicação’ e ‘*Stimmung*’; e terceiro, os *shows* de HMC, com o inventário de materialidades e, a partir destas, a proposição de uma *Stimmung* de conflito.

O neopentecostalismo e seus longos braços

A respeito do surgimento do HMC, permitimo-nos dizer que o cristianismo, por meio da vertente do neopentecostalismo, engloba o *heavy metal*, colocando-o a seu serviço. Esta característica de englobar, própria do neopentecostalismo, traz à esfera sagrada comportamentos e ‘coisas’ pertencentes, originalmente, à esfera profanava.

O neopentecostalismo é a terceira onda do movimento pentecostal no Brasil (3), uma vertente iniciada em meados da década de 70, que se diferencia de seus precursores evangélicos por abarcar atividades e ‘coisas’ consideradas seculares e profanas, e as introduzir no cotidiano de seus ministérios. Diferente do pentecostalismo e do deuteropentecostalismo – ondas anteriores que mantêm um mesmo núcleo doutrinário e possuem um corte apenas histórico-institucional –, o neopentecostalismo apresenta, além do corte histórico-institucional, diferenças teológicas, comportamentais e sociais. Em outras palavras, uma acomodação ao mundo marcada pelo abandono de alguns traços sectários, hábitos ascéticos intra-mundanos e do velho estereótipo do ‘crente’. O neopentecostalismo propõe novos ritos, crenças e práticas, relaxando costumes e comportamentos, e estabelecendo inusitadas formas de se relacionar com a sociedade, como exemplo: a prosperidade material, a cultura de consumo, o conceito de guerra espiritual, os sincretismos com outras seitas e a inserção de mundanidades no cotidiano. No processo de inserção de mundanidades destacamos o abarcamento de gêneros musicais como samba, axé, reggae, funk, sertanejo e o próprio *heavy metal* (MARIANO, 2010), e o utilitarismo desses gêneros. Dentre todas as características do neopentecostalismo deter-nos-emos, neste texto, ao movimento de inserção do gênero musical *heavy metal*, e ao abandono do velho estereótipo do ‘crente’.

Os primeiros discos pentecostais foram lançados na década de 50, mas somente na década de 80, o trio: bateria, baixo e guitarra, foram inseridos como instrumentos de

evangelização. Apesar das acusações de mundanismo e desvio doutrinário, vários ritmos tornam-se lícitos para falar de Deus e sua obra, e glorificá-lo.

Vai longe o tempo em que o *rock* era sinônimo de rebeldia, uso de drogas, sexo livre, mensagens políticas radicais e até inovações satânicas. Hoje ele é singelamente instrumentalizado para evangelizar e transmitir preceitos de conduta cristã. Os roqueiros de Cristo subvertem os valores primitivos difundidos pelo *rock*. Embora revolucionários no louvor e na aparência, mantêm-se conservadores em outras esferas comportamentais. Na letra substituíram a tríade sexo drogas e *rock and roll*, pelo lema vida, Jesus e *rock and roll*. Nas canções combatem o uso de drogas, o álcool, o tabaco, a pornografia e o sexo extraconjugal. Nos *shows* lutam contra o diabo e as legiões de demônios. Protestam contra a violência e o materialismo. Como todo pentecostal que se preze, apontam Jesus como panaceia para todos os males (MARIANO, 2010, p.215).

A defesa ao uso dos diferentes gêneros musicais para o evangelismo esta presente nas palavras do Pastor Ricardo Corrêa, quando menciona não concordar com a expressão utilizada pelos músicos seculares de que ‘o Diabo é pai do *rock*’. Para ele, “satanás quer roubar a sutileza do *rock*”, e de outros gêneros musicais, e “tem feito um ministério *cover* de louvor”. Isso porque “primordialmente as trevas se incomodam com o músico, porque em sua essência, como criatura de Deus, ele foi criado para o louvor de Sua glória” (CORREA, 2011, p.30). O pastor ainda menciona que houve erros nos moldes de expressar a fé que foram instituídos pelos homens, acabando por relegar ao profano aquilo que não era profano: “O modelo de adoração pública ou pessoal deveria obedecer às diretivas divinas contidas na Palavra revelada, a Bíblia. Nesta parte prática de expressar a fé é que nasceram os moldes humanos” que não encontram respaldo na Bíblia. Dentre esses erros aponta: o uso apenas de instrumentos considerados litúrgicos (piano, órgão, violino e trompete), a celebração do culto quase em silêncio, o canto apenas de hinos tradicionais porque, somente eles, eram sagrados, a proibição de bater palmas, dançar ou dizer aleluia em voz alta, e considerar bateria e guitarra instrumentos do diabo.

Em passagem retirada de nossos diários de campo, encontramos a defesa do utilitarismo dos gêneros musicais, e neste caso especificamente o *heavy metal*, quando o vocalista de uma banda de *thrash metal* menciona a utilização do gutural – técnica vocal comum em subgêneros como o *trash metal* e *death metal* que produz um som rouco, grave e profundo, onde as palavras são pouco distinguíveis. Com o uso desta técnica,

heavy metal e *heavy metal* cristão, passam a não apresentar, em grande parte das vezes, diferenças perceptíveis, já que o entendimento do gutural exige uma intimidade e costume com a técnica. “Muitas vezes as pessoas assistem nossos shows, curtem e só quando vão pesquisar sobre a banda e ler as letras, veem que somos uma banda cristã e percebem a mensagem que estamos passando, isso porque grande parte do que é cantado em gutural não é compreensível para quem não tem o hábito de ouvir” (Trecho retirado de Diário de Campo, data: outubro, 2011).

Para os integrantes de bandas de *Heavy Metal* Cristão, o gênero musical é mencionado como “meio de divulgação da palavra de Deus” e como demonstração de que “não é preciso abandonar o estilo de se vestir e gostos musicais para servir a Deus e ficar longe das drogas e prostituição” (Trecho retirado de Diário de Campo, data: agosto de 2011).

Salvador Sousa (2011) explica o surgimento do HMC no Brasil, na década de 90, como resultado de um ambiente favorável a exploração de ritmos mais pesados devido à adoção do *rock* em diferentes instituições religiosas, e também, devido às comunidades e grupos cristãos de evangelismo alternativo, dedicados à pregação da palavra cristã a tribos urbanas marginalizadas pela sociedade. Estes grupos de evangelismo alternativo, chamados também de ‘ministérios *undergrounds*’(4), são filhos legítimos dos movimentos de abarcamento de mundanidades realizados pelo neopentecostalismo. Nas palavras de Airton Jungblut (2007), “a intenção parece ser dupla: ao mesmo tempo em que se busca atingir o mundo não evangélico, busca-se também renovar o interior deste universo religioso cristão tornando-o menos tradicional nas esferas da estética e do comportamento” (JUNGBLUT, 2007, p.03).

Noções de Materialidades e *Stimmung*

Para falar das materialidades que compõem os *shows* de HMC usamos como esteio teórico os estudos de Hans Ulrick Gumbrecht (1992) sobre o “campo não-hermenêutico ou a materialidade da comunicação”. Segundo o autor, o “campo não-hermenêutico” apresenta-se como a convergência das problematizações do ato interpretativo, ou seja, a crise na centralidade da hermenêutica para experimentar o mundo que nos cerca. Assim, a “materialidade da comunicação” seriam todos os

fenômenos e condições que contribuem para a produção de “sentido, sem serem, eles mesmos, sentido” (GUMBRECHT, 2009, p.28).

Estes estudos correspondem a questões iniciadas na década de 80, que discutiam (e ainda discutem) mudanças epistemológicas, e também, nas disciplinas das Humanidades, trazendo uma problematização da hermenêutica e dando atenção especial à dimensão material. Assim, somente a hermenêutica (atribuição de sentido pelo homem) seria ineficiente para o entendimento de um mundo cada vez menos estruturado, mais viscoso e flutuante que, mergulhado numa situação pós-moderna, apresenta características de destemporalização, destotalização e desreferencialização (GUMBRECHT, 2004). Em outras palavras, se a centralidade da interpretação está fundada nas premissas de temporalidade, totalidade e referencialidade, e há crise nessas premissas, então há crise na centralidade da interpretação.

É importante deixar claro que Gumbrecht não propõe uma depreciação da hermenêutica em razão das materialidades. Para ele a interpretação é “também” necessária ao estar no mundo, mas ela não é a única(5) forma de nos relacionarmos com os fenômenos humanos. Assim, o pensamento traz a questão de como os diferentes meios (diferentes materialidades) de comunicação, afetariam a mensagem que transportavam: o “sentido não poderia estar separado de medialidade” (GUMBRECHT, 2009, p.28).

Aprofundando-se nos estudos e buscando um discurso específico para esta dimensão material da comunicação, Gumbrecht propõe posteriormente uma “produção de presença” (GUMBRECHT, 1992, 2004) em oposição a uma “produção de sentido” (hermenêutica). Para ele, ‘produção’ etimologicamente que dizer “empurrar para frente”, “trazer para adiante”, e ‘presença’ são as “coisas” que ocupam um espaço e são tangíveis ao nosso corpo e que podem ser experimentadas tanto dentro como fora da linguagem(6). Temos como exemplos de materialidades o som de um instrumento musical, as cores de um quadro, um golpe de boxeador e, no caso dos *shows* de HMC, os *riffs* de guitarras, os gestos de bater cabeça e os gritos. Assim a “produção de presença” não exalta somente a tangibilidade das materialidades da comunicação, mas seu efeito de permanente movimento, ou seja, os elementos materiais tocam de maneiras específicas e variadas os corpos.

Outra noção utilizada por Gumbrecht, que nos ajuda a entender os *shows* de HMC e a *Stimmung* (atmosfera), termo originalmente proposto por Vilém Flusser, na obra *Gesten*(7).

Para Gumbrecht, a *Stimmung*, apesar das várias traduções possíveis, estaria mais próxima a um ‘som’ e um ‘clima’ [weather], estes dois, realidades materiais que cercam, atingem e envolvem o corpo (GUMBRECHT, 2009). ‘Som’, porque, ao ouvir uma música não escutamos apenas com os ouvidos, mas com nossa pele e todo nosso corpo. ‘Clima’, porque, este nos cobre e nos influencia como indivíduos ou grupos. Ou seja, “os toques do som e do clima são os mais leves, os menos opressivos, e ainda assim, são encontros concretos que nossos corpos podem ter com seu ambiente material” (idem, p. 107). Assim, propõem que ‘som’ e ‘clima’ poderiam ser metáforas para o que poderíamos chamar de ‘tom’, ‘atmosfera’ ou ‘sabor’.

Erick Felinto(8) endossa Gumbrecht ao afirmar que não é possível traduzir em discurso o que é a *Stimmung*, e que esta deve ser, unicamente, sentida. O que importa é “se ela toca o observador, e se este tocar tem realmente um sentindo material. Você tem que sentir seu corpo tocado por essa *Stimmung*, por essa disposição” (FELINTO, 2012, s/p.). Para exemplificar, Felinto menciona os encontros entre os corpos e a arte, explicando que ao ver uma obra, ler um livro, experimentar uma pintura, não é somente o “pensamento interpretativo, discursivo e racional” que é acionado. Muitas vezes a arte provoca sensações e atmosferas colocando-nos “naquele universo onde temos que pensar sobre a relação entre material e imaterial” (FELINTO, 2012, s/p.).

Ainda, segundo Felinto, tanto para Gumbrecht quanto para Flusser, a leitura da *Stimmung* está inscrita nas formulas de articulação no nível da experiência estética. E já que a experiência estética está sempre tencionada entre efeitos de sentido e efeitos de presença, ao ouvir um poema, tendemos a interpretar o poema, mas também a “sentir a prosódia, a materialidade fônica do poema” (FELINTO, 2012, s/p.).

Quando fala sobre experiência estética, Gumbrecht (2004) usa outro termo: “momentos de intensidade” ou “experiência vivida”. Essa noção de “momentos de intensidade” é como um sentimento intrínseco de intensidade que não tem pretensão de ser edificante e não está disponível nos cotidianos. “Momento de intensidade” conjuga a fragmentação temporal de ‘momento’, porque não está ao nosso alcance prolongar, e a dimensão quantitativa de ‘intensidade’, porque conjuga, de forma elevada, “o

funcionamento de algumas de nossas faculdades gerais, cognitivas, emocionais e talvez físicas” (GUMBRECHT, 2004, p.127).

Assim, a *Stimmung* ou *Stimmungen*(9) seriam potências materiais para a experiência estética nos *shows*. Experiência que vai além do encontro na dimensão da interpretação, do hermenêutico, mas sim, um encontro, um contato de ordem corporal, um toque que, frequentemente, fica encoberto pela insistência em interpretar e racionalizar discursivamente aquilo que as coisas querem dizer.

Ainda sobre a *Stimmung*, Gumbrecht acrescenta que o conceito que adentrou o século XX, não se iguala as primeiras ideias do termo elaboradas a partir de 1776, onde as *Stimmungen* remeteriam a uma “harmonia” (Goethe), a uma “harmonia recíproca” (Kant) e a “uma forma de experiência da harmonia que parecia não ter lugar no presente” (Nietzsche). A partir da segunda guerra mundial, o poeta alemão Gottfried aponta que naquele tempo a “harmonia ou o espírito de mediação” não podia ser mais considerada a *Stimmung*, e que “a rudeza era o tom favorito do momento”. Assim, Gottfried, influenciado pela ideia de Alois Riegl, da *Stimmung* como um “princípio de nostalgia”, afirma que “a impossibilidade das *Stimmungen* era a *Stimmung* de seu tempo” (GUMBRECHT, 2009, p.10), ou seja, a atmosfera daquele tempo era, justamente, a impossibilidade de uma atmosfera de harmonia.

Inventariando materialidades nos *shows* de HMC

Para inventariar as materialidades presentes nos *shows* de HMC, usaremos trechos dos diários de campo, e as descrições de fotografias e vídeos feitas durante três *shows*¹⁰ de bandas cristãs (bandas de subgêneros *thrash metal*, *deth grind* e *black metal – metal extremo*¹¹) realizados no coreto de uma praça pública, no centro da Cuiabá-MT. Apontaremos nas descrições ‘objetos’, ‘cores’, ‘sons’, ‘cheiros’ e ‘expressões faciais e corporais’.

Objetos

Os ‘objetos’, encontramos nas descrições de uma sequência de fotos. Neste trecho, objetos profanos, sacros e aqueles que fazem menção ao satanismo, aparecem simultaneamente nas imagens quando, o vocalista e guitarrista de uma banda *black*

metal, ao mesmo tempo em que usa uma vestimenta repleta de elementos que caracterizam o *black metal* (subgênero do *heavy metal* que surge sob uma intenção e referência ao satanismo), também segura uma Bíblia nas mãos durante sua apresentação.

“Parado em frente ao microfone o homem tem os cabelos longos, negros e desalinhados, e veste uma calça preta, um coturno preto, uma camiseta igualmente preta com uma estampa. Ele também usa duas munhequeiras perfuradas por espinhos metálicos que encobrem o punho e quase todo o antebraço. No rosto há uma pintura: os olhos e seu entorno foram pintados de preto e o restante do rosto de branco. Uma das fotos mostra peculiaridade reveladora: o vocalista usa as duas mãos para segura uma Bíblia.” (Trecho de Diário de Campo).



(Foto1) Sequência de fotos feitas durante o show da banda de *black metal* Emperador, no evento *Crash Metal Fest*, em 2011.

Cores

As ‘cores’, identificamos em um trecho das descrições dos vídeos. Encontramos cores que variam entre os tons alaranjados que preenchem os espaços da praça, as cores escuras que predominam nas roupas e acessórios, as cores das luzes intermitentes do palco e o amarelo quente das chamas das tochas. Mas são os tons alaranjados e pretos que predominam no espaço. Esses tons alaranjados descem dos postes da iluminação pública contornando os galhos das árvores, até tocarem o chão, criando desenhos nas calçadas, sombras nos rostos presentes, contaminando fotos e percepções com suas cores. Os tons de preto estão na quase unanimidade dos corpos presentes, vestindo

pernas, braços, punhos, olhos e unhas. Corpos negros que circulam entre a corporeidade das luzes alaranjadas.

“Banhada pela noite, a praça perde suas cores vivas, não há flores, não há camelos, não há pipoqueiros e algodão doce. Predominam os tons acinzentados do concreto e das grades banhados pelas luzes amareladas da iluminação pública. Grades e coreto e sua arquitetura remetem a tempos passados, lembrando edificações antigas, fugindo ao palco padrão e pesando ainda mais o cenário para um show de heavy metal. No coreto contornado por grades, uma iluminação para shows foi implantada na armação superior, focos de luzes coloridas de tons avermelhados, amarelados e azulados aguardam os ruídos das guitarras. Há o predomínio do preto nas roupas e nos calçados, e também nas sombras das árvores que se formam entre o chão e a iluminação pública. Nada é claro e nítido, os tons são fechados, uma penumbra que direciona toda a atenção ao coreto sempre que as luzes coloridas são acionadas. Ao lado do palco, tochas incendiadas acentuam os tons amarelados.” (Trecho de caderno de descrições).

Sons

Os ‘sons’ encontramos em outra parte das descrições dos vídeos. Sons como os gritos dos vocalistas e da plateia, o gutural, os *riffs* das guitarras com seus estalos e sequências ardidadas complementadas pela bateria de pedais duplos, e os graves do contrabaixo. Esses sons parecem adquirir uma densidade que invade os ouvidos, arpeja a pele e se esparrama em ondas pelo restante do corpo. Os toques cadenciados nos instrumentos, a repetição dos pedais no bumbo da bateria, e a aceleração das notas repetidas da guitarra, parecem formar ondas que atingem os corpos incessantemente.

“Uma gravação inicia com voz retorcida falando sobre ‘o Filho de Deus’, logo rangem os instrumentos: guitarra, baixo e bateria são acionados juntamente com a iluminação instalada. A música se intensifica, os instrumentos ficam mais rápidos. O vocalista pela primeira vez ‘fala’ sem a técnica do gutural e pronuncia as palavras “ei, ei, ei, ei”. A música me questiona apresenta quebras, hora mais rápida, hora mais acelerada, fazendo com que os corpos em frente ao palco e em cima dele movimentem-se de acordo com essa variação de velocidade.”(Trecho de caderno de descrições).

Cheiros

Os cheiros aparecem em trechos das descrições do diário de campo. A menção aos diferentes odores presentes na praça remete ao acesso irrestrito ao lugar, a sua função de abrigo noturno a andarilhos, à falta de cuidado da entidade responsável pelo local, e também, à tentativa de tornar o ambiente menos repudioso por parte daqueles que idealizaram os *shows*. Ao mesmo tempo em que os odores parecem atravessar com desconforto os presentes, eles parecem deixar claro ‘o que é’ aquele lugar, não há restrições para se ‘estar’ na praça, a presença é simplificada, não há exigências para permanecer.

“Na praça, metaleiros, músicos, curiosos, andarilhos e motoboys dividem o espaço. As calçadas empoeiradas e os canteiros sem flores vertem o cheiro da terra que impregna o ar sem humidade sedento por chuvas. No chafariz não há água, somente restos de urina seco que mancham os ladrilhos do côncavo. Junto ao cheiro de terra e urina, o odor do desinfetante, jogado durante a tarde daquele mesmo dia, parece, em um imenso esforço, tentar sobressair-se em vão. O deslocamento na praça é acompanhado pelos odores que se revezame impregnando o olfato, mas que logo se tornam parte daquele momento. Aos pouco o olfato acostuma-se, as mãos se acostumam com a poeira, as calças negras sujas de terra já não chamam tanta atenção.” (Trecho de caderno de descrições).

Expressões faciais e corporais

As expressões faciais e corporais aparecem em dois outros trechos em momentos em que os vocalistas procuram interagir com o público. Ao cerrar o punho, socar o ar e franzir a testa, olhando fixamente aos que estão em sua frente, o vocalista, que carrega uma tatuagem de menorá no braço, pede à plateia que faça o mesmo e é atendido. O vocalista de outra banda, largar a guitarra e levantar os braços, repletos de tatuagens, ao céu em sinal de adoração e, com este gesto, pede a todos que façam o mesmo. Estes movimentos realizados no palco tocam de alguma maneira os corpos a sua frente e obtêm resposta.

“O vocalista sobre na grade do coreto e depois levanta um dos braços tatuado com o punho serrado e faz o movimento de socar o ar. Ao mesmo tempo sua expressão facial é rígida, sua testa faz rugas e os olhos estão fixos e arregalados enquanto ele gira o pescoço para os dois lados. Então, a plateia a sua frente repete o movimento de socar o ar com os punhos cerrados” (Trecho de caderno de descrições).



(Foto2) Vocalista da banda de *thash metal* Menorah, durante evento *Crash Metal Fest*, realizado no dia 21 de agosto de 2011.

“No momento em que a música declina e o som torna-se mais brando, o vocalista retira as mãos da guitarra, que fica suspensa em seu pescoço, e levanta os dois braços, que abrigam várias tatuagens coloridas, em direção ao céu com as mãos abertas. Ao mesmo tempo em que inicia uma oração e pede ao público que também levante as mãos para glorificar ao Senhor. Neste momento, todos os integrantes da banda e grande parte da plateia faz o mesmo” (Trecho retirado de caderno de descrições).



(Foto3) – Vocalista da banda de *deth grind* Antidemon, durante *shows* no evento *Crash Metal Fest*, em 2011.

Ao fim de nosso inventário, conseguimos reunir as materialidades em grupos de ‘objetos’ (vestuário como: roupas, coturnos, munhequeiras, tatuagens, também instrumentos musicais, as caracterizações com as pinturas no rosto, e bíblia), ‘cores’ (luzes da iluminação pública, luzes do palco pra *shows*, preto das vestimentas), ‘sons’ (gritos dos vocalistas e da plateia, *riffs* de guitarras, sequências sonoras dos baixos e bateria), ‘cheiros’ (terra, urina e desinfetante), e ‘expressões faciais e corporais’ (franzir a testa, socar o ar com o punho, erguer as mãos ao céu, colocar os joelhos no chão, movimentar a cabeça para frente e para trás – bater cabeça). Nestes grupos há, ao mesmo tempo, materialidades profanas, sacras e satânicas, ou seja, “coisas” que *heavy metal* e HMC compartilham, e outras, que existem unicamente no HMC.

A *Stimmung* dos shows: pensando com as materialidades

Se, de acordo com Gumbrecht, entendemos a *Stimmung* como realidades materiais que cercam, atingem e envolvem nossos corpos, e as materialidades que, por sua tangibilidade e movimento, tocam de maneiras específicas e variadas os corpos, podemos entender que as materialidades presentes nos *shows* de HMC comporiam a *Stimmung* desses *shows*, apresentando-se como fundamentais para a caracterização desta ambiência.

Quando falamos que a atmosfera/clima dos *shows* de HMC é uma *Stimmung* de conflito, nos apoiamos na proposição do parágrafo anterior de que: as materialidades presentes nos *shows* de HMC comporiam a *Stimmung* desses *shows*, e que coexistência de elementos materiais sacros e profanos neste lugar, faria com que os corpos fossem atingidos, ora por sacralidades, ora por profanidades. Ou seja, apesar da penumbra no local do show, das roupas pretas, das tatuagens, dos adereços de *spikes*, apesar das pinturas *black metal* nos rostos, das feições agressivas, dos ensurdecedores gritos, apesar dos rápidos *riffs* de guitarra e do vocal em gutural, o cheiro de urina e terra, todas estas materialidades profanas e satânicas, as materialidades sacras e as expressões corporais que remetem ao sagrado também estão presentes no lugar. A bíblia, os joelhos ao chão e os braços ao céu em adoração estão presentes, e é a presença destas materialidades que evidencia a cristandade dos *shows*, ao mesmo tempo em que estão cercadas pela profanidade e satanidade de outras materialidades.

Temos assim, um contexto de conflito no que diz respeito ao que toca os corpos. Temos um campo-tema que reúne materialidades que se opõem religiosamente, mas que, simultaneamente, complementam esse campo-tema e a composição dos *shows* de HMC. Temos uma atmosfera que reúne o conflitante, uma *Stimmung* singular que une materialidades ‘separáveis’, e que, por esta aproximação de separáveis é sacro-profano, e de modo sacro-profano toca e envolve os corpos presentes.

A bíblia é um elemento importante para pensarmos esse conflito sacro-profano no HMC. Quando está presente, a bíblia marca um estranhamento, um algo habitualmente deslocado nos *shows*. Dentre as aparições, assinalamos a imagem de uma bíblia sobre a mesa de som: o livro sagrado repousava sobre os inúmeros botões que regulam o equipamento. Talvez uma posse do operador da mesa ou de algum músico.

“A presença de uma bíblia na mesa de som de um show de heavy metal é algo a ser observado. O habitual seria, em casas noturnas, a presença de um copo de bebida ou de um cinzeiro com tocos de cigarro por queimar. Mas naquela mesa a bíblia jaz sobre os botões.” (Trecho de diário de campo).

A bíblia também alcança o palco pelas mãos dos músicos. Bíblia e guitarra dividem não só o palco, mas também, as malas durante as turnês, os ensaios e as reuniões. A bíblia que vai para os cultos é a mesma lida durante os *shows*. A bíblia que orienta as orações antes do sono chegar é a mesma lançada ao público de roupas pretas durante os *shows*.

“A bíblia está nas mãos do músico enquanto a guitarra repousa pendurada em seu corpo. A imagem nos traz a mente: ‘duas grandes ferramentas na mão do obreiro’, música e palavra empregadas no ide cristão.” (Trecho de diário de campo).

Além da bíblia, nos *shows*, os gestos de louvor como ‘joelhos ao chão’ e ‘mãos ao céu em adoração’ corroboram com nossa proposição de *Stimmung* de conflito. Estes gestos de louvor, costumeiramente praticados em igrejas limpas, de paredes claras e com odores florais, agora, estão em meio aos *riffs* do gênero *heavy metal*, estão nas expressões físicas de corpos tatuados e de roupas negras, estão em uma praça com odores de urina e terra.

A *Stimmung* de conflito, nos arrisacaríamos a dizer, estrapola os *shows* do HMC e se estende aos domínios do neopentecostalismo, a face das transformações em religiões cristãs protestantes na contemporaneidade. Está nas dinâmicas de abarcamento de mundanidades, nos séculos de sectarismo abandonados e na absorção de um profano que o sagrado tanto combateu.

Assim como, segundo o poeta alemão Gottfried, nos meses finais da Segunda Guerra Mundial, a ideia de *Stimmung* que se tinha daquele momento, estava próxima a um tom de rudeza e não mais de harmonia (GUMBRECHT, 2009), podemos diz que, nos últimos 30 anos, a ideia de *Stimmung* que se tem referente ao neopentecostalismo, está próxima a um choque entre elementos sacro e profano, um contraste altercado, e não mais a uma distinção e do que é separado.

Escapes: momentos de intensidade

Se a apreensão da *Stimmung*, com sua potência para tocar e envolver, está inscrita nas formulas de articulação no nível da experiência estética, como menciona Felinto, encontramos nos trechos das descrições menções que remetem a uma experiência estética, ou em acordo com Gumbrecht, a ‘momentos de intensidade’ ou experiência vivida’. Materialidades da *Stimmung*, como a música (sons) e as apresentações dos músicos no palco (expressões faciais e corporais) mostram-se como potências para esses ‘momentos de intensidade’.

Nos dois trechos das descrições apresentados a seguir, encontramos um tipo de condução pela música, onde os movimentos do público parecem ser regidos pelas sonoridades. A música (o som) parece falar ao pé do ouvido: suba naquele palco, pule daquele palco, corra e se choque com outros corpos. É preciso consumir a energia da música que entra pelos ouvidos, consumir os gritos e chamados à música emitidos pelo vocalista. O primeiro trecho traz a descrição de um *mosh* do palco, um salto em direção ao público. O segundo trecho traz um *mosh pit*, ou *roda punk*, onde os corpos se chocam uns contra os outros.

“Um integrante do público agarra-se nas grades, sobe no coreto e vira em direção à plateia. Ele abre os braços, socando o ar da mesma maneira que o vocalista antes havia invocado a plateia. À frente, como por orquestramento, várias pessoas aglomeram-se dando as mãos, formando uma espécie de cama. O homem que emergiu da plateia abre os braços e pula em direção à cama de braços que o aguarda. Quando cai é jogado mais duas vezes para cima e para em pé, levantando os braços novamente comemorando o feito.” (Trecho de caderno de descrições).

“Antes de iniciar uma música, o vocalista fala à plateia que quer ver uma roda. Assim que a velocidade da guitarra aumenta, a plateia começa a chocar os corpos uns nos outros. Juntam os braços ao lado do corpo e arremessam seu peso contra o primeiro que encontrar em sua frente: a famosa roda punk está formada.” (Trecho de caderno de descrições).

Em outro trecho, os integrantes da banda ora movimentam-se minimamente, ora conjugam movimentos rápidos e duros, característicos da agressividade e velocidade sonora do *heavy metal*. O deslocamento dos corpos acompanha as variações da guitarra, a dureza acompanha as notas do baixo, e a eloquência acompanha a duplicidade dos pedais da bateria. O bater cabeça é onde o corpo entra em conformidade com a música,

esgotando suas energias e entregando toda sua concordância ao momento. O vocalista ao falar a plateia sem o gutural “vamos bater cabeça”, realiza com seu corpo o mesmo movimento descrito por seus lábios. A música parece reger os corpos.

“O vocalista põe um dos pés no caixa de retorno e inclina o corpo para frente, movimentando não somente a cabeça, mas todo o tronco. Quando os sons ficam mais graves a voz desaparece da música os corpos entram em coreografia balançando suas cabeças para frente e para traz, uns são mais agressivos, outros mais comedidos.” (Trecho de caderno de descrições).

Considerações finais

Acompanhando as descrições e os trechos de diário de campo, entendemos os *shows* de HMC como um emaranhado de materialidades conflitantes, onde rostos pintados e tatuagens convivem com gestos de louvor, letras que carregam a *palavra de Deus* convivem com *riffs* agressivos de guitarras e munhequeiras negras de *spikes* que dividem o mesmo braço com a bíblia. Todas estas materialidades são componentes de uma mesma *Stimmung* que reúne ‘coisas’ conflitantes, a qual, chamamos de ‘*Stimmung* de conflito’. E essa *Stimmung*, por sua potência em tocar e envolver os corpos, proporciona momentos de intensidade.

Se, segundo Gumbrecht, a *Stimmung* da obra literária *Morte em Veneza* é de “*fin de siècle* de decadência” (GUMBRECHT, 2009, p.108) e evoca cheiros, cores, barulhos e clima; dizemos que a *Stimmung* de conflito dos *shows* de HMC também é uma evocação de cheiros, cores, barulhos, objetos e expressões sacros e profanos.

A *Stimmung* de conflito então, apresenta-se como a dimensão intensiva dos *shows*, uma dimensão que reúne “materialidades” e “momentos de intensidade” onde corpos envolvidos e afetados pelo sacro e profano padecem em um orquestramento agressivo e, simultaneamente, de louvor.

Referências

- CORREA, R. “Músico Abandonado, Ferido e Esquecido”. Ed. Ágape, São Paulo, 2011.
- FELINTO, E. Mesa Pensar os Objetos Técnicos: Interfaces entre Filosofia e Comunicação. In: Simpósio A Vida Secreta dos Objetos, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em (<http://www.youtube.com/watch?v=v2ElmlhRWRs&feature=plcp>). Acessado em 12 de agosto de 2012.
- _____. “Passeando Pelo Labirinto: Ensaios sobre as tecnologias e as materialidades da comunicação”. EDIPUCRS, São Paulo, 2006.
- GUMBRECHT, H. “Lendo para a *Stimmung*? Sobre a ontologia da literatura hoje”. Tradução: Fabiano Lemos e Ulysses Pinheiro. Revista Índice, vol. 01, n. 01, 2009.
- _____. “O Campo Não-Hermenêutico ou a Materialidade da Comunicação”. In: Corpo e Forma: ensaios para uma crítica não-hermenêutica, Organizador: João Cezar de Castro Rocha. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- _____. “Produção de Presença: O que o sentido não consegue transmitir”. Tradução: Ana Isabel Soares. Ed. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2010.
- HARAWAY, D. “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio de uma perspectiva parcial”, 1995.
- JUNGBLUT, A. “A salvação pelo *Rock*: sobre a "cena underground" dos jovens evangélicos no Brasil”. In: Religião e Sociedade, vol. 27, n.2, Rio de Janeiro, 2007.
- MARIANO, R. “Neopentecostais: Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil”. Editora Loyola, São Paulo, 2010.
- SOUSA, S. “História da Música Evangélica no Brasil”. Clube de Autores, Distrito Federal, 2011.
- SPINK, P. K. “Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista”. In: Psicologia & Sociedade; 15 (2): 18-42; jul./dez.2003.
- Vários autores. “Bíblia Sagrada”. Tradução: Neyd Siqueira. São Paulo: Mundo Cristão, 2009.

Notas

(1) Hans Ulrick Gumbrecht (1992) “O Campo Não-hermenêutico a Materialidades da Comunicação” In: *Corpo e Forma: ensaios para uma crítica não-hermenêutica*, Organizador: João Cezar de Castro Rocha.

(2) Profano, segundo o dicionário, ‘1. que é alheio a religião, 2. secular, leigo, 3. oposto ao respeito devido ao que é sagrado’. Ou seja, profano aqui é colocado com aquilo que não faz parte do cristianismo, e não, necessariamente, faça referência ao satânico, mas é encontrado no *mundo*. Podemos pensar uma semelhança com a expressão ‘mundano’.

(3) O pentecostalismo brasileiro, segundo Marino (2010) pode ser compreendido como a história de *três ondas*: pentecostalismo clássico, deuterpentecostalismo e neopentecostalismo. No pentecostalismo clássico (iniciado em 1910) estão igrejas como Assembléia de Deus e Congregação Cristã no Brasil que se caracterizam pelo anticatolicismo, ênfase no dom de línguas, crença na volta iminente de Cristo e na salvação por um comportamento sectário e pelo asceticismo de rejeição do mundo exterior. Já no deuterpentecostalismo (iniciado em 1950), estão igrejas como Quadrangular, Brasil pra Cristo e Deus é Amor que se caracterizam pela mensagem da cura divina e por um evangelismo de massa com grande uso de meios de comunicação.

(4) ‘Ministérios undergrounds’ reúnem cristãos fãs do *rock* e suas variantes, como o *metal*, que se encontram numa posição de rejeição das igrejas, permanecendo desajustados e desalocados. Exemplos de ministérios underground: Sanctuary - The Rock and Roll Refuge, formado pelo Pastor Bob Beeman, em 1984, nos Estados Unidos. No Brasil, com o surgimento das primeiras bandas de *metal* cristão na década de 90, como Antidemon, Átrios, Calvário e Stauros, posteriormente foram acompanhadas pela criação de ministérios undergrounds como Zadoque e a Crash Church.

(5) Segundo Felinto (2012), Gumbrecht menciona que através da história da cultura, existiram sempre culturas, onde era mais forte o tema da materialidade e da presença, e outras, onde era forte a questão do sentido e da imaterialidade. Ou seja, nenhuma cultura é só de presença e só de sentido, mas sempre em um determinado tempo histórico uma destas vertentes predomina.

(6) É Gumbrecht não exclui a interpretação, propondo um modo de estar no mundo que seja oposto a este. Não é uma criação de dualidade – cultura de presença e cultura de sentido – mas um chamado de que é possível lidar com “o que está à nossa frente, diante dos olhos e em contato com nosso corpo” (GUMBRECHT, 2004, p. 10). “Não propõe uma lógica dual que elimine o sentido em favor da presença” (p.11).

(7) Segundo Felinto (2012), Gumbrecht deriva sua noção de *stimmung* da obra *Gesten* (gesto), de Vilém Flusser (5). Em *Gesten*, Flusser procura “analisar fenomenologicamente os gestos humanos, entender qual era sua origem, o que eles expressavam, como expressavam, e especialmente, os gestos humanos ligados à nossa relação com a tecnologia” (FELINTO, 2012), propondo os termos *Gestimmtheit* que “tem haver com a ideia de afinação, quando você afina um instrumento musical”, e *Stimmung* que “significa a ideia de uma certa ambiência, um mudo, uma disposição interior” (FELINTO, 2012).

(8) Fala do autor Erick Felinto para a mesa Pensar os Objetos Técnicos: Interfaces entre Filosofia e Comunicação. Durante o Simpósio Internacional A Vida Secreta dos Objetos, realizado no Rio de Janeiro, em 2012.

(9) *Stimmungen*: plural de *Stimmung*.

(10) As descrições correspondem aos *shows* das bandas: Menorah, de *thrash metal*, de Cuiabá-MT; Antidemon, de *deth grind*, de São Paulo-SP; e Imperador, de *black metal*, da Bolívia. Os

shows foram realizados durante o evento CRASH METAL FEST, que ocorreu no coreto central da Praça Ipiranga, localizada no centro histórico da cidade de Cuiabá-MT, no dia 21 de agosto de 2011.

(11) *Metal* extremo é um termo abrangente utilizado para definir subgêneros do *heavy metal* que são caracterizados por sua agressividade, tais como *black metal* (que trata de temas como satanismo, anticristianismo, paganismo e morte), *death metal* (com letras com temas niilistas, sobre violência, morte e sobre a fragilidade da vida humana), *doom metal* (que se caracteriza por criar uma atmosfera de escuridão e melancolia) e *thrash metal* (precedido pelo *speed metal*, porém com mais agressividade e elementos do *hardcore punk*).

IRACEMA NA TRANSA AMAZÔNICA: ENCONTROS E DESENCONTROS

Claudio Aurélio Leal Dias Filho
Mestrando (PPGECCO/UFMT)

Professor Doutor Mário Cezar Silva Leite
Co-autor e Orientador: (PPGECCO/UFMT)

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar como a ocupação da Amazônia na década de 70 foi retratada no filme *Iracema Uma Transa amazônica* de Jorge Bodansky e Orlando Senna. A análise fílmica estará relacionada a teorias culturais e análises históricas do período da ditadura militar que possibilitará debater sobre as representações da identidade cultural e os conflitos ocorridos dentro desse processo que marcou a história recente do Brasil. O filme é tratado como um documento histórico enquanto elemento de produção e reprodução de determinados valores e atitudes vigentes na sociedade.

Palavras chaves: Cinema, Transamazônica, Hibridismo

Abstract

This work aims to analyze how the occupation of the Amazon in the 70's was portrayed in the movie *Iracema Uma Transa Amazônica* of Jorge Bodansky and Orlando Senna. The filmic analysis will be related to cultural theory and historical analyzes of the period of military dictatorship that will discuss about the representations of cultural identity and the conflicts that have occurred within this process that marked the recent history of Brazil. The film is treated as a historical document as part of production and reproduction of certain values and attitudes prevailing in society.

Amazônia região de encontros e desencontros

Este texto tem por objetivo analisar o filme “Iracema - Uma Transa Amazônica”, a partir do contexto sócio-histórico em que foi produzido e das representações dos processos de conflitos culturais retratados na película. Os pontos e contrapontos que o filme traz para o debate possibilitam um melhor entendimento da cultura vigente no período em que foi produzido.

A Amazônia é vista como uma área internacionalmente estratégica, além de carregar a mística e romantizada visão de uma terra selvagem onde ainda existem índios, que não tem contato com o mundo externo à floresta. Ao mesmo tempo em que a região abriga uma imensa floresta, passa também, por crescimento de grandes polos populacionais e de projetos de ocupação. Os processos de encontros e confrontos culturais foram e são frequentes na história da Amazônia. O Plano de Integração Nacional da Amazônia, iniciado no final da década de 60 do século XX, deixou fortes marcas em toda região inclusive na culturalmente. Nesse período a busca pelo discurso da modernização acentuou o conflito entre o tradicional e o moderno.

Ao fazermos uma análise fílmica é importante situar no tempo e espaço em que a obra foi produzida colaborando na significação do filme e na sua construção de sentidos que são importantes para a análise, pois o filme segundo VANOYE (1994:54,55)

[...] é um produto cultural inscrito em um determinado contexto sócio-histórico. Embora o cinema usufrua de relativa autonomia como arte (com relação a outros produtos culturais como a televisão e a imprensa), os filmes não poderiam ser isolados dos outros setores de atividade da sociedade que os produz (quer se trate da economia, quer da política, das ciências e das técnicas, quer, é claro, das outras artes.

A busca de compreensão do filme em sua plenitude passa pelo entendimento do contexto de sua produção e o inverso também pode ser averiguado dentro desse trabalho, pois o entendimento do filme pode possibilitar a entrada no universo sócio histórico onde o filme fora produzido. Conforme VANOYE (1994:54,55)

Em um filme qualquer que seja seu projeto (descrever, distrair, criticar, militar), a sociedade não é propriamente *mostrada*, é *encenada*. Em outras palavras, o filme opera escolhas, organiza elementos entre si, decupa no real e no imaginário, constrói um mundo possível que mantém relações complexas com o mundo real: pode ser em parte seu reflexo, mas também pode ser sua recusa (ocultando aspectos importantes do mundo real, idealizando, amplificando certos defeitos, propondo um “contramundo”, etc.). Reflexo ou recusa, o filme constitui um *ponto de vista* sobre este ou aquele aspecto do mundo que lhe é contemporâneo. Estrutura a representação da sociedade em espetáculo, em drama (no sentido geral do termo), e é essa estruturação que é objeto dos cuidados do analista..

Ao vermos o filme “Iracema uma Transa Amazônica”, mergulhamos em um universo próprio, que passa de uma Amazônia profunda quase isolada, até chegar no processo de transformação acelerada pela construção de estradas, no caso do filme analisado a Transamazônica, que é o cenário principal da película. A produção de Iracema uma Transa Amazônica, está situada durante o período de 1969 a 1974 da ditadura militar brasileira, tendo como ‘presidente” o General Garrastazu Médici. Naquele momento o governo apresenta forte destaque ao projeto de integração nacional e a construção da transamazônica como sua obra maior .

O historiador francês, Serge Gruzinski se refere a Amazônia como (GRUZINSKI, 1999, p. 30): “A imensa floresta é um dos reservatórios onde há muito tempo se alimenta nossa sede de exotismo e de pureza”. A região carrega a visão mística e romantizada de uma “terra selvagem”, onde ainda existem índios que não tem contato com o mundo externo à floresta. A visão idílica de eldorado permeou a imaginação dos Europeus que por ali chegaram no século XVI, denominando a região a partir do mito que traziam da Europa; mito este que consistia na existência de um grupo de mulheres guerreiras montadas a cavalo chamadas de amazonas que viveriam na floresta. As histórias sobre essa visão mítica se proliferaram rapidamente pelos mais variados homens que aqui chegaram. Segundo HOLANDA: (2000, P37) “Outras tropas exploraram sucessivamente a região, e posto que nunca tivessem encontrado as mulheres sem homens, atribuíram, contudo, a uma península e a um extenso território contíguo o nome que estes ainda hoje preservam.”

Esta região foi chamada de Amazônia e por características geofísicas comuns abrange vários países: Peru, Venezuela, Colômbia, Bolívia, contudo estando a maior parte da floresta localizada em território brasileiro. A Amazônia brasileira passou pela formação de pelo menos três ciclos econômicos de devassamento e expansão capitalista antes de chegar ao ciclo de colonização, dos anos 60 e 70, durante a ditadura militar. (Cardoso e Muller, 1977 pag.17 e 18)

O 1º ciclo foi da entrada na floresta tropical a busca pelas drogas do sertão para atender a demanda da colônia, ocorrendo de forma mais extrativa.

O 2º ciclo é o da borracha. A seringueira, árvore nativa da região, era a principal matéria prima para atender as demandas da indústria da então nascente indústria automobilística no final do século XIX.

3º ciclo é formado pelas frentes pioneiras agropecuária e mineral, durante os anos 20 e 30 do século XX .

Todos esses ciclos trabalham dentro de uma lógica colonial, na qual a região amazônica é vista como uma fonte de matéria prima, a região passa a ser uma área internacionalmente estratégica e por isso cobiçada por outros países. Todos esses processos de ocupação da Amazônia geraram fortes confrontos sócio culturais contribuindo para formação de uma região de cultura híbrida e diversificada. No final dos anos 60, iniciou-se um novo ciclo de colonização amazônico, com a chamada Operação Amazônia nos anos 60 e, o Plano de Integração Nacional (PIN) em 1970, tratado no filme Iracema uma Transa Amazônica, acelerando de forma brusca as mudanças, tanto na paisagem natural, como humana. A análise a partir da literatura pesquisada trará vários aspectos que motivaram e estavam dentro da conjuntura histórica do programa sem apontar um fator que sobreponha ou seja determinante, mas pontuando que não foi um fator apenas que levou a ditadura no período Médici a implementar o projeto colonizador e sim uma série de aspectos sociais, políticos, econômicos, militares :

1 Social

No contexto social, o plano visava trazer trabalhadores de outras regiões do país (Nordeste e Sul) para amenizar as tensões por terra. Evitando assim maiores conflitos no nordeste ou um êxodo para as grandes cidades principalmente do sudeste, o que poderia agravar problemas sociais e tensões existentes nos centros urbanos. A intenção do governo era manter esses trabalhadores em áreas rurais. O lema era ocupar uma “Terra sem gente com gente sem terra”. Para a estabilidade da ditadura foi necessário apontar um novo eldorado, criando esperanças e reativando o mito fundante do país, do bandeirante que vence as dificuldades com trabalho. E este eldorado de novo estava no Oeste do Brasil, amenizando as tensões por “terra, trabalho e pão” e ao mesmo tempo mantendo a estrutura política e econômica que dava sustentação a ditadura.

2 Militar

O projeto passava por uma doutrina militar de segurança nacional. O lema era “integrar para não entregar”, ocupando uma área tida como desocupada, que deveria ser incorporada ao país. Visando assim um projeto militar de soberania nacional frente a

uma possível invasão internacional e, também, para evitar surpresas internas como a conhecida guerrilha do Araguaia. A área passou a ser considerada de segurança nacional e essa preocupação está presente nas diretrizes do PIN.

A militarização do projeto está situada no contexto internacional da guerra fria onde acentuava a disputa geopolítica entre EUA e URSS, além dos militares terem uma forte perspectiva nacionalista. Essa perspectiva militar e geopolítica pode até, em determinados momentos, ter sido apenas uma retórica para justificar a política de incentivos que beneficiou principalmente aos empresários, mas dentro das forças armadas essa era uma preocupação existente e que repercutia em setores da sociedade.

3 Político

No plano político, o PIN está integrado a um projeto de construção de uma imagem positiva da ditadura. As grandes obras executadas na Amazônia eram símbolos da grandeza do país que contrapunha a insígnia dos opositores: “sem democracia não há desenvolvimento”, difundida até o AI5 onde foram proibidas as manifestações contrárias a ditadura. A propaganda de um “Brasil grande” passava pela conquista da copa do mundo de futebol em 1970, o milagre econômico e a construção de grandes obras, com especial destaque para a Transamazônica, que passa a ser usada como uma espécie de símbolo político pelo governo do general Médici. Segundo Ianni (1979,p. 53):

“Numa época em que a ditadura não permitia qualquer debate político mais livre, em que a censura dos meios de comunicação era geral, em que as classes operárias da cidade campo eram exploradas e reprimidas, econômica e politicamente, a transamazônica foi utilizada como um símbolo da ‘grandeza nacional’ de ‘pátria grande’, da ‘potencia emergente’

A estrada era tida como “uma copa do mundo com rodas” e atendia, além de demandas materiais econômicas, demandas simbólicas construindo todo um imaginário político social que dava sustentação ao governo Médici. Criando um cenário propício para a forte repressão dos opositores. As críticas que escapavam do controle do governo e chegavam ao público não encontravam forte ressonância, pois o governo pós 70, conseguiu instaurar no país um clima de ufanismo sustentado não só pelo desempenho econômico, mas também, com capitalização política do campeonato de futebol de 1970. O PIN então tem um principio mais que econômico e objetivo, faz parte também de um

projeto de subjetividade que o governo soube trabalhar nos meios de comunicação, principalmente na publicidade. Segundo Skimore (1998,p. 191)

[...] a abertura de transamazônica tinha um grande valor simbólico. Cortar a floresta espessa e construir uma estrada pioneira seduzia aqueles muitos brasileiros cuja a visão romântica da Amazônia era bem parecida com a dos norte-americanos e europeus acidentais.

Criou-se no país um clima favorável a construção da estrada como uma necessidade emergencial que se transformou no símbolo da grandiosidade do Brasil. Projeto que chega a ser comparado pelo ministro da Economia, Delfin Neto, com a chegada dos portugueses ao Brasil.

4 Econômico

O cenário econômico em que o Brasil vivia na década de 70 era internacionalmente favorável a uma política desenvolvimentista. Com o governo economizando em despesas públicas, principalmente com o arroxo salarial desde 1964 e o cenário internacional favorável ao crescimento econômico, Médici através do Ministro Delfim Neto, implementa uma política chamada de desenvolvimentista e estimula o crescimento da economia e expansão capitalista.

A partir da expressão “milagre econômico” atribuída ao crescimento do Japão e Alemanha pós-segunda guerra, cunha-se a expressão “milagre brasileiro” para referir-se ao período de 1968 a 1973, termo que passa a fazer parte da propaganda do governo e será usado como sustentação política do governo Médici. O governo passa a pegar dinheiro no exterior para financiar grandes obras como hidrelétricas, pontes (Rio Niterói), políticas habitacionais e estradas. Esse cenário somado uma forte política de comunicação do governo gera um clima de exaltação do país conforme Gaspari: (2004,p 169)

“Falava-se de um “Brasil Grande”, “Brasil Potência” Distribuía-se adesivos com a inscrição “Brasil, ame-o ou deixe-o” País, futebol, Copa, seleção e governo misturavam-se num grande Carnaval de junho. Vivia-se um ciclo de crescimento inédito na história nacional. Desde 1968 a economia mostrara-se não só revigorada, mas também reorientada. O ano de 1969 fechara sem deixar margem a dúvidas: 9,5% de crescimento do Produto Interno Bruto.... Os números do primeiro semestre de 1970 indicavam que a prosperidade prosseguiria (fechou o ano com um crescimento de 10,4%). O Brasil tornara-se a décima economia do mundo, oitava do Ocidente, primeira do hemisfério sul.

Houve nesse período uma maior entrada de capitais estrangeiros no país, mas esse dinheiro parava nas mãos das grandes empresas, em especial as empreiteiras responsáveis pelas obras públicas, que geram empregos durante a realização das obras, mas logo terminavam, os trabalhadores voltavam a ficar desempregados. Tomando-se grande beneficiado a empreiteira sobre esse assunto diz Ianni (1970, p 54) “*A transamazônica ...transforma-se em base de grandes negócios para as empresas empreiteiras ... chegou-se a imaginar que a ideia de construir a transamazônica pode se ter saído delas*” funcionando como uma transferência de renda pública para empresas privadas.

Com essa política economia, o governo atendia a demanda das empresas privadas por obras, ao mesmo tempo gerava uma expectativa na população desempregada com os empregos que gerados, mesmo que temporariamente e com a promessa de terras para os sem terra. Gerando números econômicos grandiosos, mas que logo se demonstrariam ilusórios desmoronando com a crise de petróleo, inflação crescente e arrocho salarial.

5. Cultural

Na bibliografia estuda não foi encontrado diretamente um motivo cultural como motivador do programa de colonização e de construção da transamazônica, mas ao analisarmos os textos do período e os objetivos do mesmo, percebemos a concepção cultural se manifestando. Um dos lemas usado pelo governo de trazer “gente sem terra para uma terra sem gente” passando a ideia que a Amazônia não era habitada, pois a população que ali estava era praticamente desconsiderada. Só o projeto da construção da transamazônica afetou diretamente 29 etnias indígenas existentes no trajeto por onde passou a estrada. Esse levantamento foi feito pela Funai e é relatado pelo jornalista Ricardo Gontijo (MORAIS; GONTIJO;CAMPOS,1970 p 69). A concepção evolucionista de progresso econômico passava também por uma concepção cultural de integrar aquela população ao Brasil com o lema “integrar para não entregar”, não por acaso o PIN também é um projeto de colonização da Amazônia e acompanhado pelo recém fundado Incra (Instituto de Colonização da Amazônia). A concepção que se instala de colonização vai além da econômica fundamentada objetivamente, pois passa também por uma colonização cultural da região que, se por um lado resistem à cultura

“estrangeira”, por outro a absorve resultando em processos de mestiçagens e hibridações.

Iracema

O filme, *Iracema - Uma Transa Amazônica*, tem como tema central o processo de ocupação que Amazônia passava nos anos 70. O roteiro mescla ficção com depoimentos de populares que estavam vivendo aquele momento histórico. A película foi produzida ainda durante o processo ao qual se referia, utilizando como cenário a própria região, o que a torna um documento áudio visual daquele período. Os encontros que o filme mostra entre moradores da Amazônia e sulistas não ocorreram entre populações sem mestiçagens anteriores. A mistura faz parte das sociedades que vivem na Amazônia como uma característica dos processos culturais existentes em todas as sociedades humanas, afinal, não é possível a sobrevivência de uma sociedade sem interação e trocas com outros seja em menor ou maior escala. Para Gruzinski (1999, p.30):

A ciência fez pouco caso das mudanças históricas e pré-históricas que as populações amazônicas conheceram, minimizando suas capacidades de inovação e subestimando o impacto das circulações em grande escala que animavam a floresta[...]

A partir da construção desse mito da Amazônia selvagem e isolada afirma Gruzinski (1999, p32):

Escritores, poetas, cineastas não pararam de explorar esses clichês para transformá-los em sonhos destinados a um público cada vez mais ávido de mundos primitivos e perenidade; Hollywood e os meios de comunicação, exibindo um humanismo de circunstância, se substituíram a eles com o sucesso que se conhece.

No filme *Iracema - Uma Transa Amazônica* temos o oposto a esses clichês, nos quais os roteiristas e o diretor optaram por mostrar uma história em que os conflitos e a quebra dos idealismos sobre a Amazônia estão presentes numa área permeada pela miscigenação e hibridismo que transita entre o arcaico e o moderno. Processos de miscigenação da Amazônia entre as populações ameríndias e européias ocorrem desde o final do século XVI, em experiências que marcaram profundamente o modo de viver da região. No entanto essa colonização não ocorre por inteiro e o processo de miscigenação nunca está concluído, *“é inegável que zonas cada vez mais extensas*

sofrem uma série de influências, penetrações que repercutem até o mais profundo da floresta” (GRUZINSKI, 1999 p. 34).

Esse processo de mestiçagem e hibridação *“tornou uma realidade cotidiana, visível nas ruas e nas telas de cinema e televisão. Multiforme e onipresente ele associa criaturas e formas que, a priori, nada deveria aproximar.”* (GRUZINSKI, 1999 p.43). Não é um fenômeno isolado fazendo parte da transição de um mundo moderno para um universo pós-moderno. Coube a antropologia a partir do rompimento com as teorias evolucionistas apontar que *“as culturas podem se misturar quase sem limites e não apenas se desenvolver, mas igualmente se perpetuar”* (GRUZINSKI, 1999 p.44,45)

O enredo do filme se desenvolve a partir do encontro entre uma nortista cabocla recém saída das áreas ribeirinhas, com um branco sulista, que está no norte em busca de dinheiro. Este é o motivo gerador dos conflitos e da história que transcorre pela rodovia Transamazônica O filme é um marco na história do cinema brasileiro, pois se propõe a criar um gênero “documentário-ficção” ou docdrama, onde o hibridismo de linguagem se funde entre o roteiro fechado de uma ficção e as falas abertas e imprevisíveis de um documentário misturando atores profissionais com não profissionais e esses a população, que é muitas vezes entrevistada ou provocada por um debate sobre sua realidade social. Ficando o questionamento para o espectador de onde começa e termina a ficção. A indefinição do gênero que o filme propõe, contribuiu e está presente no fazer cinematográfico contemporâneo. Soma-se a esse fator a formação da sua equipe onde na produção há uma mistura e parceria entre Brasil e Alemanha.

No início do filme com a tela preta ouvimos o som de um motor que vai ficando mais forte, mas quando aparece a primeira imagem, nos deparamos com um cenário da floresta amazônica e um rio, sem o menor sinal de industrialização, causando um contraste entre o som e a imagem. Esse recurso causa um estranhamento no espectador, onde o moderno e o “selvagem” se encontram, envolvendo os sentidos da audição e da visão. Nesse momento do filme a cor verde prevalece nas imagens, mas sempre contrastando com o som que passa a ser acrescido de um rádio que traz notícias externas . Na sequência aparece o barco que estava até então implícito no som do motor e fazia o traveling fluvial e cumprindo a sua função prática, levando moradores ribeirinhos, incluindo a personagem Iracema, para algum lugar ainda desconhecido. O rádio é elemento simbólico que representa a informação e é um indicio de que aquela

população não é tão isolada como alguns poderiam supor. Estranhamento que remete ao que Gruzinski (1999, p24) relata no livro, *O Pensamento Mestiço*, que quando chega em um vilarejo de Algodual as margens do Amazonas e percebe que “ *o ar idílico não passava de um engodo*” e que nas noites a vila estava conectada as mesmas atrações midiáticas globais dos grandes centros urbanos. Em Iracema o rádio constitui uma rede de informações que chega nos lugares mais distantes trazendo notícias do mundo longínquo, mas também dos arredores mais próximos e de familiares servindo como uma espécie de garoto de recado, aproximando as pessoas. O barco leva produtos do extrativismo da floresta aos atravessadores que pagam pela mercadoria recebida com produtos industrializados como a aguardente. Elementos que demonstram que aquela população tem algum acesso a bens de consumo não produzidos ali e interagem com os mesmos, utilizando-os de acordo com suas necessidades. Aquela comunidade claramente não é o estereótipo do indígena, mas também não é uma população incorporada à modernidade. Elementos urbanos se misturam ao dia a dia deles, práticas indígenas também se fazem presentes já diluídas as misturas anteriores inclusive com a dos antigos colonizadores tornando-se difícil a identificação de onde começa e termina um elemento ou outro. Fator perceptível na língua falada que apesar do sotaque e de vocabulário próprio é de origem europeia. Para essa miscigenação cultural e o limite entre uma identidade e outra foi criado na linguagem um termo - o caboclo - que não é nem índio nem branco. Para essa população o rádio é seu mensageiro e o som do motor é uma constante nas suas travessias, o rio passa a ser estrada para seus barcos, esses elementos possibilitam os fluxos com outros mundos.

O filme mostra a chegada de Iracema em Belém. A fotografia da película passa da presença constante do verde da floresta, para o cinza da cidade. Para Gruzinski Belém é uma ambiguidade: “*Com seus dois milhões de habitantes, Belém a capital da Amazônia ocidental, é uma mistura de cidade colonial ... e de modernidade caótica cercada de favelas.*”. (GRUZINSKI, 1999 p.25) Iracema, quando chega a Belém, se deslumbra com a modernidade e tecnologia disponíveis na cidade deixando se levar a deriva das novidades, produzindo um efeito de encantamento é nesse encontro com o novo, que Canclini atribui um processo de duas vias onde a (CANCLINI, 2003, p XXII): “*hibridação interessa tanto aos setores hegemônicos como aos populares que querem apropriar - se dos benefícios da modernidade*” a cidade significa novas oportunidades, tanto econômicas como sociais, mas o filme não é tão claro sobre o motivo de Iracema

permanecer em Belém. Ela chega à cidade no dia da maior festa popular e religiosa da região que é o Círio de Nazaré. Durante esta festa a cidade recebe uma multidão de pessoas do interior, mas ela vai ficando e se deixa levar pela novidade onde de repente, da inocência de uma menina do interior ela já aparece como uma prostituta. O limite é tênue e de certa forma imperceptível deixando perguntas em aberto, ao ser criticado pela dramaturgia o diretor e co roteirista Jorge Bodanzky responde (MATTOS, p.188):

“ eu queria fugir das explicações mais lineares, que sobrecarregassem a parte ficcional. As elipses vão progredindo junto com o filme. As passagens de tempo são mostradas de maneira descontínua porque de alguma forma é assim que as coisas acontecem.”

São essas elipses que criam os questionamentos, o que faz aquela menina em um bordel ? E como foi parar lá, se acabamos de vê-la brincando num parque de diversões? Questões que ficam abertas no filme e também nas relações sociais daquela região. É a partir dessa realidade e desses questionamentos da prostituição infantil, que se perpetua até hoje, que ocorre o encontro entre a protagonista do filme, Iracema e o antagonista, Tião Brasil Grande. Ele, um caminhoneiro sulista, com um forte discurso nacionalista e ao mesmo tempo liberal em busca de oportunidades de enriquecer. Tião segue com Iracema em viagem pela transamazônica; as cores que passam a prevalecer no filme são os tons de alaranjados das estradas de terra e do fogo das queimadas. A relação não é harmônica, mas sim conflituosa e ambígua, com provocações que se remetem a esse encontro entre o norte e o sul do país que bem ou mal sucedidos dão resultados a novas fusões. Para Canclini a (2003, p. XVIII): *“hibridação não é sinônimo de fusão sem contradições”* podendo *“ajudar a dar conta de formas particulares de conflito gerada pela interculturalidade.”*

Esses processos de hibridações resultam em novas práticas culturais, que longe de serem harmônicas são muitas vezes de embates e choques. A tensão do filme começa a partir do momento que os dois seguem pela rodovia Transamazônica. As diferenças vão se intensificando, assim como o cenário de destruição da floresta, longos planos sequências (ou seqüenciais) de queimadas feitos usando agora a boleia do caminhão como traveling, cortes de árvores, disputa por terra, trabalho escravo, passa a ser o cenário de terra arrasada que o filme traz nessa terceira e última parte.

O motivo gerador do filme, segundo Bodanzky, foi fazer as denúncias (MATTOS, p.164):

A história de Tião e Iracema era um pretexto para mostrar o que estava acontecendo com a Amazônia. A propaganda oficial vendia aquilo como a chegada do progresso, a entrada do homem brasileiro através da estrada para ocupar a Amazônia antes que outros a ocupassem. Não havia uma reportagem, uma imagem sequer sobre o desastre irreversível que essa ocupação estava provocando. A estrada, o maquinário, a derrubada da floresta, tudo era visto como coisa positiva, e não como uma grande devastação. Além da questão das prostitutas, queríamos falar da morte da floresta secular, do contrabando de madeiras de lei, do conluio entre polícia e grileiros de terra, da utilização de trabalho escravo e da ideologia do “ninguém segura esse país”, mote de propaganda da ditadura.

No discurso do diretor e co-roteirista não aparece diretamente a questão cultural, a miscigenação, o encontro de mundos e conflitos culturais. No entanto, como um discurso que escapa da intenção do autor, essas questões estão colocadas durante todo o filme travando um diálogo e conflito entre culturas, extrapolando ou se relacionando com as questões econômicas e ambientais levantadas pelo filme. No filme é perceptível a desvantagem que Iracema está em relação a Tião, há, portanto, a reafirmação de elementos da teoria da aculturação no desenvolvimento do roteiro. Segundo essa teoria, que foi bastante difundida no século XX, no encontro entre duas culturas, uma por ser “mais forte” poderia sobrepor outra “mais fraca” tornando-se essa população aculturada, pois absorveria toda a cultura “dominante”, negando sua origem cultural. Nesse processo não haveria hibridação, miscigenação cultural estando fadado aos povos tidos como “primitivos” o seu extermínio cultural. Nessa perspectiva caberia a etnografia e a antropologia o registro dessas práticas culturais antes que elas fossem extintas por completo.

O discurso dos roteiristas, Orlando Senna e Jorge Bodansk, é um contra ponto ao discurso vigente no período de exaltação do país construído cuidadosamente pela Aerp (Assessoria Especial de Relações Públicas criada em 1968). A AERP tem uma estratégia de comunicação organizada e coordenada pela ditadura militar, afim de contrapor um discurso oposicionista e consolidar politicamente o governo. Durante o governo Médici foi valorizado o nacionalismo, a moral como um discurso que indiretamente enaltecia o governo. É a partir da criação da AERP que o governo começará a investir em propaganda. Eram produzidas campanhas para incentivar a ida de emigrantes para a Amazônia e enaltecer o projeto do governo divulgando principalmente a transamazônica como obra de maior importância. Nesse período, as campanhas também enalteciam valores morais e a pluralidade “racial” brasileira, que era vendida como miscigenada e apresentavam imagens de um negro, um branco e um

índio. O discurso oficial passava uma ideia de miscigenação a partir de estereótipos “raciais fenotípicos” que não se misturavam.

O contra ponto do filme ocorre ao ironizar o ufanismo de Tião Brasil Grande, contrastando com imagens de destruição de recursos naturais e problemas sociais. Mas também traz a impossibilidade da miscigenação em uma relação tão desigual como a de Tião Brasil Grande e Iracema. Os conflitos são presentes em vários momentos em uma relação que se dá de cima para baixo, como entre um pupilo e seu tutor.

Mas, mesmo o filme, em vários momentos apresenta uma visão crítica da forma como estava se dando os encontros e apontar para a impossibilidade da mestiçagem é perceptível em vários momentos, situações de hibridação que vai além mistura étnica racial. Quando a personagem Iracema é abandonada por Tião Brasil Grande em um bordel na beira da Transamazônica, ela está vestida com um short com estampas da Coca-Cola, o que contrasta com seus traços indígenas e pela distancia e aparente isolamento do local. Para além de um processo tradicional de mestiçagem há uma hibridação presente no enredo que se refere a essa modernidade globalizada e tecnológica. Para Canclini (2003 p.XXVII):

[...] há que dizer que o conceito de hibridação é útil em algumas pesquisas para abranger conjuntamente contatos interculturais que costumam receber nomes diferentes: as fusões raciais ou étnicas denominadas mestiçagem, o sincretismo de crenças e também outras misturas modernas entre o artesanal e o industrial, o culto e o popular[...]

Por abarcar além das questões étnicas, também questões referentes a “*tecnologia e processos sociais modernos e pós modernos*”, o conceito de hibridismo é mais amplo, servindo para análises culturais contemporâneas, onde estas questões estão cada vez mais presentes. Iracema - Uma Transa Amazônica produz contrastes entre o rio e a estrada, sul e o norte, o branco e o índio, o local e global, o nativo e o estrangeiro, nestes encontros se processam algumas hibridações e resistências como a tentativa de Iracema de se inserir na sociedade brasileira. Quando Tião de forma pejorativa a chama de Índia mais que depressa Iracema responde dando sequência a um diálogo :

Iracema - Eu não sou índia não.

Tião - O que tu é? Tu é branca?

Iracema - Sou.

Tião – Filha de inglês?

Iracema – De inglês não, mas de brasileiro.

Tião – (Da uma risada de deboche)

O estranhamento presente no diálogo entre Tião e Iracema, demonstra o quanto o hibridismo não ocorre de forma “harmônica” denunciando que não estamos em uma sociedade que prevalece a democracia racial e a inclusão de índios, negros e mestiços. Para STAM (FRANÇA, LOPES, 2010 p 114);

“... o hibridismo nunca foi um encontro pacífico, um parque temático livre de tensão; sempre esteve emaranhado com a violência colonial. ” existindo nesses processos várias formas de hibridismo “tais como imposição colonial ...assimilação obrigatória, a cooptação política, a paródia cultural, a exploração comercial, a apropriação ou a subversão.”

O hibridismo, para STAM “ é carregado de poder e assimetria”, onde o oprimido vive um exercício de resistência e rendição. Na literatura nacional ficou imortalizada a Iracema de Jose de Alencar onde prevalecia uma visão da mestiçagem entre brancos e índios, que apesar de dos percalços, acaba gerando um filho . Alencar cria e reafirma o mito fundante do país, na mistura entre o índio e o branco. Na Iracema de Bodansky e Senna, o relacionamento não resulta uma gestação como fruto e apresenta uma imagem mais pessimista desse encontro. No final da película, temos a imagem de uma Iracema abandonada na beira de uma estrada empoeirada e decadente. Estrada essa, que ao contrário do rio, não se funde como o encontro de dois rios e sim corta de forma violenta a floresta e o que mais se apresentar na frente dela.

Nos anos 70 do século passado, a população, que na Amazônia vivia, já era fruto de miscigenações e muitos não possuíam a identidade indígena, apesar da aparência. Questão tratada na antropologia moderna, na qual os elementos biológicos não são determinantes culturais e na sociologia, que trata as identidades como construções e recortes desses elementos que geralmente são usados para consolidar hegemonias ou resistências. Para Tião Brasil Grande, que tem seu lugar social no Sul do país, região não menos miscigenada que a norte, a identidade construída é de ser branco e brasileiro. A Amazônia é, então, uma terra selvagem onde não tem brasileiros assumindo o discurso difundido pela ditadura que era necessário os colonos para “integrar para não

entregar” aquele pedaço de terra, colonizando onde não havia brasileiros. Nesse diálogo está contido o conflito entre ser índio ou brasileiro e foi a Amazônia nos anos 70, um bom argumento para que debatêssemos sobre nossas misturas, contradições e conflitos.

Considerações

A pesquisa encontra-se ainda em desenvolvimento, mas aponta para alguns resultados parciais. A produção cinematográfica relacionada ao processo de ocupação da Amazônia pode propiciar uma reflexão sobre os processos de transformações recentes. O cinema, além de uma produção estética artística é também um documento histórico, que possibilita a análise e melhor entendimento do discurso produzido em seu tempo. Levantando questões sobre o papel desempenhado pelo cinema, enquanto elemento de produção e reprodução de determinados valores e atitudes culturalmente vigentes na sociedade.

Referências Bibliografia

CARDOSO, F. H ; MÜLLER, G. Amazônia: a expansão do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense/Cebrap, 1977

CANCLINI, Nestor Garcia. Hibridismo Cultural: Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2003.

FRANÇA, Andrea; LOPES, Denilson. Cinema, globalização interculturalidade. 1ª ed. Chapéco: Ed Argos, 2010.

GASPARI, Elio. A Ditadura Escancarada. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2004.

MORAIS, Fernando; GONTIJO, Ricardo; CAMPOS, Roberto de Oliveira. Transamazônica.1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1970

GRUZINSKI, Serge. O pensamento mestiço. Trad.,Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

HOLANDA, Sergio Buarque. Visão do Paraíso. São Paulo: Brasiliense;Publifolha,2000.

IANNI. Octavio. Colonização e contra Reforma Agrária na Amazônia. Petrópolis :Vozes,1979.

MATTOS, Carlos Alberto. Jorge Bodanzky O homem com a câmera. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.

SKDIMORE, Thomas. Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SHOHAT, Ella & STAM, Robert. Crítica da imagem eurocêntrica. Trad. Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

Filmografia:

Iracema, uma Transa amazônica. Direção Jorge Bodansky e Orlando Senna: Stopfilms,1974. (85 min) ,cor.

LEGADO DE WOODSTOCK: UM PARALELO ENTRE A FILOSOFIA NATURISTA E OS IDEAIS DOS ANOS 1960

Carolina Weiler Thibes

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF (PPGSD/UFF) e
bolsista Capes

carolinathibes@yahoo.com.br

Introdução

O presente trabalho¹ pretende destacar a importância dos movimentos da contracultura nos anos 1960 e sua repercussão em movimentos que perduram nos dias atuais, em especial na erupção das comunidades alternativas contemporâneas, considerando a ascendência desta década nos costumes, comportamento, ideais, artes, música, mentalidade, política, relacionamentos, enfim, nas formas de vida de toda uma geração. Para tanto, utilizaremos três obras que abordam especificamente a contracultura da década de 1960 e, na tentativa de traçar um paralelo com a atualidade, buscamos em Zigmunt Bauman (2003) um conceito e reflexões sobre as comunidades no mundo atual.

Faremos uso quase que exaustivo de depoimentos e relatos de atores que vivenciaram esta década. O objetivo de tantas descrições é incitar o mergulho naqueles tempos de euforia, insatisfação, desejos, rebeldia e outras tantas sensações que serão lembradas neste texto. E pretende-se, assim, também ressaltar o ineditismo, relevância e fascínio que os anos 1960 carregam. Um pequeno histórico da época introduz a disposição dos acontecimentos, para logo adiante, se mostrar o peso que a década de 60 ainda tem no século XXI e que se identifica na realidade das comunidades alternativas.

¹ Fruto de pesquisa para dissertação de mestrado sob a orientação do professor Dr. Wilson Madeira Filho, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF)

Como todas as grandes comoções causam sobressalto e desconfiança, a década de 1960 obviamente foi alvo de críticas e conjecturações, assim como as comunidades alternativas o são nos dias atuais. Discorreremos sobre este assunto, para em seguida tentar esclarecer os motivos destes receios. Por último, analisamos o conceito de comunidade, o que ela significou para o período retardado e como se mostra atualmente. Finalmente, encerramos com breves considerações sobre o que foi desenvolvido ao longo do trabalho.

O sonho enquanto meta

A contracultura da década de 1960 é constituída por iniciativas sociais e culturais advindas de uma população predominantemente jovem, filhos do chamado “baby boom”, decorrente da euforia dos anos de pós-Segunda Guerra Mundial. Apesar de ser considerado um período de prosperidade e de maior crescimento de toda a história do mundo industrializado², para a maioria dos jovens era um ambiente insatisfatório, autoritário e injusto.

O mundo estava dividido em dois blocos liderados pela União Soviética e pelos Estados Unidos, respectivamente, socialista e capitalista. Era o período da Guerra Fria, em que estas duas superpotências disputavam o controle mundial através de seus gigantescos arsenais nucleares, mas em que, dada a impossibilidade de resolução do confronto pela via tradicional de guerra aberta e direta – os dois blocos tinham o poder de destruir várias vezes a Terra – o poder era disputado através da influência política, econômica e ideológica. Período também da Guerra do Vietnã, quando os Estados Unidos apoiaram o regime anticomunista do Vietnã dos Sul, invadindo e agredindo esta pequena nação subdesenvolvida do Terceiro Mundo.

Inseridos neste contexto de disputa bipolar, cada país vivenciava sua própria realidade nacional. No Brasil, os jovens lutavam contra a ditadura militar, que tornou-se ainda mais severa com o Ato Institucional Número 5, emitido em 1968 pelo regime militar, dando poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendendo várias garantias constitucionais. Na Europa, a “cortina de ferro” que dividia o mundo e o separava em duas realidades antagônicas, não impedia os protestos da juventude, de

²ZAPPA, R.; SOTO, E. 1968: *Eles Só Queriam Mudar o Mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 12

ambos os lados, contra os regimes capitalista e socialista, incapazes de corresponder aos sonhos e esperanças destes jovens ansiosos por mudanças. Na China, a Revolução Cultural Chinesa incitava estudantes e trabalhadores a protestarem contra a burocracia que dominava o Partido Comunista Chinês. Na América Latina, Cuba cortou relações com os Estados Unidos, e entre 1965 e 1967 apoiou movimentos guerrilheiros, sendo executado em 1967, o argentino Ernesto Che Guevara, um dos principais líderes da Revolução Cubana, que tentava estabelecer focos de guerrilha no interior da Bolívia.

Foi uma época em que, segundo Zappa e Soto:

o sonho não era apenas fazer uma reforma ou uma recauchutagem nas opressivas estruturas existentes. O poder da imaginação tinha sido liberado. Os estudantes, que ergueram barricadas no Centro de Paris e nas aléias das bem cuidadas universidades americanas e tomaram as ruas na bela e secular Praga e em muitas outras cidades, queriam uma nova vida. Seus cantos, suas palavras de ordem, suas bandeiras e cartazes não vinham do passado. Representavam o futuro. Contra o centralismo, queriam autogestão. Contra o autoritarismo, propunham assembléias gerais. Rebelião e revolução nunca estiveram tão próximas.³

Jovens do mundo inteiro alimentavam uma revolta generalizada contra o mundo bipolar, os valores sociais ultrapassados, a repressão sexual, as injustiças sociais, os tabus e preconceitos existentes, a Guerra do Vietnã. Desejavam mudança e eram radicais nos seus ideais de liberdade. Tinham um sonho utópico, mas agregador coletivamente. Passa-se a simbolizar, assim, a década de 1960 como período de contestação e de lutas utópicas, que teria deixado como herança o sentimento de que é possível experimentar, arriscar e tentar o novo de forma pacífica, com combatividade, mas sem violência.

Comunidades alternativas e naturismo

As comunidades alternativas têm, em amplo aspecto, como proposta, a vida em comunidades rurais, longe da cultura de consumo e em harmonia com a natureza, tendo a agricultura orgânica como forma de subsistência. Em geral, adotam a fitoterapia (baseada na psicologia, filosofia e hipnose), a defesa ecológica e a educação das no contato com a natureza. Seu princípio é a busca do equilíbrio entre corpo, mente e espírito, baseando-se na teoria holística de que tudo é parte do todo. Sendo assim, crêem

³ ZAPPA; SOTO, op.cit., p. 13

que o homem é parte de um universo solipsista e que devem, portanto, viver em harmonia com ele e saber preservá-lo.

Foram ideais como estes que permearam as transformações da década de 1960. Podemos afirmar que as matrizes ideológicas destas comunidades alternativas contemporâneas remetem aos movimentos libertários dos anos 1960. Desta forma, entendemos as comunidades alternativas do século XXI como um legado destes anseios da juventude de 1960, visto que defendem os seus mesmos ideais e também aspiram por um mundo mais solidário e humanista.

Como exemplo de comunidade alternativa, podemos citar: a Comunidade Alternativa de Morretes – PR, de Campina (Alto do Capão) - BA, de Sabiaguaba – CE, de Lothlorien (Chapada Diamantina) – BA e a de Matutu (Aiuruoca) – MG. São centenas espalhadas por todo o Brasil.

Neste trabalho, trataremos de uma comunidade alternativa específica, a Comunidade Naturista da Praia do Abricó. Esta não é integralmente uma comunidade alternativa, pois seus membros se reúnem apenas nos finais de semana nesta praia para a prática do naturismo, embora tenham este modo de vida como máxima.

A Praia do Abricó é, oficialmente, a única praia naturista da cidade do Rio de Janeiro. Consiste em uma pequena faixa de areia, ao lado da Prainha de Grumari, e por estar dentro da Parque Municipal de Grumari, é área de proteção ambiental (Área de Uso Sustentável). Foi escolhida pelos naturistas do Rio de Janeiro por ser protegida por pedras, incrustada entre as montanhas e o mar, o que permite certa privacidade aos praticantes. E, ao mesmo tempo, possui fácil acesso por estar próxima ao centro urbano.⁴

Entende-se por naturismo

o conjunto de práticas de vida ao ar livre em que é utilizado o nudismo como forma de desenvolvimento da saúde física e mental das pessoas de qualquer idade, através de sua plena integração com a natureza.⁵

⁴ Conforme informações constantes no site www.anabrico.com.br; acesso em 17 de agosto de 2010.

⁵ Projeto de lei n° 1411 de 1996, do Deputado Federal Fernando Gabeira.

Assim, percebemos que o naturismo não pretende ser apenas um momento de lazer em que se despe das roupas, mas uma forma de vida engajada no respeito ao próximo e à natureza.

O movimento naturista tem ganhado força no Brasil, deixando de ser uma ação espontânea de grupos isolados para constituir uma Federação Nacional, vinculada à INF (Federação Internacional do Naturismo). No Brasil, o movimento naturista só se organiza efetivamente a partir da década de 80. No entanto, em 1949 Dora Vivacqua, conhecida na vida artística como Luz Del Fuego, inicia a estruturação do movimento com o Partido Naturalista Brasileiro e com a criação do Clube Naturalista Brasileiro (Ilha do Sol), construindo assim, as bases do “nudismo social”. De 1969 até 1980, há a transformação da Fraternidade Naturista Internacional do Brasil ⁶em Associação Naturista Brasileira, por iniciativa de Paulo Pereira, que alcança representação internacional em 1972 no Congresso Internacional de Naturismo em Koversada, na Iugoslávia, cuja fundação remonta a 1953. E entre 1984 e 2006, o movimento naturista conquista espaços públicos, em especial as Praias do Pinho SC, Abricó RJ e Tambaba PB, ganhando relevo nos noticiários do 10º Congresso Brasileiro de Naturismo, realizado em novembro de 2006, na Praia do Abricó e com a criação da Federação Brasileira de Naturismo.

Os naturistas que frequentam a Praia do Abricó organizaram-se em forma de Associação, fundando a A.N.A. (Associação Naturista do Abricó) em 2003⁷ para melhor gerir o funcionamento da praia e garantir a frequência exclusiva do público naturista. Pesquisando no livro “Woodstock – quarenta anos depois, o festival dia a dia, show a show, contado por quem esteve lá”, de Pete Fornatale, constatamos que a nudez, o estar nu em público, era algo inédito até os anos 60. O Festival de Woodstock, que foi o marco principal da revolução jovem de 1960, ocorrido nos dias 15, 16 e 17 de agosto de 1969, deixa claro que esta era uma atitude desconhecida e evitada até estes jovens contestarem os antigos valores, tabus e preconceitos vigentes na época.

O Festival foi inteiramente filmado e, no ano seguinte, editado e lançado mundialmente. O diretor Michael Wadleigh conta que através do documentário, Woodstock levou sua experiência para uma platéia internacional que conheceu os

⁶ criada em 1960 por Daniel de Brito, contemporâneo de Luz Del Fuego

⁷ Conforme informações constantes no site www.anabrico.com.br; acesso em 19 de agosto de 2010.

artistas e o lado sociológico daqueles três dias de paz e música. E acrescenta que seu objetivo não era apenas fazer um filme sobre música.

A idéia que tive foi ‘O Progresso do Peregrino’ ou ‘Os Contos de Canterbury’, e veio de conversas com pessoas piradas como Wavy Gravy e Allen Ginsberg, que estavam na aldeia Woodstock. Falamos antecipadamente sobre as metáforas e o que o festival poderia significar. Ginsberg e Gravy tinham idéias bem claras sobre uma volta à natureza, uma volta ao jardim, seria uma jornada para longe das cidades, complexas, sujas e problemáticas, um retorno à natureza em estado puro. Falamos dos ‘Contos de Canterbury, onde os peregrinos atravessaram cidades na direção de uma catedral. Que os peregrinos caminhavam e contavam histórias uns para os outros. A idéia de que o palco Woodstock seria uma catedral construída na natureza. Esta se tornou a estrutura do filme. Você tem a história do guardião da taverna, o cara que abre o filme, tem a fábula do chefe de polícia, a história do repórter de televisão, a fábula do fazendeiro local e dos que tomavam banho nus e assim por diante. Eu deliberadamente queria que fosse o mais destacado possível no tempo. Estávamos montando um épico.⁸

Sobre a repercussão do filme, temos o comentário de Larry Johnson, seu diretor de som:

Ah, em Hollywood foi o máximo, a maior agitação. As pessoas ficaram chapadas. Quer dizer, era um filme de quatro horas e oito minutos. Todos ficavam exaustos. Era como estar no evento. Um agito. O público estava esperando. Virou uma marca. Era Woodstock, a marca. Saiu um ano depois. Já estava na mente de todo mundo, estavam esperando por aquilo. O filme tinha um lado cultural... A associação com ele fora do país também foi interessante. **A nudez**, as pessoas fumando maconha, **isso era inédito.**⁹ (grifo nosso)

Vemos desta forma, a importância e êxito do Festival e dos ideais nele contidos. Os hábitos e pensamentos até então solidificados foram rompidos pela geração de 60 transformando antigos dogmas em novas formas de vida. O Festival de Woodstock apenas ampliou a repercussão destes ideais, promovendo sua ascendência mundial. E algumas destas novas concepções e transformações são hoje aplicadas na Comunidade Naturista da Praia do Abricó.

Contracultura, desbunde ou psicodrama?

⁸ FORNATALE, P. *Woodstock, quarenta anos depois: o festival dia a dia, show a show, contado por quem esteve lá*. Rio de Janeiro: Agir, 2009. p. 309

⁹ FORNATALE, Ibid., p. 312

Algumas comunidades alternativas contemporâneas, além de tentarem colocar em prática os ideais alternativos, se adequam ao seu tempo. No caso da Comunidade Naturista da Praia do Abricó, temos a prática do naturismo em plena metrópole, enquanto as comunidades mais tradicionais buscam refugio em lugares mais desertos e tranquilos. Mas a execução deste modo de vida, não compreendido pelos não-naturistas, próximo a um grande centro urbano, mesmo que se efetive apenas nos fins de semana, acarreta conseqüências e desavenças. Apesar da Praia do Abricó ser oficialmente naturista desde setembro de 2003¹⁰ não são raros os achaques policiais e o desrespeito à interdição de entrada ao público não-naturista (vestidos). A A.N.A. (Associação Naturista do Abricó) se faz presente na praia todos os fins de semana na tentativa de promover a segurança de seus freqüentadores e assegurar a efetivação do Código de Ética Naturista.

O Código de Ética Naturista, aprovado pela Federação Brasileira de Naturismo, reflete e reforça práticas que visam garantir o bem-estar comum dos naturistas. Contrastando com a atitude naturista (de estar nu) aparentemente liberal, alguns comportamento e atitudes são coibidos e para tanto estão positivados no Código de Ética. Assim, é considerado falta grave, dentre outros: ter comportamento sexualmente ostensivo e/ou praticar atos de caráter sexual ou obscenos nas áreas públicas; concorrer para a discórdia por intermédio de propostas inconvenientes com conotação sexual; portar ou utilizar drogas tóxicas ilegais; causar dano à imagem pública do Naturismo ou das áreas naturistas; portar-se de forma desrespeitosa ou discriminatória perante outros naturistas ou visitantes; fotografar, gravar ou filmar outros naturistas sem a permissão dos mesmos; deixar lixo em locais inadequados; provocar danos à fauna e à flora ou à imagem do Naturismo; satisfazer necessidades fisiológicas em áreas impróprias, ou exceder-se na ingestão de bebidas alcoólicas, causando constrangimento a outros naturistas; utilizar assentos de uso comum sem a devida proteção higiênica.

São basicamente estes preceitos que os naturistas do Abricó procuram assegurar quando frequentam a praia. O naturismo se mostra como um movimento dissociado da simples nudez, para se juntar a conceitos que enlaçam a nudez à noção de puro, natural, de melhor contato com a natureza, mas, como foi dito, este hábito muitas vezes é visto de

¹⁰ Conforme informações constantes no site www.anabrico.com.br; acesso em 19 de agosto de 2010.

maneira divergente e preconceituosa pelos não-praticantes. O mesmo juízo desdenhoso foi feito por alguns na década de 60 com os movimentos alternativos que surgiram e que tentavam se afirmar. O historiador Eric Hobsbawm faz um relato da indiferença com que seus colegas intelectuais tratavam aqueles acontecimentos.

Certamente nada me chocou mais na época do que a reunião à qual eu e diversos outros visitantes marxistas do convésco da UNESCO fomos convidados [...] na qual seriam debatidos temas de interpretação marxista enquanto os estudantes marchavam. **Ninguém parecia tomar conhecimento do que ocorria lá fora.** Causei alguns momentos de embaraço ao dizer isso. Perguntei se nada tínhamos a dizer sobre o que estava acontecendo nas mesmas ruas em que havíamos passado a caminho da reunião. Não podíamos pelo menos declarar nosso apoio geral? E agora, 34 anos mais tarde, infelizmente não recorro se aqueles que sentiam o mesmo e eu conseguimos envergonhar suficientemente os participantes da reunião para fazê-los emitir tal declaração. Parece-me improvável.¹¹ (grifo nosso)

Em sentido contrário, o filósofo e sociólogo Raymond Aron, observador expressamente não simpatizante daquele movimento jovem, conclui que:

eles não tinham objetivo algum: 1968 deveria ser entendido como um teatro de rua, um 'psicodrama' ou 'delírio verbal', porque era simplesmente uma colossal libertação de sentimentos reprimidos.¹²

As iniciativas contrárias ao que já está estabelecido e solidificado são geralmente entendidas como maléficas e destrutivas, e julgadas através de um olhar já construído do que é correto e equilibrado.

Quando se propõe o novo e evidencia-se o desejo de transformação, a primeira reação é de crítica e desacordo. Assim, observamos também comentários mais incisivos sobre aqueles acontecimentos revolucionários de 60. Ainda remetendo ao livro sobre Woodstock, temos a crítica da americana, romancista e dramaturga Ayn Rand, que comparou o bem-sucedido vôo da Apollo 11 à Woodstock, que aconteceram com apenas um mês de diferença, para colocar o primeiro nas alturas e arrasar sem misericórdia o segundo.

No meu artigo 'Apollo 11' discuti o significado e a grandeza do pouso na Lua... Ninguém pode duvidar que vimos uma conquista do homem na sua capacidade de ser racional – uma conquista da razão, da lógica, da matemática, da total dedicação ao absolutismo da realidade. Por outro lado, os

¹¹ HOBSBAWM, E. *Tempos Interessantes: Uma Vida no século XX*. Trad. S. Duarte. Porto: Campo das Letras, 2005. p. 275

¹² HOBSBAWM, *Ibid.*, p.278

hippies são uma demonstração viva do que significa desistir da razão e confiar nos primitivos ‘intintos’, ‘impulsos’, ‘intuições’ – e caprichos. Com tais ferramentas, eles são incapazes até de agarrar o que precisam para satisfazer seus desejos – por exemplo, o desejo de ter um festival.¹³

No entender de Ayn Rand, que traz consigo costumes e tradições bem definidos, aquelas rebeldia era injustificável. Para que defender a emoção, o dionisíaco, se são a prudência e a razão as causas dos avanços e sucessos?

Uma das possíveis respostas para esta incapacidade de entendimento é o “gap” de geração, que Regina Zappa e Ernesto Soto consideram como um efeito da explosão demográfica dos anos 1960, que afetou a educação e a maneira de pensar e agir daqueles jovens. Segundo os autores:

(...) a Europa passou a ter mais jovens, de todas as classes sociais, concluindo o ensino médio, enquanto na década anterior a maior parte deixava a escola depois de apenas alguns anos no ensino fundamental. O fenômeno implicou mudanças sociais inquietantes: quanto mais os jovens avançavam na escolaridade e obtinham treinamento profissional e até empregos, mais se ampliava a distância entre eles e seus pais¹⁴

Pensamentos distintos tornam o choque inevitável. Enquanto os jovens se rebelavam contra as tradições e propostas da geração anterior, esta se mantinha inerte, sem compreender a causa daquela agitação, ou, como no caso da romancista americana, se mostravam indignados, publicando o seu desagrado com aqueles “caprichos” [sic].

Assim como havia embate entre gerações, há atualmente resistência dos não adeptos da filosofia naturista à frequência e ocupação destes na Praia do Abricó. Os jovens da década de 1960 não foram compreendidos pela geração anterior. O naturismo, mostrando-se como movimento de vanguarda, também é visto com desconfiança e entendido como audácia pelos que não conjugam desta prática. O Festival de Woodstock, inicialmente foi desqualificado pela imprensa e pela população em geral. Mesmo seus organizadores não preveram tamanho interesse dos jovens por aquele evento.

Para se chegar a reconhecer o Festival de Woodstock como um grande evento, foi necessário a mobilização de milhares de jovens. Os naturistas brasileiros, mais especificamente, os naturistas cariocas, ainda não conseguiram se organizar para agrupar um número suficiente de praticantes em prol da notoriedade e do respeito que

¹³ FORNATALE, Ibid., p. 14

¹⁴ ZAPPA e SOTO, Ibid., p. 31

reivindicam. Os jovens dos anos 60 tampouco se agruparam por uma causa em comum. O que havia era uma revolta generalizada contra os valores ultrapassados e a busca pelo amor livre e a não-violência, que por ser um sentimento que abarcava jovens do mundo inteiro, tomou esta gigantesca proporção. Segundo Hobsbawm, o que houve foi a politização do desejo, que antes era vivido privadamente e que nos anos 60 inundou a esfera pública.

Neste início do século XXI, talvez tenha havido uma mudança de orientação geracional. O mundo teria se tornado mais egoísta, com o predomínio dos anseios privados. É provável que nos tempos atuais seja ainda mais difícil e arriscada a união em prol de uma causa em comum, ainda mais se a causa a ser defendida estiver fora dos padrões já estabelecidos, como é o caso da filosofia naturista. Não se pretende neste trabalho, enaltecer nem defender a prática naturista, mas mostrar que movimentos pioneiros e de quebra de paradigmas são geralmente incompreendidos ou rejeitados, como ocorreu com o movimento jovem da década de 60. Citando uma vez mais Hobsbawm: “Se você se lembra de alguma coisa da década de 60 é porque não participou dela.”¹⁵ Talvez os não adeptos do naturismo devam tentar compreender este princípio de vida, para não passarem pela contemporaneidade sem atinar para uma maneira diferente de desfrutar da vida e de lidar com o mundo e a natureza.

Acidentes cósmicos

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2003) é pessimista quanto ao agrupamento de pessoas, entusiasta de um mesmo princípio, no mundo atual. Bauman entende que os indivíduos se reúnem em comunidades na busca de segurança e do sentimento de pertencimento, “*num mundo em que tudo se move e se desloca, em que nada é certo.*”

Sob este aspecto, podemos entender a Comunidade Naturista da Praia do Abricó como uma tentativa de organização para uma prática em que acreditam e que gera o sentimento de fazer parte de um movimento com uma finalidade em comum. Bauman, no entanto, é sectário em sua visão sobre a comunidade. Ele afirma que

¹⁵ HOBSBAWN, Ibid., p. 280

todos os que podem, fugiram da comunidade, pois nela há a idéia de obrigação fraterna, de partilhar as vantagens entre seus membros, independente do talento ou da importância deles. Esse traço faz do comunitarismo uma filosofia dos fracos. Os fracos seriam os indivíduos incapazes de praticar a individualidade de fato, e nesse pensamento, só o mérito deve ser premiado. Quem não tem uma capacidade especial é condenado a uma vida de submissão. Enquanto essa visão do mundo for mantida e considerada cânone da virtude, o princípio comunitário de compartilhamento não pode ser aceito.¹⁶

A filosofia naturista, ao contrário de Bauman, entende o dever fraterno como mérito e o sentimento de igualdade, o que se deve buscar. A sensação de fazer parte de um grupo com uma ideologia que para muitos significa perversão e “sem vergonhice”, mas que entre os naturistas é compreendida como intrínseca ao ser humano, traz conforto e acalento. É o que constatamos no relato de Edson Medeiros, no livro “Corpos Nus – Verdade Natural” de Paulo Pereira:

Jamais imaginaria a importância que aquele lugar, e as pessoas que lá conheci, teriam em minha vida. Um horizonte todo se descortinou; aquilo que era praticado quase que como uma transgressão, nos fundos de quintas ou em praia deserta, passou a ser público, compartilhado por uma comunidade, cúmplice deste ideal libertário.¹⁷

O Festival de Woodstock se mostrou, na década de 60, também como um lugar acolhedor e fraternal. A filosofia de vida da juventude dos anos 60, por ter servido de base para o atual movimento naturista, compartilhava destes mesmos princípios. A evidência de que os ideais destes jovens convergiam se deu neste Festival, que inicialmente foi organizado para 75 mil pessoas e que, no terceiro dia, já contabilizava meio milhão de pessoas.

Segundo o relato da famosa crítica de rock dos anos 1960 e 1970, Ellen Sander:

O ano anterior tinha sido muito tumultuado, com muita violência no país e muitos distúrbios. Havia um grande descontentamento no ar, e ele acabou achando um lar em Woodstock. Acho que os assassinatos de Martin Luther King e Robert Kennedy e os distúrbios na Convenção Nacional Democrata criaram o clima e as condições para algo assim. **Nós, boomers, crescemos em circunstâncias únicas e fomos atingidos por um monte de coisas que não atingiram as gerações anteriores.** [...] Na época, a gente sentiu que era uma espécie de destino, que seria um caminho para o futuro – de cooperação pacífica, espírito de comunidade, tribalismo, essas coisas.¹⁸ (grifo meu)

¹⁶ BAUMAN, Z. Comunidade: A Busca por Segurança no Mundo Atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.56

¹⁷ PEREIRA, P. Corpos Nus: Verdade Natural. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2006, p. 221

¹⁸ Apud FORNATALE, Ibid., p.65

Analisando uma segunda opinião sobre este período, temos o depoimento de Stan Schnier, baixista que trabalhou com os grupos “Country Joe and The Fish” e “Incredible String Band” e que esteve no Festival de Woodstock.

(...) eu vim de uma cultura onde nossos pais eram da Segunda Guerra Mundial, todos lutaram a boa guerra, uma guerra justificável. A idéia de o país ir à guerra era positiva na mente deles. Os mais velhos não questionavam, só os jovens. É fascinante, não há nada parecido na historia moderna. Então a música era apenas reflexo disso. Ela não veio primeiro, foi como um efeito posterior. O que um bando de jovens assustados fazem se vivem num ambiente em que seus pais não os compreendem? Para mim tudo que aconteceu desde então é uma espécie de versão teatral maquiada daquilo.¹⁹

Esta geração sentia-se especial e capaz de grandes transformações. Juntos catalisaram o desejo de liberdade, que no Festival de Woodstock, unidos pelo lema “paz e amor” e pelo entusiasmo pelo o rock’n’roll, encontrou seu apogeu.

Richie Havens, o primeiro cantor a se apresentar no Festival, complementa, por fim, o seu significado:

Eu tenho explicado Woodstock sob a perspectiva da infra-estrutura. Por que tanta gente foi lá? Não foi apenas música. Nem apenas sexo, drogas e rock’n’roll como a mídia gosta de dizer. Eu falo que o que aconteceu em Woodstock foi que todos estiveram lá por causa dos problemas comuns que tínhamos, questões dos anos 50 com os quais tivemos que lidar nos anos 60, uma temática ampla que ia dos direitos das mulheres à Guerra do Vietnã passando pelos direitos civis. Como consequência, o que aconteceu foi o que chamo de ‘acidente cósmico’. Ninguém sabia que 850 mil pessoas iam aparecer. No que diz respeito à música, mais da metade das pessoas no palco jamais havia visto algo parecido. E isso foi a mágica de tudo.²⁰

O que se viu nestes três dias de muita chuva, lama, desconforto, cansaço, paz, amor e música, foram gestos de generosidade, comunhão, harmonia e o desejo em comum por liberdade e justiça social. Apesar da total falta de infra-estrutura, engarrafamentos e dificuldade de acesso, o que pairava neste microcosmo era os ideais de pacifismo, de cooperação, do espírito de comunidade. As regras e leis tinham ficado do lado de fora dos portões daquela imensa fazenda. Fazer parte daquele movimento era uma forma de contribuir para o rompimento das tradições e da quebra geracional.

O sentimento de comunidade no movimento naturista também é enfatizado pelo resgate do homem puro, livre de pecados, que propiciaria uma convivência pacífica e solidária. Os naturistas acreditam que ao se despir das roupas, despem-se também os

¹⁹ Apud FORNATALE, Ibid., p.66

²⁰ FORNATALE, Ibid., p.40

preconceitos e artificialismos, retomando uma pretensa ingenuidade perdida que propiciava a comunhão entre os homens.

Bauman uma vez mais afirma que este sentimento de irmandade típico da comunidade, não existe. Para ele:

comunidade é um tipo de mundo que não está, lamentavelmente, ao nosso alcance – mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir. [...] Podemos acrescentar que ela sempre esteve no futuro. Comunidade é nos dias de hoje outro nome do paraíso perdido – mas a que esperamos ansiosamente retornar, e assim buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá.²¹

Os naturistas não apenas acreditam como buscam, como ideal de vida, este éden esquecido, que existiu durante os três dias que durou o Festival de Woodstock.

Considerações Finais

A juventude foi protagonista na década de 1960 e responsável pela condução das transformações dos ideais culturais, políticos e sociais até então vigentes. Suas reivindicações não foram totalmente acatadas, mas anteciparam valores, abriram caminho para uma nova linha de pensamento crítico e conseguiram deixar algumas sementes. Uma delas germinou na Praia do Abricó. Seus frequentadores naturistas têm buscado colocar em prática seu modo de vida alternativo naquele espaço, mas também encontram resistência.

Os “anos rebeldes” foram fundamentais para a valorização do indivíduo e a conseqüente valorização da subjetividade. Foi aberto o espaço para a arte, a cultura, a sexualidade, a mulher. Nas palavras de Alcione Araujo: “Há um espaço para todos, que não havia antes. Daí vêm os movimentos pelo meio ambiente, as Organizações Não-Governamentais. O florescimento das margens é o grande legado.”²² Desta forma, temos o movimento naturista como um exemplo da herança deixada pelos jovens dos anos 60. É o “novo”, o “marginal” procurando o seu espaço, tentando o rompimento do que está estabelecido, causando polêmica. A geração que procurava constantemente alternativas para quase todos os aspectos da vida, da família, da Igreja e do Estado, mostrou que esta busca é possível.

²¹ BAUMAN, Ibid., p.9

²² ZAPPA e SOTO, Ibid., 138

Organizando-se através da A.N.A., os naturistas da Praia do Abricó tentam fortalecer o movimento, que teve o seu embrião na comunidade de Woodstock. Procuram, desta maneira, retomar o sentido da harmonia, da solidariedade e do respeito ao próximo, enfatizando o vínculo com a natureza e entendendo o nu como estado original do ser humano. Os jovens dos anos 1960 se despiram de antigos tabus e crenças e os naturistas contemporâneos acreditam que despindo-se das roupas, despem-se também os preconceitos. Entendem o nu como o natural não construído, intocado pela atividade humana, ou como uma totalidade que integraria o ser humano no conjunto da natureza.

A liberdade sexual, que nos anos 1960 já tinha a contribuição da ciência com a pílula, abriu espaço para o direito sobre o próprio corpo, que é uma das reivindicações do movimento naturista. A filosofia naturista é apenas um dos ideais defendidos por aqueles jovens, mas que ainda não conseguiu dissipar os preconceitos que este movimento angaria e que, neste início de século, relembra e reivindica as conquistas desta geração revolucionária.

Referências

BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: A Busca por Segurança no Mundo Atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

FORNATALE, Pete. *Woodstock, quarenta anos depois: o festival dia a dia, show a show, contado por quem esteve lá*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

HOBBSAWM, Eric. *Tempos Interessantes: Uma Vida no século XX*. Trad. S. Duarte. Porto: Campo das Letras, 2005.

PEREIRA, Paulo. *Corpos Nus: Verdade Natural*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2006.

PROJETO DE LEI nº 1411 de 1996, do Deputado Federal Fernando Gabeira.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *1968: Eles Só Queriam Mudar o Mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

Sites:

www.anabricao.com.br. Acesso em 20/08/2012.

www.fbrn.com.br. Acesso em 20/08/2012.

www.googledocs.com Acesso em 20/08/2012.

Anexo 1

Código de Ética Naturista

Estas normas foram aprovadas pela FBrN (Federação Brasileira de Naturismo) na Assembléia Geral Extraordinária número 3 (três) realizada em 7 de dezembro de 1996, no Sítio Ibatiporã, em Porto Feliz/SP.

I - FALTA GRAVE:

As condutas abaixo relacionadas, com grau de intensidade examinado pelos Conselhos Deliberativos dos Clubes, em primeira instância, e pelo Conselho Maior da FBrN, em segunda e última instância, são motivos para expulsão de seus agentes dos quadros sociais e das áreas naturistas regidas pelas entidades filiadas à FBrN.

- I.1. - Ter comportamento sexualmente ostensivo e/ou praticar atos de caráter sexual ou obscenos nas áreas públicas.
- I.2. - Praticar violência física como meio de agressão a outrem.
- I.3. - Utilizar meios fraudulentos para obter vantagem para si ou para terceiros.
- I.4. - Portar ou utilizar drogas tóxicas ilegais.
- I.5. - Causar dano à imagem pública do Naturismo ou das áreas naturistas.

II - COMPORTAMENTO INADEQUADO:

As condutas abaixo relacionadas, com grau de intensidade e reincidência examinadas pelos Conselhos na forma referida no Item I, constituem motivos para advertência, suspensão e expulsão dos seus agentes dos quadros sociais e das áreas regidas pelas entidades filiadas à FBrN.

- II.1 - Concorrer para a discórdia por intermédio de propostas inconvenientes com conotação sexual.
- II.2 - Fotografar, gravar ou filmar outros naturistas, sem a permissão dos mesmos.
- II.3 - Utilizar aparelhos sonoros em volume que possa interferir na tranqüilidade alheia, e ou desrespeitar os horários de silêncio regulamentados.
- II.4 - Causar constrangimento pela prática de atitudes inadequadas.

II.5 - Portar-se de forma desrespeitosa ou discriminatória perante outros naturistas ou visitantes.

II.6 - Deixar lixo em locais inadequados.

II.7 - Provocar danos à Flora e à Fauna, ou à imagem do Naturismo.

II.8 - Satisfazer necessidades fisiológicas em áreas impróprias, ou exceder-se na ingestão de bebidas alcoólicas, causando constrangimento a outros naturistas.

II.9 - Utilizar assentos de uso comum sem a devida proteção higiênica.

II.10 - Apresentar-se vestido em locais e horários exclusivos de nudismo, sendo tolerado às mulheres o topless, durante o período menstrual.

Fonte: www.fbrn.com.br Acesso em 20.08.2012.

Anexo 2

Passo a passo até a praia do Abricó



Mapa que indica a localização da Praia do Abricó

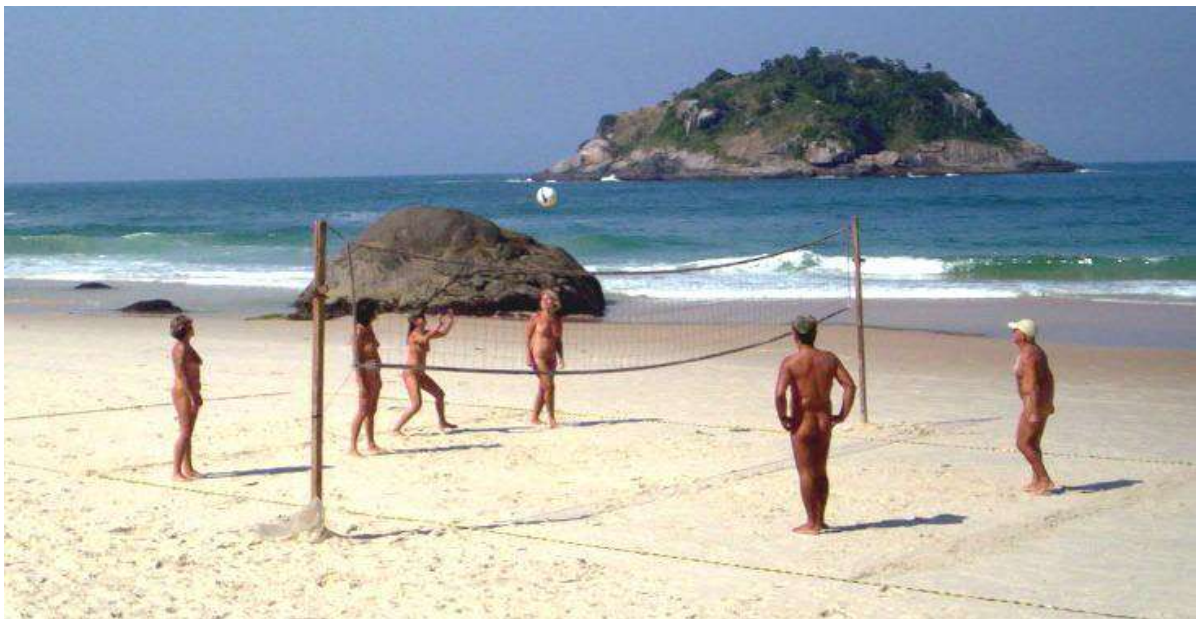
Fonte: www.googlemaps.com



Bandeira da Associação hasteada na praia da Reserva. Ali os nus conviviam com os vestidos.
Foto de Pedro Ribeiro.



Placa providenciada pela ANA com informes do Código de Ética Naturista
Foto de Carolina Thibes, em 24 de junho de 2011 e em 29 de julho de 2012



Jogo de vôlei na praia do Abricó. Fonte: www.jornalohonu.com. Acesso em 10 de julho de 2012.



Chegando à praia, a última placa reiterando alguns informes.
Foto de Carolina Thibes, em 24 de junho de 2011



Praia do Abricó num domingo no início da manhã, por volta de 09 horas
Foto de Carolina Thibes, em 24 de junho de 2011

MULTICULTURALIDADE NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA (RONDÔNIA): UMA LEITURA DAS REALIDADES PLURAIS

Zuila Guimarães Cova dos Santos

Professora da Universidade Federal de Rondônia-UNIR.

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná-UFPR

zuilagc@gmail.com

RESUMO

A multiculturalidade presente no espaço escolar é uma temática que vem sendo abordada e estudada por pesquisadores das diferentes áreas das ciências humanas e sociais. Este artigo apresenta reflexões acerca das realidades multiculturais presentes na fronteira de Guajará-Mirim (Rondônia) e Guayaramerim (Bolívia). Tem como base o projeto de extensão *Planejamento, Cultura e Diversidade na Fronteira Brasil-Bolívia* realizado no período de agosto a dezembro de 2012. O projeto envolveu 18 acadêmicos dos cursos de Pedagogia, Letras e Gestão Ambiental, uma técnica e uma professora, todos vinculados ao Campus de Guajará-Mirim da Universidade Federal de Rondônia e dois professores da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia. O objetivo principal foi o de conhecer o espaço público escolar boliviano a partir das diretrizes legais vigentes, propostas pedagógicas, as práticas de inclusão e os valores culturais que sustentam estas práticas. A Bolívia é um país que não tem uma língua materna, ou seja, é um estado plurilíngüe e propõe um sistema educativo plurinacional que respeite a diversidade dos povos indígenas camponeses, as comunidades interculturais e afrobolivianas. O aporte teórico foi fundamentado nas idéias CAVALCANTI (1998) e PETCHENIK (1995) sobre Mapas Mentais, nos estudos de KOZEL (2004) sobre Espaço e Representações; nos estudos de MACHADO (1998) sobre fronteiras como espaço dinâmico de constante recriações; nos estudos de FORQUIN (1993) sobre Cultura Escolar; nos estudos de MaCLAREN (2000) sobre Multiculturalismo e nos estudos da lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil – Lei 9394/ 96 e da Ley de La Educación Boliviana – Avelino Siñani –Elizardo Pérez nº070. Os resultados apontam a importância da pesquisa e

da extensão na formação acadêmica, pois é na prática que o pesquisador questiona a teoria e os discursos construídos em sala de aula, percebe a realidade e constrói categorias mentais para analisar a situação vivenciada e assim atingir um potencial cognitivo. Destaca-se o desdobramento da ação de extensão a partir da produção de alguns acadêmicos na participação em seminários locais com a análise dos dados da pesquisa das escolas bolivianas. Salienta-se a importância do conhecimento adquirido pelos acadêmicos e futuros profissionais que estarão mediando ações com os imigrantes de um espaço plurinacional que vive fortes conflitos políticos, sociais e econômicos. E, por fim, apresenta-se o interesse dos professores bolivianos em estreitarem relações com o Campus de Guajará-Mirim da UNIR para participarem de estudos e encontros de formação, pois as políticas públicas de formação na Bolívia não atingem todas as instituições de ensino e, na maioria das vezes, os professores para se capacitarem precisam assumir financeiramente o processo de formação.

Palavras-chave: Fronteira, multiculturalismo e espaço escolar.

ABSTRACT

Multiculturalism in school this is a topic that has been discussed and studied by researchers from different fields of humanities and social sciences. This article presents reflections on the present multicultural realities of the border Guajará-Mirim (Rondônia) and Guayaramerim (Bolivia). It is based on the extension project Planning, Culture and Diversity in the Brazil-Bolivia conducted from August to December 2012. The project involved 18 students of Pedagogy, Literature and Environmental Management, a technique and a teacher, all linked to the Campus Guajará-Mirim, Federal University of Rondonia and two professors from the Department of Education of the State of Rondônia. The main objective was to meet the public space from the school Bolivian legal guidelines in force, pedagogical, inclusion practices and cultural values that underpin these practices. Bolivia is a country that does not have a mother tongue, ie a state is multilingual and multinational proposes an educational system that respects the diversity of indigenous campesinos, cultural communities and afrobolivianas. The theoretical framework was based on the ideas CAVALCANTI (1998) and PETCHENIK (1995) on Mind Maps in studies Kozel (2004) on Space and Representations; studies AX (1998) on borders as dynamic space of constant recreations; studies of Forquin (1993) on Culture School; studies MacLaren (2000) on Multiculturalism and studies the law of Directives and Bases of Education of Brazil - Law 9394/96 and the Ley de La Educación

Boliviana - Avelino Sinani-Elizardo Pérez No. 070 . The results indicate the importance of research and extension in academia, it is in practice that the researcher questions the theory and discourse constructed in the classroom, perceives reality and builds mental categories to analyze the situation experienced and reach potential cognitive. Noteworthy is the extension of the action unfolding from the production of some academics in participating in local workshops with the analysis of the survey data Bolivian schools. Stresses the importance of the knowledge acquired by the students and future professionals who will be mediating the actions of immigrants living space multinational strong political conflicts, social and economic. And, finally, shows the interest of the teachers of closer relations with Bolivia in the Campus Guajará-Mirim's UNITE to participate in studies and training meetings, for public policy formation in Bolivia do not reach all educational institutions and , most of the time, teachers need to take to financially empower the training process.

Keywords: Border, multiculturalism and school space.

INTRODUÇÃO

O cenário dos espaços escolares tem sofrido grandes alterações desde os fins do século XVIII, quando começaram a surgir, por toda a Europa, pequenas escolas para retirar da rua crianças filhas das classes trabalhadoras que eram obrigadas a abandonar os filhos enquanto trabalhavam. A escola, que tinha sido criada apenas para elites, foi, lentamente, abrindo as portas para clientelas sociais diversas que modificaram o mundo *vivido da escola* a partir dos diferentes modelos culturais que por ali circulavam.

As práticas migratórias promoveram uma progressiva multiculturalidade da sociedade, a escola passou a confrontar-se com uma realidade dos currículos etnocêntricos e monoculturais que a caracterizavam. Somado a estas questões aparecem aos ideais democráticos que passaram a orientar muitas das políticas educativas. Nesse processo, foi instituído o discurso de “uma escola para todos” e, paralelamente, surge a necessidade de se repensar o currículo escolar oferecido aos diferentes alunos que passaram a fazer parte da escola.

Nas cidades fronteiriças e cidades que englobam comunidades indígenas, como é o caso do município de Guajará-Mirim, a diversidade cultural presente no espaço escolar é intensa.

Nas escolas do município circulam alunos com valores culturais, percepções e atitudes bem diferentes a exemplo dos índios, dos bolivianos e dos afrodescendentes. Esta é uma realidade muitas vezes desconhecidos por boa parte dos profissionais que ali trabalham. Os diferentes podem passar despercebidos para algumas pessoas. No entanto, para outras, podem ser repugnados, fato que contribui com os processos de evasão escolar e de exclusão social.

Conhecer culturas diferentes entendendo o seu dinamismo e organização é uma necessidade da formação pedagógica do professor da fronteira. Ele é o sujeito mediador do espaço vivido da sala de aula e precisa tentar envolver no processo de ensino e aprendizagem os alunos que possuem identidades culturais distintas. Nesse sentido, o artigo ora apresentado propõe uma reflexão acerca do espaço escolar boliviano a partir das características e interações percebidas através da investigação empírica realizadas em seis unidades de ensino da fronteira boliviana.

O universo multicultural boliviano é uma realidade desconhecida por uma grande parte dos professores que vivem e trabalham na fronteira de Guajará-Mirim (Rondônia). Para a maioria, a diferença da língua é uma questão que pode ser remediada a partir do uso doportunhol. Esta é uma postura que demonstra uma visão romântica dos professores frente à complexa rede cultural dos migrantes bolivianos que estão incluídos legalmente nas escolas brasileiras. Não basta apenas identificar e regularizar o aluno boliviano, mas também, encontrar maneiras de integrá-lo ao processo de ensino sem marginalizá-lo culturalmente a partir de um currículo nacional que pouco contribui para educação fronteiriça. Para isso, faz-se necessário compreender um pouco da história, da política e do modo de vida do povo boliviano.

1. A Fronteira

Atualmente a palavra fronteira não esta apenas ligada a questão do limite geográfico, mas também é usada articulando questões de ordem cultural, epistemológica, digital, psicologia, entre outras. Nesse sentido, entende-se que o conceito de fronteira pode ser ressignificado a partir do olhar humano sob os aspectos de uma realidade em um determinado tempo.

O termo fronteira deriva do Latim *fronteria* ou *frontaria* e significa parte do território situado em frente ou nas margens. No dicionário Caldas Aulete da Língua Portuguesa (2008), fronteira é definida como uma linha divisória entre território ou países; divisa, limite.

A fronteira é aqui entendida a partir dos estudos de Lia Osório Machado que atribui ao limite às características de linearidade e ruptura. Para ela a institucionalidade estatal da fronteira deve ser preservada sem negar o seu caráter dinâmico e criativo. É o fluxo dinâmico da fronteira que possibilita intercâmbios de idéias, pessoa, mercadorias entre outras coisas. Silveira (2005) considera que as fronteiras culturais e as fronteiras políticas, são formas simbólicas complexas de manifestação do fenômeno humano. Para existir à diferença é necessário que existam margens, os limites que separam o eu do outro possibilitando a proximidade a distância ao mesmo tempo, possibilitando novos conhecimentos e a abertura de um diálogo. Mas, nem sempre isso é possível, pois depende de como cada um vê o outro e, quando existe muita diversidade, está situação pode causar medo, insegurança e distanciamento.

1.1 As Realidades Plurais da Fronteira



Imagem 1- Fronteira Guajará-Mirim(Brasil) Guayaramerim (Bolívia)

Fonte: www.google.com.br

O município de **Guajará-Mirim**, no Estado de Rondônia – Brasil é o segundo município mais antigo do estado e passou por todas as etapas de colonização que marcaram a ocupação do estado de Rondônia. Até o início do século XIX, “Guajará-Mirim era apenas uma indicação geográfica para designar o ponto brasileiro à povoação boliviana de

Guayaramerin” (Vítor Hugo – “Os Desbravadores”). Naquela época, a povoação era conhecida como Esperidião Marques. Em 17 de novembro de 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis com a Bolívia, o Brasil se comprometia a construir uma estrada de ferro, ligando os portos de Santo Antônio do Rio Madeira, em Porto Velho, ao de Guajará-Mirim, no Rio Mamoré, destinada ao escoamento dos produtos bolivianos. Os direitos sobre tarifas seriam recíprocos e a localidade foi se tornando conhecida no país com repercussão no exterior.

Em 26 de junho de 1922, através da Resolução nº 879, o Presidente da Província de Mato Grosso transformou a povoação de Espiridião Marques em Distrito de Paz do município de Santo Antônio do Rio Madeira. Quatro anos mais tarde, em 12 de julho de 1926, a povoação foi elevada à categoria de cidade, por ato assinado também pelo então Presidente da Província de Mato Grosso, Mário Corrêa da Costa. Em 12 de julho de 1928, pela Lei nº 991, assinada pela mesma autoridade, o Distrito foi elevado à categoria de município e comarca com área desmembrada do município de Santo Antônio do Rio Madeira, tomando o nome de Guajará-Mirim, já usualmente designado pela população. O município foi oficialmente instalado em 10 de abril de 1929. Em 13 de setembro de 1943, pelos Decretos Lei nº 5.812, o município de Guajará-Mirim passou a fazer parte integrante do Território Federal do Guaporé, criado nessa data. No dia 21 de setembro do mesmo ano, pelo Decreto Lei nº 5.839, a sua área territorial, somada a uma parte da área territorial do município de Mato Grosso-MT (ex-Vila Bela da Santíssima Trindade), passou a compor o novo município de Guajará-Mirim. Esta composição territorial e sua confirmação definitiva como parte integrante do Território Federal do Guaporé se deu em 31 de maio de 1944 através do Decreto-Lei nº 6.550. Por intermédio do Decreto Lei, nº 7.470, de 17 de abril de 1945, o município de Guajará-Mirim e o município de Porto Velho passaram a fazer parte como os dois únicos municípios da divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Guaporé, hoje estado de Rondônia.

A cidade de **Guayaramerin** pertencente ao Departamento de Beni – Bolívia foi fundada pelos pioneiros da borracha no ano de 1892. No período de 1905 a 1915 foi chamada de Puerto Sucre e posteriormente recebeu o nome atual. Guayaramerin, Riberalta e Cachuela Esperanza são cidades bolivianas que e possuem mais de um século de existência e desenvolveram a partir da produção da borracha e castanha, Os primeiros habitantes migraram do interior da Bolívia para trabalharem nos seringais próximos a fronteira. Naquela época tinham esperança que a ferrovia Madeira-Mamoré cruzasse o rio Mamoré para escoar a

borracha produzida naquele país. No entanto o projeto ferroviário de ligação entre os dois países não foi concretizado a ferrovia permaneceu apenas em solo brasileiro.

Atualmente a fronteira vivencia um fluxo comercial diário de produtos importados comercializados pelos turistas que chegam ao município de diversas partes do interior do estado de Rondônia e também, de outros estado brasileiros. Há também, o fluxo de trabalhadores e alunos que diariamente cruzam a fronteira para realizarem suas atividades diárias no país vizinho.

O atendimento na área médica, exames e pequenas cirurgias oferecidas por especialistas bolivianos e cubanos vêm despertando cada vez mais o interesse dos brasileiros. Guajará-Mirim, recebe semanalmente mais de cinquenta ônibus de turistas, alguns destes ônibus são fretados por pessoas que vem em busca de um atendimento barato ou até mesmo gratuito.



Imagem 2



Imagem 3

Brasileiros chegando ao porto fluvial Guayaramerim (Bolívia)
 Fonte: A autora (2011)

As escolas do município de Guajará-Mirim recebem um percentual significativo de alunos bolivianos que pertencem a grupos indígenas de origem campesina, de comunidades interculturais ou de comunidades afrobolivianas. Estes alunos apresentando uma diversidade cultural intensa que se apresenta principalmente pela variação lingüística, o que torna a Bolívia um território Plurinacional onde não se reconhece uma língua materna definida, mas a existência de várias línguas indígenas e do Castellano. Outro grupo presente em nossas escolas é constituído de alunos índios, eles deixam a formação bilíngüe oferecida nas aldeias em virtude da migração da família para a cidade. De acordo com pesquisadores Rondônia a maior parte das famílias indígenas do estado pertence ao Povo Tupi, outras pertencem ao

Tchapacura e Jabuti. O Município de Guajará-Mirim abrange 6 áreas indígenas pertencentes a 10 povos com diferentes etnias e tradições culturais.

No espaço público escolar da fronteira as relações multiculturais resultantes dos processos migratórios estão presentes. A língua, a religião, os costumes e as práticas de cada grupo demarcam as fronteiras culturais constituídas de valores simbólicos e de identidade. Entende-se que estas fronteiras não podem ser concebidas como um ponto de encontro passivo, onde as diferenças são respeitadas. Mas, como pontos de conflito onde interesses, saberes e poderes fazem parte do movimento dialético que contribui para a organização sistemática do espaço escolar.

Alguns migrantes conseguiram interagir com o povo local e, conseqüentemente, com a cultura da região, assimilando-a e adaptando-a ao seu convívio. Há, portanto, um processo de aculturação, onde o indivíduo para ser aceito pelo novo grupo de pessoas com cultura diferente abre mão das suas próprias referências culturais a exemplo da religião, formas de trabalho, língua, vestimentas. Para Cosgrove (1999), o poder é expresso e mantido na reprodução da cultura e quanto menos percebido melhor é a sua concretização. Assim, a cultura dominante aparece geralmente como senso comum.

No caso do migrante boliviano que vive no Brasil, a situação é um pouco diferente. Apesar de incorporarem algumas práticas brasileiras eles procuram manter no universo familiar os valores culturais de origem: como a língua, a música, a comida, a organização da moradia, as técnicas de plantio, as comemorações civis e religiosa e a educação familiar. Esta última baseada no respeito aos mais velhos e na punição às práticas ilícitas dentro da própria comunidade, como por exemplo: furtos e agressões. Em algumas comunidades tradicionais da Bolívia uma criança, um jovem ou mesmo um adulto pode vir a ser punido em público e assim tornar-se um exemplo que não deve ser seguido. Na tentativa de modificar este comportamento culturalmente instituído, o *Gobierno Municipal boliviano e a Defensoria de la Niez* tem unido forças para orientar as famílias e elaboraram o *Código del Niño, Niña y Adolescente*, propondo uma educação que respeite às crianças e jovens.

2. O Projeto de Extensão: Planejamento, Cultura e Diversidade na Fronteira Brasil-Bolívia.



Imagem 4 – Coordenadora e acadêmicos
Fonte: A autora (2011)



Imagem 5 – Símbolo do Projeto de Extensão
Fonte: A autora (2011)

O projeto de extensão foi organizado pela a autora e aprovado no departamento de Educação do Campus da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, em Guajará-Mirim. A atividade de extensão se fez necessária devido aos estudos realizados na disciplina o Planejamento Educacional do curso de Pedagogia. As discussões desenvolvidas em sala instigaram questionamentos sobre as diferentes culturas presentes no espaço escolar do município e quais seriam as semelhanças do espaço escolar brasileiro e boliviano. Nesse sentido, realizou-se paralelamente ao processo de estudo efetivado em sala de aula um projeto de extensão com o objetivo de conhecer a realidade do espaço escolar boliviano, as práticas pedagógicas, as práticas de inclusão e os valores que sustentam estas práticas. A pesquisa de campo envolveu três escolas de Guayaramerim e três escolas de Riberalta, na Bolívia. Assim, as peculiaridades relativas a cada contexto sócio-cultural e educacional puderam ser analisadas a luz das diretrizes legais do sistema educacional boliviano.

Antes da realização das visitas foram necessários vários encontros para leituras, reflexões e discussões a fim de preparar o grupo de extensionistas para o momento da pesquisa de campo. A principal dificuldade foi a elaboração dos instrumentais de pesquisa, questionários e roteiros de entrevistas, todos foram redigidos em espanhol. Mas, como existe uma variação dos dialetos e gírias falados na Bolívia, em alguns momentos a situação foi caótica. Esta situação deixou evidente uma das principais dificuldades da pesquisa, à Língua, que foi superada a partir de novas interações dialógicas construídas pelos acadêmicos, como o desenho, os gestos e as imagens.

A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e interlocutor. (BAKHTIN, 1999.)

Os sujeitos da pesquisa foram 40 professores de diferentes níveis de ensino, 6 diretores e 80 alunos dos diferentes níveis de ensino. Além dos questionários, das entrevistas e vídeos, foi realizado um grupo focal com alguns professores bolivianos. A realização do grupo focal contribuiu para que algumas dúvidas que surgiram no desenvolvimento da pesquisa pudessem ser sanadas.

Os resultados da tabulação dos dados foram socializados com todos os acadêmicos e estes fizeram a análise e interpretação. Após o processo de análise os resultados foram apresentados em um Colóquio aberto para a comunidade discente e docente do Campus da Unir em Guajará-Mirim e com a participação de técnicos das Secretarias de Educação do estado e do Município de Guajará-Mirim.

2.1 A Interculturalidade Boliviana e o Espaço Escolar

O estado Plurinacional da Bolívia tem sua origem histórica embasada em um processo de povoamento intenso de conquistas. De acordo com os estudos de Guzman (1981), as primeiras comunidades primitivas foram os Urus, os Chipayas e os Collas, cada comunidade se organizava e vivia de acordo com suas próprias ideologias, modo de vida, crença e língua.

Ao Collas tornaram-se uma comunidade forte e organizada, falavam uma única língua o Aymara. Com o processo de expansão e domínio os Collas acabaram se subdividindo em duas nações, Aymara e Charcas. Entre o Aymaras predominavam cinco grupos étnicos diferentes, os lacajas, os pacajas, os umasuyus, os parias e os curawaras. Entre os Charcas predominavam sete grupos étnicos, os chullpas, os chayantas, os yamparaes, os quillacas, os sipisipis, misquis e os tapakjaris.

No séc XVI,) os incas conquistaram algumas cidades bolivianas e impuseram seu idioma o Quichua, mas os Collas conseguiram manter a língua Aymara. No séc. XVI houve a entrada dos espanhóis na Bolívia com o objetivo de conquistar e povoar. No entanto, mesmo com as sucessivas conquistas: os Uruchipayas, os Collas e os Incas conseguiram manter suas línguas nativas e seus valores culturais.

Atualmente a diversidade cultural presente na Bolívia promove conflitos sociais intensos devido às ideologias políticas dos diferentes grupos étnicos. Atualmente vivem na Bolívia mais de trinta povos nativos. De acordo com Condo ¹(2007), cada grupo utiliza uma língua, em maior ou menor intensidade, e também o Castelhana.

A partir dos princípios defendidos..... projeto de Educação Intercultural para a América Latina, a Bolívia diante da realidade sociolinguística e sócio-cultural que possui vem tentando construir um sistema de educação que responda às necessidades educacionais de todos esses povos. Um dos instrumentos importantes na construção desse processo é a nova Lei da Educação Boliviana – Avelino Siñame- Elizardo Pérez nº 070, publicada em dezembro de 2010 traz importantes contribuições. Vejamos:

No Capítulo I são apresentados 9 mandatos constitucionais da educação. Destaca-se entre eles o mandato 1: “Toda persona tiene derecho a recibir educación em todos los niveles de manera universal, productiva, gratuita, integral e intercultural, sin discriminacion”.

A nova Lei 070, de acordo com as lideranças locais da educação boliviana é resultado de um longo processo histórico de construção social e coletiva. No entanto, ao conversarmos com alguns *maestros*² nas escolas, eles afirmaram que a lei 070 não apresenta na íntegra as propostas discutidas pelo coletivo. Como consequência, existe um movimento de descontentamento com a nova lei por parte dos maestros, principalmente nas cidades do Departamento do Beni e no departamento do Pando onde há uma concentração maior de descendentes europeus, denominados *Cambas*, grupo que ao longo da história da Bolívia vive constantes conflitos culturais, políticos e sociais com os denominados *Collas* índios de origem andina. Vale lembrar que 80% da população boliviana é composta por grupos indígenas e atualmente eles tem um representante na liderança do país.

Percebe-se que a proposta de mudança por uma educação intercultural de qualidade vem sendo imposta aos sistemas e unidades de ensino. A realidade projetada e os princípios norteadores da Lei 070 ainda estão distantes de se firmarem no espaço escolar boliviano devido às adversidades dos grupos étnicos e demandas existentes como: espaço físico climatizado, mobiliário, bibliotecas, recursos tecnológicos e principalmente a capacitação linguística do maestro, pois em sua *práxis* pedagógica deverá fazer uso de duas línguas, a

¹ Pánfilo Yapu Condo – Ministro da Educação da Bolívia.

² Nomeclatura utilizada para se referir ao professor que fez o curso normal, mesmo que este possua uma licenciatura.

língua nativa da comunidade e o Castelhana. Nesse sentido, vale salientar que o processo de construção da linguagem não se efetiva através da repetição e de lições fragmentadas e descontextualizadas. Mas através da experiência cultural diária mediada pelos conhecimentos do grupo de falantes da língua a ser aprendida. Portanto, promover uma alfabetização bilíngüe requer a formação continuada dos maestros e diretores de unidades de ensino e a mudança do currículo aplicado nas escolas.

2.2 O espaço Escolar Boliviano

O espaço é formado por lugares. De acordo com os estudos de Holzer (1999) lugar é um centro de significados é um forte elemento de comunicação e está em constante alteração, aberto e em movimento, é parte essencial da identidade do sujeito.

As unidades de ensino de Guayaramerim e Riberalta são espaços compartilhados, ou seja, em cada prédio funcionam duas ou três unidades de ensino, cada uma em um turno. As equipes de trabalho também são distintas: diretores, secretária, professores e alunos, não há coordenador pedagógico, psicólogo e vice-diretor. No prédio escolar os espaços das salas de aula, sala de professores, quadras, laboratórios, banheiros e cozinha são compartilhados, apenas as salas dos diretores e secretaria são específicas para cada unidade de ensino.

Os níveis de ensino, de acordo com a lei nº 070, estão organizados da seguinte forma:

- *Educación Inicial em Família Comunitária , no Escolarizada*. De zero a três anos de idade é de responsabilidade da família. Esta deve fortalecer a identidade cultural, a saúde, o desenvolvimento, psicomotor, sócio afetivo, espiritual e cognitivo;

- *Educación Inicial em Família Comunitária, Escolarizada*. De quatro a cinco anos Da continuidade ao desenvolvimento dos aspectos citados na etapa anterior, mas a responsabilidade é compartilhada com a escola;

- *Educación Primária Vocacional*. De seis anos de duração, compreende a formação básica, preparatória para o próximo nível, tem caráter intracultural³, intercultural⁴ e plurilíngüe;

³ Educação Intracultural de acordo com a lei nº 070 é aquela que promove o fortalecimento da cultura de cada povo boliviano.

⁴ Educação Intercultural de acordo com a lei nº 070 é aquela que desenvolve a interrelação e a interação de conhecimentos, saberes, ciência e tecnologia próprios de cada cultura com outras culturas.

- *Educación Secundaria Comunitaria Productiva*. De seis anos de duração, fortalece a educação recebida na fase primária, identifica as vocações para o prosseguimento dos estudos superiores e incorpora atividades sócio-produtivas. O aluno também sai com uma profissão técnica.

O calendário escolar boliviano contempla duzentos dias letivos com cinco horas diárias de atividades, nele estão previstos os projetos de integração cultural. Estes projetos são realizados em etapas: municipal, departamental (região) e nacional. Eles abrangem as danças, o teatro e os jogos. No caso da dança, cada unidade de ensino apresenta uma dança típica referente a uma comunidade cultural. Os grupos concorrem entre si na busca de representarem o Departamento a qual pertence e posteriormente pleitear o primeiro lugar a nível nacional. Estes projetos são estendidos aos alunos com *discapacidad* , ou seja, alunos especiais



Imagem 6 – Cartaz de Divulgação
Fonte: A autora (2012)

O Sistema Educativo Plurinacional da Bolívia é formado pelo *Ministero de Educación* , seus vices-ministérios e pelas entidades descentralizadas com direta dependência do ministério. Eles são responsáveis pelas políticas e estratégias educativas, políticas de administração e gestão educativa e curricular.

Toda escola elabora anualmente o Planificación Orçamentária e Administrativa – POA, neles estão contidas os objetivos e metas a serem alcançados. Este planejamento segue as orientações do POA – Ministerial.

Entende-se que a escola é um espaço de luta e dependendo da práxis pedagógica de seus professores e do currículo seguido por eles, poderá contribuir com a construção de uma política cultural, onde as vozes silenciadas dos diferentes possam ser ouvidas. Para Apple (2008) o currículo escolar não é neutro, ele é uma seleção feita por alguém ou um grupo que define acerca do que seja o conhecimento legítimo. “ É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo”. (APPLE. 2008,59). O currículo não é trabalhado passivamente nas escolas, ele é dinâmico e produzirá cultura. Assim sendo, é importante reconhecer que o currículo esta envolvido por relações de poder.

A voz do professor reflete os valores, as ideologias e os princípios estruturais que dão sentido às histórias, à cultura e às subjetividades que define o trabalho do dia-a-dia do educador. [...] as escolas terão de ser caracterizadas por uma pedagogia que se comprometa seriamente a acolher visões e problemas que sejam de profundo interesse para os alunos em suas vidas cotidianas [...].

O desenvolvimento de uma pedagogia crítica para a emancipação de futuras gerações de alunos e professores requer que as escolas de educação repensem seus programas e suas práticas em torno da idéia de ensino como forma de política cultural. Reconhecemos, entretanto, que o processo que estamos descrevendo é um processo contínuo. (GIROUX & McLAREN, 2008, 149-150).

Portanto, a emancipação pretendida pela educação boliviana, que tem como objetivo a descolonização do Sistema de Ensino, poderá ser realmente alcançada quando for o ideal defendido pelos sujeitos nele envolvidos, ou seja, professores e alunos.

3. A percepção do Espaço Escolar Boliviano Representado nos Mapas Mentais

Os mapas mentais são formas de representação do mundo vivido, de espaços do presente ou do passado, e também, de acontecimentos sociais, culturais, históricos e econômicos socializados através da mídia.

Petchenick (1995), defende a idéia que os mapas mentais não se limitam aos mapas cartográficos, vão além, ultrapassam a linearidade do olhar. É uma representação multimodal,

engloba várias representações que ajudam a interpretar a realidade ao redor. Explica que ainda não há uma teoria completa para leitura de mapas. Apesar de novas teorias terem surgido e influenciado a cartografia elas não são suficientes para orientar o processo de leitura de mapas. No entanto, vale considerar que na interpretação dos mapas mentais como instrumento de ensino pode-se conhecer os valores previamente desenvolvidos pelos alunos e avaliar a imagem que eles tem do lugar. Mas alguns critérios devem ser considerados, como por exemplo: a faixa etária, cultura, diferenças sociais e educação, estes elementos constroem diferentes percepções do espaço.

3.1 A Construção dos Mapas Mentais

Após o encerramento das atividades de pesquisa, os acadêmicos extensionistas foram convidados a participarem de um momento específico para a elaboração das representações do espaço escolar boliviano. Cada acadêmico recebeu uma caixa de giz de cera e uma folha, foi proposto que fizessem desenhos representando as percepções que cada um teve a partir do contato com os diferentes lugares de formação educativa visitado.

A avaliação dessas representações aconteceu em dois momentos: a leitura do desenho feita pelo acadêmico e a interpretação da autora. Optou-se pela apresentação de quatro produções, elas estão expostas a seguir com os respectivos comentários.

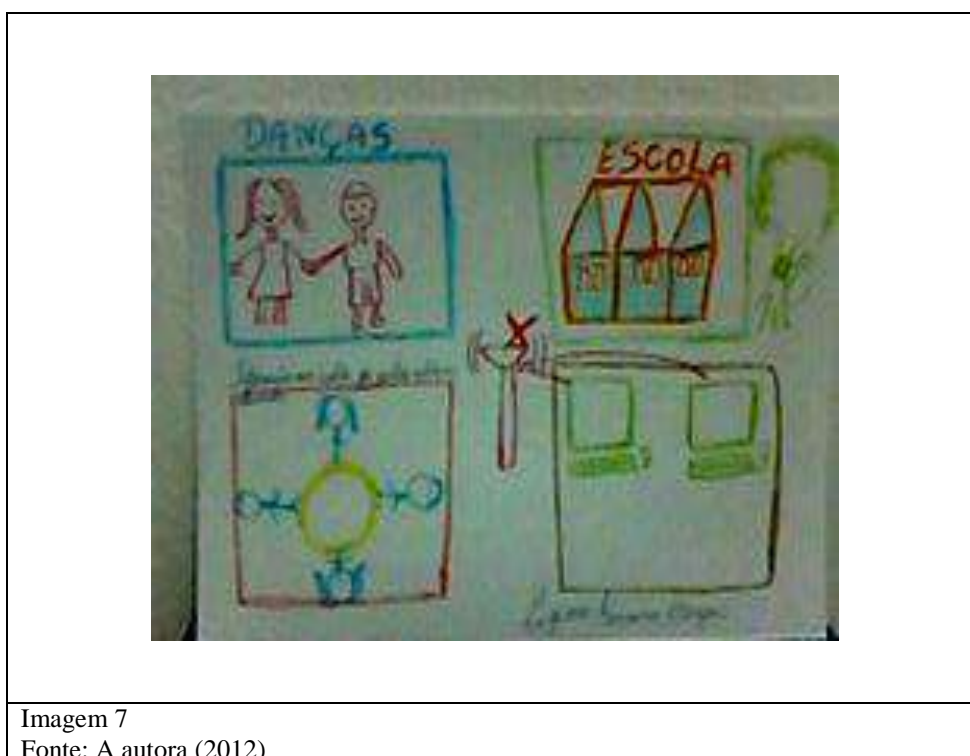


Imagem 7

Fonte: A autora (2012)

A imagem 7 é a representação de uma acadêmica do curso de letras do 6º período. Retrata momentos de diferentes escolas. A dança faz parte do currículo da escola e é vinculada a disciplina de educação artística ministrada por um maestro com formação superior artística. Observa-se que as danças é utilizada com a proposta de integração. O desenho demonstra que as danças envolvem casais, um homem e uma mulher e que ambos estão felizes por participarem, não é algo imposto, há prazer nesse momento. O desenho dos computadores está identificando a falta de conexão de internet. Segundo a acadêmica: “Há pouco investimento nesses equipamentos e nem todas as escolas possuem”. As salas de aulas são mistas, com alunos e alunas que socializam suas práticas. O desenho da escola demonstra um aspecto importante da construção boliviana, os prédios são altos, alguns com dois andares, e muitas janelas amplas. Não há a presença de grades. O espaço físico favorece a circulação do ar o que torna o ambiente agradável, mesmo nos dias quentes da Amazônia.



Imagem 8
Fonte: A autora (2012)

Na imagem 8 a acadêmica do 5º período de pedagogia representou situações de três escolas e a praça central da cidade de Riberalta, desenho localizado na parte superior do lado

direito. O primeiro desenho do lado esquerdo apresenta aulas com dois professores de educação artística. Novamente percebe-se a organização dos casais, que estão concentrados nas explicações da professora, ao lado é apresentado um novo grupo de alunos que também treinam algo parecido com uma ginástica de solo. Pode-se perceber a organização dos alunos em forma de pirâmide. As duas atividades são feitas em uma mesma quadra e ao mesmo tempo, porém cada atividade tem um ritmo musical diferente. Pode-se perceber que os alunos estão envolvidos com a atividade e mesmo tendo que compartilhar o espaço. ETA é uma situação que chamou a atenção de todo o grupo, pois o respeito aos professores é muito forte, bem diferente das situações presenciadas nas escolas brasileiras. A disciplina moral e civismo esta presente na formação do aluno desde os primeiros anos de ensino, esta situação é representada no desenho da professora dando aula. Através dela alguns valores humanos e de boa conduta são trabalhados. Segundo a acadêmica, em todo o momento de visita às escolas ela não ouviu nenhum tipo de afronta ao professor ou mesmo aos outros funcionários da escola. Ela retrata essa situação através do último desenho, onde os alunos de uma escola visitada envolvem o grupo de acadêmicos e fazem uma saudação. Vale ressaltar que nesse grupo não há a presença de nenhum professor, apenas as crianças uniformizadas.



Imagem 9
Fonte: A autora (2012)

A representação da imagem 9 foi feita pela professora colaboradora da Secretaria do Estado da Educação – SEDUC, ela participou do projeto de pesquisa e foi convidada à participar. O desenho apresenta a etapa de conclusão do secundário. É uma etapa que acontece no último ano de formação na escola, chamado de *promocion*. Cada aluno para concluir com êxito esta etapa precisa desenvolver uma pesquisa de campo, um processo investigativo de uma questão importante para a sua cidade. Ao final do período de investigação o aluno apresenta um trabalho escrito denominado *Tesina* e faz a defesa do estudo para uma banca de três professores do curso. È um momento considerado difícil, pois não há muito suporte para pesquisa nas escolas. Mesmo com as dificuldades da pesquisa o aluno retratado no desenho inferior do lado esquerdo demonstra alegria para participar. Esta alegria tem como motivo a possibilidade do aluno entrar na Universidade sem passar por prova seletiva.



A imagem 10 é uma representação de uma aluna do 5º período de Pedagogia o desenho apresenta uma escola para alunos com *discapacidad*. É uma instituição mantida pelo governo e tem professores especializados. Podemos perceber que não há divisão de espaços, os alunos interagem independentes do tipo de necessidade especial que possuem. Há muitas atividades manuais, com recorte, colagem, desenhos e dobraduras. Estas atividades são socializadas nas

mesas e os materiais produzidos são expostos. O desenho aponta, assim como em outros já analisados, a inclusão da dança no processo educativo, mas percebe-se que os alunos não dançam em pares e sim soltos. Pois, são alunos com diferentes necessidades, dentre elas destaca-se a auditiva e a visual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mapas mentais produzidos pelos acadêmicos e colaboradores participantes do processo investigativo demonstram a importância das atividades artísticas no processo educativo. Eles refletem a realidade do espaço escolar boliviano, tendo em vista que nas seis escolas visitadas foi possível observar os professores de educação artística atuando. Esta é uma formação que tem um destaque importante na lei nº 070 que apresenta uma sessão específica sobre a formação superior artística. O terceiro objetivo do artigo 48 diz: “Fortalecer la diversidad cultural de la Estado Plurinacional, em su diferentes manifestaciones artística”.

Outra situação representada e que na prática foi observada é o respeito que os alunos tem com professores e pessoas mais velhas professores. Vale ressaltar que no período de observação nas escolas as equipes não presenciaram cenas de violência entre os alunos, apenas algumas brincadeiras mais exaltadas. Esta é uma situação que despertou muito comentários entre os acadêmicos sobre a educação e a participação da família. A família boliviana, pelo que percebemos, é mais ativa socialmente. Isto se deve a cultura dos comitês cívicos, ou seja, colegiados formados por cidadão comuns que ajudam a planejar a administração pública das cidades, dando opiniões e também cobrando quando necessário. Toda escola possui um comitê cívico formado por pais e mães, eles elegem um representante de todos os comitês escolares para participar da gestão da educação da cidade.

As diferenças percebidas no espaço escolar boliviano, se comparado ao espaço escolar brasileiro, são muitas, algumas podem ser classificadas como positivas a exemplo da participação da família, as atividades interculturais e o respeito à diversidade lingüística, outras podem ser classificadas como negativas, como o baixo salário, as condições de trabalho do professor no que se refere a material de estudo e recurso pedagógico, a falta de formação continuada, instituições dividindo o mesmo espaço físico, merenda escolar insuficiente entre outros. Mas, o aspecto que teve maior impacto no conhecimento adquirido pelo grupo foi

perceber a complexa rede multicultural que envolve a Bolívia. O que torna desafiadora a prática pedagógica do professor fronteiriço.

Foi com base nessa realidade desafiadora que alguns acadêmicos continuaram a aprofundar os estudos em aspectos específicos da educação boliviana e alguns deles conseguiram apresentar trabalhos em congressos no estado de Rondônia, dentre eles destaca-se uma aluna descendente de bolivianos que desconhecia muita coisa do sistema de educação da Bolívia. O conhecimento que ela adquiriu foi garantido pelos estudos e práticas realizados no projeto de extensão. Esta realidade demonstra a importância da pesquisa de campo, dos projetos de extensão. Nesse sentido, pode-se concluir que é na experiência do mundo vivido que os discursos construídos em sala são questionados e, dependendo dos novos conhecimentos adquiridos, podem ser refutados ou confirmados. Portanto, as atividades de pesquisa e extensão que somadas ao ensino são o tripé de base da universidade, precisam ser mais valorizadas na formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. Campinas: Papirus, 1998.

FORQUIM, Jean Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993

HERNAIZ, Ignácio. *Educação na diversidade; experiência e desafios na educação intercultural bilíngüe*. 2ª Ed. Brasil: Ministério da Educação, 2007

KOZEL, Salete. As representações no geográfico. In: Mendonça, Francisco, _____. (orgs.) *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: Ed da UFPR, 2004. 215-232 p.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/ 96

Ley de La Educación Boliviana – Avelino Siñani –Elizardo Pérez nº070

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia Maria et AL. (org.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB Porto Alegre, 1998. p.41-49.

MaCLAREN, Peter. *Multiculturalismo revolucionário*. Porto Alegre: Artmed editora, 2000.

MOREIRA, Antônio Flávio & SILVA, Tomaz Tadeu (orgs). *Currículo, cultura e sociedade*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2008

PETCHENIK, Bárbara Bartz. *Cognição e cartografia*. Geocartografia. n.6, São Paulo: USP 1995.

RELPH, Edward C. *As bases fenomenológicas da Geografia*. Geografia.v.4, n 7, 1-25, abril, 1979.

TUAN, Yi –Fu. *Topofilia, um estudo da percepção, atividades e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 288 p.1980

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TRABALHO, CIDADANIA E RECONHECIMENTO: UM ESTUDO SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS, MÚSICA E LEGITIMIDADE

*MARTINS, Luci Helena Silva*¹

Email: lucihelenam@yahoo.com.br

Resumo

Neste artigo apresenta-se um fragmento da reflexão desenvolvida no âmbito do Programa de Pós Doutorado em Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, (UNL) sob o título “Trabalho, cidadania e reconhecimento: a dificuldade de consolidar direitos sociais.” No texto, avalia-se as perspectivas de desenvolvimento das políticas sociais, em contextos de incerteza. A realidade do trabalho e o debate sobre a dificuldade de reconhecer os direitos sociais sugerem pensar em formas não assalariadas para garantir a cidadania, o que vem a ser um dos grande desafios das próximas gerações. Nesse contexto, a arte ou especificamente a música, é vista como supérflua ou coisa de especialista.

Palavras Chaves: cidadania, reconhecimento, cultura, política, música popular.

Desenvolvimento do tema. O objeto da pesquisa.

Parte-se de um contraponto entre dois modelos de interpretação do desenvolvimento social e da ação política, o de Guy Bajoit em que *Tudo Muda* (2006), modelo em que apresenta-se uma proposta de análise da mudança nas sociedades

¹ Bolsista da Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), para estágio Pós Doutoral em Sociologia na Universidade Nova de Lisboa (UNL). Doutora em Serviço Social, professora do Departamento de Política e Ciências Sociais da Unimontes, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS).

cidentais, por outro lado o fragmento da discussão de Vivianne Chatel, no livro *Inexistência social: essais sur le déni de L'Autre* (2007). Esses dois autores repõem o debate entre Parmenides e Heráclito em que se funda a filosofia ocidental. Para Chatel, o desenvolvimento é o palco da reposição do mesmo, i.e., em que tudo muda, é certo, mas preserva-se a capacidade de indiferença e de fazer o mal, fundamento ético da desigualdade social e das injustiças, repostas nas situações de má integração ou inexistência passíveis de se tornar dilemas éticos sob os quais atuam ou deixam de atuar os sujeitos sociais. Para empreender a validação das duas interpretações, repostas sobre o dilema de Parmênides e de Heráclito, vamos refutar algumas variáveis, para a tese de que tudo muda, no caso brasileiro, para o que utilizo a política ilustrada pela música brasileira a partir de um recorte entre dois momentos históricos nos quais são enfrentadas as estruturas sistêmicas: as músicas de protesto destacadas como sucessos brasileiros e latino-americanos no ano de 1968, e a música e o movimento hip-hop da Rocinha-RJ, no final de 2011, são os cenários tomados para colocação do problema.

A geração de maio de 1968 traz consigo um som de resistência que une a elite culta e intelectualizada ao cidadão comum, e estes a outros estrangeiros sob situação similar. Outra realidade é a dos anos 2010, de músicas vindas da boca da favela, de dentro da Rocinha, a qual não encontra as mesmas condições de generalização. Cultos, os rapistas são, como Weelf da Rocinha. Dominam outros idiomas, mas não valorizam a formalidade da linguagem. Os padrões de crítica social desses dois estilos de música de resistência são coadunantes com as teses de que tudo muda, mas as desigualdades e repressão das liberdades se repoõem.

Porque alguns estilos puderam se generalizar, como o protesto de 1968, e em tempos outros, outro discurso continua marginal, se ainda denuncia condições de barbárie e ausência de liberdade. Um som de rap, representante do hip-hop da Rocinha-RJ tem menos condições de generalização do que o som de protesto dos anos 60.

Qual o alcance da crítica social nos dois casos? Seus discursos são marcados pelo ponto de vista de classe, gênero, raça, ou de outros padrões de identificação? Como atuar sobre realidades em que emergem músicas diferenciadas, como reflexo da constituição plural da nação? São alguns desses elementos que busco destacar nessa apresentação.

Metodologia. A interdisciplinariedade no discurso das ciências humanas.

Busca-se dialogar com as ciências e outros interlocutores, para superar as fronteiras do conhecimento, e enfrentar o desafio da disciplinariedade que dá competência a alguns e retira de outros. Reconhece-se como pressuposto básico da pesquisa a capacidade da esfera pública atuar como esfera de repercussão de valores e representações, e só pluralmente tem os meios para sensibilizar a razão aprisionada no pensamento único, para dar lugar à qualidade das políticas de ampliação de direitos, oportunidades e meios de vida.

Como pressuposto destaca-se que dentre todas as funções do Estado Social e Democrático de Direito está a de proporcionar cidadania aos nacionais, clientes contribuintes do desenvolvimento da nação. Dentre todas as políticas de gestão dos espaços e da vida pública está o dever do Estado de proporcionar os meios para fazer evoluir a razão aprisionada pelas tendências da própria razão, incetivadas também pelos desejos e necessidades construídas pelo mercado e a burocracia estatal, presentes em todos os países, capitalistas ou comunistas. Se essa função historicamente e limitadamente veio a ser uma exigência do Estado Social e Democrático de Direito, em que as políticas são fruto da ação social, vê-se que também a dominação cultural é perpetrada pelo Estado, nesse contexto em que se afinam os mecanismos de manutenção das desigualdades, administração da pobreza e neutralização dos conflitos e dos sujeitos sociais.

A perspectiva teórica adotada nesse trabalho é, doravante, a dos movimentos sociais, ciente das disputas pela construção democrática na América latina (Dagnino, 2000), e contra a ausência de responsabilidade pública, ética e integração no que se refere às políticas sociais. Empenha-se aqui em dialogar com as denúncias desse malefício, tendo o caso brasileiro como foco, a fim de explicitar e explicar as origens do desentendimento e da questão social aqui enunciada.

Longa bibliografia das ciencias humanas e sociais constata no plano nacional, um recolhimento dos espaços públicos, uma ausência de falas constestadoras na mídia, e uma banalização dos espaços de organização e associação civil. Banalização, frivolidade e entretenimento estão sempre presentes nesses contextos, e funcionam como mecanismos de controle. A ausência de uma esfera pública no plano cultural, disseminada no cotidiano da vida política brasileira, decorre do interesse em massa, das

forças políticas, em despolitizar a população, retirando recursos simbólicos que possibilitem a crítica social capaz de destituir os segmentos dominantes do poder político e econômico.

A ideia de povo, como se sabe, é constantemente reconstruída pela teoria social e no caso brasileiro está sempre em voga nos comentários das personalidades da política brasileira, de modo a ser referência para além dos clássicos da política, servindo aqui para denegrir a imagem da democracia. Desde sempre o povo é mostrado como bestializado, estúpido, irresponsável. “Cada povo tem o governo que merece” é uma máxima de domínio popular. A “rapsódia do ethos brasileiro” também é recontada para mostrar que o país não tem povo. Adrian Gurza Lavalle (2004) discute o tema na perspectiva do associacionismo e das atividades desenvolvidas no plano da esfera pública brasileira, contudo as maiores associações são grêmios desportistas, mostrando que dentre as atividades populares, o esporte (futebol) continua determinando as escolhas das associações entre os brasileiros.

As maiores organizações e instituições brasileiras não são populares, veja-se o poder estatal investido em negócios cuja privatização e concessões interessam tanto as grandes corporações, empresas, holdings, empreiteiras, contudo, há algo da cultura popular que muito se valoriza além do futebol. O folclore e o samba, sendo fascinantes os festejos que buscam preservar as tradições populares, os valores e a união representada por parcelas desgarradas, “desfiliadas” dos processos de racionalização, próprios da modernização seletiva.

Nesses contextos, expressões culturais como a música popular podem ser compreendidas como portadoras de sentidos para a política. A música tem o seus estudiosos entre a Sociologia da Música, a Educação Musical ou a Musicologia, e dentro da Etnomusicologia, principalmente a Etnomusicologia Brasileira, encontra um dinâmico modo de integração entre sociedade e música. A disciplina, a partir dos cursos de música, propõe incentivar metodologias de intervenção na realidade onde emergem as inúmeras expressões musicais, para intervir nessa sociedade em que a própria realidade brasileira é o celeiro dessas experiências, valiosas de sentidos e experimentações. A disciplina mostra que no campo brasileiro há uma tendência a olhar para dentro de si, valorizando a riqueza das tradições, enquanto os outros países nos olham e aos países africanos, portanto a Etnomusicologia Brasileira tem o que ensinar ao mundo, nesse sentido próprio de que entra na realidade e intervém sobre os processos que nos formam. De acordo com depoimento de professoras de Etnomusicologia da

UFBA, sob a forma de palestras e cartilhas educativas, vem sendo possível trabalhar com diretores de escola e outros parceiros na realidade local de Salvador (BA). Este entrar na realidade tanto pelos músicos, quanto pelos pesquisadores e professores universitários, mostra também o evoluir do público das Universidades, mais ligados às comunidades plurais que fazem parte da cidade, e que, por meio das políticas de cotas adentram na Universidade, e apontam para um sentido da política mais claramente enunciador do novo, nessa abordagem interdisciplinar e cuja metodologia não está desenhada em nenhuma cartilha ou livro didático.

A análise que aqui depende vem mostrar que a sociedade civil, como expressão de uma esfera pública, comporta militantes nas diversas áreas de atuação, inclusive dentro do Estado, atuando sozinhos ou em rede, onde faltam instituições que mediem prestações de serviços que possam influir sobre a qualidade de vida das populações brasileiras. A crítica social caminha por entender que os populares são vitimados por políticas instrumentalizadas, pela forma de controle social tal como induzido e organizado pela burocracia estatal. Nesse sentido, o que importa é descentralizar as decisões da aparelhagem burocrática e superficialmente neutra, ora engajada, do Estado. Como vir a ser, a música e a sociologia podem ainda cumprir o seu papel na política, na medida em que se integradas às políticas sociais e às instituições educacionais, podem inserir novos conteúdos não instrumentais e produtivistas no desenho das sociedades.

Grandes desafios. Principal deles. Como falar de políticas para além dos mínimos sociais. A arte pode contribuir com essa discussão, na medida em que estimula a reconhecer que os mínimos sociais colaboram para a neutralização da política, portanto para a violência, na medida em que institucionaliza a pobreza, legitimando níveis desiguais de existência, fundados na diferenciação social. Alguns fragmentos da discussão foram sistematizados nos itens que se seguem.

A identidade nacional e as perspectivas de desenvolvimento imanentes aos contextos de incerteza.

O estudo enfatiza aquilo que perdura, a cultura de violência institucionalizada e a pobreza administrada. O modelo teórico em que Tudo Muda (Bajoit) tende a subjugar face à reposição das desigualdades e das manobras para deter a extensão de direitos sociais, pois disto se trata a partilha do poder: reconhecer direitos aos destituídos, sem trabalho, sem terras, sem títulos para governar, “desfiliados” (Castel, 1998) e desligados

dos mecanismos do progresso. Para enquadrar nossa reflexão, partimos da América Latina, momento em que se assenta a geração do presente, anos 1960, anos de ditaduras. Atos inconstitucionais eram anunciados, retirando a liberdade e limitando os espaços públicos e o direito de pensar, protestar, compor e viver livremente.

No Brasil, no plano político, o AI-5 (Ato inconstitucional n. 5), autorizou a ampliação da violência institucional contra a vida privada e os exercícios políticos dos brasileiros. Entremeio à violência institucional, foi possível a uma geração de compositores driblar a ditadura, sob a forma da censura, e mostrá-la ao mundo, desafiando-a e ampliando a esfera pública brasileira. Letras de Chico Buarque de Hollanda, Geraldo Vandré e Caetano Veloso ilustraram o sentimento de liberdade contida na América Latina, como na voz de Mercedes Sosa e nos poemas de Pablo Neruda, cuja poesia foi musicada. Artistas colocaram em foco a luta pela liberdade, pelos direitos humanos, políticos e sociais dos cidadãos livres, sob regimes autoritários e ditatoriais.

A maior influência contrária à violência da ditadura, no período, é a que ecoa dos movimentos sociais globais de 1968, no Brasil mutilados pela ditadura instalada em 1964. A guerrilha armada bem como os movimentos sociais estudantis foram destacadas no clima tenso das músicas, no teatro e na cultura, como na peça *Roda Vida* (1967), de Chico Buarque.

O foco do dissenso trazido pelas canções e peças de teatro teve capacidade de iniciar, favorecer, ou simplesmente enunciar o chamado por um movimento social em que figura a liberdade como direito humano básico.

Nesses anos, foram dados os passos para um novo sentido para a identidade da música brasileira, diferente dos dois séculos de músicas tradicionais como o samba, das marchinhas à bossa nova. Vários fatores permitiram formar uma geração que inicia a modernidade na música popular, abrindo caminho para o tropicalismo, o rock nacional e os diversos estilos que se ramificaram desde então.

O debate acadêmico sobre os movimentos sociais também é revigorado no Brasil a partir dos anos 60, quando revive, ainda que submersa e escondida, uma esfera pública internacional, sendo que a abertura e interação com outros canais de representação permitiram relativos aportes e laços entre os estudantes, os intelectuais e as lutas globais por autonomia, o que permitiu avançar nas contribuições para se pensar contextos de incerteza e de injustiça.

As mobilizações sociais do ano de 1968 na França pretendiam unir recursos que mobilizassem trabalhadores e estudantes, atingindo o ser humano comum, confundido com as massas, mas ciente da necessidade de apoio à vanguarda da classe trabalhadora e dos estudantes. Na França houve uma simbiose entre a vanguarda estudantil, revolucionária, e o mundo artístico que agiram como caixa de ressonância, buscando a união, e espalhando os ruídos do movimento dos trabalhadores, em greves nas fábricas francesas. Imagens, sons e discursos, foram apropriados por gerações de sujeitos submetidos a violações semelhantes.

No Brasil e América Latina, também no grupo de países ricos democráticos, artistas são amantes da liberdade, quase sempre desordeiros, explosivos diante dos desmandos dos governos e muito enérgicos na crítica social. Enfim, sonho que se espera do artista, conquanto a imagem de homem público passe por alterações a depender do desempenho do político apoiado, como no caso do Partido dos trabalhadores e do apoio sempre dado por Chico Buarque, mesmo mediante as acusações de desvio de verbas públicas e formação de quadrilha como no processo chamado Mensalão. Que Chico tenha um projeto de nação superior ao dos partidos políticos parece não ter dúvida uma parcela dos que não sendo mais petistas, continuam admiradores do autor e cantor das poesias que trouxeram pertencimento a cada um dos brasileiros. O fato é que a geração dos anos 60 é hoje atuante e tem espaço nas mídias, alcançando verbas consideráveis dos Ministérios da Cultura, por meio da atual irmã de Chico Buarque, Ministra Ana de Hollanda. As lutas de 68, ideológicas, atuaram por meio das músicas e ideias expressos na cultura, e também foram empreendidas por meio da guerrilha, pela juventude e intelectualidade, a favor das massas submetidas à tutela, o que desencadeou a legitimidade para mais violência por parte dos regimes autoritários.

E a massa? Não sabia que estava sendo representada, muito provavelmente seria moralista quanto aos métodos da guerrilha, não gostaria de que fosse feito em seu nome o agir da guerrilha, ou as fabricas de torturas onde se destacaram delegados corruptos e sádicos. Desde então, repõe-se, no Brasil, o controle sistemático dos movimentos sociais e a criminalização dos que lutam e dos pobres, moradores de ruas e habitantes de áreas alvejadas na cidade.

Mesmo sob ditadura, em maio de 68 e durante o ano, músicas se destacaram, e influenciaram na formação de recursos simbólicos de resistência, por onde foi possível ecoar a indignação contra o sistema de estratificação social e de tomada de decisões, na América Latina e no mundo todo. Contudo, hoje as musicas de resistência tem menos

espaço ou representação, sendo que suas causas ficam restritas a guetos, como se fossem temáticas de pobres, negros, favelados.

Nos anos 60, a influência de valores democráticos fincados em algum momento nesses rincões permitiu contestar o uso estratégico e perverso do poder, e tal dissonância foi tocada nas rádios brasileiras e latino-americanas. O destaque nessa comunicação é para os sucessos do ano de 1968, com a Tropicália, de Caetano Veloso e Para não dizer que não falei das Flores ou Caminhando, de Geraldo Vandré. Nesse momento a censura não se tocou do sentido político das canções, que levantaram o ânimo de certa elite e juventude de classe média, atuante no movimento estudantil e cultural, ao ponto de generalizar as demandas por liberdade para um sentido de identidade nacional que transcendesse a ilegalidade da ditadura.

Os princípios da autogestão e da dignidade da política agem nas músicas de Caetano, Chico, Jorge Ben, Gilberto Gil e G. Vandré, assim como age nos estudos sobre movimentos sociais nos estudos de Touraine, Castel, Foucault, Arendt. Tais princípios são postos em cena, nos anos 60, preconizando a abertura para os novos movimentos sociais dos anos 70 e 80.

A atualização da música como movimento social repete-se no som do rap, no hip-hop e nos ritmos latinos a denunciar contextos de injustiça, incerteza e insegurança social, como é o caso do anarco-punk, da música cubana e do reagae africano.

A realidade sociológica do Trabalho, como categoria analítica e como função de integração social.

É corrente entre os pensadores que a interdisciplinaridade supoe fronteiras e limites em que se busca em cada especialidade as reflexões mais apuradas para os processos históricos a se compreender. Alguém formado em Serviço Social pode admirar esse interesse pela interdisciplinariedade, mas viver nas fronteiras tem o seu sabor e muitos profissionais dessas áreas aprofundam seus estudos por métodos autodidatas e que direcionem seus interesses. Na metodologia das ciências sociais, tem-se na Sociologia o melhor modo de lidar com os conceitos de poder, ação, trabalho, sociedade, sociedade civil, liberdade e publicidade (cuja referência aqui é J. Habermas), e encontra-se na Filosofia Política (H. Arendt e Jacques Rancière), um modo muito instigante de compreender o mundo e a condição humana, da ação e do pensamento. A História como conhecimento aglutinador situa-nos entre o passado e futuro, e a

Antropología, como ciência da interpretação do homem na terra, traz a importância da subjetividade na política como necessária para pensar o político e para a invenção democrática (Claude Lefort, 1995). Todas essas disciplinas permitem recursos para construir o método das ciências humanas e dessa reflexão, cujo objetivo é sugerir a possibilidade de integrar a música no desenho das políticas sociais, por compreendê-la com potencial político integrador e pedagógico capaz de influir tanto quanto os recursos materiais nos modos de pensar e participar do desenvolvimento social.

Relativo aos estudos sobre o trabalho destacam-se as contribuições de *Noite dos Proletários*, de J. Rancière (1988), e de *Desentendimento* (1996), desse mesmo autor. Essas obras permitem avaliar as alternativas ao marxismo tradicional. São exemplos de que a reflexividade pessoal também porta um elemento de universalidade, e deve interagir com as ciências sociais na interpretação dos modos de se pensar as respostas e métodos para se equacionar os problemas sociais de natureza ética, e cuja responsabilidade na resolução deve ser pública.

Nesse âmbito, se reconhece que o “sonho dos operários” franceses do século XIX era a noite, a boemia e a vida cultural que essa oportunidade causava. A crise do trabalho, por outro lado, demonstra a inexistência do trabalho como fator de integração social. Não há trabalho assalariado para todos, e está demonstrada a insuficiência da sociedade salarial em garantir cidadania plena para todos os cidadãos nacionais, ou para os imigrantes sem documentação, emprego ou residência, presentes cada vez mais nas grandes cidades. As sociedades atuais e a sociologia lidam à sua maneira com a crise da sociedade do trabalho, presente tanto na reflexão de Robert Castel, no clássico *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do Salário* (1996), no livro de André Gorz, *Adeus ao Proletariado* (1988), também em Ricardo Antunes, com seu *Adeus ao Trabalho* (1997).

Como se reconhece, lendo ou não esses clássicos, no Brasil, e no mundo, não há trabalho assalariado para assegurar renda de cidadania. Aqui e alhures são gente estrangeiras, apátrida, pobres genéricos. Há escravidão e condições desumanas de trabalho. Há excesso de mão de obra mal paga. Desemprego. O trabalho participa muito pouco da renda nacional. Sindicatos e partidos perderam a credibilidade. A classe-que-vive-do-trabalho. Se tudo é trabalho, o conceito não tem densidade analítica e de integração, na prática, o trabalho não permite integração social.

Assegurar cidadania por meio de formas não assalariadas é o grande desafio dessa e das próximas gerações.

Lutas por reconhecimento.

Necessário reconhecer que as lutas por reconhecimento no Brasil são ignoradas pelo governo que insiste em políticas compensatórias irregulares, e sem consistência efetiva para trazer integração social. Há uma desintegração nas políticas voltadas para pobres, genéricos. As diferenças são planificadas para que todos se igualem na pobreza, incluindo nela os povos despossuídos pelo processo do desenvolvimento, desterritorializados, desenraizados e que, colocados na pobreza, nela permaneçam. Conflitos têm sido resolvidos sem considerar o lado dos mais fracos que apelam na justiça, que nunca chega. Morrem os homens e as esperanças.

Resultados dessas políticas: mínimos sociais e integração como modelos equidistantes para as políticas sociais. Integração supõe ir além dos mínimos sociais, na medida em que direitos sociais só se garantem se integrados a outros direitos de acesso e oportunidades reais, senão no mundo do trabalho, pela crise do trabalho, no mundo não instrumentalizado da cultura, e da personalidade, chamado por Habermas de “mundo da vida.” Nesse sentido, a sociedade civil deve ser expressão e “caixa de ressonância” (Habermas) dos apelos e do dissenso (Rancière) trazido pelos movimentos sociais.

A música como resistência social

Parte-se da ideia de que não há movimentos sociais sem um hino, revolução sem som, luta sem alma. A música refletiu em vários desses momentos a alma da resistência cultural. É canal para veicular os conteúdos da política de forma mais direta, e em alguns casos, abrange e politiza a esfera pública em favor dos direitos humanos, contra a injustiça. No Brasil, foi perseguida se tratou inoportunamente de racismo, em vários momentos, também no período de ditadura militar, e nos tempos de abertura democrática, temos os mesmos problemas a se atualizarem nos bairros e favelas, que também produzem suas músicas de resistência. Qual resistência? Nas favelas do Rio de Janeiro apela-se para mitos de uma esquerda supostamente revolucionária, como no som do Weelf da Rocinha, em que figuram Al Qaeda e outros mitos como Fidel, Cuba, Che

Guevara. O que significa essa resignificação dos signos e dos mitos? O que se depreende é um apelo por reconhecimento e cidadania, e se não existem instituições a mediar os direitos, a figura dos conhecidos líderes de esquerda ainda é a mais carismática, mesmo que ligada à violência e terrorismo (Al Qaeda).

Diferentes músicas apontam ora para a resistência, ora para a futilidade e o apelo de mercado interessados em despolitizar e capturar os recursos simbólicos do passado de um povo em si, cantante. Diferenças podem ser notadas em trechos como de Chico Buarque e nos rap das favelas. As Festas de Agosto em Montes Claros também são referência para pensar a música como festejo e resistência, sem alterar, no entanto, o status e as posições sociais subalternas dos que fazem a festa e das comunidades que se renovam com ela, mas permanecem invisíveis no restante do ano. É uma música diferente do sertanejo universitário, produto projetado pelo mercado fonográfico, mas que cai no gosto popular, em algumas regiões do país.

De maneira geral, depara-se no Brasil com o seguinte pensamento: pobre só toca pandeiro ou caixas de fósforo, e nunca poderá ser um médico ou um músico erudito, a contar pelos moldes de políticas sociais e de desenvolvimento social assumido nos países pobres. O que se espera não é que seja o que se idealizou nas culturas instrumentalizadas do Ocidente, mas que tenha o seu reconhecimento como sujeito, de tradições e pertencimentos diversos, cuja história cultural e patrimônio imaterial devem ser preservados como parte da cultura diversa de que se compõem as cidades e os espaços públicos (cidade, escola, nação).

Conclusões

Reconheçamos que, em modernidades seletivas, o Mesmo se repõe, as alternativas se escasseiam, e a arte é vista como supérflua ou coisa de especialista. Com relação à música e políticas públicas, a reflexão caminha por reconhecer que não se tem assegurado nem mesmo o essencial; precisamos de lutas por reconhecimento, redistribuição e por direitos fundamentais. Contudo, o desenho de uma escola pública, de políticas sociais, ou de presídios e instituições totais “para além dos existentes”, no futuro ou como modelo, deverá contar com a arte como facilitadora do desenvolvimento humano e social.

Já é comum as experiências que alinham aos seus projetos o ensino da música e da sociologia da arte, vinculados à perspectiva de ação social nas escolas desde os anos

fundamentais, sendo também integrados aos projetos pedagógicos institucionais voltados para recuperação de adolescentes e de bairros, aos currículos da infância e nos ensinos posteriores, o que vem a ser um passo importante, num país tão vasto e com tanta musicalidade.

O incentivo poderia ser alargado se houvesse a criação de um mercado da música para escoar as produções culturais e permitir as comunidades contar com a música, como elemento de emancipação. Um mercado de disseminação da cultura da música poderia ser incentivado por meio de investimentos em festivais de música, e prêmios e financiamentos de projetos por meio de editais abertos para instituições sociais de todo o país.

O acesso e incentivo à cultura, bem como à distribuição econômica, integrada às políticas sociais e aos direitos fundamentais, é uma forma de reconhecimento social. É um meio de se lutar contra a violência e a apatia, já que não há trabalho para todos, e viver de música poderia ser interessante, assim como é digno viver de assistência social, conquanto saibamos que a assistência tenha cobertura familiar, não tocando aos sonhos do indivíduo no seio da família desintegrada, que precisará de instituições sociais para garantir integração social.

A entrada dos profissionais no ambiente onde emerge a música, como sugere a Etnomusicologia pode ser um modo de abrir a Universidade para a diversidade que a política de cotas permite, possibilitando a integração social por meio do reconhecimento social, que também é cultural, como uma política unida à da redistribuição de renda, de terras, ou de oportunidades.

O trabalho, como foi analisado e como se apresenta à sociedade, é insuficiente em si mesmo para permitir integração social. Não funciona como política de desenvolvimento autosuficiente para integrar a todos por meio do salário. Não há quem garanta o direito ao trabalho, ou os direitos sociais, de modo geral. A quem punir em caso de não atendimento. Vale, portanto, recolocar os problemas em torno da capacidade de decisão. Desde tempos memoráveis, as sociedades vivem a impotência de não intervir nos programas e na gestão do social, e como reflexo disso, aumenta-se a competitividade e individualismo egoísta, próprio das sociedades liberais democratas, em que as formas são vazias de conteúdo, e o que vale é o *laissez faire* ou o “Salve-se quem puder.”

Com a perpretação dos processos decisórios nas mãos dos setores dominantes, percebe-se porque os valores públicos tornaram-se bens escassos e banais, em contextos

generalizados de injustiça e violência. Nesses contextos globalizados, os Direitos Humanos parecem piada. Por sua vez, militantes em todas as áreas de atuação, mesmo dentro do Estado, ainda acreditam na possibilidade de formar uma opinião pública crítica capaz de gerar solidariedades e competir com Estado e Mercado no sentido de organizar um projeto de nação. Por outro lado, um projeto social que integre a música ao direito, e o direito humano à cidade e aos meios públicos de socialização, permitiria ao Estado Social reconhecer a diversidade do outro, na sua especificidade, por meio da entrada na política pública brasileira, do dono do corpo, do corpo diferenciado, do dono do samba, e dos diversos estilos musicais brasileiros. Para que? Para Sociedade e Estado atuarem juntos na realidade em que a música pertence, ela cheia de ritmos, que pela diversidade de palavras, sons e cores, permitem uma interpretação e a integração da sociedade brasileira. Um projeto de nação deve necessariamente integrar todos os segmentos sociais, todos os ritmos e músicos, profissionais ou amadores, bem como todos os profissionais do ensino técnico ou superior, para serem chamados a atuar na realidade onde brutam as músicas, como etnomusicólogos, como assistentes sociais, historiadores, antropólogos ou políticos que sejam, e almejar a aprovação e votação de projetos dessa natureza no Senado e pelo presidente da República.

Não bastassem as leis que temos, precisamos revogar algumas, mudar outras e criar outras, investindo mais na relação entre cultura e política. Quem vai aprovar um projeto de interesse público, senão os interessados por meio de ação direta constitucional? Só por meio de democracia direta, ou participativa podemos alterar os mecanismos de distribuição de renda e os projetos educacionais, ao ponto de transformar a música em direito fundamental por onde se manifesta a vida e a emancipação social. Só entrando na realidade onde emerge as músicas podemos questionar a visão produtivista do desenvolvimento da nação. Se deixássemos de pensar em termos de mínimos sociais, poderíamos reconhecer a pluralidade de discursos na conformação de sujeitos pensantes, cidadãos reconhecidos na diferença e livres da situação em que os estigmas e a pobreza os colocaram. Também com a música ganharíamos na recuperação de marginalizados, analfabetos, ralés, pobres genéricos como são tão comuns no Brasil e no mundo.

É certo considerar que as contribuições fundadas na reflexividade individual, de gente do povo podem ser também representativas de movimentos sociais e comunidades, como sugerem os cantores e participantes de movimentos sociais, desde o evento do Descobrimento, no Brasil. Diversos e numerosos movimentos combatem por

uma nova política para a nação, portadores que são de novos sentidos para a política, e novos modos de integração social. Assim como os teóricos sociais, suas falas deveriam ser contadas no cômputo geral das decisões no Senado da República, para participarem mais do discurso da política, e dos espaços deliberativos. Em todos os casos, esses espaços deliberativos são formados, em primeira mão, por sujeitos instrumentalizados, e precisam deparar com sujeitos pensantes, atuantes na esfera local. Não importa se uma fala única dos dissidentes ou se várias falas dissonantes venham a guiar a esfera pública e nutrir os movimentos sociais, desde que o resultado venha fortalecer a sociedade civil brasileira, por meio de instituições mediadoras entre o indivíduo e o Direito, ou entre a Sociedade e o Estado. De toda forma, é necessário criar instâncias deliberativas por onde o homem comum possa influir sobre a qualidade dos projetos implementados nos espaços públicos e como parte das políticas sociais, enquanto a música poderia ser reveladora dos vazios e dos vários sentidos da política.

É legítimo lembrar que as instâncias governamentais administram a pobreza, tida como diferença essencial, do mesmo nível que a diferença de gênero ou de etnia. De certa forma, as diferenças de gênero e etnia são diferenças naturais, comuns aos animais que nascem diferentes, sendo iguais. Mas no plano da natureza elas deveriam parar por aí. Foram criadas representações para dividir e criar seletividade e hierarquia. Mas a mulher, nas lutas feministas, não luta para negar a si mesma e ser homem, nem o negro com relação ao branco. O que se coloca como contenda não é o negro negar a si mesmo e virar branco, mas desconstruir as rerepresentações que inferiorizam. Naturalizada, a pobreza, tal como essas outras categorias sociais, não é representada como uma construção social a ser superada. Nos casos de gênero e etnia, o que se constrói e precisa ser desconstruído são as interpretações, o preconceito e o racismo, a serem superados tendo em vista a integralidade do desenvolvimento social. A pobreza e a riqueza não é uma situação que deva ser preservada, em função de diferenças imutáveis. Além de representações devem ser alteradas as condições que reproduzem a pobreza, e resguardam os privilégios no mundo. Esse é um processo de decisão do interesse de uma parcela da nação, em geral pobre, excluída dos domínios da política, e muito precariamente representada pelos partidos políticos nacionais, contudo, aberta a seu próprio inventar e reinventar na política.

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas: Cortez, Unicamp, 1997, pp. 23-24.
- ARENDT, H. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007
- BAJOIT, Guy. **Tudo Muda**. Proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Unijuí. 2006
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da Questão Social: uma cônica do Salário**. (8ª. Ed.) Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008
- CHATEL, Vivianne. **L'îexistence sociale**. Essais sur le déni de l'Autre. Friburg, Academic Press Fribourg/Editions Saint-Fribourg Suisse. 2007.
- DAGNINO, E. (Org.) ; ALVAREZ, S. E. (Org.) ; ESCOBAR, A. (Org.) . **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latinoamericanos: Novas Leituras**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. v. 1. 538 p.
- GORZ, André. **Adeus ao Proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1982
- Gurza Lavallo, A. **Vida pública e identidade nacional - Leituras Brasileiras**. São Paulo: Editora Globo, 2004. 208 p.
- LEFORT, Claude. **A invenção democrática**. Limites do Totalitarismo. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- HABERMAS, J. **Direito e Democracia**. Entre faticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. Filosofia e Política. São Paulo: Editora 34, 1995.
- _____. **A noite dos Proletários: arquivos do sonho operário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ROUANET, Sérgio Paulo. **A razão Cativa**. as ilusões da consciência de Platão a Freud. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SENNET, Richard. **Carne e Pedra**. O corpo e a cidade na civilização. Rio de Janeiro: Record, 2003.

**TRADIÇÃO, ESPETÁCULO E CONSUMO NOS PARAFOLCLÓRICOS
DA CULTURA POPULAR DO MARANHÃO:
UMA REFLEXÃO INICIAL SOBRE OS GRUPOS CACURIÁ DE DONA
TETÉ E BOI DE TECLADO**

Helyne Jullee R Carvalho Palmer

Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Mestranda em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar pela UFMA.
E-mail: helyne4@hotmail.com

José Alberto Campos de Oliveira Junior

Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA.
Mestrando em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar pela UFMA.
E-mail: albertocamposjr@gmail.com

Marla de Ribamar Silva Silveira

Graduada em Biblioteconomia pela UFMA. Especialista em Gestão da Cultura pela Faculdade São Luis - FacSão Luís. Mestranda em Cultura e Sociedade–Mestrado Interdisciplinar pela UFMA.
E-mail: marlasilveira@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise interpretativa de alguns aspectos simbólicos da cultura popular do Estado do Maranhão, a partir de uma abordagem qualitativa acerca de duas manifestações culturais maranhenses, classificadas como “parafolclóricas”: o Cacuriá de Dona Teté e o Boi de Teclado do município de Bequimão. O objetivo deste estudo é propor uma reflexão sobre as manifestações culturais parafolclóricas, abordando conceitos como cultura popular, *folklore* e produto cultural, bem como identificar de que modo os dois grupos se apropriam de elementos midiáticos na promoção de estratégias de consumo cultural e como ressignificam a tradição e suas características de “espontaneidade e originalidade” dentro da dinâmica dos circuitos de difusão da cultura popular do Maranhão.

Palavras-chave: Cultura popular do Maranhão. Parafolclóricos. Tradição.

ABSTRACT

This research presents an interpretative analysis of symbolic aspects of popular culture in the state of Maranhão using a qualitative approach on two Maranhense cultural manifestations classified as “parafolkloric”: o Cacuriá de Dona Teté and o Boi de Teclado from the city, Bequimão. The objective of this research is to propose reflection on parafolkloric cultural manifestations, covering concepts such as popular culture, folklore and cultural products, as well as identify how both groups utilize media elements in the strategic promotion of cultural consumption and how they reframe tradition and its characteristics of “spontaneity and originality” within the dynamics of popular culture dissemination in Maranhão.

Keywords: Popular Culture of Maranhão. Parafolclóricos. Tradition.

1 INTRODUÇÃO

O Estado do Maranhão é reconhecido no Brasil pela diversidade de manifestações folclóricas que possui. Nesse sentido, a cultura popular além de representar aspectos de uma “identidade” regional é também campo de negociações e interesses diversos. Sobre esse aspecto, cada vez mais as práticas culturais em torno das festas populares vão adquirindo novos sentidos e apropriações que vão ressignificar os conceitos sobre *cultura popular, folklore e produto cultural*.

Um fenômeno complexo em torno da classificação destes conceitos são os chamados *grupos parafolclóricos*. Estes, situados entre o que se entende por folclórico e popularesco, problematizam características como “espontaneidade” e “tradicionalidade” nas classificações distintivas entre os grupos folclóricos.

Durante o período junino do ano de 2012, fomos aos arraiais do circuito cultural promovido pelas Secretarias de Cultura do Governo Municipal de São Luís e do Estado do Maranhão para observar como os grupos “parafolclóricos” se apresentam e como se comunicam com o público.

Registramos a apresentação de dois grupos: o *Cacuriá de Dona Teté e o Boi de Teclado*, do município de Bequimão, aos quais optamos analisá-los para fins deste estudo. O

primeiro é uma reelaboração de uma manifestação folclórica por iniciativa de pesquisadores do Espaço Cultural Laborarte, o Laboratório de Expressões Artísticas, e, o segundo, surgiu por iniciativa do prefeito e de uma radialista da cidade de Bequimão, Maranhão, que queriam apresentar uma brincadeira com ‘cara de novidade’. Nesse caso, a novidade foi o primeiro grupo de bumba-meu-boi executado somente com o uso de teclado, reproduzindo a sonoridade de todos os instrumentos do boi de *sotaque de orquestra*¹ tradicional.

O objetivo deste texto é analisar as relações de apropriação e negociação destes grupos na dinâmica dos próprios circuitos de difusão cultural no Maranhão (leia-se São Luís, capital do Estado), sobretudo no período das festas juninas, com espaços subsidiados pelos órgãos governamentais que têm a responsabilidade de promover e fomentar a cultura popular e as manifestações folclóricas como parte das estratégias do plano de governo nas áreas da Cultura e do Turismo, para identificarmos como os grupos se utilizam de elementos comunicativos e estéticos para atribuir sentido aos conceitos já assimilados de “parafolclore”, “tradicionalidade” e “espontaneidade”, refletindo diretamente no comportamento e no produto desses grupos.

Iniciaremos com a descrição detalhada das duas manifestações culturais em sua dinâmica de apresentação, modo de organização e recursos disponíveis para depois adentrarmos na discussão sobre a definição dos conceitos sobre cultura popular, parafolclóricos e tradição, relacionando com o exercício de observação das duas brincadeiras, a partir das referências interdisciplinares e subjetivas dos próprios observadores (autores deste artigo) de formações disciplinares diversas (Comunicação, Letras e Biblioteconomia).

Depois, descreveremos a relação e interação destes grupos com os espaços culturais (os arraiais de São Luís) no que diz respeito à *performance* da apresentação e os sentidos que provocam na recepção do público e, por fim, serão feitas as considerações finais a respeito dos aspectos simbólicos que estão engendrados nas dinâmicas dos grupos parafolclóricos.

2 CULTURA POPULAR, PARAFOLCLÓRICOS E TRADIÇÃO

¹ O sotaque de orquestra é estigmatizado como parafolclórico. Conhecido pelo luxo das roupas e critério de beleza das índias e índios. Os instrumentos formam uma pequena orquestra, com destaques para os de cordas e sopro como banjos, clarinetes e flautas (AZEVEDO NETO, 1997).

“Cultura” é uma das palavras mais nobre, porém complexa da Língua Portuguesa. Etimologicamente significa “cultivo”, mas sua raiz latina é “colere”, que tanto pode significar cultivar como “habitar”, “adorar” ou “proteger”. (EAGLETON, 2011).

Essa complexidade se estende para o âmbito da cultura popular, que para muitos é equivalente ao mesmo que folclore, para outros há uma diferença entre esses conceitos, e para outros cultura popular é o mesmo que cultura de massa.

A cultura popular (termo que prefiro a “folclore”, pelas restrições que tem), caracteriza-se por se constituir, basicamente, de um complexo de informações transmitidas de geração a geração, sem ensino formal e nas sociedades gráficas. O ensino formal, metodizado, sistemático, regular, onde se criam situações pedagógicas intencionais, científica e tecnicamente estabelecidas, é o do ambiente escolar. (CORREA, 2010, p.02).

Já Néstor Canclini (1983), acha mais adequado pluralizar o termo, *culturas populares*, considerando-as “resultado de uma apropriação desigual do capital cultural” e que “realizam uma elaboração específica das suas condições de vida através de uma interação conflitiva com os setores hegemônicos” (CANCLINI, 1983, p.43).

No tocante à discussão sobre tradicionalidade das manifestações culturais populares mediante à modernidade (ou pós-modernidade), ou seja, no processo evolutivo das sociedades e, por sua vez, das culturas e suas variantes, chega-se aos grupos *parafolclóricos*. De acordo com a Carta do Folclore Brasileiro² (1995):

Parafolclóricos são assim chamados os grupos que apresentam folguedos e danças folclóricas, cujos integrantes, em sua maioria, não são portadores de tradições representadas, se organizam formalmente, e aprendem as danças e os folguedos através do estudo regular, em alguns casos exclusivamente bibliográficos e de modo não espontâneo.

O antropólogo Carlos Vega (1960), no livro *La ciencia del folk-lore*, diferencia os grupos parafolclóricos dos folclóricos a partir de certos aspectos, a saber: o uso organizado do espaço físico; o perfil sociocultural e escolarizado dos agentes; e as motivações e intencionalidades não-espontâneas dos grupos.

² Aprovada no VIII Congresso Brasileiro de Folclore, em 1995, na cidade de Salvador/BA.

Nos estudos sobre cultura popular, foram sendo elaborados novos modos de compreender as práticas que estão incorporadas nos processos de transformações culturais e religiosas das sociedades e comunidades em suas relações simbólicas. É próprio das culturas populares o dinamismo e as alterações de características e traços definidores das manifestações culturais. As práticas do passado chegam ao presente com novas apropriações e novos sentidos a partir das mudanças que acontecem dentro das diversas instâncias sociais e nas relações entre os indivíduos, seja por meio de fatores econômicos, tecnológicos, industriais, dentre outros.

Com a consolidação da indústria cultural, impulsionada pelos meios de comunicação, a partir dos anos de 1970, as manifestações folclóricas consideradas bens culturais populares materiais ou imateriais foram adquirindo novos valores de acordo com a demanda de consumo instaurado pela globalização, que deslocou os sentidos de local e global. As manifestações folclóricas passaram a ser consideradas produtos culturais, com valor econômico a partir do pagamento de cachês pelas apresentações, e tiveram que adaptar suas dinâmicas para as formas do espetáculo.

O historiador Eric Hobsbawn (1997), por exemplo, discorre sobre a ideia de que nem todas as tradições possuem uma origem distante, indeterminada ou antiga e que a maioria delas é uma invenção formalmente institucionalizada. Para o autor, a tradição serve como reforço de legitimidade às práticas atuais, com objetivos ideológicos e simbólicos.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade com o passado. (HOBSBAWN, 1997, p. 9)

Ele também estabelece a distinção entre tradição e costume. Enquanto a tradição produz resistência e se apoia na invariabilidade, o costume está aberto a inovações com a função de dar a mudança desejada ao que se propõem os sujeitos das práticas sociais. Para cada nova tradição inventada ou modificada é necessária a utilização de elementos antigos e de significado forte para o grupo ou comunidade onde a manifestação cultural será praticada.

Outra perspectiva de reflexão sobre o conceito de tradição é formulada pelo antropólogo Corrêa (2010), a qual vamos nos fundamentar para esta análise, quando diz:

Tradição vem igualmente do Latim: “tradere” significa “trazer”. Tradição, pois, seria aquilo que foi trazido, isto é, transmitido pelos antepassados. Tal como oralidade,

inúmeras complicações cercam a questão. Uma delas, fundamental, são as inevitáveis transformações sofridas pelo que é “trazido” durante e a partir do momento em que é recebido. Com efeito, deve-se considerar que cada indivíduo (ou receptor) é um indivíduo, com seus referenciais culturais, idiosincrasias, nasceu e vive e em certas épocas e locais, de tal família, tem determinada visão de mundo e assim por diante. Toda a nova informação recebida não será assimilada mecanicamente, pois os dados vão ser filtrados, relidos combinados com os que já estão em posse do receptor. Deste modo, as ações/reações de dois receptores diversos, mesmo tendo recebido informações idênticas, muito dificilmente serão idênticas. Isto é, a “tradição” só muito dificilmente será reproduzida de forma igual, o produto final se constituindo numa nova construção cujas semelhanças objetivas com a anterior nem sempre serão muito grandes. (CORREA, 2010, p.05)

Inventadas ou não, as tradições estão diretamente ligadas à memória, tanto coletiva quanto individual, e se constituem num amálgama de valores de identidade e de sentimento de pertença, mesmo que essa identidade e pertencimento sejam fruto de uma manobra ideológica.

3 CULTURA POPULAR DO MARANHÃO

No Maranhão, a invenção do sentido do que venha a ser a expressão “cultura popular maranhense” foi um processo de integração cultural, assimilação, sincretismo e disjunção das matrizes dos grupos culturais que se fixaram na região maranhense, bem como de seus subgrupos sociais, sob fortes intervenções, política e econômica, da elite e das autoridades perante os atores sociais subalternos (ASSUNÇÃO, 2012).

O desenvolvimento de um catolicismo popular, com interpretação própria e original dos dogmas da Igreja Católica, no período colonial do século XIX e a chegada dos escravos africanos ao estado, foram construindo as dinâmicas das manifestações folclóricas e populares maranhenses. A proibição geral para os “batuques” (designação geral das festas dos escravos que incluíam o uso de tambores) demarca o controle social dos escravos negros e a reestruturações deste perante suas festas e rituais religiosos. (ASSUNÇÃO, 2012).

O bumba-meu-boi, por exemplo, a mais popular manifestação folclórica do Maranhão junto com o tambor de crioula, até a década de 1970 sofria com a repressão policial e tinha espaços delimitados na cidade de São Luís para apresentações públicas.

A observação dos elementos da cultura popular maranhense não deve se fundamentar no exercício de desfragmentação das referências às três supostas origens sociais (africana, indígena e europeia) e seus traços distintivos. Os signos de cada brincadeira ou

grupo folclórico apresentam processos de negociação entre os atores sociais envolvidos e promovem discursos entre as diversas classes sociais. Como argumenta Assunção (2012):

A cultura popular não é meramente residual e apolítica, nem um sistema completo de contracultura para além da influência da cultura da elite, mas sim um complexo conjunto de subsistemas parcialmente sobrepostos e relacionados, contendo elementos tanto de ideologia "contra-hegemônica", quanto da ideologia dominante. Nesse sentido, o uso do plural - culturas populares - é justificado, na medida em que enfatiza a heterogeneidade e as subdivisões internas da cultura popular. (...) Todavia, com a modernização, algumas práticas estão rapidamente se estendendo para além das fronteiras das comunidades originais, tornando-se hoje outra opção no mercado do lazer ou da religião e, portanto, tornando ainda mais difícil investigar a sua prática no passado. Contudo, a mudança na cultura popular não é necessariamente unidirecional, por exemplo, em direção a uma completa extinção ou apropriação pelos padrões dominantes, embora isso possa eventualmente acontecer. (ASSUNÇÃO, 2012, p. 19)

Feitas essas observações, vamos partir para as definições das duas manifestações folclóricas em análise.

3.1 Bumba-meu-boi

O bumba-meu-boi no Maranhão é um auto-dramático, onde, segundo Vieira Filho (1977, p.25), por meio do teatro, da música e da dança, o *boi* assume o papel de protagonista da festa e os demais personagens, formados por índios, brancos e negros, compartilham em igual tamanho as alegrias e tristezas dessa estória.

Para efeito deste estudo, adotaremos a seguinte definição de bumba-meu-boi:

Um auto-popular dramático que conta a história de um escravo, Pai Francisco, cuja mulher, Catirina, por 'desejo de grávida', insiste em comer a língua do melhor touro do patrão. Francisco termina matando o animal. Descoberto, é perseguido e preso pelos vaqueiros e índios, os trabalhadores da fazenda, e condenado à morte. É salvo, entretanto, por um feiticeiro indígena, que ressuscita o animal. Antigamente, havia uma dramatização bufa consideravelmente longa, que contava a história. Os bois saem para dançar entre 24 e 29 de junho, embora nos últimos tempos façam apresentações pagas fora deste período. Ao se apresentar, o grupo forma um círculo composto pelos vaqueiros, em determinando ponto ficando os músicos. No centro dança o boi, armação de madeira sob a qual se oculta um integrante, o "miolo". Há outras figuras, como o amo (ou chefe), que canta, personagens diversas e, mais recentemente, as "índias", um grupo seguidamente numeroso de mulheres jovens. (CORREA, 2010, p.09).

Existem três denominações para essa manifestação da cultura popular maranhense: Bumba-meu-boi; Bumba-boi e Boi, tendo este último termo, dois significados

diferentes no próprio folguedo: *boi (brincante/personagem)* e *boi (brincadeira, bumba-meu-boi, manifestação da cultura popular maranhense)*. O *boi (personagem/brincante)* é uma armação de madeira coberta de pano que imita o animal verdadeiro, no qual, debaixo dele, tem um dançarino que precisa ser muito hábil, o *miolo*.

No Maranhão, os grupos de boi são divididos em cinco principais ritmos, estilos ou sotaques: de *matraca* ou *da ilha*, de *zabumba*, *Pindaré* ou *da baixada*, *Cururupu* ou *costa-de-mão* e de *orquestra*.

Os estudos que abordam o bumba-meu-boi têm provocado considerável interesse e disputa nos últimos anos entre os pesquisadores, principalmente pelas excessivas discussões em torno do que é tradicional e original.

Inquietações como “quando surgiu?”, “o que teria acontecido com a brincadeira?” e “qual o motivo de tantas transformações?”, desencadearam uma quantidade significativa de estudos acadêmicos a partir de tais questionamentos, bem como a criação de mais espaços de apresentação e novos modelos de políticas culturais que atendessem as transformações geradas nas últimas décadas por parte do poder público.

É nesse cenário que teremos, na seara dos estudos sobre o bumba-meu-boi, dois grupos de teóricos: os que acreditam na importância de manter as características originais (tradicionais), ou seja, no que se refere à preservação do modo de dançar, de fazer as indumentárias e das apresentações; e o grupo dos teóricos que defendem a modernização a vanguarda da dinâmica que vem ocorrendo na sociedade globalizada, sendo, estes, radicalmente criticados pelo primeiro grupo por incentivar e promover mudanças e estilizações na brincadeira do boi, como pode-se perceber, por exemplo, em Reis (2008), quando destaca:

As companhias de teatro de Rua não são grupos tradicionais de Bumba-boi. São grupos de artistas populares da maior importância para a divulgação da diversidade folclórica maranhense. A função dessas Companhias teatrais é de fazer a mostra estilizada de todas as danças folclóricas deste torrão e não exclusivamente os ritmos do Bumba-boi. Executam todas que, também, fazem com real beleza e maestria. Destaque dessas Companhias, que se multiplicam rapidamente em São Luís, são: grupo Cazumbá, companhia Barrica ou Bozinho Barrica; Boi Pirilampo; Boi de Palha; Boi Pintado; Grupo Piaçaba, Companhia de Sotaques e tantos outros. (REIS, 2008, p.26)

Já Canjão (2003), afirma que:

O bumba-meu-boi do Maranhão é uma manifestação que articula símbolos e significados, sentidos que se transmitem através dos tempos e que vão constituindo e reconstituindo a história do povo que a produz. Sentidos retirados de uma experiência que faz sempre referência a um passado. Assim, no resgate da memória, evita-se o esquecimento, a negação de uma tradição (...) Ilustra uma condição de elaboração de identificação, de configuração de identidades, apresenta-se como um sistema de referências. Nesse contexto, a identidade é concebida como um elemento que marca fronteiras, que situa o indivíduo em um lugar, no tempo e no espaço, em sua memória. (CANJÃO, 2003. P.107)

3.2 Cacuriá

O Cacuriá é uma dança originalmente maranhense, que integra o rol de manifestações da cultura popular do Estado. Criada por Dona Filoca e Seu Lauro, em 1975, no município de Guimarães e levada posteriormente para a capital, São Luís, onde rapidamente se difundiu, pois é repleta de sensualidade e espontaneidade. Além disso, agrega vários ritmos e festas da região como o carimbó, o bumba-meu-boi e as caixas da Festa do Divino Espírito Santo. É dançado com passos marcados, os dançarinos se utilizam principalmente do rebolado do quadril e total interação com o público. A dança é coreografada, cheia de simbolismo, alegria, criatividade e extremamente envolvente.

Porém, o cacuriá passou a ter maior destaque a partir do Grupo de Dona Teté ou Almerice da Silva Santos (1924-2011), caixeira do Divino Espírito Santo. Esta foi para o Laborarte em 1980, participar de espetáculos de dança, quando criou grupos de cacuriá com crianças de escolas públicas, até, em 1986, criar o seu próprio grupo, ganhando projeção nacional e internacional, mas que foge relativamente do cacuriá advindo da cidade de Guimarães. (HARTMANN, 2010).

4 ESPETÁCULO E CONSUMO NOS PARAFOLCLÓRICOS

A cidade de São Luís, que possui uma grande diversidade de festas populares, não está isenta a esta dinâmica tecnológico-cultural: de um lado, os protagonistas populares que

tanto são parte de uma “matéria- prima” dos agentes midiáticos, como também se apropriam de elemento desses para reinventar suas práticas, e do outro, os produtores culturais que aproximam essas culturas populares às realidades mais urbana e que pensam estratégias de salvaguarda, mas que também interferem e negociam valores desses sistemas simbólicos. É o que Trigueiro (2005) chama de folkcomunicação, ou seja:

Conjunto de procedimentos de intercâmbio de informações e ideias, opiniões e atitudes dos públicos marginalizados urbanos e rurais, por meio direta ou indiretamente ligados ao folclore. {...} A essas cumplicidades culturais, geradas em campos híbridos, passei a chamar de produtos folkmidiáticos. (TRIGUEIRO, 2005, p.79)

Cada vez mais as brincadeiras e as festas populares do Maranhão têm reinventado suas práticas e concepções de acordo com apelos de mercado e esse mercado também tem desenvolvido mecanismos de apropriação dessas práticas populares.

Nesse cenário de apropriações múltiplas fica cada vez mais inviável a utilização de categorias fechadas de conceitualização. Vejamos o caso do cacuriá no Maranhão: em qualquer lugar do estado o cacuriá de dona Teté é reconhecido como o grupo mais “tradicional”, ou seja, mais original, que mantém as características genuínas da festa. Porém, se formos analisar, ele possui todas as características referenciadas aos parafolclóricos³, mas o fato do grupo manter a figura de Dona Teté⁴ evoca nas pessoas a questão da tradicionalidade, tendo em vista que Dona Teté era uma das integrantes fundadoras do primeiro cacuriá do Maranhão, que foi o do seu Lauro. Nesse sentido, tradição e modernidade, apresentados como antitéticos por grandes estudiosos, como Durkheim e Weber, se revelam solidários e cúmplices na dinâmica dos processos culturais.

Assim, substancializar uma brincadeira como tradicional ou parafolclórica, nos parece uma ação um tanto quanto perigosa nesses tempos de aceleração das hibridações, pois o limite entre o “original” e a “reinvenção” está cada vez mais sensível, quase uma linha tênue. É interessante notar que não só os setores midiáticos se apropriam das culturas populares, mas essas também usufruem das novas possibilidades advindas dos meios comunicacionais: *sites*, *home page*, *blogs*, divulgação fonográfica entre outras. Talvez o

³ Não é um grupo que nasceu espontaneamente, foi elaborado e pensado por produtores culturais, é composto por coreógrafos e músicos profissionais

⁴ Que participava até o final de 2011, ano do seu falecimento.

cuidado aqui deva ser não classificar o que é ou não tradicional, mas sim “quem está determinando essa dinâmica?” ou “até que ponto os grupos populares exercem sua autonomia?”

A categoria “tradição” muitas vezes é utilizada como parâmetro para determinar quem participa ou não de determinado circuito. Porém, isso pode revelar uma estratégia de homogeneização e de estagnação dos grupos populares promovida pelos gestores culturais, em vez de uma proteção. Isto é, significa dizer que o jogo de poder desigual, esse sim pode representar um esfacelamento no tecido cultural, e que as categorias em muitos casos servem para reforçar o poder de comunidades hegemônicas.

A questão da espetacularização é muito delicada. Por mais que pareça um tema da contemporaneidade, ela já existe desde os primórdios das brincadeiras populares, pois apesar das festas terem objetivos, em alguns casos religiosos, em outros, de entretenimento, um elemento comum e constante é o espetáculo: a festa, às vezes, é produzida o ano inteiro, pois têm confecções de indumentárias, ensaios ou encontros, como é o caso do bumba-meu-boi, mas sempre houve e haverá o momento da apresentação, ainda que como antes, fosse em quintais e terreiros, mas era o momento do espetáculo. Portanto, “espetacularização das culturas populares não é uma coisa nova como se pensa; a mudança é nos métodos de produção, na velocidade de distribuição e no mercado de consumo desses bens culturais.” (TRIGUEIRO, 2005, p. 81).

Além disso, de acordo com o autor supracitado, as manifestações populares são associadas a dualidades do bem e do mal, do real e da ficção, do disforme da natureza e de experiências místicas que compõem nosso imaginário:

É a hibridação de tudo isso que dá atônica à cultura popular no mundo globalizado pelos meios de comunicação e pelos novos interesses de consumo e de bens culturais (...). É essa hibridação das redes de comunicação do global e do local que reinventa a cultura brasileira, a cultura nordestina/sertaneja, reinventa a festa popular e sua espetacularização. (TRIGUEIRO, p.81-83)

Dessa forma, é possível considerar um momento de flexibilização desses conceitos: espetáculo, tradição e parafolclórico, pois os grupos vivem uma espécie de retraditionalização que perpassa, também, por aspectos ligados à identidade, conceito cada vez mais diluído pelos processos tecnológicos-culturais.

A perspectiva desse artigo caminha nesse sentido, o da problematização dos conceitos estanques, bem como o da crítica às cristalizações dos sistemas culturais, que como tais, jamais deveriam ser substancializados, tendo em vista que são símbolos e enquanto tais, não são “coisas”, mas são “vivos” e como tudo que é vivo, está sujeito às mudanças e ressignificações.

Então o que interessa hoje ser observado nas manifestações culturais? Já que existe essa visível dificuldade de categorizar definições?

5 CACURIÁ DE DONA TETÉ E BOI DE TECLADO, UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA

A presença dos *parafolclóricos* e a estrutura de circulação e consumo dos produtos culturais nos espaços de difusão das manifestações folclóricas têm provocado novas apropriações dos grupos. Foi o que observamos no *Cacuriá de Dona Teté* e no *Boi de Teclado*.

Ao chegar aos espaços culturais destinados à apresentação do espetáculo, os componentes do grupo Cacuriá de Dona Teté vão abordando o público presente e interagindo com o espaço como se este fosse um teatro a céu aberto. O jogo cênico presente na *performance* do bailado visa promover a valorização do corpo com gestos sensuais na expressão e nas coreografias apresentadas. O coro é sustentado pelas vozes de três mulheres que tocam caixa, sendo uma voz principal que conduz os cantos entoados. A base harmônica do grupo é incrementada ainda com a presença de músicos profissionais tocando violão, cavaquinho e percussão. Os dançarinos formam um círculo, em pares, para apresentar a dança. Durante a execução das músicas, eles expressam o sentido da mensagem que está sendo cantada, sempre com caráter ambíguo e expressões de duplo sentido, como “cana pra assar, assa cana”, “sacode o rabo jacaré”, entre outras. O público interage respondendo o refrão das canções e ao final do espetáculo, quando são convidados a entrar na roda e dançar junto com os dançarinos.

A maioria dos brincantes do Cacuriá de Dona Teté é formada por jovens de formação universitária ou integrantes do Laboratório de Expressões Artísticas, o

LABORARTE, que participam da brincadeira pelo prazer do entretenimento ou também mediante o pagamento de um cachê pelas apresentações.

Ainda é marcante a memória da fundadora da brincadeira que dá nome ao cacuriá, a Dona Tetê, que faleceu no dia de 2011, aos 87 anos, pela força que sua presença performática tem no imaginário da cultura popular no Maranhão. A maioria das composições são adaptações dela de canções de domínio público.

Podemos observar que o elemento “tradicionalidade” é mantido pelo Cacuriá por meio da repetição do repertório de canções executadas e nos ritmos mantidos sem alterações. O nome da brincadeira associado a uma ‘senhora e mestre da cultura popular’ também faz legitimar o valor que o público e os produtores culturais, gestores dos espaços culturais de apresentação de grupos no período junino consideram como produto cultural de grande receptividade de consumo.

Já o Boi de Teclado foi uma novidade até mesmo para nós, autores deste artigo. O próprio nome da brincadeira já tem a intenção de demarcar um elemento que não é comum nos grupos de bumba-meu-boi, no caso, o teclado.

Ao contrário do Cacuriá de Dona Tetê, os brincantes do Boi de Teclados apresentam-se sem a preocupação de ter uma postura cênica na performance para com o público. O grupo é formado por adolescentes e jovens estudantes de escolas públicas do município de Bequimão, no interior do estado do Maranhão. A sonoridade do grupo não é alterada pelo uso do teclado, que substitui os instrumentos melódicos, comuns nos bois de sotaque de orquestra.

A indumentária também permanece com elementos comuns em outros grupos de bumba-meu-boi, porém, observamos no uso das cores e dos signos presentes, sobretudo no couro do boi, peça principal da brincadeira, palavras e homenagens às comemorações pelo quarto centenário da cidade de São Luís. Homenagem que revela intencionalidades políticas.

Desse modo, apresentamos a seguinte hipótese: Teria o boi de teclado desvirtuado a tradição dos bois de orquestra pelo uso de uma nova tecnologia ou instrumento?

Para o antropólogo Norton Corrêa (2010), tal preocupação com o desvirtuamento “é uma questão que cabe somente aos segmentos intelectualizados e que não se pode esperar dos grupos de boi uma definição de autenticidade”.

Assim, esses tipos de práticas dialogam com o conceito de folclore adotado pelo pesquisador Osvaldo Meira Trigueiro. Para ele, “a cultura popular é um processo cultural em movimento, aberta a outros significados e novas práticas sociais”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Definir o que é cultura popular e cultura *folk* na contemporaneidade, com suas dinâmicas sociais intensificadas pela indústria cultural e de entretenimento, nos faz deslocar a proposta de análise ou observação de qualquer manifestação cultural.

O *Cacuriá de Dona Teté*, por exemplo, é uma organização cênica e musical que amplia os sentidos em torno da dança e das canções executadas. Na dança, os brincantes adotam a postura de bailarinos em sua comunicação com o público. Além dos movimentos coreografados sistematicamente, os bailarinos do *cacuriá* acentuam o erotismo e a sensualidade na performance de modo a oferecer ao público um espetáculo provocante. Na parte musical, o grupo é acompanhado por músicos que participam do laborarte e por músicos profissionais que estão ali mediante o pagamento de cachê. Toda a dinâmica da apresentação, com letras ambíguas e de duplo sentido, fazem parte de uma estratégia mercadológica e que escapa totalmente do vínculo religioso que o *cacuriá* poderia ter.

O *Bumba-meu-boi de Teclado*, em relação à dinâmica do grupo, observamos que a brincadeira mantém aspectos tradicionais na indumentária, nos personagens do auto, na coreografia e na sonoridade, sendo o teclado a única marca de diferenciação dos bois sotaques de orquestra.

O exercício de análise interpretativa, propósito deste artigo, pretendeu servir de experiência interdisciplinar de apreensão dos sentidos que as manifestações culturais apresentam em si, sejam estes sentidos espontâneos, sejam com intenções desveladas, dentro daquilo que se propõe o pensamento do antropólogo Clifford Geertz (2012), ao afirmar que os símbolos culturais podem ser interpretados como “textos”, em seus diversos sentidos semióticos.

Partido desse pressuposto, a análise que aqui expusemos não representa uma idéia determinista sobre o que vem a ser o parafolclórico enquanto conceito estanque. Ao se fazer uso de uma análise interpretativa e a partir do cruzamento dos conceitos estudados durante a disciplina “Cultura Popular”, oferecida no programa de pós-graduação em cultura e sociedade da qual fazemos parte, junto com o aporte teórico de cada um dos autores deste artigo, com formações disciplinares diferentes, o exercício ensaístico serviu de metodologia para a abordagem em comum deste artigo.

Na observação das duas brincadeiras, observou-se primeiramente o aspecto em torno do fator espetáculo. Os dois grupos eram contratados pelo governo do estado para se apresentarem em espaços culturais organizados com uma programação específica para as festas juninas. Eram espaços de promoção da cultura e do turismo. Desde o anúncio feito pelo locutor do espaço antes da brincadeira se apresentar, ela vai ganhando sentidos e valor de produto cultural que será ‘consumido’ por um público ansioso por ‘consumir’ a cultura popular.

O jogo de sentidos promovido pelos grupos na relação com o público vai sendo negociado na dualidade entre a novidade que a brincadeira que apresentar naquele ano, seja pelo tema ou homenagem nas canções executadas, seja na indumentária que quer apresentar um detalhe novo ou diferente dos anos anteriores, seja na presença de novos brincantes ou novas coreografias, junto com aspectos que legitimam a tradição, dentro daquilo que a brincadeira não perdeu ou modificou ao longo dos anos.

As estratégias de discurso midiático vão se revelando no processo de comunicação entre os líderes da brincadeira, geralmente o cantador (Boi de Teclados) e o coro (Cacuriá de Dona Teté), com o público presente, incentivando a plateia a cantar ou a participar, dançando junto com os dançarinos de cada grupo. Além da dinâmica da própria apresentação dos grupos, é comum também citar personalidades políticas ou possíveis patrocinadores, geralmente políticos.

Nesse sentido, podemos concluir este texto definindo que o que vai determinar a classificação e o sentido de um grupo cultural como sendo parafolclórico é o olhar externo, são os pesquisadores, gestores culturais ou organizadores dos eventos. Para o público consumidor, o conceito não altera o sentido da fruição da brincadeira. Observamos também que o que é considerado como parafolclórico atualmente pode vir a ser considerado tradicional/folclórico com o passar do tempo, de acordo com as alterações das dinâmicas das manifestações folclóricas. Foi o que aconteceu com o bumba-meu-boi de sotaque de orquestra no Maranhão.

Como atividade interdisciplinar, a experiência de articulação deste artigo também serviu para promover o diálogo entre diferentes modos de ver as culturas populares e suas diversidades.

Referências

ASSUNÇÃO, Matthias Röhria. **A formação da cultura popular maranhense. Algumas reflexões preliminares.** In: Comissão Maranhense de Folclore. N.04, ago. 1999. (Boletim online). Disponível em: <http://cmfolclore.sites.uol.com.br/bol14.htm#formacao>. Acesso em: 13 de julho de 2012.

AZEVEDO NETO, Américo. **Bumba-meu-boi no Maranhão.** 2.ed. São Luís: Alumar Cultura, 1997. 140p.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANJÃO, Isanda. **O lugar da memória no bumba-meu-boi.** In: Olhar, memória e reflexões sobre a gente do Maranhão. São Luís: CMF, 2003. P. 103-112.

CORRÊA, Norton Figueiredo. **Bumba-meu-boi do Maranhão: Um desafio ao olhar.** Trabalho apresentado na Reunião Brasileira de Antropologia (27), 2010, ago. Belém-PA.

Della Monica, Laura. **Turismo e folclore: um binômio a ser cultuado.** 2. ed. SP: Global, 2001. (Coleção Global Universitária)

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura.** 2.ed. São Paulo: Unesp, 2011. 208p.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas,** Rio de Janeiro: LTC, 2012.

HARTMANN, Luciana. **Cacuriá: Dinâmicas de uma tradição dançada.** VI Congresso de pesquisa e pós-graduação em artes cênicas, 2010.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das Tradições:** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

REIS, José Ribamar Sousa dos. **O ABC do bumba-meu-boi do Maranhão.** São Luís: Fortgráfica, 2008. 60p.

TRIGUEIRO, Osvaldo. **Culturas populares, circuitos de difusão e mercado.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CULTURAS POPULARES. São Paulo: Instituto Pólis, 2005. 184p.

VEGA, Carlos. **La ciência del folk-lore.** Buenos Aires: Nova, 1960.

GT 06 - Processos sociais e sustentabilidade

A QUESTÃO DA MORADIA E A CONVERGÊNCIA ENTRE TERRITÓRIO, MERCADO E ESTADO

Raquel Chaffin Cezario¹

(raquelchaffin@yahoo.com.br)

Rodrigo da Costa Caetano²

(profrodrigo@uenf.br)

Resumo: O presente artigo apresenta uma breve discussão sobre a questão da moradia e, a partir de sua análise, apresenta como se processa na sociedade capitalista a convergência entre o território, o mercado e o Estado. Objetiva-se, dessa forma, demonstrar como o território, por submeter-se a um poder político e jurídico, reflete o controle que o Estado exerce em sua articulação legal com o mercado. Assim, o mercado imobiliário, guiado pela lógica global do dinheiro e com o consentimento do Estado, realiza seu controle sobre as melhores áreas das cidades, favorecendo as classes superiores e acentuando a segregação socioespacial. Em vista disso, é válido pensar em novas formas de gestão e planejamento das cidades, para que todos os cidadãos possam desfrutar dos seus direitos em toda a sua plenitude.

Palavras-chave: moradia, território, mercado e Estado.

Abstract: This article presents a brief discussion about the issue of housing and, from its analysis, presented as process in capitalist society the convergence among the territory, the market and the State. The objective is thus to demonstrate how the territory, to submit to a political and legal power, reflects the control that the State exercises on its articulation legal with the market. Thus, the housing market, driven by the logic global of money and with the consent of the State, held its control on the best areas of the cities, favoring the upper classes and emphasizing the socio-spatial segregation. In view of this, it is worth thinking about new ways of management and planning of cities, so that all citizens can enjoy their rights in all its fullness.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

² Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Key words: housing, territory, market and State.

Introdução

A atual situação de moradia para os extratos inferiores da população se configura como um grande desafio no âmbito das discussões entre governos, organizações da sociedade civil e meios acadêmicos. Nas discussões acerca das condições de moradia estão os possíveis mecanismos de amenização da precariedade das áreas urbanas, não restritos à moradia, mas abrangendo também a ausência de serviços públicos e de infraestrutura, principalmente nas periferias dos centros urbanos. Assim, discute-se desde o direito à moradia até o direito à cidade.

A garantia do direito à moradia, a partir da década de 1940 nos países capitalistas com economias centrais, exigiu uma alteração em suas bases fundiárias. Para tanto, tais países realizaram uma reforma urbana embasada em três pilares: reforma fundiária, extensão de uma infraestrutura urbana capaz de atender às necessidades de produção em massa de moradias e financiamento subsidiado à habitação. Essas e outras medidas regularam o salário e o preço da moradia, onde não apenas o poder de compra dos assalariados aumentou, como também a produção massiva de habitações.

Tal aumento de produtividade, embutido no modo de produção fordista, também implicou na regulação da terra e do financiamento. O resultado desse enorme processo de produção, de acordo com Maricato (1997), foi o surgimento de subúrbios americanos e cidades expandidas européias, que garantiram o direito à moradia, mas não o direito à cidade.

Historicamente, a ocupação do solo urbano pelos extratos inferiores da população se realizou em locais desprezados pelos extratos superiores. No caso brasileiro, é importante salientar que um dos aspectos mais marcantes da precarização da moradia foi a velocidade em que se processou a mudança de uma sociedade essencialmente rural para outra sociedade caracterizada por um forte índice de urbanização, onde eram praticamente nulas a existência de normas disciplinadoras para o seu avanço. (OLIVEIRA, 2009)

No início do século XX, o efetivo processo de urbanização brasileira presenciou forte intervenção estatal na problemática urbana. Nesse período, tais intervenções priorizavam a revitalização da paisagem nas regiões centrais das grandes cidades, de modo a amenizar o aspecto de pobreza. As políticas intervencionistas estiveram sempre atreladas à histórica

herança fundiária. Por conseguinte, o processo de modernização conservadora que ocorreu no Brasil transferiu para as cidades a pobreza que assolava o ambiente rural, e se agravou pelo fato do Estado brasileiro ter concentrado seus investimentos na consolidação de um parque industrial emergente, renegando as necessidades urbanas mais imediatas da população. (OLIVEIRA, 2009)

A análise da forma de ocupação urbana dos extratos inferiores da população, evidenciada no subúrbio, ou o entorno periférico (em oposição referencial aos centros) e as favelas, ajuda a entender o padrão segregado que separou física e simbolicamente os mais pobres dos mais ricos. A expansão da cidade e a formação da região metropolitana no Brasil acentuaram essa segregação social e espacial, devido a uma urbanização dual (que separa ricos de pobres e pobreza).

Essa separação física e simbólica dificulta a sociabilidade conjunta, onde a intensa fragmentação das identidades muda o caráter do espaço público e extingue a possibilidade de uma igualitária esfera pública e de uma sociedade mais justa e democrática. O Brasil se constituiu, assim, com cidades desiguais e segregadas, onde as camadas abastadas se concentram em bairros com boa disponibilidade de infraestrutura e serviços, enquanto que as classes menos favorecidas vivem em condições precárias, periferias pobres e desprovidas de serviços básicos.

Em visto do que foi dito, é importante pensar em um planejamento urbano que contemple o direito à moradia e o direito à cidade, na tentativa de não apenas minimizar, mas resolver alguns problemas historicamente incrustados na sociedade brasileira. É a partir dessa problemática que o Estatuto da Cidade³ deve ser considerado, bem como os planos diretores, como um importante instrumento para o planejamento urbano. Pensar hoje em “qual planejamento urbano” é uma emergência para se refletir em como garantir que o cidadão vá do direito à moradia ao direito à cidade, transpassando o abismo que dificulta a realização plena de um cidadão.

Para uma melhor compreensão da questão da moradia, faz-se necessário levar em consideração a convergência que se processa no seio da sociedade capitalista entre três

³ Pensando-se em um plano estratégico para a gestão democrática da cidade, no dia 10 de julho de 2001 foi aprovada a Lei Federal nº 10.257, chamada “Estatuto da Cidade”, aprovado pela Constituição Federal de 1988 (arts. 182 e 183), que regulamenta o capítulo original sobre a política urbana. A Constituição de 1988 afirma o papel fundamental dos municípios na formulação de diretrizes de planejamento urbano e condução do processo de gestão das cidades. O Estatuto da Cidade consolidou esse espaço de competência jurídica e ação política municipal, bem como o ampliou sobremaneira. Ele enfatizou processos e mecanismos para a gestão democrática das cidades e para a democratização das formas de acesso ao solo urbano e à moradia, propondo as bases para a mudança na ordem jurídico-urbanística do país.

esferas: o território, o mercado e o Estado. Para tanto, são apresentadas algumas considerações sobre cada uma dessas esferas separadamente e depois uma breve análise sobre essa convergência.

O Território

De acordo com Haesbaert (2005), o território se relaciona com poder, tanto no sentido de dominação, quanto no sentido mais simbólico, de apropriação. Portanto, o território, imerso em relações de dominação e/ou apropriação da sociedade-espço, desdobra-se ao longo da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica. A territorialidade, uma das dimensões do território, também diz respeito às relações econômicas e culturais, estando intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, às temporalidades de uso, como elas organizam o espaço (e se organizam nele) e como conferem significado ao lugar. Dessa forma, todo território é concomitantemente e obrigatoriamente simbólico, condição da reprodução de significados, e funcional, pois ele é o “palco” privilegiado do exercício do poder inerente às relações e “alvo” do domínio nos fragmentos do espaço geográfico, que para Raffestin (1993) precede o território.

O território não deve ser entendido apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, pois ele abarca diferentes formas e usos, agentes e relações sociais. Assim, o território é delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem diversos agentes cujas ações são territorializadas, concreta ou abstratamente, com o passar do tempo.

O espaço, por sua vez, de acordo com Milton Santos (2006), é um conjunto indissociável de objetos e ações; ele é a soma das configurações territoriais com as relações sociais. Os objetos condicionam as ações e estas são comportamentos orientados pela intencionalidade, visando um objetivo específico. As ações resultam de necessidades e os objetos dão significados efetivos às ações.

O espaço é uma realidade objetiva, um produto social em permanente transformação. A sociedade, entretanto, é quem fornece as noções de forma, função e estrutura em um determinado processo, elementos imprescindíveis para a compreensão da produção do espaço. De acordo com Santos (1992), *forma* é o aspecto visível de algo, *função* é a tarefa esperada de uma forma, pessoa ou coisa, i.e., é a atividade elementar de que a forma se reveste, e *estrutura* é a inter-relação de todas as partes de um todo. A forma pode se expressar como estrutura

revelada. O *processo* age e reage sobre e a partir do espaço, podendo ser definido como a ação contínua que se desenvolve em direção a um resultado. Assim, forma, função, estrutura e processo devem ser considerados em conjunto para criar e moldar o espaço através do tempo.

De acordo com Santos (1992), a forma só adquire relevância quando a sociedade lhe confere valor social. Assim sendo,

(...) precisamos compreender inteiramente a estrutura social em cada período histórico para podermos acompanhar tanto a transformação dos elementos naturais em recursos sociais quanto a mudança que esses novos recursos (formas) sofrem com o correr do tempo. (...) a sociedade estabelece os valores de diferentes objetos geográficos, e os valores variam segundo a estrutura socioeconômica específica dessa sociedade. (SANTOS, 1992, pp. 53-54).

O tempo é fundamental na relação entre forma, função e estrutura, pois está relacionado ao *processo*, que indica o movimento do passado ao presente. Cada forma é criada conforme certas necessidades ou funções do presente, mas as mudanças estruturais não recriam todas as formas, utilizando, dessa maneira, formas do passado. Assim surgem as rugosidades (formas remanescentes dos períodos anteriores), que devem ser levadas em consideração quando uma sociedade procura impor novas funções. Não obstante, surge uma mistura de formas novas e velhas, de estruturas criando novas formas mais adequadas para cumprirem novas funções ou se adequando a formas velhas, criadas em instâncias já passadas.

O que Santos (1992), de uma forma geral, quer demonstrar é que uma sociedade só pode ser compreendida quando analisada sob a luz de todos esses conceitos. De maneira análoga, a construção do espaço depende do valor social conferido por uma determinada sociedade, e o mesmo também só pode ser compreendido em sua totalidade ao relevar-se a sua forma, sua função, sua estrutura e seu processo.

O direito à cidade em uma dada sociedade também incorpora essas noções. Para entendê-lo, deve-se levar em conta o processo em que se desenvolveu, não enfatizando apenas o território e o espaço, mas o tempo e o período histórico, além da forma que a sociedade foi adquirindo com o passar dos anos e as funções que foram conferidas a essas formas, analisando também a estrutura, ou seja, a base em que esse processo se desenvolveu.

Consequentemente, chegar-se-á na questão da moradia e do direito à mesma, intrínseco ao direito à cidade. Compreender as configurações que o território e o espaço foram assumindo ao longo de um processo ajuda a identificar a atual situação da moradia nas cidades brasileiras e a pensar em formas de melhor planejamento dessas cidades, de maneira a contemplar esses direitos para toda a população.

O território e o espaço são, assim, políticos, estratégicos e ideológicos, sendo conformados e moldados a partir de elementos naturais e históricos. É no território que o mercado e o seu principal agente – o capital – estabelecem um local propício para a sua reprodução. O território, portanto, passa a ser um espaço controlado e regido pela lógica capitalista, que é desigual, excludente e segregacionista.

Para uma melhor compreensão do funcionamento do mercado no território, convém falar sobre a divisão do trabalho, o dinheiro e o conceito de valor, a mais-valia e sobre a produção, a distribuição, a troca e o consumo. Esses assuntos serão desenvolvidos a seguir, sob uma perspectiva dos clássicos.

O Mercado

De acordo com Adam Smith (1998), todo aprimoramento das forças produtivas do trabalho é obtido quando se introduz em qualquer ofício uma diferenciação nas tarefas executadas. Essa diferenciação, denominada de divisão do trabalho, ocorreu em consequência do grande aumento da quantidade de trabalho, motivado pela maior destreza existente em cada trabalhador, pela economia de tempo que se perdia ao passar de uma tarefa à outra e pela invenção de um grande número de máquinas que facilitaram e “abreviaram” o trabalho.

A propensão a permutar, trocar e intercambiar bens está na natureza do homem e é ela que originalmente gera a divisão do trabalho. Dessa forma, a certeza de que se pode trocar toda a parte excedente da produção de seu próprio trabalho estimula cada indivíduo a se dedicar a uma ocupação específica e a cultivar qualquer aptidão que venha a possuir em um tipo de trabalho ou negócio. A divisão do trabalho, porém, deve ser limitada pela extensão do mercado.

Analisando brevemente a origem e o uso do dinheiro, Adam Smith (1998) demonstra como, em todos os países, a utilização dos metais foi adotada como mercadoria para troca. Eles apresentavam vantagens pela conservação material sem perder o valor, relativamente mantendo o seu poder de compra, e pela possibilidade das divisões em partes proporcionais ou a serem somadas para a aquisição de algum bem ou serviço. O dinheiro se transformou, dessa forma, no instrumento universal de comércio, através do qual são trocados e vendidos todos os tipos de mercadorias.

Cada mercadoria ou bem, por sua vez, possui um valor. Esse “valor” possui dois significados: pode designar a utilidade de um objeto (ou seja, seu valor de uso) ou designar o

seu poder de compra em relação a outras mercadorias (o seu valor de troca). As mercadorias com maior valor de uso geralmente tendem a ter pouco, ou nenhum, valor de troca, bem como o oposto também ocorre, ou seja, mercadorias com alto valor de troca possuem pouco ou nenhum valor de uso.

Como valor de uso, Marx (2002) atesta não haver mistério na mercadoria, pois esta se destina a satisfazer as necessidades humanas e adquire suas propriedades em consequência do trabalho humano. Seu caráter misterioso decorre simplesmente por encobrir as características sociais do trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho. Não obstante,

A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, a relação entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho. (MARX, 2002, p. 94).

Por conseguinte, os produtos dos trabalhos se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. Assim sendo,

Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. (...) É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 2002, p. 94).

Tal fetichismo do mundo das mercadorias decorre do caráter social do próprio trabalho que produz mercadorias. O conjunto dos trabalhos particulares forma a totalidade do trabalho social, ou seja, os trabalhos privados compõem o trabalho social através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e os produtores.

A condição de ter valor só se fixa nos produtos do trabalho quando eles se determinam como quantidades de valor. Nas negociações (des)proporcionais de troca dos produtos, o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção se impõe, e esta é a lei reguladora. A determinação da quantidade de valor pelo tempo do trabalho faz-se, portanto, um segredo oculto sob os valores relativos das mercadorias. É, pois, o dinheiro que dissimula o caráter social dos trabalhos privados e das relações sociais entre os produtores particulares.

O valor de qualquer mercadoria para quem a possui e deseja trocá-la é equivalente à quantidade de trabalho que ela dá ao indivíduo condições de comprar ou comandar. O

trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias. Essa ideia já estava presente no pensamento de Locke e foi posteriormente aprimorada por Marx.

Para Locke (1978), o que define a propriedade⁴ é o trabalho. O homem era naturalmente livre e proprietário de sua pessoa e de seu trabalho. Como a terra fora dada por Deus em comum a todos os homens, ao incorporar seu trabalho à matéria bruta que se encontrava em estado natural o homem tornava-a sua propriedade privada, estabelecendo sobre ela um direito próprio do qual estavam excluídos todos os outros homens. O trabalho era, pois, na concepção de Locke (1978), o fundamento originário da propriedade.

Inicialmente, o limite da propriedade era fixado pela capacidade de trabalho do ser humano. Depois, o aparecimento do dinheiro alterou essa situação, possibilitando a troca de coisas úteis, mas perecíveis, por algo duradouro (metais como ferro, ouro e prata, em uma concordância simbólica), convencionalmente aceito pelos homens. Com o dinheiro surgiu o comércio e também uma nova forma de aquisição da propriedade, que, além do trabalho, poderia ser adquirida pela compra. O uso da moeda levou, finalmente, à concentração da riqueza e à distribuição desigual dos bens entre os homens. Esse foi, para Locke (1978), o processo que determinou a passagem da propriedade limitada, baseada no trabalho, à propriedade ilimitada, fundada na acumulação possibilitada pelo advento do dinheiro.

Também baseado nessa concepção, Adam Smith declara que

Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida. Todavia, uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, são muito poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto de seu próprio trabalho. A maior parte delas deverá ser atendida com o produto do trabalho de outros, e o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade de serviço alheio que está em condições de encomendar ou comprar. (...) Consequentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias. (SMITH, 1998, p. 33).

Para Marx (2002), o valor é o tempo de trabalho socialmente necessário para a fabricação de uma mercadoria. Assim como para Locke e Adam Smith, o valor de uma propriedade (mercadoria ou bem) é o tempo de trabalho e o esforço que foi gasto em seu cultivo ou aquisição. O trabalho para Marx (2002) é uma categoria moderna e sua forma particular supõe a existência de um conjunto muito diversificado de gêneros reais de trabalho, sem que nenhum predomine sobre os demais. O trabalho transformou-se em um meio de

⁴ A noção de propriedade para Locke significa especificamente a posse de bens móveis ou imóveis. Para Hobbes, a propriedade inexiste no estado de natureza e foi instituída pelo Estado-Leviatã após a formação da sociedade civil. Assim como a criou, o Estado pode também suprimir a propriedade dos súditos. Para Locke, ao contrário, a propriedade já existe no estado de natureza e, sendo uma instituição anterior à sociedade, é um direito natural do indivíduo que não pode ser violado pelo Estado.

produzir riqueza em geral, ou seja, de produzir capital – a potência econômica da sociedade capitalista que detém o domínio absoluto sobre as mercadorias.

Adam Smith observa que “o trabalho foi o primeiro preço, o dinheiro de compra original que foi pago por todas as coisas. Não foi por ouro ou por prata, mas pelo trabalho, que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo”. (1998, p. 33). O valor dessa riqueza é equivalente à quantidade de trabalho que a mesma dá ao indivíduo condições de comandar ou comprar. Dessa forma, Adam Smith evidencia que o trabalho é a única medida universal e precisa de valor, constituindo-se como único padrão para comparar valores de mercadorias diferentes em todos os tempos e lugares. O trabalho é o preço real das mercadorias, enquanto que o dinheiro é apenas o preço nominal delas.

Por sua vez, quantidades iguais de trabalho têm igual valor para o trabalhador. O que varia é o valor dos bens, não o valor do trabalho que os compra. Entretanto, para o empregador, ou seja, o capitalista, o preço do trabalho varia da mesma forma como muda o valor de todas as outras coisas. Sob essa perspectiva, o trabalho passa a ter, bem como as mercadorias, um preço real e um preço nominal. O seu preço nominal consistirá na quantidade de bens que poderão ser trocados por ele e seu preço nominal consistirá na quantidade de dinheiro. Desse modo, um trabalhador passará a ser rico ou pobre em proporção ao preço real do seu trabalho e não em proporção ao preço nominal do mesmo.

Diante disso, um tipo de trabalho que exige um grau incomum de destreza e engenho, trabalho que só é adquirido mediante longa especialização para que certa habilidade seja adquirida, recebe mais estima e a ele é atribuído maior valor (que não corresponde apenas ao tempo nele empregado). Adam Smith (1998) constata que o produto total do trabalho não ficará sempre com o trabalhador. Na maior parte dos casos ele será dividido com o empregador, que recebe uma quantidade adicional devida aos lucros do capital. O trabalho passa a medir, então, não apenas o preço desdobrado em trabalho efetivo, mas também a renda da terra e o lucro. Em outras palavras, o preço de qualquer mercadoria se desdobrará em um ou outro desses fatores, ou nos três conjuntamente.

Aqui já pode ser desenvolvido o conceito de “mais-valia” utilizado por Marx. Marx (2002) parte do pressuposto de que a força de trabalho é comprada e vendida por seu valor, que como o de qualquer outra mercadoria, se determina pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la. Ele aborda a questão do trabalho excedente: o trabalhador acrescenta tempo ao seu tempo de trabalho necessário à sua própria manutenção, um tempo de trabalho excedente, destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção.

Os meios de produção e o capital constante só existem do ponto de vista da criação da mais-valia, para absorver trabalho e, com o trabalho, uma porção de trabalho excedente. Houve, então, um prolongamento do trabalho além dos limites diurnos naturais, pela noite adentro. De acordo com Marx,

“o impulso imanente da produção capitalista é apropriar-se do trabalho durante todas as 24 horas do dia. Sendo fisicamente impossível, entretanto, explorar, dia e noite sem parar, a mesma força de trabalho, é necessário, para superar esse obstáculo físico, revezar as forças de trabalho a serem empregadas nos períodos diurno e noturno.” (2002, p. 297).

Marx vê o trabalhador como uma mera força de trabalho durante toda a sua existência e todo o seu tempo é, por lei, tempo de trabalho a ser empregado no aumento da capital. Assim, “não tem qualquer sentido o tempo para a educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, para o descanso dominical...” (2002, p. 306). O capital, então, usurpa o tempo do crescimento, desenvolvimento e da saúde do corpo. Dessa forma, Marx pontua que o capital não se interessa com a duração da vida do trabalhador, mas preocupa-se exclusivamente com o máximo de força de trabalho que pode absorver, encurtando, por conseguinte, essa força de trabalho. Segundo o autor supracitado:

A produção capitalista, que essencialmente é produção de mais-valia, absorção de trabalho excedente, ao prolongar o dia de trabalho, não causa apenas a atrofia da força humana de trabalho, à qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade e de desenvolvimento. Ela ocasiona o esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho. Aumenta o tempo de produção do trabalhador num período determinado, encurtando a duração da sua vida. (MARX, 2002, p. 307).

Na Crítica da Economia Política, Marx (1982) pontua que foi no século XVIII que as relações sociais alcançaram seu mais alto grau de desenvolvimento, quando na sociedade civil apareceram as diversificadas formas de conexão social como meios de o indivíduo alcançar seus fins privados. Ao falar sobre a produção, Marx enfatiza a importância de considerá-la em um determinado nível de desenvolvimento social, demonstrando que o capital também é um instrumento de produção.

Na sociedade industrial, um povo encontra-se no auge de sua produção quando a busca pelo lucro passa a ser o essencial. Na produção, os membros da sociedade fazem com que os produtos da natureza sejam adequados às necessidades humanas. Mas a produção está diretamente ligada à distribuição, que determina a proporção dos produtos que cabem ao

indivíduo, e à troca, que determina a produção da qual o indivíduo busca para si a parte que lhe foi atribuída pela distribuição.

A produção é o termo universal, enquanto que a distribuição e a troca são o termo particular. O consumo é o termo singular com o qual o todo se completa. De acordo com Marx,

A produção é determinada por leis gerais da natureza; a distribuição resulta da contingência social e, por isso, pode exercer uma ação mais ou menos estimulante sobre a produção; a troca situa-se entre ambas, como um movimento formalmente social; o ato final do consumo, que é concebido não apenas como resultado, mas também como objetivo final, situa-se, a bem dizer, fora da economia... (MARX, 1982, p.30).

Como pode ser observado, existe uma interação entre esses quatro elementos. Quando o mercado – a esfera da troca – se expande, a produção aumenta e se divide mais. Quando há concentração de capital ou a distribuição se modifica por algum fator, a produção também se modifica. O mercado é, pois, uma estrutura fundamentada por esses quatro elementos, que se completam a cada momento e que dependem um do outro para se realizar.

O mercado se impõe perante o território, que passa a ser uma mercadoria regida pelo poder do capital, em consonância com os desígnios do Estado, que na questão da moradia, beneficia o mercado imobiliário, fato que corrobora a perpetuação da segregação socioespacial e impede a plena realização do direito à cidade.

O Estado como Articulador do Espaço Urbano

O sistema urbano é uma unidade com multiplicidades de consumo coletivo, composta de serviços públicos necessários à reprodução do sistema capitalista. O Estado é o planejador da distribuição espacial desses bens de consumo coletivo, ou seja, ele é o articulador do território e do espaço urbano.

Para Trindade (2007), a cidade deixou de ser um espaço de convívio entre os diferentes grupos sociais para se tornar um espaço mais organizado e controlado por mecanismos de segregação, que visam separar ricos e pobres, causando enormes obstáculos ao exercício do regime democrático, especialmente para as camadas da população que se encontram excluídas do ponto de vista econômico, político e social. As camadas menos favorecidas da população, que na realidade são as que mais dependem dos aparelhos do Estado e dos serviços públicos, ficam praticamente abandonadas, em condições cada vez mais precárias de sobrevivência.

Para Maricato (2003), a exclusão social não pode ser mensurada, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, irregularidade, ilegalidade, pobreza, baixa escolaridade e, principalmente, a ausência da cidadania. Nessa perspectiva, ser pobre não passa apenas pela esfera do “não ter”, mas, sobretudo, pela esfera do “ser impedido de ter”, o que aponta muito mais para uma questão de ser do que de ter.

Maricato (2003) analisa que a maior parte da produção habitacional no Brasil se faz à margem da lei, sem financiamento público. Segundo relata:

A relação legislação/mercado e restrito/exclusão talvez se mostre mais evidente nas regiões metropolitanas. É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou áreas de proteção ambiental, onde (...) a vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização definem a desvalorização. (MARICATO, 2003, p. 154).

A segregação socioespacial interfere diretamente nas possibilidades de habitação e no exercício efetivo dos direitos de cidadania. A dinâmica urbana não apenas reflete a estrutura social de uma sociedade, como também se constitui em um mecanismo específico de reprodução das desigualdades e das oportunidades de participar na distribuição da riqueza gerada na sociedade. A estrutura urbana também releva e reproduz as desigualdades no que tange a distribuição do poder social na sociedade, entendido este como a capacidade diferenciada dos grupos e classes em desencadear ações que lhes permitam disputar os recursos urbanos. (RIBEIRO & SANTOS JUNIOR, 2003).

O desenvolvimento urbano inclusivo exige que se atue em dois eixos: urbanizar e legalizar a cidade informal conferindo-lhe melhor qualidade e o *status* de cidadania e produzir novas moradias para aqueles que, sem outras saídas e recursos técnicos ou financeiros, invadem terras para morar. A consolidação e melhoria da cidade ilegal e sem urbanização exige o contraponto da produção de novas moradias, do contrário estaremos consolidando a dinâmica da “máquina de produzir favelas” com as políticas públicas correndo sempre atrás do prejuízo. (MARICATO, 2003).

Percebe-se, dessa forma, que o Estado, como o responsável pelo planejamento urbano, favorece a elite, que deseja um espaço particular para a sua reprodução social, inviabilizando a democracia igualmente. Como bem aponta Raichelis (2006), essa dinâmica dual existente no campo das políticas sociais e da gestão pública deixa a cargo do Estado a

promoção de políticas compensatórias e seletivas, que não impedem a lógica especulativa do mercado e desencadeiam uma reconfiguração nos territórios das cidades que transforma as relações entre cidadãos e as lutas por acesso à cidade. Nesse sentido, pensar a questão da moradia e do planejamento urbano requer a análise da convergência que se processa entre o Estado, o território e o mercado.

A Convergência entre as Três Esferas

A cidade, em suas diferenciações e significações, é o espaço onde o sistema capitalista se (re)produz, gerando contradições que sustentam a desigualdade e a segregação socioespacial. Um dos frutos dessa desigualdade se manifesta na questão da moradia, pensada como um direito a ser conquistado e garantido.

Analisando a sociedade francesa de sua época, Henry Lefebvre (2001) apresenta o processo que gerou uma periferia desurbanizada e dependente da cidade. Mesmo com a construção de habitações por parte do Estado, a democracia socioespacial na cidade, como um direito do homem, não foi reconhecida. Pode-se dizer que para a obtenção plena do direito à cidade, o direito à moradia é fundamental, mas não lhe confere garantia.

É a partir da questão da moradia que se pode pensar na convergência entre território, mercado e Estado. O Estado é o articulador legítimo do território e, nos últimos anos, vem favorecendo o mercado imobiliário no Brasil. Assim, os locais mais valorizados por esse mercado apresentam serviços e infraestrutura urbana adequada, atendendo principalmente ao público constituído pelas classes mais abastadas economicamente. Por sua vez, as classes inferiores e impostamente segregadas, ocupam áreas de risco, insalubres e que, “desamparadas” pelo mercado imobiliário (por apresentarem pequenas expectativas de lucro imediato), carecem de serviços básicos e infraestrutura.

Faz-se, portanto, necessário pensar em formas de planejamento e gestão das cidades, de modo a torná-las mais democráticas, garantindo a todos os cidadãos os seus “direitos inalienáveis”: moradia, trabalho, socialização, cultura, lazer e saúde, enfim a vida digna nas cidades, ou em suma, o direito à cidade em todas as suas perspectivas.

De acordo com Henry Lefebvre (2001), dois grupos de questões ocultam os problemas da cidade e da sua sociedade emergente: as questões de moradia e as de organização urbano-industrial. Esses problemas foram concebidos, planejados e justificados pelos gestores do crescimento econômico em prol do suposto desenvolvimento. Contudo, o desenvolvimento da

sociedade só pode ser efetivado na cidade pela realização da vida urbana, sendo a condição de uma democracia e de um humanismo renovados.

Lefebvre aborda o direito à moradia como um direito ainda a ser reconhecido. Ao redor de algumas cidades francesas, surgiu uma periferia desurbanizada e dependente da cidade. Os subúrbios, assim, nasceram como fruto de uma “urbanização desurbanizante e desurbanizada” (LEFEBVRE, 2001, p. 25). Lefebvre demonstra que a construção da habitação não se tornou um serviço público efetivo; o direito à moradia não aflorou na consciência social como um direito do homem.

O direito à moradia fomentado pelo Estado não interrompeu a especulação sobre os terrenos, o que garantiu a entrada de riqueza imobiliária e a criação de solo urbano para valor de troca. O direito à cidade, por sua vez, se afirmou como um apelo e como uma exigência; indo além do direito à moradia, não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais, mas deve ser formulado como o direito à vida urbana.

É nesse sentido que surge a necessidade de se analisar a convergência entre território, mercado e Estado. O território, delimitado pelo viés jurídico-cartorial, em sua essência legalista, é o local onde o mercado pode executar as suas funções, transformando-o em uma mercadoria e em um estrato para a produção e à reprodução do capital. Por sua vez, o território está submetido a um poder político-administrativo, sendo articulado pelo Estado. No estudo em questão, o interesse recai no mercado imobiliário, que, com a permissão do Estado, extrai das áreas mais valorizadas da cidade, ou com possibilidades às vindouras especulações, o estrato territorial (a ser) personificado para as classes mais abastadas economicamente.

De acordo com Santos (2007), o território é o lugar onde se encontram e desdobram as “paixões” e os poderes; é o palco de toda a história realizada a partir das manifestações da existência do homem no espaço, conjunto indissociável de ações e objetos (SANTOS, 2002). Para além do cartorialismo – legalista, o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de coisas superpostas; ele é identidade, ou seja, o sentimento de pertencimento àquilo que se pretende; é também o fundamento do trabalho e o lugar das trocas materiais e simbólicas. O território ajuda a conjecturar o Estado, para que depois de consolidado, este último o aperfeiçoe em formas, funções, conteúdos e dimensões.

O mercado, por sua vez, decorre da vida econômica, que se tornou complexa com o tempo; com a ampliação das trocas, do comércio e com a crescente interdependência entre as sociedades, o uso e a eficácia do dinheiro na conformação do espaço urbano se concentraram. Os objetos das cidades passaram a ter correspondências em valor – dinheiro, sendo vistos e

intencionados mais pela troca do que pelo seu uso, modificando a história dos lugares no/do mundo (CARLOS, 2007), para além de seus limites locais.

A circulação do dinheiro, fundado sob a lei do valor de troca, do consumo à acumulação, passa a comandar também a produção, estendendo-se aos lugares. Por conseguinte,

(...) quanto maior a complexidade das relações externas e internas, mais necessidades de regulação, e se levanta a necessidade de Estado: o Estado e os limites, o Estado e a produção, o Estado e a distribuição, o Estado e a garantia do trabalho, o Estado e a garantia da solidariedade e o Estado e a busca da excelência na existência. (SANTOS, 2007, p. 16).

É nesse momento que se faz presente a convergência entre o território, o mercado e o Estado. O território, por submeter-se a um poder político e jurídico, reflete o controle que o Estado exerce em sua articulação legal com o mercado.

Santos (2007) aponta que ao fim do século XX, com a instalação das técnicas de informação e comunicação, o mundo passa a ser rápido, ou pelo menos ter a ilusão da velocidade como necessidade indispensável para garantir a fluidez efetiva de capitais globalizados. O dinheiro torna-se fluido e, conseqüentemente, global. O dinheiro tem distribuições difusas, não equânimes; há territórios onde ele muito se concentra e territórios onde ele é escasso.

O dinheiro diferencia os lugares, acentuando a segregação socioespacial. Tal processo faz com que diferentes classes ou camadas sociais se concentrem em distintos pontos do espaço urbano. Portanto, tratando-se da heterogeneidade interna das cidades brasileiras, pode-se dizer que esta é espacialmente proporcional à diversidade social de seus habitantes, que criam uma espécie de seletividade e se concentram por padrões de identificação, ou seja, a concentração de pessoas em uma mesma área residencial acaba por reunir características semelhantes entre si. Essa diferenciação está ligada às variações nos níveis de renda, refletindo na conformação dos arranjos espaciais, onde indivíduos com o mesmo padrão econômico tendem a se concentrar em espaços com estilos de vida e padrões de consumo comuns. (OLIVEIRA, 2009).

Considerações Finais

A segregação socioespacial impede que a periferia pobre tenha direito à cidade, não só por conta do preço do solo e da especulação imobiliária, dificultando o acesso à cidade formal, como também devido à sua locomoção (transportes) e, por fim, devido à cultura do medo, que estigmatiza os locais habitados pelas classes menos abastadas, relacionando-os com a violência urbana e o tráfico de drogas. Esse quadro de extrema desigualdade social impede cada vez mais a construção de uma sociedade justa, que garanta igual acesso à cidade e o pleno exercício de cidadania a toda a sociedade.

Diante desses fatos, percebe-se que o direito à moradia têm sido uma problemática na conformação urbana do Brasil. Os altos índices de carência habitacional e exclusão das camadas menos favorecidas ao mercado imobiliário formal são incessantemente discutidos, porém nunca resolvidos. Nesse processo, os que foram excluídos do sistema habitacional formal buscam um lugar à margem da sociedade. Tal marginalidade mantém o baixo custo da reprodução da força de trabalho e também um mercado imobiliário fortemente especulativo, sustentado sobre a arcaica estrutura fundiária brasileira. (MARICATO, 1997).

É nesse novo universo de (des)usos do território que o mercado imobiliário, guiado pela lógica global do dinheiro e com o consentimento do Estado, realiza seu controle sobre as melhores áreas das cidades. A questão da moradia, nesse ponto, divide-se em duas perspectivas: a moradia para os ricos e a moradia dos pobres. No primeiro caso, todos os aparatos para garantir o conforto, a segurança e a satisfação das classes superiores são dispensados para que a moradia seja de alta qualidade. No segundo caso, a moradia é produzida pelo mercado sob os auspícios do planejamento de Estado, como os conjuntos habitacionais populares, e/ou é construída autonomamente, sem infraestrutura adequada e, na maior parte dos casos, em locais impróprios (em áreas de preservação ambiental e/ou áreas de risco).

O Estado divide-se entre o “atendimento” aos interesses do mercado nas questões de moradia, que se utiliza das melhores áreas da cidade para que os mais abastados economicamente ocupem esses territórios, e o “acolhimento” às demandas das classes menos ascendentes, que têm suas moradias construídas em locais periféricos, com poucos serviços e, às vezes, precária estrutura urbana, sendo, em alguns casos, erguidas em áreas de risco, insalubres e sujeitas aos desastres ambientais.

Referências Bibliográficas

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, pp. 6774-6792.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LOCKE, John. **Segundo Tratado do Governo Civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil 2000: qual planejamento urbano?** Cadernos *IPPUR*, jan./dez. 1997, v. 11, n. 1-2, pp. 113-130.
- _____. **Metrópole, Legislação e Desigualdade**. Estudos avançados, 2003, v. 17, n. 48, pp.151-157.
- MARX, Karl. **Introdução e Prefácio**. In: Para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1982, pp. 25-54.
- _____. **A Mercadoria (O Fetichismo da Mercadoria: seu Segredo) e A Jornada de Trabalho**. In: O Capital – Crítica da Economia Política – Livro Primeiro – O Processo de Produção do Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 92-105 e 267-346.
- OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro de. **Estado Local como Produtor e Modelador do Espaço. Um Estudo de Caso das Políticas Municipais de Habitação em Campos dos Goytacazes – RJ**. Dissertação apresentada ao CCH da UENF. Campos dos Goytacazes, Junho, 2009.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RAICHELIS, Raquel. **Gestão Pública e a Questão Social na Grande Cidade**. I Relatório Científico da Pesquisa Temática: *Gestão Pública e Inserção Internacional das Cidades*, em parceria entre o Cedec, PUC – SP, Unesp, FGVSP, financiada pela Fapesp. São Paulo, Fevereiro de 2006.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e Segregação Urbana: Reflexões sobre a Relação entre Cidade e Cidadania na Sociedade Brasileira**. Revista Eure (vol. XXIX, nº 88), pp. 79-95, Santiago de Chile, diciembre 2003.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- _____. **Estrutura, Processo, Função e Forma como Categorias do Método Geográfico**. In: Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1992, pp. 49-59.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **O Dinheiro e o Território.** In: Território, Territórios: Ensaio sobre o Ordenamento Territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, pp.13-21.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações – Primeiro Volume – Livro Primeiro – Capítulo I a VI – Coleção “Os Economistas”.** São Paulo: Nova Cultural, 1988, pp. 17-54.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Desigualdade, Fragmentação da Cidade e Conflitos Sociais.** Caminhos de Geografia – v. 8. n. 22. Uberlândia: Setembro de 2007, pp. 154-165.

AÇÃO COLETIVA ORIENTADA À AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO SUL DO BRASIL

Luis Alejandro Lasso Gutiérrez.

Doutorando do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas- PPGICH
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
alejoscout98@gmail.com

Fernanda Savicki de Almeida

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Recursos Genéticos Vegetais PPRGV /
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
fernanda_savicki@hotmail.com

Paulo Freire Vieira

Professor Dr. Colaborador do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas PPGICH
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
vieira.p@cfh.ufsc.br

Resumo

Persiste o cenário de deficiente tratamento da dimensão socioambiental no estabelecimento e gestão dos assentamentos de reforma agrária. As diretrizes meramente produtivistas-economicistas da gestão levam até hoje ao surgimento de problemas nas dimensões social, econômica, ambiental e cultural. No entanto, fruto de uma trajetória de ação coletiva orientada à agroecologia nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre, consolidam-se inovadoras articulações entre diversos atores sociais. Esse fenômeno foi analisado para entender em que medida constitui o eixo articulador de estratégias alternativas de desenvolvimento. De modo geral, o sistema de interrelações emergente promove o surgimento de configurações sociotécnicas e socioprofissionais diferenciadas capazes de dinamizar a troca do conhecimento, o fluxo de informações e a inovação agroecológica, facilitando o estabelecimento de padrões de relacionamento cooperativo e recíproco que sustentam experiências para a resolução de conflitos pelo uso dos recursos naturais e de organização da produção e comercialização dos produtos agroecológicos no âmbito das políticas públicas para a agricultura familiar.

Palavras Chave: *Agroecologia, Desenvolvimento rural, Assentamentos de Reforma Agrária.*

Abstract

The scenario of lacking treatment about the environmental dimension in the establishment and management of agrarian reform settlements is a truth. Until today, the economicist and productist guidelines of management bring social, economic, environmental and cultural problems. However, as a result of collective action to agroecology process in settlements of Porto Alegre Region, some innovative linkages between many social actors are consolidated. This phenomenon was analyzed to understand the extension of the alternative development strategies. In general, the interrelation system emerged in this process promotes sociothecnical and sociooccupational settings able to increase the knowledge and information exchanges and agroecological innovation, facilitating the establishment of mutual and cooperative relationships standars. These experiences support resolution conflicts of natural resources using and organize the production and commercialization of agroecological products by the brasilian public policies.

Keywords: *Agroecology, Rural Development, Agrarian Reform Settlements*

Apresentação

O ponto de partida deste trabalho é o reconhecimento de um contexto de deficiente tratamento da dimensão socioambiental no planejamento e estabelecimento dos assentamentos de reforma agrária, Tal insuficiência se reflete no âmbito da discussão sobre a viabilidade e o desenvolvimento desses espaços. As diretrizes meramente produtivistas-economicistas da gestão levam até hoje ao surgimento de problemas tais como: reprodução de modelos de agricultura predatórios e pouco eficientes energeticamente, êxodo rural, ocupação irregular do espaço, desmatamento de áreas de preservação permanente ou de reserva legal, e o surgimento de conflitos pela apropriação, controle e uso de recursos naturais, além de arrendamento, precariedade e pobreza, entre outros.

Diante de tal situação, essa pesquisa focou os fenômenos de construção coletiva de propostas de desenvolvimento rural endógeno com enfoque agroecológico em assentamentos de reforma agrária. Procuramos analisar até que ponto tais propostas imprimem às ações do

coletivo uma práxis social, política e econômica transformadora da natureza das relações sociais e da dinâmica degradadora da natureza e da sociedade imposta pelo modelo de desenvolvimento hegemônico. Interessa-nos, portanto, apontar o surgimento de tal práxis social e seus efeitos sobre a qualidade das interrelações que se estabelecem nos assentamentos de reforma agrária.

Para tal, delimitamos como *locus* desta pesquisa os assentamentos de reforma agrária da Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA. Nestes assentamentos, pese a que ainda se reproduz o modelo de produção convencional altamente dependente e danificador das relações ecossistêmicas, estão surgindo interessantes processos de organização social em torno da produção agroecológica de alimentos, que parecem dar margem à consolidação de significativas mudanças na maneira de se promover o desenvolvimento local à luz da problemática socioambiental.

Neste cenário, a proteção dos recursos naturais e a revalorização da agricultura tradicional parecem convergir como elementos de resistência ao processo de marginalização econômica e degradação socioambiental da sociedade rural, a partir do fenômeno que denominamos *Ação coletiva orientada à Agroecologia*.

Os Grupos Gestores do Arroz e das Hortas Agroecológicas - GG, como são reconhecidos regionalmente, têm sido os eixos articuladores da difusão do conhecimento e a inovação sociotécnica agroecológica vinculando os assentamentos da região. Tais configurações serviram como elementos subsidiários para entender, desde a *perspectiva agroecológica* (ALTIERI e TOLEDO, 2011; GLIESSMAN, 2001, VIA CAMPESINA, 2011; SEVILLA GUZMAN. *et al.* 1996, 2006, TOLEDO V.M. 2002), como a construção coletiva do conhecimento e da inovação sociotécnica funciona e como desempenha um papel estruturante dentro do sistema de interrelações de gestão do desenvolvimento desses assentamentos de reforma agrária.

Mas, como e por que essas inovações avançam em meio a um modelo que produz acirradas assimetrias no campo? Qual é o papel das novas articulações em torno da agroecologia na consolidação de um tipo diferenciado de desenvolvimento nesses assentamentos?

Procuramos entender, através deste estudo de caso na região metropolitana de Porto Alegre, (i) por quê estão ocorrendo experiências inovadoras num cenário de descrédito relativamente às condições de viabilidade dos assentamentos, (ii) de que maneira estas experiências vêm se consolidando no cenário do desenvolvimento regional – uma tendência que pode ser considerada ainda muito infrequente, e (iii) qual é o papel da ação coletiva

orientada à agroecologia na construção do conhecimento necessário para a viabilização de outro tipo de desenvolvimento para o campo.

Para responder a essas questões a pesquisa procurou analisar em que medida as dinâmicas de *ação coletiva orientada à agroecologia* vigentes nos assentamentos de reforma agrária da RMPA, constituem o eixo articulador de estratégias alternativas de desenvolvimento e, portanto, de mudanças socioeconômicas e socioambientais na escala local e regional.

Metodologia

De forma geral entendemos a ação coletiva orientada à agroecologia como todo o capital social formado por redes de reciprocidade, cooperação, ajuda mútua, compromisso e organização coletiva em torno da produção agroecológica, que contribui com a formação e consolidação do desenvolvimento integral da comunidade nos assentamentos. Mantendo a perspectiva sistêmica esta pesquisa foi desenvolvida mediante a metodologia da observação participante (BOGDAN, R & BIKLEN, S. K. 2003, BOGDAN, R. 1975). Desde 2009 e ao longo de três anos de acompanhamento foram operacionalizados vários métodos tais como: entrevistas semiestruturadas e entrevistas informais, questionários, observação direta, participação na vida de grupo, análise das discussões coletivas e dos discursos, e análise de documentos.

Com o intuito de nos aproximarmos à complexidade dos processos de construção social de estratégias de desenvolvimento adotamos o enfoque da agroecologia. O enfoque agroecológico articula três dimensões de análise: a socioecológico-produtiva, a socioeconômica de ação social, e a sociopolítica de transformação social (SEVILLA GUZMAN 1996, 2006, TOLEDO V.M. 2002). Portanto, foram delineados movimentos metodológicos específicos para cada uma delas.

Para atender as dimensões; ecológica, produtiva e socioeconômica analisou-se o sistema de influências entre os atores sociais conformado no âmbito da ação coletiva orientada à agroecologia. Inicialmente, traçando a trajetória do sistema de conhecimento e inovação, e depois, analisando os padrões de interação entre atores sociais, e os arranjos de tomada de decisão emergentes. Isto consiste num análise das interações entre os atores sociais e suas atividades produtivas, econômicas, políticas e culturais dentro dos assentamentos na perspectiva dos Sistemas de Conhecimento Local - SCL (ROLING, 1992; SABOURIN 2006, 2009).

Enfoque analítico

A agroecologia como enfoque analítico transcende o âmbito científico passando a motivar a articulação do conhecimento e da ação coletiva no campo. Constitui-se como uma proposta para a mudança paradigmática do estilo dominante de desenvolvimento rural. Sustenta-se nos princípios da soberania alimentar, da soberania da energética e soberania tecnológica, ao tempo em que procura consolidar coerentes iniciativas de organização, produção e comercialização de base comunitária e camponesa. Tal amplitude do enfoque agroecológico surge da necessidade de articular as diversas formas de conhecimento e aplicá-las às práticas sociais e as formas de gestão dos recursos naturais no âmbito local e territorial. Isso requer de um pluralismo dual: metodológico e epistemológico onde as perspectivas sociológica e histórica jogam um papel central (SEVILLA GUZMAN, 1996, 2006. ALTIERI e TOLEDO, 2011).

No cenário local acontecem uma série de interações entre os diferentes grupos de atores sociais e institucionais, que colocam em jogo diversos posicionamentos, discursos, e representações informando e instituindo as ações, os conflitos existentes e as formas de negociação e gestão dos processos de cooperação em curso. Esse cenário até hoje carece de uma análise sistêmica que trace os avanços e os obstáculos, no âmbito das dimensões ecológico produtiva, socioeconômica, sociopolítica e sociocultural, desse processo singular de desenvolvimento local.

A singularidade dos Grupos Gestores surge em 2002 sob orientação política e participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST em conjunto com as entidades prestadoras de assistência técnica para os assentamentos - Cooperativa Prestadora de Serviços Técnicos – Coptec, e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul - EMATER-RS. A princípio, esta articulação constituiu uma estratégia de organização das atividades produtivas para garantir redá familiar, a partir de mudanças tecnológicas e debates sobre organização do trabalho, da produção e da comercialização em nível regional. Hoje, consiste em uma iniciativa que agrupa cerca de 450 famílias em 14 assentamentos, propondo outra equalização das variáveis produtiva, econômica e socioambiental nos assentamentos resultado de processos de aprendizagem coletiva em torno da agroecologia.

Desenvolvimento

A Região Metropolitana de Porto Alegre /RS - RMPA é um espaço social caracterizado pela presença de diversos agentes sociais participando do debate sobre as mudanças técnicas e socioambientais nos assentamentos rurais. Esses próprios agentes apontam a região como o lugar onde se estabelecem as experiências consideradas “ponta de lança” no que tem a ver com a gestão de um desenvolvimento diferenciado nos assentamentos e que vem revelando significativas transformações na dimensão socioambiental desses espaços sociais.

A área territorial da RMPA é de 9.800,2 km² e se situa na zona nordeste do Estado, estendendo-se ao norte da Lagoa dos Patos e ocupando 3,48% da superfície total do mesmo. O município de maior extensão é Viamão com 15,2% da área metropolitana, e Cachoeirinha é o menor com o 0,45%. Na RMPA localizam-se seis dos dez municípios com maior participação no PIB total do Estado ou 27,55%, com um PIB per capita de R\$ 8.502,45; IDESE¹ médio de 0,700 e uma taxa de analfabetismo de 8,17% (FEE, 2011).

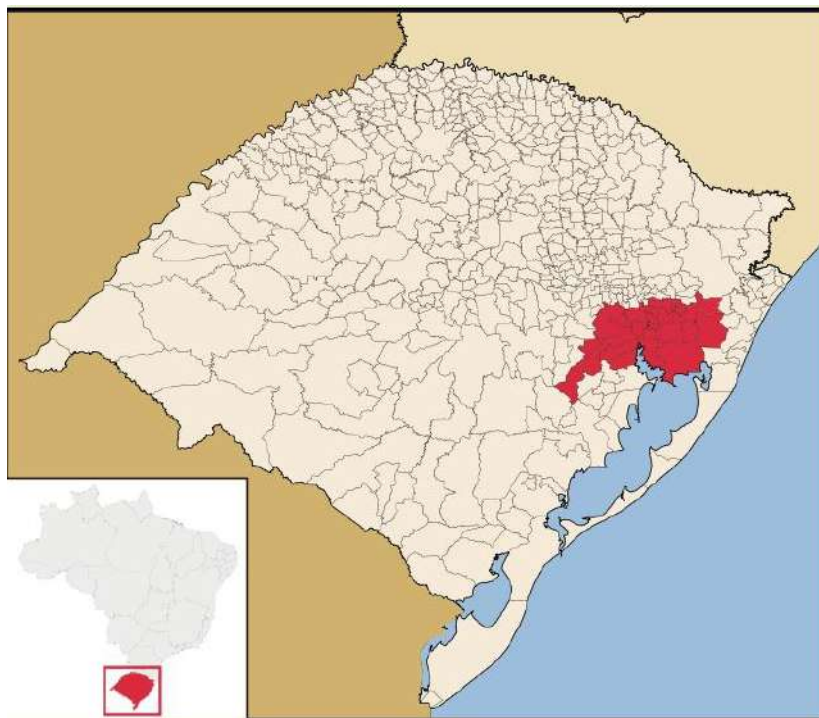


Figura 1 - Localização da Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA no estado do Rio Grande do Sul – RS Brasil.

Fonte: FEE, 2011.

¹ O IDESE é um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios; e saúde. Tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado, de seus municípios e dos Coredes, informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual) nas suas políticas socioeconômicas.

A RMPA² se insere na bacia do Rio Guaíba que inclui a Bacia do Rio dos Sinos e a Bacia do Rio Cai a nordeste do Estado, cujos principais corpos hídricos afluentes são os rios Rolante, Paranhana e dos Sinos. É considerada a mais poluída da região, devido ao grande parque industrial, onde se destacam os ramos coureiro-calçadista, petroquímico e metalúrgico. (FEPAM, 2005)

A RMPA assim como o RS e o restante do Brasil, mantém uma estrutura fundiária caracterizada pela alta concentração de terra. Assim, encontramos que as propriedades com mais de 500 hectares representam 1,83% dos estabelecimentos, mas, ocupam 41,9% da área rural e as propriedades entre 50 e 500 ha que representam 12,46% do número total de estabelecimentos ocupam 32,8% do total da área. Portanto, a predominância corresponde às pequenas propriedades rurais, que representam 85,71% do número total de estabelecimentos ocupando 25,3% da área total (SCP/RS -2011)

Também, devido à precoce substituição dos processos mais ou menos rudimentares, característicos da primeira fase da industrialização da agricultura, pela economia da cadeia agroexportadora desde a segunda década do século XX, hoje constatamos um quadro que herdou uma tradição de importância substantiva dos capitalistas agrícolas e dos grandes proprietários na economia setorial, associada a uma intrincada relação com o poder político e com o setor industrial e comercial em todo o estado (BESCOW, 1986).

Na atualidade, a RMPA se destaca pelo acelerado processo de urbanização, com decorrente secundarização e terceirização de sua economia, constituindo-se como o maior polo urbano e de desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul. A seguir, serão explorados alguns aspectos que expressam bem tal singularidade.

No território da RMPA foram criados, até hoje, 24 assentamentos de Reforma Agrária: 10 Assentamentos sob administração do INCRA, 13 Assentamentos sob administração do Estado-RS e um do convênio INCRA - Estado/RS. Os Grupos Gestores, que são os atores sociais articuladores do sistema em questão, mobilizam mais de 450 famílias em 13 desses assentamentos. Entretanto hoje em dia, a articulação desses grupos gestores inclui assentamentos nos municípios de São Gabriel, Candiota, Santa Margarida do

² A RMPA foi constituída mediante a Lei Complementar Federal no. 14, em 1973 e inicialmente composta por 14 municípios, mas desde 2004 passou a ter os atuais 31 municípios, compreendidos por: Alvorada, Araricá, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia, Taquara, Triunfo e Viamão (FEE, 2011; IBGE, 2011).

Sul e Aceguá na região Central do RS. Do total de famílias, 428 contam com certificação orgânica via IMO³.

A RMPA tem em torno de 1500 famílias assentadas, e, apesar das famílias de agricultores familiares assentadas na região provierem de diferentes lugares do estado, destaca-se a região noroeste que alias se diferencia notoriamente da RMPA, principalmente nos aspectos biofísicos e socioculturais. De forma geral, as famílias de assentados compartilham as razões pelas quais optaram por reivindicar a terra. Fatores como a precariedade das condições de vida no campo e a impossibilidade de gerar renda e sobreviver nos seus lugares de origem, motivaram a filhos de agricultores que não possuíam mais terra para herdar, meeiros, diaristas, assalariados e desempregados rurais e urbanos, a empreender a luta pela terra.

Os principais produtos geradores de ingresso monetário nos assentamentos da RMPA são o arroz irrigado, a bovinocultura de leite, a bovinocultura de corte, a suinocultura, a avicultura, os hortifrutigranjeiros, os madeiráveis (acácia, eucalipto), o milho e o feijão. De acordo com a pesquisa de Vignolo (2010), nos assentamentos da RMPA há 7000 hectares propícios para o cultivo do arroz irrigado. Das cerca de 1500 famílias assentadas, 573 mantém a atividade rizícola como sua principal fonte de renda.

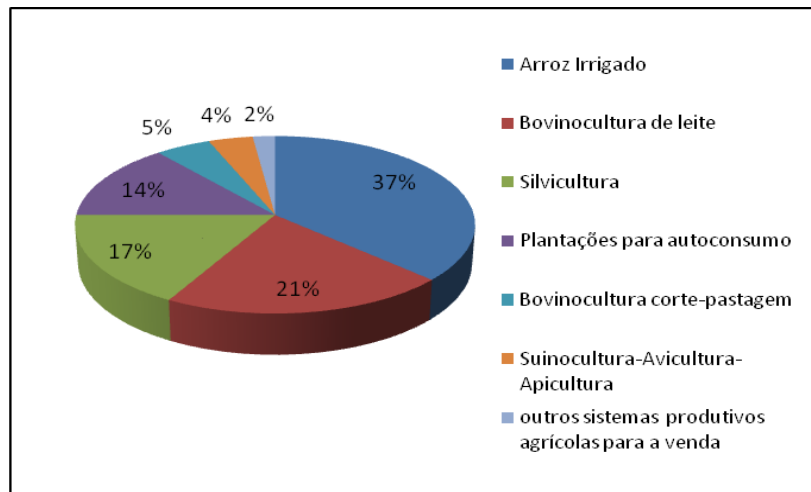


Figura 2 - Distribuição da produção nos assentamentos da RMPA

Fonte: Elaboração do autor baseado nos PDA e PRA elaborados no convenio Coptec-INCRA (2010).

³ IMO. O Instituto de Marketecology (IMO) é uma das primeiras agências e mais renomados internacionais de certificação, inspeção e controle de qualidade de produtos ecoamigáveis (eco-friendly). Suas atividades à escala mundial são credenciados pelo Serviço de Acreditação Suíça (SAS) de acordo com EN 45011 (ISO 65), que é o padrão internacional para a certificação. IMO oferece certificação da produção orgânica e manejo de acordo com o regulamento da UE (CE) N ° 834/2007 e (CE) N ° 889/2008. Também tem credenciamento dos estados Unidos para a certificação orgânica de acordo com a American National Organic Program (NOP). Recentemente foram credenciados pela certificação MAFF de acordo com o padrão japonês Agrícola (JAS) para o mercado japonês.

Resultados

A partir dos diversos mecanismos e de interação com os atores sociais foi possível abstrair a seguinte análise que decodifica do ponto de vista sistêmico a teia de interrelações estabelecidas produtoras de mudanças sociotécnicas e socioambientais.

A seguinte figura é o Mapa do Sistema de interrelações estabelecido no âmbito de estudo. A circunferência maior de cor azul determina o limite desse sistema. Dentro dela estão contemplados os agentes sociais que compõem a dinâmica interna dos assentamentos. Fora do limite do sistema, aparecem as instituições e entidades de caráter público e particular, e demais atores sociais que interagem de diversas formas com as redes sociotécnicas nos assentamentos.

Os agentes sociais externos são representados por três cores de acordo ao tipo de influência que exercem sobre o sistema central: Azul, quando mantêm uma relação empática com o sistema, vermelho quando a relação tende ao conflito, e preto quando a relação transita entre a cooperação e o conflito. No interior do sistema sobressai o componente “*Sistema de Controle Interno para a certificação orgânica – SIC*”. Tal configuração está pelo *Comitê da produção agroecológica*, a *Equipe de controle da qualidade orgânica*, e o *Grupo Gestor GG* que, por sua vez, está dividido em dois subgrupos; o *Grupo Gestor do Arroz Agroecológico* e o *Grupo Gestor das Hortas, Frutíferas e Plantas Medicinais Agroecológicas*. A *COCEARG* (Cooperativa central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul) é a entidade que exerce o papel de coordenação dos projetos vinculados à certificação participativa OPAC. Esta estrutura organizativa articula as diversas *Unidades Produtivas Familiares Agroecológicas – UPFA* individuais ou coletivas tais como associações e grupos informais. Também são consideradas as *Unidades Produtivas Familiares Convencionais - UPFC*, que do mesmo modo, são de caráter individual e coletivo. A *Coptec* como entidade prestadora de assistência técnica e extensão rural, faz parte estruturante do sistema, uma vez que participa ativamente da estrutura dos GG. Por sua parte, a *EMATER*, pese a acompanhar a dinâmica dos grupos gestores, não faz parte de sua composição.

As *Cooperativas de Produção Agrícola CPA's* compõem o sistema de interesse e articulam a relação com os mercados locais e institucionais uma vez que prestam suporte tecnológico e de infraestrutura para os processos produtivos, de armazenagem e comercialização. Por outro lado, os coletivos de direção dos assentamentos sejam eles vinculados ao MST, ou a associações de moradores, estão representados pelo componente *Direção dos Assentamentos*.

No exterior do sistema aparece o componente das *Entidades públicas de caráter federal* (INCRA, UFRGS, MDA e as entidades financeiras) que exercem influência determinante sobre o sistema. O *MST* é o movimento social com maior influência e presença nos assentamentos. A certificadora - *IMO* faz parte só do processo de certificação orgânica.

Os *Agricultores Externos locais* e os *Agricultores Catarinenses* são atores fundamentais no sistema de interrelações, uma vez que historicamente exerceram pressão sobre a constituição produtiva dos assentamentos mantendo ainda relações vigentes em termos principalmente produtivos, mas também em termos de vizinhança. Da mesma forma, exercendo influência desde o exterior estão representados outro tipo de atores como os *Empregadores*, os *Mercados Locais*, e outras organizações sociais, ONG, e entidades de caráter particular.

Encima da estrutura geral do sistema de interrelações representada neste mapa, foi possível verificar o estabelecimento de configurações comunitárias, locais e regionais de troca de conhecimento e diálogo técnico. Classificamos, então, a análise em três escalas; familiar, local e regional. A partir disso constatamos a existência de configurações sociotécnicas e as redes de comunicação e intercâmbio nas três escalas. Também foi possível evidenciar que é nestes espaços e configurações que acontece o relacionamento prático e simbólico entre atores sociais, portanto tais configurações podem ser classificadas e analisadas de acordo a sua função particular:

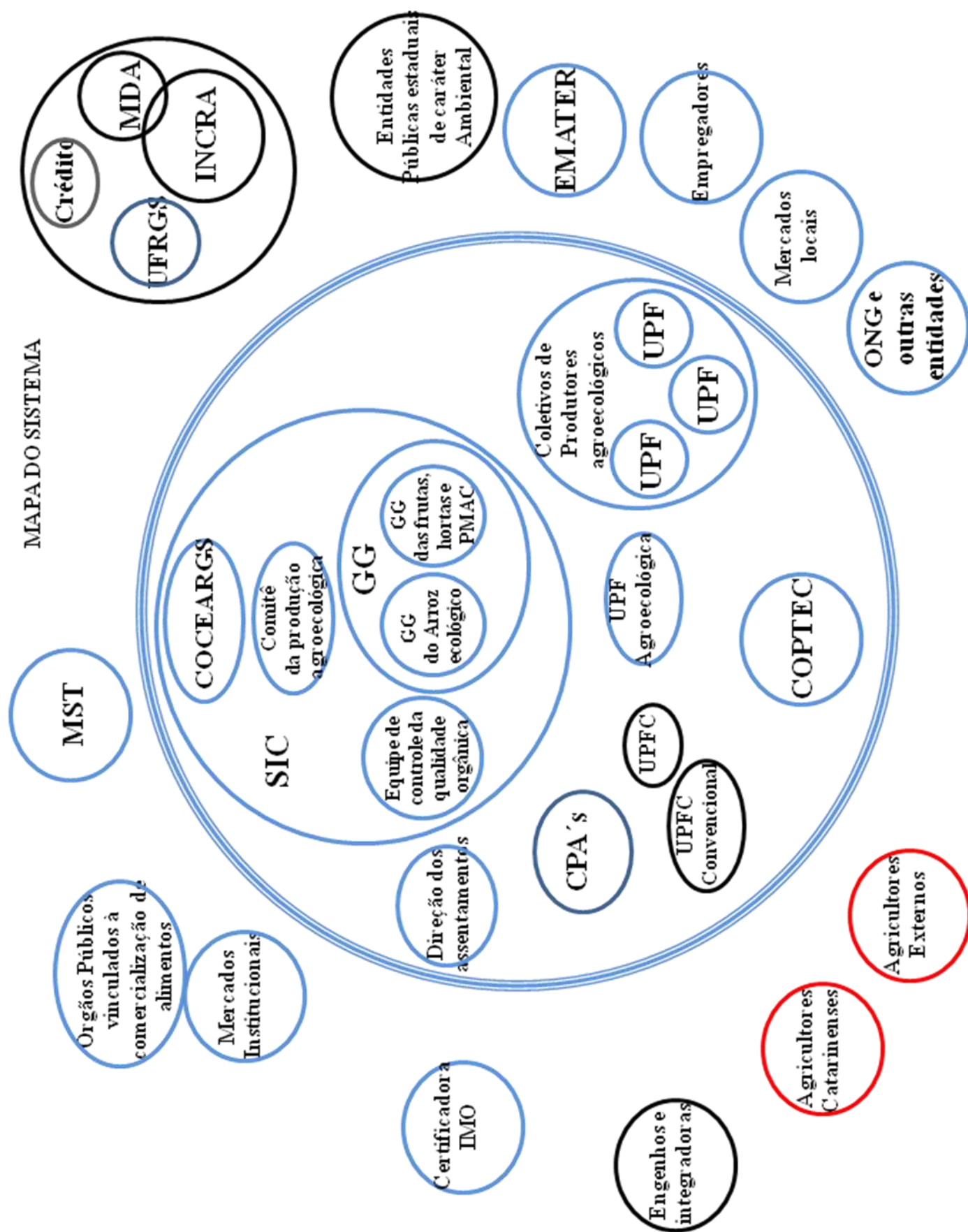


Figura 3. Mapa do Sistema de Interrelações entre atores sociais vinculados à gestão dos assentamentos de reforma agrária da RMPA. Fonte: Autor, 2012.

As interações entre os diversos atores sociais envolvidos nas dinâmicas estudadas são significativamente caracterizadas pela ambivalência conflito-cooperação. No entanto, essas relações não permanecem estáticas, uma vez que envolve interesses (materiais e simbólicos) que transitam entre a cooperação, a reciprocidade e o conflito. Esta condição depende principalmente das escalas (*familiar, local-comunitária, coletivo e institucional*) e da configuração sociotécnica no âmbito do qual este diálogo de interesses e conhecimentos se desenvolve para a gestão dos assentamentos.

Em cada uma das escalas identificadas acontece o encontro das estratégias dos diversos atores envolvidos, construindo os padrões de interação e os arranjos de tomada de decisão que transitam entre esses dois polos, naquilo que denominamos *Sistema de Influências entre atores sociais no âmbito da ação coletiva orientada à agroecologia*.

Contudo, constatamos que o caráter ou modo de regulação dominante dentro de cada tipo de rede ou de configuração (sociotécnica, cultural, política) determina as estratégias e os desafios específicos do coletivo, devido a que estão associados às diferentes formas de valor que cada categoria de ator lhe atribui. Esses valores equalizam o sistema de influência entre os diversos atores sociais envolvidos, desenvolvendo valores de uso, valores de troca mercantil e valores simbólicos, assim:

Valores de uso nos espaços sociotécnicos e produtivos, expressos na troca de sementes, mudas de plantas medicinais, hortas e frutas, receitas e remédios para os animais e plantas, assim como de informações, inovações e conhecimentos técnicos, equipamentos e tecnologias.

Valores de troca mercantil nos espaços comerciais, para atender às necessidades do mercado e de satisfação das demandas de clientes individuais. Isso acontece quando os agricultores cedem produtos uns aos outros, segundo uma lógica mercantil, monetarizada, de maneira a garantir a diversidade de ofertas requerida pelos clientes e sua fidelidade. Esse mecanismo se aplica tanto em nível da articulação coletiva local de vizinhança quanto no nível das organizações e articulações entre assentamentos como os grupos gestores, as cooperativas, associações e demais entidades organizadas de agricultores, e no âmbito interinstitucional;

- **Valores simbólicos** (espirituais, de prestígio e/ou liderança e reivindicação identitária) nos espaços socioculturais de festejo e comemoração, de religiosidade, de luta política, de reconstrução da identidade camponesa, de segurança e autonomia alimentar, na festa da colheita e outras diversas comemorações.

Os arranjos de tomada de decisão foram estudados considerando as regras que caracterizam os processos coletivos e organizacionais. Primeiro, no interior das principais organizações emergentes, como os Grupos Gestores, o Distrito de Irrigação e as cooperativas, avaliando as normas que regulam as forças produtivas, o uso dos recursos comuns promovendo a efetiva ação participativa. Depois, no seu exterior para desvendando as forças organizacionais externas e suas articulações em outras escalas regionais e territoriais.

A avaliação dos padrões de interação foi feito por um lado, mediante o exame das estratégias escolhidas pelos componentes do sistema e tomadores de decisão, e por outro lado, mediante análise da qualidade das diversas interrelações no marco da cooperação e do conflito para desenhar o sistema de influências. A partir disso foi possível corroborar como a ação social orientada à agroecologia promove a configuração e construção coletiva de espaços de diálogo e negociação para a solução de conflitos e a elaboração participativa de estratégias para o desenvolvimento do âmbito local ao âmbito regional.

Por outro lado, foram analisadas as práticas das entidades do Estado, dos serviços de assistência técnica e extensão rural, e das entidades de caráter particular em meio ao processo de ação agroecológica no sentido de evidenciar mudanças e novas posturas de relacionamento com a população. O diálogo com os técnicos revelou substancial influência no estabelecimento dos espaços socioprofissionais para a troca de conhecimento e a ação interinstitucional. Também a partir da revisão dos documentos de planejamento dos assentamentos, como os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos assentamentos PDA/PRA e alguns documentos de registro de atividades de diagnósticos, foi possível corroborar o encaminhamento de significativas mudanças no sentido da incorporação, cada vez mais sólida, de critérios ecossistêmicos e socioambientais no âmbito do planejamento.

Neste modelo de análise destacamos os Grupos Gestores como embriões de um processo diferenciado de desenvolvimento. Consideramos que as mudanças tecnológicas e socioambientais ocorridas e os acordos parciais estabelecidos para o uso de recursos naturais como a água, em meio à produção de arroz, vêm afetando positivamente o desempenho dos assentados envolvidos, mostrando processos de aprendizagem adaptativa que, no curto prazo, estão se traduzindo na diminuição dos impactos destrutivos e, em longo prazo, poderão se reverter numa consolidada mudança da forma de se produzir nos assentamentos. Entretanto, esses embriões permanecem altamente vulneráveis às coações do sistema e dependentes de

estímulos positivos externos como as políticas públicas, em particular daquelas voltadas para a Agricultura familiar e sua inserção nos mercados institucionais, de alimentação escolar e de compra simultânea.

A construção de modelos e compreensões diferenciadas de desenvolvimento para os assentamentos, incluindo dimensões para além da economia e a produtividade surgem como fruto do processo interativo de ação social coletiva liderado pelo GG. Este processo de construção social do conhecimento e das estratégias de adaptação sustenta sendas mudanças no âmbito técnico e produtivo, organizativo, socioeconômico e sócio político.

A seguinte figura representa um dos maiores alcances da ação coletiva orientada à agroecologia no âmbito dos assentamentos da RNPA: a interseção das diversas configurações sociotécnicas e socioprofissionais que dinamizam a tomada de decisão e a gestão dos assentamentos.



Figura 4 - Ação coletiva em agroecologia promovendo a interseção das diversas configurações sociais em construção.

Fonte: Autor 2011.

A reciprocidade e a cooperação consolidam-se nos arranjos de tomada de decisão e na configuração dos espaços sociotécnicos de produção e troca de conhecimento, principalmente no

âmbito da comunidade e da vizinhança. Por sua vez, a participação e a cooperação aumentam e se fortalecem no âmbito maior da região e das configurações sociotécnicas no nível interinstitucional.

Este processo em particular aderiu-se aos princípios de *segurança alimentar, soberania tecnológica e soberania tecnológica*, pilares do projeto latino americano articulado pela Via Campesina. Colocando-os como as linhas de ação principais na esfera política local regional e nacional.

Falta, no entanto adiantar uma reflexão profunda sobre o conceito de cadeia produtiva, que é apontado como o objetivo principal proposto pelo GG. Este conceito como é compreendido corriqueiramente no âmbito social e institucional, não representa, nem responde adequadamente às características das redes e do sistema articulado em torno da produção agroecológica nos assentamentos da RMPA.

Cabe lembrar que este conceito carrega uma visão vertical e linear do relacionamento da atividade agrícola com os outros setores, como o industrial e o comercial, mediante a soma de todas as operações envolvidas desde a produção, e o processamento, até a distribuição⁴, sem nenhum critério sustentado em aspectos socioculturais ou ambientais. Além disso, caracteriza-se por sustentar uma visão setorial, ou seja, aquela que considera apenas um setor econômico, no caso a agricultura, ao invés de uma abordagem multisetorial e territorial dos processos econômicos e sociais que ocorrem no espaço rural. É necessário, portanto, refletir as novas configurações regionais e territoriais numa perspectiva não setorial.

No caso particular do arroz, acontece a combinação das características do anterior modelo de agroindustrialização instalado no RS, com as novas estratégias locais e coletivas de organização da produção e da comercialização, originadas a partir das recentes demandas dos consumidores (nos mercados agroecológicos), além dos mercados institucionais, que estão sendo apropriadas pelas novas configurações sociotécnicas regionais e organizativas em torno da produção de base ecológica nos assentamentos.

Isto revela o passo do esquema das redes verticais da antiga compreensão de cadeia produtiva unidimensional e linear, à emergência e difusão de novas formas de organização da produção associadas ao surgimento de redes locais estruturadas num sistema maior a partir dos

⁴ EMBRAPA . Gestão em Ciência e Tecnologia: Pesquisa Agropecuária. Brasília: Embrapa. 1994.

grupos gestores e do comitê regional da produção agroecológica nos assentamentos e as entidades públicas e privadas vinculadas.

De forma geral, na dimensão sociopolítica, as diversas configurações estudadas avançam no sentido de ampliar a participação dos indivíduos e das comunidades para a definição de estratégias de desenvolvimento. Na dimensão socioeconômica foi possível demonstrar a existência de esforços coletivos para garantir a sustentabilidade econômica dos diferentes grupos de atores que compõem os assentamentos da RMPA, alcançando uma melhor relação custo benefício do que no sistema convencional.

Por fim, em relação à dimensão ecológica, corroboramos mediante o estudo de representações sociais que os problemas ambientais são reconhecidos pelo conjunto de atores sociais. Esse reconhecimento está-se tornando mais sólido na medida em que alcança consistência e substância a decisão geral de trocar a matriz produtiva nos. Por tanto, esta dimensão ecológica e ambiental deixa de ser vista como obstáculo para a viabilidade dos assentamentos, passando a ser percebida como uma oportunidade articuladora dos benefícios econômicos, sociais e ecossistêmicos, expressas experiências agroecológicas.

Na dimensão cultural, as especificidades culturais das diferentes comunidades são consideradas na elaboração das estratégias de desenvolvimento local, constituindo um dos suportes mais sólidos desta trajetória, uma vez que é significativa a reivindicação de uma identidade camponesa inscrita na luta dos movimentos sociais e organizações envolvidas com a luta pela reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil.

Ressalta-se que esse processo está mais avançado no componente técnico da produção. Ou seja, o processo de pesquisa, experimentação e aprendizagem participativa do GG ao longo dos últimos dez anos, priorizou a busca de soluções para o problema da baixa renda das famílias, e para tanto, priorizou atividades em busca do aumento da capacidade produtiva do solo mediante a mudança de matriz tecnológica, que por sua vez significasse diminuição da dependência de insumos externos à UPF como os agrotóxicos e, portanto a diminuição de custos de produção.

No entanto, a recente preocupação com a gestão integrada e participativa dos recursos de uso comum, particularmente a água, ganha espaço, estrutura e organização. Os instrumentos de lei existentes a esse respeito são de recente conhecimento e apropriação por parte das lideranças nos assentamentos. Igualmente é recente a cobrança institucional e a discussão e incorporação da questão ambiental na organização dos assentamentos e nas entidades como o INCRA e a

EMATER. Contudo, a ação coletiva orientada à agroecologia facilita a interseção da ação organizada e integrada nos âmbitos, local e regional e comunitário e institucional para a equalização da gestão do desenvolvimento como mostra a seguinte figura.



Figura 5 - A ação coletiva orientada à agroecologia promovendo a interseção da ação no âmbito local, regional e institucional.

Fonte Autor, 2012

Hoje, podemos afirmar que o interesse dos agricultores, do grupo gestor como configuração sociotécnica, do MST como movimento social e das instituições públicas mais próximas consiste na promoção da agroecologia como eixo central do desenvolvimento dos assentamentos. Todavia, apesar da relevância deste propósito e dos logros atingidos, atualmente, não foram encontrados encaminhamentos para a instrumentalização das configurações sociotécnicas descritas num registro estruturado do conjunto de experiências e dinâmicas singulares na região em questão, nem uma análise minuciosa dos padrões de interação entre os atores sociais, demonstrando que a agroecologia e a gestão integrada e participativa da água são ainda um ideário.

Considerações finais

Mediante esse trabalho demonstramos que a trajetória de ação coletiva orientada à agroecologia imprime aos processos de planejamento e gestão dos assentamentos uma dinâmica diferenciada levando à consolidação de mudanças técnicas e socioambientais coerentes com os desafios impostos para a reversão do panorama de inviabilidade dos assentamentos de reforma agrária promovendo a configuração de espaços sociotécnicos e socioprofissionais que facilitam a consolidação de novas estratégias de desenvolvimento local.

A existência de estruturas em rede socialmente organizadas para transmitir os conhecimentos e a inovação agroecológica é característica da trajetória dos assentamentos estudados. Por tanto, é a partir dessa trajetória de singular articulação em torno da *Agroecologia* que emergem agentes sociais portadores de conhecimento e potencial organizativo, que possibilitam a disseminação da inovação e a construção de espaços sociotécnicos de gestão e planejamento. Essas redes se expressam com maior vitalidade na medida em que as articulações socioinstitucionais valorizam o patrimônio cultural local.

Os Grupos Gestores têm sido os eixos articuladores desses sistemas de conhecimento e inovação. Eles desempenham um papel estruturante no sistema de gestão integrada e compartilhada do desenvolvimento desses assentamentos, pois surgem como condições básicas propícias na composição subjetiva e coletiva dos agricultores assentados na RMPA, fruto de uma trajetória de ação coletiva e articulada.

‘A função principal destes sistemas é o estabelecimento de configurações socioprofissionais e sociotécnicas de inovação, difusão e gestão da ação coletiva em agroecologia, capazes de articular diversas escalas no âmbito interinstitucional.

Essa capacidade está intimamente relacionada com as diversas dinâmicas de cooperação e conflito entre atores sociais dentro e fora dos assentamentos. Essas dinâmicas surgem a partir das representações e dos padrões de interação entre os atores sociais dos quais emerge ou não a capacidade de deflagrar mudanças socioambientais no território. O estudo demonstrou a tendência à cooperação e ao estabelecimento de configurações sociotécnicas para a resolução de conflitos socioambientais e para o desenho das estratégias, principalmente, nos âmbitos ecológico-produtivo e econômico.

A maior dinâmica de reciprocidade registrada consiste na permanente mobilização de estruturas capazes de garantir a troca e o fluxo de conhecimentos com potencial de suscitar mudanças técnicas, socioeconômicas e socioambientais.

De acordo com isso, a ação coletiva em agroecologia constitui uma plataforma sólida para a transformação dos condicionantes estruturais que sustentam o panorama de inviabilidade dos assentamentos de reforma agrária, uma vez que promove uma equalização singular das dimensões ecológica produtiva, socioeconômica e sociopolítica no âmbito da ação social.

Este processo de construção social do conhecimento e da inovação agroecológica opera como um sistema de interrelações, no qual são reproduzidas e atualizadas as relações cooperativas e de reciprocidade. Desta forma, os padrões de interação entre atores sociais tendem à cooperação, e os espaços sociotécnicos criados, permitem avanços consideráveis no sentido da participação e do empoderamento dos agricultores sobre a organização da produção, e dos assentamentos.

Também, como fruto deste processo de construção e difusão do conhecimento, as representações sociais de agricultores e técnicos sobre aspectos da dimensão socioambiental, complexificam-se adquirindo contornos holísticos e avançando no sentido da compreensão das relações ecossistêmicas, o que por sua vez aumenta o potencial social de promoção de estratégias diferenciadas de desenvolvimento.

Referências

ALTIERI, M., TOLEDO, V. **La revolución agroecológica en América Latina**. Sociedad latinoamericana de agroecología SOCLA 2011. Versión al español del artículo Altieri, M. & V.M. Toledo. 2011. The agroecological revolution of Latin America: rescuing nature, securing food sovereignty and empowering peasants. *The Journal of Peasant Studies* Vol. 38, No. 3, July 2011, 587–612. Traducción de Pablo Alarcón-Chaires revisada por los autores.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. . *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, 2003. 336p.

OLIVEIRA, D.C. MARQUES, S. C., GOMES, A. M. T., TEIXEIRA, M C. T. V. **Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais**. In: MOREIRA, C. e NOBREGA J. (Orgs.), **Perspectivas Teórico Metodológicas em representações sociais**. 2005.

RÖLING, N.G. The emergence of knowledge systems thinking: a changing perception of

relationships among innovation, knowledge process and configuration. In: **Knowledge and policy: the International Journal of Knowledge** Transfer and Utilization, Spring. v. 5, n. 1: 1992, p. 42-64. Disponível em <<https://catalyst.library.jhu.edu/catalog/bib_3562958>> Acesso em Maio de 2008.

SABOURIN Eric. **Camponeses do Brasil**: Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Garamond. Rio de Janeiro. 2009.

_____, Manejo da inovação na agricultura familiar no Agreste da Paraíba: o sistema local de conhecimento, in SILVEIRA, L. et al., **Agricultura Familiar e agroecologia no semi-árido**: avanços a partir do Agreste da Paraíba.- Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002, p.177-199.

SEVILLA GUZMAN, E et all . La acción colectiva en agroecologia. Memórias II congreso de la sociedad española de agricultura agroecológica. Pamplona-Iruña Setembro de 1996.

_____. **La agroecología como estrategia metodológica de transformación social**. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos de la Universidad de Córdoba, España. 2006
 Texto Disponível em
 <<http://www.agroeco.org/brasil/material/EduardoSevillaGuzman.pdf>> Acesso em Março de 2010.

TOLEDO V.M. Agroecologia, sustentabilidad y reforma agrária: la superioridad de la pequeña producción familiar. **Agreocologia e desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre. v. 3, n. 2. Abril junho de 2002 p 27-36.

ATIVIDADES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS E TRABALHO: UMA ANÁLISE POR GRANDES REGIÕES DA PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA.

Alda Pinto da Silva

Mestranda em Políticas Sociais pela UENF

E-mail: aldinhaps@yahoo.com.br

Marlon Gomes Ney

Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF

E-mail: marlonney@uenf.br

Resumo:

A pesquisa estuda a evolução recente das desigualdades socioeconômicas, a partir do processo de modernização conservadora, entre pessoas ocupadas em atividades agrícolas e atividades rurais não-agrícolas, bem como, avalia a contribuição dessas atividades para disparidades de rendimentos na agricultura familiar. O trabalho realiza um debate sobre o processo de intensificação da pluriatividade, por Grandes Regiões, a fim de verificar se esse processo é usado como estratégia de sobrevivência ou meio de diversificação da renda/trabalho. Para tanto, utilizando os microdados da “PNAD” as pessoas em domicílios rurais foram divididas em “exclusivamente agrícolas” e “pluriativas”, os dados revelaram grandes disparidades regionais quanto ao uso do recurso da pluriatividade o que exige, por parte do governo, políticas sociais específicas para a manutenção da renda/trabalho dos agricultores familiares.

Palavras-Chave: Atividades Rurais Não-Agrícolas; Pluriatividade; Agricultura Familiar.

Abstract:

The research studies the recent socioeconomic inequality evolution from the conservative modernization process, among people who are involved with agricultural activities and rural non-agricultural activities, it also evaluates the contribution of these activities to income disparities in family farming. This report performs a debate about the intensification of the pluriactivity process, by Large Regions, in order to verify if this process is used as a survival strategy or a means of income/work diversification. Therefore, using the “PNAD” micro-data, the people who live in rural residences were divided into “exclusively agricultural” and

“pluriactive”, the data show great regional disparities concerning the usage of the pluriactivity resource what requires, by the government, specific social politics to maintain the family farmers income/work.

Key-words: Non-Agricultural Activities; Pluriactivity; Family Farming.

Apresentação

Ao longo das últimas décadas o espaço rural vem passando por profundas transformações. Delimitar o que é espaço rural e urbano tem se tornado uma tarefa cada vez mais complexa. No Brasil, se usa o critério da delimitação administrativa, que classifica como área urbana toda sede de município e de distrito, independente de seu tamanho e características socioeconômicas (Veiga, 2003). Todo o resto compõe as áreas rurais.

Na maioria dos países, os critérios utilizados para a demarcação são o número de habitantes da localidade, sua densidade populacional, ou a combinação das duas variáveis. Nesse sentido, a pesquisa, em vez de analisar o fenômeno generalizado da pluriatividade no espaço rural, estudará as recentes transformações da produção familiar agrícola a partir do processo de modernização conservadora, mostrando a emergência e intensificação da pluriatividade como indicador de uma ruptura sobre as dimensões do rural. O agricultor não é mais apenas um camponês, pois ele tem se tornado um indivíduo autônomo que mescla as atividades agrícolas e não-agrícolas.

No primeiro momento do trabalho serão apresentados os microdados da PNAD (Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios) do Brasil. A partir dos dados da PNAD a pesquisa vem analisar as desigualdades socioeconômicas, a renda, bem como o nível educacional entre pessoas em domicílios rurais ocupadas em atividades exclusivamente agrícolas e atividades pluriativas na agricultura familiar. Posteriormente é efetuado um debate sobre as recentes modificações no meio rural brasileiro, sobretudo, a emergência das atividades rurais não-agrícolas e, conseqüentemente, das famílias pluriativas, isto é, a combinação dessas atividades rurais não-agrícolas com as atividades agrícolas dentro da produção rural familiar. Assim, o trabalho realiza um debate sobre como as famílias pluriativas, têm utilizado a pluriatividade seja para manutenção ou diversificação da renda do trabalho.

A Metodologia da pesquisa

A pesquisa com viés quantitativo utiliza os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A finalidade da PNAD é produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Implantada progressivamente a partir de 1967, o levantamento das estatísticas da PNAD vem estabelecendo ao longo dos 45 anos de sua realização, um respeitável aparelho de investigação para elaboração, validação e avaliação de políticas dirigidas para o desenvolvimento socioeconômico e ainda para a melhoria das condições de vida no Brasil (IBGE, 2010).

A PNAD é realizada por meio de dois questionários: o primeiro contempla as pessoas e o segundo diz respeito aos domicílios rurais ou urbanos. O trabalho exclui toda a área considerada como urbana nos microdados da PNAD. A pesquisa agrupa os questionários por domicílios e por pessoas em única base de dados para análise. É almejado demonstrar a composição estrutural da agricultura familiar separando as pessoas por domicílios agrícolas, aqui considerados como todos aqueles que possuem pelo menos uma pessoa ocupada com renda proveniente da agricultura.

Outro ponto importante a ser analisado no trabalho é a definição do que se compreende como agricultura familiar. Schneider (2003a) denota que a partir da década de 1990 a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) vieram a estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento sustentável indicando dois modelos: patronal e familiar. O modelo familiar aqui analisado é qualificado pela relação íntima entre trabalho e gestão, onde a direção do que é produzido é definido pelos proprietários, com destaque para diversificação da produção e da qualidade dos recursos e de vida (SCHNEIDER 2003A).

Desta forma, compreender o que é a agricultura familiar se torna uma tarefa difícil. O trabalho vem a comparar a distribuição e nível de renda, escolaridade e condições de trabalho por grandes regiões brasileiras, a fim de analisar o efeito das atividades rurais não-agrícolas na desigualdade da distribuição de renda agrícola no Brasil através das diferenças entre as famílias “exclusivamente agrícolas”¹ e as “famílias pluriativas”² na agricultura familiar.

¹ Representadas pelas famílias rurais que exercem apenas atividades primárias do setor agrícola.

A pesquisa avalia como mundo da *agricultura familiar* a soma dos tipos de famílias de empregadores (com até 2 empregados) e por conta-própria que é um dos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para enquadramento dos agricultores como familiares. São analisadas no trabalho somente as pessoas em domicílios rurais familiares com renda maior do que zero.

Assim as famílias em domicílio rural são divididas em “exclusivamente agrícolas” e “pluriativas” - que possuem renda originária de atividades rurais não-agrícolas e atividades agrícolas-, a fim de elucidar como as variáveis exemplificadas se comportam na composição da renda familiar.

Desta forma, o quadro 1.0 abaixo demonstra a ponderação do universo e a diferença percentual por grande região do total de pessoas em domicílios exclusivamente agrícolas e pluriativos a partir dos critérios adotados para definição de agricultura familiar pelos dados da PNAD do ano de 2009.

Quadro 1.0- Diferença percentual e o total de famílias exclusivamente agrícolas e pluriativas por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar, PNAD, 2009.

	Exclusivamente Agrícola		Pluriativo		Total	
	N	%	N	%	N	%
Norte	258891	67,0	127707	33,0	386598	100
Nordeste	1196832	66,9	593446	33,1	1790278	100
Sudeste	358804	69,0	161171	31,0	519975	100
Sul	547182	68,9	246413	31,1	793595	100
Centro-Oeste	547182	71,3	57720	28,7	201174	100
Brasil	2908891	73,9	1025286	26,1	3934177	100

Fonte: Elaboração dos autores.

O quadro demonstra que no Brasil cerca de 74% das pessoas em domicílios rurais no exercem atividades exclusivamente agrícolas enquanto que cerca de 26% são pluriativos. O quadro ainda vem a descortinar que nas regiões Norte e Nordeste os “pluriativos” apresentam uma participação maior, cerca de 33%. Assim, mesmo destacando que os dados podem apresentar distorções para uma pesquisa estatística, espera-se que os dados da PNAD do ano

² No trabalho utilizaremos o mesmo conceito de Schneider (2006) onde a família pluriativa refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família rural, seja ela agrícola ou não-agrícola (ligadas à moradia, lazer, e as atividades industriais e de prestação de serviço).

de 2009 revelem algumas das principais características socioeconômicas da população, como trabalho, educação e rendimento.

A política de modernização conservadora e exclusão da agricultura familiar

No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar ainda é contemporâneo e não detém contornos claros e bem definidos. A expressão “agricultura familiar”, por exemplo, só ganhou projeção no final da década de 1980. Um dos méritos de autores como Abramovay (1991), Veiga (1991), entre outros, é demonstrar que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida. Algumas dessas pesquisas evidenciaram que os estudos específicos sobre o crescimento das atividades rurais não-agrícolas e a pluriatividade mostram as dimensões socioeconômicas e culturais da estrutura agrária brasileira (SCHNEIDER, 2003a).

Contudo, ao se pensar na agricultura familiar não se pode deixar de explicitar as mudanças ocorridas na década de 1970 e 1980, quando ocorreram profundas transformações na estrutura agrária brasileira pelo processo que ficou conhecido como “modernização conservadora”. Graziano da Silva (1997) relata que esse processo foi pautado nos desígnios da Revolução Verde³:

Daí a proposta de modernização ser entendida como a introdução de "novos fatores" que incluam desde as sementes geneticamente melhoradas da Revolução Verde, os adubos e defensivos químicos, as máquinas e equipamentos, até a educação formal, nos moldes urbanos. (págs. 2,3)

Para Balsan (2006) as transformações ocorridas no espaço rural tiveram como consequências não só a acirrada concorrência na produção dos produtos agrícolas, como também efeitos socioeconômicos sofridos pela população mais pobre residente em áreas rurais. *“As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de*

³ Revolução Verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. É um amplo programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio do 'melhoramento genético' de sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes geneticamente melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização, produção em massa de produtos homogênicos e diminuição do custo de manejo. Também são creditados à revolução verde o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no gerenciamento de produção. Se de uma forma crítica a "Revolução Verde" proporcionou através destes 'pacotes inovadores' a degradação ambiental e cultural dos agricultores tradicionais, por outro lado somente com ela foi possível alimentar os mais de 6 bilhões de pessoas na Terra.

desenvolvimento rural, inspiradas na ‘modernização da agricultura’, são eivadas de desigualdades e privilégios.” (BALSAN, 2006, pág. 125).

No território brasileiro o que temos é uma superiorização da grande propriedade rural. O grande proprietário impôs seu modelo socialmente reconhecido, para tanto, recebeu grandes estímulos na política agrícola que procurou modernizar e assegurar sua reprodução. Por outro lado colocou a agricultura familiar em uma posição marginalizada e subalterna frente às políticas do governo. A estrutura agrária no Brasil evoluiu para o aumento da concentração fundiária e de renda, em que o caráter excludente se acentuou ainda mais no período, e o acesso a terra foi cada vez mais dificultado ao trabalhador rural. Para Balsan (2006) além da propriedade privada da terra estar concentrada nas mãos de poucos proprietários, “... o acesso a ela também é restrito, ou seja, é praticamente fechado, pois, além da minoria deter a maior porção de terras rurais, detém também a exploração das mesmas.” (pág. 131).

A respeito desta perspectiva Gohn (2011) enfatiza que em alguns países, principalmente nos países Latino-Americanos, a utilização da concepção de território não tem feito a ligação entre estas temáticas de crescimento e as necessidades de desenvolvimento para a sociedade. A implantação de algumas políticas como ocorreu com o processo de “modernização conservadora” realizada no Brasil tratou o território apenas como um ativo econômico, fundamental para o crescimento do país sem pensar em como os diversos extratos socioeconômicos reagiriam ao incentivo da política social.

É evidente clarificar que a partir desse processo de “modernização conservadora” o êxodo rural começou a expandir-se em áreas onde o desenvolvimento da agricultura através da mecanização e capitalização foi maior. O aumento da concentração fundiária significou grande exclusão social e econômica. Houve um aumento significativo das camadas mais ricas na apropriação total da renda.

A modernização efetuada na agricultura brasileira efetivou a exclusão do homem do campo na geração de emprego, diminuição da renda e ainda a subordinação do capital e uma crescente competição capitalista no espaço rural ocasionando desordem. Segundo Balsan (2006):

Dentro de uma ótica global, a modernização agrícola nos revela que, por meio dos processos históricos, a propriedade da terra foi sendo subordinada ao capital. O progresso técnico não está uniformemente difundido, mas, sim, ocorre uma concentração espacial e setorial... (BALSAN 2006, pág. 128)

Buainain *et. al.* (2003) enfatiza que nos anos 1980, era sustentada a tese que o processo de modernização conservadora gerava uma integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a abarcam, formando o que foi chamado de “complexos agroindustriais”. A partir deste novo quadro analítico reformulado no Brasil a reforma agrária foi vista como um processo anacrônico, desnecessária e insustentável para o caso brasileiro, servindo apenas para questões sociais e não econômicas.

A intensificação das atividades rurais não-agrícolas

Durante a década de 1980 houve um extraordinário crescimento de pessoas com domicílios rurais ocupadas no comércio, na indústria da transformação e nos serviços, ou seja, nas atividades rurais não-agrícolas (RNA). Graziano da Silva (1997) divide as atividades rurais não-agrícolas em três grandes áreas de atuação: *a)* atividades relacionadas com o crescimento das indústrias, especialmente as agroindústrias; *b)* a crescente urbanização do meio rural em que são desenvolvidas atividades ligadas à moradia, turismo, lazer e a preservação do meio ambiente; *c)* a rápida proliferação dos sítios de recreio.

Ney e Hoffmann (2007) demonstram que a ampliação do setor RNA é um importante componente do desenvolvimento da economia rural. As atividades rurais não-agrícolas têm proporcionado novas oportunidades de trabalho para a população que reside no campo e ainda tem gerado alternativas de se obter remunerações mais elevadas aos agricultores que somente tem exercido atividades agrícolas.

Assim, alguns autores do pensamento da sociologia e economia agrícola brasileira, como Del Grossi (2002), Schneider (2003) e Graziano da Silva (2001), resumem as transformações ocorridas na agricultura recente através de uma nova denominação: “*o novo rural brasileiro*”. Graziano da Silva *et. al.* (2002) enfatizam que o novo paradigma rural engloba três tipos de atividades essenciais: 1)- agricultura baseada em *commodities* ligada à agroindústria; 2)- conjunto de atividades rurais não-agrícolas ligadas essencialmente ao lazer, moradia e a prestação de serviços e atividades industriais; 3)- conjunto de atividades agropecuárias estimuladas por nichos especiais de mercado.

Para Graziano da Silva (1997) a possibilidade de combinar atividades agrícolas com atividades não-agrícolas fora do estabelecimento familiar se deve a um procedimento de "desdiferenciação" ou "desespecialização" da divisão social do trabalho que tem na sua origem a modificação do próprio processo de trabalho, tanto na agricultura moderna como na indústria de base fordista. O mesmo ainda assinala que essas famílias vieram a ser conhecidas como *pluriativas*, já que exerciam mais de uma atividade econômica.

Se antes algumas dessas atividades não se inseriam no campo produtivo, agora elas passaram a integrar cadeias produtivas, envolvendo não apenas complexos agroindustriais como também serviços produtivos complexos e sofisticados. Para Graziano da Silva (2001) as projeções indicam "*que a continuar nesse ritmo, no ano 2014 a maioria dos residentes rurais do país estarão ocupados nessas atividades não-agrícolas.*".

Para Schneider (2003), a pluriatividade se caracteriza por uma forma de organização do trabalho familiar e refere-se a situações sociais em que os sujeitos que compõem uma família em domicílio rural passam a exercer um conjunto diverso de atividades econômicas e produtivas, em que não necessariamente estejam ligadas a formas tradicionais da agricultura. A promoção do crescimento da mão-de-obra pluriativa foi incentivada pela flexibilização do processo de trabalho industrial, que também interessa a indústria por ser mais econômica. Assim a pluriatividade fixou-se permanentemente nas unidades familiares agrícolas, tendo em vista o novo ambiente social e econômico no meio rural.

Outro componente importante é que a decisão da família rural em participar do setor RNA depende dos incentivos que ela recebe e da sua capacidade de participar. A relação entre eles determina o comportamento familiar, que pode ser analisado por meio dos fatores de atração e expulsão. Os fatores de atração são utilizados sobretudo quando os agricultores ganham uma renda maior nas atividades do RNA se comparada aos ganhos da pequena propriedade. Já os fatores de expulsão são os que normalmente compensam a falta de acesso ao mercado de seguros ou de crédito e exigem das famílias a diversificação de renda, para gerir o impacto sobre a renda devido à seca ou até as limitações crônicas como a falta de terra ou ainda para comprar insumos agrícolas (REARDON ET. AL., 1998).

Marsden (1995) e Schneider (2003) evidenciam que as mudanças em curso, desde o início de 1990, na política agrícola principalmente em países desenvolvidos estimulam a diversificação da produção, o que para os autores pode ser compreendido como indicativo que

o Estado tem criado políticas sociais para o campo que não passam necessariamente pelo estímulo à produção agrícola, o que confirma o recuo do padrão fordista de produção na agricultura e coopera para a proliferação de novas formas de reprodução da força de trabalho na agricultura. O advento das famílias pluriativas dentro da agricultura familiar seria a maior expressão desse novo redirecionamento (MARSDEN 1995, apud. SCHNEIDER, 2003).

Deste modo, não se pode mais caracterizar o espaço rural como somente agrário. Há nesse mundo um conjunto de atividades não-agrícolas que tem representado a cada dia mais, grande parcela de sua dinâmica.

O que os dados da PNAD revelam

A pluriatividade tem se tornado um fenômeno muito diversificado e heterogêneo, que intimamente é relacionado às estratégias sociais e produtivas adotadas pela família e do contexto socioeconômico em que elas estão inseridas. Em regiões onde a agricultura é mais eficaz, a concentração de terra é menor e os agricultores possuem apoio técnico integrado às cadeias agroindustriais, as atividades agrícolas são dominantes em relação às não-agrícolas.

A tabela 1.1 vem a demonstrar a renda média e a diferença percentual entre as famílias pluriativas e as famílias exclusivamente agrícolas. Analisando os dados obtidos, é evidenciado que, apesar da renda média entre as famílias não apresentarem grandes disparidades, mesmo quando considerado as relações entre Grandes Regiões, é manifesto na diferença percentual dos dados uma disparidade de concentração nos baixos extratos de renda nas famílias exclusivamente agrícolas. No Nordeste brasileiro observa-se que a renda de pessoas em famílias exclusivamente agrícolas, estão concentradas em extratos de renda de até 1 Salário Mínimo (SM), cerca de 83% estão localizadas nesta faixa. Ao observar os mesmos dados para pessoas em domicílios pluriativos essa mesma relação cai para cerca de 65%. Os dados da PNAD demonstram uma concentração nos estratos de renda inferiores das famílias exclusivamente agrícolas, enquanto que as famílias pluriativas possuem uma distribuição percentual de renda não tanto concentrada, principalmente nas regiões Sul e Sudeste brasileiras.

Tabela 1.1- Diferença percentual e renda média de pessoas em famílias “exclusivamente agrícolas” e as “pluriativas” por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009.

Grande	Exclusivamente Agrícola	Grande	Pluriativa
--------	-------------------------	--------	------------

Região	Renda Média	% de pessoas com renda				Região	Renda Média	% de pessoas com renda			
		Até 1 SM	De 1 SM a 2 SM	De 2 SM a 3 SM	A partir de 3 SM			Até 1 SM	De 1 SM a 2 SM	De 2 SM a 3 SM	A partir de 3 SM
Norte	632,4	53,4	32,1	8,0	6,5	Norte	682,1	42,9	41,8	8,3	7,1
Nordeste	308,4	83,1	12,2	2,5	2,1	Nordeste	362,9	65,5	28,7	4,1	1,7
Sudeste	693,9	44,6	38,0	7,4	10,0	Sudeste	762,4	33,2	42,7	11,6	12,5
Sul	1141,7	29,0	30,9	13,4	26,6	Sul	982,0	19,7	45,2	15,9	19,1
Centro-Oeste	1004,8	39,0	33,6	11,8	15,6	Centro-Oeste	861,0	29,8	46,9	11,4	11,9
Brasil	619,0	60,2	23,3	6,7	9,8	Brasil	604,3	47,5	36,3	8,4	7,8

Fonte: Elaboração dos autores.

A tabela 1.2 vem a estudar, essencialmente, os domicílios pluriativos no Brasil, ela evidência a porcentagem das pessoas exercendo atividades agrícolas e não-agrícolas na semana de referência a pesquisa da PNAD. A tabela descortina que em todas as Grandes Regiões brasileiras os domicílios pluriativos possuem as atividades rurais não-agrícolas como principal atividade. No Brasil cerca de 51% exercem as atividades não-agrícolas como a principal atividade enquanto que cerca de 48,5% estão nas formas tradicionais de produção agrícola.

Tabela 1.2- Porcentagem de pessoas em domicílios pluriativo em atividades agrícolas e não-agrícolas por Grande Região e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009.

Grandes Regiões	Pluriativo		
	% pessoas em atividade principal		
	Agrícola	Não-Agrícola	Total
Norte	49,6	50,4	100
Nordeste	49,6	50,4	100
Sudeste	48,1	51,9	100
Sul	47,3	52,7	100
Centro-Oeste	46,7	53,3	100
Brasil	48,8	51,2	100

Fonte: Elaboração dos autores.

A tabela 1.2 também vem a esclarecer que na região Centro-Oeste 53,3% das pessoas em domicílios pluriativos possuem as atividades rurais não-agrícolas como a principal fonte em relação aos 46,7% em atividades exclusivamente agrícolas. Na Região Sul brasileira as atividades não-agrícolas respondem por cerca de 53% do total dos domicílios pluriativos e a atividades agrícolas por cerca de 47%.

Já a tabela 1.3 vem a descortinar a diferença média de anos de estudo entre pessoas em domicílios exclusivamente agrícolas e em domicílios pluriativos. A tabela deixa em evidência, em primeiro lugar, que a região centro-sul (compreendendo centro-oeste, sudeste e sul) brasileira possui a média de anos de estudo elevada em relação às regiões Norte e Nordeste. Outro ponto que não se pode deixar de explicitar é a relação entre as pessoas em domicílios pluriativos, pois em exceção a região Norte, em que a média se equivale (para ambos os domicílios analisados), em todas as outras regiões brasileiras a média de anos de estudo das pessoas em domicílios pluriativos é bem elevada. Na região Sul brasileira a média de anos de estudo é de 7,7 anos enquanto que na mesma região os domicílios exclusivamente agrícolas possuem média de apenas 5 anos de estudo. O Nordeste brasileiro essa relação é ainda maior os domicílios pluriativos possuem mais do dobro de média de anos estudo: 5,3 anos; enquanto que os exclusivamente agrícolas possuem em média 2,4 anos de estudo. O que vem a descortinar o baixo nível educacional das pessoas em domicílios rurais pertencentes à agricultura familiar brasileira.

Tabela 1.3- Média de anos de estudo entre famílias exclusivamente agrícolas e pluriativas por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009.

Grandes Regiões	Anos de Estudo			
	Exclusivamente Agrícola		Pluriativa	
	N	Média	N	Média
Norte	231605	3,5	113928	3,5
Nordeste	1196812	2,4	593408	5,3
Sudeste	358812	4,3	161173	7,4
Sul	547184	5,0	246412	7,7
Centro-Oeste	143446	4,6	57726	7,5
Brasil	2477859	3,5	1172647	6,2

Fonte: Elaboração dos autores.

Os dados da PNAD vêm a revelar grandes disparidades regionais no Brasil. Em regiões que não possuem um dinamismo, com predominância da agricultura familiar mais rudimentar e menos integrado aos complexos, o exercício de atividades rurais não-agrícolas nunca deixou de ser realizada, sendo um recurso complementar a renda agrícola ou ainda como estratégia de sobrevivência para os agricultores familiares. A ideia é que uma atividade não substitua a outra, mas que elas se complementem. (SCHNEIDER, 2003a).

A interação de atividades agrícolas com atividades rurais não-agrícolas é mais intensa no meio em que a relação do agricultor com ambiente socioeconômico é mais complexo e diversificado. Nas regiões Norte e Nordeste do Brasil uso da pluriatividade parece estar ligado a uma estratégia de sobrevivência a fim de manter a renda/trabalho na agricultura familiar das regiões. Já nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste a pluriatividade vêm a o cumprir o papel de diversificador da produção rural. O que vem a confirmar as pesquisas de Reardon et. al. (1998) onde o autor explica que *“los hogares más pobres tienen una mayor necesidad de empleo remunerado en el sector RNA (necesidad derivada de factores de expulsión basados en la necesidad de manejar riesgos, impactos y limitaciones crónicas)”* (pág.7).

Denarti (2001) observa que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem custeado somente as tecnologias tradicionais para produtos tradicionais. O autor revela que o programa tem distribuído o financiamento de sistemas, custeio de produtos e pacotes tecnológicos tradicionais, *contudo “...falta crédito para investimentos e, principalmente, para financiar mudanças nos sistemas de produção, para reconversão produtiva e para atividades não-agrícolas no meio rural.”*(Denarti, 2001, pág. 59).

Souza et. al. (2011) analisando a distribuição dos créditos no período de 1999 a 2009 relatam a predominância da Região Sul do país, além de Minas Gerais, para os lugares de destinos mais frequentes dos recursos do Pronaf, sendo que a concentração não reflete a representatividade da agricultura familiar nesses estados. Para os autores a *“...Bahia, por exemplo, que nos quesitos considerados responde por parcela significativa da agricultura familiar, não tem participação no crédito compatível com essa importância.”*(Souza et. al., 2011, pág. 310)

Os dados da PNAD vêm a confirmar as enormes diferenças regionais brasileiras, o que apontam para a necessidade de políticas sociais voltadas para atender as necessidades específicas regionais. O que muitas políticas, como a do PRONAF, têm se mostrado falha na execução desses objetivos.

Considerações Finais

No Brasil os estudos sobre o crescimento da pluriatividade na agricultura familiar ainda carecem de estudos específicos para seu entendimento, havendo muitas dúvidas e

divergências entre os pesquisadores. O mundo rural ganhou, por assim dizer, “novas” funções e “novos” tipos de ocupações e apreender a dinâmica dessas transformações no campo é essencial para compreensão das estruturas sociais. Não podemos analisar as famílias pluriativas apenas como parte do processo de proletarização do campo, resultante da decadência da propriedade familiar, mas também, como uma etapa das constantes mudanças internas e externas da agricultura familiar.

Utilizando-se dos estudos de Buainain *et. al.* (2003) pode-se clarificar que a expansão das atividades rurais não-agrícolas não vem somente a apresentar um acréscimo das oportunidades de trabalho para os membros da família, mas também uma oportunidade de sobrevivência, em geral precária, para produtores com pouco acesso ao progresso técnico, à terra, crédito, à assistência técnica, etc.

Desta forma, o trabalho vem a cumprir o papel de descortinar a necessidade, principalmente pelo governo, para uso de políticas sociais específicas e regionais que garantam a manutenção da renda/trabalho dos agricultores familiares, visto que os dados da PNAD revelam que o recurso das atividades rurais não-agrícolas nos domicílios pluriativos tem apresentado enormes disparidades regionais, seja apenas para a diversificação da produção ou usada como tática de sobrevivência para permanecer no campo, como especialmente no caso das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Referências Bibliográficas

ANJOS, F. S. dos, CALDAS, N. V., COSTA, M. R. C. In: **pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar**. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Fortaleza, 2006.

BALSAN, Rosane. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira**. Campo-território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. In: **cidadania e res publica: a emergência dos direitos republicanos**. Revista de Filosofia Política - Nova Série, vol.1, 1997: 99-144.

BUAINAIN, A. M., ROMEIRO A. R., GUANZIROLI C. In: **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez, 2003.

CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF.** Estudos Sociedade e Agricultura. 8, Abril 1997: 70-82.

DENARTI, Reni Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001.

GOHN, Maria da Glória. In: **Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina.** Dossiê Política e Sociedade, vol. 10, n. 18, abril de 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. In: **O Novo Rural Brasileiro.** Revista Nova Economia, Belo Horizonte, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. In: **Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro.** Revista Estudos Avançados, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J., GROSSI, M. D., CAMPANHOLA, C. In: **O que há de Realmente Novo no Rural Brasileiro.** Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, vol. 19, n-1, 2002.

GUANZIROLI, Carlos E.. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural.** *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2007, vol.45, n.2, pp. 301-328. ISSN 0103-2003.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** São Paulo, Nova Cultura, 1986.

NEY, M. G. **Educação e desigualdade de renda no meio rural brasileiro.** Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2006.

NEY, M. G. **Equações de rendimentos: o efeito da posse da terra.** Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2002.

NEY, M. G., HOFFMANN R. **Atividades não-agrícolas e desigualdade de renda no meio rural brasileiro.** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Londrina, 22 a 25 de julho de 2007.

QUINTANEIRO T., BARBOSA M. L. O., OLIVEIRA M. G. In: **Um Toque de Clássicos**, 2. Ed, Belo Horizonte, UFMG, 2002.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios 2009, IBGE, 2010. **Notas Metodológicas**. <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>>, acesso em 19/12/2011.

REARDON, T., CRUZ, M. E. e BERDEGUÉ, J. **Los pobres en el desarrollo del empleo rural no agrícola en América Latina: paradojas y desafíos**. III Simpósio Latino americano de Investigación y Extensión de Sistemas Agropecuários. Centro Internacional de la Papa. Lima, Peru, 1998.

SCHNEIDER, S. In: **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 18 Nº. 51, 2003.

SCHNEIDER, S. In: **A pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 253p (A).

SCHNEIDER, S., MATTEI, L., CAZELLA, A. A., Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do PRONAF –Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHNEIDER, S., CONTERATO M. A., KOPPE L. R., SILVA C. C.. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006, p. 137-165.

SOUZA, P. M., NEY, M. G., PONCIANO, N. J. **Evolução da distribuição dos financiamentos do PRONAF entre as Unidades da Federação, no período de 1999 a 2009**. Revista Brasileira de Economia (Impresso), v. 65, p. 303-313, 2011.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, Maria de N. B.. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 2, p. 29-37, Editora da UFPR, jul./dez. 2000.

DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA LEITURA DAS ASSOCIAÇÕES NAS COMUNIDADES RURAIS

Claudiana Aparecida Leal de Araujo

Mestranda Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social
UNIMONTES, Montes Claros-MG
claudiana_ala@yahoo.com.br

Carlos Renato Téophilo

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social
UNIMONTES, Montes Claros-MG
crtheophilo@uol.com.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo realizar uma reflexão acerca do desenvolvimento, visando uma compreensão a partir da alargamento das liberdades humanas, tendo o desenvolvimento local como alternativa para o desenvolvimento, fazendo uma breve leitura empírica da representação das associações. Evidencia-se, a necessidade do ser humano em se associar, em grupos, na busca da transformação da qualidade de vida. O papel das pessoas como protagonistas é essencial nesse processo, considerando suas dimensões culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas. O “desenvolvimento” ganha nova significação, é um construir/desconstruir conceitos, visando uma compreensão da amplitude que envolve a discussão da temática. Longe de finalizar o debate, entende-se que o ponto chave do desenvolvimento é a transformação social.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Local, Capital Social

Abstract

This paper aims to conduct an analysis of the development, with an understanding from the enlargement of human freedoms, and local development as an alternative to the development and doing a brief reading of the empirical representation of associations. It is evident the need of human beings to associate in groups, in pursuit of transforming the quality of life. The role of people as protagonists in this process is essential,

considering the cultural, social, economic, institutional and political. The "development" gains new significance, is a construct / deconstruct concepts, seeking an understanding of the magnitude that involves the discussion of the theme. Far from finishing the debate, it is understood that the key point of development is social transformation.

Keywords: Local Development, Social Capital

1 Introdução

O desenvolvimento pressupõe uma transformação da realidade, a busca pelo bem estar, pela melhoria nas condições de vida. Aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais, dentre outros, estão presentes nessa reflexão, colaborando para a construção conceitual dessa temática. No entanto, a sua trajetória veio ganhando novas dimensões, que se relacionam entre si, ampliando a liberdade do ser humano, significando a capacidade de fazer escolhas.

O desenvolvimento local deve ser pensado como uma alternativa para o desenvolvimento, uma vez que coloca as pessoas como protagonistas de suas ações. O local representa o engajamento das relações sociais na própria comunidade.

As associações comunitárias rurais são organizações formais criadas com objetivo de integrar as ações dos associados (agricultores e trabalhadores rurais) em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade à qual pertencem. Cada comunidade tem uma cultura e estrutura própria, as quais influenciam em sua forma de ação.

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo geral realizar uma reflexão acerca do desenvolvimento, e como objetivos secundários: compreender o desenvolvimento a partir da expansão das liberdades humanas, entender o desenvolvimento local como alternativa para o desenvolvimento e fazer uma breve

leitura empírica da representação das associações e suas relações para o desenvolvimento local nas comunidades rurais localizada em Montes Claros-MG.

2 Fundamentação Teórica

O tema desenvolvimento encontra-se no debate baseado em interesses da sociedade, seja no aspecto político ou econômico. Por muito tempo a concepção de desenvolvimento relacionava-se ao crescimento econômico. No entanto, atualmente percebe-se novas dimensões passaram a ser ponderados pelos cientistas. Segundo Rodrigues (2000), a partir do final dos anos 80, que os aspectos sociais, tais como educação, saúde, saneamento, assistência social, previdência, são agregados a essa concepção.

2.1 Desenvolvimento: um Conceito em Construção

O desenvolvimento era entendido como crescimento econômico, pois era mensurado pela evolução do Produto Nacional Bruto (PNB) de um país. Esse entendimento foi alterado com o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) por meio da criação do "Relatório do Desenvolvimento Humano" e do lançamento do "Índice de Desenvolvimento Humano" (IDH), tendo como causa a observação de que o crescimento econômico apresentado por alguns países subdesenvolvidos na década de 1950 não apresentou os resultados sociais ocorridos em outros países considerados desenvolvidos (VEIGA, 2005). Dessa maneira, atualmente, percebe-se que outros aspectos passaram a ser ponderados pelos cientistas. Entre economistas, sociólogos e antropólogos, que debatem o tema, há concordância de que desenvolvimento é mais que crescimento econômico, outras variáveis devem ser consideradas.

De modo geral, o desenvolvimento pode ser compreendido como mudança estrutural, o que implica em mudanças sociais. Estas se constituem numa complexidade de questões que não findam sua discussão, pois dependem dos pontos de vistas individuais. As mudanças sociais, ou seja, as transformações sociais ocorrem pelo esforço dos indivíduos, em níveis históricos e intencionais (ação) que, por sua vez, gera o desenvolvimento. As ações dos membros da sociedade são provocadas por

motivações, sejam elas econômicas, utilitárias, subsistência ou lucro, determinados pelo sistema econômico (POLANYI, 2000).

O autor traz ao debate que o Estado cumpre o papel de nortear o processo econômico, porém nem sempre ocorre dessa forma. O seu papel consiste, muitas vezes, na alteração do ritmo da mudança, aumentando-o ou reduzindo-o conforme a necessidade. Como exemplo, tem-se os cercamentos¹, ocorrido na Inglaterra no Século XVII. (POLANYI, 2000).

Segundo Rist (1997), a noção de desenvolvimento está ligada a homogeneização da cultura, do modo de ser do capitalismo, marcados pelo interesse econômico e seus reflexos na sociedade. Para o autor, esta noção ocorre sob dois pontos de vista, o desenvolvedor e desenvolvido. O primeiro refere-se ao desenvolvimento como uma condição que, baseada nos parâmetros dos países hegemônicos, deverá ser almejada pela população de países considerados subdesenvolvidos; necessitando estes, de ajuda externa para alcançá-lo. E, o segundo, aborda que o desenvolvimento possibilita a realização do ser humano, por meio da construção de uma vida digna e satisfatória, liberto da opressão política, econômica ou social.

A teoria Marxista impulsiona para a aproximação dos economistas de grandes problemas culturais e humanos a realidade social contemporânea, estimulando a capacidade criadora humana para uma reconstrução social. Na concepção de Furtado (2009), o marxismo limitava a perspectiva do desenvolvimento, uma vez que limitava seus princípios dogmáticos emprestando-lhe um caráter teleológico a análise econômica.

Sob a ótica da economia clássica, o ponto central da teoria do desenvolvimento é composto pelo aumento da produtividade no trabalho e suas repercussões na distribuição do produto social. Entende-se como produto social, a produtividade por unidade de tempo de ocupação da força de trabalho por uma coletividade. No entanto, o

¹ Divisão da propriedade. Na Europa Ocidental o progresso econômico objetivava eliminar uma uniformidade das técnicas de agricultura. Na Inglaterra, o desenvolvimento da indústria lanígera levou o país ao estabelecimento da indústria têxtil - a direção da Revolução Industrial. Esses fatos são suficientes para identificar a mudança da terra arável para a pastagem e o movimento de cercamentos que a acompanhou como a tendência do progresso econômico. (POLANYI, 2000, p. 56).

aumento da produtividade muitas vezes pode representar o aumento do lucro para um grupo empresarial, sem ressoar na renda global. Dessa forma, não se pode confundir aumento da produtividade com desenvolvimento, este somente ocorre a partir da elevação da renda *per capita*, não obstante, aquele, ser considerado importante para o desenvolvimento (FURTADO, 2009).

Para Rodrigues,

O desenvolvimento implica a redução das desigualdades na distribuição de renda entre os segmentos, as regiões e as pessoas; a melhoria das condições sociais e culturais de toda a população; a redução dos índices de analfabetismo, a elevação dos padrões de escolarização, a ampliação das oportunidades de avanço social e melhoria das condições de saúde, nutrição e habitação (RODRIGUES, 2000, p.75).

Diante desse contexto, Furtado (2009) aponta que a idéia de desenvolvimento deve buscar explicar o processo de acumulação de capital, não podendo este ser elucidado de maneira abstrata, pois está ligada a estrutura econômica: organização da produção, as formas de distribuição e organização da renda.

Uma contraposição de toda idéia de desenvolvimento, é revelada em entrevista por Serge Latouche, Professor da na Universidade de Paris-Sul e presidente da Associação Linha do Horizonte, em 2004, na qual o define como “conceito-armadilha”, uma vez que o que realiza é ilusão ideológica, criando um consenso entre as partes contrárias, sem uma análise clara e crítica dos indivíduos, quando na verdade, para o Professor, o que se expressa é acumulação de capital, exploração da força de trabalho, imperialismo ocidental ou dominação (IHU On-Line, 2004).

Na atualidade, o fruto de toda discussão do desenvolvimento, tem sido adjetivá-lo como sustentável. Para Latouche (2004) essa é uma concepção aterrorizadora, e há dúvidas se é uma solução plausível para os problemas. A sugestão, nesse caso, seria pensar rumo ao pós-desenvolvimento, reintroduzindo o social e o político nas relações de troca econômica, e reencontrando o objetivo do bem-estar social e melhor. Por fim, o entrevistado enfatiza o decrescimento como solução para a sociedade. Decrescimento, que consista em eliminação das coisas supérfluas, pensar um decrescimento de consumo. Associado a isso, re-regionalizar as atividades, implementar um planejamento de retorno a agricultura camponesas, implodir a produção de bens relacionais (IHU On-Line, 2004).

2.2 O Desenvolvimento como expansão das liberdades

O desenvolvimento está, intimamente, ligado às minorias mais pobres. A trajetória dessa temática auferiu novas dimensões no cenário atual, que interatua com uma realidade diferenciada e complexa. Nesse sentido, após receber o Prêmio Nobel de Economia em 1998, Amartya Sen, numa abordagem heterodoxa, trouxe para o eixo central, a discussão sobre o desenvolvimento, conceituando-o a partir do alargamento das liberdades reais, que se caracteriza pela melhoria das condições de vida e consiste na eliminação de privações de liberdade, que limitam as escolhas e oportunidades da pessoa de exercer seu papel de agente (SEN, 2010).

Conforme Veiga (2010) esta é a abordagem do desenvolvimento que tem sido amparada por todos os Relatórios do Desenvolvimento Humano, a partir do ano de 1990. Apresentando um extenso conjunto de indicadores (33 quadros e quase 200 indicadores) acerca dos resultados conseguidos em países de todo o mundo, refletindo a capacidade de sobrevivência, aprendizado, dentre outros. No entanto, o autor enfatiza que algumas proposições dadas na concepção seniana, não são passíveis de mensuração, citando como exemplo, que desde os primeiros Relatórios, o PNUD criou um índice da liberdade humana, em 1991, e um índice da liberdade política, em 1992, as quais não resistiram, denotando ainda mais a complexidade do desenvolvimento em tratar pontos especificamente qualitativos.

Dentre as privações de liberdade elencadas por Sen (2010), cita-se a pobreza, carência de oportunidades econômicas, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência exercida dos Estados repressivos. O autor menciona que a liberdade é fundamental para o processo de desenvolvimento por duas razões: a razão avaliatória, em que a avaliação do progresso deve ser feita verificando se houve aumento das liberdades das pessoas e a razão da eficácia, na qual a concretização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas, sendo necessário observar as relações empíricas relevantes

Na visão do economista, uma compreensão adequada do desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e outras variáveis relacionadas à renda. Sustenta que, essas variáveis são apenas meio para que se usufrua das liberdades substantiva, quais sejam: a capacidade de escapar da

morte prematura; ter acesso aos serviços de saúde, educação, emprego, direitos civis básicos e participação política (SEN, 2010). Reforçando a limitação de se relacionar desenvolvimento a crescimento econômico, conforme já mencionado anteriormente.

No processo de expansão das liberdades reais, que as pessoas desfrutam, o aspecto econômico é considerado o fim primordial e o principal meio para o desenvolvimento, relacionando-se a importância da liberdade substantiva na melhoria do bem estar da vida humana e ao modo como os direitos e oportunidades contribuem para a expansão da liberdade. Destarte, vale observar o significado das Liberdades na acepção seniana. Assim, Sen (2010) chama de: 1 – Liberdades políticas: a participação e escolha dos governantes, bem como a fiscalização e crítica; 2 – Facilidades econômicas: o uso de recursos econômicos com o propósito do consumo, produção, troca e distribuição de renda; 3 – Oportunidades Sociais: A educação e a saúde evitam o analfabetismo e a morbidez; 4 – Garantias de Transparências: a necessidade de sinceridade inibe a corrupção, a irresponsabilidade financeira e transações ilícitas; 5 – Segurança protetora: são as disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes, distribuições de alimentos em crises de fome coletiva, evitando que a população afetada seja reduzida a miséria ou levada a fome e a morte.

Para Veiga (2010), a idéia de desenvolvimento ainda está no cerne da visão de mundo, com o homem como seu agente transformador, como já bem disse Furtado:

Como o desenvolvimento traduz a realização das potencialidades humanas, é natural que se empreste à idéia um sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas à medida que nelas o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações. O estudo do desenvolvimento tem, portanto, como tema central a criatividade cultural e a morfogênese social, temática que permanece praticamente intocada. (FURTADO, 2005, p. 7)

2.3 Capital social e seu papel no Desenvolvimento Local

A adjetivação local tem sua origem no “desenvolvimento comunitário” nos anos 1960, resultado da ação direta dos países subdesenvolvidos, onde as Comunidades Eclesiais de Base protagonizam suas ações com o pensamento de que os problemas e as soluções devem ser abordados de maneira integrada, a partir da mobilização e intervenção na própria comunidade (RODRIGUES, 2009). Destarte, Rodrigues (2009,

p.147) define Desenvolvimento Local como “o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local”. Nesta percepção, este conceito é resultado do paradigma territorialista e das experiências que o validam.

O desenvolvimento local, compreendido como uma alternativa ao desenvolvimento coloca, na sua centralidade, as pessoas como protagonistas, considerando seus valores, sua história, sua cultura, seu potencial econômico e suas necessidades sociais. Nas palavras de Bava (1996, p.58) o desenvolvimento local é:

“endógeno, nasce das forças internas da sociedade; constitui um todo, com dimensões ecológicas, culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas, sendo que a ação a seu serviço deve integrar todas essas dimensões”.

A dimensão endógena resgata a noção de que as pessoas são capazes de transformar sua realidade, alterar o curso de sua história, mudar seu futuro, mas para isso o individualismo deve ser superado. E nessa perspectiva, que vale refletir sobre o papel das pessoas enquanto sujeitos/atores de sua própria história, num mundo globalizado, em que tudo parece está cada vez mais próximo, porém separado. A definição de sujeito pode ser o resultado da confluência ou da “combinação da atividade racional e de identidade cultural pessoal (...) o sujeito está na encruzilhada de princípios gerais e de princípios particulares de conduta” (TOURAINÉ, 1999, p.204). Na sociedade contemporânea, o sujeito passa por dois universos: os poderes comunitários autoritários e a dominação de mercado. Na visão do autor “é preciso recusar escolher entre a globalização dirigida pelos países industriais e pelas ditaduras que impõem em nome dos direitos de uma comunidade” (TOURAINÉ, 1999, p. 348), pois tais forças agredem gravemente a liberdade do sujeito.

Importante considerar que Touraine (1999) defende que para “viver juntos” em sociedade é preciso que a educação, a democracia e igualdade de direitos estejam a serviço de cada sujeito. Resume o sociólogo que é preciso ter um sistema político que exalte a diferença, um sistema jurídico que prescreva a igualdade, mas sobretudo uma escola que ensine a viver junto, e é nessas condições que o sujeito se torna atores de sua própria vida.

E nesse pensar o sujeito como ator não se pode pensar o desenvolvimento rural de forma reducionista ao crescimento agrícola. Em estudos recentes, o que se nota são

regiões rurais dinâmicas, caracterizadas por uma rede de relações entre serviços e organizações públicas, urbanas ou rurais, nas quais maior importância é dada ao “fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam” (ABRAMOWAY, 2003, p.83). Devido a proximidade dessas relações é que denota a relevância dos atores, convergindo que há uma ênfase na dimensão territorial do desenvolvimento, o qual discorrer-se-á na próxima sessão.

Uma outra vertente desse pensamento, é o capital social, que Abramoway (2003, p.84), citando Robert Putnam (1993/1996), o define como “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

A noção de capital social permite compreender que as pessoas não agem de forma isolada, seus objetivos e comportamento nem sempre são individualizados ou egoístas. Ele se apresenta como recursos para solução dos dilemas da comunidade, cujo destino de apropriação é a própria comunidade. No pensamento de Bourdieu o capital é definido como um conjunto de recursos e poderes que são utilizáveis pela sociedade, sendo sua distribuição social desigual para os diferentes grupos (ABRAMOWAY, 2003).

Segundo Abramoway (2003), o capital social colabora para estabelecimento de novas relações entre os habitantes de certa região. A exemplo disso faz-se referência a substituição do patrimônio pelos fundos de aval, cooperativas de créditos no estabelecimento relações entre agricultores e sistema bancário. Converte-se dessa formação do desenvolvimento territorial, pelos princípios da noção de capital social.

2.4 Desenvolvimento Territorial nas regiões rurais

Pensar o desenvolvimento para as regiões rurais deve se considerar as especificidades e os fatores que determinam sua dinâmica. O meio rural tem um papel preponderante no desenvolvimento contemporâneo, para a qual foi dada uma especial atenção nos últimos anos.

Para Graziano da Silva (1997), a utilização dos autores clássicos, Marx e Weber, contribuíram para o conflito entre duas realidades sociais diferentes, urbano e rural, em

forma de classes sociais e não um corte geográfico. Nesse contexto, o “urbano” passou a ser identificado com o "progresso" capitalista das fábricas; e os rurais - ou a "classe dos proprietários rurais", com o "velho", e com o "atraso" no sentido de que buscavam impedir o progresso das forças sociais.

A ruralidade assume novas funções dentro dos atributos territoriais, vislumbrando o espaço de atividades variadas, com uma multiplicidade de atores sociais, e não meramente como produtor de produtos agropecuários, “rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades” (ABRAMOWAY, 2003, p.20), essa é uma tentativa de definição mais recente dada pela Divisão de Desenvolvimento Rural da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/DAS, 1998) para a América Latina. No entanto, essa relação possui dupla natureza, por um lado, a ruralidade é vista pela relação com a natureza, a relação com as pessoas, o espaço natural e cultivado. Por outro lado, a relação é importante que o estudo da relação com as cidades, das quais dependem direta ou indiretamente.

Não obstante, atualmente no Brasil, está mais difícil diferenciar o urbano e o rural, percebe-se uma urbanização do rural como resultado do processo de industrialização, e do inchamento mundo urbano, no espaço definido como rural. Nessa mudança, há uma integração entre o urbano e o rural na economia, a agricultura deixa de ser apenas fornecedora de insumos (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

No final do Século XX, os países desenvolvidos começaram a mostrar formas sociais e econômicas de organização à medida que a sociedade sai dos “padrões fordistas”, não se tratando de mundo rural caracterizado exclusivamente com as atividades agropecuárias. Emerge novos modos de regulação por parte do Estado que aponta três pontos focais para o debate:

a) a mudança rural é multidimensional, ou seja, não pode ser vista apenas da ótica econômica ou social, nem do ponto de vista estrito da produção e/ou do consumo;

b) é preciso incorporar a esfera da circulação como parte das "novas formas, mais especificamente, o capital financeiro ";

c) o significado do atual processo de "*commodotization*" é que as áreas rurais estão crescentemente associadas com atividades orientadas para o consumo , tais como, lazer, turismo, residência, preservação do meio ambiente, etc. (MARSDEN, *apud* GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.3)

Nos estudos de Abramoway (2003), infere-se que o desenvolvimento territorial apresenta-se com três características básicas: a existência de um “grupo de empresas” num certo território, o ambiente de inovações e troca de informações entre indivíduos e empresas e a integração entre empresas e indivíduos urbanos e rurais. Essas características partem das experiências de desenvolvimento, vivenciadas na Itália com a “industrialização difusa” e “terceira Itália”.

A preocupação com o processo, pelo qual se valida das relações sociais localizadas, permeia a valorização de certos territórios como uma “comunidade de valores e intenções”, sendo esse, mais importante que o resultado alcançado. É nesse contexto, que no processo de desenvolvimento ganha significado um ambiente de cooperação, implicando a troca de informação, atenção comum a formação dos trabalhadores, bem como a implantação de serviços indispensáveis ao funcionamento e qualidade de vida numa determinada região. Neste sentido, é que surge a noção de “sistema econômico local”, não se limitando essa concepção ao isolamento, mas a “abertura de novas oportunidades com base no aperfeiçoamento do tecido institucional de cada região” (ABRAMOWAY, 2003, p. 91).

Diante disso, o autor, enfatiza como desafios a falta estudos que propiciem o estabelecimento de tipologias acerca do alcance e limites da atuação das organizações para o desenvolvimento rural. Entretanto, apresenta algumas hipóteses que facilite a superação das principais dificuldades: a necessidade de associação de trabalho ao conhecimento, o que implica em mudança no ambiente educacional; a formação de uma rede de atores que busquem a valorização dos atributos de certa região; reconhecimento a insuficiência da esfera política e administrativa necessária para gerir o desenvolvimento local; organização de iniciativas que materialize a existência da dinâmica territorial; criação de novos mercados que ponham em destaque as capacidades regionais “territorializadas”; colaboração de faculdades e universidades na formação de redes de desenvolvimento territorial; construção de uma nova visão do meio rural (ABRAMOWAY, 2003).

2.5 As associações comunitárias como espaço para o desenvolvimento local

O desenvolvimento local nos espaços rurais sem as associações comunitárias dificilmente seria possível. Na realidade atual, percebe-se claramente o grande

fortalecimento dessas organizações, na participação nos espaços sociais, políticos e econômicos. O poder local, ou seja, força social organizada passa a ser visto como espaço de gestão político-administrativa. (GOHN, 2003)

Evidencia-se, a necessidade do ser humano em se associar, em grupos, na busca da transformação da qualidade de vida, geração de renda. Neste contexto, as associações apresentam-se como um espaço de inovações criativas e democráticas de desenvolvimento, com a presença de novos atores políticos e sociais que viabilizam os interesses sociais (ARAUJO, 2009).

O ponto chave para um projeto de desenvolvimento local seja sustentável, é o envolvimento dos atores sociais, com recursos e capacidades específicos. As idéias e atividades devem ser institucionalizadas na organização, agregando atenção e reconhecimento do capital social, além de assegurar fundos para implementação das ações favoráveis ao desenvolvimento social. Dessa forma, a inclusão social seria educativa, tendo como indicadores de crescimento o desenvolvimento objetivo e o subjetivo, que se complementam e tornam-se condição para haver desenvolvimento pessoal e comunitário. (KISIL, 1997)

Corroborando essa idéia, Lopes (2004) sistematiza as dimensões do desenvolvimento objetivo e subjetivo, conforme apresentado no quadro 04.

Quadro 01
Dimensões e indicadores de desenvolvimento

Dimensões	
Desenvolvimento objetivo	Desenvolvimento subjetivo
<p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meio ambiente; prática produtiva: produção e comercialização; • prática organizativa: sindicato, grupos de reflexão, times de futebol e associação; • educação, saúde e segurança; • crédito e infra-estrutura 	<p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • União, solidariedade, dignidade e respeito; • aprendizagem, conscientização, atitude, justiça e cidadania; • auto-estima elevada e satisfação; • expressão: linguagem, valores, tradições, saber e manifestação cultural.

Fonte: LOPES, 2004 p.38

Diante do exposto,

(...) a associação é um lugar de reunião, de encontro, onde as pessoas se vêem, comunicam-se. É onde também acontecem, na prática, a comunhão e o compromisso com as pessoas, com o transcendente, com o ambiente e

consigo (crescimento, auto-estima, valorização existencial, da sua história de vida e integração da sua personalidade). Todavia, acontecem frequentemente os esforços para a concertação, ou seja, a busca do consenso, da combinação para amenizar o imediatismo, o jogo conflitivo de interesses e poder, do egoísmo e do materialismo (racionalidade instrumental), que dificultam a união dentro e entre as associações, o crescimento da comunidade e o desenvolvimento da região. (LOPES; AMANCIO; ALENCAR 2005, p. 89)

3 Metodologia

O caminho percorrido para realização desse trabalho iniciou-se com pesquisa bibliográfica e publicações acerca da temática, possibilitando uma reflexão teórica para melhor compreensão das informações.

Vale dizer, que empiricamente, foi realizada uma re-leitura das informações coletadas em 2008, por meio da técnica de grupos focais, em que as coletas de dados foram realizadas através de interações grupais, buscando compreender o processo de desenvolvimento local a partir das percepções, atitudes e representações sociais junto às associações.

Convém mencionar, que essa leitura tem o intuito de colaborar na reflexão acerca do desenvolvimento, contribuindo com o embasamento teórico para a pesquisa, em andamento, acerca da implementação de políticas de desenvolvimento rural em parceria com as associações comunitárias. Para tanto, foi realizado um “recorte” das informações gravadas, no que tange ao desenvolvimento. Sendo que outros aspectos foram utilizados em trabalhos anteriores e poderão ser aprofundados futuramente.

A pesquisa qualitativa foi desenvolvida no universo das associações comunitárias rurais localizadas nas comunidades rurais de Lagoinha, Planalto, Santa Rita, Olhos d’água, no município de Montes Claros-MG. Nas quais os recursos metodológicos utilizados foram: entrevistas, observação e gravações de áudio e vídeo. Estes recursos proporcionaram maior fidedignidade a reconstituição das percepções acerca da realidade.

4 Uma Breve Leitura Empírica

A partir das concepções teóricas abordadas nesta reflexão, buscou-se observar em gravações de grupos focais, realizados em 2008, a representatividade das associações rurais como espaços de participação e envolvimento dos atores sociais desenvolvimento local.

Assim, observou-se as associações como espaço de ampliação das liberdades humanas, de melhorias de condições de vida. Implicando em articulação na própria associação, ou entre as mesmas, nas instituições privadas ou públicas, sendo que cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local.

Analisando os dados empíricos, denotam-se as relações estabelecidas entre os moradores da(s) comunidade(s) formada pelo capital social, tornando-se mais claras as abordagens de Abramoway (2003), em que o capital social colabora para afirmação de novas relações entre os habitantes de certa região. Implicitamente converge as características sociais como confiança, normas, que facilitam as ações coordenadas, bem como, os aspectos coletivos, que pessoas, enquanto atores sociais apropriam do conjunto de recursos para solução dos dilemas da comunidade.

Esclarecendo esse pensamento, cita-se o seguinte relato:

Eu entendo da seguinte forma, como nós... a tendência nossa é de realmente de abranger toda área social. Enfim, não só focalizando a nossa comunidade, mas de um modo geral todas as comunidades, é uma integração muito ampla, dos moradores, dos associados, eu digo moradores e associados. Porque existem moradores e existem os associados, aquelas pessoas que realmente freqüentam. Que são membros assíduos da associação... O ponto principal pra essas pessoas, ou seja, para que elas melhorem a condição de vida, é justamente dentro de uma associação. Eu vejo nessa situação. Por quê? Porque é dentro da associação que essas pessoas conseguem as coisas básicas para que o ser humano possa conviver (...) com outros. E viver nas suas casas de uma forma humana. Digamos assim. Então é um envolvimento muito bonito. entre comunidade, igreja, associação, que se tornam um só publico. não é isso? Então as mesmas pessoas que freqüentam as associações, são as mesmas que freqüentam o futebol, são as mesmas que freqüentam também a escola, a igreja. Então! Isso só tende as pessoas melhorarem gradativamente todos os dias. Eu entendo dessa forma. E tanto as associações, tanto de produtor rural como as associações comunitárias elas buscam esse enriquecimento social aos seus associados. (Relato de Entrevista P1, Presidente de Associação de Pequenos Produtores Rurais 29.05.2008)

É possível, apreender a valorização das relações sociais no território pelo qual se valida comunidade de valores e intenções, em que se observa a significação do processo de desenvolvimento num ambiente de cooperação que possibilite o funcionamento e

qualidade de vida na região, sejam enquanto produtores rurais ou pelos laços de solidariedade que une as pessoas no trabalho comunitário. Corrobora-se, mais uma vez, ao pensamento abramowaiano, que o “sistema econômico local” se abre a novas oportunidades baseando na realidade de sua região.

Destarte, conforme abordado por Furtado (2005) o desenvolvimento demonstra a realização das potencialidades humanas, tendo no ponto central o homem na busca de satisfação de suas necessidades. Assim, a mobilização, a articulação e envolvimento das pessoas, enquanto protagonistas de sua história e sua realidade, possibilitam o desenvolvimento na própria comunidade em que vivem. Ao se organizarem como grupos associativos se fortalecem na busca de alternativas para resolução de seus problemas comuns.

... hoje essas associações que estão aqui [demonstram] o crescimento e desenvolvimento, através das associações, a educação, o desenvolvimento, a saúde, a cultura, se enriqueceu muito. Então o objetivo das associações ser comum a todas, o objetivo delas é sempre a tendência de crescimento. E é através disso que vem as discussões, (...) naquela época existia uma quarta série, hoje nós já passou o magistério certo? E hoje é científico. E isso foi a trabalho social, a trabalho de comunidade, a trabalho de associativismo mesmo! Foi uma coisa de crescimento. A área de produção, por exemplo, era individual, começou com doze [associados] hoje tá com sessenta e dois ativa. Na produção, se organizou em grupo, em compras, em vendas... enfim as associações têm aquele objetivo de crescimento e desenvolvimento, todas as associações. (Relato de Entrevista P2, Presidente de Associação de Produtores Rurais, 29.05.2008)

Dentre as observações elencadas pelos pesquisados, percebeu-se a carência de oportunidades econômicas, de educação, vivenciados pelas pessoas daquelas comunidades. No entanto, é notória que por meio da participação e envolvimento das pessoas na associação houve uma apropriação da comunidade ao acesso a educação, a saúde, a cultura, a melhoria no processo produtivo e de comercialização dos seus produtos.

No relato citado, pode-se observar a ênfase dada, especialmente no âmbito da educação e dos processos produtivos. Nota-se que no passado, as pessoas dessas comunidades tinham acesso a séries primárias do ensino, e por meio da organização em grupos associativos que conseguiram ampliação do acesso ao ensino dentro da própria comunidade. Pode-se se inferir, também que a partir da organização em grupo houve facilidades no processo produtivo, seja na compra de insumos ou mesmo na venda de seus produtos. Dessa forma, corrobora-se que, naquele contexto, houve uma ampliação

das liberdades da condição de agente das pessoas, possibilitando o desenvolvimento na concepção seniana, que resultou na melhoria das condições de vida.

5 Considerações Finais

Diante do exposto, o “desenvolvimento” ganha nova significação, é um construir/desconstruir conceitos, refazendo passagem para que efetivamente se chegue a uma compreensão da amplitude que envolve a discussão da temática. Longe de finalizar o debate, entende-se que o ponto chave do desenvolvimento é a transformação social.

O desenvolvimento local é endógeno e espontâneo, e para ser alcançado necessita que as particularidades sejam observadas no âmbito do território. O papel das pessoas, enquanto protagonistas de sua de história, é preponderante nesse processo, para constituição de um todo, em suas dimensões culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas. Vale considerar as liberdades e capacidades de escolhas individuais, que propiciam melhorias na qualidade de vida e bem-estar. Entretanto, as pessoas não agem isoladamente, suas ações e objetivos, são voltados para o bem comum, em que são valorizadas as relações sociais no ambiente em que atuam.

Empiricamente, observa-se que as associações têm um papel fundamental para o desenvolvimento local, no qual há participação e envolvimento das pessoas para realização de suas atividades, acesso a informação e busca de melhoria na qualidade de vida, fortalecendo-as enquanto atores sociais.

Destarte, o meio rural deve ser visto como uma potencialidade para o desenvolvimento de uma sociedade, apoiado nos diversos conjuntos de atividades de mercado, e não como mera divisão geográfica. O fortalecimento do capital social dos territórios deve proporcionar a construção e comprometimento com o desenvolvimento local, em que os protagonistas principais sejam as populações rurais.

Referências

ABRAMOWAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

- ARAÚJO, C. A. L., TOLENTINO, M. A., THEÓPHILO, C. R.. **Realidade organizacional das associações comunitárias rurais da região sul de Montes Claros - MG.** In: In: 33º Enanpad, 2009, São Paulo - SP. Anais do 33º Enanpad, 2009
- BAVA, S.C. **Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social?** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.10, n.3, p.53-59, 1996.
- BAVA, S.C. **Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social?** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.10, n.3, p.53-59, 1996.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro, Contraponto Internacional Celso Furtado, 2009.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro, Contraponto Internacional Celso Furtado, 2009.
- FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar.** 2. ed. São Paulo, Nacional, 1981.
- GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sócio-política.** 2 ed. São Paulo. Cortez. 2003.
- LATOUCHE, Serge. **Decrescimento ou desenvolvimento sustentável?** Entrevista a Revista IHU On-line, nº 100, 2004. Disponível em <http://www.unisinus.br/ihuonline/uploads/edicoes/1158260956.64word.doc>. Acesso 29 de junho de 2012.
- LOPES, F. A. M. AMANCIO, R. ALENCAR, Edgard. **Participação Libertadora, CEBs e Comunidades Camponesas em Montes Claros MG.** Organizações rurais agroindustriais. Lavras, v. 7, n. 1, p. 82-92, 2005
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RODRIGUES, Luciene. **Formação econômica do Norte de Minas e o período recente.** In: OLIVEIRA, M.F., RODRIGUES, L. (Org.). Formação social e econômica do Norte de Minas. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.
- _____. **Itinerário da construção das abordagens de desenvolvimento.** In: Argumentos – Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2009.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, José Graziano da. **O Novo Rural Brasileiro,** Revista Nova economia. Belo horizonte. 7(1):43-81 (maio de 1997).
- TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes.** Petrópolis: Vozes, 1999.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do Século XXI.** Rio de Janeiro. Garamond, 2010.

**ECONOMIA CRIATIVA: FOMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL
(CREATIVE ECONOMY: PROMOTING REGIONAL DEVELOPMENT)**

SAAD, D. S.

Docente da Antonio Meneghetti Faculdade (danissaad@gmail.com)

OLIVEIRA, J. N. D. de.

Coordenadora de Graduação da Antonio Meneghetti Faculdade

(coordgrad@faculdadeam.edu.br)

KOHL, A.

Coordenador do curso de Administração da Antonio Meneghetti Faculdade

(coordadm@faculdadeam.edu.br)

FAVERO, E. M. M.

Docente da Antonio Meneghetti Faculdade (secretaria@faculdadeam.edu.br)

Resumo:

A globalização é um processo econômico e social de integração entre os países e as pessoas. Aliado ao surgimento da internet, levou a não existirem mais fronteiras e acarretando em uma grande concorrência. Para que seja encontrada uma forma de diferenciação e a descoberta de novas oportunidades, passa a existir a denominada Economia Criativa. No Brasil é visto como uma grande oportunidade de incentivar a economia, podendo ser aplicado em todas as áreas do conhecimento. Diante disso, a Antonio Meneghetti Faculdade definiu como estratégia de ação o desenvolvimento do projeto: “Economia Criativa: fomento para o desenvolvimento regional”, promovendo palestras, capacitação e acompanhamento. Posteriormente, objetiva consolidar a criação dos Núcleos de Desenvolvimento Local valendo-se da potencialidade existente na região decorrente das riquezas naturais e do capital humano disponível.

Palavras-chave: criatividade, empreendedorismo, sustentabilidade.

Abstract:

Globalization is a process of social and economic integration among countries and people. Allied to the introduction of the Internet, they have led to no more boundaries, and resulting in a major competition. In order to find a form of differentiation and the discovery of new opportunities, there is now called the Creative Economy. In Brazil is seen as a great opportunity to stimulate the economy and it can be applied to all areas of knowledge. On face that, Antonio Meneghetti Faculty defined as an action strategy development project, "Creative Economy: promoting regional development", promoting lectures, training and monitoring. Later, aims to consolidate the creation of Centers of Local Development (NDL), using the potential in the region resulting from natural and human capital available.

Keywords: creativity, entrepreneurship, sustainability.

1. Introdução

A globalização é um processo econômico e social de integração entre os países e as pessoas. Podem ocorrer trocas de ideias, transações financeiras e comerciais e difusão dos aspectos culturais entre as pessoas, os governos e as empresas em nível mundial. Esse processo aliado ao surgimento da internet levou a não existirem mais fronteiras, e o conhecimento e o desenvolvimento passaram a ser amplamente difundidos, o que acarretou em uma grande concorrência.

Atualmente, no âmbito econômico existem muitos produzindo coisas muito semelhantes e cabe a cada um buscar uma forma de diferenciar o seu produto ou serviço de maneira a atrair clientes e manter a fidelidade dos mesmos, ou ainda, descobrir novas oportunidades. Para que isso seja alcançado, passa a existir a denominada Economia Criativa.

2. Objetivos

2.1 Objetivo geral

Fomentar o desenvolvimento econômico e social da região da quarta colônia de imigração italiana.

2.2 Objetivos específicos

- Divulgar a AMF perante a comunidade.

- Divulgar o projeto “Incubadora Recanto”.
- Criar Núcleos de Desenvolvimento Local nos municípios da região.
- Disseminar a cultura empreendedora na região.
- Conscientizar a população local das oportunidades disponíveis e da importância da realização de atividades desta natureza, promovendo a capacitação da mesma e um constante acompanhamento em todas as etapas.
- Participar do projeto Junior Achievement.
- Consolidar ações que facilitem a participação em editais de fomento.

3. Revisão da literatura

A Economia Criativa surgiu na Inglaterra, em 1997, devido ao fato de que as atividades culturais ganharam status de uma verdadeira indústria buscando o desenvolvimento. Após, foi criado o Ministério da Economia Criativa, com foco no fortalecimento da indústria relacionada às artes plásticas, cinema, teatro, literatura, mídias eletrônicas, mídias recentes ligadas ao surgimento de novas tecnologias, entretenimento, design, arquitetura e moda.

No Brasil, em 2007 nasceu o Instituto de Economia Criativa sendo que o conceito utilizado por este Instituto é bem mais amplo. "Na nossa visão, o que inclui uma empresa na economia criativa é a sua capacidade de se organizar de maneira a inovar, ou seja, o modo como desenha os processos, o modelo de negócios, como desenvolve os talentos etc. Ou seja, toda atividade que cria valor, a partir da capacidade intelectual" (MELITO, 2008). O Instituto inclui as atividades de desenho de processos, gestão e educação, como parte da Economia Criativa. O país vê nesse setor uma grande oportunidade para descobrir novas formas de incentivar a economia, além da possibilidade de diferenciar e aprimorar os produtos e serviços já desenvolvidos. Aqui, o conceito de Economia Criativa pode ser aplicado em todas as áreas do conhecimento.

Os produtos e serviços criativos utilizam a criatividade como matéria-prima. Mas é preciso se estar preparado e em concordância com as inovações necessárias.

Pode-se dizer que todas as pessoas são criativas, mas algumas possuem maior facilidade para exibir essa capacidade. Diversos exercícios podem ser feitos para que o potencial de cada um seja desenvolvido e aprimorado, pois muitas vezes essa capacidade é

bloqueada por falta de oportunidades. Nas empresas, é imprescindível que os profissionais criativos possuam um novo perfil, devendo ser talentoso, crítico, questionador, pró-ativo e deve haver uma troca constante de opiniões entre os colaboradores para que seja alcançado o objetivo proposto.

A Economia Criativa pode ser utilizada em qualquer empresa ou organização, independentemente do tamanho da mesma. Para as pequenas ou médias, o tempo requerido para a efetivação de uma inovação decorrente de uma ideia criativa pode ser bem menor do que o necessário para uma grande empresa, pelo fato das pessoas estarem mais próximas e terem uma maior disponibilidade. Já nas grandes empresas, são necessários diversos procedimentos para a implantação de uma inovação, sendo, portanto um processo mais moroso na maioria das vezes.

Diante disso, a Antonio Meneghetti Faculdade (AMF) ciente de sua importância no desenvolvimento da região na qual está inserida, definiu como estratégia de ação o desenvolvimento do projeto: “Economia Criativa: fomento para o desenvolvimento regional”, como forma de uma ação efetiva, na qual atuarão alunos, docentes e demais colaboradores da AMF, tendo como público-alvo estudantes, associações comerciais e comunidade em geral. Para uma ampla divulgação, serão realizadas parcerias públicas e privadas.

3.1 Importância da ação da Antonio Meneghetti Faculdade na região

A comunidade junto à qual a Faculdade está inserida encontra-se na região Central do Rio Grande do Sul, mais especificamente na Quarta Colônia de imigração italiana e entornos. Toda essa região da Quarta Colônia e proximidades possui, aproximadamente, 325.000 mil habitantes conforme dados do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo estes mesmos dados, na região estão instaladas cerca de 2.500 indústrias, sem considerar o setor comercial e de prestação de serviços.

A Quarta Colônia de Imigração Italiana abrange os municípios de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Silveira Martins, São João do Polêsine, Restinga Seca, Agudo.

O Distrito Recanto Maestro, que abriga o campus da IES, oferece inúmeras oportunidades profissionais para jovens por meio das empresas instaladas, que concretamente hoje empregam em torno de 50% dos alunos da AMF.

A faculdade por ser a primeira instituição de ensino superior presencial localizada na região, entende seu papel estratégico, principalmente, na formação e qualificação da comunidade na qual está inserida. É atuante, preocupando-se em compreender as necessidades locais. Diante dessa realidade, nos anos de 2010 e 2011, desenvolveu a pesquisa “Dados socioeconômicos da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana”, envolvendo todos os municípios.

Alguns resultados se destacaram e definiram um plano de ação da IES, conforme os resultados apresentados na figura abaixo.

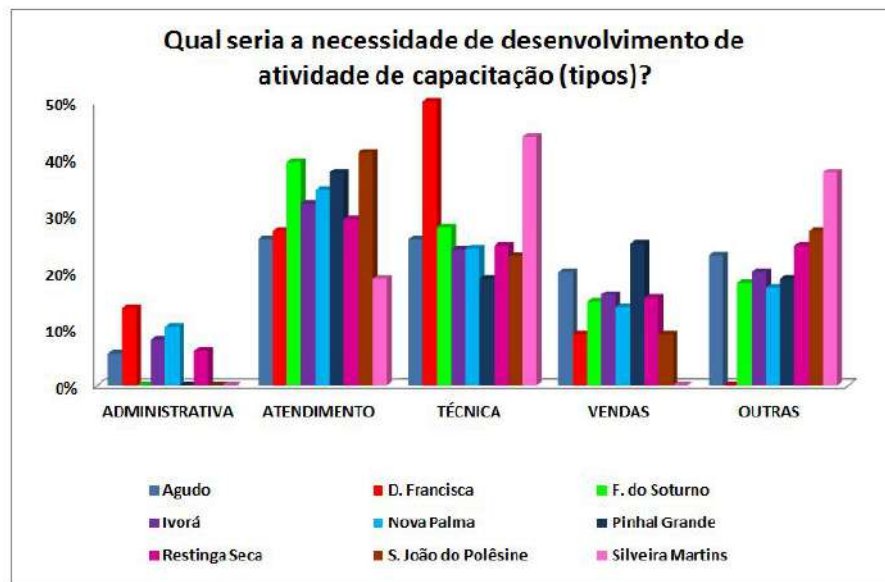


Figura 1- Representação gráfica das necessidades de desenvolvimento de atividade de capacitação, por município (Fonte: Pesquisa AMF)

Assim, a faculdade está formatando diversos cursos de extensão tais como de atendimento ao cliente e o profissional de vendas, entre outros, com o intuito de atender a demanda local e promover consequentemente o aprimoramento e o desenvolvimento de produtos e serviços.

Na figura seguinte é apresentada a localização dos municípios que compõem a região da quarta colônia de imigração italiana.



Figura 2 - Localização dos municípios que compõem a região da quarta colônia de imigração italiana
(Fonte: <http://societapolesine.blogspot.com.br/2009/05/mapa-da-quarta-colonia-de-imigracao.html>)

A Antonio Meneghetti Faculdade (AMF) está inserida nesta região, localizando-se conforme a figura a seguir.

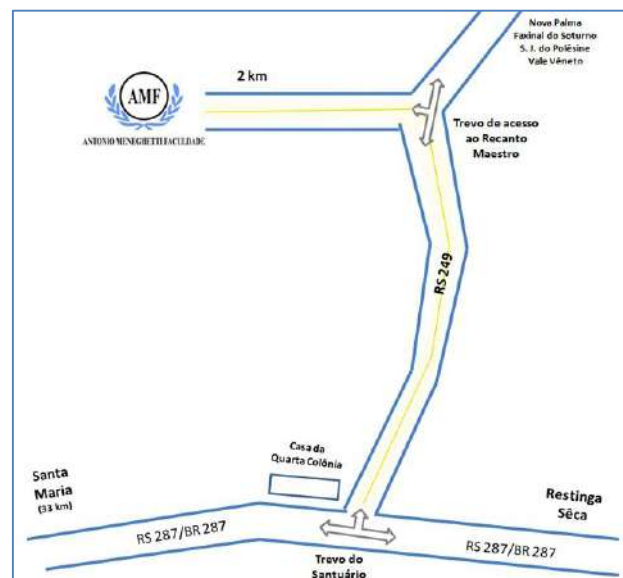


Figura 3 – Localização da Antonio Meneghetti Faculdade

(Fonte: <http://www.faculdaeam.edu.br/centralderelacionamento/como-chegar-na-amf-0-59-10-0-1>)

Para o efetivo desenvolvimento da proposta apresentada, cabe salientar que é fundamental elencar cinco (5) termos que conjuntamente serão denominados os pilares da Economia Criativa, a saber: criatividade, economia, inovação, empreendedorismo e

sustentabilidade, sendo que todas as ações a serem realizadas neste sentido deverão considerar uma relação intrínseca entre os termos anteriormente citados.

A seguir, serão apresentados alguns destes conceitos.

3.2 Criatividade e Economia Criativa

Segundo a etimologia da palavra, criatividade está relacionada com o termo criar, do latim *creare*, que significa “dar existência, elaborar, sair do nada, estabelecer relações até então não estabelecidas pelo universo do indivíduo, visando determinados fins” (PEREIRA et al., 1999). Em grego, a palavra “*kraínen*” (criatividade) significa realizar, desempenhar, preencher (PFEIFER, 2001, p.26).

Segundo o dicionário de Ontopsicologia, criar (ou criatividade) significa produzir algo do nada de si mesmo. Construir uma solução positiva não prevista pelas premissas vistas segundo a lógica corrente. Efetuar um resultado não previsto pela causalidade conhecida. Descobrir relações progressivas de um possível desconhecido. Precisar novidade de efeitos que introduzem em novidade de causas (MENEGHETTI, 2001, p. 72, Dicionário de Ontopsicologia).

Bentley e Seltzer (1999) através de uma série de estudos de casos identificaram quatro características de uma pessoa criativa:

- habilidade de formulação de novos problemas e a posterior solução;
- capacidade de transferência e aplicação do conhecimento de diversas áreas;
- disposição de reconhecimento da necessidade de uma contínua aprendizagem, suscetível a eventuais erros;
- capacidade de ser focado para o alcance de um objetivo.

Para Alencar (1996) criatividade envolve uma interação dinâmica entre elementos relativos ao indivíduo e elementos relativos ao ambiente.

O processo criativo é definido por Torrance e Torrance (1974, p.2).

[...] como um processo natural nos seres humanos, através do qual uma pessoa se conscientiza de um problema, de uma dificuldade ou mesmo de uma lacuna nas informações, para o qual ainda não aprendeu a solução; procura, então, as soluções possíveis em suas experiências prévias ou nas experiências dos outros. Formula hipóteses sobre todas as soluções possíveis, avalia e testa estas soluções, as modifica, as reexamina e comunica os resultados.

Segundo Reis (2008) a definição de economia criativa surgiu do termo indústrias criativas, inspirado no projeto Creative Nation desenvolvido na Austrália em 1994. Essencialmente, este projeto defendia a importância do trabalho criativo e sua posterior contribuição para a economia de um país, e o papel das tecnologias como aliadas da política cultural, proporcionando à posterior inserção dos setores tecnológicos no rol das indústrias criativas. Em 1997, o Reino Unido encontrou uma competição econômica crescente e fortemente acirrada. Isso originou uma análise das contas nacionais, tendências de mercado e vantagens competitivas, realizada por diversos setores. O governo seguiu uma iniciativa denominada mais tarde de indústrias ou economias criativas, ao tentar identificar o responsável pela impulsão no terceiro setor.

“O dínamo encontrado nesta nova economia foram as atividades criativas, responsáveis por uma parcela cada vez maior da atividade econômica. A partir daí, foi estabelecida uma força tarefa para mapear esse setor: participação no PIB, número de empregados, investimentos públicos e privados, entre outros dados econômicos. Esse mapeamento estimulou inúmeros países e organizações a estudar o setor criativo. (FIRJAN, 2008)”.

Foram identificados treze setores de maior potencial, as chamadas indústrias criativas, definidas como “indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que apresentam um potencial para a criação de renda e empregos por meio da geração e exploração de propriedade intelectual. Isso inclui Expressões Culturais, Arquitetura, Artes Cênicas, Artesanato, Cinema & Vídeo, Design, Mercado de Artes e Antiguidades, Mercado Editorial, Moda, Música, Software, Publicidade, Rádio e TV, Vídeo Games.”

Atualmente, não existe uma única definição para Economia Criativa. Diversos estudiosos e instituições publicaram algumas definições e abordagens sobre o assunto.

Segundo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), trata-se da indústria da cultura; para a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento), além de artes, também estão incluídas atividades econômicas baseadas no conhecimento e que utilizam a criatividade como insumo primário para produzir produtos ou serviços comercializáveis com valor agregado.

Em 2008, a UNCTAD publicou um relatório Creative Economy, buscando reunir as diferentes perspectivas e visando identificar parâmetros para a análise e posterior comparação de dados referentes ao setor entre os diferentes países, apresentando instrumentos para a

formulação de políticas públicas. Neste relatório, a UNCTAD define a Economia Criativa como: “Os ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam criatividade e capital intelectual como insumos primários. Constitui uma série de atividades baseadas no conhecimento, que produzem bens tangíveis e serviços artísticos e intelectuais intangíveis com conteúdo criativo, valor econômico e objetivos de mercado”.

Segundo a UNCTAD, as indústrias criativas estão divididas em quatro categorias e organizadas em nove subgrupos conforme a Figura 4 a seguir.

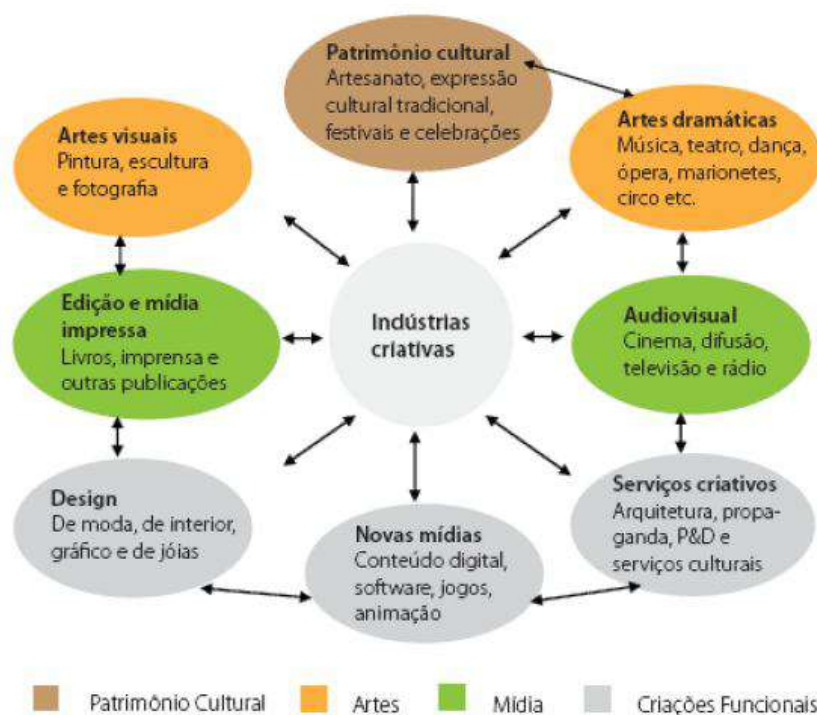


Figura 4: As Indústrias Criativas (Fonte: Unctad 2008)

3.3 Inovação

O termo inovação origina-se do latim “innovatione”, cujo significado é renovação. Acredita-se que a inovação representa a aplicação da criatividade, ou seja, primeiro tem-se a criatividade, depois a inovação.

É fundamental que a criatividade esteja aliada à inovação, ou seja, uma ideia criativa deve ser transformada em uma inovação. Essa nova ideia pode ter origem de uma ou várias sugestões previamente estabelecidas, não sendo necessariamente uma ideia única. Segundo Schumpeter (1934) há uma relação de vários tipos de inovações: introdução de um novo produto ou mudança qualitativa em produto existente; inovação de processo que seja novidade

para uma indústria; abertura de um novo mercado; desenvolvimento de novas fontes de suprimento de matéria-prima ou outros insumos.

Segundo Zilber et. al. (2009), é fundamental identificar os fatores organizacionais decisivos para que uma empresa ou processo seja inovador. Esses são compostos pelas variáveis: interação, descentralização, controle, flexibilidade, liderança e reconhecimento definidos no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Fatores Organizacionais Decisivos

Variável	Fatores Organizacionais	Autor	Ano
Interação	A inovação é uma atividade de cooperação que emerge da integração de múltiplas perspectivas, requerendo interação e colaboração entre especialistas de vários departamentos da organização.	Grant	1998
		Galbraith e Lawler	1995
		Van der Ven	2000
		Tushman e Nadler	1997
Descentralização	A descentralização e a manutenção das unidades de negócios pequenas estimula o desenvolvimento de inovações porque os funcionários se sentem desincumbidos das exigências da burocracia central, por estarem mais próximos dos clientes e sentirem-se responsáveis pelas operações.	Morgan	1996
		Aaker	1998
Controle	A inovação é fundamentalmente um produto do conhecimento e da criatividade e a empresa orientada com forte controle	Grant	1998
		Aaker	1998
		West	1991

	organizacional tende a inibir a criatividade.		
Flexibilidade	Para estimular a proliferação de inovações a organização deve traçar planos estratégicos flexíveis e possuir controles financeiros e operacionais não restritivos.	Galbraith e Kazanjian West	1986 1991
Liderança	O campeão de produtos, líder do processo, exerce papel fundamental como promotor e maestro do processo de desenvolvimento de novos produtos, tendo em vista o seu comprometimento voluntário com o projeto.	Galbraith e Kazanjian Galbraith	1986 1997
Reconhecimento	Para os inovadores, a demonstração de aprovação, o reconhecimento e oportunidades de desenvolvimento educacional e profissional são ainda mais importantes do que assumir responsabilidades gerenciais.	Lester Fry e Saxberg	1998 1987

Fonte: Zilber et.al. (2009)

3.4 Empreendedorismo

A raiz da palavra empreendedor remete há 800 anos, do verbo francês *entreprendre*, que significa “fazer algo”. Segundo Brito e Weber (2003), uma das primeiras definições da palavra “empreendedor” foi elaborada no início do século XIX pelo economista francês J. B. Say, como aquele que “transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento”. Entre os economistas modernos, quem mais enfocou o tema foi Joseph Schumpeter (1934), que teve grande influência sobre o desenvolvimento da teoria e prática do empreendedorismo. Em seus estudos, ele o descrevia como a “máquina propulsora do desenvolvimento da economia. A inovação trazida pelo empreendedorismo permite ao sistema econômico renovar-se e

progredir constantemente.” De acordo com o autor, “sem inovação, não há empreendedores, sem investimentos empreendedores, não há retorno de capital e o capitalismo não se propulsiona.” O mesmo associava empreendedorismo ao desenvolvimento econômico, à inovação e ao aproveitamento de oportunidades em negócios.

Para Dolabela (2008) o empreendedorismo não se restringe ao aspecto econômico, mas refere-se também ao aspecto social. É um tema que existe desde a primeira ação humana inovadora, que objetiva melhorar as relações dos homens entre si e com a natureza.

3.5 Sustentabilidade

Para Dias (2010) o desenvolvimento sustentável nas organizações apresenta três dimensões: a econômica, a social e a ambiental. O mais importante na abordagem dessas dimensões é o equilíbrio dinâmico necessário e permanente que devem ter.

Tradicionalmente abordam-se três dimensões ao tratar-se do tema sustentabilidade, porém, Sachs (2009) vai além e pontua 8 (oito) dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política (nacional) e política (internacional).

Diante desse contexto percebe-se que Schutel (2010) traz a novidade da aplicação do método ontopsicológico à prática sustentável. “A Ontopsicologia é a abertura de um modelo alternativo ao proceder científico que hoje está presente no mundo. Essa ciência mede o real segunda a função homem” (MENEGETTI, 2010, p.130).



Figura 5 - Ser humano – centro da ação sustentável

Conforme a figura anterior, o ser humano uma vez que aplica o método ontopsicológico é capaz de se tornar agente interdisciplinar. O que possibilita realizar vínculos de benefícios mútuos como a manutenção e o desenvolvimento da identidade, crescimento, utilidade, funcionalidade e o respeito à diversidade (SCHUTEL, 2010).

3.6 Economia Criativa como forma de desenvolvimento e seus desdobramentos

A partir do conhecimento do potencial deste setor e de números relativos a ele, a Economia Criativa pode ser considerada como uma alternativa extraordinária para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional de qualquer país.

Segundo Reis (2008), esse setor impulsiona novos modelos de negócios, processos organizacionais e institucionais e relações entre os agentes econômicos e sociais. Porém, é preciso aproveitar o potencial econômico deste setor, baseando-se nos seguintes itens:

- a) conscientizar os gestores públicos, privados e a sociedade civil de que inclusão se faz por convergência de interesses;
- b) definir e implementar políticas de desenvolvimento transversais aos setores e interagentes;

- c) influenciar acordos internacionais para que possibilitem a apropriação dos benefícios da economia criativa por parte das comunidades que os originaram;
- d) promover acesso adequado a financiamento;
- e) levantar estatísticas que monitorem o desenvolvimento das ações de política pública;
- f) disponibilizar infraestrutura suficiente de tecnologia e comunicações;
- g) estabelecer um modelo de governança coerente;
- h) analisar o processo de geração de valor não em uma estrutura de cadeia, mas de redes;
- i) garantir educação e capacitação a par com novos perfis profissionais e novas profissões;
- j) formar um ambiente que reconheça o valor econômico da criatividade e do intangível cultural.

No Brasil, esta oportunidade fica evidenciada em função da diversidade cultural, do capital humano disponível e do imenso potencial criativo presente. Mas, essas ações só serão possíveis se houver uma consolidação e amadurecimento de atividades ligadas à Economia Criativa, sendo também fundamental a implantação de políticas econômicas de incentivo.

Com a criação da Secretaria da Economia Criativa no ano de 2011 e do Plano de Atuação 2011-2014, foram elaboradas e formalizadas políticas, diretrizes e ações para esse setor.

Em novembro de 2011 a AMF realizou um congresso intitulado: Responsabilidade e Reciprocidade: Valores Sociais para uma Economia Sustentável, no qual os resultados obtidos estão amplamente relacionados com a execução do presente projeto, uma vez que os compromissos sociais da instituição estão pautados nos oito (8) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro, marca os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e deverá contribuir para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. O principal objetivo da Conferência é a renovação do compromisso com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das possíveis lacunas existentes na implementação das decisões adotadas e do tratamento de temas novos e emergentes. Os temas principais são: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Com isso, o conjunto de ações realizadas citadas anteriormente motivou o desenvolvimento do projeto proposto, onde poderão ser atingidos resultados significativos no sentido de contribuir para o crescimento e desenvolvimento da região na qual a IES está inserida.

Salienta-se que deve haver uma ampla conscientização de que a criatividade aliada ao conhecimento constitui-se numa inesgotável fonte de geração de riquezas, acarretando ações de empreendedorismo social, o que vem de encontro com as atuais necessidades que deverão ser atendidas para que um pleno desenvolvimento e conseqüente melhoria de qualidade de vida possam ser atingidos.

4. Metodologia

Quanto à natureza da ação, constitui-se em um projeto Multidisciplinar e Interdisciplinar envolvendo os segmentos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Inicialmente serão realizadas diversas palestras tendo como local a AMF, as escolas da região e as associações comerciais para ampla divulgação da proposta, sendo o público-alvo composto por docentes, estudantes, associações comerciais e comunidade em geral.

As áreas temáticas envolvidas no desenvolvimento do presente projeto são principalmente: Artes e Desenvolvimento Criativo; Ciência e Desenvolvimento Tecnológico; Educação e Desenvolvimento Humano e Humanidades e Desenvolvimento Social.

Para o desenvolvimento deste projeto ocorrerá uma participação efetiva de alunos, docentes e demais colaboradores da AMF.

Posteriormente, objetiva-se consolidar a criação dos Núcleos de Desenvolvimento Local (NDL), fundamentais para a efetividade das ações realizadas e valendo-se da potencialidade existente na região decorrente das riquezas naturais e do capital humano disponível, constituindo o ativo mais importante de uma iniciativa. Ou seja, transformar a região em um núcleo de oportunidades resultante de uma ampla conscientização da população local e da disponibilidade do suporte necessário para a materialização das atividades.

Durante a execução da atividade proposta, além da presente publicação, os resultados alcançados serão amplamente divulgados por meio de seminários, congressos, feiras, palestras, revistas, jornais, entrevistas, entre outros.

5. Resultados e conclusões

Ao desenvolver-se esse trabalho, houve a percepção de que projetos de economia criativa poderão ser implantados na sua plenitude se envolverem os seguintes pilares: criatividade, economia, inovação, empreendedorismo e sustentabilidade.

O projeto “Economia Criativa: fomento para o desenvolvimento regional” é uma das bases que vem a consolidar o papel da AMF enquanto instituição de ensino superior, atuando de forma indissociável atividades de ensino, pesquisa e extensão. Compreende que seu papel vai além de formar técnicos nas diversas áreas do conhecimento, mas propõem-se a formar cidadãos, o que fica explícito na sua missão “Formação de uma nova inteligência empreendedora individuada, reforçada e focalizada na ação prática do sucesso, humanamente superior e socialmente correta”. É esta que dá a unidade de ação a todos os projetos desenvolvidos. Entende-se que os jovens devem receber a melhor qualificação, conhecendo, inclusive, a realidade de empresas internacionais, para posteriormente, atuarem na região, qualificando os serviços e produtos nesta desenvolvidos. Conseqüentemente, modificando uma realidade que ainda ocorre, que é o êxodo dos jovens para grandes centros que não oferecem a qualidade de vida presente nos seus municípios de origem.

6. Referências

ALENCAR, E. S. **A gerência da criatividade**: abrindo as janelas para a criatividade pessoal e nas organizações. São Paulo: Makron Books, 1996.

BENTLEY, T.; SELTZER, K. **The creative age**: knowledge and skills for the new economy. London: Demos, 1999.

BRITO, F.; WEVER, L. **Empreendedores Brasileiros**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Negócios, 2003.

DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

DOLABELA, F. **O segredo de Luísa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

FIRJAN. **A Cadeia da Indústria Criativa no Brasil**. Disponível em:

<<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9234D9BDA01234E532B007D5D.htm>>.

Acesso em: 20 abr. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**.

Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

JACOB, J. P.

- MELITO, A. Viva a economia criativa. Canal Rh em Revista Ano 2008 - nº 62 - Janeiro / 2008. Disponível em: <http://www.canalrh.com.br/mobile/revista_artigo.asp3AA33BDF-728E-473F-A715-99015B9AE82A>. Acesso em: 05 mai. 2012.
- MENEGHETTI, A. **Dicionário de Ontopsicologia**. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editrice, 2008.
- PEREIRA, B.; MUSSI, C.; KNABBEN, A. Se sua empresa tiver um diferencial competitivo, então comece a recriá-lo: a influência da criatividade para o sucesso estratégico organizacional. In: XXII ENANPAD, 22º, Anais. Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999. CD-ROM.
- PFEIFER, S. S. **Criatividade**: um estudo nas fronteiras da ciência, da arte e da espiritualidade. Florianópolis: UFSC, 2001. 256f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção – Universidade Federal de Santa Catarina).
- REIS, A. C. F. (Org.). **Economia criativa** como estratégia de desenvolvimento uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. Disponível em: <http://www.garimposesolucoes.com.br/downloads/ebook_br.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2012.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SCHUMPETER, J. **The Theory of Economic Development**. Cambridge: Harvard University Press, 1934.
- SHUTEL, S. **Ontopsicologia e formação de pessoas na gestão sustentável do Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro/RS**. Santa Maria: UFSM, 2010. 132f. Dissertação (Mestrado em Administração – Universidade Federal de Santa Maria).
- TORRANCE, E. P.; TORRANCE, J. P. **Pode-se ensinar criatividade**. São Paulo: EPV, 1974.
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Creative Economy Report 2008**. Disponível em: <http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/1_ec/Apresentacao_Edna_dos_Santos.pdf>. Acesso em:
- ZILBER, M. A. et. al. **A Inovação e Seus Fatores Organizacionais Determinantes**. Disponível em: <<http://www.aom.com.br/downloads/A Inovação e Seus Fatores Organizacionais Determinantes.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2012.

EMPREENDEDORISMO TUPINIQUEM: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO

Joaquim Leonel de Rezende Alvim

(professor titular em Teoria do Direito do Departamento de Direito Público da Universidade Federal Fluminense/UFF e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito - PPGSD/UFF. É doutor em Ciência Política pela Universidade de Montpellier I - França e pós-doutor em direito social pela Universidade de Paris X - Nanterre).

Tiago de Garcia Nunes

(Doutorando em Ciências Sociais e Jurídicas, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - PPGSD/UFF; Mestre em Sociologia Jurídica pelo Instituto Internacional de Sociologia Jurídica de Oñati (Universidade do Estado de Milão e Universidade do País Basco); Professor do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais da Universidade Católica de Pelotas - UCPel; Membro do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas - NESIC - UCPel e do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular - NAP - UCPel).

Carla Appollinario de Castro

(Mestre e doutoranda em Ciências Sociais e Jurídicas, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - PPGSD/UFF, bolsista da Capes e professora de Direito Processual Penal no Departamento de Direito da UFRRJ/ITR).

RESUMO

O presente artigo¹ tem por objetivo analisar os principais argumentos comumente associados ao fomento do empreendedorismo, buscando sintetizar os pressupostos políticos, econômicos e sociais a partir dos quais tem sido implementada, no contexto brasileiro dos anos 90, o que chamaremos de *razão empreendedora*. O trabalho procura também construir algumas pontes entre os argumentos abordados e seus usos ideológicos neste estágio do capitalismo, com repercussão direta para as classes trabalhadoras, buscando demonstrar que suas principais consequências são o distanciamento da cidadania substancial, a naturalização de uma cidadania precária, o agravamento da desigualdade social e, por conseguinte, da questão social, que marcam de forma perversa a historiografia do desenvolvimento do Estado brasileiro.

ABSTRACT

This article aims to analyze the main arguments commonly associated with the promotion of entrepreneurship, seeking to synthesize the assumptions political, economic and social from which has been implemented in the Brazilian context 90s, the reason we call it entrepreneurial. The work

¹ O presente trabalho é parte integrante da pesquisa de doutoramento, em andamento (desde 2011), intitulada “*Crítica à razão empreendedora: a função ideológica do empreendedorismo no capitalismo contemporâneo*”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da UFF, sob orientação do prof. Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim.

also seeks to build some bridges between the arguments addressed and their ideological uses this stage of capitalism, with direct repercussions for the working classes, seeking to demonstrate that its main consequences are substantial detachment of citizenship, naturalization of citizenship precarious, aggravation social inequality and therefore social issues that mark in a perverse way the historiography of the development of the Brazilian state.

PALAVRAS CHAVE: informalidade – empreendedorismo – cidadania

Quando um processo é denunciado como "ideológico por excelência", pode-se ter certeza de que seu inverso é não menos ideológico.

(SLAVOJ ZIZEK²)

Introdução

As principais transformações ocorridas no mundo do trabalho – decorrentes da globalização e do neoliberalismo – manifestaram-se, no campo econômico, sob a forma da reestruturação produtiva, e no campo social, por meio da flexibilização, desregulamentação e relativização dos direitos dos trabalhadores³, tendo como consequência, a precarização das condições e relações de trabalho. Tais medidas compõem um novo regime do capital, “readaptado” ao mundo globalizado e neoliberal, denominado de “acumulação flexível” e marcam a passagem do paradigma da sociedade do trabalho para a sociedade neoliberal, esta última instituída no contexto brasileiro a partir do início dos anos 90.

Passadas algumas décadas, já é possível concluir que esse conjunto de transformações inviabilizou a manutenção do emprego, consolidou o desemprego crônico (MÉSZÁROS, 2004: 17) ou estrutural e obrigou o trabalhador a se sujeitar às regras impostas pelo “mercado”, sendo ideologicamente induzido a acreditar que tal reestruturação produtiva era necessária e inevitável como forma de se manter no mercado de trabalho. Tais mudanças acentuaram, ainda, a existência de uma *segunda categoria* de trabalhadores, denominados como “informais”, indivíduos que ficaram inteiramente alijados do mercado de trabalho formal e da proteção da tutela do Estado.

² (1996: p. 9).

³ Em pesquisa anterior, tivemos a oportunidade de esboçar um histórico da principal legislação produzida durante a Era Vargas, com repercussão até os dias atuais, nas esferas social, previdenciária e sindical, bem como seu processo de flexibilização após a ofensiva neoliberal. Nesse sentido, remetemos para CASTRO (2010: 87-89).

Neste contexto de reestruturação produtiva, foi possível observar, ainda, a ampliação, sem precedentes históricos, de uma *terceira categoria*, formada pelos “inempregáveis”, i.e., aqueles para os quais não há mais lugar, segundo uma forma tradicional, na nova divisão social do trabalho; estes não devem ser confundidos com o exército industrial de reserva analisado por Marx, formado por pessoas que ficavam à espera de uma convocação para voltar a ocupar um posto de trabalho, o que poderia ocorrer – e, normalmente, ocorria - em ciclos de expansão da economia.

Verifica-se que os “inempregáveis”, com o advento da incessante renovação tecnológica que desaloja imensos contingentes de indivíduos do mundo da produção, não servem mais como exército industrial de reserva e, assim, passaram a formar um contingente significativo de pessoas para as quais não há lugar tradicional (no sentido de emprego formal, regular, pago e com todos os direitos sociais) no sistema produtivo do capitalismo tardio.

Uma perfeita caracterização desse novo cenário é materializada pela tendência de agravamento das formas precarizadas de trabalho, expressas pelos trabalhadores temporários, em tempo parcial, terceirizados, subcontratados, cooperativados e ainda pelas diversas formas de informalidade (trabalhadores por conta própria ou trabalhador assalariado sem registro em carteira).

Por isso, enfatizamos o quanto o empreendedorismo não atrai apenas os excluídos sociais (desempregados/trabalhadores informais), mas também os trabalhadores precarizados (subempregos). Isto porque mesmo os empregos criados no contexto neoliberal foram acompanhados de contratos de trabalho realizados sob um arcabouço jurídico-legal que já havia institucionalizado as formas precárias, mediante a flexibilização do tempo de trabalho (jornada de trabalho), da remuneração, das espécies de contratação, da alocação do trabalho e, por fim, das formas de resolução dos conflitos (inclusive, com amplo incentivo à solução direta).

No que se refere, em especial, à questão da informalidade, apesar de ser possível observar uma discreta queda nos últimos anos, ainda assim seus índices não podem ser negligenciados pela teoria social, na medida em que parecem revelar um aspecto de continuidade no desenvolvimento econômico brasileiro, como sugerem os dados abaixo:

Grau de informalidade - definição II⁴
Annual de 1992 até 2009
Unidade: (%)

1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
56,8	57,5	*	57,2	56,7	56,7	56,9	57,6	*	55,7	55,8	54,8	54,1	53,3	52,0	51,1	48,9	48,4

(*) **Dados não informados**

Elaborado a partir de Disoc/Ipea (2011)

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

⁴ Este resultado é obtido por meio de dados veiculados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE. A definição II da taxa de informalidade, de acordo com a metodologia, corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados + empregadores).

Marca ainda esse período, sob a ofensiva neoliberal, a não consolidação de um efetivo Estado de bem-estar social, mas, apenas, uma recente e restrita experiência de proteção ao emprego, projeto que foi abortado nos anos 90 e que em nada se parece com a utopia da era fordista de incorporação pelo trabalho. A principal consequência que resulta da atual combinação entre desemprego estrutural e informalidade, consiste em um aumento considerável na quantidade de “indivíduos [que são] colocados em situação de flutuação na estrutura social” (CASTEL, 1998: 23).

É preciso notar que tal fenômeno geral revela-se ainda mais grave quando consideramos as peculiaridades do contexto brasileiro, caracterizado por um processo de perversa exclusão social⁵, que contribui efetivamente para a continuidade histórica da produção de desigualdades sociais entre as classes que compõem a sociedade brasileira.

Concomitantemente a essa dinâmica, que alia desemprego com alto índice de informalidade após a adoção do receituário neoliberal, foi produzida, recentemente, legislação que introduziu a figura jurídica do microempreendedor individual - MEI⁶, apresentado por seus defensores não apenas como solução para o desemprego estrutural e a informalidade, como também para as contradições inerentes à relação capital/trabalho.

Na prática, todo trabalhador informal que exerça uma das atividades previstas na Resolução nº 58, do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN)⁷, pode realizar sua formalização, pela internet, no Portal do Empreendedor⁸. Passa, neste caso, a contribuir com o valor fixo mensal de R\$32,10 (comércio ou indústria) ou R\$36,10 (prestação de serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS, e se torna um “Microempreendedor Individual” (MEI), também conhecido como “Pequeno Empreendedor”. A partir de então, ele pode contar com o “registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilitará a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais”, como esclarece o Portal do Empreendedor. Ele também pode registrar 01 (um) empregado, que terá sua CTPS anotada com todos os direitos inerentes ao contrato formal de trabalho.

Além destas “vantagens”, ele será enquadrado no Simples Nacional, o que significa afirmar que ficará isento de alguns tributos federais (Imposto de Renda/PJ, PIS, Cofins, IPI e CSLL). A lei

⁵ Aqui, a noção de exclusão social foi adotada a partir de um prisma que a considera em seu sentido ambivalente. Isto porque ela se revela como um fenômeno extremamente funcional ao sistema, apresentando-se como uma exclusão que é, ao mesmo tempo, excludente e includente. Assim, determinadas camadas da estrutura social são excluídas de certas esferas da vida social para serem simultaneamente incluídas em outras, revelando um processo dialético de exclusão social que, no contexto brasileiro, se mostra bastante perverso, na medida em que somente contribui para o agravamento da já histórica desigualdade existente no país.

⁶ Estamos nos referindo à Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, editada durante o governo Lula e alterada durante o governo Dilma, pela Lei Complementar nº 139, de 10/11/2011, em vigor desde janeiro de 2012. Atualmente, podem adotar a forma MEI todos os profissionais das categorias permitidas que faturem até R\$60.000,00 (sessenta mil reais) por ano.

⁷ Ver Anexo 1 ao final. A relação completa pode ser visualizada no Portal do Empreendedor. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/entenda/quem.php>. Acesso em: 25/01/2012.

⁸ No sítio eletrônico: www.portaldoempreendedor.gov.br.

ainda “garante” acesso a diversos benefícios, como por exemplo, auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros. Entretanto, a mesma lei não esclarece que todos os benefícios, embora o MEI possa faturar atualmente até R\$5.000,00 (cinco mil reais) por mês, serão pagos com base no salário mínimo federal (hoje, fixado em R\$625,00).

É forçoso notar que o discurso empreendedor se ampara em uma série de lugares comuns que denotam seu viés fortemente ideológico, cujos argumentos mais recorrentes são: **i)** de que o *ethos* empreendedor, enquanto característica universal, pode ser desempenhado indiscriminadamente por todo e qualquer indivíduo, excluído ou não do sistema produtor de mercadorias; **ii)** de que o empreendedorismo consiste em uma boa solução para o problema do desemprego estrutural; e, finalmente **iii)** de que serão aproveitadas, a partir da razão empreendedora, características inerentes aos próprios indivíduos que, “naturalmente”, já possuem o DNA de empreendedor.

Porém, entendemos diferentemente que o sucesso desta ideologia *apenas* contribui para um processo contínuo de reprodução da exclusão e de acirramento das desigualdades sociais, impondo novos desafios para uma possível reação das classes trabalhadoras e, na medida em que recentemente se expressa numa legislação específica, representa, igualmente, um desafio para as instituições jurídicas brasileiras. Daí a importância de uma reflexão a partir de cada um dos argumentos propostos, que, quando tomados em conjunto, resultam no que denominamos de empreendedorismo ou “empreendimentismo” (HARVEY, 1994: 161) do tipo “*tupiniquim*”. É o que faremos a seguir.

Para tanto, serão utilizados como métodos de pesquisa a revisão de literatura, o levantamento de dados e notícias divulgadas na mídia impressa e eletrônica sobre o empreendedorismo na experiência recente brasileira. Serão utilizados como principais marcos teóricos para o desenvolvimento do tema ALVES (2011), ALVES; TAVARES (2006), ANDERSON (1995), BARBOSA (2007), BAUMAN (2005), BENJAMIN (1994), CASTEL (1998), HARVEY (1994), MARCUSE (1982), MÉSZÁROS (2004) e TAVARES (2002).

Nossa hipótese principal, em certa medida explicitada no título, consiste na *existência de uma função ideológica no discurso e nas práticas empreendedoras que vêm sendo disseminadas ao longo das duas últimas décadas*.

A partir dessa constatação e por meio da análise crítica do processo de implementação do empreendedorismo no Brasil esperamos oferecer subsídios para o alargamento do debate atual que envolve o *ethos* empreendedor, pois entendemos que todos esses aspectos sociais, econômicos, políticos e jurídicos não podem ser negligenciados pela teoria social contemporânea.

1. O *ethos* empreendedor e os pobres

Os termos “*empreendedor*” e “*empreendedorismo*” não são uma inovação do capitalismo contemporâneo, mas ganharam relevo nas duas últimas décadas. A expressão “empreendedor” – com a conotação mais próxima à atualmente conhecida – foi utilizada pela primeira vez em 1725, como um derivativo do termo francês *entrepreneur*, pelo economista irlandês Richard Cantillon, para se referir às pessoas que realizavam a compra de matéria-prima, seu processamento e venda a terceiros, identificando, nessa dinâmica, uma oportunidade de negócios cujos riscos eram inteiramente assumidos pelo empreendedor (DOLABELA, 2008a: 65 ; DANTAS, s/d: 3). Desta definição surge, portanto, uma das principais características do empreendedor, qual seja a de indivíduo que assume os riscos pelos resultados de sua atividade econômica.

Posteriormente, em 1814, o economista francês Jean-Baptiste Say utilizou a expressão para identificar o indivíduo que realiza a transferência de recursos econômicos de um setor de baixa produtividade para um de produtividade mais acentuada, enfatizando sua relevância para o bom funcionamento do sistema econômico como um todo (DOLABELA, 2008a: 65 ; DANTAS, s/d: 4). Assim, de acordo com a concepção de Say, o empreendedor deve ser considerado como alguém que inova e que se constitui, deste modo, em um verdadeiro agente de mudanças.

Mais tarde, em 1912, com o economista liberal Joseph A. Schumpeter, o termo começa a assumir o significado que vem sendo retomado na atualidade. Em seu livro intitulado “*Teoria do Desenvolvimento Econômico*”, ele explicita os termos pela primeira vez, ao definir que: “ao empreendimento de novas combinações denominamos ‘empresa’ e os indivíduos, cuja função é realizá-las, ‘empreendedores’” (SCHUMPETER, 1961b: 103).

Em 1942, ao publicar “*Capitalismo, Socialismo e Democracia*”, o mesmo autor identifica como característica inerente ao sistema capitalista de produção de mercadorias, um processo que ele denominou de “*destruição criadora*”, por meio da qual o empreendedor assume papel relevante no desenvolvimento de novos produtos, novos métodos e novos mercados, capacidade que auxilia a criação de novas organizações, assim como a revitalização de organizações já existentes (SCHUMPETER, 1961a: 108).

A principal contribuição de Schumpeter foi ter identificado na figura do empreendedor o agente principal da “*destruição criadora*”, capaz de “*revolucionar incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos*” (1961a: 110), garantindo, com isso, a continuidade do processo (de “*destruição criadora*”) que, em sua visão, se constitui como base do capitalismo, ao qual toda e qualquer empresa capitalista deve se adaptar, se quiser sobreviver no curso do desenvolvimento econômico.

Tal argumento, no entanto, já havia sido explicitado pelo economista, sem que ainda tivesse

a forma de “motor” do desenvolvimento capitalista, ao sustentar que “(...) é, contudo, o produtor [empreendedor] que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores, se necessário, são por ele ‘educados’; eles são, por assim dizer, ensinados a desejar novas coisas, ou coisas que diferem de alguma forma daquelas que têm o hábito de consumir” (SCHUMPETER, 1961b: 85).

De forma esquemática, apresentamos alguns autores que ilustram a evolução das diversas conotações conferidas aos conceitos de “empreendedor” e “empreendedorismo”, conforme revela o quadro abaixo.

QUADRO 1: Contribuições para a compreensão dos termos “empreendedor” e “empreendedorismo”

ANO	AUTOR(ES)	CONTRIBUIÇÃO
1725	Richard Cantillon	<i>O “entrepreneur é o indivíduo que assume riscos”.</i>
1814	Jean-Baptiste Say	Enfatizou o empreendedorismo como o quarto fato de produção, ao lado dos demais fatores: a terra, o trabalho e o capital. Afirma que: <i>“o empreendedor movimenta recursos econômicos de um setor de menor produtividade para um outro de maior produtividade e melhor rendimento”.</i>
1871	Carl Menger	O empreendedor é <i>“aquele que antecipa necessidades futuras”.</i>
1921	Frank Knight	<i>“O que distingue o empreendedor é a capacidade de lidar com a incerteza”.</i>
1949	Ludwig von Mises	<i>O “empreendedor é o tomador de decisões”.</i>
1959	Friedrich von Hayek	Para ele, o empreendedorismo não envolve apenas risco. Envolve também um processo de descoberta das condições produtivas e, principalmente, das oportunidades de mercado.
1950	Joseph Schumpeter	O empreendedor é o indivíduo que deseja e é capaz de converter uma nova ideia/invenção em uma inovação bem-sucedida. Assim, seu principal objetivo deve ser a realização da <i>“destruição criadora”</i> , cuja finalidade consiste em introduzir novos produtos ou serviços em substituição aos anteriormente utilizados. Tal pensamento pode ser utilizado tanto para a criação de novas organizações, quanto para a revitalização de organizações já existentes (maduras), sendo capaz de manter o crescimento econômico de longo prazo.
1961	David Mc Clelland	Identifica três necessidades do empreendedor: poder, filiação e sucesso (sentir que se é reconhecido). Sustenta que: <i>“o empreendedor manifesta necessidade de sucesso”.</i>
1966	Julian Rotter	Identifica o <i>locus</i> de controle interno e externo, afirmando que: <i>“o empreendedor manifesta locus de controle interno”.</i>
1970	Peter Drucker	O comportamento do empreendedor reflete uma espécie de desejo de uma pessoa em colocar sua carreira e sua segurança financeira na linha de frente e correr riscos em nome de uma ideia, investindo muito tempo e capital em algo incerto.
1973	Israel M. Kirzner	<i>“Empresário é alguém que identifica e explora desequilíbrios existentes na Economia e está atento ao aparecimento de oportunidades”.</i>
1982	Mark C. Casson	<i>“O empreendedor toma decisões criteriosas e coordena recursos escassos”.</i>
1985	Sexton e Bowman –Upton	<i>“O empreendedor consegue ter uma grande tolerância à ambigüidade”.</i>
1986	Albert Bandura	<i>“O empreendedor procura a auto-eficácia: controle da ação humana através de convicções que cada indivíduo tem, para prosseguir autonomamente na procura de influenciar a sua envolvente para produzir os resultados desejados”.</i>
2002	William Baumol	<i>“O empreendedor é a máquina de inovação do livre mercado”.</i>
contemporâneo	Paul-Arthur Fortin	<i>“O empreendedor é uma pessoa capaz de transformar um sonho, um problema ou uma oportunidade de negócios em uma empresa viável”.</i>
contemporâneo	Babson College	O empreendedorismo é <i>“uma forma de pensar e agir que é obcecada pela oportunidade, holística na abordagem e apoiada na liderança, com o propósito de criação de riqueza”.</i>
contemporâneo	Harvard University	<i>“Nós definimos empreendedorismo como a exploração da oportunidade independentemente dos recursos que se tem à mão. A capacidade empreendedora não é nem um conjunto de características da personalidade nem uma função econômica. É, isto sim, padrão coeso e mensurável de comportamento gerencial”.</i>
contemporâneo	Timmons	<i>“O empreendedor é alguém capaz de identificar, agarrar e aproveitar uma oportunidade, buscando e gerenciando recursos para transformar a oportunidade em negócio de sucesso”.</i>

FONTE: Elaborado a partir de DANTAS (s/d: 3-7) e complementado com DOLABELA (2008a: 66-67).

De forma complementar, outro aspecto importante a ser destacado diz respeito à existência

de distintas razões que levam os indivíduos ao empreendedorismo, explicitadas, por exemplo, na classificação realizada por Falcão (2008: 1):

QUADRO 2: Classificação dos tipos de “empreendedorismo” e de suas correlatas estratégias de apoio/desenvolvimento

	MOTIVO	DEFINIÇÃO	ESTRATÉGIAS DE APOIO /DESENVOLVIMENTO
1º GRUPO	empreendedorismo por necessidade	É quando as pessoas não têm liberdade, entendida como capacidades mínimas de inserção na economia, e passam a viver em condições pré-capitalistas, praticando atividades de subsistência, o escambo ou a pirataria.	Devem ser empreendidos esforços de capacitação dos indivíduos para torná-los economicamente ativos.
2º GRUPO	empreendedorismo por vocação ou por instinto	É quando há liberdade de acesso às oportunidades do mercado. Quer dizer, é quando o acesso a oportunidades desenvolve o instinto empreendedor das pessoas, ou seja, a especialidade em saber identificar possibilidades e calcular os riscos do negócio.	Deve haver a amplificação de acessos para facilitar a identificação de oportunidades existentes no mercado.
3º GRUPO	empreendedorismo inercial	É quando o ambiente institucional é frágil e as empresas prosperam com base nas relações interpessoais de seus dirigentes. São, em geral, os negócios que passam de pai para filho independentemente de capacidade empresarial. Nesse caso, o ambiente legal cria estruturas tributárias privilegiadas e mercados preferenciais que viabilizam o sucesso do empreendimento, mesmo quando não existe um espírito empreendedor, mas sim uma boa alma do negócio que favorece o empreendimento.	Deve ser realizado o aperfeiçoamento do ambiente institucional que estabelece direitos e obrigações iguais para todos.
4º GRUPO	empreendedorismo pelo conhecimento	Esta é a forma de empreender do futuro porque somente o conhecimento une o espírito animal empreendedor à alma do negócio do ambiente empresarial.	Há a necessidade de realização de investimentos coletivos, e não individuais, em inovação e tecnologia.

FONTE: Elaborado a partir de FALCÃO (2008: 1).

A partir desse quadro classificatório, ressaltamos que nossa crítica tem como alvo principal a imposição da razão empreendedora dirigida aos indivíduos que compõem o grupo dos “empreendedores por necessidade”, ainda que esvaziada de um sentido *schumpeteriano* propriamente dito. Nestes termos, consideramos que as formulações elaboradas por Schumpeter, acerca do empreendedor e do empreendedorismo, não se aplicam à figura consubstanciada no microempreendedor individual (evidentemente restrito ao primeiro grupo), embora sua função básica pareça ser a mesma.

No mesmo sentido, corrobora Rosângela Nair de Carvalho Barbosa, ao analisar a retomada do empreendedorismo, acompanhada da ascensão da cultura do auto-emprego (em suas variadas formas cooperativismo, economia solidária e associativismo) e suas especificidades no contexto neoliberal, revelando que

A retomada do empreendedorismo na cultura restauracionista dos tempos que correm o reatualiza e o insere nas necessidades essenciais do processo de acumulação e de dominação social. No momento em que se declara maior liberalização do mercado e menor atenção pública à proteção social, assume importância a argumentação *schumpeteriana*. Não se trata de uma volta às origens puras, como quer dar sentido a racionalidade neoliberal. A estrutura transnacional do capital, a interdependência dos mercados, os grandes conglomerados empresariais e a desregulamentação social são, hoje, forças pujantes do sistema capitalista, que

constrangem iniciativas individuais desse porte. Todavia, a inovação aparece como um elemento essencial para a sustentabilidade e a competitividade no mercado, sobretudo nesse universo de maior incorporação tecnológica nos processos produtivos. Por outro lado, a estrutura produtiva foi flexibilizada ao quebrar com a fixidez de contratos, relações comerciais, relações trabalhistas e de organização produtiva, o que exige estruturas empresariais aderentes às necessidades mais voláteis, bem como padrões de gerenciamento impulsionadores do interesse do trabalhador em se manter com ocupação. Aqui, então, o empreendedorismo passa a compor a base da nova cultura do trabalho desvinculada do assalariamento e individualista. (2007: 84-85)

A mesma autora fornece outro importante aporte, ao analisar os resultados da pesquisa⁹ realizada periodicamente pela *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), entidade internacional que monitora as taxas de empreendedorismo, ou seja, a vocação empreendedora de diversos países nos quatro cantos do globo terrestre, pois

Desde 2001, a evolução da atividade empreendedora vem sendo medida no mundo, e verifica-se que se perpetua, como tendência, o empreendedorismo enquanto alternativa dos países periféricos, como uma taxa menor é encontrada na maioria das sociedades burguesas tradicionais européias e também no Japão, indiciando a fragilidade da argumentação que associa o empreendedorismo à bem-aventurança econômica capitalista como contra-argumentam os reformistas liberais da atualidade. Países de alta renda e forças produtivas desenvolvidas não seguiram, necessariamente, o modelo do empreendedorismo. Entretanto, por esses dados verificamos que o quesito motivação é ainda mais revelador dessa variação, na medida em que é possível distinguir claramente que nos países de renda mais alta o empreendedorismo é motivado pela “oportunidade” e nos países periféricos o principal incentivador é a própria “necessidade”, como no caso brasileiro, pelo alto percentual de desemprego, desigualdade social e frágil proteção social pública. As variáveis escolaridade e renda, abordadas na pesquisa, também asseveram essa realidade social mais perversa entre os países subordinados do capitalismo, pois os empreendedores brasileiros não somam mais que cinco anos de estudos, enquanto o índice de diplomação universitária é alto na maioria dos empreendedores dos países centrais. (BARBOSA, 2007: 86)

Entendemos, pois, que a retomada do empreendedorismo no contexto neoliberal simultaneamente ao desassalariamento sem precedentes da classe trabalhadora só pode ser compreendido se assumirmos o pressuposto de que ele consiste em uma figura importante da ideologia no mundo contemporâneo. Para tanto, faz-se necessário esclarecer, preliminarmente, com qual conceito de ideologia estamos trabalhando. Ao propormos a análise da razão empreendedora enquanto ideologia, estamos trabalhando com o sentido crítico e negativo deste termo e não com o seu sentido neutro e descritivo (“visão de mundo”). Portanto, buscamos enfatizar o seu lado mais perverso, qual seja, a imposição de um conjunto de idéias, valores e comportamentos, formulado a partir dos interesses de um grupo social relevante, claramente direcionado para a manutenção de relações de dominação/exploração.

Adotamos o sentido de ideologia que indica um processo de promoção e legitimação de determinados interesses do capital em detrimento de outros interesses sociais diversos ou, até mesmo, opostos, tal como sugere Marilena Chauí:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de

⁹ Os resultados das pesquisas são amplamente divulgados e podem ser obtidos no sítio eletrônico do SEBRAE (www.sebrae.com.br).

normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem sentir e como devem sentir, o que fazer e como devem fazer [...] cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir da esfera das divisões na esfera da produção. (2004: 108)

Tal definição, ainda bastante próxima da noção de “*falsa consciência*” elaborada por Marx e Engels em “A ideologia alemã”, deve ser ainda articulada com a concepção de ideologia desenvolvida por Marx no primeiro volume de “O Capital”, em sua análise do fetichismo da mercadoria. Neste segundo momento de seu pensamento, Marx se dedica à crítica da economia política, com o objetivo de explicar de que modo as próprias relações sociais e econômicas (materiais) são a origem do processo de inversão / ocultamento promovido pela ideologia. Segundo a nova formulação marxiana, em “O Capital”, “a ideologia agora é menos uma questão de a realidade tornar-se invertida na mente do que de a mente refletir uma inversão real. Na verdade, não é mais primariamente uma questão de *consciência*, mas está ancorada nas operações econômicas cotidianas do sistema capitalista” (EAGLETON, 1997: 83).

Por este motivo, não apenas o discurso empreendedor merece destaque, mas igual ênfase deve ser direcionada às novas relações sociais e econômicas que caracterizam o capitalismo contemporâneo, e que sustentam a nova ideologia do empreendedorismo. É preciso, pois, compreender o fenômeno em sua totalidade e, sobretudo a partir dos “fios (in)visíveis” (TAVARES, 2002) que mantém o trabalho informal e, conseqüentemente, o discurso empreendedor conectados à produção capitalista, a fim de desnudar as raízes propriamente econômicas e sociais que garantem seu sucesso¹⁰ e credibilidade.

Em outro contexto, André Gorz já havia identificado o quanto o pensamento empreendedor está impregnado de ideologia. O autor distingue o *pensamento liberal* da *ideologia liberal*, esta mais próxima da ideologia empresarial. Segundo ele, no primeiro caso “cada empreendedor busca seu próprio interesse, quer dizer o maior lucro possível”, conforme um cálculo econômico. Já no segundo caso, na ideologia liberal, o empreendedor é compreendido como um criador de sociedade e de cultura; ele é um “gênio” capaz de criar necessidades para um objeto ou serviço até então inexistentes (GORZ, 2007: 128).

É significativo que o autor considere a passagem dos teóricos do liberalismo clássico para os “ideólogos da burguesia empresarial” como uma autêntica “regressão intelectual”. Isto porque,

¹⁰ De acordo com a Agência Sebrae de Notícias (TAVARES, 01/02/2011), somente em JANEIRO de 2011, o Brasil “ganhou” 81.260 novos microempreendedores individuais, ou seja, houve um aumento de quase 200% em relação a janeiro/2010. Até aquele mês, os “formalizados” alcançavam um quantitativo, já bastante expressivo, de 891.036 microempreendedores individuais. O total de “formalizações” realizadas em janeiro/2011 representa uma média de 2,6 mil registros/dia e de 16,3% da meta nacional de formalizar mais 500 mil trabalhadores, nesta condição, em 2011. Até o dia 07/03/2011, o total de “formalizados” já se aproximava de 1 milhão (981.179) de microempreendedores individuais (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 07/03/2011). O Brasil encerrou o ano de 2011 com 1,8 milhão de MEI’s formalizados, ou seja, quase o dobro da marca registrada no início do mesmo ano. (TAVARES, 06/01/2012)

enquanto os primeiros viam alguma distinção entre sociedade e economia (mercado), os segundos defendem a inteira subordinação da sociedade à razão econômica mercantil (GORZ, 2007: 129).

Tal argumento auxilia na compreensão da nova figura jurídica do “microempreendedor individual”, que teria por finalidade a inclusão, na lógica econômica atualmente hegemônica, da parcela das classes trabalhadoras em condição flutuante na esfera social. Esta ótica revela ainda o quanto esta inclusão se reduz à dimensão estritamente econômica, sem objetivar, contudo, uma inclusão mais ampla, de caráter social e coletivo.

Diversos autores atuais, que defendem o sujeito empreendedor, trabalham com a segunda noção apresentada por Gorz, qual seja a de ideologia liberal. Isto é, o empreendedor não é movido apenas por um cálculo puramente econômico, mas por uma pretensão de criar valores, desejos e comportamentos, enfim uma nova sociabilidade.

Dentre esses ideólogos do discurso empreendedor, dois, em especial, merecem uma crítica preliminar. O primeiro deles é Fernando Dolabela, que cumpre papel importante, na medida em que, por meio de suas ideias, tem contribuído para a disseminação da razão empreendedora, principalmente, nas escolas (de ensino médio e fundamental) e nas instituições de ensino superior (públicas e privadas). De acordo com o autor, a expressão “empreendedor” deve ser utilizada para

(...) designar principalmente as atividades de quem se dedica à geração de riquezas, seja na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas como marketing, produção, organização, etc. (...) Ser empreendedor não é somente uma questão de acúmulo de conhecimento, mas a introjeção de valores, atitudes, comportamentos, formas de percepção do mundo e de si mesmo voltados para atividades em que o risco, a capacidade de inovar, perseverar e conviver com a incerteza são elementos indispensáveis. (...) O empreendedor é alguém capaz de desenvolver uma visão, mas não só. Deve saber persuadir terceiros, sócios, colaboradores, investidores, convencê-los de que sua visão poderá levar todos a uma situação confortável no futuro. Além de energia e perseverança, uma grande dose de paixão é necessária para construir algo a partir do nada e continuar em frente, apesar dos obstáculos, das armadilhas e, muitas vezes, principalmente quando inicia, da solidão. O empreendedor é alguém que acredita que pode colocar a sorte em seu favor, por entender que ela é produto do trabalho duro. (DOLABELA, 2008a: 60-61)

A visão sustentada por Dolabela auxilia na compreensão da função ideológica atual da razão empreendedora, pois ele também assinala que o “empreendedorismo deve conduzir ao desenvolvimento econômico, gerando e distribuindo riquezas e benefícios para a sociedade” (DOLABELA, 2008a, p. 61). Ao tomar como verdade absoluta esta finalidade do empreendedorismo, sem levar em consideração a “lógica desigual e combinada” (JAMESON, 1996: 68;74) que move todo o processo de desenvolvimento e distribuição de riquezas no sistema capitalista de produção, ele torna explícita a falsa universalidade inerente à visão liberal de mundo.

No entanto, o caráter ideológico das posições de Dolabela fica mais evidenciado quando ele ressalta a importância do empreendedorismo para a sociedade, no que se refere ao combate à miséria, à pobreza e à geração e distribuição de renda, inclusive como medida de inclusão social

face às recentes transformações nas relações de trabalho. Nestes termos, destaca que: **i)** “o empreendedor é o responsável pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento social. Por meio da inovação, [o empreendedor] dinamiza a economia; e **ii)** “o empreendedorismo é a melhor arma contra o desemprego” (DOLABELA, 2008b: 24).

O segundo autor capaz de revelar o quanto o discurso empreendedor pode ser ideológico é Idalberto Chiavenato. Embora suas ideias principais se desenvolvam com base nos mesmos pressupostos de Dolabela, Chiavenato enfatiza a importância do empreendedorismo como peça fundamental para o crescimento econômico. Segundo ele:

Os empreendedores são heróis populares do mundo dos negócios. Fornecem empregos, introduzem inovações e incentivam o crescimento econômico. Não são simplesmente provedores de mercadorias ou de serviços, mas fontes de energia que assumem riscos em uma economia em mudança, transformação e crescimento. Continuamente, milhares de pessoas com esse perfil – desde jovens a pessoas adultas e de todas as classes sociais – inauguram novos negócios por conta própria e agregam a liderança dinâmica que conduz ao desenvolvimento econômico e ao progresso das nações. É essa força vital que faz pulsar o coração da economia (2008: 4).

Nossa argumentação caminha no sentido oposto das formulações apresentadas por ambos os autores. Pelo contrário, fazemos nossas as palavras de Manoel Luiz Malaguti, que chama a atenção para um cuidado elementar, consistente na necessária distinção que deve ser realizada entre os papéis sociais das grandes e pequenas empresas, pois “(...) não nos parece aceitável, por exemplo, identificar o microempresário com o clássico capitalista empreendedor: empresário, rico, gerador de empregos, independente e poderoso” (2000: 81).

Assim, a partir dessas evidências histórico-estruturais entendemos que qualquer reflexão acerca do culto ao empreendedorismo¹¹ não deve perder de vista sua intrínseca articulação com outras determinações (simbólicas inclusive) do momento histórico em que vivemos. Também por este motivo parece-nos claro que, do ponto de vista social, o projeto neoliberal consistente em transformar os indivíduos já pauperizados em sujeitos empreendedores não tem o condão de garantir uma inclusão mais substantiva nos resultados da produção capitalista. Logo, essa inserção precária evidencia que esses grupos ainda são, de alguma forma, úteis à nova divisão social do trabalho, porém apenas como trabalhadores expropriados (de seus direitos) e como consumidores (sobretudo, de crédito¹²).

¹¹ Um excelente estudo sobre a apologia do empreendedorismo e suas repercussões na atualidade pode ser encontrado Alves (2011).

¹² De acordo com o Portal do Empreendedor, somente até abril de 2011, o Banco do Brasil, a Caixa e o Banco do Nordeste, em conjunto, financiaram R\$ 83,6 milhões, contando com 680,6 mil clientes microempreendedores individuais formalizados. (TAVARES, 13/04/2011)

2. Empreendedorismo vs. desemprego estrutural: o cenário do novo milênio

A partir de meados dos anos 1990 até, pelo menos, 2009, o Brasil experimentou a mais grave crise do emprego de sua história, decorrente da combinação entre baixo crescimento econômico e adoção do modelo político e econômico neoliberal. Ao analisar este período Pochmann observou que:

Nem a transição do trabalho escravo para o assalariamento, ao final do século XIX, nem a depressão econômica de 1929, nem mesmo as graves recessões nas atividades produtivas nos períodos 1981-1983 e 1990-1992 foram capazes de proporcionar tão expressiva quantidade de desempregados e generalizada transformação na absorção de mão-de-obra nacional. (2006: 59-60)

O cenário de desemprego alarmante e sem precedentes ao qual Pochmann se refere pode ser observado na tabela abaixo, elaborada a partir dos dados coletados pelo IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad):

Taxa de desemprego¹³
Frequência: Anual de 1992 até 2009 - Unidade: (%)

1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
7,2	6,8	*	6,7	7,6	8,5	9,7	10,4	10,0	9,9	10,5	10,5	9,7	10,2	9,2	8,9	7,8	9,1

(*) Dados não informados

Elaborado a partir de Disoc/Ipea (2012)

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Tomando como referência a tabela acima, é possível constatar que a retomada do emprego formal somente ocorre a partir de 2009, quando o Brasil passa a apresentar um recuo nos índices de desemprego. Porém, mesmo essa nova realidade representada pela queda na população desocupada verificada nos últimos dois anos¹⁴, com reflexos também sobre a taxa de informalidade, não tem sido suficiente para impedir o agravamento dos índices relativos à questão da desigualdade social.

¹³ Percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas “ativas” no mercado de trabalho, grupo que inclui todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Elaboração: Disoc/Ipea. Atualizado em: 16/02/2011. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 10/01/2012.

¹⁴ De acordo com a Pesquisa Mensal de Empregos - PME, realizada pelo IBGE, o percentual médio de pessoas desocupadas em 2010 ficou em 3,85%; em 2011 foi de 3,40% e de 3,1% até JAN/2012. Estes resultados são representados pelo percentual de pessoas, de 10 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência com procura de trabalho no período de referência de 30 dias, em relação ao total de pessoas em idade ativa na semana de referência, por Regiões Metropolitanas, levando-se em conta os seguintes Estados: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 18/02/2012. Já, o DIEESE e a SEADE, que utilizam metodologia distinta e mais abrangente, divulgaram que, em JANEIRO/2012, a taxa de desemprego apresentou elevação, passando de 9,1% em dezembro (2011) para 9,5% em janeiro (2012). Além disso, o contingente de desempregados foi estimado em 2,1 milhões de pessoas, ou seja, 104 mil a mais que no mês anterior (GIFFONE, Valor Online, 29/02/2012). Percebe-se que o total de microempreendedores individuais (1,8 milhão – ver nota nº 10) é um pouco menor do que o total de desempregados (2,1 milhões). Mas, ao mesmo tempo, que, juntos, eles representam um contingente não negligenciável de 3,9 milhões de indivíduos alijados das redes formais de proteção social e garantidoras de cidadania.

Isto porque, como mostra o Comunicado nº 76, do IPEA, intitulado “Desemprego e desigualdade no Brasil metropolitano”, publicado em 10/02/2011:

No que concerne à situação de pobreza, constata-se que no Brasil metropolitano a desigualdade terminou sendo amplificada entre o conjunto dos desempregados. No ano de 2010, a taxa de desemprego dos trabalhadores não pobres foi de 2,8%, enquanto em 2005 era 4,5%. Ou seja, uma queda de 37,8% em cinco anos [Pobreza absoluta para rendimento domiciliar *per capita* abaixo de 0,5 salário mínimo mensal]. Para os trabalhadores pobres, a taxa de desemprego passou de 14,4% para 18,5% no mesmo período de tempo. Com isso, houve aumento de 28,5% na taxa de desemprego dos trabalhadores pobres entre 2005 e 2010. O resultado direto da evolução distinta nas taxas de desemprego no período considerado foi o aumento da desigualdade entre trabalhador pobre e não pobre. Em 2010, por exemplo, a taxa de desemprego do trabalhador pobre foi 6,6 vezes maior, enquanto em 2005 era 3,2 vezes superior (IPEA, 2011: 7-8).

Ademais, cabe registrar algumas ressalvas com relação aos índices apurados pelos institutos oficiais de pesquisa (DIEESE e IBGE). Isso porque as categorias normalmente utilizadas para captar o real cenário de desemprego contemplam apenas as pessoas que ainda estão à procura de algum tipo de oportunidade no mercado de trabalho, excluindo, dessa forma, aqueles indivíduos considerados inempregáveis, i.e, os que já “desistiram” ou sequer conseguiram ingressar no mercado formal de trabalho, cujo último refúgio é a informalidade e, em última instância, o empreendedorismo por necessidade.

Como vimos no item anterior, esse momento em que a informalidade e o desemprego se revelam como um processo estrutural coincide com a ascensão da razão empreendedora, materializada inclusive em política pública, que passa a ser apresentada como uma verdadeira panacéia capaz de solucionar o problema da inclusão social. Mas, o que fica oculto em toda essa dinâmica são dois outros aspectos que merecem destaque.

O *primeiro* diz respeito ao fato de ter havido uma completa inversão na representação social no que se refere aos informais, i.e, na forma de compreender a informalidade. Isso porque os indivíduos, antes considerados, “marginais” crônicos (que viviam às margens do sistema formal produtor de mercadorias quase ilegalmente), agora, foram simplesmente transformados em excluídos sociais, para os quais o Estado passou a acenar com a possibilidade de novamente serem incluídos apenas com a simples formalização como microempreendedores individuais. Essa mudança ajuda na compreensão da atual apologia à economia informal, alçada ao *status* de salvadora da economia capitalista em crise.

De acordo com o economista Robert Neuwirth, pesquisador do desenvolvimento da denominada “*economia das sombras*”, “a economia informal pode ensinar muitas lições ao mundo em crise”, pois “os países que encontrarem uma maneira de aproveitar essa forma espontânea de empreendedorismo estarão melhor posicionados para criar uma democracia econômica e para crescer e prosperar” (CALDEIRA, 2012).

Corroborar na compreensão do novo *status* da “economia subterrânea” suas proporções, que não podem ser desprezadas. Recente pesquisa divulgada no fim do ano passado, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), revelou que a economia informal caiu de 17,7% do PIB em 2010 para 17,2% em 2011. Em 2003, esse percentual era equivalente a 21% do PIB. A mesma pesquisa mostra ainda que, embora tenha havido redução desses percentuais em termos de participação no PIB, ainda assim, esse segmento, somente em 2011, foi responsável pela movimentação de R\$653 bilhões, ou seja, valor equivalente ao PIB da Argentina ou cerca de duas vezes o PIB do Chile (CALDEIRA, 2012).

O *segundo* e mais grave aspecto refere-se ao fato de o empreendedorismo fomentado pelo receituário neoliberal, ao contrário do que apregoa o discurso oficial, não ter qualquer viés mais incluyente, capaz de pôr fim no problema da exclusão social. Essa dinâmica deve ser compreendida de forma oposta, na medida em que ele próprio é responsável pela promoção de uma nova espécie de desigualdade social. Antes, a dominação e a exclusão eram consideradas consequências indesejáveis do atual sistema produtor de mercadorias. No atual estágio do capitalismo, verifica-se que a exclusão, tanto sob o ponto de vista objetivo (econômica) quanto subjetivo (político-ideológica), constitui-se como o verdadeiro mote que garante o bom funcionamento do sistema¹⁵.

Nesse contexto, aceitar que tais indivíduos, por um malabarismo quase semântico, passaram a ser empresários e aptos a competirem no “mercado livre” implica em admitir que essa consiste na única forma que o Estado ainda dispõe de mantê-los minimamente integrados, o que, por si só, já evidencia o quanto essa integração só pode ser compreendida em termos de uma pseudo-inclusão social, cuja lógica continua sendo pautada pelo binômio inclusão/exclusão e que apenas contribui para o agravamento da histórica desigualdade social.

3. Turbinando o DNA empreendedor

As ideias que compõem o que denominamos de discurso empreendedor vêm sendo disseminadas há algum tempo. Em 05/10/1999, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi implantado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Programa Brasil Empreendedor (PBE), cuja finalidade foi promover “o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, buscando-se a inserção dos empreendedores no setor formal da economia, bem como o surgimento de novos negócios” (PBE, “apresentação”, s/d). Um resultado desta iniciativa foi a capacitação de 6.070.127 indivíduos/empreendedores, somente no período compreendido entre outubro/1999 e dezembro/2002, superando – e muito – a previsão inicial de 4.937.000 (PBE, “dados”, s/d).

¹⁵ Ver, nesse sentido, excelente artigo de Perry Anderson (1995).

Desde 2002, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) também desenvolve importante papel de agente disseminador da cultura empreendedora ou “empreendedorista” (HARVEY, 1994: 161), por meio do Programa de “Formação de Jovens Empreendedores”. No total, somente o SEBRAE-SP, conta com um histórico de “mais de 240 mil alunos atendidos, 7.600 professores capacitados, adesão de mais de 100 municípios e 50 universidades aplicando a disciplina de empreendedorismo em sua grade curricular”. No ensino médio os números são igualmente ilustrativos, com 900 professores capacitados e mais de 24 mil alunos participantes do Programa “Formação de Jovens Empreendedores”. No ensino superior foram mais de 50 universidades, 700 professores capacitados e mais de 20 mil alunos participantes do “Sebrae no Campus” (SEBRAE-SP, 27/10/2009).

Outra iniciativa exemplar é a de Fernando Dolabela, fundada em 1996, com a metodologia “Oficina do Empreendedor”, dirigida aos universitários. Atualmente, a Oficina é direcionada também aos alunos do ensino médio. A partir de 2002, o autor elaborou a “Pedagogia Empreendedora”, voltada à educação de crianças e adolescentes do ensino infantil, fundamental e médio. Até 2008, o primeiro projeto já havia sido implementado, por meio do Sebrae, do Instituto Evaldo Lodi (IEL) e do CNPq, em mais de 400 instituições de ensino superior, atingindo cerca de 3.500 professores e 160.000 alunos/ano. Já a metodologia mais recente, até 2008, era utilizada em 120 cidades e contava com o envolvimento de 14.000 professores (dos níveis básico e superior). Este trabalho chegou a cerca de 400 universidades e 2.000 instituições de ensino básico, em 126 municípios (LOPES, 2008).

Igualmente merece destaque a iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que, em seu relatório de março de 2004, intitulado “Desencadeando o empreendedorismo: o poder das empresas a serviço dos pobres”, afirma a importância do empreendedorismo como instrumento de combate à pobreza. Segundo este documento,

(...) Apesar do enorme progresso feito nos últimos 50 anos, 1,2 bilhões de pessoas (a quinta parte da população mundial) subsistem com menos de um dólar por dia, sem acesso a muitos dos serviços sociais considerados básicos para uma vida digna. Esta situação penosa requer uma resposta global, que utilize todos os recursos financeiros, intelectuais e organizacionais que possamos reunir. Diante deste quadro desolador, o Secretário Geral Kofi Annan desafiou a Comissão para Setor Privado e Desenvolvimento a responder duas perguntas: Como podemos desencadear o potencial do setor privado e do empreendedorismo, nos países em desenvolvimento? Como o setor privado pode ser engajado no combate à pobreza? O presente relatório é a nossa resposta a essas interrogações. (PNUD, 2004, p. i)

O que se extrai de todas as propostas citadas é que não faltaram “iniciativas” dispostas a convencer a grande massa de desempregados, subempregados e informais da necessidade de se formalizarem (o que, a nosso ver, implica em adaptação e conformação).

Mas, a dimensão mais relevante que emerge de todo esse discurso é a transformação do empreendedorismo em algo instintivo, derivado de uma suposta “natureza humana”, que – tal como

ocorreu com a empregabilidade, entendida como capacidade de manter-se empregado – desloca a responsabilidade pelo aumento do desemprego, do sistema econômico como um todo para a “natureza” individual dos excluídos. Assim, resta claro que o atual lugar reservado para estes indivíduos, flutuantes na estrutura social, é o de microempreendedor individual, que deve ser interpretado como o último acento no “carro do progresso”, aqui expresso pela figura alegórica criada por Bauman (2005, p. 24).

Neste aspecto em especial, percebemos uma espécie de retorno a um dos motivos mais caros ao liberalismo clássico, ou seja, à ideia de natureza humana, com a consequente ênfase na responsabilidade individual. Esta volta à ideia de natureza humana encontra-se manifesta em expressões que emergem no atual cenário e cujo uso é cada vez mais freqüente sob a dinâmica do *ethos* empreendedor. Imperativos como: “*ter espírito empreendedor*”, “*estar motivado pela competição*”, “*dever de sucesso e de conquistas grandiosas*” ou mesmo motivações psicológicas como o “*desejo de realizar algo*”, tornam-se discursos legitimadores da transferência de responsabilidade pela promoção da inclusão social do sistema político-econômico para o próprio indivíduo.

Do ponto de vista histórico, a passagem do capitalismo liberal clássico para o capitalismo monopolista representou um declínio do papel do indivíduo em várias esferas. Nesta nova forma de organização econômica, o indivíduo perdeu gradualmente sua “individualidade”, compreendida como sua capacidade de livre iniciativa e mesmo sua autoridade social, como observado pelos teóricos da Escola de Frankfurt (MARCUSE, 1982: 23-24.). No entanto, após a crise do capitalismo monopolista, a partir da década de 1970, e do fim do “socialismo real”, em fins da década de 1980, assistimos à recuperação de diversos elementos fundamentais do pensamento liberal clássico.

Conhecido como neoliberalismo, o pensamento hegemônico desde então, vem resgatando a defesa da importância do indivíduo, da individualidade e da livre iniciativa. Entretanto, esta “nova individualidade” postulada pode ser caracterizada apenas como uma pseudo-individualidade, se levarmos em conta o seu perfeito “acoplamento” na cadeia produtiva, seu controle pelos grandes conglomerados econômicos, interessados no aumento da extração predatória de mais-valia indireta a partir de seus “empreendimentos” individuais.

Considerações finais

Vimos que, sob a forma atual do microempreendedor individual, vem sendo amplamente difundida aquilo que denominamos de razão empreendedora. Procuramos ressaltar as contradições que acompanham seu processo de implantação, sobretudo no que se refere ao contexto brasileiro, a partir do baixo impacto no desemprego estrutural e na informalidade, bem como da ausência de promoção de qualquer forma de inserção social mais efetiva e, conseqüentemente, do distanciamento completo dos direitos que antes serviam para garantir algum *status* de cidadão.

Não menos importante é perceber que, precisamente no momento em que o capitalismo enfrenta uma de suas maiores crises, o discurso oficial procura sustentar que o empreendedorismo consiste em ótima oportunidade que o trabalhador tem para tornar-se empresário (i.e., dono do próprio negócio), como forma de solucionar três questões ao mesmo tempo: seu desemprego, sua exclusão e sua cidadania perdida.

Uma crítica a tal discurso se justifica na medida em que o empreendedorismo não se apresenta apenas como defesa de uma tese estritamente econômica, mas, de forma mais ampla e profunda, como uma tese social, isto é, assume um caráter de projeto social e político, com sérias conseqüências para a esfera pública. É interessante notar que, justamente no momento em que o Estado bate em retirada em relação às questões mais básicas da cidadania, a lógica do mercado se propõe, por meio da ideologia empreendedora, a trazer soluções justamente para estas e outras questões tradicionalmente pertinentes às funções do Estado. Dessa maneira, o recente culto ao empreendedorismo, como bem observou Giovanni Alves (2011), acaba por revelar que a lógica do mercado, ao se universalizar, pretende gerenciar a totalidade da vida social.

Nestes termos, o empreendedorismo apresenta-se como aparente “solução” ou superação da contradição capital / trabalho. Na atualidade, os indivíduos produtivos não mais constituiriam uma classe trabalhadora / operária, mas sim, uma classe “empreendedora”, para a qual as únicas metas e valores seriam aqueles que conduzem ao sucesso econômico. Esse processo fica evidente no momento em que o trabalhador (microempreendedor individual) deixa de se perceber como empregado, passando a se ver como “empresário”, o que resulta em uma evidente perda da consciência de classe, que é capaz de torná-lo um oposto de si mesmo.

O que fica velado, neste processo, é o quanto a disseminação dessa concepção ideológica se enquadra em uma estratégia mais ampla de exploração/dominação destes trabalhadores pela totalidade do sistema econômico global. Este, ao contrário do que sustenta seu discurso oficial, ainda depende de sua atividade produtiva e, conseqüentemente, da produção de mais-valia por parte destes indivíduos, processo que pode ser percebido na oportuna observação de Francisco J. S. Teixeira, na medida em que:

As grandes corporações contam hoje com uma rede de pequenas microempresas, espalhadas ao seu redor, que têm como tarefa fornecer os inputs necessários para serem transformadas em

outputs, por aquele monstro mecânico [i.e., a empresa toyotista]. Além disso, essas grandes unidades de produção contam com um enorme contingente de trabalhadores domésticos, artesanais, familiares, que funcionam como peças centrais dentro desta cadeia de subcontratação. Constituem-se todos em fornecedores de trabalho “materializado”, porque, agora, a compra e a venda da força de trabalho são veladas sob o véu da compra e venda de mercadorias semi-elaboradas. (1996: 69)

Essa mesma dinâmica também foi objeto de pesquisa realizada por Maria Aparecida Alves e Maria Augusta Tavares, ao observarem que

O indivíduo que se auto-emprega, mesmo que a sua atividade não seja interior à produção capitalista, não é nem autônomo nem capitalista. Tal qual um assalariado, o produto de seu trabalho será enlaçado pela lógica do capital. O mercado é o ponto para o qual todos convergem e no qual todas as pseudo-autonomias se dissolvem. Por mais independente que o indivíduo imagine ser, o produto do seu trabalho terá, em algum momento, de se confrontar com outros, no mercado, onde cada troca imprime a presença da mais-valia, expressando, portanto, a oposição do capital à capacidade viva de trabalho. (2006: 441)

Duas consequências podem ser extraídas desse processo, pois além do incentivo à atividade econômica individual como forma de sobrevivência, verifica-se que, pelo mesmo discurso, de uma incipiente cidadania, as classes trabalhadoras foram levadas à ideia de consumo como meta final da vida humana, mesmo quando o acesso a bens de consumo apresenta-se como limitado. Os indivíduos destas classes são “convencidos” a passarem de cidadãos (com todas as consequências políticas e ideológicas inerentes a este tipo de cidadania) a consumidores distraídos, no quadro da passagem do Estado de bem-estar social (de Seguridade Social) para o Estado fornecedor de bens.

O modelo clássico do cidadão-consumidor do Estado de bem-estar social, com toda a estrutura que garantia um mínimo de segurança individual e coletiva, é agora substituído pelo simples consumidor atomizado e quase inteiramente desprovido daquelas estruturas de segurança social. De sociedade de consumo que pretendeu a incorporação maciça das classes trabalhadoras (e também consumidoras), usufruindo dos benefícios da produção, passamos a uma sociedade de consumidores, que se distraem ao terem acesso aos bens de consumo atualmente produzidos (ainda que de baixa qualidade e só por meio do crédito), enquanto lhes são subtraídos os antigos elementos de seguridade social.

O novo sujeito consumidor do capitalismo neoliberal (inteiramente fascinado pelo fetichismo do consumo) se distrai enquanto seus direitos mais fundamentais seguem sendo paulatinamente retirados. A distorção da representação da consciência do indivíduo fica evidenciada tanto no momento em que ele compra bens de consumo imediato aos quais antes não tinha acesso, quanto no momento em que ele consegue, ainda que minimamente, acessar bens de melhor qualidade. No decorrer deste processo, a retirada dos elementos de cidadania, representados pela formalização de sua atividade produtiva e pelos direitos sociais derivados desta formalização, torna-se invisível aos seus olhos. O fetichismo do consumo é hoje o palco mais visível da luta de classes de outrora. Mas, ao mesmo tempo, ele individualiza os produtores e consumidores, destrói a

experiência de uma esfera pública comum e acessível a todos, bem como diminui o espaço de autonomia do indivíduo com respeito às determinações materiais de sobrevivência.

Devemos enfatizar que não há na ideologia empreendedora qualquer potencial emancipatório ou preocupação com o bem-estar coletivo, mas tão somente a manutenção da dependência e do estado de luta pela sobrevivência imediata, transferindo e responsabilizando o próprio indivíduo pelo seu “sucesso” ou “fracasso” nesta luta. Tal dinâmica revela-se perigosa, na medida em que a luta permanente pela sobrevivência imediata parece realizar a metáfora idealizada por Walter Benjamin (1994: 229-230) de “eterno tempo presente”, materializada em uma espécie de abolição do futuro, que vem sendo vivenciado, não por acaso, justamente por aqueles que mais razões teriam para questionar e transformar o mundo concreto e objetivo atual.

Referências

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ALVES, Maria Aparecida ; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 425-444.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. Trabalho e economia solidária: crítica ao empreendedorismo como possibilidade histórica. In: FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon e ALMEIDA, Carla Cristina Lima de (Orgs.). *Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 79-98.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).
- CALDEIRA, Ilton. “Economia informal pode ensinar muitas lições ao mundo em crise.” IG São Paulo, em 14/02/2012. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/empresas/comercioservicos/funileiro+cabeleireira+e+jardineiro+saem+da+informalidade/n1300021742816.html>. Acesso em: 14/02/2012.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CASTRO, Carla Appollinario de. *Das fábricas aos cárceres: mundo do trabalho em mutação e exclusão social*. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. SETEMBRO/2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=140509. Acesso em: 25/11/2011.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos; 13).
- CHIAVENATO, Idalberto. *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilização de novas empresas: um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DANTAS, Edmundo Brandão. “Empreendedorismo e intra-empreendedorismo: é preciso aprender a voar com os pés no chão”. In: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. s/d. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/dantas-edmundo-empreendedorismo.pdf>. Acesso em: 02/02/2011.
- DOLABELA, Fernando. *Sonhos e riscos bem calculados: o que é e o que faz o empreendedor*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- _____. *Oficina do empreendedor*. Rio de Janeiro: Sextante, 2008a.

- _____. *O segredo de Luísa*. Rio de Janeiro: Sextante, 2008b.
- _____. *Pedagogia empreendedora*. São Paulo: Cultura, 2003.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Unesp; Boitempo, 1997.
- FALCÃO, José de Moraes. “O espírito empreendedor e a alma do negócio”. 2008. Disponível em: <http://www.sitedoempreendedor.com.br/artigos.php/downloads/baile.pps?acao=exibir&id=1007>. Acesso em 1/02/2011.
- GIFFONE, Carlos. “Taxa de desemprego sobe para 9,5% em janeiro, mostra Dieese-Seade”. Valor Online, em 29/02/2012. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/taxa-de-desemprego-sobe-para-95-em-janeiro-mostra-dieese-seade/n1597657184768.html>. Acesso em: 29/02/2012.
- GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2007.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- _____. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1994.
- IPEA. “Desemprego e desigualdade no Brasil metropolitano”. Comunicado nº 76, publicado em 10/02/2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110210_comunicadoipea76.pdf. Acesso em: 02/03/2011.
- IPEADATA. Taxa de Informalidade II. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 25/11/2011.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- LOPES, Ana Lúcia. “Pedagogia empreendedora é instrumento de transformação cultural. Jornal “A Tarde”, em 20/01/2008. Disponível em: <http://www.starta.com.br/#!/items/20100222112012578>. Acesso em 1/02/2011.
- MACÁRIO, Epitácio. “Produção destrutiva e seus efeitos sobre o trabalho”. *Reunião Anual da ANPED*, nº 25, Trabalho, Caxambu, 2002. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/epitaciomacariot09.rtf. Acesso em: 05/01/2009.
- MALAGUTI, Manoel L. *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- PBE - PROGRAMA BRASIL EMPREENDEDOR. Apresentação. Disponível em: <http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/proAcao/proBraEmpreendedor/proBraEmpreendedor.php>. Acesso em: 05/02/2011.
- PBE - PROGRAMA BRASIL EMPREENDEDOR. Dados. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/proAcao/proBraEmpreendedor/priEixPrograma.php>. Acesso em: 05/02/2011.
- POCHMANN, Marcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 59-73.
- PNUD. *Desencadeando o empreendedorismo: o poder das empresas a serviço dos pobres*. Relatório para o Secretário Geral das Nações Unidas. Março/2004. Disponível em: http://www.undp.org/cpsd/documents/report/portuguese/foreword_p.pdf. Acesso em: 20/01/2011.
- PORTAL DO EMPREENDEDOR. Acumulado Mês/Dia - Inscritos Total. 07/03/2011. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/formalize/index.html>. Acesso em: 07/03/2011.
- PORTAL DO EMPREENDEDOR. “Benefícios”. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/beneficios/index.htm>. Acesso em: 03/02/2011.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961a.

- _____. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961b.
- SEBRAE-SP. “Empreendedorismo na sala de aula”. Portal SEBRAE-SP de Notícias, em 27/10/2009. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/PortalSebraeSP/Noticias/Noticias/Multissetorial/Paginas/Empreendedorismonasaladeaula.aspx>. Acesso em: 05/02/2011.
- TAVARES, Dilma. “2011 termina com 1,8 milhão de empreendedores individuais formalizados”. Agência Sebrae de Notícias, em 06/01/2012. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/noticias/noticia197.php>. Acesso em: 07/01/2012.
- _____. “Bancos oferecem linhas especiais para empreendedores”. Agência Sebrae de Notícias, em 13/04/2011. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/noticias/noticia196.php>. Acesso em: 15/04/2011.
- _____. “Brasil ganha 81,6 mil novos empreendedores em janeiro”. Agência Sebrae de Notícias, em 01/02/2011. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/noticias/noticia149.php>. Acesso em: 20/02/2011.
- TAVARES, Maria Augusta. “Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista”. In: Revista Outubro, nº 7. São Paulo: 2002, p. 49-60. Disponível em: <http://www2.fae.edu/galeria/getImage/1/361633460249798.pdf>. Acesso em: 03/05/2011.
- TEIXEIRA, Francisco José S. *Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo*. In: TEIXEIRA, Francisco José S. e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva - as novas determinações do mundo do trabalho*, São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1996.
- ZIZEK, Slavoj (Org.). O espectro da ideologia. In: *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 9. Também disponível em: http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/outros/tx_zizek_001.htm. Acesso em: 30/03/2009.

O ACESSO AO CRÉDITO PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA: CENÁRIO DE RESTRIÇÃO NUM UNIVERSO EM EXPANSÃO

Fernando Farias Valentin¹

Neusa Serra²

RESUMO

Nos últimos anos o Brasil vem presenciando uma forte expansão na oferta de crédito para o consumo e para a produção. Em maio de 2012 a oferta de crédito na economia brasileira ultrapassou o patamar de 50% do PIB, batendo um novo recorde histórico. Nesse contexto, o movimento da Economia Solidária vem lutando pela criação de uma política nacional para o segmento que permita o acesso ao crédito de modo desvinculado do sistema financeiro nacional. Na tentativa de melhor compreender os desafios subjacentes a esse processo o presente artigo traça um panorama do acesso ao crédito no Brasil, destacando as iniciativas empreendidas ao longo dos últimos 40 anos pela sociedade civil e pelos segmentos da economia popular. Paralelamente analisa os mais recentes números do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e discute as dificuldades encontradas para o acesso ao crédito pela Economia Solidária. Como conclusão o estudo aponta para necessidade de capacitação dos empreendimentos econômicos solidários visando a obtenção dos financiamentos atualmente disponíveis na economia, especialmente os do Programa Crescer, e para a necessidade de se aperfeiçoar o funcionamento dos bancos comunitários.

PALAVRAS-CHAVE: crédito, economia solidária, microcrédito, banco comunitário

ABSTRACT

In recent years Brazil has seen a strong expansion in credit supply for consumption and production. In May 2012 the supply of credit in the Brazilian economy exceeded the threshold of 50% of GDP, hitting a new record. In this context, the Solidarity Economy has been fighting for the creation of a national policy for the segment that allows access to credit so disconnected from the national financial system. In an attempt to better understand the underlying challenges to this process this paper presents an overview of access to credit in Brazil, highlighting the initiatives undertaken over the past 40 years by civil society and the popular segments of the economy. It also, analyzes the most recent figures from the National Program of Oriented Productive Microcredit (PNMPO) and discusses the difficulties in access to credit for the Solidarity Economy. In conclusion the study suggests a need for training of solidarity in order to obtain the financing currently available in the economy, especially the Crescer Program, and the need to improve the functioning of community banks.

KEYWORDS: solidarity economy, credit, microcredit, community bank

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela USP. Mestrando em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. E-mail: fernando.valentin@ufabc.edu.br

² Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC. E-mail:neusa.serra@ufabc.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Mesmo tendo obtido grande expressão e espaço social nas últimas décadas, dando azo a um vasto campo de experiências e iniciativas de produção e reprodução dos meios de vida estruturados a partir da propriedade coletiva dos meios de produção, da autogestão, da solidariedade, do coletivismo e da sustentabilidade, a Economia Solidária encontra ainda hoje uma forte limitação para sua expansão e desenvolvimento, imposta principalmente pelas dificuldades e limitações de acesso ao crédito e aos financiamentos.

A dificuldade para obtenção de crédito em empreendimentos geridos por trabalhadores em grande parte ocorre pelo elevado grau de informalidade das organizações e/ou empreendimentos e, pelas restrições impostas pelos bancos públicos e privados na concessão dos empréstimos. Sem crédito, associações, cooperativas e trabalhadores autônomos informais do setor não conseguem realizar investimentos, têm dificuldades para aquisição de matérias-primas e insumos, não conseguem escoar a produção e, conseqüentemente, acabam limitando cada vez mais suas possibilidades de geração de emprego e renda, de crescimento e de expansão dos empreendimentos. O crédito, como nos ensina Paul Singer (2011) é a crença, é a fé no devedor. Para conceder o crédito, o credor exige garantias. Não havendo garantias a serem oferecidas, dificilmente se conseguirá acesso ao crédito. As camadas pobres da sociedade não possuem ativos financeiros para dar em garantia. Isso faz com que eles não tenham acesso às oportunidades de crédito existentes no mercado capitalista, formado pelos bancos privados e públicos. (COCO, 2002).

A última Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES) ocorrida em 2010, e o anteprojeto de lei da Economia Solidária, que atualmente se encontra em fase de coleta de assinaturas, apontam claramente para a necessidade de criação de políticas públicas específicas voltadas ao financiamento dos empreendimentos econômicos solidários de modo desvinculado do sistema financeiro tradicional, e com ênfase especial para os novos arranjos econômicos das finanças solidárias protagonizados pelas cooperativas de crédito, pelos bancos comunitários populares e pelos fundos rotativos.

Com base nesse panorama o presente artigo pretende mostrar os desafios para a concessão de crédito à Economia Solidária num ambiente onde predomina a

indisposição do sistema financeiro para com empreendimentos de trabalhadores que não apresentam garantias (BARBOSA,2007), e no qual ainda persiste um forte padrão de desigualdade entre “os que têm” e “os que não têm” (MAKLER, 2009).

O estudo está dividido em cinco partes. Inicialmente, vamos traçar um panorama histórico do processo de concessão de crédito no país mostrando como esse processo foi se modificando ao longo do tempo, sendo transformado de uma prática privada à uma política pública promovida pelo Estado brasileiro. Na sequência, faremos uma reflexão sobre alguns dados do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) criado em 2005, questionando se de fato essa é uma política para o segmento popular da economia. A terceira parte do estudo apresenta a evolução das iniciativas populares para obtenção do crédito promovida por organizações não-governamentais, igreja e sociedade civil desde os anos 1950 até a implantação dos programas de microcrédito na década de 1990.

Para finalizar, a última parte do trabalho é dedicada à reflexão da importância do crédito para a Economia Solidária e do papel que vem sendo desempenhado pelos bancos comunitários como agentes de dinamismo econômico e de promoção do desenvolvimento local sustentável.

2. O ACESSO AO CRÉDITO NO BRASIL

No início do século XX cabiam aos “*turcos ou judeus da prestação*” como eram conhecidos os vários imigrantes de origem árabe que atuavam como mascates nas cidades do Sudeste, do Sul, em algumas áreas do Nordeste e até mesmo no Centro-Oeste e na Amazônia vender a prazo ou em prestações. Eles iam de casa em casa, circulando por diversos bairros com suas malas repletas de mercadorias e bugigangas em busca das donas de casa que eram sua principal freguesia. Cobriam principalmente os domicílios da zona rural, área de acesso extremamente difícil à oferta desses produtos no meio urbano. Dependendo da capacidade de cada cliente em pechinchar, o preço das mercadorias poderia ir baixando. Se o freguês não possuía todo o dinheiro, podia pagar metade no ato da compra e metade no mês seguinte. Caso o cliente optasse por comprar um pacote de mercadorias ou uma quantidade maior de produtos podia pagar em até três vezes. O importante para o “*turco*” era vender (VENTURA, 2000).

Até meados dos anos 1950, o crédito ao consumidor era algo raro no comércio das principais cidades brasileiras. Em geral, as transações comerciais eram pagas em

espécie, isto é, em dinheiro, e o uso do cheque era praticamente inexistente. Algumas lojas mais tradicionais ainda se valiam das vendas fiado, guardando em cima dos balcões o chamado “Livro do Fiado” onde registravam o nome de todos os clientes que haviam comprado para pagar depois. Nos bares, empórios e mercearias o costume era levar a mercadoria e pagar somente depois. Os clientes possuíam contas nas lojas e sequer conferiam o que havia sido anotado pelo vendedor. A confiança era o princípio chave nessas relações comerciais.

Em termos históricos podemos dizer que a preocupação do Estado brasileiro com o fomento do crédito remonta ao período compreendido entre os anos de 1959 a 1964, período no qual uma série de medidas legislativas foram tomadas abrindo o crédito ao consumidor para a atuação das companhias de crédito e financiamento (SCALVI, 2006). Entre 1945 e 1964 o país assistiu a um processo de concentração bancária e de criação de novas instituições com o objetivo de financiar o chamado desenvolvimento econômico. Nesse período o foco das operações de crédito era o financiamento à produção. Tendo o investimento como elemento chave e central para a definição da taxa de crescimento econômico, restava saber de onde viriam os recursos necessários à efetivação desse processo (SAES, 2001).

O financiamento ao consumidor surgiu a partir do final da década de 1960 e passou a ser feito por instituições financeiras e não mais pelas próprias empresas ou pelos lojistas, como nos primeiros anos do século XX. Atribuiu-se a partir de então grande importância ao sistema financeiro. A lei da usura³ foi suprimida e foi implantada a correção monetária, permitindo a remuneração das aplicações. Consolidou-se assim a modalidade de concessão de crédito, e foi significativamente expandida a base de tomadores de financiamentos até meados dos anos 1970.

Entre fins de 1970 até início de 1990, período de forte recessão e altos índices de inflação, a tônica governamental foi a da restrição do crédito e da contenção do consumo. O volume total de operações de crédito no sistema financeiro nos anos 1980 ficou estagnado e a partir do Plano Collor I verificou-se uma queda significativa (CARVALHO, 1992). Como o comércio sempre se pautou por uma dinâmica muito própria, procurando encontrar sempre novas formas e alternativas para ampliar o acesso ao crédito e potencializar a venda de produtos, nem mesmo os sucessivos pacotes

³ Decreto nº 22.626 de 07 de Abril de 1933. Revigorado pelo Decreto de 29 de novembro de 1991. A lei da usura atualmente se aplica a negócios civis. Para as instituições financeiras a lei da usura não se aplica pois existe legislação específica sobre o assunto.

econômicos baixados pelo governo federal entre os anos de 1985 a 1991 conseguiram conter as instituições financeiras em seu desejo de continuar a disponibilizar recursos para o crédito. O governo tentava frequentemente conter o número de prestações, estabelecer prazos máximos para os financiamentos, mas o mercado criava suas próprias regras esticando e encolhendo-os conforme suas conveniências e desejos de ganhos e lucros.

No ambiente macroeconômico os anos 1980 se caracterizaram pela perda quase total da capacidade de investimento do Estado brasileiro e de financiamento da economia. Os recursos financeiros disponíveis no mercado passaram a migrar da produção para a especulação financeira (BRUM, 1999). A recessão econômica do período não estimulava o investimento, drenando os recursos para especulação. Isso gerou um desvirtuamento da função do sistema bancário brasileiro, que deixou de captar os recursos disponíveis na sociedade e aplicá-los no setor produtivo. O sistema financeiro deixava cada vez mais de lado a função de prover crédito para o investimento e consumo, e se concentrava no financiamento da dívida pública em âmbito interno e externo.⁴

Com a estabilização econômica nos anos 1990, propiciada pelo Plano Real, o sistema financeiro bancário teve de buscar novas formas para obtenção de lucros. A inflação galopante já não se fazia presente e a antiga ciranda financeira das aplicações, que proporcionavam grandes e rápidos rendimentos para uns poucos havia acabado. Com isso, o sistema bancário passaria a apostar no crédito como seu novo instrumento de ganhos. Durante praticamente toda a década de 1990 a relação crédito / Produto Interno Bruto (PIB) ficou em torno de 28% aproximadamente, o que demonstra o baixo volume desse recurso na economia. A confiança criada pela estabilização dos preços levou os consumidores de baixa renda a ampliarem a demanda por bens de consumo duráveis, e isso, por sua vez, levou a uma grande expansão do crédito às pessoas físicas. Entretanto, com o estouro da crise do México em 1994 e da Ásia em 1997, os bancos passaram a adotar uma postura mais defensiva manifestando maior aversão ao risco e restringindo os empréstimos e as operações de crédito.

Essa situação só viria mudar a partir de 2003 no governo de Luiz Inácio da Silva. Com ele, o conceito de acesso ao crédito começou a se modificar no país. Uma

⁴ A dívida pública é formada pelas quantias que o Governo toma emprestado para financiar seus gastos. Esses recursos podem ter origem interna e externa sendo oriundos de bancos públicos ou privados, investidores, instituições financeiras internacionais ou até mesmo de governos de outros países. Para uma discussão mais detalhada acesse: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatecDividapublica.pdf>

das principais ações implementadas logo no início de sua gestão foi a ampliação da bancarização das camadas pobres da população e a ampliação em maior escala da concessão de crédito para consumo e para produção pelo sistema financeiro nacional (SFN). A Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB) criaram instituições específicas para gerenciar as redes de correspondentes bancários (padarias, farmácias, mercadinhos, etc) e garantir o processo de abertura de contas-correntes. A edição do “Pacote do Microcrédito” em 2003 procurou estimular a massificação das contas simplificadas, garantir estímulo à oferta de crédito e permitir a formação das cooperativas de crédito de livre associação. No entanto, a Lei 10.735 de 11 de setembro de 2003, que tinha por objetivo garantir a execução dessa política de expansão, acabou também gerando uma forte regulamentação sobre os valores a serem concedidos a título de crédito e sobre os prazos de parcelamento, fazendo com que os principais bancos brasileiros optassem naquele momento por ficar fora dessa modalidade de oferta de crédito, optando por manter seus recursos depositados compulsoriamente no Banco Central (BCB) a correr riscos em empréstimos. Com a edição da Medida Provisória 226 em 29 de novembro de 2004 o governo criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e delimitou a separação entre crédito para consumo e crédito para produção. O microcrédito produtivo orientado foi caracterizado como sendo “o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica (...)” (MP226/2004). Por esse programa os bancos ficavam obrigados a emprestar 2% do montante disponível em contas-corrente com juros variando entre 2% e 4% ao mês. Segundo Fernando Nogueira da Costa no início de 2006 os bancos cumpriram algo em torno de 69,7% da exigência de aplicação dos recursos no microcrédito, mas já em outubro do mesmo ano, esse percentual havia recuado para 58%. Isso significou uma menor pré-disposição dos bancos em oferecer recursos a segmentos que não lhes oferecessem garantias reais. Na tentativa de garantir maior disponibilidade de recursos ao microcrédito o Conselho Monetário Nacional (CMN) mudou em dezembro de 2006 os valores máximos de empréstimos (pessoa física de R\$ 600,00 para R\$ 1.000,00 e pessoa jurídica de R\$ 1.500,00 para R\$ 3.000,00). Tal medida contribuiu para descaracterizar ainda mais o programa, uma vez que ele fora criado para emprestar pequenos valores àqueles que estavam fora do sistema financeiro (COSTA, 2010). Com o aumento dos valores para empréstimos o

programa passou a atingir outro público-alvo, os micro e pequenos negócios que já contavam com algumas linhas específicas de financiamento.

De 2005 a 2011 os desembolsos do PNMPO aumentaram em todos os anos, demonstrando a vontade política do governo em manter esse canal de crédito em constante expansão. Porém, até hoje, não se sabe muito bem quem são os reais beneficiários dessa política. Os relatórios mais recentes do PNMPO indicam que o grosso dos recursos vai para o setor informal da economia. Imagina-se que os verdadeiros beneficiários dessa política estejam sendo os segmentos da economia informal com características empreendedoras nos moldes capitalistas. Àqueles que se encontram fora do mercado de trabalho e que necessitariam fortemente desse recurso para voltar a produzir não parecem estar colhendo os frutos desse programa.

Em agosto de 2011 a Presidenta Dilma Rousseff lançou o Crescer – Programa de Microcrédito Orientado, com meta de atingir 3,4 milhões de clientes até 2013.⁵ O Crescer nada mais é do que uma nova tentativa por parte do governo federal de fazer o microcrédito deslanchar no país. Nessa nova fase a taxa de juros anual sobre os valores tomados em empréstimo será de 8% ao ano, e a taxa de abertura de crédito ficará em apenas 1% do valor emprestado. O limite máximo de empréstimos foi fixado em R\$ 15 mil e os prazos para pagamento variam entre 12 meses para capital de giro e 26 meses para investimentos. O programa está sendo operacionalizado tanto por bancos privados quanto públicos. A meta dos bancos públicos federais (Banco da Amazônia – BASA, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco do Brasil – BB e Banco do Nordeste – BNB) deverá ser aumentada ano a ano. Espera-se que ao final de 2012 os bancos públicos tenham constituído carteiras ativas num total de 1,73 bilhão de reais⁶ e que em 2013 esse número chegue a 2,99 bilhões de reais. A redução na taxa de juros está sendo proporcionada por meio de subvenções realizadas pelo governo federal. Em 2012 o valor total a ser aplicado será de R\$ 310 milhões e, em 2013, esse volume deverá atingir R\$ 483 milhões.

Desde o lançamento do Crescer até o final de 2011 o BNB – Banco do Nordeste foi o responsável por 93% de todas as contratações do programa. Nesse período foram

⁵ Cf. Programa Crescer baixa juros do microcrédito para milhões de empreendedores. Matéria veiculada no site Brasil.gov.br. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/08/24/programa-crescer-pode-transformar-sonho-de-ter-renda-e-independencia-em-realidade-diz-dilma>> Acesso em: 28/02/2012.

⁶ Cf. matéria publicada no portal Agência Brasil. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2012-04-02/dilma-programa-crescer-ja-emprestou-mais-de-r-12-bilhao-pequenos-empresendedores>. Acesso em: 15/05/2012.

realizadas 606 mil operações. Dessas, 565 mil foram originadas no programa Crediamigo do banco. Segundo reportagem do site Economiabaiana.com.br⁷ esse resultado foi conquistado nos últimos três meses de 2011. O valor médio emprestado foi de R\$ 1.041,00 e o prazo médio de pagamento ficou em 7,8 meses. Os segmentos mais beneficiados foram o comércio varejista alimentício, o setor de vestuário e o de revenda de cosméticos.

3. O PNMPO: UMA POLÍTICA ECONÔMICA PARA O SEGMENTO POPULAR?

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado foi resultado de um vasto acúmulo de experiências por parte de ONG's, OSCIPS e por toda a sociedade civil em mais de 30 anos de iniciativas inovadoras de oferta de crédito popular. O programa tem como objetivo central oferecer crédito exclusivamente a empreendedores populares, e de pequeno porte, juntamente com acompanhamento técnico no local de trabalho do empreendedor. Lançado oficialmente em novembro de 2004 por meio de Medida Provisória e convertido em lei em 25 de abril de 2005 (Lei 1.1.110), o PNMPO assumiu também o papel de articulador entre as várias instituições de microcrédito existentes pelos país, bancos e demais operadores de recursos públicos e privados (PEREIRA, 2007). O programa é coordenado e executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), porém, conta com algumas diretrizes definidas em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e com o Ministério da Fazenda (MF). A participação no PNMPO é feita por intermédio de instituições habilitadas. Estas podem ser Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (IMPOs), Agentes de intermediação (AGI), Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs), Instituições Financeiras Operadoras (IFOs) e Agências de fomento (AFs). Tais instituições possuem autonomia de gestão e administração de suas carteiras e dos demais serviços prestados. O desenvolvimento institucional das organizações habilitadas também é objeto de ações pelo PNMPO. Em termos operacionais e de gestão essas ações se concentram em: promover intercâmbio entre metodologias creditícias, realizar capacitações das operadoras em assuntos ligados à gestão financeira, marketing, recursos humanos,

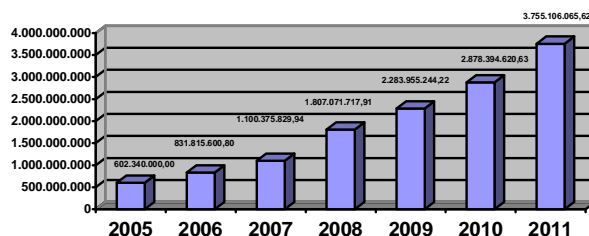
⁷ Cf. <http://economiabaiana.com.br/2012/02/29/bnb-financiou-93-das-operacoes-do-programa-nacional-de-microcredito-crescer-em-2011/>. Acesso em: 20/05/2012.

organização, processos e sistemas gerenciais, estimular práticas e ações de boa governança e realizar estudos e pesquisas sobre o perfil da clientela, análises de mercado e de impacto dos programas.

O PNMPO considera como micro-empresendedores populares as pessoas físicas e jurídicas com renda anual de até 120 mil reais (conforme alteração do Decreto 6.607 de 21/10/2008). Antes dessa data o valor de referência para renda bruta anual era de até 60 mil reais. Os recursos emprestados pelo PNMPO são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e de uma parcela fixa de todos os depósitos à vista captados pelos bancos comerciais, múltiplos e com carteira comercial e pela Caixa Econômica Federal. Esses recursos são destinados a operações de crédito voltadas à população de baixa renda, conforme previsto na Lei 11.110 de 2005. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES operam o PNMPO com recursos diretos do FAT. Já os demais bancos utilizam para os empréstimos parte dos valores captados em depósitos à vista.

Os gráficos 1, 2 e 3 abaixo mostram a evolução do programa desde sua criação até o final de 2011. Fica bastante nítido que o volume de recursos disponibilizados tem aumentado anualmente. O maior crescimento de toda a série ocorreu nos últimos três anos, período no qual houve uma larga expansão do crédito em todo o país, registrando média anual em torno de 13,5% acima do PIB.⁸ A quantidade de operações de crédito, isto é, de clientes atendidos, também teve significativa expansão, no entanto, mais baixa em termos relativos quando comparada ao volume total de crédito ofertado. Em relação ao tipo de clientes, tem havido concentração dos desembolsos junto ao setor informal da economia.

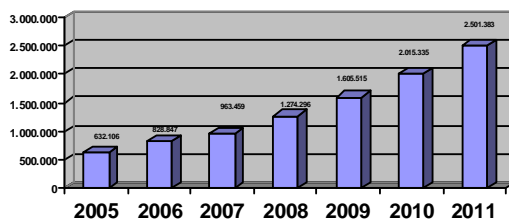
Gráfico 1 – Evolução dos valores disponibilizados pelo PNMPO 2005-2011 (Em R\$)



⁸ Cf. <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/analise-da-expansao-do-credito-no-brasil>

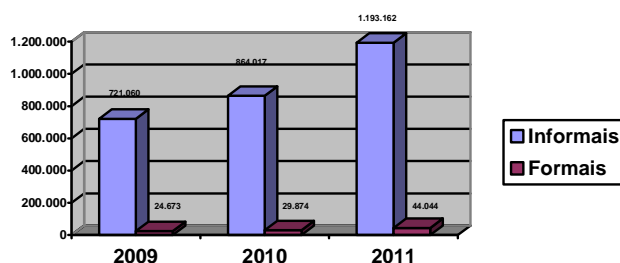
Fonte: PNMPO Site MTE. Elaboração do autor. Acesso em: 25/06/2012.

Gráfico 2 – Evolução no número de operações de crédito PNMPO – 2005-2011



Fonte: PNMPO Site MTE. Elaboração do autor. Acesso em: 25/06/2012.

Gráfico 3 – Tipo de clientes PNMPO – 2009 - 2011



Fonte: PNMPO Site MTE. Elaboração do autor. Acesso em: 25/06/2012.

Apesar dos números indicarem um aumento progressivo nos valores disponibilizados pelo PNMPO ao crédito produtivo, uma pergunta fica no ar. Estaria a Economia Solidária sendo beneficiada por esses vultosos volumes de recursos? Segundo dados do Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES) de 2007 a demanda por crédito em todo o país atingia 16.698 empreendimentos econômicos solidários (EES) naquele ano. Destes, 10.234 ou 22,9% dos negócios tinham dificuldades para acessar o crédito em função de não possuir documentação, 16,8% consideravam difícil elaborar o projeto para solicitação do financiamento, 15,0% entendiam que os juros eram muito altos, 13,5% não tinham aval ou garantias para oferecer, 4,0% achavam os prazos de carência inadequados e 27,8% julgavam que as exigências bancárias consistiam em entraves e que as linhas de crédito eram muito escassas. Em outras palavras, isso significa dizer que 60% dos EES não estavam conseguindo obter financiamentos.

Apesar da maior fatia do PNMPO estar indo para a economia informal fica bastante evidente que a Economia Solidária pouco deve estar se beneficiando desse programa. Como vimos acima tal fato decorre das limitações técnicas por parte dos empreendimentos para a elaboração de projetos, mas também, de uma política de concessão de créditos e cobrança de juros não apropriada ao perfil desse segmento. Vejamos na próxima seção como a economia popular e solidária vem buscando solucionar esses problemas.

4. AS INICIATIVAS POPULARES DE OBTENÇÃO DE CRÉDITO

Partindo da constatação que o crédito no Brasil sempre esteve direcionado às elites e camadas médias das populações urbanas alguns grupos da sociedade civil começaram a se organizar, contando com o apoio da igreja católica e de organizações não-governamentais estrangeiras e passando a experimentar formas muito próprias e particulares de obtenção de crédito e financiamentos.

O que mais tarde viria a ser chamado de microcrédito surgiu na década de 1950, quando Dom Helder Câmara criou no Rio de Janeiro uma carteira de empréstimos que mais tarde viria a se tornar o embrião do Banco Providência, uma iniciativa da igreja católica para auxiliar no combate à miséria da população.⁹ O banco surgiu como uma alternativa para os excluídos ou não elegíveis pelo sistema financeiro tradicional.

Anos depois, em 1973, através de uma iniciativa assistida tecnicamente pela ONG Action Internacional e com a participação de entidades privadas e bancos locais surgiu a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO) nos estados da Bahia e Pernambuco. O foco da UNO eram as populações que não podiam oferecer garantias e que não tinham acesso ao crédito bancário. O valor máximo emprestado naquela época era de US\$ 3.000, no entanto os valores médios giravam em torno de US\$ 1.500. A taxa de juros anual era de 25%, algo em torno 2,08 ao mês, sendo que 7% do valor solicitado eram descontados das microempresas ficando 3% de comissão para a UNO, 2% alocados no fundo garantidor de empréstimos e 2% como comissão do banco. (JACKLEN, 1982).

Em 1981, com a realização do seminário da Conferência Nacional dos Bispos do BRASIL (CNBB) “O Homem e a Seca”, a Cáritas Brasileira (uma organização não-

⁹ Para outras informações sobre a história do Banco Providência acesse:
http://www.providencia.org.br/apresentacao_historia.aspx

governamental da igreja católica criada em 1956) decidiu apoiar a criação de fundos solidários. Através dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) foi estimulada a união e a organização de grupos populares com o objetivo primordial de garantir a auto-suficiência dos mesmos através da distribuição comunitária das tarefas e do estímulo às práticas democráticas. Eles foram formados em várias regiões do país para a execução de projetos sociais. Entre 1980 e 1999 foram realizados 4 tipos de PACs: os produtivos, os de infraestrutura comunitária, os formativos e os sócio-comunitários. Em 1989 os fundos de crédito dos PACs, passaram a ser fundos rotativos¹⁰, com isso, o crédito que anteriormente era repassado aos grupos e não tinha devolução, passou a ter uma devolução solidária. Conforme os grupos iam pagando os valores tomados nos empréstimos mais antigos, parte desses valores retornavam ao fundo, permitindo a consecução de novos empréstimos para outros grupos. (CÁRITAS, 2006).

No ano de 1987, em Porto Alegre, foi criada a primeira instituição de microcrédito do Brasil. O CEAPE – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos - com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Internacional American Foundation (IAF). A experiência bem sucedida foi estendida a outros estados com especial ênfase para a região Nordeste. Logo na sequência vieram as unidades do Maranhão e do Rio Grande do Norte em 1989. Ao longo dos anos 1990 novas unidades foram sendo abertas em vários estados. Em 1990 as 10 unidades do CEAPE espalhadas pelo país constituíram a Federação Nacional de Apoio aos Empreendimentos (FENAPE).

No último ano da década de 1980 foi criada uma instituição que se notabilizou pela utilização de uma metodologia até então desconhecida no Brasil, a dos grupos solidários, e que anos mais tarde se tornaria base para a concessão de microcrédito até por bancos privados. O Banco da Mulher, como ficou conhecido, abriu as portas em 1989 na Bahia contando com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do BID. No início de suas operações optou por atender exclusivamente clientes do sexo feminino, e mais tarde, estendeu seus benefícios também a interessados do sexo masculino.

¹⁰ “São fundos mantidos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços. Por meio dos fundos rotativos solidários, investem-se recursos na comunidade, através de empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas beneficiadas nos projetos. Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local. Cf. disponível em: http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_fomento_financas_rotativos.asp. Acesso em: 05/07/2012.

Em outubro de 1995 a cidade de Porto Alegre promoveu a criação da PORTOSOL, a primeira instituição de microcrédito do Brasil constituída com recursos governamentais, tornando o microcrédito na capital gaúcha uma política pública para o desenvolvimento. Em Brasília, no mesmo ano, o Banco de Brasília (BRB) iniciou operações de concessão de crédito a atividades econômicas informais e no ano seguinte, 1996, foi instalada no Rio de Janeiro a VIVACRED - primeira unidade de atendimento de microcrédito dentro de uma favela.

Em 1998 chegou a vez do governo do Estado de São Paulo implantar o Banco do Povo Paulista, com a finalidade de promover a geração de emprego e renda em parceria com as prefeituras municipais. Os recursos utilizados vinham em 90% dos cofres do governo estadual e 10% das prefeituras parceiras.

No entanto, entre todos os programas de microcrédito implantados no país entre os anos 80 e 90 foi o CREDIAMIGO, do Banco do Nordeste, foi aquele que apresentou a maior penetração, capilaridade e que disponibilizou o maior volume de recursos financeiros. Este foi o primeiro programa de microcrédito a ser operado por um banco estatal e a introduzir no mercado a noção de capacitação gerencial dos tomadores de empréstimo. De 2002 a 2011 o BNB já realizou mais de 10 milhões de operações de crédito, liberando recursos financeiros superiores a R\$ 12 bilhões.¹¹ Segundo análise do boletim de Políticas Sociais nº 19/2011, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as liberações efetuadas pelo BNB corresponderam a cerca de 65% de todos os recursos liberados pelo PNMPO naquele ano.

Em termos sumários a trajetória do microcrédito e das microfinanças no Brasil, segundo Gilson Bittencourt (2006), pode ser resumida em cinco fases:

- Fase 1 (1972 - 1988) - período no qual se criam as redes alternativas de crédito ligadas às organizações não governamentais (ONGs), criação de alguns fundos rotativos para o financiamento do setor rural e gestão dos recursos com ênfase no financiamento e não no retorno do crédito;
- Fase 2 (1989-1997) - entrada das prefeituras no mercado do microcrédito, expansão do cooperativismo de crédito urbano e constituição de sistemas alternativos de cooperativas rurais;
- Fase 3 (1998-2002) - Criação do marco legal das sociedades comerciais de microcrédito (SCMs) e das Organizações da Sociedade Civil de

¹¹ Para dados mais detalhados sobre os resultados do Programa Crediamigo do BNB acesse: <[HTTP://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/gerados/Resultados.asp](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/gerados/Resultados.asp)>

Interesse Público (OSCIPs), criação do programa de microcrédito do BNDES, permissão para atuação dos correspondentes bancários e alteração na regulamentação das cooperativas de crédito;

- Fase 4 (a partir de 2003) - inclusão bancária e acesso ao crédito pelas populações de baixa renda, apoio ao cooperativismo de crédito e regulamentação do crédito consignado.
- Fase 5 (a partir de 2005) - criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), viabilização dos fundos de aval e instituições de microcrédito, aproximação entre instituições financeiras tradicionais e de microcrédito.

Tomando por base os resultados do estudo realizado por Mezzera e Guimarães (2003) para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a potencial demanda por microcrédito no Brasil concluímos que esse segmento ainda tem muito a evoluir. Segundo a pesquisa, a demanda por microcrédito no Brasil estimada naquela época era de 14 milhões de pessoas. Levando em consideração o crescimento econômico dos últimos cinco anos é bastante provável que essa demanda tenha aumentado consideravelmente. Os dados do BCB comprovam essa hipótese indicando que em 2009 o número de pessoas interessadas em acessar crédito já era de 70 milhões de pessoas (FELTRIN et al., 2009). Por outro lado, a pesquisa Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS, realizada pelo IPEA, apontou que 39,5% dos brasileiros ainda não têm conta em banco (SIPIS, 2011). Isto é, temos um grande contingente de pessoas interessadas em obter crédito, porém o sistema bancário brasileiro ainda não incluiu um pouco menos da metade de nossa população.

Em suma, convivemos com a dualidade de um amplo mercado consumidor sedento por crédito, conjuntamente, com um contingente de mais de 1/4 de nossa população sem acesso a um intermediador financeiro. Tal constatação pode ser um dos fatores explicativos do avanço dos bancos comunitários no país.

5. A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A II Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) ocorrida em Brasília, em junho 2010, consignou em seu relatório final duas resoluções muito claras apontando a necessidade da criação de políticas públicas voltadas essencialmente ao

fomento do crédito aos empreendimentos solidários de modo desvinculado do sistema financeiro tradicional.

Resolução 87. A Política Nacional de Economia Solidária nos níveis federal, estadual e municipal deverá garantir o acesso a serviços de finanças e de crédito que atendam as necessidades de financiamento de capital de giro, de custeio e para a aquisição de equipamentos e infraestrutura destinados à consecução das atividades econômicas fomentadas. Além disso, é preciso ampliar o financiamento da assessoria para elaboração de projetos de orientação técnica e comercial. Os juros devem ser subsidiados, respeitando as especificidades e realidades dos empreendimentos solidários rurais e urbanos, tais como: os diferentes portes dos empreendimentos (pequenos, médios e grandes), o tempo necessário para consolidação das atividades produtivas, a escala de produção, os recortes de gênero, raça, etnia e geração, bem como as características específicas dos distintos setores econômicos. As linhas de crédito com uso de moedas sociais locais, bem como clubes de troca, devem ser reconhecidas e estimuladas. Uma das fontes de recursos deve ser o Fundo Nacional de Economia Solidária a ser criado, além de se buscar a garantia de ampliação e simplificação do acesso a outros fundos já existentes, tais como o Fundo de Am-paro ao Trabalhador (FAT), as linhas de crédito do BNDES, o Fundo da Amazônia, Fundos de Desenvolvimento Regionais e Fundos Constitucionais, entre outros.

Resolução 88. Deve-se, portanto, estimular a criação e garantir apoio para a estruturação de cooperativas de crédito por território, fundos rotativos, bancos comunitários, populares e outras instituições, com o objetivo de consolidar as finanças solidárias desvinculadas do Sistema Bancário Tradicional. As instituições autorizadas a operar as linhas de crédito previstas na Política Nacional de Economia Solidária deverão realizar operações de crédito destinadas a empreendimentos econômicos solidários de forma desburocratizada e sem a exigência de garantias reais que poderão ser substituídas por garantias alternativas, observadas as condições estabelecidas em regulamento. Tais garantias devem ser reconhecidas a partir da capacidade de trabalho e não a partir do patrimônio. Estas operações de crédito deverão ser realizadas por bancos públicos ou por instituições como cooperativas de crédito, OSCIP's de microcrédito, bancos comunitários e fundos rotativos, com experiência e atuação reconhecidas em economia solidária. (CNES, 2010 p.30)

Tais deliberações estão amparadas na constatação de que o Sistema Financeiro Nacional não tem interesse em ofertar crédito a Economia Solidária e quando o faz, acaba criando inúmeras dificuldades e entraves burocráticos que não permitem a essas populações lograrem êxito no acesso aos recursos financeiros. Apesar de existirem

linhas de financiamento que também ofertam crédito aos empreendimentos econômicos solidários, como o PNMPO, a economia solidária ainda se beneficia muito pouco dessas políticas, em grande parte porque o modelo de microcrédito adotado no Brasil pressupõe que essa ajuda deva ir para os melhores, especialmente na visão dos bancos privados e de alguns bancos públicos. Isto é, nessa versão de microcrédito a ênfase está no espírito do empreendedorismo individual nos moldes capitalistas, e não sobre os empreendimentos coletivos, solidários e autogestionários. As próprias instituições que ofertam o microcrédito devem se sustentar de forma autônoma, o que implica na cobrança de juros e taxas dos clientes para poderem cobrir seus custos, crescer e acumular capital.

Em 2009, após um grande esforço em termos de negociações realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES-MTE), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou o Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários (PACEA) com dotação orçamentária total estimada em 200 milhões de reais e vigência até fevereiro de 2013. O objetivo do programa foi o de apoiar empreendimentos autogestionários que atuavam no setor industrial constituídos a partir da falência de empresas ou do fechamento de unidades produtivas. Os beneficiários eram cooperativas de produção, centrais e singulares. O banco financiava até 95% dos valores dos itens financiáveis, sendo o valor mínimo de R\$ 1,5 milhão e os valores máximos em torno de R\$ 10 milhões (operações diretas) e R\$ 30 milhões (operações mistas).

Nesse caso específico, apesar da política pública ter sido formulada para atender a uma demanda da economia solidária, ela está concentrada exclusivamente em um tipo de empreendimento que são as cooperativas e centrais de produção, e que não se constituem na maioria dos empreendimentos econômicos solidários existentes no país. Ao contrário, são empreendimentos concentrados em áreas urbanas, de característica tipicamente industrial, que acabaram falindo ou encerrando suas atividades, e seus funcionários resolveram reativá-los.

A economia solidária no Brasil é formada majoritariamente por associações e grupos informais que vivem em grande parte em situação de elevada exclusão e vulnerabilidade social. Nesse contexto, garantir às camadas menos favorecidas da sociedade condições efetivas para que possam sobreviver e se desenvolver no âmbito de

uma economia capitalista significa, como salienta Singer (2007, p. A3) expandir de modo considerável o acesso ao crédito.

Se os trabalhadores tivessem acesso ao crédito, muitos deles abririam seu próprio negócio em vez de procurar trabalho como empregado por conta alheia. Quanto maior o número dos que abrissem suas próprias empresas, tanto maior a probabilidade de terem sucesso, pois a injeção de muitos pequenos capitais nos mercados expandiria a demanda permitindo aos novos negócios encontrar compradores para suas mercadorias.

Dentre as opções atualmente disponíveis de oferta de crédito à economia solidária os bancos comunitários parecem figurar hoje como a alternativa de maior capilaridade e de melhor funcionamento no que tange ao atendimento das necessidades dos empreendimentos. Tais organizações ofertam serviços financeiros e bancários que são gerenciados pela própria comunidade local, e que funcionam de maneira totalmente integrada aos mecanismos de produção e consumo de uma localidade. Além de ofertarem crédito à comunidade através de moeda social e sem juros, e contarem com um sistema de aval realizado pelos próprios moradores (aval solidário), contribuem ativamente para a organização e para o desenvolvimento da economia local e do comércio popular.

Segundo dados da Rede Brasileira de Bancos Comunitários¹² o Brasil dispõe hoje de 51 unidades espalhadas pelas cinco regiões brasileiras. A região Nordeste é a que concentra o maior número de unidades, com 37 delas. A cidade de São Paulo atualmente conta com 4 bancos localizados nas regiões norte, sul, leste e oeste do município. Até outubro de 2009 o sistema de bancos comunitários do Brasil integrados ao Sistema Palmas havia financiado R\$ 3,25 milhões e executado 28 milhões de transações (NETO SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009).

Pode-se dizer que os bancos comunitários guardam estreita relação com a Economia Solidária ou até mesmo são derivados dela. Neto Segundo (2009), em artigo publicado no jornal *Le Monde Diplomatique* em 04 de janeiro de 2009, destaca que:

Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de

¹² Cf. <http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/9963>

prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores.¹³

Um elemento muito importante nessa definição é a noção de desenvolvimento local. O banco comunitário não objetiva apenas prover recursos para pessoas, grupos ou comunidades. Faz-se necessário que esses recursos sejam gastos localmente garantindo a circulação da moeda no nível local e propiciando mais trocas, mais consumo e mais negócios. A natureza associativa e comunitária das pessoas é o elemento central nesse tipo de instrumento de crédito. De acordo com Silva Júnior (2007) os bancos comunitários se enquadram em projetos de finanças solidárias de suporte às economias populares. Eles contribuem para aumentar o consumo, a circulação das riquezas numa dada área geográfica, e auxiliam na elevação da auto-estima da população local. A questão da renda e da distribuição de riquezas também é afetada de modo positivo por essas iniciativas. Monzoni Neto & Figueiredo (2008) identificaram que a liberação de pequenos valores a grupos de baixa renda gera lucro líquido para os empreendimentos e que as receitas de venda podem até dobrar.

O dinheiro comunitário não se propõe a concorrer com o mercado financeiro capitalista. Ele impulsiona grupos da população a sobreviver com seus próprios meios e recursos, com o respaldo vindo da própria comunidade. A aquisição de um produto ou serviço com uma moeda social, por exemplo, significa um apreço pelo trabalho do outro, uma deferência ao saber da comunidade. (ECHEAGARAY, 2011).

Apesar do crescimento do número de bancos comunitários no Brasil ainda existem muitas dúvidas sobre a legalidade de seu funcionamento e sobre os benefícios de longo prazo para as economias locais. Uma das principais críticas que se faz aos bancos comunitários diz respeito à inserção dos mesmos no sistema capitalista neoliberal, não se constituindo, portanto, em uma forma alternativa livre das influências do ambiente econômico clássico (CAMINHA & FIGUEIREDO, 2011). A questão da emissão de moeda social também é vista por alguns autores até mesmo como crime contra o Sistema Financeiro Nacional, e a cobrança de taxas de administração sobre determinados produtos como o Palmacard no Banco Palmas contribui na opinião de alguns para afastar por completo tais iniciativas da esfera da Economia Solidária. Para França Filho (2007) esse argumento não descaracteriza o papel e a função dos bancos comunitários uma vez que eles precisam se sustentar para que consigam cumprir sua

¹³ Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=430>. Acesso em: 12/052012.

função, que é a de contribuir para a construção de uma nova economia centrada no fortalecimento das relações sociais entre indivíduos e grupos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o país está vivendo um *boom* de crédito. Em maio de 2012 o BCB informou que o estoque total de operações de crédito no país havia atingido o percentual de 50,1% do Produto Interno Bruto, o que equivale a aproximadamente R\$ 2,13 bilhões¹⁴. A inadimplência segundo o mesmo órgão também chegou ao maior patamar da série histórica iniciada em 2000. Tais efeitos são o resultado dos estímulos dados pelo governo à sociedade para o consumo e que tiveram como justificativa a necessidade de manter nossa economia aquecida a fim de minimizar os efeitos da crise econômica iniciada em 2008. Como destaca a professora Leda Paulani em um recente artigo publicado no jornal o Estado de São Paulo “Hoje, na maior parte dos casos, em particular nas sociedades mais abastadas, os homens parecem mais escravos das coisas do que seus beneficiários. O caráter contraditório do crédito não é estranho a essa sociedade na qual, a depender do ângulo em que se olhe, tudo parece de cabeça para baixo”. Supõe-se que mais crédito signifique quase que diretamente mais produção, mais consumo, e portanto, mais emprego. Porém, sabemos que essa relação não é tão diretamente proporcional assim.

Do outro lado dessa economia, a outra economia ou a Economia Solidária luta por condições dignas de produção de forma autogerida, sustentável e de modo solidário. Apesar do nobre ideal e do gigantesco esforço para produzir como meio de vida, e não com o objetivo do lucro, nossa sociedade capitalista faz muito pouco pelos mais de 20 mil empreendimentos espalhados por todo o país. Conhecendo essa realidade, Dagnino e Dias (2012) defendem a ideia de criação de um Estado para a Economia Solidária, por meio do uso do poder de compra do Estado que segundo dados do Ministério do Planejamento gira em torno de 10% do PIB¹⁵. Para eles, o potencial da Economia Solidária pode ser dado, por exemplo, pela quantidade de trabalhadores pertencentes à população economicamente ativa (PEA) que não se encontram formalmente empregados – número estimado em torno de 60 milhões - e complementado ainda por

¹⁴ Cf. Nota para a Imprensa – 26.6.212 emitida pelo BCB.

cerca de 75% da população em idade ativa (PIA), mostrando que esse número é muito superior aos 48 milhões de indivíduos que compõem o setor formal da economia.

A Economia Solidária não pode prescindir do Estado. O que devemos buscar de imediato é fazer com que o Estado que temos, ainda que apenas por simetria, faça pela ES e os empreendimentos solidários aquilo que faz pelo setor formal da economia e suas empresas. E isso envolve o uso de seu poder de compra. (Dagnino e Dias, 2012, p.296)

Apesar de todos os esforços desenvolvidos durante o Governo Lula para alavancar o crédito popular, em especial o microcrédito produtivo, até agora verificamos que apenas uma pequena parcela da população efetivamente consegue obter esses recursos. As esperanças de reversão dessa situação a partir de agora estão depositadas no programa Crescer, que com uma política de juros mais baixos tem grande potencial para ampliar consideravelmente o número de empréstimos e também ofertar recursos para a Economia Solidária. Como vimos, somente o BNB até agora tem demonstrado real interesse em aplicar esses recursos públicos junto aos empreendimentos de economia solidária. No caso do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal o ritmo das liberações parece andar muito lentamente.

Uma importante lacuna a ser coberta nos estudos sobre crédito e microcrédito no país diz respeito à identificação de quem são os beneficiários dessas políticas. Os agentes econômicos divulgam apenas dados relativos ao número de operações e ao total de recursos emprestados. Essas informações são importantes, mas apesar disso podem ser de muito mais valia quando combinadas ao perfil dos tomadores de crédito, permitindo, assim, especializar as políticas públicas em nível regional e local.

De modo complementar os EES não podem deixar de lado os vultosos recursos que estão sendo disponibilizados. Precisam se organizar cada vez mais e bater na porta dos bancos públicos exigindo o cumprimento das políticas públicas de crédito atualmente em vigor. Dada à fragilidade desses grupos tal trabalho poderá ter melhores resultados se puder contar com o acompanhamento das prefeituras locais através dos órgãos de emprego e renda em cada localidade.

Quanto aos bancos comunitários Lemos et al. (2012) destacam que se trata de um sistema que dá ênfase a equidade e ao capital humano e social, indo perfeitamente de encontro as premissas de desenvolvimento social dos territórios. Por atuarem numa zona bastante híbrida, tal como existem hoje, os bancos comunitários mesclam práticas

mercantis e não mercantis, porém com um forte apelo solidário. Com a cobrança de algum tipo de juros os bancos comunitários garantem sua sustentabilidade e a capacidade de ofertar novos empréstimos. Imaginar um sistema no qual os juros pudessem ser totalmente abolidos exigiria uma fonte constante e permanente de aportes de capital para recompor as perdas decorrentes de inadimplência, desvalorização monetária e de não pagamentos. Ao garantir o acesso a recursos financeiros de modo totalmente separado do sistema financeiro tradicional os bancos comunitários já cumprem uma importante função social, indo muito além da lógica clássica e perversa das finanças capitalistas que só almejam o lucro e escolhem a dedo seus clientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Rosangela. **A economia solidária como política pública.: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BITTENCOURT, Gilson. **Microcrédito e microfinanças no governo Lula**. GTI de microcrédito e microfinanças, Brasília, 2005. Disponível em:< http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2005/Microcredito_Microfinan%C3%A7as_do_Gov_Lula_01-09-05.pdf> Acesso em: 18/03/2012.

BRASIL. **Lei nº 10.735** de 11 de setembro 2003. Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - PIPS, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 set. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.110** de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 abr. 2005.

BRASIL. **Medida provisória nº 226**, de 2 de novembro de 2004. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 nov. 2004.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1999.

CAMINHA, Uinie; FIGUEIREDO, Monique. Atividade financeira e moeda: análise da experiência do conjunto Palmeiras em Fortaleza – CE. **Revista Direito GV**, São Paulo, 7(11), p. 099-130, jan. / jun. 2011.

CÁRITAS BRASILEIRA. **25 anos de economia popular solidária**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2006

CARVALHO, Carlos. **Dimensões do sistema bancário no Brasil**. São Paulo em Perspectiva, 6(3), p. 85-93, jul./set. 1992.

COCO, Giuseppe. On the use of colateral. **Journal of Economic Survey**, 14(2), p. 191-214, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável – documento final**, II CONAES, Brasília, junho de 2010.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Microcrédito no Brasil**, Texto para discussão, IE/UNICAMP, nº 175, Campinas, abril de 2010.

DAGNINO, Renato; DIAS, Rafael. Um Estado para a Economia Solidária: o uso do poder de compra do Estado. In: BENINI, et al. (Orgs.) **Gestão Pública e Sociedade**, São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ECHEAGARAY, Maria. Recrear el dinero en una economía solidaria. **Revista de la Universidad Bolivariana**, vo.10, nº 29, p. 261-280, 2011.

FELTRIN, Luiz et al. **Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos bancos comunitários. In: **ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS**, 2, 2007, Iparana/CE. 11p.(mimeo)

JACKLEN, Henry. **O programa da UNO de assistência a microempresas em Caruaru, Brasil**. Brasília, Ministério do Trabalho. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/o_programa_uno.pdf> Acesso em: 10/03/2012.

LEMOS, Maximiliano et al. **Implantação de bancos comunitários e o desenvolvimento social dos territórios**. 7º Congresso de Médio Ambiente, La Plata, Argentina: 22 al 24 de mayo de 2012.

MAKLER, Harry .M. “Acesso ao crédito no Brasil: dualidade embutida e desigualdade? In: MONDADORE et. Al. (Orgs.) **Sociologia econômica e das finanças: um projeto em construção**. São Carlos: Edufscar, 2009.

MEZZERA, Jaime, GUIMARÃES, Ivan. **Crédito para pequenos empreendimentos no Brasil**. Brasília, OIT, 2003.

MONZONI NETO, M.P.; FIGUEIREDO, J.C. **Avaliação do Microcrédito Produtivo Orientado na Renda dos Microempreendedores**. XXXII Encontro da ANPAD – Rio de Janeiro, 6 a 10 de setembro, 2008.

NETO SEGUNDO, João J.; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos comunitários**. Brasília: IPEA, Mercado de Trabalho, 41, nov. 2009.

NETO SEGUNDO, João. J. Bancos comunitários. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, 04 jan. 2009

PAULANI, Leda. Crédito, um venenoso remédio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 jul 2012, Caderno Aliás, p. J3.

PEREIRA, Almir. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO): descrição, resultados e perspectivas**. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, 2007.

PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO (PNMPO). **Relatórios de análise de dados consolidados, várias anos**. Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm>> Acesso em: 08/02/2012.

SAES, Flávio. A moeda, o crédito e o financiamento da produção. **Revista de Estudos Estudos Avançados**, São Paulo, 15(41), p.77-90, 2001.

SCALVI, Fernanda C. **Uma história de crédito: 50 anos do SPC**. São Paulo: Associação Comercial de São Paulo, 2006.

SILVA JÚNIOR. **Os bancos comunitários como instrumento de desenvolvimento socioeconômico de territórios: investigando as singularidades destas experiências de**

finanças solidárias. In: ECONTRO NACIONAL DA ANPAD, XXXI, 22-26 de setembro de 2007, Rio de Janeiro, 2007.

SILVEIRA, Caio. **Programa de apoio aos pequenos empreendedores – o sistema CEAPE.** Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, [s.d.]. Disponível em:<http://www.iets.org.br/biblioteca/Programa_de_apoio_aos_pequenos_empreendedores_o_sistema_Ceape.pdf>. Acesso em: 12/07/2012.

SINGER, Paul. Por um sistema financeiro justo. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 10 jul. 2007, Tendências e Debates, p. A3.

_____. **Aprender economia.** São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Economia solidária: entrevista com Paul Singer. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo vol.22, nº 62, p. 289-314, Jan./Apr. 2008.

SISTEMA DE INDICADORES DE PERCEPÇÃO SOCIAL. **Bancos: exclusão e serviços.** Brasília, IPEA, jan. 2011.

VENTURA, Eloy Câmara. **A evolução do crédito da Antiguidade aos dias atuais.** Curitiba: Juruá, 2000.

RETÓRICA AMBIENTAL: O DISCURSO DO MEIO AMBIENTE NA POLÍTICA

Gabriel Ferreira Carvalho

Estudante do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
da UEPG
gabrielcarven@gmail.com

Édina Schimansk

PhD em Educação - Professora do Programa de Pós-Graduação da UEPG.
edinaschi@uol.com.br

Resumo:

A proposta deste trabalho é oferecer uma contribuição à discussão sobre as relações do discurso político e meio ambiente, através da identificação da presença do tema na mídia. Parte-se da concepção do jornal como local onde atualmente se dá o debate público, a partir do pressuposto que os meios de comunicação agendam os assuntos discutidos pela sociedade. O objetivo é verificar como os temas ambientais aparecem e ganham visibilidade na mídia e no discurso político. As características da cobertura política realizada pelos grandes meios de comunicação possuem uma tendência em exprimir posições oficiais e uma visão parcial e superficial das questões ambientais. O estudo utilizou-se da metodologia da análise de conteúdo, para compreender como o debate político ambiental se revela na esfera pública.

Palavras-chave: Retórica ambiental; Debate público; Discurso político

Abstract:

The purpose of this paper is to provide a contribution to the discussion on the relations of discourse and political environment, by identifying the presence of the theme in the media. It starts with the design of the newspaper as a place where now is given the public debate, on the assumption that the media schedule the matters

discussed by society. The goal is to see how environmental issues appear and gain visibility in the media and political discourse. The characteristics of the political coverage carried by the mass media have a tendency to express official positions and a partial and superficial view of environmental issues. The study used the methodology of content analysis, to understand how environmental political debate unfolds in the public sphere.

INTRODUÇÃO

O discurso sobre temas ambientais tem ganho a cada dia maior destaque nos meios de comunicação, como afirma Fernandes (2001). Estes se configuram como um dos principais espaços de debate na sociedade contemporânea, por possuir variadas funções. Através dos jornais há a mediação entre o acontecimento e a sociedade, há uma potencialização do debate público, o agendamento do tema para discussões e debate das ideias. Os meios são tidos como os solidificadores das discussões ocorridas na esfera pública, devido ao inter-agendamento. (ARRUGUETE, 2005).

O discurso sobre economias sustentáveis, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, ou seja o meio ambiente, passou a ser mais amplamente publicizado e debatido a partir de 1992 (RAMOS Apud FERNANES, 2001), com a segunda conferência mundial das Nações Unidas (ONU) para o Meio Ambiente, a chamada Eco-92. Em virtude da intensificação da relação entre a esfera política e a midiática nos últimos anos os meios de comunicação ganham papel de destaque e um espaço mais amplo na sociedade, assim a análise de um tema, ou assunto, da forma como estão midiaticamente determinados, neste caso o meio ambiente, é justificável devido a importância que os meios de comunicação possuem no processo de agendamento dos temas a serem debatidos na sociedade.(MCCOMBS 2009; HABERMAS, 2006)

Em decorrência de fatores que determinam a produção midiática sobre temas de interesse público, aquilo que é reproduzido não consegue refletir a realidade (HABERMAS, 2006). A produção da mídia perpassa por rotinas produtivas, o que será destacado no texto, variáveis que são externas a redação e ao jornalista e impactam diretamente na forma de produção, como o mercado, a cultura e a

sociedade. Para tanto os meios selecionam o que será levado a público conforme alguns dos critérios de noticiabilidade, como expõe Wolf (2006).

Devido a importância que os meios de comunicação assumem na esfera pública ao influenciar, direcionar e algumas vezes determinar o ambiente de discussões sobre um assunto específico, esta pesquisa pretende buscar o que os meios de comunicação levam a público em relação ao meio ambiente. Como este tema irá ganhar destaque e de que forma o jornal conduz os textos relacionados ao meio ambiente? O meio ambiente ganha visibilidade e aparece no cenário político para debate ou apenas na voz do especialistas habilitado a falar sobre? Existe uma preocupação em debater plataformas de governo sobre o meio ambiente? A tentativa aqui é compreender como o debate ambiental se dá durante um período eleitoral, qual tema é considerado mais importante em relação ao meio ambiente no debate político e como este é estruturado, na página do jornal impresso.

Para tanto é realizado um trabalho de coleta de material referente a meio ambiente publicados no jornal de maior circulação no Brasil, a Folha de S.Paulo. Optou se pela coleta durante um dos períodos em que, presume-se, o tema ganha maior destaque na política, por ser um período eleitoral. Nesta eleição, em especial, o Partido Verde, que possui plataforma abertamente de defensor do meio ambiente ganhou ainda uma expressiva votação. O jornal pode ter contribuído com isto levando o meio ambiente ao debate político? A partir da análise das notícias veiculadas pode-se verificar como o tema ganhou visibilidade e se houve influência de agendas. O período de coleta de dados foi de julho de 2010 a outubro de 2010, compreendendo o período de campanha eleitoral.

Conquanto exista uma discussão terminológica de ambientalismo e ecologismo, aqui elas foram incorporadas dentro de um tema maior, a retórica do meio ambiente, que é o objeto de análise desta pesquisa. O estudo foca-se na referência ao meio ambiente, a questão ambiental em si, como apresentada a ser debatida na esfera pública midiática.

O trabalho que aqui se segue e será apresentado é, no entanto, o recorde de uma dissertação de mestrado, portanto o foco de acaba-se mais centrado em alguns pontos, deixando outros para discussões vindouras.

Surgimento do discurso ambiental

O discurso ambiental mais contemporâneo ganhou contornos sociais, algumas teses eram desenvolvidas e debatidas, como as do grupo do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) de 1972, o *Limits to Growth*. Estas teses faziam parte da era chamada de os profetas do apocalipse, segundo a qual o mundo entraria em colapso. A crítica a estas teses é de que o não crescimento colocaria a indústria em recessão nos países mais desenvolvidos e iria frear o desenvolvimento nos demais países.

No cenário composto por movimentos sociais, o movimento ambientalista foi o que obteve maior destaque. Manuel Castells (1999) descreve que no último quarto de século este movimento se tornou o mais produtivo, ao levar em consideração os impactos na cultura e sociedade. Ele aponta que na década de 90, 80% da população norte-americana e mais de dois terços da europeia consideravam-se ambientalistas. Este fato interfere diretamente nos programas partidários, dificilmente candidatos e partidos conseguiriam se eleger sem contemplar o que Castells (1999, p.141) chama de “Verdejar” em suas plataformas de governo.

Discurso ambiental e plataformas políticas no Brasil

Cader e Vieira (2007) colocam que na década de 1930 deu início no Brasil um período de consolidação de investimentos públicos e privados em grandes obras de infra-estrutura. Os autores ponderam que neste momento era inexistente o conceito ou ao menos a ideia de desenvolvimento sustentável, porém, já havia uma vertente de política ambiental orientada à preservação. Cader e Vieira (2007) afirmam que há época já havia um movimento de políticos, jornalistas e cientistas que se organizavam para discutir políticas de proteção ao patrimônio natural. Segundo os autores esses grupos contribuíram para elaboração do primeiro Código Florestal Brasileiro, no ano de 1934, o qual foi posteriormente instituído pelo Decreto Lei 23793/1934.

Em 1937, o Código Florestal, tornou possível a criação de parques nacionais como o de Itatiaia, em 1939 foram criados respectivamente os Parque Nacionais de Iguaçu e da Serra. A preocupação ambiental através do plano político nacional só foi retomada na década de 1960, através da aprovação da Lei Nº 4.771 de 15/09/1965, que instituiu o novo Código Florestal Brasileiro. Neste novo código estavam previstas as Áreas de Preservação Permanente ou APPS, as quais deveriam permanecer intocáveis para garantir a integridade dos serviços ambientais. Nele também fora instituída a Reserva Legal, que transferia compulsoriamente para os proprietários

rurais a responsabilidade e o ônus da proteção. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) foi criado em 1967, com objetivo de fomentar a política florestal brasileira e adotar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis.

Cader e Vieira (2007) escrevem que após a conferência de 1972 o país se viu diante de pressões externas e da sociedade que acusavam o governo brasileiro de defender o desenvolvimento a qualquer custo. Com isto criou-se um projeto ambiental nacional que pudesse contribuir para redução de impactos ambientais advindos do crescimento decorrente da política desenvolvimentista. Em 1973, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), para dividir funções com o IBDF.

Entre décadas de 1960 e 1970, foi intensificado o desmatamento de florestas, como cerca de quase 10% da amazônica em prol do desenvolvimento econômico, houve o aumento da utilização de automóveis, o surgimento de grandes cidades, com enorme potencial poluidor, como Cubatão. Deste período é que se data o início de movimentos com maior preocupação social e ambiental no Brasil.(SIRKIS, 1992)

Jacobi (2003) data a emergência do ambientalismo brasileiro na década de 1970, primeiro pelo fato da realização da conferência de Estocolmo, segundo por ser a década da anistia aos exilados políticos, que retornam ao país em 1979 trazendo novas ideias e concepções sobre o mundo, principalmente em relação ao sistema desenvolvimentista da política brasileira. Anterior a isto existiam iniciativas pontuais, em 1955 foi fundada a União Protetora do Ambiente Natural (UPAN), no Rio Grande do Sul, por um naturalista chamado Henrique Roessier.

A partir da década de 80 o ambientalismo no Brasil tenta implementar instrumentos legais de gestão ambiental, parte dos ambientalistas optam por ingressar na área da política institucional, enquanto as ONGs buscam uma maior profissionalização e aproximação com as causas sociais. Com a eleição de um candidato que defendia estritamente proposta ambiental acabou por possibilitar a formação na Assembleia Constituinte de 1988 a Frente Parlamentar Verde, o que resultou na legislação ambiental brasileira como uma das mais avançadas do mundo (até os dias atuais). (JACOBI 2003)

Data da mesma década a aproximação de ambientalistas com seringueiros da Amazônia e apoio de ONGs para criar reservas extrativistas, o qual ganhou maior notoriedade após assassinato do líder seringueiro Chico Mendes. As lutas encampadas por movimentos como dos seringueiros e a recorrência de catástrofes de cunho

ambiental tem mostrado a relação entre desigualdades ecológicas e sociais, neste esteio o ambientalismo ganha um novo direcionamento, onde lutas sociais e política se juntam á luta universal pela preservação global. (CUNHA; SCHIMANSKI; FERREIRA, 2010).

Com a abertura política a partir de 1980 muito dos ativistas políticos exilados no exterior retornaram ao Brasil com tendências políticas influenciadas por movimentos ambientalistas mundiais. No Rio de Janeiro estabeleceram-se causas como a antinuclear por conta das usinas em Angra dos Reis, a época ficou conhecido como “Hiroshima Nunca Mais”. O movimento antinuclear no Brasil ganhou grande representatividade principalmente após o caso de Goiânia com a substancia Césio-137 no ano de 1987. O acidente foi classificado como em uma Escala Internacional de Acidentes Nucleares como de nível 5, a escala vai até o 7. O caso foi repercutido mundialmente, a região só pode ser revitalizada quase vinte anos após.

A posição do ecologismo no Brasil passou a encontrar barreiras nos partidos da década de 1980, segundo relato de Sirkis (1992) apenas alguns partidos, como PMDB, PDT e PT abriam espaço para a ecologia, mas na maior parte das vezes em período eleitoral, porém não consideravam as questões ambientais como prioridade ou sequer discutiam relações de métodos de desenvolvimento e produção. A discussão, segundo Sirkis (1992), não tinha muito espaço por conta da própria construção destes partidos, para eles o desemprego, a fome e a miséria eram a prioridade, sem que percebessem que estas questões estavam diretamente ligadas as questões ecológicas.

Em 1981 devido a internalização de uma nova visão em relação ao meio ambiente na política brasileira, deu-se a promulgação da lei Nº 6938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente. Também foram criados o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Neste esteio e espaço surgiu a ideia do Partido Verde, antes que pessoas mal intencionadas pudessem apropriar-se da sigla juridicamente, foi fundado em 1986 o Partido Verde. Em sua ata de fundação estabelecia as diferenças entre um Partido Verde e o que é a ecologia ou chamados “verdes” dos demais partidos políticos. Em uma coligação com o Partido dos Trabalhadores, Fernando Gabeira, concorreu a governador do estado do Rio de Janeiro em 1986, através da Sigla, ele chegou a 15% dos votos, resultado positivo para um Partido Verde recém fundado, tendo como base a ecologia.

A partir desta data alguns ditos ecologistas conseguiram participação na política nacional, Fábio Feldmann foi eleito deputado federal pelo PMDB paulista e Carlos Minc eleito Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro pela coligação entre o PV e o PT (e mais tarde ministro do Meio Ambiente). Feldmann foi o responsável pela elaboração do capítulo sobre Meio Ambiente na Constituição Brasileira de 1988. Cader e Vieira (2007) pontuam que através da Constituição de 1988 as políticas ambientais evoluem e estados e municípios passam a ter competência para formularem suas próprias políticas, ao mesmo tempo em que determina ser direito de todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado e que é dever do poder público e da coletividade defendê-lo e preservá-lo.

Carlos Minc conseguiu planejar ações em que contasse com a estrutura midiática para dar maior notoriedade a causa ambiental do país. No mesmo ano, 1988, em que a ecologia ganhava maior destaque, a imprensa mundial noticiava a morte de Chico Mendes.

Chico Mendes surgiu no cenário do desmatamento da Floresta Amazônica durante o regime desenvolvimentista militar. Os fazendeiros tinham incentivos fiscais para lá colonizar ou, promover o desenvolvimento da Amazônia. Com a devastação da floresta em busca de pastagens os seringueiros da região tiveram seu trabalho comprometido e, com isto, sua própria sobrevivência. Os trabalhadores dos seringais se viram obrigados a migrar para outra região, como a Bolívia, porém alguns permaneceram, foi o caso de Chico Mendes. Estes que ficaram no local iniciaram uma resistência através da organização dos seringueiros e familiares, de forma pacífica eles se colocavam entre os tratores e as árvores que iriam ser derrubadas.

Eles conseguiram, além de resistir, também propor transformações econômicas para o desenvolvimento da região amazônica, sem que com isto a floresta precisasse ser derrubada. A ideia na época era a economia extrativista de produtos da floresta, como o açaí, a borracha, a castanha do Pará e o babaçu, por exemplo. Assim o chamado Conselho Nacional dos Seringueiros estabeleceu alianças com índios da região e depois firmou a Aliança dos Povos da Floresta, que recebeu apoio de entidades ambientalistas ao redor do mundo. Com a morte de Chico Mendes a causa da proteção da Floresta Amazônica ganhou repercussão nacional e internacional. Chico Mendes havia sido candidato a deputado estadual pelo PT em 1986, no mesmo ano Marina Silva havia sido candidata a deputada federal, pelo PT.

Santos (Apud CUNHA; SCHIMANSKI; FERREIRA, 2010) menciona que ao ser incorporado o discurso ambiental, a classe política mais esclarecida aproveitou-se para ganhar um novo campo de atuação e legitimação. O movimento dos seringueiros é responsável por iniciar um tracejo político inovador à época, através da proposta das reservas extrativistas como um fato social e real. CUNHA; SCHIMANSKI; FERREIRA, 2010)

A eleição de Fernando Collor de Mello à presidência da República no ano de 1989, deslocou parte dos ecologistas brasileiros para o chamado lobby. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foi criado em 1989, em 1992, foi criado o Ministério do Meio Ambiente, órgão de hierarquia superior que passa a ter a missão de formular a Política de Meio Ambiente no Brasil e o IBAMA passa a ter uma atuação mais voltada para fiscalização. (CADER e VIEIRA, 2007). Sirkis (1992) escreve que Collor assimilou discursos ambientalistas a sua imagem, porém sem avanços em qualquer área relacionada ao Meio Ambiente, um pouco na questão indígena, pela ação de Sydney Possuelo. (SIRKIS, 1992)

Pouco antes da campanha eleitoral de 1994 que teve Fernando Collor de Melo como vencedor, o Partido dos Trabalhadores apresentou ao programa de governo do candidato Luiz Inácio Lula da Silva o que se tornou um dos capítulos do programa de governo do PT na época. Foi chamado de “As bases ecológicas para um projeto de desenvolvimento”, esta proposta de inclusão do capítulo no programa eleitoral do PT foi feita por um setor do partido conhecido por “Ecopetistas”.

No ano de 1993 o PT havia formalizado a Secretaria Nacional de Ecologistas e Meio Ambiente (SNEMA), em 1995 Marina Silva do PT do Acre foi eleita como secretaria nacional e o nome do órgão mudado para Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SMAD), a mudança de nome se deu por conta da necessidade de diálogo de todos os segmentos do partido, para que as ações políticas e econômicas contemplassem também a dimensão ambiental, na tentativa da promoção do desenvolvimento sustentável. Em 1999 Gilney Viana assume a SMAD no lugar de Marina Silva.

Aspásia Camargo (2004) escreve que o Brasil conta com uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo, também uma das únicas do mundo a contar com capítulo especial na constituição federal. Desde que a Eco-92 aconteceu foram editadas no Brasil a Lei das Águas para o gerenciamento dos recursos hídricos, junto

a política nacional de recursos hídricos. Também foi editada a Lei de crimes ambientais, o Estatuto das Cidades e outros importantes dispositivos legais para a área de Meio Ambiente, porém ainda não se converteram em melhorias sócio ambientais ao país. Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso do PSDB os recursos da união destinados ao Ministério do Meio Ambiente sofreram diminuição gradual. Em 1995 era de 0,51% chegando no ano de 2000 a representar apenas 0,13%. A falta de recursos, porém, não é o único problema para maior atuação socioambiental no país, existem problemas estruturais que agravam ainda mais os problemas socioambientais no Brasil.(CAMARGO, 2004)

A prática política está impregnada de significados que são construídos por valores e símbolos da sociedade sobre a qual se quer intervir e, no caso do ecologismo, categorias e significados universais, resultado da “dimensão global” do ambientalismo.(CAMARGO, 2004). Cader e Vieira (2007) informam que no Brasil, a biodiversidade é responsável por aproximadamente 50% do PIB.

A construção histórica das leis de proteção ao meio ambiente, a criação de órgãos fiscalizatórios, no entanto, mostra não surtir o efeito necessário para que estas práticas ambientais tornem-se vigentes na ação política. A exemplo do Código Florestal, como visto aqui, datado de 1934 e ainda hoje, 2012, não esta consolidado (ainda há discussão em torno da votação das medidas provisórias impostas pela presidenta Dilma Rousseff, e que foram aprovadas com alterações no Senado).

Nos períodos em que ocorrem as conferências globais sobre meio ambiente da ONU o fluxo de material referente ao meio ambiente é visivelmente aumentado. Os jornais pautam diariamente o assunto tratando, então, especificidades relacionadas ao meio ambiente. Durante a Eco-92, por se tratar de uma “novidade” os jornais brasileiros se limitaram a cobertura factual sobre a conferência em si (FERNANDES, 2001), sem visões múltiplas da questão ambiental, nesta ultima, a Rio+20, a quantidade de material informativo foi ainda maior, sendo possível a busca tanto pela cobertura do evento como informações sobre causas defendidas por diferentes grupos, principalmente em decorrência da cobertura midiática da Cúpula dos Povos. Os próprios jornais evidenciaram a retórica ambiental através de suas manchetes, onde ressalta-se a falta de resultado da conferência

O discurso ambiental nos meios de comunicação

Da década de 1970 surge a vulgarização de conceitos ligados a noções e a questão ambiental, isto se deve ao fato da evolução dos meios de comunicação de massa, que trazem a prática discursiva ecológica mais próxima ao público. Antes disto o discurso se mantinha apenas nos locais oficiais, que na época eram a ciência e o governo. Assim a relação de dependência entre ser humano e natureza passa a ter significação como uma relação de causa-efeito, por conta do papel democratizante da divulgação dos discursos, realizada pela mídia. O espaço público representado pela mídia cria vozes diversas e também dá espaço a novos sujeitos do discurso ecológico, assim legitima entidades ambientalistas, agências ambientais, governos, entidades privadas, cientistas e tecnólogos. Todos estes novos sujeitos irão re-significar o discurso ecológico com horizonte voltado a realidade política e econômica. (COUTINHO Apud BONFIGLIOLI 2004)

Uma outra especificidade importante a se destacar sobre o discurso ambiental é que ele é produzido a partir do discurso capitalista/liberal, local das relações políticas e econômicas e da institucionalização da questão ambiental. Assim ele aparece com sentido da possibilidade do “gerenciamento ambiental”, dentro da prática tecnológica e administrativa na prática política.

O poder da informação se encontra basicamente resumido ao poder da linguagem jornalística e, esse poder, se encerra expresso e aplicado na forma como são construídos os discursos jornalísticos. O poder da mídia estaria, então, em fornecer temas que compõem o debate dos cidadãos, mostrar o que a sociedade deve, ou não, discutir. Além disto, deve, também, apresentá-las como se a definição tivesse acontecido baseado em critérios de noticiabilidade¹ e que teria "a verdade" como princípio. (NETO, 2006)

Charaudeau (2006), vai mapear algumas questões que problematizam o papel do discurso das mídias jornalísticas na formação da opinião pública. Pelos quais perpassam a (des)construção do que é informar, estratégias de encenação da informação, gêneros do discurso de informação e o debate sobre a capacidade de manipulação ou não das mídias sobre a opinião pública. Ainda para Charaudeau (2006) o discurso se volta a outro fim além das regras normativas de uso da língua.

¹ Segundo Mauro Wolf (2006) Critérios de noticiabilidade são o conjunto de requisitos que se exigem dos fatos para adquirirem a existência pública das notícias. Caso o acontecimento não se encaixe nos critérios de noticiabilidade ele não é publicado como notícia. Existem mais de 20 critérios de noticiabilidade como, por exemplo, celebridade, fator geográfico, interesse humano, importância e outros.

Segundo ele o discurso provém da combinação de circunstâncias. O que se fala e o que se escreve com o modo pelo qual se fala. O autor divide ainda 3 tipos de lógica que orientam as produções midiáticas. A Lógica Econômica que trata do jornal enquanto empresa, a Lógica Tecnológica responsável pela qualidade de transmissão das mensagens e a Lógica Simbólica que é onde vai se construir as estratégias discursivas. Para ele a análise do discurso político deve observar a dialética entre o conceito político - representado por ideais societários defendidos e que fundamentam essa discursividade, produzidos no âmbito da intelectualidade - e a prática política - as ações efetivas que ocorrem nas instâncias da governança, adversária, cidadã e midiática. Esta última abrange as estratégias político-discursivas de persuasão e convencimento, que visam, ora a conquistar, ora a manter, ora a derrubar um tipo de poder.

Charadeau (2006) afirma que o universo da informação midiática é, portanto, efetivamente um universo construído. Não se configura a partir de reflexos do espaço público, como se afirma, mas no resultado de uma construção. A transmissão dos fatos nunca é realizada em sua totalidade, ou no modo como ocorre. Pois, anteriormente ao processo de transmissão ela sofre racionalizações, através dos critérios de noticiabilidade atribuídos pelos atores produtores. O momento midiático impõe ao cidadão a visão de mundo que foi previamente articulada e apresentada como se fosse, esta, a visão natural do mundo.

Habermas (1989) coloca que a produção jornalística deve perpassar pelo discurso ético, através da argumentação e do agir comunicativo, sendo os jornais, ou a mídia um modelo atual de esfera pública. Assim, para esta pesquisa acredita-se que o jornal, como local de fala, é por excelência o espaço onde as argumentações e a mediação de fato acontecem.

Os processos comunicativos da esfera pública relacionam os problemas cotidianos do ser humano comum ao mundo sistêmico, a centros de decisão política e tornam visíveis aos cidadãos as decisões tomados no mundo sistêmico, as quais alteram seu cotidiano. Habermas (1997) coloca que a comunicação entre cidadãos, em especial aquela intermediada por aparatos tecnológicos, adquire importância central na constituição do espaço público.

A esfera pública é dotada do caráter de uma arena discursiva, aberta à participação, livre, ao reconhecimento do outro como igual, *locus* de interpretação e negociação comparativa, esta esfera é tida como um fórum onde debates de questões

sociais relevantes são trazidos a luz por indivíduos e pela coletividade. Ai se da o espaço onde sujeitos expressam pontos de vista e perspectivas consideradas justas na tentativa de convergir ideias a validação de seus propósitos. Dada a fluidez e dispersão do fluxo comunicativo a esfera pública tente a absorção daqueles que são mais tematizados. (HABERMAS, 1997)

A informação através dos meios de comunicação cresce com o isolamento proporcionado pelas sociedades urbanas industrializadas e assumem “a privilegiada condição de palco contemporâneo do debate público”. (PENA, 2005, p.29) Os cidadãos necessitam recorrer ao jornalismo para apreender uma realidade muito ampla, que foge ao alcance dos sentidos. Tal caráter de mediador entre os diversos tipos de públicos confere ao jornalismo certos poderes, capazes de definir e recriar permanentemente um sentido de realidade.

A mediação dos meios de comunicação é que leva estes temas à esfera pública, onde serão debatidas. A existência de inúmeros fatos a serem pautados faz com que alguns ganhem maior destaque, de acordo com a percepção do jornalista, editor e critério de noticiabilidade. Ao publicar determinada notícia o jornalista irá tematizar os assuntos debatidos pelo cidadão, formar opinião em relação ao mesmo. (MCCOMBS, 1997)

O meio ambiente irá ser por consequência um tema a ser debatido na esfera pública. Assim como os meios de comunicação conseguem consagrar valores consensuais em sua audiência, eles também colaboram para a transformação de comportamentos, de valores e de normas a longo prazo.

Os veículos de comunicação de massa, como o jornal impresso, possuem uma enorme importância nas democracias modernas, sendo comprovada através de pesquisas que apontam o poder dos mesmos em pautar assuntos a serem discutidos na esfera pública (McCOMBS, 1997). O modo com que a mídia trata os temas influencia o modo como o público recebe e processa. Assim, do mesmo modo que os meios de comunicação trazem determinado assunto ao debate público e destacam um ponto de vista sobre o mesmo, a mídia também deixa de tratar sobre outros temas de relevância social, ou os deixam em um local de menor visibilidade, assim acaba obscurecendo estes temas. (NEOLLE-NEUMAN, 1995)

As informações e os temas destacados ou obscurecidos pela mídia de massa servem para que pessoas agreguem conhecimento e formem opiniões a respeito, faz com que os meios de comunicação de massa contribua com a construção social da

realidade. (BERGER e LUCKMANN, 1985). A pesquisa, aqui, leva em consideração como a mídia pode e ajuda na construção social da realidade a partir do momento que coloca informações relevantes para o cotidiano dos cidadãos, ou as restringe.

Metodologia, dados e considerações

O método da análise de conteúdo pode ser utilizado em pesquisas tanto quantitativas como qualitativas, por mesclar ambos e ser considerado uma técnica híbrida (BAUER, 2002). Nas pesquisas de comunicação política a análise de conteúdo é de ampla utilidade, ao permitir a análise da quantidade de aparições, quer dizer, a frequência com que os temas, pessoas, situações irão se mostrar nos meios de comunicação, com isto há a possibilidade de comparar o conteúdo midiático com dados referenciais (HERSCOVITZ, 2007), como programas de governo dos candidatos ao pleito de 2010.

Desse modo, seguindo o que propôs Bardin (1977), ao longo do processo de investigação deve-se atentar a: descrição analítica, uma espécie de tratamento da informação contida nas mensagens e análise categorial, que pode ser definida como um tipo de análise que pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento. Carvalho e Toni (2009), expõem que tal análise pode ser vista como uma das mais importantes técnicas de pesquisa empírica na área da ciência social, especialmente em assuntos ligados ao jornalismo e à Comunicação.

Neste tópico inserem-se as tabelas iniciando pela apresentação das frequências simples localizadas a partir da análise do jornal. No total de 189 matérias coletadas no período de quatro meses de análise em 32 dias não houveram nenhuma entrada relacionada a temática ambiental em nenhum dos cadernos consultados. Contudo essas entradas aparecem nas tabelas sem validade para a análise final, sinalizadas com o número “0” (zero) indicando a ausência dos mesmos. Isto pode ser verificado logo em seguida na tabela 1, e posteriormente nas demais que aqui forem descritas e utilizadas na demonstração dos dados, as primeiras tabelas indicam a frequência das entradas referentes ao meio ambiente, como se pode notar na tabela 1, onde estão divididas pelo caderno onde foram publicadas, sendo verificada a aparição em oito diferentes locais, ou cadernos, que indicam o modo como o tema é debatido.

Tabela 1 - Total de entradas por caderno. (Continua)

		Frequências	Porcentagem	Porcentagem válida
Válidos	Ciência	49	25,9	31,2
	Cotidiano	9	4,8	5,7
	Eleições 2010	21	11,1	13,4
	Mercado	20	10,6	12,7
	Mundo	7	3,7	4,5
	Opinião	21	11,1	13,4
	Poder	28	14,8	17,8
	Primeira Página	2	1,1	1,3
	Total	15	83,1	100,0
Ausente	0	32	16,9	
Total		18	100,	
		9	0	

Determinar o local de fala é importante, pois através dele pode-se perceber o discurso dirigido, que dizer, neste caso foi observado que o tema meio ambiente ganha maior espaço de debate no caderno Ciência (25,9%), demonstrando como o tema ainda é tido pelo jornal como algo físico, inerente ao meio natural sendo ele despolitizado ao ser ali tratado. Foi neste caderno que se pôde conferir o maior número de entradas tratando o Código Florestal brasileiro, a maior parte delas se concentrando no mês de julho, quando a campanha eleitoral encontrava-se seminal.

A descaracterização do debate político sobre o tema é perceptível a exemplo de matérias publicadas nos dias 6 e 7 de julho, respectivamente: "Pressionado, relator tira poder de estados para reduzir florestas" e "Comissão flexibiliza Código Florestal". O assunto em si restringe-se ao título das duas matérias, sendo no primeiro caso um relato superficial sobre as Áreas de Preservação Permanentes (APPs), terem sido retiradas da tutela dos estados por de Aldo Rabelo (PCdoB), autor e relator do texto do Código, sem nenhuma menção ao que significaria esta ação, ou o que pode representar, porém na sequência a matéria indica que quanto mais o relator conversa com ambientalistas, mais o texto do Código retrocede, sendo a fonte do jornal o deputado da bancada ruralista Valdir Colato (PMDB-SC).

A opção editorial da Folha traz o que Muhlhausler (2006) chama de "descolamento interdiscursivo", ou seja, transfere-se um conteúdo do debate político para o científico, distanciando-o da população, tornando- descaracterizado daquilo

que em sua essência o é. Pode-se afirmar também que há o esvaziamento da Esfera Pública e uma fragilização da política como arena de negociação coletiva (HABERMAS, 2003), apenas cientistas teriam legitimidade para o debate, fato que conseqüentemente provoca o distanciamento da “sociedade civil” dos temas eminentemente sociais e humanos.

Na matéria do dia 7 há o relato de uma sessão onde 13 deputados aprovaram a lei que modificaria a forma com que se daria a proteção florestal, nesta há a citação direta de Rabelo onde afirma que a votação é um avanço para a proteção do meio ambiente, mas sem apontar um diálogo opositor, ou minimamente uma explicação do porque seria importante. Neste caso a matéria se enquadra no que Benton e Frazier (1976) chamam de níveis de conhecimento, entre o Superficial onde a informação está apenas no título da área temática e o segundo nível onde há o conhecimento de certa área mais articulado e apresenta aspectos do problema, mas no entanto os aspectos se resumem a breves relatos.

O interessante aqui é atentarmos a outros dois cadernos desta tabela, o caderno Eleições que por excelência é o local destinado ao discurso político eleitoral, aparece com 11,1% do total de entradas sobre meio ambiente e o caderno Poder com 14,8%, este último é o local onde aparecem algumas articulações políticas. Ao somarmos as entradas dos dois temos o mesmo número referente ao caderno de Ciências, quer dizer, o tema também aparece na mesma proporção no debate político, além do físico e natural. Ele também ganha destaque similar nos cadernos de Mercado, onde o meio ambiente recebe contornos quase que estritamente econômicos e no caderno Opinião, onde pessoas gabaritadas, a falar sobre, dão sua visão sobre o assunto e quase sempre articulado ao debate político.

O que é discutido nestes cadernos irá ser dividido em três temas principais, Economia, quando as informações contidas na matéria possuem caráter majoritariamente mercadológico, tratando do meio ambiente sobre o ponto de vista da econômico, agronegócio, comércio; Política quando o material informa dados sobre as eleições, e atos da administração pública, relacionando à assuntos do âmbito político institucional; O terceiro tema geral é categorizado como Natureza, quando o meio ambiente aparece na forma de informações majoritariamente do campo físico, biológico e natural, como visto na tabela 2.

Tabela 2 - Frequência simples do Tema Geral. (Continua)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
Válidos	Economia	47	24,9	29,9
	Política	59	31,2	37,6
	Natureza	51	27,0	32,5
	Total	157	83,1	100,0
Ausente	0	32	16,9	
Total		189	100,0	

A partir da leitura dos dados expostos na tabela acima observa-se que o tema geral Política foi o de maior destaque com 37,6% do total de entradas válidas em relação ao meio ambiente. A soma das entradas dos cadernos Opinião, Poder e Eleições (o tema política foi coletado apenas nestes três cadernos) podem ser sentidas a partir desta superação em números, aqui verificada, em relação ao publicado referente ao meio natural.

O número de entradas com o tema política cresceu exponencialmente no segundo turno das eleições, o que explica a frequência majoritária demonstrada na tabela. Das 189 entradas coletadas nos quatro meses apenas 157 são válidas e, destas, 59 possuem uma abordagem majoritariamente voltada ao debate político, no entanto 30 do total de entradas relacionando o debate político e o meio ambiente aparecem a partir de 1 de outubro, ou seja, mais da metade do total de entradas sobre política e meio ambiente estão no segundo turno das eleições, um reflexo mais do que claro do expressivo número de votos conquistados pelo Partido Verde durante o primeiro turno, levando o tema para a arena pública no segundo turno atrás de uma imagem que pudesse caracterizar José Serra e Dilma Rousseff, como defensores e debatedores da causa ambiental, mesmo que o foco da campanha do PV tenha sido a educação e não o meio ambiente.

Isto indica que durante os três meses anteriores apenas 29 entradas foram registradas no debate político. Algo e torno de dez por mês, indicando que a ascensão do Partido Verde fez com que o tema ganhasse mais espaço na esfera pública no debate político, se os votos foram por esta causa ou não esta fora do alcance deste estudo, porém o Partido Verde tencionou o debate ambiental, ao menos no segundo turno.

Tabela 3 - cruzamento de dados entre o enquadramento e o índice de visibilidade.

	Índice de Visibilidade	Total

		Visibilidade Baixa	Visibilidade Média	Visibilidade Alta	
Enquadramento	Corrida de Cavalos	0	2	3	5
	Temático	3	8	7	18
	Personalista	2	2	2	6
	Episódico	2	6	21	29
Total		7	18	33	58

Notadamente o enquadramento temático, que é aquele onde há um maior aprofundamento do tema, aparece em número equiparável entre os espaços de maior visibilidade, mais da metade esta entre o índice médio e alto de visibilidade, mostrando que o jornal tende a mostrar o assunto ao leitor e levar o debate ambiental até o leitor, fomentando o debate público. O discurso ambiental irá ganhar voz, mas de um modo ainda vazio, quer dizer, o título de uma matéria publicada no dia 13 de agosto afirma: “Marina diz que o mundo esta próximo de um armagedon ambiental”. A fala de Marina Silva aconteceu durante debate onde apenas ela e Plinio Arruda compareceram. O discurso ambiental aparece apenas no título da notícia, todo o corpo de informação se destina apenas a narrar o que aconteceu no debate em questão, de forma absolutamente superficial. O jornal afirma que o armageddon ambiental a que Marina Silva se referiu é uma parte da Bíblia. Quer dizer, houve uma tentativa de tensionar o debate público para questões ambientais, já que o tema em questão estava focado no desenvolvimento do país. Conforme posto na plataforma do PV para o desenvolvimento sustentável, já que toda a política econômica do partido vem acrescentada da sustentabilidade para o desenvolvimento, no entanto na forma como esta posto tratasse apenas de um discurso legalmente constituído, quer dizer ele acaba sendo representado por escritura da ciência ecológica e o texto jurídico que define metas na ordem política e econômica mundial, trazendo em si o fundamento da sustentabilidade como unidade planetária. Conforme a plataforma de governo em questão a sustentabilidade permeia qualquer ação a ser tomada no campo político e econômico.

O meio ambiente aparece neste discurso como se fosse um regime disciplinar de algo que e impõe uma visão planetária como meta comunitária, obrigatória e institucionalizada, talvez pela ONU, na figura do PNUMA, uma vez que, sob a alegação de que há o risco de barbárie - catástrofes ambientais capazes de desestabilizar o sistema econômico e financeiro hegemônico - a noção da

sustentabilidade impõe-se como solução lógica e “óbvia”, o armageddon ambiental se insere nesta lógica, o que seria tal armageddon a que Marina se referiu senão a óbvia discursiva sobre o meio ambiente.

Ainda mais interessante é matéria do dia 6 de outubro: “Não sou ambientalista de ‘última hora’, afirma Serra”, nesta matéria o candidato do PSDB profere o seguinte: “As minhas posições são muito conhecidas e eu as explico de maneira muito clara, não fico mudando toda hora segundo a conveniência eleitoral [...] Eu sou ambientalista convicto não apenas na teoria, mas na prática”. Esta reportagem é um dos melhores exemplos da retórica ambiental presente no discurso político, o que é o ambientalista na prática para José Serra, vem, na verdade, na sequência, na mesma matéria o candidato do PSDB menciona que sua posição frente a Usina de Belo Monte é igual a de Marina Silva, colocando a candidata do PV como a figura defensora do meio ambiente por excelência, ao referir-se a ela como exemplo de ambientalista na prática. Na plataforma de governo registrada pelo candidato, no entanto, a retórica se mostra igual a apresentada por ele mesmo ao debate na esfera pública, completamente vazia de conteúdo.

Tanto na plataforma de governo quanto em seu discurso, nesta matéria, há apenas um conjunto de falas não estruturadas, onde não há argumentação que sustente a posição discursiva. Ao olhar o discurso de Serra no jornal podemos equiparar a um trecho de sua plataforma sobre meio ambiente onde diz: “A maioria dos brasileiros quer um meio ambiente saudável, cada vez mais limpo, onde o ar que respiramos e a beleza de nossas terras e florestas sejam protegidos. Eu também quero.”(p.11). Há a personificação da retórica esta nesta frase da plataforma, Pois afirmar “A maioria dos brasileiros...”, significa afirmar que logicamente existe uma minoria de brasileiros que não quer nada disto.

Nesta mesma matéria há um subtítulo “Discurso Ambiental”, o conteúdo presente neste informa que Serra afirma ter afinidades com o PV e mencionou a aprovação da Lei Estadual de Mudanças Climáticas, a qual foi criada em sua gestão como governador e elaborada com apoio de Fabio Feldman, candidato do PV. Isto demonstra que a comunicação política desenvolvida, nessas situações eleitorais, não tem a intenção de informar e de comunicar-se com os atores sociais, mas sim no máximo de persuadi-los, para tanto a utilização do leque de propostas, onde defende-se tudo.

A disputa eleitoral aparece como uma disputa de marketing político e o discurso do meio ambiente é um componente publicitário, muito mais do que um argumento, notadamente há no discurso apenas uma tentativa de comparar-se ao PV e com isto supostamente ser um defensor do meio ambiente. Em cada momento os sujeitos assumem um papel dependendo do contexto a que são inseridos.

Tudo isto nos mostra um contrassenso, pois se olharmos a tabela 3, índice de visibilidade, podemos ver que o jornal tem dado espaço para o debate na esfera pública, porém não há uma ação argumentativa presente neste espaço. Pois, as propostas políticas e a plataforma ambiental não estão na pauta do debate, mas apenas assuntos relacionados ao factual. Como assumimos aqui que a mídia escolhe aquilo que vai publicar, através de critérios noticiosos pré-estabelecidos, pode-se afirmar que não foi apresentada uma complexidade e riqueza que poderia tornar o debate sobre o meio ambiente mais próximo do coletivo, tanto pelas escolhas midiáticas do que e como noticiar, como pela falta de interesse do próprio discurso atrelado a campanha política, que se propõe há um leque de propostas, ataques, e qualquer outra coisa que não a argumentação discursiva em si.

A partir destes e de outros dados preliminares pode-se verificar a ausência das plataformas no debate político. A exemplo o Código Florestal, o qual consta na plataforma política do PT e do PV, poderia ser uma oportunidade para a agenda midiática pautar o assunto, com base na plataforma dos partidos, levar o assunto ao debate político, algo que não aconteceu, nem com este assunto nem qualquer outro.

Referências bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977

BAUER, M.; GASKELL, G. (org). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CADER, R.; VIEIRA, Liszt. **Desenvolvimento e sustentabilidade**. Teoria e Debate, n. 69, p. 19-20, 2007.

CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo R.; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de (orgs.). **Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós- Rio-92**. São

Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CARVALHO, Clarissa Oresotti Guimarães; TONI, Fabio. Análise da cobertura da grande imprensa sobre o desmatamento da Amazônia. In: ALMEIDA JUNIOR, Antonio Ribeiro de (Org.). **Mídia e meio ambiente: estudos e ensaios** São Paulo: Hucitec, 2009, p.225-255

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CASTELLS, Manuel. O Verdejar do Ser: o movimento ambientalista In: **O Poder da Identidade - Economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

CUNHA, I.H.O.; FERREIRA, A.D.D.; SCHIMANSKI, E. Movimento Ambientalista e lutas sociais. IN: **Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas**. Danuta E. Cantoia Luiz, (Org). São Paulo: Veras Editora, 2010.

FERNANDES, Francisco Assis Martins. **O papel da mídia na defesa do meio ambiente**, 2001. Disponível em: <<http://site.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/opapelmídia-N2-2001.pdf>>. Acessado em: 2 de abril de 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário, 1989.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997

MCCOMBS, M. **Building Consensus: The news media's agenda-setting roles**. University of Texas at Austin. Political Communication, 14:433-443, 1997.

_____. **A teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MCCORNICK, John. **A história do movimento ambientalista**. tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro : Relume-Dumara, 1999.

MHÜLHAÜSLER, Peter. **Environmental Discourses**. Annu. Rev. Anthropol, 2006. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.anthro.35.081705.123203>. Acesso em: Março 2011.

NOËLLE-NEUMANN, E. **La espiral del silencio**. Opinión Pública: nuestra piel social. Barcelona, 1995.

SIRKIS, Alfredo. Apêndice: Enquanto isso, na terra do pau-brasil ... IN: MCCORNICK, John. **A história do movimento ambientalista**. tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro : Relume-Dumara, 1999.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 9a ed. Lisboa: Presença, 2006.

SUSTENTABILIDADE DA CIÊNCIA PELAS ATIVIDADES DE PESQUISA SOB A ÓTICA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Mônica Aparecida de Oliveira¹
Edna Maria Querido de Oliveira Chamon²
Vera Lúcia Ignácio Molina³

¹Mestranda do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano
Universidade de Taubaté – UNITAU - monicaapoliveira@gmail.com

²Coordenadora do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano
Universidade de Taubaté – UNITAU - edna.chamon@gmail.com

³Professora-Convidada do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional
Universidade de Taubaté – UNITAU - vera@fosjc.unesp.br

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo descritivo, de abordagem qualitativa e quantitativa, que investigou as possibilidades de sustentabilidade da ciência pelas atividades de pesquisa desenvolvidas em uma instituição pública. Para isto, este trabalho valeu-se dos resultados de indicadores institucionais de publicações técnico-científicas produzidas na instituição nos anos de 2009, 2010 e 2011 que demonstram a participação contínua deste segmento na produção científica nacional e da análise das representações sociais contidas em 271 questionários, respondidos pelos profissionais que atuam na instituição nas áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Da análise dos indicadores e dos questionários concluiu-se que a instituição pública estudada contribui para a sustentabilidade da ciência pelas atividades de pesquisa nela realizadas.

Palavras-chave: ciência, sustentabilidade, representações sociais

ABSTRACT

This paper presents a descriptive study of qualitative and quantitative approach and investigated the possibilities of sustainability of science through research activities conducted in a public institution. For this purpose, this study was based on the results of institutional indicators of scientific technical production in the years 2009, 2010 and 2011 to demonstrate the continuing participation of this segment in the national scientific production and on the analysis of social representations contained in 271 questionnaires answered by professionals working in the institution in the areas of research and technological development. Analysis of indicators and questionnaires concluded that the public institution does contribute to the sustainability of science for research activities conducted therein.

Keywords: science, sustainability, social representations

INTRODUÇÃO

Quando se fala em ciência, logo se associa a ideia de avanço, evolução e continuidade da vida.

Nas sociedades modernas, a ciência está estritamente relacionada ao desenvolvimento científico e tecnológico com vistas ao desenvolvimento econômico e social.

As entidades representativas da comunidade científica brasileira ressaltam a necessidade de aportes de valorização da pesquisa científica, desde a qualificação de recursos humanos até a reposição dos quadros de pesquisadores e tecnólogos nas diversas instituições de pesquisa.

A vida cotidiana traz questionamentos constantes e, para isto, as pesquisas buscam as respostas e revelam dados que nos auxiliam a entender tais indagações. Da origem da vida na Terra, à possibilidade de vida extraterrestre; da previsão de tempo aos desastres naturais, das novas descobertas da medicina aos novos parâmetros de qualidade de vida, das crises econômicas mundiais aos índices de desenvolvimento humano.

Com isto, as atividades humanas passaram a se orientar, em grande escala, pelos resultados de pesquisas e inovações tecnológicas. E o desenvolvimento científico se tornou necessário ao funcionamento da sociedade.

Mas a mesma ciência também é responsabilizada pelos desastres vinculados ao desenvolvimento técnico-científico, tais como: vazamentos de resíduos poluentes, derramamentos de óleo, destruição das florestas e, principalmente, a mais notória das descobertas científicas e ainda uma grande ameaça à humanidade – a bomba atômica.

Portanto, o papel que a ciência exerce na sociedade é permeado por um sentimento de ambivalência. Mesmo para aqueles que creditam um aspecto positivo à ciência, está presente também o aspecto negativo do papel da ciência para a sociedade.

Contudo, a ciência permanece como indutora de questionamentos e ao mesmo tempo fornece explicações e previsões às indagações da sociedade. Isto se faz pelos cientistas, pesquisadores e tecnologistas que, ao buscarem as respostas com a prática da atividade de pesquisa, fazem isto pelo método científico e dão sentido à existência da ciência. Assim, as atividades de pesquisas proporcionam a continuidade de atividades científicas – a sustentabilidade da ciência.

METODOLOGIA

Este estudo é parte de um Projeto de Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade em 18 de abril de 2012, protocolo nº 605/2011 e de acordo com a Declaração nº 071/12.

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa e quantitativa. Os sujeitos da pesquisa são profissionais que realizam pesquisa e desenvolvimento tecnológico em um instituto público de pesquisa com sede no Vale do Paraíba Paulista e unidades distribuídas nas diversas regiões do Brasil.

A coleta de dados se consistiu na consulta ao Relatório de Gestão 2011 (INPE, 2011) para identificação dos indicadores de publicações técnico-científicas nos anos de 2009, 2010 e 2011, conforme ilustra o quadro 1.

Além disto, para este artigo, foram considerados os resultados parciais de 271 questionários respondidos pelos sujeitos que realizam atividades de pesquisa na instituição pública. Este instrumento continha questões fechadas sociodemográficas; questões avaliativas da formação e questões relativas à profissão de pesquisador e à atividade de pesquisa.

Para o presente artigo estão sendo consideradas as seções do questionário que se referem a: a) características consideradas pelos sujeitos como essenciais ao profissional que atua em pesquisa e, b) principais funções do professor/orientador. Tratam-se de questões fechadas contendo afirmações sobre as quais o respondente deveria indicar sua opção numa escala do tipo Likert de cinco níveis.

FALANDO SOBRE A CIÊNCIA

O mundo contemporâneo suscita respostas para diversas indagações que o senso comum não é capaz de responder. São questionamentos que exigem posicionamentos científicos e bem elaborados.

Chalmers (1993) considera que, ainda nos tempos modernos, a ciência é altamente considerada atribuindo-se a ela um tipo especial de confiabilidade, não descartando um “desencanto” ocasionado pelas consequências negativas de experiências e produtos científicos. Ele resume nas afirmações abaixo tenham as concepções do senso comum sobre o conhecimento científico da seguinte maneira

A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente. (CHALMERS, 1993, p. 23)

Irwin (1995) acentua que ciência e tecnologia devem ser consideradas “atividades humanas” que ajudam a estruturar nossas relações pessoais e profissionais. Escreve ele:

[...] é importante acentuar desde o início o fato da ciência e tecnologia deverem ser consideradas acima de tudo atividades humanas. O retrato frequente da ciência e tecnologia como monstro sagrado imparável e, não só teoricamente inadequado, como se opõe a qualquer tentativa prática de renegociação da relação existente entre ciência, tecnologia e cidadãos. (IRWIN, 1995, p. 18)

De acordo com Morin (2010) a ciência é elucidativa ao resolver enigmas e dissipar mistérios, é enriquecedora, pois permite satisfazer necessidades sociais e desenvolver a civilização, e é conquistadora e triunfante. Mas, como alerta este autor, o mesmo conhecimento que produz o desenvolvimento também ameaça a humanidade. Por isto o autor

propõe que consideremos a ciência como uma atividade de investigação e de pesquisa, que façamos o exercício de conhecer o conhecimento científico.

E Morin conclui que

[...] temos de compreender que os progressos do Conhecimento não podem ser identificados com a eliminação da ignorância. Estamos numa nuvem de desconhecimento e de incerteza, produzida pelo conhecimento; podemos dizer que a produção dessa nuvem é um dos elementos do progresso, desde que o reconheçamos. (MORIN, 2010, p. 104)

Pesquisa divulgada em uma renomada revista científica relata que, menos de três por cento dos adolescentes latino-americanos desejam seguir uma carreira científica Haag (2012). Este dado é bastante preocupante, pois se não houver interesse dos jovens pela ciência, qual será a perspectiva futura para a formação de novos profissionais no campo científico? Este dado poderia estar representando uma ignorância dos sujeitos pesquisados sobre: o que faz um cientista, para que servem os cientistas e quais os prejuízos de uma sociedade sem cientistas.

Um professor de física teórica é questionado se, escrever para o público não especializado, não tomaria tempo de sua pesquisa. A resposta do pesquisador é: “Sim, toma. Porém, para mim - e para outros cientistas que dedicam parte de seu tempo à divulgação científica – apresentar as ideias da ciência à sociedade é mais do que divertido ou intelectualmente estimulante: é nosso dever. E, mais importante ainda, é também vital para o nosso futuro.” (GLEISER, 2011).

Em março do corrente ano, um jornal de grande circulação divulga em sua seção Ciência, que a principal agência que financia ciência no Brasil passou a valorizar a interação ciência-sociedade. Havia sido criado um novo critério para avaliação de cientistas com a criação de um novo indicador denominado “divulgação e educação científica” (RIGHETTI, 2012).

As situações acima apontam para a importância da ciência e a relevância de mostrar a ciência e os resultados de suas pesquisas para a sociedade. Uma sociedade que vivencia diariamente os resultados da ciência tem o dever e o direito de conhecer como é construído este conhecimento. O conhecimento dos desenvolvimentos, das descobertas, sucessos e fracassos científicos permitirá às pessoas melhores condições para conhecer os dois lados da ciência.

Porém, a ciência se faz com pessoas que praticam a atividade de pesquisa, e estas pessoas necessitam de instituições que, com um conjunto de facilidades (laboratórios, escritórios, instrumentos, financiamentos etc.) criem condições para que essas pessoas possam realizar suas pesquisas.

Neste sentido, o INPE, instituição onde este estudo foi realizado é o principal órgão civil responsável pelas atividades espaciais no País (MCTI, 2012). É uma instituição de meio século de existência e está subordinada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Os profissionais da referida instituição que estão envolvidos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico são intitulados – pesquisadores e tecnólogos.

Para investigar as possibilidades de sustentabilidade da ciência pelas atividades de pesquisa desenvolvidas em uma instituição pública, nos baseamos nos resultados de indicadores institucionais de publicações técnico-científicas produzidas na instituição nos anos de 2009, 2010 e 2011 os quais serviram para demonstrar a participação contínua deste segmento na produção científica nacional.

O REFERENCIAL TEÓRICO

Partindo-se do pressuposto que uma instituição de pesquisa deve contribuir para a ciência, buscam-se neste trabalho os “sinais” que confirmam esta tese lançando um olhar sobre os sujeitos que fazem pesquisa e produzem o conhecimento científico e tecnológico.

Nesta perspectiva, buscou-se apoio na Psicologia Social, pela Teoria das Representações Sociais para “olhar” para os sujeitos que realizam as atividades de pesquisa da instituição e, ao mesmo tempo “olhar” para os indicadores de produção científica como um instrumento que comprova a contribuição dos sujeitos e, conseqüentemente, da instituição, para a sustentabilidade da ciência.

Considera-se, portanto, a Teoria das Representações Sociais a ferramenta adequada, uma vez que vincula os sujeitos a um sistema de valores, de noções e práticas que conferem a estes sujeitos as formas deles se orientarem no meio social e material. Além disto, os sujeitos passam a dominar este meio, desenvolvendo códigos que os ajudam a “escrever” a história deste mundo. (MOSCOVICI, 1978). A Teoria das Representações Sociais (TRS) é o caminho

pelo qual são construídos os saberes, a partir do senso comum, e estes saberes propiciam aos grupos a compreensão do mundo em que se encontram. Representar é produzir o que se tem na ideia ou os atos pelos quais se faz ver um objeto presente ao espírito. Quem elabora uma representação produz algo, seja objeto ou fenômeno e “corresponde a um ato de pensamento pelo qual um sujeito se reporta a um objeto” (JODELET, 2001, p. 22).

Dar cunho social para a representação de um objeto ou fenômeno, neste caso, a Pesquisa, Ciência e Tecnologia, é ampliar o seu significado para a sociedade ou para os grupos com interesse comum em relação ao objeto. A representação social se apresenta como a tradução de um determinado fenômeno se revela para determinado meio social. Revelado o significado e conhecida a relevância do objeto ou do fenômeno para quem o expressa, pode-se deduzir que a representação social abriga um conceito e justifica, de certo modo, a forma de agir e se posicionar do sujeito frente ao objeto ou fenômeno.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Como é nosso interesse investigar nos sujeitos as representações sobre as atividades de pesquisa que comprovem a sustentabilidade da ciência, é relevante colocar nosso foco sobre os dados provenientes destes sujeitos que possam singularizar estes sujeitos para que, ao fazer nossas análises, saibamos de quê sujeitos estamos falando.

Por isto, destacamos entre os dados sociodemográficos o quesito “sexo”, para o qual segue o gráfico abaixo:

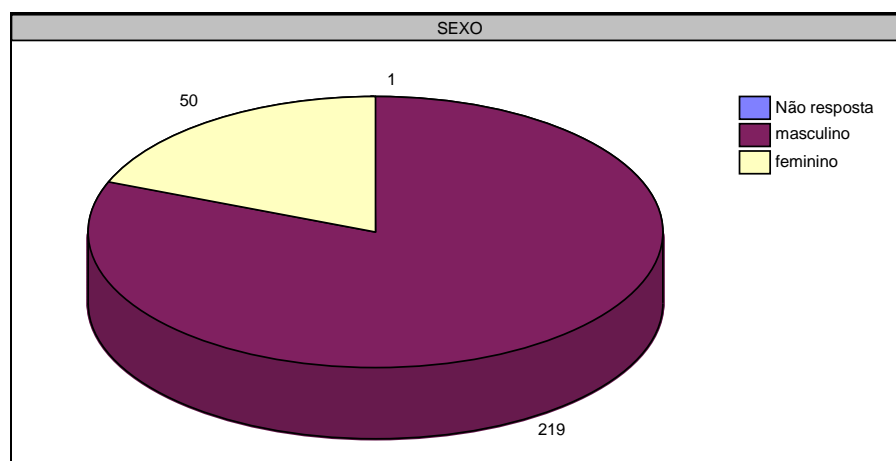


Gráfico 1 – Distribuição dos respondentes por gênero.

O gráfico acima demonstra que a maioria dos respondentes é do sexo masculino, o que reflete também a proporção de mulheres que atuam na área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da instituição. Sendo esta uma questão histórica já abordada em outros trabalhos (VELHO, 1998; MARQUES, 2012), não é nosso objetivo abordar aqui esta diferença, mas ressaltar que a contribuição da produção científica que dá sustentabilidade para a ciência tem a participação de ambos os gêneros.

Outro dado destacado é relativo à “faixa etária” dos respondentes.

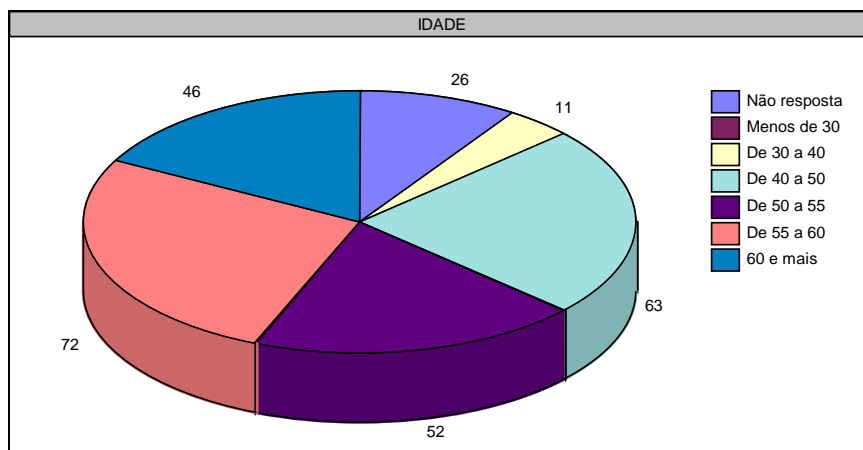


Gráfico 2 – Distribuição dos respondentes por faixa etária.

Verifica-se que a faixa etária predominante está entre os 40-60 anos de idade, tratando-se, portanto, de sujeitos que atingiram um alto degrau na carreira de pesquisa que inclui a obtenção de títulos acadêmicos. Nota-se, entretanto que a faixa mais jovem (30-40 anos) é também a menor, indicando baixo ingresso de jovens para o segmento. Disto se afirma que a contribuição para a pesquisa tem sido maciçamente dos pesquisadores mais seniores, o que prova que, mesmo em idade avançada, os pesquisadores continuam contribuindo para a produção científica.

Portanto, neste primeiro momento, se destaca que os resultados relativos às categorias “gênero” e “idade” indicam que o olhar se lança a sujeitos do gênero masculino entre 40 e 60 anos de idade.

Os resultados a seguir se referem à categoria de análise do conteúdo das respostas dadas pelos sujeitos participantes relacionadas às características que consideravam essenciais para ser um “bom pesquisador” e um “bom tecnólogo”.

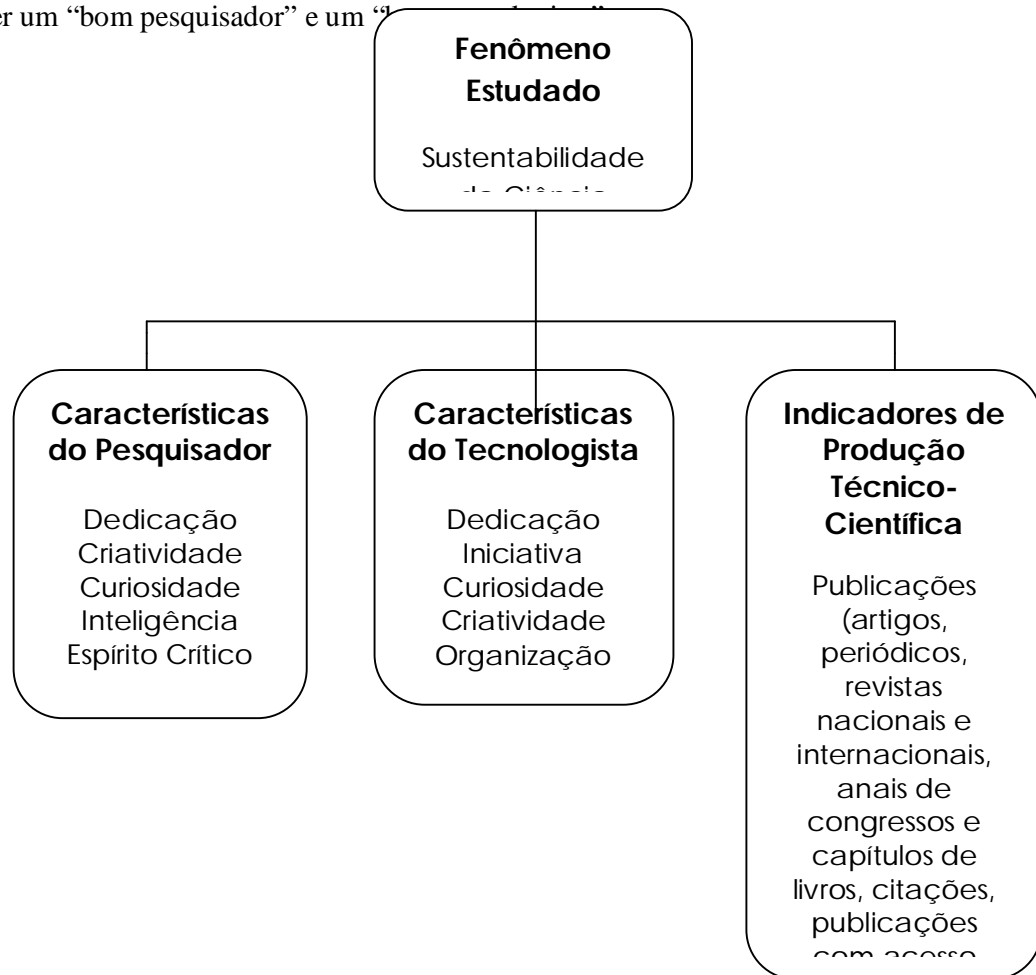


Figura 1 – Unidade Temática “Sustentabilidade da Ciência”.
Fonte: Elaborado pela autora.

Antes de iniciarmos a análises das características escolhidas, é importante ressaltar, o que nos lembram Berger e Luckman (2012)

A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente. [...] No quadro da sociologia enquanto ciência empírica é possível tomar esta realidade como dada, tomar como dados os fenômenos particulares que surgem dentro dela [...]. (BERGER e LUCKMAN, 2012, p. 35)

Sendo assim, ao analisarmos as características escolhidas pelos sujeitos, chegaremos às representações que surgem dentro da realidade dos sujeitos e, por consequência, da realidade que é formada pelos próprios sujeitos.

Há similaridades na escolha das características essenciais, quando se compara as opiniões dos profissionais das duas carreiras. Num total de 23 características, dentre as cinco mais importantes, a *Dedicação* foi a mais escolhida entre os respondentes. Isto indica que a base para realização da atividade demanda que o sujeito se organize de tal forma a “destinar” uma porção do seu tempo especialmente para realizar o seu trabalho, seja ele de pesquisa ou de aplicação, pois sem esta doação não haverá resultados, pois os trabalhos de um pesquisador são de constante pesquisa e busca de solução para um problema de pesquisa. A *Criatividade* aparece em seguida, para o grupo de pesquisadores. Como criatividade está relacionada à criação, deriva-se com isto que a atividade de pesquisa exige do pesquisador “momentos de criação” como se houvesse uma placa em sua porta com os dizeres “gênio pensando” “não perturbe”. Sobre o contexto onde se realiza o trabalho do pesquisador Falcão (2008) ratifica que

[...] a crença entre cientistas de que seu trabalho é conduzido de forma muito diferente da de outros existentes na sociedade encontra um terreno bastante fértil. Na percepção desses cientistas, o que, basicamente, regularia sua atividade seriam as especificidades do pensamento científico, comumente caracterizado como exercício de *criação* intelectual socialmente autônoma. (FALCÃO, 2008, p. 90 – grifo nosso)

E a autora reafirma que

[...] formas de divisão de trabalho e de exercício de poder passa a ser entendidas como fatos estranhos aos espaços de atividade científica, pois estariam associadas a outras organizações sociais como empresas e fábricas. Mais particularmente, referir-se-iam ao trabalho manufaturado – porque o científico, por sua natureza *criativa*, demandaria um ambiente bastante diferenciado onde fosse possível o exercício permanente da liberdade de pensar e se expressar, o uso da intuição, o experimentar diferentes procedimentos adequados à realização do seu produto distinto, ou seja, o conhecimento científico. (FALCÃO, 2008, p. 90 – grifo nosso).

Já para o Tecnologista, a *Iniciativa* aparece em segundo lugar, o que demonstra que dado o tipo de atividade de pesquisa mais voltado para o desenvolvimento tecnológico, são esperadas respostas mais a curto-prazo e a iniciativa inscreve-se em representações de tomadas rápidas de decisão para que a atividade se desenvolva no tempo esperado. *Curiosidade* é uma das características apontadas por ambos profissionais. Com isto, o

profissional envolvido em atividade de pesquisa, seja esta atividade teórica ou aplicada, deve se deixar mover pela curiosidade, intrigar-se pelo desconhecido e por aquilo que ainda não tenha sido explicado, buscar respostas e procurar desvendar os mistérios que envolvem seu trabalho.

Entre os pesquisadores, a *Inteligência* aparece como uma característica importante ao profissional que atua na área de pesquisa. Entende-se desta escolha que o “mundo” do pesquisador apresente problemas complexos e que, por isto, seja importante que o profissional consiga ser astuto para ir ao encontro de soluções rápidas e assertivas para estes problemas. Já para o Tecnologista, a quarta característica é a *Criatividade*. Por motivos semelhantes ao Pesquisador, a inventividade também capacitará o Tecnologista de “criar” soluções para os problemas do cotidiano, sendo que, na área de tecnologia as mudanças ocorrem com maior velocidade, fazendo com que o profissional apresente respostas de maneira a acompanhar esta velocidade. Isto exige do profissional aquilo que ele denomina de criatividade.

O *Espírito Crítico*, para os Pesquisadores, funciona também como meio de questionar a realidade apresentada por uma pesquisa que vise buscar alternativas de abordagem e de solução para os problemas apresentados. O Tecnologista escolhe a *Organização* para o profissional que atua em desenvolvimento tecnológico. Ao considerar que esse profissional atua em sintonia com o desenvolvimento da tecnologia e que este desenvolvimento é um constante desafio à organização, com o surgimento de novos sistemas, equipamentos e cujas informações mudam e se atualizam com extrema rapidez, considera-se importante que o profissional desta área seja organizado para que ele consiga ser eficiente na realização da atividade.

Outra categoria de análise que se faz relevante para o nosso estudo está relacionada a função de professor/orientador de pós-graduação. O gráfico abaixo ilustra as opções dos respondentes:

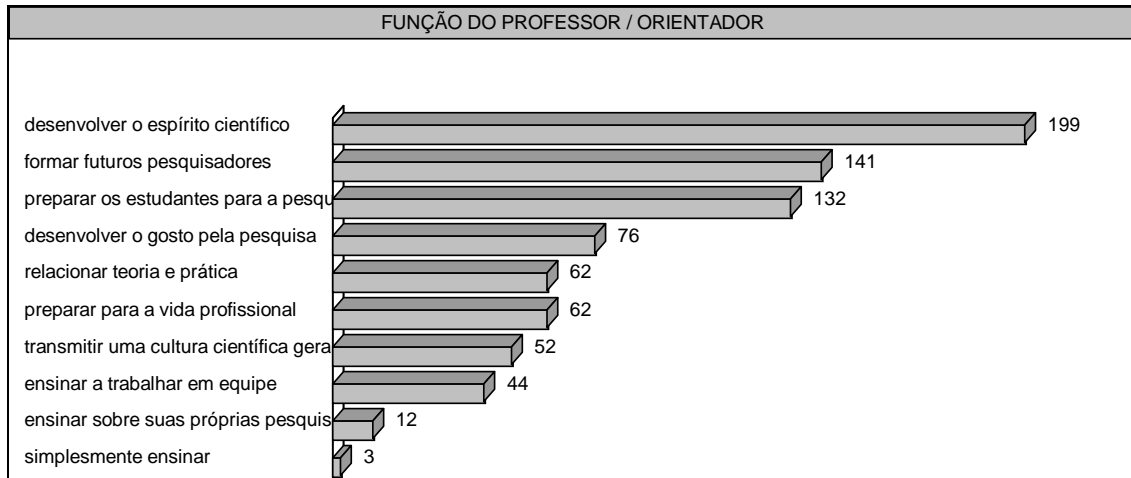


Gráfico 3 – Função do professor/orientador.

Fonte: Gráfico gerado a partir de tabulação no software Sphinx.

A atividade de pesquisa está inserida num processo aquisição e transferência de conhecimento, que resulta na sustentabilidade das instituições de pesquisa e na profissão do profissional de pesquisa. Por isto, o profissional por vezes atua como um professor e um orientador, tanto nos cursos de pós-graduação existentes na instituição de pesquisa, quanto na sua atuação profissional nos grupos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Portanto, é pertinente ouvir dos profissionais quais as funções que eles consideram mais importantes para este “professor/orientador”.

A maioria dos respondentes aponta as três principais funções como sendo de *desenvolver o espírito científico, formar futuros pesquisadores e preparar os estudantes para a pesquisa*.

Este resultado indica que os profissionais se importam com a internalização do espírito científico, a formação e a preparação dos novos ingressos na carreira (em se tratando de alunos) e, a homogeneização e acreditação dos conceitos científicos nas equipes de trabalho (quando se trata de realização de trabalhos entre os pares).

A instituição onde a pesquisa está sendo realizada, como destaca a FAPESP (apud Ribeiro e Thomé, 2012, p. 1) se encontra “entre os institutos de pesquisa no Estado de São Paulo com a maior produção científica no período, que passando de 193 publicações indexadas em 2002 para 226 em 2006, o que mostra um crescimento de 17,1% e uma

contribuição de 2,7%”, julga-se pertinente apresentar os Indicadores de Produção Científica da instituição nos anos de 2009, 2010 e 2011 para reafirmar a continuidade desta produção.

Para isto, segue o Quadro 2 com a relação dos indicadores e seus respectivos resultados no último triênio.

Indicador/Descrição	2009	2010	2011
IPUB - Índice de Publicações	0,44	0,48	0,51
NPSCI – Nº de Publicações em periódicos, com ISSN, indexados no SCI, no ano	321	338	346
TNSE - Σ dos técnicos de nível superior vinculados diretamente à pesquisa	729	707	681
IGUPB – Índice Geral de Publicações	2,44	2,43	2,5
NGPB – Nº de artigos publicados em periódicos, revistas de divulgação científica nacional e internacional, publicados em congresso e capítulos de livros.	1780	1721	1626
TNSE - Σ dos técnicos de nível superior vinculados diretamente à pesquisa	729	707	681
ITESE – Indicador de teses e dissertações	140	96	113
NTD – Nº de teses com orientador do INPE	140	96	113
IPV – Índice de Publicações vinculadas à tese	1,63	1,64	1,31
PUB – Nº acumulado de artigos completos publicados ou aceitos em revistas, anais de congresso ou capítulos de livros vinculados a teses e dissertações	166	158	148
NTD – Nº de teses com orientador do INPE	140	97	113
FI – Fator de impacto	3,15	2,33	2,2
NC – Soma do número de citações	406	2027	1796
NA – Soma de artigos publicados no ano	129	869	834
IAL – Índice de acesso livre às publicações	72	74	69
NPBAL – Número de publicações com acesso livre no ano		852	697
NTPB – Número total de publicações no ano		1145	1017

Quadro 2 – Indicadores de publicações técnico/científicas

Fonte: Adaptado do Relatório de Gestão INPE (2011)

Destes resultados é possível derivar que os participantes do estudo interpretam e representam seu conhecimento do mundo científico com estes “sinais”. Isto também resulta em práticas na atividade de pesquisa que definem a funcionalidade da ciência nas interações sociais do cotidiano destes sujeitos.

CONCLUSÃO

Dada a importância da ciência para a sociedade moderna, o estudo das representações sociais da atividade de pesquisa permitiu, num primeiro momento, a aproximação de um mundo construído por profissionais que se dedicam a “desvendar” os questionamentos da própria sociedade.

Ao identificarmos os indicadores de produção científica dos anos de 2009, 2010 e 2011 não se buscou a comparação da produtividade institucional nos respectivos anos, trabalho que pode ser efetuado em futuras abordagens. Antes, porém, buscou-se demonstrar que os resultados de atividades científicas refletem a continuidade da prática científica. Observa-se na descrição dos indicadores que a instituição está representada nos principais meios de divulgação da pesquisa, sejam eles, teses, dissertações, artigos científicos nacionais, internacionais e capítulos de livros. Portanto, exhibe práticas que demonstram sua contribuição para a continuidade da ciência.

Analisando os resultados do questionário, o estudo apontou para características sinalizadas pelo profissional da pesquisa que auxiliam a entender como se constroem e como se orientam as condutas da prática científica. Estas respostas sinalizam que a concepção do mundo no qual a atividade de pesquisa está inserida é considerada pelos sujeitos como um ambiente onde devem estar presentes a preocupação com o desenvolvimento científico e a transmissão do conhecimento às gerações futuras. Com isto, pode-se concluir que a instituição pública estudada contribui para a sustentabilidade da ciência pelas atividades de pesquisa nela realizadas. Esta sustentabilidade, por sua vez, configura-se como uma importante aproximação ciência-sociedade e garante às pessoas melhorar seu conhecimento do mundo, além de compreender (e talvez aceitar) a ambivalência a respeito da ciência.

REFERÊNCIAS

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHALMERS, A.F. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

FALCÃO, E.B.M. Divisão de trabalho e exercício do poder em laboratórios acadêmicos de atividade científica. In: NASCIMENTO-SCHULZE, C.M.; JESUINO, J.C. (Orgs.). **Representações Sociais Ciência e Tecnologia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008, p. 89-103.

GLEISER, M. O Brasil deve aprender mais ciência. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 23 de out. 2011. Caderno Ciência, p. 11.

HAAG, C. O que você não quer ser quando crescer. **Revista Pesquisa Fapesp**. São Paulo, n. 192, fev. 2012, p. 82-85.

INPE. **Relatório de Gestão 2011**. Disponível em:

<<https://contas.tcu.gov.br/econtrole/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=4318981&seAbrirDocNoBrowser=1>>. Acessado em: 15 ago 2012.

Irwin, A. **Ciência cidadã**. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1995.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

MARQUES, F. Limites da diferença. **Revista Pesquisa Fapesp**. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/06/14/limites-da-diferenca/>. Acessado em: 23 ago 2012.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RIBEIRO, M.L.; THOMÉ, A.C. **Indicadores da Produção Científica do INPE**. 2012. Trabalho apresentado no 3º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, Gramado, RS, 2012.

RIGHETTI, S. Divulgação de pesquisa agora é critério para avaliação de cientistas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 9 de mar.2012. Caderno Ciência, p. 10.

VELHO, L.; LEÓN, E. **A construção social da produção científica por mulheres**. Cadernos Pagu (10), p. 309-344, 1998.

TUVALU E OS IMPASSES POLÍTICOS AMBIENTAIS TUVALU AND THE POLITICAL ENVIRONMENTAL IMPASSE

Patricia Benedita Aparecida Braga

“Professora Mestre da União das Faculdades dos Grandes Lagos (UNILAGO) em São José do Rio Preto, SP”.
bragapba@gmail.com

Resumo: Os fundamentos das ciências naturais sobre o equilíbrio do ecossistema Terra criam disputas científicas entre dois grandes grupos de cientistas do clima, os do *Painel* e os céticos, sobre a origem, cenários futuros e ações mitigatórias possíveis. Tuvalu, um Estado-ilha, localizado no Pacífico sofre as consequências diretas dos fenômenos advindos da mudança climática global, além de problemas políticos, como: a fragmentação da soberania e conseqüentemente da cidadania e a impossibilidade de permanência no país. Desse modo, o presente artigo tem o objetivo de discutir, do nível local para o global, como os fenômenos climáticos ainda em curso desafiam os princípios políticos do Estado-Nação tuvaluano e, por conseguinte, a própria ideia de cidadania, enfraquecendo os laços territoriais que ligam o indivíduo ao Estado.

Palavras-chave: Mudança climática global. Tuvalu. Soberania. Cidadania.

Abstract : The fundamentals of natural sciences concerning to Earth’s ecosystem balance create scientific disputes between two large groups of climate scientists: some linked to the *Intergovernmental Panel on Climate Change*, and, also, some who are considered skeptics. These specialists disagree about the origin, the future scenarios and about the possible corrective actions for climate problems. In this context, Tuvalu, an island state located in

the Pacific Ocean, suffers with the direct consequences of the phenomena related to the global climate change, and with political problems, such as: the fragmentation of sovereignty and, consequently, of citizenship, and the impossibility of staying in the country. Therefore, the main purpose of this paper is to discuss, from a local level to a global one, the way the climate phenomena, which are occurring nowadays, challenge the Tuvaluan State-Nation's political principles and, as a consequence, dare the main idea of citizenship, weakening territorial ties which bind the individuals to the State.

Keywords: Global Climate Change. Tuvalu. Sovereignty. Citizenship.

Ao longo da história ocidental, coletividades humanas atribuíram interpretações distintas à ideia de natureza (ou meio ambiente), de acordo com o tempo e com o lugar em que estavam localizadas, ou melhor, conforme sistemas simbólicos de interpretação específicos. De maneira genérica, pode-se observar que os gregos concebiam o conceito de meio ambiente de maneira holística e orgânica, ou seja, homem e natureza eram duas ideias indistintas. Na Idade Média, a natureza (meio ambiente) era considerada orgânica e imutável, movida eternamente a partir de uma causa e de um fim pré-determinados, em um mundo situado no centro de um *cosmos*, assim sendo, de um universo. No período renascentista, a natureza era similar a um organismo vivo, dotado de matéria e movimento. Na modernidade, por sua vez, o conceito pode ser observado a partir da concepção de dois grandes grupos, os quais apresentam subdivisões que não serão exaltadas no presente trabalho. Enquanto o primeiro observa o meio ambiente como um todo composto por partes e finalidades específicas; o segundo interpreta o meio ambiente como um todo unificado e integrado (BRAGA; REIS, 2004; CASTELNOU, 2006; MARTINS, 2002; MEDEIROS, 2002).

Neste artigo, a proposição de meio ambiente é compreendida de maneira cindida. O *meio* é o princípio existencial do *ambiente*, podendo ser caracterizado por tudo o que há no planeta – inclusive o próprio – e o que está fora da órbita terrestre (corpos celestes, astros, nuvens cósmicas, universo, buraco negro, lixo espacial, aeronaves, satélites, etc.). Portanto, abrange um tempo que é tanto anterior quanto posterior à ação humana, precedente à

suposta origem da vida, perpassando para depois desta, pois, para haver vida, é necessário haver um *meio*, um princípio primário para existirem fenômenos derivativos. O *meio* também pode ser definido como o período processual espaço-temporal articulado entre o *meio* e o *ambiente* criado por cada sociedade.

O *ambiente*, por sua vez, configura-se como o *meio* modificado pela ação humana, assim como pelas variações peculiares a sua ambiência, aquilo que envolve o meio físico e os construtos da moral. Quanto ao princípio de *natureza*, parte-se da definição filosófica da especificidade de cada sociedade, que no caso da ocidental, fundamenta-se na cisão antagonica e hierarquizante, homem/natureza.

Nesse sentido, compreende-se que *meio* e *ambiente* podem ser totalmente recriados e, nem por isso, representar uma ameaça à humanidade, pois o discurso racional sobre o equilíbrio do *hábitat* é a ecologia do medo, medo de uma catástrofe humana ou natural, que pode perturbar profundamente ou mesmo destruir a civilização humana (ZIZEK, 2009).

Sendo assim, de acordo com as ciências naturais, a Terra é um sistema fechado, nenhuma matéria entra ou sai do planeta, com exceção de meteoritos, alguns foguetes e raios solares. Dessa forma, todos os recursos disponíveis são limitados (não é o caso da energia solar), e todos os resíduos gerados ficam presos no sistema, criando um problema de dupla face. As fontes de recursos “naturais” podem ser substituídas por outras, mas estas também são limitadas, e o acúmulo de resíduos no planeta apenas deixa de elevar-se com o esgotamento total dos recursos naturais (PONTING, 1995).

Por conseguinte, epistemologicamente, em termos de equilíbrio planetário, o sistema climático da Terra é composto por cinco subsistemas primordiais: a atmosfera, composta por gases, partículas e vapor d’água; a hidrosfera, formada por água superficial e subterrânea; a criosfera, a parte gelada do planeta; a superfície terrestre, que corresponde a terras imersas, nos mais diferentes tipos de solo; e a biosfera, o conjunto dos seres vivos terrestres e oceânicos. A dinâmica do clima terrestre, de acordo com o *Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima* (2007, p. 943-944), é determinada por fenômenos manifestados nas articulações entre esses cinco componentes. O funcionamento de cada um, assim como as relações entre todos, ocorre, então, por meio de fenômenos abundantes e intrínsecos, nem sempre compreendidos em sua totalidade.

Entre os fenômenos que afetam o equilíbrio no planeta, podemos citar: a atividade solar - com ciclos de onze anos; as alterações na órbita da Terra (a cada cem mil anos, entre elas, a trajetória da Terra ao redor do Sol, que varia entre circular e elíptica); a variação climática natural - cujo equilíbrio é dinâmico, com transformações regulares e cíclicas; a emissão dos aerossóis e clorofluorcarbonetos – que aumentam a capacidade de reflexão da Terra e, assim, reduzem a quantidade de radiação solar que entra na atmosfera; e o efeito estufa - a defasagem entre a radiação que chega e a que sai, provocando acúmulo de calor no sistema climático. Os três primeiros fenômenos são “naturais”; os dois primeiros, exteriores ao sistema climático, e, o terceiro, um fator interno; os dois últimos advêm de causas naturais e também de atividades humanas (TILIO NETO, 2009, p. 76-79).

Nesse âmbito, o princípio argumentativo que baseia o trabalho caracteriza-se pela compreensão de que o *meio* de fundamentação científica que cria o *ambiente* de disputas em torno de verdades científicas em relação à existência ou não da mudança climática global, produzida ou influenciada pelo homem (antrópica) ou exclusiva da dinâmica do planeta, embasa as decisões dos líderes mundiais em relação à criação de um consenso sobre medidas político-econômicas globais em torno da questão ambiental.

Logo, efeito estufa, aquecimento global e mudança climática devem ser compreendidos nesta temática como uma cadeia de eventos, e não como expressões sinônimas ou intercambiáveis, pois cada um destes eventos possui diversas causas e consequências (TILIO NETO, 2009, p. 74-75).

O efeito estufa pode ser observado como natural ou antrópico, com base em análises sobre a concentração de gases existentes na atmosfera, que interferem no equilíbrio da temperatura do planeta em quantidades elevadas. O aquecimento global é compreendido como a elevação da temperatura média da Terra, cuja causa está relacionada ao efeito estufa, gerado por ações antrópicas ou naturais, assim como pelo aumento da atividade solar. E, por fim, a mudança climática é interpretada como alterações no equilíbrio do sistema climático terrestre e de seus subsistemas, as quais podem advir do aquecimento global, de mudanças na circulação oceânica, de alterações na composição dos gases na atmosfera e nas camadas geográficas, bem como de atividades humanas (TILIO NETO, 2009, P. 74-75).

De acordo com os “cientistas do clima” do *Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima* (IPCC), a mudança climática pode ser correlacionada a duas escalas temporais: uma de longa duração, superior a 20 000 anos; e uma de curta duração, que pode ocorrer entre 100 e 20 000 anos, ambas podem derivar de causas internas, externas e da ação humana (queima de combustível fóssil, lançamento de gases de efeito estufa na atmosfera, desmatamento e modificação em escala regional e global). De acordo com este grande grupo de cientistas, o planeta estaria passando por uma mudança climática de curta duração, e o principal fator de aceleração dos processos climáticos seria a ação antrópica, que gera a elevação do aquecimento global e, conseqüentemente, causa desequilíbrio no sistema climático.

Já os denominados céticos, entre os quais podemos citar os brasileiros Geraldo Lino (2010) e Luiz Moulion (2011), afirmam que existem distorções nas apresentações dos temas climáticos à opinião pública em geral, pois as variações climáticas observadas, desde meados do século XIX, encontram-se dentro das faixas de variações naturais da dinâmica climática do planeta, ou seja, não há evidência concreta da interferência da ação humana no clima em escala global.

De acordo com essa articulação teórica, o CO₂ atmosférico é o “gás da vida”, pois dele depende toda a fotossíntese das plantas, que formam a base das cadeias alimentares da biosfera. As concentrações de CO₂ superiores às atuais são benéficas para a vegetação, assim como para o restante da biosfera, incluindo a vida humana.

Outra premissa errônea, segundo Lino (2010), é a vinculação entre o aumento das concentrações de CO₂ e a elevação das temperaturas, pois, segundo os dados estatísticos da história geológica da Terra, as curvas que representam as temperaturas e as concentrações de CO₂ não mostram uma correlação entre si; as temperaturas têm se alterado antes do gás.

O “aquecimentismo”, portanto, desenvolvido pelos pesquisadores do IPCC, surgiu com o movimento ambientalista internacional, iniciado nas décadas de 1950-60 do século XX, principalmente nos países anglo-americanos, e se converteu em uma indústria que movimentava valores da ordem de centenas de bilhões de dólares por ano, envolvendo verbas públicas e privadas para pesquisas científicas e tecnológicas, incentivos fiscais para tecnologias de “baixo carbono”, campanhas de organizações não-governamentais e propagandísticas, *lobbies* parlamentares e o florescente mercado de créditos de carbono,

que movimentou 144 bilhões de dólares em 2009 e 176 bilhões de dólares em 2011 e que possui a estimativa de chegar a dois trilhões de dólares em 2014, convertendo-se no maior mercado de *commodities* do mundo, segundo o Banco Mundial (2012).

Portanto, por mais distintos que sejam os posicionamentos dos cientistas do clima e as críticas em relação à produção dos relatórios emitidos pelo IPCC e pelos denominados céticos, ao longo das duas últimas décadas, em termos de neutralidade ou exacerbações dos resultados, há de se observar que, como qualquer linha teórica das denominadas Ciências Modernas, cada grupo, com seus subgrupos, se diferencia em objeto, método e conclusão; portanto, o que existe em termos reais, são posicionamentos teóricos, metodológicos e até ideológicos, que fundamentam dissensos nas ações dos líderes políticos sobre possíveis ações políticas e econômicas de atenuação do problema ambiental.

Desde o início da década de noventa, houve um aumento expressivo na participação dos atores internacionais, principalmente dos Estados, nas conferências locais, regionais ou globais que debatem a questão climática, o que pode ser definido, segundo Visentini (2009), como Década das Conferências e do Multilateralismo. Contudo, as diretrizes das diversas delegações, principalmente dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, pautam-se no interesse estatal, em detrimento das causas coletivas, sendo um exemplo óbvio disto, o documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20), em junho de 2012.

Com isso, imiscuído nos dissensos globais em relação à construção de ações efetivas em termos de resolução dos problemas ambientais, pode-se citar, como exemplo, um país insular, que está localizado no Pacífico, entre a Austrália e a Nova Zelândia, e que sofre fenômenos climáticos extremos, em decorrência da mudança climática global: Tuvalu.

Entre os fenômenos que afetam este Estado-ilha e que geram efeitos político-econômicos, pode se citar: a elevação do nível do mar e a invasão do território tuvaluano pelas águas oceânicas; a salinização das fontes de água potável e das terras férteis; o branqueamento e a acidificação dos corais; o aumento da temperatura do mar e do ar, com ondas de calor, e a elevação da intensidade dos ciclones tropicais e da precipitação pluviométrica; a destruição das moradias, a mortalidade infantil e a proliferação de

doenças; a perda do território e, portanto, da soberania e da cidadania; assim como a migração forçada e o surgimento de possíveis refugiados ambientais.

Tais impactos climáticos a Tuvalu, derivados da mudança climática e do aquecimento global, independente de sua causa (antrópica ou própria da dinâmica da Terra), criam problemas políticos e econômicos ao Estado-ilha, bem como a diversos outros países que são considerados inexpressíveis em termos bélicos, econômicos e políticos no mundo, pois, como afirmam Amartya Sen (2010) e Vandana Shiva (1993), os países e populações humanas mais afetados pelos fenômenos climáticos são os economicamente desfavorecidos.

Tuvalu, assim como a maioria dos países do mundo, possui uma constituição, que representa um conjunto jurídico normativo que agrega os valores fundamentais de um povo, interpretado à luz de uma das especificidades da Era Moderna, o Estado-Nação, o qual, por sua vez, é compreendido pela centralização e/ou organização de um poder estatal soberano, composto internamente por uma ordem jurídica específica, delimitada por fronteiras territoriais.

A ideia de povo, compreendida semelhantemente à ideia de Nação, em termos de extensão política, perpassa a delimitação jurídica de fronteira e caracteriza-se a partir de uma origem comum, que é formada pela língua, cultura e história e que, segundo Habermas (2002, p. 124), está contida em dois conceitos distintos: o “Estado-Nação” e a “Nação de cidadãos”, os quais compreendem dois processos históricos não paralelos: a formação dos Estados Nacionais e das Nações.

Na Constituição tuvaluana, o princípio de cidadania¹ esboça que são cidadãos os indivíduos que ostentam o princípio de nacionalidade, entendida como o vínculo jurídico que especifica quais são os sujeitos que fazem parte da sociedade política estatal e que, por meio dela, garantem um estatuto legal, pelo qual uma pessoa pertence ou não a um determinado país, reconhecido pelo direito internacional.

Nesse sentido, a cidadania é considerada um estatuto jurídico, ou seja, uma base para reclamar direitos (não apenas um vínculo que pede responsabilidades), que fundamenta a relação entre um indivíduo e uma comunidade política, na qual este

¹ O princípio de cidadania, e de não cidadania, requerimento e impedimento de direito são expressos nos artigos 43, 44, 45, 46 e 47.

indivíduo é detentor de pleno direito e deve lealdade ao grupo (CORTINA, 2001, p. 31-43). Os sujeitos de direito de um Estado são seus cidadãos, embora existam outras formas de pertença, como a permissão de residência, a figura do trabalhador convidado ou a do refugiado.

A cidadania, no Estado insular de Tuvalu, é definida como nas Constituições dos países do continente americano, inclusive na do Brasil. No Estado-ilha, a nacionalidade fundamenta o princípio de cidadania, oriundo do direito positivo e é pertencente aos sujeitos de direito, por meio do *jus solo* (solo do Estado) ou do *jus sanguini* (vínculos de sangue, filhos de nacionais), com exceção dos filhos nascidos fora do matrimônio. Assim, a nacionalidade tuvaluana vincula-se ao princípio da matrilinearidade.

De acordo com Habermas (2001, p. 81-82), o território estatal circunscreve o âmbito de validade de uma ordem jurídica sancionada pelo Estado: a nacionalidade deve ser definida em relação ao território do Estado. No âmbito interno do Estado territorial, constituem-se, por um lado, o povo do Estado, como sujeito potencial de uma legislação de cidadãos reunidos democraticamente; e, por outro, a sociedade como objeto potencial da sua ação. O princípio territorial resulta na separação das relações internacionais do âmbito da soberania estatal. O domínio do Estado fundamenta-se externamente, mediante os demais sujeitos do direito internacional, e a partir do direito ao reconhecimento recíproco da integridade das fronteiras estatais.

A existência de normas que preservam a autonomia de cada unidade estatal torna pacífica a comunicação entre os entes soberanos. A autonomia corresponde, no plano legal, à soberania; ou seja, trata-se do local em que os cidadãos, por meio da maioria, expressam suas preferências, determinam seu rumo coletivo e estabelecem o espaço de ação individual (HELD, 1991a, p. 197).

A dignidade humana, assim como as liberdades individuais, são exaltadas, na Constituição, como inerentes a todo o ser humano, sendo, sua realização, dever exclusivo de cada Estado-Nação, a partir da ideia de um mínimo social alcançado (BOBBIO, 2004). O corpo de direitos, tanto no presente como no futuro, é derivado de dádivas concedidas por Deus, considerado e exaltado, como o Todo Poderoso.

As diretrizes da política externa de Tuvalu são pautadas em princípios de paz e cooperação, partindo do respeito à Carta de Direitos Humanos quanto à igualdade de

direitos e à autodeterminação dos povos. As relações entre as Nações do Pacífico (e dentro delas) devem ser pautadas na autoajuda, assim como na disseminação dos valores de cortesia e consenso, por meio da pessoalidade, contrária ou diferente da impessoalidade gerada pela burocracia.

A soberania estatal, caracterizada pela territorialidade e pela exclusão de atores externos das estruturas de autoridade internas (KRASNER, 2001, p. 20 *apud* KRITSCH, 2010, p. 34), bem como pelo poder de jurisdição exclusiva sobre um determinado território (KRITSCH, 2005, p. 375-99), está relacionada à definição de Estado como uma comunidade humana organizada, que reivindica para si o monopólio legítimo da violência dentro dos limites territoriais (WEBER, 2006, p. 56 *apud* KRITSCH, 2010, p. 35) e que, na modernidade, foi (re)definida por pares conceituais como: poder e direito, força e legitimidade, monopólio da violência e jurisdição exclusiva (KRITSCH, 2002, p. 35-48).

Dessa forma, partindo do pressuposto acima mencionado de que a política externa de Tuvalu pauta-se exclusivamente na autoajuda, no consenso e na cortesia entre as relações no Pacífico, pode-se afirmar que, por meio da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), o país reivindica, no meio internacional, principalmente aos países desenvolvidos, o estabelecimento de um acordo legal vinculante, referente aos índices de emissões de gases que elevam o efeito estufa, além de clamar por políticas de adaptação e mitigação nos países que enfrentam os fenômenos ocasionados pela mudança climática. Estas exigências partem da eminente constatação da ameaça enfrentada pelos membros da AOSIS, em decorrência da elevação e da frequência dos fenômenos do tempo derivados da mudança climática global e dos frágeis processos de desenvolvimento sustentável, compreendidos como processos de transformação (WCED, 1991, p. 41).

Indignados com o não cumprimento dos tratados de redução de emissão de gases do efeito estufa, assim como com a não facticidade das políticas atenuantes, acordadas na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (CQNUMC), em 1992, e no Protocolo de Kyoto, em 1997, as Nações da Aliança destacam que os países desenvolvidos (PDs) são responsáveis pela aceleração dos fenômenos climáticos e dos encargos a eles relacionados, principalmente nos pequenos países insulares localizados no Pacífico e em outras regiões do planeta. Por essa razão, os PDs devem oferecer ajuda em

termos de capacidade técnica e econômica, além de entrar em acordos legais, com prazos e metas definidas.

A morosidade das negociações internacionais e dos processos de consenso relacionados à solução dos problemas provocados pela mudança climática desaponta os dezesseis membros da Aliança², os quais relacionam a ascensão das vulnerabilidades diversas as suas comunidades. Consideram esses problemas consequências diretas da falta de ação dos vários membros que participaram destas negociações; razão pela qual apelaram à sociedade internacional para que incitasse os países desenvolvidos a assumirem postos de liderança no combate às emissões dos GEE.

Nesse sentido, as reivindicações pautam-se em normas e princípios do Direito Internacional, e são baseadas no pressuposto da existência desigual em relação aos graus de desenvolvimento e capacidade dos Estados. Portanto, o princípio de precaução não menospreza as diferenças existentes em relação à quantidade emitida de gases poluentes em cada país.

A Aliança dos Pequenos Estados Insulares, entendida como uma organização regional e interregional, com valores e características comuns, parte do objetivo de pressionar a construção de atitudes globais, por meio de ações regionais, visto que, unitariamente, no meio internacional, não são nações expressivas em termos econômicos, políticos e militares³.

A sociedade internacional, caracterizada por um mínimo comum obrigatório, no qual os Estados são os sujeitos de direito, é o receptáculo de apelo da AOSIS, pois acredita na influência exercida por esta nos países poluidores. No caso, a sociedade internacional levaria os PDs a assumirem responsabilidades comuns, porém diferenciadas, diante dos problemas climáticos derivados exclusivamente de ações realizadas dentro de suas fronteiras demarcadas, assim como a liderarem as políticas mundiais no combate às emissões de GEE.

² A aliança é composta por dezesseis membros estatais: Austrália, Ilhas Cook, Fiji, Kiribati, Nauru, Estados Federados da Micronésia, Nova Zelândia, Niue, Palau, Papua Nova Guiné, República das Ilhas Marshall, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu e Vanuatu; além de nove observadores: Nova Caledônia, Polinésia Francesa, Tokelau, Wallis e Futuna, Commonwealth, Organização das Nações Unidas, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Mundial e Timor Leste.

³ Conforme exemplificado por Bull (2002).

O alerta parte da argumentação de que as piores implicações são as de segurança, relacionadas às ameaças previsíveis, às dimensões humanas e, conseqüentemente, à segurança coletiva dos Estados, pois uma não resolução representa diversas crises nos países vulneráveis. Desse modo, em 13 de abril de 2007, ocorreu a Reunião do Conselho de Segurança⁴ da ONU - número 5663 (SC/9000), que abordou, pela primeira vez, as possíveis conseqüências da mudança climática em relação à paz e à segurança, além da relação entre as seguranças energética e climática.

Em assembleia, alguns países, entre eles a China, alegaram que não cabia ao Conselho de Segurança discutir as mudanças climáticas. Outros países em desenvolvimento afirmaram que a mudança climática é uma questão socioeconômica e que deve ser tratada pela Assembleia Geral da ONU, devido a sua maior representatividade. Já o dirigente da Papua Nova Guiné, que representava o Fórum dos Pequenos Estados Insulares do Pacífico, entre eles Tuvalu, argumentou que o impacto das alterações climáticas para os pequenos Estados-ilha não era menos ameaçador e perigoso que as armas e as bombas enfrentadas pelas grandes nações durante as guerras, e que o Conselho de Segurança, por ser encarregado de proteger os Direitos Humanos, a integridade e a segurança dos Estados, é o principal Fórum Internacional para gerir estas questões.

No final do encontro, houve um consenso de que “todos somos responsáveis por encontrar soluções conjuntas para os inúmeros problemas derivados da mudança climática”. De acordo com Beckett (2007), as alterações no clima são uma questão de segurança coletiva, em um mundo cada vez mais interdependente e frágil, e; a longo prazo, é necessário criar uma resposta global para o problema. A autora exemplifica que, com o aumento no número de pessoas infectadas por doenças, assim como, com o avanços das inundações e da fome, um intenso processo migratório sem precedentes ocorrerá, havendo um impacto sobre a identidade e sobre a coesão social de comunidades inteiras, da mesma forma que poderão ocorrer severas implicações para a soberania interna e externa dos países, disputas transfronteiriças multifacetadas, etc.

O documento emitido pela Reunião do Conselho de Segurança da ONU – número 5663 (SC/9000), segundo Afelle F. Pita (2007), embaixador permanente de Tuvalu nas

⁴ Informações acerca do Conselho de Segurança da ONU: origem, membros permanentes e rotativos, objetivo, dentre outras. UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (2004).

Nações Unidas, é valioso, pois aborda a primeira tentativa dos membros desse Conselho de criar uma discussão acerca das consequências da mudança climática para a segurança e para a paz⁵.

Pita (2007) inicia a fala lembrando que o Governo de Tuvalu, no 60º aniversário da Assembleia Geral da ONU, em 2005, destacou o vínculo existente entre segurança ambiental e mudança climática, e afirmou, na ocasião, que apoiava a inserção da questão na agenda permanente do Conselho de Segurança, pois, como é sabido, este assunto é de extrema importância para a sobrevivência do Estado-ilha Tuvalu. O problema não se restringe exclusivamente a esta ilha específica, mas a muitas comunidades e pessoas espalhadas pelo globo. A ameaça global, anteriormente projetada na Guerra Fria, a qual se baseava em um possível conflito bélico entre Estados Unidos e União Soviética, passa a ser associada, no presente, a uma *War warming*⁶, sendo as armas representadas pelas chaminés e tubos de escape, ou seja, uma guerra química de imensas proporções.

Nesse sentido, para cessar esse processo, de acordo com Pita (2007), é necessário criar fontes de energia limpa em todos os países e comunidades. Em Tuvalu, observa-se que a própria segurança do país está relacionada à produção de energia, uma vez que, sendo o setor energético ineficaz, os custos para abastecimento local são altíssimos. No entanto, esse seria um problema de fácil solução, caso houvesse uma energia sustentável confiável, pautada em tecnologias eficientes.

A inserção da segurança ambiental na agenda permanente do Conselho de Segurança atinge diretamente os membros estáveis do Conselho, a saber: China, Rússia, França, Reino Unido e Estados Unidos. Como é possível notar, estes são alguns dos países com maiores índices de emissão dos gases de efeito estufa e não signatários de acordos e tratados internacionais relacionados à problemática ambiental. Essa atitude também pode ser atestada pela posição cautelosa dos países em desenvolvimento, que receiam a implantação de obrigações em relação a níveis de redução da emissão dos gases.

Portanto, sendo o mundo dividido em Estados soberanos inseridos em um sistema internacional, a mobilidade de indivíduos é controlada pelo poder estatal e por dadas convenções. Dessa forma, apenas cidadãos de um Estado podem requerer mobilidade

⁵ A declaração presidida por Alfelee F. Pita, representante de Tuvalu no Conselho de Segurança, encontra-se no site: TUVALU ISLANDS (2007).

⁶ Guerra do Aquecimento.

internacional, sendo essa limitação um dos fundamentos da soberania do Estado. Tal medida, contudo, não significa que nenhum indivíduo consiga cruzar as fronteiras estatais sem o consentimento do Estado, pois não há Estados com fronteiras impermeáveis (REIS, 2004, p. 150).

Neste sistema internacional, não há uma única organização superior ao Estado, no sentido de obrigá-lo a aceitar quem quer que seja em seu território. A autonomia do Estado, no campo das migrações, é uma das características fundamentais do direito internacional tradicional. Internacionalmente, são os Estados que se relacionam entre si, pois não há uma relação entre indivíduos de uma determinada nacionalidade e Estados de outra. Dentro desse paradigma, o indivíduo não é sujeito e as migrações, portanto, são um fenômeno social e político, pois implicam em categorias de cidadania.

Diante disto, os direitos humanos representam a existência do indivíduo no cenário internacional, assim como o processo de inserção de direitos individuais universais independentes do Estado, criando, o que Kritsch (2010) denomina como tensão entre o princípio de soberania e a facticidade dos direitos humanos.

Contudo, em decorrência dos fenômenos da mudança climática, Tuvalu e diversos países insulares sofreram com a perda parcial ou total de seus territórios, como também com a falta de condições mínimas que assegurem a vida neles. Esses cidadãos, no futuro, podem se tornar indivíduos de lugar algum, os quais, em termos políticos institucionais, são denominados, erroneamente, refugiados ambientais, pessoas que foram obrigadas a deixar seus países ou localidades devido a mudanças climáticas, buscando refúgio em outros locais (DICIONÁRIO DE DIREITOS HUMANOS, 2006). Podem, ainda, ser designados como apátridas, porém, esta definição também apresenta problemas, visto que, ao ser associada ao problema ambiental, não significa que os sujeitos afetados não possuam um Estado de origem; o que ocorre é a falência ou o desaparecimento total do Estado de origem, inviabilizando a categorização do conceito de nacionalidade a partir de uma legislação.

E, por fim, em termos globais, o Protocolo de Kyoto (UNITED NATIONS FRAMEWORK, 1998), fundado em 1997 e ratificado em 1999, é derivado de uma série de discussões que permearam as décadas de 1970 e 1980, e que ocorreram nas principais

conferências ou relatórios sobre o clima global⁷. É considerado um tratado internacional que especifica compromissos para com a redução de emissão dos gases de efeito estufa (GEEs). Cerca de cem países ratificaram o documento nos dias atuais. Os Estados Unidos, maior poluidor em 1990, com cerca de 36,1% de emissões de GEEs globais (REVISTA CIDADANIA E MEIO AMBIENTE, 2010), desistiram do tratado em 2001 e alegaram que era custoso para a economia americana manter as determinações do acordo, além de considerarem injusta a não participação obrigatória dos países em desenvolvimento (PEDs).

A facticidade do Protocolo de Kyoto é essencialmente política (REVISTA CIDADANIA E MEIO AMBIENTE, 2010), pois depende exclusivamente do cumprimento acordado pelos países membros, inclusive pelos desenvolvidos, como Estados Unidos e China. Porém, como norma, o Protocolo torna-se inexpressivo e problemático, quando relacionado às políticas econômicas estatais sem um órgão supranacional que faça valer tais políticas.

Contudo, é importante lembrar que, mesmo com os entraves consensuais em relação aos acordos globais, como o Protocolo de Kyoto, atualmente se observa um avanço em termos de deliberações e objetivos comuns regionais, assim como a proliferação do discurso de adesão à Carta de Direitos Humanos.

As ações de mitigação e adaptação propostas pelo Protocolo são fundamentais aos países vulneráveis, pois representam uma maneira de postergar a insuficiência estatal em relação à salvaguarda dos direitos sociais mínimos. A diminuição da emissão de gases poluentes, ponto primordial do tratado, representa a condição essencial relacionada ao desaparecimento por completo destas nações, assim como os não compromissos podem ser observados como a sobreposição do campo econômico ao campo político humano no Ocidente contemporâneo.

Considerações Finais

O *meio* existencial de Tuvalu está ameaçado por fenômenos advindos da mudança climática, o que inviabiliza a permanência dos cidadãos e, futuramente, a existência do

⁷ Entre elas, podemos citar a Conferência de Estocolmo, em 1972, a Conferência de Mudança Atmosférica, em 1987, a declaração do primeiro relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, em 1990, a CQNUMC, em 1992 na RIO-92 e as diversas conferências regionais sobre distintos temas.

país. Tal mudança climática pode ter sido acelerada por práticas antropogênicas executadas em todo o globo, principalmente em países desenvolvidos; bem como pela própria dinâmica climática do planeta. Nesse sentido, o *ambiente* criado pauta-se em reivindicações políticas, ações de cooperação regional, dissensos globais que bloqueiam a criação de ações mitigatórias e de poderes assimétricos.

Esse processo insere-se em um contexto histórico e social denominado Nova Ordem Mundial (pós-1989), caracterizado por distintos processos hierarquizantes, assimétricos, desiguais e de diferentes naturezas: econômica, política, tecnológica, militar, legal, cultural e ambiental; cada qual formada por específicos padrões de interação e atividades (HELD, *et. al.*, 1995).

Tal processo, ainda em curso, desafia as fundações e os princípios políticos do Estado-Nação e, por conseguinte, as ideias de democracia e de cidadania, enfraquecendo os laços territoriais que ligam o indivíduo ao Estado, deslocando o foco da identidade política, diminuindo o valor das fronteiras nacionais e abalando sistematicamente a base da cidadania tradicional (REIS, 2004). A migração da pátria é uma ameaça sem precedentes históricos para a Nação de Tuvalu, e revela a violação dos direitos fundamentais de nacionalidade (cidadania) e soberania, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como outras convenções internacionais.

Tuvalu, por ser membro da ONU desde 2000, faz parte dos países que devem ter o compromisso de cooperação e de emanção dos valores de paz. Contudo, isso não significa que suas reivindicações serão solucionadas, visto que a ordem internacional é marcada pela hierarquia excessiva de Estados, cuja característica está relacionada ao grau de desenvolvimento econômico que o país alcançou no meio internacional.

As possíveis consequências da degradação ambiental em Tuvalu e em diversos países no mundo podem ser desastrosas e emblemáticas para a política, tal como a conhecemos, pois representam o surgimento de milhões de apátridas (pessoa que não é considerada como pertencente a nenhuma Nação) e refugiados, o desaparecimento de Estados inteiros, as migrações forçadas em âmbito interno e externo, as crises humanitárias, os conflitos regionais e, portanto, a remodelação de zonas locais, regionais e até globais.

Em termos de soluções para os problemas climáticos enfrentados por Tuvalu e por diversos outros países, a proposta de inserir o debate em categorias de segurança, devido as

fontes de insegurança, cria um determinismo ambiental de proporções catastróficas. Portanto, mesmo em termos genéricos, uma possível resolução poderia pautar-se na solução dos problemas ecológicos por meio de medidas mitigatórias colaborativas ou, como nos princípios acordados na RIO 92 e no Protocolo de Kyoto de 1997, por meio da observância de que “os Estados têm responsabilidades comuns, mas diferenciadas”, o que permite um consenso quanto à criação de políticas econômicas atenuantes para a questão climática, as quais constituem uma tarefa extremamente árdua, devido a complexa hierarquia de prioridades dos principais membros da sociedade internacional, os Estados nacionais.

Referências Bibliográficas

ALIANCE OF SMALL ISLAND STATES. **Declaration on Climate Change**. 2009. Disponível em: <<http://aosis.info/>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

BECKETT, M. Discurso proferido pela secretária exterior britânica. In: REUNIÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 5663, (C9000). Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/scact2007.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2012.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRAGA, M.; GUERRA, A.; REIS, J. C. **Breve história da Ciência Moderna: A belle-époque da ciência (séc. XIX)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRASIL. Decreto nº 2.652, de 01 de julho de 1998. Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em Nova York, em 9 de maio de 1992. In: SENADO FEDERAL (Ed.). **Protocolo de Quioto e legislação correlata**. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2004. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/70328/2/693406.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

BROWN, C. Universal Human Rights: a Critique. In: DUNNE, T.; WHEELER, N. (Ed.). **Human Rights in Global Politics**. Cambridge UK: Cambridge University Press, 1999.

CASTELNOU, A. Cidade e natureza: uma introdução ao tema. Piracicaba: **Revista Impulso**, 17 (44): 17-30, 2006.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petropólis: Vozes, 2008.

CLIMATE CHANGE IN THE PACIFIC SCIENCE PROGRAM. **The contributions of Hilia Vavae and Kilateli Epu from the Tuvalu Meteorological Service are gratefully acknowledged.** Disponível em:<http://www.cawcr.gov.au/projects/PCCSP/Nov/Vol2_Ch15_Tuvalu.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2011.

COMMONWEALTH OF NATIONS. **Introducing the Commonwealth.** Disponível em:<<http://www.commonwealth-of-nations.org/The-Commonwealth-Introduction>, 2,2,1. Acesso em: 25 dez. 2011.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

DICIONÁRIO DE DIREITOS HUMANOS, 2006. Disponível em: <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Refugiado+Ambiental>>. Acesso em: 10 fev 2012.

HABERMAS, J. **A constelação pós-nacional: ensaios políticos.** São Paulo: Littera Mundi, 2001.

_____. **A inclusão do outro: estudos de teoria política.** São Paulo: Loyola, 2002.

HELD, D. A democracia, o Estado-Nação e o sistema global. **Lua Nova** [online]. n.23, p. 145-194, 1991. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451991000100010>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

_____. **La democracia y el orden global: Del Estado moderno al gobierno cosmopolita.** Barcelona: Paidós, 1995.

IPCC. **Climate Change 2007: Synthesis Report.** Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, Pachauri, R.K and Reisinger, A. (Ed.)]. IPCC, Genève, Switzerland, 2007. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/publications_and_data/ar4/syr/en/contents.html> Acesso em: 20 abr. 2011.

KIMLICKA, W. **Contemporary Political Philosophy: an introduction.** New York: Oxford University Press, 2002.

KRITSCH, R. Entre o analítico e o prescritivo: disputas em torno dos direitos humanos. **Mediações**, Londrina, v. 15, n. 1, p.30-53, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/6542>>. Acesso em: 29 dez. 2011.

_____. **Soberania**: a construção de um conceito. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. Direitos humanos universais, estados nacionais e teoria política: algumas questões práticas e conceituais. **Filosofia Unisinos**, n. 6, 2005, p. 213-230.

LINO, G. L. Alguns fatos básicos sobre mudanças climáticas. **OIKOS**. Rio de Janeiro, v. 9, n.1, 2010.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MOULIN, C. Os direitos humanos dos humanos sem direitos: refugiados e a política do protesto. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 26, n. 76, jun. 2011.

PONTING, C. Uma história verde do mundo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1995.
REIS, R. R. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online], v.19, n.55, p. 149-163, 2004. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092004000200009>>. Acesso em: 10 set. 2011.

SÁ-SILVA, J.; ALMEIDA, C.; GUINDANI, J. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano 1, n.1, jul. 2009. Disponível em:<<http://www.rbhcs.com>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

SECRETARIAT OF THE PACIFIC REGIONAL ENVIRONMENT PROGRAMME. **Climated change**. Disponível em: <<http://www.sprep.org/>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TILIO NETO, P.. **Ecopolítica das mudanças Climáticas**: o IPCC e o ecologismo dos Pobres. São Paulo: Plêiade, 2009.

TUVALU ISLANDS. Abr/2007 Disponível em: http://www.tuvaluislands.com/un/2007/un_2007-04-17.html>. Acesso em: 03 fev 2012.

VISENTINI, P. F. O sistema global 20 anos após a queda do Muro de Berlim: entre as realizações e o desencanto. In: O MUNDO 20 anos após a queda do Muro. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009. p. 111-123.

WCED - WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT - **WCED**. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: FGV. 1991.

YIN, Robert. **Case study research**: design and methods. Thousand Oaks: Sage, 2009.

ZIZEK, Z. A ecologia é o ópio do povo. Curitiba: **Revista Unisinos**, n^o 05. Entrevista concedida a Ricardo Sanín, 2010.

VAZIOS URBANOS E A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: O PAPEL DO PLANO DIRETOR URBANO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Eliane França Conti

Mestranda do programa de pós-graduação da Universidade Estadual Norte Fluminense
– UENF
e-mail: efconti@hotmail.com

RESUMO: O artigo busca identificar como os atores sociais se comportam na construção e no direcionamento dos vazios urbanos enquanto propriedade privada. Nesse sentido analisaremos o papel do Estado como ente regulador do espaço urbano e responsável pela construção de um ambiente social incluyente e a atuação capitalista sobre o mesmo espaço, bem como a segregação sócio espacial que ela estabelece por meio da prática do lucro e em detrimento da função social da propriedade. O contexto da análise prima por demonstrar se há integração entre os interesses do estado e da iniciativa privada ou se ambos atuam de maneira autônoma entre si, produzindo o melhor ou o pior efeito para a sociedade.

PALAVRAS CHAVE: espaço urbano; função social; propriedade.

ABSTRACT: This article seeks to identify social actors behave in the construction and direction of urban voids as private property. In this sense we will analyze the state's role as the regulator of the urban space, and responsible for building an inclusive social environment and capitalist activity on the same space as well as socio-spatial segregation that it provides through the practice of profit at the expense of the function social property. The context of the analysis show that there is material for integration between the interests of the state and the private sector or both act autonomously with each other, producing the best or the worst effect on society.

KEYWORDS: urban, social function; property.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano tem sido vislumbrado por todos aqueles que anseiam por um local que proporcione uma vida confortável, em virtude de reunir condições de infraestrutura que propiciem uma vida mais prática, dotada de recursos de salubridade, ensino, transporte, trabalho e moradia e colabore para a prosperidade econômica dos que nela habitam ou dela se utilizam para algum fim.

Ocorre que a cidade e, com mais precisão, o espaço urbano, é guiado por regras que são ditadas por diferentes atores da construção do espaço urbano. Há regras escritas e formais, formuladas pelo Estado, que atuam de maneira a direcionar a construção do espaço, como a lei de parcelamento e uso do solo urbano, a lei de posturas municipal e o plano diretor urbano. E há leis informais e não escritas que são aplicadas pelo mercado e que atuam regulando-o, como ocorre com a lei da oferta e da procura. As leis do mercado imobiliário, por exemplo, atuam em função do lucro que pode ser gerado pela mercadoria ou produto que disponibilizam no mercado, dentre elas podemos citar a terra urbana, cuja valorização tem como variável os benefícios de âmbito social e econômico que podem ser revertidos ao indivíduo dentro da sociedade em geral ou do grupo social a que pertence. Esses benefícios, por sua vez, tendem a refletir o ganho de capital que pode ser gerado pela propriedade. Numa dialética mercadológica que nos remete à Teoria da Causação Circular citada por Vetter (2000). De acordo com a Teoria da Causação Circular o espaço urbano dotado de equipamentos públicos como transporte, educação e lazer, é valorizado no mercado e favorece o aumento do ganho de capital por parte dos investidores, adquirindo maior valor de troca¹. A valorização do espaço reflete na elevação do padrão social e econômico das pessoas que imigrarão para aquele local. O valor de uso² da terra atrairá pessoas que correspondam ao seu novo padrão. Desta forma, o mercado se apropria dos benefícios gerados pelo Estado e este se favorece com a elevação na arrecadação de taxas e impostos. Entretanto, a circulação dos benefícios não descarta a circulação dos malefícios que são suportados pelos cidadãos com poucos recursos para arcar a elevação dos serviços, taxas e impostos, e, por conseguinte, são expulsos da terra urbana valorizada. Sendo assim, a Teoria da Causação Circular demonstra que a dialética do espaço é formada por elementos marxistas onde o espaço produzido contém o valor de uso e o valor de troca, e ambos, valor de uso e valor de

¹ “O valor de troca corresponde à relação dessa coisa com outras coisa, com todos os objetos e com todas as coisas, no ‘mundo da mercadoria’”. (LEVEBVRE.2000:135)

² “O valor de uso corresponde à necessidade, à expectativa, à deseabilidade”. (LEVEBVRE.2000:135)

troca, estão contidos espaço, sendo verdadeira a recíproca de que o valor de uso e o valor de troca também contém o espaço, que por sua vez está contido nos valores de uso de troca. A reciprocidade entre esses institutos sinaliza que distintos interesses guiam a formação do espaço urbano e direcionam a socialização da terra em benefício ou em detrimento da sociedade.

“Cada *localização* é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Po isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas”.
(SANTOS....ANO?:03)

Nesse sentido, a terra urbana, quando atinge um determinado valor venal, pode ser usada como instrumento para a produção da terra, levando ao aguçamento do processo segregacional. Desta forma, a fragmentação da terra urbana alimentada pelo mercado imobiliário e pelos proprietários de terras pode proporcionar a elitização do espaço, e valorizá-la de maneira propositada para que se reverta em lucro.

1 – A propriedade privada

A história de uma determinada sociedade é formada pelas experiências vivenciadas em um espaço territorial e definido pela influência que possam sofrer de outros povos. Nesse sentido, a sociedade é passível de mutações em seus valores, reformulando-os como consequência de superação de uma fase da história que já cumpriu se papel e que necessita ser substituída por algo novo. Desta forma, a mutação sofrida pelo instituto da propriedade desde o século XVIII até os anos 2000, demonstra que o homem constrói sua história de forma não arbitrária e em razão de condições determinadas. Partindo dessa premissa, torna-se mais fácil entender as teorias concebidas acerca da propriedade.

Assim, a propriedade foi considerada no século XVIII como elemento importante na luta pela garantia da liberdade do homem, num momento em que precisava ser visto como ser individual e sujeito de direitos, e por isso, a Teoria Contratualista, capitaneada por Locke e Rousseau considerava a propriedade um direito incontestável, absoluto e perpétuo, caracterizando-a como um direito natural do homem e integrante da liberdade humana. A Teoria contratualista, então, tinha como ideologia o

jusnaturalismo, e considerava o direito à propriedade como algo natural ao homem, concebendo a ideia de que entre um bem material e uma pessoa existe um vínculo jurídico. Essa ideia foi abraçada pelos civilistas – os estudiosos das relações jurídicas civis - e consiste no fundamento de um ramo do direito, o direito real, que normatiza as relações jurídicas pertinentes à propriedade material ou imaterial. Por isso, a Teoria contratualista ou jusnaturalista é adotada pela legislação brasileira no trato das relações civis, mas é relevante que se esclareça que o direito de propriedade hoje é mitigado pelo caráter social que lhe foi atribuído pela CF/88, ao estabelecer (art. 5º, XXIII) que a propriedade atenderá sua função social, uma discussão que faremos adiante. Todavia, há que se ressaltar a relevância da teoria contratualista para a humanidade, visto que a luta pelo direito de propriedade foi arcabouço de revoluções históricas como a Revolução Americana e a Revolução Francesa, passando à consagração de direito após as afirmações da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e do Código de Napoleão, em 1804. Mas, foram os fundamentos da Revolução Francesa que mais influenciaram os demais países do ocidente, ao rotularem a propriedade como algo nato ao homem e, por isso, deveria ser individual, absoluta e incontestável. Dentre os países influenciados pela Revolução Francesa podemos citar o Brasil, que em 1850 editou a Lei de Terras (L. Nº 601 de 18 de setembro de 1850) com o objetivo de regulamentar o tratamento aplicado às terras devolutas do Império.

No entanto, as inquietudes sociais do final do século XIX, acarretadas pela Revolução Industrial e pelas doutrinas socialistas, levantaram novos questionamentos acerca da concepção individualista da propriedade pregada pela Teoria Contratualista, passando-se a pensar em uma sociedade mais justa e solidária, enfatizando o bem comum. Era o fechamento de um ciclo histórico cujas garantias legais forjadas em berço burguês e que outrora haviam sido uma vitória em relação ao sistema de servidão feudal, já não satisfaziam as necessidades de uma parte da sociedade que se considerava desfavorecida pelo sistema político adotado pela sociedade burguesa.

O crescimento de um novo ideal social alimentava um espírito de justiça e paridade social, tendo por característica comum a limitação na forma de dispor, de usar e de gozar a propriedade, necessitando-se do seu vínculo a uma distribuição mais equânime e ao cumprimento de uma finalidade social. Assim, uma parte da sociedade lançava uma nova ótica sobre si mesma, considerando o homem como um ser social e que como tal não pode pactuar com a ideia de haver um vínculo inquestionável entre um bem material e uma pessoa. Os vínculos sociais e jurídicos só se conceberiam se

houvesse duas ou mais pessoas envolvidas e não apenas uma pessoa e um objeto. A propriedade, tal qual a sociedade, se estabelece por meio de vínculos formados entre pessoas. Então, para que houvesse propriedade seria necessário que os vínculos se estabelecessem entre pessoas, não se concebendo a existência de direito entre um homem e uma coisa. Para o positivismo pregado por Auguste Comte, é questionável a subjetividade do direito tal como o anuncia a teoria jusnaturalista, pois sendo o homem um ser social o que lhe é nato é a sociabilidade e não o direito. Não há direito se não há contra quem opô-lo, pois o direito para existir tem por pressuposto sua oposição contra alguém e não contra algo, cabendo à pessoa dotada de personalidade requerer o direito que julga lhe pertencer. Então, para a existência do direito é necessário que existam personalidades distintas de cada polo da relação social ou jurídica estabelecida. Desta forma, a personalidade é pré-requisito para sua sociabilidade e para a existência de um direito, visto que somente poderá exercê-lo contra ou pessoa e não contra um bem ou um objeto, já que não possuem personalidade. Assim, a ideologia positivista acerca da função social da propriedade prega a inexistência de um direito entre um bem e um indivíduo. Mas, ainda que tenha a propriedade do bem, para que tenha efetivo direito sobre ele precisa aliá-lo a uma finalidade, qual seja, um a finalidade social, vinculado o bem ao seu adequado exercício, para tanto, o indivíduo não pode ter liberdade plena quanto à disposição do bem. As necessidades da coletividade devem imperar sobre a intenção particular e esta, por sua vez, precisa ser vinculada ao bem da coletividade, não se permitindo nem a inércia e nem a indiferença do homem para com a vida em conjunto, em sociedade. A concepção de propriedade como algo que precisa ser dividido de forma igualitária e ao mesmo tempo servir de veículo para utilização do território, como meio de harmonia e integração social, surgiu em oposição à “concepção metafísica do direito subjetivo” (DUGUIT, 2006:35) que enxerga o direito à propriedade sob uma ótica filosófica e irreal e eleva o individualismo sobre a propriedade a um patamar divinal que transcende à realidade dos anseios da sociedade. Essa abordagem foi necessária num momento de reivindicação de direitos individuais onde os senhores feudais eram os donos da terra e os servos não detinham bens ou direitos sobre a terra. Porém, não pactua com a corrente de pensamento que inaugura uma nova ótica sobre a propriedade, revelando a exigência de socialização da terra e do espaço, por meio de uma função social.

1.1– A função social da propriedade.

Com a chegada de outra concepção teórica sobre o espaço e a utilização da terra urbana faz-se necessária a conciliação dos distintos ideais a fim de que se promova o ordenamento adequado da cidade. Para Maricato (2010)

“se, no século XVIII, a Revolução Francesa seguiu a utopia de libertar a terra das relações de servidão e garantir seu acesso amplo por meio da propriedade privada individual, no século XXI a grande utopia é a restrição ao direito individual de propriedade tendo em vista o interesse coletivo” (MARICATO. 2010:07)

Podemos então considerar que a efetivação da função social da propriedade aparece como um desafio para as autoridades e para a sociedade do século XXI ao encararmos a hipótese de que o fundamento da função social da propriedade também dialoga com a noção de liberdade, porém em sentido inverso ao pregado no século XVIII. Enquanto para a teoria individualista/subjetiva o homem pode usufruir de sua liberdade da maneira que melhor lhe satisfaça, assim entendido o direito de nada fazer e de não ter qualquer dever de contribuir com o progresso da humanidade, ou da sociedade a que pertence, para o positivismo, cada indivíduo deve colaborar com a sociedade onde vive, desenvolvendo sua individualidade física, intelectual e moral da melhor maneira possível. Desta forma, o indivíduo tem uma função social a cumprir como pessoa integrante do contexto social que compõe e, o mesmo procedimento se aplica aos bens imóveis que possui. Assim, cabe ao proprietário vincular sua propriedade a uma função social.

Por essa razão para os positivistas o maior direito do homem é o de cumprir com o seu dever. O dever de ser atuante na sociedade em que vive e de cumprir uma função social própria, bem como executar a função social da propriedade que lhe pertence. Ambos, homem e propriedade, não estão unidos por um elo inviolável, pelo contrário, nascem separados e predestinados a uma função social. Trata-se de uma questão de justiça social a ser praticada pelo homem e para o homem.

Então, atribuir função social à propriedade consiste em torná-la útil para a sociedade e empregar a terra de forma adequada para que exerça um papel social ativo, partindo da prerrogativa de que a propriedade não é uma garantia em si mesma, só se justificando se puder ser um instrumento de viabilização de valores fundamentais,

sobretudo o da dignidade da pessoa humana³. A propriedade deve ser elemento de materialização das aspirações conscientes da coletividade. Por essa razão, Duguit (2006) observa que as riquezas de que se tem posse precisam ser empregadas em obediência à finalidade para a qual foram constituídas.

“La propiedad no es um derecho; es una función social. El propietario, es decir, el poseedor de uma riqueza tiene, por el hecho de poseer esta riqueza, una función social que cumplir; mientras cumple esta misión sus actos de propietario están protegidos. Si no la cumple e la cumple mal, si por ejemplo no cultiva su tierra o deja arruinarse su casa, La intervención de los gobernantes es legítima para obligarle a cumplir su función social de propietario, que consiste en asegurar el empleo de las riquezas que posee conforme a su destino.” (DUGUIT. 2006:37)

Ratificando o entendimento de Duguit (2010) sobre a responsabilidade social que cabe a cada indivíduo para a construção de uma sociedade igualitária e justa, Harvey (1980:82) considera que “A justiça social é uma aplicação particular de princípios justos e conflitos que surgem da necessidade de cooperação social na busca do desenvolvimento individual”. Assim, a responsabilidade social da terra urbana, ou da propriedade, é um tema que requer reflexões, já que aparenta característica de dever do titular para com a coletividade na aplicação da distribuição justa do espaço urbano. O verdadeiro significado da socialização da propriedade não é de diminuição do direito a terra edificada ou não edificada, mas de dever do proprietário em explorá-la eficientemente, contribuindo para o bem-estar geral, tornando-a produtiva ou habitável. O ser humano e não mais o patrimônio, coloca-se no centro das atenções e os interesses e direitos de natureza social antepõem-se a direitos e interesses patrimoniais. A função social, pois, requer um espírito comunitário que promova o pleno desenvolvimento das relações humanas. Para tanto, a integração de áreas distintas como habitação, condições adequadas de trabalho, recreação e circulação humana, fundamentam a função social da propriedade como pilar para realização das funções sociais da cidade (SILVA, 2010). A doutrina positivista da função social da propriedade, na formulação original de Duguit, se adotada na íntegra pode propiciar a total implantação do Estatuto da Cidade. Entretanto, a implantação de uma consciência coletiva de justiça social para a aplicação

³CF/88 - Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III - a dignidade da pessoa humana;

da função social da propriedade esbarra no fato de que a propriedade é regulada por teorias antagônicas, e mesmo que precise promover o bem para a coletividade “A propriedade da terra se mantém no quadro da propriedade privada em geral” (LEFEBVRE. 2001:160) o que demonstra a necessidade de amadurecimento dos ideais sociais para que o espaço urbano tenha outra configuração. Embora a discussão acerca da função social da propriedade não seja um tema novo, a persistência do assunto na agenda social parece demonstrar a ausência de efetividade e aplicabilidade do termo no cotidiano da sociedade, tanto por parte dos entes públicos quanto por parte dos cidadãos. Motivo pelo qual o legislador se atropela dando breves destaques para o assunto a vários dispositivos legais como estatutos, planos diretores e constituições sem, no entanto, proceder à justa distribuição do espaço urbano.

Desta forma, a desídia do proprietário em relação à destinação social de sua propriedade repercute de maneira direta sobre o espaço territorial, demonstrando que também é responsável pela ocupação do espaço urbano, uma vez que ele expressa o “conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si” (CORRÊA. 1995) formando uma complexo integração entre as diferentes formas de uso da terra. Quando esse processo de integração, civilização e urbanização não ocorre no espaço urbano é atribuição do Estado atuar de forma positiva, aplicando a lei a fim de desmotivar a desordem ou o prejuízo social.

De acordo com Harvey (2001:169) “O poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais.” Entretanto, cabe ao Estado a mobilização dessas forças, pois a iniciativa privada se esmera em capitalizar o espaço por meio do parcelamento e da qualificação, classificando-o de acordo com a estrutura social existente sobre ele. Nesse sentido Castells entende que “a diferenciação de um espaço, a distinção entre as funções e processos correlacionando as diversas unidades não tem significação, se elas não se referem a elementos teoricamente significativos, que situam o conteúdo do espaço no conjunto da estrutura social” (CASTELLS. 2009:191).

O fato é que, se o Estado não exercer um papel ativo em face da terra urbana, organizando-a para o benefício da sociedade, o mercado capitalista transformará a propriedade privada em mercadoria “fazendo da terra um bem comercializável, dependente do valor de troca e da especulação” (LEFEBVRE. 2001:161), sem preocupar-se com a harmonia do espaço.

Nesse sentido, o histórico da sociedade brasileira não relata a prioridade de políticas públicas voltadas à socialização do espaço urbano, mas nos permite perceber o descomprometimento para com as camadas sociais menos favorecidas, desde o Império.

2- A propriedade no Brasil

A terra no Brasil, até 1850, não possuía valor comercial e pertencia à coroa portuguesa, passando a ser legalizada no Brasil a partir da Lei de Terras – L. N° 601/1850. Após a publicação da Lei de Terras – LT/1850 - as terras que estivessem em detenção de posseiros deveriam ter os devidos títulos de registro para que os posseiros se tornassem proprietários e com isso adquirissem o direito de hipotecar e vender as terras que estivessem sob seus cuidados. Até então, as terras, por pertencerem ao império, não eram consideradas mercadoria, ou moeda de troca e, portanto, não tinham valor comercial.

Há que se esclarecer que o fator histórico que transformou a terra em moeda de troca foi, no Brasil, a abolição da escravatura. Esse processo teve como causa dois outros fatores históricos mundiais, quais sejam, a evolução de um movimento abolicionista mundial e o processo de industrialização dos países centrais que necessitavam de mercado consumidor para seus produtos. Nesse sentido os países periféricos e ainda escravagistas, como o Brasil, eram pressionados para que libertassem as pessoas que ainda vivessem sob regime de escravidão. Para tanto, os grandes posseiros exigiram que alguma compensação lhes fosse revertida em troca da liberdade dos escravos, pois o homem enquanto escravo era mercadoria e alimentava um mercado rentável.

Desta forma, a terra brasileira passou a ser regulamentada por meio da LT/1850, que autorizou as formas de aquisição da propriedade tanto pela compra⁴ simples entre particulares como por hasta pública⁵. O advento da LT/1850, de imediato, gerou duas vertentes ainda inexistentes no país. A primeira vertente se encontra na alternativa para a criação de um novo mercado, o mercado imobiliário, que teria como

⁴ Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

⁵ Art. 14. Fica o Governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta publica, ou fóra della, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser exposta á venda, guardadas as regras seguintes:

produto a propriedade privada e como principal transação comercial a venda deste produto. Como segunda vertente temos o acréscimo econômico que o registro da terra possuída poderia gerar nas finanças dos posseiros que tivessem condições econômicas de registrar as terras sob suas posses. Por esse motivo, não havia vontade política de que os pobres tivessem acesso à terra, então a regulamentação da propriedade para os que já a possuíam e a aquisição por meio da compra era uma forma de manter o acesso à terra com os “Donos do Poder” (FAORO.1976). Assim, a adoção de medidas legais para o favorecimento de determinados interesses era um procedimento corriqueiro, de forma que o próprio texto constitucional sinalizava os caminhos percorridos para a transferência das terras da União para os particulares. Nesse sentido Linhares (1999:76) comenta que “deu-se uma intensa atividade voltada para a transferência de patrimônio fundiário da União para os estados e para os particulares, legitimando toda espécie de apossamento feita pelos grandes proprietários depois de 1850”. Desta forma, a transferência de terras para os Estados⁶ permitiria a ampliação das posses territoriais dos grandes proprietários à revelia da determinação da LT/1850 de que a terra seria adquirida pela compra.

Outra questão relevante consiste no fato de que dispositivos legais paralelos eram publicados no intuito de traçar um caminho alternativo à LT/1850 para legitimar a aquisição da terra. Assim, Linhares afirma que

“Enquanto esta [LT/1850]estabelecia que só através da compra dava-se o acesso à terra, a Lei de 1900 abria outras formas de acesso, como o arrendamento, reconhecia as posses feitas à revelia da Lei de 1850 e consagrava todos os atos contrários realizados desde então”.(LINHARES, 1999:78)

Verifica-se, então, que a concentração da renda por meio da terra, bem como a tentativa reiterada de mantê-la cerceada a um grupo restrito e privilegiado de pessoas é uma característica que a sociedade brasileira alimentava do Império aos primeiros anos da República. Assim, a LT de 1850 permitiu que a terra se tornasse um elemento de segregação social brasileira desde o Império, permitindo aos fazendeiros legitimar seu poder econômico e social por meio da propriedade, uma vez que a maior

⁶ Art 64 - Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

parte da população não possuía condição financeira de comprar nem grandes, nem pequenas quantidades de terras.

Mas não foi apenas a LT/1850 que tratou sobre a propriedade. As Constituições brasileiras também disciplinaram a matéria, sendo que a princípio o fizeram de maneira conservadora, demonstrando o quanto os princípios da teoria contratualista estavam arraigados no pensamento político de nossa sociedade. Entretanto, um progresso lento nas discussões sociais permitiram que a propriedade passasse a ter uma função social⁷. Assim, as Constituições de 1824 (art. 179) e de 1891 (art. 72) acolheram o direito absoluto sobre a propriedade, sem mencionar sua função social, cabendo à CF de 1934 a inovação quanto à inserção de mais um direito e uma obrigação aos cidadãos, qual seja, ter direito a um a propriedade com função social e atribuir a sua propriedade uma função social. A partir de então, a função social da propriedade passou a constar das constituições brasileiras⁸, sendo que na Constituição vigente (CF/1988) a função social está amparada como direito fundamental (art. 5º *caput*, XXII, XXIII) e no contexto da ordem econômica e financeira (arts. 170 e 182) encontra-se disciplinada como princípio geral da atividade econômica e como elemento fundamental da política urbana. A conquista de um capítulo específico - da ordem econômica e financeira - para o disciplinamento da política urbana foi o resultado de uma luta iniciada na década de 1980, com o movimento que pedia a reforma da constituição de 1967, conhecido como “a reforma constituinte”.

Com o fim do regime militar, as entidades civis⁹ envolvidas no processo constituinte de luta pela moradia fundaram, em janeiro de 1985, o Movimento Nacional de Reforma Urbana – MNRU - e assumiram a tarefa de elaborar uma proposta de lei a ser incorporada na Constituição Federal em elaboração, visando alterar o perfil das cidades brasileiras, “marcadas pela precariedade das políticas públicas de saneamento,

⁷CF/1934, art. 113, item 17) É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar.; CF/1937, art. 122, garantiu o direito de propriedade, relegando à lei ordinária a incumbência de definir o seu conteúdo e seus limites; CF/1946, art. 141, §16, introduziu a desapropriação por interesse social; EC n.º 10/64: desapropriação de terras rurais para reforma agrária mediante indenização com títulos da dívida pública; Lei n.º 4.504/64 (Estatuto da Terra) estabeleceu regras para cumprimento da função social da propriedade rural; CF/ 1967-1969, art. 153, §22, reconheceu a função social da propriedade também à ordem econômica e social; CF/88, arts. 5º XXII e XXIII, 170, 182 e 183 consagraram a união indissociável entre a propriedade e a sua função social.

⁸ Idem item 4.

⁹ Federação Nacional dos Arquitetos, Federação Nacional dos Engenheiros, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), Movimento dos Favelados, Associação dos Mutuários, Instituto dos Arquitetos, Federação das Associações dos Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ), Pastorais, movimentos sociais de luta pela moradia.

habitação, transporte e ocupação do solo urbano, assim configuradas pela omissão e descaso dos poderes públicos” (SAULE JR e UZZO, 2009:2). Todos esses fatores retratavam nas cidades o perfil de uma sociedade excludente, que segregava – e ainda segrega - o espaço, a fim de manter e reproduzir a divisão de classes da sociedade brasileira, separando a terra urbana entre espaços com ocupação ilegal e sem equipamentos públicos e espaços urbanizados e com ocupação legal e com esses equipamentos¹⁰.

Por esses motivos, e objetivando a harmonia na distribuição da terra urbana as reivindicações do MRU consistiam no direito à cidade, caracterizado pela gestão democrática e participativa das cidades; pelo cumprimento da função social da cidade; pela garantia da justiça social e de condições dignas a todos os habitantes das cidades; pela subordinação da propriedade à função social; e pelas sanções aos proprietários nos casos de não cumprimento da função social da propriedade.

Foi um período onde a sociedade brasileira passou a demonstrar sinais de mudança na concepção vigente de propriedade privada. Esse fato era notado pelo número de participação de entidades civis - e pela diversidade de áreas de atuação a que pertenciam - como engenharia, arquitetura, educação, assistência social e associação de moradores¹¹, no processo constituinte que visava reformular a Constituição Federal de 1967, propondo a consolidação dos direitos reivindicados no processo de redemocratização que país estava submetido, por meio de uma nova ordem constitucional.

Todavia, os requerimentos resultaram em apenas dois artigos no texto constitucional de 1988, um tratando da propriedade urbana (art. 182)¹² e outro da

¹⁰ Podemos exemplificar como equipamentos públicos: obras de saneamento básico (água, esgoto, galerias pluviais); pavimentação (ruas e calçadas); equipamentos coletivos (hospitais, escolas, creches, praças e igrejas) e mobiliário urbano (abrigo de ônibus, lixeiras e telefones públicos).

¹¹ As entidades civis, a princípio, apenas reivindicavam o direito à moradia.

¹² Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

propriedade rural (art. 183)¹³. Entretanto, as propostas de reforma urbana que não foram incluídas no texto constitucional, passaram a tramitar no Congresso Nacional por meio de projeto de lei e, após mais de dez anos de modificações, a conjugação de esforços de setores diversos da sociedade brasileira culminou na L. 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade - EC. Assim, o EC, passou a ser o instrumento legal que traçou os objetivos e metas norteadoras da política de urbanização do país, cabendo aos Municípios a execução dessas políticas, aos Estados a definição das regiões metropolitanas e à União a emissão de normas que disciplinem sobre regras gerais de direito urbanístico.

A necessidade de um diploma legal que normatizasse o cotidiano das cidades brasileiras chamava a atenção para o fato de que o Brasil não possuía mais as características de um país rural, tal qual se fazia até a segunda metade do século XX, tendo em vista a migração interna da população em busca de melhores condições de emprego e renda a partir da década de 1960 e do crescimento das ocupações ilegais na década de 1980, como resultado da ausência de políticas urbanas e habitacionais para a população de baixa renda. Por isso, Maricato (2010:06) afirma que “O acesso a terra, seja ela urbana ou rural, sempre foi um dos temas mais importantes da história da humanidade. O acesso a terra nas sociedades pobres que se urbanizam é mais crucial.” Motivo pelo qual a aprovação de um Estatuto que visa democratizar a terra urbana demorou em demasia levando à proliferação de ocupações ilegais em encostas, manguezais e margens de rios, motivando a ocorrência de desastres ambientais. Um fator que pode ter gerado tanto adiamento para a aprovação do EC é a proposta de atribuir à propriedade privada uma função social, uma vez que desafia uma mudança de cultura social, política e jurídica em um país composto por uma casta política vinculada à propriedade privada e de cultura social excludente.

Por oportuno, há que se frisar que o solo urbano já havia sido regulado em 1979 pela Lei nº 6.766/79 que estabelece normas sobre o parcelamento e uso do solo em

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

¹³ Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

âmbito nacional. Por encontrar-se defasada frente às demandas sociais e com o EC dependendo de aprovação política, em 2000 foi proposta revisão da lei 6.766/79 com a PL nº 3.057/2000 com o objetivo de atualizar as regras de parcelamento e uso do solo de acordo com as necessidades da sociedade. Assim sendo, há projeto de lei em andamento na Câmara dos Deputados objetivando reformá-la¹⁴ para, além de aperfeiçoar as disposições de caráter técnico, possibilitar o acesso ao solo urbano também à população de baixa renda, a fim de minimizar a segregação sócio-espacial causada pela qualificação do solo urbano.

Não obstante, em 2001, o EC foi aprovado, e regulamentou o art. 182 da CF/88 regulando a ordem constitucional estabelecida por este artigo para a adoção, pelo poder público municipal, de uma política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Desta forma, o EC estabelece diretrizes para que o poder público municipal, adote normas de ordem pública e interesse social que regulem o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, objetivando ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Desta forma, o EC aborda não apenas regras sobre a terra urbana, mas permite que a cidade seja planejada como um todo, com os diversos setores públicos e privados que a compõem atuando de forma harmônica, admitindo a parceria público-privada, a elaboração de plano diretor participativo e a conjugação de instrumentos jurídicos e fiscais para incentivar, e até mesmo compelir, o proprietário a fazer o melhor aproveitamento da terra urbana, sendo que o Município poderá adotar outros instrumentos que considerar necessário para o melhor ordenamento da cidade.

De acordo com SILVA (2010, p.75) o Plano Diretor é assim denominado – PLANO - pois deve planejar os rumos urbanísticos da cidade. E é diretor porque delimita as diretrizes do desenvolvimento urbano do município e dentre as metas a alcançar está a de proporcionar aos cidadãos o direito à cidade, garantindo-lhes moradia, condições adequadas de trabalho, lazer e circulação humana. Para tanto, o espaço urbano precisa ser estruturado e sua organização não pode ocorrer ao acaso, por isso SILVA (2010:76) entende que “os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização

¹⁴ PL. nº 3.057/2000.

social”. O ordenamento urbano desejado pela sociedade requer uma estrutura subsidiada nas necessidades dessa sociedade. O objetivo maior do plano diretor é dar base à cidade para que possa suportar as exigências acarretadas pelo crescimento populacional, bem como ofertar instrumentos que supram as aspirações dos cidadãos que nela habitam, trabalham ou dela necessitam por algum motivo.

Enfim, para dar uma função social à propriedade não é suficiente que o proprietário adote medidas básicas como cercar e limpar o terreno baldio ou fazer dele um estacionamento. Por isso, há uma aparente carência social por espaços urbanos que tragam o cidadão para uma cidade que proporcione o bem estar de todos. A função social da propriedade será analisada, no município de Campos dos Goytacazes, à luz do Plano Diretor Urbano de Campos dos Goytacazes - PDUC, local onde o espaço urbano não tem demonstrado proporcionar aos cidadãos a possibilidade de usufruir e ter direito à cidade. O PDUC usou diversos institutos do Estatuto da Cidade, mas analisaremos apenas alguns institutos em virtude da viabilidade dos mesmos no processo de democratização do espaço urbano. Desta forma, serão analisados: a) instituto tributário e financeiro - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU; b) institutos jurídicos e políticos – desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública; parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; direito de preempção. Por meio deles é possível perceber o quanto integrado está o vazio urbano ao contexto social da cidade.

BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 1989.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. 2009
- CÓDIGO CIVIL. **Vade Mecum**, Ed. RT, 2009.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo. Ática. 1995.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **Vade Mecum**, Ed. RT, 2009.
- DUGUIT, Leon. **Fundamentos do Direito**. 2008
- ESTATUTO DA CIDADE. **Lei Federal No. 10.257/2001**.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Editora Globo. 1976.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo. Annablume. 2001.
- **A justiça social e a cidade**. São Paulo. Hucitec. 1980.
- MARICATO, Ermínia. **Estatuto da Cidade Comentado**. 2010.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo. Expressão popular. 2007.
- FERREIRA FILHO, Manuel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 1990.
- GRAU, Eros Roberto. **Ordem Econômica na Constituição de 1988 (Interpretação e Crítica)**. São Paulo: RT, 1990.
- HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. Martin Claret. 2010.
- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. 2001.
- LINHARES, Maria Yedda. **Terra prometida, uma história da questão agrária no Brasil**. Editora Campus. 2009.
- LOCKE, John. **O Segundo Tratado sobre o Governo Civil**. Editora Vozes. 2009.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Vol. IV .
- PINTO, Victor Carvalho. **Direito Urbanístico - Plano Diretor e Direito de Propriedade**. 2010
- PLANO DIRETOR URBANO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES: Lei Municipal No. 7.972/2008.
- ROUSSEAU, Jean Jaques. **O Contrato Social**. 1997.
- SANTOS, Milton. **Uma palavrinha a mais sobre a natureza e o conceito de espaço, in Espaço e Método**. São Paulo. Nobel. 1985.
- SAULE JR, Nelson. UZZO, Karina. **A trajetória da reforma urbana no Brasil**. 2009.
<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>
- SILVA, José Afonso. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 2010.
- VETTER. David Michael. MASSENE. Rosa Maria Ramalho. **Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infraestrutura urbana**. 2000.

GT 07 - Economias e trabalho

A TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NA EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) NA ESFERA MUNICIPAL

Sandra Regina dos Santos

Assistente Social mestranda do curso Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté/SP
sandrasocial30@hotmail.com

Elisa Maria Andrade Brisola

Prof^a Dra. do Programa de Mestrado Acadêmico e Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté/SP
elisabrisola@uol.com.br

Resumo: A terceirização do trabalho interdisciplinar no contexto do Sistema Único da Assistência Social sofre as consequências das transformações ocorridas na sociedade como um todo, o qual vem causando impactos para os que vivem do assalariamento de seu trabalho. Nesta direção, têm-se como objetivo refletir sobre precarização do trabalho desenvolvido nas Organizações Sociais conveniadas à gestão pública municipal. Esta pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica, reflete que a necessidade de estudos sobre a questão emerge com toda a força principalmente porque independente da formação/qualificação ou não do trabalhador, a lógica do mundo do trabalho em seus mais diversos segmentos, apresenta-se cada vez mais opressora, de forma que os trabalhadores se vêem subjugados, oprimidos e explorados pelo capital.

Palavras-chave: Equipe Interdisciplinar. Trabalho precarizado. Organização Social.

Abstract: The outsourcing of interdisciplinary work in the context of the Unified Social Assistance suffers the consequences of changes occurring in society as a whole, which is causing impacts to the living wage for their work. In this direction, have to ponder over precariousness of work in social organization in agreement with municipal public

administration. This qualitative, exploratory and literature, which reflects the need for studies on the issue emerges with full force mainly because independent training/ qualification of the worker or not, the logic of the working world and its different segments, is present and increasingly oppressive, so that workers find themselves subjugated, oppressed and exploited by capital.

Keywords: Interdisciplinary Team. Precarious Work. Social Organization

1 - Introdução

As condições de trabalho em contexto contemporâneo são consequências das formas de organização do capitalismo, frente às ondas cíclicas de regressão e expansão, à medida que em “a cada período da história do capitalismo esse atravessou um ciclo longo de aceleração e desaceleração do capital, entrecortado por pequenos ciclos” (MANDEL, 1982 apud BERHING, 1998, p. 5).

No contexto da crise de acumulação desencadeada a partir do final da década de 1970, o capital construiu estratégias para a retomada das taxas de lucro, dentre elas destacam-se, o neoliberalismo, a economia de mercado, a reestruturação produtiva chamada globalização. Essas estratégias são responsáveis por grande parte das transformações ocorridas na sociedade como um todo, sobretudo no campo do trabalho, o qual vem causando impactos negativos para grande parte dos trabalhadores que vivem restritamente do assalariamento de seu trabalho, e principalmente para aqueles cidadãos que estão excluídos totalmente do acesso a ele.

O mundo do trabalho é muito competitivo, principalmente no mercado formal onde acaba obrigando os cidadãos a buscarem constantemente o aperfeiçoamento para atender e acompanhar as tecnologias de ponta e a tantas outras exigências que são postas. Na atualidade, existe um discurso em que o profissional ideal é aquele que apresenta um perfil dinâmico, flexível, criativo, inovador, dedicado, empreendedor para atender as inúmeras exigências não apenas para o trabalhador formal, seja no setor público ou privado.

Essas exigências induzem o cidadão a buscar uma incessante qualificação, a fim de atender as exigências do mercado/empregador para tentar garantir seu ingresso. Dessa maneira, desencadeia-se essa necessidade e ao mesmo tempo grande concorrência entre aqueles que

disputam por vagas de empregos mais seguros e com melhores ofertas de salários, que possam vir a oferecer melhores condições de vida.

Aquele cidadão que dispõe de alguma condição financeira mais privilegiada para promover essa qualificação poderá estar mais adequado ao perfil exigido pelo mercado, por outro lado, não obstante a isso tudo, tem-se ainda um grande contingente de trabalhadores que vivem de subempregos e/ou empregos precários, fato que agrava suas condições de vida, pois não conseguem qualificação, e desse modo, são excluídos de possibilidades melhores de trabalho. Para esses, restam, como já citado os subempregos e muitas vezes nem isso, ficando a margem da total exclusão do mercado (ANTUNES, 2011).

Além dessas reflexões, outro fato relevante é que a qualificação não garante o acesso seguro ao tão desejado emprego. O que se presencia hoje é a desconstrução cada vez maior de empregos seguros, mesmo aqueles que estão inseridos no mercado formal, vivem sob o achatamento de baixos salários, não valorização independente de seu segmento de trabalho, ameaça de demissões em decorrência das crises financeiras, pois mesmo um profissional com formação superior e com bagagem de conhecimentos adquiridos e acumulados, por meio de aprimoramentos teóricos não garante hoje, um emprego que ofereça condições ideais para trabalhar (RAICHELIS, 2010, p.757-759).

Outro fato importante ainda é encontrado na realidade dos milhares de brasileiros, desprovidos de recursos financeiros para ter o acesso ao estudo, a fim de que possam se profissionalizar por meio de um curso técnico ou superior. Na realidade brasileira, muitos estão fora do mercado formal de trabalho, representando 62% do total do país¹. Isso decorre primeiramente em virtude das condições socioeconômicas em que se encontram e segundo, como consequência do primeiro, por não terem acesso nem a uma boa formação escolar básica e fundamental, e outros ainda por não chegarem acessar a escola, em decorrência de vários fatores de ordem exógena e endógena.

Neste sentido, torna-se dificultoso o acesso às possibilidades de formação e qualificação para atender as tantas exigências desse mundo do trabalho que se dinamiza em ritmos acelerados, ainda mais com o avanço tecnológico, uma vez que os cidadãos desprovidos de recursos financeiros não têm condições de acompanhar.

Nesta linha de reflexão sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, concorda-se plenamente com as colocações Yazbek:

¹ SUISSO, Flávia. Trabalho Informal no Brasil Contemporâneo, 2011.

[...] observa-se que as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho (com os processos de flexibilização produtiva, os avanços tecnológicos e informacionais, a robótica, etc.) e, sobretudo, nas formas de organização das relações de trabalho, trazem graves consequências para o tecido social em geral. Configura-se um novo perfil para a questão social, com a precarização, insegurança e a vulnerabilidade do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores, que perdem suas proteções, e enfrentam o desemprego e crescimento do trabalho informal (hoje, mais da metade da força de trabalho do país) e das formas precarizadas de trabalho [...] (CRESS-SP, 2007, p.23)

Desta maneira, a organização do mundo do trabalho tratado por esta abordagem traz consequências graves para a vida dos cidadãos, principalmente para os trabalhadores que vivem do trabalho assalariado, os quais são submetidos às situações de subalternizações, submissões, pelo empregador.

No que tange à realidade brasileira, não se deve esquecer as nossas raízes históricas de escravismo, cujas sequelas são da submissão, subalternização, que se acentuam mais a precarização das condições a qual se apresenta até os dias de hoje. Por isso, muitos brasileiros sofrem com essa lógica de tratamento em seu âmbito de trabalho.

2 - Terceirização do trabalho interdisciplinar no contexto do Sistema Único da Assistência Social

No âmbito da complexidade de discussões sobre as formas de trabalho, encontra-se os profissionais contratados por organizações sociais vinculadas a esfera municipal, que desenvolvem os mais diversos programas e serviços e ajudam a compor o quadro dentro do Sistema Único de Assistência (SUAS), que vão desde aqueles de nível superior até os de níveis fundamentais.

Esses profissionais também fazem parte do contingente precário de trabalho, iguais a tantos outros trabalhadores, à medida que pela via das terceirizações dos serviços vivenciam relações de submissão, subalternização, desqualificação de sua especialização e atribuição por não escaparem as consequências da atual divisão social do trabalho imposta pelo capitalismo contemporâneo.

Os vínculos trabalhistas dos profissionais contratados pelas organizações sociais² conveniadas ao setor público da esfera municipal, é que ocorre grande parte dos contratos de trabalho com propostas salariais bem defasadas em relação aos trabalhadores que entram pela

²[...] Entidades e Organizações de Assistência Social, que consta na legislação em vigor, ratificada pela Lei Federal 12.435, de 6 de julho de 2011, que altera a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social (SILVA, 2011, p. 16).

via do concurso público, sem contar na instabilidade que os assombra a cada mudança de governo.

Intenciona-se destacar esses dois espaços ocupacionais como *lócus* de reflexão, pois se entende que pela via do setor público através da esfera municipal, é que ocorre a implementação e a efetivação das Políticas Sociais, as quais representam um dos campos mais polêmicos de atuação e desdobramento das ações dos trabalhadores que são contratados, principalmente para profissionais como os assistentes sociais, que atuam diretamente junto ao enfrentamento da questão social³. E ainda, compreende-se também que esse campo, não se constituiu como espaço exclusivo da atuação estatal, mas também das organizações sociais, pois mediante convênios firmados com os gestores municipais, estas também desenvolvem ações dentro dos diversos segmentos que compõem o campo das Políticas Sociais.

Dentre os vários profissionais que trabalham no campo das políticas públicas, dá-se um pouco mais de ênfase nos assistentes sociais porque o Serviço Social, por se constituir historicamente enquanto profissão respaldada por uma percepção crítica da realidade se vê inserido num contexto a partir de totalidade, que abrange a dimensão social, política e econômica. Assim sendo, é levado a direcionar suas ações tanto aos interesses das classes hegemônicas, uma vez que seu vínculo também se faz com o Estado, que por sua vez é o representante dos interesses do capitalismo, e este “como instrumento do referido projeto de classe” (MONTANÕ, 2009, p. 29), como ao mesmo tempo aos interesses da classe trabalhadora e de outros segmentos mais pauperizados da sociedade, tendo em vista o caráter de prestação de serviço que acompanha a profissão. Nesse sentido, o Serviço Social se configura como uma profissão que “participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas” (MONTANÕ, 2009, p. 31).

É a partir da materialização da Constituição de 1988, através do Capítulo II, Seção I, do artigo 194, que se discute a seguridade dos direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social e também por meio da Seção IV, em seus artigos 203 e 204, que se apresenta a Assistência Social como Política Pública. Portanto, são tais dispositivos que colocam a Assistência sob a ótica do direito.

Dessa forma, a Assistência Social deixa de ser tratada como ações assistencialistas, pois anterior a referida Constituição, as ações desta área, eram realizadas de formas isoladas, pelo viés do assistencialismo pelas damas da caridade e também por assistentes sociais, que tinham ainda suas práticas sociais voltadas à filantropia, à caridade e ao conservadorismo, em geral

³Questão Social é aqui entendida como um conjunto de manifestações de desigualdade social constitutiva da sociedade capitalista (CRESS-SP, 2007, p. 18).

com cunho religioso, voltados a Igreja. Essa dimensão assistencialista, por sua vez, gerava dependência, daquele que recebia. Por outro lado, sob o patamar do direito, a Assistência Social deixa de ser vista pela vertente da benesse e passa a ser considerada como algo reclamável, vista como responsabilidade do Estado (CARDOSO, 2006, p. 2-13).

A partir da Constituição de 1988, tem-se a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), através da Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que discute e regulamenta a forma como se dará o funcionamento e a diretriz da Assistência Social no Brasil. A promulgação desta Lei foi bastante representativa em termo de importância, pois rompe também com os recursos residuais do dinheiro público, instituindo a obrigatoriedade da criação dos Fundos, Conselhos e Plano Assistencial. Desta forma a assistência social, mesmo em fase de processualidade no país, passa a compor o tripé da seguridade social, no mesmo nível da Saúde e de Previdência Social (BRASIL, 1993, p. 4).

Nessa direção de aprimoramento, em termos de marco legal e histórico para a assistência social, tem-se a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 15 de outubro de 2004, pela Resolução n. 145. “A Política Nacional ora aprovada expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social” (BRASIL, 2005, p. 11).

Entende-se por proteção social, conforme definição desta Política, a segurança de sobrevivência que propicie aos cidadãos o acesso ao rendimento de forma que venha a promover sua autonomia no sentido amplo da palavra; a segurança de acolhida, entendida como primordial pela Política de Assistência Social, uma vez que está ligada a provisão das necessidades humanas (direito a alimentação, vestuário, abrigo) em que muitas vezes os indivíduos por alguma razão, sejam elas por questões sociais ou por problemas familiares de ordem múltiplas, não apresentam condições de alcançar tal autonomia; de convívio ou vivência familiar, neste campo a Política de Assistência Social supõe que apesar das múltiplas inaceitações ou intolerâncias existentes na área do convívio humano, a dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, dentre outras, devem ser ressaltadas a fim que de possa ser caminhado na perspectiva do direito ao convívio (BRASIL, 2005, p. 31-32).

Decorrente do processo de aprovação da PNAS houve em 15 de julho de 2005, pela Resolução n. 130, a aprovação da Norma Operacional Básica (NOB/2005), a fim de

operacionalizar que se propõe a PNAS. Esse documento se configura ao lado da PNAS, como base para a implantação e aprovação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A presente Norma Operacional, “consagra os eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando à implementação e consolidação do SUAS no Brasil” (BRASIL, 2005, p. 79).

A NOB/SUAS, ainda

[...] disciplina a operacionalização da gestão da Política de Assistência Social, conforme a Constituição Federal de 1988, a LOAS e a legislação complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004, sob a égide da construção do SUAS (BRASIL, 2005, p. 84).

O SUAS, caracteriza-se conforme definição da NOB/2005, como “sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social brasileira” (BRASIL, 2005, p. 86). Este sistema rompe com aqueles modelos tradicionais de assistência, vistos sob concepção a ajuda, favor, caridade, pois passa a tratar de fato e com mais afinco a Assistência Social focando-a como direito do cidadão e dever do Estado.

O SUAS, traz também outros elementos importantes, relacionados aos seus princípios na medida em que centra suas discussões na matricialidade sociofamiliar, na territorialização, na proteção pró-ativa, na integração à seguridade social e na integração às políticas sociais e econômicas. Destaca-se a relevância destes princípios porque além de reafirmar os dispositivos defendidos pela Constituição Federal, vêm também de encontro aos objetivos do Serviço Social, expressos por seu Projeto Ético-Político que prima por Políticas Públicas mais claras, onde os serviços socioassistenciais possam ser além de padronizados, prestados também com melhor qualidade aos usuários demandatários da Assistência Social.

Esse novo modelo de Política Pública altera todas as bases do que serviam de sustentação para a construção das Políticas Sociais até então. Mudanças significativas ocorreram também nos municípios, que passaram a ter destaque como protagonistas nessa construção juntamente com os cidadãos que neles habitam. O município é o local onde tudo acontece, uma vez que tem dados relevantes do contingente de pobreza, além de que é nele que o cidadão constrói sua história.

Nesses novos tempos, de grandes e significativas mudanças no cenário brasileiro, temos o Serviço Social que já vinha de um longo processo de lutas para se consolidar sua maturidade, comungou dessas mudanças, tendo em vista que também se fez presente em todos os

processos de discussões para se chegar à efetivação e aprovação recente do SUAS, como Lei Federal⁴. Ressaltamos que embora grande parte dos Assistentes Sociais atue de forma mais expressiva dentro da Política Nacional de Assistência Social, essa não é exclusiva dessa categoria profissional, assim como a Política Pública de Educação e de Saúde, não sejam exclusivas dos profissionais que mais atuam nas respectivas políticas.

Entende-se e defende-se que toda Política Pública deva ser de interesse de todos os profissionais independente do grau de formação e profissão escolhida, bem como a importância de fomentar as discussões, ampliando-as a toda sociedade para que sua efetivação de fato ocorra como preconiza as respectivas leis que a ancoram. Por isso, é de suma importância que todos estejam envolvidos e engajados nas respectivas discussões para que haja controle sob a forma de como o Estado vem conduzindo todas as Políticas Públicas.

Mesmo com a implantação do SUAS por todo o território nacional, o mercado de trabalho não aumentou significativamente, e não só para os assistentes sociais, mas para outros profissionais envolvidos nessa área. Paralelamente e no mesmo ritmo dessa implantação, percebe-se também a contraditoriedade existente nesse processo, uma vez que se aprofunda a precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais, considerando que são trabalhadores assalariados, muitas vezes subordinados a processo de alienação e restrição ou total dela, em relação à sua autonomia técnica (RAICHELIS, 2010, p.751). Esta reflexão também é válida para outros profissionais que estão envolvidos e vinculados a essa Política Pública.

Verifica-se que apesar de aprovadas inúmeras legislações referentes à gestão da Política de Assistência Social no Brasil, com suas diversas resoluções que promulgam e norteiam os novos rumos na elaboração da Política Pública de Assistência Social no país, ainda assim o assistente social, como uma das profissões de extrema importância nesse processo de implantação do SUAS, enfrenta o sucateamento de seu trabalho na medida em que é submetido às mais diversas condições que “desconfiguram o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais” (RAICHELIS, 2010, p. 759).

Por esse viés, segue-se a mesma lógica e reflexão a outros profissionais que estão vinculados nesse campo de trabalho interdisciplinar do SUAS, que sofrem conjuntamente tal sucateamento e desconfiguração da sua prática que vêm na contramão daquilo que se entende como trabalho, pois se concorda com Antunes (2011, p. 67) quando afirma que:

⁴ BRASIL, Lei Federal n. 12.435/11- sancionada pela Presidenta da República, Dilma Rouseff, em 6 de julho de 2011, que aprova o Sistema Único de Assistência Social.

A história da realização dos seres sociais, ao longo de seu processo de desenvolvimento histórico-social [...] objetiva-se por meio de produção e reprodução da existência humana. Para isso, os indivíduos iniciam um ato laboratório básico, desenvolvido pelo processo de trabalho. É a partir do trabalho em sua realização cotidiana que o ser social distingue-se de todas as formas pré-humanas.

Portanto, é em tempos de SUAS, que se enfatiza a reflexão e discussão, a todos os profissionais que atuam dentro desse novo modelo, seja na rede socioassistencial da proteção básica⁵ ou especial⁶ ou por meio do trabalho direto ou indireto ao Gestor Municipal. E ao se referir ao Gestor Municipal um aspecto muito preocupante, emerge, pois pelo viés da terceirização dos serviços públicos, pela via das entidades ou organizações sociais, camufla-se, de alguma forma, o trabalho sob a lógica do público, ofuscando-se a responsabilidade do Estado, acentuando-se, dessa forma, a precarização do trabalho de todos os profissionais envolvidos na consolidação desse Sistema.

Nesse sentido, se defende que há a dualidade nessa construção, considerando as proposições da PNAS/NOB/SUAS/Tipificação dos serviços socioassistenciais. Portanto, há muito que se refletir por parte de todos os agentes envolvidos sobre a forma de se concretizar a identidade do SUAS, assim como sua efetivação. E na mesma perspectiva, direciona-se também para a prática profissional de todos os trabalhadores envolvidos que contribuem para a processualidade desse Sistema.

Considerando a importância de pensar a efetivação do SUAS e das condições de trabalho dos trabalhadores inseridos nesse Sistema, buscou-se através de uma pesquisa bibliográfica temas a fins ou relacionados que pudessem ser relevantes para mostrar o quão é importante surgir novos trabalhos teóricos em torno dessa problemática.

Acredita-se que refletir sobre o trabalho nas organizações sociais no contexto do SUAS, contribuirá para gerar novas e relevantes discussões sobre o processo de implantação desse Sistema na esfera municipal. Desse modo, apresenta-se a seguir a busca de dados realizada no intuito de elucidar como a questão vem sendo tratada no campo da construção do conhecimento:

SCIELO

⁵ Proteção Social Básica- atende famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio da prevenção, aqui não há o rompimento dos vínculos familiares. Este trabalho é executado no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS por meio de programas, projetos e serviços (BRASIL, 2005, p. 33-36).

⁶Proteção Social Especial- dividida em média (garantem atendimento as famílias e indivíduos com seus direitos violados) e alta complexidade (garante atendimento para famílias e indivíduos que se encontram sem referência, em situação de ameaça, onde são retirados de seu núcleo familiar e comunitário) - atende famílias ou indivíduos que tiveram seus direitos violados e estão em situação de risco pessoal e social. Este trabalho é executado pelo CREAS por meio de programas, projetos e serviços (BRASIL, 2005, p. 36-38).

Neste site encontrou-se a **Revista Serviço Social & Sociedade** do ano de 2010 a 2012.

Ano	Número	Mês	Tema	Autor	Relacionado	Nada Relacionado
2010	nº 101	Jan/ março	A Atitude investigativa no trabalho do Assistente Social.	Cristina Kologiski Fraga;	X	-
2010	nº 102	Abr/ jun.	-	-	-	X
2010	nº 103	Jul/ set.	-	-	-	X
2010	nº 104	Out./ dez.	A crise, o desemprego e alguns desafios atuais.	Ricardo Antunes	X	-
2010	nº 104	Out/ dez.	Estrutura social no Brasil: mudanças recentes.	Marcio Pochmann	X	-
2010	nº104	Out/ dez.	O CFESS na defesa das condições de trabalho e do Projeto Ético Político profissional.	Silvana Mara de Moraes dos Santos	X	-
2010	nº104	Out/ dez.	Intervenção profissional do Assistente Social e as condições de trabalho no SUAS.	Silvana Mara de Moraes dos Santos	X	-
2011	nº105	Jan/ março	-	-	-	X

2011	n° 106	Abr/ jun.	-	-	-	X
2011	n°107	Jul/set.	O Assistente Social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.	Raquel Raichelis	X	-
2011	n°107	Jul/set.	Condições de trabalho e a luta dos Assistentes Sociais pela jornada semanal de 30 horas.	Ivanete Boschetti	X	-
2011	n°108	-	-	-	-	X
2012	n°109	-	-	-	-	X

REVISTA KATÁLISYS (Florianópolis-SC)

Nesta revista realizou-se a busca em todos os anos disponíveis, sendo de 2006 a 2011.

Ano	Número	Volume	Mês	Relacionado	Nada relacionado	Autor	Tema
2006	01	09	Jan/ jun.	-	X	-	-
2006	02	09	Jul/ dez.	-	X	-	-
2007	01	10	Jan jun.	-	X	-	-
2007	02	10	Jul/	-	X	-	-

			dez.				
2008	01	11	Jan/ jun.	-	X	-	-
2008	02	11	Jul./ dez.	-	X	-	-
2009	01	12	Jan./ jun.	-	X	-	-
2009	02	12	Jul/ dez.	X	-	Ricardo Antunes	Editorial: As configurações do trabalho na sociedade capitalista.
2009	02	12	Jul./ dez.	X	-	Monica Maria Torres de Alencar e Sara Grane- mann	Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional.
2009	02	12	Jul./ dez.	X	-	Giovanni Alves	Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial.
2009	02	12	Jul/ dez.	X	-	Fernanda Nunes da Rosa Mangini e Regina Célia Tamasco Miotto	A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho.
2010	01	13	Jan./ Jun.	-	X	-	-

2010	02	13	Jul./ dez.	-	X	-	-
2011	01	14	Jan./ Jun.	-	X	-	-
2011	02	14	Jul./ dez.	-	X	-	-

REVISTA SER SOCIAL (UnB)

Nesta revista realizou-se a busca em todos os anos disponíveis, sendo de 2000 a 2011.

Ano	Número	Relacionado	Nada Relacionado	Autor	Tema
2000	06	-	X	-	-
2000	07	-	X	-	-
2001	8	-	X	-	-
2001	9	-	X	-	-
2002	10	-	X	-	-
2002	11	-	X	-	-
2003	12	-	X	-	-
2003	13	-	X	-	-
2004	14	-	X	-	-
2004	15	-	X	-	-
2005	16	-	X	-	-
2005	17	-	X	-	-

2006	18	-	X	-	-
2006	19	-	X	-	-
2007	20	X	-	não aparece o nome do autor	A Assistência Social prevista na constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS.
2007	21	-	X	-	-
2008	22	-	X	-	-
2008	23	-	X	-	-
2009	24	-	X	-	-
2009	25	-	X	-	-
2010	26	-	X	-	-
2010	27	-	X	-	-
2011	28	-	X	-	-
2011	29	-	X	-	-

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE (UNESP/ FRANCA)

Nesta revista realizou-se a busca em todos os anos disponíveis, sendo de 2007 a 2010.

Ano	Número	Volume	Relacionado	Nada Relacionado	Autor	Tema
2007	01	16	-	X	-	-
2007	02	16	-	X	-	-
2008	01	17	X	-	Ana Cristina Brito	Serviço Social e questão social na

					Arcoverde	globalização.
2008	02	17	-	X	-	-
2009	01	18	-	X	-	-
2009	02	18	X	-	Leia Maria Erlich e José Walter Canoas	Gestão de pessoas em organizações do terceiro setor: especialidades dos recursos humanos, perspectivas e desafios.
2010	01 e 02	19	-	X	-	-
2010	02	19	-	X	-	-

REVISTA PRAIA VERMELHA (UFRJ)

Nesta revista realizou-se a busca em todos os anos disponíveis, sendo de 2004 a 2010.

Ano	Número	Volume	Relacionado	Nada Relacionado	Autor	Tema
2004	01	11	-	X	-	-
2005	01	12	X	-	Não foi possível visualizar o nome do autor.	Artigos sobre a caridade, serviço social e Política de Assistência Social.
2005	01	13	-	X	-	-

2006	01	14	-	X	-	-
2007	01	16	-	X	-	-
2008	01	18	-	X	-	-
2008	02	18	-	X	-	-
2009	01	19	-	X	-	-
2009	02	19	-	X	-	-
2010	01	20	-	X	-	-
2010	02	20	-	X	-	-

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA (UEL)

Nesta revista realizou-se a busca em todos os anos disponíveis, sendo de 2009 a 2011.

Ano	Número	Volume	Relacionado	Nada Relacionado	Autor	Tema
2009	01	12	-	X	-	-
2010	02	12	-	X	-	-
2010	01	13	-	X	-	-
2011	02	13	-	X	-	-

REVISTA O SOCIAL EM QUESTÃO (PUC-RIO)

Disponível somente uma revista.

Ano	Número	Volume	Relacionado	Nada Relacionado	Autor	Tema
2012	25/26	14	X	-	Ricardo Antunes	Trabalho sem positividade, valor sem valor e imaterialidade sem materialidade.
2012	25/26	14	X	-	Wagner de Souza leite Molina	O trabalho no contexto do “novo capitalismo” globalizado.

REVISTA TEXTOS E CONTEXTOS (PUC-RS)

Nesta revista realizou-se a busca em todos os anos disponíveis, sendo de 2002 a 2011 e nada fora encontrado relacionado ao tema.

REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (UFMA)

Nesta revista realizou-se a busca em todos os anos disponíveis, sendo de 2000 a 2010 e nada fora encontrado relacionado ao tema.

REVISTA LIBERTAS (FAC. DE SERVIÇO SOCIAL DE JUIZ DE FORA)

Nesta revista realizou-se a busca em todos os anos disponíveis, sendo de 2001 a 2010.

Ano	Número	Volume	Mês	Relacionado	Nada Relacionado	Autor	Tema
2001	01	01	Jan./ jun.	-	X	-	-

2002	01	02	Jan./ Jun.	-	X	-	-
2002	02	02	Jul./ dez.	-	X	-	-
2003	01	03	Jan./ Jun.	-	X	-	-
2003	02	03	Jul./ dez.	-	X	-	-
2004/ 2005	Numero especial	4 e 5	Jan./ dez.	X	-	Mabel Mascarenhas Torres	As atribuições privativas presentes no exercício profissional do Assistente Social; uma contribuição para o debate.
2006	01 e 02	06 e 07	Jan./ dez.	-	X	-	-
2007	Ed. Somente do mês de fevereiro.	-	-	-	X	-	-
2008	01	08	Jan./ jun	-	X	-	-
2008	02	08	Jul./ dez	-	X	-	-
2009	01	09	Jan./	-	X	-	-

			jun.				
2009	02	09	Jul./ dez	-	X	-	-
2010	01	10	Jan./ jun.,	X	-	Precarização do trabalho e das Políticas Sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do Assistente Social.	Girlene Maria Matias Cavalcante e Rosa Prédes.
2010	02	10				Configurações contemporâneas da Assistência Social no Brasil: avanços jurídicos-políticos e retrocessos neoliberais.	Débora Rodrigues Santos e Josiane Soares Santos.

Conclusão

As reflexões aqui sistematizadas reforçam que independente da formação/qualificação ou não do trabalhador a lógica do mundo do trabalho em seus mais diversos segmentos, apresenta-se cada vez mais opressora, de forma que os trabalhadores se vêem subjugados, oprimidos e explorados pelo capital.

Faz-se necessário entender o significado e processamento do trabalho da equipe interdisciplinar também em decorrência dos tempos atuais, onde novos rumos se despontam mediante a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a qual tem desencadeado significadas alterações na área de Assistência Social do país.

Verificando a produção do conhecimento em alguns dos mais reconhecidos periódicos científicos que fazem referência a Política Pública da Assistência Social, constatou-se que termos como “crise”, “desemprego”, “desafios”, “mudanças recentes”, “novas condições de

trabalho”, “violações de direitos”, “ofensiva do capital”, “reestruturação produtiva”, “capitalismo”, “globalização” “precarização” situam-se como principais eixos norteadores da temática trabalho nos tempos atuais.

Por fim, falar do trabalho da equipe interdisciplinar no contexto do SUAS, remete à reflexão acerca do caminho árduo que se apresenta e dos muitos obstáculos a serem superados para garantir a efetivação absoluta e concreta das legislações, uma vez que não se deve afirmar ainda que tais legislações tanto da Política de Assistência Social se aproximam daquilo que é proposto por esse novo modelo, qual seja a defesa de uma Política Pública de Assistência Social pautada na garantia de efetivação dos direitos.

Referências

- ANTUNES, R. **O Caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BEHRING, E. R. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.
- BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do SUAS**. Brasília, DF, 2005.
- _____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2005.
- _____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2006.
- _____. Presidência da República. **LOAS Anotada - Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei Federal 8.742, 07 de dezembro de 1993. Brasília, DF, 2010.
- _____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei Federal 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.
- _____. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Diário oficial da República Federativa do Brasil, DF, 25 de nov. 2009.
- CARDOSO, P. **Assistência Social: da ajuda moral ao direito - A concretização da Assistência Social como direito social**. Capacitação Solidária, SUAS: Conceituação e Perspectivas: Capacitação dos Profissionais da Área Social. São Paulo, 2006.
- CRESS-SP, **Legislação Brasileira para o Serviço Social**. São Paulo: Pyxis, 2007.
- MONTANÕ, C. **A Natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.
- RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 104, p. 750-772, out/dez. 2010.
- SILVA, A. L. S. B. **A Relação com Entidades Sociais na Gestão da Assistência Social em São José dos Campos: uma experiência em análise**. 178 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.
- SUISSO, F. **Trabalho Informal no Brasil Contemporâneo**. [S.l.], 2011. Disponível em: http://bdjur.sjt.gov.br/xmiv/bistrem/handle/2011/18551/Trabalho_Informal_Brasil_Contemporaneo. Acesso em: 25 abril 2012.

A EXPERIÊNCIA SOCIAL COTIDIANA COMO PERPETUADORA DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL DOMÉSTICO¹

Kelen Aparecida da Silva Bernardo

Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná. Email: kelenbe@gmail.com

Lenir Aparecida Mainardes da Silva

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná. Email: lenir@uepg.br

Resumo: O trabalho infanto-juvenil é uma problemática complexa que vem sendo discutida constantemente pelos setores comprometidos com a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Seu enfrentamento exige políticas públicas e programas que englobem duas principais linhas de ações: a questão financeira e a questão da aceitação social dessa forma de labor. No contexto atual, são vários os dispositivos legais que proíbem o trabalho infantil e regulamenta as atividades do adolescente trabalhador. Toda via os números relacionados ao trabalho infanto-juvenil precoce continuam sendo significativos no cenário nacional. O presente trabalho tem o intuito de apresentar alguns apontamentos a respeito do trabalho infanto-juvenil doméstico, bem como discorrer sobre o papel da experiência social cotidiana na reprodução dessa modalidade de trabalho tão velada na sociedade.

Palavras-chave: Trabalho infanto-juvenil. Trabalho infanto-juvenil doméstico. Experiência social cotidiana.

Abstract: The child labor is a complex problem that has been discussed constantly by sectors committed to defending the rights of children and teenagers. His approach requires public policies and programs covering two main lines of action: the financial question and the question of social acceptance of this form of labor. In the current context, there are several legal provisions that prohibit child labor and regulates the activities of the teenager worker. However numbers related to early child labor remain significant on the national scene. This paper aims to present some notes about the child labor domestic, as well as discuss the role of daily social experience in propagation this type of work, so veiled in society.

Keywords: Child work. Child work at home. Daily social experience.

INTRODUÇÃO

As questões relacionadas ao trabalho merecem atenção por parte do Estado, principalmente quando refere-se a questão do trabalho infanto-juvenil tão presente em nosso cotidiano. Silva (2002) esclarece que nos povos mais primitivos, o trabalho infantil se fazia

¹ O presente trabalho é resultado de reflexões realizadas na disciplina de Memória, Trabalho e História Social no Brasil do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná.

presente com um caráter de valor útil de integração social. Atualmente, esse valor de inserção social ganhou uma conotação de disciplinador e preventivo, sendo entendido pela sociedade como benéfico. Em meio a dicotomia referente ao trabalho precoce, pretende-se com esse estudo, discorrer sobre alguns apontamentos no tocante ao trabalho infanto-juvenil, assim como conjecturar sobre a função da experiência social cotidiana na aceitação positiva e na reprodução dessa forma de trabalho dando ênfase no trabalho infanto-juvenil doméstico.

O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (BRASIL, 2004, p.23) esclarece que:

O trabalho infantil no Brasil, ao longo da sua história, nunca foi representado como um fenômeno negativo na mentalidade da sociedade brasileira. Até a década de 1980, o consenso em torno desse tema estava consolidado para entender o trabalho como sendo um fator positivo no caso de crianças que, dada sua situação econômica e social, viviam em condições de pobreza, de exclusão e de risco social. Tanto a elite como as classes mais pobres compartilhavam plenamente dessa forma de encarar o trabalho infantil.

Infelizmente, ainda hoje essa compreensão positiva se faz presente no senso comum coletivo. Faz-se necessário entender que a inserção de crianças e adolescentes no trabalho precoce tem efeitos negativos para seu desenvolvimento pleno, comprometendo sua formação integral, seja nos aspectos físicos, psicológicos ou intelectuais dos mesmos.

Para o presente estudo o trabalho infanto-juvenil é compreendido como sendo:

[...] aquelas atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional. (BRASIL, 2004, p. 9).

Assim, é necessário diferenciar o trabalho infantil – o qual tem um caráter contínuo e exaustivo – das atividades corriqueiras e de cunho pedagógico – de caráter eventual como arrumar sua própria cama, tirar o prato da mesa entre outras – as quais não trazem prejuízos na formação psicossocial de crianças e de adolescentes. Comumente essa diferenciação não está clara para a maioria da população, trazendo reflexo na compreensão dessa problemática e conseqüentemente dificultando o seu enfrentamento.

A legislação brasileira vigente proíbe o trabalho aos menores de 16 anos. Porém abre uma exceção para adolescentes a partir dos 14 anos, os quais são inseridos no mundo do

trabalho na condição de aprendizes. O trabalho noturno, perigoso ou insalubre² para menores de 18 anos não é permitido no contexto nacional.

Outro ponto que merece destaque é o que se define e compreende-se como trabalho infanto-juvenil doméstico. Segundo o Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2005, p. 211), o trabalho infanto-juvenil doméstico é caracterizado como sendo: a “limpeza da residência, áreas externas e utensílios domésticos; preparo de alimentos e cuidados com crianças, muitas vezes sem recebimento de salário e com jornada excessiva.” Tendo como pressuposto o caráter contínuo e regular das atividades domésticas, sendo que a crianças e/ou adolescentes, frequentemente, ficam encarregados pela manutenção do lar. Essa modalidade de trabalho precoce pode trazer danos como: “atraso do desenvolvimento físico, emocional e psíquico, maus-tratos, fadiga, queimaduras”. (BRASIL, 2005, p. 211)

Na tentativa de enfrentar e eliminar essa problemática, foram adotadas várias medidas pelo setor público em conjunto com alguns órgãos da sociedade civil comprometidos com o enfrentamento do trabalho infanto-juvenil. Verifica-se que, atualmente no Brasil, existem vários dispositivos legais que proíbem o trabalho infanto-juvenil como a Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990; a Lei de Aprendizagem de 2000 (ampliada pelo Decreto Federal n. 5.598/2005); A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); As Convenções e Recomendações da OIT ratificadas pelo Brasil. Esse conjunto de legislação tem como objetivo central a eliminação dessa forma de trabalho. Entretanto, a simples existência de leis relativas à proibição não atingem o fenômeno na realidade concreta. É necessário que os órgãos de fiscalização atuem com eficiência e eficácia, abrindo jurisprudências de repreensões e condenações dos exploradores da mão de obra infanto-juvenil.

Junto ao corpo de legislações que proíbe o trabalho infantil e regulamenta o trabalho do adolescente trabalhador, há também as ações de enfrentamento e erradicação dessa problemática. São eles: O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente de 2009, o qual está em sua segunda edição. O Plano foi elaborado com o apoio da sociedade civil organizada, servindo para nortear as ações do Estado na implantação e execução de programas e projetos que visem o enfrentamento e a

² Segundo Sampaio (1968, p. 281), trabalho noturno “é aquele executado entre as 22 horas de um dia e às 5 horas do dia seguinte.” Trabalho perigoso é aquele que ao ser realizado faz o trabalhador ter “contato permanente com inflamáveis. [...] são considerada como condições de periculosidade as ações a que estão expostos os trabalhadores (p. 275).” Trabalho insalubre é aquele “[...] que por sua própria natureza, condições ou método de trabalho, expõe os empregados a agentes físicos, químicos ou biológicos nocivos [...] (p. 32)”.

eliminação do trabalho infantil e, ainda, a fiscalização e regulamentação das atividades realizadas por adolescentes trabalhadores; O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que é um programa federal de transferência de renda direta foi implantado em âmbito nacional em 1996. No Paraná o referido programa entrou em funcionamento em 2000. O mesmo tem como objetivo central a eliminação de todas as formas de trabalho infantil. O PETI compreende três eixos de atuação sendo a concessão de bolsa, ações socioeducativas e trabalhos realizados com as famílias.

A EXPERIÊNCIA SOCIAL COTIDIANA E A ACEITAÇÃO DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL

Estudiosos da temática em questão pontuam que não são apenas os fatores econômicos que favorecem a inserção precoce no mundo do trabalho, apesar de em muitos casos ser o fator determinante. As questões culturais construídas e enraizadas no inconsciente coletivo atua na contra mão do enfrentamento e impede a eliminação do trabalho infanto-juvenil.

Vale ressaltar que, segundo Santos (1985 p. 24), “[...] quando falamos de cultura estamos nos referindo mais especificamente ao conhecimento, as ideias e as crenças, assim como às maneiras como eles existem na vida social.” Portanto, os conhecimentos, as ideias e as crenças construídas e acumuladas no decorrer das gerações, de que o trabalho infanto-juvenil é benéfico, favorece a reprodução e permanência desse fenômeno ainda nos dias atuais.

Neste sentido, percebemos que apesar de contarmos com políticas de enfrentamento e erradicação, bem como com legislações que proíbem esse fenômeno, verifica-se que ainda é grande o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infanto-juvenil. Conforme dados divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), pelo menos 4,3 milhões de crianças e adolescentes estão em situação de trabalho no Brasil em 2009, esses trabalhadores precoces tocam o ambiente escolar pelo mundo do trabalho, comprometendo, dessa forma, o futuro profissional, uma vez que sem escolarização e capacitação, dificilmente vão angariar boas oportunidades de trabalho promissor e bem remunerado.

Lima (2002 p.19) ao abordar os valores culturais que permeiam a problemática do trabalho infantil explica que:

[...] sabemos que valores culturais determinam uma aceitação social do trabalho precoce com a criação de mitos e crenças de que o trabalho evitará a permanência das crianças e adolescentes nas ruas reduzindo o índice de delinquência infanto-juvenil, fazendo com que o trabalho seja aceito como a única e salvadora alternativa para redução daquela delinquência. Assim, a sociedade aceita o trabalho precoce independente da idade do trabalhador, dos ambientes de trabalho em que são inseridos e não busca alternativas para o trabalho precoce e para a criação de condições para a manutenção das crianças e adolescentes na escola.

Nesse viés, o trabalho desponta como uma forma de salvaguardar as crianças e adolescentes dos riscos iminentes existentes nos espaços coletivos urbanos, especialmente aquelas pertencentes aos subtratos das classes menos favorecidas. Compreendido, erroneamente como a única forma de proteção das crianças e adolescentes pobres, porque as classes mais abastadas tem a sua disposição outras alternativas de proteção desse segmento, o trabalho precoce, com caráter classista, torna-se uma forma de violação dos direitos fundamentais desses sujeitos vulnerabilizados e estigmatizados pela sociedade .

Nesse universo, acredita-se que a questão cultural pode ser um dificultador do enfretamento do trabalho infanto-juvenil, pois de nada adianta constar na legislação as proibições, assim como implantar programas de erradicação do trabalho infanto-juvenil se o senso comum do vigente na população, tem incutido em seu pensamento que a inserção precoce no trabalho tem seu lado benéfico.

Ao refletirmos sobre aspecto cultural da temática do trabalho infanto-juvenil, buscou-se na categoria experiência social cotidiana, trabalhada por Thompson, fundamentos para compreender a aceitação social e a permanência dessa problemática ainda nos dias atuais.

A experiência social, para Thompson (apud MARTINELLI, 2009, p.13) é a “mais rica das possibilidades humanas, como a exploração aberta do mundo e de nós mesmos, como o fazer-se histórico dos sujeitos”. Neste sentido, a experiência social cotidiana é construída através das relações dos sujeitos sociais entre si e desses com a estrutura social que os cercam, a dinâmica dessa relação influencia na formação da consciência social em uma construção conjunta.

Thompson (1981 apud BEZERRA 1995, p. 124) evidencia que:

A experiência está em toda parte, nas ações cotidianas dos indivíduos e dos grupos sociais, construindo coisas de maneira ativa, sem esperar passivamente o ato do conhecedor “científico”. [...] É o resultado necessário do diálogo entre o ser social e a consciência social.

Portanto, a experiência está ligada a cultura, uma vez que os conhecimentos construídos e acumulados no decorrer da história humana são transmitidos aos seus integrantes através da cultura, a qual agrupam múltiplas demonstrações da vida e da arte da humanidade. Nesse sentido, a experiência vivida é o diálogo essencial entre o acontecimento e a concepção que se constrói sobre dele, entre o ser social e a consciência social. (THOMPSON, 1981 apud BARREIRO, 1995).

Desse modo, Thompson (1981 apud BEZERRA, 1995, p. 125-126) explicita a experiência construída socialmente:

A experiência humana, portanto, expressa o que há de mais vivo na história. É a presença de homens e mulheres retomando como sujeitos, construtores do devir e do presente. Não são as estruturas que constroem a história. São as pessoas carregadas de experiência. Claro que não são sujeitos autônomos nem “indivíduos livres”. Suas situações e suas relações produtivas lhes são determinadas como necessidades (ninguém trabalha como quer, nem a remuneração; é sempre condizente com suas necessidades). As contingências históricas exercem pesada presença na vida de cada pessoa. São os antagonismos aos quais todos estamos submetidos.

Refletindo sobre os apontamentos de Thompson (1981) pode-se vislumbrar que as relações, culturais, sociais e econômicas da vida social são determinadas por meio da experiência socialmente construída. É através da experiência humana que se expressa às relações de vivência.

Sendo assim, as contingências históricas influenciam a vida cotidiana dos sujeitos, mesmo que esses indivíduos não se deem conta disso. As experiências humanas, construídas socialmente, são internalizadas e transmitidas às sucessivas gerações com naturalidade. Não questionando em que tempo histórico e em que contexto social e econômico elas foram construídas.

Tendo como base essa categoria, ao olharmos para o trabalho infanto-juvenil e analisarmos o seu curso durante a história da humanidade, verificaremos que o mesmo faz parte da cultura socialmente construída por meio da experiência social cotidiana, uma vez que a cultura positiva do trabalho, criada no início do capitalismo industrial, foi internalizada, aceita como verdade e reproduzida ao logo dos tempos.

A percepção positiva do trabalho, criada pelos meandros da sociedade capitalista, está ligada a todas as formas de trabalho, inclusive ao trabalho infanto-juvenil, não importando o que se faça desde que se esteja trabalhando. Ao reportar-se ao início do capitalismo e analisar a formação e habitação da classe trabalhadora, pode-se identificar os

inúmeros artifícios utilizados para a construção positiva do trabalho³. Nessa época história, eram somente através da disciplina para o trabalho que se corrigiria as tendências e as viciosidades dos indivíduos.

Assim, o significado atribuído ao trabalho como sendo dignificante, enobecedor, preventivo e educativo foi internalizado, por meio da experiência vivida, na cultura e na consciência social das classes dominantes e dominadas. O trabalho passou a ser colocado como a solução para todas as distorções da sociedade, criando desse modo, a cultura para o trabalho. (THOMPSON, 1988).

Pode-se perceber essa concepção positiva do labor, também no que se refere a infância. Rizzini (2008, p. 45) relata que ao se reportar à literatura histórica sobre meninos e meninas, o papel atribuído as crianças era daquelas pessoas que deveriam ser corrigidas e tutelada pelo Estado.

Onde constava algum relato à infância ou à juventude, lá estava implícita a ideia de periculosidade, carregada da ambiguidade anteriormente assinalada: ou a criança personificava o perigo ou ameaça propriamente dito ('viciosa, pervertida, criminosa...') ou era representada como potencialmente perigosa ('em perigo de o ser...'). (RIZZINI, 2008, p. 45)

As crianças e adolescentes representavam, para a sociedade, um perigo a ser prevenido e corrigido, principalmente as que pertenciam aos extratos das populações pauperizadas, pois a situação de pobreza era percebida como propícia para a marginalidade e a desordem. (RIZZINI, 2008).

Justificava-se, no passado, o discurso de que a criança já nascia predeterminada a prática do mal e da vadiagem. Para evitar o desenvolvimento dessas viciosidades era necessário doutriná-las e moldá-las para transformá-las no adulto ideal para o trabalho. Neste sentido, o trabalho para as crianças e adolescentes era tido como a única alternativa de salvá-las de suas predisposições a vadiagem, tornando-as, desse modo, dignas e nobres perante a sociedade. (RIZZINI, 2008).

Felizmente, no contexto atual, essa representação negativa e determinista referente a infância foi transformada e trocada pelo entendimento de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e encontram-se em situação peculiar de desenvolvimento. Entretanto, não pode-se dizer o mesmo no tocante as questões relativas as representações positiva do trabalho do trabalho precoce.

³ Para maiores informações sobre a habituação para o trabalho e a formação da classe trabalhadora ver: BRAVERMAN (1987) e THOMPSON (1997).

A concepção positiva do trabalho que foi construída no processo de habituação dos trabalhadores nos moldes do trabalho capitalista industrial foi também estendida ao trabalho de crianças e adolescentes, como explica Rizzini (2008). A experiência social cotidiana resultante deste processo provocou a reprodução desse entendimento, estando presente em pleno século XXI.

Essa visão de que o trabalho funciona como um sistema de proteção é evidenciado nas pesquisas de Sarti (1996), a qual aponta que vários estudiosos confirmam que, para os pais, o trabalho realizado pelos seus filhos traz inculido o significado de uma alternativa de proteção contra os perigos encontrados nas ruas.

Do ponto de vista dos pais, o trabalho dos filhos tem também o sentido de uma proteção contra os riscos e os descaminhos do mundo da rua, onde se sofre a influência de gente ruim e se anda em má companhia, suscitando os fantasmas da droga e da criminalidade. (DAUSTE, 1992; MADEIRA, 1993; TELLES, 1992 apud SARTI, 1996, p. 80).

O valor moral atribuído ao trabalho, o reconhecimento socialmente aceito de que o mesmo é sinônimo de honestidade e de responsabilidade ultrapassa o significado financeiro advindo de sua realização. Essa moral do trabalho, de certa forma, acaba compensando os desequilíbrios sociais e os efeitos negativos do trabalho precoce e precarizado, atribuindo ao trabalho não só o valor monetário, mas também acrescentando um valor moral ao trabalhador. (SARTI, 1996).

Rizzini (2008) ao se reportar ao processo de construção do hábito para o trabalho, explica que a ideologia do trabalho, em especial no século XIX, utilizou o *status* de trabalhador como uma declaração de boa conduta e virtuosidade. Estar trabalhando era qualidade básica de aprovação perante a sociedade. Assim sendo, a condição de trabalhador tornou-se um meio importante de regulação econômica e social.

Conforme Sarti (1996, p. 70) a “dimensão positiva do trabalho, misturando fundamentos morais e religiosos aos econômicos, constrói a auto-imagem do trabalhador e, legitimando um lugar de respeitabilidade [...]” do mesmo perante a família e a sociedade, sendo o trabalho uma condição necessária para a aprovação social.

Pode-se ainda presenciar resquícios desse entendimento do trabalho como enobecedor na atual conjuntura brasileira, isso devido ao papel marcante e quase que imperceptível da experiência social cotidiana, pois a partir da internalização dos sentimentos e das vivências relacionadas ao trabalho, sendo ele um meio de superação das viciosidades e uma forma de ser aceito como virtuoso, a experiência social construída no cotidiano é

vivenciada e aceita como verdade, entendida com naturalidade e transmitida às novas gerações com a mesma naturalidade sem ser inquirida.

Nesse universo de experiências no cotidiano, a cultura integra o “viver histórico dos sujeitos, o modo de vida, de luta, de resistência, de trabalho.” Esse conjunto de experiências subsidia a construção da consciência social, a qual está ligada ao “modo como os sujeitos elaboram a sua vivência”. Ambos, cultura e consciência social, são engendrados pela experiência social cotidiana que atua quase que invisivelmente. (THOMPSON apud MARTINELLI, 2009).

Diante desses apontamentos, ao refletir sobre a construção da cultura positiva do trabalho e a função da experiência social cotidiana, pode-se entender como foi formada e disseminada a aceitação social da prática do trabalho precoce. Porém, nessa mesma linha de reflexão, entende-se que ao mesmo tempo em que a experiência social cotidiana atua como reprodutora da concepção positiva do labor infanto-juvenil, pode-se a partir dela pensar novas estratégias de atuação para o enfrentamento e a erradicação dessa problemática que insiste em se fazer presente na vida de milhares de crianças e adolescente.

O TRABALHO INFANTO-JUVENIL DOMÉSTICO

Percebe-se que a problemática do trabalho precoce abarca além das questões de cunho econômico, envolve também questões de cunho culturais. No tocante ao trabalho infanto-juvenil doméstico, verifica-se que o mesmo é reconhecidamente uma modalidade de trabalho difundido, velado, difícil de ser identificado, contabilizado e enfrentado, uma vez que o mesmo é executado dentro dos meandros do lar.

Dentro desse cenário, está também incluído o tão invisível quanto disseminado trabalho doméstico. Tanto aquele em que crianças trabalham para outras famílias quanto os casos em que, principalmente, meninas, mas também meninos mais velhos são obrigados a assumir a responsabilidade do trabalho doméstico e cuidado de irmãos mais novos. Essas atividades, muito diferentes das situações de aprendizagem e compartilhamento de tarefas em família, expõem as crianças aos mesmos riscos dos demais trabalhadores precoces. (BRASIL, 2005, p. 182)

O sentido de obrigatoriedade na execução das atividades, bem como a sua periodicidade são fatores que caracteriza o trabalho infantil. O mesmo ocorre com o trabalho infantil doméstico, o diferencial é que o a mão de obra infanto-juvenil é utilizada para a manutenção dos lares e no cuidado de crianças menores, independente de ser ou não remunerados.

A permanência de crianças e adolescente na execução constante das tarefas domésticas pode trazer prejuízos na formação psicossocial desses sujeitos. Os principais efeitos identificados são:

Dificuldades de aprendizagem, ou abandono da escola, fadiga física e mental, estresse, acidentes e mesmo comprometimento do desenvolvimento afetivo e cognitivo estão presentes nos pequenos trabalhadores domésticos, com o agravante de que nem sequer costumam ser considerados trabalhadores! (BRASIL, 2005, p. 182)

Apesar dos danos físicos e psicológicos que o trabalho infanto-juvenil doméstico pode causar, essa categoria de exploração infantil não é reconhecida como sendo um trabalho. Sendo mascarada pelo pretexto da aprendizagem pedagógica, crianças e adolescentes são submetidos a essa prática velada e invisível de exploração.

Aliando ao velamento e a invisibilidade social dessa forma de trabalho, pode-se encontrar a aceitação social, que em muitos casos, aprova e até mesmo incentiva essa prática, não reconhecendo que o desenvolvimento integral dessas crianças e adolescentes está sendo colocada em risco.

O trabalho doméstico infanto-juvenil traz incutido questão de gênero, uma vez que é prioritariamente desenvolvido por crianças e adolescentes do sexo feminino. Este fato se explica pela concepção socialmente aceita do papel da mulher perante a família e a sociedade. Heilborn (1999?) ao abordar a questão do trabalho e o papel desempenhado pela mulher dentro e fora dos lares, autora reportar-se ao estudo feito por Sarti (1996) sobre a moral dos pobres evidenciando a seguinte situação:

No caso da mulher, a ideia de trabalhar para os outros (para a família) contribui para a valorização do trabalho doméstico. Assim como o trabalho do 'provedor' é um atributo masculino, o trabalho feminino tem sua significação referida ao lugar feminino no universo familiar. Na lógica familiar que informa a divisão sexual do trabalho nos grupos populares o homem é o provedor principal e as mulheres e jovens são trabalhadores secundários. O sentido do emprego feminino está subordinado às obrigações familiares de mãe/esposa/dona de casa [...]. (SARTI, 1996 apud HEILBORN, [1999?], p. 5).

A divisão por gênero do trabalho na sociedade ainda é fortemente presente no contexto atual. A responsabilidade, primordial da mulher na manutenção dos lares e no cuidado de crianças e idosos são heranças que passam de mãe para filha. Reproduzindo as relações de subordinação do gênero feminino, atuando como um dificultador expressivo no combate a divisão sexual desigual do trabalho e da remuneração, assim como no enfrentamento do trabalho doméstico precoce.

A reprodução dos ritos, dos preceitos e da organização social dentro dos lares acaba por perpetuar o trabalho infanto-juvenil doméstico, pois para a sociedade em geral, a figura feminina está estreitamente ligada ao cuidado com o lar, com a prole, com os doentes e idosos.

Assim, a educação das meninas desde a primeira infância está voltada para internalizar e reproduzir esta concepção de mulher cuidadora. Pode-se verificar esse fato ao refletir sobre os brinquedos e as brincadeiras lúdicas dos infantes e a significação imbricada na educação de ambos os gêneros

Os brinquedos que são direcionados para as meninas e meninos são bem diferentes, enquanto que para eles, bolas e carrinhos são uma referência masculina de atuação fora do lar, para elas, bonecas e casinhas são uma referência feminina que está relacionado diretamente ao contexto do lar. Desde modo, desde cedo a conservação do ambiente caseiro é direcionado para o gênero feminino, enquanto que as atividades extra lares são atribuições do gênero masculino.

Dentro desse cenário, a prática do trabalho infanto-juvenil doméstico acaba por tornar-se naturalizada, internalizada e reproduzida. Heilborn (1999?, p. 15) ao tratar dessa questão, elucida que:

A contribuição das crianças e adolescentes para a manutenção da casa, entendida como serviço doméstico, é ordenada pela classificação de gênero e cedo se inicia. As meninas aprendem que a casa é "coisa de mulher". São socializadas para lidarem com as tarefas envolvidas no cuidado com o lar e, sobretudo, repreendidas se não responderem positivamente a tais demandas.

Vislumbra-se que o “educar para ser mulher”, para desempenhar seu papel diante da família e da sociedade está estreitamente ligado a questão cultural, a qual é reproduzida e transmitida as gerações futuras por meios da experiência vivida no cotidiano dos lares das famílias. Essa dinâmica acaba por perpetuar a prática do trabalho infanto-juvenil doméstico, sendo o mesmo colocado como uma forma educativa e socializante.

Essa modalidade de trabalho infantil está tão enraizada na sociedade que somente no ano de 2008 o trabalho doméstico precoce foi reconhecido pelo legislador brasileiro como sendo uma das piores formas de trabalho infanto-juvenil. O reconhecimento se deu através do Decreto Federal n. 6.481 (BRASIL, 2008), aprovado em 12 de junho de 2008, o qual regulamenta o artigo 3º da Convenção n. 182 da Organização internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infanto-juvenil e ação imediata para sua eliminação.

O referido decreto aprovou a lista das piores formas de trabalho infantil apresentada pela Convenção n. 182. Trouxe, também, a proibição do menor de dezoito anos trabalhar nas atividades descritas nesta Convenção. Na referida lista estão relacionadas as 89 piores modalidades de trabalho infantil. O trabalho doméstico foi incorporado como uma das piores formas de trabalho infanto-juvenil, sendo classificada a de n. 76 dentre as 89 da lista.

O quadro abaixo traz os possíveis riscos da atividade doméstica precoce, além de expor os prováveis danos a saúde dos infantes inseridos nessa ocupação.

Quadro referente ao trabalho infantil doméstico aprovado pela Convenção n. 182 da (OIT)

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
76.	Domésticos	Esforços físicos intensos; isolamento; abuso físico, psicológico e sexual; longas jornadas de trabalho; trabalho noturno; calor; exposição ao fogo, posições antiergonômicas e movimentos repetitivos; tracionamento da coluna vertebral; sobrecarga muscular e queda de nível.	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; fraturas; ferimentos; queimaduras; ansiedade; alterações na vida familiar; transtornos do ciclo vigília sono; DORT/LER; deformidades da coluna vertebral (lombalgias, lombociatalgias, escolioses, cifoses, lordoses); síndrome do esgotamento profissional e neurose profissional; traumatismos; tonturas e fobias.

Quadro 1 - Atividade: Serviço Doméstico
Fonte: Brasil (2008, p. 8)

Pode-se verificar, como as especificações do quadro um, que os afazeres domésticos que aparentemente é inofensivo pode trazer consequências gravíssimas para a saúde das crianças e adolescente, isso tanto a curto como a longo prazo. Paralelamente aos danos provocados a saúde, o trabalho infantil doméstico corrobora para o abandono da vida escolar. Comprometendo o futuro laboral desses sujeitos.

O reconhecimento do trabalho infanto-juvenil doméstico como sendo uma das piores formas de trabalho é um avanço importante, tendo em vista que em muitos caso essa categoria de trabalho infantil não é nem reconhecida como trabalho. Entretanto, não basta somente instituir uma lei, faz-se necessário atentar-se também para concepção positiva vinculada as formas de labor precoce doméstico.

Vislumbra-se que um dos desafios em combater essa modalidade de trabalho, tão comum e invisível nos lares brasileiros, está na dificuldade de identificá-lo, pois os principais responsáveis por essa prática são, em geral, as próprias famílias. Em um contexto onde se

naturaliza, e por muitas vezes incentiva-se e valoriza-se o trabalho infanto-juvenil doméstico, identificá-lo, combatê-lo e erradica-lo é um grande desafio que se apresenta aos governantes do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões apresentadas neste estudo, pode-se verificar que o trabalho infanto-juvenil é uma problemática difícil de ser erradicada do contexto nacional. A elaboração e execução de políticas públicas e programas de enfrentamento mais eficazes é sem dúvida uma demanda necessária.

No tocante ao labor doméstico, entende-se que a aceitação social, vinculada com as questões de gênero e a invisibilidade atuam na contra mão da eliminação e erradicação dessa prática de exploração da mão de obra infanto-juvenil.

É possível afirmar que o trabalho infanto-juvenil, em especial o doméstico, é complexo e seu combate não pode ser pensado, única e exclusivamente pela linha econômica, necessitando-se de ações interdisciplinares para erradicá-lo. Seu enfrentamento não pode ser planejado sem considerar as questões culturais que o permeiam, pois aliado ao senso comum de que o trabalho infanto-juvenil favorece o amadurecimento das crianças e adolescentes, que é preferível o trabalho às ruas e ainda, a visão de que o trabalho é preventivo às delinquências, encontra-se o desconhecimento, por parte da população em geral, do que realmente é classificado como trabalho infanto-juvenil e quais são suas reais consequências para a saúde psicossocial desses indivíduos.

Entende-se que a experiência social cotidiana vivenciada pelos sujeitos opera como reprodutoras dos hábitos e costumes da vida social. Assim, a mesma também trabalha como elemento perpetuação de hábitos, ritos e costumes. Atuando, também na aceitação social positiva do trabalho infanto-juvenil em nossa sociedade, ou seja, a experiência social cotidiana atua como reprodução e perpetuação dessa valorização positiva do trabalho infanto-juvenil, principalmente no que tange ao trabalho infantil doméstico.

Dicotomicamente, ao mesmo tempo em que a experiência social cotidiana reproduz esse fenômeno, a mesma também pode ser uma aliada no enfrentamento do trabalho infanto-juvenil, pois além de ser um espaço de reprodução, contraditoriamente, a experiência também é um espaço de enfrentamento. Pois, ao passo que novas experiências são proporcionadas aos sujeitos, elas passam a ser engendradas na cultura social, renovando e modificando as

percepções de mundo. Se assim não o fosse, não seria possível a evolução sociocultural vivenciada pela sociedade no transcorrer da história da humanidade.

Heller (1985 apud PADILHA, 2008, p. 204) explica que a “experiência cotidiana, além de ser um espaço de reprodução social, paradoxalmente é também o espaço de enfrentamento e possibilidades de mudanças da realidade.” As possibilidades de mudanças nascem nos mesmos espaços de possibilidades de reprodução social. A pesada carga de influencia exercida pela experiência nos meandros da vida social poder ser utilizadas para a construção de um novo posicionamento coletivo. Desconstruindo os mitos existentes em torno de todas as categorias de trabalho precoce.

Neste sentido, a experiência social cotidiana é um fator que deve ser considerada no planejamento e elaboração de políticas públicas e programas de enfrentamento e erradicação dessa problemática.

REFERÊNCIAS

BARREIRO, José Carlos. E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projeções. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 12, p. 57-75, out. 1995.

BEZERRA, Holien Gonçalves. E. P. Thompson e a teoria na história. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 12, p. 119-127, out. 1995.

BRASIL. Casa Civil. Leis, Decretos, etc. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 15 jul. 2012.

_____. _____. _____. **Decreto n. 5.598, de 1º de dezembro de 2005**. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm>. Acesso em 15 jul. 2012.

_____. _____. _____. **Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008.** Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo n. 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto n. 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>. Acesso em 15 jul. 2012.

_____. _____. _____. **Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em 15 jul. 2012.

_____. _____. _____. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em 7 jul. 2012.

_____. _____. _____. **Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000.** Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm>. Acesso em 7 jul. 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.** Brasília: Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/trab_infantil/pub_6361.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2012.

_____. _____. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador.** 2. ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/ipec/pub/plan-prevencao-trabalho infantil-web_758.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2012.

_____. _____. Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Mapa de indicadores do trabalho da criança e do adolescente.** 3. ed. Brasília: MTE, SIT, 2005.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dimensões culturais do trabalho infantil feminino:** estratégias para combater o trabalho infantil no serviço doméstico. [Brasília]: OIT, IPEA, [1999?].

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Trabalho infantil mantém-se em queda e é agrícola e masculino. **Sala de Imprensa:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708>. Acesso em: 12 ago. 2012.

LIMA, Consuelo Generoso Coelho de. Trabalho precoce, saúde e desenvolvimento mental. In: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes:** aspectos da saúde física, mental, cultural e econômico. Brasília: MTE, 2002. p. 6-10. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/trab_infantil/pub_541.pdf>. Acesso em 17 nov. 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Conferência: A pesquisa em Serviço Social - produção do conhecimento e intervenção profissional. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2., 2008. **Anais...** São Paulo: UNITAU, 2009. Disponível em: <http://www.servicosocial-unitau.com.br/eventos/2_encontro/conferencia.html> Acesso em: 24 abr. 2010.

PADILHA, Miriam Damasceno. Assistência Social, trabalho infantil e família. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da Assistência Social:** ensaio sobre estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. 7: p. 201-224.

RIZZINI, Irene. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SAMPAIO, Aluysio. **Dicionário de direito individual do trabalho.** São Paulo: LTR, 1968.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas (SP): FAPESP; Autores Associados, 1996.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. Adultização da infância: o cotidiano das crianças trabalhadoras no Mercado Ver-o-Peso, em Belém do Pará. **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, v. 23, n. 69, p. p. 151-172, mar. 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa:** a árvore da liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção oficinas da história, 1).

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: INCLUSÃO?

Ana Lucia Saia - Advogada, pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Anhanguera-UNIDERP, e, em Gestão de Pessoas e Projetos Sociais pela UNIFEI, mestranda do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) – UNIFEI
anasaia@projosom.com.br

Sylvia da Silveira Nunes - Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) – UNIFEI
sylviasnunes@yahoo.com.br

RESUMO

A reserva de vagas de trabalho para pessoas com deficiência é lei e representa uma vitória na conquista dos direitos e na inclusão social dessas pessoas. Contudo, o processo de contratação das pessoas com deficiência nem sempre tem por objetivo a inclusão, tratando-se na maioria das vezes de mera integração, o que não garante seu desenvolvimento como cidadão. No presente estudo, foi realizada entrevista com um rapaz que se tornou cadeirante aos 12 anos de vida. O resultado da pesquisa possibilitou entender as dificuldades do entrevistado e de sua família na fase de adaptação à nova realidade como cadeirante, bem como, as descobertas e dificuldades surgidas com o tempo, com refúgio no vício e vida nas ruas. Por fim, possibilitou identificar a importância da família na retomada dos estudos e a dificuldade de ser contratado para uma vaga de trabalho.

Palavras chave –deficiência – cotas – inclusão

ABSTRACT

The reservation of jobs for people with disabilities is the law and represents a victory in the conquest of rights and social inclusion of those people. However, the process of hiring people with disabilities do not always aims at the inclusion, since it is mostly a mere integration, which does not guarantee its development as a citizen. In this study, was interviewing a guy who became wheelchair at 12 years of life. The survey results allowed to understand the difficulties the respondent and his family in the process of adapting to the new reality as a wheelchair, as well as the findings and difficulties with time, with refuge

in addiction and street life. Finally, possible to identify the importance of family in the resumption of the studies and difficult to be hired for a job vacancy.

Keywords - deficiency - quotas – **inclusion**

1. APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa visou estudar a questão da inclusão da pessoa com deficiência no mercado do trabalho. Para desenvolver a pesquisa foi importante buscar dados a respeito da vida dessas na sociedade brasileira, os quais foram consultados junto ao *site* do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, e os coletados pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística através dos Censos Demográficos realizados nos anos de 1991, 2000 e 2010.

A deficiência pode ser congênita ou originada no curso da vida em razão de doenças, acidentes ou do trabalho. Gil (2010) destaca que segundo o IBGE a deficiência aumenta também em razão da idade, sendo que, a partir dos 40 anos, mais de 20% das pessoas se inserem nessa categoria, índice que praticamente dobra na faixa dos 60 anos. Gil (2010) afirma que a média de vida do brasileiro é de 68,6 anos, sendo que desses 54 anos se vive sem deficiência.

Muito se fala em inclusão das pessoas com deficiência, sendo comum se utilizar como sinônimo a expressão integração das pessoas com deficiência. Há quem pense que as duas palavras são sinônimas. Entretanto, na realidade as palavras expressam situações muito diferentes. Para Araújo (2006), integração corresponde à mera contratação para cumprir a lei de cotas. Já a inclusão equivale à modificação da sociedade para acolher a pessoa com deficiência, favorecendo com isso seu desenvolvimento pessoal e o exercício da cidadania, através do trabalho e outras formas de inserção social.

Nas últimas décadas, em virtude da Segunda Guerra Mundial e da criação da ONU – Organização das Nações Unidas, muitas leis foram criadas para garantir direitos às pessoas com deficiência, com pretensão de combater a desigualdade, contudo, a simples existência de leis não é suficiente para solucionar o problema da exclusão e segregação das pessoas com deficiência. Segundo Ribas (2005) o relatório da última conferência da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 1999, chamou atenção para a falta de políticas econômicas sociais sustentáveis no Brasil, concluindo que as pessoas com

deficiência continuam sendo uma imensa minoria, particularmente vulnerável no mercado de trabalho.

Essas informações são importantes para entender até que ponto a família, a escola, as empresas e a sociedade civil, como um todo se preocupam e estão dispostas em se comprometer para que a inclusão das pessoas com deficiência seja uma realidade, e não simplesmente uma meta originada de uma obrigação legal.

Assim, se pretende neste estudo, através de uma entrevista, analisar a história de um rapaz, que aqui chamaremos pelo nome fictício de José, hoje com 35 anos, que aos 12 anos, em razão de ser hemofílico e, após uma queda, teve seus joelhos atrofiados. Em consequência deste fato, tornou-se cadeirante. José relata o processo de adaptação à sua nova condição, a revolta, a conscientização com busca de qualificação e as dificuldades no processo de inclusão e evidencia que as dificuldades da pessoa com deficiência para obter um espaço digno na sociedade, bem como a resistência dos empregadores na contratação de pessoas com deficiência, confirmando assim os dados de outras pesquisas.

2. MÉTODO

Para entender o universo das pessoas com deficiência, optou-se pela pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2010), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, pois ela se ocupa nas ciências sociais, em explicar um nível de realidade que não pode, ou não deveria ser quantificado.

Conforme Minayo (2010, p. 16), na pesquisa qualitativa “(...) a pesquisa vincula pensamento e a ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema senão tiver sido em primeiro lugar, um problema da vida prática.”

Nesse sentido, a pesquisa realizada foi baseada na chamada Sociologia Compreensiva, uma vez que através da subjetividade das questões trazidas pelo entrevistado foi possível entender seu processo de luta pela inclusão social e construção de sua cidadania, obtendo assim respostas para o problema.

Nesse contexto foi realizada uma entrevista com um rapaz, com nome fictício de José, 35 anos, que aos 12 anos tornou-se cadeirante em virtude de ser hemofílico, com o objetivo de pesquisar quais as dificuldades que enfrentou no processo de adaptação à sua nova realidade de cadeirante, bem como, obter informações a respeito de seu desenvolvimento escolar e profissional, identificando também a existência de motivações

na busca de sua inclusão social. Há quatro anos trabalha formalmente em uma empresa de produtos eletrônicos, no setor de qualidade. Cursava à época o último período do Curso de Graduação em Administração.

Compreender as questões que envolvem o contexto da vida do entrevistado e sua subjetividade foi essencial para que se pudesse desenvolver a pesquisa proposta. Para Gonzalez Rey (2005) existe subjetividade tanto no sujeito individual, como nos diferentes espaços sociais em que este vive.

José foi escolhido como sujeito de pesquisa por ser diferente de outros cadeirantes da cidade onde mora. Ele se desloca na via pública utilizando um skate e demonstra um grau de autonomia maior do que os outros deficientes físicos. Por meio de um contato profissional foi possível saber que José trabalhava, estudava e dirigia automóvel. Assim, sua história poderia fornecer muitos elementos a cerca da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

No contato inicial com o entrevistado fez-se o convite para que o mesmo participasse da pesquisa revelando sua história. A entrevista se deu em um único momento, no dia 13 de novembro de 2011. A entrevista teve início às 15 horas, sendo que a gravação teve a duração de 01 hora. O contato total com o entrevistado foi de cerca de 3 horas.

Feita a entrevista foi realizada a leitura reiterada das transcrições, o que permitiu adentrar no universo do entrevistado.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Legislação

Foi após a Segunda Guerra Mundial, em razão de milhares de pessoas mutiladas que através de organismos como a ONU – Organização das Nações Unidas e a OIT – Organização Internacional do Trabalho, se propagou pelo mundo a necessidade de inclusão das pessoas com deficiência. A OIT através das Recomendações número 99 de 1955 e número 168 de 1983, e uma Convenção de número 159 de 1983 elaborou normas de proteção aos deficientes. Referidos instrumentos influenciaram a redação de leis pelos países membros. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 foi elaborada considerando essas normas. Para Gil (2010, p. 687).

As primeiras iniciativas concretas contra a discriminação específica aos deficientes surgiram através de vários documentos Internacionais editados pela ONU e pela OIT. Além das declarações internacionais destacam também o

Programa Ação Mundial para as Pessoas Portadoras de Deficiência, adotado pela ONU em 1982, e a adoção do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência – 3 de dezembro, adotado em 1992, em comemoração aos 10 anos daquele programa.

O dia Internacional da Pessoa com Deficiência é uma data a ser comemorada pelas iniciativas contra a discriminação aos deficientes. A criação de um Programa para as pessoas com deficiência é um grande marco na história de tantos cidadãos que buscam realização pessoal, social e profissional.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, XXXI, constou: “proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critério de admissão do trabalhador com deficiência”. Neste sentido, todo cidadão tem direito ao trabalho, de modo a exercer atividades profissionais com objetivo de desenvolver habilidades que o tornem um cidadão atuante no meio em que vive.

Os artigos 23 e 24 da Constituição Federal dispuseram sobre a obrigação do Estado em amparar as pessoas com deficiência de forma a lhes garantir os meios necessários para tratamento físico e desenvolvimento de suas capacidades. Já o artigo 37-d estabeleceu a reserva de vagas em concursos públicos, o que foi regulamentado no parágrafo 2º do artigo 5º da Lei 8.112/90.

Embora, a legislação seja clara quanto à reserva de vagas para as pessoas com deficiência nos concursos, na prática, nem sempre os editais primam pela legalidade, sendo necessária a reivindicação do direito. A principal questão para não cumprimento da lei diz respeito ao cálculo das vagas reservadas, cujos resultados fracionados podem levar ao entendimento de inexistência de vagas. Contudo, o §1º e 2º do artigo 37 do Decreto 3.298/1999, protege a contratação mesmo em frações mínimas, estabelecendo que no caso de número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi editada a Lei 7.853/89, que dispôs sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, instituindo a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplinando a atuação do Ministério Público, bem como definindo crimes, e no artigo 17º estabeleceu ainda que fossem incluídas no Censo de 1990 e nos anos seguintes questões para se apurar o número de pessoas com deficiência.

Foi através da Lei 8213/91, que dispôs sobre os Planos de Benefícios que se deu ênfase no processo de inclusão da pessoa com deficiência, sendo que em seu artigo 93 foi instituída a determinação legal de reserva de vagas para ocupação das pessoas com

deficiência no setor privado, o que representou grande marco, pois determinou a reserva de vagas de 2 a 5%.

3.2. Dados da deficiência

Com relação à quantidade de pessoas com deficiência no mundo, há consenso entre as diversas organizações mundiais que cerca de 10% da população do planeta¹ são portadoras de algum tipo de deficiência. Esse percentual é maior em alguns países em razão de guerras, pobreza, incluindo questões relacionadas à fome, doenças e violência. No Brasil, o Censo de 2000 apurou o percentual de 14,5%², sendo que dados preliminares do Censo de 2010³ apontam que 23,9% da população informaram possuir alguma deficiência. Isto não significa que tenha ocorrido apenas aumento no número de pessoas com deficiência, mas, provavelmente, houve também o aprimoramento dos meios de coleta de informações, além de aumento da longevidade da população etc.

No tocante à ocupação das vagas de trabalho reservadas às pessoas com deficiência Neri et al (2002) apurou com base em dados obtidos na entrega de RAIS- Relatório Anual de Informações Sociais que num universo de 26.228.629 trabalhadores formais ativos, apenas 537.430 são pessoas portadoras de deficiência, e que esse número representa apenas 2,05% do total de trabalhadores formais no Brasil.

Para Neri et al (2002), os dados do CENSO (2000) apontaram uma realidade vergonhosa, que confirmou a exclusão e o baixo índice de empregabilidade de pessoas com deficiência no mundo produtivo.

Segundo pesquisa realizada por Neri et al (2003, p. 2):

O CENSO de 2000 registra que os estados brasileiros com maior número de pessoas com deficiência são a Paraíba (18,76%), Rio Grande do Norte (17,64%), Piauí (17,63%), Pernambuco (17,4%) e Ceará (17,34%). Já São Paulo (11,35%) e Roraima (12,5%) possuem o menor índice. A cidade com maior número de pessoas com deficiência está no estado do Piauí, São Gonçalo do Piauí (33,4%). Verifica-se que, em muitas cidades, a população com deficiência aumenta em razão da procura pelos grandes centros para tratamento.

Esses dados revelam que a falta de infraestrutura nas pequenas cidades para tratamento das pessoas com deficiência provoca um êxodo para grandes centros. Objetiva-se encontrar apoio médico, psicológico, fisioterapêutico, bem como instituições

¹ <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>

² <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27062003censo.shtm>

³ ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religio_deficiencia.pdf

especializadas nas deficiências. A escolaridade limitada é um dos problemas mais graves das pessoas com deficiência, porque a falta de qualificação profissional limita a contratação pelas empresas.

3.3. Inclusão x Integração

Muito se fala em inclusão e integração das pessoas com deficiência. Há quem pense que as duas palavras são sinônimas. Entretanto, na realidade as palavras expressam situações muito diferentes uma da outra.

Para Araújo (2006), integração corresponde à mera inserção formal da pessoa na sociedade, no caso, a mera contratação para cumprir a lei e evitar a punição. Outro aspecto da integração está no pensamento que restringe oportunidade para determinadas deficiências, muitas empresas não contratam cadeirantes, outras contratam somente pessoas com perda auditiva para preencher as cotas, colocando-as em setores de ruído elevado. Escolher quais seres humanos tem direito a trabalhar, estudar, praticar esporte, etc. é próprio do pensamento de integração, de não realizar mudanças para que o outro tenha condições de se adaptar. Verifica-se que neste caso a inexistência de políticas públicas para favorecimento e desenvolvimento das pessoas com deficiência.

Já a inclusão compreende a modificação consciente da sociedade para acolher a pessoa com deficiência, favorecendo com isso seu desenvolvimento pessoal e o exercício da cidadania, através do trabalho e outras formas de inserção social. Na inclusão se pensa na acessibilidade, na reformulação das instalações e processos produtivos, havendo o oferecimento de oportunidades para o desenvolvimento profissional através de cursos de formação e reciclagem.

Existem no Brasil legislações que garantem a reserva de vagas para contratação de pessoas com deficiência tanto para ingresso no serviço público, quando da realização de concursos públicos, quanto no setor privado existe a obrigação para empresas que tenham mais que 100 trabalhadores. Entretanto, a indagação que se faz é se esse processo acontece na forma de integração ou inclusão.

Para Freitas (2010, p. 101):

As pesquisas sobre inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho têm sugerido, explícita ou implicitamente, que a maneira como a deficiência é vista pelos gestores e colegas de trabalho, é um elemento importante para a compreensão da dimensão da diversidade.

Segundo Freitas (2010), no Brasil, após a edição da Lei de Cotas, tornou-se necessário realizar pesquisas, visto os seus diversos desdobramentos, sendo que na prática o cumprimento da Lei de Cotas traz consigo diversos problemas.

Há muitas questões sobre a contratação e manutenção dos contratos de trabalho das pessoas com deficiência que não podem ser ignoradas. Talvez uma das principais seja a inegável falta de capacitação das pessoas com deficiência, em razão do comportamento de protecionismo da família, o que aumenta a dificuldade em serem contratadas, bem como, se manter no trabalho e mais ainda, em conseguirem construir uma carreira de sucesso em seus respectivos trabalhos.

Muito se questiona a respeito da responsabilidade em qualificar as pessoas com deficiência. A respeito, Gil (2010, p. 692), expressa o seguinte:

Para muitos, a falha é do próprio Estado que não fornece mão de obra habilitada ou reabilitada. Afinal, como dispõem os artigos 89 e seguintes da Lei 8.213/91, incumbe ao Serviço Social, órgão da Previdência Social habilitar e reabilitar profissionalmente. Dessa forma, se o Estado não cumpre sua obrigação, não pode exigir das empresas que contratem pessoas que não estão disponíveis no mercado.

De fato a lei prevê a responsabilidade do Estado, através da Previdência Social, contudo o pensamento de Gil (2010) comporta uma reflexão no tocante a responsabilidade social das empresas.

Outro ponto que também não pode ser ignorado é o sentimento de baixa autoestima experimentado pelas pessoas com deficiência em razão da estagnação, da realização de serviços sem qualquer complexidade, e da falta de perspectivas na vida.

Ressalte-se ainda a falta de práticas de inserção das pessoas com deficiência, provoca constrangimentos e muitas vezes determina o abandono do trabalho, visto ser claro a existência de preconceito. A bem da verdade, a forma como a pessoa com deficiência é tratada, os desafios que lhe são apresentados, a facilidade de sua permanência no local, podendo realizar seu trabalho de forma digna, bem como, ter um local adequado para se alimentar e realizar sua higiene é vital para o êxito de sua vida profissional.

Em pesquisa realizada por Freitas (2010) com 650 de cursos de administração de três universidades federais mineiras, visando apurar qual a visão que eles possuíam sobre as pessoas com deficiência, visto a possibilidade de virem a ocupar cargos de gestores, tendo assim que trabalhar com essas pessoas, apenas 307 alunos responderam ao questionário de pesquisa. Desses somente 227 responderam a todas as perguntas. Da pesquisa apurou-se que 52,4% nunca trabalharam ou estudaram com pessoas com

deficiência. Apurou-se também que 69,2% possuíam informações vagas sobre as pessoas com deficiência e somente 6,1% dos alunos haviam estudado com pessoas com deficiência.

Os dados colhidos na referida pesquisa permitiram aos pesquisadores concluir que para os entrevistados o universo da pessoa com deficiência era desconhecido dos alunos entrevistados. Assim fica a indagação: Será que esses futuros profissionais olharam para essas pessoas sem ver somente as limitações?

Para Araújo (2006) a história da profissionalização das pessoas com deficiência foi marcada inicialmente pela exclusão em virtude do pensamento que o trabalho era uma forma de exploração, ou ainda por se entender a deficiência como um impeditivo para o trabalho. Nessa fase foram realizadas parcerias entre as escolas especiais e empresas, com realização de trabalhos pelas pessoas com deficiência dentro da instituição. A imposição desse modelo foi reprovada por não respeitar as aptidões das pessoas com deficiência, tornando-se uma oportunidade para exploração da mão de obra dessas pessoas.

Em um segundo momento, Araújo (2006), diz que teve início a fase da integração, onde diversos trabalhos passaram a ser oferecidos tanto em empresas públicas como privadas, sem haver, contudo, sem qualquer adaptação para receber pessoas com deficiência. Na fase da integração vê-se a ausência de preocupação com o desenvolvimento da pessoa com deficiência, dando-se ênfase apenas aos aspectos produtivos, sendo oferecidos serviços de menor complexidade e repetitivos. De acordo com Araújo (2006, p. 244),

“(...) essas formas de integração dificultam o envolvimento em programas de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, isto acontece pelas dificuldades de acesso, como por falta de integração social real com os demais participantes da empresa”.

Para Araújo (2006), na fase da inclusão empregadores, instituições formadoras e as pessoas com necessidades especiais enfrentam os desafios da qualificação profissional e os obstáculos da competitividade. Para isso, é necessário realizar mudanças, fazer concessões e adaptações, e esse processo vai depender da vontade do estado, dos empregadores, instituições e colegas de trabalho.

Araújo (2006, p.244) cita:

Na fase da inclusão, o que se pretende é que empregadores, instituições formadoras e PNE's enfrentem juntos os desafios da qualificação, da produtividade e da competitividade. No Brasil, a profissionalização de PNE's tem sido oferecida, prioritariamente, por instituições especializadas, por centros de reabilitação e por associações de pessoas deficientes. As modalidades de profissionalização oferecidas vão desde o treinamento para a colocação em emprego competitivo até o programa de emprego apoiado, passando por

alternativas como o trabalho protegido (oficinas) ou programas de pré-profissionalização.

A sigla PNE's - Pessoas com Necessidades Especiais é outra forma de se referir às pessoas com deficiência. Nessa citação vê-se quando há inclusão o comprometimento deve envolver a todos os segmentos da sociedade.

É preciso que se entenda que a pessoa com deficiência precisa se sentir confiante para que possa se desenvolver.

O relatório da última conferência da OIT (junho de 1999), além de chamar a atenção para a falta de percepção pública do Brasil do que constituem as políticas econômicas sociais sustentáveis, ainda firma que os portadores de deficiência continuam sendo um grupo “particularmente vulnerável no mercado de trabalho. (Ribas, 2005, p. 2):

Isto justifica a inexistência de mão de obra qualificada para atender ao número de cotas que cada empresa dispõe. Pois, para Ribas (2005) se é fato incontroverso que as pessoas com deficiência não estão qualificadas profissionalmente, é certo também que a capacitação dessas pessoas depende de oportunidades.

Segundo Tanaka e Manzini (2005, p. 274):

Dados de levantamento realizado por 21 Procuradorias Regionais do Trabalho, entre os anos 2000 e 2002, sobre ações em relação à inserção de pessoas com deficiência no trabalho, mostraram que o Ministério Público do Trabalho instaurou 2591 processos investigatórios, conseguiu firmar 1495 termos de compromisso de ajustamento e ingressou com 99 ações civis públicas junto a empresas que não estavam cumprindo com a lei de cotas.

É competência do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE - a fiscalização do cumprimento da Lei de Cotas na esfera das empresas privadas, entretanto o órgão padece da falta de funcionários, o que impede uma atuação ostensiva. De acordo com Tanaka e Manzini (2005), os dados divulgados pelo site do Ministério do Trabalho da cidade de São Paulo/SP, no ano de 2003, apenas 316 empresas cumpriam com o determinado pela lei, tendo passado em 2004 para 1965 e no primeiro semestre de 2005 para 2110 empresas.

Assim o esforço conjunto de todos os segmentos da sociedade é que vai determinar primeiro o cumprimento da Lei de Cotas, sendo ideal que concomitantemente haja o esforço para criar oportunidade de inclusão das pessoas com deficiência.

4. RESULTADOS ALCANÇADOS

Para consubstanciar a parte teórica foi realizada uma entrevista com José, nome fictício, portador de uma deficiência física. Por volta de um ano de idade, foi

diagnosticado que José era hemofílico. A família passou a buscar ajuda médica para que ele crescesse com qualidade de vida, tentando atenuar os efeitos da doença. A deficiência adveio de um tombo aos 12 anos de idade, em que lesionou os joelhos e, devido à hemofilia, perdeu o líquido sinovial, atrofiando seu aparelho locomotor. Sem sucesso a família buscou ajuda médica em sua cidade e outras, contudo o diagnóstico foi o de que não mais se locomoveria, tornando-se um cadeirante.

Esse diagnóstico impôs a José e sua família transtornos físicos e emocionais. Não havendo qualquer ajuda do Estado no período de adaptação a essa nova realidade. José e sua família improvisaram as adaptações necessárias para que ele não se tornasse uma pessoa totalmente dependente.

Sua genitora teve participação fundamental para que José se mantivesse frequentando a escola, bem como pudesse ter uma vida social igual a de outros garotos de sua idade. Em diversos trechos da entrevista José reforça a importância de sua mãe para que ele não se sentisse deficiente e incapaz.

A pessoa mais importante da minha mudança foi a minha mãe, a minha família inteira ajudou, mas minha mãe é uma pessoa que não tem como, eu tiro o chapéu para ela, não tem como, de todas as pessoas que eu conheço que tem deficiência, a mãe, 90%, põe num castelo de vidro, para não sofrer lá fora, cuida dentro de casa, só que o efeito lá na frente vai ser muito pior. Só que minha mãe fez o contrário, a minha mãe jogava eu na rua, até no carnaval ela vestia eu de mulher, me punha na cadeira de rodas e me fazia sair no meio do Catraca de Canhão, eu falava para ela: - Não mãe! Não mãe! Ela dizia: - Você vai! Você vai! Essa fase foi entre aspas, a melhor e a pior fase da minha vida, mas também de crescimento. Hoje, com 35 anos, não tenho dúvidas, foi a melhor coisa que minha mãe fez na minha vida, senão eu não estava aqui hoje falando o que eu to falando. Minha mãe foi a peça principal disso.

Em seu relato José esclareceu que a família tentou procurar tratamento médico, contudo, faltava tratamento contínuo e específico para a hemofilia em sua cidade. Na época José necessitava de transfusão de sangue, e vários hemofílicos morriam em razão do vírus do HIV, em razão disso o tratamento foi suspenso, até se ter certeza de que não havia risco de vida.

A primeira adaptação para que José pudesse se locomover de forma independente foi o uso do skate dentro de casa, passando depois, a ganhar outros espaços pela vizinhança. Assim, optou pelo uso do skate para se locomover com maior liberdade.

Narrou José:

Dentro da minha casa antes de usar cadeira, eu ficava arrastando para ir no banheiro, pra ir pro quarto. Aí, meu tio que tinha um skate, irmão da minha mãe, me emprestou pra mim só para ver se eu tentava locomover em cima dele. E nisso aí eu fui melhorando dentro de casa. Aí, eu fui com ele no passeio, aí

começava a ir na esquina, depois no outro quarteirão, depois eu comecei a me adaptar nele mesmo, a andar dentro da cidade, pegava ônibus, ia para um banco ai para outro. Aí, foi mais fácil de locomover, porque a cadeira de rodas você faz um esforço muito grande nos dois braços e como eu sou hemofílico ia afetar o ombro, ia afetar outras coisas, então para mim ia ser muito difícil o esforço.

José tentou usar a cadeira de rodas pela cidade, mas desistiu devido a não poder fazer movimentos excessivos por causa da hemofilia e, também, a falta de acessos à escola, nas calçadas, ruas, ônibus, enfim, falta de acesso total:

Então, com o skate é mais fácil de locomover. Passei a andar de cadeira de rodas aqui em (...). Como cidade grande é uma dificuldade muito grande, um passeio é de um jeito, o outro não tem rampa, o outro tem raiz de árvore, o outro é asfaltado, outra rua é pé de moleque, a outra é bloquete, então isso ai é uma dificuldade muito grande. A gente fica na dependência dos outros. Com o skate eu consigo ter uma certa independência de não ficar na dependência da cadeira de roda.

Todavia, com o passar do tempo, a deficiência refletiu negativamente em seu comportamento levando-o à revolta, abandonando a escola, levando também à aquisição dos vícios do cigarro e bebida, tornando-se morador de rua. Mesmo mantendo-se nas ruas, não abandonou sua família buscando sempre o auxílio de sua genitora. Mesmo nesta situação degradante José sabia que podia contar com sua mãe, conforme relatou:

O negócio foi gradativo, não foi de uma hora para outra, então alguns da família, acredito que não seria parte deles, como tio, ficava ausente, também acho que eles não tinham obrigação de ficar falando, apenas falavam. A minha irmã uma hora já lavou as mãos, como Pôncio Pilatos, não queria falar mais nada. A única que ficou persistindo de novo foi a minha mãe, ela foi a única que quando eu caía, fazia até urinava na roupa, era ela que pegava eu, punha para dentro, dava banho, falava para eu tomar banho, ajudava a fazer barba. Eu voltava novamente. A única pessoa que me acompanhou desde o começo foi ela. Até na crise que fui ruim. Meu pai estava vivo na época, mas não tinha a cabeça dele que já era de idade, para fazer o que minha mãe fez, ele também era de idade. Ela era a única que acreditava que um dia eu ia parar.

Vê-se diante da narrativa de José que a família é extremamente importante no processo de inclusão da pessoa com deficiência, sendo que sua mãe percebeu a necessidade de motivá-lo positivamente a prosseguir com sua vida.

Importante verificar que apesar da não aceitação da condição de cadeirante, e apesar do envolvimento com o álcool, José conseguiu concluir o segundo grau, cabendo citar:

Durante a bebedeira eu ainda fiz o CESU⁴. Fiz algumas matérias, parei. Ai mesmo fazendo parte da bebedeira eu fiz o provão, que aí já eliminava algumas

⁴ Centro de Exames Supletivos.

matérias, ai eu conclui o segundo grau. Isso foi durante uns 05 ou 06 anos. Fazia uma coisa parava. Foi mais ou menos nessa época que eu acabei conclui o segundo grau, mas na bebida ainda.

José relatou que mesmo no alcoolismo sentia que queria outra vida. Percebia os colegas de escola estabelecidos na vida, enquanto que ele não estudava, não trabalhava, sendo certo ainda que a bebida comprometesse seu estado de saúde. Além da incapacidade física, José teve que também vencer o vício, tendo informado:

Sinceramente, foi uma coisa que aconteceu comigo que foi dia 09/09/2007. Foi a última vez que eu bebi na minha vida, que eu relei qualquer tipo de álcool na minha vida. Há um tempo atrás, mesmo a gente estando alcoolizado a gente tem um pouco de lucidez. Eu ficava olhando um amigo meu advogado, o outro hoje capitão do exército da AMAM, outro médico, outro engenheiro, todos da mesma idade que eu. Ai eu deletava e bebia de novo. Só que isso me incomodava, principalmente quando eu estava de ressaca ou abstinência, isso me incomodava, ai eu ia lá e bebia de novo, mas ia fazendo parte, estava dentro de mim. Eu já tinha uma filha, ela ia me visitar eu estava sujo, estava na rua, minha mãe pagava pensão para eu não ser preso, eu não trabalhava, não fazia nada, e isso foi me incomodando.

Ainda sobre a relação com o álcool, José relatou:

As primeiras duas semanas foi a coisa mais difícil que tem, é mais difícil você parar de um dia para o outro, é nessa parte você tem que por na sua cabeça, não vou poder sair na rua. Só que para você dar o primeiro passo, admitir que você não pode beber mais. “Eu não posso beber nenhum gole”, porque senão eu vou beber até cair. Isso já é um passo 50% da cura, porque muita gente fala que não tem cura, eu tenho certeza que tem cura, absolutamente, que eu não vou beber mais. Depois desse 50% é não sair na rua, e teve a outra fase, eu não posso ficar com a cabeça desocupada. Ai eu falei vou ter que fazer alguma coisa. Vou ter que terminar, vou procurar um emprego. Ai eu comecei a correr atrás de serviço, que ai foi a outra luta que a gente tem por causa da deficiência.

Quando José resolveu parar de beber percebeu que tinha necessidade de se ocupar, de conseguir um trabalho, mas ai, já adulto foi que percebeu toda a dificuldade que existe para uma pessoa deficiente conseguir um trabalho, vejamos:

E, em 2005, eu ainda estava na bebida, foi no caso de uma empresa de (...) que aplicava um curso no SENAI que eu estava fazendo SEP na época, estava fazendo o curso de Técnico de telecomunicações, essa empresa me procurou porque tinha que cumprir a cota, começou a fiscalizar muito, tinha muita cobrança do governo, eles me procuraram, ai eu larguei do curso técnico do SEP, para fazer o curso que eles falavam, que fazendo o curso eu já estava empregado. Fiz esse curso no SENAI, durante uns meses, falaram que em janeiro eu já estava empregado. Nada feito, terminei o curso, fiz o exame lá nessa empresa, é uma empresa grande, e até hoje nunca me chamaram. Isso já vai fazer 06 anos. Não chamou e nem vai chamar porque até hoje ela não tem acessibilidade para cadeirante.

Entendendo que sozinho não conseguiria uma colocação, José tentou o apoio do MTE, entretanto, as dificuldades para contratação foram inúmeras, cabendo citar:

Então, nessa época eu comecei a lutar. Eu fui procurar o delegado em Pouso Alegre do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, que cuida aqui da região que aqui não arrumava emprego para gente. Cheguei a falar com ele pessoalmente. Ele me falou que as coisas não são bem assim, que no Sul de Minas tem 03 fiscais, 01 estava encostado, o outro estava de férias e era um para fiscalizar o Sul de Minas inteiro. Só que em (...) sinceramente deve ter mais de 20 empresas. Agora, você imagina, o Sul de Minas inteiro para fiscalizar isso aí. Ele mandou uma carta para mim com assinatura dele para procurar emprego, eu distribui nas empresas e não valeu de nada.

Nesse relato de José verifica-se a falta de fiscalização pelos órgãos competentes, no caso o MTE. Essa falta de pessoal para fiscalizar as empresas, ou mesmo cruzar os dados das informações mensais prestadas pelas empresas, incentiva o não cumprimento das leis.

Segundo José as justificativas para sua não contratação se devia a falta de qualificação. Contudo, José informa que na condição de cadeirante sua contratação exigiria a mudança nas instalações das empresas, gerando gastos que nenhum empresário aceita ter, vejamos:

E aí qual que era o argumento deles? Primeiro que precisava de pessoa capacitada, era desculpa que eles tinham então curso superior eu não tinha, 2º grau para eles não tinha capacidade, não estava capacitado. Ai eu comecei a querer fazer um curso superior, para não ter esse tipo de desculpa da próxima vez. Só que isso realmente era uma desculpa para não contratar mesmo, porque existe tipo de acepção, de deficiência, que eles escolhem um tipo, porque não tem especificação na lei, que fala em portador de necessidade especiais. Cota é 5%, a empresa pega deficiente auditivo, que nada contra eles, mas falando uma realidade, eles não necessitam de adaptação da empresa, não precisam de nada, nem protetor auricular se for deficiente auditivo, 100% não vai precisar. Põe ele numa máquina que muitas pessoas não gostam de trabalhar, a empresa até ganha com isso e cumpre a cota. Agora, quem é deficiente visual, mental e cadeirante aí o problema é diferente, o buraco é mais embaixo, principalmente porque as empresas vão ter acessibilidade, rampa. Essa empresa grande que não me contratou falou que tinha que ter ônibus com elevador para me transportar. É mentira. Olha, não necessita disso. A empresa não precisa disso. Eles vão ter que fazer porta do banheiro mais larga, vão ter que por corrimão para gente poder segurar, mas isso nenhuma empresa quer fazer, ela vai ter um gasto e pode não ter um retorno que ela esta esperando. Que um pouco também não posso tirar o lado deles porque a maioria das pessoas que é deficiente físico, principalmente cadeirante, é encostado, aposentado, então eles também não vão conseguir pessoas para poder cumprir. Só ai ele também não investe nisso. Agora, quando tem um outro caso como o meu, eles também não vão dar atenção porque vão gastar e se eu não der o retorno esperado? E se eu entro 03 meses lá, na cabeça deles eu podia voltar a beber de novo, ai eles jogam dinheiro fora. Então, tem outro tipo de luta também.

Diante de tantos não, José resolveu recorrer à ajuda de políticos, tendo informado:

Só para conseguir esse emprego que estou hoje eu tive que mais ou menos uns 04 meses, buscando ajuda de vereadores. E um dos vereadores é que conseguiu arrumar para mim que foi o Leonardo, chegou na empresa que eu trabalho conversou com eles, e eles acabaram me contratando, compraram a cadeira. A própria empresa comprou a cadeira lá há quase 04 anos, em março faz 04 anos.

Em vários trechos da entrevista, José relata que experimentou o preconceito das pessoas. Esse preconceito foi sentido desde o início da deficiência quando a mãe o carregava no colo para ir à escola. Tendo sido aprovado em dois concursos públicos, em vagas reservadas para deficientes, não foi chamado para ocupar a vaga, tendo informado:

E agora quando eu já estava trabalhando na empresa em que eu trabalho prestei concurso para o CISMAS – Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Alto Sapucaí. Era uma vaga para deficiente, tinha 05 vagas no total, 01 para deficiente físico e 4 para pessoas normais, também passei, cheguei a conversar com o diretor de lá depois do concurso. O diretor do CISMAS, Dr. (...) ele me chamou, conversou comigo por uma hora que em setembro me chamava, me apresentou, me falou de, dos ônibus que eu ia vir, me apresentou para todos os funcionários, disse olha o novo funcionário, que foi uma coisa muito bonita, mas isso foi uma vez só; nunca mais me chamou. Chamou o primeiro, o segundo, o terceiro, alguém já desistiu da vaga, chamaram outro, eu procurei o presidente, que o presidente no caso são prefeitos da região, o presidente de dois em dois anos, na época o presidente era de São José do Alegre, fui lá, ele era o presidente do CISMAS, falei com ele me disse que ia me dar uma solução depois de uma semana, até hoje nada, já passou os dois anos, daqui a pouco vai completar os outros dois, isso aí não tem solução não.

Relatou ainda, que pelo fato de usar o skate para se deslocar foi impedido de entrar em um supermercado, cabendo citar:

(...) Isso aconteceu um dia, uma pessoa juntou no braço e falou para eu parar de fingir que era pecador, teve discussão, o mais recente, uns meses atrás no supermercado, quando eu cheguei para comprar as coisas, eu estava de bermuda no skate, que é o meio de locomoção que eu me adaptei, aí a dona do supermercado nem deixa eu passar do degrau da frente e já foi me perguntando o que você quer. Eu falei o que queria, ela não gostou. Eu peguei o produto na porta. Chegou a segunda, na terceira eu não aguentei e eu falei com o marido dela: “Infelizmente você pode até ser boa pessoa, mas ensina sua mulher a tratar os outros, infelizmente da próxima vez vou ter que vir com testemunhas para ver o que ela faz e eu vou processar o supermercado. Porque eu quero entrar e ela não me deixa entrar no supermercado. A terceira vez que eu chego aqui e ela não deixa passar do degrau e já vem de encontro e me pergunta o que eu quero. Deixa eu entrar, se eu quiser dar uma volta no supermercado, e se eu não quiser comprar nada”. Isso aí uma hora incomoda a gente.

Percebe-se que diariamente, José está sujeito a novos desafios que devem ser superados os quais tem origem na deficiência e na hemofilia.

Entretanto apesar dessas duas situações, José, conseguiu se organizar, vive em harmonia com a família, tem uma filha, conseguiu obter carteira de motorista, um relacionamento afetivo e pretende se casar. Está concluindo neste ano de 2011 o curso de Graduação em Administração e pretende continuar realizando concursos públicos para obter estabilidade e dignidade.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim, se pretendeu neste estudo destacar a importância de um processo de inclusão para que as pessoas com deficiência tenham realmente condições de viver com dignidade.

José, com sua história, nos mostra que falta o cumprimento das leis no amparo e desenvolvimento social das pessoas com deficiência. Ele demonstra que após a constatação da deficiência a família se viu só, sem amparo do Estado. Com certeza todos precisavam de amparo psicológico e material.

Quando José conseguiu vencer o vício, as dificuldades continuaram a existir. A resistência dos empregadores na contratação, a inexistência de instituições fortes para fiscalizar o cumprimento da Lei de Cotas e a falta de vagas reservadas em concursos públicos, bem como o preconceito das pessoas, são situações que José experimentou e experimenta até hoje, as quais impedem sua plena inclusão.

Além de José a pessoa de sua mãe merece comentários. Ela não abandonou o filho mesmo quando ele sucumbiu ao vício. O apoio materno, presente em todos os momentos, foi decisivo para que quisesse romper com a situação em que se encontrava. Assim, reunindo suas mais íntimas forças resolveu retomar sua vida, indo atrás de trabalho e conclusão dos estudos.

O ingresso no mercado de trabalho, contudo, não se fez de forma tranquila, José relatou que se sentiu preterido. Contudo, através de sua perseverança conseguiu ser admitido em uma empresa, que ao contrário de outras, já se instalou na cidade onde José mora, criando instalações adequadas para pessoas cadeirantes, visto que parte dos serviços de controle de qualidade poderiam ser realizados por estas pessoas. Entretanto, José ainda é o único funcionário com deficiência da empresa. Segundo José, outros deficientes preferem receber benefícios previdenciários ao trabalho formal, principalmente em razão do salário percebido ser praticamente o mesmo do benefício pago pelo INSS. José alegou que não é tratado como deficiente, tendo um ambiente de trabalho sem preconceitos e discriminação.

José relatou que não tem perspectivas de crescimento em seu local de trabalho após a conclusão do Curso Superior de Administração, visto que a área administrativa da empresa é toda terceirizada, assim, já há algum tempo objetiva ser aprovado em um concurso público, entendendo que essa conquista lhe dará estabilidade financeira.

A história de José permite realizar muitas reflexões, uma delas está em se questionar se os atuais processos de contratação das pessoas com deficiência, realizados em atendimento a lei de cotas, se fazem observando o conceito verdadeiro da inclusão, ou, através de mera integração para fins de cumprimento da lei. Vê-se que incluir é um projeto maior, com diversas ações para que o incluído não se sinta um intruso.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Newton Garcia. A Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado Formal de Trabalho. In: MENDES, A. M.; MERLO, R. C.; MORRONE, C. F.; FACAS, E. P. (Orgs.). **Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros**. Curitiba: Juruá, 2010.

ARAÚJO, Janine Praça; SCHMIDT, Andréia. A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Trabalho: A Visão de Empresas e de Instituições Educacionais Especiais na Cidade de Curitiba. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, 2006, v. 12, n° 2, p. 244. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v12n2/a07v12n2.pdf>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRASIL. Lei Federal n° 8.112/90, 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm

BRASIL. Lei Federal n° 8.213/91. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm

BRASIL. Lei Federal 7.853/89, 1989. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm

FREITAS, Maria Nivalda Carvalho; e MARQUES, Antonio Luiz. **Formas de Ver as Pessoas com deficiência: Um estudo empírico do construto de Concepções de Deficiência em Situações de Trabalho**, 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712010000300007&script=sci_arttext

GIL, Vilma Dias B. Pactos para Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, **Revista LTR** - volume 74, n° 06, 2010.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa Qualitativa e subjetividade**. São Paulo: Thomson Learnig, 2005.

MINAYO, M. C. S.; O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa Social, Teoria, método e criatividade**. Ed. Vozes. 2010

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. SIT. **A Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho**, 2007. Disponível em www.acessibilidade.org.br/cartilha_trabalho.pdf. -

NERI, Marcelo; CARVALHO, Alexandre Pinto de; COSTILLA, Hessia Guillermo. **Política de Cotas e Inclusão Trabalhista das Pessoas com Deficiência**, 2002. Disponível em http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/bf_bancos/e0002351.pdf

NERI, Marcelo; PINTO, Alexandre; SOARES, Wagner; COSTILLA, Hessia. **Retrato da deficiência no Brasil**, 2003. Disponível em www.fgv.br/cps/simulador/impacto_2004/gc252c.pdf

OIT – Organização Internacional do Trabalho - Convenção 159 - Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes - Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração do Escritório Internacional do Trabalho e realizada nessa cidade em 1º de junho de 1983, em sua sexagésima nona reunião. Disponível em http://www.mte.gov.br/fisca_trab/inclusao/legislacao_2_1.asp.

RIBAS, João Baptista Cintra. **Emprego e Trabalho para Portadores de Deficiência**, 2005 Disponível em <http://www.lerparaver.com/node/272>

TANAKA, Eliza Dieko Oshiro e MANZINI, Eduardo José. **O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência?** - 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000200008 .

ATIVIDADES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS E TRABALHO: UMA ANÁLISE POR GRANDES REGIÕES DA PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA.

Alda Pinto da Silva

Mestranda em Políticas Sociais pela UENF

E-mail: aldinhaps@yahoo.com.br

Marlon Gomes Ney

Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF

E-mail: marlonney@uenf.br

Resumo:

A pesquisa estuda a evolução recente das desigualdades socioeconômicas, a partir do processo de modernização conservadora, entre pessoas ocupadas em atividades agrícolas e atividades rurais não-agrícolas, bem como, avalia a contribuição dessas atividades para disparidades de rendimentos na agricultura familiar. O trabalho realiza um debate sobre o processo de intensificação da pluriatividade, por Grandes Regiões, a fim de verificar se esse processo é usado como estratégia de sobrevivência ou meio de diversificação da renda/trabalho. Para tanto, utilizando os microdados da “PNAD” as pessoas em domicílios rurais foram divididas em “exclusivamente agrícolas” e “pluriativas”, os dados revelaram grandes disparidades regionais quanto ao uso do recurso da pluriatividade o que exige, por parte do governo, políticas sociais específicas para a manutenção da renda/trabalho dos agricultores familiares.

Palavras-Chave: Atividades Rurais Não-Agrícolas; Pluriatividade; Agricultura Familiar.

Abstract:

The research studies the recent socioeconomic inequality evolution from the conservative modernization process, among people who are involved with agricultural activities and rural non-agricultural activities, it also evaluates the contribution of these activities to income disparities in family farming. This report performs a debate about the intensification of the pluriactivity process, by Large Regions, in order to verify if this process is used as a survival

strategy or a means of income/work diversification. Therefore, using the “PNAD” micro-data, the people who live in rural residences were divided into “exclusively agricultural” and “pluriactive”, the data show great regional disparities concerning the usage of the pluriactivity resource what requires, by the government, specific social politics to maintain the family farmers income/work.

Key-words: Non-Agricultural Activities; Pluriactivity; Family Farming.

APRESENTAÇÃO

Ao longo das últimas décadas o espaço rural vem passando por profundas transformações. Delimitar o que é espaço rural e urbano tem se tornado uma tarefa cada vez mais complexa. No Brasil, se usa o critério da delimitação administrativa, que classifica como área urbana toda sede de município e de distrito, independente de seu tamanho e características socioeconômicas (Veiga, 2003). Todo o resto compõe as áreas rurais.

Na maioria dos países, os critérios utilizados para a demarcação são o número de habitantes da localidade, sua densidade populacional, ou a combinação das duas variáveis. Nesse sentido, a pesquisa, em vez de analisar o fenômeno generalizado da pluriatividade no espaço rural, estudará as recentes transformações da produção familiar agrícola a partir do processo de modernização conservadora, mostrando a emergência e intensificação da pluriatividade como indicador de uma ruptura sobre as dimensões do rural. O agricultor não é mais apenas um camponês, pois ele tem se tornado um indivíduo autônomo que mescla as atividades agrícolas e não-agrícolas.

No primeiro momento do trabalho serão apresentados os microdados da PNAD (Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios) do Brasil. A partir dos dados da PNAD a pesquisa vem analisar as desigualdades socioeconômicas, a renda, bem como o nível educacional entre pessoas em domicílios rurais ocupadas em atividades exclusivamente agrícolas e atividades pluriativas na agricultura familiar. Posteriormente é efetuado um debate sobre as recentes modificações no meio rural brasileiro, sobretudo, a emergência das atividades rurais não-agrícolas e, conseqüentemente, das famílias pluriativas, isto é, a

combinação dessas atividades rurais não-agrícolas com as atividades agrícolas dentro da produção rural familiar. Assim, o trabalho realiza um debate sobre como as famílias pluriativas, têm utilizado a pluriatividade seja para manutenção ou diversificação da renda do trabalho.

A Metodologia da pesquisa

A pesquisa com viés quantitativo utiliza os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A finalidade da PNAD é produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Implantada progressivamente a partir de 1967, o levantamento das estatísticas da PNAD vem estabelecendo ao longo dos 45 anos de sua realização, um respeitável aparelho de investigação para elaboração, validação e avaliação de políticas dirigidas para o desenvolvimento socioeconômico e ainda para a melhoria das condições de vida no Brasil (IBGE, 2010).

A PNAD é realizada por meio de dois questionários: o primeiro contempla as pessoas e o segundo diz respeito aos domicílios rurais ou urbanos. O trabalho exclui toda a área considerada como urbana nos microdados da PNAD. A pesquisa agrupa os questionários por domicílios e por pessoas em única base de dados para análise. É almejado demonstrar a composição estrutural da agricultura familiar separando as pessoas por domicílios agrícolas, aqui considerados como todos aqueles que possuem pelo menos uma pessoa ocupada com renda proveniente da agricultura.

Outro ponto importante a ser analisado no trabalho é a definição do que se compreende como agricultura familiar. Schneider (2003a) denota que a partir da década de 1990 a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) vieram a estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento sustentável indicando dois modelos: patronal e familiar. O modelo familiar aqui analisado é qualificado pela relação íntima entre trabalho e gestão, onde a direção do que é produzido é definido pelos proprietários, com destaque para diversificação da produção e da qualidade dos recursos e de vida (SCHNEIDER 2003A).

Desta forma, compreender o que é a agricultura familiar se torna uma tarefa difícil. O trabalho vem a comparar a distribuição e nível de renda, escolaridade e condições de trabalho por grandes regiões brasileiras, a fim de analisar o efeito das atividades rurais não-agrícolas

na desigualdade da distribuição de renda agrícola no Brasil através das diferenças entre as famílias “exclusivamente agrícolas”¹ e as “famílias pluriativas”² na agricultura familiar.

A pesquisa avalia como mundo da *agricultura familiar* a soma dos tipos de famílias de empregadores (com até 2 empregados) e por conta-própria que é um dos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para enquadramento dos agricultores como familiares. São analisadas no trabalho somente as pessoas em domicílios rurais familiares com renda maior do que zero.

Assim as famílias em domicílio rural são divididas em “exclusivamente agrícolas” e “pluriativas” - que possuem renda originária de atividades rurais não-agrícolas e atividades agrícolas-, a fim de elucidar como as variáveis exemplificadas se comportam na composição da renda familiar.

Desta forma, o quadro 1.0 abaixo demonstra a ponderação do universo e a diferença percentual por grande região do total de pessoas em domicílios exclusivamente agrícolas e pluriativos a partir dos critérios adotados para definição de agricultura familiar pelos dados da PNAD do ano de 2009.

Quadro 1.0- Diferença percentual e o total de famílias exclusivamente agrícolas e pluriativas por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar, PNAD, 2009.

	Exclusivamente Agrícola		Pluriativo		Total	
	N	%	N	%	N	%
Norte	258891	67,0	127707	33,0	386598	100
Nordeste	1196832	66,9	593446	33,1	1790278	100
Sudeste	358804	69,0	161171	31,0	519975	100
Sul	547182	68,9	246413	31,1	793595	100
Centro-Oeste	547182	71,3	57720	28,7	201174	100
Brasil	2908891	73,9	1025286	26,1	3934177	100

Fonte: Elaboração dos autores.

O quadro demonstra que no Brasil cerca de 74% das pessoas em domicílios rurais no exercem atividades exclusivamente agrícolas enquanto que cerca de 26% são pluriativos. O quadro ainda vem a descortinar que nas regiões Norte e Nordeste os “pluriativos” apresentam

¹ Representadas pelas famílias rurais que exercem apenas atividades primárias do setor agrícola.

² No trabalho utilizaremos o mesmo conceito de Schneider (2006) onde a família pluriativa refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família rural, seja ela agrícola ou não-agrícola (ligadas à moradia, lazer, e as atividades industriais e de prestação de serviço).

uma participação maior, cerca de 33%. Assim, mesmo destacando que os dados podem apresentar distorções para uma pesquisa estatística, espera-se que os dados da PNAD do ano de 2009 revelem algumas das principais características socioeconômicas da população, como trabalho, educação e rendimento.

A política de modernização conservadora e exclusão da agricultura familiar

No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar ainda é contemporâneo e não detém contornos claros e bem definidos. A expressão “agricultura familiar”, por exemplo, só ganhou projeção no final da década de 1980. Um dos méritos de autores como Abramovay (1991), Veiga (1991), entre outros, é demonstrar que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida. Algumas dessas pesquisas evidenciaram que os estudos específicos sobre o crescimento das atividades rurais não-agrícolas e a pluriatividade mostram as dimensões socioeconômicas e culturais da estrutura agrária brasileira (SCHNEIDER, 2003a).

Contudo, ao se pensar na agricultura familiar não se pode deixar de explicitar as mudanças ocorridas na década de 1970 e 1980, quando ocorreram profundas transformações na estrutura agrária brasileira pelo processo que ficou conhecido como “modernização conservadora”. Graziano da Silva (1997) relata que esse processo foi pautado nos desígnios da Revolução Verde³:

Daí a proposta de modernização ser entendida como a introdução de "novos fatores" que incluíam desde as sementes geneticamente melhoradas da Revolução Verde, os adubos e defensivos químicos, as máquinas e equipamentos, até a educação formal, nos moldes urbanos. (págs. 2,3)

Para Balsan (2006) as transformações ocorridas no espaço rural tiveram como consequências não só a acirrada concorrência na produção dos produtos agrícolas, como também efeitos socioeconômicos sofridos pela população mais pobre residente em áreas

³ Revolução Verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. É um amplo programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio do 'melhoramento genético' de sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes geneticamente melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização, produção em massa de produtos homogênicos e diminuição do custo de manejo. Também são creditados à revolução verde o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no gerenciamento de produção. Se de uma forma crítica a "Revolução Verde" proporcionou através destes 'pacotes inovadores' a degradação ambiental e cultural dos agricultores tradicionais, por outro lado somente com ela foi possível alimentar os mais de 6 bilhões de pessoas na Terra.

rurais. *“As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na ‘modernização da agricultura’, são eivadas de desigualdades e privilégios.”* (BALSAN, 2006, pág. 125).

No território brasileiro o que temos é uma superiorização da grande propriedade rural. O grande proprietário impôs seu modelo socialmente reconhecido, para tanto, recebeu grandes estímulos na política agrícola que procurou modernizar e assegurar sua reprodução. Por outro lado colocou a agricultura familiar em uma posição marginalizada e subalterna frente às políticas do governo. A estrutura agrária no Brasil evoluiu para o aumento da concentração fundiária e de renda, em que o caráter excludente se acentuou ainda mais no período, e o acesso a terra foi cada vez mais dificultado ao trabalhador rural. Para Balsan (2006) além da propriedade privada da terra estar concentrada nas mãos de poucos proprietários, *“... o acesso a ela também é restrito, ou seja, é praticamente fechado, pois, além da minoria deter a maior porção de terras rurais, detém também a exploração das mesmas.”* (pág. 131).

A respeito desta perspectiva Gohn (2011) enfatiza que em alguns países, principalmente nos países Latino-Americanos, a utilização da concepção de território não tem feito a ligação entre estas temáticas de crescimento e as necessidades de desenvolvimento para a sociedade. A implantação de algumas políticas como ocorreu com o processo de “modernização conservadora” realizada no Brasil tratou o território apenas como um ativo econômico, fundamental para o crescimento do país sem pensar em como os diversos extratos socioeconômicos reagiriam ao incentivo da política social.

É evidente clarificar que a partir desse processo de “modernização conservadora” o êxodo rural começou a expandir-se em áreas onde o desenvolvimento da agricultura através da mecanização e capitalização foi maior. O aumento da concentração fundiária significou grande exclusão social e econômica. Houve um aumento significativo das camadas mais ricas na apropriação total da renda.

A modernização efetuada na agricultura brasileira efetivou a exclusão do homem do campo na geração de emprego, diminuição da renda e ainda a subordinação do capital e uma crescente competição capitalista no espaço rural ocasionando desordem. Segundo Balsan (2006):

Dentro de uma ótica global, a modernização agrícola nos revela que, por meio dos processos históricos, a propriedade da terra foi sendo subordinada ao capital. O

progresso técnico não está uniformemente difundido, mas, sim, ocorre uma concentração espacial e setorial... (BALSAN 2006, pág. 128)

Buainain *et. al.* (2003) enfatiza que nos anos 1980, era sustentada a tese que o processo de modernização conservadora gerava uma integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a abarcam, formando o que foi chamado de “complexos agroindustriais”. A partir deste novo quadro analítico reformulado no Brasil a reforma agrária foi vista como um processo anacrônico, desnecessária e insustentável para o caso brasileiro, servindo apenas para questões sociais e não econômicas.

A intensificação das atividades rurais não-agrícolas

Durante a década de 1980 houve um extraordinário crescimento de pessoas com domicílios rurais ocupadas no comércio, na indústria da transformação e nos serviços, ou seja, nas atividades rurais não-agrícolas (RNA). Graziano da Silva (1997) divide as atividades rurais não-agrícolas em três grandes áreas de atuação: *a)* atividades relacionadas com o crescimento das indústrias, especialmente as agroindústrias; *b)* a crescente urbanização do meio rural em que são desenvolvidas atividades ligadas à moradia, turismo, lazer e a preservação do meio ambiente; *c)* a rápida proliferação dos sítios de recreio.

Ney e Hoffmann (2007) demonstram que a ampliação do setor RNA é um importante componente do desenvolvimento da economia rural. As atividades rurais não-agrícolas têm proporcionado novas oportunidades de trabalho para a população que reside no campo e ainda tem gerado alternativas de se obter remunerações mais elevadas aos agricultores que somente tem exercido atividades agrícolas.

Assim, alguns autores do pensamento da sociologia e economia agrícola brasileira, como Del Grossi (2002), Schneider (2003) e Graziano da Silva (2001), resumem as transformações ocorridas na agricultura recente através de uma nova denominação: “*o novo rural brasileiro*”. Graziano da Silva *et. al.* (2002) enfatizam que o novo paradigma rural engloba três tipos de atividades essenciais: 1)- agricultura baseada em *commodities* ligada à agroindústria; 2)- conjunto de atividades rurais não-agrícolas ligadas essencialmente ao lazer,

moradia e a prestação de serviços e atividades industriais; 3)- conjunto de atividades agropecuárias estimuladas por nichos especiais de mercado.

Para Graziano da Silva (1997) a possibilidade de combinar atividades agrícolas com atividades não-agrícolas fora do estabelecimento familiar se deve a um procedimento de "desdiferenciação" ou "desespecialização" da divisão social do trabalho que tem na sua origem a modificação do próprio processo de trabalho, tanto na agricultura moderna como na indústria de base fordista. O mesmo ainda assinala que essas famílias vieram a ser conhecidas como *pluriativas*, já que exerciam mais de uma atividade econômica.

Se antes algumas dessas atividades não se inseriam no campo produtivo, agora elas passaram a integrar cadeias produtivas, envolvendo não apenas complexos agroindustriais como também serviços produtivos complexos e sofisticados. Para Graziano da Silva (2001) as projeções indicam *"que a continuar nesse ritmo, no ano 2014 a maioria dos residentes rurais do país estarão ocupados nessas atividades não-agrícolas."*

Para Schneider (2003), a pluriatividade se caracteriza por uma forma de organização do trabalho familiar e refere-se a situações sociais em que os sujeitos que compõem uma família em domicílio rural passam a exercer um conjunto diverso de atividades econômicas e produtivas, em que não necessariamente estejam ligadas a formas tradicionais da agricultura. A promoção do crescimento da mão-de-obra pluriativa foi incentivada pela flexibilização do processo de trabalho industrial, que também interessa a indústria por ser mais econômica. Assim a pluriatividade fixou-se permanentemente nas unidades familiares agrícolas, tendo em vista o novo ambiente social e econômico no meio rural.

Outro componente importante é que a decisão da família rural em participar do setor RNA depende dos incentivos que ela recebe e da sua capacidade de participar. A relação entre eles determina o comportamento familiar, que pode ser analisado por meio dos fatores de atração e expulsão. Os fatores de atração são utilizados sobretudo quando os agricultores ganham uma renda maior nas atividades do RNA se comparada aos ganhos da pequena propriedade. Já os fatores de expulsão são os que normalmente compensam a falta de acesso ao mercado de seguros ou de crédito e exigem das famílias a diversificação de renda, para gerir o impacto sobre a renda devido à seca ou até as limitações crônicas como a falta de terra ou ainda para comprar insumos agrícolas (REARDON ET. AL., 1998).

Marsden (1995) e Schneider (2003) evidenciam que as mudanças em curso, desde o início de 1990, na política agrícola principalmente em países desenvolvidos estimulam a diversificação da produção, o que para os autores pode ser compreendido como indicativo que o Estado tem criado políticas sociais para o campo que não passam necessariamente pelo estímulo à produção agrícola, o que confirma o recuo do padrão fordista de produção na agricultura e coopera para a proliferação de novas formas de reprodução da força de trabalho na agricultura. O advento das famílias pluriativas dentro da agricultura familiar seria a maior expressão desse novo redirecionamento (MARSDEN 1995, apud. SCHNEIDER, 2003).

Deste modo, não se pode mais caracterizar o espaço rural como somente agrário. Há nesse mundo um conjunto de atividades não-agrícolas que tem representado a cada dia mais, grande parcela de sua dinâmica.

O que os dados da PNAD revelam

A pluriatividade tem se tornado um fenômeno muito diversificado e heterogêneo, que intimamente é relacionado às estratégias sociais e produtivas adotadas pela família e do contexto socioeconômico em que elas estão inseridas. Em regiões onde a agricultura é mais eficaz, a concentração de terra é menor e os agricultores possuem apoio técnico integrado às cadeias agroindustriais, as atividades agrícolas são dominantes em relação às não-agrícolas.

A tabela 1.1 vem a demonstrar a renda média e a diferença percentual entre as famílias pluriativas e as famílias exclusivamente agrícolas. Analisando os dados obtidos, é evidenciado que, apesar da renda média entre as famílias não apresentarem grandes disparidades, mesmo quando considerado as relações entre Grandes Regiões, é manifesto na diferença percentual dos dados uma disparidade de concentração nos baixos extratos de renda nas famílias exclusivamente agrícolas. No Nordeste brasileiro observa-se que a renda de pessoas em famílias exclusivamente agrícolas, estão concentradas em extratos de renda de até 1 Salário Mínimo (SM), cerca de 83% estão localizadas nesta faixa. Ao observar os mesmos dados para pessoas em domicílios pluriativos essa mesma relação cai para cerca de 65%. Os dados da PNAD demonstram uma concentração nos estratos de renda inferiores das famílias exclusivamente agrícolas, enquanto que as famílias pluriativas possuem uma distribuição percentual de renda não tanto concentrada, principalmente nas regiões Sul e Sudeste brasileiras.

Tabela 1.1- Diferença percentual e renda média de pessoas em famílias “exclusivamente agrícolas” e as “pluriativas” por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009.

Grande Região	Exclusivamente Agrícola					Grande Região	Pluriativa				
	Renda Média	% de pessoas com renda					Renda Média	% de pessoas com renda			
		Até 1 SM	De 1 SM a 2 SM	De 2 SM a 3 SM	A partir de 3 SM			Até 1 SM	De 1 SM a 2 SM	De 2 SM a 3 SM	A partir de 3 SM
Norte	632,4	53,4	32,1	8,0	6,5	Norte	682,1	42,9	41,8	8,3	7,1
Nordeste	308,4	83,1	12,2	2,5	2,1	Nordeste	362,9	65,5	28,7	4,1	1,7
Sudeste	693,9	44,6	38,0	7,4	10,0	Sudeste	762,4	33,2	42,7	11,6	12,5
Sul	1141,7	29,0	30,9	13,4	26,6	Sul	982,0	19,7	45,2	15,9	19,1
Centro-Oeste	1004,8	39,0	33,6	11,8	15,6	Centro-Oeste	861,0	29,8	46,9	11,4	11,9
Brasil	619,0	60,2	23,3	6,7	9,8	Brasil	604,3	47,5	36,3	8,4	7,8

Fonte: Elaboração dos autores.

A tabela 1.2 vem a estudar, essencialmente, os domicílios pluriativos no Brasil, ela evidência a porcentagem das pessoas exercendo atividades agrícolas e não-agrícolas na semana de referência a pesquisa da PNAD. A tabela descortina que em todas as Grandes Regiões brasileiras os domicílios pluriativos possuem as atividades rurais não-agrícolas como principal atividade. No Brasil cerca de 51% exercem as atividades não-agrícolas como a principal atividade enquanto que cerca de 48,5% estão nas formas tradicionais de produção agrícola.

Tabela 1.2- Porcentagem de pessoas em domicílios pluriativo em atividades agrícolas e não-agrícolas por Grande Região e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009.

Grandes Regiões	Pluriativo		
	% pessoas em atividade principal		
	Agrícola	Não-Agrícola	Total
Norte	49,6	50,4	100
Nordeste	49,6	50,4	100
Sudeste	48,1	51,9	100
Sul	47,3	52,7	100
Centro-Oeste	46,7	53,3	100
Brasil	48,8	51,2	100

Fonte: Elaboração dos autores.

A tabela 1.2 também vem a esclarecer que na região Centro-Oeste 53,3% das pessoas em domicílios pluriativos possuem as atividades rurais não-agrícolas como a principal fonte

em relação aos 46,7% em atividades exclusivamente agrícolas. Na Região Sul brasileira as atividades não-agrícolas respondem por cerca de 53% do total dos domicílios pluriativos e a atividades agrícolas por cerca de 47%.

Já a tabela 1.3 vem a descortinar a diferença média de anos de estudo entre pessoas em domicílios exclusivamente agrícolas e em domicílios pluriativos. A tabela deixa em evidência, em primeiro lugar, que a região centro-sul (compreendendo centro-oeste, sudeste e sul) brasileira possui a média de anos de estudo elevada em relação às regiões Norte e Nordeste. Outro ponto que não se pode deixar de explicitar é a relação entre as pessoas em domicílios pluriativos, pois em exceção a região Norte, em que a média se equivale (para ambos os domicílios analisados), em todas as outras regiões brasileiras a média de anos de estudo das pessoas em domicílios pluriativos é bem elevada. Na região Sul brasileira a média de anos de estudo é de 7,7 anos enquanto que na mesma região os domicílios exclusivamente agrícolas possuem média de apenas 5 anos de estudo. O Nordeste brasileiro essa relação é ainda maior os domicílios pluriativos possuem mais do dobro de média de anos estudo: 5,3 anos; enquanto que os exclusivamente agrícolas possuem em média 2,4 anos de estudo. O que vem a descortinar o baixo nível educacional das pessoas em domicílios rurais pertencentes à agricultura familiar brasileira.

Tabela 1.3- Média de anos de estudo entre famílias exclusivamente agrícolas e pluriativas por Grandes Regiões e Brasil na agricultura familiar. PNAD, 2009.

Grandes Regiões	Anos de Estudo			
	Exclusivamente Agrícola		Pluriativa	
	N	Média	N	Média
Norte	231605	3,5	113928	3,5
Nordeste	1196812	2,4	593408	5,3
Sudeste	358812	4,3	161173	7,4
Sul	547184	5,0	246412	7,7
Centro-Oeste	143446	4,6	57726	7,5
Brasil	2477859	3,5	1172647	6,2

Fonte: Elaboração dos autores.

Os dados da PNAD vêm a revelar grandes disparidades regionais no Brasil. Em regiões que não possuem um dinamismo, com predominância da agricultura familiar mais rudimentar e menos integrado aos complexos, o exercício de atividades rurais não-agrícolas nunca deixou de ser realizada, sendo um recurso complementar a renda agrícola ou ainda

como estratégia de sobrevivência para os agricultores familiares. A ideia é que uma atividade não substitua a outra, mas que elas se complementem. (SCHNEIDER, 2003a).

A interação de atividades agrícolas com atividades rurais não-agrícolas é mais intensa no meio em que a relação do agricultor com ambiente socioeconômico é mais complexo e diversificado. Nas regiões Norte e Nordeste do Brasil uso da pluriatividade parece estar ligado a uma estratégia de sobrevivência a fim de manter a renda/trabalho na agricultura familiar das regiões. Já nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste a pluriatividade vêm a o cumprir o papel de diversificador da produção rural. O que vem a confirmar as pesquisas de Reardon et. al. (1998) onde o autor explica que *“los hogares más pobres tienen una mayor necesidad de empleo remunerado en el sector RNA (necesidad derivada de factores de expulsión basados en la necesidad de manejar riesgos, impactos y limitaciones crónicas)”* (pág.7).

Denarti (2001) observa que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem custeado somente as tecnologias tradicionais para produtos tradicionais. O autor revela que o programa tem distribuído o financiamento de sistemas, custeio de produtos e pacotes tecnológicos tradicionais, *contudo “...falta crédito para investimentos e, principalmente, para financiar mudanças nos sistemas de produção, para reconversão produtiva e para atividades não-agrícolas no meio rural.”*(Denarti, 2001, pág. 59).

Souza et. al. (2011) analisando a distribuição dos créditos no período de 1999 a 2009 relatam a predominância da Região Sul do país, além de Minas Gerais, para os lugares de destinos mais frequentes dos recursos do Pronaf, sendo que a concentração não reflete a representatividade da agricultura familiar nesses estados. Para os autores a *“...Bahia, por exemplo, que nos quesitos considerados responde por parcela significativa da agricultura familiar, não tem participação no crédito compatível com essa importância.”*(Souza et. al., 2011, pág. 310)

Os dados da PNAD vêm a confirmar as enormes diferenças regionais brasileiras, o que apontam para a necessidade de políticas sociais voltadas para atender as necessidades específicas regionais. O que muitas políticas, como a do PRONAF, têm se mostrado falha na execução desses objetivos.

Considerações Finais

No Brasil os estudos sobre o crescimento da pluriatividade na agricultura familiar ainda carecem de estudos específicos para seu entendimento, havendo muitas dúvidas e divergências entre os pesquisadores. O mundo rural ganhou, por assim dizer, “novas” funções e “novos” tipos de ocupações e apreender a dinâmica dessas transformações no campo é essencial para compreensão das estruturas sociais. Não podemos analisar as famílias pluriativas apenas como parte do processo de proletarização do campo, resultante da decadência da propriedade familiar, mas também, como uma etapa das constantes mudanças internas e externas da agricultura familiar.

Utilizando-se dos estudos de Buainain *et. al.* (2003) pode-se clarificar que a expansão das atividades rurais não-agrícolas não vem somente a apresentar um acréscimo das oportunidades de trabalho para os membros da família, mas também uma oportunidade de sobrevivência, em geral precária, para produtores com pouco acesso ao progresso técnico, à terra, crédito, à assistência técnica, etc.

Desta forma, o trabalho vem a cumprir o papel de descortinar a necessidade, principalmente pelo governo, para uso de políticas sociais específicas e regionais que garantam a manutenção da renda/trabalho dos agricultores familiares, visto que os dados da PNAD revelam que o recurso das atividades rurais não-agrícolas nos domicílios pluriativos tem apresentado enormes disparidades regionais, seja apenas para a diversificação da produção ou usada como tática de sobrevivência para permanecer no campo, como especialmente no caso das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Referências Bibliográficas

ANJOS, F. S. dos, CALDAS, N. V., COSTA, M. R. C. In: **pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar**. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Fortaleza, 2006.

BALSAN, Rosane. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira**. Campo-território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. In: **cidadania e res publica: a emergência dos direitos republicanos**. Revista de Filosofia Política - Nova Série, vol.1, 1997: 99-144.

BUAINAIN, A. M., ROMEIRO A. R., GUANZIROLI C. In: **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez, 2003.

CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF**. Estudos Sociedade e Agricultura. 8, Abril 1997: 70-82.

DENARTI, Reni Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001.

GOHN, Maria da Glória. In: **Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina**. Dossiê Política e Sociedade, vol. 10, n. 18, abril de 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. In: **O Novo Rural Brasileiro**. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. In: **Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro**. Revista Estudos Avançados, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J., GROSSI, M. D., CAMPANHOLA, C. In: **O que há de Realmente Novo no Rural Brasileiro**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, vol. 19, n-1, 2002.

GUANZIROLI, Carlos E.. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2007, vol.45, n.2, pp. 301-328. ISSN 0103-2003.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo, Nova Cultura, 1986.

NEY, M. G. **Educação e desigualdade de renda no meio rural brasileiro**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2006.

NEY, M. G. **Equações de rendimentos: o efeito da posse da terra**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2002.

NEY, M. G., HOFFMANN R. **Atividades não-agrícolas e desigualdade de renda no meio rural brasileiro**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Londrina, 22 a 25 de julho de 2007.

QUINTANEIRO T., BARBOSA M. L. O., OLIVEIRA M. G. In: **Um Toque de Clássicos**, 2. Ed, Belo Horizonte, UFMG, 2002.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios 2009, IBGE, 2010. **Notas Metodológicas**. <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>>, acesso em 19/12/2011.

REARDON, T., CRUZ, M. E. e BERDEGUÉ, J. **Los pobres en el desarrollo del empleo rural no agrícola en América Latina: paradojas y desafíos**. III Simpósio Latino americano de Investigación y Extensión de Sistemas Agropecuarios. Centro Internacional de la Papa. Lima, Peru, 1998.

SCHNEIDER, S. In: **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 18 Nº. 51, 2003.

SCHNEIDER, S. In: **A pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 253p (A).

SCHNEIDER, S., MATTEI, L., CAZELLA, A. A., Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do PRONAF –Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHNEIDER, S., CONTERATO M. A., KOPPE L. R., SILVA C. C.. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006, p. 137-165.

SOUZA, P. M., NEY, M. G., PONCIANO, N. J. **Evolução da distribuição dos financiamentos do PRONAF entre as Unidades da Federação, no período de 1999 a 2009**. Revista Brasileira de Economia (Impresso), v. 65, p. 303-313, 2011.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, Maria de N. B.. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 2, p. 29-37, Editora da UFPR, jul./dez. 2000.

ECONOMIA E RELAÇÕES DE TRABALHO NO RECÔNCAVO: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES

Maria Cristina Machado de Carvalho

Mestranda em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professora de História e Sociologia pelo Colégio Adventista de Feira de Santana. Email: chrilcarvalho@hotmail.com

Resumo

O presente estudo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre a economia e as relações de trabalho desenvolvidas em São Gonçalo e Feira de Santana, locais que compõem o Recôncavo e é o berço do Sertão. Para tanto utilizamos o longo processo de migração experimentado por famílias de descendentes de escravos e ex-escravos desde a extinção oficial da escravidão em 1888, que promoveu a constituição de identidade negra ligada ao trabalho com a terra, em seus pontos de continuidades e descontinuidades. Também fazemos uma discussão sobre o contexto do Recôncavo em meados do século XIX e o processo de arrendamento de terra nos finais do mesmo século.

Palavras chave: Propriedade de terra, migração, Recôncavo e pós-abolição.

Abstract

The present study aims to present a discussion on the economy and the working relationships developed in São Gonçalo and Feira de Santana, sites that make up the Reconcavo and is the birthplace of the Hinterland. To use both the long process of migration experienced by families of descendants of slaves and ex-slaves from the official extinction of slavery in 1888, which promoted the formation of black identity connected to work with the earth in its points of continuity and discontinuity. We also

make an argument about the context of the Recôncavo in the mid-nineteenth century and the process of leasing land at the end of this century.

Key words: Land ownership, migration, Recôncavo and post-abolition.

INTRODUÇÃO

O latifúndio brasileiro surgiu junto ao sistema de sesmarias adotado no processo de exploração empreitada pela coroa portuguesa. A questão da terra é um componente necessário para se compreender o sistema econômico e o processo migratório de escravos e seus descendentes no final do século XIX e nos anos que se segue o século XX.

A lei de terras de 1850 esteve direcionada a sustentação das grandes propriedades, como foi uma estratégia de poder em que objetivava manter os despossuídos de terras e libertos sem acesso a ela.

Depois da Lei as relações sociais e econômicas do Recôncavo vão estar necessariamente relacionadas com a luta de grupos familiares pela sobrevivência em torno do trabalho com rural. Notamos que muitas dessas famílias irão se tornar trabalhadores rendeiros nas fazendas de produção de fumo e açúcar no Recôncavo. Outras vão migrar da região de origem e estabelecer novas ligações sociais, essas ainda continuaram relacionadas às antigas relações de trabalho que experimentaram no período de trabalho escravo e posteriormente no trabalho livre.

Durante toda história socioeconômica do Recôncavo a população, individual ou coletivamente, criou uma cadeia de mecanismo que possibilitasse sua inserção nas relações de trabalho livre. Neste cenário socioeconômico apresenta-se o conjunto das reformas feitas pelo Estado Imperial em meados do século XIX tentando resistir e reorganizar a economia em uma sociedade escravista, com a finalidade de promover transformações contíguas com a expansão mundial capitalista (exemplo disso é a extinção do tráfico de escravos transatlântico). Estas reformas não trouxeram implicações para as distintas economias do País, pois tais economias já não cabiam mais no padrão capitalista que se configurava na Europa ocasionada pela Revolução Industrial, além disso, as mudanças foram graduais sem que houvesse estragos para os detentores dos modos de produção.

Pensando na conexão entre a economia brasileira e a desenvolvida no Recôncavo este artigo pretende fazer uma discussão sobre as relações socioeconômicas que atravessou este território durante o final do século XIX, tendo em vista as clivagens que aconteceram na região como alternativa de sobrevivência por parte da população e as dinâmicas que se configuraram em torno do mundo do trabalho. Bem como compreender as maneiras de construção do espaço de negociação entre o possuidor da força de trabalho e o proprietário dos meios de produção.

Recôncavo

Desde o período colonial, mais precisamente nos séculos XVI e XVII, o Recôncavo constituía-se como entreposto comercial da Baía de Todos os Santos em direção ao Sertão. Uma importante região para o comércio exportação e importação da Metrópole à Colônia. Como um território pródigo em termos de recursos naturais foram desenvolvidas várias atividades produtivas como a plantação da cana de açúcar e de tabaco (BARICKMAN, 2003) para a fabricação de açúcar e de charutos, respectivamente. Também neste espaço se desenvolveu a cultura de subsistência como roça de mandioca, feijão, milho, bananas, legumes e criação de gado. Esses gêneros eram cultivados pelos pequenos agricultores e escravos nas fazendas de plantação de fumo e gado na região de economia fumageira (POPPINO, 1968).

Em meio a diferentes tipos de economia havia duas que tiveram destaque. Uma era o açúcar com sua produção tradicional tinha a maior produção nas regiões de Santo Amaro e Santiago do Iguape, Comarca de Cachoeira. E o fumo que era usado especialmente para exportação e escambo de escravos, seu foco principal de produção era nos Campos de Cachoeira (mais tarde São Gonçalo dos Campos da Cachoeira.). Essas econômicas fizeram da Bahia no século XIX a mais próspera Província das Américas na produção de açúcar e fumo utilizado especialmente a mão-de-obra escrava.

O crescimento da região a partir do comércio, como da agroexportação e da agricultura mercantil de subsistência irá permitir uma diversidade social no final do século XIX e início do século XX.

Os aspectos econômicos da Bahia exportadora de açúcar, tabaco demonstram a importância da produção destes gêneros, especialmente, para entendermos as relações de trabalho no período. O ponto diferencial destas economias de exportação estava na

quantidade de escravos utilizados como mão-de-obra e o tamanho dos plantéis. Barickman chama a atenção para as duas zonas de produção, comparando ambas as Freguesias. Segundo ele a freguesia de São Gonçalo dos Campos predominava pequenos plantéis de fumo concentrados nas mãos de 45% dos proprietários de escravos (fazendeiros).

Em Santiago do Iguape a quantidade de plantéis era superior aos de São Gonçalo, sendo que estes se concentravam nas mãos de 10% dos proprietários de escravos (senhores de engenho). Bem como a utilização da mão-de-obra escrava.

Na freguesia fumageira a população escrava era de quase quatro mil cativos, distribuída uniformemente entre os proprietários. Em Iguape esta taxa é de 40% dos cativos residentes na freguesia que, por sua vez, ficava nas mãos de 10% dos proprietários de engenhos.

Sendo assim, podemos perceber que nas regiões onde existia uma cultura voltada para o cultivo do açúcar a distribuição e utilização da mão-de-obra escrava são bem diferentes das taxas nas regiões onde a economia se volta para a produção de fumo.

As características que mais se destacam para a diferenciação da posse de escravos no Recôncavo são as distribuições destes relativamente uniformes e o reduzido tamanho dos plantéis em todas as partes da região.

Na freguesia de São Gonçalo dos Campos só 1,7% de todas as propriedades fumageiras tinham plantéis e a média de posse era de quarenta ou mais cativos. Enquanto Iguape, possuindo 11,2% dos plantéis com pelo menos quarenta escravos por plantéis. Isso significa que a quantidade de escravos e de plantéis usados nas diferentes economias não era o mesmo número (BARICKMAN, 2003).

Não vamos apenas reduzir a sociedade baiana deste período na relação senhor-escravo, pois estava dividida em quatro camadas (MATTOSO, 1989). Os primeiros grupos formados pelos grandes proprietários, o segundo grupo era composto por funcionários médios, o terceiro grupo por funcionários subalternos, no quarto grupo estão escravos, vagabundos e mendigos, sendo que esses dois últimos na maioria das vezes eram escravos.

Inscribe-se neste contexto uma demanda de proprietários de terras arrendando terrenos em diversos espaços do Recôncavo e a migração de famílias negras nos anos de 1890 a 1920 (POPPINO, 1968). Pesquisas sugerem que anos anteriores por causa das secas muitas famílias migraram (GONÇALVES, 2000) em busca de novos caminhos e meios de subsistência, também sugerimos que após a abolição a migração desses grupos

está relacionada à tentativa de construírem suas identidades (MATTOS, 2005, FRAGA, 2006) longe das relações que os identificavam como ex-escravos.

No período republicano onde as relações de trabalho se estabelecem pelo trabalho livre a elite econômica permanece explorando os libertos sob o jugo da necessária subsistência das famílias negras e pobres do Recôncavo.

A dificuldade de acesso a terra no pós-abolição levou os libertos e a população pobre a migrar para outros espaços que pudessem desenvolver atividades que configurassem a liberdade legal e de fato. A falta de acesso a terra fez estabelecer uma mão de obra sazonal e informal nas fazendas das regiões. As relações de trabalhos continuam a se perpetuar agora em um novo contexto econômico, em que os ex-escravos, libertos e seus descendentes permanecem sendo explorados pela elite econômica agrária em pé de igualdade ao trabalho escravo.

Não obstante, a população pós-escravista teve acesso a terra, mas pela aquisição de terras devolutas através do processo de migração iniciando antes da abolição definitiva da escravidão. Segundo Barickman (2003) a Lei de Terras não teve eficácia no Recôncavo baiano, pois muitos pobres, libertos adquiram suas terras produzindo o fumo e a farinha de mandioca e uma diversidade de culturas de subsistência.

Neste sentido a política de terras é mais bem compreendida quando analisamos a relação entre proprietários rurais e as configurações de trabalho, pois a composição deste novo espaço de trabalho livre se faz fundamental, uma vez que os proprietários de terras e o trabalho escravo sempre tiveram um papel fundamental na organização social e política do Estado Imperial e depois da abolição na Primeira República.

Trabalho, propriedade de terra e trânsito século XIX e XX

Teodora Francisca Gomes¹, com supostamente 12 anos de idade foge de uma fazenda em Bonfim de Feira aproximadamente em 1880 a 1900. Essa experiência de fuga, não era a primeira em sua vida. Teodora antes disso foi pega “a dente de cachorro” por ter fugido. Mas fugido do quê? Se esta em 1890 tinha doze anos ela havia nascido em 1874, três anos depois da Lei do Ventre Livre. Teodora, embora estivesse nascida em período de liberdade de direito para os filhos de escravas, ela não teria gozado da experiência de ser livre nos períodos anteriores a abolição da escravatura. Mesmo

¹ Depoimento Expedito, um morador de São Gonçalo dos Campos.

depois de ser conquistada a liberdade de direito em 1888, os ex-escravos e filhos de escravos ainda eram mantidos na condição social de escravos.

Teodora da última vez foge para a região do Recôncavo, em São Gonçalo dos Campos. Nesta região Teodora, mantém um trabalho parecido ao que tinha antes. Vai trabalhar na Fazenda Dendê, em atividades agrícolas e domésticas.

A história de Teodora não é fictícia, era ocorreu. Mas essa história não é neste texto mencionada como um fato isolado, antes é uma experiência de um tanto mais de indivíduo que teve sua experiência vinculada no espaço territorial de Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos. Deixar ou não as fazendas onde conheceram, ou os seus pais conheceram o cativo foi uma decisão estratégica a ser tomada pelos últimos cativos após a abolição e seus descendentes em períodos posteriores (MATOS, 2005). No início do século XX o trânsito de descendentes de escravos foi grande na região do Recôncavo e do Sertão.

As condições de sobrevivência dos ex-cativos no Recôncavo foram diversas, visto que alguns abandonaram os canaviais, enquanto outros continuaram sob as dependências dos ex-senhores (FRAGA, 2006). Essa permanência possivelmente representava às condições de sobrevivência muito próximas daquelas vivenciadas no cativo. As experiências e as redes sociais de ex-escravos ou indivíduos que experimentaram indiretamente essa relação poderia ter se formado a partir da organização familiar no interior da escravidão ou posterior a abolição.

Quando se trata dos indivíduos e dos grupos familiares abordadas neste texto notar-se a partir da tradição oral e alguns documentos escritos que emergiram no momento histórico de pós-abolição onde ex-escravos, descendentes se deslocam de propriedades em que eram cativos ou tiveram contato com o cativo.

O deslocamento se fazia de fazendas de produção de fumo e dedicada à pecuária e engenhos produtores de açúcar para outros espaços de sociais e econômicos. Das possibilidades de conseguir, de modo geral, as condições dos contratos (de parceria, empreitada ou trabalho a jornada) tendo em vista as dificuldades então colocadas para o acesso direto ao uso da terra, em um espaço de na realidade material se consumasse a liberdade (MATOS, 2005). Trajetória que podia ser feita em direção ao sertão ou em sentido inverso.

O que fazia os recém-libertos se deslocarem para outros espaços de sociais? Será que esse recurso foi utilizado para romper com antigos vínculos que os ligavam aos seus ex-senhores? Essas e outras questões aguçam a curiosidade de muitos

pesquisadores. Como se deu este trânsito e o que teria motivado? Como se estabeleceram as experiências do ex-escravo e dos descendentes de escravos no Recôncavo?

As migrações eram fatos comuns nas experiências de moradores de São João do Cazumbá. Dona Matina saiu de Bonfim de Feira com o marido quando tinha ainda 15 anos de idade. O motivo da mudança não é explicado pelos moradores, que apenas comparam a vida em Bonfim de Feira e em São João do Cazumbá.

O trabalho realizado era de cunho doméstico e na roça. Ela conta que os pais dela tiveram origem em Bonfim de Feira, local em que trabalhavam na roça. Plantavam milho, feijão, fumo e mandioca. Esse hábito ainda é cultivado por Matina que aos 74 anos de idade continua plantando sua roça.

A plantação não é para a venda, mas para ajudar na subsistência da família. Já os pais faziam suas roças para vender no mercado em Feira de Santana. Não só Matina fazia a roça, outras pessoas como Carminha, Firmino, faziam suas roças em espaços territoriais fora do espaço de São João do Cazumbá, faziam a roça no Tanque do Urubu. Matina também já fez roça no Tanque do Urubu, no Rio Branco, na fazenda Ombra². No Tanque do Urubu fazia roça, trabalhava na enxada, plantava feijão. Em São João do Cazumbá além de plantar criava mais de 100 cabeças de galinhas de granja e porcos para vender.

O terreno dos moradores não tem documento. Eles foram chegando e ficando. Os motivos eram diversos. Ou por migração individual ou com toda família, ou simplesmente por constituir laços de parentesco com algum morador do local.

Josenilson também chegou ao local. A mãe dele era de Bonfim de Feira e, o pai morava em São João do Cazumbá. A esposa de Josenilson tem a mesma história de parentesco. O pai da esposa é de uma “terra de longe³” e a mãe é de Bonfim de Feira. Não sabemos o motivo pelo qual o Josenilson migrou para São João do Cazumbá. Tudo indica que o motivo foi busca de trabalho.

Essas representações foram sendo socialmente construídas a partir da dimensão sociocultural que permeia uma realidade histórica do Recôncavo. Embora integrados por uma economia e uma estrutura mais ampla, os sujeitos sociais diferenciados que atuaram no processo de produção, reprodução dos territórios, constituem grupos diversificados. Tais são identificados pela memória de indivíduos e grupos étnicos

² Depoimento de Matina, moradora de São João do Cazumbá.

³ Josenilson, morador de São João do Cazumbá.

como possuidores de experiências e redes de ligações que colaboram para a formação deste espaço. Não de maneira determinada pelo espaço em que estão inseridos, mas sendo estes indivíduos sujeitos de suas próprias experiências.

As experiências eram diversas. Muitos grupos saíam em busca de novos espaços em que pudessem desfrutar de novas experiências de trabalho e de condições de sobrevivência que permitissem realizar outros aspectos importantes da liberdade dos últimos cativos e de descendentes, como as possibilidades de vida em família, moradia e produção doméstica, de maior controle sobre o tempo e ritmos de trabalho (MATOS, 2005).

Os dados históricos sinalizam que condições que transitavam entre o cativo já havia sido inaugurada em anos anteriores a abolição. Alguns registros de escritura de arrendamento apresentam a preocupação de proprietários de terras em Feira de Santana e em São Gonçalo dos Campos com o fim da escravidão. Supostamente as medidas dos donos de fazenda eram preventivas. A freguesia de Sant'Anna pertencente à Comarca Sant'Anna e a freguesia de Umburanas da Comarca de Cachoeira, representaram a maioria de documentos registrados de arrendamentos. Especialmente no ano de 1881 foram encontrados mais de 50 registros de escrituras de arrendamento em apenas um livro de registro⁴.

Em 27 de julho de 1881⁵ o capitão Affonso Pedreira de Cerqueira e sua Mulher dona Maria Pedreira de Cerqueira moradores na Freguesia das Umburanas, no termo da cidade de Cachoeira fizeram a escritura de arrendamento de sua fazenda Mucambo, no termo de Camisan, ao rendeiro Viriato Magalhães de Figueiredo morador na cidade da Feira de Sant'Anna.

O arrendamento foi pelo tempo de três anos pelo preço de duzentos mil reis ao mês. O rendeiro podia plantar e criar, não podendo fazer benfeitoria na propriedade. É importante que todos as escrituras de arrendamento não apresentam informação sobre a cor daqueles que fazem o acordo, necessitando porém de buscar em outros documentos as informações a respeito da etnicidade. Até o momento não foi encontrado documentos que nos situe a respeito do assunto.

⁴ Livro de Notas de Escrituras 1881-1888/ N° Senhora dos Remédios. Arquivo Público de Feira de Santana

⁵ Livro de Notas de Escrituras 1881-1888/ N° Senhora dos Remédios. Arquivo Público de Feira de Santana, p. 1.

Os mesmos proprietários em 27 de julho de 1881⁶ fazem arrendamento de outra propriedade para Luiz da França e Sr. Tiago nascidos na cidade de Feira de Sant'Anna. “As terras na fazenda denominada todos os Santos, cita Freguesia do Rosario do Orobó, termo do Camizão para lavoura e criação pelo tempo de três anos, duzentos mil reis anuais”. Também, não é permitido fazer benfeitoria na propriedade.

Ainda o capitão Affonso e sua mulher fazem o arrendamento de suas posses na fazenda denominada Todos os Santos a José Vaz de Attaide ao tempo de três anos por duzentos mil reis anuais.

Outras escrituras de arrendamentos foram feitas pelo casal. Notamos que eles eram donos de grandes extensões de terras em Feira de Sant'Anna. E que eles, possivelmente estavam buscando um meio de manter o domínio de suas terras, evitando que escravos fugissem e se instalassem no local. Foram 31 escrituras de arrendamentos feitas pelo Capitão Affonso a diferentes rendeiros. Em nenhuma escritura consta a cor dos indivíduos, apenas consta o local em que mora. Todos os 31 rendeiros são moradores da Freguesia de Umburanas.

Camisão era uma freguesia de Feira de Sant' Anna. Notamos que os proprietários eram da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, em Feira de Sant'Anna. E os rendeiros da Freguesia de Umburanas, mais tarde pertencente a São Gonçalo dos Campos, município de Cachoeira.

Encontramos escrituras em 13 de agosto de 1881⁷ de outro proprietário. É o caso da escritura de arrendamento feita Diogo Augusto Vieira Falcão a Manoel Estevão Gonsalvez de uma posse de terra em sua Fazenda Crumathai por tempo de três anos a duzentos mil reis anuais. O local de moradia do arrendatário é da Freguesia dos Remédios e o rendeiro é morador da Freguesia de Umburanas.

Em 16 de agosto de 1881, arrenda outra porção de terra na mesma fazenda Crumathai na Freguesia das Umburanas a Antonio Rodrigues do Bomfim. Sendo este é morador das Freguesias das Umburanas. João Ribeiro de Oliveira morador da Freguesia de São Gonçalo dos Campos do termo da Cidade de Cachoeira arrenda a João Alves de Oliveira morador na Freguesia das Umburanas do mesmo termo, uma posse de

⁶ Livro de Notas de Escrituras 1881-1888/ N° Senhora dos Remédios. Arquivo Público de Feira de Santana, p. 38

⁷ Livro de Notas de Escrituras 1881-1888/ N° Senhora dos Remédios. Arquivo Público de Feira de Santana, p. 39

terra em sua fazenda denominada Lagôa na Freguesia de Umburanas, por tempo de três anos a partir da data por duzentos mil reis anuais.

Também, João Ribeiro de Oliveira faz arrendamento a João Baptista de Magalhães, morador na Freguesia das Umburanas, da propriedade na Fazenda Lagôa em 17 de agosto de 1881.

Em 13 de agosto de 1881 Sabino José de Carvalho e sua mulher Cecília de Carvalho dão em arrendamento uma parte das terras de sua fazenda Cajazeira a Manoel Pinheiro do Nascimento, por tempo de três anos a contar desta data a duzentos mil reis anuais. Todos são moradores de Umburanas.

Em 18 de agosto de 1881 encontramos outra escritura em que Sabino José de Carvalho e Cecília de Carvalho fazem o arredamento da propriedade na Fazenda Cajazeira ao rendeiro Adolpho Profírio de Cerqueira, todos moradores da Freguesia das Umburanas.

No livro encontramos mais duas escrituras feitas pelo casal a Thomé Alves Barreto e a outra a Joaquim Cardoso de Sant'Anna, ambos na propriedade de Cajazeira em Umburanas.

Estas condições, no período pós-abolição, apareceram como favoráveis aos libertos, em um momento de demanda por mão-de-obra e de fixação incipiente de normas de contrato de trabalho no campo, caso em que alguns indivíduos decidem ficar na fazenda que mantinha condição de não escravo, talvez visse nesta situação a possibilidade de encontrar normas e contratos em condições menos cativas.

Os recursos sociais foram negociados em condições de trabalho que privilegiavam a utilização do trabalho familiar nas antigas fazendas ou nas novas áreas de expansão (MATOS, 2005) – contra as pretensões de manter uma organização coletivizada do trabalho no eito das antigas zonas de exploração. Ou ainda procuravam situar-se como produtores independentes em áreas de subsistência, poderia ter sido esta a experiência das migrações que se verificou nos anos iniciais do século XX.

As condições favoráveis à capacidade de negociação dos descendentes de escravos tinham como principal limite a continuidade das identidades sociais, construídas ainda durante o cativo. As migrações podem ser compreendidas como meios em que os pretos buscavam para tornarem obsoletas as distinções entre ex-senhores, libertos e homens nascidos livres, construídas no seio da escravidão.

Na maior parte dos casos em que se detectou a migração, os indivíduos e as famílias saíram para se empregar no serviço rural em terras de fazendas próximas e fazer plantação em propriedades em que eles adquiriram.

A migração no momento específico da pós-abolição se origina de um contexto de fixação das novas relações de trabalho no campo. Ao mesmo tempo em que se verifica a ausência de políticas destinadas a garantir o acesso a terra e a autoconsciência dos libertos e seus descendentes como sujeitos étnicos.

Ainda podemos destacar em outros aspectos das experiências dos libertos e de seus descendentes que permaneceram no meio rural, os aspectos culturais, das relações familiares e a construção de uma imagem positiva enquanto trabalhador.

Neste contexto, a permanência e a mudança foram determinantes para a legitimação desta identidade. Sugerimos que a associação de experiências e redes sociais foi iniciada antes mesmo da abolição da escravidão.

Na análise minuciosa de alguns documentos percebemos que em 1881 a região das Freguesias de Feira de Sant'Anna e de São Gonçalo dos Campos muitas fazendas eram arrendadas, caracterizando nisso o enfraquecimento da escravidão nestes locais. Também em certidão de nascimentos vemos um grande número de criança parda enquanto a quantidade de crianças brancas sendo batizadas era bem menor, cerca de cada 10 crianças batizada uma era branca.

Parece que essa quantidade de pardo maior que de branca se deva pelos laços de parentescos construídos pelos escravos e livres. Além disso, a concentração de negros fugidos para essa região era grande. Verificamos este fato em documentos do século XIX em que o juiz de Paz pede ao Presidente da Província destacamento policial e munição para combater os escravos fugidos que andava livremente entre a população da freguesia (CARVALHO, 2007). Também as relações humanas (BARICKMAN, 2003) desenvolvidas na economia fumageira eram mais próximas do que na economia açucareira, pois, o senhor e o escravo lidavam dividindo o mesmo espaço de trabalho.

Assim, tratando do Recôncavo da Bahia é importante levantar o questionamento para análises heterogêneas das experiências sociais. O conhecimento prático adquirido ao longo da vida na região açucareira constituir-se diferente da região fumageira, de igual modo esta economia possui uma diversidade extraordinária de redes e experiências que se processa nas relações sociais e em busca de novas alternativas de trabalho _ livre _ e na afirmação da etnicidade. As diferenças das redes construídas pelos ex-escravos e descendentes tornam nítidas quando percebemos as maneiras pelas

quais os familiares e comunidades negras formadas no interior da sociedade livre. Muitas experiências foram mantidas, outras construídas.

Para os libertos o que de fato concretizava a liberdade era o abandono das antigas relações escravistas do Recôncavo (FRAGA, 2006, 26) açucareiros a novas configurações sociais, neste o acesso a terra em outras zonas econômicas _ as portas do Sertão_ espaço privilegiado para as adaptações sociais de liberdade. Os libertos tentaram viabilizar a sobrevivência fora dos engenhos, ocupando terras devolutas ou exigindo o direito de possuir roças. Eles também exigiram tratamento de cidadãos livres, não mais admitindo castigos e o controle cotidiano sobre suas vidas.

A Guisa de Conclusão

Mesmo depois da Lei Áurea os ex-escravos e seus descendentes continuaram explorados pelos fazendeiros. Neste contexto muitos dos ex-escravos e descendentes saíram das antigas zonas de arrolamentos de trabalho e economia para estabelecer novas redes de relações sociais e mecanismos de subsistência.

As experiências das migrações feitas pelos descendentes de escravos na Primeira República estão diretamente relacionadas pela busca de propriedade de terra e pelas novas configurações de trabalho.

Os grupos familiares migraram de diversas regiões e se estabeleceram em terras que não havia proprietário, ou se havia, não impediu que ali habitassem. Também notamos que a chegada dessas pessoas a essa região constituiu para os produtores rurais mão de obra para ser explorada em suas propriedades. Para os grupos migrantes novas relações capazes de manter a sobrevivência do grupo.

Referências

BARICKMAN, B.J. **Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860.** Trad.: Maria Luiza X. de A. Borges. _ Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO JUNIOR, Augusto Monte Espínola S. **Memória da Feira sobre o Lucas. Feira de Santana:** UEFS, 2005. (Monografia de Especialização)

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. **“Pescadores e Baleeiros: a atividade da pesca da baleia nas últimas décadas dos oitocentos Itaparica: 1860- 1888”**. Revista Afro-Ásia, v. 33, p. 133- 168. 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho Bar e Botequim,; o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Brasiliense: São Paulo, 1986.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: Mito, história e etnicidade**. São Paulo, Brasiliense. 1987.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

FREITAS, Maslowa. I. C. **A Assistência Médica aos trabalhadores do Centro Industrial do Subaé - Feira de Santana**. Salvador: UFBA, 1995 (Dissertação de Mestrado.)

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1170- 1996**. Salvador: UFBA, 1998. (Dissertação de Mestrado)

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. São Paulo, Editora 34. 2001.

GONÇALVES, G. R. **As Secas na Bahia do Século XIX: sociedade e política**. Salvador: UFBA, 2000. Dissertação.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, editora da UFMG, Brasileira. 2003.

LE GOFF, J. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

LIMA, Zélia de. **Lucas Evangelista: o Lucas da Feira; estudos sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana. 1807 – 1849**. Salvador: UFBA, 1990. (Dissertação de Mestrado)

MATOS, Hebe e RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania na pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

POLLAK, Michael. “**Memórias e identidade.**” IN: Revista Estudos Históricos. Vol. V, n.º10, Rio de Janeiro, 1992. p. 200-212.

POPPINO, Rollie. **Feira de Santana**. Salvador, Itapuã, 1998.

POUTIGNAT, Phillippe. **Teorias da etnicidade: Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo, Editora da UNESP. 1998.

REVEL, Jacques (org.), **Jogos de escalas: experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANTANA, Charles D’Almeida. **Fartura e Ventura: camponeses, trabalho, cotidiano e migrações, Bahia: 1950-1980**. São Paulo: Annablume, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes/ tradução: Jussara SIMÕES**: Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SLENES, Robert W. “**Histórias do cafundó**”, In. VOGT, Carlos e FRY, Peter, *Cafundó – A África no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras; UNICAMP, 1996.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VERMEULEN, Hans. **Imigração, integração e a dimensão política da cultura**. Lisboa, Edições Colibri. 2001.

VOGT, Carlos. FRY, Peter & SLENES, R. **Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

EM DIREITO NÃO SE MEXE: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NAS ATIVIDADES DOS PROFISSIONAIS DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Juliana Alves Barbosa¹
Elisa Maria Andrade Brisola²

¹ Mestranda do curso Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais – PRPPG- Universidade de Taubaté - UNITAU- juliana-alvesbarbosa@hotmail.com

² Docente do Depto. de Serviço Social e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, Universidade de Taubaté – UNITAU – elisabrisola@uol.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta um recorte da dissertação de Mestrado, cujo objetivo busca refletir o trabalho interdisciplinar dos profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) na efetivação dos direitos dos usuários. Para tanto se utilizou da metodologia qualitativa no processo de investigação. Para coleta de dados utilizou-se metodologia da História Oral e a técnica de entrevistas a partir de eixos norteadores. A pesquisa se desenvolveu com os profissionais dos CRAS (6) de áreas distintas. As análises mostram a importância da temática pesquisada, pois embora não consiga conceituar o que é interdisciplinaridade, maior parte dos profissionais revela que seu trabalho é interdisciplinar, o que favorece uma intervenção na totalidade, ultrapassando o mundo das especializações e da fragmentação, buscando garantir deste modo a cidadania.

Palavras chaves: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Interdisciplinaridade e Direitos

ABSTRACT

This article presents part of the Master's thesis, whose objective seeks to reflect the interdisciplinary work of the Social Assistance Reference Centers (SARC) professionals in the effectuation of the users rights. For this purpose, it was used the qualitative methodology in the investigation process. The Oral History methodology and the technique of interviews from the guiding principles were used for data collection. The research was developed with SARC (6) professionals from distinct areas. The analyzes show the importance of the researched subject, as though it can not conceptualize what is interdisciplinarity, most of the professionals reveals that its work is interdisciplinary, which favors an intervention at all, beyond the world of spatializations and fragmentation, seeking to ensure the citizenship this way.

Key words: Social Assistance Reference Centers (SARC); interdisciplinarity; rights

1 INTRODUÇÃO

Diante da crescente demanda e dos seus diversos perfis apresentados aos profissionais da Política de Assistência Social, nota-se que é fundamental criar novas articulações e estratégias para sua atuação e intervenção.

Nesta perspectiva, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desde 2005 estabelecem uma política que prevê a diversidade e as diferenças sociais em todo o território nacional, bem como consegue estabelecer o parâmetro de direito e não de benemerência, buscando assim romper com o caráter filantrópico que marcou a história da assistência social.

Para tanto, o SUAS estabelece dois níveis de proteção social: básica de caráter preventivo – e especial – quando ocorre violação de direitos,¹ bem como organiza e define elementos essenciais à execução da política de assistência social, sendo eles: Matricialidade Sócio Familiar; Descentralização Político – Administrativa e Territorialização; Novas Bases para Relação Entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; Controle Social; A Política de Recursos Humanos; Informação, Monitoramento e Avaliação.

Deste modo, o SUAS modelo de gestão descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização de serviços socioassistenciais, tendo como foco às famílias e o território como base de organização (BRASIL, 2004).

Priorizando aqui, a proteção social básica sem dar menos importância à especial, é válido enfatizar que a proteção social básica se realiza a partir de um equipamento público “capaz” de garantir a atenção integral às famílias em determinado território – o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), também conhecido como Casa da Família.

Assim, o Centro de Referência de Assistência Social é:²

- a unidade estatal responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de assistência social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- a unidade efetivadora da referência e contra-referência do usuário na rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e unidade de referência para os serviços das demais políticas públicas;
- a “porta de entrada” dos usuários à rede de proteção social básica do SUAS;
- a unidade que organiza a vigilância social em sua área de abrangência;

¹ Para maiores informações vide Norma Operacional Básica do SUAS.

² Manual de Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social, Junho/2006: p. 13.

- uma unidade pública que concretiza o direito socioassistencial quanto à garantia de acessos a serviços de proteção social básica com matricialidade sócio-familiar e ênfase no território de referência;
- um equipamento onde são necessariamente ofertados os serviços e ações do Programa de Atenção à Família (PAIF) e onde podem ser prestados outros serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica relativos às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária e de sobrevivência a riscos circunstanciais.

Destarte, os programas, projetos e serviços desenvolvidos no CRAS com as famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visam à orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário, evitando a focalização e o trabalho por segmentos. Tais ações são desenvolvidas com o membro da família, com o grupo familiar ou com grupos de famílias (BRASIL, 2004).

Portanto, conforme a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aborda da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, afirma-se que;

[...] proteção social básica: trabalho social com as famílias de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2009).

Nessa ótica, ao se introduzir a questão dos serviços socioassistenciais nas perspectivas de continuidade, prevenção, proteção e qualidade de vida, torna-se imprescindível falar do trabalho interdisciplinar.

Pois,

O trabalho dos assistentes sociais e psicólogos na política de assistência social requer interface com as políticas da saúde, Previdência, educação, trabalho, lazer, meio ambiente, Comunicação Social, segurança, habitação, na perspectiva de mediar o acesso dos (as) cidadãos (ãs) aos direitos sociais. As abordagens das duas profissões podem somar-se com intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência (...). Ao integrar a equipe dos (das) trabalhadores (as) no âmbito da política de Assistência Social, esses profissionais podem contribuir para criar ações coletivas e enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sócio-político de uma nova sociedade que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida. Dessa forma, o trabalho interdisciplinar deve ser orientado pela perspectiva de totalidade, com vistas a situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizar o indivíduo pela sua condição sócio-econômica (CFESS, 2007).

Nesse sentido, quando se pensa na ação interventiva dos assistentes sociais e psicólogos nos CRAS, percebe-se que esta temática é essencial, pois, “na violação de direitos, estamos nós na crista da onda, intervindo a partir de modelos estabelecidos por nossas verdades – estas datadas e construídas sócio-históricamente (FRAGA, 2011, p. 184-185).

È preciso esclarecer que no pensamento marxiano “as idéias dominantes de uma época representam sempre as idéias da classe domina economicamente aquela sociedade”

(GADOTTI, 1989, p. 47), ou seja, “é na prática humana coletiva, na experiência das sociedades, que o homem tem de demonstrar, e construir, a verdade (GADOTTI, 1989, p.49)

Assim, a intervenção destes profissionais pensada interdisciplinariamente conseguiria romper com o ordenamento social do capital, bem como com o mundo especialístico que fragmenta o sujeito, pois parte-se do pressuposto que a interdisciplinaridade permite que um profissional conheça qual é a concepção de mundo, de homem e de sociedade que o outro profissional tem para poder identificar possíveis pontos de diálogos e de intercessão no trabalho em conjunto, ou seja,

[...] criar espaços democráticos e plurais permanentes no interior das equipes para que possam planejar em conjunto as suas ações, pois somente assim é possível discutir com honestidade e segurança os limites e potencialidades da intervenção de cada profissional (ORTIZ, 2011, p. 199)

Desta forma, o trabalho interdisciplinar torna-se uma possibilidade de intervenção ao assistente social e ao psicólogo, de acordo com seus parâmetros de atuação citados abaixo.

Assistente social deve realizar:

- a leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida; - identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos (as) trabalhadores (as) em defesa de seus direitos; - formulação construção coletiva, em conjunto com os (as) trabalhadores (as), de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação de direitos (CFESS, 2007, p. 17)

O psicólogo deve:

- realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações; - realizar diagnóstico psicossocial que viabiliza a construção de projetos de intervenção; - coordenar e manejar processos grupais, considerando as diferenças individuais e sócio-culturais dos seus membros (CFESS, 2007, p. 35)

E mais,

Uma das possibilidades do trabalho realizado na comunidade com as famílias, grupos e indivíduos, pelos psicólogos, é a exploração e a compreensão dos significados presentes nas ações do sujeito, bem como dos grupos de sujeitos, buscando-se-lhes apreender o sentido que leva a determinadas direções de relacionamentos, conflitos e decisões com foco na construção de novas respostas (CFESS, 2007, p. 36)

Portanto, este artigo pretende ser indagador antes mesmo de ser um trabalho criador, esclarecedor proporcionando momentos de reflexão e autocrítica aos profissionais.

2 METODOLOGIA

A priori, ao partir da concepção de que a realidade vivenciada pelos sujeitos e pela pesquisadora está em constante construção, e de que não é possível compreendê-la em sua imediaticidade³, mas inserida numa ótica de totalidade e historicamente determinada, a pesquisa pretendeu refletir acerca de questionamentos propostos a partir de uma linha teórico-metodológica crítica, embasada na perspectiva histórica e dialética da realidade social.

A respeito dos procedimentos técnicos utilizou como metodologia a História Oral, e como técnica para coleta de dados a entrevista, a partir de um roteiro, o qual se constituiu em eixos norteadores da análise e esta se deu pela metodologia/técnica de triangulação.

A pesquisa foi realizada com seis sujeitos sendo: três psicólogos; três assistentes sociais, num universo de três assistentes sociais e seis psicólogos nos CRAS. Tal demanda partiu do princípio que a amostragem do universo da pesquisa teve como principal preocupação “[...] abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.” (MINAYO, 1994, p.43), uma vez que, a escolha dos sujeitos da pesquisa constitui-se uma etapa importante pelo intuito de obter maior proximidade dos fatos e informações mais concisas a cerca da realidade. O município escolhido foi Pindamonhangaba, e a seleção desta cidade deveu-se a três fatores: primeiro, baseou-se na divisão por porte⁴, estabelecida pela PNAS, a qual se orienta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); segundo, o município apresenta cinco CRAS em territorialidades bem distintas, o que proporcionou maior representatividade nos resultados obtidos e o terceiro a acessibilidade, pois a pesquisadora reside e trabalha no Município.

Ressalta-se que projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade de Taubaté conforme preconiza a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Após aprovação CEP 508, se encaminhou um ofício para o Departamento de Assistência Social solicitando autorização para realização das entrevistas.

Depois da autorização (Termo de autorização) da diretora do Departamento realizou-se uma reunião com os profissionais do referido setor, na qual se apresentou a pesquisa e seus

³ “A aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. Estas já estão contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, e a realidade e a essência deste só pode ser compreendida quando estas mediações (as relativas particularidades e universalidades) ocultas na imediaticidade são postas à luz” (LUKÁCS, 1978, p. 106, apud PONTES, 1999, p. 17)

⁴ Considera-se o Município de Pindamonhangaba de grande porte, já que pela classificação do IBGE (2007) os municípios que possuem até 20.000 habitantes são considerados pequeno porte 1; os que possuem de 20.001 até 50.000 são considerados pequeno porte 2; os que possuem 50.001 a 100.000 são de médio porte e os que possuem de 100.001 a 900.000 habitantes são considerados grande porte.

objetivos; a partir daí os profissionais interessados em participar se prontificaram voluntariamente e foram orientados quanto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram previamente agendadas e executadas separadamente, antes de iniciarmos as mesmas, cada profissional respondeu um questionário de identificação e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi confeccionado em duas vias uma para a pesquisadora e outra para o sujeito de pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A interdisciplinaridade surgiu nos anos 70 como às necessidades de uma abordagem mais integradora da realidade. Ainda que muitas vezes esteja associada a modismo ou á realização de projetos apenas aparentemente ou pseudo-interdisciplinaridades na área da educação, ela nasce da hipótese de que, por seu intermédio, é possível superar os problemas decorrentes da excessiva especialização, contribuindo para vincular o conhecimento à prática (DENCKER, 2002, p. 19 apud FAVARÃO; ARAUJO, 2004, p. 105).

Conforme Peleias et al, (2011, p. 506) “ No Brasil, o conceito de interdisciplinaridade chegou com a obra de Georges Gusdorf, seguida por Jean Piaget” os quais influenciaram o pensamento de Hilton Japiassu e o de Ivani Catarina Arantes Fazenda, na epistemologia e na educação respectivamente.

Gomes (2001, s.p) também assegura que em 1995 a UNESCO realizou um simpósio com título de *A ciência e as fronteiras do conhecimento* que apontou novos paradigmas que propuseram uma interligação, uma re-ligação das áreas tratadas isoladamente, tais discussões resultou na chamada Declaração de Veneza.

Entretanto, Pombo (s.d., p. 2) já dizia que muitos são os que escrevem , pesquisam sobre interdisciplinaridade, porém o conceito não está relativamente estável, pois suas definições são muitas, e usadas de diferentes maneiras e em diversos contextos.

No entanto, para compreendê-la no cerne de desta discussão toma-se a definição apresentada por diversos autores no intuito de não minimizá-la, assim como apreender sua dimensão na totalidade.

Uma atuação interdisciplinar é, portanto aquela que possibilita a interlocução horizontal entre os diversos saberes e práticas, sem desconsiderar as particularidades de cada profissão, nem a natureza da contribuição de cada um dos sujeitos [...] trabalhar em uma equipe interdisciplinar na minha opinião , significa antes de tudo, compreender exatamente, em que consiste o objeto de intervenção de cada profissional integrante desse tipo de equipe (ORTIZ, 2011, p.195).

Não se trata de ter nos homens o objeto da investigação, do qual investigador seria o sujeito [...] mas, o seu pensamento-linguagem referido á realidade, os níveis de percepção dessa realidade, sua visão do mundo. Neste sentido, a interdisciplinaridade se preocuparia não com a verdade de cada disciplina, mas sim com a verdade do homem enquanto ser do mundo. Se assim não for teremos uma multidisciplinaridade (FAZENDA, 2003, p.39).

[...] a interdisciplinaridade se dá pela intensa troca entre especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas em um mesmo projeto. Visa a recuperar a unidade humana, pela passagem da subjetividade para intersubjetividade. Além disso, recupera a idéia primeira de cultura (formação do homem), o papel da escola (formação do homem inserido em sua realidade) e do homem (agente das mudanças do mundo). Mais do que identificar um conceito para interdisciplinaridade, os autores buscam encontrar seu sentido epistemológico, seu papel e suas implicações sobre o processo do conhecer (JAPIASSU, 1976, apud PELEIAS, 2011, p. 507).

Contudo, Favarão e Araújo (2004, p. 106) esclarecem que a interdisciplinaridade não se limita a técnica didática, nem um método de investigação, bem como não se reduz a um denominador comum, aliás os autores afirmam que a mesma deve ser vista como elemento teórico-metodológico da diversidade e da criatividade.

A partir desse pressuposto, segue as falas dos profissionais. A maioria respondeu que o CRAS possui um trabalho interdisciplinar, ao mesmo tempo buscavam conceituá-lo e diferenciá-lo do multidisciplinar.

Na prática acho que isso oscila aqui, tem muitos momentos que a gente é multidisciplinar porque são vários profissionais no mesmo espaço trabalhando junto, mas cada um com a sua especialidade que até dialogam e se comunicam trocam figurinhas, mas na hora de agir cada um age da sua forma. Acho que algo que tem oscilado, pois de um tempo para cá a gente tem trabalhado mais como uma equipe interdisciplinar. O que eu entendo disso não sei se é o conceito exato, mas é quando a equipe tem uma questão, atende uma família, um indivíduo coisa e tal e consegue trabalhar junto, pode até atender separadamente ou junto, mas fala a mesma linguagem, está trocando figurinha sempre atende junto, a escuta nossa não é igual e não vai ser, a escuta do psicólogo e diferente do assistente social e isto é fato, por isso é interdisciplinar, porque eu acho que complementa. (Psicólogo 1)

[...] a gente consegue fazer com que os conhecimentos sejam realmente unidos e não separados em saberes. Então nesse sentido é tranquilo não tem essa coisa de isso é meu e isso é seu, isso é do seu saber, há uma troca de saberes e que de acordo com a problemática, com o que vai ser trabalhado cada um pode disponibilizar o seu saber em função do objetivo. [...] porque multidisciplinar esta completamente fora dessa questão sócio-educativa, eu acho que não dá para juntar as duas coisas quando a gente faz multi é como a

gente dividisse o próprio usuário, o próprio pensamento em compartimentos e ele não é compartimentado. (Psicólogo 2)

Bom, agora você me pegou, pois a diferença entre eles eu já não... acho que é interdisciplinar pois um complementa o outro, porque muitos profissionais acham que o assistente social tem que fazer a sua parte e o psicólogo ficar na sua sala fazendo o que é de sua parte. (Assistente social 1)

Acho que o trabalho interdisciplinar é muito rico, no CRAS onde eu trabalho isso acontece naturalmente no dia a dia. Em todas as questões seja nas atividades grupais ou individual a gente discute, os vários profissionais que já passaram por aqui na área da psicologia e do serviço social a gente sempre conversa discute, percebe as coisas de forma diferente [...] não existe uma maneira única de trabalhar, o trabalho não é dividido como coisa de assistente social e coisa de psicólogo. (Psicólogo 3)

As pessoas precisam ser equipe, não que seja uma coisa massificada todo mundo igual, não! as pessoas são diferentes, mas elas precisam ter comprometimento, o comprometimento da classe trabalhadora, porque se ela sente trabalhadora eu acho que as coisas [...] a visão de mundo, a gente vai caminhar junto e com o mesmo objetivo, o objetivo da emancipação social, da inclusão e de tudo de bom que as pessoas tem. (Assistente social 2)

Portanto, as apreciações mais citadas foram:

- falar a mesma linguagem;
- troca de figurinhas;
- um complementa o outro;
- conhecimentos unidos e não saberes separados;
- unir forças, não haver competição profissional;
- não haver divisão, coisa de psicólogo e coisa de assistente social.

Percebe-se que, ambos embora apresentem formação diferente notam que é na interação dos seus saberes, respeitando suas particularidades, que o objetivo maior é alcançado, ou seja, a melhoria da qualidade de vida dos usuários, a conquista ao direito reivindicado, a reflexão crítica da realidade, enfim a busca por uma transformação social que parta das ações coletivas.

Nesta perspectiva, Fazenda (2003, p. 36) reflete:

[...] uma reflexão verdadeiramente crítica nos possibilitará a compreensão em termos dialéticos das diferentes formas como o homem conhece. Então, a necessidade da superação da compreensão ingênua do conhecimento humano. O

pensar crítico leva o homem a se descobrir em situação, a admirar a realidade e assim, apropriar-se da temática do conhecimento que não é fixa pó não serem fixas as relações homem-mundo.

Outro elemento muito importante compreendido pelos sujeitos da pesquisa foi a concepção da interdisciplinaridade permitir vislumbrar o usuário como um todo, inserido num contexto social que vai muito além da suas condições de vida, de suas escolhas pessoais, pois o trabalho interdisciplinar teve ser orientado por uma perspectiva de totalidade, que supere as expressões da questão social tidas atualmente como situações natural do cotidiano (ORTIZ, 2011).

*Coisa que eu não percebo a assistente social percebeu coisas que ela não percebe eu vou perceber, depois a gente consegue sentar junto um com o outro e junto com a família e dialogar junto eu acho que funciona muito mais porque a gente consegue **ver a pessoa como um todo** de fato, como diz a teoria, e a teoria só faz sentido se for vivenciada na prática.(psicólogo 1, grifo nosso)*

*Ele tem uma vida que envolve os conflitos familiares, as relações que ele tem, envolve a comunidade e isso tudo é um ser só e quando a gente faz esse trabalho interdisciplinar a gente consegue trabalhar com ele de uma forma única, **a gente vê ele como um todo**; então não dá para dividir o usuário, a gente vem diz nesse momento seu aspecto é o emocional então é o psicólogo que vai dar conta, se o aspecto é material ou esta passando por uma carência por falta de coisa então é com a assistente social, então a gente procura sempre trabalhar em todos os atendimentos de forma unida, juntos para que ele possa ser visto como ser único que isso é importante para ele e isso também é importante nos trabalhos em grupo.(Psicólogo 2, grifo nosso)*

[...] então a gente acaba tendo uma visão mais global daquela família e daquela pessoa então seria interdisciplinar e é muito rico. (Assistente social 1)

Embora os profissionais entendam que cada profissão tem suas especificidades, não tendo uma ciência como única, um psicólogo percebe que precisa ter uma postura e metodologia em comum.

Então dentro de cada disciplina, de cada saber obviamente que dependendo de onde o problema se focaliza mais na área da assistência social ou na questão psicológico cada técnico vai trabalhar dentro do seu saber, mas de uma forma geral tanto o assistente social como o psicólogo tem a mesma forma de ver o problema, a mesma forma de encarar como aquilo... de acolher quem esta vindo é uma coisa bastante importante, pois ai não tem uma disputa de saberes, um não sabe mais que o outro. A gente vê que

não são os profissionais que estão ali para atender é uma equip.. Então nesse sentido é tranquilo não tem essa coisa de isso é meu e isso é seu, isso é do seu saber, há uma troca de saberes e que de acordo com a problemática, com o que vai ser trabalhado cada um pode disponibilizar o seu saber em função do objetivo. (Psicólogo 2)

Nota-se então que “a interdisciplinaridade decorre mais do encontro entre indivíduos do que entre disciplinas” (FAZENDA, 2003, p.71)

A autora também afirma que “a interdisciplinaridade leva todo especialista reconhecer o limites de seu saber para acolher as contribuições das outras disciplinas” (p. 43). Isto é perceptível nas falas já citadas dos sujeitos, porém mais especificamente na fala abaixo.

[...] respeitar o saber do outro e de entender que eu não tenho a verdade, que tem coisa que eu não sei e tenho que perguntar para o outro, a gente trabalha isto com o grupo, mas as vezes a gente também está em debito com isto. Às vezes a gente é muito bom palestrante, orientador de grupos, mas as vezes o nosso trabalho interno quando vai discutir esses casos e vai conversar essas situações, a gente pega em resistências nossas; de aceitar isso, de pedir desculpas, pedir uma ajuda, a gente as vezes fala coisa que é do trabalho do outro dá uma opinião mais agressiva. [...] Então eu acho que quando os profissionais têm maturidade para aceitar critica, para ouvir, compartilhar, para falar do que faz e não ficar guardando para si eu acho que funciona bem e aqui eu avalio uma experiência muito positiva, um CRAS que eu não tenho a mínima vontade de trocar, porque eu vejo que aqui a gente tem diálogo. (Psicólogo 1)

Quando os profissionais falam diretamente sobre a prática com grupos trazem para discussão que não há um saber pronto, isto é, até mesmo nas atividades do dia-a-dia o conhecimento não é imposto, há um respeito aos saberes dos colegas e dos participantes (família/indivíduo).

[...] é que a gente não leva um saber pronto, a gente instiga um pensamento, por exemplo cidadania é um tema, mas e o conceito do que é? não importa a gente não vai ensinar o que é, é necessário ouvir o que elas sabem e como elas se vêem, ser cidadão é isto, então aonde eu estou neste lugar. Nem sempre a gente consegue, mas temos bons resultados, é um processo lento que a gente chama de paciência histórica, a gente planta uma semente aqui e vai colher às vezes até uma ano depois, ajuda a gente a lidar com a angustia de não ter resultados.(Psicólogo 1)

[...] como eu falei anteriormente, é um conhecimento que se a gente traz pronto não sabe se esta atingindo ou não, eles não respondem e quando eles se colocam, falam, criticam, elogiam ou concordam e

discordam e colocam como é a vivência deles a gente mais próximo a realidade.(Psicólogo2)

Logo, assistentes sociais e psicólogos teriam que compartilhar de conceitos fundamentais como: sujeito de direitos, autonomia, emancipação e cidadania para executar um trabalho interdisciplinar.

Para tanto, tendo como referências os autores já citados apresentar-se-á alguns itens fundamentais para desenvolver um trabalho sócio-educativo interdisciplinar:

- ter uma intervenção e uma prática interdisciplinar que deixe de lado o ordenamento social do capital, que minimiza os espaços de direitos e amplia as ordenações de disciplinas dos corpos;

- pensar o exercício interdisciplinar que ultrapasse o mundo de especializações;

- usar de uma metodologia que envolva construção de um novo conhecimento a partir da teoria e da prática do assistente social e psicólogo.

Não se deseja não considerar os conhecimentos e a prática já produzidos nas áreas da psicologia e do serviço social, mas “[...] rompidas às fronteiras das disciplinas [...] impõe-se considerar que a interdisciplinaridade é condição também da prática social” (CAVALANTE; MORTARA, 2004, p.94).

Sendo assim, Fraga (2011, p. 187) conclui,

[...] o imperativo é o exercício do diálogo teórico-prático, a ultrapassagem e a destruição das fronteiras e dos muros. Esse exercício por vezes nos abre portas, outras vezes nos as fechá-las, mas, sobretudo, nos faz circular. No campo social, não é o domínio de determinado conhecimento, não é a delimitação de uma área ou de determinada técnica ou método que traz a especificidade do campo, o que faz a especificidade do campo são as verdade que ele nos coloca, não estamos falando de campos diferentes, estamos falando de fenômenos humanos.

Desta forma, não se ambiciona propor a eliminação das disciplinas, mas criar uma relação entre elas a fim de alcançar um trabalho cooperativo e reflexivo com um ponto de convergência em comum – a ação (FAVARÃO; ARAUJO, 2004, p. 112), pois “ao compartilhar idéias, ações e reflexões, cada participante é, ao mesmo tempo, ator e autor do processo”.

Contudo, neste momento gostar-se-ia de trazer para o debate a fala de umas das assistentes sociais, embora sua fala não se assemelhe em alguns aspectos com as demais, traz um elemento importante – a intersetorialidade, mesmo sem a intenção de fazê-lo ou dizê-lo.

Como você sabe o trabalho aqui no CRAS muitas vezes é prejudicado por falta de recursos, e um deles seria utilizar a

multidisciplinaridade para favorecer nosso trabalho. Vejo hoje o trabalho do CRAS apenas interdisciplinar, apesar de estarmos sempre procurando contato com profissionais de outras áreas. Penso que para o fortalecimento do combate a pobreza e acesso aos direitos, o trabalho sócio-educativo é um instrumento eficaz, que deveria ser sempre multidisciplinar, a fim de proporcionar ao grupo maior clareza sobre diversos eixos de estudos e de temas das problemáticas que apresentamos e os indivíduos nos trazem. Enquanto isso não acontece com frequência, buscamos aperfeiçoamento. (Assistente social 3)

A multidisciplinaridade colocada pela assistente social diz respeito à participação de outros profissionais das demais políticas saúde, educação, cultura, habitação, etc., neste trabalho, não se restringe somente aos assistentes sociais e psicólogos, por isso a intersetorialidade (integração de vários setores). A assistente social consegue sem perceber, falar da importância das políticas trabalharem juntas para serem eficazes nas propostas e execução das intervenções para o exercício da cidadania dos indivíduos, famílias e/ou grupos por eles atendidos.

Tal pensamento não estaria de todo desconexo do que já foi abordado se analisado a partir do que Fazenda (2003, p. 69) comenta quando discorre sobre parcerias e interdisciplinaridade⁵.

A parceria, portanto, pode constituir-se em fundamento de uma proposta interdisciplinar, se considerarmos que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma racional. A parceria numa tentativa de iniciar o diálogo com outras formas de conhecimento a que não estamos habituados e, nessa tentativa, a possibilidade de interpenetração delas.

Todavia, nota-se que os dados oferecidos confirmam que a percepção dos sujeitos sobre interdisciplinaridade desvenda que sua postura está além da intuição, pois a família e/ou indivíduo atendido é visto como um todo sem divisão de saberes, o que proporcionará uma intervenção mais sólida, a fim de promover uma transformação que inicie com a tomada de consciência individual e alcance à coletiva, concretizando a emancipação política/humana possibilitando reais conquistas de direitos e uma intervenção que ultrapasse o imediato, mas perpassa o singular, o particular e o universal.

È preciso esclarecer que, entende-se por emancipação humana

[...] conforme a teoria marxista, segundo a qual significa a superação de processos de alienação e de dominação-exploração a que estão submetidos os indivíduos na sociedade burguesa. Nessa perspectiva teórica, “só se realizará plenamente com a liquidação do capitalismo. Contudo, a antecipação e projeção da realização da

⁵ Para maiores detalhes sobre o assunto consultar FAZENDA (2002).

emancipação humana devem se constituir no norte a balizar as lutas sociais no presente” (VINAGRE, 2010, p. 111).

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que as atividades desenvolvidas no CRAS tendo a interdisciplinaridade como pilar favorece uma prática mais reflexiva, já que se teria que integrar os conhecimentos e saberes com o intuito de alcançar objetivos em comum, os quais envolveriam melhor qualidade de vida aos atendidos, bem como melhor expectativa de acesso aos direitos.

Observa-se então que a interdisciplinaridade proporcionaria aos profissionais uma análise crítica do contexto e/ou da realidade, elemento importante em práticas interventivas, pois não se deve esquecer a conjuntura social, política e econômica, nem o histórico da política de assistência social, pois diante de seus avanços e retrocessos, entende-se que grande é o desafio para uma práxis interdisciplinar.

CONCLUSÃO

Retomando o objetivo proposto neste artigo de refletir o trabalho interdisciplinar dos profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) na efetivação dos direitos dos usuários constatou-se que embora não saibam conceituá-la (interdisciplinaridade) formalmente, todos os profissionais afirmam desenvolver um trabalho interdisciplinar, o qual assume uma dimensão muito importante no seu cotidiano, uma vez que, proporciona uma intervenção que vislumbre o todo e ultrapassa o mundo das especializações e da fragmentação;

Assim, a interdisciplinaridade emerge como questão necessária na prática dos profissionais dos CRAS, já que estes estão diretamente ligados ao enfrentamento das expressões da Questão Social (A Questão Social é expressão da contradição entre capital-trabalho, incorporando ainda a resistência da classe trabalhadora nesse embate. Manifesta-se na sociedade capitalista em suas diferentes expressões; Exemplo: desemprego, educação, entre outros), que hoje afligem muitas famílias, pois se percebe que a busca os serviços públicos parte tanto de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal ou não, como os que se encontram excluídos do sistema de produção.

Entretanto, tal discussão enseja a oportunidade de novas pesquisas, principalmente no que se refere a novas propostas interdisciplinares que visão realizar e reconhecer o trabalho numa expectativa emancipatória, já que a PNAS propõe que seus serviços levem a população a autonomia e cidadania plena. Mesmo porque a interdisciplinaridade ainda não é discutida

nas salas de aula dos cursos de Serviço Social e Psicologia, bem como o próprio ensino superior brasileiro ainda tem como desafio uma didática interdisciplinar conforme ratifica Favarão; Araujo (2004) e Peleias et al (2011).

Portanto, reconhecer o trabalho interdisciplinar e tudo que ele acarreta como peça essencial na concretude dos serviços, programas e projetos do CRAS, significa, também reconhecer os avanços na luta social pelo efetivo e concreto acesso aos direitos previstos na Lei orgânica de Assistência Social (LOAS) e na PNAS, tendo como protagonista dessa conquista e transformação os usuários da assistência social e das demais políticas públicas.

Deste modo, conclui-se que dentro da realidade vivenciada pelos sujeitos da pesquisa a interdisciplinaridade é tida como essencial para suas atuações/intervenções, principalmente, no intuito de construir uma práxis mais reflexiva e coletiva que leve à consolidação da cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, 25 Nov. 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004.

CAVACANTE, Osmar; MORTARA, Patrícia Cintra. Interdisciplinaridade no trabalho socioeducativo. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio**. São Paulo: Ed. IEE-PUC, 2004. v.2.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na política de Assistência Social**. Cartilha final, 2007. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/cartilhafinal>>. Acessado em 13 jun. 2011.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo, Paulus, 2003.

_____. **Interdisciplinaridade**, um projeto em parceria, São Paulo, Loyola, 7ªed., 2002

FAVARÃO, Neide Rodrigues Lago; ARAÚJO, Cíntia Souza. Alferes. Importância da Interdisciplinaridade no Ensino Superior. **EDUCERE- Revista da Educação**. Umuarama, v. 4, n.2, p103-115, jul./dez., 2004.

FRAGA, Vivian. Interdisciplinaridade e Assistência Social. In: Conselho federal de Serviço Social. **O trabalho do/a Assistente Social no SUAS: Seminário Nacional**. Brasília: CFESS, 2011, p. 180-187.

GADOTTI, Moacir. **Marx: transformando o mundo**. São Paulo, FTD, 1989.

GOMES, Henriette. Ferreira. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de características a critério delimitador de seu núcleo principal. **Revista de Ciência da Informação**. v.2, n.4, s.p., ago. 20001.

IBGE, Censo 2007. Disponível em <HTTP: [WWW.ibge.gov.br/home](http://www.ibge.gov.br/home)>. Acesso em 06 jun. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994 (Coleção temas sociais).

ORTIZ, Fátima da Silva. Interdisciplinaridade e Assistência Social. In: Conselho federal de Serviço Social. **O trabalho do/a Assistente Social no SUAS: Seminário Nacional**. Brasília, CFESS, 2011, p. 188-199.

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. Interdisciplinaridade no Ensino Superior: análise da percepção de professores de Controladoria em cursos de Ciências Contábeis na cidade de São Paulo. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, São Paulo, v.16, n. 3, p. 499-532, Nov. 2011.

POMBO, OLGA. Epistemologia da Interdisciplinaridade. Disponível em: WWW.educ.fc.pt/docentes/opombo/investigação/portofinal.pdf. Acesso em: 08 de julho. 2012

PONTES, Reinaldo. A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social. **Boletín Electrónico Surá**, Universidad de Costa Rica, 1999. Disponível em: WWW.ts.ucr.ac.cr/suradoc.htm. Acessado em 07 mar. 2012.

VINAGRE, M. Ética, Direitos e Projeto profissional Emancipatório. In. FORTI, V.; GUERRA, Y. **Ética e Direitos: Ensaios críticos**. 2ª Ed. Revisada. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010.

EMPREENDEDORISMO TUPINIQUEM: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO

Joaquim Leonel de Rezende Alvim

(professor titular em Teoria do Direito do Departamento de Direito Público da Universidade Federal Fluminense/UFF e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito - PPGSD/UFF. É doutor em Ciência Política pela Universidade de Montpellier I - França e pós-doutor em direito social pela Universidade de Paris X - Nanterre).

Tiago de Garcia Nunes

(Doutorando em Ciências Sociais e Jurídicas, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - PPGSD/UFF; Mestre em Sociologia Jurídica pelo Instituto Internacional de Sociologia Jurídica de Oñati (Universidade do Estado de Milão e Universidade do País Basco); Professor do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais da Universidade Católica de Pelotas - UCPel; Membro do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas - NESIC - UCPel e do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular - NAP - UCPel).

Carla Appollinario de Castro

(Mestre e doutoranda em Ciências Sociais e Jurídicas, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - PPGSD/UFF, bolsista da Capes e professora de Direito Processual Penal no Departamento de Direito da UFRRJ/ITR).

RESUMO

O presente artigo¹ tem por objetivo analisar os principais argumentos comumente associados ao fomento do empreendedorismo, buscando sintetizar os pressupostos políticos, econômicos e sociais a partir dos quais tem sido implementada, no contexto brasileiro dos anos 90, o que chamaremos de *razão empreendedora*. O trabalho procura também construir algumas pontes entre os argumentos abordados e seus usos ideológicos neste estágio do capitalismo, com repercussão direta para as classes trabalhadoras, buscando demonstrar que suas principais consequências são o distanciamento da cidadania substancial, a naturalização de uma cidadania precária, o agravamento da desigualdade social e, por conseguinte, da questão social, que marcam de forma perversa a historiografia do desenvolvimento do Estado brasileiro.

ABSTRACT

This article aims to analyze the main arguments commonly associated with the promotion of entrepreneurship, seeking to synthesize the assumptions political, economic and social from which has been implemented in the Brazilian context 90s, the reason we call it entrepreneurial. The work

¹ O presente trabalho é parte integrante da pesquisa de doutoramento, em andamento (desde 2011), intitulada “*Crítica à razão empreendedora: a função ideológica do empreendedorismo no capitalismo contemporâneo*”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da UFF, sob orientação do prof. Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim.

also seeks to build some bridges between the arguments addressed and their ideological uses this stage of capitalism, with direct repercussions for the working classes, seeking to demonstrate that its main consequences are substantial detachment of citizenship, naturalization of citizenship precarious, aggravation social inequality and therefore social issues that mark in a perverse way the historiography of the development of the Brazilian state.

PALAVRAS CHAVE: informalidade – empreendedorismo – cidadania

Quando um processo é denunciado como "ideológico por excelência", pode-se ter certeza de que seu inverso é não menos ideológico.

(SLAVOJ ZIZEK²)

Introdução

As principais transformações ocorridas no mundo do trabalho – decorrentes da globalização e do neoliberalismo – manifestaram-se, no campo econômico, sob a forma da reestruturação produtiva, e no campo social, por meio da flexibilização, desregulamentação e relativização dos direitos dos trabalhadores³, tendo como consequência, a precarização das condições e relações de trabalho. Tais medidas compõem um novo regime do capital, “readaptado” ao mundo globalizado e neoliberal, denominado de “acumulação flexível” e marcam a passagem do paradigma da sociedade do trabalho para a sociedade neoliberal, esta última instituída no contexto brasileiro a partir do início dos anos 90.

Passadas algumas décadas, já é possível concluir que esse conjunto de transformações inviabilizou a manutenção do emprego, consolidou o desemprego crônico (MÉSZÁROS, 2004: 17) ou estrutural e obrigou o trabalhador a se sujeitar às regras impostas pelo “mercado”, sendo ideologicamente induzido a acreditar que tal reestruturação produtiva era necessária e inevitável como forma de se manter no mercado de trabalho. Tais mudanças acentuaram, ainda, a existência de uma *segunda categoria* de trabalhadores, denominados como “informais”, indivíduos que ficaram inteiramente alijados do mercado de trabalho formal e da proteção da tutela do Estado.

² (1996: p. 9).

³ Em pesquisa anterior, tivemos a oportunidade de esboçar um histórico da principal legislação produzida durante a Era Vargas, com repercussão até os dias atuais, nas esferas social, previdenciária e sindical, bem como seu processo de flexibilização após a ofensiva neoliberal. Nesse sentido, remetemos para CASTRO (2010: 87-89).

Neste contexto de reestruturação produtiva, foi possível observar, ainda, a ampliação, sem precedentes históricos, de uma *terceira categoria*, formada pelos “inempregáveis”, i.e., aqueles para os quais não há mais lugar, segundo uma forma tradicional, na nova divisão social do trabalho; estes não devem ser confundidos com o exército industrial de reserva analisado por Marx, formado por pessoas que ficavam à espera de uma convocação para voltar a ocupar um posto de trabalho, o que poderia ocorrer – e, normalmente, ocorria - em ciclos de expansão da economia.

Verifica-se que os “inempregáveis”, com o advento da incessante renovação tecnológica que desaloja imensos contingentes de indivíduos do mundo da produção, não servem mais como exército industrial de reserva e, assim, passaram a formar um contingente significativo de pessoas para as quais não há lugar tradicional (no sentido de emprego formal, regular, pago e com todos os direitos sociais) no sistema produtivo do capitalismo tardio.

Uma perfeita caracterização desse novo cenário é materializada pela tendência de agravamento das formas precarizadas de trabalho, expressas pelos trabalhadores temporários, em tempo parcial, terceirizados, subcontratados, cooperativados e ainda pelas diversas formas de informalidade (trabalhadores por conta própria ou trabalhador assalariado sem registro em carteira).

Por isso, enfatizamos o quanto o empreendedorismo não atrai apenas os excluídos sociais (desempregados/trabalhadores informais), mas também os trabalhadores precarizados (subempregos). Isto porque mesmo os empregos criados no contexto neoliberal foram acompanhados de contratos de trabalho realizados sob um arcabouço jurídico-legal que já havia institucionalizado as formas precárias, mediante a flexibilização do tempo de trabalho (jornada de trabalho), da remuneração, das espécies de contratação, da alocação do trabalho e, por fim, das formas de resolução dos conflitos (inclusive, com amplo incentivo à solução direta).

No que se refere, em especial, à questão da informalidade, apesar de ser possível observar uma discreta queda nos últimos anos, ainda assim seus índices não podem ser negligenciados pela teoria social, na medida em que parecem revelar um aspecto de continuidade no desenvolvimento econômico brasileiro, como sugerem os dados abaixo:

Grau de informalidade - definição II⁴
Anual de 1992 até 2009
Unidade: (%)

1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
56,8	57,5	*	57,2	56,7	56,7	56,9	57,6	*	55,7	55,8	54,8	54,1	53,3	52,0	51,1	48,9	48,4

(*) **Dados não informados**

Elaborado a partir de Disoc/Ipea (2011)

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

⁴ Este resultado é obtido por meio de dados veiculados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE. A definição II da taxa de informalidade, de acordo com a metodologia, corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados + empregadores).

Marca ainda esse período, sob a ofensiva neoliberal, a não consolidação de um efetivo Estado de bem-estar social, mas, apenas, uma recente e restrita experiência de proteção ao emprego, projeto que foi abortado nos anos 90 e que em nada se parece com a utopia da era fordista de incorporação pelo trabalho. A principal consequência que resulta da atual combinação entre desemprego estrutural e informalidade, consiste em um aumento considerável na quantidade de “indivíduos [que são] colocados em situação de flutuação na estrutura social” (CASTEL, 1998: 23).

É preciso notar que tal fenômeno geral revela-se ainda mais grave quando consideramos as peculiaridades do contexto brasileiro, caracterizado por um processo de perversa exclusão social⁵, que contribui efetivamente para a continuidade histórica da produção de desigualdades sociais entre as classes que compõem a sociedade brasileira.

Concomitantemente a essa dinâmica, que alia desemprego com alto índice de informalidade após a adoção do receituário neoliberal, foi produzida, recentemente, legislação que introduziu a figura jurídica do microempreendedor individual - MEI⁶, apresentado por seus defensores não apenas como solução para o desemprego estrutural e a informalidade, como também para as contradições inerentes à relação capital/trabalho.

Na prática, todo trabalhador informal que exerça uma das atividades previstas na Resolução nº 58, do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN)⁷, pode realizar sua formalização, pela internet, no Portal do Empreendedor⁸. Passa, neste caso, a contribuir com o valor fixo mensal de R\$32,10 (comércio ou indústria) ou R\$36,10 (prestação de serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS, e se torna um “Microempreendedor Individual” (MEI), também conhecido como “Pequeno Empreendedor”. A partir de então, ele pode contar com o “registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilitará a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais”, como esclarece o Portal do Empreendedor. Ele também pode registrar 01 (um) empregado, que terá sua CTPS anotada com todos os direitos inerentes ao contrato formal de trabalho.

Além destas “vantagens”, ele será enquadrado no Simples Nacional, o que significa afirmar que ficará isento de alguns tributos federais (Imposto de Renda/PJ, PIS, Cofins, IPI e CSLL). A lei

⁵ Aqui, a noção de exclusão social foi adotada a partir de um prisma que a considera em seu sentido ambivalente. Isto porque ela se revela como um fenômeno extremamente funcional ao sistema, apresentando-se como uma exclusão que é, ao mesmo tempo, excludente e includente. Assim, determinadas camadas da estrutura social são excluídas de certas esferas da vida social para serem simultaneamente incluídas em outras, revelando um processo dialético de exclusão social que, no contexto brasileiro, se mostra bastante perverso, na medida em que somente contribui para o agravamento da já histórica desigualdade existente no país.

⁶ Estamos nos referindo à Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, editada durante o governo Lula e alterada durante o governo Dilma, pela Lei Complementar nº 139, de 10/11/2011, em vigor desde janeiro de 2012. Atualmente, podem adotar a forma MEI todos os profissionais das categorias permitidas que faturem até R\$60.000,00 (sessenta mil reais) por ano.

⁷ Ver Anexo 1 ao final. A relação completa pode ser visualizada no Portal do Empreendedor. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/entenda/quem.php>. Acesso em: 25/01/2012.

⁸ No sítio eletrônico: www.portaldoempreendedor.gov.br.

ainda “garante” acesso a diversos benefícios, como por exemplo, auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros. Entretanto, a mesma lei não esclarece que todos os benefícios, embora o MEI possa faturar atualmente até R\$5.000,00 (cinco mil reais) por mês, serão pagos com base no salário mínimo federal (hoje, fixado em R\$625,00).

É forçoso notar que o discurso empreendedor se ampara em uma série de lugares comuns que denotam seu viés fortemente ideológico, cujos argumentos mais recorrentes são: **i)** de que o *ethos* empreendedor, enquanto característica universal, pode ser desempenhado indiscriminadamente por todo e qualquer indivíduo, excluído ou não do sistema produtor de mercadorias; **ii)** de que o empreendedorismo consiste em uma boa solução para o problema do desemprego estrutural; e, finalmente **iii)** de que serão aproveitadas, a partir da razão empreendedora, características inerentes aos próprios indivíduos que, “naturalmente”, já possuem o DNA de empreendedor.

Porém, entendemos diferentemente que o sucesso desta ideologia *apenas* contribui para um processo contínuo de reprodução da exclusão e de acirramento das desigualdades sociais, impondo novos desafios para uma possível reação das classes trabalhadoras e, na medida em que recentemente se expressa numa legislação específica, representa, igualmente, um desafio para as instituições jurídicas brasileiras. Daí a importância de uma reflexão a partir de cada um dos argumentos propostos, que, quando tomados em conjunto, resultam no que denominamos de empreendedorismo ou “empreendimentismo” (HARVEY, 1994: 161) do tipo “*tupiniquim*”. É o que faremos a seguir.

Para tanto, serão utilizados como métodos de pesquisa a revisão de literatura, o levantamento de dados e notícias divulgadas na mídia impressa e eletrônica sobre o empreendedorismo na experiência recente brasileira. Serão utilizados como principais marcos teóricos para o desenvolvimento do tema ALVES (2011), ALVES; TAVARES (2006), ANDERSON (1995), BARBOSA (2007), BAUMAN (2005), BENJAMIN (1994), CASTEL (1998), HARVEY (1994), MARCUSE (1982), MÉSZÁROS (2004) e TAVARES (2002).

Nossa hipótese principal, em certa medida explicitada no título, consiste na *existência de uma função ideológica no discurso e nas práticas empreendedoras que vêm sendo disseminadas ao longo das duas últimas décadas*.

A partir dessa constatação e por meio da análise crítica do processo de implementação do empreendedorismo no Brasil esperamos oferecer subsídios para o alargamento do debate atual que envolve o *ethos* empreendedor, pois entendemos que todos esses aspectos sociais, econômicos, políticos e jurídicos não podem ser negligenciados pela teoria social contemporânea.

1. O *ethos* empreendedor e os pobres

Os termos “*empreendedor*” e “*empreendedorismo*” não são uma inovação do capitalismo contemporâneo, mas ganharam relevo nas duas últimas décadas. A expressão “empreendedor” – com a conotação mais próxima à atualmente conhecida – foi utilizada pela primeira vez em 1725, como um derivativo do termo francês *entrepreneur*, pelo economista irlandês Richard Cantillon, para se referir às pessoas que realizavam a compra de matéria-prima, seu processamento e venda a terceiros, identificando, nessa dinâmica, uma oportunidade de negócios cujos riscos eram inteiramente assumidos pelo empreendedor (DOLABELA, 2008a: 65 ; DANTAS, s/d: 3). Desta definição surge, portanto, uma das principais características do empreendedor, qual seja a de indivíduo que assume os riscos pelos resultados de sua atividade econômica.

Posteriormente, em 1814, o economista francês Jean-Baptiste Say utilizou a expressão para identificar o indivíduo que realiza a transferência de recursos econômicos de um setor de baixa produtividade para um de produtividade mais acentuada, enfatizando sua relevância para o bom funcionamento do sistema econômico como um todo (DOLABELA, 2008a: 65 ; DANTAS, s/d: 4). Assim, de acordo com a concepção de Say, o empreendedor deve ser considerado como alguém que inova e que se constitui, deste modo, em um verdadeiro agente de mudanças.

Mais tarde, em 1912, com o economista liberal Joseph A. Schumpeter, o termo começa a assumir o significado que vem sendo retomado na atualidade. Em seu livro intitulado “*Teoria do Desenvolvimento Econômico*”, ele explicita os termos pela primeira vez, ao definir que: “ao empreendimento de novas combinações denominamos ‘empresa’ e os indivíduos, cuja função é realizá-las, ‘empreendedores’” (SCHUMPETER, 1961b: 103).

Em 1942, ao publicar “*Capitalismo, Socialismo e Democracia*”, o mesmo autor identifica como característica inerente ao sistema capitalista de produção de mercadorias, um processo que ele denominou de “*destruição criadora*”, por meio da qual o empreendedor assume papel relevante no desenvolvimento de novos produtos, novos métodos e novos mercados, capacidade que auxilia a criação de novas organizações, assim como a revitalização de organizações já existentes (SCHUMPETER, 1961a: 108).

A principal contribuição de Schumpeter foi ter identificado na figura do empreendedor o agente principal da “*destruição criadora*”, capaz de “*revolucionar incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos*” (1961a: 110), garantindo, com isso, a continuidade do processo (de “*destruição criadora*”) que, em sua visão, se constitui como base do capitalismo, ao qual toda e qualquer empresa capitalista deve se adaptar, se quiser sobreviver no curso do desenvolvimento econômico.

Tal argumento, no entanto, já havia sido explicitado pelo economista, sem que ainda tivesse

a forma de “motor” do desenvolvimento capitalista, ao sustentar que “(...) é, contudo, o produtor [empreendedor] que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores, se necessário, são por ele ‘educados’; eles são, por assim dizer, ensinados a desejar novas coisas, ou coisas que diferem de alguma forma daquelas que têm o hábito de consumir” (SCHUMPETER, 1961b: 85).

De forma esquemática, apresentamos alguns autores que ilustram a evolução das diversas conotações conferidas aos conceitos de “empreendedor” e “empreendedorismo”, conforme revela o quadro abaixo.

QUADRO 1: Contribuições para a compreensão dos termos “empreendedor” e “empreendedorismo”

ANO	AUTOR(ES)	CONTRIBUIÇÃO
1725	Richard Cantillon	<i>O “entrepreneur é o indivíduo que assume riscos”.</i>
1814	Jean-Baptiste Say	Enfatizou o empreendedorismo como o quarto fato de produção, ao lado dos demais fatores: a terra, o trabalho e o capital. Afirma que: <i>“o empreendedor movimenta recursos econômicos de um setor de menor produtividade para um outro de maior produtividade e melhor rendimento”.</i>
1871	Carl Menger	O empreendedor é <i>“aquele que antecipa necessidades futuras”.</i>
1921	Frank Knight	<i>“O que distingue o empreendedor é a capacidade de lidar com a incerteza”.</i>
1949	Ludwig von Mises	<i>O “empreendedor é o tomador de decisões”.</i>
1959	Friedrich von Hayek	Para ele, o empreendedorismo não envolve apenas risco. Envolve também um processo de descoberta das condições produtivas e, principalmente, das oportunidades de mercado.
1950	Joseph Schumpeter	O empreendedor é o indivíduo que deseja e é capaz de converter uma nova ideia/invenção em uma inovação bem-sucedida. Assim, seu principal objetivo deve ser a realização da <i>“destruição criadora”</i> , cuja finalidade consiste em introduzir novos produtos ou serviços em substituição aos anteriormente utilizados. Tal pensamento pode ser utilizado tanto para a criação de novas organizações, quanto para a revitalização de organizações já existentes (maduras), sendo capaz de manter o crescimento econômico de longo prazo.
1961	David Mc Clelland	Identifica três necessidades do empreendedor: poder, filiação e sucesso (sentir que se é reconhecido). Sustenta que: <i>“o empreendedor manifesta necessidade de sucesso”.</i>
1966	Julian Rotter	Identifica o <i>locus</i> de controle interno e externo, afirmando que: <i>“o empreendedor manifesta locus de controle interno”.</i>
1970	Peter Drucker	O comportamento do empreendedor reflete uma espécie de desejo de uma pessoa em colocar sua carreira e sua segurança financeira na linha de frente e correr riscos em nome de uma ideia, investindo muito tempo e capital em algo incerto.
1973	Israel M. Kirzner	<i>“Empresário é alguém que identifica e explora desequilíbrios existentes na Economia e está atento ao aparecimento de oportunidades”.</i>
1982	Mark C. Casson	<i>“O empreendedor toma decisões criteriosas e coordena recursos escassos”.</i>
1985	Sexton e Bowman –Upton	<i>“O empreendedor consegue ter uma grande tolerância à ambigüidade”.</i>
1986	Albert Bandura	<i>“O empreendedor procura a auto-eficácia: controle da ação humana através de convicções que cada indivíduo tem, para prosseguir autonomamente na procura de influenciar a sua envolvente para produzir os resultados desejados”.</i>
2002	William Baumol	<i>“O empreendedor é a máquina de inovação do livre mercado”.</i>
contemporâneo	Paul-Arthur Fortin	<i>“O empreendedor é uma pessoa capaz de transformar um sonho, um problema ou uma oportunidade de negócios em uma empresa viável”.</i>
contemporâneo	Babson College	O empreendedorismo é <i>“uma forma de pensar e agir que é obcecada pela oportunidade, holística na abordagem e apoiada na liderança, com o propósito de criação de riqueza”.</i>
contemporâneo	Harvard University	<i>“Nós definimos empreendedorismo como a exploração da oportunidade independentemente dos recursos que se tem à mão. A capacidade empreendedora não é nem um conjunto de características da personalidade nem uma função econômica. É, isto sim, padrão coeso e mensurável de comportamento gerencial”.</i>
contemporâneo	Timmons	<i>“O empreendedor é alguém capaz de identificar, agarrar e aproveitar uma oportunidade, buscando e gerenciando recursos para transformar a oportunidade em negócio de sucesso”.</i>

FONTE: Elaborado a partir de DANTAS (s/d: 3-7) e complementado com DOLABELA (2008a: 66-67).

De forma complementar, outro aspecto importante a ser destacado diz respeito à existência

de distintas razões que levam os indivíduos ao empreendedorismo, explicitadas, por exemplo, na classificação realizada por Falcão (2008: 1):

QUADRO 2: Classificação dos tipos de “empreendedorismo” e de suas correlatas estratégias de apoio/desenvolvimento

	MOTIVO	DEFINIÇÃO	ESTRATÉGIAS DE APOIO /DESENVOLVIMENTO
1º GRUPO	empreendedorismo por necessidade	É quando as pessoas não têm liberdade, entendida como capacidades mínimas de inserção na economia, e passam a viver em condições pré-capitalistas, praticando atividades de subsistência, o escambo ou a pirataria.	Devem ser empreendidos esforços de capacitação dos indivíduos para torná-los economicamente ativos.
2º GRUPO	empreendedorismo por vocação ou por instinto	É quando há liberdade de acesso às oportunidades do mercado. Quer dizer, é quando o acesso a oportunidades desenvolve o instinto empreendedor das pessoas, ou seja, a especialidade em saber identificar possibilidades e calcular os riscos do negócio.	Deve haver a amplificação de acessos para facilitar a identificação de oportunidades existentes no mercado.
3º GRUPO	empreendedorismo inercial	É quando o ambiente institucional é frágil e as empresas prosperam com base nas relações interpessoais de seus dirigentes. São, em geral, os negócios que passam de pai para filho independentemente de capacidade empresarial. Nesse caso, o ambiente legal cria estruturas tributárias privilegiadas e mercados preferenciais que viabilizam o sucesso do empreendimento, mesmo quando não existe um espírito empreendedor, mas sim uma boa alma do negócio que favorece o empreendimento.	Deve ser realizado o aperfeiçoamento do ambiente institucional que estabelece direitos e obrigações iguais para todos.
4º GRUPO	empreendedorismo pelo conhecimento	Esta é a forma de empreender do futuro porque somente o conhecimento une o espírito animal empreendedor à alma do negócio do ambiente empresarial.	Há a necessidade de realização de investimentos coletivos, e não individuais, em inovação e tecnologia.

FONTE: Elaborado a partir de FALCÃO (2008: 1).

A partir desse quadro classificatório, ressaltamos que nossa crítica tem como alvo principal a imposição da razão empreendedora dirigida aos indivíduos que compõem o grupo dos “empreendedores por necessidade”, ainda que esvaziada de um sentido *schumpeteriano* propriamente dito. Nestes termos, consideramos que as formulações elaboradas por Schumpeter, acerca do empreendedor e do empreendedorismo, não se aplicam à figura consubstanciada no microempreendedor individual (evidentemente restrito ao primeiro grupo), embora sua função básica pareça ser a mesma.

No mesmo sentido, corrobora Rosângela Nair de Carvalho Barbosa, ao analisar a retomada do empreendedorismo, acompanhada da ascensão da cultura do auto-emprego (em suas variadas formas cooperativismo, economia solidária e associativismo) e suas especificidades no contexto neoliberal, revelando que

A retomada do empreendedorismo na cultura restauracionista dos tempos que correm o reatualiza e o insere nas necessidades essenciais do processo de acumulação e de dominação social. No momento em que se declara maior liberalização do mercado e menor atenção pública à proteção social, assume importância a argumentação *schumpeteriana*. Não se trata de uma volta às origens puras, como quer dar sentido a racionalidade neoliberal. A estrutura transnacional do capital, a interdependência dos mercados, os grandes conglomerados empresariais e a desregulamentação social são, hoje, forças pujantes do sistema capitalista, que

constrangem iniciativas individuais desse porte. Todavia, a inovação aparece como um elemento essencial para a sustentabilidade e a competitividade no mercado, sobretudo nesse universo de maior incorporação tecnológica nos processos produtivos. Por outro lado, a estrutura produtiva foi flexibilizada ao quebrar com a fixidez de contratos, relações comerciais, relações trabalhistas e de organização produtiva, o que exige estruturas empresariais aderentes às necessidades mais voláteis, bem como padrões de gerenciamento impulsionadores do interesse do trabalhador em se manter com ocupação. Aqui, então, o empreendedorismo passa a compor a base da nova cultura do trabalho desvinculada do assalariamento e individualista. (2007: 84-85)

A mesma autora fornece outro importante aporte, ao analisar os resultados da pesquisa⁹ realizada periodicamente pela *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), entidade internacional que monitora as taxas de empreendedorismo, ou seja, a vocação empreendedora de diversos países nos quatro cantos do globo terrestre, pois

Desde 2001, a evolução da atividade empreendedora vem sendo medida no mundo, e verifica-se que se perpetua, como tendência, o empreendedorismo enquanto alternativa dos países periféricos, como uma taxa menor é encontrada na maioria das sociedades burguesas tradicionais européias e também no Japão, indiciando a fragilidade da argumentação que associa o empreendedorismo à bem-aventurança econômica capitalista como contra-argumentam os reformistas liberais da atualidade. Países de alta renda e forças produtivas desenvolvidas não seguiram, necessariamente, o modelo do empreendedorismo. Entretanto, por esses dados verificamos que o quesito motivação é ainda mais revelador dessa variação, na medida em que é possível distinguir claramente que nos países de renda mais alta o empreendedorismo é motivado pela “oportunidade” e nos países periféricos o principal incentivador é a própria “necessidade”, como no caso brasileiro, pelo alto percentual de desemprego, desigualdade social e frágil proteção social pública. As variáveis escolaridade e renda, abordadas na pesquisa, também asseveram essa realidade social mais perversa entre os países subordinados do capitalismo, pois os empreendedores brasileiros não somam mais que cinco anos de estudos, enquanto o índice de diplomação universitária é alto na maioria dos empreendedores dos países centrais. (BARBOSA, 2007: 86)

Entendemos, pois, que a retomada do empreendedorismo no contexto neoliberal simultaneamente ao desassalariamento sem precedentes da classe trabalhadora só pode ser compreendido se assumirmos o pressuposto de que ele consiste em uma figura importante da ideologia no mundo contemporâneo. Para tanto, faz-se necessário esclarecer, preliminarmente, com qual conceito de ideologia estamos trabalhando. Ao propormos a análise da razão empreendedora enquanto ideologia, estamos trabalhando com o sentido crítico e negativo deste termo e não com o seu sentido neutro e descritivo (“visão de mundo”). Portanto, buscamos enfatizar o seu lado mais perverso, qual seja, a imposição de um conjunto de idéias, valores e comportamentos, formulado a partir dos interesses de um grupo social relevante, claramente direcionado para a manutenção de relações de dominação/exploração.

Adotamos o sentido de ideologia que indica um processo de promoção e legitimação de determinados interesses do capital em detrimento de outros interesses sociais diversos ou, até mesmo, opostos, tal como sugere Marilena Chauí:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de

⁹ Os resultados das pesquisas são amplamente divulgados e podem ser obtidos no sítio eletrônico do SEBRAE (www.sebrae.com.br).

normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem sentir e como devem sentir, o que fazer e como devem fazer [...] cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir da esfera das divisões na esfera da produção. (2004: 108)

Tal definição, ainda bastante próxima da noção de “*falsa consciência*” elaborada por Marx e Engels em “A ideologia alemã”, deve ser ainda articulada com a concepção de ideologia desenvolvida por Marx no primeiro volume de “O Capital”, em sua análise do fetichismo da mercadoria. Neste segundo momento de seu pensamento, Marx se dedica à crítica da economia política, com o objetivo de explicar de que modo as próprias relações sociais e econômicas (materiais) são a origem do processo de inversão / ocultamento promovido pela ideologia. Segundo a nova formulação marxiana, em “O Capital”, “a ideologia agora é menos uma questão de a realidade tornar-se invertida na mente do que de a mente refletir uma inversão real. Na verdade, não é mais primariamente uma questão de *consciência*, mas está ancorada nas operações econômicas cotidianas do sistema capitalista” (EAGLETON, 1997: 83).

Por este motivo, não apenas o discurso empreendedor merece destaque, mas igual ênfase deve ser direcionada às novas relações sociais e econômicas que caracterizam o capitalismo contemporâneo, e que sustentam a nova ideologia do empreendedorismo. É preciso, pois, compreender o fenômeno em sua totalidade e, sobretudo a partir dos “fios (in)visíveis” (TAVARES, 2002) que mantêm o trabalho informal e, conseqüentemente, o discurso empreendedor conectados à produção capitalista, a fim de desnudar as raízes propriamente econômicas e sociais que garantem seu sucesso¹⁰ e credibilidade.

Em outro contexto, André Gorz já havia identificado o quanto o pensamento empreendedor está impregnado de ideologia. O autor distingue o *pensamento liberal* da *ideologia liberal*, esta mais próxima da ideologia empresarial. Segundo ele, no primeiro caso “cada empreendedor busca seu próprio interesse, quer dizer o maior lucro possível”, conforme um cálculo econômico. Já no segundo caso, na ideologia liberal, o empreendedor é compreendido como um criador de sociedade e de cultura; ele é um “gênio” capaz de criar necessidades para um objeto ou serviço até então inexistentes (GORZ, 2007: 128).

É significativo que o autor considere a passagem dos teóricos do liberalismo clássico para os “ideólogos da burguesia empresarial” como uma autêntica “regressão intelectual”. Isto porque,

¹⁰ De acordo com a Agência Sebrae de Notícias (TAVARES, 01/02/2011), somente em JANEIRO de 2011, o Brasil “ganhou” 81.260 novos microempreendedores individuais, ou seja, houve um aumento de quase 200% em relação a janeiro/2010. Até aquele mês, os “formalizados” alcançavam um quantitativo, já bastante expressivo, de 891.036 microempreendedores individuais. O total de “formalizações” realizadas em janeiro/2011 representa uma média de 2,6 mil registros/dia e de 16,3% da meta nacional de formalizar mais 500 mil trabalhadores, nesta condição, em 2011. Até o dia 07/03/2011, o total de “formalizados” já se aproximava de 1 milhão (981.179) de microempreendedores individuais (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 07/03/2011). O Brasil encerrou o ano de 2011 com 1,8 milhão de MEI’s formalizados, ou seja, quase o dobro da marca registrada no início do mesmo ano. (TAVARES, 06/01/2012)

enquanto os primeiros viam alguma distinção entre sociedade e economia (mercado), os segundos defendem a inteira subordinação da sociedade à razão econômica mercantil (GORZ, 2007: 129).

Tal argumento auxilia na compreensão da nova figura jurídica do “microempreendedor individual”, que teria por finalidade a inclusão, na lógica econômica atualmente hegemônica, da parcela das classes trabalhadoras em condição flutuante na esfera social. Esta ótica revela ainda o quanto esta inclusão se reduz à dimensão estritamente econômica, sem objetivar, contudo, uma inclusão mais ampla, de caráter social e coletivo.

Diversos autores atuais, que defendem o sujeito empreendedor, trabalham com a segunda noção apresentada por Gorz, qual seja a de ideologia liberal. Isto é, o empreendedor não é movido apenas por um cálculo puramente econômico, mas por uma pretensão de criar valores, desejos e comportamentos, enfim uma nova sociabilidade.

Dentre esses ideólogos do discurso empreendedor, dois, em especial, merecem uma crítica preliminar. O primeiro deles é Fernando Dolabela, que cumpre papel importante, na medida em que, por meio de suas ideias, tem contribuído para a disseminação da razão empreendedora, principalmente, nas escolas (de ensino médio e fundamental) e nas instituições de ensino superior (públicas e privadas). De acordo com o autor, a expressão “empreendedor” deve ser utilizada para

(...) designar principalmente as atividades de quem se dedica à geração de riquezas, seja na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas como marketing, produção, organização, etc. (...) Ser empreendedor não é somente uma questão de acúmulo de conhecimento, mas a introjeção de valores, atitudes, comportamentos, formas de percepção do mundo e de si mesmo voltados para atividades em que o risco, a capacidade de inovar, perseverar e conviver com a incerteza são elementos indispensáveis. (...) O empreendedor é alguém capaz de desenvolver uma visão, mas não só. Deve saber persuadir terceiros, sócios, colaboradores, investidores, convencê-los de que sua visão poderá levar todos a uma situação confortável no futuro. Além de energia e perseverança, uma grande dose de paixão é necessária para construir algo a partir do nada e continuar em frente, apesar dos obstáculos, das armadilhas e, muitas vezes, principalmente quando inicia, da solidão. O empreendedor é alguém que acredita que pode colocar a sorte em seu favor, por entender que ela é produto do trabalho duro. (DOLABELA, 2008a: 60-61)

A visão sustentada por Dolabela auxilia na compreensão da função ideológica atual da razão empreendedora, pois ele também assinala que o “empreendedorismo deve conduzir ao desenvolvimento econômico, gerando e distribuindo riquezas e benefícios para a sociedade” (DOLABELA, 2008a, p. 61). Ao tomar como verdade absoluta esta finalidade do empreendedorismo, sem levar em consideração a “lógica desigual e combinada” (JAMESON, 1996: 68;74) que move todo o processo de desenvolvimento e distribuição de riquezas no sistema capitalista de produção, ele torna explícita a falsa universalidade inerente à visão liberal de mundo.

No entanto, o caráter ideológico das posições de Dolabela fica mais evidenciado quando ele ressalta a importância do empreendedorismo para a sociedade, no que se refere ao combate à miséria, à pobreza e à geração e distribuição de renda, inclusive como medida de inclusão social

face às recentes transformações nas relações de trabalho. Nestes termos, destaca que: **i)** “o empreendedor é o responsável pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento social. Por meio da inovação, [o empreendedor] dinamiza a economia; e **ii)** “o empreendedorismo é a melhor arma contra o desemprego” (DOLABELA, 2008b: 24).

O segundo autor capaz de revelar o quanto o discurso empreendedor pode ser ideológico é Idalberto Chiavenato. Embora suas ideias principais se desenvolvam com base nos mesmos pressupostos de Dolabela, Chiavenato enfatiza a importância do empreendedorismo como peça fundamental para o crescimento econômico. Segundo ele:

Os empreendedores são heróis populares do mundo dos negócios. Fornecem empregos, introduzem inovações e incentivam o crescimento econômico. Não são simplesmente provedores de mercadorias ou de serviços, mas fontes de energia que assumem riscos em uma economia em mudança, transformação e crescimento. Continuamente, milhares de pessoas com esse perfil – desde jovens a pessoas adultas e de todas as classes sociais – inauguram novos negócios por conta própria e agregam a liderança dinâmica que conduz ao desenvolvimento econômico e ao progresso das nações. É essa força vital que faz pulsar o coração da economia (2008: 4).

Nossa argumentação caminha no sentido oposto das formulações apresentadas por ambos os autores. Pelo contrário, fazemos nossas as palavras de Manoel Luiz Malaguti, que chama a atenção para um cuidado elementar, consistente na necessária distinção que deve ser realizada entre os papéis sociais das grandes e pequenas empresas, pois “(...) não nos parece aceitável, por exemplo, identificar o microempresário com o clássico capitalista empreendedor: empresário, rico, gerador de empregos, independente e poderoso” (2000: 81).

Assim, a partir dessas evidências histórico-estruturais entendemos que qualquer reflexão acerca do culto ao empreendedorismo¹¹ não deve perder de vista sua intrínseca articulação com outras determinações (simbólicas inclusive) do momento histórico em que vivemos. Também por este motivo parece-nos claro que, do ponto de vista social, o projeto neoliberal consistente em transformar os indivíduos já pauperizados em sujeitos empreendedores não tem o condão de garantir uma inclusão mais substantiva nos resultados da produção capitalista. Logo, essa inserção precária evidencia que esses grupos ainda são, de alguma forma, úteis à nova divisão social do trabalho, porém apenas como trabalhadores expropriados (de seus direitos) e como consumidores (sobretudo, de crédito¹²).

¹¹ Um excelente estudo sobre a apologia do empreendedorismo e suas repercussões na atualidade pode ser encontrado Alves (2011).

¹² De acordo com o Portal do Empreendedor, somente até abril de 2011, o Banco do Brasil, a Caixa e o Banco do Nordeste, em conjunto, financiaram R\$ 83,6 milhões, contando com 680,6 mil clientes microempreendedores individuais formalizados. (TAVARES, 13/04/2011)

2. Empreendedorismo vs. desemprego estrutural: o cenário do novo milênio

A partir de meados dos anos 1990 até, pelo menos, 2009, o Brasil experimentou a mais grave crise do emprego de sua história, decorrente da combinação entre baixo crescimento econômico e adoção do modelo político e econômico neoliberal. Ao analisar este período Pochmann observou que:

Nem a transição do trabalho escravo para o assalariamento, ao final do século XIX, nem a depressão econômica de 1929, nem mesmo as graves recessões nas atividades produtivas nos períodos 1981-1983 e 1990-1992 foram capazes de proporcionar tão expressiva quantidade de desempregados e generalizada transformação na absorção de mão-de-obra nacional. (2006: 59-60)

O cenário de desemprego alarmante e sem precedentes ao qual Pochmann se refere pode ser observado na tabela abaixo, elaborada a partir dos dados coletados pelo IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad):

Taxa de desemprego¹³
Frequência: Anual de 1992 até 2009 - Unidade: (%)

1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
7,2	6,8	*	6,7	7,6	8,5	9,7	10,4	10,0	9,9	10,5	10,5	9,7	10,2	9,2	8,9	7,8	9,1

(*) Dados não informados

Elaborado a partir de Disoc/Ipea (2012)

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Tomando como referência a tabela acima, é possível constatar que a retomada do emprego formal somente ocorre a partir de 2009, quando o Brasil passa a apresentar um recuo nos índices de desemprego. Porém, mesmo essa nova realidade representada pela queda na população desocupada verificada nos últimos dois anos¹⁴, com reflexos também sobre a taxa de informalidade, não tem sido suficiente para impedir o agravamento dos índices relativos à questão da desigualdade social.

¹³ Percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas “ativas” no mercado de trabalho, grupo que inclui todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Elaboração: Disoc/Ipea. Atualizado em: 16/02/2011. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 10/01/2012.

¹⁴ De acordo com a Pesquisa Mensal de Empregos - PME, realizada pelo IBGE, o percentual médio de pessoas desocupadas em 2010 ficou em 3,85%; em 2011 foi de 3,40% e de 3,1% até JAN/2012. Estes resultados são representados pelo percentual de pessoas, de 10 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência com procura de trabalho no período de referência de 30 dias, em relação ao total de pessoas em idade ativa na semana de referência, por Regiões Metropolitanas, levando-se em conta os seguintes Estados: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 18/02/2012. Já, o DIEESE e a SEADE, que utilizam metodologia distinta e mais abrangente, divulgaram que, em JANEIRO/2012, a taxa de desemprego apresentou elevação, passando de 9,1% em dezembro (2011) para 9,5% em janeiro (2012). Além disso, o contingente de desempregados foi estimado em 2,1 milhões de pessoas, ou seja, 104 mil a mais que no mês anterior (GIFFONE, Valor Online, 29/02/2012). Percebe-se que o total de microempreendedores individuais (1,8 milhão – ver nota nº 10) é um pouco menor do que o total de desempregados (2,1 milhões). Mas, ao mesmo tempo, que, juntos, eles representam um contingente não negligenciável de 3,9 milhões de indivíduos alijados das redes formais de proteção social e garantidoras de cidadania.

Isto porque, como mostra o Comunicado nº 76, do IPEA, intitulado “Desemprego e desigualdade no Brasil metropolitano”, publicado em 10/02/2011:

No que concerne à situação de pobreza, constata-se que no Brasil metropolitano a desigualdade terminou sendo amplificada entre o conjunto dos desempregados. No ano de 2010, a taxa de desemprego dos trabalhadores não pobres foi de 2,8%, enquanto em 2005 era 4,5%. Ou seja, uma queda de 37,8% em cinco anos [Pobreza absoluta para rendimento domiciliar *per capita* abaixo de 0,5 salário mínimo mensal]. Para os trabalhadores pobres, a taxa de desemprego passou de 14,4% para 18,5% no mesmo período de tempo. Com isso, houve aumento de 28,5% na taxa de desemprego dos trabalhadores pobres entre 2005 e 2010. O resultado direto da evolução distinta nas taxas de desemprego no período considerado foi o aumento da desigualdade entre trabalhador pobre e não pobre. Em 2010, por exemplo, a taxa de desemprego do trabalhador pobre foi 6,6 vezes maior, enquanto em 2005 era 3,2 vezes superior (IPEA, 2011: 7-8).

Ademais, cabe registrar algumas ressalvas com relação aos índices apurados pelos institutos oficiais de pesquisa (DIEESE e IBGE). Isso porque as categorias normalmente utilizadas para captar o real cenário de desemprego contemplam apenas as pessoas que ainda estão à procura de algum tipo de oportunidade no mercado de trabalho, excluindo, dessa forma, aqueles indivíduos considerados inempregáveis, i.e, os que já “desistiram” ou sequer conseguiram ingressar no mercado formal de trabalho, cujo último refúgio é a informalidade e, em última instância, o empreendedorismo por necessidade.

Como vimos no item anterior, esse momento em que a informalidade e o desemprego se revelam como um processo estrutural coincide com a ascensão da razão empreendedora, materializada inclusive em política pública, que passa a ser apresentada como uma verdadeira panacéia capaz de solucionar o problema da inclusão social. Mas, o que fica oculto em toda essa dinâmica são dois outros aspectos que merecem destaque.

O *primeiro* diz respeito ao fato de ter havido uma completa inversão na representação social no que se refere aos informais, i.e, na forma de compreender a informalidade. Isso porque os indivíduos, antes considerados, “marginais” crônicos (que viviam às margens do sistema formal produtor de mercadorias quase ilegalmente), agora, foram simplesmente transformados em excluídos sociais, para os quais o Estado passou a acenar com a possibilidade de novamente serem incluídos apenas com a simples formalização como microempreendedores individuais. Essa mudança ajuda na compreensão da atual apologia à economia informal, alçada ao *status* de salvadora da economia capitalista em crise.

De acordo com o economista Robert Neuwirth, pesquisador do desenvolvimento da denominada “*economia das sombras*”, “a economia informal pode ensinar muitas lições ao mundo em crise”, pois “os países que encontrarem uma maneira de aproveitar essa forma espontânea de empreendedorismo estarão melhor posicionados para criar uma democracia econômica e para crescer e prosperar” (CALDEIRA, 2012).

Corroborar na compreensão do novo *status* da “economia subterrânea” suas proporções, que não podem ser desprezadas. Recente pesquisa divulgada no fim do ano passado, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), revelou que a economia informal caiu de 17,7% do PIB em 2010 para 17,2% em 2011. Em 2003, esse percentual era equivalente a 21% do PIB. A mesma pesquisa mostra ainda que, embora tenha havido redução desses percentuais em termos de participação no PIB, ainda assim, esse segmento, somente em 2011, foi responsável pela movimentação de R\$653 bilhões, ou seja, valor equivalente ao PIB da Argentina ou cerca de duas vezes o PIB do Chile (CALDEIRA, 2012).

O *segundo* e mais grave aspecto refere-se ao fato de o empreendedorismo fomentado pelo receituário neoliberal, ao contrário do que apregoa o discurso oficial, não ter qualquer viés mais incluyente, capaz de pôr fim no problema da exclusão social. Essa dinâmica deve ser compreendida de forma oposta, na medida em que ele próprio é responsável pela promoção de uma nova espécie de desigualdade social. Antes, a dominação e a exclusão eram consideradas consequências indesejáveis do atual sistema produtor de mercadorias. No atual estágio do capitalismo, verifica-se que a exclusão, tanto sob o ponto de vista objetivo (econômica) quanto subjetivo (político-ideológica), constitui-se como o verdadeiro mote que garante o bom funcionamento do sistema¹⁵.

Nesse contexto, aceitar que tais indivíduos, por um malabarismo quase semântico, passaram a ser empresários e aptos a competirem no “mercado livre” implica em admitir que essa consiste na única forma que o Estado ainda dispõe de mantê-los minimamente integrados, o que, por si só, já evidencia o quanto essa integração só pode ser compreendida em termos de uma pseudo-inclusão social, cuja lógica continua sendo pautada pelo binômio inclusão/exclusão e que apenas contribui para o agravamento da histórica desigualdade social.

3. Turbinando o DNA empreendedor

As ideias que compõem o que denominamos de discurso empreendedor vêm sendo disseminadas há algum tempo. Em 05/10/1999, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi implantado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Programa Brasil Empreendedor (PBE), cuja finalidade foi promover “o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, buscando-se a inserção dos empreendedores no setor formal da economia, bem como o surgimento de novos negócios” (PBE, “apresentação”, s/d). Um resultado desta iniciativa foi a capacitação de 6.070.127 indivíduos/empreendedores, somente no período compreendido entre outubro/1999 e dezembro/2002, superando – e muito – a previsão inicial de 4.937.000 (PBE, “dados”, s/d).

¹⁵ Ver, nesse sentido, excelente artigo de Perry Anderson (1995).

Desde 2002, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) também desenvolve importante papel de agente disseminador da cultura empreendedora ou “empreendedorista” (HARVEY, 1994: 161), por meio do Programa de “Formação de Jovens Empreendedores”. No total, somente o SEBRAE-SP, conta com um histórico de “mais de 240 mil alunos atendidos, 7.600 professores capacitados, adesão de mais de 100 municípios e 50 universidades aplicando a disciplina de empreendedorismo em sua grade curricular”. No ensino médio os números são igualmente ilustrativos, com 900 professores capacitados e mais de 24 mil alunos participantes do Programa “Formação de Jovens Empreendedores”. No ensino superior foram mais de 50 universidades, 700 professores capacitados e mais de 20 mil alunos participantes do “Sebrae no Campus” (SEBRAE-SP, 27/10/2009).

Outra iniciativa exemplar é a de Fernando Dolabela, fundada em 1996, com a metodologia “Oficina do Empreendedor”, dirigida aos universitários. Atualmente, a Oficina é direcionada também aos alunos do ensino médio. A partir de 2002, o autor elaborou a “Pedagogia Empreendedora”, voltada à educação de crianças e adolescentes do ensino infantil, fundamental e médio. Até 2008, o primeiro projeto já havia sido implementado, por meio do Sebrae, do Instituto Evaldo Lodi (IEL) e do CNPq, em mais de 400 instituições de ensino superior, atingindo cerca de 3.500 professores e 160.000 alunos/ano. Já a metodologia mais recente, até 2008, era utilizada em 120 cidades e contava com o envolvimento de 14.000 professores (dos níveis básico e superior). Este trabalho chegou a cerca de 400 universidades e 2.000 instituições de ensino básico, em 126 municípios (LOPES, 2008).

Igualmente merece destaque a iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que, em seu relatório de março de 2004, intitulado “Desencadeando o empreendedorismo: o poder das empresas a serviço dos pobres”, afirma a importância do empreendedorismo como instrumento de combate à pobreza. Segundo este documento,

(...) Apesar do enorme progresso feito nos últimos 50 anos, 1,2 bilhões de pessoas (a quinta parte da população mundial) subsistem com menos de um dólar por dia, sem acesso a muitos dos serviços sociais considerados básicos para uma vida digna. Esta situação penosa requer uma resposta global, que utilize todos os recursos financeiros, intelectuais e organizacionais que possamos reunir. Diante deste quadro desolador, o Secretário Geral Kofi Annan desafiou a Comissão para Setor Privado e Desenvolvimento a responder duas perguntas: Como podemos desencadear o potencial do setor privado e do empreendedorismo, nos países em desenvolvimento? Como o setor privado pode ser engajado no combate à pobreza? O presente relatório é a nossa resposta a essas interrogações. (PNUD, 2004, p. i)

O que se extrai de todas as propostas citadas é que não faltaram “iniciativas” dispostas a convencer a grande massa de desempregados, subempregados e informais da necessidade de se formalizarem (o que, a nosso ver, implica em adaptação e conformação).

Mas, a dimensão mais relevante que emerge de todo esse discurso é a transformação do empreendedorismo em algo instintivo, derivado de uma suposta “natureza humana”, que – tal como

ocorreu com a empregabilidade, entendida como capacidade de manter-se empregado – desloca a responsabilidade pelo aumento do desemprego, do sistema econômico como um todo para a “natureza” individual dos excluídos. Assim, resta claro que o atual lugar reservado para estes indivíduos, flutuantes na estrutura social, é o de microempreendedor individual, que deve ser interpretado como o último acento no “carro do progresso”, aqui expresso pela figura alegórica criada por Bauman (2005, p. 24).

Neste aspecto em especial, percebemos uma espécie de retorno a um dos motivos mais caros ao liberalismo clássico, ou seja, à ideia de natureza humana, com a consequente ênfase na responsabilidade individual. Esta volta à ideia de natureza humana encontra-se manifesta em expressões que emergem no atual cenário e cujo uso é cada vez mais freqüente sob a dinâmica do *ethos* empreendedor. Imperativos como: “*ter espírito empreendedor*”, “*estar motivado pela competição*”, “*dever de sucesso e de conquistas grandiosas*” ou mesmo motivações psicológicas como o “*desejo de realizar algo*”, tornam-se discursos legitimadores da transferência de responsabilidade pela promoção da inclusão social do sistema político-econômico para o próprio indivíduo.

Do ponto de vista histórico, a passagem do capitalismo liberal clássico para o capitalismo monopolista representou um declínio do papel do indivíduo em várias esferas. Nesta nova forma de organização econômica, o indivíduo perdeu gradualmente sua “individualidade”, compreendida como sua capacidade de livre iniciativa e mesmo sua autoridade social, como observado pelos teóricos da Escola de Frankfurt (MARCUSE, 1982: 23-24.). No entanto, após a crise do capitalismo monopolista, a partir da década de 1970, e do fim do “socialismo real”, em fins da década de 1980, assistimos à recuperação de diversos elementos fundamentais do pensamento liberal clássico.

Conhecido como neoliberalismo, o pensamento hegemônico desde então, vem resgatando a defesa da importância do indivíduo, da individualidade e da livre iniciativa. Entretanto, esta “nova individualidade” postulada pode ser caracterizada apenas como uma pseudo-individualidade, se levarmos em conta o seu perfeito “acoplamento” na cadeia produtiva, seu controle pelos grandes conglomerados econômicos, interessados no aumento da extração predatória de mais-valia indireta a partir de seus “empreendimentos” individuais.

Considerações finais

Vimos que, sob a forma atual do microempreendedor individual, vem sendo amplamente difundida aquilo que denominamos de razão empreendedora. Procuramos ressaltar as contradições que acompanham seu processo de implantação, sobretudo no que se refere ao contexto brasileiro, a partir do baixo impacto no desemprego estrutural e na informalidade, bem como da ausência de promoção de qualquer forma de inserção social mais efetiva e, conseqüentemente, do distanciamento completo dos direitos que antes serviam para garantir algum *status* de cidadão.

Não menos importante é perceber que, precisamente no momento em que o capitalismo enfrenta uma de suas maiores crises, o discurso oficial procura sustentar que o empreendedorismo consiste em ótima oportunidade que o trabalhador tem para tornar-se empresário (i.e., dono do próprio negócio), como forma de solucionar três questões ao mesmo tempo: seu desemprego, sua exclusão e sua cidadania perdida.

Uma crítica a tal discurso se justifica na medida em que o empreendedorismo não se apresenta apenas como defesa de uma tese estritamente econômica, mas, de forma mais ampla e profunda, como uma tese social, isto é, assume um caráter de projeto social e político, com sérias conseqüências para a esfera pública. É interessante notar que, justamente no momento em que o Estado bate em retirada em relação às questões mais básicas da cidadania, a lógica do mercado se propõe, por meio da ideologia empreendedora, a trazer soluções justamente para estas e outras questões tradicionalmente pertinentes às funções do Estado. Dessa maneira, o recente culto ao empreendedorismo, como bem observou Giovanni Alves (2011), acaba por revelar que a lógica do mercado, ao se universalizar, pretende gerenciar a totalidade da vida social.

Nestes termos, o empreendedorismo apresenta-se como aparente “solução” ou superação da contradição capital / trabalho. Na atualidade, os indivíduos produtivos não mais constituiriam uma classe trabalhadora / operária, mas sim, uma classe “empreendedora”, para a qual as únicas metas e valores seriam aqueles que conduzem ao sucesso econômico. Esse processo fica evidente no momento em que o trabalhador (microempreendedor individual) deixa de se perceber como empregado, passando a se ver como “empresário”, o que resulta em uma evidente perda da consciência de classe, que é capaz de torná-lo um oposto de si mesmo.

O que fica velado, neste processo, é o quanto a disseminação dessa concepção ideológica se enquadra em uma estratégia mais ampla de exploração/dominação destes trabalhadores pela totalidade do sistema econômico global. Este, ao contrário do que sustenta seu discurso oficial, ainda depende de sua atividade produtiva e, conseqüentemente, da produção de mais-valia por parte destes indivíduos, processo que pode ser percebido na oportuna observação de Francisco J. S. Teixeira, na medida em que:

As grandes corporações contam hoje com uma rede de pequenas microempresas, espalhadas ao seu redor, que têm como tarefa fornecer os inputs necessários para serem transformadas em

outputs, por aquele monstro mecânico [i.e., a empresa toyotista]. Além disso, essas grandes unidades de produção contam com um enorme contingente de trabalhadores domésticos, artesanais, familiares, que funcionam como peças centrais dentro desta cadeia de subcontratação. Constituem-se todos em fornecedores de trabalho “materializado”, porque, agora, a compra e a venda da força de trabalho são veladas sob o véu da compra e venda de mercadorias semi-elaboradas. (1996: 69)

Essa mesma dinâmica também foi objeto de pesquisa realizada por Maria Aparecida Alves e Maria Augusta Tavares, ao observarem que

O indivíduo que se auto-emprega, mesmo que a sua atividade não seja interior à produção capitalista, não é nem autônomo nem capitalista. Tal qual um assalariado, o produto de seu trabalho será enlaçado pela lógica do capital. O mercado é o ponto para o qual todos convergem e no qual todas as pseudo-autonomias se dissolvem. Por mais independente que o indivíduo imagine ser, o produto do seu trabalho terá, em algum momento, de se confrontar com outros, no mercado, onde cada troca imprime a presença da mais-valia, expressando, portanto, a oposição do capital à capacidade viva de trabalho. (2006: 441)

Duas consequências podem ser extraídas desse processo, pois além do incentivo à atividade econômica individual como forma de sobrevivência, verifica-se que, pelo mesmo discurso, de uma incipiente cidadania, as classes trabalhadoras foram levadas à ideia de consumo como meta final da vida humana, mesmo quando o acesso a bens de consumo apresenta-se como limitado. Os indivíduos destas classes são “convencidos” a passarem de cidadãos (com todas as consequências políticas e ideológicas inerentes a este tipo de cidadania) a consumidores distraídos, no quadro da passagem do Estado de bem-estar social (de Seguridade Social) para o Estado fornecedor de bens.

O modelo clássico do cidadão-consumidor do Estado de bem-estar social, com toda a estrutura que garantia um mínimo de segurança individual e coletiva, é agora substituído pelo simples consumidor atomizado e quase inteiramente desprovido daquelas estruturas de segurança social. De sociedade de consumo que pretendeu a incorporação maciça das classes trabalhadoras (e também consumidoras), usufruindo dos benefícios da produção, passamos a uma sociedade de consumidores, que se distraem ao terem acesso aos bens de consumo atualmente produzidos (ainda que de baixa qualidade e só por meio do crédito), enquanto lhes são subtraídos os antigos elementos de seguridade social.

O novo sujeito consumidor do capitalismo neoliberal (inteiramente fascinado pelo fetichismo do consumo) se distrai enquanto seus direitos mais fundamentais seguem sendo paulatinamente retirados. A distorção da representação da consciência do indivíduo fica evidenciada tanto no momento em que ele compra bens de consumo imediato aos quais antes não tinha acesso, quanto no momento em que ele consegue, ainda que minimamente, acessar bens de melhor qualidade. No decorrer deste processo, a retirada dos elementos de cidadania, representados pela formalização de sua atividade produtiva e pelos direitos sociais derivados desta formalização, torna-se invisível aos seus olhos. O fetichismo do consumo é hoje o palco mais visível da luta de classes de outrora. Mas, ao mesmo tempo, ele individualiza os produtores e consumidores, destrói a

experiência de uma esfera pública comum e acessível a todos, bem como diminui o espaço de autonomia do indivíduo com respeito às determinações materiais de sobrevivência.

Devemos enfatizar que não há na ideologia empreendedora qualquer potencial emancipatório ou preocupação com o bem-estar coletivo, mas tão somente a manutenção da dependência e do estado de luta pela sobrevivência imediata, transferindo e responsabilizando o próprio indivíduo pelo seu “sucesso” ou “fracasso” nesta luta. Tal dinâmica revela-se perigosa, na medida em que a luta permanente pela sobrevivência imediata parece realizar a metáfora idealizada por Walter Benjamin (1994: 229-230) de “eterno tempo presente”, materializada em uma espécie de abolição do futuro, que vem sendo vivenciado, não por acaso, justamente por aqueles que mais razões teriam para questionar e transformar o mundo concreto e objetivo atual.

Referências

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ALVES, Maria Aparecida ; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 425-444.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. Trabalho e economia solidária: crítica ao empreendedorismo como possibilidade histórica. In: FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon e ALMEIDA, Carla Cristina Lima de (Orgs.). *Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 79-98.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).
- CALDEIRA, Ilton. “Economia informal pode ensinar muitas lições ao mundo em crise.” IG São Paulo, em 14/02/2012. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/empresas/comercioservicos/funileiro+cabeleireira+e+jardineiro+saem+da+informalidade/n1300021742816.html>. Acesso em: 14/02/2012.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CASTRO, Carla Appollinario de. *Das fábricas aos cárceres: mundo do trabalho em mutação e exclusão social*. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. SETEMBRO/2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=140509. Acesso em: 25/11/2011.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos; 13).
- CHIAVENATO, Idalberto. *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilização de novas empresas: um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DANTAS, Edmundo Brandão. “Empreendedorismo e intra-empreendedorismo: é preciso aprender a voar com os pés no chão”. In: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. s/d. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/dantas-edmundo-empreendedorismo.pdf>. Acesso em: 02/02/2011.
- DOLABELA, Fernando. *Sonhos e riscos bem calculados: o que é e o que faz o empreendedor*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- _____. *Oficina do empreendedor*. Rio de Janeiro: Sextante, 2008a.

- _____. *O segredo de Luísa*. Rio de Janeiro: Sextante, 2008b.
- _____. *Pedagogia empreendedora*. São Paulo: Cultura, 2003.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Unesp; Boitempo, 1997.
- FALCÃO, José de Moraes. “O espírito empreendedor e a alma do negócio”. 2008. Disponível em: <http://www.sitedoempreendedor.com.br/artigos.php/downloads/baile.pps?acao=exibir&id=1007>. Acesso em 1/02/2011.
- GIFFONE, Carlos. “Taxa de desemprego sobe para 9,5% em janeiro, mostra Dieese-Seade”. Valor Online, em 29/02/2012. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/taxa-de-desemprego-sobe-para-95-em-janeiro-mostra-dieese-seade/n1597657184768.html>. Acesso em: 29/02/2012.
- GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2007.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- _____. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1994.
- IPEA. “Desemprego e desigualdade no Brasil metropolitano”. Comunicado nº 76, publicado em 10/02/2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110210_comunicadoipea76.pdf. Acesso em: 02/03/2011.
- IPEADATA. Taxa de Informalidade II. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 25/11/2011.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- LOPES, Ana Lúcia. “Pedagogia empreendedora é instrumento de transformação cultural. Jornal “A Tarde”, em 20/01/2008. Disponível em: <http://www.starta.com.br/#!/items/20100222112012578>. Acesso em 1/02/2011.
- MACÁRIO, Epitácio. “Produção destrutiva e seus efeitos sobre o trabalho”. *Reunião Anual da ANPED*, nº 25, Trabalho, Caxambu, 2002. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/epitaciomacariot09.rtf. Acesso em: 05/01/2009.
- MALAGUTI, Manoel L. *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- PBE - PROGRAMA BRASIL EMPREENDEDOR. Apresentação. Disponível em: <http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/proAcao/proBraEmpreendedor/proBraEmpreendedor.php>. Acesso em: 05/02/2011.
- PBE - PROGRAMA BRASIL EMPREENDEDOR. Dados. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/proAcao/proBraEmpreendedor/priEixPrograma.php>. Acesso em: 05/02/2011.
- POCHMANN, Marcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 59-73.
- PNUD. *Desencadeando o empreendedorismo: o poder das empresas a serviço dos pobres*. Relatório para o Secretário Geral das Nações Unidas. Março/2004. Disponível em: http://www.undp.org/cpsd/documents/report/portuguese/foreword_p.pdf. Acesso em: 20/01/2011.
- PORTAL DO EMPREENDEDOR. Acumulado Mês/Dia - Inscritos Total. 07/03/2011. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/formalize/index.html>. Acesso em: 07/03/2011.
- PORTAL DO EMPREENDEDOR. “Benefícios”. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/beneficios/index.htm>. Acesso em: 03/02/2011.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961a.

- _____. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961b.
- SEBRAE-SP. “Empreendedorismo na sala de aula”. Portal SEBRAE-SP de Notícias, em 27/10/2009. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/PortalSebraeSP/Noticias/Noticias/Multissetorial/Paginas/Empreendedorismonasaladeaula.aspx>. Acesso em: 05/02/2011.
- TAVARES, Dilma. “2011 termina com 1,8 milhão de empreendedores individuais formalizados”. Agência Sebrae de Notícias, em 06/01/2012. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/noticias/noticia197.php>. Acesso em: 07/01/2012.
- _____. “Bancos oferecem linhas especiais para empreendedores”. Agência Sebrae de Notícias, em 13/04/2011. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/noticias/noticia196.php>. Acesso em: 15/04/2011.
- _____. “Brasil ganha 81,6 mil novos empreendedores em janeiro”. Agência Sebrae de Notícias, em 01/02/2011. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/noticias/noticia149.php>. Acesso em: 20/02/2011.
- TAVARES, Maria Augusta. “Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista”. In: Revista Outubro, nº 7. São Paulo: 2002, p. 49-60. Disponível em: <http://www2.fae.edu/galeria/getImage/1/361633460249798.pdf>. Acesso em: 03/05/2011.
- TEIXEIRA, Francisco José S. *Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo*. In: TEIXEIRA, Francisco José S. e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva - as novas determinações do mundo do trabalho*, São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1996.
- ZIZEK, Slavoj (Org.). O espectro da ideologia. In: *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 9. Também disponível em: http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/outros/tx_zizek_001.htm. Acesso em: 30/03/2009.

**IMPACTOS DA INSERÇÃO DE MULHERES EM OCUPAÇÕES CONSIDERADAS
MASCULINAS: FRENTISTAS E POLICIAIS FEMININAS DE MONTES CLAROS –
MG**

FERREIRA, Maria da Luz Alves.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social
Universidade Estadual de Montes Claros
mariadaluz@oi.com.br

Resumo

O texto tem como objetivo analisar os impactos da inserção de mulheres em profissões que são representadas como ocupações masculinas, como as frentistas e as policiais femininas, que exercem suas atividades na cidade de Montes Claros – MG. O intuito foi verificar como estas trabalhadoras representam e são representadas pelos colegas do sexo masculino, quanto às suas atividades profissionais. A perspectiva teórica que ampara este trabalho é oriunda de autores relacionados à Sociologia do trabalho e gênero. Quanto à perspectiva metodológica adotada, utilizaram-se as técnicas quantitativa e qualitativa, o que contribuiu para análises que possibilitaram conhecer as várias nuances das relações sociais de gênero no contexto do trabalho. Os principais apontamentos concluintes foram que as mulheres apresentam, visivelmente, níveis de escolaridade superiores aos dos homens e o paradoxo que se estabelece é que, ainda assim, persistem diferenças importantes de remuneração: os homens recebem salários mais altos do que as mulheres. Assim, pode-se inferir que, apesar dos avanços no mercado de trabalho, das mulheres terem acesso a atividades tradicionalmente tidas como masculinas, em relação às representações sociais, ainda há uma diferenciação entre homens e mulheres, fato que impacta a inserção das mulheres em ocupações “masculinas”.

Palavras-chave: trabalho feminino, relações sociais de gênero, ocupações masculinas e segregação ocupacional por sexo.

Abstract

The text aims to analyze the impacts of inclusion of women in professions that are represented as male occupations such as service station attendants and female officers who exercise their activities in the city of Montes Claros - MG. The objective was to determine how these workers represent and are represented by male colleagues, and their professional activities. The theoretical perspective that supports this work the authors are related to sociology of work and gender. As a methodological approach adopted, we used the technique quantitative and qualitative technique, which contributed to analyzes that allowed knowing the various nuances of the social relations of gender in the workplace. The major points that came up was that women, visibly present levels of education than men and the paradox that is established is that still remain important differences in remuneration: men receive higher salaries than women. Thus, we can conclude that despite improvements in the labor market, women have access to activities traditionally viewed as male activities, in relation to social representations, there is a differentiation between men and women, a fact that impacts the inclusion of women in occupations taken as masculine.

Keywords: female labor, social relations of gender, male occupations and occupational segregation by sex.

INTRODUÇÃO

Este texto foi construído a partir dos resultados da pesquisa “*Ainda precisamos avançar? Os impactos da inserção de mulheres em ocupações consideradas masculinas: as frentistas e as policiais femininas de Montes Claros – MG*” e tem como objetivo analisar os impactos da inserção de mulheres em profissões que são representadas como ocupações masculinas. O intuito é de verificar como as policiais femininas e as frentistas que trabalham nos postos de combustíveis da cidade, representam e são representadas pelos colegas do sexo oposto, quanto às suas atividades profissionais, bem como se, no imaginário dos referidos trabalhadores – homens e mulheres – está havendo uma invasão do território masculino (na Polícia Militar e nos postos de combustíveis) por parte das policiais femininas e frentistas.

A perspectiva teórica utilizada

Os estudos de gênero

A partir do final dos anos 80, uma nova terminologia passou a ser utilizada nos estudos sobre a mulher: estudo de gênero. *Suárez* (2000) situou a categoria gênero entre os polos do essencialismo biológico e do construcionismo social, não optando pela defesa de um ou do outro. Para ela, a literatura em temática optou pela desconstrução do conceito de sexo (como diferença sexual), em favor da construção social do sexo. Assim, o biológico é o primeiro dado e serve para classificar os seres humanos como machos ou fêmeas. Já a construção social, a identidade do gênero masculino e do feminino dependerá de cada cultura. Então, ser homem ou ser mulher não se reduz apenas aos caracteres sexuais, mas, fundamentalmente, a uma série de atributos morais e comportamentais que são socialmente produzidos e compartilhados.

As desigualdades de gênero no contexto do trabalho

Foi, sobretudo a partir da década de 70, marco do crescimento da força de trabalho feminina, que a Sociologia do Trabalho incorporou em suas pesquisas a temática da divisão sexual do trabalho e a discussão sobre a divisão social do trabalho. A partir de então, o trabalho deixa de ser um elemento sem sexo, para se transformar em uma categoria sexuada, ou, como define Souza-Lobo (1991), de dois sexos distintos.

Até o presente momento, as discussões em torno da temática do trabalho feminino, apesar de destacarem a importância da variável sexo como elemento na divisão do trabalho, reforçavam o argumento da diferença biológica e naturalizante como fator determinante das relações de trabalho entre homens e mulheres e, conseqüentemente, afirmavam a inferioridade da mulher no mercado de trabalho (Bruschini, 1997).

Nas últimas décadas, as análises em torno da divisão sexual do trabalho têm incorporado a dimensão do gênero. Esta incorporação apresenta um efeito desmistificador da divisão do trabalho, como uma questão meramente econômica, dividida entre os sexos - masculino e feminino - assumindo que é, além de tudo, uma dimensão simbólica e cultural que só poderá ser satisfatoriamente explicada a partir do uso da categoria gênero.

Em relação ao mercado de trabalho, um aspecto importante é a mudança no conceito do trabalho que, antes dos anos 70, era entendido apenas como trabalho remunerado ou produtor de bens alocáveis ao mercado. Com a incorporação da atividade doméstica, também como categoria analítica, ocorreu a ampliação do debate sobre as várias interfaces do trabalho, ou seja, trabalho realizado para o mercado, trabalho realizado no espaço doméstico, trabalho de homens e trabalho de mulheres.

As discussões na Sociologia do Trabalho passaram a ser feitas em torno de questões como a construção de identidades pelo trabalho, que configurou o trabalho feminino com menor valor real e simbólico em relação ao masculino e também a oposição masculino-feminino. A partir de então, o mercado de trabalho passou a retratar as discriminações sofridas pelas mulheres na esfera pública, incentivando, apesar de algumas mudanças, a persistência da diferença entre o trabalho de homens e mulheres.

Com a inserção das trabalhadoras no mercado, a tendência verificada é a de segregar as mulheres em determinados setores industriais e em algumas ocupações específicas. Por exercerem, na maioria das vezes, funções definidas como menos qualificadas, as mulheres percebem um rendimento menor, sendo sempre mantidas, hierarquicamente, em posição inferior à dos homens e, geralmente, em condições precárias de trabalho. O que se verifica é que, embora as mulheres tenham ocupado determinados espaços importantes, em termos de rendimentos, isso não traduz em alteração. Pois, como afirma Bruschini (1997), a tendência no Brasil é pela persistência das desigualdades salariais entre os sexos.

Com relação à precariedade do trabalho feminino, um aspecto a ser destacado é que, com as mudanças no mundo do trabalho decorrentes da especialização flexível, as mulheres têm sido requisitadas (mais do que os homens) para executarem atividades que exigem habilidades naturalizadas (ligadas aos saberes femininos), como destreza manual, atenção a detalhes e paciência para realizar trabalhos repetitivos. Entretanto, essas habilidades não são consideradas como qualificação, fazendo com que as trabalhadoras continuem sendo submetidas a salários inferiores aos dos homens.

Pesquisas mais recentes, sobre trabalho de mulheres enfatizam o substancial crescimento do ingresso da força de trabalho feminina nos postos de trabalho, mesmo que não caracterize mais uma alternância, devido à interrupção da carreira profissional da mulher, em função da maternidade e retorno após o crescimento dos filhos. Não tem havido, entretanto, mudanças na forma como as mulheres se inserem no mercado, muito menos transformações no sentido de promover a igualdade salarial entre as profissões masculinas e femininas. Verifica-se a presença massiva de mulheres em condições de trabalho precário, sem carteira assinada e com instabilidade no trabalho.

Na verdade, o que se verifica é um paradoxo: por um lado, uma tendência inovadora, que é a conquista de melhores empregos pelas mulheres com maior escolaridade; por outro lado, a predominância dos guetos femininos, ou seja, “ocupações com elevada concentração de

mulheres, bem como de desigualdades salariais entre os trabalhadores de ambos os sexos, mesmo nos bons empregos” (Bruschini e Lombardi, 2003, p.323).

Hirata (1998) defende a tese de que a baixa valorização do trabalho da mulher em relação ao trabalho do homem é relacionada a dois fatores interligados: a divisão sexual do trabalho e as relações sociais entre os gêneros. Sobre a divisão sexual do trabalho, a autora afirma que os homens, ao se representarem e serem representados como os principais executores de outras atividades produtoras de rendimentos, são dispensados do trabalho doméstico; já as mulheres, por desejarem e/ou necessitarem ingressar no mercado de trabalho, têm que fazer a articulação com o trabalho doméstico.

Para Bruschi e Lombardi (2003), os fatores explicativos do aumento da contratação da mão-de-obra feminina são as mudanças ocorridas no país, sobretudo, depois dos anos 70, e que podem ser compreendidas pelas transformações de ordem demográfica, social e cultural, que afetaram não só as mulheres, mas o conjunto das famílias.

As autoras enumeram alguns fatores explicativos em relação à participação das mulheres no mercado de trabalho:

1. A queda da fecundidade, que reduziu o número de filhos por mulher, nas cidades mais desenvolvidas, liberando as mulheres para os postos de trabalho;
2. A expansão da escolaridade (especialmente de cursos superiores), que viabilizou o acesso das mulheres ao mercado de trabalho em novas ocupações;
3. As transformações culturais nos valores relativos ao papel social da mulher, impactado pela atuação do movimento feminista;
4. A alteração da constituição da identidade feminina voltada para o trabalho produtivo, resultante da atuação das mulheres nos espaços públicos.

Para as autoras, o trabalho feminino é marcado por mudanças e persistências. Apontam como mudanças a alteração do perfil de trabalhadoras dos anos 1980, que era composto geralmente por jovens, solteiras e sem filhos, passando a ser integrado por mulheres mais velhas, casadas e com filhos.

Portanto, a responsabilidade de cuidar dos filhos, tradicionalmente reconhecida como atividade feminina, não se constitui mais em empecilho para o ingresso das mulheres nos postos de trabalho. A maior participação pode ser explicada tanto pela necessidade de complementar a renda familiar como pela elevação da escolaridade, que qualifica as mulheres para competirem no mercado, embora persistam ainda piores condições para o trabalho feminino.

Metodologia

No que tange à perspectiva metodológica adotada, a intenção foi combinar as técnicas quantitativa e qualitativa, o que contribuiu para análises que possibilitaram conhecer as várias nuances das relações sociais de gênero no contexto do trabalho. Na parte quantitativa foi feito um levantamento do número de trabalhadores (homens e mulheres) que trabalham na Polícia Militar e nos postos de combustíveis de Montes Claros – MG.

Na parte qualitativa, foram realizados quatro grupos focais com homens e mulheres que trabalham como frentistas e como policiais na referida cidade. O roteiro para a realização dos grupos foi previamente elaborado e as questões versavam sobre aspectos relativos aos objetivos da pesquisa.

O mercado de trabalho em Montes Claros-MG a partir da análise de ocupações “masculinas” preenchidas por mulheres

As categorias utilizadas para analisar as dimensões de gênero dentro do mercado de trabalho e, sobretudo, as discrepâncias salariais e de condições de trabalho entre homens e mulheres foram operacionalizadas neste trabalho pela análise da situação de mulheres com ocupações consideradas masculinas.

O universo empírico da pesquisa foi constituído por policiais militares e frentistas de postos de combustíveis da cidade de Montes Claros-MG.¹ No caso dos policiais, foram selecionadas casualmente pessoas do quadro efetivo da AISP 99 e no que respeita os frentistas, foi feito o levantamento de todos os postos e selecionados aqueles em que constam homens e mulheres trabalhando no atendimento ao público. Os dados ora apresentados e que recebem tratamento quantitativo, quando se trata de traçar o perfil dos entrevistados, foram coletados in loco, através de aplicação de questionário, em fase preliminar à realização da pesquisa qualitativa. Por não adotar, portanto, nenhuma espécie de amostragem probabilística, já que não se intenciona generalizações dos resultados obtidos, o critério de escolha dos sujeitos da pesquisa se deu de forma a proporcionar uma efetiva comparação em relação ao objetivo do estudo, qual seja averiguar as disparidades verificadas entre homens e mulheres no mercado de trabalho, especificamente com relação às mulheres que têm ocupações consideradas “masculinas”.

¹ Não foram considerados os policiais nem os frentistas de todo o município de Montes Claros, mas apenas o que trabalham no perímetro urbano do município.

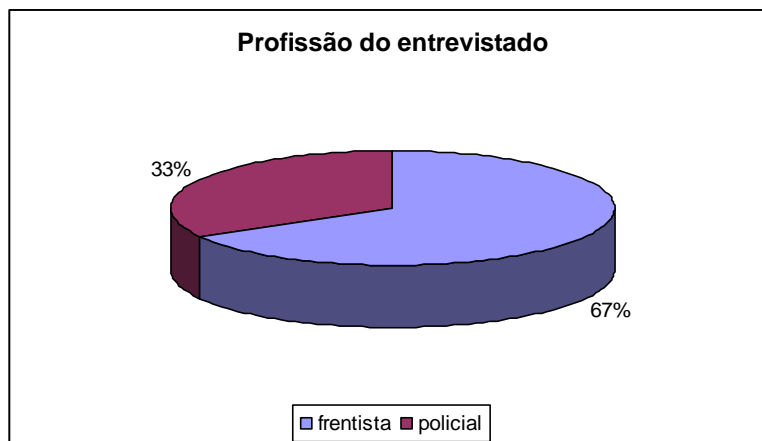


GRÁFICO 1 – Profissão dos entrevistados
 FONTE: Pesquisa de campo – Montes Claros/2010

No gráfico 1 é apresentado o universo de pesquisa, sendo 67% dos entrevistados frentistas – homens e mulheres que atuam no atendimento dos postos de fornecimento de combustíveis – e 33% policiais militares, de ambos os sexos, que integram a Área Integrada de Segurança Pública (AISP) 98. É posto que houvesse um equilíbrio quanto à participação de homens e mulheres na pesquisa, independente do grupo referenciado.



GRÁFICO 2 – Sexo dos entrevistados
 FONTE: Pesquisa de campo – Montes Claros/2010

A participação da mulher no mercado de trabalho sofreu alterações consideráveis nos últimos tempos, sobretudo na década de 1970. Uma questão que merece relevo é que essa inserção não faz com que a mulheres deixem de desempenhar suas funções como mães, donas de casa e principais responsáveis pela administração do lar. Isso pode explicar, ao menos em parte, a complexidade da participação da mulher no mercado do trabalho em comparação com os

homens. O pressuposto de que o número de mulheres no mercado de trabalho tem aumentado é confirmado pelo efetivo policial, como demonstrado pelo gráfico 3.

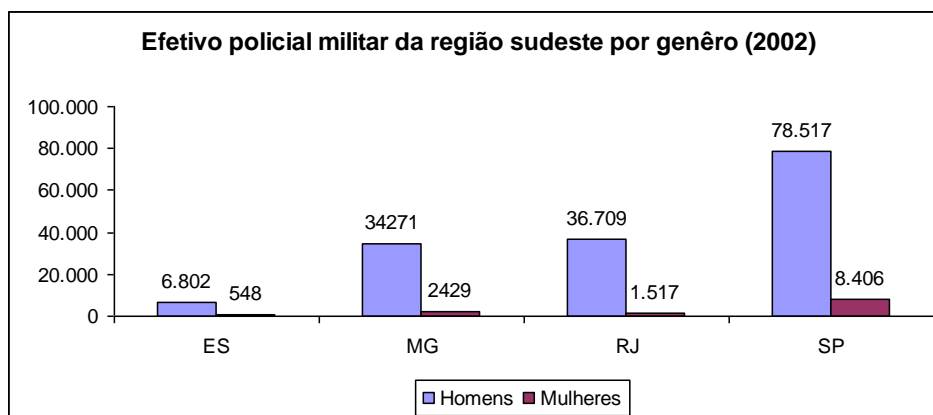


GRÁFICO 3 – Efetivo policial militar da região sudeste por gênero 2002

Fonte: Adaptado de Musumeci e Soares, 2004.

Quando se trata da construção de parâmetros que retratem as nuances da desigualdade de gênero com relação ao mercado de trabalho, a variável educação é tida como parâmetro central para se estabelecer as possíveis relações. Na faixa de nível de escolaridade mais baixa não há nenhuma mulher. Todas, portanto, têm escolaridade superior nessa faixa e entre os homens, 10,5% têm ensino fundamental. No nível médio, é possível perceber que não existe grande discrepância entre homens e mulheres. Com ensino médio incompleto, homens e mulheres perfazem 10,5% e 11,8% respectivamente. Com médio completo, há 47% das mulheres e 57,9% dos homens. Quando se trata de ensino superior, 35% das mulheres encontram-se cursando algum curso e apenas cerca de 5% dos homens estão matriculados nesse nível. Com o curso superior completo, no entanto, não há nenhuma mulher avançando para pós-graduação, há 10,5% e 5,9% dos homens e mulheres como consta no gráfico 3.

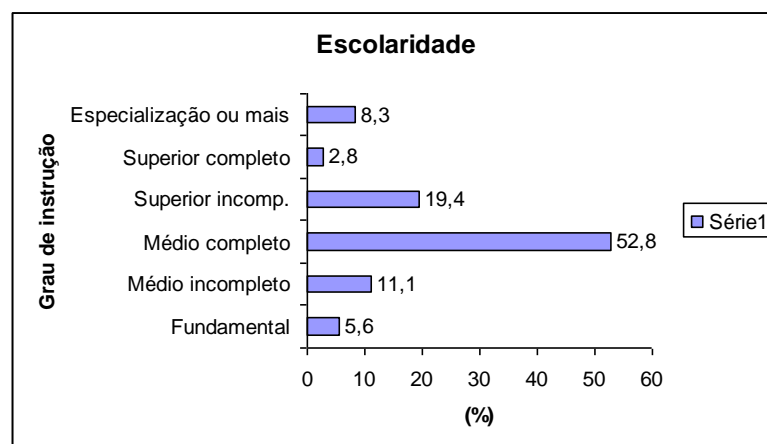


GRÁFICO 4 – Escolaridade dos entrevistados

FONTE: Pesquisa de campo – Montes Claros/2010

Os dados do estudo apresentam a mesma tendência dos dados referentes a todo o país: a verificação de melhores condições das mulheres em relação aos homens em todos os indicadores educacionais. (IPEA, 2008). A questão a ser ressaltada nesse sentido é que a vantagem das mulheres na educação não se traduz em maior ocupação no mercado de trabalho, postos mais qualificados e maiores salários. As intensas disparidades, nesse sentido, evidenciam que o aumento do nível de escolaridade das mulheres não se reverteu em aumento de salários. Mesmo com 15 anos ou mais de escolaridade, os salários das mulheres representam apenas 61% dos salários dos homens (idem).

Ao se comparar escolaridade sobre a ótica da divisão sexual, o que se percebe é uma maioria masculina em quase todos os segmentos, exceto no nível superior onde o percentual feminino chega a ser 6 vezes maior que o masculino.

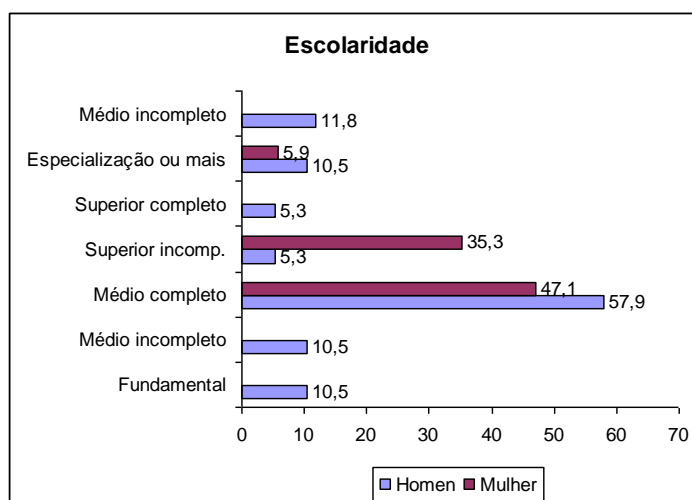


GRÁFICO 5 – Escolaridade dos entrevistados

FONTE: Pesquisa de campo – Montes Claros/2010

Quanto ao estado civil, nota-se uma maioria de solteiros, representando 55% do universo de pesquisa. Apenas 3% declaram união estável e 42% são casados – o que mostra uma equivalência relativa entre solteiros e casados.

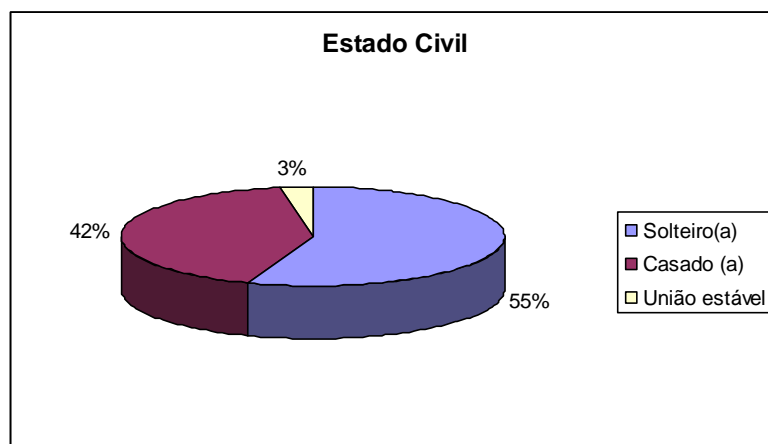


GRÁFICO 6 – Estado civil dos entrevistados
 FONTE: Pesquisa de campo – Montes Claros/2010

Na comparação feita entre sexo e estado civil dos entrevistados o que se apresenta é um número muito maior de mulheres solteiras, representando 70,6% das mulheres da amostra. Quanto aos homens, os casados são maioria apresentando 52,6% dos homens da amostra. Os homens que declararam ter união estável representam 5,3% do total de homens.

Este gráfico representa uma variável dependente da apresentada acima, onde o grupo que declara ser casado aponta se o(a) companheiro (a) tem a mesma profissão. Destes, 44% não compartilham a mesma profissão com seus(uas) companheiros (as) e 14% tem a profissão em comum.

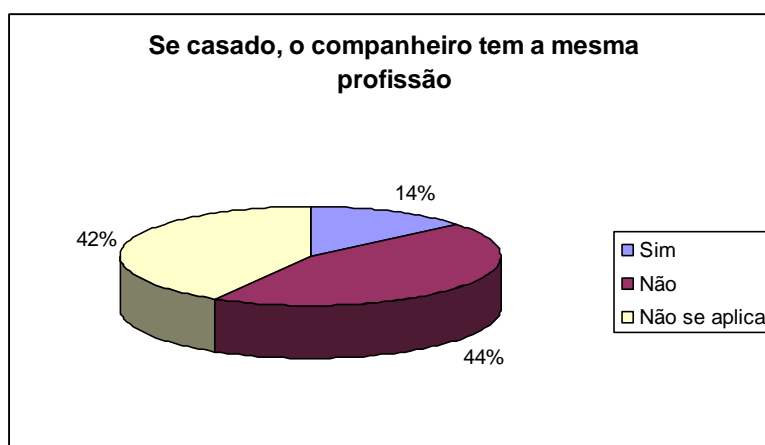


GRÁFICO 7 – Profissão dos companheiros dos entrevistados
 FONTE: Pesquisa de campo – Montes Claros/2010

Em relação ao tempo de trabalho na profissão pesquisada – frentistas e policiais, a maioria declara ter entre 1 a 5 anos de atuação. É notado também que uma parcela representativa tem entre 5 ou mais anos de atuação na profissão atual, sendo 36,1%.

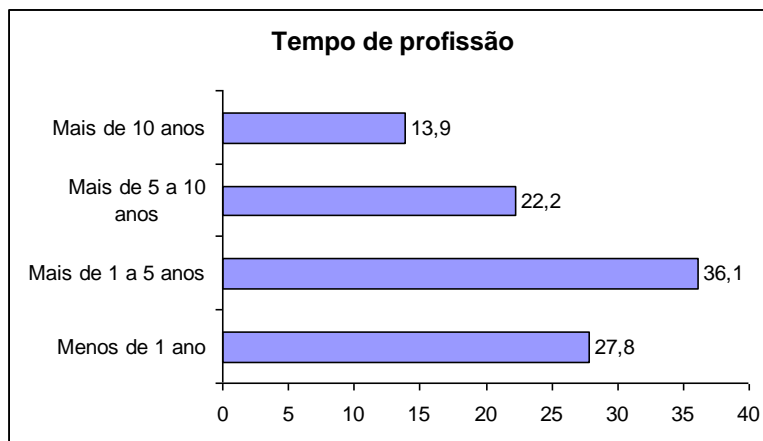


GRÁFICO 9 – Tempo de Profissão dos entrevistados

FONTE: Pesquisa de campo – Montes Claros/2010

Quanto à ocupação anterior dos entrevistados, a categoria frentista apresenta uma maior variedade de profissões, enquanto nos policiais militares, o que se evidencia é que 50% da amostra não exerceram outra ocupação, enquanto apenas 33% dos frentistas não declaram uma ocupação anterior.

Uma variável considerada para o estudo de disparidade entre homens e mulheres é a ocupação de cargo de chefia. Nos casos analisados, nenhuma mulher, nem policial nem frentista está nessa condição, ao passo que 15% dos homens entrevistados exercem funções de chefia.

Um contraponto que pode ser considerado em relação à ocupação de cargo de chefia é o trabalho doméstico remunerado. Essas ocupações geralmente possuem baixo valor social e são predominantemente de mulheres. Entre a população masculina ocupada, apenas 0,9% de homens exerciam trabalho doméstico remunerado em 2006 no Brasil. Em contrapartida, 16,5% de mulheres exerciam esse tipo de trabalho. Desta forma, é possível afirmar que o trabalho doméstico remunerado ainda se constitui como um espaço de atuação predominantemente de mulheres no Brasil. (IPEA, 2008). As mulheres, portanto, ainda são mais relacionadas ao trabalho doméstico e na produção para próprio consumo e trabalho não remunerado, enquanto os homens ocupam mais postos com carteira de trabalho assinada e de empregador.

Dos profissionais entrevistados, apenas 8% declaram ocupar cargo de chefia. A grande maioria, 92% dos entrevistados, não exerce função de chefia.

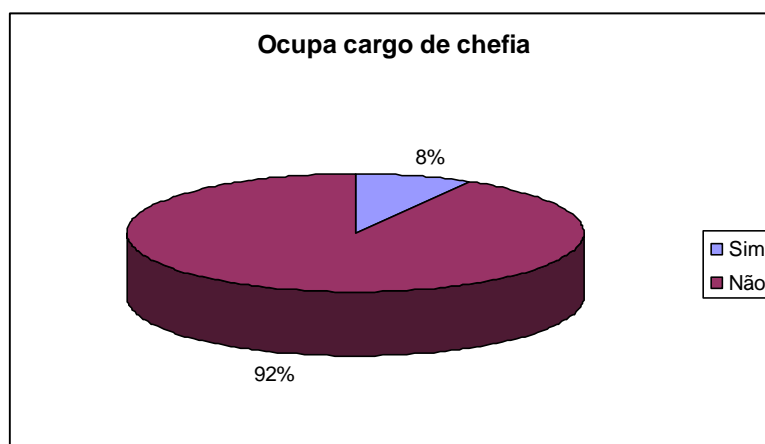


GRÁFICO 11 – Ocupação de cargo de chefia
 FONTE: Pesquisa de campo – Montes Claros/2010

A mulher, ao longo da história, tem ocupado setores no mercado de trabalho que são definidos com sendo majoritariamente femininos, como saúde, principalmente a enfermagem e a educação, por exemplo. Essas ocupações estão relacionadas à dimensão do cotidiano doméstico das mulheres que cuidam dos filhos e administram a casa em geral. Nesses casos, ou seja, nas áreas em que as mulheres são mais presentes, elas chegam a ter uma renda média 25% superior a dos homens. Por outro lado, em se tratando de áreas em que são maioria, os homens chegam a ganhar até 70% a mais do que as mulheres. (IBGE, 2006). Isso indica que a desigualdade de renda apresenta duas faces: elas são verificadas entre as carreiras e dentro das carreiras. Em ambientes profissionais com maioria de homens, as mulheres, via de regra, ocupam posições mais baixas e subordinadas; e, conseqüentemente, recebem salários inferiores.

A média de renda dos homens é de R\$ 1.463,15, enquanto que a das mulheres é R\$ 1.078,76. É importante ressaltar que as rendas foram consideradas em conjunto, o que justifica um alto desvio padrão, já que a renda de policiais é, consideravelmente, superior à dos frentistas.

Quadro 6 - Média de renda dos(as) policiais e frentistas por sexo

	Homem		Mulher	
	Renda familiar	Renda pessoal	Renda familiar	Renda pessoal
Média	1867,89	1463,15	2270,58	1078,76

Mediana	1500	800	1600	700
Desvio Padrão	1172,80	1335,93	1522,23	625,99
Mínimo	600	565	800	550
Máximo	5500	5500	6300	2100

Fonte: pesquisa de campo – abril de 2010.

Considerando a amplitude da renda, nos extremos também temos a mesma tendência: o maior salário de homens, por exemplo, é o dobro do maior salário das mulheres. Assim, isso vem reforçar os argumentos de Bruschini e Lombarde (2007) que as mulheres ainda ganham menos do que os homens, mesmo exercendo as mesmas funções.

Impactos da inserção de mulheres em ocupações consideradas masculinas: frentistas e policiais femininas de Montes Claros – MG

Nesta seção serão apresentadas as visões dos colaboradores dos grupos focais sobre a inserção de mulheres em ocupações que, tradicionalmente, foram reconhecidas como o lugar de homens. Assim, o objetivo é de mostrar como homens e mulheres que trabalham nos postos de combustíveis e na Polícia Militar na cidade de Montes Claros – MG pensam e representam o fato de mulheres estarem se inserindo e exercendo atividades que até a alguns anos atrás eram espaços exercidos apenas por homens.

As visões dos frentistas masculinos e femininos

Quando questionados como se sentem trabalhando com homens ou mulheres na empresa, verifica-se; pelas respostas, que tanto os homens como as mulheres que exercem a função de frentistas nos postos de combustíveis, declararam se sentirem bem trabalhando ao lado de pessoas do sexo oposto ao seu. A maioria deles ou delas considerou que o local de trabalho é um ambiente harmônico e que não existe distinção entre homens e mulheres dentro do espaço do trabalho.

Em relação à capacidade de homens e mulheres nos postos de combustíveis, as falas mostram que, em geral, os homens consideram que todos têm as mesmas capacidades, entretanto, alguns homens ressaltam as qualidades femininas das mulheres na medida em que consideram que as mulheres são mais frágeis, mais criativas, mas ao mesmo tempo, consideram que algumas atividades são pesadas para elas. As falas abaixo são bem elucidativas para se compreender esta questão.

Tem as mesmas capacidades, só que é um pouco diferente devido ser mulher, para mim o trabalho é mais sério, a mulher é muito companheira (colaborador 12 – homem, frentista).

Bem, acho que tem as mesmas capacidades, mas tem um toque feminino na empresa, sobre a limpeza o toque feminino é outra coisa. (colaborador 10 – homem, frentista).

Tem sim, tem as mesmas capacidades, porém a mulher é mais delicada e o homem mais bruto, rústico. (colaborador 18 - homem frentista).

Acho que não. Às vezes tem algum serviço bruto que não serve para mulher. (colaborador 21 - homem frentista).

Tem as mesmas capacidades, porém entra uma questão física e a mulher sente certa dificuldade para estar executando alguma atividade que exige certo esforço físico, no caso dos postos de combustível e mais complicado para mulher pelo fato de elas serem muito assediadas (colaborador 20 – homem, frentista).

Já as mulheres consideram que não tem diferença entre os homens e mulheres em relação às capacidades. Para elas, homens e mulheres têm as mesmas capacidades, mas algumas também consideram que existem algumas atividades que as mulheres não fazem tão bem quanto os homens devido à própria constituição física da mulher que é diferente do homem.

Sim, acho que capacidade a mulher tem como o homem também tem, mas a mulher não pega peso. Então tem que ter agilidade e atenção. (colaboradora 22 – mulher, frentista).

Acho que tem coisas que a mulher não consegue fazer tão bem quanto os homens, por exemplo, a mulher não consegue trocar o óleo como o homem troca (colaboradora 8 - mulher frentista).

Quando questionados se o fato de ser homem ou mulher ajuda ou atrapalha no desempenho das funções nos postos de combustíveis, as falas mostram que os homens se dividem, há uns que acham que ajuda porque as mulheres são mais cuidadosas, têm mais jeito do que os homens para o exercício de determinadas atividades.

Ajuda, mulher é mais jeitosa em certas coisas do que o homem. (colaborador 19 – homem, frentista).

Esse depoimento mostra que ainda persiste no imaginário dos homens que as mulheres são mais preparadas do que os homens para o exercício de atividades que exigem cuidar de determinada coisa ou de alguém. Isso nos remete à teoria de Suarez (2000) quando ela considera que, desde a infância, mulheres e homens são socializados para determinados papéis sociais. Assim como considera também Aguiar (1996), a mulher é socializada para cumprir a função afetiva, de cuidar da casa, dos filhos e familiares. Já os homens são socializados para

cumprir a função instrumental, ou seja, de prover a família de alimentos, vestuários enfim, de todas as necessidades familiares.

É interessante destacar que mesmo com todas as mudanças no mundo do trabalho e conseqüentemente o ingresso de mulheres em postos de trabalho que antes eram preenchidos exclusivamente por homens, ainda persiste no imaginário dos homens lugar social diferenciado para homens e mulheres. As falas abaixo mostram como os homens pensam em relação ao exercício da função de frentista, ou seja, eles consideram que o fato de ser homem ajuda no exercício de suas atividades nos postos de combustíveis.

Não, tanto como no físico como no mental, às vezes homem tem mais vantagem. (colaborador 17 – homem, frentista).

Eu acho que ajuda, porque, por exemplo, sair daqui para abastecer, trocar óleo exige força. (colaborador 22 – homem, frentista).

Ajuda, homem é melhor de serviço do que as mulheres. (colaborador 15 – homem, frentista).

Já as mulheres pensam de forma totalmente contrária aos homens, elas avaliaram que não existe diferença se for homem ou mulher. Argumentam que se a pessoa tiver alguns atributos como ser esforçada e/ou persistente ela dá conta de exercer as mesmas atividades que as dos seus colegas.

Igual, não vejo diferença entre homem e mulher, acho que os dois trabalham bem, é só ser esforçado ou esforçada. (colaboradora 3 - mulher, frentista).

Igual, no serviço aqui na empresa é tranqüilo tanto para homem quanto para mulher (colaboradora 7 - mulher, frentista).

Um dos objetivos da pesquisa ainda era saber se a pessoa (homem ou mulher) era tratada de forma diferente por causa do sexo. Pelas falas dos colaboradores nem os homens e nem as mulheres são tratados de forma diferente por causa do sexo. Tanto eles quanto elas consideram que, embora o atendimento da mulher seja diferente, inclusive pela “delicadeza” da mulher, a questão do sexo da pessoa não culmina num tratamento diferenciado por parte dos clientes.

Não, com relação a clientes, há brincadeiras, mas não há problema algum. (colaborador 17 – homem, frentista).

Não, cada um tem seu valor, é lógico que o atendimento de mulher é diferente, mas ambos são importantes. (colaboradora 23 - mulher, frentista).

Apenas um colaborador do sexo masculino considerou que no exercício da profissão de frentista o homem trabalha melhor do que a mulher. Isso sugere que ele levou em conta a força física que tem que ser usada para o exercício deste tipo de atividade. Embora a literatura sobre trabalho e gênero considere que as mulheres têm ingressado em atividades que antes eram apenas masculinas, o que se percebe é que, na prática, ainda existe uma segregação do trabalho feminino em relação ao trabalho masculino, ou seja, as mulheres ainda são a maioria em ocupações tidas como eminentemente femininas como recepcionistas, secretárias, enfermeiras etc. (Bruschini e Lombarde, 2003).

Não, eu acho que nesta profissão o homem ainda faz um serviço melhor que a mulher. Tem coisas que e a mulher ainda não dá conta de fazer. Não são todas, mas eu vejo ainda uma grande diferença. (colaborador 14 – homem, frentista).

Os policiais masculinos e femininos

Os policiais masculinos relataram que se sentem bem trabalhando com as policiais femininas, eles argumentam que não existe uma grande diferença entre o trabalho de homens e de mulheres na polícia porque todas as pessoas quando vão ingressar passam por testes físicos que são determinantes para o ingresso na corporação. No momento da realização do grupo focal com os policiais masculinos pôde-se observar que estes nutrem um grande carinho por suas colegas mulheres, por isso todos os componentes do grupo relataram que sentem se bem exercendo atividades com as suas colegas. Apenas um policial considerou a força física como um aspecto que limita o desempenho da atividade feminina na Polícia Militar, mas, no geral, as falas que predominam são aquelas em que os homens se sentem confortáveis trabalhando com mulheres como pode ser observado pelos depoimentos a seguir:

Bom, a experiência de trabalhar com policiais femininas é a mesma coisa de estar com masculino, não vejo diferença nisso até mesmo porque o mesmo treinamento que eu recebo ela também recebe. (colaborador 25 - homem, policial).

Na minha opinião antes existia um grande preconceito com a mulher na polícia, hoje não existe este preconceito, o que existe são limitações ao trabalho feminino aqui, mas pelo fato da força física delas, é visto que as mulheres são imprescindíveis neste serviço. (colaborador 26 - homem, policial).

As policiais também relataram que se sentem bem trabalhando com colegas do sexo oposto uma vez que, para elas, existe uma relação de respeito e harmonia dentro da corporação.

Também pela observação durante a realização dos grupos focais, pôde-se perceber que existe uma relação respeitosa entre homens e mulheres no ambiente da polícia.

Sinto-me satisfeita uma vez que, meu ambiente de trabalho é harmônico não havendo distinção entre homens e mulheres. (colaboradora 32 - mulher, policial).

Sinto-me bem já que sou respeitada e valorizada no meio policial. (colaboradora 31 - mulher, policial).

Embora as policiais relatassem que se sentiam bem dentro do ambiente policial e que existia uma relação harmoniosa com os seus colegas homens, uma policial relatou que existem ainda alguns momentos de machismo dentro da corporação como pode ser observado pelo depoimento abaixo:

Me sinto bem, apesar de alguns momentos ainda machistas (colaboradora 31 - mulher policial).

Quando foram questionadas sobre as capacidades de homens e mulheres no ambiente policial, as policiais, em geral, consideraram que tanto homens como mulheres têm capacidade intelectual para o desempenho da função dentro da polícia. Mais uma vez os policiais argumentaram que a mulher é mais atenciosa para passar as informações para os colegas homens. De novo dá para identificar a representação da mulher como um ser carinhoso e atencioso retornando assim a concepção de lugar social diferenciado de homens e mulheres na sociedade como atesta Suarez (2000).

Tem mulheres que desempenham trabalho melhor que homem, um exemplo disso é pelo fato da mulher quando está na rua e precisamos de informação de certo individuo, ela me passa todas as informações e as características necessárias que facilitam o nosso trabalho. (colaborador 26 - homem, policial).

A mulher tem que estar preparada para entrar na polícia, para usar os equipamentos necessários, isso é válido não só para elas, mas também para os homens. (colaborador 30 - homem, policial).

As policiais femininas, mesmo considerando que todos têm a capacidade intelectual para exercerem as atividades dentro do cotidiano da polícia, ressaltam que dependendo do tipo de atividade a ser executada, às vezes, os homens têm mais capacidades para uma determinada tarefa do que as mulheres e o contrário também pode acontecer.

Capacidade intelectual entre homens e mulheres é igual, mas considero a força física diferenciada, por isso para trabalhar da mesma forma irá depender do tipo de trabalho a ser realizado. (colaboradora 31 - mulher, policial).

A tendência é todos trabalharem da mesma forma. E sim temos capacidades diferentes porque somos diferentes. (colaboradora 34 - mulher, policial).

Direcionando a análise para a questão se o fato de ser homem ou mulher ajuda ou atrapalha no desempenho das funções dentro da corporação, os colaboradores do sexo masculino consideraram que não necessariamente atrapalha pelo fato da pessoa ser de um ou do outro sexo, mas por serem pessoas diferentes, isso influencia o exercício das atividades profissionais. Contudo, eles não consideraram isso como um fator negativo, embora existam limitações físicas para as mulheres exercerem determinado tipo de atividades, eles viam isso como um elemento complementar, ou seja, pelo fato de homens e mulheres serem pessoas diferentes, eles se completam, inclusive no cotidiano da atividade profissional.

Totalmente diferente no geral, e mesmo socialmente elas são diferentes. São diferentes homens e mulheres, porém um completa o outro. (colaborador 26 - homem, policial).

Tem que existir mesmo essa diferença. Não é porque ela entrou neste serviço que ela vai mudar, seu estilo tem que existir. Mas mesmo a mulher sendo diferente o tratamento é igual. (colaborador 29 - homem, policial).

Força física entre homens e mulheres é diferente, porém tecnicamente é a mesma coisa. (colaborador 30 - homem, policial).

As mulheres consideraram que o fato de ser mulher ajudava no exercício de suas atividades já que tem atividade que só a mulher pode realizar, como uma busca numa mulher, por exemplo.

Só ajuda, tendo em vista que tem serviço que só uma policial feminina pode realizar como uma busca pessoal em mulheres. (colaboradora 27 - mulher, policial).

Algumas argumentaram também que o fato de ser mulher, às vezes, dificulta o exercício de suas funções já que muitas vezes são vítimas de preconceito pelo fato da sua condição feminina. Uma possível explicação para esta situação pode ser encontrada na literatura corrente sobre a temática das relações sociais de gênero – discutido no referencial teórico deste relatório – que afirma que homens e mulheres são vistos a partir do lugar social definido previamente para ambos pela sociedade. Assim, embora as mulheres estejam ingressando em áreas que antes eram exclusivamente masculinas tais como: engenharia, medicina, policiais, frentistas, elas ainda são reconhecidas e vistas como pessoas cujo lugar social preferencial é o espaço da reprodução e quando estão inseridas no mercado de trabalho, em ocupações masculinas, como é o caso das policiais que colaboraram com os grupos focais, elas vivem esta tensão entre o lugar que estão e o lugar que a sociedade acha que elas deveriam estar.

O fato de ser mulher dificulta às vezes na forma como o problema é resolvido. Em primeira instância somos vistas com preconceito. (colaborador 31 - mulher, policial).

Sim, às vezes somos privadas ou inferiorizadas em determinadas situações. (colaboradora 33 - mulher, policial).

Por fim, em relação à questão se a pessoa é tratada de forma diferente por causa do sexo, as falas demonstram que tanto os homens como as mulheres não veem problemas em conviver e trabalhar com pessoas de outro sexo. Os policiais masculinos consideraram que, no cotidiano do trabalho na Polícia Militar, a relação com as colegas é pautada por respeito e cordialidade por parte dos colegas homens. Eles destacaram que pela especificidade das atividades desenvolvidas, na maioria das vezes, existem muitos casamentos entre policiais, o que de certa forma facilita a relação conjugal entre os policiais que são casados com colegas.

A relação é tão harmoniosa que a maioria das policiais femininas é casada com militares, algumas outras entram casadas e devido o marido não aceitar seu horário de trabalho se separa e acaba se envolvendo com um militar, devido ser da mesma área facilita o entendimento entre eles. (colaborador 26 - homem, policial).

Outro aspecto destacado pelas mulheres no momento da realização dos grupos focais foi a situação de contradição que elas vivem, pois ao mesmo tempo em que são tratadas como mulheres, (inclusive uma colaboradora relatou que sempre foi respeitada e teve a preferência em relação aos homens, em ônibus com cadeiras para se sentar, por exemplo) são vistas como soldados como atesta o depoimento abaixo:

Depende da ocasião. Em relação a preferências ex: cadeiras, passagem sempre me concedem a preferência. Mas como profissional sou vista como um soldado e pela minha capacidade de produção. (colaboradora 32 - mulher, policial).

Um aspecto interessante, a partir dos depoimentos, é que embora as mulheres afirmassem que se sentiam bem trabalhando na Polícia Militar de Montes Claros, que são tratadas de forma respeitosa pelos colegas homens, elas também deixaram transparecer a partir das suas falas nos grupos focais que ainda existem no cotidiano da corporação alguns policiais de sexo masculino que ainda têm preconceito contra mulheres que exercem este tipo de ocupação, em relação ao ingresso e permanência de mulheres na Polícia Militar.

Existem policiais que ainda pensam que não existe lugar para a mulher na instituição da polícia militar. Eu particularmente, não me deparei com nenhum deles, diferente de alguns colegas. Mas este já é um comportamento em extinção. Os colegas mais novos e/ou mais abertos, esclarecidos reconhecem a importância do trabalho da mulher dentro da corporação. As empresas devem tratar seus empregados como pessoas diferentes que têm qualidades, capacidades diferentes, e isso deve ser explorado para o bem de todos. (colaboradora 36 - mulher, policial).

O que se percebe no depoimento da colaboradora acima é bastante elucidativo para explicitar este contraste, que, mesmo que elas tentem o tempo todo passar a ideia de que o ambiente de trabalho é harmônico, que são respeitadas devido à capacidade que possuem para o exercício da profissão, em alguns depoimentos elas revelam que ainda existe preconceito contra as mulheres que estão inseridas neste tipo de ocupação tradicionalmente reconhecida como atividade masculina.

Em suma, pela realização dos grupos focais pode-se afirmar que os depoimentos corroboram as análises correntes dentro da literatura nacional e internacional, já que se observa um paradoxo. Por um lado, as mulheres estão conseguindo maior acesso no mercado de trabalho em consequência de uma maior escolaridade em relação aos homens, estão tendo acesso a ocupações tradicionalmente reconhecidas como masculinas (engenharia, arquitetura, medicina, polícia – civil ou militar –, construção civil, frentistas em postos de combustíveis, etc.). Por outro lado, embora estes avanços sejam importantes e tenham que ser considerados, a atividade feminina ainda é marcada por preconceito, salários mais baixos do que os dos homens que exercem as mesmas funções, e, sobretudo, pela segregação das mulheres por causa do imaginário social que reserva lugares diferenciados para homens e mulheres dentro da sociedade. (Bruschini e Lombardi, 2007).

Considerações Finais

Diante do exposto, cabe indagar: é possível falar em simetria de gênero no mercado de trabalho? Pelas argumentações apresentadas e pelos resultados da pesquisa, é notável que ainda há muito a ser conquistado. Mesmo que as desigualdades entre homens e mulheres já estejam minimizadas em muitas dimensões, em outras a diferença ainda é manifesta. No que concerne ao mercado de trabalho, mesmo que as mulheres possuam maior nível de escolaridade e qualificação, seus rendimentos ainda são, via de regra, inferiores aos dos homens nas mesmas condições de ocupação.

Por fim, temos colocadas as seguintes questões: O mercado de trabalho brasileiro conta hoje com uma maior participação das mulheres – mesmo com relação às profissões tidas como masculinas –, e mesmo que o aumento tenha sido considerável, ainda é inferior com relação aos homens. As mulheres, por sua vez, apresentam visivelmente níveis de escolaridade superiores aos dos homens e o paradoxo que se estabelece é que, ainda assim, persistem

diferenças importantes de remuneração: os homens recebem salários mais altos do que as mulheres. Na mesma direção, a divisão de ocupações por gênero permanece e exerce notável influência sobre a renda e outros indicadores de qualidade de emprego de homens e mulheres.

Assim sendo, qual deve ser a base de explicação para as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho? O pressuposto sustentado é que a divisão de ocupações, a participação e, principalmente a diferença de rendimento podem ser explicados mais pelas construções sociais e culturais, que impõem valores e lugares distintos ao trabalho de mulheres e homens do que por características técnicas ou de escolarização.

Como discutido na contextualização teórica do presente texto, embora com alguns avanços, ainda persiste no imaginário social de homens e mulheres que os mesmos ocupam lugares sociais determinados que são definidos desde o início da socialização de ambos. Portanto, já no momento da socialização, as pessoas do sexo feminino são socializadas prioritariamente para o exercício de atividades reprodutivas e as pessoas do sexo masculino para atividades produtivas. Isso nos leva a concluir que, apesar dos avanços no mercado de trabalho, das mulheres estarem tendo acesso a atividades tradicionalmente tidas como masculinas – no caso desse texto as frentistas e policiais femininas – em relação às representações sociais, ainda há uma diferenciação entre homens e mulheres, fato que impacta a inserção das mulheres em ocupações tidas como masculinas. Seria, verdadeiramente, invasão de território se não fosse uma atitude feminina em sua essência, totalmente desprovida de cunho competitivo, consequência da incansável busca por conquistas interpretadas como materiais “aos olhos do machismo”.

Referências Bibliográficas

BRUSCHINI, Cristina.; LOMBARDI, Rosa M. (2003). **Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato da década de 1990**. In As novas fronteiras das desigualdades: homens e mulheres no mercado de trabalho. Margaret Maruani & Helena Hirata (Orgs). São Paulo: Editora SENAC.

BRUSCHINI, Cristina.; LOMBARDI, Rosa M. (2007). **Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes**. In Organização, trabalho e gênero. Helena Hirata e Liliana Segnini (orgs). São Paulo: Editora SENAC.

BRUSCHINI, Cristina. (1997). **Mudanças e Persistências no trabalho feminino Brasil, 1985 a 1995**. In: Simpósio Internacional Cidadania, Trabalho Feminino e Globalização. CEDHAL/USP, Consulado Americano, Folha de São Paulo. São Paulo.

FERREIRA, Maria da Luz Alves. Et all. (2011) **Ainda precisamos avançar? Os impactos da inserção de mulheres em ocupações masculinas. As frentistas e as policiais femininas da cidade de Montes Claros – MG.** Relatório de pesquisa. UNIMONTES/FAPEMIG.

HIRATA, Helena. **Divisão Sexual do Trabalho: novas tendências e problemas atuais.** (2000) In: Gênero no mundo do trabalho. In: I Encontro de Intercâmbio de experiências do Fundo de Gênero no Brasil. Brasília.

OLIVEIRA, Ana M. H. C. (2003) **A segregação ocupacional por gênero e seus efeitos sobre os salários no Brasil.** In: VAJNMAN, S. & MACHADO, A. F. (orgs). Mercado de Trabalho: uma análise das pesquisas domiciliares no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

POSTHUMA, Anne Caroline.(1999). **Transformações do emprego no Brasil na década de 90.** In: Abertura e Ajuste do mercado de trabalho no Brasil: Políticas para conciliar os desafios do emprego e competitividade. Anne Caroline Posthuma. (org) Brasília: OIT/TEM; São Paulo: Editora 34.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. (1991) **A Classe Operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense.

SUARÉZ, Mireya. (2000). **Gênero: uma palavra pra desconstruir idéias e um conceito empírico e analítico.** In I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil. Brasília.

JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO: O IDEÁRIO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL VISTO NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Edinéia Fátima Navarro Chilante

E-mail: e.chilante@gmail.com.

Vice Coordenadora do Curso de Especialização Interdisciplinar em Ciências Humanas –
Unespar/Paranavaí

Renan Araújo

E-mail: renan-araujo@uol.com.br

Coordenador do Curso de Especialização Interdisciplinar em Ciências Humanas –
Unespar/Paranavaí

Resumo

Neste artigo, tomando como referência o universo dos jovens e adultos com pouca ou nenhuma escolarização e do segmento jovem/adulto metalúrgico da região do ABC, discutimos alguns dos “paradoxos” relacionados às questões da qualificação profissional e seus significados histórico-sociais recentes. Nosso objetivo é compreender a emergência do operário jovem-adulto flexível e seu novo perfil histórico-social, concomitantemente às agruras dos jovens e adultos encontrados à margem do mercado de trabalho formal em condição de intensa e permanente precariedade.

Palavras-chave: Trabalho flexível, educação, sociabilidade capitalista.

Abstract

In this article, taking as reference the universe of the young people and adults with little or no schooling and the youth/adult metalworker segment in the ABC region, we discuss some of the "paradoxes" related to their professional qualification issues and the historical and social meanings associated to it. Our goal is to understand the emergence of the flexible young man/ adult metalworker and his new sociohistorical profile,

concomitantly with the plight of young men and adults found in the margin of the formal labor market in conditions of intense and ongoing precariousness.

Keywords: Flexible working, education, capitalist sociability.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, discutimos algumas questões que, candentes, foram objetos de análise das pesquisas realizadas por Chilante (2005) e Araújo (2009). No primeiro caso, Chilante debruçou-se sobre a promessa de reparação, equalização e qualificação para jovens e adultos pouco escolarizados por meio de cursos de educação de jovens e adultos-EJA ou exames supletivos. No segundo caso, Araújo (2009) procurou compreender os novos significados sociais que emergiram do processo de reestruturação produtiva, a partir dos anos 1990, em uma empresa montadora situada na região do ABC e o surgimento do perfil metalúrgico jovem/adulto flexível, sujeito histórico/social resultante das ações voltadas para a elevação da escolaridade, da capacitação/qualificação profissional e da defesa de sua condição de “empregável” de acordo com os significados contidos no conceito de trabalho flexível predominantemente toyotista.

Dessa forma, numa perspectiva analítica interdisciplinar, discutiremos alguns aspectos dessa realidade social contemporânea, demonstrando que, apesar de tratar-se de realidades aparentemente distintas, as causas da iniciativa que “incentiva e motiva” o ato de estudar recolocam, de forma mais intensa, alguns dos elementos que permeiam a imediatividade da vida cotidiana, acentuando, com isso, as múltiplas formas de estranhamentos que peculiares a nossa contemporaneidade, recolocam ao mesmo tempo, novos elementos necessários à compreensão ontológica do trabalho e dos signos correlatos à sociabilidade contemporânea, da frágil tessitura social caracterizadora de nossa cotidianidade cindida (HELLER, 1981).

Por meio da análise de documentos relativos à política educacional produzida nos anos 1990 (LDB, PLANFOR, EJA) e da coleta dos depoimentos sobre histórico de vida profissional/educacional/pessoal dos operários jovens/adultos situados entre 14 e 35 anos de idade numa importante fábrica montadora localizada na região do ABC paulista, numa abordagem comparativa-totalizante, apreendemos essas duas realidades “distintas”,

demonstrando que diferentes questões relacionadas ao ensino e à qualificação profissional contribuem para o ressurgimento e revigoramento - à luz do processo de reestruturação produtiva -, de inúmeras teses que acentuam a necessidade da elevação da qualificação dos trabalhadores e da educação de qualidade, condição *sine-qua-nom* para ingressarem no competitivo mercado de trabalho.

“Paradoxos” do ideário da qualificação profissional

Em nossa contemporaneidade, mais especificamente no Brasil a partir de 1990, como parte das inúmeras mudanças impulsionadas pela emergência do processo de reestruturação produtiva e seu novo corolário flexível, assistimos no campo das Ciências Humanas a difusão de teses que salientam a relevância dos temas trabalho e educação. Contudo, mais que uma espécie de aproximação/fusão vocabular, as questões relacionadas ao binômio trabalho-educação parecem traduzir um novo significado “semântico-social” peculiar à organização do trabalho flexível de características predominantemente toyotista.

Ocorre que, concomitante à propagação da necessidade da escolarização encontramos segmentos de jovens e adultos com pouca ou nenhuma escolarização. Esse universo é composto por uma população que se caracteriza basicamente por trabalhadores vindos das áreas rurais para as grandes cidades em busca de uma oportunidade de emprego ou, ainda, os filhos dos trabalhadores não qualificados com uma passagem curta e não sistemática pela escola. Esses jovens e adultos, em sua maioria, trabalham em ocupações urbanas não qualificadas e buscam a escola tardiamente para alfabetizar-se ou concluir o ensino fundamental e médio nas turmas de Educação de Jovens e Adultos.

Não obstante os esforços de correção idade/série escolar e os incentivos à permanência das crianças na escola, as estatísticas educacionais no Brasil apontam que o grau de analfabetismo da população brasileira (pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever um simples bilhete) ainda se encontrava em torno de 10% em 2007. Devemos considerar que a manutenção do número de analfabetos no país nesse patamar elevado também está relacionada ao insucesso escolar de crianças e adolescentes no ensino fundamental. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, realizada em 2005, 38,7% das pessoas analfabetas, com 15 anos de idade ou mais, já frequentaram a escola. Em 2007 esta proporção elevou-se para 44,8% (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009). Nos dados da PNAD de 2009, apesar

da queda no percentual de analfabetos, de 10% em 2008 para 9,7 em 2009, o Brasil ainda possuía 14,1 milhões de pessoas sem escolarização.

A problemática da repetência, da reprovação e da evasão corrobora para completar o quadro sócio educacional seletivo que continua a reproduzir excluídos do ensino fundamental e médio, mantendo adolescentes, jovens e adultos sem escolaridade obrigatória completa. Diga-se de passagem, escolaridade outrora propalada como exigência mínima pelos defensores da lógica do mercado.

Daí decorre que, no principal documento que orienta as ações da EJA no Brasil, o Parecer CEB 11/2000, explicita-se que cabe à Educação de Jovens e Adultos, o antigo “Ensino Supletivo”, fazer a reparação dessa realidade, recuperando, de forma irrestrita, o princípio da igualdade. A ideia é que a EJA garantiria uma “reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação” (BRASIL, 2000).

A alfabetização, a aquisição da leitura e escrita e a certificação das etapas fundamental e média, portanto, constituir-se-ia em um meio de inclusão social e a reparação de uma dívida histórica para com a classe trabalhadora. A escolarização se tornaria então, a chave de acesso para aqueles que procuram empregar-se.

Argumenta-se, no Parecer 11/2000, que a EJA constitui-se em uma oportunidade de atender à atual exigência das competências requeridas pela vida cidadã e do mercado de trabalho. Enfatiza-se que a existência do desemprego, do subemprego, do desemprego estrutural e do trabalho informal, decorrentes de mudanças nos atuais processos de produção, podem gerar uma instabilidade para os indivíduos, sobretudo, os assalariados desprovidos da leitura e da escrita.

O discurso da inserção no mercado de trabalho via escolarização tem sido a motivação que leva os jovens e os adultos analfabetos ou pouco escolarizados a buscar a conclusão dos estudos nas etapas fundamental e média. Se a exclusão do mercado de trabalho é fruto do despreparo do indivíduo, a solução apresenta-se via retomada dos estudos para jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental e médio em idade considerada apropriada.

Neste caso, quando voltamos nosso foco para os segmentos do proletariado menos escolarizado/qualificado, é que ganha pertinência as conclusões da pesquisa empírica realizada por Zago (2000, p. 24). A autora demonstra que a volta à escola se apresenta

como requisito básico para responder às exigências do mercado de trabalho e, sobretudo, como “possibilidade de romper com as condições de pobreza familiar”. Eis aqui a manifestação de uma das facetas que expressa a redução da educação à natureza útil/instrumental. O ato de “educar” restrito à perspectiva de propiciar condições para a satisfação das necessidades mais elementares do indivíduo: comer, vestir-se, morar, etc.

A autora citada logo acima demonstra-nos que as famílias das camadas populares valorizam a instrução escolar ancoradas em dois aspectos: o primeiro vê a escola como propiciadora dos domínios dos saberes fundamentais e de integração ao mercado de trabalho, e no segundo a escola se apresenta como espaço de socialização e proteção dos filhos do contato com a rua e as drogas.

Não obstante, eis que surge um novo “paradoxo”, pois a mesma pesquisa revela que embora haja o reconhecimento da família e do jovem/adulto da “valorização pré-escola”, há uma clara percepção dos “limites impostos pelas condições materiais objetivas” que obriga a uma opção pelo trabalho em detrimento da vida escolar (ZAGO, 2000, p. 30). Assim,

Pressionados pelas exigências do mercado de trabalho, os jovens que não frequentaram a escola na idade prevista tentam ou fazem projetos para retomar os estudos, geralmente através do ensino regular noturno ou de fórmulas mais rápidas que podem ser viabilizadas pelos cursos supletivos. Nas camadas populares, é sempre dentro destas modalidades que o futuro escolar é projetado, na perspectiva de uma conciliação entre estudo e trabalho (ZAGO, 2000, p. 27).

Tomados pela ideia de que a retomada dos estudos é capaz de garantir um lugar no disputado mercado de trabalho formal, muitos jovens, ainda de acordo com a pesquisa de Zago (2000), voltam à escola com uma preocupação maior em relação à obtenção do diploma do que com a absorção do conhecimento socialmente produzido. Trata-se de comportamentos reveladores do cotidiano que “miseravelmente” cindido (HELLER, 1989), direciona as iniciativas desse segmento do proletariado às contingências reprodutoras da lógica societária do capital.

Por outro lado, como tendência, aqueles que não conseguiram um certificado transferem para si a responsabilidade pelo fracasso escolar. Percebem-se como sendo os principais responsáveis pela sua baixa escolarização e, quanto à insuficiência dos resultados obtidos, os atribuem principalmente às características individuais como “incompetência” e “desinteresse”.

Ainda sobre essa população menos escolarizada-qualificada, temos que Saes (2004), analisando a pesquisa de Zago (2000), salienta que para os trabalhadores manuais a instrução rudimentar (ler, escrever e contar) torna-se importante para o acesso ao mercado de trabalho. Contudo, aponta que o cálculo da renda familiar perdida com a manutenção dos filhos na escola faz com que muitos pais trabalhadores relativizem a importância da conclusão do ensino fundamental, assumindo uma posição fatalista ao verem seus filhos de doze, treze e quatorze anos ingressarem no mercado de trabalho informal ou eventual, abandonando a escola.

Para esse autor, as classes populares sabem que somente uma parcela muito pequena dos trabalhadores manuais com formação profissional ampla é absorvida pelo mercado de trabalho, e explicita:

Na prática, o proletariado desconfia do apelo tecnocrático para que “todos” obtenham uma “formação polivalente”; e percebe que o aparelho produtivo do capitalismo pede à maioria dos trabalhadores tão-somente a capacidade adaptativa de passar rapidamente, no “canteiro de obras”, de uma tarefa limitada para outra tarefa limitada (SAES, 2004, p 74-75).

Ainda que Saes (2004), corretamente indique certa “desconfiança”, as exigências do cotidiano contribuem para que os diferentes segmentos do proletariado, refém do discurso hegemônico, incorporem a percepção de que somente por meio da escola é possível a inserção profissional e a melhoria das condições de vida. Talvez essa seja a razão, conforme temos salientado, que contribui para o fato de que quando esses jovens abandonam a escola, creditam nas suas características pessoais a responsabilidade pelo seu fracasso escolar e profissional.

Percebemos, nessa premissa, um incentivo à competição, corroborando para a intensificação da fragmentação social, na medida em que a ideia difundida é a de que cada um deve buscar a superioridade sobre os demais por meio da luta isolada por seus interesses e necessidades (RUMMERT, 2000).

De forma correlata, tais concepções/comportamentos ancoram-se na ideia-força que associa acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação como potencial acréscimo de capacidade de produção. Noutras palavras, de capital humano, indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos capazes de potencializar a produção (FRIGOTTO, 1996).

Essa é uma das facetas contida no termo empregabilidade e que dão suporte à tese da necessidade de se investir no capital humano considerando o retorno/rentabilidade tanto

para as nações quanto para os indivíduos. Quem seriam então os incluídos? Os incluídos seriam aqueles que têm acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade e disponíveis no mercado, o novo cidadão consumidor.

Por outro lado, os que não têm emprego, os alijados do processo produtivo, constituiriam o grupo de excluídos da sociedade. Percebemos aqui um contrassenso: a inclusão seria dada via escola, enquanto a exclusão completa-se via mercado. Revela-se de forma revigorada, portanto, a percepção de que a inclusão escolar é a única possível no capitalismo, posto que, a realização da cidadania requer um tipo de indivíduo cujo perfil social combine participação ativa no processo produtivo, condição elementar para que possa consumir os diferentes produtos disponíveis no mercado.

Trata-se de aspecto que Ramos (2003, p. 22) aponta como paradoxal, pois os processos da educação para a cidadania e para o trabalho se confundem “justamente no momento em que a redução do mercado de trabalho formal, revela toda a sua incapacidade em absorver a totalidade da força de trabalho disponível”.

Sendo assim, a ideia da chamada inclusão social via escola baseia-se em um reducionismo, não se sustenta empiricamente, pois, a escolarização na atual fase do desenvolvimento capitalista tem sido utilizada para justificar a seletividade no mercado do trabalho (DEL PINO, 2001), já que não há a possibilidade de empregos com direitos sociais para todos.

Todavia, o drama decorrente das contradições sociais contemporâneas relacionadas às questões do trabalho-educação não se esgotam nesse segmento intensamente precarizado do proletariado. Basta considerar a situação daqueles que se situam em condições salariais e de trabalho com maiores garantias (“direitos”). É o caso dos operários metalúrgicos do ABC paulista, vinculados às indústrias montadoras e cuja inserção no trabalho revela algumas das facetas dos novos “paradoxos” sociais.

Para efeito comparativo, na tentativa de tornar compreensível alguns dos “paradoxos” da realidade social contemporânea aqui assinalada, procurando recompor sua totalidade contraditória, é que nos reportaremos a esse segmento do proletariado. De plano, com base nos dados empíricos coletados na pesquisa de campo¹ (de 2006 a 2008), notamos como é revelador do processo e do teor das mudanças, a melhora no nível de escolaridade encontrado antes e após 14 anos do início do processo de reestruturação em uma importante da fábrica montadora localizada no ABC.

¹ Pesquisa desenvolvida por Araújo (2009).

No ano de 1989, aproximadamente 72,63% dos trabalhadores², incluindo os vinculados à área administrativa teriam até oito anos de estudos relacionados ao ensino formal. No mesmo ano de 1989, um reduzido contingente de 14,98% dos operários havia frequentado alguma instituição de ensino formal por até onze anos, o equivalente ao ensino médio completo/incompleto de hoje. Tendo como referência o quesito escolaridade estaríamos, portanto, diante de uma fábrica de clássica composição taylorista/fordista, em que a baixa escolaridade dos funcionários produtivos diretos, em geral, era compensada pelos cursos profissionalizantes geralmente oferecidos por instituições como o Senai ou escolas técnicas particulares, estaduais ou federais (RODRIGUES, 1970).

Em sintonia com o processo de reestruturação produtiva, diminuiu o *quantum* de operários com até oito anos de estudos no ensino formal, de 72,63% para 24,79% e aumentou, por outro lado, de 14,98% para 46,74% o daqueles com até onze anos de frequência escolar. Os com formação superior saltaram de 12,38% para 28,45%, mais que dobrando em relação aos índices de 1989.

Da mesma forma, a pesquisa demonstra, com base nos dados disponíveis em 2004, que a reestruturação produtiva forçou tanto aqueles que permaneceram quanto os que ingressaram na fábrica no decorrer do processo de reestruturação, a frequentarem por um período mais longo instituições de ensino regular com vista à obtenção de diplomas do ensino médio ou superior, diminuindo drasticamente para 24,79%, portanto para menos de ¼, o número daqueles com até oito anos de estudo.

Além da irrefutável elevação da escolarização, para uma melhor definição do perfil social desse novo segmento operário, recorreremos às informações trazidas por Iram Rodrigues (2005) quando da sua pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos jovens metalúrgicos com até 29 anos de idade, empregados nas indústrias montadoras localizadas na região do ABC paulista.

De imediato, os números são indicativos do quanto esse segmento metalúrgico, incluindo os operários antigos, possui um excepcional poder de compra, uma possibilidade ímpar de aquisição de diferentes bens de consumo, inclusive os bens de consumo duráveis, como o automóvel (93%), ou ainda serviços como telefone fixo (99%), computador (66%) e internet (55%). Os dados referentes ao setor de serviços não só despontam, mas também, são elucidativos do poder de compra do segmento *jovem-adulto flexível*.

²Os dados referentes ao nível de escolaridade foram extraídos da comparação entre o Relatório Social 1989 e 2004, conforme pesquisa desenvolvida por Araújo (2009).

Vemos então, que o acesso aos bens de consumo e serviços geralmente restritos a determinados segmentos da população, revela que esse segmento operário é portador de um modo de vida que é típico de setores que compõem a classe média. Essa posição/possibilidade do *jovem-adulto flexível* também se explica pela sua condição salarial, deveras bem acima da média verificada no setor metalúrgico, ou mesmo, em outras empresas montadoras de diferentes regiões do país.

O Boletim Eletrônico de 10/07/2008, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT – CNMCUT, por exemplo, informava que:

A jornada de trabalho semanal em algumas localidades chegam a ter 4h a mais em relação a outras. [...] o salário médio dos metalúrgicos variam até 4,4 vezes e nas montadoras a diferença salarial nas diversas regiões do país chegam a 3,5 vezes [...] Em média, o metalúrgico que trabalha nas montadoras de São Bernardo do Campo - SP recebe R\$ 3.674,74 em uma jornada média de 40h semanais e um salário/hora que atinge R\$ 20,97. Já o trabalhador que exerce a mesma função em Catalão-GO, recebe um salário médio de R\$ 1.031,92 (que representa 28,3% do salário do ABC; uma diferença salarial acima de 70%) para uma jornada média de 44h semanais, com um salário/hora de R\$ 5,39 [...] Para os trabalhadores das duas regiões retratadas acima, a variação do custo de uma cesta padrão de produtos e serviços são mínimas (11,5%). Enquanto no ABC é necessário desembolsar R\$ 2.723,88 para adquirir a cesta de produtos, em Catalão, gasta-se R\$ 2.410,41. Estes valores, na prática, refletem que enquanto o metalúrgico do ABC teria que gastar 44,05% de seu pagamento e trabalhar 129,88h para conseguir comprar a cesta, o trabalhador goiano precisaria trabalhar 446,89h, gastando o equivalente a 233,58% de seu salário mensal. (subseção Dieese-CNM/CUT)³.

Posto assim, como explicar então as agruras deste segmento do proletariado que mesmo dotado de escolarização-qualificação, de garantias trabalhistas, salário acima da média nacional, organização sindical com reconhecido poder de mobilização, tal qual o são os metalúrgicos das montadoras situadas no ABC paulista, tenham que persistentemente lutar contra a eterna possibilidade de fracasso?

Neste caso, através de nossa pesquisa, foi possível observar que como estratégia do processo de reestruturação, a empresa analisada exigiu que todos se qualificassem, pois, de acordo com os diferentes boletins interno a empresa difundia a tese de que aquele que se qualificasse não só tenderia a manter-se no emprego, ou seja, conformar-se enquanto sujeito

³ Para efeito comparativo, Gilberto Franca (2007) informa-nos que, tomando como referência o valor 100, em 2001, tanto nas indústrias automobilísticas já estabelecidas no Brasil quanto aquelas que surgiram no bojo da guerra fiscal, na segunda metade da década de 1990 e início de 2000, encontramos entre os horistas as correspondentes faixas salariais: SBC/S.C.Sul (100), S.J. Campos (96,8), Curitiba (73,1), Sumaré (55,6), Caxias do Sul (53,8), Indaiatuba (53,0), Betim, (48,6), S.J. dos Pinhais (47,7), Resende/P.Real (43,0), Juiz de Fora (41,8), S. Carlos (41,4), Gravataí (41,1), Camaçari (30,4), Sete lagoas (22,8), (Franca, 2007:109-110).

social empregável, mas, visualizar a possibilidade de ascensão no decorrer da sua carreira profissional.

Com base nas visitas de campo entre novembro de 2007 e fevereiro de 2008, e nos contatos quase diários dentro e fora da fábrica e ainda nos depoimentos coletados, tivemos a oportunidade de observar as consequências pessoais/sociais desse processo. Na verdade, esse segmento, em sua quase totalidade, elabora um “plano de vida” cujas prioridades são determinadas pela “pressão social” de se construir uma trajetória profissional satisfatória.

Dessa forma, premidos pelas contingências - como a necessidade de se manter no emprego -, suas iniciativas se identificam tão-somente com as necessidades de encontrar respostas aos dilemas apresentados pelo contexto fabril, os quais, espreadando-se, inter cruzam (re) definindo as diferentes situações do seu modo de “vida *just-in-time*”: vida “móvel”, vida em “trânsito”, motivada e repleta de atitudes que, ao fim, revertem-se em prol do capital, seja no interior ou fora da fábrica.

Contudo, evitando incorrer nos equívocos das interpretações moralistas, parece-nos oportuno salientar que esse processo social revela os sentidos e as particularidades das ações dos indivíduos ou grupos que agem premidos pela dimensão objetiva imposta pelo cotidiano alienado, como nos mostra Agnes Heller:

[...] as escolhas entre alternativas, juízos, atos, têm um conteúdo axiológico objetivo. Mas os homens jamais escolhem valores, assim como jamais escolhem o bem ou a felicidade. Escolhem sempre ideias concretas, finalidades concretas, alternativas concretas. Seus atos concretos de escolha estão naturalmente relacionados com sua atitude valorativa geral, assim como seus juízos estão ligados à sua imagem de mundo. (HELLER, 1999, p.14).

Do contexto fabril, espreadando-se para a vida social as novas formas de emulação representam tal qual salienta Dejours (2000), às exigências da produtividade. Refletem de modo contundente práticas de adesão “voluntária” às inúmeras estratégias da “guerra sã”, que fundamentada na inquestionável necessidade de se preparar para o acirramento da competitividade, impõe que se aceitem as inconveniências decorrentes das circunstâncias dadas⁴.

⁴ Para além do mundo do trabalho, porém de forma correlata, parece-nos que a estratégia da guerra “sã” possui outras facetas. Trata-se de uma nova espécie de dissimulação social que ao fim, expressam as peculiaridades da disputa ideológica contemporânea. Nesse sentido, Pinassi (2005), salienta que: “Ora, a estratégia dessa guerra ideológica é a de converter a guerra real, militar, sangüinária, num fato corriqueiro, cotidiano, medíocre, “saneador” que satura pela repetição e imobiliza pela velocidade com que se veiculam os “incríveis dados” a respeito. Perante a eles, opiniões “igualmente incríveis” têm a pretensão de constringer e desqualificar explicações alternativas; hipóteses que não se amparem na sempre redentora neutralidade científica, ou na descrição rasa do jornalismo imparcial [...] essa ampla cruzada contra a “ideologização dos discursos”, na verdade, é uma exigência do próprio capital que visa garantir a

Nesse caso, o modo de vida da força de trabalho é definido pelas exigências dessa “guerra sem trégua”, que induz a certos comportamentos, a um “estilo” de vida que mesmo fora da fábrica deve coadunar-se à lógica-necessidade do capital, na medida em que “fazer a guerra não tem por objetivo unicamente defender a própria segurança e sobreviver à tormenta [...] consiste em polir as armas de uma competitividade que lhes permite vencer o concorrente” (DEJOURS, 2000, p. 14).

Essa ideologia da “necessidade” exaustivamente difundida, quando incorporada pelo conjunto do proletariado após a disseminação das estratégias do trabalho flexível, porém, de modo mais específico no segmento *jovem-adulto flexível*, mobiliza-o de tal forma que sua vida fora do trabalho praticamente inexistente enquanto tempo “seu”, uma vez que as determinações cotidianas conformam-se enquanto um *continuum* e indissociável tempo de trabalho que lhe ocupa a cabeça, atormenta-o, domina-o integralmente.

Se entre o segmento *jovem-adulto flexível* encontramos operários qualificados com diferentes cursos realizados no SENAI, cursos de idiomas ou curso superior, para esses trabalhadores as exigências da empresa quanto à qualificação e escolarização implicou que esses trabalhadores dedicassem aproximadamente 14 anos da sua vida adolescente-juvenil quase que exclusivamente às exigências do trabalho. Se considerarmos que o ingresso no Senai acontece entre os 14 e 15 anos de idade, mais a escola técnica cursada quando do término dessa primeira fase de conhecimento profissional, e a formação superior logo em seguida, temos que sua vida é uma espécie de *moto-continuum* sempre determinado pelo trabalho.

Ou seja, se com a imposição do “modo de vida *just-in-time*” o capital procura desfazer-se da figura do “gorila domesticado” fordista, como consequência, vemos emergir o operário “autômato flexível” que desde a adolescência deve reservar de 10 a 12 horas do seu dia para se dedicar, quase que exclusivamente, aos estudos. Nesse caso, a pesquisa de Iram Rodrigues (2005), que indica uma maioria de jovens operários solteiros, ganha maior significado quando associada ao modo de vida desse segmento, às novas relações sociais e de exploração sob a égide do trabalho flexível.

Do que aqui foi exposto, notamos uma clara indefinição da separação entre tempo de vida pessoal e tempo de trabalho. Ao contrário, temos que o cotidiano para além da

uniformidade virulenta da perigosa *ideologia única* através dos meios mais diversos até mesmo dos mais violentos (PINASSI, 2005, p. 59).

fábrica praticamente se constitui como tempo voltado à luta pela permanência no mercado de trabalho formal.

Na expectativa de contribuir para a elucidação do que temos salientado até aqui, são relevantes as informações contidas no depoimento do médico do Trabalho, Segurança e Ergonomia que atua na região do ABC a mais de vinte anos quando nos informa que:

Hoje o jovem não é um metalúrgico que só trabalha, quando ele sai do Senai e vai para a fábrica fazer estágio ele começa ouvir a seguinte coisa; que faculdade você vai fazer ou está fazendo?. É uma pratica comum o chefe chegar e dizer: “só tem uma coisa que garante você aqui, se capacitar sempre”! Então tem cara que pensa: “a China tá despontando como uma potência econômica mundial é melhor aprender chinês porque daqui a pouco vão me pedir isso”. Outra coisa: num grande centro como SP, você tem uma questão de tempo, então você tem pouco tempo na agenda, você acorda normalmente 4:00, 5:00 horas da manhã para pegar o ônibus e ir para a fábrica começar as 6:00 hs, você sai 15:00... 15h: 30, tem que está em casa às 17:00 hs, tem que está na escola 18:30, tem engarrafamento no trânsito, então você não janta, ai volta pra casa 23:30, 24:00 hs, chega em casa você não consegue dormir porque está a mil, tá com a adrenalina lá em cima, você vai demorar uma hora uma hora e meia para dormir, então você dorme duas, três horas. Esse é um outro fator de sofrimento psíquico brutal [...] a falta de sono, a falta de qualidade de sono, principalmente o sono profundo, que seja reparador. Além disso, chega sábado, a maioria desses trabalhadores tem turno... rodízio... roda sábado, tem domingo que às vezes você é “convidado” compulsivamente a fazer hora extra, e dependendo como tá a produção, banco de horas, uma série de coisas que você tem que fazer, então você não tem realmente tempo, isso acaba aumentando a sobrecarga psíquica.

Percebe-se, portanto, a presença do conteúdo ideológico subsumido nas práticas que configuram o trabalho flexível que, ao expandir-se para além da fábrica, procura construir o envolvimento/comprometimento do proletariado com a lógica do capital. Trata-se de um processo social capaz de abarcar a totalidade da força de trabalho na medida em que emula/mobiliza sua quase totalidade, dos mais aos menos escolarizados/qualificados.

Neste caso, as práticas e concepções de educação atrelada à ideia de qualificação profissional correspondem, inclusive, sob alguns aspectos, à “funcionalidade” necessária à reprodução da ordem social do capital, que, procurando construir um consentimento social e extrapolando o universo fabril, seja capaz de envolver e mobilizar os operários/colaboradores, a comunidade, a região ou a cidade, e o poder público, em prol dos seus objetivos. Trata-se de pressupostos ideológicos que atingem, inclusive, os segmentos menos escolarizados do proletariado que se encontram fora da grande indústria.

Ou seja, assimilando o conteúdo pedagógico presente na tese do saber “*aprender - a - aprender*” (DUARTE, 2003), revela-se, de forma nítida, a incorporação dos princípios do trabalho flexível, se expandido para além do universo da fábrica, sendo incorporada,

inclusive, pelos segmentos precarizados do proletariado. Este parece ser o significado social do gesto, da “motivação” que os lançam na busca permanente de elevação da escolaridade.

Esse processo de ida aos estudos reflete a busca pela manutenção do emprego estável e com garantias na medida em que é possível inferir que o final do século XX e início do século XXI, ocorrem rupturas nas políticas de proteção ao trabalho concomitantemente ao aumento dos “trabalhadores sobrantes” que se tornam dependentes dos “programas emergenciais de alívio à pobreza, da filantropia e da caridade social”. A emergência de teses de que estamos vivendo na “sociedade do conhecimento”, sociedade do entretenimento, do lúdico com o fim do trabalho ou o tempo liberado dissimula a realidade de que o tempo livre não é tempo de prazer, mas “tempo torturado de precariedade – existência *provisória sem prazo*” (FRIGOTTO, 2004, p. 13).

Frigotto (2004), ao discutir a questão da cidadania e a formação profissional como desafios para o fim do século XX, chama a atenção para o processo que ele denomina “exclusão sem culpa”. Explicita o referido autor que a desigualdade existente na sociedade capitalista não se explica pelas relações sociais de classe, de violência e de exclusão, intrínsecas ao modo de produção capitalista, mas pela vontade e comportamento individual. No discurso burguês o livre-mercado constitui-se como o lócus onde vontades livres e supostamente iguais por natureza, oferecem os seus serviços à sociedade ao mesmo tempo satisfazendo suas necessidades.

Nesse período de desemprego estrutural global, a confrontação entre a força de trabalho e o capital intensifica-se. Ideias surgem para amenizar esse embate, tornando-se conceitos que procuram dar conta das diferenças inconciliáveis entre os interesses do capital e do trabalho.

Como parte desse processo, a educação é chamada a cumprir o seu papel histórico de formação do homem para a sociedade e coloca-se como redentora, mediante a promessa de mudança situacional do indivíduo isolado. No entanto, num movimento contraditório, a Educação é vista como incapaz de resolver essas questões, devido aos altos índices de evasão e repetência, que indicam, de acordo com os padrões de qualidade total, a necessidade de rever sua forma de administração e conteúdo escolar.

Quanto ao valor simbólico da educação escolar, Saes (2004) explicita sua reduzida importância para boa parte dos grupos sociais característicos da sociedade capitalista. Contudo, a ideia de que a educação escolar é essencial para o desenvolvimento da sociedade é utilizada para justificar fracassos em outros domínios da política do Estado,

por exemplo: crescimento econômico, emprego, distribuição de renda, saúde, entre outros, servindo ao individualismo típico de um liberalismo típico do século XXI que tenta fazer ressurgir a figura do “*self-made-man*”, o reinventado Robinson Crusóe de nossa contemporaneidade.

Para as classes médias e populares a ideia recorrente é que a posse do certificado poderá garantir-lhes as condições de empregabilidade. Tal ideia tem contribuído para o surgimento de cursos aligeirados de formação profissional em substituição à escolarização básica ou à certificação formal das etapas fundamental e média, por meio de cursos supletivos que não conferem rigor e seriedade à formação de jovens e de adultos.

O proletariado, refém das exigências da sua reprodução enquanto força de trabalho, ao reduzir o conhecimento/educação à condição de instrumento para a valorização do capital, não só acentua sua forma de vida alienante, mas, define novos contornos que reafirmam sua eterna irrealização expressa num modo de “vida” carente de significados, negadora do homem enquanto humano-genérico. Tal qual salientamos anteriormente, um contingente expressivo do proletariado tem sua vida reduzida à busca pela satisfação das suas necessidades mais elementares, já outros segmentos melhor escolarizado/qualificado conseguem satisfazer todas as necessidades básicas, porém, perdem a essência - tempo para si- daquilo que é substantivo para a sua trajetória de vida.

Temos então, que o indivíduo da nossa cotidianidade é o indivíduo cuja existência se apresenta de forma *cindida*, na qual o sentido da vida em toda sua plenitude encontra-se negado, uma vez que se subordina à moderna divisão do trabalho. Seu principal traço, em nossa contemporaneidade, pode ser definido pela nova segmentação do proletariado após a disseminação do trabalho flexível, da recriação intensa das formas de precarização do trabalho (Antunes, 2005).

Nesse caso, o cotidiano se apresenta como o momento em que o sentido da existência humana vê-se negado, posto que se encontra subordinado à lógica da acumulação. Retomando Heller (1989), temos que:

A vida cotidiana é a vida de *todo* homem [...] é a vida do homem por *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas habilidades se coloquem em funcionamento determina, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e fluido, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absolver

inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade (HELLER, 1989, p.17-18).

Conforme temos procurado indicar, com base na análise de Agnes Heller (1989) vemos que a imediatividade exerce em nosso cotidiano um papel fundamental, é a expressão de uma força social (do capital) capaz de nos fazer mover, ainda que no sentido de encontrar “solução” para problemas contingentes relacionados à realidade objetiva.

Com isso, à época do trabalho flexível contemporâneo, em que pese suas particularidades recentes, reafirma em outros moldes a essência alienante historicamente calcada na cisão entre produtores/produto, no constante aumento da produtividade, na retenção concentrada da riqueza social sob o auspício das novas técnicas de gestão de pessoal.

Vemos, pois, que em nossa cotidianidade, dinâmica calcada na imediatividade desse turbilhão fetichizante/alienante, encontram-se submetidos a esse processo, tanto o metalúrgico *jovem-adulto flexível*, bem como os segmentos precarizados, menos escolarizados/qualificados do proletariado. Ambos, de certa forma, veem-se completamente submersos nesta tendência à fragilização dos laços de solidariedade entre segmentos, grupos, parcelas ou classes como um todo.

Suas agruras expressam, assim, e de forma acentuada, os novos significados das manifestações da vida cotidiana alienada, reveladora de um novo conteúdo “axiológico objetivo”, que atua como força capaz de reduzir parte significativa da força de trabalho à condição de “rejeito humano”. Isto porque a consolidação dos paradigmas técnico-organizacionais do trabalho flexível implica também tornar descartáveis contingentes expressivos do proletariado, tal qual o são os bens de consumo.

REFERÊNCIAS

Antunes, Ricardo. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAÚJO. Renan. **O modo de vida just - in - time do novo perfil metalúrgico jovem-adulto flexível do ABC**: antigos dilemas, novas contradições e possibilidades. Tese Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras: Araraquara, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Carlos Roberto Jamil Cury (relator). Parecer CEB11/2000 - Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio. **Educação de jovens e adultos**. Rio

de Janeiro: DP&A, 2002. p. 25-133.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 5.692/71)**. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm. Acesso em: 09 mar. 2010.

BRASIL/IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios: síntese dos indicadores 2009**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs): **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília : Ipea, 2009.

CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro. **A educação de jovens e adultos brasileira pós-1990: reparação, equalização e qualificação**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2005.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 2000.

DELORS, Jacques. **Os quatro pilares da educação**. Relatório para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura: UNESCO, Paris, 1996.

DEL PINO, Mauro. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 65-88.

DUARTE, Newton. **A sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?: quatro ensaios críticos-dialéticos em filosofia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2003.

FRANCA, Gilberto Cunha. **O trabalho no espaço da fábrica**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Cidadania e formação técnico profissional. Desafios neste fim de século. **A Página da Educação**. Disponível em: < <http://www.apagina.pt/arquivo/artigo>>. Acesso em: 16 maio 2004.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 3^oed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1989.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 8^o ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PINASSI, Maria Orlanda. Metástase do irracionalismo. **Revista Novos Rumos**. 2005. n° 43, ano 20. p. 53-62.

RAMOS, Marise Nogueira. O “novo” ensino médio à luz de antigos princípios: trabalho, ciência e cultura. **Boletim Técnico do Senac**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 19-27, maio/agosto de 2003.

RODRIGUES, Iram J. Martins, Heloisa Helena T. *Perfil socioeconômico de jovens metalúrgicos*. Revista Tempo Social. Vol.17. n°2, 2005. pp.3-25.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Industrialização e atitudes operárias**. São Paulo, Brasiliense, 1970.

RUMMERT, Sônia Maria. **Educação e identidade dos trabalhadores**: as concepções do capital e do trabalho. São Paulo: Xamã, 2000.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Educação e Socialismo. **Crítica Marxista**. Campinas, n. 18, p.73-83, maio de 2004.

ZAGO, Nadir. Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. **Família e escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 2000. p. 17-44.

NOTAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA LOCAL: PERGUNTAS GERANDO PERGUNTAS

*Maisa Maria Vale**

Resumo

Este texto analisa a trajetória da dançarina de pagode Leo Kret do Brasil eleita Vereadora da cidade de Salvador – Bahia, em razão de sua identidade de gênero, pontuando as transformações históricas vividas pela teoria feminista, especificamente as que dizem respeito à “categoria mulheres”. Um histórico da realidade participação política das mulheres no âmbito local, admitindo a existência de outras formas de opressão, que não somente o sexismo. Pensar os feminismos sob esta ótica, permite a existência da diferença e a coalizão para enfrentamentos mais amplos, para que as transgressões femininas possam ganhar destaque, a ponto de melhor situar as discussões sobre relações de gênero em contextos locais e históricos e agregar as experiências das mulheres em sua diversidade.

Palavras-chave: categoria mulheres, identidades, feminismos.

Resume

This text analyze the trajectory of the dancer of “pagode” Leo Kret do Brasil, elected councilwoman of the city of Salvador – Bahia, by the reason of her gender identity, considering the historic changes known by the feminist theories, specifically which talk about the “women category”. An overview about the historic process of the participation of the women on local political movements, accepting the existence of others ways of oppression, not only the sexism. To think about the feminist movement by this view, allow the existence of the difference and the coalition to opener discursions in favor of female struggle could get significance until have a better position on the discussions about the gender relation in the local and historic context and to put together the experiences of the women on their diversity.

Key-words: women category, identity, feminisms.

Apresentação

□ Mestranda do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo – Universidade Federal da Bahia (PPG/NEIM - UFBA). E-mail: maisavale@hotmail.com. Orientadora: Ana Alice Alcântara Costa.

Ao me debruçar na elaboração do meu projeto de pesquisa para o mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - NEIM/UFBA estava convicta quanto ao sujeito a ser estudado: mulheres que ocupam espaços do poder local. Após aprovação no processo seletivo, logo nos primeiros dias de aula, as professoras nos estimulavam a apresentar de forma sucinta o objetivo da nossa pesquisa, o que foi bastante proveitoso, ao menos porque surgia dessas iniciativas um maior envolvimento da turma. No meu pronunciamento, explicava sempre que em virtude do poder legislativo se configurar em um espaço privilegiado, de exercício da política formal, tradicionalmente ocupado por homens, havia optado por analisar as experiências dessas mulheres que subverteram a norma patriarcal que determina o que é normal e que não é, as regras de conduta dos sujeitos, os papéis das esferas pública ou privada e se elegeram para a Câmara de Vereadores de Salvador, nas eleições de 2008.

Ocorre que, para minha surpresa, ao expor o meu objeto de pesquisa, a reação das/os estudantes foi quase que unânime ao questionar se a vereadora Leo Kret estaria, ou não, inserida no escopo desta pesquisa. Esta indagação se tornou recorrente, principalmente por não se estabelecer um consenso nesses debates quanto a diversos aspectos, dentre eles, a sexualidade deste sujeito que, publicamente, se diz mulher. Indagavam sempre se este corresponde realmente a uma vereadora ou a um vereador. Algumas colegas arriscavam defendendo a posição de que se trata realmente de uma mulher, afinal, quando questionada sobre sua sexualidade, a vereadora sempre afirmava: “a minha identidade feminina é diária. Eu durmo e acordo uma mulher”.

Enquanto isso, outras colegas argumentavam que não, Leo Kret é, de fato, um homossexual transgênero¹, que goza dos privilégios reservados por uma sociedade androcêntrica aos portadores de falo, logo, não há razão para trazê-lo para uma análise como esta. Já a pesquisadora, esta sim, saía afoita destas discussões, pois sabia, de antemão, que a polêmica não se restringia apenas a trazer da margem esta figura tão emblemática, mas sim, todo um arcabouço teórico que tal problematização iria requerer.

As problemáticas que trago para análise neste artigo aponta para algumas questões referentes ao quadro esboçado, tendo em vista sugerir algumas reflexões, para além dos espaços especificamente feministas que, em minha opinião, se insere em dois contextos: um, mais amplo, centrado em reflexões teóricas e transformações históricas vividas pela teoria feminista, especificamente as que dizem respeito à “categoria mulheres”, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas que constitui o mesmo sujeito, em

¹ Num primeiro momento podemos até pensar as identidades de gênero como masculinos ou femininos. Mas, nesse caso, esta divisão se torna cada vez mais artificial. Afinal, para que ela faça sentido é preciso que a gente tenha um perfil de masculinidade e de feminilidade claramente estabelecidos. Apesar de estes estereótipos existirem, eles são a cada dia, mais e mais questionados. Esta divisão estanque entre masculino e feminino vai sendo relativizada e vão se criando identidades de gênero que não se encaixam exatamente em nenhum extremo.

nome de quem a representação política é almejada (BUTLER, 2003); e outro, mais específico pontuado por questionamentos que emergiram juntamente com a eleição da dançarina de pagode, Leo Kret do Brasil, como a quarta vereadora mais votada da cidade de Salvador, entre os 41 candidatos – homens e mulheres, para o período de 2009 – 2012.

Para pensar na trajetória da vereadora Leo Kret do Brasil e sua importância para o pensamento feminista parto do referencial teórico metodológico das teorias feministas, mais especificamente, amparo-me em Patrícia Collins (1991). Sua abordagem teórica não diz respeito somente às experiências das mulheres afro-americanas, pode ser pensada para diferentes situações de lutas das mulheres, sendo que os contextos locais e históricos podem ocasionar outras situações, outros temas centrais, exigindo novas respostas aos desafios colocados. Nesta perspectiva, o feminismo adquire uma enorme importância, pois permite questionar a organização sexual, social, política, econômica e cultural de um mundo profundamente hierárquico, masculino, heterossexual, branco e, portanto, excludente. Penso que uma análise seguindo esta perspectiva permite uma maior aproximação do cerne do problema, ou seja, dos fatores que impedem a sua emancipação.

Aqui entendido como sugeri a historiadora Margareth Rago:

“não como um marco temporal que indicaria um tempo depois, implicando um momento pré e um pós, mas a partir da instauração de novas configurações nas problematizações e nas relações que se travam no interior desse movimento, quando um determinado patamar de reconhecimento social das questões femininas foi atingido. (RAGO, 1998)

A problemática abordada neste artigo é parte integrante das reflexões que venho desenvolvendo em um estudo mais amplo que envolve as experiências das mulheres negras candidatas/eleitas para a Câmara de Vereadores de Salvador, para cumprir mandato no período 2009 a 2012, seguindo uma abordagem qualitativa e quantitativa. Dentre as opções metodológicas de pesquisa social utilizo-me da análise de fragmentos de histórias de vida destas mulheres, dentre elas, a vereadora Leo Kret do Brasil, em razão de suas identidades sexual, étnica, racial, além das suas memórias², escolhas e embates. A memória esta atenta aos detalhes, à subjetividade e às emoções e que pouco tem sido aceita pela historiografia permeada pelo machismo e autoritarismo. (ZIMMERMANN e MEDEIROS, 2004).

Neste sentido a socióloga e pesquisadora Elizabeth Jelin, citando (Gugelberger, 1996a), sustenta:

As vozes das mulheres contam histórias diferentes das dos homens, e desta maneira se introduz uma pluralidade de pontos de vista. Esta perspectiva também implica o

² Margareth Rago (1998), Michelle Perrot (1989), Marina Maluf (1995) entre tantas outras teóricas do feminino apontam para as diferenças com relação à memória do feminino. Já nos anos 80 Perrot levantava polêmicas questões: existiria uma maneira feminina de fazer/escrever a história, radicalmente diferente da masculina? E, ainda, existiria uma memória especificamente feminina?

reconhecimento e legitimação de “outras” experiências além das dominantes (em primeiro lugar masculina e a partir de lugares de poder). Entram em circulação narrativa diversas: as centradas na militância política, no sofrimento da repressão ou as baseadas em sentimentos e em subjetividades. São os “outras” lados da história e da memória, o não dito que se começa a contar. (JELIN, 2002, tradução minha)

Trata-se de um estudo que resulta tanto de entrevistas, como da coleta e do cruzamento de dados levantados em periódicos diversos, inclusive Diário Oficial do Estado da Bahia, sites, blogs e informações originadas de pesquisas feitas anteriormente por outros autores - teses e dissertações que abordam este tema.

Para discorrer sobre o debate que emergiu em torno da presença da vereadora Leo Kret do Brasil na Câmara de Salvador (2009 – 2012), expondo as contradições que alimentam o feminismo “genérico”, utilizo como fonte de estudo fragmentos da trajetória de vida e memórias, desta figura emblemática, bastante elucidativa das lutas pelo direito ao corpo, assumir suas identidades e, em especial, sua sexualidade. Alecsandro de Souza Santos (Leo Kret) – PR, que admiti publicamente sua identidade de gênero feminina, posição esta que lhe adjudica múltiplas opressões, constrangimentos e exclusões, resultantes de diferentes diferenças que acumula - gênero, racial, classe, etc., associando-me nesta experiência ao pensamento de Kimberlé Crenshaw sobre a ação direta de desempoderamento dos sujeitos quando afirma que:

“[...] a materialização das relações de poder em que o racismo, o patriarcalismo, o sexismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios através do uso de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais articulados na sociedade, constituem-se em aspectos dinâmicos de desempoderamento, criando desigualdades básicas, que estruturam as posições relativas de mulheres.” (CRENSHAW, 2002)

Neste sentido, realizar uma análise histórica tomando por premissa, sua identidade e diversidade, identificando os fatores que propiciaram sua ação política em distintos espaços e momentos históricos; as possibilidades de auto-reconhecimento, assim como sua associação a algum grupo étnico-racial, gênero, religioso, dentre outros, os quais propiciaram, ou não, sua inserção e atuação como vereadora da Câmara Municipal de Salvador, permitindo uma melhor compreensão dos impactos desta movimentação ao desvendar esta trajetória.

O sujeito do feminismo como um problema

A noção do sujeito social como universal, livre, autônomo e racional sempre esteve presente nas ciências sociais e política. Há um esforço destas ciências de estabelecer de antemão que qualquer teoria da política requer um sujeito, sem o qual se entende que a política é impensável. Necessita desde o início presumir seu sujeito, da referencialidade da linguagem, que confirmará a autoridade do sujeito falante. Esta preocupação se associa a ação política na

sociedade e a definição do objeto de estudo da pesquisa. Quanto a isso a filósofa norte-americana Judith Butler no artigo “O Feminismo e a questão do pós-modernismo” (1998) nos revela importantes questionamentos: Será que precisamos pressupor teoricamente desde o início um sujeito com capacidade de agir antes que possamos articular os termos de uma tarefa significativa de transformação, social e política, de resistência, de democratização radical? Se não oferecemos de antemão a garantia teórica daquele agente, estamos condenados a desistir da transformação e da prática política significativas? Para Margareth Rago:

“É difícil falar de uma epistemologia feminista, sem tocar na discussão sobre os perigos da reafirmação do sujeito “mulher” e de todas as cargas constitutivas dessa identidade no imaginário social. Afinal, [...] É na luta pela visibilidade da “questão feminina”, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um contradiscurso feminista e que se constitui um campo feminista do conhecimento. É a partir de uma luta política que nasce uma linguagem feminista. (RAGO, 1998)

O movimento de mulheres do Brasil destaca-se pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo inovações importantes, a exemplo da criação de órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de gênero e combate à discriminação, a luta contra a violência doméstica e sexual que estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de público e privado, tornando-se objeto de políticas específicas. “Porém, em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica” (CARNEIRO, 2003).

As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão, que não somente o sexismo vem exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres – negras, lésbicas, transexuais, de periferia, etc. - sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil. A luta das mulheres para terem autonomia sobre os seus próprios corpos, pelo exercício prazeroso da sexualidade, resultou na conquista de novos direitos, não apenas para as mulheres, mas para toda a humanidade.

Para Butler (1998) isso é especialmente importante para as preocupações feministas na medida em que as bases da política - “universalidade”, “igualdade”, “o sujeito dos direitos” - foram construídas mediante inúmeras exclusões de gênero, raciais, dentre outras, por uma fusão da política com a vida pública que torna o privado um espaço de reprodução, domínios da

“feminilidade”, do pré-político. Com esta nova percepção diríamos que as identidades humanas passam a ter outra conotação sendo entendidas como “não-fixas” e passíveis de re-significações constantes. Nesta perspectiva torna-se possível evidenciar o caráter construído das identidades, assim como a dimensão social e política do corpo, da sexualidade e do sexo. Butler analisa estas categorias como lugares de poder.

Simone de Beauvoir (1949), em seu livro “O segundo sexo”, foi uma das precursoras na crítica a noção do sujeito social, desafiando o seu caráter universal e argumentado que no mundo social existem aqueles que ocupam a posição não específica, sem marcações (sexual, racial, classe, religiosa), 'universal', e aqueles que são definidos, reduzidos, marcados e excluídos por sua “diferença”, sempre aprisionados em suas especificidades, designando o outro. Conceber a existência deste sujeito universal é atribuir-lhe homogeneidade, ou, em outras palavras, unidade.

A crise deste sujeito moderno, crucial para a política e suas práticas políticas, um dos pilares da modernidade, quando desafiado o seu caráter universal, desaba na chamada pós-modernidade. Estes questionamentos, me fez adentrar pelas trilhas das perspectivas dos estudos pós-modernistas e pós-estruturalistas, desconstruindo e reinventando o próprio modo de conceber as experiências trazidas para o contexto desta análise e pautá-las dentro de outra configuração e tratamento na pesquisa. Não é possível diante de tantas nuances invisibilizar, ou mesmo, ignorar o mal estar que a sua presença provoca a determinadas pessoas que adentram a Câmara de Vereadores.

Autoras pós-estruturalistas como Monique Wittig (1980), Joan Scott (1986), Chantal Mouffe (1993), Judith Butler (1998), Teresa de Lauretis (1994), entre outras, têm se proposto a enfrentar problemas teórico-metodológicos com o universalismo, o essencialismo e o binarismo, que constroem hierarquias e subordinações. Esses questionamentos têm impactado diretamente na existência da categoria “mulher” como sujeito do feminismo, com fortes alusões a cerca da noção de sujeito e de identidade, provocando impactos na prática política feminista.

As divergências sobre essa problemática abrangem diversos aspectos. Um deles refere-se aos limites dessa categoria, formulada com base na idéia inicial do sujeito social como universal, livre, autônomo e racional que sempre esteve presente nas ciências sociais e política. Para Butler (1998), desconstruir o sujeito do feminismo não é censurar sua utilização, mas, ao contrário, é liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar onde significados não antecipados podem emergir.

Recorrendo a trajetória deste sujeito, portanto, significa buscar estabelecer um debate paralelo em torno de suas experiências concretas de resistências ao processo de exclusão da

sociedade, suas estratégias, improvisos e mediações sociais. Este debate recai, por conseguinte, sobre as suas experiências e ação política frente à sociedade, pois o documentar das configurações específicas e das diferenças resgata sujeitos tidos como subalternos cuja luta pessoal por um modo de vida contrário aqueles pré-estabelecidos pela divisão sexual, serve de inspiração para a construção de alternativas que quebrem este ciclo vicioso. Ao longo dessa trajetória uma coisa fica evidente: o desafio de se buscar, mais e mais, referenciais teóricos elucidativos da vasta complexidade, matizes e a diversidade que norteiam o campo que envolve este sujeito.

Breve relato histórico

De modo geral, observa-se que a historiografia oficial brasileira pouco vislumbrou as dimensões políticas das experiências vividas por aqueles agrupamentos considerados subalternos. A forma de selecionar os acontecimentos como históricos, ou não, dentre outros aspectos, foram decisivos para a invisibilidade das mulheres, por exemplo, como sujeitos na historiografia, sendo que nas poucas ocasiões em que estas aparecem é através de imagens que reafirmam os papéis sociais definidos a partir das assimetrias de gênero, percebidas e classificadas por meio de símbolos das culturas.

Conforme se percebe na vida cotidiana, embora a participação política das mulheres, como sujeitos de transformação social tenha sido marcante, esta participação somente foi introduzida, ainda que timidamente, na produção historiográfica brasileira, a partir das ciências sociais, em fins dos anos oitenta. Este fato nos leva a constatar que nem sequer a História da Vida Privada privilegiou a vida feminina e as experiências das mulheres como um espaço de análise histórica.

A invisibilidade das mulheres nas análises sobre a participação da mulher nos espaços de poder corrobora com o silenciamento sobre a experiência das mulheres na produção do conhecimento de maneira geral, e da produção historiográfica, em particular. Segundo Scott:

“La historia del desarrollo humano de la sociedad humana ha sido narrada casi siempre por hombres, y la identificación de los hombres con la ‘humanidad’ ha dado por resultado, casi siempre, la desaparición de las mujeres de los registros do pasado.”
(SCOTT, 1992)

Sabemos que existe um déficit democrático de gênero no Brasil que vem de longe, ou seja, de 1500 a 1932 as mulheres brasileiras estiveram fora da política institucional. Nosso país encontra-se entre os países com menor representação de mulheres na política. É sabido também que a luta das mulheres pelo direito de votar e ser votada teve início 1910 com a criação do

Partido Republicano Feminino, no Rio de Janeiro. Porém o direito ao voto somente foi promulgado vinte e dois anos após, em 24 de fevereiro 1932, por meio de decreto-lei do governo Getúlio Vargas. Entretanto, sua efetivação só foi concretizada a partir da Constituição de 1934, com a instituição do voto feminino e do voto secreto obrigatório.

A despeito da conquista deste direito de cidadania, esse quadro permanece quase que inalterado, exigindo cada vez mais um grau de reflexão detalhada que permita a apreensão de desigualdades, não apenas entre homens e mulheres, senão de mulheres e mulheres que se revelam como componentes centrais de acesso ao poder. Esta noção da “categoria mulheres”, contestada inicialmente pelos escritos das mulheres negras norte-americanas, lésbicas e feministas radicais, chamou a atenção para as graves contradições presentes nas teorias e práticas feministas, reforçadas pelos estereótipos, que hierarquiza as relações entre seres humanos com uma forte assimetria de gênero, o que determina a construção dos papéis sexuais, impondo para cada sexo uma norma de conduta pré-estabelecida para cada sujeito (WITTING, 1980; hooks, 2010).

A desigualdade sofrida pelas mulheres em relação ao acesso ao poder político formal foi enfrentada por diversas campanhas das quais resultaram na aprovação da Lei de cotas nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, visando promover a participação política das mulheres e a redistribuição das oportunidades de acesso aos espaços de representação política, por gênero. A regulamentação de cotas para reserva de no mínimo 30 e no máximo de 70% das vagas de candidaturas para cada sexo, nas eleições proporcionais ocasionaram mais inclusão da mulher nos espaços de poder e deram mais visibilidade às disparidades existentes no âmbito político, entre homens e mulheres.

É importante destacar esta realidade presente no contexto histórico brasileiro, relativamente às questões que têm a ver com a democracia e com os fatores de ordem social e política, porque estas podem explicar algumas singularidades encontradas no sistema político brasileiro que contribuíram e ainda contribuem para agravar ao longo da história o quadro de exclusão das mulheres do cenário político local e nacional. Dentre estes fatores parece útil recordar, muito brevemente, quatro aspectos históricos que configuram esta realidade e trazem repercussões até os dias de hoje.

O primeiro aspecto é que por quase três séculos o Brasil viveu sob o sistema colonial assentados nas estratégias de dominação, num quadro de proteção às estruturas tradicionais através de papéis e funções sociais bastante definidos. A organização familiar representou, ao longo de todo este período, a base de sustentação, que favorecia os interesses dos governadores e das pastorais diocesanas. As relações gênero serviram nesse momento para a construção de

estereótipos que se firmou sobre o papel da subordinação presentes no cotidiano colonial. Mais tarde, este modelo de representação da mulher se esteve na história determinando uma maneira de ser mulher brasileira.

Um segundo aspecto é quando, no final do século XIX e início do século XX, a história brasileira vive um período de transformação do país em uma nação civilizada, culta e moderna. A imagem construída para a mulher destacava a sua fragilidade física da qual decorriam a sua delicadeza e debilidade moral, modelo este que encontrava raízes filosóficas no iluminismo. É a jovem república brasileira representada por uma elite burguesa na tentativa de integrar o proletariado e sua família ao universo dos valores burgueses. Criou-se, então, um modelo imaginário de mulher voltada para intimidade do lar e um cuidado especial com o marido e a infância. As representações de inferioridade feminina se mostram repetidas, demonstradas e reproduzidas incorporando-se a cultura nas formas de linguagens, fixando-se no pensamento e idéias de homens e mulheres.

Terceiro, em 1964, o país é tomado por uma ditadura militar que permanece por onze anos. Neste momento ocorre a supressão de direitos constitucionais a todos e a todas com a repressão aos que se colocavam contra este regime. Segundo Ana Maria Colling, “A história do regime militar brasileiro, como em todos os projetos autoritários, a construção de sujeitos ocorre de forma unitária e não diversificada”. As diversidades são entendidas, portanto, como divisionistas da luta principal. A partir desses dois discursos se anulam as diferenças desconsiderando no processo a presença feminina. Nem mesmo a família se mostrava satisfeita com opção feita pela filhas de trilhar a luta pela redemocratização do país. Preferiam que estas se voltassem para o casamento que o lugar destinado as mulheres na sociedade.

O quarto aspecto é que a partir dos anos 80 o país começa a sair lentamente da ditadura militar e dá início ao seu processo de redemocratização. Neste período, embora a economia estivesse se expandindo com a industrialização e urbanização crescente, os salários eram cada vez menores e o custo de vida assustava cada vez mais a classe operária. Diante destes conflitos surgem os movimentos sociais como forma de ação coletiva baseada na solidariedade que viam novas formas de opressão que atingiam grupos sociais para além da luta de classe sociedade. É nesse cenário que emerge o movimento de mulheres contra o custo de vida, por creche e timidamente pela reabertura política. Esse movimento trouxe uma nova versão da mulher brasileira. Aquela que vai às ruas em defesa de seus direitos e que se mobiliza para denunciar as desigualdades que lhe tocam.

A despeito da conquista deste direito de cidadania, observa-se que, poucas foram as que venceram as resistências impostas pelo modelo liberal e se candidataram para assumir os cargos

legislativos da cidade de Salvador. A relação candidatos-eleitos é muito superior à candidatas-eleitas. Enquanto de um total de 670 candidatos 35 homens foram eleitos, das mulheres foram apenas 7 de um total de 156 candidatas. O problema da sub-representação de alguns segmentos da sociedade nos espaços de poder coloca-se como uma questão de princípio para a própria democracia, cuja legitimidade depende da representação da pluralidade dos diversos segmentos presentes na sociedade, além de que, sendo a presença de mulheres em número extremamente reduzido, a incorporação das ações políticas destes sujeitos à História oficial não tem sido suficientemente atrativa aos olhos dos/as pesquisadores/as.

Neste sentido recorro às reflexões de Rago que contrariando posições e tentando aproximar-se da questão, sustenta:

“Na historiografia feminista, vale notar, a teoria segue a experiência: esta não é buscada para comprovar aquela, aprioristicamente proposta. Opera-se uma deshierarquização dos acontecimentos: todos se tornam passíveis de serem historicizados, e não apenas as ações de determinados sujeitos sociais, sexuais e étnicos das elites econômicas e políticas, ou de outros setores sociais, como o proletariado-masculino branco, tido como sujeito privilegiado por longo tempo, na produção acadêmica.” (RAGO, 1998)

Nas últimas décadas muitos trabalhos têm sido produzidos dando ênfase à presença das mulheres em diversos acontecimentos históricos, todavia poucos são os que fazem referência direta ou indireta a sua participação na política; normalmente as referências se restringem aos comentários estatísticos e poucas são as que contemplam as mulheres em sua diversidade.

A escolha da trajetória de Leo Kret do Brasil tendo como foco principal de análise as reflexões teóricas acerca da categoria mulheres e transformações vividas pela teoria feminista deve-se ao fato de que apesar do emergente crescimento da participação das mulheres nas campanhas eleitorais, “a temática da participação política da mulher é também a área menos desenvolvida nos estudos feministas. Enquanto existem avanços significativos nos estudos sobre as mulheres na produção social, nas questões de saúde, sexualidade, violência, artes e literatura e mesmo na direção da construção de uma teoria feminista, a problemática da participação política da mulher tem ficado relegada a um segundo plano, apresentando-se ainda fragmentada e pouco esclarecedora.” (Costa, 1998:74).

Só para se ter uma idéia, a Câmara Municipal de Salvador, espaço onde Leo Kret atua como vereadora, é a primeira do país. Foi fundada em 1549, juntamente com esta cidade e considerada por muito tempo uma das mais importantes câmaras do Império Colonial Português nas Américas. Entretanto, passados tantos anos o quadro histórico de exclusão permanece quase que inalterado desde que fundada exigindo cada vez mais um grau de reflexão detalhada que permita a apreender as diferenças existentes, as quais se apresentam também como componentes centrais de desigualdades de acesso das mulheres ao poder. Podendo acrescentar que apesar do

déficit democrático de gênero, a Câmara de Vereadores de Salvador encontra-se entre as nove cidades brasileiras que elege o maior número absoluto de vereadoras.

Atualmente constituída por 41 vereadores eleitos por voto direto, estes representantes do povo são o espectro político-partidário do país, responsáveis pela fiscalização e controle dos Atos do Executivo e Legislativo municipal e por funções legislativas – elaboração de projetos de lei - que, depois de votados no plenário, transformam-se em Leis que serão aplicadas a todos/as os/as cidadãos/ãs no âmbito do município. Neste contexto é que se localiza a importância da prática e ação sócio-política desta vereadora, na mediação entre o exercício da prática legislativa e a conscientização e organização do segmento ao qual se identifica.

Isso porque, como bem se refere Raquel Soihet (2007) por reflexo do pensamento iluminista, se acreditou por muito tempo que ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo igualmente contempladas. O que não correspondia à realidade, tal se devia à modalidade de história que se praticava herdeira do Iluminismo.

Pensamento generificado, comportamento corporificado

Ao longo da existência desta Câmara Legislativa, a presença de mulheres tem se dado em número extremamente reduzido – atualmente destas 41 cadeiras apenas 7 são ocupadas por mulheres - de modo que, até então, não tem sido suficientemente atrativa aos olhos dos pesquisadores a incorporação das experiências políticas destes sujeitos à História oficial. Um olhar mais atento sobre a Câmara aponta para a evolução do déficit democrático de gênero, no tocante à presença da mulher, déficit este que se acentua quando adotamos como parâmetro o viés da heteronormatividade.

Tomar para análise a história dos sujeitos que atuam na Câmara de Vereadores a partir destas novas abordagens, o gênero se apresenta como sendo uma elaboração histórica, culturalmente construída, tornando-se evidente a necessidade de repensar as perspectivas até então utilizadas, muitas delas permeadas por uma visão parcial, masculina, que acoberta uma relação de dominação e poder, com o privilégio de determinados sujeitos em detrimento de outros. A historiadora Guacira Lopes Louro nos fala que as teorias de gênero contribuíram para que os estudos feministas revelassem que,

“embora as categorias modernas e valores do Iluminismo tais como direitos, igualdade, liberdade, democracia inicialmente tenham instruído muitos dos movimentos feministas de emancipação, o discurso humanista da teoria moderna, juntamente com suas noções de Sujeito e Identidade intrinsecamente essencialistas, fundacionalistas e universalistas, tendeu a apagar as especificidades (de gênero, de classe, de raça, de etnia e de orientação sexual, etc.) dos diferentes sujeitos que ocupavam outras fronteiras políticas que aquelas do homem branco, heterossexual e detentor de propriedades.” (LOURO, 1999)

Não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos, ponto de partida para o desenvolvimento de aspectos fundamentais do pensamento, como por exemplo, à oposição binária sexo-gênero, as noções “essenciais” de homem e de mulher, o caráter heteronormativo dos discursos tradicionais sobre a sexualidade. Em entrevista ao site Terra Magazine (13 de fevereiro de 2009) a vereadora Leo Kret do Brasil disse:

“A gente brinca com essa questão do povo. Mas, na realidade, nós somos transgêneros. Temos identidade feminina. E se a gente vai pegar as definições coletadas pelo coletivo de travestis transexuais, vai perceber que a definição de "travesti" é se transformar em alguns momentos. E a minha identidade feminina é diária. Eu durmo e acordo uma mulher. Ainda não operada, ainda não transgenitalizada. Mas eu acordo uma mulher. Se formos usar uma definição mais específica, eu seria uma transexual.”

Sob a luz do debate do campo da participação política das mulheres busco desvelar as construções sobre a existência das mulheres, não como um amontoado de pessoas biologicamente similares, seguida por uma análise que atribuía a opressão das mulheres e sua falta de visibilidade histórica à tendenciosidade masculina, mas como identidade passível de mobilização política no contexto de transformações da sociedade brasileira. Ao criar novas percepções sociais do que significava ser um homem ou ser uma mulher e fugirmos da perspectiva do discurso essencial, da oposição binária macho versus fêmea, contribuímos para pensar e analisar as presenças e sentidos do passado.

Os impactos da presença de Leo Kret do Brasil na Câmara de Vereadores

Alecsandro de Souza Santos - Leo Kret do Brasil nasceu em 09 de dezembro de 1983, em Salvador, Bahia. Em 18 de novembro de 2009, ganhou na Justiça o direito de usar o nome Leo Kret do Brasil. A primeira infância foi vivida em Areia Branca, no município de Lauro de Freitas/Bahia. Há 16 anos, os pais vieram morar na capital, no bairro de Pernambués, com os outros cinco irmãos da vereadora. Em entrevista a Terra Magazine (2008), diz ao jornalista Claudio Leal que, “Leo Kret surgiu nos finais de linha, nos bairros, nas populações carentes ou, como dizem aqui na Bahia, nos guetos de Salvador. Dançando com aquelas bandinhas - não pejorativamente, claro -, muitas delas de garagem, e desabrochou. Leo Kret dançando contra toda uma onda de preconceito e discriminação”.

Entrevistada pelo professor Leandro Colling da UFRB - site Grupo Gay da Bahia - GGB (13 de fevereiro de 2009) e questionada sobre sua sexualidade responde: “o que posso dizer é que durmo e acordo como uma mulher”. Trazer a vereadora Leo Kret do Brasil para uma

pesquisa que se propõe a analisar a participação política das mulheres no poder legislativo municipal é assegurar o domínio do político.

A linguagem é o campo mais eficaz e persistente onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades. Ela institui e demarca os lugares dos gêneros não apenas pelo ocultamento daqueles não fazem parte no grupo dominante, mas também, pelas diferenciações que são atribuídas aos sujeitos, pelas analogias feitas entre determinadas qualidades, atributos ou comportamentos e as sexualidades, gêneros, raças, etc.

Alguns setores da sociedade, a exemplo da mídia, se manifestam de forma hostil a eleição da primeira vereadora transgênero da Bahia. A discriminação direcionada a vereadora em diversas publicações coletadas neste período nos permite observar os pontos de vista que reforçavam os estereótipos que refletem na “inferioridade natural” deste sujeito.

Leandro Colling, coordenador do grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade – UFRB, por exemplo, fazendo um paralelo entre as paradas gays e resultado das eleições, relata que:

A rigor, Marcelo Cerqueira, apesar de ser um dos organizadores das paradas da cidade, nunca incorporou essa dimensão da política em suas campanhas eleitorais. [...] a campanha de Marcelo se rendeu às forças da heteronormatividade, tentou parecer igual aos heterossexuais para conquistar mais votos. Não deu certo. A de Leo Kret fez o contrário. Ela usa e abusa do seu corpo estranho, do seu trânsito entre os gêneros, ela quebra as noções binárias de sexo e gênero. [...] O problema, dizem alguns críticos, é que ela não tem postura, discurso e estratégia política capaz de se tornar respeitada e de combater a homofobia. Vai manter a representação caricata dos homossexuais, dizem outros. Será? E por que os gays caricatos, afeminados e fechativos não podem estar na Câmara de Vereadores?”

A meu ver, estes questionamentos trazidos por Colling tornam evidentes o intuito de diversos setores de desqualificar a representação política, reflexos inclusive de discursos construídos ao longo da história pelo grupo heterossexual hegemônico, que têm negado a possibilidade de sujeitos tidos como subalternos criarem as suas próprias estratégias de enfrentamento a ordem dominante de exclusão.

No Bahia de Fato (08 de outubro de 2008) a vereadora reeleita e presidente do PT municipal de Salvador, Vânia Galvão fala a respeito da eleição de Leo Kret dizendo que,

“ela passa a ser a nova vereadora da capital e não o vereador homem. A rejeição à sexualidade de Leo Kret é resultante da discriminação que os homossexuais sofrem na sociedade. “É importante que ela se coloque como cidadã para garantir o direito de ter sua escolha respeitada” afirma Vânia Galvão, que sempre lutou pela criação da frente parlamentar em defesa dos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais).”

O engajamento da vereadora Leo Kret esta associado ao mundo artístico. Ao longo de sua vida não há sinais de ativismos em grupos de movimentos sociais, muito menos de partidos políticos, seja ele de direita ou esquerda, porém sua luta se deu em assumir a identidade feminina a partir dos quinze anos, quando foi apelidada de Leo Kret numa brincadeira de escola, devido à

sua dança sensual, que se assemelha a luta das mulheres para terem autonomia sobre os seus próprios corpos. Desde que assumiu sua identidade feminina, passou a sentir-se constrangida ao ser chamada de Alecsandro, seu nome de batismo. “... esta é uma grande vitória e evolução, não só para mim, mas para milhares de travestis e transexuais que vivem constrangidas e excluídas de diversos meios devido a esta questão”. Diz Leo Kret ao conseguir garantir na justiça o direito de mudar de nome. Para o Juiz Nelson Carneiro, “a inserção social da transexual que ‘sofre rejeição’, [...] ‘é inerente à liberdade da pessoa e à sua dignidade’”.

Por essas e outras questões é tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre estes os sujeitos, é perceber o não-dito, aquilo que é silenciado, a exemplo do ocultamento ou a negação dos/as homossexuais e da homossexualidade das práticas e discussões das instituições, como sujeitos protagonistas do processo. A linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares como também os institui. Ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças.

De acordo com Suely Gomes Costas (2004), comentado o artigo de Michele Perrot, as dicotomias precisam ser revistas e superada para que as transgressões femininas possam ganhar destaque, a ponto de melhor situar as discussões sobre relações de gênero em contextos locais, históricos, culturais e sociais e agregar as experiências das mulheres em sua diversidade. Trazer para a cena as raízes, os perfis sociais, econômicos, raciais, culturais, geracionais, educacionais e político dessas mulheres. Os feminismos representam diferentes lutas, falam de experiências subjetivas historicamente construídas de diferentes mulheres. Pensar os feminismos sob esta ótica, permite a existência da diferença e a coalizão para enfrentamentos mais amplos como nos sugeri Carla Bassanezi Pinski (2009), é pensar a diferença (em termos de pluralidade e diversidade, em vez de unidade e universalidade).

Fechamentos provisórios para um debate em andamento

As reflexões trazidas nesta pesquisa oferecem ao leitor elementos para a constituição de uma imagem menos simplista acerca desta personagem - mulher - que se considera negra, sendo pobre, transgênero, sem filhos, dançarina, nascida em bairro popular de Salvador, que possui como escolaridade o ensino médio. Destaco o fato de este sujeito, mesmo tendo se constituído em uma figura bastante emblemática da capital baiana desde a sua diplomação, apresenta dificuldades para constituir este *status*, o de sujeito social da ciência. A esse respeito assim se posiciona Rago:

“como diria Paul Veyne, o que deve ser privilegiado pelo historiador passa a ser dado pela temática que ele recorta e constrói, e não por um consenso teórico exterior à problemática, como acontecia antes quando se trabalhava com o conceito de modo de produção, por exemplo, ou ainda, quando a preocupação maior com o passado advinha de suas possibilidades em dar respostas à busca da Revolução. A realidade já não cede à teoria.” (RAGO, 1998)

Nunca se pretendeu, obviamente, esgotar as possibilidades de abordagem sobre esta figura “simbólica”. Entretanto, a partir da necessidade de se explicar a crescente importância da dimensão cultural nos sistemas que dão significado às subjetividades, abrem-se portas para uma compreensão maior sobre questões que ainda não foram superadas pela teoria feminista que, pressionada pelos estudos de gênero, vem tomando novo fôlego, com uma maior compreensão das realidades empíricas diversas, nas quais o sistema sexo/gênero operacionaliza relações de poder.

Portanto, radicalizar a rejeição a heteronormatividade, sair do referencial androcêntrico, recusar a idéia das identidades humanas fixas, a noção do sujeito social como universal e tantos outros fundamentos exaltados pela ciência moderna, predominantes nas ciências sociais e política, é fazer o sujeito do feminismo tornar-se, irrepresentável para este sistema que institui o binarismo homem e mulher. É reafirmar que:

[...] O sujeito do feminismo [...] é um sujeito cuja definição ou concepção se encontra em andamento, neste e em outros textos críticos feministas [...] é uma construção teórica (uma forma de conceituar, de entender, de explicar certos processos e não as mulheres. (Teresa de Lauretis p.137)

Hoje sabemos das nossas diferenças e não negamos mais as diferenças entre nós, mulheres, embora estas ainda sejam pontos de muitos debates. Abrindo a teoria feminista para estudos nesta direção, estamos aprendendo a ouvir a fala das mulheres simples, tomadas pelas teorias como “mulheres subalternas” – negras, operárias, homossexuais, etc, que, nas raras ocasiões em que conseguem adentrar nos espaços de representação do poder, levam consigo os estereótipos, papéis sociais que reafirmam esta subalternidade.

A proposta de abertura de inúmeras perspectivas têm sido dos mais criativos e instigantes movimentos feitos no âmbito desta teoria. Assim, a crítica feminista, fundada no pensamento de Carole Pateman (1992), aponta para uma ferida aberta, a contradição fundamental do discurso democrático liberal, que encobre as exclusões e que concebe a cidadania como uma categoria constitutiva do liberalismo patriarcal reservada apenas para alguns sujeitos: aquilo que um “cidadão” é, é aquilo que faz e a arena onde atua, partindo do princípio androcêntrico, em que tudo foi construído à imagem masculina e que às mulheres é reservado apenas o espaço como a “outra”. Pensar os feminismos sob esta ótica desponta a possibilidade de coalizão entre as mulheres para estes enfrentamentos de caráter mais amplos.

Há muito que se chamar atenção para o estudo sobre a presença das mulheres nos espaços de decisão e políticos, o que se justifica e é, sem sombra de dúvida, um elemento transformador sob diversas óticas, não apenas – como se costuma freqüentemente dizer – por uma questão quantitativa (as mulheres são a metade da população) ou por questões essencialistas (“porque

cuidam bem dos outros”), mas, sobretudo, por um motivo: os próprios interesses das mulheres, visto que os valores predominantes da família patriarcal, limitam as mulheres direitos como o de sujeitos na história, acesso e controle do seu corpo, do produto do seu trabalho, e, até mesmo, o exercício do poder. A análise das diferenças de gênero, portanto, nos ajudar na compreensão e identificação das diferenças e hierarquias existentes entre os sexos, que se criam e reproduzem através de uma teia de relações de poder.

Referências bibliográficas:

- BORTOLINI, A. (Coord.). Diversidade Sexual na Escola. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Suely Gomes. “Movimentos Feministas, Feminismos”. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. especial, Dec. 2004.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, v.10, n.1, 2002.
- hooks, bell. Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras (obra colectiva). Madrid: Traficantes de sueños, 2004.
- MALUF, Marina. Ruídos de Memória. São Paulo : Siciliano, 1995.
- PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In. Revista Brasileira de História. São Paulo, V.9, Nº 18, 09-18 agosto/setembro 1989.
- PINSKY, Carla Bassanezi Estudos de Gênero e História Social. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009
- RAGO, Margareth - “Adeus ao Feminismo?”. Cadernos do AEL, 1996; “O Gênero como Categoria do Pós-Estruturalismo” in Lucila Scavone; “A subjetividade feminina entre o desejo e a norma”, Revista Brasileira de História; “Epistemologia Feminista, Gênero e História”, 1997, in Joana Pedro e Miriam Grossi – Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.
- SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma Categoria Útil para a Análise Histórica”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez., 1990.
- SCOTT, Joan Wallach. El problema de La invisibilidad. In. ESCANDÓN, C.R. (org). Género e História. México: Instituto Mora/UAM. 1992.
- WITTIG, Monique. O pensamento hetero. Palestra conferida em 1978, publicada em 1980 http://www.geocities.com/girl_ilga/textos/pensamentohetero.htm

ZIMMERMANN, Tânia Regina e MEDEIROS, Márcia Maria. Biografia e Gênero: repensando o feminino. In. Revista de História Regional 9(1): 31-44, Verão 2004. <http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path%5B%5D=227&path%5B%5D=180>.

O ACESSO AO CRÉDITO PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA: CENÁRIO DE RESTRIÇÃO NUM UNIVERSO EM EXPANSÃO

Fernando Farias Valentin¹

Neusa Serra²

RESUMO

Nos últimos anos o Brasil vem presenciando uma forte expansão na oferta de crédito para o consumo e para a produção. Em maio de 2012 a oferta de crédito na economia brasileira ultrapassou o patamar de 50% do PIB, batendo um novo recorde histórico. Nesse contexto, o movimento da Economia Solidária vem lutando pela criação de uma política nacional para o segmento que permita o acesso ao crédito de modo desvinculado do sistema financeiro nacional. Na tentativa de melhor compreender os desafios subjacentes a esse processo o presente artigo traça um panorama do acesso ao crédito no Brasil, destacando as iniciativas empreendidas ao longo dos últimos 40 anos pela sociedade civil e pelos segmentos da economia popular. Paralelamente analisa os mais recentes números do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e discute as dificuldades encontradas para o acesso ao crédito pela Economia Solidária. Como conclusão o estudo aponta para necessidade de capacitação dos empreendimentos econômicos solidários visando a obtenção dos financiamentos atualmente disponíveis na economia, especialmente os do Programa Crescer, e para a necessidade de se aperfeiçoar o funcionamento dos bancos comunitários.

PALAVRAS-CHAVE: crédito, economia solidária, microcrédito, banco comunitário

ABSTRACT

In recent years Brazil has seen a strong expansion in credit supply for consumption and production. In May 2012 the supply of credit in the Brazilian economy exceeded the threshold of 50% of GDP, hitting a new record. In this context, the Solidarity Economy has been fighting for the creation of a national policy for the segment that allows access

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela USP. Mestrando em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. E-mail: fernando.valentin@ufabc.edu.br

² Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC. E-mail: neusa.serra@ufabc.edu.br

to credit so disconnected from the national financial system. In an attempt to better understand the underlying challenges to this process this paper presents an overview of access to credit in Brazil, highlighting the initiatives undertaken over the past 40 years by civil society and the popular segments of the economy. It also, analyzes the most recent figures from the National Program of Oriented Productive Microcredit (PNMPO) and discusses the difficulties in access to credit for the Solidarity Economy. In conclusion the study suggests a need for training of solidarity in order to obtain the financing currently available in the economy, especially the Crescer Program, and the need to improve the functioning of community banks.

KEYWORDS: solidarity economy, credit, microcredit, community bank

1. INTRODUÇÃO

Mesmo tendo obtido grande expressão e espaço social nas últimas décadas, dando azo a um vasto campo de experiências e iniciativas de produção e reprodução dos meios de vida estruturados a partir da propriedade coletiva dos meios de produção, da autogestão, da solidariedade, do coletivismo e da sustentabilidade, a Economia Solidária encontra ainda hoje uma forte limitação para sua expansão e desenvolvimento, imposta principalmente pelas dificuldades e limitações de acesso ao crédito e aos financiamentos.

A dificuldade para obtenção de crédito em empreendimentos geridos por trabalhadores em grande parte ocorre pelo elevado grau de informalidade das organizações e/ou empreendimentos e, pelas restrições impostas pelos bancos públicos e privados na concessão dos empréstimos. Sem crédito, associações, cooperativas e trabalhadores autônomos informais do setor não conseguem realizar investimentos, têm dificuldades para aquisição de matérias-primas e insumos, não conseguem escoar a produção e, conseqüentemente, acabam limitando cada vez mais suas possibilidades de geração de emprego e renda, de crescimento e de expansão dos empreendimentos. O crédito, como nos ensina Paul Singer (2011) é a crença, é a fé no devedor. Para conceder o crédito, o credor exige garantias. Não havendo garantias a serem oferecidas, dificilmente se conseguirá acesso ao crédito. As camadas pobres da sociedade não possuem ativos financeiros para dar em garantia. Isso faz com que eles não tenham

acesso às oportunidades de crédito existentes no mercado capitalista, formado pelos bancos privados e públicos. (COCO, 2002).

A última Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES) ocorrida em 2010, e o anteprojeto de lei da Economia Solidária, que atualmente se encontra em fase de coleta de assinaturas, apontam claramente para a necessidade de criação de políticas públicas específicas voltadas ao financiamento dos empreendimentos econômicos solidários de modo desvinculado do sistema financeiro tradicional, e com ênfase especial para os novos arranjos econômicos das finanças solidárias protagonizados pelas cooperativas de crédito, pelos bancos comunitários populares e pelos fundos rotativos.

Com base nesse panorama o presente artigo pretende mostrar os desafios para a concessão de crédito à Economia Solidária num ambiente onde predomina a indisposição do sistema financeiro para com empreendimentos de trabalhadores que não apresentam garantias (BARBOSA,2007), e no qual ainda persiste um forte padrão de desigualdade entre “os que têm” e “os que não têm” (MAKLER, 2009).

O estudo está dividido em cinco partes. Inicialmente, vamos traçar um panorama histórico do processo de concessão de crédito no país mostrando como esse processo foi se modificando ao longo do tempo, sendo transformado de uma prática privada à uma política pública promovida pelo Estado brasileiro. Na sequência, faremos uma reflexão sobre alguns dados do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) criado em 2005, questionando se de fato essa é uma política para o segmento popular da economia. A terceira parte do estudo apresenta a evolução das iniciativas populares para obtenção do crédito promovida por organizações não-governamentais, igreja e sociedade civil desde os anos 1950 até a implantação dos programas de microcrédito na década de 1990.

Para finalizar, a última parte do trabalho é dedicada à reflexão da importância do crédito para a Economia Solidária e do papel que vem sendo desempenhado pelos bancos comunitários como agentes de dinamismo econômico e de promoção do desenvolvimento local sustentável.

2. O ACESSO AO CRÉDITO NO BRASIL

No início do século XX cabiam aos “*turcos ou judeus da prestação*” como eram conhecidos os vários imigrantes de origem árabe que atuavam como mascates nas

idades do Sudeste, do Sul, em algumas áreas do Nordeste e até mesmo no Centro-Oeste e na Amazônia vender a prazo ou em prestações. Eles iam de casa em casa, circulando por diversos bairros com suas malas repletas de mercadorias e bugigangas em busca das donas de casa que eram sua principal freguesia. Cobriam principalmente os domicílios da zona rural, área de acesso extremamente difícil à oferta desses produtos no meio urbano. Dependendo da capacidade de cada cliente em pechinchar, o preço das mercadorias poderia ir baixando. Se o freguês não possuía todo o dinheiro, podia pagar metade no ato da compra e metade no mês seguinte. Caso o cliente optasse por comprar um pacote de mercadorias ou uma quantidade maior de produtos podia pagar em até três vezes. O importante para o “*turco*” era vender (VENTURA, 2000).

Até meados dos anos 1950, o crédito ao consumidor era algo raro no comércio das principais cidades brasileiras. Em geral, as transações comerciais eram pagas em espécie, isto é, em dinheiro, e o uso do cheque era praticamente inexistente. Algumas lojas mais tradicionais ainda se valiam das vendas fiado, guardando em cima dos balcões o chamado “Livro do Fiado” onde registravam o nome de todos os clientes que haviam comprado para pagar depois. Nos bares, empórios e mercearias o costume era levar a mercadoria e pagar somente depois. Os clientes possuíam contas nas lojas e sequer conferiam o que havia sido anotado pelo vendedor. A confiança era o princípio chave nessas relações comerciais.

Em termos históricos podemos dizer que a preocupação do Estado brasileiro com o fomento do crédito remonta ao período compreendido entre os anos de 1959 a 1964, período no qual uma série de medidas legislativas foram tomadas abrindo o crédito ao consumidor para a atuação das companhias de crédito e financiamento (SCALVI, 2006). Entre 1945 e 1964 o país assistiu a um processo de concentração bancária e de criação de novas instituições com o objetivo de financiar o chamado desenvolvimento econômico. Nesse período o foco das operações de crédito era o financiamento à produção. Tendo o investimento como elemento chave e central para a definição da taxa de crescimento econômico, restava saber de onde viriam os recursos necessários à efetivação desse processo (SAES, 2001).

O financiamento ao consumidor surgiu a partir do final da década de 1960 e passou a ser feito por instituições financeiras e não mais pelas próprias empresas ou pelos lojistas, como nos primeiros anos do século XX. Atribuiu-se a partir de então

grande importância ao sistema financeiro. A lei da usura³ foi suprimida e foi implantada a correção monetária, permitindo a remuneração das aplicações. Consolidou-se assim a modalidade de concessão de crédito, e foi significativamente expandida a base de tomadores de financiamentos até meados dos anos 1970.

Entre fins de 1970 até início de 1990, período de forte recessão e altos índices de inflação, a tônica governamental foi a da restrição do crédito e da contenção do consumo. O volume total de operações de crédito no sistema financeiro nos anos 1980 ficou estagnado e a partir do Plano Collor I verificou-se uma queda significativa (CARVALHO, 1992). Como o comércio sempre se pautou por uma dinâmica muito própria, procurando encontrar sempre novas formas e alternativas para ampliar o acesso ao crédito e potencializar a venda de produtos, nem mesmo os sucessivos pacotes econômicos baixados pelo governo federal entre os anos de 1985 a 1991 conseguiram conter as instituições financeiras em seu desejo de continuar a disponibilizar recursos para o crédito. O governo tentava frequentemente conter o número de prestações, estabelecer prazos máximos para os financiamentos, mas o mercado criava suas próprias regras esticando e encolhendo-os conforme suas conveniências e desejos de ganhos e lucros.

No ambiente macroeconômico os anos 1980 se caracterizaram pela perda quase total da capacidade de investimento do Estado brasileiro e de financiamento da economia. Os recursos financeiros disponíveis no mercado passaram a migrar da produção para a especulação financeira (BRUM, 1999). A recessão econômica do período não estimulava o investimento, drenando os recursos para especulação. Isso gerou um desvirtuamento da função do sistema bancário brasileiro, que deixou de captar os recursos disponíveis na sociedade e aplicá-los no setor produtivo. O sistema financeiro deixava cada vez mais de lado a função de prover crédito para o investimento e consumo, e se concentrava no financiamento da dívida pública em âmbito interno e externo.⁴

Com a estabilização econômica nos anos 1990, propiciada pelo Plano Real, o sistema financeiro bancário teve de buscar novas formas para obtenção de lucros. A

³ Decreto nº 22.626 de 07 de Abril de 1933. Revigorado pelo Decreto de 29 de novembro de 1991. A lei da usura atualmente se aplica a negócios civis. Para as instituições financeiras a lei da usura não se aplica pois existe legislação específica sobre o assunto.

⁴ A dívida pública é formada pelas quantias que o Governo toma emprestado para financiar seus gastos. Esses recursos podem ter origem interna e externa sendo oriundos de bancos públicos ou privados, investidores, instituições financeiras internacionais ou até mesmo de governos de outros países. Para uma discussão mais detalhada acesse: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatecDividapublica.pdf>

inflação galopante já não se fazia presente e a antiga ciranda financeira das aplicações, que proporcionavam grandes e rápidos rendimentos para uns poucos havia acabado. Com isso, o sistema bancário passaria a apostar no crédito como seu novo instrumento de ganhos. Durante praticamente toda a década de 1990 a relação crédito / Produto Interno Bruto (PIB) ficou em torno de 28% aproximadamente, o que demonstra o baixo volume desse recurso na economia. A confiança criada pela estabilização dos preços levou os consumidores de baixa renda a ampliarem a demanda por bens de consumo duráveis, e isso, por sua vez, levou a uma grande expansão do crédito às pessoas físicas. Entretanto, com o estouro da crise do México em 1994 e da Ásia em 1997, os bancos passaram a adotar uma postura mais defensiva manifestando maior aversão ao risco e restringindo os empréstimos e as operações de crédito.

Essa situação só viria mudar a partir de 2003 no governo de Luiz Inácio da Silva. Com ele, o conceito de acesso ao crédito começou a se modificar no país. Uma das principais ações implementadas logo no início de sua gestão foi a ampliação da bancarização das camadas pobres da população e a ampliação em maior escala da concessão de crédito para consumo e para produção pelo sistema financeiro nacional (SFN). A Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB) criaram instituições específicas para gerenciar as redes de correspondentes bancários (padarias, farmácias, mercadinhos, etc) e garantir o processo de abertura de contas-correntes. A edição do “Pacote do Microcrédito” em 2003 procurou estimular a massificação das contas simplificadas, garantir estímulo à oferta de crédito e permitir a formação das cooperativas de crédito de livre associação. No entanto, a Lei 10.735 de 11 de setembro de 2003, que tinha por objetivo garantir a execução dessa política de expansão, acabou também gerando uma forte regulamentação sobre os valores a serem concedidos a título de crédito e sobre os prazos de parcelamento, fazendo com que os principais bancos brasileiros optassem naquele momento por ficar fora dessa modalidade de oferta de crédito, optando por manter seus recursos depositados compulsoriamente no Banco Central (BCB) a correr riscos em empréstimos. Com a edição da Medida Provisória 226 em 29 de novembro de 2004 o governo criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e delimitou a separação entre crédito para consumo e crédito para produção. O microcrédito produtivo orientado foi caracterizado como sendo “o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é

executada a atividade econômica (...)” (MP226/2004). Por esse programa os bancos ficavam obrigados a emprestar 2% do montante disponível em contas-corrente com juros variando entre 2% e 4% ao mês. Segundo Fernando Nogueira da Costa no início de 2006 os bancos cumpriram algo em torno de 69,7% da exigência de aplicação dos recursos no microcrédito, mas já em outubro do mesmo ano, esse percentual havia recuado para 58%. Isso significou uma menor pré-disposição dos bancos em oferecer recursos a segmentos que não lhes oferecessem garantias reais. Na tentativa de garantir maior disponibilidade de recursos ao microcrédito o Conselho Monetário Nacional (CMN) mudou em dezembro de 2006 os valores máximos de empréstimos (pessoa física de R\$ 600,00 para R\$ 1.000,00 e pessoa jurídica de R\$ 1.500,00 para R\$ 3.000,00). Tal medida contribuiu para descaracterizar ainda mais o programa, uma vez que ele fora criado para emprestar pequenos valores àqueles que estavam fora do sistema financeiro (COSTA, 2010). Com o aumento dos valores para empréstimos o programa passou a atingir outro público-alvo, os micro e pequenos negócios que já contavam com algumas linhas específicas de financiamento.

De 2005 a 2011 os desembolsos do PNMPO aumentaram em todos os anos, demonstrando a vontade política do governo em manter esse canal de crédito em constante expansão. Porém, até hoje, não se sabe muito bem quem são os reais beneficiários dessa política. Os relatórios mais recentes do PNMPO indicam que o grosso dos recursos vai para o setor informal da economia. Imagina-se que os verdadeiros beneficiários dessa política estejam sendo os segmentos da economia informal com características empreendedoras nos moldes capitalistas. Àqueles que se encontram fora do mercado de trabalho e que necessitariam fortemente desse recurso para voltar a produzir não parecem estar colhendo os frutos desse programa.

Em agosto de 2011 a Presidenta Dilma Rousseff lançou o Crescer – Programa de Microcrédito Orientado, com meta de atingir 3,4 milhões de clientes até 2013.⁵ O Crescer nada mais é do que uma nova tentativa por parte do governo federal de fazer o microcrédito deslanchar no país. Nessa nova fase a taxa de juros anual sobre os valores tomados em empréstimo será de 8% ao ano, e a taxa de abertura de crédito ficará em apenas 1% do valor emprestado. O limite máximo de empréstimos foi fixado em R\$ 15 mil e os prazos para pagamento variam entre 12 meses para capital de giro e 26 meses

⁵ Cf. Programa Crescer baixa juros do microcrédito para milhões de empreendedores. Matéria veiculada no site Brasil.gov.br. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/08/24/programa-crescer-pode-transformar-sonho-de-ter-renda-e-independencia-em-realidade-diz-dilma>> Acesso em: 28/02/2012.

para investimentos. O programa está sendo operacionalizado tanto por bancos privados quanto públicos. A meta dos bancos públicos federais (Banco da Amazônia – BASA, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco do Brasil – BB e Banco do Nordeste – BNB) deverá ser aumentada ano a ano. Espera-se que ao final de 2012 os bancos públicos tenham constituído carteiras ativas num total de 1,73 bilhão de reais⁶ e que em 2013 esse número chegue a 2,99 bilhões de reais. A redução na taxa de juros está sendo proporcionada por meio de subvenções realizadas pelo governo federal. Em 2012 o valor total a ser aplicado será de R\$ 310 milhões e, em 2013, esse volume deverá atingir R\$ 483 milhões.

Desde o lançamento do Crescer até o final de 2011 o BNB – Banco do Nordeste foi o responsável por 93% de todas as contratações do programa. Nesse período foram realizadas 606 mil operações. Dessas, 565 mil foram originadas no programa Crediamigo do banco. Segundo reportagem do site Economiabaiana.com.br⁷ esse resultado foi conquistado nos últimos três meses de 2011. O valor médio emprestado foi de R\$ 1.041,00 e o prazo médio de pagamento ficou em 7,8 meses. Os segmentos mais beneficiados foram o comércio varejista alimentício, o setor de vestuário e o de revenda de cosméticos.

3. O PNMPO: UMA POLÍTICA ECONÔMICA PARA O SEGMENTO POPULAR?

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado foi resultado de um vasto acúmulo de experiências por parte de ONG's, OSCIPS e por toda a sociedade civil em mais de 30 anos de iniciativas inovadoras de oferta de crédito popular. O programa tem como objetivo central oferecer crédito exclusivamente a empreendedores populares, e de pequeno porte, juntamente com acompanhamento técnico no local de trabalho do empreendedor. Lançado oficialmente em novembro de 2004 por meio de Medida Provisória e convertido em lei em 25 de abril de 2005 (Lei 11.110), o PNMPO assumiu também o papel de articulador entre as várias instituições de microcrédito existentes pelos país, bancos e demais operadores de recursos públicos e privados

⁶ Cf. matéria publicada no portal Agência Brasil. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-04-02/dilma-programa-crescer-ja-emprestou-mais-de-r-12-bilhao-pequenos-empresendedores>. Acesso em: 15/05/2012.

⁷ Cf. <http://economiabaiana.com.br/2012/02/29/bnb-financiou-93-das-operacoes-do-programa-nacional-de-microcredito-crescer-em-2011/>. Acesso em: 20/05/2012.

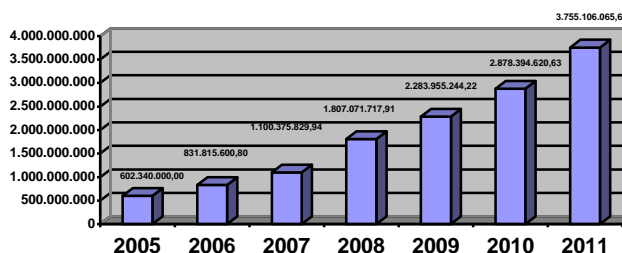
(PEREIRA, 2007). O programa é coordenado e executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), porém, conta com algumas diretrizes definidas em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e com o Ministério da Fazenda (MF). A participação no PNMPO é feita por intermédio de instituições habilitadas. Estas podem ser Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (IMPOs), Agentes de intermediação (AGI), Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs), Instituições Financeiras Operadoras (IFOs) e Agências de fomento (AFs). Tais instituições possuem autonomia de gestão e administração de suas carteiras e dos demais serviços prestados. O desenvolvimento institucional das organizações habilitadas também é objeto de ações pelo PNMPO. Em termos operacionais e de gestão essas ações se concentram em: promover intercâmbio entre metodologias creditícias, realizar capacitações das operadoras em assuntos ligados à gestão financeira, marketing, recursos humanos, organização, processos e sistemas gerenciais, estimular práticas e ações de boa governança e realizar estudos e pesquisas sobre o perfil da clientela, análises de mercado e de impacto dos programas.

O PNMPO considera como micro-empresendedores populares as pessoas físicas e jurídicas com renda anual de até 120 mil reais (conforme alteração do Decreto 6.607 de 21/10/2008). Antes dessa data o valor de referência para renda bruta anual era de até 60 mil reais. Os recursos emprestados pelo PNMPO são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e de uma parcela fixa de todos os depósitos à vista captados pelos bancos comerciais, múltiplos e com carteira comercial e pela Caixa Econômica Federal. Esses recursos são destinados a operações de crédito voltadas à população de baixa renda, conforme previsto na Lei 11.110 de 2005. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES operam o PNMPO com recursos diretos do FAT. Já os demais bancos utilizam para os empréstimos parte dos valores captados em depósitos à vista.

Os gráficos 1, 2 e 3 abaixo mostram a evolução do programa desde sua criação até o final de 2011. Fica bastante nítido que o volume de recursos disponibilizados tem aumentado anualmente. O maior crescimento de toda a série ocorreu nos últimos três anos, período no qual houve uma larga expansão do crédito em todo o país, registrando

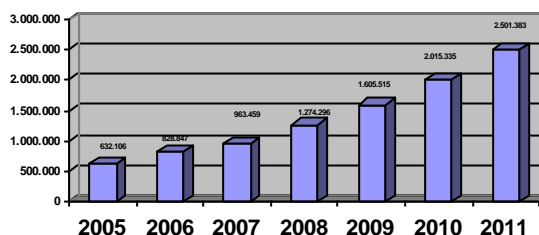
média anual em torno de 13,5% acima do PIB.⁸ A quantidade de operações de crédito, isto é, de clientes atendidos, também teve significativa expansão, no entanto, mais baixa em termos relativos quando comparada ao volume total de crédito ofertado. Em relação ao tipo de clientes, tem havido concentração dos desembolsos junto ao setor informal da economia.

Gráfico 1 – Evolução dos valores disponibilizados pelo PNMPO 2005-2011 (Em R\$)



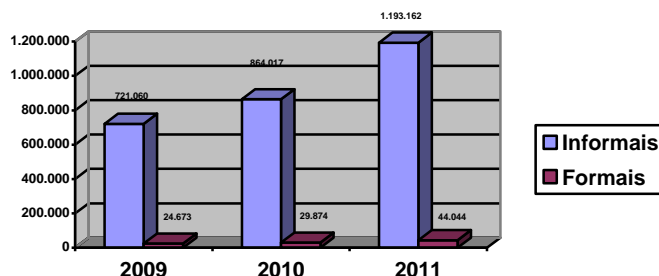
Fonte: PNMPO Site MTE. Elaboração do autor. Acesso em: 25/06/2012.

Gráfico 2 – Evolução no número de operações de crédito PNMPO – 2005-2011



Fonte: PNMPO Site MTE. Elaboração do autor. Acesso em: 25/06/2012.

Gráfico 3 – Tipo de clientes PNMPO – 2009 - 2011



Fonte: PNMPO Site MTE. Elaboração do autor. Acesso em: 25/06/2012.

⁸ Cf. <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/analise-da-expansao-do-credito-no-brasil>

Apesar dos números indicarem um aumento progressivo nos valores disponibilizados pelo PNMPO ao crédito produtivo, uma pergunta fica no ar. Estaria a Economia Solidária sendo beneficiada por esses vultosos volumes de recursos? Segundo dados do Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES) de 2007 a demanda por crédito em todo o país atingia 16.698 empreendimentos econômicos solidários (EES) naquele ano. Destes, 10.234 ou 22,9% dos negócios tinham dificuldades para acessar o crédito em função de não possuir documentação, 16,8% consideravam difícil elaborar o projeto para solicitação do financiamento, 15,0% entendiam que os juros eram muito altos, 13,5% não tinham aval ou garantias para oferecer, 4,0% achavam os prazos de carência inadequados e 27,8% julgavam que as exigências bancárias consistiam entraves e que as linhas de crédito eram muito escassas. Em outras palavras, isso significa dizer que 60% dos EES não estavam conseguindo obter financiamentos.

Apesar da maior fatia do PNMPO estar indo para a economia informal fica bastante evidente que a Economia Solidária pouco deve estar se beneficiando desse programa. Como vimos acima tal fato decorre das limitações técnicas por parte dos empreendimentos para a elaboração de projetos, mas também, de uma política de concessão de créditos e cobrança de juros não apropriada ao perfil desse segmento. Vejamos na próxima seção como a economia popular e solidária vem buscando solucionar esses problemas.

4. AS INICIATIVAS POPULARES DE OBTENÇÃO DE CRÉDITO

Partindo da constatação que o crédito no Brasil sempre esteve direcionado às elites e camadas médias das populações urbanas alguns grupos da sociedade civil começaram a se organizar, contando com o apoio da igreja católica e de organizações não-governamentais estrangeiras e passando a experimentar formas muito próprias e particulares de obtenção de crédito e financiamentos.

O que mais tarde viria a ser chamado de microcrédito surgiu na década de 1950, quando Dom Helder Câmara criou no Rio de Janeiro uma carteira de empréstimos que mais tarde viria a se tornar o embrião do Banco Providência, uma iniciativa da igreja

católica para auxiliar no combate à miséria da população.⁹ O banco surgiu como uma alternativa para os excluídos ou não elegíveis pelo sistema financeiro tradicional.

Anos depois, em 1973, através de uma iniciativa assistida tecnicamente pela ONG Action Internacional e com a participação de entidades privadas e bancos locais surgiu a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO) nos estados da Bahia e Pernambuco. O foco da UNO eram as populações que não podiam oferecer garantias e que não tinham acesso ao crédito bancário. O valor máximo emprestado naquela época era de US\$ 3.000, no entanto os valores médios giravam em torno de US\$ 1.500. A taxa de juros anual era de 25%, algo em torno 2,08 ao mês, sendo que 7% do valor solicitado eram descontados das microempresas ficando 3% de comissão para a UNO, 2% alocados no fundo garantidor de empréstimos e 2% como comissão do banco. (JACKLEN, 1982).

Em 1981, com a realização do seminário da Conferência Nacional dos Bispos do BRASIL (CNBB) “O Homem e a Seca”, a Cáritas Brasileira (uma organização não-governamental da igreja católica criada em 1956) decidiu apoiar a criação de fundos solidários. Através dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) foi estimulada a união e a organização de grupos populares com o objetivo primordial de garantir a auto-suficiência dos mesmos através da distribuição comunitária das tarefas e do estímulo às práticas democráticas. Eles foram formados em várias regiões do país para a execução de projetos sociais. Entre 1980 e 1999 foram realizados 4 tipos de PACs: os produtivos, os de infraestrutura comunitária, os formativos e os sócio-comunitários. Em 1989 os fundos de crédito dos PACs, passaram a ser fundos rotativos¹⁰, com isso, o crédito que anteriormente era repassado aos grupos e não tinha devolução, passou a ter uma devolução solidária. Conforme os grupos iam pagando os valores tomados nos empréstimos mais antigos, parte desses valores retornavam ao fundo, permitindo a consecução de novos empréstimos para outros grupos. (CÁRITAS, 2006).

No ano de 1987, em Porto Alegre, foi criada a primeira instituição de microcrédito do Brasil. O CEAPE – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimento - com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Internacional

⁹ Para outras informações sobre a história do Banco Providência acesse:

http://www.providencia.org.br/apresentacao_historia.aspx

¹⁰ “São fundos mantidos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços. Por meio dos fundos rotativos solidários, investem-se recursos na comunidade, através de empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas beneficiadas nos projetos. Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local. Cf. disponível em: http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_fomento_financas_rotativos.asp. Acesso em: 05/07/2012.

American Foundation (IAF). A experiência bem sucedida foi estendida a outros estados com especial ênfase para a região Nordeste. Logo na sequência vieram as unidades do Maranhão e do Rio Grande do Norte em 1989. Ao longo dos anos 1990 novas unidades foram sendo abertas em vários estados. Em 1990 as 10 unidades do CEAPE espalhadas pelo país constituíram a Federação Nacional de Apoio aos Empreendimentos (FENAPE).

No último ano da década de 1980 foi criada uma instituição que se notabilizou pela utilização de uma metodologia até então desconhecida no Brasil, a dos grupos solidários, e que anos mais tarde se tornaria base para a concessão de microcrédito até por bancos privados. O Banco da Mulher, como ficou conhecido, abriu as portas em 1989 na Bahia contando com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do BID. No início de suas operações optou por atender exclusivamente clientes do sexo feminino, e mais tarde, estendeu seus benefícios também a interessados do sexo masculino.

Em outubro de 1995 a cidade de Porto Alegre promoveu a criação da PORTOSOL, a primeira instituição de microcrédito do Brasil constituída com recursos governamentais, tornando o microcrédito na capital gaúcha uma política pública para o desenvolvimento. Em Brasília, no mesmo ano, o Banco de Brasília (BRB) iniciou operações de concessão de crédito a atividades econômicas informais e no ano seguinte, 1996, foi instalada no Rio de Janeiro a VIVACRED - primeira unidade de atendimento de microcrédito dentro de uma favela.

Em 1998 chegou a vez do governo do Estado de São Paulo implantar o Banco do Povo Paulista, com a finalidade de promover a geração de emprego e renda em parceria com as prefeituras municipais. Os recursos utilizados vinham em 90% dos cofres do governo estadual e 10% das prefeituras parceiras.

No entanto, entre todos os programas de microcrédito implantados no país entre os anos 80 e 90 foi o CREDIAMIGO, do Banco do Nordeste, foi aquele que apresentou a maior penetração, capilaridade e que disponibilizou o maior volume de recursos financeiros. Este foi o primeiro programa de microcrédito a ser operado por um banco estatal e a introduzir no mercado a noção de capacitação gerencial dos tomadores de empréstimo. De 2002 a 2011 o BNB já realizou mais de 10 milhões de operações de crédito, liberando recursos financeiros superiores a R\$ 12 bilhões.¹¹ Segundo análise do

¹¹ Para dados mais detalhados sobre os resultados do Programa Crediamigo do BNB acesse: <[HTTP://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Serviços/Crediamigo/gerados/Resultados.asp](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Serviços/Crediamigo/gerados/Resultados.asp)>

boletim de Políticas Sociais nº 19/2011, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as liberações efetuadas pelo BNB corresponderam a cerca de 65% de todos os recursos liberados pelo PNMPO naquele ano.

Em termos sumários a trajetória do microcrédito e das microfinanças no Brasil, segundo Gilson Bittencourt (2006), pode ser resumida em cinco fases:

- Fase 1 (1972 - 1988) - período no qual se criam as redes alternativas de crédito ligadas às organizações não governamentais (ONGs), criação de alguns fundos rotativos para o financiamento do setor rural e gestão dos recursos com ênfase no financiamento e não no retorno do crédito;
- Fase 2 (1989-1997) - entrada das prefeituras no mercado do microcrédito, expansão do cooperativismo de crédito urbano e constituição de sistemas alternativos de cooperativas rurais;
- Fase 3 (1998-2002) - Criação do marco legal das sociedades comerciais de microcrédito (SCMs) e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), criação do programa de microcrédito do BNDES, permissão para atuação dos correspondentes bancários e alteração na regulamentação das cooperativas de crédito;
- Fase 4 (a partir de 2003) - inclusão bancária e acesso ao crédito pelas populações de baixa renda, apoio ao cooperativismo de crédito e regulamentação do crédito consignado.
- Fase 5 (a partir de 2005) - criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), viabilização dos fundos de aval e instituições de microcrédito, aproximação entre instituições financeiras tradicionais e de microcrédito.

Tomando por base os resultados do estudo realizado por Mezzera e Guimarães (2003) para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a potencial demanda por microcrédito no Brasil concluímos que esse segmento ainda tem muito a evoluir. Segundo a pesquisa, a demanda por microcrédito no Brasil estimada naquela época era de 14 milhões de pessoas. Levando em consideração o crescimento econômico dos últimos cinco anos é bastante provável que essa demanda tenha aumentado consideravelmente. Os dados do BCB comprovam essa hipótese indicando que em 2009 o número de pessoas interessadas em acessar crédito já era de 70 milhões de pessoas (FELTRIN et al., 2009). Por outro lado, a pesquisa Sistema de Indicadores de Percepção

Social – SIPS, realizada pelo IPEA, apontou que 39,5% dos brasileiros ainda não têm conta em banco (SIPIIS, 2011). Isto é, temos um grande contingente de pessoas interessadas em obter crédito, porém o sistema bancário brasileiro ainda não incluiu um pouco menos da metade de nossa população.

Em suma, convivemos com a dualidade de um amplo mercado consumidor sedento por crédito, conjuntamente, com um contingente de mais de 1/4 de nossa população sem acesso a um intermediador financeiro. Tal constatação pode ser um dos fatores explicativos do avanço dos bancos comunitários no país.

5. A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A II Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) ocorrida em Brasília, em junho 2010, consignou em seu relatório final duas resoluções muito claras apontando a necessidade da criação de políticas públicas voltadas essencialmente ao fomento do crédito aos empreendimentos solidários de modo desvinculado do sistema financeiro tradicional.

Resolução 87. A Política Nacional de Economia Solidária nos níveis federal, estadual e municipal deverá garantir o acesso a serviços de finanças e de crédito que atendam as necessidades de financiamento de capital de giro, de custeio e para a aquisição de equipamentos e infraestrutura destinados à consecução das atividades econômicas fomentadas. Além disso, é preciso ampliar o financiamento da assessoria para elaboração de projetos de orientação técnica e comercial. Os juros devem ser subsidiados, respeitando as especificidades e realidades dos empreendimentos solidários rurais e urbanos, tais como: os diferentes portes dos empreendimentos (pequenos, médios e grandes), o tempo necessário para consolidação das atividades produtivas, a escala de produção, os recortes de gênero, raça, etnia e geração, bem como as características específicas dos distintos setores econômicos. As linhas de crédito com uso de moedas sociais locais, bem como clubes de troca, devem ser reconhecidas e estimuladas. Uma das fontes de recursos deve ser o Fundo Nacional de Economia Solidária a ser criado, além de se buscar a garantia de ampliação e simplificação do acesso a outros fundos já existentes, tais como o Fundo de Am-para ao Trabalhador (FAT), as linhas de crédito do BNDES, o Fundo da Amazônia, Fundos de Desenvolvimento Regionais e Fundos Constitucionais, entre outros.

Resolução 88. Deve-se, portanto, estimular a criação e garantir apoio para a estruturação de cooperativas de crédito por território, fundos rotativos, bancos comunitários,

populares e outras instituições, com o objetivo de consolidar as finanças solidárias desvinculadas do Sistema Bancário Tradicional. As instituições autorizadas a operar as linhas de crédito previstas na Política Nacional de Economia Solidária deverão realizar operações de crédito destinadas a empreendimentos econômicos solidários de forma desburocratizada e sem a exigência de garantias reais que poderão ser substituídas por garantias alternativas, observadas as condições estabelecidas em regulamento. Tais garantias devem ser reconhecidas a partir da capacidade de trabalho e não a partir do patrimônio. Estas operações de crédito deverão ser realizadas por bancos públicos ou por instituições como cooperativas de crédito, OSCIP's de microcrédito, bancos comunitários e fundos rotativos, com experiência e atuação reconhecidas em economia solidária. (CNES, 2010 p.30)

Tais deliberações estão amparadas na constatação de que o Sistema Financeiro Nacional não tem interesse em ofertar crédito a Economia Solidária e quando o faz, acaba criando inúmeras dificuldades e entraves burocráticos que não permitem a essas populações lograrem êxito no acesso aos recursos financeiros. Apesar de existirem linhas de financiamento que também ofertam crédito aos empreendimentos econômicos solidários, como o PNMPO, a economia solidária ainda se beneficia muito pouco dessas políticas, em grande parte porque o modelo de microcrédito adotado no Brasil pressupõe que essa ajuda deva ir para os melhores, especialmente na visão dos bancos privados e de alguns bancos públicos. Isto é, nessa versão de microcrédito a ênfase está no espírito do empreendedorismo individual nos moldes capitalistas, e não sobre os empreendimentos coletivos, solidários e autogestionários. As próprias instituições que ofertam o microcrédito devem se sustentar de forma autônoma, o que implica na cobrança de juros e taxas dos clientes para poderem cobrir seus custos, crescer e acumular capital.

Em 2009, após um grande esforço em termos de negociações realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES-MTE), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) relançou o Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários (PACEA) com dotação orçamentária total estimada em 200 milhões de reais e vigência até fevereiro de 2013. O objetivo do programa foi o de apoiar empreendimentos autogestionários que atuavam no setor industrial constituídos a partir da falência de empresas ou do fechamento de unidades produtivas. Os beneficiários eram cooperativas de produção, centrais e singulares. O banco financiava até 95% dos valores dos itens financiáveis, sendo o valor mínimo de R\$ 1,5 milhão e os valores

máximos em torno de R\$ 10 milhões (operações diretas) e R\$ 30 milhões (operações mistas).

Nesse caso específico, apesar da política pública ter sido formulada para atender a uma demanda da economia solidária, ela está concentrada exclusivamente em um tipo de empreendimento que são as cooperativas e centrais de produção, e que não se constituem na maioria dos empreendimentos econômicos solidários existentes no país. Ao contrário, são empreendimentos concentrados em áreas urbanas, de característica tipicamente industrial, que acabaram falindo ou encerrando suas atividades, e seus funcionários resolveram reativá-los.

A economia solidária no Brasil é formada majoritariamente por associações e grupos informais que vivem em grande parte em situação de elevada exclusão e vulnerabilidade social. Nesse contexto, garantir às camadas menos favorecidas da sociedade condições efetivas para que possam sobreviver e se desenvolver no âmbito de uma economia capitalista significa, como salienta Singer (2007, p. A3) expandir de modo considerável o acesso ao crédito.

Se os trabalhadores tivessem acesso ao crédito, muitos deles abririam seu próprio negócio em vez de procurar trabalho como empregado por conta alheia. Quanto maior o número dos que abrissem suas próprias empresas, tanto maior a probabilidade de terem sucesso, pois a injeção de muitos pequenos capitais nos mercados expandiria a demanda permitindo aos novos negócios encontrar compradores para suas mercadorias.

Dentre as opções atualmente disponíveis de oferta de crédito à economia solidária os bancos comunitários parecem figurar hoje como a alternativa de maior capilaridade e de melhor funcionamento no que tange ao atendimento das necessidades dos empreendimentos. Tais organizações ofertam serviços financeiros e bancários que são gerenciados pela própria comunidade local, e que funcionam de maneira totalmente integrada aos mecanismos de produção e consumo de uma localidade. Além de ofertarem crédito à comunidade através de moeda social e sem juros, e contarem com um sistema de aval realizado pelos próprios moradores (aval solidário), contribuem ativamente para a organização e para o desenvolvimento da economia local e do comércio popular.

Segundo dados da Rede Brasileira de Bancos Comunitários¹² o Brasil dispõe hoje de 51 unidades espalhadas pelas cinco regiões brasileiras. A região Nordeste é a que concentra o maior número de unidades, com 37 delas. A cidade de São Paulo atualmente conta com 4 bancos localizados nas regiões norte, sul, leste e oeste do município. Até outubro de 2009 o sistema de bancos comunitários do Brasil integrados ao Sistema Palmas havia financiado R\$ 3,25 milhões e executado 28 milhões de transações (NETO SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009).

Pode-se dizer que os bancos comunitários guardam estreita relação com a Economia Solidária ou até mesmo são derivados dela. Neto Segundo (2009), em artigo publicado no jornal *Le Monde Diplomatique* em 04 de janeiro de 2009, destaca que:

Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores.¹³

Um elemento muito importante nessa definição é a noção de desenvolvimento local. O banco comunitário não objetiva apenas prover recursos para pessoas, grupos ou comunidades. Faz-se necessário que esses recursos sejam gastos localmente garantindo a circulação da moeda no nível local e propiciando mais trocas, mais consumo e mais negócios. A natureza associativa e comunitária das pessoas é o elemento central nesse tipo de instrumento de crédito. De acordo com Silva Júnior (2007) os bancos comunitários se enquadram em projetos de finanças solidárias de suporte às economias populares. Eles contribuem para aumentar o consumo, a circulação das riquezas numa dada área geográfica, e auxiliam na elevação da auto-estima da população local. A questão da renda e da distribuição de riquezas também é afetada de modo positivo por essas iniciativas. Monzoni Neto & Figueiredo (2008) identificaram que a liberação de pequenos valores a grupos de baixa renda gera lucro líquido para os empreendimentos e que as receitas de venda podem até dobrar.

O dinheiro comunitário não se propõe a concorrer com o mercado financeiro capitalista. Ele impulsiona grupos da população a sobreviver com seus próprios meios e

¹² Cf. <http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/9963>

¹³ Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=430>. Acesso em: 12/052012.

recursos, com o respaldo vindo da própria comunidade. A aquisição de um produto ou serviço com uma moeda social, por exemplo, significa um apreço pelo trabalho do outro, uma deferência ao saber da comunidade. (ECHEAGARAY, 2011).

Apesar do crescimento do número de bancos comunitários no Brasil ainda existem muitas dúvidas sobre a legalidade de seu funcionamento e sobre os benefícios de longo prazo para as economias locais. Uma das principais críticas que se faz aos bancos comunitários diz respeito à inserção dos mesmos no sistema capitalista neoliberal, não se constituindo, portanto, em uma forma alternativa livre das influências do ambiente econômico clássico (CAMINHA & FIGUEIREDO, 2011). A questão da emissão de moeda social também é vista por alguns autores até mesmo como crime contra o Sistema Financeiro Nacional, e a cobrança de taxas de administração sobre determinados produtos como o Palmacard no Banco Palmas contribui na opinião de alguns para afastar por completo tais iniciativas da esfera da Economia Solidária. Para França Filho (2007) esse argumento não descaracteriza o papel e a função dos bancos comunitários uma vez que eles precisam se sustentar para que consigam cumprir sua função, que é a de contribuir para a construção de uma nova economia centrada no fortalecimento das relações sociais entre indivíduos e grupos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o país está vivendo um *boom* de crédito. Em maio de 2012 o BCB informou que o estoque total de operações de crédito no país havia atingido o percentual de 50,1% do Produto Interno Bruto, o que equivale a aproximadamente R\$ 2,13 bilhões¹⁴. A inadimplência segundo o mesmo órgão também chegou ao maior patamar da série histórica iniciada em 2000. Tais efeitos são o resultado dos estímulos dados pelo governo à sociedade para o consumo e que tiveram como justificativa a necessidade de manter nossa economia aquecida a fim de minimizar os efeitos da crise econômica iniciada em 2008. Como destaca a professora Leda Paulani em um recente artigo publicado no jornal o Estado de São Paulo “Hoje, na maior parte dos casos, em particular nas sociedades mais abastadas, os homens parecem mais escravos das coisas do que seus beneficiários. O caráter contraditório do crédito não é estranho a essa sociedade na qual, a depender do ângulo em que se olhe, tudo parece de cabeça para

¹⁴ Cf. Nota para a Imprensa – 26.6.212 emitida pelo BCB.

baixo”. Supõe-se que mais crédito signifique quase que diretamente mais produção, mais consumo, e portanto, mais emprego. Porém, sabemos que essa relação não é tão diretamente proporcional assim.

Do outro lado dessa economia, a outra economia ou a Economia Solidária luta por condições dignas de produção de forma autogerida, sustentável e de modo solidário. Apesar do nobre ideal e do gigantesco esforço para produzir como meio de vida, e não com o objetivo do lucro, nossa sociedade capitalista faz muito pouco pelos mais de 20 mil empreendimentos espalhados por todo o país. Conhecendo essa realidade, Dagnino e Dias (2012) defendem a ideia de criação de um Estado para a Economia Solidária, por meio do uso do poder de compra do Estado que segundo dados do Ministério do Planejamento gira em torno de 10% do PIB¹⁵. Para eles, o potencial da Economia Solidária pode ser dado, por exemplo, pela quantidade de trabalhadores pertencentes à população economicamente ativa (PEA) que não se encontram formalmente empregados – número estimado em torno de 60 milhões - e complementado ainda por cerca de 75% da população em idade ativa (PIA), mostrando que esse número é muito superior aos 48 milhões de indivíduos que compõem o setor formal da economia.

A Economia Solidária não pode prescindir do Estado. O que devemos buscar de imediato é fazer com que o Estado que temos, ainda que apenas por simetria, faça pela ES e os empreendimentos solidários aquilo que faz pelo setor formal da economia e suas empresas. E isso envolve o uso de seu poder de compra. (Dagnino e Dias, 2012, p.296)

Apesar de todos os esforços desenvolvidos durante o Governo Lula para alavancar o crédito popular, em especial o microcrédito produtivo, até agora verificamos que apenas uma pequena parcela da população efetivamente consegue obter esses recursos. As esperanças de reversão dessa situação a partir de agora estão depositadas no programa Crescer, que com uma política de juros mais baixos tem grande potencial para ampliar consideravelmente o número de empréstimos e também ofertar recursos para a Economia Solidária. Como vimos, somente o BNB até agora tem demonstrado real interesse em aplicar esses recursos públicos junto aos empreendimentos de economia solidária. No caso do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal o ritmo das liberações parece andar muito lentamente.

Uma importante lacuna a ser coberta nos estudos sobre crédito e microcrédito no país diz respeito à identificação de quem são os beneficiários dessas políticas. Os agentes econômicos divulgam apenas dados relativos ao número de operações e ao total de recursos emprestados. Essas informações são importantes, mas apesar disso podem ser de muito mais valia quando combinadas ao perfil dos tomadores de crédito, permitindo, assim, especializar as políticas públicas em nível regional e local.

De modo complementar os EES não podem deixar de lado os vultosos recursos que estão sendo disponibilizados. Precisam se organizar cada vez mais e bater na porta dos bancos públicos exigindo o cumprimento das políticas públicas de crédito atualmente em vigor. Dada à fragilidade desses grupos tal trabalho poderá ter melhores resultados se puder contar com o acompanhamento das prefeituras locais através dos órgãos de emprego e renda em cada localidade.

Quanto aos bancos comunitários Lemos et al. (2012) destacam que se trata de um sistema que dá ênfase a equidade e ao capital humano e social, indo perfeitamente de encontro as premissas de desenvolvimento social dos territórios. Por atuarem numa zona bastante híbrida, tal como existem hoje, os bancos comunitários mesclam práticas mercantis e não mercantis, porém com um forte apelo solidário. Com a cobrança de algum tipo de juros os bancos comunitários garantem sua sustentabilidade e a capacidade de ofertar novos empréstimos. Imaginar um sistema no qual os juros pudessem ser totalmente abolidos exigiria uma fonte constante e permanente de aportes de capital para recompor as perdas decorrentes de inadimplência, desvalorização monetária e de não pagamentos. Ao garantir o acesso a recursos financeiros de modo totalmente separado do sistema financeiro tradicional os bancos comunitários já cumprem uma importante função social, indo muito além da lógica clássica e perversa das finanças capitalistas que só almejam o lucro e escolhem a dedo seus clientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Rosangela. **A economia solidária como política pública.: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BITTENCOURT, Gilson. **Microcrédito e microfinanças no governo Lula**. GTI de microcrédito e microfinanças, Brasília, 2005. Disponível em:<

http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2005/Microcredito_Microfinan%C3%A7as_do_Gov_Lula_01-09-05.pdf> Acesso em: 18/03/2012.

BRASIL. **Lei nº 10.735** de 11 de setembro 2003. Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - PIPS, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 set. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.110** de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 abr. 2005.

BRASIL. Medida provisória nº 226, de 2 de novembro de 2004. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 nov. 2004.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1999.

CAMINHA, Uinie; FIGUEIREDO, Monique. Atividade financeira e moeda: análise da experiência do conjunto Palmeiras em Fortaleza – CE. **Revista Direito GV**, São Paulo, 7(11), p. 099-130, jan. / jun. 2011.

CÁRITAS BRASILEIRA. **25 anos de economia popular solidária**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2006

CARVALHO, Carlos. **Dimensões do sistema bancário no Brasil**. São Paulo em Perspectiva, 6(3), p. 85-93, jul./set. 1992.

COCO, Giuseppe. On the use of collateral. **Journal of Economic Survey**, 14(2), p. 191-214, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável – documento final**, II CONAES, Brasília, junho de 2010.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Microcrédito no Brasil**, Texto para discussão, IE/UNICAMP, nº 175, Campinas, abril de 2010.

DAGNINO, Renato; DIAS, Rafael. Um Estado para a Economia Solidária: o uso do poder de compra do Estado. In: BENINI, et al. (Orgs.) **Gestão Pública e Sociedade**, São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ECHEAGARAY, Maria. Recrear el dinero en una economía solidaria. **Revista de la Universidad Bolivariana**, vo.10, nº 29, p. 261-280, 2011.

FELTRIN, Luiz et al. **Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos bancos comunitários. In: **ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS**, 2, 2007, Iparana/CE. 11p.(mimeo)

JACKLEN, Henry. **O programa da UNO de assistência a microempresas em Caruaru, Brasil**. Brasília, Ministério do Trabalho. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/o_programa_uno.pdf> Acesso em: 10/03/2012.

LEMONS, Maximiliano et al. **Implantação de bancos comunitários e o desenvolvimento social dos territórios**. 7º Congresso de Médio Ambiente, La Plata, Argentina: 22 al 24 de mayo de 2012.

MAKLER, Harry .M. “Acesso ao crédito no Brasil: dualidade embutida e desigualdade? In: MONDADORE et. Al. (Orgs.) **Sociologia econômica e das finanças: um projeto em construção**. São Carlos: Edufscar, 2009.

MEZZERA, Jaime, GUIMARÃES, Ivan. **Crédito para pequenos empreendimentos no Brasil**. Brasília, OIT, 2003.

MONZONI NETO, M.P.; FIGUEIREDO, J.C. **Avaliação do Microcrédito Produtivo Orientado na Renda dos Microempreendedores**. XXXII Encontro da ANPAD – Rio de Janeiro, 6 a 10 de setembro, 2008.

NETO SEGUNDO, João J.; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos comunitários**. Brasília: IPEA, Mercado de Trabalho, 41, nov. 2009.

NETO SEGUNDO, João. J. Bancos comunitários. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, 04 jan. 2009

PAULANI, Leda. Crédito, um venenoso remédio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 jul 2012, Caderno Aliás, p. J3.

PEREIRA, Almir. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO): descrição, resultados e perspectivas**. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, 2007.

PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO (PNMPO). **Relatórios de análise de dados consolidados, várias anos**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/pnmpo/banco-de-dados.htm>> Acesso em: 08/02/2012.

SAES, Flávio. A moeda, o crédito e o financiamento da produção. **Revista de Estudos Estudos Avançados**, São Paulo, 15(41), p.77-90, 2001.

SCALVI, Fernanda C. **Uma história de crédito: 50 anos do SPC**. São Paulo: Associação Comercial de São Paulo, 2006.

SILVA JÚNIOR. **Os bancos comunitários como instrumento de desenvolvimento socioeconômico de territórios: investigando as singularidades destas experiências de finanças solidárias**. In: ECONTRO NACIONAL DA ANPAD, XXXI, 22-26 de setembro de 2007, Rio de Janeiro, 2007.

SILVEIRA, Caio. **Programa de apoio aos pequenos empreendedores – o sistema CEAPE**. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, [s.d.]. Disponível em:<http://www.iets.org.br/biblioteca/Programa_de_apoio_aos_pequenos_empreendedores_o_sistema_Ceape.pdf>. Acesso em: 12/07/2012.

SINGER, Paul. Por um sistema financeiro justo. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 jul. 2007, Tendências e Debates, p. A3.

_____. **Aprender economia**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Economia solidária: entrevista com Paul Singer. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo vol.22, nº 62, p. 289-314, Jan./Apr. 2008.

SISTEMA DE INDICADORES DE PERCEPÇÃO SOCIAL. **Bancos: exclusão e serviços**. Brasília, IPEA, jan. 2011.

VENTURA, Eloy Câmara. **A evolução do crédito da Antiguidade aos dias atuais**. Curitiba: Juruá, 2000.

O ALUNO-TRABALHADOR E A ESCOLA NOTURNA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA MEMÓRIA SOCIAL

Roney Gusmão do Carmo

Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e professor da Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC,
guzmao@hotmail.com

Ana Elizabeth Santos Alves

Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Memória Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Resumo: As mudanças acionadas pela economia global, especialmente a partir da década de 90, aportaram nas escolas bem como em torno da sua vinculação com o mundo do trabalho. A função desempenhada pela educação sofreu incrementos proporcionados por uma nova roupagem aplicada à teoria do capital humano e tais mudanças reforçaram a ideia de que a escola se ancora num contexto amplo de trâmites socioeconômicos capazes de promover inferências à prática pedagógica e sua difusa relação com o trabalho. Se, por um lado, o sistema educacional parece acompanhar as metamorfoses suggestionadas pelo sistema, por outro, as representações sociais esboçadas pelos trabalhadores que nela insistem, transportam elementos construídos em contextos anteriores, gerando assimetrias entre os significados assumidos pela escolarização para o aluno-trabalhador e as reais possibilidades assentadas na educação no contexto contemporâneo.

Palavras-chave: aluno-trabalhador, memória social, representações sociais.

Abstract: The changes triggered by the global economy, especially from the 90s, arrived at school and at their relationship to the world of work. The role played by education suffered increments provided by a new dressing applied to the human capital theory and such changes

have reinforced the idea that the school is grounded in a context that promote socioeconomic inferences to pedagogical practice and its relationship to diffuse the work . If, on the one hand, the educational system seems to accompany the metamorphoses suggested by system, on the other hand, social representations outlined by workers who insist on it, carrying elements built in previous contexts, generating asymmetries between the meanings given by the school for the student-worker settled and the real possibilities in education in the contemporary context.

Key-words: Worker-student, social memory, social representations.

Em virtude da necessidade de conciliar trabalho diurno e o estudo durante a noite, verifica-se a frequência quase exclusiva de alunos-trabalhadores durante o período noturno. Tal fato ocorre, tanto por que o ensino noturno surge a partir de reivindicação dos trabalhadores pelo direito de se manterem estudando, como também por que esta foi vista pela classe trabalhadora como a oportunidade de adequação às demandas do mercado de trabalho.

O percurso assumido pela escola noturna desde sua instauração, como é típico da prática pedagógica, vai assumindo funções, objetivos e pretensões que oscilam muito em conformidade com as próprias trajetórias do sistema capitalista. Quando a escola adquiriu a função tecnicista¹, por exemplo, havia todo um contexto socioeconômico em tramitação que muito requeriam da instituição escolar algumas características propositalmente concebidas enquanto tecnicistas. É um grave equívoco negligenciar o quanto o espaço escolar importa paradigmas que são sugestionados pela conjuntura social que lhe contém. Assim, a escola não é concebida como um elemento desagregado de todo curso assumido pela própria sociedade global, mas como parte desse *corpus* político, econômico e cultural.

A escola, como de resto qualquer instituição social, não pode ser pensada como se existisse autônoma e independentemente da realidade histórico-social da qual é parte. Não pode ser pensada como se estivesse isolada por uma “muralha” do conjunto das demais práticas sociais, mesmo quando os saberes transmitidos são vagos, abstratos, assumindo a

¹ É denominada escola tecnicista, o modelo pedagógico submisso às exigências do mercado de trabalho industrial. O emprego é, nesse paradigma, elemento orientador do currículo, capaz de estruturar toda a função da escola no interior da sociedade. Essa prática sujeitou toda a educação sistematizada às urgentes necessidades de formar mão-de-obra habilitada para o trabalho fabril. (SAVIANI, 2010)

aparência de independência ante os condicionantes sociais. Ao contrário, a escola é parte integrante e inseparável do conjunto dos demais fenômenos que compõem a totalidade social. (FRANCO, 1991, p. 54).

Havendo admitido esta constatação, ao propormos uma análise sobre a escola noturna fica clara a percepção de que esse espaço é capaz de reproduzir as relações díspares do sistema e incorporar caracteres capazes de sinalizarem para uma investigação mais avolumada pelo alargamento dos conflitos que permeiam a estrutura capitalista. Dessa forma, os alunos aqui estudados trazem para o interior da escola um conjunto de representações bastante impregnadas pela ideologia estruturante da prática social na atualidade. Esta verificação inspirou a pergunta de partida nesta análise: Qual é o sentido assumido pela escola noturna para o trabalhador que nela insiste?

Este questionamento muito se relaciona com nosso trajeto profissional como docente inserido no ensino noturno, fato este que nos fez conhecer muito proximamente as limitações que se tornam tão nítidas no cotidiano da educação praticada no período da noite. Como já mencionado, é a proximidade com o mercado de trabalho que se manifesta na mais substancial característica que distingue a escola noturna das demais modalidades de ensino, uma vez que esses alunos não conhecem a realidade da exploração do trabalho por ouvirem dos pais ou amigos, mas, eles mesmos, vivenciam tais perversidades e transportam para o dentro da escola elementos deste cotidiano de exclusão. A maioria dos alunos é composta por trabalhadores e tem esta segunda condição como prioridade, uma vez que o contexto social que lhe é típico reafirma sua iminente necessidade de se manter na busca instantânea pela remuneração que, mesmo de forma precária, lhe permite construir minimamente seu espaço de existência (ABDALA, 2004). Não se trata de alunos que apenas estudam e ainda pensam na profissão que terão quando adultos, mas trata-se de adultos que outrora abandonaram a escola, impelidos pela necessidade de trabalharem e que agora a reconhecem como espaço de construção e, por efeito, mobilidade social.

É nítida a constatação de que a escola noturna se organiza em função das características impostas pela realidade do trabalho remunerado. A estrutura do calendário, a flexibilidade na entrega de atividades, a tolerância quanto ao horário de ingresso na escola, o programa de provas se materializam como aspectos que são estruturados sob a verificação de que este aluno é, sobretudo, um trabalhador e, ao negligenciar essa característica, a escola contribui com a ampliação do fracasso escolar, seja pela evasão ou pela repetência.

O trabalho, embora seja a característica mais sobressaliente deste perfil de aluno, entra na escola noturna basicamente como mecanismo ordenador de atividades, fato este que muito

equivocadamente é interpretado como suficiente em si mesmo. Como se pretende debater muito brevemente, o trabalho poderia ingressar no espaço escolar como objeto de análise e mecanismo de fomento à consciência.

A pergunta de pesquisa anteriormente formulada foi construída a partir de hipóteses que também norteiam esta investigação. As hipóteses foram esboçadas a partir, tanto da experiência enquanto docente do ensino noturno, como também por intermédio das investigações bibliográficas acerca dos temas que tangenciam o objeto de pesquisa deste trabalho.

O primeiro pressuposto básico a orientar esta investigação é que existe uma distância abissal entre os objetivos de vida e de trabalho do aluno-trabalhador e o projeto político pedagógico da escola, construído segundo os princípios do (atual) projeto capitalista de sociedade. No último quartel do século XX vivenciamos um conjunto de transformações políticas, sociais e econômicas em âmbito mundial e especificamente, no que diz respeito à esfera do trabalho observamos o ajuste da economia por meio das privatizações, flexibilização, aumento do desemprego e desregulamentação. Essas mudanças repercutiram de forma direta e indireta na escola média regular, exemplificado a partir de noções como empregabilidade, competências, competitividade, habilidades e qualidade total. (GENTILI, 2008).

Para decompor melhor a primeira hipótese aqui erigida, torna-se pertinente realizar uma breve contextualização histórica sobre o que se chamou de reestruturação produtiva e suas implicações no Brasil.

Os primórdios da industrialização brasileira se inscrevem num período denominado fordismo, quando imperava uma produção em larga escala e voltada para um mercado consumidor previsível (PINTO, 2010). A industrialização tardia se tornara o aparelho mais presente nos discursos políticos, pois, por este meio, concebia-se um novo Brasil inserido num diferenciado patamar econômico na Divisão Internacional do Trabalho. Demandava-se mão-de-obra para indústria numa escala surpreendente e a escola insurgia dentro deste olhar, cabendo-lhe a função de formar trabalhadores instantaneamente para as requisições deste mercado de trabalho em exponencial dilatação. Neste sentido, a escola absorvia esta demanda e se estruturava para atender com imediatismo as requisições de um novo modelo de desenvolvimento econômico.

Em linha paralela, observavam-se também incrementos realizados nas relações de trabalho, pois, pioneiramente, edificava-se o parque industrial que tinha por principal função substituir as importações. Largos contingentes de imigrantes aportavam nas cidades, eram

trabalhadores, em grande parte, braçais oriundos de regiões rurais e que não apresentavam qualificação mínima diante das novas requisições do mercado. A escola, portanto, se tornara o organismo supremo capaz de compatibilizar os trabalhadores ao novo modelo de desenvolvimento nacional. (FREITAG, 1979).

Também aliado a este processo, salienta-se o componente ideológico dessa empreitada, pois havia a necessidade de romper com o paradigma sobre trabalho enquanto meio degradante. Fazia-se imperativo conceber o trabalho como caminho único para alcance da dignidade, honra e construção do bem comum. A escola se configura também como ferramenta de convencimento a este respeito, tanto para formar o trabalhador qualificado, como para formar o cidadão moralmente de acordo com os objetivos auspiciosos das elites capitalistas nacionais. (SAVIANI, 2010)

No decorrer da década de 90, grandes transformações no capitalismo global impactam o cenário nacional. Os incrementos sugeridos pela política neoliberal, sincronizados com as privatizações na busca por minimizar a interferência estatal na economia, repercutiram no mundo capitalista, seduzindo empreendimentos em todo o globo a reorganizarem o formato da produção aos moldes da chamada “empresa enxuta”².

Concomitantemente a este processo, emerge com grande ferocidade a ideologia neoliberal, que aliado à proposta da produção *just-in-time*³ sustentou os rearranjos na produção, tornando-se elemento decisivo para os reajustes aplicados às relações trabalhistas (ALVES, 2005).

O afrouxamento dos vínculos trabalhistas que tanto fragilizam conquistas salariais, a debilitação da organização sindical, flexibilização da carga horária no trabalho são alguns dos

² O adjetivo “enxuta” decorre da chamada desterritorialização vivenciada por grande parte das grandes multinacionais. Se antes, no período fordista, fazia-se conveniente manter grandes unidades produtivas centralizadas em determinados espaços, a necessidade de redução nos custos da produção altera substancialmente esta situação (PINTO, 2010). As empresas conciliam estratégias eficientes na redução de custos e maximização de lucros, pois, pela dispersão das unidades produtivas, desmantela-se a ordem sindical, o que certamente reduzirá o valor da mão-de-obra, além de rastrear novos nichos do mercado consumidor, proveito de distintas fontes de matéria-prima, além de suprimir o elevado valor tributário decorrente da centralização em grandes complexos industriais. Portanto, ao lançar menores unidades produtivas, as multinacionais usufruem de vantagens extremas à custa da exploração extensa da mão-de-obra e total falta de compromisso sócio-ambiental.

³ O modelo de produção fordista se fundamentava na produção de mercadorias standardizadas e em larga escala. O mercado consumidor, por sua vez, se adequava aos produtos disponibilizados no mercado, que na maior parte das vezes não contavam com diversificação de modelos e preços. Diferentemente deste processo, o modelo produtivo sugestionado pela reestruturação produtiva, visando combater o estoque e o desperdício, passou a produzir em proporção rigorosamente de acordo à demanda do mercado consumidor. Agora não se produz de modo a estocar e, em seguida repassar ao mercado; a produção ocorre equacionada aos requerimentos do mercado consumidor. A este modelo produtivo submisso às exigências efetuadas pelo perfil dinâmico do mercado, cuja produção é acionada no “exato tempo” do requerido pelo consumo, convencionou-se chamar de modelo *just-in-time*. (WOMACK, 2004).

elementos que insurgiram simultaneamente com a reestruturação produtiva e o advento do neoliberalismo. Tal fato, evidentemente, repercute diretamente no tipo de relação que o trabalhador passa a ter com seu próprio espaço de trabalho, bem como no significado que o trabalho remunerado passa a adquirir. (FRIGOTTO, 2008)

A ideia central consistia em reduzir custos de produção pela pulverização das unidades produtivas e, quanto à esfera política, minimizar a interferência estatal nos encaminhamentos econômicos do sistema. O Estado, neste paradigma, cedia espaço para que a própria economia se gerisse mais autonomamente, reduzindo interferências como, por exemplo, pela permissividade quanto à supressão de leis trabalhistas em nome da maximização do lucro para os empregadores. O trabalhador, portanto, se torna mais vulnerável e tem seu poder de barganha asfixiado, tanto pelo extenso exército industrial de reserva como também por que a ideia consiste em produzir em nome do coletivo, em empenhar-se em prol do crescimento da empresa para que todos sejam, de alguma forma, beneficiados. Uma coerção brutal e sutilmente ideológica.

O crescimento do contingente de desempregados, especialmente em nações de desenvolvimento periférico, se torna elemento expoente na realidade nacional. O desemprego se tornara o efeito mais nefasto e escancarado do desenvolvimento tipicamente excludente proposto com a reestruturação produtiva que, aliado ao movido neoliberal, buscava extirpar a responsabilidade do Estado e transpô-la em outra esfera: os próprios cidadãos⁴ (GENTILI, 2005).

O debate acerca da empregabilidade se torna jargão na linguagem administrativa, pois, nesta ótica, caberia ao próprio indivíduo tornar-se empregável. Assim sendo, a função tecnicista da escola foi incisivamente superada, pois, a partir de agora, esta instituição não mais se volta à formação imediata segundo a ótica do mercado, mas apenas contribuía de forma mediata para o aumento dos requisitos agregados à empregabilidade do sujeito. Muda-se o discurso a respeito do emprego, por efeito, transforma-se o discurso sobre a função da escola, mas resta o questionamento: a concepção do trabalhador a respeito da função da

⁴ O discurso da empregabilidade muito traz implícita esta ideologia, uma vez que, havendo reconhecido a incapacidade do sistema em absorver todo o contingente de mão-de-obra, mesmo qualificada, cria-se a ideia de que compete ao próprio sujeito buscar mecanismos para fazer valer seu próprio emprego. Trata-se de uma ideia meritocrática, cuja responsabilidade pelo fracasso é lançada sobre o próprio cidadão, o que, em tese, isentaria o Estado de qualquer compromisso social neste sentido. Tal ideologia, principalmente a partir da década de 90, foi intensamente disseminada por intermédio da mídia e em programas de capacitação empresarial em todo o país. A escola, por sua vez, deixa de ser elemento nuclear capaz de corroborar com a teoria de Theodor Shultz no que tange ao capital humano, para se tornar mais um componente nos pré-requisitos da empregabilidade. (SAVIANI, 2010).

escola acompanhou tais mudanças? O que restou da teoria do capital humano dentro do sentido assumido pela escolarização para o trabalhador?

Essas são outras perguntas que orientam a formulação de uma segunda hipótese nesta pesquisa. Partimos do pressuposto de que determinados valores, ideias, representações, sentidos têm a propriedade de transitarem em diferentes contextos históricos. Tais elementos podem apresentar a propriedade de carregarem consigo caracteres muito fieis àqueles dos quais apresentavam no momento de sua concepção. Logicamente, é importante compreender que as representações sociais⁵ contêm características que remetem ao contexto sócio-político condizente ao momento de sua elaboração.

Com isso queremos compreender que a desproporção entre as representações elaboradas pelo trabalhador a respeito do papel da escola na atualidade e as possibilidades verdadeiramente oferecidas por esta instituição, carrega elementos representativos de outro contexto histórico. O trabalhador, portanto, herda uma ideia de escola aos moldes mecanicistas, elaborada num diferenciado contexto, e que se alastrou aos dias atuais através das relações sociais.

Entendemos que, pelos vínculos sociais com familiares, colegas de trabalho, amigos, o trabalhador assume uma opinião a respeito de escola muito impregnada por memórias herdadas a despeito desta instituição. O trabalhador se sente coagido a buscar os estudos sem que se tenha uma reflexão mais centrada aos porquês de tais empenhos.

Na obra “Era dos extremos”, ao se referir ao breve século XX, Eric Hobsbawm faz uma menção bastante oportuna ao que se discute.

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vieram. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do segundo milênio. (HOBSBAWM, 1997, p. 13).

As palavras do autor, muito perspicazmente, inscrevem as experiências pessoais dos indivíduos no presente a um desenrolar de episódios e subsequência de contextos históricos

⁵ Entendemos representações sociais como sendo o grupo de significações adquiridas para um grupo acerca de determinado objeto. As representações funcionam como interpretação da realidade que desenha a relação que o sujeito estabelece “com o seu meio físico e social, determinando seus comportamentos e suas práticas.” (ABRIC, 2000, p. 28). Funcionam como “guia para ação”, ancoradas em condições materiais, políticas, econômicas e culturais específicas, que exercem a vinculação entre o sujeito e o objeto representado (SÁ, 1998).

que foram sequenciados, capazes de aportar na atual percepção pessoal. Dessa forma, as experiências pessoais e o senso comum, tão corriqueiramente transmitido nas relações sociais, estão ancorados num plano maior de trâmites históricos.

Como suporte teórico para esta discussão, fazemos uso da categoria memória herdada – ou memória por tabela – tratada por Pollak (1992). Para este autor, a memória tem um distintivo transformável, pois, quando requerida pelo presente, transporta-se impregnada de ideologias características do seu diálogo com o contexto histórico em que o objeto memorado foi concebido. Pollak salienta que, muito embora a memória seja uma reconstrução do passado segundo elementos incorporados ao presente, existem componentes que lhe parecem “invariáveis”, com pontos “imutáveis” capazes de garantir a percepção da trama de relações sociais historicamente situadas num dado contexto do passado.

Fazendo uso desta proposição, pode-se, portanto, conjecturar a hipótese de que o sentido assumido pela escola noturna para o trabalhador, que vivenciou esta realidade no auge da educação tecnicista, tem a propriedade de transitar pelos subsequentes contextos históricos e adquirir contornos muito semelhantes ao cenário sociopolítico de onde fora concebida. Também partindo das prerrogativas de Pollak a este respeito, deduzimos que o grau de incorporação desta memória foi proeminente ao ponto de ter neutralizado adulterações significativas ao seu estado originário.

De fato - e eu gostaria de remeter aí ao livro de Philippe Joutard sobre os *camisards* -, podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação. (POLLAK, 1992, p. 3).

A memória, neste sentido, transporta as representações, disseminando significados ancorados a contextos históricos do passado. Trata-se de uma trama difusa que permite situar a ideia que o trabalhador hoje tem a respeito da escola, e da formação que por ela é proposta, a um corolário de significações esboçado no tramitar natural da história humana.

No decorrer da nossa breve experiência enquanto professor da escola noturna, observamos que existe um discurso generalizado por parte do aluno, que foi ratificado no decorrer da aplicação dos instrumentos de pesquisa empírica. Quando indagados sobre o porquê estudar, os alunos costumam reproduzir o discurso “para ser alguém na vida” ou “para ser alguém, tem de frequentar a escola” e mais, “sem educação, não somos ninguém”. Se dialogarmos estas opiniões com os encaminhamentos sociais que a elas vinculam, atribuindo-lhes valor em função do caráter ideológico que elas denotam, temos intrigantes reflexões a

ser levantadas. É importante compreender o sentido de “alguém” ou, adversamente, “ninguém” ao papel que, para o trabalhador, a escola se volta. Efetivamente, existe a ideia de que a educação lhe permita existir socialmente e que, sem a mesma, o indivíduo se mantém despossuído de relevância no cenário social. Mas, qual é a noção de existir aqui presente?

Em Marx (1985), é oportuno utilizar o conceito de trabalho⁶ e as suposições assentadas no mesmo a respeito da condição para existência humana. Marx afirma que é pelo trabalho que o homem se constitui, é por este meio que ocorre a “humanização do homem”, sendo-lhe permitido de construir seu espaço de atuação. Dentro desta base teórica, Saviani (2007) propõe interessante análise sobre a identidade estabelecida entre escola e trabalho. O autor lembra que “a essência do homem é o trabalho”, isso por que, segundo ele, ao contrário dos demais animais que se adaptam às características impostas pela natureza, nós adaptamos a natureza às nossas necessidades. Este processo só é possível por meio do trabalho. Nesse sentido, o homem não nasce pronto para atuar como homem, ele constrói-se homem por meio do trabalho. Para aprender a constituir-se quanto homem, torna-se vital o processo educativo; o que nos permite afirmar, então que “o ponto de partida entre trabalho e educação é a relação de identidade” (SAVIANI, 2007, p.5).

Transpondo esta observação para o conteúdo dos discursos verbalizados pelos alunos anteriormente mencionados, observa-se que materializar-se como “alguém” por intermédio da escola, certamente oneram, na ótica do trabalhador, as instituições educativas com o papel de formar para o trabalho, quando, na verdade, as reformulações especialmente derivadas da reestruturação produtiva, redesenharam este quadro. Ao ambicionar fazer-se “alguém na vida”, o aluno intenciona materializar-se como cidadão que se insere ativamente no processo produtivo, atuando no mundo do trabalho e ingresso no público consumidor capaz de fazer circular o fluxo de capital. O contexto cotidiano, reforçado por todo aparato midiático, permanentemente ostentam um padrão de vida supostamente conquistado por intermédio do trabalho e, reposicionando a ideologia neoliberal, aqueles que estão excluídos deste padrão bem sucedido de vida, o são por incompetência própria, porque não se esforçam

⁶ É imprescindível sublinhar a ambivalência contida na expressão trabalho. Embora a perspectiva marxista aborde a categoria trabalho sob um ponto de vista ontológico, como essência do próprio ser humano, o senso comum, extraído do universo de pesquisa, aborda trabalho meramente como emprego, como labor passível de remuneração. Esta distorção de sentidos é fruto da própria sociedade de classes, que tem relegado o trabalho à condição de sobrevivência material dos sujeitos, como labor agonizante em que, os menos favorecidos, necessitam submeterem-se precariamente de modo a garantir a sobrevivência. Para os sujeitos entrevistados, falar de trabalho é falar de obrigação e renda. Por este motivo, utilizaremos a expressão “emprego” ou “mercado” como forma de diferenciação entre o sentido ontológico do trabalho e o sentido corrompido que o mesmo adquiriu na prática social dentro do sistema capitalista.

suficientemente. A escola, embora não mais assuma a função de formar para o trabalho, deixa implícita sua utilidade ambígua, onde os agentes motivadores desta instituição mais parecem ser meramente ideológicos, movidos pela tentativa de alienar em prol da aceitação da perversidade de um sistema voltado ao favorecimento das elites em detrimento das maiorias.

Assim sendo, o objetivo desta pesquisa incide em analisar a memória presente no trabalhador a respeito da escola noturna, vislumbrando as prováveis desproporções entre o sentido assumido pela instituição escolar para o trabalhador e os debates acerca do papel da educação no cenário atual. Intenta-se observar representações sociais elaboradas pelo trabalhador a respeito desta instituição, inscrevendo-as num contexto histórico mais amplo que, por sua vez, se demonstra conectado a uma trama de contextos históricos que, ordenados, desaguaram na atual configuração que aporta o objeto ora investigado.

Referências

- ABDALA, V. **O que pensam os alunos sobre a escola noturna**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época; vol. 110).
- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P. & OLIVEIRA, D. C. de (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2ª edição. Goiânia: AB, 2000. (pp. 27-38).
- ALVES, A. E. S. **Qualificação e trabalho bancário no contexto da reestruturação produtiva**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2005.
- FRANCO, L. A. de C. **A escola do trabalho e o trabalho da escola**. 3ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; Vol. 22).
- FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. 3ª edição. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. (Coleção educação universitária).
- FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: _____ (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 9ª edição. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008. (pp. 25-54). (Coleção Estudos Culturais em Educação).
- GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora In: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 9ª edição. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008. (pp. 76-99). (Coleção Estudos Culturais em Educação).

- GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, C. L. et. al. (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3ª edição. Campinas – SP: Autores Associados, 2005. (pp. 45-59)
- HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita. 2ª edição. São Paulo: Editora Schwarcz, 1997.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Volume 1. Tradução: Regis Barbosa & Flávio Kothe. 2ª edição. São Paulo: Nova cultural, 1985.
- PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social: Estudos Históricos**. Tradução: Monique Augras. Rio de Janeiro, vol. 05, nº. 10, 1992.
- SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ª edição. Autores Associados: Campinas – SP, 2010.
- SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da Educação. In: _____. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 8ªed.Campinas, SP: Autores Associados, 2003. pp. 11-22.
- WOMACK, J. P., A mentalidade enxuta nas empresas. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.

O GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS DAS MAIORES COOPERATIVAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DA RIQUEZA GERADA POR EMPREGADO

Gustavo Leonardo Simão

Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Viçosa e Bacharel em
Gestão de cooperativas pela mesma instituição
E-mail: gustavo.simao@ufv.br

Thatiana de Andrade Figueira

Doutoranda em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em
Administração pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e Bacharel em Gestão
de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa.
E-mail: thatianafigueira@ufv.com.br

Resumo

O capital humano tem cada vez importância nas questões relacionadas à estratégia organizacional, inclusive setores da contabilidade vêm cada vez mais procurando métodos de mensuração da contribuição que os funcionários agregam à organização, no sentido de facilitar a tomada de decisão dos gestores. Objetivou-se analisar, sob a luz do índice de Riqueza Gerada por Funcionários, como as grandes cooperativas brasileiras se situam frente aos demais empreendimentos. Foram utilizados dados secundários disponibilizados por uma grande revista do setor de negócios. Os resultados demonstram que os funcionários das cooperativas geram índices menores de riqueza do que quando comparados a média do setor. E percentualmente a diferença é menor no segmento agropecuário, que é o mais expressivo do segmento cooperativo brasileiro.

Palavras-chave: cooperativismo, recursos humanos, riqueza gerada por funcionários.

Abstract

Human capital is increasingly important in the issues related to organizational strategy even any accounting sectors are increasingly looking for methods of measuring the contribution that employees bring to the organization, to facilitate decision making by managers. The objective was to examine, in light of the Wealth Generated by Employee, as the highest Brazilian cooperatives are located compared to other ventures.

Secondary data from of a magazine of the business sector were used. The results show that an employee of cooperatives generates lower levels of wealth than when compared to industry average. And the difference in percentage is lower in the agricultural sector, which is the most significant segment of the Brazilian cooperatives.

Key-words: cooperativism; human resources; weath generated by employee.

1. A importância do capital humano nas organizações

De acordo com alguns autores, cada vez mais nos últimos tempos, o chamado “capital humano” vem deixando progressivamente de ser um mero setor de apoio à gestão e se tornando área essencial nas questões relacionadas à estratégia nas organizações. A esse respeito, Deluiz (2002) ressalta que o trabalho não qualificado, fragmentado, repetitivo, rotineiro e prescrito, característico do modelo taylorista/fordista é substituído nas empresas por um trabalho polivalente, integrado, em equipe, com mais flexibilidade e autonomia. Um trabalho em que o colaborador tem de diagnosticar, prevenir, antecipar, decidir e intervir em relação a uma dada situação concreta de trabalho. Tudo isso com o intuito de melhorar e tornar mais ágeis a tomada de decisão, fato que influenciará na competitividade organizacional melhorando, portanto, as chances de maiores retornos financeiros e da própria perenidade do negócio no mercado.

No entanto, nem sempre houve a preocupação quanto à importância estratégica dos colaboradores para o sucesso financeiro das organizações. No início do século XIX, com a Revolução Industrial defendia-se que os funcionários não passavam de pessoas movimentando ativos. Naquele momento os funcionários eram tratados como parte da produção (PONCHIROLI, 2002).

Com a Era do Conhecimento, alterações significativas na percepção da importância do corpo colaborativo foram trazidas para as organizações. De simples manipuladores de ativos passaram a ser

Ativos que podem ser valorizados, medidos e desenvolvidos como qualquer outro ativo da corporação. São ativos dinâmicos que podem ter seu valor aumentado com o tempo, e não ativos inertes que perdem valor. Com certeza são os mais importantes de todos os ativos. Os sistemas criados para recrutá-los, recompensá-los e desenvolvê-los formam uma parte principal do valor de

qualquer empresa – tanto quanto ou mais do que outros ativos, como dinheiro, terras, fábricas, equipamentos e propriedade intelectual. O valor da empresa e, portanto, o valor para o acionista (o valor das ações de uma empresa) podem ser depreciados quando o capital humano é mal gerenciado (PONCHIROLLI, 2002, p. 37).

Nesse sentido, estudando a relevância do fator humano e das diversas formas de se gerenciar estrategicamente esses ativos como fatores passíveis de interferência na competitividade organizacional, Albuquerque (1999) elenca duas visões predominantes com relação as organizações competitivas e seu papel de atuação. A primeira delas denominada de Concepção Tradicional, que tem por anseio maior, maximizar a riqueza dos acionistas e, noutro extremo, o que o autor denomina de Visão Transformada sendo, pois, aquela em que se tem por objetivo atender aos variados interesses e necessidades dos múltiplos atores envolvidos na organização: acionistas, empregados, consumidores e sociedade.

Destarte, até mesmo os setores relacionados ao estudo das variações patrimoniais das entidades empresariais passaram a analisar a riqueza gerada pelos funcionários às suas organizações. A esse respeito, Cascio & Boudreau (2008, p. 10) afirmam que “as medidas de RH são importantes porque melhoram a tomada de decisões vitais”. Sendo assim, percebe-se a importância dos indicadores relacionados ao sucesso das organizações no contexto da globalização em que não ser competitiva é estar fadada ao insucesso financeiro.

2. A natureza econômica das cooperativas

As organizações cooperativas possuem certas peculiaridades inerentes ao seu modelo estrutural. Definidas como uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento econômico comunitário e democraticamente gerido (ACI, 1995), essas organizações não objetivam em si lucratividade, são meios para que seus sócios consigam melhores ganhos financeiros, ou seja, esse tipo de empreendimento é apenas um meio para, através de ganhos de escala, proporcionar maiores retornos aos seus proprietários/usuários.

Além disso, um associado é ao mesmo tempo, na maioria das vezes, o proprietário, fornecedor e usuário, controlando as atividades da cooperativa, fato esse que acarreta certa burocracia na tomada de decisão desse tipo de organização. Tudo isso,

Faz com que haja claros custos de participação e de tomada de decisão, seja pela presença dos associados nas esferas de gestão, seja pela própria demora de um processo participativo de tomada de decisão. Este fato faz com que todas as decisões estratégicas de importância e de longo prazo, nessas sociedades, sejam custosas e lentas, podendo fazer com que haja prejuízo no processo de adaptação da firma às modificações no mercado e no ambiente institucional, quando comparadas às firmas de capital (BIALOSKORSKI NETO, 1998, p.27).

Tais aspectos relacionados a configuração das organizações cooperativas, por vezes, constituem-se em empecilhos para as definições dos rumos estratégicos que o empreendimento necessita traçar. A esse respeito, Valadares (2006) afirma que o êxito externo das cooperativas implica na utilização de modernas técnicas de mercado, para essas se manterem competitivas e contornarem a dificuldades inerentes à sua forma estrutural, inclusive o investimento na contratação e capacitação dos membros gestores.

No entanto, constantemente, a figura do administrador da cooperativa choca-se com os objetivos de seus associados, tal fato caracteriza então o chamado conflito de agência. A teoria da agência segundo Braga e Ferreira (2004) dedica à análise das relações entre o agente (administrador) e o principal (proprietário da firma) em um contexto específico. Por meio de “contrato”, o agente fica encarregado de administrar o negócio dos associados (principais). Mesmo na existência desse contrato, o agente pode se ver motivado a agir em proveito próprio ou, simplesmente, contrariar os objetivos do principal, diferentemente do estabelecido previamente. Assim, os agentes investem em projetos de diversificação, visando a um aumento das receitas financeiras das cooperativas, com vistas a futuros aumentos de salários e à redução de risco ao emprego, na medida em que isso exige que a firma aumente a demanda por suas habilidades particulares.

O grande equívoco surge dessa ação do agente, pois, conforme mencionado anteriormente a cooperativa é mero instrumento de tornar as atividades de seus associados mais rentáveis, e não a de ser um instrumento de acumulação de capitais. Como a figura do usuário equivale-se a do proprietário, na maioria dos casos toda e qualquer rentabilidade financeira do negócio cooperativo para com seus usuários, será

adquirida a expensas de seus proprietários. Fato esse que distorce, portanto, o motivo de existência do empreendimento. O que Davis (2004), complementa afirmando é que as cooperativas precisam considerar seu ambiente de negócios com muito cuidado, os modelos tradicionais (alavancar vendas, comportamento da concorrência, otimização de receitas, otimização da cadeia de suprimentos e logística, etc.) não podem ser os únicos fatores a serem alcançados. Esses empreendimentos precisam considerar seu impacto sobre seus membros, funcionários e clientes no contexto da finalidade dos valores cooperativos.

2.1 Panorama do cooperativismo brasileiro

Quanto a sua classificação, A OCB¹ distribui as cooperativas em 13 ramos distintos, respectivamente de acordo com a atividade econômica desempenhada pelas mesmas. Desses ramos, o agropecuário destacava-se, conforme se observa na Figura 1, por concentrar cerca de 23% do número total de cooperativas no ano de 2010 (OCB, 2011). Fato esse que o torna o ramo mais representativo em números de organizações e também no número total de funcionários no âmbito das organizações deste segmento.

¹ A OCB é o órgão representativo do setor cooperativista a nível nacional de acordo com os preceitos jurídicos definidos pela Lei nº 5.764/71.

RAMO DE ATIVIDADE	COOPERATIVAS	ASSOCIADOS	EMPREGADOS
Agropecuário	1.548	943.054	146.011
Consumo	123	2.297.218	9.892
Crédito	1.064	4.019.528	56.178
Educacional	302	57.547	3.349
Especial	12	397	14
Habitacional	242	101.071	1.676
Infra-Estrutura	141	778.813	5.775
Mineral	63	20.792	144
Produção	235	11.454	3.669
Saúde	852	246.265	56.776
Trabalho	1.024	217.127	3.879
Transporte	1.015	321.893	10.787
Turismo e Lazer	31	1.368	32
TOTAL	6.652	9.016.527	298.182

Figura 1 – Perfil das cooperativas brasileiras por ramo de atividade.

Fonte: OCB, 2011.

O ramo agropecuário do cooperativismo lança-se com relevante representatividade na economia nacional. Tais empreendimentos foram em 2009 responsáveis por aproximadamente 40% do PIB agropecuário brasileiro e 5,39% do PIB total do Brasil (OCB, 2010).

Com relação aos recursos humanos nas cooperativas agropecuárias, Braga & Ferreira (2004) demonstram existir uma relação de correlação positiva entre o número de empregados e a diversificação nas cooperativas agropecuárias. Ou seja, “as empresas que dispõem de melhor estrutura de recursos humanos (gerenciais, diretivos e operacionais), têm maior possibilidade de diversificar” (BRAGA & FERREIRA, 2004, pg. 48). E com relação a diversificação, Camargos & Dias (2003) ressaltam ser de grande valia no contexto da estratégia corporativa, onde através da presença empresarial em mais de um setor, assegura-se diminuição nas incertezas e dificuldades, além de facilitar possíveis ganhos sinérgicos.

Todavia, pelos aspectos estruturais do empreendimento cooperativo os profissionais nela empregados não devem se pautar unicamente pelos feitos de maximização econômica, nem àquelas ligadas aos seus próprios interesses (maximização de resultados para a permanência no cargo) e nem mesmo àquelas que dizem respeito aos negócios dos associados. Haja vista, a identidade, a responsabilidade e o compromisso com a causa do cooperativismo serem qualidades que devem ser encontradas não

somente nos cooperantes, mas também nos profissionais contratados pela cooperativa (ARAGÃO & LADEIRA, 2007).

Conforme se percebe, a essência do empreendimento cooperativo impõe ao seu corpo colaborativo (funcionários) uma ação diferente daquela percebida nas empresas ditas de capital. Aos gestores de cooperativas e demais funcionários, portanto, não cabe apenas o rumo da rentabilidade financeira, além dessa, devem existir preocupações inerentes ao fortalecimento social das causas que motivam a existência do empreendimento².

Diante dos distintivos do empreendimento cooperativo, notavelmente em relação à lucratividade, propõe-se com esta pesquisa analisar e comparar com os demais empreendimentos de atuação no mesmo setor econômico, o indicador relativo a riqueza gerada por funcionários. A comparação é relevante no sentido de verificar o quadro atual da contribuição do corpo de funcionários das maiores cooperativas brasileiras com as demais empresas e esclarecer as possíveis excentricidades dos resultados. Para isso serão elencados num primeiro momento os indicadores da riqueza gerada por funcionários das cooperativas situadas no ramo de bens de consumo, saúde, transporte, atacado e por fim como destaca o título deste artigo será dado ênfase ao cenário agropecuário, por sua importância frente ao segmento.

3. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa tem caráter descritiva-exploratória e, a esse respeito, Vergara (2008, pg. 35) ressalta que uma pesquisa descritiva tem por objetivo conhecer e descrever os atores de um mercado específico bem como entender o seu comportamento para a formulação de estratégias. Ainda, segundo esse autor, uma pesquisa exploratória é utilizada quando não se encontram informações cientificamente produzidas que atendam as necessidades propostas.

Para o levantamento dos dados, inicialmente foram identificadas todas as organizações cooperativas que figuravam no *ranking* das mil maiores empresas divulgado pela Revista Exame referentes ao ano de 2009. Nesse sentido, foram

² Os empreendimentos cooperativos são pautados por princípios norteadores que defendem dentre outros a necessidade de atuação junto a comunidade local, a prevalência das garantias dos princípios democráticos e ao intercâmbio de experiências com outras cooperativas.

encontradas 62 cooperativas, dessas apenas 52 dispunham de todos a serem analisados no presente estudo.

De posse dos dados, esses foram sistematizados e analisados comparando-os com os índices médios do respectivo setor econômico ao qual estão situadas suas atividades. Sendo assim, a figura-2 aponta quais foram os setores econômicos analisados e o respectivo número de cooperativas situadas em cada um.

Setor Econômico de Atuação	Nº de Cooperativas
Atacadista	9
Produção Agropecuária	28
Bens de Consumo	5
Saúde	9
Transporte	1

Figura 2 – Setor econômico de atuação e número de cooperativas entre as maiores empresas brasileiras.

Fonte: Revista Exame, 2010.

O indicador utilizado foi a Riqueza Gerada por Empregado (RGE), que é o total da riqueza criada pela empresa/cooperativa dividido pela média do número de empregados não se levando em conta possíveis serviços terceirizados. Em outras palavras, Reis (2010, pg. 29) externa que esse indicador mede os resultados da atividade econômica em termos dos recursos humanos da empresa/cooperativa. Quanto maior, melhor, assinala ainda o referido autor que o resultado deverá ser analisado em comparação com outras cooperativas ou mesmo empresas de capital, sendo, pois, obtido pela divisão da receita líquida pelo número de funcionários da organização. Como ponto de referência para a análise comparou-se os resultados evidenciados com o ano de 2008. Resta ainda destacar que os resultados evidenciados pelo indicador encontram-se expressos em unidades de USD (*United States Dólar*) multiplicados por mil e que o RGE das cooperativas analisadas foi obtida por média simples³.

A escolha do período não se deveu por acaso, é de notório conhecimento que em razão da crise financeira internacional, originada inicialmente nos Estados Unidos e que posteriormente em meados de 2007 adquiriu proporções sistêmicas na economia mundial, inúmeros setores da economia dos mais diversos países foram seriamente

³ Somaram-se os índices RGE das cooperativas encontradas de cada setor econômico, expressos no site da Revista Exame, e posteriormente dividiu-se o valor total pelo número de organizações.

prejudicados. Nesse sentido, como os empreendimentos cooperativos possuem peculiaridades inerentes ao seu modelo estrutural, julgou-se pertinente analisar o período temporal dos anos de 2008 e 2009.

4. Resultados e considerações Pontuais

Os resultados do levantamento demonstram que as cooperativas em todos os ramos econômicos analisados apresentam RGE inferiores. As cooperativas classificadas pela Revista Exame como entidades situadas no ramo atacadista (ver figura-3) apresentam um índice de RGE de 42,1 e 36,3 respectivamente para os anos de 2008 e 2009. No mesmo espaço de tempo a média do setor foi de 336,4 USD/mil para 2008 e 160,3 USD/mil para 2009. Conforme se percebe, houve uma diminuição expressiva no segundo ano da análise de 52,7% para o setor e 13,7% para as cooperativas.

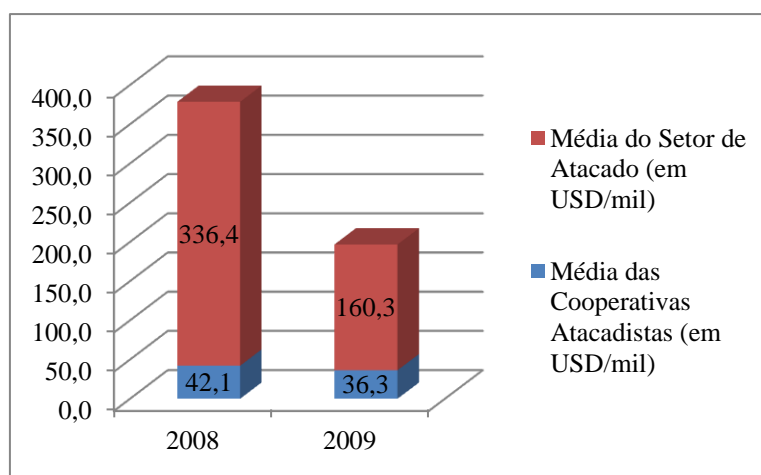


Figura 3 – Média de RGE pelo segmento atacadista (cooperativas e demais empresas).

Fonte: Revista Exame, 2010 – Elaboração própria.

No tocante às cooperativas situadas no setor de bens de consumo, pode-se observar pela Figura-4 que ao contrário do que ocorreu com o segmento atacadista, no ano de 2009 a média de RGE referente ao ano de 2008 elevou-se. Porém, há de ser destacado que a RGE das cooperativas situadas neste segmento obteve uma leve queda de aproximadamente 4,2%, ao passo que o segmento cresceu no mesmo período cerca de 22%.

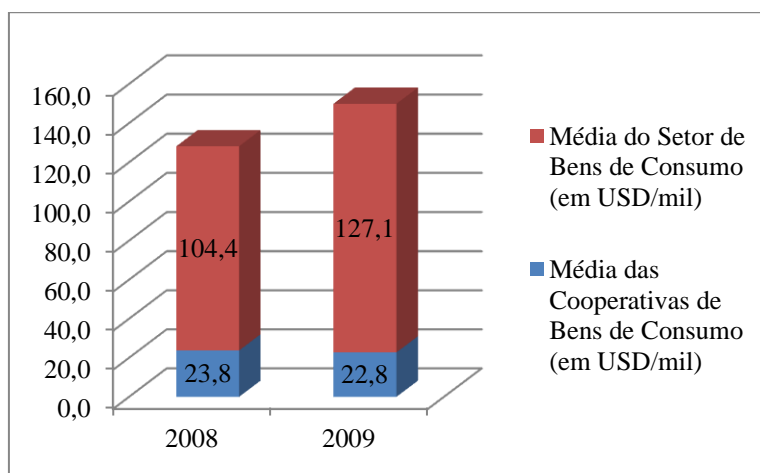


Figura 4 – Média de RGE pelo segmento de bens de consumo (cooperativas e demais empresas).

Fonte: Revista Exame, 2010 – Elaboração própria.

A elevação das taxas de RGE evidenciadas no setor de bens de consumo (ver figura-4) pode ser explicada pelos sucessivos incentivos governamentais com a desoneração de tributos no período para enfrentar os efeitos da crise financeira. Ou seja, com um aumento nas vendas houve consequentemente um incremento no indicador no período.

Conquanto àquelas cooperativas situadas no setor de prestação de serviços relacionados ao ramo saúde não houveram quedas no período (ver figura-5). O que se percebe na análise do segmento é que o mesmo elevou-se a taxas de aproximadamente 40% e as cooperativas incrementaram seu índice de RGE em cerca de 28%.

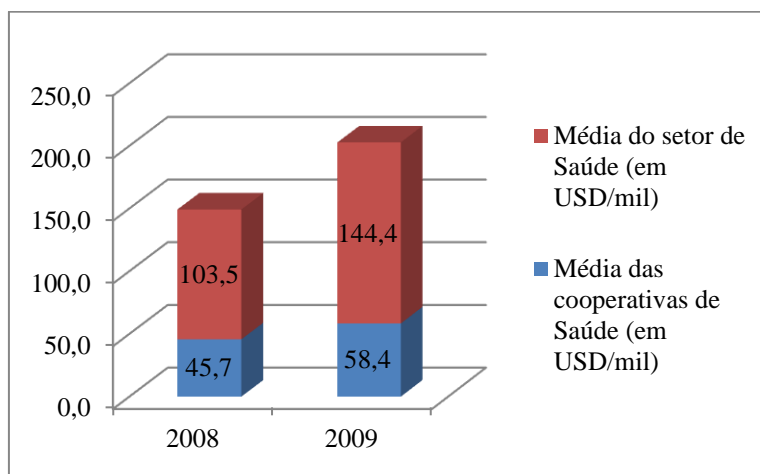


Figura 4 – Média de RGE pelo segmento saúde (cooperativas e demais empresas).

Fonte: Revista Exame, 2010 – Elaboração própria.

Possivelmente tais fatores podem ser explicados por taxas mais elevadas de pessoas contratando planos de saúde, conforme divulgação dos meios de imprensa, “Cresceu de 24,5% (2003) para 26,3% (2008) o número de pessoas com algum tipo de plano de saúde no país” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2010, sp.).

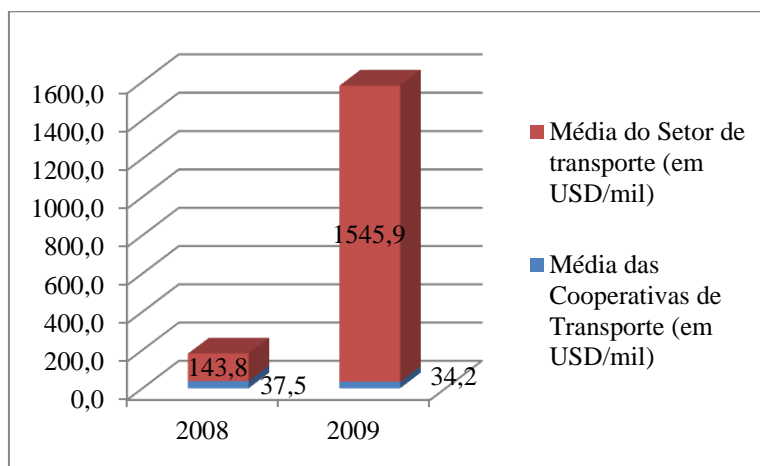


Figura 4 – Média de RGE pelo segmento transporte (cooperativas e demais empresas).

Fonte: Revista Exame, 2010 – Elaboração própria.

Quanto ao ramo de transporte, conforme explicitado no procedimento metodológico, apenas uma cooperativa dispunha do índice de RGE para comparação no presente levantamento. Esta apresenta um RGE de 37,5 e 34,2 USD/mil respectivamente para os anos de 2008 e 2009, ao passo que o segmento de transporte externa 143,8 e 1545,9 USD/mil de RGE no período. Posto que apenas uma cooperativa fosse levada em consideração julgou-se pertinente não tecer maiores comentários no tocante a este ramo econômico, apenas ressalta-se que a média encontrada é sobremaneira inferior à média do segmento.

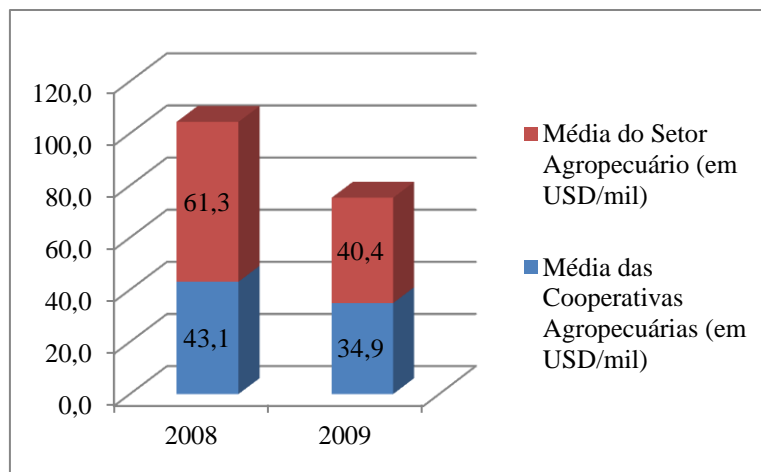


Figura 5 – Média de RGE pelo segmento agropecuário (cooperativas e demais empresas).

Fonte: Revista Exame, 2010 – Elaboração própria.

No tocante ao setor primário, nota-se a preponderância de níveis de RGE percentualmente mais elevados quando comparados a empresas não cooperativas do no mesmo ramo (ver figura-5) e isso pode estar relacionado em partes as evidências elencadas no trabalho de Braga & Ferreira (2004), onde a partir da década de 90 grande parte desses estabelecimentos (cooperativas agropecuárias) sofreram um processo de diversificação de seus campos de atuação. E como já demonstrou-se neste trabalho que o número de funcionários favorece o processo de expansão de portfólio, e como o segmento agropecuário do cooperativismo se mostra em destaque quando comparados a outros ramos (relevância no PIB agropecuário, número de estabelecimentos, etc.), pode-se inferir que pelos aspectos analisados relacionados as mudanças estratégicas efetivadas em períodos passados houve uma agregação de valor e uma consequente acumulação de incentivos para que o RGE refletisse destaque neste segmento. Assim, as cooperativas agropecuárias incorporaram maior número de colaboradores, diversificando sua produção e aumentando suas vendas o que acarretou em um indicador mais elevado.

Como a riqueza média está diretamente ligada ao número de empregados pelo indicador utilizado, se pode inferir que o corpo de colaboradores (funcionários) daqueles empreendimentos cooperativos situados no contexto agropecuário, tem maiores contribuições na geração da renda/riqueza organizacional. O que não se pode apenas com base na análise desse indicador é afirmar até que ponto este nível é prejudicial ao quadro social do empreendimento.

Por outro lado, as cooperativas agropecuárias por terem sofrido um longo processo de readaptação nos anos 90, sob as afirmações de Braga e Ferreira (2004) estão mais propensas as alterações voltadas a preservação do caráter competitivo, o que as leva diretamente a apresentarem maiores receitas e conseqüentemente maiores índices de RGE.

Nesse sentido, numa hipótese inicial se pode inferir que, uma vez que as cooperativas agropecuárias possuem maior número de empregados estes podem estar contribuindo para uma adequação mais rápida as mudanças no mercado, fato esse que resulta numa maior receita e maiores índices quando comparadas as cooperativas de outros ramos. Cabe ressaltar que não se pode, contudo, afirmar que o ramo agropecuário do cooperativismo é mais eficiente no cumprimento de seus objetivos em detrimento dos outros setores do movimento cooperativista, até porque, conforme mencionado anteriormente esse tipo de empreendimento não pode ser medido apenas com base em suas receitas totais.

Por outro lado, os aspectos não relacionados a esfera econômica, com destaque para a desenvolvimento social de seus membros e o desenvolvimento local da comunidade ao qual estão situadas, são relevantes e indispensáveis de serem levados em consideração quando da análise e estudos relacionados a esfera cooperativista notavelmente quanto a responsabilidade do corpo de funcionários desse tipo de organização. Com relação a contratação de colaboradores por parte das cooperativas Davis (2004, p. 21) ressalta que “ainda na determinação do contrato de trabalho, normas regulamentares, valores cooperativos e princípios éticos cooperativos devem ser tidos como um ponto de partida essencial, juntamente com a externalização da natureza do trabalho e seu lugar na estrutura organizacional”.

Resta destacar que a riqueza gerada tanto das cooperativas como das demais entidades empresariais situadas no ramo agropecuário tiveram uma queda no índice RGE de 2009 quando comparados com o mesmo indicador no ano anterior, talvez por uma possível diminuição das vendas totais impactadas pela crise financeira internacional⁴. Contudo, se percebe na análise da figura-3 que a queda dos empreendimentos cooperativos é percentualmente menor do que o daquelas empresas de

⁴ Como grande parte das vendas do segmento agropecuário tanto das cooperativas quanto das empresas não-cooperativas destinam-se as exportações e a crise financeira fez com que houvesse uma queda no comércio internacional brasileiro, pode-se inferir que possivelmente essa seja a responsável pela queda no RGE agropecuário do período.

capital na mesma atividade econômica, sendo de 19% e 34,1% respectivamente. Pode-se concluir que mesmo não sendo o único fator de avaliação para a mensuração do desempenho do corpo de colaboradores nos empreendimentos cooperativos, em momentos de instabilidades do mercado financeiro o setor é menos afetado comparado a outros tipos de organizações. Tais fatos podem ser fruto possivelmente de uma maior qualificação do quadro funcional daquelas organizações, ou mesmo da percepção por parte desses de que o importante é o desenvolvimento financeiro do quadro social e não da entidade. Isso explicaria os níveis de RGE mais baixos além da pouca variação em momentos de instabilidade financeira.

Não se pode, entretanto, deixar de externar ao leitor que o presente estudo apresenta algumas limitações. A subdivisão de ramos econômicos de atuação utilizada pela fonte de dados da Revista Exame não se encontra na mesma subdivisão daquela utilizada pela OCB para definir os ramos do cooperativismo, o que acaba por comprometer a comparação dos outros ramos. Além disso, conforme já mencionado o RGE deveria ser utilizado em conjunto com outros indicadores sociais dos empreendimentos cooperativos para uma evidência mais clara do cenário de atuação desse tipo de empreendimento em detrimento aos não cooperativos. Sendo assim, abrem-se novas oportunidades de pesquisas com o objetivo de aprofundar estudos no tocante ao esclarecimento dessas questões inicialmente aqui trabalhadas.

Referências Bibliográficas:

ACI- Aliança Cooperativa Internacional. *Statement on the Co-operative Identity*, 1995. Disponível em: <<http://www.ica.coop/coop/principles.html>>. Acesso em: 26 out. 2011.

ALBUQUERQUE, L. G. Estratégias de Recursos Humanos e Competitividade. In: VIEIRA, M. M. F.; OLIVEIRA, L. M. B (Org.). **Administração Contemporânea – Perspectivas Estratégicas**. São Paulo: Atlas Editora, 1999, p. 215-38.

ARAGÃO, F.; LADEIRA, R. Gestão de Recursos Humanos em Cooperativas à luz da experiência da Cooperativa Central de Laticínios da Bahia (CCLB). **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 4, n. 3, Setembro / Dezembro – 2006.

BIALOSKORSKI NETO, S. A economia da Cooperação. In: BIALOSKORSKI NETO, S (Org.). **Ensaio sobre o Cooperativismo**. Universidade de São Paulo, setembro de 1998: 05-35.

BRAGA, M. J. ; FERREIRA, M. A. M. Diversificação e Competitividade nas cooperativas agropecuárias. **Revista de Administração Contemporânea**. Out-Dez, Vol. Nº8. Curitiba-Brasil. 2004.

CAMARGOS, M. A.; DIAS, A. T. Estratégia, administração estratégica e estratégia corporativa: uma síntese teórica. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 10, nº 1, janeiro/março 2003.

CASCIO, W.; BOUDREAU, J. **Investimento em Pessoas – Como medir o impacto financeiro das iniciativas em recursos humanos**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2010, 337 p.

DAVIS, P. *Human Resource Management in Cooperatives*. *Cooperative Branch International Labour Office, Geneva*. 2004, 206 p.

DELUIZ, N. Qualificação, competências e certificação: visão do mundo do trabalho. In: BRASIL – Ministério da Saúde (Org.). **Formação – Humanizar cuidados de saúde: uma questão de competência**. Brasília, 2001: 5-16.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Cresce o número de pessoas com plano de saúde no país, aponta IBGE**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u714549.shtml>>. Acesso: 16/08/2012.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Dados do Cooperativismo – 2011**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/servicos/biblioteca.asp?CodPastaPai=2>>. Acesso: 31/05/2012.

OCB- Organização das Cooperativas Brasileiras. **Números do cooperativismo agropecuário** - **2010**. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ramos/agropecuaria_numeros.asp>. Acesso em: 27 jan. 2011.

PONCHIROLI, O. O capital humano como elemento estratégico na economia da sociedade do conhecimento sob a perspectiva da teoria do agir comunicativo. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.1, p.29-42, jan./abr. 2002.

REIS, B. S. **ERU374 – Administração Financeira em Cooperativas**. Material de Aula. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/MG. 2010.

REVISTA EXAME. **Maiores e Melhores Empresas do Ano de 2009**. Disponível em: <<http://mm.portalexame.abril.com.br>>. Acesso: 25/10/2011.

VALADARES, J. H. **Conceito de Cooperativas**. Notas de Aula, pag. 13. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/MG. Brasil. 2003.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas Editora, 287 p., Brasil. 1998.

O SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL E A IMPORTÂNCIA DO SUPORTE SOCIAL QUANDO A DOENÇA O ATINGE OU A ALGUÉM DE SUA FAMÍLIA

Paulo Afonso de Barros

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté – Unitau
E-mail: paulo.afonso23@terra.com.br

Eliane Freire de Oliveira

Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté – Unitau
E-mail: eliane-freire@uol.com.br

RESUMO

Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão. Os serviços públicos no Brasil de hoje, recebem de seus demandantes, com raras exceções, críticas à sua quantidade e qualidade, que envolve, em muitos dos casos, ausência ou precária infraestrutura. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é analisar a importância do suporte de uma equipe interdisciplinar ao servidor público federal de um instituto de pesquisas localizado no Vale do Paraíba Paulista, nas questões que envolvem sua saúde e a de seus dependentes legais, influenciando diretamente seu desenvolvimento humano. Trata-se de um estudo de caso, com uso da pesquisa exploratória documental, para definir o estado da arte sobre as investigações realizadas no país que se debruçam sobre o servidor público brasileiro. Num terceiro momento, a pesquisa tem uma abordagem qualitativa, ainda em fase de pré-teste. Os resultados demonstram que, como os profissionais de uma equipe interdisciplinar estão envolvidos com as mais diversas realidades que intervêm no alcance do desenvolvimento humano, é fundamental a atenção que possam dispensar aos servidores públicos ativos e inativos, bem como a seus familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Servidor Público. Saúde. Desenvolvimento Humano.

ABSTRACT

The public offices are accessible to all Brazilians, they are created under authority of law, with its own name and salary paid by public funds, for provision either permanently or on commission. Nowadays, public services in Brazil receive critics about its quantity and quality from their applicants, which involves, in many cases, lack of or poor infrastructure, with rare exceptions. In this context, the purpose of this study is to analyze the importance of the support of an interdisciplinary team to federal public servants from a research institute located in Vale do Paraíba Paulista, in matters involving their health and their legal dependents health, directly influencing their human development. This is a case study, using the exploratory documentary research, to define the state of the art upon investigation which was performed in the country that focuses on the Brazilian public servant. Thirdly, the research has a qualitative approach, which is under test. The results evidence that, as the interdisciplinary team of professionals are involved with many different realities that interfere in human development, it is essential that attention is given to acting and retired civil servants, as well as to their families.

KEYWORDS: Public Servant. Health. Development.

Introdução

A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil da União (RJU), das autarquias, inclusive as em regime especial e das fundações públicas federais no Brasil. Para os efeitos dessa Lei, servidor é toda pessoa legalmente investida em cargo público, que significa um conjunto de atribuições previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor. Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Os serviços públicos no Brasil de hoje, recebem de seus demandantes, com raras exceções, críticas à sua quantidade e qualidade, que envolve, em muitos dos casos, ausência ou precária infraestrutura decorrente de um Estado que, ciclicamente, investe recursos financeiros em educação, saúde, segurança, saneamento básico, ciência e tecnologia, historicamente sempre aquém das expectativas e necessidades da população brasileira. O Governo Federal, por meio do Ministério do Planejamento, em 2003, criou a Coordenação-Geral de Seguridade Social e Benefícios do Servidor e, em 2006, o Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Federal (SISOSP). Em dezembro de 2007, ficou estabelecido o compromisso de se criar e implantar uma Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho de Servidor Público Federal (PASS), que se sustentaria nos seguintes eixos principais: vigilância e promoção à saúde, assistência à saúde do servidor e perícia em saúde. Em consequência, foi criado o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor (CGASS) pelo Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009.

As ações decorrentes dessa política são ainda embrionárias e produzem efeitos irrisórios na vida do servidor público federal, em face ao pouco conhecimento de sua realidade quanto às questões que envolvem sua saúde e seu bem-estar. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é analisar a importância do suporte de uma equipe interdisciplinar ao servidor público federal de um instituto de pesquisas localizado no Vale do Paraíba Paulista, nas questões que envolvem sua saúde e a de seus dependentes legais, propiciando-lhe segurança e melhores condições biopsissociais para enfrentar períodos de doença que o afetem, bem como a seus familiares, durante seu vínculo com a instituição, e que permanece após sua aposentadoria, influenciando diretamente seu desenvolvimento humano.

Quanto à metodologia, esta pesquisa é um estudo de caso, percorrendo alguns caminhos a fim de dar conta da problematização inicial, que considera a inexistência de um

programa específico para a realização de ações de saúde voltadas para a prevenção, tratamento de doenças e promoção da qualidade de vida e do envelhecimento saudável e ativo em uma instituição pública que se dedica a pesquisas no interior do estado de São Paulo. Os dados coletados foram analisados à luz da Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner (2011), que considera diferentes aspectos interdisciplinares no desenvolvimento humano dos indivíduos.

Num primeiro momento, tem-se um estudo exploratório em cima deste questionamento, que, baseado em fonte documental, investiga o papel dos profissionais de uma equipe multidisciplinar de apoio aos servidores públicos na área da saúde, bem como as estatísticas de atendimento e os registros que dizem respeito aos servidores ativos e inativos da instituição e de seus familiares. Fez-se ainda, uma pesquisa bibliográfica e em bancos de dados para definir o estado da arte sobre as investigações realizadas no país que se debruçam sobre o servidor público brasileiro. Por fim, num terceiro momento, a pesquisa tem uma abordagem qualitativa, ao buscar, ainda em fase de pré-teste, responder como o servidor público da referida instituição, ao longo do seu percurso de trabalho, avalia a evolução das suas condições de saúde.

Envelhecimento ativo do servidor público

É fato que a imprensa, ao longo das últimas três décadas, vem cobrindo uma série de escândalos envolvendo os três poderes da República, Executivo, Legislativo e Judiciário, fenômeno que se repete em boa parte dos estados e municípios. Porém, pouco se sabe a respeito do servidor público, de sua saúde, de seu processo de envelhecimento, de sua realidade, das dificuldades e das restrições que permeiam o contexto histórico e social do serviço público no país.

O relatório da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que congrega 30 países, entre eles o Brasil, tem como preocupações as mudanças do mundo atual, tais como a governança, a economia da informação e os desafios gerados pelo envelhecimento da população. A Avaliação da Gestão de Recursos Humanos no Governo – Relatório da OCDE: Brasil 2010 (Poder Executivo) teve como base o trabalho realizado ao longo dos anos pelo Grupo de Trabalho de Gestão Administrativa e Trabalho Público da OCDE. Este relatório, incluindo conclusões e recomendações, foi discutido na reunião anual dessa organização, realizada em 15-16 de dezembro de 2009, em sua sede em Paris.

Nessa publicação, no capítulo dedicado ao planejamento e gestão da força de trabalho (2010, p. 102-105), a questão do envelhecimento do setor público frente às novas demandas de uma sociedade em envelhecimento é destacada, alertando o governo brasileiro para os riscos quando da aposentadoria de grande número de servidores, que pode ser gerenciada de maneira a ser bem aproveitada visto que, se por um lado surge a oportunidade de trazer novos talentos com novas competências para o governo federal, incluindo a redução de custos pela entrada de novos servidores, considerando-se que os salários de início de carreira são mais baixos, há, porém, um risco potencial da perda da capacidade laboral e a necessidade de adiar a aposentadoria de servidores-chave. A experiência dos países membros da OCDE demonstra que poucos conseguem tirar proveito desse momento, preservando principalmente a memória institucional.

De acordo com esse trabalho, os desafios e as dificuldades são amplamente conhecidos pelo governo brasileiro. Apesar de uma sociedade em envelhecimento ser um fenômeno não tão novo no Brasil, não tem recebido tanta atenção como em muitos países membros da OCDE, porém seu relatório demonstra a importância de se conhecer a questão do envelhecimento dos servidores públicos e a necessidade da tomada de decisões tempestivas.

Além da iniciativa do setor público em mapear a situação do funcionalismo público, a academia também tem se dedicado há tempos a investigar contextos de atuação profissional e de vivência e desenvolvimento dos indivíduos em sociedade. Em 1979, quando Urie Bronfenbrenner propôs a Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano, criticou a forma tradicional de estudos até então utilizada, especialmente quanto ao elevado número de pesquisas concluídas sobre desenvolvimento “fora de contexto”, focando a pessoa em desenvolvimento em um ambiente restrito e estático, desconsiderando-se as muitas influências dos contextos em que esses indivíduos viviam.

As reformulações desse modelo foram realizadas por Bronfenbrenner e Morris (1998; 2011) o ele admite ter enfatizado demasiadamente em sua primeira proposta os contextos de desenvolvimento em detrimento da pessoa em desenvolvimento que assumia um papel secundário. A Teoria Bioecológica revê os quatro aspectos multidirecionais, designado como modelo PPCT: “Processo, Pessoa, Contexto e Tempo” (BRONFENBRENNER, 2011, p. 25). Quanto ao Processo, considera as conexões entre os diferentes níveis sendo composto pelos papéis e rotinas do indivíduo em desenvolvimento no seu ambiente proximal; quanto à Pessoa, considera a frequência e todas as ocorrências que tragam alterações ao longo da vida do ser humano em desenvolvimento durante toda sua existência; quanto ao Contexto, refere-

se ao meio ambiente global em que a pessoa vive e onde ocorrem os processos de desenvolvimento; e, no que se refere ao Tempo, considera a forma como ocorrem as transformações e mudanças no sentido histórico na sociedade e que exercem, em consequência, pressões no indivíduo em desenvolvimento.

De acordo com o autor, o primeiro componente do modelo, o Processo,

abrange formas particulares de interação do organismo com o ambiente, chamadas processo proximal, que operam ao longo do tempo e são situadas como mecanismos primários que produzem o desenvolvimento humano. Contudo, a força desses processos para influenciar o desenvolvimento humano é presumida, e mostrada, por variar substancialmente como função das características da Pessoa em desenvolvimento, do Contexto tanto imediato quanto mais remoto e dos períodos de Tempo nos quais o processo proximal ocorre. (BRONFENBRENNER, 2011, p. 25)

Assim, o desenvolvimento humano é permanentemente ativo nas relações do indivíduo que se encontra em atividade e seu ambiente complexo, integrado e mutável. Conforme convive num determinado ambiente, o indivíduo vai assimilando valores e se integrando a situações que permitem seu aprimoramento, seja pela aquisição de conhecimentos ou pela vivência de experiências, que transformam a maneira de perceber o mundo ao seu redor.

Especialmente em suas fases iniciais, mas também durante o ciclo de vida, o desenvolvimento humano toma lugar nos processos de interação recíproca, progressivamente mais complexos entre um organismo biopsicossocial em atividade e as pessoas, objetos e símbolos existentes no seu ambiente imediato. Para ser efetiva, a interação deve ocorrer em uma base estável em estendidos períodos de tempo. Esses padrões duradouros de interação no contexto imediato são denominados processo proximal. Exemplos de processos duradouros de processo proximal são encontrados na amamentação ou conforto do bebê, nas brincadeiras com uma criança pequena, nas atividades entre crianças, no grupo ou na ação solitária, na leitura, na aprendizagem de novas habilidades, nas atividades físicas, na solução de problemas, no cuidado de pessoas doentes, na elaboração de planos, na execução de tarefas complexas e na aquisição de um conhecimento ou experiência. (BRONFENBRENNER, 2011, p. 28).

A questão da cultura organizacional e a influência que exerce sobre os indivíduos em determinado contexto pode ser demonstrada por meio da Teoria Bioecológica, considerando que o instituto de pesquisas que se apresenta como objeto deste estudo, em seu início, era composto por um número pequeno de profissionais, cerca de 300 em 1980, até atingir o seu maior número em 1989, por volta de 1600 funcionários. Daí a necessidade de resgatar essa experiência observada entre os servidores públicos do instituto de pesquisas, localizado no Vale do Paraíba Paulista, demonstrando como havia, e ainda é intensa, a idéia de grupo, com

uma forte coesão e envolvimento dos servidores e sua permanente interação durante o seu desenvolvimento desde o ingresso em seus quadros de colaboradores.

Era um grupo composto, em sua maioria, por jovens e, segundo relatos de funcionários mais antigos, havia um relacionamento amigável, com amizades muito próximas, além da realização de diversos encontros informais fora do expediente, quando muitos, de uma relação de amizade, conheceram seus cônjuges nesse ambiente, vindo a constituir suas famílias, posteriormente celebrando o nascimento dos filhos, que, posteriormente, frequentavam as mesmas escolas.

A prática esportiva no campus da instituição era incentivada, existindo dois campos de futebol, dando origem a uma Associação Desportiva Classista na década de 1980 que, em seguida viabilizou a construção de um ginásio poliesportivo, piscina para adultos e para crianças, além de playground, sendo comum a realização de churrascos de confraternização em razão de aniversários, compra do primeiro carro usado, festas juninas, celebrações natalinas e amigos-secretos, havia então um senso comum de família.

Quando algum desses funcionários apresentava algum problema financeiro ou de saúde era comum a realização de ações entre amigos, quase sempre envolvendo as chefias imediatas que, por sua vez, levavam problemas de saúde mais graves ao conhecimento da direção da instituição objetivando a obtenção de algum tipo de apoio para assistência médica, hospitalar e medicamentosa.

A administração era mais atenta a esses problemas e a legislação de então permitia coberturas de despesas com saúde médica, hospitalar, odontológica e medicamentosa, por meio da autogestão do plano de saúde, com apoio e orientação de profissionais da área social que acompanhavam os casos, realizando visitas domiciliares, hospitalares, utilização de viaturas para suporte quando da necessidade de remoções.

A área de Assistência Social, formada por uma equipe interdisciplinar, composta por médico, técnico de enfermagem, assistente social e psicóloga, sempre foi uma referência na instituição, constantemente chamada a oferecer suporte a servidores e a seus dependentes legais, quando da ocorrência de sinistros.

No período de 1989 a junho de 2012, o instituto teve reduzida drasticamente sua força de trabalho, passando de 1600 para 1003 servidores, sofrendo com essa redução também a ausência de sucessão para dar andamento em suas atividades, agravada pelo envelhecimento de seus colaboradores ainda em atividade, sendo que atualmente 63,5% desses servidores possuem mais de 50 anos de idade,

Com o passar do tempo, não só a promoção da saúde e a prevenção de doenças, mas também o envelhecimento se mostraram relevantes com a mudança de faixa etária dos funcionários. No período de 1989 a 2011, o instituto passou de 1600 para 1003 servidores, e, atualmente, 63,5% de seus servidores possuem mais de 50 anos de idade.

Percebe-se, então, que o ambiente organizacional favoreceu o desenvolvimento de uma cultura de interação e solidariedade entre os servidores do instituto. Considerando que, neste caso,

cultura é um padrão de suposições básicas demonstradas; inventadas, descobertas ou desenvolvidas por um dado grupo; que ensina a lidar com seus problemas externos de adaptação e internos de integração; que funcionou bem o bastante para ser considerado válido e, ainda, para ser ensinado aos novos membros do grupo como a forma correta de perceber, pensar e sentir em relação àqueles problemas. (SCHEIN apud PIRES; MACEDO, 2006, on-line).

Por conta das mudanças ocorridas, não somente no âmbito da organização, os indivíduos que conviviam num ambiente influenciado por diferentes contextos e situações, com o passar do tempo, vivenciaram um processo de envelhecimento ativo e, em muitos casos, a saúde dos servidores foi sendo percebida, de certa forma, em decorrência do cenário que se apresentava.

O termo “envelhecimento ativo” foi adotado pela Organização Mundial da Saúde no final dos anos 90. Procura transmitir uma mensagem mais abrangente do que “envelhecimento saudável” e, reconhecer, além dos cuidados com a saúde, outros fatores que afetam o modo como os indivíduos e as populações envelhecem (KALACHE; KICKBUSCH apud OMS, 2005, p. 14).

Segundo a Organização Mundial da Saúde o termo envelhecimento ativo está relacionado a uma experiência positiva, propiciando uma vida mais longa, seguida de oportunidades contínuas de saúde, participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho e segurança. Nessa visão, o envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas. (OMS, 2005)

Ainda de acordo com este documento, o envelhecimento ativo depende de diversos fatores, dentre eles, a) *Fatores determinantes transversais*: cultura e gênero; b) *Fatores determinantes relacionados aos sistemas de saúde e serviço social*; c) *Fatores comportamentais determinantes*; d) *Fatores determinantes relacionados a aspectos pessoais*;

e) *Fatores determinantes relacionados ao ambiente físico*; f) *Fatores determinantes relacionados ao ambiente social* e g) *Fatores econômicos determinantes*.

No Projeto de Política de Saúde desenvolvido pelo Programa de Envelhecimento e Curso de Vida da Organização Mundial da Saúde (2002), uma contribuição para o Segundo Encontro Mundial das Nações Unidas sobre Envelhecimento, realizado em abril de 2002, em Madri, na Espanha, cuja versão preliminar foi publicada em 2001, com o título, “Saúde e Envelhecimento: Um Trabalho de Discussão”, alguns conceitos importantes no contexto de vida do indivíduo idoso são referidos, dentre eles, ***autonomia***, que é a habilidade de controlar, tomar e arcar com decisões pessoais sobre como se deve viver diariamente, de acordo com suas próprias regras e preferências; ***independência***, geralmente entendida com a habilidade de executar funções relacionadas à vida diária, ou seja, a capacidade de viver independentemente na comunidade com alguma ou nenhuma ajuda de outros; ***qualidade de vida*** é a percepção que o indivíduo tem de sua posição na vida dentro do contexto de sua cultura e do sistema de valores de onde vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

É um conceito muito amplo, que incorpora de uma maneira complexa a saúde física de uma pessoa, seu estado psicológico, seu nível de dependência, suas relações sociais, suas crenças e sua relação com características proeminentes no ambiente (OMS, 2002, p. 15). À medida que um indivíduo envelhece, sua qualidade de vida é fortemente determinada por sua habilidade de manter a autonomia e a independência.

Outro conceito importante trabalhado neste documento é o de ***expectativa de vida saudável***,

uma expressão geralmente usada como sinônimo de “expectativa de vida sem incapacidades físicas”. Enquanto a expectativa de vida ao nascer permanece uma medida importante do envelhecimento da população, o tempo de vida que as pessoas podem esperar viver sem precisar de cuidados especiais é extremamente importante para uma população em processo de envelhecimento (OMS, 2002, p. 15).

Segundo Neri (2008, p. 23), o cerne do conceito de ***autonomia*** é a noção e o exercício do autogoverno, incluídos a liberdade individual, privacidade, livre-escolha, autogoverno, auto-regulação e independência moral, liberdade para experimentar o ***self*** e harmonia com os próprios sentimentos e necessidades.

Quanto ao conceito de ***independência***, essa autora define como aspecto central a capacidade funcional que significa a de conseguir sobreviver sem ajuda para as atividades instrumentais de vida diária e de autocuidado.

Em relação à *dependência*, na Gerontologia, esse conceito é definido como a incapacidade de a pessoa funcionar satisfatoriamente sem ajuda, seja por limitações físico-funcionais, ou cognitivas ou ainda a combinação entre essas duas condições. Para Neri, “é possível ser inválido sem ser dependente e vice-versa” (2008, p. 23).

Suporte social em caso de doença do servidor público

A atenção integral à saúde só é alcançável quando o trabalho se articula quebrando a fragmentação entre os saberes e práticas. Neste caso, “profissionais realizam intervenções de suas respectivas áreas, mas também executam ações comuns, nas quais estão integrados saberes provenientes de distintos campos” (MOTTA; AGUIAR, 2007, on-line). No campo da saúde, a interdisciplinaridade acena com a possibilidade da compreensão integral do ser humano no contexto das relações sociais e do processo saúde-doença.

Segundo Oliveira (2007), se aceita que o trabalho interdisciplinar tem como base a interdependência entre os profissionais que estão envolvidos, resguardado o conhecimento individual em suas áreas de atuação, mantendo-se a compreensão e respeito recíprocos, de forma a superar o conhecimento já existente da realidade social. Para Neri (2008), há grupos de pessoas que apresentam determinadas relações que se configuram como redes de suporte social, caracterizando-se principalmente por relacionamentos e vínculos onde existe certa hierarquia entre seus membros, denotando-se as ações de dar e receber.

O formato dessas redes depende em muito da demanda que as pessoas possam apresentar, em particular quando de adultos e idosos, denotam apoio emocional, material, serviços e informações. Favorecem a manutenção e afirmação da identidade social, possibilitando que as pessoas sintam-se acolhidas, amadas e valorizadas. Especialmente em relação aos idosos, quando os mesmos são forçados a encarar suas perdas sociais e físicas, em mecanismos conhecidos como comparação social, acabam por favorecer a manutenção de sua auto-imagem e auto-estima e melhor compreensão de si mesmas.

Conforme Starfield (apud FERREIRA 2012, p. 12), “não existe nenhuma sociedade que disponha de recursos econômicos ilimitados para custear os serviços de saúde. A atenção superespecializada é mais cara que a atenção primária, e, portanto, têm menos acesso a ela as pessoas com dificuldade econômica”. Assim, a atenção primária à saúde representa o primeiro recurso em saúde a ser buscado, permite o prosseguir do cuidado com a formação do vínculo entre o paciente e o serviço, viabilizando ações intersetoriais, coordenando o cuidado por

meio de encaminhamento para profissionais de áreas diferentes e/ou outros níveis de atendimento, viabilizando a abordagem integral que respeite a verdadeira dimensão do conceito saúde.

O termo “rede” sugere a ideia de articulação entre parceiros, com interdependência de serviços visando a garantia da integralidade da atenção aos segmentos sociais. Segundo Hoffmann, trata-se de “conjunto integrado de instituições governamentais, não governamentais e informais, ações, informações, profissionais, serviços e programas que priorizem o atendimento integral à população na realidade local de forma descentralizada e participativa” (FERREIRA, 2012, p. 17).

Para que esses modelos sejam eficazes, é necessária a participação social e a intersetorialidade, promovendo jeitos de atuar em conjunto, envolvendo também a sociedade civil organizada tanto nas questões práticas, bem como nas decisões que se referem às políticas públicas.

As redes microssociais são o elo entre as relações informais – oriundas dos vínculos de parentesco, vizinhança e comunidade – e a rede formal representada pelo conjunto do instituições públicas prestadoras de serviço e/ou garantidoras de direito (DOMINGUES; HERNANDES, 2010, p. 60).

Com esse olhar, atuações do que se convencionou chamar de rede social, viabilizam ações que objetivam superar dificuldades existentes na comunidade que interfiram negativamente no desenvolvimento saudável dessa comunidade. Conforme Domingues e Hernandez (2010, p. 60), as Ciências Humanas e Sociais têm recorrido ao conceito de redes, para a definição de construtos relativos a apoio social e relacionamentos grupais, estabelecendo ampla diversidade de uso do termo.

A rede formal, no que diz respeito à atenção à saúde, desenvolve-se no âmbito de um sistema que conta com serviços públicos e privados, cujo funcionamento demanda a atuação das mais diversas profissões e ocupações, além daquelas historicamente voltadas ao cuidado coma saúde (DOMINGUES; HERNANDES, 2010, p. 61).

Para Borim et al (2011, p. 173), segundo a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde (CIF, 2003), a capacidade funcional se refere à possibilidade de consecução de tarefas ou ações que dependam da competência do organismo e das condições ambientais. Dessa forma, está relacionada a um ambiente flexível, que, por sua vez, adequado às suas condições físicas e cognitivas dos idosos, passando-lhe mais segurança, contribuindo para sua melhor orientação espacial e, em consequência, estimulando suas ações.

Assistência à saúde do servidor público no Instituto de Pesquisas

Para o cumprimento dos objetivos da pesquisa, considerou-se o perfil socioeconômico dos servidores públicos ativos e inativos de um Instituto de Pesquisas com sede no Vale do Paraíba Paulista, na cidade de São José dos Campos (SP), fazendo-se necessário conhecer os hábitos de vida dos servidores públicos e correlacioná-los com ações de prevenção e que promovem a saúde no setor público. Com base no estudo de caso, o estado da arte revelou a ausência de produções científicas relacionadas ao servidor público federal com foco no envelhecimento ativo, razão pela qual a proposta de investigação do estudo desses aspectos, bem como sobre o papel do apoio de profissionais da área da saúde junto aos servidores públicos de um instituto de pesquisas mais uma vez se justifica.

Trata-se do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), cuja história tem início em 1961, quando um Decreto Presidencial criou o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE), que futuramente viria a ser Instituto de Pesquisas Espaciais. Em 1990, o INPE passa a ser denominado Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e é integrado à estrutura básica da Secretaria da Ciência e Tecnologia da Presidência da República (SCT/PR). Em 1992, a secretaria é transformada em Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), passando o INPE a integrá-lo na qualidade de órgão específico.

Em 1995, é aprovada a Estrutura Regimental do MCT, passando o INPE a integrá-lo na condição de Órgão Específico Singular. Atualmente, o instituto possui instalações nas localidades de Belém (PA), Alcântara (MA), São Luiz (MA), Euzébio (CE), Natal (RN), Cuiabá (MT), Brasília (DF), Cachoeira Paulista (SP), São José dos Campos (SP), Atibaia (SP), São Paulo (SP), São Martinho da Serra (RS) e Santa Maria (RS).

Os servidores públicos do INPE são regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU), Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencendo à Carreira de Ciência e Tecnologia, conforme Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993. Diferente dos empregados de empresas privadas, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que, ao se aposentarem, perdem o vínculo com seus empregadores, tendo suas aposentadorias por tempo de serviço ou decorrentes de invalidez permanente gerida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Conforme disposto no RJU, Artigos 183, 184 e 185, a União manterá Plano de Seguridade Social que visa a dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos o servidor e sua família, e compreende um conjunto de benefícios e ações que atendam as seguintes finalidades: garantia de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em

serviço, inatividade, falecimento e reclusão; proteção à maternidade, à adoção e à paternidade; e assistência à saúde.

No artigo 230, o RJU prevê que a assistência à saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, prestada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), ou diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou, ainda, mediante convênio ou contrato, na forma estabelecida em regulamento, conforme redação dada pela Medida Provisória nº 1.595-14, de 10 de novembro de 1997. Conforme demonstrado, por exigência legal, a vinculação do servidor ativo e inativo ao órgão onde trabalha são permanentes, extensivos aos pensionistas quando do seu óbito.

No caso específico do instituto de pesquisas em questão, há um Serviço de Assistência e Benefícios (SAS), formado por uma equipe multi e interdisciplinar, composta por dois médicos, duas técnicas de enfermagem, uma psicóloga e uma assistente social, que prestam assistência aos servidores em suas necessidades, razão pela qual neste estudo além dos servidores ativos serão pesquisados os servidores inativos.

Assim, o estudo tem como delimitação o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e seus colaboradores, que atuam nas carreiras de Pesquisa, Tecnologia e Gestão, na localidade de São José dos Campos (SP) que, até junho de 2012, somam 708 servidores ativos, 571 inativos, dos quais, 40 foram aposentados por invalidez.

Na proposição da pesquisa, tem-se como cenário que os funcionários públicos do Instituto de Pesquisas não realizam, com habitualidade, exames médicos e laboratoriais, recebendo diagnóstico de doenças graves que podem levar a óbitos ou incapacidade laborativa precoce e há razões que levam a esse tipo de comportamento, as quais precisam ser compreendidas. Os dados coletados em fontes documentais revelam que, nos últimos cinco anos, entre 2007 e 2011, foram registradas licenças médicas por conta de diferentes patologias, que resultaram em acompanhamentos sociais, óbitos ou aposentadorias por invalidez. Optou-se por demonstrar, nesse artigo, os resultados obtidos no último ano da coleta documental, conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 – SERVIDOR ATIVO – LICENÇA MÉDICA - JUNTA MÉDICA OFICIAL – 2011

Servidor	Período	Patologia	Evolução
1	90 dias	Gastroenterologia	Acompanhamento social
2	60 dias	Cardiopatía	Acompanhamento social
3	60 dias	Ortopedia	Acompanhamento social
4	90 dias	Psiquiatria	Acompanhamento social
5	120 dias	Psiquiatria	Aposentadoria por invalidez
6	210 dias	Oncologia	Acompanhamento social
7	120 dias	Ortopedia	Acompanhamento social
8	60 dias	Oncologia	Óbito
9	60 dias	Oncologia	Acompanhamento social
10	60 dias	Psiquiatria	Acompanhamento social
11	60 dias	Ortopedia	Acompanhamento social
12	90 dias	Psiquiatria	Acompanhamento social
13	60 dias	Gastroenterologia	Óbito

Fonte: INPE/Junho 2012/ elaborado pelo autor.

Considerando-se que não há no serviço público federal, do Poder Executivo, programas de acompanhamento sistemático da saúde dos funcionários públicos, desconhecendo-se as patologias mais frequentes que levam a afastamentos, aposentadorias por invalidez e óbitos de funcionários em atividade, procurou-se conhecer melhor essa realidade, sua gravidade e impacto para a sociedade brasileira.

No Quadro 2, os dados coletados em fontes documentais revelam que, nos últimos cinco anos, entre 2007 e 2011, foram concedidas licenças para acompanhamento de pessoas da família do servidor do Instituto de Pesquisas. Optou-se por demonstrar, nesse artigo, os resultados obtidos no último ano da coleta documental.

Quadro 2 – SERVIDORES ATIVOS – LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO PESSOA DA FAMÍLIA – 2011

COM PERÍCIA JUNTA MÉDICA OFICIAL			
Servidor	Período	Parentesco	Observação
1	30 dias	Esposa	Acompanhamento social
2	150 dias	Esposa	Acompanhamento social
3	60 dias	Mãe	Acompanhamento social

Fonte: INPE/Junho 2012/ elaborado pelo autor.

Dado que é fundamental verificar como estão envelhecendo os funcionários públicos da Instituição pesquisada, no Quadro 3, os dados coletados em fontes documentais revelam que, nos últimos cinco anos, entre 2007 e 2011, foram obtidos benefícios de isenção de

impostos em caso de doença, conforme previsto na legislação específica para os casos. Optou-se por demonstrar, nesse artigo, os resultados obtidos no último ano da coleta documental.

Quadro 3 – SERVIDORES INATIVOS – ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA DECORRENTE DE DOENÇA PREVISTA EM LEI – 2011

Servidor	Patologia
1	Doença Degenerativa

Fonte: INPE/Junho 2012/ elaborado pelo autor.

A Teoria Bioecológica considera os quatro aspectos multidirecionais, designado como modelo PPCT: “Processo, Pessoa, Contexto e Tempo” (BRONFENBRENNER, 2011, p. 25). Quanto ao Processo, considera as conexões entre os diferentes níveis sendo composto pelos papéis e rotinas do indivíduo em desenvolvimento no seu ambiente proximal; quanto à Pessoa, considera a frequência e todas as ocorrências que tragam alterações ao longo da vida do ser humano em desenvolvimento durante toda sua existência; quanto ao Contexto, refere-se ao meio ambiente global em que a pessoa vive e onde ocorrem os processos de desenvolvimento; e, no que se refere ao Tempo, considera a forma como ocorrem as transformações e mudanças no sentido histórico na sociedade e que exercem, em consequência, pressões no indivíduo em desenvolvimento.

Para tanto, utilizou-se a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados, inicialmente realizada com um servidor ativo e um servidor inativo aposentado por invalidez, definidos em uma amostra aleatória simples não-probabilística, uma vez que a abordagem da pesquisa é qualitativa. O roteiro da entrevista teve os seguintes eixos norteadores, a saber: 1º) Realização de exames médicos anuais; 2º) Hábitos de vida; 3º) Processo de envelhecimento; 4º) Faixa etária; 5º) Jornada de trabalho oficial e informal; 6º) Qualidade de Vida; 7º) Sugestões para melhoria das condições de trabalho, saúde e envelhecimento. A pesquisa foi submetida à análise e aprovação do comitê de ética em pesquisa da Universidade de Taubaté sob o protocolo CEP/UNITAU nº 347/12.

O perfil dos indivíduos obtido em fase de pré-teste revelou que: o **sujeito 1** é ativo, seu cargo é denominado como Assistente em C&T, seu tempo de serviço no Instituto soma 32 anos, tem 60 anos e sua área de atuação é a de técnico de laboratório. A jornada de trabalho é de 40 horas semanais, sendo 8 horas/dia, e seu grau de instrução é o superior completo. O **sujeito 2** é inativo, aposentado por invalidez, seu cargo é denominado como Assistente em C&T, seu tempo de serviço no Instituto soma 35 anos, tem 65 anos e sua área de atuação era a

de administração. A jornada de trabalho era de 40 horas semanais, sendo 8 horas/dia, e seu grau de instrução é o ensino médio completo.

Os resultados do pré-teste dão conta das questões apontadas no roteiro de entrevista, que incluem: avaliação sobre condição de saúde atual, frequência com que realiza exames médicos, problema de saúde que vem tendo acompanhamento médico, regularidade das atividades físicas, alimentação, peso corporal, percepção sobre o próprio envelhecimento ativo, expectativa de vida, relação entre saúde e trabalho, fator determinante da condição de saúde, qualidade de vida, relação entre autonomia, independência e expectativa de vida saudável.

Entre os valores e princípios do Instituto de Pesquisas está a valorização das pessoas, seu bem-estar e a realização profissional de seu capital humano. O quadro atual no serviço público, especialmente em suas áreas de excelência, como é o caso do cenário pesquisado nesta investigação, é preocupante face ao processo natural de envelhecimento de seu contingente de pessoal, diminuição de seu efetivo pela não reposição da mão de obra perdida, em sua maioria com aposentadorias por tempo de serviço, invalidez por motivo de doença e óbitos, agravado pela ausência de sucessão.

Resultados alcançados

Os resultados preliminares do estudo demonstram que, primeiro – como os profissionais de uma equipe interdisciplinar estão envolvidos com as mais diversas realidades que intervêm no alcance do desenvolvimento humano, é fundamental a atenção que possam dispensar aos servidores públicos ativos e inativos, bem como a seus familiares; segundo – se faz premente a necessidade de respaldar a atuação profissional desta equipe com a infraestrutura necessária, além de medidas que permitam amplo apoio aos servidores em suas necessidades no campo da saúde e da assistência social; e terceiro – verificou-se que os principais acompanhamentos de servidores dizem respeito a licenças médicas de servidores ativos; licenças médicas de servidores ativos para acompanhamento de pessoa da família; conversão de aposentadoria de tempo de serviço proporcional para integral, de acordo com a Lei nº 8.112/90, art. 186; e isenção de imposto de renda, conforme Lei nº 7.713/88, art. 6, item XIV. Essas licenças são homologadas por junta médica oficial. Nesse estudo, pesquisaram-se as referidas licenças, conversões e isenção de imposto de renda no período de 2007 a 2011, documentadas na área de assistência e benefícios do Instituto de Pesquisas,

todas decorrentes de acompanhamentos, com atendimentos individuais, visitas domiciliares e hospitalares.

A ocorrência de doenças incapacitantes ou óbitos no auge da produtividade desses indivíduos ativos e inativos, além dos prejuízos pessoais e familiares, ocasionam, de maneira irrecuperável, elevados custos ao país e aos contribuintes, que investem direta ou indiretamente em sua formação acadêmica, capacitação profissional e/ou científica. Por esta razão, as questões de saúde e, conseqüentemente, as relacionadas às condições mínimas para que tenham qualidade de vida demandarão cada vez mais serviços multidisciplinares do setor saúde, preferencialmente utilizando-se desses recursos de maneira preventiva, possibilitando que um número cada vez maior de pessoas chegue nessa fase da vida com autonomia, respeito e dignidade para exercício de sua cidadania.

Conclui-se, portanto, o quão importante é a presença da equipe interdisciplinar envolvida com o desenvolvimento humano, uma vez que são seus conhecimentos adquiridos e continuamente reciclados na experiência cotidiana que irão direcionar os caminhos pelos quais suas respectivas ações junto aos servidores públicos irão produzir resultados. Quanto aos servidores ativos e inativos, percebe-se que esse suporte social lhes traz segurança, favorecendo o enfrentamento das diversas questões relacionadas à saúde e à doença que possam acometê-los, bem como seus familiares, possibilitando-lhes o desenvolvimento de suas atividades profissionais com maior tranquilidade.

Referências

ALBUQUERQUE, C. Saúde e doença: significações e perspectivas em mudança. **Milenium** 25. 2002. Disponível em: <<http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/635/1/Sa%C3%BAde%20e%20Doen%C3%A7a.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

BORGES, M. A. A. (Ed.). **Coletânea do I Curso de Pós-graduação em Gestão Estratégica da Ciência e Tecnologia em Institutos Públicos de Pesquisa**. São José dos Campos: INPE, 2012. Disponível em: <<http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/3BK3HJP>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

BORIM, F. S. A. et al. Capacidade funcional e quedas. In: GUARIENTO, M. E.; NERI, A. L. (Orgs.). **Assistência ambulatorial ao idoso: Dados do Estudo Fibra Campinas**. Campinas, SP: Alínea, 2010, p. 171-186.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DOMINGUES, M. A. C.; HERNANDES, E. S. C. Níveis de atenção à saúde da pessoa idosa no Brasil. In: GUARIENTO, M. E.; NERI, A. L. (Orgs.). **Assistência ambulatorial ao idoso: Dados do Estudo Fibra Campinas**. Campinas, SP: Alínea, 2010, p. 57-66.

FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2002.

FERREIRA, A. B. (org.) **Saúde e envelhecimento: criando mecanismos de rede na atenção primária à saúde**. São Caetano do Sul, SP : Yendis, 2012.

INPE. **História**. Disponível em: <<http://www.inpe.br/institucional/historia.php>>. Acesso em: 07 jun. 2012.

_____. **Plano Diretor do INPE 2012-2015: Planejamento Estratégico do INPE**. São José dos Campos: 2011, 57 p.

KEINERT, T. M. M.; ROSA, T. E. C. Direitos Humanos, envelhecimento ativo e saúde da pessoa idosa: marco legal e institucional. **BIS, Bol. Inst. Saúde** (Impr.), São Paulo, n. 47, abr. 2009. Disponível em: <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122009000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jun. 2012.

LEITE, J. A. P. **Estresse, estratégias de enfrentamento e Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho: Um estudo em um Instituto de Pesquisas**. 2009. 216 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté – SP.

MINISTÉRIO do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. **Lei 8112 Anotada**. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/lei8112anotada/index.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

MOTTA, L. B.; AGUIAR, A. C. Novas competências profissionais em saúde e o envelhecimento populacional brasileiro: integralidade, interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 ago. 2012.

NERI, A. L. **Palavras-chave em Gerontologia**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

PIRES, J. C. S.; MACEDO, B. K. **Cultura Organizacional em Organizações Públicas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a05.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2012.

OLIVEIRA, C. A. H. S. et al. Formação profissional do assistente social na contemporaneidade: Aspectos interdisciplinares. 2007. **Iberoamericana**. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/index.php/iberoamericana/article/viewFile/455/334>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

RELATÓRIO da OCDE Brasil 2010. **Avaliação da Gestão de Recursos Humanos no Governo**. Governo Federal, p. 102-105. Disponível em: <<http://www.oecd.org/editions>>. Acesso em: 29 abr. 2012.

SAUPE, R. et al. Competência dos profissionais da saúde para o trabalho interdisciplinar. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, v.9 n.18, p.521-36, set/dez 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/icse/v9n18/a05v9n18.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor. Disponível em: <<https://www2.siapenet.gov.br/saude/>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. World Health Organization. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. 60p.

_____. **Programa de Envelhecimento e Curso de Vida**. World Health Organization. Espanha, Segundo Encontro Mundial das Nações Unidas sobre Envelhecimento, 2002.

O TRABALHO DE PRODUIR ECONOMIA SOLIDÁRIA É TAMBÉM O DA PRODUÇÃO SIMBÓLICA

Lucília Machado

Professora do Programa de Pós-Graduação em
Gestão Social, Educação e Desenvolvimento
Local do Centro Universitário UNA
lsmachado@uai.com.br

Resumo: A pesquisa objetivou identificar e analisar elementos da produção de cultura e de saberes na economia solidária no Brasil. Pressupôs que, no campo simbólico, o trabalho na economia solidária enfrenta grandes desafios: a superação de dependências em relação aos assistencialismos, filantropias e doações; o exercício da criatividade e da autonomia; a necessidade de imprimir caráter solidário às ações empreendedoras; a conquista da auto-estima, dignidade e reconhecimento. A metodologia utilizada consistiu de análises de textos postados nos boletins do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Chegou-se à conclusão de que contradições e riscos enfrentados pela economia solidária pedem maior atenção e investimento estratégico na produção simbólica, na ocupação de espaços no campo da educação, da cultura e da ética.

Palavras-chave: Economia solidária. Trabalho e cultura. Educação.

Abstract: The research is aimed at identifying and analyzing elements of the production of culture and knowledge in the social economy in Brazil. It is assumed that, in the symbolic field, work in solidarity economy faces major challenges: overcoming dependencies in relation to care policies, philanthropy and donations, the exercise of creativity and autonomy, the need to give a supportive characteristic of entrepreneurial actions, the conquest of self-esteem, dignity and recognition. The methodology consisted of analysis of texts posted on the bulletin board of the Brazilian Forum of Solidarity Economy (FBES). There's a conclusion that contradictions and risks faced by

the social economy urge for more attention and symbolic strategic investment in production, in the occupation of spaces in the field of education, culture and ethics.

Keywords: Solidarity economy. Labor and culture. Education.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados de incursões exploratórias no tema da produção do simbólico na, para e pela economia solidária por meio de pesquisa em textos postados nos boletins eletrônicos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)¹. Tais procuras partiram do pressuposto de que o associativismo popular, nas suas diferentes formas de manifestação, promove dinâmicas culturais e de produção de conhecimentos e saberes, vindo a se configurar como espaço de expressão de sistemas simbólicos mais ou menos organizados como parte da construção de sua identidade, diferenciação e afirmação dos seus interesses. Nesse sentido, a produção simbólica se torna parte de um complexo, por vezes contraditório, de relações sociais por meio das quais são organizadas, produzidas e reproduzidas formas de agir, de pensar e de sentir (VYGOTSKY, 1988), tornando possível aos participantes do associativismo popular vencer suas dúvidas, incertezas e inquietações, ocupar o ambiente e fazer face às situações, nem sempre favoráveis, em que se encontram.

Por meio dessa pesquisa foram identificados elementos do repertório da produção de cultura e de saberes, que seriam necessários ao desenvolvimento da economia solidária, conforme discussão em curso no Brasil, nos últimos anos, no espaço do FBES. A consulta aos textos conduziu à identificação de quatro eixos, que serviram de referência para a identificação desses elementos. O primeiro deles se refere aos processos de produção, comercialização e distribuição dos produtos e serviços. O segundo, às questões de acesso e organização dos serviços de crédito. O terceiro, aos problemas e desafios relacionados ao reconhecimento jurídico das organizações que formam essa economia e de suas atividades. O quarto, às necessidades e demandas da formação, assistência e desenvolvimento tecnológico.

¹ Disponível em: <http://www.fbes.org.br/>. Na primeira quinzena de agosto de 2012, os boletins chegavam regularmente a dez mil leitores e comemoraram cem edições. Em março de 2005 foi publicada a primeira delas.

Partiu-se do pressuposto de que, no campo da produção simbólica, o trabalho na economia solidária enfrenta grandes desafios, pois envolve a busca da superação de dependências em relação aos assistencialismos, filantropias e doações; das condições para o exercício da criatividade e da autonomia; da necessidade de imprimir caráter estruturante às ações empreendedoras e da conquista da auto-estima, dignidade e reconhecimento. Segundo Singer,

O trabalho é uma forma de aprender, de crescer, de amadurecer, e essas oportunidades a economia solidária oferece a todos, sem distinção. Trabalhadores educados no capitalismo têm cada vez mais oportunidade de passar à economia solidária – isso está acontecendo, por exemplo, com empreendimentos que falham, entram em crise e os trabalhadores coletivamente os assumem organizados em cooperativas. Esse tipo de mudança representa a passagem da absoluta irresponsabilidade e ignorância em relação ao que ocorria na antiga empresa a uma nova situação, em que eles têm a responsabilidade coletiva pela nova empresa: se ela por algum motivo não ganha, eles também não ganham (SINGER, 2008, p. 290).

Registros do quadro teórico a respeito da economia solidária

Em balanço de estudos que integram o panorama teórico sobre economia solidária, Leite (2009) selecionou alguns autores da literatura internacional e nacional, dentre os quais aqueles que entendem essa economia como o prenúncio de um processo de transformação social e outros que dela trazem uma visão mais crítica alegando ter ela caráter efêmero e não promissor para a geração de emprego e renda.

A autora associa o contexto de disseminação das experiências de economia solidária, no Brasil e internacionalmente, ao “... conjunto de transformações que vêm reconfigurando o social” (2009, p. 32) a partir da crise do trabalho assalariado. Ao analisar interpretações sobre esse fenômeno, ela constatou que embora haja alguns consensos entre os autores por ela estudados, eles apresentam diferenças sobre como percebê-lo e conceituá-lo.

Singer (2000b) não o toma, segundo a autora, como fato novo. Ao contrário, o associa às experiências operárias do início do século XIX derivadas e referenciadas nas

ideias de Robert Owen (1771-1858), reformista social galês, considerado como um dos fundadores e militantes do cooperativismo e do socialismo utópico. Para a autora, Singer liga a economia solidária à “idéia da transformação social das relações de produção capitalistas e sua substituição pelos princípios socialistas de igualdade e solidariedade, baseados na idéia de autogestão e de controle operário sobre a produção” (LEITE, 2009, p. 32). Outra seria, segundo a autora, a leitura de Laville (2006) e França Filho (2006) sobre o momento de emergência do fenômeno da economia solidária. Eles o veriam como algo novo, associado à “crise da relação salarial que se abriu no último quartel do século passado e que, embora retome experiências do século XIX como as cooperativas e os empreendimentos autogestionários, adquire novos significados no atual contexto econômico e social” (LEITE, 2009, p. 32). Essas novas acepções teriam a ver com demandas por mudanças na forma de trabalhar, na qualidade de vida, nas relações entre sexos e grupos de idade, na relação com o meio ambiente e por maior participação na vida social.

LEITE não retoma a clássica discussão, que demarcou posições “especialmente entre os estudiosos de esquerda” (2009, p. 32) em torno de questões que permeiam a economia solidária, mas registra alguns dos autores que contribuíram para as polarizações históricas: a filósofa, economista e militante marxista polonesa-alemã Rosa Luxemburgo (1986); o casal de historiadores do trabalho e ativistas sociais fabianos Beatrice Webb e Sidney Webb (1914), integrantes do grupo de fundadores do Partido Trabalhista inglês; o alemão Edward Bernstein (1961), que se notabilizou pela disposição de rever, na perspectiva evolucionista de reforma social a partir da democracia liberal, o marxismo; e Karl Marx (1979), com sua avaliação crítica do chamado socialismo utópico, de perspectiva não revolucionária embora questionadora da sociedade existente, adepta do trabalho associado e do cooperativismo como tentativas de resposta ao sistema do trabalho assalariado, mas sem, ao seu ver, com possibilidade viável de superá-lo. Segundo Haddad², para Marx,

A cooperativa é uma negação do capitalismo insuficientemente negativa para proporcionar sua superação positiva. É a negação do principal fundamento do sistema, a propriedade privada individual, mas uma negação limitada, já que promovida no interior do regime capitalista. Produzir na escala ótima e com a melhor tecnologia é condição de sobrevivência da cooperativa na

² Disponível em: <<http://criticasocialista.wordpress.com/outros-textos/sindicalismo-cooperativismo-e-socialismo-fernando-haddad/>>. Acesso em 25 ago. 2012.

concorrência com as demais empresas, cooperativas ou não, mas não é garantia da emergência de nova formação social. Mantida a anarquia da divisão social do trabalho, os trabalhadores não se livram totalmente da figura do patrão. Funcionam como patrões de si mesmos, reproduzindo inclusive o sistema de exploração do trabalho. O sujeito automático continua a operar mesmo sem a presença em carne e osso de um de seus suportes.

Voltando ao texto de LEITE, ela registra que, contemporaneamente, “Jean Louis Laville tem sido um dos principais teóricos da economia solidária” (2009, p. 33). Segundo ela, esse autor tem tratado o tema de forma bem ampla incluindo no conceito diversas práticas que se situam na interseção do econômico como outras esferas da vida social:

Tais práticas incluem a criação ou a manutenção de empregos; a produção e a comercialização coletiva; a moradia coletiva; a poupança e o crédito solidários; as trocas não monetárias; os serviços coletivos de saúde; a proteção coletiva do meio-ambiente; a segurança alimentar; o apoio à criação de atividades individuais ou coletivas; a criação de novos serviços (LEITE, 2009, p. 33).

Portanto, Laville entende, conforme registra Leite que economia solidária vai além das cooperativas nas suas variadas finalidades, sejam elas de consumo, de trabalho, de produção e de crédito, e inclui os “clubes de troca, a autoconstrução, o microcrédito ou o crédito solidário, os jardins comunitários, as cozinhas coletivas, os serviços da vida cotidiana (como cuidar de crianças ou idosos)” (2009, p. 33). A autora explica que esse alargamento do conceito de economia solidária realizado por Laville decorre da recuperação que esse autor faz do entendimento de Polanyi (2000) “de que a economia é plural, constituída por uma diversidade de formas de produção, entre as quais se encontrariam as baseadas na reciprocidade” ou de resistência ao mercado, formas caracterizadas pela solidariedade democrática e de proximidade, pelo mutualismo (LEITE, 2009, p. 33).

Para Laville, porém, a atuação da economia solidária não se daria apenas no plano do princípio da reciprocidade, mas também na esfera monetária e de forma complementar, o que a faria ter natureza híbrida (LEITE, 2009, p. 35). A autora chama a atenção para os estudos mais recentes desse autor, que tem conferido importância especial às experiências de economia solidária como premissa do desenvolvimento local, configurando-se com perspectiva de interesse público e político.

Coraggio (2000, 2003) é outro autor recuperado por Leite (2009) para seu balanço teórico sobre economia solidária. Ela o faz não porque ele tenha a intenção de desenvolver esse conceito, mas pelo significado que atribui ao conceito de economia do trabalho: “uma economia social que vai além dos interesses individuais e que busca, primordialmente, a criação de bens coletivos” (LEITE, 2009, p. 35). Cooperativas, unidades domésticas e as outras formas também incluídas por Lavelle comporiam essa economia social, assim como o trabalho autônomo. Coraggio recuperaria, assim, segundo a autora, o conceito de empresa social utilizado por De Leonardis, Mauri e Rotelli (LEITE, 2009, p. 36). Tal como Lavelle, Coraggio ampliaria a perspectiva abordada no seu conceito que incorporaria a produção não apenas de mercadorias, mas o social, a forma de viver e reproduzir a sociedade, com seus comportamentos e valores simbólicos. Ou seja, a economia social ou do trabalho, de lógica diferente da comandada pelo mercado, assim o é porque é também produção de outra ética, outra cultura, outros valores. A autora lembra, entretanto, que “Coraggio admite a possibilidade do desenvolvimento de relações de concorrência ou até de exploração no interior dessa economia em vez de relações de solidariedade” (LEITE, 2009, p. 36). Assim,

Apesar do mesmo otimismo de Lavelle com relação à possibilidade de uma transformação social profunda, a partir de uma outra economia, haveria que se considerar uma diferença importante de interpretação entre os dois autores no que se refere à idéia do devir histórico. Enquanto para Lavelle a transformação social aparece quase como uma decorrência natural do desenvolvimento das experiências cooperativistas, para Coraggio ela aparece apenas como uma possibilidade que não obrigatoriamente deverá ocorrer (LEITE, 2009, p. 36).

Dimensões da ação sociopolítica, portanto, também de ordem simbólica, jogariam papel decisivo, segundo Coraggio, na conformação da economia social ou do trabalho.

Singer (2000a, 2000b, 2006) se caracterizaria, segundo Leite (2009, p. 37), por sua visão otimista da economia solidária, por entender que a lógica do cooperativismo seria não capitalista, por nela ver a perspectiva rumo ao socialismo, por considerar que ela realiza a articulação entre as históricas experiências operárias antecedentes e as atuais. Com isso, suas ideias se distanciariam das de Lavelle e Coraggio. A autogestão

seria, no pensamento de Singer, o fator crucial da distinção do sentido assumido pela economia solidária, ao pressupor o exercício da igualdade e da democracia. Assim, entende que haveria um modo de produção específico do cooperativismo autogestionário que o aproximaria do socialismo. Embora diferenças importantes de compreensão sobre a economia solidária seriam visíveis entre esse autor e Laville e Coraggio, eles convergiriam, segundo Leite (2009, p. 37) na constatação de que a realidade seria constituída pela presença simultânea de diferentes formas de produção. A autora registra que Singer admite o risco que correm as cooperativas de se assemelharem a empresas capitalistas, dando grande importância, assim, ao exercício da prática autogestionária e à educação crítica e desalienante, portanto, à produção simbólica, como formas de se contrapor à conciliação capaz de deteriorar os princípios da economia solidária.

Dentre os autores que salientam as perspectivas não auspiciosas da economia solidária, Leite (2009) registrou as reflexões de Quijano (2002) produzidas a partir de estudos de caso. Apesar de levar em conta experiências bem-sucedidas, três tendências de ocorrências por ele percebidas nas experiências estudadas levariam à quebra da fidelidade aos princípios da economia solidária: primeiro, em geral, “os empreendimentos que conseguem sobreviver o fazem por meio de redes de relações comerciais e financeiras no mundo empresarial”; segundo, em geral, “o número de trabalhadores tende a diminuir em lugar de aumentar”; terceiro, também em geral, “a divisão interna do trabalho não é muito diferente da empresarial” (LEITE, 2009, p. 38). Segundo a autora, Quijano considera essa economia “mais como uma declaração de intenções do que a afirmação de uma política” (LEITE, 2009, p. 39). Como à intenção vontade e desejo correspondem, subentende-se que a produção simbólica seja um dos seus componentes essenciais.

Ao finalizar sua discussão teórica sobre o conceito de economia solidária, a autora recorre a precisamente aos seus aspectos simbólicos para ressaltar a importância das experiências desenvolvidas nesse campo da prática social:

Isso não significa, contudo, que essas experiências sejam carentes de **significado**, especialmente para os atores nelas envolvidos. Ao contrário, nossa hipótese principal [...] consiste em considerar que, embora não sejam capazes de promover uma transformação social mais significativa, elas são parte da nossa história e vêm **deixando marcas importantes** em nossa

sociedade ao promover a **solidariedade e a autonomia**. Nesse sentido, emergem como formas de resistência importantes à realidade atual do mercado de trabalho e adquirem um **significado** extremamente relevante para os trabalhadores que nelas se inserem, despontando como um elemento central à **compreensão** do novo momento do mundo do trabalho.

Ainda que elas venham a desaparecer no futuro, constituem um tipo de movimento que deixará marcas, que ficará na história da classe trabalhadora, na **memória** não só de seus atores, mas de toda a sociedade (LEITE, 2009, p. 39). Grifos nossos.

A autora deixou, portanto, a discussão em aberto, mas registrou que é preciso levar em conta, na análise da economia solidária, “a complexidade do tema e a impropriedade de se pensar em termos dualistas seja no sentido de suas potencialidades e virtualidades, seja no de seus limites e vulnerabilidades” (2009, p. 31).

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES e seus boletins eletrônicos

O FBES é uma articulação entre empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos, que resultou de um processo histórico. Em 2001, foi estruturado seu embrião, o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT- Brasileiro), a partir da integração de redes e organizações populares envolvidas com variadas práticas associativas. A denominação atual surgiu em junho de 2003 durante a III Plenária Brasileira de Economia Solidária, evento em que foram também aprovadas a Carta de Princípios e a Plataforma de Lutas dessa articulação. Dados de 2012 indicam que o FBES está organizado nacionalmente, aglutinando mais de cento e sessenta fóruns municipais, microrregionais e estaduais; mais de três mil empreendimentos de economia solidária; quinhentas entidades de assessoria; doze governos estaduais e duzentos municípios³. Singer, em entrevista, observa que:

Nós temos hoje algo que é objeto no exterior de muita admiração e até é espantoso e que só existe no Brasil, pelo que eu sei. Nós temos um “Fórum Brasileiro da Economia Solidária” que praticamente abrange tudo que há de economia solidária no país: todos os tipos de empreendimentos de economia solidária, todas as ONG e movimentos sociais que apóiam a economia solidária e que se servem dela como maneira de enfrentar os problemas sociais e econômicos; e os gestores públicos, municipais e estaduais que executam políticas de apoio à economia solidária. Todos estão no mesmo

³ Disponível em: < <http://www.fbes.org.br>>. Acesso em 25 ago. 2012.

Fórum; então essa diversidade a que você está se referindo é observável cada vez que ele se reúne. Ele é muito ativo, faz reuniões regionais, organiza reuniões plenárias (SINGER, 2008, p. 296).

Os boletins eletrônicos são publicados quinzenalmente sob a responsabilidade da secretaria executiva do FBES. Eles trazem as atividades desenvolvidas pelo fórum nacional e pelos estaduais de economia solidária; informações sobre esse tipo de economia no Brasil; notícias internacionais da economia solidária; oportunidades; artigos ou reflexões; resultados de pesquisas acadêmicas; informações sobre seminários, encontros e oficinas; homenagens; campanhas etc. Conteúdos desses boletins, em conformidade com os princípios autogestionários, podem ser selecionados segundo interesses personalizados ou de algum fórum local de economia solidária para dar origem à montagem e impressão do Mamulengo, um boletim *ad hoc*⁴. Dez mil pessoas⁵ recebem os boletins do FPES regularmente e a cada quinze dias. Cem edições, desde 2005, se completaram em agosto de 2012.

Além dos boletins, o sítio eletrônico do FBES disponibiliza uma biblioteca⁶, que armazena e disponibiliza um conjunto de materiais com atualização diária. No momento da consulta realizada⁷, constava a informação de que seu patrimônio chegava à casa dos 1.429 documentos agrupados em quatro categorias. A que agregava uma maior quantidade, Atividades do FBES, com 724 documentos (50,7%), inclui relatórios de reuniões, publicações do fórum, oficinas e seminários, relatórios de atividades e apresentações para *datashow*. A segunda categoria, Acervo Temático, compunha-se de 421 documentos (29,5%) e abrange material organizado segundo temáticas estratégicas para a economia solidária, artigos, reflexões e trabalhos acadêmicos. A terceira em quantidade de documentos é a que focaliza Oportunidades e trazia, no momento da consulta, 182 documentos, 12,7% do acervo dessa biblioteca, os quais versam sobre

⁴ “*Ad hoc* é uma expressão latina que significa “para esta finalidade” ou “com este objetivo”. Geralmente se refere a uma solução destinada a atender a uma necessidade específica ou resolver um problema imediato - e apenas para este propósito, não sendo aplicável a outros casos.” Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Redes_ad_hoc>. Acesso em 26 ago. 2012.

⁵ Disponível em: <http://www.fbes.org.br/boletins/100_ago2012.html>. Acesso em 25 ago. 2012.

⁶ Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3820&Itemid=216>. Acesso em 26 ago. 2012.

⁷ 26 de agosto de 2012.

ofertas de trabalho em diversas áreas relacionadas à economia solidária, licitações e editais. Por fim, a quarta categoria de documentos compõe o Acervo Multimídia e ocupava 4,3% do conjunto da biblioteca, oferecendo arquivos de logomarcas, vídeos/filmes, áudio/material de rádio, imagens e outros materiais gráficos.

O sítio eletrônico do FBES oferece, portanto, um material muito amplo e numericamente relevante para a pesquisa sobre o tema da produção simbólica na, para e pela economia solidária e outros.

Os números abaixo são expressivos dessa riqueza de materiais ali disponibilizados:

TABELA 1 – Notícias publicadas por ano

<i>Ano</i>	<i>N</i>
2005	386
2006	963
2007	1065
2008	1195
2009	862
2010	649
2011	996
2012	429
TOTAL	6545

Fonte: <http://www.fbes.org.br>

Observação: para 2012, considerar seis meses.

Quanto à categoria dos conteúdos publicados⁸, dessas 6545 notícias, 3225 (49,3%) foram sobre Economia Solidária no Brasil, 1478 (22,6%) sobre notícias gerais, 613 (9,4%) sobre oportunidades, 594 (9,1%) artigos e reflexões, 443 (6,8%) sobre Economia Solidária no mundo, 79 (1,2%) sobre a II CONAES⁹, 65 (1,0%) sobre a V Plenária¹⁰, 28 (0,4%) sobre a Campanha pela Lei da Economia Solidária e 20 (0,3%) sobre CF 2010 – Economia e Vida¹¹.

⁸ Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=240>. Acesso em 25 ago. 2012.

⁹ II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília nos dias 16 a 18 de junho de 2010, convocada para debater o tema: o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento.

O significado da economia solidária nos boletins eletrônicos do FBES

Os textos publicados nos boletins do FBES chamam a atenção para a importância da economia solidária e sua expansão não apenas no Brasil e, devido a essa difusão internacional, para a perspectiva de ser uma alternativa, de caráter solidário, de outra globalização econômica. Graças à sua propagação e a auspiciosa expectativa gerada com respeito às suas potencialidades para o desenvolvimento local, estaria progressivamente ganhando o apoio de diversos governos. Essas crenças e confiança seriam produzidas material e simbolicamente pela própria impossibilidade do modo de produção hegemônico, o capitalista, de resolver as contradições por ele geradas, por suas crises estruturais com seus desdobramentos no plano da economia, do social, da política, da cultura, do meio ambiente e do psicossocial.

Por sua vez, a economia dos empreendimentos solidários se revela nos textos dos boletins do FBES por meio das denotações simbólicas expressas por suas diversas facetas e quatro delas aparecem nitidamente: a) como um modelo pré-estabelecido, uma representação, uma idealização de organização socioeconômica; b) como uma prática econômica e social existente de fato; c) como um movimento cultural e ético e d) como política pública de desenvolvimento econômico e social.

Em cada um desses seus aspectos particulares, a economia solidária buscaria re-significar o sentido do agir econômico em sociedade, se valendo de premissas do direito econômico; do direito ao trabalho associado; de valores sociais, políticos, culturais e ambientais, colocando-se como alternativa de sustentabilidade humana, social, econômica, ambiental e cultural.

¹⁰ V Plenária Nacional de Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento sustentável, que será realizada em Brasília entre 9 e 13 de dezembro de 2012, prevendo-se a participação de mais de 800 representantes estaduais e 200 observadores e convidados.

¹¹ Campanha da Fraternidade de 2010. Ordinariamente promovida todos os anos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, nesse ano, essa campanha foi uma iniciativa ecumênica do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs. O tema foi “economia e vida” e o lema, “vós não podeis servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24).

Nesse ânimo de produção simbólica, textos dos boletins lembram que o empreendedorismo solidário tem procedências nas práticas e embates de organizações laborais e de movimentos populares, estudantis e ligados a igrejas. Buscam mobilizar consciente e voluntariamente, por em movimento a energia psicológica necessária à busca de alternativas de sustentabilidades. Ressaltam os valores da economia solidária pelas oportunidades e possibilidades que ela ofereceria: de ser uma alternativa ao desemprego ou de complementar renda; de participação coletiva de processos gestionários; de acesso a linhas de crédito; de recuperação por trabalhadores de empresas falidas; de desenvolver potencialidades comunitárias; de participação organizada; de qualificação profissional; de realização de objetivos de transformação social etc.

Quaisquer que sejam as finalidades dos empreendimentos solidários (produzir bens, prestar serviços, comercializar, conceder crédito ou financiamento, promover o consumo solidário), valores básicos são apresentados e discutidos nos boletins do FBES, tais como: a cooperação com base na existência de interesses, objetivos e esforços comuns; a autogestão mediante práticas coletivas e participativas de gestão; a ação econômica orientada por finalidades sociais, culturais e ambientais; a solidariedade como relação social e condição necessária para a repartição equitativa de direitos, oportunidades e resultados e para a comunhão e mutualidade de interesses e deveres.

Conotações desses valores simbólicos aparecem com nuances conforme as duas formas básicas de empreendimento solidário. Uma delas se refere às unidades caracterizadas pelo controle e propriedade coletiva dos meios de produção e dos bens e/ou serviços produzidos. A outra diz respeito a formas de organização constituídas com as finalidades de realizar compras, vendas e trocas de produtos ou de serviços; gestão de créditos solidários e fundos rotativos; gestão de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo. São as associações de empreendimentos isolados, as cooperativas e os grupos informais. São as redes de colaboração formadas por produtores, prestadores de serviço e consumidores e constituídas para viabilizar o aumento da oferta solidária de produtos e serviços; o incremento do consumo de todos; trabalho e renda a mais gente. São as cadeias produtivas solidárias, que se ocupam da articulação de segmentos diferenciados e interdependentes, das trocas de conhecimentos

e planejamentos comuns, dos acordos quanto a preços e especificações sobre produtos e serviços.

Repertórios da produção de saberes e cultura para e na economia solidária

A pesquisa exploratória dos boletins do FBES sobre a produção simbólica para, na e pela economia solidária se organizou por repertórios ou conjuntos de matérias e assuntos por eixos temáticos, a seguir arrolados de forma sintética.

No eixo da produção de saberes e cultura sobre produção, comercialização e distribuição, incluem-se conteúdos sobre a descoberta de nichos de mercado, marketing, logística, comercialização; a qualidade e certificação de produtos e serviços; redes e cadeias produtivas solidárias; feiras de economia solidária, clubes de trocas e moedas sociais; proteções e salvaguardas nas relações comerciais com o exterior; redução da ação de intermediários; estímulo ao consumo responsável e solidário e emissão de documentos fiscais.

No eixo da produção de saberes e cultura sobre acesso e organização de serviços de crédito, incluem-se as políticas de crédito e financiamento; agências de financiamento, cooperativas de crédito, bancos solidários e comunitários; linhas de crédito e de investimentos não reembolsáveis; fundos solidários e rotativos de apoio a pequenos projetos; clubes de trocas; sistemas de moedas sociais circulantes locais e riscos do crédito.

No eixo da produção de saberes e de cultura sobre reconhecimento jurídico das organizações solidárias e suas atividades, incluem-se o direito do trabalho associado; sistema tributário diferenciado; acesso à seguridade; formalização dos empreendimentos.

No eixo da produção de saberes e cultura sobre formação, incluem-se a formação de formadores, lideranças, agentes comunitários de desenvolvimento, educadores, assessores, gestores públicos, conselheiros de políticas públicas e multiplicadores; princípios, práticas e valores da economia solidária nos projetos pedagógicos, de forma transversal e interdisciplinar, nos vários níveis de ensino;

pesquisa e sistematização da pedagogia da solidariedade ou da cooperação ou da reciprocidade; documentação e publicação de material didático e informativo.

Quanto à produção de saberes e cultura sobre assistência, esta inclui as questões técnicas, gerenciais e organizativas; pesquisa; sistema de Informações em Economia Solidária (SIES); comunicação (jornais, rádios e TV's comunitárias etc.); incubadoras tecnológicas e grupos de extensão universitária; portais eletrônicos e catálogos de produtos e comercialização.

Quanto ao saberes e cultura sobre desenvolvimento tecnológico, mencionam-se os desafios quanto às tecnologias apropriadas à Economia Solidária; tecnologias sociais; novas tecnologias; acesso a equipamentos e programas de informática; softwares livres; Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Portanto, os repertórios da produção de saberes para, na e pela economia solidária emergiram da pesquisa exploratória realizada como amplos e desafiantes. São saberes conceituais, técnicos, organizativos e estratégicos sobre gestão da qualificação dos produtos, serviços e processos; gestão da produção e do escoamento; gestão social, organização e articulações internas e externas; planejamento participativo, captação de fomentos e financiamentos e incorporação de avanços tecnológicos.

Do lado da produção de cultura, os repertórios não são menos desafiantes, pois envolvem atitudes, comportamentos, modos de viver com significados e sentidos para além do objetivo estritamente econômico, pois se referem a novas formas de trabalho, ao ser humano nas relações sociais e econômicas, ao trabalho coletivo, às relações de trabalho horizontais, ao exercício do poder compartilhado, à pluralidade, ao respeito às diferenças, ao exercício da tolerância, à distribuição equitativa dos ganhos, à confiança mútua; à autodeterminação.

Considerações finais

Seja como modelo pré-estabelecido de organização socioeconômica, prática econômica e social existente de fato, movimento cultural e ético ou política pública de

desenvolvimento econômico e social, os boletins do FBES buscam evidenciar que a economia solidária vem expandindo, no Brasil. Como revérbero de uma sociedade extremamente desigual e até mesmo por isso, o que se percebe, nas leituras dessas publicações, é a notável visibilidade que tal economia vem ganhando nas últimas décadas, mesmo porque é dessas entranhas de sociedade fortemente desigual que herda suas contradições e riscos.

Da leitura realizada, se retira a face do novo, das relações de produção do mercado solidário, do espírito solidário, dos valores da cooperação, da gestão colegiada ou coletiva, da autonomia, dos sujeitos construtores da própria identidade, dos princípios morais da solidariedade. Porém, percebem-se também os receios quanto à face da permanência, das determinações do mercado capitalista, do espírito competidor, dos valores da eficiência capitalista, das dificuldades de construção de consensos a partir de pontos de vista diferentes, das regulações impostas pelo Estado, dos perigos advindos com a institucionalização dessa economia, das armadilhas do pragmatismo.

Os textos oferecem elementos importantes de uma produção simbólica impulsionada por valores da economia solidária ideal; pela busca de mudanças societárias; pelo otimismo, voluntarismo, moralismo e pelas místicas emocionais. Trata-se de um discurso social e político explícito que requer para sua materialização o tempo longo das mudanças sociais e culturais. De outro lado, os textos dos boletins pesquisados promovem também a produção simbólica da economia solidária real, aquela que fala da necessidade da sobrevivência econômica, da crise psicossocial que acomete as sociedades atuais, da fragilidade estrutural, da busca por resultados apesar das imposições da racionalidade econômica capitalista vigente. Trata-se do discurso nas entrelinhas e que tem como desafiante o tempo curto das mudanças que precisam acontecer de maneira urgente na vida de cada um dos participantes dessa economia, individual e subjetivamente.

No enfrentamento desses desafios, contradições e riscos, percebe-se nos textos dos boletins pesquisados, um tipo de produção simbólica dirigida a estratégias políticas de reconhecimento da economia solidária como política de desenvolvimento, dos trabalhadores dessa economia como sujeitos políticos e culturais importantes, do espaço dessa economia nos governos, da necessidade que essa economia possui de receber a

atenção de políticas públicas setoriais articuladas na sua transversalidade e complementaridade e da diversidade das necessidades e demandas dos sujeitos dela construtores.

Para finalizar, registra-se, aqui, uma provocação à reflexão e ao desenvolvimento do tema que se procurou abordar, cuja complexidade e exigência de profundidade extrapolam os limites deste artigo. Feita por Singer, ela também é um convite ao debate social: “Se for apenas para atender às insuficiências do capitalismo, a economia solidária poderá continuar existindo, mas terá um papel absolutamente secundário de atenuador de contradições” (SINGER, 2008, 308). Esse desafio interpela, necessariamente e de forma essencial, a produção simbólica na, para e pela economia simbólica.

Referências

BERNSTEIN, Edward. *Evolutionary socialism: a criticism and an affirmation*. Nova York, Schocken Books, 1961.

CORAGGIO, José Luís. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco e COSTA, Beatriz (orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

CORAGGIO, José Luís. *Política social y economía del trabajo*. Zinacantepec, Estado de México: El Colegio Mexiquense, 2003.

HADDAD, Fernando. Sindicalismo, cooperativismo e socialismo. Disponível em: <<http://criticasocialista.wordpress.com/outros-textos/sindicalismo-cooperativismo-e-socialismo-fernando-haddad/>>. Acesso em 25 ago. 2012.

LAVILLE, Jean Louis. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO *et al.* *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LEITE, Márcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *RBCS*, v. 2, n. 69, fev. 2009, p.31-51.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma social ou revolução*. São Paulo, Global, 1986.

MARX, Karl. *Cooperativismo e socialismo*. Coimbra: Centelha, 1979.

SINGER, Paul. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco e COSTA, Beatriz (orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000a.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Singer; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil*, São Paulo: Contexto, 2000b.

SINGER, Paul. A experiência brasileira da SENAES. In: FRANÇA FILHO *et al.* *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SINGER, Paul. Economia Solidária – Entrevista. *Estudos Avançados*, v. 22. n. 62, São Paulo, jan./abr. 2008.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SOUZA SANTOS (org.). *Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WEBB, Sidney; WEBB, Beatrice. Co-operative production and profit sharing. *Special Supplement to the New Statesment*, 2 (45), 1914.

OS ADOLESCENTES TRABALHADORES A PARTIR DA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR: um estudo das produções acadêmicas entre 2007 e 2011

Andréa Cristina Oliveira Ferreira – psicóloga, mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté. E-mail: andreac.oferreira@hotmail.com

Dra. Edna Maria Querido de Oliveira Chamon – coordenadora e professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté. E-mail: edna.chamon@gmail.com

RESUMO. O enfoque interdisciplinar é particularmente interessante para estudar a realidade do adolescente trabalhador, permitindo a compreensão de todos os aspectos que a compõem. Assim, estabeleceu-se como objetivo do presente trabalho analisar as produções acadêmicas que abordam a questão do adolescente trabalhador, a partir da perspectiva interdisciplinar, entre os anos de 2007 a 2011. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico no Banco de Teses da Capes, a partir da pesquisa com o descritor “adolescente trabalhador”. Como resultado, foram encontrados poucos trabalhos interdisciplinares sobre o tema, indicando a dificuldade da ciência em romper com seus paradigmas de especialização e fragmentação dos saberes. No entanto, de modo geral, os estudos interdisciplinares levantados apresentam constantes trocas entre as diversas áreas do saber científico.

Palavras-chave: Adolescência. Trabalho. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT. The interdisciplinary approach is particularly interesting to study the reality of teen workers, allowing the understanding of all aspects that compose it. Thus, the aim of this paper is to analyze the academic productions that approach the issue of adolescent worker, from the interdisciplinary perspective, between the years 2007 to 2011. For this, was done a literature review in the CAPES Database, from the research with the descriptor "teenager worker". As a result, there were few interdisciplinary studies on the subject, indicating the difficulty of science to break with its paradigms of specialization and fragmentation of

scientific knowledge. However, in general, the interdisciplinary studies found have showed frequent exchanges between the various areas of scientific knowledge.

Keywords: Adolescence. Labor. Interdisciplinarity.

APRESENTAÇÃO

O trabalho sempre esteve presente na vida das pessoas, mas, as suas formas de organização e seus principais atores são fortemente permeados por aspectos econômicos e sócio-históricos. Assim, a participação dos adolescentes no mundo de trabalho modificou-se ao longo dos tempos, principalmente, porque o próprio conceito de adolescência como um período de transição da infância para a vida adulta é uma concepção moderna.

Desta forma, a organização da sociedade em torno de uma economia capitalista e os recentes ideais de proteção aos “sujeitos em desenvolvimento” evidentes na Lei Federal 8.069 de 13 de Julho de 1990 que versa sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) colocaram a questão do trabalho de adolescentes como um problema social. Isto porque, os adolescentes trabalhadores são, em sua maioria, provenientes de classes sociais mais baixas que trabalham para complementar a renda familiar.

Assim, estes adolescentes trabalhadores precisam se submeter a trabalhos precários, exaustivos e mal remunerados que suprimem o tempo que deveria ser destinado à escola e ao lazer, comprometendo a sua educação e o seu desenvolvimento.

Por outro lado, alguns estudos também têm indicado aspectos positivos do trabalho para os adolescentes trabalhadores (MATTOS; CHAVES, 2006; OLIVEIRA et al., 2005). Contudo, a grande ressalva é que para sobressair os efeitos benéficos do trabalho entre os adolescentes é necessário que esse esteja integrado com uma dimensão educativa e não puramente produtiva (SILVA, 2011).

Neste sentido, algumas políticas públicas foram elaboradas, além da participação de organizações não governamentais (ONG's) e de empresas privadas que começaram a implantar programas de inserção de adolescentes do mercado de trabalho, preocupando-se em auxiliar, capacitar e assistir os jovens trabalhadores, de diferentes formas e com diversos enfoques.

Diante dessa realidade, o mundo acadêmico se vê frente a um objeto de estudo multifacetado: o trabalho de adolescentes. Contudo, a epistemologia nos indica que, ao longo da História, a ciência foi se tornando cada vez mais especialista, passando a olhar

determinado objeto a partir de um único prisma. Assim, foram surgindo as disciplinas e a inegável hierarquização das ciências (LEIS, 2005).

No entanto, o fenômeno do trabalho entre adolescentes pode ser estudado a partir de diferentes disciplinas, entre elas, a psicologia, a ciência do desenvolvimento humano, a educação, a história, a sociologia do trabalho, a antropologia, a economia e a política.

Com esse cenário, as pesquisas acadêmicas interdisciplinares são um espaço privilegiado para a discussão desse fenômeno. Entretanto, sabendo-se da hiperespecialização predominante na ciência, surgiu o interesse em se levantar as produções acadêmicas sobre o tema do trabalho de adolescentes.

Assim, estabeleceu-se como objetivo geral do presente estudo analisar as produções acadêmicas que abordam a questão do adolescente trabalhador, a partir da perspectiva interdisciplinar, entre os anos de 2007 e 2011. Tendo, ainda, como objetivos específicos: 1) Levantar as produções acadêmicas sobre adolescente trabalhador, publicadas entre 2007 e 2011; 2) Mapear as áreas de conhecimentos nos quais as produções acadêmicas levantadas se enquadram, e; 3) Identificar os aspectos interdisciplinares presentes nas produções que são classificadas nas áreas do conhecimento interdisciplinar e/ou multidisciplinar.

INTERDISCIPLINARIDADE

No Brasil, as discussões sobre interdisciplinaridade foram introduzidas a partir dos anos de 1970, principalmente, por Hilton Japiassú e Ivani Fazenda, sendo que o primeiro focou mais os aspectos epistemológicos, enquanto que a segunda, preocupou-se mais com a aplicação pedagógica da interdisciplinaridade (ALVES; BRASILEIRO; BRITO, 2004)

No campo epistemológico, a interdisciplinaridade tem surgido como uma área de estudo e de prática contemporâneo nas ciências, podendo ser apontada como um movimento de oposição ao processo de disciplinarização pelo qual o conhecimento científico foi se separando nas Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Exatas, entre outras.

Isso foi ocorrendo, pois, apesar dos cientistas da era clássica não terem se preocupado em separar as ciências – já que, todas elas deveriam partir de premissas básicas do conhecimento científico – com o passar do tempo, especialmente, com os paradigmas científicos propostos por Kuhn, deu-se um processo de hiperespecialização da ciência e separação dos saberes entre as diferentes áreas do conhecimento (THIESEN, 2008; LEIS, 2005).

Demo (1998, apud ALVES; BRASILEIRO; BRITTO, 2004) aponta que a separação dos saberes e a especialização das ciências foram fatores necessários para evolução do conhecimento científico, já que assim era possível o aprofundamento da investigação sobre os seus objetos de estudo. Contudo, o autor ainda ressalta que a especializada extrema, assim como a generalidade extrema, pode mutilar determinada realidade uma vez que a primeira poderia resultar em uma simplificação do fenômeno (pois, ainda que estudasse profundamente sobre determinado prisma, faltaria um olhar completo) ao passo que, na segunda, ocorreria a consideração da complexidade do fenômeno, porém, sem aprofundar o estudo de suas partes constituintes .

Assim, aos poucos, a interdisciplinaridade foi ganhando espaço entre os teóricos e pesquisadores que criticavam o modelo positivista de produção de conhecimento científico e que buscam retomar a totalidade de conhecimentos possíveis a partir do estudo de determinado fenômeno (THIESEN, 2008). Dessa forma, os pioneiros e os adeptos da abordagem interdisciplinar encontram-se, predominantemente, nas ciências humana e sociais. Aliás, conforme orienta Frigotto (2008, p. 45):

a necessidade do trabalho interdisciplinar na produção do conhecimento não é prerrogativa apenas das ciências sociais. Todavia nelas, sem dúvida ela se torna mais crucial já que o alcance de uma maior **Objetividade** (sempre relativa, porque histórica), somente se atinge pelo intercâmbio crítico **intersubjetivo** dos sujeitos que investigam um determinado objeto ou problemática.” (grifos do autor)

No entanto, vale ressaltar a preocupação de Burity (1998, apud ALVES; BRASILEIRO; BRITTO, 2004) a respeito da perspectiva ideológica da interdisciplinaridade que ao transformar-se em “moda” nos meios acadêmicos, pode estar reproduzindo a lei do mercado globalizado que exige profissionais cada vez mais eficientes.

Um ponto interessante dessa preocupação é que ela reforça a necessidade de se compreender a abordagem interdisciplinar como um produto histórico e social, submetendo a própria epistemologia à necessidade do olhar da interdisciplinaridade. Isso porque, a visão interdisciplinar pressupõe a interação entre disciplinas e áreas do saber.

É importante destacar que essa interação pode ocorrer em diferentes níveis de complexidade, dentre os quais podemos destacar dois: a multidisciplinaridade e a própria interdisciplinaridade. O campo multidisciplinar caracteriza-se por uma interação menos

complexa, isto é, diferentes disciplinas trabalham em torno de uma temática comum, contudo, não se estabelecem relações entre elas (CARLOS, 2007).

A interdisciplinaridade, por sua vez, destaca-se por haver uma cooperação e um diálogo entre as áreas do conhecimento, tendo como sua principal característica a intercomunicação entre as disciplinas de modo a haver uma modificação entre elas, resultando em uma abordagem única que supera as visões disciplinares em separado (ALVEZ; BRASILEIRO; BRITO, 2004; CARLOS, 2007).

Dessa forma, conforme apontado por Silva (2011), do ponto de vista epistemológico, “a interdisciplinaridade, em seu sentido restrito, caracteriza-se pela utilização de elementos ou recursos de duas ou mais disciplinas para a operacionalização de um procedimento investigativo.” (p. 587), indicando que um pesquisador, ao realizar um estudo interdisciplinar, acaba por considerar todas as ciências que envolvem o fenômeno estudado, podendo, assim, compreender a totalidade do objeto de estudo proposto.

Dessa forma, para estudar o trabalho de adolescentes a partir da abordagem interdisciplinar, é fundamental apresentar algumas das principais áreas do saber que envolvem a temática: a ciência do desenvolvimento humano desse adolescente, a história do trabalho nessa faixa etária e os aspectos sociais e econômicos que caracterizam a atividade laboral de adolescentes.

DESENVOLVIMENTO HUMANO DO ADOLESCENTE

Antes de se abordar o trabalho de adolescentes, é necessário entender quem é o adolescente em nossa sociedade atual, até mesmo, para compreensão do modo como essa faixa etária tem sido abordada nas produções acadêmicas levantadas pela presente pesquisa.

A adolescência como uma etapa de transição da infância para a fase adulta é uma concepção moderna, tendo sido reconhecida pelos estudiosos como fundamental para o Desenvolvimento Humano apenas nos anos de 1890. Contudo, somente no século XX, a psicologia e as teorias sobre o desenvolvimento humano intensificam as pesquisas sobre a fase da adolescência (SENNA E DESSEN, 2012).

A história da psicologia indica que a compreensão sobre as características predominantes dos adolescentes partiram de estudos que buscam compreender as constantes mudanças de comportamento, diferenciando-se entre teorias biológicas, psicanalíticas, psicossociais, socioculturais e cognitivas.

No entanto, Senna e Dessen (2012) afirmam que estas teorias clássicas não são suficientes para explicar a complexidade do desenvolvimento adolescente a partir de dados que surgiam nos estudos científicos que foram realizados a respeito da adolescência no início da década de 1970. Assim, novos modelos foram sendo elaborados, tendo como princípio "uma visão contextualista, que enfatiza o indivíduo e o ambiente na sua dinâmica de relações bidirecionais, bem como o papel do tempo e do espaço no desenvolvimento humano." (SENNA E DESSEN, 2012, p. 103).

Destes novos modelos, o Modelo Bioecológico de U. Bronfenbrenner merece particular destaque. Este modelo propõe que o Desenvolvimento Humano está diretamente relacionado com momentos de estabilidades e mudanças que ocorrem ao longo de todo o curso de vida de uma pessoa, representando uma transformação integral, isto é, não restrita à determinado contexto, alterando a forma de uma pessoa se organizar dentro de uma unidade de tempo-espaço (POLONIA, DESSEN E SILVA, 2005).

Assim, "o desenvolvimento humano se estabelece de maneira contínua e recíproca, no interjogo entre aspectos biológicos, psicológicos e ambientais, em que as forças que produzem a estabilidade e a mudança nas características biopsicológicas da pessoa" (POLONIA, DESSEN E SILVA, 2005, p.74).

Quanto à adolescência, este modelo indica que o adolescente possui características individuais, psicológicas e biológicas próprias que, ao interagir com o seu contexto, torna-se um sujeito ativo, produto e produtor do seu desenvolvimento. Assim, para se compreender o adolescente e todos os aspectos que se relacionam com ele, é necessário ter uma visão interdisciplinar sobre a adolescência, pois, não basta entender as mudanças biológicas e psicológicas que ocorrem nessa faixa etária, é preciso também considerar os aspectos sociais e culturais que envolvem esse desenvolvimento.

Além disso, a família é tida como o principal contexto dos adolescentes por serem nestes espaços que ocorrem as interações mais próximas e significativas (SENNA E DESSEN, 2012). Outro contexto fundamental para o desenvolvimento do adolescente é a escola e as relações que esse estabelece nesse espaço. Como a adolescência também é uma etapa de transição para a vida adulta, faz-se fundamental a discussão de aspectos relativos à entrada no mundo do trabalho, sendo esse o aspecto privilegiado por esta pesquisa.

O TRABALHO DE ADOLESCENTES

No Brasil, o trabalho de crianças e adolescentes existiu desde a colonização dos portugueses, já que a exploração desse tipo de mão-de-obra foi realizada a partir do estabelecimento da escravidão.

Contudo, além dos escravos, as crianças e os adolescentes abandonados ou provenientes de famílias pobres também eram submetidos ao trabalho precoce, seguindo uma tendência europeia de empregar menores em navios ultramarinos, nos séculos XVI e XVII. No Brasil, o trabalho de crianças e adolescentes foi delegado às Companhias de Aprendiz, instituições criadas pela marinha que recrutavam três grupos de crianças/adolescentes: os rejeitados e abandonados; aqueles presos pela polícia e; os “voluntários” matriculados por pais ou tutores (VENANCIO, 1999).

No início de seu funcionamento, as Companhias foram formadas, predominantemente, por crianças/adolescentes trazidas por seus pais. Isto porque a marinha apresentava-se como uma das poucas alternativas de aprendizado profissional destinado às classes pobres da época, assim, além das funções dos navios, os menores também aprendiam a ler e escrever – algo bastante raro na época, já que apenas 16% da população entre 6 e 15 anos frequentava a escola (VENANCIO, 1999).

No entanto, a vida dos aprendizes da marinha era bastante pesada, pois, além do trabalho, as crianças e os adolescentes também conviviam com bebedeiras, brigas e xingamentos dos marinheiros, além de sofrerem castigos físicos e receberem alimentação precária (VENANCIO, 1999).

Segundo Venancio (1999), o início da Guerra do Paraguai modificou o perfil dos aprendizes da Companhia, além de alterar o modo de sua organização, pois, as Companhias de Aprendiz enviaram 95% do seu efetivo para a guerra. Além disso, com a autorização do governo imperial para a realização do recrutamento forçado, a polícia passou a ser a maior responsável pelo envio de crianças/adolescentes para a marinha que, por sua vez, encaminhava a maioria para a guerra.

Assim, neste período imperial, as crianças e adolescentes escravos e pobres eram as únicas que trabalhavam. Ambas por não terem outras opções em suas vidas. Da mesma forma, com a imigração e a industrialização, o Brasil assistiu a um novo grupo de menores que eram obrigados a trabalhar para ajudar no sustento de suas famílias (MOURA, 1999).

Contudo, essa época caracterizou-se pelo elevado número de acidentes de trabalho envolvendo crianças e adolescentes que, muitas vezes, ficavam com sequelas físicas irreversíveis ou chegam à morte, por conta de funções impróprias para a sua idade e das

instalações precárias das indústrias. A indústria têxtil era aquela que mais empregava menores, alcançado os 30% em 1910 e 37% em 1919 (MOURA, 1999).

Além dos acidentes de trabalho, as crianças e adolescentes também eram submetidas a castigos físicos por conta de seus comportamentos e desempenhos, isto porque, há vários relatos de situações nas quais as próprias brincadeiras causam os acidentes de trabalho (MOURA, 1999).

Nessa época, a regulamentação do trabalho infanto-juvenil com o estabelecimento de uma idade mínima para o trabalho e de uma carga horária máxima de trabalho diário já estava presente nas reivindicações operárias. Contudo, a presença dos adolescentes nos ambientes de trabalho nunca foi rejeitada completamente, tanto pela necessidade econômica das famílias quanto pela crença de que, dessa forma, esses jovens ficariam distantes de más influências e do risco social.

Assim, ainda com a necessidade de regular o trabalho adolescente, as legislações atuais internacionais (Declaração dos Direitos da Criança adotada pela Organização das Nações Unidas, em 1959) e as nacionais (Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente) abordam o trabalho de adolescentes de duas formas: aquele realizado antes dos dezesseis anos, chamado de trabalho precoce, e o trabalho realizado após esta idade (SOUSA; ALBERTO, 2008). Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente também aceita que adolescentes, a partir dos quatorze anos, trabalhem, desde que seja na condição de aprendizes (ECA, 1996).

Contudo, com as inúmeras transformações das formas de organização do trabalho, principalmente, com a diminuição do emprego estável e com o um aumento do trabalho informal e precário (MAIA; MANCEBO, 2010), os jovens têm encontrado dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, o que, muitas vezes, impede-os de escolherem o local e as condições de inserção profissional. Assim, jovens de nível socioeconômico mais baixo, que precisam trabalhar para ajudar no sustento de suas famílias, acabam aceitando trabalhos precários que não os consideram como sujeitos em desenvolvimento, isto é, preservando suas necessidades biológicas, psicológicas e sociais. (AMAZARRAY ET AL., 2009).

Por isso, algumas pesquisas têm sido realizadas com a finalidade de se verificar as consequências do trabalho juvenil para a saúde e desenvolvimento do adolescente (OLIVEIRA ET AL, 2003; FISCHER ET AL, 2003; MARTINS ET. AL., 2002, apud MATTOS E CHAVES, 2006). Os resultados dessas pesquisas indicam que o trabalho na adolescência pode acarretar riscos bio-psico-sociais, porém, também indicam que o trabalho

pode ser um espaço que complementaria a socialização do jovem, ao lado da escola, da família e do grupo de pares. Assim, Mattos e Chaves (2006, p. 67) indicam que

o trabalho pode representar uma experiência positiva e relevante para adolescentes e jovens, desde que sejam asseguradas condições que possibilitem o exercício laboral sem prejuízo à saúde, escolaridade e lazer.

Neste sentido, surgem políticas públicas e programas de empresas privadas e de organizações não governamentais que buscam realizar um trabalho de inserção profissional do jovem cuidando para que ele não tenha prejuízo em seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que atendem uma demanda social.

No entanto, mais do que existir um programa que insira o adolescente no mercado de trabalho, é necessário que este trabalho seja acompanhado de um princípio educativo, já que dessa forma, será possível que a inserção laboral assistida diminua a exposição de adolescentes a situações de exploração e subemprego (SILVA, 2011).

No entanto, para que as pesquisas consigam verificar se o desenvolvimento humano do adolescente está sendo preservado – em todos os aspectos que o envolvem – nas vivências de trabalho, é necessário que essas se dêem de maneira interdisciplinar de modo a conseguir estudar a totalidade da realidade do trabalho de adolescentes, considerando os aspectos das disciplinas do desenvolvimento humano, sociais, biológicas, psicológicas, históricas, econômicas, entre outras.

MÉTODO

Para verificar se as produções acadêmicas que abordam a questão do adolescente trabalhador consideram a perspectiva interdisciplinar em seus estudos, possibilitando, assim, uma maior aproximação com a realidade desse fenômeno, foi realizado um levantamento bibliográfico, de natureza qualitativa, com objetivos exploratório-descritivos.

Um estudo com objetivos exploratório-descritivos preconiza uma combinação entre a apresentação de uma visão geral de certo fenômeno, além de sua minuciosa descrição (LAKATOS; MARCONI, 2001; GIL, 1999), no caso, as produções acadêmicas pesquisadas. Por isso, a presente pesquisa irá apresentar um mapeamento de todas as produções acadêmicas encontradas, descrevendo os seus aspectos comuns.

Deste modo, pode-se dizer que esta pesquisa terá natureza qualitativa, já que, ao coletar, mapear e descrever aspectos comuns aos dados, o estudo irá buscar os dados no

ambiente natural em que se processam e os analisará de forma indutiva, ou seja, somente após a reunião e comparação das produções pesquisadas, respeitando e considerando todos os seus aspectos (GIL, 1999).

Por sua vez, o método de levantamento bibliográfico é o mais adequado para se alcançar os objetivos propostos pelo estudo, pois este considera como dado tudo aquilo que já foi publicado em determinado lugar a respeito de um assunto específico (LAKATOS; MARCONI, 2001). No caso da presente pesquisa, as fontes bibliográficas serão os resumos de dissertações e teses apontadas pelo Banco de Teses da Capes, entre os anos de 2007 a 2011, a partir do descritor “adolescente trabalhador”.

A grande vantagem deste método é poder abordar uma série de fenômenos e visões que não poderiam ser verificadas tão amplamente em um único estudo (GIL, 1999), sem se limitar à repetição do que já foi pesquisado, mas possibilitando outro enfoque para determinado tema, chegando a novas conclusões (LAKATOS; MARCONI, 2001).

No caso desse estudo, após o delineamento do tema e, conseqüente opção pelos materiais encontrados nos resumos de dissertações e teses, a escolha da localização de coleta de dados, ou seja, o Banco de Teses da Capes foi o caminho optado porque reúne todas as produções acadêmicas, de nível de pós-graduação, produzidas e aprovadas por uma banca científica, em todo o território nacional.

Com a escolha do local onde se daria a pesquisa dos dados, reuniu-se 42 dissertações e teses apresentadas pelo site a partir da pesquisa com o descritor.

Para o processo de análise, utilizou-se a categorização das produções acadêmicas levantadas dentro dos seguintes itens: tipo de programa de pós-graduação no qual a pesquisa foi realizada, objeto de estudo da pesquisa, sujeitos de pesquisa investigados e área de concentração do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a finalidade de se levantar os estudos já realizados a respeito dos adolescentes trabalhadores, fez-se um levantamento das produções científicas elencadas pelo Banco de Teses da Capes a partir do descritor “adolescente trabalhador”. No total, foram encontradas 42 pesquisas no período de 2007 a 2011, que serão apresentadas, ano por ano, na tabela a seguir:

Ano de Defesa	Número total de pesquisas	
	N	%
2011	7	16,67%
2010	8	19,05%
2009	8	19,05%
2008	13	30,95%
2007	6	14,28%
Total	42	100,00%

Tabela 1: Número total de pesquisas na base de dados da Capes de acordo com o ano da defesa.

Esses resultados indicam que, nesse período, o ano de 2008 foi o mais produtivo sobre o tema, sendo seguido pelos anos de 2009 e 2010. No entanto, no ano de 2011 houve uma pequena redução no número de produções.

Além do número de produções, também é importante indicar a quantidade de pesquisas sobre o tema, de acordo com o tipo de programa de pós-graduação no qual o trabalho foi realizado, conforme apontado na tabela a seguir:

Ano de Defesa	Profissionalizante	Mestrado	Doutorado
2011	1	5	1
2010	1	6	1
2009	1	7	0
2008	2	6	5
2007	0	5	1
Total	5	29	8

Tabela 2: Número de pesquisas de acordo com o tipo de programa de pós-graduação, por ano.

Assim, os programas de mestrado tem sido aqueles nos quais o tema do adolescente trabalhador tem sido mais pesquisado, seguido pelos programas de doutoramento. Contudo, frente ao número de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu recomendados pela Capes no Brasil, esse número de produções é bastante reduzido, indicando, de modo geral, pouco interesse dos pesquisadores a respeito do tema do adolescente trabalhador.

Também foi mapeado o número de estudos, apontados pela busca no Banco de Teses da Capes, que tinham o trabalho de adolescentes como objeto de estudo, conforme apresentado pela tabela 3:

Ano	Trabalho de adolescentes	Outros
2011	4	3
2010	5	3
2009	4	4
2008	10	3
2007	2	4
Total	25	17

Tabela 3: Número de pesquisas que tem como objeto de estudo o trabalho de adolescentes.

Além disso, também foi verificado que tem todas as pesquisas que tinham o trabalho do adolescente como objeto de estudo tiveram como sujeito de pesquisa o próprio adolescente trabalhador, como pode ser verificado na seguinte tabela:

Ano	Adolescente trabalhador	Adolescente não trabalhador	Ambos (adolescente trabalhador e não trabalhador)	Outros sujeitos	Não especificado
2011	1	1	1	3	1
2010	2	2	1	2	1
2009	2	2	0	4	0
2008	5	1	0	4	3
2007	1	3	0	0	2
Total	11	9	2	13	7

Tabela 4: Números de estudos de acordo com os sujeitos de pesquisa investigados.

Desta forma, pode-se observar a importância de escutar os próprios adolescentes quando se investiga o seu trabalho, suas condições e/ou suas consequências, o que, de modo geral, foi realizado pelas pesquisas levantadas. Por fim, as áreas do conhecimento no qual as pesquisas foram realizadas estão relacionadas a seguir:

Áreas do conhecimento	N	%
Multidisciplinar	1	2,38%
Interdisciplinar	2	4,76%
Educação/Interdisciplinar	1	2,38%
Educação	3	7,15%
Ensino de Ciência e Matemática	1	2,38%
Geografia	1	2,38%
Educação Física	1	2,38%
Psicologia	2	4,76%
Psicologia Social	3	7,15%
Ciências Humanas/ Psicologia/ Psicologia Social	1	2,38%
Sociologia	2	4,76%
Políticas Públicas	3	7,15%
Serviço Social	3	7,15%
Saúde Coletiva	2	4,76%
Ciências da Saúde	1	2,38%
Ciência da Saúde/Enfermagem	1	2,38%
Enfermagem	4	9,52%
Pediatria	1	2,38%
Psiquiatria	1	2,38%
Medicina	1	2,38%
Economia	1	2,38%
Economia dos Recursos Humanos	1	2,38%
Economia Doméstica	1	2,38%
Economia do Bem-estar Social	1	2,38%
Direito Civil	2	4,76%
Direito/ Teoria do Desenvolvimento Regional	1	2,38%
Total	42	100%

Tabela 5: Número e frequência das áreas do conhecimento nos quais as pesquisas se concentram.

Apesar de esses resultados indicarem que o tema do adolescente trabalhador pode ser estudado a partir de diferentes pontos de vista dentro do escopo das ciências sociais, humanas,

biológicas e da saúde, percebe-se também que a abordagem puramente interdisciplinar ou multidisciplinar foi pouco adotada dentre as pesquisas levantadas, representando, apenas, 4,76% e 2,38% respectivamente. Além disso, também existe uma pesquisa enquadrada na área de conhecimento da educação/interdisciplinar, representando também 2,38%.

Dentre elas, três pesquisas se situaram em programas de mestrado e, apenas uma, classificada como interdisciplinar, foi realizada em um programa profissionalizante. Novamente, apontando os cursos de mestrado como os predominantes no estudo da temática do adolescente trabalhador.

A única pesquisa multidisciplinar encontrada relata a visão dos agentes comunitários de saúde a respeito dos adolescentes atendidos no município de Iguatu, no Ceará (AMORIM, 2011), não abordando, portanto, o trabalho de adolescentes; mas sim, o trabalho com adolescentes. No entanto, a classificação dessa pesquisa como multidisciplinar foi bastante pertinente, uma vez que em sua discussão traz as disciplinas do desenvolvimento humano de adolescentes, da saúde e da educação, justapondo-as e não as articulando a ponto de criar uma visão interdisciplinar que dialogasse entre essas áreas do conhecimento.

Quanto aos estudos realizados na área interdisciplinar, Garbelini (2011) aborda a problemática do trabalho infantil-juvenil no município de Ponta Grossa, no Paraná, enquanto que Szajdenfisz (2008) enfoca os processos de escolha profissional na adolescência.

Garbelini (2011) trouxe os saberes do desenvolvimento humano, da história, da sociologia e da economia para olhar o fenômeno da exploração do trabalho infanto-juvenil não apenas justapondo esses conhecimentos, mas, também, coordenando-os para compreender a realidade estudada. Dessa forma, pode-se dizer que essa pesquisa cumpre as características de uma abordagem interdisciplinar.

Szajdenfisz (2008), embora tenha classificado seu trabalho na área interdisciplinar, não cumpre as características dessa abordagem, a autora estuda os processos de escolha profissional na adolescência a partir da psicanálise, assim, como concebe o desenvolvimento humano desses adolescentes somente a partir do prisma psicanalítico. Pouco é considerado a respeito dos aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais nos quais esses adolescentes se inserem, o que, ao menos, poderia aproximá-lo de uma abordagem multidisciplinar.

Por fim, o fato do trabalho de Buiar (2009) ter se classificado entre as áreas de conhecimento interdisciplinar e de educação, pode ser facilmente explicado porque, como dito anteriormente, a discussão sobre a interdisciplinaridade no Brasil deu-se no interior do campo epistemológico, por Japiassú, e da educação, pela Ivani Fazenda.

Assim, essa pesquisa é corretamente classificada dentro da área do conhecimento educação/interdisciplinar, pois, estuda um programa de aprendizagem profissional destinado a adolescentes, considerando e articulando as disciplinas social, política, econômica, cultural e ética que envolvem esse tipo de programa com a finalidade de conseguir se aproximar da realidade estudada a partir de uma visão mais holística do fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando responder ao objetivo proposto de analisar as produções acadêmicas que abordam a questão do adolescente trabalhador, a partir da perspectiva interdisciplinar, publicadas entre 2007 e 2011, este estudo indica que são poucos as pesquisas sobre o adolescente trabalhador que se caracterizam como interdisciplinar (3 entre 42 pesquisas levantadas), apontando a dificuldade da ciência em romper com seus paradigmas de especialização e fragmentação dos saberes.

Além dos trabalhos interdisciplinares levantados, foi encontrado um trabalho multidisciplinar que trouxe a visão de duas áreas do conhecimento a respeito de um mesmo fenômeno, assim, embora não ocorra a articulação entre elas, essa já é uma proposta interessante dentro do modelo positivista que se mostrou predominante – na temática do adolescente trabalhador – a partir do presente levantamento.

Também é importante destacar que tanto o trabalho multidisciplinar como os trabalhos interdisciplinares levantados são provenientes do campo das ciências humanas e sociais, reforçando o dado da literatura que indica que estes campos científicos são aqueles nos quais mais concentra estudos interdisciplinares.

De modo geral, os trabalhos interdisciplinares e/ou multidisciplinares levantados preenchem as suas respectivas características específicas, com exceção de um único estudo (SZAJDENFISZ, 2008), que não apresentou as trocas entre as diversas áreas do saber científico, aspecto esse fundamental para a abordagem interdisciplinar.

Ao que se refere à temática do adolescente trabalhador, observa-se que a maior parte dos estudos encontra-se nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, mas, que ainda são escassos. No entanto, é importante destacar que, a maioria desses estudos, consideram os adolescentes como sujeitos de pesquisa, mas, ainda é pequena a visão interdisciplinar no estudo dessa temática.

Por fim, vale ressaltar que seria interessante que o presente estudo fosse ampliado para outras bases de dados, além do Banco de Teses da Capes, visando à confirmação, ampliação ou refutação dos dados aqui apresentados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. F.; BRASILEIRO, M do C. E.; BRITO, S. M. DE O. Interdisciplinaridade: um conceito em construção. **Episteme**, n. 19, p. 139-148, Jul.-Dez. 2004. Disponível em: <www.ilea.ufrgs.br/episteme/pdf/numero19/episteme19_artigo_alvez_brasileiro_brito.pdf>. Acesso em 18 jun. 2012.
- AMAZARRAY, M. R. et al. Aprendiz versus trabalhador: adolescentes em processo de aprendizagem. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 3, Set. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n3/a06v25n3.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.
- AMORIM, D. U. A visão dos agentes comunitários de saúde sobre os adolescentes e sua prática. 2011. 106 f. Monografia (Especialização) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente** – Lei Federal 8069/1990. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.
- BUIAR, J. C. **Lei do Jovem Aprendiz: a legalização da adultização do adolescente trabalhador**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- CARLOS, J. G. Interdisciplinaridade no ensino médio: desafios e potencialidades. 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras**, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/file/agosto2011/pedagogia_artigos/ainterdisnecprob.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.
- GARBELINI, P. P. **Trabalho infantil; criança e adolescente**. 2011. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2011.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e técnica de pesquisa, elaboração, análise. São Paulo: Atlas, 2001.

LEIS, H. R. Sobre o conceitoo de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, n. 73, ago. 2005. Disponível em: <<http://wwwcfh.ufsc.br/~dich/TextoCaderno73.pdf>>. Acesso em: 26 de jun. 2012.

MATTOS, E. de; CHAVES, A. M. As representações sociais do trabalho entre adolescentes aprendizes – estudo piloto. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 16, n. 3, p. 66-75, 2006. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rbcdh/v16n3/08.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

MOURA, E. B. B. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORI, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 259-288.

OLIVEIRA, D. C. de et al. A escola e o trabalho entre adolescentes do ensino médio da cidade de São Paulo: uma análise de representações sociais. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 5, n. 1, p. 27-39, 2003. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v5n1/v5n1a03.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

POLONIA, A. da C.; DESSEN, M. A.; SILVA, N. L. P. **O modelo bioecológico de Bronfenbrenner**: contribuições para o desenvolvimento humano. In: DESSEN, M. A.; COSTA JUNIOR, A. L. (orgs.). **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005, p71-89.

SENNA, S. R. C. M.; DESSEN, M. A. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 1, Mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v28n1/13.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

SILVA, V. H. da. Cidadania e inserção laboral assistida: a experiência do trabalho formal de adolescentes pobres. **Estudos de Psicologia**, v. 16, n. 2, p. 187-196, mai./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v16n2/v16n2a10.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2012.

SILVA, W. R. A construção da interdisciplinaridade no espaço complexo de ensino e pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 143, p. 582-605, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n143/a13v41n143.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2012.

SOUSA, O. M. C. G. de; ALBERTO, M. de F. P. Trabalho precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes. **Psicologia em Estudo**, v. 12, n. 4, p. 713-722, out./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n4/v13n4a09.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

THIESEN, J. da S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo de ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 545-554 set.-dez. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/10.pdf> >. Acesso em: 08 jul. 2012.

VENANCIO, R. P. Os aprendizes da guerra. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 192-209.

OS PRECÁRIOS FRUTOS DA MODERNIZAÇÃO: RELAÇÕES DE ASSALARIAMENTO NA FRUTICULTURA IRRIGADA DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

Felipe Santos Estrela de Carvalho

Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FFCH/UFBA

RESUMO: A partir da análise das relações de assalariamento rural no setor da Fruticultura Irrigada do Submédio São Francisco, Polo Juazeiro/Petrolina, buscar-se-á problematizar a relação existente entre o (i) processo de transformação produtiva da agricultura na região, (ii) os desdobramentos na configuração do mercado de trabalho rural, com destaque para o crescimento do emprego temporário e (iii) nas condições de exploração da força de trabalho no setor. O objetivo principal do presente estudo é levantar questões sobre a realidade do trabalho rural, desigualdades e violações de direitos nas relações trabalhistas rurais e os desafios da proteção social nesse contexto de mudanças no mundo do trabalho.

ABSTRACT: From the analysis of rural wage relations in the Irrigated Fruit sector at the region of the Submedio São Francisco and the Juazeiro/Petrolina zone, the paper aims at examine the relationship among (i) the process of productive transformation of agriculture in the region, (ii) the repercussions for the rural labor market, especially in regards to the growth of temporary employment, and (iii) the conditions of exploitation of the workforce in the sector. The main goal of the present study is to raise questions about the reality of rural work, inequalities and violations to rights in rural labor relationships, and the challenges to social protection in this context of changes in the world of labor.

PALAVRAS-CHAVES: Trabalho Rural; Precarização; Fruticultura

APRESENTAÇÃO

Inicialmente cumpre destacar que o presente estudo surge como esforço de sintetização das análises realizadas no desenvolvimento do trabalho de conclusão da graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (especificamente o terceiro capítulo) apresentado pelo autor no ano de 2011 e intitulado: Regulação Pública do Trabalho Rural: Exploração da Mão-de-obra Assalariada na Fruticultura Irrigada na Região Submédio do Vale do São Francisco. A organização textual num modelo compacto (a exemplo do artigo científico) se deu pela necessidade de socializar a pesquisa numa formatação mais objetiva, viabilizando tanto a sua apreciação coletiva como a construção dialógica das suas impressões. Muito mais do que apresentar inarredáveis conclusões, o trabalho se propõe a içar novos e velhos questionamentos que sirvam de apoio para o aprofundamento dos debates em torno das relações contemporâneas de assalariamento rural, seu contexto de violação continuada dos direitos e dos desafios históricos da proteção social e valorização do trabalho rural.

A proposta visa melhor compreender a relação existente entre o (i) processo de desenvolvimento da fruticultura na região Submédio do Vale do São Francisco (SMSF), Polo Juazeiro/Petrolina (PJP); (ii) os desdobramentos no mercado de trabalho rural (tipos de vínculos e formas de contratação); e (iii) nas condições de realização da prestação laboral, com o intuito de problematizar a cobertura dos direitos sociais trabalhistas e da percepção da proteção social pelos trabalhadores rurais nesse cenário de modernização. A análise alvitrada não pode se dar à margem da compreensão dos movimentos gerais e específicos que permearam o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira. Nessa linha, o estudo tomará como ignição para suas discussões a contextualização do processo de modernização da agricultura nacional impulsionado no período dos governos militares, pontuando as características sociais e econômicas desse modelo, sua relação com a configuração fundiária historicamente excludente do campo brasileiro e o papel do Estado na viabilização desse projeto modernizante. Dentro dessa conjuntura, a caracterização do agronegócio, seus desdobramentos na (re) configuração do mercado de trabalho rural e o seu cenário continuado de violação de direitos serão observados com especial atenção. Após a contextualização, serão analisadas as repercussões desse padrão desenvolvimentista nas atividades agrícolas e no mercado de trabalho da região SMSF, mas especificamente no setor da produção de frutas. Além disso, as condições de trabalho no interior do ramo serão caracterizadas e debatidas por meio dos depoimentos dos/as trabalhadores/as da região.

Parte-se da hipótese de que o processo de transformação/modernização das relações produtivas vivenciado pelo setor da fruticultura irrigada do SMSF (abrangendo desde os padrões técnicos de produção até os de gestão/organização do trabalho) tem gerado desdobramentos nas relações de assalariamento rural, principalmente no que diz respeito à ampliação da informalidade e das formas precárias de admissão de mão-de-obra temporária. Essas mudanças repercutiram diretamente (i) nos mecanismos de inserção do homem e da mulher no mercado de trabalho rural e (ii) nas condições de exploração da sua força de trabalho pelo empresariado agrícola, reafirmando velhos e trazendo novos desafios à proteção social do trabalho rural.

BASES DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA NO BRASIL

Em 2011, o Brasil atingiu à condição de nação com o sexto maior Produto Interno Bruto (PIB) medido em dólares do mundo, deixando para trás centros historicamente avançados de reprodução do capital em escala global como o Reino Unido¹. A economia agrícola responde por uma boa parcela da riqueza produzida no país. Os dados do CEPEA² apontam que o PIB do agronegócio brasileiro movimentou no ano de 2011 uma cifra de R\$ 942 Bi, representando aproximadamente 23% do PIB brasileiro. Conforme o Ministério da Agricultura, a safra 2010/2011 atingiu um novo recorde na produção de grãos, com 161,5 milhões de toneladas. Algodão, arroz, café, feijão, laranja, mandioca, milho, soja e uva, são as principais lavouras e representam 73% do valor da produção brasileira. Com o movimento crescente de financeirização das *commodities* agrícolas os principais destinatários da produção nacional são: União Europeia, com US\$ 20,4 bilhões, China com US\$ 11 bilhões, EUA com US\$ 5,4 bilhões, Rússia com US\$ 4,6 bilhões e o Japão com US\$ 2,3 bilhões. Ao todo mais de 180 países abarcam a produção mono-agro-exportadora nacional. Entretanto, o país chega ao patamar de sexta economia do planeta tendo que mediar contradições relativas a não correspondência entre a representação do título alcançado e a realidade das condições de trabalho e de vida do conjunto da sociedade brasileira.

As décadas de 1960 e 1970 foram palco de profundas mudanças no setor agropecuário brasileiro, repercutindo tanto na estrutura das unidades de produção como nas formas de organização e utilização da força de trabalho rural. O fenômeno da industrialização da

¹ Brasil: sexta economia do mundo. IN: <http://www.cartacapital.com.br/economia/brasil-sexta-economia-do-mundo/>, acessado em 16 de fevereiro de 2012, às 14h:28'.

² Centro de Estudos Avançado em Economia Aplicada – USP

agricultura nacional, normalmente conhecido na literatura como modernização conservadora, veio acompanhado de modificações no plano das relações de trabalho no campo, trazendo novos desafios à ordem jurídico-trabalhista, principalmente no que diz respeito à cobertura social desses trabalhadores frente ao cenário de intensificação das violações. A situação histórica de precarização do trabalho no meio rural encontra suas bases no próprio desenvolvimento do capitalismo na agricultura nacional, na medida em que articula uma diversidade de fatores como as formas históricas de apropriação da propriedade da terra, de organização social do trabalho e principalmente na intervenção estatal na mediação desse processo.

O movimento de integração da indústria com a agricultura se forjou a partir das complexas relações entre o capital financeiro internacional, grandes empresas e o Estado. A este último coube o papel de formulação de diretrizes e adoção de medidas favoráveis à expansão da modernização produtiva do setor agropecuário, viabilizando em larga escala recursos, infra-estrutura básica e assistência técnica especializada (LAVINAS, 1987). A orientação estava em garantir a expansão de novas plantas produtivas de capital nacional e estrangeiro, aprofundando as relações capitalistas na agricultura, a partir da combinação do uso de financiamento público, tecnologias sofisticadas e uma abundante mão-de-obra migrante, temporal e precária (CAVALCANTI *et al*, 2003).

Para LEITE (1995), a construção desse novo padrão agrário, redefinido a partir das novas formas de valorização do capital, articulou diversos aspectos, a saber: (i) *econômico* – ao concentrar os recursos financeiros disponíveis, como o crédito rural, nas mãos da grande produção; (ii) *ecológico* – ao intensificar/generalizar o uso de um padrão tecnológico baseado no binômio mecanização/química-mineral, cujos impactos sobre o meio ambiente já são amplamente sabidos; (iii) *produtivo* – na medida em que promoveu o processo de industrialização do campo, estreitando as interfaces entre agricultura e indústria, dominada por uma estrutura altamente oligopolizada; (iv) *trabalhista* – ao incrementar a sazonalidade da força de trabalho, principalmente nas culturas exportáveis, ao mesmo tempo em que fortalece o atrelamento do movimento sindical à estrutura estatal; (v) *financeiro* – ao passo que estimula a interferência do capital internacional na agricultura; (vi) *demográfico* – ao transferir mais de 28 milhões de pessoas do meio rural para o urbano no período de 1960-80, e deslocar sem as condições devidas, trabalhadores do centro e do nordeste para os projetos de colonização da Amazônia; (vii) *social* – ao manter condições insuficientes de trabalho e transporte no campo, aliada a um baixo padrão de salários, refletindo na diminuição da

demanda por alimentos no mercado interno; (viii) *geográfico* – ao centralizar a modernização em determinadas regiões do país, principalmente no eixo sul-sudeste, ampliando as diferenças regionais. Outro elemento não elencado por Leite, mas que contribuiu sobremaneira à expansão do capital foi a inserção inexpressiva da regulação pública no interior das relações de trabalho no campo com vistas a imposição de limites à exploração da força de trabalho. A legislação trabalhista rural teve como objeto principal em boa parte da sua história a regulamentação dos aspectos formais da relação trabalhista (contrato, mecanismos de cumprimento, formas de rescisão, etc.), exercendo na prática poucos efeitos de garantia de condições dignas de trabalho no campo. Nesse sentido, a fragilidade da regulamentação pública em estabelecer limites à exploração dos trabalhadores rurais permitiu as elites agrárias o acesso fácil a um grande contingente de mão-de-obra marginalizada da proteção social, elevando os índices de produtividade e lucratividade a partir da intensificação dos níveis de exploração do homem e da mulher do campo.

O fenômeno da modernização da agricultura caracterizou-se pelo alto grau de complexidade e imbrincamento entre as diversas frações do capital agrário, industrial e financeiro. Nessa nova agricultura capitalista, as mudanças nos padrões técnicos de produção garantiram o aumento da produtividade basicamente através da expansão das áreas cultivadas (avanço da fronteira agrícola) e da inserção da alta tecnologia (o que proporcionou o aumento da produtividade física das lavouras). O golpe militar instaurado em 1964, além de muitos outros objetivos estratégicos, teve a finalidade de “modernizar os coronéis latifundistas e [tentar] impedir o crescimento da luta dos camponeses, que vinham construindo suas formas de organização e resistência, principalmente a partir de meados da década de cinquenta” com as Ligas Camponesas (FERNANDES, 1998, p. 8). A aliança entre governo militar e o empresariado nacional e estrangeiro tinha como cerne a modernização tecnológica no campo, sem mexer na estrutura fundiária³ historicamente consolidada nas mãos das elites agrárias, sem falar no processo de valorização das terras mediante ação especulativa do capital financeiro internacional e na criação de uma grande reserva de força de trabalho.

As políticas institucionais direcionadas ao desenvolvimento rural ficaram restritas em grande medida ao apoio à produção, principalmente para os setores ligados à economia exportadora de *commodities* agrícolas. Em 1965, logo no início da ditadura militar, o Governo Federal instituiu o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) com o intuito de subsidiar em

³ Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de concentração fundiária no Brasil 0,854. O índice de GINI é medido em uma escala de 0 a 1, em que o zero representa distribuição de terras absolutamente igual e o um, uma distribuição de terras totalmente desigual.

larga escala e de forma seletiva os médios e grandes produtores para investimento, custeio da produção em novas bases técnicas, comercialização, facilitando a implantação de indústrias de insumos, criando as condições para a ampliação e consolidação do modelo que ainda se tem hoje no campo brasileiro (HESPANHOL, 2007). O processo de expansão da agricultura capitalista não se deu à margem de problemas estruturais inerentes ao padrão desenvolvimentista adotado como a elevada concentração da propriedade da terra, a intensificação da exploração da força de trabalho, a forte expansão de vínculos trabalhistas instáveis (como os trabalhos por tempo determinado, temporário, diaristas, etc.), subordinação dos pequenos produtores aos ditames das grandes corporações agrícolas, o uso irracional dos recursos naturais (hídrico, mineral e florestal). O agronegócio pode ser compreendido enquanto um complexo de sistemas englobando: (i) agricultura; (ii) indústrias; (iii) mercado; (iv) e finanças (FERNANDES, 2008).

CAMACHO (*et al.* 2011, p. 3-4) a partir de seus estudos incorpora outras categorias de análise para o entendimento da estrutura do agronegócio, como: (a) *centralização* – partindo de um controle centralizado da produção, processamento e de mercado, com unidades produtivas maiores e em menor quantidade; (b) *dependência* - no plano científico, de alto investimento tecnológico, no plano financeiro, de créditos e incentivos públicos; (c) *competitividade* – ênfase na eficiência, no controle de qualidade, vislumbrando maximizar o lucro; (d) *domínio da natureza* – redução da natureza a meros recursos a serem manipulados segundo as orientações do crescimento econômico; produtividade maximizada por meio de insumos industrializados e modificações de ordem genética; monopolização da produção através de *royalties* de produtos agrícolas patenteados; (e) *especialização* – predomínio da monocultura; sistemas de produção com certo grau de padronização e com etapas definidas; (f) *exploração* - intensa do trabalho e dos recursos naturais. As transformações decorrentes desse processo de “modernização” da agricultura não ocorreram de maneira uniforme nas diversas regiões do país, muito menos em todos os tipos de produtores. Assim, privilegiou-se “as regiões mais desenvolvidas e os grandes produtores rurais, aumentando ainda mais a acumulação [monopolista] de capitais nesse segmento” (DIEESE, 2001, p. 212) e as desigualdades regionais do país, com destaque para o eixo Sudeste-Sul.

A estrutura do agronegócio carrega muito mais inovações no plano político-ideológico do que significativas mudanças no plano econômico-produtivo, já que sua base de produção persiste na agricultura em extensas faixas de terra, monocultora, voltada para exportação. Esse tipo de organização produtiva já vem sendo desenvolvido na agricultura brasileira desde os tempos da colonização. FERNANDES (2011) aponta que o agronegócio surge enquanto

estratégia ideológica para tentar mudar a imagem negativa construída pelo latifúndio ao longo desses séculos de exploração, pois associa em sua essência a imagem da exploração, do trabalho escravo, da concentração fundiária, dos assassinatos no campo, mazelas que não deixam de macular a proposta “inovadora” do *agronegócio*.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E OS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO ASSALARIADO RURAL

Inicialmente, cumpre destacar que quando o assunto é trabalho rural, deve-se partir do entendimento de que a diversidade de formas e relações é a marca característica do mercado de trabalho no campo. Posseiros, arrendatários, parceiros, assalariados, que por sua vez se desdobram em permanentes e temporários, enfim, diversas são as possibilidades de ocupação na agropecuária. Em grande medida, essas relações encontram-se reguladas pelo ordenamento jurídico nacional num amplo leque normativo codificado e em legislação específica. Analisado historicamente, o mercado de trabalho rural encerra algumas características marcantes do seu desenvolvimento, como: (i) a intensa exploração do conjunto dos trabalhadores; (ii) a heterogeneidade das formas de trabalho e de seus respectivos vínculos jurídico-trabalhistas; (iii) o grande excedente estrutural de força de trabalho; (iv) os baixos rendimentos de reprodução dessa mesma força de trabalho; (v) a pouca efetividade da legislação social; e a (vi) parca regulação da maioria das culturas de produção (BUAINAIN & DEDECCA, 2008). Apesar dessa diversidade, a situação atual do trabalho no setor agropecuário tem sofrido sérios impactos com o avanço do padrão industrial e a crescente “modernização” das atividades produtivas dos empreendimentos agrícolas. Uma das mudanças significativas dessa enxurrada modernizadora foi a expansão do assalariamento no campo, sobretudo no caso do emprego temporário (MORETTO *et al*, 2010).

A expansão do trabalho temporário se deu no interior da dinâmica da acumulação ampliada do capital na agricultura brasileira. Considerando as especificidades desse processo, poderia haver, à primeira vista, três opções para a ampliação dessa acumulação, sendo essas (i) a extensão da jornada de trabalho; (ii) o aumento da intensidade do trabalho; e (iii) o aumento da produtividade. A primeira não parecia crível, tendo em vista os níveis já extremos da jornada. Quanto ao aumento da intensidade do trabalho, este deveria vir acompanhado de uma contrapartida que no mínimo animasse o trabalhador, daí as gratificações, prêmios e a vinculação do salário à produção. A terceira via se deu através do alto investimento em capital constante, aplicado nos fatores de produção (matérias-primas, tecnologias, insumos, etc.), cuja modernização das unidades produtivas foi o principal reflexo. O aumento da produtividade

repercutiu na exclusão parcial da força de trabalho rural, visualizadas na diminuição da capacidade de absorção da população rural nas ocupações agrícolas - conforme demonstra o Censo Agropecuário do IBGE, o número total de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias reduziu de 21,1 milhões no ano de 1980, para 17,9 milhões em 1996, chegando à cifra de 16,4 milhões em 2006. Um dado expressivo desse fenômeno é o crescimento vertiginoso da população desocupada⁴ em áreas rurais, passando de 271.408 em 1992 para 502.943 pessoas em busca de emprego em 2009, conforme dados do IBGE.

Quando se analisa os dados de 2009 relativos à distribuição do pessoal ocupado na agropecuária por posição na ocupação e por sexo temos a seguinte configuração percentual: (i) *empregado permanente* – 22% homens; 5,1% mulheres; (ii) *empregado temporário* – 17% homens; 6,1% mulheres; (iii) *conta própria* – 32,2% homens; 10,6% mulheres; (iv) *empregador* – 3,7% homens; 0,8% mulheres; (v) *não-remunerado* – 11,1% homens; 30,7% mulheres; (vi) *autoconsumo* – 14% homens; 46,7% mulheres. Em relação à jornada de trabalho, 34,5% dos homens e 8,8% das mulheres trabalham mais de 45 horas semanais. No Brasil, 64,9% dos ocupados agrícolas não possuem registro na CTPS, 83,6% dos ocupados em atividades agropecuárias não contribuem para a Previdência Social, e no Nordeste, essas cifras atingem respectivamente 79,1 e 92,3% dos ocupados (DIEESE, 2011). Os dados refletem a condição de extrema vulnerabilidade social dessa força de trabalho e dão a dimensão da tarefa necessária para se construir padrões dignos de cobertura social no campo.

O principal resultado dessa configuração diversa do mercado de trabalho rural se expressa no limitado grau de assalariamento das atividades agrícolas, ainda mais de seu núcleo formal (emprego permanente e detentor de direitos), onde somente 39% dos homens e 11,2% das mulheres encontram-se formalmente cobertos pelas garantias trabalhistas. Nesse caso, a baixa taxa de formalização das relações de assalariamento e a própria heterogeneidade das relações de trabalho só podem ser compreendidas a partir da análise cuidadosa das desigualdades socioeconômicas que lhes sustentaram e sustentam. Destaque para duas características da estrutura ocupacional rural: (i) a primeira refere-se ao fato de que apesar da importância do trabalho assalariado na composição do mercado de trabalho e da produção de riquezas nacionais, este se mostra insuficiente para representar a estrutura do setor; (ii) a segunda diz respeito à dimensão limitada do assalariamento, que repercute num mercado bastante heterogêneo, onde a ocupação para o próprio consumo ainda é expressiva, relacionando-se com o baixo grau de proteção social (BUAINAIN & DEDECCA, 2008).

⁴ Segundo o IBGE, entende-se por População Desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalhado, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

Seguindo as mudanças colocadas a nível nacional, a expansão da fruticultura irrigada no Submédio São Franciscano se deu através da estruturação de um modelo produtivo que tem intensificado o contrato de trabalho “temporário, descontínuo, flexível” (MOTA, 2001: 114). O processo de inserção da produção frutícola do Polo Juazeiro-Petrolina no mercado externo exigiu, em termos de produtividade, qualidade e competitividade, a inserção de tecnologias voltadas para a dinamização do circuito produtivo, introduzindo máquinas na fase de seleção e empacotamento das frutas e câmaras de resfriamento para o pós-colheita com o objetivo de reduzir o manuseio e minimizar os riscos de contaminação. Entretanto, o trabalho manual ainda ocupa papel fundamental na produção, tendo os produtores que adotar estratégias de gestão da produção e do trabalho, capazes de garantir a competitividade mercadológica.

Nacionalmente, apesar de se ter verificado uma redução no grau de informalidade do trabalho em áreas rurais, passando de 81,5% em 1992 para 73,7% em 2009, a falta de cobertura social trabalhista é um desafio a ser superado. Na mesma linha, o polo Juazeiro/Petrolina apresentou um crescimento no coeficiente de formalização das relações de emprego, passando de 0,371 em 2000 para 0,453 em 2009⁵, entretanto a informalidade ainda é um traço característico do mercado de trabalho da região. Destaque para os municípios de Juazeiro/BA e Petrolina/PE que apresentaram os melhores índices de formalização em 2009, com 0,661 e 0,713 respectivamente. No mesmo ano, Sobradinho (BA) foi a cidade do polo com o cenário de maior informalidade, apresentando o índice de 0,371, coeficiente negativo quando comparado a marca de 0,523 atingida no ano 2000 (IPEADATA, 2009).

A ENXURRADA MODERNIZADORA: CVSF, SUVALE, CODEVASF E A POLITICA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA NO VALE DO SÃO FRANCISCO.

Até 1940, a principal atividade econômica do Vale do São Francisco era a pecuária extensiva. A experiência estadunidense do *Tennessee Valley Authority (TVA)*, órgão criado pelo governo Roosevelt no período pós-depressão de 1929 para arquitetar o desenvolvimento regional do Vale do Tennessee, uma das regiões mais pobres do território norte-americano, através de programas de geração de energia (construção de barragens e hidroelétricas) e da expansão da agricultura irrigada (KASPI, 2004), exerceu forte influência para se pensar os rumos econômicos do vale brasileiro. Nesse mesmo período, o governo brasileiro elabora o

⁵ Coeficiente calculado similarmente ao Índice GINI, onde zero representa inexistência de desigualdade e 1 representa a máxima desigualdade.

Plano de Aproveitamento do Vale do São Francisco, prevendo ações de regularização do curso do rio por meio de barragens, projetos de irrigação, geração de energia elétrica, delimitação das áreas industriais, colonização, exploração de minérios, construção de estradas, etc. (BLOCH, 1996). Para tanto, foi criada a Comissão do Vale do São Francisco por meio da Lei n. 541 de 1948, com o objetivo de implementar as políticas descritas, aliada a difusão da irrigação para os pequenos produtores ribeirinhos. Na mesma época também entrou em funcionamento a Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco (Chesf). No curso da execução do projeto de desenvolvimento, vislumbrando o aumento da produtividade de energia para atender as novas necessidades produtivas, no ano de 1979 é inaugurada a barragem de Sobradinho, “formando o maior lago artificial da América Latina, com 4.200 km², e desalojando nada menos do que setenta mil pessoas” (*Idem*, 22). Os grandes beneficiários dessa política desenvolvimentista foram [e ainda são] as populações urbanas localizadas a centenas de quilômetros da área, e em grande medida as empresas industriais que utilizam em larga escala os recursos hídricos em seus processos produtivos e os grandes proprietários da agricultura irrigada, impondo às comunidades rurais o deslocamento forçado, a proletarianização e a marginalização (ANDRADE, 1981).

Em 1967, a CVSF é substituída pela SUVALE, resolvendo concentrar sua intervenção em áreas ditas como prioritárias. O polo Juazeiro-Petrolina foi uma delas. Pouco tempo depois, com a Lei n. 6.088 de 16 de Julho de 1974⁶, a SUVALE é extinta sendo criada em seu lugar a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), com o objetivo de promover o desenvolvimento integrado de áreas estratégicas, por meio de investimentos em infraestrutura, aproveitamento do solo e dos recursos hídricos do Vale. Através da articulação com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), representantes do capital internacional interessados na agricultura brasileira, a CODEVASF coordenou e executou grandes obras de infra-estrutura, com destaque para os projetos de irrigação. Na região do Submédio foram implementados vários projetos. “Em Juazeiro/BA, os distritos de Tourão em 1978, Maniçoba em 1981, e Curaçá/BA em 1982; e em Petrolina/BA, os distritos de Nilo Coelho em 1984, e Maria Tereza em 1990” (SECTI, 2008, p. 2).

Foi nesse processo de viabilização dos projetos públicos de irrigação que inúmeras empresas nacionais e estrangeiras, principalmente as do setor frutícola, instalaram suas unidades produtivas na região de Juazeiro e Petrolina. As principais culturas produzidas e

⁶ Texto da Lei na íntegra: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6088.htm

beneficiadas foram o melão, a banana e a cana-de-açúcar, mas foi com a produção em larga escala da manga e da uva que o Submédio do São Francisco adquiriu o título de “Nova Califórnia”.

Os fundamentos da política de irrigação podem ser notados através da adoção de princípios e mecanismos de mercado, manifestados, dentre outros aspectos, pela prioridade à iniciativa empresarial e pela implantação da lógica do agronegócio, calcada na racionalidade econômica do mercado, em parâmetros de produtividade, competitividade e lucratividade. Essa perspectiva ganhou maior expressão a partir do movimento desencadeado no final da década de 1990 (NETO, 2006, p. 4).

A FRUTICULTURA IRRIGADA NO POLO JUAZEIRO-PETROLINA: RELAÇÕES DE ASSALARIAMENTO, PROTEÇÃO SOCIAL E A REALIDADE DO TRABALHO RURAL.

A região Submédio do Vale do São Francisco, mais especificamente, o Polo Agroindustrial Juazeiro/Petrolina - PJP tem conquistado posição de destaque no cenário nacional e internacional, tornando-se o centro de exportação mais dinâmico do setor frutícola do país. A sua localização no Semi-Árido nordestino e a atuação de diferentes massas de ar oferecem uma alta limpidez atmosférica, permitindo grande incidência solar na maior parte do ano (mais de 2.700 horas/ano). A região conta com temperaturas médias elevadas, alta evapotranspiração (até 3.000 mm/ano) e precipitações médias anuais inferiores a 800 mm, irregulares e concentradas nos meses de novembro a março, formando períodos de chuvas e estiagens (IRPPA, 2007). As condições climáticas e geomorfológicas são favoráveis à produção frutífera, onde a combinação desses fatores proporciona a algumas culturas a possibilidade de 2,5 safras anuais. Dentre as frutas produzidas, destacam-se a manga e uva representando mais de 90% das exportações nacionais. De 2000 a 2010, a produção de uvas no Vale do São Francisco passou de 13.300 kg, movimentando pouco mais de US\$ 10 milhões para 60.774 kg, elevando o valor da produção para mais de US\$ 136 milhões (MACIEL, 2011).

A associação das condições ambientais favoráveis, estratégias de gestão/gerenciamento, alto nível tecnológico aplicado aos sistemas produtivos aprimorando as técnicas de cultivo, colheita e embalagem (como maquinário, insumos químico-minerais e programas de certificação de qualidade), o crescimento dos investimentos públicos e privados nos projetos de irrigação e a disponibilidade de um excedente estrutural de força de trabalho são alguns dos fatores que envolvem a primazia submédio são franciscana não só na expansão

da área plantada, mas principalmente pelos altos rendimentos alcançados e a qualidade da uva produzida (LIMA, 2009).

FRANÇA (2008, p. 10) aponta que a região apresenta condições privilegiadas para o desenvolvimento da agricultura irrigada, elencando como vantagens comparativas: (i) a disponibilidade de terras agricultáveis e o acesso aos recursos hídricos necessários à produção; (ii) mão-de-obra abundante; (iii) boas condições edafoclimáticas, com alta insolação e baixa umidade do ar, reduzindo a incidência de pragas; (iii) existência de infraestrutura de exploração fruto dos investimentos dos projetos de irrigação; (iv) possibilidade de inserção da produção frutífera no hemisfério norte durante o período do inverno; (v) proximidade dos mercados europeus e norte-americano em comparação aos portos da região sudeste; (vi) ciclos produtivos menores e com níveis maiores de produtividade.

O complexo produtivo possui mais de 650 mil habitantes distribuídos por oito municípios, sendo Petrolina, Santa Maria de Boa Vista, Lagoa Grande e Orocó representantes pernambucanos e Juazeiro, Curaçá, Casa Nova e Sobradinho as cidades pertencentes ao núcleo baiano. A Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Submedio São Francisco – RIDE Juazeiro/ Petrolina tem apresentando bom desempenho no campo da economia com crescimento anual da riqueza produzida nos municípios integrantes do polo. Segundo dados do IBGE, o PIB da região passou de R\$ 3,7 bi em 2005 para R\$ 5,4 bi em 2009, um crescimento aproximado de 31,5%. Em 2010, dos vinte maiores produtores municipais do país, Juazeiro/BA e Petrolina/PE responderam por aproximadamente 30% da produção frutífera, com 63.580 ha de área plantada e destinada à colheita, movimentando uma receita acima da casa do bilhão (PAM/IBGE, 2010). Em 2011, Petrolina alcançou o terceiro lugar no ranking dos municípios com o maior PIB Agropecuário do Brasil, atingindo o valor de R\$ 658 milhões.

A política de implantação dos Perímetros Irrigados⁷ da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF a partir da concessão de lotes empresariais e de pequenos colonos favoreceu o desenvolvimento ampliado da produção e exportação de frutas. O Polo Juazeiro-Petrolina conta com sete perímetros de irrigação, sendo estes: Bebedouro (PE), Curaçá (BA), Senador Nilo Coelho (PE), Mandacaru (BA), Maniçoba

⁷ “Os projetos de irrigação da Codevasf possuem três fases até a sua plena operacionalização: estudo, implantação e produção. O projeto está em estudo quando os aspectos técnicos de viabilidade e implantação ainda estão sendo analisados e detalhados. A fase em implantação é definida como o início real das obras. O projeto no estágio em produção está em pleno funcionamento e recebe o nome de Perímetro de Irrigação. Essas informações estão constantemente sofrendo novas alterações, pois o processo é dinâmico e os projetos, em sua maioria, são realizados por etapas” (CODEVASF, 2011).

(BA) Pontal (PE) e Tourão (BA). São 52.439 hectares irrigáveis, com 21.981 ha ocupados por pequenos irrigantes e 28.632 ha ocupados por empresas. Estima-se que o polo englobe 97.501 postos de emprego, sendo 38.427 empregos diretos e 59.074 indiretos (CODEVASF, 2011).

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO PELOS/AS PRÓPRIOS/AS TRABALHADORES/AS

A metodologia foi definida no sentido de se estabelecer uma amostra aleatória qualitativa das formas de inserção e exploração dos assalariados rurais que atuam na região pesquisada. Os depoimentos foram prestados por empregados/as permanentes, safristas e diaristas principalmente da cultura da uva e manga, como forma de se visualizar, mesmo que de maneira não probabilista, os conflitos existentes no interior das relações trabalhistas na fruticultura irrigada do SMSF, muitas vezes ocultados pelo contexto de vulnerabilidade social a que está acometida a mão-de-obra da região. Foram cinco os trabalhadores entrevistados, dois homens e três mulheres, sendo dois empregados permanentes (homem e mulher), dois trabalhadores safristas (homem e mulher) e uma trabalhadora diarista. Nesse universo, deu-se preferência à garantia da diversidade dos tipos de vínculos contratuais trabalhistas como forma de se obter uma apreensão mais abrangente da realidade do trabalho rural na região. Um aspecto interessante é que todos os trabalhadores já experimentaram as diversas formas contratuais junto à fruticultura irrigada, permitindo uma visão articulada sobre a realidade do trabalho. Aqui, o processo e seus significados são os principais focos de análise (SILVA & MENEZES, 2001).

A participação do trabalho feminino na fruticultura

O sistema de organização do trabalho no interior do processo produtivo da uva no SMSF é marcado por uma intensa divisão sexual do trabalho. Nas empresas agrícolas, a mão-de-obra feminina predomina em boa parte do processo produtivo, no releio⁸, na desfolhagem⁹,

⁸ “O raleio de bagas é uma das operações com maior exigência de mão-de-obra e, conseqüentemente, com maior custo na produção de uvas finas de mesa (...). Essa prática pode ser feita em duas fases distintas. A primeira fase é na pré-floração, quando os botões florais soltam facilmente do cacho. Nessa fase é utilizado o "pente" plástico

na desbrota¹⁰, na própria colheita e na embalagem/encaixotamento. Aponta a trabalhadora safrista:

Mulher trabalha mais com tesoura, pra embalar, limpar, colher. Mulher trabalha muito embalando uva. Colhe na área e vai para o galpão. Aí fica uma turma no galpão e outra na área. Prefere as mulheres, que tem mais habilidade.

O padrão de qualidade dos produtos, reflexo das exigências dos mercados consumidores internacionais, exerce forte influência na delimitação das posições de gênero no interior da cadeia produtiva da uva. Os produtores para participarem do mercado internacional devem seguir princípios de qualidade e normas fitossanitárias regulamentadas pelos países compradores, aprofundando o controle sobre o trabalho e os/as trabalhadores/as. As trabalhadoras se queixam muito da fiscalização abusiva exercida pelos fiscais de produção, numa situação continuada de desrespeito, desvalorização do trabalho e humilhação suportada pela necessidade econômica.

Lá não podia conversar, não podia merendar, não podia sair três ou quatro vezes para ir ao banheiro. Acontece muitas vezes, tem dias que as mulheres precisam ir mais de cinco vezes no banheiro e eles não gostavam. Todas as firmas tem isso. Não querem que as pessoas saiam. Mas muitas vezes as pessoas saem por que tem precisão, principalmente mulher. Aí isso eles não queriam, por isso reclamavam. Trabalhava carregando muito peso. Eu mesmo embalava uva, caixa de sete quilos, cinco quilos você passar o dia até uma hora, duas horas da madrugada, é muito peso. Das sete da manhã até esse horário, embalando elas, pegando daqui e passando pra ali.

ou mesmo com a mão, em processo denominado "pinicagem". O raleio com pente possibilita um bom rendimento e uma boa eficiência, porém não deve ser utilizado em períodos chuvosos. O pente é passado várias vezes até se chegar à eliminação do número desejado de botões florais, o que, em alguns casos, chega a 80% do número total. Nessa operação são mantidos os ombros e pencas dos cachos, Eli minado-se apenas os botões florais. Após o raleio com pente, é necessário fazer a aplicação de um fungicida para proteção do cacho. Uma segunda fase para o raleio de bagas é após a fecundação, a partir da fase de chumbinho. Nessa fase, é utilizada a tesoura de desbaste para eliminação das bagas. O raleio com tesoura é mais utilizado como uma complementação ao raleio com pente, uma vez que é bem mais trabalhoso e demorado. Com a tesoura são eliminadas as bagas pequenas, com algum tipo de defeito, localizadas na parte interna do cacho e as que estão ainda em excesso, deixando-se as bagas de tamanho e distribuição uniformes" (EMBRAPA, 2005).

⁹ "Desfolha é a remoção de folhas que encobrem os cachos, eliminando-se no máximo uma a duas folhas por broto, com o objetivo de equilibrar a relação área foliar/número de frutos melhorando a ventilação e insolação no interior do vinhedo, obtendo-se uma maior eficiência no controle de doenças fúngicas, especialmente em parreirais vigorosos. Essa operação deve ser realizada com muito cuidado, pois uma desfolha exagerada poderá trazer muitos prejuízos, pela menor acumulação de açúcares nos frutos e maturação incompleta dos ramos, bem como, a ocorrência de escaldaduras ou "golpes de sol" nas bagas. Em parreirais onde existe sobreposição de folhas, é necessário a realização de desfolha mais intensa, eliminando-se todas as folhas que não se encontram expostas à luz solar" (EMBRAPA, 2004).

¹⁰ "A desbrota é o processo que visa a eliminação do excesso de brotos promovendo uma melhor distribuição regular, evitando-se a sobreposição de brotos supérfluos, proporcionando uma melhor distribuição da seiva. Os brotos são eliminados quando apresentam-se com 10-15 cm de comprimento, deixando-se em torno de 2 a 3 brotações bem distribuídas em cada vara e, sempre que possível, uma na extremidade e outra na base" (EMBRAPA, 2004)

As metas produtivas repassadas aos trabalhadores pelos fiscais de produção contribuem em grande medida para a manutenção do padrão precário de exercício do trabalho. Além disso, os prêmios e gratificações pelo excedente de produção, aliado aos baixos salários, garantem que o/a trabalhador/a se esforce ao máximo para complementar a renda e conseqüentemente produzir mais para o empregador. Relata a trabalhadora permanente:

Tudo que e de uva eu sei fazer, dou produção, faço a minha diária [meta do dia], passo da diária, por que quando eu to em serviço na tem esse negócio de ficar conversando. Você acredita que eu já fiz produção de eu ganhar mil cachos acima [da meta diária], só com a produção minha, fora a meta. A meta de mil e duzentos cachos. (...) Tem que ter cuidado para não quebrar nenhum cacho, pois se quebra eles “desinteram” a produção nossa.

Em função dos primados da habilidade e delicadeza atribuídos pelos empregadores, a mão-de-obra feminina é alocada em atividades que envolvam diretamente a manipulação dos frutos, afirma um produtor: “há diferenças entre homens e mulheres no modo como lidam com a tecnologia ou com um produto suave, frágil, perecível, no caso da uva” (CAVALCANTI; SILVA, 2008, p. 9). Essa dicotomia entre delicadeza e esforço que envolve a divisão das funções entre mulheres e homens nos processos de trabalho da fruticultura faz parte da cultura sexista historicamente consolidada de naturalização social das diferenças biológicas entre o feminino e o masculino (COSTA, 2009). As habilidades e aptidões para desempenhar determinadas tarefas são forjadas a partir das mediações práticas exercidas pelos sujeitos e alimentadas pela diversidade de aspectos ideológicos e culturais de uma dada sociedade. Assim, a explicação da interferência de fatores biofísicos na delimitação dos papéis sociais das trabalhadoras e trabalhadores no processo produtivo demonstra a sua incapacidade de responder a complexidade da assimetria entre as relações de assalariamento de homens e mulheres. Discursivamente são atribuídos às trabalhadoras características de fragilidade, fineza, cuidado, enquanto a própria realidade cuida de revelar a dureza do trabalho, expõem respectivamente a trabalhadora safrista e a empregada permanente:

Aí as vezes eles pediam 10, 12, 15, 16 mil quilos de uva naquele dia tinha que sair. A gente se virava, ali era muitas áreas, quando terminava uma, ia pra outra.

O trabalho é pinicar, desbastar a uva, despencar, fazer despontamento, tirar “ladrão”, tirar “galdinha”, torcer o pau da uva, ciscar, adubar a uva, tudo isso, jogar aquela coisa preta que joga debaixo da uva, um bicho velho fedorento, um adubo fedorento

que a gente joga lá, fica com a cabeça doendo. Aí eu dizia, “se vocês não me tirarem daqui eu vou morrer com esse fedor”. Mas assim mesmo a gente enfrentava, né?

Os acidentes de trabalho são muito comuns dentro do parreiral, devido a ergonomia precária do processo de trabalho, com posições desconfortáveis e riscos de lesões, continuam a explicar respectivamente a safrista e a empregada permanente:

O trabalhador se machucava em queda. É o mais comum. Caía dentro da valeta, as vezes caía em cima do banco. Era o trabalho que a pessoa caía mais era do banco. Tinha gente que afastava mesmo, ficava muitos dias sem poder ir, porque caía, torcia o pé, outras vezes torcia os quarto, outras vezes dava problema na coluna. Ficava sem poder ir.

A gente reclamava que as vezes a gente tava assim com a cabeça doendo e tinha que ta em cima do banco trabalhando. A gente trabalhava era em cima do banco. O banco depende da altura da pessoa. Mas se for uma área alta, o banco tem que ser alto pra poder a pessoa alcançar. Se caísse, levasse muita queda, eles num ligava não. Eu mesmo levei muitas quedas e nós ficava assim tonto, ó, tonta. É porque a área era alta e o banco tinha de ser alto. Então o banco inda não dava pra mim e eu tinha que virar. Eu tinha que virar o banco assim pra eu ficar na ponta do banco pra poder eu fazer. Qualquer coisinha, caía lá uns pedaço. Trabalhava com as duas mão pra cima. O tempo todo com a cara pra cima. Tudo que a gente faz de uva, ela tano no parreiral, é tudo com a cara pra cima e os braços. O tempo todo.

Já os homens são comumente empregados “em outras tarefas, como limpeza, adubação, pulverização de pesticidas, etc.” (BLOCH, 1996, p. 58). Com sua rotina de trabalho aparentemente mais regulada, o empregado permanente entrevistado figura numa posição mais segura dentro da relação de assalariamento na fruticultura, por ser membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, logo detentor da estabilidade¹¹ no emprego.

Meu serviço hoje é de brota, né, destocamento, abertura, colheita, peso eu não pego de maneira nenhuma lá, de 10 (dez) quilos em diante. Não tem negócio de mandar, não posso pegar e acabou aí. Tenho meus direitos que é das 7 (sete) ao meio dia, das 13 (treze) às 17 (dezessete). Dá 9 (nove) horas, por que todo mundo faz uma hora extra pra folgar no sábado.

¹¹ Conforme dispõe o art. 10, inciso II do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/CF-88), fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final do seu mandato. O art. 165 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que essa estabilidade não é absoluta, podendo o empregado representante da CIPA ser dispensado por motivos disciplinares, técnicos, econômicos e financeiros.

Um aspecto interessante de ressaltar é que mesmo existindo essa nítida divisão sexual do trabalho no setor frutícola, em função das necessidades da produção agrícola e da própria subsistência dos trabalhadores, as posições na cadeia produtiva são flexibilizadas, exercendo homens e mulheres funções similares na produção quando assim for exigido.

Em termos nacionais, verifica-se uma forte desigualdade entre homens e mulheres no que diz respeito às ocupações agrícolas. As trabalhadoras representam 37,9% da população economicamente ativas (PEA) residente em áreas rurais (IBGE/ PNAD, 2008). Quando se fala em atividades precárias e não remuneradas, a participação das mulheres é consideravelmente maior do que a dos homens, representando um total de 87,3% das ocupações agrícolas (conta própria, não remunerada e autoconsumo). Em 2009, as empregadas agrícolas, tipo de vínculo formalizado e detentor de garantias trabalhistas e previdenciárias (tanto permanentes como temporárias) representaram 11,2% do total de mulheres que exercem atividades agropecuárias. Nesse mesmo ano, quando se analisa a faixa de rendimento, percebe-se o cenário marcante de exploração e pobreza que atinge de maneira mais cruel a força de trabalho feminina, onde 77,9% das trabalhadoras rurais não apresentam rendimento algum e 20,5% ganham até dois salários mínimos (DIEESE, 2010). No Nordeste, a renda mensal da trabalhadora agrícola chegou ao valor de R\$ 230 contra R\$ 337 da mão-de-obra masculina. Quando se direciona o olhar sobre as faixas de rendimento relativas aos tipos de atividades agropecuárias, a renda média mensal das mulheres ocupadas nas lavouras permanentes (como as de uva, por exemplo) consegue ainda ser menor atingindo uma cifra de R\$ 192 contra R\$ 344 devidos aos trabalhadores (DIEESE, 2011). Em Juazeiro, 74,2% das mulheres figuram como únicas responsáveis pelos domicílios particulares, apesar de serem destinatárias dos menores salários e dos maiores graus de informalidade. As trabalhadoras rurais sempre utilizaram diversas estratégias para conseguir extrair a sua subsistência e a de seus filhos, num cenário composto de múltiplas e extensivas jornadas, como relata a empregada permanente:

Minha rotina era cedo de madrugada, 4 (quatro) horas acordava para preparar a marmitta. Aí quando era umas cinco horas eu tinha que sair. Então a gente trabalhava, pegava de 7 (sete) horas. Ia em cima do pau-de-arara, tomando chuva, sereno, vento poeira, sol quente, aperreio que enchia os carros. Muita gente que não tinha jeito nem de fazer assim, respirar. Aí gente entrava lá, eles diziam que eram sete horas, aí entrava no serviço e a gente soltava meio dia pra almoçar, depois que almoçava, antes de uma hora, ficava fazendo hora, tinha 10 minutos, 15 minutos pro almoço e ficava fazendo hora extra. E aí a gente pegava direto, as vezes quando tinha muita colheita, saímos de lá 11 (onze) horas da noite, doze horas, uma hora.

Em termos legais, a jornada do trabalhador rural é de 8 (oito) horas diárias, totalizando 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Qualquer trabalho contínuo com duração acima de seis horas deve ser concedido um intervalo para repouso e alimentação, conforme os usos e costumes da região (art. 5º, Lei n. 5.889/1973). Entretanto, as jornadas exaustivas e o padrão intenso de exploração do trabalho são marcas que maculam as relações de assalariamento feminino na produção de frutas do SMSF.

Eu mesmo embalava uva, caixa de sete quilos, cinco quilos você passar o dia até uma hora, duas horas da madrugada, é muito peso. Das sete da manhã até esse horário, embalando elas, pegando daqui e passando pra ali. Embalava caixa pó caixa e botava pra lá. Eu cansei de trabalhar com seis pessoas e não dava conta. Aí eles ficam gritando, reclamando, “vamo, você tá atrasado, você não tá chegando na meta que a gente quer”.

Os vínculos trabalhistas: o precário entre o avulso e o fichado

A partir do desenvolvimento da pesquisa pode-se observar que as formas mais comuns de assalariados rurais na produção de frutas no Polo Juazeiro/ Petrolina são: (i) *empregado permanente* - aquele estabelecido no art. 2º da Lei 5889/73, contratado por tempo indeterminado que presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, mediante salário; possui a sua disposição mecanismos de proteção contra despedida arbitrária (a exemplo da multa do art. 477 e das hipóteses de estabilidade no emprego); é o vínculo mais protegido no plano legal; (ii) *safrista* – aquele cuja duração do contrato depende da influência das estações sazonais típicas das atividades agrícolas, abrangendo normalmente as tarefas executadas entre o preparo do solo e a colheita, prestado de forma pessoal, com dependência e mediante salário. Findo o contrato de safra o empregador tem a obrigação de pagar ao empregado o saldo de salário, férias e décimo terceiro proporcional, além do FGTS recolhido durante a vigência do contrato. O empregado tem direito a indenização pelo tempo de serviço prestado correspondente a 1/12 (um doze avos) do salário por mês ou fração superior a 14 dias trabalhados (art. 14, Lei n. 5.889/73); (iii) *diaristas* – sendo mais comumente requisitados nos períodos de colheita e cuja remuneração se dá por tarefa ou por produção. Cumpre destacar que nesse tipo de relação não há vínculo empregatício, por faltar-lhe o requisito da *continuidade*, configurando simples prestação de serviço, estando o trabalhador excluído das garantias trabalhistas (VALERIANO, 2003).

Em 2011, o Vale do São Francisco chegou a abrir vinte e cinco mil postos de trabalho, tendo nos meses de julho a setembro os picos de contratação, coincidindo com os períodos de maior concentração produtiva das culturas da uva e da manga¹². O emprego temporário preenche o maior número das vagas disponibilizadas. Afirma o trabalhador safrista entrevistado.

Lá tem uma faixa de vinte [trabalhadores] *fichados* [ou empregados permanentes]. O número dos contratados [empregados temporários, como os safristas] é muito maior. São três ônibus agora, uns 170 (cento e setenta) trabalhadores.

Os/as diaristas são comumente chamados na região de trabalhadores *avulsos*, explica a trabalhadora sobre a definição e a situação desse tipo de mão-de-obra:

O avulso é que a gente trabalhava e não tinha o contrato na carteira. Tem muitos anos sem contrato na carteira. Que eu trabalhei avulso muito tempo sem ter direito a nada, não tinha fichamento na carteira, não tinha contrato, não recebia férias, não recebia décimo [terceiro salário]. Avulso é que você trabalha por dia de serviço que nem o diarista, só recebe a diária, não desconta nada. Quando era fim de semana é que recebia o dinheiro da semana, os dias trabalhando, mas os dias trabalhados não era por que você tava trabalhando por contrato pra depois receber não. Você trabalhava seus dias de serviço e pronto. E n'outras vezes você trabalhava mês, dois, três até anos, só na diária. Tem muito emprego que faz assim, com certeza.

A exploração intensa da mão-de-obra diarista na fruticultura do PJP não está desassociada da condição extrema de vulnerabilidade social que se encontram estes/as trabalhadores/as. Migrantes, desocupados rurais, pequenos produtores arrasados pela concorrência do agronegócio, sem terras, jovens, mulheres, um conjunto diverso de sujeitos orientados por um sem número de motivações compõem a base social da força de trabalho diarista. A fruticultura irrigada tem como dinâmica a relação recíproca entre a lógica da inserção competitiva das empresas agrícolas baseadas na máxima redução de custos e a exploração de um tipo de mão-de-obra marcada pela constante insegurança da sobrevivência e que se submete aos altos níveis de exploração em função dessa condição vulnerável.

Tem muita senhora de cabeça branca subindo em cima de caminhão pra trabalhar avulso. Tem muita gente aí. Tem senhora que já passou da idade e não se aposenta por causa disso. Ela trabalhou, bem verdade, vários tempos como avulso, mas não vai contar na carteira que ela trabalhou, por que não tem registro. Como é que vai

¹² Aquecimento do Mercado de Trabalho no Vale do São Francisco: <http://blogs.ruralbr.com.br/nordesterrural/2011/10/05/aquecimento-do-mercado-de-trabalho-no-vale-do-sao-fco/>, acessado em 16 de fevereiro de 2012, às 13h:20'.

comprovar que ela trabalhou? Oxi, eu conheço gente aí que era pra tá aposentado, que tem quinze anos de trabalho aí avulso, trabalhando nesses projetos. Que desde o início de quando começou o trabalho avulso no Mercado do Produtor [Juazeiro – BA] que acompanha, que já não era pra tá em cima de caminhão, mas como é que vai comprovar? Ninguém vai comprovar por falta de registro que não tem.

Com um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras rurais à disposição, a produção frutícola do SMSF arregimenta a mão-de-obra necessária para os picos produtivos, como os períodos de colheita, com custos baixíssimos de reprodução, vide a forma de recrutamento dos/as diaristas para trabalharem nos projetos de irrigação conforme expõe o trabalhador safrista.

Ele [o preposto] chamava as pessoas. “Olhe, tem trabalho aí, se vocês quiserem ir...”. Vinha um encarregado para pegar as pessoas e aí mandava a gente chamar os colegas, outras pessoas, no boca-a-boca. Aí acertava o carro de onde era que ia vim, na guarita ou então na “pracinha”, o carro de “fulano de tal”, aí a gente ia. Isso aí era umas 4 (quatro horas da manhã).

Explica a trabalhadora diarista como faz para conseguir serviço de diária na fruticultura:

Eu vou pro Mercado do Produtor (Juazeiro-Ba), aí quando eu chego lá, o comerciante que tem a manga para colher, tem o tomate pra colher, lavar o melão. Uns dá preço bom. Uns diz logo, “eu pago tanto pela diária, que é o suficiente pra vocês que não tem trabalho”. A diária é quarenta, então fecha logo o preço da diária. Se ele contratou o preço de quarenta ele não pode fugir da gente. Tem que pagar, né?

Em relação aos trabalhadores safristas, a violação mais comum são os contratos temporários sucessivamente firmados. Segundo o art. 445 da CLT, o contrato de trabalho por tempo determinado não pode ser estipulado por mais de 2 (dois) anos e no caso de tácita ou expressamente ser prorrogado mais de uma vez passará a vigorar por prazo determinado, passando a trabalhador a ser empregado permanente e ter acesso ao conjunto de garantias trabalhistas correlatas.

Os contratos de trabalho por tempo determinado são utilizados indiscriminadamente, suplantando uma série de garantias trabalhistas dos empregados temporários:

Teve um dia quando eu cheguei lá na empresa tinha um recado lá falando assim, olhe, a fazenda foi vendida e é três meses de contrato. Esse contrato aí eu trabalhei

quase 8 (oito) anos fichada¹³. Ficou com a carteira da gente quase 2 (dois) anos, só assinou depois de dois anos a gente trabalhando de avulso.

Frente ao cenário de violações, o tipo de vínculo trabalhista e a situação do empregado no interior da empresa influenciam diretamente no processo de reivindicação de melhores condições de emprego. Relata o empregado permanente, membro da CIPA e beneficiário da estabilidade no emprego (art. 10º, II, “b”, c/c art. 165 da CLT).

As pessoas não reclamam, elas recorrem a eu, por que eu tenho segurança. Os trabalhadores tem medo de perder o emprego e perde mesmo. Geralmente eles conversam comigo fora da empresa, que faz aquela rodinha assim, aquela resenha ali, né? Aí pronto, eles contam tudo, como é tudo, aí eu digo assim: “pera aí, escreva no papel aí tudo bem desenroladinho aí viu, que é pra evitar disse não disse”. Aí eu digo: “bom, agora fique calado, fique quieto”. Aí eu pego o papel e ligo lá pra Juazeiro. Conto lá como é, né? Eles reclamam muito do veneno, né, por que muitas vezes o fiscal novato não sabe lá das regras lá, né, aí fica lá o trator botando veneno, com o pessoal perto do veneno. Aí eu mando caí fora. “Ah, não que o gerente briga”. Aí eu digo: “meu amigo, faça o que eu to mandando, por que vai dar tudo certo, por que senão você vai se prejudicar, e é pior! Você prejudica eu e os outros!” Eles reclamam muitas vezes do adubo por que não tem luva pra pegar o adubo. Se meter a mão no adubo sem a luva, né, come as mãos. Aí eu chego pro gerente: “Oh, fulano tem luva de couro, de pano. Tem que dar o equipamento. As atividade tudo tem que ser com os equipamento, óculos, tem que chamar atenção.

Como se pode analisar através do depoimento acima, vínculos trabalhistas mais sólidos como o emprego permanente, protegido pelas normas sociais, criam maiores condições para a afirmação das garantias trabalhistas frente às violações no curso do contrato de trabalho. No caso dos vínculos mais frágeis, ou flexíveis, a situação já é um pouco diferente, como relata a trabalhadora ao contar o caso de uma colega de trabalho e a situação prolongada das violações nos empregados temporários.

A colega tava trabalhando e escorregou, estalou o pé. Aí essa dor atingiu ela, que faz o exame e não dá. A gente descobriu com outro exame mais detalhado que o pé dela tava quebrado, mais de mês com o pé quebrado. Ela tá trabalhando na empresa, trabalhou até de muleta, de muleta ela trabalhou, e jogam ela lá sozinha como uma desprezada, minha gente, mais fizeram tanta coisa pra essa coitada.

Num processo de comparação entre as vantagens e desvantagens de ser “fichado” (empregado permanente) ou contratado temporário (safristas ou avulsos), ponderam os/as

¹³ Termo utilizado para definir o empregado permanente com carteira assinada.

trabalhadores/as. Primeiro a (i) trabalhadora diarista, depois (ii) um empregado e (iii) uma empregada permanente.

(i) O fichado tem mais segurança. Se esse estiver doente, ele tem mais um apoio. O avulso adoeceu, pronto, num tem como ir num médico, num pode botar um atestado, num tem direito a nada. Eu acho, né. O fichado tem mais segurança assim, pra saúde. Em termos de salário não... que um assalariado não ganha o tanto do avulso se um avulso trabalhar diretamente. Um cabra falou pra mim: “Óia, vocês ganha bem, o problema é que...” O assalariado num ganha, pode prestar atenção, se um assalariado chega a uma diária de R\$ 40,00, num chega. Mas também só que num gera direto, né? Inda tem esse problema, que num é direto, né. Só isso, só esse apoio que eles dão pra gente porque eles diz: “Vão fichar pra vocês morrer de fome”. Eu falo: “não, que os fichado num morre de fome”. Porque pelo menos você vai trabalhando e vai recebendo, todo dia. É bom que nós recebe dinheiro todo dia. Não é todo dia que encontra emprego e tem a data também, tem umas data aí que é meia difícil, viu. Agora esse mês mesmo de maio, num ta muito bom não de trabalho lá, de mercado. Tem muita gente que volta pra casa. Por ano, a gente fica dois mês, três mês sem trabalhar, mais ou menos. É porque assim, tem o tempo bom e o tempo ruim ali pro comércio. Muitas vez se quebra, né também e aí fica difícil. Agora né ta sendo bom, to indo e to trabalhando. Mas as vezes um trabalho da quase o do fichado e aí ajuda. A família ajuda uns os outros. Lá mesmo tem desse, que o marido trabalha fichado e mulher vai pra lá, os filho trabalhar avulso, fazendo bico né.

(ii) Num ponto é bom por que não sendo contratado recebe mais do que os fichados, não é? Quem não é fichado recebe mais, pega a produção. Trabalhando nesses contrato de três mês, sai, recebe, né, aí passa um mês fora, volta, aí vai continuando direto. A empresa chama de novo se o cabra for bom, né? E continua direto. Tem um vizinho meu que tá lá com cinco contratos direto. Trabalha dois meses, trabalha um mês fora, volta de novo e continua. Trabalha mais três mês, né, aí sai e torna a retornar de novo. Tá com cinco contratos já. E o fichado recebe menos, por que tá fichado, não recebe aqueles tanto a mais Ele recebe mais por que quando acaba aquele contrato ali, né, ele recebe o tantinho dele, né, o fundo de garantia (FGTS) O fichado trabalha direto. Pra mim é melhor ser fichado, por que tem aquela garantia. Ele tando fichado direto, é o mesmo que tá aposentado pode comprar o que quiser. Uma estabilidade. Agora que não é fichado não quer ser fichado, vai e volta, vai e volta e pronto.

(iii) Eu acho que as pessoas tando fichada tá bom, por que a pessoa tá segura. Todo tempo você tem ali aquele serviço, aquele seu emprego certo. Por que você tá hoje trabalhando, amanhã você tá desempregado quinze, vinte dias, dois mês. Você tendo seu certo, você tem mais segurança, acontecendo algum acidente, já tá ali seus cinco anos, seis anos, já tem mais segurança. O trabalhador avulso não tem vantagem nenhuma, por que quase que ele não tem, como é que se diz, um direito, né? Se ele,

uma comparação, acontecer um acidente dentro do local do trabalho ele ainda tem uma chance, né, por que tava dentro do trabalho, mas se ele for fora do trabalho ele perde tudo, ele não tem nada. A pessoa ali fixa no seu trabalho, é melhor.

Pode-se observar que os/as trabalhadores/as encontram vantagens e desvantagens na forma contratual permanente e temporária. Atribuem à primeira, elementos como estabilidade, segurança, tanto de ordem financeira (na medida em que podem arcar com débitos e compromissos em geral, pois, recebem de maneira continuada o salário devido pela venda da sua força de trabalho) como previdenciária, em função da garantia de sobrevivência em caso de acidentes relacionados ao trabalho. Já em relação ao emprego temporário, apesar da boa contrapartida econômica em função do alto valor da diária ou das sucessivas indenizações devidas aos safristas após o término do contrato, a não cobertura de direitos, a intermitência dos salários e os períodos anuais de desemprego são as principais desvantagens apresentadas. A cobertura social foi o ponto principal levantado pelos trabalhadores no reconhecimento de condições dignas de trabalho rural.

O trabalhador rural deveria ter um pouco de cuidado com ele, por que se o fiscal e o gerente tá ali, quem dá qualidade do trabalho somos nós, quem dá a produção somos nós. Por que se nós quiser condenar uma carga de uva, se nós se invoca nós derruba uma área de uma, mas como nós tem cuidado e quer dar qualidade no nosso trabalho no que é dos outros. Por que o fiscal tá lá só para mandar, não entende nada, nem a doença da uva. Só que deveria ter um pouco de melhoria pro trabalhador. Hoje tá melhor. Hoje já fizeram refeitório pra as pessoas comer, que comia embaixo das folhas da uva, no meio do sol, no molhado no fedor do veneno. Devia ter um lugar de fazer a comida, nem que descontasse no pagamento aquela taxa. Uma qualidade melhor de trabalho, melhoria pro trabalhador. As empresas só precisa da gente pra trabalhar, se você adoecer ela não liga pra você.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas agrícolas levadas a cabo da Colônia à “Nova República” só reafirmaram a exclusão dos/as trabalhadores/as rurais do pacto de proteção social do trabalho, facilmente constatada pelas baixíssimas taxas de formalização do emprego rural. Dos engenhos senhoriais ao “moderno” agronegócio, o desenvolvimento do projeto hegemônico no campo balizou-se no tripé *concentração fundiária, exploração intensa do trabalho humano* e

destruição da natureza, sempre com vistas à reprodução expansiva do capital. Essa lógica desenvolvimentista trouxe sérias implicações para o mundo do trabalho no campo principalmente no que diz respeito à multiplicação desvairada dos contratos por prazo determinado, fragilizando, assim, a incidência das garantias trabalhistas.

A partir da análise das relações de assalariamento no setor da fruticultura do SMSF, procurou-se levantar questões sobre a realidade do trabalho rural, desigualdades e violações de direitos nas relações trabalhistas rurais e os desafios da proteção social nesse contexto de mudanças no mundo do trabalho. Com o desenvolvimento da pesquisa pode-se verificar as complexas formas de inserção dos assalariados rurais no setor de produção de frutas do SMSF, apresentando características distintas de exploração do trabalho a partir de um conjunto de variáveis observadas no decorrer da investigação, podendo-se destacar: (i) o tipo de vínculo contratual trabalhista; (ii) o tipo de atividade desenvolvida no circuito produtivo; (iii) a configuração de gênero do sujeito trabalhador. Essa lógica desenvolvimentista trouxe sérias implicações para o mundo do trabalho no campo principalmente no que diz respeito à multiplicação dos contratos por prazo determinado e de prestação de serviços feitos por diaristas rurais, fragilizando ainda mais a incidência das garantias trabalhistas. Com os depoimentos pode-se constatar que a cobertura previdenciária e a melhoria das condições de trabalho no interior da fruticultura são os elementos que mais aparecem na percepção da proteção social pelos/as trabalhadores.

A partir da articulação de um alto padrão técnico de produção e organização do trabalho, formas variadas de contratos de emprego e de relações informais de trabalho, além do acesso a baixo custo ao excedente estrutural de mão-de-obra, o setor da fruticultura segue promovendo um padrão de desenvolvimento para agricultura do SMSF calcado na produção expansiva via incentivos públicos e exploração intensa dos/as trabalhadores rurais e dos recursos naturais, constituindo um vetor produtivo de relevância nacional e internacional, sem, no entanto, apresentar alternativas efetivas ao contexto de precarização continuada dos direitos sociais trabalhistas rurais.

Na região, o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Agrícolas, Agroindustriais e Agropecuárias dos Municípios de Juazeiro, Curaçá, Casa Nova Sobradinho e Sento Sé, mais conhecido como SINTAGRO¹⁴, tem exercido importante papel na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais na região, seja nas negociações coletivas ou nas ações de formação

¹⁴ Sobre o interessante processo de formação do SINTAGRO a partir das mobilizações dos assalariados desde o final da década de 1970, da crise da representação sindical tradicional, processo em que mobilizou e articulando diversas entidades da sociedade civil organizada: ver (COSTA, 2005).

política dos/as trabalhadores. Entretanto, o organismo de classe tem encontrado oposição junto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) tradicionais, que na disputa por base e em parceria com o empresariado frutícola tem procurado questionar a legitimidade do SINTAGRO para representar a categoria, justamente pelo seu caráter mais combativo. A proteção social do trabalho rural ainda é uma promessa não cumprida, resta saber até quando.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia. **Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária?** Recife: Guararapes, 1981.
- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas De Survey.** Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BLOCH, Didier. **As Frutas Amargas do Velho Chico: irrigação e desenvolvimento no vale do São Francisco.** Livros da Terra, Oxfam, São Paulo, 1996.
- BUAINAIN, Antônio Márcio; DEDECCA, Claudio Salvadori (coords). **Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira. Brasília:** IICA, Desenvolvimento Rural Sustentável, v.09, 2008.
- CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago; GONÇALVES, Elienai. **Agrocombustíveis, Soberania Alimentar e Políticas Públicas: as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato.** Boletim da Luta. São Paulo: 2011.
- CAVALCANTI, J. S. B.; MOTA, D. M. da. **Trabalho na fruticultura irrigada do Nordeste do Brasil.** In: BENDINI, M.; STEIMBREGER, N. (Coord.). Territorios y organizacion social de la agricultura. Buenos Aires: Colmena; GESA, 2003. p.107-122.
- CAVALCANTI, J. S. B.; SILVA, A. C. B.. **Globalização, Estratégias Produtivas e o Trabalho de Homens e Mulheres na Fruticultura de Exportação: O Caso do Vale do São Francisco.** Disponível em: biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/nabuco/glob.doc, acessado em 10 de Agosto de 2012.

CODEVASF. **Perímetros Irrigados.** Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados>, acessado em 08 de Agosto de 2012.

CUNHA, A.D.C. **Da Divisão Sexual do Trabalho as Relações de Gênero na Fruticultura Irrigada.** Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/1/GT10/04.pdf>, acessado em 10 de Agosto de 2012.

DIEESE. **A Situação do Trabalho no Brasil.** São Paulo, 2001.

DIEESE. **Estatísticas do Meio Rural 2010-2011.** 4ª Ed, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, MDA. São Paulo: DIEESE, NEAD, MDA, 2011.

D'INCAO, Maria Conceição. **O Bóia Fria: acumulação e miséria.** Petrópolis: Vozes, 1983.

EMBRAPA. **Cultivo da Videira.** Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/CultivodaVideira/tratos.htm>, acessão em 10 de Agosto de 2012.

FERNANDES, B. M. **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. (coord.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. **Agronegócio e Reforma Agrária.** Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf, acessado em 29 de junho de 2011.

FERNANDES, B. M. **Gênese e Desenvolvimento do MST.** São Paulo: Caderno de Formação nº 30, 1998.

FRANÇA, F. M. C. **Documento Referencial do Pólo de Desenvolvimento Integrado Petrolina/Juazeiro.** Disponível em

http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irigacao/Docs/Documento%20Referencial%20do%20Polo%20Juazeiro-Petrolina.PDF, acessado em 10 de Agosto de 2012.

GNACCARINI, José César. **Latifúndio e Proletariado: formação da empresa e relações de trabalho rural no Brasil rural**. São Paulo: Pólis, 1980.

HESPANHOL. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (orgs). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão popular, p. 271- 287, 2007.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal: culturas temporárias e permanentes**. Rio de Janeiro, v. 37, p.1-91, 2010.

IPEADATA. **Mercado de Trabalho, dados 2009**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>, acessado em 10 de Agosto de 2012.

IRPAA. **No Semi-Árido, Viver é Aprender a Conviver, 2007**. Disponível em: <http://www.irpaa.org/modulo/publicacoes/cartilhas>, acessado em 10 de Agosto de 2012.

KASPI, André. **New Deal: a grande virada americana**. Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/new_deal_a_grande_virada_americana.html, acessado em 19 de junho de 2011.

LAVINAS, Lene. **Emergência de Novas Classes Sociais no Campo e o Papel do Estado: o caso da Bahia**. Análise e Conjuntura. V. 2, Nº1 Belo Horizonte: 1987 p. 159-170.

MACIEL, G.A. **Grandes, Médias e Pequenas Empresas em APLs: o tamanho da firma importa?** 5ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais – 5ª. CB APL, 2011. Disponível em: www.mdic.gov.br/cbapl/.../085c453e79f3e8481d5ee16d2d3c63ac.p..., acessado em 10 de Agosto de 2012.

MOTA, Dalva Maria da. **O Trabalho Temporário no Projeto de Fruticultura Irrigada Platô de Neópolis/SE**. Disponível em: <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/n18/n2/cc18n205.pdf>, acessado em 22 de junho de 2011.

MORETTO, A.; KREIN, J. D.; POCHMANN, M.; MACAMBIRA, Jr. (Org). **Economia, Desenvolvimento Regional e Mercado de Trabalho do Brasil**. Fortaleza: IDT; BNB; CESIT, 2010.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981.

NETO, Agripino Souza Coelho. **Políticas Territoriais e Impactos Socioespaciais e econômicos: a Irrigação Pública na Região do Médio São Francisco Baiano**. II Encontro de Economia Baiana, 2006. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/589.pdf>, acessado em 20 de junho de 2011.

SECTI/BA. **Plano de Desenvolvimento do APL de Fruticultura do Vale do São Francisco, 2008**. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1247146529.pdf, acessado em 25 de junho de 2011.

VALERIANO, Sebastião Saulo. **Obrigações Trabalhistas Rurais**. São Paulo: RCN, 2003.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA = PESSOA INCAPAZ? UM ESTUDO ACERCA DO ESTEREÓTIPO E DO PAPEL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Vanessa Silva Perez

Psicóloga formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestranda em
Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas

Resumo: O ensaio teórico apresenta o estereótipo de incapacidade muitas vezes atribuído à deficiência e a visão da própria Pessoa com Deficiência acerca do papel que representa socialmente (THOMAS, 1966). A compreensão dos estereótipos se mostra fundamental para entender que as generalizações podem ser úteis para o cotidiano, porém podem trazer erros graves (HILTON e HIPPEL, 1996), especificamente para os deficientes. Realizando uma análise dos estudos sobre os tipos de grupos minoritários, grande parte dos artigos trata o conceito de estereótipo como atrelado à questão racial ou de gênero, com raríssimos trabalhos relacionados à Pessoa com Deficiência (OTT, 2005), reforçando a importância do tema. O estudo pretende correlacionar a teoria dos papéis de Jacob Moreno (1975) a essa realidade, em sua aceitação do papel de incapacidade dado pelos estereótipos que a sociedade traz (SANDERS, 2005).

Abstract: The theoretical paper presents the stereotype of inability often attributed to the disability and the point of view of the person with disabilities about his/her social role (Thomas, 1966). The understanding of stereotypes is fundamental to understand that generalizations can be useful for everyday life, but can bring serious errors (HILTON and Hippel, 1996), specifically for the disabled. Performing an analysis of studies on the types of minority groups, most studies deal with the concept of stereotype as linked to the issue of race or gender, with very few articles related to the Person with Disabilities (OTT, 2005), reinforcing the importance of the topic. The study intends to correlate the role theory

developed by Jacob Moreno (1975) to this reality, regarding the acceptance of the role of disability given by the stereotypes that society brings (SANDERS, 2005).

Palavras-chave: deficiência, incapacidade, estereótipo.

1 – INTRODUÇÃO

Existem aproximadamente 24,5 milhões de brasileiros com deficiência no país, representando 14,5% da população (IBGE, 2000). Apesar do número expressivo de deficientes e do contexto da Lei de Cotas, que tem como objetivo incluir esse público para atuação no mercado de trabalho (Lei Nº 8.213, 1991) há poucos estudos voltados para o tema nas empresas brasileiras (JABBOUR, GORDONO, MARTINEZ e BATTISTELLE, 2011).

Considerando as dificuldades de acessibilidade encontradas no país, o ambiente organizacional não poderia ser diferente e precisa adequar-se para favorecer a inclusão desses novos profissionais (GIL, 2002). Porém, como realizar tal adaptação considerando o julgamento das organizações acerca da Pessoa com Deficiência, já que esta possui uma avaliação negativa desde a antiguidade? (BENVENHO e GIMENES, 2010).

Embora a lei de cotas esteja sendo executada de forma veemente, a dificuldade das organizações em perceber a pessoa com deficiência como força produtiva e não somente como um cumprimento legal tem sido um grande empecilho na inserção adequada desse profissional. As empresas se utilizam de subterfúgios para a contratação, como a inclusão de pessoas com deficiência leves, excluindo os deficientes sensoriais – cegos e surdos, pois dessa forma não precisam fazer uso de recursos específicos para contratação (IBDD, 2008).

Ao longo desse ensaio teórico será apresentado o conceito de estereótipo que a população possui sobre a deficiência e a visão da própria pessoa com deficiência acerca do papel que representa socialmente (THOMAS, 1966). A compreensão dos estereótipos se mostra fundamental para entender que as generalizações são úteis para o cotidiano, porém podem trazer erros graves (HILTON e HIPPEL, 1996), especificamente para os deficientes.

Detalhando sobre os tipos de grupos minoritários, grande parte dos estudos trata o conceito de estereótipo como atrelado à questão racial ou de gênero, com raríssimos artigos relacionados à Pessoa com Deficiência (OTT, 2005), reforçando a importância do tema. A proposta que se segue nesse ensaio é atrelar à realidade da pessoa com deficiência à teoria dos papéis de Jacob Moreno (1975) em sua aceitação do papel de incapacidade dado pelos estereótipos que a sociedade traz (SANDERS, 2006).

2.0 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 - ESTEREÓTIPO

Para iniciar a explanação sobre o conceito de estereótipo faz-se necessário expor sua relação com o preconceito, termo mais difundido na sociedade. Este vem de longa data em nosso processo histórico, tendo exemplos desde a antiguidade romana e ainda bastante presente nos dias atuais (RODRIGUES, ASSMAR E JABLONSKI, 1999; STANGOR e LANGE, 1994).

A ideia do preconceito sendo trabalhada como construção científica é produzida desde os anos 20, inicialmente mais influenciado pela questão racial (DUCKITT, 1992). Gordon Allport, um dos pioneiros no estudo sobre o assunto em 1954, organizou uma massa de pesquisa para produzir um estudo de referência sobre as raízes e a natureza do preconceito (KATZ, 1991). Muitas explicações socioculturais têm sido utilizadas pelos sociólogos para explicar a origem do preconceito, como fatores institucionais e históricos, incluindo segregação, escravidão e estratificação social, mas ainda não se mostram satisfatórias para explicar tais questões (STEPHAN e STEPHAN, 1996).

A natureza do preconceito definiu o campo das relações intergrupais para os psicólogos sociais como o estudo deste tema e seus efeitos sobre as interações do grupo. Ele organizou o conhecimento existente sobre os determinantes do grupo, da sociedade e da personalidade de aquisição de preconceito e persistência, tratando esse fenômeno como um caso especial de funcionamento cognitivo normal (KATZ, 1991).

E é a partir do preconceito que é possível trazer à tona a ideia de estereótipo, sendo este a base cognitiva do preconceito, segundo psicólogos sociais contemporâneos (GAUNT, 2011; RODRIGUES, ASSMAR E JABLONSKI, 1999). A palavra tem origem grega, *stereos*

e *típos*, que significa respectivamente “rígido” e “traço” (RODRIGUES, ASSMAR E JABLONSKI, 1999).

Atualmente temos um número bastante significativo de definições sobre o termo, além de muitos estudos sobre o tema (RODRIGUES, ASSMAR E JABLONSKI, 1999; STANGOR e LANGE, 1994).

Para capturar a ideia de um estereótipo, Lippmann, em sua obra de 1922, desenvolveu o conceito muito antes da importância psicológica dos estereótipos ser vista pelos grandes centros de referência da época. Criou a ideia de estereótipo como "fotos em nossas cabeças" para ilustrar ao que caracterizou como uma representação interna mental de grupos sociais, em contraste com a sua realidade externa (BANAJI E BHASKAR, 2000).

O estereótipo é uma forma de simplificar nossa visão de mundo, poupando tempo e energia ao realizar determinadas generalizações. A categorização pode ser considerada uma das funções mais básicas dos seres vivos. Da mesma forma que categorizamos os objetos como carros, xícaras, roupas (MERVIS e ROSCH, 1981), o mundo social também passa por esse tipo de processo (STANGOR e LANGE, 1994). Funciona como uma lei do menor esforço, como expôs Allport em sua obra de 1954 (MACRAE e BODENHAUSEN, 2000). O estereótipo refere-se a crenças, conhecimentos e expectativas da vida social (BANAJI E BHASKAR, 2000).

A visão trabalhada por Allport e Tajfel é de que os estereótipos são inerentes ao ato de categorização social e constituem a base da visão moderna. São subprodutos de processos básicos de percepção e categorização, aprendizagem e memória. Esta visão cognitiva vem dominando o campo desde o início de 1980 (BANAJI E BHASKAR, 2000).

De forma geral, o que existe de comum nas definições de estereótipo é a “crença compartilhada acerca de atributos – traços de personalidade ou comportamentos – de grupos de pessoas”. (RODRIGUES, ASSMAR E JABLONSKI, 1999, p. 150).

Por outro lado, é importante salientar que o conceito de estereótipo possui uma função importante na simplificação de mundo, na tentativa de prever e compreender o comportamento humano (PRATTO e BARGH, 1991).

O estereótipo possui uma ação benéfica quando se está em uma situação desconfortável socialmente, estando, por exemplo, em contato com grupos de pessoas desconhecidas. Através dessa categorização social podemos inferir informações sobre o grupo (JOHNSON,

1992). Tal posicionamento torna-se extremamente trabalhoso considerando uma análise individual das pessoas (PRATTO e BARGH, 1991).

Apesar da utilização do estereótipo como facilitador do cotidiano das pessoas, há impactos negativos que essa visão pode trazer, levando a generalizações incorretas sobre o indivíduo, produzindo injustiças e gerando julgamentos enviesados (HILTON e HIPPEL, 1996; RODRIGUES, ASSMAR E JABLONSKI, 1999).

Em função da ambivalência do conceito de estereótipo, torna-se relevante levantar até que ponto é possível trabalhar de forma harmônica, considerando este conceito um facilitador cognitivo, porém sempre como uma possibilidade de questionar as primeiras impressões que possam evitar o processo discriminatório.

Nas últimas décadas os aspectos conscientes e inconscientes do estereótipo vêm sendo bastante discutidos em pesquisa (BANAJI E BHASKAR, 2000). Estudos anteriores apresentam uma distinção entre esses dois aspectos, considerando a ativação automática e a ativação controlada (DEVINE, 1989). A ativação automática é um processo que ocorre em grande parte de forma involuntária, não intencional e sem esforço. Geralmente são crenças bastante propagadas culturalmente. Por outro lado, a ativação controlada poderia ser considerada a possibilidade de reavaliar de forma consciente e intencional a primeira impressão percebida, reduzindo a possibilidade de atuar de forma preconceituosa (DEVINE, 1989; MACRAE e BODENHAUSEN, 2001). Segundo Sternberg (2000), além do simples controle consciente, há uma exigência forte em seu processo. Este é realizado em série, de forma sequencial e consome um tempo maior de execução, se comparado ao processo de ativação automática.

Existe uma série de autores que pesquisam as possibilidades de reduzir o efeito da ativação automática (RODRIGUES, ASSMAR E JABLONSKI, 1999). Muitos processos de ativação controlada podem tornar-se automáticos, dependendo do esforço de cada pessoa em controlar tais pensamentos (STERNBERG, 2000).

As últimas três décadas foram significativas em descobertas experimentais, em especial sobre o papel de consciência no pensamento e o sentimento sobre os grupos minoritários (BANAJI e BHASKAR, 2000).

Detalhando sobre os tipos de grupos minoritários, grande parte dos estudos trata o conceito de estereótipo como atrelado à questão racial ou de gênero, com raríssimos artigos relacionados à Pessoa com Deficiência (OTT, 2005).

Levando em consideração a situação da Pessoa com Deficiência e o estereótipo presente em sua relação com o trabalho, a dificuldade é concebida em função das suas limitações orgânicas, e com isso as medidas de inserção são baseadas mais na natureza da deficiência do que propriamente nas suas reais potencialidades e necessidades. Sendo assim, há grande dificuldade em identificar potencial para o trabalho na Pessoa com Deficiência pelas organizações (TANAKA e MANZINI, 2005). Tais estereótipos se desenvolvem através da exposição repetida a estímulos que sempre retratam pessoas com deficiência como incapazes (SANDERS, 2006).

Proposição 1 – As generalizações trazidas pelos estereótipos facilitam nossa percepção de mundo, porém considerando o estereótipo de incapacidade da pessoa com deficiência, este tipo de percepção pode dificultar sua inserção no mercado de trabalho e o seu desenvolvimento profissional na organização.

2.2 - PAPEL SOCIAL DA DEFICIÊNCIA

Para compreender melhor como os estereótipos podem vir a influenciar de forma negativa a percepção da própria pessoa com deficiência acerca de sua capacidade laborativa, será apresentado nesse artigo uma breve apresentação sobre a teoria do papel social atrelada ao deficiente, que assume o papel estabelecido pela sociedade e sente-se burlando as regras quando age de forma diferente do “esperado” (THOMAS, 1966). Apresentando a teoria criada por Jacob Moreno, o papel é

“uma unidade de experiência sintética em que se fundiram elementos privados, sociais e culturais. Cada papel aparece como resultado de duas classes de fatores: seus denominadores coletivos e suas diferenciações individuais” (1975, p. 238).

Como afirma Silva e Günther (2000), citando Kahn e Antonucci (1979), os papéis sociais são influenciados pelo que se espera de uma pessoa e pelo que a própria pessoa espera de si mesma, confirmando uma das construções expostas por Moreno.

Outra conceituação importante trata da relação entre os papéis, onde

“todo e qualquer indivíduo, assim como é foco de numerosas atrações e repulsões, também é foco de numerosos papéis que estão relacionados com os papéis de outros indivíduos.” (MORENO, 1975, p. 402).

Considerando essa afirmação, existem inúmeros papéis desempenhados simultaneamente e interligados a outras pessoas com ou sem deficiência. Thomas, em seu artigo, expõe como a deficiência pode afetar os demais papéis que o deficiente representa em sua vida, como por exemplo, o de pai, esposo e provedor do sustento familiar, podendo reduzir o nível de desempenho nessas atuações. Dessa maneira, sua identidade pessoal pode ficar comprometida (1966).

Ao exercer seus inúmeros papéis como as demais pessoas, o deficiente precisa constantemente justificar como fará para exercê-los, já que a singularidade de sua condição o mantém em um constante fardo de explicação sobre como pode conseguir exercer determinadas atividades, além de como adquiriu a deficiência e como sua construção de vida pessoal é feita em função da deficiência (THOMAS, 1966). Considerando a frase construída por Moreno que expõe que “não são os papéis que emergem do eu, senão é o eu quem pode emergir dos papéis” (1975, p. 25), é possível levantar a seguinte proposição:

Proposição 2A– A Pessoa com Deficiência possui todos os papéis de sua vida em torno da deficiência e não em função de sua construção de indivíduo.



Proposta ao Diagrama de Papéis de Moreno para a Pessoa com Deficiência

Analisando a pessoa com deficiência congênita, é possível verificar que algumas construções de papel relacionadas à incapacidade surgem na infância, sendo vítimas de uma superproteção além do esperado para uma criança sem as mesmas questões. Pais e mães que não permitem que seus filhos fiquem longe de sua presença e que possam participar de

interações com outras crianças, deficientes ou não. Acabam não tendo opção de participar de eventos sociais, mesmo quando adolescentes e muitas vezes sequer conseguem escolher suas próprias roupas e exercer algum tipo de autonomia. Esse tipo de superproteção também pode ser construído quando a deficiência é adquirida ao longo da vida, gerando impactos similares na vida adulta do sujeito, que regride em suas capacidades (SANDERS, 2006).

Ao longo da vida, os indivíduos de forma geral possuem a possibilidade de vivenciar os papéis de forma distinta. Moreno apresenta as três possibilidades para o indivíduo:

- ✓ tomada ou aceitação do papel – aceita um papel inteiramente constituído que não permite ao sujeito a possibilidade de construção
- ✓ desempenho do papel – tolera certo grau de liberdade
- ✓ criação do papel - deixa uma ampla margem à iniciativa do ator

(Moreno, 1975)

No que se refere à pessoa com deficiência, qual dessas seria a mais comumente utilizada?

Em pesquisa apresentada por Sanders (2006), foram estudados quais fatores relevantes poderiam impactar na escolha de carreira de estudantes com deficiência. Os mais significativos foram: a gravidade da deficiência, a quantidade de tempo gasto em aulas de reforço, pais e professores excessivamente protetores, que veem os alunos com baixa expectativa de desempenho e o medo de fracassar. Desses quatro itens, o excesso de proteção e as baixas expectativas sobre o desempenho são os que possuem grandes consequências negativas para esse grupo.

É possível perceber que essas construções são externas ao indivíduo e pouco se relacionam com o nível de dificuldade que a deficiência pode causar, mas estão diretamente ligadas ao estereótipo trazido dos pais e professores para essas crianças e jovens com deficiência.

Proposição 2B – A visão estereotipada do deficiente influencia diretamente a aceitação do papel de incapacidade pela própria pessoa com deficiência. Com isso, há um processo cíclico avaliações negativas de sua capacidade laborativa nas organizações, tanto por esse público quanto pelos demais funcionários.

2.3 – A QUESTÃO DA DEFICIÊNCIA

Uma das definições dadas para deficiência pela *Americans with Disabilities Act* (ADA), expõe ser “um limitador físico ou mental que dificulta a realização de uma ou mais atividades principais da vida” (TAUB e FANFLIK, 2000).

Analisando a produção científica norte-americana, é possível perceber que o conceito de deficiência mostra-se mais amplo do que temos atualmente definido no Brasil para a inserção no mercado de trabalho, incluindo as doenças crônicas, as doenças mentais (psiquiátricas), obesidade, AIDS, etc, apresentando a perspectiva médica também nesse contexto (KING, 1960; HABER e SMITH, 1971; HABER, 1973; JENKINS, 1991; BAGENSTOS, 2000).

Ao considerar a Lei de Cotas no Brasil, existe uma delimitação de deficiências que são definidas pelo Ministério do Trabalho como “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (GIL, 2002). De acordo como o Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, é considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias conforme apresentado no quadro 1:

Quadro 1 – Tipos de deficiência contempladas na Lei de Cotas

Deficiência física

Exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Deficiência auditiva

Perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras nos dois ouvidos.

Deficiência visual

Acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção ou campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen) ou ocorrência simultânea dessas situações.

Deficiência intelectual

Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, gerando limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas.

Deficiência múltipla

Associação de duas ou mais deficiências.

Fonte: Decreto Nº 3.298 de 20 de novembro de 1999

Levantando a definição dada pela ADA, que vem se aprimorando no trabalho de aprofundamento da questão discriminatória, há uma complementação importante sobre o conceito que é

“deficiência é uma condição em que as pessoas, por causa do presente ou do passado são vistas como fora da norma para as instituições da sociedade em que são projetadas e, portanto, possuem menor oportunidade em participar de áreas importantes da vida pública e privada” (BAGENSTOS, 2000, p. 420).

Mesmo que as pessoas com deficiência possam ter situações de ordem médicas muito diferentes entre si e bastante agravadas em alguns casos, o que fica notório no *status* socialmente atribuído ao grupo de forma geral tende a resultar em desvantagem sistemática e privação de oportunidade (BAGENSTOS, 2000).

A exclusão é literalmente construída em nosso ambiente físico e social. Grande parte da sociedade é projetada sem levar em conta as necessidades das pessoas com deficiência (BAGENSTOS, 2000). A relação com a empregabilidade tem sido subestimada, tendo uma preocupação com uma política assistencialista e desconsiderando a capacidade laborativa (HABER, 1973).

Com isso, a dificuldade desse grupo em construir uma vida acadêmica e por consequência uma atividade profissional é presente em seu cotidiano. Tais questões podem ser corroboradas considerando as altas taxas de desemprego e pobreza dessas minorias nos Estados Unidos, atreladas à falta de formação educacional e profissional de deficientes (FANFLIK e TAUB, 2000).

Estes passam diariamente por situações onde suas necessidades não são avaliadas e de fato sequer conhecidas pela grande maioria das pessoas, que ainda continuam em uma perspectiva voltada para a “compaixão” sem conhecer de fato as necessidades da pessoa com deficiência a ser ajudada. Algumas atitudes que chegam a ser irracionais são cometidas com essas pessoas. Há um exagero nos efeitos limitantes da deficiência (BAGENSTOS, 2000; DINIZ, 2007).

Um exemplo clássico na literatura (THOMAS, 1966; FANFLIK e TAUB, 2000) é o caso do deficiente visual, que é tratado como surdo quando está na companhia de outras pessoas “videntes”. Nenhuma pergunta é feita diretamente a ele, mas sempre ao acompanhante. Quando está sozinho, parado em algum lugar, há grandes chances do cego ser conduzido a atravessar a rua, sem sequer ter dito uma única palavra.

Vendo a questão sob a perspectiva da teoria dos papéis, é estranho pensar que a pessoa com deficiência precisa constantemente justificar sua existência. Os demais papéis a serem exercidos, como pai/mãe, marido/esposa, profissional estão comprometidos, já que é preciso informar que o cego pode ele próprio responder a uma pergunta e tomar decisões sem que estas sejam perguntadas a terceiros. O desconhecimento de que o deficiente pode viver os mesmos papéis que os demais membros da sociedade geram complicações em seu cotidiano, conforme apresentado no exemplo anterior (THOMAS, 1966; FANFLIK e TAUB, 2000).

Considerando tais desvalorizações, o estereótipo e a estigmatização que essas minorias sofrem (BAGENSTOS, 2000; FANFLIK e TAUB, 2000), é grande o desafio em considerá-la uma categoria produtiva profissionalmente, verificando-se tamanhos empecilhos sociais.

Outra questão importante a ser revista é a perspectiva apresentada pelo conceito de deficiência ao longo dos tempos, que traz a responsabilidade do problema para a pessoa com deficiência e não para a sociedade.

Novas definições vêm sendo trabalhadas para abranger a questão da sociedade nesse posicionamento, como mostra Diniz (2007, p.9), definindo que “deficiência é um conceito complexo em que se reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente”. Outra definição da mesma autora bastante representativa na responsabilização da sociedade na inserção do deficiente é a “desvantagem ou restrição de atividade, provocada pela organização social contemporânea, que pouco ou nada considera aqueles com lesões físicas e os exclui das principais atividades da vida social” (DINIZ, 2007, p.17).

O Decreto Federal Nº 6.949 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, apresenta uma definição importante e mais alinhada ao momento histórico em que vivemos, em uma perspectiva voltada para as minorias e menos envolvida com a ordem médica onde se define que

“pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (Decreto Federal Nº 6.949, 2009).

Essa nova forma de se trazer a questão da pessoa com deficiência aparenta uma evolução no cenário brasileiro, porém, precisa ser verificada na prática. De fato os

profissionais com deficiência não têm sido avaliados como capazes para exercer qualquer função em uma organização, mas sim vistos como incapacitados.

Um termo que denota maior adequação seria o de *impossibilitado*, já que nossa estrutura atual não favorece o desenvolvimento pleno do sujeito com deficiência, considerando suas peculiaridades.

Em estudo apresentado por Czajka e De Nisi (1988), funcionários com deficiência são percebidos de forma menos favorável que os demais profissionais, vistos como possuindo diferentes traços de personalidade, características morais e atitudes sociais.

Proposição 3 - A visão do problema da inserção e do desenvolvimento profissional da pessoa com deficiência ainda é vista como responsabilidade do possuidor da deficiência e não de uma dificuldade da sociedade em absorvê-lo.

Em uma recente pesquisa foram realizados estudos de caso em 15 organizações brasileiras de grande porte sobre a questão da diversidade, tratando mais propriamente das questões étnicas, culturais e sobre a deficiência (JABBOUR, GORDONO, MARTINEZ e BATTISTELLE, 2011). No que concerne à pessoa com deficiência, alguns dados importantes foram encontrados: como as pessoas com deficiência muitas vezes vêm de origem humilde e com isso falta acesso à educação, sendo impedidas pelo despreparo das escolas e da dificuldade de acesso aos transportes públicos há pouca possibilidade de desenvolvimento de carreira. Por essa razão, muitas organizações criam cargos mais operacionais ou sem funções pré-estabelecidas para cumprir a cota, já que não se consegue avaliar as competências necessárias para cargos mais relevantes (JABBOUR, GORDONO, MARTINEZ e BATTISTELLE, 2011).

Algumas expuseram ter como meta contratar e favorecer o desenvolvimento de pessoas com deficiência, porém buscam profissionais prontos para ingressar sem que haja nenhum tipo de investimento.

Trainees e estagiários são fortes exemplos de investimento, sendo vistos como potenciais para a organização, tendo uma possibilidade de ascensão futura significativa. É notório que as pessoas com deficiência não são tratadas como potenciais para empresa, mas sim como uma obrigação legal, e que não têm condições reais de serem desenvolvidas.

Há muita exposição sobre mecanismos de entrada desses profissionais na empresa, porém pouco se expõe sobre sua permanência na organização e como sua trilha de carreira é traçada. Atualmente há uma preocupação bastante reduzida sobre o plano de carreira para a pessoa com deficiência.

Não existem muitos estudos sobre a questão no meio acadêmico. Um deles apresenta uma visão bastante conflituosa sobre o desempenho da pessoa com deficiência: o profissional pode ser visto como menos capaz e em alguns momentos quando supera a expectativa como outro trabalhador qualquer, é visto como excepcionalmente capaz (CZAJKA e DE NISI, 1988). Considerando a análise realizada ao longo do estudo sobre estereótipos e papéis, é questionável se de fato a avaliação de desempenho formal da pessoa com deficiência é realizada de maneira imparcial, como os demais funcionários.

3.0 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme analisado nesse ensaio, há uma grande demanda em aprofundar os estudos em torno das pessoas com deficiência, especialmente em sua dificuldade de inclusão no mercado de trabalho. A partir das implicações teóricas apresentadas, será relevante trabalhar tais proposições através de pesquisas de campo, tanto nas empresas para identificar se de fato a inclusão e como ocorre. Entrevistas e relatos de vida dos deficientes podem vir a corroborar a teoria dos papéis aqui apresentada.

Pesquisas que visem contemplar se a aceitação do papel que a pessoa com deficiência apresentava no estudo realizado por Edwin Thomas (1966) podem ser relevantes, já que o conteúdo apresentado nesse artigo é revelador, porém bastante antigo. Evidências práticas trazem essa contribuição, porém pouco se construiu na esfera das contribuições teóricas desde então.

É sempre importante reforçar que a Lei de Cotas vem para saldar uma dívida social com as pessoas com deficiência, porém sozinha em nada poderá contribuir para a mudança da visão das pessoas ditas “normais” e das organizações sobre a capacidade laborativa dos deficientes.

Ao governo cabe estruturar ações de acessibilidade e de ensino a essas pessoas, que dificilmente conseguem finalizar os estudos sem grandes empecilhos, seja pelas instituições

de ensino que não conseguem se adequar a essa diversidade de públicos, seja pela impossibilidade que as estruturas físicas impõem a pessoa com deficiência. Estudos que contemplem o desenvolvimento educacional, analisando as possíveis problemáticas na forma como o ensino das escolas e universidades tratam a questão da deficiência em seus recursos didáticos e o quanto estes contribuem (ou não) para que os que possuem deficiência concorram em igualdade de condições no mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bagenstos, S. R. (2000). Subordination, Stigma, and “Disability.” *Virginia Law Review*, 86, 397-534. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/1073960>
- Banaji, M. R., & Bhaskar, R. (2000). Implicit stereotypes and memory: The bounded rationality of social beliefs. (D. L. Schacter & E. Scarry, Eds.) *chapter, In D. L. S*, 139-175. Harvard University Press.
- Benvenho, S. H., & Gimenes, A. M. (2010). A inclusão do deficiente no mercado de trabalho, pp. 1-15. Londrina. Retrieved from http://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_12_1295382099
- Czajka, J. M., & DeNisi, A. S. (1988). Effects of Emotional Disability and Clear Performance Standards on Performance Ratings. *Academy of Management Journal*, 31(2), 394-404. Academy of Management. doi:10.2307/256555
- Decreto Federal Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em 13/02/2012.
- Decreto Federal Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 13/02/2012.

Devine, P. G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56(1), 5-18. American Psychological Association.

doi:10.1037//0022-3514.56.1.5

Diniz, D. (2007). *O que é deficiência?* (Brasiliense, Ed.) (1st ed., p. 96). São Paulo.

Duckitt, J. (1992). Psychology and prejudice: A historical analysis and integrative framework.

American Psychologist, 47(10), 1182-1193.

Gaunt, R. (2011). Effects of intergroup conflict and social contact on prejudice: The mediating role of stereotypes and evaluations. *Journal of Applied Social Psychology*, 41(6), 1340-1355.

doi:10.1111/j.1559-1816.2011.00762.x

Gil, M. (2002). O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência. Instituto Ethos. Retrieved from http://www.ethos.org.br/_uniethos/documents/manual_pessoas_deficientes.pdf

Haber, L. D., & Smith, R. T. (1971). Disability and deviance: normative adaptations of role behavior.

American Sociological Review, 36(1), 87-97. American Sociological Association. Retrieved from

<http://www.jstor.org/stable/2093509>

Haber, L. D. (1973). Social Planning for Disability. *The Journal of Human Resources*, 8, 33-55.

Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/144813?origin=JSTOR-pdf>

Hilton, J. L., & Hippel, W. von. (1996). STEREOTYPES. *Annual Review of Psychology*, 47, 237-271.

Retrieved from

http://www.abdn.ac.uk/~psy423/dept/HomePage/Level_3_Social_Psych_files/HiltonVonHippel.pdf

IBGE. Censo 2000: população residente por tipo de deficiência. Disponível em:

<<http://www.libge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>>. Acesso em: 13/02/2012.

Jabbour, C. J. C., Gordon, F. S., Oliveira, J. H. C. D., Martinez, J. C., & Battistelle, R. A. G. (2011).

Diversity management: Challenges, benefits, and the role of human resource management in Brazilian organizations. *Equality Diversity and Inclusion An International Journal*, 30(1), 58-74.

doi:10.1108/02610151111110072

Jenkins, R. (1991). Disability and social stratification. *British Journal of Sociology*, 42(4), 557-580.

Blackwell Publishing on behalf of The London School of Economics and Political Science. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/591447>.

- Katz, I. (1991). Gordon Allport's "The Nature of Prejudice." *Political Psychology*, 12(1), 125-157. International Society of Political Psychology. doi:10.2307/3791349.
- Ivatiuk, A. L., & Yoshida, E. M. P. (2010). Orientação Profissional de pessoas com deficiências: Revisão de literatura (2000-2009). *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 11(1), 95-106. Retrieved from <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v11n1/v11n1a10.pdf>
- Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm . Acesso em 13/02/2012.
- Macrae, C. N., & Bodenhausen, G. V. (2001). Social cognition: categorical person perception. *British journal of psychology London England 1953*, 92(Pt 1), 239-255. Japanese Geotechnical Society. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11802872>.
- Macrae, C. N., & Bodenhausen, G. V. (2000). Social cognition: Thinking categorically about others. *Annual Review of Psychology*, 51(1), 93-120. annualreviews.org. Retrieved from <http://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev.psych.51.1.93>
- Mendes, E. G., Nunes, L. R. D. de P., Ferreira, J. R., & Silveira, L. C. (2004). Estado da arte das pesquisas sobre profissionalização do portador de deficiência . *Temas em Psicologia da SBP*, 12, 105– 118.
- Mervis, C. B., & Rosch, E. (1981). Categorization of Natural Objects. (M. R. Rosenzweig & L. W. Porter, Eds.) *Annual Review of Psychology*, 32(1), 89-115. Annual Reviews 4139 El Camino Way, PO Box 10139, Palo Alto, CA 94303-0139, USA. doi:10.1146/annurev.ps.32.020181.000513
- Moreno, J. L. (1975). *Psicodrama*. (Cultrix, Ed.) (13th ed., p. 496). São Paulo.
- Ott, K. (2005). Disability and the practice of public history: an introduction. *The Public historian*, 27(2), 11-24. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/4491372>
- Pratto, F., & Bargh, J. A. (1991). Stereotyping based on apparently individuating information: Trait and global components of sex stereotypes under attention overload. *Journal of Experimental Social Psychology*, 27(1), 26-47. doi:10.1016/0022-1031(91)90009-U
- Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (1999). *Psicologia Social*. (J. Vala & M. B. Monteiro, Eds.) *Biblioteca Basica de Psicologia* (Vol. 6, p. 477). Editora Vozes.

- Sanders, K. Y. (2006). Overprotection and lowered expectations of persons with disabilities: the unforeseen consequences. *Work Reading Mass*, 27(2), 181-188.
- Silva, I. R. da, & Günther, I. de A. (2000). Papeis Sociais e Envelhecimento em uma Perspectiva de Curso de Vida. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(1), 31-40. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722000000100005>
- Stangor, C., & Lange, J. (1994). Mental Representations of Social Groups: Advances in Understanding Stereotypes and Stereotyping. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 26, pp. 357-416). Academic Press. doi:10.1016/S0065-2601(08)60157-4
- Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (1996). Predicting prejudice. *International Journal of Intercultural Relations*, 20(3-4), 409-426.
- Sternberg, R. J. (2000). Cognitive Psychology. (N. Braisby & A. Gellatly, Eds.) *Psychological Review*, 2(2), 567. Psychology Press. Retrieved from <http://usir.salford.ac.uk/8732/>
- Tanaka, E. D. O., & Manzini, E. J. (2005). O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? *Revista Brasileira de Educação Especial*, 11(2), 273-294. doi:10.1590/S1413-65382005000200008
- Taub, D. E., & Fanflik, P. L. (2000). The Inclusion of Disability in Introductory Sociology Textbooks. *Teaching Sociology*, 28(1), 12. doi:10.2307/1319418
- Thomas, E. (1966). Problems of disability from the perspective of role theory. *Journal of Health and Human Behavior*, 7(1), 2-14. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/10.2307/2948672>

PRECARIIDADE, CONDIÇÕES DE TRABALHO, TERCEIRIZAÇÃO

Luciana Maria Guimarães Rabelo¹
Cristiane Diniz Barbosa²

RESUMO

Aborda a evolução dos fenômenos econômicos a partir da sociedade primitiva; passando pela mudança da condição proletária a condição salarial; a crise do capital, sua reestruturação e suas repercussões frente as condições de trabalho. Analisa a terceirização enquanto estratégia de reestrutura do capital, ilustrando as vantagens advindas deste implemento mercadológico que encontra como alicerce a redução dos custos através do menor esforço. Traça parâmetros para constatar que a terceirização acarreta consequência nas condições de trabalho, e para tanto, examina as repercussões oriundas desta na identidade do trabalhador, bem como se efetivamente a terceirização pode ser vista como fator desencadeante da precarização das condições de trabalho e como a precarização interfere no status social do indivíduo, tonando-o vulnerável.

Palavras chaves: “Trabalho; precarização, terceirização”.

ABSTRACT

Discusses the evolution of economic phenomena from the primitive society, through the change of the proletarian condition to condition wage, the crisis of capital, its restructuring and its repercussions against working conditions. Analyzes outsourcing as a strategy for restructuring of capital, illustrating the advantages resulting from this to implement marketing foundation is as a reduction in costs by slightest exertion. Moth parameters to verify that outsourcing leads to consequence in working conditions, and for both, examines the repercussions resulting from this identity of the worker, as well as effectively outsourcing can be seen as a trigger for precarious working conditions and how precarious interferes with the individual's social status, tonando it vulnerable.

Key words: "Work; casualization, outsourcing."

¹ Advogada, pós-graduada em Direito Público e Direito e Processo do Trabalho, mestranda em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: lucianamgrabelo@bol.com.br.

² Mestranda em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros. Email: crisdinizb@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A pressão exercida pela capital pode interferir nas condições de trabalho e vida e no bem-estar social do indivíduo, na medida que o trabalho impulsiona os fatores de identificação do indivíduo, possuindo um valor moral.

Não a toa Castel(2010, p. 496)) proferiu a célebre frase que diz “o trabalho é mais que o trabalho e, portanto, o não trabalho é mais que o desemprego.”

O mundo do trabalho vem sofrendo grandes transformações nos últimos dois séculos, e isso, nem sempre pode ser tido como vantajoso, considerando que a evolução dos fenômenos econômicos, sempre pautada na supremacia do capital, ensejou uma enorme subserviência do trabalho, e conseqüentemente, dos trabalhadores, às flutuações do mercado.

Enquanto que as empresas buscam egoísticamente aumentar sua produtividade e competitividade, os trabalhadores podem ser tornar vulneráveis e até serem submetidos a condições precárias de trabalho.

A precarização aqui referendada pode ser tida como ausência de diversos mecanismos que privam estes trabalhadores do acesso a direitos básicos e necessários, além de perfilhar um perfil de trabalhadores inseridos em uma zona de tamanha vulnerabilidade capaz de tolhir a própria dignidade do indivíduo.

Ao empreender num exercício de reflexão a cerca de algumas transformações ocorridas no mundo do trabalho, afigura-se como um dos pressupostos, examinar em que proporção a terceirização pode contribuir não só para a precarização das condições de trabalho, mas também para uma possível vulnerabilidade e, por fim, até mesmo a total desfiliação do indivíduo.

Obviamente este não é empreendimento simplório. Há de se analisar diversos fatores, os quais exigem um detalhamento mais apurado, entretanto, através do presente artigo foi compilado alguns dos pontos para se auferir quais as repercussões trazidas pela terceirização em relação aos indicadores mais evidentes de precarização nas condições de trabalho, eis o que passaremos a propor.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRANSIÇÃO DA CONDIÇÃO PROLETÁRIA A CONDIÇÃO SALARIAL

Com o fim do feudalismo, os fenômenos econômicos se pautaram em transações como a reciprocidade, redistribuição e domesticidade³. Como nessas motivações o lucro não ocupava lugar proeminente, o trabalho era fundamentalmente um mecanismo de produção de bens de consumo, pautado em estratégias que visavam garantir a sobrevivência.

A divisão do trabalho origina-se de diferenças inerentes a fatos como sexo, geografia e capacidade individual e não da propensão do homem de barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra. (POLANYI, 2000. P. 61).

O sistema social predominava de tal maneira no modo de vida da sociedade primitiva que o sistema econômico era absorvido por ele, fato este que, até então, impedia que o trabalho e a terra, os bens básicos de produção, se tornassem mercadorias.

Com o surgimento do mercado nacional⁴ as relações que outrora se baseavam na produção de bens de consumo, a partir de então, não eram mais sujeitas a intervenção estatal ou aos costumes locais, mas sim, eram pautadas pela motivação do lucro.

Com o advento da economia de mercado e a invenção das máquinas, segundo Polanyi (2000) acarretou a ampliação do mecanismo de mercado aos componentes da indústria e introduziu o sistema fabril numa sociedade comercial. Isso intensificou a exploração da mão de obra e fez com que o trabalho e o dinheiro se tornassem mercadorias, passando o trabalhador vender sua força de trabalho a quem oferecesse mais.

A invenção da maquinaria que economizaria trabalho não diminuiria, mas aumentara a utilização do trabalho humano, a introdução dos mercados livres, longe de abolir a necessidade de controle, regulamentação e intervenção,

³ Segundo o autor o princípio da reciprocidade diz respeito ao dar e receber baseado na premissa de que se oferece hoje para se ganhar amanhã. Na Redistribuição parte do produto de uma atividade de uma determinada família deve ser oferecida em benefício da comunidade. Enquanto na domesticidade, também pautado no bem-estar comum, a produção visa satisfazer as necessidades próprias de determinado grupo.

⁴ Polanyi evidencia a natureza e o surgimento do mercado, momento em que a economia passa a ser fundamental na vida de uma sociedade. Segundo o autor, o surgimento do sistema mercantilista possibilitou o nascimento de um mercado nacional, quando finalmente este sistema conseguiu acabar com os limites que separavam dois tipos de comércio não competitivos existentes no período medieval, o comércio local e o comércio externo.

incrementou enormemente seu alcance. Os administradores deveriam garantir o funcionamento livre do sistema para o estabelecimento do *laisse faire* (Polanyi, 2000, p. 146).

O capitalismo e a implementação de um mercado econômico auto-regulável impulsionaram os trabalhadores a empreender numa busca por um trabalho, enquanto garantidor da sobrevivência, numa época que se intensificou a pobreza e a exploração da mão de obra em prol da produção que objetivava o lucro.

A intervenção estatal era necessária com vistas a melhor acomodar a dicotomia engendrada pelo capital/trabalho, ou seja, medidas que visassem a mínima proteção do trabalhador, bem como à retomada do crescimento econômico.

A partir de então, houve um processo de mudança que transferiu a sociedade capitalista de proletária⁵ para assalariada, isso para Castel (2010), foi devido ao crescimento econômico e o Estado de bem-estar social em que o Estado não só intervém na economia como produtor de bens, mas também como produtor de consumidores, ou seja, produtor de assalariados.

Trata-se de uma reflexão sobre as formas de precarização e desfiliação acarretadas pelos processos de reestruturação produtivas no âmbito do trabalho e das transformações econômicas e políticas e sociais.

3. O SALÁRIO ENQUANTO PROPULSOR DE IDENTIFICAÇÃO DO INDIVÍDUO DENTRO DO SEIO SOCIAL

O trabalho por sua vez, pode ser apresentar enquanto mecanismo de identificação do indivíduo dentro do organismo social, possuindo um valor moral, “é na posição ocupada na condição de assalariado que se define a identidade social”. (Castel, 2010, p. 417)

Partindo do pressuposto que trabalho pode ser constituir como alicerce que estabelece a posição do indivíduo dentro do seio social, o salário pode ser visto como componente da identidade do trabalhador, e é através dele que o cidadão tem acesso aos bens de consumo e serviços fornecidos pelo Estado.

“Constitui-se uma nova relação salarial e é através dela que o salarial deixa de ser a redistribuição pontual de uma tarefa. Assegura direitos, dá acesso

⁵ Segundo Castel a condição proletária equivalia a exclusão do corpo social. O proletário é um elo no processo de industrialização, mas estava condenado a trabalhar para se reproduzir.

subvenções extratrabalho(doença, acidente e aposentadoria) e permite uma participação ampliada na vida social(consumo, habitação e lazer)”. (Castel, 2010, P. 416)

A centralidade do trabalho, nesse contexto, pode criar raízes ainda mais profundas no seio social, dando ao cidadão, através do salário, um pertencimento a quem do familiar ou comunitário, ou seja, o consumo, mais propriamente, possivelmente dá um status que classificava a posição social do indivíduo na sociedade.

Conforme Antunes, (2005, p. 34), o trabalho assalariado que dá sentido ao capital, gera uma subjetividade inautêntica no próprio ato de trabalho, ou seja, “a vida do indivíduo fora do trabalho somente tem sentido quando tiver sentido dentro do trabalho”.

E completa, “sob a condição da precarização ou da expulsão do trabalho, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade,” (idem p.16). E é, portanto, especificamente a precarização das condições de trabalho que pode brutalizar e desumanizar o indivíduo.

E uma provável derrocada da condição salarial observável desde os anos 70, provocada pela crise do capital, poder ter ocasionado o aparecimento de um novo perfil de cidadãos inseridos em uma zona de extrema vulnerabilidade, os trabalhadores-sem trabalho que Castel citando Hannah Arendt⁶ denomina de “supranumerários” e “inúteis no mundo”.

4. A REESTRUTURAÇÃO COMO RESPOSTA A CRISE DO CAPITAL

A crise do capital, conforme sintetizado por Ricardo Antunes, exprime o quadro crítico que se acentuou

devido a queda nas taxas de juros, causada pelo aumento do preço da força de trabalho; o esgotamento do padrão da acumulação taylorista/fordista, dado pela incapacidade de responder à retração do consumo, acarretado pelo desemprego que se instaurava; hipertrofia da esfera financeira, o que já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; crise do Estado do bem-estar social⁷ e dos seus mecanismos de funcionamento, crise fiscal e retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; e por fim, o incremento acentuados das privatizações,

⁶ ARENDT, Hannah, “Condition de l’ homme moderne”. In: Castel, (2010, p. 496)

tendência a flexibilização e desregulamentação do processo produtivo, dos mercados e da forças de trabalho. (Antunes, 2005: 29-30)

Ou seja, a implementação de políticas neoliberais e, por conseguinte, desregulação estatal, vulnerabilidade das economias, passando de estagnação a instabilidade, novas exigências tecnológicas e econômicas, dentre outros, podem ter impulsionado a reestruturação no mundo produtivo, atingindo de forma bastante negativa as condições de trabalho.

Isso foi sentido, provavelmente, nos países que se encontravam fora dos capitalistas avançados⁷, que dispunham de recursos tecnológicos escassos, e detinham grande dependência com àqueles dominantes donos do capital produtivo e padrão tecnológico necessário⁸.

Como conseqüência da crise estrutural do capital, houve um forte empenho em procurar a retomada dos patamares de acumulação através de mecanismos que conferissem maior dinamismo ao processo produtivo, momento este que ocorreu a transição do taylorismo/fordismo⁹ que reinou praticamente durante todo o século XX para formas de acumulação flexíveis.

Foi nesse novo contexto que surgiu o novo modelo de produção chamado de Toyotismo¹⁰ ou modelo Japonês, pautado numa apologia sobre os atributos individuais do trabalhador, enquanto, detentor de uma maior qualificação, habilidade e multifuncionalidade, que tinha como finalidade precípua alavancar o processo de produção, com menores custo e menor tempo.

O "trabalho polivalente", "multifuncional", "qualificado", combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho. (Antunes, 2012, p. 2))

⁷ Países de industrialização intermediária nos quais incluíam-se os do terceiro mundo.

⁸ Encontravam-se no centro da dominação os EUA e Nafta, a Alemanha frente a União Europeia e o Japão liderando os países asiáticos.

⁹ Baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada.

¹⁰ Ele se fundamenta numa organização sócio-técnica do trabalho, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo freqüentemente à deslocalização produtiva, à terceirização, dentro e fora das empresas, etc.

“Isso levou a Juan J. Castillo, sugestivamente, denominar como um processo de liofilização organizativa, através da eliminação, transferência, terceirização e enxugamento de unidades produtivas.” (Castillo, 1996 *apud* Antunes, 2012, p.2)

A terceirização pautada pela fragmentação dos setores de prestação de serviços das empresas que passaram descentralizar setores, transferindo-os a terceiros, que na hipótese ficam responsáveis pela gestão de determinada atividade, bem como pela contratação e pagamento dos trabalhadores, provavelmente criou meio hábil de reestruturação do capital.

5. A TERCEIRIZAÇÃO ENQUANTO MECANISMO DE REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL

O enxugamento das unidades produtivas fez com que algumas empresas buscando uma maior volatilidade passassem a terceirizar tarefas e tercer redes com fornecedores e consumidores.

Com o implemento de modelo de produção flexível, a terceirização aparece como mecanismo do aumento da acumulação de capital, focada, provavelmente, na valorização do setor terciário da economia, tendo como pressuposto central o aumento da produtividade e maior redução dos custos.

Segundo Nascimento, (1998: 161), terceirização “designa o processo de descentralização das atividades da empresa, no sentido de desconcentrá-las para que sejam desempenhadas em conjunto por diversos centros de prestação de serviços e não mais de modo unificado por uma só instituição”.

Para Domingues, (2009, p.105), “a terceirização para o mercado interno, assim como incluindo países distintos, com frequência implica a contratação de firmas menores com trabalhadores empregados informalmente para realizar parte do processo de produção para firmas que operam no mercado formal.”

A terceirização possivelmente sempre esteve presente no cotidiano dos trabalhadores, inclusive, desde quando a força de trabalho passou a ser locada na França do século XIX.

Quando a contratação foi deixada por iniciativa dos trabalhadores, a princípio “livres” de irem aluga-se a seu grado à esperteza de empregadores ou de “empreiteiros”, (o empreiteiro ou subempreiteiro é pago pelo patrão para a execução de uma obra e paga os trabalhadores que contrata diretamente)”¹¹. (Castel, 2010: 421)

¹¹ “Essa prática pouco aceita entre os operários foi abolida em 1848, e restaurada logo depois e defendida pelos liberais, como Leroy- Beualieu, que vêem nela uma dupla vantagem: garantir uma vigilância direta

Essa modalidade de descentralização do trabalho se disseminou em diversos outros setores da economia, fato este já esperado, considerando que em artigo publicado na revista *The Economist*, em 21 de dezembro de 1989, sob o título “Os futuros que já aconteceram” Peter Drucker, afirmou que

“até o final do século XX, as empresas passariam por uma reestruturação cada vez mais radical, que seu tamanho será uma decisão estratégica e que elas seguiriam duas novas regras: “As atividades ou funções que não representem a essência da missão da empresa serão subcontratadas e o trabalho será levado aonde estão as pessoas, em vez de trazer pessoas ao local de trabalho.”(Peter Drucker, *apud* Pagnocelli,1993, p.4)

No Brasil, especificamente, segundo Pagnocelli, (1993), a terceirização ganhou força, a despeito de sua implementação atuante em países como Estados Unidos, Japão e uma gama de países do continente Europeu, através das multinacionais ligadas ao setor automobilístico e outras estrangeiras que aqui operavam.

Como estratégia empresarial, a contratação de terceiros só veio ocorrer de forma sistemática a partir da década de 50. Os empresários americanos foram os pioneiros de sua utilização. Às voltas com a escassez de mão-de-obra provocada pela segunda guerra mundial, eles passaram a subcontratar atividades consideradas não essenciais. Com o desenvolvimento da indústria, o outsourcing ou subcontracting, como é conhecido hoje nos Estados Unidos a subcontratação de atividades, consolidou-se como estratégia empresarial. (Pagnocelli, 1993, p. 20)

A partir de então, é possível um aumento na proliferação da descentração de atividade consideradas não essenciais em diversos setores da economia, ao passo que ao operar apenas atividades originais e vocacionais, terceirizado atividades não rentáveis, as empresas almejavam tanto a redução do quadro de pessoal quanto os custos de produção, enquanto que por outro lado, mantinham o padrão de qualidade, bem como aumentavam a eficiência na prestação dos serviços.

6. POR QUE TERCEIRIZAR?

A reestruturação do capital pode ter exigido dos meios de produção soluções que trouxessem o maior crescimento como menor custo, Pagnocelli (1993), enumera pontos como sendo necessários à empresa competitiva da década de 1990, dentre os

pelos empreiteiros aos empregados e promover uma espécie de elite de pequenos empresários a partir da condição de assalariado.” (Castel, 2010: 421)

quais, cita a focalização, flexibilidade, operar com custos competitivos e permitir a manutenção do padrão de qualidade,

Nesse particular, dentre os fatores acima enumerados, a terceirização pode aparecer como estratégia chave para o aumento da competitividade, porquanto as empresas passariam a focalizar seus recursos financeiros, humanos e tecnológicos unicamente através da execução de atividades essenciais ao negócio, concentrando-se na sua área de competência, desvencilhando-se daquelas não essenciais que passariam a ser administradas por empreiteiras e prestadoras de serviços.

Conseqüentemente, a empresa concentraria energia em áreas estratégicas, agilizando a produção, reduzindo gastos, além de adquirir uma maior capitalização em decorrência da redução do quadro de pessoal e imobilização, melhora na produtividade e competitividade, dentre outros.

Entretanto, observamos algumas repercussões advindas pela terceirização no que tange as condições de trabalho, dentre as quais, a terceirização pode ser considerada como mecanismo mercadológico responsável pela precarização nas condições de trabalho e como interventor para o aumento do trabalho informal, conforme trataremos a seguir.

7. REPERCUSSÕES DA TERCEIRIZAÇÃO NO ÂMBITO DO TRABALHO

As mutações ocorridas nas últimas décadas, acarretadas principalmente pela reestruturação do capital, podem ter gerado novas nuances no que tange as relações de trabalho, dentre as quais a terceirização surge como legado do toyotismo/flexibilidade, trazendo consigo, provavelmente, uma forte tendência ao trabalho informal e precário.

Se nos anos 1980 era relativamente pequeno o número de empresas de terceirização, locadoras de força de trabalho de perfil temporário, nas décadas seguintes esse número aumentou significativamente, para atender à grande demanda por trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício, sem registro formalizado. (Antunes, 2006, p.)

7.1 Os atores da terceirização

Neste contexto, por um lado estariam as empresas denominadas “tomadoras de serviços” detentoras do capital, situada em grande centros e com sólida estabilidade econômica.

Do outro lado, os denominados empreiteiros (pessoa física ou jurídica), geralmente pequenos e micro-empresários, alguns sem qualquer estabilidade financeira, contratados para “executar os serviços”, o que incluía a contratação da mão de obra, e a responsabilidade pelos encargos fiscais, previdenciário e trabalhistas inerentes da contratação.

E por último, os trabalhadores contratados pelos empreiteiros e sem vínculo empregatício direto com as tomadoras de serviços.

7.2 Ausência de legislação específica no Brasil sobre terceirização trabalhista

No Brasil, existe uma manifesta carência normativa a cerca dos direitos trabalhistas nas atividades terceirizadas, o tema da terceirização, encontra-se normatizado por Enunciados¹² do Tribunal Superior do Trabalho.

A terceirização é tratada pelo Enunciado nº 331¹³ do TST pois, além de ser o mais recente a abordar o assunto, entra em especificações antes não sofridas.

O enunciado dispõe que para que a terceirização seja plenamente válida no âmbito empresarial, não podem existir elementos pertinentes à relação de emprego no trabalho do terceirizado, principalmente o elemento subordinação.

O tomador de serviços não poderá ser considerado como superior hierárquico do empregados da empreiteira, não poderá haver controle de horário e o trabalho não poderá ser pessoal, do próprio trabalhador terceirizado, mas por intermédio da

¹² Os enunciados, nada mais são do que a jurisprudência reiterada do TST

¹³ "I - a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974); II - a contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional (art. 37, II, da Constituição da República); III - não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983), de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-eio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta;

IV - o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que tenha participado da relação processual e conste também do título executivo judicial."

empreiteira. Deve haver total autonomia da empreiteira, ou seja, independência, principalmente quanto aos seus empregados.

Na verdade, a terceirização implica a parceria entre empresas, com divisão de serviços e assunção de responsabilidades próprias de cada parte.

Da mesma forma, os empregados da empresa terceirizada não deverão ter qualquer subordinação com a empreiteira, nem poderão estar sujeitos ao poder de direção da última.

7.2 A terceirização como mecanismo propulsor de informalidade do trabalho

A informalidade no Brasil, para Antunes (2007) chegou na casa de 50% no ano de 2007, através de trabalhadores obrigados a se adaptarem as flutuações do mercado, saem do trabalho formal, garantidor dos direitos sociais e trabalhistas, bem como do componente de identificação social, e são inseridos dentro do trabalho terceirizado e informal.

A terceirização pode acarretar a informalidade do trabalho, ao passo que dificulta o acesso do trabalhador aos direitos sociais trabalhistas, inclusive ao registro formal do contrato de trabalho, pois, embora as grandes empresas sejam as maiores beneficiadas com a prestação de serviços, estas não participam da contratação e provavelmente, não fiscalizam a dinâmica do contrato de trabalho.

7.3 Terceirização e a precariedade das condições de trabalho

E é justamente os fatores que impedem a relação de emprego entre as tomados de serviço e os trabalhadores contratados pela empreiteira que podem contribuir para o aumento da precarização nas condições de trabalho e imediatamente a vulnerabilidade social do cidadão, em um segundo momento acarreta o desemprego e por fim, a desfiliação.

A relação jurídica instada entre o empreiteiro e a empresa tomadora de serviços, pode ter como objetivo primordial burlar a legislação trabalhista e previdenciária, e alguns casos, inclusive chega-se a praticar a terceirização ilícita¹⁴, em que se utiliza a

¹⁴ Excluídas as hipóteses de trabalho temporário, atividades de vigilância, atividades de conservação e limpeza e serviços especializados ligados a atividade meio do tomador, que ensejam a terceirização lícita do Direito brasileiro, não há na ordem jurídica do país preceito legal a dar validade trabalhista a contratos mediante os quais uma pessoa física preste serviços não-eventuais, onerosos, pessoais e subordinados a outrem, sem que esse tomador responda, juridicamente, pela relação laboral estabelecida

aparência de terceirização para fraudar a relação empregatícia e os direitos dos trabalhadores.

Os trabalhadores de alguns setores terceirizados possivelmente são inseridos numa zona de extrema vulnerabilidade, na medida podem ser expostos a um mecanismo hábil não só a burlar aos direitos trabalhistas, mas também de intensificação das condições de exploração da força de trabalho, pois a vulnerabilidade os distancia da integração e estes podem conviver com a precariedade.

Já se tornou lugar comum dizer que a classe trabalhadora vem sofrendo profundas mutações, tanto nos países centrais, quanto no Brasil. Sabemos que quase um terço da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. (Antunes, 2007)

Os trabalhadores, distantes das grandes empresas que detém o capital, podem atuar sob a dependência de uma infinidade de pequenos empreiteiros, pessoas jurídicas ou não, muitos com poucas ou nenhuma estabilidade financeira e estrutura organizacional.

Os trabalhadores abarcados pela prestação de serviços terceirizados, podem ter uma considerável redução em seus direitos sociais e trabalhistas, na medida que, conforme alertado por Nascimento (1998,p. 162), “têm o núcleo do contrato individual de trabalho afetado, a redução de seus direitos quanto a promoções, salários, fixação na empresa e vantagens decorrentes de convenções e acordos coletivos”.

Enfim, quanto mais se distanciam das empresas principais, maior tende a ser a precarização do trabalho. A terceirização, enquanto um fator mercadológico criado dentro dos ditames da aculumação flexível pode se apresentar como mecanismo de vulnerabilidade dos trabalhadores.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Castel, (2010, p. 478), “as transformações recentes denunciam que a identidade pelo trabalho está perdida. Conseqüentemente, a identidade em termos de comunidade de moradia e de modo de vida está sendo ameaçada”.

Na evolução do mercado econômico, calcado no sistema capitalista, durante os dois últimos séculos, predominou a busca incessante por parte dos trabalhadores em adquirir um status social diverso daquele da “mais valia”, e para tanto, perseguiram com afincos condições de trabalho dignas, direitos básicos, além de uma integração ao todo social.

Certamente, grandes avanços podem ser sentidos, principalmente no que tange a mudança da condição proletária para salarial que permitiu que os trabalhadores tivessem acesso a bens de consumo o que a princípio criava-lhes uma identidade social.

A figura do Estado enquanto interventor e regulador na aquisição e normatização de direitos trabalhistas é restringida pela incessante busca de reestruturação do capital.

Novas políticas econômicas surgem para alavancar o crescimento econômico pautado no aumento do lucro através do menor esforço.

As empresas, levadas por necessidades mercadológicas se utilizam de mecanismos hábeis a impulsionar o crescimento, dentre os quais, surge na década de 50, a terceirização das atividades não diretamente ligadas a essência do negócio.

Motivadas pelo afã de aumentar a produtividade e a competitividade que geram o lucro em maior medida, as empresas passam a terceirizar muito, fragmentam a prestação dos serviços, que a partir de então passa a ser disseminada por um grande número de pequenas empresas.

Como conseqüência, os trabalhadores dos setores terceirizados, longe dos aglomerados industriais e das empresas de grande porte, detentores do capital, ficam expostos a fatores que acarretam a vulnerabilidade quanto ao acesso aos mezinhos direitos sociais e trabalhistas.

Na terceirização, a informalidade aparece em larga escala, na medida que os trabalhadores por não ter Carteira de trabalho assinada ou qualquer vínculo trabalhista formal com as grandes empresas beneficiárias da prestação de serviços, são afastados dos benefícios previdenciários, como a aposentadoria, auxílios doença e acidentário, dentre outros.

E mesmo quando exercem o trabalho, em tese, formal, considerando a ausência de fiscalização por parte das grandes empresas, ficam expostas a outros mecanismos de precarização do trabalho, como baixos salários, ambiente laboral inóspito, ausência de regulamentação das medidas protetivas de medicina e prevenção contra acidentes de trabalho, inadimplemento das obrigações trabalhistas, etc.

Considerando o que diz Castel, (2005) quanto a análise da identificação e uma correlação profunda entre o lugar ocupado pelo indivíduo na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção, a terceirização leva os trabalhadores a sair da zona de integração que detinham caso exercessem a prestação dos serviços diretamente às empresas tomadoras. Entram na zona intermediária, correspondente a uma vulnerabilidade social, considerando que o trabalho prestado nos setores terceirizados tende a ser precário diante dos fatores acima expostos. E, e por fim, caem na zona de exclusão, (desfiliação), que pode corresponder até a uma ausência de participação em qualquer atividade produtiva, já que por vezes a informalidade e a precariedade em determinadas atividades terceirizadas não permite aos trabalhadores o acesso a direitos sociais e trabalhistas em caso de invalidez proveniente de doença profissional ou acidente de trabalho.

Portanto, a terceirização provoca não só a precarização nas condições de trabalho como também acarreta a perda do status social do trabalhador, tornando-o vulnerável em todos os aspectos vitais, corre-se o risco da desfiliação e da perda da identidade.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. “O Continente do labor”. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011;
 _____ . “Os sentidos do trabalho”. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005:
 _____ . “O trabalho e seus sentidos”. Incubadora tecnológica de
 cooperativas populares, São Paulo.
<http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/ANTUNES%20TRAB%20SENTIDOS%20LUIZINHO.pdf>. Data de acesso: 22 de maio de 2012.
 _____ . “Dimensões da precarização estrutural do trabalho”. Incubadora
 tecnológica de cooperativas populares, São Paulo.
<http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/ANTUNES%2LIVRO%20GRACA202007.pdf>, 2007. Data de acesso: 13 de maio de 2012.

- BAJOIT, Guy. “Tudo muda: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas”. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.
- CASTELL, Robert. “As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário.”. São Paulo: Editora Vozes, 1999;
- CASTILLO, Juan J. (1996) “Sociologia del Trabajo”. In. ANTUNES, Ricardo. “O trabalho e seus sentidos”. Incubadora tecnológica de cooperativas populares, São Paulo. <http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/ANTUNES%20TRAB%20SENTIDOS%20LUIZINHO.pdf>. Data de acesso: 22 de junho de 2012.
- CARRION, Valetim. “Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho”. Saraiva. 2008.
- DELGADO, Maurício Goldinho – “Curso de Direito do Trabalho”, 4º Ed. São Paulo. Ltr. 2005.
- DE MORAIS, ALEXANDRE. “Direito Constitucional”. São Paulo. Atlas. 200
- DOMINGUES, José Maurício. “A América Latina e a modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica.” Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009;
- FURTADO, Celso. “Formação Econômica do Brasil”: São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2003.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. “Iniciação ao Direito do Trabalho”, São Paulo: LTR, 24 Ed. 1998.
- OFF, Clauss. Trabalho: “A CATEGORIA SOCIOLÓGICA CHAVE?”. http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_01. Acesso em 07 de junho de 2012.
- PAGNONCELLI, Dernizio: “Terceirização & Parceirização: Estratégias para o sucesso empresarial”. Rio de Janeiro: D. Pagnoncelli, 1993.
- POLANYI, Karl. “A grande transformação”. 2 ed. Trad.: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: ESTUDO COM GRADUANDOS TRABALHADORES

Kael Vieira Amadei¹

Gilmar Lopes Dias²

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon³

¹ Universidade de Taubaté – UNITAU/Departamento de Economia Contabilidade e Administração
Graduando em Gestão de Recursos Humanos, Taubaté-SP
amadei.kael@gmail.com

² Universidade de Taubaté – UNITAU/Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano
Mestrando em Desenvolvimento Humano: Formação Políticas e Práticas Sociais
gilmarlopesdias@gmail.com

³ Universidade de Taubaté – UNITAU/Departamento de Economia Contabilidade e Administração
Professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano, Taubaté-SP
edna.chamon@gmail.com

Resumo

A motivação e satisfação com o trabalho estão diretamente relacionadas com Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Atualmente, esse é um tema de grande importância para os gestores de pessoas, devido às constantes mudanças e exigências do mercado de trabalho, que causam impactos na saúde dos trabalhadores e nas organizações. É nesse sentido que esta pesquisa se propôs a caracterizar a o nível de QVT de graduandos trabalhadores matriculados nos cursos de Administração e Tecnológicos de uma Universidade do Vale do Paraíba - SP. Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter descritivo, cujo universo é composto por 1.050 sujeitos, sendo que a amostra foi composta de 138 graduandos trabalhadores. Os dados foram coletados por meio de questionário baseado no modelo *Job Diagnostic Survey (JDS)*.

Palavras-chave: Qualidade de vida no trabalho. Graduandos. Trabalhadores.

Abstract

The motivation and job satisfaction are directly related to Quality of Work Life (QWL). Currently, this is an important theme for people managers, due to the constant changes and requirements of the labor market, that impacting on the health of workers and on the organizations. In this sense, this research aimed to characterize the level of QWL of college students workers enrolled in Technology and Management courses from a University of Vale do Paraíba - SP. This is an exploratory and descriptive research, whose universe consisted of 1050 subjects, being that the sample consisted of 138 college students workers. The data were collected through a questionnaire based on the model *Job Diagnostic Survey (JDS)*.

Keywords: Quality of Job Life. College Student. Workers.

Introdução

Atualmente, com a globalização econômica e o aumento da concorrência, mudanças ocorrem em um ciclo extremamente veloz e as empresas e seus funcionários precisam se adaptar para o atendimento eficaz das expectativas de seus clientes, principalmente no caso de empresas. O que era prioridade passa a ser objeto de espera na hora seguinte, ao mesmo tempo em que novas situações vão se apresentando aos trabalhadores, que deverão se adequar e dirigir seus esforços a um novo foco, a um novo empreendimento, com o mesmo empenho e motivação do trabalho anterior. A cobrança por resultados e as metas a serem alcançadas são desafios constantes na vida de trabalhadores de empresas, quando do desempenho de suas atividades, e geram tensões em seus níveis de bem estar e satisfação do trabalhador. As organizações, mesmo com características similares, também possuem suas individualidades, o que acaba impossibilitando a construção de um quadro universal de problemas organizacionais. Essas disfunções se confrontam com os funcionários da organização, que na maioria das vezes, acaba refletindo em seu comportamento. Isso gera o processo de deterioração organizacional e da vida de seus funcionários. A organização deixa de atingir seus objetivos, proporcionando um baixo nível de qualidade de vida para os seus funcionários, que como consequência acaba afetando negativamente as expectativas da clientela e da sociedade em relação à organização e seus serviços. (LEITE JUNIOR, 2009)

De acordo com estudiosos do tema, a Qualidade de Vida depende do ponto de vista de cada indivíduo e pode ser conceituado como um conjunto de aspectos que definem e ou proporcionam a satisfação do ser, pois considera o bem estar e o potencial humano do mesmo. Este conceito também é aplicado à qualidade de vida no trabalho. Cada trabalhador possui um conjunto de aspectos pessoais e é influenciado pelos aspectos funcionais da empresa, que definem o seu nível de bem estar no ambiente de trabalho. Esse nível de satisfação e qualidade de vida do trabalhador interfere diretamente nos resultados da empresa onde trabalha. A empresa depende da qualidade do trabalho realizado para entregar um produto ou serviço de qualidade (LEITE JUNIOR, CHAMON M. e CHAMON, 2011).

Os acadêmicos trabalhadores são influenciados por fatores internos e externos às organizações, pois ao mesmo tempo em que estão nas universidades se preparando para suas futuras carreiras, as necessidades das organizações estão sempre mudando,

causando assim a obrigatoriedade de manterem seus conhecimentos e habilidades em constante atualização para poder atender a essas demandas e competir com os profissionais mais experientes.

A Universidade em que os sujeitos foram pesquisados possui 1.050 graduandos, matriculados nos cursos de Administração e Tecnológicos em Gestão de Recursos Humanos e em Logística, de acordo com os dados fornecidos pela secretaria do departamento responsável pelos cursos, da Instituição de Ensino Superior pesquisada.

A amostra da presente pesquisa foi composta de 138 graduandos trabalhadores ou estagiários, matriculados nos cursos acima descritos.

Portanto, esse estudo se propõe inicialmente fazer uma contextualização do tema, para posteriormente, avaliar o nível de Qualidade de Vida no Trabalho, dos acadêmicos selecionados como amostra da presente pesquisa.

Qualidade de vida no trabalho: uma visão geral

Conforme Rodrigues (1994) não se pode separar o trabalho da vida do homem. A organização do trabalho vem sendo alterada constantemente, sempre objetivando a melhora das condições de vida e prover o bem-estar ao homem. Entretanto, o trabalho pode trazer prazer, desconforto e até sofrimento ao homem.

A valorização do ser humano e as suas condições de trabalho ocorreram somente a partir da década de 1920, com a implantação da Teoria das Relações Humanas nas empresas. Teoria que surgiu a partir da Experiência de *Hawthorne*, que foi desenvolvida por Elton, Mayo e colaboradores, deixando de lado o foco anterior que os precursores da Administração científica como Taylor, Fayol e Ford entre outros, que era exclusivo para as tarefas e para a estrutura, não dando a importância devida às pessoas (PEREIRA, 2010)

De acordo com os estudos de Rodrigues (1994) e Fernandes (1996), o termo qualidade de vida no trabalho (QVT) apareceu na Inglaterra, no início da década de 1950, sob a coordenação de *Trist* e *Emery*, que estudavam o trinômio indivíduo – trabalho – organização, esses estudos relacionados à organização do trabalho eram baseados na abordagem sociotécnica. Estudos que levaram em conta a satisfação do trabalhador no trabalho e com o trabalho (MORAES; KILIMNIK, 1989).

A partir da década de 60, o movimento de estudos da QVT começou a tomar forma, dado por causa da conscientização da importância de se encontrar melhores

maneiras de organizar o trabalho, com o intuito de diminuir os efeitos prejudiciais ao trabalhador e melhorar seu bem-estar tanto no ambiente interno, quanto no ambiente externo ao trabalho (RODRIGUES, 1994).

O interesse pelo tema QVT teve queda em meados da década de 1970, pois em reação a crises econômicas, a necessidade de sobrevivência das empresas fez com que os interesses das pessoas das organizações ficassem em segundo plano (PEREIRA, 2009).

De acordo com os estudos de Rodrigues (1994), no final da década de 1970 e início da década de 1980, a preocupação com a QVT tomou força novamente, pela perda de competitividade das indústrias norte-americanas com as indústrias japonesas, suas concorrentes. Motivados pela perda de competitividade, investigaram os estilos gerenciais praticados em outros países, e assim voltaram a relacionar os programas de produtividade aos esforços com a melhoria da QVT.

Ao longo desse período de pesquisas e desenvolvimento das definições e conceitos de QVT que surgiram os principais modelos conforme ilustra o Quadro 1.

AUTOR DOS MODELOS	FATORES DETERMINANTES
Walton (1973)	Compensação justa e adequada, condições de trabalho, oportunidade de uso e desenvolvimento de capacidades, oportunidade de crescimento e segurança, integração social no trabalho, constitucionalismo, trabalho e espaço total da vida e relevância da vida social no trabalho.
Hackman e Oldham (1975)	Variedade da tarefa, identidade da tarefa, significação da tarefa, autonomia e <i>feedback</i> .
Westley (1979)	Enriquecimento das tarefas, trabalho autossupervisionado, distribuição de lucros e participação nas decisões.
Davis e Werther (1983)	Projetos de cargos segundo a habilidade, a disponibilidade e as expectativas sociais do empregado, práticas de trabalho não mecanicistas, autonomia, variedade, identidade da tarefa e retroinformação.
Nadler e Lawler (1983)	Participação nas decisões, reestruturação do trabalho por meio de enriquecimento de tarefas e grupos de trabalho autônomos, inovação no sistema de recompensas e melhoria do ambiente de trabalho.
Huse e Cummings (1985)	Participação do trabalhador, projetos de cargos, inovação no sistema de recompensa e melhoria no ambiente de trabalho.
Siqueira e Coletta (1989)	Próprio trabalho, relações interpessoais, colegas, chefe, política de Recursos Humanos e empresa.

Quadro 1: Principais Fatores dos Modelos de QVT

Fonte: Rocha (1998, apud CAMARINI; CHAMON, 2011)

A partir dos anos noventa, as ações de gestão de qualidade de processos e produtos, assim como a conscientização social do direito ao bem-estar aumentam o interesse pelos estudos e práticas da QVT, criando assim um novo cenário para a prática da Gestão da Qualidade de Vida no Trabalho, evidenciando questões como ações de responsabilidade social (LIMONGI-FRANÇA, 2001).

Job Diagnostic Survey (JDS) como ferramenta para avaliação da QVT

Em 1975, Hackman e Oldham, com base nos estudos de Turner e Lawrence (1965), Hackman e Lawrence (1971) e Walton (1973), desenvolveram e apresentaram o modelo das Dimensões Básicas da tarefa, instrumentalizado pelo *Job Diagnostic Survey* – *JDS* (LEITE JÚNIOR; CHAMON, E.; CHAMON, M., 2011).

Hackman e Oldham (1975) partiram do princípio que existem três estados psicológicos críticos determinantes da motivação e satisfação do indivíduo no trabalho, são eles:

- Percepção do Significado do Trabalho (PST): grau em que o trabalho tem significado, importância e valor para o indivíduo;
- Percepção da Responsabilidade pelos Resultados do Trabalho (PRR): grau em que o indivíduo percebe que é responsável pelo trabalho; e
- Conhecimento dos Reais Resultados do Trabalho (CRT): grau em que o indivíduo sabe e compreende com que eficácia está desempenhando o trabalho.

Posteriormente, constataram que quanto mais estes estados psicológicos estão presentes nos trabalhadores, mais eles estarão motivados internamente para o trabalho. Depois concluíram que os estados psicológicos críticos só podem ser criados pelas Dimensões Básicas da Tarefa, e, dessa forma os Resultados Pessoais e de Trabalho são obtidos (MORAES; KILIMNIK, 1989).

As reações afetivas ou sentimentais também chamadas de Resultados Pessoais e de Trabalho são a Satisfação Geral com o Trabalho (SGT), a Motivação Interna para o Trabalho (MIT) e as Satisfações Específicas (contextuais): Satisfação com a Possibilidade de Crescimento (SPC), Satisfação com a Segurança no Trabalho (SST), Satisfação com a Compensação (SC), Satisfação com o Ambiente Social (SAS) e a Satisfação com a Supervisão (SSU) (LEITE JÚNIOR; CHAMON, E.; CHAMON, M., 2011). As satisfações são fatores relacionados aos aspectos extrínsecos ao trabalho. Para Moraes e Kilimnik (1989) os Resultados Pessoais e de Trabalho são considerados os

principais indicadores de qualidade de vida no trabalho, no modelo. Hackman e Oldham (1975) consideram ainda, a Necessidade Individual de Crescimento (NIC) que é definida como a necessidade que o indivíduo possui de desenvolver ações e idéias e de ter um trabalho estimulante e desafiador, oportunidade de ser criativo e de aprender coisas novas e sensação de realização (MORAES E KILIMNIK, 1989). É por meio da NIC que se busca verificar as diferenças individuais e os reflexos nas variáveis relacionadas à tarefa.

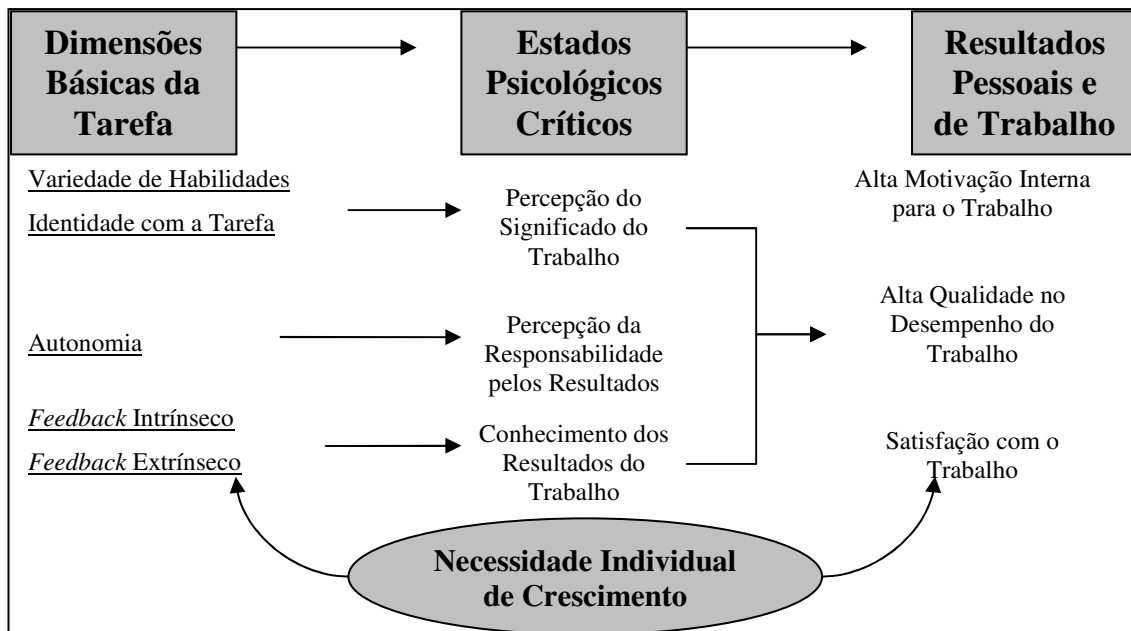


Figura 1: Modelo das Dimensões Básicas da Tarefa

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Hackman e Oldham (1975, p. 161).

Em síntese, existem sete Dimensões Básicas da Tarefa que conduzem a três Estados Psicológicos Críticos, e estes levam aos Resultados Pessoais e de Trabalho, ou seja, conforme o modelo de Hackman e Lawler (1971), as características objetivas do trabalho conduzem a características percebidas no trabalho que levam a atitudes e comportamentos no trabalho como, alta motivação interna para o trabalho, alta qualidade no desempenho do trabalho, alta satisfação com o trabalho e baixa rotatividade e absenteísmo (HACKMAN; OLDHAM, 1975).

A Variedade de Habilidades (VH), a Identidade com a Tarefa (IT), o Significado da Tarefa (ST), e o Inter-relacionamento (IR) dizem respeito à Percepção do Significado do Trabalho (PST); a Autonomia (AU), por sua vez, diz respeito à Percepção da Responsabilidade pelos Resultados (PRR) e os *Feedback* Intrínseco (FI) e Extrínseco (FE), ao Conhecimento dos Resultados do Trabalho (CRT) (LEITE JÚNIOR; CHAMON, E.; CHAMON, M., 2011).

A Percepção do Significado do Trabalho (PST), a Percepção da Responsabilidade pelos Resultados (PRR) e o Conhecimento dos Resultados do Trabalho (CRT) são os estados psicológicos críticos que conduzem aos Resultados Pessoais e de Trabalho. A Necessidade Individual de Crescimento (NIC) avalia as diferenças individuais e os reflexos nas variáveis relacionadas à tarefa.

Nessa pesquisa, para levantamento do nível de QVT, na universidade avaliada, foi utilizado um questionário baseado no modelo *Job Diagnostic Survey – JDS* de Hackman e Oldham (1975). Pois é uma ferramenta que trabalha por meio da sistematização das dimensões da tarefa, facilitando assim a mensuração do grau de satisfação geral no trabalho, o grau de motivação interna para o trabalho e o grau das satisfações específicas dos acadêmicos trabalhadores, que são determinantes da QVT.

População e Amostra

A população da pesquisa foi composta por 1.050 graduandos, matriculados nos cursos de Administração e Tecnológicos em Gestão de Recursos Humanos e em Logística, de acordo com os dados fornecidos pela secretaria do departamento responsável pelos cursos, da Instituição de Ensino Superior Pesquisada. Os questionários foram distribuídos, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que os voluntários em participar do presente estudo pudessem respondê-los. A amostra da presente pesquisa foi composta de 138 graduandos trabalhadores ou estagiários, matriculados nos cursos acima descritos. Na amostra são identificados alguns dados sociodemográficos como: maioria dos sujeitos da amostra é do gênero feminino, aproximadamente 74% dos indivíduos possui idade de até 25 anos, 84% são solteiros, 43% dos sujeitos pesquisados trabalhavam no mesmo emprego por um tempo de até um ano, sendo que aproximadamente 83% desempenham trabalhos de escritório.

Instrumento e Procedimento para análise de dados

Para avaliar o nível de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), foi utilizado como instrumento de coleta de dados, um questionário baseado no modelo *Job Diagnostic Survey – JDS*, elaborado por Hackman e Oldham (1975), com tradução adaptada por Moraes e Kilimnik (1989), é um questionário composto por 85 questões, que utiliza a escala *Likert*, com a variação de um a sete pontos. As questões estão

distribuídas em seis seções, sendo elas formuladas em formatos diversos, como escalas de intensidade, de concordância, de satisfação, de aspiração e de preferência. Para cada variável é produzido um *escore* agregando diversas questões pertinentes (LEITE JÚNIOR, 2009). Como definem os criadores do questionário Hackman e Oldham (1975, p.164): “Isto foi feito para fornecer um teste indireto da “objetividade” de avaliação dos empregados das características de seu próprio trabalho”.

Os dados foram tabulados e analisados por meio da análise estatística descritiva, com o auxílio do *software* SPHINX®. Este programa computacional comercial foi desenvolvido originalmente na França, sendo o seu tutorial de utilização, em português, desenvolvido por Chamon (2006).

O projeto da presente pesquisa foi submetido à análise do comitê de Ética em pesquisa da Universidade de Taubaté, de acordo com o protocolo obtendo-se o parecer de autorização, por meio do Protocolo de nº 579/11/CEP-UNITAU.

RESULTADOS

Dimensões Básicas da Tarefa

Caracterizadas por Hackman e Oldham (1975), as Dimensões Básicas da Tarefa são as características do trabalho que guiam aos Estados Psicológicos Críticos. Indivíduos que avaliam bem as Dimensões Básicas da Tarefa são indivíduos mais motivados, apresentam respostas positivas das tarefas e, assim, têm maior necessidade de crescimento, de acordo com os estudos dos autores.

Na Figura 2 a seguir, são apresentados gráficos referentes à avaliação das Dimensões Básicas da Tarefa, da amostra dos acadêmicos trabalhadores da Universidade avaliada.

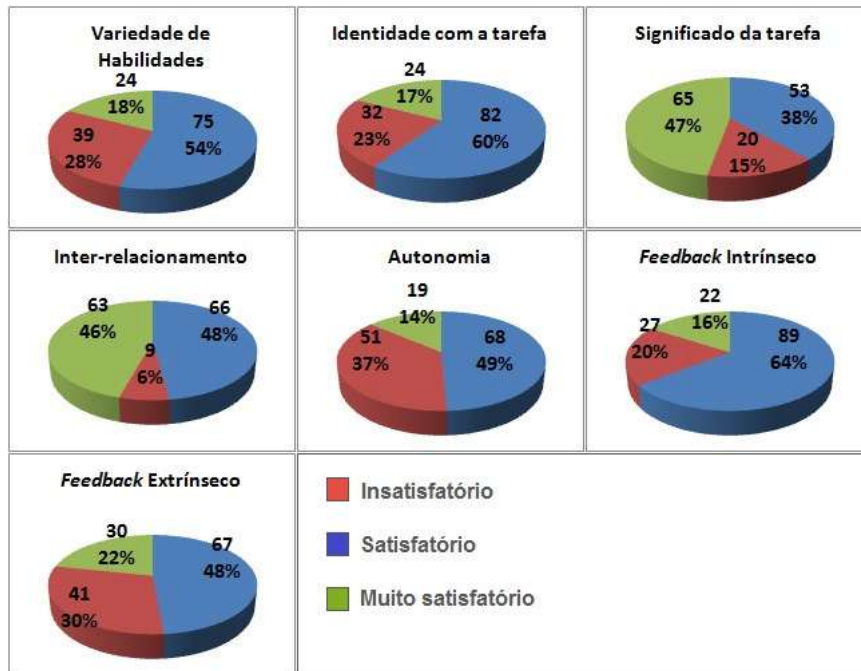


Figura 2: Avaliação das Dimensões Básicas da Tarefa
Fonte: Dados da Pesquisa

a) Variedade de Habilidades

É por meio da Variedade de Habilidades que podemos avaliar o grau de variedade de atividades diferentes e de habilidades e talentos requeridos do funcionário para a execução da tarefa. De acordo com os estudos de Herzberg (1987) sobre enriquecimento do cargo, esta categoria é importante para haver motivação nos funcionários. Leite Junior (2009, p.151) ainda afirma que: “para Walton (1973) a Variedade de Habilidades é um dos quatro indicadores para apurar a oportunidade de utilizar e desenvolver as capacidades humanas no trabalho”.

Na Figura 2, podemos ver que nesta categoria 55% dos graduandos trabalhadores estão satisfeitos e 17% estão muito satisfeitos, ou seja, 72% da amostra coletada sentem-se satisfeitos ou muito satisfeitos com a Variedade de Habilidades que o desempenho de suas funções requer.

b) Identidade com a Tarefa

A Figura 2 mostra que nesta categoria, 77% da amostra demonstram satisfação com a Identidade com a Tarefa, sendo que 60% estão satisfeitos, 17% muito satisfeitos e 23% insatisfeitos com o trabalho. Por meio da Identidade com a Tarefa, podemos

avaliar o quanto o sujeito requer identificação com o trabalho, ou seja, o quanto a tarefa requer que seja concluída como um todo, que o trabalho seja realizado do início ao fim, apresentando assim um resultado visível. Walton (1973) considera este como um dos quatro indicadores para apurar a oportunidade de utilizar e desenvolver as capacidades humanas no trabalho.

c) Significado da Tarefa

A Figura 2 apresenta a avaliação do nível de impacto do trabalho na vida ou trabalho de outras pessoas, pertencente ao ambiente interno e externo à organização. Na amostra, nota-se que 48% (quase metade da amostra) sentem que a tarefa é muito importante, e 38% sentem que a tarefa é importante.

d) Inter-relacionamento

Na categoria Inter-relacionamento, é avaliado o grau em que o sujeito trabalha com outras pessoas para a realização das tarefas, ou seja, o grau de interação com outras pessoas (internas ou externas à organização) que a tarefa requer.

É claramente observado na Figura 2 que o resultado desta categoria é muito favorável, pois apenas 9% dos graduandos trabalhadores pesquisados estão insatisfeitos, contra 46% muito satisfeitos e 47% satisfeitos, totalizando 93% de satisfação com o relacionamento com outras pessoas (interno e externo à organização) para a realização da tarefa.

e) Autonomia

A categoria Autonomia avalia o grau de independência, liberdade e poder de decisão que a tarefa proporciona em seu planejamento e execução. Essa categoria também faz parte das quatro categorias relacionadas à oportunidade para utilizar e desenvolver as capacidades humanas (WALTON, 1973).

Observa-se na Figura 2 que 14% dos sujeitos pesquisados estão muito satisfeitos, 49% estão satisfeitos e 37% estão insatisfeitos com a autonomia que a tarefa proporciona. Os resultados apurados nessa categoria foram os piores em relação às Dimensões Básicas da tarefa, mesmo apresentando nível satisfatório de QVT.

f) *Feedback* Intrínseco

A categoria *Feedback* Intrínseco, avalia o grau em que a própria execução da tarefa fornece informações diretas e claras sobre a efetividade de seu desempenho. Essa categoria, conforme apresentado na Figura 2 obteve 16% dos graduandos trabalhadores muito satisfeitos, 64% satisfeitos e 20% insatisfeitos.

g) *Feedback* Extrínseco (FE)

A categoria *Feedback* Extrínseco avalia o grau em que o funcionário recebe dos supervisores e colegas informações claras sobre seu desempenho, seja durante ou depois da execução de sua tarefa. A Figura 2 apresenta os resultados avaliados da categoria, onde 22% dos sujeitos estão muito satisfeitos, 48% estão satisfeitos e 30% estão insatisfeitos com as informações recebidas de sua tarefa. De acordo com Mourão et al. (2005, citado por LEITE JÚNIOR, 2009 p. 156) o *Feedback* Extrínseco é uma ferramenta importante para o trabalhador, pois é o retorno que recebe de seu desempenho, assim proporcionando a possibilidade de fazer ajustes em relação ao seu desempenho.

Observando as médias das Dimensões Básicas da Tarefa, percebe-se que as categorias Significado com a Tarefa e Inter-relacionamento foram as categorias que obtiveram melhor avaliação dos graduandos trabalhadores da Universidade pesquisada. As categorias Variedade de Habilidades e *Feedback* Extrínseco não foram muito bem avaliadas, porém ficaram com avaliação próxima da média. Já as categorias Autonomia e *Feedback* Extrínseco foram as que obtiveram pior resultado na avaliação, sendo, portanto, as categorias mais críticas das Dimensões Básicas da Tarefa, devendo ser mais bem estudadas à fim de descobrir a causa da má avaliação .

Estados Psicológicos Críticos

O instrumento utilizado fornece as medições dos Estados Psicológicos Críticos como mediação entre as Dimensões Básica da Tarefa e os Resultados Pessoais e de Trabalho. As pontuações para os Estados Psicológicos Críticos são obtidos a partir de questões tanto auto-descritivas como de questões projetivas, nas questões auto-

descritivas são indicados os níveis de acordo com declarações sobre suas experiências de trabalho, já nas questões projetivas os entrevistados são convidados a “pensar como outra pessoa que executa o mesmo tipo de tarefas ou semelhante” e assim reportar exatamente como as outras pessoas descrevem esses sentimentos (HACKMAN; OLDHAM, 1975 p. 162). Se os Estados Psicológicos Críticos estiverem presentes nos trabalhadores, eles acabam demonstrando motivação com a tarefa e assim obtendo os Resultados Pessoais e de Trabalho positivos (LEITE JÚNIOR, 2009 p. 160).

Na Figura 3, a seguir, são apresentados gráficos referentes à avaliação dos Estados Psicológicos Críticos, da amostra dos acadêmicos trabalhadores da Universidade avaliada.



Figura 3: Avaliação dos Estados Psicológicos Críticos
Fonte: Dados da Pesquisa

a) Percepção do Significado do Trabalho

A Percepção do Significado do Trabalho avalia a grau em que o sujeito considera seu trabalho importante, significativo e o quanto vale à pena de acordo com seus valores pessoais. Nota-se de acordo com a Figura 3, que 60% da amostra estão satisfeitos e 23% muito satisfeitos, somados 83%, ou seja, a maioria dos sujeitos percebe positivamente o significado do trabalho que realizam, mesmo assim 17% ainda percebem negativamente o significado do trabalho que realizam.

b) Percepção da Responsabilidade pelos Resultados

Por meio da Percepção da Responsabilidade pelos Resultados é avaliado o grau em que o empregado se sente pessoalmente responsável e responsável pelos resultados do trabalho que executa (HACKMAN; OLDHAM, 1975 p. 162).

Leite Junior (2009 p.161) afirma que:

“As características perceptivas do trabalho geram as atitudes e os comportamentos no trabalho, dessa forma os funcionários da amostra que apresentam insatisfação com a Percepção da Responsabilidade pelos Resultados podem ter seus desempenhos comprometidos. Para o cumprimento das metas organizacionais é necessária a percepção, por parte dos funcionários de suas responsabilidades pelos resultados”.

A Figura 3 apresenta que 17% da amostra sentem-se muito satisfeitos, 67% sentem-se satisfeitos e 16% sentem-se insatisfeitos com a percepção que têm da responsabilidade pelos resultados de suas tarefas.

c) Conhecimento dos Reais Resultados do Trabalho

Foi observado que 6% dos graduandos trabalhadores pesquisados avaliam como satisfatório o grau de conhecimento dos reais resultados do próprio trabalho, 68% avaliam como satisfatório e 28% avaliam como insatisfatório. Esta é a categoria que obteve pior avaliação pela amostra coletada.

Esta categoria, de acordo com Hackman e Oldham (1975) define o grau em que o trabalhador conhece e compreende como efetivamente está realizando a sua tarefa. Assim podemos concluir que mesmo com 72% da amostra coletada avaliando como satisfatório o conhecimento dos reais resultados do trabalho, ainda há uma grande parcela de pessoas que executam suas tarefas sem realmente conhecer e compreender seus reais resultados obtidos.

O conjunto destes três estados psicológicos leva o sujeito a sentir-se internamente motivado com seu trabalho, beneficiando assim a empresa onde trabalha, pois gera qualidade na execução de suas tarefas, maior assiduidade e diminuindo a rotatividade. Esta motivação emana do trabalho em si, pois ele se sente motivado quando percebe a significância do trabalho que está executando, sabe da responsabilidade pelo trabalho e sabe que realizou bem seu trabalho (LEITE JÚNIOR, 2009 p.162).

Observando os Estados Psicológicos Críticos, nota-se que a categoria Percepção da Responsabilidade pelos Resultados obteve a melhor avaliação dos graduandos trabalhadores da Universidade e a categoria Conhecimento dos Reais Resultados do Trabalho obteve pior avaliação, sendo portanto, a categoria mais crítica.

Resultados Pessoais e de Trabalho

Na Figura 4 a seguir, são apresentados gráficos referentes à avaliação dos Resultados Pessoais e de Trabalho, da amostra avaliada.

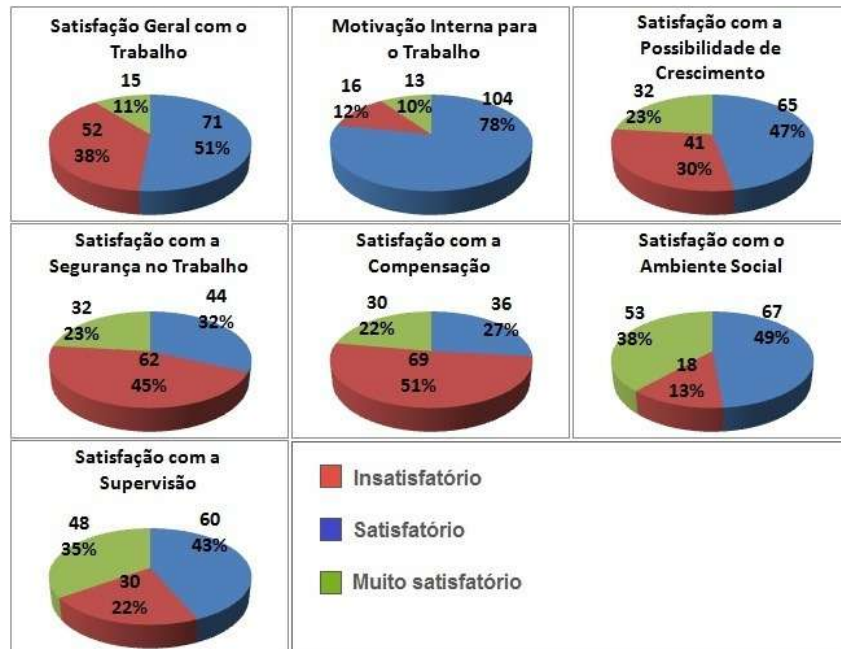


Figura 4: Avaliação dos Resultados Pessoais e de Trabalho
Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com os conceitos para os Resultados Pessoais e de Trabalho de Hackman e Oldham (1975, p.162): “[...], as reações afetivas pessoais ou sentimentais que uma pessoa obtém ao desempenhar seu trabalho”. Ainda de acordo com os autores (1978, p.7) “O modelo *JDS* fornece a mensuração do nível dos resultados pessoais e de trabalho e as reações que uma pessoa obtém ao realizar o trabalho”.

Para Moraes e Kilimnik (1989), os Resultados Pessoais e de Trabalho são os principais indicadores de qualidade de vida no trabalho.

a) Satisfação Geral com o Trabalho

Por meio da categoria Satisfação Geral com o Trabalho pode ser avaliado o nível em que o sujeito está satisfeito com o seu trabalho.

As características perceptivas do trabalho têm consequência nas atitudes e nos comportamentos no trabalho conforme os estudos de Hackman e Lawler (1971), sendo

assim, os sujeitos da amostra que apresentam insatisfação geral com o trabalho, podem estar desmotivados, assim comprometendo seus desempenhos (LEITE JÚNIOR, 2009, p.165).

Na Figura 4, pode ser observado que 11% dos graduandos trabalhadores pesquisados estão muito satisfeitos com o trabalho em geral, 51% estão satisfeitos e 38% estão insatisfeitos com o seu trabalho em geral.

b) Motivação Interna para o Trabalho

Especialmente crítico aos Resultados Pessoais e de Trabalho é a Categoria Motivação Interna para o Trabalho (Hackman e Lawler, 1971) que expressa diretamente a probabilidade entre o desempenho eficaz e as recompensas afetivas.

Para Moraes e Kilimnik (1989), a MIT é uma categoria global e indicador de qualidade de vida no trabalho.

Observa-se na Figura 4, que 13% da amostra se sentem muito auto-motivados para o trabalho, 75% se sentem auto-motivados e 12% não se sentem auto-motivados. Desta maneira, pode-se concluir que grande parte da amostra se sente auto-motivados e percebem qualidade de vida no trabalho.

De acordo com Hackman e Lawler (1971), a motivação do sujeito é proporcional ao nível em que ele percebe os resultados positivos. Dessa forma, 12% da amostra não percebem os resultados positivos de seu trabalho.

c) Satisfação com a Possibilidade de Crescimento

A categoria Satisfação com a Possibilidade de Crescimento avalia o grau de satisfação e bem-estar que o sujeito tem com relação à possibilidade de crescimento que o trabalho oferece. Nota-se na Figura 4, que 23% dos sujeitos pesquisados estão muito satisfeitos com a possibilidade de crescimento que o trabalho oferece, 47% estão satisfeitos e 30% estão insatisfeitos.

d) Satisfação com a Segurança no Trabalho

Nesta categoria é avaliado o grau de Satisfação com a Segurança do Trabalho, de acordo com Walton (1973) os fatores que influenciam nesta categoria são o ambiente físico seguro e saudável, jornada de trabalho razoável e ausência de insalubridade.

A Figura 4 apresenta os resultados apurados para essa categoria, e ilustram que 23% da amostra estão muito satisfeitos, 32% estão satisfeitos e 45% estão insatisfeitos com a segurança do trabalho executado. Este resultado pode ser considerado muito ruim, pois nota-se que, quase metade da amostra, ou seja, 45% estão insatisfeitos com as condições de trabalho, e conseqüentemente não apresentam bom grau de qualidade de vida no trabalho.

e) Satisfação com a Compensação (SC)

Para Hackman e Oldham (1975), de acordo com a teoria de Walton (1973), a compensação justa e adequada é necessária para que haja qualidade de vida no trabalho. Na categoria Satisfação com a Compensação, são utilizados como critérios de avaliação a equidade interna e externa, justiça na compensação, partilha dos ganhos de produtividade e proporcionalidade entre salários (HACKMAN e OLDHAM, 1975), A Figura apresenta a avaliação da categoria Satisfação com a Compensação.

Foi apurado que metade da amostra, ou seja, 50% dos graduandos trabalhadores pesquisados estão insatisfeitos com a compensação, 28% estão satisfeitos e 22% estão muito satisfeitos. Esta é a categoria com a avaliação mais crítica dos Resultados Pessoais e de Trabalho, sendo um resultado muito desfavorável, pois 50% de insatisfeitos é uma parcela muito grande da amostra.

f) Satisfação com o Ambiente Social

A Satisfação com o Ambiente Social é a categoria onde é avaliado o grau de satisfação do funcionário com os relacionamentos no ambiente de trabalho. De acordo com os estudos sobre motivação de Herzberg (1987) a Satisfação com o Ambiente Social é considerado um fator higiênico, e não motivacional, pois é capaz somente de evitar o sofrimento. Nota-se na Figura 4 que 38% dos sujeitos pesquisados estão muito satisfeitos, 49% estão satisfeitos e 13% estão insatisfeitos.

g) Satisfação com a Supervisão

A categoria Satisfação com a Supervisão conforme os estudos de Herzberg (1987) é um fator higiênico, que sendo positivo traz a satisfação do sujeito, é um fator extrínseco e está relacionado à organização do trabalho.

Na Figura 4, foi apurado que 35% dos pesquisados estão muito satisfeitos, 43% estão satisfeitos e 22% estão insatisfeitos.

As categorias Motivação Interna para o Trabalho e Satisfação com o Ambiente Social apresentaram as melhores avaliações, ficando bem acima da média. As Categorias Satisfação com a Possibilidade de Crescimento e Satisfação com a Supervisão obtiveram avaliações muito próximas da média. As categorias Satisfação Geral com o Trabalho, Satisfação com a Segurança do Trabalho e Satisfação com a Compensação obtiveram as piores avaliações e por isso são consideradas mais críticas e necessitam de maior atenção.

Necessidade Individual de Crescimento

A Necessidade Individual de Crescimento permite identificar a relação entre as características da tarefa e as respostas individuais, pois os trabalhadores possuem capacidades e necessidades diferentes. Quando é apresentada alta necessidade de crescimento, é provável que os sujeitos respondam positivamente à tarefa que ofereça mais significância, responsabilidade e conhecimento dos resultados do que quando essas necessidades são baixas. O modelo *JDS*, por meio da categoria Necessidade Individual de Crescimento, mostra que as relações entre as características da tarefa e as respostas individuais são alteráveis de acordo com as necessidades de crescimento do indivíduo (HACKMAN; OLDHAM, 1975, OLDHAM et al, 1978).

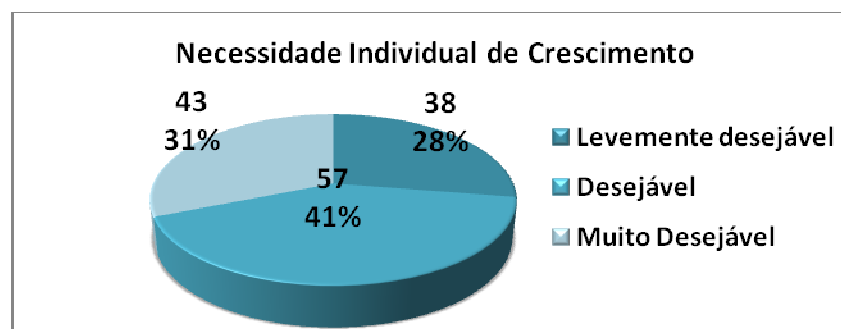


Figura 5: Avaliação da Necessidade Individual de crescimento

Fonte: Dados da Pesquisa

A Figura 5 apresenta que para 28% da amostra, a Necessidade Individual de Crescimento (NIC) é levemente desejável, para 41% é desejável e para 31% é muito desejável, o que não é um resultado muito favorável, mesmo assim, com bom potencial motivador.

Conclusão

Por meio da revisão bibliográfica foi possível evidenciar que o modelo *Job Diagnostic Survey – JDS*, elaborado por Hackman e Oldham (1975) mesmo com o passar dos anos, ainda é considerado atual e é referência no desenvolvimento de questionários específicos para avaliar a QVT sendo atualmente muito utilizados em muitas pesquisas recentes no Brasil e no exterior.

Observando as médias das Dimensões Básicas da Tarefa, percebe-se que as categorias Significado com a Tarefa e Inter-relacionamento foram as categorias que obtiveram melhor avaliação dos graduandos trabalhadores da Universidade pesquisada. A avaliação ruim da categoria Autonomia mostra que pode haver problemas de independência, liberdade e poder de decisão nas tarefas executadas, dificultando assim, a oportunidade para os indivíduos utilizarem e desenvolverem as capacidades humanas. Já na categoria *Feedback* Extrínseco, que também foi mal avaliada, pode-se constatar que há problemas com *feedback* dos desempenhos dos sujeitos avaliados por parte de seus colegas e supervisores.

Na avaliação dos Estados Psicológicos Críticos, a categoria Conhecimento dos Reais Resultados do Trabalho apresentou pior resultado, mostrando que muitos funcionários não percebem a necessidade de seu trabalho, por não terem acesso aos seus reais resultados, o que pode ser um fator desmotivador e está diretamente relacionado à categoria *Feedback* Extrínseco que também foi mal avaliada pelos sujeitos pesquisados. Para reverter esses resultados é necessário a conscientização dos sujeitos quanto aos resultados do trabalho e os objetivos de suas tarefas.

Quanto aos Resultados Pessoais e de Trabalho, pode ser observado que nas categorias ligadas a fatores intrínsecos (SGT, MIT e SPC) consideradas motivadoras por Herzberg (1987), foram obtidos tanto bons. As categorias relacionadas aos fatores contextuais e extrínsecos (SST, SC, SAS, SSU), considerados por Herzberg (1987) fatores higiênicos também obtiveram resultados variados.

Quanto aos Resultados Pessoais e de Trabalho, que são os principais indicadores de QVT no modelo *JDS*, observou-se que má avaliação na categoria Satisfação Geral com o Trabalho considerada por Herzberg (1987) como fator motivador. As categorias Satisfação com a Segurança do Trabalho e Satisfação com a Compensação, que estão relacionadas a fatores contextuais, ligados a fatores extrínsecos e, denominados por Herzberg (1987) como fatores higiênicos, que mesmo sendo atendidos não são capazes de gerar motivação para o trabalho, também obtiveram avaliações ruins. Considerando a avaliação da categoria Satisfação Geral com o Trabalho, pode-se notar que grande parte dos sujeitos pesquisados está insatisfeita com a tarefa que exerce, provavelmente desmotivados e, assim, comprometendo o rendimento de seu trabalho. A má avaliação da categoria Satisfação com a Segurança do Trabalho, constata-se que pode haver problemas quanto às condições de segurança e bem-estar no trabalho, jornadas excessivas e presença de insalubridade nas tarefas executadas. Quanto à má avaliação da categoria Satisfação com a Compensação, explica-se pelo fato que, em sua maioria, os sujeitos pesquisados são jovens profissionais, no início de suas carreiras, com pouca capacitação, tendo assim de se sujeitar a cargos ou ocupações de baixo nível hierárquico para obter experiência e conhecimento, para assim poder competir por cargos e compensações melhores.

Na presente pesquisa, o resultado para a categoria Necessidade Individual de Crescimento foi muito dividido, mesmo assim representando bom potencial motivador dos graduandos trabalhadores da Universidade avaliada. O resultado obtido na pesquisa pode ser justificado pelo fato de os trabalhadores não exercerem um trabalho estimulante e desafiador, sem oportunidades de ser criativos e aprender coisas novas, não tendo assim a sensação de realização. Pois um indivíduo que possui alta necessidade de crescimento provavelmente responderá positivamente ao enriquecimento da tarefa, ou seja, a tarefas que ofereçam mais significância, responsabilidade e conhecimento dos resultados (LEITE JUNIOR, 2009).

Percebe-se nesta pesquisa, que todas as categorias de QVT apresentaram resultados negativos, sejam eles pequenos ou grandes. Esses resultados negativos devem ser verificados e, para isso torna-se necessário um aprofundamento na pesquisa dos fatores que interferem, de modo geral, na QVT, procurando assim garantir a satisfação de todos os trabalhadores e, conseqüentemente, o melhor desempenho de suas funções nas organizações.

REFERÊNCIAS

CAMARINI, G.; CHAMON, E. M. Q. O. Qualidade de Vida no Trabalho: Estudo da Arte na Construção Civil. In: CHAMON, E. M. Q. O.; SOUZA, C. M. (orgs). **Qualidade de Vida no Trabalho**. Rio de Janeiro-RJ: Brasport, 2011 p. 1-25.

CHAMON, E. M. Q. O. **Elaboração de questionário usando o software SPHINX**. Taubaté-SP: TG-PDDG, 2006.

FERNANDES, E. C. **Qualidade de vida no trabalho**. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

LEITE JÚNIOR, J. A. C. **Estresse, Estratégias de Enfrentamento e Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho: um estudo de caso em um Instituto de pesquisas**. Taubaté, 2009. Dissertação (Mestrado), Universidade de Taubaté.

HACKMAN, J. R.; LAWLER III, E. E. Employer reactions to job characteristics. **Journal of Applied Psychology Monograph**, v. 55, n. 3, p. 259-286, jun, 1971.

HACKMAN, J. R.; OLDHAM, G. R. Development of the job diagnostic survey. **Journal of Applied Psychology**, v. 60, nº 2, p. 159-70, 1975.

HERZBERG, F. One more time: how do you motivate employees? **Harvard Business Review**, Boston: p. 87-99, September/October, 1987.

LEITE JÚNIOR, J. A. C.; CHAMON, E. M. Q. O.; CHAMON, M. A. Um estudo da qualidade de vida no trabalho em um Instituto de Pesquisas. In: CHAMON, E. M. Q. O.; SOUZA, C. M. (orgs). **Qualidade de Vida no Trabalho**. Rio de Janeiro-RJ: Brasport, 2011 p. 26-28.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Treinamento e qualidade de vida**. Série de working papers n.01/007. Faculdade de economia, administração e contabilidade – Departamento de administração, 2001. Disponível em: <<https://www.ead.fea.usp.br/WPapers/2001/01-007.pdf>>, acesso em: 21 de Abril de 2012.

MORAES, L. F. R.; KILIMNIK, Z. M. **A qualidade de vida no trabalho burocrático automatizado**. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEPAD, 1989. Relatório de Pesquisa, CNPq.

PEREIRA, L. T. Z. **Estresse, estratégias de enfrentamento e qualidade de vida no trabalho: estudo de caso na área da construção civil**, Taubaté, 2009. Dissertação (Mestrado), Universidade de Taubaté.

RODRIGUES, M. V. C. **Qualidade de vida no trabalho**: evolução e análise no nível gerencial. Petrópolis: Vozes, 1994.

WALTON, R. E. Quality of working life: what is it? **Sloan Management Review**, v. 15, n. 1, p. 11-21, Outono, 1973.

REFLEXÕES SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA. O EXEMPLO DA UESB, ENTRE A ALTA PERFORMANCE E A ALTA FLEXIBILIDADE

Deyse Cardoso Souza

Discente Pedagogia. Bolsista CNPq/UESB. Grupo de Pesquisa GEILC
deysinha.cardoso@hotmail.com

Viviane Meira Lima

Discente Pedagogia. Bolsista FAPESB/UESB. Grupo de Pesquisa GEILC
yivimeiralima@hotmail.com

Tânia Regina Braga Torreão Sá

Docente do DCHL/UESB. Orientadora de IC/UESB. Pesquisadora do GEILC
taniatorreao@gmail.com

RESUMO: No Brasil, nas últimas décadas, vem ocorrendo mudanças significativas no sistema de ensino superior. Tais mudanças geralmente implicam na acentuação da precarização do trabalho tanto docente quanto discente. O objetivo desse estudo é refletir sobre o processo do trabalho na Universidade Pública, analisando a materialidade das relações sociais, as múltiplas determinações associadas ao contexto histórico e as contradições inerentes e vinculadas a esse processo de natureza ontológica. Busca-se retratar, por meio do exemplo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), aspectos vinculados a precarização do trabalho, levando-se em conta uma aparente contradição que se estabelece entre a alta performance e a alta flexibilidade do contrato de trabalho.

Palavras-chave: Precarização do trabalho; docente; discente.

ABSTRACT: In Brazil, in recent decades, there has been significant changes to the higher education system. Such changes generally result in accentuation of precarious

work both as student teaching. The aim of this study is to reflect on the process of work in Public University, analyzing the materiality of social relations, the multiple determinations related to the historical context and the inherent contradictions and linked to this process of ontological nature. Seeks to portray, through the example of the State University of Southwest Bahia (UESB), aspects linked to precarious employment, taking into account an apparent contradiction that arises between high performance and high flexibility of the labor contract.

Keywords: Precarious work; Teacher; Student.

As reformas educacionais iniciadas no Brasil e nos demais países da América Latina na década de 1990 têm trazido mudanças significativas para as universidades. São reformas que encetam profundas transformações, não somente nas instituições universitárias, mas na educação como um todo. No entanto, a literatura sobre o tema, estranhamente, não tem oferecido aportes suficientes para a análise dos processos mais recentes de mudança, o que justifica a necessidade dessa investigação.

Na atual conjuntura, novas questões são trazidas ao debate e as discussões sobre exigência de alta performance e flexibilização do contrato de trabalho colocam a premência de pensarmos que modelo de universidade temos hoje, bem como, que modelo de universidade pretendemos construir para deixar como legado as outras gerações.

Se no ensino básico a precarização do trabalho enseja intensas transformações, na universidade pública parece se instituir na realidade concreta, fenômenos ainda mais complexos e contraditórios do que àqueles que afetam essa modalidade do ensino, pois, ao mesmo tempo em que o docente universitário convive com a exigência de hiperespecialização (alta performance), ao mesmo tempo, esse mesmo profissional se vê obrigado a enfrentar problemas como a desvalorização da carreira, a precariedade das instalações para desenvolverem o seu trabalho, além dos baixos salários que, muitas vezes os obrigam a buscarem nos programas institucionais que precarizam ainda mais o trabalho, alternativas para complementar a sua renda. E tudo isso torna-se um ciclo vicioso, pois, em face do processo de precarização, o contrato de trabalho torna-se mais

flexível, obrigando ao reconhecimento parcelar ou perda de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora docente.

Mas o que significa precarização do trabalho? Leite Lopes (2011) afirma que o surgimento da noção de precarização parece estar associado às modificações na organização da produção no período pós-fordista, que ganha força dos anos 1990 em diante e que se coloca no sentido de diminuir custos e subtrair direitos da classe trabalhadora. O termo precarização, nesse sentido, estaria também correlacionado às novas práticas de terceirização-passagem de atividades supostamente não essenciais à finalidade do capital. A noção faz sentido também no contexto de um ataque à sociedade salarial e ao Estado social que foi sendo construída ao longo do século XX nos países centrais da Europa e alguns outros espalhados pelo mundo.

Os estudos sobre a precarização do trabalho nas universidades públicas constituem-se em um campo temático multidisciplinar, instigante e rico. No caso do trabalho dos docentes, como já foi evidenciado anteriormente, a sociologia, a geografia, a história, o serviço social, a saúde e a educação constituem-se em áreas de conhecimentos aonde têm sido produzidos esclarecimentos muito interessantes sobre as diversas dinâmicas de precarização vivenciadas nesse espaço. Esses estudos, realizados por autores como Frigotto (1984), Gentili (1998), Chaui (2000, 2001) e Mézaros (2005), discorrem sobre como a reestruturação produtiva atinge esse espaço.

Conquanto as pesquisas sejam esclarecedoras e ricas, no entanto, a sensação que temos é que os estudos sobre a precarização do trabalho nas instituições públicas de ensino superior (IES), deveriam ser produzidos em maior quantidade. Um outro problema importante é que os poucos trabalhos que existem, geralmente atêm-se na análise da precarização do trabalho docente (OLIVEIRA, 1996; PINTO, 2000 E 2002; DAL ROSSO ET AL., 2001; INÁCIO & WAGNER, 2003), o que pode reforçar a compreensão equivocada de que o único afetado pela lógica da precarização do trabalho é o professor universitário. Pouco tem sido debatido acerca da exigência de alta performance no trabalho para o discente universitário, que tem sido obrigado a ajustar-se as novas exigências das relações de trabalho, inclusive para perspectivar um diferencial no currículo, um lugar mais promissor no mercado de trabalho, pós processo de formação na graduação e, principalmente, assegurar as condições materiais que assegurarão a sua existência.

No que diz respeito às condições que patrocinam a sua realização, a viabilidade desse trabalho encontra-se sustentado em um conjunto de fatores interdependentes que

concorrem para sua prática e que afirmam a sua plena exequibilidade. Exequibilidade essa que começou a ser construída através das pesquisas de iniciação científica – financiadas respectivamente, pelo CNPq e FAPESB –, que estamos desenvolvendo sobre a orientação de Tânia Regina Braga Torreão Sá, docente assistente do Departamento de Ciências Humanas e Letras da UESB/Jequié. Também o envolvimento com o Grupo de Estudos Sobre Ideologia e Luta de Classes (GEILC), devidamente cadastrado no CNPq e liderado do Prof.º Dr.º José Rubens Mascarenhas de Almeida, concorre para exequibilidade dessa pesquisa, pois, no GEILC temos partilhado experiências tem nos ajudado a focar no tema de nosso investimento, a fim de que seja produzido um trabalho que ajude a orientar a política de trabalho na UESB.

A condição de discentes do Curso de Pedagogia da UESB, *Campus* Universitário de Jequié, há 2 e 1/2 anos, por outro lado, também, permite compreender a realidade concreta na posição de observadoras privilegiadas. Essa oportunidade de contato próximo do objeto a ser pesquisado, em nossa avaliação, será decisiva para a operacionalização de todas as metas prescritas.

Segundo dados do último Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o quadro de docentes da UESB, em fevereiro de 2012, é composto por 978 docentes efetivos e concursados, sendo 594 em regime de dedicação exclusiva, 323 em regime de 40 horas e 54 em regime de 20 horas e 95 professores temporários (substitutos e visitantes). O quadro de funcionários em efetivo serviço na UESB, no primeiro trimestre de 2012, é representado por 580 Servidores Técnico-Administrativos em Educação, assim distribuídos: 452 efetivos e 128 temporários (livres nomeados e regime de direito administrativo). Registram-se ainda 302 estagiários.

Reconhecendo a “filosofia da contenção de despesas” como um desafio a ser discutido empiricamente, em vista das significativas transformações que ela causa nas universidades públicas baianas, a pesquisa tem o objetivo identificar e analisar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho da UESB, autarquia estadual que pela consolidação da importância na dinâmica regional, se destaca enquanto instituição da região sudoeste do Estado da Bahia que registra, em março de 2012, um total de 8.498 alunos matriculados nos 44 cursos de graduação presenciais regulares; 16 cursos presenciais especiais, com 4 turmas nas cidades de Itororó e Macarani, em diferentes turnos, assim distribuídos: 7.507 matrículas na modalidade presencial, 991 na modalidade presencial especial na Plataforma Freire (Prograd, SGC, CAP, março de

2012). Na pós-graduação, a UESB tem as seguintes matrículas: *latu sensu*, 263; mestrado, 274 e doutorado, 71.

Pautando-se, outrossim, no cuidado e na fidedignidade com as categorias – trabalho e educação – e conceitos – precarização do trabalho e universidade – que julgamos imprescindíveis a definição de qualquer opção metodológica, apropriamo-nos de referenciais analíticos da escola marxista para lastrar uma melhor compreensão do modo como a precarização do trabalho afeta as instituições públicas, em especial, a UESB.

Inspiramo-nos, então na "arquitetura metodológica" criada por Almeida (2009), para quem “[...] método e teoria não são objetivos finais de um trabalho científico, mas ferramentas propiciadoras de um melhor entendimento do objeto [...]” (p.16) na pesquisa adotaremos categorias marxianas relacionadas à precarização do trabalho e marxistas, uma vez que abordarão o trabalho ontológico. Tal fato nos obriga a recorrer a um amplo espectro de referências bibliográficas, documentais e cartográficas.

Com a constituição desta "arquitetura metodológica" busca-se evidenciar a gênese e as transfigurações sofridas no decorrer da existência da UESB. Na mesma medida, busca-se também uma aproximação com três aspectos importantes do método histórico, que podem ser considerados indispensáveis para a comprovação de nosso objeto de estudo. Os aspectos indeclináveis do método histórico, nesse trabalho envolvem a análise da materialidade das relações sociais, as múltiplas determinações postas nos contextos históricos e as contradições inerentes aos processos sociais.

Por tudo o que foi dito pode-se afirmar, então, que o processo de precarização do trabalho na UESB, acirra a dupla contradição presente na base de reprodução do sistema capitalista, estabelecendo a exigência de uma crescente produtividade do trabalho social, vinculada umbilicalmente a alienação. Nesse contexto ressalta-se a força de trabalho, expondo em determinado sentido, seu uso repressivo e destrutivo, e, sob outro ângulo, o trabalho morto e subsumido. Em segundo lugar, a contradição é estabelecida entre o caráter social da produção e a apropriação privada dos excedentes.

Precarização por decreto. Efeitos do Decreto n.º 12.583 sobre a UESB

Com a publicação do Decreto n.º 12.583/2011 estabelecem-se:

“[...] procedimentos específicos sobre a execução orçamentária e financeira no âmbito da administração direta, suas autarquias, fundos, fundações e empresas estatais dependentes para o exercício de 2011 [...]” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA, 2011),

Tal decreto preconiza que os Diretores de Finanças, os Diretores de Orçamento ou equivalentes das Secretarias, bem como, outros que sejam responsáveis pela execução orçamentária, financeira e contábil das Unidades da Administração Direta, suas autarquias, fundos, fundações e empresas estatais dependentes deverão observar as regras instituídas pelo Governo do Estado da Bahia para contingenciamento de despesas.

Para fins deste Decreto considera-se empresa estatal dependente, aquela que esteja incluída no orçamento fiscal e da seguridade social do Estado da Bahia e, conforme disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo empresa controlada e que receba do ente controlador, o Estado da Bahia, recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

O decreto chega numa péssima hora, pois, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) tem buscado uma inserção maior nas mais diversas comunidades que integram a região sudoeste da Bahia, indo além da expansão do acesso ao ensino público e gratuito, buscando aproximar-se das demandas sociais, posicionando-se como um agente importante no processo de transformação da realidade social e econômica regional. Esse propósito institucional abre espaço para a existência de uma compreensão de que a UESB deve se colocar, também, a serviço das iniciativas de pesquisa desenvolvidas, desde os mais, até os menos expressivos espaços desta região. Com o decreto de contingenciamento em vigor, esse importante compromisso fica seriamente comprometido.

Conforme dados da Secretária de Administração do Estado da Bahia (SAEB), o orçamento do Governo do Estado, sofrerá os efeitos de um contingenciamento que segue a política de cortes do governo federal, a qual pretende suprimir das verbas do orçamento global de tal Estado R\$ 55 bilhões este ano.

Nessa pesquisa, perspectivamos colocar o objeto de estudos (a UESB) entre bias, procurando favorecer uma compreensão do fenômeno da precarização do trabalho nessa universidade, tendo em vista o entendimento do seu papel frente à sociedade capitalista.

A precarização do trabalho na UESB

a) PIBID e PARFOR e a precarização do trabalho docente

Nesse tópico buscamos compreender um pouco mais acerca da exigência para a alta performance e flexibilidade do contrato de trabalho, que subordina os docentes. Que novo contrato de trabalho é esse e quais novas exigências ele traz, de modo a reforçar a precarização do trabalho na UESB? Será essa uma das questões que pretendemos responder.

A fim de realizar um investimento mais seguro naquilo que é de fato objeto de nosso trabalho, isto é, o estudo da precarização do trabalho docente na UESB buscamos explicitar o caráter paradoxal de programas institucionais, a exemplo do PARFOR e PIBID, um paradoxismo duro, que se expressa alias, via de regra, por meio do embate entre nossos princípios éticos e morais e a necessidade de assegurar as condições materiais de nossa sobrevivência.

Programas de qualificação do trabalho docente evidenciam a realidade da precarização do trabalho, de modo que, em vista dos mecanismos de contrapartida estabelecidos pelas agências financiadoras nos já combalidos orçamentos das universidades públicas, a adesão a esses projetos e programas se tornou comum.

Baseado no objetivo de dar conhecimento sobre a relevância desses programas, em julho de 2012, na UESB de Vitória da Conquista foi realizado o *Fórum dos Cursos de Graduação. Licenciatura e Bacharelados*, com a temática: *Avaliando as políticas acadêmicas para o Ensino Superior na UESB*. O encontro propiciou ricas discussões sobre a política educacional de ensino superior no cenário do Plano Nacional de Educação (PNE) permitindo-nos também, a tomada de conhecimento sobre alguns programas nos cursos de licenciaturas da UESB, a exemplo da Plataforma Freire (PARFOR).

Decorrente da necessidade de complementação salarial – pois, o Estado da Bahia infelizmente ocupa o último lugar em termos de remuneração aos docentes universitários em todo o nordeste, ressalte-se, apesar desse mesmo Estado ter o 5º maior PIB entre os outros 25 estados do Brasil – muitos professores da UESB se inserem em programas como PARFOR em vista do incremento da bolsa do pesquisador.

Mas o que é a PARFOR? A PARFOR é um sistema eletrônico, criado em 2009 pelo Ministério da Educação (MEC) com a finalidade de realizar a gestão e acompanhamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Escola Básica.

Em maio de 2012, o sistema passou a ser gerido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e está sendo reestruturado para incluir um conjunto de funcionalidades que permitirão informatizar todo o processo de gestão, acompanhamento e revisão, planejamento da formação inicial dos professores da educação básica. Nesse sistema, a CAPES atualmente publica a relação de cursos superiores ofertados pelas instituições de ensino superior para os professores da rede pública da educação básica.

Atualmente, a UESB tem matriculados especificamente nesse programa, 991 professores em efetiva regência de classe. O quantitativo desses professores em regência – que são os alunos do PARFOR – matriculados diminuiu substantivamente período letivo 2012.1, em razão das conclusões de curso. A expectativa da gestão da UESB, no entanto, é estimular a criação de novos cursos fazendo, por conseguinte, o número de matrículas aumentar novamente, pois, no PDI está prevista a implantação de 10 novos cursos até o ano de 2017.

A UESB promove o PARFOR, no estrito atendimento dos marcos legais. Considera-se aí o Art.º 63 e 64 da LDBN – 9.394/96 que estabelece:

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

- I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;
- II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;
- III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Inquietações, no entanto, são instigadas em relação às finalidades contraditórias que estão por detrás da participação de docentes da UESB no PARFOR, pois, aqui não nos interessa, é bom esclarecer, fazer ilações sem que estejam baseadas na perspectiva do contraditório, por isso avaliamos que – as pesquisas realizadas até o presente momento demonstram isso – em boa parte das entrevistas que realizamos, o estímulo financeiro da bolsa torna-se razão fundante da vinculação tanto dos docentes quanto dos

discentes, respectivamente, nos programas PARFOR e PIBID. Mais ainda, apesar do caráter reparador de ambos os programas, 38% dos docentes entrevistados não acreditam na proposta pedagógica do PARFOR e 85% reclamam da impossibilidade de realização de um trabalho que oportunize acompanhamento dos professores em exercício durante o processo de sua formação. Uma ausência sentida é também, a de uma política de formação continuada para que os docentes que dão aulas nesse programa possam sentir mais de perto os resultados da intervenção feita em cada uma das matérias ministradas.

b) IEL e a precarização do trabalho discente

Uma vez que consideramos o trabalho uma categoria ontológica, e por isso mesmo irrevocavelmente ligada a ‘natureza do humano’, não podemos alijar o estudante de também realiza-lo e sob as mesmas condições precárias que todas as outras classes que compõem a universidade. Objetivamente tal precarização ocorre, porque em vista da necessidade de se sustentar, o discente atropela sua formação, procurando associar, estudo e trabalho.

Tendo em vista a precarização do trabalho discente, vale destacar ainda, a participação das bolsistas do projeto no *Fórum Estágios, Ensino Superior e Mercado de Trabalho: Perspectiva para o futuro* que discutiu algumas nuances da participação discente no estágio do Instituto Euvaldo Lodi – Departamento Regional da Bahia (IEL/BA). Tal momento proporcionou muita riqueza de conhecimentos, além da possibilidade de esclarecermos várias dúvidas.

Mas o que é o IEL? O Instituto Euvaldo Lodi – Núcleo Regional na Bahia (IEL/BA) foi criado em 09 de setembro de 1969 pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), pelo Serviço Social da Indústria (SESI-BA) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-BA), tendo na sua origem, como atividade principal, o Projeto de Estágio Supervisionado.

É constituído como uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada ao Sistema FIEB (FIEB, SESI, SENAI e IEL).

Desde 1994, para o cumprimento da sua Missão, o IEL/BA atua através de 3 áreas de negócios: Interação Universidade Empresa, Capacitação Empresarial e Tecnologia e Inovação.

O discurso recorrente para 64% dos discentes entrevistados é que por meio da participação no IEL, ele aluno tem a oportunidade de colocar em prática o que aprende de forma teórica na Academia, porém, ao serem questionados sobre se acham que a participação nesse programa ajuda na precarização do trabalho, 91% alegaram que sim, a participação no estágio do IEL contribui para a precarização, tanto do trabalho de estagiário quanto para a precarização do trabalho do professor regente da classe, na medida em que, apesar do contrato não prever a regência, a realidade da escola impõe que esse efetivamente assuma todas as funções do professor e para isso, nunca é bom esquecer o aluno universitário não recebe tal qual o professor.

Um outro aspecto importante e grave a ser destacado é que o estágio do IEL tem sido utilizado como mecanismo protelatório pelo Estado, para adiar a realização de concursos públicos. Ora, se o estagiário ocupa o lugar do professor e se esse estagiário tem um custo de manutenção bem mais baixo para o Estado, do que o custo de manutenção de um professor concursado, então, vamos manter as escolas cheias de estagiários para não concursar o professor.

Algumas inquietações foram esclarecidas pela coordenadora do IEL, a respeito da supervisão. Nesse debate, pôde ser observado que um dos aspectos fundamentais para o bom desempenho do Programa consiste na preparação dos supervisores de estágio que compõe o corpo de funcionários da instituição. O discente, quando é contratado pelo IEL, precisa de uma assinatura-orientador da instituição responsável pela sua graduação, passando este a responder pelo desempenho do aluno em seu estágio extracurricular. Mas isso efetivamente não acontece, pois, na planilha financeira do IEL não há remuneração prevista para o pagamento do professor-orientador.

De acordo com relatos fornecidos por estagiários do IEL, os aconselhamentos proporcionados pelo instrutor trazem enriquecimentos e são de fundamental importância, já que pelo fato de encontrarem-se em processo de iniciação à docência, nem sempre é possível saber a maneira operar teoria e prática.

No calor das discussões, foi retomada a questão de que dentro dos direitos do discente nos estágios proporcionados por essa instituição, deveria estar incluído o direito de prestação de auxílio e preservação da integralidade da proposta do IEL que não implica em assumir a sala de aula, mas implica, sobremaneira, numa oportunidade de qualificação muito mais pela observação e co-regência do que outra coisa.

A representante IEL, no entanto, não concorda conosco e reforça a necessidade do discente assumir a sala de aula. Em sua compreensão “[...] essa seria a maneira mais

eficaz de aprender...o estagiário assumindo a sala de aula e sendo capaz de adotar o cargo de substituto do professor em momentos de necessidade [...]”.

Novamente o paradoxo se impõe, pois, apesar do IEL não se constituir enquanto estágio obrigatório, apesar de reconhecermos que esse se embasa fortemente na precarização. Tanto do trabalho do discente universitário, quanto do trabalho do professor-orientador, a grande realidade é que ele acaba assumindo o caráter de programa de fundamental importância para própria permanência no aluno na/da Universidade. O que força a essa alienação é o pagamento da bolsa que gira em torno de R\$ 540,00. É pela via da precarização, portanto, que o estudante de Pedagogia da UESB, passa a receber um auxílio financeiro para condução, xerox, dentre outras necessidades.

O indivíduo se vê obrigado a atuar no IEL para receber o auxílio da bolsa, se submetendo a situações de desgaste, uma vez que as condições que o induziram à procura desse estágio não foram motivos educacionais. Tal circunstância pode também levar à precarização de seu trabalho. É importante frisar ainda, que a bolsa do IEL não é regular, ou seja, os estagiários não recebem seu auxílio dentro do período e prazo determinados. Recentemente, inclusive, os estagiários contavam com quase 90 dias sem receber a bolsa.

Não há dúvidas quanto a isso: é preciso repensar a prática do IEL, uma vez que, a instituição incumbe-se, apenas do remanejamento dos estudantes para as vagas que precisam ser preenchidas e, segundo a mesma, não tem a competência de avaliar o aluno e de dar o suporte necessário. O professor seria no caso, além de supervisor, orientador, não recebendo, contudo, remunerações para exercer esse cargo, o que adquire também uma conotação de precarização do trabalho docente.

Conforme o Art. 7º da Lei 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio, algumas regras devem ser respeitadas no que tange ao cumprimento do deveres das instituições parceiras. Dentre estas, destaca-se:

- I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

- IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
 - V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
 - VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
 - VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.
- Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante

Conforme Mészáros (2005) “[...] a educação significa o processo de “interiorização” das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-los à sua aceitação passiva [...]” (p.7). O estágio do IEL, sem sombra de dúvidas, significa isso.

O sistema educacional se estrutura por meio do trabalho. Os homens só se constituem homens na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalho é agir sobre a realidade e a natureza, transformando-as em objetos da necessidade humana, tornando-se a base da existência humana. Porém o conceito de trabalho se modificou sob a lógica do capitalismo, pois, perdeu a extensão original, que seria satisfazer as necessidades humanas para acatar as necessidades do capital, comprando e vendendo mercadorias com o objetivo de, ao fim do processo, obter mais dinheiro (mais valia) em relação àquele inicial. O capitalista compra a força do trabalhador, e este tem se tornado um produto mais barato do que aquele que é criado por ele.

De acordo com Lima (2011, p.344).

O objeto produzido se torna algo estranho e hostil a quem o produziu, e, quanto mais o trabalhador produz, mais aumenta esse antagonismo, pois aumenta a quantidade de objetos estranhos a ele. O trabalho perde seu sentido emancipador e o trabalhador torna-se vazio; o produto do trabalho torna-se estranho ao trabalhador.

Enquanto os seres humanos viverem sobre o escudo do capitalismo e de seu modo de produção, o trabalho com a educação não poderá ser considerado como algo que aspire a emancipação do sujeito e, infelizmente, o que se vê é que tal trabalho, regulado e subordinado pelo capital, regido pela mão pesada da produtividade se espraia na universidade pública.

O caráter subordinado das práticas educativas é moldado pelo interesse do capital, já que o trabalho é o princípio educativo e fundamental de todo ser humano. Porém o caráter subordinado da educação se encontra mais presente na qualificação das classes trabalhadoras, ligadas à necessidade imediatista da produção, enquanto os filhos das classes dirigentes são preparados para governar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenrolar os fios alinhavados que dão os contornos da “nova” dinâmica do trabalho na universidade pública tem sido difícil, principalmente, porque a realidade concreta coloca a todos que a integram diante do conflito que se estabelece entre os nossos princípios éticos e morais e o assegurar das condições materiais de nossa sobrevivência. O que não se pode abrir mão de realizar, no entanto, é de realizar a crítica a nossa produção, ao modo como construímos e precarizamos as nossas relações dentro do trabalho.

A crítica realizada acerca do sistema produtivista que opera à base da precarização do trabalho tem sido implementada, principalmente, por meio de uma análise crítica aos órgãos de fomento e de avaliação (como CAPES, CNPq e seus congêneres estaduais) que tende a ver todos os docentes e discentes que estão presos aos cordões da produtividade acadêmica como agentes conscientes do sistema e, conseqüentemente, como produtores de suas próprias experiências em condições escolhidas por eles mesmos. Esquece-se que as circunstâncias em que muitos docentes e discentes estão escolhendo o produtivismo são historicamente determinadas, obviedade que deveria desmistificar tal escolha como espontânea. Em grande medida, a produtividade (recompensada monetária e simbolicamente) representa a perda da autonomia intelectual, a perda do controle sobre o processo de trabalho, a forma atual da subsunção do trabalho intelectual à lógica do capital. Como os primeiros trabalhadores que internalizaram uma prática econômica com base na frugalidade, poupança e sentimento de compensação espiritual nos começos do capitalismo, enfrentamos hoje

com uma dinâmica muito semelhante. Por isso, o risco de não decifrarmos essa realidade e desenvolvermos os melhores instrumentos de luta.

Nesse sentido, podemos estabelecer uma correlação com os docentes do ensino superior, uma vez que estes autores desenvolvem basicamente as mesmas atividades e possuem rotinas parecidas com as do trabalho escolar. Cabe, entretanto, ressaltar que essas tarefas tornam-se ainda mais complexas, visto que a educação superior necessita de conhecimentos mais precisos e da implementação de técnicas mais específicas.

Corroborando a análise de Saviani (2007) pode-se dizer que:

Assim, se nas sociedades primitivas, caracterizadas pelo modo coletivo de produção da existência humana, a educação consistia numa ação espontânea, não diferenciada das outras formas de ação desenvolvidas pelo homem, coincidindo inteiramente com o processo de trabalho que era comum a todos os membros da comunidade, com a divisão dos homens em classes a educação também resulta dividida; diferencia-se, em consequência, a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada. E é aí que se localiza a origem da escola. A educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho.

Mediante as transformações do processo de trabalho tem ocorrido um crescente aumento do processo de precarização. Estamos todos envolvidos nesse processo porque, trata-se como dissemos acima, do duro embate entre o assegurar das condições básicas de nossa sobrevivência e mantermos nossos princípios éticos. É terrível admitir, mas, tanto para o docente quanto para o discente, a grande questão que se coloca é neutralizar a descrença da eficiência de nossa ação pedagógica em prol do ganhar algum dinheiro.

Lima (2011), por isso mesmo destaca

O conceito de força de trabalho revela uma dupla face. A força de trabalho é, num primeiro momento, uma mercadoria igual a qualquer outra, pois tem seu valor de uso – sua utilidade, porque é capaz de produzir algo – e seu valor – para ser trocada por outra coisa que tenha o mesmo valor. Entretanto, num segundo momento mostra sua peculiaridade, que é a de aumentar o valor das mercadorias. Isso ocorre porque o valor que é pago pela força de trabalho (potência) é menor do que o valor do trabalho extraído (ato) dessa força de trabalho (LIMA, 2011).

Bosi (2007) revela a pressão sofrida pelos docentes e discentes para o aumento da produção de seu trabalho dentro de uma jornada de 40h, não se prende exclusivamente, ao ambiente da universidade. É válido ressaltar que tanto o trabalho docente quanto o trabalho discente, simplesmente não finda ao término da aula, mas

perdura, inclusive, no domicílio, tendo em vista a necessidade de renovação constante do aprendizado que já temos e daquele que pretendemos renovar ou adquirir.

Uma profissão que exige esforço mental e emocional, pois nos dias atuais, tudo se ver em sala de aula. Apesar de ter uma carga muito alta em suas atividades e que muitas vezes são desenvolvidas em diferentes instituições, os docentes ainda passa por problemas em relação ao comportamento dos discentes. São duas categorias que volta e meia entram em conflito em decorrência a aplicabilidade do ensino e a falta de respeito de um para com o outro.

Tendo em vista que estamos apenas no início das pesquisas, onde nos encontramos em fase de construção teórica, em levantamento de dados bibliográficos e documentais, não fomos ainda a campo para ter uma conclusão concreta do projeto, mas nossas pesquisas e participações em eventos que retratam a temática, como o exemplo que foi citado do fórum de graduação realizado na UESB, estão sendo de grande importância para obtermos uma conclusão acerca da precarização do trabalho. Possibilitando uma maior compreensão da realidade acadêmica dando-nos subsídios para aplicar na pesquisa.

Os resultados esperados em curto prazo, ou seja, durante o período de vigência do projeto consistem em:

1. Realizar publicações de autoria dos participantes do projeto nos eventos científicos internos e externos da instituição;
2. Preparar artigos de pesquisa para submissão em periódicos;
3. Desenvolvimento e divulgação de informações que apoiem a gestão da UESB tendo em vista a melhoria das condições de trabalho na instituição.

Esperamos que através do projeto consigamos o entrosamento de pesquisadores e doutores, colaborando para a consolidação e ampliação das nossas pesquisas sobre a precarização do trabalho. Esse seria o resultado vindo de médio ou longo prazo.

Outro aspecto através do qual esperamos obter proveito, é o do reconhecimento dos centros de pesquisa brasileiros a nível internacional. É importante mostrar ao estudante brasileiro que está se formando no exterior que é possível e viável se fazer pesquisa de qualidade no Brasil. Com isso esperamos diminuir a taxa de evasão" de recém-doutores, ou seja, daqueles que decidem não voltar ao país por acharem que não terão condições de progredir profissionalmente. Além disso, poderemos formar um polo potencial de atração de pesquisadores.

Concluindo, em detrimento das mudanças ocorridas no sistema de ensino superior, pôde ser observado que as questões referentes à precarização do trabalho tanto docente quanto discente são pouco abordadas e constituem temáticas que devem ser avaliadas constantemente e enfatizadas. Sua relevância surge na materialidade das relações sociais, nas contradições intrínsecas dos processos sociais. Portanto, com o exemplo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) foi destacado que é preciso que ocorra a divulgação de informações que possam contribuir interventivamente na melhoria das condições de trabalho, favorecendo as atividades e o correto desempenho das funções dos docentes e dos discentes.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, J.R.M. **Globalização: a retórica do velho imperialismo** (uma abordagem do imperialismo dos séculos XX e XXI. 2009. 432f. (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2009.

BAHIA. Decreto n.º 12.583 de 9 de fevereiro de 2011. Estabelece procedimentos específicos sobre a execução orçamentária e financeira no âmbito da Administração Direta, suas autarquias, fundos, fundações e empresas estatais dependentes para o exercício de 2011. **DOE**. Diário Oficial do Estado da Bahia, Bahia.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação & Sociedade**. Campinas. vol.28,n. 101. 2007. Disponível em:< <http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em: 16 de ago. 2012.

BRASIL, Presidência da República. Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000. Brasília, 2000. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em : 17 de ago. 2012.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em 17 de ago.2012.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 17 de ago.2012.

LEITE LOPES, J.S. Notas sobre a precarização do trabalho no Brasil. **Revista RET – Rede de Estudos do Trabalho**. São Paulo, v. 8, n.º 8, 2011. Disponível em http://www.estudosdotrabalho.org/8_%208%20Articulo%20Leite%20Lopes.pdf. Acesso em 20 de ago. 2012.

LIMA, Alexandre. Trabalho e ação política em Marx. **Revista Athic@**. Florianópolis, v. 1, nº 2 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/index>. Acesso em: 17 de ago. 2012.

MÉSZÁROS, IATVÁN. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. Campinas. Vol.12, n. 34. 2007.

UESB. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia** (2012 – 2017). Vitória da Conquista: PDI/UESB, 2012, 76p.

Segregação Espacial, Mercado de Trabalho e Pobreza na Cidade de Belo Horizonte¹

Geraldo Márcio Timóteo

Prof. Associado da Universidade Estadual
do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

¹ Artigo baseado na Tese de Doutorado sob orientação do Prof. Jorge Alexandre Neves - UFMG

Resumo

Segregação Espacial, Mercado de Trabalho e Pobreza na Cidade de Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte, desde sua origem, em 1897, é provavelmente uma das mais segregada espacialmente entre as grandes cidades brasileiras. A partir dessa informação, decidimos analisar os possíveis efeitos desta realidade no mercado de trabalho, mais especificamente sobre os ganhos salariais dos indivíduos residentes nas áreas de favelas identificadas como aglomerados sub-normais pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Para a realização desse trabalho testamos hipóteses sobre a inserção no mercado de trabalho dos indivíduos moradores em favelas comparando-os aos indivíduos que moram fora das favelas, tendo como referência as teorias de capital humano, a do capital social, além da literatura sobre segregação espacial e de mercados de trabalho.

A fim de avaliar os problemas propostos para investigação, analisamos os micro-dados da amostra especial do censo populacional 2000. Utilizando os dados descritos acima, estimamos diferentes modelos de regressão para aferir a probabilidade/razão de chance do indivíduo inserir-se no mercado de trabalho formal ou informal e o incremento da renda – transformado em logaritmo neperiano (\ln) — do rendimento do trabalho principal observando-se seu local de moradia, ou seja, dentro ou fora de uma favela e se localizada em área central ou periférica. Verificamos, ainda, a influência dos anos de escolaridade, experiência em trabalho e atributos adscritos como cor e gênero.

Pudemos afirmar, então, que a fixação de residência dentro do aglomerado urbano subnormal é um elemento limitador da possibilidade do indivíduo incluir-se no ciclo econômico dinâmico da cidade, ainda que ele esteja representado no mercado de trabalho formal, pois é vitimado com uma conseqüente diminuição de sua capacidade de consumo. Os principais achados foram que: 1) mantendo todo o resto constante, viver em uma favela, apesar de não influir no nível de emprego ou no acesso ao mercado formal, em relação ao mercado informal, leva sim, à diminuição dos resultados esperado do rendimento individual em cerca de onze por cento (11%); e 2) mantendo todo o resto constante, aqueles indivíduos que vivem em uma "favela" central têm resultados mais elevados, em quase sete por cento (7%), do que aqueles que vivem nas favelas de periferia.

Ao final, com base nos resultados, podemos ver que a segregação espacial tem um efeito líquido sobre os ganhos dos indivíduos favelados. Mais especificamente, podemos concluir que viver em uma favela diminui as chances dos indivíduos de escaparem da pobreza, e aqueles que vivem nas favelas mais periféricas são ainda mais desfavorecidos.

ABSTRACT

Spatial Segregation, Labor Market and poverty in the city of Belo Horizonte.

Since its foundation, in 1897, Belo Horizonte has probably been one of the most spatially segregated large cities in Brazil. Based on that information, we decided to analyze the possible effects of this reality on the labor market, especially in terms of wage gains of the individuals who reside in the slums identified as below average conglomerates by IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics).

For this work to be completed, we tested hypotheses on the insertion into the labor market of the individuals who live in the slums, comparing them to the individuals who live out of the slums, using as a reference the theories on human and social capital, as well as the literature on spatial segregation and labor markets.

In order to analyze the problems proposed for investigation, we analyzed the micro data from the special sample of the population count of 2000. Using the data described above, we estimated different regression models to assess the likelihood/ratio of the individual to be inserted into the formal or informal labor market and of the increase in the income – transformed into neperian logarithm (ln) – of the main job, considering the dwelling place, that is, in or out of a slum, and in a central or in a peripheral area. We also verified the influence of the number of school years, the work experience, and inherent features such as color and gender.

We could thus sustain that settling within the below average urban conglomerate is a limiting factor to the possibility of inclusion of the individual into the city's dynamic economic cycle, even though this individual is represented in the informal labor market, for he or she is a victim of the consequent reduction in its consumption capacity. The main findings were: 1) if we keep all the rest constant, living in a slum, despite not affecting the job level or the access to the formal market, in relation to the informal market, it does lead to the decrease in the expected results of the individual income in around eleven per cent (11%); and 2) if we keep all the rest constant, those individuals who live in a central slum present higher results, almost seven per cent (7%) more than those who live in the peripheral slums.

Finally, based on the results, we can see that spatial segregation has a net effect on the gains of the individuals who live in the slums. More specifically, we can conclude that living in a slum diminishes the likelihood of the individual to escape poverty, and those who live in the more peripheral slums are in an even more disadvantageous position.

Introdução

A cidade de Belo Horizonte, desde sua origem, em 1897, é uma das mais segregadas espacialmente entre as grandes cidades brasileiras. A partir desta informação, decidimos analisar os possíveis efeitos desta realidade no mercado de trabalho, mais especificamente, sobre os ganhos salariais dos indivíduos residentes nas áreas de favelas identificadas como aglomerados sub-normais pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A fim de avaliar os problemas propostos para investigação, analisamos os micro-dados da amostra especial do censo populacional 2000. Utilizando esses dados, estimamos diferentes modelos de regressão para aferir a probabilidade/razão de chance do indivíduo inserir-se no mercado de trabalho formal ou informal e o incremento da renda – transformado em logaritmo neperiano (\ln) — do rendimento do trabalho principal observando-se seu local de moradia, ou seja, dentro ou fora de uma favela e se localizada em área central ou periférica. Verificamos, ainda, a influência dos anos de escolaridade, experiência em trabalho e atributos adscritos como cor e gênero.

Para a realização desse trabalho testamos hipóteses sobre a inserção no mercado de trabalho dos indivíduos moradores em favelas comparando-os aos indivíduos que moram fora das favelas, tendo como referência as teorias do mercado dual e da teoria de capital humano e Capital Social.

2. Aspectos Teóricos

Entre as teorias que lidam com a formação do mercado de trabalho, temos a do mercado dual cuja origem está, principalmente, nos estudos da formação e funcionamento do mercado de trabalho das economias industriais avançadas. Para Piore (1979) e Averitt (1968), os mercados de trabalho se dividem entre setores primário e secundário. O setor primário seria marcado por empregos estáveis, qualificados, bem remunerados e por boas condições de trabalho. Isso devido ao fato de as funções desenvolvidas exigirem maior nível de conhecimento e de experiência para o desempenho das atividades levando à obtenção de retornos econômicos mais elevados.

Já os trabalhadores do setor secundário estariam sujeitos a empregos instáveis, com um forte grau de desqualificação, baixos salários, benefícios limitados, piores condições de trabalho e pouca capacidade de ascenderem a cargos mais bem remunerados. No caso americano, por haver dificuldades em que trabalhadores locais sejam recrutados

para esses postos de trabalho, boa parte dos trabalhos secundários são realizados a partir do recrutamento de imigrantes para trabalharem nesse setor (TAUBMAN e WACHTER, 1986; PIORE, 1979; AVERITT, 1968).

No caso do Brasil, as análises sociológicas a partir da teoria do mercado dual fixam seus olhares sobre os estudos da formação de um mercado de trabalho que se divide em formal e informal. Esse processo está inserido em um contexto em que, a partir dos anos 90, se verifica uma nítida evolução dos setores de serviços — intensivos em mão-de-obra — com uma redução na indústria de transformação — que passou por uma longa experiência de transformação tecnológica e incorporação de trabalhadores mais qualificados, sem, contudo, deixar de utilizar a mão-de-obra menos qualificada. Em um mesmo espaço de trabalho, haveria indivíduos incorporados ao setor mais avançado da empresa, utilizando equipamentos tecnologicamente mais desenvolvidos e, por isso, possuindo uma maior qualificação; juntamente com indivíduos que ocupariam funções auxiliares e com um baixo teor tecnológico, sendo portadores de baixa qualificação e salários inferiores àqueles outros.

A teoria do mercado de trabalho dual nos permite, ainda, compreender as condições objetivas do contrato de trabalho a que está submetido o indivíduo, ou seja, sobre a sua capacidade de estar incorporado ao trabalho formal ou não, e, também, acerca de sua capacidade de obter uma maior ou menor remuneração, de estar incorporado as situações de emprego que lhe proporcione oportunidades de melhoria e aprendizagem de novas funções. Segundo a teoria, o mercado de trabalho seria um espaço social crivado por posições adscritas, sendo clara a relação entre sexo, idade e cor nas condições de obtenção de postos de trabalho.

O processo de restrição de acesso ao Mercado de Trabalho a diferentes tipos de trabalhadores, com poderes de barganha diferenciados, cria, então, um espaço social com regras e critérios próprios. Esse processo, ao ser investigado, possibilita que compreendamos como a sociedade estrutura suas microrrelações entre empregos e múltiplos trabalhos na sociedade industrial em que vivemos, permitindo aos indivíduos obterem ou não renda suficiente para suprir suas necessidades diárias. Tal fato torna a compreensão dos mecanismos de acesso ao Mercado de Trabalho a chave central para o entendimento do funcionamento da própria distribuição das recompensas sociais nas sociedades industriais.

Na leitura sobre mecanismos de inserção no mercado de trabalho, uma das teorias que se destaca é a do Capital Humano, desenvolvida por Schultz (1973) e Becker

(1965, 1964, 1962). Essa teoria é derivada da teoria econômica neoclássica e expõe a idéia de que um maior aperfeiçoamento da força de trabalho aumenta a eficiência econômica dos trabalhadores e permite o aumento da renda individual com uma consequente permanência no mercado de trabalho.

Esses autores evidenciaram a existência de um tipo especial de capital cuja origem funda-se nas escolhas feitas pelos indivíduos ao investirem em si mesmos como forma de obterem dividendos futuros e o diferenciariam de outros tipos de capitais, tais como, o econômico, o cultural e o social. Eles fundaram, a partir dessa leitura, um corpo teórico e metodológico que ficou conhecido como Teoria do Capital Humano.

Na visão de seus autores, o capital humano teria como elemento fundamental o papel da educação em suas diferentes formas de apresentação. Mas não só isso, também saúde, estado civil, migração e idade fariam parte da equação que corresponderia ao estoque de Capital Humano detido pelo indivíduo. E, assim, baseado no maior estoque de capital humano, esse indivíduo apresentaria uma melhor produtividade marginal e elevaria o seu potencial de barganha no mercado de trabalho, negociando a aplicação de seu capital assim como o faz qualquer capitalista (SCHULTZ, 1961; BECKER, 1964).

Para Schultz (1961), o investimento em educação feito pelo indivíduo deveria ser visto como diferente da compra de um bem, tanto pelas dimensões qualitativas, quanto quantitativas. Isso porque o consumo pode ser visto sob aspectos distintos e dividido em três categorias, sendo a) o consumo que não acrescenta nada em termos de capacidade ao indivíduo; b) o consumo que privilegia o desenvolvimento das capacidades individuais e c) os gastos que buscam conjugar os dois elementos. Schultz diz que o investimento no indivíduo se dá

“quando este indivíduo faz investimento em si mesmo, em qualquer parte do agente humano e isto não pode ser vendido. Entretanto, esse investimento o coloca em contato com o mercado, influenciando rendas e salários. O aumento em ganhos é o produto do investimento feito em capital humano”
(Schultz, 1961: 8, tradução nossa).

Esses argumentos trouxeram consigo outras suposições, como aquelas em que o maior investimento em capital humano por longo prazo levaria à redução do custo geral, pois iriam gerar crescimento endógeno, aumentando a tendência à especialização dos indivíduos e, conseqüentemente, da divisão do trabalho.

Outra consequência do Conceito de Capital Humano é a criação da noção de Empregabilidade, pois, segundo a teoria, existe uma relação estreita entre

desenvolvimento econômico e desenvolvimento educacional. De outra forma, esse conceito quer demonstrar, claramente, a desigualdade de oportunidade na busca de emprego entre os indivíduos, calculando um percentual de requisitos que devem ser adquiridos pelas pessoas a partir de uma noção básica “o que quer o mercado ” ou o que tem sido aceito como sendo “um ótimo” para uma pessoa ser empregável. Por isso é que se observa, em inúmeras atividades governamentais, a existência de planos de incremento das habilidades formais dos indivíduos, através do investimento em Capital Humano, como elemento essencial na elevação da sua capacidade de serem atrativos ou empregáveis pelas empresas, resultando em melhorias em sua posição na estrutura de recompensas da sociedade, ou seja, na estratificação social.

Portanto, um dos elementos básicos no entendimento sociológico da estratificação social e dos níveis de desigualdade, podemos dizer, é a posição ocupacional do indivíduo no mercado de trabalho que será compreendida, em grande medida, pela classificação das profissões a qual se faz a partir da similaridade das funções necessárias ao desempenho dos serviços em relação as demais profissões, ver Cherkaoui (1995: 137).

Em relação as proposições da teoria do Capital Social, podemos começar por Pierre Bourdieu (1986), que aponta que o Capital Social constitui-se em um agregado de recursos originários das relações sociais, institucionalizadas ou não, reconhecido mutuamente entre os participantes dessa interação. Podemos considerar, então, que o Capital Social de um indivíduo dependeria do tamanho e da intensidade dessas relações mobilizadas a seu favor. Outros autores desenvolvem teorias a partir do conceito de Capital Social dando ênfase em outros pontos da estrutura social considerados mais determinantes do que a individualidade apontada pela linha de Bourdieu. Robert Putnam (1996), por exemplo, coloca que a estrutura social na qual o indivíduo está inserido é a responsável pelo capital social, não pertencendo a nenhuma pessoa em especial. Esse capital social seria representado pela confiança, pelas normas e pelos sistemas que contribuiriam para aumentar a eficiência de ação da própria sociedade. A formação de sistemas de interação e comunicação dentro da estrutura social, que, segundo Putnam, conformar-se-ia em um sistema vertical e outro horizontal, levaria à criação de diferenças dentro da estrutura social. Assim, no sistema vertical haveria a retenção de informações entre as partes e uma conseqüente assimetria e dependência. No sistema horizontal, os agentes teriam o mesmo *status* e o mesmo poder, promovendo um quadro maior de reciprocidade.

Outro autor, James Coleman (1990), afirma que o capital social é fruto das interações entre os recursos sociais agregados dos indivíduos e seu grupo, indo além quando afirma que o capital social pode ser detido também por corporações, que agiriam em busca de satisfazer seus interesses dentro de normas que respeitariam as estruturas sociais e as reforçariam, gerando confiança entre seus membros.

Temos, então, comum aos três autores, que a formação do Capital Social, seja ela pelo indivíduo, grupo ou corporação, é sempre uma ação no sentido de maximizar os seus interesses e está baseada em seis dimensões importantes: a) participação social; b) reciprocidade; c) confiança; d) normas sociais; e) valores compartilhados; e f) proatividade. Assim, inserir-se em uma rede social é estar substancialmente ligado ao Capital Social desenvolvido pelo sujeito. Então, quanto maior o seu capital social, maior é a expectativa de manter-se inserido em um mercado de trabalho ou educacional que lhe permita diminuir os riscos de exposição a situações sociais inadequadas, como uma pobreza extrema.

Por apresentar-se como capaz de incorporar em sua análise dimensionalidades não consideradas por outras linhas teóricas/metodológicas, vimos crescer o interesse em desenvolver essa abordagem na leitura das oportunidades de os indivíduos assumirem, com maior ou menor chance, uma posição na estrutura ocupacional. Assim, introduziram-se dimensões analíticas negadas pela Escola Funcionalista, em sua vertente da teoria do Capital Humano e pouco exploradas por aquelas que se intitulam meritocráticas ou credencialistas. Logo, a teoria do capital social irá demonstrar que há uma ligação entre a capacidade dos indivíduos de estabelecerem contatos sociais e as respostas que obtêm ao acessar as posições sociais.

Essa compreensão possibilita-se entender que a ausência de contatos sociais extensos — os laços fracos a que se refere Granovetter (1973, 1985), que abordaremos mais à frente —, fora do círculo de relações familiares, seria um impedimento sério para o progresso social dos indivíduos. Esse processo tem repercussões sobre as condições dos indivíduos de ingressarem no mercado de trabalho.

Para determinar, contudo, a formação do Capital Social dos indivíduos, é preciso traçar sua trajetória de vida, de modo que possamos investigar tanto sua inserção no mercado de trabalho como na rede de suas ligações sociais. É oportuno dizer que rede será um conceito muito utilizado por essa abordagem, já que traz consigo uma idéia de interação e ligação entre partes que, de outra forma, não entrariam em contato ou mesmo se formariam enquanto tais.

Como parte da formação das redes, podemos pensar os grupos religiosos, grupos de amigos, times de futebol, equipes e/ou grupos de trabalho, sindicatos e federações de sindicatos, Organizações Não Governamentais, grupos de pesquisas, comunidades da internet, etc.. Ao percebermos essa formação de contatos sociais, podemos desenvolver um quadro analítico que permite estabelecer uma comparação entre indivíduos dentro e fora do circuito analisado, percebendo suas chances de sucesso a partir de sua participação em uma organização ou não. Dessa forma, não se perde o elemento relacional estabelecido por Bourdieu, como necessário para a execução de uma análise sociológica.

Assim, podem ser percebidos, a começar de uma análise que investigue o envolvimento dos indivíduos na sociedade, os fatores que respondem pelas seis dimensões apontadas anteriormente como parte do capital social. Dessa forma, a partir de sua participação social em entidades de classe, religiosas, etc., poderíamos verificar o estabelecimento de um mecanismo de reciprocidade devido ao aumento da confiança dos outros indivíduos na capacidade de desempenho do indivíduo analisado.

Esse processo dá-se, claramente, pelo aprendizado de normas sociais pertencentes a outros ambientes sociais, além daquele em que o indivíduo foi socializado. A partir do aprendizado e do compartilhamento de valores sociais transmitidos pelos membros do círculo em que se está participando, pode-se perceber a capacidade dos sujeitos de agirem no sentido de melhorarem sua participação no mercado de bens sociais e econômicos a que tem acesso sua rede de contatos sociais.

Esse elemento é tão ou mais importante quando observamos sua implicação para uma sociedade que vive as consequências drásticas do desemprego, conforme abordado anteriormente (ANTUNES, 2002, 1999; DIEESE, 2001; ALVES, 2000; MATTOSO, 1999; ROCHA, 1999), o que, em muitos casos, só é superado pela rede estabelecida de contatos. Veremos surgir essa proposição à medida que nossas hipóteses sobre o capital humano e o mercado dual se mostrarem verdadeiras.

Inclusive, aqui, considerar-se-á que boa parte das possibilidades de acesso a uma rede social, que poderia elevar a inserção social dos sujeitos, é beneficiada ou prejudicada pelo fator ocupação do espaço urbano, tanto quanto a questão da cor, da idade, do gênero. Demonstraremos que a dimensão espacial é um dos elementos que carrega consigo uma forte modalidade de exclusão ou, mais precisamente, de segregação socioespacial que atua em diversas dimensões da estrutura social, tais como, o emprego e a remuneração.

Assim, os modelos que se estruturam pela leitura de dados agregados de educação e renda não explicam totalmente a sobrevivência dos indivíduos que não se enquadram nos modelos analíticos tidos como explicativos da formação da sociedade moderna. Buscar entender a maneira como está organizada a sociedade para essa corrente de pensamento é mais do que determinar suas chances de alcançar posições ocupacionais abstratas e classificatórias. É procurar saber qual o tipo de trabalho que é desempenhado, quem o desenvolve, onde é realizado e como esse trabalho foi obtido. Mas, também, os mesmos fatores podem ser utilizados para perceber o processo de reprodução social que sustenta a posse de posições de poder na estrutura social em mãos dos mesmos agentes sociais. Contudo, apesar da deficiência nas leituras por dados agregados, elas nos permitem obter dados importantes e permitem inferir que parte dos resultados obtidos podem ser atribuídos pela posse de contatos sociais extensos que alteram a capacidade individual de inserir-se nas oportunidades de renda e emprego.

Dessa maneira, as análises que focam as mudanças no mercado de trabalho de uma era fordista – na qual os requisitos de habilidades e treinamentos eram adquiridos nas fábricas — para uma era da chamada especialização flexível — em que os requisitos formais de empregabilidade são, cada vez mais, credenciais adquiridas no banco da escola, (CATTANI, 2002, 2003; ANTUNES, 2002; ALVES, 2000; AMADEO e ESTEVÃO, 1990) — não lançam mão de um arcabouço teórico/metodológico eficaz para perceber a manutenção de estratégias de sobrevivência que perpassam grupos das mais variadas ordens, inclusive, membros das elites.

Assim, quando a teoria do Capital Humano afirma que os novos mercados de trabalho requerem treinamento intensivo no domínio das novas tecnologias utilizadas nas fábricas, e mesmo em setores como comércio, seguros e bancos, ela não consegue explicar o fato de que o acesso a essa formação está restrito a um estrato social permanente.

Como vimos até aqui, podemos aceitar que o capital humano seja um fator que permite a diferenciação nas oportunidades de trabalho no mercado em que estão inseridos os trabalhadores, sejam eles pobres, competindo com pobres, ou oriundos de famílias com posses, competindo com os demais, mas não é o único, nem o principal. Autores como Rocha (1999) e Lucena (1999) afirmam que a rede de relações sociais, parte integrante da Teoria do Capital Social, tem servido como elemento que ameniza os efeitos da pobreza.

No entanto, como demonstra o economista Glen Loury (apud PORTES, 1998), criticando a teoria Neoclássica, a rede de relações sociais detidas por um indivíduo pobre pode ser a razão de sua permanente condição de penúria. Loury, analisando a situação americana, afirma que as desigualdades raciais poderiam ser perpetuadas por duas razões, quais sejam, primeiro, a de que há uma herança de pobreza de pais negros, que é transmitida para crianças em forma de baixos recursos materiais e oportunidades educacionais e, segundo, as conexões existentes entre jovens negros e pobres com o mercado de trabalho é fraca e deficiente, levando a que haja uma ausência de informações acerca de oportunidades de trabalho com melhor remuneração. Esse autor aponta para a literatura sociológica sobre mobilidade intergeracional e heranças de raça como exemplos dos argumentos anti-individualistas.

Os argumentos de Loury podem ser aplicados, também, aos pobres brasileiros. Muito do capital social que se encontra é representado pelo intercâmbio de favores e pela inserção em redes de baixa intensidade em contatos sociais, o que responde por sua pouca efetividade em produzir resultados altamente transformadores das condições objetivas de vida dessas pessoas. Enquanto nas camadas mais altas o inverso é verdadeiro, pois a participação em círculos de amizade e em entidades permite o estabelecimento de relações cruciais para o sucesso de perspectivas de acesso e manutenção do *status* social. Assim, podemos ter essa confirmação na frase de Abramovay, quando diz que

“o capital social será tanto mais forte quanto mais ele permitir a ampliação do círculo de relações sociais em que vivem aqueles que participam de sua construção” (2002: 11).

Da mesma maneira que o capital social pode servir para a análise micro na compreensão dos fundamentos das relações individuais e suas ligações sociais capazes de lhe permitir um encontro com oportunidades de trabalho e ascensão social, que, de outra forma, não ocorreriam, ele também pode ser usado para a análise macro, em que se procura responder questões sobre o porquê do desenvolvimento atingir, diferentemente, regiões e nações. Abordagens do capital social têm demonstrado que a formação de instituições que permitem a organização de informações e auxiliam em seu uso são fundamentais.

Conforme Robert Putnam (1996), o capital social refere-se à existência, em uma comunidade, daquelas características sociais que permitem aos indivíduos sentirem-se à vontade para produzir uma organização social. Isso irá agir no sentido de gerar mais

eficiência nos processos que envolvem a necessidade de participação e decisão coletiva. Trata-se, na verdade, dos elementos que o autor denomina de capacidade cívica de determinados grupos sociais e que vai apresentar-se através de associações que buscam o bem de todos. Ao se organizarem coletivamente, essa união fortalecerá a busca pela realização de direitos tanto civis, quanto políticos e sociais. Dessa maneira, Putnam vai afirmar que é a presença ou a ausência de tais fundamentos que fornece o modo peculiar de ação cidadã das diferentes sociedades.

Putnam chegou a essas conclusões analisando o desenvolvimento italiano de 1970 até 1989. Ele configurou, em sua análise, os elementos que favoreciam o desempenho dos governos regionais no Norte da Itália em detrimento do Sul do país. As desigualdades encontradas levavam a região Norte a ser mais desenvolvida, enquanto a região Sul era empobrecida. Sua busca inicial foi reproduzir aquilo que havia de eficiente no Norte para ser levado ao Sul, alterando as políticas dos governos regionais de modo a adotarem as mesmas práticas.

Putnam encontrou que o que permitia uma maior eficiência estava relacionado ao papel das tradições cívicas, sendo esses os elementos que puderam contribuir para o Norte se tornar mais eficiente que o Sul. A confiança mútua estabelecida no Norte permitiu o desenvolvimento de instrumentos de cooperação entre os indivíduos, fortalecendo o sentimento de pertencimento à comunidade e, conseqüentemente, as relações sociais, levando à consolidação das instituições e permitindo a superação de problemas ligados ao desenvolvimento e manutenção das estruturas sociais.

Dessa forma, Putnam verificou que a participação constituía-se no elemento que iria permitir ao grupo criar e compartilhar princípios morais e éticos, dando forma à ação do próprio grupo. Assim,

“para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico e humano”
(PUTNAM, 1996: 192).

Podemos dizer que a abordagem do Capital Social vem reforçar a posição da existência de mecanismos sociais desenvolvidos pelas comunidades no sentido de reforçar seus aspectos de cultura comum e solidariedade, demonstrando que os grupos humanos funcionam fortemente no sentido de alterarem seus destinos.

Existem inúmeras críticas quanto à possibilidade de criar-se ou não capital social dentro de comunidades e/ou sociedades mais amplas. No entanto, para nosso trabalho, importa constatar empiricamente a existência de diferenças na inserção dos indivíduos

no mercado de trabalho, seja por meio de empregos no mercado formal, maior número de indivíduos desocupados ou diferenças de renda relevantes. Esses mecanismos sociais informam o tipo de resposta social que é dada pela sociedade aos indivíduos de acordo com seu pertencimento a um ou outro estrato social, fugindo dos elementos intrinsecamente individualistas, como proposto pela teoria do Capital Humano.

Esses elementos, por si, sustentam a maior parte das leituras em que nos apoiamos para a realização deste trabalho e que apontam que as estruturas sociais respondem, em grande parte, pelas possibilidades de sucesso a que estão submetidos os indivíduos em sociedade. Contudo, isso não implica desconhecer que os indivíduos são portadores de características próprias e que fazem uso delas em seu próprio benefício.

Assim, podemos, ainda, acrescentar que as críticas ao trabalho de Putnam (mais ênfase a um determinismo cultural, impossibilitando a transferência de experiências de um local a outro, pelo fato de os indivíduos não estarem dispostos a mudar seus hábitos sociais rapidamente) não inviabilizam o fato de ele detectar, a partir do uso de seu arcabouço teórico/metodológico, a existência desse tipo de associação.

Trabalhos posteriores chegaram a conclusões diversas das de Putnam quanto à possibilidade de alteração dos comportamentos sociais, no que se refere às capacidades de se organizar civicamente e, também, sobre a posse de Capital Social pelos indivíduos, (AGUIAR *et al.*, 2007; NEVES, J., 2007; PORTES, 1998), afirmando que o capital social pode e é usado pelos indivíduos em seu benefício.

“O estoque de capital social que um agente individual possui depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é de posse exclusiva de cada um daqueles a que está ligado” (NEVES, J., 2007: 4).

Corroborando tal possibilidade, Kliksberg, (2002) fala-nos de várias experiências internacionais nas quais teria havido alterações no capital social a partir de movimentos sociais e políticas de Estado.

Ainda, para demonstrar a importância do indivíduo no processo de obtenção de Capital Social, devemos abordar o trabalho de Granovetter (1985), que desenvolve o conceito de laços fracos e fortes como instrumento que permite a inclusão dos indivíduos em círculos amplos (laços fracos) ou restritos (laços fortes). Esse processo agiria no sentido de responder pela capacidade dos indivíduos de construir pontes eficazes de relacionamento social com o objetivo de se beneficiarem de oportunidades no campo das atividades afetivas e ocupacionais. O laço fraco, ou seja, aquele

estabelecido entre a rede de amigos, associações, etc., permitiria ao indivíduo transitar em campos diversos da sociedade e tornaria a sociedade mais coesa. Ao passo que o laço forte, representado pela família, por núcleos duros de organizações fechadas, que evitam contatos mais amplos, levaria ao isolamento social dos membros e a uma possível fragmentação da sociedade em núcleos individuais.

Dessa forma, podemos perceber que, para Granovetter (1973), a efetividade de um laço seria resultado da combinação do tempo apreendido pelos indivíduos para sua formação com a intimidade com que conseguem transitar pelas suas normas e pelos seus membros, criando um sentimento de pertencimento que deve ser recíproco. Isso leva a que os membros ou participantes do laço prestem serviços entre si, o que, de outra forma, não se evidenciaria. O estudo de Prates *et al* (2007) sobre o capital social em Belo Horizonte é claro em descrever o papel das redes sociais secundárias, os laços fracos, aqui abordado, para efetivamente produzir resultados que beneficiam seus portadores.

Foi também Granovetter (2002) quem forjou o termo *embedding*, que quer dizer enraizamento, que é considerado juntamente com a análise de redes. Ele sugere que a tarefa de uma sociologia que se interessasse pelas questões econômicas, uma sociologia econômica, deveria ser a de localizar a forma pela qual essas ações econômicas são estruturadas por meio de redes. Dessa forma, ele aponta discordâncias em relação às leituras da economia tradicional que vê na ação econômica, unicamente, uma razão para a maximização de suas potencialidades. Granovetter (2002) sugere que as ações econômicas respondem muito mais à forma como estão montadas as estruturas sociais e como elas responderão às iniciativas particulares. Assim, podemos, sucintamente, verificar que esse autor sustenta, também, na economia, a necessidade de se levar em conta as estruturas sociais.

A partir dessa abordagem, podemos apresentar a hipótese de que os efeitos do capital social atuam sobre os indivíduos fazendo com que haja reflexos sobre sua incorporação ao mercado de trabalho. Como a literatura que aborda a condição social dos moradores de áreas como as favelas aponta para a formação de um estigma territorial e para a possibilidade da formação de laços sociais pobres dentro dessa comunidade com a comunidade do seu entorno.

3. As hipóteses

Para verificarmos a capacidade explicativa

1) Baseado na teoria de capital humano, esperamos que trabalhadores com maior estoque de capital humano terão melhor inserção no mercado de trabalho formal;

2) A partir dos estudos dos efeitos do capital humano sobre o mercado de trabalho, esperamos que, mantido tudo o mais constante, o indivíduo residente em uma favela terá a mesma remuneração quando comparado aos indivíduos que moram fora das favelas;

3) Baseado na teoria de capital social, mantido tudo o mais constante, o indivíduo residente em uma favela terá maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal;

4) Fundamentado na teoria de capital social, temos que o trabalhador residente em favelas próximas ao centro da cidade terá melhor inserção no mercado de trabalho formal, comparado ao trabalhador residente em favelas da periferia;

5) Baseado nas mesmas proposições da teoria do capital social, o trabalhador residente em favelas próximas ao centro da cidade terá melhor remuneração no mercado de trabalho, comparado ao trabalhador residente em favelas da periferia;

6) Fundamentado nas proposições da teoria do mercado dual, afirmamos que a fixação de residência dentro do aglomerado urbano subnormal, a favela, é um elemento limitador da possibilidade de o indivíduo incluir-se no ciclo econômico dinâmico da cidade, ainda que ele esteja representado no mercado de trabalho formal, pois é vitimado por uma consequente diminuição de sua capacidade de consumo.

4. Metodologia

Para a pesquisa, utilizamos os resultados do Censo Demográfico de 2000, do IBGE. Tratamos a população em dois estratos, distinguindo-a entre: a) moradores de favela (aglomerados subnormais) e b) moradores fora da favela. Através de tratamento estatístico específico, procuramos compreender e identificar as variáveis que respondiam com força causal para a exclusão do acesso ao mercado de trabalho dos moradores de vilas e favelas. Foram analisados aqueles indivíduos que estavam empregados ou não na semana de referência do censo 2000 (23 a 29 de julho de 2000).

Em nossa análise partimos do pressuposto que para entender processos de interação social é necessário que busquemos perceber se há uma possibilidade de se verificar causalidade entre as variáveis, para isso fizemos uso de instrumentos analíticos

que oferecem melhores condições de lermos esses aspectos da realidade vivida pelos indivíduos que residem em ambientes distintos, como as favelas e fora delas.

Para que isso seja feito, utilizamos as chamadas análises causais que são aquelas baseadas em modelos multivariados. Isso porque a teoria estatística da causalidade determina que só se possa falar em causalidade quando encontramos uma precedência temporal, isto é: a) se X é causa de Y, X deve preceder no tempo a ocorrência de Y; podemos falar, também, de associação estatística, isto é: se X é causa de Y, X e Y precisam estar estatisticamente associados; e, ainda, temos que buscar eliminar as causas concorrentes que podem estar ocasionando a existência de Y, para além da ocorrência de X. Assim, temos que somente as técnicas estatísticas multivariadas podem oferecer a inferência necessária para a eliminação ou controle das causas concorrentes.

Dessa forma, a variável a ser explicada é a probabilidade/razão de chance de o indivíduo inserir-se no mercado de trabalho formal ou informal e o incremento da renda – transformado em logaritmo neperiano (\ln) — do rendimento do trabalho principal, observando-se o local de sua moradia, ou seja, se dentro ou fora de uma favela, e a posse de anos de escolaridade, experiência em trabalho, além de atributos adscritos, como cor e gênero. Para tanto, utilizamos o Modelo Estatístico da Regressão Multinomial Logística, e o Modelo de Regressão Linear de Mínimos Quadrados Ordinários para a análise dos rendimentos.

O modelo de Regressão Multinomial Logística é adequado ao nosso objetivo de avaliar um conjunto de variáveis categóricas (nominais), sendo uma delas estar morando em uma favela ou não, sobre uma variável dependente com três categorias que, neste caso, nos dará a probabilidade/razão de chance de o indivíduo inserir-se no mercado de trabalho formal e informal ou estar desocupado.

Os modelos logísticos, de acordo com Valle Silva (1990: 158), são modelos adequados para variáveis dependentes qualitativas e se assemelham aos modelos de Regressão de Mínimos Quadrados Ordinários. Eles permitem avaliar as chances explicativas de uma das variáveis de controle sobre a variável dependente. Pode-se, assim, inferir uma causalidade dentro do universo investigado.

Temos que ter clareza, conforme nos alerta Valle Silva, de que o modelo é apenas uma expressão matemática que busca o estabelecimento de uma frequência esperada — no sentido de uma probabilidade — apresentando os “efeitos das variáveis envolvidas e das relações entre elas” (VALLE SILVA, 1990: 113).

Ao utilizarmos o modelo logístico, buscamos analisar as variáveis dependentes qualitativas que podem assumir apenas duas posições — uma é estar morando dentro de uma favela ou fora dela e a outra é trabalhar no mercado formal ou informal. Essas variáveis são binárias por apresentarem duas possibilidades de resposta. O modelo logístico tem como equação geral, segundo Gujarati (2000: 561)

$$Li = \text{Ln} [p_i(1-p_i)] = \beta_1 + \beta_i X_i + u_i.$$

As variáveis que introduzimos no modelo são: sexo; idade; educação; salário ou renda; anos de escolaridade completos; ser morador de favela; ser morador fora da favela; experiência; setor formal; setor informal; sexo do chefe do domicílio; distância do centro comercial.

5. Análise multinomial pela situação de mercado para Belo Horizonte.

A análise dos dados com a regressão multinomial permite verificar o efeito de uma variável sobre a outra, controlando-se outras variáveis independentes que sejam relevantes, isto é, que seja observado o efeito líquido de cada uma das variáveis sobre a variável dependente, controlando o efeito das demais variáveis.

Assim, analisando a situação para a variável dependente, composta por Desocupados, Ocupados Informalmente e Ocupados Formalmente, temos que apenas 4 (quatro) de nossas variáveis independentes, ou seja, preditoras dos resultados de inserção no mercado de trabalho — sexo, escolaridade, cor, local de residência (dentro e fora da favela) mostraram-se significativas. A nossa análise tomou como grupo de controle a posição dos indivíduos que estavam ocupados informalmente, pois nos interessa saber as chances dos indivíduos estarem ocupados formalmente tendo em vista a situação de informalidade, controlando o efeito do grupo de desocupados.

Nossos primeiros resultados para a cidade de Belo Horizonte, demonstram, na Tabela 1, para os indivíduos acima de 25 anos, incluindo os que desempenham trabalho doméstico, que ser homem aumenta as chances de estar inserido no mercado formal de trabalho em 39,11%, em relação a estar ocupado informalmente. Esse cálculo é feito tomando-se o exponencial do resultado observado (a razão de chance), subtraindo de 1 (um) e multiplicando-o por 100 (cem) — $[\text{Exp}(b) - 1] \times 100$. Dessa forma, podemos observar que ser homem, quando temos incluso o trabalho doméstico, beneficia em muito a condição de se estar economicamente ocupado em um setor, o formal, que, no mínimo, garante a segurança do acesso aos benefícios estabelecidos em lei, tais como:

FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), férias, 13º salário, contribuição previdenciária, etc.

Podemos observar também que cada ano de educação contribui em 10,79% para o acesso dos indivíduos ao mercado de trabalho formal, em relação a estar ocupado informalmente. A mesma relação positiva se observa para a experiência em trabalho, da qual cada ano adicional aumenta em 1,22% as chances de o indivíduo estar no mercado de trabalho formal.

O efeito da raça, por sua vez, não é significativo. Ela não apresenta interferência para que os indivíduos tenham acesso ao mercado de trabalho formal. Os dados descritivos mostravam um equilíbrio muito grande no acesso dos indivíduos no mercado de trabalho, fosse ele formal ou informal, alternando em alguns estratos educacionais a sua importância, ora a favor dos brancos, ora a favor dos negros.

Com o uso da ferramenta de regressão, nós perdemos a capacidade de olhar os dados individuais, no entanto ela nos permite verificar seu efeito global. O controle das demais variáveis, proporcionado pela técnica da análise de regressão, além da interação de todos os resultados e não somente a análise por estratos educacionais, possibilitou-nos verificar que ser branco ou negro não repercute sobre o acesso ao mercado de trabalho. O que se pode ver é que não há significância no fato de se morar dentro ou fora das favelas para ter acesso ao mercado de trabalho. Pelo menos, quando se coloca os indivíduos que estão inseridos de alguma forma produtiva na sociedade, e isso inclui as empregadas domésticas, como podemos observar na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1
Regressão multinomial para a situação de desocupado,
ocupados informalmente e ocupados formalmente.

Regressão Logística Multinomial		Número de Obs. = 88408	
Log. da Verossimilhança = -76316.958		Qui-quadrado = 17803.09	P> Qui-quadrado = 0.0000
		Pseudo R2 = 0.1045	

multinomial	Coef.	E. Padrão	z	P> z	Exp.	%
desocupado						
Sexo	-.7298642	.0237264	-30.76	0.000	.481974437	-51.802
Cor	.1984824	.0247608	8.02	0.000	1.219550563	21.955
aglomerado	-.2167932	.0357978	-6.06	0.000	.805096446	-19.49
Educação	.0240077	.0033529	7.16	0.000	1.024298205	2.429
Média Exp.	.0349093	.0020976	16.64	0.000	1.035525782	3.553
Exp. quadrado	.0004516	.0000718	6.29	0.000	1.000451702	.045
_constante	.8450966	.03558	23.75	0.000	2.328202708	132.82
Ocupado formalmente						
sexo	.3300901	.0228119	14.47	0.000	1.39109346	39.109
cor	-.0231617	.0243089	-0.95	0.341	.977104473	-2.289
aglomerado	-.0206558	.0352982	-0.59	0.558	.979556069	-2.044
educação	.1024379	.0032868	31.17	0.000	1.107868501	10.786
Média Exp.	.0121162	.0020144	6.01	0.000	1.012189899	1.218
Exp. quadrado	-.0007804	.000075	-10.40	0.000	.999219904	-.078
constante	.4621568	.0352889	13.10	0.000	1.587494203	58.749

(multiformal== variável informal é a referência)

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

Para sabermos o efeito da retirada das empregadas domésticas sobre os resultados, iremos realizar a análise utilizando as mesmas variáveis, excluindo os indivíduos que possuem posição no mercado de trabalho doméstico.

Na Tabela 2, temos que todas essas variáveis assumem significância, com a estatística $p < 0.05$. Isso demonstra a importância de que se reveste o trabalho doméstico para os indivíduos com menores possibilidades econômicas, pois, com a exclusão desse trabalho, pudemos verificar o real efeito de se estar morando em uma favela.

Assim, temos que a condição de ser homem deixa de ser positiva para acessar o mercado de trabalho formal, na verdade, temos, com isso, que ser homem reduz as chances de se estar formalmente ocupado em 10,73% em relação a ser mulher. Enquanto ser branco, variável que não pôde ser analisada antes, pois não tinha significância, reduz em 9,03% as chances de se estar formalmente ocupado. Resultado surpreendente para nossa análise e, por demais, para as teorias que se dedicam a analisar a situação ocupacional dos indivíduos no mercado de trabalho por cor.

Aqui podemos considerar que os homens brancos possam ser mais capazes de exercerem trabalhos informais melhor remunerados. Contudo, essa explicação esbarra em dados reais, que afirmam, como os estudos realizados pelo IPEA (Instituto de

Pesquisa em Economia Aplicada)², que entre o ano de 1995 e 2005, a diferença de remuneração para os indivíduos que se dedicaram ao mercado formal saiu de 30% para 45% em relação aos indivíduos dedicados ao mercado informal. Os indivíduos que possivelmente se beneficiam do seu acesso ao mercado informal, como os autônomos e empregadores, não estão incluídos em nossa análise, portanto não é essa a base da explicação para a diferença entre a primeira análise, que inclui os empregados domésticos, em que os homens têm vantagem para entrar no mercado formal, e a segunda, em que se retirou os empregados domésticos, e os homens perdem chances de estarem ocupados no mercado formal. Uma interpretação possível é que, em sua maioria, as empregadas domésticas estão no mercado de trabalho doméstico em situação de informalidade, elevando, dessa forma, a posição masculina a uma situação privilegiada no mercado formal.

Por sua vez, a situação de ser morador de uma favela assume estatística significativa porque aumenta em 12,17% as chances dos indivíduos de estarem ocupados formalmente, em relação a não morar em uma favela, excluindo a condição de trabalho doméstico.

A situação educacional assume, também, função positiva, com cada ano de escolaridade a mais do indivíduo aumentando em 7,27% as chances dos indivíduos de acessarem o mercado de trabalho formal. O mesmo acontece com a experiência, que eleva em 1,56% as chances de se estar formalmente ocupado.

2

http://www.administradores.com.br/noticias/diferenca_de_remuneracao_entre_trabalhador_formal_e_informal_sobe_para_45/10309/, consultado em 09/01/2012

Tabela 2
Regressão multinomial para a situação de desocupado, ocupados informalmente e ocupados formalmente, sem a presença de empregadas domésticas.

Regressão Logística Multinomial		Número de Obs. = 83004				
		Qui-quadrado = 21239.13				
Log. da Verossimilhança = -66529.319		P> Qui-quadrado = 0.0000				
		Pseudo R2 = 0.1377				
multinomial	Coef.	E. Padrão	z	P> z	Exp.	%
Desocupado						
sexo	-1.444289	.0274974	-52.52	0.000	.235913751	-76.408
cor	.0891718	.0286119	3.12	0.002	1.093268464	9.326
Aglomerado	.0039274	.0457878	0.09	0.932	1.003935122	.393
Educação	-.0401063	.0037733	-10.63	0.000	.960687312	-3.931
Média Exp.	.0392419	.0022754	17.25	0.000	1.040022035	4.002
Exp. quadrado	.000357	.0000845	4.23	0.000	1.000357064	0.037
_constante	2.053586	.0433661	47.35	0.000	7.795806805	679.581
Ocupado formalmente						
sexo	-.1134561	.0264202	-4.29	0.000	.892743387	-10.726
cor	-.0946256	.0277211	-3.41	0.001	.909713467	-9.028
Aglomerado	.1148478	.0449444	2.56	0.011	1.121702701	12.17
Educação	.0701977	.0036472	19.25	0.000	1.072720237	7.272
Média Exp.	.0155175	.0021451	7.23	0.000	1.015638522	1.564
Exp. quadrado	-.000859	.0000859	-10.00	0.000	.999141368	.085
_constante	1.160921	.0427418	27.16	0.000	3.192872558	219.282

(mulsem1==Informal is the base outcome)

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação PrópriaL

5.1 Análise por Gênero

Para verificar o que possivelmente influi na situação dos homens e das mulheres no mercado de trabalho, vamos realizar dois modelos — o primeiro inclui somente os indivíduos masculinos e, o segundo, os indivíduos femininos — e observaremos o comportamento dos dados.

Assim, temos, na Tabela 3, que para os homens a situação de cor branca reduz as chances de acesso ao mercado formal em 6,98%, uma diferença de 3,75 pontos percentuais menor do que a verificada para os dados gerais — em que se inclui as mulheres. O resultado para morar em uma favela, dado pela variável favela, não tem significância, pois apresenta $p > 0.05$, o que não nos permite analisá-la. Os efeitos da variável educação são positivos para o acesso dos homens ao mercado de trabalho, resultado semelhante obtido nos dados gerais. Ou seja, enquanto nos dados gerais educação responde por 7,27% das chances de entrada no mercado de trabalho formal, para os homens ela cai 0,10 pontos percentuais, indo para 7,17%. O coeficiente da experiência também cai um pouco, de 1,56% passa para 1,13%, uma diferença de 0,43 pontos percentuais a menos no acesso ao mercado formal de trabalho.

Tabela 3
Regressão Multinomial para a Situação de Desocupado, Ocupados Informalmente e Ocupados Formalmente, para o Sexo Masculino.

<i>Regressão Logística Multinomial</i>						
			<i>Número de Obs.</i>		=	36856
			<i>Qui-quadrado</i>		=	5405.93
			<i>P> Qui-quadrado</i>		=	0.0000
<i>Log. da Verossimilhança = -31481.475</i>			<i>Pseudo R2</i>		=	0.0791

multinomial	Coef.	E. Padrão	z	P> z 	Exp.	%
desocupado						
Cor	.0427603	.0389425	1.10	0.272	1.043687693	4.369
aglomerado	.0496807	.0569644	0.87	0.383	1.050935479	5.094
Educação	.0148896	.0050713	2.94	0.003	1.015001002	1.5
Média Exp.	.032153	.0033055	9.73	0.000	1.032675493	3.268
Exp. quadrado	.0007903	.000116	6.81	0.000	1.000790612	.079
_constante	.1637549	.0524171	3.12	0.002	1.17792557	17.793
Ocupado formalmente						
Cor	-.072413	.0353562	-2.05	0.041	.093014667	-6.985
aglomerado	-.0040137	.0527426	-0.08	0.939	.995994344	-0.401
Educação	.0692333	.0046134	15.01	0.000	1.071686204	7.169
Média Exp.	.0112312	.0029208	3.85	0.000	1.011294507	1.129
Exp. quadrado	-.0007596	.0001129	-6.73	0.000	.999240688	-.076
_constante	1.075615	.0470727	22.85	0.000	2.9317954	193.18

(multiformal== variável informal é o valor de referência)

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

Na análise realizada apenas para os homens e sem as funções de emprego doméstico, com os dados sendo apresentados na Tabela 4, vimos que a condição de ser branco influi negativamente na consecução de empregos formais. Já morar em uma favela não influi nessa perspectiva, pois o resultado não apresenta significância.

Tabela 4

Regressão Multinomial para a Situação de Desocupado, Ocupados Informalmente e Ocupados Formalmente, para o Sexo Masculino, Sem empregados Domésticos.

Regressão Logística Multinomial		Número de Obs. = 36705				
Log. da Verossimilhança = -31290.567		Qui-quadrado = 5436.81				
		P> Qui-quadrado = 0.0000				
		Pseudo R2 = 0.0799				
mulsem1	Coef.	E. Padrão	z	P> z	Exp.	%
Desocupado						
Cor	.0396629	.0391298	1.01	0.311	1.040459976	4.046
Aglomerado	.0634501	.0575527	1.10	0.270	1.065506316	6.551
educação	.0128762	.0050938	2.53	0.011	1.012959455	1.296
Média Exp.	.0320273	.003315	9.66	0.000	1.032545693	3.255
Exp. quadrado	.0007963	.0001168	6.82	0.000	1.000796617	.08
_constante	.1927962	.0527035	3.66	0.000	1.212635633	21.264
Ocupado formalmente						
Cor	-.0725325	.0355594	-2.04	0.041	.93003552	-6.996
Aglomerado	.0048774	.0534118	0.09	0.927	1.004889314	.489
educação	.0684129	.0046373	14.75	0.000	1.070807354	7.081
Média Exp.	.0115552	.0029306	3.94	0.000	1.011622219	1.162
Exp. quadrado	-.0007781	.0001137	-6.84	0.000	.999222202	-.078
_constante	1.089527	.0474019	22.98	0.000	2.918867574	197.29

(mulsem1== variável informal é o valor de referência)

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

Na análise da Tabela 5, apenas para indivíduos do sexo feminino, vimos que a condição de cor e morar em favela não tem significância para a posição feminina no mercado de trabalho formal. Ao contrário dos homens, que apresentam significância em relação à cor. A educação, ou anos de escolaridade, é que assume uma importância maior, com cada ano de escolaridade significando 14,48% a mais de chances de se ingressar no mercado formal de trabalho, o que representa quase o dobro dos valores observados para os homens. A experiência, para as mulheres, aumenta as chances de estar no mercado de trabalho formal em 1,36%.

Tabela 5

Regressão Multinomial para a Situação de Desocupado, Ocupados Informalmente e Ocupados Formalmente, para o Sexo Feminino.

multiformal		Coef.	E. Padrão	z	P> z 	Exp.	%
desocupado							
Cord		.2958845	.032402	9.13	0.000	1.344314879	34.432
Aglomerado		-.3655554	.0458513	-7.97	0.000	.693811201	-30.619
Educação		.0371265	.0045387	8.18	0.000	1.037824297	3.782
Média da Exp.		.0371384	.00277	13.41	0.000	1.037836647	3.784
Exp. Quadrado		.0002549	.0000921	2.77	0.006	1.000254932	.025
_constante		.7449662	.045327	16.44	0.000	2.106370238	110.64
Ocupado formalmente							
Cor		.007965	.0335181	0.24	0.812	1.007996805	.08
Aglomerado		.0042178	.0480096	0.09	0.930	1.004226707	.423
Educação		.1351996	.0046747	28.92	0.000	1.144765257	14.477
Média da Exp.		.0134956	.002781	4.85	0.000	1.013587077	1.359
Exp. Quadrado		-.0007333	.000101	-7.26	0.000	.999266968	-.073
_constante		.1637746	.0471685	3.47	0.001	1.177948776	17.795

(multiformal== variável informal é o valor de referência)

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

Na análise dos dados da regressão, excluindo os empregos domésticos, vimos novos valores para a situação feminina. Assim, temos, na Tabela 6, que a situação feminina é, mais uma vez, claramente influenciada pela presença das pessoas que assumem funções de emprego doméstico. Ela sai de uma situação positiva para as mulheres brancas, no caso da presença das empregadas domésticas, para uma queda de 11,26% nas chances de se obter empregos formais, com uma significância próxima de zero, ou seja, os valores são estáveis e denotam bastante precisão. Na situação de morar em favela, a posição para as mulheres é favorável em 42,70%, as que moram em favelas têm acima de 40% a mais de chances de estarem empregadas formalmente em relação àquelas mulheres que moram fora das favelas. Valor que supera em muito a situação masculina, tanto na análise dos dados gerais, quanto na regressão em que se inclui somente os homens.

Tabela 6

Regressão Multinomial para a Situação de Desocupado, Ocupados Informalmente e Ocupados Formalmente, para o Sexo Feminino, Sem Empregadas Domésticas.

<i>Regressão Logística Multinomial</i>						
			Número de Obs. =		46299	
			Qui-quadrado =		9655.29	
			P> Qui-quadrado =		0.0000	
Log. da Verossimilhança = -34963.199			Pseudo R2 =		0.1213	
mulsem dol	Coef.	E. Padrão	z	P> z 	Exp.	%
Desocupado						
Cor	.1276132	.0438137	2.91	0.004	1.136113469	13.611
Aglomerado	.0821252	.0823091	1.00	0.318	1.085591717	8.559
educação	-.0817854	.0058863	-13.89	0.000	.921469684	-7.853
Média Exp.	.0442187	.0031962	13.83	0.000	1.045210918	4.521
Exp. quadrado	.0000139	.000128	0.11	0.913	1.0000139	1.39
_constante	2.430517	.0645044	37.68	0.000	11.36475614	1.036,48
Ocupado formalmente						
Cor	-.1195024	.0444587	-2.69	0.007	.887361878	-11.264
Aglomerado	.3555526	.0845884	4.20	0.000	1.42696898	42.697
educação	.0705443	.0059983	11.76	0.000	1.073092106	7.309
Média Exp.	.0202419	.003151	6.42	0.000	1.020448157	2.045
Exp. quadrado	-.0009455	.0001343	-7.04	0.000	.999054946	-.095
_constante	1.128698	.0666387	16.94	0.000	3.091628578	209.163

(mulsem dol == variável informal é o valor de referência)

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

5.1.5. Análise multinomial para Belo Horizonte pela situação de ocupação espacial centro X periferia

Vamos analisar os dados relacionados à ocupação do espaço na cidade, ou seja, veremos o efeito de se morar em uma favela próxima a área central da cidade em relação a morar em uma favela na periferia. Essa variável é composta somente com os distritos que apresentam-se como áreas mistas, com favela e não favela. Isso porque não faria sentido analisar os distritos que apresentavam uma única situação, como por exemplo, possuir somente favelas, ou possuir somente indivíduos residentes fora das favelas. Contudo, temos a considerar que a retirada dos distritos censitários puros, como os chamamos, não afetou a representação de nenhuma das nove regionais que formam a cidade de Belo Horizonte.

Na Tabela 7, abaixo, nós analisamos os dados incluindo os trabalhadores domésticos. Isso por quê queremos verificar o quanto essas ocupações afetam a inserção dos trabalhadores favelados no mercado de trabalho formal. Como podemos verificar, ser homem aumenta as chances em estar formalmente empregado em 46,79%, enquanto ser branco diminui as chances em 0,62%. Morar nas proximidades da área central da cidade aumenta as chances de estar-se empregado formalmente em 4,81%. A posse de

anos de escolaridade aumentas as chances de se estar formalmente empregado em 11% para cada ano escolar completo. A experiência aumenta, também, as chances em 0,86%.

Tabela 7
Regressão multinomial para a situação de desocupado, ocupado informalmente e ocupado formalmente, Centro X Periferia.

Multinomial logistic regression		Number of obs	=	60643
Log likelihood = -52548.4		LR chi2(12)	=	11950.73
		Prob > chi2	=	0.0000
		Pseudo R2	=	0.1021

	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
multiformal desocupado						
sexo	-.7002484	.0284938	-24.58	0.000	0.496461967	-50.354
cor	.1871971	.0292935	6.39	0.000	1.205864938	20.586
Req. central	.0854113	.0543406	1.57	0.116	1.089164948	8.917
educacao	.0265628	.0040871	6.50	0.000	1.026918736	2.692
Média da Exp.	.0275952	.0026271	10.50	0.000	1.027979474	2.798
Exp. Quadrado	.0006634	.0000882	7.52	0.000	1.00066362	0.066
Constante	.8363627	.0409959	20.40	0.000	2.307956959	130.796
formal						
sexo	.3838024	.0275804	13.92	0.000	1.467855365	46.786
cor	-.0062566	.0289065	-0.22	0.829	0.993762931	-0.624
Req. central	.0469367	.0537996	0.87	0.383	1.048055665	4.806
educacao	.1043268	.0040134	25.99	0.000	1.109963132	10.996
Média da Exp.	.008533	.0025451	3.35	0.001	1.00856951	0.857
Exp. Quadrado	-.0005959	.0000923	-6.45	0.000	0.999404277	-0.060
Constante	.4218056	.0407957	10.34	0.000	1.524712092	52.471

Comparando os dados com a Tabela 8, abaixo, vamos ver que a retirada dos trabalhadores domésticos do modelo da regressão altera substancialmente o comportamento dos dados. Temos, então, que a posição do indivíduo, morador da área central é claramente afetada em sua capacidade de inserir-se no mercado formal de trabalho. Como podemos ver, sem a presença dos empregados domésticos, ser homem reduz as chances de inserir-se no mercado formal de trabalho em 11,22%, enquanto ser branco diminui as chances em 6,65%. O efeito de ser morador de uma favela próximo à área central também é negativo, diminuindo as chances em 1,17%. Já a educação eleva as chances de se estar empregado formalmente em 6,50%, juntamente com a experiência que eleva em 1,15% as chances de se estar no mercado formal.

Tabela 8
Regressão multinomial para a situação de desocupado, ocupado informalmente
e ocupado formalmente, sem a presença de empregadas domésticas
Centro X Periferia.

<i>Regressão Logística Multinomial</i>		<i>Número de Obs</i>	=	56891		
<i>Log. da Verossimilhança = -45562.789</i>		<i>Qui-quadrado</i>	=	14308.12		
		<i>P > Qui-quadrado</i>	=	0.0000		
		<i>Pseudo R2</i>	=	0.1357		
<i>mulsemdo1</i>	Coef.	E. Padrão	z	P> z 	Exp.	%
Desocupado						
<i>Sexo</i>	-1.469673	.0334805	-43.90	0.000	0.230000683	-76.999
<i>Cor</i>	.085808	.0340504	2.52	0.012	1.089597106	8.959
<i>Reg. central</i>	.134805	.0634063	2.13	0.033	1.144313621	14.431
<i>Educação</i>	-.0475784	.0046232	-10.29	0.000	0.953535713	-4.646
<i>Média da exp.</i>	.0317736	.0028782	11.04	0.000	1.03228377	3.228
<i>Exp. Quadrado</i>	.0005287	.0001043	5.07	0.000	1.00052884	0.053
<i>Constante</i>	2.17339	.0508204	42.77	0.000	8.788025006	778.803
Formal						
<i>Sexo</i>	-.1189986	.0323767	-3.68	0.000	0.887809043	-11.219
<i>Cor</i>	-.0687563	.0330594	-2.08	0.038	0.933554159	-6.645
<i>Reg. central</i>	-.0117723	.0620215	-0.19	0.849	0.988296722	-1.17
<i>Educação</i>	.0629619	.0044669	14.10	0.000	1.064986262	6.499
<i>Média da exp.</i>	.0113735	.002735	4.16	0.000	1.011438424	1.144
<i>Exp. Quadrado</i>	-.0006769	.000106	-6.38	0.000	0.999323329	-0.067
<i>Constante</i>	1.255876	.050185	25.02	0.000	3.510912587	251.09

5.3. Análise dos dados pela situação econômica em Belo Horizonte

Na análise dos dados de renda, usamos o logaritmo natural dos rendimentos do trabalho principal para efetuarmos a análise do retorno obtido pelos indivíduos em sua posição no mercado de trabalho. Dessa forma, na Tabela 9, podemos observar que ser homem, assim como para entrar no mercado formal, é uma variável importante nos resultados monetários que os indivíduos podem esperar. Temos, então, que ser homem proporciona cerca de 33,27% a mais de rendimentos em relação a ser mulher.

Cor, que não era significativa para a entrada no mercado de trabalho, apresenta-se favorecendo as pessoas brancas em 17,58%. A variável situação de moradia, talvez a mais importante para nosso estudo, demonstra que morar em uma favela diminui os rendimentos dos indivíduos favelados em 10,96%. Dado relevante por mostrar o efeito da posição dos indivíduos na ocupação da cidade sobre sua condição de sobrevivência. Assim, podemos inferir que uma vez que a população favelada não é atingida pela capacidade de conseguir empregos — como pudemos ver nos resultados da análise multinomial — ela é fortemente atingida pela menor remuneração. Isso nos permite afirmar que estar morando na favela obstrui aos sujeitos favelados a capacidade de alcançar rendimentos superiores no mercado de trabalho. Os dados de educação mostram-nos, por outro lado, que cada ano completo de escolaridade aumenta em 17,02% a renda dos indivíduos, enquanto cada ano adicional de experiência possibilita o aumento da renda em 2,88%.

Tabela 9

**Regressão Linear para o Logaritmo Neperiano da Renda do Trabalho Principal
pela situação de Gênero, Cor, Situação de Moradia, Educação e Experiência
Belo Horizonte.**

							Número de obs.	=	51087
							F (6, 51080)	=	8928.83
							Prob > F	=	0.0000
							R-quadrado	=	0.5119
							R-quadrado Ajust.	=	0.5119
logrenda	Coef.	E. Padrão.	t	P> t	Coef. Pad.	%			
Sexo	.3327213	.006458	51.52	0.000	39.476	33.272			
Cor	.1758442	.006982	25.19	0.000	19.225	17.584			
Aglomerado	-.109597	.0109494	-10.01	0.000	-10.38	-10.959			
Educação	.1702665	.0009074	187.64	0.000	18.562	17.026			
Média Exp.	.0288138	.0005429	53.08	0.000	2.923	2.881			
Exp. Quadrado	-.0003662	.0000223	-16.45	0.000	-.037	.037			
Constante	-.7246125	.010618	-68.24	0.000	-51.549	-72.461			

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

5.3.1. Análise do rendimento do trabalho para o grupo masculino em Belo Horizonte

Na Tabela 10, temos os dados de renda somente para o grupo masculino. Pode-se perceber que ser branco, em relação a ser negro, aumenta o rendimento do trabalho em 18,13%, enquanto que ser morador de favela reduz o rendimento em 14,54%. A educação eleva o rendimento em 16,82% por ano de escolaridade completa, enquanto cada ano adicional de experiência o faz em 3,31%.

Tabela 10

**Regressão Linear para o Logaritmo Neperiano da Renda do Trabalho Principal
para o Grupo Masculino por situação Cor, Moradia, Educação e Experiência.**

							Número de obs.	=	26101
							F (5, 26095)	=	5317.11
							Prob > F	=	0.0000
							R-quadrado	=	0.5047
							R-quadrado Ajust.	=	0.5046
logrenda	Coef.	E. Padrão.	t	P> t	Coef. Pad.	%			
Cor	.1813877	.0096282	18.84	0.000	19.888	18.139			
Aglomerado	-.1454517	.0151429	-9.61	0.000	-13.537	-14.545			
Educação	.1682387	.0012398	135.70	0.000	18.322	16.824			
Média Exp.	.0331941	.000767	43.28	0.000	3.375	3.319			
Exp. quadrado	-.0005669	.0000316	-17.95	0.000	-.057	-.057			
Constante	-.3691505	.0133377	-27.68	0.000	-30.868	-36.915			

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

5.3.2. Análise do rendimento do trabalho para o grupo feminino em Belo Horizonte

Na análise do rendimento do trabalho, a Tabela 11 demonstra a situação para o grupo feminino. Como podemos verificar, ser branca aumenta a renda em 16,97%. Uma diferença de 1,34% em relação à influência que a cor exerce sobre o rendimento do grupo masculino. Ser moradora de favela reduz o ganho em 7,12%. Praticamente a metade do efeito observado para os homens. A educação exerce uma pequena diferença, sendo 17,25% a mais no rendimento por ano de escolaridade completa para as mulheres, contra 16,82% para os homens. Ou seja, a educação exerce uma influência positiva na realidade feminina de 0,43 pontos percentuais acima do que o faz para os homens.

Tabela 11

Regressão Linear para o Logaritmo Neperiano da Renda do Trabalho Principal para o Grupo Feminino por situação Cor, Moradia, Educação e Experiência.

Número de obs. = 24986						
F (5, 24980) = 5074.67						
Prob > F = 0.0000						
R-quadrado = 0.5039						
R-quadrado Ajust. = 0.5038						
logrenda	Coef.	E. Padrão.	t	P> t	Coef. Pad.	%
Cor	.1697256	.0101154	16.78	0.000	18.498	16.973
Aglomera	-.0712866	.0158174	-4.51	0.000	-6.88	-7.128
Educacao	.172461	.0013317	129.51	0.000	18.823	17.246
Média Exp.	.0248615	.0007695	32.31	0.000	2.517	2.486
Exp. Quadrado	-.0001776	.0000314	-5.66	0.000	-.018	-.018
Constante	-.7521254	.0149217	-50.40	0.000	-52.864	-75.213

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

5.5. Da Análise dos dados de renda para Belo Horizonte pela situação de ocupação espacial – Centro X Periferia.

Agora, iremos verificar, o efeito de se morar em uma favela mais próxima da região central da cidade em relação a morar em uma favela na periferia. Essa variável foi construída somente com os distritos censitários que apresentaram a situação de possuir favela e não favela.

Dessa forma, a análise de Belo Horizonte permitiu-nos verificar que morar próximo ao centro da cidade — caracterizado por morar na Regional Centro-Sul³ —

³ A cidade de Belo Horizonte está dividida em 9 (nove) regiões administrativas, chamadas Regionais. São elas Venda Nova, Noroeste, Leste, Oeste, Norte, Nordeste, Barreiro, Pampulha e Centro Sul.

aumenta a remuneração dos indivíduos. Assim, ao configurarmos a análise para aqueles que moram na região central da cidade em comparação aos que moram nas demais regiões, observamos que, para os que moram na região central, há um aumento da renda de 6,63% em relação aos que moram em outras regionais, conforme pode-se verificar na Tabela 12.

Assim, temos que ser homem, morando na Regional Centro Sul, aumenta a renda em 28,94% em relação aos indivíduos que moram fora dessa região, ou seja, no restante da cidade. Podemos verificar que ser branco eleva a renda em 7,25%. Para cada ano completo de escolaridade, o aumento é de 9,64%. Ter experiência em trabalho também eleva a renda em 1,58%, ou seja, ser morador da Regional Centro Sul possibilita ao indivíduo, em relação às demais regionais, auferir melhores condições de remuneração, demonstrando o efeito espacial sobre a condição de inserção produtiva dos sujeitos.

Tabela 12

**Regressão Linear para o Logaritmo Neperiano da Renda do Trabalho Principal
pela situação de Gênero, Cor, Situação de Moradia, Educação e Experiência, Local
de Moradia – Centro X Periferia.**

		Número de obs.	=	4302		
		F (6, 4295)	=	128.32		
		Prob > F	=	0.0000		
		R-quadrado	=	0.1520		
		R-quadrado Ajust.	=	0.1508		
logrenda	Coef.	E. Padrão.	t	P> t 	Coef. Pad.	%
Sexo	.2893921	.0219566	13.18	0.000	33.562	28.939
Cor	.0724459	.0238211	3.04	0.002	7.513	7.245
Educação	.0964125	.0042632	22.61	0.000	10.121	9.641
Reg. Central	.0663282	.0335883	1.97	0.048	6.858	6.633
Média exp.	.0157506	.0024563	6.41	0.000	1.588	1.575
Exp. Quadrado	-.0001478	.000079	-1.87	0.061	-.015	-.015
Constante	-.3233513	.036593	-8.84	0.000	-27.628	-32.335

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

6. Considerações Finais

Pudemos afirmar, então, que a fixação de residência dentro do aglomerado urbano subnormal é um elemento limitador da possibilidade do indivíduo incluir-se no ciclo econômico dinâmico da cidade, ainda que ele esteja representado no mercado de trabalho formal, pois é vitimado com uma conseqüente diminuição de sua capacidade de consumo. Os principais achados foram que: 1) mantendo todo o resto constante, viver em uma favela, apesar de não influir no nível de emprego ou no acesso ao mercado formal, em relação ao mercado informal, leva sim, à diminuição dos resultados esperado do rendimento individual em cerca de onze por cento (11%); e 2) mantendo todo o resto constante, aqueles indivíduos que vivem em uma favela central têm resultados mais elevados, em quase sete por cento (7%), do que aqueles que vivem nas favelas de periferia.

Ao final, com base nos resultados, podemos ver que a segregação espacial tem um efeito líquido sobre os ganhos dos indivíduos favelados. Mais especificamente, podemos concluir que viver em uma favela diminui as chances dos indivíduos de escaparem da pobreza, e aqueles que vivem nas favelas mais periféricas são ainda mais desfavorecidos.

A verificação das hipóteses propostas constitui o ponto mais importante de nosso trabalho. Todo o esforço empreendido foi no sentido de testá-las, configurando um espaço de discussão que possibilitasse compreender melhor o universo pesquisado. É também o momento de coligir as teorias e a empiria, permitindo determinar qual se aplica melhor e possui maior capacidade explicativa para a realidade analisada.

Assim, podemos verificar que a nossa primeira hipótese, em que

assumimos como verdadeira a teoria do capital humano, e esperávamos que trabalhadores com maior estoque de capital humano teriam melhor inserção no mercado de trabalho formal

demonstrou-se verdadeira, pois, acompanhando o desempenho dos indivíduos tanto por faixa educacional, quanto pelos anos de escolaridade completa, pudemos perceber uma clara tendência a que os portadores de graus de escolaridade mais elevada tivessem uma inserção no mercado de trabalho muito semelhante, principalmente, na análise dos dados a partir da regressão multinomial, independentemente de sua localização espacial.

Os dados confirmam, então, a capacidade da escolaridade de favorecer os indivíduos não só em relação à renda, que cresce à taxa de 17,02%, em Belo Horizonte,

para cada ano adicionado à formação dos indivíduos maiores de 25 anos, mas, também, em relação à entrada no mercado formal de trabalho, cujo efeito é de 10,79%, por ano escolar completo.

Contudo, a proposição da Teoria do Capital Humano de que um maior estoque de capital humano permitiria aos indivíduos apresentarem uma melhor produtividade marginal e, com isso, seriam capazes de elevar seu potencial de barganha no mercado de trabalho é parcialmente verdadeira. Isso porque, apesar de podermos derivar das proposições de Jacob Mincer (1958, 1974) e Theodore Schultz (1961) de que o capital humano, principalmente a educação, carrega em si a capacidade de responder, estatisticamente, por uma correlação positiva entre o investimento na formação do trabalhador e o retorno obtido por esse no mercado de trabalho, ou melhor, por sua renda pessoal, deixando claro que a posse de anos de escolaridade aumenta as chances de se estar empregado formalmente e do retorno monetário, temos, no entanto, que não são eliminadas outras variáveis como o local de moradia na renda individual, pois o que verificamos foi que morar em uma favela reduz os ganhos dos indivíduos em 10,95%. Ou seja, pela teoria, os rendimentos deveriam acompanhar positivamente o volume do investimento em capital humano, sem considerar a posição espacial ocupada pelo indivíduo, e isso não acontece, porque o que se verifica é que a remuneração está associada negativamente com a posição espacial da moradia dos indivíduos.

Essas leituras nos ajudam a entender, também, porque nossa segunda hipótese, pela qual,

A partir dos estudos dos efeitos do capital humano sobre o mercado de trabalho, esperávamos que, mantido tudo o mais constante, o indivíduo residente em uma favela teria a mesma remuneração quando comparado aos indivíduos que moram fora das favelas;

demonstra-se falsa, pois vimos que ser morador de uma favela reduz os ganhos salariais dos indivíduos consideravelmente, em torno de 11%. Isso diminui a importância da perspectiva da teoria do capital humano de que haveria uma correlação positiva entre as qualificações educacionais e os retornos monetários obtidos pelos indivíduos. Tal fato questiona, ainda, o pressuposto de que a sociedade estaria se tornando mais meritocrática. Evidentemente, não podemos afirmar que morar na favela seja uma característica adscrita, por não possuímos informações se os indivíduos vivem nas favelas desde que nasceram, mas é uma variável estrutural, logo uma evidência da limitação e insuficiência da teoria do capital humano para explicar a desigualdade de

rendimentos. Mas, quando inserido o local de moradia e controladas as demais variáveis do modelo, o mercado porta-se como se a ocupação espacial fosse uma característica negativa, repercutindo sobre os ganhos dos indivíduos. Consequentemente, temos que as diferenças observadas dos ganhos salariais, considerando o mesmo patamar de educação, deve-se à presença de outros elementos na estrutura social que a teoria do capital humano não considera em seu arcabouço teórico.

Contudo, iremos nos ater aos críticos da teoria do capital humano que afirmam que as relações de emprego e salário estão, de um lado, estreitamente vinculadas à formação e, de outro lado, à disponibilidade de vagas no mercado de trabalho (PERICÀS, 2001: 19; CARDOSO, A., 2006). Pericàs afirma que a análise utilizando o rendimento salarial como a variável chave é uma das fragilidades do modelo do Capital Humano. Temos, então, que as determinações de rendimentos salariais não são dadas por um suposto mercado da remuneração, que seria utilizado como um indicador do equilíbrio de mercado, mas por um papel da empresa, que se aproveita da disponibilidade de mão-de-obra e de suas fragilidades (sexo, idade, educação, experiência e, como vimos, ocupação do espaço) para ofertar empregos mal remunerados e que não permitem a seus portadores grandes possibilidades de ascensão em uma carreira, como podemos verificar a partir da constatação da formação de um mercado de trabalho dual.

Aliás, podemos verificar pelos dados da análise multinomial, quando excluídos os empregos domésticos, que ser morador de favela apresenta um resultado positivo e estatisticamente significativo para o acesso ao mercado de trabalho formal. Contudo, como pudemos ver, apesar de esse acesso ser facilitado, com um claro aumento nas chances dos indivíduos moradores de favelas de estarem no mercado de trabalho formal, temos que os resultados monetários auferidos sofrem uma diminuição à ordem de 11%.

Isso nos leva a buscarmos entender melhor o significado de trabalho formal e informal. Como vimos na discussão sobre a formação de um mercado de trabalho dual, ele seria formado por um setor primário, marcado por empregos estáveis, qualificados, bem remunerados e boas condições de trabalho, e por um setor secundário, em que o trabalhador estaria sujeito a empregos instáveis, com um forte grau de desqualificação, baixos salários, benefícios limitados, piores condições de trabalho e pouca capacidade de ascender a cargos mais bem remunerados.

Assim, como pudemos ver em nossos dados, o setor formal estaria, em nosso caso, mais facilmente acessado pelos indivíduos favelados, no entanto com uma

remuneração inferior aos seus congêneres não-favelados. Enquanto, possivelmente, o setor informal estaria sendo mais frequentado por trabalhadores que não moram em ambientes favelados, porém com renda superior aos que moram nas favelas. Isso comprovaria a proposição colocada pela teoria, e defendida por nós, de que o mercado de trabalho dual se configuraria em um ambiente de trabalho heterogêneo, não necessariamente separado em empresas distintas, comportando um arranjo que permitiria a convivência entre indivíduos com situações contratuais e de trabalho completamente diferentes entre si, com prejuízo para uma parte deles.

Nossa hipótese sexta, então, demonstra-se verdadeira, pois afirma que

baseado nas proposições da teoria do mercado dual, temos que a fixação de residência dentro do aglomerado urbano subnormal é um elemento limitador da possibilidade do indivíduo incluir-se no ciclo econômico dinâmico da cidade, ainda que ele esteja representado no mercado de trabalho formal, pois é vitimado com uma conseqüente diminuição de sua capacidade de consumo.

Assim, temos que admitir que o setor formal não se configuraria com base em funções que exigiriam maior nível de conhecimento e de experiência para o desempenho das atividades e resultando na obtenção de retornos econômicos mais altos, mas meramente em uma situação contratual, ou seja, ter carteira de trabalho assinada. Isso porque, como vimos, as pessoas moradoras de aglomerados subnormais, as favelas, são portadoras de baixa escolaridade, o que denotaria pouca capacidade de serem aproveitadas pelos mercados de trabalho que requerem sujeitos mais escolarizados para a execução de atividades mais densas em tecnologia.

Dessa forma, podemos confirmar a nossa hipótese de que os trabalhadores moradores de favelas, ainda que estejam representados no mercado de trabalho formal, o fazem com uma remuneração inferior, pois, como diz Singer (1970), a base do próprio desenvolvimento econômico depende da formação de um setor com baixas remunerações, levando a que essas formas de trabalho não sejam meramente transitórias, mas que continuem aumentando sua importância na economia. Por tais características, a ligação do mercado de trabalho primário, ou formal, com o setor secundário, ou informal, é quase umbilical e arrasta os indivíduos menos preparados para o cumprimento de atividades mal remuneradas que pouco podem fazer para retirá-los da situação de pobreza.

O fato de os indivíduos favelados submeterem-se às condições de menor remuneração seria explicado, respeitando as proposições teóricas que orientam nossa

leitura dos dados, pelo estigma territorial atribuído às pessoas que moram em favelas. Como afirma Wacquant, esse estigma territorial carrega consigo uma capacidade de afetar “negativamente as oportunidades em círculos sociais, escolas e mercado de trabalho” (WACQUANT, 2001: 34). Hall vai mais longe quando diz que

“a marginalidade econômica e a opressão racial é a razão dos negros de classe inferior não poderem encontrar nicho seguro no sistema econômico, pois é nele que o racismo se entrincheira, só lhes permitindo acesso a serviços de qualidade inferior e preço mais alto, inclusive no tocante a moradia e educação” (HALL, 1995: 455).

Aqui podemos inferir que a constatação de Peter Hall, baseado nos estudos de Rainwater (1967 apud HALL, 1995), aplica-se igualmente aos sujeitos moradores das favelas de nosso estudo. Ou seja, o comportamento do mercado de trabalho aproveita-se da condição de fragilidade social, marcada pelo local de moradia dos indivíduos, para rebaixar sua capacidade de reprodução social e tornar as pessoas, mesmo quando inseridas em ocupações do setor primário, remuneradas como as que caracterizam o setor secundário da economia.

Podemos ainda, complementarmente, considerar que a posse pelos indivíduos moradores de favelas de empregos mal remunerados ou com uma remuneração inferior aos que moram fora das favelas se deva ao fato de que os moradores de favelas disponham-se a executar qualquer tarefa que lhes seja oferecida, tendo em vista sua maior fragilidade diante de situações de desemprego prolongado, enquanto os sujeitos que moram fora das favelas contariam com uma rede de sustentação social mais bem alocada e que lhes permitiria esperar melhores oportunidades ocupacionais.

Dessa forma, estamos nos referindo à posse de capital social detido pelas pessoas moradoras das favelas. Nossas terceira e quarta hipóteses tratam dessa teoria e demonstraram-se falsas, tendo em vista que elas dizem que

Terceira: baseado nas proposições da teoria do capital social, mantido tudo o mais constante, o indivíduo residente em uma favela tenha maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal; e

Quarta: baseado na teoria de capital social, temos que o trabalhador residente em favelas próximas ao centro da cidade tenha melhor inserção no mercado de trabalho formal, comparado ao trabalhador residente em favelas da periferia;

Essas hipóteses foram refutadas a partir dos dados da análise multinomial, que demonstrou que morar na área central da cidade não tem significância para o acesso ao emprego formal.

Contudo, nossa hipótese quinta é verdadeira. Ela afirma que

Baseado nas mesmas proposições da teoria do capital social, o trabalhador residente em favelas próximas ao centro da cidade teria melhor remuneração no mercado de trabalho, comparado ao trabalhador residente em favelas da periferia.

Ou seja, como vimos, morar dentro da área central da cidade proporciona cerca de 6,63% a mais de remuneração comparados com os indivíduos que moram fora da área central. E, em grande medida, podemos atribuir esse fato ao capital social detido pelos indivíduos ou comunidade em que residem os indivíduos, pois, apesar de não termos dados analisados por nós para aferirmos essa proposição, podemos lançar mão dos estudos de outros pesquisadores utilizando dados referentes à Região Metropolitana de Belo Horizonte, que apontam para os efeitos benéficos alcançados pelos indivíduos inseridos em redes sociais, tais como, a coletânea de artigos organizados pela estudiosa Neuma Aguiar (2007).

Dessa maneira, temos que o capital social seria representado pela confiança ou desconfiança atribuída ao sujeito pelos demais membros da sociedade, repercutindo sobre a capacidade dos indivíduos de estabelecerem contatos e de obterem informações relevantes dentro da rede construída. As normas sociais derivadas do contato entre as pessoas moradoras das favelas e as que moram fora das favelas, desenvolvidas no percurso de suas vidas, resultariam em informações acerca do que seja o ambiente social dentro de uma favela, formando uma predisposição dos sistemas de emprego a integrarem essa população aos mercados de trabalho ou a recusarem-na. Pode-se inferir, ainda, que o relativo isolamento social em que estão inseridos os moradores de vilas e favelas seria um elemento que contribui para que a população favelada tivesse menor acesso aos processos econômicos desenvolvidos pelo mercado de trabalho. Isso contribuiria para aumentar ou retardar a eficiência da ação da própria sociedade em superar condições de pobreza e exclusão social. Não é por menos que, frequentemente, ouvimos falar que uma favela é “pior” ou “melhor” do que outra. Informação que, claramente, refere-se ao ambiente social produzido pelos indivíduos que residem nesses aglomerados.

Por isso, de um lado, podemos perceber que a teoria do Capital Humano consegue identificar que indivíduos com treinamento intensivo em novas tecnologias, possuidores de títulos educacionais — os anos de escolaridade utilizados por nós — têm maior acesso a empregos. De outro lado, ela não explica, primeiro, que nem todos têm acesso a essa formação, pois esta, principalmente a de nível superior, é restrita a um

estrato social permanente. Segundo, ela não explica por que uma parte dos indivíduos portadores das mesmas credenciais não consegue acesso ao emprego e, quando obtém, é acolhida com uma remuneração menor.

Nesse sentido, a teoria do Capital Social aponta em uma direção mais promissora para a compreensão da dinâmica impingida aos membros da sociedade e seus grupos. O fato de aqueles que moram dentro de favelas na região central da cidade conseguirem melhores remunerações implica no reconhecimento de que pertencem a uma rede mais dinâmica socialmente falando.

Assim, podemos ver que as favelas, fruto e símbolo da segregação espacial, cristalizadas na literatura e no espaço da cidade como sendo locais em que se concentram as pessoas pobres e despossuídas, são resultado do processo de exclusão desses indivíduos dos circuitos capitalistas mais dinâmicos de emprego e renda, mas, também, da rede de contatos sociais que disseminam informações e conseguem atribuir aos seus membros uma confiança necessária à obtenção de oportunidade de trabalho, implicando em uma maior ou menor capacidade de obtenção de renda. Ou seja, como o acesso a uma rede dinâmica é, de certa forma, recusado aos sujeitos favelados, esses tornam-se incapazes de alterarem suas condições objetivas de sobrevivência apesar de comparecerem igualmente no mercado de trabalho.

A questão que pesa sobre a situação de favelamento é que, como aponta o relatório do Programa de Assentamentos Humanos da ONU, (UN-HABITAT0), *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements*, há nessa situação aproximadamente 1 (um) bilhão de pessoas em todo o mundo, ou seja, um sexto da população global e 33% da população urbana.

Nosso trabalho demonstrou que a cidade, como local que abriga indivíduos de todos os matizes, constrói-se por um processo de inclusão e exclusão, pela capacidade dos grupos dominantes de determinarem os espaços e as recompensas destinadas aos diferentes grupos que a compõem.

O aparecimento recente de um discurso que reconhece o indivíduo morador da favela mais como vítima do que algoz tem levado a que muitos preconceitos e estigmas comecem a ser superados, o que talvez leve ainda algumas décadas para alcançar resultados satisfatórios e com a dimensão que o problema requer. O que percebemos claramente é que, apesar de a inserção no mercado de trabalho das pessoas moradoras de favelas ter se alterado — considerando que a literatura que afirma as dificuldades de inserção dos trabalhadores de lugares estigmatizados no mercado de trabalho o fizesse

com base em dados empíricos —, o que se confirma é que essa inserção se fez de forma subalterna, com as ocupações oferecidas aos pobres favelados sendo, em sua grande maioria, menos remuneradas comparadas aos seus congêneres.

Com efeito, a afirmação de que morar em uma favela é um elemento que por si só reporta uma condição de exclusão do acesso aos mercados de trabalho começa a ter que ser revista. Assim, temos que buscar novas maneiras de compreender a realidade formada pelos espaços ocupados pelos indivíduos favelados, pois há entre a população mais pobre, localizada nas vilas e favelas, não a falta de acesso ao emprego e, sim, a discriminação na remuneração desses indivíduos. Ou seja, estar morando em um favela facilita o seu acesso ao emprego, mas diminui a capacidade de obtenção de renda.

Finalmente, podemos dizer que nosso estudo contribui para um melhor entendimento dos processos determinantes do acesso dos indivíduos aos mecanismos de sobrevivência no contexto urbano, permitindo, a partir das análises realizadas, um melhor direcionamento e extensão das políticas públicas visando elevar o patamar de reprodução social da população urbana pobre.

7. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY**, Ricardo. Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social, In **SABOURIN**, Eric e Teixeira (orgs). Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais – Conceitos, controvérsias e experiências, Brasília, UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002.
- AGUIAR**, Neuma (org.), Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação Política, Belo Horizonte, ed. UFMG, 2007.
- ALVES**, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Ed. Boitempo Editorial, 2000.
- AMADEO**, Edward J.; **ESTEVÃO**, Marcello. A Teoria Econômica do Desemprego. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990. (Série Economia & Planejamento)
- ANTUNES**, Ricardo, Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo Editorial, 2006.
- _____, Ricardo, Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 8. ed. São Paulo: Ed. Cortez Editora – Unicamp, 2002.
- _____, Ricardo, Os sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo Editorial, 1999. (Coleção Mundo do Trabalho)
- ARROW**, K. Higher Education as a Filter. *Journal of Political Economy*, v. 2, n. 3, 1973.
- AVERITT**, Robert T., *The Dual Economy, The Dynamics of American Industry Structure*, New York, WW. Norton Company, 1968.
- BARCHELARD**, Gaston, *A poética do espaço*, Rio de Janeiro, Ed. Eldorado Tijuca Ltda, 1982.
- BARITZ**, Loren, *Los servidores del poder*, Madrid, Ed. Europa, 1961.
- BARROS**, Ricardo Paes de, **CORSEUIL**, Carlos Henrique, **CURY**, Samir, *Abertura comercial e liberalização do fluxo de capitais no Brasil: impactos sobre a pobreza e a desigualdade*, in: **HENRIQUES**, Ricardo (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, ed. IPEA, 2000.
- BARROS**, Ricardo Paes de, **CORSEUIL**, Carlos Henrique, **LEITE**, Phillippe, G., *Mercado de trabalho e pobreza no Brasil*, in: **HENRIQUES**, Ricardo (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, ed. IPEA, 2000.
- BEATO**, Cláudio, *Espaço Urbano e Marginalização Social: O Caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Projeto Austin- Texas - EUA*, 2006, mimeo.
- BECKER**, G., *Investment in Human Capital: a teorical analysis*. *Journal of Political Economy*, 1962.
- _____, G., *Human Capital*, New York, Columbia University Press, 1964.
- _____, G., *A Theory of the Allocation of Time*, *The Economic Journal*, Vol. 75,

No. 299, 1965.

BLAY, Eva Alterman, Planejamento para quem? Ou reprodução das favelas em cidades paulistas, in **BLAY**, Eva Alternan, A Luta pelo espaço, textos de sociologia urbana, 2° Petrópolis, ed. Vozes, RJ, 1979.

BLAU, Peter M., **DUNCAN**, Otis Dudley, The American Occupational Structure, New York, The Free Press, 1978.

_____. Peter M., Exchange and Power in Social Life, New York, Wiley, 1964.

BOUDON, R, **BOURRICAUD**, F, Dicionário Crítico de Sociologia, São Paulo, ed. Ática, 1993.

BOURDIEU, Pierre, The forms de capital, in: **RICHARDSON**, John G., Handbook of theory and research for the sociology of education, Westport, Greenwood Press, 1986.

BRANT, Vinicius Caldeira (org.) , São Paulo, trabalhar e viver, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.

BUSCHINELLI, José Tarcísio, **ROCHA**, Lys Esther, **RIGOTTO**, Raquel Maria, Isto é trabalho de gente, vida, doença e trabalho no Brasil, São Paulo, ed. Vozes, 1993.

CAMAROTTI, Ilka, **SPINK**, Peter, Redução da Pobreza e Dinâmicas Locais, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002.

CARDOSO, Adalberto Moreira, *Economia, sociologia, eficiência e democracia na análise das relações de trabalho*, BIBLIOTECA VIRTUAL, SALA DE LECTURA, CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES (CLACSO), <http://www.clacso.org> . - consultado em 11 de outubro de 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique, “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência”, p. 364-393, In: _____ José Serra (org.), América Latina: Ensaio de **interpretação econômica**, São Paulo, ed. Paz e Terra, 1979.

CASTELLS, Manuel, A nova economia: informacionalismo, globalização, funcionamento em rede, in: **CASTELLS**, Manuel, A Sociedade em Rede, vol. 1, 6ª edição, São Paulo, ed. Paz e Terra, 1999.

_____, Manuel, A Sociedade em Rede, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2002.

_____, Manuel, A Questão Urbana, 3° edição, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2006.

CATTANI, Antonio David (Org.), A outra economia, Porto Alegre, ed. Veraz Editores, 2003.

_____. Antonio David, Diccionario Crítico sobre Trábalo e Tecnología, Porto Alegre, ed. Vozes e Ed. Universidade (Rio Grande do Sul), 4ª edição, 2002.

_____. Antonio David, Teoria do capital humano, in: **CATANI**, Antonio David, Diccionario Crítico sobre Trábalo e Tecnología, Porto Alegre, ed. Vozes e Ed. Universidade (Rio Grande do Sul), 4ª edição, 2002.

CAVALLI, Alessandro, Estratificação Social, in **BOBBIO**, Norberto, **MATTEUCI**, Nicola, **PASQUINO**, Gianfrancesco. Dicionário de Política, DF, ed. Univ. Brasília, 1995.

- CHOAY**, Françoise, O Urbanismo, São Paulo, ed. Perspectiva, 1979.
- CHERKAOUI**, Mohamed, Mobilidade, in BOUDON, Raymond, Tratado de Sociologia, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1995.
- _____. Mohamed, Estratificação in BOUDON, Raymond, Tratado de Sociologia, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1995a.
- COLLINS**, Randall, *Four Sociological Traditions*, New York, Oxford University Press, 1994.
- _____. Randall, The myth of tecnocracy, in COLLINS, Randall, *The Credential Society, an historical sociology of education and stratification*, New York, ed. Academic Press, 1979.
- COLEMAN**, James, *The foundations of social Theory*, Cambridge, Harvard University Press, 1990.
- COSER**, Lewis A, Funcionalismo, in, OUTHWAITE, William, *BOTTOMORE et al*, Tom, Dicionário do Pensamento Social do Século XX, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1996.
- DAVIS**, Kinsley, MOORE, Wiblert, Some Principles of Stratification, *American Sociological Review*, Vol. 10, n° 2, 1945.
- DAHRENDORF**, Ralf, *Class and Class Conflict in Industrial Society*, In GRUSKY, David, *Social Stratification in Sociological Perspective*, San Francisco, Class, Race & Gender, Westview Press, 1994
- DICKENS**, William T., LANG, Kevin, A Test of Dual Labor Market Theory, *The American Economic Review*, Vol. 75, n° 4, sep., 1985, pp. 792-805.
- DIEESE**, A Situação do Trabalho no Brasil, São Paulo, ed. DIEESE, 2001.
- ELIAS**, Norbert, *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar Editor, 2000.
- EMPOLI**, Giuliano da, *Revista da ESPM*, edição nº4, volume 14, ano 13, 2007. Fonte: <http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=234>, consultado em 29/07/08.
- ERIKSON**, Robert, GOLDTHORPE, John, Trends in Class Mobility: the post-war European experience, In GRUSKY, David, *Social Stratification in Sociological Perspective*, Class, Race & Gender, San Francisco, Westview Press, 1994
- FAUSTO**, Boris, *História do Brasil*, 13ª edição, São Paulo, Ed. Edusp, 2004.
- FERNANDES**, Danielle, *Estratificação Educacional, Origem socioeconômica e Raça no Brasil: As barreiras da Cor*, Prêmio IPEA 40 anos, 2004.
- FRIEDBERG**, Erhard, O Problema da Racionalidade dos Comportamentos Humanos, in BOUDON, Raymond, *Tratado de Sociologia*, Rio de Janeiro, Ed. Zahar Editores, 1995.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**, Déficit Habitacional no Brasil, projeto PNUD-BRA-00/019, Habitar Brasil –BID, 2006.
- GARZA**. E. La flexibilidad del trabajo en América Latina. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, São Paulo, ano 3, n. 5, 1997, p. 129-57.

- GEERTZ**, Clifford, A interpretação das culturas, Rio de Janeiro, Zahar. 1978.
- GIDDENS**, Anthony, Sociologia, Lisboa, Portugal, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, , 2000.
- GILBERT**, Alan, GUGLER, Josef, Cities, Poverty and Development, urbanization in the third world, Oxford, Oxford University Press, 1992.
- GINTILE**, Pablo, FRIGOTTO, Gaudêncio, A Cidadania Negada, políticas de exclusão na educação e no trabalho, São Paulo, ed. Cortez Editora, GLACSO, 2001.
- GOMES**, Lilian Cristina Bernardo, Entre o Legal e o Ilegal: associativismo e participação em três vilas e favelas de Belo Horizonte – estudo de caso comparativo, dissertação FAFICH, 2004, mimeo.
- GOLDTHORPE**, John, HOPE, Keith, *Occupational Grading and Occupational Prestige*, In GRUSKY, David, Social Stratification in Sociological Perspective, Class, Race & Gender, San Francisco, Westview Press, 1994.
- _____. John, *Rational Action Theory for Sociology*, In, GOLDTHORPE, John, On Sociology: numbers, narratives and the integration of research and theory, Oxford, Oxford University Press, 2000.
- GRANOVETTER**, Mark, *Economic Action and Social Structure: The problem of Embeddedness* in BIGGART, Nicole (org), Readings in Economic Sociology, malden-MA, Blackwell Publishers, 2002.
- _____, Mark, Economic Action and Social Structure: The problem of embeddedness. American Journal of Sociology, 91(November): 481-510, 1985
- _____. Mark, The Strength of Weak Ties, American Journal of Sociology, v. 78, n° 6, 1973.
- GUIMARÃES**, Berenice Martins, Cafuas, barracos e barracões, Rio de Janeiro, Tese – IUPERJ – 1991 - mimeo.
- GUJARATI**, Damodar, N., Econometria Básica, São Paulo, Ed. Pearson-Makron Books, 2005.
- HABERMAS**, Jürgen, A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. Novos Estudos Cebrap, n° 18, 1987.
- HALL**, Peter, Cidades do Amanhã, São Paulo, Ed. Perspectiva, 2005.
- HASENBALG**, Carlos, SILVA, Nelson do Valle (org.), Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida, Rio de Janeiro, ed. Topbooks, Faperj, IUPERJ, 2003.
- HAUSER**, Robert, FEATHERMAN, David, Prestige or Socioeconomic Scales in the Study of Occupational Achievement? In Grusky, David, Social Stratification in Sociological Perspective, Class, Race & Gender, San Francisco, Westview Press, 1994.
- HAVEY**, David, Urbanismo y Desigualdad Social, Buenos Aires, Ed. Siglo Veintiuno de Espana Editores S.A., 1977.
- _____. David, Social Justice and the City, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1973.

- _____. Ricardo (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, ed. IPEA, 2000.
- HOFFMANN**, Rodolfo, *Mensuração da Desigualdade e da Pobreza no Brasil*, in HENRIQUES, Ricardo, *Desigualdade e Pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. IPEA, 2000.
- IPEA** (Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada), http://www.administradores.com.br/noticias/diferenca_de_remuneracao_e_ntre_trabalhador_formal_e_informal_sobe_para_45/10309/, consultado em 06/09/08.
- JENCKS**, Christopher, SMITH Marschall, ACLAND, Henry, BANE, Mary Jo, COHEN, DAVID, GINTIS, Herbert, HEYNS, Barbara, MICHELSON, Stephan, *Inequality: A reassessment of the effect of family and Scooling in América* in GRUSKY, David, *Social Stratification in Sociological Perspective, Class, Race & Gender*, San Francisco, Westwiew Press, 1994.
- _____. Christopher, *Does Inequality Matter?*, *Daedalus Winter*, vol.131, n° 1, 2002: 49-65.
- _____. Christopher, *Rethinking social policy race, poverty, and the underclass*, New York, Harper Perennial, 1993.
- KALLELERG**, Arne L.; SORENSEN, Aage B, *The Sociology of Labor Markets*, *Annual Review Of Sociology*, Vol. 5 (1979), pp. 351-379.
- KERR**, C. *et al*, *The Balkanization of Labor Market*, *Readings in labor economics and labor relations*, Lloyd Reynalds, Stanley Masters, Collete Moser, Eds. New Jersey, Printice-Hall, 1974.
- _____. Clark, John T. Dunlop, Frederick H. Harbison, and Charles A. Myers, *Industrialism and Industrial Man: The Problem of Labor and Management in Economic Growth*, Harvard University Press, 1960.
- KLIKSBERG**, Bernardo, *América Latina: uma região de risco – pobreza, desigualdade e institucionalidade social*, *Cadernos da UNESCO, Série Desenvolvimento Social*, Vol. 1, Brasília, UNESCO, 2002.
- _____. *Falácias e Mitos do Desenvolvimento*, Brasília, Ed. Cortez Editora, UNESCO, 2001.
- KOWARICK**, Lúcio, *Escritos Urbanos*, São Paulo, ed. 34, 2000.
- _____. *A espoliação urbana*, São Paulo, ed. Paz e Terra, 1993.
- _____. Lúcio, *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, São Paulo, ed. Paz e Terra, 1975.
- LAGO**, Luciana Correa do, *Desigualdades e Segregação na Metrópole*, Rio de Janeiro em tempo de crise, Rio de Janeiro, ed. Revan, 2000.
- LUCENA**, Héctor, *Desarrollando la competitividad y la justicia social: las relaciones entre instituciones e interlocutores sociales*, *Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho*, ano 5, n° 9, 1999.
- MAIA**, Alexandre Gori, *Transformações no Mercado de Trabalho e Desigualdade Social*, *Rev. Ciência e Cultura*, v.58, n.4, São Paulo out./dez. 2006, consultada em 25/03/2008, em

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400017&lng=pt&nrm=pt&tlng=pt.

- MARICATO**, E. . Política habitacional no regime militar, Petrópolis, Ed. Vozes, 1987.
- MARQUES**, Eduardo, Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado in **MARQUES**, Eduardo, **TORRES**, Haroldo, São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais, São Paulo, ed. Senac, 2005.
- MASSEY**, Douglas et. al. “Theories of International Migration: A review and Appraisal”. *Population and Development Review*, vol. 19 (1993). Pages 431-466.
- MATTOS**, Liana Portilho, Segregação Social no Espaço de Belo Horizonte: uma análise sobre o valor do status na afirmação e no reconhecimento das desigualdades, Escola de Arquitetura, UFMG, Belo Horizonte, 2001, monografia
- MATTOSO**, Jorge, O Brasil desempregado, São Paulo, ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MEYER**, Regina Maria Prosperi, Segregação Espacial – Brasília, In **BLAY**, Eva Alterman, A luta pelo Espaço, texto de sociologia urbana, 2° ed., Petrópolis, Ed. Vozes, , 1979.
- MILL**, John Stuart, The Penguin Dictionary of Philosophy, ed. Thomas Mautner, www.utilitarianism.com/jsmill.htm, consultado em 03/10/06.
- MINCER**, Jacob, Schooling, Experience and Earning, New York, Columbia University Press, 1974.
- _____. **MINCER**, Jacob, Investment on human capital and personal income distribution, *Journal of Political Economy*, vol. 66, 1958: 281-302.
- MORRIS**, R. M., Sociologia Urbana, Rio de Janeiro, Ed. Zahar Editores, 1972.
- MOURA**, Antônio Plínio Pires de, Brasil Industrial: do capitalismo retardatário à inserção subordinada no mundo neocolonial, UFBA, 2001, http://www.nec.ufba.br/artigos/Artigos/Revista_Analise_e_Dados/2001.12%20-%20Brasil%20Industrial%20do%20capitalismo%20retardat%C3%A1rio%20%C3%A0%20inser%C3%A7%C3%A3o%20subordinada%20no%20mundo%20neocolonial.pdf, consultado em 27/07/08
- NEVES**, Magda de Almeida, Reestruturação produtiva e estratégias no mundo do trabalho: as conseqüências para os trabalhadores, in: **NETO**, Antônio Moreira de Carvalho, **CARVALHO**, Ricardo Augusto Alves, Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90, Belo Horizonte, Ed. PUC Minas, 1998.
- NEVES**, Jorge A. B., **HELAL**, Diogo Henrique, Associativismo, Capital Social e Mercado de Trabalho, in **AGUIAR**, Neuma, Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação Política, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2007.
- NETO**, Eduardo Rios, Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 – Racismo, pobreza e violência, Cedeplar, UFMG, 2005.
- NORTH**, C.C. e **HATT**, P. K., Jobs and occupations: a popular evaluation, *Opinion News*, vol. 9, 1947: 3-13.

- OSTERMAN**, Paul, An Empirical Study of Labor Market Segmentation, *Industrial and Labor Relations Review*, Vol. 28, nº 4, (jul.), 1975: 508-523.
- ONU (UN- HABITATO)** *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements*, 2003, www.globalpolicy.org/component/content/article/211/44579.html, consultado em 12/05/08.
- OIT**, La igualdad en el trabajo: afrontar los retos que se plantean Informe global con arreglo al seguimiento de la Declaración de la OIT relativa a los principios y derechos fundamentales en el trabajo, Conferencia Internacional del Trabajo, 96ª reunión, 2007, <http://s.conjur.com.br/dl/rapp.pdf>, consultado em 23/02/2008.
- PARSONS**, Talcott, O sistema das sociedades modernas. São Paulo, ed. Pioneira, 1974.
- _____. Talcott, “An Analytical Approach to the Theory of Social Stratification”, *The American Journal of Sociology*. Vol.45 n. 6, 1940: 841-862.
- PASTORE**, José, *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*, São Paulo, Ed. Queiroz, 1981.
- _____. José; SILVA, Nelson Valle da. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo, ed. Makron Books, 2000.
- PERICÀS**, Joan Miquel Verdi y, *Itinerario biográfico, recursos formativos y empleo. Una aproximación integrada de carácter teórico y metodológico*, Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha, 2001, www.tdx.cesca.es/TESIS_UAB/AVAILABLE/TDX-1118102-184711, consultado em 23 de outubro de 2006.
- PIORE**, M., The Dual Labor Market: Theory and Implications, In GRUSKY, David, *Social Stratification in Sociological Perspective, Class, Race & Gender*, San Francisco, Westview Press, 1994.
- _____. M, *Birds of passage: migrant labor in industrial societies*, Cambridge, Cambridge University, 1979.
- _____. M, *Fragments of a Sociological Theory of Wages*, *The American Economic Review*, Vol. 63, nº 2, (may), 1973: 377-384.
- PNUD**, Relatório sobre Desigualdades Raciais nas Condições Habitacionais da População Urbana, 2006, consultado em 25/03/2008, <http://www.pnud.org.br/raca/reportagens/index.php?id01=1698&lay=rac>
- POCHMANN**, Márcio, *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade*, ed. Cortez Editora – Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002.
- _____. Márcio, *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*, ed. Contexto, São Paulo, 1999.
- _____. *O mundo do trabalho em mudança*, in: *Relações de trabalho contemporâneas*, NABUCO, Maria Regina, NETO, Antônio Carvalho (Org.), ed. PUC Minas, Belo Horizonte, 1999a.
- PORTES**, Alejandro, Social Capital: Its origins and applications in Modern Sociology, *Annual Rev. Sociology*, 1998: 1-24.

- PRATES**, Antônio Augusto Pereira, CARVALHAES, Flávio Alex de Oliveira, Silva, Bráulio Figueiredo Alves, Capital Social e Redes Sociais, Conceitos redundantes ou complementares? In, AGUIAR, Neuma (org.), Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação Política, ed. UFMG, Belo Horizonte, 2007
- PRETECEILLE**, Edmond, VALLADARES, Licia, A desigualdade entre os pobres — favela, favela, in: HENRIQUES, Ricardo (org.), Desigualdade e Pobreza no Brasil, Rio de Janeiro, ed. IPEA, 2000.
- PRZEWORSKI**, Adam, Marxismo e escolha racional, In, Revista Brasileira de Ciências Sociais, 3, 6, fevereiro 1988.
- PUTNAM**, Richard, Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RAMOS**, Lauro, FERREIRA, Valéria, PADRÕES ESPACIAL E SETORIAL DA EVOLUÇÃO DA INFORMALIDADE NO PERÍODO 1991-2005*, 2006, consultado na internet em 02/08/08, <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/59/33>
- REICH**, Michael, GORDON, David M., EDWARDS, Richard C., A Theory of Labor Market Segmentation, The American Economic Review, vol. 63, nº 2, (may), 1973): 359-365.
- RIBEIRO**, Carlos Antônio Costa, *Estrutura de Classes, Condições de vida e Oportunidades de Mobilidade Social no Brasil*, in VALLE SILVA, Nelson, HANSEBALG, Carlos, Origens e Destinos: Desigualdades Sociais ao Longo da Vida, Rio de Janeiro, Ed. TopBooks, 2003.
- RIGOTTI**, José Irineu, ABREU, João Francisco, FERREIRA, Rafael Liberal, CONCEIÇÃO, Luciene Marques, GONÇALVES, Alisson Eustáquio, Diagnóstico da Distribuição Espacial do Terceiro Setor em Belo Horizonte, consultado em 22/09/08 em www.fundata.org.br/CD_MG_CAOTS_INTERNET/index.htm - 9k, 2006.
- ROCHA**, Mercedes González de la, La reciprocidad amenazada: un costo mas de la pobreza urbana, Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho, ano 5, nº 9, 1999.
- ROEMER**, John, Rational Choice? Marxism: some issues of method and substance, in ROEMER, John, Analytical Marxism, New York, Ed. Cambridge University Press, 1996.
- _____. John, Marxismo de “elección racional”: algunas cuestiones de método y contenido, in ROEMER, John, El Marxismo: una perspectiva analítica, ed. Fondo de Cultura Económica/Economia CONTEMPORÂNEA, 1989.
- SANTOS**, José Alcides Figueiredo, Uma Classificação Socioeconômica para o Brasil, RBCS, Vol. 20, nº 58, São Paulo, 2005.
- SALAMA**, Pierre, Pobreza e Exploração do Trabalho na América Latina, São Paulo, ed. Boitempo editorial, 1999.
- SCALON**, Maria Celi, RIBEIRO, Carlos Antonio Costa, Mobilidade de Classe no Brasil em Perspectiva Comparada, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 44, nº 1, 2001.

- SCHULTZ**, T. W., Investments in Human Capital, in: KARABEL, Jerome e HALSEY, A. (Org.), Power and Ideology in Education, Nova York, Oxford University Press, 1997.
- _____. T. W., Investments in Human Capital,. American Economic Review, v. 51, mar., 1961: 1-17.
- SILVA**, Helio R. S., MILITO, Cláudia, Vozes do Meio-Fio, Etnografia, Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, 1995.
- SINGER**, W. H., Dualism Revisited: a new approach to the problems of the dual society in developing countries, J. Dev. Stud, n°7, 1970: 60-75.
- SMITH**, Adan, Época, vida, filosofia e obras de Adam Smith, www.cobra.pages.nom.br/fmp-smith.html, consultado em 03/10/06.
- SOJA**, Edward. Geografias Pós-Modernas, Rio de Janeiro, ed. Zahar, 1993.
- TAUBMAN**, Paul e WACHTER, Michael. Segmented Labor Markets, Handbook of Labor Economics. Orley Ashenfelter e Richard Layard, Eds. Amsterdam, Elsevier Science, Publishers, v. 2, 1986.
- TEIXEIRA**, Aurora, *On The Link Between Human Capital And Firm Performance, a Theoretical and Empirical Survey*, Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Revista Eletrônica Investigação - Trabalhos em curso n° 121, Novembro de 2002, Porto, Portugal www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/wp121.pdf. consultado em 03 de maio de 2007.
- THUROW**, Lester, Education and Economic Equality. Investment in Human Capital, in: KARABEL, Jerome e HALSEY, A. (Org.), Power and Ideology in Education, New York, Oxford University Press, 1997.
- _____. Lester, Generating Inequality: mechanisms of distribution in the U.S. economy, New York, ed. Basic Book, 1975.
- VALLADARES**, Lícia do Prado, A Invenção da Favela, do mito de origem à favela.com, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2005.
- _____. Licia do Prado, PRETECEILLE, Edmond, Reestruturação Urbana, tendências e desafios, Rio de Janeiro, ed. Nobel/IUPERJ, 1990.
- VALLE SILVA**, Nelson do, Introdução à Análise de Dados Qualitativos, São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais Ltda., 1990.
- _____. Nelson do, HASEMBALG, Carlos, *Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao longo da vida*, Rio de Janeiro, ed. TopBooks, 2003.
- _____. Nelson do, HASENBALG, Carlos, Cor e estratificação social no Brasil, Rio de Janeiro, ed. Contracapa, 1999.
- VIEIRA**, Maria Lúcia, RAMOS, Lauro, Determinantes da desigualdade de rendimentos no Brasil nos anos 90: discriminação, segmentação e heterogeneidade dos trabalhadores, in: HENRIQUES, Ricardo (org.), Desigualdade e Pobreza no Brasil, Rio de Janeiro, ed. IPEA, 2000.
- VIETORISZ**, T. e HARRISON, B. Labor Market Segmentation: Positive Feedback and Divergent Development. American Economic Review, v. 63, n.2, may, 1972.

- WALLACE**, Ruth A., **WOLF**, Alison, *Contemporary Sociological Theory, continuing the classical tradition*, New Jersey, ed. Prentice Hall, 1995.
- WATANABE**, Hiroshi, **BRAGA**, Welber da Silva, *Morro do Querosene, alguns aspectos da formação de uma favela*, D.A. FAFICH, 1960.
- WACHTER**, Michael, **GORDON**, R. A, **PIORE**, Michael J., **HALL**, Robert E., *Primary and Secondary Labor Markets: A critique of the Dual Approach*, *Brookings Papers on Economic Activity*, vol. 1974, nº 3, pp. 637-693.
- WACQUANT**, Loic, *Os condenados da cidade*, Rio de Janeiro, ed. Revan – Observatório IPPUR/UFRJ/FASE, 2001.
- WEBER**, Max, *Conceitos Sociológicos Fundamentais*, in **WEBER**, M., *Economia e Sociedade*, Vol. 1, DF, Ed. Univ. Brasília, 2004.
- _____. *Max, Ensaios de Sociologia*, São Paulo, Ed. LCT, 1982.
- WILSON**, William Julius, *When Work Disappears: the world of the new urban poor*, New York, Reprint Eddo, , 1996 .
- _____. *The truly disadvantaged: the inner city, the underclass, and public policy*, Chicago, the University of Chicago Press, 1987.
- WILSON**, Frank Harold, *Race, Class, and the Postindustrial City*, William Julius Wilson and the promise of sociology, New York, State University of New York Press, 2004.
- WISSENBACH**, Cristina Cortez, *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*, in **SEVCENKO**, Nicolau (org.) *República: Da Belle Époque à Era do Rádio*, São Paulo, ed. Companhia das Letras, 1998.
- WRIGHT**, Erik Olin, *Varieties of marxist Conceptions of Class Structure*, In **GRUSKY**, David, *Social Stratification in Sociological Perspective, Class, Race & Gender*, San Francisco, Westview Press, 1994.
- _____. *Erin Olin, A General Framework for the Analysis of Class Structure*, In **GRUSKY**, David, *Social Stratification in Sociological Perspective, Class, Race & Gender*, San Francisco, Westview Press, 1994a.
- _____. *Erik Olin, Classe, Crise e o Estado*, Rio de Janeiro, editora Jorge Zahar editores, 1981
- ZALUAR**, Alba, **ALVITO**, Marcos, *Um século de favela*, Rio de Janeiro, ed. FGV, 2003.
- ZUCKER**, Lynne G., **ROSENSTEIN**, Carolyn, *Taxonomies of Institutional Structure: Dual Economy Reconsidered*, *American Sociological Review*, vol. 46, nº 6 (dec.) 1981): 869-884.

TRABALHADORES E USOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Jorge Custódio

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF)
jorgecustodio13@yahoo.com.br.

Resumo: O artigo ressalta nos interesses e nas motivações de trabalhadores cariocas pela formação superior. Eles rearticulam suas biografias e relações sociais pelo uso da educação diante da flexibilização de direitos ou das lógicas neoliberais no Brasil dos anos 90. O artigo cruza o retorno aos estudos e o clima de insegurança social nas histórias de vida de dez trabalhadores (egressos dos pré-vestibulares do SINTURFJ e do CEASM). Retrata a busca de carreira, respeito e segurança social por trabalhadores pela posse do diploma de nível superior. Eles, para tanto, rearrumam suas formas de ação e seus retratos identitários, operando nas relações sociais seus respectivos projetos de vida.

Palavras-chave: trabalhadores, identidade e flexibilização.

Abstract: The article presents motivations and interests of Rio de Janeiro workers in higher education. They rearticulate their biographies and social relations through the use of education according to the flexibilization of the rights, or the neoliberal logic, during the 90s in Brazil. The article links the return to the studies and the conditions of social insecurity in the lives of ten workers (whom have taken the college preparatory courses at SINTUFRJ and CEASM). It portraits workers' pursuit of a career, respect and social security through higher education diplomas. In order to do so, they rearrange their forms of action and identities, reorganizing their life projects throughout their social relations.

Keywords: workers, identity and flexibilization.

INTRODUÇÃO

O Brasil se torna um país de classe média, o que sinaliza a retração da miséria pelo aumento do poder de consumo, pela redução do desemprego e pela expansão do emprego formal, pela ampliação das políticas sociais. O país ressalta a construção do desenvolvimentismo, sofrendo, entretanto, a preponderância do capital financeiro na economia. O Brasil supera a crise do emprego, mas continua com a flexibilização e a precarização do trabalho na definição das relações, práticas, perspectivas profissionais.

O emprego formal se expande pelo aquecimento da economia brasileira. Ele, sem dúvidas, reprime a sensação de insegurança social, pois reforça possibilidades de estabilidade salarial e reconhecimento identitário nas relações sociais. A formalidade reconstrói a esperança no futuro da família, no progresso pelo estudo e na melhoria profissional. Ela estimula o aumento da renda dos trabalhadores. As políticas sociais, ademais, se somam a força dos salários e do emprego formal na ampliação do consumo.

A economia e as relações sociais retratam o aumento do poder de compra e a facilidade de crédito. O Brasil, enfim, sofre a expansão tanto do consumo quanto do emprego. Ressalta-se suposta ascensão econômica de trabalhadores pobres para a classe média. O critério renda define atualmente em 52% a classe média brasileira (Neri, 2008). O país, contudo, tem nas realidades do trabalho a precarização de profissões, empregos e salários (Pochmann, 2008).

As relações sociais, entretanto, imprimem nos indivíduos regras de ascensão social. O Brasil refaz sua estrutura social pelos esforços individuais e escolhas políticas, mas depende também da economia psíquica, da herança cultural e das estratégias de ações dos indivíduos. O Brasil retoma o sonho de progresso, porém a racionalidade sociológica precisa compreender a situação real da nova classe média brasileira.

Weber (1982) usa poder, prestígio e riqueza na construção das classes sociais. A classe retrata o controle de recursos socioculturais específicos, além do poder do dinheiro, na elaboração dos estilos de vida, da sociabilidade e dos projetos profissionais e familiares, produzindo formas de distinção (Bourdieu, 2007). Elias (2001) também problematiza as relações de poder na consecução de privilégios através da luta pela posição e pelo reconhecimento nos espaços sociais.

A socialização produz uma economia emocional nos indivíduos, condicionando o sucesso na escola, no trabalho e na formação identitária. Ela fomenta as motivações, os interesses, a disciplina, o autocontrole e as escolhas de vida (Souza, 2010). A classe retrata posições e condições a partir do desenvolvimento de sucessivas relações sociais para a cristalização da mobilidade social.

A renda, sem dúvidas, estimula a ascensão de classe, apesar do êxito econômico para tanto ter de transformar também em situações de classe, chances e estilo de vida. A ascensão, no entanto, se torna real pela série experiências de socialização na incorporação de recursos, competências e disposições técnicas, escolares e socioculturais. O emprego formal, o diploma universitário e a herança familiar facilitam o acúmulo de capitais materiais e imateriais na realização do sonho de ascensão social, o que também envolve sacrifícios pessoais, conflitos identitários e racionalização tanto de escolhas quanto de estratégias.

O artigo explora a definição da nova classe média brasileira. Ela se apóia na compreensão das políticas econômicas de FHC e Lula para o desenho das chances ou dos riscos de segurança social da classe trabalhadora, além de problematizar a flexibilização do trabalho pelas exigências de mercado, descrevendo escolhas políticas do país e estratégias pessoais dos *trabalhadores*. Ressalta a força das experiências de socialização e das relações sociais dos *trabalhadores* na constituição da crença no esforço próprio. Ela, enfim, soma a força da economia, a influência da política e os retratos identitários na consecução de poder, status e renda pelo trabalho ou no desfrute de situações de classe.

1. Brasil, trabalho e cidadania

A flexibilização comprime a realidade de direitos nas relações sociais pelo aumento do desemprego, da exploração e das capacitações (Antunes, 1995). Os trabalhadores e a classe média recebem forte impacto social. As escolhas políticas, também, autorizam o enxugamento de empregos e salários. Elas diminuem a ação estatal tanto no crescimento quanto no desenvolvimento da economia. Retraem direitos trabalhistas e proteções sociais pelo estímulo de medidas neoliberais às terceirizações, privatizações e forças de mercados (Pochmann, 2001).

As políticas públicas estimulam pelo nacionalismo e pelo desenvolvimentismo a transformação do país em sociedade urbano-industrial (1930-1980). As relações sociais, assim, expressam pouco a pouco novas situações de trabalho e demandas sociais, mas nutri também realidades de salário precário, emprego informal e de exclusão social. Os recursos públicos possibilitam a ação estratégica das estatais, a atração de multinacionais e a proteção da economia nacional. Os indivíduos, não obstante, refazem devido à industrialização cotidianos de trabalho, padrões de conflito social e redes de sociabilidade.

As relações sociais e a política articulam pela lógica estatal a cultura de direitos, privilégios e demandas sociais na modernização da economia. A cidadania, assim, se desenvolve no país pelas formas de incorporação estatal de reivindicações sociais (Carvalho, 2001), além de expressar tensões entre as noções de indivíduo (realidade jurídica) e as de pessoa (realidade sociológica) no fluxo das relações sociais (DaMatta, 1997). Ela, para Marshall (1967), somaria direitos civis, políticos e sociais numa seqüência lógica e histórica das demandas da sociedade. A cidadania, contudo, possui no Brasil outra sincronia de direitos.

Os direitos sociais têm no país muita força na evolução na história da cidadania. Ela, sem dúvidas, se dá via direitos sociais (trabalho), o que constrói novas estratégias pelo sistema de *dar, receber e retribuir* (Mauss e Sahlins) entre trabalho, capital e governo, sendo percebida pela população como expressão de justiça social e obrigação do Estado, mesmo não tendo contribuído necessariamente para o avanço da democracia no país (Gomes, 1994). Retrata tanto lógicas utilitárias quanto simbólicas da cultura política ou da ação coletiva dos trabalhadores como classe (memórias e experiências).

Trata-se, ademais, de uma *cidadania regulada* (Santos, 1979), a partir da estratificação sócio-profissional, o que amplia os canais de negociação e reivindicação do sindicalismo. Ela responde a demandas sociais pelo direito do trabalho. As normas legais facilitam o fortalecimento dos sindicatos devido à tutela estatal pelo uso da unicidade (representação de interesses) e do imposto sindical (recursos financeiros). (imposto sindical) e a representação de interesses (unicidade sindical). A política trabalhista, com isso, rearruma as próprias forças ou relações de poder no movimento sindical, favorecendo certas formas de luta e reprimindo outras formas (Gomes, 2002).

A socialização política se forma nas relações sociais e biografias de trabalhadores pelas experiências em comum (exploração, solidariedades, injustiças), redefinindo, assim, formas de politização e de ação coletiva. Os trabalhadores se situam pelas reivindicações de direitos em diferentes experiências sociais, partidárias e sindicais (Gomes, 1994). Eles, enfim, exigem cidadania pelo direito do trabalho, aprendendo a usar os direitos, a fazer greves e a negociar com o poder público e com os empresários.

Os direitos sociais não somente perpassam os tempos de democracia e de autoritarismo como são ampliados (Carvalho, 2001). A redemocratização explicita experiências de socialização política de trabalhadores no *novo-sindicalismo*, o que desafia os militares e a própria burocracia sindical, pelas sucessões de greves, pelas reivindicações salariais, pelo sonho de liberdades políticas e pelo aumento de práticas de justiça social. Ela resulta na soma de lutas pela cidadania plena na Constituição de 88. A reviravolta se torna real no avanço do neoliberalismo. Ela, sobretudo, se instala no país pelas políticas de controle da inflação. Collor e FHC estimulam a flexibilização do trabalho e dos direitos para inserção do país na *nova economia*.

A flexibilização, com isso, interfere na realização de direitos de cidadania, no custo do trabalho, apesar sofrer resistências de partidos de esquerda, movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais (Cardoso, 2003).

2. Brasil, política econômica e trabalho

O Real refina a ordem neoliberal na economia brasileira e rearruma a cultura inflacionária no país, forçando pelas lógicas de mercado o controle de preço, além de situar pela política econômica o país nos tempos de globalização. O Real representa a estabilidade econômica pela rigidez do ajuste fiscal, pelo sucesso da desindexação da economia e pelo fortalecimento das reservas cambiais (Filgueiras, 2000). O Brasil sofre pela ação estatal rigorosa redução de gastos públicos e forte aumento de arrecadação.

O Plano Real causa a recessão econômica, tornando comum o desemprego. Reprime-se o crédito e o consumo no país, aumentando, ademais, abertura econômica do país. As políticas do Real dificultam os aumentos reais e a expansão da economia (Pochmann, 2010). A recessão se torna o preço da estabilidade da economia. O Real

radicaliza a desigualdade social pela redução de liquidez da economia e pela geração de poucos empregos. O Planalto reduz a inflação, sacrifica o crescimento econômico e amplia a pobreza (Dedecca, 2003). Resolve o problema da inflação pelo uso de lógicas de mercado, recorrendo também ao fortalecimento da financeirização da economia.

O Planalto legitima as privatizações e as reformas na defesa da estabilização pela sofisticação do ajuste fiscal e pela ampliação das reservas cambiais. O país, assim, tem o aumento da informalidade, o que multiplica a precarização do trabalho, dos contratos e dos salários pelo uso político do Real. O Planalto força pela política econômica a redução do lucro e da renda do trabalho, além de situá-la nas lógicas de eficiência e competitividade no enxugamento de empresas (Pochmann, 2008 e 2010).

FHC propõe nos discursos o fim da Era Vargas. Trata-se de reformar direitos e relações de trabalhos pela flexibilização. Ele defende a contração da ação estatal no crescimento econômico e reivindica a revisão da legislação trabalhista e da própria força da justiça do trabalho, o que restringiria pelas medidas neoliberais força das negociações coletivas. O país, também, experimenta a despolitização da definição das formas de trabalho, fortalecendo a empregabilidade, o empreendedorismo ou a individualização na luta pelo emprego, pela segurança social e pelo aumento de salário.¹

3. Brasil, escolha política e trabalho

O Brasil revisa pelas eleições as escolhas políticas em 2002. Trata-se, sobretudo, da troca do ajuste fiscal pelo crescimento econômico. Lula, assim, ressalta na eleição a revalorização do trabalho e da ação estatal na economia (Pochmann, 2010), mas conserva as políticas de metas inflacionárias e de superávit fiscal. Lula se torna a esperança de freio no neoliberalismo, na desigualdade social.

O Planalto, porém, tem forte luta pelo poder na definição das políticas econômicas. Lula reproduz estratégias ortodoxas para o controle da inflação. Elas, todavia, perdem espaço no governo pela fraca resposta do mercado no aumento do crescimento, da renda e do emprego. As relações de poder se redefinem pouco a pouco

¹ A Era FHC libera a demissão temporária (1998), o contrato temporário (1997), o tempo parcial (1998), o banco de horas (1998) através de decretos, leis e medidas provisórias. Ela também reprime sucessivas greves, evidenciando a aversão aos sindicatos. O sindicalismo tem graves derrotas para o governo (petroleiros, funcionários públicos e bancários).

na direção do desenvolvimentismo, a partir do fim de 2004 (Barbosa e Souza, 2010). Elas rearticulam a ação estatal no aquecimento da economia e na segurança da sociedade salarial.

O Governo Lula comprime o desemprego e desacelera a informalidade pelas escolhas políticas. Elas, sem dúvida, convivem com diferentes formas de precarização, de terceirização e de flexibilidade. O país soma pela ação estatal crescimento econômico, fiscalização das relações de trabalho e legalização de empresas, o que resulta na elevação do emprego formal.

A política econômica influencia mudanças nos padrões de consumo. As famílias, assim, reforçam o próprio poder de compra e contribuem com o crescimento econômico, além de ilustrar a redução da miséria e da pobreza pela ampliação da massa salarial, do aumento real do mínimo, dos empregos formais e da transferência de renda (Pochmann, 2008 e 2010). O Real se torna mais forte, mas dada a valorização cambial dificulta as exportações brasileiras e facilita a concorrência estrangeira no país.

Reorienta-se o poder estatal na criação do emprego, tendo sucesso nas medidas, pois, apesar da alta rotatividade e dos baixos salários, as estatísticas demonstram a ampliação do emprego formal. O Planalto, ademais, produz o fortalecimento de estatais, o ressurgimento da indústria naval, o crescimento da construção civil, a revitalização do serviço público pelos concursos e o programa de aceleração do crescimento. O Estado estimula também a proteção de salários, de empregos e da inserção social das pessoas.

O país registra a expansão da renda do trabalho. Os serviços, no entanto, respondem hoje pela maioria dos empregos no país. Eles exigem pouca qualificação e pagam pouco. A indústria tem ainda de recuperar padrões de produção e de empregos antes dos 80 (Pochmann, 2008). Ela sofre perda de dinamismo pela situação de atraso tecnológico e pela carência de formação profissional e escolar. O Brasil, contudo, constata maior redução das desigualdades e aumento da ascensão social pela conciliação de políticas públicas e esforço pessoal de trabalhadores a partir de Lula se comparado aos tempos de FHC. Trata-se da mudança na estrutura social brasileira pela dilatação do estrato médio e do alto.²

² O estrato baixo passa de 33,3% em 2001 para 26,0% em 2008, segundo os dados da PNAD/IBGE. As estatísticas mostram uma criação de empregos muito maior no governo Lula do que no governo FHC (ver MTE). Elas ressaltam a influência do emprego formal na troca de estrato social (IBGE/PNAD, 2008).

4. Brasil e a flexibilização do trabalho

A flexibilização perpassa as realizações das escolhas políticas. O país retoma o crescimento econômico. A globalização, contudo, redefine fronteiras, economias e formas de trabalho nos diferentes continentes pela força das lógicas de mercado e pela extensão da revolução tecnológica. Ela une e separa ao mesmo tempo indivíduos, culturas e países (Bauman, 1999), pressionando a transformação do trabalho e da sociedade. A flexibilização, assim, se canaliza no país pelo avanço da globalização e pelas reformas neoliberais na esfera do trabalho em cima de salários, contratos e jornadas.

As relações de poder influenciam as estratégias de flexibilização. As escolhas políticas redefinem formas de ação estatal na sociedade e no mercado. Elas têm o poder de contração e ampliação dos empregos, além de posicionar o país diante das desigualdades sociais, o que também exprime a política de desenvolvimento e a inserção brasileira na economia mundial. A flexibilização depende das lutas políticas e da globalização no desenho das escolhas do país.

A flexibilização reforça estratégias de terceirização, precarização do trabalho e demissão. Ela se constitui de racionalidades empresariais no uso de diferentes formas de trabalho pela lei da competitividade ou pelas exigências de mercado. Rearruma relações sociais, salários e situações profissionais no emprego, rearticulando direitos e seguranças sociais. Ela, também, resulta de confluências entre o avanço tecnológico e o impacto da globalização no mundo do trabalho. A flexibilização reconfigura profissões e carreiras na elaboração de situações de trabalho. Ela redimensiona relações sociais, culturas e formas de riscos nas trajetórias ocupacionais pelo impacto da microeletrônica e pelas flutuações de mercado.

As políticas de trabalho se transformam em precarização, em terceirizações ou em desemprego. A competitividade da era da flexibilização exige aumento de produtividade pela redução do tempo de trabalho na mistura de tecnologia, educação e exploração humana. A flexibilização, enfim, responde pelo fim das atividades ou pelo corte de gastos aos movimentos de liberalização econômica e de valorização cambial (Cardoso, 2003).

A flexibilização ressalta formas de poder e racionalidades do neoliberalismo na ampliação da liberdade do capital frente ao poder público e aos trabalhadores, além de atrelar a legislação ao aumento do desemprego e o crescimento da informalidade à própria ação dos indivíduos pela falta de educação continuada. O Estado e os trabalhadores estimulariam pela lógica neoliberal o problema o emprego, um pela força da lei e o outro pela escolha individual, impedindo o equilíbrio do mercado de trabalho. O Brasil, porém, tem forte flexibilização como marca histórica do trabalho pelas realidades de emprego precário, de trabalho temporário, de informalidade e de redução salarial e de direitos pela defesa do emprego (Cardoso, 2003).

As relações sociais perdem garantias dos indivíduos no dismantelamento do poder estatal e nas regulações do trabalho e do emprego (Castel, 1998 e 2005). A flexibilização, no entanto, tem no país a resistência de sindicatos, partidos e trabalhadores. Ela destrói empregos formais, debilita a ação estatal e dá suporte as privatizações, mas as centrais, os sindicatos e os trabalhadores se apropriam da legislação para o salvamento de empregos, fábricas e cidades, apesar do custo ser muitas vezes o aumento da exploração (Cardoso, 2003). Trata-se do uso do direito e da politização para a defesa dos empregos e da inserção social.

A flexibilização explora a força física e aumenta a exigência de conhecimento e experiência dos trabalhadores. As situações profissionais mostram a apropriação da materialidade e da imaterialidade do trabalho (Antunes, 2005). As relações sociais conjugam no campo da indústria e dos serviços qualificação e desqualificação, demonstrando a vitalidade do valor de uso do trabalho, apesar da retração das ocupações pela expansão da tecnologia e formas da gestão (Antunes, 1995). A reação política, com isso, se torna estratégia para desacelerar a radicalização tanto da flexibilização.

A realidade social mostra ainda déficit de trabalho decente no Brasil (Cepal, Pnud e Oit, 2008). A cor, o sexo e a idade esvaziam a equidade social na inserção profissional. A flexibilização debilita a regulação pública do trabalho (Pochmann, 2008), ampliando as formas de insegurança e de inserção profissional pelo movimento dos empregos. O poder estatal, contudo, desacelera pelas escolhas políticas a partir de 2003 a onda de flexibilização no Brasil (Dedecca, 2009).³

³ Ele cria políticas de crescimento da economia, do emprego e da justiça social. O PT, entretanto, limita o desenvolvimentismo com a conservação das políticas de meta inflacionária, superávit primário e equilíbrio fiscal.

5. Brasil, trabalho e a nova classe média

As relações sociais escondem os movimentos das pessoas pela estrutura social a partir da correlação de forças entre globalização, flexibilização e escolhas políticas do país. Os trabalhadores realizam movimentos individuais e coletivos na luta pelo lugar social e pelas identidades, remodelando as formas de inserção profissional, as chances de segurança social e o sucesso dos projetos de vida pela soma de esforços pessoais e das próprias experiências profissionais. Eles têm interesses e motivações na elaboração da ascensão profissional, na formação dos estilos de vida e na segurança da família. Os trabalhadores, com isso, articulam a inserção profissional, os retratos identitários e as relações sociais diante das políticas de flexibilização e das escolhas políticas.

A flexibilização precariza as esferas profissionais pela lógica da eficácia econômica. Ela fragiliza a inserção profissional dos indivíduos (Castel, 1998). As relações sociais ficam enfraquecidas pela exigência de eficácia e competitividade nas esferas profissionais. A flexibilização rompe progressivamente segurança do estatuto do trabalho, o que fragiliza as referências de identidade, o reconhecimento social e a rede de sociabilidade a partir da condição salarial (Castel, 2005). Ela, assim, desprotege os indivíduos das situações de degradação e de desfiliação social.

O Brasil atualmente registra pelo avanço do emprego formal e pela valorização salarial o deslocamento de trabalhadores da situação de pobreza. A classe média estaria em crescimento no país pelo aumento da formalização, do consumo e da renda, expressando, sobretudo, trajetórias de ascensão social do estrato baixo para o médio. O Brasil explicita formas de mobilidade social ascendente, porém o fato não prova a dilatação da classe média (Souza, 2010).

A situação financeira não garante por si mesma a ascensão social. Ela melhora o poder de compra, mas não transmite o status e as formas de distinção da classe média (Souza, 2010). O consumo mascara relações de poder, prestígio e privilégios de classe. As relações sociais, ademais, imprimem sofrimentos, motivações e interesses nas trajetórias de ascensão de classe dos indivíduos. O esforço pessoal se confronta na efetivação da mobilidade social com a força da herança cultural, apesar das mudanças nos salários, no emprego ou no consumo.

As relações de poder articulam estruturas sociais e emocionais na garantia de posições e privilégios (Elias, 2001 e Bourdieu 2007). Realizam constantes definições do status profissional, da auto-identidade e da aceitação social dos indivíduos, formando pressões sociais e psíquicas na construção da inserção relacional. Elas decorrem da força da socialização familiar na transmissão do capital cultural e na formação do sucesso escolar e profissional dos estratos médios (Bourdieu, 2007).

A família impõe pela socialização estilos de vida, gostos de classe e formas de uso do tempo (Bourdieu, 1974 e 2007). Ela estimula a interiorização de bases sociais das estratégias e escolhas de classe. Bourdieu, com isso, relaciona estrutura das posições, subjetividades e sistemas de ação em operação no sistema de estratificação. Trata-se da reprodução de classe.

A socialização arruma as formas de apresentação do eu nas redes de interação (Goffman, 2007), o que reflete o poder, a reputação ou o risco de estigmatização dos indivíduos (Goffman, 2008). Ela traça diferenciações sociais na elaboração da racionalização de ações, no uso do tempo de vida e na estruturação dos comportamentos sociais (Elias, 2001, Bourdieu, 1974 e 2004).

Os trabalhadores, assim, se diferenciam da classe média pela herança cultural. Eles se dissociam dos estratos médios pelas situações de classe (Weber) e pelas posições de classe (Marx). A classe média incorpora no indivíduo pela família a disciplina, o autocontrole e o pensamento prospectivo (Souza, 2010), desenhando pela interiorização e exteriorização de disposições as chances de educação, de inserção profissional e de ascensão social dos indivíduos. Os trabalhadores, ao contrário, sentem a pressão econômica e a força das desigualdades culturais na arrumação do futuro (Bourdieu, 1999).

As relações de poder definem as carreiras, o sucesso financeiro e as escolhas de vida dos indivíduos. Elas espelham as marcas de classe, além de apagarem a influência da inércia cultural nas escolhas das profissões, dos gostos de classe e destinos pessoais (Bourdieu, 1996 e Souza, 2010). A ascensão de classe, com efeito, se dá do meio popular para a classe média ou para a elite pela contradição com a herança de origem (Bourdieu, 1999).

O Brasil tem nos tempos de flexibilização a existência de *batalhadores* (Souza, 2010). Eles formam forte crença em si mesmo e no próprio trabalho, o que lhes dá

resistência ao cansaço devido às muitas horas de trabalho, ao cotidiano em diferentes empregos, à situação de estudante e trabalhador (Souza, 2010).⁴ Os *batalhadores*, ademais, controlam o impulso do consumo imediato, valorizam a poupança e traçam planos para o futuro.

Os *batalhadores* redefinem a cultura de trabalho. Trata-se de pessoas cujas famílias ensinaram desde a infância o valor do trabalho. Eles, assim, não se fragilizam diante da flexibilização ou da precarização, pois encaram diferentes situações de trabalho pelo filtro da herança familiar. Os *batalhadores* têm na própria história o apoio de família estruturada. Ela transmite nos ensinamentos disciplina e responsabilidade com as atividades de trabalho. A família forma uma educação para a racionalização do tempo e do trabalho na produção de mudanças ou progresso nas trajetórias de vida (Souza, 2010).

A classe média desenvolve a ética do trabalho predominantemente pelo avanço dos estudos. Os *batalhadores* extraem essa ética da socialização familiar. Têm nas trajetórias de vida momentos de dificuldades financeiras, fraca educação escolar e restrição de capital cultural, mas usam as experiências de trabalho na melhoria do futuro. Os *batalhadores* utilizam a própria formação identitária e a ética de trabalho para elevarem seus rendimentos salariais, aproveitando o momento de aquecimento da economia e a valorização do trabalho pelas escolhas políticas do país.⁵

As relações sociais evidenciam pelas histórias, esperanças e dramas claras separações entre trabalhadores e classe média, embora em muitos casos se situem na mesma faixa de rendimentos. A classe média está num cotidiano diferente dos *batalhadores* ou *trabalhadores*. As relações de poder dificultam pelas marcas de classe a democratização de empregos e profissões da elite e da classe média. Elas convertem a força da seleção cultural em apenas esforço ou talento dos indivíduos.

O Brasil remodela o sistema de estratificação com o surgimento da nova classe média. Ela, todavia, expressa mais uma cultura de trabalho flexível do que integração de trabalhadores à classe média. Trata-se de trabalhadores em ascensão social pela

⁴ Custodio (2001) descreve motivações e interesses de *trabalhadores* (qualificados ou semiquilificados) na busca do diploma universitário nos tempos FHC. Eles expuseram também forte crença em si mesmo e no poder do trabalho para alcançar outra colocação profissional no futuro. O estudo analisa dez histórias de vida coletadas em 2000. Os *trabalhadores* retomam os estudos no pré-vestibular do Sintufjrj e no do Ceasm, o que resulta na aprovação para universidades públicas.

⁵ Os *batalhadores* desenvolvem pela ética do trabalho disciplina, controle e capacidade de prospecção.

melhoria da situação salarial nos tempos de flexibilização. Eles dão claros sinais de individualização e de despolitização na descrição de suas motivações e interesses pelo trabalho (Custódio, 2001). Reagem contra a cultura sindical e as lutas coletivas, acreditando somente no próprio esforço (Custódio, 2001). Eles, não obstante, percebem no mundo do trabalho a garantia da auto-estima, do respeito, de salários e de direito.

Os *trabalhadores* produzem seus retratos identitários pelas experiências de socialização. Ela forma definições, redefinições e auto-definições do eu e do outro, fazendo um eixo biográfico e outro relacional nas formas identitárias (Dubar, 2005 e 2009).⁶ Os *trabalhadores* descrevem nas ações individuais, nas relações sociais e nas identidades trajetórias de orgulho, sucesso e sacrifício (Custódio, 2001). Eles relacionam seus projetos de vida à segurança socioeconômica. A situação reflete essas transações relacionais e biográficas. O diploma, o trabalho e o dinheiro expressam a valorização de si mesmo e o reconhecimento social. Os *trabalhadores*, com isso, negam as pretensões diretas de ascensão de classe no futuro e reafirmam continuamente o desejo de segurança.

Os *batalhadores* (Souza, 2010) e os *trabalhadores* (Custódio, 2001) usam o emprego, a profissão e o trabalho na coesão das próprias biografias. Sainsaulieu (2006) reata trabalho e identidade pela busca dos indivíduos por igualdade, distinção, reconhecimento e valorização de si mesmo nas formas de poder e nas situações de interação dentro das organizações de trabalho. Os *trabalhadores* e *batalhadores* retratam esse uso do trabalho na produção do reconhecimento das identidades para si e para os outros no transcorrer das situações profissionais.

Eles ressaltam a insegurança social na esfera do trabalho. Sennett (1999), ademais, relata a perda de identidade nas relações de trabalho, pois a flexibilização rompe a estabilidade das carreiras e esvazia a experiência profissional. Trata-se da corrosão do caráter pelo fim das rotinas, pela superficialidade dos relacionamentos ou pelo aumento da competição profissional. Os *batalhadores* e os *trabalhadores* temem o desemprego, a exclusão social e a precariedade financeira, exemplificando o risco da era da flexibilização para as identidades, o que reaviva as constatações de Sennett (1999).

⁶ As identidades se constroem pela socialização, tendo um eixo sincrônico, dado pelas situações ou contextos de ação, e outro diacrônico, dado na trajetória subjetiva ou na leitura da própria história do eu (Dubar, 2005). Dubar (2009) expõe quatro formas identitárias (tipologias possíveis): cultural, estatutária, reflexiva e narrativa.

Bauman (2008), com isso, ressaltaria o medo líquido nos retratos identitários, nas trajetórias profissionais e nos estilos de vida dos *trabalhadores* e *batalhadores*.

Somam autocontrole, ascensão financeira e projetos de vida a partir do esforço pessoal no mundo do trabalho, porém se diferenciam da classe média tradicional pela herança cultural, além de não se resignarem diante da flexibilização, apesar da era das incertezas. Eles, enfim, exibem forte crença no trabalho, o que contraria os registros de declínio da ética do trabalho (Offe, 1989). Os *trabalhadores* e os *batalhadores* desenvolvem disciplina, esperanças e ações ativas na construção de respeito, reconhecimento, sentido de progresso pessoal, segurança social para si e para a família.

6. Trabalhadores, cidadania e carreira na Era da Flexibilização

A flexibilização dificulta o sucesso e a segurança de carreiras pela redefinição ou repressão de formas de burocracias, das situações profissionais e do uso de identidades nas relações sociais (Sennett, 1999), estimulando a cultura da eficiência, as mudanças de emprego e a implosão de referências do fordismo (Sennett, 2006 e Harvey, 1989). A cidadania sofre na flexibilização reflexos de direitos diante das racionalidades de mercado pelo aumento dos riscos de desemprego, de desproteção e de exclusão social.

A flexibilização amplia o medo, o sofrimento ou a ansiedade pela ausência de controle da trajetória profissional pelos indivíduos. As relações sociais ficam sem respostas fixas, o que transforma tanto o tempo de vida quanto o tempo produtivo (Sennett, 1999). Trata-se da corrosão de biografias e carreiras pela frágil reciprocidade de compromissos no trabalho e nas redes de sociabilidade, além de ressaltar dificuldades na produção de experiências em comum.

As carreiras, com isso, se caracterizam pelo constante recomeço de atividades, narrativas e situações profissionais. A flexibilização desrespeita a soma de experiências e realizações dos indivíduos, debilitando os vínculos entre profissões, biografias e relações sociais pela retração de garantias de direitos, posições e salários no mundo do

trabalho. As carreiras, assim, representam a corrosão do eu, tendo suporte na insegurança e na incerteza da flexibilização do trabalho e do emprego (Sennett, 1999 e Castel, 1998 e 2005).

A flexibilização desestabiliza as relações sociais, a inserção profissional e a coesão social pela ruptura dos estatutos do trabalho (Castel, 1998). Ela redefine direitos de cidadania pelas formas de reindividualização das situações profissionais. Trata-se do rompimento de situações estáveis de emprego, salários e qualificações (Castel, 2005 e Harvey, 1989). A cidadania, com isso, sofre pelas políticas de flexibilização a desconexão entre liberdade, segurança social e poder político tanto individual quanto coletivo dos trabalhadores.

A insegurança social se registra nas histórias de vida dos *trabalhadores* (Custódio, 2001). Eles temem a degradação de direitos, a dificuldade de controle do futuro, a desqualificação para o trabalho. Os *trabalhadores*, assim, se impõem rearrumações de retratos identitários e das escolhas individuais pela descoletivização das lutas de classe ou pela fraqueza das negociações coletivas. Rearticulam nas biografias e nas relações sociais a apresentação do eu pelo uso da formação superior, crendo a partir disso no próprio esforço e pragmatismo para a aquisição de aumentos salariais, redução da exploração e de reconhecimento social.

Os *trabalhadores* relatam a debilidade dos sindicatos na defesa da própria classe, dos direitos e proteções sociais (salário, emprego, trabalho, profissão). Eles, também, atribuem forte desinteresse de partidos, governos e empresas na efetivação da cidadania pelo trabalho. Retratam motivações (sonhos, aspirações e crenças) e interesses (posição, salário e respeito) na luta pelo lugar social e pela identidade a partir da utilização do diploma universitário no mundo do trabalho (Custódio, 2001), mas sentem a flexibilização como estímulo ao enfraquecimento de responsabilidades coletivas.

O diploma superior representa no imaginário dos *trabalhadores* chances de segurança, uma carreira estável e novos retratos identitários (Custódio, 2001), além de propiciar o possível desfrute de direitos de cidadania, pois no fluxo das relações sociais eles poderiam utilizar o poder, o prestígio ou até mesmo a cultura dos privilégios na reivindicação da igualdade, como diria Da Matta (1997), mas isso exigiria o acúmulo de aprendizagens pelas experiências de socialização, como diria Bourdieu (1974) e Elias (2001), para o uso do status ou da distinção derivados das profissões, credenciais

educacionais e heranças culturais. As relações sociais, com isso, na percepção dos *trabalhadores*, lhes impõem o desenvolvimento de sociabilidades e estilos de vida tanto para a produção da carreira quanto para a superação de formas de alienação e desigualdades sociais.

Os *trabalhadores* têm receio das fraturas identitárias e da estigmatização do eu por causa da ascensão das políticas de flexibilização, do neoliberalismo ou da lógica de mercado da globalização. O diploma universitário se torna para eles a busca de valorização de si mesmo pela conquista do respeito do outro. Os *trabalhadores* compreendem a ruptura entre trabalho, segurança social e cidadania, o que transmite a sensação de perda de controle do futuro devido à força do mercado na Era da Flexibilização e no aumento das chances de exploração e humilhação durante a vida.

O poder estatal estimula o poder de compra no país com o aumento do emprego formal, da massa de salários e da política social. Os *trabalhadores* usufruem da conjuntura de crescimento no consumo, nos salários e no emprego. Eles, entretanto, estão longe do poder da classe média no controle das posições, formas de prestígio e séries privilégios pela reprodução de redes de poder e uso de heranças culturais nos diplomas e na sociabilidade diante das realidades profissionais, pois têm forte dependência do salário, do emprego, do esforço pessoal e das políticas públicas para a garantia da segurança social.

7- Trabalhadores em reconstrução e a flexibilização

Os *trabalhadores* se situam em lutas pelo lugar social e pela identidade nos tempos de flexibilização. Trata-se, sobretudo, da utilização da educação para a aquisição de auto-estima, segurança profissional e respeito do outro. O diploma universitário se torna para eles um meio de alcance em ordem de prioridade de direitos sociais, civis e políticos nas redes de sociabilidade (Custódio, 2001). Os *trabalhadores*, não obstante, insinuam pelos relatos orais dificuldades de formação de identidades coletivas fortes na esfera de trabalho.

A flexibilização aumenta as tribulações do eu na recorrência das inseguranças e incertezas sociais (Sennett, 1999). O *self* se destradicionaliza pelas exigências cotidianas de reflexividade na nova economia (Giddens, 2002). Os *trabalhadores*, com isso, se

impõem a reconstrução identitária tanto no plano objetivo quanto no plano subjetivo. Eles reprimem ansiedades e medos da flexibilização pelas motivações e interesses nos estudos, depois reforçam a auto-estima e o respeito do outro durante a formação universitária e finalmente buscam status profissional pelo uso de competências e credenciais superiores. Os *trabalhadores*, assim, revisam suas identidades, inserções profissionais e formas de ação, tentando reescrever suas biografias e relações sociais no contexto de flexibilização.

1- Os trabalhadores se deparam com o medo e a ansiedade frente ao avanço da flexibilização.

- A política de enxugamento e o medo da demissão:

“(...) A tensão é muito forte no dia a dia de trabalho. (...) A pessoa perde o emprego de repente, sem ter feito nada de errado. Eu freei essa angústia, mas estaria desesperada se estivesse casada ou tivesse filho. Sinceramente parei de pensar em demissão, vivo um dia após o outro. O trabalho estressa muito no dia a dia, pois há muita cobrança (meta diária, meta mensal, meta trimestral). (...) Resolvi o problema do medo pela perspectiva de somar o máximo de conhecimento... Eu estarei durante o trabalho me preparando para uma grande chance em outro lugar. A empresa te usa só pelo lucro. A fusão trouxe o fechamento de muitas fábricas, estimulando a demissão de funcionários. Ela não segura unidade com muitos problemas de produtividade e de eficiência. (...) A realidade me mostra uma redução dos quadros de dez para oito, de oito para cinco e de cinco para dois, pois o que importa é manter as metas de produção. A empresa só promove aumento de trabalho. Ela demite, não aumenta o salário, não dá chance de crescimento. (...) O trabalho é muito duro, produzir mais é impossível. (...) Eu sei de uma coisa o estudo ampliou minhas possibilidades de emprego e carreira, é o que importa para o meu futuro.” (Andréia, 27 anos, técnica em química de alimentos, química/UERJ, 5º período, 2000)

2- Os trabalhadores reforçam o respeito e auto-estima, apesar das pressões da flexibilização.

- O orgulho e a competição:

“Eu sinto muito orgulho de estudar na UFRJ. O diploma transfere respeito, aumenta o reconhecimento do esforço e da inteligência pelo colega durante as situações de trabalho. Fico também satisfeito em aprender e em saber que no futuro terei uma profissão. Eu sofro no emprego pressão do olhar atravessado. O desemprego só aumenta, o que faz o outro se sentir ameaçado. O curso superior facilita a inserção profissional. O colega não estuda e fica com medo da competição. Eu ralo forte para no futuro desfrutar de segurança financeira, estabilidade profissional e realização pessoal. Faço uma aposta no curso superior, porém também corro o risco de ficar na mesma.” (Alex, 31 anos, bancário, ciências contábeis/ UFRJ/ 5º período, 2000).

- A sensação de crise e o anseio de uma profissão:

“O Brasil vive um grave crise econômica. A política faz pouco na contenção do desemprego. A crise econômica fragiliza o poder do indivíduo. Eu compreendi a força do diploma universitário. Ele daria uma profissão, o que se converteria no futuro em segurança financeira, em estabilidade no emprego ou em chances de crescimento profissional. Sofri os impactos da privatização durante o processo de saneamento. Fiquei muito tempo sem emprego formal. O estudo me ampliou os horizontes profissionais, apesar de ter o desafio da questão da idade, mas existia a possibilidade dos concursos públicos. (...) Eu sei também que a ilusão do próprio negócio deixou muito colega na informalidade. O diploma universitário terminou me dando campo de trabalho.” (Vera, 36 anos, ex-bancária, ciências contábeis/ UFF, FORMADA/99, 2000).

3- Os trabalhadores se impõem a luta pelo lugar e pela identidade pelo uso do diploma na esfera do trabalho, apesar das incertezas dos tempos de flexibilização.

- As marcas do sofrimento e a esperança no futuro:

“Retirei força a partir do sofrimento ou sacrifício na serralheria. Eu notei que somente o estudo me faria melhorar de posição social. A faculdade me daria uma profissão para fugir do conformismo. (...) O diploma me dará profissão. O diploma representa chance de segurança financeira e superação da pobreza. Sinto hoje o controle para refazer a vida. (...) Sinto medo do fracasso. O desemprego também pega muita gente com diploma. O cara estuda e não trabalha na sua profissão. (...) Só resta é encarar sem desistência. Sofro muitas críticas: tem muito doutor na venda de sanduiche.” (Wellington, 31 anos, promotor de vendas, arquivologia/ UNI-RIO/2º período, 2000)

- Salário, reconhecimento e responsabilidade:

“(…) Recebi mais respeito. A faculdade me fez melhorar de posição na empresa. Recente recebi outra promoção. Eu estou ainda sem o diploma. Os colegas têm na maioria dos casos curso superior. É um reconhecimento. (...) A responsabilidade aumentou também. O salário tem de aumentar também. Eu não vivo somente de elogios. Sinto-me desprestigiada sem o retorno financeiro, embora goste das novas responsabilidades. (...) O plano é fazer concurso público no futuro. (...) A empresa privada te dá pouquíssima estabilidade com a política de terceirização. Ela demite o profissional, readmitindo-o como serviço terceirizado. Eu agora enxergo a exploração e a limitação de chances na empresa. O curso superior te valoriza e faz você se valorizar, (...) embora corra risco por causa da flexibilização.” (Eliane, analista de contas a pagar, ciências contábeis/ UFRJ/ 9º período, 2000)

As identidades resultam do que o indivíduo é para si e do que é também para os outros (Dubar, 2005). Elas derivam das experiências de socialização, estando em constante construção ou reconstrução no transcorrer das biografias e relações sociais, em séries de intersecção entre o pessoal e do coletivo. Os relatos orais revelam a construção cinco formas de identidade profissional a partir da expectativa de uso do diploma universitário nas burocracias do trabalho:

1-Identidade pelo estatuto: os *trabalhadores* reconstroem essa identidade pela aquisição de nova posição na hierarquia de trabalho, mas aceitam as regras e os direitos estabelecidos pelas formas de poder da esfera profissional; **2-Identidade pela resignação:** os *trabalhadores* assumem o fracasso frente à ineficácia do diploma nas relações de poder da esfera do trabalho, o que se resume na permanência na mesma situação profissional, além de fortalecer o desinteresse pela política; **3-Identidade pelo conflito:** os *trabalhadores* aspiram pelo ativismo político o sucesso na luta por segurança pessoal e, principalmente, a defesa de interesses de classe; **4-Identidade pela cultura:** os *trabalhadores* reforçam a realização pessoal e o reconhecimento do outro na esfera profissional pelo refinamento intelectual dado pela formação universitária; **5-Identidade pela negociação:** os *trabalhadores* redefinem constantemente estratégias e

escolhas sobre as chances de ascensão social, de ganhos individuais, encarando as relações de poder de modo reflexivo, transitando entre o conflito e o silêncio crítico.

Conclusão

O artigo retrata motivações e interesses de *trabalhadores* pela formação universitária, ressaltando a luta pelo lugar social e pela identidade profissional. Realça a reelaboração de biografias e relações sociais na esfera do trabalho diante das escolhas políticas do país, da flexibilização de direitos e das políticas econômicas entre o ajuste fiscal e o crescimento da economia. Os *trabalhadores* sentem dificuldades de formação identidades coletivas fortes no mundo do trabalho, mas desenham para o futuro a realização de sonhos, aspirações e crenças (motivações) e a aquisição de posições, salários e reconhecimentos (interesses) em lutas individuais, além de compreendem os riscos da flexibilização para os direitos e garantias do trabalho.

. O Brasil redefine na articulação das escolhas políticas a ação estatal para a ampliação do crescimento, do emprego formal e da massa salarial, registrando nas estatísticas o aumento do poder de consumo. A flexibilização, entretanto, pressiona a segurança socioeconômica dos trabalhadores. Ela fragiliza relações sociais, inserção profissional e a segurança salarial. O país, contudo, supera o radicalismo de política neoliberal de não intervenção direta, a recessão econômica e o crescimento da informalidade. Retrai as taxas de desemprego e conserva o controle da inflação. O neoliberalismo rearruma relações sociais no cotidiano das profissões, com o fomento da precarização e do desemprego, preservando o uso predatório e a rotatividade do trabalho. A realidade sofre nova reviravolta a partir de 2003. O Estado promove a transferência de renda, a valorização das políticas salariais, o recuo do desemprego e o aumento da formalidade, o que produz um reaquecimento da economia brasileira.

Ressalta-se no Brasil o surgimento de uma nova classe média, uma nova classe. Ela, no entanto, sente o futuro em risco pela insegurança da globalização, pela metamorfose do trabalho e pelos momentos de crise financeira. A nova classe tem forte disciplina nos espaços de trabalho. O esforço pessoal retrata rígida ética trabalho. O artigo, ademais, diferencia as situações dessa nova classe em relação à ela mesma dada a diversidade de trabalhadores e batalhadores e em relação à classe média.

A classe média controla pelas relações de poder privilégios, posições e prestígio a partir da força da socialização familiar na transmissão de herança cultural para o desenho dos estilos de vida e da racionalização da ação. Os indivíduos da nova classe desfrutam da renda média do país, mas isso não dá para eles as mesmas situações e posições da classe média. Eles trazem a marca de uma severa rotina de muito trabalho.

Os *trabalhadores* usam a formação superior para ativar formas de segurança, direitos e novas identidades. Os *batalhadores* têm somente a forte ética do trabalho, a disposição física e mental para extrair da precarização e da exploração melhores condições de vida. A despolitização se transforma em fato recorrente, embora tanto trabalhadores quanto batalhadores desenvolvam no plano individual forte pragmatismo político. Eles, sem dúvida, espelham mutações da própria estrutura social brasileira e são reflexos das desigualdades sociais dos tempos de flexibilização.

O artigo, enfim, recupera o clima de insegurança social nos retratos identitários dos *trabalhadores*. Trata-se do registro de mudanças nas identidades pela superação do medo, pela recuperação da confiança e pela imposição da luta individual, o que possibilita a expressão de cinco formas identitárias, no transcorrer da intersecção mundo do trabalho e trajetória universitária no universo relacional e biográfico dos *trabalhadores*. Eles, sem dúvidas, representam uma cultura de trabalho dos tempos de flexibilização, pois têm de individualizar as lutas pelo lugar social e pela identidade profissional frente às políticas de reengenharia, às crises financeiras e econômicas e aos movimentos da globalização, tendo dificuldades de politizar situações profissionais através de fortes identidades coletivas.

Bibliografia:

- ANTUNES, R (1995) **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez.
- ANTUNES, R (2005) **O caracol e sua concha.** São Paulo: Boitempo.
- BARBOSA e SOUZA (2010) A inflexão do governo Lula. In Sader e Garcia (orgs.) **Brasil, entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perseu Abramo e Boitempo.
- BAUMAN, Z (1999) **Globalização.** Rio de Janeiro: Zahar.
- BAUMAN, Z (2008) **O medo líquido.** Rio de Janeiro: Zahar.
- BOURDIEU, P (1974) **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva.
- BOURDIEU, P (1996) **Razões práticas.** Campinas: Papyrus.
- BOURDIEU, P (1999) **Escritos de educação.** Petrópolis, Vozes.
- BOURDIEU, P (2007) **A distinção.** São Paulo/ Porto Alegre: Edusp/Zouk.
- CARDOSO, A (2003) **A década neoliberal.** São Paulo: Boitempo.
- CARVALHO, J M (2001) **Cidadania no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CASTEL, R (1998) **As metamorfoses da questão social.** Rio de Janeiro: Vozes.
- CASTEL, R (2005) **A insegurança social.** Petrópolis: Vozes.
- CEPAL, PNUD e OIT (2008) **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente.** (Ver: www.pnud.org.br, Acesso 20/05/2011).
- CUSTÓDIO, J (2001) **Querendo modificar destinos sociais.** Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado (PPGSA/IFCS/UFRJ).
- DA MATTA, R (1997) Cidadania. In: **A casa e a rua.** Rio de Janeiro: Rocco.
- DEDECCA (2004) Anos 1990: a estabilidade com desigualdade. In: Santana e Ramalho (orgs.) **Além da fábrica.** São Paulo: Boitempo.
- DEDECCA, C (2009) Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário. In: Guimarães e Sugita (orgs.) **Trabalho flexível, empregos precários?** São Paulo: Edusp.
- DUBAR, C (2005) **Socialização.** São Paulo: Martins Fontes.
- DUBAR, C (2009) **Crises da identidade.** São Paulo: Edusp.
- ELIAS (2001) **A sociedade de corte.** Rio de Janeiro: Zahar.
- FILGUEIRAS, L A M (2000) **História do plano real.** São Paulo: Boitempo.
- GIDDENS, A (2002) **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Zahar.
- GOFFMAN, E (2007) **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis, Vozes.
- GOFFMAN, E (2008) **Estigma.** Rio de Janeiro: LTC.
- GOMES, A C (1994) **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

- GOMES, A C (2002) **Cidadania e direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar.
- HARVEY, D (1989) **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola.
- MARSHAL, T H (1967) **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar.
- NERI, M (2008) **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS.
- OFFE, C (1989) **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense.
- POCHMANN, M (2001) **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo.
- POCHMANN, M (2002) **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto.
- POCHMANN, M (2008) **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo.
- POCHMANN, M (2010) **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SAINSAULIEU, R (2006) **Sociologia da empresa**. Rio de Janeiro: DP&A.
- SANTOS, W G (1979) **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus.
- SENNETT, R (1999) **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record.
- SOUZA, J (2010) **Os batalhadores brasileiros**. Belo Horizonte: UFMG.
- WEBER, M (1982) **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan.

TRABALHO DECENTE, GERAÇÃO DE EMPREGOS E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS PARA O BRASIL

Clarisse Inês de Oliveira

Universidade Federal Fluminense – UFF/RJ

Advogada, Mestranda do Programa de Pós graduação em Direito e Sociologia - PPGSD da
UFF/RJ. Professora de Prática Forense do Ibmec/RJ.

Ci_deoliveira@hotmail.com

RESUMO

O Governo brasileiro se comprometeu desde 2003 junto à Organização Internacional do Trabalho em assumir um compromisso de estabelecer uma Agenda Nacional de Trabalho Decente e, para tanto, vem formulando projetos e políticas públicas de cooperação para a sua implementação. Contudo, para alcançar os objetivos da OIT, o Brasil precisa enfrentar problemas de ordem histórica e contemporânea, como a existência de trabalho escravo e a geração de empregos formais. O Legislativo se propõe a aprovar a PEC 438/2001, mas devido a uma manobra política da bancada ruralista, aguarda a aprovação da redação final no Senado. A intervenção do Estado na propriedade privada e uma efetiva política nacional de geração de empregos dignos e formais são os desafios de políticas públicas por que passam o Brasil para a implantação do projeto da OIT.

ABSTRACT:

The Brazilian government has undertaken since 2003 by the International Labor Organization on a commitment to establish a National Agenda on Decent Work and, therefore, has been formulating public policies and projects of cooperation for its implementation. However, to achieve the objectives of the OIT, Brazil needs to address

problems of a historical and contemporary, as the existence of slave labor and the generation of formal jobs. The Legislature intends to approve the PEC 438/2001, but due to political maneuvering caucus, pending the approval of the final draft of the Senate. State intervention in private property and an effective national policy to generate decent jobs and formal are the challenges of public policies that pass by Brazil to the implementation of OIT project.

Palavras chaves: trabalho, decente, políticas.

Keywords: labor, decent, policies.

I - INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa a questionar os critérios adotados pelas políticas públicas em promover o conceito de trabalho decente no Brasil, com enfrentamento de problemas históricos como a manipulação do trabalho reduzido à condição análoga a de escravo e a geração de empregos formais de forma digna.

O Legislativo vem enfrentando a questão do trabalho reduzido à condição análoga a de escravo através do Projeto de Emenda Constitucional 438/2001, que atualmente tramita perante o Senado Federal.

A referida PEC propõe a extensão das hipóteses de expropriação da terra, ou seja, a desapropriação compulsória pelo Estado, sem qualquer indenização ao proprietário, aos explorados da mão de obra análoga a de escravo.

Pela atual redação do art. 243 da Constituição Federal, a expropriação da propriedade privada somente é possível no caso de cultivo de plantas psicotrópicas, cujas glebas serão destinadas ao assentamento de colonos.

O Projeto de Emenda Constitucional 438/2001 visa a estender as penalidades previstas no indigitado art. 243 da Constituição Federal aos exploradores do trabalho daqueles reduzidos à condição análoga a de escravo.

A referida PEC possui como escopo tratar com o rigor de uma violação aos direitos humanos a ocorrência em pleno século XXI de uma reiterada prática principalmente atribuída ao meio rural que já deveria ter sido erradicada das relações

humanas desde a consagração da Carta dos Direitos Universais do Homem, além de destinar as terras confiscadas ao programa nacional de reforma agrária.

Nesse cenário nebuloso de exploração do trabalhador rural que se perpetua desde o Brasil Colônia, a PEC 438/2001 foi finalmente aprovada em segundo turno, aos 22.05.12, no Plenário da Câmara dos Deputados, onde sofria grande resistência por parte da bancada ruralista, encabeçada pela Frente Parlamentar da Agricultura, e até mesmo havia o risco de ser arquivada pelo decurso do ano legislativo.

Em uma manobra política, a PEC foi aprovada, mas sob ressalvas do *lobby* ruralista que acresceu emendas à redação original do projeto, incluindo a expropriação de imóveis urbanos, obrigando o retorno ao Senado para nova votação das alterações, tornando sem previsão a aprovação final do Projeto.

Atualmente a PEC tramita perante o Senado Federal sob o número 57 A/1999 e desafia as políticas públicas a colocarem uma pá de cal em uma prática histórica e arraigada no processo econômico ruralista brasileiro.

O Poder Executivo se mostra favorável à aprovação da PEC 57 A/1999, priorizando a aprovação da Proposta no Senado através da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Atendendo aos clamores da Organização Internacional do Trabalho, o Executivo vem adotando planos de governo em cooperativa com órgãos da Sociedade Civil a fim de erradicar o trabalho reduzido à condição análoga a de escravo.

O Ministério do Trabalho e Emprego, juntamente com o Ministério Público do Trabalho, em ações conjuntas com a Polícia Federal, vem priorizando fiscalizações no meio rural para detectar onde o trabalho explorado ainda ocorre e reincide, aplicando multas, autuando os proprietários de terra, incluindo os nomes dos maus empregadores em “listas sujas” e negando créditos e financiamentos aos exploradores.

O Judiciário, por seu turno, vem pressionando os donos de terra que exploram trabalho humano dessa natureza a assinar Termos de Ajustamento de conduta através de Inquéritos Cíveis e Ações Cíveis Públicas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho, decorrentes em grande parte de fiscalizações deflagradas pelo Ministério do Trabalho.

Tais instrumentos judiciais visam ao banimento da exploração do trabalho humano coisificado, com medidas que variam entre aplicação de multas, pedidos de indenizações por dano morais coletivos além da criminalização da conduta.

Contudo, nem sempre as políticas públicas convergem para o mesmo ideal, assim é que a bancada ruralista conseguiu ganhar algum fôlego desde a aprovação da

PEC na Câmara dos Deputados, em maio de 2012, obrigando o processo legislativo a retornar ao Senado Federal para redação final, sem previsão de término.

Por outro aspecto, mesmo no Judiciário as empresas flagradas na exploração do trabalho escravo conseguem liminares e concessões para não inclusão de seus nomes em “listas sujas”, minorando multas e indenizações e por vezes absolvendo as empresas de quaisquer ônus sob o compromisso de não reincidir na prática, o que desvirtua o objeto final que as políticas públicas implementadas pelo Judiciário podem conquistar.

A exploração do trabalho escravo no campo, o uso da violência, a ausência do pagamento de salários e de demais direitos trabalhistas ou previdenciários, os baixos valores pagos e a completa falta de infra-estrutura no campo foi retratada nos anos 60 no Documentário “Cabra marcado para morrer”, de Eduardo Coutinho, que retrata a vida de João Pedro Teixeira, fundador e líder da Liga Camponesa de Sapé/PB, nascida como sociedade civil de direito privado, com a denominação de associação de lavradores e trabalhadores agrícolas de Sapé/PB, considerando a proibição da fundação de Sindicatos à época.

A repressão a qualquer forma de associação camponesa é retratada pela própria censura a que foram submetidas as primeiras filmagens. A fiscalização no meio rural era praticamente inexistente e a Liga era a única voz dos camponeses de antanho, que contava com 7 mil associados, sendo a maior do Nordeste. Nenhuma política pública era desenvolvida à época e as poucas leis existentes não eram efetivadas, principalmente durante a vigência do regime autoritário militar.

Nesse cenário histórico onde grandes interesses de latifundiários de outrora dão lugar ao agronegócio de hoje, mudam os trabalhadores e suas famílias, mas não suas dores e os mesmos problemas com que convivem o Brasil desde épocas imperiais, não bastando a aprovação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 para se debelar com a execrável prática.

Não se fala em “trabalhador escravo” no Brasil, mas tal prática permanece ocorrendo desde o Brasil Império e não foi com a promulgação de uma Lei que se debelou o problema, daí a terminologia “redução à condição análoga a de escravo”. Uma terminologia formal para um questionamento que se mantém vivo em pleno século XXI.

Em paralelo aos problemas endêmicos por que passa o Brasil, há ainda o pleito de geração de empregos dignos e formais, preocupações atuais da Economia brasileira mas que não podem responder por um Estado Democrático de Direito enquanto

persistirem chagas históricas que nunca foram banidas, nem por promulgação de leis ou decretos nem por uma fiscalização pífia perante a extensão do território brasileiro.

II – O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ERRADICAÇÃO POR PARTE DO EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

O trabalho escravo de homens e mulheres negros no Brasil foi iniciado formalmente em 1850, sendo o último país do continente americano a abolir legalmente o trabalho dessa natureza. Legalmente, porque na prática, o trabalho compulsório existe até hoje tanto em atividades rurais como também urbanas. À época, o Brasil sofreu pressões internas e externas de outros países para que o término do regime escravista se efetivasse.

Hoje, de acordo com o Atlas do Trabalho Escravo 1, o perfil do escravo brasileiro da região rural do século XXI é o migrante das regiões Norte e Nordeste, em especial dos Estados do Maranhão, Tocantins e Piauí.

Em geral são homens, analfabetos funcionais, levados a regiões fronteiriças da Amazônia, em Municípios criados recentemente, utilizados no desmatamento da Floresta, desconhecedores de seus direitos mais basilares.

O Atlas apresenta duas ferramentas de extrema utilidade para a prática de políticas públicas e agentes do setor privado, que visam a debelar o trabalho escravo no Brasil: o Índice de Probabilidade de Trabalho Escravo e o Índice de Vulnerabilidade ao Aliciamento.

Através do mapeamento de atividades econômicas por região, foi possível detectar os Municípios onde o índice de exploração do trabalho escravo mais se agigantava, propiciando uma forma de monitorar o surgimento e reincidência do trabalho escravo em pleno século XXI no Brasil.

O Índice de Vulnerabilidade ao Aliciamento, por sua vez, é uma ferramenta útil aos gestores de políticas públicas e sociais, uma vez que aponta para as regiões de origem do escravo.

¹ Atlas do Trabalho Escravo, produzido pelo geógrafo Eduardo Paulon Girardi, Hervé Théry, Neli Aparecida de Mello e Julio Hato, USP.

Outro mecanismo de que dispõe o Ministério do Trabalho no combate à erradicação do trabalho escravo é a denominada inclusão do nome do explorador de mão de obra escrava no “cadastro de empregadores flagrados com trabalho escravo”, a também chamada “lista suja” do MTE.

A divulgação dos nomes dos maus empregadores visa a pressionar a opinião pública contra tal prática, além do que, os incluídos em tal listagem possuem acesso negado a créditos de Bancos Públicos como o Banco Nacional de desenvolvimento Social – BNDES, uma das principais instituições a conceder crédito a empresas privadas com juros facilitados, além da Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Da mesma forma, Bancos particulares também estão proibidos de liberar créditos rurais a tais empresas por determinação do Conselho Monetário Nacional. Restrições de natureza comercial e de financiamento também são impostas, tudo visando a erradicação da prática.

Contudo, ainda que com as medidas adotadas de ordem econômica e publicitária, os desafios a serem enfrentados por parte de políticas públicas ainda são grandes, pelo que se depreende das estatísticas aferidas do sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego.

De acordo com a última atualização realizada aos 31.07.12 na Portaria Interministerial número 02 de 12 de maio de 2011, estão formalmente incluídas no cadastro 397 (trezentos e noventa e sete) pessoas jurídicas ou físicas exploradoras de trabalho escravo em âmbito nacional.

Em verdade, tal número ainda soa pequeno dadas as dimensões continentais do Brasil, mas é fruto das possibilidades materiais de fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e Emprego nas mais diversas regiões do País, muitas em acessos restrito em regiões inóspitas.

Verifica-se pelo perfil dos maus empregadores que alguns casos são antigos e permanecem na listagem sem qualquer modificação, como é o caso da pessoa física Valfredo Macedo da Silva, ocupante da 370ª posição, em ordem alfabética, na lista da Portaria do Ministério do Trabalho, cuja inclusão se deu em junho de 2004 e permanece até hoje.

Tal caso não é isolado, pelo que, se depreende que tais medidas não estão sendo suficientes para debelar o trabalho escravo no Brasil, apesar de representar um avanço nas políticas públicas adotadas na erradicação da prática.

O mapeamento do trabalho escravo, onde ocorre, onde reincide, o perfil do trabalhador explorado, as atividades econômicas que o utilizam, o perfil dos exploradores, também são dados relevantes para a adoção de políticas públicas no Brasil.

De acordo com a pesquisa realizada pelos Autores do Atlas do Trabalho Escravo, uma característica importante da exploração da escravidão é a erraticidade na duração do trabalho escravo, bem como o caráter temporário de sua exploração.

Após o término do prazo estipulado, os trabalhadores eram liberados sem qualquer tipo de indenização e muitas vezes não conseguiam retornar às suas residências porque eram mortos por seus antigos exploradores.

Se a libertação dos trabalhadores se dá através da intervenção de fiscais do trabalho, o explorador da mão de obra escrava é autuado e obrigado a quitar todos direitos trabalhistas devidos, os salários porventura atrasados e, ainda, arcar com as despesas provenientes do custeio do retorno dos trabalhadores a seus lugares de origem.

Os trabalhadores também recebem um seguro desemprego durante um período de três meses no valor de um salário mínimo e devem comprovar os seguintes requisitos para o recebimento do benefício: i) haver sido dispensado sem justa causa, inclusive de forma indireta; ii) não estar recebendo nenhum benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto auxílio-acidente e pensão por morte; iii) não possuir renda própria. Deve o trabalhador exibir também os seguintes documentos: CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social devidamente anotada pelo Auditor-Fiscal do Trabalho; ou TRCT – Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho; ou documento emitido pela Auditoria-Fiscal do Trabalho que comprove ter sido resgatado da situação análoga à de escravo; comprovante de inscrição no PIS – Programa de Integração Social.

Resta a dúvida se um trabalhador reduzido à condição análoga a de escravo, analfabeto ou semi-analfabeto, conseguirá reunir todas as condições exigidas pelo Ministério do Trabalho para fazer jus a seu direito de natureza constitucional, previsto no art. 7º inciso II da Constituição Federal.

Não bastassem as considerações acima, muitos trabalhadores retornam aos locais onde foram resgatados para voltar a trabalhar nas mesmas condições de outrora, não porque assim desejam, evidentemente, mas pela mais absoluta ausência de perspectivas e políticas públicas de reinclusão de tais trabalhadores no mercado formal de trabalho, causando um perverso ciclo vicioso recorrente.

A escravidão de hoje, seja no meio rural seja no meio urbano, é ainda mais alarmante do que a praticada no passado, uma vez que o trabalhador é dispensado sem a possibilidade de formar qualquer patrimônio, ante a chamada escravidão por dívida, quando o trabalhador disponibiliza todos os seus recursos para o pagamento de mantimentos comercializados nas mercearias do patrão.

Independentemente de critérios raciais ou hereditários, a escravidão hoje se dá por critérios econômicos e atinge homens, mulheres, crianças, brancos, negros ou pardos e principalmente de migrantes das regiões norte e nordeste.

Mas não somente de migrantes brasileiros se constitui o problema da exploração do trabalho escravo no Brasil. Indissociável da natureza da atividade empresarial explorada, a exploração é encontrada tanto no meio rural quanto no urbano, através de relações de trabalho extremamente precarizadas, na prática da terceirização e quarteirização da cadeia produtiva, nele participando trabalhadores de outros países, geralmente bolivianos em situação irregular no Brasil.

Os holofotes da problemática do trabalho escravo se voltaram para fora e a Organização Internacional do Trabalho, atenta ao que se passava no Brasil, adotou em 2002 o Projeto de Combate ao Trabalho Escravo, que atua em parceria a instituições nacionais relacionadas ao tema, principalmente aquelas ligadas ao CONATRAE - Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, criada em agosto de 2003 e vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, com a função de elaborar e executar os Planos Nacionais para a Erradicação do Trabalho Escravo.

A OIT lançou em 1998 a Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (Declaration on Fundamental Principles and Rights at work) a fim de serem preservados em caráter mundial o núcleo rígido das normas trabalhistas nucleares, com estreita ligação aos direitos humanos.

São elas a liberdade de associação e a negociação coletiva, previstas nas Convenções 87 e 98. Antes disso, a OIT já havia promulgado a Convenção 29 e a 105, que prevêm a abolição do trabalho forçado.

A Agenda Nacional do Trabalho Decente passou então a ser promovida pelo Governo Federal desde 2003, que perpassou diversas Conferências estaduais para chegar a um consenso entre entidades de trabalhadores, empregadores e Governo a fim de elaborar um documento oriundo das visões tripartites com vistas a se acatar as diretrizes da OIT.

Contudo, o documento final assinado, fruto das reuniões realizadas entre 8 a 11 de agosto do corrente ano deixaram a desejar no aspecto mais primordial a que se destinava: quais as políticas públicas a serem implementadas para a construção de uma efetiva Agenda de Emprego e Trabalho decente.

Boa parte da falta de êxito de conteúdo do documento se deve ao fato de que a bancada dos empregadores, após sucessivas derrotas de suas propostas, passaram a se ausentar das últimas sessões, gerando a subscrição de um documento vazio, carente de uma proposta efetiva de médio e longo prazo para efetivação de empregos e do trabalho decente.

Ao invés de abordar o ponto nevrálgico da questão, a Conferência terminou por colocar em pauta assuntos como o imposto sindical, a o banco de horas, a negociação coletiva, a extensão da licença maternidade, dentre outros importantes, mas que deixaram de atacar o núcleo central dos direitos fundamentais a que se propunha a Agenda.

Os problemas centrais da discussão, quais sejam, a implementação de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente, que possam equilibrar crescimento econômico e dignidade e respeito ao trabalhador acabaram por se perder em discussões outras, o que comprometeria os avanços esperados.

III – RESULTADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ATÉ HOJE MANTIDAS

Pela atual legislação brasileira, a questão da função social da propriedade, prevista no art. 170 inciso III da Constituição Federal, pode alterar o quadro de desigualdades que hoje se verifica no Brasil, que possui como objetivo último a prevalência do interesse coletivo em detrimento do individual, única hipótese de fundamento da desapropriação da propriedade pelo INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com fulcro na Portaria nº 101, de 12/1/96 do Ministério do Trabalho e Emprego, a Lei nº 8.629/93 e a Lei Complementar nº 76, de 6/6/93.

Poucos são os precedentes nacionais registrados de desapropriação da terra com base na atual legislação. O primeiro caso de que se tem registro ocorreu em 2004, quando o então Presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou o decreto de 18 de novembro de 2004, para declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba –

CODEVASF – área de terra localizada no Município de Petrolina/PE e teve por fundamento o desrespeito à legislação trabalhista e a Lei Agrária 8.629/93, onde foram encontrados trabalhadores rurais em situação de trabalho precárias.

Para se ter noção da dimensão da timidez das políticas públicas de desapropriação por interesse público, desde 1988 esse foi o primeiro registro em que o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário concretizaram o Princípio Constitucional da função social da terra com fundamento na exploração do trabalho reduzido à condição análoga a de escravo, mas condicionado a uma indenização aos proprietários no importe de R\$ 8,7 milhões de reais, pagos em Títulos da Dívida Agrária e em benfeitorias.

Vale ressaltar que os proprietários da terra discutem judicialmente o valor da indenização proposta pelo Governo, pleiteando seu aumento, o que vem travando o prosseguimento do processo de desapropriação.

O Judiciário, nesse contexto, é importante ator que pode intervir nas políticas públicas através dos mecanismos e instrumentos de que dispõe para alterar os rumos da adoção de um determinado critério político oriundo de outro Poder, ainda que tal medida seja proveniente de uma Lei majoritariamente encampada.

Exemplo do acima descrito foi o flagrante constatado na rede de confecções “Zara”, empresa de origem italiana que se utilizava de trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravo em sua linha de produção, em oficinas terceirizadas e quarteirizadas.

Em agosto de 2010, em uma operação de auditores fiscais do trabalho de São Paulo, constatou-se que 15 pessoas, nela incluída uma adolescente de 14 anos, participavam da produção da empresa em condições de subdignidade humana.

Como corolário previsto pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a Zara deveria ser incluída no cadastro de maus empregadores, a “lista suja” dos exploradores de mão de obra escrava.

Contudo, a empresa recorreu ao Judiciário e conseguiu obter uma liminar para não ter seu nome incluído na listagem. Exemplo semelhante ocorreu com a empresa agroaçucareira Cosan, que obteve um acordo com o Governo Federal durante a Presidência de Lula para não mais retornar à “lista suja”, uma vez que pegaria mal para o Planalto, após todo o empenho de organizar o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, visando a promover a

imagem do etanol, permanecer com o nome vinculado a uma listagem de empresas exploradoras do trabalho reduzido a condição análoga a de escravo.

O Judiciário, portanto, possui importante papel de coibir a entrega de liminares que buscam a retirada dos nomes de maus empregadores da “lista suja”. Sucumbir a interesses políticos pode significar alerta para a Sociedade civil como um todo e para as instituições democráticas da Sociedade.

Após anos de autoritarismo de sucessivos Governos militares, o Judiciário obteve importante voz com a promulgação da Constituição Federal de 1988, podendo influir de forma decisiva nos rumos das políticas públicas nacionais.

O grau de independência dos juízes não pode restar dissociado do nível de responsabilização de suas decisões. Portanto, atrelar a postura do Judiciário a critérios políticos pode esvaziar por completo o poder conquistado por este ator.

Trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravo foram encontrados em obras do programa federal “Minha Casa, Minha Vida”, do “Luz para Todos” e do “Programa de Aceleração do Crescimento – PAC”.

Da mesma forma, os megaeventos que terão sede no Brasil em 2013, 2014 e 2016, quais sejam, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, dado o apertado prazo de conclusão de suas obras, pressionam e precarizam os trabalhadores recrutados para a conclusão dos projetos, por vezes alijando moradores de seus casas por estarem em lugares inadequados de exposição pública.

Questiona-se portanto o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, privilegiando sempre os interesses de poderosos grupos econômicos, seja através do agronegócio que esvaziou um projeto de geração de empregos e de Trabalho decente, seja através de grupos interessados na especulação imobiliária, na indústria urbana e na preservação das desigualdades sociais ainda gritantes do Brasil.

Nesse aspecto, recente relatório da ONU, anunciado aos 20.08.12, apontou que o Brasil é o quarto maior país em desigualdade social, atrás apenas da Guatemala, Honduras e Colômbia.

O relatório "Estado das cidades da América Latina e do Caribe - 2012" mostra que a América Latina tem 111 milhões de pessoas vivendo em favelas, ou um quarto da população. O desafio para o Brasil, no entender das Nações Unidas, consiste em combater as desigualdades.

Para tanto, se mostra essencial a ratificação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção, lançado pelo

governo no corrente ano, a fim de melhorar a qualidade de vida do trabalhador, fortalecendo e ampliando as ações de fiscalização e de transparência implementadas pelo Ministério do Trabalho, como a “lista suja”.

De acordo com Márcio Pochmann (2001), “o Brasil até agora não conseguiu constituir uma política pública do trabalho capaz de enfrentar adequadamente as novas bases do problema do desemprego. É o caso, por exemplo, da ausência de um serviço público nacional de atenção aos empregos”.

Tal afirmação foi feita em 2001 e até hoje restaram incipientes os esforços para solucionar problemas tão arcaicos como a utilização de mão de obra reduzida à condição análoga a de escravo atrelados a questões contemporâneas de geração de empregos e crescimento econômico de forma digna e respeitosa aos trabalhadores, ganhando toda a Sociedade como um todo com o amadurecimento das instituições democráticas, diminuindo desigualdades e permitindo uma ação conjunta de Políticas Públicas por parte de Legislativo, Executivo e Judiciário que não se anulem mutuamente, mas estabeleçam pontes de cooperação entre os Poderes.

IV – DA CONCLUSÃO

Do latifúndio escravagista ao agronegócio gerido pela mão-de-obra rural precarizada, pouco se alterou no cenário político brasileiro, onde ainda prevalece o pensamento histórico reducionista de que é melhor um trabalhador ocupado do que um potencial delinqüente nas ruas.

O lobby da bancada ruralista permanece forte até hoje, de modo que, mesmo com a pressão da opinião pública cujos holofotes foram projetados para a votação da PEC 438/2001, que prevê a expropriação da terra onde se encontram trabalhadores em situação comparadas ao de escravagismo, em uma manobra política houve a aprovação pela Câmara dos Deputados, mas a redação final da Emenda necessitou retornar ao Senado para explicitar uma minúcia jurídica na terminologia do que é trabalho reduzido à condição análoga a de escravo.

As medidas até hoje tomadas por parte dos Três Poderes para debelar a prática da escravidão no Brasil não surtiram efeito e a inovação trazida pela PEC 438/2001 mexe com interesses do agronegócio possuidor de uma visão econômica ainda limitada, de que o lucro advém com a coisificação do ser humano.

Trata-se portanto de um parâmetro em descompasso com um real Estado Democrático de Direito, que não mais pode tolerar tamanho grau de exclusão social de trabalhadores alijados de seus direitos trabalhistas e humanos mais basilares, entre eles a dignidade humana.

As políticas públicas implementadas pelo Governo devem enfrentar o lobby econômico, seja o ruralista seja o urbano que aciona o Judiciário para obter liminares de exclusão de seus nomes de listas sujas e para obtenção de créditos e financiamentos junto ao Governo.

As medidas adotadas devem, portanto, enfrentar e ir de encontro a interesses poderosos, pois a expropriação de terras pressupõe a perda da propriedade para fins de interesse coletivo sem qualquer e prévia indenização, o que até hoje nunca foi adotado no Brasil, ante o receio de se alterar dois pilares dos defensores do neoliberalismo: a propriedade privada e a manutenção dos contratos privados.

A ingerência do Estado, portanto, é uma necessidade de primeira ordem no combate às desigualdades, com a implantação de um programa nacional de Trabalho decente e posterior geração de empregos dignos, se o Brasil se propõe a seguir as diretrizes adotadas pela Organização Internacional do Trabalho.

Dissociar o problema do trabalhador rural reduzido à condição análoga a de escravo da tutela dos direitos humanos e de proteção ao trabalho é fazer ouvidos moucos aos grilhões que ainda marcam e delimitam as terras do agronegócio no Brasil.

Referências bibliográficas

- POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001. pp.123-139.
- MACIEL, Débora Alves e Koerner, Andrei. “Sentidos da judicialização da política: duas análises”. In *Lua Nova*, 2002. Número 57, pág. 113-133.
- MAUS, Ingeborg. 2000. *O Judiciário como superego da sociedade*. In *Revista Novos Estudos*, número 58. Editora Fundação Carlos Chagas.
- NOBRE, Marcos e RODRIGUEZ, José Rodrigo. 2011. “A judicialização da política: déficits explicativos e bloqueios normativistas”. In *Novos Estudos*. CEBRAP, número 91, novembro, pág. 5-22.
- POSNER, Richard A. 2008. “*How judges think*”. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- SACHS, Ignacy. *Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas*. In *Revista Estudos Avançados*, 18 (51), 2004, pp. 23-49.
- TATE, C. Neal e VALLINDER, Torbjörn. 1995. “*The global expansion of judicial power*”. New York: New York University Press.
- VIANNA, Luís Werneck *et alii*. 1997. “*Corpo e alma da magistratura brasileira*”. Rio de Janeiro. Editora Revan.

Documentos consultados:

- <<http://www.trabalhoescravo.org.br/noticia/62>> Consultado aos 15.07.12.
- <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D38CF4A290138FCF400EC3BFA/Cadastro%2006.08.2012.pdf>> Consultado aos 24.08.12.
- <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/>> Consultado aos 26.08.12.
- < <http://amazonia.org.br/wp-content/uploads/2012/05/Atlas-do-Trabalho-Escravo.pdf>> Consultado aos 26.08.12.
- <<http://www.trabalhoescravo.org.br/>> Consultado aos 26.08.12.

UMA ANÁLISE DOS MERCADOS DE TRABALHO NO BRASIL E NO CERRADO NORTE MINEIRO COM BASE NO DESENVOLVIMENTO/CRISE DA SOCIEDADE SALARIAL¹

Luciene Rodrigues¹
Casimiro Marques Balsa²
Maria Elizete Gonçalves³

1 Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social /
Departamento de Economia UNIMONTES – Brasil / CesNova - UNL
luciene.rodrigues@pq.cnpq.br

2 Departamento de Sociologia / FCSH- CesNova – UNL
cm.balsa@fesh.unl.pt

3 Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social /
Departamento de Economia UNIMONTES - Brasil
maria.goncalves@unimontes.br

Resumo

Discutir a estrutura e evolução do mercado de trabalho formal brasileiro é tema demasiado abrangente para ser abordado nesta comunicação. Nosso objetivo se limita a construir um quadro de análise de modo a verificar em que medida o crescimento do emprego e do desemprego acompanham ou se distanciam do crescimento da população ativa, procurando assim avaliar a situação do Cerrado norte mineiro em relação a diferentes figuras do desenvolvimento entre as quais se perfila a crise da sociedade salarial. Entre os resultados do estudo, quando consideramos a relação entre a oferta de emprego formal e a PEA, constata-se que estamos em pleno desenvolvimento da sociedade salarial nas três unidades geográficas analisadas (Brasil, Minas Gerais e Cerrado Norte-Mineiro).

Palavras-chave: mercado de trabalho, emprego formal, sociedade salarial

Abstract

Discuss the structure and evolution of Brazilian formal labor market theme is complex to be addressed in this communication. Our goal is to build a framework for analysis to ascertain the extent to which employment growth and unemployment follow or distance from the growth of the labor force, seeking to assess the situation in northern mineiro Cerrado regarding different figures of development among which profiles the crisis of wage society. Among the study's results, when considering the relationship between the formal employment and PEA, it appears that we are in full development of society wage in three geographical units analyzed (Brazil, Minas Gerais and North Mineiro Cerrado).

Keywords: labor market, formal employment, wage society

¹ Este artigo faz parte de pesquisa financiada pela FAPEMIG.

1. Introdução

Diversos estudos mostram que face às mudanças na sociedade, o agravamento das condições de emprego e a falta de perspectivas de geração de renda a partir dos modelos tradicionais de crescimento da economia, têm surgido novas redes de solidariedade perceptíveis no campo da Economia Solidária e em outras ações no âmbito comunitário em diversos países. Mesmo naqueles países que têm passado por uma dinâmica recente de crescimento econômico como o Brasil, nota-se que tal dinamismo não ocorre de modo homogêneo em todos os mercados de trabalho, que as redes de solidariedade desenvolvem-se especialmente junto àqueles setores que em pouco se beneficiam do desenvolvimento da sociedade salarial.

Discutir a estrutura e evolução do mercado de trabalho formal brasileiro é tema demasiado abrangente para ser abordado nesta comunicação. Nosso objetivo se limita a construir um quadro de análise de modo a verificar em que medida o crescimento do emprego (formal e informal) e do desemprego acompanham ou se distanciam do crescimento da população ativa, procurando assim avaliar a situação do Cerrado norte mineiro² em relação a diferentes figuras do desenvolvimento entre as quais se perfila a crise da sociedade salarial.

Ao nível de agregação em que estamos, só podem ser apresentadas evoluções estruturais e isso exige um quadro compreensivo que permita perceber e interpretar os dados. As séries históricas sobre o emprego formal tem o máximo interesse, aos níveis considerados, se comparadas com o potencial da força de trabalho (PEA) e o emprego informal. Adicionalmente, consideraremos a relação entre indicadores de emprego formal e de desemprego.

Para o desenvolvimento desse estudo, essencialmente descritivo, utilizamos dados secundários, provenientes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente da Base RAIS/CAGED. As unidades de análise foram o Brasil, o estado de Minas Gerais, a região Norte de Minas e a cidade de Montes Claros.

Este estudo está dividido em três seções, além dessa introdução. Na primeira, discutimos algumas questões relacionadas à sociedade salarial. Na segunda, apresentamos os resultados e discussão. Na terceira, são apresentadas as considerações finais.

² Ou região Norte de Minas.

2. Considerações sobre a sociedade salarial

É importante considerar as orientações modais que resultam da evolução conjugada do emprego formal e da população economicamente ativa. Da conjugação das variáveis em tela sendo consideradas, resulta uma tipologia com quatro orientações significativas: **a)** O desenvolvimento da sociedade salarial supõe que a um aumento da população economicamente ativa corresponda um aumento igual do emprego formal; **b)** No caso de se verificar uma redução ajustada dos dois parâmetros, a sociedade salarial não se expande, mas a sua essência pode ficar salvaguardada; aliás, a obtenção de um equilíbrio adequado entre as duas medidas poderia ser um dos meios de manter viável as bases da sociedade salarial. **c)** A sociedade salarial só começa a ser ameaçada quando os dois parâmetros não se ajustam, seja por que a um aumento da oferta de trabalho formal não corresponde um aumento da mão de obra disponível, seja por que o desenvolvimento do mercado de trabalho formal não acompanha o aumento do crescimento da população economicamente ativa. No primeiro caso, diríamos que a crise da sociedade salarial se associa a uma crise demográfica ou é provocada por um crescimento da oferta de trabalho não sustentado. Nos dois casos, querendo manter o crescimento da oferta de mão-de-obra, a crise pode ser evitada ou resolvida através do recurso à emigração, tanto interna quanto externa. Esta é uma situação de crise típica de contextos centrais e desenvolvidos ou de contextos de economia emergente; **d)** A outra ameaça de crise – a que resulta de um crescimento da população economicamente ativa sem contrapartida na oferta de trabalho formal - pode igualmente receber uma interpretação diferente segundo se trate de uma retração da oferta de um mercado de trabalho já constituído, ou, pelo contrário, quando estejamos perante uma situação em que a ausência ou a fragilidade da oferta de trabalho formal é incapaz de absorver a mão-de-obra disponível, a fortiori se ela cresce. No primeiro caso estamos perante crises de produção (que podem ser mais ou menos estruturais ou setoriais). No segundo caso, a crise só pode ser imputada ao modelo salarial por defeito, na medida em que se considere que ele não é capaz de cumprir as suas promessas de forma consistente e alargada. Considerando os contextos em que a existência de uma forte oferta de mão de obra encontra um mercado de trabalho insipiente, também se poderia pensar que a crise, se crise houver, se deveria mais a um fracasso de outros modos de produção ou à sua incapacidade em desenvolver um modelo de adequação entre oferta e procura de trabalho.

Os efeitos tipológicos que resultam da articulação entre as evoluções do emprego formal e da população economicamente ativa podem perceber-se melhor se aproximarmos o nosso raciocínio da especificidade dos contextos de precariedade que constituem o nosso

objeto de análise. Para tal, vamos desdobrar a evolução da população economicamente ativa em dois dos efeitos que podem observar-se quando a oferta de trabalho é deficitária: 1) o desemprego e 2) o trabalho informal.

A figura que resulta de um aumento da oferta de emprego formal com uma diminuição, ao mesmo tempo, do desemprego, é o caso do desenvolvimento clássico, supondo-se conseguida uma adequação das necessidades de mão-de-obra às competências da força de trabalho disponível. A redução do emprego formal e o aumento, ao mesmo tempo, do desemprego representa, ao inverso, uma situação típica de crise da sociedade salarial.

Uma situação de inadequação das competências dos trabalhadores a necessidades de novas estruturas de produção pode explicar que o mercado de trabalho formal cresça ao mesmo tempo que o desemprego aumente, de forma conjuntural ou estrutural. Já a situação em que os dois parâmetros diminuem pode indiciar uma situação de crise da sociedade salarial atenuada pela fuga dos trabalhadores para a emigração ou para o mercado de trabalho informal. O trabalho informal constitui outra forma de resolver um déficit de oferta de trabalho formal.

As orientações que resultam das evoluções possíveis destes dois parâmetros podem ser assim sintetizadas: **a)** Para além das situações de relações assimétricas em que ao aumento do emprego formal corresponde a uma diminuição do emprego informal (desenvolvimento da sociedade salarial); **b)** ou da situação inversa em que o crescimento do trabalho informal se associa a uma restrição da oferta do trabalho formal (situação de crise); **c)** podemos considerar as evoluções simétricas quando uma redução do trabalho formal não é absorvida pela economia informal (seja por que essa não é uma solução cultural ou economicamente aceitável), mas conhece outros desfechos (desemprego ou imigração...); e, **d)** a situação em que os dois mercados aumentam, denotando um desenvolvimento econômico compatível com a extensão dos dois ou uma situação de dualidade no interior de um mesmo contexto.

As diferentes orientações modais que acabamos de identificar sugerem a existência de configurações ou de conjunturas socioeconômicas distintas. Sem dúvida que estas configurações ou conjunturas estão ancoradas em temporalidades diferentes do modelo econômico perseguido; elas também estão associadas de forma privilegiada a determinados espaços, na medida em que neles se inscrevem temporalidades de desenvolvimento distintas.

Não obstante este enraizamento temporal e espacial das orientações, acreditamos que elas possam coexistir, num determinado momento, no interior de um espaço como aquele

que constitui o objeto central do nosso estudo: o Cerrado norte-mineiro. O desenvolvimento de um novo setor industrial, a reconversão de outro, a desagregação do mundo rural ou a sua transformação, a outro nível, podem produzir efeitos cruzados sobre as migrações, o tipo de atividades ou as estratégias adotadas pelas populações para garantir uma renda.

Quer dizer que as situações sociais e os estatutos econômicos das populações que estudamos podem enquadrar-se em várias das orientações que identificamos, não podendo, por isso ser fechadas em esquemas explicativos abruptos, como seria a referência exclusiva à crise da sociedade salarial ou à crise que resulta da desagregação de um mundo rural, por exemplo. Neste sentido, interessa-nos guardar como referência analítica as tipologias apresentadas no Quadro 01 a seguir.

Quadro 1: Tipologias resultantes da substrução entre “Evolução da Oferta de Emprego Formal (OEF)” e a “Evolução da População Economicamente Ativa (PEA)”.

	Tipologia que resulta da substrução entre “Evolução da Oferta de Emprego Formal” e a “Evolução da População Economicamente Ativa”			
	OEF> / PEA>	OEF< / PEA<	OEF< / PEA>	OEF> / PEA<
Análise do comportamento possível de variáveis associadas	Desenvolvimento da Sociedade salarial	Regulação da sociedade salarial através de um ajuste da oferta de trabalho, à força de trabalho disponível	Crise da sociedade salarial: Retração da oferta (estrutural ou setorial) ou Incapacidade de expansão	Obstáculos externos ao desenvolvimento da sociedade salarial (Um aumento da oferta de trabalho desfasada com uma diminuição da PEA) Crise demográfica (economias centrais) ou crescimento não sustentado (economias emergentes)
Desemprego	Desemprego Diminui Desenvolvimento clássico (com adequação das necessidades de mão de obra às competências da força de trabalho disponível)	Desemprego Aumenta Reestruturação econômica sem absorção da mão de obra anterior ou com imigração forte disponível	Desemprego Aumenta Crise da sociedade salarial	Desemprego Diminui Crise da sociedade salarial contornada ou os seus efeitos atenuados pelo recurso à Informalidade e/ou à Emigração

Pode-se verificar, a partir da síntese do cruzamento das variáveis (emprego Formal, PEA, desemprego, emprego informal), alguns dos indícios de desenvolvimento ou de crise da sociedade salarial. Com este quadro, buscamos situar a Região do Cerrado Norte Mineiro, comparativamente à média do Brasil, do estado de Minas Gerais e do município polo da região em foco – Montes Claros.

3. Resultados e discussão

Numa primeira aproximação, podemos considerar a estrutura da PEA de acordo com o estatuto – urbano ou rural – do meio no qual a ocupação se exerce. A TAB. 01 mostra que, em 20 anos, entre 1980 e 2000, a população rural baixou de 30% para 16% no Estado de Minas Gerais, evolução similar à verificada no conjunto do país (descida de 30% para 17%). No entanto, a caracterização de grandes espaços, como são os Estados, não permite dar conta da grande diversidade que pode ser observada ao nível dos territórios que os constituem. Assim, quando consideramos, no interior do estado de Minas Gerais, as suas sub-regiões, as tendências que se verificam no conjunto podem registar amplitudes muito diferentes. É o caso da sub-região do Cerrado Norte Mineiro onde, no ano de 1970, a PEA no meio urbano representava apenas cerca de ¼ da PEA total. A tendência para o êxodo rural não excluiu, no entanto, esta região, verificando-se uma redução constante da PEA rural ao longo das décadas, chegando-se, em 2000, a uma taxa de 32%, o dobro do que ela representa no Estado ou no conjunto do país. A inclusão na TAB. 01, a seguir, dos dados relativos ao ano de 1970 enriquece a análise do território mineiro dos Cerrados, dado que este período foi importante na transformação estrutural que leva à desagregação progressiva do mundo rural e ao reforço da população urbana. Esta transformação decorre da intervenção do Estado que promove grandes investimentos por parte do setor empresarial visando um determinado tipo de desenvolvimento econômico no plano regional.

Tabela 01: PEA no Brasil, Minas Gerais, Cerrado Norte Mineiro e Montes Claros, no período de 1970 a 2000, em valor absoluto e relativo (anos selecionados).

População Economicamente Ativa	1970		1980		1985		1991		1996		2000	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Brasil Urbana	-	-	30.249.420	70	36.172.163	73	45.630.205	78	54.965.135	81	64.391.285	83
Brasil Rural	-	-	12.986.292	30	13.119.172	27	12.825.920	22	13.140.384	19	13.076.188	17
Total Brasil	-	-	43.235.712	100	49.291.335	100	58.456.125	100	68.105.519	100	77.467.473	100
Minas Gerais Urbana	-	-	3.321.428	70	3.963.578	74	4.951.533	78	5.974.562	81	6.988.731	84
Minas Gerais Rural	-	-	1.414.762	30	1.428.534	26	1.411.556	22	1.396.696	19	1.347.052	16
Total Minas Gerais	-	-	4.736.190	100	5.392.112	100	6.363.089	100	7.371.258	100	8.335.782	100
Norte de Minas Urb.	75.574	26	157.535	43	-	-	280.547	58	-	-	414.658	68
Norte de Minas Rural	219.106	74	206.640	57	-	-	201.271	42	-	-	196.059	32
Total Norte Minas	294.680	100	364.175	100	-	-	481.818	100	-	-	610.717	100

Montes Claros Rural	10.468	29	6.633	11	-	-	8.141	08	-	-	7.543	05
Montes Claros Urb.	25457	71	54357	89	-	-	91722	92	-	-	138518	95
Total Montes Claros	35.925	100	60.990	100	-	-	99.864	100	-	-	146.061	100

Fonte: MTE / RAIS/CAGED

Constatamos, assim, que tendo participado do processo de urbanização que marca a sociedade brasileira na segunda metade do século passado, a Região do Norte de Minas registrava ainda, no final do século uma população economicamente ativa radicada no mundo rural relativamente não negligenciável – aproximadamente 1/3 do total da PEA. Visto do outro lado, do crescimento da população urbana, este processo traduz-se por: a) um forte crescimento de cidades que, como Montes Claros, exercem uma função de polos de atração no plano regional e b) a parte rural da cidade contracta-se, em 30 anos, de 29% para 5%. O fato deste processo se ter concentrado, massivamente, nos últimos 50 anos e ter sido concretizado pelos atuais habitantes de Montes Claros e marcado a maioria das famílias que aí residem, constitui sem dúvida uma dimensão importante para o nosso estudo. A TAB. 02 apresenta a evolução do emprego formal no período de 1985 a 2010. São considerados o Brasil, Minas Gerais, o Cerrado Mineiro e a Cidade de Montes Claros. A tabela está organizada nos territórios considerados por ordem crescente do aumento da população formal, contabilizada em 2010.

No Brasil, durante o período analisado, o número de postos de trabalho formais quase dobrou de valor, passando de cerca de 20,5 milhões para mais de 44 milhões. Tendo como base o ano de 1985 (1985=100), pode-se perceber que em todas as unidades de análise, a porcentagem de empregos formais mais que dobrou nos últimos 25 anos. O maior incremento de postos de trabalho formais registrou-se, no entanto na região do Cerrado Norte Mineiro, onde o seu valor mais que triplicou, passando de 57 mil em 1985, para mais de 191 mil em 2010.

Tabela 02: Evolução do Emprego Formal no período de 1985 a 2010 no Br, MG, Cerrado Norte Mineiro e Montes Claros, (em valores absolutos e relativos).

Emprego Formal	1985		1990		1995		2000		2005		2010	
	Vlr. Absoluto	%	Vlr. Absoluto	%	Vlr. Absoluto	%	Vlr. Absoluto	%	Vlr. Absoluto	%	Vlr. Absoluto	%
Brasil	20492131	100	23198656	113	23755736	116	26228629	128	33238617	162	44068355	215
Minas Gerais	1836041	100	2195769	120	2436243	133	2803454	153	3592560	196	4646891	253
Montes Claros	23884	100	30838	129	35363	148	41963	176	52320	219	72263	303
Região Cerrado Norte Mineiro	57493	100	66193	115	75890	132	111689	194	143161	249	191251	333

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

Por meio do Gráfico 01 percebe-se que a região norte mineira começa a distanciar-se das unidades territoriais observadas a partir 1995.

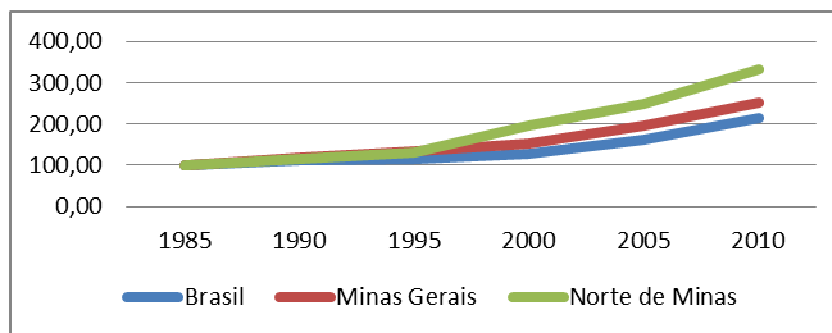


Gráfico 01: Evolução do Emprego Formal Total no Brasil, Minas Gerais e Norte de Minas entre 1985 a 2010. (1985=100)

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

O Gráfico 02 apresenta a distribuição dos postos de trabalho formais criados por setor de atividade, sendo apresentados os índices de crescimento entre 1985 e 2010 (1985=100). Embora com índices de crescimento diferentes, nota-se que o setor primário cresceu mais (sobretudo a partir dos anos 1990) no Brasil, em Minas Gerais e no Cerrado do Norte de Minas que os setores terciário e secundário, com exceção da Cidade de Montes Claros, pelo fato de concentrar uma população 95% urbana. O setor que mais cresce é o terciário, seguindo-se o secundário e, por fim, o primário.

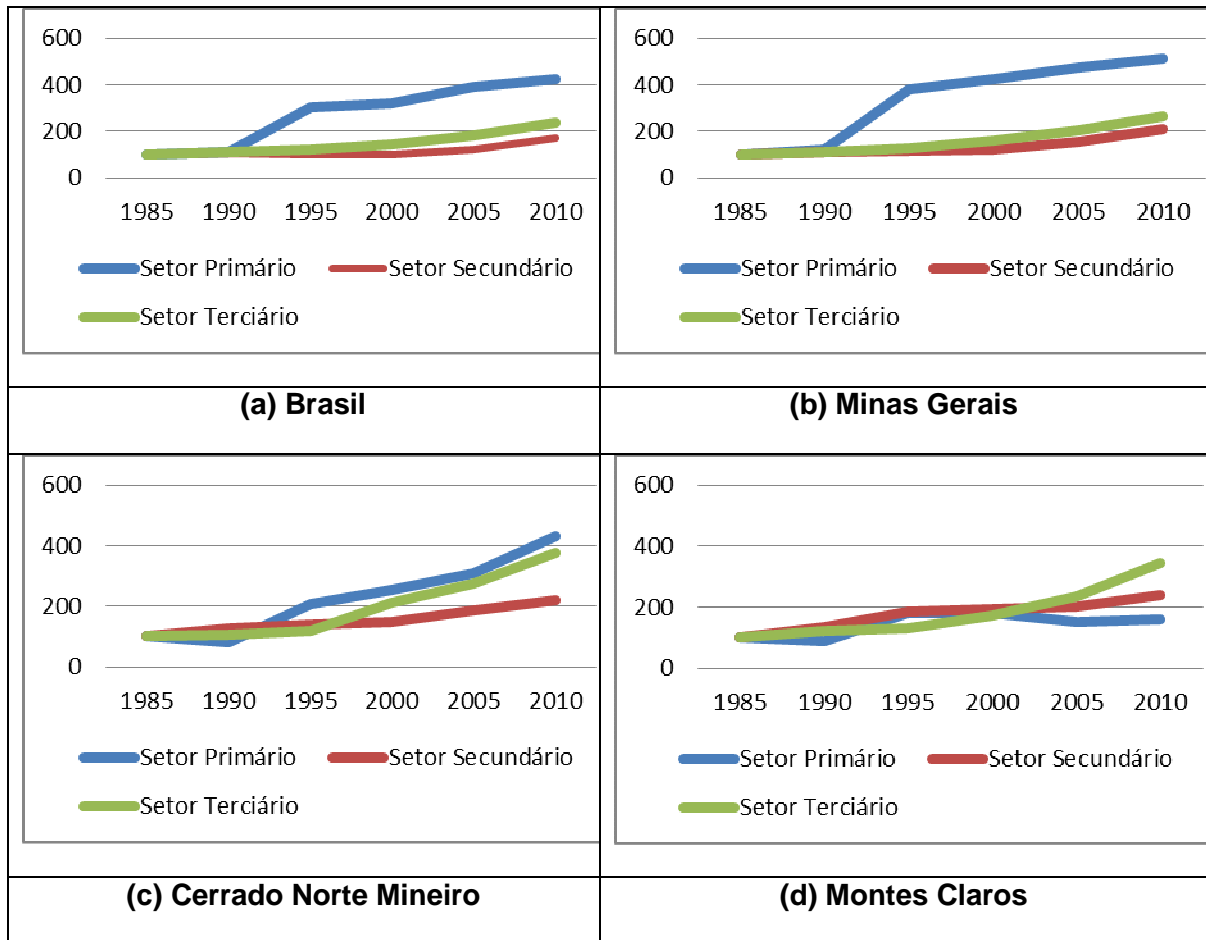


Gráfico 02: Evolução do Emprego Formal por setor de atividade no Brasil, Minas Gerais, Região Mineira do Cerrado e Montes Claros. 1985 a 2010. (1985=100)

Fonte: Elaboração própria com base em dados Ministério do Trabalho e Emprego.

A TAB. 03 mostra a relação entre a evolução do Emprego Formal e da PEA, no período de 1985 a 2009. Considerando os dados disponíveis para o século passado, podemos ver que nesse período a PEA cresceu sempre mais do que a oferta do emprego formal. A primeira década do século XXI marca uma inflexão nessa relação, com a taxa de crescimento do emprego formal mais elevada que taxa de crescimento da PEA: isso acontece no ano de 2000 na região do Cerrado Norte Mineiro e em 2009, no o Brasil e estado de Minas Gerais.

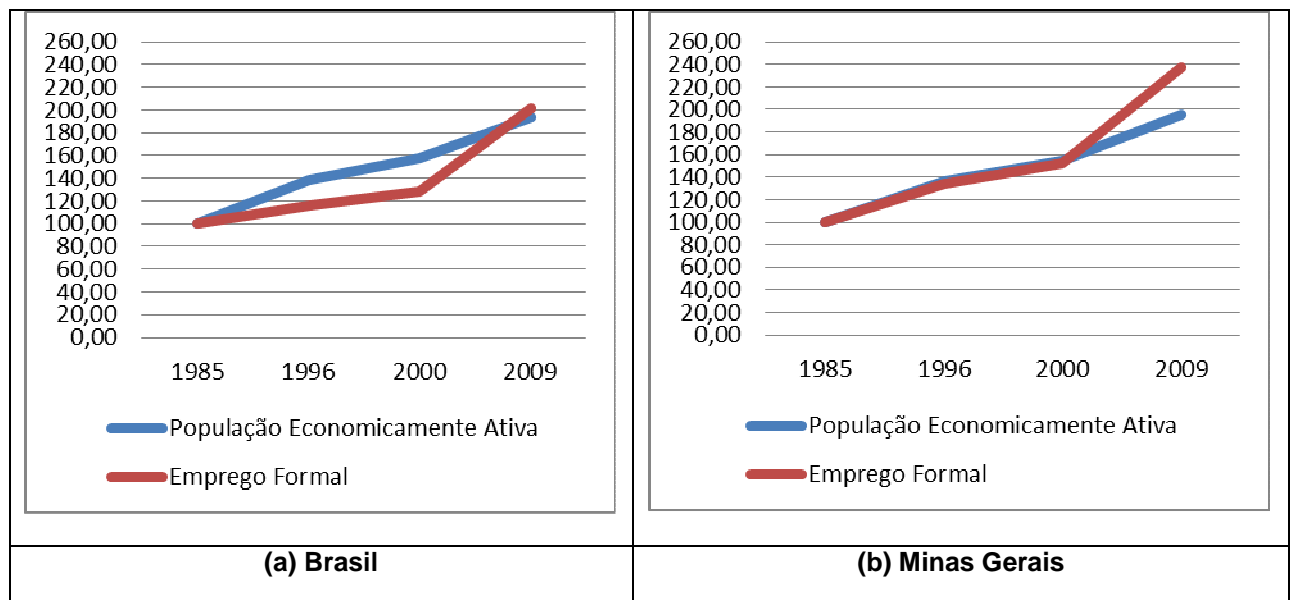
Tabela 03: Evolução da População Economicamente Ativa e do Emprego Formal no Brasil, em Minas Gerais e no Cerrado Norte Mineiro, no período de 1985 a 2009.

Especificação	1985	1990	1996	2000	2009	Taxa Crescimento (1985 a 2009)
1- Brasil						
População Economicamente Ativa	100		138,17	157,16	193,50	1,9
Emprego Formal	100		116,29	127,99	201,09	2,0
2- Minas Gerais						
População Economicamente Ativa	100		136,70	154,59	195,46	1,9
Emprego Formal	100		134,51	152,69	236,97	2,3
3. Cerrado Norte Mineiro						
População Economicamente Ativa	100	132,30	-	167,70	-	1,7*
Emprego Formal	100	115,13	-	194,27	-	1,9*

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério do Trabalho e Emprego.

*Taxa Crescimento (1985 a 2000)

O GRÁF. 03 permite a visualizar melhor esses resultados.



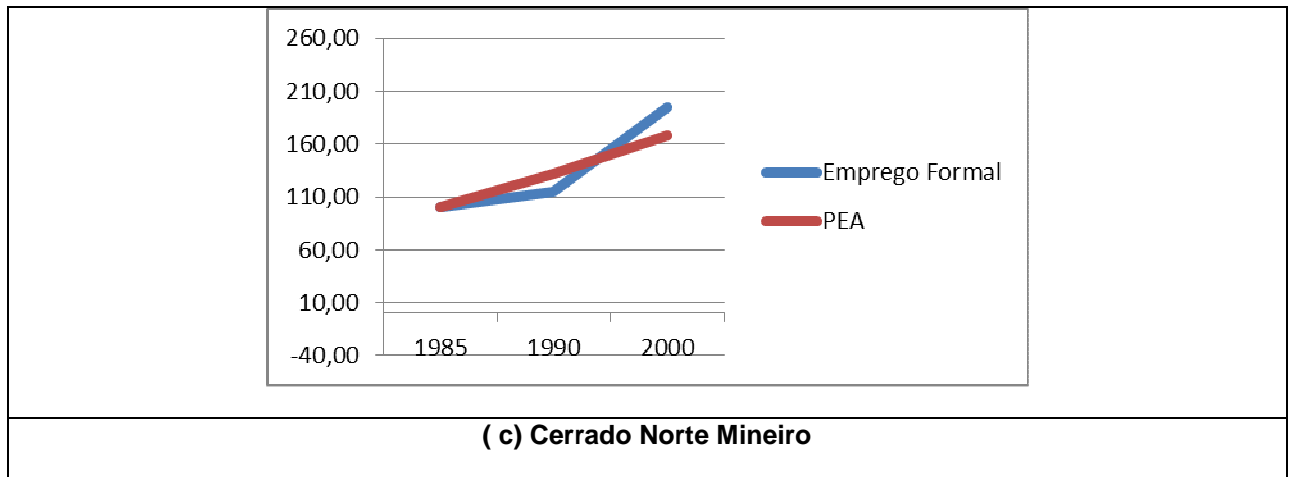


Gráfico 03: Evolução da PEA e do Emprego Formal no Brasil, Minas Gerais e Cerrado Norte Mineiro entre 1985 a 2000. (1985=100)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério do Trabalho e Emprego.

A evolução recente da relação entre as variáveis analisadas (PEA e emprego formal) aponta para uma das situações citadas anteriormente, precisamente a que indicava uma situação favorável ao desenvolvimento da sociedade salarial (Quadro 2).

Quadro 2: Tipologia resultante da substrução entre “Evolução da Oferta de Emprego Formal (OEF)” e a “Evolução da População Economicamente Ativa (PEA)”: Brasil, Minas Gerais e Cerrado Norte Mineiro (1985 a 2009)

		EMPREGO FORMAL	
		Aumenta	Diminui
PEA	Aumenta	Desenvolvimento da sociedade salarial	Crise da sociedade salarial
	Diminui	Potencial para melhoria da participação dos salários na renda agregada	Redução do potencial da força de trabalho e da massa de salários = crise da sociedade salarial

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: IPEA/IBGE/MTE.

Cumprir então identificar os setores que mais empregam e os que têm apresentado maior dinamismo, isto é, que mais têm aumentado a oferta de postos formais de trabalho. A Tab. 04 cumpre essa função, ao trazer dados por subsetores de atividade (em valores relativos). Em Minas Gerais, o setor que mais emprega é o setor público (Administração pública direta e autárquica) que em 2010, ofertava cerca de 882,4 mil postos de trabalho, o que representa 18,99% da ocupação formal no estado. Em segundo lugar, o Comércio

varejista com um total de 755 mil postos de trabalho, equivalente a 16,25%. No estado, a atividade que mais cresceu em termos relativos, foi o Ensino, com variação de 1089,82% de 1985 a 2010. Em termos absolutos, este setor tem uma participação de apenas 3,23% no total do emprego do estado. No que refere à região do Cerrado Norte Mineiro, percebe-se a tendência verificada para o país e estado, apresentando a “Administração pública direta e autárquica” como a detentora do maior número de postos de trabalho formal, com uma total de 51,8 mil postos em 2010, representando 27,06% do total de postos de trabalho do território. Em segundo lugar está o Comércio varejista, com uma participação de 19,22% em 2010. Assim como no caso do Brasil e de Minas Gerais, no território Norte Mineiro a atividade que mais cresceu no período foi a relacionada à Educação. Porém, nesta região esse crescimento foi bem superior aos demais, 3112,97% no período. Chama atenção ainda, o crescimento da indústria de construção civil, que indica o termômetro da economia e, mais recentemente, o crescimento da indústria de extração mineral.

Tabela 04: Evolução do Emprego formal por grande setor e subsetor de atividade: Brasil, Minas Gerais e Cerrado Norte Mineiro – 1985 a 2010.

Subsetor de Atividade	1985		1990		1995		2000		2005		2010							
	BR	MG CN M	BR	MG CN M	BR	MG CN M	BR	MG CN M	BR	MG CN M	BR	MG CN M						
A) SETOR PRIMÁRIO																		
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	100	100	100	112	122	80	302	382	209	321	423	252	393	476	310	423	512	431
B) SETOR SECUNDÁRIO																		
Extrativa mineral	100	100	100	84	95	209	70	79	826	70	70	426	94	97	391	135	126	661
Indústria de produtos minerais não metálicos	100	100	100	101	108	121	78	95	97	89	103	131	100	114	149	133	146	178
Indústria metalúrgica	100	100	100	96	100	138	87	86	122	81	80	129	102	101	167	134	125	207
Indústria mecânica	100	100	100	103	105	258	84	73	72	78	84	26	103	130	140	159	240	95
Indústria do material elétrico e de comunicações	100	100	100	110	120	117	71	163	91	64	149	113	75	231	56	94	285	31
Indústria do material de transporte	100	100	100	97	141	13	82	211	161	76	216	66	106	242	23	150	451	58
Indústria da madeira e do mobiliário	100	100	100	95	120	135	93	134	140	111	173	219	120	208	522	131	279	537
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	100	100	100	110	124	127	110	150	133	107	154	214	117	177	234	140	214	263
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	100	100	100	108	115	69	69	92	25	64	85	31	81	112	50	95	127	49
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,...	100	100	100	107	110	104	101	141	203	106	211	259	132	284	404	188	369	280
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	100	100	100	112	125	186	92	113	291	94	125	324	112	156	415	139	175	367
Indústria de calçados	100	100	100	93	121	108	81	120	5	99	112	5	123	169	11	144	222	1
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	100	100	100	112	119	78	130	165	80	122	177	68	173	235	68	217	290	98
Serviços industriais de utilidade pública	100	100	100	110	116	139	129	142	211	99	125	209	117	134	55	137	146	80
Construção civil	100	100	100	112	102	299	125	131	470	127	126	534	145	158	552	292	264	1073
C) SETOR TERCIÁRIO																		
Comércio varejista	100	100	100	113	120	120	128	144	133	168	204	238	238	282	362	330	388	562
Comércio atacadista	100	100	100	116	123	103	126	145	174	137	153	194	189	206	323	274	303	450
Instituições de crédito, seguros e capitalização	100	100	100	83	75	71	74	67	43	59	52	41	66	59	48	83	78	71
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	100	100	100	110	104	57	108	88	30	169	226	47	206	176	67	299	260	109
Transportes e comunicações	100	100	100	101	106	118	133	135	158	136	134	179	164	162	265	226	215	292

Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação...	100	100	100	113	115	131	84	84	97	109	122	129	140	148	206	178	186	336
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	100	100	100	131	141	125	302	378	363	313	459	432	385	513	471	499	637	748
Ensino	100	100	100	117	96	151	489	602	1322	514	634	877	579	818	1640	842	1190	3213
Administração pública direta e autárquica	100	100	100	109	114	151	124	142	188	134	118	472	172	218	544	203	246	631
Outros / ignorado	100	100	100	307	1231	421	45	158	91	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	100	100	100	113	120	115	116	133	132	128	153	194	162	196	249	215	253	333

Fonte: RAIS/CAGED

Em Montes Claros (TAB.05) a situação já se difere dos demais territórios analisados, pois no município o maior número de postos de trabalho formal se encontra no Comércio Varejista, com 18,01 mil postos de trabalho em 2010, o que representa um total 24,97% neste mesmo ano. Em segundo lugar na cidade aparece o setor “Administração pública direta e autárquica” que apresenta uma participação de 11,76% para o mesmo ano. Já em relação ao setor que apresentou o maior crescimento, percebe-se que a cidade segue a tendência de maior crescimento no setor de educação, com um crescimento de 2700,63%. Com relação às unidades analisadas, Montes Claros conta com a maior proporção relativa de postos de trabalho formal relacionados ao ensino, 6,16%.

Tabela 05: Evolução da oferta de Emprego Formal por grande setor e subsetor de atividade em Montes Claros, 1985 a 2010.

Subsetor de Atividade	1985	1990	1995	2000	2005	2010
A) SETOR PRIMÁRIO						
Extrativa mineral	100,00	110,81	301,35	172,97	60,81	382,43
B) SETOR SECUNDÁRIO						
Indústria de produtos minerais não metálicos	100,00	101,84	77,14	77,27	69,91	86,47
Indústria metalúrgica	100,00	105,11	58,45	62,85	91,02	125,00
Indústria mecânica	100,00	1000,00	25,86	153,45	256,90	408,62
Indústria do material elétrico e de comunicações	100,00	117,31	91,67	114,10	41,67	16,03
Indústria do material de transporte	100,00	13,33	164,17	67,08	22,50	49,17
Indústria da madeira e do mobiliário	100,00	98,77	161,73	158,02	359,26	456,79
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	100,00	120,25	124,54	206,13	214,72	246,63
Ind. Da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. Diversas	100,00	141,11	67,90	84,99	100,92	129,79
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,...	100,00	103,88	172,46	116,44	186,63	188,90
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	100,00	148,07	328,78	356,80	392,28	293,20
Indústria de calçados	100,00	105,80	4,97	5,25	0,55	0,55
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	100,00	97,07	144,97	151,74	114,90	175,05
Serviços industriais de utilidade pública	100,00	141,67	142,22	161,11	0,00	46,67
Construção civil	100,00	345,87	576,83	737,39	692,20	1159,63
C) SETOR TERCIÁRIO						
Comércio varejista	100,00	114,41	124,11	203,42	275,96	408,17
Comércio atacadista	100,00	99,83	161,42	192,39	373,70	532,35
Instituições de crédito, seguros e capitalização	100,00	83,13	60,48	50,89	59,41	85,88
Com. E administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	100,00	74,81	27,70	95,96	115,55	187,77
Transportes e comunicações	100,00	125,82	155,76	147,64	184,03	221,89
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	100,00	122,69	79,15	98,71	162,30	304,00
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	100,00	109,47	289,13	384,16	438,04	686,65
Ensino	100,00	130,19	1277,36	642,14	1189,31	2800,63
Administração pública direta e autárquica	100,00	197,94	191,06	238,08	334,44	343,83
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	100,00	88,80	181,71	182,43	152,94	157,94
Outros / ignorado	100,00	585,81	164,01	1,73	0,00	0,00
TOTAL	100,00	129,12	148,06	175,70	219,06	302,56

Fonte: RAIS/CAGED

A TAB. 6 apresenta o *ranking* da quantidade ofertada e da taxa de crescimento de Emprego Formal para os cinco principais subsetores para as regiões analisadas, no ano de

2010. Observa-se que os setores que mais empregam nem sempre foram os que apresentaram maior taxa de crescimento. A estrutura de ocupação é muito semelhante. A diferença maior está na dinâmica do crescimento dos subsetores, especialmente para a Região norte Mineira do Cerrado e para Montes Claros.

Tabela 06: *Ranking* da quantidade ofertada e da taxa de crescimento de Emprego Formal para os cinco principais subsetores para o Brasil, Minas Gerais, Cerrado Norte Mineiro e Montes Claros, 2010

Subsetor de Atividade	Ranking da quantidade de empregos formais em 2010 e da taxa de crescimento no período de 1985 a 2010							
	Brasil		Minas Gerais		Região Norte Mineira do Cerrado		Montes Claros	
	Qtde. Emprego	Taxa crescimento	Qtde. Emprego	Taxa crescimento	Qtde. Emprego	Taxa crescimento	Qtde. Emprego	Taxa crescimento
Administração pública direta e autárquica	1°	10°	1°	13°	1°	5°	2°	9°
Comércio varejista	2°	4°	2°	5°	2°	6°	1°	7°
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	3°	5°	3°	12°	4°	17°	6°	14°
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	4°	12°	4°	17°	5°	11°	3°	10°
Construção civil	5°	6°	5°	11°	6°	2°	4°	2°
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	9°	3°	6°	3°	3°	9°	11°	17°
Ensino	7°	1°	10°	1°	11°	1°	5°	1°
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	9°	2°	9°	2°	9°	3°	6°	3°
Indústria de material de transporte	16°	14°	14°	4°	23°	22°	20°	22°
Indústria Extrativa Mineral	25°	19°	17°	23°	19°	4°	19°	8°
Comércio Atacadista	11°	7°	12°	7°	12°	10°	9°	4°
Indústria da madeira e do mobiliário	18°	22°	18°	10°	17°	7°	18°	5°

Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS/CAGED

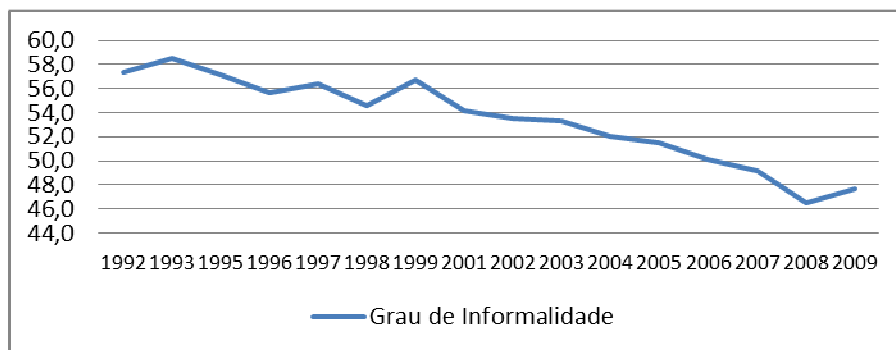
O desemprego inclui o percentual de pessoas, com 10 anos ou mais de idade e que, consideradas “ativas” no mercado de trabalho, procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada. A Tabela 07 apresenta a informação para o Brasil e Minas Gerais, no período de 1992 a 2009.

Tabela 07: Taxa de desemprego: Brasil e Minas Gerais, 1992 a 2009.

Unidade/ Ano	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	7,2	6,8	6,7	7,6	8,5	9,7	10,4	10,0	9,9	10,5	9,7	10,2	9,2	8,9	7,8	9,1
M.Gerais	7,2	6,1	5,5	6,7	7,1	9,1	9,9	10,5	10,1	10,2	9,8	9,4	8,8	8,2	6,7	8,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Estes dados mostram que: (1) As taxas de desemprego são mais elevadas no país, em relação à Minas Gerais, durante quase todo o período analisado; (2) depois de uma ligeira descida durante a primeira metade dos anos noventa, as taxas de desemprego sobem entre 1995 e 2005, começando a descer a partir daí; e (3) As diferenças entre as unidades territoriais observadas são relativamente pequenas em alguns anos (ex.: entre 2002 e 2004) e maiores em outros anos. Os resultados indicam que, estando sujeito a condicionantes estruturais que parecem afetar o conjunto do país, no Estado de Minas Gerais esses condicionantes parecem ter efeitos mais atenuados. No Brasil, em termos relativos, observa-se uma queda no setor informal; passando de cerca de 57% em 1992 para 48% em 2009, ou seja, uma queda de aproximadamente 9 pontos percentuais no período (GRÁF. 04).

**Gráfico 04:** Informalidade no mercado de trabalho brasileiro

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4. Considerações finais

A análise dos dados utilizados nesse estudo revelou que estamos em pleno desenvolvimento da sociedade salarial nas três unidades geográficas analisadas (Brasil, Minas Gerais e Cerrado Norte-Mineiro), quando consideramos a relação entre a oferta de emprego formal e a PEA. Concomitantemente ao aumento do emprego formal, verificou-se uma queda expressiva da informalidade no país (o mesmo podendo ser inferido para as

demais regiões analisadas). Ao analisar a série de dados referentes ao desemprego, para o país e para Minas Gerais, a configuração já não é tão clara, pois ainda que haja expansão do emprego formal e da PEA, ora as taxas de desemprego aumentam, ora diminuem, durante o período analisado.

No que refere à posição no mercado de trabalho, uma contribuição importante deste estudo foi mostrar que as evidências empíricas não permitem afirmar que no Brasil estaríamos diante da crise da sociedade salarial. No entanto, o trabalho chama a atenção para um aspecto importante: se de um lado as estatísticas apontam para um crescimento do emprego formal acima do crescimento da população economicamente ativa, de outro lado, há uma série de elementos que nos leva a relativizar, a ir com mais cautela nas análises sobre as transformações, a dinâmica recente e o comportamento geral do mercado de trabalho formal. Isso porque, não existe apenas um mercado de trabalho e sim vários cujos comportamentos e dinâmicas não são simétricos entre os segmentos sociais: há vários mercados de trabalho e assimetrias entre os segmentos sociais, não captadas em análises de dados com base na média.

Se de um lado o sonho de várias pessoas é ingressar no mercado de trabalho formal, de participar dos benefícios da sociedade salarial, de outro lado, para uma parcela das pessoas, existe uma sedimentação, uma escolha de outro modelo de organização das relações sociais e econômicas, seja pela convicção ou pela possibilidade de autogestão do tempo de conciliação com os trabalhos de cuidado da família.

5. REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

BAJOIT, G. (2006). **Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social**. In: Casimiro Balsa, Lindomar Wessler Boneti & Marc-Henry Soulet (Org.). *Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: Uma abordagem transnacional*. Ijuí, Ed. da Unijuí.

BALSA, Casimiro. L'exclusion et l'espace, espaces d'exclusion. In: SOULET, Marc-Henry (Ed.), **Quel Avenir pour l'exclusion?**, Col. Res Socialis, Academic Press Fribourg, 2004, pp.163-186.

BOURDIEU, P. (2006). **As estruturas sociais da economia**. Lisboa, Campo das Letras.

CANO, D. J. **El método comparativo: debates recientes – una bibliografía**. V. I e III. *Cadernos do Doutorado*, n. 8. v. II. Paul G. Little/José Berdugo, Gustavo Castro.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A Reemergência das redes de solidariedades microterritoriais na formação da política social contemporânea**. In: São Paulo *Perspect*: v.11(4):16-21, 2008. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/ssp/v11n04-02.pdf>. Acesso em 02/06/2011.

CASTELLS, M. (1999). **A sociedade em redes**. São Paulo, Paz e Terra.

- DAL ROSSO, Sadi; FORTES, José Augusto Abreu Sá. **Condições de trabalho no limiar do século XXI**. Brasília: Época, 2008.
- FARIA, V. (2000). **A Política Social no Brasil: Uma Perspectiva Comparada**. In Políticas Públicas de Trabalho e Renda e Controle Democrático. FLACSO/FAT. Editora UNESP, UNESCO/Orealc e Ministério do Trabalho. Brasília.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GOMES, Jerusa Vieira. **Família: cotidiano e luta pela sobrevivência**. In: A família contemporânea em debate. São Paulo: Cortez, 2003.(pág. 61-72)
- HESPANHA, P. & CARAPINHEIRO, G. (orgs.) (2001). **Risco Social e Incerteza. Pode o Estado Social Recuar mais?** Porto, Edições Afrontamento.
- LAVILLE, Jean Louis. **Com Mauss e Polanyi: Rumo a uma teoria da economia plural**. In: MARTINS, Paulo Henrique; NUNES, Brasilmar Ferreira (orgs.). A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Pararelo 15, 2004.
- LAVINAS, L. (2002). **Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática**. Econômica, v. 4, p. 25-59.
- MATOS, Ralfo (org.). **Espacialidade em Rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte:C/ Arte, 2005.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.
- OLIVEIRA, Carlos Roberto. **História do Trabalho**. São Paulo: Ática, 1995.
- POCHMANN, Márcio. **Desempregados do Brasil**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Baitempo, 2006.
- RAZETO, Luis. **O papel central do trabalho e a economia de solidariedade**. Revista proposta. Nº 75 dezembro fevereiro de 1997.
- RODRIGUES, L., Cardoso, Antônio Dimas. **Pobreza, desigualdade de renda, mobilidade social no Brasil e os seus determinantes: 1981 a 2007** In: 1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde / 15º Congresso da APDR, 2009, Cabo Verde. **Redes e Desenvolvimento Regional**. , 2009.
- RODRIGUES, L. Pós-neoliberalismo? **Uma análise da territorialização das Políticas Públicas no Brasil e Portugal**- ISBN: 9788461304912 In: XIV Seminario Académico APEC Compartiendo el Conocimiento, 2009, Barcelona. XIV Seminario Académico APEC Compartiendo el Conocimiento, 2009. v.1. p.119 – 128
- Romanelli, Geraldo e Bezerra, Neuzeli Maria de Almeida. **Estratégias de sobrevivência em famílias de trabalhadores rurais**. Paidéia, FFCLRP-USP, Rib. Preto, 1999. site Google em 08/01/2010.16 horas
- ROSANVALLON, P. (1995). **La nouvelle question sociale –repenser l’Etat Providence**. Paris, Seuil.
- ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado Providência**. Goiânia: UnB/UFG, 1997.
- SIES, **Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária**: 2005/2007.

SINGER, Paul. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição.** In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul. SOUZA; André Ricardo de. (orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2003.

ZEBRAL FILHO, Silvério Teles Baeta. **Globalização, desemprego e desigualdade: evidências, mitos e desafios do mercado de trabalho brasileiro.** Brasília: CRUB, 1997.

GT 08 - Comunicação, artes e cidades

A PERIFERIA DISCURSIVIZADA: MEMÓRIA E NARRATIVIDADE URBANA *ON LINE*¹

*Lucia M. A. Ferreira*²

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Doutorado - lmf@connection.com.br

*Andréa Rodrigues*³

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Doutorado - andrearodrigues.lettras@hotmail.com

RESUMO: Textos e imagens constroem e ecoam diariamente no ciberespaço representações do cotidiano cultural reconfigurando o imaginário urbano. A cultura da periferia e de outras minorias, até bem pouco tempo vista como marginal, quase invisível na mídia hegemônica, dá-se a conhecer na rede. O presente trabalho tem por objetivo investigar manifestações dessa narratividade em vídeos veiculados em um jornal *on line* das comunidades do Rio de Janeiro. Do campo da linguagem e da memória são investigados, no entrecruzamento entre as diferentes discursividades que se manifestam nesses espaços (imagem, texto, música), o movimento dos sentidos, as redes de memória, as marcas da inscrição sócio-histórica do sujeito, os movimentos e a trajetória que faz ao tomar o seu lugar no discurso.

PALAVRAS-CHAVE: narratividade urbana; videoclipe; memória.

ABSTRACT: Texts and images produce and echo in the cyberspace representations of our daily cultural practices reengendering the urban imaginary. Peripheral culture and that of other minorities, up to a very recent past regarded as marginal, almost invisible to the hegemonic media, now circulate on the Web. This paper examines

¹ Trabalho vinculado ao projeto “Discurso, sujeito e memória nas tramas dos sentidos sobre o Rio de Janeiro”, desenvolvido pelo grupo de pesquisa Discurso e Cidade, no PPGMS-UNIRIO, com apoio do Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES no. 02/2010. Uma primeira versão foi apresentada no ENANPOLL 2012.

² Doutora em Linguística, UFRJ; Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social- UNIRIO

manifestations of this narrativity in a videoclip exhibited on the Web site of communities (favelas) of Rio de Janeiro. From the perspective of language and memory, and at the intersection of different discursivities (image, text, music), we investigate the movements of meaning, the memory networks, the marks of the socio-historical inscription and the trajectory of the subject as he takes his place in discourse.

PALAVRAS-CHAVE: urban narrativity; videoclip; memory.

INTRODUÇÃO

A questão das narrativas urbanas e sobre o urbano há muito interessa àqueles que se debruçam sobre as diferentes formas e matizes que essas falas podem tomar. Certeau (2004) toma o ato de caminhar pela cidade como um ato de enunciação em que o caminhante se apropria do sistema topográfico da mesma maneira que o falante se apropria da língua. Se tomados em sua dimensão significativa, o caminhar e o falar encontram seus pontos de convergência e é dessa perspectiva que o autor nos fala dos relatos de espaço. Essas narrativas atravessam, selecionam e organizam lugares, criando, assim, um “teatro de ações” onde práticas sociais são autorizadas e fundadas. Nessa perspectiva, no espaço de memória em que esses relatos se inscrevem, são textualizados sentidos sobre o sujeito e sua relação com o espaço e os objetos simbólicos que o circundam.

Em reflexão proposta em 2001, Orlandi, ao abordar o campo da linguagem, define o que vem chamando de *narratividade urbana*, processo pelo qual os sujeitos formulam sentidos e os estruturam da maneira como os espaços da cidade os afetam. Os vestígios dessa estruturação podem ser captados nas diferentes materialidades em que esta narratividade se manifesta. Na era do virtual, a rede vem propiciando o surgimento e a circulação de novos sentidos para o urbano. A cultura da periferia e de outras minorias, até bem pouco tempo vista como marginal, quase invisível na mídia hegemônica, dá-se a conhecer na rede. Lembrando, com Orlandi, que o sentido “é janela

³ Doutora em Linguística, PUC-RJ; Docente do Departamento de Letras da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

de que se olha” (p. 10), o presente trabalho tem por objetivo investigar alguns desses sentidos sobre a cidade no vídeo Favela Fashion Week, veiculado em um portal das comunidades do Rio de Janeiro. Do campo da linguagem e da memória são analisados, no entrecruzamento entre as diferentes materialidades que se manifestam nesses espaços (imagem, texto, música), o movimento dos sentidos, as redes de memória, as marcas da inscrição sócio-histórica do sujeito, os movimentos e a trajetória que faz ao tomar o seu lugar no discurso.

O portal Voz das Comunidades congrega sete comunidades da cidade do Rio de Janeiro. Comporta seções para eventos, datas comemorativas, notícias, curiosidades, esporte, vídeos, galeria de fotos e exibe anúncios veiculados pelo Google. Ao examinarmos essas escritas viabilizadas pela tecnologia, pensamos principalmente na emergência de vozes que dificilmente ecoariam nos espaços midiáticos hegemônicos, tradicionalmente atravessados pelos discursos dominantes. O discurso é um lugar de luta pelo direito de significar e precisamos entender essas práticas como uma arena de disputas e negociações por esse direito. Se, ao se apropriarem da tecnologia, essas escritas permitem a reiteração de sentidos já estabilizados no imaginário, elas também permitem que se teçam novas redes semânticas sobre a cidade e sobre os sujeitos.

Sentido e memória na imbricação de diferentes materialidades significativas

Consoante Pêcheux (1999, p. 56), a memória é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. A memória está, portanto, inscrita na trama dos discursos em circulação, permeável às transformações que ocorrem no tecido sócio-histórico. É nesse sentido que, como afirma Gondar (2005, p. 16), retomando Foucault, a memória, tecida por nossos afetos e por nossas expectativas diante do devir, pode se constituir como um foco de resistência e instrumento privilegiado de transformação social: “Recordar, nesse caso, não é somente interpretar, no presente, o já vivido; a escolha do que vale ou não ser recordado funciona como um penhor e, como todo penhor, diz respeito ao futuro.” (Gondar, op.cit., p.17).

Na análise que ora empreendemos, procuramos examinar, na espessura histórica do vídeo, os gestos de interpretação que nortearam sua realização e os efeitos de sentido do acontecimento discursivo que foi sua divulgação no portal Voz das Comunidades. Que silenciamentos podem ser observados? Como funcionam as réplicas, polêmicas e contra-discursos? Como opera o programa de leitura da imagem, do texto e da música no vídeo, com relação à memória da favela e do asfalto?

Por lidarmos com um objeto simbólico materialmente heterogêneo, entendemos que as estruturas materiais distintas que constituem a cadeia significativa materializada no vídeo funcionam em composição (Lagazzi, 2009), fazendo trabalhar, nas suas especificidades e no movimento do seu encontro, a incompletude e a falha constitutivas das materialidades simbólicas. Cabe ressaltar que, nesse contexto, compreendemos a incompletude não como falta de inteireza, mas como algo que não se fecha, que está aberto, como é próprio de processos de significação em diferentes materialidades. Orlandi (2004, p. 12) destaca esta dimensão dos processos significativos, que chama de “abertura do simbólico”. Apesar de sua vocação para a unicidade, a discrição e a completude, a linguagem precisa conviver com a falta, a falha e o equívoco, marcas da relação da materialidade significativa com a exterioridade, a história e a memória. Orlandi nos mostra que é na relação tensa e às vezes indefinível entre os dois eixos que constituem o movimento da significação - a paráfrase e a polissemia - que melhor se observa a abertura do simbólico.

O objetivo do exercício de descrição/interpretação que ora empreendemos é observar, na imbricação dos diferentes sistemas significativos que compõem o vídeo – o musical, o verbal e o imagético -, o trabalho da paráfrase e da polissemia, os dois eixos basilares do processo de significação, e as redes de memória que ele convoca. Admitir a abertura do simbólico não significa que o processo de significação não seja administrado, controlado. Como nos lembra Pêcheux, (2002, p. 56), o discurso “não é independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe ... todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos”.

O movimento dos sentidos no clipe Favela Fashion Week

Ao propormos uma reflexão acerca de uma narrativa urbana, é preciso considerar que esses relatos se inscrevem em um espaço de memória onde são textualizados sentidos sobre o sujeito e sua relação com o espaço e os objetos simbólicos que o circundam. Se a cidade é construída de modo homogeneizante e transparente na mídia hegemônica, em um discurso *sobre* o urbano, outras formas de textualização permitem que se percebam flagrantes de uma narratividade que vai além do *sobre* a cidade, permitindo que se enxergue o espaço silenciado, muitas vezes invisível na mídia, mas onde se inscreve, no simbólico, o real da cidade.

Jeudy (2005, p. 82) nos diz que a fotografia contemporânea procura mostrar o que a cidade parece esconder. Acreditamos que o mesmo possa ser dito acerca do cinema, mas o que se constata é que a cidade em sua fragmentação e totalidade escapa à representação. Como afirma, mais uma vez, Jeudy (2005, p. 81), “a cidade excede a representação que cada pessoa faz dela”, se oferecendo e se retraindo segundo a maneira como é apreendida, materializando-se na interseção dos sistemas simbólicos que a significam .

Tomamos então o clipe que ora analisamos como um flagrante dessa narratividade urbana, uma cadeia significativa que se tece na imbricação de diferentes materialidades, em meio à tensão entre a formulação de sentidos em cada sistema simbólico e a memória. Em sua opacidade, a formulação é atravessada pelo trabalho da ideologia, que torna evidentes sentidos colocados em disputa na memória. Enquanto modalidade do discurso urbano, os sentidos produzidos no clipe funcionam como “flagrantes de um olhar (um corpo) em movimento” (Orlandi, 2001, p.31). Essas formas de significar são incluídas na própria forma material da cidade. Somente se separam da cidade para funcionar como lembretes para o exterior. Isso é que cria uma outra forma de narratividade, em que as condições de produção não se destacam dos textos. As narrativas urbanas não teriam um narrador com um conteúdo separado das condições de produção.

No vídeo Favela Fashion Week, aparentemente o clipe promocional do CD *Clareou, clareou...* do grupo Reunião de Amigos, o próprio espaço é conteúdo do texto, e as formas do discurso urbano são entrelaçadas de modo a (re)construir o corpo significativo da cidade, da favela: a música, a letra, o cenário da favela e da cidade, o

desfile das mulheres pelas ruas estreitas da favela, os olhares dos homens, a dança. São flagrantes de uma narratividade urbana que tem vários pontos de materialização.

Orlandi (2001, p. 31) observa que “quando o espaço é silenciado o espaço responde significativamente”. As respostas passam por processos de des-transformação e des-interpretação, produzidas nas diferentes formas do discurso urbano.

Se no passado a favela era discursivizada como espaço de violência, pobreza, marginalidade, hoje ela é “des-interpretada” e transformada em espaço ocupado, pacificado, com novos sentidos. Vale ressaltar no entanto que o discurso, como afirma Pêcheux (2002, p. 56), embora seja “o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação”, é também efeito de um deslocamento no seu espaço.

Esse processo de ressignificação aponta para o que Mariani define como o “futuro dos sentidos”, que se baseia no já dito e no dizível de acordo com as “possibilidades enunciativas dos períodos históricos” (Mariani, 1998, p.28). As políticas públicas de pacificação das favelas do Rio de Janeiro desenvolvidas nos últimos anos articulam-se com as possibilidades enunciativas do momento atual, promovendo um discurso de integração entre morro e asfalto e buscando construir sentidos para o futuro da cidade que acolherá eventos mundiais em 2014 e 2016. O discurso da integração perpassa a fala da moradores, registrada em outros textos disponíveis no Portal – por exemplo, um vídeo que registra um passeio no teleférico do Complexo do Alemão, em que o apresentador, músico conhecido e morador do lugar, afirma: “É isso aí, gente. Complexo do Alemão, pode vim (sic), pode chegar que tá todo mundo convidado, tá todo mundo tranquilo.” A integração também é apontada na letra da música do clipe Favela Fashion Week, que recomenda que o ouvinte suba no morro para ver a beleza das mulheres: “sobe lá para você ver”. É o discurso da valorização do morro, de interpretações sobre a favela que criam um novo “teatro de ações”, no sentido de Certeau, e assim autorizam novas práticas sociais e relações com o espaço e os objetos simbólicos que lá circulam.

É preciso, no entanto, tornar mais visíveis os mecanismos discursivos mobilizados no clipe nessa reconstrução imaginária da favela, de seus habitantes e de suas práticas sociais. Lembrando, com Gondar (2005, p. 17) que “há sempre uma concepção de memória social implicada na escolha do que conservar e do que

interrogar” e que essa escolha envolve uma aposta no futuro, procuramos, na imbricação das diferentes materialidades significativas, as marcas desse discurso.

No clipe, a filiação ao discurso da integração favela-asfalto é marcada pela tensão entre o novo e a tradição, entre a repetição e a reformulação, entre a paráfrase e a polissemia, marcadas na melodia do samba de ritmo cadenciado, fácil, na letra e nas imagens. Nessa perspectiva, a memória do samba empresta ao clipe a contradição que marca a sua trajetória: de manifestação cultural de herança negra, marginalizada no início do século XX, passa a ser símbolo inquestionável da musicalidade do brasileiro.

O equívoco e a contradição talvez se manifestem desde o título da música e do clipe – Favela Fashion Week -, um mix linguístico, um híbrido que marca uma posição discursiva que mobiliza duas redes de memória que funcionam de forma dissonante. Os deslizamentos sugeridos pela denominação têm como efeito de sentido a ironia, o deboche. É justamente esta ironia diante da contradição que irá marcar o processo discursivo no vídeo.



Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=utf9xaN5CQ0>

Na abertura do clipe veiculado no Portal, uma cena do cotidiano da favela: uma biosca e dois rapazes tomando cerveja; ao fundo, o vendedor. Há uma interrupção brusca da cena e, em um novo cenário, que representa o *backstage* de um desfile de modas, o foco da câmera move-se, devagar, de uma fotografia de corpo inteiro de Gisele Bündchen para mostrar, em plano fechado, o rosto de uma bela jovem negra que retoca a maquiagem olhando-se no espelho.



Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=utf9xaN5CQ0>



Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=utf9xaN5CQ0>

Alguém bate à porta e informa à jovem, Gisele, que ela tem apenas cinco minutos para dar início ao desfile. Em seguida, há um outro corte brusco e a tomada externa passa a focalizar, em plano mais amplo, uma rua da favela, alguns moradores, ambulantes, alguém andando de bicicleta. A essas imagens somam-se, em uma relação parafrástica, ruídos que lembram o cotidiano da favela: cães latindo, vozes distantes.

Em um novo corte, uma tomada de cima, em plano aberto, aparecem em primeiro plano, as casas da favela tendo, ao fundo, quase indistintos, os edifícios e a *skyline* da cidade. Mais uma vez, a diferença se marca, desta vez no plano arquitetônico.

Há uma relação significativa entre as tomadas externas que retratam o cotidiano da favela e a cena do camarim, onde algo novo se anuncia. No camarim, a imagem da Gisele loura, rica, conhecida internacionalmente, ícone de elegância, beleza e *sex appeal* sai de cena e é substituída pela da Gisele negra, linda, magra e elegante. Esse jogo, no entanto, pela sequência de imagens e pela relação entre os objetos cenográficos - a fotografia da Gisele loura e o espelho em que a Gisele negra se olha – sugere uma relação parafrástica e tem um efeito irônico, debochado. É justamente esta ironia diante da contradição e da incompletude evidenciada pelas imagens que, mais uma vez, evidenciará o processo discursivo. A sobreposição das imagens sugerida pela sequência faz trabalhar uma rede de memória que evoca as tentativas de europeização e o embranquecimento da população, que continuam mobilizando sentidos no verbal e no visual, mas que aqui trazem a marca da contradição, evidenciada pela ironia, pela inversão.

É desse modo que o padrão de beleza do mundo da moda é reapresentado/narrado com outros sentidos, aberto a novos tipos, na letra da música exibida no clipe: “tem para todos os gostos, gordinha, sarada e magrela”. Nesse ponto, o verbal e o imagético funcionam em relação de parafraseagem, com letra e imagem marcando não a integração entre o morro e o asfalto, mas a diferença.



Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=utf9xaN5CQ0>

O desfile na favela ocorre no verão (o evento São Paulo Fashion Week é no inverno), os tipos de mulheres bonitas são mais variados – “tem para todos os gostos”. A passarela se estende por toda a favela. Observa-se então o discurso da valorização do morro, através de uma comparação que coloca a favela como tendo muito mais mulheres bonitas do que os desfiles das esquiladas branqueadas do asfalto. Deslocando-se do rosto ao corpo das meninas, em closes insinuantes, a câmera marca a diferença entre o corpo da mulher do morro e a do asfalto, retomando uma memória do corpo da mulher negra que atraia o homem branco pela sensualidade e apelo sexual. Da mesma forma, a diferença é marcada esteticamente na vestimenta das meninas: shorts curtos, *tops* decotados, cores vibrantes, sapatos bem altos.

Os gestos de des-interpretação da favela como espaço restrito à pobreza, à criminalidade permeiam a tessitura do vídeo. Já no início do desfile, a Gisele negra descarta uma garrafa de água mineral jogando-a em uma lixeira guardada por um gari. Cena aparentemente incidente e banal, que será retomada no final do vídeo, com o gari caminhando e carregando a lixeira pela viela limpa, mas que reconfigura o imaginário sobre a favela no que diz respeito ao lixo e aos hábitos higiênicos de seus moradores.



Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=utf9xaN5CQ0>

Na letra da música, a inversão e a conseqüente des-interpretação da favela como espaço de droga e criminalidade se revelam nos deslizamentos de sentidos já regularizados:

Favela Fashion Week

Claytinho Persona, Nego Branco, Manu

O verão na favela parece um desfile de moda
 A viela vira passarela
 O bagulho é fora
 Do comum
 Cada peitinho, cada bumbum
 (...)
 Nosso morro é coisa chique
 é favela fashion week
 sobe lá pra você ver
 nosso morro é muita "treta"
 nossa Gisele Bundchen é preta
 e ela faz acontecer

Disponível em <http://www.vagalume.com.br/reuniao-de-amigos/favela-fashion-week.html>

O termo “bagulho”, frequentemente relacionado à droga, à coisa ruim, à mulher feia, em “o bagulho é fora do comum” na letra da música é reinterpretado positivamente como algo fora de série. Da mesma forma, “treta”, geralmente associado à malandragem e à trapaça é, como atributo para o morro, ressignificado positivamente como descolado, legal, bacana ‘nosso morro é muita treta’. Na imagem, os sentidos convergem na construção dessa positividade. Ao chegar ao final da passarela, as meninas, sempre alegres e sorridentes, passam a sambar, juntando-se aos espectadores que as aplaudem e cantam o samba com o grupo Reunião de Amigos.

Contradição e resistência

A narrativa urbana que ora analisamos, como já dissemos, ao reconfigurar ideológica e politicamente o espaço da favela e as práticas sociais a ele relacionadas, traz, em sua materialidade, tanto as marcas das expectativas do sujeito diante do devir quanto as marcas de sua resistência às ameaças que sofre em seus processos de memória.

A “des-interpretação” produzida nas discursividades que redesenham o espaço, e a cultura é, como observa Mariani (2009, p.45 -46), resultado de práticas de sujeitos e

entre sujeitos, “não dissociadas dos modos sócio-históricos de produção, reprodução, resistência e transformação dos sentidos. Práticas expostas também à errância e à não totalidade dos processos de significação”.

Neste ponto retomamos a observação feita no início do texto, a partir de Orlandi (2004), sobre a “abertura do simbólico” (p. 12), constitutiva dos sistemas significativos que operam neste vídeo e que têm a incompletude e a contradição como marcas da relação da materialidade significante com a história e a memória. “Dá uma olhada na descida do morro”, diz a música para um destinatário que está no asfalto. Mais adiante, no que parece ser uma inserção de comentários paralelos à letra da música, o sujeito corporificado na figura do cantor, convidando o interlocutor/espectador a olhar mais atentamente as meninas, anuncia “daqui não saio, daqui ninguém me tira”, um gesto que marca, na linguagem, a resistência do sujeito às ameaças aos seus processos de memória. Evidencia-se, portanto, na opacidade da linguagem, a contradição do discurso de integração sugerido por uma primeira expectativa em relação ao vídeo, e por sua relação com outros enunciados que compõem o Portal Voz das Comunidades. Lembramos, a respeito dessa relação interdiscursiva, que, em um primeiro momento, pensávamos que as locações do vídeo teriam sido feitas nas comunidades cariocas que integram o Portal Voz das Comunidades. Para nossa surpresa, as locações foram feitas em Vila Prudente, favela de São Paulo. Nomeando favelas paulistas e cariocas - a letra da música sublinha de forma destacada este efeito de sentido sobre o urbano que não individualiza a favela. Muito pelo contrário, o que é realçado são os traços culturais comuns a todas as favelas e seus moradores e que os distinguem dos moradores do asfalto.

Vale observar que, nessa perspectiva, a fragmentação sugerida pelas tomadas externas iniciais, que retratam o cotidiano da favela, e as sequências do camarim, vai ser retomada, de forma invertida na sequência final do clipe, quando a viela será novamente mostrada. O gari leva a lixeira nas costas, os cachorros latem e vozes ecoam na distância. O efeito de sentido obtido no corte abrupto na montagem do vídeo, tanto no início, quanto no final, sugere a irrupção de um acontecimento extraordinário, talvez um sonho, que chega ao fim depois de interromper e congelar no tempo o cotidiano e o vai e vem dos moradores. Na contradição entre a reconfiguração do urbano proposto na

música e a imagem da favela congelada no tempo, nada muda, a janela se fecha e a favela permanece a mesma.

Concluindo

No vídeo que examinamos, a janela de que se olha a favela se abre para se dar a conhecer a quem não está nela. O verbal, o imagético e a melodia do samba operando na incompletude que lhes é constitutiva compõem, na imbricação de suas materialidades, um discurso marcado pela contradição, pelo equívoco. A favela é ressignificada para um outro olhar, o olhar de quem está de fora. Orientado por uma visão configurada ideológica e politicamente, o clipe transforma em espaço de convivência, cultura, lazer e consumo lugares pré-configurados nos mapas do imaginário do asfalto como espaços de pobreza, privação e criminalidade. Mesmo havendo um deslocamento nessa reconfiguração do imaginário urbano, o clipe não repete o discurso da inclusão e da integração nem procura a adequação às formas dominantes da cultura. Pelo contrário, embora os efeitos de evidência sugiram esta adequação, o funcionamento do processo discursivo e os efeitos de sentido dele derivados são marcados pela resistência à cultura dominante.

Referências Bibliográficas

- CERTEAU, Michel. 2004. *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- GONDAR, Jô. 2005. Quatro proposições sobre memória social. In: Gondar, Jô; Dodebei, Vera (orgs.). *O que é memória social*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- JEUDY, Henri-Pierre. 2005. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro-RJ: Casa da Palavra.
- LAGAZZI, Suzy. 2009. O recorte significativo na memória. In: Indursky, Freda; Ferreira, Maria Cristina Leandro; Mittman, Solange (orgs.). *O discurso na contemporaneidade*. Materialidades e fronteiras. Campinas: Claraluz.
- MARIANI, Bethania. 2009. Sujeito e discursos contemporâneos. In: Indursky, Freda; Ferreira, Ma. Cristina Leandro; Mittman, Solange. *O discurso na contemporaneidades – Materialidades e fronteiras*. São Carlos, SP: Claraluz. p. 43-52.
- _____. 1998. *O PCB e a imprensa*. Os comunistas no imaginário dos jornais: 1922-1989. Campinas: Unicamp/Revan.
- ORLANDI, Eni. 2004. *Interpretação – Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas, SP: Pontes.
- _____. 2001. Tralhas e troços: o flagrante urbano. In: _____ (org.) *Cidade atravessada*. Os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: UNICAMP.
- PÊCHEUX, Michel. 2002. *O Discurso – estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes.
- _____. 1999. Papel da memória. In: Achard, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes.

A VISUALIDADE URBANA CONTEMPORÂNEA COMO CAMPO DE ESTADOS INTERDISCIPLINARES

Francisco Antônio Zorzo

Professor do IHAC - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos da UFBA, Doutor em Arquitetura pela UPC/ETSAB/Espanha. fazfeira@gmail.com

Resumo

A presente comunicação pretende mostrar a importância de se tratar a cidade como um objeto de estudo privilegiado dentro do campo dos estudos interdisciplinares. Por suposto, o conhecimento disponível nas diversas áreas de conhecimento sobre a cidade não pode ser descartado. Cabe sim, segundo a proposta aqui indicada, observar os fenômenos urbanos sob um outro olhar. Parece muito conveniente considerar a interação entre tecnologia, arte e ciência na constituição dos estudos sobre o ambiente urbano e sobre a produção da imagem. Nesse sentido, parece válido rever, por exemplo, as definições clássicas de cidade como centro e periferia, e da arte como cânone e modelo, a fim de se poder traçar as perspectivas que contemplem o viver a cidade e a visualidade fora de limites que se tornaram muito estreitos. Em busca da superação de uma visão redutora, a posição interdisciplinar de estudar a cidade e a visualidade do signo urbano procura entender os mecanismos de constituição de comportamentos e subjetividades. Convém, para tanto, avaliar aspectos da interação entre tecnologia, arquitetura e o urbanismo. A comunicação e informação contribuem para reconfigurar a percepção do espaço na contemporaneidade. Tendo em mente tal concepção, pode-se partir de uma referência mais concreta para estudar a cidade e a visualidade, como um campo de múltiplas produções em abordagem interdisciplinar. Para isso foi selecionada a produção do grafite nas metrópoles brasileiras. Nos muros de Salvador há uma série de grafites que merecem a reflexão e um acolhimento crítico por tratarem exatamente de problematizar o olho e o olhar no ambiente da cidade.

O presente estudo faz um mapeamento das imagens que acompanham as vias e os fluxos urbanos de uma metrópole brasileira. Com tal proposta, expressa-se um desejo de compreensão da

cidade contemporânea. As imagens urbanas, sejam o grafite ou outras, constituem um sentido de tempo e de lugar, a partir do qual pode-se construir não apenas um sentido de orientação para movimentação no espaço urbano, mas também formas de compreensão da realidade cultural e sociopolítica mais ampla.

Palavras-chaves: interdisciplinaridade, conhecimento, cidade, visualidade

INTRODUÇÃO

O estudo da cidade sob o regime da visualidade contemporânea exige que se coloquem algumas questões iniciais: O conhecimento a respeito das cidades, que repousa nos princípios herdados de uma postura puramente disciplinar e racionalista, consegue dar conta da complexidade da cultura urbana? Na vida contemporânea, em que a visualidade toma uma dimensão estratégica, os estudos sobre a produção visual não requerem uma abordagem que leve em conta sua complexidade? Para responder a essa inquietação parece conveniente abrir o leque teórico e articular o conhecimento num campo interdisciplinar.

O objetivo deste estudo é seguir uma linha interdisciplinar para alcançar algumas observações teorizantes (VELLOSO, 2005), visando entender os modos segundo os quais as pessoas interagem e combinam suas vidas cotidianas com a experimentação e o uso espacial da arte, da mídia e da comunicação.

Podem-se utilizar saberes em relação de complementaridade, desde que mantidas as suas diferenças, de modo a constituir um consistente pensar a cidade. Assim é possível captar não apenas as dimensões objetivas e técnicas – urbanísticas, funcionais e instrumentais – do fenômeno urbano, mas também as subjetivas e artísticas. A expressão visual tornou-se uma dimensão estratégica nas sociedades contemporâneas.

Convém reconhecer a visualidade como uma produção que passa pela política, pela técnica e pela estética. Diversos campos de conhecimento ocupam posição privilegiada na discussão de específicos objetos urbanos e visuais, mas não ganham por isso uma exclusividade sobre o campo de conhecimento. Um jogo entre o visível permite que alguns temas, coletivos, agentes e performances gozam de visibilidade pública, e outros não. Aqui leva-se em consideração que visibilidade remete à

percepção e capacidade de ver, enquanto que visualidade remete a uma operação visual, a um artifício de construir imagem, seja fotográfica, virtual ou de outro tipo. É esse regime de visualidade que ganha aqui maior peso na análise.

A série que está sendo composta como arte da rua, que aqui vai ser avaliada, é feita por um grupo de artistas que são contemporâneos e que convivem na mesma cidade. Sob diversas condições constroem um olhar, que ultrapassa obviamente o espaço das paredes e das ruas da cidade, proporcionando uma interação simbólica e comunicacional.

Os artistas da cidade, fazem um trabalho de exposição para a coletividade, colocando em discussão o olhar e a visualidade urbana. De um lado eles exibem signos que criam uma estética contemporânea, por outro estabelecem sob forma visual um olhar crítico sobre a cidade. A constatação de que o grafite assim como outras formas da visualidade pode adquirir significados diferentes, que não são univocamente definidos por um ou outro enfoque está ligada ao debate teórico sobre a multiplicidade do sentido (HAMBURGUER, 2007) da realidade.

O projeto de pesquisa que trabalha a cidade e a visualidade, aqui relatado, se volta para a problemática das interações entre realizadores, pesquisadores e espectadores, que não se limita ao espaço urbano e atinge o campo virtual em que o grafite é registrado e torna-se objeto de reflexão.

A abordagem interdisciplinar aqui proposta vai na linha do Hamburger (2007) chama “de disputa pelo controle da produção da representação”. Esse enfoque serve para discutir, a partir de amplo material documental, diferentes maneiras de interagir na cidade e problematizar arranjos formais concretos em termos que enfatizem seu caráter de expressão de articulações entre certos sujeitos que procuram, em alguma medida, controlar os mecanismos de construção de uma imagem da cidade.

É muito instigante observar os fenômenos de produção do espaço urbano sob o crivo da resistência e do desejo coletivo. Em meio a um contexto, de caráter mais amplo e de certo modo mais pessimista, em que a construção da cidade cede ao sistema capitalista, esse crivo proporciona um outro olhar sobre a cidade, um olhar criativo que sobrevive às ameaças constantes da homogeneização e da globalização.

Convém aqui situar que, a presente abordagem da constituição dos signos e mensagens da vida da cidade situa o urbano entre os fenômenos políticos e culturais. Pode-se, assim, perceber

elementos da contemporaneidade de modo a gerar um conhecimento que capta o fenômeno urbano não apenas nas suas dimensões objetivas e técnicas, mas principalmente, nas subjetivas e artísticas.

Tais dimensões da produção do espaço social passam pela política e pela estética. Admite-se um jogo em que a população participa do espaço público de modo relativamente livre. O espaço recebe o investimento de agentes e atores de modo a permitir que alguns temas, atos coletivos e performances gozem de visibilidade pública, e outros não. É essa disputa pela visualidade efetiva, como um avatar em que desembocam os desejos coletivos, que ganha maior destaque na presente análise.

Em busca da superação de um viés que observa apenas o solapamento do espaço público pela comunicação das corporações e negócios, procura-se aqui entender os mecanismos alternativos de constituição de comportamentos e subjetividades. Para tal tarefa ser levada a cabo, parece conveniente avaliar aspectos da conjugação da performance coletiva com o uso do espaço urbano.

Foram escolhidos alguns modos de exibição coletiva para observar a disposição dos movimentos e das mensagens que se desenvolvem espacialmente na vida atual de Salvador. Para mostrar a forma como a população da capital baiana investe o desejo coletivo, servem de referência os grafites que estiveram estampados recentemente nas paredes da cidade. Essas manifestações coletivas marcam claramente o modo como a cidade é um ente estético, além de objeto da comunicação e da ação política

Essas referências concretas serão aqui discutidas do ponto de vista teórico do agenciamento coletivo. Procura-se aqui entender os modos segundo os quais as pessoas interagem e combinam suas vidas cotidianas com a experimentação e o uso espacial da arte e da comunicação. A performance coletiva e a comunicação contribuem para reconfigurar a percepção do espaço na contemporaneidade. A cidade não cessa de se transformar e se produzir através dos fluxos. Em função da circulação e da comunicação a cidade gera um poderoso espaço de exterioridade que se opõe tanto ao espaço privado quanto à interioridade do sujeito (CAIAFA, 2005). A heterogeneidade da experiência urbana dispersa focos de identidade e as recorrências dos posicionamentos políticos já familiares, introduzindo a diferença e evidenciando a produção de subjetividade.

Tendo em vista as recentes mudanças da cultura urbana de Salvador, propõe-se aqui uma discussão das transformações ocorridas no plano dos agenciamentos do desejo coletivo. Além dos

mecanismos econômicos e tecnológicos que, logicamente, interferem nos fluxos da metrópole, no presente estudo, parte-se de uma concepção em que a vida cultural da cidade depende de determinadas condições de enunciação coletiva. Os estudos da história e da cultura da cidade demandam esse tipo de abordagem, já que a compreensão dos investimentos do desejo coletivo resulta do cruzamento de modelos culturais com o modo de participação da população nas atividades coletivas.

O objeto do presente trabalho consiste, em outras palavras, no estudo da disposição espacial dos fluxos e dos desejos coletivos no meio metropolitano. Ao estudar os fluxos de uma metrópole, é possível relacionar o processo de concentração da população em determinados eventos e lugares com o investimento dos desejos coletivos e o manejo de sua territorialidade. Através do estudo dos fluxos (ZORZO, 2011), podem ser analisadas algumas alterações pelas quais vem passando a cultura de uma metrópole como Salvador. Essa antiga capital, que se formou como sede de um dos primeiros sistemas urbanos do Brasil, mantém um papel importante no ranking nacional, em que se coloca como uma das maiores e mais dinâmicas regiões metropolitanas do país.

Aspectos teóricos relativos ao estudo da cidade e da visualidade: fluxos urbanos e a agenciamento do desejo

Muitas das possibilidades de avanço no estudo dos movimentos que confluem na cidade dependem de uma conceituação que permita conhecer as condições sócio-culturais embutidas na rede complexa de formas e diagramas que se sobrepõem no meio urbano. Um arcabouço conceitual, que tem se mostrado adequado para entender o problema da cidade e da visualidade, consiste em discutir o desejo coletivo e dos fluxos do ponto de vista teórico do agenciamento coletivo.¹

Deleuze (1987) fez uma leitura da teoria foucaultiana² do dispositivo de poder e amplia através do conceito de agenciamento coletivo. Essa abordagem filosófica tem um componente epistemológico interessantes para articular campos de conhecimento. Além disso, Gilles Deleuze e

¹ Veja-se o livro de Deleuze, Gilles. *Foucault*. Lisboa: Veja, 1987, uma homenagem aos estudos realizados por Michel Foucault. Deleuze faz a sua leitura da teoria foucaultiana do dispositivo de poder e assimila-o ao conceito de agenciamento coletivo.

² O melhor exemplo de estudo de dispositivo está no livro *Vigiar e punir*, onde Foucault considerou a prisão com um dispositivo do poder na sociedade moderna disciplinar. Foucault percebeu que um diagrama se desenha em todo o campo social a partir da prisão em diversos graus de efetuação política. Ver também: FOUCAULT, Michel. *Historia de la sexualidad*. Vol. 1. La voluntad de saber. 2. ed. Madrid: Siglo Veinteuno de España, 1995. Ver especialmente as páginas de 99 a 125, em que o autor faz uma reflexão sobre as suas ferramentas conceituais.

Foucault, ao seu tempo, dialogaram saberes com outros colegas de diversas feições disciplinares, sem prejuízo para nenhuma das partes teóricas envolvidas.

O agenciamento dos fluxos dependem das mudanças da sociedade, metamorfoseiam-se com o tempo e incorporam novas significados e dispõem de novos conteúdos que se somam aos antigos saberes e técnicas. Os fluxos prestam-se às atividades sociais e integram em sua funcionalidade os padrões culturais de todos os usuários formando agenciamentos coletivos. Em outras palavras, os movimentos obedecem à lógica social que os constitui e os enreda. No caso da grafiteagem nas paredes de um bairro em franca evidência na cidade, ocorre o agenciamento coletivo de enunciação.

Qualquer cidade é, visivelmente, um conjunto de formas que se acumulam e se dispõem espacialmente ao longo do tempo. Do ponto de vista semântico e sintático, são inumeráveis os signos que a urbe movimenta. Por isso, para tratar com um mínimo de acuidade os signos e analisar o acontecimento urbano, as pesquisas indicam a necessidade de selecionar eventos e tratá-los a partir de dois eixos temporais, o da simultaneidade e o da sucessão.

A reunião dos elementos nas duas temporalidades permite avaliar os fluxos da vida urbana e se aproximar do sentido alcançado pelo signo urbano. Parece conveniente, também, entender os fluxos como um dispositivo que se associa territorialmente, como é o caso da grafiteagem nas paredes e muros da cidade, pois assim se observa melhor como se dispõem um conjunto de práticas que giram ao redor do impulso da coletividade e que vem desenhar uma dinâmica e intrincada configuração no interior da cidade.

Quando algo ou alguém muda de posição ou de lugar, no passar do tempo, ocorre uma operação e uma metamorfose, e o objeto do movimento é requalificado e impactado por uma determinada ação. Desse modo, pode-se observar mais de perto os caracteres que compõe o conceito de fluxo. O primeiro elemento qualitativo deriva do agenciamento coletivo (DELEUZE, 1987) que se atualiza no fluxo. O fluxo seleciona e organiza o território, como um desejo coletivo que extrai as forças do trabalho e da exibição cultural. Os movimentos e as linhas de trânsito formam redes interconectadas ineludivelmente com as redes de poder e circulação de bens. Os fluxos promovem um verdadeiro agenciamento coletivo de necessidades, afetos, demandas e desejos.

Um segundo caracter do algoritmo coletivo tem um sentido mais territorial e que adere ao espaço construído. Quer dizer, em cada empreendimento ou associação, forma-se uma colméia de deslocamentos intermináveis que plasma um rastro sobre o espaço. Isso permite ver no agenciamento

uma disposição para comunicar e criar mensagens com múltiplos significados. É o espaço social tomado pelo comportamento social segundo certas relações internas que alcançam algumas tendências predominantes.

Os atributos do agenciamento coletivo são reconfigurados e empacotados pelas práticas sociais ao longo da história, formando diversos usos coletivos.³ Segundo Baudrillard, acompanhando uma disposição para o movimento, a sociedade hoje já não vive mais no drama da circulação, mas sim “no êxtase da comunicação”.⁴

O plano de consistência dos agenciamentos é essencialmente espacial e temporal, ao qual se ligam outras dimensões culturais e informacionais. Mais do que tecnológicos, os fluxos são acima de tudo sociais. A partir dessa base sócio-cultural, se desdobram outros efeitos técnicos, como pensou o filósofo Deleuze.⁵ O impacto dos fluxos afeta a sociedade em vários níveis de configuração. Na contemporaneidade os fluxos são desterritorializados na circulação e na reorganização do espaço. A ampliação dos fluxos concorre com expansão da produção. No capitalismo moderno, a era da quantidade e da repetição, sintomaticamente, os fluxos concorrem para o transporte e a mídia.

No presente estudo, no entanto, os fluxos que estarão sendo observados são de outra ordem, diferentes do transporte mecânico duro. Mesmo sem deixar de participar do sistema de transporte, os fluxos aqui analisados não se restringem à funcionalidade dos movimentos do capital. Isso por duas razões, sendo primeiramente que a presente abordagem assume um ponto de vista crítico e, secundariamente, por uma escolha metodológica.

Depois de tais considerações, convém situar a abordagem do objeto empírico do presente estudo. A escolha de estudar os desejos coletivos na forma da participação popular e livre em eventos como a grafiteagem das paredes da cidade por coletivos de artistas de rua. Tais ações coletivas, que serão aqui tratadas, são eventos que fogem da rotina e das atividades sistemáticas e que, por amplificar o caráter de encontro cultural, ou seja, por um efeito de multidão, alcançam um significado político ímpar.

³ FOURQUET, François; MURARD, Lion. *Los equipamientos del poder*. Ciudades, Territorios y Equipamientos Colectivos. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1978.

⁴ BAUDRILLARD, Jean. *El otro por si mismo*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2001.

⁵ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa: Veja. 1987, p. 65. — Dispositivo é um desenho ou composto multilinear com linhas de diferente natureza, disse Deleuze neste seu livro em homenagem a Michel Foucault em que ampliou o escopo do dispositivo de poder para o de agenciamento coletivo.

Grafite e agenciamento do olhar

A atividade de artistas, grafiteiros e pichadores não pode ser reduzida à interpretação do espaço urbano a partir de elementos visuais ou traços mnemônicos e imaginários, mas deve ser inserida na complexidade da vida urbana como experiência contemporânea (Limena, 2001). A produção visual realiza o que Jameson (2005) denomina "mapeamento cognitivo". Esse mapeamento expressa um desejo de produzir, constituindo imagens capazes de fornecer um sentido de tempo e de lugar, a partir do qual pode-se construir não apenas um sentido de orientação para movimentação no espaço urbano, mas também formas de compreensão da realidade cultural e sociopolítica mais ampla.

Para entender o problema dos fluxos urbano em uma perspectiva interdisciplinar para enfrentar um caso concreto, agora passa-se tomar a série de obras dos artistas de rua em Salvador. Vale a pena tratar do caso da grafiteagem, no bairro do Rio Vermelho, como uma referência concreta para estudar a cidade e a visualidade. O grafite é um campo de múltiplas produções espaciais na metrópole brasileira contemporânea.

Os grafites, que proliferam nos muros e paredes desse bairro proeminente de Salvador, merecem a reflexão e um acolhimento crítico por servirem exatamente para problematizar o olho e o olhar no ambiente da cidade. Cabe aqui analisar a série que está sendo permanentemente recomposta como arte da rua, por ela estar tematizando o fluxo do olho no espaço urbano. Essas figurações contemporâneas são feitas por um grupo de artistas que convivem na mesma cidade e que, sendo contemporâneos, oferecem uma diversidade de reações e proposições políticas sobre a visualidade urbana. Sob diversas condições constroem um olhar diversificado que encara o contraditório da experiência social e que ultrapassa obviamente o espaço das paredes e das ruas da cidade, proporcionando uma interação simbólica muito mais ampliada, pois as ações são levadas às mídias eletrônicas, à televisão e às redes sociais.

Os artistas da cidade, fazem um trabalho de exibição de signos para a coletividade, colocando em discussão o olhar e a visualidade urbana. De um lado, eles exibem signos que criam uma estética

contemporânea, mas, por outro, estabelecem, sob forma visual, uma fricção e um olhar crítico sobre a cidade, colocando-a em crise. A constatação de que o grafite, assim como outras formas da visualidade, pode adquirir significados diferentes, que não são univocamente definidos por um ou outro enfoque está ligada ao debate teórico sobre a multiplicidade do sentido (HAMBURGUER, 2007) da realidade.

Vejam-se casos da produção do grafite. Nos muros de Salvador há uma série de grafites que merecem a reflexão e um acolhimento analítico. A série que está sendo composta por um grupo de artistas, sob diversas condições e recursos variados, está disposta em um bairro de grande circulação, o Rio Vermelho, lugar de tensões e disputas. Não se trata de um lugar de possibilidades melodicamente ajustadas, mas um bloco espacial ocupado por elementos que se integram, forçosamente, mediante conflitos.

Por sorte, para os grafiteiros, o Rio Vermelho é um bairro de Salvador que articula diversas funções sociais e políticas. Vale lembrar que, justamente por cumprir essa função cultural, o espaço atrai a participação pública e a discussão política (NAUSSBAUMER, 2007). Bem ou mal, é um lugar onde se procura conciliar os conflitos, em que, entre outras coisas, os partidos políticos inserem seus comitês eleitorais. Artistas também abrem suas salas e fazem performances públicas.

Sob as mais diversas condições os grafiteiros constroem um olhar sobre a cidade. Os artistas fazem um trabalho de exposição para os cidadãos que usam a série de grafites e pichações como uma “janela indiscreta” da rua. De um lado artistas exibem signos que criam uma mensagem sempre renovada e efêmera, por outro o público estabelece uma interação com tal mensagem e produz uma reflexão, mesmo que fugaz. Assim, enquanto um muro branco e limpo é sinal de adequação funcional, uma parede grafitada ou pichada tem outro caráter e cria uma reação. Tal como uma série de tirinhas em quadrinhos, os muros grafitados enquadram um fluxo. Esse olhar em fluxo flui de janela a janela, ônibus a ônibus, retrovisor a retrovisor.

Com que olhos desejanter se observa a cidade? O campo do desejo do passante é ocular ou escópico. O olhar se dá ao modo cinematográfico em “traveling”. As paredes de *out-door* estão estampadas por imagens, como as que se vê nas figuras a seguir a partir da fotos do autor do presente estudo. Se surge algo sobreposto ou pichado, o espectador capta o signo alterado e compõe uma interpretação visual rápida, conforme se vê na figura abaixo:

Figura 1: Cartaz com adesivo de caveira no Rio Vermelho



O olhar do cidadão, que percorre as ruas da cidade, a pé, de bicicleta ou de automóvel, tende ao acionamento rápido perante a mensagem do grafite. O fato de que o grafite está fixado sobre a parede, estendendo-se no plano vertical, compensa a velocidade do transeunte. A mensagem pode não ser entendida numa primeira olhadela, mas, se for o caso, com o tempo e as múltiplas passagens dos que circulam, uma percepção mais completa pode se efetuar.

O olho urbano que o grafite está procurando refletir no Rio Vermelho é coletivo e de algum modo toca toda a cidade. Os desenhos e pinturas dos rostos e dos olhos grafitados possibilitam que se perceba um coletivo em ação. Os grafiteiros muitas vezes atuam em conjunto na mesma parede ou muro, podendo fazer o trabalho no mesmo dia, ou em dias diferentes. Em coletivo eles formam um discurso sobre a cidade, nem sempre de modo ordeiro. Lançam um pensamento sobre a sociedade local e sobre o mundo contemporâneo.

Conhecer pessoalmente alguns grafiteiros não chega a ser totalmente necessário para quem contempla a sua produção. No contexto urbano, o espectador é personagem mais anônimo que os grafiteiros. Muitos de seus depoimentos estão bem divulgados em blogues de autor e outros serviços da internet. Basta aqui lembrar, um aspecto que se destaca nesse campo de produção visual, o autodidatismo e a auto-promoção. A conexão pode ser feita através de meios digitais, mas a rua é ainda a principal escola desses artistas. Fazem das avenidas e esquinas mostras de arte, tal como se se apresentassem em galerias do bairro.

As imagens grafitadas muitas vezes exibem olhos que se dirigem ao espectador. Uma das mensagens mais frequentes que os pichadores e grafiteiros indicam é algo assim como: “Fique Ligado”. Essa indicação pode estar sendo tematizada tanto na atenção a ser dada no campo do amor, como na luta pela sobrevivência ou contra a violência. Ainda no âmbito do olhar urbano e do

comportamento individual, outro tema recorrente é o do encapsulamento. O indivíduo urbano na cápsula (VELLOSO, 2005) com óculos escuros e ouvindo o walkman é retratado de modo a mostrar uma independência, conforme o grafite abaixo do artista conhecido como Denis Sena.

Figura 2: Grafite de Denis Sena no Rio Vermelho



Oferecendo-se, na presente comunicação, um painel dos casos observados na grafitação do bairro, pode-se tentar fazer uma primeira sistematização de tipos de olhar. Os olhos inscritos nos muros da cidade, que predominam no bairro do Rio Vermelho podem ser divididos em dois tipos, os de atração e os de repulsão.

Figura 3: Adesivo e grafite no Rio Vermelho



Seriam olhares de atração as piscadelas, os olhares de sedução e os de contemplação. Esse tipo de troca de olhar procura acentuar, por exemplo a beleza e a graça das pupilas e cílios. O olhar

repulsivo faz parte do imaginário urbano contemporâneo de evidenciar e denunciar a violência e a vigilância. Os olhos que repugnam podem ser vistos através da caveira, dos olhos de monstros agressivos e dos olhares que exibem ânsias várias. Nesse segundo tipo dos olhares repulsivos entram os olhos alucinados.

Figura 4: Dois grafites que trocam o olhar com o espectador no Rio Vermelho



Os tipos de olhos pintados nas paredes e muros da cidade tem um efeito de fluxo e refluxo. De um lado os olhos grafados na superfície vertical da cidade vem emergir da parede para o exterior. Esse fluxo permite que o espectador se sinta observado. O *punctum* barthessiano (BARTHES, 1984) é esse flash que se dispara para o espectador por meio do grafite. Provavelmente um grande efeito auto-figurativo do olhar frequenta a mente do grafiteiro ao propor uma imagem escópica. O refluxo, de outro lado, vem a ser a ativação do sentido derivado da recepção por parte do espectador. Esse espectador em parte é ativo, em parte passivo. O refluxo pode chegar a ser muito agressivo, como é o caso em que o grafite tende a ser vandalizado pelo espectador irritado. Conforme se vê em muitas pinturas de rua, um dos lugares mais atacados ou riscados dos grafites é justamente o olho.

Com esses exemplos que proliferam nas ruas de Salvador, ao longo do tempo, a cidade vai comendo-se segundo uma narrativa, na qual as paredes do bairro se inserem dentro campo das transformações metropolitanas, entre construções e corrosões. A história urbana do lugar ensina uma sucessão de eventos, como a expansão urbana, a verticalização e a degradação ambiental, já a histórica cultural da cidade vai exibindo outros efeitos e relatos visuais como no caso da grafiteagem. As transformações espaciais e culturais são processos que também se configuram e sobrepõem

enquanto sucessão de diagramas sociais e modelos de intervenção.⁶ O Rio Vermelho é muito bem comunicado espacialmente, em suas articulações com a vida da metrópole. Como se sabe, suas ligações se dão, principalmente, através da avenida Oceânica, da av. Vasco da Gama, da av. Garibaldi e da av. Juracy Magalhães.

De um modo geral, quando se observam as mudanças do lugar, tende-se a captar um sentido predominante relativo às condições que dominam o capital cultural da cidade. Mas não se pode cair no reducionismo, pois na mesma área da cidade proliferam inúmeras vozes em conflito. O modo como os movimentos grupais se manifestam varia de lugar para lugar dentro das grandes metrópoles. Uma questão que parece decisiva para Salvador é saber: quais são os significados desses fluxos e seus recorrentes impactos simbólicos? O que representam no processo de renovação quanto à inserção de cada lugar nos fluxos da cidade? Tais perguntas não podem ser respondidas de forma completa no presente comunicação, mas nem por isso devem ser deixadas de lado.

A cidade articula, nessa zona da orla, um encontro dissonante de potencialidades e realizações culturais e políticas (ZORZO, 2011). É importante constatar como, no Rio Vermelho de hoje, convergem os desejos coletivos da capital baiana e como isso se traduz em mensagens visuais nas paredes do bairro. Para melhor compreender esse tema, a grafiteagem é um acontecimento marcante nesse bairro da orla de Salvador. A questão é conhecer mais a fundo os fluxos que convergem para essa zona de Salvador e como se configuram tais movimentos e olhares. Deve-se partir para a observação dos fluxos dos desejos coletivos da cidade passam pela visualidade e pelo olhar. Como refletiu, Merleau-Ponty (2002) sobre a arte visual, o grafite contemporâneo parece recuperar um saber pictórico “que provém do olho e dirige-se ao olho” (MERLEAU-PONTY, 2002, P. 65).

Nesse lugar de Salvador, em que os olhares se cruzam, tem ocorrido a atração irresistível de uma gama de eventos. No caso da grande celebração do bairro, que é a festa do 2 de Fevereiro, em reverência à Iemanjá, o voto ou desejo do participante da festa é jogado no mar.⁷ Na festa do Rio Vermelho o desejo flui desse modo livre e sublime. A festa de Iemanjá ocorre defronte do oceano, em cujo gesto de investimento do desejo as flores são lançadas ao infinito. Os votos são remetidos

⁶ O presente trabalho foi produzido a partir de dois artigos publicados em periódico e duas mesas coordenadas nos encontros de cultura Enecult 2011 e 2012. Os artigos saíram no jornal A Tarde em janeiro e março de 2011.

⁷ Ver: VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixás*. 6. ed. Salvador: Currupio, 2009. Pierre Verger foi um grande pesquisador das festas populares de Salvador e fotografou junto à celebração anual do Rio Vermelho na década de 1950.

para as profundezas e lonjuras do sublime desejo coletivo e individual. Partindo-se da idéia de que o que flui são os desejos coletivos da capital, nesse simples ato ocorre a manifestação explícita de uma modalidade do sentimento comunitário. Esse mesmo efeito de ato livre e gratuito parece ser também encontrado nos grafites do bairro.

A pesquisa que trabalha a cidade e a visualidade, aqui relatada, se volta para a problemática das interações entre realizadores, pesquisadores e espectadores, que não se limita ao espaço urbano e atinge o campo virtual em que a imagem é registrada e torna-se objeto de reflexão. A partir de amplo material documental dos grafites, diferentes maneiras de interação na cidade. Com isso pode-se problematizar arranjos formais concretos que enfatizem seu caráter de expressão de articulações entre certos sujeitos, como os coletivos dos grafiteiros, que procuram, em alguma medida, controlar os mecanismos de construção de uma imagem de si e da sua cidade.

A atividade de grafiteiros e outros produtores artísticos não pode ser reduzida à interpretação do espaço urbano a partir de elementos visuais ou traços mnemônicos e imaginários, mas deve ser inserida na complexidade da vida urbana como experiência contemporânea (Limena, 2001). A produção visual realiza o que Jameson (2005) denomina "mapeamento cognitivo" do espaço urbano e da sociedade. Esse mapeamento expressa um desejo de produzir, constituindo imagens capazes de fornecer um sentido de tempo e de lugar, a partir do qual pode-se construir não apenas um sentido de orientação para movimentação no espaço urbano, mas também formas de compreensão da realidade cultural e sociopolítica mais abrangente.

Considerações finais

A relação entre a cidade e a vida cultural modificou-se muito nas últimas décadas, o que veio exigir novas abordagens teóricas. No presente estudo tal relação foi tratada teoricamente por meio de uma abordagem interdisciplinar os conceitos de cidade e visualidade. Para dar um exemplo de aplicação de tal concepção, procurou-se exhibir a faceta cultural da visualidade urbana tomando-se por base o exemplo da inserção da população e do movimento docente da educação pública na grafiteagem no Rio Vermelho em suas articulações com a vida da metrópole.

Entre a cultura e a política deve-se encontrar a visualidade e a avaliação de seu impacto social. Convém frisar nestas considerações conclusivas, que se encontra no grafite elementos de uma política do cotidiano que não podem ser desprezados. Talvez não seja por acaso que a grafiteagem no

sítio do Rio Vermelho, específicas forças culturais confluem intensamente durante todo o ano, a cada noite de encontro coletivo. Comparativamente, no caso das visitas ao Rio Vermelho a busca de uma exibição tem um tom e uma outra forma de intensidade cultural. O bairro chama a atenção dos soteropolitanos e dos visitantes em geral, pois acolhe associações culturais, organizações políticas, além de fornecer os espaços em que inúmeros artistas fazem performances e mostras.

Bem se sabe, nem tudo é visualidade no estudo das cidades, mas tal móvel cultural tem servido de válvula de escape criativa, como no caso do grafite no Rio Vermelho, com suas peculiaridades de fluxo e enunciação. Para concluir, convém notar que, quando se trata dos desejos coletivos que estão sendo investidos, eles ultrapassam os anseios individuais e narcisistas de cada cidadão. Salvador é uma metrópole cujos habitantes sabem bem onde aplicar o seu desejo e o explicitam, sob modalidades específicas, em suas performances públicas.

Alguns autores reconhecidos criticam, com razão, o declínio atual do espaço público em numerosos equipamentos coletivos das metrópoles. Mas a esfera pública é campo de negociações permanente. O espaço social forma um campo de conflito e negociação que certamente depende de recursos, estratégias e ações dos agentes melhor posicionados, mas nenhum componente tem o poder de dominação absoluta sobre os demais. No espaço metropolitano ocorrem fluxos que tanto permitem a expansão do capitalismo, como o contrário. Foi visto aqui, através do estudo do evento cívico multitudinário e da grafitagem em Salvador, que o investimento do desejo coletivo pode produzir novos posicionamentos políticos e despertar a criação comunicativa, mas nunca a imobilidade e a homogeneidade.

Referências

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAUDRILLARD, Jean. *El otro por si mismo*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2001.

CAIAFA, Janice. Comunicação e Diferença nas Cidades. In: *Lugar Comum*. N. 18. 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *O Anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio e Alvim. s/d. [Ed. original de 1972].

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa: Veja, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Historia de la sexualidad*. Vol. 1. La voluntad de saber. 2. ed. Madrid: Siglo Veinteuno de España, 1995.

FOURQUET, François; MURARD, Lion. *Los equipamientos del poder*. Ciudades, territorios y equipamientos colectivos. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1978.

HAMBURGER, Esther. Violência e pobreza no cinema brasileiro recente: reflexões sobre a idéia de espetáculo. In: *Revista Novos Estudos CEBRAP*. N.78. São Paulo. 2007.

JAMENSON, f. *Espaço e imagem. Teoria do pós-modernismo e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1995, p.14.

LIMENA, Maria Margarida. Cidades Complexas no Século XXI – ciência, técnica e arte. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. V.15. N.3 São Paulo. 2001.

MERLEAU-PONTY, Maurice. O Olho e o Espírito. Lisboa: Veja, 2002.

NAUSSBAUMER, Gisele Marchiori. (Org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba. 2007.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1977.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixás*. 6. ed. Salvador: Currupio, 2009.

VELLOSO, Rita. De interfaces tecnológicas e rascunhos de experiências. In: *Kriterion: Revista de Filosofia*. V.46. N.112. Belo Horizonte. 2005.

ZORZO, Francisco Antônio. *Ferrovia e rede urbana na Bahia*. Feira de Santana: UEFS, 2001.

_____. *Os Desejos Coletivos e os Fluxos da Metrópole*. In: *Anais do VII ENECILT*. UFBA. Salvador, 2011.

_____ e SAMPAIO, Eledison. Vigilância Contemporânea: o emprego do vídeo como violência na cidade. In: *Anais do VII ENECULT. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador. UFBA. 2012.

A visualidade urbana contemporânea como campo de estados interdisciplinares

Francisco Antônio Zorzo

Professor do IHAC - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos da UFBA, Doutor em Arquitetura pela UPC/ETSAB/Espanha. fazfeira@gmail.com

Resumo

A presente comunicação pretende mostrar a importância de se tratar a cidade como um objeto de estudo privilegiado dentro do campo dos estudos interdisciplinares. Por suposto, o conhecimento disponível nas diversas áreas de conhecimento sobre a cidade não pode ser descartado. Cabe sim, segundo a proposta aqui indicada, observar os fenômenos urbanos sob um outro olhar. Parece muito conveniente considerar a interação entre tecnologia, arte e ciência na constituição dos estudos sobre o ambiente urbano e sobre a produção da imagem. Nesse sentido, parece válido rever, por exemplo, as definições clássicas de cidade como centro e periferia, e da arte como cânone e modelo, a fim de se poder traçar as perspectivas que contemplem o viver a cidade e a visualidade fora de limites que se tornaram muito estreitos. Em busca da superação de uma visão redutora, a posição interdisciplinar de estudar a cidade e a visualidade do signo urbano procura entender os mecanismos de constituição de comportamentos e subjetividades. Convém, para tanto, avaliar aspectos da interação entre tecnologia, arquitetura e o urbanismo. A comunicação e informação contribuem para reconfigurar a percepção do espaço na contemporaneidade. Tendo em mente tal concepção, pode-se partir de uma referência mais concreta para estudar a cidade e a visualidade, como um campo de múltiplas produções em abordagem interdisciplinar. Para isso foi selecionada a produção do grafite nas metrópoles brasileiras. Nos muros de Salvador há uma série de grafites que merecem a reflexão e um acolhimento crítico por tratarem exatamente de problematizar o olho e o olhar no ambiente da cidade.

O presente estudo faz um mapeamento das imagens que acompanham as vias e os fluxos urbanos de uma metrópole brasileira. Com tal proposta, expressa-se um desejo de compreensão da cidade contemporânea. As imagens urbanas, sejam o grafite ou outras, constituem um sentido de tempo e de lugar, a partir do qual pode-se construir não apenas um sentido de orientação para movimentação no espaço urbano, mas também formas de compreensão da realidade cultural e sociopolítica mais ampla.

Palavras-chaves: interdisciplinaridade, conhecimento, cidade, visualidade

Introdução

O estudo da cidade sob o regime da visualidade contemporânea exige que se coloquem algumas questões iniciais: O conhecimento a respeito das cidades, que repousa nos princípios herdados de uma postura puramente disciplinar e racionalista, consegue dar conta da complexidade da cultura urbana? Na vida contemporânea, em que a visualidade toma uma dimensão estratégica, os estudos sobre a produção visual não requerem uma abordagem que leve em conta sua complexidade? Para responder a essa inquietação parece conveniente abrir o leque teórico e articular o conhecimento num campo interdisciplinar.

O objetivo deste estudo é seguir uma linha interdisciplinar para alcançar algumas observações teorizantes (VELLOSO, 2005), visando entender os modos segundo os quais as pessoas interagem e combinam suas vidas cotidianas com a experimentação e o uso espacial da arte, da mídia e da comunicação.

Podem-se utilizar saberes em relação de complementaridade, desde que mantidas as suas diferenças, de modo a constituir um consistente pensar a cidade. Assim é possível captar não apenas as dimensões objetivas e técnicas – urbanísticas, funcionais e instrumentais – do fenômeno urbano, mas também as subjetivas e artísticas. A expressão visual tornou-se uma dimensão estratégica nas sociedades contemporâneas.

Convém reconhecer a visualidade como uma produção que passa pela política, pela técnica e pela estética. Diversos campos de conhecimento ocupam posição privilegiada na discussão de específicos objetos urbanos e visuais, mas não ganham por isso uma exclusividade sobre o campo de conhecimento. Um jogo entre o visível permite que alguns temas, coletivos, agentes e performances gozam de visibilidade pública, e outros não. Aqui leva-se em consideração que visibilidade remete à percepção e capacidade de ver, enquanto que visualidade remete a uma operação visual, a um artifício de construir imagem, seja fotográfica, virtual ou de outro tipo. É esse regime de visualidade que ganha aqui maior peso na análise.

A série que está sendo composta como arte da rua, que aqui vai ser avaliada, é feita por um grupo de artistas que são contemporâneos e que convivem na mesma cidade. Sob diversas condições

constroem um olhar, que ultrapassa obviamente o espaço das paredes e das ruas da cidade, proporcionando uma interação simbólica e comunicacional.

Os artistas da cidade, fazem um trabalho de exposição para a coletividade, colocando em discussão o olhar e a visualidade urbana. De um lado eles exibem signos que criam uma estética contemporânea, por outro estabelecem sob forma visual um olhar crítico sobre a cidade. A constatação de que o grafite assim como outras formas da visualidade pode adquirir significados diferentes, que não são univocamente definidos por um ou outro enfoque está ligada ao debate teórico sobre a multiplicidade do sentido (HAMBURGUER, 2007) da realidade.

O projeto de pesquisa que trabalha a cidade e a visualidade, aqui relatado, se volta para a problemática das interações entre realizadores, pesquisadores e espectadores, que não se limita ao espaço urbano e atinge o campo virtual em que o grafite é registrado e torna-se objeto de reflexão.

A abordagem interdisciplinar aqui proposta vai na linha do Hamburger (2007) chama “de disputa pelo controle da produção da representação”. Esse enfoque serve para discutir, a partir de amplo material documental, diferentes maneiras de interagir na cidade e problematizar arranjos formais concretos em termos que enfatizem seu caráter de expressão de articulações entre certos sujeitos que procuram, em alguma medida, controlar os mecanismos de construção de uma imagem da cidade.

É muito instigante observar os fenômenos de produção do espaço urbano sob o crivo da resistência e do desejo coletivo. Em meio a um contexto, de caráter mais amplo e de certo modo mais pessimista, em que a construção da cidade cede ao sistema capitalista, esse crivo proporciona um outro olhar sobre a cidade, um olhar criativo que sobrevive às ameaças constantes da homogeneização e da globalização.

Convém aqui situar que, a presente abordagem da constituição dos signos e mensagens da vida da cidade situa o urbano entre os fenômenos políticos e culturais. Pode-se, assim, perceber elementos da contemporaneidade de modo a gerar um conhecimento que capta o fenômeno urbano não apenas nas suas dimensões objetivas e técnicas, mas principalmente, nas subjetivas e artísticas.

Tais dimensões da produção do espaço social passam pela política e pela estética. Admite-se um jogo em que a população participa do espaço público de modo relativamente livre. O espaço recebe o investimento de agentes e atores de modo a permitir que alguns temas, atos coletivos e

performances gozem de visibilidade pública, e outros não. É essa disputa pela visualidade efetiva, como um avatar em que desembocam os desejos coletivos, que ganha maior destaque na presente análise.

Em busca da superação de um viés que observa apenas o solapamento do espaço público pela comunicação das corporações e negócios, procura-se aqui entender os mecanismos alternativos de constituição de comportamentos e subjetividades. Para tal tarefa ser levada a cabo, parece conveniente avaliar aspectos da conjugação da performance coletiva com o uso do espaço urbano.

Foram escolhidos alguns modos de exibição coletiva para observar a disposição dos movimentos e das mensagens que se desenvolvem espacialmente na vida atual de Salvador. Para mostrar a forma como a população da capital baiana investe o desejo coletivo, servem de referência os grafites que estiveram estampados recentemente nas paredes da cidade. Essas manifestações coletivas marcam claramente o modo como a cidade é um ente estético, além de objeto da comunicação e da ação política

Essas referências concretas serão aqui discutidas do ponto de vista teórico do agenciamento coletivo. Procura-se aqui entender os modos segundo os quais as pessoas interagem e combinam suas vidas cotidianas com a experimentação e o uso espacial da arte e da comunicação. A performance coletiva e a comunicação contribuem para reconfigurar a percepção do espaço na contemporaneidade. A cidade não cessa de se transformar e se produzir através dos fluxos. Em função da circulação e da comunicação a cidade gera um poderoso espaço de exterioridade que se opõe tanto ao espaço privado quanto à interioridade do sujeito (CAIAFA, 2005). A heterogeneidade da experiência urbana dispersa focos de identidade e as recorrências dos posicionamentos políticos já familiares, introduzindo a diferença e evidenciando a produção de subjetividade.

Tendo em vista as recentes mudanças da cultura urbana de Salvador, propõe-se aqui uma discussão das transformações ocorridas no plano dos agenciamentos do desejo coletivo. Além dos mecanismos econômicos e tecnológicos que, logicamente, interferem nos fluxos da metrópole, no presente estudo, parte-se de uma concepção em que a vida cultural da cidade depende de determinadas condições de enunciação coletiva. Os estudos da história e da cultura da cidade demandam esse tipo de abordagem, já que a compreensão dos investimentos do desejo coletivo resulta do cruzamento de modelos culturais com o modo de participação da população nas atividades coletivas.

O objeto do presente trabalho consiste, em outras palavras, no estudo da disposição espacial dos fluxos e dos desejos coletivos no meio metropolitano. Ao estudar os fluxos de uma metrópole, é possível relacionar o processo de concentração da população em determinados eventos e lugares com o investimento dos desejos coletivos e o manejo de sua territorialidade. Através do estudo dos fluxos (ZORZO, 2011), podem ser analisadas algumas alterações pelas quais vem passando a cultura de uma metrópole como Salvador. Essa antiga capital, que se formou como sede de um dos primeiros sistemas urbanos do Brasil, mantém um papel importante no ranking nacional, em que se coloca como uma das maiores e mais dinâmicas regiões metropolitanas do país.

Aspectos teóricos relativos ao estudo da cidade e da visualidade: fluxos urbanos e a agenciamento do desejo

Muitas das possibilidades de avanço no estudo dos movimentos que confluem na cidade dependem de uma conceituação que permita conhecer as condições sócio-culturais embutidas na rede complexa de formas e diagramas que se sobrepõem no meio urbano. Um arcabouço conceitual, que tem se mostrado adequado para entender o problema da cidade e da visualidade, consiste em discutir o desejo coletivo e dos fluxos do ponto de vista teórico do agenciamento coletivo.¹

Deleuze (1987) fez uma leitura da teoria foucaultiana² do dispositivo de poder e amplia através do conceito de agenciamento coletivo. Essa abordagem filosófica tem um componente epistemológico interessantes para articular campos de conhecimento. Além disso, Gilles Deleuze e Foucault, ao seu tempo, dialogaram saberes com outros colegas de diversas feições disciplinares, sem prejuízo para nenhuma das partes teóricas envolvidas.

O agenciamento dos fluxos dependem das mudanças da sociedade, metamorfoseiam-se com o tempo e incorporam novos significados e dispõem de novos conteúdos que se somam aos antigos saberes e técnicas. Os fluxos prestam-se às atividades sociais e integram em sua funcionalidade os padrões culturais de todos os usuários formando agenciamentos coletivos. Em outras palavras, os

¹ Veja-se o livro de Deleuze, Gilles. *Foucault*. Lisboa: Veja, 1987, uma homenagem aos estudos realizados por Michel Foucault. Deleuze faz a sua leitura da teoria foucaultiana do dispositivo de poder e assimila-o ao conceito de agenciamento coletivo.

² O melhor exemplo de estudo de dispositivo está no livro *Vigiar e punir*, onde Foucault considerou a prisão com um dispositivo do poder na sociedade moderna disciplinar. Foucault percebeu que um diagrama se desenha em todo o campo social a partir da prisão em diversos graus de efetuação política. Ver também: FOUCAULT, Michel. *Historia de la sexualidad*. Vol. 1. La voluntad de saber. 2. ed. Madrid: Siglo Veinteuno de España, 1995. Ver especialmente as páginas de 99 a 125, em que o autor faz uma reflexão sobre as suas ferramentas conceituais.

movimentos obedecem à lógica social que os constitui e os enreda. No caso da grafiteagem nas paredes de um bairro em franca evidência na cidade, ocorre o agenciamento coletivo de enunciação.

Qualquer cidade é, visivelmente, um conjunto de formas que se acumulam e se dispõem espacialmente ao longo do tempo. Do ponto de vista semântico e sintático, são inumeráveis os signos que a urbe movimenta. Por isso, para tratar com um mínimo de acuidade os signos e analisar o acontecimento urbano, as pesquisas indicam a necessidade de selecionar eventos e tratá-los a partir de dois eixos temporais, o da simultaneidade e o da sucessão.

A reunião dos elementos nas duas temporalidades permite avaliar os fluxos da vida urbana e se aproximar do sentido alcançado pelo signo urbano. Parece conveniente, também, entender os fluxos como um dispositivo que se associa territorialmente, como é o caso da grafiteagem nas paredes e muros da cidade, pois assim se observa melhor como se dispõem um conjunto de práticas que giram ao redor do impulso da coletividade e que vem desenhar uma dinâmica e intrincada configuração no interior da cidade.

Quando algo ou alguém muda de posição ou de lugar, no passar do tempo, ocorre uma operação e uma metamorfose, e o objeto do movimento é requalificado e impactado por uma determinada ação. Desse modo, pode-se observar mais de perto os caracteres que compõe o conceito de fluxo. O primeiro elemento qualitativo deriva do agenciamento coletivo (DELEUZE, 1987) que se atualiza no fluxo. O fluxo seleciona e organiza o território, como um desejo coletivo que extrai as forças do trabalho e da exibição cultural. Os movimentos e as linhas de trânsito formam redes interconectadas ineludivelmente com as redes de poder e circulação de bens. Os fluxos promovem um verdadeiro agenciamento coletivo de necessidades, afetos, demandas e desejos.

Um segundo carácter do algoritmo coletivo tem um sentido mais territorial e que adere ao espaço construído. Quer dizer, em cada empreendimento ou associação, forma-se uma colméia de deslocamentos intermináveis que plasma um rastro sobre o espaço. Isso permite ver no agenciamento uma disposição para comunicar e criar mensagens com múltiplos significados. É o espaço social tomado pelo comportamento social segundo certas relações internas que alcançam algumas tendências predominantes.

Os atributos do agenciamento coletivo são reconfigurados e empacotados pelas práticas sociais ao longo da história, formando diversos usos coletivos.³ Segundo Baudrillard, acompanhando uma disposição para o movimento, a sociedade hoje já não vive mais no drama da circulação, mas sim “no êxtase da comunicação”.⁴

O plano de consistência dos agenciamentos é essencialmente espacial e temporal, ao qual se ligam outras dimensões culturais e informacionais. Mais do que tecnológicos, os fluxos são acima de tudo sociais. A partir dessa base sócio-cultural, se desdobram outros efeitos técnicos, como pensou o filósofo Deleuze.⁵ O impacto dos fluxos afeta a sociedade em vários níveis de configuração. Na contemporaneidade os fluxos são desterritorializados na circulação e na reorganização do espaço. A ampliação dos fluxos concorre com expansão da produção. No capitalismo moderno, a era da quantidade e da repetição, sintomaticamente, os fluxos concorrem para o transporte e a mídia.

No presente estudo, no entanto, os fluxos que estarão sendo observados são de outra ordem, diferentes do transporte mecânico duro. Mesmo sem deixar de participar do sistema de transporte, os fluxos aqui analisados não se restringem à funcionalidade dos movimentos do capital. Isso por duas razões, sendo primeiramente que a presente abordagem assume um ponto de vista crítico e, secundariamente, por uma escolha metodológica.

Depois de tais considerações, convém situar a abordagem do objeto empírico do presente estudo. A escolha de estudar os desejos coletivos na forma da participação popular e livre em eventos como a grafitagem das paredes da cidade por coletivos de artistas de rua. Tais ações coletivas, que serão aqui tratadas, são eventos que fogem da rotina e das atividades sistemáticas e que, por amplificar o caráter de encontro cultural, ou seja, por um efeito de multidão, alcançam um significado político ímpar.

³ FOURQUET, François; MURARD, Lion. *Los equipamientos del poder*. Ciudades, Territorios y Equipamientos Colectivos. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1978.

⁴ BAUDRILLARD, Jean. *El otro por si mismo*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2001.

⁵ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa: Veja. 1987, p. 65. — Dispositivo é um desenho ou composto multilinear com linhas de diferente natureza, disse Deleuze neste seu livro em homenagem a Michel Foucault em que ampliou o escopo do dispositivo de poder para o de agenciamento coletivo.

Grafite e agenciamento do olhar

A atividade de artistas, grafiteiros e pichadores não pode ser reduzida à interpretação do espaço urbano a partir de elementos visuais ou traços mnemônicos e imaginários, mas deve ser inserida na complexidade da vida urbana como experiência contemporânea (Limena, 2001). A produção visual realiza o que Jameson (2005) denomina "mapeamento cognitivo". Esse mapeamento expressa um desejo de produzir, constituindo imagens capazes de fornecer um sentido de tempo e de lugar, a partir do qual pode-se construir não apenas um sentido de orientação para movimentação no espaço urbano, mas também formas de compreensão da realidade cultural e sociopolítica mais ampla.

Para entender o problema dos fluxos urbano em uma perspectiva interdisciplinar para enfrentar um caso concreto, agora passa-se tomar a série de obras dos artistas de rua em Salvador. Vale a pena tratar do caso da grafiteagem, no bairro do Rio Vermelho, como uma referência concreta para estudar a cidade e a visualidade. O grafite é um campo de múltiplas produções espaciais na metrópole brasileira contemporânea.

Os grafites, que proliferam nos muros e paredes desse bairro proeminente de Salvador, merecem a reflexão e um acolhimento crítico por servirem exatamente para problematizar o olho e o olhar no ambiente da cidade. Cabe aqui analisar a série que está sendo permanentemente recomposta como arte da rua, por ela estar tematizando o fluxo do olho no espaço urbano. Essas figurações contemporâneas são feitas por um grupo de artistas que convivem na mesma cidade e que, sendo contemporâneos, oferecem uma diversidade de reações e proposições políticas sobre a visualidade urbana. Sob diversas condições constroem um olhar diversificado que encara o contraditório da experiência social e que ultrapassa obviamente o espaço das paredes e das ruas da cidade, proporcionando uma interação simbólica muito mais ampliada, pois as ações são levadas às mídias eletrônicas, à televisão e às redes sociais.

Os artistas da cidade, fazem um trabalho de exibição de signos para a coletividade, colocando em discussão o olhar e a visualidade urbana. De um lado, eles exibem signos que criam uma estética contemporânea, mas, por outro, estabelecem, sob forma visual, uma fricção e um olhar crítico sobre a cidade, colocando-a em crise. A constatação de que o grafite, assim como outras formas da visualidade, pode adquirir significados diferentes, que não são univocamente definidos por um ou

outro enfoque está ligada ao debate teórico sobre a multiplicidade do sentido (HAMBURGUER, 2007) da realidade.

Vejam-se casos da produção do grafite. Nos muros de Salvador há uma série de grafites que merecem a reflexão e um acolhimento analítico. A série que está sendo composta por um grupo de artistas, sob diversas condições e recursos variados, está disposta em um bairro de grande circulação, o Rio Vermelho, lugar de tensões e disputas. Não se trata de um lugar de possibilidades melodicamente ajustadas, mas um bloco espacial ocupado por elementos que se integram, forçosamente, mediante conflitos.

Por sorte, para os grafiteiros, o Rio Vermelho é um bairro de Salvador que articula diversas funções sociais e políticas. Vale lembrar que, justamente por cumprir essa função cultural, o espaço atrai a participação pública e a discussão política (NAUSSBAUMER, 2007). Bem ou mal, é um lugar onde se procura conciliar os conflitos, em que, entre outras coisas, os partidos políticos inserem seus comitês eleitorais. Artistas também abrem suas salas e fazem performances públicas.

Sob as mais diversas condições os grafiteiros constroem um olhar sobre a cidade. Os artistas fazem um trabalho de exposição para os cidadãos que usam a série de grafites e pichações como uma “janela indiscreta” da rua. De um lado artistas exibem signos que criam uma mensagem sempre renovada e efêmera, por outro o público estabelece uma interação com tal mensagem e produz uma reflexão, mesmo que fugaz. Assim, enquanto um muro branco e limpo é sinal de adequação funcional, uma parede grafitada ou pichada tem outro caráter e cria uma reação. Tal como uma série de tirinhas em quadrinhos, os muros grafitados enquadram um fluxo. Esse olhar em fluxo flui de janela a janela, ônibus a ônibus, retrovisor a retrovisor.

Com que olhos desejantes se observa a cidade? O campo do desejo do passante é ocular ou escópico. O olhar se dá ao modo cinematográfico em “traveling”. As paredes de *out-door* estão estampadas por imagens, como as que se vê nas figuras a seguir a partir da fotos do autor do presente estudo. Se surge algo sobreposto ou pichado, o espectador capta o signo alterado e compõe uma interpretação visual rápida, conforme se vê na figura abaixo:

Figura 1: Cartaz com adesivo de caveira no Rio Vermelho



O olhar do cidadão, que percorre as ruas da cidade, a pé, de bicicleta ou de automóvel, tende ao acionamento rápido perante a mensagem do grafite. O fato de que o grafite está fixado sobre a parede, estendendo-se no plano vertical, compensa a velocidade do transeunte. A mensagem pode não ser entendida numa primeira olhadela, mas, se for o caso, com o tempo e as múltiplas passagens dos que circulam, uma percepção mais completa pode se efetuar.

O olho urbano que o grafite está procurando refletir no Rio Vermelho é coletivo e de algum modo toca toda a cidade. Os desenhos e pinturas dos rostos e dos olhos grafitados possibilitam que se perceba um coletivo em ação. Os grafiteiros muitas vezes atuam em conjunto na mesma parede ou muro, podendo fazer o trabalho no mesmo dia, ou em dias diferentes. Em coletivo eles formam um discurso sobre a cidade, nem sempre de modo ordeiro. Lançam um pensamento sobre a sociedade local e sobre o mundo contemporâneo.

Conhecer pessoalmente alguns grafiteiros não chega a ser totalmente necessário para quem contempla a sua produção. No contexto urbano, o espectador é personagem mais anônimo que os grafiteiros. Muitos de seus depoimentos estão bem divulgados em blogues de autor e outros serviços da internet. Basta aqui lembrar, um aspecto que se destaca nesse campo de produção visual, o autodidatismo e a auto-promoção. A conexão pode ser feita através de meios digitais, mas a rua é ainda a principal escola desses artistas. Fazem das avenidas e esquinas mostras de arte, tal como se se apresentassem em galerias do bairro.

As imagens grafitadas muitas vezes exibem olhos que se dirigem ao espectador. Uma das mensagens mais frequentes que os pichadores e grafiteiros indicam é algo assim como: “Fique Ligado”. Essa indicação pode estar sendo tematizada tanto na atenção a ser dada no campo do amor, como na luta pela sobrevivência ou contra a violência. Ainda no âmbito do olhar urbano e do comportamento individual, outro tema recorrente é o do encapsulamento. O indivíduo urbano na

cápsula (VELLOSO, 2005) com óculos escuros e ouvindo o walkman é retratado de modo a mostrar uma independência, conforme o grafite abaixo do artista conhecido como Denis Sena.

Figura 2: Grafite de Denis Sena no Rio Vermelho



Oferecendo-se, na presente comunicação, um painel dos casos observados na grafiteagem do bairro, pode-se tentar fazer uma primeira sistematização de tipos de olhar. Os olhos inscritos nos muros da cidade, que predominam no bairro do Rio Vermelho podem ser divididos em dois tipos, os de atração e os de repulsão.

Figura 3: Adesivo e grafite no Rio Vermelho



Seriam olhares de atração as piscadelas, os olhares de sedução e os de contemplação. Esse tipo de troca de olhar procura acentuar, por exemplo a beleza e a graça das pupilas e cílios. O olhar repulsivo faz parte do imaginário urbano contemporâneo de evidenciar e denunciar a violência e a

vigilância. Os olhos que repugnam podem ser vistos através da caveira, dos olhos de monstros agressivos e dos olhares que exibem ânsias várias. Nesse segundo tipo dos olhares repulsivos entram os olhos alucinados.

Figura 4: Dois grafites que trocam o olhar com o espectador no Rio Vermelho



Os tipos de olhos pintados nas paredes e muros da cidade tem um efeito de fluxo e refluxo. De um lado os olhos grafados na superfície vertical da cidade vem emergir da parede para o exterior. Esse fluxo permite que o espectador se sinta observado. O *punctum* barthesiano (BARTHES, 1984) é esse flash que se dispara para o espectador por meio do grafite. Provavelmente um grande efeito auto-figurativo do olhar frequenta a mente do grafiteiro ao propor uma imagem escópica. O refluxo, de outro lado, vem a ser a ativação do sentido derivado da recepção por parte do espectador. Esse espectador em parte é ativo, em parte passivo. O refluxo pode chegar a ser muito agressivo, como é o caso em que o grafite tende a ser vandalizado pelo espectador irritado. Conforme se vê em muitas pinturas de rua, um dos lugares mais atacados ou riscados dos grafites é justamente o olho.

Com esses exemplos que proliferam nas ruas de Salvador, ao longo do tempo, a cidade vai compondo-se segundo uma narrativa, na qual as paredes do bairro se inserem dentro campo das transformações metropolitanas, entre construções e corrosões. A história urbana do lugar ensina uma sucessão de eventos, como a expansão urbana, a verticalização e a degradação ambiental, já a histórica cultural da cidade vai exibindo outros efeitos e relatos visuais como no caso da grafiteagem. As transformações espaciais e culturais são processos que também se configuram e sobrepõem enquanto sucessão de diagramas sociais e modelos de intervenção.⁶ O Rio Vermelho é muito bem

⁶ O presente trabalho foi produzido a partir de dois artigos publicados em periódico e duas mesas coordenadas nos encontros de cultura Enecult 2011 e 2012. Os artigos saíram no jornal A Tarde em janeiro e março de 2011.

comunicado espacialmente, em suas articulações com a vida da metrópole. Como se sabe, suas ligações se dão, principalmente, através da avenida Oceânica, da av. Vasco da Gama, da av. Garibaldi e da av. Juracy Magalhães.

De um modo geral, quando se observam as mudanças do lugar, tende-se a captar um sentido predominante relativo às condições que dominam o capital cultural da cidade. Mas não se pode cair no reducionismo, pois na mesma área da cidade proliferam inúmeras vozes em conflito. O modo como os movimentos grupais se manifestam varia de lugar para lugar dentro das grandes metrópoles. Uma questão que parece decisiva para Salvador é saber: quais são os significados desses fluxos e seus recorrentes impactos simbólicos? O que representam no processo de renovação quanto à inserção de cada lugar nos fluxos da cidade? Tais perguntas não podem ser respondidas de forma completa no presente comunicação, mas nem por isso devem ser deixadas de lado.

A cidade articula, nessa zona da orla, um encontro dissonante de potencialidades e realizações culturais e políticas (ZORZO, 2011). É importante constatar como, no Rio Vermelho de hoje, convergem os desejos coletivos da capital baiana e como isso se traduz em mensagens visuais nas paredes do bairro. Para melhor compreender esse tema, a grafiteagem é um acontecimento marcante nesse bairro da orla de Salvador. A questão é conhecer mais a fundo os fluxos que convergem para essa zona de Salvador e como se configuram tais movimentos e olhares. Deve-se partir para a observação dos fluxos dos desejos coletivos da cidade passam pela visualidade e pelo olhar. Como refletiu, Merleau-Ponty (2002) sobre a arte visual, o grafite contemporâneo parece recuperar um saber pictórico “que provém do olho e dirige-se ao olho” (MERLEAU-PONTY, 2002, P. 65).

Nesse lugar de Salvador, em que os olhares se cruzam, tem ocorrido a atração irresistível de uma gama de eventos. No caso da grande celebração do bairro, que é a festa do 2 de Fevereiro, em reverência à Iemanjá, o voto ou desejo do participante da festa é jogado no mar.⁷ Na festa do Rio Vermelho o desejo flui desse modo livre e sublime. A festa de Iemanjá ocorre defronte do oceano, em cujo gesto de investimento do desejo as flores são lançadas ao infinito. Os votos são remetidos para as profundezas e lonjuras do sublime desejo coletivo e individual. Partindo-se da idéia de que o que flui são os desejos coletivos da capital, nesse simples ato ocorre a manifestação explícita de uma

⁷ Ver: VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixás*. 6. ed. Salvador: Currupio, 2009. Pierre Verger foi um grande pesquisador das festas populares de Salvador e fotografou junto à celebração anual do Rio Vermelho na década de 1950.

modalidade do sentimento comunitário. Esse mesmo efeito de ato livre e gratuito parece ser também encontrado nos grafites do bairro.

A pesquisa que trabalha a cidade e a visualidade, aqui relatada, se volta para a problemática das interações entre realizadores, pesquisadores e espectadores, que não se limita ao espaço urbano e atinge o campo virtual em que a imagem é registrada e torna-se objeto de reflexão. A partir de amplo material documental dos grafites, diferentes maneiras de interação na cidade. Com isso pode-se problematizar arranjos formais concretos que enfatizem seu caráter de expressão de articulações entre certos sujeitos, como os coletivos dos grafiteiros, que procuram, em alguma medida, controlar os mecanismos de construção de uma imagem de si e da sua cidade.

A atividade de grafiteiros e outros produtores artísticos não pode ser reduzida à interpretação do espaço urbano a partir de elementos visuais ou traços mnemônicos e imaginários, mas deve ser inserida na complexidade da vida urbana como experiência contemporânea (Limena, 2001). A produção visual realiza o que Jameson (2005) denomina "mapeamento cognitivo" do espaço urbano e da sociedade. Esse mapeamento expressa um desejo de produzir, constituindo imagens capazes de fornecer um sentido de tempo e de lugar, a partir do qual pode-se construir não apenas um sentido de orientação para movimentação no espaço urbano, mas também formas de compreensão da realidade cultural e sociopolítica mais abrangente.

Considerações finais

A relação entre a cidade e a vida cultural modificou-se muito nas últimas décadas, o que veio exigir novas abordagens teóricas. No presente estudo tal relação foi tratada teoricamente por meio de uma abordagem interdisciplinar os conceitos de cidade e visualidade. Para dar um exemplo de aplicação de tal concepção, procurou-se exibir a faceta cultural da visualidade urbana tomando-se por base o exemplo da inserção da população e do movimento docente da educação pública na grafiteagem no Rio Vermelho em suas articulações com a vida da metrópole.

Entre a cultura e a política deve-se encontrar a visualidade e a avaliação de seu impacto social. Convém frisar nestas considerações conclusivas, que se encontra no grafite elementos de uma política do cotidiano que não podem ser desprezados. Talvez não seja por acaso que a grafiteagem no sítio do Rio Vermelho, específicas forças culturais confluem intensamente durante todo o ano, a cada noite de encontro coletivo. Comparativamente, no caso das visitas ao Rio Vermelho a busca de uma

exibição tem um tom e uma outra forma de intensidade cultural. O bairro chama a atenção dos soteropolitanos e dos visitantes em geral, pois acolhe associações culturais, organizações políticas, além de fornecer os espaços em que inúmeros artistas fazem performances e mostras.

Bem se sabe, nem tudo é visualidade no estudo das cidades, mas tal móvel cultural tem servido de válvula de escape criativa, como no caso do grafite no Rio Vermelho, com suas peculiaridades de fluxo e enunciação. Para concluir, convém notar que, quando se trata dos desejos coletivos que estão sendo investidos, eles ultrapassam os anseios individuais e narcisistas de cada cidadão. Salvador é uma metrópole cujos habitantes sabem bem onde aplicar o seu desejo e o explicitam, sob modalidades específicas, em suas performances públicas.

Alguns autores reconhecidos criticam, com razão, o declínio atual do espaço público em numerosos equipamentos coletivos das metrópoles. Mas a esfera pública é campo de negociações permanente. O espaço social forma um campo de conflito e negociação que certamente depende de recursos, estratégias e ações dos agentes melhor posicionados, mas nenhum componente tem o poder de dominação absoluta sobre os demais. No espaço metropolitano ocorrem fluxos que tanto permitem a expansão do capitalismo, como o contrário. Foi visto aqui, através do estudo do evento cívico multitudinário e da grafiteagem em Salvador, que o investimento do desejo coletivo pode produzir novos posicionamentos políticos e despertar a criação comunicativa, mas nunca a imobilidade e a homogeneidade.

Referências

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAUDRILLARD, Jean. *El otro por si mismo*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2001.

CAIAFA, Janice. Comunicação e Diferença nas Cidades. In: *Lugar Comum*. N. 18. 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *O Anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio e Alvim. s/d. [Ed. original de 1972].

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa: Veja, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Historia de la sexualidad*. Vol. 1. La voluntad de saber. 2. ed. Madrid: Siglo Veinteuno de España, 1995.

FOURQUET, François; MURARD, Lion. *Los equipamientos del poder*. Ciudades, territorios y equipamientos colectivos. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1978.

HAMBURGER, Esther. Violência e pobreza no cinema brasileiro recente: reflexões sobre a idéia de espetáculo. In: *Revista Novos Estudos CEBRAP*. N.78. São Paulo. 2007.

JAMENSON, f. *Espaço e imagem. Teoria do pós-modernismo e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1995, p.14.

LIMENA, Maria Margarida. Cidades Complexas no Século XXI – ciência, técnica e arte. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. V.15. N.3 São Paulo. 2001.

MERLEAU-PONTY, Maurice. O Olho e o Espírito. Lisboa: Veja, 2002.

NAUSSBAUMER, Gisele Marchiori. (Org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba. 2007.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1977.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixás*. 6. ed. Salvador: Currupio, 2009.

VELLOSO, Rita. De interfaces tecnológicas e rascunhos de experiências. In: *Kriterion: Revista de Filosofia*. V.46. N.112. Belo Horizonte. 2005.

ZORZO, Francisco Antônio. *Ferrovias e rede urbana na Bahia*. Feira de Santana: UEFS, 2001.

_____. *Os Desejos Coletivos e os Fluxos da Metrôpole*. In: *Anais do VII ENECILT*. UFBA. Salvador, 2011.

_____ e SAMPAIO, Eledison. Vigilância Contemporânea: o emprego do vídeo como violência na cidade. In: *Anais do VII ENECULT. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador. UFBA. 2012.

**ACERVO CONTEMPORÂNEO
CRITÉRIOS PARA A CONSERVAÇÃO DE UMA ARTE NOVA
ESTUDO DE CASO: ACERVO PEDRO MORALEIDA**

PENNA, Tatiana Duarte

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Artes
Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais
Área de Concentração: Arte e Tecnologia da Imagem

FRONER, Yacy-Ara

Doutora em História na USP.
Especialista em Arte e Cultura Barroca na UFOP e Conservação no CECOR-EBA-UFMG.
Professora da Graduação e Pós Graduação em Artes-EBA-UFMG.

RESUMO

O trabalho ora em desenvolvimento trata do estudo de um acervo contemporâneo – *Acervo Pedro Moraleida* – composto de pinturas e desenhos em suportes variados, no que diz respeito à sua conservação e acondicionamento. Tal estudo nos dará suporte para a elaboração de critérios capazes de subsidiar futuras intervenções em outros acervos contemporâneos, constituídos em sua maioria de materiais diversos e por vezes efêmeros, de acordo com a intenção do artista e sua poética. Essa diversidade na forma e materialidade torna sua conservação um desafio à área da Conservação-restauração.

Trataremos do conceito de coleção e de acervo como critérios de construção identitária de um conjunto de objetos carregados de significados, mediadores do mundo visível e invisível, além do lugar da memória e do não esquecimento.

Aliando pesquisa histórica e prática da Conservação, propomos uma reflexão sobre o olhar do espectador/observador diante desses objetos, como justificativa conceitual da preservação. O valor e o significado são as instâncias que garantem a manutenção da memória. Assim, objetos de coleção e acervos criam uma narrativa própria que possibilitam a modificação dos vínculos passado e presente, permitindo recordar e dar lugar ao não esquecimento.

Palavras- chave: Arte Contemporânea, Memória e Conservação.

ABSTRACTS

The work now under development deals with the study of a contemporary collection - Collection Pedro Moraleida - composed of paintings and drawings in various media, with regard to preservation and packaging. This study will give us support for the development of criteria able to support future interventions in other contemporary collections, consisting mostly of various materials and sometimes ephemeral, according to the intention of the artist and his poetics. This diversity in form and materiality makes their conservation a challenge to conservation-restoration area.

We will address the concept of collection and acquis criteria of identity construction as a set of objects laden with meanings, mediators of the visible and invisible world, beyond the place of memory and not forgetting.

Combining historical research and practice of conservation, we propose a reflection on the spectator / observer on these objects, as conceptual justification of preservation. The value and meaning are instances that ensure the maintenance of memory. Thus, collectibles and collections create a narrative itself that allow modification of links past and present, allowing remember and not give way to oblivion.

Key words: Contemporaneous Art; Memory and Conservation Science

Sabemos que a obra de arte contemporânea, tendo em vista sua complexidade, tem sido um desafio ao conservador/restaurador. Utiliza-se hoje uma gama de materiais na sua elaboração, muitos destes ainda pouco estudados e pesquisados na área da conservação, além das inúmeras combinações que caracterizam as obras híbridas. Além dos materiais e suportes empregados, lidamos também com a questão do efêmero, a intenção do artista e sua participação em futuras intervenções. *Land Art, site specific, tachismo*, instalações e arte conceitual, entre tantos outros modelos, são sistemas complexos, conceitual e materialmente.

Em todos os lugares disponíveis para receber uma obra de arte contemporânea, sejam eles uma galeria, um museu, um museu-casa ou uma coleção ou acervo particular, uma das maiores preocupações é de como conservar e intervir nessas obras, visto que alguns materiais utilizados estão predispostos a entrar em processo de degradação muito mais cedo dos que os materiais

utilizados em obras tecnicamente executadas com materiais tradicionais.

Toda obra de arte, mesmo aquelas confeccionadas em suportes habituais, sofre modificações com o passar dos anos. Conhecemos as principais alterações por quais elas passam, como a modificação nas cores; envelhecimento de suportes; desprendimento de camadas pictóricas; oxidação do verniz de proteção; alteração da capacidade de movimentação das estruturas em papel, tecido ou madeira, eventualmente previsíveis devido aos estudos que foram sendo feitos ao longo da história da restauração.

Na arte contemporânea, principalmente, no que diz respeito à utilização de materiais e suportes não convencionais, sabemos que tais obras passam por um processo de degradação muito mais rápido do que se espera. São mais susceptíveis à ação do tempo, se comportam de maneira imprevisível diante de intervenções de conservação e restauro e admitem, muitas vezes, a desagregação e a destruição da própria materialidade como parte da poética do processo.

Os materiais efêmeros, parte preponderante dessa arte, e a intenção do artista, condição primordial para se realizar qualquer tipo de intervenção, faz com que nosso modo de agir diante dessa nova forma de apresentação do objeto artístico seja motivo de reflexão constante e de extremo cuidado. Afinal, cada caso é um caso e a conservação tem que zelar pela integridade física e conceitual da obra: o paradoxo da arte contemporânea reside exatamente na concorrência dessas instâncias.

Diante de paradigmas novos, propomos através do estudo desse acervo de arte contemporânea, atualmente sob a tutela da família, construir uma metodologia pautada pela Conservação Preventiva para a gestão e preservação das obras, compostas de materiais e suportes frágeis, muitos deles utilizados como forma de experimentação artística. Ao elaborar critérios aplicáveis a essa coleção, geramos uma discussão conceitual e ao mesmo tempo uma prática em conservação, contribuindo com a ação do conservador voltados a essa tipologia de arte.

Propomos também, um olhar diferenciado sobre esse tipo de acervo, que visa resgatar uma história, seja ela coletiva ou pessoal. Um olhar capaz de perceber que o objeto desempenha o papel de mediador entre espectadores que os vêem e o mundo invisível. Podendo ser ele, o mundo imaginário, o mundo dos mortos, de amores perdidos, de lembranças e recordações. Realizar o trabalho de conservação e restauração de um objeto, coleção ou um acervo, com os olhos da alma determina as relações de valor que justificam a preservação dos acervos.

O acervo Pedro Moraleida é composto de cerca de 2200 (duas mil e duzentas) pinturas e desenhos. Porém realizamos um recorte no acervo e optamos por trabalhar com as pinturas e desenhos que fizeram parte da exposição realizada em 2002, após sua morte. Estão sendo

catalogados , cento e quarenta e cinco (145) desenhos e quatrocentas e cinquenta (450) pinturas, realizados sobre suportes de papel, tecido, metal, radiografia , de dimensões variadas. Além disso existem ainda, esculturas em gesso, escritos, revistas em quadrinhos e vinhetas musicais que encontram-se catalogados parcialmente, digitalizados, em condições razoáveis de conservação.

Pedro Moraleida era aluno de Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais . Nasceu em 1977 e faleceu em 1999. Classificado em primeiro lugar no vestibular do Curso de Belas Artes, considerado por vários críticos de arte como um dos artistas mais expressivos dessa geração de 1990. Realizou várias exposições durante sua vida . “Coisas para se fazer hoje” , exposição realizada após seu falecimento , teve repercussão em vários jornais da época.

Por que contemplar esse acervo? O acervo de Pedro tem a característica de possuir suportes diferenciados, muitos deles bastante frágeis e sem a intenção de serem permanentes. Além disso, a diversidade de materiais empregados nos faz pensar qual seria a melhor maneira de tratar um acervo tal como esse, carregado de significados e materialmente frágil.

Esse estudo vem sendo feito inicialmente através da elaboração de um banco de dados capaz de nos fornecer todas as informações relativas a obra, tais como técnica utilizada, materiais empregados, dimensões, estado de conservação, suportes . Com a criação desse banco de dados poderemos conhecer os principais materiais e suportes que Pedro utilizou para criar suas obras , o que nos dará condições para traçarmos um plano de conservação e acondicionamento mais adequado a esse tipo de obra.

Uma das maiores dificuldades na conservação de obras de arte contemporânea provavelmente é nosso desconhecimento em relação a materiais utilizados. Devido a heterogeneidade e a diversidade desses materiais ,os processos de envelhecimento e degradação dos mesmos, compostos basicamente de materiais sintéticos de formulação diversas,faz com que a conservação dessa nova arte seja complexa e difícil.

Por esse motivo, o estudo aprofundado de uma acervo contemporâneo é condição primordial para se realizar uma intervenção, seja ela de restauração ou de conservação. A importância de uma documentação completa do material utilizado irá possibilitar uma intervenção técnica justificável principalmente quando ocorre a substituição de materiais efêmeros.

Alguns tipos de intervenções em obras contemporâneas tem sido bastante difíceis. Obras monocromáticas , de superfícies lisas ou com texturas diversas,espelhadas ou translúcidas,a utilização e sobreposição de materiais que se comportam de forma diferenciada, suportes rígidos e inusitados. Obras constituídas por materiais orgânicos cuja a intenção do artista é sua finitude ou materiais como o plástico, que tem se revelado como suporte e objeto de criação artística

contemporânea.

Podemos dizer então, que a conservação dessa arte nova significa a salvaguarda do suporte que permitirá determinar quando essa arte foi feita e como ela poderá ser transmitida a gerações futuras.

Na arte contemporânea, a intenção do artista passa a ser uma das coisas mais importantes a ser considerada. Quando Brandi fala “ só se restaura a matéria da obra de arte”, esse paradigma permanece com toda sua força na intervenção de uma obra contemporânea. Assim como o ato de conhecimento , pois a singularidade de uma obra de arte depende de sua consistência material, sua historicidade e de sua autenticidade.

Pensando sobre o ato criativo, sabemos que cada obra é uma obra única e dessa maneira precisas ser tratada como tal. Por isso é necessário conhecer o material que a constitui, a técnica utilizada; conhecer por quais processos de envelhecimento esses materiais irão passar ao longo do tempo; preservar sempre a intenção do artista , que deve estar sempre documentada , principalmente no que diz respeito as intervenções e substituição de materiais efêmeros.

Além desse olhar voltado para a conservação da obra de arte contemporânea propomos um olhar diferenciado para a questão do espectador / observador diante desses objetos que compõem esse acervo. Duchamp, em uma publicação de 1965 , pondera que o ato de criar não é executado pelo artista sozinho. É o público que estabelece esse contato entre a obra e o mundo exterior. E é nesse ato de reconhecimento que muitos artistas são trazidos ao mundo visível novamente.

Refletindo um pouco sobre o acervo Pedro Moraleida , podemos dizer que esse acervo é constituído por trabalhos realizados durante sua vida enquanto aluno da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, ainda em processo de definição ou construção de seu fazer artístico. Porém sua obra foi interrompida de forma brusca, levando a sua produção artística a ocupar um novo lugar , o lugar da memória, possibilitando assim aos espectadores, diretos ou indiretos, a uma nova leitura de sua obra.

Em *Musel de la Inocencia*, Kemal Bayl, personagem principal de Orhan Pamuk, visita durante sua vida milhares de museus pequenos . E diz:

“compreendí uma vez más que em las silenciosas y diminutas casas museo em cuyo interior se incrustan los objetos del pasado como si fueran su alman, encontraba un consuelo y una belleza que me atavan a la vida”. (Orhan Pamuk,2009,p. 607)

Podemos pensar então que o acervo em questão supõe uma forma nova de apreciação. Os objetos encontrados , as imagens , os desenhos e pinturas de Pedro existem hoje como o lugar da

memória, do não esquecimento, da sua arte, seu arquivo de vida. Fazendo uma leitura poética da citação acima, poderia dizer que tais objetos existem, e por existirem como arte, o atam, Pedro, novamente a vida. Nesse novo lugar, onde permanecem todos os objetos e trabalhos que Pedro desenvolveu ao longo de sua vida, esquecemos da sensação do tempo e criamos outro espaço.

Nesse momento de reconhecimento de um acervo e de conservação desse mesmo acervo, passamos a ter um olhar diferenciado e comprometido com a memória, com o resgate de uma história.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**: tradução Denise Bottimann – São Paulo. Companhia das Letras, 1992.

Baudrillard, Jean. **O sistema dos objetos**; tradução Zulmira Ribeiro Tavares – São Paulo; Perspectiva, 2009 – 5 ed. 2009.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Tradução Beatriz Mugayar Kull. 3ª edição. Cotia. São Paulo : Atelie Editorial, 2008.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kull. 2ª edição. Cotia . Atelie Editorial, 2005;

CADERNOS de diretrizes Museológicas 1. Belo Horizonte. Secretaria do Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2000.

CASSAR, May. **Environmental Management: guidelines for museums and galleries**. London. Routledge. 1995.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural- Conceitos, Políticas, instrumentos**. São Paulo: Editora ANNABLUME-BH, 2009.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. 3ª edição, São Paulo. Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CAUQUELIN, Anne. **Arte contemporânea: uma introdução**. Tradução Rejane Janowitz .São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAUQUELIN, Anne. **Teorias da Arte**. Tradução Rejane Janowitz – São Paulo: Martins , 2005.

FERREIRA, Glória; CONTRIM, Cecília (orgs) **Escritos de artistas-anos 60 e 70**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2006.

Freire, Cristina. **Arte Conceitual** . Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora., 2006.

FRONER, Y.A.; ROSADO, A.; SOUZA, L.A. **Tópicos em conservação preventiva**. Belo Horizonte: LACICOR-EBA_UFMG, 2008

FRONER, Yacy Ara. **Os domínios da memória: um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista no campo da museologia, Arqueologia e Ciência da Conservação**. 2001 , 487 f. Tese. Faculdades de Filosofia e Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo, 2001.

GUASCH, Anna Maria. **Arte y Archivo, 1920-2010 genealogias, tipologías y discontinuidades**. Editora AKAL/Arte contemporâneo, 2011. Madri-Espanha.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN – **Cartas Patrimoniais**, 2ª edição, Rio de Janeiro, 2000.

MARTINO, Enzo di Martino. **Arte contemporânea , conservazione e restauro**. Edizione Umberto Allemandi & C. Fondazione di Venezia. 1996 . Itália.

MATERO, Frank. **Ethics and Policy in Conservation**. The GCI Newsletter, v.15, n.1, 2000.

PAMUK, Ohran . **O museu da inocência**. Tradução Sergio Flaksman – São Paulo. Companhia das Letras, 2011.

POMIAN, Krzystolf. **Colecção**. Ed Einaudi. Portugal. Lisboa. 1984

PRICE, Nicholas Stanley, TALLEY JR, M. Kirby, VACCARO, Alessandra Melucco. **Historical and**

Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage. The Getty conservation Institutet . Los Angeles. 1996.

The Getty Conservation Institute Newsletter 24.2 (fall 2009)
(acesso:<http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletter>).

_ newsletter 13.2 (summer 1998) The conservation of 20th -century Art; Two cases studies

_ newsletter vol. 20 , n.1, 2005 . From connoisseurship to thecnical Art History; the evolution of the interdisciplinary study of arts.

RAVA, Antonio. **Conservare l'arte contemporanea. Problemi,metodi,materiali,ricerche.** Ed. Electa. Milão. Itália. 2005.

RIEGL,Alois . **The modern cult of monuments. Its essence and its development.** In: PRICE, Nicholas Stanley – Historical and Philoshopical Issues in the Conservation of Cultural Heritage. Los Angeles , 1996.

RUSKIN, John – tradução Maria Lucia Bressan Pinheiro- Cotia, São Paulo;Atelie Editorial,2008.

SZMELTER,Iwona. **Theory and practice of Conservation of Contemporary Art** by Archetype , ed Ursula Scaedler-saub, 2010.

VINÃS, Salvador Munõz. **Teoria contemporânea de la restauracion.**Editorial Sintesis. Madri

VIOLLET LE DUC, Eugenne -tradução Beatriz Mugayar Kuhl. 3º edição- Cotia – São Paulo. Atelie Editorial .2006.

ARTE, CIDADE E OS DISCURSOS DA DEMOCRACIA

Luiz Sérgio de Oliveira

Professor Associado do Departamento de Arte, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes (PPGCA) da Universidade Federal Fluminense
E-mail: oliveira@vm.uff.br

Resumo:

A arte na contemporaneidade tem sido entendida como sinônimo para contaminação, permeabilidade e interação com seu entorno político, cultural e social. Para tanto, os artistas têm procurado articular suas produções em contato com as comunidades, em processos de cooperação que introduziram algo incomum à dinâmica de criação da arte, substituindo procedimentos centralizados em um ser único, tido como dotado de dons especiais – o artista - por um processo coletivo de negociações sob a injunção de interesses múltiplos, enfatizando seus aspectos democráticos. No presente estudo, procuramos articular pontos para um pensamento crítico acerca das novas práticas de arte na esfera pública, cujo escopo parece se afastar vertiginosamente de uma arte pública mais tradicional.

Palavras-chave: arte pública, cidade, democracia

Abstract:

The art in contemporary society has been understood as a synonym for contamination, permeability and interaction with its political, cultural and social surroundings. The artists have sought to articulate their productions in interaction with communities, in processes of cooperation that have introduced a new dynamics for the creation of art, replacing procedures centralized in a unique being, taken as endowed

with special gifts - the artist – by a collective process of negotiations that considers the injunction of multiple interests, emphasizing its democratic aspects. In the present study, we attempt to articulate points to a critical thought on the new practices of art in the public sphere, whose scope seems to move away dramatically from a more traditional public art.

Keywords: public art, city, democracy

1

O espalhamento da arte nos espaços públicos das cidades contemporâneas tem sido frequentemente apresentado sob a égide da democracia, independentemente de sua forma ou intenção, independentemente se essa arte assume o caráter de escultura monumental ou se é apenas um projeto / acontecimento em sua plena efemeridade. Em nome do conceito de democracia, tão caro às sociedades ocidentais, somos capazes de acreditar nas melhores intenções quando se trata de intervenções nos espaços urbanos, mesmo que venham banhadas por práticas de cunho autoritário, nas quais se cruzam interesses econômicos e/ou políticos nitidamente privados.

Certamente somos compelidos a desacreditar na ideia de que a mera instalação pública de uma escultura seja suficiente para transformá-la em “arte pública”, já que esse ato *per se* parece apenas ampliar os limites dos espaços para as práticas tradicionais da arte, sem contudo representar uma verdadeira ação desobstrutiva de acesso para um público não-iniciado aos aspectos conceituais da obra de arte. Esse ato de mera instalação de uma escultura nos espaços públicos simplesmente transfere para fora dos muros institucionais uma incompreensão consolidada por práticas de um determinado modernismo em sua ânsia de isolamento e pureza. A arte na contemporaneidade, ao

contrário, tem sido entendida como sinônimo para contaminação, para permeabilidade e interação da arte com seu entorno político, cultural e social.

Ao simplesmente ocupar os espaços públicos em uma tentativa de concretizar seus “compromissos sociais” sem, no entanto, enfrentar as tentativas de um melhor entendimento das complexidades políticas desse gesto, essa arte acaba por promover uma inequívoca privatização desses mesmos espaços, usurpando-lhe a função pública. Tal situação foi apontada pelo artista polonês radicado nos Estados Unidos, Krzysztof Wodiczko (Varsóvia, Polônia, 1943):

Tentar “enriquecer” esta galeria de arte dinâmica e poderosa (o domínio público da cidade) com encomendas e coleções de “arte artística” - tudo em nome do público – é decorar a cidade como uma pseudocriatividade irrelevante para a experiência e o espaço urbanos. Significa também contaminar estes espaços e experiência com a poluição ambiental da mais pretensiosa estética burocrática-patrocínada. Tal embelezamento significa fealdade; tal humanização provoca alienação; e a nobre idéia de acesso público provavelmente será recebida com um excesso privado. (Wodiczko, 1998:41)

2

Antes de avançarmos em nossas aproximações teóricas acerca das articulações da arte pública como prática democrática, precisamos enfrentar uma definição de “arte pública”, ancorados no pensamento de artistas e teóricos que têm se dedicado aos estudos da produção de arte contemporânea na esfera pública. Para a crítica e historiadora norte-americana Lucy R. Lippard, arte pública significa uma “arte acessível de qualquer espécie que cuida, desafia, envolve e consulta à audiência para a qual ou com a qual é produzida, respeitando a comunidade e o ambiente”. (Lippard, 1997:264)

A relevância da definição estabelecida por Lippard reside, assim nos parece, no fato de que em seu processo de produção essa arte consulta e respeita a comunidade para a qual é produzida, o que acarreta a permeabilização do processo às práticas democráticas dialógicas; mais que isso, ao afirmar que eventualmente essa produção de arte é realizada *com* a comunidade, podemos depreender que estamos diante de práticas democráticas de participação. Nesse cenário em que as comunidades são trazidas para o

centro das inquietações no próprio processo de criação, cumpre-se um deslocamento de audiências, conforme apontado por Mary Jane Jacob:

Na medida em que os artistas têm dado maior consideração à audiência no desenvolvimento de seus projetos, trazendo para dentro de seus trabalhos aqueles usualmente ausentes das instituições de arte, [...] muitos da audiência [tradicional] da arte têm se afastado. [Dessa maneira] a audiência não tem sido ampliada, mas substituída. De fato, é essa mudança na composição da audiência, e sua posição no centro criativo, que faz dessa arte pública algo tão novo. (Jacob, 1996:59)

A história da arte do século XX registra a existência de modernismos que não podem ser reduzidos ou mesmo unificados; no entanto, versões desses modernismos que podem ser entendidas como hegemônicas, lastreadas em uma perspectiva formalista da arte, aliada a uma pretensão ao universalismo e ao purismo, acabaram por relegar assuntos da esfera do cotidiano (sociais, políticos, econômicos, etc.) ao plano da lateralidade, tanto no campo da produção quanto da reflexão da arte. Isso não significa que uma produção de arte, imbricada com questões políticas e sociais, não tivesse marcado sua presença com contundência dos dois lados do Atlântico na primeira metade do século XX. O cenário artístico europeu até a década de 1950 se distinguia por uma vigorosa tendência social e humanista, na qual a produção de *Guernica* (Picasso, 1937) não pode ser entendida como uma excepcionalidade ou situação isolada. Ao longo dos anos 1950, no entanto, acompanhando o crescimento do poderio e a supremacia norte-americanos no campo militar, político e econômico, a arte norte-americana, caracterizada na época por um esvaziamento ideológico como consequência tanto das condições políticas anti-comunistas do macarthismo quanto da Guerra Fria, acabou por impor-se a uma Europa fragilizada por uma guerra recém-encerrada e ao mesmo tempo atemorizada por perceber-se como “virtual campo de batalha” para uma hipotética guerra nuclear.

Se a história do modernismo apresenta-se multifacetada, distante das reduções de textos mais apressados que tentam dar conta da vigorosa produção de arte do período, o mesmo ocorre com a história da arte pública. Conforme apontado pela norte-americana Miwon Kwon, crítica e historiadora da arte, muitos artistas envolvidos nos esforços de aproximar a produção de arte pública com suas audiências “não vêem suas

obra dentro do universo histórico da arte pública [aquele caracterizado pela inauguração de monumentos celebratórios]. Ao contrário, [esses artistas] inscrevem suas práticas – uma forma contemporânea de arte política ativista e socialmente consciente – dentro do escopo da vanguarda estética [dos anos 1960]”. (Kwon, 2002:106)

De maneira a enfatizar o descolamento e a distinção da arte produzida na esfera pública na contemporaneidade daquela arte pública mais tradicional de caráter celebratório, mesmo que não sejam mais os antigos monumentos, a *performer* e teórica norte-americana Suzanne Lacy cunhou o termo *novo gênero de arte pública* – “artes visuais que usam tanto meios tradicionais como não tradicionais para comunicar e interagir com uma audiência ampliada e diversificada acerca de questões diretamente relevantes para suas vidas”, e que está, acima de tudo, baseado no *compromisso* (Lacy, 1996:19). Para a autora, os artistas envolvidos com o *novo gênero de arte pública* “utilizam idéias das formas de vanguardas, mas acrescentam uma sensibilidade desenvolvida sobre a audiência, estratégias sociais e efetividade que é única para as artes visuais como conhecemos hoje”. (Lacy, 1996:20)

Essas práticas diferenciadas de *nova arte pública*¹ acarretaram um deslocamento do artista de sua posição de isolamento. Essa mudança de paradigma do lugar e função do artista na sociedade foi intuída por Albert Camus, falecido nos primeiros dias de 1960, para quem, “ao contrário da presunção corrente, se existe algum homem que não tem o direito à solidão, este é o artista”. (*apud* Gablik, 2002:158) Com isso, os artistas têm procurado articular seus projetos (quase não é possível falar em obra, tal o grau de desmaterialização) em estreita colaboração com as comunidades, catapultadas eventualmente para a posição de coautores.

Esses novos processos de cooperação introduziram uma dinâmica em nada habitual ao processo criativo da arte, substituindo aqueles procedimentos que eram centralizados em um ser singular, dotado de dons especiais – o artista “como uma privilegiada fonte de originalidade” (Kwon, 2002:55) - por um processo de negociações sob a injunção de interesses múltiplos. Por outro lado, essas novas configurações do processo criativo parecem empurrar o artista para a posição lateral de mediador, na qual

¹ Como prefere Mary Jane Jacob.

“o artista, acostumado a ser um produtor de objetos estéticos, agora é [transformado em] um facilitador, educador, coordenador e burocrata”. (Kwon, 2002:51)

Nessas práticas em que os encontros entre artista e comunidade podem resultar em obra permanente, efêmera ou mesmo em obra nenhuma, o processo é o que realmente importa e o que deve ser valorizado. Para Miwon Kwon, trata-se da prevalência do verbo sobre o nome; ou, conforme apontado por Suzi Gablik, “o paradigma emergente reflete a vontade de participação social [do artista]; um aspecto central do pensamento do novo paradigma envolve a mudança significativa do objeto para as relações”. (Gablik, 2002:7) Neste ponto, poderíamos pensar em um processo de inclusão social, algo que tem sido tão decantado nas relações das sociedades contemporâneas complexas com suas múltiplas periferias. Porém, neste caso específico, a inclusão social em questão trata de um profissional que tem se mantido (ou sido mantido) à margem: o próprio artista.

O campo das interações e das colaborações é rico e fértil para reflexões e debates acerca do escopo, compromissos, potencialidades, fragilidades, características e histórias da arte pública, por se tratar de território cruzado por diversos saberes, por ser ponto de confluência de várias disciplinas. Nesse cenário de práticas interdisciplinares, as aproximações tradicionais da estética não são suficientes, obrigando-nos a “desalojar a arte pública de sua guetização dentro dos discursos da estética, e que a realoquemos, pelo menos parcialmente, dentro do discurso crítico do urbanismo” (Deutsche, 1996:63); até porque, conforme notado por Miwon Kwon, “essas produções de arte tendem a tratar as preocupações estéticas e da história da arte como questões secundárias”. (Kwon, 2002:24)

De qualquer maneira, o que acreditamos mudar com essas novas práticas de arte na esfera pública é, em primeiro lugar, a ideia de que a obra de arte carrega valores e significados universais que podem simplesmente ser alocados nos espaços públicos, e assim apreendidos por todos. Ao contrário, ao perceber sua potencialidade de diálogo e expressão em conexão com as comunidades no território ampliado da sociedade, a arte busca se dedicar, através do diálogo e das negociações, ao levantamento, compreensão e atendimento de demandas e desejos dessas comunidades. Assim, as grandes narrativas do discurso da arte são abandonadas em favor de um diálogo no plano do cotidiano, em

que coisas simples são ditas de formas simples por pessoas simples - artistas que parecem se desapegar de seus mitos de genialidade -, de maneira que sejam compreendidas por pessoas igualmente simples. Neste cenário, é possível reconhecermos um processo de horizontalização da arte, em substituição a uma relação verticalizada que colocava o artista isolado, fora do alcance do mundo.

Outra mudança significativa, parcialmente enunciada acima, é o novo papel desempenhado pelo artista no processo de produção da arte. Antes, assenhoreado como o criador único da obra de arte, o artista atual define-se como aquele que media o processo de identificação dos desejos e das preocupações que permeiam o cotidiano das comunidades interagidas. Nos processos de colaboração presencia-se o desaparecimento do autor, enquanto o próprio processo passa a ser valorizado. Ou seja, diante da desaparecimento da obra assistimos o eclipse do autor, conforme estudado por Roland Barthes e Michel Foucault, através da interposição de uma autoria compartilhada e eventualmente anônima.

Ainda, uma mudança que nos parece digna de nota é aquela que atravessa o próprio processo de produção da arte. Na medida em que o projeto é desenvolvido pelo artista em contato direto com a comunidade interagida, caracterizando-se como uma prática de arte pós-ateliê, ou seja, aquela que deixa de ser exercida/desenvolvida dentro do confinamento do ateliê, a produção da arte realiza-se agora *in situ*, em uma situação na qual tempo e espaço são comprimidos entre o processo de produção, circulação e consumo da arte. Enquanto no processo mais tradicional da arte, aquele que envolve a produção de objetos de arte no ateliê, a circulação e o consumo desses objetos acarretam o deslocamento espaço-temporal desses mesmos objetos até que venham a ser exibidos para o espectador em museus ou galerias de arte, perfazendo assim (parcialmente) o ciclo da obra, nas práticas pós-ateliê dessa nova arte pública crítica não são mais as obras que se deslocam, mas os artistas que, deixando os ambientes protegidos dos ateliês, se inserem nessas comunidades para com elas (e em seus territórios) realizar projetos de arte compartilhados.

Neste cenário, os projetos – raramente obras – são desenvolvidos nos próprios locais em que são consumidos, e na maioria das vezes, a própria comunidade interagida

é coautora e o único público de arte, empurrando o “público secundário”², conforme identificado pela socióloga da arte francesa Nathalie Heinich, para uma situação de não lugar.

3

Mas afinal, qual é o público da arte pública? Quais os compromissos dos artistas quando avançam em direção aos espaços urbanos? A quem se quer atender? Quando em interação com uma comunidade, seria a própria comunidade a destinação final do processo artístico? Às vezes, para se garantir um público específico para a arte pública parece ser necessário ter uma comunidade específica como foco, com ela articulando o projeto que elegeu essa mesma comunidade como universo de produção, circulação e consumo da arte. Para Virgina Maksymowicz, “um artista sem uma audiência seria uma contradição em termos. O tipo de audiência que um artista procura se relaciona com suas aspirações. [...] Alguns canalizam seus esforços em direção a outros artistas; alguns dirigem esses esforços para os colecionadores. Outros acreditam que têm algo a dizer a uma audiência pública mais ampla”. (Maksymowicz, 1996:147)

No entanto, mesmo o termo “arte pública” parece comportar grande dissensão. Tom Finkelpearl, teórico e administrador de programas de arte pública nos Estados Unidos, notou que “a história da arte pública tem sido frequentemente contada com uma ênfase na palavra ‘arte’, e pouca consideração com o contexto público” (Finkelpearl, 2001:5), ressaltando entretanto que, “em uma perspectiva alongada, a história da arte é a história da arte pública”. Neste sentido, Finkelpearl lembra que “embora as pirâmides e as catedrais pareçam museus na atualidade, este não era o caso na época de suas criações. [...] A arte tinha um lugar e usos específicos. Remover a arte de seu lugar seria um sacrilégio – literalmente”. (Finkelpearl, 2001:15)

Essa relação até certo ponto conflituosa entre arte e público parece se instaurar com facilidade quando as práticas modernistas são transferidas *ipsis litteris* para os ambientes públicos das cidades contemporâneas, quando o artista decide desenvolver sua obra de arte com a liberdade própria de quem desconhece e quer ignorar seu

² Aquele público formado pelos fruidores tradicionais da arte.

público, em uma situação herdada de um sistema de arte que, na Europa, inventou o mercado de arte burguês. Esse mercado, alicerçado nas noções de autonomia do objeto artístico e independência do artista, “requer a abstração das próprias relações de troca” e se caracteriza por estabelecer distinções consistentes “entre a relação artista-patrono definida por encomendas específicas, e aquela artista-colecionador, que emergiu com os mercados de arte burgueses relativamente anônimos, e que introduziram a dimensão econômica da autonomia artística”. (Fraser, 2005:65) Neste sentido, muito da produção de arte transferida para os espaços públicos urbanos repetem essa abstração própria dos mercados anônimos em que os artistas produzem para consumidores que desconhecem, consumidores que aportarão no campo de fruição da arte a partir do momento em que a obra é apresentada, já pronta e acabada, não deixando qualquer espaço para intervenção ou cooperação com o artista, a quem é consagrado o direito exclusivo e inalienável da autoria.

Essas práticas e atitudes permearam o polêmico processo em torno da instalação e remoção/destruição da obra de Richard Serra - *Tilted Arc* – entre 1981 e 1989. A remoção de *Tilted Arc* instaurou-se como um divisor de águas nas práticas de arte na esfera pública, explicitando o fato de que a ocupação dos espaços públicos deveria contemplar um amplo e sensível processo de consideração dos usos desses mesmos espaços, incluindo uma negociação aberta e generosa com os praticantes desses usos. Em resumo e de forma bastante direta, as comunidades deveriam ser ouvidas, tentando-se assim afastar práticas pouco democráticas de usos dos espaços públicos.

4

Nas duas últimas décadas, projetos ambiciosos de arte nos espaços públicos têm se oferecido à sociedade em processos que abrangem consultas, colaborações e negociações com as comunidades. Isso, no entanto, não implica em afirmar que essas práticas suplantaram as experiências autoritárias que insistem em “plantar” esculturas e/ou monumentos em parques, praças e ruas das grandes cidades em caráter permanente

como homenagens ou tentativas de um embelezamento anódino. Essas práticas são, na realidade, as mais frequentes quando se articula o binômio arte-espaço público³.

A instalação de uma escultura em logradouro público traz embutido a intenção de promover algum tipo de beneficiamento para a cidade, quer seja do ponto de urbanístico, arquitetônico ou mesmo identitário; por outro lado, os artistas, ao articularem seus projetos de arte com as comunidades nos assim chamados *community-based projects*, não estão isentos dos percalços e riscos de áreas escorregadias, expostos a uma série de armadilhas e equívocos, como serem caracterizados como, por exemplo, o de serem caracterizados como “evangelistas estéticos”, conforme salientado por Grant H. Kester:

Está claro em suas preocupações com questões de melhorias tipicamente associadas com a cidade (moradores de rua, cultura de gangues, adolescentes em situação de risco, etc.), assim como a relação estabelecida entre esses artistas públicos orientados-para-as-comunidades com as várias comunidades. Conceitos como “empoderamento” e “democracia participativa” que fundamentaram a expressão política nos anos 1960 [...] estão reemergindo na retórica do artista público orientado-para-as-comunidades. (Kester, 1995)

Essas novas atitudes e práticas dos artistas diante da arte e de sua inserção na sociedade têm provocado contundentes questionamentos tanto daqueles que vêem a arte sob risco de perder sua transcendência e universalidade, imbricada nas banalidades dos contextos do cotidiano, como por aqueles interessados no aperfeiçoamento desses processos, buscando despertar nos praticantes uma consciência melhor fundamentada e uma prática mais consistente:

A arte pública não é substitutivo para a reurbanização ou o serviço social, embora os projetos possam tratar ou incluir tais funções. A arte pública, em termos ideais, cria lugares melhores, promove o prazer e talvez mesmo a esperança para seus participantes, espectadores e usuários. Mas ela não pode corrigir problemas profundos gerados pelo desemprego e pela pobreza, pela negligência em relação à educação e à saúde pública, e todas as outras doenças sociais tão flagrantemente ignoradas no momento. (Senie, 2003:48)

³ É verdade que em países como Brasil e Argentina, em decorrência da carência de vontade e de recursos específicos, raramente as cidades recebem obras de escultura. Mais recentemente, tanto artistas brasileiros como argentinos, através de coletivos de arte, têm levado seus projetos para os espaços públicos das cidades nos dois países, invariavelmente em instalações temporárias que muito revelam da real situação de seus cenários artísticos, não chegando a se configurar como uma opção ou convicção estética e/ou ética.

5

O artista polonês, radicado nos Estados Unidos, Krzysztof Wodiczko, é um desses artistas que têm se dedicado consistentemente a articular seus projetos de arte com as comunidades. Mundialmente reconhecido pelo emprego de alta tecnologia na projeção das imagens, Wodiczko visa criar um canal para que as comunidades por eles escolhidas, em geral comunidades que vêm sendo excluídas e silenciadas nos processos de poder, possam expressar suas angústias, anseios e desejos. Wodiczko trabalha com a perspectiva de que “os artistas estão em uma posição especial para contribuir para esta investigação de novas formas de democracia”. Para o artista polonês, professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT), os artistas

precisam entender, como a maioria dos ativistas políticos e sociais entendem, que o espaço público é um espaço minado e monopolizado pelas vozes daqueles que nasceram para falar e foram preparados para tanto. Primeiro, isto se dá ao custo daqueles que não podem falar porque não têm a confiança de que serão ouvidos. Historicamente, eles têm boas razões para não estarem confiantes. Segundo, eles não possuem uma linguagem articulada. Terceiro, frequentemente eles estão trancados em um silêncio pós-traumático (Phillips, 2003: 33-36).

As preocupações de Wodiczko têm girado em torno da necessidade de criar condições de expressão para aqueles que excluídos dos discursos públicos, entendendo que eles têm uma contribuição fundamental para o entendimento dos processos democráticos e de seu aperfeiçoamento, uma vez que “têm experimentado objetivamente os fracassos e a indiferença da democracia” (Phillips, 2003: 36). O artista tem desenvolvido seus projetos em diferentes cidades ao redor do mundo articulando arte, tecnologia, política, comunidades e democracia, na busca por criar “mecanismos de empoderamento para aqueles que não têm sido ouvidos, mesmo que tenham muito a contar e a testemunhar, a partir de suas histórias de vida” (Oliveira, 2010: 130), em criações que trazem “esses oradores não-ouvidos, não-visíveis e não-convidados para o espaço público” (Phillips, 2003: 36). Em seus projetos, o artista recorre a tecnologias avançadas no sentido de desenvolver dispositivos protéticos para esses indivíduos silenciados, de maneira que possam “mais efetivamente quebrar o silêncio” (Phillips, 2003: 38).

6

Em 1999, Krzysztof Wodiczko desenvolveu um projeto como parte das celebrações em torno do aniversário do primeiro ataque nuclear da história, na cidade de Hiroshima, Japão, que deixou mais de 250 mil mortos, somando-se os que morreram na explosão àqueles que morreram das sequelas da exposição à radiação. O projeto de Wodiczko para Hiroshima foi realizado sobre o Memorial da Paz, localizado na beira do rio Ota, e se desenvolveu em torno da ideia de reatualizar o *A-Bomb Dome* (a Cúpula da Bomba Atômica), uma das poucas estruturas edificadas que resistiram ao bombardeio, junto ao epicentro da explosão:

[A ideia era] reanimar [o monumento] com as vozes e gestos dos habitantes de várias gerações da Hiroshima atual, começando com aqueles que sobreviveram ao bombardeio, que presenciaram-no; seus filhos, que talvez ainda se lembrem; seus netos e bisnetos. Enfim, todas essas gerações de alguma maneira conectadas através dessa projeção, não estão necessariamente em acordo com os termos pelos quais o bombardeio é importante, e da maneira como o significado daquele bombardeio se conecta com suas experiências atuais. A precipitação radioativa da bomba é física e psicológica (PBS, Art: 21, 2005).

Na elaboração de *Hiroshima Projection*, Krzysztof Wodiczko teve que enfrentar algo comum a todos os artistas que necessitam se relacionar com comunidades que desconhecem: como penetrar em universos que lhes são estranhos e ao mesmo tempo conquistar a confiança daqueles com que pretendem interagir, de maneira a estabelecer relações profícuas para um projeto de arte desse tipo, sem o que o projeto se torna inviável. No caso de Hiroshima, Wodiczko enfrentou outra dificuldade dos sobreviventes, tornando-se em uma forte barreira: “foi um desafio superar um silêncio imposto pela própria comunidade” (Phillips, 2003: 38).

Para romper o silêncio autoimposto pelos sobreviventes da tragédia de Hiroshima e por seus descendentes, Wodiczko usou de extrema cautela na aproximação com as associações dos sobreviventes na busca de instauração de uma relação de

confiança, para que, a partir desse ponto, os sobreviventes pudessem relatar suas histórias de vida.

Essa não foi a única dificuldades enfrentada pelo artista polonês em seu projeto em Hiroshima, assim como em outros que vêm realizando em articulação com diferentes comunidades; situações que exigem um manejo e atenção especiais por parte dos artistas. A historiadora da arte norte-americana Patricia C. Phillips lembra que “os artistas são criticados com frequência por penetrarem a comunidade e, inconsciente ou deliberadamente, usar um grupo de pessoas para executar um projeto” de arte (Phillips, 2003: 40), ao que se acrescenta a crítica de Grant Kester, historiador da arte e professor da Universidade da Califórnia, San Diego, que questiona “a retórica dos artistas comunitários que se posicionam como o veículo para uma expressividade não-mediada da parte de uma comunidade”, o que pode acarretar em uma “apropriação abusiva da comunidade para a consolidação e a promoção da agenda pessoal do artista” (Kwon, 2002: 139).

Além desses riscos que são partilhados por todos os artistas que se aproximam de comunidades com a intenção de arte, o artista polonês se expõe a outras formas de risco, “uma vez que seus projetos envolvem memória e traumas, como no caso do projeto *Hiroshima Projection*, por envolverem comunidades violentamente marcadas pela dor, tanto no plano individual como no coletivo” (Oliveira, 2010: 133). O artista relata seus mecanismos de defesa para evitar maiores danos psicológicos pessoais no que poderia se configurar como um processo de transferência da dor à qual se expõe:

Eu preciso fazer esboços; eu preciso da certeza de que o corpo do orador caberá corretamente na estrutura do monumento [sobre o qual a imagem do orador será projetada], de maneira que eles fiquem integrados. Por outro lado, com o tempo me dei conta de que deveria haver outra razão para que eu ficasse tão ocupado com esses desenhos; na verdade, preciso manter certa distância do que as pessoas falam. De alguma maneira, o processo de fazer esboços serve para manter minha própria sanidade, uma vez que não consigo me aliviar do que ouço. Para qualquer um que ocupe minha posição, esse processo disparará suas próprias experiências e, talvez, traumas. Assim, eu preciso de algo como um anteparo, uma proteção. Para eles [os participantes], esse anteparo é a câmera; para mim, talvez seja o caderno de esboços (PBS, Art: 21, 2005).

Com *Hiroshima Projection*, o artista polonês permanecia firme em sua proposição de articular sua arte em franca fricção com questões políticas, distanciando-se do plano e das preocupações tradicionalmente identificadas pela estética da arte. No entanto, os processos de articulação e conexão comunitárias empreendidos por Wodiczko em suas experiências artísticas são consistentes com a dinâmica contemporânea de arte na esfera pública que cede o espaço central, tradicionalmente reservado ao artista, para que populações marginalizadas, com pouca ou nenhuma representação nas esferas de poder, tenham a oportunidade de expressar suas preocupações, anseios e infortúnios. Ou conforme expresso pelo próprio Krzysztof Wodiczko, artista que teve uma infância violentamente marcada pelas escabrosidades militares, políticas, sociais e psicológicas que ultrajaram a Europa por um longo período entre a 2ª Guerra Mundial e o fim da Guerra Fria:

Existe uma sociedade de pessoas maltratadas que precisa ser assistida em vez de negligenciada. E eu acredito que posso ser um agente que contribua para este processo de mudança. Houve um tempo em que as pessoas, por ameaça ou medo das consequências políticas, permaneciam em silêncio. Agora elas podem falar sem medo. Elas podem falar em favor de vítimas potenciais, assim como aos perpetradores da violência. O silêncio acabou. Elas encontraram o meio de falar tanto aos vencedores quanto às vítimas. (Phillips 2003, p. 37)

7

Essas práticas de arte desenvolvidas em estreito processo de colaboração com as comunidades têm, cada vez com maior intensidade, deixado o ambiente de lateralidade no cenário contemporâneo da arte para alcançar certo protagonismo na dinâmica da arte. Por outro lado, essas práticas têm suas assunções sendo questionadas sob vários ângulos e perspectivas críticas, o que seguramente ajudará seus praticantes a encontrar respostas mais sólidas e consistentes para que, a partir de suas preocupações, atitudes e experiências, se instaure um paradigma mais democrático para as práticas de arte na esfera pública.

Referências bibliográficas:

- Deutsche, Rosalyn, *Evictions: Art and Spatial Politics*, Cambridge, Mass., The MIT Press, 1996.
- Finkelpearl, Tom, *Dialogues in Public Art*, Cambridge, Mass., The MIT Press, 2001.
- Fraser, Andrea, *Museum Highlights: The Writings by Andrea Fraser*, Cambridge, Mass., The MIT Press, 2005.
- Gablik, Suzi, *The Reenchantment of Art*, Nova York, Thames and Hudson, 2002.
- Jacob, Mary Jane. An Unfashionable Audience. In: LACY, Suzanne (ed.). *Mapping the Terrain – New Genre Public Art*. Seattle, Wash.: Bay Press, 1996.
- Kester, Grant H. Aesthetic Evangelists: Conversion and Empowerment in Contemporary Community Art. *Afterimage*, janeiro de 1995. Disponível em http://findarticles.com/p/articles/mi_m2479/is_n6_v22/ai_16737233.
- Kwon, Kwon, *One Place after Another: Site-Specific Art and Locational Identity*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2002.
- Lacy, Suzanne (ed.). *Mapping the Terrain – New Genre Public Art*. Seattle, Wash.: Bay Press, 1996.
- Lippard, Lucy R. *The Lure of the Local: Senses of Place in a Multicultural Society*. Nova York: New Press, 1997.
- Maksymowicz, Virginia. Through the Back Door: Alternative Approach to Public Art, In: LACY, Suzanne (ed.). *Mapping the Terrain – New Genre Public Art*. Seattle, Wash.: Bay Press, 1996.
- Oliveira, Luiz Sérgio de. “Arte e tecnologia: a obra de Krzysztof Wodiczko e os discursos da democracia”. In: Vinhosa, Luciano (org.). *Horizontes da arte: práticas artísticas em devir*. Rio de Janeiro: Nau, 2010.
- PBS (EUA). *Art:21 - Art in the Twenty-First Century – Session Three (Episódio Power)*, DVD - produção da PBS, Estados Unidos, 2005.
- Phillips, Patricia C. Creating Democracy: A Dialogue with Krzysztof Wodiczko. *Art Journal* (College Art Association), v. 62, no. 4, p. 32-47, inverno de 2003.
- Senie, Harriet F. Responsible Criticism: Evaluating Public Art. *Sculpture*, Nova York, v. 22, n. 10, dezembro de 2003, p. 44-49.
- Wodiczko, Krzysztof. Strategies of Public Address: Which Media, Which Publics?. In: Foster, Hal (ed.). *Discussions in Contemporary Art*. Nova York: The New Press, 1998.

CIDADE E CIBERESPAÇO: ESPAÇOS PARA UMA REFLEXÃO DA CONTEMPORANEIDADE

FRAGA DA SILVA, Karina Galli

Jornalista e Mestranda do Programa de Pós-graduação de Estudos da Cultura Contemporânea (ECCO) da Universidade Federal de Mato Grosso

LIMA E GOMES, Icléia Rodrigues de

Professora Doutora e orientadora do trabalho

RESUMO:

Este artigo apresenta uma leitura do ciberespaço enquanto espaço de trânsito entre as pessoas, que por lá transitam em busca de comunicação, entretenimento e (ou) trabalho. A proposta é abordar este aspecto do cotidiano e do contemporâneo na perspectiva teórica de José Machado Pais e Michel Maffesoli, cujos trabalhos destacam a relevância da cidade e do cotidiano enquanto objetos de estudo. Esta reflexão visa problematizar o ciberespaço a partir de observações espontâneas: expressões comportamentais, lingüísticas, imagéticas, que refletem o modo de este espaço se fazer e se dizer. Desta forma, é possível aproximar as metodologias utilizadas para analisar a cidade para analisar também o ciberespaço, essa espécie de “cidade virtual”.

Palavras-chave: ciberespaço, cidade virtual, imagem.

ABSTRACT: This paper presents an understanding of cyberspace as a space of traffic among people, who are searching for communication, entertainment and (or) work. The proposal is to approach this aspect of contemporary and everyday life bearing in mind the perspective of José Machado Pais and Michel Maffesoli, whose work highlight the importance of the city and everyday life as objects of study. This reflection aims to problematize the cyberspace from spontaneous observation: behavioral, linguistics, imagery expressions, which show the way this space speaks itself. By doing so, it's

possible to approximate the methodologies used to analyse the city to analyse the cyberspace as well, this kind of “virtual city”.

Keywords: cyberspace, virtual city, image

O apressuramento da vida nas cidades

O cotidiano, enquanto objeto de estudo, apresenta uma diversidade de fenômenos sociais a ser desvelados. A monotonia dos atos repetidos diariamente e a eterna busca por algo maior nos deixa cegos diante da riqueza e fertilidade deste campo como potencial criador de conhecimento. A proposta da sociologia do cotidiano de estudar o aparente marasmo do dia a dia, de se preocupar com as miudezas do tecido social, do comportamento dos indivíduos tomados isoladamente e também analisá-los enquanto grupo, me parece instigante e em última instância, reveladora. Exige, no entanto, um exercício diário de estranhamento e uma habilidade de observação perspicaz, atenta a detalhes por vezes já incorporados ao imaginário social do “trivial” e “sem atributos epistemológicos”. A questão não é estranhar o espetacular, o exótico, mas se intrigar com o banal.

Segundo José Machado Pais (2010, p.39), o sociólogo do quotidiano “tem de se assumir como um atento observador destas novas realidades, actuando à imagem de um detective decifrador dos enigmas da cidade e do que nela se passa quando nada parece passar-se”. Michel Maffesoli (2008, p.5) entende que a função do pesquisador é ver algo que está ao mesmo tempo oculto e flagrante. Este é o desafio da sociologia do cotidiano, “revelar a vida social na textura ou na espuma da aparente rotina de todos os dias” (PAIS, 2003, p.3)

Nessa perspectiva, a análise da cidade pode produzir inquietações e, a partir destas, é possível criar uma leitura desse espaço. Leitura essa que se constrói através de fragmentos da cidade, de pequenos gestos, olhares, movimentos, que nos conduzem ao todo complexo. O insignificante, o frívolo e o banal, tudo merece atenção. A proposta da metodologia do formismo de que fala Maffesoli abarca esses aspectos. “Pode-se imaginar que cada fragmento é em si significativo e contém o mundo na sua totalidade. É esta a lição essencial da forma. É isto o que faz da frívola aparência um elemento de escolha para compreender um conjunto social” (MAFFESOLI, 1996, p.141).

Pais se debruçou na análise da cidade e explorou a desordem e o caos para descobrir os sentidos que irrigam o corpo social: “o caminhar pela rua, trocar idéias, dizer bom dia, estar na fila da espera de um estacionamento, tomar um cafezinho” (2003, p.48), são esses fatos anônimos que constituem o social e dão sentido à existência. Uma das leituras da cidade propostas pelo autor está relacionada à velocidade da vida urbana em detrimento dos relacionamentos pessoais. As “dolências e indolências” da cotidianidade fariam da metrópole um lugar cujo lema seria cada vez mais “dar nas vistas e não dar ouvidos”. Ou seja, o paradigma da lentidão que caracterizava as sociedades arcaicas dá lugar ao paradigma do encontrão¹ nas sociedades modernas, cujo resultado é o esgotamento nervoso e a fadiga mental dos indivíduos.

O encontrão, explica o autor, retrata o sentido de ir contra ou em contra alguém. A etimologia da palavra, derivada do latim *incontra*, remete para a descoberta, mas também para o choque. O apressuramento da vida urbana e a eterna falta de tempo seriam tentativas de explicar a proeminência do olhar na modernidade. O corre-corre diário nos faria assumir uma postura indiferente em relação aos demais, e a escuta não seria contemplada. “Hoje, com o apressuramento da vida, as orelhas moucas fogem dos contadores de histórias, não há tempo para as memorizar nem para as recriar nos confins da recordação” (PAIS, 2010, p.40). Esse comportamento, para o autor, seria visível em todas as esferas da sociedade: em casa, na rua, no trânsito, no trabalho. Não há tempo para ouvir o outro. Simmel havia comparado o ritmo de vida na metrópole com a vida rural e havia constatado um ritmo mais lento, mais calcado nas relações afetivas:

A metrópole exige do homem, enquanto criatura discriminadora, uma quantidade diferente de consciência que aquela que lhe é exigida pela vida rural; aqui o ritmo da vida sensível e mental flui mais uniformemente, segundo um ritmo mais lento, feito sobretudo de hábitos. É assim que o caráter intelectualista da vida mental urbana se torna compreensível – em contraste com a vida das pequenas cidades, que assenta mais no sentimento e nas relações afectivas. (SIMMEL, 2004, p.76)

A hiperatividade das crianças, o desgaste dos pais, a intolerância dos motoristas: fenômenos sociais decorrentes do paradigma do encontrão.

A cidade é uma rica arena de acontecimentos que se repetem diariamente sem serem notados. Questões micro são refletidas no macro e traduzem formas de pensamento, estilos de vida e de uma época. Ao pensarmos a cidade atual no contexto

¹ O autor localiza este evento em finais do século XIX (PAIS, 2010, p.50)

de desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação, é possível afirmar que a cidade se virtualizou. E isso pode ser visto em várias áreas: na economia, com as trocas mercantis ocorrendo *on-line*, na política, com a opção de acompanhar os gastos públicos e a atuação governamental pela internet, como nos portais da transparência, e na vida social, com as relações se dando no âmbito virtual dos blogs, chats, e sites de redes sociais.

Diante deste cenário e confrontando o entendimento de José Machado Pais sobre o ritmo de vida na cidade, há uma inversão dos paradigmas anteriormente citados proporcionada pela internet², que já faz parte do dia a dia de dois bilhões de pessoas³.

O elogio à lentidão do ciberespaço

A inversão dos paradigmas propostos por Pais acontece porque no ciberespaço, o espaço de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores, no dizer de Pierre Lévy, a noção do tempo e espaço é outra: visitando páginas e páginas, linkando hipertextos que conduzem a novas telas, com vídeos, fotos, textos, entrando em contato com pessoas (des) conhecidas etc, a expressão espaço-temporal não se apresenta linearmente, mas numa outra dimensão, a de um círculo ou de um ciclo. Essa é a característica marcante deste espaço, rizomática por excelência, “que conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza, põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos” (DELEUZE;GUATARRI, 2006,p.32).

É nesse espaço multiterritorializado que o vitalismo pós-moderno se apresenta com força. Interligados por cabos de fibras óticas, os internautas apreciam cada instante: os games, os chats, os blogs, os vídeos, as fotos, tudo tem sentido nesse estar-junto para nada. Um nada que não é físico, mas como lembra Maffesoli, “toca o outro”. Nesse contexto, o que se quer não é apenas “dar nas vistas”, como proposto por Pais enquanto

²Optou-se pela grafia de internet com letra minúscula, por entender que esta palavra é um substantivo comum, não um nome próprio. Cf. MARKHAM e BAYM 2009, p.VII apud FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p.23)

³De acordo com a União Internacional de Telecomunicações (UIT), havia 250 milhões de usuários de internet em 2000. Em 2011, esse número ultrapassou os dois bilhões. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/01/numero-de-usuarios-de-internet-no-mundo-alcanca-os-2-bilhoes.html>. Além disso, em 2011, de cada 100 habitantes, 32, 5 eram usuários da internet, segundo o Relatório de Metas de Desenvolvimento do Millenium das Nações Unidas. Disponível em: < <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srid=608&crd=>>. Acesso em 10 de julho de 2012.

lema do paradigma do encontrão. Além de ser vistos, os transeuntes do virtual querem ser escutados.

As frases do perfil dos sites de redes sociais, os vídeos postados, os blogs, todos querem ser escutados, compartilhar as alegrias, tristezas, emoções, só para se sentir vivos e comungarem do mesmo divino. São essas práticas, que parecem desprovidas de sentido, que fazem com que o tempo se imobilize para os participantes da festa virtual. A lentidão marcante de um tempo arcaico retoma vigorante e “hoje vemos despontar um elogio da lentidão, incluindo a ociosidade. A vida não é mais que uma concatenação de instantes imóveis, de instantes eternos, dos quais se pode tirar o máximo de gozo.” (MAFFESOLI, 2003, p.8).

Maffesoli trata desse tempo. O tempo das tribos⁴. Essa nova socialidade⁵, diferentemente do que prevaleceu nos anos 70, diz o autor, se trata menos de se agregar a um grupo, a uma família, ou a uma comunidade do que o ir e vir de um grupo a outro. “Contrariamente à estabilidade induzida pelo tribalismo clássico, o neotribalismo é caracterizado pela fluidez, as reuniões pontuais e a dispersão” (MAFFESOLI, 1998, prefácio). Se antes a identidade era fixa e condicionava o sujeito a ser uma coisa ou outra, na pós-modernidade é possível ser uma coisa e outra. Isso possibilita a dinâmica de entrada e saída das tribos sem nenhum prejuízo. Fala-se menos em identidade e mais nos processos de identificação. Neste sentido, o princípio da individualização está superado.

A socialidade de que fala o autor pode ser vista na internet, mais especificamente em sites de relacionamento. Fugindo para novas formas de estar-junto, os internautas encontram força agregadora para transgredir, viver intensamente o instante lúdico e onírico e assim se desprender de uma vida toda planejada. A ruptura de uma linearidade, própria da vida urbana, permite fundar algo novo e se desterritorializar. O nomadismo, a errância que caracteriza a pós-modernidade possibilita liberdade de não estar preso a uma identidade fechada sobre si mesma, mas de ser duplicidade, de ir e vir por tribos das quais me identifico. Nesse sentido, só temos

⁴A noção de tribo proposta pelo autor não está relacionada à visão antropológica clássica do termo. Diferentemente da estrutura mecânica da sociedade moderna, onde a organização dos indivíduos se dá a partir da função de cada um e as classes se apóiam numa lógica de identidade, a metáfora da tribo empregada por Maffesoli trata do processo de desindividualização, da saturação da função e da valorização do papel que cada pessoa (persona) representa dentro de uma estrutura orgânica, onde tribos afetuais e não grupos contratuais interagem. O neotribalismo pratica uma solidariedade orgânica que vai de encontro à solidariedade mecânica racional.

⁵Maffesoli distingue a sociabilidade simples, relativa à polidez, aos rituais, civilidade, vizinhanças à socialidade mais complexa relativa à memória coletiva, simbólica, ao imaginário (1996, p.160)

valor pelo fato de pertencermos a um grupo e pouco importa se esta ligação é real ou fantasmática.

O ideal moderno⁶ que preconizava a organização racionalista da sociedade a partir de uma cultura científica, calcada na capacidade de planejar e antecipar o futuro promoveu um desencantamento do mundo. Essa crise das grandes narrativas – Estado, nação, utopia – abriu espaço para o cotidiano e suas micro-narrativas. Nele, a vida “sem qualidade” e os vínculos sociais começam a fazer sentido e ser aceitos enquanto estilo de vida. O destino, o caos, são incorporados e dão vez a uma “tragicidade” nietzschiana própria do aqui e agora, que valoriza o presente como fonte de prazer. Segundo essa concepção, há uma integração da morte, um viver a morte todos os dias. Do amanhã não se sabe e nem há projetos para ele. A idéia do *carpe diem* ilustra essa noção do presenteísmo.

O drama moderno nos faz culpar a nossa incapacidade de gerir o tempo, de fazer bom uso dele. Vivemos justificando o que fazemos agora – o tempo que perdemos com algo que não apreciamos, por exemplo – por entender que no futuro as coisas serão diferentes. Como afirmou Pais acerca das cidades, “nas filas de trânsito, por exemplo, o desespero da espera significa uma valorização do tempo futuro em detrimento do tempo que passa. Ocorre, então, o sacrifício do presente, cuja outra face pode ser a alienação de si mesmo” (PAIS, 2010, p.32). Tudo está calcado sobre o drama existencial ou político, ou seja, sobre um processo de educação que conduz à autonomia individual e ao contrato social. Em oposição a esse drama, o trágico desponta como característica contemporânea que permite viver e aceitar intensamente o presente sem se preocupar com o futuro.

A raiva calma do presente, o desejo de viver sem se preocupar muito com o futuro é, certamente, a modulação contemporânea dessa constante antropológica que é o trágico. O que será feito amanhã pouco importa, posto que podemos gozar, aqui e agora, o que se apresenta: um belo acontecimento, uma paixão amorosa, uma exaltação religiosa ou a serenidade do tempo que passa. (MAFFESOLI, 2003, p.47)

⁶Maffesoli, diferentemente de Pais, trata da pós-modernidade e não da modernidade. Para ele, a grande mudança de paradigma entre os dois “tempos” seria a passagem de um mundo egocentrado para outro *locus* centrado. No primeiro caso – a modernidade que se acaba-, a primazia é concedida a um indivíduo racional que vive em uma sociedade contratual; no segundo – a pós-modernidade nascente -, o que está em jogo são grupos, “neotribos” que investem em espaços específicos e se acomodam a eles. (MAFFESOLI, 1998, p.8)

Essa é a lição do mito dionisíaco, figura emblemática que cristaliza o vitalismo proteiforme, o amor pela natureza, a busca das paixões borboleteantes a ética do instante enquanto centralidade da vida, o desejo de aproveitar o aspecto efêmero das coisas, reconhecendo o imprevisível, e aceitando-o num movimento transcendente que não tem necessidade de objetivo exterior e distante para dar o melhor de si.

A concepção cíclica do tempo que constitui a vida corrente de nossas cidades, segundo Maffesoli, não obedece à linearidade mecânica do tempo cronológico, do rigor imediatista do “tudo deve ser entregue à mão” ou ser “entregue na hora”, “chegar em cima da hora” (PAIS, 2010, p.31). Há na dinâmica circular, espiralada, um movimento cíclico que faz referência a um tempo mítico, um tempo de contos e lendas. A volta do arquétipo, os usos e costumes, os mitos e os ritos nos remontam ao que propunha a sociedade pré-moderna e é possível que seja isso o que retome importância na pós-modernidade. “Ao linearismo seguro da história sucede o ciclo, ou a espiral, do destino (MAFFESOLI, 2003, p.10). Na frente da tela do computador, o tempo passa sem que nos demos conta. É difícil sair dali, deixar esse espaço lúdico que nos coloca diante do grupo da qual pertencemos e nos permite viajar nas ondas da rede. É possível estar ali e aqui ao mesmo tempo: conversar, aprender um idioma, conhecer novos lugares, novas pessoas, fazer compra. E é por isso que há uma valorização desses momentos, pois são eles que conferem presença à vida. Essas características são ainda depreciadas ou marginalizadas pelos que defendem um ponto de vista estritamente racionalista.

O deslocamento de importância que está ocorrendo, de uma ordem social essencialmente mecanista para uma estrutura complexa, a dominante orgânica, substitui a História linear pelo mito redundante. São as histórias particulares que interessam e que permitem às sociedades uma perdurância, uma vez que a vivência individual se inscreve em um conjunto que só tem valor porque participa de um todo. É a partir do local do território, da proximidade, que se determina a vida de nossas sociedades.

Ao contrapor o arcaico ao moderno, Pais (2010, p.64) diz que “os modos de vida encontravam-se fortemente estruturados em função de uma pertença rígida de classe social. Hoje, as assimetrias e desigualdades sociais persistem mas os estilos de vida são menos rígidos. Os modos de vida tendem para a individualização”. Contrariamente à ideia da individualização, Maffesoli vê na contemporaneidade a criação de uma alma coletiva, na qual as atitudes, as identidades e as individualidades se apagam. Ele diz que toda vida individual é limitada e é essa limitação que permite existir no grupo. A vida em grupo permite-nos, portanto, sentir-se em correspondência com os outros. A volta do

arcaísmo, por outro lado, é o que caracteriza a pós-modernidade: “Sinergia do arcaísmo e do desenvolvimento tecnológico. É a única definição que me permite dar conta da pós-modernidade” (MAFFESOLI, 2003, p.10).

Onde dominava a separação, a distinção, a autonomia, tende a reinar a reversibilidade, a mistura, a heteronomia. O que faço só tem sentido na e pela comunhão com os outros. São eles, inclusive, que escolhem a minha roupa, meu estilo, meus gostos. O reconhecimento de uma lógica de conjunção (e...e), no lugar de uma outra da disjunção (ou...ou) é marca deste tempo. O que prevalece aqui não é mais a produção, o trabalho, mas sim um querer viver. “Essa insignificância das ações humanas, esse sentimento de precariedade e de brevidade da vida se expressam, mais ou menos conscientemente, no trágico latente ou no hedonismo ardente, próprios deste fim de século” (MAFFESOLI, 2003, p.23). O estilo de vida própria da pós-modernidade é hedonista, estético e místico. As preocupações com o urbanismo, lazer, relações de vizinhança valorizam muito o espírito, a dimensão estética e imaterial. São esses elementos que servirão de matriz da vida social.

O consumo não é mais simples, mas envolve uma intensa consumação. Essa sociedade de consumação é mais perceptível, por exemplo, nas práticas juvenis que quer tudo e de imediato. O manejo de imagens pelo consumo atribui sentido aos objetos. No caso do vestuário, é ele que diferencia os grupos – tribos- sociais, cada qual com o seu estilo. Pais, de certa forma, apresenta as tribos juvenis enquanto exemplos de rompimento com o anonimato das cidades. Segundo ele, pelo modo excêntrico como se vestem e dão nas vistas, elas se impõem enquanto estilo de vida. E são exceção diante da vida pública que deixou de se expressar como estilo de vida. “A cidade passou a ter muitos modos de vida sem estilo” (Pais, 2010, p.64)

As imagens na cidade virtual

Mencionei, anteriormente, a relação entre o lema da modernidade proposto por Pais “dar nas vistas e não dar ouvidos” com a lógica do ciberespaço. Tomando, analogicamente, o ciberespaço enquanto cidade virtual, onde transitam cada vez mais internautas, o “dar nas vistas” seria o estar-junto, a maneira de ser visto e aparecer em meio à multidão. Por meio de fotografias, por exemplo, a pessoa se faz presente naquele território, ela cria um corpo que a identifica na tribo, tomando a noção de Maffesoli, o qual só tem sentido dentro da coletividade. Ao invés do anonimato, o que se busca é a

exibição, o desejo de se mostrar para o outro. Esse autor sublinha a pertinência da imagem enquanto agregadora social e revela outro sentido acionado por meio dela: o tátil. A imagem me possibilita tocar o outro, tal a sua função emocional. Porém ao invés de se limitar à visão, o ciberespaço propõe uma audição. E é nisso que distanciam as duas cidades: enquanto uma dispensa o ouvir, a outra o deseja.

Limitando esta reflexão aos chamados sites de redes sociais, entre eles *Facebook* e *Orkut*, sendo aquele o maior álbum online da história, com mais de 300 milhões de fotos⁷, e observando a profusão de imagens publicadas ali diariamente, alguns dados chamam atenção. Em recente pesquisa feita nos Estados Unidos⁸, 1.605 mulheres foram entrevistadas a respeito do uso de mídias sociais. No caso do *Facebook*, 34% delas disseram que checar a conta no site é parte da rotina e vem antes mesmo de escovar os dentes. Aproximadamente 40% se auto descrevem “viciadas” no *Facebook*. A pesquisa ainda revelou que 26% das mulheres entre 18 e 34 anos levantam no meio da noite para verificar se receberam mensagens.

A necessidade de ouvir o outro, de saber dos comentários alheios e interagir com eles, exemplifica a dinâmica pós-moderna do estar-junto à toa. Nesse tipo de virulência do cotidiano, os internautas sentem-se em correspondência com os outros e participam com os outros de um complexo maior. Ao postar uma foto, um vídeo, ou simplesmente escrever uma frase no perfil – do blog, site de relacionamento, microblog, chat – o faço esperando uma correspondência do meu grupo, por meio de comentários ou de atos que evidenciam que eles apreciaram a minha atitude. Maffesoli recorre à expressão da “ética da estética” para situar esse momento no qual o laço social torna-se emocional. As relações tornam-se animadas por e a partir do que é intrínseco, vivido no dia a dia de um modo orgânico. Elaborar-se, então, um modo de ser onde o que é experimentado com outros será primordial. As tribos reforçam um sentimento de pertença e favorecem uma nova relação com o ambiente social.

Ao invés de falar em identidade, propõe-se identificação: esta põe em cena pessoas de máscaras variáveis que atribuem sentido aos sistemas emblemáticos com que se identificam. “Este poderá ser um herói, uma estrela, um santo, um jornal, um guru, um fantasma ou um território, o objeto tem pouca importância, o que é essencial é o ambiente mágico que ele segrega, a adesão que suscita” (MAFFESOLI, 1996, p 18-19)

⁷The Facebook blog. Disponível em: <<http://newsroom.fb.com/content/default.aspx?NewsAreaId=19>>. Acesso em 5 de jul. de 2012.

⁸A pesquisa foi conduzida pelas empresas americanas Oxygen Media e Lightspeed Research em 2010.

A noção de máscara abriga a figura arquetipal representando uma imagem, um corpo que engendra comunicação, pois está presente, ocupa espaço, é visto e favorece o tátil. No contexto do virtual, onde a proliferação de imagens é de certa forma caótica, a aparência configura um elemento importante na constituição de um perfil ou de um avatar. Em “No fundo das aparências”, Maffesoli explica que a preocupação com a aparência é mais do que uma simples superficialidade sem conseqüências. Inscreve-se num vasto jogo simbólico e exprime um modo de tocar-se, de estar em relação com o outro. São os adornos e as diversas formas de valorização do próprio corpo que fundam o corpo social e que servem de abrigo à pessoa, atrás do qual é possível esconder-se, esquivar-se e proteger-se das agressões da vida em sociedade.

Copiando a dialética simmeliana da “ponte e da porta”, da ligação-desligamento, pode-se dizer que a acentuação do corpo, da imagem, da aparência conformista na pós-modernidade conduz a uma aparição-desaparecimento. Aparição do próprio corpo e desaparecimento no corpo coletivo. (MAFFESOLI, 1996, p. 182)

A análise do ciberespaço enquanto cidade virtual se insere numa lógica de prolongamento da cidade física sob um olhar contemporâneo. Logo, é necessário decifrar as imagens que se revestem de sentido na cidade. Para Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p.54), ao especificar a internet como universo de observação implicitamente damos abrigo à idéia de uma ruptura entre o que está ou acontece “dentro” da rede e o mundo “fora” dela, um risco quando se pesquisa esse ambiente.

Conforme Pais (2010, p.39) “há que se ensaiar uma arte de pensar a cidade através das imagens”. Maffesoli (1996, p.165) também partilha desta visão. No seu dizer, os diversos jogos da aparência inscrevem-se num vasto sistema simbólico cujos efeitos sociais estão longe de ser desprezíveis. Desse modo, a maneira como me apresento no ciberespaço, o que mostro e o que deixo de mostrar revelam muito de mim, do meu mundo. Ao abrigo dos códigos, dos rituais ou jogos das aparências tribais, posso crescer e exprimir minhas diversas potencialidades. É disso que trata a “temática do véu”.

O véu deixa ver e mascara, ao mesmo tempo. A casa, o padrão social, a família, o carro novo, o amor, as amizades, o que se mostra e o que não se deixa ver nos sites de relacionamento ilustra bem essa questão. Para os que fazem parte da mesma comunidade, o véu acentua o que merece ser visto. Ao mesmo tempo, protege contra a indiscrição do olhar exterior. É por isso que no caso dos sites de redes sociais há uma

opção de privacidade quanto ao estranho. Posso me deixar ser vista ou optar por me socializar somente com a minha tribo.

É essa teatralidade da vida cotidiana que merece atenção enquanto vetor de conhecimento, enquanto alavanca metodológica relevante para a compreensão da estrutura orgânica. Foi este aspecto social que motivou Erving Goffman a estudar as questões simbólicas que envolvem a interação. Suas considerações acerca da “representação” e da “performatividade” dos indivíduos em sociedade e as discussões sobre as interações humanas como orientadas por estratégias de “elaboração da face” parecem meios de se estudar a projeção de imagens na internet. As noções de “linha e face” expressam como as interações humanas se caracterizam e o valor social atribuído a elas.

A linha “é um padrão de atos verbais e não-verbais pelos quais a pessoa expressa a sua visão da situação e através disso sua avaliação dos participantes, especialmente de si mesma” (GOFFMAN, 1982, p.5). e a face constitui-se como uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais aprovados. As regras fundamentais de interação, para o autor, seriam a preocupação com a manutenção da própria face e a preocupação com a manutenção da face do outro.

As chamadas “comunidades” nos sites de redes sociais e as opções de apresentar um perfil contando um pouco sobre si, do que gosta, o que consome e o que pensa, se insere na lógica do pertencimento a um corpo coletivo, a uma tribo. Tudo o que faço dentro daquele espaço só adquire sentido por fazer parte de algo maior, o que me dá suporte e me legitima enquanto representante do todo.

A liberdade do ciberespaço permite a incorporação de diversas máscaras – personas, o que simboliza a pluralidade de cada um. Ao entrar numa sala de bate-papo, ao criar um perfil ou um avatar, posso ser quem eu quiser. Oculto a minha identidade real para dar sentido a uma forma de pertencimento no coletivo. “Essa é a grande diversão do paganismo, a da pluralidade das coisas que faz envelhecer o espírito de seriedade de todos os sistemas, quaisquer que sejam, da sociedade programada” (MAFFESOLI, 2003, p.10).

O coletivo, dentro da lógica do ciberespaço, é o aspecto de mais um modismo que aproxima os internautas: os sites de compra coletiva. Neles, grandes ofertas são disponibilizadas durante um curto intervalo de tempo e a compra só é efetuada se muitas pessoas se interessarem pelo mesmo produto. A dinâmica desses sites só tem sentido no coletivo. E cada qual que compra uma oferta o faz dentro de um princípio de não ser

mais o próprio indivíduo isolado, mas partilhar das coisas, entre o mundo e os outros. A oferta só vale por algumas horas, portanto, não há tempo de planejar a compra. Há, em tudo isso, um ambiente de descuido que não favorece o cuidado pelo amanhã, mas, ao contrário, um desejo de viver o presente. O consumo, dentro dessa perspectiva, não diz respeito apenas à exaustão de bens materiais, mas tem uma dimensão física e emocional e por isso fala-se em *consumição*⁹ – o prazer que consome o corpo no ato da compra.

Reflexões (in) conclusivas

É importante fazer algumas considerações acerca das demarcações temporais ao longo do texto. De maneira geral, o texto buscou assinalar algumas práticas contemporâneas, sobretudo as relacionadas ao campo virtual, que atravessam o tempo presente e imprimem novo olhar acerca dos processos sociais. A dialética modernidade/pós-modernidade é apenas um olhar que estabelece parâmetros para tal observação, mas não se pretende aqui problematizar as inúmeras definições para ambos os termos. Sabe-se, entretanto, que o segundo não designa somente um tempo posterior ao primeiro. Na análise de Featherstone não há, até agora, nenhum significado consensual para o termo “pós-moderno”. O termo, no entanto, é relevante para um leque amplo de práticas artísticas e disciplinas nas humanidades e ciências sociais porque dirige nossa atenção para mudanças que vem ocorrendo na cultura contemporânea.

Não obstante as diferenças entre os principais autores, José Machado Pais e Michel Maffesoli, principalmente no que diz respeito à idéia da individualização X coletivização e a questão do tempo nas sociedades contemporâneas, ambos os sociólogos convergem em vários aspectos. Dentre eles, a acentuada ênfase no cotidiano enquanto aporte epistemológico e a presença do corpo enquanto veículo midiático gerador de sentidos e do imaginário. Os dois autores, cada qual a seu modo, moldam o tecido social e em várias passagens de seus textos, o que se percebe é uma proximidade de idéias escritas com termos diferentes. Entre elas, uma, que a meu ver confunde o leitor e o incita a descobrir a sua autoria:

A vida não nos pertence por inteiro, uma vez que os outros formam parte de nós, numa relação espelhada em que esses outros se projetam em nós quando neles nos projetamos. O mito do eu só faz sentido frente ao outro. Então

⁹Barbosa e Campbell (2006, p.22) explicam que no final do século XIX e início do século XX utilizava-se o termo *consumption* para se referir à tuberculose, uma doença do pulmão que “consumia” as forças e o organismo das pessoas.

pergunta: que significa saber e aprender quando a formação desconsidera a experiência cotidiana, assim como os imaginários sociais que a orientam ou a desorientam, ou a consciência histórica de memórias compartilhadas, ou ainda as teias de alienação que suscitam um alheamento ou uma relação conflituosa e neurótica em relação aos outros? (PAIS, 2010, p.67)

Em suma, o que pretendo destacar com a relação cidade/ciberespaço é a importância desses espaços enquanto meios por onde transitam imagens. Imagens que incitam discussão e que possibilitam leituras uma vez que a cidade, tomada aqui no seu sentido real e virtual, não é apenas um lugar para habitar/transitar é também para imaginar. E é nesse aspecto que se encontra o fantástico de uma cidade: nas fantasias que a habitam, nos imaginários que ela desprende (PAIS, 2010, p.79). Ao invés de conceber o ciberespaço como uma dimensão espetacular, hiper-real e encantada, um mundo à parte do real, faz-se necessário integrar os âmbitos *on-line* e *off-line* de modo a conferir à pesquisa a fidedignidade dos fenômenos sociais que se prolongam na internet. Barbosa e Campbell tratam, analogicamente, de como os shoppings são, em muitas pesquisas, reduzidos a espaços encantados e enfatiza um outro lado ignorado por alguns teóricos

(...) faz-se necessário levar em conta as novas formas de sociabilidade, de comunicação e de relação com a subjetividade e com a cultura material que se desenrolam no seu interior e que são inteiramente ignoradas. Há uma grande diferença entre perceber o espetáculo e o encantamento como partes de certos ambientes e atividades e reduzir as idas ao shopping e o próprio shopping a uma permanente aventura em um mundo de hiper-realidade, no qual as pessoas e suas respectivas racionalidades e subjetividades se encontram anuladas (BARBOSA; CAMPBELL, 2006, p.12)

A mesma abordagem aponta caminhos férteis quando se pesquisa o ciberespaço. Nessa perspectiva, assim como na vida urbana, a vida virtual pode ser interpretada através das imagens projetadas, das aparências. Portanto, antes de criticar e de descartar as aparências para uma investigação aprofundada é fundamental questioná-las. Pois, como afirmou Maffesoli (1996, p.57), “para ser a vida deve parecer”, independentemente do espaço.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo. 34, 2006.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura do consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995. Trad. Julio Assis Simões.

FRAGOSO, Sueli; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de Pesquisa para a internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Interaction ritual: essays on face-to-face behavior**. New York: Pantheon Books, 1982.

G1. **Número de usuários de internet no mundo alcança os 2 bilhões**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/01/numero-de-usuarios-de-internet-no-mundo-alcanca-os-2-bilhoes.html>>. Acesso em 10 jul. 2012

LÉVY, Pierre. **O que é o Virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996

MAFFESOLI, Michel. **A terra fértil do cotidiano**. In : Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, Vol. 2ª, No 36 (2008), p.5 Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4409>
Acesso em 02/05/2011

_____. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. São Paulo: Zouk 2003. Trad. Rogério de Almeida, Alexandre Dias.

_____. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª Ed., 1998. Trad. Maria de Lourdes Menezes.

MINIWATTS MARKETING GROUP. **Internet usage Statistics**. The Internet Big Picture, World Internet Users and population Stats. Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/stats.htm>>. Acesso em 01/05/2011.

MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS INDICATORS. **Internet users**. Disponível em: < <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srid=608&crld>>. Acesso em 10 jul. 2012

PAIS, José Machado. **Lufa-lufa quotidiana: ensaios sobre a cidade, cultura e vida urbana**. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais, 1ª Ed. 2010.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

SIMMEL, Georg. **As metrópoles da vida mental**. In: Fidelidade e Gratidão e outros textos. Lisboa: Antropos, 2004. Trad. Maria João Costa Pereira.

THE FACEBOOK BLOG. Disponível em: < <http://newsroom.fb.com/content/default.aspx?NewsAreaId=19>>. Acesso em 5 jul.2012

LEGENDAMENTO NÃO AUTORIZADO NA REDE: PRÁTICAS DE CÓPIA E RESISTÊNCIA

Danilo Peloi

Discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea
(Mestrado – ECCO) – UFMT
danielopeloi@yahoo.com.br

RESUMO

Práticas de tradução/confecção e distribuição gratuita na *internet* de cópias de legendas de filmes, séries, animações e outros, chamam a atenção se pensada a partir do quadro geral do capitalismo globalizado onde as trocas geralmente têm um caráter monetário, e onde a política atual de propriedade intelectual, *copyright*, mantém os donos dos direitos autorais no controle sobre as cópias e a distribuição dos produtos em questão. Como podemos pensar as trocas envolvidas no legendamento na rede? Como se organizam em relação ao consumo e as práticas de cidadania? Em que contexto atuam? De que forma se organizam? Que motivações sustentam tais práticas? Que resistências criam? Através de questionário encaminhado à alguns legendadores de diferentes comunidades virtuais foi possível uma aproximação e algumas reflexões sobre esse universo de práticas de cópia contemporânea.

Palavras-chave: legendamento; pirataria digital; resistência

ABSTRACT

Translation practices/making and free distribution on the internet copies of movie subtitles, series, animation and other, draw attention if considered from the general framework of global capitalism where the exchanges usually have a monetary character, and where the current policy intellectual property, *copyright*, maintains the copyright owners control over copies and distribution of the products in question. How can we think

the exchanges involved in the network subtitles? How to organize themselves in relation to the consumption and practices of citizenship? In what context work? How to organize? What motivations there behind such practices? That create resistance? Through the questionnaire forwarded to some subtitlers of different virtual communities was possible a rapprochement and some thoughts about this universe of contemporary copy practices.

Keywords: subtitles; digital piracy; resistance

INTRODUÇÃO

Sites que fornecem legendas gratuitas para *download* na internet, fóruns de discussão para organização de equipes para confecção/tradução de legendas para filmes, séries e similares são algumas das possibilidades abertas pelo surgimento da microinformática, da rede mundial de computadores, da cibercultura e o abreviamento das distâncias e a facilidade na reprodução e transmissão das informações que proporcionaram. Esses sites e fóruns, que fazem esse trabalho com as legendas, nos chamaram a atenção por algumas de suas características, como por exemplo, a gratuidade da distribuição de seus materiais, os trabalhos feitos em equipes, especialmente quando essas práticas são pensadas a partir do quadro geral do capitalismo globalizado onde as trocas normalmente têm um caráter monetário, e onde a política atual de propriedade intelectual, *copyright*, mantém os donos dos direitos autorais no controle sobre as possibilidades de cópia e distribuição dos materiais em questão.

Partindo de um trabalho já iniciado no projeto “Artes da cópia: noções, poéticas e práticas” que busca identificar, em nossa contemporaneidade, práticas da cópia com potencial transgressor e, mais especificamente, na proposta de localizar seus modos de produção, recombinação e difusão, esta pesquisa tem como objeto ações de confecção/tradução, distribuição gratuita de legendas na internet compreendidas aqui como práticas de cópia e resistência.

Denominada “Legendamento não autorizado na rede: práticas de cópia e resistência”, esta pesquisa passa por dois momentos que se deram, porém, de forma simultânea, em que um foi direcionando o outro: um primeiro momento de pesquisa bibliográfica, destinado a abrir algumas possibilidades para pensarmos essas práticas, como por exemplo, qual estatuto das trocas realizadas no legendamento na rede? Como se

dá a relação entre consumo e cidadania nas atividades realizadas pelos legendadores? Em que contexto atuam e que resistências criam? É um segundo de pesquisa de campo, realizado na rede, que consistiu no contato com alguns legendadores e aplicação de questionário visando identificar e/ou constatar as hipóteses e questões levantadas no acima.

O que leva o legendador/tradutor a distribuir gratuitamente a legenda (que requer um bom conhecimento da língua estrangeira, dos *softwares* necessários e um dispêndio de tempo considerável) na rede mundial de computadores? O que espera quem compartilha a legenda? Que tipo de retribuição ele almeja? São algumas questões que surgem de imediato quando nos deparamos com os legendadores e suas práticas. Outras mais surgiram à medida que nos aprofundamos no fenômeno e avançamos a pesquisa bibliográfica, como por exemplo, como podemos pensar as trocas envolvidas no legendamento na rede? Como se organizam em relação ao consumo e as práticas de cidadania? Em que contexto atuam? Que resistências criam? Expor e responder algumas dessas questões é necessário e constitui o objetivo desta pesquisa.

I - A dádiva

Como proposto na introdução, usaremos a célebre obra de Marcel Mauss (1872 - 1950), “Ensaio sobre a dádiva”, para pensarmos a dimensão política das trocas envolvidas no legendamento na rede.

A pergunta feita por Mauss (2003. p.188) no início de seu texto: “Qual é a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaica, faz que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído?” Trazendo para nosso contexto, ela nos indica um caminho para pensarmos as práticas dos legendadores.

Mauss analisa nessa obra, a partir das pesquisas de diferentes antropólogos de seu tempo, como por exemplo, o famoso estudo do *kula* dos trobriandeses – cerimônia em que os *vaygu’a*, braceletes e colares, são trocados entre diferentes ilhas – feito por Malinowski, do qual extrai a noção de dádiva como fundamento da sociabilidade humana.

Nas descrições das diferentes sociedades que analisa em sua obra, como por exemplo, os polinésios, melanésios, algumas tribos do Noroeste americano e alguns direitos antigos, como os romanos, o hindu clássico e o germânico, a constante necessidade de dar-receber-e-retribuir presentes tem um caráter universal, apesar de tomar feições diferentes em cada localidade. A análise de Mauss das ditas sociedades “arcaicas” parecem ser plenamente consideráveis para nossa contemporaneidade e, mais especificamente, para

a análise da confecção e distribuição gratuita das legendas na rede mundial de computadores.

O importante para nosso autor é demonstrar que as trocas de dádivas geram alianças e que podem ser de toda espécie, como ele mesmo diz:

Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidade, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos termos de um contrato bem mais geral e permanente. (MAUSS 2003. p.190-1)

Como vemos, Mauss define a dádiva de modo bastante amplo, incluindo desde valiosos presentes trocados entre chefes tribais à amabilidade e pequenas refeições.

Assim, podemos pensar as legendas distribuídas na rede como dádivas oferecidas pelos legendadores. Percebe-se nas falas de alguns dos nossos entrevistados essas noções expostas. Quando indago o membro do grupo Tradutores do fórum *Making Off* de 25 anos, doutorando em Teoria Literária, que usa a a.k.a.¹ Nandodijesus sobre o “que faz compensar o trabalho com as legendas? O que te mantém traduzindo e compartilhando?” comenta que “Antes de tudo há uma motivação muito pessoal mesmo, pois não há nada como assistir um filme devidamente legendado”² E completa:

Mas, sem dúvida, o desejo de contribuir e disseminar também é muito grande. Desde que descobri que a internet é um baú de raridades que causam uma sensação de quase onipotência senti a necessidade de contribuir também com o que tenho, com os meus recursos.³

Igualmente emblemática é a resposta à mesma questão dada por Corisco de 37 anos, publicitário de Belo Horizonte, também do grupo Tradutores do fórum *Making Off*:

Não sei de onde vem o prazer de publicar a legenda, já que eu poderia traduzir para meu uso pessoal e não torná-la pública. Mas acho que o sentimento de retribuição, de saber que outra pessoa vai se beneficiar daquele seu produto, assim como você já se beneficiou de tantas outras legendas que estão disponíveis pela internet, é mais forte e mais premente.⁴

Ou mesmo Gianfranco, funcionário público estadual em Natal de 30 anos, do Movimento Cinema Livre, na resposta à questão sobre “Que razões te levaram a fazer as primeiras traduções?” diz:

Olha, no início, um senso de retribuição para com aqueles que já tinham traduzido muita coisa e compartilhado na rede, inclusive comigo. Achei que, tendo conhecimento de outra língua, no caso o inglês, deveria contribuir. Por isso passei a legendar os filmes

¹ *a.k.a.* corresponde a uma sigla constituída pelas iniciais da expressão inglesa “*also known as*”, «também conhecido por» que são apelidos usados pelos internautas, incluindo todos os legendadores entrevistados, para se identificar na rede.

² **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <daniopeloi@yahoo.com.br> em 13 fev. 2010.

³ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <daniopeloi@yahoo.com.br> em 13 fev. 2010.

⁴ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <daniopeloi@yahoo.com.br> em 27 fev. 2010.

que mais gostava para que outras pessoas pudessem apreciar e, talvez, se animarem a fazer o mesmo trabalho de tradução.⁵

Podemos notar em muitos outros pontos das falas dos legendadores o desejo de dar e retribuir, mas o exposto é suficiente para demonstrar a procedência do tema.

A antropologia de Mauss dedica grande importância aos símbolos e à comunicação entre os homens, por isso a dádiva não é tratada como uma mera troca material, mas como uma troca espiritual entre almas. Quando damos algo, parte de nossas almas vai junto e quando recebemos, recebemos parte da alma do outro, portanto, nesse tipo de comunicação entre os homens, a retribuição torna-se tão importante. Compreender as trocas de dádivas como simultaneamente espontâneas e obrigatórias, pois essas trocas criam vínculos entre seus participantes, que nunca são simples indivíduos, mas coletividades, possibilita a crítica à noção generalizada de interesse individual ligada ao pensamento liberal e à sociedade burguesa feita por Mauss (2003. p. 307-8) na conclusão do seu texto:

...a nosso ver, não é no cálculo das necessidades individuais que se encontrará o método da melhor economia. Penso que devemos, mesmo na medida em que quisermos desenvolver nossa própria riqueza, ser outra coisa do que puros financistas, ainda que nos tornando melhores contabilistas e melhores administradores. A busca brutal dos fins do indivíduo é prejudicial aos fins do conjunto, ao ritmo de seus trabalhos e de suas alegrias, e – por efeito contrário – ao próprio indivíduo.

A preocupação de Mauss (2003. p. 294) em salientar que as trocas dádivas permanecem fazendo parte das sociedades modernas de seu tempo, e que podemos estender para nossa contemporaneidade, pois como dito acima, a compreende como fundamento da sociabilidade humana, nos possibilita pensar as trocas envolvidas no legendamento na rede como reação dos “velhos princípios (...) contra os rigores, as abstrações e as inumanidades de nossos códigos”. (2003. p. 295) Portanto a economia da dádiva, e o trabalho dos legendadores, não são exatamente opostos ao mercado como o conhecemos, mas pode ser uma possibilidade complementar.

Vejamos, então, como podemos pensar a relação entre consumo e cidadania observada nas falas dos legendadores.

II - Consumo e cidadania

Como propõem Néstor García Canclini (1939-) em sua obra *Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização* “Para vincular o consumo com a cidadania, e vice-versa...” (CANCLINI, 1999 p. 45) não devemos mais tomar os

⁵ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 15 mar. 2010.

consumidores movidos apenas por irracionalidades, manipulado pela publicidade e obcecado por futilidades, nem os cidadãos como se só agissem a partir “da racionalidade dos princípios ideológicos”. (CANCLINI, 1999 p. 45)

A política e suas instituições, tragada pela lógica do mercado, onde as disputas doutrinárias são substituídas pelo confronto de imagens nos meios de comunicação de massa, faz “nos sentirmos convocados como consumidores ainda quando se nos interpela como cidadão”. (CANCLINI, 1999 p. 38) Como afirma Canclini (1999 p. 37), “as mudanças na maneira de consumir alteram as possibilidades e as formas de exercer a cidadania”, assim, hoje em dia, com a mercantilização da vida pública, é no consumo que exercemos a cidadania.

Com a globalização a produção se descentralizou dos territórios nacionais, onde identificávamos e consumíamos nossos bens próprios, tanto materiais quanto simbólicos, fazendo-nos perder esse referencial territorial que antes marcava nossas semelhanças e diferenças. É através dos bens que possuímos, do que definimos importante se obter, quais de nossas necessidades serão satisfeitas com prioridade que estamos demarcando nosso lugar na sociedade, quem são nossos semelhantes e de quem diferimos. Organizamo-nos menos em torno de processos produtivos ligados a territórios como, por exemplo, nação ou estado, do que, em torno de consumos simbólicos, agregando-nos através da sensação de pertencimento a conjuntos de pessoas que compartilham certos bens e gostos. Assim:

...ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento... (CANCLINI, 1999 p. 46)

Na resposta à questão sobre “que tipo de conglomerado em torno das legendas participa (ex: grupos, fóruns, site e etc...)? como se relaciona com eles?” Nandodijesus, ajuda à exemplificar esse fato: “Participei essa semana mesmo do Encontro *MKO*⁶ ocorrido aqui em Recife, e há encontros desse tipo acontecendo em todo Brasil, unindo pessoas com interesses comuns a respeito da sétima arte”⁷. Ou Rodrigo de 25 anos, publicitário do Paraná, membro do Movimento Cinema Livre, respondendo à mesma questão:

..apenas do Movimento Cinema Livre, centrado em filmes clássicos, cujo material disponível para eles é muito pequeno. Hoje, com a expansão do cenário, tem surgido mais e mais tradutores, geralmente são fãs da Sétima Arte, assim como eu⁸.

As mudanças geradas no processo de industrialização da cultura, iniciadas no século XIX, que passam a ser “subordinadas a critérios empresariais de lucro”

⁶ Making Off

⁷ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 13 fev. 2010.

⁸ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 08 mar. 2010.

(CANCLINI, 1999 p. 53) durante o século XX, tiveram grande participação na reelaboração do exercício da cidadania trazendo as camadas populares, que fruía dos produtos dos meios de comunicação de massa, para os espaços públicos e foram, assim, “deslocando o desempenho da cidadania em direção às práticas de consumo”. (CANCLINI, 1999 p. 50) Nesse processo, os cidadãos, desiludidos com as instituições que serviriam, em tese, para dá-los apoio, como por exemplo, partidos, sindicatos e as burocracia estatais servem-se, no entanto, dos meios privados de consumo para buscar respostas para, como diz Canclini (1999 p. 37), “perguntas próprias dos cidadãos – a que lugar pertença e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses...” e, assim, o cidadão deixa de ser o “representante de uma opinião pública” para estar “interessado em desfrutar de uma certa qualidade de vida”. (CANCLINI, 1999 p. 52)

Torna-se necessário repensar as práticas de consumo e cidadania em conjunto. De que forma, quando consumimos podemos exercer a cidadania? Canclini (1999 p. 54) propõe que:

...quando se reconhece que ao consumir também se pensa, se escolhe e reelabora o sentido social, é preciso se analisar como esta área de apropriação de bens e signos intervém em formas mais ativas de participação do que aquelas que habitualmente recebiam o rótulo de consumo.

Podemos encontrar nas “falas” dos legendadores diversos pontos onde vemos uma preocupação com relação às formas de consumo que os rodeiam e as possibilidades de exercício da cidadania. Três membros do Movimento Cinema Livre, respondendo à questão sobre “o que acha que faz compensar o trabalho com as legendas? O que te mantém traduzindo e compartilhando? apresentam considerações importantes para nosso tema.

Gianfranco, já apresentado acima, comenta sobre a negligência dos meios oficiais de acesso à cultura cinematográfica e o prazer de contribuir com suas legendas para a formação cultural de outros:

...como fui um adolescente que dependia de péssimas locadoras de vídeo para ver o que queria, me dá prazer pensar que com minhas legendas um jovem por aí vai ver um filme que traduzi e talvez se tornar um cinéfilo. Gosto dessa sensação de que estou contribuindo para a formação cultural de alguém - mesmo que anonimamente⁹.

E completa:

Outra coisa que vem aborrecendo cada vez mais é encontrar as legendas em DVDs de distribuidoras sem-vergonha nacionais, que sequer pagam os direitos do filme e baixam

⁹ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 15 mar. 2010.

tua legenda da net e cobram os olhos da cara por um DVD "original. Isso dá raiva, mas vem com o território, acho. Não deixarei de traduzir por causa desses aborrecimentos¹⁰.

Vemos que Vander, 30 anos, crítico, roteirista e diretor de cinema do Paraná, apresenta preocupações parecidas:

O que compensa lógico que é ver seu trabalho muitas vezes anônimo ajudando na difusão da cultura (cont) num país onde isso faz muita falta. É uma rebelião? É. Quem trabalha nessa área em geral não consegue ficar impassível ao descaso que as empresas tem em relação à arte. É ridículo num lugar onde poucas pessoas procuram o que não lhes cai na mão, aqueles que procuram não encontrarem ou não ter grana para ter acesso. A cultura não tem preço, e por mais que lhe coloquem etiquetas sempre terá uns malucos que irão contra tudo isso. Fala-se tanto que o brasileiro, precisa ler, precisa ver boas peças, bons filmes, e não lhes dão condições disso, então temos a cultura como um bem de classes, e isso é patético. Numa assim chamada democracia, acho difícil, que uma pessoa com seus valores em ordem e que se importe não só com o seu próprio rabo, condene alguém que gratuitamente faça o trabalho que outros não fazem e disponibilize cultura. Mas como sabemos, vivemos uma ditadura monetária que ainda força esses voluntários a permanecerem na obscuridade com medo¹¹.

Isaac?, 19 anos, estudante do Rio Grande do Norte demonstra interesse pela difusão e acessibilidade da cultura:

Acho o trabalho com as legendas muito interessante, pois é um meio para difusão da cultura pela internet, facilitando para as pessoas que não falam determinadas línguas fluentemente conhecer diferentes histórias, costumes, concepções artísticas diferentes, enfim¹².

Ou mesmo Davi, músico de Rio de Janeiro de 27 anos:

Acredito que estamos colaborando com o acesso à cultura em nosso país. A compensação é justamente tornar disponíveis aos lusófonos filmes que consideramos importantes, somos como curadores de uma mostra virtual, compartilhando a experiência do cinema com quem quer que se interesse¹³.

E comenta na resposta à questão sobre “Que razões te levaram a fazer as primeiras traduções?”:

Em primeiro lugar o fato de que os meios oficiais de se ver filmes aqui no Brasil, seja cinema, dvd ou tv, são totalmente insuficientes se comparados ao vasto acervo que temos hoje disponível na internet, e, por mais que o inglês esteja se tornando universal, ainda tem muita gente que não se sente suficientemente confortável para assistir a um filme sem a legenda em português¹⁴.

Vemos também a preocupação de Perséfone de 36 anos, tradutora profissional de Curitiba e participante da equipe Tradutores do *Making Off*, com a disseminação de bens culturais. Quando questionada sobre “que razões te levaram a fazer as primeiras traduções?” Comenta: “Curiosidade, tempo disponível e, sobretudo, fazer parte desse

¹⁰ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 15 mar. 2010.

¹¹ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 06 mar. 2010.

¹² **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 15 mar. 2010.

¹³ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 10 mar. 2010.

¹⁴ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 10 mar. 2010.

grupo meio que anônimo de pessoas que disseminam cultura para que todos tenham acesso a filmes de qualidade”¹⁵.

Nosso autor não deixa de lembrar que em parte as críticas à “organização individualista dos consumos” (CANCLINI, 1999 p. 286) por tenderem a nos desconectar das desigualdades e das solidariedades coletivas, portanto, como cidadãos, estão corretas, porém, afirma que:

...também acontece que a expansão das comunicações e do consumo gera associações de consumidores e lutas sociais, ainda que em grupos marginais, melhor informadas sobre as condições nacionais e internacionais. (CANCLINI, 1999 p. 286)

A partir da análise de Canclini da relação entre consumo e cidadania é possível pensarmos as práticas de legendamento e os “grupos marginais” de legendadores como “lutas sociais” e “associações de consumidores” que, através de “gostos e pactos de leitura em relação a certos bens (...) os quais lhes fornecem identidades comuns” (CANCLINI, 1999 p. 286), podem afirmar-se como cidadãos.

Depois de realizado algumas análises sobre as trocas e a relação entre consumo e cidadania nas práticas de legendamento na rede, vamos, agora, contextualizar o ambiente de trabalho dos legendadores em um tópico sobre cibercultura.

III - Cibercultura

Não é possível tratar o tema do legendamento na rede sem falar sobre cibercultura, as inovações técnicas que a possibilitaram e os desdobramentos sociais que a fizeram eclodir. Por isso, vamos trilhar alguns de seus aspectos para podermos melhor entender este espantoso fenômeno das traduções/confecções de legendas e sua distribuição gratuita na rede.

3.1 - A microinformática

Com a microinformática nasce a cibercultura em meados dos anos 70. Apontada por André Lemos (2004 p. 104) como a terceira fase do desenvolvimento da informatização da sociedade, sendo a primeira fase aquela originada da cibernética¹⁶, entre os anos 40 e 60 e a segunda, entre os anos 60 e 70, a dos minicomputadores, ligada aos

¹⁵ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 01 mar. 2010.

¹⁶ Ciência que visava à compreensão dos fenômenos naturais e artificiais através do estudo dos processos de comunicação e controle nos seres vivos, nas máquinas e nos processos sociais.

grandes empreendimentos, às universidades e às pesquisas militares. A microinformática, por sua vez, é um misto de desenvolvimentos tecnológicos e uma atitude contracultural em relação a estes. A cibercultura segue adiante no que já se pode considerar como uma quarta fase, que surge na metade dos anos 80 e se mantém até nossos dias, com a popularização dos computadores conectados à rede mundial de computadores.

A cibercultura de nossos dias tem como perfil a figura do amador, possibilidade aberta com o desenvolvimento dos microcomputadores e das interfaces gráficas¹⁷, e não mais o cientista-programador da primeira fase, nem o especialista em informática da segunda, abrindo novos caminhos para os desafios da informatização. “Assim a cibercultura, com a microinformática, torna-se mais que o desenvolvimento linear da lógica cibernética, surgindo como uma espécie de movimento social”. (LEMOS, 2004 p. 105)

Em oposição à tecnocultura, de caráter moderno, racionalista-progressista, controlada pelas elites econômicas, científicas e militares, a cibercultura forma-se a partir de apropriações quotidianas das novas tecnologias da informação. Com o desenvolvimento destas tecnologias foi possível aos não especialistas ter acesso ao novo universo das comunicações mediadas por computadores que, até então, era exclusividade dos cientistas e *experts*, podendo assim iniciar um embate pela democratização do acesso à informação, que vinha se formando e se acumulando, com a informatização da sociedade.

Não será exagerado afirmar que a cibercultura surge com a microinformática, como uma mobilização social e uma espécie de guerrilha dos primeiros *hackers* do *Homembrew Club* (Steve Levy) contra o peso da segunda informática (sistemas centralizados, objetivos militares, tecnocracia científico-industrial, especialistas técnicos) que seguia paradigmas reforçando as ideologias da modernidade (ideologias políticas, tecnocracia, progresso, burocratização dos modos de vida, desenvolvimento, etc.). (LEMOS, 2004 p. 105)

Ligadas ao ideário moderno, a primeira e a segunda fase do processo de informatização da sociedade são pensadas de forma utópica, concebidas com otimismo exagerado de transformação da sociedade através da utilização da tecnologia para administração racional da sociedade e tem como modelo a gigante *IBM*¹⁸, símbolo das grandes corporações capitalistas. Já com os microcomputadores e o nascimento da cibercultura, agora de caráter distópico, pós-moderno, sem a ilusão de controle total da sociedade pela tecnologia, mas se apropriando dela até mesmo de forma lúdica e criativa,

¹⁷ É um tipo de [interface do utilizador](#) que permite a [interação com dispositivos digitais](#) através de elementos gráficos como ícones e outros indicadores visuais.

¹⁸ É uma [empresa estadunidense](#) voltada para a área de [informática](#). Grifo nosso.

tendo como modelo a *Apple*¹⁹ que nasce em uma garagem, um novo ideário começa a se formar.

Como explica Lemos (2004 p. 106), as mudanças tecnológicas não são acompanhadas de forma passiva pela sociedade, elas são constantemente apropriadas e reconfiguradas simbolicamente, fugindo do pré-estabelecido por sua utilidade e eficácia técnica. Segundo ele, na relação entre a tecnologia e a sociedade, é no nível tático, do dia-a-dia, do consumido pelas pessoas em geral, diferentemente dos outros níveis, estratégico e retórico, ligados às empresas, ao governo, à publicidade, que se encontra as possibilidades de subversão e apropriação, até de forma mitológica, das inovações técnicas.

3.2 - A grande rede

Outro ponto crucial para o desenvolvimento da cibercultura é a formação da rede mundial de computadores, a *internet*. Seu protótipo foi a rede *Arpanet*, criada pelo departamento de defesa dos EUA, durante a Guerra Fria, para descentralizar informações militares, e conta hoje com mais de 8.000 redes, interligando todo o planeta. Como a microinformática, a *internet*, também é fruto de apropriações sociais dos mais diversos tipos, transformando-se em um espaço privilegiado para as mais diversas formas de sociabilidade instantânea e planetária.

A *Web* constitui-se como um universo informacional rizomático e por suas vias as informações disseminam-se rapidamente, tomando rumos inesperados. Nela navega-se por páginas de informação multimídia e interativa através de *links*, que são uma espécie de nós que associam e combinam informações, podendo, até mesmo, serem contraditórias. Pode-se “pular” de página em página, texto em texto, imagem em imagem, som em som, ou seja, é um espaço hipertextual, sem começo e nem fim, onde podemos entrar por qualquer parte e tomarmos caminhos diversos.

Vemos esse caráter da *Web* expresso na fala do entrevistado Nandodijesus quando indagado onde costuma distribuir suas traduções:

Tudo começou com o *Making Off* e praticamente continuo apenas por lá. Também posto no *piratebay*²⁰ para que a vida do *torrent*²¹ se mantenha saudável por mais tempo. Mas

¹⁹ Empresa fundada por [Steve Wozniak](#) e [Steve Jobs](#) com o nome de *Apple Computers*, em 1976, na [Califórnia](#). Grifo nosso.

²⁰ *The Pirate Bay (TPB)* é o auto intitulado “O maior *tracker BitTorrent* do mundo”, sendo também o índice para os arquivos *.torrent* que rastreia. Grifo nosso.

²¹ Um arquivo *.torrent*, em conjunto com um cliente [BitTorrent](#), proporciona ao cliente as informações necessárias para se copiar um arquivo ou conjunto de arquivos de outras pessoas que estão copiando ou compartilhando o mesmo arquivo. Grifo nosso.

sempre encontro *posts* de minhas traduções espalhados em *blogs*²² de downloads; é inevitável, em pouco tempo uma informação se espalha numa abrangência impossível de mensurar, fazendo valer a função da *Web*, e ampliando tudo que me motiva a traduzir e postar, ou seja, disseminando ainda mais o filme que aprecio.²³

Respondendo à mesma questão sobre onde distribuí suas traduções, Corisco, Publicitário de Belo Horizonte de 37ano e membro dos Tradutores do *Making Off*, comenta:

As legendas que eu posto aqui [no Fórum Making Off]²⁴, normalmente envio alguns dias depois pro *opensubtitles.org* e pro *legendas.tv*. Mas tem acontecido de quando vou postar as legendas nesses lugares outra pessoa já ter levado pra lá antes de mim.²⁵

Ou mesmo Paranhosgomes, membro da equipe *Oldies* do LEGENDAS. TV: “Geralmente o pessoal posta no Legendas.TV, mas menos de 5 minutos depois já está espalhado por toda *internet*”.²⁶

Lemos (2004 p. 124) aproxima o internauta, que navega através do hipertexto mundial interativo, ligado por links, que é o ciberespaço, da figura do *flâneur* apresentada por Baudelaire no século XIX. Como o *flâneur*, que vaga pela cidade sem um rumo preestabelecido, fugindo do padrão intencional e objetivo da modernidade, o internauta ou *ciber-flâneur* apresenta uma relação descentralizada e rizomática com o espaço informacional que o cerca. Através das possibilidades abertas por esse organismo hipertextual, que é o ciberespaço, podemos seguir caminhos diferenciados pelos labirintos informacionais e assim construir espaços próprios e imprevistos.

O *flâneur*, como o navegador de hipertextos eletrônicos, é esse personagem para quem o andar não é necessariamente intencional ou objetivo. Ele torna-se observador que olha sem julgar, que busca a imersão e não a compreensão. A *flânerie* no ciberespaço e nas cidades (como ato de desmesura) permite jogar com o espaço instituído, escrever percursos além dos textos construídos por suas macroestruturas. O andar do *flâneur* é, assim, ato de tomar posse, de marcar simbolicamente o espaço. (LEMOS, 2004 p. 125)

Assim, o ciberespaço, e seu caráter hipertextual, colocam em questão a nossa forma tradicional de aprendizado e produção de conhecimento, baseado na linearidade e

²² Um *blog* (contração do termo "*Web log*") é um *site* cuja estrutura permite a atualização rápida a partir de acréscimos dos chamados *artigos*, ou "*posts*". Os *blogs* começaram como um diário *online* e, hoje, são ferramentas indispensáveis como fonte de informação e entretenimento. Grifo nosso.

²³ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 13 fev. 2010. Grifo nosso.

²⁴ Grifo nosso.

²⁵ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 27 fev. 2010. Grifo nosso.

²⁶ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 05 abr. 2010. Grifo nosso.

univocidade do livro impresso, pois, segundo Lemos (2004 p. 124), concebem outra forma de organizarmos o pensamento.

3.3 - Comunidades virtuais

Como outros tantos agrupamentos da internet, os legendadores também se constituem em comunidades virtuais. Lemos (2004 p. 137) apresenta a comunidade virtual como a “forma paradigmática da sociabilidade na cibercultura”.

As comunidades virtuais, com a cibercultura, têm um sistema complexo de comunicações multidirecionais que foge de um padrão hierarquizado e fechado, mostrando-se como um lugar favorável para micropolíticas ligadas ao dia-a-dia e aos problemas imediatos. “Aqui, o projeto comum, entendido na modernidade como o compromisso político, com suas metas específicas de acordo com um projeto global, transforma-se na busca de interesses comuns, ancorados no presente”. (LEMOS, 2004 p. 124)

Davi, em sua resposta à questão sobre “Que razões te levaram a fazer as primeiras traduções?” demonstra o poder agregador da cibercultura e das comunidades virtuais:

Outro fato importante, especificamente para mim, foi existir um grupo de pessoas dispostas a trabalhar, um movimento, como o nome do MCL²⁷ (grupo do qual faço parte), pois traduzir legendas é uma coisa trabalhosa, e eu nunca teria tido ânimo para entrar nessa sozinho²⁸.

Como já foi dito, as inovações técnicas são constantemente apropriadas no nível do cotidiano e o ciberespaço, possibilitado por uma rede de *super* máquinas calculadoras, tornou-se um lugar de relacionamentos dos mais diversos tipos. Assim:

Se a tecnologia moderna (a tecnocultura) inibia a agregação comunitária, a cibercultura, através do ciberespaço e suas tecnologias, parecem instituir um contato generalizado, uma relação de proximidade e de sentimento comunitário, mesmo sem contato físico. (LEMOS, 2004 p. 139)

O comentário de Nandodijesus sobre seu relacionamento com o fórum *Making Off*, é um ótimo exemplo dessa “relação de proximidade e de sentimento comunitário”:

Meu relacionamento com o *MKO* é ímpar. Na verdade, considero o *MKO* ímpar dentro do cenário cinéfilo virtual brasileiro. É sem dúvida o portal melhor organizado, com

²⁷ Movimento Cinema Livre

²⁸ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danilopeloi@yahoo.com.br> em 10 mar. 2010.

legendas em português, filtrado para que não entrem porcaria, e que atualmente tem revelado um interesse social pela aproximação dos membros surpreendente.²⁹

Ou mesmo Daddy, engenheira e participante da equipe Victorians, grupo só de mulheres responsável por filmes e seriados de época no LEGENDAS. TV:

A NET é muito grande, você se perde e pertencer a um site, a uma comunidade, é uma forma de fazer amigos e publicar uma legenda que você traduziu para si. É assim que começa.³⁰

Ligando pessoas de qualquer parte do planeta em comunidades de interesses comuns, atravessando as barreiras geográficas, as comunidades virtuais mostram-se como possibilidade de fuga ao individualismo racionalista criado pela modernidade. Como diz Lemos (2004 p. 139): “No contexto de comunicação telemática, planetária e multimodal, a rede pode agregar pessoas independentemente de localidade geográfica e não revela de imediato, referências físicas, econômicas ou religiosas”. E também nos remete à Gabriel Tarde, que já no início do século falava em comunidades separadas fisicamente mas ligadas por interesses comuns: “formam um modo de coletividade mental (*collectivité mentale*), espiritual”. (Lemos, 2004 p. 143)

Temos o exemplo dessa característica das comunidades virtuais de agregar pessoas através de interesses comuns na resposta do entrevistado Vander à questão sobre como se relaciona com os conglomerados em torno das legendas que participa:

O clima do MCL sempre foi dos melhores, tínhamos em geral a mesma idade, os mesmos gostos cinematográficos, então durante um tempo houve um período muito fértil. Fiz grande amigo ali como o Gianfranco Marchi, e com os quais fiz parcerias de legendagem bem interessantes.³¹

Além dessas relações mantidas, mesmo que geograficamente separadas, as comunidades virtuais tem como possibilidade reunir indivíduos que escapam aos limites da identidade como a conhecemos. Paranhosgomes, membro da equipe *Oldies*, responsável por traduções de seriados antigos no *Web Site* LEGENDAS. TV, afirma o desejo e a possibilidade de manter algumas informações a seu respeito na obscuridade. Quando indagado sobre algumas informações pessoais, na primeira das cinco questões encaminhada aos legendados, conforme se segue abaixo, Paranhosgomes responde por email:

²⁹ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 03 abr. 2010

³⁰ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 03 abr. 2010.

³¹ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 06 mar. 2010.

1). Primeiro. Que *a.k.a.* costuma usar? Qual sua idade? Onde mora (estado/cidade)? Qual sua profissão?

“Respondi o que deu, profissão e localização nem pensar. Espero que vc {sic} entenda”³².

Também demonstra especial cuidado com o anonimato um dos membros dos Tradutores do fórum *Making Off*, que usa a *a.k.a.* Perséfone, e termina de responder as questões com uma observação: “A propósito, eu não autorizo a divulgação do meu nome, os demais dados podem ser usados, desde que preservando o anonimato”³³.

Lemos (2004 p. 107) cita o conceito de comunicação espectral de Marc Guillaume desenvolvido para dar conta dessas novas formas de agregações possibilitadas pela mudanças tecnológicas: “*existe comunicação espectral quando aqueles que dela participam a podem fazer ficando eventualmente, parcialmente e provisoriamente, sem nome, sem identidade, escapando aos constrangimentos da identidade*”. Assim, como diz Lemos (2004 p. 108) sobre o que pensa Guillaume: “...o que caracteriza a sociedade pós-moderna é a sensação desta subversão pelo anonimato”.

3.4 - Seus atores

O *cyberpunk* é o personagem principal da cibercultura. É com ele que a cibercultura ganha seus contornos e/ou seu espírito. Apropriação, desvio e despesa improdutiva, se disseminam por todo corpo social informatizado devido à atitude contestadora dos *cyberpunks* com relação à centralização do poder da informação nas mãos das elites científicas, econômicas, militares ou tecnocrática.

O termo surge para classificar uma corrente da ficção-científica nascida nos anos 80, marcada por uma visão distópica do futuro, misturando altas tecnologias e tribalismo urbano, tendo seu maior expoente em *Neuromancer*, de William Gibson, onde pela primeira vez aparece o termo ciberespaço.

Mas como nos lembra A. Lemos (2004 p. 185): “A ficção *cyberpunk* é reflexo do que já acontecia no cotidiano. Por isso, seus expoentes dizem não falar do futuro, mas fazer uma paródia do presente”. Então, o termo *cyberpunks* engloba diversos personagens reais da cibercultura, com características não homogêneas, mas com um centro comum no

³² **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 05 abr. 2010.

³³ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 01 mar. 2010

qual se mistura fascinação pela tecnologia, transgressão, procura por prazer e diversão no ciberespaço. São eles os *hackers*³⁴, *crackers*³⁵, *ravers*³⁶, *zippies*³⁷, *pheakers*³⁸, *otakus*³⁹, entre outros. Não abordaremos cada uma de suas singularidades, mas é esse espírito que mistura alta tecnologia, marcada pelo prefixo “*cyber*”, e atitude contracultural, tribal e urbana marcada pelo prefixo “*punk*” que os identifica.

Lemos (2004 p. 194) apresenta a cultura *cyberpunk* como “fato sociológico irrefutável” e “tipicamente pós-moderna”, onde há “uma mistura de esoterismo, programação de computador, pirataria e ficção-científica, influenciada pela contracultura americana e pelos humores dos anos 80”. Assim, os *cyberpunks*, abraçaram a tecnologia como aliada na luta pela sobrevivência na sociedade contemporânea e é nos seus desdobramentos que podemos ler as práticas dos legendadores que burlam as regras impostas pelo mercado, ajudando a disseminar bens culturais no ciberespaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inevitável no mínimo acharmos curiosas as práticas de compartilhamento de legendas na rede, pois, além do tempo envolvido, do trabalho que implicam, da necessidade de um domínio razoável de língua estrangeira para fazer as traduções, de conhecimento dos *softwares*⁴⁰ para confeccioná-las, abrem uma enorme possibilidade de acesso a brasileiros e às populações de outros países de língua portuguesa a uma magnífica, como diz Davi, membro do Movimento Cinema Livre, “mostra virtual”. Mas

³⁴ Os primeiros *hackers* visavam demonstrar as falhas das redes, levando assim à invasão dos sistemas de computadores. São considerados, ainda hoje, os magos da comunidade digital tentando, de todas as maneiras, desvendar mistérios digitais, códigos secretos, desbravando novos espaços virtuais.

³⁵ São a versão negra dos *hackers*. Os *crackers* penetram sistemas com o intuito de apagar e roubar informações, inserir poderosos e destrutivos vírus. O objetivo é destruir a sociedade da informática e sabotar, ao máximo, os grandes sistemas de computadores ou apenas roubar e ganhar muito dinheiro.

³⁶ Através da música *tecno*, misturada ao hedonismo do corpo e do espírito pela dança, une-se o primitivo ao tecnológico. Eles se agregam mega-festas (as *raves*) com o intuito de dançar horas a fio.

³⁷ O movimento foi criado com o intuito de utilizar o potencial das novas tecnologias para reforçar laços comunitários. Os *Zippies* representam a fusão entre os *hippies* e *ravers*, entre *flower Power* e as tecnologias cibernéticas.

³⁸ Os *phone phreakers* são conhecidos como piratas de telefone. O movimento tinha conotação política de tipo anarquista, cujo objetivo era apropriar-se do sistema telefônico americano para fins hedonistas (celebrar a comunicação). O objetivo era conhecer pessoas no mundo inteiro através das *parties lines* ou festas nas linhas telefônicas.

³⁹ Fenômeno tipicamente japonês, os *otakus* são coletores e colecionadores de informação nos mais variados formatos (revista em quadrinhos, animes, monstros, ídolos, bonecas, vídeos eróticos). Estes são jovens que trabalham de dia e, à noite, se isolam em seus quartos para contemplar e manter as suas várias coleções.

⁴⁰ *Software* é um produto desenvolvido pela Engenharia de *software*, e inclui não só o programa de computador propriamente dito, mas também manuais e especificações.

qual a razão desta curiosidade ou estranhamento? Digamos: causam curiosidades e estranhamento por serem práticas de resistências. Até o início da segunda metade do século XX as resistências eram pensadas somente como negação, confronto direto e opositivo às forças estabelecidas, gerando contradição. Constituía-se em uma relação com o poder em cuja luta direta com o imposto fazia-se existir. Podia gerar grandes levantes, rupturas e até mesmo revoluções, ou, também, funcionarem de forma estratégica, com pequenas contestações, desobediências e maus comportamentos, mas sempre em uma relação secundária ao poder.

Porém, uma nova possibilidade para pensarmos as resistências é apresentada pelo filósofo francês Gilles Deleuze (1925- 1995). Ele sugere que é preciso pensá-las em si mesmas, independentes das categorias do negativo e da relação com o poder. Segundo o Alvim (2009 p. 7), para o filósofo, como já dito, as resistências não se caracterizam por simples focos de oposição ao poder, mas sim por linhas que fogem ao escopo deste poder, fluxos desterritorializantes.

O poder caracteriza-se por linhas duras, com territórios enrijecidos, que agem sobre as desterritorializações buscando reterritorializá-las. Logo, se pensadas dessa forma, as resistências são primeiras aos mecanismos de controle. Alvim (2009 p. 8) nos aponta que Para Deleuze, mais importantes que se debruçar sobre as formas que toma e mecanismos que o poder exerce, é mapear e saber quais “são os fluxos de uma sociedade, quais são os fluxos capazes de subvertê-la, e qual o lugar do desejo em tudo isso?”

Voltemos, então, à questão colocada no primeiro parágrafo: Mas qual a razão desta curiosidade ou estranhamento? As práticas dos legendadores surpreendem por fugirem do comum, do habitual. Reinventam modalidades de trocas, abrem possibilidades de consumos, novas formas de cidadania, sociabilidades e solidariedades. E se criamos, resistimos, pois criar é sempre escapar aos constrangimentos do estabelecido, estabelecer linhas de fuga, desterritorializações.

Resistem quando recusam a noção de interesse individual como fundamento das trocas que realizam. Às “abstrações e as inumanidades de nossos códigos” quando reinventam “velhos princípios”. (MAUSS, 2003 p. 295) Reagem ao “descaso que as empresas têm em relação à arte”⁴¹, como diz Vander em fala citada no tópico sobre consumo e cidadania. Vander lembra que “A cultura não tem preço, e por mais que lhe

⁴¹ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 06 mar. 2010.

coloquem etiquetas sempre terá uns malucos que irão contra tudo isso”⁴². Resiste ter a “cultura como um bem de classes”⁴³ e a “ditadura monetária”⁴⁴ que vivemos. E, nestas inúmeras linhas de fuga que criam, através do legendamento na rede, geram as “associações de consumidores e lutas sociais” que Canclini (1999, p. 286) fala em seu texto.

E não podemos deixar de lembra que como membros de uma cibercultura criam novas formas de compartilhar informação pela rede. Resistem à centralização do poder da informação nas mãos de elites econômicas, científicas e militares. Resistem criando novas formas de associação fugindo do poder desagregador da tecnologia moderna, superando, inclusive, barreiras geográficas e identátarias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Davi. **O rio e a rocha resistência em Gilles Deleuze e Michel Foucault.** Intuitio. Revista eletrônica dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS. [On-line]. V.2 – Nº 3. Porto Alegre: Novembro de 2009. Disponível na Internet: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/viewArticle/5978> > Acesso em: 23fev. 2010. ISSN 1983-4012

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização.** 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

LE MOS, A. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2º ed. 2004.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia.** Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

⁴² **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 06 mar. 2010.

⁴³ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 06 mar. 2010.

⁴⁴ **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <danielopeloi@yahoo.com.br> em 06 mar. 2010.

MÍDIA E REPRODUÇÃO DA IDEOLOGIA DOMINANTE: A REPRESENTAÇÃO DOS ADOLESCENTES QUE COMETERAM ATOS INFRAACIONAIS

Andreia Teixeira

Assistente Social, pós graduanda do Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento,
Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá,
deiadedem@yahoo.com.br;

Karina Nogueira e Silva

Assistente Social da Petrobrás,
karina_s@hotmail.com.

Patrícia Rodrigues de Almeida Leal

Mestre em Serviço Social,
patricia.leal@ensp.fiocruz.br.

Resumo

Este trabalho de pesquisa questiona a influência da grande mídia na formação do imaginário coletivo. O que nos chama a atenção é a forma como os meios de comunicação abordam a questão da violência juvenil de maneira desigual. É válido destacar como a questão de classe interfere na reprodução dos fatos, e conseqüentemente, na reprodução de ideias, pensamentos, culturas e valores, impostos por um grupo monopolizado, que tem acesso ao poder exercido pelos veículos de comunicação. Busca-se motivar a sociedade para a participação, a ação política crítica, e assim garantir direitos sociais e o exercício da cidadania.

Palavras chaves: mídia, violência juvenil, cidadania

Abstract

This research questions the influence of mass media in shaping the collective imagination. What draws our attention is the way the media deal with the issue of youth violence unevenly. It is worth highlighting as the class question interferes with the

reproduction of facts, and therefore the reproduction of ideas, thoughts, cultures and values, taxes monopolized by a group that has access to the power wielded by the media. We seek to motivate society to participation, political action critique, and thus ensure social rights and citizenship.

Keywords: media, youth violence, citizenship

APRESENTAÇÃO

Este trabalho de pesquisa questiona a influência da grande mídia na formação do imaginário coletivo, considerando o fato de esta ser representante da elite político-econômica do Brasil.

Um dos fatores que nos estimulou no aprofundamento deste tema refere-se à nossa experiência no campo de estágio curricular no Programa Liberdade Assistida (PLA), pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/MG. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA Lei 8069/90, prevê para os adolescentes que praticaram ato infracional, a aplicação de medidas socioeducativas pela autoridade judiciária, sendo uma delas a liberdade assistida.

O que nos chama a atenção é a forma como os meios de comunicação abordam a questão da violência de maneira desigual, no que se refere aos crimes cometidos por jovens pertencentes às classes altas e aos cometidos pelos membros das classes subalternas. É válido destacar como a questão de classe interfere na reprodução dos fatos, e conseqüentemente, na reprodução de ideias, pensamentos, culturas e valores, impostos por um grupo monopolizado, que tem acesso ao poder exercido pelos veículos de comunicação.

A mídia constantemente veicula notícias e informações sobre jovens em conflito com a lei. Portanto, é necessário, através de uma postura crítica, refletir a forma como tais notícias são veiculadas, pois contribuem para a reprodução de determinadas representações sociais sobre esses sujeitos, influenciando na maneira como a sociedade irá tratá-los.

Assim, este trabalho pretende romper com uma visão endógena e focalista, alargar os horizontes e considerar o movimento das classes sociais, do Estado, da sociedade civil, e da mídia em seu papel educativo, para uma melhor compreensão da

realidade. É preciso construir uma cultura pública democrática, em que a sociedade tenha um papel questionador e propositivo, por meio do qual se possa partilhar poder e dividir responsabilidades.

Ao se colocar criticamente frente às informações veiculadas pela mídia sobre os jovens que cometeram ato infracional e, ao mesmo tempo, estimular esta postura crítica também na sociedade, o profissional que pretende cumprir o papel educativo terá um maior respaldo para desenvolver as ações direcionadas a este segmento e para formular e propor políticas públicas.

Metodologia

Para os fins a que este trabalho se propõe, foi realizada uma revisão bibliográfica para aprofundar a compreensão do tema, visando discutir questões que perpassam o imaginário social, a sociedade capitalista, a juventude, a questão social e os modos de reprodução da mídia.

A partir disso, fizemos uma análise qualitativa da informação sobre os jovens que cometeram algum tipo de ato infracional, buscando compreender como esse sujeito social é apresentado pela mídia à sociedade brasileira. O método utilizado para o aprofundamento das mensagens é a análise de discurso. Segundo Orlandi (1999), discurso é a prática social de produção de textos, sendo assim, todo discurso é uma construção social, e deve ser analisado segundo seu contexto sócio-histórico e suas condições de produção. Portanto, sempre reflete uma determinada visão de mundo. Aliado a esta autora, utilizaremos também as teorias de Antonio Gramsci sobre os conceitos de senso comum, bom senso e hegemonia.

Desenvolvimento

Segundo Filho (1989), criar jornais é uma forma de potencializar o interesse que têm indivíduos e grupos em afirmar publicamente suas opiniões e informações. Uma maneira de dar visibilidade às posições pessoais, de classe ou de nações através de um complexo industrial-tecnológico que preserva uma suposta impessoalidade e afirma-se, pelo seu poder e soberania, como a “verdade¹”.

¹ Sempre que fizermos referência à verdade estaremos considerando a dimensão da ótica do emissor da mensagem, ou seja, não estamos nos referindo a uma verdade absoluta, única, por entendermos a relatividade deste conceito.

Fazer jornalismo é uma opção ideológica: definir o que vai sair, como, com que destaque e em favorecimento de quem é um ato de seleção e exclusão. Essa característica torna o jornal um veículo de reprodução parcial da realidade.

Não é possível desvincular a notícia dos confrontos de interesses, mas isto não significa que tudo seja subjetivo ou que todas as expressões jornalísticas mantenham distância do real. As apropriações se distinguem e umas são mais próximas que as outras da “verdade dos fatos²”.

Os meios de comunicação de massa burgueses produzem a coletivização do temor que tem a burguesia das tendências e movimentos antiburgueses, transferindo-o para o receptor que, ao invés de questionar a determinação histórica destas tendências, transfere a solução de tais problemas para o sistema como um todo.

O noticiário da imprensa (particularmente a sensacionalista) sentimentaliza as questões sociais e cria penalização em vez de reação e descontentamento. Esse fato se dá particularmente por mecanismo reducionista, que particulariza fenômenos sociais (FILHO, 1989, p. 18).

Uma reportagem ilustrada sobre o assassinato de uma criança comove a opinião pública provocando um movimento de condenação ao ato brutal; mas um estudo que demonstre, com dados estatísticos, que no nordeste do Brasil, milhares de crianças morrem anualmente vítimas da subnutrição, seria incapaz de provocar maiores comoções. A comunicação burguesa, dominante, trata os fatos como ocorrências alheias e/ou diferentes do real cotidiano das pessoas. As notícias são transformadas em espetáculos pela indústria da informação.

A dialética da preocupação e do alívio faz com que o jornalismo colabore efetivamente (junto com o processo de trabalho e com as instituições normativas da sociedade) para a reformulação e confirmação de opiniões e de atitudes políticas e sociais. Porém este não é o objetivo central do jornal aparecendo como objetivo secundário da produção jornalística. O objetivo maior do empresário de comunicações é a maximização do lucro, ou seja, ele funciona como meio de assegurar o sistema existente – editores, anunciantes e capitalistas como classe. Ocorre, entretanto, que os jornais acabam por influenciar a formação de opinião. Eles não só as reforçam como também, em alguns casos específicos, exercem uma ação verdadeiramente condutora, como por exemplo, em áreas que os receptores têm pouco conhecimento prévio.

² idem.

[...] pode-se imputar aos produtos da indústria informativa da consciência efeitos específicos ao que se refere à produção de comportamentos e posicionamentos políticos. Embora observe-se uma capacidade muito pequena para que esses meios de comunicação realmente alterem opiniões consonantes com o *status quo*, não se pode negar que eles tenham um papel importante na formação de opiniões adaptadas às argumentações particularistas e classistas que são emitidas por seus veículos. A ideologia constrói-se todos os dias, e nessa permanente reconstrução o papel do jornal é um dos seus melhores artífices (FILHO, 1989, p. 22).

Libertar-se da forma capitalista de fazer jornal não significa fazer jornalismo imparcial, pois este não existe; significa isto sim, valorizar diferentemente e segundo outros critérios a divulgação de notícias.

Filho (1989) caracteriza basicamente três formas de falseamento ou encobrimento das notícias, são elas: a visão fragmentada e personalizada dos processos sociais, o uso da técnica e da linguística e, a sonegação das informações “indesejáveis”. Outras formas apontadas por Filho (1989) para encobrimento e falseamento noticiosos são: as “falsidades” de registros históricos; as “distorções” ocorridas através do realce somente de aspectos positivos e negativos dos fatos; a “seleção de fontes”, como por exemplo, uma enquete no jornal; e a “polarização de conceitos”, como por exemplo, liberdade ou totalitarismo, democracia ou ditadura, que força o receptor a optar entre dois extremos, radicalizando as posições políticas.

O jornalista extrai da realidade o que lhe interessa (ou aos seus leitores) e isso se transforma em notícia; da realidade é extraída apenas uma “parte útil,” utilidade esta avaliada segundo critérios puramente particularistas, perdendo a dimensão de totalidade que explique os fatos. O editor decide o enfoque da matéria, o tamanho, o título e a colocação na página. Ou seja, nas mãos do editor está a definição política de como um fato deverá repercutir na sociedade ou simplesmente não ser divulgado, como se realmente não tivesse existido.

O editor aumenta, reduz, suprime fatos; ele é o tradutor e ‘transformador’ da realidade social em termos que interessam à sua empresa e às convicções políticas e ideológicas que defende. Nas suas mãos está depositada a tarefa de trabalhar a opinião pública e procurar moldá-la segundo essas intenções. Há fatos que, por essa via, são totalmente suprimidos do noticiário ou reduzidos em sua importância (FILHO, 1989, p. 50).

Segundo Buselmeier (1988), a crítica das mensagens transmitidas pelos meios de comunicação de massa deveria ser utilizada para introduzir uma discussão das questões de formação de consciência no contexto social global, principalmente no trabalho

político. A consciência falsa que estes meios transportam e estabilizam, dentro do sistema capitalista, não será abolida através de uma melhoria isolada, mas sim, progressivamente, pelo aprendizado e pela ação político-solidária em todas as áreas sociais. Assim, o autor afirma que uma teoria revolucionária deve preparar uma prática político-social, pois uma reforma parcial dos meios de comunicação de massa não é suficiente, a não ser com a emancipação social das massas.

Os meios de comunicação de massa preenchem uma função fundamental de controle, pois anestesiam a crescente insatisfação dos trabalhadores com o sistema social, através do entretenimento que apresentam. Nesse aspecto, Buselmeier (1988) coloca a necessidade de trabalhar cientificamente a história, a estrutura e o funcionamento dos meios de comunicação em geral que estão em conformidade com a dominação, como no trabalho, lazer e entretenimento.

Segundo Bourdieu (1997), são necessárias pesquisas científicas que visem uma análise do “monopólio dos instrumentos de difusão³” dessa informação que o jornalismo detém, e a crítica da representação das expectativas da maioria, construída pela demagogia comercial dos que têm meios de se interpor entre os produtores culturais, inclusive os políticos, e a grande massa dos consumidores.

Uma das propriedades mais típicas da visão jornalística é a tendência de privilegiar o aspecto mais visível do mundo social – os indivíduos, seus feitos e, sobretudo os malfeitos -, numa perspectiva de denúncia e acusação, em detrimento de estruturas e mecanismos invisíveis para o jornalismo. Orientam atitudes e pensamentos, despertam interesses pelas supostas “conclusões⁴”, e não pela progressão do processo a que se chega a elas.

No entanto, a política acaba aparecendo como um assunto ingrato e desinteressante aos olhos dos telespectadores, devido ao temor dos meios de comunicação de entediar e pela constante preocupação de divertir a qualquer preço. O espetáculo político se torna pouco excitante, difícil de tratar, contradizendo o discurso de democratizar a informação ou mesmo educar divertindo. Projetam suas próprias visões, e dão prioridade ao “combate sobre o debate⁵”, à “polêmica sobre a dialética⁶”.

À medida que o capitalismo se expande nas mãos de pequenos empresários, se dá o aumento do capital simbólico por uma política permanentemente em evidência na

³ Grifo nosso.

⁴ Grifo do autor.

⁵ Grifo nosso.

⁶ Grifo nosso.

mídia, a fim de manter sua cotação no mercado. Desta forma, contribuem para a despolitização alienada, o desencanto pela política, inclinando-se cada vez mais para o divertimento.

Nessa ótica que não considera as relações históricas, a mídia produz uma representação do mundo fruto de uma filosofia da história fatalista – evidentemente favorável à manutenção da ordem estabelecida - de uma sucessão de desastres sobre os quais não se compreende nada e sobre os quais não se pode nada. É como se no mundo atual, com crimes e violência exacerbada, precisássemos nos retirar e nos proteger desse contexto de ameaças incompreensível e inquietante. Dessa maneira, o jornalismo não mobiliza nem politiza, apenas contribui para intensificar receios discriminatórios.

Edgar Morin, um dos pioneiros na análise dos fenômenos culturais em expansão nos meios de comunicação de massa no mundo contemporâneo, destaca a função colonizadora desses veículos, alertando para o perigo da disseminação de mercadorias culturais. Após o início do século XX, marcado pelo apogeu da industrialização, as estratégias de dominação se transformam para garantir a dependência econômica de determinados países. Com o objetivo de tornar menos odiosa a dominação política, os meios de comunicação, em especial a imprensa, são introduzidos para multiplicar a cultura e ideologia do colonizador. Além disso, a garantia de mercados para antigas nações colonizadoras tinha em vista também conter o germe do socialismo, que estava começando a bombardear sistematicamente todo o globo.

Na América Latina, influenciada pelos Estados Unidos principalmente após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento da indústria cultural se dedicou à adaptação de funções reservadas na nova divisão internacional do trabalho, pela dominação econômico-cultural, desestimulando focos de revoluções nacionalistas.

Em meio à expansão das telecomunicações, a televisão brasileira cresceu assustadoramente após o período de ditadura militar de 1964 – por conta de limites políticos, econômicos e da própria censura – situação esta de dependência cultural e industrial que não é muito diferente em outros países latino-americanos.

Há vários tipos de dependência no interior dos meios de comunicação de massa, a externa, experimentada junto aos centros econômicos mais avançados do capitalismo, e a interna, devido à subordinação das regiões economicamente estagnadas aos pólos industriais.

Para uma avaliação dos interesses políticos e econômicos que estão detrás das mensagens, programas e campanhas do sistema de comunicação, é fundamental

identificar as relações de poder. Não basta ter conhecimento de quem o controla, mas desvendar a teia de compromissos de seus proprietários, para compreender o seu comportamento. Na sociedade capitalista, as vantagens particulares dos donos dos veículos de comunicação, assim como as conveniências sociais a que se vinculam por raízes de classe, estão bem acima de qualquer interesse, expectativa ou aspiração da coletividade, o que desmistifica o interesse público.

Mas não é fácil desvendar estas relações, por conta dos segredos que as impedem de se tornarem domínio público, da camuflagem da concentração de empresas de comunicação por pessoas ou grupos, por sua organização jurídica, por nem sempre serem vínculos explícitos, ou em nome do sigilo profissional de pessoas que têm acesso a informações fidedignas. Porém, muitas vezes as relações se tornam públicas e notórias devido ao envolvimento de proprietários ou dirigentes dos veículos com o sistema governamental.

Como em países de capitalismo mais desenvolvido, o Brasil tem seu sistema de comunicação em propriedade do Estado, mas este concede sua exploração a particulares ou instituições públicas. São as chamadas concessões, ingrediente autoritário que permite o controle por parte do grupo que detém o poder de Estado. Isto é, o privilégio de determinados setores empresariais ou estatais de confiança do Governo Federal, mesmo com a aparência da concorrência pública, que de certa forma lhe confere falsamente um caráter legal e democrático.

Ao analisar a história e o surgimento dos veículos, poderemos identificar estes traços, como nas concessões de aproximadamente 2/3 dos canais de TV, após a ditadura de 1964. Seguindo os critérios da Doutrina da Segurança Nacional que vigorava na época, o processo seletivo excluía desde então grupos e entidades que pudessem fazer algum tipo de oposição ao governo militar. Não foi identificado nenhum dono de canal de televisão brasileiro vinculado a partidos políticos de esquerda, enquanto se verificou que um grande número de proprietários e dirigentes eram vinculados direta ou indiretamente ao poder.

No plano político, as relações de poder que o sistema de televisão enseja são mais ou menos óbvias. Em se tratando de um veículo que legalmente é de propriedade do Estado, mas concedido para exploração comercial à empresa privada, surge naturalmente uma relação de dependência entre os que recebem a concessão e os detentores do poder político, uma vez que se trata de concessões periódicas, passíveis de cancelamento. Outro fator decisivo é

a censura prévia, a que se acham submetidos os veículos de comunicação eletrônica, impondo uma submissão total, uma vez que os interesses empresariais recomendam evitar possíveis confrontações com os agentes estatais que possam redundar em prejuízos econômicos para a emissora. (MELO, 1985, p. 102)

Analisando o surgimento da imprensa, uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (ABEPEC) em 1978 aponta que neste sistema autoritário atuava uma parcela razoável de proprietários e dirigentes formalmente vinculados ao partido governista do período analisado, a ARENA, enquanto nenhum destes atuava politicamente no partido de oposição, o MDB. Constatações da pesquisa da ABEPEC revelam este quadro político nos estados:

- AMAZONAS: um dos dirigentes da TV Amazonas era integrante da SUFRAMA, um órgão governamental; e outro da TV Acre era filiado à ARENA;
- MARANHÃO: um dos dirigentes da TV Difusora era deputado federal, pela ARENA;
- PIAUÍ: um dos dirigentes da TV Rádio Clube era membro da Justiça do Trabalho e outro ocupa cargo de chefia no INCRA;
- PERNAMBUCO: o diretor-presidente da empresa Jornal do Comércio, de propriedade da família Pessoa de Queiroz foi senador pela ARENA e transferiu ações para outro grupo empresarial liderado pelo ex-prefeito (nomeado) de Recife, também da ARENA local;
- ALAGOAS: os dirigentes da TV Gazeta eram ex-governador, ex-senador e um senador em exercício, na época da pesquisa, todos partidários da ARENA;
- SERGIPE: um dos proprietários da TV Atalaia era senador da ARENA e presidente do Banco do Estado;
- ESPÍRITO SANTO: o principal dirigente da Rede TV Tupi de Televisão era senador pela ARENA, e outro dirigente ocupava cargo de direção numa Secretaria de Estado;
- SANTA CATARINA: um dos dirigentes da TV Coligadas é membro dos Diretórios Local e Regional da ARENA;
- PARANÁ: um dos dirigentes da TV Esplanada era membro da ARENA, e, Paulo Pimentel, proprietário do conglomerado que detinha o controle das TV's Iguazu e Tibagi, era deputado federal e ex-governador pela ARENA, além de ser dirigente do diretório nacional do partido do governo;

- SÃO PAULO: a TV Gazeta era de propriedade da Fundação Cásper Líbero, que contava com conselheiro ex-governador, outro prefeito nomeado da cidade de Santos e o presidente do BANESPA, todos vinculados à ARENA e ao esquema do governo Paulo Maluf.

De acordo com Abramo (1997), a atenção dirigida aos jovens no Brasil cresceu consideravelmente nos últimos anos, por parte dos diversos atores sociais. Em relação às políticas públicas, no Brasil nunca houve uma tradição de políticas voltadas especificamente para o jovem como alvo diferenciado das crianças, que não fosse a educação formal. É recente e lentamente que se inicia esta preocupação em nosso país, com a formulação de políticas específicas para a juventude, programas de capacitação profissional e serviços especiais de saúde, cultura e lazer.

O que por fim se busca, apesar das boas intenções a que se propõem, é uma contenção do risco real ou potencial que estes jovens representam, pelo seu afastamento das ruas e ocupação de seu tempo, tomando eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir para manter a ordem social.

Já no plano da participação política, existe uma preocupação de atores políticos (partidos, sindicatos e movimentos sociais) com a pouca presença da juventude nos espaços e canais de participação, a distância que os jovens têm demonstrado em relação às suas bandeiras de luta, suas proposições e formas de atuação. Essa preocupação se reflete mais na necessidade de renovação dos quadros no interior destas organizações, do que em tratar e incorporar temas levantados pelos próprios jovens. Esse desinteresse da juventude pela política e por questões que envolvem os aspectos sociais, econômicos, dentre outros, pode ser resultado da acentuação do individualismo e do pragmatismo, que se firmam como tendências sociais crescentes, tornando essa parcela da população praticamente apolítica.

Abramo (1997) aponta que está presente em grande parte da tematização sobre os jovens a dificuldade de compreendê-los enquanto sujeitos, de ir além da sua consideração como problema social e entendê-los como capazes de participar do processo de construção de políticas públicas para a juventude, contribuindo para a solução dos problemas sociais, e não simplesmente sofrê-los ou ignorá-los. A tematização da juventude pela ótica do problema social é histórica: o jovem só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social, seja porque o indivíduo jovem se desvia de seu caminho em direção a integração

social, ou porque um grupo ou movimento juvenil propõe ou produz transformações na ordem.

Nos anos 1990, por exemplo, é muito marcante a presença dos jovens que ameaçam a integridade social, vítimas do processo de exclusão e do aprofundamento do individualismo. Tornam-se assim, objeto de medo, mas também de compaixão e de esforços para denunciar a lógica que os vitimizam e de ações para salvá-los; mas dificilmente são vistos como sujeitos capazes de qualquer tipo de ação propositiva, como interlocutores que podem contribuir para decifrar o significado das tendências sociais e de possíveis soluções para elas (ABRAMO, 1997).

Mello (1997) destaca três questões em relação à violência juvenil: a vida urbana como um dos elementos de exclusão e de indiferença pelos atos violentos; a violência cometida contra jovens e adolescentes e a impunidade desta; e a mídia, envolvida na geração e manutenção de estereótipos e preconceitos que estigmatizam as populações mais pobres. No que se refere aos adolescentes que cometeram ato infracional, há maior demanda por punições mais severas do que pela aplicação das leis.

Segundo Cassab et all (2006), as políticas sociais e públicas direcionadas para os jovens, têm dado maior ênfase ao controle destes jovens do que à oportunidade, buscam responder às imagens socialmente produzidas sobre essa população do que às suas necessidades sociais. Tais políticas ganharam projeção no cenário brasileiro a partir da década de 1990, o que pode ter se dado pelo aumento proporcional de pessoas entre 15 e 24 anos; o agravamento da chamada crise urbana, com a explosão das periferias das grandes metrópoles e um aumento significativo da violência urbana; enfraquecimento do Estado e corrupção acentuada; pauperização aliada à minimalização dos serviços públicos; enfraquecimento das lutas políticas na sociedade brasileira; e transformações no mundo do trabalho, com maior taxa de desemprego e queda do número de empregos formais, e da seguridade a ele relacionada.

A violência urbana exprime a falta de perspectivas diante do processo econômico e social de cunho neoliberal e das transformações na esfera da produção, demarcado pela incerteza e instabilidade, onde a juventude tenta a inserção no mercado de trabalho retraído. Quando essa tentativa não alcança um resultado positivo, fortalece a imagem do jovem ocioso e perigoso, associando a conduta criminosa ao tempo livre, e à ideia de que a juventude já é, naturalmente, uma fase agressiva (CASSAB, 2006).

O agravamento dos problemas sociais e o aumento dos índices de delinquência vão, pouco a pouco, potencializando rancores que se expressam no preconceito, na

intolerância e no medo. Estas críticas tornam-se mais contundentes quando direcionadas aos adolescentes envolvidos com atos infracionais.

Cassab et all (2006, p. 3) chega a afirmar que os jovens são “a face mais agudamente visível da questão social em seu perverso traço de desigualdade, de homogeneização da pobreza e de elitização do Estado”. Eles são os protagonistas da violência urbana, quer no papel de autores, quer no de vítimas. E isso já se reflete na taxa de mortalidade do país, onde somente a faixa etária acima de 75 anos, tem taxa mais elevada do que jovens entre 15 e 24 anos. A autora faz ainda uma crítica às ações políticas destinadas a esse público, pois não visam propiciar oportunidades para a superação dos déficits culturais que acumulam em razão de suas dificuldades de acesso aos bens de cultura. Educação e capacitação para o trabalho são lógicas que presidem os programas sociais, no entanto, estão voltadas à uma formação para a subalternidade, sem romper com os lugares sociais que estão indicados para eles.

A discriminação de classe, aliada à condição etária produz um imenso preconceito e destrato no espaço público. Jovens pobres nas ruas são suspeitos até que se prove o contrário, por conta do pânico social que se instaurou relacionado ao aumento da criminalidade juvenil. Jovens do sexo masculino, principalmente negros, são os alvos preferidos das abordagens policiais (ABRAMO, 1997).

De acordo com Teixeira (2004), muitos adolescentes procuram viver situações-limite, de perigo, “pura adrenalina”. Nesta faixa etária, ele percebe a importância da afirmação de uma identidade, ao mesmo tempo em que vivencia um dilema: seus padrões morais internalizados pela socialização e a influência dos amigos e do mercado.

A autora defende que se analisem as circunstâncias históricas do mundo, do país, da cidade e do bairro, uma conjuntura em permanente transformação para o adolescente. “Compreender o passado auxilia a se organizar no presente e planejar o futuro” (p. 62).

Adolescentes nascidos em cenários sociais diferentes terão, a priori – por sua origem de classe-, horizontes de futuro determinados e pouca ou nenhuma autonomia para construírem seus próprios destinos. O adolescente não se conforma com isso, particularmente com a impossibilidade de ter o que está sendo estimulado a consumir e está diante dos seus olhos (TEIXEIRA, 2004, p. 20 e 21).

Na sociedade contemporânea há a associação adolescência/problemas, embora essa etapa da vida seja experimentada de diversas formas, nas diferentes culturas e

classes sociais, o que é fortalecido pelas características próprias dessa faixa etária, como a contestação da autoridade. “Um indicador da violência é o número de homicídios, cuja principal vítima é o jovem de quinze a dezenove anos” (TEIXEIRA, 2004, p. 17).

A violência é uma produção humana, fruto do mal estar nas relações entre as pessoas, mesmo que suas múltiplas expressões sejam surpreendentes e cruéis. É um fenômeno complexo e multideterminado que ganha grande relevância na produção de mentalidades, de padrões de sociabilidade e efeitos em todas as esferas da vida pública e privada. Analisar o jovem como vítima e agente da violência implica considerar todos estes aspectos, pois a violência é invisível, a não ser para os que nascem, crescem e vivem nela.

Em pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, 1999, com o tema “O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo”, constatou que o adolescente autor de ato infracional não se distingue substancialmente de outro adolescente pertencente à mesma classe social. O índice de adolescentes de escolaridade média e estratos médios na criminalidade é crescente, devido ao aumento de envolvimento com consumo e tráfico de drogas.

Para adolescentes pobres, o trabalho é uma estratégia de sobrevivência alternativa à prática do ato infracional. Um dos maiores desafios é a baixa escolarização, aliada à ausência de profissionalização, o que implica em postos de trabalho com baixa remuneração, sem garantias trabalhistas ou em condições subumanas. E o trabalho é o fator que pode levar o jovem a uma ruptura com padrões de consumo, como roupas e lazer, que a prática do ato infracional propiciava.

Para Teixeira (2004, p. 84), a “mudança de mentalidade é um processo educacional”. É fundamental que haja vontade política e competência técnica para desencadear e fomentar esse processo – os aspectos político e técnico são indissociáveis.

A prática do ato infracional é um fenômeno histórico, uma produção social que envolve conhecermos a infância no Brasil; é universal, pois está presente em países ricos e pobres; e é transversal, presente em todos os estratos sociais. “O ato infracional é, ao mesmo tempo, produção de um tempo e uma história social, e um ato individual pelo qual o autor, no caso o adolescente, precisa ser responsabilizado para garantir sua participação produtiva na coletividade” (Teixeira, 2004, p. 88).

O medo social tornou-se um fenômeno situado na temática da violência que suscita temores e um clima de insegurança na sociedade, e alguns setores dela têm a

mentalidade que exige do poder público medidas repressivas relacionadas à segurança pública. Por outro lado, a realidade aponta para uma parcela da juventude cujo ato infracional se revela como um sintoma de histórias de violência, prejuízos no desenvolvimento pessoal e social e, portanto, necessita de retaguarda, atendimentos especializados e perspectiva de futuro.

A mídia frequentemente veicula notícias sobre a situação da infância e adolescência, esse enfoque pode ser em decorrência dos recentes avanços dos direitos desse grupo específico, aliado ao esforço de vários atores sociais para a conscientização da sociedade a respeito desses direitos (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990), inclusive o tema do adolescente em conflito com a lei ganhou também destaque tanto na mídia impressa quanto na televisionada.

Para Cortes, “Em relação à violência e à mídia, estima-se que um jovem brasileiro até chegar à idade de dezoito anos terá sido exposto a nada mais nada menos que 200 mil atos de violência exibidos pela televisão” (Cortes apud GROSSI & SANTOS, 2005, p. 117). Esse é um fato relevante se considerarmos a forma como as crianças aprendem – por imitação. Assim, dependendo das características de personalidade da criança e de suas experiências diárias, a mídia pode satisfazer diferentes necessidades e constituir-se em uma forma de violência simbólica, que permeia o imaginário social, com signos e símbolos associados a personagens, marcas e produtos, que passam a ser adquiridos ou utilizados como meio para obtenção de um status ou identidade e senso de pertencimento ao grupo. Dessa forma, a mídia, além de expor crianças e jovens diariamente a diversas cenas de violência, traz a sedução pelo consumo de produtos muitas vezes desconhecidos, excedentes e que, não raro, não estão de acordo com a cultura da região onde vivem.

Por outro lado, nos noticiários, o foco é completamente diferente. Os temas abordados são, na maior parte das matérias, aqueles referentes aos problemas sociais, como violência, crime, exploração sexual, drogas, ou as medidas para combater estes problemas (ABRAMO, 1997).

Nos últimos anos, houve um grande aumento de jovens envolvidos em atos infracionais. No Brasil, a maioria dessas infrações são roubos e furtos, dados que coincidem com a realidade do Programa Liberdade Assistida executado no município de

Juiz de Fora⁷. A imprensa tende a qualificar estes jovens infratores como “pequenos predadores”, “pivetes” e “futuros bandidos”. (MINAYO & NJAINE, 2002, p. 287).

Muitos jornalistas e alguns segmentos da sociedade fazem uma severa crítica ao artigo 104 do ECA, que prevê que menores de dezoito anos de idade são penalmente inimputáveis. Quando cometem atos infracionais, deverão ser encaminhados pelo poder judiciário a medidas sócio-educativas, tais como: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade e internação em estabelecimento educacional (art. 102). Em relação a isso, existem duas tendências mais expressivas de posicionamento da mídia. Uma afirma que o Estatuto é incapaz de resolver o problema da criminalidade, e a outra busca evidenciar a complexa realidade da infância e da juventude no Brasil, sobretudo as crianças e adolescentes de famílias de baixa renda. A primeira é muito mais forte e visível, pois os grandes meios de comunicação tendem a repercutir as ideias dominantes da sociedade, inclusive a defesa da redução da maioridade penal, o que reflete o quanto está enraizada na sociedade a ideia de que mais repressão diminui a violência (MINAYO & NJAINE, 2002).

Milhares de jovens são assassinados todos os anos, porém, este fato já não causa impacto sobre a opinião pública, já que acontecem predominantemente na periferia ou em bairros populares. Porém, a imprensa não revela quem são essas vítimas. (MELLO, 1997). No entanto, quando são jovens de classe alta os envolvidos em atos violentos, a mídia pede a punição dos “culpados⁸”.

A mídia representa um papel antagônico em relação à educação, pois podem atuar tanto como facilitadores da prática alienadora, quanto como potencial educacional voltado para as demandas da população. É necessária a implementação de uma educação que instigue a crítica aos elementos presentes na mídia atual, estimulando a discussão nas escolas e nas comunidades, abordando questões como a ética na mídia, a ideologia veiculada nas imagens televisivas, relacionando-as com as questões sócio-históricas atuais. Se existir essa postura crítica aos conteúdos veiculados na mídia, pode-se estabelecer práticas de resistência e exercício de cidadania.

Resultados Alcançados

⁷ Banco de dados do PLA/Juiz de Fora, 2006.

⁸ Grifo nosso.

Em relação ao papel dos meios de comunicação de massa, que atuam em favor da manutenção do sistema capitalista dominante, podemos afirmar que seus impactos vêm gerando preocupações e reflexões acerca de seu controle, do modo como regular sua operação e intervir na emissão das mensagens que difundem coletivamente. Para se tornar um controle democrático, é necessária a mobilização permanente de todos os cidadãos para a gestão da sociedade, e comprometimento, como instrumentos para o exercício consciente e responsável da ação política, garantidores da informação plural e da opinião livre.

Espera-se pela (re)ação da sociedade civil, que cansada de ver seus protestos não atendidos ou mal interpretados, consiga fazer valer seus direitos e pressione o poder público. É importante constatar que um número cada vez maior de cidadãos está dispondo-se a participar desta intervenção, como por exemplo, o Movimento Nacional pela Democratização da Mídia (MNDM).

Neste amplo contexto a sociedade poderia superar alguns de seus preconceitos mais arraigados. É preciso trazer para o debate o fato de que a violência e a criminalidade não são causas, mas consequências do grande abismo social que enfrentamos nesta sociedade, uma sociedade de mercado que individualiza a questão social e mercantiliza os direitos sociais.

Para isso, é preciso que a classe trabalhadora compreenda as contradições do capitalismo, que os trabalhadores se assumam enquanto sujeitos da história, com formação da consciência de classe e agilize o processo de conscientização para a luta por transformações estruturais da sociedade. Mas essa reflexão crítica é dificultada pela própria presença da grande mídia no cotidiano do trabalhador, ao apelar incessantemente para o consumo, individualismo e ao reproduzir estereótipos do senso comum. Nesse sentido, vale lembrar Buselmeier (1988), “A esperança por um final feliz só pode ser realizada na luta social” (p. 53).

Segundo Melo (1985), o domínio do saber é indispensável ao exercício da cidadania. E por esse motivo, a educação formal é dificultada aos membros da classe trabalhadora. Assim, é obrigada a participar do que lhe é acessível através da educação informal, ou seja, o conteúdo da programação dos meios de comunicação de massa. O seu papel de educador coletivo permite o acesso limitado ao conhecimento contemporâneo, mas, por outro lado, orienta a apreensão dos significados da ideologia dominante, a adesão incondicional aos valores hegemônicos.

Este trabalho buscou, na medida do possível, contribuir para a compreensão do papel da grande mídia na formação sócio-cultural do nosso país, despertar o interesse de pesquisadores sociais sobre este tema, que consideramos fundamental para a que sejam alteradas as condições de exclusão e desigualdade social existentes, e como pretensão maior, “motivar o indivíduo para a participação, para a ação política, para a interferência no processo gerador da comunicação que está sendo lida” (MELO, 1985, p. 12), e assim garantir direitos sociais a todos os segmentos da sociedade e o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas Juvenis**: Punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: a influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos. Tradução, Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n° 8069, Brasília: 13 de julho de 1990.
- BUSELMEIER, Michael. Entretenimento de massas na esfera do trabalho e do lazer. In: FILHO, Ciro Marcondes. **A linguagem da sedução**. 2ª Ed.. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- CASSAB, Maria Aparecida Tardin, etall. Juventude e políticas públicas no Brasil nos anos 1990. Notas de uma pesquisa sobre jovens em Juiz de Fora – MG. In: **Libertas**. Juiz de Fora: UFJF, p. 118-27, 2006.
- FILHO, Ciro Marcondes. **A linguagem da sedução**. 2ª Ed.. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- GROSSI, Patrícia Krieger; SANTOS, Andréa Mendes dos. “Mídia e Consumismo na Infância: Crivagens da Violência Invisibilizada”. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.83, p. 116-27, set. 2005.
- MELLO, Silvia Léser de. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: AZEVEDO, M. & GUERRA, V. N. A. **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1997.
- MELO, José Marques de. **Para uma leitura crítica da comunicação**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; NJAINE Kathie. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 285-298, 2002.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
- TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **As histórias de Ana e Ivan**: boas experiências em Liberdade Assistida. Fundação Abrinq. São Paulo, 2004.

NO COMPASSO DA MEMÓRIA: UM ESTUDO SOBRE AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DE IPIABAS E CONSERVATÓRIA

Professor Dr. : Idemburgo Frazão¹

Professor do Programa de Pós-Graduação da Unigranrio

E-mail: idfrazao@uol.com.br

RESUMO

Em um momento marcado pela fragmentação e pelo ecletismo, quando a aceleração das mudanças cotidianas atingem patamares *fluidos* antes inimagináveis, temas como identidade, cultura e memória passam a fazer parte das discussões acerca da própria *vida líquida* contemporânea – usando aqui uma conhecida expressão cunhada por Zygmunt Bauman. O trabalho agora apresentado - entendendo que a memória tem servido e/ou pode servir como propulsora do desenvolvimento cultural, social e econômico -, reflete sobre a questão da memória, a partir do desenvolvimento de um projeto de extensão e pesquisa (apoiado pela FAPERJ Fundação de Amparo à pesquisa do Rio de Janeiro), sobre a identidade e a memória de duas localidades situadas no Estado do Rio de Janeiro: Ipiabas (Barra do Piraí) e Conservatória (Valença).

Palavras-chave - Memória, identidade, Conservatória-Ipiabas

ABSTRACT

IN THE RHYTHM OF MEMORY: A STUDY ABOUT IPIABAS AND CONSERVATÓRIA CULTURAL MANIFESTATIONS

At a moment marked by the fragmentation and the eclecticism , when the acceleration of the daily changes reach a fluid level, never thought before, themes as identity, culture and memory among others, become part of the own fluid contemporary life – quoting an

¹ Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da graduação e do Mestrado em Letras e Ciências Humanas da UNIGRANRIO.

expression created by Zygmunt Bauman. The present work intends to think over the memory problematic, understood as a strong power of economic, cultural and social development, considering a research project supported by FAPERJ – Scientific Research Foundation of Rio de Janeiro, about identity and memory in two districts of Rio de Janeiro state: Ipiabas (Barra do Piraí) and Conservatória (Valença).

Key words: Memory, Identity, Conservatória, Ipiabas.

Tal como o tempo social acaba engolindo o individual, a percepção coletiva abrange a pessoal, dela tira sua substância singular e a estereotipa em um caminho sem volta. Só os artistas podem remontar a trajetória e recompor o contorno borrado das imagens, devolvendo-nos sua nitidez.

Mas a rigor, a apreensão plena do tempo passado é impossível, como o é a apreensão total da realidade (Eclea Bosi)

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade - quando a fluidez marca o cotidiano, as identidades deixam de ser pensadas a partir do viés das nacionalidades, assumindo uma natureza diaspórica e as instâncias da realidade cedem, cada vez mais, à virtualidade -, refletir acerca das figurações da memória, redimensionando suas abrangências práticas, significa, simultaneamente, preservar tradições e possibilitar a sobrevivência do novo.

O presente trabalho reflete sobre a importância da memória enquanto propulsora do desenvolvimento social e econômico de uma região que teve, no passado, sua história marcada pela produção do café e que, na contemporaneidade tem o distrito de Conservatória como a “Capital da Seresta”: Barra do Piraí e Valença, no estado do Rio de Janeiro. A partir de uma leitura crítica, pode-se perceber que “a memória deixa de ter um caráter de *restauração* e passa a ser memória geradora do futuro. É bom lembrar com Merleau Ponty que o tempo da lembrança não é o passado, mas o futuro do passado” (Bosi, 2003, 67)

A permanência de um certo “clima” histórico, remanescente do período áureo do café, atrai visitantes e impulsiona o desenvolvimento de manifestações culturais locais na região estudada. Atividades que remetem os visitantes a lugares e sabores que vão

do aroma do café dos tempos idos até ao som das melodias dolentes do período áureo da Rádio Nacional, fazem da memória um elemento especial. Há nesse instante, para quem viveu aqueles momentos (geralmente idosos) ou os estudou, uma viagem no tempo, no seu tempo, no tempo da memória. Como afirma Eclea Bosi (2003, p. 53): “A memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura, pelo indivíduo”. As grandes fazendas habitadas pelos Barões do Café com seus inúmeros escravos, as praças e os casarios, que ficariam apenas no passado, se renovam. Melodias, ritmos (e letras) de procedências diversas, como a valsa, o jongo, a canção são, então, embalados no compasso da memória.

Hoje, esse cenário bucólico é o local onde se desenvolvem atividades que vêm atraindo enormes quantidades de visitantes. A serenata de Conservatória e outras manifestações culturais, como o jongo e a capoeira, desenvolvidas no Vale do Café, são atividades culturais que se transformaram, ou podem se transformar (no caso de Ipiabas), em importantes meios de desenvolvimento cultural e econômico, trazendo inúmeros benefícios para a região em destaque.

O presente estudo, dando ênfase a questões relativas à serenata, reflete sobre a importância da memória como mecanismo de “ação cultural” partindo das reflexões sobre o desenvolvimento social e econômico local. Tais reflexões são parte dos resultados dos estudos desenvolvidos no Projeto de Extensão e Pesquisa apoiado pela Fundação de Amparo à pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) denominado Estudo das relações das representações sociais das manifestações musicais com o cotidiano de Conservatória, Ipiabas e Região.

Na primeira parte do presente artigo, será realizada uma rápida apresentação do projeto, de seu contexto, de alguns pressupostos teóricos e de parte da metodologia aplicada. Busca-se ainda apontar algumas características básicas de cada uma das localidades trabalhadas. Em seguida, é aprofundada a discussão sobre a memória e as práticas culturais locais com ênfase na serenata de Conservatória em seus diversos aspectos e desdobramentos. Por fim, procura-se trazer algumas contribuições no campo dos estudos da “palavra cantada” em diálogo com a problemática da memória e do desenvolvimento local.

Identidade e memória de Ipiabas e Conservatória: O projeto

O projeto foi composto por várias etapas, divididas em pesquisas documentais e de campo. Em um estudo realizado a partir da análise dos resultados obtidos na pesquisa de campo, coletados através dos questionários, das entrevistas com comerciantes, hoteleiros, moradores, estudantes e professores, discutiu-se as relações da memória com o desenvolvimento de atividades culturais e turísticas dos distritos de Conservatória (Município de Valença) e Ipiabas (município de Barra do Piraí). Tal análise foi realizada à luz de estudos teóricos sobre memória, identidade, poesia, música, teologia, dentre outros. Como já se pode perceber, o trabalho desenvolvido tem uma forte natureza interdisciplinar, contando com a participação de três pesquisadores da área das ciências humanas: Literatura, história e teologia. O projeto de pesquisa e extensão citado permitiu que se percebesse, além da utilização da memória enquanto ação (recurso), a profundidade e a importância das discussões sobre a interdisciplinaridade, pois as pesquisas documentais e as atividades de campo realizadas mostraram como o diálogo interdisciplinar permite que haja uma maior abrangência nas ações que visam ao desenvolvimento (social e cultural) de importantes regiões do Brasil. A interdisciplinaridade, por sua própria natureza, transforma-se em um potente instrumento na busca de auxiliar atores sociais e grupos a atingir suas metas, sejam elas culturais, econômicas, educacionais, artísticas, turísticas, ou qualquer outra.

Através da coleta de informações e do trabalho com oficinas nas instituições de ensino de Ipiabas e Conservatória, foram estudados aspectos da memória coletiva, tendo como focos temáticos a seresta e a serenata. Justifica-se o ponto de partida do projeto na música por ser Conservatória considerada a “Capital da seresta e da serenata”. Torna-se importante destacar, aqui, que, de acordo com os seresteiros e estudiosos locais, a seresta se diferencia da serenata pelo fato de que a primeira se realiza em recintos fechados, enquanto a segunda (mais propriamente a peculiaridade de Conservatória) se relaciona ao cortejo musical noturno, que vai pelas ruas cantando canções de amor, sem acompanhamento de instrumentos de percussão.

Uma das peculiaridades das atividades realizadas foi trabalhar, no projeto, com questões culturais envolvendo jovens e idosos, visando à reflexão acerca das identidades em sua íntima relação com a memória e da memória em sua imbricação com a cultura. A problemática da memória foi aprofundada levando em consideração o estudo das histórias contadas, das lembranças dos idosos e das perspectivas dos jovens a partir da

exposição da importância da tradição cultural para o desenvolvimento da região, não apenas em termos econômicos, como educacionais e culturais.

A partir dessa visão, a memória é entendida aqui, não apenas como reservatório de lembranças, mas, principalmente como ponto de partida para a criação de atividades de geração de renda. O turismo tem sido o campo que mais tem aproveitado essa característica da “memória-em-ação” (da memória enquanto recurso). A memória coletiva influencia a memória individual (Haubwachs, 2006), e é nessa relação entre o individual e o coletivo que a “tradição” se construiu na região. Tal fato se deu a partir, principalmente, do trabalho de dois seresteiros, os irmãos José e Joubert Borges, realizado ao longo de décadas. (Magno, 2005 e 2011) Ao fundar o Museu da Seresta em sua própria casa, o seresteiro José Borges criava um “local” para a memória da seresta e da serenata. Nesse “local de cultura” a memória armazenada não apenas auxiliou na preservação das canções do passado, como atuou como impulsionadora do desenvolvimento econômico de Conservatória e do seu entorno. (Magno, 2005 e 2011)

Em Conservatória, em suas procissões sonoras noturnas (nas serenatas) as memórias “se encontram” nas canções que remetem os idosos aos seus ídolos do passado, às suas canções prediletas (Ver: Magno, 2005). O passado, “reinventado”, traz para o presente, nas vozes dos seresteiros, passagens importantes, guardadas na memória dos que seguem o cortejo musical. (ver: Bosi, 2003) Para aqueles que adicionam às lembranças dos áureos tempos do rádio e, mesmo, às modinhas do século XIX, o conhecimento sobre as cantigas de amor da Idade Média, o cortejo os leva muito além dos logradouros da “capital da serenata”. Os visitantes viajam, portanto na memória, com a memória, ao encontro da memória.

A memória em ação

Em Ipiabas, a “memória-em-ação” tem seu lugar nas tradições afrodescendentes, nas festas e celebrações que buscam manter vivas as práticas ancestrais. No caso específico desse distrito de Barra do Piraí, o projeto se concentrou na tentativa de demonstrar, através de algumas ações específicas, como a população poderia utilizar elementos da tradição cultural africana como ponto principal das (poucas) atividades culturais realizadas no local. Principalmente, tentou mostrar evidências de que a identidade de toda a região de Barra do Piraí (assim como a de Valença) possui um imenso manancial de elementos culturais e que a memória precisa ser preservada,

inclusive para, caso se entenda ser necessário, transformar-se em atrativo turístico - mas não apenas para isso. Uma certa baixa auto-estima é percebida, de certa maneira, por parte dos atores sociais da região, exatamente por não se enxergar que certas práticas culturais familiares, tidas como “desimportantes” são, em realidade um tesouro cultural precioso. As atividades realizadas pelo projeto com as crianças, basearam-se, exatamente na busca de fazê-las pensar nos aspectos identitários, que envolvem memória e cultura, como partes integrantes de seu futuro..

Como se pode demonstrar, através das afirmativas acima, o projeto em questão facilita o aprofundamento de reflexões acerca da importância das discussões sobre a abrangência da atuação da memória na contemporaneidade. As pesquisas e as atividades realizadas mostraram que, além do diálogo interdisciplinar que permitiu que houvesse uma maior abrangência nas ações do Projeto, a problemática da memória enquanto ação é um fator preponderante para a dinâmica social local. As manifestações culturais e musicais, o jongo, a capoeira, a serenata, a poesia, as perspectivas econômicas e políticas, dentre outras fazem parte de um mesmo conjunto de questões: a do desenvolvimento cultural das regiões implicadas, a do desenvolvimento econômico e a da manutenção da memória como um dos elementos fundamentais nesse contexto.

A serenata de Conservatória promove o desenvolvimento de inúmeras espécies de atividades geradoras de recursos econômicos. A cultura e a memória podem ser ativadas como recursos tanto para a continuidade das atividades econômicas (bares, pousadas, etc), que geram emprego e renda para a região, quanto para a manutenção das “procissões” das músicas românticas do passado, que caracterizam a serenata, dando continuidade a uma tradição inventada (Hobsbawn, 1984) ou ainda na formação das novas gerações de músicos seresteiros.

O que aqui se denominou “memória em ação”, ou “ação da memória” pode ser inserido em uma discussão mais ampla, relativa á cultura. A ação da memória pode impulsionar a ação da cultura. Para lembrar discussões como as mantidas por George Yúdice em seu *A conveniência da cultura*, pode-se refletir sobre a utilização da memória também enquanto “recurso”, se é que se pode ousar afirmar dessa forma. A “ação da memória” como instrumento de apoio ao desenvolvimento cultural está associada, portanto, pelo viés aqui explicitado, ao entendimento da “cultura recurso”. Como afirma Yúdice:

A noção de cultura como recurso pressupõe seu gerenciamento, uma perspectiva que não era característica nem da alta cultura nem da cultura cotidiana no sentido antropológico. E para complicar ainda mais a questão, a cultura como recurso circula globalmente, numa velocidade crescente. (Yudice, 2004, 17)

Entendendo que se deve ter em mente que as questões dos “usos” e da “conveniência da cultura” não podem ser dissociadas da reflexão sobre outros problemas complexos inerentes a esses debates, o projeto aqui destacado também tem como uma de suas frentes de reflexão e ação a intenção de auxiliar os atores sociais locais a pensar na importância de sua atuação enquanto atores culturais. Mas sabe-se que atores sociais em geral, interessados na problemática da cultura, enfrentam problemas muitas vezes difíceis de superar, principalmente no que diz respeito a aspectos sociais e econômicos. “Nem sempre é fácil fazer com que ambos os aspectos – sócio-políticos e econômicos – de gerenciamento cultural cheguem a um acordo sem problemas ou contradições” (Yudice, 2004)

Um exemplo das imensas dificuldades que gestores culturais ligados à cultura de matriz africana têm encontrado para tornar a cultura motor de desenvolvimento² em alguns locais do Brasil está na ignorância de muitos dos atores sociais no que diz respeito à importância de sua herança cultural africana. Os tesouros culturais do distrito de Ipiabas são pouco perceptíveis e se ocultam principalmente na pouca importância que tem sido dada à memória, aos elementos herdados da cultura dos povos da África - que foram forçados a viver na região, depois, abandonados pelos senhores com o fim da escravidão, e, nessas terras, construíram suas vidas, montaram suas famílias e partilharam suas heranças

Em recente encontro internacional de especialistas em política cultural, uma funcionária da UNESCO lamentou o fato de que a cultura é invocada para resolver problemas que anteriormente eram da competência das áreas econômica e política. No entanto, ela prosseguia, o único meio de se convencer os líderes governamentais e empresariais de que vale à pena apoiar a atividade cultural é argumentando que ela reduz os conflitos sociais e promove o desenvolvimento econômico. (Yudice, 2004, p. 13)

Valença e Barra do Piraí têm, em seu entorno um grande e pouco conhecido manancial de memória das heranças culturais dos escravos africanos, contando inclusive com a existência de quilombos. (Lifchitz, 2011) Entretanto as duas localidades desenvolvem pouco atividades relacionadas à memória das tradições herdadas dos

² O conceito de desenvolvimento trabalhado nesse artigo extrapola o campo econômico, diz respeito ao desenvolvimento social e humano, que tem em seu interior a questão econômica, mas não se restringe a ela.

ancestrais africanos. As dificuldades de desenvolver atividades relacionadas à cultura africana passam tanto pelos preconceitos raciais e sociais enraizados, quanto pela visão negativa de alguns religiosos em relação às práticas culturais, não apenas na região estudada, como em outras partes do país

“O conflito de religiões afro-brasileiras e neopentecostais alcançou, em algumas regiões do país, tal grau de intensidade que alguns autores chegam a falar em “batalha espiritual”, “guerra religiosa popular urbana” ou ofensiva pentecostal, assumindo diferentes variantes que iriam da recusa ritual até ataque contra terreiro”. (Lifchitz, 2011, 152)

Um mestre de capoeira, que ministra aulas em Ipiabas, em conversa com o coordenador do projeto, mostrou ser a questão da religião um sério entrave para o desenvolvimento do seu trabalho. Na comunidade do Imbé, estudada por Lifchitz (2011), uma “moradora relata que quando houve uma apresentação de capoeira num dos eventos da Fundação Palmares, alguns moradores que frequentam a Assembleia de Deus foram embora”. (Lifchitz, 2011, p. 155) O grave problema aqui apontado tem se tornado um forte entrave ao desenvolvimento pleno das atividades culturais, impedindo, inclusive, que se perceba as dimensões, a diversidade e as complexidades da cultura. Como afirma Yudice, para a maioria das pessoas, a cultura

não evoca a mesma urgência no combate à ameaça de morte, embora seja verdade que muitos lamentam a devastação que o turismo “fast food” [comida rápida] e as indústrias de entretenimento global provocam nos estilos de vida tradicionais (Yudice, 2004, p. 14)

No tempo da memória

O desenvolvimento das regiões aqui destacadas, atualmente, tem como principal propulsor a memória, mas não apenas da memória social, em si mesma, mas de um de seus desdobramentos do trabalho com as composições musicais. É importante, portanto, refletir sobre aspectos relacionados à “memória da palavra cantada”, mais especificamente. A esse respeito, deve-se destacar, nesse momento, as atividades de um projeto importante, em termos de preservação da memória, que existe em Conservatória, desde 2005. Denomina-se “Conservatória Meu Amor” e é desenvolvido pelas seresteiras (e professoras de serenata) Marluce Magno e Elenice Lessa. Dentre os desmembramentos das atividades desse projeto estão as aulas de serenata. Um grupo de alunos advindos das duas instituições educacionais públicas de Conservatória reúnem-se

com as professoras, às sextas-feiras, na praça Getúlio Vargas, no centro histórico de Conservatória para aprenderem a cantar canções consagradas do passado.

Há, dentre as composições contidas no repertório da serenata de Conservatória,, algumas que remontam ao século XIX, como é o caso das obras de Carlos Gomes. Além dos alunos, os passantes também participam da atividade realizada em praça pública. Ao ensinar canções do passado, simultaneamente, as professoras levam seus alunos a conhecer elementos contidos nas composições que fazem parte de um outro momento e de outros gostos musicais. Ao longo do tempo, essas canções são memorizadas, juntamente com as informações a elas inerentes. À memória individual, à captação dos ensinamentos pelos alunos das aulas na praça, são adicionados, direta ou indiretamente, elementos da vivência dos seresteiros. Não se trata apenas da apreensão do conteúdo de uma disciplina, como ocorre em qualquer escola. Aspectos da identidade local, a importância da serenata para os moradores e, principalmente a maneira como os seresteiros e o público se comportam e se comportavam, no passado são enfocados também.

Como se vê, os alunos aprendem não apenas a cantar, mas a “vivenciar” as músicas e são informados de como se “vivenciava” a serenata. As aulas, em si mesmas, são aulas de lembranças. Sabe-se que a lembrança é um dos fatores principais da educação e fundamental para inúmeras disciplinas, principalmente da História, Literatura, do Direito. A memória individual é impregnada pela memória coletiva. O passado povoa o presente, consciente e/ou inconscientemente. Como afirma Halbwachs (2006, p. 31), ”para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível”. Mas, no caso da serenata, elementos da “memória coletiva” servem como material indispensável. É simultaneamente mecanismo de lembrança, que serve à educação e a outras disciplinas; e parceira inseparável da música, na serenata.

A memória faz da música a principal base de atração turística na pequena localidade. Isso se dá, principalmente por ser a lembrança de momentos importantes do passado uma “companhia” de vida. A memória é um aspecto fundamental da vida dos idosos, sendo a rememoração, um exercício vital. Atualmente, a reflexão, a rememoração, a resolução de problemas, são indicados como formas terapêuticas contra problemas da memória”, como o hoje conhecido “mal de “Halzheimer”.

Voltando às aulas propriamente ditas, não se trata, ratifica-se, apenas de memorizar melodias e letras, mas também de conhecer os “quês” e “porquês” das manifestações musicais que envolvem e atraem inúmeros visitantes, por semana.

A palavra da serenata

Pode-se, a partir da apresentação de aspectos relevantes que envolvem as aulas de serenata de Conservatória, refletir sobre a relação das mesmas com a educação, com a memória da música e com a identidade local. Tais reflexões já vêm sendo realizadas tanto em alguns textos publicados a partir das pesquisas do projeto (aqui destacado) quanto através das disciplinas do Mestrado em Letras e Ciências Humanas da Unigranrio. Mesmo tratando da importante interferência da memória individual na memória coletiva e da relação desta com a identidade desse distrito de Valença, no estado do Rio de Janeiro, não se trata, aqui, nesse artigo, de demonstrar apenas a importância das aulas de serenata com a memória pelo viés da música, da melodia cantada, mas também da palavra interpretada.

A “palavra cantada”, na serenata, também está a serviço da memória. Além da lembrança da melodia que embala a rememoração estão presentes nas letras das composições elementos que ligam quem relembra ao seu próprio passado. A maneira como cada participante da serenata lembra das situações pessoais, faz com que as imagens, retomadas pela mente, sejam suas e, simultaneamente das pessoas que acompanham o cortejo da serenata.

Para ratificar a presença de elementos “despertadores”, propulsores e constitutivos da memória individual transposta para a memória coletiva, dar-se-á um exemplo da contribuição da letra das composições para a (re-)posição da memória nas (e das) serenatas, interpretando textualmente “O velho realejo”, uma das canções mais executadas nas noites muitas vezes enluaradas de Conservatória. “Velho realejo” foi composta, por Custódio Mesquita e Sadi Cabral, na década de 1930:

Naquele bairro afastado
onde em criança vivias
a remoer melodias
de uma ternura sem par,
passava todas as tardes
um realejo risonho

passava, como um sonho,
um realejo a tocar...

Depois tu partiste
ficou triste a rua deserta... Na tarde fria e calma,
ouço ainda o realejo a tocar...
Ficou a saudade
comigo a morar...
Tu cantas alegre e o realejo
parece que chora, com pena de ti. (POUSADA AZUL, 1994, p.62)

Na primeira estrofe do texto dessa composição criada em compasso ternário, percebe-se que o eu-lírico rememora o seu passado, tratando de um lugar afastado de seu tempo de criança. O realejo já não pertencia ao presente do eu-lírico, no momento em que escreve o texto. A “ternura sem par” faz parte de uma lembrança que o eu-lírico relembra de forma nostálgica. Pode-se afirmar que os jovens nas aulas de serenata, cantam a memória do passado e participam da escrita de outra memória, a do futuro. Ao tratar da letra da composição musical, é importante que se alerte, optou-se, aqui, por trabalhar com denominações advindas do campo da literatura. Cada linha das composições musicais será denominada verso, como se faz no trato “lírica”, da poesia, na área de Letras. Aristóteles, em sua *Arte poética*, estudou os gêneros, de forma triádica, dividindo-os em: épica, dramática e lírica. A épica se relaciona à narrativa e pode, também, ser escrita em versos (longos, descritivos), a dramática está relacionada ao teatro, com seus elementos cênicos e a lírica, que mais importa aqui, refere-se a criações textuais em versos que, geralmente, dão ênfase à subjetividade de um eu que se manifesta. Portanto ao tratar do “agente”, do agenciador da letra da composição musical, utilizou-se denominação eu-lírico, por entender que quem age no texto não é o compositor em si (o poeta) e sim o seu eu-lírico, o seu eu-poemático.

A memória das cantigas e a economia da palavra cantada

“O velho realejo” é uma composição exemplar para que se demonstre a importância do estudo da “palavra cantada” como um todo e não apenas da melodia que envolve a letra para a preservação da memória. Nessa valsa, percebe-se a presença de palavras e expressões costumeiras das serenatas, como: “ternura”, “tristeza”, “sonho”, “partida”. A velha máquina sonora que ficara na memória, o realejo, é ouvida novamente pelo eu-lírico quando a saudade substitui a presença da pessoa que partiu. A

força da tristeza é aumentada pela forte idealização caracterizadora desse tipo de composição lírica, aos moldes do período romântico (séc. XVIII e XIX, na Europa, no Brasil, XIX) e, por extensão das cantigas e aos trovadores e menestrelis da Idade Média.

Pode-se, em uma interpretação do texto, afirmar que enquanto ignorava o amor, o eu-lírico ouvia alegremente o realejo. Mas, depois de sua partida, o antigo e alegre som desse artefato musical é substituído pela saudade. Mas o mais interessante, na letra dessa composição é a presença da prosopopeia. O realejo é personificado e, em um determinado momento, “parece que chora”. Ou seja, a máquina, que tem sentimentos, parece chorar pela ausência de sentimentos da pessoa que abandona seu lugar de origem. Assim, de acordo com a letra da composição, seguindo a leitura aqui desenvolvida, a pessoa que partiu ainda canta alegre na memória. Remetendo esse sentimento de saudade às cantigas de amor e de amigo, poder-se-ia afirmar que há um tratamento da partida de uma pessoa que se aproxima daquele dedicado à “coita de amor” medieval. A “coita” é marcada, respectivamente, pelo sofrimento pela partida de uma pessoa que se gosta ou pela impossibilidade de realização de algum tipo de enlace amoroso. Na valsa “O velho realejo”, portanto, o sofrimento pela ausência é transferido ao objeto que provoca a lembrança, o realejo. É ele quem “parece que chora” e tem pena de quem partiu.

O realejo, em sua personificação, testemunha de todo o processo de memorização dessa “coita de amor” contemporânea. Para utilizar uma passagem de um texto de Walter Benjamin acerca da obra de Marcel Proust, pode-se afirmar que a voz que permaneceu na memória foi aquela que ficou nas “franjas do esquecimento”. O bairro distante, o cotidiano da pessoa que partiu, a melodia, com sua “ternura sem par”, perder-se-iam, não fosse a parte que o esquecimento deixou ficar. (BENJAMIN, p. 37)

Juntamente com a melodia das canções, a letra, quando interpretada (no momento da performance), dá margem a inúmeras questões marcantes, que ficariam na memória dos idosos e se perderiam, caso a composição não fosse regravada ou reinterpretada, ao longo do tempo. “A palavra cantada”, no caso, a “música” das serenatas, é composta por letra, melodia e performance (MATOS, 2011). Entendendo-se performance como o momento da interpretação da composição, a maneira como a canção é cantada. (Matos, 2011) No cortejo da serenata, essa “palavra cantada” é reforçada pela memória. Não se trata de qualquer palavra, mas de um “ponto de lembrança”. Walter Benjamin

afirmou, ao tratar da obra de Proust, como se lembrou acima, que o que fica não é o que a memória tece, mas o que ficou nas franjas, nas tranças do esquecimento. A palavra cantada, nas serenatas, no momento mesmo em que retomam elementos do passado, projetam a serenata de Conservatória para o futuro.

Percebe-se, portanto, pelo que aqui se afirma, que a memória não é estática. Memorizar é também agir. Isso permite que o passado conviva com o presente e permaneça no futuro. Não se trata de entender que a memória possa ocasionar o retorno do passado exatamente como ocorreu, mas é possível perceber, pelo filtro contemporâneo sua presença, recriada pelo olhar dos alunos seresteiros. A valsa “Velho realejo”, dentre inúmeras outras, é um dos importantes exemplos de composições que auxiliam na demonstração de como a viagem ao passado remete ao futuro de Conservatória enquanto “locus” de educação, cultura, turismo e economia.

Conservatória constitui-se em uma das maiores fonte de arrecadação de impostos do município de Valença. Percebe-se, portanto, o quanto uma aula de serenata pode valer -, sem entrar, aqui, efetivamente na questão econômica - em termos de rendimento educacional e de propulsão da memória, a longo prazo. Vê-se que se trata de um investimento fundamental para a efetiva manutenção da serenata. Da problemática da memória musical à memória social, a questão da identidade surge como problemática que não pode deixar de ser anexada às preocupações com a preservação da memória em várias instâncias. Preservação das composições, dos monumentos, das tradições locais.

A palavra, cantada em “Velho realejo”, para voltar ao exemplo do trato da letra da composição musical, apresenta aos jovens uma antiga máquina, talvez tataravó dos CDs, que adquiriam sentido mágico, não apenas por levar música pela rua, mas por deixar imagens marcadas na memória. Essa memória, para lembrar, novamente, Halbwachs, ultrapassa os limites da memória individual. O realejo marcou uma geração. As crianças de hoje, acostumadas a extrair som das máquinas, das diversas TICs, podem entrar em contato com um outro mundo que está contido nos versos, um universo de jovens de outro tempo. Afirma-se, portanto, que as aulas de serenata são múltiplas, como a serenata o é. Não se ensina apenas a melodia, mas também o sentido das composições. Remete-se ao clima silencioso e lento dos tempos dos realejos. A pedagogia da serenata não pressupõe apenas uma inserção no universo musical, mas

também no mundo das imagens e da imaginação da poética, da preservação e da invenção inerente à literatura.

Conclusão: .

Nessas atividades de natureza a interdisciplinar, as aulas de serenata se inserem perfeitamente nas reflexões acerca da pós-modernidade, com seu ecletismo, com sua marcante fragmentação. Através do trabalho com a palavra cantada, as aulas de serenata mantêm viva a presença de aspectos do passado no presente. Como já se disse anteriormente, não se traz o passado de volta, mas se pode recriá-lo a partir da perspectiva contemporânea. A saudade passa a ser condimento que dá um sabor novo ao olhar presente sobre o que ficou nas “franjas do esquecimento”.

A serenata, através do filtro da memória, torna-se um veículo possante que tem levado inúmeros moradores e turistas a viajar no tempo. Assim, a memória individual, impregnada pela memória coletiva, se investe de um vigoroso poder. O exemplo dado na sintética análise da valsa Velho Realejo intentou mostrar como se pode sentir a presença de certos ecos do passado, no caso, das cantigas de amigo, do lamento pela ausência de um ente querido. A serenata, em seu cortejo pelas ruas de Conservatória, é mais que um simples entoar de canções do passado. Através das palavras e da música, na performance dos seresteiros fixam-se as identidades, presentificam-se as memórias.

No desenvolvimento deste trabalho, procurou-se refletir sobre a relação da memória com a música e com a cultura, entendendo esta última pelo viés do desenvolvimento em termos amplos, tentando propor que também a memória pode servir como “recurso”, seguindo reflexões de autores como George Yudice. As discussões sobre a “memória enquanto ação” são realizadas, como se disse, no início desse artigo, a partir das conclusões das pesquisas do um projeto apoiado pela FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro). Alguns aspectos do Projeto foram analisados mais detalhadamente, como a importância de se perceber que as composições cantadas nas serenatas são constituídas não apenas pela música. Além da melodia, a letra e a performance dos seresteiros fazem parte de um todo que, ao final é denominado serenata.

No que diz respeito às manifestações musicais de Ipiabas, o trabalho apresenta um problema importante, relativo à pouca importância que a tradição africana tem

recebido na localidade e, mais ainda, as dificuldades que gestores culturais têm enfrentado para trabalhar como aspectos e elementos da cultura afro. A memória, nesse caso, mais que em conservatória, torna-se (ou precisa tornar-se) agente da cultura, propulsora de desenvolvimento, pois ainda não há nesses locais uma conscientização identitária. Ou seja, a memória local, por enquanto, não foi apropriada pela comunidade. Tampouco se percebeu a amplitude que a memória pode atingir, nem as dimensões da problemática das identidades. Ainda não há consciência da importância do sentimento de pertencimento, para que se queira promover algum tipo de atividade em prol do desenvolvimento, cultural.

Retomando o que se discutiu durante a realização desse trabalho, é fundamental corroborar que a memória como propulsora de recursos deve ser percebida enquanto aspecto importante para o desenvolvimento da região estudada, em várias de suas instâncias. E tal utilização tem sido determinante na ampliação das atividades culturais, econômicas e educacionais, propiciando uma melhor qualidade de vida para os moradores e uma percepção mais acurada da própria identidade.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**. Textos em história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BENJAMIN, Walter. **A imagem de Proust**. Walter Benjamin. Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOSI, Alfredo, Plural, mas não caótico. In:_____. **Cultura Brasileira** -Temas e situações. São Paulo: Ática, 1992.

BOSI, Eclea, **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial,, 1996.

FINNEGAN, Ruth. “O que vem primeiro: o texto, a música ou a performance?” In: MATOS, Cláudia Neiva de; Travassos, Elizabeth e Medeiros, Fernanda Teixeira de. (Org.) **Palavra cantada**: ensaios sobre poesia, música e voz. Rio de Janeiro: FAPERJ/7 LETRAS, 2008.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**. Identidades e mediações culturais. Liv Sovic (Org.) Trad.

Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG/ Brasília: Representação da UNESCO.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das Tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. **Comunidades tradicionais e neocomunidades**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

MAGNO, Marluce. **Projeto Conservatória meu amor**. Jovem também gosta de serenata. Ed. Marluce magno, Valença, 2005.

MATOS, Cláudia Neiva de; Travassos, Elizabeth e Medeiros, Fernanda Teixeira de. (Org.) **Palavra cantada**: ensaios sobre poesia, música e voz. Rio de Janeiro: FAPERJ/7 LETRAS, 2008.

POUSADA AZUL. **Letras das canções**. Valença (Conservatória): Edição da Pousada, 1994.

YUDICE, George. **A conveniência da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG,

O DIREITO À CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS FACE AO ENOBRECIMENTO IMOBILIÁRIO

Pedro Henrique Faria Machado

Mestrando do curso Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da
Universidade de Taubaté-SP
pehfmachado@gmail.com

Elisa Maria Andrade Brisola

Profa. Dra. Do Programa de Mestrado Acadêmico e Interdisciplinar em Desenvolvimento
Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté-SP
elisabrisola@uol.com.br

Resumo

Refletir sobre o direito à cidade é de fundamental importância, uma vez que se lança a constantes desafios na modernidade, percebido nos processos perversos vividos por milhares de pessoas, sobretudo nas grandes cidades, em relação ao usufruto dos bens e das riquezas socialmente produzidas. Em face desta realidade, objetiva-se com este estudo analisar a relação entre moradia e interesses do capital, e suas consequências que ultrapassam a questão habitacional. Esta abordagem de caráter qualitativo, exploratório e bibliográfico, trouxe como resultado o debate acerca da importância do direito à cidade, contextualizado no município de São José dos Campos no Vale do Paraíba Paulista, articulando às contribuições teóricas dos autores David Harvey, cujo foco centraliza-se no Capital e Zygmunt Bauman, enfatizando a segregação vivida nas cidades.

Palavras-chave: Cidade. Direitos. Segregação.

Abstract

Reflect on the right to the city is very important, since the continuous challenges of modernity, through the perverse process experienced by thousands of people, especially in the big cities, in relation to the make use of goods and richness socially produced. Knowing this reality, the

objective of this study was to analyze the relationship between housing and capital interests, considering the consequences go beyond the housing issue. This approach qualitative, exploratory and literature, as a result brought the debate about the importance of the right to the city, contextualized in São José dos Campos in Vale do Paraíba Paulista, articulated the theoretical contributions of authors David Harvey, whose focus centers on in the Capital and Zygmunt Bauman emphasizes segregation experienced in the cities.

Keywords: City. Rights. Segregation.

1 Introdução

Ao se pensar sobre o direito à cidade, enquanto necessidade da vida urbana, e partindo da compreensão da cidade como espaço que atenda as necessidades humanas, capaz de ser transformada pelos seus habitantes, é legítimo e de fundamental importância colocar a questão em foco, principalmente tendo em conta a existência de processos perversos vividos por milhares de pessoas, sobretudo nas grandes cidades, em relação ao usufruto dos bens e das riquezas socialmente produzidas.

Um dos principais meios de usufruir da cidade e da vida urbana é nela residir. Dessa forma, este artigo tem por finalidade colocar em questão a relação entre a moradia e os interesses do capital, buscando refletir sobre a importância do olhar para esse tema, já que a suas consequências ultrapassam a questão habitacional.

Se, por um lado, a reestruturação urbana, produto social de um modo específico de produção e a rápida valorização imobiliária da cidade de São José dos Campos, iniciado, sobretudo, nos anos de 1990 do século XX, traz consequências sociais, principalmente para a população de baixa renda, como pontua Engels (2009, p. 218), “quanto mais progride a civilização, mais se vê obrigada a encobrir os males que traz necessariamente consigo, ocultando-os com o manto da caridade, enfeitando-os ou simplesmente negando-os”; por outro, a própria elite é impactada, vítima, inclusive, de suas próprias ações, já que “num planeta aberto à livre circulação de capital e mercadorias, o que acontece em determinado lugar tem um peso sobre a forma como as pessoas de todos os outros lugares vivem, esperam ou supõem viver” (BAUMAN, 2007, p. 12).

No que tange à metodologia, esta pesquisa se apresenta quanto à forma de abordagem da temática, como qualitativa. Do ponto de vista de seus objetivos, como exploratória e com relação aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como bibliográfica, com contribuições de livros, artigos, dissertações, jornais e documentos da Prefeitura de São José dos Campos.

Analisar o tema do direito à cidade significa falar em desafios e perspectivas para uma população que muitas vezes se encontra às margens até mesmo dos direitos mais elementares para sua sobrevivência como direito à vida, à alimentação, à segurança, ao trabalho enfim. Falar em direito à cidade nos dias atuais requer conhecimento sobre o contexto capitalista no qual a população se encontra imersa, focando-o por meio de um olhar crítico e analítico.

Para a compreensão desse artigo, que não visa encerrar a discussão, mas sim contribuir para pô-la em foco, reflete-se sobre a importância do tema “direito à cidade”, seguido de uma breve apresentação da cidade de São José dos Campos. Em seguida a contribuição do pensamento de David Harvey (2005; 2011; 2012), norteando e articulando a respeito do fluxo do capital, logo a apresentação dos resultados alcançados, finalizando com a contribuição de Zygmunt Bauman (2007) à respeito da segregação vivida nas cidades atuais, com uma análise e conclusão provisória, uma vez que, como dito anteriormente, espera-se futuras discussões e conclusões em cima desse tema.

2 O Direito à Cidade

Lefebvre (2008, p. 117) formula o direito à cidade como um direito à vida urbana, transformada, renovada. Uma necessidade da vida urbana, que satisfaça as necessidades humanas, as necessidades sociais. Lefebvre (2008, p. 117) se preocupa com os desvios que atrasam esse direito, como “a nostalgia, o turismo, o retorno para o coração da cidade tradicional, o apelo das centralidades existentes ou recentemente elaboradas”, não podendo ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais.

Para o entendimento do direito à cidade e à vida urbana, é fundamental entender as necessidades sociais que, segundo Lefebvre (2008, p. 105)

[...] têm um fundamento antropológico; opostas e complementares compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo [...], de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo [...], de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num “mundo”

Tais características podem ser satisfeitas com “os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas” (LEFEBVRE, 2008, p. 105). Porém é necessário o conhecimento de outras necessidades sociais, que podem superar a divisão parcelar do trabalho, como “uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens consumíveis), necessidade de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas” (LEFEBVRE, 2008, p. 105), dos quais decorrem “a sexualidade, os atos corporais tais como esporte, a atividade criadora, a arte e o conhecimento”.

Dessa forma, é defendido o direito à cidade, o qual segundo Harvey (2012, on-line)

significa o direito de todos nós a criarmos cidades que satisfaçam as necessidades humanas, as nossas necessidades. [...] Todos devemos ter os mesmos direitos de construir os diferentes tipos de cidades que nós queremos que existam [...] direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente.

As necessidades humanas, as necessidades sociais e deve-se fazer dessa reflexão um exercício constante, já que historicamente, verifica-se que a humanidade passou por grandes desenvolvimentos econômicos e tecnológicos, acrescidos da expansão do capitalismo, mas no mundo da cultura popular, da relação entre usufruto dos bens e das riquezas socialmente produzidas, pouca coisa mudou (HARVEY, 1992; SEVCENKO, 2007).

No desenvolvimento da história da humanidade ocorreram grandes conquistas e transformações, mas a questão do direito à moradia, o direito à cidade em si, não se deu para todos: o desenvolvimento arquitetônico é um exemplo perceptível. O centro da cidade de São Paulo, Londres e outras cidades do mundo possuem construções que caracterizam o período da Belle Époque. O fenômeno se faz sentir também nas avenidas largas que foram construídas para escoar o comércio. A estrutura das cidades foi totalmente adaptada e mudada conforme interesses comerciais. A preocupação em dar “um rosto bonito e limpo” aos espaços destinados ao comércio, bem como ao local de moradia da elite sempre esteve presente na história da humanidade. E isso é consequência do imperialismo do capital (HARVEY, 1992; SEVCENKO, 2007).

3 Contextualizando o município de São José dos Campos

O município de São José dos Campos se caracteriza como importante centro tecnológico industrial e comercial, localizado na região leste do Estado de São Paulo, no

médio Vale do Paraíba – SP. Sua localização está entre os principais eixos econômicos do país – Rio de Janeiro e São Paulo – cortada pela Rodovia Federal BR-116 (Presidente Dutra), além de situar-se muito próximo ao Litoral Norte de São Paulo e ao porto de São Sebastião, o que contribui para seu desenvolvimento econômico. Seu Produto Interno Bruto (PIB) está entre os 10 maiores do estado de São Paulo, com R\$22.018 milhões de reais (SEADE, 2012).

**PIB municipal (1) e participação no total
Municípios selecionados do Estado de São Paulo (2) – 2009**

Municípios	PIB (em R\$ milhões correntes)	Participação (%)	Participação Acumulada (%)
Estado de São Paulo	1.084.353,49	100,00	100,00
1. São Paulo	389.317,17	35,90	35,90
2. Guarulhos	32.473,83	2,99	38,90
3. Campinas	31.654,72	2,92	41,82
4. Osasco	31.616,45	2,92	44,73
5. São Bernardo do Campo	28.935,77	2,67	47,40
6. Barueri	26.908,07	2,48	49,88
7. Santos	22.546,13	2,08	51,96
8. São José dos Campos	22.018,04	2,03	53,99
9. Jundiaí	16.585,14	1,53	55,52
10. Santo André	14.709,60	1,36	56,88

(1) A preços correntes.

(2) Correspondem aos dez municípios com maior PIB.

Tabela I: Os 10 maiores PIBs do Estado de São Paulo. Fonte: O PIB dos municípios paulistas em 2009, 2011

O Município é constituído por três distritos, tendo São José dos Campos como sede, dividido em dois subdistritos, e também São Francisco Xavier e Eugênio de Melo. (PMSJC – 2012a, p. 9), possuindo uma unidade territorial de 1.099,77 km², com densidade demográfica de 572,77 hab/km² (IBGE, 2012).



Figura I: Localização de São José dos Campos. Fonte: PMSJC, 2012a

3.1 Breve histórico

O território Joseense foi inicialmente ocupado por uma fazenda de pecuária, criada oficialmente a partir da concessão de sesmarias, por volta de 1590, a pedido de padres jesuítas (PMSJC, 2012a, p. 20). Já em 1871, é elevada à categoria de Cidade (1864), recebendo o nome de São Jose dos Campos. Nesse momento, vale destacar sua “produção de algodão, atingida durante a década de 1860, que era quase toda absorvida pelo mercado inglês” (PMSJC, 2012a, p. 21).

Também o desenvolvimento quase simultâneo da cultura cafeeira no Vale do Paraíba contribuiu para o surto de crescimento pelo qual passou o Município nesse período. Em 1872, São José dos Campos perfazia um total de 12.998 habitantes. A cultura cafeeira teve seu apogeu em 1886, quando já contava com o apoio da estrada de ferro inaugurada em 1877, mantendo alguma expressão até por volta de 1930. A pecuária leiteira começou a ser introduzida com mais intensidade a partir de 1918 após uma grande geada ocorrida no Município, e vem se mantendo com relativa importância para a economia de São José dos Campos até a atualidade.

No início do século XX, começa a tornar-se perceptível a procura do Município para o tratamento de tuberculose, devido às condições climáticas supostamente favoráveis. Gradativamente, já estava sendo criada uma estrutura de atendimento com pensões e repúblicas, quando em 1924, foi inaugurado o Sanatório Vicentina

Aranha, o maior do País. Entretanto, foi somente em 1935, quando o Município foi transformado em Estância Hidromineral é que São José dos Campos passou a receber recursos oficiais que puderam ser aplicados na área sanatorial (ibidem).

“Com o declínio de sua função sanatorial, em virtude da tuberculose ter passado a receber tratamento ambulatorial com o advento da penicilina na década de 1940” (Ibidem), a cidade busca alternativas para atrair investimentos industriais para seu interior. Neste aspecto, têm-se como exemplo a Lei Municipal nº 4 de 1920,

que concedia isenção de impostos por um período de 25 anos e terreno gratuito. A primeira indústria a se beneficiar desta lei foi a Fábrica de Louças Santo Eugênio, inaugurada em 1924 e situada na atual Avenida Dr. Néilson D’Ávila. Em 1925 é instalada a Tecelagem Parahyba, especializada em brim, que depois se transformou em fábrica de cobertores. No entanto, o processo de industrialização só toma impulso a partir da instalação do Centro Técnico de Aeronáutica – CTA e do Instituto de Tecnologia de Aeronáutica – ITA em 1950, além da inauguração da Rodovia Presidente Dutra em 1951 [...] A criação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, em 1961, além do aprimoramento da estrutura educacional no Município, consolidou São José dos Campos como um pólo científico e tecnológico formador de mão-de-obra especializada, o que viabilizou a instalação de empresas nacionais de base tecnológica nos ramos aeroespacial, bélico e eletrônico, assim como nos setores automobilístico, farmacêutico e de telecomunicações. Nas décadas de 1960 e 1970, São José dos Campos experimentou um intenso crescimento demográfico apresentando, inclusive, taxas superiores às registradas no Estado de São Paulo no mesmo período. Esse grande incremento populacional acelerou a urbanização no Município e trouxe problemas que levaram o poder público a ampliar os esforços no sentido de corrigir as distorções ocorridas em sua Zona Urbana inclusive com ocupação da área rural (ibidem).

Já no final da década de 1980 e primórdios dos anos 90,

“em decorrência da situação recessiva que atravessou o país, São José dos Campos, inevitavelmente sensível aos altos e baixos da economia nacional, passou por uma grave crise econômica, principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho” (ibidem).

3.2 População

Os dados censitários de 2010 (IBGE, 2012) indicam para São José dos Campos uma taxa de urbanização de 98%.

Ano	População			
	Total	Urbano	Rural	Taxa de Urb.
1940	36.279	14.474	21.805	40%
1950	44.804	26.600	18.204	59%
1960	77.533	56.882	20.651	73%
1970	148.332	132.482	15.850	89%
1980	287.513	276.901	10.612	96%
1991	442.370	425.515	16.855	96%
2000	539.313	532.717	6.596	99%
2010	629.921	617.106	12.815	98%

Tabela II: Evolução demográfica da população de São José dos Campos. Fonte: IBGE, 2012

As informações expressas na tabela II são úteis para a compreensão do processo de expansão do município de São José dos Campos, sobretudo após a década de 1970 e as décadas subsequentes quando ocorre o enobrecimento urbano em detrimento dos espaços de vivência das camadas pobres da população, as quais são retiradas de seu espaço para dar lugar ao “desenvolvimento”.

Evidentemente esse processo de expansão e valorização urbano situa-se no contexto mais amplo das relações econômicas, políticas e culturais impostas pelos rumos do capital, adotados para a superação de sua crise de acumulação, quer dizer, o capital, desde os anos de 1980 constrói um conjunto de estratégias de diferentes naturezas visando à retomada das taxas de lucro. No escopo das estratégias do capital, insere-se a especulação imobiliária e o enobrecimento de territórios (Harvey, 2011).

4 O enobrecimento urbano

David Harvey (2009, on-line) coloca que “nos anos de 1990 surgiu o problema de um excedente de dinheiro sem destinação” e isso propiciou a instauração de um contexto favorável à existência de forças competitivas que impeliu o reinvestimento de parte do capital em novos desenvolvimentos. “Na história do capitalismo, tem havido uma taxa de crescimento de 3% desde 1750. Uma taxa de crescimento de 3% significa que é preciso encontrar saídas para o capital” (Idem).

Harvey (2005, p. 71) ao explicitar a questão do capital, cita Marx afirmando que:

[...] Marx nunca cansa de enfatizar – não é uma coisa ou um conjunto de instituições; o capital é um processo de circulação entre produção e realização. Esse processo deve se expandir, acumular, reformar constantemente o processo de trabalho e os relacionamentos sociais na produção, assim como mudar constantemente as dimensões e as formas de circulação.

Ainda segundo Harvey (Idem, p. 45),

[...] na ausência de quaisquer limites ou barreiras, a necessidade de reinvestir a fim de continuar a ser um capitalista impulsiona o capitalismo a se expandir a uma taxa composta. Isso cria, então, uma necessidade permanente de encontrar novos campos de atividade para absorver o capital reinvestido: daí o problema da absorção do excedente de capital

continua Harvey (2009, on-line),

[...] os ricos [...] desde 1970 têm investido cada vez menos em novas produções. Eles têm investido na compra de ativos, ações, direitos de propriedade, inclusive intelectual, e, é claro, em propriedade imobiliária. Portanto, desde 1970, cada vez mais dinheiro tem sido destinado a ativos financeiros, e quando a classe capitalista começa a comprar ativos, o valor destes aumenta. Assim eles começam a fazer dinheiro com o crescimento no valor de seus ativos. Com isso, os preços da propriedade imobiliária aumentam mais e mais. E isso não torna uma cidade melhor, e sim a torna mais cara. Além disso, na medida em que eles querem construir condomínios de luxo e casas exclusivas, eles têm que empurrar os pobres para fora de suas terras – eles têm que tirar o nosso direito à cidade.

Destarte, esses efeitos podem ser sentidos na cidade de São José dos Campos, uma vez que nos últimos “três anos, o preço de imóveis na região subiu 110%. A média de preço do metro quadrado, que em 2008 era de R\$ 1.900, passou para R\$ 4.000 em 2011” (COSTA A, 2012, on-line), mesmo com índices, como o da construção civil, se mantendo relativamente constante.

O fenômeno do enobrecimento do espaço urbano insere-se na perspectiva apontada por Harvey (2005, p. 168-169), segundo o qual a urbanização deveria ser um “processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas”. Contudo, aponta o autor, em uma sociedade vinculada por classes, essas práticas adquirem um conteúdo de classe definido.

Pela lógica apresentada pelo autor (ibidem), “as práticas espaciais de classe, em associação com a circulação do capital, a reprodução da força de trabalho e das relações de classe, e a necessidade de controlar a força de trabalho permanecem hegemônicas”, levando, a processos que privilegiam uma classe em detrimento à outra.

Tal perspectiva analítica, associada à compreensão de que o capital enfrenta sua crise interna com múltiplas e perversas estratégias as quais afetam a vida das e nas cidades, apresenta-se a seguir alguns resultados de levantamentos realizados, ainda que de forma preliminar, para compreender o fenômeno do enobrecimento no município de São José dos Campos.

5 Resultados Alcançados

São José dos Campos situa-se entre os dez maiores PIBs do estado de São Paulo, com R\$ 22.018 milhões de reais (O PIB dos municípios paulistas em 2009, 2012), revelando seu grande desenvolvimento econômico. Porém, em um olhar mais atento, percebe-se que esse desenvolvimento não atinge a todos, a partir do momento que essa renda é má distribuída, como se pode observar na tabela III, onde 50% da população com 10 anos ou mais de idade vivem com até 1 salário mínimo (72% com até 2 salários mínimos).

Mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos e bairros	Pessoas de 10 anos ou mais de idade								
	Total (1)	Classes de rendimento nominal mensal (salário mínimo) (2)							
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento (3)
São José dos Campos	544 032	8.340	67.038	123.689	96.373	34.889	13.645	4.500	194.930
%		2%	12%	23%	18%	6%	3%	1%	36%

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rendimento nominal mensal. (2) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. (3) Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios.

Tabela III: Pessoas de 10 anos ou mais de idade. Fonte: IBGE,2012

E ainda de acordo com o IBGE (2012), verifica-se também a existência de uma população composta por 24% das famílias vivendo com rendimento de até 2 salários mínimos, como se pode observar na tabela IV

Mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos e bairros	Domicílios particulares permanentes								
	Total (1)	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar (salário mínimo) (2)							
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento (3)
São José dos Campos	189 503	1.040	10.390	27.913	71.497	44.168	19.560	8.489	6.051
%		1%	5%	15%	38%	23%	10%	4%	3%

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rendimento nominal mensal. (2) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. (3) Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios.

Tabela IV: Domicílio particulares permanentes. Fonte: IBGE, 2012

A mesma desigualdade pode ser vista com relação à habitação. Diferentes metodologias apresentam diferentes e contraditórios números a esse respeito em São José dos Campos. Podemos destacar algumas delas, segundo Lacerda et al (2012, on-line):

- A Fundação João Pinheiro, responsável pelos dados das necessidades habitacionais no Brasil, valendo-se de dados do IBGE, define déficit habitacional como (a) a necessidade de casa em função de sua precariedade, (b) em locais sem fins residenciais, como viadutos etc, (c) quando é utilizado mais de 30% de seu rendimento para o pagamento de aluguéis e (d) coabitação familiar.
- A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), de São Paulo, vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, calcula o déficit habitacional no estado utilizando os dados provenientes de amostragem de domicílios através da Pesquisa de Condições de Vida (PCV). Define déficit habitacional (casas a serem substituídas) quando são moradias rústicas, isto é, feitas com material reutilizados. Exclui-se assim a coabitação familiar.
- Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp), realizando um trabalho encomendado pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos, escolhendo como metodologia de análise dos dados uma combinação entre os conceitos utilizados pela Fundação João Pinheiro e a Fundação Seade e adicionou outros critérios para definir seus próprios parâmetros de cálculo do déficit habitacional da cidade: (a) casas construídas com material reutilizável, (b) cômodo, (c) domicílios improvisados, (d) casas de alvenaria e/ou madeira com sanitário de uso comum a mais de um domicílio, (e) casas de alvenaria e/ou madeira sem sanitário. O NEPO/Unicamp salienta que “não foram incluídas no cálculo do déficit o total de famílias que vivem em situação de coabitação.

Os números oficiais de São José dos Campos (PMSJC, 2012a, p. 52), pela pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas em 2003, trazem um déficit habitacional de 2.560 moradias. Considerando a situação de coabitação esses número vai para 7.440 moradias.

Sendo o tema de coabitação polêmico, Lacerda et al (2012) aponta um estudo realizado em 2006 pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, em parceria com o IBGE, em Campos de Goytacazes verificando a intenção de famílias em condição de coabitação em residir em uma moradia própria. Como resultado, 64% tinha esse interesse. Usando os dados da NEPO/Unicamp e extrapolando os números da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro para São José dos Campos, seria possível, para Lacerda et al (2012), incluir os números contidos na tabela V:

DÉFICIT HABITACIONAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS		
Intituição	Números oficiais	Estimativa
NEPO/Unicamp (excluindo coabitação)	2.600	
NEPO/Unicamp (incluso coabitação)	7.440	
Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro		10.193
Fundação João Pinheiro		15.927

Tabela V: Déficit habitacional em São José dos Campos. Fonte: Lacerda et al;2012; PMSJC, 2012a

Outros estudos contradizem esses números, chegando inclusive a um déficit na ordem de 25.000 (ROSA FILHO, 2007). Porém, apesar do déficit habitacional e da desigualdade da apropriação da renda gerada na cidade, tem-se o que Harvey (2011, p.39) chama de o

“absurdo” do excesso de produção em meio a inúmeras necessidades sociais urgentes, mas não atendidas, de fome em meio à abundância, de desigualdades em rápido crescimento e da periódica destruição das forças produtivas antes criadas com que a burguesia buscou criar um mundo à sua própria imagem e semelhança (HARVEY, 2011, p. 39).

6 Análises e Conclusões Provisórias

Dentre as diversas consequências que a rápida e alta valorização imobiliária de São José dos Campos pode trazer a curto, médio e longo prazo, vale destacar algumas, ademais da problemática habitacional em si.

A primeira e mais óbvia das consequências observadas é exatamente aquela que afeta diretamente a população menos favorecida da sociedade, que encontrará habitações acessíveis em áreas mais distantes, com menos infraestrutura - as menos valorizadas -, ou mesmo buscará habitações irregulares, agindo a favor da segregação, “opção” que lhe sobra.

Contribuindo, ainda, para a segregação e separação, outra consequência, mais subjetiva, mas nem por isso menos importante deriva dos “espaços interditados”. Aqui cabe o raciocínio de Bauman (2007), na tentativa de aclarar o momento atual e prever nosso futuro.

A sensação de insegurança vivida pela população de São José dos Campos é percebida pelo setor imobiliário, que se utiliza dela para agregar valor a “sua cidade-mercadoria”. A esse respeito, pontua Costa F. (2010, p. 149):

O capitalismo transforma a terra em mercadoria, assim como a força de trabalho. O proprietário da terra cobra uma renda para que ela possa ser utilizada pelo capital ou pelo trabalhador, da mesma forma que o trabalhador cobra um salário para que sua força de trabalho seja empregada na reprodução do capital. A terra não é produto de nenhuma forma de trabalho. É um bem natural e finito e não é a materialização do trabalho humano. O trabalho na terra não produz mais terra e sim, o fruto da terra, por isso a terra é um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. A apropriação da terra pelo capital permite a sua utilização segundo critérios capitalistas, permitindo que o trabalhador se torne subordinado ao capital. Dessa forma, a terra opera como se fosse capital, mas o que ela produz é renda, assim como o capital produz lucro e o trabalho produz salário.

Como alternativa a questão da segurança, real ou não, o setor imobiliário toma o palco principal propondo loteamentos fechados de alto padrão e edifícios altamente vigiados.

A guerra contra a insegurança, e particularmente contra os perigos e os riscos à segurança pessoal, agora é travada *dentro* da cidade, onde se estabelecem os campos de batalha urbanos e se traçam as linhas de frente. Trincheiras fortemente armadas (acessos intransponíveis) e bunkers (prédios ou complexos fortificados e rigorosamente vigiados) destinados a separar, manter a distância e impedir a entrada

de estranhos estão se tornando rapidamente um dos aspectos mais visíveis das cidades contemporâneas (BAUMAN, 2007, p. 78)

O gráfico I mostra que “a partir da década de 1990, o processo de produção dos loteamentos fechados se dá de forma mais intensa” (MARIA, 2008), e homogeneização de seus moradores em determinada área pode ser verificado a partir do momento que “[o processo de produção dos loteamentos fechados] claramente reafirma a escolha do eixo oeste da cidade como o escolhido para o local de moradias das faixas de renda elevadas [...]” (MARIA, 2008).

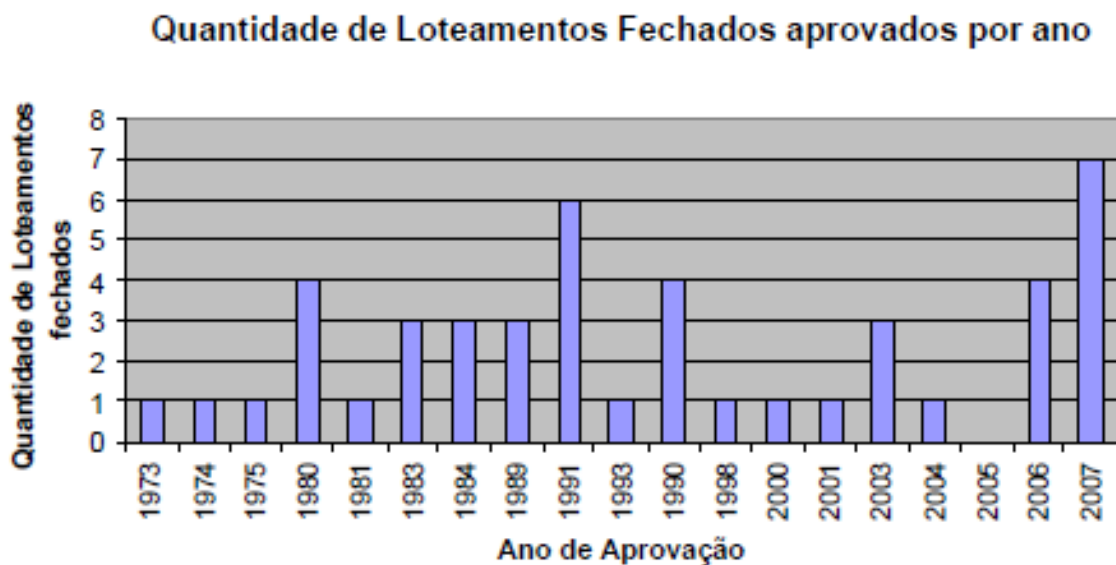


Gráfico I: Quantidade de Loteamentos Fechados aprovados por ano. Fonte: MARIA, 2008

Por outro lado, moradores que não podem pagar por esses loteamentos fechados, ou seja, o outro lado do muro, se veem forçados a se afastar do que agora é considerado alto padrão. Como pontua Bauman (2007, p. 83) “o propósito dos ‘espaços interditados’ é dividir, segregar e excluir, não construir pontes, passagens acessíveis e locais de encontro, facilitar a comunicação e agregar de outras formas os moradores da cidade”.

O problema se agrava, uma vez que, como coloca Bauman (2007, p. 86)

[...] é em torno de *lugares* que os seres humanos experimentam as tendências a serem formadas e coligidas, que tentam administrar a vida que compartilham, que os significados desta são concebidos, absorvidos e negociados.

“A desintegração da vida comunal, a escassez do convívio, o distanciamento e fobia do diferente – ou mixofobia - torna-se prática corrente” (Bauman, 2007, p. 92). Cria-se uma cidade ainda mais polarizada, dos que podem morar dentro dos muros, e dos não tem opção.

A cerca separa o “gueto voluntário” dos ricos e poderosos dos muitos guetos forçados dos pobres e excluídos. Para os integrantes do gueto voluntário, os outros guetos são espaços aos quais “nós não vamos”. Para integrantes dos guetos involuntários, a área na qual estão confinados (por serem excluídos de outras) é o espaço "do qual não temos permissão de sair" (Bauman 2007, p. 82).

Finalmente, Bauman (2007) nos traz um panorama das consequências desse isolamento, de ambos os lados do muro, permitindo-nos uma reflexão a respeito de momentos recentes vividos em São José dos Campos, assim prever o futuro da Cidade. Ainda segundo Bauman (2007, p.94):

Quanto mais as pessoas permanecem num ambiente uniforme - na companhia de outras "como elas" com as quais podem ter superficialmente uma "vida social" praticamente sem correrem o risco da incompreensão e sem enfrentarem a perturbadora necessidade de traduzir diferentes universos de significado -, mais é provável que "desaprendam" a arte de negociar significados compartilhados e um *modus covivendi* agradável (grifos do autor).

Pontuando apenas que esse convívio aparece de igual forma nos dois lados do muro,

Uma vez que esqueceram ou não se preocuparam em adquirir as habilidades necessárias para uma vida satisfatória em meio à diferença, não é de estranhar que os indivíduos que buscam e praticam a terapia da fuga encarem com horror cada vez maior a perspectiva de se confrontarem cara a cara com estranhos. Estes tendem a parecer mais e mais assustadores à medida que se tornam cada vez mais exóticos, desconhecidos e incompreensíveis, e conforme o diálogo e a interação que poderiam acabar assimilando sua "alteridade" ao mundo de alguém se desvanecem, ou sequer conseguem ter início (BAUMAN, 2007, p. 94).

Aqui se chega à realidade de São José dos Campos, implantando uma cultura de segurança privada, veículos blindados e vigilância pública¹, reafirmando o senso de desordem. E os que estão fora da área segura, passam a se tornar inseguros para os que estão dentro dos muros.

Se as distâncias são propositalmente mantidas intransponíveis, de maneira a afastar o perigo de vazamento e a contaminação da pureza regional, uma política de tolerância zero vem a calhar, juntamente com a retirada dos sem-teto dos espaços onde podem ganhar a vida, mas onde também se tornam visíveis de forma perturbadora e intimidante, para espaços longínquos em que perdem essas características (Bauman, 2007, p. 79-80).

¹Inaugurado em 10 de dezembro de 2002, o Centro de Operações Integradas (COI) integra os serviços de emergência do município e faz monitoramento de todas as regiões da cidade por meio de câmeras de vigilância. Além disso, monitora os alarmes de áreas públicas, como escolas e unidades de saúde (PMSJC, 2012b)

A contribuição de Bauman é empiricamente percebida na cidade, desde sua política de remoção de favelas à legitimação por parte de sua população à remoção de ocupações já consolidadas².

Concluiu-se, finalmente que o tema do direito à cidade continua atual, carecendo sempre de um olhar atento. Interesses do capital por diversas vezes sobrepujam os interesses da população, principalmente as de baixa renda, trazendo consequências a curto e a longo prazo, que serão percebidas, legitimadas ou mascaradas, tirando o foco do seu real problema.

² Em pesquisa realizada pelo O VALE (2012), 72% dos entrevistados com renda superior a 5 salários mínimos disseram que são a favor da desocupação do Pinheirinho enquanto apenas 46% dos que ganham até 3 salários dizem o mesmo.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Tempos Líquidos**. 1. ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2007.

COSTA, A. Preço dos imóveis dobra em S. José em três anos, diz Creci. **O Vale**. São José dos Campos, SP, 18 set. 2011. Disponível em: <<http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/preco-dos-imoveis-dobra-em-s-jose-em-tres-anos-diz-creci-1.158678>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

COSTA, F. Cidade-mercadoria, comunicação e consumo. **Contemporânea**, v. 8, n. 3, p. 145-160, 2010. Disponível em: <http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/55912_6422.PDF >. Acesso em: 22 abr. 2012.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 3 ed. São Paulo: Escala, 2009.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Espaços de esperança**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. In: Fórum Social Mundial, 29 jan. 2009, Belém. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/02/440802.shtml>>. Acessado em abril de 2012.

IBGE – Censo Demográfico. (Banco de dados). Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=4&i=P&c=3261>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

LACERDA, A et al. A exclusão de famílias conviventes secundárias na avaliação do déficit habitacional em São José dos Campos. In: XII INIC, VIII EPG e II INIC Jr – UNIVAP. 2008, São José dos Campos, SP. **Anais eletrônicos**. Disponível em <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosEPG/EPG01268_01_A.pdf >. Acesso em: 21 abr. 2012.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MARIA, M. **Novas formas de ocupação urbana:** Os loteamentos fechados em São José dos Campos. 2008. 158f. Dissertação – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos – SP, 2008.

O PIB dos municípios paulistas em 2009. Fundação SEADE. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/pibmun/pdfs/PIBMunicipal_2009.pdf>. Acesso em: 22. jun. 2012.

PEREIRA, C. Maioria dos eleitores apoia a desocupação do Pinheirinho. **O VALE**. São José dos Campos, SP, 8 fev. 2012. Disponível em <<http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/maioria-dos-eleitores-apoia-a-desocupac-o-do-pinheirinho-1.216536>>. Acesso em 22 abr. 2012.

PMSJC. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, PDDI 2006, Diretrizes. São José dos Campos: PMSCJ, 2006. Disponível em: <<http://sjc.sp.gov.br/spu/downlads/diretriz06.pdf>>. Acesso em: 22. jun. 2012a.

_____. Centro de Operações Integradas (COI). Disponível em:

<http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/defesa_do_cidadao/centro_de_operacoes_integradas.aspx>. Acesso em: 22 abr. 2012b.

ROSA FILHO, A. **A Geografia das Favelas:** uma análise das políticas públicas do poder executivo na remoção e/ou reurbanização de favelas no Município de São José dos Campos/SP – 1970-2000. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2007.

SEVCENKO, N. **A corrida para o século XXI:** no loop da montanha russa, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 11-93.

PERFORMANCE , REPRESENTAÇÃO E MEMÓRIA: TECENDO RELAÇÕES ENTRE CORPO, NORMATIVIDADE E PERFORMATIVIDADE NO PALCO E NA SOCIEDADE

Renata Daflon Leite

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social PPGMS / UNIRIO

Resumo:

O trabalho propõe uma reflexão sobre a construção social do corpo na contemporaneidade, a partir de uma aproximação entre o corpo cênico do ator/performer e o corpo do sujeito social. A noção grotowskiana de ‘corpo extra-cotidiano’ é ressaltada para propor uma dimensão não-normativa para o corpo e uma atitude não-representacional, tanto na concepção da arquitetura teatral, quanto na noção de representatividade social. Pensa-se o corpo enquanto criação de um sujeito performativo, capaz de agir sobre o mundo. Que relações com a temporalidade estão implicadas num corpo não-normativo? Como a performance-art e a cena teatral questionam a colonização dos corpos por um discurso hetero-sexista, racista e falocêntrico?

Palavras-Chave: Performance ; Corpo cênico; Memória

Abstract:

The paper proposes a reflection about the social construction of the body in contemporary society, from a rapprochement between the scenic body of the actor / performer and the body of the social subject. The Grotowski's notion of 'extra-daily body' is highlighted to propose a non-normative dimension to the body and an non-representational attitude, both in the conception of theater architecture, and the notion of social representation. It is thought the body while creating a performative subject, able to act upon the world. What are the temporal relationships involved in a non-regulatory

body? As the performance-art and the theater scene questions the colonization of bodies by a speech straight-sexist, racist and phallogocentric?

Keywords: Performance, Scenic body, Memory

Este trabalho lança um olhar para a construção do corpo cênico do ator/performer, procurando pensar de que forma a criação artística deste corpo pode nos ajudar a entender o movimento dos múltiplos corpos sociais do sujeito contemporâneo em sua relação com a normatividade padrão e com o desvio da norma. Que questões o corpo traz à tona para a criação artística? Como podemos pensar a construção de um corpo extra-cotidiano? O diretor teatral Eugenio Barba(2003) emprega o termo ‘reelaboração da espontaneidade’ para referir-se à construção criativa do corpo cênico do ator, podemos, no entanto, estender a noção grotowskiana de ‘corpo extra-cotidiano’ para fora dos limites do palco, concebendo as conseqüências da instauração desse corpo sobre a normatividade social do corpo.

Pensar a construção do corpo cênico implica conceber uma subjetividade que ganha corpo na materialidade das ações físicas, em que não há uma dicotomia corpo/mente, mas sim uma multiplicidade de sensações corpóreas que perpassam a estrutura corpo/mente sempre móvel, numa *autopoiesis* ininterrupta. Essa concepção da presença cênica traz importantes implicações para pensar a cultura, a estética, a política, a filosofia e o funcionamento social, fazendo esse corpo Outro penetrar no chão terraplanado da hegemonia cultural, revelando suas estrias, suas falhas e seus relevos inacessíveis a uma primeira mirada.

A ‘reelaboração da espontaneidade’ refere-se a “capacidade de levar a cabo com decisão ações que resultem orgânicas e eficazes aos sentidos do espectador”(p.259), fazendo com que, para o ator, o comportamento cênico seja tão espontâneo quanto o cotidiano. Desta forma, a materialidade do corpo-mente do ator, aquela ‘presença’ cênica que determina a relação com os espectadores, é para Eugenio Barba, uma constante fundamental para a arte do ator em qualquer cultura.

A presença cênica do ator/performer não está fundada em binarismos corpo/mente, afinal: “ A gente de teatro costuma dizer que um ator deve saber pensar com o corpo, que não apenas a cabeça, mas também os pés, devem ser capazes de

refletir e que esta ‘reflexão’ é conhecimento em ação.” (Barba, 2003, p. 259)¹ O caráter extra-cotidiano do corpo cênico do ator é adquirido mediante exercícios e treinos cotidianos que permitem assimilar uma maneira paradoxal de pensar, ir mais além dos automatismos cotidianos e arraigar-se no comportamento extra-cotidiano da cena, tratando-se verdadeiramente de um segundo nascimento, o de um corpo-mente cênico.(Barba, 2003, p.271)

A atriz do Odin Teatret, Roberta Carreri propõe que a conquista da unidade mente-corpo só é conseguida mediante contínuo treinamento, exercícios físicos e de concentração: “Graças ao treinamento, é possível adquirir uma habilidade motora e uma memória física que aumentam a segurança em si mesmo. Uma vez conquistada a unidade mente-corpo, devemos apenas nos concentrar em habitar o instante com mente, ouvidos e olhos abertos, prontos a reagir.”(Carreri, 2011, p. 48) Roberta remarca que o ator não deve executar a ação mecanicamente, seguindo o trajeto mais breve, como faria no cotidiano, mas sim através do seu fraseado, evocando imagens que mudem suas ‘intensões’, fazendo surgir associações na mente do espectador. “Cada ação é, na verdade, uma reação: a um pensamento, a uma necessidade, a um som ou a uma ação de outra pessoa. A reação tem sempre uma *in-tensão* precisa que influencia diretamente o tônus dos músculos do corpo. Mas, antes de tudo, os olhos.”(p. 98) Podemos perceber, desta forma, que o corpo do ator é um corpo in-tenso capaz de acionar e despertar imagens no espectador porque suas ações estão interconectadas no corpo-mente do ator, evocando memórias físico-mentais que são retrabalhadas a cada repetição das ações. Não há cisão corpo/mente, trata-se daquilo que Roberta Carreri define como “pensamento em ação”.

A presença cênica viva e pulsante do ator/performer é fruto de uma inteligência física onde o corpo-mente é tensionado para gerar um estado de alerta constante:

O corpo cênico está cuidadosamente atento a si, ao outro, ao meio; é o corpo da sensorialidade aberta e conectiva. A atenção permite que o macro e o mínimo, grandezas que geralmente escapam na vida cotidiana, possam ser adentradas e exploradas. Essa operação psicofísica, ética e poética desconstrói hábitos. Atentar para a pressão e o peso das roupas que se veste, para o outro lado, para as sombras e os reflexos, para o gosto da língua e o cheiro do ar, para o jeito como ele move as mãos, atentar para um pensamento que ocorre quando rodando a chave ao sair de casa, para o espírito das cores. A atenção é uma forma de conexão sensorial e perceptiva, uma via de expansão psicofísica sem dispersão, uma forma de conhecimento.

¹ Tradução da autora: La gente de teatro acostumbra decir que un actor debe saber pensar con El cuerpo, que no solo La cabeza, sino también los pies, deben ser capaces de reflexionar y que esta “reflexión” es conocimiento em acción. (Barba, 2003, p.259)

A atenção torna-se assim uma pré-condição da ação cênica; uma espécie de estado de alerta distensionado ou tensão relaxada que se experimenta quando os pés estão firmes no chão, enraizados de tal modo que o corpo pode expandir-se ao extremo sem se esvaír.

(Fabião, 2010, p. 322)

Aquele corpo vivo do ator/performer que nos impacta ao menor movimento, é um corpo 'sempre à espreita' num devir-animal deleuziano. Podemos comparar o devir-animal necessário à atividade do pensador e proposto por Deleuze em seu *Abecedário*, com o estado de devir alcançado pelo ator: “observe as orelhas de um animal, ele não faz nada sem estar à espreita, nunca está tranqüilo. Ele come, deve vigiar se não há alguém atrás dele, se acontece algo atrás dele, a seu lado. É terrível essa existência à espreita. Você faz a aproximação entre o escritor e o animal.”(Deleuze, 2004)

O jogo cênico é o exercício constante de encarar as várias alteridades que temos diante de nós, fazendo-nos entrar em contato com o Mesmo, a partir do choque do encontro com a multiplicidade de Outros subterrâneos que emergem na cena. Esse encontro mobiliza uma crueldade bela e feroz que renova a condição de mortalidade do Sujeito e de imortalidade da pulsão criadora.

Miguel Angel de Barrenechea nos fala em *O aristocrata nietzschiano* que na tragédia grega ocorre uma apolinização das tendências dionisíacas. Refletindo aqui sobre os processos criativos da performance-art e da cena teatral, vemos que as duas forças pulsionais estão sempre presentes, aparecendo de forma diferente em sua relação com a técnica do ator e do performer. Barrenechea(2004) lembra-nos da concepção nietzschiana de que a civilização não se opõe à barbárie e às pulsões mais bestiais, pois o mundo está configurado pela duplicidade de forças dionisíacas e apolíneas, convivendo a terrível sabedoria de Sileno das potências caóticas e titânicas com a tendência à harmonia e ao equilíbrio.

As performances artísticas desvelam o Véu de Maia que encobre as potências mais terríveis, revelando-nos a energia dionisíaca fundadora. O equilíbrio apolíneo, no entanto, é necessário para programar e executar essas performances, com um grau de objetividade que as distingue do puro delírio.

A performer Berna Reale conta-nos em uma entrevista sobre o rigor e o planejamento fundamentais na construção de uma performance:

Na realidade tudo no meu trabalho é pensado, não é aquela performance gratuita de você colocar uma bacia e...Ah, vou me melar lá e chamar todo mundo para ficar olhando. É uma coisa que eu vou mexer com a sociedade e

com o espectador que eu não conheço, porque à medida em que eu saio na rua tudo tem que ser mais ou menos planejado para passar o que eu quero. E o corpo é um símbolo muito forte, então você tem que pensar que ele é um elemento do seu trabalho, assim como a roupa que eu uso tem que ser bem costurada, o corpo também tem que dialogar com o que eu quero. Por exemplo, agora eu estou me preparando para uma nova performance aonde eu vou estar montada num cavalo e eu não posso estar gorda e eu estou gorda, então eu estou fazendo uma dieta...²

Este depoimento explicita que as ações a serem performadas são muito bem programadas e planejadas antes de serem executadas, exigindo, assim, um equilíbrio apolíneo. A construção do corpo extra-cotidiano é a própria constituição do sujeito performativo e requer experimentar a arte apolíneo-dionisíaca, aproximando-se da interpretação nietzschiana de Cavalcanti(2006) que considera tanto um estado de dissolução da individuação e encontro com as forças dionisíacas, quanto da medida apolínea sobre as formas, que, devemos ressaltar como necessária ao rigor técnico do ator/performer.

A performance e o teatro constroem um corpo a partir da natureza impulsiva do homem e não da castração, inserindo a crueldade no movimento da vida. É claro que existem formas artísticas repressoras, mas pensaremos aqui na possibilidade de abertura para a violência da pulsão criadora, indomesticável. Afinal, conforme a leitura de Barrenechea(2004) do confronto aristocratas/sacerdotes na Genealogia da Moral: “A atitude nobre consiste em colocar essa crueldade no movimento de vida, na tensão, no tesão, na disputa; perverso é fincá-la no recalque, no contramovimento.”(p.159)

Lembremos aqui da concepção artaudiana do teatro da crueldade, onde há a submissão à uma necessidade inelutável, aproximando o teatro do impulso vital necessário à criação e não de uma violência cruel e desregrada, exigindo, sobretudo, o rigor enquanto característica constitutiva. Derrida em ‘O teatro da crueldade e o fechamento da representação’ comenta a visão de Artaud sobre a crueldade:

Entrevemos assim o sentido da crueldade como necessidade e rigor. Artaud convida-nos, é certo, a só pensar na palavra crueldade “rigor, aplicação e decisão implacável”, “determinação irreversível”, “determinismo”, “submissão à necessidade”, etc., e não necessariamente “sadismo”, “horror”, “sangue derramado”, “inimigo crucificado” (IV, p. 120), etc. (e certos espetáculos hoje criados sob o signo de Artaud são talvez violentos, mesmo sangrentos, mas nem por isso são cruéis).

(Derrida, 1995, p. 159)

²Entrevista realizada no ‘Programa do Jô’. (Disponível em: <http://tv.globo.com/programas/programa-do-jo/programa/platb/tag/berna-reale/> ; Acesso em: 26 de julho de 2012)

A experimentação da crueldade enquanto força criadora que se aproxima da Vida, requer uma guerra radical contra todas as representações. Podemos depreender de Lins(1999) que Artaud encarna uma escrita crua, regada pelo sangue, pela saliva, pelo excremento, aproximando-se da fecalidade para criar um corpo-sopro, onde “a merda cheira a ser” e negando uma ontologia centrada no identitário, no Uno, no Absoluto. A ‘escrita masturbatória’ de Artaud trabalha com citações inseridas no universo da contaminação e não da cópia, explorando as impurezas e sujeiras da linguagem, elaborando conceitos grávidos de acontecimentos ao fabricar uma “enorme máquina de carne”, engendradora da merda necessária para escrever na folha branca.

Podemos dizer que trata-se de uma escrita-da-carne, onde os pensamentos estão em carne viva, expostos na ferida da folha. Segundo a leitura de Lins(1999), Artaud concebe o eu marcado pela “horripilante máquina cultural trituradora de singularidades”, mas o seu eu carrega uma marca a mais, traço de sua rebelião. A escrita artaudiana é engendrada na profundidade do corpo que sofre da síndrome dos “supliciados da linguagem” que “mugem e berram de dor e horror”. A linguagem repousa na subjetividade das vísceras. Não existe profundidade na produção da vida e da escrita: tudo é superfície pulsional. Para Artaud, o pensamento se dá num território primitivo como concebido no sentido nietzschiano. Artaud e Nietzsche se relacionam com a palavra como fenômeno visceral, fundando uma estética onde reina a ‘crueldade’ de um pensamento submisso ao movimento incessante de uma criação contínua, sem freios e sem limites.(Lins, 1999)

A escrita artaudiana é uma escrita masturbatória, é pura experimentação e devir, negando os binarismos masculino/feminino, corpo/alma:

Lama, catarro, suor, sangue, sonhos colados como uma ferida nos poros, na carne que não agüenta mais...tão grande é a produção de vida tornando-se morte, morte gerando vida e embaralhando as diferenças sexuais numa negação radical do corpo binário, da economia dualista do sexo.

(Lins, 1999, p. 16)

Normalmente, o ato de escrever é considerado do ponto de vista de uma consciência organizadora das idéias a serem escritas, o texto sendo uma construção subjetiva. Artaud e Nietzsche trabalham na contramão desse preceito, propondo uma escrita feita de sangue, onde a produção textual é uma produção corporal. As palavras transpiram e choram, o corpo as escreve segundo seus impulsos. A escrita supõe então,

um engajamento corporal onde aquele que escreve não é mais um sujeito esquizofrênico que tem substância pensante e corpo seccionados, mas sim a afirmação de uma multiplicidade de impulsos que passam pelo corpo e pelo papel, não estando a força criativa submetida a uma unidade controladora.

Artaud aproxima a consciência da digestão, estabelecendo uma busca da fecalidade: “Aí, onde se exprime a merda, se exprime o ser(...) Há no ser alguma coisa de particularmente tentador para o homem e este alguma coisa é justamente A CACA.”³(Artaud, 2004) Para Nietzsche, “a consciência é um órgão regido pela mesma dinâmica que gere o aparelho gástrico: ela absorve e se apropria do que é diverso, procura um alimento espiritual. A consciência é um aparelho centralizador e simplificador que procede da mesma forma que o estômago”(Barrenechea, 2009)

Barrenechea(2011) estabelece que, para Nietzsche, o humano é essencialmente constituído por suas forças vitais, afetivas e instintivas, valorizando o corpo em detrimento de uma substância subjetiva idealista, propondo uma nova compreensão da subjetividade, entendida como uma ‘subjetividade carnal’. Nietzsche critica categoricamente a tradição de pensamento idealista que vincula o homem a um substrato imaterial e atemporal, a alma ou o espírito, e, a um além imutável. “A concepção que cinde homem em corpo e alma estabelece a separação, a ruptura e confusão como condição do humano.” Desde *O nascimento da tragédia*, Nietzsche interpreta o homem a partir do jogo entre dois impulsos conflitantes: Apolo e Dioniso, sendo a consciência uma decorrência do mundo instintivo e pulsional. A obra nietzschiana contesta todo e qualquer conceito identitário, referente a uma pretensa substancialidade subjetiva como: Sujeito, ego, eu, consciência, afirmando, ao contrário, a multiplicidade dos instintos, que não constituem uma unidade, mas estão em permanente mudança no jogo das relações de poder entre as forças instintivas. Em ‘A gaia ciência’ Nietzsche chega a denunciar a crença num sujeito operante, num eu como causa de ações, considerando-a um fetichismo construído pela tradição metafísico-teológica. Em ‘Zaratustra’, o filósofo considera o ‘Eu’ como a pequena razão, que é instrumento da grande razão, o todo corporal, “esta não diz eu, mas faz eu” O absolutamente singular no homem são suas experiências ligadas à alimentação, às

³Tradução da autora: “Là où ça sente la merde / ça sent l'être. (...) Il y a dans l'être / quelque chose de particulièrement tentant pour l'homme / et ce quelque chose est justement/ LE CACA.” Artaud, 2004, p.1644

digestões, aos afetos e aos cuidados do corpo, compondo uma ‘episteme da carne’.
(Barrenechea, 2011)

Miguel Angel de Barrenechea finaliza seu artigo fazendo uma alusão aos escritos de Paul Valéry em *Journal d’Emma*, onde o poeta reflete sobre uma ciência do corpo:

Ele é minha ciência, e, estou segura, o limite de toda ciência; ele, seus assuntos, malestares, necessidades e impedimentos; suas regularidades e seus transtornos; suas digestões, menstruações e os sujos detalhes úmidos do amor... Oh, Corpo sem glória, algum santo deveria ter amado teu excremento!

(Valéry *apud* Barrenechea, 2011: p. 17)

O ator/performer cria um corpo através do treinamento físico cotidiano e esse corpo passa a pensar com todos os poros. A atenção para cada gota de suor, para o batimento cardíaco, o ar que sopra pelas narinas, o intestino e a pele faz com que a presença cênica não seja apenas construção racional, mas sim estado corporal onde atenção é também vibração. O ator/performer entra num devir-animal e mantém as orelhas sempre à espreita, atento à carniça e à presa, em estado de alerta, pronto tanto para saltar sobre o abismo, quanto para enraizar as plantas dos pés no chão. Nesse estado, o corpo cênico encontra sua ferida eterna, abre-se para o acontecimento, quer o acontecimento. *Amor fati*. Vida e morte interpenetradas na superfície do corpo.

O ator/performer que experimenta o teatro não-representacional em toda a sua crueldade, cria para si um Corpo-sem-órgãos, sem organização estabelecida por um organismo regulador, sem funções pré-determinadas. Artaud, ao final de seu texto de 1948 *Para acabar com o julgamento de Deus* chega a conclusão de que “não há nada mais inútil do que um órgão”:

Eu digo, para refazer a sua anatomia. / O homem está doente porque é mal construído. / É necessário se decidir a expô-lo nu para lhe arrancar este animáculo que o corrói mortalmente, / deus, / e com deus/ seus órgãos./ Pois ate-me se você o quer, / mas não há nada de mais inútil que um órgão. / Quando você tiver feito para si um corpo sem órgãos, / então você terá se livrado de todos os automatismos e se rendido à sua verdadeira liberdade. / Então você reaprenderá a dançar ao inverso/ como no delírio dos bailes festivos / e este avesso será seu verdadeiro cerne.

(Artaud, 1948: 2004, p. 1654)⁴

⁴ Tradução da autora : “ Je dis, pour lui refaire son anatomie. / L’homme est malade parce qu’il est mal construit. / Il faut se décider à le mettre à nu pour lui gratter cet animacule que le dérange mortellement, / dieu, / et avec dieu/ ses organes. / Car liez-moi si vous le voulez, / mais il n’y a rien de plus inutile qu’un organe. / Lorsque vous lui aurez fait un corps sans organes, / alors vous l’aurez délivré de tous ses automatismes et rendu à sa véritable liberté.”

Aprofundar a criação desse corpo implica em constituir para si um Corpo-sem-órgãos(CsO) sem esquecer das tais doses ou ‘injeções de prudência’ aconselhadas por Deleuze & Guattari(1996) para não correr o risco de ir de encontro a um corpo esvaziado e catatonizado ao percorrer essa relação entre experimentação e política capaz de resultar em um CsO pleno: “Corpos esvaziados em lugar de plenos. Que aconteceu? Você agiu com a prudência necessária? Não digo sabedoria, mas prudência como dose, como regra imante à experimentação: injeções de prudência. Muitos são derrotados nesta batalha.”

As tais ‘doses de prudência’ seriam então, fruto de uma força apolínea, que vai de encontro à pulsão dionisíaca, estando as duas tensionadas na constituição de um CsO. O apolíneo não deve ser interpretado como uma ordenação externa sobre os impulsos dionisíacos, mas sim como uma prudência ‘injetada’ pouco a pouco na carne, necessária à plenitude deste avesso do corpo que é o CsO artaudiano.

Derrida(1995) remarca o sentido da *crueldade* como *necessidade* e *rigor*, “submissão à necessidade” e a uma “determinação irreversível” – nas palavras de Artaud. Trata-se de um corpo que não age segundo uma dimensão representacional simbólica exterior à ele, libertando a cena da tirania do texto e conduzindo-a ao ‘triumfo da encenação pura’. Para a leitura derridiana, Artaud quer, assim como Nietzsche, romper com o conceito imitativo da arte, com a estética aristotélica. A imitação e a representação designariam mais do que um tipo particular de construção teatral, imprimindo sua estrutura de negação da vida em toda a cultura ocidental (as suas religiões, sua filosofia, sua política). Derrida(1995, p.155) comenta que, no teatro ocidental a estrutura representativa é assegurada pelo discurso transmitido e “todas as formas pictóricas, musicais e mesmo gestuais introduzidas no teatro ocidental nada mais fazem, na melhor das hipóteses, do que ilustrar, acompanhar, servir, enfeitar um texto, um tecido verbal, um logos que *se diz* no começo.”

Para Artaud, é necessário destruir a tirania do texto, conduzindo, assim, ao ‘triumfo da encenação pura’, restituindo a liberdade criadora da encenação, libertando-a do texto e do deus-autor. Determinadas concepções de representação como ilustração sensível de um texto já escrito, repetição de um presente re-presentando-o, plenitude do Logos absoluto, superfície exposta de um espetáculo oferecido a curiosos vão na contramão da representação cruel. A outra dimensão da representação acarretaria entendê-la como desdobramento de um volume em várias dimensões, experiência

produtora de seu próprio espaço, que nenhuma palavra poderia resumir, espaçamento como apelo a “uma nova noção de espaço” e a “uma idéia particular do tempo”, que já não é o da dita linearidade fônica. “Assim o espaço teatral será utilizado não apenas nas suas dimensões e no seu volume, mas, se nos é permitido dizê-lo, nos seus interiores”(Derrida,1995):

Fechamento da representação clássica mas reconstrução de um espaço fechado da representação originária, da arqui-manifestação da força ou da vida. Espaço fechado, isto é, espaço produzido dentro de si e não mais organizado a partir de um outro lugar ausente, de uma ilocalidade, de um alibi ou de uma utopia invisível. Fim da representação mas representação originária, fim da interpretação mas interpretação originária que nenhuma palavra dominadora, nenhum projeto de domínio terá investido e previamente pisado. Representação visível, é certo, contra a palavra que rouba à visão – e Artaud gosta das imagens produtoras sem as quais não haveria teatro(*theaomai*) – mas cuja visibilidade não é um espetáculo montado pela palavra do senhor. Representação como auto-apresentação do visível e mesmo do sensível puros.

(Derrida, 1995,p. 158)

Nesta concepção, a performance e a ação cênica buscam a construção de um outro corpo, implicado em desfazer o eu enquanto unidade regrada para ir de encontro à multiplicidade de fluxos do devir. Essa corporeidade ancestral, esse organismo canal, passivo-receptivo na ação e ativo-presente no olhar de que nos fala Grotowski (1993), é como um conjunto de vasos comunicantes por onde circula a história ancestral do sujeito, canal aberto para conectar-se com outras sensibilidades, sem mediação, nem órgãos que regulem essa passagem de sensibilidades-sangue. O auto-engendramento proposto pelo CsO inaugura uma origem que foge de uma prisão identitária baseada nas categorias familiares, no ‘papai-mamãe’ artaudiano (Lins, 1999) que fixa representações a partir de uma estrutura binária masculino/feminino, corpo/mente, etc. Entendemos que as ações performativas questionam a representatividade jurídica e a estrutura de reprodutibilidade de representações de representações na cultura, fundando uma ação que não deixa restos fantasmáticos a serem multiplicados *ad infinitum*. O único ‘resto’ deixado por essas ações é a memória do corpo, a materialidade da ação presente que ausenta-se deixando uma marca no Tempo.

Podemos dizer que a performance critica o mercado de arte e a circulação de bens de consumo inerentes a ele. Ao mesmo tempo em que integra este mesmo mercado, a performance não deixa de propor novos mecanismos de concepção e fruição das obras, estimulando uma interação performativa que é capaz de ficar, conforme as

palavras de Phelan (1998) “cravada como espora na memória”, como incitamento à memória para se tornar presente. Peggy Phelan (1998, p.2) vai defender que “a interação entre o objeto de arte e o seu espectador é, na sua essência, uma interação performativa, logo, resistente às pretensões de validação e de verdade, endêmicas ao discurso da reprodução.” problematizando, assim, a noção de representação:

A única vida da performance dá-se no presente. A performance não pode ser guardada, registrada, documentada ou participar de qualquer outro modo na circulação de representações de representações; no exato momento em que o faz, ela torna-se imediatamente uma coisa diferente da performance. É na medida em que a performance tenta entrar na economia da reprodução que ela trai e diminui a promessa da sua própria ontologia. O ser da performance, tal como a ontologia da subjetividade que aqui é proposta, atinge-se por via da desaparecimento. (Phelan, 1998, p.1)

A ontologia da performance não quer produzir verdades perenes, mas sim, deixar rastros de memória capazes de incitar o sujeito à ação. A Memória Criativa, ao percorrer os diversos limites espacio-temporais tem um potencial agente e transformador no modo de ser-estar no mundo, tendo, portanto, um caráter que chamaremos de 'performativo'. Segundo Phelan(1998), a performance emprega o corpo metonimicamente, resistindo à reprodução metafórica e, sobretudo, à metáfora do gênero que mantém a hierarquia vertical de valores através de uma marcação sistemática do positivo e do negativo. O corpo performativo deixa rastros de memória no outro, traços que vão desverticalizando suas posturas discursivas.

É possível, porém, pensarmos a existência de um sujeito para além da representatividade de um sistema jurídico de poder? Propomos aqui, a noção de sujeito enquanto apresentação de si. Em que brechas de microliberdades possíveis ele apresenta seu corpo e inscreve seu discurso? Como essa apresentação movimenta territórios e força fronteiras? De que modo a performatividade produz corpos que não conseguem imitar fielmente o modelo padrão, trabalhando no espaço oculto do desvio? O que ocorre na normatividade quando o oculto vem à tona? Como a performance-art e o teatro não-realista podem contribuir para pensar a produção de corpos e discursos numa via que não seja falocentrista?

A representação política sobre o corpo circunscreve sua materialidade e seu desejo a partir do discurso colonizador. O sujeito masculino-branco-heterossexual reina em seu trono como a unidade significativa que determina o modelo e estabelece as fronteiras de seu reino. Um séquito fervoroso caminha solenemente escondendo suas roupas rotas, sua pele rugosa, sua fome e seus desejos. As solas gastas de seu sapato não

o sustentam e o súdito tropeça sobre o buraco, seu véu cai e um grito de dor revela sua miséria enlameada. Como, porém, caminhar dignamente com os pés descalços se o senhor, modelo a ser seguido, viaja tranquilamente deitado em sua liteira? A cópia é autêntica? O que resta quando o sujeito não consegue copiar fielmente? O que fazer com esse resto?

Segundo Butler(2003), as noções jurídicas de poder regulam a vida política em termos puramente negativos, através de limitação, proibição e controle. Judith Butler partilha o pensamento foucaultiano, segundo o qual, o poder jurídico produz o que alega representar. A noção de ‘sujeito perante a lei’ é produzida e ocultada pela lei, legitimando sua hegemonia reguladora. A formação jurídica que representa as mulheres como o ‘sujeito’ do feminismo é também uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional, além das ficções ‘fundacionistas’ que sustentam a noção de sujeito, há uma suposição de que o termo ‘mulheres’ denote uma identidade comum, apesar da impossibilidade de separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que ela é produzida e mantida. A fictícia universalidade de um feminismo e de uma dominação patriarcal, mostra-se um instrumento colonizador de culturas não ocidentais. A especificidade do feminino é definida dentro de uma estrutura binária de masculino/feminino e é descontextualizada de outros eixos de relação de poder, como classe, raça e etnia. (Butler, 2003)

Yúdice(2004, p.74;45) comenta a teoria da performatividade de Judith Butler e Eve Kosofsky Sedgwick, considerando que a performatividade baseia-se na crença de que a manutenção do *status quo*, isto é, a reprodução de hierarquias sociais relativas à raça, gênero, sexualidade, é obtida pela repetição de normas performativas. A repetição, porém, nunca é exata, pessoas, especialmente aquelas com a intenção de desidentificar ou ‘transgredir’, não deixam de repetir, elas só ‘fracassam em repetir fielmente’. Uma vez que nenhum de nós pode incorporar o modelo por completo, sempre existe uma pralaxe ou discrepância da qual se pode tirar vantagem – jogando com ela, dramatizando-a, exagerando-a – como meio de se afirmar nossa vontade, ou nossa ‘agência’.

Judith Butler afirma que “há corpos abjetos que não gozam de uma determinada situação ontológica”, inaugurando, assim, um novo domínio ontológico, através de uma contradição performativa em que é possível o existir sem uma ontologia prévia, pré-determinada. Para ela a abjeção

relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’. Para dar uma idéia: a imprensa dos Estados Unidos regularmente apresenta as vidas dos não-ocidentais nesses termos. O empobrecimento é outro candidato freqüente, como o é o território daqueles identificados como ‘casos’ psiquiátricos.(Prins & Mejer, 2002, p.162)

Judith Butler considera a abjeção como um processo discursivo, afinal, os discursos habitam corpos , pois “os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue”(Prins & Mejer, 2002, p.163)

Artaud(2004) em *Para acabar com o julgamento de Deus* evoca monstruosos ritos corporais praticados nos vales do Cáucaso e do Himalaia onde a vida incontrolável e negra faz repugnantes refeições. Aí, os membros e órgãos abjetos porque perpetuamente abjetados, reprimidos, fora da vida lírica exterior, são utilizados em todo o delírio de um erotismo sem freios. Para Artaud, é preciso substituir a dança obscena dos corpos por uma real dança dos corpos, onde sexualidade não se confunde com a genitalidade, mas com o transbordamento de vida.

Esses corpos extra-cotidianos, esses corpos-sem-órgãos do ator/performer jogam com sua condição de abjeção até o limite onde o abjeto é virado do avesso, instaurando um lugar no mundo, fazendo do corpo um campo relacional em que circulam discursos-sangue fundados numa desontologização do sujeito. A construção do corpo cênico critica os binarismos corpo/mente, masculino/feminino, bem como a perpétua representação de normas performativas padronizadas e a reprodução metafórica do Mesmo. O nascimento do corpo-mente cênico é fundado na alteridade e na outridade do Sujeito, desestabilizando o chão terraplanado da cultura e revelando-nos a colonização dos corpos por um discurso falocêntrico, heterossexista e racista. A presença cênica é uma conquista do ator/performer que instaura espaços de microliberdades possíveis onde cada gesto deve despertar o Outro que há dentro de nós.

REFERÊNCIAS:

ARTAUD, Antonin. **Oeuvres**. Paris: Gallimard, 2004

BARBA, Eugenio. La transmisión de La herencia: Aprendizaje teatral y conocimiento tácito. Em: BARBA, Eugenio. **Obras escogidas**. Volume I ; Ediciones Alarcos, La Habana, 2003

BARRENECHEA, Miguel Angel de. **Nietzsche: Corpo e subjetividade**. O Percevejo on-line; vol 3 / nº 2, ago-dez 2011

BARRENECHEA, Miguel Angel de. *O aristocrata nietzschiano: para além da dicotomia civilização/barbárie*. Em: LINS, Daniel & PELBART, Peter Pál. **Nietzsche e Deleuze - Bárbaros, civilizados**. São Paulo: Anablume, 2004

BARRENECHEA, Miguel Angel de. **Nietzsche e o corpo**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009

BAUKJE PRINS E IRENE COSTERA MEIJER. **Como os corpos se tornam matéria**: entrevista com Judith Butler. Estudos Feministas 1/2002

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CAVALCANTI, Anna Hartman. Arte como experiência: a tragédia antiga segundo a interpretação de Nietzsche. Em: FEITOSA,C ; BARRENECHEA, M. & PINHEIRO, P.(orgs.)**Nietzsche e os gregos: arte, memória e educação: Assim falou Nietzsche V**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

CARRERI, Roberta. **Rastros: treinamento e história de uma atriz do Odin Teatret**. Tradução: Bruna Longo. São Paulo: Perspectiva, 2011

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. Como criar para si um corpo sem órgãos. Em: DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34(Coleção TRANS), vol 3, 1996

DELEUZE, Gilles. *L'Abécédaire de Gilles Deleuze* / vídeo produzido por BOUTANG, Pierre-André & PARNET, Claire - Paris : Editions Montparnasse, 2004.

DERRIDA, J. O teatro da crueldade e o fechamento da representação. Em: DERRIDA,J. **A escritura e a diferença**. Tradução: Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995

FABIÃO, Eleonora. Corpo cênico, estado cênico. Em: **Revista Contrapontos - Eletrônica**, Vol. 10 - n. 3 - p. 321-326 / set-dez 2010

- GROTOWSKI, J. El Performer. Em: **MÁSCARA**. Número Especial de Homenaje: Grotowski. México D. F.: Escenologia: 1996. Ano 3, número 11- Janeiro de 1993.
- LINS, Daniel. Antonin Artaud: **O artesão do corpo sem órgãos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999
- NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**. Tradução Mário da Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- NIETZSCHE, F. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. Tradução, notas e posfácio J. Ginsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- PHELAN, Peggy. **A ontologia da performance: representação sem reprodução**. Revista Comunicação e Linguagens; Edições Cosmos, Lisboa, 1998
- PRINS, Baukije & MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: Entrevista com Judith Butler. Em: **Estudos Feministas** , p.155-167; 1 / 2002
- YÚDICE, G. O imperativo social do desempenho. Em: YÚDICE, G. **A conviniência da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004

Site Consultado:

<http://tv.globo.com/programas/programa-do-jo/programa/platb/tag/berna-reale/>(Acesso em: 26 de julho de 2012)

I CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES (CONINTER)

Programa Justiça Comunitária: A animação de redes sociais sob o prisma da obra Facticidade e Validade de Jürgen Habermas

Cibele Carneiro da Cunha Macedo Santos: Professora Assistente da Universidade Federal Fluminense, mestre em direito pela PUC/SP e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense PPGSD/UFF

Valter Eduardo Bonanni Nunes: Mestrando em Sociologia e Direito na Universidade Federal Fluminense – PPGSD/UFF.

Resumo. A Animação de Redes Sociais, juntamente com a Educação para Direitos e a Mediação Comunitária, está descrita como um dos três eixos de ação do Programa Justiça Comunitária, promovido pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça. A partir da análise dessa diretriz, propõe-se verificar as ferramentas de comunicação utilizadas pelo poder público para a construção de redes sociais. Nesse passo, pretende-se evidenciar a vocação natural do município - aqui entendido como ente político originalmente constituído a partir do conjunto de comunidades - para o reconhecimento e integração dos diversos atores locais de cada comunidade e para a criação de espaços públicos que permitam, segundo Cássio Martinho “o trabalho cooperativo, o respeito à autonomia de cada um dos elementos, a ação coordenada, o compartilhamento de valores e objetivos, a multiliderança, a democracia e, especialmente, a desconcentração do poder.”³ (*in verbis*). Diante desses objetivos, os tangenciaremos aos pontos de confluência propostos por Jürgen Habermas em sua obra Facticidade e Validade.

Abstract. The Social Entertainment Network, together with the Education Rights and Community Mediation, is described as one of three lines of action of the Community Justice Program, sponsored by the Secretariat of the Judicial Reform of the Ministry of Justice. From the analysis of this guideline, it is proposed to check the communication tools used by the government to build social networks. In this step, we intend to highlight the natural vocation of the city - here understood as a political entity originally established from the whole community - for the recognition and integration of multiple actors in each community and to create public spaces that allow the second Cassio Martinho "cooperative work, respect for the autonomy of each of the elements, coordinated action, the share's values and goals, multileadership, democracy, and especially the devolution of power." ³ (*in verbis*). Given these objectives, the points of confluence tangenciaremos proposed by Jürgen Habermas in his facticity and validity.

INTRODUÇÃO

O tema apresentado mostra-se relevante face à limitação da prática jurídica e da própria compreensão da função do direito. Se tivermos uma exclusividade do Judiciário para a solução dos conflitos, hoje se vislumbra o resgate de outras formas de resolução de conflito que buscam a descentralização do poder estatal e a cultura da autocomposição.

Tal limitação remete aos ensinamentos do Professor Boaventura Santos no texto “O Direito e a Comunidade” apresentado originalmente no colóquio internacional patrocinado pelo Conselho Escandinavo de Pesquisas Criminológicas, realizado na Noruega em junho de 1980 que revela os três componentes estruturais básicos da legalidade capitalista que sustentam a heteronomia e a complexidade da práxis jurídica, a saber:

“ - a retórica, a burocracia e a violência – que se articulam segundo os modos característicos. Cada um destes elementos constitui uma forma de comunicação e uma estratégia de tomada de decisão. A retórica baseia-se na produção de persuasão e de adesão voluntária através da mobilização do potencial argumentativo de sequências e artefatos verbais e não verbais socialmente aceites. A burocracia baseia-se na imposição autoritária através da mobilização do potencial demonstrativo do conhecimento profissional, das regras formais gerais e dos procedimentos hierarquicamente organizados. A violência baseia-se no uso da ameaça e da força física.”¹

A ampliação das formas de resolução de conflito é identificada na doutrina alienígena de diversos autores na década de 1980. Naturalizado sob o tema “acesso à justiça”, este movimento chega ao Brasil a partir da década de 1990, com práticas de negociação coletiva em sindicatos, arbitragem e a positivação da prática da conciliação judicial com o advento da lei 9.099/02.

Sob a égide dos princípios neoliberais, estas práticas foram implantadas com o objetivo de capacitar o Estado brasileiro ao mercado internacional e diretrizes baseadas na eficiência, celeridade em busca de oferecer segurança jurídica e previsibilidade aos investidores estrangeiros.

Entretanto, a jovem democracia brasileira não possuía maturidade suficiente para movimentos emancipatórios e a tradição paternalista, brilhantemente deflagrada por José Murilo de

¹ SANTOS, Boaventura de Souza. O Direito e a Comunidade: As transformações recentes da natureza do poder do estado nos países capitalistas avançados. Lisboa: Revista Crítica de Ciências Sociais n. 10 Dezembro de 1992. p. 12.

Carvalho, cujo conceito de *estadania* reforça a ideia da absorção dos conflitos civis pela intervenção estatal:

“As mudanças ainda não atingiram o país com a força verificada na Europa e, sobretudo, nos Estados Unidos. Não seria sensato reduzir o tradicional papel do Estado da maneira radical proposta pelo liberalismo redivivo. Primeiro, por causa da longa tradição de estatismo, difícil de reverter de um dia para outro. Depois, pelo fato de que há ainda entre nós muito espaço para o aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais de representação. Mas alguns aspectos das mudanças seriam benéficos. O principal é a ênfase na organização da sociedade. A inversão da sequência dos direitos reforçou entre nós a supremacia do Estado. Se há algo importante a fazer em termos de consolidação democrática, é reforçar a organização da sociedade para dar embasamento social ao político, isto é, para democratizar o poder. A organização da sociedade não precisa e não deve ser feita contra o Estado em si. Ela deve ser feita contra o Estado clientelista, corporativo, colonizado.”²

Para que o cidadão acredite que têm direito, criou-se a cultura do cidadão/cliente e da prestação jurisdicional justa reduzida à eficiência e à celeridade, vide Emendas Constitucionais 19/98 e 45/2004, que elevaram tais substantivos a princípios constitucionais, incorporando a “eficiência” no art. 37 e a “celeridade” no inciso LXXVII, art. 5º da Constituição Federal.

Várias outras medidas legislativas foram alinhadas a esta diretriz mercadológica, repita-se como exemplo a lei 9.099/02 que regulamentou os Juizados Especiais, as reformas do Código de Processo Civil – CPC em 2005 e o projeto do novo CPC que pretende eliminar alguns recursos processuais.

Todavia, além da celeridade, destaca Boaventura de Sousa Santos, a necessidade de uma **justiça cidadã**, conceito que constitui lugar comum entre os estudiosos na conclusão de que o “acesso à justiça” não é e não deve ser visto como expressão sinônima de “acesso ao judiciário”³.

Cada vez mais se difunde a ideia de emancipação dos atores sociais para uma efetiva democracia e realização de justiça. Funda-se a convicção que a solução dos conflitos sociais não é atividade exclusiva do judiciário, mas que também os envolvidos podem encontrar soluções para os conflitos entre eles instaurados.

² CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, p. 227.

³ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 24.

Há indícios de que a solução construída pelas próprias partes, ainda que contem com o auxílio de terceiros, é mais adequada, garante uma maior satisfação e menor reincidência, que merece uma investigação mais aprofundada da hipótese do binômio satisfatividade/efetividade. Em outras palavras, o empoderamento dos sujeitos de direitos para resolver suas insatisfações sociais possui caráter maior de efetividade e emancipação.

Assim, apresenta-se a mediação, tanto para os casos concretos de litígio, como para as estruturas políticas, sociais, econômicas e jurídicas vigentes, pois, já na antiguidade, Aristóteles defendia que a *virtú* está no meio termo, no equilíbrio.

Para Jürgen Habermas, o direito deve cumprir o papel de mediador entre poder político (com suas relações hierarquizadas) e a sociedade. E numa ramificação de sua teoria discursiva, apresenta a democracia e a cidadania como elementos da integração social aptos para possibilitar a melhor solução para os conflitos vigentes na sociedade. Só com essa integração social, os indivíduos podem chegar a um consenso. Para ele, a participação mais ativa e solidária dos envolvidos no conflito é um fator indispensável à justiça.

As redes sociais, ainda que incentivadas pelo poder público, como por exemplo, as ações incentivadas pelo Ministério da Justiça elencadas no programa “Justiça Comunitária”, funcionam como importante instrumento pra viabilizar a comunicação igualitária entre os indivíduos em determinado grupo social.

Ao promover espaços públicos que contribuam com a criação de uma identidade de linguagem entre os atores sociais, o Estado contribui para o exercício da cidadania, tornando possível a comunicação consciente para o assentimento ou dissentimento das questões atinentes ao indivíduo como ser social.

Embora o direito objetivo seja posto pelo Estado para sua fiel observação, o seu entendimento só é possível através das relações intersubjetivas, o direito subjetivamente considerado poderá garantir a participação política dos cidadãos.

As redes sociais tem a finalidade de possibilitar que os integrantes das comunidades e superem a dicotomia Estado-sociedade civil, público/privado e passem de meros espectadores

dependentes das instituições político-jurídicas tradicionais a cidadãos emancipados e responsáveis por seus destinos.

Assim, o direito como mediador entre a política e a sociedade, não pode ser visto de forma isolada e vertical, mas como elemento de integração. É nesse ponto que se alinham a proposta do agir comunicativo e o programa Justiça Comunitária, especialmente no tocante ao tema Animação de Redes Sociais.

Outro ponto de destaque em relação às redes sociais é sua função inclusiva e democrática de proporcionar o entendimento à pluralidade e à diversidade. Questões relevantes quando se fala em autonomia da comunidade dependem da compreensão adequada do direito e da preservação de intersubjetividade dos sujeitos, que permitirá a busca da melhor solução através da mediação.

A mediação é definida como uma forma adequada de solucionar conflitos individuais ou coletivos no passo que devolve às partes a responsabilidade e o direito de determinar o destino de suas relações, especialmente das continuadas, que não cessarão com a conclusão o processo judicial, sendo a retomada do diálogo muitas vezes mais importante que a simples solução de questões pontuais.

Interessante notar, que sua definição se alinha com um dos objetivos do Estado Democrático de Direito ao “proporcionar a justiça”, pois tal método, assim como a arbitragem e a conciliação são vistos como “alternativas” ao poderio estatal que validam o direito e a democracia fora da estrutura tradicional do Estado.

Contudo, não estamos diante de mais uma maneira para solucionar conflitos, o programa Justiça Comunitária, tem a ambição de emancipar os cidadãos e as comunidades através da Animação de Redes Sociais, da Educação para Direitos e da Mediação Comunitária, por isso o protagonismo do Governo Municipal é fator determinante, tendo em vista ser o ente federativo mais próximo das realidades de suas comunidades e por sua necessidade histórica de emancipação perante a concentração de poder tutelada pelo Governo Estadual e Federal.

Atualmente, há uma grande preocupação em democratizar o processo judiciário defendendo a “*comparticipação* dos atores envolvidos e o *policentrismo*”⁴. Severas críticas são traçadas à figura do juiz solitário, único responsável pela decisão final acerca do conflito apresentado.

(...), se defende que o procedimento é constitutivo de todo o processo de decisão, de modo que, para o aqui defendido **processualismo constitucional democrático**, a participação e o policentrismo são institutivos de um processo normativamente disciplinado pelos direitos fundamentais, que garantirá uma formação adequada dos provimentos, sem que estes possuam conteúdos fixos predeterminados ao se aplicarem as normas (princípios e regras). Tal procedimento respeitará e fomentará a participação e contribuição de todos os envolvidos nas esferas decisórias.⁵

O que não podemos esquecer é que a utilização dos métodos adequados em especial a conciliação e a mediação privilegia, quase na totalidade, o empoderamento (*empowerment*) dos envolvidos na reconstrução do diálogo e na desconstrução do conflito, o que contribui importantemente para a realização dos objetivos primeiros da justiça: a paz e harmonização social.

Destarte, esse trabalho apresenta-se como uma contribuição para a democratização do sistema jurídico, tão propagada pelos juristas da atualidade, conforme ensina, por exemplo, o Professor Dierle Nunes, “O que interessa é demonstrar como a participação ativa dos “consumidores” do direito pode desempenhar uma função relevante e de bons resultados na estratégia dos serviços legais inovadores.”⁶

Importante ressaltar, que o programa Justiça Comunitária, igualmente, não se apresenta como mais uma forma de garantir celeridade, mas, sobretudo, como uma maneira de promover a cultura da emancipação do cidadão e das comunidades na retomada do diálogo em face da demanda por uma solução baseada na heteronomia estatal.

No Poder Judiciário, diversas reformas processuais têm sido realizadas em prol da eficiência e da celeridade, até a possibilidade de decisões em massa como é o caso do procedimento para recursos repetitivos e o julgamento liminar de improcedência para conflitos que versem unicamente sobre questão de direito, quando já houver decisão nesse sentido.

⁴ Nesse sentido: NUNES, Dierle José Coelho. Processo jurisdicional democrático – Uma análise crítica das reformas processuais. Curitiba: Juruá, 2011.

⁵ NUNES, Dierle José Coelho. Processo jurisdicional democrático – Uma análise crítica das reformas processuais. Curitiba: Juruá, 2011, p. 147.

⁶ CAMPILONGO. Celso Fernandes. O Direito na Sociedade Complexa. São Paulo: Max Limonad, 2000, p. 23.

Se por um lado esta medida é positiva para evitar decisões divergentes e garantir o princípio da isonomia nas decisões, por outro, pode gerar exatamente o contrário, pois medidas como estas acabam por ignorar a identidade de cada indivíduo, suas relações intersubjetivas e suas questões existenciais face ao “Mundo da Vida” conceito desenvolvido por Jürgen Habermas, que entende que o “Mundo da Vida”:

“constitui tanto o horizonte para as situações de linguagem quanto a fonte dos aprimoramentos interpretativos, enquanto, por sua vez, apenas se reproduz por intermédio de ações comunicativas. O que nos interessa no presente contexto acerca do conhecimento de fundo típico do Mundo da Vida é o seu caráter peculiarmente **pré-predicativo** e **pré-categorial**, o que já havia chamado a atenção de Husserl em suas investigações acerca desse "esquecido" fundamento de significação que habita a prática e a experiência cotidianas do mundo.⁷

Assim, ao se devolver para aos sujeitos de direito a capacidade de exercício de cidadania e promover a construção de espaços públicos adequados para a solução de seus conflitos, garantir-se-á um procedimento mais dialético e democrático na medida das tensões entre a “Facticidade e a Validade”.

Fica ainda a questão da segurança que o judiciário proporciona pela sua presença na solução dos litígios: Os métodos adequados de resolução de conflito em nada prejudicam ou afrontam a segurança que deve ser garantida pelo Poder Judiciário, pois esta garantia está preservada pelo inciso XXXV, art. 5º da Constituição Federal (Princípio da Inafastabilidade de Jurisdição).

O que se busca aqui é criar a cultura do diálogo através de métodos que privilegiam a ação comunicativa e, por outro lado, acredita-se que o entendimento e a satisfação dos envolvidos são peças fundamentais para a efetividade e a garantia de direitos, pois em muitos casos a utilização da espada da Justiça deve ser a última via para a solução de um litígio.

Mesmo no poder judiciário, recentemente, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ editou a Resolução 125/2010 para regulamentar a solução de conflitos através da conciliação e

7 HABERMAS, Jürgen. Facticidade e Validade: Uma introdução à teoria discursiva do Direito e do Estado Democrático de Direito. Tradução provisória não autorizada, exclusivamente para uso acadêmico. Menelik de Carvalho Netto. Belo Horizonte: UFMG. 2011. p.21

mediação junto ao judiciário, na verdade, dentro dele, o que é passível de críticas que merecem ser desenvolvidas em outra oportunidade investigativa.

Contudo, a título de ilustração, observa-se que o novo CPC (PL 8046/2010) também prevê em seu texto a conciliação e mediação nos artigos 144 a 152. Com esses novos textos normativo não se pode negar a transformação da prática jurídica e a compreensão do direito como um *médium* para regular a convivência “no mundo da vida”. Nessa linha de raciocínio leciona o professor Celso Fernandes Campilongo:

O direito garante prestações à sociedade, assim como a sociedade oferece material para o direito na forma de conflitos, expectativas, fatos, fenômenos e sedimentações de sentido. Sob a etiqueta “função social do direito” ou “relação entre o direito e a sociedade” trata-se, empiricamente, da incidência do direito sobre a sociedade e da sociedade sobre o direito, enquanto que, entre ambos, pode-se pretender ativar, reciprocamente, fatores de transformação ou de adequação.⁸

É importante pontuar que o Poder Judiciário é um ator indispensável do Sistema Jurídico num Estado Democrático de Direito. Entretanto, seu monopólio na resolução dos conflitos anacroniza a prestação jurisdicional do Estado e o resultado deste monopólio é visivelmente negativo para esta instituição, pois, apesar das diversas medidas legislativas e administrativas para a prosperidade deste monopólio, verifica-se a insuficiência deste modelo na promoção e manutenção dos direitos e na realização da justiça.

Por outro lado, é claro que ao propor uma nova modalidade de solução de conflitos, necessariamente deveremos passar por uma forma de difusão do conhecimento dos direitos. Os cidadãos precisam saber, por exemplo, que comprar um produto “no crediário” é diferente de contratar um cartão de crédito de uma instituição financeira que está na loja fornecedora do produto ou serviço, missão esta encampada pelo programa “Justiça Comunitária” no eixo “Educação para Direitos”.

Contudo, fundamentalmente, precisam saber também que nem sempre o direito fundamental de “acesso à justiça” depende exclusivamente do Judiciário e de suas decisões - o conhecimento é imprescindível para emancipação da sociedade. Com o conhecimento, os cidadãos poderão escolher melhor os serviços e produtos, bem como decidir qual o melhor

⁸ CAMPILONGO, Celso Fernandes. O Direito na Sociedade Complexa. São Paulo: Max Limonad, 2000, p. 179.

caminho para a solução de um eventual litígio. Outrossim, sabias são as palavras do professor Celso Fernandes Campilongo:

A sociedade mundial convive com uma enorme expansão da complexidade social e da contingência do processo decisório. Complexidade é o mesmo que pluralidade de alternativas. Contingência significa que se a decisão, hoje, recaiu sobre a hipótese “x”, nada impediria que, legitimamente, tivesse recaído sobre a hipótese “y”, ou que, no futuro, recaia sobre a via “z”. Vale dizer, quanto mais complexa e contingente a sociedade, mais escassas as chances de decisões consensuais (diante da multiplicidade das escolhas) e mais nítidas as artificialidades que informam o processo decisório (dada sua contingência). Em razão dessas características, decidir equivale a fazer escolhas árduas, em curto espaço de tempo, sobre matérias não rotinizadas e com conseqüências sociais imprevisíveis. Os temas da política se reproduzem nesse contexto.⁹

O fomento da democracia participativa é uma das características visíveis no programa “Justiça Comunitária” e através do eixo Animação de Redes Sociais, busca-se a legitimação dos atores sociais e a construção de espaços públicos dialógicos não hierarquizados, que respeitem a identidade de linguagem, os valores e os costumes das comunidades. Habermas funda sua teoria em paradigmas deontológicos, ou seja, a ideia de uma ética universalista que garanta a participação do indivíduo na política e movimentos sociais que expressem “um agir comunicativo” que incluam os concernidos.

Ao definir o espaço público constituído pela “Animação de Redes Sociais”, procura-se proporcionar ao cidadão o acesso à justiça, em seu sentido material e não apenas formalmente perante o judiciário. Diante desse desafio, se torna importante fixar uma linguagem inclusiva e acessível, por isso se trata de uma difusão do conceito de direito intersubjetivo, ou seja, aquele que depende das relações sociais para ser efetivado e possui caráter deontológico.

Assim, torna-se possível pensar no instrumento de mediação à disposição dos envolvidos para garantir autonomia aos sujeitos de direito em comunidade. O termo “Mediação”, como o próprio nome indica, significa intermediar pessoas, grupos, interesses, partidos.

O intermediário, nesse caso, deve ser também um sujeito de direitos, integrante da sociedade, mas alheio ao conflito. Ele tem compreensão acerca dos fatos sociais, do direito posto pelo Estado, mas não tem o papel de impor de forma coercitiva nenhuma “solução”, muito menos subjugar os envolvidos.

⁹ Ibidem, idem, 2000, p. 83.

No tocante ao programa “Justiça Comunitária,” cumpre aqui aprofundar a análise do eixo Animação de Redes Sociais, que atua como fator estruturante na construção de espaços públicos para a prática da mediação.

Nesse sentido, se evidencia na identificação dos agentes sociais que atuam em comunidade, cada qual em seu espaço solitário, a necessidade do desenvolvimento de uma linguagem e de procedimentos que integrem os agentes sociais e os concernidos em espaços públicos deliberativos e dialógicos.

A COMUNIDADE ENTRE A FACTICIDADE E A VALIDADE

Na linha teórica da obra *Facticidade e Validade*, o ponto de partida é a contribuição do “Direito como uma categoria de mediação social”¹⁰, tendo em vista o objetivo de se desenvolver uma Teoria Discursiva do Direito e do Estado Democrático de Direito, a primeira tarefa é entender o contexto e o conceito de comunidades objetos do programa “Justiça Comunitária e identificar a tensão entre a “facticidade” e “validade” que problematiza o autor”.

No tocante a tipificação da comunidade que se pretende alcançar, evidencia-se as características na leitura dos editais de promoção do programa, por exemplo, no Edital SRJ/MJ n.º02/2011, no quesito 3.1. “publico alvo”, conforme a seguir:

“3.1 O público da Ação são as comunidades que não dispõem de plena acessibilidade à rede formal de assistência jurídica localizadas em regiões metropolitanas e que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos.”¹¹

Nesse ponto, fica clara a intensão do Estado se fazer presente em espaços caracterizados pela informalidade e de difícil alcance, que os índices de criminalidade evidenciam o enfraquecimento do poder estatal, sendo esta uma política vertical do Poder Judiciário para as comunidades, delegados aos poderes estaduais e municipais, conforme se verifica no quesito 4.1 do edital supracitado:

10 HABEMAS, Jürgem. *Facticidade e Validade: Uma introdução à teoria discursiva do Direito e do Estado Democrático de Direito*. Tradução provisória não autorizada, exclusivamente para uso acadêmico. Menelik de Carvalho Netto. Belo Horizonte: UFMG. 2011, p. 8

¹¹ Edital SRJ/MJ N.º 02/2011. P.4

“Poderão participar deste chamamento público órgãos da administração direta e consórcios de Estados e Municípios, bem como o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública.”¹²

Portanto, identificado o contexto em que o programa “Justiça Comunitária” pretende se desenvolver, evidencia-se a problemática principal que o Estado pretende atacar, repita-se: “as comunidades que não dispõem de plena acessibilidade à rede formal de assistência jurídica localizadas em regiões metropolitanas e que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos”, ainda a estratégia de implantação do programa, através da limitação e da seleção dos agentes públicos que poderão ser financiados pelo poder central – O Poder Judiciário.

Nesse passo, Jürgen Habermas busca, respostas além da concepção aristotélica de Estado como organização política e do indivíduo como parte integrante da sociedade contida no Estado. O objeto de Habermas é a contemporaneidade que deflagra a complexidade das sociedades modernas, conforme observa:

“as sociedades modernas desde então tornaram-se tão complexas que essas duas fundamentações - a de uma sociedade concentrada no Estado e a de uma sociedade composta de indivíduos - não podem mais encontrar aplicação de uma forma desproblematizada.”¹³

O programa Justiça Comunitária, têm como público-alvo as comunidades carentes que, conforme se verifica na Cartilha Justiça Comunitária, é entendida como coletividade baseada na identidade de condição socioeconômica e de moradia, sendo neste caso a comunidade sinônima de favelas, guetos e locais carentes, com altos índices de violência, ausência ou precariedade de serviços públicos.

É nessa linha de raciocínio que se coloca Boaventura Santos quando analisa o movimento de informalização empreendido pelos países capitalistas centrais, que se repete nos países, ditos periféricos, cujo movimento ao invés de resgatar as práticas informais da pré-modernidade, superando a dicotomia formal/informal de maneira mediada, o que se verifica é uma aproximação destes, no sentido da formalização da informalidade, para se manter o monopólio do Estado como única fonte de direito:

¹² Ibidem, Idem

¹³ Ibidem, Idem.

“É hoje claro que as reformas de informalização da justiça não foram adoptadas por questões de princípios, como reformas tendentes a aproximar a justiça dos cidadãos e, nesse sentido, a democratizar a justiça e a sociedade em geral. Prova disto é que as reformas informalizantes foram adoptadas ou propostas ao mesmo tempo em que eram adoptadas ou propostas reformas quase de sinal contrário, que promovam para um modelo de administração da justiça ainda mais afastado do controle do cidadão comum que o modelo clássico (Santos 1982).

As reformas de informalização da justiça foram, em larga medida, determinadas por critérios de eficácia definidos pela lógica formal e estatista do Estado. Podemos identificar dois critérios: o critério da rentabilidade da acção estatal e o critério da estabilização das relações sociais enquanto primordial do Estado.

Quanto ao primeiro, o critério da rentabilidade, ele funcionou, na medida em que com a justiça informa se pretendeu aliviar os tribunais de litígios de pequeno montante e repetitivos, pouco rentáveis em termos de exercício profissional, quer de juízes, quer de advogados. Informalização significou, neste caso, desvalorização social das relações em litígio.

Quanto ao critério da estabilização social, ele funcionou na medida em que funcionou sua correlação positiva entre burocracia e violência assinalada acima como uma das características do Estado democrático moderno. A informalização e, portanto, a desburocratização acarretam a redução ou eliminação do poder coercitivo ao dispor dos agentes de resolução dos conflitos.

Tal redução ou eliminação da violência contribui, no contexto em que ocorreu, para estabilizar as relações sociais, pois nenhuma mudança dramática nestas poderia ser esperada de instituições ou processos de decisão que, por causa dos limites estritos dos poderes ao seu dispor, tinham forçosamente de se orientar para a obtenção do consenso e da harmonia (através de mecanismos de mediação, negociação, conciliação, arbitragem, etc.)”¹⁴

Ultrapassadas as devidas críticas acerca do contexto e da forma, cumpre pontuar a problemática da facticidade, que nas “comunidades” contempladas para o programa não reconhecem o direito como fato social, tendo em vista a ausência do Estado como poder público, restando como única opção de mediação em relação à validade, a construção de redes sociais, através da identificação e legitimação de agentes em comunidade para que se crie uma rede legitimada pela participação democrática dos sujeitos de direitos das relações interpessoais.

É nesta hipótese que se desenvolve a teoria da “razão comunicativa” proposta por J. Habermas que amplia o entendimento do direito como norma de fonte heterogenia, transformando o direito como prática comunicativa de entendimento interpessoal:

¹⁴. SANTOS, Boaventura de Souza. O Estado e o Direito na Transição Pós-Moderna: para um Novo Senso Comum sobre o Poder e o Direito. Revista Crítica de Ciências Sociais nº 30 Junho 1990. Lisboa: 1990. pp. 26-27.

“A racionalidade comunicativa expressa-se em um complexo descentralizado de condições transcendentalmente configurativas, mas ela não é uma capacidade subjetiva que diria aos atores o que **devem** fazer.

Distintamente da clássica forma da razão prática, a razão comunicativa não é uma fonte de normas de ação. Ela apenas tem um conteúdo normativo enquanto os indivíduos, atuando comunicativamente, devem comprometer-se com os pressupostos pragmáticos de um tipo contrafactual. Ou seja, devem assumir certas idealizações, como por exemplo, atribuir idênticos significados aos termos, vincular vocábulos às pretensões de validade que ultrapassem o contexto (**kontextüberschreitenden**) e pressupor que os destinatários são responsáveis, autônomos e sinceros uns para com os outros”¹⁵

A ANIMAÇÃO DE REDES SOCIAIS ENTRE A FACTICIDADE E A VALIDADE

O eixo “Animação de Redes Sociais” é a ferramenta proposta para criar a base contextual para o desenvolvimento dos eixos Educação para Direitos e Mediação Comunitária, conforme consta na cartilha publicada pelo Ministério da Justiça, denominada “O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA: O PROGRAMA JUSTIÇA NO DISTRITO FEDERAL (Brasília: 2008):

“A rede social é aquela composta de inúmeras entidades – públicas e privadas – prestadoras de serviços, associações de moradores, movimentos sociais, organizações religiosas, dentre outras. Para que se tenha conhecimento desses módulos organizacionais, o Programa deve confeccionar o mapeamento social. Conforme já destacado, não basta, porém, localizar as inúmeras iniciativas comunitárias e colocá-las sobre um mapa visível a todos os membros do Programa. Para que a rede funcione como um elemento integrador da diversidade, o Programa deve colocá-la em movimento, o que significa proporcionar encontros, diálogos, troca de informações e partilha de experiências entre todos os seus componentes. Somente assim a rede se potencializa, possibilitando que as organizações que a compõem multipliquem suas iniciativas por meio do fluxo de informações e encaminhamentos recíprocos.”¹⁶

Nesse contexto, busca-se no desenvolvimento de uma ação comunicativa a promoção do diálogo baseado nos costumes, linguagens e formas diversas de identidade local que facilite o entendimento, conforme preceitua J. Habermas:

A razão comunicativa difere da razão prática em primeiro lugar e acima de tudo pelo fato de que não é mais adstrita ao ator individual ou a um macro sujeito ao nível do Estado ou de toda a sociedade. Ao

¹⁵ HABERMAS, Jürgen. Facticidade e Validade: Uma introdução à teoria discursiva do direito e do Estado Democrático de Direito. Tradução provisória e não autorizada, exclusivamente para uso acadêmico Menelick de Carvalho Netto. Estudo Dirigido – Curso de Pós-Graduação em Direito da U.F.M.G. Belo Horizonte: 2010. Frankfurt: 1992. pp. 9-10.

¹⁶ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. O relato de uma experiência: O programa justiça comunitária no distrito federal. Brasília: 2008. pp. 63-64.

contrário, é o instrumental (Medium) linguístico através do qual as interações se equilibram conjuntamente, as formas de vida se estruturam e que torna possível a razão comunicativa. Essa racionalidade encontra-se inscrita no *telos* linguístico de se alcançar o entendimento (a compreensão mútua: **Verständigung**) e forma um conjunto de condições que a um só tempo o possibilitam e o limitam. Quem quer que faça uso de uma linguagem natural, no sentido de se buscar chegar a um entendimento em relação a algo no mundo há que assumir uma atitude performativa e se comprometer com certos pressupostos. _Ao buscar alcançar um entendimento, os usuários da linguagem natural devem pressupor, entre outras coisas, que os participantes buscam seus fins ilocucionários sem reservas, que eles vinculam seu acordo (ou consenso: **Einverständnis**) ao reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade criticáveis e que eles estão prontos a assumir as obrigações resultantes de um consenso, relevantes para as interações seguintes._”¹⁷ ∴

Nesse sentido, entende-se como pressupostos teóricos para o desenvolvimento do programa “Justiça Comunitária” a teoria da ação comunicativa, desenvolvida na obra “Facticidade e Validade” de J. Habermas, tendo em vista a necessidade do cumprimento de pressupostos baseados no desenvolvimento de uma nova concepção de Direito e de Estado Democrático de Direito, que trazem como proposta:

“Na controvérsia sobre a Constituição jurídica (**rechtliche Verfassung**) das sociedades políticas, que desde o séc. XVII se faz continuamente presente, articula-se uma autocompreensão prático-moralista dos modernos como um todo. O que ocorre na exata proporção tanto dos testemunhos de uma consciência moral universalista, quanto das manifestações das instituições livres do Estado Democrático de Direito. A teoria do discurso é uma tentativa de reconstrução desta autocompreensão que pode confirmar o seu sentido normativo específico (**normativen Eigensinn**) contra a sua redução cientificista, bem como contra a sua assimilação estética.”¹⁸

CONCLUSÃO

Diante deste cenário, insta concluir que apesar das críticas radicais do sentido performático da promoção do programa “Justiça Comunitária” por restringir o público alvo do programa centrado no sentido estrito de comunidade como guetos, favelas e por manter a dependência das comunidades e das cidades do poder centralizador do Poder Judiciário, verifica-se no conteúdo do programa uma possibilidade do desenvolvimento da organização social que

¹⁷ HABERMAS, Jürgen. Facticidade e Validade: Uma introdução à teoria discursiva do direito e do Estado Democrático de Direito. Tradução provisória e não autorizada, exclusivamente para uso acadêmico Menelick de Carvalho Netto. Estudo Dirigido – Curso de Pós-Graduação em Direito da U.F.M.G. Belo Horizonte: 2010. Frankfurt: 1992. p. 9.

¹⁸ HABERMAS, Jürgen. Facticidade e Validade: Uma introdução à teoria discursiva do direito e do Estado Democrático de Direito. Tradução provisória e não autorizada, exclusivamente para uso acadêmico Menelick de Carvalho Netto. Estudo Dirigido – Curso de Pós-Graduação em Direito da U.F.M.G. Belo Horizonte: 2010. Frankfurt: 1992. p. 5

emancipe o cidadão através da “Educação para Direitos” e da “Mediação Comunitária” com uma nova concepção de direito como mediador das tensões entre a facticidade e a validade.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Marina Patrício de. A prática da mediação em busca de um mediador das emoções. Pelotas: Seiva, 2004.
- CAPRA, Fritjof. A teia da vida. São Paulo: Cultrix, 1996.
- _____. As conexões ocultas. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FOLEY, Glácia Falsarella, Organizadora. O que é Justiça Comunitária. Ministério da Justiça, Brasília. 2008.
- _____. Relato de uma Experiência: Programa Justiça Comunitária Do Distrito Federal. Ministério da Justiça. Brasília, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. Facticidade e Validade: Uma introdução à teoria discursiva do Direito do Estado Democrático de Direito. Tradução provisória e não autorizada, exclusivamente para uso acadêmico Menelick de Carvalho Netto Belo Horizonte: Estudo Dirigido - Cursos de Pós-Graduação em Direito da U.F.M.G. 2010
- MARCON, Christian e MOINET, Nicolas. Estratégia-Rede. caxias do Sul-RS: EDUCS. 2001.
- MARTELETO, Regina Maria e SILVA, Antonio Braz. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. Ci.Inf., Brasília, v.33, p.41-49, set/dez 2004.
- MARTINHO, Cássio. O projeto das redes: horizontalidade e insubordinação. Aminoácidos, Brasília, Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED), n. 2, p. 101, 2002.
- MOORE, Christopher W. O processo de mediação: Estratégias práticas para a resolução de conflitos. 2ª edição. Artmed, Brasil. 1988.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma revolução democrática da justiça. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. O Direito e a Comunidade: As transformações recentes da natureza do poder do estado nos países capitalistas avançados. Lisboa: Revista Crítica de Ciências Sociais n. 10 Dezembro de 1992
- _____. SANTOS, Boaventura de Souza. O Estado e o Direito na Transição Pós-Moderna: para um Novo Senso Comum sobre o Poder e o Direito. Lisboa: Revista Crítica de Ciências Sociais nº 30 Junho 1990..
- TORO, José Bernardo; DUARTE, Nísia Maria. Mobilização social. Um modo de construir a democracia e a participação.
- TRIVINHO. Eugênio. Redes: obliterações no fim do século. São Paulo: ANNABLUME. 1998

PUBLICIDADE, MODERNIDADE E SUSTENTABILIDADE: O HÍBRIDO E O HOMOLOGADO NOS ANÚNCIOS COMERCIAIS.

Thays Fernanda Silva dos Santos¹

Silvano Alves Bezerra da Silva²

Socióloga¹, discente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar (PGCULT), da Universidade Federal do Maranhão, UFMA.

E-mail: thaysfernanda@hotmail.com

Professor² do Curso de Comunicação Social e, também, do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar (PGCULT), da Universidade

Federal do Maranhão, UFMA. E-mail: silvanobezerra@ufma.br

Resumo

Este estudo tem por objetivo discutir a paradoxal combinação realizada pelo sistema publicitário entre os problemas relacionados à sustentabilidade do planeta e o consumo de produtos. Aqui, consideramos que as expressões e os processos socioculturais abordados no universo dos anúncios ocorrem em condições históricas e sociais específicas, em meio a sistemas de produção e consumo que operam como coações simbólicas. No tocante à comunicação de responsabilidade socioambiental ou de sustentabilidade, podemos observar que as hibridações aí ocorridas não são sinônimo de fusão sem contradição, mas, sim, processos que podem ajudar a dar conta de formas particulares de conflitos gerados na interculturalidade recente, em meio a projetos de modernização.

Palavras-chave: Publicidade. Modernidade. Sustentabilidade.

Abstract

This study has an objective to discuss the paradoxical combination carried out by the advertising system amongst the problems related to the planet sustainability and products consumption. Herein, we consider that the expressions and sociocultural processes approached in the advertisements universe occur in specific social and historical conditions amidst production and consumption systems that operate as symbolic duresses. Regarding the environmental accountability or sustainability communication, we are able to observe that the hybridizations therein occurred are not synonymous of fusion without contradiction, but rather processes that may help to realize particular forms of conflicts generated in the recent interculturality amidst modernization projects.

Key words: Publicity. Modernity. Sustainability.

1 Introdução

Nos últimos anos, acompanhamos com interesse o que nos pareceu ser uma nova proposta de comunicação publicitária. Vimos a imagem de um bebê risonho num anúncio de TV e focalizamos a abordagem de temas como sustentabilidade, consumo responsável, equilíbrio social e ecológico na campanha comercial de uma empresa de serviços financeiros.

A exploração de assuntos como sustentabilidade e responsabilidade socioambiental no universo da publicidade revela formas rebuscadas de provocar os sujeitos e, ao mesmo tempo, acrescenta possibilidades da linguagem do consumo no espaço urbano. Trata-se do emprego, consciente e deliberado, de elementos culturais da contemporaneidade, que procura o sentido social dos objetos nas relações significativas entre os homens e os bens, e não mais a partir de uma suposta qualidade inscrita nos objetos.

Numa sociedade de consumo, cujo modelo capitalista é regido pela lógica da cultura, emerge um modo específico de fazer publicidade que desloca seu discurso

sobre o produto para a comunicação de temáticas que valorizam práticas sustentáveis. A crescente importância dessa forma – que é testemunhada por sua expansão nos territórios visuais circundantes – mostra um curso, em que se concentram a tradição e a mudança, o poder e o conflito, o global e o local, o homologado e o híbrido. Esse composto multiforme de elementos contraditórios é frequente na fusão realizada pelo sistema publicitário, entre o comprometimento com o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental e a extração de recursos naturais, que alimenta a indústria e o consumo.

Segundo Rocha (2003, p. 193), nas últimas décadas, uma nova concepção de publicidade e *marketing* não apenas vem orientando as empresas em seu engajamento em projetos sociais, mas representa mudança em sua relação com o mercado, com o meio ambiente e com o público, para que respondam às profundas transformações que ocorrem na sociedade.

É uma constante no meio publicitário a queixa de diminuição da importância da criação, devido ao avanço da pesquisa e do *marketing*, das décadas de 70 e 80. A passagem de uma publicidade, digamos mais “literária, do redator/criador para o “profissional de comunicação” ligado à televisão e às pesquisas, à racionalidade técnica, portanto, não foi tão tranquila (RAMOS, 1995, p. 82).

Um exame das estratégias de vendas de produtos revela que o discurso publicitário, agora com a utilização de temáticas socioambientais, traz um diferencial aparentemente oposto em relação às campanhas comerciais que apresentam bens e/ou serviços como centros de referência do anúncio. Antes, as campanhas de proteção ambiental eram de iniciativa de governos e ONGs. Nesse momento, vemos tais iniciativas partindo de empreendimentos privados – que se apropriam dos problemas relacionados à qualidade de vida humana e à conservação dos recursos naturais com o objetivo de valorizar a imagem da organização e atrair o público consumidor.

Conforme bem lembra Rocha (1995), o publicitário se apropria de uma massa de fragmentos, unindo informações de diversos campos, para delas compor uma solução que dê valor único à mistura desordenada de dados que lhe servem de base. Para o cumprimento da produção publicitária, pesquisas sobre hábitos de consumo, comportamentos e expectativas do público, sobre seus símbolos e imaginário, enfim, um emaranhado heterogêneo de informações servirão de apoio.

Nas sociedades contemporâneas, em que as pessoas são mobilizadas para um cenário de desejo e consumo de mercadorias, conceber o universo publicitário e seus entornos significa levar em conta o conjunto de acontecimentos que cercam seu fazer e que condicionam seu dizer. Neste sentido, a análise da publicidade suscita questões de diversas ordens:

sociocultural, porque reflete os interesses e dialoga com os valores aceitos na sociedade, preocupando-se em consolidar anseios comuns e em definir aquilo que a sociedade dela espera; *econômicas*, porque a publicidade funciona como a voz que estimula a oferta, a venda e o lucro; *mercadológicas*, porque consolida segmentos e assinala posições no mercado; *simbólicas*, porque trabalha a linguagem nas diferentes potencialidades de sentido; *tecnológicas*, porque se apropria dos recursos tecnológicos para se tornar mais contundente (SILVA, 2010, p.12).

Classificar a produção criando um processo permanente de socialização para o consumo é o projeto que subjaz ao edifício de representações da vida social construído pela publicidade no universo midiático. Nesta perspectiva, conhecer os aspectos que envolvem a cultura contemporânea, a lógica que reúne o intrínseco e o simbólico nos objetos; os significados que produtos e serviços devem transmitir são questões expostas pela produção publicitária que marcam a singularidade da criação mercadológica do nosso tempo.

Em perspectiva geral, este estudo propõe uma interpretação da publicidade. Trata-se de pôr em situação de estranhamento os quadros rotineiros com que os anúncios são lidos e vistos, dos círculos sociais em que nos movemos, dos universos de símbolos e valores nos quais acreditamos, do nosso mundo. De repente, pomo-nos numa condição subjetiva básica para o movimento de conhecimento na pesquisa: o desconhecimento (CAVALCANTI, 2003), não no sentido de ignorar tudo o que se sabe acerca de um universo, mas de desfazer conhecimentos pertencentes à esfera do senso comum.

Proceder à análise dos anúncios publicitários é um exercício complexo, tanto devido aos traços que concorrem sistematicamente na produção desses textos, tais como: o comprometimento com o real, a relação de cotidianidade, o caráter da criação mercadológica, a ênfase temporal no *agora*, o foco na sua brevidade como ato comunicativo e a tensão entre reiteração e inovação (SILVA, 2010), quanto aos interesses em jogo no processo de aquisição e transformação de bens culturais.

A elaboração deste artigo foi influenciada pelas experiências promovidas pela volumosa exposição à produção publicitária que, através dos símbolos que

manipula, sacraliza momentos do nosso cotidiano e aborda os temas de nossa sociedade. Aqui, o caráter constitutivo do “olhar, ouvir e escrever” (OLIVEIRA, 2000) concorda com um movimento que supõe deslocar o “familiar” e encontrar o “exótico”, no que está em nós sedimentado pelos mecanismos de legitimação e pela reificação. Trata-se da experiência de “estranhamento”, de crer na relatividade da vida social, pensada por outros antropólogos e associada ao trabalho de campo.

O interesse pelo papel dos sentidos e das interpretações na produção da “realidade” e dos valores sociais surge da necessidade de identificar e analisar as representações e as relações construídas a partir de “teias de significados socialmente tecidas” (GEERTZ, 1989) ou de “redes de relações recíprocas” (SIMMEL, 1983), o que equivale à busca das interações sociais. Porque é em razão de tais interações que a publicidade exerce, em seu trabalho persuasivo, alguma atração sobre o receptor, de tal modo que sua estratégia mobilizadora da audiência seja capaz de alterar, por sutis processos de manipulação da linguagem, suas disposições, estimulando-a ou predispondo-a à aquisição desse ou daquele produto ou serviço.

Numa tentativa de compreender os aspectos que norteiam a relação entre publicidade de temática socioambiental e consumo nas sociedades contemporâneas, inspiramo-nos metodologicamente na proposta de Geertz em fazer etnografia. Para este autor, fazer etnografia

é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (1989, p. 7).

Tocar, portanto, a iniciativa etnográfica é muito mais que selecionar informações, transcrever textos, mapear campos e manter um diário. O trabalho etnográfico consiste no esforço intelectual do pesquisador em produzir uma descrição densa dos vários aspectos da situação tomada para objeto de estudo. Descrever densamente é a capacidade de seguir uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos das quais o objeto de estudo é passível de interpretação e sentido.

A função específica do cientista social é captar o sentido verificável como aquele visitado e produzido por homens reais, nas suas derivações e conseqüências, acessíveis ao conhecimento nas suas conexões singulares e de forma relativa. À medida que a realidade empírica não possui ordem interna e leis gerais capazes de imporem-se

ao pesquisador, o que chamamos de nossos dados são realmente a nossa própria construção das construções de outras pessoas (GEERTZ, 1989).

É evidente que, enquanto um sistema de ideias permanentemente posto para circular no interior da ordem social, a produção publicitária se destaca como caminho possível para o conhecimento dos modelos de relações e das expressões simbólicas de nossa sociedade. Dessa maneira, a publicidade pode ser estudada dentro da semiologia (ou de outro sistema semiótico ou discurso), e se junta ao conjunto de trabalhos sobre representações e sistemas de classificação social.

Em relação à comunicação etnográfica, de fato, os sujeitos que entram em seu *frame* – isto é, como intérpretes que negociam significados – são três: o autor do texto visual (publicitário, fotógrafo, *filmmaker*), o ator em cena (profissional ou informante nativo) e o espectador (CANEVACCI, 2001, p. 8). A análise, portanto, deve iniciar com interpretações sobre o que se imagina que pretendem os sujeitos que participam ativamente da ação comunicativa para, após, sistematizá-las como um fato.

Para quem pretende buscar os muitos significados que se concentram nos textos publicitários, o caminho mais acessível é aquele de interpretar o discurso acerca da publicidade decodificada por um grupo de informantes. Assim admitido, o tópico seguinte deste trabalho foi realizado por meio da análise dos *releases*, divulgados pela empresa Itaú Unibanco em janeiro do ano de 2012, que abordavam o lançamento de uma das principais campanhas de *marketing* social da empresa no Brasil e no exterior. Pareceu-nos importante trazer para debate como os produtores das mensagens que serão analisadas pensam e falam sobre suas mercadorias numa pequena amostra, pois, acreditamos que o estudo da publicidade pode obter resultados mais relevantes quando não isolados da visão de seus intérpretes.

A escolha desta campanha para o cumprimento dos objetivos da reflexão proposta nesta investigação se deu por duas razões. A primeira, pelo fato dela concentrar uma gama considerável de proposições acerca da temática socioambiental. A segunda, e mais fundamental, porque ela mobilizou as plateias não apenas por meio do uso das ferramentas convencionais de mídia – mas, também, pela utilização dos novos canais de comunicação como *facebook*, *twitter*, tutoriais de *Internet*, jogos e aplicativos, alcançando a atenção do público em geral.

2 Apelos de sustentabilidade em tempos de desafios

Bebê sem papel. Esse é o tema da campanha comercial lançada em janeiro deste ano pela empresa Itaú Unibanco, marca de serviços financeiros, que gerou grande repercussão no mercado interno e externo. O filme criado pela agência África mostra um bebê rindo enquanto uma pessoa picota diante dele pedaços de papel. “Sabe o extrato mensal da sua conta do Itaú? Com apenas alguns cliques ele passa a ser somente digital. Com isso, você economiza papel e colabora com um mundo mais sustentável. Use o papel apenas para o que realmente vale a pena. Mude. E conte com o Itaú para mudar com você”, diz o locutor.

“A campanha teve como foco principal a sustentabilidade, tendo como desafio o incentivo ao uso de novas tecnologias em substituição ao papel” – diz Eduardo Tracanella, superintendente de *marketing* institucional da empresa (ITAÚ UNIBANCO, 2012). Aparentemente, nota-se a preocupação com os problemas socioambientais do planeta, todavia, o que está em jogo são as constantes modificações do ambiente mercadológico.

Nas sociedades contemporâneas, seja no âmbito das questões apontadas na agenda social, seja no âmbito das inovações tecnológicas, as empresas devem se adaptar às mudanças e às necessidades dos consumidores. Nesse contexto, um dos principais desafios das grandes marcas e empresas é entender o processo de mudança pelo qual as pessoas estão passando e fazer disso uma oportunidade de maior conexão, de elevar o discurso auto-centrado a um novo patamar, mais eficiente, mais próximo.

“Hoje não existe mais uma ordem lógica na propaganda e na utilização dos meios. O conteúdo nasce em todo lugar e as pessoas são impactadas por ele das mais diferentes formas e nos mais diversos momentos. Temos de ser competentes e consistentes para potencializar as ideias. O mais importante é produzir ou reproduzir um conteúdo que converse com as pessoas, que seja relevante para passar a mensagem e, sobretudo, que desperte emoção (seja ela qual for) e vontade de ver de novo, de contar para os amigos, de postar um *link* no *facebook*, por exemplo. A premissa é a mesma, o que muda é a forma”, finaliza Fernando Chacon, diretor executivo de *marketing* da empresa (ITAÚ UNIBANCO, 2012).

Conforme Zenone (2011, p. 17), devem-se considerar as oportunidades ilimitadas de inovação e o aumento do ritmo dessas mudanças, pois tecnologia gera e pede mais tecnologia. A estratégia neste caso foi obtida através da análise das necessidades do mercado e do comportamento dos consumidores, que além das

preocupações com questões sociais, como consumo consciente, estão cada vez mais exigentes e ‘sedentos’ por novas tecnologias, acessos mais rápidos e descomplicados.

A campanha, que tem como vertente o *marketing* social, desvia o foco de atenção do anúncio do produto para a comunicação da ideia de que é possível construir um mundo mais sustentável, obscurecendo o artifício de faturamento financeiro e redução de custos da empresa com material humano, maquinário, impressões, serviços de transporte das faturas, etc. Além disso, por meio da risada contagiante de um bebê, a peça comercial promove apelos emocionais no público.

Grande parte da verba de comunicação das empresas detentoras das marcas mais valiosas atualmente não está mais ligada à apresentação do produto, mas sim à postura da marca de uma forma ampla e geral. Isso inclui, entre outras coisas, a sua postura social: para ser bem sucedida, hoje a marca deve ter preocupação e atitude ética e social de cumprir o seu papel, de ajudar a desenvolver a sociedade. Além do lucro financeiro – ou até mesmo para poder alcançar o lucro financeiro, as marcas também devem gerenciar seu lucro social e o seu lucro emocional (SEMPRINI, 2010, p. 10).

Com convicção, podemos afirmar que o maravilhamento dos bens de consumo perdeu força, tornando-se mais uma das atividades rotineiras que o sujeito experimenta em busca do encontro consigo mesmo. Contas bancárias, serviços de crédito, investimento em ações etc. fazem parte da dinâmica acelerada dos indivíduos que habitam uma sociedade de consumo. Por essa razão, os agentes do meio artístico envolvidos na produção publicitária travam embates diuturnos entre a busca pelo mercado e, ao mesmo tempo, a luta pela distinção de sua produção em relação aos meios massivos. Nas palavras de Canclini,

as sociedades modernas necessitam ao mesmo tempo da *divulgação* – ampliar o mercado e o consumo dos bens para aumentar a margem de lucro – e da *distinção* – que, para enfrentar os efeitos massificadores da divulgação, recria os signos que diferenciam os setores hegemônicos (2011, p. 37).

Nos últimos anos, advém dessa busca incessante pela expansão do mercado e distinção da produção, a importância do papel da publicidade na definição de práticas sociais de consumo na sociedade globalizada e multicultural. Ademais, com o expansionismo da criação publicitária, que desloca seu discurso do produto para a comunicação da temática socioambiental, instala-se no espaço social da atualidade um debate acerca dos enfrentamentos políticos e socioeconômicos do nosso tempo.

Não podemos esquecer que a publicidade está presa a fins de eficácia comunicativa, pois tem a estrita finalidade de engendrar efeitos sobre a recepção “humanizando” bens, produtos e serviços. O desafio da publicidade é, portanto, produzir novidade discursiva e manter-se absolutamente fiel à tradição do mercado e aos regimes simbólicos das plateias (SILVA, 2010, p. 92); o que indica a conexão direta entre o sistema publicitário e a sociedade.

De fato, o que vemos na publicidade de temática socioambiental é a paradoxal combinação realizada entre valores sociais e produtos que parecem não ter nenhuma relação senão no universo dos anúncios. No tocante ao desenvolvimento desse tipo específico de comunicação, podemos observar que a hibridação não é sinônimo de fusão sem contradição, mas, sim, um processo que nos ajuda a dar conta de formas particulares de conflitos gerados no espaço intercultural recente, em meio a projetos de modernização.

3 O mundo moderno e a abordagem da temática socioambiental nos anúncios

O caráter da modernidade sinaliza, sem dúvida, um *orbe* em disparada: não só o *ritmo* da mudança social é muito mais rápido que em qualquer sistema anterior; também a *amplitude* e a *profundidade* com que ela afeta práticas sociais e modos de comportamento preexistentes são maiores (GIDDENS, 2002, p. 22). Daí deriva a necessidade do universo publicitário levar em conta a complexidade cultural e a multiplicidade de lógicas de desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

Nesse sentido, os anos 80 e 90 marcam o limiar de algumas perplexidades que deram origem aos desafios da produção publicitária pautada em princípios que extrapolam a esfera do econômico e buscam o sentido dos objetos nas relações significativas entre os sujeitos.

[...] a teoria e a análise sociológica dos últimos dez anos têm vindo a desvalorizar o econômico, em detrimento do político, do cultural e do simbólico, têm vindo a desvalorizar os modos de produção em detrimento dos modos de vida (SANTOS, 2010, p. 20).

As mudanças que envolveram a sociedade capitalista do mundo ocidental a partir dos anos 80, e mais intensamente, o processo acelerado de globalização nos anos 90 geraram uma nova forma de compreender o universo social e o fazer publicitário.

Nesse período despontaram novas questões à agenda social e à esfera da produção. O próprio termo sustentabilidade aplicado à causa ambiental e à satisfação das necessidades das gerações futuras surgiu como um conceito tangível na década de 1980 por Lester Brown, fundador do *Worldwatch Institute*. A definição que acabou se tornando um padrão seguido mundialmente, com algumas pequenas variações, logo foi apropriada por diversos segmentos sociais e, também, pelo discurso publicitário.

Para melhor compreendermos este processo de incorporação da temática socioambiental às campanhas comerciais, assim como os demais valores da sociedade, é preciso considerar que

no processo de globalização a cultura de consumo desfruta de uma posição de destaque. Ela se transformou numa das principais instâncias mundiais de definição de legitimidade dos comportamentos e valores. Refletir sobre sua manifestação é tocar num dos eixos centrais das sociedades globalizadas. O mundo dos objetos se manifesta assim como uma expressão da contemporaneidade (ORTIZ, 1999, p. 10).

Na campanha "bebê sem papel" verificamos a preocupação de produzir reclamos utilizando valores cultuados pelo meio sociocultural de tendência globalizante. Trata-se da combinação do consumo e de problemas relacionados ao meio ambiente que de alguma forma dizem respeito à interseção entre presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais "a distância" com contextualidades locais (GIDDENS, 2002, p. 27).

Sabemos que esse tipo específico de comunicação estratégica envolve processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, combinam-se para gerar novas estruturas, objetos e práticas (CANCLINI, 2011, p. 19). Cabe esclarecer, ainda, que as estruturas chamadas discretas foram resultados de hibridações, razão pela qual não podem ser consideradas puras. De fato, atenta aos modos de consumo de informações, a produção publicitária realiza *collages* de mercadorias com valores sociais, monumentos históricos, obras artísticas etc., objetivando mobilizar as plateias para o consumo.

[...] os *media* estão sempre atentos aos fatos, episódios e peripécias que compõem a malha da vida diária, reproduzindo e alterando passagens cotidianas que se desdobram em mil fatias. É sobre o mundo mundano que os *media* funcionam de maneira exemplar; daí sua imbricação direta com a condução da vida diária à cultura popular, ao senso comum (SILVA, 2010, p. 40).

O discurso que integra a produção publicitária quer dar a entender o quanto essa é uma atividade que precisa estar atenta aos dados do *media*, aos estudos e pesquisas, ao comportamento da audiência e, ao mesmo tempo, ter o saber que advém do contato com a sociedade e a arte. Mais que isso, indica a perspectiva fusional do fazer publicitário, sua abertura incorporativa a um sem número de informações, tendências, estilos, faturas culturais, valores, etc.

Podemos considerar, por fim, que a abordagem de temáticas socioambientais nos anúncios aponta para as tendências globalizantes das modernas instituições sociais, acompanhadas por uma transformação da vida cotidiana, com profundas implicações nas atividades pessoais e produtivas. Ademais, estamos convictos de que a publicidade que contém apelos de sustentabilidade fornece vários *insights* sobre a interconexão entre os efeitos intrusivos e desorientadores dos imperativos comerciais e as demandas da nossa sociedade.

4 Considerações Finais

Ao analisarmos o mundo de dentro dos anúncios, percebemos que os signos nas propagandas tentam sempre criar uma associação entre os produtos e certas características socialmente desejáveis e significativas, a fim de produzir a impressão de que é possível vir a ser certo tipo de pessoa (por exemplo, um “homem que colabora com um mundo mais sustentável”) comprando uma determinada mercadoria ou serviço (no caso, faturas digitais). Aqui, tal disposição é intensificada pela presença graciosa de um bebê sorridente, que tende a ampliar no espectador o sentimento de proteção à espécie humana, ao meio ambiente, etc.

De fato, a produção publicitária utiliza construtos simbólicos com os quais o consumidor é convidado a identificar-se para tentar induzi-lo a usar o produto anunciado. No caso da publicidade de responsabilidade socioambiental ou de sustentabilidade, podemos observar que o seu caráter polissêmico sugere múltiplas leituras de nossa sociedade. O importante, porém, é perceber que os significados produzidos pela publicidade são públicos, compartilhados, coletivos, sendo difícil, por exemplo, alguém não entender um anúncio. Em que pese esse quadro, este trabalho deve ser visto como uma interpretação possível das formas de comunicar a produção e mobilizar a audiência para o consumo.

A tarefa específica que assumimos de abordar a cultura produtivo-comunicativa como espaço de pesquisa constituiu o desafio de penetrar os sistemas ou complexos simbólicos que produzem o crescente poder de reificação das mercadorias visuais. Nas análises realizadas, atestamos e reforçamos a ideia de que a produção publicitária, em seu trabalho persuasivo, combina interesses sociais e mercadorias de modo simplificado e atrativo.

É importante destacar que, no universo mediático, a publicidade estabelece relações com os sistemas sociais, sendo uma trama que faz ressoar um sem-número de impulsos informativos oriundos da sociedade. Por isso mesmo, ela provoca sensações cujas disposições devem se enquadrar nos jogos enunciativos presentes no interior da esfera social. Aqui, essas especulações giram em torno daquilo que chamamos de publicidade de responsabilidade socioambiental ou sustentabilidade.

Ao término destas linhas, a paradoxal combinação realizada pelo sistema publicitário entre as preocupações relacionadas à sustentabilidade do planeta e o consumo de produtos deve ser entendida como um processo de interseção e transação capaz de possibilitar a compreensão dos modos ser das sociedades contemporâneas. O que, portanto, vimos ao longo deste estudo foi o espaço ocupado pela publicidade como algo que se situa entre os domínios fundamentais dos circuitos econômicos e os domínios da cultura no universo urbano.

5 Referências

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

CANEVACCI, Massimo. **Antropologia da Comunicação Visual**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros. **Conhecer desconhecendo: a etnografia do espiritismo e do carnaval carioca**. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ITAÚ UNIBANCO. **Itaú lança sequência da campanha do bebê Micah**. *Release*. 10.jan.2012.

RAMOS, José Mário Ortiz. **Televisão, publicidade e cultura de massa**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

ROCHA, Everardo. **Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **Cultura, mercado e bens simbólicos: notas para uma interpretação sociológica do consumo**. In: TRAVANCAS, Isabel; FARIAS, Patrícia (orgs.) *Antropologia e Comunicação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Silvano Alves Bezerra da. **Estética utilitária: interação através da experiência sensível com a publicidade**. João Pessoa: A União Editora/ Editora da UFPB, 2010.

SIMMEL, Georg. **Simmel**. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1983.

ZENONE, Luiz Claudio. **Gestão Estratégica de Marketing: conceitos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2011.

**UMA EXPERIÊNCIA LIGEIRAMENTE DEFORMADA:
A ETNOGRAFIA DO ESCRUTINADOR ITALO CALVINOⁱ**

Camila Pierobon

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro onde desenvolve estudos sobre a relação entre sociologia, literatura e estudos urbanos, através da análise de romances do escritor italiano Ítalo Calvino. Bolsista Capes.

RESUMO:

Em 1953, Italo Calvino participa de um processo de votação no interior do Cottolengo em Turim exercendo a função de scrutador nas mesas eleitorais e coletor de votos nas enfermarias. Dessa "experiência de campo" nasce o livro O dia de um scrutador e o personagem Amerigo Ormea. Através do conto, farei um "exercício etnográfico" aproximando a literatura de Italo Calvino com a "antropologia da cidade" desenvolvida por Michel Agier. A análise traz os confrontos dos ideais de um militante do Partido Comunista Italiano que, ao se deparar com a complexidade da vida que aparece no cotidiano do Cottolengo, entra em crise com as concepções gerais e abstratas defendidas pelo partido.

Palavras-Chave: Italo Calvino; Literatura Italiana; Antropologia Urbana.

ABSTRACT:

In 1953, Italo Calvino participates in a voting process within the Cottolengo in Turin serving as the scrutineer at polling stations and collector of votes in the wards. The book The Watcher and its character Amerigo Ormea came from this "field experience". Through the story I will be doing an "ethnographic exercise" approaching the literature by Italo Calvino with the "anthropology of the city" developed by Michel

Agier. The analysis brings clashes of ideals of the Italian Communist Party member who, when faced with the complexity of life that appears in the daily Cottolengo is in crisis with the general and abstract concepts advocated by the party.

Keywords: Italo Calvino; Italian Literature; Urban Anthropology.

OLHOS, NARIZ, BOCA, BRAÇOS, PERNAS

No mundo todo as coisas que mais pareciam de pedra iam se movendo
Italo Calvino – 1963

Em 7 de junho de 1953 Italo Calvino, ainda membro do Partido Comunista Italiano, o PCI, fora candidato pelo partido com o objetivo de "engrossar a lista" de concorrentes eleitorais e fazer frente ao Partido Democrata Cristão italiano. Nesta ocasião, passou pela primeira experiência de participar de um processo de votação no interior do Cottolengo, à época, a maior instituição religiosa para "caridade" de Turim, que incluía asilo, hospital, hospício, escola e convento. Calvino, no trabalho como candidato, assumiu a tarefa de resolver os conflitos das mesas eleitorais em que havia problemas e contestações. Foram apenas dez minutos andando pelo Cottolengo, mas o tempo necessário para muitas reflexões e o surgimento da idéia de escrever um conto sobre a experiência vivenciada.

Ao começar a escrever, ainda naquele ano, Calvino percebe que "as imagens que carregava dali eram pouca coisa em relação ao que se espera de um tema desses" (CALVINO, 2002, p.88) e pensa que só conseguiria escrever sobre um dia de eleição no Cottolengo vivendo *in loco* todo o processo eleitoral. Em 1961, quatro anos após o desligamento do PCI, mas ainda prestando serviços ao partido, aparece para o escritor italiano a chance de ser escrutinador nas eleições administrativas. Calvino passa dois dias naquela seção eleitoral sendo escrutinador nas mesas e coletor de votos nas enfermarias. No texto de apresentação do livro, nosso autor expõe o choque e a angústia que teve para descrever tal experiência. Em fevereiro de 1961 Calvino diz:

O resultado foi que fiquei completamente impossibilitado de escrever durante muitos meses: as imagens que tinha nos olhos, de infelizes sem capacidade de compreender ou falar ou se movimentar, para os quais se encenava a comédia de um voto delegado mediante o padre ou a freira eram tão infernais que só poderiam ter me inspirado um panfleto violentíssimo, um manifesto antidemocrata cristão, uma seqüência de anátemas de um partido cujo poder se sustenta em votos (poucos ou muitos, a questão não é essa) obtidos daquele modo. Enfim, primeiro estava quase sem imagens, agora tinha imagens demasiado fortes. Tive de esperar que se afastassem, que ficassem um pouco esbatidas na memória; e tive de deixar amadurecer cada vez mais as reflexões, os significados que delas se irradiam, como uma seqüência de ondas e círculos concêntricos (*idem, ibidem*).

Publicado em 1963, foram necessários 10 anos de distância da primeira experiência no Cottolengo para que Calvino pudesse finalizar o conto *O dia de um escrutinador*. E é através da “experiência de campo” que Calvino realizou dentro da também chamada Pequena Casa da Divina Providência em Turim que farei um “exercício etnográfico” propondo uma aproximação entre a literatura de Italo Calvino e a proposta da “antropologia da cidade” desenvolvida pelo antropólogo francês Michel Agier.

Como “experiência autobiográfica ligeiramente deformada” (*idem*, p.85), o conto *O dia de um escrutinador* é considerado por seus críticos como o mais “sofrido e engajado” de Calvino que mostra o “caráter utópico de seu pensamento” (PIERANGELLI, 2011, p.216). A história narra um dia de trabalho de Amerigo Ormea como escrutinador no famoso sanatório de Turim exercendo as mesmas funções de Calvino, ou seja, Amerigo foi escrutinador na mesa eleitoral e coletor de votos nas enfermarias.

Passada nos anos de 1950, esta narrativa integra uma tríade inacabada de textos que Calvino pretendia intitular *Meados de Século*. Na coleção, que inclui o conto *A especulação imobiliária* e um terceiro que teve apenas as primeiras páginas escritas, *Che spavento d'estate*, o autor tinha como princípio marcar o momento de transformações da Europa, e em especial da Itália, após o fim da Segunda Guerra Mundial. De caráter realista, os contos têm como características reflexões sobre as indeléveis transformações pelas quais a Europa passara no início da segunda metade do século XX.

O cenário que se apresenta com essas profundas e importantes mudanças aparece no texto de Calvino através da experiência de crise que irrompe sua vida nas décadas de 1950 e 1960. Crise é a palavra que (des)orienta o pensamento escritor italiano e marca um momento de transição nas reflexões e posições do autor sobre seus temas mais importantes, pois coloca em questão a existência naturalizada de conceitos e idéias que eram caras ao escritor italiano: crise da literatura, crise do sentido da democracia, crise do conceito de humano, crise da política, do partido comunista, da esquerda e do marxismo e, também, crise da cidade. Em meio a estas reflexões, Calvino comenta sobre o que significa ser um escritor em situação de crise:

para um escritor, a situação de crise, quando uma determinada relação com o mundo sobre a qual ele construiu seu trabalho se revela inadequada e é necessário encontrar outra relação, outra maneira de considerar as pessoas, a lógica das histórias humanas, essa é a única situação a dar frutos, a permitir tocar alguma coisa verdadeira, a permitir escrever precisamente aquilo que os homens necessitam ler, mesmo que não percebam ter essa necessidade. (CALVINO, 2006a, p. 80)

Este trecho foi escrito por Calvino entre março e abril de 1961, dois meses após o seu retorno ao Cottolengo, e integra a conferência intitulada *Diálogo de dois escritores em crise*. O ensaio relata seu encontro com o escritor italiano Carlos Cassola e traz como tema a reflexão sobre a crise dos ideais que orientavam a literatura durante o século XIX e que perduraram na primeira metade do século XX.

Nessa discussão, enquanto Cassola tentava defender uma literatura que estivesse voltada "aos sentimentos, ao contato direto com a vida dos grandes escritores do século XIX", Calvino o provoca dizendo que para fazer uma literatura que dê conta de pensar os problemas existentes no mundo contemporâneo, é preciso que o romancista consiga expressar a vida moderna "em sua dureza, em seu ritmo e também em sua mecanicidade e desumanidade" (*idem*, p.79).

Para nosso autor, os romances que nascem a partir dos anos de 1950 e 1960 não poderiam mais "ter a pretensão de nos informar sobre como é o mundo", o máximo que se pode fazer é descobrir "a maneira, as mil, as cem mil novas maneiras em que nossa inserção no mundo se configura, expressando pouco a pouco as novas situações existenciais" (*idem*, p.85).

É a partir desta última afirmação que proponho uma aproximação entre a literatura de Calvino e a antropologia *da* cidade. Aqui, faço uma referência direta ao pensamento de Michel Agier quando este aponta diferenças entre fazer uma antropologia *na* cidade e a antropologia *da* cidade. Esta antropologia nos permitiria pensar a cidade a partir de duas operações epistemológicas que modificariam o modo de fazer a etnografia urbana. A primeira modificação consistiria em "deslocar o ponto de vista da cidade para os cidadãos - e assim, parafraseando Clifford Geertz quando fala de cultura, ver a cidade como vive, olhando-a 'por cima do ombro' dos cidadãos"; a segunda operação versaria em "deslocar a própria problemática do objeto para o sujeito, da questão sobre o que é a cidade - uma essência inatingível e normativa - para a pergunta sobre o que faz a cidade" (AGIER, 2011, p.38).

O que a antropologia *da* cidade propõe é a problematização das construções sociais do olhar sobre a cidade. Neste sentido, uma das questões que esse "olhar antropológico" nos traz são os limites da idéia totalizante de cidade que ofusca o entendimento das micro-relações que estão em jogo no dia-a-dia da realidade concreta cotidiana. A escolha da antropologia *da* cidade é a desconstrução da forma de entendimento de cidade que, de alguma maneira, a tipifica quando trata "a cidade" como objeto de estudo em si. O que se propõe é outra maneira de pensar as cidades em que o foco passa a ser os sujeitos concretos que através das suas práticas diárias "fazem a cidade". O foco sai, portanto, da idéia totalizante de cidade e passa para as "cem mil maneiras" possíveis com que os sujeitos vivem a cidade.

No movimento de trazer o foco para os sujeitos, coloca-se outra questão para a antropologia urbana quando esta define seu objeto de estudos por áreas temáticas de conhecimento como, por exemplo, religião, família, gênero, etc. Para realizar estes estudos de forma que não autonomize os temas das relações que os sujeitos operam no cotidiano, é necessário, na abordagem, um cuidado especial. O desafio da antropologia contemporânea está justamente em descrever as complexas conexões realizadas por esses sujeitos que acionam, interligam e organizam constante e ininterruptamente as diferentes esferas da vida concreta. O que a antropologia *da* cidade apresenta como proposta é que "o próprio ser da cidade surge não como um dado mas como um *processus*, humano e vivo, cuja complexidade é a própria matéria da observação, das interpretações e das práticas de 'fazer cidade'" (*idem, ibidem*).

E é exatamente pelo foco da análise da antropologia urbana estar nos sujeitos que constroem a cidade e pela idéia de conseguir trabalhar diferentes esferas da vida das pessoas que indico uma aproximação com a literatura de Calvino. Essa aproximação é possível na medida em que a antropologia e a literatura são duas formas de experimentação do mundo que, *mutatis mutandis*, "parece permitir-nos elaborar um roteiro centrado nos agentes" (ISER, 1999, p.152). Trazer a questão para a relação entre roteiros e agentes implica em pensar na ordenação e organização do que está sendo escrito, o que leva o autor a perceber o ato de escrever como uma prática que cria discursos e a assumir a responsabilidade sobre os sentidos que estão sendo elaborados.

Pensar em roteiros e agentes coloca em questão a própria noção de agentes e agências, na medida em que impossibilita pensar o escritor, e também o antropólogo, distanciados do ato de escrever. Outro dos desafios da antropologia contemporânea está precisamente em escolher uma forma narrativa que dê conta de expressar a complexidade dos problemas contemporâneos através dos movimentos e dinâmicas que colocam em relação as diferentes dimensões que estão em jogo no cotidiano. Colocar o foco nos sujeitos provoca o etnógrafo e o escritor a deixarem o texto aberto, vivo e dinâmico, e a por em xeque a ambição iluminista da objetividade e a aspiração de uma totalidade que se constitua através de um sentido único e essencialista.

Se um dos desafios da antropologia contemporânea está em buscar uma forma narrativa que dê conta de trazer para o ato de escrever a complexidade, a diversidade e a dinâmica, este é também um dos desafios da literatura no século XX e XXI.

Em 1963 Italo Calvino finaliza o conto *O dia de um escrutinador*, mas deixa a trilogia *Meados de Século* inacabada. Isso porque, neste período, diante da diversidade dos problemas que se apresentam a seus olhos, o escritor italiano sente a necessidade de buscar novas formas narrativas para tentar entendê-los e escrevê-los. Essa busca marca a mudança na postura do autor em relação ao seu estilo de fazer literatura. Por entender que a presença do escritor é interna ao ato de escrever, e que o estilo literário estaria intimamente ligado à forma como seu autor entende e pensa o mundo social em que vive, Italo Calvino questiona e transforma a sua forma de fazer literatura.

No entanto, existe algo que permanece. Em uma entrevista realizada em 1960 pelo professor e crítico literário Carlo Bo, surge a pergunta se são as idéias ou os homens que têm mais peso à formação política e literária do escritor italiano. Para responder a esta questão, no texto que não por acaso leva o título *O comunista partido ao meio*, e realiza um jogo com este e outros de seus romances da época, Calvino diz:

têm mais peso sempre os homens do que as idéias. Para mim, as idéias sempre tiveram olhos, nariz, boca, braços, pernas. Minha história política é, antes de tudo, uma história de presenças humanas. A Itália, quando menos esperamos, descobrimos que é cheia também de boas pessoas (CALVINO, 2006b, p.143).

O que é revelado no trecho acima é a importância de presenças humanas na construção e compreensão da realidade, e é através das presenças humanas que Calvino apresenta a complexidade da vida nas cidades. Italo Calvino é um autor que problematizou as cidades tanto em seus romances e contos como em seus ensaios, crônicas, relatos de viagens e cartas. O autor italiano formulou narrativas sobre as cidades contemporâneas construindo seqüências da vida urbana inspiradas em pequenas cenas cotidianas, muitas vezes retiradas de uma ínfima parte do curso real do mundo. O interesse multidisciplinar do escritor e sua obsessão pela exatidão fez com que Calvino construísse as mais diversas cidades com os mais diferentes tipos urbanos utilizando toda a liberdade poética que lhe é característica nas formulações fantásticas ou construindo narrativas neo-realistais politicamente engajadas.

O dia de um escrutinador é um livro que entra nesta segunda categoria. É uma observação da complexidade da vida contemporânea que pode ser lida através de um episódio que acontece no decorrer de um dia. Ele permite ao leitor, através da experiência do protagonista Amerigo Ormea, um "passeio" no interior do Cottolengo enfrentando os questionamentos provocados pelas dúvidas e angústias vividas pelo personagem.

O livro traz reflexões sobre os confrontos dos ideais de um homem de esquerda que construiu sua visão política do mundo na militância do Partido Comunista Italiano, que propunha certos ideais universais para a definição de humano, igualdade, democracia, etc... No entanto, a vida que aparece no cotidiano do Cottolengo se torna impossível de ser reduzida às concepções gerais e abstratas defendidas pelo partido. Amerigo se da conta de que o mundo em que se "formou" não permite entender a

quantidade de questões levantadas pela vida concreta que circula naquele sanatório. Assim, seus ideais aparecem como utopias que a cada movimento do seu dia são desconstruídos pela dura e complexa realidade que encontra à sua frente.

No entanto, num movimento pendular, Amerigo aos poucos vai reconstruindo seus pensamentos na medida em que investiga os modos concretos com que os indivíduos como seres vivos se relacionam naquele espaço. Porque, como argumenta Calvino naquela mesma entrevista, "o que conta é o que continua, é o positivo que sabemos reconhecer em toda realidade" (*idem*, p.144). Dessa maneira, o deformado se reconstrói em humano, a imobilidade em movimento, a inércia em ação e o Cottolengo em cidade.

Em certo sentido, podemos ler o Cottolengo como uma instituição onde, através de sua trama integrada de significados, é possível levantar questões que estabeleçam diálogos com problemas mais gerais. Por meio das dúvidas e angústias experimentadas por esse homem comum, simples e complexo, Amerigo Ormea, podemos abrir nosso pensamento para outras possíveis formulações.

Para passarmos à segunda parte do texto, empresto novamente de Michel Agier a indagação que direciona a análise que segue. Por perceber que a construção do problema antropológico deve estar centrado em entender as dinâmicas que nascem em lugares como o Cottolengo, Agier lança a seguinte pergunta: "que vida social, econômica, cultural, política emerge nos lugares mais precários e mais extraterritoriais dando-nos exemplos de cidades em formação?" (AGIER, 2011, p.39). A partir desta questão, iniciamos a segunda parte deste artigo.

AMERIGO ORMEA E A CIDADE COMO HOSPÍCIO

Se o único mundo no mundo fosse o Cottolengo, pensava Amerigo, sem um mundo lá fora que, para exercer sua caridade o domina e esmaga e humilha, talvez até esse mundo pudesse se tornar uma sociedade, começar uma história própria...

Italo Calvino - 1963

Apresentar Amerigo Ormea e a história vivida por ele traz enorme dificuldade. O tempo em que ela se realiza é curto e com linearidade temporal: começa às cinco e

meia da manhã com o personagem saindo de sua casa para ser escrutinador no Cottolengo e termina com o encerramento da seção eleitoral.

O que torna difícil a apresentação do texto é a quantidade de detalhes que acontecem no correr deste dia que compreende a exposição do processo eleitoral e as relações entre os escrutinadores, a descrição física do Cottolengo, a narração dos diferentes tipos de pessoas que vivem naquele espaço, as formas de convivência que se estabelecem entre elas e entre outros acontecimentos.

Também pela complexidade do personagem Amerigo que vai sendo construído na medida em que suas experiências vividas vão suscitando reflexões. Assim, Amerigo aparece de forma descontínua, fragmentada e contraditória, num movimento ininterrupto de desconstrução e reconstrução onde o mundo e as idéias jamais encontram uma maneira de se fixar. Somada as duas dificuldades, o conto acaba se tornando intraduzível em um resumo.

Por essa impossibilidade de fazer uma síntese do texto, proponho uma apresentação analítica que traga a complexidade do conto, colocando o foco em algumas das ações e interpretações do personagem principal. Assim, começo com a abertura do livro:

Amerigo Ormea saiu de casa às cinco e meia da manhã. O dia anunciava-se chuvoso. Para alcançar a seção eleitoral onde era escrutinador, Amerigo seguia um percurso de ruas estreitas e arqueadas, ainda pavimentadas com os velhos calçamentos, ao longo de muros de casas pobres, decerto densamente habitadas mas que não apresentavam, naquele alvorecer dominical, qualquer sinal de vida. (CALVINO, 2002, p.09)

Amerigo é um homem da classe média, "ex-burguês", intelectual, solteiro, de meia idade, que desenvolveu seu pensamento e esperanças ancorados nas idéias iluministas de razão, de humanidade e de igualdade, e que escolheu viver uma trajetória política filiando-se ao Partido Comunista Italiano. Como militante, era conhecido pelos outros membros do partido como uma pessoa "preparada" e de "bom senso". Por não gostar de "ficar na linha de frente" e preferir realizar tarefas úteis, modestas e necessárias às quais ele acreditava serem corretas, Amerigo não se definia como um

militante "ativista". Era julho de 1953 e fora por essas características pessoais que Amerigo recebe do partido a incumbência de ser escrutinador no Cottolengo.

Da experiência adquirida na vida política Amerigo carrega a nostalgia dos anos de 1940 em que a política aparecia como algo realizável e oscila entre um *pessimismo político* e um *otimismo utópico* ou, na máxima de Gramsci, *pessimismo da inteligência*, *otimismo da vontade*, (CALVINO, 2006a, p.22) que o faz formular um tipo de conduta em que acredita ser necessário, tanto na política quanto na vida, "nunca criar demasiadas ilusões e não deixar de acreditar que tudo o que se fizer poderá ser útil" (CALVINO, 2002, p.10). Por isso, Amerigo aceita de "bom grado" a tarefa "modesta", "necessária" e de "empenho" que é ser escrutinador naquela instituição religiosa.

Com vagas idéias sobre o que esperar daquela seção eleitoral, Amerigo caminha e pensa que um "dia triste e nervoso" estará à sua espera. Para chegar à instituição, o militante comunista passa por um bairro que não lhe é familiar, formado por ruas "estreitas e arqueadas" onde se encontram casas "pobres e populosas", nas quais ele precisa se orientar pelas ruas procurando os nomes nas "placas enegrecidas". Narrada em quinze capítulos, a história conta o correr deste único e intenso dia na vida de Amerigo Ormea e vai pouco a pouco elaborando o difícil perfil de um personagem em transformação.

Sob chuva fina e com os sapatos molhados, Amerigo chega ao Cottolengo. Na entrada, em frente ao portão, o personagem observa o ambiente ao seu redor e, inquieto, confere as informações na notificação enviada pela prefeitura. Aquele edifício provoca nas lembranças de Amerigo a imagem de uma "grande fábrica". Em outros momentos a construção aparece "meio como um quartel, meio como um hospício". Seja como fábrica, quartel ou hospício, aquele prédio compunha um corpo disforme com contornos irregulares, como se as características daquele lugar marcassem as pessoas que ali viviam. Por sua dimensão, o sanatório mais parecia "uma cidade dentro da cidade, cercada por muros e sujeita a outras regras". Esta constatação produz em Amerigo a "sensação de penetrar para além das fronteiras do seu mundo" (*idem*, p.12).

Desde os primeiros passos do escrutinador Amerigo Ormea no Cottolengo vamos acompanhando a experiência de choque de um homem de esquerda que, ao se

deparar com a complexidade da realidade encontrada naquele espaço, entra em crise com os sentidos e os conceitos que havia naturalizado e consolidado. Com o andamento do dia, das pessoas que passam e dos conflitos que aparecem, o personagem Amerigo, que entra no Cottolengo com certa definição de suas escolhas e pensamentos, vai sendo profundamente contestado chegando ao final do dia a pungentes definições dos sentidos que foram desconstruídos.

Apreensivo por estar naquele local, Amerigo luta para não "deixar-se levar pela desolação do ambiente, e para tanto se concentra na desolação de seus apetrechos eleitorais" (*idem*, p.17). A primeira obrigação como escrutinador é a de transformar a sala, que nos dias comuns é um parlatório para os parentes que visitam os internos, em uma das centenas de seções eleitorais armadas no interior do Cottolengo. Para isso são necessários poucos objetos: biombos e caixas de madeira, registros, pacotes de cédulas, canetas, daí por diante.

Também é preciso conhecer os outros companheiros de trabalho e Amerigo se vê entre o presidente da mesa e mais três escrutinadores: duas mulheres, uma militante e ativista do Partido Socialista, outra com ar professoral que parecia recrutada pela Ação Católica, e um terceiro, "magrela e quatro olho", que não se define o partido mas, pelas colocações, compartilha com as idéias de algum partido conservador.

Tudo parece estranho, impessoal, pacato e frio até a chegada dos votantes e "a variedade da vida a entrar com eles" (*idem*, p.16):

Era uma Itália oculta desfilando naquela sala, o avesso daquela que se exhibe ao sol, que anda pelas ruas e que pretende e produz e consome, era o segredo das famílias e das aldeias, era também (mas não só) o campo pobre com seu sangue aviltado, seus conúbios incestuosos na escuridão das estrebarias, o Piemonte desesperado que sempre acossa o Piemonte eficiente e rigoroso, também era (mas não só) o fim das raças, quando no plasma se fazem as contas de todos os males esquecidos de desconhecidos antecessores, a sífilis calada como culpa, a bebedeira único paraíso (mas não só, mas não só), era o risco de um erro que a matéria de que a espécie humana é feita corre sempre que se reproduz, o risco (previsível, ademais, como base no cálculo das probabilidades, como nos jogos de azar) que se multiplica pelo número das novas insídias, os vírus, os venenos, as radiações de

urânio... o acaso que governa a geração humana que se diz humana porque acontece casualmente... (*idem*, p.24-25)

Em *O dia de um escrutinador* Italo Calvino constrói uma imagem incomum da Itália do pós-guerra. Pelos corredores do instituto religioso o escritor italiano fez serpentear “os habitantes de um mundo escondido”, os “homens infames”, na expressão cunhada por Michel Foucault, que traz para o primeiro plano as desventuras de vidas ínfimas, obscuras e insignificantes que tiveram sua liberdade, sua infelicidade, seu destino, com frequência sua morte, ao menos em parte, decididos em lugares como o Cottolengo (FOUCAULT, 1992, p.96). Calvino expõe "o fermento da exceção, da ruptura da norma" (CALVINO, 2002, p.24) que por sua constante repetição faz com que os critérios de normalidade sucumbam e impossibilitem a criação de formas de separação e de exclusão.

A partir deste momento Amerigo inverte a relação entre o Cottolengo e a cidade. Esta *cidade invisível* dobra de tamanho e aparece para o personagem como o único e verdadeiro mundo possível. Dessa maneira, a cidade aparece como um grande Cottolengo, um grande hospício onde a exceção passa a ser a regra comum. O mundo olhado desse ponto de vista, em que a cidade se transforma em um grande hospício, coloca questões para o intelectual de esquerda que o leva a perceber os limites das idéias e abstrações do partido e nos permite formular a seguinte pergunta: o que significa declarar-se comunista diante de um mundo onde a exceção se apresenta como regra geral?

Este “mundo-Cottolengo” se torna um espaço inquietante que desafia, embaralha e por vezes arruína as categorias de entendimento e as construções de verdade. É um “espaço heterotópico” na medida em que coloca em oposição, contesta e inverte a sociedade na qual esta inserido. Embora sejam reais e localizáveis, os espaços heterotópicos estão fora de todos os lugares (FOUCAULT, 2009, p.415). Esta é a definição de Foucault sobre espaços heterotópicos e podemos somar ao que Michel Agier chama de lugares de fora, de "*ban-lieu*, lugar de confinamento do banido, cujo afastamento político e territorial permite todas as dominações e exclusões, sejam elas econômicas, culturais ou 'raciais'" (AGIER, 2011, p. 41).

A história narrada no livro traz uma Itália que saíra da experiência do fascismo e passava pelo processo político de democratização. Os partidos que chegaram ao governo tentavam aprovar uma lei na qual a coalizão que alcançasse 50%+1 dos votos teria dois terços das cadeiras... (CALVINO, 2002, p.10). Com o sufrágio universal e a obrigatoriedade do voto, este grande instituto religioso, que apartado do cotidiano da cidade e separado dos que são considerados cidadãos, se transformava, à época das eleições, em uma fábrica de votos do Partido Democrata Cristão italiano.

O dia de um escrutinador traz problemas que estavam na ordem do dia. Através do texto, Calvino expõe os aspectos absurdos de uma democracia que se sustenta em votos obtidos por meio de uma organização burocrática e racional que leva ao limite de "fazer votar" todas as pessoas. Lembrando que cada uma das seções eleitorais da instituição "reúne cerca de quinhentos eleitores, e no Cottolengo todo há milhares de eleitores" (*idem*, p.17). O processo eleitoral realizado no interior do Cottolengo apresenta o lado perverso de uma prática política que transforma a eleição em um absurdo útil que serve para estabelecer o controle e o domínio por parte de quem se encontra no poder e pretende permanecer.

Afetado por essas observações, Amerigo nos incita a refletir sobre o que significa fazer votar os deficientes e idiotas sem a capacidade de compreender o sentido dos seus atos? O que significa a luta por uma democracia, pelo sufrágio universal e pela obrigatoriedade do voto? O que significa uma lei que força os eleitores a cumprirem o seu "direito" de votar, mesmo que eles não saibam o que quer que seja sobre as eleições e seus candidatos? E mais, quais são aqueles que têm a capacidade de compreender os sentidos dos resultados de uma eleição?

Em uma Itália que vivera cerca de vinte anos sob o regime totalitário, a democracia aparece como incontestável vitória. Nesse contexto, nosso militante de esquerda apresenta-se dilacerado, pois mesmo com as obscuras perspectivas das eleições, com as urnas montadas dentro de um hospício onde não se haviam podido realizar comícios, nem pendurar cartazes, nem vender jornais, onde padres e freiras votam em nome de centenas de desafortunados, Amerigo se dispõe a acreditar na realização do processo democrático.

Como escrutinador e militante, Amerigo Ormea executa uma a uma as suas tarefas com a "certeza do que estavam fazendo, mas também [com] um pressentimento de um quê de absurdo" (*idem*, p.22). Este *comunista partido ao meio* cumpre toda a sua função burocrática chegando ao limite de recolher os votos de moribundos que se encontravam na enfermaria do sanatório. Sem conseguir definir sua posição, Amerigo observa a prática absurda de uma eleição que se realiza no interior do Cottolengo e continua exercendo até o final do seu dia as ordens do estado e do partido.

Nas dilacerações experimentadas pelo escrutinador Amerigo Ormea, envolto aos homens que por não serem produtivos a "civilização" deposita nos asilos e hospícios, aparece a presença da dor e da desorientação de um homem que vê a democracia como um sistema que funciona na convergência com formas de humilhação, exclusão e desumanização. E percebe que, no interior do Cottolengo, as distinções políticas tradicionais que trabalham na chave de oposição entre direita e esquerda, liberalismo e totalitarismo, privado e público, perdem sua determinação.

Observando as contradições, incoerências e absurdos dessa eleição, Amerigo passa a questionar sobre a validade dos votos daqueles desafortunados. Na discussão, uma das mães encarregadas de "fazer votar" os deficientes, convida os escrutinadores a olharem pela janela e reconhecerem os "infames" que "certamente" não poderiam votar. Numa forte passagem, o escrutinador comunista observa uma cena que permite fazer um paralelo entre a "cidade-Cottolengo" e os campos de concentração:

a porta dava para um terraço, uma espécie de varanda; e havia um semicírculo de cadeirões com porção de jovens, de cabeças raspadas e barbas desleixadas, as mãos apoiadas nos braços das cadeiras. Usavam roupões listados de azul, cujas pontas desciam até o chão, escondendo o penico que estava por baixo de cada cadeirão, mas o fedor e os regatos transbordavam perdendo-se pelo chão, por entre as pernas nuas e os pés calçados com tamancos. Entre eles também havia aquela semelhança fraterna que reina no Cottolengo e até a expressão era parecida, nas bocas abertas, sem forma, desdentadas: de uma risada que até podia ser choro; e o estrépito que faziam se fundia num apagado tagarelar de risadas e choros. Em pé diante deles, um assistente – um daqueles feios mas espertos – mantinha a ordem, com uma vara na mão, e intervinha quando alguém queria se tocar, ou levantar-se, ou puxava briga com os outros, ou faziam muita gritaria. Nos vidros da varanda brilhava um pouco de sol, e os rapazes riam com os reflexos, ou passavam, mutáveis, à ira, vociferando um contra o outro, e depois logo se esqueciam (*idem*, p.73).

Essas constatações apresentam a crise vivida pelo personagem, dando-lhe de um lado um caráter de experiência real que o leva ao *pessimismo da inteligência*, e de outro, a dimensão utópica pelo *otimismo da vontade*. O que norteia, portanto, essa narrativa é a idéia de crise. A palavra central é crise, mas que se apresenta sobre várias formas. Em certo sentido, como incomodo, em outro como impaciência e também como contemplação. A experiência adquire sentido quando se chega ao limite, quando a experiência se torna negativa com relação às expectativas e nesse momento é que se constroem as alternativas ou as novas formulações.

Não é a esmo que sugerimos um paralelo entre o Cottolengo e os campos de concentração, em especial se aproximarmos pela anulação da dimensão humana dada a essas pessoas. Naqueles anos, Goffman publicava seu livro *Manicômios, prisões e conventos* (1961), em que, através do conceito de instituição total, aproximava os hospitais psiquiátricos aos campos de concentração. Outro texto importante da mesma época, que trata da história do confinamento moderno em hospitais psiquiátricos, é o livro de Michel Foucault *A história da loucura na Idade Clássica* (1961). E é neste contexto intelectual de crítica e questionamento das instituições psiquiátricas que o livro de Italo Calvino se insere. Em *O dia de um escrutinador* nosso autor tenta entender como, no dia a dia do Cottolengo, a democracia se realiza através de práticas de exceção e confinamento.

Ao construir o Cottolengo através dos "olhos, nariz, braços, pernas" de quem vive naquele espaço, Calvino nos permite compartilhar com a idéia de Walter Benjamin que diz ser "a tradição dos oprimidos [quem] nos ensina que o 'estado de exceção' em que vivemos é na verdade regra geral". No complemento desta afirmação, Benjamin convoca os intelectuais à tarefa de "originar um verdadeiro estado de exceção" (BENJAMIN, 1994, p.226). Assim, podemos ler a pequena novela *O dia de um escrutinador* como mais um caminho que corresponde a essa afirmação.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio, *Homo Sacer. O poder soberano e vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações e movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ARAUZ, Valéria Angélica, *Indizíveis, intangíveis, impossíveis: mundos ficcionais em I nostri antenati, de Italo Calvino*. Tese de doutorado em Estudos Literários, UNESP, Araraquara, 2009.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura história da cultura*. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CALVINO, Italo. *O dia de um escrutinador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Assunto encerrado: discurso sobre literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006a.

_____. *Eremita em Paris: páginas autobiográficas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006b.

_____. *A especulação imobiliária*, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In : *O que é um autor?* Lisboa: Passagens.1992.

_____. *A História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

_____. Outros espaços. In: *Ditos & Escritos III - Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*, São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

ISER, Wolfgang. Que é antropologia literaria? In: ROCHA, C. C. (org.). *Teorias da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

ROSA, Alberto Asor. *Stile Calvino: cinque studi*. Torino: Einaudi, 2001.

MAIA, Claudia. O humano não tem fronteiras: *O dia de um escrutinador*, de Italo Calvino. *RELIT*, Florianópolis, n.2, v.1, p.04-09, mar. 2011.

PIERANGELLI, Fabio. Entrevista com Fabio Pierangelli. *Outra Travessia*, Florianópolis, n.12, p.203-220, 2011.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, n.32, v.15, p.171-188, jul. 2009.

TADDEI, Angela. Sobre a escrita etnográfica. *Aurora*, Marília, Edição Espacial, v.5, p.103-118, 2012.

ⁱ Agradecimentos especiais a Ana Carneiro, pela leitura cuidadosa e sugestões. Agradeço enormemente aos comentários, sugestões e incentivos de Patrícia Birman, Adriana Fernandes e Antônio Edmilson Rodrigues. Agradeço também a Ronaldo Castro, que “orienta” meus delírios, e a Dany Pierobon, por traduzir os necessários resumos. Este texto não seria possível sem essas (e outras) interlocuções.

O artigo foi aceito para publicação na Revista de Ciências Sociais da UFC em 2013, e integrará o dossiê *Antropologia e Literatura*.

VIVER NA CIDADE: EXPERIÊNCIAS DA VIDA URBANA NA COMÉDIA *AS FIAS DE MAMÃE*¹

Yuji Gushiken

Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ e professor do Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO-UFMT). E-mail: yug@uol.com.br.

Joilson Francisco da Conceição

Publicitário, diretor de teatro e aluno do Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO-UFMT). E-mail: joilson.francon@gmail.com.

Resumo

Neste artigo, de caráter descritivo, apresentam-se dados parciais de pesquisa sobre a relação entre comunicação, teatro e cidade, tendo como base de investigação uma peça teatral escrita, produzida e encenada na década de 1990 na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, cujo foco é vida cotidiana de duas personagens que migram do interior para a capital e passam a viver os dramas da vida urbana. A peça é *As Fias de Mamãe*, comédia em que busca-se discutir a experiência de modernização e os dramas urbanos como elementos capazes de produzir o riso de si como autocrítica das condições socioculturais das sociedades em desenvolvimento.

Palavras-chave: Comunicação; Teatro; Cidade.

Abstract

In this article, a descriptive, we present partial data from research on the relationship between communication, theater and city, based on research a play written, produced

¹ Artigo constituinte de dissertação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO-UFMT) e do Projeto de Pesquisa “Modernização tecnológica e midiática: Imagens da cidade e demandas do cosmopolitismo” (Propeq/UFMT).

and performed in the 1990s in the city of Cuiabá, Mato Grosso, whose focus is the daily life of two characters who migrate from the countryside to the capital and begin to live the drama of urban life. The play is *As Fias de Mamãe* comedy that seeks to discuss the experience of modernization and urban dramas as elements capable of producing laughter of themselves as self-criticism of the sociocultural conditions of developing societies.

Key-words: Communication; Theatre; City.

INTRODUÇÃO

O texto da peça *As Fias de Mamãe*, escrito em 1998, pelo dramaturgo Joilson Francisco da Conceição, narra histórias comentadas, ouvidas, observadas e vividas pelo autor nas hinterlândias da Baixada Cuiabana. *As Fias...* buscou dar continuidade ao projeto teatral "*Depois que mamãe morreu...*" (1997), de Willian de Paula e Antonio Marcos Lima, que fazia do linguajar cuiabano o foco da produção textual. Entre as experiências na cidade e as experiências dramatúrgica, o texto de *As Fias de Mamãe* põe em cena as personagens Benedita Sampaio e Amazonina Bocaiuva, irmãs que se reencontram em Cuiabá, Mato Grosso, Brasil, para velar o corpo da mãe.

Amazonina, irmã mais velha, mora com seu esposo, filhos e sua tia Doquinha, senhora idosa, no sítio em Acorizal-MT, cidade distante aproximadamente 67 km de Cuiabá e é chamada para vir à capital do Estado, pois sua mãe está passando muito mal. Benedita, a irmã mais nova, solteira, foi quem chamou, porém, não conta que a mãe já está morta e que, na ausência da matriarca, passa por dificuldades morando sozinha na cidade.

A narrativa teatral questiona o que significa viver na cidade aos que migram das hinterlândias para a periferia planejada das cidades médias em seu processo de metropolização. *As Fias de Mamãe* – escrita, produzida e encenada no final da década de 1990 – desenvolve a questão por meio circunstanciais de resistência e de ruptura com os antigos modos de vida, frente aos dramas cotidianos.

A precariedade das personagens se evidencia nas cenas em que Benedita e Amazonina se entranham na experiência de viver na cidade: poucos mantimentos para garantir as principais refeições do dia, colher cajá-manga do quintal para vender na

feira, andar de carona, brigar com cachorro que torna-se estorvo na disputa por comida, necessidade de comprar fiado e anotação na caderneta, expectativa de renda apenas com a poupança e a pensão da mãe falecida, trazer sacola com verduras cultivados no sítio e satisfazendo um gosto particular, usar uma precata gasta, sair correndo do salão de beleza montada em uma bicicleta Monareta emprestada ainda com cabelos e unhas por fazer, espantar as crianças do quintal pra não roubarem os cajás-manga, pegar carona à beira das estradas.

A descrição da experiência urbana que emerge em cada trecho da narrativa: a precariedade sanitária e a higiene pessoal questionada, catação de piolho como ausência de noções de saúde, festas do quartel do exército e bailões nas vizinhanças como possibilidade de comer sem ter que pagar, entrar na fila de distribuição de sacolão pelo LBA (Legião Brasileira de Assistência), receber doação de pão duro para fazer torradas, engolir cuspe para matar a fome, aparar goteira com panelas, vender móveis no pregão, colocar a casa à venda, economia no pó de guaraná, no açúcar e no sabão de barra pra lavar roupas.

De modo simultâneo encontram-se as celebrações em festas e reencontros afetivos, brincadeiras de crianças na vizinhança, a advertência de que é preciso estar na sala de aula estudando, os encontros sociais em torno da cacimba comunitária. Na casa do bairro de Cohab, o retrato pendurado nas paredes, um oratório para as rezas costumeiras, a vitrola com discos de artistas consagrados pelos fãs de músicas populares, referências às cenas de telenovelas. Na medida em que a vida urbana se institui, emergem os desejos de consumo: tomar *milkshake* em *shopping center*, comer baguncinha (cheese-burger) nos lazeres de rua, equipar a cozinha com *tupperware* e comprar perfume da Avon para produzir a beleza.

O objetivo do trabalho de pesquisa é descrever e narrar a relação entre as personagens, o imaginário da cidade e a busca de sentido do que é viver no Oeste brasileiro, segundo o texto teatral. Os dramas da experiência urbana nacional, ao ter como pano de fundo as transformações no imaginário urbano e a singularidade das práticas culturais em Cuiabá, permitem anotar e pensar sobre o teatro como modo de se testemunhar e registrar as transformações do imaginário urbano de uma época. De modo específico, na perspectiva da criação teatral, enfatizar os indícios da experiência da modernização na perspectiva de duas personagens forçadas a assistir à intrusão do capitalismo global na Baixada Cuiabana. O trabalho busca se justificar na medida em que a questão que se impõe é ter o teatro como modalidade de crítica da cultura, na

medida em que politicamente expõe as ranhuras da vida local no contato com o processo civilizatório.

A fonte primordial de informações, neste estudo, é o roteiro de *As Fias de Mamãe* em seu suporte físico impresso/digitalizado. A cidade, como questão, torna-se a base de discussões sobre o texto teatral e o imaginário urbano que ele evoca. No caso, a comédia como constituinte de um imaginário: o cotidiano e suas tramas, a vida cotidiana para além dos processos econômicos. A noção de cotidiano e a modernização de Cuiabá nos anos 1990, como experiências do vivido e do ficcionado, com base em dados empíricos, a postura metodológica busca-se amparar esta pesquisa e discussão nos textos de Gilles Deleuze, Colin Campbell, Manuel Castells, Michel Maffesoli, Félix Guattari, Michel de Certeau, Ulrich Beck e Luiz Beltrão como fonte de estudos contemporâneos, especialmente no que tange às questões urbanas.

A produção de dados empíricos e interpretativos permitem conceber, através da produção teatral, ela própria como resultado de uma experiência de modernização das práticas culturais, uma compreensão mais densa do que tem sido as outras experiências de modernização na cidade de Cuiabá e as interferências que o avanço da globalização impõe no campo da cultura e das artes.

Tramas da vida, tramas do teatro

Nesta trama, a demanda é por um teatro com marcadores da cultura popular urbana: um vocabulário, um linguajar, que arranha a sisudez da língua portuguesa formal. A língua dita inculta, apresenta-se como marca afirmativa da cultura popular em uma comédia de costumes, expondo modos de relações familiares e sociais nos atritos entre modernização e aquilo que insiste em negar-se à entrar na modernidade. O enredo desenvolve-se a partir de uma circunstância: a morte da mãe das personagens e a falta de condições de se realizar um funeral moderno (enterro com caixão e serviços de funerária), a prática de enterro em cova rasa em um cemitério numa hinterlândia (lugar ermo) nas bordas do perímetro urbano.

Ao longo da peça, os transtornos do que significa a ruptura com antigos modos de vida e os desafios do habitar a cidade quando a experiência da modernidade força as transformações nas práticas culturais. Algumas cenas denotam as transformações sociais e materiais na experiência urbana: favorecer-se das benesses da modernidade urbana, mas ao mesmo tempo não ter dinheiro para comprar vela para o velório ou não ter

crédito para ligações no aparelho celular. O drama urbano, no entanto, ganha dinâmica própria nesta peça na medida em que a própria dimensão cultural, ao ancorar-se no característico sotaque local, passa a indicar o fato de que, quando a globalização é vista a partir de Cuiabá, algo de irônico acontece.

As Fias de Mamãe reinventa os interiores de uma casa cuiabana, uma casa genérica das condições sociais brasileiras com indícios de modernização que insiste em não se instalar: construção simples, telhado com goteiras, quintal com horta e árvores frutíferas, sem muros, cozinha e banheiro do lado de fora da casa. A casa, vigiada por um cachorro, é decorada com móveis e objetos comuns: quadros com imagens sacras e da família, marcas de mãos, de batons e do tempo nas paredes descoloridas, baú com roupas velhas e tranqueiras, oratório com terços, véu, vela, imagens de anjos e Santo Antonio.

A indústria cultural internacional e nacional atravessa a vitrola com discos de vinil e o aparelho de rádio sintonizado em AM: toca artistas como Alcione, Giliard, Perla, Menudo, Gretchen, Patotinhas, *Los Angeles*, Pinduca e Wando. Os novos objetos de consumo, entre artesanais e industriais: espelho com moldura laranja, vidro de perfume Charisma, mesa e cadeiras de madeira, vassoura de piaçava gasta, rádio sintonizado em AM, moringa d'água, viola de cocho, uma rede no armador da sala, bobes, grampo invisível de cabelo, precata, tênis Kichute e conga, cinto de tala larga, roupas coloridas, reformada e reutilizadas, entre outros.

Na peça, a rua do bairro onde moram as personagens Amazonina e Benedita não tem asfalto, a água falta muita vezes na rede de abastecimento básico. Constituem a experiência de urbanização das personagens. Na cidade, elas usufruem de luz elétrica, transportes tácticos em sistemas de charretes, bicicletas, mototáxi, ônibus ou caronas. Morando próximo ao centro da cidade, dispõem de bolichos, quitandas, mercearias, padaria, cacimba comunitária, do rio principal que abastece a cidade. A cidade, como totalidade urbana, disponibiliza serviço de assistência social, pronto-socorro, ensino básico, fundamental e superior, clubes de lazer, pregão, escola de inglês, banco, quartel do exército e telefonia celular – embora nem todos estes equipamentos urbanos sejam acessíveis à população em geral.

Uma casa, uma família, um contexto com turbulência dos afetos, enfrentamento da ordem, resistência na vida cotidiana e reserva da sociabilidade de base, numa determinada zona de contato, de estratégias "capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar" (CERTEAU, 1994). Duas

cuiabanas, órfãs de pai e mãe, com suas esperanças, sonhos e medos. As semelhanças e características que as diferem estão contidas nas suas ações e no que elas dizem no sotaque “cuiabanês” que destoa do português culto e formal. A necessidade dramática, o ponto de vista, a mudança e a atitude das personagens estão no arcabouço de significados culturais configurados pelo autor sob o que pode significar o viver na cidade Cuiabá nas condições socioeconômicas das personagens. A dureza do trabalho, o poder do dinheiro, o papel da mulher na sociedade, a maturidade precoce, a violência em suas variadas formas, o novo que se instala e às descobertas da vida moderna em um território evidentemente nacional, cambiados pela simplicidade, familiar, gentil, permitindo ao agente leitor ter noção do que significava viver numa cidade nas transformações urbanas da década de 1990.

A cidade

Com quase três séculos de fundação e localizada no Centro Geodésico da América do Sul, Cuiabá com área de 3,538,167 km², na década de 1990, onde os fatos narrados acontecem na comédia *As Fias de Mamãe*, pertence ao estado de Mato Grosso (Brasil). Quem nasce em Cuiabá recebe o gentílico de cuiabano(a). Em 1991, década em que a narrativa é produzida, a população total do município era de 402.813: população urbana de 395.662, população rural 7.151, taxa de urbanização 98,22%. No período 1991-2000, a população de Cuiabá teve uma taxa média de crescimento anual de 2,13%, taxa de urbanização cresceu 0,37, e em 2000 a população do município representava 19,30% da população do Estado, e 0,28% da população do País.

A ordem da natureza apresenta característica que incidem na performance cultural dos hábitos cuiabanos: como índice pluviométrico de 1470 mm por ano, relevo de baixa amplitude, clima tropical quente sub-úmido, vegetação de cerrado com arbustos, próxima a mais dois ecossistemas que são o Pantanal e a Amazônia. Os rios Cuiabá, Coxipó, Coxipó-Açu, Aricazinho, Aricá, Pari, Mutuca, Claro, São Lourenço, das Mortes, Cumbuca, Coluene, Jangada, Suspiro, Casca e Cachoeirinha², os mais importantes da Baixada Cuiabana, colaboram para o modo de como se constitui a singularidade de Cuiabá.

² Dados da Prefeitura Municipal de Cuiabá, IPDU, Perfil Socioeconômico de Cuiabá, volume III, 2007.

Transformações diante dos fatos históricos e das condições ofertadas pela natureza, adequadas pelas necessidades dos agentes que nela incidem, a cultura cuiabana segue sua dinâmica manifestando seu modo de criar referências, estabelecer diálogos e conquistar espaços sociais que lhes proporcionam condições de reprodução e transformações sociais na vida moderna. Cada sociedade, em cada época, constrói uma centralidade que lhe é peculiar. O povoamento de Cuiabá iniciou com a descoberta de ouro às margens do rio Coxipó, por bandeirantes paulistas em busca de minerais preciosos e do índio para o trabalho escravo. A descoberta do metal precioso, às margens do lendário rio Coxipó, ensejou a fundação de Cuiabá em 8 de abril de 1719, com o surgimento do "Arraial de Forquilha", denominação dada ao primeiro povoamento que daria origem à cidade. Três anos depois – em 1722 – foram descobertas as "Lavras do Sutil", rica jazida encontrada nas proximidades do córrego da Prainha e da "Colina do Rosário", onde foi construída a histórica igreja do Rosário, situada no coração de Cuiabá. Expandia-se, assim, a população, com a descoberta do ouro. A notícia do ouro logo extrapola os limites do lugar e exerce poderosa atração migratória, trazendo consigo a burocracia do governo colonial português, com seu sistema de controle e poder. Nesse contexto Cuiabá é elevada à categoria de vila, com o nome de "Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá". A queda da produção, aliada à baixa qualidade do ouro de aluvião e impostos elevados, mais a descoberta de novas jazidas na região, causaram um período de decadência na exploração do ouro. As atividades agrícolas substituíram a mineração, passando a ocupar papel de sustentação da economia local. Após esse período de estagnação, quase um século depois de sua fundação, Cuiabá conquistou a condição de cidade, através da Carta Régia de 1818, e declarada capital de Mato Grosso em 1835, 17 anos depois.

No final da década de 1930, o programa da "Marcha para o Oeste", em curto espaço de tempo, deixou suas marcas na cidade, que ganhou nova feição com a edificação de sua primeira avenida, a Avenida Getúlio Vargas e nela prédios destinados à administração pública, agências bancárias, hotéis e de lazer. Ao findar o século XX, a capital com suas principais atividades econômicas (comércio varejista, prestação de serviços e indústria) tinha projetos planejados para compor o suposto desenvolvimento da Baixada Cuiabana. Alguns de interesse da sociedade civil, como a ampliação do aeroporto para voos internacionais, a conclusão e pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém e a saída rodoviária para o Oceano Pacífico pelo Oeste do país. Outros projetos eram de interesses setoriais como a nunca realizada ligação ferroviária com o

Porto de Santos, a mais que polêmica hidrovía do Paraguai, a Usina de Manso, a Usina Termoelétrica e o gasoduto. Concluídos alguns destes projetos, dada sua localização geopolítica estratégica no centro do continente, Cuiabá consolidaria sua vocação firmando-se como um dos mais importantes centros intermodais de transportes da América do Sul, prosseguindo com as façanhas desenvolvimentistas como as linhas de telecomunicações instaladas por Cândido Rondon.

É nestes aspectos físicos, culturais, simbólicos e imaginários da vida que a mulher ocupa seus espaços, numa postura de existência e de igual direitos, no processo modernizante que a cidade que se apresenta cordial, hospitaleira e bem humorada recebe os de "tchapa" (que nascem em Cuiabá) e os "paus-rodados" (que nascem em outro lugar e passam a morar em Cuiabá). A narrativa em *As Fias de Mamãe*, também nos leva a imaginar a cidade Cuiabá semelhante a Macondo, na obra "Cem Anos de Solidão", de Gabriel Garcia Marques³. Cenas do cotidiano, que mais parecem cenas urbanas em uma Cuiabá nos anos 1990: banheiro (o único) do lado de fora da estrutura da casa, tomar banho com pouca água e "de latinha", mensagens enviadas a parentes via rádio AM, fazer piquenique após tomar banho no córrego, uso de "dispositivos" como precata (sandálias), funda (estilingue) e práticas como jogo de amarelinha, lavagem do santo e enterro de morto em uma rede de tecido indicam um modo antigo, bem anterior aos anos 1990, ou algo pra lá dos sertões com poucas habitações, infraestrutura e com rara comunicação com o mundo.

Mas também dá indícios de modernidade, centro urbano e pertencimento enquanto Cuiabá, Mato Grosso, Brasil e Mundo, ao expor aparelho celular, caderneta de poupança, pregão, a comunicação de massa, centro de cultura inglesa e possibilidades táticas de locomoção. Nos anos 1990, Cuiabá sofre a desaceleração no processo de investimento público diante do foco destinado a outras cidades no interior do Estado. Porém, a urbanização aumenta em Cuiabá e com ela os reflexos das mudanças econômicas ocorridas. Na busca por melhores condições de vida, os serviços públicos e privados tornam-se atrativos para aqueles que vieram das hinterlândias (comunidades entre a cidade/cidade, cidade/campo, campo/campo; distritos), cedendo espaço para a tecnologia, mão de obra especializada, e investidores dominando grandes áreas.

³ Na obra "Cem Anos de Solidão" (1967), de Gabriel Garcia Marques, apresenta Macondo, uma aldeia fictícia e a saga da família Buendía em um ínterim de cem anos. O escritor situa os ocorridos no pequeno povoado ante os principais acontecimentos históricos do período, estabelecendo uma perfeita conexão entre micro e macro, mesclando, simultaneamente, elementos reais e fantásticos. Percebemos também na trama uma intrínseca relação entre percepção individual e memória coletiva, visto que os eventos vêm sendo contados conforme a percepção dos personagens.

Segundo dados da Junta Comercial de Mato Grosso, a capital tinha 90% de sua mão de obra e receita voltada para o funcionalismo público. Metade das empresas encerrava atividades nos primeiros cinco anos de existência. O comércio variado e de prestação de serviços, somados às poucas indústrias instaladas na região, trazem ao imaginário o progresso e fluxo modernizante das experiências urbanas.

A modernização, no entanto, atravessa as geografias. Os países em desenvolvimento, mais que escolher a modernização, são escolhidos por ela. Guerras, processos políticos, globalização, popularização dos computadores pessoais conectados à internet, expectativa e os estilos de vida proporcionados pela ciência e tecnologia, economia e autoafirmação cultural demonstraram uma ideia de independência, liberdade, rompimento de barreiras, de conceitos e preconceitos. A cidade, nos fluxos da globalização mantém, produz, repara, transforma as funções urbanas convergindo e dispersando informações. Assume o papel de centro de atividades com ofertas de bens e serviços para as hinterlândias.

Teatro como crítica cultural

A sociedade de consumo que se anuncia nos sertões brasileiros, na expansão dos serviços privatizados e que geram a dinâmica do consumo no homem contemporâneo e que "viveria em um estado de desamparo, tornando-se o único responsável por atingir seu êxito. Estaria suscetível a medos, frustrações, ansiedades e à produção de novas e efêmeras necessidades de consumo - consumo que perpassa as aquisições materiais e chega ao domínio das subjetividades" (LIPOVETSKY, 2007).

O mundo sob efeito da globalização existe apenas como o somatório das paisagens dos lugares e cotidianos construídos pelos sujeitos de cada local. A modernização na cidade Cuiabá faz perceber que as práticas de consumo atende às necessidades naturais, biológicas, físicas e espirituais. Colin Campbell (2001) comenta que a frustração com a vida e a busca da realização dos prazeres pela ilusão geram anseio contínuo nas pessoas, desencadeando um consumo de relacionamentos assim como de bens e serviços que se renovam a partir de sucessivas decepções.

Na sociedade contemporânea, consumo é ao mesmo tempo um processo social que diz respeito a múltiplas formas de previsão de bens e serviços e a diferentes formas de acesso a esses mesmos bens e serviços; um mecanismo social percebido pelas ciências sociais como produtor de sentido e de identidades, independentemente da aquisição de um bem; uma estratégia

utilizada no cotidiano pelos mais diferentes grupos sociais para definir diversas situações em termos de direitos, estilo de vida e identidades (BARBOSA & CAMPBELL, 2006: p. 26).

Os objetos e as suas disposições, os movimentos e as expressões em nossa casa e na rua são indicativos muitas vezes inconscientes das concepções, ações nossas e dos grupos aos quais pertencemos, demonstrando o sentir-se eficaz nas vivências cotidianas. Porém, "o consumo não é apenas de objetos e de filmes, mas também da atualidade levada à cena, do catastrófico, do real à distância" (LIPOVETSKY, 2007).

O que nos interessa a todos é a forma que escolhemos para sobreviver. É essa forma de sobreviver é tão importante que determinadas pessoas preferem morrer a transgredi-las. Imaginar que em situações extremas de miséria, violência, guerra e calamidade, estamos observando seres humanos atuando apenas como organismos vivos em busca da sobrevivência a qualquer custo é ignorar os inúmeros exemplos que a história e a vida cotidiana nos oferecem a todo instante (BARBOSA & CAMPBELL, 2006: p. 38).

Certos que, identificando que o crescimento urbano aconteceu, independente da modernização nos anos 90 em Cuiabá, porém, investimentos em outra perspectiva da cidade surgiram e lentamente foi entrando para a paisagem do espaço urbano. A verticalização e as construções de condomínios fechados, casa populares, invasões e apropriações pelo uso do desocupado permitiram a expansão do consumo por vias de aquisição e uso de bens utilizados na aquicultura, indústrias extrativas, indústrias de transformação, eletricidade e gás, água, atividade de gestão de resíduos e descontaminação, construção, comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, transporte, armazenamento e correio, alojamento e alimentação, informação e comunicação, atividades financeiras de seguros e serviços relacionados a atividades imobiliárias, atividade profissionais, científicas e técnicas, atividades administrativas e serviços complementares, administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, artes, cultura, esporte e recreação, outras atividades de serviços frente a globalização.

Uma década se passou e a cidade ficou mais cara operacionalmente, pois, garantir a infraestrutura necessária para a acomodação, circulação, manifestação e idealizações enquanto cidade média, se faz necessário o fomento do transcender os limites da Cuiabá vivida e ficcionada.

Cidade vivida, cidade ficcionada

A cidade Cuiabá nos anos 90 experimentou um conjunto de transformações sociais, econômicas e territoriais manifestadas em diferentes intensidades sob avanço do capitalismo pelo Centro-Oeste brasileiro. O espaço urbano torna-se expressão e materialização dos processos mobilizadores das transformações sociais, onde a produção do espaço tem relações diretas na reprodução ampliada do capital, bem como a formação de novas geografias, com novas desigualdades espaciais (HARVEY, 2006).

Os fluxos globalizados implicam no avanço de capitais nas áreas periféricas contribuindo com os novos modos de lidar com essas transformações. A aceleração contemporânea (SANTOS, 1994) se realiza no conjunto de mudanças que unem dialeticamente o passado e o presente, tempo e espaço, natureza e sociedade. Os conflitos decorrentes, compreendidos a partir dos processos que modelam os espaços e os seus usos, o crescimento das cidades estão sob influências das redes de circulação dos indivíduos em busca de realizações no seu processo de existência e pertencimento.

Na construção da identidade, vários sentidos desempenham o papel de ligar às pessoas, às coisas e os acontecimentos, mas o espaço é sublinhado. É por meio das lembranças dos espaços que as experiências se fixam na memória e na sensibilidade. Pertencer a uma cidade, a um estado, a uma nação não é apenas uma condição legal, é compartilhar experiências e vivência dos espaço. O tempo, se considerado como pulsão de vida ou de morte dos corpos, objetos, coisas e produtos, que marca a sucessão dos eventos, que modela e transforma os agentes, configura e desconfigura os indivíduos e as comunidades sociais, ajuda a construir a narrativa de uma história.

A cidade, nos fluxos da globalização, mantém, produz, repara, transforma as funções urbanas convergindo e dispersando informações. Assume o papel de centro de atividades com ofertas de bens e serviços para as hinterlândias. As interações vão desde o processo de nascimento, passando pelas experiências vividas na relação direta e de influência, até o fato considerado como morte de cada elemento envolvido. Reconstrói-se nessa relação particular com o cosmo e com a vida, um “recompor” em sua singularidade individual e coletiva. A vida de cada um é única. O nascimento, a morte, o desejo, o amor, a relação com o tempo, com os elementos, com as formas vivas e com as formas inanimadas são, para um olhar depurado, novos e inesperados, miraculosos (DELEUZE & GUATTARI, 2004: grifo nosso).

Na peça, a comunicação feita entre cidade e as hinterlândias aparece por meio de recados enviados e transmitidos via rádio AM, cartas postadas via correio, boca à boca

nos trânsitos em vias de deslocamento de um ponto ao outro, seja em conversas com vizinhos, no comércio, instituições diversas ou em casa mesmo. Saber como o outro é e está, sacraliza e estiliza as relações na cidade, apresentando temas dos mais variados como: as intrigas familiares, economia, tradições, religiosidade, juventude, drogas ilícitas, saúde, gravidez na adolescência, moda e modos de se comportar em público. As notícias chegam e são resignificadas pela multiplicidade de pensamentos, colocando o mais banal cotidiano da vida oficial, em *As Fias de Mamãe*: o povo e sua cultura.

O mito do isolamento e os indícios da vida precária das personagens, pela falta de dinheiro para o custeio das necessidades básicas traz a sensação de abandono contrapondo às criativas formas de se resolver nas relações sociais, sobrevivendo ao dia a dia.

Quando as circunstâncias que concentram a consciência valorativa no dinheiro não existem mais, o dinheiro começa a revelar o seu caráter verdadeiro como puro meio, o qual se torna inútil e insatisfatório logo que a vida depende, exclusivamente dele. O dinheiro é, propriamente, nada mais que uma ponte aos valores definitivos, e não podemos morar numa ponte (SOUZA, 1998: In Simmel, p. 11).

Destaca-se neste momento, que as personagens não são pobres ao perceber na narrativa que elas possuem casa própria, relações familiares e sociais. Entender que pobreza não está ligada ao objeto dinheiro, mas é reflexo na trama a precariedade que as mesmas insinuam. O teatro narra e questiona o que significa viver na cidade quando as experiências urbanas possibilitam novos modos de vida migrando das hinterlândias para a periferia planejada das cidades médias em seu processo de metropolização.

Considerações finais

A experiência urbana, na perspectiva da produção teatral, permite perceber o mundo num processo inserção de novas formas espaciais que tomam conta da paisagem urbana, transformando as experiências dos cidadãos, onde a tendência é a produção de um espaço urbano cada vez mais fraturado e segmentado socialmente. Na comédia *As Fias de Mamãe*, a cidade expandiu-se e os fluxos globalizadores impulsionaram a construção imaginária do que significa para cada indivíduo ter que se adaptar à sociedade urbana.

Algumas cenas denotam as transformações sociais e materiais na experiência urbana: favorecer-se das benesses da modernidade, mas ao mesmo tempo não ter dinheiro para comprar vela para o velório da própria mãe ou não ter crédito no celular para fazer simples ligações. O drama urbano, no entanto, ganha dinâmica própria nesta peça na medida em que a própria dimensão cultural, ao ancorar-se no característico sotaque local, passa a indicar o fato de que, quando a globalização é vista a partir de Cuiabá, algo de irônico acontece.

As Fias de Mamãe, peça teatral constituinte de uma imagem da cidade de Cuiabá, apresenta-se capaz de zombar de si mesma. Neste caso, talvez seja conveniente considerar a ironia de si como aquele procedimento moderno de autocrítica, na qual os projetos que constituem a vida contemporânea devem estar constantemente sob avaliação pelos próprios atores sociais. O teatro, talvez, buscando a crítica através da ironia, talvez se alinhe à perspectiva de que apenas interpelando a realidade social e os próprios projetos é que se alça a uma condição minimamente moderna.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, António de. **O linguajar cuiabano e outros escritos**. Cuiabá: Gráfica Print Express, 1998.
- BARBOSA, Livia & CAMPBELL, Colin. **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: Teoria e Metodologia**. São Bernardo do Campo: UESP, 2004.
- BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- CANCLINI, Néstor G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 3ª ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1997.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Trad. Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CONCEIÇÃO, Joilson F. **As fias de mamãe - tetralogia**. Cuiabá: Biblioteca Nacional / Ministério da Cultura / Escritório de Direitos Autorais, 2005.
- DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **O espaço no fim de século: A nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972-1990**. Editora 34, Rio de Janeiro, 1992.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Vol. I. São Paulo: Editora 34, 2004.
- DOUGLAS, Mary. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- GUATTARI, Félix. Da produção de Subjetividade. In: **Imagem-Máquina**. PARENTE, A. (org) Rio de Janeiro: 34, 1993.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. **A produção capitalista do espaço**. Trad.: Carlos Szlak. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MAFFESOLI, Michel. **Tempo das tribos, o - o declínio do individualismo: Nas sociedades de massa**. França: Rio de Janeiro: Forense Universitari, 1998.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem Anos de Solidão**. 27ª ed, Rio de Janeiro: editora Record. 1967.

PREFEITURA Municipal de Cuiabá / Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano. **Perfil Socioeconômico de Cuiabá**. Cuiabá-MT: Central de Texto, 2007.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec/Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, Otávio G. (org) O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1979.

SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna (1896). Brasília: UnB. 1998.

GT 09 - Saúde e sociedade

**A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO DE VIAS DEMOCRÁTICAS:
O IMPACTO DA CONSTRUÇÃO DA VIA ORLA E DA VIA 100 EM
NITERÓI RJ PELA PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA**

Alessandra Dale Giacomini Terra

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PGSD/UFF) e bolsista da CAPES

Saint Clair Luiz do Nascimento Neto

Bacharelado em Direito da UFF

Camila Oliveira Santos

Bacharelado em Direito da UFF

*A via orla e a via 100
Não é pro povo
é pra quem?"*

(canto entoado pelos estudantes durante os protestos)

INTRODUÇÃO

Um dos maiores problemas urbanos na atualidade é a questão da mobilidade viária. Niterói não foge a regra. Dona de um trânsito conturbado, esta cidade fluminense é marcada por ruas estreitas, muitos carros, falta de sincronismo nos sinais, várias obras concomitantes e um transporte público que apresenta diversos problemas. Este trabalho objetiva analisar o processo de construção – no sentido mais amplo do termo, sua elaboração, as vias de debate com a sociedade, o impacto no cotidiano da cidade e dos cidadãos – da Via Orla e da Via 100, traçando alguns apontamentos sobre como este projeto foi percebido e discutido pela comunidade acadêmica da Universidade Federal Fluminense, que sofrerá impacto imediato

de ambas as obras. Além disso, convém discutir se a construção destas vias realmente seria a solução para o problema de mobilidade viária de Niterói, bem como refletir se este problema teria efetivamente origem nas obras de expansão do campi tal como foi apresentado pela municipalidade.

Para desenvolver esta pesquisa, usou-se da seguinte metodologia: primeiramente desenvolveu-se estudo da bibliografia doutrinária básica e da legislação referente a matéria, notadamente no que se refere aos aspectos urbanísticos municipais, além de pesquisas em jornais. Em um segundo momento, foram cotejados os debates internos realizados na UFF, a maneira como o projeto foi apresentado ao Conselho Universitário e sua exposição em uma denominada “Audiência Pública”. Em um terceiro momento, verificou-se em que estado estão as obras de construção das vias. Por fim, buscou-se sistematizar os dados levantados reflexivamente.

CONTEXTO DA VIA ORLA E VIA 100 NA DINÂMICA DA CIDADE

Antes de analisar o processo de construção das duas vias é preciso entender em que contexto elas foram concebidas. A Via 100, esta prevista no Plano Diretor de Niterói e passará entre o Museu do Cinema e a UFF, ligará os campi do Valonguinho, Gragoatá e Praia Vermelha e permitirá o fluxo de carros, ônibus e caminhões fora dos campi da universidade. Já a Via Orla, que permitirá somente o fluxo de veículos da UFF e carros de passeio, terá corredor de ciclovias, redutores de ruído, calçadão, estacionamento para a comunidade da instituição, contenção do processo de erosão e construção de um píer exclusivo para a universidade.

Entretanto houve muitos questionamentos sobre a construção dessas vias e o objetivo de sua realização.

A implementação destas vias seria desenvolvida por meio de convênio entre a UFF e a Prefeitura de Niterói, como parte de uma espécie de compensação pelo “impacto de vizinhança” que as obras de expansão do campi (decorrentes do Reuni) geraria, ou seja, seria realizada uma cessão de terreno pela UFF para construção das vias seria uma das contrapartida diante do impacto da edificação de 180 mil metros quadrados em novas instalações.

Em maio de 2011, as obras de ampliação dos campi da universidade foram embargadas, oficialmente, pela Prefeitura, por meio do Departamento de Fiscalização de

Obras da Secretaria Municipal de Urbanismo, por falta do Estudo de Impacto Viário (EIV-RIV).

Em entrevista ao Globo, o prefeito Jorge Roberto Silveira afirmou que o impacto viário, ambiental e de fluxo de pessoas resultando da expansão da UFF é grande, justificando que “ Por isso fizemos com a UFF este acordo, que eu prefiro chamar de parceria. Temos que pensar no crescimento da população, e as vias de acesso no interior do campus vão colaborar para a mobilidade da região” .¹

A Prefeitura justifica que o projeto visaria fazer fluir o trânsito na cidade em função do impacto viário que as obras de expansão da UFF acarretariam, pois as vias seriam de extrema importância para atender o aumento do movimento na região, chegando a afirmar que “As vias Orla e 100 são as únicas alternativas que permitirão maior fluidez no trânsito da cidade para Ingá, Icaraí e São Francisco”.

Por outro lado, a construção das vias vem sendo alvo de uma série de críticas por parte de diversos seguimentos da sociedade civil, que vão desde estudantes a urbanistas.

Primeiro porque a construção implicará na provável remoção de cerca de cem famílias da comunidade (estimam-se 280 pessoas) localizada há anos no Gragoatá, na Rua Projetada. Segundo, porque apesar das promessas de muro anti-ruídos, teme-se que o tráfego nas vias provavelmente gere ruídos que atrapalhariam as aulas, dada a proximidade com os prédios da UFF com a Via 100.

Terceiro, porque muitos urbanistas e a comunidade estudantil defendem que as vias “ligam o nada a lugar nenhum”, e só transfeririam o problema para alguns metros adiante, pois as vias serviriam apenas para criar um gargalo no trânsito próximo do MAC.

Outra crítica apresentada pela comunidade acadêmica que ponto que a poucos metros da UFF, foi construído Condomínio Gragoatá Bay, na Av. Almirante Tamarindo (no caminho ligando o Gragoatá à Praia Vermelha). O empreendimento consiste em sete prédios residenciais com 334 unidades habitacionais, com uma população estimada de 1236 pessoas, e que por certo também gerará um considerável impacto viário para a localidade.

Esta construção é apenas um dos diversos empreendimentos imobiliários que estão ocorrendo hoje no município, que está localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro distante aproximadamente de 15 Km da capital do Estado, e possui um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país: é a primeira cidade do Estado do Rio e a

¹ <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/posts/2011/08/13/obras-da-via-orka-comesam-amanha-398444.asp>

terceira do país de maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Em razão desta proximidade, os altos índices de qualidade de vida de Niterói e dos acentuados preços dos imóveis da cidade do Rio de Janeiro, tem se observado que a procura de moradia na cidade de Niterói tem aumentado substancialmente, o que tem contribuído para um aumento populacional e em um conseqüente aumento de demandas urbanas por partes destes novos moradores.

Cumpra assim, refletir que apesar da expansão do setor da construção civil no município trazer benefícios econômicos, este processo também tem resultado em um intenso adensamento, impondo pressão sobre a infra-estrutura urbana. Assim, o boom do mercado imobiliário niteroiense vem implicando em sérios transtornos e problemas urbanos, uma vez que não há políticas públicas suficientes capazes de fazer frente a ele..

DEBATE VIA ORLA PELA SOCIEDADE CIVIL

Na data de 24 de agosto de 2011 cerca de 30 estudantes iniciaram uma ocupação pacífica do prédio onde funciona a reitoria da UFF, após não conseguirem estabelecer um diálogo com o reitor sobre o tema.

No dia 25 de agosto de 2011, cerca de 350 estudantes fizeram uma manifestação pelas ruas de Niterói. Posteriormente foi realizada um Assembléia Geral de Estudantes, que contou com aproximadamente 400 pessoas e deliberou pela ocupação da reitoria. Em seguida os estudantes saíram em passeata da sede do Diretório Central dos Estudantes (DCE) até Icaraí, onde fica a Reitoria da UFF.

Em nota, na data de 28/08/2011, a UFF noticiou que a Via 100 não passaria dentro do Campus do Gragoatá – “nem um milímetro” e que “A administração central, preocupada com a comunidade que se encontra localizada no trajeto da via, se reunirá, nos próximos dias, com a associação de moradores com intuito de verificar as preocupações das famílias e apoiá-las, no que for possível, ainda que a Via 100 não pertença à universidade”.



(Foto: Tássia Thum/G1) <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/09/estudantes-ocupam-predio-da-uff-espera-de-reuniao-com-reitor.html>

Na data de 29 de agosto de 2011, após outra assembléia com mais de 500 pessoas, os estudantes fizeram outra manifestação pública retirando as estacas da construção das Vias.

Na reunião do CUV do dia 31 de agosto, em que a questão da Via Orla e Da Via 100 não estava como ponto de pauta e o Roberto Salles, o reitor, não estava presente, a sessão foi encerrada por falta de *quorum* (segundo o DCE os conselheiros da reitoria teriam se retirado da reunião). Em razão disso, teria ocorrido a ocupação pelos estudantes da reitoria.

O prédio da administração da Universidade Federal Fluminense teria tomado por cerca de 500 estudantes na manhã de 31 de setembro.

A referida ocupação foi nomeada de Maria Clemilda e Manuel Gutierrez. Segundo o DCE “A primeira era uma estudante da UFF de Rio das Ostras e participante das lutas na cidade, que foi morta atropelada em frente ao pólo universitário da por falta de sinalização. Já Gutierrez era um jovem chileno de 16 anos assassinado pela polícia na semana passada em uma manifestação da greve geral e da luta pela educação pública em curso no país sul-americano”.

Apesar da ocupação não ter impedido funcionamento das atividades administrativas da universidade, a reitoria teria cortado o fornecimento de energia elétrica e do abastecimento hídrico do edifício no dia 31/08/2011.

Em 01 de setembro de 2011, foi divulgada pelo corpo discente uma carta aberta aos moradores de Niterói, em que os discentes esclareciam seu posicionamento em contrário a via orla, pois “*Além de passar por cima da creche universitária e prejudicar a dinâmica da universidade, a Via Orla e a Via 100 vão desapropriar cerca de cem famílias da Comunidade*

da Rua Projetada.” E que “Acreditamos que esse projeto não resolve o problema de trânsito apontado pela prefeitura e não atende as reais necessidades da população de Niterói. Trata-se sim de um projeto de cidade não sustentável e que amplia as desigualdades sociais.”

A pauta da ocupação foi ampliando-se “O grupo tem uma pauta para discutir com o reitor da UFF, Roberto de Souza Salles, que trata da gratuidade integral dos cursos de pós-graduação da universidade, da ampliação das moradias estudantis e do restaurante popular do campus, e da interrupção de um projeto urbanístico em parceria com a Prefeitura, que prevê a construção de duas avenidas, a Via 100 e Via Orla, no entorno do campus do Gragoatá.”

O movimento contou com apoio de associações, como Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal Fluminense (Sintuff) e a Associação dos Docentes da UFF (Aduff).

Para os estudantes, a Via Orla e A via 100, seriam “Vias que não atenderão a nenhuma necessidade da universidade, não melhorarão o trânsito, ou trarão qualquer outro benefício a população, apenas servem ao interesse das empreiteiras e da especulação imobiliária que dominam Niterói.”

No dia 05 de setembro, um oficial de Justiça esteve no local acompanhado das polícias Federal e Militar para cumprir um mandado de reintegração de posse. O documento determina a desocupação imediata dos estudantes da reitoria.

Após uma semana de acampamento, os alunos saíram do imóvel mediante um acordo firmado com o reitor Roberto Salles, onde figuravam o compromisso de paralisação do projeto, até discussão com toda a comunidade acadêmica, além de um posicionamento público da UFF contra a desapropriação dos moradores da Rua Projetada para obras da Via 100. Foi dito na época que A UFF não iria “ceder nem um milímetro de seus terrenos para a construção da Via 100”. Prometeu também debater o projeto com os estudantes antes de dar qualquer passo adiante.

O Ministério da Educação (MEC) concedeu ao município de Niterói uma permissão de uso para utilização de uma área do campus do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense (UFF), para instalação da Via Orla, localizada no limite externo do campus. Com essa resolução, a prefeitura poderá dar continuidade às obras da via, mediante o Termo de Permissão de Uso nº TPU-002/2011, firmado em 15 de julho de 2011.”

As obras se encontram interrompidas, pois, segundo um segurança da UFF, a mesma avançou parte do terreno da universidade, delimitado pelas faixas de cor verde na beira da pista. As obras serão retomadas assim que for feita nova medição pelo topógrafo. Este

também afirmou que as obras deveriam terminar junto com a inauguração do condomínio. Segundo o mesmo, não há previsão de início das obras da Via Orla.

ESTUDO DE IMPACTO NO SISTEMA VIÁRIO REALIZADO PELA UFF

Antes de fazer uma análise dos impactos das mudanças da Universidade no sistema viário de Niterói é preciso primeiro compreender em que contexto essas mudanças estão inseridas.

A expansão que se opera na Universidade Federal Fluminense faz parte do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI. Iniciado pelo decreto 6.096 de 24 de Abril de 2007, que tem como “objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. Entretanto não é o objetivo aqui fazer uma análise de tal decreto. O que nos interessa é o fato de que a expansão da estrutura universitária ocorreu devido a esse decreto.

A Universidade Federal Fluminense é composta por diversos campi espalhados por todo estado do Rio de Janeiro e uma unidade avançada em Oriximiná, no estado do Pará.

“Esse universo equivale a 94 cursos de graduação (90 presenciais e quatro à distância), 76 programas de pós-graduação stricto sensu, sendo 45 mestrados e 31 doutorados, 161 cursos de pós-graduação lato sensu, 115 cursos de extensão e cinco mestrados profissionais, espalhados por Niterói e 13 municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro. A universidade tem também um núcleo experimental em Iguaba Grande e uma fazenda-escola em Cachoeiras de Macacu. São 32 unidades de ensino, quatro polos no interior, 27 polos de educação à distância (EAD) e uma unidade avançada em Oriximiná, no Estado do Pará.”

Nesse estudo foram considerados apenas os maiores campi localizados na cidade de Niterói. Campus da Praia Vermelha, Gragoatá e Valonguinho, que são as unidades que receberão, em Niterói, a maior parte das edificações da expansão. E as que trarão modificações significativas no cotidiano da cidade.

Nesses termos a estrutura da universidade está dividida da seguinte forma:

“Segundo o anteprojeto do campus da UFF (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981), o seu campus é composto por três campi organizados da seguinte maneira e somam 483.146,50 m²:

- Campus de Gragoatá – 218.397,00 m²: área humana (setores de: ciências sociais aplicadas, ciências humanas, letras e artes), setor de administração central, setor de esportes;
- Campus da Praia Vermelha – 214.109,00 m²: área tecnológica (setor de ciências exatas e setor tecnológico) e setor de reserva (platô do morro do Gragoatá) para futuros projetos;
- Campus do Valonguinho – 50.640,50 m²: área biomédica (setor de ciências da saúde).”

A universidade conta hoje com 46 edificações distribuídas nos três campi analisados. E a expansão consiste na construção de mais 20 prédios distribuídos conforme consta no relatório:

“As edificações perfazem um total de 236.966,73 m² construção, ocupando 61.633,72 m² de área de projeção nos campi. No total são 66 edificações projetadas e/ou construídas distribuídas conforme apresentado na tabela 02 – Quantidade e Áreas das edificações, a seguir:”

QUANTIDADE E ÁREAS DAS EDIFICAÇÕES						
CAMPUS	PRÉDIOS EXISTENTES			PRÉDIOS PROJETADOS		
	Nº PRÉDIOS	ÁREA TOTAL PROJEÇÃO m ²	ATC m ²	Nº PRÉDIOS	ÁREA TOTAL PROJEÇÃO m ²	ATC m ²
VALONGUINHO	22	12.030,53	42.242,83	01	760,00	5.320,00
GRAGOATÁ	12	13.181,00	43.782,00	08	12.208,39	38.594,13
PRAIA VERMELHA	12	10.150,25	37.804,60	11	13.303,55	69.223,17
TOTAIS	46	35.361,78	123.829,43	20	26.271,94	113.137,30

Quantidade e Áreas das Edificações. Fonte: GT/ EIV-UFF, 2011.

Tabela 1 - Quantidade e Áreas das Edificações. Fonte: GT/ EIV-UFF, 2011.
 RETIRADA DO RELATÓRIO DE IMPACTO DO SISTEMA VIÁRIO DOS CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
 Campus do Valonguinho - Campus da Praia Vermelha Campus do Gragoatá
 Niterói
 Julho - 2011

Essa estrutura abriga hoje, antes do término das obras 20.973 alunos de graduação presencial, 4.500 alunos de pósgraduação, 2.639 professores e 7.591 funcionários técnico/administrativo, totalizando 35.703 pessoas.

É necessário aqui definir que o estudo se foca principalmente na dinâmica do corpo discente que é a parte mais significativa da comunidade universitária. Dessa forma passamos a analisar como funciona sua dinâmica, não levando em consideração os outros setores, pois não influenciam de forma perceptível a dinâmica da cidade.

A distribuição do corpo discente está distribuída da seguinte forma:

- 1) Seguindo a região de origem a maior parte é oriunda do Rio de Janeiro:

População universitária por município de origem

Origem	Alunos	Professores	Técnico/administrativo	Total
Niterói	6.579	1.224	2.909	10.712
Rio de Janeiro	7.141	1.233	1.528	9.902
São Gonçalo	2,877	65	1.596	1.664
Outros municípios	4.376	117	1.558	6.051
TOTAL	20.973	2.639	7.591	31.203

População universitária por município de origem
 ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTOS NO SISTEMA VIÁRIO
 Empreendedor - Universidade Federal Fluminense - UFF
 Endereço: Campus do Valonguinho – Campus da Praia Vermelha - Campus do Gragoatá
 Referência: Processo 530/000860/2011 - Instrução Técnica NITtrans - 08/2011
 Prefeitura Municipal de Niterói - NITtrans

- 2) Muitos alunos, apesar de serem oriundos do Rio, residem em Niterói e estão distribuídos da seguinte forma:

Origem dos alunos por RA

Região	Alunos	%
Praias da Baía	4.284	0,655647
Oceânica	829	0,126875
Pendotiba	390	0,059688
Norte	1009	0,154423
Leste	22	0,003367
Não definido	45	0,006887
Total	6. 579	100

Origem dos alunos residentes em Niterói, por Região Administrativa (RA).

ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTOS NO SISTEMA VIÁRIO

Empreendedor - Universidade Federal Fluminense - UFF

Endereço: Campus do Valonguinho – Campus da Praia Vermelha - Campus do Gragoatá

Referência: Processo 530/000860/2011 - Instrução Técnica NITtrans - 08/2011

Prefeitura Municipal de Niterói - NITtrans

No gráfico abaixo podemos visualizar melhor a distribuição da origem dos estudantes da universidade:



Gráfico 1 - Número de alunos por região de planejamento em Niterói. Fonte: GT/EIV-UFF, 2011
 RETIRADA DO RELATÓRIO DE IMPACTO DO SISTEMA VIÁRIO DOS CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
 Campus do Valonguinho - Campus da Praia Vermelha Campus do Gragoatá
 Niterói
 Julho - 2011

- 3) A distribuição do corpo discente se encontra disposta da seguinte forma. A segunda tabela é referente à previsão dessa distribuição após o término das obras:

Distribuição dos alunos por Campus

Campus	Total de alunos	Área do Campus – km ²	Densidade demográfica – aluno/km ²
Valonguinho	4.259	0,05064	75.514,18
Praia Vermelha	5.386	0,214109	25.155,41
Gragoatá	5.081	0,218397	23.264,97
Entorno dos Campi	4.100		
Total	18.826		

Distribuição dos alunos por Campus

ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTOS NO SISTEMA VIÁRIO
 Empreendedor - Universidade Federal Fluminense - UFF
 Endereço: Campus do Valonguinho – Campus da Praia Vermelha - Campus do Gragoatá
 Referência: Processo 530/000860/2011 - Instrução Técnica NITtrans - 08/2011

Prefeitura Municipal de Niterói - NITtrans

Previsão de alunos após as obras prontas

Campus	Total de alunos	Área do Campus – km ²	Densidade demográfica – aluno/km ²
Valonguinho	1.145	0,05064	22.610,58
Praia Vermelha	7.050	0,214109	32.927,15
Gragoatá	9.835	0,218397	45.032,67
Entorno dos Campi	1.322		
Total	19.352		

Distribuição dos alunos por Campus

ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTOS NO SISTEMA VIÁRIO
 Empreendedor - Universidade Federal Fluminense - UFF
 Endereço: Campus do Valonguinho – Campus da Praia Vermelha - Campus do Gragoatá
 Referência: Processo 530/000860/2011 - Instrução Técnica NITtrans - 08/2011

Prefeitura Municipal de Niterói - NITtrans

Outra análise que também é importante ser feita é o turno de maior circulação de alunos pela cidade. Para isso é importante esclarecer que a universidade, diferente das instituições de ensino médio e fundamental, tem um funcionamento diferenciado. O início e o término das aulas não acontecem de forma sincronizada, dependendo assim do curso, da aula e do professor. Sua concentração se dá no período da manhã e no campus da Praia Vermelha

e como o horário de início varia de acordo com o curso, como já citado, entre 7h e 10h não se produz um horário de pico.

O horário da saída segue a mesma lógica, variando de acordo com o curso. Sua concentração se dá no período da tarde também concentrados no campus da praia vermelha, e que devido a flexibilidade desse horário não produz um horário de pico de saída.

Diante dessas considerações, percebemos um fluxo em três eixos para ter acesso a algum dos campi da universidade:

Sobre a circulação de veículos, na região do entorno da área em estudo verificamos que algumas vias absorvem a maior parte dos veículos cujo destino é um dos campi da Universidade, são elas: no centro, Av. Visconde do Rio Branco e Av. Amaral Peixoto; e na zona sul, Praia de Icaraí e R. Dr. Paulo Alves. A partir dessa observação podemos traçar três eixos principais de acesso aos campi da UFF:

a) Um eixo vindo da Região Norte, responsável pelos veículos que vem dos bairros da Região Norte do município de Niterói, dos municípios do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana Oeste pela Ponte Presidente Costa e Silva, e da Região Metropolitana Leste pelas rodovias Amaral Peixoto e Niterói-Manilha (eixo nortesul);

b) Outro eixo vindo da Região Oceânica, passando pelos bairros de Icaraí e Ingá (eixo leste-oeste);

c) E um terceiro eixo que absorve o fluxo de veículos vindo dos dois eixos viários citados e distribui os fluxos de automóveis e pedestres pelas ruas dos bairros de São Domingos, Gragoatá e Boa Viagem (eixo entre campi).

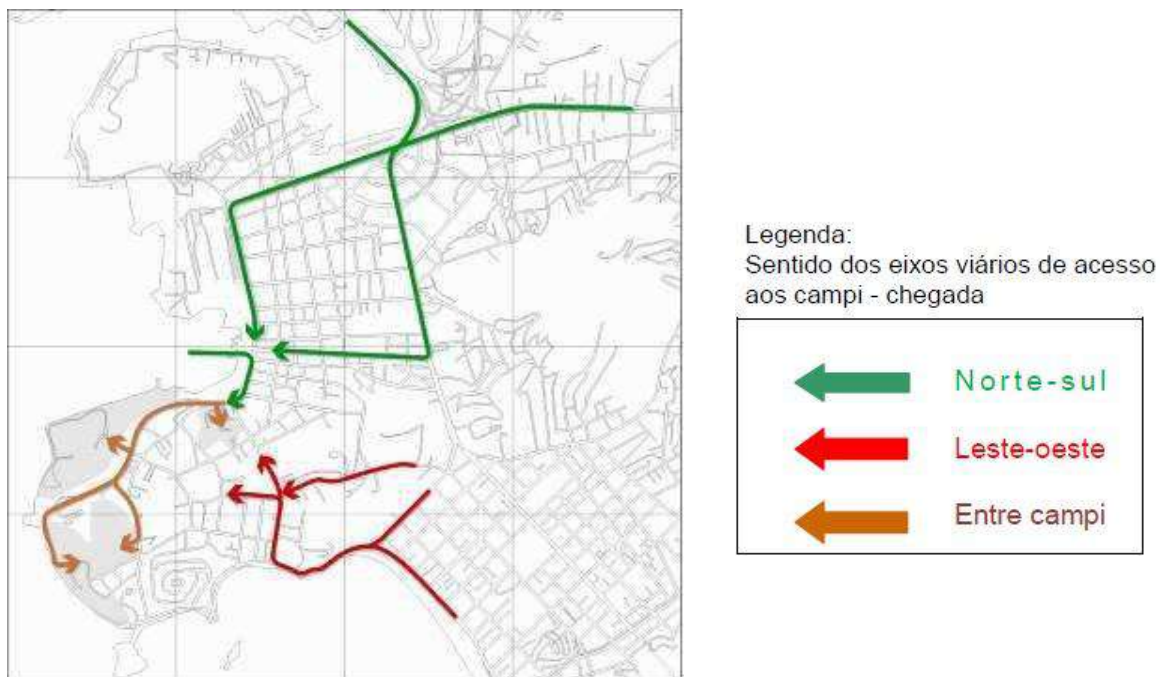
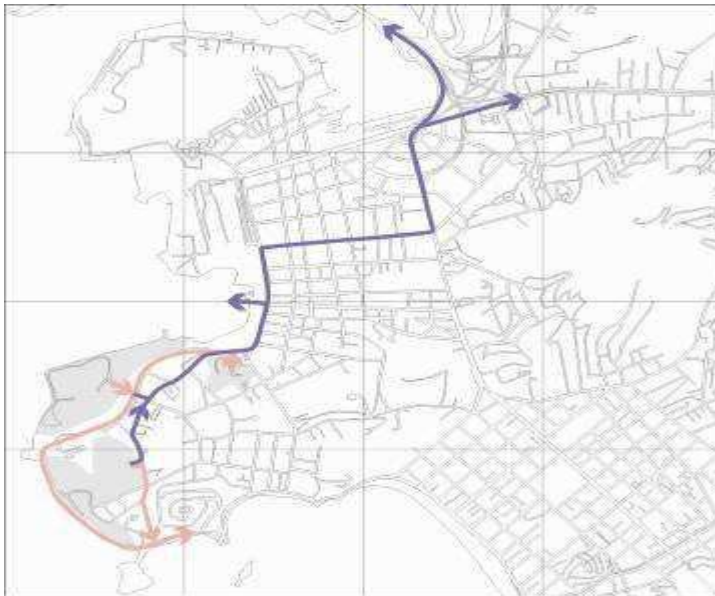


Figura 1 – Planta de situação com os principais eixos viários de acesso aos Campi da UFF (chegada) (Planta esquemática, sem escala). Fonte: Fonte: GT/ EIV-UFF, 2011.
RETIRADA DO RELATÓRIO DE IMPACTO DO SISTEMA VIÁRIO DOS CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Campus do Valonguinho - Campus da Praia Vermelha Campus do Gragoatá Niterói. Julho - 2011

No trajeto de saída dos *campi* da universidade vemos uma outra dinâmica:

Sob a ótica inversa, as vias mais utilizadas para quem sai dos campi são: no centro, Av. Visconde do Rio Branco e R. Marechal Deodoro (eixo sul-norte); e na zona sul,

R. Presidente Pedreira, Av. Gal Milton Tavares de Souza e Praia de Icaraí (eixo oeste-leste).



Legenda:
Sentido dos eixos viários de acesso aos campi - saída

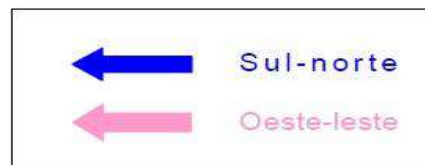


Figura 1 – Planta de situação com os principais eixos viários de acesso aos Campi da UFF (chegada) (Planta esquemática, sem escala). Fonte: GT/ EIV-UFF, 2011.
RETIRADA DO RELATÓRIO DE IMPACTO DO SISTEMA VIÁRIO DOS CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Campus do Valonguinho - Campus da Praia Vermelha
Campus do Gragoatá
Niterói
Julho - 2011

Já no trajeto entre os *campi* temos a seguinte dinâmica:

a) *Entre os campi Gragoatá e Valonguinho: a Av. Visconde do Rio Branco e a Rua Guilherme Briggs;*

b) *Entre os campi Gragoatá e Praia Vermelha: a Rua Alexandre Moura, a Rua Passo da Pátria, a Rua Cel. Tamarindo, a Av. Gal. Milton Tavares de Souza e a Rua Gal Osório;*

c) *Entre os campi Praia Vermelha e Valonguinho: a Av. Visconde do Rio Branco além das ruas citadas no item acima.*

Considerando que na região Praias da Baía existem dois eixos principais que interligam o centro, onde se localiza a estação das barcas, e a Ponte Rio-Niterói aos demais bairros da região, assim como aos bairros da região Oceânica, Pendotiba e este, sendo um que segue pelo litoral e outro pelo interior, as vias mais utilizadas nos dois casos são: no primeiro, Av. Visconde do Rio Branco, R. Alexandre Moura, R. Cel Tamarindo / R. Prof. Hernani Pires de Melo / Av. Amaral Peixoto, Av. Milton Tavares de Souza, Av. Benjamin Sodré e Av. Jornalista Alberto Torres; no segundo, R. Jansen e Melo, Av. Marquês do Paraná e Av. Roberto Silveira

Para efeito de estudo do impacto viário da expansão da UFF, que deve considerar um raio de influência de 600m, e considerando as vias de acesso aos campi da universidade, foram as duas vias acima citadas, e o estudo aponta que a Av. Visconde do Rio Branco, apesar de ser uma via arterial principal, não suporta o fluxo de carros e tem seu trânsito comprometido no horário das 18h no sentido centro – zona norte “principalmente no trecho entre a R. XV de Novembro e a Av. Feliciano Sodré” pela quantidade de veículos que tem como destino a ponte Rio Niterói, a zona norte da cidade e a cidade de São Gonçalo. Entretanto as demais vias possuem capacidade de escoamento satisfatório não sofrendo com a densidade do trânsito em nenhuma hora do dia,

“com exceção da Av. Jornalista Alberto Torres, que pelas suas insuficientes dimensões não suporta o volume de veículos oriundos das demais vias do eixo do litoral, assim como das do eixo do interior, o que detona contenções e engarrafamentos constantes nos dois sentidos”

As demais vias eixo que segue pelas ruas Hernani Pires de Melo, Visconde Moraes e Tiradentes, todas vias secundárias, a situação é a mesma da Av. Jornalista Alberto Torres, elas não suportam o alto fluxo de veículos que trafegam nelas.

Por fim, o relatório apresenta a seguinte conclusão:

Chama-se a atenção para as deficiências do sistema viário dessa parte da cidade, com vias sub-dimensionadas e com tráfego excessivo de veículos individuais e coletivos. Nesse contexto, a UFF, tal como se encontra hoje, não impacta o sistema viário de seu entorno, podendo, quando da finalização das obras e alcance da projeção da população universitária, apenas potencializar os problemas viários já existentes; necessitando de um monitoramento técnico para evitar tal situação.

EIV DO CONDOMÍNIO GRAGOATÁ BAY, NA AV. ALMIRANTE TAMARINDO

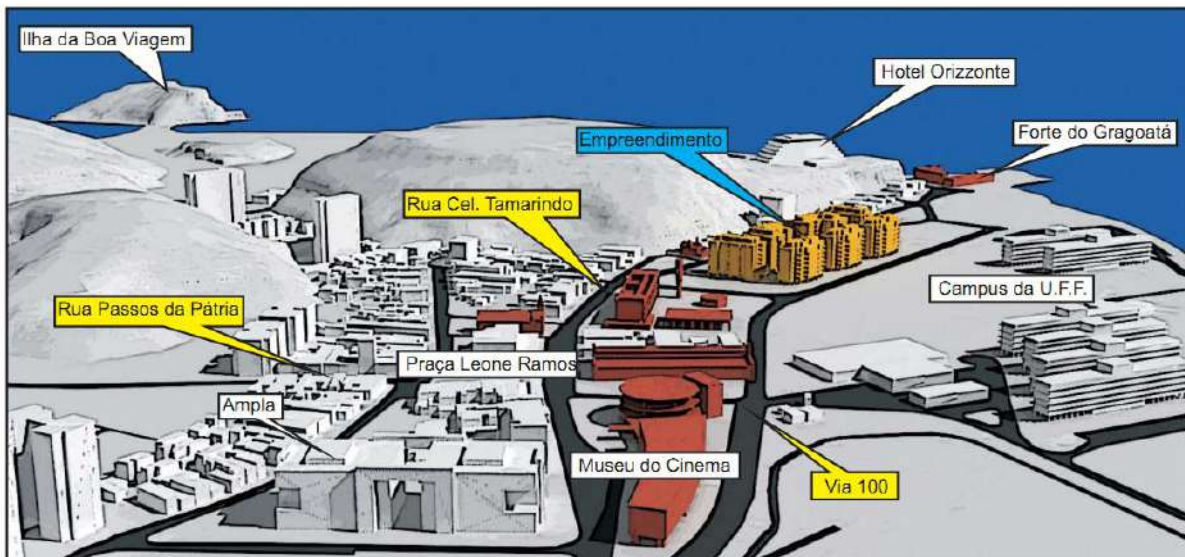
Mostra-se imperioso destacar que o EIV apresentado pelo CONDOMÍNIO GRAGOATÁ BAY, na época de sua construção na av. Almirante Tamarindo, no Gragoatá, em 2008, já fazia menção a Via Orla e a Via 100, que inclusive estão previstas em diversas figuras que compõem o estudo:

“Foi constatada a necessidade de um arremate final no trecho aterrado, destacando-se a implantação de uma via de trânsito livre, que preserve a ambiência tradicional da influência do tráfego de passagem. É o projeto da Via 100 para o que os modelos tridimensionais elaborados para este estudo demonstram a sua importância.” (pg 3)

“O empreendimento está situado no sistema viário da região das Praias da Baía, na chamada Rota Litorânea, entre as ruas Coronel Tamarindo, seu acesso principal, e a Via 100, rua projetada ainda não implantada que dará fundos ao empreendimento.”

“ O empreendimento está localizado entre a via projetada denominada Via 100, a Av. Coronel Tamarindo e o prolongamento da Rua Passos da Pátria. A Via 100 está indicada em projeto com 16.00m de largura testada e com calçadas de 3.00m perfazendo 6.00m de calçadas e 10.00m de faixa de rolamento. O prolongamento a Rua Passos da Pátria tem a mesma dimensão do que a Via 100. A Rua Coronel Tamarindo, em frente ao empreendimento está indicada com 2.00m de calçada, 9.00m de caixa de rolamento e 9.57m de calçada em frente ao empreendimento.

São diversas as possibilidades do regime de trânsito dessas vias após a implantação da Via 100. É possível obter, por exemplo, uma via de trânsito com maior velocidade, reservando-se a Via Dr. Alexandre Moura para o tráfego de bairro com baixa velocidade, atendendo a ambiência do bairro São Domingos, principalmente na praça Leone Ramos e Coronel Tamarindo, com estacionamentos para os bares e restaurantes existentes. O tráfego de São Domingos deveria acompanhar a ambiência do Bairro e ser um Traffic Calming. Esse tipo de tráfego é aquele que permite a convivência de vários modais: bicicletas, pedestres. É um tráfego com um comportamento atencioso dos motoristas que permite a convivência nos espaços das vias sem conflitos normais de nossas cidades. Esse tráfego é o desejo da população, difícil de alcançar por múltiplos motivos, mas que no entorno da Praça Leone Ramos poderia ser tentado. As calçadas em frente ao empreendimento, largas como ficarão, podem reproduzir uma ambiência contínua à Praça na Rua Coronel Tamarindo.”



Perspectiva Ilustrativa do Entorno - Fonte: ALM

Figura obtida no EIV do Condomínio Gragoatá BAY prevê a Via 100 e apresenta como legenda da imagem a expressão : “Perspectiva Ilustrativa” ,

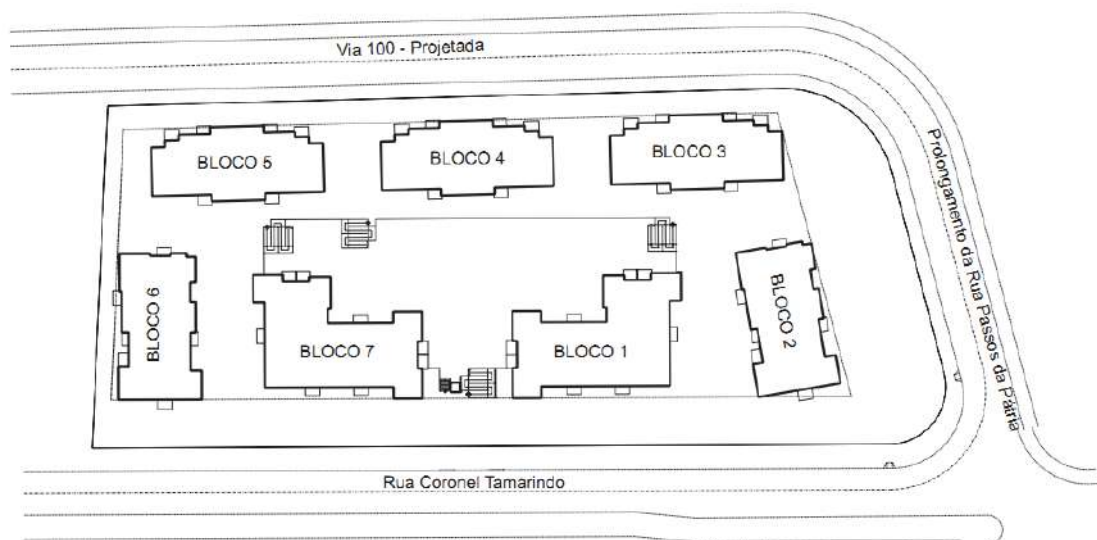
Cumprir refletir se a consideração de existência das Vias no EIV como um fato futuro certo, mesmo antes da UFF iniciar qualquer projeto de reforma no campus, não contribuíram para minimizar a expectativa de impactos apresentada pelo estudo.

Ademais, no EIV, o condomínio alegou que as obras de construção do empreendimento causariam baixo impacto viário pois “A malha viária do entorno é generosa, não havendo impacto negativo da obra sobre ela” e concluindo que “o empreendimento não causa impacto negativo sobre o sistema viário. Sem impactos.”²

Contudo, conforme estimativa do próprio estudo a distribuição modal indica que serão geradas pelo empreendimento 972 viagens de carro; 1695 viagens de ônibus; 781 a pé e 10 viagens de bicicleta, o que torna difícil de imaginar que não haverá impacto viário considerando que os bairros apenas possuem duas linhas de ônibus (24 e 47) e que há constantes engarrafamentos nas ruas que dão acesso a eles.

² ESTUDO E RELATÓRIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO RUA CORONEL TAMARINDO - Bairro Gragoatá - Região Praias da Baía, Niterói - Rio de Janeiro. REVISÃO - dezembro de 2008. pg 118

INDICADORES URBANOS	
ZONEAMENTO:	ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE URBANÍSTICO
FRAÇÃO URBANA:	UFF-GRAGOATÁ
ALINHAMENTO(S):	A 9,50m DO EIXO DA RUA CORONEL TAMARINDO E A 8,00m DO EIXO DO PROLONGAMENTO DA RUA PASSO DA PÁTRIA E VIA 100 PROJETADA
AFASTAMENTO(S):	RUA CORONEL TAMARINDO: 10,00m PROLONGAMENTO DA RUA PASSO DA PÁTRIA: 20,00m VIA 100 PROJETADA: 5,00m
PASSEIO(S):	RUA CORONEL TAMARINDO - 5,00m VIA 100 - 3,00m PROLONGAMENTO DA RUA PASSO DA PÁTRIA - 3,00m
RECUO(S):	-
TAXA DE OCUPAÇÃO:	50% PARA O TÉRREO E 50% PARA A LÂMINA
TAXA DE IMPERMEABILIZAÇÃO:	70%
COTA DE DENSIDADE:	30
GABARITO:	TÉRREO + 7 PAVIMENTOS (LÂMINA) + COBERTURA.
COTA DE REFERÊNCIA DE GABARITO:	-
TIPO DE VIA(S):	RUA CORONEL TAMARINDO: COLETORA PROLONGAMENTO DA RUA PASSO DA PÁTRIA: COLETORA VIA 100 PROJETADA: LOCAL
LOTEAMENTO:	-
BAIRRO:	SÃO DOMINGOS
NUMERAÇÃO:	LOTE 3A DA RUA CEL. TAMARINDO
COMPLEMENTO:	BLOCOS 1 E 7-APTOS. 101 A 108 ATÉ 701 A 708-COB. 801 E 802. BLOCOS 2 E 6 - APTOS. 101 A 106 ATÉ 701 A 706. COB. 801. BLOCOS 3,4,E 5-APTOS 101 A 106 ATÉ 701 A 706-COB. 801 E 802.
OBS.:	BASEADO NA LEI 2411/06



Planta de Situação - sem escala

DA POPULAÇÃO ATINGIDA

A construção da Via 100 preocupa moradores da Rua Projetada, no Gragoatá, por onde ela deverá passar. O EIV do Condomínio Gragoatá Bay estima que comunidade da Rua Projetada, doravante denominada Comunidade Via Cem, teria cerca de 280 moradores.³

Os moradores se queixam da falta de informação sobre supostas desapropriações para a construção do empreendimento:

“Não obtivemos, até agora, por parte da Prefeitura, nenhum comunicado oficial. Aqui moram mais de 100 famílias que estão sem dormir com receio de perder seus lares”, conta o cabeleireiro José Bonifácio Gonçalves, 53 anos, morador da via há 23 anos.

Na época em que foi anunciada a obra, a Prefeitura respondeu que a obra da Via 100 faz em parte do conjunto de obras da orla, e que haverá desapropriação, caso seja necessário. O Executivo informou em nota que “Isso será avaliado de acordo com o andamento da obra”.

Em visita a comunidade no corrente mês de agosto de 2012, após entrevistar diversos moradores da Rua Projetada, constatou-se que não foi realizado nenhum estudo pelo condomínio Gragoatá Bay, bem como que não foi realizada nenhuma audiência pública pela Prefeitura a fim de científica-los sobre a situação das desapropriações.

Essa postura por parte da Municipalidade afasta a população não só do acesso a informação sobre seu próprio futuro, mas também da possibilidade de vir a influir neste. A ausência de diálogo não só afasta o problema de um debate democrático, como também impõe ao ocupante uma postura passiva, de mero expectador de seu destino.

A comunidade da Rua Projetada, que é constituída basicamente de uma população com baixo poder aquisitivo, que hoje divide espaço com o luxuoso condomínio Gragoatá Bay. Assim, nesta imagem contratante, vemos de frente aos barracos a um condomínio de classe média alta recém instalado.

Neste sentido, convém observar o conceito de marginalidade de Escolrel:

*“Marginalidade é uma noção que evoca a oposição centro-periferia; designa uma posição integrante da estrutura social. Essa posição, porém, situa-se nas margens em termos de acesso e usufruto das riquezas e benefícios disponíveis, o que lhe confere as qualidades de inferioridade e subalternabilidade”.*⁴

³ ESTUDO E RELATÓRIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO RUA CORONEL TAMARINDO - Bairro Gragoatá - Região Praias da Baía. Niterói - Rio de Janeiro. REVISÃO - dezembro de 2008. pg 71- 72.

⁴ ESCOREL, Sarah. Vidas ao léu: uma etnografia da exclusão social. P.25

Os ocupantes da Rua Projetada segregados do espaço urbano formal, por suas condições materiais encontram-se, sem dúvida, próximos do conceito de marginalizados, por estarem à margem da sociedade, sem acesso aos instrumentos urbanísticos, serviços básicos de infraestrutura e do efetivo exercício de seus direitos à “cidade inclusiva”.



Como bem problematiza Milton Santos, o espaço costuma ser utilizado “como veículo do capital e instrumento da desigualdade social”, e reproduz as distorções e desigualdades típicas da sociedade em que vivemos:

As condições atuais do crescimento do capitalista criaram uma forma particular de organização do espaço, indispensável à reprodução das relações econômicas, sociais e políticas. A forma como atualmente se distribuem as infra-estruturas, os instrumentos de produção, os homens – enfim, as forças produtivas - possui até certo ponto um caráter de permanência, isto é, de reprodução ampliada, isso amparado, exatamente, na longevidade de um grande número de investimentos fixos. Tudo, pois, conspiraria para que a organização do espaço se perpetue com as mesmas características, favorecendo o crescimento capitalista e as distorções.

Até agora o espaço foi utilizado, em quase toda parte, como veículo do capital e instrumento da desigualdade social.⁵

CONCLUSÃO

⁵ Santos, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp. 2007, p.73-74

Partindo dos itens analisado vemos que muito dos problemas enfrentado pela cidade de Niterói não estão associados necessariamente à universidade e sim aos problemas crônicos que vem se acumulando durante o passar dos anos. As vias subdimensionadas, o excesso de veículos individuais causado pela deficiência do sistema de transporte que não supre a necessidade da população acarretam tais problemas, que não podem ser resolvidas pela universidade.

Entretanto, no Estudo de Impacto no Sistema Viário produzido pela universidade não vemos qualquer menção à Via Orla (interna ao Gragoatá). A via só é mencionada no parecer da Prefeitura Municipal de Niterói. Vale a pena ressaltar um trecho da Instrução Técnica NITtrans - 08/2011 que afirma:

MEDIDA MITIGADORAS - *O projeto viário da PMN para a região, em fase de conclusão, inclui a construção da Via 100 e a implementação do uso da Via Orla (interna ao Campus do Gragoatá), conforme Termo de Permissão de Uso assinado entre a UFF e a PMN.*

Todavia, não vemos qualquer menção à esse acordo entre a UFF e a PMN nos documentos apresentados pela universidade.

Na melhor das hipóteses o processo de elaboração e aprovação desse acordo entre as duas instituições não passou por processos democráticos.

Por fim convém destacar que como bem problematizou o professor Heraldo do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal Fluminense – UFF⁶: “*Não cabe à UFF resolver problemas de mobilidade urbana que não foram e nem serão absolutamente causados pelo seu projeto de expansão. Problemas de mobilidade claramente muito mais relacionados com a expansão imobiliária descontrolada na cidade de Niterói.*”

⁶ <http://www.heraldo-emlinhareta.blogspot.com/>

REFERÊNCIAS

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. 5ª ed. São Paulo: Edusp. 2007.

SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: uma etnografia da exclusão social. 1ª Reimpressão. Editora Fiocruz.

ESTUDO E RELATÓRIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO RUA CORONEL TAMARINDO - Bairro Gragoatá - Região Praias da Baía. Niterói - Rio de Janeiro. REVISÃO - dezembro de 2008

SILVA. José Afonso. Direito Urbanístico Brasileiro. 4ª. ed. São Paulo: Ed. Malheiros. 2006, pp. 56-57

ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTOS NO SISTEMA VIÁRIO, Empreendedor - Universidade Federal Fluminense – UFF, Endereço: Campus do Valonguinho – Campus da Praia Vermelha - Campus do Gragoatá, Referência: Processo 530/000860/2011 - Instrução Técnica NITtrans - 08/2011. Prefeitura Municipal de Niterói - NITtrans

RELATÓRIO DE IMPACTO DO SISTEMA VIÁRIO DOS CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE , Campus do Valonguinho - Campus da Praia Vermelha Campus do Gragoatá, Niterói. Julho - 2011

<http://g1.globo.com> (Acessado em 19/07/2012 às 14:37)

<http://www.heraldo-emlinharetta.blogspot.com/> (Acessado em 21/07/2012 às 14:37) 1

<http://jornal.ofluminense.com.br> (Acessado em 19/07/2012 às 15:37)

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=330330>

<http://www.urbanismo.niteroi.rj.gov.br>

Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima.

Professora Adjunta do programa de Pós-graduação Família na Sociedade Contemporânea, UCSAL. Doutora em Saúde Pública ISC/UFBA (2002). Coordenadora do Grupo Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família. E-mail: isabelmsol@gmail.com.

Thiago Marques Leão.

Mestrando da FSP/USP. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família. Bacharel em Direito pela UCSAL (2010). E-mail: thmleao@gmail.com.

Miria Alves Ramos de Alcântara.

Doutora em Saúde Pública (2007) pelo ISC/UFBA. Docente-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSal). E-mail: miria.alcantara@gmail.com.

A FUNDAMENTALIDADE DO DIREITO HUMANO À AMAMENTAÇÃO NO BRASIL: O PAPEL DA FAMÍLIA, DA SOCIEDADE E DO ESTADO.

Resumo:

O objetivo deste estudo é analisar a fundamentalidade do direito à amamentação no Brasil. Adotou-se uma abordagem qualitativa, com revisão crítica da literatura e legislação pertinentes, destacando a inovação constitucional do direito fundamental à amamentação. O direito à amamentação caracteriza-se como Direito Humano autônomo e, também, como desdobramento do direito à saúde. A amamentação engloba tanto uma dimensão individual de cuidado, envolvendo a mãe-nutriz e o seu bebê, como a coparticipação da família, da sociedade e do Estado, para promoção e garantia do direito da mulher e da criança. A atuação conjunta destes três atores é essencial, tendo como foco a conscientização das mães, familiares, profissionais de saúde e gestores, sobre a importância e os benefícios sociais, econômicos e à saúde, da amamentação.

Palavras-chave:

Direitos Humanos; amamentação; família.

Abstract:

The objective of this study is to analyze the fundamentality of the right to breastfeed in Brazil. We adopted a qualitative approach with a critical review of the literature and legislation, highlighting innovation constitutional right to breastfeeding. The right to breastfeed is characterized as an autonomous Human Right and also as a development of the right to health. Breastfeeding includes both an individual dimension of care

involving the nursing mother and her baby, as the co-participation of the family, society and the state, to promote and guarantee the rights of women and children. The joint action of these three actors is essential, focusing on awareness of mothers, families, health professionals and administrators on the social, economic and health importance and benefits of breastfeeding.

Keywords:

Human Rights; breast feeding; family.

I. A AMAMENTAÇÃO COMO OBJETO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDO

O objetivo deste artigo é discutir e caracterizar a constitucionalidade do direito à amamentação no Brasil, na perspectiva da responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. Adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa que, frente à complexidade do tema estudado, permite uma análise em profundidade para o reconhecimento de conflitos, suas causas e estratégias de enfrentamento (VICTORIA, KNAUTH e HASSEN, 1990).

Objeto de interesse de diferentes áreas do conhecimento e práticas, que mobiliza atores e grupos sociais diversos, a amamentação sempre recebeu atenção especial, por ser um dos processos humanos que integram dimensões de natureza biológica, psíquica e social. A amamentação é tema transversal à literatura clássica das ciências humanas desde os estudos da Etologia e do modelo proposto por Bowlby (1990), ambos convergentes com as observações de Spitz (1991) a respeito dos efeitos da privação do contato e do cuidado parental no primeiro ano de vida da criança. A linha de pensamento sobre a qual se ancora a análise do desenvolvimento humano como processo resultante de elementos da biologia e da cultura é constituída por vertentes teóricas que, apesar de divergirem a respeito da natureza e do processo do desenvolvimento, convergem na compreensão da interação de diversas forças não arbitrárias em jogo.

Nesta perspectiva, na literatura contemporânea trata-se da amamentação a partir da convergência das ciências da saúde e das ciências humanas em torno dos efeitos benéficos e duráveis à saúde da mulher e ao ciclo evolutivo do bebê. Seu tratamento, através de diferentes objetos e métodos, têm conduzido a resultados que

corroboram os achados das ciências do desenvolvimento humano, além de oferecerem subsídios a políticas de humanização da gravidez, do parto e do puerpério em perspectiva multidisciplinar.

A amamentação constitui uma das dimensões fundamentais do cuidado à saúde da mulher e da proteção da criança que demandam a integração de três instâncias: família, sociedade e Estado. As famílias possuem estruturas organizacionais diversificadas que necessitam ser consideradas de forma integral de modo a assegurar-lhes meios de inclusão social no interior das relações sociais. Embora esteja, a amamentação, na órbita do cuidado nomeadamente familiar, outras dimensões – comunitária e estatal – agregam suas forças, sejam de ordem da solidariedade, sejam de ordem legislativa e das políticas públicas.

A amamentação passou por profundas transformações. Há séculos, o desmame e os cuidados ao bebê por figuras substitutivas, como as amas de leite, acompanham a educação da infância e a maternidade, imprimindo nas transformações do corpo feminino, novos ritmos e contornos, definidos pela sociabilidade.

Por razões diversas torna-se a amamentação um fenômeno provável e não determinado pela evolução humana, em contraste com o que ocorre com os primatas (BUSSAB, 2000). A influência de variáveis sociais, econômicas e educacionais sobre o tempo de amamentação e seu impacto sobre os índices de desnutrição e mortalidade infantil é reportado nos documentos internacionais (PNUD, 2008). Em todo o mundo morrem, a cada ano, mais de 10 milhões de crianças menores de cinco anos por causas evitáveis. No Brasil, este índice encontra-se em torno de 20,7 óbitos por mil nascidos vivos por ano. Dentre as diversas intervenções de caráter preventivo e terapêutico, com elevada eficácia e custo reduzido, está o aleitamento materno.

O ato de amamentar longe de ser um processo simples, equivocadamente entendido como consequência ‘natural’ da maternidade, em muitos casos representa mais um desafio a requerer adaptações diversas, desde a autoimagem, aos odores, líquidos e ritmos que circunscrevem a mulher ao foco de um bebê pleno de demandas.

A adoção de outros padrões de alimentação para o bebê não se deve, muitas vezes, a uma opção, mas às necessárias adaptações do seio e da disponibilidade maternas ao ritmo impresso pela amamentação exclusiva. Esse conjunto de desafios ocultos no discurso da amamentação, seja processo natural, seja como um bem para o bebê e para o vínculo mãe e filho, foi enfrentado a partir do apoio da secular figura da ama-de-leite até o emblemático avanço da ciência representado pelos leites modificados. Constata-se que a alimentação do lactente está envolta em questões que não se referem de modo exclusivo à saúde, denotando, em muitas situações, interesses relacionados à modulação de comportamento social e à oportunidade de obter lucro (ALMEIDA e NOVAK, 2004). Este quadro requer a atenção ao direito da mulher na sua integridade e dignidade, a ser respeitado e compreendido como via de democracia e de solidariedade social.

A amamentação, processo influenciado positiva e negativamente por fatores relacionados à mãe – como as características de sua personalidade e sua atitude frente à situação de amamentar – à criança e à gestação – como as condições de parto, o período pós-gestacional e o temperamento da criança – sofre, sobretudo, a influência de fatores circunstanciais, tais como o trabalho materno, a geração e as condições do cotidiano. Todos os aspectos intervenientes da amamentação são sintetizados nas justificativas dadas ao desmame precoce ou à continuidade do aleitamento. Trata-se de um sistema bidirecional de valores e crenças, que afeta e influencia as práticas de cuidado, transformando e modificando-se na interação com o ambiente físico e social. É nessa dinâmica complexa que se situam a amamentação, o cuidado e os processos de desenvolvimento da família.

As mais recentes revisões sobre o tema revelam o imbricado jogo em torno das concepções de amamentação e construtos derivados da vivência da feminilidade e do condicionamento das condições de classe. No entanto, há certo consenso de que as cognições parentais atuam como mediadores, influenciando as práticas de cuidado e os comportamentos parentais. Esses apresentam efeitos diversos sobre o comportamento das crianças e o desenvolvimento da família (RIBAS JR, MOURA e BORNSTEIN, 2003).

Ações de caráter educacional, implementadas pelo Estado no setor saúde, desde a formação médica até o planejamento do pré-natal para o aconselhamento em amamentação, visam oferecer suporte, monitoramento e promovem mudanças na cognição e no comportamento parental por meio da informação (GALVÃO, 2006). Embora implique em uma dimensão individual de cuidado envolvendo a mãe-nutriz e o seu bebê, a amamentação enseja a coparticipação da família e do Estado na perspectiva do direito da mulher e da criança cuja atuação conjunta e subsidiária fortalece o tecido social, a exemplo do que acontece em diversos países europeus. Muito embora perdurem disparidades regionais e de classe, o Brasil tem apresentado mudanças quanto a abrangência do acesso aos direitos fundamentais, em especial no campo da saúde.

A amamentação é uma das dimensões de cuidado contínuo, cuja natureza intimamente familiar não pode ser suprida pela atuação do Estado. Embora historicamente a prática do aleitamento tenha sido atribuída a mulheres fora do círculo familiar, a amamentação é reconhecida como uma relação exclusiva entre a mãe e a sua criança. Em que pese o necessário papel do Poder Público, na garantia e proteção à amamentação, a família desempenha papel central e indispensável na dinâmica de proteção à criança.

Além de marcada por aspectos de natureza fisiológica, a amamentação é condicionada por dimensões socioculturais, tratando-se, portanto, de um ato impregnado de determinantes que resultam das condições concretas de vida. A família integra tais condições sendo melhor retratada através da metáfora da rede do que por meio da ideia de estrutura, extremamente rígida e padronizada. A família, independentemente da sua configuração, como rede tem o potencial de fornecer apoio aos atores que a integram. A rede social que apoia a amamentação atua através do incentivo, da proximidade entre os atores e da comunicação referencial de valores e conhecimentos.

A família integra a rede de apoio social materno-infantil, como espaço nuclear de promoção da amamentação e cuidado. Ela é agente de incentivo, apoio e referencial de valores e conhecimentos. É no espaço familiar que a mãe troca experiências sobre alimentação do bebê, saberes e práticas, que variam de acordo com a história de vida dessas famílias (MARQUES *et al*, 2010). Especialmente junto às avós e

outras mães, a lactante identifica figuras femininas, com a prerrogativa de já terem vivido a maternidade e a amamentação, reforçando a importância do aleitamento materno e do cuidado (TEIXEIRA e NITSCHKE, 2008).

A família constitui o primeiro referencial para a mulher no processo de amamentação. É no convívio entre as pessoas que nutrem relação de afeto e de cuidado que os valores, as crenças e as práticas são transmitidas (NAKANO, 2007), razão pela qual se deve reconhecer seu valor na garantia da saúde da criança e na retomada da amamentação como regra no cuidado e na intimidade do binômio materno-infantil. Cabe ao Estado promover a educação em saúde, para fortalecer a atuação das famílias, a troca de experiências e saberes, acumulados durante a vida. Além de atuar na efetivação do direito à amamentação, em condições adequadas de forma integral e universal, é responsabilidade do Estado reconhecer o papel da família e, junto com ela, atuar na consolidação da amamentação como estratégia de atenção à saúde.

O apoio à lactante, por parte da família, sociedade, profissionais de saúde e do Estado é um eixo essencial à efetividade do direito à amamentação. Marques *et al* (2010) apontam a família como um dos principais fatores na promoção da amamentação pelo estímulo e pela troca de conhecimentos e valores. Esta integração intergeracional na instância familiar pode, no entanto, vir a ter um potencial impacto negativo, quando desestimula o aleitamento materno. As características relacionadas à família estão entre as principais causas de desmame precoce. Estes dados reforçam a percepção da necessidade de promover a educação em saúde das famílias e dos profissionais de saúde que as orientam.

A amamentação, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) “é a melhor maneira de proporcionar o alimento ideal para o crescimento saudável e o desenvolvimento dos recém-nascidos, além de ser parte integral do processo reprodutivo, com importantes implicações para a saúde materna” (OMS, 2003). Especialmente para famílias em situação de pobreza, é um meio de prevenir a contaminação durante o preparo da mamadeira e a desnutrição, devido a fórmulas excessivamente diluídas (MONTEIRO, 2006), além de conferir todas as vantagens de imunização e nutrição do lactente.

O Ministério da Saúde (MS) ressalta o efeito protetor do leite materno contra a mortalidade infantil, advertindo que quão mais cedo se inicie a amamentação e maior for seu período, maior a proteção à saúde da criança (BRASIL, 2002). O MS aponta uma série de estudos que evidencia os benefícios à saúde da criança trazidos pela amamentação, em oposição aos riscos de um desmame precoce, com destaque para a menor prevalência de alergias, a prevenção a doenças crônicas não transmissíveis e um melhor desenvolvimento neurológico.

Para além dos benefícios à saúde da criança, tem-se discutido os efeitos positivos da amamentação, tanto na melhor evolução do puerpério, ao acionar o sistema hormonal a atuar no fortalecimento do aparelho reprodutor feminino quanto na proteção contra o câncer de mama e de ovário na mulher, quanto na promoção do vínculo afetivo entre mãe e filho, por força do aleitamento materno (ARAÚJO, 2004). A amamentação é a mais humana, sensível, eficaz e economicamente viável intervenção para redução da morbimortalidade infantil promovendo a saúde integral tanto da mãe como da criança e prevenindo distúrbios nutricionais de grande impacto para coletividade e para Saúde Pública (BRASIL, 2009).

II. A FUNDAMENTALIDADE DO DIREITO À AMAMENTAÇÃOⁱ

A caracterização da amamentação como direito é um tema especialmente complexo e controverso, com desdobramentos na relação entre indivíduos e na relação destes indivíduos com a sociedade e o Estado. Na esfera privada, a amamentação envolve necessariamente dois sujeitos de direitos: a nutriz e a criança. Na esfera pública, a amamentação estabelece uma relação jurídica bilateral atributiva entre mãe e criança de um lado, e o Estado e a sociedade de outro.

A bilateralidade atributiva é a relação estabelecida entre dois ou mais sujeitos, atribuindo-se a determinado(s) sujeito(s) a titularidade do direito e a outro(s) a exigibilidade de certa conduta (REALE, 1999). Assim, à criança é garantido o direito à alimentação saudável e em condições de higiene e segurança adequadas, como dimensão de atenção e cuidado. À lactante, o direito a amamentar implica na garantia de condições para fazê-lo, se assim escolher, sem prejuízo ou relativização de quaisquer

direitos e sem sofrer quaisquer formas de violência ou discriminação, por parte da sociedade ou do Estado.

Nesse sentido, fica obrigada a sociedade de se abster de quaisquer atos de discriminação ou violência (em sentido amplo) que possa tolher em alguma medida a opção da lactante em amamentar, seja no local de trabalho, em sua residência ou, se assim entender necessário, em espaços públicos. Quanto ao Estado, reconhecida a fundamentalidade do direito à amamentação e sua natureza social, fica obrigado a tomar as medidas necessárias a sua efetivação, em condições adequadas, abstendo-se de qualquer ato, executivo ou legislativo, que possa ir de encontro a este direito.

A amamentação é um fenômeno complexo, havendo variáveis diversas de natureza fisiológica, psicológica, social e volitiva, dentre outras. O direito de amamentar, neste contexto, não corresponde a uma obrigação da lactante, mas ao dever do Estado de, no seu espectro de ação, garantir as condições para que mulher amamente se optar por e puder fazê-lo, e ao da sociedade respeitar o direito da mulher e da criança.

A fundamentalidade, tanto formal quanto material, do direito à amamentação, especialmente no Brasil, é transparente porque, formalmente, a CF/88 consagra, sob o Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais – o rol de direitos humanos positivados pelo ordenamento brasileiro. Entre eles, o texto constitucional elenca o direito à saúde, alimentação e proteção à maternidade e à infância (artigo 6º, *caput*).

A CF/88 é a primeira a consagrar expressamente o direito à amamentação para a criança e para a mulher presidiária, no artigo 5º, inciso L, traduzido no direito de permanecer com seus filhos durante o período de amamentação. Ainda que dirigido às mulheres que se encontram privadas de liberdade, a previsão inédita no texto constitucional é significativa.

Seguindo nesta direção, no parágrafo 3º do mesmo artigo, os legisladores constitucionais atribuíram aos tratados e convenções internacionais de direitos humanos, hierarquia de norma constitucional, de aplicabilidade imediata (art. 5º, §1º). O ordenamento constitucional brasileiro, portanto, opta por um sistema misto de proteção

aos direitos fundamentais, pela incorporação de direitos humanos enunciados em tratados e convenções internacionais, àqueles elencados internamente, no texto constitucional (PIOVESAN, 2009).

Internacionalmente, o direito à amamentação é enunciado em diversos diplomas de direitos humanos, como a Convenção de Proteção à Maternidade nº 103 de 1952 (CPM/103), da Organização Internacional do Trabalho; a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CETFDM), de 1979 e a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), da Organização das Nações Unidas (ONU). Nestes diplomas internacionais, a amamentação – ou aleitamento materno, denominação dada pela Organização Mundial da Saúde – é protegida em diversos dispositivos.

O artigo 12º da CETFDM impõe aos Estados Partes a assistência apropriada à mulher antes, durante e após o parto, com nutrição condizente durante a gravidez e o aleitamento. No mesmo sentido, a CDC reconhece o direito à saúde da criança, para redução da mortalidade infantil e da desnutrição, direito a assistência pré-natal e pós-natal, assegurando “que todos os setores da sociedade, e em especial os pais e as crianças, conheçam os princípios básicos de saúde e nutrição das crianças, as vantagens da amamentação” (Artigo 24, 2, ‘e’). A CPM/103 enuncia, ainda, o direito da mulher que labora a interromper seu trabalho especialmente para amamentar seu filho, durante um ou vários períodos, com duração determinada pela legislação nacional (Artigo 5, ítem 1).

O “tripé de fundamentalidade” **formal** do direito à amamentação completa-se com o artigo 6º, *caput* que enuncia entre os direitos fundamentais sociais, o direito à saúde e à maternidade, combinado ao artigo 227, *caput*, pelo qual se impõe à família, à sociedade e ao Estado, o dever de garantir com absoluta prioridade, dentre outros, o direito da criança à vida, saúde e alimentação.

Materialmente, o direito à amamentação integra-se aos demais direitos humanos por ter como base o princípio da dignidade humana, núcleo dos direitos fundamentais (MIRANDA, 2000) e por força do caráter de universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos, introduzido pela Declaração de 1948

(PIOVESAN, 2009). Alinhada com essa nova concepção de direitos humanos, a CF/88 adotou “uma espécie de cláusula de abertura material” (DALLARI & NUNES JR., 2010) pela qual o sistema constitucional de direitos fundamentais brasileiro abraça os direitos humanos enunciados em tratados internacionais decorrentes do regime e dos princípios adotados pela CF/88 (artigo 5º, § 2º), com força hierárquica constitucional, como visto (artigo 5º, §3º).

A previsão constitucional corrobora para o entendimento consolidado de fundamentalidade dos direitos que integram o *corpus* de concretização da Dignidade da Pessoa Humana que, ao ser eleita como Princípio Fundamental da República Brasileira (artigo 1º, III, da CF/88), fincou-se como unidade valorativa do sistema de direitos fundamentais no Brasil (DALLARI & NUNES JR., 2010).

Noutro giro, o direito à amamentação, para além de seu caráter autônomo de fundamentalidade, é desdobramento claro dos direitos universais à vida, saúde e à alimentação e, com absoluta prioridade, os direitos da criança. A amamentação é essencial para promoção da saúde materna e infantil, de forma integral e é a melhor opção nutricional, não só, mas notadamente, para comunidades que sofrem com o déficit social e econômico, de países em desenvolvimento.

1. Normas Constitucionais de Proteção e Promoção do Direito à Amamentação

O direito à amamentação comporta uma complexidade de desdobramentos, vinculados, em primeira análise, ao próprio caráter de integralidade do direito à saúde e, ontologicamente, vincula-se à unicidade e indivisibilidade dos Direitos Humanos, cujo fundamento axiológico é a dignidade da pessoa humana.

A CF/88, em seu artigo 196, reconhece a saúde como direito universal e responsabilidade do Estado, a ser garantido por políticas sociais e econômicas, com vistas à redução do risco de doença e outros agravos, com acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. A Lei 8.08/90 destaca, ainda, a alimentação como um dos fatores determinantes e condicionantes da saúde (art.

3º) e prevê a alimentação e a nutrição como conteúdo essencial das políticas de saúde, nas esferas federal, estadual e municipal (artigos 13, 17 e 18).

A CF/88 é a primeira constituição brasileira a prever, expressamente, o direito à amamentação. Assim, em seu art. 5º, L, garante o direito à amamentação em condições adequadas, para a mulher privada de liberdade.

No seu artigo 7º, prevê a licença maternidade por 120 dias à mulher que trabalha, além de licença paternidade, nos termos da lei, sem prejuízo de emprego ou salário. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) reitera o texto constitucional, no seu artigo 392. Na tecedura desta rede jurídica de cuidados, a Lei nº 11.770 de 2008, criou o Programa Empresa Cidadã, com o objetivo de prorrogar a licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. A necessidade de trabalhar fora do lar é, freqüentemente, considerada como fator determinante para o desmame precoce (FALEIROS, TREZZA e CARANDINA, 2006).

De acordo com Rea (1997), uma das principais razões do desmame precoce é a separação da mãe de seu filho, por força da volta da mulher ao trabalho fora do lar. As mulheres, *em geral*, têm o desejo de amamentar e experimentam grande expectativa em relação a isso. O desejo é reforçado, pela confiança na continuidade do aleitamento, mesmo após o retorno ao trabalho e a existência de creches no local de trabalho aparece como elemento relevante para a manutenção da amamentação, ao final da licença de maternidade (OSIS, 2004).

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família desempenha um papel central na promoção e perpetuação da prática da amamentação, como linha de cuidado e estratégia de garantia da saúde materno-infantil. Os saberes acumulados pela família, especialmente pelas mulheres que já vivenciaram a maternidade, são de importância nuclear nesse processo e cabe ao Estado, além de implementar políticas de garantia do direito à amamentação, reconhecer e restabelecer o lugar da família nessas ações.

A garantia do direito à amamentação da criança impõe ao Estado, igualmente, a obrigação de prover condições para que o aleitamento se dê, com segurança, higiene e dignidade, resguardado de todas as formas de violência e discriminação contra a nutriz.

O Brasil conta com um amplo arcabouço normativo de proteção direta e indireta à amamentação. A CF/88 inovou, no sistema jurídico-constitucional brasileiro, ao enunciar expressamente a amamentação como direito fundamental e ao conferir à saúde o caráter universal e prestacional. A incorporação dos diplomas internacionais de direitos humanos, com força constitucional e aplicabilidade imediata, bem como a definição da Dignidade Humana como núcleo do sistema de direitos fundamentais no Brasil, são marcos desta rede de proteção legal à amamentação.

Em âmbito constitucional, a proteção do direito à amamentação, constitui-se como direito fundamental, com proteção à mulher que labora e à maternidade como um todo, reconhecendo o direito à saúde e alimentação da criança e da mãe, buscando viabilizar concretamente esse direito, através de regulamentações e políticas públicas. A atuação do Poder Público, neste particular, merece destaque pelo seu caráter integral e por reconhecer a importância da amamentação.

Considerando as novas configurações familiares e os diferentes papéis dos seus membros quanto à necessária rede de cuidado da criança, o incentivo à amamentação envolve, além da participação direta da nutriz, a do pai, das avós e os integrantes da dinâmica da família, seja qual for o seu desenho de conjugalidade. O direito à amamentação constitui, pois, um direito ao cuidado em família, expressão de acolhimento e de afirmação do desenvolvimento do novo membro recebido na instância afetiva. Cabe ao Estado, como corresponsável pela criança, manter a garantia deste cuidado tanto no plano das políticas quanto no plano legislativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria de Fátima Moura de et al. **Custo e economia da prática do aleitamento materno para a família**. Rev. Bras. Saude Mater. Infant., Jun 2004, vol.4, no.2, p.135-141. ISSN 1519-3829

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Política de Saúde. Organização Pan Americana da Saúde. **Guia alimentar para crianças menores de dois anos** / Secretaria de Políticas de Saúde, Organização Pan Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: nutrição infantil. Aleitamento materno e alimentação complementar** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009. 112 p. : il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 23).

BUSSAB, V. S. R.. **A família humana vista da perspectiva etológica: natureza ou cultura?** Interação (Curitiba), v. 4, p. 09-22, 2000.

DALLARI, Sueli Gandolfi; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Direito Sanitário**. São Paulo: Editora Verbatim, 2010.

FALEIROS, Francisca Teresa Veneziano; TREZZA, Ercília Maria Carone; CARANDINA, Luana. Aleitamento materno: fatores de influência na sua decisão e duração. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 19, n. 5, out. 2006. **SciELO Brasil**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732006000500010&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 19 jan. 2011. doi: 10.1590/S1415-52732006000500010.

GALVÃO, D. M. P. G. **Amamentação Bem Sucedida: Alguns Fatores Determinantes**. Loures: Lusociência - ed: técnicas e científicas, 2006.

MARQUES, Emanuele Souza et al . A influência da rede social da nutriz no aleitamento materno: o papel estratégico dos familiares e dos profissionais de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 2011. **SciELO Brasil**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000700049&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 19 jan. 2011. doi: 10.1590/S1413-81232010000700049.

MARQUES, Maria Cecília dos Santos; MELO, Adriana de Medeiros. Amamentação no alojamento conjunto. **Rev. CEFAC São Paulo**, v. 10, n. 2, 2008. **SciELO Brasil**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462008000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 19 jan. 2011. doi: 10.1590/S1516-18462008000200017.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**, Tomo IV. 4ª ed. Portugal/Coimbra: Coimbra Editora, 2000.

MONTEIRO, Juliana Cristina dos Santos; GOMES, Flávia Azevedo; NAKANO, Ana Márcia Spanó. Amamentação e o seio feminino: uma análise sob a ótica da sexualidade e dos direitos reprodutivos. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 1, mar. 2006. **SciELO Brasil**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 19 jan 2011. doi: 10.1590/S0104-07072006000100018.

NAKANO, Ana Márcia Spanó et al . Women's social space and the reference for breastfeeding practice. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, abr. 2007. **SciELO Brasil**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692007000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 19 jan. 2011. doi: 10.1590/S0104-11692007000200007.

OSIS, Maria José Duarte et al . Aleitamento materno exclusivo entre trabalhadoras com creche no local de trabalho. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 2, abr. 2004. **SciELO Brasil**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102004000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 19 jan. 2011. doi: 10.1590/S0034-89102004000200004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização Pan-Americana da Saúde. **Amamentação**. 2003. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/sistema/fotos/amamentar.pdf>>. Acesso em 13 jan. 2011.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

REA, Marina Ferreira et al. **Possibilidades e limitações da amamentação entre mulheres trabalhadoras formais**. *Rev. Saúde Pública*, Abr 1997, vol.31, no.2, p.149-156. ISSN 0034-8910

RIBAS JR, R; MOURA, MLS; BORNSTEIN, M. H. **Socioeconomic status in Brazilian psychological research**: II. Socioeconomic status and parenting knowledge. *Estudos de Psicologia*, 2003, vol. 8. Disponível em Internet: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=26180305>. ISSN 1413-294X.

TEIXEIRA, Marizete Argolo; NITSCHKE, Rosane Gonçalves. Modelo de cuidar em enfermagem junto às mulheres-avós e sua família no cotidiano do processo de amamentação. **Texto contexto - enferm.** Florianópolis, v. 17, n. 1, mar. 2008. *SciELO Brasil*. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000100021&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 19 jan. 2011. doi: 10.1590/S0104-07072008000100021.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Capacity Development – Empowering People and Institutions**. Annual Report, PNUD, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The World Health Report 2008**. Primary Health Care, now more than ever. Geneve: WHO; 2008.

VANNUCHI, Marli T Oliveira et al . Iniciativa Hospital Amigo da Criança e aleitamento materno em unidade de neonatologia. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 3, jun. 2004. *SciELO Brasil*. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-

89102004000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 19 jan. 2011. doi:
10.1590/S0034-89102004000300013.

VICTORIA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva & HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa qualitativa em saúde**: Uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

ⁱ Neste estudo, utiliza-se a terminologia “Direitos Humanos” e “Direitos Fundamentais”, como sinônimos. Alinhamo-nos ao entendimento de que há equivalência entre as duas expressões, isto é, a “expressão *direitos humanos* é uma forma abreviada de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana” (DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. 10^a ed. São Paulo: Moderna, 2004)

AS RELAÇÕES DE REPRESENTATIVIDADE DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA/PR

Carla Buhner Salles Rosa¹
Danuta E. Cantoia Luiz²

RESUMO

Este artigo foi resultante da pesquisa realizada tendo em vista a dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, empreendida no período de 2010/2011. Objetiva contribuir com as discussões sobre um dos elementos que compõem e desafiam a materialização de processos democráticos de gestão social no Brasil contemporâneo: a representatividade dos segmentos sociais no interior de espaços institucionalizados de participação social (conselhos gestores). Considerados como novas instâncias de intermediação pública, os conselhos provocam alterações no âmbito do governo representativo, a partir da participação de segmentos da sociedade civil nestes espaços. O objetivo foi compreender como se configuram as relações de representatividade dos conselheiros/representantes e os representados no âmbito do CMAS.

Palavras Chave: Representatividade, participação, conselhos de assistência social.

ABSTRACT

This article has resulted from a research conducted in view of the Master's thesis in Applied Social Sciences, State University of Ponta Grossa, undertaken in the period 2010/2011. It aims to

¹ Mestre em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa.

² Professora Doutora do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas e do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

contribute to discussions on one of the elements that makes up and challenges the realization of democratic processes of social management in contemporary Brazil: the representation of social groups within institutionalized spaces for social participation (management councils). They are considered as new instances of public intermediation, the advice causes changes in the representative government from the participation of civil society groups in these spaces. The aim was to understand how the relations of representativeness of the directors/representatives are and those represented in the CMAS.

Keywords: Representative, Participation, Councils of Social Service/Welfare.

1-INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo refletir sobre o significado da categoria representatividade dos segmentos da sociedade civil nos espaços de participação social, por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, fazendo parte dos estudos realizados para a dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. A partir de autores clássicos e contemporâneos, este trabalho conceitua representação política e seus desdobramentos nas formas atuais de democracia e, sobretudo, como a representação se dá nos atuais espaços de participação. Na sequência serão apresentados os dados da pesquisa de campo a qual tem, como foco, o espaço do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, buscando compreender como se configuram as relações de representatividade dos conselheiros/representantes e os representados neste contexto.

Durante o processo de pesquisa, buscamos explicações coerentes, lógicas e racionais para o objetivo do estudo, tendo, como principal enfoque, o sujeito representativo, vinculado ao objeto de pesquisa e, portanto, podendo contribuir com a sua experiência para reconstruí-lo. Tivemos como balizador o método dialético, como leciona Triviños (1987): “O método capaz de aprofundar a análise da realidade do fenômeno social, com todas as suas contradições, dinamismo e relações, é o método dialético[...]”. (TRIVIÑOS, 1987,p.151).

2. Representatividade: fundamentos e elementos constitutivos

Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) o conceito de representação política, tanto em suas implicações teóricas como em suas traduções práticas, é sem dúvida um dos elementos-chaves da história política moderna. No período clássico, o espaço local onde se materializava a democracia era uma praça ou uma assembleia na qual os cidadãos participavam do processo decisório, ou seja, a democracia direta³ era a regra para decisões coletivas/políticas.

Rousseau ao manifestar-se sobre a representação coloca: “A ideia dos representantes é moderna; vem do governo feudal. [...] Nas antigas repúblicas, e inclusive nas monarquias, jamais o povo teve representantes, não se conhecia sequer este nome [...]” (ROUSSEAU, 2002, p. 131).

Atualmente, a eleição é a regra. Esta alteração foi efeito da mudança das condições históricas, como a transição das cidades-Estado para os grandes Estados territoriais. Bobbio (2000a) aponta que não somente pela alteração das condições históricas, mas também foi efeito de uma diferente concepção moral de mundo. A concepção de mundo foi ampliada no sentido das relações entre indivíduos, grupos, comunidades, Estados, tendo como pano de fundo os valores democráticos modernos.

Compreendemos que, para uma sociedade democrática não bastam as regras do jogo democrático, direitos de liberdade, ou ainda decisões da maioria, como propõe Bobbio (2000a), mas a democratização das relações econômicas e sociais da sociedade. Desse modo, democracia não é vista apenas como método ou forma institucional, mas sim como democracia substantiva, democracia que advém das massas, com vistas à superação das desigualdades para a edificação de um novo projeto societário. Ainda neste modelo, um dos argumentos, elementos ou regras para o verdadeiro representante é prioridade dos interesses gerais. Acreditamos, assim como Rousseau (2002), que a vontade geral é indestrutível e deve estar acima dos interesses particulares.

Após o estabelecimento de novas formas de relação entre Estado e sociedade civil, prescritos na Constituição Federal de 1988, está se vivenciando uma “abertura” do Poder Executivo à participação de sujeitos societários investidos juridicamente como representantes de

³ O tipo de democracia no período clássico foi a democracia direta, com a participação dos cidadãos em espaços públicos para decisões coletivas /políticas. Porém, o limite deste período, está na condição de cidadania, pois era cidadão o proprietário de terras, que não precisava trabalhar (com tempo livre) para poder participar das assembleias e decisões coletivas.

determinados segmentos e interesses da população no desenho, na implementação e na supervisão das políticas públicas, como colocam Lavalle, Houtzager e Castello (2006), estas novas instâncias de intermediação desempenham funções que provocam alterações no governo representativo.

Os autores Lavalle, Houtzager e Castello (2006) e Caccia-Bava (2001) pontuam que esta nova relação entre Estado e sociedade civil, baseada na participação, transformação da representação política e, no reconhecimento da pluralidade e legitimidade dos interlocutores na esfera pública (Dagnino 2002a), é requisito para o aprofundamento da democracia. Como exemplo desses espaços, trazemos os conselhos gestores de políticas públicas, portanto:

Os Conselhos Gestores e Orçamentos Participativos (OPs) passam a se constituir em referências centrais de experiências participativas no país, dando impulso ao desenvolvimento de um debate teórico sobre participação política e democracia, o que amplia, sobremaneira, uma concepção de política voltada estritamente para o campo de ação exclusivo dos representantes políticos que orientam as suas estratégias e escolhas políticas a partir do jogo eleitoral. (LÜCHMANN, 2008, p.87).

Os conselhos gestores necessitam do compromisso ético-político dos representantes diante de seus representados como um elemento constitutivo, como regra para o bem representar. É sabido, que atualmente convivemos com uma crise de representação, a qual está fundada na “[...] fragilidade ou inexistência da relação entre eleitor e eleito, entre os cidadãos e seus representantes.” (CACCIA-BAVA, 2001, p.38). Uma representação só pode funcionar plenamente se houver conteúdo, com uma presença ativa dos cidadãos que dão um mandato a seus representantes debatendo o seu conteúdo e avaliando seus resultados, nesse sentido participação e representação estão unidas, e articuladas com a noção de democracia.

Portanto, aqueles que se propõem a representar segmentos da sociedade devem ter o compromisso e o conhecimento de que “ [...] para cumprirem seu papel de representação necessitam inaugurar uma nova relação com seus representados, isto é, reforçarem suas relações com as comunidades locais e tornarem-se agentes estimuladores da organização da sociedade civil.” (CACCIA-BAVA, 2001, p. 48).

A constituição dos conselhos gestores de políticas públicas garantiu a eleição de dezenas de milhares de conselheiros e conselheiras que hoje atuam nesses espaços de co-gestão, representando as comunidades das quais são oriundos. Conforme Dowbor, Houtzager e Serafim (2008), se somarmos todos os conselhos no Brasil chegaremos ao número de dezoito mil, com

mais de cem mil conselheiros, o que supera o número de vereadores em todos os municípios⁴. Será que os mais de 100 mil conselheiros são efetivamente representativos? Esta é uma questão importante, porque a falta de representatividade pode deslegitimar os espaços de participação da sociedade.

Neste mesmo contexto, há outros sujeitos privilegiados que também tem a missão de “transformar a realidade” e, mais especificamente, transformar modelos de gestão tradicional de políticas públicas, que podem ser vistos como sujeitos representativos os quais podem contribuir para o aprofundamento da democracia, como os cem mil conselheiros que atuam hoje no Brasil. Neste sentido Duriguetto (2011) manifesta-se:

O espaço das conferências e dos conselhos de direitos, criados a partir da Constituição de 1988, são espaços importantíssimos da luta política, as conferências, os fóruns. Estes espaços somente irão interferir na gestão e na organização das políticas sociais se eles efetivamente funcionarem, se forem ocupados com qualidade. Quando falo ocupado com qualidade, me refiro aos conselheiros que tomam assento nos Conselhos, que participam das Conferências, os cidadãos comuns que não tem assento em conselhos. Depende da capacitação desse sujeito para um efetivo funcionamento e para a qualidade deste espaço participativo, a densidade política deste espaço depende da densidade política destes que tomam assento. (DURIGUETTO, 2011, palestra proferida na UEPG em 23 de março de 2011).

A qualificação desses importantes espaços para a luta política depende da capacidade de sustentação política daqueles que compõe esses espaços, o que se caracteriza no grande desafio da contemporaneidade, uma vez que, apenas parte destes sujeitos está “capacitada” para tanto. No enfrentamento desse desafio, a construção de sujeitos políticos voltados para processos de transformação social, inclui o trabalho dos conselhos.

Os autores Montañó e Duriguetto (2010) apontam como noção de emancipação política: “[...] ao conjunto de direitos políticos e sociais que garantem uma liberdade e uma igualdade formais dos cidadãos- a liberdade e a igualdade perante a lei, portanto, meramente jurídicas.” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010,p. 130). Então, se estes cem mil conselheiros estiverem empreendendo esforços pela emancipação política dos segmentos que representam (conquista de direitos civis, políticos, trabalhistas e sociais), representarão uma das conquistas importantes para o acesso aos direitos e a igualdade.

⁴ Os autores Dowbor, Houtzager e Serafim (2008) se reportam a duas pesquisas desenvolvidas em São Paulo, pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Institute of Development Studies (IDS) e Instituto Pólis, entre 2001 a 2006, sobre representação.

Ainda para que os conselheiros se configurem como um dos sujeitos representativos faz-se necessário um processo sócio-educativo de longo prazo. Neste sentido Demo (2001) se manifesta dizendo:

A contribuição fundamental da educação está em fazer de alguém um sujeito capaz de história própria, ou seja, de combater a pobreza política. [...] O impacto mais direto da educação não é econômico mas político – forjar um sujeito capaz de reagir, organizar-se, combater, partir para a luta. [...] Controle democrático só é efetivo na população que sabe pensar, teórica e praticamente, ou seja, sabe desenvolver consciência crítica [...] Educação pode ser fator central. (DEMO,2001, p. 93-94).

Concordando com Demo (2001), a educação é fundamental para o desenvolvimento da consciência crítica que envolve os sujeitos participativos, dentre estes podem estar os conselheiros que muito poderão fazer no combate a pobreza política e conseqüentemente na ampliação da democracia.

O caso dos conselheiros é um exemplo da possibilidade de construção de sujeitos políticos/representativos, desde que capacitados ética e politicamente para gerir políticas públicas e contribuir nos processos de superação das desigualdades sociais, sendo este mais um elemento que compõe o desafio da representatividade.

Na tentativa da compreensão de como ocorrem as relações de representatividade entre os conselheiros/representantes e os representados no âmbito do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, ocorreu a pesquisa de campo, cujo principal enfoque e achados de pesquisa serão pontuados a seguir.

3. Relações entre os conselheiros/representantes e representados no CMAS

Esse item apresenta a sistematização do debate sobre as relações que se estabelecem entre os conselheiros/representantes e os representados no âmbito do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, a partir de categorias que compõem a compreensão deste objeto de pesquisa.

As reflexões realizadas no âmbito desta pesquisa foram organizadas a partir de categorias de análise que, no seu conjunto, desvendaram e recompuseram o objeto, conforme o quadro:

Categorias de análise
1-Motivação e Conhecimento
2-Materialização da representatividade dos conselheiros nas discussões do CMAS
3-Relações dos conselheiros com os segmentos representados

Fonte: entrevistas (2011) e atas CMAS (2010 e 2011).

3.1. Motivação e conhecimento

Na categoria motivação e conhecimento, as falas dos sujeitos pesquisados trouxeram significativas contribuições para a percepção que a possibilidade de inserção no CMAS oportuniza um acréscimo no conhecimento e no envolvimento com a Política de Assistência Social, inserindo os conselheiros/representantes em níveis de formação de sujeitos políticos nas questões da área. As falas dos conselheiros/representantes não governamentais expressam que, o conhecimento e as perspectivas que o Conselho oferece são positivas, o que torna o conselheiro capacitado para o repasse de informações, o CMAS também oferece uma possibilidade de envolvimento com as questões da Assistência Social, como apresentado nas falas:

*“[...] eu achei **ótimo**, (participar do Conselho) para mim está sendo muito bom este conhecimento, as **perspectivas que o Conselho oferece**, muito bom.” CRng (segmento usuários, grifo nosso).*

*“[...] acho importante **estar envolvida** até quando vem perguntar, não fico tão leiga.” CRng (segmento dos profissionais, grifo nosso).*

*“Sempre tive **interesse** em participar do conselho pela prática da assistência social. Por ser **Assistente Social**,[...].” (CRg2, grifo nosso).*

A participação⁵ do conselheiro no processo de tomada de decisão, na responsabilidade pela gestão, na fiscalização e no controle social da Política de Assistência Social está baseada em representações governamentais e não governamentais, como supõe Colin (1998) e, é esta representação que fortalece o poder decisório dos conselhos. Para Battini e Costa (2007) a representação é uma das mediações que aproxima o público do privado, sendo um modo de fazer

⁵ O padrão comportamental da participação que nasce e evolui no exercício contínuo e permanente da práxis participativa, pelo homem: na reivindicação de seus direitos, na assunção de suas responsabilidades, no aperfeiçoamento de sua profissão, na geração de mais saber, na prática associativista, na elaboração e execução de planos, no desempenho de suas funções políticas, no posicionamento consciente face às opções, no exercício do voto e da representatividade. (AMMANN, 1978, p. 40).

presentes, de tornar socialmente visíveis sujeitos políticos e demandas. A representatividade como mediadora entre os interesses e reivindicações daqueles que não estão presentes no CMAS, pode ser percebida na colocação:

“[...] poder representar os usuários que tem pouca representação.” (CRng segmento usuários).

Em relação às palavras do conselheiro/representante dos usuários, o mesmo supõe que, para existir uma representação, deverá haver vínculo entre o representante e os representados, o conselheiro tem a intenção de representar os usuários, admitindo que eles estão sub-representados no CMAS. Lembramos das palavras de Colin (1998) “[...] deve sobressair hegemonicamente, a representatividade efetiva dos interesses das classes subalternas [...]” (COLIN, 1998, p. 155). Ser representante, como se propõe o conselheiro, significa transmitir, da maneira mais adequada e similar possível, as ideias e desejos dos usuários da assistência social, uma vez que, é em nome deles que o conselheiro se pronuncia, em prol de um projeto comum.

Verificamos que o CMAS é um espaço importante para o processo de democratização e, quanto maior for a articulação política entre esse espaço e os sujeitos que deles participam, podendo ser traduzida em representatividade, maior será o aprofundamento democrático. Para tanto, a participação dos conselheiros em capacitações é determinante como uma das estratégias para fazer avançar as perspectivas democráticas de gestão social.

Ao se referir à capacitação de conselheiros, Luiz (2007) coloca que, “[...] mais importante que transmitir conhecimentos é fixar uma perspectiva ética e política que oriente o conselheiro na sua função pública.” (LUIZ, 2007, p.84). No mesmo sentido, lembramos das colocações de Duriguetto (2011), que se não houver uma formação política, técnica e teórica dos conselheiros, dificilmente vamos transformar estes espaços em importantes espaços para a ativação do processo de democratização.

Na fala do conselheiro/representante do segmento entidades transparece a possibilidade de adquirir conhecimentos através da participação no CMAS *“para mim este ano foi uma escola, foi um aprendizado.”* (CRng). Portanto, a prática educativa que pode ocorrer com a participação do conselheiro no CMAS ou em capacitações, oportuniza aos conselheiros “[...] condições de pensar criticamente o mundo [...] e oportunizar a produção de rupturas nas possíveis concepções, práticas e relações tradicionais trazidas pelos conselheiros [...]” (LUIZ, 2007, p. 87).

Consideramos que o espaço das capacitações é fundamental para que os conselheiros/representantes adquiram conhecimentos sobre os conselhos e a Política de Assistência Social e desenvolvam suas possibilidades de fomentar uma prática social que contribua para a construção de uma nova cultura política⁶.

Ainda, dentro dessa mesma categoria de análise, trazemos algumas considerações sobre o conhecimento dos representados sobre os candidatos a representantes da sociedade civil no CMAS, sendo percebido nas falas que os entrevistados conheciam o candidato que escolheram para conselheiro. Pontuaram o relacionamento de trabalho, tanto como presidente da entidade ou quanto colega de trabalho, como determinante.

*“[...] é uma Assistente Social, uma **colega de trabalho**.” (RTng segmento profissionais, grifo nosso).*

*“Porque **eu conheço os dois aqui da Escola** [...]. Eu votei no **presidente** nosso aqui [...].” (RTng segmento usuário, grifo nosso).*

*“A candidata eu conhecia porque **nós trabalhamos juntos** há muitos anos. [...] eu votei porque ela era **presidente** de uma instituição.” (RTng segmento entidades, grifo nosso).*

As falas dos representados deixam perceber que não havia conhecimento do candidato em função da experiência na área da Política de Assistência Social, ao contrário, associam o conhecimento do candidato construído na sua trajetória profissional/pessoal. Esse fato indica uma representatividade que se constrói pela participação e afinidade adquirida, como lembra Lüchmann (2008), os entrevistados apontam, como justificativa de escolha, o fato de vivenciarem as mesmas experiências e compartilharem seus problemas e demandas, ou seja, os mesmos interesses que os seus.

Sobre essa questão, levantamos alguns pontos sobre a estrutura do poder que marcou o processo histórico do Estado brasileiro, cujas características são reproduzidas no contexto eleitoral. A política do favor, o clientelismo político permanece até hoje, porém em formas mais

⁶Concebemos cultura política como um conjunto de valores, crenças atitudes, comportamentos sobre a política, entendida como algo além daquela que se desenrola nos parlamentos, no governo, ou no ato de votar. [...]. O conjunto de percepções e de visões de mundo que um grupo constrói no processo de experiência histórica ao atuarem coletivamente, aliado às representações simbólicas que também constroem ou adotam, são a parte mais relevante da cultura política de um grupo porque é, a partir desses elementos, que o grupo constrói sua identidade. Há mais um elemento importante a destacar na cultura política: as ideologias, que são os valores e crenças que permitem agregar, dar coesão e coerência interna a um dado coletivo.” (GOHN,2008,p.34).

sutis. Para Wanderley (1996): “A dominação oligárquica da troca como favor que eliminou da vida pública as maiorias (índios, negros, mulheres, analfabetos) durante séculos, impedindo a conquista da cidadania, permanece rejuvenescida.” (WANDERLEY, 1996, p. 98).

Quando os representados manifestam que votaram no “*presidente*” estão sugerindo interesses corporativos, como lembra Yazbek (1993) “ [...] o apoio na matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo, do mando, formas enraizadas na cultura política do país, sobretudo no trato com as classes subalternas, o que reproduz a ‘cidadania invertida’⁷ e relações de dependência.” (YAZBEK, 1993, p. 50).

Para Oliveira (2003), as relações se estabelecem pela categoria fidelidade e pela confiança, ignorando-se as noções de competência, como coloca RTng: “[...] *eu tenho confiança nele.*” Para Bobbio “o voto, ao qual se costuma associar o relevante ato de uma democracia atual, é o voto não para decidir, mas sim para eleger quem deverá decidir.” (BOBBIO, 2000b, p.372).

Para Chauí (1995) as relações sociais na sociedade brasileira ocorrem conservando as marcas da sociedade colonial escravocrata, a sociedade é fortemente hierarquizada, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. “O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, [...] o relacionamento toma a forma do favor, do clientelismo, da tutela ou da cooptação [...]” (CHAUÍ, 1995, p. 74-75).

Especificamente na Assistência Social, a cultura política, como supõe Oliveira (2003), constitui-se um dos entraves fundamentais à sua consolidação em seu sentido democrático, isso porque o “autoritarismo social, tão entranhado em todas as esferas da vida social brasileira, não cunhou nas relações sociais a idéia de direitos e de igualdade jurídica dos cidadãos.” (OLIVEIRA,2003, p. 25).

Na outra questão levantada, na pesquisa junto aos representados, nos trouxe uma perspectiva corporativista, voltada para os interesses das entidades sociais, como vemos:

*“[...] achei assim que tinha que votar **nesses da Escola** para apoiar a nossa Entidade também.” (RTng segmento usuários, grifo nosso).*

⁷ A cidadania invertida é a condição política em que o indivíduo se reconhece, em relação com o Estado, como um não cidadão, como por exemplo, na perda de direitos inerentes à condição de cidadania. (Teixeira, 1985).

“[...] as pessoas querem melhorar as suas entidades, mas não se informam direito. A melhor forma de se informar, de estar preparado, é sendo do Conselho Municipal, é ali que as grandes decisões são tomadas no meio assistencial, e a gente acaba indiretamente, sem ser interesseiro, ajudando a nossa entidade, estando lá.” (RTng segmento entidades, grifo nosso).

Dagnino (2002b) em análise da representatividade nos espaços públicos lembra que, o predomínio maciço das ONGs nos conselhos expressa “[...] a difusão de um paradigma global que mantém estreitos vínculos com o modelo neoliberal.” (DAGNINO, 2002b, p.157). As entidades sociais perderam o vínculo com os movimentos sociais e com a sociedade civil, da qual se intitulam representantes, mas não com o Estado que as contrata como prestadoras de serviços, por mais bem intencionadas que sejam, sua atuação traduz os desejos de suas equipes diretivas, e não das bases que representam. “É a sociedade regida pela lógica reprodutiva do capital.” (DAGNINO, 2002b, p.157). Essa colocação da autora é verificada na fala do representado RTng (segmento entidades) quando evidencia que, uma forma de “ajudar” a sua entidade social é participar do CMAS, e ainda, na fala do representado RTng (segmento usuários): *“[...] votar para apoiar a nossa entidade”*.

A representatividade das entidades socioassistenciais no CMAS supõe um papel de interlocutor político da sociedade, conforme Battini (1998), para tanto, faz-se necessária uma mudança da cultura institucional, até hoje corporativa, baseada na representação de interesses particulares, como deixa claro RTng: *“[...] ajudando a nossa entidade, estando lá.”* Nesse sentido completa Battini (1998):

[...] as entidades devem tramitar do campo privado para o público permitindo a garantia dos direitos e a representação política dos usuários [...] não é pois representar a entidade mas o ente coletivo das entidades – não em uma perspectiva corporativista, mas de engajamento com a questão tratada - ou seja, sua representação ao nível particular como um dos segmentos significativos e que detém poder. (BATTINI, 1998, p. 39 e 42).

A representação das entidades e dos usuários no CMAS supõe a superação da representação dos interesses imediatos, oriundos das aspirações individuais ou de determinados grupos, cedendo espaço aos interesses históricos, objetivos, coletivos e estratégicos, que se caracterizam como os interesses populares, Colin (1998).

Desta forma, foi possível verificar que os representados conheciam as pessoas em que votaram e, ainda, existe a necessidade do eleitor identificar no candidato os mesmos interesses

seus. A escolha no processo eleitoral muitas vezes ocorre levando em conta a confiança e a fidelidade, as relações de conhecimento e amizade, secundarizando a noção de competência e experiência na área da Assistência Social.

3.2. Materialização da representatividade dos conselheiros nas discussões do CMAS

Na investigação da incorporação pelo CMAS das propostas oriundas dos conselheiros, percebemos que, os conselheiros/representantes governamentais afirmam que existem resultados positivos de incorporação de suas demandas.

Quando as demandas são oriundas do governo, as deliberações são favoráveis, porém, quando as propostas representam interesses do segmento não governamental, a incorporação da demanda não ocorre de forma tão espontânea, como transparece na fala de CRng:

*“[...] na questão profissional que é do concurso, não. [...] tem que ter concurso, **mas não é contemplado.**” (CRng segmento dos profissionais, grifo nosso).*

Nesse sentido é importante pontuar, como leciona Battini (1998), a importância do comprometimento dos conselheiros na mediação entre os interesses dos grupos dominantes e as demandas sociais que evocam as necessidades da população, dando peso político aos interesses dos segmentos representados.

O conselheiro/ representante dos usuários não traz demandas de seus representados, mas da entidade com a qual tem vínculo, as quais também foram incorporadas, como demonstra:

*“[...] já foram muitas as questões, até mesmo **questões da deliberação da conferência** já foi [...] tudo o que a gente tem levado, questões com **relação à instituição**, [...] então está tendo retorno.” (CRng segmento usuários, grifo nosso).*

Observamos que, no âmbito do CMAS, há propostas, interesses e intervenções que são apresentadas em contradição ao segmento que deveriam representar, como assinala Colin (1998) “[...] por falta de experiência do processo de formação da decisão política ou de clareza quanto aos reais interesses a serem defendidos, os organismos não governamentais acabam [...] desvinculando-se de seus representados.” (COLIN, 1998. p. 137). Esse fato permite que ocorra uma fragilidade na representatividade dos usuários, que historicamente foram sempre sub-representados no CMAS, concorrendo para a hegemonia da representação das entidades sociais.

O conteúdo das atas revela que os conselheiros/representantes não governamentais contribuem, de modo significativo, no interior das discussões, análises e deliberações do CMAS. O número de inserções de falas dos conselheiros/representantes não governamentais é superior à inserção de falas dos conselheiros/representantes governamentais. Concluímos que, o segmento não governamental é tão, ou até mais participativo que o segmento governamental, no âmbito do CMAS.

Diante do exposto, podemos afirmar que há representatividade do segmento não governamental, porém, com a ressalva, de que é vinculada às demandas das entidades sociais, ou seja, existe uma representatividade limitada, principalmente em relação aos interesses dos usuários, no âmbito do CMAS.

Temos então que, para a maior parte dos conselheiros/representantes governamentais, existem resultados positivos de incorporação de suas demandas nas discussões do CMAS. Para os conselheiros/representantes não governamentais a incorporação das demandas também foi positiva, com exceção do conselheiro/representante do segmento dos profissionais, que manifestou-se colocando que tem dificuldade em relação à demanda do seu segmento.

Verificaremos a seguir se as discussões do CMAS incorporam a demanda dos representados, na perspectiva destes.

Em relação ao conhecimento das demandas e deliberações do CMAS, percebemos que os representados não governamentais desconhecem as discussões ou deliberações do CMAS: “[...] *Não existe essa devolução das situações [...].*” (RTng segmento dos profissionais, grifo nosso), transparece que não ocorre a comunicação entre o conselheiro/representante, segmento dos profissionais e os representados, enfraquecendo a representatividade e, conseqüentemente, o processo decisório.

O representado do segmento usuários demonstrou um total desconhecimento das demandas do CMAS e do mesmo como instância de participação social, como coloca: “[...] *nunca ninguém comentou nada, eu não sei o que rola lá. [...].*” (RTng segmento usuários, grifo nosso). A qualidade da representação exercida depende da capacidade do grupo em fornecer as informações que ele necessita para representá-lo, estabelecendo uma relação complementar.

As falas apresentadas denotam que a “atividade contínua de responsividade”, (Dowbor, Houtzager e Serafim 2008) não ocorre com efetividade no contexto do CMAS, limitando a possibilidade de ampliação do exercício democrático a partir desse espaço. Verificamos que,

apesar dos interesses dos conselheiros/representantes serem contemplados nas relações que se estabelecem no CMAS, os interesses dos representados não logram o êxito esperado.

Cabe aqui a observação de que há necessidade de ampliação de espaços que proporcionem, tanto a socialização das informações quanto a discussão das demandas dos representados, pois, percebemos que os representados não governamentais são unânimes em afirmar o desconhecimento das discussões ou deliberações do CMAS, mesmo existindo relações pessoais entre os conselheiros/representantes e os representados.

3.3. As relações dos conselheiros com os segmentos representados

Baseados em Caccia-Bava (2001) buscamos a “presença ativa” dos cidadãos na relação que está instituída entre os conselheiros/representantes e os representados.

Para os conselheiros/representantes governamentais ligados à Secretaria de Assistência Social, a relação com o representado é positiva e tranquila, as falas demonstram que conversam sobre o CMAS: “[...] nós **conversamos**, [...] *é uma relação muito **positiva**, muito **tranquila** a relação conselheiro/gestor [...] tem um **respeito muito grande**, existe esta relação.*” (CRg 2, grifo nosso).

O conselheiro/representante 1 coloca que a sua relação com segmento representado é “[...] *direta, diária, íntima*”. (CRg 1).

Os espaços públicos, como os conselhos, podem ser utilizados como legitimação dos governos, uma representação, no sentido preciso do termo. Só pode funcionar se houver conteúdos a representar e, para tanto, supõe a necessidade de uma presença constante dos sujeitos participativos que dão mandato a seus representantes, como observa Caccia-Bava (2001), debatendo seus conteúdos e avaliando seus resultados. Para os autores Dowbor, Houtzager e Serafim (2008), o movimento de informação e prestação de contas, entre representantes e representados, é fundamental para a qualidade da representação, assim: “[...] *conversamos, e ele quer saber da opinião, o que o Conselho acha, qual é a aceitação ou não [...] existe essa relação.*” CRg2. Dessa forma, fica estabelecida uma relação de cordialidade entre as partes.

Na fala do conselheiro/representante não governamental (segmento dos profissionais), visualizamos que, a complementaridade não ocorre com intensidade, pois, quando perguntado sobre a comunicação com o seu segmento coloca: “[...] *tem e não tem, eu nunca fui numa reunião do [...] (conselho de classe)[...]*”. (CRng segmento dos profissionais, grifo nosso). Este segmento não

realizou uma mobilização ou discussão para contribuir com informações, discussões ou opiniões que possam subsidiar o conselheiro/representante para o debate público, complementa Colin:

Ser representante, no sentido de ter representatividade reconhecida para tanto, significa transmitir, da maneira mais adequada e similar possível, as idéias e desejos dos demais membros de uma mesma classe [...] em prol de um projeto comum de sociedade. (COLIN, 1998, p.155).

A representatividade no CMAS pende com maior intensidade para o segmento governamental vinculado à Secretaria de Assistência Social, por afinidades e proximidade de espaço físico e temporal entre os conselheiros/representantes e representados. Outro ponto que vale destacar é que as discussões e deliberações do CMAS, muitas vezes, são influenciadas diretamente pelos interesses dos conselheiros/representantes governamentais. Por meio das atas percebemos que, a demanda do CMAS, oriunda do segmento governamental é maior, porém, na inserção de falas, o segmento não governamental é mais contributivo.

Para o conselheiro/representante dos usuários, a relação com o segmento deve ser perseguida, a ponto de haver o fortalecimento de sua representatividade, está sempre em busca desse relacionamento, como coloca: [...] *muitas vezes eu troco ideias assim com eles [...].*” (CRng segmento usuários, grifo nosso). Os autores Bobbio, Matteucci e Pasquini (1998) ao manifestarem-se sobre a representatividade dos grupos pouco integrados de um sistema político, como no caso os usuários, aponta que esses grupos terão necessidade de representantes zelosos por seus interesses, “[...] *sempre tentando buscar, através daquilo que é decidido no Conselho o interesse do usuário [...]*” CRng.

A ideia que transparece na fala do conselheiro/representante dos usuários é que, os mesmos são despolitizados, mas se, historicamente, não houve incentivo à participação, o motivo não é negligência ou omissão destes. Torna-se fundamental superar essa concepção de sujeito acomodado, apático ou desinteressado e alcançar a noção de cidadão, enquanto portador de direitos. Para Battini (1998), isso é possível mediante a participação em espaços públicos de reivindicação e de influência coletiva na formulação da decisão política. A função do conselheiro/representante é mediar a participação dos usuários no CMAS, tendo como suporte a garantia de direitos, a defesa do coletivo, tornando visível as reivindicações dos excluídos na decisão política. Para Yazbek (2004) a Assistência Social “[...] configura-se como possibilidade

de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo.” (YAZBEK, 2004,p. 13).

Concluimos que, as relações estabelecidas entre os representantes e representados governamentais, ligados à Secretaria Municipal de Assistência Social, são positivas, tranquilas e diárias, evidenciando-se a consideração e o respeito pelo CMAS, por parte do representado governamental, existindo uma relação de cordialidade entre as partes.

O conselheiro/representante não governamental do segmento dos profissionais não realizou ou participou de mobilização (ou discussão) que possa trazer contribuições para subsidiá-lo no debate público, não havendo complementaridade entre as partes. Esse foi o segmento que demonstrou a maior fragilidade na relação com o segmento representado.

Para o conselheiro/representante do segmento usuários, a relação com o segmento deve ser perseguida, coloca que está sempre em busca desse relacionamento.

Na sequência, analisaremos as colocações do representado governamental em suas observações quanto às relações que estabelece com o CMAS: “[...] *mas a grande maioria das decisões e tal, tem sido harmônicas, nós temos assim, vamos dizer, eu diria até uma convivência pacífica, muito tranquila [...].*” (RTg, grifo nosso).

Diferentemente dessa posição (relação harmônicas, tranquilas), se manifesta Colin (1998) colocando que, o Conselho não se caracteriza apenas como um espaço de confronto e constante disputa entre órgãos governamentais, como também não se consolida como um espaço apenas de consenso, concordância absoluta, harmônica e de referendo sem contestação das proposições apresentadas.

A teoria democrática participativa amplia o conceito de política mediante a participação e a deliberação nos espaços públicos, nos quais, os interesses do governo e os interesses de segmentos da sociedade civil, buscam alcançar uma síntese. Esse quadro nem sempre supõe harmonia, muitas vezes essa relação é permeada por conflitos. “Os canais de participação são espaços de discussão e negociação de políticas públicas, espaços de explicitação de conflitos e interesses, contrários, portanto, a qualquer ideia de processo harmonioso de delegação de poderes, em que existiriam apenas iguais.” (PONTUAL& SILVA, 1999 *apud* NOGUEIRA, 2004,p.161). A fala de RTg transparece que, suas relações com o CMAS, não trazem a disputa de interesses contrários.

Os diferentes interesses, (que no âmbito do CMAS não foram percebidos na fala do conselheiro/representante e do representado governamental, apresentadas nesse item), orientam as relações que ocorrem entre os segmentos da sociedade civil que compõe o CMAS e o governo, pois: “É do confronto argumentativo e da tentativa de diálogo entre grupos que defendem interesses distintos e, por vezes claramente antagônicos, que o conselho extrai a sua força.” (TATAGIBA, 2002, p.62).

O representado governamental deixa transparecer em sua fala que não supõe a existência de conflitos na sua relação com o CMAS. Podemos subtrair a visão do CMAS como um espaço mais para legitimar as ações governamentais do que propriamente para avaliá-las e controlá-las, o que seria o papel preconizado pelo Sistema Único de Assistência Social para essa instância.

Nas relações estabelecidas entre os representantes e representados percebemos que ocorrem de forma mais significativa no âmbito governamental que não governamental, até mesmo porque envolvem relações de trabalho, sendo que, no contexto não governamental envolve o trabalho voluntário. Nesta pesquisa percebemos certa fragilidade nas relações que se estabelecem entre os conselheiros/representantes não governamentais e os segmentos por eles representados.

4. Considerações Finais

Concluimos que nas relações de representatividade que se estabelecem no CMAS, os conselheiros são sujeitos políticos, para tanto, necessitam estabelecer seguras relações de parceria e cumplicidade com os segmentos representados e ter o conhecimento que, como capazes de influenciar a política, estariam exercendo uma ação coletiva, “[...] lidando com a resolução de conflitos ou fornecendo mecanismos para a tomada de decisões [...]”. (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996, p.80).

No âmbito do CMAS, o fortalecimento das relações de representatividade são desafios que estão colocados, principalmente quando existe a intenção de estabelecer uma nova cultura, sustentada em princípios e diretrizes que se fundamentam na construção de práticas opostas às instituídas, até então. Essa nova cultura deve ser fortalecida na heterogeneidade das forças sócio-políticas que se relacionam no CMAS, havendo a necessidade de protagonismo dos interesses

dos usuários da assistência social. É justamente essa heterogeneidade de forças que permite que o CMAS possua visibilidade política e que busque consensos quando se referir aos interesses gerais que devem orientar a Política de Assistência Social no município.

Na contemporaneidade, as relações sociais que comandam a vida cotidiana, são permeadas pela afirmação de sentimentos e aspirações particulares, onde emergem comportamentos de retraimento e conformidade, frente à realidade. Há um domínio de relações excludentes entre os indivíduos e, cada vez mais, ocorre a individualização das relações sociais, onde os interesses individuais/particulares se sobressaem.

Nesse contexto, encontra-se o objeto dessa pesquisa: as relações de representatividade dos atuais Conselheiros Municipais de Assistência Social de Ponta Grossa, inserido nesse cenário individualista, competitivo e fragmentado, em que torna-se difícil a convivência entre os indivíduos e principalmente a atuação de sujeitos representativos, que devem estar preparados para garantir os interesses da coletividade, por meio da participação na esfera pública.

Essas considerações abrem perspectivas para estudos mais aprofundados sobre a temática dessa pesquisa, pois a representatividade nos Conselhos necessita de uma participação social ativa e solidificada em relações de parceria, cumplicidade e articulação entre os sujeitos políticos envolvidos nesse processo e seus representados.

5- Referências

- AMMANN, S. **Participação Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. 133 p.
- BATTINI, O.; COSTA, L.C. Estado e políticas públicas: contexto sócio-histórico e assistência social. In: BATTINI, O. (Org.). **SUAS Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras, 2007. (Série núcleos de pesquisa; n.9). p. 19 - 58.
- BATTINI, O. (Org.). Das referências teórico-metodológicas. In: _____. **Assistência Social: constitucionalização, representação, práticas**. São Paulo: Veras, 1998. (Série temas; n.2). p. 23 - 59.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Tradução de Carmem C. Varriale et al. 11. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998. v.2.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.
- _____. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000b.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/Constituicao.htm>>. Acesso em 20 de abr. 2010.
- CACCIA-BAVA, S. **Participação, representação e novas formas de diálogo**. São Paulo: Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.
- CHAUÍ, M. Cultura Política e política cultural. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, n. 23, p.71-94, jan./abr. 1995. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>>. Acesso em 25 de outubro de 2011.
- COLIN, D.R.A. Representação Política: conceito, configurações e paradoxos. In: BATTINI, O. (Org.). **Assistência Social: constitucionalização, representação, práticas**. São Paulo: Veras, 1998. (Série temas; n.2), p.135-197.
- CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Livros Atas de Nº 01 a Nº 04, 1995 a 2010.
- DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002a. p. 279-301.

_____. Democracia, teoria e prática: a participação da sociedade civil. In: FUKS, M; PERISSINOTTO, R. M. (Orgs.). **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba: Fundação Araucária, 2002b. p. 141-166.

DEMO, P. **Cidadania Pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção polêmicas do nosso tempo, n. 80).

DOWBOR, M.; HOUTZAGER, P.; SERAFIM, L. Cartilha: **Enfrentando os Desafios da Representação em Espaços Participativos**. São Paulo: CEBRAP: IDS, 2008.

DURIGUETTO, M.L. **Sociedade civil e Democracia**. In: Palestra proferida na Universidade Estadual de Ponta Grossa, 23 de março de 2011. Ponta Grossa: UEPG, 2011

GOHN, M.G. **O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONG's e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção questões da nossa época; v.123).

LAVALLE, A.G.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 49-103, 2006.

LÜCHMANN, L.H.H. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. **Caderno CRH**, Salvador, v.21, n. 52, p.87-97, jan./abr. 2008.

LUIZ, D.E.C. As possíveis dimensões emancipatórias de uma capacitação. In: LAVORATTI, C. (Org.). **Programa de Capacitação Permanente na Área da Infância e da Adolescência: o germinar de uma experiência coletiva**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2007. p. 69-93.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M.L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 384 p.

NOGUEIRA, M.A. **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, H.M.J. **Cultura Política e Assistência Social: uma análise das orientações de gestores estaduais**. São Paulo: Cortez, 2003.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RAICHELIS, R. **Democratizar a gestão das políticas sociais- um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil**. In: MOTA, A.E. [et all]. (Orgs.). Serviço Social e saúde. OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006. p. 73 a 87.

ROUSSEAU, J.J. **O contrato social: princípios de direito político**. Ed Ridendo Castigat Mores, 2002. Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/contrato.polf>> Acesso em 01 set 2009.

TATAGIBA, L. Os Conselhos Gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E.(Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p 47-103.

TEIXEIRA, S.M.F. Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. Rio de Janeiro, **Revista Cadernos de Saúde Pública**, v.1, n.4 , dez. 1985. Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e Escola Nacional de Saúde Pública FIOCRUZ — RJ. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1985000400002>. Acesso em 07 de novembro de 2011.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

WANDERLEY, L.E. Rumos da Ordem Pública no Brasil: a construção do público. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n. 4, p 96-106, out./dez. 1996. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v10n04/v10n04_11.pdf>. Acesso em 05 de setembro de 2011.

YASBEK, M.C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____.As ambiguidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS. **Revista Quadrimestral de Serviço Social**, São Paulo, ano XXIV. n.77, p. 11-29, 2004.

AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS DO MÉDICO FRENTE AOS SEUS “STAKEHOLDERS”

Eduardo R.S.F. Carvalho

Mestrando em Desenvolvimento Humano, UnitaU/SP

Maria Angela Boccara de Paula

Professor Assistente Doutor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano, UnitaU/SP

INTRODUÇÃO

A figura do médico perante a sociedade, sempre esteve em posição de destaque em diversas épocas no Brasil. Porém, nos últimos anos, diversos fatores contribuíram para uma nova concepção referente a saúde no país. Pode-se citar, o maior acesso às informações pela população, o grande número de profissionais formados adentrando ao mercado de trabalho, a forte mediação dos convênios junto à saúde e ainda a implementação dos programas públicos em função do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRIANI, 2000).

Ações que visavam estabelecer diferenciais competitivos passaram a incorporar as práticas clínicas, como por exemplo, um modelo mais adequado de atendimento e fidelização de pacientes, a estruturação física de consultórios, o aumento do número de atendimentos particulares, e ainda, a importância da manutenção adequada de processos e serviços para atrair e reter bons funcionários e fornecedores, para junto do ambiente clínico profissional.

Desta forma, todos que se relacionavam com os serviços de saúde no Brasil, foram impactados por estas mudanças que estão cada vez mais sedimentadas atualmente.

Em junho de 2012, o governo federal divulgou a iniciativa de ampliar o número de vagas nos cursos de medicina nas universidades públicas e privadas. Além do quantitativo de vagas, os cursos deverão passar por melhorias no aspecto qualitativo (BRASIL, 2012).

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a ampliação das ofertas em cursos de medicina pretende mudar a relação de médicos por mil habitantes no país. Os dados apontam que a taxa do Brasil é de 1,8 médico por mil habitantes, deixando o país atrás de países como Uruguai (3,7/1000); Estados Unidos (2,4/1000); Reino Unido (2,7/1000); França (3,5/1000) e Cuba (6,4/1000) (BRASIL, 2012).

Estas transformações contínuas, em plena vigência inspira novos paradigmas para a classe médica, não apenas no campo técnico, mas também no campo das relações humanas.

A cada dia a importância das relações interpessoais do médico, no ambiente clínico privado, diante dos seus grupos de interesse profissional ou “*stakeholders*” ganha dimensões maiores. Esses grupos, se mostram a cada dia, em crescente relevância para o seu bom desempenho profissional (STUART, 2004).

O médico como gestor de suas relações interpessoais, atento às necessidades e desejos de seus públicos de interesse deve entender que, a figura central da sua prática é o paciente, mas precisa estar consciente, de que existem outros públicos que habitam o seu cotidiano profissional.

As inter-relações permeiam as conexões humanas, as culturas, os valores, os hábitos, os costumes e as linguagens. É pela inter-relação que as vivências pessoais podem ser conhecidas (MARTINS, 2001).

Existem mais “saberes” que apenas os biológicos no contexto de um consultório médico. Portanto, integrar os “saberes” está diretamente ligado à exploração de potencialidades de cada ciência e profissão, e será tanto mais enriquecedor quanto maior for a diversidade e criatividade do profissional, especialmente quando privilegia as relações interpessoais (ETGES, 1999).

O modelo mecanicista, cartesiano, que hoje ainda está presente na prática da medicina direciona o olhar do profissional para o aspecto patológico e negligencia a importância do aspecto “humanístico” (PEREIRA; ALMEIDA, 2005).

Na busca de melhor compreender o dinamismo destas relações interpessoais da classe médica e seus grupos de interesses, no ambiente clínico, pergunta-se: como o médico

percebe as relações interpessoais na sua prática profissional? Qual a relevância das inter-relações profissionais, com os seus grupos de interesse, para a classe médica? Quais os modelos de inter-relação, com os “*stakeholders*” utilizados por médicos ?

Desvelar a pluralidade destes cenários, sobre as relações interpessoais e inspirar, novos modelos de relacionamentos, com novas possibilidades de atratividade para a classe médica atuante nos consultórios particulares, é a pretensão deste estudo.

Os “*stakeholders*” compõe todos aqueles grupos de interesse que se relacionam profissionalmente com os médicos, citam-se os outros médicos, as secretárias, os fornecedores externos e os pacientes, porém para este estudo será abordado apenas a relação médico-paciente visando aprofundamento do tema.

Objetivo

Investigar em publicações científicas a importância dos relacionamentos do médico frente ao grupo de interesse - pacientes.

Método

No que tange à metodologia trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, e se apresenta quanto à forma de abordagem da temática, como qualitativa, do ponto de vista de seus objetivos, como exploratória com relação aos procedimentos técnicos.

Foram realizadas buscas nas bases de dados Scielo Brasil e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) utilizando-se os seguintes descritores: médico, medicina, relações interpessoais e grupos de interesse, associando-se sempre o descritor médico e medicina aos outros dois.

O período escolhido compreende aos artigos publicados entre os anos de 2001 a 2011, na língua portuguesa. Após os resultados encontrados, foram selecionados 6 (seis) artigos em que a ênfase encontrava-se na centralidade das relações interpessoais do médico com os seus pacientes, sendo estes apenas um dos grupos de interesse profissional do médico. Estes 6 (seis) artigos serão confrontados entre si para permitir argumentações e reflexões sobre o tema.

Resultados e Discussões

Foram encontrados 83(oitenta e três artigos), sendo 48(quarenta e oito) na base BVS e 35(trinta e cinco) artigos na Scielo Brasil. No que se refere aos descritores obedeceram às seguintes composições de busca:

A composição “médicos e relações interpessoais” totalizou 22 (vinte e dois) artigos na BVS e 12(doze) na base Scielo Brasil.

Na composição “médicos e grupos de interesses” resultou em 4(quatro) na base BVS e 1(um) artigo na Scielo Brasil.

Quanto ao descritor “medicina e relações interpessoais” alcançou-se um número de 15(quinze) artigos na base BVS e 17(dezesete) na base Scielo Brasil.

Por fim, com o tema “medicina e relações interpessoais” encontrou-se em 7(sete) artigos na BVS e 5(cinco) na Scielo Brasil.

O tema de maior presença encontrado nas publicações estava ligado “às relações interpessoais” com 66(sessenta e seis) artigos, 80% dos resultados obtidos, enquanto o tema referente “aos grupos de interesse” aparece em 17(dezesete) artigos, 20% dos resultados.

“As relações interpessoais na medicina” foi a associação com mais estudos publicados nos últimos dez anos por diversos pesquisadores no Brasil quando comparado com a temática dos “grupos de interesses e a medicina”, tema ainda pouco explorado na literatura científica do país.

No quadro síntese abaixo, seguem 6(seis) artigos que elucidam as combinações feitas nas buscas das bases Scielo e BVS, que apresentaram temas, reflexões e pesquisas inerentes ao objetivo deste estudo, e que em suas abordagens permitem aprofundamento das relações interpessoais do médico com os seus pacientes.

O artigo número um do quadro síntese, com o tema, "A humanização da medicina contemporânea" discute a perda do lado inatingível da figura do médico. Propõe-se a reflexão de valores que integram a imagem construída do médico, como por exemplo, aquelas relacionadas

ao ambiente de trabalho. Decorar as salas de espera em tons pastéis, a seleção da música ambiente suave, o “plastificar” de sorrisos pelas recepcionistas e no próprio médico, mesmo que não haja tempo suficiente para ouvir o que os pacientes têm a dizer, ou que não haja tempo para gravar seus nomes. Assim, fica em aberto a questão: Se não se conhece os seres humanos que ali estão, como esperar que conheçam-se os seus males?

O modelo interpessoal praticado atualmente projeta na relação médico-paciente desgastes freqüentes. O acesso às informações técnicas pela sociedade e a prática do “senso crítico” por um novo ser humano, que conhece seus direitos na condição de paciente e os deveres do médico, na condição de servidor, vem exigindo habilidades do profissional de medicina, chamada “personalização ou customização” do atendimento.

A personalização do atendimento é um modo de se relacionar com o paciente de maneira mais próxima. O médico munido de todas as informações inerentes àquele indivíduo deverá ser capaz, de atender e até superar suas expectativas por meio diálogo e da orientação individualizada. O sentimento residual para o paciente deverá ser o de acolhimento, confiança e credibilidade.

O autor busca trazer para análise, as carências no campo da inter-pessoalidade, inseridos no contexto atual da medicina. O lado estético supera o lado ético que envolve a medicina. Com seu aspecto mítico, o médico afasta o “ser humano paciente” do “ser humano médico”, e cria uma relação impessoal para tratar de doenças, que por sua vez requerem profundidade e intimidade.

O autor propõe, ao final, uma reconstrução da relação entre o médico e paciente, no sentido de reaproximar os sujeitos nesse contato interpessoal.

As relações interpessoais entre o médico e paciente com a contextualização do autor demonstra mais do que uma desconstrução do modelo atual sinaliza um desejo de construção de uma nova concepção de relacionamento humano, especialmente na prática médica.

A desconstrução mítica da figura médica e o “desejo” da construção de um novo conceito, para as relações humanas na saúde no país, perpassam pelas inter-relações. A mudança está no modo de interagir. O aspecto técnico tem sido prioritário na relação médico-paciente, porém tem sido descaracterizado já há algum tempo.

O paciente sinaliza que o médico não é mais, o único depositário do saber. A visão paternalista de outros tempos cede espaço para a ética e o respeito no contato interpessoal, além

do desenvolvimento de competências relacionais que constituem perfis humanizados de assistência(GALLIAN, 2001).

O processo de proximidade na relação médico-paciente exige envolvimento. Para se entender os males e se alcançar a cura é necessário entender o contexto em que as relações ocorrem, e assim considerar as interações entre seres humanos na sua totalidade.(CAPRARA;FRANCO 1999).

Deve-se evitar leituras fragmentadas para reduzir a possibilidade de erros, julgamentos e interpretações equivocadas (BRONFRENBERNER,1998).

No artigo dois , com o tema “Relações éticas na atenção básica em saúde: a vivência dos estudantes de medicina” analisou-se a percepção dos acadêmicos de medicina das 1ª e 2ª séries acerca das relações éticas envolvidas nas ações em saúde junto à comunidade. As relações interpessoais na formação ética do estudante de medicina demonstraram a construção das relações interpessoais com o paciente. Estabeleceram, para tanto, relações éticas pautadas em respeito às concepções dos pacientes, assim como à autonomia, desde o início do curso.

Os estudantes têm construído esta postura compartilhada durante suas ações de saúde com a comunidade. Este formato humanizado permite que ambas as partes sejam competentes e façam escolhas conscientes e mais adequadas em conjunto.

O modelo de relação humanizada entre médicos e pacientes nas relações interpessoais compartilham decisões em parceria com plenos direitos.

O autor defende a idéia de uma relação interpessoal condicionada já na formação acadêmica dos estudantes de medicina .Favorecer o contato dos estudantes de medicina, com a comunidade desde a sua iniciação na profissão pode contribuir para enfraquecer a “figura superior” do médico perante seus pacientes.O processo de mudança no profissional médico já em atuação é diferente do estudante que está construindo seus valores.Mudam-se as aspirações e as concepções.

O autor conclui sua análise enfatizando a ética profissional, deste novo médico, sendo esta mesma ética, fonte de referência para suas escolhas e condutas de atuação cotidiana.

As inter-relações médico-paciente necessitam de veracidade.Mais do que um modo de atuação , é um modo de crença. A formação, como o próprio nome ensina deve “ dar forma”.Para isso é necessário que ainda não se tenham pré- conceitos estabelecidos naqueles que estão em formação.

Em sua origem, a medicina ocidental era uma ciência essencialmente humanística. Suas raízes entendiam o homem como ser dotado de corpo e espírito. Mais do que um biólogo, mais do que um naturalista, o médico deveria ser, fundamentalmente, um humanista. Um sábio que, na formulação do seu diagnóstico considera não apenas os dados biológicos, mas também os ambientais, culturais, sociológicos, familiares e psicológicos, condições estas que mostram-se extremamente importantes para que as relações médico-pacientes sejam efetivas (GALLIAN, 2001).

No artigo três explora-se o possível potencial da “ A função terapêutica da arte de contar histórias”, atividade milenar através da qual a humanidade atendeu à necessidade primordial de se comunicar, de perpetuar vivências, idéias e fantasias, dando vazão ao imaginário individual e coletivo. Espontânea e lúdica, a narratividade tem assistido, nos dias de hoje, ao reconhecimento, por parte da ciência, de suas virtualidades curativas no enfrentamento dos mais diversos males físicos e mentais. Seja para entreter, co-educar, facilitar o encontro com o imaginário ou ajustar valores da cultura de um povo, as histórias sempre fizeram parte do cotidiano humano.

Neste artigo, o autor aborda diversas aplicações da arte de contar histórias, e cita um enfoque de grande valor em sua análise, que é o momento do “diagnóstico clínico”, onde o paciente, no cenário da consulta médica, tem a possibilidade de trazer para narrativa, o enredo de causas e conseqüências de seus males internos e também “extrair” do médico, conhecimentos técnicos de acordo com suas necessidades. A arte de contar histórias elucida uma forma de narrativa onde o objetivo é a precisão do diagnóstico, que por sua vez terá um impacto direto no sucesso do tratamento.

Numa narrativa, o ato de falar e ouvir, se complementam e possibilitam a contextualização ampliada para auxiliar nas decisões que deverão ser tomadas de comum acordo entre médico e paciente. O autor encerra sua abordagem fomentando a discussão sobre os aspectos da narrativa adequada, como estes sendo fundamentais para o exercício da prática clínica.

A assertividade para alcançar a cura perpassa pelo ato de munir o médico com informações sobre dores, causas, conseqüências, cenários, personagens e períodos. Essas informações podem ser trazidas pelo paciente, por meio de histórias dentro da relação interpessoal.

As relações interpessoais médico-paciente exercem papel decisivo no momento do diagnóstico, e para atingirem profundidade devem alcançar dois componentes centrais: intimidade e confiança. “Abertura gera confiança” e portanto o processo de proximidade somente acontecerá quando todos os fragmentos compuserem um “cenário” completo entre o médico e o paciente.

A arte de contar histórias fortalece e torna informal a relação humana. A medicina está repleta de nomenclaturas técnicas, sejam de procedimentos, exames ou doenças. A criação de uma narrativa simplificada, na prática clínica, traz o paciente para a co-responsabilidade da resolução de seus males.

A desconstrução mítica da figura médica perpassa pela aproximação do paciente com o médico e a ampliação do tempo de contato interpessoal, mediado por narrativas de linguagens simplificadas trará também, a customização ou personalização do atendimento.

O maior ganho que se pode alcançar com a proximidade de relacionamentos é ter o paciente e o médico associados, em sinergia na busca da cura clínica.

O artigo de número quatro aborda o tema " A relação médico-paciente idoso: desafios e perspectivas", em que o texto expõe as relações interpessoais, inerentes ao exercício profissional da medicina, e reforça “a qualidade do encontro” que determina sua eficiência na atenção á pessoa idosa.

Assim, na formação e na identificação do bom profissional, a relação médico-paciente idoso é fundamental na promoção da qualidade do atendimento. Os médicos devem privilegiar sentimentos e valores dos pacientes idosos e de seus familiares, estimulando a tomada das decisões necessárias em conjunto, resgatando sua humanização.

O autor , nesta proposta almeja o nascimento de uma nova imagem profissional do médico responsável pela efetiva promoção da saúde, ao considerar o paciente idoso em sua integridade física, psíquica e social, e não somente do ponto de vista biológico. O autor, traz a expressão “qualidade do encontro” entre o médico e o seu paciente. E para se alcançar o aspecto qualitativo deste encontro, frente ao quantitativo nas inter-relações, deve-se considerar o fator “ tempo” sob novas dimensões. A abordagem avança para a investigação de causas e efeitos dos males que estão sendo pontuados, através de perguntas abertas e fechadas atuando no compartilhamento de decisões, entre médicos e pacientes.

Por fim, o autor propõe uma revisão das bases clínicas cotidianas atuais em que a impessoalidade ganha dimensões relevantes e sugere um olhar “artesanal” e calmo, para as relações humanas, em um mundo tecnológico veloz que se observa atualmente .

O desafio da “qualidade do encontro” também recebe influências do modelo econômico que está em vigor na saúde do país. Com o entrada dos planos de saúde, o médico optou por atender mais pacientes no menor tempo possível, ganhando ares de “funcionário operacional da saúde” compondo uma linha de produção com seus “pacientes-clientes”(CAPRARA;FRANCO 1999).

Médicos que conseguem manter atendimentos privados exclusivamente ou majoritariamente em seus consultórios, geralmente oferecem atendimentos, em que muitas vezes, se alcança a “qualidade do encontro” mais facilmente junto aos seus pacientes.

Mas para se chegar nesse encontro com qualidade é necessário resgatar aspectos citados neste estudo, como a perda do lado inatingível da figura do médico trazendo proximidade para o contato com veracidade na sua execução. Esses aspectos devem ser abordados e discutidos desde a formação do médico nos bancos acadêmicos, e ainda, com a utilização de uma narrativa assertiva e exploratória no diagnóstico, momento esse singular e planejado em que o médico e o paciente estarão frente á frente, assumindo responsabilidades partilhadas na condução do tratamento a ser implementado.

No artigo de número cinco, com o título: “O programa de humanização da saúde: dilemas entre o relacional e o técnico”, um texto reflexivo sobre o *Programa da Humanização da Saúde* proposto pelo MS como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS, no que tange aos vários sentidos, assume o termo “humanizar” e a diversidade de pessoas envolvidas neste processo, com diferentes desdobramentos no processo de trabalho e nas relações profissional /usuário dos serviços de saúde.

O autor compara dois termos da língua inglesa para diferenciar os aspectos relacionais afetivo, dos aspectos técnicos; “*to care*” e “*to cure*”, respectivamente. Enquanto o “*to cure*” se restringe aos aspectos formais e técnicos do tratamento, “*to care*” implica tradicionalmente em certos valores e sentimentos como cuidado, engajamento, interesse, respeito e atenção. O autor ainda cita que cabe aos médicos a parte diagnóstica e a prescrição de tratamentos, e o aspecto técnico é um critério de valorização da profissão. As questões sociais são delegadas aos outros profissionais da saúde, como enfermeiros e assistentes.

Concluindo a explanação, o autor do estudo, cita que o médico dissocia e objetiva, o enfermeiro solidariza e singulariza. Mas uma mesma condição é necessária para a obtenção da cura ou do bem-estar do atendido: que os profissionais estejam centrados na situação específica daquele ser humano doente. Ou seja, as relações interpessoais e de ordem técnica caminharão lado á lado.

De fato, no cotidiano das práticas de saúde, os aspectos relacionais e técnicos não são facilmente distinguíveis. O aspecto curativo se fixa acima de tudo, com o prestígio do saber científico, enquanto o cuidado está mais relacionado à simplicidade do saber empírico (BRIANI,2000).

O médico detêm o saber científico e não se “apodera” do saber humanizado.O “*To cure*” supõe, dessa forma, tanto uma ciência quanto uma prática. Já “*to care*” é uma ação que se desenvolve no cotidiano, ou seja, supõe intuição e proximidade.

A conquista junto ao paciente passa pela proximidade e intimidade, que não é “*práxis*” do médico. Ser o cuidador não é cotidiano para ele. O médico tem a prática solucionadora, pois foi condicionado para a isso, porém, para que o atendimento médico seja “completo” espera-se que ele contemple o “*to care*” e “*to cure*”, ganhando relevância a reativação do papel “cuidador” do médico, para que junto do seu lado “curador” possa ocorrer maior amplitude de sua atuação , com as duas vertentes simultaneamente.

O artigo de número seis, com o título, "O lugar, a teoria e a prática profissional do médico: elementos para uma abordagem crítica da relação médico-paciente no consultório", faz referências á relação médico-paciente a partir de três elementos analíticos: o consultório, como lugar da prática médica; a racionalidade científica de matriz biológica que conforma a quase totalidade das bases teóricas deste saber fazer; e as questões estruturais e conjunturais que organizam a prática profissional do médico.

O autor cita o consultório médico como lugar de realização da prática clínica, em que faz.a apreensão dos sinais e sintomas observáveis aos sentidos e é composta de dois momentos: linguagem propedêutica , a anamnese e a ferramenta diagnóstica , a semiotécnica.

A anamenese é um modelo de interrogatório dirigido à obtenção de informações ordenadas sobre o paciente.A semiotécnica se refere à perfeita e adequada utilização dos sentidos, como o tato, a visão e a audição, em procedimentos como palpação, percussão e ausculta, que

buscam acrescentar, aos elementos coletados na etapa anterior da consulta, outras informações que corroboram ou redirecionam o raciocínio classificatório iniciado pela anamnese.

Em sua análise, o autor conclui a relevância do momento da consulta como um valor imensurável para a “qualidade” do encontro, em que ocorrem essas seqüências de subjetividades, tanto proveniente do médico quanto de seus pacientes, e neste momento inicia-se o trabalho do “saber fazer médico”, que se ancora na necessidade do diálogo, ainda que induzido pela anamnese, mas, sob forma de refúgio, num espaço particular, indispensável na construção da relação de poder compartilhado, com o objetivo de alcançar a solução dos males físicos e emocionais das pessoas sob sua assistência.

A prática clínica nos consultórios particulares é repleta de técnicas, aferições e investigações. Mesmo que hajam procedimentos padronizados, a cada novo contato interpessoal há novas possibilidades a serem alcançadas, pois serão novos encontros com novas possibilidades, afinal as inconstâncias são inerentes das relações humanas.

Com a presença de uma doença, a imprevisibilidade humana é ampliada, pois existe um “problema” e se deseja a cura, em que métodos empíricos devem entrar em cena para “equalizar” aquilo que está no campo do desconhecido (BRIANI, 2000).

Sabe-se que existe a exigência por exames e medicamentos eficazes e que a sociedade impõe “prazos” e “protocolos” pré estabelecidos, atenta ao quantitativo e com desejo de resoluções imediatas (CAPRARA; FRANCO 1999).

Contextualizando este último e inserindo nos anteriores têm-se a ampliação da relevância do consultório médico como cenário das relações interpessoais de qualidade. As técnicas empregadas nos diagnósticos propõem reafirmar o papel curador do médico, mas também, quando há a iniciativa de tocar fisicamente no paciente, ouvi-lo e senti-lo como ser humano, há inspiração para o desenvolvimento “cuidador” do médico, muitas vezes negligenciado, e assim a qualidade do encontro é certamente fortalecida.

Uma nova imagem é inspirada, desconstruindo a figura mítica, idealizada e cheia de “poderes” do médico, favorecendo a busca da profundidade nas relações interpessoais, que assim também trarão maior autenticidade.

Para que esse modelo se efetive de fato, a arte de se comunicar, sob uma narrativa detalhada para o momento do diagnóstico contribuirá para a tomada de decisão compartilhada

entre médico e paciente , reduzindo a possibilidade de erros e alcançando sucesso na terapia escolhida pelos envolvidos no contato interpessoal.

QUADRO SÍNTESE: SEIS ARTIGOS, SELECIONADOS DOS DESCRITORES

NUMER.	DESCRITORES	TÍTULO DO ARTIGO	OBJETIVO	RESULTADOS	ANO PUB.	ABORD. METOD.
1	Médicos e relações interpessoais	"A humanização da medicina contemporânea".Monique Pierosan Cardoso e colaboradores	Evidenciar o modelo de atendimento da medicina atual e resgatar novos formatos mais humanizados.	A tecnologia, retirou das pessoas a essência.Centralizar o médico nas pessoas e não nas doenças.	2007	Pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa
2		"Relações éticas na atenção básica em saúde: a vivência dos estudantes de medicina"Ricardo Corrêa Ferreira e colaboradores	Analisar a prática da ética no aprendizado dos estudantes junto a comunidade	A rígida deontologia exauriu-se. A modernidade desconstruiu o médico semideus e o quer humano.	2009	Pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa.
3		"A função terapêutica da arte de contar histórias."Ana Carolina Lemos ; Nyêdja Cariny Gomes Silva.	O Potencial terapêutico da arte de contar histórias, atividade milenar na qual a humanidade se comunica e perpetua vivências.	A tecnologia versus o atendimento.Solicitam-se mais exames e medicamentos.A cura através da comunicação.	2004	Pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa.
4		"Relação médico-paciente idoso: desafios e perspectivas." Lucy Gomes e colaboradores	Esta proposta aspira ao nascimento de uma nova imagem do profissional de saúde, quando este considerado Idoso	Os médicos devem privilegiar sentimentos e crenças dos pacientes idosos, compartilhando decisões.	2010	Pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa.

5	Medicina e relações interpessoais	"O Programa de Humanização da Saúde: dilemas entre o relacional e o técnico." Jaqueline Ferreira	O estudo propõe uma abordagem do racional e do pessoal, nas relações médico-paciente.	Conclui-se que haja uma inter-relação com o sucesso do tratamento, conforme o grau de interação com uma base técnica.	2005	Pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa.
6		"O lugar, a teoria e a prática profissional do médico: elementos para uma abordagem crítica da relação médico-paciente no consultório" Giovanni Gurgel Aciole.	O estudo considera a relação central da prática médica a superação de fronteiras com novas práticas profissionais.	Alargamento de suas bases teóricas, que acabem por constituir um outro valor e significado para o encontro entre o médico e seu paciente.	2004	Pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa.

Considerações finais

As relações interpessoais entre o médico e o paciente sempre inspiraram discussões e abordagens diversificadas. Neste estudo, após o levantamento de 83 (oitenta e três) publicações científicas, com centralidade neste objeto, e ainda na seqüência, com um aprofundamento em 6 (seis) estudos selecionados, com enfoque nas relações médico-paciente, pôde-se perceber similaridades e particularidades de alto valor para as abordagens médicas em suas práticas diárias.

Baseado nestas análises, considera-se que os pacientes estão mais informados, com maior senso crítico e com grande senso de urgência em todas as suas conexões. Ao mesmo tempo, nunca almejavam tanto a qualidade, como nesta época tecnológica e digital.

O artesanal é o modelo desejado. O momento da consulta dever ter qualidade e atenção, mas o tecnológico ainda é mais utilizado. O médico se depara com as múltiplas exigências da sociedade contemporânea e vem se preparando para responder adequadamente às novas alternativas de otimização do tempo, somado a simplificação do seu papel social, buscando contextualizar as relações para poder compreendê-las.

Toda formação anátomo-fisiopatológica do médico, está sendo posta á prova pelas subjetividade das relações humanas, que é o motivo central de sua existência como servidor social.

Logo, as relações interpessoais contribuem para a divisão entre sucesso e fracasso, nas condutas e escolhas .E é nesta relação direta, médico-paciente que está “ escondida” a pergunta e a resposta almejada pela medicina contemporânea.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J.C. **A abordagem estrutural das relações sociais**.In:MOREIRA,A.S.P.;

ACIOLE,Giovanni Gurgel. **O lugar, a teoria e a prática profissional do médico: elementos para uma abordagem crítica da relação médico-paciente no consultório**; Revista Interface – Comunicação, Saúde e Educação,2004

AMORIM, D.N.S.,GATTÁS, M.L.B.**Modelo de prática interdisciplinar em área na saúde**.Revista de medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, v.40, n.1, p 82-84, 2007.

AYRES, J.R.C.M. **O cuidado, os modo de ser(do) humano e as práticas de saúde**.Saúde e sociedade, São Paulo, v.13, n.3, p 16-29, set –dez 2004.

BOURDIEU, P. **O poder do simbólico**.Rio de janeiro: Bertrand/Difel, 1989.

BRASIL, Diário Oficial da União.Ministério da Saúde.**Considerações o que é humanizar**, 2012.Disponível em:<<http://www.portalthumaniza.org.br/ph/texto>.Acesso dia 16/06/2012.

_____Ministério da Saúde.**Política Nacional de Humanização: HumanizaSUS**, 2012. Disponível em:<<http://www.portalthumaniza.org.br/ph/texto>.Acesso dia 16/06/2012.

_____Ministério da Educação. **MEC autoriza mais 1.615 vagas em medicina nas universidades federais 2012**.Disponível em: <<http://mec.gov.br/escolas> medicinas.Acesso em 17/06/2012.

BRIANI, M.C. **O ensino médico no Brasil está mudando?** Revista Brasileira de Educação Médica. Rio de Janeiro, v .24, nº 3, out./dez. 2000

BRONFRENBERGER, U.;MORRIS, P.A. **The ecology of developmental processes.**In:DAMON,W.;LERNER,R.M(Orgs.).**Handbook of child psychology: Theoretical models of human development.**New York:John Wiley, 1998.p.993-1028.

CAPRARA,A.;FRANCO,A.L.S. **A relação paciente-médico:para uma humanização da prática médica.**Cadernos de saúde pública, Rio de Janeiro v.15, n.3, p.647-654,1999.

CARAPINHEIRO, G.**Saberes e poderes no hospital: uma sociologia dos serviços hospitalares.**Porto: Afrontamento, 1993.

CARDOSO,Monique P.Cardoso;ZAMIN, Naiana T Zamin;ZANOVELO,Nicole S. ;SENGER, Paula Cenira;SIMÕES, João Carlos.**A humanização da medicina contemporânea.** A Revista do Médico Residente (ISSN 1679-6209) é uma publicação trimestral do Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná, 2010

COUTINHO, M.C., KRAWULSKI, E e SOARES, D. H. P. **Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis.** In **Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial 1: 29-37, 2007.

ETEGS,N.J.**Ciência, interdisciplinaridade e educação.**In:JANTSCH,A.P.;BIANCHETTI,L. (Orgs)Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito.3.ed.Petrópolis Vozes,1999.

FERREIRA,Jaqueline; **O Programa de Humanização da Saúde: dilemas entre o relacional e o técnico.**Caderno de Saúde e Sociedade, 2005

GALLIAN, Dante Marcello Claramonte.**A (Re) humanização da medicina.**Escola Paulista de Medicina, São Paulo/SP, 2001

LEMOES, Ana Carolina,SILVA, Cariny Gomes.**A função terapêutica da arte de contar histórias.** INTERSEMIOSE,Revista Digital, 2012 .

LEOPARDI,M.T.**Metodologia da pesquisa na saúde.**Santa Maria: Palloti, 2001.

LUZ, Madel Therezinha. **Especificidade da contribuição dos saberes e práticas das Ciências Sociais e Humanas para a saúde.** 2011.

MARTINS,MC.F.N.**Humanização das relações assistências:**a formação do profissional de saúde.São Paulo: Casa do psicólogo,2001.

MELLO, I.M.**Humanização da assistência hospitalar no Brasil:**conhecimento básicos para estudantes e profissionais.2008.Disponível em:http://WWW.hcnet.usp.br/humaniza/pdf/livro_dra_inaia.Acesso em 20/06/2012.

PEREIRA, O. P.; ALMEIDA, T. M. C. **Medical education according to a resistance pedagogy, Interface -Comunic., Saúde, Educ.,** v.9, n.16, p.69-79, set.2004/fev.2005

PETRAGLIA, I.C. **Interdisciplinaridade: O cultivo do professor.**São Paulo:Pioneira, 1993.

RODRIGUES;NETO.*Paradigmas Educacionais e a Formação Médica.*REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA.Rio de Janeiro, v .28, nº 3, set./dez. 2004

SIFUENTES, T.R.;DESSEN, M.A.;OLIVEIRA,M.C.S.L.**Desenvolvimento humano:Desafios para a compreensão da trajetória probabilísticas.***Psicologia, teoria e pesquisa*, Brasília, v.23, n.4, p.379-386, out-dez 2007.

STUART L. HART ;SANJAY, SHARMA. **Engaging Fringe Stakeholders for Competitive Imagination.***The Academy of Management Executive (1993-2005)* Vol. 18, No. 1 (Feb., 2004), pp. 7-18.Article Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/4166031>

VAN GEERT, P.Dynamic System approaches and modeling of developmental processes.In:VALSINER, J.CONNOLY, K(Orgs.).**Handbook of developmental psychology.**London Sage Publication, 2003.

VAZQUEZ, Maria Luisa et AL.**Participação social nos serviços de saúde: concepções dos usuários e líderes comunitários em dois municípios do Nordeste do Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(2):579-591, mar-abr, 2003

VIANNA, Lucy Gomes; VIANNA, Cecília; BEZERRA, Armando José China. **Relações éticas na Atenção Básica em Saúde: a vivência dos estudantes de medicina.** Revista Brasileira de educação médica, 2010.

Relação médico-paciente idoso: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de educação médica, 2010.

EDUCAÇÃO, TRABALHO E SAÚDE: O CORPO E A ALMA COMO O LUGAR DA INSCRIÇÃO DO SUJEITO NORMAL

Prof. Dr. Rogério Rodrigues

Doutor Professor Adjunto IV do programa de pós-graduação: Desenvolvimento,
Tecnologias e Sociedade - DTecS - Instituto de Engenharia de Produção e Gestão
(IEPG/UNIFEI):

e-mail: rogério@unifei.edu.br

Resumo

Pensar a relação entre a “educação, trabalho e saúde” é poder pensar numa sociedade cuja transmissão do saber proporcione condições de saúde para o sujeito. Para tanto, temos uma educação que insere no sujeito a “memória” para que o mesmo possa “lembrar” de si mesmo em ser saudável. Portanto, as práticas educativas permitem que o sujeito tenha no “corpo” e na “alma” algo para buscar o significado em “rememorar” a própria vida inserida numa certa “normalidade”. Neste aspecto, partimos da hipótese de que na sociedade de mercado instituem “práticas educativas” no cotidiano tendo como referência a “alienação do sujeito”, pois vivemos numa sociedade que tem como objetivo adestrar, silenciar e imobilizar os corpos e torna-lo produtivo sob “olhares calculadores” a fim de produzir o “sujeito normal”.

Palavras-chave: Educação, Educação e Sociedade, Educação e Saúde.

Abstract

To explore the relationship between "education, work and health" is to think about a society where knowledge transmission enables the proper conditions for one's health. In this sense, there is an education process which introduces in the individual a "memory" so that he or she can "remember" of himself or herself in being healthy. Therefore, the educational practices allow the individual to have something in the

"body" and "soul" whereby he or she can pursue the meaning of "remembering" his or her own life in some context of "normality". In this feature, it starts from the hypothesis that in the market's society, "education practices" are introduced in the daily life presuming the "alienation of the individual", as life takes place in a society focused on training, silencing and immobilizing the bodies, making them productive under "calculative eyes", in order to reproduce the "normal being".

Keywords: Education, Education and Society, Education and Health.

Ao analisarmos as relações entre educação, trabalho e saúde partimos da suposição de que a saúde é um conceito amplo que engloba todas as condições de vida do sujeito, principalmente, naquilo que denominamos como o aspecto físico e mental e, por que não dizer, as coisas do corpo e da alma.

Neste caso, para muitos, uma “educação saudável” é a que formaria um sujeito do tipo virtuoso e inserido numa certa normalidade em ser trabalhador. Entretanto, nesta condição de normalidade estaríamos constituindo um conceito educativo pautado num julgamento valorativo sobre determinados aspectos morais na conduta do sujeito.

Podemos afirmar que uma “educação saudável” é aquela que permite ao sujeito o desempenho no trabalho. Deste modo, podemos relacionar diversas situações nas quais a educação, o trabalho e a saúde estariam sempre determinados *a priori*, pois arbitrariamente definimos a condição fixa “em ser” o sujeito normal. (Cf. Sartre, 1997).

Consideramos que somos incapazes de realizar uma “educação saudável” que não exija do sujeito o fato de ter que corresponder às nossas “manias educacionais”, ou seja, queremos que o *outro* seja aquilo que idealizamos como sendo a normalidade.¹ Neste caso, seria possível sermos críticos a ponto de destituirmos as nossas “manias educativas”?

¹ Não podemos deixar de pensar que as “manias educacionais” não é algo exclusivo somente do professor, ou seja, o aluno também possui as suas “manias” de como se deve proceder para que seja educado. O que

Pressupomos ainda que não devemos ser ingênuos a ponto de pensar que numa sociedade enlouquecida pelo “modo capitalista de produção” sejamos capazes de amenizar nossos impulsos destrutivos com as promessas educativas de pacificar o sujeito, mais propriamente, romper com a consciência alienada e alcançar a consciência crítica.

Diríamos que essas contenções dos impulsos destrutivos produzem sofrimento psíquico e, paradoxalmente, somos educados para a condição de sermos sempre “sujeitos felizes e produtivos”, para não dizer, saudáveis. Neste caso, seria oportuno analisarmos de que somos educados para suportar as dores em sermos o elo de uma engrenagem que faz parte de uma grande máquina que nunca deixa de produzir algo. Para que essa máquina nunca deixe de produzir, também somos educados para nunca pararmos de consumir, portanto, somos eternos produtores e consumidores. (Cf. Marx, 1974, p. 114).

Na sociedade de mercado o produzir e consumir nos tornam “sujeitos normais”. No entanto, muitas vezes não sabemos o que fazemos, apenas fazemos pelo simples fato de que não se pode parar de “ser”. Nesta lógica, podemos pensar que para produzir o “sujeito saudável” também não paramos de consumir saúde. Quando paramos de “ser saudáveis” logo em nossos corpos encosta um médico, um professor, um terapeuta, um amigo, enfim, todos ansiosos para que nos tornemos plenos “em ser” (Cf. Sartre, 1997), o mais breve possível.

Como já dissemos anteriormente, o capitalismo nos enlouquece, pois não sabemos mais o que fazemos, apenas vivemos como parte de algo, e não compreendemos mais o que fazemos para esse algo continuar – a produção do sujeito alienado. Uma das coisas que fazemos para esse algo continuar é educar o *outro* a viver conforme a loucura da nossa própria existência. Para tanto, não medimos esforços, pois desejamos que esse *outro* seja como nós, isto é, normal, no caso específico da nossa sociedade inserida no modo capitalista de produção, que sejamos: produtor e consumidor. Caso não possamos atender essa condição aplicamos a educação e, até mesmo os remédios milagrosos que nos auxiliam a “ser normais” e felizes.

Como essa “educação saudável” para a normalidade se materializa na prática educativa tanto no corpo e na alma? Diríamos que ela se apresenta em todas as

temos no embate dessas “manias” no encontro entre professor e aluno é algo que pode favorecer o “vínculo educativo” ou, até mesmo, o pleno conflito.

instâncias de nossas vidas, mas para alguns ela se apresenta como uma profissão, como no caso dos “mestres explicadores”. (Cf. Rancière, 2002).

O que os “mestres explicadores” (Cf. Rancière, 2002) aprendem em seus ofícios? Eles aprendem “pedagogicamente” como se deve ensinar o aluno para que no final do ano letivo se alcance o “objetivo educacional”, a normalidade. Portanto, os “mestres explicadores” (Cf. Rancière, 2002) *sabem* o que devemos ser.

Pais e educadores deveriam assumir uma atitude crítica em depositar a esperança nos “mestres explicadores” (Cf. Rancière, 2002) de que eles façam algo com o sujeito de que precisa “ser” plenamente educado. Uma pergunta necessária: por quais motivos devemos “ser”?

Precisamos “ser”, pois não é pouco comum nos defrontarmos na vida com situações em que temos que tomar uma determinada decisão. Nesses momentos buscamos recorrer às nossas “certezas” que nos assegurem a direção do “acerto”, pois fomos educados a não aceitar o “erro”. Diante de uma decisão, o sujeito pode ficar rememorando sobre suas inscrições às quais denominamos memória para que se possa encontrar alguma indicação que o oriente no julgamento e, principalmente, na ação. Entretanto, não podemos deixar de indicar que a nossa memória nos engana, pois é muito comum *esquecermos*. Em poucas palavras, diríamos que o *esquecimento* é algo que ocorre como parte do *conteúdo manifesto* que rompe com o nosso modo fixo “em ser”. (Cf. Sartre, 1997). Portanto, há um “outro” que nos atravessa e destitui a nossa certeza em sermos o sujeito.

Esquecemos “em ser” pelo fato de que ocorre um trabalho da ordem do *recalcamento*. Nesses momentos ficamos no pleno vazio que nos desconcerta, pois queremos lembrar e ficamos sem poder nomear com a “palavra” o pensamento. E o que podemos fazer para não nos esquecermos “em ser”? Há um modo de nos iludirmos que pode evitar o *esquecimento*, qual seja, fazermos marcas em nossos corpos.

Compreendemos que o sujeito pode encontrar no “corpo” e por extensão na “alma” uma fonte permanente da memória e, por que não dizer, até mesmo do esquecimento, ou seja, um lugar que nos permite lembrar “em ser” e, paradoxalmente, nos esquecermos também “em ser”.

Para podermos “ser”, temos que anular os nossos *outros*. Isso exige um trabalho educativo, pois o “outro”, a todo o momento, busca apresentar-se para o sujeito “trincando” o seu modo “normal em ser”. Ao fazermos memória ou esquecimento

estamos constituindo os nossos paradigmas de verdade, pois estes servem de balizamento para o nosso rumo na vida.

Partirmos da hipótese de que a memória é o resultado de uma educação exercida sobre o corpo e a alma no sentido de fazer marcas, o que podemos denominar como uma prática de “ascese”. Este tipo de prática educativa é algo que “significa propriamente o exercício e originariamente indicou o treinamento dos atletas e as suas regras de vida”. (Abbagnano, 1982, p. 78). O sentido desse treinamento é algo que se aplica também à “vida moral, enquanto que a realização da virtude implica limitação dos desejos e renúncia”. (Abbagnano, 1982, p. 78).

Temos assim com a prática da ascese um lugar de disputa entre tantos “outros” para “ser” o sujeito, o que acaba por instituir aquilo que denominamos “sociedade do controle”.

A instauração dessa modalidade de organização social anuncia-se no momento em que o sujeito é ostensivamente submetido ao “panóptico”. (Cf. Foucault, 1991, p. 177). Para Foucault, o “panóptico” é uma máquina de eficiente resultado no objetivo de querer *vigiar e controlar o outro*. Esse “aparelho” possui um funcionamento bem simples:

(...) na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções — trancar, privar de luz e esconder — só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. *A visibilidade é uma armadilha*. (Foucault, 1991, p. 177).

As nossas histórias de vida não mais nos pertencem, pois somos o resultado do “olhar do controle” que nos submete a “sermos” aquilo que é denominado como “sujeito normal”. Neste caso, o nosso enfoque de análise volta-se para compreender o esforço educativo realizado pelos pais e educadores para manter o “balizamento” “em ser”. Não se negam doses de “castigos” para que não nos esqueçamos do sujeito que somos, ou seja, fazemos memória no corpo e na alma — para não nos desviarmos do “ser” e do “certo”. Quanto mais se exige que o sujeito seja “em si”, mais aguçamos as nossas

formas de controle. Neste caso, não podemos deixar de pensar o que fazemos com os nossos corpos e alma no sentido de “sermos saudáveis”.

Neste aspecto, desdobramos a nossa hipótese de que se instituem as práticas de asceses educativas tendo como referência a memória como o trabalho da inscrição, ou seja, utiliza-se da “educação física” para que se faça memória a ponto do sujeito ter no “corpo” e na “alma” algo para buscar o sentido em “rememorar” a sua própria vida na certeza “em ser”. Neste sentido, como podemos lidar com o “desvio”, mais propriamente, por quais motivos em nossos julgamentos não aceitamos o “erro” em ser?

Fomos educados para certa *intolerância* o que se consubstancia no sentimento de culpa. Para nos livrarmos do sentimento de culpa aprendemos desde criança que a forma mais apropriada de nos purificarmos é através do justo julgamento e da aplicação regrada do castigo que seria a determinação da punição que se inflige a um culpado. Não é qualquer tipo de julgamento e nem a determinação de qualquer tipo de punição e, sim, a “certeza” da aplicação do “melhor castigo” que será realizada de modo estritamente regrado ao condenado. Com esse tipo de prática temos a “sociedade disciplinar” de Foucault (1996) instituída na sociedade contemporânea. Por qual motivo se instaura a “sociedade disciplinar”? Em última instância o que se busca evitar é presença do “tipo criminoso” ou aquilo que denominamos de “sujeito não saudável”. Este tipo de sujeito seria

(...) aquele que danifica, perturba a sociedade. O criminoso é o inimigo social. Encontramos isso muito claramente em todos esses teóricos como também em Rousseau, que afirma que o criminoso é aquele que rompeu o pacto social. Há identidade entre o crime e a ruptura do pacto social. O criminoso é um inimigo interno. Esta idéia do criminoso como inimigo interno, como indivíduo que no interior da sociedade rompeu o pacto que havia teoricamente estabelecido, é uma definição nova e capital na história da teoria do crime e da penalidade. (Foucault, 1996, p.81).

Tendo como princípio que o “crime é um dano social” (Cf. Foucault, 1996, p.81) instaura-se a “lei penal” que “deve apenas permitir a reparação da perturbação causada à sociedade”. (Cf. Foucault, 1996, p.81). Entretanto, qual tipo de lei que se deve prescrever com o objetivo de “permitir a reparação da perturbação causada à sociedade”? (Cf. Foucault, 1996, p.81). Sobre essa questão Foucault observa a presença de quatro tipos de projetos, quais sejam:

Primeiramente, a punição expressa na afirmação: ‘você rompeu o pacto social, você não pertence mais ao corpo social, (...) a punição ideal seria simplesmente expulsar as pessoas, exilá-las, bani-las, ou deportá-las. É a **deportação**.

A segunda possibilidade é uma **espécie de exclusão** no próprio local. Seu mecanismo não é mais a deportação material, a transferência para fora do espaço social, mas o isolamento no interior do

espaço moral, psicológico, público, constituído pela opinião (...) mecanismos para provocar **vergonha e humilhação**.

A terceira pena é a reparação do dano social, o trabalho forçado. Ela consiste, em forçar as pessoas a uma atividade útil ao Estado ou à sociedade, de tal forma que o dano causado seja compensado. Tem-se assim uma teoria do **trabalho forçado**.

Enfim, em quarto lugar, a pena consiste em fazer com que o dano não possa ser novamente cometido; em fazer com que o indivíduo em questão ou os demais não possam mais ter vontade de causar à sociedade o dano anteriormente causado; em fazê-los repugnar para sempre o crime que cometeram. (...) é a **pena de talião**. Mata-se quem matou; tomam-se os bens de quem roubou. Cf. Foucault, 1996, p.82-3).

Com a execução “bem aplicada” da “pena” tem-se como esperança, basicamente, dois aspectos, primeiro, que quem cometeu o crime não o faça novamente e segundo, que quem planeja cometer não o faça. Contudo, surge outro projeto de punição “**quase sem justificação teórica**” denominada **prisão**. (Cf. Foucault, 1996, p.84). Esta “não estava prevista no programa do século XVIII” (Foucault, 1996, p.84) e, no entanto passa a constituir-se como projeto dominante e para o seu funcionamento requer

(...) uma série de outros poderes laterais, à margem da justiça, como a polícia e toda uma rede de instituição de vigilância e de correção — a polícia para a vigilância, as instituições — psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, **pedagógicas para a correção**. (Foucault, 1996, p.86).

Começa a tomar força a *tese* de que “é preciso que a justiça criminal puna em vez de se vingar”.(Foucault, 1991, p.69). As formas punitivas deixam de ser o espetáculo do dilaceramento do corpo do condenado em praça pública para uma punição que se realiza em práticas *mais humanizadas, que se constituem num meticuloso processo de controle sobre o corpo*. O que se pode observar é que nas formas *punitivas da modernidade*, o condenado deixa de possuir uma *vontade* sobre o seu próprio corpo. “Modernamente”, o controle corporal do condenado encontra-se sobre um princípio de que se deve somente aplicar “punições humanas”. Portanto,

(...) a lei agora deve tratar ‘humanamente’ aquele que está ‘fora da natureza’ (enquanto que a justiça de antigamente tratava de maneira desumana o ‘fora-da-lei’), a razão não se encontra numa humanidade profunda que o criminoso esconda-se em si, mas no controle necessário dos efeitos de poder. Essa racionalidade ‘econômica’ é que deve medir a pena e prescrever as técnicas ajustadas. ‘Humanidade’ é o nome respeitoso dado a essa economia e a seus cálculos minuciosos. ‘Em matéria de pena o mínimo é ordenado pela humanidade e aconselhado pela política’. (Foucault, 1991, p.84).

O que Foucault observa é que esse projeto de formas *punitivas da modernidade* que trata *humanamente* os condenados realiza-se nas prisões. Nesses lugares, os corpos encontram-se sob uma série de *normas* e constante observação. Nas prisões, tudo passa

a ser regrado, controlado e observado. O prisioneiro é controlado a todo instante sobre o que pode ou não fazer com o seu próprio corpo. É abandonada toda uma anatomia da punição realizada no cadafalso, onde o corpo do condenado era meticulosamente esartejado. O que temos agora é outra forma de punição, na qual se preserva o corpo do condenado, mas em troca realiza-se um ostensivo *controle* sobre a sua *vontade*, sobre o uso do seu próprio corpo. Podemos pensar que o controle sobre o uso do corpo é uma forma de submissão da *vontade* do condenado, pois o objetivo de tais práticas de punição é o de torná-los

(...) ao mesmo tempo dóceis e capazes: controlam as nove ou dez horas de trabalho cotidiano (artesanal ou agrícola); dirigem as paradas, os exercícios físicos, a escola de pelotão, as alvoradas, o recolher, as marchas com corneta e apito; mandam fazer ginástica; verificam a limpeza, presidem aos banhos”. (Foucault, 1991, p. 258).

Parece surgir uma nova era, em que agora os castigos parecem ser de caráter totalmente incorpóreo. (Cf. Foucault, 1991, p.92). Dadas essas duas situações *punitivas* a questão que se faz é: “(...) como o modelo coercitivo, corporal, solitário, secreto, do poder de punir substitui o modelo representativo, cênico, significativo, público, coletivo?” (Foucault, 1991, p.116). Para respondermos a essa pergunta podemos nos interrogar por quais motivos uma pessoa é presa. Para corrigi-la pelo crime que ela cometeu? Para pagar pelo que fez? Michel Foucault (1996) indica algumas hipóteses para explicar como esse projeto de punição que prende uma pessoa para corrigi-la tornou-se predominante. Para ele,

(...) a prisão, que vai se tornar a grande punição do século XIX, tem sua origem precisamente nesta prática para-judiciária da *lettre-de-cachet*, utilização do poder real pelo controle espontâneo dos grupos. Quando uma *lettre-de-cachet* era enviada contra alguém, esse alguém não era enforcado, nem marcado, nem tinha de pagar uma multa. Era colocado na prisão e nela devia permanecer por um tempo não fixado previamente. Raramente a *lettre-de-cachet* dizia que alguém deveria ficar preso por seis meses ou um ano, por exemplo. Em geral ele [*sic.*] determinava que alguém deveria ficar retido até nova ordem, e a nova ordem só intervinha quando a pessoa que requisitara a *lettre-de-cachet* afirmasse que o indivíduo aprisionado tinha se corrigido. Esta idéia de aprisionar para corrigir, de conservar a pessoa presa até que se corrija, essa idéia paradoxal, bizarra, sem fundamento ou justificação alguma ao nível do comportamento humano tem origem precisamente nesta prática. (Foucault, 1996, p.98).

Existe algo no interior das prisões que as fazem um lugar próprio para a *punição*. Pode-se dizer que o sujeito encontra-se privado da sua *liberdade* e isso constitui a punição. Mas, como vimos anteriormente, *prender para punir é algo bizarro*. A prisão não possui em si um projeto *punitivo* que a sustente como uma *prática punitiva*. Para Foucault (1991), a forma *punitiva* das prisões ocorre no ostensivo *controle* sobre o

sujeito, que é realizada com o “aparelho”, já citado anteriormente, denominado *panóptico*, ou seja, a invenção de uma máquina de *vigiar e punir*. (Cf. Foucault, 1991) Portanto, foi nas prisões que Foucault pôde constatar o nosso projeto *moderno* de controle no seu pleno funcionamento e na sua forma pura. Nas prisões, não há nada a esconder. ***Tudo é vigiado e controlado***. Em outras palavras, vivemos na sociedade do controle, mais precisamente na *sociedade do panóptico*.

Podemos ampliar a vontade de controle exercido nas prisões para a nossa sociedade que insiste em “ser saudável”, mas com um agravante, qual seja, não são mais necessárias grades para nos mantermos presos, ou seja, nós somos as nossas próprias grades. Portanto, a inscrição da memória, com o exercício do castigo, não é aleatória e sim, meticulosamente calculada, ou seja, numa educação física pautada no paradigma da saúde forjamos as nossas grades no corpo e na alma com muita ascese. O nosso esforço educativo fica traduzido no pedagógico que delimita para cada tipo de “erro” cometido pelo sujeito uma adequada “dose adequada” de punição. (Cf. Kafka, 1998).

Diríamos que “somos” e “fomos” constituídos no “desejo” em querer “julgar” e “punir” o *outro*. Somos “obstinados” naquilo que denominamos “formação cultural” que direciona o sujeito para a vida em sociedade. Entretanto, não queremos revelar que, em nossa “educação”, temos presente a “obsessão em ser”, mais propriamente, a presença de que somos intolerantes para com o *outro - a diferença* ou aquilo que denominamos *anormal*.

Para defendermos a nossa fixação em nossas verdades “em ser sujeito” acabamos por nos tornar intolerantes para com a *diferença* e *isso* resulta na construção da “medida exata do castigo” para ser aplicada como punição a todos aqueles que por algum motivo foram por algum “desvio”. Os “métodos educativos” são aplicados tanto para constituir o sujeito “em ser” como também para punir o sujeito que “não é”. (Cf. Sartre, 1997). Portanto, somos sempre julgados e punidos não importa o lado em que nos encontremos, ou seja, **compreendemos os castigos como práticas que são produtoras e destruidoras de sujeitos**. Entretanto, por quais motivos aceitamos a aplicação do castigo, ou seja por que não nos revoltamos contra aquilo que nos pune e, principalmente, com as grades que nos prendem?

Aceitamos os castigos pelo fato de que somos “animais” que precisam de memória para se constituir em sujeito “para si” (Cf. Sartre, 1997) e, principalmente, queremos nos distanciar dos “animais que somos” e para tanto exigimos que sejamos

“adestrados” naquilo que denominamos como “ser humano saudável”.² Portanto, em nosso “processo civilizatório” desenvolvemos apropriadas e amenizadas (humanizadas) técnicas de punições, pois fomos educados a aceitar o castigo como um modo de redimir os nossos “erros” e encontrar o “modo certo em ser”. *Isso* significa em estar “ajustado” e, principalmente “adaptado” com a sociedade em que se vive, mesmo que esta esteja enlouquecida pelo modo capitalista de produção.

Tendo como referência o “corpo” e a “alma” como lugar de inscrição da punição podemos estabelecer como questão de estudo o fato de investigarmos o que seria “a boa educação” aplicada sobre o sujeito para o seu próprio “bem”? *Isso* seria responder por quais motivos os pais e educadores são tão compulsivos em querer educar.

Para Foucault as formas de punições que se encontram no “corpo” ou na “alma” são expressas, respectivamente, nas formas de “suplício” e nas “prisões”. (Cf. Foucault, 1991). São esses os modelos básicos de castigos que a modernidade instaurou como formas de controle para subordinar e adestrar as “paixões” e “apetites” dos sujeitos na constituição do “processo civilizatório dos costumes”. (Cf. Elias, 1990).

Perante uma criança os pais e educadores julgam a sua ação e aprovam ou reprovam sua conduta. Diante da aprovação recebemos a recompensa, como por exemplo, o amor e pela reprovação somos castigados pelas as mais diversas e calculadas formas de contenção do nosso “desvio”. Aceitamos o castigo por nosso estado de *demanda* do “amor do adulto”, pois buscamos incondicionalmente o seu *reconhecimento* e queremos “ser amados”. A não aprovação pelo adulto significa a condenação da criança à “perda do amor”. A única coisa que resta é “saber” qual é a punição que deve ser exercitada para que se possa restabelecer a conquista do “amor perdido”. O adulto pensa a educação da criança como aquela que deve receber prontamente o castigo, ou seja, passa a organizar a sua vida em função das “práticas punitivas” no sentido de poder abandonar os seus “erros” e obter novamente a condição de “ser” um “sujeito pleno” e, principalmente, *reconhecido e amado*.

Podemos partir da condição que de um modo geral cabem aos adultos a tarefa de “educar” as crianças e adolescentes, principalmente, quando estes não correspondem a

² Compreendemos que a relação entre a “educação” e o “adestramento” é ambígua, pois pode-se desta obter, basicamente, dois resultados: a “repetição compulsiva” — o “embrutecimento” — ou a “automatização” para o “estado do livre pensamento” — a “liberdade”. Tudo indica que a nossa “sociedade do castigo” busca impedir qualquer “liberdade”, e restringir o sujeito a determinadas “verdades”. Vivemos numa “sociedade da norma” e do “controle”

situações de “controle”. Vivemos numa sociedade que instituiu para as crianças e os adolescentes o “modo” que eles devem “ser”. Entre tantas atividades educativas, não podemos deixar de citar a educação física, esta também centrada na aplicação de “métodos” e “artifícios” que buscam instaurar um modo de “ser sujeito” que tenha modos. Neste caso, não podemos deixar de reconhecer, que na condição de educador somos implicantes com aqueles que “não possuem modos em ser” e *isso* resulta numa prática educativa delirante no sentido de “recuperá-los” para a nossa *fantasia* do que seja uma “vida saudável”.

Na relação educativa tanto da criança como do adolescente temos como pressuposto que o adulto é que deve determinar a condição do castigo, pois somente para este se pressupõe o domínio de um “saber” sobre o modo “certo em ser”. Portanto, na busca da “educação” os pais e educadores não medem esforços de aplicarem determinadas técnicas para se manter o sujeito num estado de permanente “controle de si”. Entretanto, o “adulto” também “erra” e como este poderá manter o castigo ajustado ao julgamento, ou seja, quem garante a “educação” ou em última instância quem educa os pais e educadores?

Podemos analisar que na relação educativa, as crianças e os adolescentes buscam amenizar ao máximo a *atuação* da “prática educativa” dos “adultos” na instituição das formas de controle que imprimem em seus corpos e na alma a “vontade civilizatória”. Neste aspecto, estamos num “campo de força” em que os castigos são a “aplicação tática” de uma força no sujeito no sentido de direcioná-lo ou redirecionar para um determinado “estado de ser”. Neste caso, a aplicação do “sentimento da dor” foi um recurso utilizado para essa finalidade, pois se parte da hipótese de que “imprimi-se algo a fogo, para que permaneça na memória: somente o que não cessa de *fazer mal* permanece na memória”. (Nietzsche, 1974, p. 312). Assim, recebemos de nossos pais e educadores a terrível tarefa, para alguns *prazerosa*, de marcar em nossos “corpos” e “alma” a passagem de um “estado sem modo” para a constituição da “memória” de um sujeito “aceito socialmente”.

Nesta lógica são os “castigos”, mais propriamente, aqueles que se conhecem por “castigos exemplares”, que permitem e proporcionam a realização da “tarefa educativa” e que nos concedem a condição de sermos transportados do “modo selvagem” para o “modo civilizatório”. Para tanto, não se medem esforços na “aplicação da educação” e

somos maleáveis como plásticos a ponto de sermos modelados conforme as exigências sociais.

Passamos em nossas vidas recebendo e aplicando diversas “técnicas de adestramentos”, pois não podemos nos esquecer de que vivemos numa sociedade que tem como objetivo adestrar, silenciar e imobilizar os corpos, sob “olhares calculadores”. Por mais difícil que seja essa tarefa, chegamos à conclusão de que nada mais fazemos do que tratar os homens como verdadeiros animais adestráveis. Marcel Mauss afirma que

(...) os processos que aplicamos aos animais foram aplicados pelos homens voluntariamente a si mesmos e a seus filhos. Estes foram provavelmente os primeiros seres que foram assim treinados, que foi preciso primeiro domesticar, antes de todos os animais. (Mauss, 1974, p. 220).

Com o objetivo de alcançar essa prática ou “eficiente adestramento” desenvolvemos possíveis estágios a serem alcançados naquilo que denominamos como o “método educativo”. Assim, a respeito das “técnicas educativas” aplicadas nos sujeitos, não podemos deixar de reconhecer que as “formas de castigos” e as recompensas são as “táticas do poder” que empregamos no sentido de se obter o mais rápido possível, o necessário reconhecimento do “erro cometido”. Entretanto, qual a “dose” necessária de castigo para ser aplicado para que o sujeito possa reconhecer “verdadeiramente” o “seu erro”? Portanto, na instituição do “modo civilizatório” o ponto crucial a ser respondido é quando e como devemos aplicar os “castigos” para constituir o “sujeito normal”? Para Freud,

(...) a criança deve aprender a dominar seus instintos. (...) Assim, a educação tem forçosamente que inibir, proibir e subjugar e assim o tem feito amplamente em todos os tempos. Mas a análise nos tem demonstrado que precisamente este subjugamento dos instintos traz consigo o perigo da enfermidade neurótica. Recordareis quão detalhadamente temos investigado os caminhos por os que assim sucede. Em consequência, a educação tem que buscar seu caminho entre a escolha de deixar fazer ou a escolha da proibição. Este problema não é insolúvel, será possível achar para a educação um caminho ótimo, segundo o qual possa procurar a criança um máximo de benefício causando um mínimo de danos. Se tratará, pois de decidir quanto se pode proibir, em que épocas e com que meios. (Freud, 1996, p. 3186).

Uma possível saída do sujeito diante o “delírio” em “saber” de como educar é o de simplesmente reconhecer que “não sabe”. Para tanto, deve abandonar toda sua lógica argumentativa de como se deve proceder com o objetivo de garantir o êxito e evitar a “falha em educar”. Tal procedimento teria como consequência o abandono por completo do seu desejo de controle “em ser” (Cf. Sartre, 1997) o “mestre explicador” (Cf. Rancière, 2002) e a destituição da materialização da construção do seu “modelo

educativo corporal” que busca imprimir no corpo a educação saudável. Neste caso, não podemos deixar de lembrar que nas escolas, em muitas aulas de educação física, presenciamos as “manias” dos educadores ao afirmarem objetivamente: “quem não fizer o exercício corretamente vai ter que pagar com flexão de braço”. Nesta situação o aluno sente na pele e na carne que a educação física é um castigo imposto em nossos corpos. Nesta prática corporal educativa temos a presença de um tipo de obsessão de uma sociedade enlouquecida, qual seja, o exercício tem que ser feito corretamente – “vigiar” e quem não faz “paga” – “punir”. Quem aceita viver e reproduzir essas práticas tem a denominação de saudável. Neste caso podemos pensar a educação física como uma “máquina de máquina” (Cf. Deleuze & Guattari, 1976) que aplica nos corpos a pena que cada um de nós deve suportar para viver numa sociedade na qual devemos “ser”.

Podemos encontrar esse modelo educativo de corpo e alma na invenção de Kafka (1998) da “máquina punitiva”. Este projeto de “máquina punitiva” encontra-se exposta no texto intitulado “Na colônia penal” (Cf. Kafka, 1998), no qual podemos encontrar a metáfora moderna de como o “castigo” deverá ser aplicado sobre o “corpo do condenado”. Para que a “pena” possa ser executada tem-se um aparelho que se divide em três partes que

(...) com o correr do tempo surgiram denominações populares para cada uma delas. A parte de baixo tem o nome de cama, a de cima de desenhador e a do meio, que oscila entre as duas, se chama rastelo. (Kafka, 1998, p. 32).

O funcionamento da máquina é simples, ou seja o “rastelo” é composto de um conjunto de agulhas que vai de encontro às costas do condenado que se encontra amarrado na “cama”. O que será feito nas costas do condenado está definido por aquilo que se encontra no desenhador, portanto,

O condenado é posto de braços sobre o algodão, naturalmente nu; aqui estão, para as mãos, aqui para os pés e aqui para o pescoço, as correias para segurá-lo firme. Aqui na cabeceira da cama, existe pequeno tampão de feltro, que pode ser regulado com a maior facilidade, a ponto de entrar bem na boca da pessoa. Seu objetivo é impedir que ela grite ou morda a língua. Evidentemente o homem é obrigado a admitir o feltro na boca, pois caso contrário as correias do pescoço quebram sua nuca. (...) O rastelo começa a escrever; quando o primeiro esboço de inscrição nas costas está pronto, a camada de algodão rola, fazendo o corpo virar de lado lentamente, a fim de dar mais espaço para o rastelo. Nesse ínterim as partes feridas pela escrita entram em contato com o algodão, o qual, por ser um produto de tipo especial, estanca instantaneamente o sangramento e prepara o corpo para o novo aprofundamento da escrita. (Kafka, 1998, p. 33-4).

Em nossa modernidade essa “máquina punitiva” aplicada diretamente na educação dos corpos do sujeito materializa desde ações sutis, como por exemplo, na

instituição rigorosa do “modo certo” de sentar até ações de castigos corporais, como naquelas de aula de educação física em que se tem que “pagar em exercício físico”.

Sobre os castigos corporais educativos podemos ter outra inspiração de modelo como aquele que é apresentado no filme intitulado “Laranja Mecânica”. (Cf. Kubrick, 1971). Neste filme, podemos observar o “sonho neurótico” de todo “educador” - uma máquina de educar. Esta máquina funciona tendo como princípio o “automatismo” de nossas ações, ou seja, todo sujeito tende a abandonar as situações que promovam um determinado desprazer. Portanto, diríamos que a “máquina de castigo” tem como pressuposto “educativo” o vetor negativo. Assim, a educação de um modo geral é positiva, pois reforça um traço premiando o sujeito, promovendo a *satisfação*. O castigo pune o traço com intuito de que o sujeito em virtude do sofrimento abandone esse “modo de ser”. Isto é usado pedagogicamente com o objetivo de conter os seus *desejos destrutivos*. No filme, o delinquente que deve ser reeducado é amarrado numa cadeira e com as pálpebras dos olhos impedidas de se fechar, é obrigado a assistir às cenas de violência projetadas numa tela à sua frente. Ele não pode *desviar* os olhos por um instante sequer, da projeção do filme e, simultaneamente, toca-se uma música clássica. Nesta situação, de cenas “bárbaras” e o som “erudito”, ele é induzido a “passar mal”. Com essa “reeducação” os “educadores” “acreditam” poder “sensibilizar” o *educando* e que *isso* seria uma garantia de que os “delitos” do rapaz não pudessem mais ocorrer. Toda vez que este tentar fazer algo que seja “violento”, dado o *automatismo* incorporado ao assistir ao filme de violência, será induzido a passar “mal”. Será o “freio” que, “pedagogicamente”, o impossibilitará de *atuar em conformidade com seus desejos destrutivos*.

Podemos identificar outro tipo de modelo educativo que não mais opera como uma “máquina punitiva corporal” e sim como uma atuação direta no controle das paixões do sujeito. Entretanto, essa passagem não pode ocorrer sem que tenha como base o “corpo do sujeito”. Portanto, partimos da tese de que toda ação educativa tem como pressuposto o corpo, ou seja, na sociedade do controle tem-se que pensar a teorias educativas. Observar em nosso cotidiano a implantação desses dois projetos de castigo que atingem tanto o “corpo” e a “alma” é algo que deve ficar centrado na análise de como procedemos na “educação física”, ou seja, como inventamos e reinventamos todas as nossas táticas de controle corporais. O que podemos falar dessas “formas de controle” que buscam instituir o “sujeito dito normal”? Depois de Auschwitz e, principalmente,

depois de conhecermos o empenho do “bem educado” *Eichmann*, um cidadão alemão que trabalhou justamente no cumprimento do seu “dever”, não seria mais sensato desacreditarmos na “educação” como uma *crença* para a pacificação do homem? (Cf. Arendt, 1999).

Neste caso, em nossa modernidade, tendo como preocupação a relação entre a memória e o esquecimento na formação do “sujeito saudável”, não seria nada fora de sentido, centrarmos as nossas preocupações em torno do corpo, ou seja, tudo é corpo e através dele atingimos diretamente a nossa alma. Uma educação que expresse o *desejo* de pacificar o homem deveria ficar atenta a como se está procedendo com as “coisas do corpo”. Para analisar a questão do castigo, para não dizer da *crueldade* é preciso que nos debrucemos criticamente sobre as nossas “práticas educativas” ou, melhor, as **práticas educativas corporais saudáveis**. Neste caso, “ser crítico” é no sentido de estar em permanente “crise” com o “suposto saber”, ou seja, uma relação de “não certeza” sobre a “verdade”, mais propriamente, aquilo que denominamos como o “saber científico”. Assim sendo, não poderemos deixar de focar nas relações entre o corpo e a alma uma imprescindível análise das práticas numa perspectiva da história - uma história corporal do castigo.

Seria bom que pudéssemos assumir desde já que *não sabemos ser*. Esta condição responsável em admitir o “não saber” poderia amenizar as nossas “manias educativas” e, portanto, amenizar nossa compulsão para educar. Portanto, em vez de mandar as crianças e os adolescentes “pagarem” por aquilo que “fizeram” ou “não fizeram” poderíamos desviar a nossa atenção para algo mais oportuno. Entretanto, aqueles “educadores” que, apesar de tudo, ainda insistem em castigar o *outro*, não é por acaso que se tornaram educadores, pois encontraram neste modo de trabalho uma maneira aceitável socialmente “em ser”, portanto, podem mandar seus alunos “pagarem” com os seus corpos o preço por “não serem” saudáveis e normais. *Isso* já não seria algo importante para pensarmos a relação entre: saúde, educação e sociedade?

Referência Bibliográfica

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

- ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- DELEUZE, Gilles. & GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Georges Lamazière Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.
- DESCARTES, René. *As paixões da alma*. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. 1 v.
- FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Trad. Lúcia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FREUD, Sigmund. Lección XXXIV - Aclaraciones, Aplicaciones y Observaciones. Nuevas lecciones introductorias al psicoanálisis. 1932 [1933]. In: _____. *Obras Completas Sigmund Freud*. v. III. Trad. Luis López-Ballesteros y de Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1996.
- KAFKA, Franz. *Na colônia penal*. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KUBRICK, Stanley. *Laranja mecânica (A clockwork orange)*. Ing: Warner, 1971. 138 minutos.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. Trad. José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Os Pensadores).
- MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: _____. *Sociologia e antropologia*. Trad. Mauro W. B. de Almeida. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. 2 v.
- NIETZSCHE, Friedrich. Para a genealogia da moral. In: _____. *Obras Incompletas*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).
- RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Trad. Lílian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada*. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

FORMAÇÃO EM SAÚDE DO TRABALHADOR: UM OLHAR PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Andréa Maria Giannico de Araújo Viana Consolino Mestranda do curso Desenvolvimento Humano: Formação, políticas e Práticas Sociais – PRPPG- Universidade de Taubaté – UNITAU
andejair@uol.com.br

Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão
Orientadora - Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, Universidade de Taubaté – UNITAU
marluce@unitau.br

RESUMO

As ações em saúde do trabalhador configuram-se uma atribuição da Vigilância Sanitária (VISA), embora se desenvolvam de forma desigual nos estados e municípios. A melhoria desse quadro implica qualificar as práticas de trabalho. Esta pesquisa teve como objetivo investigar o processo de formação em saúde do trabalhador que atua como profissional da VISA e do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). Trata-se de um estudo qualitativo, utilizando um levantamento sociodemográfico e a técnica do grupo focal e análise de conteúdo dos dados. Os resultados apontam não haver educação formal para o trabalho em VISA, mesmo existindo órgãos de referência para formação em saúde do trabalhador e a maioria dos profissionais serem oriundos da área de biociências. Conclui-se que estes recorrem à educação não formal e à prática do trabalho como estratégias de aprendizagem.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador. Vigilância Sanitária. Formação.

ABSTRACT

Actions in worker health's configure up an assignment of Sanitary Surveillance (VISA), although develop unevenly in states and municipalities. Improving this situation requires qualifying work practices. This research aimed to investigate the formation process in occupational health professional who acts as VISA and Reference Center in Occupational Health (CEREST). This is a qualitative study using a sociodemographic survey and focus group technique and content analysis of the data. The results show that there is no formal education for working in VISA, even though there are organs of reference for training in occupational health and most are professionals from the field of biosciences. We conclude that they resort to non-formal education and practical work as learning strategies.

Key words: Occupational Health. Health Surveillance. Training.

INTRODUÇÃO

A questão da saúde do trabalhador é uma das atribuições da Vigilância Sanitária (VISA), prevista desde a década de 1980 com a Reforma Sanitária, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a Constituição Federal, sendo mais tarde fortalecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e prevista no artigo 200 da Constituição de 1988:

Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: [...] II – executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador, [...] VIII – colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho. (BRASIL, 1988, on-line).

Trata-se de uma área da Saúde Pública que visa a compreender as relações entre o trabalho e o processo saúde/doença. Refere-se a estudos e intervenções de promoção e de proteção à saúde do trabalhador, por meio de:

[...] ações de vigilância dos riscos presentes nos ambientes e condições de trabalho, dos agravos à saúde do trabalhador e a organização e prestação da assistência aos trabalhadores, compreendendo procedimentos de diagnóstico, tratamento e reabilitação de forma integrada, no SUS. (BRASIL, 2001a, p.17).

Para Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997, p. 25), a saúde do trabalhador compreende também:

[...] um corpo de práticas teóricas interdisciplinares – técnicas, sociais, humanas – e interinstitucionais, desenvolvidas por diversos atores, situados em lugares sociais

distintos e informados por uma perspectiva comum. Esta perspectiva é resultante de todo um patrimônio acumulado no âmbito da Saúde Coletiva, com raízes no movimento da Medicina Social latino-americana e influenciado pela experiência italiana.

Enquanto um direito, a saúde do trabalhador envolve vários níveis de atenção e esferas do governo (caráter intrasetorial), os Ministérios da Previdência e Assistência Social, do Trabalho e Emprego, do Meio Ambiente, da Justiça, da Educação e demais setores relacionados às políticas de desenvolvimento (caráter intersetorial), exigindo uma abordagem interdisciplinar e a gestão participativa dos trabalhadores. (BRASIL, 2004).

Observa-se, no entanto, que as ações em saúde do trabalhador, no âmbito do SUS, têm se desenvolvido de forma desigual nos estados e municípios, e a melhoria deste quadro implica qualificar as práticas de saúde. Sua efetividade depende da conjugação de saberes e utilização de instrumentos e tecnologias originadas de diferentes áreas do conhecimento colocadas a serviço das necessidades dos trabalhadores. (BRASIL, 2004).

Uma das estratégias do governo para garantir a saúde do trabalhador foi à criação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) pela Portaria MS. 1679/2002, que compõe os Centros Estaduais e Regionais de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), o qual, por sua vez, tem como uma de suas prioridades articular as relações entre o processo de trabalho e saúde (SANCHEZ et al., 2009), dando suporte às VISA.

Todavia, a RENAST apresenta dificuldades na operacionalização das atividades em saúde do trabalhador, que ora é competência dos Programas de Saúde do Trabalhador, da VISA ou, ainda, da Vigilância Epidemiológica, faltando integração entre essas instâncias, melhoria de instrumentos, cobertura e qualidade das ações. (BRASIL, 2005).

Vale lembrar, ainda, que, com a Lei no. 8080/90, um dos marcos para a descentralização dos serviços de saúde e o surgimento do processo de municipalização, o gestor municipal passou a contratar seu quadro de profissionais para exercer as ações em saúde, contudo, muitas vezes com baixa qualificação e/ou sem experiência. (LUCCKESE, 2008; MENDES, 2009).

No que diz respeito ao trabalho da VISA, sua função é fiscalizar e educar, atuar sobre o risco que ameaça a qualidade de vida do homem. Para tal, é imprescindível uma equipe multidisciplinar, reunindo profissionais com qualificação específica. (BRASIL, 2000).

Para Nascimento (2009), o governo tem estimulado a criação de cursos para a formação destes profissionais da saúde, mas ainda de forma insuficiente, mediante as demandas desta área:

[...] os estabelecimentos de ensino, em sua grande maioria, passaram a adotar modelos e políticas voltados para o mercado. Alunos não passam de mercadorias, onde o que importa é o produto final, pronto para o mercado de trabalho. Nestes casos, desconsideram que a utilização de metodologias mais humanizadas, focadas na valorização do ser humano em sua totalidade, bem como o emprego do referencial teórico aliado simultaneamente à prática educativa, são procedimentos essenciais para uma educação de melhor qualidade, voltada para a formação do cidadão consciente e crítico. (NASCIMENTO, 2009, p. 277).

Uma vez que apenas a formação técnica e teórica nem sempre subsidia os profissionais para atuar e/ou solucionar os problemas do cotidiano e que, para atuar em saúde do trabalhador, deve-se abrir espaço ao compartilhamento entre ciências afins, pois se considera que os cursos de formação deveriam ser desenvolvidos em torno de uma prática reflexiva. Ou seja, a utilização do conhecimento presente nas práticas dos vários profissionais, embora, conforme alerta Schön (1997), os profissionais nem sempre reflitam sobre sua ação e na ação.

Assim, tratar da inter-relação saúde-trabalho implica convocar diferentes saberes pela complexidade do seu objeto de estudo, pesquisa e intervenção, visando à saúde do trabalhador. Mas também não basta conhecer este objeto, pois, os conhecimentos necessários à prática requerem daqueles que a realizam uma atitude favorável. Uma atitude interdisciplinar, em que “são necessárias duas ou mais pessoas com diferentes saberes querendo interagir, comunicando seu conhecimento”, o que envolve conhecer como o indivíduo construiu suas interações com outros no decorrer de sua vida. (STAUDT, 2008, p. 79).

Parte-se do princípio de que esta pretensa interdisciplinaridade exigida pela área da saúde do trabalhador deveria fazer parte da formação do profissional que nela atua, dos sistemas e das práticas educativas que determinaram sua formação e as interações entre eles.

Este artigo configura-se um recorte de uma pesquisa que investiga a formação de profissionais da VISA relacionada às práticas de saúde do trabalhador, em que selecionamos para apresentar apenas o processo de formação em saúde desses profissionais.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, realizado entre fevereiro e abril de 2012, utilizando, como instrumentos de coleta de dados, um levantamento sociodemográfico e a técnica do grupo focal, com quarenta e quatro funcionários de equipes de dois CERESTs e de sete VISA (estadual e municipal), de seis municípios do Vale do Paraíba Paulista. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade de Taubaté, sob o nº 559/2011. Foram feitos seis grupos focais, e o material coletado no debate foi gravado, transcrito e submetido ao método de análise de conteúdo de Bardin (2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as categorias de análise, selecionou-se aqui o conteúdo relacionado à formação do profissional da VISA e dos CERESTs, sistematizado sob a categoria “Formação para o trabalho” nas subcategorias: aspectos da educação formal, educação não formal, de educação continuada, formação em saúde do trabalhador e nas equipes de VISA e CEREST.

Considera-se como formação um processo interior, ligado à experiência pessoal do sujeito, permitindo a transformação do conhecimento (BRAGANÇA, 2011). Além disso, a formação profissional, conforme Amâncio Filho (2004, p. 378), refere-se a “um processo de humanização do homem, que objetive integrar conhecimentos gerais e específicos, habilidades teóricas e práticas, hábitos, atitudes e valores éticos”.

Com relação à formação em saúde:

A formação dos trabalhadores da saúde não se orienta pela leitura das necessidades sociais em saúde. É conduzida sem debate com os organismos de gestão e de participação social do SUS, resultando em autonomização do Ministério da Educação, das universidades e das sociedades de especialistas nas decisões relativas às quantidades e características políticas e técnicas dos profissionais de saúde a serem formados. (BRASIL, 2001b, p. 42-3)

Sobre isso, contudo, a 11ª Conferência Nacional de Saúde (BRASIL, 2001b), considera que as universidades não estão cumprindo seu papel na formação de profissionais comprometidos com o SUS, assim como os cursos de nível médio, e que há ausência da academia nos processos de formação, requalificação e capacitação desses profissionais, resultando na execução de ações sem planejamento e fazendo com que cada vez mais os profissionais necessitem de uma educação continuada.

Constata-se que a educação formal não oferece formação específica ao trabalhador da VISA, em termos de cursos no ensino médio e superior. Assim, esse profissional precisa lançar mão de cursos de extensão, especialização ou mestrado, ou, em última instância, da

capacitação continuada oferecida pela VISA em alguns momentos, mesmo que essa prática seja uma ação pontual. Mas o que prevalece é a educação não formal desse profissional, ou seja, a formação no próprio trabalho por iniciativa própria ou junto aos pares.

Nessa direção, os resultados indicaram que, dos quarenta e quatro profissionais pesquisados, 19% possuem ensino médio e 74% nível superior completo, oriundos de cursos distintos das áreas de biociências, exatas e humanas. Há 43% dos pesquisados oriundos de formação na área da saúde.

Embora oriundos desta área, esses profissionais, quando ingressam no trabalho na VISA, não apresentam, necessariamente, formação ou conhecimento específico sobre as questões que tratarão no seu trabalho, construindo sua prática a partir de suas memórias e crenças de formação em saúde coletiva. Esta formação, no entanto, está prevista pela VISA, devendo ser diferenciada em termos das demandas de trabalho, e a relação de ensino/aprendizagem integrada à prática, levando em conta as diferenças regionais nos trabalhos da VISA. (NUNES, 2008; ANVISA, 2000).

Este pesquisado salienta essa questão:

Bem, quanto a nossa formação, você sabe que aqui a gente só tem o segundo grau completo não é? [...] a gente vai aprendendo conforme o dia e os cursos que são dados pelo Estado. A gente vai aprendendo com eles. Quando a gente precisa, a gente os comunica para que possam dar uma força pra gente, assim vamos trabalhando juntos (B5).

Além disso, Costa e Souto (2001) lembram que os profissionais de VISA devem desenvolver habilidades e competências para a prática de suas ações mesmo possuindo saberes técnicos e específicos, mas a citação que segue deixa entrever que na prática essa questão não se efetiva:

[...] Hoje eu estou numa função de coordenação, para a qual eu não tenho capacitação nenhuma e a gente vai aprendendo à medida que faz e eu acho que na relação com a Vigilância isso fica mais complicado ainda porque eu não tenho formação nenhuma em VISA e também nem sei qual formação é essa. Porque acho que a gente faz a vigilância, aprende a fazer fazendo. Você aprende com quem já estava, você aprende se empenhando em tentar entender aquilo, aquele monte de legislação e ocupando o seu espaço[...]eu não vejo qual a formação que uma pessoa tem que ter para trabalhar com vigilância sanitária. (C12)

Este relato questiona o tipo de formação para se trabalhar na VISA, pois o Parecer CFE 441/93 prevê uma formação profissional para Técnico de VISA, a qual não é oferecida a

estes trabalhadores (MENDES, 2009). Entretanto, alguns cursos se aplicam bem às demandas de trabalho na VISA, como mostram os relatos que seguem:

[...] Em termos de Estado você tem que pensar o seguinte, que você é formado na área, nós três somos formados na área de exatas com experiência em análise de projetos e tudo mais, mas o Estado em termos de vigilância sanitária requer muito mais do que isso. Requer que você tenha conhecimento em outras áreas inclusive áreas de processo [...]. (D3)

[...] A formação de biologia, para mim foi essencial, foi fundamental até por conta das fiscalizações que a gente faz principalmente na questão de risco, de contaminação, de doenças. Essa parte da minha formação contribuiu para eu conseguir me encaixar dentro da vigilância. Isso foi importante para mim. (A6)

Percebe-se, nesses relatos, que a formação no interior das equipes de trabalho ocorre independentemente do grau de escolaridade e área do conhecimento, mas, embora sejam ações coletivas e multiprofissionais, não sugerem ações interdisciplinares. Quando o assunto é a formação para o trabalho em saúde do trabalhador, a formação dos profissionais fica por conta da prática no cotidiano. Como se pode perceber nos relatos a seguir:

Quando a gente vai às indústrias, eu tenho um olhar. Eu tenho um olhar não é? Eu até já treinei. Nós até já treinamos o olhar para a saúde do trabalhador, mas, eu não tenho uma formação para isso entendeu?(A4)

[...] Eu também, quando entrei aqui, não tenho formação sobre a saúde do trabalhador, fui aprendendo. Tendo essa visão, esse olhar de saúde do trabalhador com o tempo, na prática mesmo. São poucas as pessoas aqui que tem especialização em saúde do trabalhador. A gente aprende a ter esse olhar. (C6)

Todavia, observa-se que muitas VISA desconhecem o papel do CEREST na sua formação e capacitação em saúde do trabalhador, embora seja atribuição do CEREST disseminar estes conhecimentos específicos às VISA. O relato que segue indica como uma das dificuldades do CEREST para capacitar as equipes, as mudanças contínuas pelas quais essas passam:

Treinamentos sim, quando solicitado. A gente nota que ainda não tem um preparo porque existe uma rotatividade muito grande do pessoal, principalmente da vigilância sanitária. Você consegue treinar uma equipe e quando você retorna já não é mais a mesma equipe que atua naquele setor. A dificuldade que a gente encontra normalmente é isso, tem que estar fazendo treinamento continuado para que a vigilância sanitária possa ter uma noção do que seja saúde do trabalhador que ainda está muito no início. (F4).

No Brasil, o Decreto nº 7.602/2011, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), deixa entrever uma preocupação com essa formação e dispõe em um dos seus objetivos a criação de uma educação continuada, orientando a inclusão nos currículos do ensino fundamental e médio (rede pública e privada)

de conhecimentos básicos de saúde do trabalhador, bem como “a revisão de referências curriculares para a formação de profissionais em saúde e segurança no trabalho, e nível técnico, superior e pós-graduação”. (BRASIL, 2012, on-line).

Enquanto isso não se concretiza, um dos pesquisados reitera a importância dessa formação continuada em virtude das constantes mudanças nas equipes de trabalho, mas também pelas questões políticas no interior das instituições. Do ponto de vista político, com a descentralização das ações que se iniciou com a Constituição Federal de 1988, os governos Federais e Estaduais deixaram a cargo dos governos municipais a contratação dos profissionais para executarem as ações da VISA, gerando a seguinte situação:

O trabalho emperra nos municípios principalmente porque muda a equipe a cada ano eleitoral. Aquele pessoal que foi treinado e preparado de repente volta a estaca zero. Tem que começar tudo novamente. (A3)

Com a municipalização, os governos municipais se fortalecem, e Assunção (2011, p. 458) menciona que esta mudança faz com que os recursos materiais e a mão de obra sejam insuficientes “levando à necessidade de incremento da força de trabalho para a execução das novas políticas de saúde”.

Observa-se que esses governos, diante dos limites orçamentários a eles destinados para gastos com a saúde, ofereçam salários que muitas vezes não acompanham o mercado de trabalho, resultando na contratação de mão de obra sem qualificação ou por contrato de trabalho. Com as mudanças de governos, acaba ocorrendo a troca de equipes, resultando na necessidade de constantes capacitações.

Segundo Mendes (2009), a educação continuada é importante, porém, deve-se tomar cuidado com os treinamentos e qualificações relâmpagos centrados, isto é, os treinamentos devem existir de forma planejada e contínua.

A alta rotatividade dos profissionais da VISA também propicia “instabilidade nos quadros e uma absorção acentuada dos técnicos mais qualificados pelo setor privado”, que acaba sendo mais competitivo e atraente. (SIQUEIRA, 2001, p.57).

Muitas vezes, essa instabilidade gerada por questões políticas, entre outras, desestimula o profissional que prefere sair do serviço público e construir sua carreira profissional dentro do setor privado.

Ao que tudo indica, falta um planejamento efetivo para a capacitação dos profissionais da VISA de forma contínua, considerando as mudanças constantes das equipes e das legislações que sustentam suas práticas, conforme ilustrado a seguir:

[...] Porque a vigilância sanitária está todo dia, todo momento se atualizando muito rápido comparado com nosso início de atividade. Nos dias de hoje são muitas legislações. Muitos códigos de posturas e de edificações foram alterados e na nossa formação não foi verificado isso. Então, a gente tem que estar aprendendo diariamente todo esse conhecimento para fazer o trabalho realmente. (D3)

Mediante esses impasses na educação formal para o trabalho na VISA, a formação encontra suporte nas equipes de Trabalho, pois as ações do CEREST e da VISA (meio ambiente, produtos de interesse à saúde, saneantes, laboratórios, hospitais entre outros) são desenvolvidas por uma equipe específica em que cada profissional (com formação em um campo do conhecimento) tem seu papel frente a uma mesma situação, independente do grau de escolaridade e área de conhecimento nos quais são formados.

Essa estratégia, no entanto, não garante a efetividade na execução das ações, pois há indicativos de dificuldades de compartilhamento entre os profissionais:

[...] Com relação à formação a nossa legislação sempre disse que a nossa equipe tem que ser multidisciplinar, acho que justamente para ter essa troca de conhecimento, de informação e, essa contribuição mesmo. Essa coisa de trabalhar em conjunto, que é tão difícil dentro das vigilâncias sanitárias, não é? E essa troca, essa união, esse trabalho em conjunto, é uma coisa que precisava ser aprimorada, eu acho. (C4)

É clara a noção de que a atuação deva ser coletiva, um trabalho feito por uma equipe multiprofissional, mas não se observou uma articulação nessa atuação, não se configurando uma atuação interdisciplinar, que, no trabalho em saúde:

[...] pode ser compreendida como uma forma de se abordar determinadas situações ou problemas através da integração e da articulação de diferentes saberes e práticas gerando uma intervenção, uma ação comum, horizontalizando saberes e relações de poder, valorizando o conhecimento e as atribuições de cada categoria profissional (SOUSA, 2009, p. 118).

Além disso, na contemporaneidade, a interdisciplinaridade contempla:

[...] o reconhecimento da complexidade crescente do objeto das ciências da saúde e a conseqüente exigência interna de um olhar plural; a possibilidade de trabalho conjunto, que respeita as bases disciplinares específicas, mas busca soluções compartilhadas para os problemas das pessoas e das instituições; o investimento como estratégia para a concretização da integralidade das ações de saúde (SAUPE et al, 2005, p. 522).

Na opinião deste pesquisado, as equipes devem ser compostas por profissionais de várias áreas, contudo, não deixa clara a necessidade de interação entre esses profissionais:

[...] este conceito de multiprofissionalidade junto aos profissionais da vigilância sanitária é a sua essência. Não há como trabalhar sozinho na vigilância sanitária, por que a área é muito ampla [...] (D6).

Considerando que o profissional constrói sua prática de acordo com as crenças que possui sobre saúde pública e que essa área pressupõe a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade, esta “indica uma execução de disciplinas desprovidas de objetivos comuns sem que ocorra qualquer aproximação ou cooperação” (SAUPE et al, 2005, p. 523) entre os saberes. Já a interdisciplinaridade, segundo Fazenda (2002, p. 11), envolve “uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão. Exige, portanto, na prática, uma profunda imersão no trabalho cotidiano”.

Assim, quando os participantes mencionam que as equipes devem ser multiprofissionais, na realidade, deveriam ser interdisciplinares, isto é, interagir diferentes saberes, comunicar o conhecimento, pois, entre as características necessárias aos profissionais constam: “capacidade de trabalhar em equipe, abertura a trocas, sociabilidade, colaboração, comunicação permanente, entre outras” (MUELLER; BIANCHETTI; JANTSCH, 2008, p. 179).

A importância da multi e interdisciplinaridade é assinalada por Lacaz (1996, p. 54) uma vez que estão presentes no campo da saúde do trabalhador em que se “privilegia o conhecimento do ‘outro’ e sua participação ativa na troca de saberes, no diagnóstico de situação e na prevenção/intervenção, ao nível dos serviços de saúde”.

Para os profissionais da área de saúde, a prática interdisciplinar é fundamental à execução de suas ações em equipe, fazendo jus à perspectiva da integralidade que é um dos princípios que norteia a Reforma Sanitária, segundo Saupe et al (2005).

Lembramos que a Reforma Sanitária foi um movimento da década de 1970. No Brasil é conhecida como “o projeto e a trajetória de constituição e reformulação de um campo de saber, uma estratégia política e um processo de transformação institucional” (FLEURY, 2009, p.746). Esse campo de saber se baseou no triângulo Saber, Ideologia e Prática política, base do processo desta reforma (FLEURY, 1988), promovendo uma profunda mudança na área de saúde, na qual a saúde do trabalhador se inscreve como setor a ser contemplado com a implantação de uma política social.

Portanto, os resultados apontam que, apesar de os profissionais que atuam na VISA não possuírem formação específica no tópico saúde do trabalhador, realizam suas ações, mesmo cientes da falta de capacitação prevista pelo órgão, que deveria ser referência nesse assunto.

CONCLUSÃO

Retomando o objetivo proposto neste artigo de apresentar o processo de formação em saúde do trabalhador dos profissionais da VISA, constatou-se que, por um lado, a formação enquanto educação formal desse profissional é necessária; por outro, a que ele adquire no decorrer de sua vida, de forma não formal, assume uma dimensão muito importante.

Em relação às ações em saúde do trabalhador, os funcionários da VISA executam as que lhes competem e a dos pares, mesmo sem a devida formação técnica. Ficou evidenciado que constroem sua formação na prática, principalmente, no que diz respeito à saúde do trabalhador, pois falta uma participação mais efetiva da própria VISA e do órgão responsável por esta capacitação, que é o CEREST.

A interdisciplinaridade emerge como questão necessária na prática dos profissionais da VISA, entretanto, não se concretiza como ideário previsto na Reforma Sanitária.

Sugerimos que esta investigação se estenda às VISA de outras regiões brasileiras e, a partir de outros desenhos de pesquisa, à maior abrangência da questão da formação, pilar de toda sua prática profissional pelo seu lastro com a área de Saúde Pública.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO FILHO, A. Dilemas e desafios da formação profissional em saúde. **Rev. Interface – Comunic., Saúde, Educ.** v. 8, n.15, p. 375-380, mar./ago. 2004.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Formação de recursos humanos para a Vigilância Sanitária. In: Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, 4., 2000, Salvador. **Anais...** Salvador -Ba: ANVISA, 2000. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/institucional/snvs/coprh/normas/oficina_rh.pdf> Acesso em: 10 jul. 2012.

ASSUNÇÃO, A. A. Condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da saúde. In: MINAYO-GOMEZ, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. (Org.). **Saúde do trabalhador na sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 4.ed. Coimbra, Portugal: Edições 70, 2010.

BRAGANÇA, I. F. S., Sobre o conceito de formação na abordagem (auto) biográfica. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n.2, p. 157-164, maio/ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano nacional vai melhorar saúde do trabalhador**. Portal da Saúde, 27 abr. 2012. Disponível em: <
<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/4912/162/plano-nacional-vai-melhorar-saude-do-trabalhador.html> > Acesso em: 20 jul. 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Previdência e da Assistência Social. In: Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador: “Trabalhar, sim! Adoecer, não!”, 3., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília-DF, 2005.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde do (a) Trabalhador (a)**. Brasília, DF, jan. 2004. Disponível em: <
http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/proposta_pnst_st_2009.pdf> Acesso em: 30 jul. 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. Divisão de Saúde do Trabalhador. In: Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, 2., 2001a, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília-DF, Ministério da Saúde, 2001a. Disponível em: <
<http://www.opas.org.br/sausedotrabalhador/Arquivos/Sala203.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. O Brasil falando como quer ser tratado: efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde com controle social: relatório final. Conferência Nacional de Saúde, 11., 2001b, Brasília. **Anais...** Brasília - DF, Ministério da Saúde, 2001b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília-DF, 2000.

BRASIL, Congresso Nacional. Constituição Federal do Brasil de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília - DF, 5 out. 1988. Disponível

em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/constituicaotextoatualizado_ec69.pdf> Acesso em: 25 mai. 2011.

COSTA, E. A.; SOUTO, A. C. Formação de recursos humanos para a vigilância sanitária. **Divulgação em Saúde para Debate**. Rio de Janeiro, n. 25, p. 91-107, nov. 2001.

FAZENDA, I. C. A. **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. 2.ed.São Paulo: Cortez,2002.

FLEURY, S. Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 14, n.3, mai./jun. 2009.

_____. O dilema da reforma sanitária brasileira. In: BERLINGUER, G.; FLEURY, S. M. F.; CAMPOS, G. W. S. **Reforma sanitária: Itália e Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988.

LACAZ, F. A. C. **Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical**. 1996. 456 f. Tese (Doutorado em Medicina) Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP: Unicamp, 1996. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000114922&fd=y>> Acesso em: 10 jul. 2011.

LUCCHESI, G. **Globalização e regulação sanitária: os rumos da vigilância sanitária no Brasil**. Brasília-DF: Anvisa; 2008.

MENDES, T. K. A. **O perfil de competências do trabalhador de nível técnico no campo das vigilâncias**. 2009. 107 f. Dissertação (Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

MINAYO-GOMEZ; C. THEDIM-COSTA; S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de Saúde pública**. Rio de Janeiro, v.13, sup. 2, p. 21-32, 1997.

MULLER, R. R.; BIANCHETTI, L.; JANTSCH, A. P. Interdisciplinaridade, pesquisa e formação de trabalhadores: as interações entre o mundo do trabalho e a educação. **Educação, Sociedade & Culturas**. n. 27, p. 175-191, 2008.

NASCIMENTO, A. M. D., Formação profissional na área da saúde como determinante das dificuldades à prática interdisciplinar. In: Seminário Educação, Comunicação, Inclusão e Interculturalidade, 2., 2009, Sergipe. **Anais eletrônicos...** Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2009. Disponível em: < www.edupeci.ufs.net > Acesso em: 24 jul. 2011.

NUNES, P.R.S., **A formação do sujeito sentir-pensante em vigilância sanitária de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados**. 2008.151 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRS, 2008. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15512/000683028.pdf?sequence=1> > Acesso em: 01 maio 2012.

SANCHEZ, M. O. et al. Atuação do Cerest nas ações de vigilância em saúde do trabalhador no setor canavieiro. **Saúde e Sociedade**. v. 18, supl. 1, 2009.

SAUPE, R. et al. Competências dos profissionais de saúde para o trabalho interdisciplinar. **Interface – Comunic. Saúde, Educ.** v.9, n.18, p. 521-536, set./dez., 2005.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (coord.), **Os professores e a sua formação**. 3. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

SIQUEIRA, J. C.M., Gestão em vigilância sanitária. In: CAMPOS, F.E.; WERNECK, G. A. F.; TONON, L. M. (Org.). **Vigilância sanitária**, Caderno de Saúde, n. 4, Belo Horizonte: Coopmed, 2001.

SOUZA, D. R. P.; SOUZA, M. B. B., Interdisciplinaridade: identificando concepções e limites para a sua prática em um serviço de saúde. **Rev. Eletr. Enf. [on-line]**, v.11, n. 1, p. 117-123, 2009. Disponível em: < <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n1/v11n1a15.htm> > Acesso em: 12 set. 2011.

STAUDT, D. T. A interdisciplinaridade em atenção básica à saúde. **Boletim da Saúde**. Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 75- 84, jan./jun. 2008.

JOVENS, FAMÍLIA, BIOMEDICINA: DISCURSOS SOBRE GRAVIDEZ E MATERNIDADE ADOLESCENTE

Régia C Oliveira

Escola de Artes, Ciências e Humanidades/USP

Professora do Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais – EACH- USP

Email: re.oliveira@usp.br

Resumo:

O presente artigo tem o propósito de discutir questões relacionadas ao corpo e à gravidez na adolescência. Visa apresentar e analisar dados de uma pesquisa qualitativa de pós-doutorado desenvolvida sob apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, entre os anos 2008 e 2010. Como técnicas de pesquisa foram utilizadas a observação e entrevistas semi-estruturadas, em um serviço de atenção e de especialização em adolescência. Um dos principais resultados encontrados refere-se à importância da mãe das adolescentes no percurso do atendimento biomédico; a presença de argumentações fisicalistas, moralizadoras e normalizantes entre os profissionais de saúde na compreensão do corpo adolescente e da gravidez na adolescência.

Palavras-chave: gravidez na adolescência, corpo, biomedicina.

Abstract:

This article aims to discuss issues related to the body and to the teenage pregnancy. This article presents and analyze the data of a postdoctoral qualitative research developed at the Federal University of São Paulo – UNIFESP from 2008 to 2010 through financial support from Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Semi-structured interviews and observation were used as research techniques, in a service for attention and for specialization in adolescence. One of the main results found refers to the importance of the mother of the adolescents during the process of the biomedical attendance; the presence of physical and moralizing

arguments and to the construction of norms among the health professionals in the understanding in the adolescent body and of teenage pregnancy.

Key words: teenage pregnancy, body, biomedicine.

APRESENTAÇÃO

O presente texto aborda questões relativas ao discurso biomédico sobre gravidez e maternidade adolescente, dele fazendo parte a referência à ideia de risco, de várias ordens, e de prevenção aos “inconvenientes sociais” decorrentes da “gravidez inoportuna”. São também discutidos aspectos ligados às percepções biomédicas sobre a sexualidade dos jovens adolescentes, no momento contemporâneo, com destaque para a questão da “experimentação” que estaria caracterizando essa população e que busca ser explicada por meio de elementos que normatizam o corpo e as diferenças sexuais e fundamentam a moralização da adolescência feminina.

A centralidade da figura da mãe no processo de orientação biomédica do comportamento dos jovens, tanto como parceira do profissional, quanto como sujeito dessa orientação, também é discutida.

Essas questões integram o projeto de pesquisa, em andamento, intitulado *Gravidez e maternidade na adolescência: discursos, vivências, significados*¹ e que tem como objetivo investigar a (re)apropriação por indivíduos pertencentes a camadas populares dos discursos dos profissionais de saúde sobre gravidez e maternidade adolescente. Trata-se de apreender em que medida adolescentes das camadas populares e sua família tomam para si os discursos biomédicos sobre gravidez e maternidade adolescente, e em que medida os re-significam, ou mesmo, deles se afastam, em razão de referências dadas pelo seu contexto sociocultural e pelas experiências singularmente vividas.

¹ O referido projeto está sendo desenvolvido na Escola de Artes, Ciências e Humanidades, EACH- USP, sob coordenação da pesquisadora, docente do curso de Obstetrícia, nessa instituição.

Importante também destacar, neste texto, a apresentação dos desafios metodológicos encontrados, tendo em vista a necessidade colocada de novas negociações para a continuação do trabalho de campo, elas mesmas tomadas como dados de pesquisa e de reflexão metodológica.

Desenvolvimento:

Castro (2004), em estudo sobre políticas públicas para a juventude, ressalta o crescimento da fecundidade entre mulheres jovens, na faixa etária dos quinze aos dezenove anos, desde os anos 1980, até os dias atuais². Mas a gravidez entre as adolescentes, pondera, não estaria associada, necessariamente, à falta de conhecimentos sobre os métodos de controle de natalidade e sim à percepção do corpo como fronteira de poder e a gravidez, um poder simbólico de muitos sentidos.

Não de modo acidental, destaca a autora, a maior probabilidade de encontrarmos jovens mães, na faixa etária dos quinze aos dezenove anos, aparece entre aquelas mais pobres e classificadas como negras ou pardas. É preciso, assim, explorar mais profundamente os significados dessa vivência nessas camadas sociais.

A autora alerta para o fato de que os sentidos dos corpos juvenis, as referências culturais do universo feminino aí considerado são silenciados por uma educação tradicional ou, mesmo, por valores de uma “adultocracia” que, apesar de, muitas vezes, bem intencionada, aparece distante daquele universo jovem.

Nesse universo, várias são as mensagens “adultocêntricas” a informá-lo, algumas das quais prescrevem e orientam condutas, segundo o gênero³. Uma dessas importantes mensagens refere-se ao campo da saúde.

Os profissionais de saúde são agentes de um discurso hegemônico sobre o corpo (Le Breton, 2006) adolescente, ao mesmo tempo em que também são informados pelo universo social ao qual pertencem, recebendo suas influências.

² Heilborn (2005) também analisa esse aspecto, mostrando que, ao contrário da declinação da fecundidade adulta nos últimos anos, a fecundidade adolescente vem aumentando. Esse fato, analisa a autora, explica parcialmente o emocionalismo do debate público em torno do assunto.

³ O gênero está sendo pensado como “tudo aquilo que é socialmente atribuído por cada sociedade, em determinado momento de sua existência, a cada um dos sexos” (Rohden: 2006, p.157).

Dentro da biomedicina (Camargo Junior, 1993), o corpo adolescente propicia um discurso específico, tendo em vista as transformações biológicas e hormonais características desse período. São os profissionais de saúde que nos informam a respeito dos significados dessas transformações, que são diferentes para os e as adolescentes, e, assim, prescrevem e orientam condutas. Como desenvolve Rohden (2006), as concepções médicas desenvolvidas legitimam-se não apenas como modelos de relações sociais entre homens e mulheres, mas também entre jovens e adultos.

No tocante à gravidez adolescente, considerações relacionadas à idéia de risco, controle, vulnerabilidade e prevenção são recorrentes nesse campo discursivo, fazendo com que a gravidez seja pensada principalmente como um problema. Como aponta Cabral (2005, p. 89), na área da saúde, a gravidez na adolescência tem sido construída como problema social. Baseados nessa percepção, continua a autora, a ideia de precocidade e o termo “indesejada” vão estar sempre acompanhando o fenômeno, que tem no corpo feminino, o foco da atenção biomédica.

No campo da saúde, avalia Sohn (2009, p. 126), a atenção dedicada à maternidade na medicina “explica que as mulheres sejam desde muito cedo controladas em uma rede de prescrições médicas. Mais do que o campo da saúde, legítimo em sua atuação perante as futuras mães adolescentes, a família, referência moral para os filhos (Sarti, 1996), deve ser destacada como um importante espaço de produção de discursos e orientações sobre o tema, sobre “a adolescência” e sobre a atenção às transformações corporais nesta “fase” da vida.

O corpo apresenta-se como corpo sexuado, estabelecendo, por meio da categoria gênero, expectativas relacionadas ao desempenho de papéis sociais desempenhados por homens e por mulheres, no caso em estudo, nas camadas populares, dentre os quais, o de mãe, pai, filho, filha, estudante, trabalhador. Desse modo, o corpo é tomado como realidade simbólica circunscrita (Mauss: 1936); suporte material para pensar a adolescente e os significados sociais atribuídos à gravidez, à maternidade e à sua vivência.

Nessa perspectiva, a compreensão das questões relacionadas ao corpo – gravidez e maternidade adolescente – figura-se como irredutíveis à dimensão biológica e, portanto, aos saberes biológicos.

Metodologia:

Dada a natureza interpretativa desta pesquisa, a abordagem metodológica é qualitativa. O método utilizado é a *rede social*. A rede social é definida como o conjunto de relações que ligam pessoas, posições sociais (...), grupos e organizações” (Johnson, 1997, p. 190).

Este trabalho tem como referência empírica inicial o atendimento à saúde de adolescentes realizado por um local de atenção e de especialização em adolescência. A partir desse espaço, onde são atendidas adolescentes, busca-se o contato com os profissionais que ali trabalham, bem como com adolescentes grávidas e/ou mães e seus familiares que as acompanham nos atendimentos. Em seguida, são construídas redes de contatos, a partir do método da *rede social*, com o intuito de se obter informações sobre outras jovens que vivenciam a gravidez e/ou a maternidade adolescente para que essas famílias possam ser contactadas. Como técnicas de entrevistas são utilizadas: observações; entrevistas semi estruturadas com os profissionais de saúde, com as jovens e seus familiares - estas duas últimas, serão feitas na casa das entrevistadas, para que seja possível também apreender elementos constitutivos da dinâmica familiar, da qual fazem parte a relação de cuidado na gravidez e na maternidade; grupos focais com as jovens.

Resultados Alcançados

Essa análise centrada, num primeiro momento, no discurso dos profissionais de saúde do local estudado⁴, sobre gravidez e maternidade adolescente, evidenciou a existência de argumentos fiscalistas, normativos e moralizantes, na apreensão e compreensão da relação entre adolescência, corpo, gênero, sexualidade, gravidez e

⁴ As entrevistas aqui apresentadas e analisadas são extraídas de pesquisa anteriormente desenvolvida, intitulada “Adolescência e corpo adolescente: discursos da biomedicina”. Esta pesquisa foi realizada no Departamento de Medicina Preventiva, em Saúde Coletiva, da Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP; entre os anos 2008 e 2010, sob supervisão da professora Cynthia Andersen Sarti e apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Tendo em vista se tratar do mesmo local de estudo da atual pesquisa, bem como dos mesmos profissionais de saúde, agora contactados como via de acesso às jovens grávidas, alguns desses relatos serão aqui resgatados. Busca-se evidenciar elementos importantes do discurso biomédico sobre gravidez e maternidade adolescente. Novas entrevistas com esses profissionais poderão ser realizadas, caso pareça importante para a compreensão das questões colocadas por esta investigação.

maternidade, pela biomedicina. Ao mesmo tempo, também revelou a centralidade da figura da mãe da jovem adolescente que está sendo atendida, tendo em vista a mesma ser considerada importante parceira na relação de cuidado médico e biomédico, do qual fazem parte as prescrições e orientações comportamentais. Estas orientações são apoiadas em um conjunto definido de comportamentos considerados “normais” na adolescência, integrando a chamada “Síndrome da Adolescência Normal”⁵. Com base nesses resultados de pesquisa, busca-se, agora, focalizar tanto os profissionais de saúde no local estudado, quanto as adolescentes e seus familiares, no que se refere às questões relativas à gravidez e à maternidade adolescente. No segundo caso, jovens e familiares, apreender quais significados constroem em torno dessas experiências, expressos nos discursos desenvolvidos a esse respeito.

Desafios metodológicos encontrados

O foco nas jovens de camadas populares e em sua família faz parte de um segundo momento de pesquisa, em andamento, em que será introduzido o método da *rede social*, conforme consta na discussão metodológica.

No desenvolvimento do trabalho de campo, até o presente momento, foram realizadas observações; revisão de entrevistas⁶ sobre gravidez na adolescência, realizadas com profissionais de saúde – médicos, nutricionistas, psicóloga, dentista, educadores físicos, - que atendem adolescentes, dentre os quais, jovens gestantes, em um espaço de atenção e de especialização em medicina do adolescente.

Novos encontros com a equipe de saúde no espaço em estudo estão sendo realizados com vistas à continuação do trabalho de campo - estabelecimento de uma rede de contato com adolescentes grávidas e/ou mães e seus familiares que as acompanham nos atendimentos.

Esses encontros com os profissionais de saúde buscam organizar atividades que resultem na construção de um artigo conjunto, feito a partir do encontro de diferentes olhares e perspectivas sobre adolescência.

⁵ A referência a esse termo, pela biomedicina, e suas implicações é discutida em projeto anterior de pesquisa de Pós doutorado, intitulada “Adolescência e corpo adolescente: discursos da biomedicina”.

⁶ Nota 3.

Essa foi uma solicitação da equipe de saúde do local, pensando em uma espécie de contrapartida para o trabalho de campo.

Ainda que essa solicitação não tenha sido colocada como condição para a continuação da pesquisa, foi apresentada como uma demanda do local, segundo uma nova política de organização do espaço frente a constantes solicitações de diversos pesquisadores interessados tanto no tema adolescência quanto no referido espaço de atenção a esse público.

Reafirmava-se, assim, a necessidade da constante reflexão (Queiroz, 1983) e negociação no trabalho de campo (Sarti, 1996), atentando-se para o fato de que é preciso estar “aberto” para ouvir o “outro”, seus interesses, nessa relação que se constrói a cada encontro, deixando claro o lugar de cada um, as possibilidades e as impossibilidades ali colocadas. Para a pesquisadora, trata-se de buscar viabilizar a continuação do trabalho de campo. Para o local em estudo, “ganhar” algo nessa troca. Com o convívio nesse local, foi possível perceber que a co-autoria de trabalhos é uma prática muito comum na área da saúde, tornando compreensível, dentro dessa lógica, a solicitação apresentada à pesquisadora.

Por outro lado, importante também considerar a possibilidade de desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar por meio da construção do referido artigo, em que se coloca a aproximação e o diálogo de diferentes olhares e referências epistemológicas sobre gravidez e maternidade adolescente, importantes também como dado de observação da pesquisa sobre os saberes e práticas dos profissionais de saúde.

Assim, para o desenvolvimento deste texto, serão apresentadas e discutidas falas de profissionais de saúde em torno do tema gravidez e maternidade adolescente, articuladas às observações de campo e referidas aos achados de pesquisa, até o presente momento.

São destacadas questões relativas à sexualidade; às diferenças entre os sexos e as relações de gênero, segundo expectativas quanto ao desempenho de papéis sociais; à ideia de riscos e de prevenção da gravidez na adolescência, especialmente das camadas populares; e à importância da mãe da jovem nas orientações dos profissionais de saúde. Argumentos fiscalistas, normativos e moralizantes constroem as diferenças entre os sexos, em particular, no referente à sexualidade e à gravidez na adolescência.

Discussão dos achados de pesquisa

Entre os profissionais entrevistados, é recorrente a relação estabelecida entre gênero e determinantes biológicos, ainda que haja a consideração de fatores socioculturais influenciando as percepções acerca do feminino e do masculino.

Em entrevista, uma das profissionais de saúde, fonoaudióloga, aciona essas explicações para construir a idéia a respeito das diferenças entre o universo masculino e o feminino. A entrevistada comenta que, cientificamente, os jovens do sexo masculino apresentam maior dificuldade de aprendizado. Essa percepção constrói um discurso sobre as relações de gênero, baseado em argumentos fisicalistas. Segundo analisa a entrevistada, *meninas acabam aprendendo muito mais rápido sobre aprendizagem, menino não, ele demora mais e nessa demora pode ter algum problema, então, nosso público maior acaba sendo de meninos*. A explicação para isso, segundo afirma, *é biológica. Os homens têm mais desenvolvido essa parte de habilidades práticas, então eles são preparados para caçar, pra trabalhar e as mulheres não, elas são, biológicas né, que a gente tem uma comunicação melhor porque fala com a família, porque tem conversas com outras mulheres pra trocar experiências, é mais isso mesmo. Então, a gente espera que as meninas sejam assim um pouquinho melhor, uns seis meses melhor do que os meninos*.

Assim, diferenças apontadas como “biológicas” são apresentadas para justificar as questões referentes aos gênero masculino e feminino, no tocante ao desempenho de papéis sociais. Interessante notar que as diferentes qualidades apresentadas, como *habilidades práticas* e *comunicação*, são transformadas em biológicas, lidas nesse registro. Há assim, um esforço de construção e compreensão das diferenças sexuais que justifiquem as diferenças encontradas entre os gêneros, não vistas, portanto, como resultado do aprendizado social e cultural do que é ser homem e do que é ser mulher em determinado tempo e lugar.

Em estudo sobre a história da ginecologia no Brasil, Rhoden (2001) mostra como as diferenças sexuais foram construídas pela medicina. É na puberdade, argumenta a autora, que essas diferenças vão se manifestar de maneira mais evidente. É nesse momento que o discurso biomédico sobre a relação entre corpo, gênero,

adolescência se constitui, no sentido da organização e normatização do corpo e das diferenças sexuais.

Rhoden (2001) mostra inúmeras passagens de teses de medicina, defendidas na época, que afirmam que durante a infância “meninos e meninas” apresentariam uma constituição corporal e também de temperamento bastante semelhante. A partir da puberdade a diferenciação sexual ocorreria com mais força.

No século XIX, continua a autora, essas diferenças anatômicas vão justificar as diferenças de papéis sociais entre homens e mulheres, segundo expectativas referentes às relações de gênero.

Nesse mesmo registro de pensamento, afirma-se nesses estudos que na puberdade todas as energias do organismo feminino precisariam ser direcionadas para a adequada formação dos órgãos reprodutivos, com vistas ao exercício futuro da maternidade, sua principal função social, no período considerado, final do século XIX.

Nessa ocasião, os médicos afirmavam que o desejo sexual era mais forte e legítimo nos homens. Assim, quando esse traço era percebido nas mulheres, era visto como um distanciamento do comportamento feminino considerado “normal”. A não percepção desse traço nas mulheres era vista como condizente com a diferença prescrita entre os sexos.

Contemporaneamente, a percepção da sexualidade feminina ganha outros contornos, sendo considerada legítima, pela biomedicina. Todavia, especialmente na apreensão da adolescência, a sexualidade remete ao aspecto da experimentação, considerada uma das características desse momento da vida dos indivíduos, e, associada a isso, à moralização da adolescência feminina.

Há a percepção por parte dos profissionais de saúde que trabalham com crianças e adolescentes de que o comportamento dos jovens em relação à sexualidade está mudando, em virtude, principalmente, da antecipação do início da vida sexual. Como desenvolve uma das médicas, *o mundo está erotizado e está erotizando as crianças*. Ao mesmo tempo, há técnicos para falar do assunto. Os discursos sexológicos, esclarece Sohn (2009), contribuíram para “tirar a sexualidade do silêncio e da vergonha”. Contemporaneamente, é lícito falar publicamente de sexualidade, reconhecê-la em

ambos os sexos, perceber mudanças e, no caso dos técnicos em saúde, apontar e/ou definir caminhos.

Na discussão desses caminhos, há também uma percepção entre profissionais de saúde, de mudança de atitude dos jovens em relação à sexualidade, *ela está mais tranqüila*, diz uma das médicas, que acrescenta, *eles [os adolescentes] querem se conhecer, isso mudou*.

Um dos sintomas dessa mudança é a iniciação sexual dos jovens que ocorre, em média, antes dos dezesseis anos de idade. O início da vida sexual na adolescência é relacionado, na biomedicina, ao esse aspecto da experimentação, característica marcante dessa “fase”. O desejo das jovens, considerado legítimo, ainda que o modo de viver a sexualidade passe por normatizações, definidas pela biomedicina, segundo percepções das relações de gênero. Como desenvolve Sohn (2009, p. 126), a medicalização da sexualidade, inserida na medicalização da sociedade “efetua-se, porém, de forma diferente para os homens e para as mulheres”.

A biomedicina estabelece diferenças biológicas entre os sexos, ao mesmo tempo, normatiza essas diferenças, a partir de uma concepção do lugar social das categorias sexuais. Essas diferenças corporais tornam-se particularmente expressivas na adolescência, período de maturação sexual e de preparação para o exercício dos papéis sociais.

No desenvolvimento desses papéis, a maternidade na adolescência aparece como algo problemático que requer atenção e orientação dos profissionais de saúde no tocante à orientação e prevenção da gravidez na adolescência. Essas orientações, abarcam, cada uma a seu tempo, tanto a jovem como a mãe que geralmente a acompanha. Após abordar o assunto com a adolescente, o profissional de saúde busca incluir a mãe. Como afirmou uma psicóloga do espaço em estudo, *a menina pode querer perguntar alguma coisa pra mim sem a mãe. Depois eu coloco as duas pra discutir algumas coisas, inclusive pra falar ‘olha, mãe, veja, ela já é uma mocinha, né, agora, a senhora vai ter que vigiar melhor sua menina’, eu digo porque é um valor dessa mãe, eu não vou contra o valor dessa mãe. ‘Então,[diz para a mãe] a senhora vai ter que cuidar’. Tá vendo [referindo-se à jovem], sua mãe vai olhar pra você porque ela está querendo cuidar de você, porque ela acha que você vai pegar uma barriga e nesse momento é cedo. Então, eu coloco as duas lá (...) pra menina inclusive entender e pra mãe poder*

*comunicar a ela, 'não quero que você saia porque tenho medo que você pegue barriga'.
Pra menina entender quando a mãe fala isso.*

Essas considerações mostram como a orientação é pensada, tanto para a mãe quanto para a filha, e, apoiadas a ela, como o papel de mãe e de mulher são colocados. Uma vez que a jovem *já está uma mocinha*, cabe à mãe controlá-la, ou seja, controlar sua sexualidade, vigiá-la para que ela não “pegue uma barriga”. Controle e vigilância são os termos utilizados para pensar o papel da mãe em relação à sexualidade da filha. A preocupação médica com o controle e a vigilância da sexualidade da mulher é analisada por Rohden (2001; 2006). Como mostra a autora, ao longo dos séculos, a medicina vem corroborando com a idéia de que o pudor e a obediência são valores femininos por excelência e que o corpo feminino destina-se à procriação. No entanto, quando se trata de adolescência, valores normativos, ancorados à idéia de prevenção a riscos, prescrevem a gravidez na adolescência como um mal que deve ser evitado.

Na fala descrita, ao conversar com a mãe, a profissional a coloca em uma posição de sua aliada. Ao se referir à filha, dizendo, mais do que isso, representando as falas da mãe, quais são as preocupações dela, como diz *'não quero que você saia porque tenho medo que você pegue barriga'*, a profissional busca um reforço na mãe, para o que, de fato, deseja transmitir à jovem, ou seja, a idéia de que está cedo para que a adolescente pense em gravidez, sendo, então, necessário o controle e a inspeção da mãe, ambos expressos na idéia de cuidado. Como diz, *tá vendo, sua mãe vai olhar pra você porque ela está querendo cuidar de você*. Enquanto diz para a mãe: *agora, a senhora vai ter que vigiar melhor sua menina, a senhora vai ter que cuidar*, no sentido de tomar conta. Segundo diz, *porque isso é um valor dessa mãe, e eu não vou contra o valor dessa mãe*, assegura.

O desenrolar dessa entrevista mostra como essas considerações sobre a sexualidade feminina e a gravidez na adolescência, colocadas como “valores da mãe”, constroem, na verdade, o discurso da profissional sobre esses temas, especialmente sobre a gravidez das jovens de camadas populares. Conforme aponta, *muitos estudos mostram que a gravidez na adolescência é um problema porque geralmente ela não arruma um emprego depois, ela estuda menos, ela tem mais dificuldade de manter um emprego, tem uma segunda gravidez que a primeira gravidez não é protetora*

coisíssima nenhuma da segunda, então é um problema pra todo mundo: pra sociedade como um todo e para aquela criança que, na verdade, ela não é bem educada em termos de desenvolvimento. Agora, tem muitos estudos que mostram que a gravidez é um fator protetor, a menina que engravidou, por exemplo, de muita baixa renda, ela deixou de ir na gandaia, deixou de usar droga, deixou não sei o que, então as amigas dela morreram e ela, por conta do bebê, não morreu, então pode ser um fator protetor. Eu posso pensar em mim como defensora da educação, eu acho que tem que terminar o ensino médio, então, gravidez antes atrapalha o ensino médio, nesse sentido.

Ao falar da gravidez na adolescência, a profissional aponta uma série de inconvenientes sociais, os quais estão apoiados, segundo afirma, em estudos realizados a respeito. O discurso da gravidez como um problema é construído em meio a considerações sobre a maior vulnerabilidade das jovens das camadas populares frente às drogas e à violência urbana. Todavia, generalizações e preconceitos estendidos até mesmo ao que não se sabe precisar - *deixou não sei o que*, “mas deixou”, circunscrevem a gravidez como um fator de proteção. Ela é um mal menor frente aos outros males próprios da vida dos jovens das camadas populares.

A idéia da gravidez na adolescência como um problema, quase sempre em si mesma, é passada tanto à jovem quanto à sua mãe. Ao mesmo tempo em que a mãe é orientada, ela faz o intercâmbio do profissional com o (a) adolescente, servindo de apoio e, em alguns momentos, como o que foi anteriormente apresentado, de porta-voz das preocupações médica e biomédica, estabelecidas e expressas nas relações do profissional com o (a) jovem.

Um outro ponto importante do discurso biomédico, referente à sexualidade e à gravidez na adolescência, é a idéia de “riscos” de diversas ordens. Um deles, o risco relacionado às doenças sexualmente transmissíveis, associa-se a uma dada percepção da adolescência, considerada irresponsável e fantasiosa, no que se refere à sensação de indestrutibilidade desses jovens. Como diz uma médica *eles acham que com eles nunca nada vai acontecer*. Em decorrência disso, os profissionais buscam orientá-los especialmente na utilização de métodos contraceptivos, que também visam evitar a gravidez nesse período da vida.

Ao falar do comportamento sexual adolescente, um dos médico, traz considerações que associam a idéia de risco e vulnerabilidade à noção de promiscuidade. Ao afirmar que o comportamento sexual adolescente é considerado adequado pelo profissional de saúde *quando é satisfatório para o adolescente, acrescenta, e que não tenha risco de doença sexualmente transmissível e gestação. O resto é adequado. Ele que tem que definir o que é adequado. Talvez a gente possa estabelecer limites de promiscuidade; de estabelecer o que é, por exemplo, um relacionamento adequado, seguro, mas ao mesmo tempo, como a gente vai fazer controle de piercing, tatuagem, que também são comportamentos que têm que estabelecer limites, mas que cabe a eles decidir se querem fazer ou não.* Mas o profissional entra nesses assuntos, como afirma, *o profissional entra sempre, pelo menos é a orientação que a gente dá para os nossos alunos residentes.*

Assim, é preciso evitar o risco de *doença sexualmente transmissível e gestação*, pois *o resto é adequado*. No auxílio ao controles desses riscos, o profissional de saúde também estabelece *limites de promiscuidade*; definindo, por exemplo, *um relacionamento adequado, seguro*, o que expressa a intervenção biomédica sobre os corpos e além deles, ou seja, na própria vida dos indivíduos, em suas diferentes dimensões, uma vez que prescreve como melhor vivê-las.

Como desenvolve Cabral (2005, p. 89), na área da saúde, a gravidez na adolescência tem sido construída como problema social. Baseados nessa percepção, continua a autora, a idéia de precocidade e o termo “indesejada” vão estar sempre acompanhando o fenômeno. Assim, para a biomedicina e segundo seu discurso hegemônico sobre o corpo e as questões que o afetam, a gravidez na adolescência é encarada como “um desvio ou transtorno para a vida do (a) jovem. Destacam-se os “riscos biopsicossociais” para a adolescente e o bebê. Aliado aos riscos clínicos, são levantadas questões de outra ordem, dizendo respeito à limitação do crescimento social e econômico da jovem que engravida, conforme mencionam os profissionais, em entrevistas. *A jovem não evolui social e economicamente* quando engravida, diz uma das médicas que também menciona, *eu prefiro falar em gravidez inoportuna*, referindo-se à consideração dos *déficits sociais*, nessa “não evolução social e econômica”, mesmo quando a gravidez foi ou passou a ser desejada pela jovem.

A continuação da pesquisa permitirá apreender, a partir do âmbito da família das camadas populares, as percepções desses eventos sociais – gravidez e maternidade adolescente - nas diferentes gerações: pais e filhos -, com especial atenção aos sentidos construídos nessas vivências, dos quais podem fazer parte, em maior ou menor grau, os discursos biomédicos no campo da saúde.

Referências Bibliográficas:

CABRAL, C. S. Gravidez na adolescência: negociações na família. In HEILBORN, M.L et al (orgs) *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.87-110.

CAMARGO JUNIOR, K.R. *Biomedicina, saber & ciência: uma abordagem clínica*. São Paulo, Hucitec, 2003.

CASTRO, M.G. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes In *Juventude e Sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p.275-303.

HEILBORN, L.M & Equipe Gravada. Uniões precoces, juventude e experimentação da sexualidade. In Heilborn, L.M et. al (orgs). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.39-60.

JOHNSON, A. G. *Dicionário de Sociologia. Guia prático de linguagem sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

LE BRETON, D. *Sociologia do corpo*. Petrópolis, Vozes, 2006.

MAUSS, M. As técnicas corporais [1936] In *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974, p. 209-33.

QUEIROZ, M.I.P. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo, CERU e FFLCH/USP, 1983.

ROHDEN, F. Sexualidade e Gênero na medicina. In Souza, A. N. e Pitanguy, J (orgs). *Saúde, corpo e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p.157-180.

_____ *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

SARTI, C.A. *A família como espelho*. Um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre, Jul/ Dez 1995. v 2, n. 20, pp. 71-99.

SOHN, A-M. O corpo sexuado In *História do corpo. As mutações do olhar: o século XX*. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2009. p. 109-144.

***MENS SANA IN CORPORE NO GINÁSIO SANTA CATARINA:
INVENTÁRIO DAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DO CORPO (1906
– 1918)***

Thiago Perez Jorge

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: thipjorge@yahoo.com.br

Norberto Dallabrida

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGE/UDESC).

Alexandre Fernandez Vaz

Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC e PPGICH/UFSC).

Resumo

Este trabalho intenta discutir e organizar atividades de lazer e de esporte no momento inicial da República na capital do Estado de Santa Catarina. Trata-se do período entre 1906 a 1918. Para tal utiliza fontes como diários e relatórios do Ginásio Santa Catarina e de jornais da época. Os aportes teóricos se orientam nas discussões biopolíticas de Michel Foucault e da busca da excitação pelas atividades de lazer e de esporte de Norbert Elias. Os resultados apontam que um inventário das práticas de educação do corpo permite alargar representações e práticas de saúde inscritas na sociedade que as produz. Significa compreender os imperativos de ordem intelectual, ética, estética, corporal que envolvem o corpo em sua materialidade e concorrem à produção da vida numa relação interdependente entre sociedade-educação-saúde.

Palavras-chave: representações e práticas de saúde, busca da excitação, Ginásio Santa Catarina.

Abstract

This work intends to discuss and organize leisure activities and sports at the start of the Republic in the state capital of Santa Catarina. This is the period 1906-1918. To use such sources as diaries and reports of the Secondary School Santa Catarina and newspapers. The theoretical discussions are oriented biopolitics of Michel Foucault and the pursuit of excitement leisure activities and sport of Norbert Elias. The results show that an inventory of educational practices of the body allows extending health practices and representations inscribed in the society that produces them. Means to understand the imperatives of intellectual, ethical, aesthetic, body involving the body in its materiality and contribute to the production of living in interdependent relationship between society, education and health.

Keywords: health practices and representations, seeking excitement, Secondary School Santa Catarina.

Introdução

Uma quarta-feira, 28 de março de 1906, fazia pouco mais de duas semanas que o Ginásio Santa Catarina oficialmente abria suas portas (GINÁSIO..., 1906, p. 3), consta no diário¹ do padre prefeito que após a chuva, houve jogos em separado e pela primeira vez, meninos maiores jogam futebol e os pequenos realizam outros jogos (DIÁRIO, 1906). Jogos e todo tipo de movimentos corporais compõe o que entendemos como educação do corpo. A problemática desse tema permite que sejam desenvolvidas análises acerca das ações que envolvem o corpo em sua materialidade, quer dizer, atividades que pautam suas intenções ao corpo físico propriamente dito. Canto, teatro, saídas do colégio, longas caminhadas, banhos de mar, demonstração de ginástica, partidas de futebol e marchas militares pelos cantos da cidade participam tanto da vida íntima quanto da vida pública deste educandário de ensino secundário dirigido por padres jesuítas alemães. Instituição que no decorrer de mais de um século de existência passou por algumas mudanças de nomes. Da fundação até 1917, *Ginásio Santa*

¹ Agradeço ao professor Norberto Dallabrida pela disponibilidade dessa fonte, o *Diário do padre prefeito* do Ginásio Santa Catarina.

Catarina, de 1918 até 1942, *Ginásio Catarinense*, dessa data até os dias de hoje acompanha a instituição o seu nome atual, *Colégio Catarinense*².

A assertiva de Elias (1992, p.39) “de que a compreensão do esporte contribuía para o conhecimento da sociedade” é a questão central deste trabalho. Deveras complexa, necessariamente perpassa por indícios de *como* (processos), *por que* (causas) e *para que* (finalidades) atividades que envolvem o corpo se tornam legítimas³. Trata-se de uma análise crítica das atividades humanas que *naturalmente* são alçadas como saudáveis. Coadunamos com Sant`Anna (1995, p.11-18) no sentido de que seria empobrecedor tomar o corpo “como algo já pronto e constituído”. Sempre há uma história para se contar nos termos de como representações e práticas associadas à saúde e ao bem-estar são produzidas no interior de uma sociedade.

Com base nesse problema é que este texto intenta apresentar processos de escolarização do corpo no inícios da Primeira República. Mais especificamente trata das práticas de educação do corpo no Ginásio Santa Catarina, em Florianópolis. Trabalho parcial⁴, inscrito na Nova História Cultural (HUNT, 2001; BURKE, 2008), que vem mobilizando uma série de artefatos e documentos, como fotografias, relatórios do colégio, Diário dos Padres Prefeitos e jornais da época do recorte desta investigação (1906 a 1918), cuja descrição e análise podem apresentar novas perspectivas para a compreensão tanto de uma educação do corpo quanto de representação de saúde no ambiente escolarizado. Se o corpo é educado nos espaços institucionalizados da escola, igreja, hospitais, hospícios e em tantas outras instituições fechadas também é verdade que sua presença nas ruas, nas visualidades das publicidades – jornais, revistas e novas mídias tecnológicas (VAZ, 2003, p. 7) também o educam, numa palavra, o corpo é educado nas coisas da cidade.

Nesse sentido ao tratarmos do problema da relação educação e saúde a partir das práticas escolarizadas de educação do corpo no Ginásio Santa Catarina, assumimos a interdependência com as forças da sociedade (cidade) que o conforma. O que nos apresenta uma questão a desenvolver. Quais as práticas e representações de *mens sana* desse corpo que se escolariza no início do movimento republicano em Florianópolis?

² Os trabalhos de João Pick (1979), Norberto Dallabrida (2001) e Rogério Souza (2005) são as referências consideradas de maior relevância desta investigação a cerca da instituição que já completara um século de existência e ainda assim permite que muita história seja contada.

³ Essa complexidade de indícios – *como*, *por que* e *para que* – é tratada ao longo do texto. Em algumas passagens ela será reforçada, indicada em parênteses e notas de rodapé.

⁴ Estes resultados são parciais, visto que as investigações ainda prosseguem junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGE/UDESC). Novas fontes podem alargar ou mesmo recolocar questões.

Tal desdobramento avançaria na compreensão dos processos de legitimação social através da noção que Foucault (1986, p.244) nos apresenta sobre “dispositivos de poder”. Significa compreender a produção e desenvolvimento das atividades de lazer e de esporte num conjunto de discursos, enunciados científicos, filosóficos, morais, filantrópicos.

Os trabalhos de Norbert Elias e Michel Foucault contribuem nessa leitura que relaciona processos de saúde e de escolarização numa sociedade. Elias (1992; 2008) trata no decurso do processo de civilização como atividades de lazer e de esporte configuram-se na sociedade moderna de modo a atuar sobre o indivíduo numa economia das paixões e afetos. Foucault (1999; 1999b; 2008) por sua vez entende o biopoder como o poder sobre a vida por meio de novas mentalidades que dirigem uma população, de modo que há investimento sobre o corpo vivo através de questões sobre nascimento, mortalidade, duração e qualidade de vida, tratam-se enfim, de técnicas de poder que gerem a vida. Nesse sentido aproximar tais autores é possível a partir da perspectiva do desenvolvimento da civilização no suporte das estratégias de saber-poder que produzem seus efeitos de verdade (FOUCAULT, 2010, p.223-240) e das atividades de lazer e esporte que promovem prazer (ELIAS, 1992). Fenômeno das ações humanas que constituem corpos na diacronia da vida. Moldura dos hábitos, sentimentos, preferências, aparência física, fisiologia humana, logo, moldura que concorre à produção social da saúde⁵.

Portanto, nos termos de uma sociedade biopolítica atividades de lazer e de esporte forjam-se ao bem-estar de sua população por promoverem segurança e excitação no território quando no decurso do processo civilizatório há aumento do controle da violência o qual se deve tanto à atual organização dos Estados-nação quanto ao aumento da repugnância da sociedade hodierna. Trata do tipo de desenvolvimento social que Elias (1994) aborda em sua noção de “processo civilizatório”, e que possibilita compreender desenvolvimento do lazer e do esporte numa dinâmica que sintetiza questões do nível de violência, de riqueza e de higiene sobre sua cidade e seu cidadão.

Atividades estas que se tornam “dispositivo de poder” inserido numa sociedade o qual atua com vistas a “melhorar a sorte das populações, aumentar suas riquezas, sua duração de vida, sua saúde.” (FOUCAULT, 2008, p. 138-9). Biopolítica, cuja arte de

⁵ Saúde em sua noção ampliada, como já discutem Buss (2003) e Mendes (1999), não se trata apenas das associações com doenças, etiologia e tratamento, perspectiva médico-higienista, mas alarga-se aos processos mais gerais que envolvem a vida e o bem-estar.

governar se pauta em múltiplas estratégias, se orienta a partir dos saberes biomédicos cujas relações de poder fundam-se dos conhecimentos da biologia e da fisiologia ocidental para gerir a produção da vida, alcançando as dimensões pública e privada na sociedade. Dessa forma, levando em conta que todos e qualquer um podem inventar costumes, lazer, esportes, enfim, novas formas de se sociabilizar e excitar, este texto se organiza apresentando elementos do nascimento da instituição e em seguida tecemos as práticas de educação do corpo promovidas no colégio e refletidas na cidade organizando-as em atividades de lazer e de esporte. Tais atividades perfazem o itinerário para alargar noção de saúde que se constrói no início do momento republicano na capital de Santa Catarina a partir do seu educandário de ensino secundário administrado pelos padres da Companhia de Jesus. Simbolização de *mens sana in corpore sano*.

1. Eis que Nasce uma Instituição com suas Práticas de Educação do Corpo

Era “mais ou menos em meados de janeiro de 1906”, quando dois padres receberam por telegrama o chamado para “partir de lá, realmente no meio da noite cheia de neblina, da chácara de São Leopoldo” (DIÁRIO, 1906). Os termos em destaque constam nas primeiras linhas do Diário do Padre Prefeito, escrito a 13 de março de 1906. Início de uma história no momento republicano catarinense.

A paisagem da Praia de Fora é verdadeiramente encantadora, pelo conjunto delicado de planos, altos e encostas arborizados [...] por entre as quais branquejam os frontões das vivendas e chácaras elegantes e da mais variada arquitetura, desde o *chalet* de modelo suíço às casas de estilo alemão, acomodadas ao clima tropical, com avarandados à frente ou ao lado. (Virgílio Várzea, Santa Catarina – A Ilha).

Aquela paisagem que trata Várzea seria o local de nascimento do Ginásio Santa Catarina, o bairro Praia de Fora, formado por bela natureza que serve como inspiração para este *marinhista*⁶. Além de ser também espaço para distinção social, pois conforme aponta Araújo (1989, p. 25), era lá que “os abastados da ilha, que possuíam suas chácaras nos arredores mais aprazíveis” e se distanciavam “daquilo que consideravam a sujeira e os amontoamentos do centro” da cidade. Contudo a ocupação da cidade pelas elites não será objeto de tratamento maior neste texto. Diz-se apenas que o surgimento

⁶ *Marinhista* é designação daqueles cuja obra tem o mar como principal tema nos escritos (crônicas, poesias).

de uma instituição como o Ginásio não se faz sem investimentos e estratégias. O que nos interessa é perceber que a paisagem encantadora descrita por Várzea possibilita aproximação da importante questão sobre o projeto da cidade e do cidadão republicano. Nesse sentido parece que há uma apropriação do espaço da cidade que serve tanto aos interesses da equipe dirigente do Colégio quanto aos anseios da elite do partido republicano que governava a cidade. Tal apropriação será fundamental no desenvolvimento das atividades de lazer e de esportes.

Pactos celebrados entre elite política da cidade e padres professores do educandário jesuítico avançam na materialidade dos acontecimentos. O *oficioso* jornal *O Dia*⁷, órgão do Partido Republicano Catarinense, anunciava no decorrer do ano de 1905, o “contrato celebrado entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Sociedade Anônima ‘Padre Antônio Vieira’, para a fundação, na capital, de um Colégio de ensino secundário.” (O DIA, 22 de novembro de 1905, p.1). Da parte da equipe jesuítica, elogios ao local da instalação do novo colégio, com destaque para as “ótimas condições de salubridade do local” e para a “cooperação eficaz” dos executivos estadual e municipal (O DIA, 6 de janeiro de 1906, p.1). E pelo jornal *O Dia*, porta-voz dos grupos dirigentes da política no estado, palavras de que “o educandário representava a realidade de um projeto almejado há muito tempo pelo governo estadual” (O DIA, 6 de janeiro de 1906, p. 1). Ditos que se materializariam na chácara Pamplona da família do Cel. Vidal Ramos, cujo filho Nereu, obtivera em 1904 o bacharelado no Ginásio Conceição, instituição da mesma Sociedade Padre Vieira, mas em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul (DALLABRIDA, 2001, p.50-51). Assim se erguia o Ginásio Santa Catarina.

O terreno com mais de cinco hectares foi comprado pela Companhia de Jesus por 27 contos de réis dois dias depois da assinatura do contrato com o Governo do Estado (PICK, 1979, p. 26; DALLABRIDA, 2001, p. 48). A chácara da família Pamplona já se destinava ao lazer e à realização de festas no meio de plantas e árvores. Aparece descrita em carta de 22 de maio de 1905, do padre Francisco Topp, quando este pergunta ao superior alemão sobre a possibilidade de ser aberto um colégio na capital de Santa Catarina. Escrita em alemão, relata que o local era “próximo do centro, com vastos campos para jogos, espaço para plantações e edifícios, localização sadia e arejada” afastado dos barulhos “perturbadores das artérias principais” (SOUZA, 2005,

⁷ O Jornal *O Dia* no recorte desta pesquisa pode ser lido como *oficioso* visto que além das publicações das esferas legislativa e executiva, também veiculava notícias e crônicas de interesse do Partido Republicano Catarinense (PRC), mais especificamente, da ala “laurista” deste PRC. Sobre a disputa interna entre a ala “laurista” e “hercrista” do PRC ver mais em Dallabrida (2001, p.52-79).

p. 44-45). Inaugurava-se com o Ginásio um momento que iria contribuir em deslocar através das práticas corporais representações de uma Desterro imperial para uma republicana Florianópolis⁸.

Os trabalhos de Elias (1992; 1994; 2008) contribuem na leitura do início da república em Florianópolis quando apresenta o “processo civilizador” implantado na Alemanha, França e Inglaterra, e ao esgarçar tal noção a diferencia do conceito de cultura. Elias (1994, p.23-34) entende que ser civilizado refere-se a uma conduta, comportamento pessoal descrito como qualidade social das pessoas pelo modo de falar, pela roupa que vestem, pelo jeito que se alimentam, pela casa que habitam, enfim, uma série de qualificações que são expressões de “grupos colonizadores”⁹. Já para o termo “cultura”, Elias (1994, idem) parte do conceito alemão de “*Kultur*”, pois permite ênfase “à identidade particular de grupos”, de uma nação, ou seja, um tipo de consciência que se projeta na autoapresentação. Apesar de problemática, o que interessa com essa noção de cultura é a aproximação com o fato de que os padres docentes jesuítas abrem o “novo” colégio secundário em Florianópolis. Nesse sentido estes professores são uma espécie de grupo colonizador que traz um *background* cultural sobre atividades de educação do corpo.

As práticas corporais em desenvolvimento no educandário contribuiriam, portanto, no processo civilizatório da cidade no deslocamento da tradicional Desterro para uma Florianópolis em modernização republicana¹⁰. Segundo Dallabrida (2009, p. 289) o código jesuítico “é parte integrante da nova ‘arte de governar’ estudantes”, desloca-se “da ‘era da palmatória’ para o tempo da disciplina escolar, que suprime os castigos físicos, mas coloca o aluno numa engrenagem produtiva”. Portanto este momento disciplinar se insere ao processo de produção da sociedade industrial capitalista que em termos de biopoder é atravessado por uma razão governamental donde a elite dirigente do PRC age pelo bem comum e pela salvação de todos que se encontram sob regulação. Tal bem comum se refere a produção de dispositivos de poder

⁸ A 1º de outubro de 1894, após o massacre da Revolução Federalista ocorrido na Ilha de Santa Catarina, muda-se o nome da cidade, de Desterro, para Florianópolis, espécie de reforma simbólica que homenageia o então presidente Floriano Peixoto e visa consolidar uma identidade republicana (SACHET e SACHET, 1997, p.198-228; DALLABRIDA, 2001, p. 52-62).

⁹ Elias (2008, p.175) deixa claro que sua ideia de processo civilizador não se refere a nenhum tipo de teoria evolucionista que anunciaria uma raça melhor, de super-homens. Ademais tal processo não tem fim, não há sentido teleológico, identifica-se no estudo civilizatório sínteses de tipos de desenvolvimento social.

¹⁰ Tradição e modernidade coadunam-se ao entendimento expresso em Bartholo, Vaz e Soares (2012, p.406), ou seja, uma noção de tradição como construção de discursos acerca da “essência do povo e da sua originalidade” e modernização como a “incorporação de tecnologias e saberes culturais”.

com vistas a segurança, saúde, riqueza da população governada. Nesse sentido subjetivam obediência à lei, seja do soberano sobre a terra, seja de Deus (FOUCAULT, 2008, p.131). Assim, e nos termos do problema deste trabalho, que tipo de cultura escolar jesuíta pauta atividades recreativas e de esporte que servem à marcha produtiva na republicana cidade de Florianópolis? Dito de outro modo, como são apresentadas e desenvolvidas atividades de saúde e bem-estar que envolvem o corpo escolarizado no processo civilizatório na Ilha de Santa Catarina?

Os mestres educarão os moços que foram confiados à formação da Companhia de Jesus, de forma que eles possam ir aprendendo, juntamente com as letras, também os costumes próprios do bom cristão. [...] quer durante as lições [...] quer fora delas, será sempre intenção do mestre **dispor dos ânimos juvenis para o serviço de Deus e o amor das virtudes que Lhe são gratas.** (*RATIO STUDIORUM*, 2009, p.178, grifos nosso).

Há uma razão que governa corpos e almas onde ânimos são cuidadosamente tratados. Para Pick (1979, p. 66) o sentido de *mens sana in corpore sano* no educandário seria aquele segundo o qual o jovem, “para manter seus ideais, devia saber dominar o corpo”. O ambiente disciplinar do Ginásio jesuíta em Florianópolis, já trabalhado em Dallabrida (2001), deveria ser alargado no sentido do pastorado. Quer dizer, ações que se pautam numa tradição cristã, onde o pastor se mantém a frente de seu rebanho com vistas a alimentá-lo, tratá-lo, reuni-lo, enfim, guiá-lo pois é o problema “à vida dos indivíduos” que trata as estratégias do pastor (FOUCAULT, 2010, p.364-366). Nesse sentido à luz da disciplina e do pastorado é que devem ser compreendidas uma cultura sobre atividades que envolvem o corpo desenvolvidas no educandário jesuíta. Dominar o corpo significa empreender atividades que dispõem dos “ânimos juvenis” “próprios do bom cristão”. Esse tipo de bom mocismo seria a produção de obediência a partir do tipo de cuidado que os professores/pastores exercem junto à razão de governar corpos e população no momento republicano de Florianópolis. Mas qualquer tipo de atividade que envolve o corpo serviria aos propósitos desse pastorado?

No estudo que Pick (1979) realiza com vistas a mostrar a atuação dos jesuítas na educação catarinense através do Colégio Catarinense ao longo das décadas de 1910 a 1970 há referência a diversos tipos dessas atividades no colégio. Como pingue-pongue, tênis, basquete, bandeira, *bat-bet*, barra, vôlei, damas, dominó, xadrez, moinho, bilhar, bocha, futebol de campo, futebol de salão, aulas de educação física e de ginástica e passeios, sempre alternados com os períodos de estudo (PICK, 1979, p. 66). Aqui inicia uma questão que envolve adestramento do corpo e controle da vontade. Tais atividades

recreativas desenvolvidas no Ginásio serviriam aos ânimos juvenis contanto que não interferissem na rotina escolar. Por isso há produção de obediência, assim como formas de resistência, contudo, estas não são o foco neste trabalho. De todo modo ainda não esta clara a diferença, se há, entre atividades de lazer e de esporte. Assim como sua relação em termos de disciplina e pastorado com a sociedade biopolítica em Florianópolis. Dessa forma a última seção organiza e discute um inventário¹¹ das práticas de educação do corpo e suas representações de saúde através das atividades escolares.

2. Inventário das atividades de lazer e de esporte no Ginásio: *Mens e Corpore* são e saudáveis

O que significa dominar o corpo por meio das práticas de lazer e de esporte? Iniciamos por Foucault para chegar em Elias. O trabalho de Dallabrida (2001) desenvolve o ambiente do Ginásio a partir das considerações de Foucault¹² sobre poder disciplinar. *Lócus* onde havia toda uma tecnologia em torno de vigiar, incitar e punir os alunos (DALLABRIDA, 2001, p. 148-217). Como aponta Foucault (2010b, p.32), os “escolares, os colonizados” são postos numa maquinaria de produção e controle durante sua permanência.

Em um ambiente de excessivo controle como o acima descrito gera-se tipos de tensão e estresse a partir do ritmo cotidiano. No Ginásio a rotina ocupava diversos tempos livres. Dormitório, refeitório, aulas, jogos e passeios. Controle de tudo. Posições de trabalho assumidas: padre diretor, prefeito dos internos, prefeito dos externos, irmão enfermeiro, irmão cozinheiro (DIÁRIO, 1906). Extensível a todos. Alguns alunos se tornavam “vigias”, uma técnica de controle que ampliava o olhar do poder (DALLABRIDA, 2001).

A partir de Elias (1992) organizamos as atividades de lazer e de esporte segundo seu aparecimento nos relatórios produzidos entre 1906 a 1918. Os relatórios do Ginásio Santa Catarina apresentavam de modo geral diversas informações como estatísticas gerais (das turmas, aulas, matrículas e origem dos alunos); descrição nominal dos alunos (internos e externos); e pontos de progresso, aqui havia “sanção normalizadora”

¹¹ Dentro da proposta deste texto este inventário apresenta uma breve discussão das atividades que envolvem o corpo em sua materialidade no sentido dos discursos que as relacionam com educação e saúde. Não se trata de detalhar tipo de inventário acerca das técnicas corporais.

¹² Trata-se principalmente da obra Vigiar e Punir (2010b).

(FOUCAULT, 2010b, p. 171-177), pois circulava a classificação dos melhores alunos segundo classe e disciplina, incluindo jogos, canto; e finalmente as crônicas do ano letivo, espécie de resumo ora mais detalhado ora mais sucinto das diversas ações que tanto equipe docente quanto discente realizou. Os relatórios podem ser lidos como “monumento” no sentido que Foucault (2008) discute e Le Goff (2008) aprofunda. Significa que suas tintas apresentam não o conjunto do ocorrido no passado, mas as escolhas operadas com vistas a uma herança. Páginas montadas que visam deixar expressa uma memória para ser recordada, avisada, iluminada, instruída (LE GOFF, 2008, p. 525-526). Nesse sentido as atividades de lazer e de esporte que circulavam nesses monumentos podem ser entendidas como aquelas autorizadas ou legitimadas no curso do processo de civilização o qual passava a cidade de Florianópolis.

A tabela abaixo apresenta atividades pelo *ano* em que iniciam, além de conter as colunas de *lazer* e *esporte*. Algumas atividades possuem ambas as marcações como lazer e esporte. A intenção é fornecer algumas indicações ao problema do lazer e do esporte em nossa sociedade a partir do desenvolvimento destas atividades do Ginásio Santa Catarina, e sua correspondência com processos civilizatórios de educação do corpo e de saúde.

Atividade	Lazer	Esporte	Ano
Foot-ball	X		1906
Foot-ball		X	1910
Música	X		1906
Piquenique	X		1906
Bat-bet	X		1907
Barra	X		1907
Teatro	X		1907
Ginástica	X		1909
Bandeira	X		1909
Cinema	X		1912
Ginástica		X	1913
Marcha Militar		X	1909

TABELA 1: Atividades de lazer e de esporte no Ginásio (1906-1918)
 FONTE: Do autor

Conforme se observa neste quadro nove atividades se enquadram como lazer. O lazer seria uma categoria ampla que contempla diversas atividades humanas em sociedade. Para Elias (1992, p.70-71) transitam desde assistir a filmes, a óperas, dançar ou ver uma dança, pintar ou contemplar uma pintura, correr ou vislumbrar uma corrida (de cavalos a automóveis) até a participar como espectador ou personagem de todo tipo de jogo (das cartas aos jogos com bola).

Como as atividades de lazer concorrem à excitação? Através da criação de tensões de perigo, tristeza, alegria, dor, que são tipos de estresse, que buscam ser resolvidos num quadro configuracional dos divertimentos. Elias (1992) entende que mais atividades de passatempo serão desenvolvidas numa sociedade quanto mais forte esta exercer controle sobre sua população. Nesse sentido as diversas atividades de lazer no Ginásio Santa Catarina atuariam de variadas formas para alívio do ambiente escolar de alta tensão disciplinar através do prazer e da excitação criadas. Quanto mais controlado um ambiente, maior a necessidade de excitação emocional como antídoto da própria rotina¹³. Podemos perceber que essas variadas opções de lazer derivam de um fenômeno tanto da vida íntima do Ginásio quanto da sociedade republicana em marcha em Florianópolis (trata-se do por quê¹⁴).

No tipo de ambiente altamente controlado do Ginásio, não se deveria estranhar que tantas linhas fossem preenchidas nos diários dos padres prefeitos sobre os relatos de uma atividade de lazer como os piqueniques. Aqui esta atividade contempla saídas do colégio geralmente entretendo os alunos com banhos de mar, rio ou lagoa, com alimentação e sempre realizados com grandes passeios junto à natureza da Ilha de Santa Catarina. Elias (1992) observa nas atividades de lazer e de esporte hodiernas um agradável descontrole controlado das emoções. Nasce o ser civilizado que vai aprendendo a conter seus impulsos, seja nas rotinas ou nas pausas oferecidas.

¹³ Para Elias (1992, p.115), “rotina” se refere ao controle social e individual dos sentimentos.

¹⁴ Ver nota 3.



FIGURA 1: Pic-Nic no mar grosso da Lagoa (27 de setembro de 1920)
 FONTE: ACERVO FOTOGRÁFICO COLÉGIO CATARINENSE

Mas que tipo de passatempo é esse que gera bem-estar? Podemos associá-lo com produção de saúde no sentido ampliado? Basicamente àquelas atividades de divertimento não há excessivo controle das emoções. Trata-se de modulações distintas daquelas do uso social do tempo e das rotinas sociais do trabalho (fabril, escolar). No lazer há certo afrouxamento do rígido controle da vida sobre excitação e uso do tempo, o que dificilmente se realiza no trabalho racionalmente administrado. Assim, atividades como piquenique podem ser consideradas como de lazer pela oportuna catarse e ativação da emoção e assim promove excitação. Por isso geram tipo de prazer e bem-estar, e relacionam-se com saúde. Mas seria romântica tal perspectiva caso não se critique condições discursivas de sua produção. Os grandes passeios, quase sempre com banhos de mar e alimentação com intenso contato à natureza, são uma atividade lúdica e de força que representa uma noção de saúde desse corpo que se escolariza no processo civilizador da Ilha de Santa Catarina.

Conforme publicizava o relatório de 1914, marchas do piquenique são higiênicas pelo corpo forte que desenvolvem e afastam toda forma de preguiça escolar, enquanto os banhos de mar são “salubérrimos e deliciosos” (GINÁSIO...1914, p. 18). Nesse sentido a figura 1 apresenta tipo de higiene que contemplada este passatempo, envolve mar e corpo e corresponde a um ideal de saudável. Higiene do corpo que se escolariza participa das representações de saúde através das práticas virtuosas da salubridade dos banhos de mar e traquinagem; e pelos trabalhos corporais por meio do nado e das longas e cansáveis caminhadas pela cidade, seus morros, lagoas, mares.

A questão sobre atividades de lazer e esporte é mais profunda. O Diário do Padre Prefeito de 1906 apresenta um importante problema ocorrido no primeiro piquenique

que se tem notícia: “não se pôde exercer controle, devido ao mato existente” (DIÁRIO, 1906). Que atividade de lazer é esta que mesmo além dos muros do Colégio ainda apresenta algum controle? Parece que nem o uso do tempo livre apaga disciplina. Na verdade o tempo livre é um mito quando se compreende tanto a relação entre trabalho e não trabalho quanto a de poder. Ainda sobre este primeiro piquenique, relata o jornal *O Dia* (17 de maio de 1906, p.1) que em seu cavalo “tomou a direção da excursão o padre Schuller”.

Dessa forma, se o padre diretor mesmo no piquenique incidia seus olhares de vigia, o efeito catártico do lazer é apenas um aspecto deste momento. Parece que o controle do corpo na recreação teria um efeito desejado: pausa em forma de alívio da tensão para produzir mais. Nesse sentido a questão do lazer passa pela compreensão da sua própria contradição: uma atividade que excita e regula que serve a uma ordem de poder. Nesses termos se o lazer produz uma agradável excitação controlada, parece oportuno um ambiente escolar jesuítico com suas ações de pastorado e disciplina aderir-se ao projeto republicano de modernização da cidade de Florianópolis. Contribuiria na construção de representações do cidadão e da cidade civilizada, estratégias entre práticas e discursos para superar a “sociedade fossilizada do império” de Desterro (ARAÚJO, 1989, p. 9). Haveria todo um tradicional saber cultural¹⁵ sobre dominação do corpo que os professores jesuítas desenvolveriam como pastores aos alunos que aderem à razão de governar da elite dirigente do PRC no sentido de que além de excitar e contribuir com tipo de bem-estar, permitiria disciplinarização e regulação dos corpos dessa juventude no projeto de modernização. Aprofundam a obediência no território. A república florianopolitana precisava criar seus produtivos súditos. Há, portanto, uma espécie de conjugação de poderes (biopoder-disciplina-pastorado) que atuaria tanto individualmente quanto à massa dessa juvenil população.

Para melhor explicitar essa conjugação de poderes trataremos das características comuns das atividades de lazer: sociabilidade, mobilidade e imaginação. Sociabilidade para Elias (1992, p.179). É um elemento de prazer que se refere ao sentimento agradável de estar em companhia dos outros sem o peso da obrigação ou do dever desta companhia. A possibilidade do contato entre pessoas e do próprio movimento corporal evidencia questões civilizatórias, como a não violência do cavalheirismo entre as partes que participam das atividades de lazer. Movimentos dos corpos através de atividades

¹⁵ Os termos “tradição” e “cultura” já foram tratados, respectivamente, na nota 10 e na página 7.

que demandam uso da força muscular também evidenciam mudança de sensibilidade. Para Soares (2006, p.75-85) demonstrações das energias físicas concorrem ao ideal do homem moderno e perfazem uma higiene do corpo. Elias (1992) aponta que mimeticamente atividades de lazer tendem a resolver a tensão dos ambientes de trabalho por meio do efeito catártico. A questão da imaginação refere-se à mimese aristotélica que contempla a ideia de repetição e catarse por meio da simulação (imaginação) de ações que geram sentimentos diversos que são vivenciados na vida de ordinária (amor, ódio) e que ao serem experienciados (imitados) como lazer tendem a oferecer prazeres agradáveis.

Segundo Dallabrida (2001, p.165-166), a incitação pela emulação era tradicional na cultura escolar jesuítica. Ao final dos monumentos-relatórios há a seção “Prêmios no procedimento do ano escolar” que além de contemplar disciplinas do currículo (matemática, história) também incluíam música, ginástica, barra (envolve uso força muscular), bandeira (tipo de mimese que envolve competição entre grupos) e jogos de taco (*bat-bet*) e futebol. Neste sentido estas atividades que premiavam contribuíam com o caráter mimético da competição entre os escolares além de divulgar estes passatempos pelos cantos da cidade. O que importava aos pastores era que seu rebanho não se perdesse. Os padres professores sabiam da importância dessas bem compassadas pausas nos recreios. Há um desvio momentâneo pela tensão da recreação para posterior continuidade à condição de trabalho escolar. Aqui aparece uma clara intenção do pastorado: a “pedagogia da vontade”, que se refere ao princípio expresso no relatório de 1912 com vistas a atender a “formação das forças volitivas” (GINÁSIO..., 1912, p. 9). Significa sobrecarregar práticas e discursos com a noção de labor, impregná-la moralmente. Os ânimos da mocidade devem subjugar a “lei do menor esforço no mundo moral” (RELATÓRIO...1912, p. 9).

O regime do pastorado se orienta à “educação física e moral da juventude” a ser alçada a “todos os alunos” a fim de tornarem-se parte dos “vários jogos como futebol, *bat-bet*, bandeira, barra” de modo que os padres professores insistiam a que “todos os alunos tomassem parte com o devido entusiasmo e empenho” (GINÁSIO...1912, p.5). Nesse sentido os usos intencionais do tempo livre atuam pedagogicamente na conjunção entre busca da excitação e restabelecimento da rotina de trabalho escolar. Trata-se da contradição das atividades de lazer: excitam e regulam. Além dos jogos citados as sessões de cinema, de teatro e aulas de música engendravam atividades de lazer na condição republicana, sempre trabalhadas com representações relacionando *ethos*

católico, aristocrático e burguês. No relatório de 1917 a noção de teatro da cultura escolar jesuítica fica clara quando é conferido o alto valor pedagógico e instrutivo das representações teatrais para o desenvolvimento dos jovens. Na festa de S. Luiz, padroeiro da juventude cristã, os alunos internos representaram com ótimo êxito a tragédia em 5 atos (GINÁSIO...1917, p.16). Nada diferente das sessões de cinema, “novidade bem aceita dos alunos”, desde 1912 donde suas exibições cinematográficas visavam “toda moralidade, instrução e recreio” (GINÁSIO...1912, p.10). Como exclamava na crônica de 1916, “belíssimas” fitas foram passadas no cinema do Círculo Católico (GINÁSIO...1916, p. 15). Sobre música, os instrumentos denotam sua condição aristocrática e burguesa constando desde o primeiro ano as opções de canto, piano, violino, pistão e flauta (GINÁSIO..., 1906, p.28).

Poderíamos sustentar ainda que a tradição jesuíta de promover competição entre grupos expressas nos momentos-relatórios permitiu todo um desenvolvimento das atividades com características de lazer para a de esporte. Conforme a tabela apresenta três atividades são sustentadas como de esporte. Qual a distinção entre lazer e esporte? A partir de Elias (1992, p.59) entendemos que há na hodierna sociedade ocorre um processo que transforma passatempos em esporte denominado “esportivização”, o qual classes dirigentes (republicanas) utilizam do esporte para mimetizar disputas e confrontos físicos sem, contudo, pretender violência. O desenvolvimento dos esportes carregam em si aquelas características do lazer (sociabilidade, mobilidade e mimese) e incluem espetacularização e competição física. Noção de espetáculo para Elias (1992) se trata do arranjo das forças econômicas e midiáticas que promovem e fortalecem o jogo esportivo e formam público de espectadores. Assim há prolongamento do clímax tanto antecipando quanto estendendo através das notícias e crônicas veiculadas e serviria a tipo de excitação tantos dos jogadores quanto dos espectadores. Para haver competição física no esporte há forte organização das regras do jogo. Tal sentido se refere ao princípio da comparação objetiva, e se diferencia dos jogos de lazer cujas regras são mais flexíveis por não se referirem ao espetáculo que envolve competição física e público. A regulamentação e uniformidade das regras permitem isonomia entre os participantes, jogos em igualdade de chances aos jogadores no confronto. Esses elementos de espetacularização e competição física levam a outra condição que Elias (1992) desenvolve no processo de esportivização, a uniformidade das regras do jogo permite sua realização para além dos espaços locais. Tal qual o processo de industrialização esportes com características de passatempo começam a ser produzidos

em série numa sociedade marcadamente disciplinarizada devido ao curso do processo de civilização. Agradáveis sensações de prazer atuavam como necessárias no estabelecimento da ordem e obediência republicana.

Como exemplo da complexa questão do esporte apresentamos as marchas militares. Suas tensões produzidas pela mimese e movimentos corporais contemplam elementos de competição não militares e de espetacularização. Embora tais desfiles denotem militarismo pela vestimenta e técnica corporal não eram realizados com vistas à guerra, mas a um tipo de segurança no biopoder. No ano de 1910 a 13 de maio, o batalhão do Ginásio percorreu diversas ruas da capital, provocando a admiração e os aplausos de todos por seu “porte garboso e marcha correta e elegante” (GINÁSIO...1910, p.6). Vestidos com seu elogioso fardamento caqui-verde por autoridades e pessoas da cidade (DIÁRIO, 1918) apresentam tipo de higiene corporal por demonstrarem as energias físicas de um ideal de cidadão. Portanto, conforme a figura 2 representa, o espetáculo competitivo das marchas militares evocam saúde da população ao propagar imperativos civilizatórios.

“Mas não é só nas evoluções que admiramos a ordem e habilidade dos nossos jovens ginásianos! [...] **sustentados nos músculos** dos mais robustos, formavam brilhantíssimas figuras variadas, semelhantes às pirâmides do Egito, mas ondulantes, como se, solapadas por tremores sísmicos, quisessem **imitar os gigantescos escarcéus do mar tempestuoso. Seguiam-se outros exercícios na barra fixa onde os jovens se distinguiam pela sua agilidade artística e desenvolvimento muscular fora do comum**” (GINÁSIO...1916, p.22, grifos nosso).



FIGURA 2: PRIMEIRA DIVISÃO DOS INTERNOS DE 1921
 FONTE: ACERVO FOTOGRÁFICO DO COLÉGIO CATARINENSE

A intenção de organizar práticas de educação do corpo em lazer e esporte não se refere a fins taxonômicos. De fato é deveras sutil e um tanto ingênuo se prender a tipos de classificação caso não haja um sentido sócio-antropológico nessa empreitada. Talvez estejamos enganados num inventário que organiza atividades de um tipo e de outro. O que pretendemos é apresentar o problema de como atividades se tornam autorizadas no bojo da sociedade em desenvolvimento. Não fechamos tal questão. Mas seria coerente defendermos que o lazer na vida íntima do Ginásio atenderia a questões biopolíticas quando a excitação oportunizada permite que o processo civilizatório seja promovido. Pausas produtivas e bem-estar. O mesmo entendemos frente a principal função do esporte moderno, a produção da “excitação prazerosa” e “socialmente construtiva”, que cria oportunidades de sociabilidade, auto-controle e identidade (ELIAS, 1992; DUNNING, 2008).

Nessa perspectiva ginástica e *foot-ball* são atividades que oscilam entre lazer e esporte após terem respectivamente iniciados seus processos de esportivização. Com isso deixamos claro que nem a ginástica, que a partir de 1913 quando se torna obrigatória, contrata-se “professor idôneo” e se adquire amplo material¹⁶ para sua prática (GINÁSIO...1913, p.17), e nem os jogos de *foot-ball*, que a partir de 1910 após incorporação das regras do jogo¹⁷ se realiza “a primeira partida desse jogo esportivo” na capital de Santa Catarina (GINÁSIO...1910, p. 7), deixam também de se situar como atividades meramente recreativas. Importa é perceber seu desenvolvimento de uso do corpo físico e da espetacularização através das festas da ginástica e do *foot-ball*.

Em 1914 no pavilhão central do colégio demonstração de aparelhos e exercícios ginásticos. Práticas que constroem representações de fazer ver e sentir entre famílias e autoridades eclesiásticas e civis. Forma-se uma “ilustre reunião de expectadores” que aplaudem os ginastas com suas “evoluções e difíceis trabalhos acrobáticos”. (GINÁSIO...1914, p.19). Segundo Pereira (2000, p.44) o axioma de *mens sana in corpore sano* atua na “tarefa nobre de formar uma nação sadia e forte”. Concorre a perspectiva higienista que incide reformar a população física e moralmente através do “espírito de disciplina, decisão, iniciativa, solidariedade a abnegação” (PEREIRA, 2000,

¹⁶ Alguns aparelhos foram comprados da fábrica alemã, conforme consta no relatório de 1913, pela “conceituada casa Osvaldo Faber, de Leipzig” e outras “peças foram fabricadas aqui mesmo por hábeis artífices” (GINÁSIO...1913, p.17).

¹⁷ Para a realização da primeira partida precisou que um moço do Rio de Janeiro tivesse “a gentileza de ensaia-los diferentes vezes”, visto que os ginasianos não estavam “bem familiarizados com todas as regras desse belo jogo” (GINÁSIO...1910, p.7).

p.52). Endurecer os músculos e fortificar a alma em circularidade pelos discursos na cidade sobre atividades esportivas.

O *foot-ball*, um “jogo, que, quando moderado, representa um útil e salutar e também agradável divertimento” se tornava tanto atividade recreativa na vida íntima quanto esportiva quando havia confrontos entre times. Nos altos da primeira página do dia 16 de abril de 1918 do jornal *O Dia*, relato da “festa que abriu magnificamente a temporada esportiva” em jogo de *foot-ball* com “grande afluência de famílias e alunos, o encontro entre os *teams* do internato e do externato do Ginásio”. Práticas de esporte altamente reguladas necessitam de espaço próprio para sua realização, o campo de *foot-ball* do Ginásio inicia sua construção em 1913 e em 1915 é inaugurado (GINÁSIO...1915, p.14). Ademais, no tipo de civilização que se esportiviza o belo tempo (*Belle Époque*) incorpora representações de saúde a partir de uma ética do ativismo do corpo físico envolvendo questões biopolíticas de higiene e civilizatórias a partir dos valores aristocráticos, discutido em Sevcenko (1998, p.575-576), do cavalheirismo, da imparcialidade e da lealdade sintetizados na expressão “*sportmanship*” e que são apropriados pela burguesia nos termos da “competitividade” e do “imperativo da vitória”.

Mas há sempre mais na tensão-ambiguidade entre poderes (disciplina, pastorado e biopoder). No Diário do Padre Prefeito em 5 de abril de 1906 consta que não ocorre uma atividade cotidiana logo após o banho de mar, o passeio. É que neste dia os rapazes estavam muito ocupados “soltando pandorgas”, isto é, empinando pipas, papagaios (DIÁRIO, 1906). Em nenhum momento dos relatórios publicados houve qualquer menção dessa prática no ambiente do colégio. Tal coragem¹⁸ de relatar essa atividade recreativa nos permite um comentário final. Atividades como aquelas expressas na tabela tratam de um percurso que as legitima na sociedade florianopolitana como de lazer e de esporte. Nesses termos a associação com produção social da saúde não se questiona. Contudo, soltar papagaios, ação expressa no Diário do Padre Prefeito de 1906 como governada pelos próprios alunos estabelece, nos termos de Foucault (2011a 2011b), o “cuidado com os outros” que os pastores dirigiam. Portanto, uma ética do cuidado engendra-se ao ambiente disciplinar daquele educandário jesuíta. Significa

¹⁸ Os diários dos padres prefeitos são tipo de documento etnográfico. Apresentam cotidiano do ambiente escolar jesuítico e em diversos trechos são recheados por ironias, tipo de parrésia, nos termos de Foucault (2004; 2011a; 2011b). A franqueza e a coragem de trechos dos diários apresenta diferentes maneiras de dizer a verdade. Na intimidade e confiança entre si os docentes jesuítas permitiam-se ir além das artificialidades dos pactos entre elites políticas e eclesíásticas.

sustentar uma zona de contato entre dominação e “técnicas de si” (FOUCAULT, 2004) com vistas a alcançar certo estado de felicidade e bem-estar através de quaisquer atividades que promovam excitação e, portanto, permitiriam transformação de corpos e almas ao processo civilizador. Sabiam os padres que o descontrole controlado de soltar pipas atuaria junto aos processos de escolarização e saúde.

Portanto, o lema do educandário *Virtus et scientia* se refere à condição humana de ser produtivo na sociedade. Atividades de lazer e de esporte seriam mais um tipo de produção nessa dinâmica republicana. Não se tratam apenas deleite ou catarse das emoções aprisionadas. A finalidade destas (trata-se do para que¹⁹) consubstanciam-se ao fim de tornar os alunos mais vigorosos, trabalho diário para formação do novo cidadão, “*labor indefessus omnia vincit!*” (GINÁSIO..., 1927, p.15). Não há nascimento imediato, leva-se tempo para produção de representações e de práticas que se estabelecem como sociais. No início, tudo difícil, em 24 de maio de 1906 o padre prefeito desabafa no Diário (DIÁRIO, 1906) sobre a falta de um “real recreio”, o que seria “grande sacrifício para nós, mas nós o fizemos de bom grado”, como reza o lema da ordem jesuítica, *ad maiorem Dei gloriam* – para a maior honra de Deus (AMDG).

Para concluir...

Este texto é esforço com vista a algumas sínteses e críticas a partir das atividades de lazer e de esporte no Ginásio Santa Catarina entre 1906 a 1918. A relação sociedade e saúde é cultivada através destas atividades quando questões biopolíticas aderem aos dispositivos de poder. Significa compreender sociabilidades e prazer inseridos em toda uma série de técnicas e dispositivos de poder (disciplina-pastorado-biopolítica). Efeitos de saber-poder que subjetivam corpos e almas no processo civilizatório. Diminuição dos níveis de violência através de festas de teatro, sessões de cinema e apresentações musicais. Aumento da produção da riqueza da cidade quando pausas produtivas como piquenique fornecem tipo de alívio, sempre orientada pela nota sustentada do labor. Produção de uma higiene corporal, tanto pelo desenvolvimento muscular que fornece força e virilidade através de longas caminhadas, exercícios ginásticos e partidas de foot-

¹⁹ Ver nota 3.

ball, quanto pelo efeito terapêutico promovido pelo banho de mar. Atividades de lazer e de esporte atuam como duplo bem-estar, pois, produzem prazer e obediência. Noções aparentemente contraditórias e inconciliáveis, no entanto desenvolvidas quando o rebanho dos corpos responde à razão republicana de governo na ordem de biopoder. Mente sã e corpo saudável subjetivados com o suor de uma pedagogia que educa corpos. Componente do fenômeno (trata-se do como²⁰) saúde que se constrói na emaranhada condição de vida humana na Ilha de Santa Catarina.

Referências

ARAÚJO, Hermetes Reis. **A invenção do litoral** – reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. 1989. 216 f. (Dissertação em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BURKE, Peter. **O que é histórica cultural**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BARTHOLO, Tiago Lisboa; VAZ, Alexandre; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. Alteridade privilegiada: confrontos futebolísticos entre brasileiros e argentinos na imprensa carioca (1939-1945). **Análise Social**. Lisboa, v.203, abr/jun 2012, p.402-422.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. V.1 memória. Florianópolis: Lunardelli, 1972.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites**. O Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

_____. *A Ratio Studiorum e a modernidade pedagógica no mundo católico*.
MIRANDA, Margarida. **Código pedagógico dos jesuítas. Ratio Studiorum da Companhia de Jesus**. Lisboa: Esfera do Caos Editores, 2009.

DIÁRIO DO PADRE PREFEITO GERAL DO GINÁSIO SANTA CATARINA. Tradução de Vera Molenda. Florianópolis, [1906].

²⁰ Ver nota 3.

DUNNIG, Eric. Esporte, violência e civilização: uma entrevista com Eric Dunning. **Revista Horizontes Antropológicos**. Trad. Edison Gastaldo. Porto Alegre, ano 14, n.30, jul./dez. 2008, p.223-231.

ELIAS, Norbert. **A busca da excitação**. Tradução de Maria Manuela e Silva. Lisboa, Portugal: 1992.

_____. **Introdução à sociologia**. 3ª edição. trad. Maria Manuela e Silva. Lisboa, Portugal: edições 70, 2008.

_____. **O processo civilizador**. V.1. Uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na ilha de Santa Catarina (1900 – 1970)**. 1994. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad Roberto Machado. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. Aula de 17 de março de 1976. In _____. **Em defesa da sociedade**. Trad. Maria Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.285-315.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 13ª edição. Trad. Maria Albuquerque e J. Guilhon Albuquerque. Galvão. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.

_____. **Segurança, Território, População**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A arqueologia do saber**. 7ª Ed. Tradução de Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

_____. **Estratégia, poder-saber**. Trad. Vera Lúcia Ribeiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Vigiar e Punir**. 38ª Ed. trad. Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010b.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. Trad. Márcio da Fonseca e Salma Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **O governo de si e dos Outros**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **A Coragem da Verdade**. O governo de si e dos Outros II. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011b.

JORNAL O DIA – órgão do partido republicano catarinense. Florianópolis: [s.n.], 22 de novembro de 1905; 6 de janeiro de 1906; 17 de maio de 1906; 16 de abril de 1918.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**. Uma história social no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PICK, Reinaldo João. **O Colégio Catarinense, um marco na história da educação em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1979. (Dissertação de Mestrado em História)

GINÁSIO SANTA CATARINA. **Relatórios**. Florianópolis: Gabinete Tipográfico Natividade, 1906-1918; 1920; 1927.

SACHET, Celestino e SACHET, Sérgio. **Santa Catarina. 100 anos de história.** V.1 Florianópolis: Século Catarinense, 1997.

SANT`ANNA, Denise Bernuzzi. Apresentação. _____ (org.). **Políticas do corpo.** São Paulo: Estação Liberdade, 1995

SEVCENKO, Nicolau (Org). **História da vida privada no Brasil.** Vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOARES, Carmen Lúcia. Pedagogias do corpo: higiene, ginástica, esporte. VEIGANETO, Alfredo; RAGO, Margareth (org). **Figuras de Foucault.** Belo Horizonte: Contexto, 2006, p.75-85.

SOUZA, Rogério Luiz de. **Uma história inacabada** – cem anos do Colégio Catarinense. São Leopoldo, Ed. Unisinos, 2005.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina. A Ilha.** 2ª Ed. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1984.

VAZ, Alexandre Fernandez. Da polifonia do corpo à multiplicidade de sua educação. **Revista Perspectiva.** Florianópolis: [s.l.], 2003, v.21, n.01, p.7-11.

I Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades
UFF - Niterói, RJ – Brasil / 3 a 9 de Setembro de 2012

Neurociências: contribuição para adolescentes em Medida Sócioeducativa

Flavio Roberto de Carvalho Santos
psiflavio@yahoo.com.br

Bruna Velasques
bruna_velasques@yahoo.com.br

Professores da Pós-graduação em Neurociências Aplicadas do Instituto de Psiquiatria da UFRJ

Resumo:

A compreensão do cérebro possibilita mudanças sobre a percepção de si mesmo e, tal realidade, pode ser um auxílio às dificuldades dos adolescentes em conflito com a lei em Medida Sócioeducativa. Este trabalho objetiva apresentar o repasse do concreto (cérebro) ao mental (psicológico) na tentativa de auxiliar os adolescentes sobre sua vida e condição atual. O método foi de encontros semanais, intitulado “*conversando com seu cérebro!*” no CRIAAD de Niterói/RJ., com diálogo educativo para possibilitar o entendimento da vida mental a partir do auxílio de imagens/peça do cérebro e suas funções para possibilitar neuroplasticidade. Inicialmente, se trabalhou a temática com a equipe técnica para dar continuidade ao tema com os adolescentes. O interesse dos adolescentes foi notório, surgindo como ponto de atenção as dificuldades na dinâmica com a lei, as relações entre eles, a comparação entre como é e como eles funcionam. Tais fatos podem propiciar alguma mudança e apontou para manutenção da atividade.

Palavras-chave: neurociências – adolescentes – medida sócioeducativa

Abstract:

The understanding of the brain allows changes on the perception of himself, and this reality can be a help to the difficulties of adolescents in conflict with the law in social and educational measures. This work presents the transfer of the concrete (brain) to mental (psychological) to try to help teens about life and current condition. The method was weekly meetings, called "talking to your brain!" CRIAAD in Niterói / RJ. With educational dialogue to enable understanding of mental life from the help of pictures / part of the brain and its functions to facilitate neuroplasticity. Initially, the theme is worked with the crew to continue the theme with teenagers. The teenage interest was

evident, appearing as a point of attention difficulties in coma dynamic law, the relations between them, the comparison between how it is and how they work. Such facts may provide some change and pointed to the maintenance activity.

Keywords: neuroscience - teenagers - social and educational measures

Apresentação:

Com base na frase do neurocientista Eagleman (2012), do Bayllor College of Medicine, Houston (USA), “*A emergente compreensão do cérebro altera profundamente nossa visão de nós mesmos (...).*”, evidencia-se a grande contribuição que pode favorecer os adolescentes em Medida Sócioeducativa e levá-los a reconhecer-se pelo funcionamento cerebral. Neurociências é o estudo do sistema nervoso que investigam estrutura, função, história evolutiva, desenvolvimento, genética, bioquímica, neurofisiologia, farmacologia, informática, neurociência computacional e patologia do sistema nervoso. É a soma das abordagens: neurociência molecular, neurociência celular, neurociência sistêmica (neuroanatomia e neurofisiologia), neurociência comportamental e neurociência cognitiva (Lent, 2011). O objetivo do trabalho foi apresentar aos adolescentes o funcionamento cerebral de modo didático com a finalidade de possibilitar o entendimento da vida mental a partir do auxílio de imagens/peça do cérebro e suas funções, e levá-los ao “conversando com seu cérebro!”. Fazer um repasse do concreto (cérebro) ao mental (psicológico) na tentativa de auxiliar os adolescentes sobre sua vida e condição atual. Buscou-se despertar a curiosidade e o interesse sobre o funcionamento do seu cérebro; tentar ampliar o universo de informações e fortalecer ações voltadas para o pensar em si.

Método:

Foi realizado um ciclo de encontros semanais, com duração de uma hora, onde o público-alvo foi de adolescentes do sexo masculino, entre 12 a 18 anos de idade que cumprem medida de Semi-liberdade no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente em Niterói/RJ entre abril e maio de 2012. Consistiu em palestras com recursos áudio visuais e peça anatômica, com mobilização da Equipe Técnica para a funcionalidade em um total de 5 encontros para a participação, colaboração, interesse,

registro e modificabilidade possíveis no comportamento dos adolescentes.. As intervenções foram desenvolvidas em dias e horários acordados com a direção e equipe técnica de modo a preservar a continuidade do trabalho técnico em andamento. A proposta foi de reflexão dos adolescentes sobre a realidade cerebral e mental.

Desenvolvimento:

A chegada das neurociências aos tribunais é fato novo na atualidade. A constatação de que a função mental é um processo ou produto do cérebro não deixa dúvida em relação a tantas questões da vida e, no caso das pessoas com problemas com a lei, também deve ser investigado por esse meio. O Brasil é a quarta maior população carcerária do mundo, tendo aproximadamente 500 mil presos segundo o ICPS (2012). Pela neurociência, abre-se uma questão sobre imputabilidade ou inimputabilidade. Porém, uma coisa são os adultos que fazem parte do sistema prisional brasileiro; e a outra são os adolescentes em conflito com a lei, ainda futuro desta nação. No Brasil atualmente há **20.666.575** adolescentes de 12 A 17 anos de idade, deste total há **58.764** (0,28%) que cumprem Medida Sócioeducativa; **18.107** (0,08%) em Restrição e Privação e; **40.657** (0,19%) em Meio Aberto. Mais da metade, 62,8 %, cometeu delitos contra o patrimônio (roubos ou furtos). O envolvimento com o tráfico chega a 30% e, entre os delitos contra a pessoa, os assassinatos são 4,1% do total. Para atender esta demanda, no Brasil conta-se com 179 Unidades (124 de internação exclusiva e 55 de internação provisória exclusiva); 110 Unidades de Semiliberdade exclusiva; 16 Unidades de atendimento inicial exclusivas; 130 Mistas: internação, internação provisória, semiliberdade e atendimento inicial. Totalizam 435 Unidades de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

A fase da adolescência, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Federal n. 8.069/1990), é demarcada entre as idades de 12 a 18 anos. Para Cohen e Segre (2006), a saúde mental de modo geral e, em particular destes adolescentes, é fator importante, pois em curto período de seis anos os processos bio-sócio-psicológico se desenvolvem para dar conta da exigência do mundo interno e externo, onde a gama de situações familiares, afetivas, grupais, educacionais, econômicas e de identidade tomam um vulto grandioso e deturpado pelas próprias exigências, bem como um aprendizado inadequado. Todos esses fatores são processos de um sistema neural, porém eles estão

em desenvolvimento e parece ser propício o “reconhecimento” de si via o funcionamento cerebral.

Elkhonon Goldberg (2002), estudioso dos Lobos Frontais destacou que segundo Korbinian Brodmann o córtex pré-frontal é responsável por 29% do córtex total humano. Assim, uma função importante dos Lobos Frontais é o planejamento, dado sua importância na vida para o sucesso de interação, capacidade de um plano de ação próprio e um insight em relação aos outros. O adolescente em conflito com a lei ou consegue este insight de modo “primário” e reduzido, circunscrito ao seu grupo de regras “desregradas”, ou tem uma falta de insight (anosognosia) e, a prova disso, é a inadequação social e a dificuldade na aprendizagem. Goldberg (Op. Cit, p. 137) comenta sobre *“sutil fraqueza funcional dos lobos frontais”* e acrescenta que *“(…) A consequência da disfunção do lobo frontal é particularmente danosa às interações sociais do indivíduo tanto em formas abertamente clínicas como em formas cotidianas mais sutis relativamente benignas.”* (p. 139). Isto interfere na personalidade, onde parte dela é determinada pela neurobiologia e, portanto, se pode falar em neurobiologia do eu (Silva, 2010), somado ao desenvolvimento humano. Um organismo sem metas, sem desejos, sem objetivos não tem como definir, viver e sentir o fracasso, e esta é uma realidade dos adolescentes em conflito com a lei. Estes não vivem desejos, mas sim necessidades (Santos, 2010). Goldberg (2002) destaca que os Lobos Frontais são a maturidade social, moralidade e o direito e as pessoas com dificuldades no Córtex Orbito Frontal são especificamente aquelas com imaturidade da personalidade.

Para Damásio (2011) a neurobiologia da consciência é tema importante para a justiça e educação que se destina na construção de sujeitos adultos; advogados, juízes, legisladores, educadores e trabalhadores com planejamentos humanos devem conhecer e familiarizar-se com as questões da neurobiologia da consciência para promover relações e leis mais humanas e mais realistas. Segundo Maia e col (2010) se deve desenvolver tarefas de controle inibitório, isto pode iniciar com a informação.

Com base no SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo, Brasil – Lei 12.594 DE 18/01/2012), a qualidade no atendimento ao adolescente e efetividade da Medida Sócioeducativa referente à “capacitação para o trabalho”; estimular a educação por meio de uma consciência de atos e tal fato passa pela função do Lobo Frontal pela

informação inicial. Portanto, este ciclo de encontros sugere importância junto aos adolescentes em Medida Sócioeducativa.

O processo de aprendizagem é um processo de modificabilidade neural e é fundamental. Para tanto, apontar a realidade deste processo de aprendizagem escolar formal destes adolescentes possibilita entender a relevância do problema que deve ser estudado nesta proposta. No Estado do Rio de Janeiro observou-se que a escolaridade média dos 411 casos de adolescentes que cumpriram Medida Sócioeducativa entre 1998 a 2000 foi: 0,2 % com 1ª série ensino médio; 0,2 % com 2ª série do ensino médio; 7,5 % com 1ª série do ensino fundamental; 14,8 % com 2ª série do ensino fundamental; 15,3 % com 3ª série do ensino fundamental; 19,8 % com 4ª série do ensino fundamental; 23,9 % com 5ª série do ensino fundamental; 9 % com 6ª série do ensino fundamental; 2,1 % com 7ª série do ensino fundamental; 2,4 % com 8ª série do ensino fundamental; 2,4 % analfabeto e 2,4 % ignorado segundo Departamento Geral de Ações Sócioeducativa (DEGASE/RJ, 2000). Na Avaliação Biopsicossocial realizada com 1.041 adolescentes ao entrar no sistema de Medida Sócioeducativa, os adolescentes apresentaram baixa escolaridade (DEGASE/RJ, 2002). Estes dados apontaram ainda que aproximadamente 30 % deles não sabem ler ou escrever ou ainda lêem e escrevem com dificuldade embora, em relação à frequência escolar, quase todos (96 % dos rapazes e 99% das moças) frequentaram a escola. No entanto, em algum momento, pouco mais da metade parou de estudar (67 % dos rapazes e 59% das moças). Apenas 22 % dos rapazes e das moças chegaram a completar quatro anos de escolaridade, podendo ser considerado, por uma classificação mais atual, como analfabeto funcional. O alto índice de repetência escolar (em torno de 70%, DEGASE/2002) pode ser visto pelas neurociências aplicadas para que as dificuldades no processo de aprendizagem destes sejam verificadas.

Em recente relatório sobre o perfil de adolescentes infratores do Distrito Federal e Adjacências (2011), destacou-se que dos 504 em cumprimento de MSE, 369 estiveram de fato matriculado em escolas em 2010. Dos 369 que frequentam a escola regularmente, 55% estão no Ensino Fundamental, ou seja, em atraso escolar. Dentre os 67 adolescentes matriculados e que não frequentam a escola, 14,9% referem dificuldade de aprendizagem e dos 135 não matriculados relatam desinteresse pelos assuntos abordados. Tais dados chamam a atenção quanto aos aspectos do desenvolvimento neuropsicológico da aprendizagem, porém, não se deve descartar uma observação sobre

o método de ensino, a escola e professores preparados que ensinam (Stumpf, 2011). Segundo Moysés e Lima (1982, apud Moysés e Collares, 2005), apontam que algumas crianças ou adolescentes com dificuldades motoras no manuseio com o lápis apresentam facilidade para empinar pipa e, embora tenham dificuldades de criatividade, conseguem construir brinquedos de sucata etc. Este fator sugere uma semelhança aos adolescentes em conflito com a lei, pois há dificuldades para lidar com aspectos de aprendizagem formal e, no entanto, são “excelentes funcionários” na criminalidade com associações ou ‘aprendizados’ de uma dada realidade.

O cérebro é o órgão privilegiado para o processo de aprendizagem somado aos órgãos receptores das informações para o processamento. Sua função é a integração entre o organismo e o meio circundante para lidar com a realidade e nisto está a aprendizagem. Cada estímulo ou informação que é capturada pelo organismo proporciona uma nova conexão que se soma às anteriores em um processo contínuo que formará uma rede ou o mapa cognitivo da vida. A realidade complexa da estrutura cerebral em seu todo funcional é o que possibilita a realidade dos Processos Mentais Superiores (PMS) como sensação, percepção, pensamento, memória, linguagem, atenção, aprendizagem, emoção, motivação e cognição para a vida, a consciência e a subjetividade. Assim, a aprendizagem, segundo Lent (2010), é a aquisição de informações novas que orienta o comportamento e o pensamento. Como os dados sobre os adolescentes em conflito com a lei sugere uma dificuldade na aprendizagem formal, parece que aprender fatos concreto é mais “fácil”. Ou seja, a reflexão, simbolização e a abstração exigem mais processamentos, a possibilidade de fazer com que os adolescentes comecem a pensar em si mesmo por fatos concretos sobre o cérebro é uma tentativa.

Para a aprendizagem, há a necessidade da participação das **Funções Executivas (FE)** e, para abordar este tema, é relevante descrever inicialmente sobre os lobos frontais. Na escala da evolução humana, estes lobos são os mais recentes do desenvolvimento e são responsáveis pelo comportamento propositado de ordem superior tais como identificar o objetivo, projetar a meta, formar/traçar planos para obtenção do sucesso, julgamento de conseqüências em relação ao investido (Goldberg, 2002). Assim, a função dos lobos frontais muda o organismo da programação única biológica de reações rígidas e possibilita a representação mental para alternativas e a imaginação (do concreto ao subjetivo). Estes lobos funcionam como o maestro cerebral, ou seja, coordenação para

novidades e inovações de vida. Segundo Goldberg (Op. Cit.) a intencionalidade é o marco da consciência específica, além do julgamento – ponto importante no caso dos adolescentes infratores – a identidade, a imaginação e a empatia (pensar no outro). Localizado nos lobos frontais está a parte mais importante, no quesito humano, chamada de Córtex Pré-Frontal (CPF). Isto é:

O córtex pré-frontal desempenha um papel fundamental na formação de metas e objetivos, a seguir, no planejamento de estratégias de ação necessárias para a consecução destes objetivos. Ele seleciona as habilidades cognitivas requeridas para a implementação dos planos, coordena estas habilidades e as aplica em uma ordem concreta. Finalmente, o córtex pré-frontal é responsável pela avaliação do sucesso ou do fracasso de nossas ações em relação aos nossos objetivos. (Goldberg, 2002, p. 46)

As conexões do Córtex Pré-Frontal são inúmeras. Com o córtex de associação posterior (maior integração perceptiva) e com o córtex pré-motor, dos gânglios basais e o cerebelo, envolve com controle motor e movimento. Também há uma conexão com o núcleo talâmico dorsomedial (importante estação de integração neural com o tálamo); com o hipocampo e as estruturas relacionadas (decisivo para a memória); e com o córtex singulado (fundamental para as emoções e incerteza). Nesta conexão fantástica, se conecta com as amígdalas (relações de base da espécie entre os membros) e o hipotálamo (funções homeostáticas vitais) e, no mesmo grau de importância, se conecta com os núcleos do tronco cerebral (responsável pela ativação e estimulação), importante para a prontidão em todo processo consciente (Goldberg, 2002).

O processo mental superior de aprendizagem é uma capacidade humana (e também de animais superiores). Aprender é mudar, isso é um fato, pois se passa de um comportamento ineficaz para um comportamento eficaz. Inicialmente há a novidade e depois a apreensão do “fato” que deixa de ser novo. O processo aprendizagem depende da educação, vocação, história pessoal, valoração, método de ensino, estímulo sobre o tema e etc.

As Funções Executivas destacam uma habilidade geral de planejar e de fazer uso de estratégias para solução de problemas com objetivo de executar e atingir uma meta. Luria foi importante na definição e associação desta função em destaque com o córtex frontal (Mello, 2009). Várias funções descritas como funções executivas são destacadas:

1. Organização e planejamento da ação;

2. Comportamento orientado e metas;
3. Manutenção da disposição para agir;
4. Verificação e regulação da ação – auto-regulação;
5. Inibição seletiva do comportamento – controle inibitório;
6. Capacidade de mudar o plano de ação diante de mudanças na tarefa – flexibilidade mental;
7. Memória operacional;
8. Atenção seletiva e vigilância;
9. Resolução de problemas;
10. Controle emocional e
11. Metacognição.

As três Unidades Cerebrais Funcionais são descritas por Luria (apud Ciasca, Guimarães e Tabaquim, 2005) e participam da função mental para o aprendizado. A **primeira unidade cerebral funcional** regula o tona e a vigília e, suas estruturas anatômicas, são a medula, o tronco cerebral, o cerebelo e as estruturas talâmicas. A **segunda unidade cerebral funcional** regula o recebimento, o processamento e armazena as informações, cujas estruturas anatômicas, são os lobos parietais – somato sensoriais -, occipitais – visual –, e temporais – auditivo -. A **terceira unidade cerebral funcional** regula, programa e verifica a atividade mental e, principalmente a organização do comportamento e, suas estruturas anatômicas, são as regiões anteriores do giro pré-central dos hemisférios cerebrais, composta pelos córtex motor, pré-motor e pré-frontal. No entendimento destas três unidades, é possível destacar que as funções mais complexas só serão bem realizadas/executadas a partir do crescimento (maturação cerebral) e do desenvolvimento (vivências ricas em estímulos) principalmente na adolescência quando o Córtex Pré-Frontal chega à possibilidade de plenitude maturacional.

As mesmas Unidades Cerebrais Funcionais descritas por Luria também são destacadas por Capellini, Germano e Cunha (2009) onde as unidades participam de todas as atividades mentais. Assim, quando é observada uma disfunção, no caso de uma *dislexia do desenvolvimento*¹, há erros na interpretação e produção de informações e tarefas, ou

¹ Presença de Inteligência normal, ausência de deficiências cognitivas, sensoriais e motoras associadas (deficiência mental, auditiva, visual, motora ou múltipla); presença de fatores neurobiológicas, presença de histórico familiar positivo; presença de alterações em habilidades cognitivas que comprometem o uso

seja, ocorrem falhas em decodificar, processar, programar e executar a aprendizagem. Uma disfunção na etapa do desenvolvimento das unidades cerebrais funcionais altera a função perceptiva e motora e expressa dificuldade na linguagem e na aprendizagem. Dentre as três unidades cerebrais funcionais, se a disfunção ocorrer na unidade primária o problema pode se expressar pela falta de atenção; se ocorrer na unidade secundária o problema pode se expressar na dificuldade de aprendizagem básica para leitura, escrita e matemática e, na unidade terciária, pode se expressar no baixo rendimento intelectual, dificuldade para compreender a linguagem, leitura, escrita e matemática.

O processo de aprendizagem é um fenômeno complexo por envolver outros fatores e, para tanto, é preciso destacar o crescimento e o desenvolvimento para compreender a realidade entre adolescentes em relação a esta função cortical. A interação humana com o ambiente passa por uma realidade instintiva primeiramente, baseado em um programa inato, que na inter-relação com o meio será aprimorado e/ou modificado como forma principal de adaptação e sobrevivência. Como apontam Wajnsztej e Alessi (2009) o crescimento e o desenvolvimento sofrem influências da *hereditariedade*, do *ambiente*, da *maturação* e da *aprendizagem*. **Hereditariamente**, desde a fecundação há o início de transmissão dos paradigmas biológicos paternos pelos genes onde um programa pré-estabelecido seguirá uma direção de crescimento. Contudo, o **ambiente**, que pode ser celular, intra-uterino, extra-uterino, social, por exemplo; fornece os estímulos que interferirão positiva ou negativamente neste programa pré-estabelecido. A **maturação**, aqui no caso refere-se ao sistema nervoso, é o crescimento neural e o desenvolvimento das potencialidades herdadas e do funcionamento deste na interação com o seu meio. A maturação nervosa se expressará pela mielinização das fibras nervosas que facilitará a aprendizagem na vida como um todo. A aprendizagem, diferente das condutas reflexas necessárias para a sobrevivência logo após o nascimento como o reflexo da sucção, é um processo que, paulatinamente, pela interação com o meio vai ser generalizado para outras interações com intenções onde o reconhecimento da necessidade se soma à do prazer. Chauchard (apud Wajnsztej e Alessi, 2009, p. 47) cita “*o homem nasce com o cérebro inacabado e imaturo que não é rico senão de possibilidades: estas possibilidades, o homem aprende a desenvolvê-las copiando o seu ambiente.*” Talvez seja mais correto dizer interagindo com o seu meio, já que ele não é apenas repetidor,

da atenção, memória e percepção, exposição da criança ao ambiente escolar e sociocultural adequado; persistência de sintomas da infância até a idade adulta. (Capelline, 2005, p. 163)

pois interage nele e forma conceitos e pensamentos de si e do mundo. É importante destacar principalmente no caso dos adolescentes em conflito com a lei aqui referidos, que é a oportunidade de experimentação, ou seja, de vivências e estimulações coerentes que favorecem um processo de aprendizagem via função cerebral. Ou seja, há uma predisposição do sistema neural, mas é necessário a oportunidade do estímulo para viver a capacidade do sistema. Assim, uma boa capacidade cognitiva expressa a função do mecanismo cortical (as faculdades) e o distúrbio cognitivo expressam a função inadequada. Os adolescentes em geral são de meios menos favorecidos, contudo, mais recentemente os que pertencem a meios favorecidos também fazem parte desta realidade (infração na adolescência não é uma questão de dificuldades sócio-econômica apenas) apresentam uma dificuldade pela incoerência das informações recebidas e no processamento dessas informações expressa um distúrbio cognitivo que remete à sua história de interação cérebro – corpo – meio – consciência – subjetividade.

No caso dos adolescentes, em especial os em conflito com a lei e que cumprem a Medida Sócioeducativa (MSE), dado suas dificuldades no processo de aprendizagem, se lança um foco sobre a plasticidade e desenvolvimento. Segundo Muszkat (2005) o desenvolvimento humano está vinculado à aprendizagem. Desenvolver-se orgânico e cognitivamente é estabelecer uma relação de apreender os estímulos que ocorrem inicialmente na vida, no meio ambiente. Apreender uma informação – aprendizagem – envolve crescimento (biológico) e desenvolvimento (capacidades) por meio de formação de novas conexões sinápticas entre outros processos que ocorrem em todas as fases do desenvolvimento humano e cognitivo desde o registro inicial da aquisição da informação (estímulo capturado - sensação) até a nomeação ou interpretação desta informação (percepção) e o arquivamento e evocação (processo mnêmico). Neste sentido, abordar sobre desenvolvimento é tocar em aprendizagem e também em plasticidade neural.

Plasticidade neural – ou cerebral – refere-se a uma mudança adaptativa na estrutura e funcionabilidade do sistema nervoso referente a qualquer fase da vida. Assim, a plasticidade neural em seu processo dinâmico por situações novas ou lesões é uma resposta de adaptação. A plasticidade envolve a neuroquímica (modificação de neurotransmissores e neuromoduladores), o hedológico (diferentes conexões entre neurônios e o número de sinapses ativas) e o comportamento (modifica estratégias

cognitivas conforme a situação ambiental). É um processo maturacional presente no desenvolvimento que pode ser favorecido ou facilitado pela proposta dos adolescentes infratores aprenderem sobre o funcionamento do cérebro e destacar a relação com seus comportamentos.

Resultados Alcançados:

A motivação dos adolescentes, expectativa de entendimento de seu “funcionamento” cerebral via neurociências foi positiva. A maioria, em seu modo peculiar, participou, mesmo os que expressaram incômodos em “pensar”. Os temas abordados suscitaram interesse em como o cérebro funciona no uso de drogas e álcool. O encontro teve um cunho qualitativo, onde foram levados a fazer uma correlação das informações/imagens com suas vidas e forma de funcionar na vida. Repetidamente a frase “cérebro funcionando ruim” ou “cérebro estragado” foi citado por eles, além de se interessarem sobre o funcionamento do corpo e como ocorre a percepção. Um ponto muito demarcado foi o foco no que fazer para acertar deste momento em diante com a informação de como o cérebro funciona em alguns aspectos. Inicialmente foi apresentado o tema do trabalho aos profissionais e agentes educativos para que o processo tivesse continuidade entre os adolescentes. Contudo, a realidade dos adolescentes na Unidade está sob decisões legais, o que muda sua dinâmica, podendo ser transferido por motivos diversos, o que dificulta parte da continuidade do trabalho além de algumas resistências institucionais. Do mesmo modo a história que eles trazem em seus registros pessoais é maior que a nova informação proposta em um curto espaço de tempo. Desenvolver a aprendizagem para lidar com impulsos na adolescência, e principalmente entre estes, é tarefa árdua que destaca uma contínua e constante informação apta a possibilidade de modificabilidade/neuroplasticidade cerebral. Contudo, é positivo destacar que informações foram lançadas para uma possível neuroplasticidade, pois um processo de aprendizagem pode ocorrer nas conexões internas e não manifestar imediatamente uma modificação comportamental, mas que poderá ser expressa futuramente. Outro fator observado é a necessidade de investimento de desenvolvimento específico sobre o tema direcionado para os profissionais técnicos e agentes de disciplinas. Estes últimos, por estarem em contato 24 horas com os adolescentes ganhariam em qualidade de atuação ao compreenderem tal realidade por este viés da neurociência, não para intervir, mas auxiliar com informações importantes para os técnicos. Desta forma, a neurociência pode contribuir para entendimentos sobre

esta realidade destes adolescentes e também auxiliar as pessoas que trabalham para fazê-los cumprir a medida sócioeducativa de forma mais humana, coerente e eficaz.

Referências:

- Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Publicado no DOU de 15/07/1990.
- Capellini, S. A.; Germano, G. D. & Cunha, V. L. O. – Aprendizagem e habilidades acadêmicas. In: Pântano, T. & Zorzi, J. L. – Neurociência aplicada à aprendizagem. São Paulo: Pulso, 2009.
- Ciasca, S. M. – Neuropsicologia do desenvolvimento: aspectos teóricos e clínicos. In: Mello, C. B.; Miranda, M. C. & Muszkat, M. – Neuropsicologia do desenvolvimento: conceitos e abordagens. São Paulo: Memnon, 2005.
- Cohen, C; Segre, M & Ferraz, F. C. (Org) – Saúde mental, crime e justiça. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- ICPS - International Center Prison Studies - Brasil tem a 4ª maior população carcerária do mundo. By indicador Brasil 30/05/2012. On line - Disponível em <http://www.indicadorbrasil.com.br/2012/05/brasil-tem-4a-maior-populacao-carceraria-do-mundo/> capturado em 18/07/2012.
- Damásio, A. R. – E o cérebro criou o homem. São Paulo: Cia das letras, 2011.
- DEGASE - Departamento Geral de Ações Sócioeducativas, 2000 – RJ.
- DEGASE - Departamento Geral de Ações Sócioeducativas 2002. On line, capturado em 17/03/2010. Disponível em: http://www.anjt.org.br/pesquisa_biondi_centro_de_triagem_2002.pdf
- Eagleman, D. – Laboratório de neurociências e lei. On line. Disponível em <http://eaglemanlab.net/neurolaw> Capturado em 20/07/2012. (a)
- Eagleman, D – the initiative on neuroscience and the law. On line. Disponível em <http://www.neulaw.org/> Capturado em 20/07/2012. (b)

- Eagleman, D. – Incógnito: as vidas secretas do cérebro. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.
- Goldberg, E. – O cérebro executivo: lobos frontais e a mente civilizada. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

- Lent, R. – A neurociência e a lei. In: Lent, R. - Sobre neurônios, cérebros e pessoas. São Paulo: Atheneu, 2011.

- Lent, R – Cem bilhões de neurônios? conceitos fundamentais de neurociências. São Paulo: Atheneu, 2010.

- Maia, M. C.; Mello, C. B.; Navatta, A. C. R.; Feldber, S. C. F. & Muszkat, M. – Transtorno de conduta. In: Neurodesenvolvimento e transdisciplinaridade: temas em neuropsiquiatria infantil. Muszkat, M.; Mello, C. B. & Rizzutti, S. (orgs) São Paulo: Memnon, 2010.

- Mello, C. B. – Pensamento, inteligência e funções executivas. In: Pântano, T. & Zorzi, J. L. – Neurociência aplicada à aprendizagem. São Paulo: Pulso, 2009.

- Moysés, M. A. A. & Collares, C. A. L. – Pesquisando os processos de medicalização e institucionalização de crianças que-não-aprendem-na-escola. In: Barros, N. F.; Cecatti, J. G. & Turato, E. R. – Pesquisa qualitativa em saúde: múltiplos olhares. Campinas: Komedi, 2005.

- Relatório de Pesquisa Perfil do Adolescente Infrator – Maio / 2011 – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. On line. Disponível em http://www.mpdft.gov.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/relatorio_pesquisa_perfil_adolescente_infrator_2011_004.pdf Capturado em 22/03/2012.

- Santos, F. R. C. – A formação do temperamento da fecundação ao desmame e o comportamento infrator na adolescência. Tese de doutorado. Faculdade de Ciências Médicas da universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP: 2010.

- Silva, S. G. da – Para uma neurobiologia do eu: uma contribuição às teorias da subjetividade. Revista Lationamericana de Psicopatologia Fundamental. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 71-86, Março 2010.

- Sinase – Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo – Secretaria de Direitos Humanos – Coordenação Sinase – On line. Disponível em www.sdh.gov.br Capturado em 20/07/2012.
- Stumpf, P. C. M. – Menores infratores em ambiente escolar. Brasília, 2011, 62 p. (Monografia apresentada à Faculdade de Sociologia da Universidade de Brasília, para obtenção do grau de Sociólogo).
- Wajnsztej, R. & Alessi, R. – Crescimento, desenvolvimento e envelhecimento do sistema nervoso. In: Pântano, T. & Zorzi, J. L. – Neurociência aplicada à aprendizagem. São Paulo: Pulso, 2009.

O ATIVISMO JUDICIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: A BUSCA DO EQUILÍBRIO DO SISTEMA

Michel Faria de Souza

Mestrando do Curso de Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense

Email: michty@hotmail.com

mfsouza@hgj.rj.saude.gov.br

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de contribuir com o debate acerca do controle judicial das políticas públicas de saúde, sob um enfoque de tornar o sistema mais racional e funcional. O grande aumento das demandas judiciais por prestações de medicamentos e tratamentos em face do SUS pode levar o sistema a um colapso. Pois, a inserção destas demandas, não previstas originalmente no orçamento público, pode comprometer as políticas públicas já planejadas. Portanto, a comunicação permanente entre a União, Estados, Municípios, Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário é fundamental para aprimorar o funcionamento do sistema como o todo.

PALAVRAS CHAVE: Saúde Pública. Ativismo Judicial. Direitos Fundamentais.

ABSTRACT

This article aims to contribute to the debate about judicial review of public health policies, from a perspective of making the system more rational and functional. The large increase in lawsuits for benefits of medications and treatments in the face of SUS may cause the system to collapse. For the inclusion of these demands, not originally intended in public budgets, public policy may compromise already planned. Therefore, ongoing communication between the Union, States, Municipalities, Public Defender, prosecutors and judiciary is essential to improve the functioning of the system as a whole.

KEYWORDS: Public Health. Judicial Activism. Fundamental Rights.

1. INTRODUÇÃO

O ativismo judicial, sobretudo, no campo das políticas públicas de saúde vem crescendo ano após ano e o número de processos judiciais que ordenam o fornecimento de medicamentos, realização de cirurgias e tratamentos médicos, é um retrato deste fenômeno contemporâneo em nossa sociedade¹.

A dicotomia entre Administração Pública – alegando que a interferência judicial no sistema de saúde com obrigatoriedade de prestações sanitárias, em um cenário de recursos limitados, na verdade, transfere do todo parte dos recursos públicos destinados ao sistema de saúde, ou seja, quando um juiz determina o fornecimento de um medicamento ou tratamento médico a um cidadão que ingressou com uma ação específica no judiciário, outros serviços do sistema previamente planejados pelo gestor público podem deixar de ser atendidos por falta de recursos.

Do outro lado o Poder Judiciário se confronta com uma situação trágica, a necessidade de prestações de saúde pública, muitas vezes não prestadas pela Administração, requeridas por um cidadão que vê nele a última esperança de garantir o seu tratamento e consequentemente preservar a sua vida ou de um ente².

A judicialização do direito à saúde ganhou tamanha importância teórica e prática que envolve não apenas os operadores do direito, mas também os gestores públicos, os profissionais da área de saúde e a sociedade civil como um todo.

Esse fato social começa a suscitar, tanto nas ciências jurídicas, quanto nas ciências médicas e de gestão de saúde pública, uma tentativa de encontrar um mecanismo de equalização do sistema. De forma que o ativismo judicial, relacionado ao controle de políticas públicas de saúde, possa ser prestado da melhor forma possível, e

¹Em São Paulo, o secretário estadual de Saúde, Luiz Roberto Barradas Barata, publicou em diversos jornais o artigo Remédios na dose certa (Radis nº 39, Súmula) declarando que os gastos do seu estado com demandas judiciais por medicamentos no primeiro semestre de 2005 — no valor de R\$ 86 milhões — já correspondiam a quase o dobro dos recursos despendidos para o mesmo fim em todo o ano de 2004. “Guardadas as devidas proporções, a situação não é muito diferente nos outros estados.”

² BARROSO, L. R. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. In SOUZA NETO, C. P. SARMENTO, Daniel. **Direitos sociais – fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

de preferência respeitando e acatando o planejamento do gestor público e corrigindo as omissões e falhas da Administração Pública.

Portanto, de forma propedêutica o presente artigo visa contribuir com o debate acerca dos problemas que envolvem o ativismo judicial no sistema de saúde pública. O aprimoramento de mecanismos de trocas de informações entre os Gestores Públicos, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Poder Judiciário podem contribuir para melhoria do sistema de saúde. Uma vez que, as demandas reiteradas exercidas no judiciário, requerendo medicamentos e tratamentos, podem passar a fazer parte do planejamento do gestor público quando informadas por aqueles a este.

Do contrário, continua-se a desperdiçar o dinheiro público com gastos judiciais, tempo e conhecimento de juízes, defensores, promotores e procurados que poderiam estar concentrando seus esforços em outras demandas, pois, ao fim e ao cabo, a Administração Pública será obrigada a fornecer o tratamento ou medicamento requerido na inicial em nove de cada dez demandas³.

Em breves pesquisas jurisprudenciais nos sítios do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Regional Federal da 2º Região e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro percebe-se que a administração pública é condenada, quase sempre, a fornecer medicamentos e tratamentos solidariamente aos requerentes. Assim como, em leituras bibliográficas e artigos, percebe-se que o tema é relevante e que a doutrina especializada não é indiferente a esse problema social e vem tentando contribuir com pesquisas que apontem um parâmetro razoável no caso concreto.

Portanto, o melhor caminho a ser seguido é a permanente comunicação e troca de informações entre os gestores públicos, judiciário, defensoria, ministério público visando antecipar as respostas a estas demandas e contribuir para a melhoria do sistema.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O art. 6º da Constituição da República (CRFB) afirma ser a saúde um direito social, deixando transparecer a possibilidade de o cidadão exigir alguma prestação estatal capaz de lhe garantir uma existência saudável.

³ Em uma breve pesquisa realizada no sítio do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Federal da 2º Região, constatasse que a grande maioria das demandas requerendo medicamentos e tratamentos em face da Administração é julgada procedente.

Segundo a Constituição da Organização Mundial de Saúde, a saúde não é a mera ausência de doenças ou enfermidades, mas o estado de completo bem-estar físico, mental e social⁴.

Desse modo, quando se fala em direito à saúde, se está tratando dos meios necessários à promoção da saúde, que, segundo a Carta de Ottawa, elaborada durante a Primeira Conferência Internacional de Promoção da Saúde, em 1986, significa o processo de capacitação da pessoa para a melhoria e o aumento de controle da saúde⁵.

Sendo a saúde o estado de completo bem-estar, sua promoção não se esgota nas prestações de saúde, dependendo de políticas públicas relacionadas a outros campos da atuação estatal, como aquelas necessárias à conquista de paz, moradia, educação, alimentação, renda, ecossistema saudável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade.

Porém, essa visão ampliada da promoção da saúde ultrapassa os limites do próprio direito à saúde, considerado isoladamente, pois depende de iniciativas intersetoriais. A moradia, educação e renda contribuem para a promoção da saúde, porém não integram o conceito de direito à saúde, uma vez que constituem direitos autônomos. Caso contrário, concluir-se-ia que o direito à saúde teria menos a ver com o campo regional da saúde e mais a ver com o campo global da sociedade, apesar da clara disposição constitucional de tutelá-la autonomamente.

Demonstrada a existência de um direito subjetivo público consubstanciado no acesso às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde, é necessário verificar a existência de seu fundamento teórico sócio-político-jurídico⁶.

Não é objetivo deste trabalho aprofundar o debate sobre o conceito e a estrutura dos direitos fundamentais⁷. Busca-se aferir se o direito à saúde pode ser caracterizado como um direito fundamental. Todavia, algumas considerações iniciais são necessárias.

Destaca-se que os direitos fundamentais são direitos subjetivos públicos. Como leciona ALEXY⁸, e, assim sendo, englobam tanto os direitos a ações negativas, quanto

⁴Constitution of the World Health Organization. Disponível em <http://www.who.int/governance/eb/who_constitution_en.pdf>, acesso em 09 de junho de 2012.

⁵Ottawa Charter for Health Promotion. Disponível em http://www.who.int/hpr/NPH/docs/Ottawa_charter_hp.pdf. acesso em 18/07/2012.

⁶HENRIQUES, F. V. Direito prestacional à saúde e atuação jurisdicional. In SOUZA NETO, C. P. (org.). SARMENTO, D. (org.). **Direitos sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 831.

⁷ALEXY, R. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 193-203.

⁸_____ defende que os direitos fundamentais possuem caráter de princípios e, nessa condição, eles eventualmente colidem, sendo assim necessária uma solução ponderada em favor de um deles. Para

positivas. Este autor ensina que as normas de direito fundamental conferem aos indivíduos a posição jurídico-subjetiva de exigir seu direito a algo. Direito de exigir prestações (ações positivas) e abstenções (ações negativas) do Estado.

As ações negativas são subdivididas por Alexy em três grupos: o primeiro, de que o Estado não impeça ou obstaculize o exercício de um direito fundamental; o segundo, o direito de que o Estado não afete situações jurídicas ou propriedades dos indivíduos e o terceiro, o direito de que o Estado não elimine sua posição jurídica: uma vez conferido o direito fundamental ao cidadão, o Estado não pode derogá-lo.

E os direitos fundamentais podem assumir a forma de direitos à prestação diante da omissão do Poder Público no exercício de controle do cumprimento dos direitos fundamentais.

Desse modo, podemos identificar o direito à saúde como um direito subjetivo a ações estatais positivas em nossa Constituição, sua estrutura se adéqua perfeitamente à de um direito fundamental.

No entanto a controvérsia quanto à caracterização dos direitos sociais como direitos fundamentais é antiga e está longe de encontrar solução única. Enquanto alguns autores sustentam a fundamentalidade de todas as prestações sociais positivadas na Constituição, independentemente de sua vinculação à dignidade da pessoa humana, outros negam a legitimidade de imposição de cumprimento destes pelo Judiciário⁹.

Alguns autores elaboraram uma teoria denominada de mínimo existencial¹⁰, que seria um mínimo necessário a que todo cidadão teria o direito de obter do Estado para uma existência digna.

Mas definir o que é o conteúdo do mínimo existencial é sempre tarefa difícil - mesmo diante de um caso concreto. No plano abstrato a missão torna-se ainda mais difícil, sendo divergentes as produções científicas que identificam quais seriam suas parcelas integrantes.

BARCELLOS (2009) chega ao mínimo existencial por meio de uma ponderação abstrata de normas, realizada antes do surgimento de um caso concreto, contribuindo de forma indelével para o debate. A ideia é antecipar os conflitos constitucionais com

tanto, considera os princípios como um mundo de dever ser ideal, isto é, não diz como as coisas são, mas como se as deve pensar, com o objetivo de evitar contradições.

⁹Como exemplo, cf. SARLET, I. W. Direitos fundamentais sociais, “mínimo existencial” e direito privado: breves notas sobre alguns aspectos da possível eficácia dos direitos sociais nas relações entre particulares. In SARMENTO, D. (org). GALDINO, F. (org). **Direitos fundamentais**: estudos em homenagem ao professor Ricardo Lobo Torres. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 572-573.

¹⁰TORRES, R. L. **O direito ao mínimo existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. Princípio capaz de assegurar as condições mínimas de existência digna.

auxílio de situações hipotéticas, criando-se parâmetros para ajudar a orientar o aplicador da norma, ou seja, o gestor público¹¹.

Essa estrutura de pensamento permitiu à autora ponderar a dignidade humana e outros princípios constitucionais, tais como o princípio democrático e o da separação de poderes e direitos sociais chegando-se, como resultado, ao mínimo existencial.

A autora busca racionalmente um método capaz de equacionar essa questão, através da ponderação e conclui que o mínimo existencial é composto por quatro elementos, sendo três materiais e um instrumental. Sendo os três materiais o direito à educação fundamental, à saúde básica, à assistência aos desamparados e o acesso à justiça seria o direito instrumental capaz de concretizá-los em caso de mora do Estado.

No entanto, o debate sobre a judicialização da saúde se insere em um contexto maior no qual se discute a legitimidade do controle judicial dos atos da Administração Pública. Por esse motivo, para bem compreender o tema do presente trabalho, é fundamental analisar o controle judicial da atividade administrativa.

Hodiernamente cabe ao Estado/Juiz a primazia na tutela dos direitos fundamentais, constatasse que a garantia desses depende de um efetivo acesso à justiça. É necessário permitir ao cidadão ter acesso aos tribunais para pleitear prestações inadimplidas pela Administração Pública. Isso conduz o próprio acesso à justiça ao *status* de direito fundamental. Sem ele, não há como se reconhecer a existência efetiva de qualquer outro direito.

No Brasil, o acesso à justiça, em seu conteúdo formal, é garantido no sistema constitucional pela inafastabilidade do controle jurisdicional, positivada no art. 5º, XXXV da Constituição da República (CRFB), segundo o qual a lei não pode excluir da apreciação do Poder Judiciário a lesão ou ameaça de lesão a direito.

Não escapam à apreciação do Poder Judiciário, nem mesmo, os conflitos travados entre o Estado (Administração Pública) e o indivíduo (administrado). Aliás, em um Estado de Direito, essas relações entre a Administração Pública e o cidadão assumem grande importância, pois ambas as partes estão submetidas a uma disciplina normativa restritiva de sua atuação. Não apenas o cidadão tem a sua liberdade limitada pelo ordenamento jurídico, como a Administração encontra limites para o seu atuar, devendo obediência à lei (princípio da legalidade), além de normas não positivadas, e,

¹¹ BARCELLOS, A. P. de. Artigos 196 a 200 (comentários). In BONAVIDES, P. (org.). MIRANDA, J. (org.). MOURA AGRA, W. de (org.). **Comentários à Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro, Forense, 2009.

sobretudo, à Constituição e aos direitos fundamentais. A ultrapassagem de tais limites causa, em regra, lesão a direito subjetivo público do cidadão, ou a direitos transindividuais, cabendo ao Judiciário, quando provocado, solucionar esse conflito¹².

A construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I da Constituição Brasileira), a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais (art. 3º, II da Constituição Brasileira) e a promoção do bem de todos (art. 3º, IV da Constituição Brasileira) passam a ser os objetivos fundamentais do Estado que, para cumpri-los, torna-se devedor de direitos subjetivos públicos, os quais não se restringem a instrumentos de limitação da atuação estatal (liberdades públicas), mas também exigem prestações estatais positivas. Surgem, assim, direitos econômicos e sociais, dos quais os indivíduos se tornam credores do Poder Público.

O direito fundamental à saúde integra o mínimo existencial e este pode ser exigido judicialmente, não podendo ser restringido pelos outros poderes constituídos. Isso significa que em caso de ofensa a direito fundamental, a discricionariedade legislativa e administrativa é reduzida e passa a se submeter ao controle judicial¹³.

O sistema judicial brasileiro costuma deferir as tutelas que versam sobre prestações de fornecimento de medicamentos e tratamentos médicos, não considerando, ou considerando pouco, o planejamento e orçamento realizado pelos gestores públicos. Isto, por si só, é um entrave ao pleno funcionamento do sistema.

Uma breve análise da jurisprudência, no período de janeiro a julho de 2012, é reveladora. No Superior Tribunal de Justiça, de 56 acórdãos pesquisados, 49 eram favoráveis à pretensão de fornecimento de remédios ou outros tratamentos. A mesma pesquisa no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (que engloba os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo) foram encontrados 87 acórdãos favoráveis aos pedidos dos pacientes e apenas nove, negaram¹⁴. No sitio eletrônico Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, foram encontradas mais de trezentos processos somente no ano 2012 versando sobre o tema fornecimento de medicamentos e tratamentos de saúde pelo SUS¹⁵.

¹² _____ Idem.

¹³ Art. 5º da CFRB. XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

¹⁴ Pesquisa realizada por meio da página do STJ na *internet* <www.stj.jus.br>, em 17 de julho de 2012 limitado ao período de 01/01/2012 a 18/07/2012. Chave de pesquisa: SUS, fornecimento de medicamentos e tratamentos médicos.

¹⁵ Pesquisa realizada no sitio do TJRJ em julho de 2012.

Em pesquisa no sítio do Supremo Tribunal Federal (STF), identificaram-se quatorze decisões monocráticas – todas favoráveis aos cidadãos – contra apenas duas que denegaram os pedidos. É recorrente, quase sempre, a mesma fundamentação jurídica para se deferir ou não a tutela¹⁶.

Entre as decisões do STF foram localizados dois precedentes favoráveis à Administração Pública, ao suspenderem decisões judiciais que haviam determinado o fornecimento de medicamentos. Entretanto, essa tendência jurisprudencial não se confirmou em decisões posteriores. No entanto, é inquestionável o aumento do peso de um dos argumentos das defesas fazendárias: o impacto das decisões judiciais nos orçamentos públicos. Embora o STF – exceto nas duas situações já citadas – confira maior peso ao direito à saúde dos postulantes do que ao equilíbrio orçamentário, a corte passou a enfrentar o assunto com maior preocupação de fundamentação.

A preocupação com as repercussões das decisões judiciais na esfera orçamentária da Administração Pública, no que tange a obrigatoriedade de fornecimento de medicamentos e tratamentos não previstos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), passou a ganhar atenção do STF após a audiência pública realizada entre abril e maio de 2009, quando, durante seis dias, ouviram-se especialistas de diversas áreas a respeito da judicialização da saúde no próprio STF por iniciativa do seu presidente a época, o Ministro Gilmar Mendes.

Entretanto, apesar desse marco, as demandas versando a respeito de prestações de saúde (medicamentos e tratamentos) continuam em sua grande maioria favoráveis aos cidadãos. E isto é aceitável. Pois, não se pode deixar de lembrar que atrás da toga existe um ser humano e é salutar que seja assim.

Entretanto, o que se questiona é, são os juízes os melhores técnicos para determinar a Administração pública o fornecimento de medicamentos, ou tratamentos não constante na tabela do SUS?

O poder executivo conta com especialistas que detêm a expertise na área, conhecimento este que falta ao judiciário, em regra, e, portanto, tem que ser sopesado, a bem do funcionamento da Administração Pública, toda decisão que impor ao Estado a prestação de serviços de saúde não previstos pelo SUS.

¹⁶Pesquisa realizada por meio da página do STF na *internet* <www.stj.jus.br>, em 18 de julho de 2012, limitada ao período de 01/01/2012 a 18/07/2012. Direito a saúde como direito fundamental, devendo prevalecer ao simples argumento da Administração Pública de previsão orçamentária. Ou o seu inverso para negar a tutela.

Todavia, estando o poder público em omissão, abre-se espaço para a intervenção do judiciário quando demandado. Pois, na verdade, não se trata de intromissão do Judiciário na competência da Administração, e sim, uma correção desta omissão a um direito fundamental, perpetrada pela própria Administração Pública.

A melhor maneira de resolver esse problema é a junção de esforços entre os poderes na busca de equalizar todo o sistema de saúde, ou seja, as demandas que chegam reiteradamente ao Poder Judiciário requerendo remédios e tratamentos da Administração Pública não constante na tabela do SUS, deveriam ser informadas aos gestores desta área para que estes estudassem a viabilidade de inclusão destes insumos e procedimentos na referida tabela. Poupar-se-ia tempo e dinheiro público e ainda haveria contribuição para otimização da gestão pública.

Neste cenário, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), composto por União, Estados e Municípios é marcada pela descentralização e hierarquia. Este novo formato da rede de atenção à saúde gera desafios para a Federação, pois estabelece uma inédita dinâmica de trabalho entre as três esferas.

O atual federalismo brasileiro oferece uma divisão de poder que se caracteriza pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal (Constituição da República – CRFB, art. 1º), dando origem a uma administração político-administrativa composta de três esferas autônomas: federal, estadual e municipal, além da distrital, consubstanciada em uma mescla das demais (CRFB, art. 18)¹⁷.

A constituição de 1988 parece apontar para uma nova espécie de Federação, a cooperativa¹⁸. Encontram-se sinais da intenção do constituinte de introduzir o federalismo cooperativo no Brasil nos do art. 23,§Ü e no art. 241 da CFRB¹⁹.

A centralização das políticas de saúde sempre foi a maneira de gestão implementada pelo poder público desde o Império, até a República. Isto foi rompido

¹⁷ Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

¹⁸ O federalismo cooperativo é definido por REINHOLD ZIPPELIUS como: *aquele que acarreta uma “obrigação ao entendimento”, quer dizer, o dever das partes no sentido de se harmonizarem entre elas e, caso necessário, aceitarem compromissos. O envolvimento funcional dos Estados membros nos processos centrais de planejamento e regulação, pode servir de exemplo a esse respeito.* ZIPPELIUS, R. **Teoria Geral do Estado**. Tradução de Karin Praefke-Aires Coutinho. 3ª edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 510.

¹⁹ Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

com a Constituição da República de 1988, que incluiu entre as atribuições dos Municípios a prestação de serviços de atendimento à saúde da população, com a cooperação técnica e financeira da União e dos Estados (CRFB, art. 30, VII). Trata-se de regra inspirada no princípio da descentralização, valorizando o papel dos entes federados, especialmente daqueles mais próximos da população, os Municípios.

A acertada previsão permite uma aproximação da comunidade com as instâncias decisórias, estimulando a sua participação nos debates, em perfeita harmonia com o art. 198, III, da CRFB. Isso porque a gestão descentralizada é capaz de focar as especificidades de cada região e de desconstruir, ao menos parcialmente, a distância existente entre o cidadão e o gestor público²⁰.

Os Municípios foram erigidos ao posto de principais executores das ações e serviços públicos de saúde, concretizando um ideário do movimento sanitarista, que na IX Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1992, elegeu o seguinte tema central: *“Saúde: municipalização é o caminho”*²¹.

O município atende às exigências da descentralização insculpidas na Constituição Federal, funcionando como instância tangencial entre a sociedade e o Poder Público. Esse equilíbrio entre descentralização e municipalização é o que deve ser perseguido pelos gestores públicos²².

Entretanto, apesar da descentralização e especialmente a municipalização, ser apontada como o caminho a ser seguido, não se pode ter a ilusão de enxergá-la como a panacéia para todos os problemas da saúde pública brasileira. As especificidades de cada município do país são um grande desafio aos gestores públicos.

Estas enormes desigualdades em diversos campos, tais como: econômico, políticos, infraestrutura, orçamentária, cultural e de conhecimentos técnicos dificultam, ainda mais, o aprimoramento do sistema de saúde como um todo. Sobrecarregando, por muitas vezes, os municípios que estão mais bem estruturados pela absorção de clientela oriunda de municípios vizinhos menos estruturados²³.

²⁰ Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: III - participação da comunidade.

²¹ Relatório final da IX Conferência Nacional de Saúde, disponível em <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_9.pdf>, acesso em 27/06/2012.

²² Art. 30. Compete aos Municípios: VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.

²³ portal.saude.gov.br/portal/.../Apresentacao_IDSUS_28-02-12_02.pdf

Destarte, a busca pela eficiência, efetividade e eficácia nas políticas públicas de saúde devem ser norteadas de forma objetiva e concentrar os esforços de todos os atores envolvidos na gestão e planejamento dos serviços de saúde.

BUCCI entende política pública como um

“programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados – processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial – visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Como tipo ideal, a política pública deve visar a realização de objetivos definidos, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios necessários à sua consecução e o intervalo de tempo em que se espera o atingimento dos resultados”²⁴.

Em nosso país, o grande número de competências comuns entre União, Estados e Municípios indica que o constituinte perquiriu a comunhão de esforços para obtenção de resultados como o cuidado com a saúde (art. 23, II), a preservação do meio-ambiente (art.23, VI) e o combate à pobreza (art. 23, X). Sendo assim, ao invés de competirem pelo aumento ou diminuição de suas atribuições, cada um deve oferecer o melhor ao seu alcance para a conquista desses ideais²⁵.

O federalismo cooperativo busca substituir a competição entre as unidades federadas pela cooperação em prol de um objetivo comum. Sendo assim, todos os entes devem interagir, contribuindo um com o outro para o alcance dos objetivos estatais.

Diante das enormes diferenças entre as capacidades de unidades federadas implantarem políticas públicas, a busca pela cooperação entre os entes federados e os poderes da república torna-se ainda mais fundamental. Não é por outro motivo que a sua ausência é apontada como uma das causas da não consolidação prática do federalismo cooperativo brasileiro²⁶.

²⁴BUCCI, M. P. D. (org.). **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 39.

²⁵ Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

²⁶ SOUZA, C. Desenho Constitucional, instituições federativas e relações intergovernamentais no Brasil pós-1988. In FLEURY, S. (org.). **Democracia, descentralização e desenvolvimento**: Brasil e Espanha. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19.

A saúde é uma das poucas áreas de atuação do Estado em que se observa a implantação efetiva de uma atuação federativa cooperativa, com a criação de instrumentos que permitem, a todas as unidades federadas, a participação na elaboração e no acompanhamento das políticas públicas, sob a coordenação da União.

As leis federais estabelecem normas gerais sobre o Sistema Único de Saúde e distribuem as atribuições entre as direções nacional, estaduais e municipais (Lei 8.080/90, arts. 16 a 18). A legislação federal prevê, ainda, a existência de um conselho de saúde e uma conferência de saúde em cada esfera de governo. As conferências, compostas por representantes de vários segmentos sociais, reúnem-se a cada quatro anos para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde (Lei 8.142/90, art. 1º, § 1º).

Já os conselhos, que possuem caráter permanente e deliberativo e são compostos por representantes do governo, dos prestadores de serviços, dos profissionais de saúde e dos usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde (Lei 8.142/90, art. 1º, § 2º).

No âmbito nacional, o Conselho de Saúde (CNS) é integrado também pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) e pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS) (Lei 8.142/90, art. 1º, § 3º). A dinâmica construída pelo legislador permite que Estados e Municípios participem do processo de elaboração de políticas nacionais de saúde e do controle de sua execução. Assim, Estados e Municípios contribuem na formulação das políticas de âmbito nacional, em uma relação de colaboração.

Nota-se, portanto, que a intenção do constituinte é que União, Estados e Municípios – cabendo a esse último por estar mais próximo ao cidadão a prestação de serviços de saúde a população, prioritariamente, com auxílio daqueles – cooperem entre si buscando o constante aperfeiçoamento do sistema público de saúde.

3. CONCLUSÃO

É necessário avançar diante da grande quantidade de demandas judiciais objetivando prestações de medicamentos e tratamentos, muitos deles caríssimos e muitas vezes de eficácia não comprovada, não prevista na tabela do SUS. Chegou o

momento de representantes dos Ministérios Públicos, do Poder Judiciário e da Defensoria Pública ter assento nestes conselhos.

Estes têm muito a contribuir com debate e com aperfeiçoamento do sistema de saúde, uma vez que operam diretamente com parte da clientela que demanda e se insurge contra a omissão estatal e procuram o poder judiciário para a correção da não prestação correta por parte da administração pública.

Entende-se que quando um juiz determina a Administração Pública que forneça um medicamento ou custeio de um tratamento, o faz com a melhor das intenções no intuito de salvar uma vida ou ao menos minorar o sofrimento de ser humano e, confesso, não faria diferente.

Entretanto, como bem observaram Souza Neto e Sarmento, o judiciário pode estar realizando o papel de Robin Hood às avessas, retirando recursos do orçamento previstos para todos e repassando para poucos. Pois, a grande maioria da clientela que vai até o judiciário requerer do poder público o custeio de seu tratamento, pertence à classe média que, em regra, pode pagar os custos de um processo²⁷.

Com a criação dos juizados especiais o poder judiciário está mais próximo da população e as pessoas mais pobres estão apreendendo a reivindicar os seus direitos e isto tem ocorrido, sobretudo, nas questões de direito do consumidor. Diga-se que ainda permanece adormecido – para a grande maioria da população – o conhecimento de que ela pode requerer do poder público, quando este está em omissão, prestações positivas, por exemplo: fornecimento de medicamentos pela Administração Pública.

O cenário que se vislumbra é trágico, pois se nesse momento histórico é a classe média que detém o conhecimento para ingressar no judiciário pleiteando o cumprimento das prestações positivas pelo poder público e o Poder Judiciário reclama diuturnamente do excesso do número de processos, imagine-se o momento em que as classes mais pobres descobrirem que este direito também lhes pertence e comecem a agir da mesma forma que a classe média?

Acompanhando a ideia de prevenir ante a necessidade de reparar erros, os gestores públicos, o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública devem manter um diálogo permanente na busca de tornar o sistema mais eficiente e pronto para responder às demandas que surgirem.

²⁷ SOUZA NETO, C. P. A justiciabilidade dos direitos sociais: críticas e parâmetros. In SOUZA NETO, C. P., SARMENTO, D. (organizadores). **Direitos Sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

Como sugestão, acredita-se que a participação destas instituições poderia auxiliar os gestores públicos da área de saúde no aperfeiçoamento da gestão pública de saúde e atualização da listagem de medicamentos e tratamentos oferecidos pelo SUS, captando *in loco* as demandas que são reiteradamente propostas perante o judiciário e transferindo estas informações aos responsáveis, em cada nível de governo, para que de acordo com as necessidades específicas de cada região e localidade, os gestores públicos possam elaborar os planos estratégicos, na referida área, munidos desta valiosa informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALEXY, R. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

BARCELLOS, A. P. de. Artigos 196 a 200 (comentários). In BONAVIDES, P., MIRANDA, J., MOURA AGRA, W. de (orgs.). **Comentários à Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro, Forense, 2009.

_____. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BARROSO, L. R. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. In SOUZA NETO, C P., SARMENTO, D. **Direitos sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

BUCCI, M. P. D. **O conceito de política pública em direito**. In BUCCI, M. P. D. (org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

MATTA, G. C. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. In MATTA, G. C., PONTES, A. L. de M. (orgs.) **Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.

PIETRO, M. S. Z. Di. **Direito Administrativo**. 13ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.

SARLET, I. W. FIGUEIREDO, M. F. Reserva do possível, mínimo existencial e direito à saúde: algumas aproximações. In SARLET, I. W., TIMM, L. B. (orgs.). **Direitos Fundamentais orçamento e “reserva do possível”**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

_____. Direitos fundamentais sociais, “mínimo existencial” e direito privado: breves notas sobre alguns aspectos da possível eficácia dos direitos sociais nas relações entre particulares. In SARMENTO, D., GALDINO, F. (orgs.) **Direitos fundamentais: estudos em homenagem ao professor Ricardo Lobo Torres**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

SOUZA, C. Desenho Constitucional, instituições federativas e relações intergovernamentais no Brasil pós-1988. In FLEURY, S. (org.) **Democracia, descentralização e desenvolvimento**: Brasil e Espanha. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TORRES, R. L. **O direito ao mínimo existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

ARTIGOS E SÍTIOS PESQUISANDOS NA *INTERNET*

BARROSO, L. R. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. In SOUZA NETO, C. P., SARMENTO, D. **Direitos sociais**: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

Constitution of the World Health Organization. Disponível em <http://www.who.int/governance/eb/who_constitution_en.pdf>, acesso em 09 de junho de 2012.

Relatório final da IX Conferência Nacional de Saúde, disponível em <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_9.pdf>, acesso em 27 de junho de 2012.

<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/port_interministerial_02-1986.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2012.

<www.jfrj.gov.br>. Acesso em 20 de junho de 2012.

<www.stj.jus.br>. Acesso em 17 de julho de 2012.

ANEXOS:

JURISPRUDÊNCIA

RE 607381 AgR / SC - SANTA CATARINA AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. LUIZ FUX Julgamento: 31/05/201 Órgão Julgador: Primeira Turma – Supremo Tribunal Federal.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. DIREITO À SAÚDE (ART. 196, CF). FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. SOLIDARIEDADE PASSIVA ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS. CHAMAMENTO AO PROCESSO. DESLOCAMENTO DO FEITO PARA JUSTIÇA FEDERAL. MEDIDA PROTETÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. 1. O artigo 196 da CF impõe o dever estatal de implementação das políticas públicas, no sentido de conferir efetividade ao acesso da população à redução dos riscos de doenças e às medidas necessárias para proteção e recuperação dos cidadãos. 2. O Estado deve criar meios para prover serviços médico-hospitalares e fornecimento de medicamentos, além da implementação de políticas públicas preventivas, mercê de os entes federativos garantirem recursos em seus orçamentos para implementação das mesmas. (arts. 23, II, e 198, § 1º, da CF). 3. O recebimento de medicamentos pelo Estado é direito fundamental, podendo o requerente pleiteá-los de qualquer um dos entes federativos, desde que demonstrada sua necessidade e a impossibilidade de custeá-los com recursos próprios. Isto por que, uma vez satisfeitos tais requisitos, o ente federativo deve se pautar no espírito de solidariedade para conferir efetividade ao direito garantido pela Constituição, e não criar entraves jurídicos para

postergar a devida prestação jurisdicional. 4. In casu, o chamamento ao processo da União pelo Estado de Santa Catarina revela-se medida meramente protelatória que não traz nenhuma utilidade ao processo, além de atrasar a resolução do feito, revelando-se meio inconstitucional para evitar o acesso aos remédios necessários para o restabelecimento da saúde da recorrida. 5. Agravo regimental no recurso extraordinário desprovido.

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA UNIÃO. REPERCUSSÃO GERAL DECLARADA PELO STF. SOBRESTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. O funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, de modo que qualquer dessas entidades tem legitimidade ad causam para figurar no pólo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso à medicação para pessoas desprovidas de recursos financeiros. Precedentes do STJ.

2. O reconhecimento, pelo STF, da repercussão geral não constitui hipótese de sobrestamento de recurso que tramita no STJ, mas de eventual Recurso Extraordinário a ser interposto.

3. A superveniência de sentença homologatória de acordo implica a perda do objeto do Agravo de Instrumento que busca discutir a legitimidade da União para fornecimento de medicamentos.

4. Agravo Regimental não provido.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. APELAÇÃO. DIREITO PÚBLICO À SAÚDE. EXIGIBILIDADE DO DIREITO À SAÚDE. RESPONSABILIDADE PELO FORNECIMENTO RESERVA DO POSSÍVEL. PRINCÍPIO DA IGUALDADE. 1. É solidária entre os entes da Federação e tem assento constitucional a responsabilidade pelo fornecimento dos produtos e serviços públicos de saúde, o que não tolera exceções por lei e tampouco por normas administrativas, as quais se limitam a distribuir responsabilidades internamente e não servem de fundamento para negar direitos perante os interessados (STF, SL 47 AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julg. 17.03.2010, DJ 30.04.2010). 2. É papel do Poder Judiciário delimitar o núcleo duro dos direitos fundamentais, apontando quais produtos ou serviços de saúde são essenciais. Nesse contexto, o direito à saúde é judicialmente exigível da Administração, não apenas por omissão administrativa (em que o dever de prestação está prevista em lei), mas também por omissão legislativa, sempre que a essencialidade da prestação (mínimo existencial) estiver demonstrada. Porém, com efeito, o fenômeno da judicialização da saúde pública nem sempre diz respeito à jurisdição constitucional, porque grande parte dos conflitos referentes à oferta de produtos ou serviços de saúde se relaciona com a efetivação, pela Administração, de políticas de saúde já existentes em lei (STF, Segunda Turma, AI 734487 AgR, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJ. 20.08.2010). 3. A •reserva do possível– (unter dem Vorbehalt des Möglichen), segundo um precedente do Tribunal Constitucional Federal alemão (BVerfGE 33, 303), diz respeito a direitos de beneficiar-se de prestações do Estado já existentes, dos denominados direitos fundamentais derivados (grundrechtliche Verbürgung der Teilhabe), como por exemplo, os de participar de vagas existentes em universidades públicas, e que se pode razoavelmente exigir da sociedade, ou seja, dentro

dos recursos orçamentários. Isso não se confunde com os direitos fundamentais originários, que obrigam o legislador a criar prestações ainda não existentes. Nesse contexto, a falta de orçamento público não obsta a exigibilidade judicial do núcleo essencial dos direitos fundamentais. Contudo, tratando-se de prestações de saúde vinculadas à lei (direitos fundamentais derivados), a reserva do possível deve ser observada, nos limites do orçamento, mas, neste caso, compete à Administração comprovar - e não apenas alegar - que o orçamento não comporta a satisfação da pretensão do demandante. 4. O princípio da igualdade a ser observado pela Administração não serve de justificativa para negar direitos subjetivos. Realmente, conceder a um cidadão um direito que também poderia ser estendido a todos os que estivessem na mesma situação, sem efetivamente estendê-lo, rompe com a ideia de igualdade. Porém, o erro está na Administração não estender esse benefício e não no Judiciário reconhecer o direito. 5. Não há óbice para o Judiciário decidir sobre a incorporação de inovações tecnológicas junto ao SUS ou sobre o registro correspondente junto à ANVISA. A propósito, a vedação indicada no art. 19-T da Lei nº 8.080/90, com a redação da Lei nº 12.401/2011, está, naturalmente, condicionada a situações em que o comportamento da Administração não implique ilegalidade ou ofensa a direitos ou princípios fundamentais. 6. Negado provimento à Remessa e às Apelações.

1ª Ementa DES. LEILA ALBUQUERQUE - Julgamento: 14/08/2012 - DECIMA OITAVA CAMARA CIVEL APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. **FORNECIMENTO** DE MEDICAMENTO. Direito a vida e a **saúde** garantidos constitucionalmente, surgindo cristalino o direito da Autora ao **fornecimento** do **medicamento** indicado, não podendo a ele se opor o Município ou o Estado do Rio de Janeiro sob a alegação de que tal remédio não compõe a lista do Sistema Único de **Saúde**. Precedentes desta Corte. A existência de **tratamento** alternativo oferecido pelo SUS não afasta a obrigação dos Réus ao **fornecimento** do **medicamento** indicado pelo médico da Autora. Correta a imposição à Autora de apresentação de receituário emitido apenas por profissional vinculado ao SUS. Reforma da sentença para condenar o Município do Rio de Janeiro ao pagamento de honorários advocatícios em razão da sucumbência. **NEGADO SEGUIMENTO AO DA FAZENDA PÚBLICA E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO AUTORAL.**

1ª Ementa DES. CELIA MELIGA PESSOA - Julgamento: 09/08/2012 - DECIMA OITAVA CAMARA CIVEL APELAÇÃO CÍVEL. **MEDICAMENTOS**. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DO **MEDICAMENTO** POR OUTRO QUE SEJA GENÉRICO OU SIMILAR, MAS MERA ALTERNATIVA TERAPÊUTICA. INSUMOS OU PRODUTOS COMPLEMENTARES. Direito à **saúde**. Responsabilidade solidária da União, Estados e Municípios, que deriva dos mandamentos dos artigos 6º, 23, inciso II, 24, inciso XII, 194, 195, 196 e 198 da CF/88 e da Lei nº 8080/90. Autor que comprovou a hipossuficiência financeira e a necessidade de utilização do remédio. Utilização dos equivalentes terapêuticos sugeridos pelo Estado. **Medicamentos** que não são similares ou genéricos. Afastamento da incidência da súmula 116 do TJRJ. Uso de medicamentos que não possuem o mesmo princípio ativo nem a mesma eficácia de **tratamento**, que acarretaria prejuízo à **saúde** do autor. Divergência entre o médico vinculado ao SUS e o ente federativo. Privilégio à prescrição do profissional que acompanha o paciente, sob pena de indevida invasão da seara da ciência médica. Precedentes do TJRJ no sentido de que, não havendo anuência do médico, não cabe a substituição de **medicamento** por outros

que não possuam o mesmo princípio ativo do **medicamento** prescrito pelo serviço de **saúde**, visto que equivalentes terapêuticos não são similares ou genéricos. Premente necessidade do **medicamento**. Dever de **fornecimento** que não está condicionado à inclusão na lista de **medicamentos** fornecidos pelo ente federativo. Inteligência da súmula 180 do TJRJ. Necessidade de apresentação, por ocasião da entrega do **medicamento**, de receituário médico emitido por profissional vinculado ao SUS. Medida que assegura o controle da evolução do **tratamento** de **saúde** e evita malversação dos **medicamentos** fornecidos gratuitamente pelo Poder Público. Precedentes do TJRJ. Prestação unificada de **saúde**, que também engloba a obrigação do ente público de fornecer insumos, produtos complementares ou acessórios aos **medicamentos**, desde que diretamente relacionados ao **tratamento** da moléstia. Incidência da súmula 179 do TJRJ. Recurso em confronto com súmulas e jurisprudência dominante desta Corte. Art. 557, caput, do CPC. NEGATIVA DE SEGUIMENTO

O CORPO LÚPICO COMO EXPRESSÃO DO MUNDO VIVIDO.

Elisangela Silva dos Santos

Socióloga, Mestre em Ciências Sociais e Doutoranda pela Universidade Federal da Bahia – PPGCS. Email: butterflylio@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo visa identificar as vivências de portadores de Lúpus Eritematoso Sistêmico, em sua maneira de lidar com a imprevisibilidade de sua doença. Especificamente neste trabalho trato de questões de duas informantes, na forma como vivenciaram sua doença, destacando as mudanças corporais, o tratamento e suas relações com outras pessoas. Para isso, utilizo suas narrativas (entrevistas gravadas) nas quais estas mulheres revelaram os acontecimentos que percorreram sua trajetória vivencial. Levo em consideração que a doença não significa apenas um fato médico-biológico, se caracteriza também por ser um processo histórico de vida e um processo social. O mundo vivido dessas mulheres é pautado num diálogo onde a doença e seus corpos são em si mesmos objetos de estudo, não de modo adicional ao conhecimento médico, mas paralelo a este.

Palavras-chave: Lúpus Eritematoso Sistêmico, imprevisibilidade, vida cotidiana.

Abstract

This article aims to identify the experiences of patients with Systemic lupus erythematosus, in their way of dealing with the unpredictability of their illness. Specifically in this work I treat issues of two informants in how they experienced their disease, highlighting the bodily changes, treatment and their relationships with others. For this, I use their narratives (taped interviews), in which these women revealed the

events that went through experiential trajectory. I take into consideration that the disease is not only a medical and biological fact, is also characterized by being historical process of live and a social process. The lived world of these women is guided in a dialogue where disease and their bodies are themselves objects of study, in order not to further medical knowledge, but parallel to this.

Key-words: Systemic lupus erythematosus, unpredictability, everyday life.

INTRODUÇÃO

O Lúpus Eritematoso (LE) é uma doença autoimune e crônica, de causa desconhecida, que se desencadeia por uma associação de fatores genéticos e ambientais. Na sua forma sistêmica, o LE afeta órgãos bastante relevantes como os rins, o coração, os pulmões, podendo ser fatal devido às complicações nefrológicas e hematológicas (LINDLE et al., 1999; MIROWISKI; ROZYCKI, 2001), ocorre ainda, em alguns casos, perturbações no sistema nervoso e acometimento das articulações. Segundo o Colégio Americano de Reumatologia (American College of Rheumatology – ACR) o LES é denominado de o grande imitador, pois suas manifestações podem variar de uma maneira bastante ampla, sendo frequentemente confundida erroneamente com outras doenças na medida em que afeta diversos órgãos¹. Por outro lado, seu curso clínico varia de leve a grave, observando-se períodos alternantes entre a remissão e a recaída.

¹ Entretanto, existem alguns critérios revisados para a classificação do LES: 1º Erupção malar: Eritema fixo plano ou elevado sobre as regiões malares e dorso do nariz; 2º Lesão discóide: Placas eritematosas com escamação aderente, comprometimento dos pelos e cicatrização com atrofia; 3º Foto-sensibilidade: Erupção cutânea que aparece após exposição à luz solar; 4º Úlceras orais: Ulceração de nasofaringe ou boca vista por médico; 5º Artrite: Não erosiva, comprometendo duas ou mais articulações periféricas; 6º Serosite: Pleurite documentada por médico; pericardite documentada por ECG ou médico; 7º Desordem renal: Proteína na urina maior do que 500mg por dia ou +++ em exame comum; cilindros de hemácias, granulosos, tubulares ou mistos; 8º Desordem neurológica: Convulsões ou psicose na ausência de outra causa; 9º Desordens hematológicas: Anemia hemolítica, menos de 4000 leucócitos/mm³ em 2 ou mais ocasiões, menos de 1500 linfócitos/mm³ em 2 ou mais ocasiões, menos de 100.000 plaquetas/mm³ na ausência de outra causa; 9º Desordens imunológicas: Anti-DNA positivo ou anti-Sm positivo ou falso teste positivo para lues (sífilis) por mais de 6 meses com FTA-ABS normal; 10º FAN positivo: Na ausência de uso das drogas que podem induzir lúpus.

O LE é uma doença caracterizada pelo surgimento de anticorpos contra constituintes próprios, caracterizando seu defeito fundamental numa falha nos mecanismos reguladores que suprimem a autotolerância. O lúpus tem um caráter autoimune, ou seja, o sistema imune ataca as células do corpo como se fossem "estranhas" ao próprio indivíduo. Em uma pessoa saudável, anticorpos são produzidos com o objetivo de combater elementos externos, principalmente agentes infecciosos, que invadem constantemente o organismo e não são reconhecidos como próprios pelo sistema imune. Na pessoa que tem lúpus, porém, há um defeito na produção de alguns anticorpos, ocorrendo um desenvolvimento de autoanticorpos, que reagem contra as próprias células e tecidos.

Essa enfermidade pode ocorrer em qualquer idade e acometer ambos os gêneros, havendo, no entanto, uma preponderância para o gênero feminino. Os sintomas do LES evoluem continuamente no espaço e gravidade; os pacientes podem desenvolver novas manifestações e envolvimento de órgãos já afetados durante todo o curso de sua doença. Além disso, a atividade e gravidade da mesma manifestação clínica podem variar de paciente para paciente.

O curso do LES é constituído por períodos de silêncio interrompido periodicamente por surtos da doença, que tendem a serem processos inflamatórios reversíveis. Com o tempo, no entanto, estes ataques começam a infligir danos irreversíveis aos sistemas do órgão. A verdadeira incidência do LES é difícil de estimar por causa da complexidade do diagnóstico e dos desafios colocados para o rastreamento dos pacientes que podem ser diagnosticados e tratados por uma ampla gama de especialistas.

Para Gadamer (2006) o papel da ciência médica tem sido o de dominar uma doença, ou seja, conhecer e poder guiar o seu curso. No caso do lúpus isso se torna bastante complexo. As condições para o enfrentamento desta doença são marcadas com características singulares e pouco preditíveis. No contexto de uma doença crônica como o lúpus, a intensidade, qualidade, escala e duração de cada experiência acaba assumindo um novo sentido e significado, resultando em uma interrupção das biografias, onde as estruturas antes tomadas como garantidas no mundo da vida cotidiana mudam de forma abrupta.

A seleção de indivíduos com uma doença como o LES que se destaca pelo fato de ser bastante imprevisível, seja em termos de controle, ou em relação a possíveis novos acometimentos em outros órgãos, já me direcionava a não colocar os informantes num mesmo patamar. A categoria imprevisibilidade me proporcionava de antemão essa possibilidade de abertura.

Este artigo possui alguns dados que fazem parte do material coletado para o desenvolvimento de minha tese de doutorado intitulada “Experiências e dilemas gerados pela imprevisibilidade no curso de vida de portadores de lúpus eritematoso sistêmico”, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

As Ciências Sociais estabeleceram durante muito tempo uma diferença entre doença (disease) e enfermidade (ilness), restringindo suas pesquisas ao entendimento que o paciente possui sobre sua doença ou sua experiência. Mol (2002) propõe que tanto o corpo como a doença seja em si mesmos objetos de estudo da sociologia, e que estes sejam estudados etnograficamente, não de modo adicional ao conhecimento médico, mas paralelo a este.

Levando isso em conta optei por trabalhar na minha tese não apenas com narrativas como também com registro etnográfico do ambulatório de reumatologia da Escola Baiana de Medicina, em Salvador, que é chefiado pelo Professor Doutor Mittermayer Santiago. Este é um local de referência em atendimento de pacientes específicos de lúpus. As narrativas (entrevistas gravadas) foram realizadas fora do ambiente hospitalar e o acompanhamento da vida cotidiana, incluindo seu processo terapêutico, tem sido feito no intuito de estudar a doença da forma como ela é atuada no cotidiano de práticas, sendo uma unidade múltipla (MOL, 2002).

Especificamente neste trabalho trato de questões de duas informantes, na maneira como vivenciaram sua doença, destacando as mudanças corporais, o tratamento e suas relações com outras pessoas. Para isso, utilizo suas narrativas, deixando que estas revelassem os acontecimentos que percorreram sua trajetória vivencial. Neste sentido, o corpo aparece como uma dimensão fundamental da experiência dessas mulheres. A partir dele é que estas podem experimentar sua existência no mundo, que são serem em situação (MERLEAU-PONTY, 1962).

Tomo ainda como direcionamento o fato de que a definição e explicação de uma doença é um ato interpretativo, que envolve reflexão e em alguma medida distanciamento. Quando o sujeito volta-se para as suas próprias experiências para fazer uma interpretação ele já não está posicionado dentro de um fluxo de vivências. Como demonstra Souza (1998), no processo de interpretação, em que se busca conferir certa unidade e sentido a um conjunto de eventos e vivências, os atores lançam mão de um sistema de tipificações. As narrativas sempre comportam um esforço de totalização que as experiências vividas não possuem.

A discussão sociológica se ampara no mundo da vida cotidiana que, para Schutz (1962), é suposto e não questionado, onde adotamos uma atitude natural em relação a ele, e os questionamentos surgem em função de demandas da prática. O rompimento da dimensão não problemática da vida requer como possibilidade de resolução a retomada da vida prática.

Levo também em consideração o fato de que a doença não significa apenas um fato médico-biológico, se caracteriza também por ser um processo histórico de vida e um processo social. A incumbência da doença é uma realização intersubjetiva e situacional. Desta forma, o problema convida o uso arbitrário de rotinas oficiais para lidar com ele. Normalidade nesta disposição não está necessariamente relacionada à ausência de doença. (GERHARDT, 1991).

No momento de sua revelação a doença passa a ser problematizada pelos indivíduos, que passam a notar que alguma coisa deu errado no percurso de suas atividades rotineiras ou até mesmo com seu corpo, fazendo com que essa revelação ganhe um objetivo temático de atenção. ²

A partir destas considerações é que desenvolvo este artigo, destacando em última instância que a experiência é dotada de um caráter indeterminado e o mundo da vida é repleto de significados complexos, formando o pano de fundo de nossas ações cotidianas e interações.

² O aparecimento de um problema como a doença crônica força-nos a refletir sobre isso e nos indagar, inclusive, sobre as causas de tal acontecimento: Por que comigo? Por que essa doença? Por que agora?

O mundo vivido dessas mulheres é pautado num diálogo onde a doença e seus corpos são em si mesmos objetos de estudo, não de modo adicional ao conhecimento médico, mas paralelo e este.

Margarida e Joana: narrando suas histórias.

Margarida³, 36 anos, casada, mãe de dois filhos, teve o lúpus diagnosticado há 5 anos; é vendedora de roupas e possui uma pequena loja próxima a sua residência, na qual trabalha durante o dia; apesar de estar aposentada por invalidez se denomina autônoma. Segundo Margarida, sua vida deu uma reviravolta a partir do dia em que começou a ter as primeiras manifestações mais acirradas da doença, que surgiram numa viagem a trabalho, onde seu corpo começava a dar sinal de que algo não estava bem. Para ela, o que seria uma coisa normal que se dá na vida de qualquer pessoa, uma simples cirurgia no dente, foi o estopim para a ativação e crise da doença. Ela citou alguns exemplos que seriam mais graves e poderiam ser motivos de manifestação da doença, como outras cirurgias de maior risco, além da gestação de seu primeiro filho, que para ela poderia ter sido um período de maior propensão para o desencadeamento da doença. Margarida revelou que deu a luz a uma segunda filha e por conta disso teve de fazer acompanhamento mensal no ambulatório de reumatologia, pois o período pós-parto requeria maior atenção na medida em que havia uma maior probabilidade de recaída da doença. Ela dá o exemplo da segunda gestação para demonstrar a relevância desse momento do parto em estrita relação com os possíveis acometimentos derivados do lúpus.

Antes de se manifestar né, assim eu tive meu filho cesáreo, fiz cirurgia da mama, fiz de varizes e nunca se manifestou. Uma coisa simples, uma cirurgia no dente, foi a partir desse dia que eu comecei a notar que alguma coisa tinha mudado. Nessa cirurgia eu perdi muito sangue, depois de quase quinze dias que eu tinha feito a cirurgia eu viajei, né? Porque eu vendia confecção como sacoleira, aí eu viajei pra Pernambuco no domingo, quando eu cheguei na

³ Os nomes das informantes foram modificados.

quarta de viagem eu já passei mal no ônibus, manchas vermelhas no rosto, sentindo dores musculares, aí eu tive febre, aí fui pra emergência, chegou lá eles não descobriram o diagnóstico, eu fiquei no Agenor Paiva [Hospital de Salvador], uma hora dizia que era gastrite, outra hora dizia que era trombose (...).

O momento em que se viu internada num hospital segundo Margarida, aconteceu de forma inesperada. A falta de informação com relação à doença e indefinição do diagnóstico⁴ foi um dos primeiros problemas que ela teve de enfrentar. Margarida não sabia o que tinha, foi orientada, no próprio hospital onde ficou internada, a procurar um reumatologista, porque havia suspeitas de que era lúpus, uma doença na qual ela nunca tinha tido conhecimento a respeito. No momento de incerteza em relação ao que estava lhe afligindo foi necessária a procura de outro especialista, um reumatologista que, por fim, depois de alguns exames, lhe diria qual a sua real patologia, este mesmo especialista sugeriu que ela procurasse um médico reumatologista que tratava de pacientes específicos de lúpus:

É [pausa], o próprio hospital mandou que eu fizesse uma consulta com reumatologista. Aí eu consegui um bom reumatologista, como ele já suspeitava do que se tratava quando o diagnóstico afirmou que era lúpus ele mandou eu procurar Mitter. (...) Eu nem sabia o que era isso, nunca nem tinha ouvido falar.

Ela apontou a cirurgia no dente como marco de manifestação de sua doença, mas tinha como suposição que um dos fatores de extrema importância para o desencadeamento da doença foi o estresse no trabalho.

Margarida: Não sei se meu trabalho é um trabalho estressante né, eu viajava, muitas horas de viagem indo e voltando, aquele trabalho agitado né? Que exige horário, você tem que comprar rápido também pra voltar pra casa, e eu também era muito estressada.

Elisangela: Então você acha que o estresse contribuiu?

4 Este é um fator que se atrela a imprevisibilidade da doença, que se dá, inclusive, na forma como cada portador de lúpus tem sua doença revelada.

Margarida: Com certeza. Estresse, né, preocupação, a pessoa ser muito preocupada né? Aí eu descobri a doença em 02 de janeiro de 2007.

Ao destacar o estresse no trabalho como uma evidência ela contou também que, depois de anos de tratamento e maior informação a respeito de sua doença, podia afirmar que o estresse ou o fator emocional podia influir negativamente no lúpus.

A descoberta da doença para Margarida não retratou apenas a identificação de sintomas de uma patologia, estes mesmos sintomas podem ser considerados marcos de um momento problemático, de angústia com relação ao sentido do seu próprio ser e de preocupação com a doença⁵. Ela deixa claro que, deste momento em diante, ela não seria mais a mesma, ou seja, a mudança de seu corpo lhe proporcionou uma nova dimensão de experiência, numa situação de vida onde a doença aparece como um problema.

A falta de informação sobre sua doença, já citada anteriormente, foi reforçada no momento do diagnóstico, situação que lhe causa desespero e lhe faz se preocupar ainda mais com seu estado de saúde:

Quando eu descobri, eu não sabia nem do que se tratava o que era o lúpus, eu vim chorando o caminho todo, aí o médico disse: ‘não chore não, pior seria se fosse um câncer’. E eu nem sabia o que era o lúpus né, eles não conversaram comigo né, que era isso, que era aquilo, que tinha tratamento, não! Ele só fez dizer que o câncer era pior, aí eu imaginei assim que ele [lúpus] também não era boa coisa né? Aí vim chorando o caminho todo.

Posteriormente, num acompanhamento de uma de suas consultas ela me contou que sua doença já havia dado sinais alguns anos atrás deste momento de crise, relatou que já sentia dores nas articulações e no corpo, mas nada que resultasse num internamento, eram apenas dores esporádicas, não havia uma continuidade, por isso não se preocupou e nem procurou um médico. Mas a partir deste momento de cirurgia, as dores se tornaram intensas, resultando na sua primeira internação, momento em que

⁵O aparecimento de um problema como a doença crônica força-nos a refletir sobre isso e nos indagar, inclusive, sobre as causas de tal acontecimento: Por que comigo? Por que essa doença? Por que agora?

realmente problematizou sua situação. Salientou também no período de crise houve mudanças em seu corpo, como marcas cutâneas, queda acentuada de cabelo e o inchaço decorrente decorrentes do uso da medicação, e por conta destes passou a evitar o contato com outras pessoas, por vergonha, permanecendo a maior parte do tempo em casa.

Houve uma disrupção de sua biografia (BURY, 1982), que lhe faz refletir acerca de seu padecimento, na medida em que acontece uma obstrução da vida corrente, há uma problematização a respeito do sentido e do porquê de sua enfermidade, ao mesmo tempo em que uma revisão de sua própria trajetória.

Para Hyden (1997) uma doença aguda, na maioria dos casos, tem somente uma significância temporária em nossas vidas: isso constitui uma perturbação limitada e transitória; ela pode causar em nós um reexame de nossas vidas à luz de nossa própria fragilidade. Por outro lado, uma doença crônica usualmente muda a fundação profunda de nossas vidas, porque a doença cria novas e qualitativamente diferentes condições de vida. Nossa escala de opções não mais parece tão ampla e variada e nós podemos ser forçados a olhar o futuro por um ângulo totalmente diferente.

Com o diagnóstico do lúpus, as formas de lidar com a doença no cotidiano de Margarida incluíram o processo terapêutico. O seu cotidiano passou a ser afetado pela necessidade de um acompanhamento no ambulatório de reumatologia, com visitas trimestrais para o controle da doença. Era preciso tomar uma série de remédios, em alguns casos mais de um medicamento por dia, em uso contínuo, que podiam, inclusive, causar sensações desconfortáveis. Margarida conta que se sentia bastante feliz por não estar fazendo uso de nenhuma medicação. Relembra o remédio dos ossos, o cálcio, o micofenolato de mofetil, para os rins, um remédio de alto custo (que geralmente é fornecido para transplantados) que equivale, em média, R\$600,00 reais (uma caixa com 50 comprimidos) e é fornecido pelo governo; citou também o corticoide, que começou com doses altas e foi diminuindo gradativamente, medicamentos que não tomava naquele período. Para ela, a suspensão dos remédios diminuiu os efeitos negativos em seu corpo provenientes de sua administração.

Neste processo de tratamento da doença, foram relatadas por Margarida suas implicações relacionadas ao uso de medicamento, tanto na sua rotina laboral quanto na

sua imagem corporal. O uso de corticoide, por exemplo, para a diminuição de sintomas da doença provocou retenção de líquido no seu corpo e inchaço, o que fez com que ela se preocupasse ainda mais com o seu corpo, porque não queria se ver com aumento de peso, a mudança de situação de vida e o uso de medicamentos para o controle de sua doença muda também o seu posicionamento em relação consigo mesma e ao seu corpo:

Eu fiquei inchada, aquilo ali não era gordura, eu não engordei porque eu tinha controle, eu tinha muita fome no início, eu sabia que era do remédio aí eu tinha autocontrole, eu dizia: eu não vou comer, eu não estou com fome, e não comia nada, só comia mesmo meio dia, comia merenda, uma coisa nutritiva, tomava sustagen, comia queijo, comia muitas folhas, eu sabia que minha alimentação ia envolver muito no meu tratamento.

O uso de corticoide também ocasionou o surgimento de cataratas, além de atingir órgãos vitais, os rins, fator contribuinte para sua aposentadoria por invalidez: *“É que o lúpus né, devido ao uso do corticoide ele atingiu os meus rins, aí eu fiz cirurgia de catarata, minha catarata cortizônica dos dois olhos né, aí eu dei entrada, já tinha contribuído quatro meses, mesmo já doente, aí eu contribui e consegui (...)”*.

Este processo de aposentadoria que no seu relato se deu de forma bastante tranquila foi revelado posteriormente, numa observação da sala de espera do ambulatório em outro encontro com ela, que não foi assim tão fácil quanto ela citou acima, ela precisou de vários relatórios que comprovavam uma nefrite crônica e devido ao fato de estar bastante debilitada, e ter colocado o INSS na justiça, conseguiu se aposentar por invalidez e hoje em dia recebe um salário mínimo.

A sua vida prática é marcada por situações específicas que impõem limitações, condições e oportunidades, o conteúdo e a sequência desses acontecimentos são peculiares à sua própria trajetória (SCHUTZ, 2012), e esses são também fatores que englobam a experiência de nossa segunda informante.

Joana, 38 anos, solteira e sem filhos é professora, atualmente em exercício, foi diagnosticada com lúpus há mais ou menos 5 anos. Para ela, as primeiras modificações em seu corpo se desdobraram em alguns desafios a serem enfrentados. Em primeiro lugar, pelo fato de ela ser moradora de uma cidade interiorana com precariedade de

assessoria e tratamento de enfermidades, e em segundo lugar pelo diagnóstico errado oriundo da falta de preparo dos profissionais que a assistiram, o que contribuiu para a sua piora:

Em 2007 eu tive uma crise assim muito, muito, muito séria! E minha cidade, Paulo Afonso [município da Bahia] é um pouco precária na área da saúde e eu fui numa clínica, me consultei com uma médica e ela fez um diagnóstico em mim falando que eu tava com hanseníase, mas a gente que sabe, que conhece, sabe que a sensibilidade da pele ela não sente né? E eu sei que eu tava sentindo. Aí eu também não imaginava nunca que isso poderia acontecer comigo né, comecei a tomar a medicação de hanseníase, a médica me indicou a medicação de hanseníase sem fazer exame nenhum em mim, e eu tomei. Só que uns quinze dias após eu comecei a ficar assim bem desfalida mesmo sabe? Eu cheguei ao ponto de pra levantar da cama eu ter de ser ajudada, pra ir ao banheiro minha mãe tinha que me pegar no braço, porque realmente assim era duro, duro mesmo, só Jesus mesmo sabia da minha dor (...).

O desconhecimento de seu real estado de saúde e a maneira como seu corpo se expressava naquele momento, com as manifestações cutâneas, causavam-lhe angústia e incerteza, que se reafirmavam com a falta de diagnóstico preciso:

Rapaz, você quer que eu seja sincera? Eu pensava assim as piores doenças, eu pensava que era HIV, porque manchas na pele, perdendo peso e aí quando foi feito os exames eu sabia que ninguém está a par de estar livre disso de HIV, né? Mas aí eu pensei, não! Pelo que eu me conheço é impossível de eu tá com HIV. Mas aí graças a deus, eu sempre pensei que não, mas é sempre bom a gente ter uma certeza não é?

Segundo Joana, a falta de precisão diagnóstica em relação a sua patologia só foi solucionada numa consulta com outro especialista em Salvador, onde teve sua doença realmente diagnosticada,

Quando passou o remédio de hanseníase eu tomei quinze dias, né, aí comecei a me sentir mal mesmo, aí eu vim pra cá [Salvador], fiz meus exames, procurei um reumatologista, doutor Nei e aí ele passou os exames, aí foi realmente assim 20 a 25 dias pra descobrir, que eu descobri mesmo que era lúpus.

Ela buscou tomar conhecimento de sua real condição através da procura de informação necessária para preenchimento dessa lacuna. Estar ciente do que a doença se tratava e de suas implicações na sua vida rotineira resultou num momento de crise e de desespero:

Aí pronto, ele disse: 'Pelo diagnóstico daqui, pelo que eu tô vendo aqui você tá com lúpus'. Aí eu fui pra internet pra ver o que era. Eu já tinha ouvido falar, mas o que era realmente, quais são as causas, o que causava no organismo, aí eu soube que eu tinha e fui pesquisar pra saber o que eu tinha, o que era realmente. Mulher, quando eu vi assim eu chorei muito, chorei, chorei, chorei, chorei, chorei fiquei assim uns três meses chorando (...).

Joana narrou questões também relacionadas ao seu tratamento. Pontuou que além do acompanhamento no ambulatório a cada dois meses, o tratamento requeria a ingestão de diversos remédios podendo, inclusive, causar outros malefícios a sua saúde, mas que, apesar disso, era necessário fazer o uso dessas medicações como forma de amenizar a sua condição de aflição e retomar sua vida prática:

Eu tomo a cloroquina, tomo a prednisona né? Tomo o ácido fólico, oxe tomo tanto remédio que é uma bateria de medicação né, que eu tomo. (...) o ruim é ter que tá me enchendo de remédio, medicação, medicação, medicação, medicação e aí a gente sabe que uma coisa puxa a outra. O que me incomoda só é isso, mas a não ser isso não tem problema nenhum, porque eu sei que isso vai ser bom pra mim.

Muitos destes remédios tinham reflexos bastante significativos em seu corpo, o uso contínuo de alguns medicamentos teve como consequência o surgimento de outros problemas de saúde, sendo também necessário que ela procurasse outros especialistas: *“Faço sempre exame de vista por causa da hidroxicloroquina, porque afeta a temperatura do olho, né?”*. Relatou ainda que por causa do uso de corticoide tem tido problemas de taquicardia e aumento da pressão arterial, o que implica a administração de novos medicamentos.

Tomo o Atenolol que é pra pressão, por conta do prednisona que fez com que ela subisse, é o efeito colateral do remédio, aí eu tenho de tomar esse antidepressivo porque quando eu acordo o meu corpo está trêmulo, fica tremendo tudo, aí eu vou e tomo o Alprazolam de 25 [MG] que é de tarja preta. Só que, como eu tive esses probleminhas há alguns dias atrás de taquicardia, ela [reumatologista] disse pra eu ir no cardiologista e ele me falou que eu estava com ansiedade, tava muito nervosa, aí ele passou pra eu tomar Alprazolam de 25 e eu tô tomando.

Elisangela: Quem falou a você que a pressão modificou por causa da prednisona?

Joana: Olhe foi assim, quando eu fui para o cardio eu disse a ele o que eu tinha, e o doutor Mitter também me falou duas vezes: olhe, você procure um cardio, porque a sua pressão está alta. Ela tava 18 por 11 e ele disse que era para procurar um cardio. Eu procurei né? Como eu me senti mal eu tive que procurar, eu senti dores fortes no peito, aí isso me preocupou e fui para o balão de oxigênio, aí eu fiquei 2 horas no balão de oxigênio, aí eu tive que procurar um cardio e ele disse que isso também era proveniente da medicação, porque ele sabe que a medicação é uma faca de dois gumes.

Alguns clínicos aludem que viver com Lúpus significa certamente enfrentar uma doença crônica que pode limitar as atividades devido à fadiga e às dores das articulações, assim como depressão, perda da esperança, irritabilidade e raiva devidas a certa imprevisibilidade do Lúpus e a uma falta ocasional de resposta ao tratamento, entre outras coisas (MATTJE; TURATO, 2006).

Joana identifica como um grande dilema em sua vida o fato de não conseguir deixar de tomar o remédio, pois, sempre que diminuía as doses ela começava a sentir-se mal:

Margarida: Eu tomo prednisona de 20 [MG], eu comecei com 40 [MG], mas eu tô tomando de 20 agora. Só que o doutor Leandro ele pediu que eu fizesse o desmame, que eu tomasse 15, depois 10 e depois 5, só que o meu corpo não está aceitando esse desmame, quando eu tomo eu fico bem desfalecida, parece que tá tirando sabe tudo de mim, aí eu volto.

Elisangela: Já tem quanto tempo que você está tomando corticoide direto?

Margarida: Ah desde o início. Sempre que eu tento parar eu não consigo! Eu sempre fico sentindo assim desfalecida demais. Eu sinto muito fadiga, eu sinto dores na nuca, eu fico assim sem vontade pra nada, (...) mas eu só sinto quando começa a desmamar, quando eu tomo 20 eu não sinto nada.

Além disso, ela narrou que por não poder parar de tomar a medicação, uma questão na qual ela não tem previsibilidade de quando acontecerá, isto acabou sendo um fator impeditivo da gravidez. Mesmo após o surgimento de grandes conquistas da mulher no mundo contemporâneo, como por exemplo, a sua entrada no campo profissional, além da conquista do poder de decisão sobre o momento de procriar com o surgimento de contraceptivos, entre outros aspectos, tornando-a mais autônoma, isto não implicou na sua renúncia da maternidade. Ela enfatiza que com o tempo e por ponderar os possíveis problemas consigo mesma e com o seu feto é que ela abriu mão da maternidade. Revelou ainda que vivia uma dupla tensão: uma oriunda dos cuidados que ela deve tomar no ato sexual para não engravidar, pois não faz uso de contraceptivos devido ao fato de que a ingestão destes não é recomendada pelos médicos, e a outra decorrente da impossibilidade de ser mãe, um desejo que ela procurou esquecer e se conformar com esse infortúnio que surgiu em sua vida, uma conformação também proveniente de medo do que estaria por vir:

Joana: Outro dia doutor Leandro me perguntou assim: você tem filhos? E eu disse: não. Ele disse: 'bom, se for pra você ter um filho você vai ter que parar essa medicação e vai ter que fazer digamos que uma lavagem no organismo pra poder engravidar. Porque se acontecer isso você sabe que tem um conjunto de fatores que podem prejudicar o feto'. Então, é triste é, você não poder ter um filho, eu sei que se eu chegar a um ponto de engravidar eu vou tá prejudicando a mim e ao meu filho, então eu entrei num consenso, porque eu também já tenho 38 anos, né? Não é nem por conta da idade e sim do que eu tenho e assim eu conversei com meu noivo (...) porque assim eu não posso tomar anticoncepcional, e ele é muito, muito, muito compreensivo, ele pergunta 'você tem vontade?' Antes sim, só que agora eu tô tirando essa ideia da minha cabeça, e ele disse assim 'se você não pode então não tem problema'. Sabe eu tenho muita, muita vontade de ser mãe, mas se não pode...

Elisângela: Então você usa preservativo para não engravidar?

Joana: Nem preservativo eu uso pra não correr o risco de furar. Eu tomo bastante cuidado mesmo.

E: O médico disse que você não pode [engravidar]?

V: Não, eles não chegaram a dizer que eu não posso, mas assim, pelas coisas que eu vejo, entendeu? Eu não sei meu deus se é por medo, eu não sei se é por alguma coisa e mesmo que diga assim você vai parar de tomar o remédio eu não quero mais, é uma opção minha, eu não vou querer mais (...).

A maternidade para ela não se estabelecia como um destino irrefutável, e ao mesmo tempo obrigatório, de procriação que foi durante muito tempo atribuído às mulheres, se caracterizava como fruto de um grande desejo, que devido a sua condição de vida deveria ser repensado.

Joana constrói, portanto seu próprio mundo da vida com auxílio de materiais e métodos que são oferecidos por outros, construindo sua própria visão sobre o mundo que a circunda (SCHUTZ, 2012). Por outro lado, também é livre para decidir o curso de sua ação, ou para decidir não agir de determinada forma.

Tanto Margarida quanto Joana entraram em suas situações investidas de seus próprios propósitos e objetivos. Suas narrativas nos mostraram suas tentativas de lidar com suas próprias situações de vida, além de refletir sobre as experiências na vida cotidiana, ao mesmo tempo em que foram parte das imagens que estas mulheres tiveram de si mesmas.

Breves considerações.

Neste trabalho tratamos de questões relacionadas às portadores de LES, uma doença crônica com uma gama de características que a destacam não apenas como aquela que produz acometimentos mais graves sob o ponto de vista clínico-patológico como também marcada por uma grande imprevisibilidade em seu curso.

Os dois casos nos mostraram que ser portador de uma doença crônica significa possuir uma série de características que as enquadra numa determinada condição de vida, mas não significa que essas mesmas características sejam vivenciadas da mesma maneira. É importante notar que a realidade singular na qual estavam inseridas estas mulheres contribuiu para formas divergentes de continuidade ao curso de suas vidas, dependendo do contexto e situação em que estavam vivenciando a doença. Essas tiveram uma relação alterada entre o seu corpo, si mesmas e o mundo ao seu redor.

É também preciso levar em consideração que seus discursos, por serem eminentemente situacionais, estão impregnados de interesses, hesitações,

incongruências, estratégias e conflitos. No que diz respeito ao tratamento, sua imagem tem um caráter fluido, não sendo inteiramente formada pela adesão dos sujeitos a certo modelo interpretativo, mas sim construída dentro de redes de relações sociais (ALVES; SOUZA, 1999).

A experiência concreta é indicativa daquilo em que o sujeito estava presente, mas não é (e nem pretende ser) necessariamente o relato objetivo do que realmente se passou. A descrição diz respeito à forma como o sujeito interpretou sua situação.

Tal como afirmou Schutz (2012), o conhecimento a respeito de como estas mulheres pensaram e agiram no mundo da vida cotidiana não é nunca homogêneo, é incoerente, parcialmente claro e de modo algum livre de contradições. A hierarquia dos planos de vida muda conforme a situação, seus interesses também mudam continuamente e sofrem transformações ininterruptas no que diz respeito à forma e à densidade das linhas de relevância.

Como bem observou Dutra (2002), a compreensão da experiência humana representa uma tarefa de extrema complexidade, é fluida, processual, semelhante e distinta, excluindo a possibilidade de explicação através de verdades estatísticas e aplicáveis a todos os outros seres.

A interpretação de suas situações de ação foi enfatizada dentro de um contexto intencional e circunstancial. O corpo lúpico dessas mulheres foi o lócus em que se inscreveram e se mostraram as várias dimensões, suas experiências passadas, seus projetos e esforços concretos para intervir nas suas próprias vidas.

Referências

ALVES, P. C.B.; SOUZA, I. M. A. Escolha e Avaliação de Tratamento para Problemas de Saúde: considerações sobre o itinerário terapêutico In: RABELO, M.C.; ALVES, P. C.B.; SOUZA, I. M. A. **Experiência de doença e narrativa**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

BURY, M. Chronic illness as biographical disruption. **Sociology of Health and Illness**, v.4, 1982, p.167-82.

DUTRA, E. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. **Estudos de Psicologia**, 2002, 7(2), p.371-378

GADAMER, H G. **O caráter oculto da saúde**. Petrópolis: Vozes, 2006.

GERHARDT, U. **Ideas about illness: an intellectual and political history of medical sociology**. Houndmills; England: Macmillan Education LTD, 1989.

HYDEN, L. Illness and narrative. **Sociology of Health and Illness**, v. 19, n. 1, 1997, p. 48-69.

LINDHE, J. et al. **Tratado de Periodontia Clínica e Implantodontia Oral**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. **Phenomenology of perception**. Harmondsworth: Penguin, 1962.

MIROWSKI, G.W; ROZYCKI, T. W. Lesões comuns da pele. In: REGEZI, J.A; SCIUBBA, J. J. **Patologia bucal: correlações clinicopatológicas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan; 2001. p.430-446.

MATJE, D.; TURATO, E. R. Experiências de vida com Lupus Eritematoso Sistêmico como relatadas na perspectiva de pacientes ambulatoriais no Brasil: um estudo clínico-qualitativo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 4, p. 475-482, 2006.

MOL, Annemarie. **The body multiple: Ontology in medical practice**. Duke University Press. Durham and London, 2002.

SCHÜTZ, A. On multiple practices. In: _____. **Collected Papers**, v.1. The Hague: Martinus Nijhoff, 1962, p. 207-259.

_____. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Helmut T.R. Wagner. (Ed. e Org). Petropolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUZA, I. M. A Um Retrato de Rose: considerações sobre processos interpretativos e elaboração de história de vida. In: DUARTE, L. F. D; LEAL, O. F., orgs. **Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.

O DESENVOLVIMENTO DA IDEIA DE REGIÃO METROPOLITANA NO BRASIL

Yara Landre Marques

Arquiteta urbanista, mestranda do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da UFMG.

Resumo

O presente trabalho busca apreender como processos urbanos, com suas características de concentração espacial, foram identificados como processos de ordem metropolitana e, em termos normativos, passaram a ser nomeados como tal.

É dada ênfase ao processo de formação da ideia de metropolitano e em que momento tal pensamento passou a compor o arcabouço normativo e jurídico do país.

Busca-se abordar também como tem sido a gestão dos espaços nomeados metropolitanos e, conseqüentemente, seus principais impasses. O momento atual merece ênfase, principalmente após a Constituição de 1988 e o advento do Estatuto da Cidade, que alterou profundamente a visão e a postura do Planejamento Urbano no Brasil, sem, contudo, conseguir ainda uma proposta que responda aos grandes desafios da gestão do espaço metropolitano.

Palavras chave: Região metropolitana, gestão metropolitana, processo normativo metropolitano.

Abstract

This study aims to perceive how urban processes, with their characteristics of spatial concentration, were identified as metropolitan-order processes and, in normative terms, came to be named as such.

It focuses especially on the process of formation of the idea of metropolitan area and in what moment this thought came to compose the set of rules and laws of the country.

It also seeks to identify how it has been the management of spaces designated as metropolitan and, consequently, their main problems. The presente time deserves emphasis, especially after the 1988 Constitution and the advent of the City Statute, which profoundly changed the view and the position of City Planning in Brazil, without, however, getting any proposal that meets the major challenges of managing the metropolitan área

Keywords: Metropolitan area, metropolitan administration, metropolitan normative process.

O DESENVOLVIMENTO DA IDEIA DE REGIÃO METROPOLITANA NO BRASIL

A reforma de cidades passou a ser, desde o século XIX, objetivo para aqueles que pretendiam adaptar a cidade europeia medieval e barroca à industrial, ou seja, adequá-la às novas funções, modernizando-a.

Em 1867, o engenheiro espanhol Ildefonso Cerdá publicou a “Teoría General de la Urbanización”, na qual fazia analogia entre a cidade e o funcionamento do corpo humano, a ideia de funções estava muito ligada a essa associação, o que também conduzia a uma abordagem multidisciplinar.

No Brasil, entre 1895 a 1930, cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre foram objeto de propostas e intervenções urbanísticas, ou de “melhoramentos”.

Paralelamente, no Brasil, havia no período 1920-1960, fortes correntes políticas que propugnavam o fortalecimento do municipalismo, a criação do Instituto Brasileiro de Assistência aos Municípios – IBAM é um momento de força da postura municipalista. Tais questões estavam na ordem do dia e foram fortalecidas no II Congresso Nacional de Municípios ocorrido em São Vicente, em outubro de 1952. Esse congresso dava muito destaque à questão agrária e é considerado um marco importante no municipalismo brasileiro.

O modernismo tinha uma ideia muito clara e veemente sobre as cidades e pode ser resumida nessa frase de Le Corbusier : “A cidade se esmigalha, a cidade já não pode subsistir, a cidade já não mais convém. A cidade está velha demais”. (CORBUSIER, 1976, p. 9), feita em 1929, no seu livro “Urbanismo”. Usar a citação de uma frase para caracterizar um pensamento de época pode não ser muito apropriado, mas, no nesse caso, a linguagem de Le Corbusier é sintética e panfletária e reflete o pensamento corrente.

A ideia de “reconstrução da sociedade”, em pauta em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, teve o engajamento de nomes como Ernest May, Bruno Taut, Walter Gropius e Le Corbusier .

Essas ideias tiveram muita repercussão a partir dos encontros Internacionais de Arquitetura Moderna. Se no 3º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Bruxelas, em 1930, o tema da habitação foi ampliado para as diferentes maneiras de agrupamentos e bairros, equipados do ponto de vista técnico e social, no 4º Congresso, em 1933, o objeto principal foi o estudo da cidade.

O delineamento inicial da questão metropolitana surge então nessa segunda metade do século XX, da necessidade de identificar e ordenar o fenômeno do crescimento das cidades fora dos limites políticos estabelecidos.

As questões acerca das graves condições das grandes cidades se explicitam no início da década de 1960 e são um dos eixos prioritários das preocupações dos arquitetos sob uma pauta constituída pela chamada Reforma Urbana. Esse tema foi silenciado pelo golpe de 1964, embora tenha surgido no mesmo momento o planejamento local integrado, no bojo do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), autarquia federal.

Entre 1961 e 1968 O Instituto de arquitetos do Brasil – IAB, importante ator naquele momento histórico, publicou a revista Arquitetura, cujo editor era o arquiteto Maurício Nogueira. Essa publicação foi muito importante para o pensamento das cidades e sua participação nas abordagens sociais do tema, havendo inclusive uma seção denominada “O problema da habitação e os arquitetos”. Outras publicações como a Guanabara e a Habitat foram também importantes na disseminação das ideias dos arquitetos sobre as cidades.

O Seminário de Habitação e Reforma Urbana: O Homem, sua Casa, sua Cidade , em 1963, no Hotel Quitandinha, foi realizado pelo IAB em conjunto com o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), e dele participaram 70 profissionais. No documento final do Seminário foi definido o termo Reforma Urbana: “conjunto de medidas estatais, visando à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas e ao fornecimento de habitação condigna a todas as famílias” (SILVA, 2003). As conclusões propugnavam ainda por mudanças na legislação para que nas áreas de grande concentração urbana constituídas territorialmente por municípios distintos fossem criados órgãos de administração, que consorciassem as municipalidades para a solução de seus problemas comuns. O documento sugeria ainda, em seu item 13, “que para a efetivação da reforma urbana torna-se imprescindível à modificação do parágrafo 16º do artigo 141 da Constituição Federal, de maneira a permitir a desapropriação sem exigência de pagamento à vista, em dinheiro” (SILVA, 2003).

No bojo do documento final do referido seminário uma subcomissão elaborou um anteprojeto da lei de reforma urbana, que passou a ser referencia importante da temática.

As Reformas de Base de João Goulart incluíam a Reforma Urbana, entendida como conjunto de medidas do Estado, "visando à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas e ao fornecimento de habitação condigna a todas as famílias".

Essas Reformas de Base estão entre as motivações principais do golpe militar de 1964.

No período imediato após o golpe, modificou-se, de forma radical, a prática do planejamento urbano e regional no Brasil, marcado a partir da forte atuação do SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo -, criado em agosto do mesmo ano de 1964.

O Encontro sobre a Habitação, no entanto, continuou reverberando e teve ampla influência na inclusão do tema da região metropolitana na constituição de 1967.

A repercussão mais notável foi a introdução da emenda proposta pelo Senador Eurico Resende, consubstanciada no parágrafo 10, art. 157, da Constituição de 1967,

que estabelecia que a União, mediante lei complementar, poderia instituir Regiões Metropolitanas no país.

Nas discussões que precederam a Constituição de 1967, o jurista Hely Lopes Meirelles foi encarregado de preparar o "Anteprojeto de Lei Complementar" para a definição da condição legal das regiões que seriam criadas. Pela proposta daquele jurista, haveria a promulgação de uma Lei Complementar para cada Região Metropolitana, e a competência para instituir regiões metropolitanas era da União, e sugeria ainda a criação de administrações metropolitanas por iniciativa dos estados e de municípios que desejassem se consorciar. O Setor de Planejamento Regional e Municipal do Ministério do Planejamento havia solicitado também ao jurista a formulação de um estatuto legal sobre o planejamento local integrado municipal.

A emenda do senador Eurico Resende à Constituição de 1967 era uma versão autoritária dos estudos do jurista, já que não incluía a criação de Regiões metropolitanas por consorciamento de municípios que assim o quisessem e, assim, foi determinado, através da edição do art. 157, § 10 da Constituição Federal de 1967, que a criação das Regiões Metropolitanas seria de competência exclusiva da União, que trataria de regulamentar a proposta mediante Lei Complementar.

As Regiões Metropolitanas eram constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrassem a mesma unidade socioeconômica, visando à realização de serviços comuns.

Pode-se observar que o pensamento funcionalista esteve e está profundamente imbricado à ideia de região metropolitana no Brasil, na qual a ideia de função pode ser considerada chave. Pode se notar aqui uma forte herança do modernismo.

Em 1969, a Emenda Constitucional nº 1 manteve praticamente sem alteração esse conteúdo de 1967.

Em 1973, foi aprovada a Lei Complementar nº 14, que em seu artigo 1º, instituiu, "... na forma do artigo 164, da Constituição, as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza". Em seu artigo 2º que diz que "haverá em cada Região Metropolitana um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo, criados por lei estadual."

No artigo 5º dessa lei, o interesse metropolitano foi atribuído aos “seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região” (BRASIL, 1973):

- I. planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;*
- II. saneamento básico, notadamente abastecimento d'água, rede de esgotos e serviços de limpeza pública;*
- III. uso do solo metropolitano;*
- IV. transportes e sistema viário;*
- V. produção e distribuição de gás combustível canalizado;*
- VI. aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser a lei federal;*
- VII. outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal.*

Novamente a divisão funcionalista é associada à questão metropolitana.

Para Grau (1974), uma região metropolitana é o "conjunto territorial intensamente urbanizado, com marcante densidade demográfica, que constitui um polo de atividade econômica, apresentando uma estrutura própria definida por funções privadas e fluxos peculiares, formando, em razão disso, uma mesma comunidade socioeconômica em que as necessidades específicas somente podem ser atendidas, de modo satisfatório, através de funções governamentais coordenada e planejadamente exercitadas"

Em função do novo estatuto legal das regiões metropolitana, em 1974 foi criada a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana – CNPU, vinculada a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, formada por representantes dos Ministérios da Fazenda Indústria e Comércio, Transportes e Interior.

Em 1976, foram iniciados em âmbito estadual, os Planos de Desenvolvimento Integrados das Regiões Metropolitanas.

Um momento importante, em 1976, foi o da criação da poderosa EBTU – Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, que passou a contar com recursos externos do BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO-BIRD e do Programa de Mobilização Energética- PME , que aportou considerável volume de recursos a programas de transporte em regiões metropolitanas, principalmente nas três regiões metropolitanas do sudeste do país, que receberam 56% dos investimentos.

Em 1977, a CNPU, propõe um anteprojeto de lei de desenvolvimento urbano, onde constam artigos tais como:

Artigo 23 – Compete, ainda, ao Estado, quanto às Regiões Metropolitanas, estabelecer normas e diretrizes, supletivas e complementares à legislação federal, bem como:

I – aprovar o Plano de Desenvolvimento Integrado das Regiões Metropolitanas, compatibilizando-o com o planejamento estadual;

II – estabelecer Áreas de Interesse Especial, localizadas na Região Metropolitana;

III – disciplinar o uso e a ocupação do solo de interesse metropolitano.

Ou no Artigo 35 desse anteprojeto onde propõe que a “União, Estados, Regiões Metropolitanas e municípios estabelecerão o seu sistema de planejamento com a finalidade de formular, executar e controlar a implantação dos planos de desenvolvimento urbano previsto nesta lei”.

O anteprojeto não prosperou e diante da condição crítica dos grandes aglomerados, em 1979 é aprovada a famosa Lei 6766/79, com o objetivo de disciplinar o processo de parcelamento no país que apresentava naquele momento altíssimos índices de crescimento, notadamente aqueles periféricos.

O desenrolar do processo em relação à questão metropolitana no Brasil é um desses momentos atípicos no campo das ideologias, já que o país estava em pleno advento da ditadura militar, e muitos dos profissionais envolvidos e que de alguma forma impulsionaram o pensamento habitacional e metropolitano na época eram de esquerda e alguns tinham pertencido aos quadros do partido comunista brasileiro. Aqui se tem um encontro da mesma natureza do que aconteceu com o patrimônio histórico, em 1938, o encontro de pensadores que poderiam ser considerados de esquerda e a ditadura. No caso das regiões metropolitanas a questão é ainda mais estranha, já que a ditadura militar não pode sequer ser comparada à de Vargas em termos dos direitos civis, para não estender o assunto.

Em 1979 a CNPU foi substituída pelo CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, presidido pelo Ministério do Interior e composto pelos secretários gerais da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO-SEPLAN, dos Ministérios da Fazenda, Transportes, Indústria e Comércio, Comunicações, Justiça e Interior, pelos presidentes do BNH e da EBTU, um representante do Ministério da Aeronáutica e outros cinco membros nomeados pela Presidência da República.

O CND, por seu turno, elaborou o Anteprojeto da Lei de Desenvolvimento Urbano preparado que deu origem ao Projeto de Lei nº775/83.

Entre seus artigos destacavam-se, a nosso ver:

Artigo 5 - Parágrafo segundo – Os municípios que constituem regiões metropolitanas delimitarão suas zonas urbanas em conformidade com as normas e diretrizes do planejamento metropolitano e mediante prévia anuência do Conselho Deliberativo de que tratam as Leis complementares nº14, de 8 de junho de 1973 e nº27, de 3 de novembro de 1975.

Artigo 17 – Observado o disposto nesta lei, compete aos Estados e ao distrito Federal (no âmbito III – regulamentar a implantação das regiões metropolitanas, elaborar, aprovar e implementar os respectivos plano de desenvolvimento; dos respectivos territórios), supletiva e complementarmente à União;

Artigo 19 – (posteriormente incluído no 22) – Os planos de desenvolvimento metropolitanos, para efeito de compatibilização dos instrumentos incentivos, repasse e financiamento da administração pública, direta e indireta, deverão obedecer às diretrizes e normas de ações metropolitanas, bem como aos elementos de procedimentos mínimos a serem baixados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. (O Parágrafo único desse artigo foi substituído por inclusão de “aprovar” no item III do artigo 17).

Artigo 20 – Inclui-se entre os serviços reputados de interesse metropolitano, mencionados no Artigo 5º da lei complementar nº14, de 8 de junho de 1973, a habitação.

Artigo 18 – Aos municípios, observado o disposto nesta lei, compete:

V – Compatibilizar o planejamento do seu desenvolvimento como os dos Estados e Territórios ou como o da respectiva região metropolitana ou aglomeração urbana.

Por parte dos estados, havia iniciativas quanto ao planejamento das regiões metropolitanas, mesmo antes da Lei Complementar 14 de 1973.

Esse processo narrado acima é, a nosso ver e em breves palavras, a gênese da Lei Federal Complementar 14 de 1973.

Paralelamente aos movimentos do governo federal em instituir e regulamentar as regiões metropolitanas, alguns Estados apresentavam iniciativas próprias nesse sentido.

Em São Paulo, havia o Grupo Executivo da Grande São Paulo (GEGRAM), criado pelo Governo do Estado em 29/03/67. Na região de Porto Alegre a iniciativa partia dos municípios integrantes da área metropolitana, assim foi criado o Grupo Executivo da Região Metropolitana (GERM), órgão técnico montado pelo Conselho Metropolitano de Municípios por volta de 1970.

O desgaste da autoridade central do período da ditadura militar e as perspectivas de descentralizar o poder político e o fortalecimento do município, atingiram o estatuto

das regiões metropolitanas, que na verdade não se encaixavam em nenhuma das esferas de governo e ainda poderia ferir a autonomia dos municípios que a compunham. Em alguns momentos surgiu a ideia, amplamente rechaçada, de que a região metropolitana poderia constituir-se no 4º poder.

Embora a Chamada Reforma Urbana tenha sido tema de um grupo de trabalho no processo constituinte de 1988 e tenha recebido importante aporte de Emenda Popular de Reforma Urbana, subscrita por mais de 150 mil pessoas em todo o Brasil, a questão não teve na nova Carta o destaque que merecia, considerando-se que a população passara a se concentrar em mais de 70% de seu total nos grandes aglomerados urbanos. O direito à cidade foi, de alguma maneira, ofuscado pelo grande tumulto que envolveu a questão agrária no processo constituinte. O Brasil rural e os grandes interesses econômicos a ele vinculados tiveram mais visibilidade. Esta observação não desmerece a importância da distribuição justa de terras agricultáveis no país, mas apenas aponta a falsa dicotomia, que se estabeleceu naquele momento, entre as questões urbanas e as agrárias, a possibilidade da abordagem complementar das duas questões fulcrais para o Brasil não se fez presente.

Desta forma, embora a inclusão dos artigos 182 e 183 tenha representado um avanço, esse era ainda um avanço tímido.

O artigo 182. da Constituição de 1988 diz:

“A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

No entanto, a Constituição de 1988 não recepciona a Região Metropolitana como vinha sendo tratada, abordando-a apenas no § 3º do Artigo 25, no qual transfere para os Estados a responsabilidade de recepcionar as Regiões existentes, criarem e organizarem as regiões metropolitanas na seguinte redação:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

(...)

§ 3º. Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum".

O artigo 182 da Constituição de 1988 vem a ser regulamentado pela Lei Federal 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, importante marco legal que tem impulsionado o planejamento urbano nas cidades, e melhoria das condições de vida urbana, com abordagens acerca da regularização fundiária, áreas de risco, gestão participativa, entre outros temas. A aprovação do Estatuto das Cidades recupera parte substantiva das discussões sobre a Reforma Urbana nos momentos que antecederam a constituinte de 1988.

O Estatuto das Cidades, Lei estabelece no inciso II, artigo 41, a obrigatoriedade de Plano a todos os municípios que compõem uma Região Metropolitana. Há um interregno entre o recepcionado na Carta Magna em relação à questão metropolitana e a exigência do Estatuto da Cidade: a Constituição menciona a obrigatoriedade de Plano Diretor para cidades acima de 20.000 habitantes, o Estatuto inclui os municípios pertencentes às regiões metropolitanas nessa exigência.

O Ministério das Cidades não tem abordado as questões metropolitanas, com ênfase que o tema merece. A matéria é tratada de maneira até mais vigorosa no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (o nome do ministério dispensa comentários maiores).

No site oficial desse ministério, sobre a pergunta acerca do que são as Regiões Metropolitanas, é dada a seguinte resposta:

A mudança da população das zonas rurais para as zonas urbanas acarretou um crescimento desordenado das cidades, transformando-as em grandes centros populacionais. Esses centros populacionais são chamados de regiões metropolitanas, que consistem em uma (ou, às vezes, duas ou até mais) grande cidade central – a metrópole – e sua zona de influência.

A falta de critérios na definição das diversas regiões metropolitanas tem sido considerada consequência da matéria não ter sido realmente recepcionada na Constituição de 88, mas nos parece também seguir, de alguma forma, a cultura legislativa e executiva no país que muita vezes se afasta de critérios objetivos, incorporando composições advindas de pactos a alianças de sustentação político/partidária.

O que podemos observar é que, embora tenham sido adotados recentemente vários arranjos institucionais no que se refere às regiões metropolitanas, a maior parte desses arranjos não se baseiam em estudos mais aprofundados do que vem ser o fenômeno metropolitano. Essa condição a princípio dificulta a própria institucionalização, e ainda de forma mais grave, a nosso ver, dificulta a própria gestão.

O advento mais recente no âmbito dessa matéria foi a criação das Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDES, como mais uma forma de construção de redes de cooperação, segundo texto no site do Ministério da Integração.

Em 1998 foi elaborada a Lei Complementar nº 94 (BRASIL,98), criando a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno- RIDE-DF, primeira RIDE brasileira, para reduzir as desigualdades regionais causadas pela alta concentração urbana em volta do Distrito Federal e minimizar as pressões de demanda por serviços públicos e a dificuldade de provisão dos mesmos pelo setor público. Por envolver municípios de mais de uma Unidade da Federação, a RIDE é uma forma de ação mais ampla que a prevista nas Regiões Metropolitanas. (site do Ministério de Integração Nacional)

Nesse caso, consideram-se de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal, aos Estados de Goiás e de Minas Gerais e aos municípios que a integram relacionados com as seguintes áreas:

- I - infra-estrutura;*
- II - geração de empregos e capacitação profissional;*
- III - saneamento básico, em especial o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto e o serviço de limpeza pública;*
- IV - uso, parcelamento e ocupação do solo;*
- V - transportes e sistema viário;*
- VI - proteção ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;*
- VII - aproveitamento de recursos hídricos e minerais;*

- VIII - saúde e assistência social;*
- IX - educação e cultura;*
- X - produção agropecuária e abastecimento alimentar;*
- XI - habitação popular;*
- XII - combate às causas de pobreza e aos fatores de marginalização;*
- XIII - serviços de telecomunicação;*
- XIV - turismo;*
- XV - segurança pública.*

Tomando o caso de Minas Gerais temos que já antes do processo constituinte, a Lei Estadual nº 6.303, de 1974 regulamentou a Região Metropolitana de Belo Horizonte e instituiu a autarquia Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel) como entidade de planejamento e apoio técnico aos Conselhos Deliberativo e Consultivo.

Paralelamente à RMBH, foi criada, pelos municípios que compunham a região metropolitana, a GRAMBEL, a associação de municípios da região metropolitana, no caso dos executivos municipais que a compunham.

Sempre houve um grau de desencontro ou descompasso entre os dois fóruns, GRAMBEL, formado por associação de prefeitos da região metropolitana e a AMBEL, Assembleia Metropolitana, nos termos da lei. Nos dois fóruns sempre houve disputa entre os municípios de maior porte e aqueles de menor porte.

No final de 1987 é criada a Secretaria de Estado de Assuntos Metropolitanos, ficando, de fato, suas decisões a cargo do Governador do Estado (FJP, 1998).

A Constituição do Estado de Minas Gerais trata de maneira abrangente a questão metropolitana.

Após os processos constituintes, a Lei Complementar nº 88/2006, de 12 de janeiro de 2006 e a Lei Complementar nº 89/2006, de 12 de janeiro de 2006 dispõem sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Lei Complementar nº 90/2006, de 12 de janeiro de 2006 Dispõe sobre a Região Metropolitana do Vale do Aço.

O PLAMBEL foi extinto pela Lei Estadual nº 12.153 de 1996, tendo suas funções redistribuídas entre a Secretaria Estadual de Planejamento e, ironicamente, retornando à sua origem, a Fundação João Pinheiro.

A Lei Complementar nº 107/2009, de 12 de janeiro de 2009, cria a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH e dispõe sobre a instituição e a gestão de região metropolitana e sobre o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano.

Em 201, foi desenvolvido o PDDI, Plano Diretor da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que constitui um marco importante no processo de gestão dessa região metropolitana.

Deixando a abordagem do caso de Minas Gerais e nos voltando novamente a uma visão em escala mais geral, pode-se dizer que no Brasil, atualmente, já não há migrantes das áreas rurais para crescerem as metrópoles nas regiões centro/sul e parte da leste, o próprio o campo desapareceu em um processo que Sacs, I. chama de desruralização.

O Programa governamental Minha Casa Minha Vida e outros programas governamentais com objetivos similares têm espalhado, nos arredores das cidades pequenas e médias, idênticos conjuntos habitacionais, com unidades não inferiores a 32m², e realizado o sonho da casa própria Brasil afora. Os novos conjuntos são semelhantes aos já muito analisados conjuntos habitacionais da política do Banco Nacional da Habitação - BNH. Muitos dos atuais conjuntos construídos nessa safra recente repetem a mesma lógica da localização afastada do tecido urbano, levando as periferias para mais longe e, o que é mais grave, criando periferias segregadas onde elas não existiam. Espera-se que com essa política a população não venha para as cidades maiores, que não aumente os fluxos de migração, que seu próximo sonho não seja Meu Condomínio Minha Vida, como nas metrópoles e nas cidades maiores.

Nas nossas cidades atuais, o congestionamento, temido por Mumford (1998:1961), é das vias e não necessariamente está ligado ao crescimento das cidades, mas às opções de expansão industrial e ao descaso com os transportes públicos, deixados aos mais pobres, mas agora até uma parte desses, que pode comprar um carro em muitíssimas e não tão suaves prestações e abandonam o transporte público.

Na região metropolitana atual a Khora já não existe, a metrópole já não produz seus alimentos e insumos para suas atividades, notadamente os energéticos. Fica então a pergunta: uma região metropolitana poderia ser autossustentável? ¹

A nós, nos parece que não, o seu porte e sua diversidade não permitem a sustentabilidade nessa escala, mas tomando o conjunto das atividades que alimentam uma região metropolitana, os internos e os externos, aí sim poderíamos falar em sustentabilidade. Seria uma sustentabilidade envolvendo vários territórios e várias redes, buscando que o conjunto não fosse devedor em termos dos recursos demandados. Essa é uma questão de escala para além do estado e talvez para além do país e exigiria uma nova abordagem do planejamento, da matriz energética e mesmo novas organizações ou divisões políticas diversas das atuais, ou no mínimo se somando às atuais.

Apesar do mesmo nome e do vaticínio correto da exaustão de recursos e do congestionamento, a nossa metrópole atual é de outro cunho diferente daquela de Mumford e da sua posterior Necrópolis, processos encadeados como pensado pelo autor, na verdade é a transformação da cidade por cima de si mesma, espraiando seus espaços que leva à exaustão de recursos e congestionamento, ampliando os círculos de sua dependência. A dicotomia centro/periferia, pelo menos em termos espaciais, se não se eliminou, pelo menos se dá de outra forma, com o centro invadindo as periferias e vice-versa. A própria metrópole tem em si a sua periferia. O conceito engloba, a nosso ver, a centralidade, seja ela de qual ordem for e a periferia, também ela de qualquer ordem.

A questão dos grandes espaços de urbanização contínua tem sido objeto de várias reflexões. Um termo que tem sido muito empregado para referir-se aos grandes aglomerados metropolitanos tem sido Megalópole. O conceito foi trabalhado, em 1961, pelo geógrafo francês Jean Gottman. O termo é usado na abordagem das conurbações de várias metrópoles ou mesmo de regiões metropolitanas. A maior megalópole do mundo

¹ A ideia de metrópole vem dos gregos, sendo μήτηρ, mētēr = mãe, ventre e πόλις, pólis = cidade. A metrópole grega era uma cidade estado e referia-se à capital de uma província e, ainda, traz uma ideia de hierarquia daquele espaço sobre os demais, quer sejam urbanos ou rurais. Na polis, cidade estado, a khora correspondia à parte agrícola, onde moravam os camponeses e eram cultivados alimentos que abasteciam a ástey, a parte urbana.

seria a faixa da costa leste norte-americana que vai de Boston a Washington, incluindo Baltimore, Filadélfia e Nova York.

Soja (2000, p.242) diz que não podemos mais chamar de dispersão a produção do espaço urbano atual, que estaríamos frente ao espaço pós-metropolitano, que abarca escala regional.

O autor emprega também, em outros momentos, os termos de megacidade, galáxia metropolitana, posmetrópole, exópolis e metropolex.

Já Ascher (1995, p.15-40) propõe o termo metápole para descrever esse tipo de situação.

Todos os enquadramentos das metrópoles, sob qualquer denominação que seja, na rede de cidades mundiais, têm, a nosso ver, algum nível de pertinência, mas no caso, pretendemos abordar os espaços metropolitanos nacionais em seus aspectos normativos e de gestão e sua hierarquia na rede de megalópoles não traria grandes modificações aos aspectos que pretendemos abordar.

Aqui nos valem de Santos (1996, p.39), quando diz:..."O cotidiano é a quinta dimensão do espaço". O tempo/velocidade seria a quarta. Citamos o geógrafo no sentido de argumentar que, para nossa abordagem, talvez mais próxima da ordem de cotidiano nos aspectos que enfocamos, o ranking em termos globais traria poucos aportes, embora o mesmo autor, à p.96 da mesma publicação, alerte: "É na própria história contemporânea, história conjunta do mundo e dos lugares, que nos devemos inspirar, tanto para entender os problemas, como para tentar resolvê-los." Portanto se a classificação exata num ranking mundial não nos interesse muito, o processo de globalização nos interessa sobremaneira.

Enquanto o espaço da produção se espalha e apresenta a sua poliformia, também o sistema de gestão segue de alguma forma essa situação, não apresentando conteúdos que guardem semelhança nas diversas regiões metropolitanas.

A diversidade da institucionalização das Regiões Metropolitanas no Brasil pode ser adequada em alguns aspectos, já que cada uma delas apresenta suas próprias peculiaridades, mas também reflete que não há uma concepção territorial e socioeconômica sobre essa pluralidade de regiões.

É importante frisar que as Regiões existentes ainda não encontraram uma forma adequada de gestão, o que em parte é devido fato do fenômeno ultrapassar e envolver espaços municipais, instâncias privilegiadas de gestão no atual momento que o país atravessa, indo ao encontro dos fenômenos regionais, sem, contudo, sê-los de fato, inserindo-se num interstício entre essas duas esferas, envolvendo desde o cotidiano de populações até fenômenos de ordem econômica geral e da organização do espaço funcional em sua forma atual.

Em termos estritos, temos que o cidadão metropolitano, se é que ele existe, não possui representatividade real. Ele não tem na verdade oportunidades reais de participar efetivamente do processo de tomada de decisão metropolitana. Acreditamos que o cidadão metropolitano não deva ser uma figura de retórica, mas uma condição real à qual sejam reconhecidos os direitos daí advindos, já que das repercussões da metropolização não poupa nenhum de seus habitantes.

O que se pode concluir é que a configuração dos espaços metropolitanos ainda se funda na decisão dos grandes agentes econômicos e na ação do estado, que com seu poder de alocar infraestruturas, ou influenciar na alocação delas pode efetivamente direcionar tanto a produção, quanto a forma urbana daí advinda, e mesmo processos internos às cidades como o mercado de terras, o que implica dizer determinar a localização de centralidades e periferias.

Outra conclusão é que dada a tradição da organização política do Estado brasileiro, onde temos de um lado municípios e de outro o poder central da Federação, o Estado funciona como uma correia transmissora dos desígnios dos entes políticos centrais do país e suas alianças e o espaço do cotidiano ampliado que constituem as chamadas regiões metropolitanas.

Soma-se a isso o cipoal da regulamentação e de suas lacunas, sobre o que discorreremos anteriormente.

Referencias:

AZEVEDO, Sergio; MARES GUIA, Virgínia Rennó. *Governança Metropolitana e Reforma do Estado: o caso de Belo Horizonte*. In: Revista Brasileira de Estudos

Urbanos e Regionais, Nº 03. São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2000.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Poder Executivo, 2001.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Lei Complementar nº20**, de 1º de julho de 1974. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios. Brasília: Poder Executivo, 1974.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Lei Complementar nº14, de 08 de junho de 1973**. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Brasília: Poder Executivo, 1973.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Constituição Federal de 1967**. Brasília: Poder Executivo, 1967.

FERNANDES, Edésio. (org.) Direito urbanístico e política urbana no Brasil. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2000

GRAU, Eros Roberto. Direito Urbano, Regiões Metropolitanas, Solo criado, Zoneamento e Controle Ambiental, Projeto de Lei de Desenvolvimento Urbano. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1974.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2006.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. O direito à cidade. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MENDONÇA, J. G. Belo Horizonte: a metrópole segregada. In: MENDONÇA, J.G.; GODINHO, M. H. L. (Orgs.). População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003,

MONTE-MÓR, R. L. 2003. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: Castriota, L. B. (org.) Urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: Editora C/ Arte,

_____. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: Santos, M.; Souza, M. A.; Silveira, M. L. 1994. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR,

RIBEIRO, Cecília; PONTUAL, Virgínia. *A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960*. *Arquitextos, São Paulo, 10.109*, Vitruvius, jun 2009 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.109/50>, acessado em 15/07/2012

MUMFORD, Lewis. História das Utopias, Lisboa: Editora Antígona, 2007

_____. A Cidade na História, São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998 [1961].

PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela; DRUMMOND, Maria Valeska Duarte. A Gestão Metropolitana e seus Desafios: Uma Análise do Novo Sistema de Governança na Região Metropolitana de Minas Gerais. In: V Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS. Florianópolis: 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT3-597-823-20100903203311.pdf>> , acessado em 15/07/2012

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. (Orgs) Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994

ROLNIK, R.; SOMEKH, N. Governar as metrópoles: dilema da recentralização. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.) Metrópoles entre a coesão, a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Revista Brasileira de Municípios, nº 20, Ano V, Rio de Janeiro, 1952. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBM/RBM_n20%20out_dez1952.pdf , acessado em 20/07/2012

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Edusp, 2005.

Silva, Éder Roberto. O movimento nacional pela reforma urbana e o processo de democratização do planejamento urbano no Brasil. São Carlos: UFSCar, 2003.

SOJA, Edward W. Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

_____. Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places. Oxford, Blackwell Publishers, 1996.

_____. Exopolis: the restructuring of urban form. In: Postmetropolis. Critical studies of cities and regions. Oxford: Blackwell Publishers, 2000, pp. 223-263.

UFMG; UEMG; PUC MINAS. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH**. 2010. Disponível em: <<http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/>>. Acesso em: 01 de agosto de 2012

<http://www.mi.gov.br/programasregionais/rides/index.asp>

OBJETIVAÇÃO DO CORPO COMO PRÁTICA DE ENFRENTAMENTO DA MORTE E INCENTIVADOR DO CONSUMO NA CONTEMPORANEIDADE

MARQUES, Rosemeire da Silva

Mestranda do PPG em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO - da Universidade Federal de Mato Grosso. Contato: rosemeire.marques@ibest.com.br

ABONIZIO, Juliana

Professora doutora do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFMT e Docente do PPG Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO – da Universidade Federal de Mato Grosso. Contato: abonizio.juliana@gmail.com

RESUMO: O corpo na medida em que se mostra frágil ao tempo e à doença está sendo percebido como um objeto que deve ser manipulável para se fortalecer e tornar-se mais resistente às fatalidades. Para mantê-lo por mais tempo possível e em boas condições, utiliza-se de todos os métodos que a ciência e a tecnologia podem proporcionar desde ingestão de vitaminas até as cirurgias plásticas. Essas práticas transformaram o corpo em um incentivador do consumo. Deste modo pode-se aludir que as estratégias de enfrentamento da morte na contemporaneidade são imaginárias (na medida em que se acredita que pode afastá-la) e reais (pelas práticas realizáveis com o corpo).

Palavras-chave: morte, corpo, consumo

ABSTRACT: The body as it is shown weak time and the disease is perceived as an object to be manipulated to strengthen and become more resistant fatalities. To keep it

as long as possible and in good condition is used all the methods that science and technology can provide for uses ranging from vitamins to plastic surgery. These practices transformed the body into a promoter of consumption. Thus it may be mentioned that the coping strategies of death are imaginary in contemporary (to the extent that it believes it can push it away) and real (for practical achievable with the body).

KEYWORDS: death, body, consumption

INTRODUÇÃO

... os homens produziram e continuam a produzir uma imensa variedades de representações em torno de sua morte e da dos outros.

José Carlos Rodrigues

1983

Várias são as suposições, as indagações e as doutrinas quando a questão é pensar algo além da morte, porém, a certeza da morte, própria e dos outros, permanece. Para José Carlos Rodrigues, a morte é o “evento derradeiro, cujo peso de acontecimento não pode ser negado, mesmo que se lhe negue o valor de aniquilamento.” (RODRIGUES, 1983, p. 17)

É inerente à condição humana o questionamento da finitude que a morte pode representar, do mesmo modo, pensamos se a morte realmente significa o fim ou se há a possibilidade de outra existência.

Philippe Ariès argumenta que, a despeito da nossa certeza e nosso receio, estamos afastando a morte do nosso cotidiano. Para o autor:

... a sociedade expulsou a morte, excepto a dos homens de Estado. Nada avisa já na cidade que se passou qualquer coisa: o antigo carro mortuário negro e prateado tornou-se uma banal limosina cinzenta,

imperceptível na vaga da circulação.

A sociedade deixa de fazer pausas: o desaparecimento de um indivíduo já não afecta a sua continuidade. Tudo se passa na cidade como se já ninguém morresse. (ARIÈS,1977, p.310)

Essa negatividade da morte pode ter como uma das causas o fato da ciência biológica estar tomando lugar das religiões, explicando a morte de forma racional e física, desconsiderando a possibilidade de um porvir. Ariès (1997) demonstra como se deu a passagem de uma morte que possuía uma celebração pública para uma morte privada, onde ela parece só ser ritualizada pelos entes queridos e assim mesmo de maneira retraída.

Para o autor, a morte passa a ser percebida como algo feio e, portanto deve-se manter-se às margens da vida cotidiana. O hospital vai se tornando o seu lugar, pois é lá que está o aparato de manutenção da vida e as pessoas que conseguem vivenciar esse espetáculo degradante do ser humano. Tenta-se, sobretudo, domesticar a morte, dando-lhe uma explicação, uma plausibilidade e um local de destino.

Na contemporaneidade ocidental, a morte está sendo conjugada como antônimo de saúde o que tem levado o corpo a ser percebido como consumidor de saúde, consumidor no sentido de exauri-la, mas também como comprador de uma saúde mercantilizada em objetos e em serviços, sejam frascos de vitaminas sejam massagens terapêuticas.

A vida do corpo, pensa-se, só pode ser mantida – em boa e duradoura forma - com o consumo de inúmeras práticas, tanto médicas, dietéticas, atléticas, incluindo o consumo de práticas estéticas. Estas últimas funcionam como elemento que distancia a morte, ao menos simbolicamente, já que o medo da doença traz o desejo de seu oposto, senão a saúde, a aparência saudável, expressão abundante na publicidade.

Compreendendo as técnicas corporais como fato social total, como o proposto por Mauss (1984), recorreremos à interdisciplinaridade e, nessa conjuntura, propomos uma reflexão sobre a corporeidade contemporânea, polissêmica que é, a partir das práticas de consumo e suas relações com a manutenção da saúde e o desejado

afastamento da morte – seja ela real, seja simbólica.

Morte: um produto social

Entre muitas criaturas que morrem na Terra, a morte constitui um problema só para os seres humanos. Embora compartilhem o nascimento, a doença, a juventude, a maturidade, a velhice e a morte com os animais, apenas eles, dentre todos os vivos, sabem que morrerão; apenas eles podem prever o próprio fim, estando cientes de que pode ocorrer a qualquer momento e tomando precauções especiais – como indivíduos e como grupos – para proteger-se contra a ameaça de aniquilação.

Norbert Elias

2001

Morte é uma palavra de origem latina *mors*¹, que significa o fim da vida, seja ela animal ou vegetal. Quando se refere especificamente aos seres humanos diz-se que a pessoa que morreu veio a óbito ou faleceu. No mais das vezes, utilizam-se expressões como passagem, passamento, descanso, desencarne ou recolhido pelo senhor, que refletem a concepção religiosa de quem as utiliza, já não se pensando apenas no fenômeno das mudanças físico-biológica do corpo, mas em uma possibilidade de existência pós-morte.

A pessoa morta perde o nome e a essência, passa a ser chamada apenas de corpo, sendo corpo a oposição do sujeito que o possuía. Por isso, em funerais, diz-se que o corpo foi velado e não a pessoa morta.

Várias são as suposições, as indagações e as doutrinas quando a questão é pensar algo além da morte, prevalecendo a unicidade na certeza da própria morte.

A nossa condição de seres pensantes leva-nos a questionar a morte enquanto finitude ou enquanto a possibilidade de outra existência. As respostas encontradas parecem ter um denominador comum: a recusa de se acreditar no fim, o que demonstra que não estamos preparados para o que a morte em uma de suas instâncias representa, a nossa eliminação do mundo que conhecemos ou julgamos conhecer. Trata-se ainda de

¹ Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa Ilustrado. Fernandes Soares. S/D.

algo mais profundo. Como seres pensantes, sabemos-nos cartesianamente existentes e nossa dificuldade é, pois, pensar a não-existência, uma contradição nos próprios termos. Como poderia o eu, que pensa logo existe, pensar em não existir? Eis o desafio colocado pela morte e a consequente crença em uma existência além da própria existência.

Para Jean Delumeau (2009), o homem, devido a sua racionalidade, é o único ser a conhecer o medo em um grau elevadíssimo, pois tem ciência da sua finitude. O autor parte do princípio que há uma diferenciação entre o medo e a angústia, ambos como reflexos de um espelho invertido, sendo o primeiro referente aos sentimentos de temor, espanto, pavor e horror a algo conhecido, e, o segundo, referente à inquietação, à ansiedade e à melancolia do desconhecido. Haveria um limítrofe muito pequeno entre estes dois sentimentos, tanto é que na linguagem corrente passam por sinônimos.

Neste contexto, situa-se o indivíduo ocidental hoje, entre as certezas das previsões meteorológicas e os diagnósticos possibilitados pelas tecnologias e o medo da morte junto da angústia de um mundo desencantado pela racionalidade científica, em resumo: sem cruz nem caldeirinha, o medo da morte em si e angústia por não saber se tudo termina com ela ou se há algo além.

Rodrigues (1983) caminha na história demonstrando as concepções e estratégias utilizadas no enfrentamento da morte, cujo um dos símbolos é a caveira, uma vez que a cabeça é a sede das faculdades interacionais mais importantes, como o pensamento, a visão, o olfato, a audição e a linguagem, o que gostaríamos de preservar na morte, o que, em suma, nos identifica como humanos e como nós mesmos.

Durante o primeiro milênio da era cristã, a morte foi entendida como um sono profundo, uma espécie de suspensão temporária da existência à espera da ressurreição. A concepção de uma vida no além começa a mudar a partir do século XII, adquirindo um aspecto de separação entre o corpo mortal e a alma eterna e personalizada, impondo-se o tema do Juízo Final no interior da pregação eclesiástica. Entre os séculos XIII e XVI os homens temem, com grande horror, o inferno e a decomposição. Essa época de temor e incertezas perante a morte tem também um sentimento em contrapartida, que é o amor

extremado pela vida.

O homem desta época é profundamente consciente da morte, pensa nela todo o tempo, reconhece toda a sua importância, mas ao mesmo tempo sente nela um envenenamento de sua existência, uma ruptura com as coisas de que gosta. A cena da morte é teatralização da passagem, é julgamento da vida, é consciência dela, mas é também representação intertextual do apego e do amor à existência no aqui. (RODRIGUES: 1983, 135)

No século XVII, a espiritualidade começa a apontar para indagações sobre os componentes espirituais e a concretude carnal, originando discursos contraditórios, uns valorizando a alma, outros o corpo. Os corpos começam a ser abertos e estudados.

A separação do corpo e da alma faz o corpo em si perder dignidade e o cadáver qualquer importância. Com a atenção voltada para a alma, o corpo já não merece tratamentos especiais, podendo ser aberto e estudado para fins científicos. Inicia-se assim, a medicalização da morte e conseqüentemente a luta contra a morte.

A morte antiga, diante da nova medicina, começa a deixar de existir: os desígnios de Deus, a força vital, são progressivamente substituídos pelas ‘doenças mortais’, por uma multiplicidade de causas específicas que se transformam nos novos responsáveis pelos falecimentos. A morte foi deposta. Agora, diversas mortes começam a imperar, cada uma delas mais ou menos passível de ter sua causa específica dominada pelo saber médico. (RODRIGUES, 1983, p. 158)

No século XVIII, os interesses médicos estão direcionados para a doença, em casos em que o indivíduo é considerado apenas como portador de uma patologia qualquer. As mortes agora passam a ter causas específicas e não mais apenas desígnios de Deus.

Nos séculos seguintes, o controle da morte vai se transformando em “objeto e objetivo de ciência e os homens passaram a exigir desta o que esperavam antes da magia e da religião.” (RODRIGUES, 1983, p. 190)

Deste modo chega-se a contemporaneidade, época em que tudo parece instável, o que ontem era hoje já não é mais. A mudança rápida impossibilita qualquer apego, as

ideias renovam-se quase que instantaneamente e uma estratégia está se mostrando corrente no Ocidente: a utilização de técnicas no corpo como prática possível de adiar a morte. Queremos dizer que o corpo está sendo manufaturado por inúmeras práticas e acaba sendo percebido como um objeto que, ao ser manipulado, torna-se mais forte e conseqüentemente mais resistentes às fatalidades.

A objetivação do corpo

A morte está sendo conjugada como antônimo de saúde, ela seria a não-saúde levada ao extremo. A busca pela saúde, real ou aparente, aparece como um jeito de afastar a morte, ainda que de modo restrito ao simbólico. Iludimo-nos achando que a morte nos livra da morte, como se fosse impossível um corpo saudável morrer, mas se morre, se não de acidentes, velhos saudáveis morrem de velhice que, cada vez mais, vem sendo confundida com doença crônica. A juventude fabricada – e comprada - seria seu remédio.

Para Le Breton (2003), a “utopia da saúde” implica em uma utopia do corpo. Se a ciência demonstrou a fragilidade do corpo, a tecnociência apresenta possibilidades de corrigi-lo.

Já para Zigmunt Bauman, “como qualquer outra coisa, os modernos humanos são objetos tecnológicos. Como qualquer outra coisa, foram analisados (separados em fragmentos) e depois sintetizados de novas maneiras (como arranjos ou meras coleções de fragmentos)” (BAUMAN, 1997, p.223). A coisificação do corpo responde à interpretação histórica que designava, ao longo dos séculos, a supremacia da mente sobre a carne.

Appadurai propõe que a “situação mercantil na vida social de qualquer ‘coisa’ seja definida como a situação em que sua trocabilidade (passada, presente ou futura) por alguma outra coisa constitui seu traço social relevante. (APPADURAI, 2008, p.7). A mercantilização seria o resultado da intersecção de fatores temporais, culturais e sociais. No caso do corpo, entendemos que a troca resultaria para um dos lados o recebimento monetário (prestador de serviços) e para o outro, a realização de um desejo

(manutenção da saúde e/ou embelezamento). Para ambos envolvidos, o corpo é tratado como um consumidor específico, tanto de práticas e serviços quanto de produtos ao ponto do próprio corpo ser tomado por um objeto, que pode ser manipulado, fabricado em série, torneado, transplantado, bronzado, acrescido e diminuído, fatiado, costurado, pintado, esculpido etc.

Para Baudrillard:

Sem dúvida os objetos desempenham um papel regulador na vida cotidiana, neles são abolidos muitas neuroses, anuladas muitas tensões e aflições, é isto que lhe dá uma ‘alma’, é isto o que os torna ‘nossos’, mas é também isto que faz deles o cenário de uma mitologia tenaz, cenário ideal de um equilíbrio neurótico. (BAUDRILLARD, 2002, p 98)

Para Simmel, ‘chamamos de valiosos aqueles objetos que opõem resistência a nosso desejo de possuí-lo’ (SIMMEL apud APPADURAI, 2008, p.15). O corpo humano, em sua natural degenerescência da maturidade, na medida em se opõe ao nosso desejo de mantê-lo jovem e saudável, torna-se então potencialmente valorizado. Apesar de ser o tabernáculo do que mais nos importa (a nossa vida) se mostra frágil diante do tempo e da natureza, que o envelhece e lhe causam doenças, caminhos que direcionam à morte.

Adiando a morte

Aparentemente tem-se a noção de que a preocupação está voltada para a imagem estética do corpo, com a finalidade de acompanhar as exigências de uma sociedade panótipa onde a aparência se mostra primordial. Esse pressuposto é tão forte que Slavoj Zizek diz que, atualmente, “a ansiedade surge perante a perspectiva de não estar exposto em permanência ao olhar do Outro. O sujeito precisa do olhar da câmara como uma espécie de garantia ontológica de sua existência...” (ZIZEK, 2009, p. 87)

Além da questão apontada pelo autor, podemos entender que se funde ao olhar onipresente a existência tão ou mais importante do nosso próprio olhar.

A Imagem que o espelho nos reflete é a realidade que acreditamos estar vivendo. Se ela é ao menos saudável, é sinal que estamos em boas condições e temos muitos anos de vida, isso porque partimos da premissa de que a vida é representada pela beleza, juventude, saúde e alegria. Em contrapartida a morte é representada pela feiúra, velhice, doença e tristeza. Por vezes, nosso diagnóstico sobre nossa própria condição ilude-nos, pois achamos que nos basta a aparência saudável, sintoma que acreditamos inequívoco da nossa desejada longevidade. Inúmeros potes de *blush* são vendidos para dar cor saudável às faces, assim como inúmeros produtos capilares prometem, não a saúde, mas a aparência de cabelos saudáveis.

Para Norbert Elias, uma das fraquezas nas sociedades mais avançadas é o distanciamento mesmo que não intencional dos velhos e dos moribundos, pois eles representam a proximidade da morte. Não seria a morte propriamente dita o problema, mas sim o seu conhecimento. “A visão de uma pessoa moribunda abala as fantasias defensivas que as pessoas constroem como uma muralha contra a idéia de sua própria morte.” (ELIAS, 2001, p.17)

Um bom exemplo são as cirurgias estéticas, que revelam a intenção de se ser aceito socialmente por parecer mais belo e jovem, é também uma possibilidade de afastamento da morte, uma vez que, creditando na velhice proximidade da morte, creditamos na juventude a possibilidade de um distanciamento razoável.

O corpo então por ser suporte da nossa vida torna-se um objeto tanto valorizado como desvalorizado. Valorizado na medida em que tomamos todas as medidas ao nosso alcance para torná-lo mais resistente, transformando-o então em um objeto que possibilita a realização de negociações mercantis. É desvalorizado quando em nome desse fortalecimento o manuseamos de todas as formas possíveis. Le Breton nos diz que:

No discurso científico contemporâneo, o corpo é pensado como uma matéria indiferente, simples suporte da pessoa. Ontologicamente distinto do sujeito, torna-se um objeto à disposição sobre o qual agir a fim de melhorá-lo, uma matéria-prima na qual se dilui a identidade pessoal, e não mais uma raiz de identidade do homem. (LE BRETON, 2003, p.15)

O autor permite pensarmos que, nesta busca de melhorar e adiar a morte, estamos ultrapassando limites, indo em direção de uma mecanização do corpo, de uma virtualização das relações, podendo chegar a não ter mais fronteiras entre humanidade e máquina. Em casos extremos, ele percebe que caminhamos para uma concepção de corpo percebido como a própria doença, por isso um rascunho que deve ser corrigido. Essa desvalorização do corpo é em vista de que o estaríamos comparando com a máquina. Isso nos leva a questionar o porquê comparar duas naturezas tão distintas. A resposta encontra-se no próprio questionamento: “O prazer e a dor são atributos da carne, implicam o risco da morte e da simbólica social. A máquina é igual, fixa, nada sente porque escapa à morte e ao simbólico.” (LE BRETON, 2003, p.19)

Corpo possibilitando negociações

Na vida social, o que se percebe é que com o discurso de tornar o corpo mais forte e resistente ao tempo e as doenças, o transformaram em um objeto manipulável mas, mais que isso, também em um consumidor voraz.

No entrecruzamento dos vetores que permitem essa interpretação, vemos a relação conexa de três termos: desejo x dinheiro x corpo.

1. O desejo tem como motivador os discursos sociais nos quais aludem que a beleza deve ser cultivada, a saúde priorizada, o bem estar pensado. O que dá autenticidade e sustentabilidade a esses discursos é o entendimento da nossa inevitável finitude. A morte é percebida como um inimigo que espreita a todo o momento, por isso não se deve abaixar à guarda, afastando tudo àquilo que pode provocá-la.

2. O dinheiro é o pagamento pelos serviços, que podem ser para o cirurgião plástico, para a academia, para o personal trainer, para o esteticista etc. Esses profissionais, apresentando-se como os “cuidadores da saúde”, são os responsáveis pela concretização dos desejos e valorizam seus serviços quantitativamente. Assim, “foi o desejo, nesse caso partilhado por muitas outras pessoas, que, em primeiro lugar, deu

vida a esses objetos, os produziu, como dizem os fabricantes, simplesmente para ‘satisfazer a demanda’”. (CAMPBELL, 2006, p.59)

3. Fechando a conexão está o corpo, é ele que é manuseado, que fica a mercê das práticas para realização dos desejos idealizados pelos pagantes. A valoração destes difere da dos “cuidadores da saúde”, é qualitativo (estão a procura de uma melhoria na aparência e conseqüentemente da saúde).

O contemporâneo ocidental e algumas de suas subjetividades

A corrida contra o tempo presente na contemporaneidade em que se reina a pressa, o que representa a vida, e os avanços tecnológicos e científicos parecem ser bons aliados. Faz-se academia para manter o corpo saudável, investe-se em entretenimento e lazer, toma-se remédios contra estresse e depressão, inúmeras drogas e vitaminas prometem manter a saúde e a juventude, faz-se intervenções para recuperar uma juventude passada retirando as marcas de expressões e da própria vida que expressam. Preocupa-se com a estética, pois ela é abria todas as portas. Para constatar isso, basta uma olhada nos quadros de transformação estética presentes em quase a totalidade dos programas populares da TV aberta.

Para Mary Douglas (2009), o consumo seria um sistema de significação que supre a necessidade simbólica, levando-nos a fortalecer o entendimento de que o consumo é uma categoria que possibilita entendermos a sociedade contemporânea.

Para Lipovetsky, em sua obra *Felicidade Paradoxal*, os sistemas de representação estão tornando objetos de consumo e a moda reestruturada pelas técnicas do efêmero é o que sacraliza a felicidade. Esse autor acredita que já teríamos ultrapassados a pós modernidade e estaríamos na era da hipermodernidade, que se caracteriza pelo hiperconsumo e hipernarcisismo. Esse novo modo de vida, seria constituído por tendências contraditórias, em que os indivíduos, apesar de terem uma preocupação

exacerbada com a saúde, também é o que apresenta diversas patologias, onde há ordem e desordem, a independência e a dependência subjetiva. Assim, a hipermodernidade seria uma temporalidade futurista, na qual se predomina a insegurança e a medicalização da existência. A moral que predomina é a da preocupação com o amanhã e o depois-de-amanhã, onde os indivíduos se mostram voláteis, desestabilizados. Sendo assombrados pelos vírus e pela passagem do tempo, esse indivíduo tem sua preocupação voltada para a manutenção da juventude.

A busca de identidade e significado em Campbell (2006), o hiperconsumo e o hipernarcisismo em Lipovetsky (2007), leva-nos a perceber o indivíduo contemporâneo como um ser complexo que tem no consumo uma forma de enfrentar seus dilemas, como é o caso da morte. O consumo então pode ser percebido como algo carregado de significados, sua forma uma possibilidade de conhecer a sociedade, que na efemeridade demonstra sua subjetividade.

Além das aparências...

Através de uma análise bibliográfica, Claudia Barcellos Rezende e Maria Claudia Coelho, na obra *Antropologia das emoções* (2010), percebem que uma das características do indivíduo contemporâneo das sociedades complexas é o de se autorregular, exigência de uma sociedade que vigia e orienta principalmente através das mídias. O objetivo das autoras é demonstrar que os sentimentos não são opostos a racionalidade como muitos acreditam, pois eles fazem parte da gramática social.

Em relação ao medo, um dos pontos que direcionam este trabalho, percebemos que a essência inerente aos seres humanos referida pelas autoras “pode ser relacionada ao fato de que todas as sociedades e os indivíduos que as compõem lidam com ameaças a uma estrutura física e social que é construída”. (REZENDE, COELHO, 2010, p.36)

Pensa-se que o interesse pela beleza é algo estético, superficial, apenas uma inspiração de uma sociedade consumista. As observações que realizamos apontam que a

busca pela beleza aliada a manutenção da juventude tem também o desejo de manter a morte afastada, além, obviamente, de servir à reprodução social por meio do controle das funções corporais e dos códigos de beleza. O corpo representa, sobretudo, uma conformação cultural e, se sua forma é inconforme ou inconformada, a reação a ela manifestar-se-á impiedosamente.

Como tempo e as doenças são os maiores inimigos do corpo, combate-os de todas as formas possíveis. Combater esses inimigos apresenta, simultaneamente, uma solução imaginária e real ao mesmo tempo.

Imaginária porque tem como base o nosso credo na possibilidade de estarmos enganando a morte, nem que temporariamente. Real porque se baseia em práticas realizáveis com o corpo através das ferramentas propiciadas pela ciência e pela tecnologia.

Nossas preocupações com a saúde revelam uma preocupação com a morte, o que ocorre é apenas uma inversão de concepções. Essa inversão levou olhar o corpo como um objeto em que nossa “existência” se apóia. Ainda não podemos prescindir do corpo para existirmos, apesar das tentativas de abandonar o corpo para ser só essência, cujo exemplo contemporâneo extremo seriam os *raelianos*, descritos por Le Breton (op. cit.).

Para manter o corpo por mais tempo possível e em boas condições, utiliza-se todos os métodos que a ciência e a tecnologia proporcionam, assim, o corpo metaforicamente falando, tornou-se um incentivador do consumo. Obviamente, nem todos podem ter acesso aos produtos que lhe são destinados, tendo, sobretudo, diferenças sociais que determinam a forma e a possibilidade de obtê-los.

BIBLIOGRAFIA

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: Editora da universidade Federal Fluminense, 2008.

ARIÈS, Philippe. **O homem perante a morte II**. Portugal: Publicações Europa-

América. LDA, Edição 106048/4647.

BARBOSA, Livia & CAMPBELL, Colin (org.) **O Estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas**. In. Cultura, consumo e identidade. Rio de Janeiro: Editora PGV, 2006.

BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. Tradução Zulmira Tavares. São Paulo: perspectiva, 202.

BAUMAM, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

CAMPBELL, Barbosa. **Eu compro, logo sei que existo**: as bases metafísicas do consumo moderno. In. Cultura, consumo e identidade. Organizadores Livia Barbosa e Colin Campbell. Rio de Janeiro: Editora PGV, 2006.

DELEMEAU, Jean. **História do medo no ocidente**. 1300-1800: uma cidade sitiada. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

DOUGLAS, Mary. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**: Antropologia e sociedade. Campinas: Papiрус, 2003.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

MAUSS, Marcel. **As técnicas corporais**. In. Sociologia e antropologia. São Paulo: EPU/EDUSP, 1984.

REZENDE, Caludia Barcelos & COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Achiamé Fernandes, 1983.

ZIZEK, Slavoj. **Lacrimae rerum**. Tradução de Isa Tavares e Ricardo Gozzi. São Paulo: Boitempo, 2009.

PERCEPÇÃO DAS MERENDEIRAS SOBRE BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS EM UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Maria Fernandes de Sousa
Sthenia Santos Albano Amóra²
Elisabete Stradiotto Siqueira³

¹Discente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade
UFERSA - anamaria.f.sousa@hotmail.com

²Coordenadora e Docente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e
Sociedade – UFERSA – sthenia@ufersa.edu.br

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade
UFERSA – beteboop@ufersa.edu.br

UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Mossoró/RN

Resumo

O estudo teve por objetivo avaliar a percepção de merendeiras sobre as Boas Práticas de Manipulação de Alimentos (BPMA) visando constatar a motivação desses profissionais e conhecer os principais problemas enfrentados para a implantação das BPMA. Sendo assim, o estudo foi realizado com 15 merendeiras, de 15 Unidades Municipais de Ensino Infantil (UEI) em Mossoró, Rio Grande do Norte. Os dados foram coletados por meio de entrevistas. Como resultado observou-se que as merendeiras conhecem as BPMA e gostam do seu trabalho, porém não recebem incentivos para que essas práticas sejam adotadas no seu dia-a-dia gerando uma situação de desestímulo, devido principalmente as limitações encontradas, tais como falta de recursos humanos e de gêneros alimentícios, fato que as impede de cumprir a legislação adequadamente.

Palavras - chave: Manipuladores de alimentos. Alimentação escolar. Segurança alimentar.

Abstract

The study aimed to evaluate the perception of school cooks on Good Practices of Food Handling to know the motivation of these professionals and the main problems faced to use the Good Practices. Thus, the study was conducted with 15 school cooks, of 15 Kindergarten in Mossoró, Rio Grande do Norte. Data were collected through interviews. As a result it was observed that the school cooks know the Good Practices and enjoy their job, but they don't receive incentives for these practices are adopted in their day-to-day creating a situation of discouragement, mainly due to limitations, such as lack of human resources and food, a fact that prevents them from complying with the legislation.

Keywords: Food handlers. School meals. Food safety.

1. Introdução:

No Brasil, as crianças e os adolescentes, além da alimentação domiciliar, têm o direito de receber alimentação escolar oferecida gratuitamente nas escolas públicas em função do repasse financeiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BRASIL, 2004a). O cardápio oferecido aos alunos deve promover hábitos alimentares saudáveis, apresentar boa aceitação pelos escolares, ser elaborado com alimentos de boa qualidade e livres de microrganismos que possam por em risco a saúde das crianças e adolescentes beneficiados pelo programa (FLAVIO et al, 2004).

Dentre os principais locais de ocorrência de surtos de doenças transmitidas por alimentos (DTA) estão as Unidades de Ensino Infantil (UEI) e as escolas (BRASIL, 2007). As DTA correspondem às ocorrências clínicas consequentes da ingestão de alimentos que possam estar contaminados com microrganismos patogênicos, substâncias químicas, objetos lesivos ou que contenham em sua constituição substâncias naturalmente tóxicas (BRASIL, 2005).

Uma forma de reduzir os riscos à saúde causados pela contaminação alimentar é a adoção das “Boas Práticas” em todos os locais que manipulam alimentos. As Boas

Práticas de Manipulação de Alimentos (BPMA) com base na Resolução RDC nº 216/2004 (BRASIL, 2004b) são as práticas de organização e higiene necessárias para garantir a produção de alimentos seguros. O controle da contaminação, multiplicação e da sobrevivência microbiana nos diversos ambientes onde se preparam as refeições, bem como em equipamentos, utensílios e manipuladores é importante, pois, contribui para a obtenção de alimentos seguros com boa qualidade microbiológica (BRASIL, 2001).

As UEI são ambientes onde as crianças têm provado ser mais susceptíveis a adquirir doenças, inclusive as DTA, devido à facilidade de contato interpessoal (criança-criança, criança-funcionário), mau-treinamento das merendeiras e condições de higiene inadequadas inerentes aos alimentos (GONÇALVES et al, 2011). As áreas físicas destinadas aos serviços de alimentação são limitadas e a qualificação dos recursos humanos para a atividade é baixa, dificultando o exercício de princípios de BPMA (ANTUNES et al, 2010).

A maioria das DTA está ligada à manipulação inadequada dos alimentos. Portanto, os manipuladores de alimentos podem desempenhar um importante papel na transmissão dessas doenças, tanto por hábitos inadequados de higiene pessoal, ou por serem portadores de microrganismos patogênicos (CAPUANO et al, 2008). Nesse contexto, dentre as estratégias estabelecidas pela *Food and Agricultural Organization* (FAO) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para garantir a segurança alimentar, destaca-se a capacitação dos recursos humanos, em especial dos manipuladores de alimentos (TAVOLARO et al, 2006).

Quanto à promoção de hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar, destaca-se o trabalho das merendeiras, profissionais envolvidas diretamente no preparo e distribuição da merenda escolar (CARVALHO, 2008). Na perspectiva do PNAE, a merendeira é um manipulador de alimentos e considerando a relevância desses trabalhadores para a promoção e a garantia da produção de refeições seguras, princípios de higiene pessoal e alimentar devem ser continuamente reforçados e monitorados, sendo essencial a realização de atividades de educação e formação inicial e continuada (LEITE et al, 2011). É importante enfatizar que esses profissionais precisam ser capacitados e preparados para trabalhar com alimentação escolar, de modo que essas ações possibilitem uma conscientização e entendimento por parte deles acerca da manipulação adequada dos alimentos (GABRIEL et al, 2010).

Desta forma, desenvolver metodologias que permitam obter conhecimentos em relação ao que as merendeiras entendem ou conhecem sobre BPMA e como essas práticas são percebidas por essas funcionárias durante o preparo da alimentação escolar, assim como conhecer quais as principais barreiras ou obstáculos enfrentados por elas no seu dia-a-dia de trabalho na UEI que dificultam ou impedem a implantação dessas BPMA auxiliam no desenvolvimento de práticas e métodos que promovam a educação no âmbito da segurança alimentar propiciando conhecimentos e habilidades para as pessoas produzirem, selecionarem e consumirem alimentos de forma adequada, saudável e segura, assim como as conscientizar quanto a práticas alimentares saudáveis, contribuindo para a melhoria na qualidade higiênico-sanitária dos alimentos oferecidos às crianças.

Sendo assim, o presente trabalho teve por objetivo avaliar a percepção de merendeiras de UEI sobre as BPMA visando constatar o envolvimento e a motivação desses profissionais para o cumprimento da legislação em segurança alimentar e para o conhecimento dos principais problemas enfrentados por eles no seu ambiente de trabalho para a implantação das BPMA.

2. Metodologia:

O estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa e foi realizado em Unidades Municipais de Educação Infantil presentes em Mossoró, Rio Grande do Norte, no segundo semestre de 2011.

Mossoró é um município brasileiro situado no interior do estado do Rio Grande do Norte, com uma população estimada em 263.344 habitantes, sendo o segundo município mais populoso do estado. É uma das principais cidades do interior nordestino, e atualmente vive um intenso crescimento econômico e de infraestrutura (IBGE, 2011). Segundo dados da Gerência Executiva de Educação, o município possui 382 escolas nas redes públicas e particulares entre os ensinos pré-escolar, fundamental e médio. Atualmente, Mossoró apresenta 38 unidades municipais de educação infantil, sendo 36 localizadas na zona urbana do município e 02 na zona rural (PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, 2012).

Para o desenvolvimento desse estudo optou-se por se trabalhar com 15 UEI, selecionadas de forma aleatória e não intencional por meio de sorteio. Após o sorteio foi selecionada, também de forma aleatória, um manipulador de alimentos de cada unidade.

Realizou-se contato com a Gerência Executiva de Educação do município e com os principais responsáveis pelas unidades, solicitando a participação dos manipuladores de alimentos na pesquisa. Durante os encontros, foram distribuídos, às merendeiras, os termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE), com o intuito de informar sobre os objetivos da pesquisa, bem como solicitar a autorização para a gravação das falas e registro de imagens por meio de máquina fotográfica.

As merendeiras selecionadas foram entrevistadas com o uso de um gravador e ajuda de um roteiro pré-elaborado. As entrevistas foram realizadas em uma sala de aula da própria UEI e feitas de forma individual, durando em torno de 30 minutos.

Durante a entrevista, foram feitas perguntas sobre a história de vida das merendeiras em relação ao ato de cozinhar, trajetória profissional, relações com os alimentos e as doenças transmitidas por eles, modo de manipulação dos alimentos, participação em cursos de capacitação, razões pelas quais estão trabalhando na área, principais alegrias e dificuldades da profissão, dentre outros questionamentos.

Os depoimentos das merendeiras foram transcritos na íntegra e analisados. As respostas das participantes foram organizadas em categorias, procurando-se identificar os temas mais relevantes às questões levantadas e alcançando - se os objetivos do estudo.

Por tratar-se de um estudo que envolve pesquisas com seres humanos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do RN – CEP/UERN tendo sido aprovado conforme o parecer CAAE – 0081.0.428.000-11.

3. Resultados e Discussão:

3.1. Perfil sócio-econômico-cultural das merendeiras:

Das merendeiras selecionadas para o estudo, todas pertenciam ao sexo feminino, e tinham entre 30 e 50 anos. A maioria apresentava ensino médio completo e dentro desse cenário, cabe salientar a necessidade de programas de formação, uma vez que são profissionais de educação e contribuem no ambiente escolar para o processo educativo das crianças e dos adolescentes e, por isso, não deveriam possuir baixa escolaridade (LEITE et al, 2011).

A renda mensal da maioria das entrevistadas é em torno de dois salários mínimos, apresentando variação de valores de acordo com o tempo de serviço e acréscimo de adicionais, tais como, vale transporte, auxílio alimentação, e insalubridade oferecida somente àquelas merendeiras que são funcionárias públicas, não sendo paga às merendeiras terceirizadas. Estes dados confirmam o posicionamento de Bertin *et al*, (2009) ao afirmar que especialmente no Brasil, os manipuladores de alimentos, em geral, são oriundos dos estratos socioeconômicos menos privilegiados.

O horário de trabalho dessas funcionárias variava, sendo pela manhã, tarde ou os dois expedientes. O horário da manhã é de 06:00 horas às 12:00 horas, o horário da tarde de 12:00 horas às 18:00 horas. Algumas merendeiras fazem hora extra para complementar o salário auxiliando na manutenção das despesas diárias, já que a maioria é responsável pelo sustento da casa e dos filhos, corroborando os dados do IBGE, (2011) que indicam uma tendência das mulheres assumirem essa posição social, visto que, embora na maioria dos lares (61,3%) o chefe ainda seja o homem, em dez anos, o número de brasileiras nesta situação praticamente dobrou. De 11 milhões, em 2000, passou para 22 milhões em 2010.

Sobre essa questão Carvalho *et al*, (2008) observa que o trabalho dessas profissionais é socialmente desvalorizado, por não exigir alto nível de escolaridade e qualificação. Em sua maioria, elas são formadas por mulheres com baixo nível de escolaridade, em precária situação social e exercendo, em muitos casos, o papel de chefe de família.

As merendeiras da pesquisa são moradoras da própria comunidade onde se localiza a UEI. E na sua maioria são funcionárias públicas que estão a aproximadamente 10 anos exercendo a função de merendeira.

3.2. Principais alegrias na realização do trabalho como merendeira:

Dentre as principais alegrias na realização do trabalho, as merendeiras relataram que ficam felizes quando recebem elogios, gostam de cozinhar e de trabalhar com as crianças, se sentem bem no ambiente em que trabalham, quando tem alimentação farta na dispensa e podem seguir corretamente o cardápio. Como podemos analisar nas declarações a seguir:

Olhe é muito gratificante em relação que eu trabalho em bairro de periferia, tem crianças aqui... porque eu sei que eles sentem fome e é gratificante uma criança dizer assim: tia sua comida é gostosa é muito, eu fico assim emocionada, juro a você.

Companheirismo, as amizades, as crianças, eu não tenho dificuldade no meu trabalho não. Eu gosto do setor onde trabalho. Eu gosto de cozinhar, não vou dizer que não gosto que eu gosto.

Eu gosto de fazer merenda para as crianças.

É quando eu abro o freezer é quando eu viro assim pro lado e vejo todo o tipo de comida que eu posso oferecer do melhor pra eles (as crianças). Que eles queiram e que eles até possam escolher.

A percepção das merendeiras sobre a valorização do seu trabalho também foi observada em um trabalho realizado por Carvalho *et al.*, (2008) com 41 merendeiras de escolas da rede pública municipal em João Pessoa/PB, onde elas desenvolvem uma forte relação de afeto com as crianças, desempenhando um papel de cuidadora que extrapola uma função específica de preparo e distribuição de alimentos. A importância do cuidado e afeto na relação das merendeiras com os escolares deve ser reconhecida. No entanto, se estas não receberem treinamento adequado para produzir refeições dentro dos padrões nutricionais estabelecidos (higiene e componentes da preparação) seu desempenho nesta função estará prejudicado.

Sabe-se que o relacionamento interpessoal com superiores e colegas, bem como o clima e a estrutura da organização, são agentes potencialmente negativos e estressores. Atitudes simples, como um cumprimento ou uma felicitação, são consideradas importantes por elas e fazem com que se sintam valorizadas. Bem como, o fazer pelo e para o outro, dá às manipuladoras uma dimensão de maior importância para o trabalho realizado (BERTIN *et al.*, 2009).

Adquirir conhecimentos sobre as principais alegrias das merendeiras em relação ao exercício de sua função e ao seu ambiente de trabalho permite conhecer o grau de motivação das mesmas em relação a sua função. Ficou visível nas falas das entrevistadas que o ato de cozinhar é uma atividade que lhes proporciona prazer, já que elas gostam de cozinhar e gostam ainda mais de cozinhar para as crianças, principalmente considerando as características das crianças atendidas que são aquelas provenientes de comunidades e bairros carentes.

Quando a UEI proporciona condições para que elas realizem o seu trabalho adequadamente, como por exemplo, oferecendo itens alimentícios diversificados, a

merendeira torna-se satisfeita com o seu trabalho, pois consegue utilizar a sua habilidade de cozinhar da melhor maneira possível, tornando o alimento mais saboroso para as crianças e conseqüentemente recebendo mais elogios. Quanto mais felizes as crianças estiverem, mais elogios as merendeiras receberão e conseqüentemente as refeições produzidas se tornarão bem mais preparadas.

Dessa forma, a aplicação da sondagem permite uma construção mais orientada da proposta dos cursos de capacitação, fundamentada em premissas que descrevem maior eficácia para a formação, com estímulos para mudanças positivas de comportamento quando da realização prévia de levantamento de necessidades da população-alvo (LEITE et al, 2011).

3.3. Principais tristezas e dificuldades na realização do trabalho como merendeira:

Quando questionadas sobre quais as principais tristezas e dificuldades enfrentadas por elas no seu dia-a-dia na UEI, as merendeiras responderam, inicialmente, a de não serem reconhecidas pelo seu esforço, conviver com injustiças e falsidade no seu ambiente de trabalho.

A gente faz dá o melhor e não recebe um elogio...

Falsidade.

As injustiças... que aqui são dois turnos, tem o turno de manhã e o da tarde, ai umas trabalham demais e as outras de tarde não fazem nada.

A aplicação das BPMA exige, sobretudo, o fator humano, que é o manipulador de alimentos e quem prepara as refeições dentro dos requisitos exigidos pela legislação. É importante que esse manipulador trabalhe com prazer e se sinta valorizado pelo seu trabalho gerando assim um investimento na qualidade-sabor do alimento produzido por ele, já que cozinhar não é um ato mecânico e sim influenciado pelo fator subjetivo da gratificação.

Um das principais dificuldades apontadas foi a falta de recursos humanos, uma vez que a merendeira é sozinha para preparar as refeições e higienizar a cozinha.

Assim eu sou sozinha entendeu? Tem hora que eu falo até assim que tivesse uma pessoa pra me ajudar aqui que tem hora que eu me sinto sufocada que é muita coisa... assim devido a ser muita exigência elas cobram de nós porque higiene e tudo. Higiene no alimento, nos pratos, e geladeira, e freezer e dispensa tem que ficar tudo limpo, azulejo, piso, e então tudo isso só pra uma pessoa? A merenda tem que sair nas horas certas... aí tem dia aí que eu me sinto assim bem cansada...

Fato também observado em um estudo desenvolvido por Bertin *et al*, (2009) com 15 manipuladores de alimentos de um hospital escola da cidade São Paulo, onde todas as participantes alegaram cansaço. Algumas se sentiam cansadas fisicamente, enquanto outras diziam que se cansavam devido às cobranças, à desvalorização de seu trabalho e à tensão em que se veem envolvidas. Isto se deve a múltiplos fatores, como: esforço físico, ruídos excessivos, temperatura ambiente elevada, falta de materiais, além do acúmulo de jornadas de trabalho, necessário para a cobertura de folgas e férias e horas extras, o que agrava ainda mais a situação.

Com isso, a pressão e o desgaste físico decorrentes do desenvolvimento de atividades fazem com que as merendeiras desempenhem várias tarefas ao mesmo tempo, gerando, muitas vezes, ansiedade, insatisfação, desgaste e doenças (CARVALHO *et al*, 2008).

Essa sobrecarga de trabalho também foi referida no estudo de Souza *et al*, (2003) no qual as merendeiras, ao serem solicitadas a criar imagens relacionadas com a sobrecarga de trabalho, apresentaram ilustrações de robôs, mulheres carregando a escola nas costas e mulheres com vários braços fazendo “mil coisas”, em virtude das suas atribuições estarem relacionadas não só com o preparo de refeições, mas também com a limpeza do refeitório.

O cansaço é um dos fatores que dificulta a implantação das BPMA e a realização do trabalho das merendeiras de forma adequada não só pelo desgaste físico que a atividade proporciona já que é uma única merendeira para preparar dois lanches em um curto espaço de tempo, mas também pelas cobranças que elas sofrem dos seus superiores para cuidados com a higiene dos alimentos, arrumação e limpeza da cozinha, sendo muitas vezes necessária ajuda de outros profissionais, tais como, auxiliares de limpeza para realizar todas as atividades exigidas em tempo hábil, além do que o cansaço e a correria para a realização das atividades podem gerar erros no processo de preparo dos alimentos.

As entrevistadas relataram também que auxiliar a zeladora na higienização da unidade e a zeladora auxiliar nas funções da merendeira é uma dificuldade para a obtenção de alimentos com qualidade adequada.

É errado a pessoa que esta trabalhando com lixo, limpando o banheiro, ta todo o tempo com contato com poeira, com bactéria com tudo ta na cozinha, mas aqui eu não posso dizer vocês não vão entrar mais na minha cozinha que vocês estão contaminando a minha cozinha se eu fizer isso o lanche não sai de oito horas, o almoço não sai de dez horas e quer dizer eu não vou terminar o meu trabalho nem tão cedo vou sair de uma hora da tarde, uma e meia porque eu não vou dá conta.

Ter outros profissionais da unidade manipulando alimentos também foi observado em um estudo realizado por Carvalho *et al*, (2008) com as merendeiras da rede pública municipal de João Pessoa/PB onde o remanejamento da função de auxiliar de serviços gerais e de faxineira para a execução das ações de preparo e distribuição da alimentação ficou evidente nas falas.

Além disso, é preconizado pela Anvisa que só se deve manipular alimentos pessoas devidamente treinadas e capacitadas em BPMA. Fato que não ocorre quando as auxiliares de limpeza realizam as atividades da merendeira, pois são profissionais que não receberam treinamentos adequados para realizar tal função e que estão em contínuo contato com microrganismos que podem contaminar os alimentos gerando assim doenças.

Responderam também que as limitações para fazer o seu trabalho como ausência de itens alimentícios e de higiene, estrutura física inadequada das cozinhas, utensílios em mau estado de conservação e falta de água dificultam a realização de seu trabalho de maneira adequada dentro das normas exigidas pelas BPMA. Fato também observado por Leite *et al*, (2011) em uma pesquisa desenvolvida com merendeiras de 100 escolas da rede estadual de ensino de Salvador/BA, onde dentre os elementos apontados como dificultadores na produção da merenda estavam a falta de reposição de equipamentos (28,0%), de recursos humanos (25,3%) e de espaço físico adequado (16,0%).

Falta merenda boa assim, merenda de qualidade. Porque eu estou dizendo assim você chega ai falta uma verdura, falta uma carne, ai pra fazer uma merenda fica difícil. Mas muitas vezes a gente chega não tem verdura e não tem nem como fazer aquela comidinha gostosa, muitas vezes não tem, muitas vezes falta.

É as coisas que falta. É a gente ta precisando de copo novo e não tem, de colher nova, de prato, essas coisas assim que não tem, o sabão às vezes não tem ai eu trago da minha casa.

Precisa que aumente (a cozinha) mais uma coisinha pra colocar as coisas, por exemplo, coisa de limpeza né tem que a gente colocar pra outro local pra não chegar perto dos alimentos.

Aqui a gente sofre muito com falta d'água.

Como observado nas falas das merendeiras, uns dos fatores que dificulta a realização do trabalho das mesmas é a falta da água. A água em uma unidade de alimentação desempenha papel fundamental, sendo utilizada na formulação de produtos alimentícios, higienização de alimentos, instalações, utensílios, equipamentos, superfície de manipulação e manipulador, bem como na fabricação de gelo e vapor (PORTO et al, 2011). Sendo assim a água é essencial e sua ausência torna a produção de refeições e das práticas de higiene praticamente impossíveis.

Aliado a falta de água, outros fatores dificultadores para a produção de refeições escolares adequadas é a falta de gêneros alimentícios tanto em qualidade como em quantidade suficiente, ausência de utensílios e produtos de limpeza e as condições físico-estruturais das cozinhas, fatores que estão relacionados principalmente a problemas de gestão do poder público municipal que não oferece condições para que as merendeiras possam realizar o seu trabalho dentro dos quesitos mínimos exigidos pela legislação de segurança alimentar.

Quando perguntado como elas faziam para contornar essas dificuldades as merendeiras responderam que faz muito “jogo de cintura” para poder fazer o seu trabalho corretamente, muitas vezes trazem materiais de casa ou compram com dinheiro dos professores e diretores, quando faltam alimentos improvisam no cardápio e também trabalham baseado no coleguismo, ou seja, zeladores, professores e diretores ajudam na merenda para poder sair no horário correto.

Tudo que tem aqui é de doação. Assim coisas pequenas quero dizer assim a sorte é que a diretora se vira nos trinta pra não faltar nada até do bolso dela ela tirou. Ela é uma assim eu, por exemplo, se tiver precisando de alguma coisa eu trago minha, ela compra com o dinheiro dela. É às vezes a gente se reúne pronto ta faltando uma coisas, as professoras também ajudam assim.

Pra melhoria do meu trabalho olhe eu comprei touca, eu compro luvas. Por mim mesma, é tudo minha. É a creche não tem, mas eu compro.

Se hoje, por exemplo, tá é terminando né a merenda, chegar aqui aquela data não chegou, não chega hoje, pela manhã não tem mais a tarde tá chegando a gente ajeita qualquer coisa ali e dar certo.

Ai quer dizer que aqui a gente tem assim o trabalho na unidade é um trabalho assim de muito coleguismo, porque lá na cozinha está apenas eu como merendeira mas tem duas meninas lá que você pode ver que estão o tempo todo comigo...

Dessa forma, todos os fatores citados até aqui, dentro do contexto dificuldades, tais como, conviver com injustiças e falsidades, ausência de recursos humanos, de itens alimentícios e de higiene, estrutura física inadequada das cozinhas, utensílios em mau estado de conservação, falta de água, auxiliar a zeladora na higienização da unidade e a zeladora auxiliar nas funções da merendeira, geram uma situação de desestímulo para o manipulador de alimentos, pois não oferece condições adequadas para que ele possa realizar o seu trabalho de forma satisfatória. Muitas vezes é desejo do manipulador fazer uma comida saborosa, saudável e segura como observado pelo esforço que fazem através da improvisação do cardápio e de trazer materiais da própria casa ou tirarem dinheiro do próprio bolso para que as crianças não deixem de ter a merenda e que essa merenda saia dentro dos padrões mínimos de qualidade exigidos por elas, mas, muitas vezes, não dispõem de recursos para tal.

3.4. O que é uma alimentação saudável do ponto de vista das merendeiras:

Considerando que uma alimentação adequada é um importante componente de prevenção de doenças (SOBRAL e SANTOS, 2010), outro questionamento feito às merendeiras foi o que elas entendiam sobre alimentação saudável.

As merendeiras responderam que alimentação saudável seria aquela além de conter todos os nutrientes necessários (através do consumo de frutas, verduras, leite, feijão) para um bom crescimento e desenvolvimento, ser bem higienizada e preparada livre de contaminantes.

Uma alimentação saudável pra mim é rica em tudo, proteína, carboidratos, fibras, vitaminas, sais minerais, que tenha de tudo um pouco.

Alimentação adequada né. Começando pela higiene... pelo preparo do alimento...

Eu acho que uma comida nova, bem lavada, bem preparada, bem cozida, se for fruta bem lavada... tem que ser aquelas verduras se for pra descascar bem descascada, bem lavada, bem cozida, tampado, tudo direitinho, sem queimar, uma coisa saudável.

Como observado pela análise das falas das entrevistadas, as merendeiras entendem o significado de uma alimentação saudável relacionando-a a um alimento de qualidade não só do ponto de vista nutricional como também do ponto de vista sanitário. É importante que a merenda oferecida nas escolas seja composta de alimentos ricos em nutrientes, seguindo o cardápio preparado por um nutricionista, que os alimentos que cheguem à UEI sejam livres de contaminações e sinais de alterações e decomposição e que no momento do preparo sejam seguidas todas as regras para evitar que aquele alimento se contamine e gere doenças, sendo importante que as merendeiras conheçam e apliquem essas medidas para a obtenção de uma merenda escolar segura. Conhecer o significado de alimentação saudável é importante para os manipuladores de alimentos desenvolverem técnicas para obterem alimentos seguros, principalmente se tratando da faixa etária que é atendida pelas UEI.

3.5. Para as merendeiras quais os principais sintomas das DTA e como prevenir essas doenças:

Cabe definir que, de acordo com Brasil, (2012) os sintomas mais comuns para as DTA são falta de apetite, náuseas, vômitos, diarreia, dores abdominais e febre (dependendo do agente etiológico). E como pode-se observar nas citações abaixo, todas as merendeiras reconhecem esses sintomas e disseram saber identificar uma criança doente devido a ingestão de alimentos contaminados, apresentando principalmente problemas gastrointestinais.

Diarreia, febre, dores de cabeça, dor abdominal.

Olhe o mais comum é infecção intestinal, é a disenteria, o vômito. Agora se for tipo assim uma hepatite que é uma doença que pode ser transmitida através da água principalmente a hepatite A que até eu também corro o risco porque eu manipulo talheres, manipulo copos, manipulo louças essas coisas. Então fica mais complicado eu identificar.

Reconhecer os principais sintomas das doenças que possam ser transmitidas por alimentos e saber como evitá-las é fator essencial para qualquer manipulador de

alimentos, principalmente para aqueles que trabalham com alimentação escolar destinada ao público infantil que faz parte dos grupos mais susceptíveis a essas doenças.

Em relação as medidas de prevenção das DTA, elas responderam que seria importante a higiene dos alimentos, do ambiente onde se preparam as refeições, dos utensílios e das mãos, observar o prazo de validade, preparo e armazenamento adequado dos alimentos:

A gente manipulando direitinho entendeu, com o maior cuidado, lavar as mãos, a gente manter a cozinha sempre higienizada, a gente tentar lavar sempre frutas e verduras, e tentar higienizar da melhor forma possível, evitar moscas, evitar baratas, evitar até formigas, que formiga também ela é pequeninha mas ela é perigosa.

A alface tem que ser bem lavada, você tem que colocar numa água com um pinguinto de água sanitária, porque a alface ela é a verdura mais fácil de ser contaminada.

O alimento estragado já tá dizendo a gente não usa, joga fora, porque dá problema no intestino. A gente observa os vencimentos dos alimentos. A conservação dos pães tem que ser em um lugar arejado, seco...

A gente tem que ter cuidado né na higiene porque se a gente for dar uma comida por exemplo uma carne que não seja bem cozida né que ela esteja crua eles tem maior probabilidade de transmitir doenças.

Ter cuidados com as panelas, limpar as panelas, quando colocar no fogo nunca deixar destampada, não colocar colher suja essas coisas. A comida preparada não deve ser jogada de novo congelador, geladeira ou freezer, com deposito aberto, essas coisas. Tem que ser tudo tampado.

Pelo menos eu tenho o maior cuidado, olha a validade, não dou comer vencido a eles.

Medidas de controle estão relacionadas principalmente com os cuidados na higiene durante a manipulação dos alimentos, desde a matéria-prima até o produto final e devem ser adotados na produção da merenda escolar oferecida nas UEI, já que dentre os principais locais de ocorrência associados a surtos de DTA no Brasil de 2000 a 2011, estão as UEI/escolas com 657 notificações ocupando o 3º lugar no ranking nacional (BRASIL, 2012).

3.6. O que as merendeiras entendem por BPMA e como adquiriram esse conhecimento:

As BPMA são um conjunto de princípios, regras e procedimentos que regem o correto manuseio dos alimentos, abrangendo desde as matérias-primas até o produto final. São normas de procedimentos para atingir um determinado padrão de identidade e qualidade de um produto e/ou um serviço na área de alimentos (STEFANELLO et al, 2009).

A maioria das merendeiras não conhecia o termo BPMA, e após explicado, pela executora do projeto o que seriam as boas práticas, a maioria relacionou ao descongelamento dos alimentos, conservação, ao tempo de preparo até o consumo, armazenamento adequado dos alimentos, higienização correta dos mesmo e do ambiente onde se manipula esses alimentos e a higiene pessoal (uso de toucas, luvas, máscaras, uniforme, lavagem correta das mãos).

É lavar bem os alimentos, cozinhar, armazenar, a questão de descongelar o alimento, não deixar ele exposto, por exemplo, tirar do freezer não deixar ele exposto em cima da mesa, é mais certo tirar do freezer e colocar na geladeira...

Ensina como a pessoa se vestir, pra pegar numa verdura tem que lavar a mãos, a importância de você tá com a mão suja e tá pegando no alimento, principalmente gente na cozinha que eles não querem... sem a touca pois isso ai eles não querem não.

Quando for cortar uma verdura lavar bem a verdura, quando for usar uma fruta lavar bem lavadinha, como guardar (os alimentos) quando chegar, tem que tirar dos sacos, lavar para botar na geladeira pra ficar limpo e não entrar bactérias essas coisas assim. É lavar as mãos com detergente toda vida que for pegar em uma alimentação. Se for verdura crua dentro da água com água sanitária, 1L de água e um colher de sopa de sanitária deixar mais ou menos 10 -15 minutos pra matar alguma bactéria... a cozinha tem que ser forrada, as janelas tem que ter tela. Eu não pinto nem minhas unhas só faço fazer e nem pintar eu pinto pra entrar comida, não entrar a sujeira, não sair o esmalte pra dentro da comida dos meninos.

Eu chego às 12:00, ai vou ao banheiro, troco de roupa, boto a touca, uniforme normal. Ai toda vida quando chego faço isso.

Além disso, observou-se que a maioria delas adquiriu esses conhecimentos por meio de cursos de capacitação oferecidos pela prefeitura municipal.

Ah sim, diante dos cursos que eu já fiz, eu digo que algum conhecimento eu tenho.

As merendeiras percebem as BPMA como um conjunto de ações relacionadas principalmente aos cuidados com a higiene dos alimentos, da cozinha e das mãos dos manipuladores de alimentos, bem como aos cuidados no armazenamento e conservação dos produtos alimentícios e relacionam essas ações aos cuidados para prevenir as DTA, como observado no tópico anterior.

Fato também observado por Stefanello *et al.*, (2009) em um estudo desenvolvido com 12 cozinheiras e auxiliares de cozinha de uma Unidade de Alimentação e Nutrição no Rio Grande do Sul, onde identificou-se que as participantes entendem, tem o domínio e sabem os procedimentos corretos na manipulação e preparação dos alimentos e como utilizá-los para a garantia de um alimento seguro.

Considerando que a função de merendeira requer treinamento específico e continuado em virtude da responsabilidade de lidar com a alimentação de crianças no âmbito escolar, que é um espaço privilegiado de atividades pedagógicas (CARVALHO *et al.*, 2008), procurou-se entender o processo de capacitação das merendeiras e de que forma este era percebido por estas profissionais. As discussões revelaram a presença de atividades de capacitação desenvolvidas pela prefeitura embora ocorram de forma esporádica, apontaram também desigualdades na frequência com que esses acontecem entre as merendeiras, devido principalmente à rotatividade dessa função.

Durante a entrevista somente uma merendeira respondeu que ainda não havia tido nenhum curso de capacitação e ela estava a menos de um ano na UEI, o restante todas passaram por treinamentos, porém de forma esporádica. Relataram inclusive que gostam muito dos cursos e aprendem bastante.

Fala muito de higiene, conservação de alimentos, armazenamento de alimentos, como armazenar os alimentos.

Eles abordam a questão da prática da alimentação em si, o que a criança esta aceitando o que não tá aceitando, do que é saudável e do que não é saudável, a questão da higiene, a questão que eles abordam muito batem muito em cima o principal a questão da higiene, de como é que a gente tá manipulando, sempre usar luvas, sempre usar touca.

Sempre o que eles repassam ter cuidado em tábua de carne que a gente vai cortar, em colher que a gente vai mexer a comida pra não deixar exposta pras moscas ta pousando.

Os cursos que tem lá no de capacitação ele abrange varias coisas né só na manipulação de alimentos e também como com as pessoas se relacionar dentro do seu ambiente de trabalho e até a alta estima. É

muito importante esses cursos que a gente assiste pra mim que eu vou assistir eu gosto e acho que é muito importante que eles passam pra gente, incentivando que tenha cuidado com essas coisas.

Eu acho que esse último curso que eu fiz foi muito proveitoso, eu aprendi muito.

Eu acho bom demais sabe quando eu vou pro curso que eles ensinam como a pessoa faz como num faz sabe.

Como exigência estabelecida pela Anvisa, os cursos de formação para manipuladores de alimentos devem abordar temas como a higiene pessoal, a manipulação higiênica dos alimentos e as DTA. À educação alimentar e nutricional está sendo atribuída a condição de contribuir para a redução da incidência e prevalência de doenças, sendo a escola considerada um espaço particularmente favorável para a promoção da alimentação saudável (SOBRAL e SANTOS, 2010).

Embora os cursos de capacitação oferecidos às merendeiras das UEI ocorram de forma esporádica, como observado eles abordam os principais assuntos exigidos pela legislação que são a higiene, comportamento pessoal e manipulação higiênica dos alimentos. A participação das merendeiras em cursos e capacitações é um fator de estímulo para as mesmas, pois se sentem motivadas e valorizadas profissionalmente, é uma oportunidade de adquirir novos conhecimentos e reciclar os antigos. Como abordado nos tópicos anteriores, profissionais motivados realizam melhor o seu trabalho.

4. Considerações finais:

Os resultados obtidos permitiram concluir que a maioria das merendeiras entrevistadas apresenta o devido conhecimento do que seriam as BPMA e percebe essas práticas como forma de fornecer as crianças alimentos inócuos, garantindo a segurança alimentar e a integridade dos mesmos. Apesar de que muitas vezes elas não relacionem essas medidas ao termo “Boas Práticas de Manipulação de Alimentos”.

Soma-se a isso que, todas as manipuladoras relataram gostar de seu trabalho, manifestando o desejo de permanecerem nele, apesar dos problemas, como: sobrecarga de trabalho que gera cansaço, falta de equipamentos e material de consumo, área física - ambiência e instalações deficientes, gêneros alimentícios de baixa qualidade e fornecidos em quantidades insuficientes. Não recebendo incentivos para que as BPMA

sejam adotadas no seu dia-a-dia de trabalho, fato que as impede de cumprir a legislação adequadamente.

Por consequência, percebe-se que há necessidade de mudanças na organização do trabalho, a fim de reduzir os fatores que ocasionam cansaço, descontentamentos e desânimo nas merendeiras. Fatores esses ligados principalmente a problemas de gestão encontrados no poder público municipal, que não oferece subsídios para a implantação da legislação em segurança alimentar.

Outro ponto observado é a qualidade dos programas de capacitação oferecidos que, apesar de englobar os principais pontos exigidos pela Anvisa, ainda não incluem outros componentes da comunidade escolar como, diretores, professores, gestores municipais e auxiliares de serviços gerais. Pois, é necessário que todos entendam as BPMA e auxiliem a merendeira na realização dessas atividades contribuindo na produção de uma merenda escolar de qualidade. Ademais, o conteúdo oferecido deve ser sempre reciclado e adequado a realidade local.

E por fim, mas não menos importante, é necessário levar em conta o elemento humano, tornando-se importante saber como o trabalhador percebe e age frente ao seu trabalho. E, mais do que isso, saber que mesmo corrigindo todas as arestas que distanciam a merendeira de um trabalho tido como “ideal”, ou seja, corrigindo todos os problemas físico-estruturais, de gestão e de recursos humanos citados, ainda assim é possível ver limitações ou dificuldades. Pois, além do profissional existe o “ser humano” e como tal este passa por problemas e descontentamentos que vão além dos muros do seu trabalho, mas que podem ser atrapalhar perfeitamente o desenvolvimento de suas funções no mesmo.

5. Referências bibliográficas:

Amson GV, Haracemiv SMC, Masson ML. Levantamento de dados epidemiológicos relativos à ocorrência/ surtos de doenças transmitidas por alimentos (DTA) no estado do Paraná – Brasil, no período de 1978 a 2000. *Ciênc agrotec (Impr.)*. 2006; 30(6): 1139-1145.

Antunes MML, Sichieri R, Salles-costa R. Consumo alimentar de crianças menores de três anos residentes em área de alta prevalência de insegurança alimentar domiciliar. *Cad Saúde Pública*. 2010; 26(8): 1642-1650.

Bertin CHFP, Moraes TB, Sigulem DM, Rezende MA. O trabalho sob a ótica das manipuladoras de alimentos de uma unidade hospitalar. *Rev Nutr*. 2009; 22(5): 643-652.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC nº 12, de 02 de janeiro de 2001. Aprova o **Regulamento Técnico sobre os Padrões Microbiológicos para alimentos**. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/12_01rdc.htm>. Acesso em: 03 de junho de 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças transmitidas por alimentos**. Disponível em: <[http://www_Saude_gov_br-Glossário- Doença Transmitida por Alimentos.mht](http://www.Saude.gov.br-Glossário- Doença Transmitida por Alimentos.mht)>. Acesso em: 23 de junho de 2012.

BRASILa. Ministério da Saúde. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução FNDE /CD Nº038, de 23 de agosto de 2004. Aprova o **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/legislação/pnae/html>>. Acesso em 03 de junho de 2011.

BRASILb. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **O Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação**, aprovado pela [Resolução - RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004](#). Disponível em: <http://www.abima.com.br/dload/13_20_resol_216_04_leg_alim_nac.pdf>. Acesso em: 03 de junho de 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Doenças Infecciosas e Parasitárias: guia de Bolso**. 2005, 320p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância epidemiológica das doenças transmitidas por alimentos no Brasil**. 2007. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/apresentacao_dta.pdf>. Acessado em: 05 de janeiro de 2011.

Capuano DM, Lazzarini MPT, Júnior EG, Takayanagui, OM. Enteroparasitoses em manipuladores de alimentos do município de Ribeirão Preto - SP, Brasil, 2000. *Rev Bras Epidemiol*. 2008; 11(4): 687 – 695.

Carvalho AT, Muniz VM, Gomes JF, Samico I. Programa de alimentação escolar no município de João Pessoa – PB, Brasil: as merendeiras em foco. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. 2008, 12(27): 823-34.

Flávio EF, Barcelos MFP, Lima AL. Avaliação química e aceitação da merenda escolar de uma escola estadual de Lavras–MG. *Ciênc agrotec (Impr.)*. 2004; 28(4): 840-7.

Gabriel GC, Santos MV, Vasconcelos FAG, Milanez GHG, Hulse SB. Cantinas escolares de Florianópolis: existência e produtos comercializados após a instituição da lei de regulamentação. *Rev nutri*. 2010; 23(2): 191-9.

Gonçalves ALR, Belizário TL, Pimentel JB, Penatti MPA, Pedroso RS. Prevalence of intestinal parasites in preschool children in the region of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil. *Rev Soc Bras Med Trop*. 2011; 44(2): 191-193.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>>. Acesso em: 12 de maio de 2011.

Leite CL, Cardoso RCV, Góes JAW, Figueiredo KVNA, Silva EO, Bezerril MM, et al. Formação para merendeiras: uma proposta metodológica aplicada em escolas estaduais atendidas pelo programa nacional de alimentação escolar, em Salvador, Bahia. *Rev Nutri*. 2011, 24(2): 275-285.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. Gerência Executiva de Educação do Município. Disponível: <<http://www.prefeiturademossoro.com.br/secretarias>>. Acesso em: 12 de agosto de 2012.

Sobral NAT e Santos SMC. Proposta metodológica para avaliação de formação em alimentação saudável. *Rev Nutr*. 2010; 23(3): 399-415.

Souza KR, Rozemberg B, Santos AK, Yasuda N, Sharapin M. O desenvolvimento compartilhado de impressos como estratégia de educação em saúde junto a trabalhadores de escolas da rede pública do estado do Rio de Janeiro. *Cad Saúde Pública*. 2003; 19(2): 495-504.

Stefanello CL, Linn DS, Mesquita MO. Percepção sobre boas práticas por cozinheiras e auxiliares de cozinha de uma UAN do noroeste do Rio Grande do Sul. *Vivências*. 2009; 5(8): 93-8.

Tavolaro P, Oliveira CAF, Lefevre F. Avaliação do conhecimento em práticas de higiene: uma abordagem qualitativa. *Interface comun saúde educ*. 2006; 10(19): 243 – 254.

Porto MAL, Oliveira AM, Fai AEC, Stamford TLM. Coliformes em água de abastecimento de lojas fast-food da Região Metropolitana de Recife (PE, Brasil). *Ciênc Saúde Coletiva*. 2011; 16(5): 2653-2658.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES
Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

POLÍTICAS PÚBLICAS EA OBESIDADE NA ADOLESCÊNCIA

Gilcéia Luciane Dallagassa Eickhoff

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG - PR.
E-mail: gilceiactba@yahoo.com.br

Márcia Helena Baldani Pinto

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG
- PR. E-mail: mbaldani@uepg.br

Solange de Moraes Barros

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG
- PR. E-mail: solangebarros@brturbo.com.br

Constantino Oliveira Júnior

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG -
PR. E-mail: constantino@uepg.br

RESUMO

O Brasil está vivenciando um cenário de transição nutricional, implicando a reformulação de ações, visando não somente o combate à desnutrição, mas, também, ao sobrepeso e à obesidade, que acometem de forma consistente todas as faixas etárias, inclusive os adolescentes. O objetivo deste trabalho é apresentar a trajetória das políticas públicas relacionadas à alimentação e nutrição, particularmente no que se refere à adolescência, analisando as estratégias para uma alimentação saudável que vem sendo implementadas no âmbito das três esferas do poder público: federal, estadual e municipal. Nas esferas estadual e municipal, foram considerados, respectivamente, o estado do Paraná e o município de Ponta Grossa.

Palavras-chave: Políticas públicas; Saúde do adolescente; Obesidade.

ABSTRACT

Brazil is facing a nutritional transition scenario, leading to the reformulation of the actions, aiming not only to face malnutrition, but also overweight and obesity, which affect all age groups in a consistent manner, including the adolescents. The aim of this paper is to present the trajectory of public feeding and nutrition policies, particularly those related to adolescence, analyzing the strategies for healthy feeding that are being held in the three

spheres of the government: federal, state and municipal. In state and municipal spheres we considered, respectively, the state of Paraná and the municipality of Ponta Grossa.

Keywords: Public policies; Adolescent health; Obesity.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, a Saúde Pública tem se ocupado em compreender as condições sociais e ambientais e sua atuação sobre o processo saúde-doença, buscando intervir adequadamente sobre elas. Mudanças no hábito de vida das pessoas, como consequência dos processos de urbanização e industrialização, são apontadas como determinantes sociais que agem diretamente sobre as condições de saúde das populações. Os indivíduos estão inseridos em um contexto histórico-social, e as interações com o meio definem suas condições sociais. (SOBRAL; FREITAS, 2010, p. 37).

O estado nutricional de uma população, de acordo com Leal e Bittencourt (1997, p. 552), é um indicador positivo de saúde, ao contrário da maioria dos indicadores clássicos de morbidade e mortalidade, que medem a ausência de saúde.

Mudanças nos hábitos de vida podem refletir no estado nutricional da população. A adolescência, em particular, é uma faixa vulnerável da sociedade no que diz respeito à adoção de hábitos e à recepção de informações.

A preocupação com a população jovem vem mudando nas últimas décadas. Tal fato torna-se visível com a adoção do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que tem como base a Convenção internacional dos Direitos da Criança, além do envolvimento de diferentes setores da sociedade. (BRASIL, 2012c). O Estatuto da Criança e do Adolescente normatiza o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, atribuindo ao Estado, à família e à sociedade a responsabilidade por prover as condições básicas para o desenvolvimento do grupo em questão, buscando fugir de práticas paliativas como o assistencialismo. (BRASIL, 2006).

Dentro deste contexto, o presente trabalho tem por objetivo apresentar a trajetória das políticas públicas relacionadas à alimentação e nutrição no Brasil, particularmente no que se refere à adolescência, destacando as estratégias para uma alimentação saudável implementadas no âmbito das três esferas do poder público: federal, estadual e municipal. Para efetivação da apresentação de um conteúdo que minimamente dê conta destes objetivos, propõe-se um estudo exploratório, de cunho qualitativo, centrando numa revisão bibliográfica.

A primeira parte tem por objetivo apresentar dados epidemiológicos sobre o estado nutricional e condições de saúde da população, delimitando temporalmente nos últimos 40 anos. Num segundo momento, procura-se levantar alguns estudos sobre a prevalência de obesidade em adolescentes. Num terceiro momento, ocorre a preocupação em apresentar os fatores que contribuem para o sobrepeso e a obesidade. E como último objetivo, busca-se verificar as estratégias sobre a alimentação e nutrição realizadas nas três esferas do poder público. Nessa etapa, serão considerados o estado do Paraná e o município de Ponta Grossa como unidades de análise.

ESTADO NUTRICIONAL E AS CONDIÇÕES DE SAÚDE

Em uma população, vários fatores podem contribuir para o desenvolvimento do sobrepeso/obesidade e o conseqüente surgimento de doenças crônicas não transmissíveis que caracterizam a síndrome plurimetabólica (alteração nos níveis dos lipídeos, hipertensão arterial e diabetes). Estudos realizados em muitos países e inclusive no Brasil sugerem que exposições nutricionais, ambientais e padrões de crescimento durante a vida intra-uterina e nos primeiros anos de vida podem ter efeitos importantes sobre as condições de saúde do adulto (COUTINHO; GENTIL; TORAL, 2008). O retardo de crescimento intra-uterino e o ganho de peso excessivo nos primeiros anos de vida têm sido associados, em muitas pesquisas, com o risco aumentado para obesidade, hipertensão, síndrome metabólica, resistência insulínica e morbimortalidade cardiovascular na vida adulta, entre outros desfechos desfavoráveis. Afirmam Coutinho, Gentil e Toral (2008, p. 335):

Estratégias clássicas de saúde pública, como o pré-natal para as gestantes, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, fomento do aleitamento materno exclusivo até o sexto mês, complementar até o segundo ano de vida, e ainda uma alimentação complementar adequada, devem ser priorizadas e fortalecidas em âmbito local de atenção à saúde.

Torna-se cada vez mais evidente que, para a melhoria do estado nutricional de uma população, não basta apenas ter acesso facilitado aos serviços de saúde ou aumento da renda familiar; é necessário proporcionar meios que facilitem a educação nutricional nos vários segmentos da sociedade, tornando os indivíduos mais conscientes para a escolha dos alimentos. Com a melhora da renda e do acesso à saúde, era de se esperar que a deficiência de micronutrientes fosse reduzida na população brasileira. No entanto observa-se, atualmente, o ressurgimento de deficiências como o Beribéri – em alguns estados brasileiros –, o excessivo

consumo de sal de cozinha, acarretando absorção exagerada de iodo pela população adulta e a hipovitaminose A. (BRASIL,2012b).

Por outro lado, entre 1970 e 2008, o Brasil deixou de ser um país com altas taxas de desnutrição para transformar-se num país com metade de sua população com excesso de peso, caracterizando uma peculiar e rápida transição nutricional.

De acordo com Batista Filho e Rissin (2003, p.184)

[...] ao mesmo tempo em que declina a ocorrência da desnutrição em crianças e adultos num ritmo bem acelerado, aumenta a prevalência de sobrepeso e obesidade na população brasileira. A projeção dos resultados de estudos efetuados nas últimas três décadas é indicativa de um comportamento claramente epidêmico do problema. Estabelece-se, dessa forma, um antagonismo de tendências temporais entre desnutrição e obesidade, definindo uma das características marcantes.

A adoção de políticas econômicas e sociais inclusivas, particularmente na década de 2000, contribuiu com avanços significativos na redução das desigualdades internas no Brasil. De 1989 a 2006, o país alcançou as metas de redução da desnutrição estabelecidas no primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio: “prevalência de crianças (menores de cinco anos) abaixo do peso”. A prevalência caiu de 7,1% para 1,7% e o déficit de altura caiu de 19,6% para 6,7%. Por outro lado, simultaneamente, vem ocorrendo no Brasil, a exemplo de vários países no mundo, aumento expressivo do sobrepeso e da obesidade. (BRASIL, 2012c).

O Brasil atingiu uma grande meta: a redução da desnutrição infantil. No entanto, surgiu outro problema também relacionado à alimentação: o sobrepeso e a obesidade, e que tem como consequência o aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis. O grande desafio atual é entender e combater os fatores que contribuem para o seu desencadeamento.

PREVALÊNCIA DE OBESIDADE EM ADOLESCENTES

O estudo da relação do desenvolvimento de doenças crônicas com fatores que contribuem para o aumento do peso torna-se cada vez mais importante para nortear políticas públicas. De acordo com Oliveira et al (2004, p. 238)

[...] estudos epidemiológicos vêm mostrando uma associação do crescimento expressivo na incidência de doenças crônicas, como o diabetes melito tipo 2 e as doenças coronarianas, com a diminuição do tempo de vida livre de doenças, à medida que ocorre um aumento do IMC da população. A presença de alterações metabólicas (resistência à insulina, dislipidemia, hipertensão, alterações trombogênicas, hiperuricemia) na infância e adolescência pode contribuir para o desenvolvimento deste processo.

Must et al (apud OLIVEIRA et al, 2004) analisaram adolescentes do estudo de *Harvard Growth*, que foram acompanhados ao longo da vida, e verificaram que 52% dos indivíduos que apresentavam excesso de peso quando adolescentes permaneceram neste estado nutricional 55 anos após e o risco relativo para todas as causas de doenças coronarianas foi aproximadamente duas vezes maior nestes indivíduos. Este estudo demonstrou a necessidade da implementação de medidas intervencionistas e de prevenção no combate a este distúrbio nutricional em indivíduos mais jovens. Dentre os principais componentes de políticas para uma vida saudável em adolescentes, Oliveira et al (2004) destacam a promoção do aumento da atividade física.

Estudos realizados com adolescentes brasileiros têm demonstrado a prevalência de sobrepeso e obesidade neste grupo populacional. Terres et al (apud ENES; SLATER, 2010), em um estudo transversal de base populacional realizado no município de Pelotas-RS, encontraram prevalência de 20,9% para sobrepeso e 5,0% para obesidade entre adolescentes de 15 a 18 anos.

Radominski (2010) estudou dados da Pesquisa sobre Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009, realizada em parceria entre o IBGE e o Ministério da Saúde, e mostrou que 50% dos homens e 48% das mulheres se encontravam com excesso de peso, sendo que 12,5% dos homens e 16,9% das mulheres apresentavam obesidade. Comparando os resultados com os dados de 1974-75, a autora identificou que, na faixa etária entre 10 a 19 anos, o excesso de peso aumentou de 3,7% para 21,7% nos meninos e de 7,6% para 19% nas meninas, oscilando entre 16% e 18% no Norte e no Nordeste e entre 20 e 27% no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste. Foram considerados obesos 6% dos meninos e 4% das meninas. O aumento na prevalência de sobrepeso e obesidade foi maior na zona urbana do que na zona rural, em quase todas as regiões do país, e foi maior nas famílias com maior renda.

O excesso de peso – que compreende o sobrepeso e a obesidade - é considerado atualmente um dos maiores problemas de saúde pública, afetando todas as faixas etárias. Nos adolescentes, após quatro décadas de aumento gradual nas prevalências, em torno de 20% apresentaram excesso de peso (com pequena diferença entre os sexos) e quase 6% dos adolescentes do sexo masculino e 4% do sexo feminino foram classificados como obesos. A renda média da população brasileira apresentou um incremento nas últimas décadas e as doenças crônicas, com foco para obesidade, passaram a apresentar taxas semelhantes entre os grupos. O Estudo de Carga Global de Doenças no Brasil revela que 58% dos anos de vida perdidos precocemente se devem às doenças crônicas não transmissíveis. (BRASIL, 2012).

Os resultados de pesquisas realizadas a respeito da obesidade na adolescência refletem um problema de saúde com grande impacto na sociedade e que sugerem

investimentos na promoção da saúde, principalmente na área da educação nutricional, incluindo esclarecimentos a gestores que atuam na elaboração e aplicação das normas que regulamentam a liberação e a propaganda de determinados produtos alimentícios que são considerados maléficos à saúde.

FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O SOBREPESO E A OBESIDADE

Com o advento da hiperindustrialização, fica cada vez mais difícil evitar que os diversos segmentos da sociedade, principalmente crianças e adolescentes, tenham acesso a alimentos com baixo valor nutricional. Produtos genéricos acabam entrando no mercado com custo reduzido, facilitando a aquisição e impedindo, de certa forma, que hábitos alimentares saudáveis perdurem dentro das famílias e nas instituições formais de ensino.

Além da facilidade em adquirir produtos não nutritivos, a sociedade atual incorpora hábitos pouco saudáveis no seu dia-a-dia, como, por exemplo, o sedentarismo, provocado não só pela forte presença de computadores e jogos eletrônicos na rotina diária de crianças e adolescentes, mas também pela redução do espaço físico para a realização de brincadeiras e atividades desportivas que são consideradas como muito importantes para manutenção da saúde física e mental dos adolescentes. O desequilíbrio provocado pela alta ingestão alimentar e o baixo gasto energético dos adolescentes, vividos em um contexto atual, sugere a necessidade de políticas públicas que englobem a implantação de projetos com estruturas específicas na área de educação física, e que permitam, de forma gratuita, inserir os jovens em atividades esportivas, além das previstas do período escolar.

Segundo Wanderley e Ferreira (2010)

[...] existe um consenso de que a etiologia da obesidade é bastante complexa, apresentando um caráter multifatorial. Envolve, portanto, uma gama de fatores, incluindo os históricos, ecológicos, políticos, socioeconômicos, psicossociais, biológicos e culturais. Ainda assim, nota-se que, em geral, os fatores mais estudados da obesidade são os biológicos relacionados ao estilo de vida, especialmente no que diz respeito ao binômio dieta/atividade física.

Sabe-se que a obesidade ocorre nas diferentes faixas econômicas. No entanto pesquisas indicam que, atualmente, o baixo nível socioeconômico tem relação com a obesidade. A ocupação, a renda e a educação resultam em hábitos de vida peculiares,

acarretando, por vezes, excessiva ingestão calórica e/ou baixo gasto energético dos indivíduos.

Segundo Kac e Velasquez-Melendez(2003)

é incontestável que o Brasil e diversos países da América Latina estão experimentando nos últimos vinte anos uma rápida transição demográfica, epidemiológica e nutricional. As características e os estágios de desenvolvimento da transição diferem para os vários países da América Latina. No entanto, um ponto chama a atenção, o marcante aumento na prevalência de obesidade nos diversos subgrupos populacionais para quase todos os países latino-americanos. Dentro desse contexto, a obesidade se consolidou como agravo nutricional associado a uma alta incidência de doenças cardiovasculares, câncer e diabetes, influenciando desta maneira, no perfil de morbimortalidade das populações.

Nesse sentido, os adolescentes encontram-se vulneráveis a práticas alimentares incorretas, devido ao bombardeio de ofertas de alimentos industrializados e com ótimo sabor. Esses alimentos são mais refinados, pobres em fibras, apresentam alto teor de sódio e grande quantidade de aditivos químicos. Além disso, são visualizados quase que todos os dias principalmente nas propagandas de televisão. De acordo com Almeida, Nascimento e Quaioti (2002), uma exposição de apenas 30 segundos a comerciais de alimentos é capaz de influenciar a escolha por determinado produto, o que mostra que o papel da TV no estabelecimento de hábitos alimentares deve ser investigado. Diante da TV, uma criança pode aprender concepções incorretas sobre o que é um alimento saudável, uma vez que a maioria dos alimentos veiculados possui elevados teores de gorduras, óleos, açúcares e sal.

Os chamados “*fast foods*”, incorporados às refeições de muitos adolescentes, tornam-se outro agravante. Nesse contexto, fica evidente o poder de persuasão da mídia nos mais diversos meios de comunicação, produzindo propagandas que induzem o consumidor a pensar que tais alimentos não são prejudiciais à saúde. Há estudos que relacionam o tempo gasto assistindo televisão e a prevalência de obesidade. Grazini e Amâncio (apud MELLO; LUFT; MEYER, 2004, p. 177) analisaram o teor das propagandas veiculadas em horários de programas para adolescentes, verificando que a maioria delas (53%) era de lanches e refrigerantes.

A hiperindustrialização, a facilidade em adquirir alimentos não nutritivos, o elevado consumo de *fast foods*, o sedentarismo, a ocupação, a renda, a educação e a influência da mídia são alguns dos fatores estudados na prevalência do sobrepeso e da obesidade.

PROTEÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE – ESFERA NACIONAL

A obesidade é um problema de saúde pública que acarreta o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis e que vem sendo discutido e estudado em âmbito internacional e nacional. Para o seu controle é imprescindível esforços nas diversas esferas administrativas com a implementação de políticas públicas que propiciem o acesso a um estilo de vida saudável.

Uma importante política de proteção social que atende ao adolescente é o Bolsa Família, programa que atende à população de forma a repassar benefícios financeiros, tendo como base o perfil da família. Esse programa foi instituído pela Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004 onde a Portaria Interministerial n. 2.509, de 18 de novembro de 2004, dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de saúde relativas ao cumprimento das condicionalidades das famílias beneficiadas. Nesse programa o Governo Federal transfere renda direto para as famílias, sendo o saque feito mensalmente, além de promover o acesso à saúde, educação e assistência social. (BRASIL, 2010).

No âmbito do Sistema Único de Saúde, os municípios e os estados, por meio do Pacto pela Vida, ficaram incumbidos de controlar as ações de nutrição na atenção básica. E coube ao Governo Federal a elaboração da Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN, por meio do Ministério da Saúde, (BRASIL, 2010).

O padrão de consumo varia de acordo com os grupos etários. Entre os mais novos, é maior o consumo de alimentos ultra-processados, que tendem a diminuir com o aumento da idade, enquanto o inverso é observado entre as frutas e hortaliças. Os adolescentes são o grupo com pior perfil da dieta, com as menores frequências de consumo de feijão, saladas e verduras em geral, apontando para um prognóstico de aumento do excesso de peso e doenças crônicas. O elenco de estratégias na saúde direcionadas à Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) envolve a educação alimentar e nutricional que se soma às estratégias de regulação de alimentos - envolvendo rotulagem e informação, publicidade e melhoria do perfil nutricional dos alimentos - e ao incentivo à criação de ambientes institucionais promotores Política Nacional de Alimentação e Nutrição de alimentação adequada e saudável, incidindo sobre a oferta de alimentos saudáveis nas escolas e nos ambientes de trabalho. A oferta de alimentos saudáveis também deve ser estimulada entre pequenos comércios de alimentos e refeições da chamada “comida de rua”. (BRASIL, 2012).

De acordo com Coutinho, Gentil e Toral (2008, p.335) “[...] no Brasil, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), criada em 1999, explicitou o papel do setor saúde para a agenda única de nutrição, considerando como pressupostos o direito humano à alimentação adequada e à segurança alimentar e nutricional”. Para os autores, das sete

diretrizes propostas, três merecem destaque: (1) o monitoramento da situação alimentar e nutricional da população brasileira; (2) a prevenção e controle das carências nutricionais e das doenças associadas à alimentação e à nutrição e (3) a promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis. Contam os autores que:

a criação da PNAN pautou-se na necessidade de recolocar a nutrição no cenário político, estruturar as ações de alimentação e nutrição no setor saúde e fomentar uma rede de apoio institucional nos estados e municípios brasileiros e, ainda, com a sociedade civil organizada e a academia. Além disso, veio fortalecer o setor numa perspectiva intersetorial, apontando sua interface direta com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), discutido desde 2006, com a publicação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que se fundamenta mediante a articulação de setores governamentais, a sociedade civil, a academia e o setor produtivo (COUTINHO; GENTIL; TORAL, 2008, p.335).

Dentre as diretrizes do PNAN, está o controle das doenças associadas à alimentação e à nutrição e a promoção de práticas alimentares. Porém percebe-se que, na atualidade, ainda são evidenciadas somente ações que evitam a desnutrição. Verifica-se que falta o necessário cuidado com a qualidade nutricional dos alimentos que estão sendo oferecidos em vários setores e principalmente nas instituições de ensino. É visível o predomínio da oferta de carboidratos, associado à carência de frutas e verduras. Soma-se a isso, a reduzida prática de atividade física. Para corroborar, percebe-se ainda o baixo número de profissionais especialistas (nutricionistas e professores de educação física) atuando nas ações de combate à obesidade do adolescente.

O PNAN deve ser implementado pelos gestores do SUS nas três esferas de administração, estabelecendo parcerias e articulações com Planos de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional. O acompanhamento nutricional e de saúde do público assistido pelos programas de transferência de renda deverão ser cobertos pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). (BRASIL, 2012).

Na esfera federal, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) tem executado o projeto “BRASIL 3 TEMPOS”, com o propósito de desenvolver estratégias e ações que auxiliem o governo na execução de políticas públicas para a promoção do crescimento econômico e da inclusão social. A SAE tem atuado, em consonância com diretrizes governamentais, no sentido de identificar questões sociais e também de avaliar e formular políticas públicas. Nesse contexto, aquela secretaria tem por propósito identificar os pontos fortes dos atuais programas e ações, bem como as oportunidades de melhoria. Dentre as Treze Diretrizes de Governo estipuladas pela Presidência da República para o período 2011/2014 esta a área da juventude. (BRASIL, 2012c).

Ao falar de políticas de alimentação e nutrição, é importante saber que durante a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Olinda (PE), em 2004, foi criada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei 11.346). Esta cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), utilizado pelos governos municipais, estaduais e federal para formular políticas que garantam o direito à alimentação. (CONSEA PARANÁ, 2012).

Considerando o Fome Zero, o Decreto n. 6272 de 2007 dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. O Decreto n. 6273 de 2007 cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. O Decreto n. 7272 de 2010 regulamenta a Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada; institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN; estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. A Ementa constitucional n. 64 de 2010 altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.

Como pode se visto a seguir, o Estado, com base em leis e decretos, também deve desenvolver programas de proteção social do adolescente em relação à alimentação e nutrição.

PROTEÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE – ESFERA ESTADUAL - PARANÁ

Ao considerar a proteção do adolescente no estado do Paraná, verifica-se a Lei n. 15.791 de 2008, que institui a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN/PR. A Lei n. 16.565 de 2010 estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN/PR. O Decreto n. 1.556 de 2003 institui e regulamenta o funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA/PR. O Decreto n.8.745 - 16/11/2010 institui a Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/PR).(PARANÁ, 2011).

Segundo a legislação, o CONSEA/PR é o espaço de articulação entre o Governo do Paraná, sociedade civil organizada e Governo Federal, que tem caráter consultivo, com a função de propor políticas, programas e ações que configurem o direito humano à alimentação como parte integrante do direito de cada cidadão.

Analisando as competências do CONSEA/PR, verifica-se que apenas duas poderão ser associadas ao combate à obesidade do adolescente: “III. Incentivar parcerias que garantam mobilização e racionalização no uso de recursos disponíveis” e “IV. Promover e coordenar campanhas de conscientização da opinião pública”. As outras cinco competências existentes se preocupam com a questão da pobreza e da fome. CONSEA/PR.

Em maio de 2012, foram assinados três decretos que criam mecanismos para o desenvolvimento e reforço das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes no Paraná. Isso ocorreu durante a abertura da 8ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, promovida pela secretária da Família e Desenvolvimento Social e pelo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDCA). Um dos decretos forma o comitê interinstitucional que irá elaborar o Plano Decenal do Paraná dos Direitos da Criança e do Adolescente. O documento deve definir diretrizes para as políticas públicas e o cumprimento dos direitos da população mais jovem, além de realizar um mapeamento do perfil deste público no Estado.

Em 2007 ocorreu uma oficina sobre Estratégias de Promoção da Alimentação Saudável Para o Nível Local, onde foram discutidas a incorporação de objetivos, prioridades e metas sobre este tema nos planos de implementação da alimentação saudável para o nível local e também para as três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). O trabalho teve como objetivos discutir as estratégias que podem ser priorizadas em nível local para promoção da alimentação saudável; atualizar informações teóricas referentes à promoção da alimentação saudável no âmbito local; discutir a integração de agendas intersetoriais, apontando estratégias de atuação para outros setores. Os resultados foram organizados em três eixos de ação.

Foi verificado que das ações discutidas, algumas têm relação direta com a prevenção do sobrepeso e da obesidade, como: implementar o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para o monitoramento do perfil nutricional da população nas diferentes fases do curso da vida, como eixo para planejamento e avaliação das ações de promoção da saúde; capacitar recursos humanos para a ampla divulgação dos princípios da alimentação saudável, da atividade física e saúde; trabalhar com programas educativos com metodologia adequada, de caráter geral e diferenciada por grupos e locais específicos, como oficinas em supermercados, farmácias, escolas, consultórios e locais de trabalho; melhorar a articulação entre as áreas técnicas (saúde da criança, do adolescente, da mulher, do idoso, das DCNT's, entre outras), nas três esferas de gestão da saúde (municipal, estadual e federal); articular a política de alimentação e nutrição em todas as áreas programáticas do SUS (Assistência,

Epidemiologia, Vigilância Sanitária, etc) nos diversos níveis de gestão, aproveitando as diretrizes da Estratégia Global da Organização Mundial de Saúde para Nutrição, Atividade Física e Saúde; construir, a partir da gestão pública, parcerias locais governamentais (Ministério Público, Secretaria de Educação, Esportes, Abastecimento, etc) e não governamentais (empresas, ONG's, OSCIP's); discutir e aprofundar a parceria com as universidades, com os Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição (CECAN's) e com os Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE's); articular a participação dos representantes das várias secretarias (Saúde, Ação Social, Educação e outras), estaduais e municipais, nos fóruns de discussão de alimentação e nutrição, visando a implementar ações neste eixo; subsidiar as secretarias de educação (estaduais e municipais) para incluir a discussão de promoção da alimentação saudável no Projeto Pedagógico; fomentar a inclusão da discussão da Promoção da Alimentação saudável na pauta dos Conselhos de Saúde, Criança e Adolescente, PAE, CONSEA, CAE e outros; incentivar campanhas de mídia sobre alimentação saudável; apoiar uma futura proposta de regulamentação nacional para propaganda e comercialização de alimentos na escola, investindo em abordagem educativa com a comunidade escolar. (BRASIL, 2007).

Considerando as diretrizes nacionais e estaduais, fica a cargo do município elaborar a sua política local de segurança alimentar e nutricional.

PROTEÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE – ESFERA MUNICIPAL – PONTA GROSSA

O conselho municipal de alimentação de um município é o responsável por elaborar diretrizes para implantar o plano e a política local de segurança alimentar e nutricional, em sintonia com as diretrizes traçadas pelos conselhos estadual e nacional, bem como com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Deve orientar a implantação de programas sociais ligados à alimentação, estabelecendo diretrizes e prioridades e articular a participação da sociedade civil. Tem como objetivos e competências: a) propor as diretrizes gerais para a elaboração e implantação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e para a implantação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no município, implementadas pelo seu órgão executor e demais órgãos e entidades envolvidos no estado ou município; b) articular e mobilizar a sociedade civil organizada; c) realizar e/ou patrocinar estudos que fundamentem as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional; d) criar câmaras temáticas para acompanhamento permanente de temas fundamentais na área

da segurança alimentar; e) promover a participação e o controle social; e f) Contribuir para a inserção do estado/município no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SI-SAN). (CONSEA, 2011).

Com o propósito de implementar as estratégias de promoção da alimentação saudável para o nível local, e tendo em vista a proteção social do adolescente no município de Ponta Grossa, Paraná, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional foi criado em 2003, de acordo com a Lei 7390/03 / Lei n. 7.390 de 17 de novembro de 2003. Esta lei instituiu, também, o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ponta Grossa.

Tendo em vista o estabelecido pelo Ministério da Educação, através da Resolução n. 32/FNDE/CD/CAE/PNAE, de 10 de agosto de 2006, e suas alterações; e Portaria Interministerial n. 1.010, de 8 de maio de 2006, do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, e tendo em vista, ainda, o contido no protocolado n. 0910112/2008, a prefeitura de Ponta Grossa sancionou, em 22 de abril de 2008, o Decreto 2.090/08. Este decreto dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

A Prefeitura de Ponta Grossa desenvolve programas e projetos como a Sopa da Prefeitura, Feira Verde, Unidade de Produção de Alimentos (UPA), Mercado da Família e o Restaurante Popular. Possui Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), que são unidades de atendimento que servem para facilitar o acesso da população que vive em áreas mais distantes do centro da cidade e com maior concentração de pobreza aos programas existentes. Através deles, os indivíduos e as famílias são inseridos nos programas, projetos e serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As equipes dos CRAS devem fornecer orientações sobre Bolsa Família, Benefícios de Prestação Continuada, serviços de convivência para idosos, crianças e adolescentes, cursos de capacitação profissional, entre outros programas.

Com relação às Ações de Proteção Social Básica, existe em Ponta Grossa o Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico), que é um instrumento de coleta de dados, avaliação e planejamento de ações sociais. Em Ponta Grossa, mais de 19 000 famílias estão cadastradas no CadÚnico, ou seja, aproximadamente 100 mil pessoas. Em Ponta Grossa, 11 mil famílias são beneficiadas pelo programa Bolsa Família.

A Unidade de Produção de Alimentos produz e embala alimentos em cozinha própria. São produzidos pães, leite de soja, suco e macarrão. Com esses alimentos, a UPA atende unidades assistenciais e educacionais, entre Ações Sociais, Entidades Sociais da Rede e Projetos Sociais, como o Sanduíche da Prefeitura e o Lanche da Saúde. (PONTA GROSSA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, país em desenvolvimento, com índices ora semelhantes a países desenvolvidos, ora semelhantes a países de extrema pobreza, tem buscado corrigir sua mazelas com políticas públicas voltadas, em sua maioria, para a carência nutricional de sua população. Por outro lado, sofre cada vez mais a influência cultural de países de primeiro mundo, sendo marcante, nos dias atuais, a presença de hábitos norte americanos na forma como o brasileiro tem se alimentado.

Boa parte das políticas existentes na atualidade busca resolver o problema da desnutrição. Tal fato se deve ao histórico nutricional da população brasileira, visto que, hoje, ainda há casos de desnutrição, mas são, muitas vezes, casos de “fome oculta”, ou seja, carências específicas de vitaminas e minerais.

O recente crescimento da economia, permitindo que maior número de pessoas tenha acesso a produtos que no passado eram restritos a camadas mais privilegiadas, aliado a maior disponibilidade de produtos processados e ao abandono quase que total de uma alimentação saudável, rica em frutas e verduras, provocou o aumento no número de pessoas com sobrepeso e obesidade, fato este observado nos adolescentes da nossa sociedade.

O país tem procurado aperfeiçoar cada vez mais as políticas voltadas para a alimentação e nutrição. Falta, ainda, em muitos municípios, a implantação do sistema de vigilância alimentar e nutricional, de forma a propiciar aos gestores públicos um mapa mais específico da situação nutricional da população.

A implementação de muitas estratégias de combate à obesidade dependem da inserção de profissionais nutricionistas e professores de educação física em vários segmentos da sociedade, trabalhando com educação nutricional, orientação nutricional e práticas de atividade física. Além disso, os líderes políticos precisam priorizar a construção de estruturas que comportem essas práticas preventivas, dentro e fora do ambiente escolar.

Sendo a escola um dos locais mais adequados para educar a criança e o adolescente, faz-se necessária a apresentação de um ambiente propício no que se refere à alimentação adequada. Deve haver a disponibilização de alimentos saudáveis. Para tal, as cantinas devem ser fiscalizadas, de forma que evitem a distribuição de alimentos pouco nutritivos. Deve-se, ainda, restringir a entrada, por parte dos alunos, de lanches pouco saudáveis. As empresas terceirizadas que prestam serviço de alimentação para escolas municipais devem ser

fiscalizadas quanto à qualidade nutricional do que está sendo servido e as escolas que produzem suas próprias merendas devem buscar fornecer alimentos nutritivos e não apenas aqueles ricos em carboidratos.

Sabe-se que há carência de alimentos in natura, incluindo frutas e verduras, devido à dificuldade de aquisição e armazenamento. A adoção da horta escolar pode solucionar esta questão.

Canais locais de televisão e rádio podem ser empregados de forma contínua como meio de veicular educação nutricional à população. Os postos de saúde necessitam da presença de profissionais que trabalhem com medicina preventiva, através de reuniões e palestras para grupos distintos.

A mídia, bem como a direção das escolas, deve buscar a sensibilização da população, particularmente dos adolescentes, de forma a incentivar o consumo de alimentos saudáveis, pois, muitas vezes, o aluno que tem um hábito alimentar mais saudável sente-se mal em levar frutas como lanche, devido a pressão por parte dos colegas.

Há necessidade de maior rigor por parte dos órgãos responsáveis pela liberação de produtos alimentícios, pois, com a devida cautela, pode-se evitar o registro e a consequente comercialização de produtos nocivos à saúde.

Esforços combinados podem trazer maiores benefícios para o cidadão. Resta saber se a teoria transformar-se-á em prática que permita alavancar o bem estar social, de forma a permitir melhores condições devida para a população que será no futuro a liderança do país, ou seja, o adolescente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. S., NASCIMENTO, P. C. B. D., QUAIOTI, T. C. B. Quantidade e qualidade de produtos alimentícios anunciados na televisão brasileira. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, n. 3, p. 353-355, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v36n3/10500.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2012.

BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: Tendências regionais e temporais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, supl. 1, S181-S191, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s1/a19v19s1.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Estratégias de promoção da alimentação saudável para o nível local: (Relatório da oficina de trabalho do I Seminário sobre Política Nacional de Promoção à Saúde)**. Brasília, 2007. Disponível em:

<http://nutricao.saude.gov.br/docs/geral/doc_tecnico_pas_nivel_local.pdf>. Acesso em: 17 maio 2012.

_____. _____. _____. _____. **Manual de orientações sobre o Bolsa Família na Saúde.** 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Série A. Normas e manuais técnicos). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_orientacao_sobre_bolsa_familia.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2012.

_____. _____. _____. _____. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <<http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2012b.

_____. _____. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **A construção do SUS: histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série I. História da Saúde no Brasil). Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/construcao_do_SUS.pdf>. Acesso em: 18 maio 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009.** Dispõe sobre adoção; Altera as Leis n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; Revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1 de maio de 1943; e dá outras providências.

_____. _____. _____. _____. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 27 maio 2012.

_____. _____. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Edital 001/2012 - Projeto BRA/06/032. Código: Projetos.** Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Edital-001-2012-TOR-SSAE-SUBS%C3%8DDIOS-T%C3%89CNICOS.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2012c.

CONSEA. **Como criar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar Nutricional.** Brasília: CONSEA, 2011. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conselhos-estaduais/documentos-conseas-estaduais/como-criar-o-conselho-municipal-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 18 maio 2012.

CONSEA PARANÁ. Legislação. **Leis Nacionais e Estaduais.** Disponível em: <<http://www.consea.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=536>>. Acesso em: 19 maio 2012.

COUTINHO J. G.; GENTIL, P. C.; TORAL, N. A desnutrição e obesidade no Brasil: o enfrentamento com base na agenda única da nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24,

supl. 2, S332-S340, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24s2/18.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2012.

KAC, G.; VELASQUEZ-MELENDZ, G. A transição nutricional e a epidemiologia da obesidade na América Latina. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, supl. 1, pp. S4-S5, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s1/a01v19s1.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2012.

LEAL, M. C.; BITTENCOURT, S. A. Informações nutricionais: o que se tem no país. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 13, n. 3, p. 551-555, jul./set, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v13n3/0181.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2012.

MELLO, E. D.; LUFT, V. C.; MEYER, F. Obesidade infantil: como podemos ser eficazes. **Jornal de Pediatria**, v. 80, n. 3, p. 173-182, maio/jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v80n3/v80n3a04.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2012.

OLIVEIRA, C. L.; et al. Obesidade e síndrome metabólica na infância e adolescência. **Revista de Nutrição**, v. 17, n. 2, p. 237-245, abr./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v17n2/21136.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Conferências Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente: Orientações Gerais**. Paraná, 2011. 31 p. Disponível em: <http://www.cedca.pr.gov.br/arquivos/File/VIII_Conferencia_dos_Direitos_das_Criancas_e_do_Adolescente/Orientacoes_Conferencias_Regionais.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2012.

PONTA GROSSA (Prefeitura). **Política pública de assistência alcança mais de 100 mil pessoas**. 2010. Disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/9350>>. Acesso em: 18 maio 2012.

SOBRAL, A.; FREITAS, C. M. Modelo de organização de indicadores para operacionalização dos determinantes socioambientais da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n.1, p. 35-47, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n1/04.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2012.

WANDERLEY, E. N.; FERREIRA, V. A. Obesidade: uma perspectiva plural. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 185-194, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v15n1/a24v15n1.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2012.

REDES SOCIOTÉCNICAS DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Sílvia Regina Nunes Baptista

Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/ICICT/FIOCRUZ) – silviaregina10@gmail.com

Annelise Caetano Fraga Fernandez

Doutora em Sociologia, Pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFRRJ) annelisecff@yahoo.com.br

Paula Xavier dos Santos

Doutora em Ciência da Informação, pesquisadora do PPGICS/ICICT/FIOCRUZ
paulaxs@fiocruz.br

Resumo

O programa e as políticas nacionais relacionadas às plantas medicinais têm como meta a disponibilidade plena de fitoterápicos no Sistema Único de Saúde e o desenvolvimento deste setor produtivo. Pesquisas multi e interdisciplinares precisam subsidiar a tomada de decisão para que esta opção terapêutica seja possível ao usuário do SUS. Vários setores da economia também precisam interagir, dentre eles a agricultura. Por sua íntima relação com os desafios ambientais contemporâneos, na zona oeste do Rio de Janeiro desenvolvem-se ações com foco na agricultura familiar, para o cultivo de plantas medicinais em sistema agroecológico. Ao lado de ações técnicas foi desenvolvido um processo de formação continuada que gerou um coletivo. Este trabalho é uma análise sobre a qualificação deste coletivo como rede sociotécnica.

Palavras-chave:

Participação, informação, comunicação em saúde;

Abstract

The program and the national policies related to medicinal plants have as a goal the full availability of herbal medicines in the National Health System (SUS) and the development of the productive sector. Multidisciplinary and interdisciplinary Searches

need support the decision making for this therapeutic option to be possible for the user of the SUS. Many sectors of economy also need to interact, among them the agriculture. For their close relationship with contemporary environmental challenges, in the west of Rio de Janeiro are developed initiatives focused on family farming, for the cultivation of medicinal plants in agroecological system. Beside technical actions was developed a process of continuous education that generated a collective. This job is an analysis about the classification of this group as a sociotechnical network.

Keywords:

Participation, information, health communication;

Apresentação

O uso de espécies vegetais cultivadas ou florestais com uso medicinal está no imaginário popular. Questões de saúde são associadas tanto ao uso popular e tradicional quanto ao uso fundamentado em informações científicas. Dados da Organização Mundial de Saúde mostram que cerca de 80% da população mundial fez o uso de algum tipo de erva medicinal na busca de alívio de alguma sintomatologia dolorosa ou desagradável. (MAGALHÃES-FRAGA, 2010)

Esses usos geraram demandas nacionais e internacionais pelo desenvolvimento do setor produtivo de plantas medicinais e fitoterápicos (PMF). Para atendê-las foram publicadas a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (BRASIL, 2006), a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (BRASIL, 2006) e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) (BRASIL, 2007). Outras leis, normas regulatórias e ações políticas tem significado um desenvolvimento para o setor em caráter nacional e, em linhas gerais, reconhecem nos seus respectivos textos a transversalidade que envolve a temática das plantas medicinais, abrangendo políticas de saúde, ambiente, desenvolvimento econômico e social. Merece destaque também o trabalho desenvolvido pela Anvisa com instruções normativas que vão desenhando um novo perfil para a fitoterapia. Bem recentemente um edital selecionou 12 projetos de arranjos produtivos locais por todo o país com o investimento de R\$ 6 milhões de reais do Ministério de Saúde.

A partir do ano 2006, foi se desenvolvendo, simultaneamente, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, o Projeto Plantas Medicinais como Alternativa Agroecológica para as Comunidades do Maciço da Pedra Branca. Foi proposto pela equipe da Plataforma Agroecológica de Fitomedicamentos do Núcleo de Gestão em Biodiversidade e Saúde, setor do Instituto de Tecnologia em Fármacos (PAF / NGBS/ FARMANGUINHOS / FIOCRUZ). O olhar da PAF sobre o território do Maciço da Pedra Branca, por sua vez, partiu do trabalho anterior da sua coordenadora. Doutora em Ecologia, Sandra Magalhães Fraga realizou pesquisa com os rios do Maciço da Pedra Branca, em Jacarepaguá. A esta visão sobre o território somou-se o tema – plantas medicinais – que é o objeto de trabalho da PAF. A proposta inicial contou com a parceria de Annelise Fernandez, doutora em sociologia, também com uma atuação no entorno do Maciço da Pedra Branca e atualmente pesquisadora do Instituto Três Rios, da Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/ITR). A esta parceria das duas instituições unidas às associações de agricultores e algumas parcerias, chamamos Profito. Nas ações de Farmanguinhos ele se encontra em sua fase III com um subprojeto denominado Modelo Socioprodutivo Agroecológico de Plantas Medicinais. Nas ações da Universidade Rural tem o nome de Programa de Extensão “Ampliação e Fortalecimento das Atividades Agroindustriais das Associações de Agricultores do Maciço da Pedra Branca do Rio de Janeiro”.

O Profito, que neste trabalho tem tanto a conotação de um programa como de um coletivo, em sua edição como projeto, foi desenhado com três fases de implantação.

Fase I: Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) – Levantamento de características sócio-econômicas, agrônômicas e etnobotânicas das comunidades. Duração: 36 meses (2006 a 2009).

Fase II: Aprimoramento técnico e capacitação – Capacitação em Rede para Inserção de Agricultores em Arranjo Produtivo Local de Fitoterápicos na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. Duração: 12 meses (2010 a 2011).

Fase III: Desenvolvimento e Produção – Implantação e monitoramento do cultivo, beneficiamento e comercialização de plantas medicinais baseada em espécies nativas. Implantação de Arranjo Produtivo Local. Duração: 24 meses (2012 a 2014).

A técnica de DRP foi aplicada a partir de 2006 neste território. Nesta fase foram identificados agricultores em Campo Grande, Ilha de Guaratiba, Vargem Grande e

Jacarepaguá, bairros da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Coerentes com a prática tradicional da FIOCRUZ de trabalhar com o entorno de seus campi, a PAF adotou o recorte de atuação no Maciço da Pedra Branca, entorno do Campus Fiocruz da Mata Atlântica (CFMA). Focou, portanto nos produtores de banana, caqui e aipim inseridos neste entorno. Atualmente estão reunidos em três associações: Associação de Lavradores e Criadores de Jacarepaguá (ALCRI), Associação de Agricultores Orgânicos da Pedra Branca (AGROPRATA) e Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (AGROVARGEM).

A ALCRI surgiu em 1986, através da intervenção de dois agrônomos da EMATER. Permaneceu desativada durante alguns anos e em 1998 reiniciou suas atividades.

O fim dos anos 90 corresponde ao período em que a presença institucional do IEF com suas marcas materiais e imateriais - instalações, portões, placas, fiscalização, ações pedagógicas – fizeram-se mais presentes na região do Pau da Fome e, contribuiu para motivar a união dos agricultores em torno da Associação. (FERNANDEZ, 2010, p. 313)

A AGROPRATA foi criada a partir de projeto da ONG Roda Viva entre 2001 e 2003, que, de modo similar ao Profito, iniciou como um olhar sobre as microbacias hidrográficas da região.

(...) O projeto da ONG Roda Viva, (...) tinha como idéia central reverter uma agricultura extrativista rudimentar e extensiva, com baixos índices de produtividade, como até então era praticada, por outra, em sistema de agrofloresta, cultivada em áreas menores, com agregação de valor ao produto orgânico e do beneficiamento de parte dele, como é o caso da banana-passa. Além do desenvolvimento de novas técnicas e a capacitação dos agricultores, fazia parte do projeto, através de um termo de cooperação técnica assinado com o IEF, o zoneamento da área a ser cultivada, através da recomposição de áreas degradadas e o comprometimento dos produtores em não expandir suas moradias, nem suas culturas, já que a grande maioria dos sítiantes estava estabelecida nos limites do PEPB. (FERNANDEZ, 2010, p.303)

A Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (AGROVARGEM), diferente das demais, surgiu com a mediação da equipe do Profito. Quando se aproximou da comunidade do Alto Mucuíba em Vargem Grande, a equipe identificou não só a existência de moradores com atividade agrícola economicamente relevante, mas também laços socioculturais de solidariedade e parentesco entre eles. Após um número relevante de entrevistas foram feitas reuniões que apontaram como

prioridade do grupo a formação da associação encarada como uma ferramenta de acesso aos serviços e às políticas públicas. No dia 12 de dezembro de 2007 foi realizada a assembleia de fundação desta instituição.

Entre 2010 e 2011 foi desenvolvida a fase de capacitação (BAPTISTA, 2010), um curso prático de cultivo e comercialização de plantas medicinais – um processo de construção do conhecimento com ênfase em princípios da educação popular para a promoção da agroecologia na produção de plantas medicinais. Desde o início desta fase II, houve incentivo para discussão crítica sobre a pertinência dos termos formação e capacitação. Todo sujeito coletivo que permanece, ao longo do tempo, com vínculos de confiança, passou de um modo ou outro por um processo de formação continuada. É a formação que gera o vínculo e a mobilização. No caso do Profito, isto tem acontecido desde seu DRP com a participação dos seus integrantes, as trocas permanentes, os processos avaliativos. Há um processo de formação que perpassa todo o histórico do programa e que aparentemente vai permanecer com o coletivo que resulta deste processo. No intercurso da formação foi inserida uma fase de capacitação. Concordamos com os críticos ao falar que capacitação tem um aspecto técnico, mais ligado ao desenvolvimento de recursos humanos. Por isto mesmo, o objetivo geral da fase II foi desenvolver competências locais para cultivo sustentável, beneficiamento e comercialização de plantas medicinais, inserindo agricultores em arranjo produtivo local para geração de trabalho e renda. Três objetivos específicos nortearam as ações: 1º. Desenvolver processo de capacitação para implantação e multiplicação do cultivo sustentável de espécies medicinais consideradas relevantes do ponto de vista dos diferentes atores da cadeia produtiva; 2º. Promover estratégia de comunicação em rede capaz de socializar conceitos, possibilitar escuta dos diversos atores da cadeia produtiva e criar condições para a implantação de arranjo produtivo local e o 3º: Avaliar o desenvolvimento das competências individuais e locais para o cultivo sustentável de plantas medicinais.

O presente trabalho avalia o segundo objetivo específico, ou seja, a promoção de um fluxo de comunicação multidirecional em rede com respeito à autonomia de cada sujeito da cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterapia (PMF) no Rio de Janeiro. As atividades desenvolvidas pra obtenção deste objetivo específico foram planejadas e executadas do ponto de vista da sociologia e da pedagogia. Enfatizou-se o empoderamento dos agricultores da cidade para que, junto com técnicos e parceiros,

consolidassem um coletivo apto a interferir nas políticas e serviços locais relacionadas à PMF fazendo cumprir sua opção pela gestão participativa.

Gestão Participativa é considerada um processo contínuo de decisões democráticas quanto à alocação de pessoas, processos e recursos necessários à plena consecução dos objetivos da ação, serviço ou política ou organização envolvida. Refere-se ao princípio da participação expresso no Artigo 7º da Lei 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) e da diretriz expressa no Artigo 5º, inciso III, da Lei 9985/2000 (SNUC). No PNPMF, participação e controle social são princípios transversais e se repetem em suas diretrizes, por exemplo: Apoiar as iniciativas de coordenação entre as comunidades para a participação nos fóruns do Setor (4.5) (BRASIL, 2008). Exige atitude de escuta, um constante alinhamento de conceitos, um fluxo de informações e comunicação dentro do princípio de equidade, outro princípio do SUS, que está relacionada com a participação. O Profito atua com um público com pouco letramento e com pouco ou nenhum acesso aos meios de informação. Entendemos que cabe ao gestor público a implantação de metodologia adequada, disponibilidade de meios materiais e tempo para qualificação das decisões a serem tomadas. Ou seja, busca de equidade, como uma tendência ao equilíbrio num ambiente de desigualdade no acesso à informação e aos meios materiais da comunicação. Buscamos esta qualificação no fórum máximo de deliberações do Profito que é mensal, reúne agricultores, gestores, técnicos e facilitadores.

Lembrando que a participação é um princípio constitucional consolidado nas políticas e serviços intervenientes na produção de fitoterápicos convém analisar os desafios para a sua implantação em um ambiente multidisciplinar.

A análise da cadeia produtiva de plantas medicinais pode ser feita de muitas maneiras. O compromisso com o Sistema Único de Saúde pode privilegiar um olhar que parte da disponibilidade de um fitoterápico ao usuário do SUS: A dispensação é uma atividade da assistência e atenção farmacêutica; a prescrição é tarefa de médicos, odontólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, enfermeiros; Para se constituir como medicamento, este fitoterápico passou por ambientes de pesquisa em diferentes abordagens: bioquímica, farmacotécnica, controle de qualidade, testes clínicos. A produção depende então das questões relativas a agricultura. Ali se encontram questões estruturais deste setor da economia, aspectos da ciência agronomia, a organização ou

não da agricultura local e aspectos de logística e de mercados. Para se estabelecer o cultivo há dependência ainda da botânica e da ecologia.

O processo de tomada de decisão sobre o que e quanto produzir para atender às necessidades epidemiológicas de um território exige do gestor uma visão ampla das informações produzidas por cada área de pesquisa, com suas linguagens e idiossincrasias e, ao mesmo tempo ter uma visão dos setores econômicos inter-relacionados na produção de PMF.

Informação científica é todo conhecimento que resulta ou está relacionado com o resultado de uma pesquisa científica (AGUIAR, 1991; apud GOMES, 2001). Cada campo e área de investigação acima descrita tem seus sistemas de produção de informação. Aos interagirem com o conhecimento produzido pelos setores da economia ela passa a ser conceituada como informação tecnológica e científica que “compreende todo tipo de informação que serve de matéria-prima (*new material information*) ou insumo para a geração de conhecimentos científicos e de tecnologia” (VAZ LEOPOLDO, 2001. apud GOMES, 2001).

A opção pela gestão participativa e inclusão dos agricultores e usuários do SUS no processo de decisão, implantação e avaliação das políticas provoca a interseção com os estudos científicos da Comunicação em Saúde. Segundo a pesquisadora Inesita Araújo (2002), este campo de investigação científica, vê a comunicação como um modelo de mercado simbólico, onde há diferentes lugares de interlocução e uma disputa entre vozes concorrentes ou sinérgicas na produção de sentidos e conseqüentemente na influência de políticas públicas de saúde.

Está montado o cenário de interdisciplinaridade, ou seja, os campos de investigação científica se juntam no interior de um objeto de pesquisa. A autora Lena Vania Pinheiro cita as metáforas espaciais que possibilitam compreender a prática interdisciplinar como trabalho de fronteira ou conhecimento fronteiriço, composto por reivindicações, atividades e estruturas institucionais que definem e protegem o exercício do conhecimento (KLEIN, 1996 apud PINHEIRO, 2007). As autoras analisam a reestruturação de campos integrados de ciências sociais, que parecem se aplicar no caso das ações locais de plantas medicinais e fitoterapia. O tema redes é visto como a integração entre as ciências sociais, a informação e a comunicação em saúde.

O problema de investigação que se apresenta neste texto é portanto delineado a partir de uma mobilização de agricultores familiares com características de comunicação oral e periférica, numa política pautada por informação tecnológica e científica em fluxos de comunicação ocorrendo em ambientes coletivos. Elege-se então, como prioridade para encaminhar hipóteses na solução do problema, este recorte: Avaliar se o coletivo que interage na região metropolitana do Rio dentro da temática PMF pode ser considerado uma rede sociotécnica e consequentemente avaliar se o segundo objetivo específico da fase de capacitação do Profito foi atingido. Estudar a rede socio-técnica é também atender à subdiretriz 15.2 do PNPMF: Identificar e sistematizar as potencialidades dos agentes produtivos na cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos, promover interação entre os agentes produtivos da cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos (BRASIL, 2008).

Metodologia

Para responder a pergunta eleita, a metodologia utilizada parte da busca bibliográfica sobre os conceitos de “Rede Sociotécnica” e “Redes Sociais”. Promove a revisão da bibliografia produzida pelos integrantes e parceiros do projeto, as monografias, uma dissertação e uma tese. Também ocorrerá análise de dados primários: o documento original (2006), as listas de presenças dos ciclos e seminários, redação e relatórios dos sub-projetos; sistematização dos dados obtidos em planilha.

Desenvolvimento

Pensar em redes sociais traz toda a problematização epistemológica pertinente aos diversos campos da ciência. É possível a observação do “modo como a diferença é, nesse campo, tratada e acolhida”, diz a professora Marcia Moraes (s/d) comentando sobre Bruno Latour (1994). A formação do Profito trabalhou com referenciais da antropologia elencados pela pesquisadora Annelise Fernandez (2010) e, postos nas ‘rodas de conversa’. Circularam, produziram sentidos e consequentemente promoveram mudanças. Quando, na inter-relação com os atores sociais do território observa-se a técnica, inerente ao território, da natureza do tema, ocorreu o pensamento de repetir o movimento de circulação e produção de sentidos. Não se pode ignorar a “ ideia de técnica como algo onde o "humano" e o "não-humano" são inseparáveis”. “As técnicas

são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2006). Compreendemos que a existência de laboratórios, farmácias, ou a implantação de sistemas agroflorestais medicinais são tecnológicos e a “tecnologia embutida nos objetos constitui matéria central da análise sociológica” (SANTOS, 2006).

Mas o que a técnica produz nas redes sociais? Com a existência de diferentes lugares de interlocução dentro da mesma rede, a pretensão de desenvolver equidade e participação é levar em conta que lugares mais periféricos (ARAÚJO, 2002) têm maiores dificuldades na produção, acesso e uso de informação. A mesma carência se repete na obtenção dos meios materiais para a prática da comunicação. Os lugares de interlocução mais centrais, pelo contrário, são especializados, pautando suas práticas de poder através das tecnologias de informação e comunicação.

Não está no escopo desta iniciativa a análise estrutural de redes, mas sua apropriação como um conceito analítico, que permite compreender melhor a produção dos sentidos sociais e, em decorrência, a própria prática social. Reconhece que redes são espaços sociais e, como tais, são arena dos embates e de lutas políticas. São espaços de articulação de campos e eixos de poder (ARAÚJO, 2002, 301).

Mas a polissemia das redes tem outras abordagens. A jornalista e pesquisadora Raquel Recuero em seu site¹ afirma algo importante para o Profito – redes são metáforas. Esta reflexão se coaduna com a apropriação que fazemos de Edgard Morin, quando diz,

“A metáfora literária estabelece uma comunicação analógica entre realidades muito distantes e diferentes, que permite dar intensidade afetiva à inteligibilidade que ela apresenta. (...) Fornece, frequentemente, precisões que a língua puramente objetiva não pode fornecer”. (2011)

No ambiente de intervenção do Profito há profundas distâncias entre a linguagem técnica e a linguagem natural das comunidades de tradição agrícola. Muitas vezes a interação sociotécnica tende a naturalizar os fenômenos de fala-escuta. A utilização de metáforas tem sido útil no ambiente criado.

Em um dos momentos de compreensão e sinergia, um agricultor, empoderado disse: “Não estou entendendo nada, estas palavras são compridas e difíceis.” Ocorreu então o processo chamado de “negociação de palavras”. Houve um incentivo para que

¹ <http://www.raquelrecuero.com/> visitado em 19 de agosto de 2012, 11h20min

se apresentassem palavras do universo cultural dos agricultores e que os técnicos também não dominavam. Alguns exemplos: bitu (terra com riscos de deslizamento); bionguinho (casa típica e tradicional construída pelos mais pobres). Outras metáforas foram enunciadas por integrantes do coletivo Profito e logo ressignificadas coletivamente, como a figura do polvo para falar de complexidade. Quando a distinção teórica era maior e se pretendia manter o clima de troca e afetividade, criavam-se metáforas. Mais tarde esta prática foi ratificada pela leitura de Edgard Morin. A rede como metáfora foi vivenciada com êxito na inauguração do curso, em 3 de maio de 2010. Mais tarde em um momento de avaliação, a figuração e os enunciados dos agricultores evidenciou que o conceito fazia sentido em sua cultura. O conceito de rede sociotécnica parece elucidar o ambiente onde estes fenômenos se passam.

Empírica e teoricamente há uma tentativa de fazer circular e produzir sentidos a partir dos conceitos de Bruno Latour para resolver questões locais da PNPMF, bem como atender a demandas do coletivo que permanece em relações de confiança.

Resultados alcançados

Foram realizados dezoito encontros pedagógicos, intercâmbios com coletivos de agricultores, visitas à instituições técnicas e de pesquisa. Dois seminários foram desenvolvidos. O primeiro em 2009 e o segundo em 2011. Ambos merecem destaque na configuração da rede que se desenha a partir da participação social dos atores, incentivada pelas ações do Profito. A opção pelo seminário como elemento de decisão intersetorial e multidisciplinar é uma livre adaptação de sua utilização em metodologia científica (LAKATOS e MARCONI, 1990). Com foco na aprendizagem, como um fenômeno de interação entre saberes, foi escolhido por sua maleabilidade. O seminário na metodologia que se compõe traz o conhecimento popular e tradicional para uma cooperação e sinergia com o saber técnico e científico. Foi objeto de preparo antecipado tentando colher e sistematizar as contribuições dos diversos atores com apresentação durante o evento, realização de grupos de trabalho para discussão e deliberação, gerando um produto final com características teóricas e práticas.

O primeiro seminário foi realizado em 16 de novembro de 2009 com o objetivo de “Definir o conteúdo temático, os recursos e parcerias para a etapa de Capacitação do Profito, fundamentando seu projeto político pedagógico”.

Deste exercício concluiu-se que o primeiro seminário conferiu maior legitimidade ao Profito, através das falas do diretor e do coordenador do NGBS, responsáveis legais sobre a iniciativa do ponto de vista institucional. Outro ganho na metodologia empregada no seminário foi ver que o público sentiu-se à vontade para mostrar habilidades e competências de letramento como mostra a fala de uma das lideranças dos agricultores, Claudino Avelino Costa² ao dizer: “Eu estava lendo sobre uma feira no Rio Grande do Sul...”

Um dos principais parâmetros para avaliação do seminário foi a percepção dos integrantes do processo, agricultores e parceiros. Utilizou-se como meio de verificação uma questionário com avaliação iconográfica, acrescidos de três perguntas adicionais aplicada aleatoriamente em 50% dos presentes. Resultado: os presentes conferiram nota média de 9,42 ao seminário. 97,36% afirmaram que o objetivo do seminário foi alcançado. Na composição de parcerias, outro parâmetro destacado, das vinte e sete instituições, organizações ou coletivos convidados, dezessete compareceram e tiveram um comprometimento com a iniciativa. O evento foi realizado tendo como modelo a paridade entre agricultores e representantes de instituições de pesquisa ou de assessoria técnica ou financeira, governamentais ou não. O primeiro seminário, com metodologia leal ao princípio de equidade, partiu das demandas expressas pelos próprios agricultores. Esta demanda foi identificada através de um processo de escuta qualificada através de entrevistas semi-estruturadas para identificar em que itens os agricultores desejam ser capacitados. Destes momentos surgiram registros qualificados como etnográficos. Ao mesmo tempo os técnicos do projeto colocaram sua leitura deste registro etnográfico e acrescentaram suas demandas. O documento retornou aos agricultores como uma tabela de priorização. Tendo definidas as prioridades, os temas foram reunidos em áreas do conhecimento, vistas como um conjunto de sub-temas intrinsecamente relacionados, e inter-relacionados com as demais áreas. Diferenciam-se por isto mesmo do conceito de disciplinas que tem o caráter mais independente uma das outras. Em seguida foram encaminhados a instituições convidadas a se reunirem em rede ao Profito. Foi desenvolvido um processo de problematização, durante o seminário político pedagógico, gerando prioridades para o grupo. As principais demandas, nas palavras dos principais atores da iniciativa foram: Catalogar plantas medicinais do local,

² Discurso gravado em vídeo

fotografar, estudar; Pesquisar como os moradores já usam estas plantas, o reconhecimento de cada uma das plantas; Como vender, para quem vender; como transformar em produto, adubação verde, compostagem, e, o mais abrangente dos pedidos: Como ser reconhecido como agricultor pelo governo.

O segundo seminário, pretendia integrar os agricultores aos usuários, trabalhadores e gestores do Sistema Único de Saúde das Coordenações de Área Programática 4 e 5.2 que correspondem às regiões do entorno leste e sul do Maciço da Pedra Branca: a Baixada de Jacarepaguá e à Campo Grande e Ilha de Guaratiba (Fig. 6). Seu objetivo seria decidir o que e como o SUS local poderia comprar estimulando a cadeia produtiva de fitoterápicos na região. Este seminário atenderia à diretriz nº 17.6 do PNPMF³. Seu perfil seria próximo da consolidação de um comitê local de implantação de ações do PNPMF na zona oeste do município do Rio de Janeiro promovendo o poder de compra do SUS.

Foi realizado nos dias 21 e 22 de julho de 2011, no Campus Fiocruz da Mata Atlântica. Ao contrário do planejado e pactuado com os agricultores e parceiros, o evento tomou uma dimensão nacional. Somando as informações de inscrições realizadas no blog, nos e-mails e na recepção do evento, foram 224 pessoas inscritas. Destas 104 preencheram o cadastro completo, de onde foram gerados dados discutidos neste relatório (MAGALHÃES-FRAGA e BAPTISTA, 2011). Esta diferença ocorreu devido a dificuldades existentes no ato da inscrição no dia do evento. Esta avaliação é incluída para criar uma impressão geral dos elementos importantes. É ressaltado, portanto, que não há análises estatísticas ou gráficos e tabelas sofisticadas, apenas utilidade dos dados disponíveis, apresentados da forma simples e que facilite o entendimento geral do cenário e o papel dos dois seminários na composição de uma possível rede sociotécnica.

129 pessoas informaram sua profissão (Fig. 1). Apesar da maior parte das pessoas serem da área de saúde, sendo 19 delas da área de Farmácia (como era de se esperar), foram identificadas mais de 20 profissões diferentes, mostrando a intersetorialidade peculiar da área da Fitoterapia. Destaque para os profissionais da área de Ciências Sociais, agricultores e para a declaração de quatro pessoas como usuários do SUS: Agricultores (13), Biólogos (6), Enfermagem (13), Estudantes (16), Farmacêuticos (n=18), Jornalistas (4), Médicos (8), 1 médico veterinário, químicos (5),

³ "Utilização do poder de compra do Estado na área da saúde para o fortalecimento da produção nacional"

área de Ciências Humanas (n=13). Observa-se que houve um maior interesse por parte dos farmacêuticos, como se era de esperar, destacamos o bom número de trabalhadores de enfermagem. Ao contrário do evento anterior, não houve paridade entre o número de agricultores e as instituições e de instituições de pesquisa ou de assessoria técnica ou financeira, governamentais ou não.

O segundo seminário, pretendia integrar os agricultores aos usuários, trabalhadores e gestores do Sistema Único de Saúde das Coordenações de Área Programática 4 e 5.2 que correspondem às regiões do entorno leste e sul do Maciço da Pedra Branca: a Baixada de Jacarepaguá e à Campo Grande e Ilha de Guaratiba (Fig. 6). Seu objetivo seria decidir o que e como o SUS local poderia comprar estimulando a cadeia produtiva de fitoterápicos na região. Este seminário atenderia à diretriz nº 17.6 do PNPMF⁴. Seu perfil seria próximo da consolidação de um comitê local de implantação de ações do PNPMF na zona oeste do município do Rio de Janeiro promovendo o poder de compra do SUS.

Foi realizado nos dias 21 e 22 de julho de 2011, no Campus Fiocruz da Mata Atlântica. Ao contrário do planejado e pactuado com os agricultores e parceiros, o evento tomou uma dimensão nacional. Somando as informações de inscrições realizadas no blog, nos e-mails e na recepção do evento, foram 224 pessoas inscritas. Destas 104 preencheram o cadastro completo, de onde foram gerados dados discutidos neste relatório (MAGALHÃES-FRAGA e BAPTISTA, 2011). Esta diferença ocorreu devido a dificuldades existentes no ato da inscrição no dia do evento. Esta avaliação é incluída para criar uma impressão geral dos elementos importantes. É ressaltado, portanto, que não há análises estatísticas ou gráficos e tabelas sofisticadas, apenas utilidade dos dados disponíveis, apresentados da forma simples e que facilite o entendimento geral do cenário e o papel dos dois seminários na composição de uma possível rede sociotécnica.

129 pessoas informaram sua profissão (Fig. 1). Apesar da maior parte das pessoas serem da área de saúde, sendo 19 delas da área de Farmácia (como era de se esperar), foram identificadas mais de 20 profissões diferentes, mostrando a intersectorialidade peculiar da área da Fitoterapia. Destaque para os profissionais da área de Ciências Sociais, agricultores e para a declaração de quatro pessoas como usuários do SUS: Agricultores (13), Biólogos (6), Enfermagem (13), Estudantes (16),

⁴ "Utilização do poder de compra do Estado na área da saúde para o fortalecimento da produção nacional"

Farmacêuticos (n=18), Jornalistas (4), Médicos (8), 1 médico veterinário, químicos (5), área de Ciências Humanas (n=13). Observa-se que houve um maior interesse por parte dos farmacêuticos, como se era de esperar, destacamos o bom número de trabalhadores de enfermagem. Ao contrário do evento anterior, não houve paridade entre o número de agricultores e as instituições e organizações técnico-científicas.

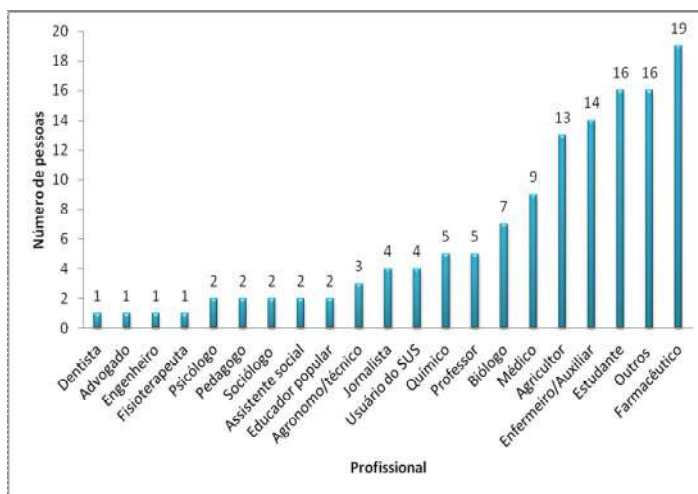


Figura 1: Pessoas presentes ao seminário Fitoterapia e Plantas Medicinais no SUS - Distribuição por categoria profissional

Deste conjunto de pessoas presentes ao seminário, 92 % pessoas declararam desejo em participar de rede virtual para acompanhar e/ou contribuir para o futuro da fitoterapia na região. Este é um indício da existência de uma rede sócio-técnica potencial.

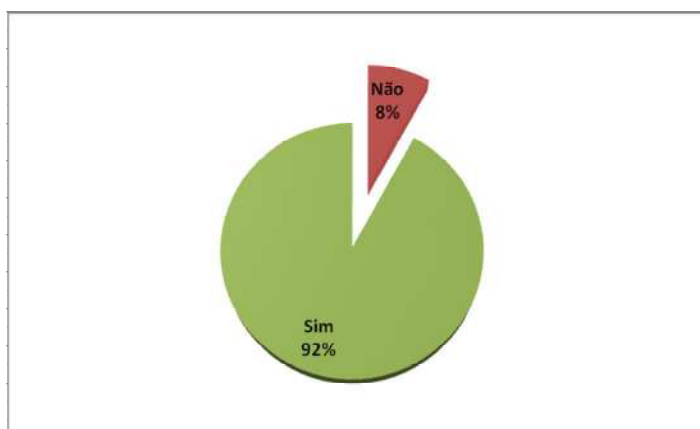


Figura 2: Interesse em participar de rede ou fórum virtual de apoio às ações locais de fitoterapia

As Instituições presentes foram: aquelas relacionadas à agricultura metropolitana (AGROVARGEM, AGROPRATA, ASPTA, APAT, UNIVERDE e COPAGÉ), Unidades da Fiocruz (Biomanguinhos, Farmanguinhos, INCQS, CFMA, ICICT, VPAAPS, UCLA, IOC, DIPLAN), Ministério da Saúde, Organizações da Sociedade Civil, Outras (SENAR-RJ), Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, SMSDC-RJ (Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro) e Universidades (UFF,UFBA,UFRJ,UNIESA,UNISUAM e UFRRJ).

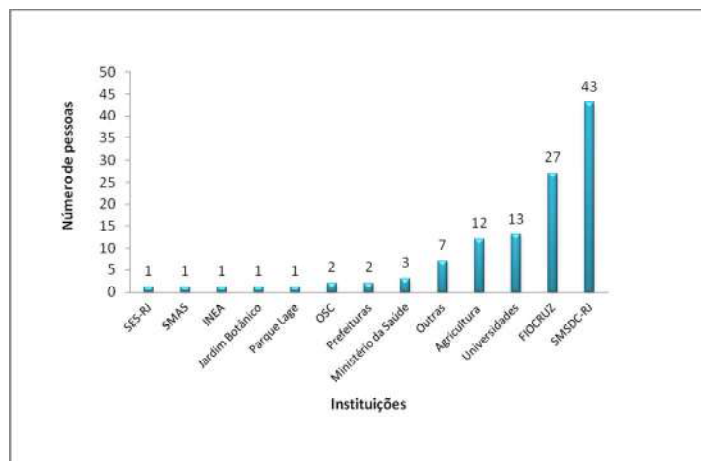


Figura 3: Instituições presentes ao Seminário Fitoterapia e Plantas Medicinais no SUS

A implantação de seminários como ferramentas de decisão intersetorial é um momento de profundo aprendizado para todos os envolvidos. A realização e repetição destes eventos fez aprofundar o entendimento que participação e equidade merecem atenção e zelo em colocar a “desigualdade a serviço” da inclusão. A eficácia e eficiência de um evento ou de uma trajetória de implantação de gestão participativa não se medem nas centenas de pessoas presentes, nem na quantidade de instituições representadas, mas na construção compartilhada de conhecimento. Depende muito mais de preparo das técnicas e metodologia do que de fatores materiais e de logística.

Os resultados parciais anunciam aumento da participação dos agricultores em redes, fóruns, conselhos, com acesso inicial às políticas de agricultura. Outrora invisíveis como se declaravam, ocorreu a integração dos agricultores da cidade, com produção típica de áreas rurais no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Novos agricultores da zona oeste do Rio ingressaram no Sistema Participativo de Garantia Orgânica (SPG). Integram a Rede de Agricultura Urbana e são fornecedores e

consumidores da Rede Ecológica. Atuam por representação na Articulação Metropolitana e Estadual de Agroecologia, que, por sua vez, é ligada à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Todas são organizações da sociedade civil. Participaram de pré-conferências, da conferência municipal, da estadual e da nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Dois agricultores foram eleitos para o CONSEARIO (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro). Houve participação de agricultores ou de seus familiares nas conferências municipais de saúde do Rio, sendo que diretores da Agroprata são membros do Conselho Distrital de Saúde da Área de Planejamento 5.2. Recentemente dois agricultores conseguiram após anos de luta e persistência terem sua Declaração de Aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), inseridas no sistema nacional.

Foi obtido o registro de uma rede sociotécnica com interação e reciprocidade entre agricultores, pesquisadores, políticos, trabalhadores de órgãos governamentais. A região metropolitana do Rio de Janeiro tem um

processo no qual estão envolvidos homens e seus objetos, *humanos e não humanos* no jargão da sociologia de Latour. Os objetos não seriam dominados pelos homens, eles estabeleceriam com eles relações complexas, eles os “superariam”, participando das categorizações. As relações entre humanos e não humanos estariam tão enredadas que não seria possível separá-las. (ARENDETT, 2008)

A rede sociotécnica é maior que este primeiro momento de análise. Este registro inicial está formatado como uma planilha e sintetizado no quadro (Q.01), voltado para a rede social, como um início de trabalho. Os números abaixo foram obtidos através dos contatos descritos em listas de presenças em eventos e relatórios de campo. A rede identificada tem um perfil de interação de pessoas, cidadãos em diferentes contextos. Aqueles envolvidos com a agricultura familiar de modo geral necessitam de práticas de comunicação escrita, os demais podem ter acesso às mídias digitais. Esta distinção é importante para o planejamento de estratégias de comunicação e informação inclusivas. As organizações de agricultores com as quais se tem uma rotina de relacionamento são as associações Alcri, Agroprata, Agrovargem e Rede de Agricultura Urbana. As demais são as associações de Nova Iguaçu, Magé, Queimados e Belford Roxo, bem como as articulações de agroecologia. Há uma relação de reciprocidade entre alguns pesquisadores da Fiocruz, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Rural, da Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO), da Universidade Federal Fluminense. As relações com as gestões centrais da Secretaria Municipal de

Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro (SMSDC-RJ) e Secretaria Estadual de Saúde (SES-RJ) são consideradas necessárias à obtenção dos objetivos do Profito e ao ideal de participação política dos agricultores nos serviços e ações de fitoterapia. Há um relacionamento relativo bom com profissionais de saúde e da área de saúde nas Áreas Programáticas adjacentes às experiências de agricultura, porém não é resolutivo já que não existe um fórum de decisões, ou uma instância deliberativa, que inclua os próprios trabalhadores do SUS local para efeitos da área da fitoterapia.

Tabela 1: Distribuição dos atores que compõe a rede socio-técnica identificada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Categorização	Contato rotineiro	Contato esporádico	Contato necessário
Pessoas físicas (agricultores, trabalhadores das políticas e organizações envolvidas)	60 (33 agricultores)	120 (16 agricultores)	329
Organizações de agricultores	4	8	12
Organizações da sociedade civil	2	3	18
Instituições de assistência à saúde e gestão do SUS	3	1	21
Institutos de Pesquisa e Universidades	6	4	10
Outros órgãos governamentais e instituições financeiras	8	6	14
Controle social	1	3	8

Análise qualitativa inicial apresenta baixa coesão da rede necessária para o êxito da fitoterapia na região metropolitana do Rio de Janeiro. Identifica-se como problema persistente a produção, acesso, circulação e uso de informação técnica e científica. Há evidências de melhoria da comunicação como prática descentralizada. No entanto, persistem conflitos relacionados a estas mesmas práticas. As práticas orais e um a um de comunicação, como conversas, entrevistas, uso do telefone e celular ou Skype não são eficientes para coletivos com a quantidade de pessoas identificadas. Alguns conflitos precisam de uma política de comunicação contínua com possibilidade de que outras vozes apareçam no cenário das ações locais de PNPMF. Com a possibilidade de expressão de conflitos como algo natural às interações humanas, é possível que apareça

a confiança nas possibilidades de polifonia, ou seja, a emissão de muitas vozes, com lugares de interlocução diferentes, mas interagindo e possibilitando decisões democráticas. Tanto a condição de mobilização, como de informação e comunicação precisam de uma análise acurada, sendo objeto de outros trabalhos.

Referências

1. AGUIAR, Afrânio Carvalho. Informação e atividades de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial: tipologia proposta como base em análise funcional. **Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, v. 20, n.1, p. 7-15, jan./jun. 1991
2. ARAUJO, I. S. **Mercado Simbólico: interlocução, luta, poder. Um modelo de comunicação para políticas públicas**. 2002. 352 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
3. ARENDT, Jacques. MANEIRAS DE PESQUISAR NO COTIDIANO: CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DO ATOR-REDE. **Psicologia & Sociedade**; 20, Edição Especial: 7-11, 2008
4. BAPTISTA, Silvia R. N. **Capacitação em rede para inserção de agricultores em APL de plantas medicinais e fitoterápicos**. Monografia (Especialização em gestão da inovação em fitomedicamentos). Instituto de Tecnologia em Fármacos, 2010.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 971 de 3 de Maio de 2006. **Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde** – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007.
7. FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. **Do sertão carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Sociologia. Rio de Janeiro, 2010.
8. _____ e BAPTISTA, Silvia. Capacitação em rede com pequenos produtores de uma unidade de proteção integral: uma reflexão sobre metodologias participativas. Anais do **V ENANPPAS - Encontro Nacional da Anppas**, 2010. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT5-499-445-20100903164034.pdf>

9. GOMEZ, Maria Nélide G de; CANONGIA, Claudia, (Org.) **Contribuição para políticas de ICT**. Brasília : IBICT, 2001.
10. GUIMARÃES, M.C. **Capacitação de agricultores no Brasil: estudo de caso Projeto Profito**. Monografia (Licenciatura em Biologia). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2011.
11. LAKATOS, E.M. e MARCONI, M.A.- Fundamentos de Metodologia Científica. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.
12. LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.
13. MAGALHÃES-FRAGA, S. A. P.; Oliveira, M. F. S. **Escolas Fitoparceiras: Saúde, Ambiente e Educação através das Plantas Mediciniais**. Revista Fitos, Pesquisa Desenvolvimento e Inovação em Fitoterápicos, Vol 5, nº1 – 2010.
14. MAGALHÃES-FRAGA, S. A. P. e BAPTISTA, Silvia R. N. (orgs). **SEMINÁRIO FITOTERAPIA E PLANTAS MEDICINAIS NA REDE SUS: Histórico e Proposta de Consolidação** (mimeo). Farmanguinhos, Rio de Janeiro. 2011
15. MORAES, Márcia. O conhecimento científico: da epistemologia às redes sócio-técnicas. Disponível em <http://www.slab.uff.br/textos/texto17.pdf> acessado em 19 de agosto de 2012.
16. MORIN, Edgard. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
17. PINHEIRO, L. V. R. Pilares conceituais para mapeamento do território epistemológico da ciência da informação : disciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e aplicações. In : PINTO, V. G. CAVALCANTE, L. E. (Org.) **Ciência da Informação : abordagens transdisciplinares, gêneses e aplicações**. Fortaleza : UFC, 2007. p. 71-105
18. SANTOS, M. **A Natureza do Espaço** : técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo : Ed. USP, 2006. p. P.156-187. Disponível em : < [http://www.4shared.com/office/IPwCKhCN/SANTOS Milton A natureza do es.html](http://www.4shared.com/office/IPwCKhCN/SANTOS_Milton_A_natureza_do_es.html) >
19. SANTOS, P., DOS REIS, M.. Gestão do Conhecimento: ainda um obscuro objeto de desejo? **RECIIS**, V.4 , N.5, dez. 2010.

REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO E O PRIVADO: O INDIVIDUALISMO E AS QUESTÕES DE CIDADANIA

*Lívia Serretti Azzi**
Regiane Oliveira Flauzino
Rogério Rodrigues

Resumo: O artigo toma como objeto de estudo uma análise do sentido da cidadania como instrumento para realização de direitos do indivíduo nas interfaces entre o público e o privado. Busca-se compreender, no pensamento de Hannah Arendt, os pressupostos e fundamentos sobre a perda da liberdade política no mundo moderno, a construção figurativa do indivíduo e o papel do espaço público enquanto precursor da ação, garantia de direitos e liberdade. Articula-se ainda a crítica da modernidade apresentada por Olgária Matos diante da construção figurativa do indivíduo na lógica do mercado mundial, repercutindo nas questões de cidadania relativas às condições contemporâneas dos direitos sociais nas diferentes temporalidades do mercado e do Estado.

Palavras-chave: Cidadania, espaço público, espaço privado.

Abstract: This article focuses in analysing the sense of citizenship as means to achieve the individual's rights at the interfaces between the public and the private. Following the reflexions of Hannah Arendt, this article strains to comprehend the assumptions and foundations behind the loss of political freedom in the contemporary world, the figurative construction of the individual and the role of the public space as a forerunner of the action, assurance of the rights and freedom. It argues also the criticism of modernity presented by Olgária Matos against the figurative construction of the

* *Lívia Serretti Azzi* – Mestranda Área Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade - DTecS - pelo Instituto de Engenharia de Produção e Gestão (IEPG/UNIFEI): <http://lattes.cnpq.br/4312726647342920>

Regiane Santos Flauzino de Oliveira – Mestranda Área Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade – DTecS - pelo Instituto de Engenharia de Produção e Gestão (IEPG/UNIFEI) – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5414991113254890/>

Rogério Rodrigues – Doutor Professor Adjunto IV do programa de pós-graduação Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade - DTecS - pelo Instituto de Engenharia de Produção e Gestão (IEPG/UNIFEI): <http://lattes.cnpq.br/3509356707584426>

individual in the logic of the global market, reflecting on the issues of citizenship related to the contemporary conditions of social rights in distinct temporalities of the market and the State.

Keywords: *Citizenship, public space, private space.*

Refletir o sentido da cidadania nas interfaces do espaço público e o espaço privado, no pensamento de Hannah Arendt, remete compreender como se deu tal distinção entre as esferas privada e pública na sociedade. Na experiência da *pólis* é que se vivenciava a vida política, tomavam as decisões mediante as palavras e persuasão, e não pela força e violência. A ordem no lugar da persuasão e a força mediante a violência eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da *pólis*, característicos do lar e da vida em família. A *pólis* e a família representaram pólos importantes de distinção entre as esferas privada e pública nos quais família e política existiam como entidades distintas. Depois surgiu a esfera social, que não era nem privada nem pública, implicando em um fenômeno relativamente novo da era moderna, eclodindo em sua forma política no advento Estado-nação.

Tanto em “Entre o passado e o futuro” quanto em “A condição humana”, Hannah Arendt recorre à Grécia Antiga para caracterizar e distinguir o que chamamos hoje de esferas pública e privada da vida. Ela diz, em “Entre o passado e o futuro” (2011, p. 159): *o homem livre, o cidadão da pólis, não é coagido pelas necessidades físicas da vida nem tampouco sujeito à dominação artificial dos outros. Não apenas não deve ser um escravo, como deve possuir e governar escravos.* Na antiguidade, a *pólis* ateniense era por primazia o local político que funcionava sem uma divisão entre governantes e governados, cujos cidadãos, somente aqueles que possuísem tempo de lazer e faculdade de transitar entre o lar - espaço privado - e o espaço público, poderiam assumir uma conduta da vida pública enquanto mediadores da ação e do discurso. Crianças, mulheres e escravos não livres constituíam a família comandada pelo domínio absoluto do chefe no lar, onde desenvolviam as atividades do labor: necessidades vitais e básicas como alimentação, descanso e reprodução. Relativo a esse contexto, em “A condição humana” (2004, p.34), diz: *o que nos interessa é a extraordinária divisão decisiva entre os domínios público e privado, entre a esfera da pólis e a esfera do lar, da família, e, finalmente, entre as atividades relativas ao mundo comum e aquelas relativas à manutenção da vida.*

Para Hannah Arendt (2004, p. 34), o que chamamos de “sociedade” é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem uma forma política de organização denominada “nação”. É muito provável, diz a autora, que o surgimento da cidade-Estado e do domínio público tenha ocorrido à custa do domínio privado da família e do lar. O que conferia a participação do homem nos assuntos do mundo na *pólis* era o fato de ter um lugar propriamente seu, uma casa que impedia que a vida privada fosse violada. E salienta: os limites que cercava cada propriedade não eram os mesmos, tal como concebemos na propriedade privada, e sim no conceito dos antigos, no qual os cidadãos dividiam suas colheitas nas cidades gregas por determinação da lei independente de cada um deles terem a propriedade incontestemente de seu pedaço de terra.

Na esfera do lar, o que se fazia distintivo da esfera pública era o fato dos homens viverem juntos para suprirem suas necessidades e carências, além disso, o poder paterno só era limitado em caso de conflito com os interesses da cidade. O domínio da *pólis* era a esfera da liberdade, esfera em que se caracterizava como *locus* exclusivo da esfera política, onde se venciam a necessidade das atividades do lar: manutenção e sobrevivência individual, sendo então, um fenômeno pré-político:

(...) os seres humanos são sujeitos à necessidade, têm o direito de empregar a violência contra os outros; a violência é o ato pré-político de libertar-se da necessidade da vida para conquistar a liberdade no mundo. Essa liberdade é a condição essencial daquilo que os gregos chamam de felicidade, *eudamonia*, que era um estado objetivo dependente, em primeiro lugar, de riqueza e saúde. Ser pobre ou ter má saúde significava estar sujeito à necessidade física, e se um escravo significava estar sujeito, também, à violência praticada pelo homem (ARENDR, 2004, p. 37).

A diferença mais marcante entre a *pólis* e o lar estava em se conhecer entre “iguais” no campo da liberdade, enquanto no campo da necessidade imperava a mais severa desigualdade. Ser livre era ter, significativamente, autonomia em relação ao outro e ao lar, poder deixar o lar para ingressar no domínio político, da igualdade, ao passo que no lar não existia liberdade. Eis uma diferenciação importante dos tempos modernos: a igualdade, longe de estar ligada a justiça, era a própria essência da liberdade, pois ser livre já significava estar isento da desigualdade presente no ato de governar, numa esfera que não existia governo nem governado.

Entendendo como era a vida na *pólis*, cabe salientar a nítida oposição e profunda diferença entre as concepções modernas e da antiga política: *no mundo moderno, os domínios social e político diferem muito menos entre si, a política é apenas uma função*

da sociedade - a ação, o discurso e o pensamento são, fundamentalmente, superestruturas assentadas no interesse social (ARENDT, 2004, p. 39). O caráter privativo da privacidade, na percepção dos antigos, indicava literalmente *um estado de encontrar-se privado de alguma coisa, até das mais altas e mais humanas capacidades do homem*. Viver uma vida unicamente privada, própria do indivíduo (*idion*), *fora do mundo do que é comum, é idiota por definição*.

Já a *privatividade* moderna, palavra utilizada por Arendt para enfatizar que não pensamos mais em privação quando a empregamos, houve um enorme enriquecimento da esfera privada por meio do individualismo moderno, fato histórico e decisivo cuja função mais relevante é abrigar o que é íntimo, não como oposto da esfera política, mas da esfera social em que está mais autenticamente relacionada. A autora recorre à Rousseau, como o primeiro eloquente explorador da intimidade, numa rebelião contra a insuportável perversão do coração humano pela sociedade. E assim o faz para lembrar do surpreendente florescimento da poesia e da música, entre meados do século XVIII ao início do século XIX, acompanhado do romance como forma de arte inteiramente social, declínio das artes mais públicas, como a arquitetura, e representa a estreita relação entre o social e o íntimo. Foi essa mesma reação rebelde da sociedade que fez com que os românticos descobrissem a intimidade, dirigida contra as exigências niveladoras do social.

Após a moderna desintegração da família, houve uma absorção da unidade familiar por grupos sociais correspondentes, a igualdade desses grupos remetia, não a uma igualdade entre pares, mas sobretudo, a igualdade dos membros da família ante o poder do chefe do lar. Quer dizer, ao haver um único interesse comum e de opinião unânime, o poder efetivo se transferia para um único homem, que exercida poder efetivo e representava o interesse comum e opinião correta:

É verdade que o governo de um só homem, o governo monárquico, que os antigos diziam ser a forma organizacional da família, é transformado na sociedade (como hoje a conhecemos, quando o topo da ordem social já não é constituído pela casa real de um governo absoluto) em uma espécie de governo de ninguém. Mas esse ninguém, o suposto interesse único da sociedade como um todo em questões econômicas, assim como a suposta divisão da opinião única da sociedade educada dos salões, não deixa de governar por ter perdido sua personalidade. Como verificamos pela forma mais social de governo, isto é, pela burocracia (o último estágio do governo no Estado-nação, tal como o governo de um só homem constituía o primeiro estágio do despotismo benevolente e do absolutismo), o governo de ninguém não é necessariamente um não-governo; pode, de fato, em certas circunstâncias, vir a ser uma das mais cruéis e tirânicas versões (ARENDT, 2004, p. 49).

Se, na antiguidade, a possibilidade de ação era excluída do lar doméstico, no estágio moderno dos salões da alta sociedade, ao invés de ação, esperava-se de cada um dos membros um certo tipo de comportamento que atendesse a inúmeras e variadas regras de modo a “normalizar” todos os membros. Com Rousseau, explica Arendt, entendemos que as convenções sempre equacionam o indivíduo com sua posição dentro da estrutura social. Com o surgimento da sociedade de massas, ao contrário, o domínio do social atingiu todos os membros de uma determinada comunidade, conquistando uma igualdade que é apenas o reconhecimento político e jurídico no mundo moderno, cuja sociedade conquistou o domínio público e que a distinção e a diferença tornaram-se assuntos privados do indivíduo.

Na visão apresentada em “Entre o passado e o futuro”, há uma crise profunda no mundo contemporâneo: a época moderna representa um momento de ruptura do homem com os valores tradicionais da antiguidade e da religião, alterando a orientação dos homens no mundo e deixando-os sem referências supremas para seguir. Essa crise é política e seu sintoma mais significativo foi ter se espalhado para as áreas pré-políticas, remetendo à perda de autoridade na criação dos filhos e na educação.

O conceito de autoridade enfatizado pela autora é de origem platônica, definido em contraposição à coerção pela força, a favor da persuasão através de argumentos. Com a perda da autoridade, a dúvida geral da época moderna invadiu também o domínio político e, conseqüentemente, a sensação de permanência e de segurança no mundo. Se antes a ação característica da *vita activa* como expressão política através dos atos e palavras garantia ao homem a condição fundamental da natalidade e confirmava sua existência no mundo, com o advento da revolução industrial a vida pública se desfragmentou em prol de atividades fabris, do agir do homem sobre a natureza, fazendo do trabalho atividade imperiosa para a vida, onde se busca a satisfação das necessidades heterônomas, marcada pela crescente alienação do mundo na época moderna, o que nas palavras de Hannah Arendt (2011, p. 125), *conduziu a uma situação em que o homem, onde quer que vá, encontra apenas a si mesmo*. Trata-se de uma construção figurativa do indivíduo desinteressado de responsabilidade em conseqüência da ruptura com o mundo comum, no qual o outro passa a ser indiferente, não há mais diálogo nem debate de diferentes perspectivas, apenas um jogo de interesses individuais desprovido de importância coletiva.

Com o advento da sociedade na admissão das atividades domésticas e da administração do lar no domínio público, houve uma tendência a crescer e liquidar os domínios mais antigos do político e do privado. Sabe-se que há, em “A Condição Humana”, uma rígida distinção entre os domínios público e privado, enquanto a esfera social é caracterizada como um domínio híbrido que acaba por promover uma indistinção entre os mesmos. A esfera da intimidade, instituída nesta ordem, foi canalizada no próprio processo de vida para o domínio público: *o novo domínio social transformou todas as comunidades modernas em sociedades de trabalhadores e empregados; essas comunidades concentram-se imediatamente em torno da única atividade necessária para manter a vida* (ARENDDT, 2004, p. 56).

Desde o nascimento, o ser humano é condicionado pela vida biológica a trabalhar para atender suas necessidades. A atividade do trabalho, mesmo sendo promovida à estatura de coisa pública, permaneceu aprisionada ao processo vital de satisfazer as necessidades do homem. Todavia, após a Revolução Industrial, a circularidade do trabalho voltou-se para o consumo.

Voltando à antiguidade, Arendt lembra que a escravidão não foi um artifício para obter mão-de-obra barata, nem instrumento de exploração para fins lucrativos, e sim, a tentativa de excluir o trabalho das condições de vida do homem. Ao empregar o conceito: *animal laborens*, assim o faz para deixar claro que o homem é apenas mais uma das espécies da Terra, a mais desenvolvida, na melhor das hipóteses.

Não é surpreendente que a distinção entre trabalho e obra tenha sido ignorada na Antiguidade Clássica. A diferenciação entre a casa privada e o domínio político público, entre o doméstico que era um escravo e o chefe da casa que era um cidadão, entre as atividades que deveriam ser ocultadas na privacidade e aquelas que eram dignas de serem vistas, ouvidas e lembradas, obscureceu e predeterminou todas as outras distinções, até restar somente um critério: é em privado ou é em público que se gasta a maior parte do tempo e do esforço? (ARENDDT, 2004, p. 104-105).

Sobre esta questão, é preciso compreender primeiro, a complexidade da condição humana e sua relação com o conceito do homem como trabalhador, utilizada por Arendt, ou seja, a vitória do *animal laborens* na era moderna. Aquele que torna possível a transformação da obra em trabalho, faz dos objetos de uso serem objetos de consumo. O trabalho é a atividade na qual o homem exerce suas funções vitais para garantir sua existência, sendo um exercício essencialmente solitário, ainda que possa

ocorrer coletivamente, não há um convívio ativo com o mundo nem com os outros homens, o que há durante o trabalho é um movimento solitário do corpo para se manter vivo, mesmo na presença dos outros, o homem se mantém aprisionado ao trabalho, pois a pluralidade, própria da ação, não é experimentada.

O trabalho é, para Hannah Arendt, uma atividade de subsistência em que o homem exercita a benção da vida como um todo, mas não transcende a vida, o esforço e gratificação exercidos voltam-se para a produção e o consumo. Obra ou fabricação corresponde à condição humana na mundanidade, ou seja, constitui-se de um mundo humano formado por reificação e coisificação do *homo faber*.

O *homo faber* visa a troca de produtos, relaciona na comunidade dos homens apenas no mercado de trocas, enquanto fabricante das coisas, não estabelece um metabolismo com a natureza, mas a viola e extrai dela materiais para uma infinidade de coisas. Diferentemente, o *animal laborens*, já aqui dito, visa somente a responder ao estar vivo, incapaz de construir ou habitar o domínio público, mundano. A política surge, então, na vida do homem não nas atividades laborais, nem fabris, e sim no espaço que Arendt (2004, p. 287) define por primazia na relação *entre-os-homens*:

Em nosso mundo, a aparente eliminação do trabalho, como esforço doloroso ao qual toda vida humana está vinculada, teve, em primeiro lugar, a conseqüência de que a obra é agora executada à maneira do trabalho, enquanto os produtos da obra, objetos destinados ao uso, passaram a ser consumidos como se fossem meros bens de consumo. Analogamente, a tentativa de eliminar a ação em virtude de sua incerteza e de salvar de sua fragilidade os assuntos humanos, tratando-os como se fossem ou pudessem vir a ser produtos planejados da fabricação humana, resultou em primeiro lugar, na canalização da capacidade humana de agir, de iniciar processos novos e espontâneos, que jamais existiriam sem os homens, para uma atitude em relação à natureza que, até o último estágio da era moderna, se limitara a explorar as leis naturais e a fabricar objetos a partir de materiais naturais.

A era moderna na visão de Arendt é diferente do mundo moderno, este iniciou-se politicamente com as bombas atômicas, enquanto aquela iniciou-se com o pensamento científico (século XVII) e perdurou até o limiar do século XX. Nosso século combinou de maneira singular industrialismo e militarismo, expansão do capitalismo milionário e dissipação do Estado-Nação, racismo e patriotismo em um misto praticamente indiscernível entre Ciência e falsa consciência, entre conformismo científico e o político. Sua gênese encontra-se na racionalidade que constitui o mundo moderno. Neste sentido, Hannah Arendt (2004, p. 37) escreveu ter sido Galileu um dos

primeiros a realizar um gesto de alienação do homem no mundo, ao transformar a observação a longa distância pela utilização do telescópio, alienação esta que provocou uma separação entre o homem e o universo. Diferentemente do saber medieval que pretendia preparar o homem para a santidade, e do Renascimento, que buscava a geometria cósmica, a ciência moderna é essencialmente mundana, dela derivam nossos bens úteis e materiais. A Ciência desenvolve-se em um universo que ignora o homem, enquanto o homem vive em um mundo que ignora o universo. Colocando-se acima da humanidade, a ciência constrói um sujeito abstrato, concebendo a natureza por triângulos, retas e planos. O mundo natural passa a ser considerado segundo regularidades quantificáveis, enquanto o homem é incoerente e imprevisível.

As reflexões de Hannah Arendt, em *A Condição Humana*, relativas à era moderna, demonstram um resgate às origens da moderna alienação resultante da vitória do *animal laborens* ao alienar-se da Terra e do Mundo para a produção técnica da vida, inviabilidade da tradução das verdades científicas em discurso e separação do conhecimento técnico do pensamento. Todavia, o advento da automação também trouxe consigo uma sociedade de trabalhadores que nem sempre têm trabalho.

Para a autora, o espaço público só pode ser construído pela ação e pelo discurso, de modo que haja recordação e memória comum aos homens e atos capazes de movimentar o mundo em novo começo. É no campo da política que o homem pode exercer a cidadania e potencialidades da vida humana, isso só é possível através da liberdade. *Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado. A raison d'être da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação* (ARENDDT, 2011, p. 192).

Na medida em que temos uma restrição da liberdade no mundo cultural e histórico, devido às determinações econômicas e do poder do mercado, é pertinente analisar o espaço público e o privado sob a ótica do individualismo e as questões de cidadania nas condições contemporâneas dos direitos sociais. Olgária Matos (2008) traz contribuições importantes sobre essas questões e lembra que nas diferentes temporalidades do mercado e do Estado ocorreram sucessivas flexibilizações dos direitos sociais, nas condições contemporâneas de reprodução e acréscimo do capital.

A lógica da rentabilidade em curto prazo nas privatizações, por exemplo, correspondem à transferência do público para o privado, remetendo a cidadania ao âmbito dos interesses individuais, já que com a associação do público ao privado ocorre

flexibilização das leis trabalhistas, aumento do desemprego e, usando os termos de Matos, miséria material e espiritual.

A cultura capitalista correspondente à transformação da economia de mercado em sociedade de mercado, conduz uma simbiose econômica constituída pela dessublimação repressiva de desejos, consumo excessivo e produção permanente de carências e falta, determinada pela cultura do excesso, de forma que a sociedade de mercado se reduz à incivilidade.

A questão não é o mercado em si, mas a hegemonia do mercado e as conseqüências provocadas nas esferas da vida pública, privada e da intimidade, não há mais uma autonomia do indivíduo, tudo passou a ser colonizado pelas determinações das leis da economia, ficando ao poder do mercado, do custo e benefício, ocorrendo, conseqüentemente, uma restrição na liberdade já que a vida social, a vida de cada um, passa a ser organizada pelas conveniências das razões mercadológicas. A desagregação do sentido da vida em comum, entendidas tanto por Arendt e Matos, é a alienação do homem em sentir-se estranho e supérfluo no mundo.

A obsessão e as rotinas de produção e do consumo liquidaram com a capacidade do homem para o exercício da autonomia e da criatividade. Os cidadãos alhearam-se da representação, sem no entanto terem desenvolvido participação política exercitáveis em políticas mais amplas. A lógica da rentabilidade em curto prazo nas privatizações, por exemplo, corresponde à transferência do público para o privado, remetendo a cidadania ao âmbito dos interesses individuais, já que com a associação do público ao privado ocorre flexibilização das leis trabalhistas, aumento do desemprego e vazio simbólico a ser preenchido pelas relações sociais de reprodução social (na família e nos espaços públicos).

Com o advento da revolução industrial, a vida pública se desfragmentou em prol das atividades fabris, a sensação de permanência e de segurança no mundo alterou para um mundo cheio de espaço e vazio de sentidos, imperativos econômicos impostos pelas multinacionais e transnacionais, estratégia simbólica do capitalismo em se integrar na lógica do consumo todas as classes populares do espaço mundial.

A todo momento é criado um novo produto, os pertences tendem a ficar ultrapassados a cada dia que passa, ocorre uma sensação de sempre faltar algo: a lógica do mercado cuja ordem é a lei esmagadora das sociedades, culturas e movimentos sociais. Neste sentido, em “Mal-Estar na Contemporaneidade”, Olgária Matos (2008) afirma que o capitalismo contemporâneo – que produziu a modernidade – é dominado

pelo princípio do rendimento, do desempenho e das performances do empregado em seu trabalho. Nas palavras de Olgária Matos (2008), *no capitalismo contemporâneo domina o cada um por si*.

A obsessão de eliminar o concorrente na busca do lucro se duplica na vontade também aguerrida de eliminá-lo na conquista de postos. A cultura do ódio provoca eliminação em lugar da cooperação. As solidariedades de classe se desmancham em proveito da ferocidade supostamente favorecedora dos melhores (MATOS, 2008).

Isto significa *um ambiente de trabalho policiado por uma administração que dá conselhos, mas conselhos sem experiência e sem ligação nenhuma com a história do próprio trabalhador*, diz Matos (2008). Ainda a autora afirma que neste contexto ignora-se a temporalidade da experiência, da felicidade e do conhecimento. E acrescenta: *a temporalidade é institucionalmente organizada constituindo o atributo mais eminente da dominação, pois corresponde a um encolhimento do espaço das experiências na vida social e de liberdade*. E continua a autora afirmando que *essa liberdade tem acesso ao passado e ao futuro e a uma construção de uma subjetividade democrática que representa a edificação de uma história e de uma identidade comum, na medida em que esta marca um ambiente de objetivos e de significações partilhadas*.

Desta forma, o mercado segue hegemônico com relação as esferas da vida, desta forma não mais independente no que se refere a esfera da intimidade ou individualidade. Tudo passa a ser tomado pelo mundo externo e as determinações econômicas. Assim, os sujeitos se adaptam as razões do mercado, que, por sua vez segue acelerado, e acelera também o presente tomando conta de espaços como trabalho e o estudo.

Matos (2008) afirma que o “presenteísmo”, é a aceleração do presente, este aderido à temporalidade apropria-se de todos os espaços de democracia, começando pela educação. Educação esta que deixa de ser para a liberdade, para direitos e deveres, e torna-se *educação para a adaptação, na ploriferação de direitos sem a lei pan-inclusiva que deveria presidi-los*, na expressão de Matos (2008).

O mercado assim, é o fator regulador e organizador da vida social e dos indivíduos. Prepara-se, portanto, os jovens para adaptar-se ao mundo tal como ele é dominado pelas palavras eficiência, eficácia, metas e outros jargões como: “é preciso estar na frente dos concorrentes”, “é preciso ser o melhor pois há poucas vagas no mercado”, frases estas constantemente pronunciadas em anúncios de escolas privadas.

Desta forma, conforme Matos (2008), *seus efeitos na educação se constituem no desaparecimento da noção da “cultura geral” pela “cultura comum”, cuja finalidade é preparar os jovens para entrar no mundo tal como ele é.* As metas de estudantes e trabalhadores giram em torno do *status quo*, que mantém acesa a chamada “motivação” para a realização das coisas. Os títulos acadêmicos não coroam o *status* de um intelectual, capaz de promover o crescimento de virtudes humanas, mas sim são necessários apenas para galgar novos “andares” ou postos de trabalho.

De tal modo, Matos (2008) afirma que essa adesão ao presente plano, caso permita algum sonho – este é paradoxal – sonha tão somente com o *status quo*, deseja que nada de novo venha abrir o tempo histórico e o futuro. Na expressão da autora: *o tempo na contemporaneidade é fatalizado pela ordem das urgências, que significa uma oscilação na razão instrumental, o culto do meio e o esquecimento dos fins. Ele é o reino das revoluções tecnológicas e do progresso.*

A essa circunstância, Matos (2007) recorre a Weber, para distinguir o que antes de Adorno e Horkheimer denominou “razão instrumental”, e se constitui em cientificismo, o que significa adesão que não critica a ciência e suas práticas. Tem-se neste caso uma adesão ao conceito de progresso linear e contínuo, e neste caso, redimensiona-se a razão em sentido tecnológico. Isto envolve a política e a economia, e abandona-se como afirma a autora, *o ideal de reflexão, contemplação e liberdade de pensamento e, por fim, à exaltação do mercado como sucedâneo da busca da felicidade.*

Ainda hoje poucos têm acesso a este universo da reflexão e do saber visto que se estão muito ocupados em fazer uso do tempo para as urgências do mundo do trabalho, também no acadêmico, que deveria ter perpetuidade do conhecimento sua vocação. Matos (2007) afirma que o Iluminismo e a Revolução Francesa tinham na educação o robustecimento tanto político quanto espiritual da democracia. Através deste viés foram bem sucedidos em seu projeto civilizatório. Isto porque compreenderam que a educação, a cultura e as artes eram um bem a que todos tinham igualmente direito, e que previne que a miserabilidade se erigisse como política de Estado, que corresponde as políticas educacionais contemporâneas vigentes, segundo as quais *é melhor dar pouco para muitos do que muito para poucos. Entenderam que um povo começa a existir por suas necessidades espirituais.*

Na atual política, vemos serem repassadas as responsabilidades da educação para o setor privado assim como outros serviços como saúde e transporte por exemplo. Em

troca da suposta diminuição dos custos nos orçamentos públicos, transfere a responsabilidade do público para o privado, como afirma a autora:

Eis por que a privatização da educação, assim como de outros serviços públicos de cunho social, designa a renúncia a essa tarefa e repassa do público ao privado a segurança no futuro do povo. Os serviços de saúde, a rede de transporte, o correio, a educação são supostos a operar na duração, se não na permanência do tempo, para responder a necessidades sociais inscritas no tempo longo. O Estado transfere ao mercado sua capacidade de assegurar o futuro dos cidadãos. (MATOS, 2007)

Matos (2007) afirma que não há proteção para ideias que assegurem dignidade às “ciências do espírito”, por meio da universidade moderna ligadas ao projeto de formação de uma identidade da cultura. Segundo a autora a universidade cultural foi substituída pela universidade da excelência *sem que se atribua a esta um conteúdo cultural*. Na expressão da autora, sob o *argumento do direito de escolha e da convivência entre os espaços público e privado*, entrega-se portando a continuidade ou os tesouros de uma cultura às mãos dos interesses privados. Pensa-se nos conteúdos educacionais a partir da ótica de mercado.

Desta forma, as *próprias humanidades* variam entre uma prestação de serviços ao consumidor e a prática da pesquisa, atuante aqui como valor de troca e até mesmo como forma de atrair investimentos das chamadas agências financiadoras. Assim, o mercado também é fator ou critério de transformação de programas educacionais e, por conseguinte, de comportamentos intelectuais. Assim afirma a autora que é na contramão da hegemonia do mercado, que na universidade pública: *o pensamento é trabalho não-produtivo, não deve procurar ser econômico, ele se inscreve melhor na economia do desperdício do que naquela restrita do cálculo*. (Matos, 2007)

Matos (2007) afirma que as ciências e as humanidades se desenvolveram, ambas, a partir da literatura e da filosofia, pois estas encontram-se duradouramente vinculadas a suas origens de laço social. Assim corrobora a autora os pensamentos da Academia platônica e do Liceu aristotélico, como padrões de universidades, onde se estabeleceu o auge do espaço de individuação e de cidadania política. Descreve a autora que a educação é portadora da *philia*, que significa *laço de afeição, ternura, admiração, sublimação e convivência: sem philia não há futuro político, isto é, paz social*.

O produto do mercado está no entorno do lucro, redução de custos – e isso inclui mão de obra “barata” e cortes de pessoal. Nisto não se observa essa relação de filiação ou paternidade. De acordo com Matos (2007), o mercado não pode produzir nenhum

tipo de *philia* visto que seus objetivos são, por primeiro, calculáveis e sucessivamente descartáveis. Já os objetivos de *philia* não correspondem ao valor uso ou de troca, mas valores de puro afeto, o que não tem preço.

A costura simbólica entre o passado e o presente, entre as diversas idades da vida (a cultura como eixo de pesquisa, produção e irradiação de saberes), corresponde à universidade da cultura, a das “relações sociais e de *philia* nacional”, que está sendo substituída pela “universidade do conhecimento” ou da “excelência”, pelas tecnologias de informação e comunicação, a formação pela performance, o sentido dos saberes pelo *know-how* técnico, produzindo incivilidade: a economia de mercado evolui para uma sociedade de mercado, para o desenvolvimento da “sociedade da informação”. Sociedade de mercado é, por isso, a da dissociação. Nesse sentido, o enfraquecimento do “prestígio nacional” e da idéia de constituir-se um povo – esse amor da nação por ela mesma – regride. (MATOS, 2007)

O mercado não reconhece direitos, pois vale a "lei do mais forte", semelhante ao descrito por Marx, como lembra Matos (2008) em *Formações Econômicas Pré-capitalistas, quando massas inteiras de servos da gleba foram arrancadas de seu modo de vida, crenças e tradições e violentamente lançadas na selva das cidades, vindo a constituir, na Inglaterra, o proletariado moderno*. Afirma assim a autora que com o Estado mínimo em curso, e com a privatização sem um discernimento do que é público e a respectiva ligação do público com o privado, temos então a flexibilização das leis trabalhistas, desemprego crescente, miséria material e espiritual.

Olgária (2008) descreve que as novas massas, semelhantes às pertencentes ao século XIX, apontam a *ficção dos direitos civis*. Elas representam os *novos bárbaros*, são o *estrangeiro* de todas as sociedades, o *proletariado sem pátria*, sem *tradição*. Assim afirma que essa massa representa são todos os excluídos da modernidade. A autora afirma que direito, numa democracia, não o que depõe cidadãos, mas sim o que se exerce em seu benefício. Isto no sentido de sua permanente ampliação, àqueles dele desprovidos. Em seguida descreve que direito também significa *invenção permanente de novos direitos* e, principalmente, a significado do direito a ter direitos. A destituição de direitos trabalhistas visa a superconcentração e acúmulo do capital. Assim a economia *faz-se passar por um ciclo fechado de fenômenos objetivos*, melhor dizendo, *política econômica*. *Nela, os números se comportam como a oratória nos comícios: não são portadores de nenhuma objetividade irrefutável*.

Tem-se o futuro tendo como bússola norteadora os números, como forma unânime de se pensar. Reduz-se o pensamento às novas disponibilidades, as tendências, aos modismos. Retêm-se a ideias minizadas por temporalidades estatísticas. Assim

corroborar Matos (2008) afirmando que a economia, por meio de estatísticas, porcentagens e números, como única maneira de pensar e de ser, é um poderoso redutor do pensamento. A autora descreve que o futuro é visto como previsível e controlável e só é evocado como justificativa do que se quer fazer no presente. Desta maneira no discurso oficial dos governantes não são reconhecidos os descontentes da civilização. Os conflitos sociais são considerados ilegais, e seus agentes, incompetentes sociais, de modo a *não haver mais separação entre a posição dos dirigentes e o Poder, nem entre o poder do Estado e a sociedade.*

A tendência à dissolução dos Estados nacionais pelo capital transnacional privatizante (cujos critérios de autoridade correspondem aos interesses dos conglomerados no poder) e a determinação de todas as esferas da vida pelas leis do mercado apagam a separação entre o público e o privado, transformam o espaço público em imagem pública e o cidadão em cidadão-consumidor, como se observa no advento do marketing político. Com efeito, as atuais campanhas eleitorais inscrevem-se nas mudanças da esfera pública e no advento de práticas persuasivas ligadas à *peoplelização*, segundo o modelo da imprensa tablóide inglesa das “celebridades” e do colonismo social. Dão-se no adotar técnicas do show business, os políticos imitando a vida de stars, sob a hegemonia das mídias de massa, da publicidade, do *talk show*, o conjunto atendendo à lógica comercial e recreativa. (MATOS, 2008)

Matos (2008) afirma que há pouco tempo atrás se diferenciavam propaganda e publicidade. A propaganda de ideias – no século XVIII europeu – correspondeu à composição de um espaço público nascido dos salões literários. A leitura consistia uma forma por excelência nobre da propagação dos valores de aprimoramento da convivência, da confiança, da solidariedade e da *philia social*. Já na propaganda moderna fazia parte às ideias iluministas para combater todos os tipos de preconceito e de obscurantismo, na política, na moral, na ciência, nas artes. *O espaço público foi a contrapartida da vida na corte, esta com seu culto da aparência e da imagem pública do valor de alguém.*

Atualmente, bem mais que produtos vendem-se votos por meio da propaganda, fundamentada no marketing político. São um *mix* de ferramentas de marketing aguerridos em conquistar eleitores. As disputas desenrolam em torno de uma guerra entre candidatos dispostos a pontuar situações peculiares e até mesmo fracassos particulares para derrubar o concorrente.

Olgária Mattos (2008) afirma que a política “*people*” liga propaganda e publicidade, advindo o marketing político, que se dirige aos consumidores de mídias, isto é, o corpo de eleitores. “*Revolução conservadora*”, uma vez que se assiste ao

retorno do privado, da intimidade pessoal e da *personalização do poder*, de onde o tratamento cada vez mais agressivo nas campanhas eleitorais.

A mise-en-scène promocional da intimidade tem por corolário a imprensa sensacionalista e vedetizante, que a expõe e vive de escândalos, como denúncias de várias ordens e a curiosidade com respeito a preferências sexuais ou alimentares das celebridades. Os acontecimentos tomam a fórmula dos faits-divers. Não são estranhos à forma pós-moderna da política traços populistas, pautados pelo fetiche das pesquisas de opinião; tais pesquisas determinam a construção de uma imagem pública, destinada a se tornar objeto de ódio ou amor. (MATOS, 2008)

A política, portanto é como que personalizada de acordo com os intuits parlamentares. Adequa-se o personagem à demanda de “mercado” e veste-se a máscara de um protótipo de herói ou no dito popular um “salvador da pátria”. Sem bases para fazer uma crítica ao discurso, veem-se centenas de eleitores discutindo o que se quer que seja discutido.

De acordo com Matos (2008) essa personalização da política contradiz a concepção parlamentar das instituições republicanas. Assim, o debate nas eleições é guiado pela lógica da *conquista a qualquer preço dos cargos eletivos*, apelando para um sistema de preconceitos, suscitando o exercício sem escrúpulos de ressentimentos, fruto de uma “*rivalidade mimética*” com aquele que se ataca.

O cidadão, convertido em telespectador e “comentarista” político, confirma as carências e insuficiências do jogo político tradicional. Assim, também a sucessão de escândalos só pode ser mantida pelos procedimentos próprios à mídia, capaz de reunir, em um todo “coerente”, um conjunto de elementos desordenados de modo a impedir a reflexão, pois não há como distinguir o que é significativo e o que é insignificante nos noticiários. Cria-se um universo povoado de heróis e anti-heróis, de vítimas e de seus salvadores. (MATOS, 2008)

Além disso, nas palavras de Olgária (2008) “*politizar*” todas as dimensões da vida, incluindo a intimidade, é a expressão da *despolitização total*, pois são mobilizados aspectos *protofascistas* e *autoritários* de cada um, como bem o revelam as análises de Hannah Arendt sobre o *Totalitarismo*. Assim afirma a autora que o princípio dos discursos dos candidatos confirma a eliminação do debate de ideias pela política reduzida à “*prestação de serviços*”.

Que se pense na agenda midiática despolitizadora: cotas compensatórias que substituem o enfrentamento da exclusão econômica e cultural da maioria, quando deveriam ser apenas transitórias; indenizações para as vítimas do terrorismo de Estado e o silêncio sobre suas causas, com a consequente manutenção da prática da tortura no país. (MATOS, 2008)

Portanto, na visão de Matos (2008), as mazelas do cotidiano não são consideradas políticas para a agenda eleitoral: estes exigem e questionam reordenações do capitalismo contemporâneo baseado no descartável e seus resultados desagregadores na vida urbana, dos congestionamentos à desconsideração de atitudes elementares de convivência.

As perspectivas traçadas na abordagem teórica de Hannah Arendt e Olgária Matos contribuem para a reflexão sobre os direitos dos indivíduos no espaço público e demonstram um paradoxo na identidade do cidadão contemporâneo que vive num horizonte que se inscreve na experiência da "banalização do Mal", volatilização da culpa e indiferença. A economia passa a determinar as esferas da vida do espírito, da memória, do mundo cultural e histórico. Há, então, um reducionismo da esfera pública devido à perda do mundo comum, acessível a todos, compartilhado de significações e valores, limitando o exercício da cidadania, a liberdade de ação e o discurso do indivíduo no espaço público, acarretando assim o vazio de sentidos na esfera privada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

_____. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

MATOS, C. F. Olgária. *Cultura capitalista e Humanismo: educação, antipólis e incivilidade*. Revista USP, v. 74, p. 28-34, 2007.

_____. *O Mal-estar na contemporaneidade: performance e tempo*. In: Tempo e Performance, Revista Com Ciência nº 101, Set/2008.

_____. *Sociedade: Tolerância, confiança, amizade*. Revista USP: Dossiê Direitos Humanos no Limiar do Século XXI. n.37. abr/mai 1998.

GT 10 - Estudos do desenvolvimento

A (DES)CONSTRUÇÃO ETNOCÊNTRICA DO DESENVOLVIMENTO

Cristiane Diniz Barbosa

Mestranda em Desenvolvimento Social - UNIMONTES
crisdinizb@yahoo.com.br

Luci Helena Silva Martins

Professora do Mestrado em Desenvolvimento Social – UNIMONTES
lucihelenam@yahoo.com.br

Luciana Maria Guimarães Rabelo

Mestranda em Desenvolvimento Social – UNIMONTES
lucianamgrabelo@bol.com.br

RESUMO: O presente artigo procura desmistificar o conceito etnocêntrico de desenvolvimento. Ao estabelecer uma abordagem teórica entre autores que permitem pensar a condição periférica latino-americana, buscam-se alternativas para o desenvolvimento que não seja a recorrente imposição dos países centrais. Isso permite, num segundo momento, compreender novas formas de subjetividade e ação na contemporaneidade, que sustentem novas abordagens e permitam de fato pensar num desenvolvimento a partir das experiências vivenciadas por esses países; que eles mesmos encontrem as saídas para o desenvolvimento. A proposta deste trabalho é delinear cada um desses pontos referenciados, em três seções de análises. Abre-se, assim, o caminho para a composição dos autores, o ritmo foi dado, os passos iniciam cadenciados.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; países periféricos; etnocentrismo.

ABSTRACT: This article seeks to demystify the concept of ethnocentric development. By establishing a theoretical approach allowing authors to think of the condition peripheral Latin American alternatives are sought for development other than the applicant countries of central imposition. This allows, second, to understand new forms of subjectivity and action in the present, to support and enable new approaches actually think of a development from the experiences of these countries, they themselves are the outputs for development. The purpose of this paper is to outline each of these points referenced in three sections of analysis. It opens thus the path to the composition of the authors, the pace has been given, the cadenced steps start.

KEYWORDS: Development; peripheral countries; ethnocentrism.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado das discussões fomentadas acerca das “Teorias do Desenvolvimento”. A própria palavra “teorias” no plural já implica uma diversidade de análises. Para este estudo, especificamente, privilegiou-se um dos enfoques sobre o desenvolvimento.

Reflexões apontadas que significam um eterno *continuum* do pensamento já que a própria palavra “desenvolvimento”, etimologicamente, da raiz latina “vōlvére” (volver) significa mudar de posição ou de direção. As teorias renovam-se, assim como nossos pensamentos e a própria ideia de desenvolvimento.

Objetivando fixar esta discussão no cenário latino-americano, o intuito deste trabalho é desmistificar o conceito etnocêntrico¹ de desenvolvimento e, por conseguinte, compreender como se dá a composição, o ritmo, a cadência que harmoniza as novas formas de subjetividade e ação com o desencantamento do mundo contemporâneo.

Este artigo conta com três seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, busca-se desfigurar o conceito de desenvolvimento proposto pelos países centrais tomando como base teórica os escritos de Mia Couto (2011) e Hugo Achugar (2006). A segunda seção segue discutindo a perspectiva de desenvolvimento da América Latina, principalmente, a partir do século XIX fundamentando-se nas análises de José Maurício Domingues (2009). Por último, a terceira seção procura desconstruir o conceito tradicional de subjetividade ao pensar em suas novas formas na contemporaneidade. Os autores referenciados para tal discussão são Alain Touraine (1998; 2011) e Hannah Arendt (2001; 2003; 2007).

A abordagem privilegiada perpassa uma discussão conceitual sobre as “teorias do desenvolvimento”. Abre-se, assim, o caminho para a composição dos autores, o ritmo foi dado, os passos iniciam cadenciados.

¹ Entende-se etnocentrismo como tentativa de privilegiar um universo de representações como modelo em detrimento dos demais universos e culturas “diferentes”.

1. COLONIALIDADES DESCENTRADAS: DOS “SAPATOS SUJOS” AOS “PLANETAS SEM BOCA”

A verdade é uma: antes vale andar descalço do que tropeçar com os sapatos dos outros. (COUTO, 2011, p. 47)

Outros representados aqui por um centro, por uma metrópole. Outros que sempre ditaram os caminhos a serem seguidos. Mia Couto (2011), escritor moçambicano, bem sabia que era preciso deixar na soleira da porta os sapatos sujos que impediam o seu país de adentrar aos rumos do desenvolvimento.

Não somente Moçambique, mas também outras ex-colônias carregam consigo o “fardo” do subdesenvolvimento, apontando, muitas vezes, culpados e sempre na condição de vítimas. Esse é o primeiro sapato sujo elencado pelo escritor: “a ideia de que os culpados são sempre os outros e nós sempre vítimas” (Couto, 2011, p. 30). Isso é uma maneira de desresponsabilizar, a culpa é da guerra, do colonialismo, do imperialismo. Estes também têm sua parcela de culpa, mas não são os únicos culpados.

Mais sete sapatos sujos são descritos. Poderiam até ser mais, porém, segundo o autor, o número sete é um número mágico. Nesse tom é destaque o sétimo sapato que é preciso descalçar: “a ideia de que, para sermos modernos, temos que imitar os outros” (Couto, 2011, p. 42). O que é dito e pensado é sempre dito e pensado pelo outro, devendo ser seguido.

Integrante de uma nova geração de escritores, Mia Couto reflete na linguagem as contradições entre a experiência histórica, de um lado, e a visão poética, de outro. Da colonialidade moçambicana vai reconfigurando as entradas para a transnacionalidade - isto é, não só pensar em termos de “nação”, mas de “transnação”. A independência política de Moçambique, em 1975, permitiu alargar a reflexão sobre a identidade do país e o desejo incessante de desfiguração com o centro.

O país necessita de (re) descobrir o seu próprio caminho. Não existe apenas uma porta para a modernidade², aquela feita pelos outros. Cada país deve buscar a sua e cada um é responsável e carpinteiro dessa construção. Só é interessante entrar em uma modernidade em que cada um seja também construtor (Couto, 2011).

² Entende-se modernidade, nesse ponto, como vias para o desenvolvimento. A modernidade é um ideário ou visão de mundo que a partir do século XVII passa a ser perseguido. Este trabalho não objetiva esclarecer as ambiguidades que a discussão proporciona quanto às incertezas e possibilidades.

A orientação a partir da bússola dos outros nunca mostrou eficácia e mudança a favor das periferias. Entendendo aqui periferia como países fora dos grandes centros do capitalismo. É preciso inventar ou descobrir os pontos cardeais que possam orientar os caminhos das periferias. E que esses caminhos sejam descobertos por elas próprias.

Para Couto (2011), a mudança a ser operada não se limita a mais escolas, hospitais, projetos econômicos. Um ponto aqui é fundamental: uma nova atitude. Ou melhor, a palavra deve ser pronunciada no plural, pois engloba um conjunto de posturas. Se não houver mudança de atitude, não se conquistará uma condição melhor. Isso, para tanto, perpassa a visão de cada um se perceber como sujeito e “construtor de futuro”, negando aos outros o desenho da sua própria identidade.

Seguindo esse viés de desfiguração com o próprio centro, outro escritor que resiste e problematiza a condição das periferias e “subperiferias” é Hugo Achugar (2006). “Subperiferia” ou “semiperiferia” são termos utilizados pelo escritor para se referir a situação do Uruguai, periferia da periferia.

“Planetas sem boca” é uma metáfora de Achugar (2006) se referindo à carência de discurso latino-americano, daqueles que não têm boca como os planetas de Lacan. O debate proposto pelo escritor propõe repensar a questão latino-americana e a própria condição do sujeito periférico e marginalizado, que pouco fala ou balbucia.

Aspira-se desconstruir a homogeneidade do centro; esse centro que dita regras e valores que devem ser seguidos de forma impensada: “para o metropolitano globalizador não existe outro lugar além do seu lugar, outros valores além de seus valores, outro mundo além de seu mundo, e esse é o mundo que postula como válido para todos” (Achugar, 2006, p. 93). O metropolitano sempre costuma saber mais e melhor o que é bom para o periférico. Havendo, assim, sempre na periferia o desejo de conversão aos grandes centros.

Na sequência pode-se observar que

a visão do metropolitano globalizador pode levar, e de fato muitas vezes tem levado, a postular o *outro*, ou a realidade simbólica do *outro* como um fenômeno digno de um zoológico, ou como um dado necessário a suas estratégias políticas locais. O *outro*, muitas vezes, ainda que não sempre, ingressa na reflexão do metropolitano como um exercício ou como uma ocasião para comprovar que o que já foi decidido em seu laboratório é a Verdade (com maiúscula) para a periferia (Achugar, 2011, p. 93).

O outro mais uma vez. As amarras de um passado colonial ainda subestimam as periferias a alavancarem um desenvolvimento próprio. O caminho “correto” é o

caminho da metrópole. Os passos são discriminados por aqueles que já se desenvolveram. Não seguir é manter-se no subdesenvolvimento.

O trânsito é por caminhos incertos, efêmeros. Todavia, seguir caminhos predeterminados não tem feito com que as periferias compreendam o momento em que vivem. O discurso da globalização - interligação econômica, política, social e cultural em âmbito planetário - como um discurso integrador e potencializador do progresso material tem se revelado como fragmentador, como destruidor de singularidades, como fermento vivo que tem aos poucos mostrado seu poder antagônico de esvaziar-se no tempo, desmanchando fugazes esperanças. “Não é riqueza, não é valor, é fumaça” (Achugar, 2011, p. 19) o que a suposta globalização tem proporcionado para esses países. Ou dito de outra maneira, tem gerado algo bem modesto e, sobretudo, algo inconsistente e ilusório como a fumaça.

O movimento desses escritores é de resistência, não se acomodam perante o centro. Este que, sempre, estrategicamente, buscou assegurar a conquista e a manutenção do poder promovendo o sentimento de pertencimento e extensão da cultura da metrópole. A condição colonial não foi superada pela modernidade ou, como queiram, pela pós-modernidade. Não só nos escritos de arte persistem tais incongruências, mas também nas ciências.

Com todo o progresso técnico, novas tendências direcionam a arte moderna. Funda-se uma outra práxis: a política. As obras como parte da dinâmica social, sem, contudo, sobrepor a dinâmica social à arte. Para Walter Benjamin: “a tendência de uma obra literária só pode ser politicamente correta se ela também for literariamente correta”³

Estético em conexão com o político. Não sendo fora de tempo dizer que a política se inicia pelo dissenso, pela discórdia, conforme as palavras de Rancière (1996). Ou seja, na medida em que os sem-parcela reivindicam sua parte que lhes é negada. Por meio da política é possível por em causa os problemas do subdesenvolvimento, reivindicar de forma prática uma organização mais justa do social, afastando-se da homogeneidade proposta pelos grandes centros e buscando de forma concreta participar dos caminhos do desenvolvimento de seu próprio país, conforme se observou com os escritores referenciados.

³ BENJAMIN, Walter *apud* KOTHE, Flávio R. (1991).

2. A AMÉRICA LATINA E O DESENVOLVIMENTO

A localização dos escritores Mia Couto (2011) e Hugo Achugar (2006), assim como o lugar de onde falam, respectivamente, de Moçambique e do Uruguai, permitem pensar também o lugar a partir de onde se lê. Para os metropolitanos esse “balbucio” talvez será sempre fumaça. Todavia, para os países periféricos tem-se traduzido em discurso, constituído em meios para resistência e tentativas de repensar os caminhos para o desenvolvimento.

Objetivando fixar a discussão do desenvolvimento no cenário latino-americano, destaca-se este debate entre a construção do passado e a construção do futuro na “brecha” (ARENDDT, 2003) do tempo presente. Ou seja, todo discurso é “uma resposta sobre o passado e uma proposta sobre o futuro”.

Nessa “brecha” de entendimento do tempo presente costuma-se rejeitar as falsas experiências e revestir-se de novos caminhos. Essa análise também é postulada por José Maurício Domingues (2009), quando ele ressalta a importância de buscar outras alternativas, já que “a América Latina não tem sido bem-sucedida em remodelar seus sistemas produtivos para se reinserir na nova economia globalizada de modo que pudesse decolar em busca do desenvolvimento na virada do século” (Domingues, 2009, p. 77).

Domingues (2009) afirma que essa dificuldade coaduna-se com a reprodução dos estágios de desenvolvimento dos países centrais. A pura e simples reprodução não tem logrado êxito para os países periféricos. Observa-se sempre uma tentativa de modernização “de cima para baixo”. Esta imposição só tem gerado estagnação e atraso.

O autor adotando uma perspectiva histórica contextualiza o desenvolvimento da América Latina a partir, principalmente, do século XIX, dando ênfase ao período da industrialização e aos anos 1.990. Destacam-se, nesses períodos, diferenças entre alguns desses países, mas problemas bem comuns e necessidades e possibilidades. Não deixa de ser de suma importância a formação colonial desses países, já destacada nesse estudo.

Desde o início “a América Latina esteve conectada ao fluxo global de *commodities* primárias e metais preciosos (ouro e prata) que eram cruciais para o processo de acumulação do capital” (Domingues, 2009, p. 81). Sabe-se, contudo, que toda essa riqueza foi para os grandes mercados capitalistas.

No século XX, logo após a Primeira Guerra Mundial e as restrições à importação, os países latino-americanos têm lampejos de industrialização substitutiva. De forma bem tímida surge o desenvolvimento do Departamento II - meios de consumo para os trabalhadores (especialmente têxteis e comida) e bens intermediários como papel e borracha.

Posteriormente o novo modelo de 1.940 permite o desenvolvimento do Departamento I - economia de aço, indústrias mecânicas e produtos químicos, além de petróleo e eletricidade. Nesse momento faz-se presente a intervenção do estado na vida econômica.

Em 1.950, a industrialização da América Latina se desacelerou. Problemas relacionados a disparidade da distribuição de renda, baixos salários e imensa desigualdade social asseveram, ao passo que crescem questionamentos em relação aos modelos de desenvolvimento adotados em função dos países centrais. Custou caro seguir o padrão central.

A crise de 1.970 e a década perdida de 1.980 alavancaram a dificuldade dos países latino-americanos de se desenvolverem. A falta de recursos sempre crescentes, a crise da dívida e a incapacidade do estado de retomar o desenvolvimento foram fatais para a região submergir em padrões insignificantes de desenvolvimento.

A opção dos Estados Unidos em “desregular” os mercados, estratégia que emergiu após a crise de 1.970, intensifica-se nas décadas seguintes forçando os países europeus e latino-americanos a repetir os movimentos dessa potência que dominava o mercado global com firmas competitivas e poder direto sobre o restante dos países.

Chega-se a malfadada década de 1.990, com o neoliberalismo, intensas privatizações, estado recuado, economia orientada para fora e o mercado abocanhando uma parcela cada vez maior da vida econômica. Ao ponto da América Latina chegar ao começo do novo milênio com desafios intimidadores e uma problemática situação econômica e social.

Com a abertura do mercado interno à competição internacional, a América Latina mostrou-se abarrotada de produtos externos e com ínfima possibilidade para conseguir concorrer com os grandes centros do capitalismo.

Os avanços tecnológicos desencadeados em todo o mundo contribuem para submergir a região latina abaixo dos padrões preestabelecidos. A microeletrônica e a informática eram justamente os quesitos que a América Latina tem se saído muito mal. Os

níveis de investimento em Ciência e Tecnologia (C & T) e Pesquisa e Desenvolvimento (P & D) são consideravelmente muito baixos.

Problemas ligados a precarização do trabalho, superexploração e terceirização intensificam esse quadro decadente. Não sendo mais possível acreditar na utopia da modernidade. A homogeneização não se apresenta como meta possível. Não existe integração. Não existe distribuição e muito menos desenvolvimento. No início do século XXI as políticas redistributivas tentam aliviar um pouco os problemas. Tantos e vastos problemas de desigualdade e concentração de renda.

Toda essa análise é descrita por Domingues (2009) e sintetiza bem o cenário latino-americano. A colonialidade ainda se faz presente:

O estilo de vida de referência no subcontinente deriva de países – especialmente os Estados Unidos – que são cinco, seis vezes mais ricos. Esse é um problema antigo, que revela certos aspectos do que seria uma “dependência cultural”, uma vez que os padrões são imitados antes que internamente criados (Domingues, 2009, p. 119).

O desenvolvimento da América Latina, conforme análise de Domingues (2009), tem sido dificultado por essa dependência externa, pelas taxas de crescimento econômico ainda pequenas se comparadas aos países desenvolvidos e pelas constantes paradas e retomadas de crescimento. Não há um padrão consistente de acumulação e nem o capital financeiro está levando a um novo regime de crescimento. Somam-se os padrões de baixo consumo e baixo desenvolvimento tecnológico. “Impasses abundam, novos caminhos estão em falta” (Domingues, 2009, p. 125).

Para Touraine (1998), sociólogo francês que também se interessa pela América Latina, entramos no terceiro período, a baixa modernidade. No decurso das suas análises, o autor tentará responder: “qual o princípio de combinação da racionalização do mundo e da liberdade pessoal da ciência e da consciência, que irá substituir a ordem social e o desenvolvimento econômico, que perderam, ambos a sua força de integração?” (Touraine, 1998, p. 156). Esse princípio, para o autor, será o sujeito que assegura a unidade da vida social. Sobre essa mediação o próximo tópico dessa discussão problematizará tal abordagem.

Por essa via, o desenvolvimento para Touraine (1998) coaduna-se ao “aumento da capacidade de opção do maior número possível” (Touraine, 1998, p. 177); ou seja, ao aumento do leque de possibilidades disponíveis aos sujeitos em função de orientações

culturais vividas. Isso implica o respeito aos direitos culturais, que pode ser chamado também de direitos subjetivos. Acredita-se na liberdade do sujeito pessoal de definir as mudanças.

Para superar a condição de subdesenvolvimento, a América Latina precisa pensar em alternativas plausíveis. A desconstrução do conceito etnocêntrico de desenvolvimento se faz premente e uma das vias pode ser pensada pelo conceito de desenvolvimento de Touraine (1998) juntamente com a discussão referendada a seguir.

3. (INTER)SUBJETIVIDADE E AÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Touraine (1998; 2011) sugere em suas análises a ruptura dos laços sociais e a consequente ascensão do individualismo. A mudança de paradigma para ele perpassa a mudança de valores mediante a globalização que ameaça a organização social e funda uma nova maneira de inter-relacionar-se.

A modernidade passa a ser definida “pelo fato de dar fundamentos não sociais aos fatos sociais, de impor a submissão da sociedade a princípios ou a valores que, em si mesmos, não são sociais. Está aí o que causa surpresa” (Touraine, 2011, p. 86). As forças não sociais que seriam capazes de resistir. A primeira força, para o autor, é a ecologia (não é social, seria a vida e a morte do planeta); a segunda é o novo feminismo; e o terceiro, o mais decisivo, é o individualismo, que trata de definir o indivíduo de outra forma que não socialmente. Individualismo que não quer dizer egoísmo e limitação a interesses particularistas.

A relação indivíduo-sujeito é esclarecida adiante:

O **indivíduo** não passa então de uma tela pela qual se projetam desejos, necessidades, mundos imaginários fabricados pelas novas indústrias da comunicação. Esta imagem de indivíduo que já não é mais definido por grupos de pertença, que é cada vez mais enfraquecida e que não encontra garantia de sua identidade em si mesmo, pois já não é mais um princípio de unidade e é obscuramente dirigido por aquilo que escapa sua consciência, serviu muitas vezes para definir a modernidade (Touraine, 2011, p. 119).

Seguindo:

Só nos tornamos plenamente **sujeitos** quando aceitamos como nosso ideal reconhecer-nos – e fazer-nos reconhecer enquanto indivíduos – como seres individualizados, que defendem e constroem sua singularidade, e dando, através de nossos atos de resistência, um sentido a nossa existência (Touraine, 2011, p. 123)⁴.

Como se vê, o indivíduo é uma espécie de tela em branco, maleável, adaptável ao sistema, modelado socialmente. Cada indivíduo carrega em si um sujeito atuante, autocriador, aquele que se revolta, é combatente, singular, íntimo de cada ser. Ao contrário, o indivíduo é massificado e coletivizado. Touraine (1998) prefere utilizar o termo sujeito pessoal e propõe que mediante a destruição da ideia de sociedade, a ideia de sujeito pode ser construída visando “a busca de uma ação que não procure nem o lucro nem o poder nem a glória, mas que afirme a dignidade de cada ser humano e o respeito que ele merece” (Touraine, 2011, p. 102).

Ao propor a análise social a partir do sujeito, em contraposição à história, Touraine (2011) caracteriza o sujeito como crítico, singular e político; há um sujeito no fundo de cada indivíduo, o que abre um leque de possibilidades para a mudança social, entreabrindo a “brecha” entre o passado e o futuro, mediante o presente reavivado na atuação dos sujeitos.

Cada sujeito é e deve ser reconhecido como livre para se individualizar, combinando ação instrumental e identidade cultural. Implicando o reconhecimento do outro, da diversidade, da pluralidade e da sua cultura.

Etimologicamente, a palavra sujeito tem a raiz latina *subjectu*⁵ (“posto de baixo”, “submetido”) no que se refere a sua indicação na perspectiva teocêntrica. A construção da subjetividade moderna se inicia com Descartes e Hobbes incluindo “dois elementos fundamentais: a capacidade do indivíduo de se autoconhecer e definir (exemplarmente traduzidos no ‘penso, logo existo’), de um lado, e a capacidade de ação do sujeito, que o faria capaz de levar à prática suas volições, influenciando então sobre o mundo de forma ativa” (Domingues, 1999, p. 85).

⁴ Palavras em negrito, grifos nosso.

⁵ Por MOURA, Sérgio Arruda de. (2000).

Novas definições de subjetividade foram surgindo. Novos embates entre teóricos que defendem o sujeito numa perspectiva contemporânea e outros que defendem as relações prevaletentes da sociedade. A subjetividade hoje é, ao mesmo tempo, “intersubjetividade (...) retirando do homem toda a inércia, para que supere a si mesmo, tornando-se sempre, como queria Nietzsche, *aquilo que é*” (FERRAZ, 2000, p. 21).

Sujeito para Touraine (1998; 2011); cidadão para Hannah Arendt (2001), que também sugere a condição do sujeito no mundo moderno. Por essa via probante que esta teórica alemã propõe ressignificar a política e recontar a história do totalitarismo e das crises republicanas. Arendt (2001) e Touraine (1998) se recusam a reduzir a experiência humana ao domínio das necessidades e propõem a reconstrução da ação política.

Para Arendt (2001; 2007) os princípios da ação são destruídos no mundo contemporâneo, dominado pela produção e pelo consumo. Os sujeitos são transformados em indivíduos, cada vez mais massificados e destruídos enquanto seres atuantes. Todavia, a política só começa onde cessa o reino das necessidades materiais e da força física.

A condição de pluralidade permite ao homem disposição para agir e o fato de “que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo” (Arendt, 2001, p. 191).

O principal desacordo de Touraine (1998) em relação à Arendt (2001; 2007), refere-se à absoluta superioridade que a autora dá a vida política. Todavia, ambos acreditam no poder da ação para refundar o espaço público de participação.

Tentando desconstruir o conceito tradicional de subjetividade, é possível a partir da leitura de Arendt (2001; 2003; 2007) pensar novas formas de subjetividade e ação na contemporaneidade. O sujeito, segundo a autora, é uma constituição política. Antes de adentrar a esfera pública, existe o *eu* biológico, compelido por suas necessidades e carências, reduzido a simples *animal laborans*. Somente depois de suprido as suas necessidades o sujeito adquire identidade no espaço público e, juntamente, com os outros mediante a ação e o discurso faz-se de novo único – “cada indivíduo como ser único e distinto, aparece e confirma-se no discurso e na ação” (Arendt, 2001, p. 220).

A revelação da identidade do sujeito (o “quem alguém é”) dar-se na esfera pública, através do discurso e da ação. A presença dos outros é fundamental, uma vez que “só no contexto intersubjetivo do espaço público é possível constituir a identidade”

(ORTEGA, 2001). Identidade tem a ver com aparência, é algo externo ao indivíduo, depende da existência de uma esfera pública. Só é tolerado o que é tido como relevante, digno de ser visto e ouvido, de sorte que o que é irrelevante se torna automaticamente restrito a esfera privada.

Ser apenas um reflexo dos outros, aceitando modelos de desenvolvimento dos países centrais e sem nenhuma reflexividade dos sujeitos é algo que supera a dependência econômica, beirando a dependência cultural também.

Ao pensar o desenvolvimento, entende-se que este não é questão apenas de crescimento econômico. É preciso coragem e criatividade para enfrentar os interesses do capital internacional. Ter atitude, segundo o que já foi dito por Mia Couto (2011), para andar com os próprios pés, sem receber direcionamentos externos.

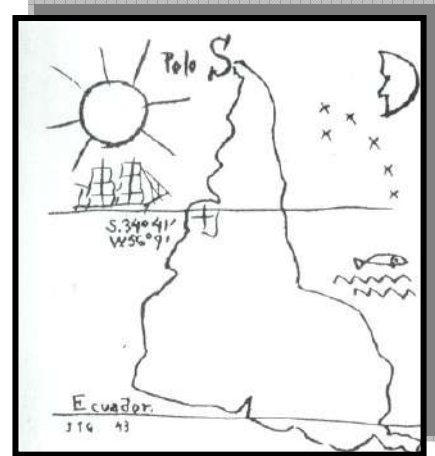
A “aculturação” promovida pelos países centrais ainda persiste nos países periféricos. Valorizar a esfera da cultura é lutar contra a dependência e impulsionar a energia popular para fazer diferente e conquistar o espaço da ação e participação na esfera pública.

Desenvolvimento, assim, implica também uma dimensão individual, atuante do sujeito e uma dimensão cultural primordial que energiza a visão de mundo desses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões inconclusas deste trabalho não poderiam passar de fragmentos. Breves fragmentos de uma discussão que nunca se diz “terminável”, o *work in progress*, o “eterno ensaio em processo” de escritas e reescritas. Todos os autores utilizados harmonizaram os passos dessa dança. Com particularidades é claro. Cada um com desenvoltura própria. Todavia, compuseram notas que permitiram a interpretação apresentada neste estudo. A cadência agora se desacelera e abre espaço para o seu desfecho.

Uma frase sintetiza um pouco o fio condutor deste trabalho; a saber: “o nosso norte é sul”. Com arte o pintor, desenhista, escritor e professor uruguaio, Joaquín Torres García, reflete a situação periférica latino-americana. A ilustração⁶ ao lado é de sua autoria e aponta a inversão do mapa da América Latina. Para Torres García esta é uma ideia mais justa da nossa posição, “a ponta da América, a partir de agora, prolongando-se, aponta



insistentemente ao Sul, nosso norte. Igualmente nossa bússola: inclina-se de forma irremissível sempre para o sul, em direção a nosso polo (Fonte: Mapa invertido, 1943. Revista Peabiru).

A inversão retrata uma re-colocação da posição latino-americana, uma ressemantização. É uma tentativa de problematizar a dependência cultural da região latina e traçar uma nova orientação, seguir novos parâmetros. O norte da América Latina é a própria América Latina. O caminho para a independência cultural e, conseguinte, o rumo para o desenvolvimento deve ser estabelecido internamente, pelos sujeitos atuantes, livrando-se das representações que são produzidas a partir do hemisfério norte.

A produção teórica da América Latina assim como a tentativa de buscar o desenvolvimento tem que superar o “olhar distorcido”⁸ dos países centrais. Um olhar distorcido que afirma um único padrão de inserção na economia global sem levar em conta as particularidades latino-americanas:

Ser internacional não é ser universal, e para ser universal não é necessário situar-se nos centros do mundo. Inclusive pode-se ser universal ficando confinado à sua própria língua, isto é, sem ser traduzido. Não se trata de dar as costas à realidade do mundo, mas de pensá-la a partir do que somos, enriquecendo-a universalmente com as nossas ideias; e aceitando ser, desse modo, submetidos a uma crítica universalista e não propriamente europeia ou norte-americana (SANTOS, 2002, p. 52).

⁶ Em fevereiro de 1935, Joaquín Torres García, reinstalado no Uruguai deu uma conferência intitulada “A Escola do Sul” que, no ano seguinte, foi publicada e acompanhada por um mapa, onde a tradicional representação geográfica da América foi invertida. In: ACHUGAR, Hugo (2006).

⁷ GARCÍA, J. T. Ensaio “A Escola do Sul” (1935) *apud* ACHUGAR, Hugo (2006, p. 291).

⁸ Em alusão ao livro de Milton Santos (2002), **O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**.

Milton Santos (2002) dá o tom; instigando esses países a procurar suas próprias forças para entender o momento em que vivem e buscar suas próprias saídas para angariar o desenvolvimento. Finda-se o som; findam-se as palavras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem Boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. **O que é Política?** 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BENJAMIN, Walter. O autor como produtor. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). **Walter Benjamin: sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 187-201.

COUTO, Mia. Os Sete Sapatos Sujos. In: COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano? E outras interinvenções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DOMINGUES, José Maurício. **Desenvolvimento, modernidade e subjetividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 14, n. 40. Junho 1999.

_____. **Gerações, modernidade e subjetividade coletiva**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 14(1): 67-89, maio de 2002.

_____. **A América Latina e a modernidade contemporânea**: uma interpretação sociológica. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.

FERRAZ, Maria Nelida Sampaio. A crise do pensamento: o sujeito na modernidade. In: Revista LOGOS da Faculdade de Comunicação Social da UERJ. **Inscrições da subjetividade**: literatura, filosofia, criação, arte, sociedade e controle. Ano 7 - n. 12 – 1. Semestre /2000.

GARCÍA, J. T. Ensaio “A Escola do Sul” (1935). In: ACHUGAR, Hugo **Planetas sem Boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Tradução Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 291.

MOURA, Sérgio Arruda de. Contextos subjetivos da metalinguagem e da crítica. In: Revista LOGOS da Faculdade de Comunicação Social da UERJ. **Inscrições da subjetividade**: literatura, filosofia, criação, arte, sociedade e controle. Ano 7 - n. 12 – 1. Semestre /2000.

ORTEGA, Francisco. **Hannah Arendt, Foucault e a reinvenção do espaço público**. Trans/Form/Ação vol.24 n.1 Marília 2001.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

SANTOS, Milton. **O País distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. 4. ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2011.

A ARTE COMO PROMOTORA NA APRENDIZAGEM DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Eliana de Cássia Vieira de Carvalho Salgado

Mestranda do curso Desenvolvimento Humano: Formação, políticas e Práticas Sociais – PRPPG- Universidade de Taubaté - UNITAU- eliana_salg@uol.com.br

Profa. Dra. Roseli Albino dos Santos

Docente do Depto. de Psicologia e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, Universidade de Taubaté – UNITAU – roselialbino@uol.com.br

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a possibilidade que a Arte associada ao processo criativo, contribui na inclusão de pessoas com necessidades educacionais junto à sociedade, e a relevância do ensino da Arte neste processo na perspectiva de quatro professoras de Arte que trabalham em Instituições Especializadas, em cidades do Vale do Paraíba, interior de São Paulo. Trata-se de um estudo qualitativo, que teve como instrumento de coleta a entrevista semi estruturada. A discussão foi organizada com os seguintes eixos para análise: A Arte como Recurso Pedagógico e Estratégias Pedagógicas no Ensino da Arte, os resultados revelam a convicção de todas as professoras quando afirmam que por meio dos trabalhos realizados, os alunos conseguem se expressar, desenvolvem a autoestima, trabalham em grupo, possibilitando assim a socialização.

Palavras-chave: Arte. Necessidades Educacionais. Educação Especial.

ABSTRACT

This study aimed to examine the possibility that art associated with the creative process, contributes to the inclusion of people with educational needs in society, and the importance of art education in this process from the perspective of four teachers who work in Art Specialized Institutions in cities of the Paraíba Valley, São Paulo. This is a qualitative study, which had the instrument to collect the semi-structured interview. The discussion was organized with the following axes for analysis: The Art Resource and Teaching and Pedagogical Strategies in the Teaching of Art, the results reveal the conviction of all teachers when they say that the work done by the students can express themselves, develop self-esteem, work in groups, allowing socialization.

Keywords: Art. Educational Needs. Special Education.

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda a possibilidade que a Arte associada ao processo criativo, possa ser utilizada na inclusão de pessoas com necessidades educacionais junto à sociedade, na perspectiva de professoras de Arte que trabalham em Instituições Especializadas, com pessoas com deficiência intelectual, em cidades do Vale do Paraíba, interior de São Paulo.

Ao longo da história da humanidade, foram diversas as atitudes assumidas pela sociedade em relação aos grupos minoritários, entre eles os das pessoas com deficiência em suas diferentes especificidades. Para que se possa falar em educação especial e educação inclusiva, é fundamental que se reflita a história, atitudes e formas de vida em sociedade, e os produtos de escolhas culturais que atendam as necessidades dos homens, num determinado contexto, numa determinada época.

Com o discurso da inclusão, disseminado no Brasil especialmente pelo conhecimento das Convenções de Genebra, na Suíça, que são uma série de tratados formulados, definindo as normas para as leis internacionais relativas ao Direito Humanitário Internacional reafirmando que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas, e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano (BRASIL, 2001).

Na atualidade, a discussão sobre a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais tem sido alvo de estudos no ambiente social e educacional. A Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, 9.394/96, dispõe que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias (BRASIL, 1996).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em seu Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado foi lançada e aprovada, por meio de emenda constitucional, a convenção da Organização das Nações Unidas - ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência. De acordo com a convenção, devem ser assegurados sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis (BRASIL, 2008).

De acordo com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.
 § 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.
 § 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2008).

Na perspectiva da inclusão o atendimento Educacional e Especializado vem contribuir para a formação e desenvolvimento do aluno sem, contudo, substituir o ensino regular.

O Atendimento Educacional e Especializado é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum deve ser realizado no período inverso ao da classe frequentada pelo aluno e preferencialmente, na própria escola. Há ainda a possibilidade de esse atendimento acontecer em uma escola próxima (BRASIL, 2009).

O atendimento tem como objetivos trabalhar as reais necessidades dos alunos, respeitando os ritmos e estilos diversos de aprendizagem, facilitando o processo de inclusão, como também:

Desenvolver a autonomia dos alunos facilitando a aquisição de seus sistemas de valores;

Favorecer a compreensão de conhecimentos relacionados a aplicação de situações de vida;

Contribuir para o desenvolvimento das potencialidades de cada aluno;

Desenvolver o autoconhecimento na expressão das emoções;

Favorecer o desenvolvimento de habilidades inter e intrapessoais, disponibilidade permanente para aprender, o desejo de vir a ser livre e feliz, facilitando a caminhada ao saber.

Contribuindo assim para que o aluno possa construir gradualmente os seus conhecimentos, pelos processos de avanços e recuos inerentes ao seu próprio ritmo, evoluindo a cada passo, possibilitando o convívio e a participação em grupos sociais pela interação dos saberes.

Entre esses saberes podemos citar as linguagens artísticas, visto que a Arte é inerente ao ser humano e a mesma possibilita a socialização.

A Arte é a expressão da vida que, associada ao processo de criação, transforma-se na capacidade de exercer plenamente a condição de ser humano. A Arte favorece o desenvolvimento integral do indivíduo, possibilitando a expressão livre do pensamento e das emoções, desenvolvendo seu raciocínio com criatividade e imaginação. Criando, o indivíduo torna-se mais seguro do seu potencial, e consciente dos seus limites torna-se mais autêntico e livre para fazer suas escolhas (Telles, 1998).

Como afirma Glat (1995) o homem é um ser social por natureza, necessitando para sua sobrevivência física e emocional de estar integrado e participando da vida comunitária de um grupo. É a partir das normas, valores e representações do grupo social ao qual pertence que a pessoa desenvolve sua personalidade, autoimagem, e maneira de ser no mundo.

Para Vygotsky (1988) os pressupostos do desenvolvimento humano partem da ideia de homem enquanto corpo e mente, enquanto ser biológico e social e enquanto participante de um processo histórico cultural.

Vygotsky defende a ideia de contínua interação entre as mutáveis condições sociais e as bases biológicas do comportamento humano. Partindo de estruturas orgânicas elementares, determinadas basicamente pela maturação, formam-se novas e mais complexas funções mentais, a depender das experiências sociais a que as crianças se acham expostas (DAVIS & OLIVEIRA, 1994, p.49).

Segundo Vygotsky (1997), o desenvolvimento do deficiente mental não difere do desenvolvimento das demais crianças. Apesar de o fator biológico não ser descartado, por possuir relevância para o desenvolvimento físico e cognitivo do sujeito, o autor afirma que o

biológico constitui a base inicial do desenvolvimento das capacidades psíquicas, tais com a atenção, a percepção, a memória, o raciocínio. E este desenvolvimento só é efetivado por meio da interação com o meio social, com outro ser humano.

Através dos postulados de reconstrução e reelaboração dos significados culturais que Vygotsky (1988) desenvolveu o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal - ZDP, pois, só é possível a criança realizar ações que estão próximas daquelas que ela já consolidou.

Para Vygotsky (1988) a ZDP constitui-se em dois níveis: o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial. A capacidade de realizar a tarefa sozinha constituiu-se no nível de desenvolvimento real, enquanto que o nível de desenvolvimento potencial é a etapa em que a criança desempenha tarefas com a ajuda do outro.

Para Vygotsky (1997) as vias alternativas de desenvolvimento na presença da deficiência seguem a direção da compensação social das limitações orgânicas e funcionais impostas por essa condição. Cumpre ressaltar, contudo, que não se trata de afirmar que uma função psicológica compense outra prejudicada ou que a limitação numa parte do organismo resulte na hipertrofia de outra.

A compensação social a que ele se refere consiste, sobretudo, numa reação do sujeito diante da deficiência, no sentido de superar as limitações com base em instrumentos artificiais, como a mediação simbólica. Por isso, sua concepção instiga a educação a criar oportunidades para que a compensação social efetivamente se realize de modo planejado e objetivo, promovendo o processo de apropriação cultural por parte do educando com deficiência, possibilitando assim uma aprendizagem significativa.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1996) desde o início da história da humanidade a arte sempre esteve presente em praticamente todas as formações culturais. O homem que desenhou um bisão numa caverna pré-histórica teve que aprender de algum modo, seu ofício. E, da mesma maneira, ensinou para alguém o que aprendeu. Assim, o ensino e a aprendizagem da arte fazem parte, de acordo com normas e valores estabelecidos em cada ambiente cultural, do conhecimento que envolve a produção artística em todos os tempos. No entanto, a área que trata da educação escolar em artes tem um percurso relativamente recente e coincide com as transformações educacionais que caracterizaram o século XX em várias partes do mundo.

A mudança radical que deslocou o foco de atenção da educação tradicional, centrado apenas na transmissão de conteúdos, para o processo de aprendizagem do aluno também ocorreu no âmbito do ensino de Arte.

As pesquisas desenvolvidas a partir do início do século XX em vários campos das ciências humanas trouxeram dados importantes sobre o desenvolvimento da criança, sobre o processo criador, sobre a arte de outras culturas. Na confluência da antropologia, da filosofia, da psicologia, da psicanálise, da crítica de arte, da psicopedagogia e das tendências estéticas da modernidade surgiram autores que formularam os princípios inovadores para o ensino de artes visuais, música, teatro e dança. Tais princípios reconheciam a arte da criança como manifestação espontânea e autoexpressiva: valorizavam a livre expressão e a sensibilização para a experimentação artística, como orientações que visavam o desenvolvimento do potencial criador, ou seja, eram propostas centradas na questão do desenvolvimento do aluno.

No decorrer da história da humanidade a arte tem sido proposta como instrumento fundamental de educação, ocupando historicamente papéis diversos, desde Platão 427 a.C que a considerava como base de toda a educação natural.

De acordo com os PCNs (1996), a educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e reconhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas, tornando-se capaz de perceber sua realidade cotidiana mais vivamente. A arte ensina que é possível transformar continuamente a existência, que é preciso mudar referências a cada momento, ser flexível. Portanto a manifestação artística tem em comum com o conhecimento científico, técnico ou filosófico seu caráter de criação e inovação.

Segundo Barbosa (2003) a arte e educação são fundamentais para o desenvolvimento da cognição, que é um processo amplo de interação do indivíduo com o meio ambiente, pelo qual é construído o conhecimento. “Arte é uma linguagem por meio da qual damos conta do mundo, principalmente por meio da imagem”, explica a autora. “É importante por se tratar de um veículo que prepara o indivíduo para receber criticamente os produtos culturais e saber o que fazer com eles”, conclui.

O ser humano que não conhece arte tem uma experiência de aprendizagem limitada, escapa-lhe a dimensão do sonho, da força comunicativa dos objetos à sua volta, da sonoridade instigante da poesia, das criações musicais, das cores e formas, dos gestos e luzes que buscam o sentido da vida (PCN,1996).

O conhecimento das linguagens artísticas possibilita a socialização da pessoa com deficiência.

O processo de exclusão social a que estão sujeitas as pessoas com deficiência se estende aos mais diversos setores da atividade humana, por meio da ação do indivíduo no ambiente sociocultural, a relação social se alicerça.

Nas discussões a esse respeito que já perdura há muito tempo, os “deficientes” sempre foram percebidos como seres distintos a margem dos grupos sociais. Mas, à medida que a dignidade do homem, seu direito à igualdade de oportunidades e participação na sociedade passaram a preocupar inúmeros pensadores, a história começou a mudar. Segundo Zagonel (2008) são inúmeras as buscas por espaços organizados a partir dos movimentos governamentais e da sociedade civil para a inclusão, assumindo cada vez importância maior, com a perspectiva de atender as crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação, uma sociedade mais solidária e acolhedora.

Visando o desenvolvimento humano geral de pessoas excluídas por suas limitações, entende-se como importante a estimulação através de um “contato” maior com o meio em que estão inseridos, descobrindo como interagir de maneira mais satisfatória.

Segundo Lowenfeld & Brittain (1977):

[...] o crescimento mental depende das relações ricas entre a criança e o seu meio; tal relação é o ingrediente básico de qualquer experiência de criação artística. A arte permite a construção do conhecimento de forma imagética e criativa, respeitando as diferenças individuais, culturais e sociais, estimulando a sensibilidade na construção da personalidade do indivíduo, pois cada um se expressa à sua maneira e faz a sua leitura dependendo da cultura e saberes de arte para a compreensão crítica dos fenômenos, recursos estes indispensáveis para compreender outras áreas do desenvolvimento humano, numa relação interdisciplinar (LOWENFELD & BRITTAİN 1977, p. 16-17).

A pessoa com deficiência tem em seu dia a dia situações de limitações, o que não quer dizer que ela seja incapacitada, cada deficiência tem sua limitação, fato este que não impede com que a pessoa que a possui deixe de participar das atividades propostas à ela. É por meio das possibilidades, em estar utilizando dos outros sentidos, das oportunidades de interação com o outro e em um espaço propício as suas necessidades, que a pessoa com deficiência constrói a imagem de si e do mundo. Seu desenvolvimento se dá por meio de vivências e experiências. A integração social da criança ocorre na medida em que ela percebe-se como elemento participante e igual dentro do seu grupo de convívio (MANTOAN,1998).

Na construção do desenvolvimento da pessoa com deficiência segundo Lowenfeld & Brittain (1977) a arte:

[...] através da auto expressão, pode desenvolver o eu como importante ingrediente da experiência. Como quase todos os distúrbios emocionais ou mentais estão

vinculados à falta de autoconfiança, é fácil perceber como a estimulação adequada da capacidade criadora da criança pode fornecer salvaguarda contra tais distúrbios (LOWENFELD & BRITAIN, 1977, p. 30).

A arte constitui um processo complexo envolvendo diversos elementos da experiência de um indivíduo, transformando-os em um novo significado ou forma expressiva. É um instrumento gerador de desenvolvimento e aprendizagem, permitindo uma diversidade de possibilidades, habilidades e atitudes, fomentando a evolução cultural da criança além da psicomotora. Neste caso auxiliando os alunos para a alfabetização visual, escrita, auditiva e oral.

A educação por meio da arte permite ao aluno expressar suas emoções, seus sentimentos e interagir com as pessoas e o ambiente. Nesse sentido, a arte é potencializadora da autoestima e da autoconfiança, e extremamente importante para o desenvolvimento do aluno com necessidades especiais. Se o ato de criar e representar for capaz de despertar no aluno o prazer de fruir, fazer e vivenciar a arte, estará então contribuindo para seu crescimento pessoal.

MÉTODO

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos; em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que empregam esses métodos são ciências. Em um trabalho de pesquisa, a metodologia se refere ao caminho percorrido pelo pesquisador para ordenar o que será feito no momento da abordagem prática da realidade social, ou seja, é o modo de realizar uma investigação científica, tendo como base os referenciais teóricos que fundamentam a pesquisa. É neste sentido, que a metodologia tem uma função muito importante, pois guia o pesquisador conforme os critérios científicos e o referencial teórico adotado.

Este estudo tem uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, devido aos caminhos metodológicos, pretendidos pelas pesquisadoras.

Para Minayo, a abordagem qualitativa:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitude, o que corresponde a um espaço mais aprofundado das relações, dos processos, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2004, p. 21).

O instrumento utilizado pelas autoras para obter os dados nesta pesquisa foi a entrevista semi estruturada. A entrevista adquire bastante importância neste estudo, pois por meio dela o investigador percebe a forma como os sujeitos interpretam as suas vivências já que ela é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo (BOGDAN e BIKLEN, 1994).

Um trabalho é de natureza exploratória quando envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou tem) experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Possui ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores. Dessa forma, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores (GIL, 2002).

Triviños (1987), em seus estudos escreve que a abordagem descritiva é praticada quando o que se pretende buscar é o conhecimento de determinadas informações, e por ser um método capaz de descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade. Abordagem esta pertinente ao estudo pretendido pelas pesquisadoras.

Os sujeitos dessa pesquisa foram quatro professoras de Arte que trabalham com pessoas que possuem deficiência intelectual, nas Instituições Especializadas em cidades do Vale do Paraíba, interior de São Paulo.

As entrevistas realizadas com as professoras, foram individuais, com duração em média de 20 a 30 minutos cada uma, e teve como foco as opiniões das mesmas sobre a relevância do ensino da Arte no desenvolvimento, socialização e inclusão de alunos com deficiência intelectual.

Tabela 1 - Sujeitos participantes da pesquisa

SUJEITOS	FORMAÇÃO	IDADE	TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	MUNICÍPIO DA INSTITUIÇÃO EM QUE ATUA
Professora 1	Arte	28	3 anos e 6 meses	Taubaté
Professora 2	Arte/ pós-graduada em educação especial	32	5 anos	Caçapava
Professora 3	Arte e Pedagogia/ pós-graduada em	26	1 ano e 6 meses	Taubaté
Professora 4	educação especial	46	15 anos	Caçapava

Fonte: Dados Coletados pelas pesquisadoras

COLETA E DISCUSSÃO

Para Bakhtin (1999), a fala representa importante categoria de análise, é exatamente a anunciação que anuncia o caráter e a natureza social da linguagem.

Todas as entrevistas estão acontecendo por meio de um diálogo, sendo gravadas em áudio ou em vídeo, e transcritas textualmente. Com relação à análise e interpretação dos dados, a mesma foi de caráter qualitativo indutivo, realizada ao longo do período parcial do estudo por meio da análise dos registros de campo das pesquisadoras, que deverão dar conta de avaliar as interações e a adequação das respostas e checar se as informações solicitadas foram alcançadas e necessárias para a compreensão e interpretação do objeto de estudo.

A partir da leitura das entrevistas foram organizados os seguintes eixos para análise: A Arte como Recurso Pedagógico e Estratégias Pedagógicas no Ensino da Arte.

Pode se observar nos depoimentos das professoras a valorização das atividades artísticas no desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual.

Todas as professoras são convictas na afirmação de que por meio dos trabalhos realizados nas aulas de arte os alunos conseguem expressar seus sentimentos, desenvolver a

autoestima, e trabalhar em grupo, possibilitando assim a socialização, como aponta o relato abaixo:

Eles colocam os seus sentimentos para fora restabelecendo o equilíbrio emocional [...] contribui na interação entre eles e também ajuda no desenvolvimento da comunicação. (Professora₁)

[...] estimulam a criatividade, atenção, imaginação e concentração, proporcionando assim a autoestima, a construção do desenvolvimento cognitivo e a socialização. (Professora₁)

O resultado é ver os alunos mais independentes, realizando por si só coisas básicas do cotidiano, mais seguros e com autoestima, percebe-se também uma interação melhor com outros colegas (Professora₂).

O desempenho do aluno, em fazer e criar sua arte, além de ver a melhora na interação com outras pessoas. (Professora₃)

[...] algo que chama a atenção é a autoestima... [...] inúmeros resultados, a convivência com os outros fica melhor... (Professora₄)

Estes dados vem de encontro com o que os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) dispõe sobre a Arte, quando afirmam que ela oportuniza ao aluno explorar, construir e aumentar seu conhecimento, desenvolver suas habilidades, articular e realizar trabalhos estéticos.

Outro aspecto relevante destacado por uma das professoras é o prazer de fazer arte:

[...] os alunos que participam das aulas de Arte são mais seguros, mais participativos, comunicativos e mais felizes. [...] percebo que eles adoram e ficam super ansiosos para chegar o dia da aula, é muito gratificante ver o sorriso deles. (Professora₄)

Da mesma forma outra Professora dispõe que:

[...] a alegria que eles retribuem demonstra um trabalho bem feito. O fazer arte causa uma sensação de prazer, desse modo o aprendizado é

mais significativo, quando se faz algo com alegria o envolvimento é maior. (Professora₃)

Tal perspectiva com relação ao Ensino da Arte parece vincular com os objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) como: perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente; desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania; utilizar as diferentes linguagens; verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação aqui relatados pelas professoras.

Proporcionar a todos o prazer de fazer arte, transmitir conhecimentos, proporcionar um ambiente saudável, alegre onde eles possam se sentir seguros enquanto fazem arte, desenvolver a autoestima, a comunicação e a expressão corporal, gestual e facial e a interação social... (Professora₁)

Trabalhar a independência, a interação social. (Professora₂)

Mostrar a emoção, a angustia, entre outros sentimentos. (Professora₃)

A comunicação deles melhora muito [...] entendem melhor o que os professores dizem, tanto com a fala quanto pelos gestos e expressões. (Professora₄)

Todas as professoras pontuam como aspecto relevante, que o ensino da Arte favorece as diferentes áreas do conhecimento.

[...] favorece e muito, principalmente a comunicação deles, eles ficam mais soltos para se comunicar, mais expressivos. (Professora₁)

*[...] os outros professores também notam e sempre comentam comigo.
(Professora₂)*

*Com certeza, porque o aluno já está se sentindo capaz e seu interior já foi trabalhado, além disso, o meu relacionamento com outros professores é bom, nós planejamos atividades em conjunto.
(Professora₃)*

[...] o retorno dos outros professores é bem positivo. (Professora₄)

Pode se observar também que a Arte para as professoras 1, 2, e 4 é um instrumento de comunicação, pois ela apresenta vários tipos de linguagem da qual se pode comunicar de diversas formas. As professoras de um modo geral percebem uma melhora significativa na comunicação dos mesmos, como pode se observar nos depoimentos a seguir.

Os alunos que participam das aulas são mais seguros, mais participativos. (Professora₄)

*[...] com destaque a comunicação deles que melhora muito.
(Professora₃)*

É importante também porque eles acabam percebendo que existem outras formas de se comunicar, além da fala, pode ser com o olhar, com as mãos, etc. e em algumas atividades precisam do toque, como por exemplo, na dança, eles adoram dançar e para isso precisam permitir ser tocado pelo outro, isso não é fácil, mas, com o tempo eles percebem e se soltam uns mais que os outros. (Professora₁)

De acordo com os PCNs (1996) quando falamos em linguagem, logo pensamos em fala e escrita como única forma de se comunicar, Martins (1998) afirma que somos rodeados por ruidosas linguagens verbais e não verbais, sistema de signos, que servem de meio de expressão e comunicação entre nós humanos, e podem ser percebidas por diversos órgãos dos sentidos, os que nos permite identificar e diferenciar uma linguagem oral, uma linguagem gráfica, uma linguagem tátil, uma linguagem auditiva, uma linguagem olfativa, uma

linguagem gustativa, e as linguagens artísticas; artes visuais, teatro, dança e música. A Arte cria linguagens, ela possibilita a expressão corporal e gestual.

Entretanto, pode-se verificar no depoimento das professoras em relação às atividades realizadas junto aos alunos, que existem poucas chances de que com essa aprendizagem eles consigam um trabalho. Acreditam ainda que o indivíduo com deficiência faz o trabalho como ele quer e muitas vezes não é o esperado por elas.

Quanto às possibilidades de que as atividades realizadas com os alunos pudessem auxiliar na seleção de um trabalho, houve pouca expectativa, pois as professoras parecem acreditar que o indivíduo com deficiência intelectual só pode fazer artesanato ou trabalhar na horta. Essas afirmações podem ser observadas a seguir.

Eu acredito que meu trabalho de resultado, talvez não o que eu espere, mas, sim aquilo que eles podem me dar, me retornar sabe! É tudo no tempo deles, no tempo certo ta bom... (Professora₁)

[...] eu mesmo conheço vários alunos com deficiência intelectual leve que trabalha em hortas, com artesanatos. (Professora₃)

Segundo Vygotsky (1997), as leis que regem o desenvolvimento da pessoa com deficiência mental são as mesmas que regem o desenvolvimento das demais pessoas. Aspecto este também presente nos processos educacionais. Para ele, a criança cujo desenvolvimento foi comprometido por alguma deficiência, não é menos desenvolvida do que as crianças consideradas ‘normais’, porém é uma criança que se desenvolve de outra maneira. Isto é, o desenvolvimento, fruto da síntese entre os aspectos orgânicos, socioculturais e emocionais, manifesta-se de forma peculiar e diferenciada em sua organização sociopsicológica. Assim, não podemos avaliar suas ações e compará-las com as demais pessoas, pois cada pessoa se desenvolve de forma única e singular.

Neste sentido, pode-se afirmar que o aluno com deficiência intelectual deve ser incluído em todos os âmbitos sociais, pois ele é um indivíduo em desenvolvimento e com capacidade como outro que não possui deficiências, já que as limitações são impostas pelo meio social.

CONCLUSÃO

Observou-se que para as professoras participantes desta pesquisa, a educação por meio da arte permite ao aluno expressar suas emoções, seus sentimentos e interagir com as pessoas e o ambiente. Nesse sentido, a arte é potencializadora da autoestima e da autoconfiança e extremamente importante para o desenvolvimento do aluno com necessidades especiais.

Notou-se também uma falta de expectativa das professoras, no que diz respeito aos limites e capacidades dos alunos, uma hipótese do porque isto está ocorrendo pode ser a falta de embasamento teórico de que o desenvolvimento é contínuo, não se estagna quando chega a certo ponto, deve-se buscar conhecimentos sobre as necessidades e potencialidades da pessoa com necessidades especiais a todo o momento, proporcionando ao aluno com deficiência intelectual uma aprendizagem significativa.

Portanto, pode-se considerar com base nos referenciais teóricos e nas entrevistas que a arte como recurso pedagógico desenvolve muitas habilidades e possibilita a inclusão desses alunos na sociedade, além de contribuir para que eles se sintam capazes. Se o ato de criar, possibilitar ao aluno o prazer de fruir e vivenciar a arte, estará contribuindo para seu crescimento pessoal.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A.M. (org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 9 ed. Trad. M. Lahud e Y.F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

_____. Decreto no 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado**, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

_____. Ministério da Justiça. **Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**: decreto nº 3.956/ 2001, Brasília: CORDE, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96**. Brasília, 20 dezembro de 1996.

- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Coleção Ciências da Educação, Porto: Porto, 1994.
- DAVIS, C. OLIVEIRA, Z. de. **Psicologia na Educação**. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.
- GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.
- LOWENFELD & BRITTAIN. **O Desenvolvimento da Capacidade Criadora**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- MANTOAN, M. T. E. **Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento**. Cadernos CEDES, 1998.
- MARCONI, M. A. & LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, M.C., PICOSQUE, G. e GUERRA, M. T. T. **Didática do Ensino de Arte: a língua do mundo, poetizar, fruir e conhecer arte**. São Paulo: FTD, 1998.
- MINAYO, M.C.S. (org). **Caminhos do Pensamento – Epistemologia e Método**. São Paulo, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.
- TELLES, T. M. **Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir, e conhecer a arte**. São Paulo: FTD, 1998.
- TRIVIÑOS, A. N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- VYGOTSKY, L. S. **Los problemas fundamentales de La defectología contemporánea**. En L. S. Vygotski, Obras Escogidas V: Fundamentos de defectología (pp. 11-40). Madrid: Visor, 1997.
- _____, L.S. et.al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone/Edusp, 1988.
- ZAGONEL, B. **Arte na Educação Escolar**. Curitiba: IBPEX, 2008.

A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO GOVERNO BRASILEIRO NO PERÍODO 2004–2011: REFLEXÕES À LUZ DE UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

Fernando Sertã Meressi

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília. Também é Analista de Planejamento e Orçamento do Governo Federal. E-mail: sertameressi@uol.com.br

Maria de Fátima Souza e Silva

Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília. E-mail: souesil@unb.br

Resumo

O Governo Brasileiro identificou na expansão do mercado de consumo de massa um dos pilares de sua estratégia de desenvolvimento para o período 2004-2011. Como resultado, constataram-se taxas mais elevadas de crescimento econômico, aquecimento do mercado de trabalho e redução nas taxas de pobreza e extrema pobreza e na desigualdade de renda. Entretanto, na segunda parte do estudo, mediante uma análise teórica à luz de princípios que orientariam uma educação emancipatória, observa-se que a estratégia de desenvolvimento ainda requer aperfeiçoamentos. Discutem-se as vulnerabilidades decorrentes da manutenção de uma cultura competitiva e consumista, principalmente, os impactos negativos na qualidade de vida, tais como pressão psicológica contínua nas pessoas, desperdício e degradação ambiental.

Abstract

The Brazilian Government has identified the expansion of the mass consumption as one of the pillars of its development strategy for the period 2004-2011. As result, we found higher rates of economic growth, dynamic labor market and reduction in poverty and extreme poverty rates and income inequality. However, in the second part of the study, through a theoretical analysis in the light of principles that would guide emancipatory education, it is observed that the development strategy still requires improvements. It discusses the vulnerabilities arising from maintaining a competitive and consumerist culture, mainly negative impacts on quality of life, such as continuous psychological pressure on people, waste and environmental degradation.

Palavras chave: desenvolvimento socioeconômico brasileiro; mercado de consumo de massa; e cultura competitiva e consumista.

I. APRESENTAÇÃO

Indicadores clássicos do desenvolvimento, como o Índice de Desenvolvimento Humano, a renda *per capita*, o Coeficiente de Gini e outros indicadores sociais revelam que o Brasil ainda se encontra distante do patamar de desenvolvimento em que se situam os países ditos avançados. Visando alterar esse quadro, em seus Planos Plurianuais relativos aos períodos 2004-2007 e 2008-2011, o Governo Brasileiro identificou a expansão do mercado de consumo de massa como uma das fontes de dinamismo de sua estratégia de desenvolvimento. Objetivando tal expansão, o setor público federal estimulou a ampliação do crédito, elevou as transferências “progressivas” de renda associadas à política social concomitantemente a um processo de valorização do salário mínimo, e priorizou, a partir de 2007, os investimentos públicos em infraestrutura.

Tendo isso em vista, o primeiro objetivo deste trabalho é analisar a implementação da estratégia de desenvolvimento baseada na expansão do mercado de consumo de massa. Como será observado, tal estratégia tem mostrado resultados positivos, haja vista que importantes indicadores socioeconômicos apresentaram melhorias substanciais no período analisado, tais como maiores taxas de crescimento econômico, aquecimento do mercado de trabalho, redução das taxas de pobreza e da desigualdade de renda.

Entretanto, não obstante esses importantes resultados alcançados no cenário socioeconômico, que devem ser realçados em face da enorme dívida social acumulada pelo País, do ponto de vista cultural a estratégia de desenvolvimento ainda requer aperfeiçoamentos. Referimo-nos à cultura da competitividade e do consumismo, que impede a melhoria da qualidade de vida. Assim, o segundo objetivo deste artigo é analisar essa estratégia de desenvolvimento à luz de uma educação emancipatória, ou seja, uma educação crítica e de resistência à sociedade vigente, que descortina a ocorrência das mazelas sociais decorrentes da competitividade e do consumismo – como a pressão psicológica contínua sobre as pessoas, o desperdício social e a degradação ambiental –, ocultadas pela ideologia dominante e pela educação cooptada pelo capital.

II. METODOLOGIA

Este estudo se baseou em análise documental e em revisão bibliográfica. Primeiramente, extraiu-se das Mensagens Presidenciais referentes aos Planos Plurianuais (PPAs) 2004-2007 e 2008-2011 a estratégia de desenvolvimento planejada pelo Governo Brasileiro, que teve como um de seus pilares a expansão do mercado de consumo de massa.

Os dados referentes às políticas públicas que dinamizaram o mercado de consumo de massa e os resultados a elas atribuídos também foram sistematizados e avaliados, estabelecendo como variáveis independentes a expansão do crédito, o incremento das transferências “progressivas” de renda em conjunto com os aumentos reais do salário mínimo e a ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura. Como variáveis dependentes, foram considerados o consumo das famílias, o Produto Interno Bruto (PIB), o salário médio real, a taxa de desocupação, a geração de empregos e os índices de pobreza e de desigualdade de renda.

As principais fontes de dados consultadas foram: as Contas Nacionais e a Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Ipeadata, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); séries históricas do Banco Central do Brasil (Bacen); a publicação Economia Brasileira em Perspectiva, do Ministério da Fazenda; o Boletim Estatístico da Previdência Social; informações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, entre outras fontes citadas ao longo do artigo.

Para a análise da estratégia de desenvolvimento à luz de uma educação emancipatória, foram utilizadas contribuições teóricas dos seguintes autores: Bauman (2001), Santos (2011), Mészáros (2004), Adorno (2010), Bourdieu e Passeron (2008), Baudrillard (1995) e Enriquez (2006). A partir dessas contribuições, foi possível desvendar problemas estruturais do sistema capitalista, relacionados à cultura competitiva e consumista, que impedem a melhoria da qualidade de vida, os quais são encobertos pela ideologia funcional ao capital.

III. DESENVOLVIMENTO

O Brasil dessa primeira década do século XXI é um país de desenvolvimento médio, caso sejam considerados os seguintes indicadores. Primeiro, de um total de 187 países, ele ocupou a 84ª posição no *ranking* de 2011 do Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2011). Segundo, com base ainda em dados do PNUD (2011), ocupou a 77ª posição no quesito renda *per capita*¹. Cabe lembrar que, *coeteris paribus*², a magnitude da renda *per capita* é fator importante para determinar o montante de recursos disponíveis para financiar, por exemplo, despesas públicas com saúde e educação, essenciais ao desenvolvimento. Nesse sentido, além dos dois supracitados indicadores, pode-se dizer também que o País não figura entre o conjunto de nações que exibem os mais elevados indicadores sociais. Tendo isso em vista, e considerando ainda a sua extrema desigualdade social, chega-se a um quadro no qual pequena parcela da população desfruta, em termos materiais, de alto padrão de vida, enquanto que grande parte ainda não tem a “liberdade” de usufruir bens e serviços básicos em quantidade ou qualidade satisfatória, indicando que ainda há muito a se evoluir para ser caracterizado como uma nação desenvolvida.

Nessa mesma linha de raciocínio, segundo Sen (2000), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das “liberdades” que as pessoas desfrutam. Assim, para efeito da primeira parte do artigo, entende-se por desenvolvimento o processo de expansão da liberdade de usufruir bens e serviços essenciais a uma boa

¹ A comparação entre os países ocorreu com base no conceito de Rendimento Nacional Bruto *per capita* (PPC USD 2005 constante), adotada pelo PNUD em 2011.

² Expressão amiúde utilizada em textos de economia, pode ser traduzida por “tudo o mais constante” ou “mantidas inalteradas as demais variáveis”.

qualidade de vida. A passagem abaixo, embora não exaustiva, elenca algumas categorias importantes relacionadas ao desenvolvimento³:

Às vezes, a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como, por exemplo, a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais (SEN, 2000, 18).

III.1 A Estratégia de Desenvolvimento do Governo Brasileiro (2004-2011)

Em face da necessidade de se elevar o patamar de desenvolvimento nacional, em especial no que tange à qualidade de vida dos estratos mais pobres, o Governo Brasileiro identificou na expansão do mercado de consumo de massa um dos pilares de sua estratégia de desenvolvimento. Isto pode ser observado em passagens das Mensagens Presidenciais dos Planos Plurianuais (PPAs) 2004-2007 e 2008-2011, do Governo Brasileiro, conforme transcritas a seguir:

O PPA 2004-2007 tem por objetivo inaugurar a seguinte estratégia de longo prazo: inclusão social e desconcentração de renda com vigoroso crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, **dinamizado pelo mercado de consumo de massa**, por investimentos, e por elevação da produtividade; (...) (Brasil, 2003, p. 15). **(grifo nosso)**.

Como forma de viabilizar a Estratégia de Desenvolvimento, o PPA 2008-2011 prioriza:

- a) as políticas públicas voltadas para o crescimento e a promoção da distribuição de renda;
- b) a elevação da qualidade da educação;
- c) o aumento da produtividade e da competitividade;
- d) a expansão do mercado de consumo de massa (grifo nosso);**

(...) (Brasil, 2007, p. 11)

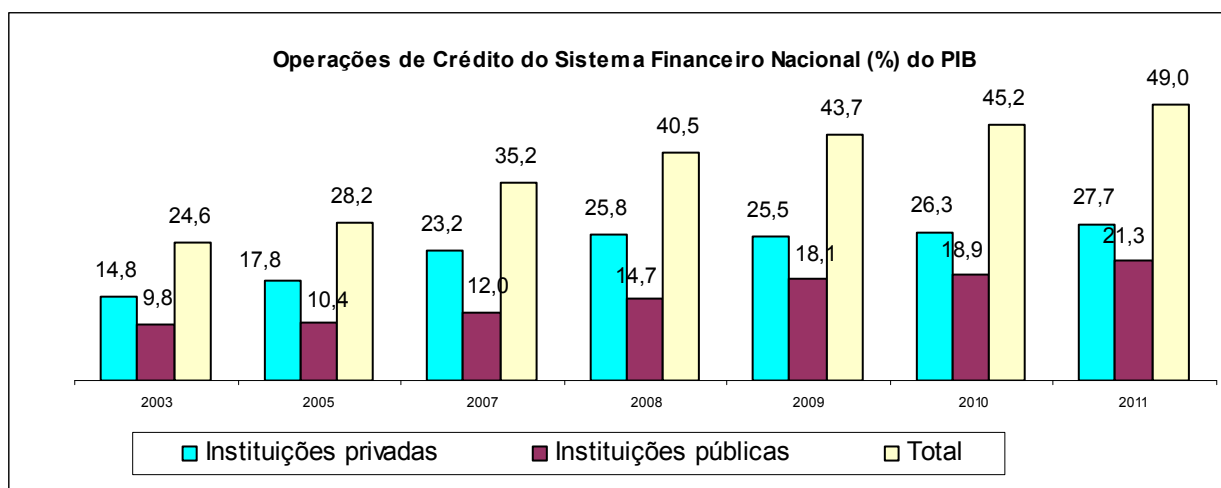
Com a finalidade de expandir o mercado de consumo de massa, o Governo Brasileiro priorizou três instrumentos: i) a política de expansão do crédito; ii) as transferências “progressivas” de renda em conjunto com a política de valorização do salário mínimo; e iii) os investimentos públicos em infraestrutura. Tais instrumentos

³ Não considera várias categorias relacionadas ao desenvolvimento, como as questões das liberdades políticas, do meio-ambiente, previdenciária, da dependência com relação a outros países, do desenvolvimento tecnológico, dentre outras. Contudo, as categorias mencionadas nessa citação, para efeito desta primeira parte do artigo, já são suficientes para caracterizar um processo de desenvolvimento.

foram fundamentais para o alcance de importantes resultados socioeconômicos no período 2004-2011, como será observado a seguir.

Pela perspectiva da expansão creditícia, observa-se que o crédito total na economia praticamente dobrou entre 2003 e 2011 em termos percentuais do PIB, passando de 24,6% do PIB em dezembro de 2003 para 49,0% em dezembro de 2011, como pode ser visto no Gráfico 1, com destaque para a expansão das operações de crédito do sistema financeiro público. Nesse período, enquanto as operações de crédito das instituições financeiras privadas - tanto nacionais quanto estrangeiras -, em percentual do PIB, aumentaram 87,0%, as do sistema financeiro público subiram 117,4%, sendo que a importância dos bancos públicos foi ainda maior em períodos de crise, como 2008, 2009 e 2011, constituindo-se em um componente importante da política anticíclica do Governo Brasileiro.

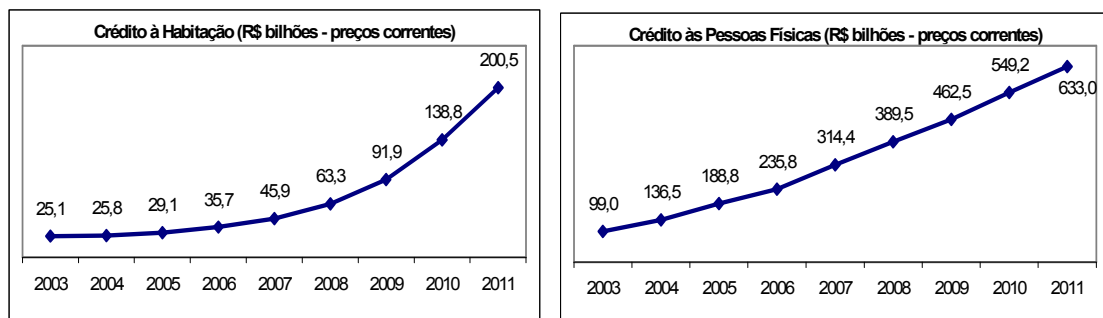
GRÁFICO 1



Fonte: Bacen (Séries Temporais – Empréstimos do Sistema Financeiro Nacional). Elaboração própria.

Quando se segmenta as operações de crédito por atividade econômica, os grandes destaques foram as expansões do crédito à habitação e às pessoas físicas, sendo que este último segmento impacta diretamente o consumo das famílias ao elevar o seu poder de compra. Os Gráficos 2 e 3 apresentam a expansão ao longo do tempo desses dois tipos de operação de crédito.

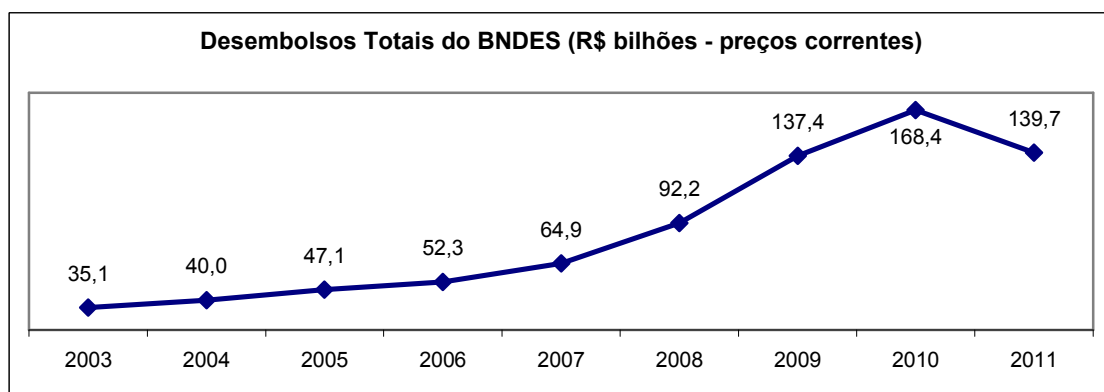
GRÁFICOS 2 e 3



Fonte: Bacen (Séries Temporais – Empréstimos do Sistema Financeiro Nacional). Elaboração própria.

Ainda quanto à política creditícia, cabe destacar a acentuada elevação das operações de crédito realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entre 2003 e 2011, como pode ser vista no Gráfico 4. Nos últimos anos, esta elevação foi propiciada por vultosos aportes do Tesouro Nacional nesse Banco. As operações do BNDES são direcionadas, majoritariamente, a dois setores, indústria e infraestrutura, sendo, desse modo, um importante instrumento para impulsionar o agregado macroeconômico “investimento”.

GRÁFICO 4



Fonte: BNDES. Elaboração própria.

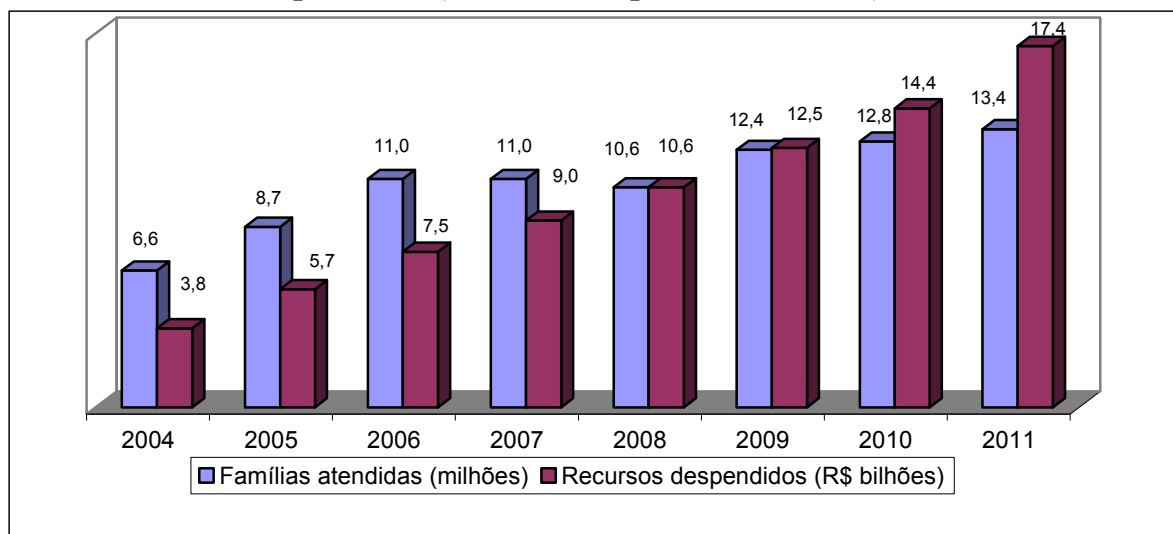
Outro fator crucial para a dinamização do mercado de consumo de massa foi a elevação das despesas com as transferências “progressivas” de renda implementadas pelo Governo Brasileiro, acompanhada da política de valorização do salário mínimo. As transferências “progressivas” de renda são ações integrantes da política social, que destinam recursos aos estratos mais pobres da população. Neste artigo, serão considerados nessa categoria: i) o Programa Bolsa Família; ii) os Benefícios

Assistenciais (em especial, os Benefícios de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social – BPC/LOAS); e iii) o piso previdenciário pago pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, no valor de um salário mínimo.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Tem como objetivo precípua o alívio imediato da pobreza, contribuindo para a satisfação das necessidades humanas mais elementares, como alimentação e vestuário, favorecendo a formação de uma base para a mobilidade social dos mais pobres. Pode-se dizer que se tornou um programa emblemático do Governo Brasileiro, sendo constantemente expandido entre 2004 e 2011, mais do que dobrando o número de famílias atendidas e mais do que quadruplicando os recursos despendidos em termos nominais, como pode ser visto no Gráfico 5.

GRÁFICO 5

Programa Bolsa Família – famílias atendidas (em milhões) e recursos despendidos (R\$ bilhões - preços correntes)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/SAGI/painelPEI/index.php>. Acesso em 24 de julho de 2012.

Elaboração própria.

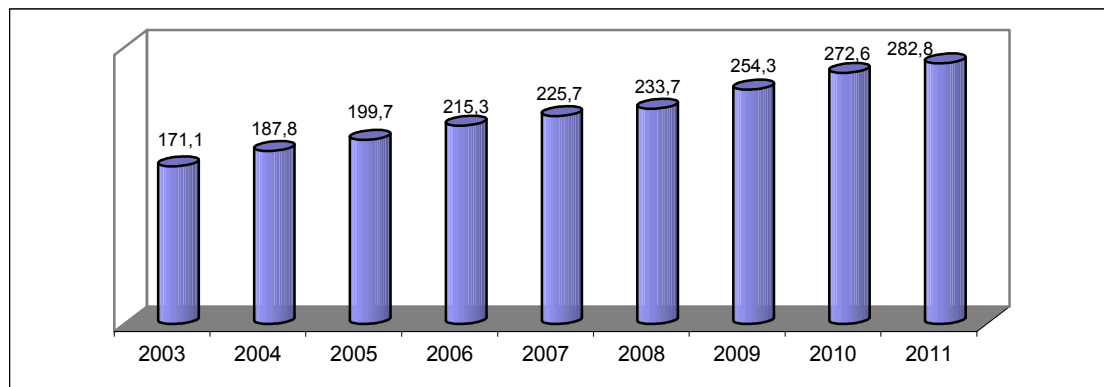
Por sua vez, o BPC/LOAS, equivalente a um salário mínimo, destina-se aos idosos com mais de 65 anos e às pessoas com deficiência, desde que, em ambas as situações, não tenham meios de prover a própria manutenção nem tê-la provida pelas famílias. Em termos objetivos, a renda mensal familiar *per capita* não pode superar $\frac{1}{4}$ do valor do salário mínimo. Do mesmo modo que o Bolsa Família, o BPC/LOAS também vem sendo sobremaneira expandido, seja em número de benefícios emitidos,

mais do que duplicando no período, subindo de 1,7 milhão para 3,6 milhões entre 2003 e 2011, seja em termos das cifras despendidas, que foram elevadas de R\$ 4,5 bilhões para R\$ 22,8 bilhões nesse mesmo período⁴.

Da mesma maneira que o BPC/LOAS⁵, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS também operacionaliza os benefícios do RGPS e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)⁶. Uma vez somados esses três benefícios, segundo o Boletim Estatístico da Previdência Social (Brasil, 2012 b), passa-se de um total de 21,9 milhões de benefícios emitidos em dezembro de 2003 para 29,1 milhões em dezembro de 2011, representando um incremento de aproximadamente 33% no período, o que demonstra a expressiva expansão das coberturas previdenciária e assistencial. De acordo com o mencionado Boletim, cerca de 67% desses benefícios operacionalizados pelo INSS equivalem a um salário mínimo, sendo a ele indexados, constituindo o piso previdenciário. Assim, tanto em função da elevação do número de benefícios emitidos – previdenciários e assistenciais - quanto dos aumentos reais no valor do salário mínimo, constatou-se acentuada elevação das despesas do INSS, como apresentado no Gráfico 6.

GRÁFICO 6

Benefícios Emitidos pelo INSS* – 2003 a 2011 (em R\$ bilhões - preços constantes**)



* Considera os benefícios previdenciários e assistenciais (BPC/LOAS e RMV).

**Valores expressos em reais constantes, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC mensal, a preços de abril de 2012.

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social. Elaboração própria.

⁴ Informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (www.mds.gov.br). Acesso em 25/07/12.

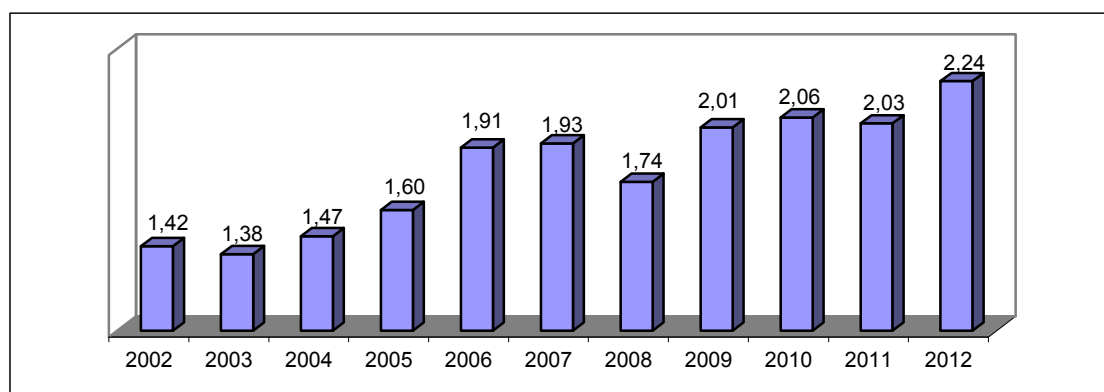
⁵ O BPC/ LOAS é administrado pelo MDS, que repassa os recursos para a operacionalização pelo INSS.

⁶ A RMV é um benefício assistencial operacionalizado pelo INSS, semelhante ao BPC/LOAS, e que foi substituído por este. É um benefício em “extinção”, só sendo pago àqueles que já faziam jus anteriormente à criação do BPC/LOAS. A RMV respondeu, em meados de 2012, por cerca de 6% do total de benefícios assistenciais operacionalizados pelo INSS.

A política de valorização do salário mínimo foi outro instrumento vigoroso para dinamizar o mercado de consumo de massa. Tal política prevê que seu valor deverá ser reajustado pela variação do INPC no ano anterior e do PIB de dois anos atrás. Embora instituída apenas em 2007, segundo o DIEESE (2011), entre abril de 2002 e janeiro de 2012, o aumento real do salário mínimo foi de 65,9%. O DIEESE também estimou que cerca de 48 milhões de pessoas tenham rendimentos nele referenciados, incluindo os cerca de 19 milhões de benefícios emitidos pelo INSS (previdenciários e assistenciais) que são indexados ao salário mínimo. Em outras palavras, a elevação do salário mínimo impacta diretamente no valor dessas transferências “progressivas” de renda e nos rendimentos de um gigantesco número de trabalhadores. O Gráfico 7 expressa a evolução de sua valorização real em termos de poder de compra de cestas básicas.

GRÁFICO 7

Cestas básicas que podem ser adquiridas com um Salário Mínimo na cidade de São Paulo



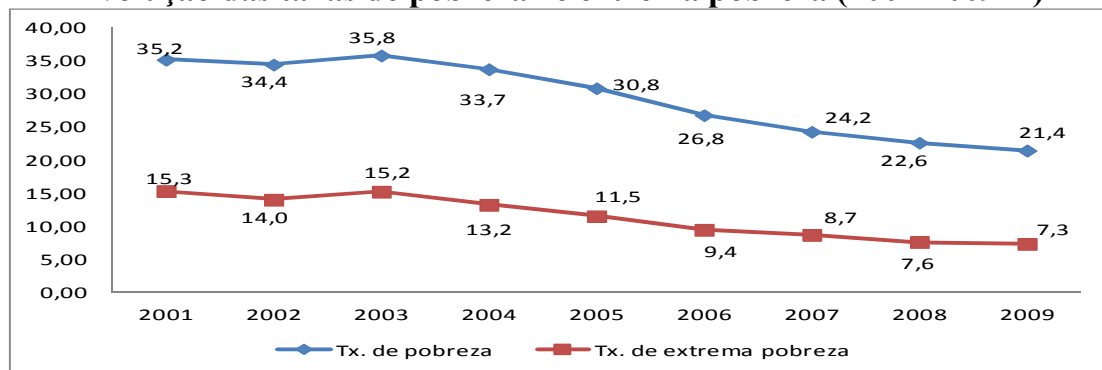
Fonte: DIEESE. Elaboração própria.

Assim, haja vista a expansão do número de beneficiários dessas políticas de transferência de renda, bem como a elevação do valor dos benefícios, especialmente em decorrência da valorização real do salário mínimo, e considerando ainda que essas políticas são destinadas aos estratos mais pobres, o que lhes confere o qualificativo de “progressivas”, um primeiro resultado a que se chega é a sua contribuição direta para a melhoria de importantes indicadores sociais, a saber, a redução das taxas de pobreza e extrema pobreza e da desigualdade de renda⁷, medida pelo Coeficiente de Gini e pela

⁷ Tal afirmação é corroborada por estudos do IPE

taxa de crescimento mais acentuada da renda dos mais pobres em comparação com a dos mais ricos.

GRÁFICO 8
Evolução das taxas de pobreza* e extrema pobreza (2001-2009)**



* A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS.

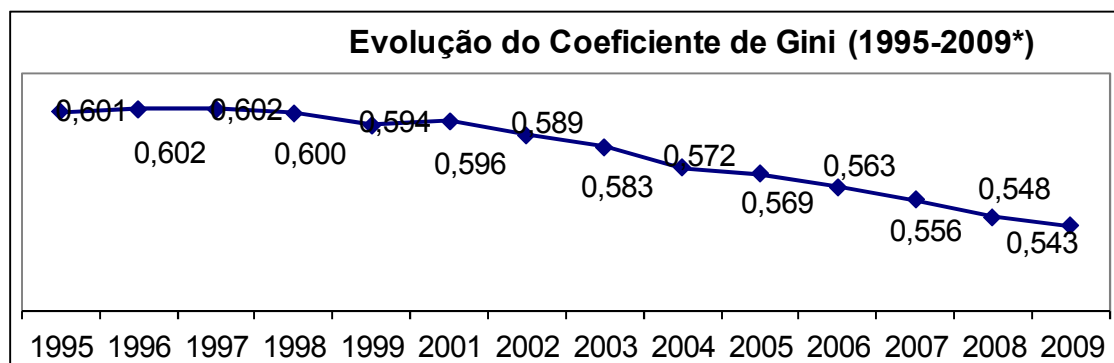
** A série foi até 2009, ano da Pesquisa Nacional por Amostra de Municípios – PNAD mais atualizada.

Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

GRÁFICO 9

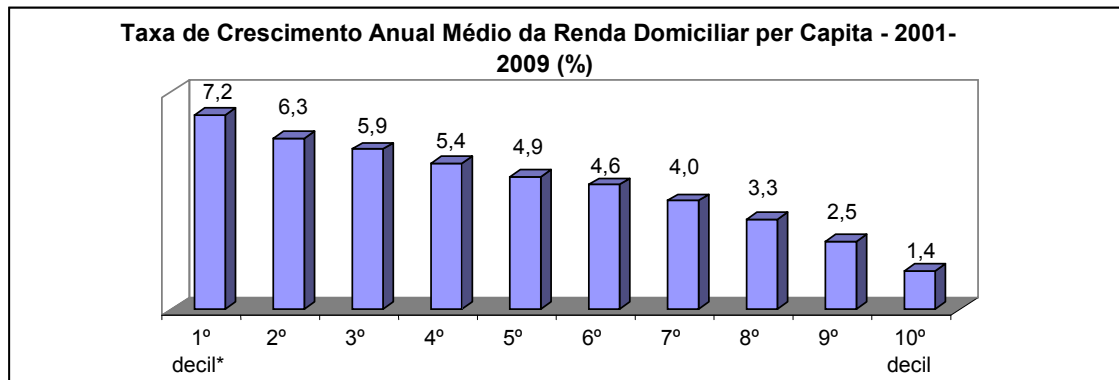
* A série foi até 2009, ano da Pesquisa Nacional por Amostra de Municípios – PNAD mais atualizada.

Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.



A. Sobre este ponto, sugerimos consulta ao Comunicado do IPEA nº 59, intitulado “Previdência e Assistência Social: Efeitos no Rendimento Familiar e sua Dimensão nos Estados”, de 2010. Consta nas referências bibliográficas ao final deste artigo.

GRÁFICO 10



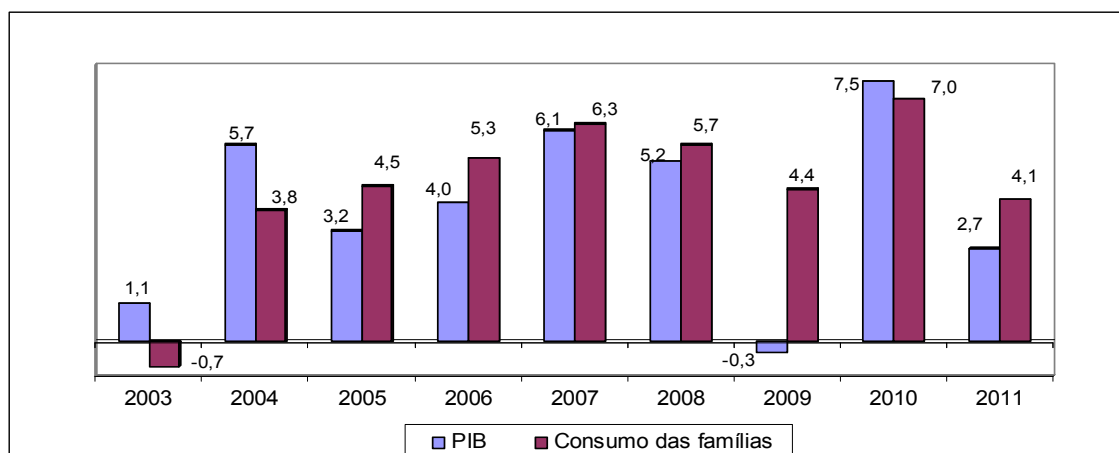
* O 1º decil corresponde aos 10% mais pobres do País, e assim sucessivamente até chegar ao 10º decil, os 10% mais ricos.

Fonte: números obtidos de Brasil (2012 a), que se baseou em dados do IBGE (estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 a 2009). Elaboração própria.

Esse processo de redistribuição de renda em favor dos mais pobres – resultante da elevação das transferências progressivas de renda, da valorização real do salário mínimo e do aquecimento do mercado de trabalho, como será visto a seguir - teve como consequência o aumento amplificado do PIB, haja vista que as classes de menor poder aquisitivo possuem maior propensão marginal a consumir, o que eleva o efeito multiplicador da renda. Em outras palavras, a distribuição de renda impulsionou o crescimento econômico. Como pode ser observado no Gráfico 11, o agregado Consumo das Famílias exerceu papel importante como motor do crescimento econômico, crescendo a taxas superiores ao PIB na maior parte do período considerado no estudo.

GRÁFICO 11

Evolução do PIB e do Consumo das famílias (variação %)



Fonte: IBGE. Contas Nacionais. Elaboração própria.

Acompanhando esse processo de dinamismo econômico, com importantes reflexos positivos também na dimensão social, pode-se dizer que o mercado de trabalho apresentou ótimo desempenho no período considerado, indicado pela queda da taxa de desocupação nas principais regiões metropolitanas, pela elevação da criação de empregos formais “celetistas” e pelo aumento do rendimento médio real habitual da população ocupada, este último, também influenciado diretamente pelo comportamento de valorização do salário mínimo.

TABELA 1
Indicadores da situação do mercado de trabalho (2003-2011)
(Rendimento Médio Real a preços de maio / 2012)

Ano	Taxa de Desocupação*	Criação de empregos formais celetistas (mil)**	Rendimento Médio Real da População Ocupada (R\$)*
2003	10,9	645,4	1.325,5
2004	9,6	1.523,3	1.319,7
2005	8,4	1.254,0	1.398,7
2006	8,4	1.228,7	1.457,4
2007	7,5	1.617,4	1.490,1
2008	6,8	1.452,2	1.543,8
2009	6,8	995,1	1.555,2
2010	5,3	2.136,9	1.647,3
2011	4,7	1.566,0	1.689,8

* Posição dezembro. Refere-se às regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

** Saldo: admissões menos demissões.

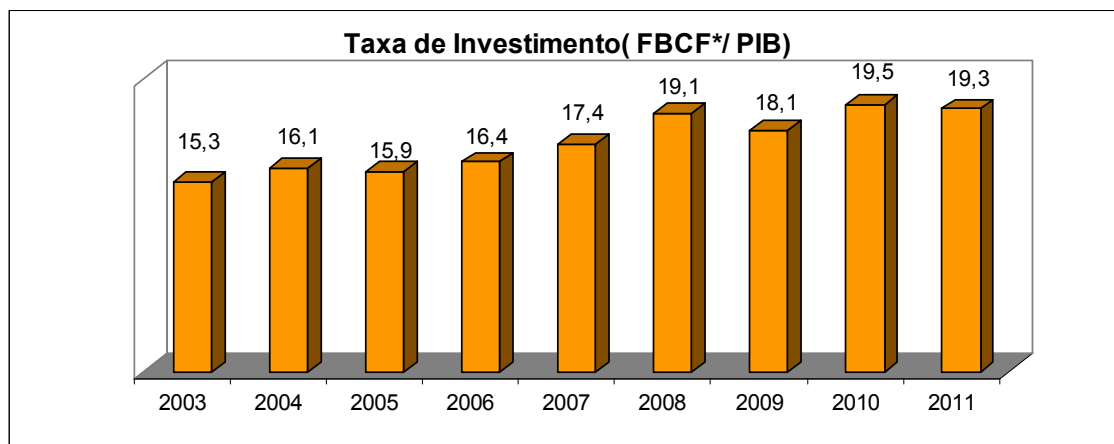
Fonte: IBGE / Pesquisa Mensal de Emprego; CAGED / Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração Própria.

Além de estimular o consumo das famílias, o Governo Brasileiro também interveio sobre os “investimentos” com o intuito de promover maior dinamismo ao mercado de consumo de massa. Tal ação governamental foi intensificada a partir de 2007, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007-2010⁸. A partir deste Programa, os investimentos públicos em infraestrutura foram priorizados. Objetivou-se estimular os investimentos privados a partir da provisão pública de melhor infraestrutura econômica, em especial nas áreas de logística e

⁸ A partir de 2011 o PAC entrou em sua segunda etapa, PAC 2 (2011-2014).

energia, tendo como premissa que os investimentos públicos e privados são complementares, e não substitutos. Todavia, em que pese o impulso ao setor de infraestrutura, a elevação dos investimentos como um todo, embora tenha ocorrido, não se deu na intensidade desejada, haja vista que até 2011 a taxa de investimentos não ultrapassou a barreira dos vinte por cento do PIB, provavelmente em razão do ambiente de incerteza decorrente da crise financeira internacional vivenciada após 2008, que desencorajou os investidores a imobilizar seus capitais.

GRÁFICO 12



* Formação Bruta de Capital Fixo.

Fonte: IBGE. Contas Nacionais. Elaboração própria.

À guisa de síntese dessa análise do processo de expansão do mercado de consumo de massa, constatou-se que no período analisado ocorreram evoluções expressivas nas dimensões: i) econômica, com o PIB crescendo anualmente a taxas mais elevadas que em anos anteriores⁹, com reflexos positivos no mercado de trabalho; e b) social, quando observada pela ótica da redução da pobreza, da extrema pobreza e da desigualdade de renda. Em suma, por essas perspectivas, pode-se dizer que a estratégia de desenvolvimento com base na expansão do mercado de consumo de massa foi bem

⁹ Segundo Brasil (2012 a), a variação real do PIB se deu a uma média anual de 1,7% entre 1998-2002; 3,5% entre 2003-2006; e 4,6% entre 2007-2010, lembrando que o PIB cresceu 2,7% em 2011.

sucedida. Mas isso é suficiente para uma boa qualidade de vida? A próxima seção argumentará que não.

III.2 A Estratégia de Desenvolvimento à luz de uma Educação Emancipatória

Não obstante os avanços nos citados indicadores socioeconômicos, pela perspectiva cultural, a estratégia de desenvolvimento adotada ainda carece de qualificação. Não se trata de uma problemática exclusiva do modelo de desenvolvimento brasileiro, mas das sociedades contemporâneas em geral, dizendo respeito à cultura da competitividade e do consumismo, que impede a melhoria da qualidade de vida da humanidade, objetivo principal do desenvolvimento. E tal problemática só pode ser desvendada a partir de uma educação de caráter emancipatório, ou seja, uma educação crítica e de resistência à sociedade vigente, uma vez que a educação cooptada pelo capital propaga o “conformismo”, “educando” no sentido da adequação à realidade existente.

Nesse sentido, como afirmou Mézáros (2004, p.5) em “A Educação para Além do Capital”, é preciso ter em mente que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos cento e cinquenta anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa à gestão da sociedade...

Nessa mesma linha, Bourdieu e Passeron (2008, p. 62) apontaram que:

Numa formação social determinada, o TP (trabalho pedagógico) pelo qual se realiza a AP (ação pedagógica) dominante tem sempre uma função de manter a ordem, isto é, de reprodução da estrutura das relações de força entre os grupos ou as classes, na medida em que tende, seja pela inculcação, seja pela exclusão, a impor aos membros dos grupos ou das classes dominados o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante, e a lhes fazer interiorizar, numa medida variável, disciplinas e censuras que servem tanto melhor aos interesses, materiais ou simbólicos, dos grupos ou classes dominantes, quanto mais tomam a forma da autodisciplina e da autocensura.

Dessas passagens, infere-se que a educação desenvolvida no âmbito do sistema capitalista serve aos interesses do próprio sistema capitalista. Não são por outros motivos que: i) a educação prepara a força-de-trabalho necessária ao capital; e ii) a ciência e a tecnologia, geralmente, são “capturadas” pelos interesses capitalistas na busca desenfreada pela sobrevivência nesta sociedade competitiva. Daí a importância do

caráter crítico da educação emancipatória, capaz de desnudar os defeitos estruturais da etapa vigente do capitalismo. Estas questões estão relacionadas à asserção de Adorno (2010, p. 11), de que:

...quanto mais a educação procura se fechar ao seu condicionamento social, tanto mais ela se converte em mera presa da situação social existente. É a situação do “sonho de uma humanidade que torna o mundo humano, sonho que o próprio mundo sufoca com obstinação na humanidade”. O desenvolvimento da sociedade a partir da Ilustração, em que cabe importante papel à educação e formação cultural, conduziu inexoravelmente à barbárie.

Em seu capítulo “Educação contra a Barbárie”, Adorno (2010) relaciona a competitividade à barbárie, argumentando que o princípio da competição é contrário à educação humanizada, defendendo que é preciso desacostumar as pessoas de se “darem cotoveladas”, as quais constituem sem dúvida uma expressão da barbárie. E a extrema competitividade entre países, empresas e pessoas são a tônica da sociedade atual, fazendo-nos crer, seguindo este raciocínio de Adorno, que estão sendo criadas condições que concorrem para a barbárie.

No caso da competitividade entre trabalhadores neste ambiente de instabilidade no emprego, característico da atual etapa do capitalismo, o que se sobressai é a “insegurança”. Tendo em vista este cenário de insegurança, de acordo com Lisle (*apud* Baudrillard, 1995, p. 35):

A pressão psicológica e social da mobilidade, do estatuto, da concorrência a todos os níveis (rendimento, prestígio, cultura etc.) torna-se cada vez mais pesada para todos. Necessita-se de mais tempo para se recriar e reciclar, para recuperar e compensar o desgaste psicológico e nervoso causado por múltiplos danos: trajeto domicílio-trabalho, superpopulação, agressões e *stress* contínuos. (...) Parte não negligenciável da população é incapaz de aguentar o ritmo. São os “rejeitados”. E os que prosseguem na corrida e chegam ao modo de vida proposto como modelo conseguem-no, mas só ao preço de um esforço que os deixa diminuídos.

Para aqueles que prosseguem na corrida para alcançar o modelo de vida louvado pela atual sociedade – identificada por Enriquez (2006) como a “civilização do *dopping*”, pelo fato de os indivíduos, sempre submetidos a situações de prova e em estado de estresse, terem de tomar estimulantes ou tranquilizantes para ter bom desempenho, mostrar sua “excelência” -, todo esse esforço torna-se mais extenuante na medida em que os seres humanos não estão conseguindo atingir a satisfação. Nunca estamos satisfeitos, vivemos no mundo do “pós”! Segundo Bauman (2001, p. 37):

Ser moderno passou a significar, como significa hoje em dia, ser incapaz de

parar e ainda menos de ficar parado. Movemo-nos e continuaremos a nos mover não tanto pelo “adiamento da satisfação”, como sugeriu Max Weber, mas por causa da *impossibilidade* de atingir a satisfação: o horizonte da satisfação, a linha de chegada do esforço e o momento da auto-congratulação tranquila movem-se rápido demais. A consumação está sempre no futuro, e os objetivos perdem sua atração e potencial de satisfação no momento de sua realização, se não antes.

Ao lado da competitividade, que fomenta essa corrida sem fim, o consumismo é outro apanágio da atual sociedade, levando insígnies pensadores - como Baudrillard - a denominarem-na de “Sociedade de Consumo”. Vê-se logo que tal tipo de sociedade tem como contrapartida a ênfase na produção de objetos, leia-se, ênfase no crescimento do produto bruto, seja no conceito interno ou nacional. E muitas vezes pouco importa os “efeitos colaterais”, ou disfunções, de determinado processo produtivo, sejam eles ambientais (lixo, poluição etc), humanitários (armas) etc. Frequentemente, a própria correção das disfunções torna-se motor do crescimento econômico. A situação apresentada por Baudrillard (1995, P. 37), tomando um exemplo de seu país, é elucidativa:

A baixa da luminosidade da atmosfera em 30%, em Paris, durante cinquenta anos, é residual e inexistente aos olhos dos contabilistas. Mas, se ela originar maior despesa de energia elétrica, de lâmpadas, de óculos etc., então já existe e manifesta-se logo como aumento de produção e de riqueza social! Todo o ataque restritivo ou seletivo ao princípio sagrado da produção e do crescimento provocaria o horror do sacrilégio.

Baudrillard (1995) ainda nos lembra que a atual ordem de produção sobrevive ao preço do extermínio ou do perpétuo suicídio dos objetos (descartáveis, bens com curta vida útil, renovação acelerada dos produtos), baseado seja na própria “sabotagem” tecnológica aplicada nesses bens, seja na moda, tendo a publicidade o único fim não de acrescentar, mas de retirar valor de uso dos objetos, reduzir o seu valor no tempo, relacionando diretamente o valor a moda. Segundo este autor, tudo isso constitui a solução desesperada, mas vital, de um sistema econômico e político em perigo de naufrágio; a Sociedade de Consumo precisa de seus objetos para existir e sente, sobretudo, a necessidade de destruí-los.

Em outras palavras, o que interessa é a reprodução ampliada do capital, sua valorização. É nesse ambiente de competitividade, tendo como base a ciência e a tecnologia, que se acelera a produção “racional” de necessidades - novos objetos -, produzindo-se ilimitadamente o consumismo, ou a sensação de escassez quando os objetos não podem ser adquiridos. Segundo Santos (2011, p.131):

O nosso tempo consagra a multiplicação das fontes de escassez, seja pelo número avassalador dos objetos presentes no mercado, seja pelo chamado incessante ao consumo. A cada dia, nessa época de globalização, apresenta-se um objeto novo, que nos é mostrado para provocar o apetite.

Como alegou Baudrillard (1995), a efetivação do consumo é a sequência lógica do processo produtivo. É na etapa do consumo que os homens se tornam imprescindíveis! É necessário vender o produto! Assim, todo um conjunto de informações, *a priori e a posteriori* ao processo produtivo, como sondagens, pesquisas de mercado e publicidade são utilizados para a capturação, condicionamento e controle da procura. Busca-se retirar o poder de decisão do consumidor e passá-lo para as empresas, onde poderá ser manipulado. E a indústria cultural, ao disseminar um sistema de valores, induz que, inconsciente e automaticamente, os consumidores adiram a esses valores e comunguem com o estilo de vida de determinada sociedade, perdendo, desse modo, sua liberdade de escolha. Sobre esse ponto, de acordo com Mancebo (2002, p. 290):

Os teóricos de Frankfurt, assim como alguns autores atuais alinhados com o pensamento frankfurtiano, enfatizam o caráter de doutrinação político-ideológica da indústria cultural, falam, sobretudo, de seu serviço em favor do *status quo* e de uma economia baseada no consumo. Desta forma, ao mesmo tempo em que desvaloriza os produtos culturais através da homogeneização e da produção com fins meramente lucrativos, seria responsável pela despotencialização da capacidade crítica dos indivíduos, educando-os apenas para a conservação e o consumo.

Por fim, para ressaltar a importância de uma educação emancipatória para qualificar o desenvolvimento brasileiro, recorre-se mais uma vez a Santos (2011, p. 49), pois, como lembra este autor:

“consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão de mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão.”

IV. RESULTADOS ALCANÇADOS

Este artigo mostrou que os instrumentos utilizados pelo Governo Brasileiro para expandir o mercado de consumo de massa, quais sejam, a expansão do crédito, a elevação das transferências “progressivas” de renda conjugada com o processo de valorização do salário mínimo, e a priorização da provisão pública de infraestrutura econômica, juntos, tiveram como resultado progressos importantes nas dimensões

econômica e social.

Na dimensão econômica, podem-se destacar, no período considerado, maiores taxas de crescimento do PIB, aumento do consumo, queda na taxa de desocupação, intensa criação de empregos formais e aumento do salário médio real. Do mesmo modo, na dimensão social também ocorreram conquistas expressivas e auspiciosas, como queda das taxas de pobreza e extrema pobreza e na desigualdade de renda.

Assim, por essas perspectivas, pode-se dizer que a estratégia de desenvolvimento com base na expansão do mercado de consumo de massa prevista nos PPAs 2004-2007 e 2008-2011 foi exitosa. Todavia, ao se fazer uma análise crítica desse processo, inspirada numa educação de cunho emancipatório, que desnuda mazelas que não são objeto de análise da educação cooptada pelo sistema capitalista, de caráter “conformista”, constata-se que do ponto de vista cultural, no que toca especificamente à cultura da competitividade e do consumismo, a estratégia de desenvolvimento ainda requer aperfeiçoamentos.

Como visto em Adorno (2010), a competitividade pode levar à barbárie. Por exemplo, a cultura da competitividade entre países pode levar a guerras. Entre empresas, frequentemente conduz à sobre-exploração do trabalhador. Já entre os trabalhadores, alguns dos resultados são a pressão psicológica contínua, o *stress* e a “civilização do *dopping*.” Por sua vez, a cultura consumista, fomentada pela indústria cultural, leva ao desperdício social, à degradação ambiental, à sensação de escassez e, como atentou Santos (2011), ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa.

Diante de todo o exposto, constata-se que o desenvolvimento é um fenômeno complexo. Grandes conquistas em determinadas dimensões podem significar vultosos prejuízos em outras, cujo exemplo mais óbvio são situações de crescimento econômico com insustentabilidade ambiental, situação característica da Sociedade de Consumo. Nesse sentido, o desafio que fica para trabalhos posteriores é buscar indicadores que expressem, em números, os “efeitos colaterais”, ou disfunções, do processo de desenvolvimento baseado no mercado de consumo de massa, permitindo dimensionar suas conquistas *vis-à-vis* seus malefícios, propiciando informações para o aperfeiçoamento da estratégia de desenvolvimento, iluminando as melhores decisões.

Referências bibliográficas

- ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. 5ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. Empréstimos do Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: www.bc.gov.br/?SERIETEMP. Acesso em 07/07/2012.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.
- BAUDRILLARD, J. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70. 1995.
- BIELSCHOWSKY, R. A Estratégia de Desenvolvimento e o Consumo de Massa. **Desafios do Desenvolvimento nº 3**. Brasília. IPEA. Outubro de 2004.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J. **A Reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes. 2008.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. **Economia Brasileira em Perspectiva**. Brasília: 14ª Edição: Fevereiro 2012 (a).
- _____. Ministério da Previdência Social. **Boletim Estatístico da Previdência Social**. Volume 17, nº 4. Abril 2012 (b).
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Mensagem Presidencial. Plano Plurianual 2004-2007**. Brasília, 2003.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Mensagem Presidencial. Plano Plurianual 2008-2011**. Brasília, 2007.
- COUTINHO, A. P. Brasil: Temos Modelo de Desenvolvimento? **Revista de Conjuntura. Conselho Regional de Economia do Distrito Federal**, nº 46, julho/setembro de 2011.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Política de Valorização do Salário Mínimo. **Nota Técnica nº106**. São Paulo. Dez.2011.
- DOS SANTOS, T. The Structure of Dependence. **American Economic Review**, vol.60, maio.1970.
- ENRIQUEZ. E. O Homem do Século XXI: Sujeito Autônomo ou Indivíduo Descartável. **RAE-eletrônica (FGV-EAESP)**. Volume 5. nº 1, art. 10, janeiro/junho. 2006.
- FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores IBGE: Pesquisa Mensal de Emprego**. Maio de 2012.
- _____. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais**. Alguns números.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Previdência e Assistência Social: Efeitos no Rendimento Familiar e sua Dimensão nos Estados. **Comunicados da Presidência nº 59**, Brasília,2010.
- MANCEBO, D. Globalização, Cultura e Subjetividade: Discussão a partir dos Meios de Comunicação de Massa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Volume 18. nº 3 Setembro / Dezembro de 2002

MARTINUSSEN, J. **Society, State & Market: a guide to competing theories of development.** Londres:Zed Books,1997.

MÉSZÁROS, I. A Educação para Além do Capital. **Intervenção na abertura no Fórum Mundial de Educação,** Porto Alegre, 28 de julho de 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2011.** Disponível em:hdr.undp.org. Acesso em 07/07/2012.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização:** do pensamento único à consciência universal. 20ªEdição. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

A FALÁCIA DO DESENVOLVIMENTO E O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA COMO UMA ESTRATÉGIA DAS FORÇAS HEGEMÔNICAS NO BRASIL

Graziano Leal Fonseca¹

Resumo

Este trabalho procura fazer uma breve contextualização do surgimento da teoria do “desenvolvimento”, bem como apresentar seus conceitos norteadores e em seguida desenvolver uma crítica a este modelo, demonstrando que a teoria do desenvolvimento é uma falácia e em sua essência está engajada no processo de acumulação e produção capitalista. Procura ainda, demonstrar que mesmo com a decadência da teoria do desenvolvimento nos anos 70, a ideologia desenvolvimentista permanece hegemônica nos países periféricos. Neste sentido Na última, realiza uma análise sucinta das forças que estruturam o Estado burguês brasileiro finaliza com uma leitura da propaganda utilizada por estas forças no contexto da implantação de grades projetos minerários e energéticos.

Abstract

This work seeks to make a brief background of the emergence of the theory of "development", as well as present their guiding concepts and then develop a criticizes this model, demonstrating that the development theory is a fallacy and in its essence is engaged in the process of accumulation and capitalist production. It also seeks to demonstrate that even with the decadence of 70 years in development theory, developmental hegemonic ideology remains in peripheral countries. In this sense in ultimo, performs a short analysis of the forces that structure the bourgeois State and ends with a reading of propaganda used by these forces in the context of the implementation of mining projects and energy grids.

Palavras Chave: desenvolvimento, falácia, discurso, Brasil...

¹ Mestrando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

Introdução

O presente artigo procura levar ao leitor uma reflexão crítica sobre o modelo de desenvolvimento adotado pelo sistema urbano-industrial hegemônico na atual conjuntura histórica e econômica mundial e que norteia os discursos políticos quando da implantação de grandes empreendimentos econômicos no Brasil.

O atual momento histórico da economia mundo tem favorecido no Brasil, o investimento na política de exportação de matérias primas e commodities “através de mercadorias como a soja, o café, a laranja, a celulose, a carne bovina e de frango, o minério de ferro, o aço, o alumínio e o petróleo” (PORTO e MILANEZ, 2009, p.1986), o que tem contribuído para o crescimento econômico do país nos últimos anos. Esta estratégia de desenvolvimento nacional tem sido engendrada em grande parte por uma coalizão de forças que tem como um dos seus pilares o investimento em grandes projetos no setor mineral e energético (petróleo, gás natural e hidrelétrico), controlados pelo Estado e empresas multinacionais. No entanto a implantação destes projetos apresentam aspectos controversos quanto aos seus meios e fins e o discurso sob o qual eles são implantados.

Desta forma, tal exercício reflexivo se inicia com uma contextualização do surgimento da teoria do “desenvolvimento”, procura apresentar seus conceitos norteadores e em seguida faz uma crítica a este modelo, demonstrando que a teoria do desenvolvimento é uma falácia e em sua essência está engajada no processo de acumulação e produção capitalista. Em seguida, demonstra que mesmo com a decadência da teoria do desenvolvimento nos anos 70, a ideologia desenvolvimentista permanece hegemônica nos países periféricos. Na última parte é realizada uma análise sucinta das forças que estruturam o Estado burguês brasileiro finalizando com uma leitura da propaganda utilizada por estas forças no contexto da implantação de grandes projetos minerários e energéticos.

O desenvolvimento do conceito desenvolvimento

Para efeito de contextualização podemos datar o surgimento do termo desenvolvimento a partir do segundo pós-guerra. Alguns autores argumentam que a utilização do termo já havia sido conceituada antes deste período, mas é consenso geral entre estudiosos da temática que tal conceito se difundiu e é amplamente discutido a partir de meados da segunda metade década de 1940. As questões propostas pelo termo estão ligadas a discussões anteriores a este período, relacionadas a conceitos de riqueza, progresso e bem estar social (Rodrigues, 2009).

Após a segunda guerra mundial, os países do centro altamente industrializados, encabeçados pelos Estados Unidos, fazem frente na promoção e propagação de um modelo de desenvolvimento para os países periféricos. Nesse período “começa a entrar a noção de combate sistemático à situação de atraso econômico dos países que, até então, eram chamados de atrasados” (KUGELMAS, 2007, p.8). É Neste momento que se consolida a divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Como informa Rodrigues (2009, p.130) “a partir dessa data, [o termo desenvolvimento] passa a ser aplicado às sociedades humanas, para classificar e discriminar povos, países, regiões”.

Neste sentido,

o conceito de “desenvolvimento” era tratado como sinônimo de “crescimento econômico” ou crescimento do produto *per capita*, por um lado, e como sinônimo de “progresso material” e “civilizatório”, por outro. Toda teorização daí decorrente visava apontar maneiras pelas quais seria possível promover o “avanço” tanto dos países do “primeiro mundo” (que deveriam continuar crescendo e eliminando seus “problemas sociais”) quanto do “terceiro mundo” (que deveria alcançar o primeiro). (BONENTE e CORRÊA, 2009, p.42).

O pensamento sobre desenvolvimento esteve em termos gerais, inicialmente voltado “para a promoção do progresso social e para a elevação dos níveis de vida dentro de um quadro de ampliação da liberdade, mas que logo a seguir se tornaram mais concretos com a referência explícita ao destino das regiões subdesenvolvidas e a adoção de políticas para promover a ruptura com essa condição” (KUGELMAS, 2007, p.8).

Segundo Vainer (1998) a noção de desenvolvimento talvez seja a maior produção ideológica do pós-guerra. Para este autor, “quando estamos falando de desenvolvimento, em 90% dos casos, estamos falando dos processos de acumulação capitalista e dos processos sociais, econômicos e políticos associados a isso”. E ainda, “a problemática do desenvolvimento é, num certo sentido, a problemática da realização da acumulação do capital na periferia do sistema” (VAINER, 1998, P.42).

Quando falamos do modelo de desenvolvimento em questão, estamos referindo a expansão e acumulação do capital nos países da periferia e as formas deste desenvolvimento capitalista, onde compreendia-se que na periferia a expansão do capitalismo teria uma evolução similar e com os mesmo efeitos que teve nos do centro (VAINER, 1998).

Nesta perspectiva o desenvolvimento era concebido como,

um processo unidimensional para todas as sociedades, (...) a direção deste desenvolvimento era óbvia. A regra era imitar o exemplo do modelo industrial e de consumo ocidental. (...) Desta teoria originou-se a implementação de políticas desenvolvimentistas, que pretendiam, com ajudas de desenvolvimento direcionadas, promover a mudança interna nos países do assim chamado “Terceiro Mundo”. Na prática, isto significou, não raras vezes, o apoio a grandes projetos de mineração e industrialização. (GAWORA, 2003, p.18)

A produção do modelo de desenvolvimento espalhado pelos países cêntricos entende que através do crescimento econômico, haverá o aumento das taxas de emprego do ganho salarial e do poder de compra, conseqüentemente uma elevação do bem-estar social. Desta forma a reprodução deste modelo nos países periféricos levaria a um processo gradual e homogêneo de bem estar dessa população. Assim, fundada na proposta de progresso e crescimento econômico, onde se entende que primeiro o bolo tem que crescer para depois ser dividido, nos anos 50 e 60 ganha força nos países “subdesenvolvidos” uma corrida desenvolvimentista apoiada e financiada por instituições nacionais e internacionais como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) e o FMI (Fundo Monetário Internacional). Nesse momento “a teoria de modernização pode valer como arsenal teórico junto aos institutos de crédito e de desenvolvimento responsáveis, que prontamente aprovavam créditos para grandes projetos...” (GAWORA, 2003, p.18). Desta forma, com crédito para implantação de grandes projetos nacionais, estes países adotam políticas econômicas de substituição de importações e industrialização.

Diante do contexto em tela, o Brasil ao longo das três décadas subseqüentes ao pós-guerra, embalado pela bandeira do progresso adota uma política econômica pautada na abertura para o capital estrangeiro e realização de mega projetos de industrialização, mineração, energia (fóssil e hidráulica) e de expansão das fronteiras agropecuárias. Política econômica que na atual conjuntura da economia mundial ganha força nos últimos anos e vem ampliando os estudos e avanços sob novas áreas para a exploração do setor mineral e energético do país.

Desenvolvimento, um modelo de reprodução do subdesenvolvimento

Passado o período do “boom” desenvolvimentista, por uma série de motivos, entre os quais o fracasso do projeto de industrialização e do crescimento econômico em acabar com os graves problemas sociais característicos do subdesenvolvimento, demonstrando que as promessas da teoria desenvolvimentista não se realizaram, ocorre que, a partir do final dos anos de 1970 e na década de 1980 vivenciamos uma mudança política e ideológica muito forte. “Marcada seja pelo aparecimento de abordagens “pós-desenvolvimentista”, “pós-modernas”, que negam radicalmente a questão do desenvolvimento e o condenam como uma falácia destrutiva...” (KUGELMAS, 2007, p.10).

Observou-se que a proposta de desenvolvimento em curso a partir do período pós-guerra, pouco mudou quanto a melhoria da qualidade de vida da maioria das populações nos países subdesenvolvidos. Ao contrário, há um aumento da miséria, e um aprofundamento do fosso entre os países cênicos desenvolvidos e os periféricos subdesenvolvidos e entre uma pequena minoria que compõe a elite dominante abastada destes últimos e a grande maioria da população que tinham que se contentar em subsistir nesse modelo de desenvolvimento econômico.

Na análise dos aspectos econômicos, políticos e sociais do modelo de desenvolvimento imposto pelos grupos hegemônicos capitalistas, Celso Furtado (1974) argumenta que nunca as massas dos países subdesenvolvidos iram usufruir do estilo de vida dos países desenvolvidos, até mesmo porque, caso isso aconteça o mundo entrará em colapso. Para o autor, o modelo de desenvolvimento econômico tal como se apresenta perpetua a manutenção das desigualdades.

O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o *desenvolvimento econômico* – a idéia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. (FURTADO, 1974, p.75)

A esse processo Gawora (2003, p.21) reitera que, “devido às fronteiras ecológicas globais é completamente impossível que o consumo de matéria-prima e energia de todo cidadão cosmopolitano atinja algum dia o nível médio de consumo de um cidadão norte-americano”.

Furtado (1974) entende que o desenvolvimento não passa de um mito, uma idéia para promover a ampliação do capitalismo de forma que povos aceitem se sacrificar em prol de um modelo capitalista industrial através de uma exploração incessante dos recursos naturais. “Como negar que essa idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender a necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependências que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo?” (FURTADO, 1974, p.75).

Com o que se apresenta em tela Bonente e Corrêa (2009, p.47) concluem que,

ao cabo dessa análise, o que se tem é que o subdesenvolvimento se apresenta como um fenômeno necessário à reprodução do capital. Nesse sentido, como posto por André Gunder Frank (1969), o desenvolvimento capitalista é também o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. O desenvolvimento capitalista implica a reprodução da condição de dependência; implica a reprodução de pobreza, miséria, marginalização, etc., enfim, a reprodução do que se chamou “subdesenvolvimento”.

Tais definições na atual perspectiva da sociedade capitalista moderna estão totalmente imbricadas com as necessidades de se criarem condições para a reprodução ampliada do capital.

A guisa da apresentação, falar em desenvolvimento na perspectiva do modelo urbano industrial capitalista equivale a falar no conceito de crescimento econômico, que tem como *fim* a acumulação de capital, alimentado pelo modelo consumista da

sociedade moderna, utilizando como *meio* a exploração incessante dos recursos naturais, ampliação das desigualdades e da concentração de renda.

A teoria do desenvolvimento econômico nada mais é do que um modelo de acumulação de capital e um meio de ampliação do sistema capitalista financiada pela exploração de terras, rotas e recurso dos países periféricos. Apesar da crise das teorias desenvolvimentistas que foram de certa forma lentamente sufocadas pela teoria econômica do neoliberalismo (GAWORA, 2003, p.20), os princípios que guiam tal teoria continuam na pauta do dia.

O objetivo do neoliberalismo são mercados globais tão liberalizados quanto possível e o exemplo aqui é o mercado norte-americano. Isto implica para os países do sul, que imitar o modelo industrial e de consumo ocidental continua valendo.

Crescimento econômico conta aqui como desenvolvimento vitorioso: o conceito de desenvolvimento torna-se quase que um sinônimo de crescimento quantitativo, isto é, análogo a crescente consumo de energia e matéria-prima. (GAWORA, 2003, p.20)

Seus conceitos estão em constante reprodução no atual modelo econômico globalizado, isso porque tais conceitos são inerentes ao sistema econômico capitalista que cada vez mais se hegemoniza.

De fato, mesmo diante da crise conceitual do modelo teórico de desenvolvimento, a crítica de uma forte corrente “pós-desenvolvimentista” e “pós-moderna” e a fragmentação deste conceito a partir dos anos 70² (evento que não será tratado neste trabalho), pode-se dizer que algo se manteve inalterado nos discursos sobre desenvolvimento econômico. Os princípios essenciais do desenvolvimentismo sobreviveram. E se hoje há argumentos suficientes para decretar o fim do desenvolvimentismo, estes argumentos não valem para enterrar a noção de desenvolvimento econômico que tal modelo carregava. “Como pôde ser observado a partir do momento em que se consolidou o neoliberalismo, as questões relativas ao desenvolvimento não foram esquecidas...” (Bonente e Corrêa, 2009, p. 43).

²Com isso, novas dimensões foram sendo progressivamente incorporadas ao debate sobre desenvolvimento (...). A partir daí, já não bastava falar-se em “desenvolvimento”, que suporia a visão unilateral do desenvolvimento econômico (em termos de indústria e produto), mas seria preciso qualificar desenvolvimentos de campos específicos: o desenvolvimento sustentável, para tratar das questões ambientais; o desenvolvimento local, para tratar das disparidades regionais; propostas como aquela do Índice de Desenvolvimento Humano (o IDH, das Nações Unidas), que foi criado com o fim explícito de incorporar outras dimensões, e não apenas as econômicas, à noção de desenvolvimento. (Bonente e Corrêa, 2009, p.43)

Ao longo de todo esse processo, a distância que separa os países desenvolvidos dos demais foi considerada uma mera questão quantitativa. De fato, a mudança de nomenclatura – que, expressando um otimismo, transformou os países subdesenvolvidos em “países em desenvolvimento” – reforça a idéia de que se desenvolver é uma regra. Em outras palavras, (...) o desenvolvimento pleno permaneceu sendo entendido como o estágio último de uma escala evolutiva, acessível aos países que reunissem os requisitos necessários a esse passo. Foi sempre encarado, nesse sentido, como algo necessariamente positivo, um sinônimo para modernização (avanço) das condições econômicas, sociais, institucionais e culturais do país. (BONENTE e CORRÊA, 2009, p.43)

Conclui-se assim, que mesmo diante da decadência e da quebra de paradigmas em torno do conceito de desenvolvimento, a aplicação deste modelo é amplamente difundido e consolida sua hegemonia nos sistemas político e econômico de regiões tidas como subdesenvolvidas que é o caso da América Latina. No Brasil, este discurso tem sido aplicado pelo Estado e pela elite dominante através de corporações multinacionais e políticas do Estado que detêm o poder das decisões políticas e econômicas do país.

A exploração de recursos naturais não renováveis como uma política de desenvolvimento do “Brasil”

O Brasil tem vivido nos últimos anos uma retomada às políticas de exportação e incentivo e investimento a grandes projetos de exploração de recursos naturais não renováveis. Esta política econômica tem sido motivada pelo atual contexto histórico mundial que consolida o sistema capitalista globalizado.

No atual momento histórico da conjuntura econômica mundial, o Brasil norteado por princípios neoliberais, consolida um modelo de desenvolvimento econômico, alicerçado em um conjunto de estratégias, que se estrutura através da abertura ao capital estrangeiro para a industrialização e o investimento na exportação de produtos primários e commodities. Este modelo tem como fim atender interesses privados de grandes empresas e bancos internacionais, e se concretiza na medida em que as intervenções do Estado brasileiro se voltam para atender os interesses dessa elite dominante.

O arranjo econômico brasileiro sofreu profundas transformações a partir dos anos 90, o país entrou em um novo ciclo de dependência. (...) A partir de então, ocorreu uma alteração significativa do padrão de interação dos capitais externos e internos. (...) Por aproximação, é possível apontar algumas características gerais da relação capital interno-externo e Estado: 1) Os investimentos brasileiros em transações especulativas e a aquisição de ações no exterior vêm mantendo uma tendência crescente, o que significa que os capitalistas brasileiros estão se “financeirizando”. 2) O governo brasileiro desde 2008, investe na criação de multinacionais brasileiras a partir de funções de grandes empresas e aporte de recursos do BNDES, este movimento dos capitalistas brasileiros esta predominantemente ligado aos ramos da construção civil, agronegócio e extração mineral. 3) O grande capital brasileiro continua concentrado em setores de commodities e setores industriais de apoio a produção deste tipo de mercadoria. (OTONI, p.7,8)

Para entender o atual modelo econômico do Brasil devemos compreender que o aumento da renda de uma comunidade resulta “de pelo menos três processos diferentes: a) o desenvolvimento econômico (...); b) a exploração de recursos naturais não renováveis; e c) a realocação de recursos visando a uma especialização num sistema de divisão internacional do trabalho” (FURTADO, 1974, p.97). Em consonância com a relação estabelecida entre capital interno-externo e Estado, que tange a realidade contemporânea da política econômica brasileira, Vainer (2010) argumenta que o Estado brasileiro é um estado burguês engajado e comprometido com o processo de produção capitalista e ele se torna hegemônico por uma coalizão de forças onde existe um quarteto que estrutura o poder da sociedade brasileira: o grande capital financeiro; o grande capital do agronegócio; o grande capital do setor minerário e energético associado a grandes empresas de obras públicas.

Aqui vamos nos ater ao processo de exploração dos recursos naturais não renováveis controlado pelo grande capital do setor energético e minerário, que nortear uma leitura analítica do discurso desenvolvimentista.

Como informa PORTO e MILANEZ, (2009) o Brasil aparece hoje como um dos principais países produtores de commodities do mundo. Atualmente o país se consolida como um dos maiores produtores de “mercadorias como a soja, o café, a laranja, a celulose, a carne bovina e de frango, o minério de ferro, o aço, o alumínio e o petróleo, além da tendência de crescimento de outras *commodities*, como os biocombustíveis.” (PORTO e MILANEZ, 2009, p.1986).

Dentro deste contexto, a produção de produtos de origem mineral como, por exemplo, o ferro, o alumínio e o aço, vêm a cada ano se intensificando e ampliando

cada vez mais, de forma a atrair investimentos de multinacionais para a exploração do minério. Neste sentido, tem sido observado que

nas últimas décadas, perante uma nova configuração territorial mundial, América Latina se transforma numa das regiões “escolhidas”, por representar uma reserva fundamental de recursos estratégicos como ser água, energia de origem fóssil (petróleo), minerais, e biodiversidade em geral. O modelo extrativo-exportador baseado na exploração de recursos naturais não-renováveis por parte de atores transnacionais e de seus sócios locais, vem adquirindo um papel cada vez mais importante na economia regional.(GIARRACA apud SCOTTO, 2011, p.3,4).

Diante dessa realidade a autora informa que o crescimento da demanda no mercado internacional, principalmente por parte das “chamadas economias asiáticas emergentes, combinado à presença de abundantes depósitos de minerais descobertos entre 1990 e 2000, converteram América Latina no destino de importantes investimentos dirigidos especialmente ao Peru, Chile e Brasil” (SCOTTO, 2011, p.4). Com o aumento da demanda por matéria prima de origem mineral no mercado internacional e a constatação do grande potencial de produção mineral da América latina

O extrativismo não para de crescer, afirma Gudynas. No caso dos países do Mercosul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), as exportações provenientes de minas e pedreiras passaram da ordem de 20 bilhões de dólares em 2004 para mais de 46 bilhões em 2007, de acordo com relatórios da CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe). Para Gudynas, o Brasil é um exemplo dessa tendência: no início da administração Lula, em 2003, as exportações provenientes de minas e pedreiras superavam os 6 bilhões de dólares, e subiram a mais de 21 bilhões de dólares, em 2007. Futuramente, estima-se que, até 2013, o Brasil duplicará a produção de alumínio e triplicará a de cobre. (SCOTTO, 2011, p.6).

Com base nesta leitura, compreendemos o contexto dos investimentos brasileiro em grandes projetos nas áreas de energia (de origem fóssil e hidrelétrica) e minério, tendo estes últimos se concentrado na extração e exportação de commodities, através de acordos de concessão com grandes multinacionais para a implantação de lavras de extração mineral. Cabe ressaltar que todos estes investimentos têm sido justificados com o discurso do desenvolvimento.

A ideologia do desenvolvimento como estratégia de manipulação no cenário brasileiro

Pautada pelo discurso de progresso regional, Estado e corporações multinacionais no processo de implantação de projetos petrolífero, hidrelétrico e minerário vendem a idéia de que estes trarão desenvolvimento para regiões tidas como atrasadas, e com o controle dos meios de comunicação a grande maioria da população das regiões, alvo de tais empreendimentos, são conquistadas pelo discurso desenvolvimentista, fazendo vistas grossas para os impactos socioambientais, que são tidos como um mal necessário para o progresso da região. Nesse contexto, os “problemas ambientais e sociais são entendidos como meros problemas técnicos e administrativos, passíveis, portanto, de medidas mitigadoras e compensatórias” (ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005, P.12)

Via de regra estes grandes projetos são implementados sob o discurso do desenvolvimento para as regiões onde serão instalados, com a propaganda de que serão realizados grandes investimentos na infra-estrutura local, como saúde e educação além da geração de emprego e conseqüentemente a redução das desigualdades e a ampliação do bem estar social (BORTOLETO,2001). Neste contexto Vainer e Araujo (1992, p. 49), argumenta que com a decisão de implantação de um projeto de grande porte em determinada região, “...o discurso oficial vai embalar suas decisões na teoria dos pólos de desenvolvimento, na promessa de redução das desigualdades regionais, na propaganda de uma ilusória interiorização do crescimento”.

É nesse contexto desenvolvimentista, de se buscar um modelo capitalista urbano industrial e altamente consumista que se encontra no fim da escada, que países como o Brasil, hoje tido com emergente tem fechado os olhos para os impactos socioambientais causados por projetos de hidrelétricas e minerários em todo o país, com o discurso de que este é o caminho para pisar o último degrau e alcançar o “paraíso” em que se encontram os países desenvolvidos.

Porém, isso não pode levar a ocultar que apesar da diversidade, em todos os casos se repetem estratégias empresariais baseadas na competitividade, redução de custos, aumento da rentabilidade e persistência dos impactos sociais e ambientais. Dessa maneira, companhias como a PDVSA ou

Petrobrás acabam se comportando como velhas empresas transnacionais, afetando comunidades locais e seus ambientes. Isso indica que, para além da propriedade dos recursos e dos meios de produção, persistem as regras e funcionamentos dos processos produtivos clássicos baseados na lógica da lucratividade e da exteriorização dos impactos negativos. (SCOTTO, 2011, p.6 e7).

A partir da realidade em tela, “a “natureza” – considerada como realidade externa à sociedade e às relações sociais – foi convertida em uma simples variável a ser “manejada”, administrada e gerida, de modo a não impedir “o desenvolvimento”” (ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005, P.12).

Guiados por esse paradigma desenvolvimentista, temos no Brasil vários exemplos de projetos de exploração petrolífera, mineral e de hidrelétricas que deixam profundas marcas nas regiões onde foram implantadas, com impactos socioeconômicos e ambientais negativos.

Vários estudos têm mostrado os impactos de grandes projetos de mineração sobre os povos rurais que habitam as áreas onde se localizam as minas de exploração, sendo estes os mais afetados pela atividade de extração. Wanderley (2008), que tomou a região amazônica como objeto de análise dos impactos promovidos pelas empresas mineradoras, informa que a exploração mineral vem deixando um legado de pobreza, impactos socioambientais e subdesenvolvimento nas áreas onde se instalaram. Por outro lado, Rothman (2007, p.373) lembra que, “a expansão da mineração ameaça o tipo de ocupação histórica da região pela agricultura familiar, suas formas de apropriação e uso material e simbólico do espaço”.

No entanto, estes projetos são difundidos sobre a égide do progresso e do desenvolvimento local, no entanto se observa ao invés da redução das desigualdades e ampliação do desenvolvimento social através da geração de empregos nas regiões afetadas, que depois da instalação de tais projetos há a sobreposição dos impactos negativos sobre os positivos, como a desestruturação de atividades preexistentes, o crescimento populacional desordenado, aumento da violência, desemprego e degradação ambiental.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo, tecer uma análise crítica do modelo de desenvolvimento que é hegemônico na América Latina e em particular no Brasil. Procurando demonstrar seu caráter falacioso enquanto discurso de modelo ideal para promoção de equidade e bem estar social.

A guisa da apresentação, este procurou desconstruir o conceito de desenvolvimento econômico como um modelo eficaz de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Denunciou-se através de uma leitura crítica que deste modelo tende reproduz o desenvolvimento do subdesenvolvimento, com a ampliação das desigualdades e da concentração de renda.

Desta forma, foi demonstrado que mesmo com a crise da teoria do desenvolvimento a partir da década de 70, as noções de desenvolvimento econômico que esta carregava continuam na pauta do dia. Estas noções norteiam os discursos e políticas econômicas do Brasil e este modelo de desenvolvimento econômico está a serviço de um pequeno grupo que detém o poder econômico e político do país.

As narrativas engendradas aqui construíram um quadro analítico que nos permite interpretar o modelo de desenvolvimento econômico a partir de uma relação assimétrica e desigual entre centro e periferia, detentores do poder econômico e político e pobres, que tende a favorecer sempre os primeiros destas dicotomias. Desta forma buscou-se aqui desconstruir o conceito e o discurso político de desenvolvimento econômico tal como ele se apresenta hoje e demonstrar que as motivações de projetos de exploração mineral de cunho “crescentista”³ implantados com o discurso desenvolvimentista na atual conjuntura dos países subdesenvolvidos e emergentes, em especial nesta análise o Brasil, tem como fim a realização de interesses privados e o comprometimento com o processo de produção capitalista ao invés de promover uma homogeneização do bem

³ Termo cunhado por Vainer (2010) em substituição ao termo desenvolvimentista, uma crítica ao PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) entendendo que seus principais objetivos é o crescimento econômico e não o desenvolvimento, em Palestra realizada no Atingidos - I Encontro Sul-Americano de Populações Impactadas pelos Projetos Financiados pelo BNDES, realizado nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2010 no Rio de Janeiro.

estar social. Na realidade, estes ampliam as desigualdades e a concentração de renda, além de promover uma exploração incessante e predatória dos recursos naturais.

Referências

BONENTE, Bianca Imbiriba; CORRÊA, Hugo Figueira. Sobre o discurso do desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do discurso econômico. Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 35-56, maio 2009. Ensaio FEE. Disponível em: revistas.fee.tche.br, acesso em: 16 jul. 2012.

BORTOLETO, Elaine Mundim. A implantação de Grandes hidrelétricas: Desenvolvimento, Discurso e impactos. GEOGRAFARES. Vitória, n. 2, jun. 2001. Disponível em: www.maternatura.org.br/hidreletricas/biblioteca acesso em: 20/07/2012.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra. 1974.

GOWAORA, Dieter. URUCU: Impactos sociais, ecológicos e econômicos do projeto de petróleo e gás “Urucu” no Estado do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2003.

KUGELMAS, Eduardo. Revisitando o desenvolvimento. Revista Brasileira de Ciências Sociais. AMPOCS. São Pulo – SP, vol.22, n. 63. 2007. p. 7-10.

OTONI, P. Henrique de S.. Desenvolvimento e dependência: análise crítica do modelo Brasileiro e sua interação com a América Latina. Disponível em: www.rediu.org/DESOUZA.mesa5.pdf, acesso em: 18/07/2012.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. In: Ciência & Saúde Coletiva, 14 (6): 2009, (pgs 1983-1994). Disponível em www.scielo.br/pdf/csc/v14n6/06.pdf, acesso em 23/08/2012.

RODRIGUES, Luciene. Argumentos: Dossiê Desenvolvimento Social. Itinerário da construção das abordagens de desenvolvimento. Montes Claros, MG. Editora Unimontes. V.3, n.1, dez de 2009. p.127-163.

ROTHMAN, Franklin Daniel. A expansão dos projetos de barragens e mineração na Zona da Mata: Articulando as lutas de resistência a favor da agricultura familiar. In: ZHOURI, A; LASCHFSKI, K. (Orgs.) Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, p.360-369.

SCOTTO, Gabriela. Estados nacionais, conflitos ambientais e Mineração na América Latina. 2011. Disponível em: www.uff.br/ivspsr/images/Artigos/ST03/ST03.2%20Gabriela%20Scotto.pdf, acesso em: 20/07/2012.

VAINER, Carlos B. Entrevista. Revista Proposta. n. 78 Setembro/Novembro de 1998. P. 40-47.

Disponível em www.fase.org.br/comunicacao/pagina.php?id=452 , acesso em: 18/07/2012.

_____. O papel do Brasil na construção do modelo de desenvolvimento em curso na América do Sul, 2010. Disponível em www.plataformabndes.org.br/site/index.php/biblioteca/category/13-videos, acesso em: 19/07/2012 (Vídeo HTML5)

_____; ARAUJO, F. G. B. de. Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2008. disponível em www.ppgg.igeo.ufrj.br/index.php?option=com_content&task=view&id=628&Itemid=50, acesso em 23/08/2012.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B.. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B. (org). A Insustentável Leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte:Autêntica, 2005. (pgs.11-24).

A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA PRIVAÇÃO DE UMA CAPACITAÇÃO BÁSICA

Karen Beltrame Becker Fritz

Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professora na Universidade de Passo Fundo (UPF).
karenfritz@upf.

Paulo D. Waquil

Ph.D. em Economia Agrícola pela University of Wisconsin (USA), professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil). waquil@ufrgs.br.

Luiz Fernando Fritz Filho

Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professor na Universidade de Passo Fundo (UPF). fritz@upf.br.

RESUMO

Através da Abordagem das Capacitações, o objetivo deste trabalho é analisar os intitulentos que se relacionam com a insegurança alimentar no Rio Grande do Sul, e avaliar os impactos dessa situação para a expansão das capacitações das famílias rurais gaúchas. Os resultados da análise realizada, através do modelo de regressão *Probit*, que permitiram diferenciar e tecer comentários entre os espaços rural e urbano do Rio Grande do Sul, evidenciam a necessidade de um tratamento multidimensional para a caracterização das situações de insegurança alimentar, sugerindo a inclusão de novas percepções que permitam melhor caracterizar as dificuldades de acesso à alimentação adequada, propondo uma alternativa à perspectiva tradicional.

Palavras-chave: Insegurança alimentar. Intitulentos. Abordagem das Capacitações.

ABSTRACT

Using the Capabilities Approach, the objective of this work is to analyze the entitlements which are related to food insecurity in Rio Grande do Sul, and evaluate the impacts of this situation to expand the condition of rural families in this state. The results of this analysis, performed through a probit regression model, which allow to differentiate between rural and urban spaces in Rio Grande do Sul, show clearly the necessity of a multidimensional treatment, suggesting an inclusion of new concepts to better characterize the difficulties of access to adequate nutrition, proposing an alternative to traditional perspective.

Key-words: Food Insecurity. Entitlements. Capability Approach.

1 Introdução

A dificuldade de acesso à alimentação adequada, por parcelas significativas da população mundial e nacional, vem sendo tema de significativa preocupação por parte de pesquisadores, organizações não-governamentais, organizações de fomento internacionais e do poder público. Josué de Castro (1946), médico, geógrafo e antropólogo, realizou um dos mais profundos estudos brasileiros sobre a insegurança alimentar presente no Brasil. Em sua obra, *Geografia da Fome*, a palavra “fome” tem amplo sentido, referindo-se a qualquer falta de elementos nutritivos necessários à formação do organismo humano, abrangendo a fome quantitativa ou penúria aguda, e a fome qualitativa, causada por deficiências específicas na dieta diária. O autor destacou que:

Nenhum plano de desenvolvimento é válido, se não conduzir, em prazo razoável, à melhoria das condições de alimentação do povo, para que, livre do peso esmagador da fome, possa este povo produzir em níveis que conduzam ao verdadeiro desenvolvimento econômico equilibrado, daí a importância da meta “Alimentos para o povo”, ou seja, “a libertação da fome” (Geografia da Fome, 1946, p.270).

A compreensão da noção de desenvolvimento das áreas rurais não pode desvincular-se da busca de oportunidades para a redução da pobreza. A FAO argumenta que caso a insegurança alimentar no meio rural não seja reduzida, o progresso no alívio à pobreza necessariamente será lento, pois a “pobreza e a fome dirigem um motor de privações e sofrimentos” (FAO, 2005).

Ainda hoje mais de 800 milhões de pessoas no mundo não têm alimentos suficientes para a satisfação das suas necessidades nutricionais básicas e, como já evidenciado, a maioria destas pessoas vive em áreas rurais (FAO, 2005). Recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004), estimou que no Brasil vivem em condição de insegurança alimentar¹ cerca de 72 milhões de pessoas, em 39,8% dos domicílios particulares, estando no meio rural a maior prevalência domiciliar de insegurança alimentar moderada e grave e, também, a maior proporção de população vivendo nessa condição. Enquanto na área urbana 11,4% e 6% dos

¹ O suplemento Segurança Alimentar, produzido pelo IBGE (2004), definiu como domicílio com insegurança alimentar aquele em que no período de referência dos últimos três meses, ocorreu pelo menos uma das quatro seguintes situações: a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar, etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores da unidade domiciliar ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; d) os moradores da unidade domiciliar comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou.

domicílios estavam em condição de insegurança alimentar moderada e grave, respectivamente, no meio rural, as prevalências eram 17% e 9%.

No Rio Grande do Sul, de acordo com o IBGE (2004), cerca de 24,8% dos domicílios particulares encontram-se em situação de insegurança alimentar, sendo que no espaço rural deste estado, área de estudo deste trabalho, a insegurança alimentar atinge 19,5% dos domicílios. Os significativos índices de insegurança alimentar, distribuídos em insegurança leve, moderada e grave, no espaço rural deste estado vêm sendo corroborado por estudos que traçaram comparativos sobre a pobreza rural e a urbana.

Estudos realizados por Waquil e Mattos (2002, 2003) apresentaram aspectos quantitativos e qualitativos das situações de pobreza rural e urbana no Rio Grande do Sul, num sentido amplo: privação de renda, privação do atendimento às necessidades básicas e privação do desenvolvimento das capacitações dos indivíduos, tendo como fonte dos dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os autores apresentam, como um dos principais resultados do primeiro estudo, que a renda média auferida na área rural é inferior à auferida na área urbana. Demonstraram também, a partir do número e o percentual da população abaixo das diversas linhas de pobreza construídas, que, proporcionalmente, há mais pobres no espaço rural. Para ilustrar, ao utilizarem a linha de pobreza US\$ 1/dia, os autores identificaram que cerca de 23% da população rural situa-se abaixo desse critério de renda, enquanto no meio urbano esse percentual representou 10% das pessoas.

Procurando caracterizar outras dimensões das situações de pobreza, além da renda, os autores selecionaram caracterizar as variáveis condições de habitação, escolaridade e saúde, diferenciando entre os estratos de renda, bem como entre os espaços rural e urbano. Os resultados permitiram concluir que, em geral, estas condições melhoram à medida em que a renda aumenta e que tais condições são sempre piores na área rural do que na urbana, implicando em maiores níveis de pobreza rural do que urbana no estado do Rio Grande do Sul.

Através de uma análise multidimensional, que compreenda as situações de insegurança alimentar no meio rural além do escopo da renda, este estudo discute intitulos que podem ser evidenciados como aqueles que mais influenciam nas situações de insegurança alimentar no Rio Grande do Sul. Além disso, será estimada a probabilidade de insegurança alimentar, de acordo com a escolaridade, a idade, o sexo,

a cor, a renda, as transferências governamentais e as condições de moradia das famílias gaúchas, sendo analisadas de forma conjunta.

2 Breve Revisão Teórica sobre a Abordagem das Capacitações

Segundo Sen (1993) a literatura das necessidades básicas tem padecido um pouco das incertezas a respeito de como se deve especificar as necessidades. As formulações originais freqüentemente tomaram a forma de uma definição de necessidades básicas em termos de necessidades de determinadas quantidades mínimas de mercadorias essenciais como alimentos, roupas e moradias. Quando a literatura utiliza esse tipo de formulação, ela permanece prisioneira da avaliação centrada em mercadorias. Os objetos dotados de valor dificilmente podem ser reduzidos à disponibilidade de mercadorias. Mesmo considerada sob um ponto de vista simplesmente instrumental, a utilidade da perspectiva das mercadorias é severamente comprometida pela variabilidade da conversão de mercadorias em capacidade. Por exemplo, os requerimentos de alimentação e nutrientes para a capacidade de bem alimentar-se varia muito de pessoa para pessoa, dependendo de características de metabolismo, tamanho do corpo, gênero, gravidez, idade, condições climáticas, parasitoses e assim por diante. A avaliação da posse de mercadorias ou de rendimentos (com os quais se pode adquirir mercadorias) pode, no máximo, ser um substituto das coisas que realmente importam, porém, na maioria dos casos, não é um substituto particularmente adequado.

No aspecto avaliatório, a abordagem desenvolvida por Sen concentra-se em uma base factual que a diferencia das análises de políticas econômicas mais tradicionais, como a concentração econômica na primazia da renda e riqueza. Isso não tem por objetivo negar que a privação de capacidades individuais pode estar fortemente relacionada a um baixo nível de renda, relação que se dá em via de mão dupla: (1) o baixo nível de renda pode ser uma razão fundamental do analfabetismo e más condições de saúde, além de fome e subnutrição e (2) inversamente, melhor educação e saúde ajudam a auferir rendas mais elevadas. Mas também há outras influências sobre as capacidades básicas e liberdades efetivas que os indivíduos desfrutam, e existem boas razões para analisar a natureza e o alcance dessas interrelações (Sen, 2000, p.34).

De fato, precisamente porque as privações de renda e as privações de capacidade com frequência apresentam consideráveis encadeamentos correlatos, é importante, segundo Sen (2000) não cair na ilusão de pensar que levar em conta as primeiras de algum modo revela alguma coisa sobre as segundas. As conexões não são assim tão fortes, e os afastamentos muitas vezes são bem mais importantes do ponto de vista das políticas do que a limitada concorrência dos dois conjuntos de variáveis.

À medida que a atenção é desviada de uma concentração exclusiva sobre a pobreza de renda para a idéia mais inclusiva da privação de capacidade, é possível entender melhor a pobreza das vidas e liberdades humanas com uma base informacional diferente (envolvendo certas estatísticas que a perspectiva da renda tende a desconsiderar como ponto de referência para a análise de políticas). O papel da renda e da riqueza tem de ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação.

Pretende-se então ressaltar que os recursos monetários são importantes meios de redução da pobreza e não fins para tal. O desenvolvimento humano está relacionado às oportunidades de desenvolver as aptidões e a criatividade das pessoas conforme suas necessidades e interesses. O crescimento econômico e o aumento da renda devem ser meios para que se atinja o desenvolvimento social, este sim o objetivo final do desenvolvimento (PNUD, 2001).

Dessa maneira, Kakwani (2006) destaca que a falta de renda não é somente o único tipo de privação que as pessoas podem sofrer. Na verdade os indivíduos podem sofrer aguda privação em muitos aspectos da vida, além daqueles definidos como necessidades básicas, mesmo possuindo adequado comando sobre mercadorias. Neste caso, outros aspectos da pobreza podem estar sendo deixados de fora.

Uma pessoa indigente poderia não estar mal em termos de utilidade medida pelo seu estado mental, caso se verificasse que essa pessoa aceita sua situação com resignação. Em situações de privação por longos períodos, as vítimas não persistem em queixas contínuas e com frequência fazem esforços para tirar prazer de mínimas coisas, reduzindo seus desejos pessoais a proporções modestas ou, dito de outra forma, realistas. Assim, a privação de uma pessoa pode não ser captada por escalas de prazer ou auto-realização, mesmo que ela não consiga alimentar-se adequadamente, vestir-se decentemente, ser minimamente educada e assim por diante.

Estas observações conduzem a mais sofisticadas medidas e definições de pobreza, tais como a abordagem das capacitações, proposta por Amartya Sen. Os

argumentos em favor da abordagem da pobreza como privação de capacidades, ao invés de somente privação de renda, são apresentados a seguir:

1) A pobreza pode ser identificada em termos de privação de capacidades. A abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente).

2) Existem outras influências quanto à privação de capacidades além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).

3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional) (Sen, 2000, p.110).

Sen (2000) propõe então uma base informacional mais ampla, onde se possa ter maiores condições de avaliar o bem-estar humano a partir da capacidade que as pessoas têm de escolher a vida que elas com justiça valorizam. Isso implica considerar aspectos como: heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas relativas (visões de mundo), etc. Não é necessário nenhum esforço adicional para perceber que análises baseadas na renda (ou *commodities*) não dão conta desta necessidade.

É para enfrentar este desafio teórico que Sen propõe a Abordagem das Capacitações. Esta abordagem está apoiada na noção de liberdade, onde o que realmente importa é a possibilidade que indivíduo tem de ser e fazer aquilo que ele julga melhor para si próprio, a liberdade que ele tem para valorizar aquilo que ele julga melhor, dentro dos princípios da justiça (Mattos, 2006).

Sen sugere uma abordagem que analise as situações sociais de uma forma multidimensional. Ou seja, para a compreensão alguma parte da realidade social é preciso focar a análise na incorporação de variáveis quantitativas e indo além delas. É importante, sim, analisar aquilo a que as pessoas têm acesso - como bens e mercadorias - entretanto, é preciso perceber em que tipo de mercado e de que forma essas pessoas são expostas a essas oportunidades de aquisição. Isso significa perceber que as pessoas podem ter índices de consumo, senão iguais, bastante parecidos em diversas regiões, entretanto, o modo de acesso a esses serviços e bens pode ser distinto. O exemplo clássico na literatura seniana apresenta duas pessoas com idênticas sensações biológicas correspondentes à situação de fome: uma faz jejum por motivos religiosos (o que significa que assim que optar por isso ela pode alimentar-se) e outra tem fome por falta de acesso a alimentos, ou não tem dinheiro para comprá-los ou a institucionalidade da

região não garante o acesso à comida (Sen, 2000). Uma análise estática e quantitativa em relação à situação do corpo humano dessas duas pessoas não seria capaz de refletir e mostrar aos analistas as cruciais diferenças sociais que distanciam esses dois seres humanos.

A sugestão teórica, ao utilizar essa abordagem, é perceber a multiplicidade de situações sociais as quais as pessoas são submetidas. Neste sentido, a qualidade de vida das pessoas estaria associada às oportunidades a que estão expostas ao longo da vida, ou seja, quanto mais chances de escolhas as pessoas tiverem, melhor poderia ser a qualidade de vida². A liberdade das pessoas em escolher o modo de vida que levam e que razões para valorizar é a chave para a análise seniana (Costa *et al*, 2005).

A análise das possibilidades de escolhas que podem ou não representar um aumento em termos de capacidade passa, especialmente quando se trata de países com pouca infra-estrutura de atendimento das necessidades de populações mais carentes, pela percepção das condições em que essas escolhas são oportunizadas à população. Procurando esse tipo de análise, que diz respeito à estrutura de direitos e deveres legais e de formas de acesso a bens e serviços, é que a abordagem seniana introduz a noção de intitamentos [*entitlements*]³. O intitamento é a condição ética legal e estrutural que determinada sociedade tem para aumentar suas possibilidades de escolha. Sen sublinha estes direitos no contexto das capacitações, para participar dos processos de desenvolvimento e transformar suas próprias condições de vida.

Originalmente, a expressão foi introduzida na discussão para alterar o foco de análise em relação ao problema da fome. Neste sentido o autor indica que:

A abordagem da carência alimentar e das fomes em termos de concessão de direitos [intitamentos] concentra-se na capacidade de as pessoas disporem dos alimentos através dos meios legais disponíveis na sociedade, incluindo a utilização de possibilidades de produção e de oportunidades comerciais, de direitos e relação ao Estado e de outros métodos de aquisição de alimentos. Uma pessoa morre de fome ou porque não tem capacidade de dispor de alimentos suficientes, ou porque não utiliza essa capacidade para evitar a carência alimentar. A abordagem em termos de concessão de direitos [intitamentos] concentra-se na primeira possibilidade, ignorando a última” (Sen, 1999 (a), p. 71).

² Ainda que esse possa ser considerado um aspecto fundamental, Sen alerta-nos, por exemplo, para a necessidade de percepção em relação a oportunidades que estariam associadas às liberdades negativas. Ou seja, podemos ter a oportunidade de evitar um assalto, entretanto, se pudéssemos realmente escolher em relação a esta circunstância possivelmente escolheríamos estar a quilômetros de distância deste acontecimento.

³ Nesta obra do autor, o termo “entitlement” foi traduzido em Portugal pela expressão “concessão de direitos”. A edição original é de 1981, mas a tradução portuguesa foi feita em 1999. Entretanto, as traduções mais recentes utilizam a expressão intitamento para definir “entitlement”.

A noção de intitlamento representa um espaço de análise que requer informações sobre a estrutura de oferta de bens e serviços de uma maneira geral. A falta de acesso a um intitlamento, gera uma “falha nas capacidades” ou uma “retenção” nas capacidades dos agentes sociais (algo como uma “falta de poderes para”) (Sen, 2001). Sendo assim, a variável quantitativa-chave é o acesso a oportunidades de escolhas que faz da noção de intitlamentos, uma idéia fundamental para a análise das estruturas sociais nos processos de desenvolvimento.

Analisar a fome a partir da noção de intitlamentos representa salientar que as pessoas não passam fome devido à disponibilidade de alimentos no mundo, e sim devido à falta de oportunidades para aquisição e apropriação em relação a esses alimentos. Dito de outra maneira, não falta comida, falta o acesso a oportunidades e situações em que as pessoas que passam fome possam comer.

3 Metodologia

Evidenciados os principais aspectos teóricos abordados na estruturação desse estudo, esta parte do trabalho inicialmente descreve a formação da base de dados, a partir da composição de intitlamentos que se relacionam com a insegurança alimentar no estado do Rio Grande do Sul, com a utilização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, 2004. Além disso, este capítulo apresenta a justificativa que indica como cada uma das variáveis selecionadas reflete o acesso a possíveis oportunidades que permitam a redução da insegurança alimentar. Também são apresentados os procedimentos estatísticos desenvolvidos para a compreensão da relação entre os intitlamentos selecionados e a (in)segurança alimentar, através do modelo de regressão *Probit*.

A abordagem das capacitações permite múltiplas possibilidades de análise, dependendo da realidade que se pretende compreender e da definição clara dos objetivos daquilo que se busca no estudo (Sen, 1993). Nesse sentido, o espaço dedicado a esse capítulo apresenta-se como de fundamental importância para o estabelecimento da relação entre a abordagem teórica e os resultados obtidos. O exercício de análise

realizado procura identificar, através das variáveis selecionadas, a situação de insegurança alimentar em relação às oportunidades/intitamentos disponíveis para a população gaúcha.

3.1 A Formação da Base de Dados e o Modelo *Probit*

Para este trabalho foram utilizadas as informações sobre os domicílios, rurais e urbanos, do estado do Rio Grande do Sul (RS). Procedimentos foram realizados a partir dos microdados, gerando a flexibilidade necessária para delimitar bem a amostra de interesse deste estudo. Esta amostra consistia em *domicílios do meio rural ou urbano, ocupados e particulares*. Com isso, obteve-se uma amostra de 9.598 domicílios⁴.

Neste trabalho, a análise das possibilidades de escolhas que podem ou não representar um aumento em termos de capacidade, gerando, para os propósitos deste trabalho, segurança ou insegurança alimentar, passa, especialmente quando se trata de países com pouca infra-estrutura de atendimento das necessidades de populações mais carentes, pela percepção das condições em que essas escolhas são oportunizadas à população.

Conforme já evidenciado, Sen (2000) tem argumentado que o foco em capacitações e requerimentos nutricionais explicam melhor a questão da fome (do que o consumo de alimentos), estando também relacionada com os cuidados com a saúde, a educação básica, a ingestão de água potável, o esgoto e a adequada habitação. O autor aponta que a maioria daqueles que morrem por fome, sucumbem por doenças e não por inanição.

Procurando esse tipo de análise, que diz respeito à estrutura de direitos e deveres legais e de formas de acesso a bens e serviços, este estudo realizou uma aproximação da noção de intitamentos [*entitlements*]⁵ com variáveis selecionadas a partir da PNAD de 2004. O intitamento é a condição ética legal e estrutural que determinada sociedade tem para aumentar suas possibilidades de escolha. Ao identificar as condições de acesso da população gaúcha aos alimentos, os intitamentos são os direitos evidenciados no contexto das capacitações, visando a participação nos processos de desenvolvimento e na transformação de suas próprias condições de vida.

⁴ Este número foi obtido após a “limpeza” da base, ou seja, após a eliminação de casos com erros ou impróprios ao processamento (por exemplo, casos com muitas variáveis em branco).

⁵ Nesta obra do autor, o termo “entitlement” foi traduzido em Portugal pela expressão “concessão de direitos”. A edição original é de 1981, mas a tradução portuguesa foi feita em 1999. Entretanto, as traduções mais recentes utilizam a expressão intitamento para definir “entitlement”.

As variáveis consideradas para refletir intitulentos associados à (in)segurança alimentar foram:

- **Intitulentos associados à *Renda Domiciliar per Capita***

A variável *Renda Domiciliar per Capita* representa um importante meio de acesso aos alimentos, expandindo as capacitações, ou a partir da falta deste intitulentamento, reter capacitações, impedindo que pessoas tenham acesso a determinadas oportunidades. É importante destacar que a renda monetária é uma variável significativamente mais relevante nas áreas urbanas (onde as pessoas precisam de renda para adquirir alimentos) do que nas áreas rurais (onde as pessoas utilizam outros intitulentamentos para produzir seus próprios alimentos e garantir a segurança alimentar das suas famílias. A expansão da liberdade humana, como a promoção da segurança alimentar, depende também de outros determinantes, outros intitulentamentos, que são apresentadas, a seguir neste estudo.

- **Intitulentos associados ao *Índice de Condições de Moradia (ICM)***

O Índice de Condições de Moradia reflete a presença, ou não, de cinco itens no domicílio: água encanada em algum cômodo, sanitário, energia elétrica, geladeira e telefone fixo. Este indicador é a soma do número de itens disponíveis no domicílio – 5, caso o domicílio disponha de todos, 0 se não dispõe de nenhum. Estes intitulentamentos, relacionados às condições de moradia, e que também se relacionam com o acesso adequado aos alimentos, podem ser obtidos através de meios legais disponíveis na sociedade, incluindo suas próprias condições de produção ou oportunidades comerciais.

- **Intitulentos associados ao *Recebimento de Recursos de Programas de Transferência de Renda***

O Recebimento de Recursos de Programas de Transferência de Renda é uma variável binária - se recebeu algum recurso de qualquer programa de transferência de renda do governo⁶, ou não. Estes intitulentamentos, que são obtidos através de meios

⁶ Programas considerados: Auxílio-Gás, Bolsa-Família, Cartão-Alimentação do Programa Fome-Zero, Bolsa-Alimentação, Benefício Assistencial de Prestação Continuada, Bolsa-Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, e outros.

providos pelo Estado, podem reduzir a insegurança alimentar dos domicílios que recebem o benefício.

- **Intitulos associados à *Localização Rural ou Urbana do Domicílio***

A variável relacionada com a localização do domicílio, se na zona rural ou urbana, busca evidenciar para o Rio Grande do Sul, a situação da insegurança alimentar nestas áreas. Conforme já destacado, estudos da FAO (2005) revelaram que a maioria das pessoas no mundo, assim como no Brasil (IBGE, 2004), que não tem alimentos suficientes para a satisfação das suas necessidades nutricionais básicas vivem em áreas rurais.

- **Situação em termos de *(In)segurança Alimentar*:**

Foi considerada a classificação oferecida pela PNAD que indica: (i) segurança alimentar; (ii) insegurança alimentar leve; (iii) insegurança alimentar moderada; e, (iv) insegurança alimentar grave, destacando que, neste trabalho, a insegurança alimentar é compreendida como o não atingimento de capacidades. Esta classificação foi feita a partir de 15 perguntas que constam no suplemento sobre insegurança alimentar da PNAD 2004.

A falta de acesso aos intitulos sugeridos será considerada, neste estudo, uma “falha nas capacidades” ou uma “retenção” nas capacidades dos agentes sociais (algo como uma “falha de poderes para”), gerando, neste estudo, a insegurança alimentar. Da mesma forma, o maior acesso aos intitulos permite a redução da insegurança alimentar. Sendo assim, a variável quantitativa-chave é o acesso a oportunidades de escolhas que faz da noção de intitulos, uma idéia fundamental para a análise das estruturas sociais nos processos de desenvolvimento. Analisar a insegurança alimentar a partir da noção de intitulos salienta que as pessoas não passam fome devido à disponibilidade de alimentos no mundo, e sim devido à falta de oportunidades para aquisição e apropriação em relação a esses alimentos.

Com o objetivo de analisar o efeito das variáveis que podem explicar a probabilidade de existir ou não insegurança alimentar entre os domicílios gaúchos, rurais e urbanos, estimou-se um modelo não-linear de regressão – *probit* –, sendo a

Insegurança Alimentar a variável dependente binária (já apresentada na seção 3.2), assumindo valor igual a 1 quando existe insegurança alimentar e valor igual a 0 quando não há insegurança alimentar.

Quanto às variáveis independentes do modelo, foram utilizadas a **Renda Domiciliar per Capita**⁷, **Índice de Condições de Moradia (ICM)** e **Recebimento de Recursos de Programas de Transferência de Renda (TRF)**, já apresentadas na seção 3.2. Também foram selecionadas, para esta análise de regressão, variáveis da base de pessoas da PNAD do ano de 2004⁸, descritas a seguir, visando à possibilidade de relacioná-las com as situações de insegurança alimentar, tanto no meio urbano quanto no rural do Rio Grande do Sul, através da abordagem das capacitações:

- **Idade da Pessoa de Referência do Domicílio:** Idade, em anos, da pessoa de referência.
- **Escolaridade da Pessoa de Referência do Domicílio:** Número de anos de estudo da pessoa de referência.
- **Sexo da Pessoa de Referência do Domicílio:** Variável binária, sendo 1 para mulher e 0 para homem.
- **Cor da Pessoa de Referência do Domicílio:** Variável binária, sendo 1 para pessoa de cor preta e 0 para as demais.

Reconhecendo que a mensuração da insegurança alimentar através de indicadores que representem apenas uma dimensão, no caso a renda, pode conduzir a discrepâncias na interpretação deste fenômeno, as estimativas de probabilidade de insegurança alimentar no Rio Grande do Sul foram definidas a partir de suas relações com os intitamentos, de uma forma abrangente, envolvendo aspectos econômicos, mas também condições sociais e culturais que se caracterizam por: (a) insuficiência de renda; (b) carência ou acesso limitado a serviços destinados a satisfazer as necessidades básicas das famílias; e (c) exclusão social e discriminação devida à origem étnica ou gênero.

⁷ A Renda Domiciliar *per Capita*, para esta análise foi estratificada, em variáveis binárias, para distinguir as três categorias de renda (até 1 S.M.; de 1 a 2 S.M. e 2 a 3 S.M.), pois o modelo não respondeu bem à variável contínua. Assim, procedeu-se a estratificação para analisá-la de maneira efetiva e validar o modelo.

⁸ Cabe destacar que, como neste trabalho a unidade de análise é o domicílio, as variáveis da base de pessoas da PNAD 2004 (Idade, Escolaridade, Sexo e Cor), foram representadas pela pessoa de referência do domicílio.

Sendo a insegurança alimentar, nesta pesquisa, a variável dependente binária, o modelo mais simples é o modelo linear de probabilidade, estimado pelo método de mínimos quadrados ordinários. Neste caso:

$$\gamma = \beta_0 + \beta_1\chi_1 + \dots + \beta_k\chi_k + e$$

Sendo ρ a probabilidade de γ assumir o valor igual a um:

$$E(\gamma) = \rho = \beta_0 + \beta_1\chi_1 + \dots + \beta_k\chi_k$$

No modelo linear de probabilidade, os coeficientes estimados expressam o efeito de variações unitárias nas variáveis independentes sobre a probabilidade da variável dependente assumir o valor um. O problema é que estes efeitos são constantes, e à medida em que χ_1 aumenta, a probabilidade ρ continua a aumentar (quando β_1 é positivo; em caso contrário, continua a diminuir) a uma razão constante. Entretanto, como $0 \leq \rho \leq 1$, é impossível ter uma taxa constante de crescimento (Hill, Griffiths e Judge, 1999).

Além destas dificuldades, o modelo linear de probabilidade apresenta erros heterocedásticos, tal que os coeficientes estimados não são eficientes. Assim, os testes de hipóteses e intervalos de confiança podem ser inválidos.

Para contornar estes problemas, foram considerados os modelos não-lineares *probit* e *logit*. Nestes casos, a inclinação não é constante. As probabilidades são restringidas ao intervalo [0,1], pela utilização de funções densidade de probabilidade. A função *probit* está relacionada com a distribuição de probabilidade normal padronizada, enquanto a função *logit* está relacionada com a distribuição logística.

Como são modelos não-lineares, a estimação dos coeficientes deve ser feita pelo método de máxima verossimilhança. Em geral, os coeficientes estimados nos modelos *probit* e *logit* são ligeiramente diferentes e a escolha entre eles pode ser feita de acordo com a conveniência. No presente estudo, optou-se pelo modelo *probit*, considerando então que os erros têm distribuição normal (Maddala, 2003).

Assim,

$$\rho = F(\beta_0 + \beta_1\chi_1 + \dots + \beta_k\chi_k)$$

onde novamente ρ é a probabilidade de y assumir valor igual a um e F é a função *probit*, não-linear nos β_i .

O efeito de uma variação unitária em x_i sobre a probabilidade ρ de γ ser igual a um é dado por:

$$\frac{\partial \rho}{\partial x_i} = \frac{\partial F(t)}{\partial \lambda(t)} \cdot \frac{\partial \lambda(t)}{\partial x_i} = f(\cdot) \beta_i$$

A partir disto, como $f(\cdot)$ é uma função densidade de probabilidade, seu valor é sempre positivo. Logo, o sinal de $\frac{\partial \rho}{\partial x_i}$ é determinado pelo sinal de β_i , à medida que x_i varia, o valor de $f(\cdot)$ também varia. Desta forma, o efeito de uma variação unitária nas variáveis independentes sobre a probabilidade da variável dependente irá depender dos níveis das variáveis independentes. Portanto, para estimar o efeito dos coeficientes do modelo *probit* é necessário eleger algum nível para as variáveis independentes como referência (Finco, 2003).

Por fim, destaca-se que quando a variável dependente é representada por uma variável binária, um modelo de escolha discreta, que toma valor 1 ao escolher um resultado, e o valor 0 em caso contrário, a definição do modelo estatístico a ser implementado no estudo é importante para a validade dos resultados. Com isso, no presente trabalho, o modelo *probit* mostrou-se adequado para os objetivos do estudo, visto a composição da variável dependente, que é do tipo “ou-ou”, descrevendo uma escolha entre dois resultados mutuamente excludentes (Hill, Griffiths e Judge, 1999; Finco, 2003).

4 Análise dos Resultados através do Modelo de Probabilidade *Probit*

Com os dados da PNAD 2004 e um programa de otimização numérica para o modelo *Probit* (*SPSS 16 - Statistical Package for the Social Sciences*), analisou-se a probabilidade de haver ou não insegurança alimentar entre as famílias gaúchas, através de um grupo de intitulamentos, observados de forma conjunta, a partir das estimativas de máxima verossimilhança dos parâmetros. Totalizando 9526 observações validadas, os resultados da estimação constam na Tabela 8 para o setor rural, com 1208 observações, e na Tabela 9, para o urbano, com 8318.

Para o setor rural, as variáveis independentes que mostraram-se significativas, ao nível de 5%, foram a idade da pessoa de referência, a escolaridade da pessoa de

referência, o ICM, com efeito negativo; e as transferências governamentais (TRF), o sexo da pessoa de referência e a renda até 1 salário-mínimo (s.m.), com efeito positivo.

Tabela 1: Estimativas das probabilidades de insegurança alimentar, de acordo com as variáveis independentes, através do modelo *probit*, para o rural do Rio Grande do Sul, 2004.

Variáveis independentes	Coefficiente Estimado	Z	Nível de Significância (5% ou 0,05)
Idade da Pessoa de Referência	-,010	-2,779	,005
Escolaridade da Pessoa de Referência	-,069	-3,585	,000
Sexo da Pessoa de Referência	,485	3,709	,000
Cor da Pessoa de Referência	-,107	-,452	,651
ICM	-,273	-4,837	,000
TRF	,233	2,108	,035
RDPC – até 1 SM	,884	3,089	,002
RDPC – De 1 a 2 SM	,242	,831	,406
RDPC – De 2 a 3 SM	-,103	-,293	,769
Intercepto	,274	,641	,521

Fonte: PNAD (2004) – elaborado pelos autores.

Os resultados indicam que os responsáveis pelas famílias, com mais idade, tem maior probabilidade de ter segurança alimentar, o que pode ser justificado pelo fato de pessoas mais idosas estarem recebendo aposentadorias rurais, contribuindo para amenizar as situações de insegurança alimentar. Sendo o coeficiente estimado negativo também para as variáveis escolaridade do responsável pela família e condições de moradia (ICM), uma ampliação dos anos de estudo dos chefes de família e melhorias nas condições de moradia refletem em maior probabilidade de segurança alimentar.

O coeficiente estimado mostrou-se positivo para as variáveis transferências governamentais, sexo da pessoa de referência e renda domiciliar *per capita* até 1 salário-mínimo. Ou seja, quanto mais transferências a família recebe, maior a probabilidade de insegurança alimentar. É importante destacar que não é pelo fato da família receber transferências que ela está em probabilidade de insegurança alimentar, não sendo uma relação de causa/efeito. O resultado indica que a família recebe

transferências governamentais por estar numa situação de vulnerabilidade quanto ao acesso à alimentação adequada.

Quando se analisa o coeficiente associado à variável binária gênero da pessoa de referência, é possível destacar que as famílias chefiadas por mulheres apresentam maior probabilidade de se encontrarem em situação de insegurança alimentar, controlando o efeito das demais variáveis. Este resultado está em consonância com a declaração da Cúpula Mundial sobre Alimentação Mundial de 1996, ao reconhecer que o acesso limitado das mulheres do campo aos meios de produção e seu papel restrito na tomada de decisão política e econômica agravam a pobreza e são empecilhos à segurança alimentar, dado que as políticas e os programas de muitos países dão pouca atenção à igualdade entre homens e mulheres e a falta de informações, discriminadas por sexo, impede a tomada de decisões sociais e econômicas bem fundamentadas. Além disso, as mulheres não somente cultivam alimentos, como também se encarregam do processamento posterior à colheita e da comercialização. Elas são sempre responsáveis pela segurança alimentar e procuram satisfazer as necessidades alimentícias de suas famílias. Embora as mulheres produzam a maior parte do alimento nos países em desenvolvimento, elas normalmente sofrem mais os efeitos da insegurança alimentar. No contexto familiar de muitos países, os homens recebem porções de alimento maiores do que as mulheres. No terceiro mundo, 60% dos pobres são mulheres, bem como dois terços dos analfabetos do mundo.

Utilizando também variáveis binárias para estratificar a renda (até 1 s.m, de 1 até 2 s.m. e de 2 até 3 s.m.) e relacionar com as famílias que se enquadram em cada estrato, o coeficiente estimado mostrou-se positivo para as famílias com renda mais baixa. Ou seja, as famílias com renda até 1 s.m. apresentam maior probabilidade de estar em insegurança alimentar. À medida que as famílias se encontram em estratos de renda mais elevados, não se percebe a influência da renda sobre a probabilidade de insegurança alimentar.

Quanto à variável cor da pessoa de referência, o coeficiente estimado não é significativamente diferente de zero, ao nível de significância de 5%. Portanto esta variável independente não influencia na probabilidade de insegurança alimentar na área rural do Rio Grande do Sul, existindo sim a probabilidade de insegurança alimentar tanto nas famílias chefiadas por pessoas de uma cor ou de outra.

Quanto aos resultados encontrados para a área urbana do Rio Grande do Sul, todas as variáveis independentes do modelo mostraram-se significativamente diferentes

de zero, ao nível de 5%, com efeito negativo nas variáveis idade, escolaridade e condições de moradia. Ou seja, como o coeficiente é negativo, quanto maior a idade, maior a escolaridade e melhor moradia, maior a probabilidade de segurança alimentar também na área urbana do Rio Grande do Sul.

Tabela 2: Estimativas das probabilidades de insegurança alimentar, de acordo com as variáveis independentes, através do modelo *probit*, para o urbano do Rio Grande do Sul, 2004.

Variáveis independentes	Coeficiente Estimado	Z	Nível de Significância (5% ou 0,05)
Idade da Pessoa de Referência	-,004	-3,395	,001
Escolaridade da Pessoa de Referência	-0,44	-8,608	,000
Sexo da Pessoa de Referência	,272	7,911	,000
Cor da Pessoa de Referência	,123	2,012	,044
ICM	-,154	-5,544	,000
TRF	,413	7,243	,000
RDPC – até 1 s.m.	1,206	19,764	,000
RDPC – De 1 a 2 s.m.	,640	11,012	,000
RDPC – De 2 a 3 s.m.	,296	4,396	,000
Intercepto	-,219	-1,416	,157

Fonte: PNAD (2004) – elaborado pelos autores.

Com coeficiente estimado positivo, quanto maiores as transferências governamentais, maior a probabilidade de insegurança alimentar. Assim como no rural, as famílias urbanas chefiadas por mulheres, apresentam maior probabilidade de se encontrarem em situação de insegurança alimentar.

Na área urbana, a variável independente cor é significativamente diferente de zero, ao nível de significância de 5%, tendo maior probabilidade de insegurança alimentar as famílias chefiadas por pessoas da cor preta. Também, dado que o coeficiente estimado é positivo, existe uma relação positiva entre as famílias estarem em cada um dos estratos de renda e a probabilidade de ter insegurança alimentar. Quanto maior a participação das famílias em cada um dos estratos de renda, maior a probabilidade de insegurança alimentar entre as famílias urbanas gaúchas, controladas

as demais variáveis. Assim, quanto mais baixa a faixa de renda domiciliar *per capita* maior o efeito sobre a insegurança alimentar, obtendo maior probabilidade de insegurança alimentar as famílias com renda até 1 s.m.

Tanto nas áreas urbanas, quanto rurais, investimentos em escolaridade e condições de moradia tendem a diminuir a probabilidade de insegurança alimentar. Nos dois setores, também as transferências estão associadas a maior probabilidade de insegurança alimentar. Como as famílias, urbanas e rurais, chefiadas por mulheres, tem maior probabilidade de insegurança alimentar, do que àquelas em que a pessoa de referência é masculina, as transferências governamentais deveriam ser mais direcionadas a essas famílias com esta característica de gênero.

Cabe destacar também a importância diferenciada da renda nos dois setores censitários. No setor rural, as famílias com renda até 1 s.m. apresentam maior probabilidade de estar em insegurança alimentar. Nos demais estratos, não é possível caracterizar a influência da renda sobre a insegurança alimentar. Já no setor urbano, os três estratos de renda mostraram-se significativamente diferentes de zero. Esse fato caracteriza a importância diferenciada da renda monetária entre os setores censitários, ou seja, ela é uma variável mais relevante nas áreas urbanas, onde as famílias precisam de renda para adquirir alimentos, enquanto nas áreas rurais as famílias utilizam outros intitulos para produzir seus próprios alimentos e garantir a segurança alimentar das suas famílias.

De forma ilustrativa, visando demonstrar a potencialidade de uso dos resultados encontrados, é possível ainda estimar a probabilidade de uma família (domicílio) estar em insegurança alimentar, a partir de um determinado perfil. Por exemplo, numa família, com índice de condições de moradia igual a 4, sem receber transferências governamentais, com renda domiciliar *per capita* até 1 salário-mínimo, chefiada por mulher, de cor preta, com idade igual a 49 anos e com 5 anos de escolaridade, a probabilidade de insegurança alimentar, no urbano, é igual a 63%, enquanto na área rural atinge 34%.

Por fim, ao longo deste capítulo, dentre os resultados encontrados para o Rio Grande do Sul, destaca-se que a insegurança alimentar é menos intensa no meio rural, quando comparado à área urbana deste estado, diferenciando-se das análises de Hoffmann e Kageyama (2007) para o Brasil, onde insegurança alimentar atinge mais fortemente a população pobre e a população rural. Este mesmo estudo apontou que no Brasil, pelos dados da PNAD (2004), havia 2.390.765 pessoas extremamente pobres

com insegurança alimentar, sendo 695.056 com insegurança alimentar grave. Essa população, com renda abaixo da linha de pobreza, sem infra-estrutura domiciliar mínima e com insegurança alimentar representa, segundo os autores, o núcleo da miséria no Brasil. Desse total, 2.253.156 encontram-se na área rural e 1.794.637 estão na região nordeste.

É importante evidenciar, nesta etapa do estudo, que é um conjunto de intitulentos, presentes na área rural do Rio Grande do Sul, que contribuem para tornar a insegurança alimentar menos intensa, quando comparada à área urbana. A forma de compreensão da insegurança alimentar no Rio Grande do Sul, neste estudo, é multidimensional, focando a análise na incorporação de variáveis quantitativas e indo além delas. Neste primeiro capítulo de resultados, a análise foi focada na renda e nos bens e serviços aos quais as pessoas têm acesso, bem como em características relacionadas à pessoa de referência do domicílio como idade, escolaridade, sexo e cor.

Entretanto também é preciso analisar, como será destacado no próximo capítulo, em que tipo de mercado e de que forma essas pessoas são expostas a essas oportunidades de aquisição. Outros intitulentos, presentes na área rural do Rio Grande do Sul, com destaque para o papel da agricultura familiar, da diversificação da produção agrícola e da destinação de parte desta produção para o consumo da família, possibilitam amenizar as situações de insegurança alimentar na área rural deste estado, tendo como fim a promoção da segurança alimentar e possibilitando o desenvolvimento de capacitações dos agentes sociais.

5 Conclusões

Considerando que para a melhor compreensão da insegurança alimentar, um enfoque multidimensional, além da renda, permite que as ações de enfrentamento sejam mais eficazes, os resultados encontrados nesta pesquisa confirmam a hipótese do estudo: a privação da capacitação ‘estar adequadamente nutrido’ é ocasionada pela falta de acesso aos recursos, seja por intermédio dos mercados, provisão pública, ou outros canais não relacionados com o mercado.

6 Referências Bibliográficas

CASTRO, J. de. **Geografia da Fome**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001. (1ª edição: 1946).

COSTA, A. M. *et al.* Pensando o Meio Ambiente Enquanto Intitulado: a abordagem das capacitações. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 6, 2005, Brasília. **Anais...**Brasília, 2005. CD-ROM.

FAO. Food and Agriculture Organization of United Nations. **Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação**. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em: ago. 2006.

_____. **The State of Food Insecurity in the World, 2001**. Disponível em: <http://www.fao.org/>. Acesso em: out. 2006.

_____. **Seguridad Alimentaria como Estrategia de Desarrollo Rural**. 28ª Conferencia Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. Guatemala, 14p., Abril de 2004. Disponível em: <http://www.fao.org/>. Acesso em: out.2006.

FAO. **The State of Food Insecurity in the World, 2005**. Disponível em: <http://www.fao.org/>. Acesso em: out. 2006.

HILL, R. C.; GRIFFITHS, E. W.; JUDGE, G. G. **Econometria**. São Paulo: Saraiva, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**:suplemento segurança alimentar. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

KAKWANI, N. **What is Poverty?** Brasília: International Poverty Centre, 2006. (UNDP working paper, n. 22). Disponível em: <www.undp.org/povertycentre> Acesso em: dez.2006.

MADDALA, G. S. **Introdução à Econometria**. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2003.

MATTOS, E.J. de. **Pobreza Rural no Brasil**: um enfoque comparativo entre a abordagem monetária e a abordagem das capacitações. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SEN, A. O Desenvolvimento como Expansão das Capacitações. **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 28, p.313-33, 1993.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade Reexaminada** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Pobreza e Fomes**: um ensaio sobre direitos e privações. Lisboa: Terramar, 1999b.

WAQUIL, P. D.; MATTOS, E. J. Pobreza Rural e Urbana no Rio Grande do Sul: uma análise além da renda. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.8, n.2, p.105-122, 2003.

WAQUIL, P. D.; MATTOS, E. J. Distribuição de Renda no Rio Grande do Sul: um comparativo entre o rural e o urbano. **Revista Ensaios (FEE)**, Porto Alegre, v. 23, p. 621-644, 2002.

ALCOOLISMO, ENFERMAGEM E OS CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Débora Inácia Ribeiro

Mestranda em Desenvolvimento Humano: Formação, Política e Práticas Sociais – PRPPG
Universidade de Taubaté – UNITAU. Rua Visconde do Rio Branco, 210 – Centro – 12020-040
Taubaté/SP, Brasil. deborari@hotmail.com

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon

Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Política e Práticas
Sociais – PRPPG – Universidade de Taubaté – UNITAU. Rua Visconde do Rio Branco, 210 – Centro
12020-040 – Taubaté/SP, Brasil. edna.chamon@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo identificar os sentimentos de 15 enfermeiros em relação aos pacientes alcoolistas por eles atendidos. Trata-se de pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa sob a perspectiva da Ecologia do Desenvolvimento Humano. Fizeram parte do campo de pesquisa dois hospitais, um centro de especialidades médicas e três postos do Programa de Saúde da Família de uma cidade situada na Serra da Mantiqueira, Estado de São Paulo. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e foram tratados por análise de conteúdo. Os resultados indicaram que os comportamentos do paciente alcoolista provocam diversos sentimentos nos enfermeiros. Alguns sentimentos podem levar esses profissionais a produzir continuidades nos ambientes onde atuam e outros sentimentos podem levar a comportamentos capazes de produzir mudanças. As continuidades e mudanças que acontecem em ambientes determinados são capazes de afetar outros ambientes em contextos mais amplos de desenvolvimento humano.

PALAVRAS-CHAVE: Alcoolismo. Enfermagem. Ecologia do Desenvolvimento Humano.

ABSTRACT

This research aimed to identify the feelings of 15 nurses regarding alcoholic patients. This exploratory research uses the perspective of Ecology of Human Development. The nurses worked in different centers: two hospitals, one medical center and three units of the “Family Health Program”, located in a city in the Serra da Mantiqueira region, São Paulo State. Data were collected through semi-structured interviews and were analyzed using content analysis technique. The results indicated that the behaviors of the alcoholic patient provoke different feelings in nurses. Some feelings can produce continuities in the environment in which nurses operate and other feelings can produce changes. Continuities and changes that take place in given environment are able to affect other environments in broader contexts of human development.

KEY WORDS: Alcoholic. Nursing. Ecology of Human Development.

INTRODUÇÃO

O álcool é uma droga psicoativa de comercialização lícita na maioria dos países e consumida por diversos grupos culturais. Seu consumo está relacionado à celebração, ao divertimento e aos eventos sociais. Comumente as bebidas alcoólicas são utilizadas para superar inibições e para reduzir as tensões que a vida cotidiana impõe às pessoas. Por se tratar de uma droga lícita, os grupos sociais geralmente são tolerantes ao consumo do álcool, muitas vezes até incentivando esse consumo (BRASIL, 2004).

Problemas relacionados ao consumo do álcool surgem quando se perde o controle sobre esse consumo e, sobretudo, quando um grupo significativo de pessoas faz uso contínuo e/ou exagerado de bebidas alcoólicas. A Organização Mundial de Saúde estima que 10% das populações dos centros urbanos em todo o mundo fazem uso abusivo de substâncias psicoativas, fato que repercute como grave problema de saúde pública em diversos países, inclusive no Brasil (BRASIL, 2003). O consumo excessivo do álcool frequentemente traz consequências que conduzem seus usuários aos serviços de saúde. Logo, as equipes de saúde configuram uma população habituada a lidar com os problemas relacionados ao uso do álcool. Mais especificamente, os profissionais da enfermagem constituem um grupo social que atua diretamente no cuidado a pessoas envolvidas com o consumo de álcool.

O alcoolismo, considerado doença crônica, progressiva e com alto risco de levar o paciente a óbito, historicamente vem sendo tratado como um problema exclusivamente médico e especificamente psiquiátrico, porém, estudos recentes apontam uma multiplicidade de fatores relacionados ao problema (MORAES, 2008). Ramos e Bertolote (1997) consideram que nos últimos anos houve em diversas sociedades uma mudança de concepção do alcoolismo, que passa a ser visto não apenas como “doença”, mas sob uma perspectiva mais ampliada de “problemas relacionados com o consumo de álcool”. Trata-se de uma perspectiva histórica e social que contempla diversos eixos de compreensão do alcoolismo: além do físico/biológico, também o psicológico, político e social.

O conceito de alcoolismo, tal como é entendido atualmente, foi cunhado por Magnus Huss em 1849 – o conceito de “alcoolismo crônico”, que instala a noção moderna de alcoolismo como doença, seguindo a tendência positivista do século XIX (RAMOS; BERTOLOTE, 1997). Na história mais recente fica evidenciado o predomínio dessa visão médica, porém, nos últimos dois séculos a abordagem do alcoolismo envolvia o embate entre a concepção médica e a concepção moral do fenômeno (RAMOS; BERTOLOTE,

1997). Esta última concepção, embora não represente na atualidade a visão “oficial” sobre o alcoolismo, permanece diluída nos conceitos, representações e comportamentos socialmente construídos (NEVES, 2004).

Na atualidade subsistem, pois, diversas concepções do alcoolismo. Edwards, Marshall e Cook (1999) utilizam o termo “beber problemático” quando se referem ao uso abusivo de bebidas alcoólicas, identificando categorias que vão desde o “beber normal”, passando pelo “beber problemático”, até o “beber pesado”. Nessas duas últimas categorias, instala-se a “Síndrome de Dependência do Álcool” (SDA), que se caracteriza por uma série de sinais e sintomas que serão abordados em seguida. Os autores observam que “[...] não existe uma fronteira clara entre o beber normal e o pesado, porque os problemas com bebida ocorrem em bebedores normais, assim como nos pesados” (EDWARDS; MARSHALL; COOK, 1999).

Esses autores identificam várias causas que podem provocar a instalação e manutenção do beber problemático: causas políticas e econômicas, como políticas comerciais para bebidas alcoólicas, leis de licenciamento e taxações. Causas socioculturais, como a disponibilidade do álcool, a aceitação social, a cultura familiar, a pressão de amigos. Causas situacionais, como o tipo de trabalho (pessoas que trabalham em bares e fábricas de bebidas apresentam índices maiores do beber problemático). Há ainda o estresse causado pelo enfrentamento de situações difíceis, além de causas psicológicas, que acarretam maior vulnerabilidade do indivíduo ao beber problemático. Os autores também identificam as causas biológicas, que tornariam alguns indivíduos mais propensos ao alcoolismo, de acordo com uma predisposição genética (EDWARDS; MARSHALL; COOK, 1999).

O alcoolismo representa uma das manifestações do beber problemático, que se caracteriza por uma série de sinais e sintomas comportamentais, psicológicos e cognitivos: estreitamento do repertório da bebida; saliência do comportamento de uso (desejo de consumir a bebida alcoólica em qualquer ocasião, e de dar continuidade à ingestão); maior tolerância ao álcool, sendo necessárias doses cada vez mais elevadas para produzir efeitos de prazer; sintomas de abstinência; alívio ou evitação dos sintomas de abstinência pelo aumento da ingestão; percepção subjetiva da compulsão para beber; reinstalação da síndrome após abstinência (EDWARDS; MARSHALL; COOK, 1999).

Ainda sobre as diversas concepções e conceitos de alcoolismo, na literatura médica é mais comum encontrarmos o termo *etilismo*, em referência à substância “álcool etílico” (RIBEIRO; MATSUI, 2003). As publicações do Ministério da saúde geralmente utilizam a expressão *uso abusivo e/ou dependência de bebidas alcoólicas* (BRASIL, 2005). Essa

expressão é utilizada no intuito de ampliar a abordagem dos problemas relacionados ao uso do álcool, incluindo, além do alcoolismo, também as questões relacionadas aos danos causados pelo uso do álcool, ainda que se trate de uso eventual. Nas publicações científicas mais recentes temos encontrado a expressão *Uso Problemático de Álcool* (UPA), terminologia também utilizada pelo Ministério da Saúde. A utilização dessa terminologia é explicada por Moretti-Pires et. al. da seguinte forma:

O álcool não pode ser tomado como uma substância de comercialização como qualquer outra, uma vez que o consumo reveste-se de aspectos culturais e simbólicos, na maioria das populações ao longo da história. A despeito destes aspectos de socialização, o uso constante pode levar a danos em decorrência da toxicidade aos órgãos e sistemas corporais. Também há gradativo aumento do risco de provocar intoxicação aguda e dependência, aumentando as chances de acometimentos por problemas físicos, sociais, legais, emocionais, entre outros. Este contexto de utilização caracteriza o termo “Uso Problemático de Álcool” (UPA), que envolve os aspectos biopsicossociais implicados. (MORETTI-PIRES; MARINHO-LIMA; KATSURAYAMA, 2010, p.57)

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), 10% da população mundial consome abusivamente substâncias psicoativas, sendo o álcool responsável por cerca de 1,5% de todas as mortes no mundo, e de 28% dos casos de desabilitação para a vida, entendendo desabilitação como “uma perda ou restrição nas habilidades de um indivíduo para exercer uma atividade, função ou papel social, em qualquer um dos domínios da vida de relação (BRASIL, 2003, p. 31). Muitas doenças incapacitantes têm sido provocadas e/ou agravadas pelo uso abusivo do álcool: cirrose hepática, gastrite, pancreatite, miocardiopatia alcoólica, transtornos psiquiátricos, além de diversas formas de desajustamento social, profissional e familiar. O uso abusivo e a dependência do álcool têm sido a causa principal da maioria das internações psiquiátricas não só no Brasil, mas também em países desenvolvidos como os Estados Unidos (RAMOS; BERTOLOTE, 1997).

O consumo de álcool também tem sido associado em diversos países a casos de violência, acidentes de trânsito e criminalidade (BRASIL, 2004).

Os profissionais da enfermagem, portanto, têm diante de si a tarefa de atender, nos diversos segmentos de saúde, a pacientes acometidos por tais enfermidades e quadros clínicos associados ao consumo do álcool. O questionamento que se pode fazer é se estão realmente preparados para essa tarefa. Supõe-se que o conhecimento sobre álcool e drogas deva fazer parte da grade curricular da enfermagem, não somente no que se refere aos conceitos a habilidades técnicas, mas também na capacitação dos profissionais para atuar no cuidado às pessoas envolvidas nesse contexto.

Carraro, Rassool e Luis (2005), em pesquisa sobre a formação do enfermeiro, propõem que o ensino de Enfermagem não tem correspondido às reais necessidades da sociedade no que diz respeito ao uso abusivo de álcool e outras drogas. As autoras consideram que a abordagem curricular sobre álcool e drogas permanece restrita às disciplinas relacionadas à saúde mental, compondo uma carga horária insuficiente para habilitar o enfermeiro a atender à população envolvida nessa problemática (CARRARO; RASSOOL; LUIS, 2005). O resultado disso é a existência de um hiato na formação dos enfermeiros, especificamente relacionado à abordagem aos pacientes usuários de substâncias psicoativas:

A desarticulação entre a teoria e a prática, fortemente evidenciada no decorrer do estudo, apareceu como um dos pontos frágeis na formação do enfermeiro. Os dados sugeriram que os conteúdos abordados foram centrados predominantemente no modelo médico, em que as pessoas envolvidas com substâncias psicoativas são vistas como doentes. Ao mesmo tempo nota-se a influência do modelo moral, quando os estudantes referem-se aos clientes de forma negativa, como sujeitos agressivos e desagradáveis para cuidar, denotando que o preparo destes futuros profissionais não acompanhou os avanços dos estudos sobre o tema. A fragilidade da formação é evidenciada também quando os acadêmicos deixam transparecer que não acreditam no potencial de recuperação, integração social, reabilitação dos usuários de álcool e de outras drogas, a partir de seu autocuidado e autogerenciamento. Esta fragilidade poderá dificultar suas ações ou gerar desesperança e desestímulo na clientela. (CARRARO; RASSOOL; LUIS, 2005, pp. 870, 871).

Estas conclusões apontam o descompasso entre o conhecimento teórico sobre álcool e drogas e as atitudes e crenças dos acadêmicos de enfermagem a respeito dos usuários dessas substâncias. O conhecimento teórico guarda estreita relação com o modelo médico, que considera o dependente químico como um doente, que necessita de tratamento e, como outros doentes, tem possibilidade de superar a enfermidade mediante tratamento. Já as atitudes e crenças aparecem associadas ao modelo moral, que empreende juízo de valor sobre o dependente químico, desacreditando de seu potencial de recuperação.

Estudo similar, realizado por Pillon e Laranjeira (2005), alcança resultados que corroboram com as conclusões acima. Os autores consideram urgente a necessidade de se repensar a grade curricular em enfermagem, no sentido de habilitar o enfermeiro para uma atuação mais consistente no atendimento ao usuário de álcool e outras drogas, conforme texto que segue:

Formal education regarding the use of alcohol and its consequences is limited, especially within the sphere of offering adequate care and management for patients with problems of alcohol addiction. It is imperative that nurses should be able to identify problems related to

alcoholism, when they appear together with other health problems, so that they can have the capacity to care for such patients. (PILLON; LARANJEIRA, 2005, p. 179)

Estas conclusões instigam a uma reflexão sobre a formação da enfermagem. O conhecimento teórico e técnico, embora ainda pareça insuficiente, alcançou resultados satisfatórios na avaliação realizada nas duas pesquisas, porém a capacitação para o trabalho direto com os pacientes usuários de álcool e drogas apresentou lacunas que podem repercutir em uma prática profissional ineficiente/inconsistente. Uma vez que o problema do álcool e das drogas é um problema da sociedade, a formação do profissional de enfermagem voltada para esse tema deve também ser questionada, pois os sistemas de saúde, e neles inseridos, os profissionais de saúde, devem estar preparados e continuamente se preparando para atender à demanda social atingida por essa problemática.

Tendo em vista os contextos de saúde pública no Brasil, a presente pesquisa busca uma aproximação do tema alcoolismo a partir da perspectiva da Ecologia do Desenvolvimento Humano, definida por Bronfenbrenner (1996, p. 18) como “[...] o estudo científico da acomodação progressiva, mútua entre um ser humano ativo, em desenvolvimento, e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive”. Sendo assim, considera-se fundamental nessa pesquisa compreender a *interação* que existe entre a pessoa em desenvolvimento e o ambiente no qual ela está inserida.

A pesquisa foi realizada em uma cidade situada na Serra da Mantiqueira, Estado de São Paulo. Fazem parte do campo de pesquisa dois hospitais, um centro de especialidades médicas e três postos do Programa de Saúde da Família (PSF), que devem ser entendidos como ambientes nos quais ocorre o desenvolvimento humano, ou seja, locais onde as pessoas têm a possibilidade de interagir face a face, podendo produzir continuidades e mudanças nas características das pessoas ali envolvidas e também no próprio ambiente (DESSEN, GUEDEA, 2005). Esses locais representam *microssistemas*, que são definidos como ambientes determinados, com características físicas e materiais específicas (BRONFENBRENNER, 1996). Neles atuam as equipes de saúde, que oferecem atendimento a pacientes portadores de diversas enfermidades, inclusive pacientes envolvidos com o uso do álcool.

No campo de pesquisa interagem profissionais da saúde provenientes de áreas e de formações diversas, assim como usuários do SUS, seus familiares e acompanhantes. O **objetivo** do estudo foi compreender de que maneira os profissionais da enfermagem que

atuam nessas instituições são afetados pelos comportamentos dos pacientes usuários de álcool. Colocando de maneira mais precisa, o objetivo da pesquisa foi identificar os sentimentos de enfermeiros em relação aos pacientes alcoolistas.

De acordo com a perspectiva de Bronfenbrenner, compreende-se que a interação que acontece no campo de pesquisa não se restringe à interação entre as pessoas que ali circulam, mas abrange o intercâmbio entre diversos ambientes inseridos em um contexto mais amplo. Assim, as unidades de saúde que configuram o campo de pesquisa mantêm interação constante com outros segmentos da saúde e também com segmentos da justiça, da educação, com o setor social e de desenvolvimento, com associações comunitárias e com representantes da sociedade civil. Esse conjunto de interações exercerá influência sobre o comportamento do alcoolista e da enfermagem e, conseqüentemente, trará alguma repercussão sobre os sentimentos dos enfermeiros.

Tendo em vista esse entrelaçamento de ambientes e essa multiplicidade de interações sociais, o campo de pesquisa se apresenta como “realidade híbrida”, contendo objetos de pesquisa híbridos, que necessitam ser investigados no conjunto de suas relações e não sob o recorte de uma disciplina única (RAYNAUT, 2011). O reconhecimento da natureza multifatorial do alcoolismo também exige que o tema seja abordado sob diversos enfoques: como doença, como síndrome, como sintoma comportamental, como fenômeno social e ainda como questão moral (NEVES, 2004). Dessa forma, compreende-se que o objeto de estudo aqui apresentado necessita ser investigado sob uma perspectiva interdisciplinar.

MÉTODOS

Trata-se de pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, à luz do referencial teórico da Ecologia do Desenvolvimento Humano. Os dados foram coletados por meio de entrevistas realizadas com 15 enfermeiros graduados que atuam em dois hospitais (H1 e H2), em um Centro de Especialidades Médicas (CEM) e em três postos do PSF (PSF1, PSF2, PSF3). Todas as unidades de saúde pesquisadas atendem pela rede SUS.

As entrevistas foram escolhidas como principal instrumento de coleta de dados, seguindo a proposta de Spink (2000, p. 193): “Ao relacionar práticas discursivas com produção de sentidos, estamos assumindo que os sentidos não estão na linguagem como materialidade, mas no discurso que faz da linguagem a ferramenta para a construção da realidade”. Cabe ressaltar que a entrevista utilizada na pesquisa buscou investigar a trajetória

profissional dos enfermeiros, enfatizando questões relativas ao alcoolismo. Dessa forma, tornou-se possível identificar como esses profissionais se sentem no atendimento ao paciente alcoolista.

O tratamento dos dados obtidos nas entrevistas foi feito por meio de análise de conteúdo, conforme proposta de Bardin (2008). Caregnatto e Mutti (2006, p. 682) se referem à análise de conteúdo como sendo “[...] uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto”. Na primeira fase da análise foram feitas “leituras flutuantes” das entrevistas, com o objetivo de alcançar uma apreensão global de seu conteúdo (CAMPOS, 2004). Em seguida procedeu-se à seleção das unidades de análise, incluindo palavras, sentenças, frases e parágrafos que se repetem. Tal seleção foi feita de maneira a atender aos objetivos do estudo e permitir uma discussão do conteúdo das entrevistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com informação obtida no Conselho Regional de Enfermagem (COREN – SP, 2012), no município pesquisado existem 64 enfermeiros, 126 técnicos de enfermagem e 136 auxiliares de enfermagem inscritos no COREN, totalizando 326 profissionais da enfermagem inscritos no Conselho e registrados como residentes no município.

A pesquisa foi realizada com uma amostra de 15 enfermeiros graduados, que foram caracterizados de acordo com: idade, sexo, estado civil, tempo de atuação como enfermeiro, tempo total de atuação na enfermagem (incluindo o tempo de atuação como técnico e/ou auxiliar de enfermagem) e instituição onde atua. Esses dados estão expostos no Quadro 1.

SUJEITO	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	TEMPO COMO ENFERMEIRO	TEMPO COMO AUX./TÉC.	TEMPO DE ATUAÇÃO NA ENF.	INSTITUIÇÃO
1	29	F	Cas.	4 anos	—	4 anos	H1
2	33	F	Cas.	10 anos	—	10 anos	CEM
3	31	F	Solt.	3 anos	9 anos	12 anos	H1
4	29	F	Solt.	4 anos	3 anos	7 anos	PSF1
5	32	F	Cas.	13 anos	4 anos	17 anos	H1
6	32	F	Div.	2 anos	—	2 anos	H2
7	41	F	Div.	2 anos	—	2 anos	H1
8	41	F	Cas.	2 anos	—	2 anos	H1
9	36	F	Solt.	11 anos	—	11 anos	H1
10	54	M	Cas.	10 anos	20 anos	30 anos	H2
11	43	F	Div.	18 anos	6 anos	24 anos	H2
12	25	F	Solt.	1 ano	6 anos	7 anos	H2
13	31	F	Solt.	3 anos	9 anos	12 anos	H2
14	28	F	Solt.	6 anos	—	6 anos	PSF2
15	33	F	Solt.	10 anos	—	10 anos	PSF3

Quadro 1: Caracterização da amostra

Dos 15 enfermeiros entrevistados 14 são do sexo feminino e um do sexo masculino. A média de idade é de 34,5 anos, sendo que o enfermeiro mais velho tem 54 anos e a enfermeira mais nova tem 25 anos. Quatro enfermeiras e um enfermeiro são casados, sete enfermeiras são solteiras e três divorciadas. O tempo médio de atuação como enfermeiro graduado é de 6,5 anos. Sete enfermeiros referiram ter atuado como técnicos e/ou auxiliares de enfermagem antes de concluírem o curso de graduação, sendo de aproximadamente oito anos o tempo médio de atuação nesses cargos. O tempo médio de atuação dos sujeitos na área da enfermagem (incluindo a atuação como enfermeiro graduado, como técnico e/ou auxiliar de enfermagem) é de 10,4 anos. Seis enfermeiros trabalham no H1, cinco no H2, três em postos do PSF e um no CEM.

As unidades de saúde pesquisadas foram caracterizadas da seguinte forma:

- H1: Trata-se de uma unidade de saúde terceirizada, porém mantida por verbas do SUS, destinada aos atendimentos de urgência e emergência. A unidade atende 24 horas por dia, mantendo um quadro de aproximadamente 120 funcionários,

sendo oito enfermeiras, 17 técnicos e 11 auxiliares de enfermagem. O H1 atende a um volume de aproximadamente 300 pacientes ao dia, conforme dados obtidos na instituição. As enfermeiras entrevistadas na pesquisa relatam que o número de atendimentos a pessoas envolvidas com o uso do álcool varia entre três a seis pacientes ao dia. A unidade está equipada com 17 leitos, sendo seis na emergência, dez na enfermaria e um leito para isolamento respiratório.

- H2: Trata-se de hospital beneficente sem fins lucrativos, mantido por gestão estadual. O hospital é considerado de referência para o tratamento da tuberculose, mantendo 160 leitos para a tisiologia, sendo 130 leitos conveniados pelo SUS (Datusus, 2012). O tratamento para a tuberculose na instituição prevê uma estadia de seis meses. Atualmente o hospital mantém 96 internos pelo SUS, 90% dos quais apresentam algum comprometimento pelo uso de álcool e outras drogas, de acordo com o relato da coordenadora de enfermagem da instituição. A maioria dos pacientes é constituída por pessoas em condição de extrema vulnerabilidade social, sendo alguns moradores de rua, provenientes de diversos municípios do Estado de São Paulo. Enquanto estão internados para o tratamento, os pacientes precisam manter a abstinência. O quadro de funcionários do hospital é composto por 79 profissionais de saúde, sendo sete enfermeiros, 31 técnicos de enfermagem e 12 auxiliares de enfermagem (Datusus 2012).
- CEM e postos do PSF: O município pesquisado mantém um Centro de Especialidades Médicas localizado em região central, para atendimento a toda a população. O atendimento da população nos bairros é realizado pelo Programa de Saúde da Família (PSF) que mantém nove unidades em diferentes regiões. Quatro enfermeiras atuam no CEM e sete atuam nos postos do PSF. São aproximadamente 25 os técnicos e auxiliares de enfermagem que trabalham nessas unidades. A modalidade de trabalho realizada pelo CEM e pelos postos do PSF é o atendimento ambulatorial, que é oferecido a toda a população do município. O problema do alcoolismo nessas unidades aparece de maneira mais velada que nas outras instituições que compõem o campo de pesquisa. De acordo com o relato das enfermeiras entrevistadas, os pacientes alcoolistas não recorrem com frequência a esses serviços de saúde, porém elas acompanham as

ocorrências relacionadas ao alcoolismo através do relato de familiares que recebem atendimento nos postos e também por meio dos relatórios de visitas realizadas pelos agentes de saúde.

De acordo com o relato dos enfermeiros entrevistados, o usuário de álcool é percebido como um paciente que nega sua própria enfermidade, seja por não se considerar uma pessoa dependente do álcool, seja por não considerar o alcoolismo como uma doença. Os enfermeiros consideram o comportamento do alcoolista como agressivo, violento, agitado, sendo por isso considerado um paciente que dá mais trabalho para a equipe de enfermagem, chegando a atrapalhar os outros atendimentos. O comportamento de beber é percebido como uma fuga dos problemas. Alguns enfermeiros relatam que o paciente alcoolista evita conversar sobre seus hábitos de consumo de álcool, o que também pode ser considerado como um comportamento de fuga.

Conforme propõe Bronfenbrenner (1996), as pessoas que circulam nos ambientes de desenvolvimento humano e interagem face a face, são afetadas pelos comportamentos de outras pessoas envolvidas naquele ambiente. Dessa forma, entende-se que os enfermeiros que fizeram parte da pesquisa, de alguma maneira, são afetados pelos comportamentos dos pacientes usuários de álcool. Esses comportamentos provocam na enfermagem sentimentos e reações que serão analisados a seguir.

Os dados obtidos nas entrevistas revelam que mediante os comportamentos do paciente alcoolista os enfermeiros sentem-se inconformados, cansados, angustiados e frustrados ao observarem a ineficácia de sua atuação, uma vez que o paciente retorna frequentemente às unidades de saúde, sempre do mesmo jeito, alcoolizado e pouco colaborativo com os procedimentos empreendidos pela equipe de saúde. Frequentemente os enfermeiros sentem pena do paciente alcoolista e ao mesmo tempo sentem medo de sofrer agressão e medo de que o paciente venha a óbito. O sentimento de raiva é revelado mediante o relato de que a enfermagem fica “de saco cheio” com o paciente alcoolista. Finalmente, a tendência desses profissionais é de se distanciar emocionalmente: os enfermeiros acabam se acostumando e se insensibilizando com o quadro do alcoolismo. Ainda assim, alguns têm a sensação de despreparo para lidar com o paciente alcoolista, considerando superficial o conteúdo sobre o tema no curso de graduação e não tendo acesso à educação continuada sobre álcool e drogas. Essa sensação de despreparo pode indicar que os enfermeiros reconhecem a complexidade da problemática do alcoolismo e desejam atuar de maneira a alcançar resultados mais favoráveis à recuperação e reabilitação do paciente alcoolista.

As respostas que expressam os sentimentos dos enfermeiros em relação ao paciente alcoolista serão apresentadas no quadro dois:

SENTIMENTOS	INCIDÊNCIA DAS RESPOSTAS
Angústia e frustração (porque o paciente não colabora)	5
Raiva (fica de “saco cheio” com o paciente alcoolista)	3
Receio de perder o paciente (óbito)	3
Distanciamento emocional	4
Receio de sofrer agressão	4
Ficar inconformado com a persistência do quadro	2
Cansaço (acha difícil trabalhar com o paciente alcoolista)	6
Sente pena do paciente alcoolista/acha triste a condição do paciente alcoolista	3
Sensação de despreparo para atender o paciente alcoolista	2

Quadro 2: Sentimentos que o alcoolista provoca nos enfermeiros

Os sentimentos classificados acima podem levar a duas possibilidades de interpretação: os enfermeiros entrevistados podem estar produzindo continuidades, mas também podem estar produzindo mudanças nos ambientes pesquisados.

A expressão verbal dos sentimentos de *angústia* e *frustração* pode revelar que os enfermeiros não estão satisfeitos com a estrutura de cuidado ao paciente alcoolista que é oferecida pelo ambiente no qual estão inseridos. Embora esses sentimentos sejam justificados no discurso dos enfermeiros como advindos da falta de colaboração do paciente alcoolista, pode-se supor que essa falta de colaboração seja decorrente de uma abordagem inadequada da problemática do alcoolismo. A insatisfação relatada pelos enfermeiros poderia ser entendida como um desejo de produzir mudanças, ou seja, um desejo de construir modelos de atuação mais adequados para o tratamento e a humanização do paciente alcoolista. O fato de *não se conformarem* com a situação do alcoolista também pode apontar um desejo de mudanças, tanto no ambiente, quanto nas atitudes e comportamentos de quem cuida e de quem recebe o cuidado. Os sentimentos de *pena* e *receio de perder o paciente* (óbito), revelam que os enfermeiros se importam com o bem estar do paciente e desejam o reestabelecimento de sua saúde. A *sensação de despreparo para atender ao paciente alcoolista* parece estar revelando o desejo do enfermeiro de alcançar condições pessoais e profissionais para um atendimento melhor a esse paciente.

A análise de conteúdo das entrevistas também revelou a existência de sentimentos mais relacionados ao conformismo e à produção de continuidades no ambiente pesquisado. Os sentimentos de *raiva* podem indicar que o alcoolista é considerado como agente de sua enfermidade, que não colabora porque não quer, ou seja, o cuidado e a recuperação desse paciente dependem dele próprio, sendo desnecessário empreender esforços para melhorar a estrutura e o ambiente do cuidado. O sentimento de *distanciamento emocional* pode revelar que os enfermeiros já não se sentem como parte integrante da estrutura de cuidado ao paciente alcoolista, preferindo não se envolver com essa problemática. Esse “não envolvimento” resultaria em produção de continuidades. O *receio de sofrer agressão* revela que o ambiente oferece pouca proteção às equipes de enfermagem, porém esse problema não é considerado como uma falha na estrutura de atendimento, mas uma falha de caráter do alcoolista. Se não há o reconhecimento da falha estrutural do ambiente, logo, não haverá engajamento no processo de mudança.

O sentimento de *cansaço* pode provocar nos enfermeiros duas atitudes diversas: a acomodação com a estrutura e a consequente culpabilização do alcoolista; o reconhecimento da falha estrutural do ambiente e a consequente busca de novas possibilidades de atenção a esse paciente. Essa segunda possibilidade exigiria um esforço para mudar o ambiente de maneira a atender tanto às necessidades de segurança e gratificação da enfermagem, quanto às necessidades de tratamento e recuperação do paciente. Já a atitude de culpabilização tende a justificar a estrutura, atribuindo as causas do insucesso na recuperação do alcoolista ora ao próprio paciente, ora à sua família, ora aos profissionais da saúde. É importante reconhecer que esse “jogo de empurra” não apresenta potencial de transformação da estrutura de atenção ao alcoolismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou identificar os sentimentos de enfermeiros em relação ao paciente alcoolista, não deixando de considerar o ambiente onde este e aqueles se encontram inseridos. A análise dos resultados pode conduzir a duas possibilidades de conclusão.

A primeira considera que os enfermeiros, quando afetados pelos comportamentos do paciente alcoolista, sentem a inadequação do ambiente de cuidado e procuram produzir mudanças. As mudanças podem acontecer a partir do esforço das pessoas envolvidas no ambiente, sendo que esse esforço ganha consistência quando empreendido em grupo. Assim, pode-se considerar que os enfermeiros, quando afetados pelos comportamentos dos

alcoolistas, podem afetar outras pessoas e nelas produzir mudanças. Essas mudanças podem influenciar outros ambientes e outras pessoas, desencadeando um processo de mudanças em um contexto mais amplo de atenção ao alcoolismo. O alcance dessas mudanças poderia produzir um modelo de atenção integral que, conforme propõe o Ministério da Saúde (BRASIL, 2003), considera o usuário de álcool como cidadão merecedor de direitos e do pleno exercício de cidadania.

A segunda possibilidade de conclusão considera que os enfermeiros, quando afetados pelos comportamentos do paciente alcoolista, culpa esse paciente pelos transtornos causados nas unidades de saúde. Essa maneira de reagir tende a produzir continuidades, pois apenas empurra para outras pessoas e outros ambientes a responsabilidade pelo insucesso na recuperação e reabilitação dos alcoolistas. O alcoolismo, enquanto compreendido como responsabilidade individual, configura-se como problema de difícil solução, pois, como foi visto anteriormente nesse trabalho, tem uma gênese multifatorial e sua abordagem deve envolver diversos profissionais e diversos ambientes de cuidado.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edição revisada e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BRASIL. **Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil**. Brasília – DF, 2005.
- _____. **Álcool e Redução de Danos: uma abordagem inovadora para países em transição**. Brasília – DF, 2004.
- _____. **A Política do Ministério da Saúde para a Atenção a Usuários de Álcool e Outras Drogas**. Brasília – DF, 2003.
- BRONFENBRENNER, U. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: ARTMED, 1996.
- CAMPOS, C. J. G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília – DF, set/out. 2004.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 2006.
- CARRARO, T. E.; RASSOOL, G. H.; LUIS, M. A. V. A Formação do Enfermeiro e o Fenômeno das Drogas no Sul do Brasil: atitudes e crenças dos estudantes de enfermagem sobre o cuidado. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 2005, set. – out., 13 (número especial): 863-71.

COREN – SP. Disponível em: <http://www.corensp.gov.br>. Acesso em 10.06.2012.

DATASUS, 2012. Ficha do Estabelecimento: Hospital S-3.
http://cnes.datasus.gov.br/Exibe_Ficha_Estabelecimento.asp?VCo_Unidade=3509702079143.
Acessado em 03.03.2012.

DESSEN, M. A.; GUEDEA, M. T. D. A ciência do desenvolvimento humano: ajustando o foco de análise. **Paidéia**, v. 15, n. 30, p. 11-20, 2005.

EDWARDS, G.; MARSHALL, E. J.; COOK, C. C. H. **O Tratamento do Alcoolismo**: um guia para profissionais de saúde. Porto Alegre, ARTMED, 1999.

MORAES, M. O modelo de atenção integral à saúde para tratamento de problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas: percepções de usuários, acompanhantes e profissionais. **Ciência e Saúde Coletiva**, 13 (1), p. 121-133, 2008.

MORETTI-PIRES, R. O.; MARINHO-LIMA, A.; KATSURAYAMA, M. Formação de médicos de saúde da família no interior da Amazônia sobre a problemática do abuso de álcool. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, Fortaleza, jan./mar. 2010.

NEVES, D. P. **Alcoolismo**: acusação ou diagnóstico? *Cadernos de Saúde Pública*, v.20, n.1, p. 7-36, 2004.

PILLON, S. C.; LARANJEIRA, R. R. Formal education and nurse's attitudes towards alcohol and alcoholism in a Brazilian sample. **Sao Paulo Med J.** 2005; 123(4): 175-80.

RAMOS, S. P.; BERTOLOTE, J. M. **Alcoolismo Hoje**. Porto alegre: ARTMED, 1997.

RAYNAUT, C. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In. PHILIPPI JR, A; SILVA NETO, A. J. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação**. Barueri, SP: Manole, 2011.

RIBEIRO, S. A.; MATSUI, T. N. Hospitalização por tuberculose em hospital universitário. **Jornal de Pneumologia**, 29 (1) jan.-fev. 2003.

SIFUENTES, T. R.; DESSEN, M. A.; OLIVEIRA, M. C. S. L. Desenvolvimento humano: desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 23, n. 4, p. 379-386, out.-dez. 2007.

SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2000.

ANÁLISE DO PROCESSO DAS TRAJETÓRIAS DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO-RS

Luiz Fernando Fritz Filho

Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professor na Universidade de Passo Fundo (UPF). fritz@upf.br
<http://lattes.cnpq.br/9677059025577539>

Karen Beltrame Becker Fritz

Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professora na Universidade de Passo Fundo (UPF). karenfritz@upf.br
<http://lattes.cnpq.br/3756677940179047>

RESUMO

As transformações recentes da atividade agrícola no Brasil foram engendradas pelas mudanças na estrutura econômica ocorridas nas últimas décadas, em especial durante os anos de 1960 e 1970. Neste contexto, o eixo central deste estudo é a reconstituição das trajetórias desenvolvidas nas unidades de produção agrícolas do município de Passo Fundo no estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido, este estudo alia a noção de trajetórias das unidades de produção agrícola com a abordagem dos sistemas agrários e as tipologias dos sistemas de produção. Como resultado central, foi identificada uma aparente homogeneização dos sistemas de produção implementados em significativa parcela das unidades de produção do município. Os produtores implantaram, em seus sistemas produtivos, cultivos produzidos, sobretudo, em consonância com as políticas de Estado desenvolvidas para a agricultura.

Palavras-chave: processos, sistemas de produção, trajetórias

ABSTRACT

The recent transformations, in the agricultural activity in Brazil, were produced by the changes in the economic structure which occurred during the last decades, especially during the 1960s and 1970s. In this context, the aim of this study is the reconstitution of the trajectory developed by units of agricultural products in Passo Fundo, in the state of Rio Grande do Sul. In this way, this study allies the notion of the trajectory of the units of agricultural production with the approaching of agrarian system and the production system typologies. As a general result, an apparent homogenization of the production systems, used in a significant part of the units of production in the area, was identified. The producers used, in their productive systems, produced cultivation, above all, in accordance with the state political system developed towards agriculture.

Key-words: process, systems of production, trajectories.

1.Introdução

As transformações recentes da atividade agrícola no Brasil foram engendradas pelas mudanças na estrutura econômica ocorridas nas últimas décadas. O processo conhecido como modernização da agricultura, ao propor um modelo pautado em uso intensivo de insumos industriais, máquinas, equipamentos, produtos químicos, métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, impactou nas formas tradicionais de agricultura e conseqüentemente nas trajetórias percorridas pelos produtores em suas unidades de produção.

Neste contexto, o eixo central deste estudo é a reconstituição das trajetórias desenvolvidas nas unidades de produção agrícolas do município de Passo Fundo no estado do Rio Grande do Sul.

A análise do desenvolvimento do complexo agrícola do município em estudo e região foi possível através aproximação do tema “trajetória” com a evolução dos principais mecanismos modernizantes (políticas, programas, projetos, carteiras agrícolas, entre outros) que impactaram na agricultura, concomitantemente a compreensão da história agrária e da evolução dos sistemas de produção implementados ao longo do tempo nas unidades de produção de Passo Fundo – eixos teóricos deste artigo.

2. Modelo de Análise

A metodologia valeu-se da aplicação da teoria da evolução dos sistemas agrários associada com a teoria dos sistemas de produção subsidiando a construção das trajetórias de desenvolvimento das unidades de produção do município de Passo Fundo em consonância com a análise de fatores condicionantes do desenvolvimento local e regional.

2.1 Sistemas Agrários

A teoria dos sistemas agrários resgata as etapas da história rural das regiões, transcrevendo os grandes momentos em que um sistema agrário se esgota e cede terreno para que outro sistema se desenvolva segundo novas dinâmicas agrícolas (Quadro 1).

Quadro 1: Variáveis e indicadores da análise da evolução e diferenciação dos sistemas agrários da região do Planalto Médio do estado do Rio Grande do Sul.

Conceito	Variável	Indicador
Sistemas Agrários	O meio cultivado	Descrição das atividades agroflorestais e de transformação em cada sistema.
	Os instrumentos de produção (materiais e força de trabalho)	Caracterização dos instrumentos e equipamentos adotados. Análise das relações entre mão-de-obra e tecnologia.
	O modo de artificialização do meio	Analisar as formas de apropriação do meio entre os diferentes cultivos, atividades de criação e atividades não agrícolas. Avaliar as formas de acesso fundiário; Avaliar as categorias sociais ligadas à agricultura ao longo do tempo.
	Divisão social do trabalho	Caracterização da mão-de-obra na região.
	Os excedentes agrícolas e as relações de troca com outros atores sociais	Avaliar a evolução das formas de troca e os meios de comercialização dos produtos agrícolas.
	O conjunto de idéias e instituições que permitem assegurar a reprodução social	Analisar o papel do Estado em relação à agricultura durante o período das transformações dos principais sistemas.
	Ambiente produtivo (dados oficiais)	Analisar, através de dados oficiais as características de produção, área dos estabelecimentos, utilização das terras, associação a cooperativas, efetivos da pecuária, aves, produção de origem animal, investimentos, financiamentos e transformação ou beneficiamento de produtos agrícolas na região.

Fontes: Variáveis adaptadas pelo autor com base em Mazoyer (1987) e Mazoyer e Roudart (1997).

A teoria, ao subsidiar a noção de desenvolvimento, torna-se vantajosa porque abrange, quando necessário, temas como pluriatividade, pobreza rural, acesso a mercados, sustentabilidade, políticas públicas para a agricultura entre outros.

2.2 Modelo Tipológico

O estudo também procedeu a construção de um modelo tipológico de análise tendo como *locus* empírico a área rural do município de Passo Fundo. Os modelos tipológicos (ou tipologias) permitem a construção de cenários nos quais se encontram as unidades de produção. Ao agrupar as propriedades de acordo com o sistema de produção que praticam, por exemplo, o sistema produtivo vigente aparece como uma combinação particular de um número limitado de tipos de explorações definidos técnica, econômica e socialmente.

A trajetória de acumulação (negativa ou positiva) é fundamental para a definição da tipologia da realidade, para que a dinâmica possa ser explicada coerentemente. As diferenças que levam a distintas trajetórias na região ou localidades pesquisadas são

analisadas de acordo com as interações entre as unidades produtivas e os cenários socioeconômicos como, por exemplo, comercialização agrícola, acesso a crédito e renda.

A análise dos sistemas agrários, aliados ao quadro tipológico de determinadas unidades, amplia as variáveis necessárias à análise dos processos que contribuíram para a evolução das unidades de acordo com o contexto no qual estão inseridas. Na análise tipológica um conceito que se mostra frequente é o de sistema de produção. O estudo apropriou-se da análise dos sistemas de produção nas unidades de produção agrícola de Passo Fundo, permitindo descrevê-las do ponto de vista agroeconômico. O sistema de produção caracteriza-se pela possibilidade da análise da produção, das relações com o exterior e da história da propriedade, apresentando-se como um instrumento metodológico apropriado para a construção de modelos tipológicos aplicados ao meio rural (Dufumier, 1996).

A escolha da teoria dos sistemas agrários, como suporte aos procedimentos técnicos e operacionais da pesquisa, deu-se, sobretudo, em razão de a abordagem privilegiar as tendências históricas das grandes mudanças dos sistemas, as interações entre diferentes sistemas, seus funcionamentos e os processos dinâmicos que alteram os sistemas e seus subsistemas menores. Além disso, para a análise das trajetórias das unidades de produção agrícola da área rural de Passo Fundo, centralidade do estudo, foram utilizados conceitos já consolidados da abordagem (sistemas agrários, sistemas de produção e tipologias) e, também, estudos correlatos, que subsidiaram a construção de um esquema metodológico próprio, necessário ao alcance dos objetivos do estudo.

A operacionalização das variáveis do estudo respeitou cinco etapas distintas: procedimentos adotados para a análise da evolução da agricultura no município de Passo Fundo; realização de uma pré-tipologia da região em estudo e dos sistemas produtivos das propriedades agrícolas da área rural do município; construção de um modelo tipológico das unidades de produção agrícolas do rural (tipos de unidades) e, por fim, análise da trajetória de evolução de quatro unidades representativas dos tipos de sistemas de produção identificados na área rural.

Para tanto foram selecionados dois grupos de variáveis. O primeiro grupo (Quadro 2) contemplou variáveis e indicadores ligados a aspectos da estrutura produtiva das unidades de produção investigadas na área rural de Passo Fundo.

Quadro 2 - Variáveis e indicadores da caracterização produtiva das unidades de produção da área rural de Passo Fundo.

VARIÁVEIS	INDICADORES
Área	Posse da terra (em ha)
Atividades realizadas na unidade de produção	Área (ha), faturamento, comercialização (externa, consumo na unidade) por tipo de culturas, tipo de criação e outras atividades.
Receitas de outras atividades	Valor e tipo de receita
Financiamento	Valor e tipo de financiamento
Mão-de-obra	Modalidade, idade, número de pessoas, escolaridade e funções por tipo de mão-de-obra
Máquinas, equipamentos e benfeitorias	Tipo, quantidade e estado das máquinas, equipamentos e benfeitorias
Permanência dos filhos na unidade	Número de filhos que residem na unidade de produção, escolaridade dos filhos e intenções de permanência nas atividades vinculadas a unidade de produção.
Objetivos do Produtor quanto à unidade de produção	Permanência do produtor e suas intenções em relação à unidade de produção

Fonte: Dados de pesquisa, 2008.

No segundo grupo foram selecionadas variáveis e indicadores que permitissem evidenciar a história recente das unidades produtivas, as mudanças em seus recursos de produção, a composição familiar, a composição de mão-de-obra, a tecnologia, o uso de políticas de Estado, entre outros (Quadro 03).

Quadro 3 - Variáveis e indicadores da reconstituição histórica das unidades de produção da área rural do município de Passo Fundo.

VARIÁVEIS	INDICADORES
História da propriedade	Relato do período e razões para o início das atividades na unidade de produção
Reconstituição dos principais momentos da evolução da unidade durante o período de 1970	Modificações sofridas pela unidade (área, sistema produtivo, mão-de-obra, atividades..) Área Atividades produtivas (em relação a culturas, criação e outras atividades) Ampliação de tecnologia (se amplia; de que forma amplia os recursos) Formas de ampliação tecnológica Fatores que colaboraram para a mudança das atividades da unidade (mudanças técnicas, intervenção do Estado, mão-de-obra, falta de mercado, outra). Uso de políticas públicas (empréstimos e financiamentos)
Reconstituição dos principais momentos da evolução da unidade durante o período de 1980	Modificações sofridas pela unidade (área, sistema produtivo, mão-de-obra, atividades..) Área Atividades produtivas (em relação a culturas, criação e outras atividades) Ampliação de tecnologia (se amplia; de que forma amplia os recursos)

	Formas de ampliação tecnológica Fatores que colaboraram para a mudança das atividades da unidade (mudanças técnicas, intervenção do Estado, mão-de-obra, falta de mercado, outra). Uso de políticas públicas (empréstimos e financiamentos)
Situação da unidade no período composto pela década de 1990*	Modificações sofridas pela unidade (área, sistema produtivo, mão-de-obra, atividades..) Área Atividades produtivas Ampliação de tecnologia (se amplia; de que forma amplia os recursos) Formas de ampliação tecnológica Fatores que colaboraram para a mudança das atividades da unidade (mudanças técnicas, intervenção do Estado, mão-de-obra, falta de mercado, outra) Uso de políticas públicas (empréstimos e financiamentos)

Fonte: Dados de pesquisa, 2008.

*Observação: O número de passagens das diferentes reconstituições dos sistemas de produção empregados ao longo do tempo varia de acordo com o relato de cada produtor entrevistado.

3. Resultados do Estudo

Como resultado central do estudo, foi identificada uma aparente homogeneização dos sistemas de produção implementados em significativa parcela das unidades de produção do município. Os produtores implantaram, em seus sistemas produtivos, cultivos produzidos, sobretudo, em consonância com as políticas de Estado desenvolvidas para a agricultura. Foram identificados quatro sistemas de produção na área agrícola do município de Passo Fundo.

3.1 Caracterização e trajetória do sistema de produção Hortifrutigranjeiro (Tipo 1)

No sistema de produção Hortifrutigranjeiro (Tipo 1) destaca-se a prevalência de unidades de produção com pequenas áreas agriculturáveis, voltadas exclusivamente para produção especializada de hortifrutigranjeiros. Estes produtores imobilizam capital em áreas reduzidas (irrigação, estufas, mudas..), mantendo um sistema de produção intensivo em trabalho e insumos diversos.

O processo da trajetória de desenvolvimento das unidades produtivas pode ser visualizado no esquema abaixo.

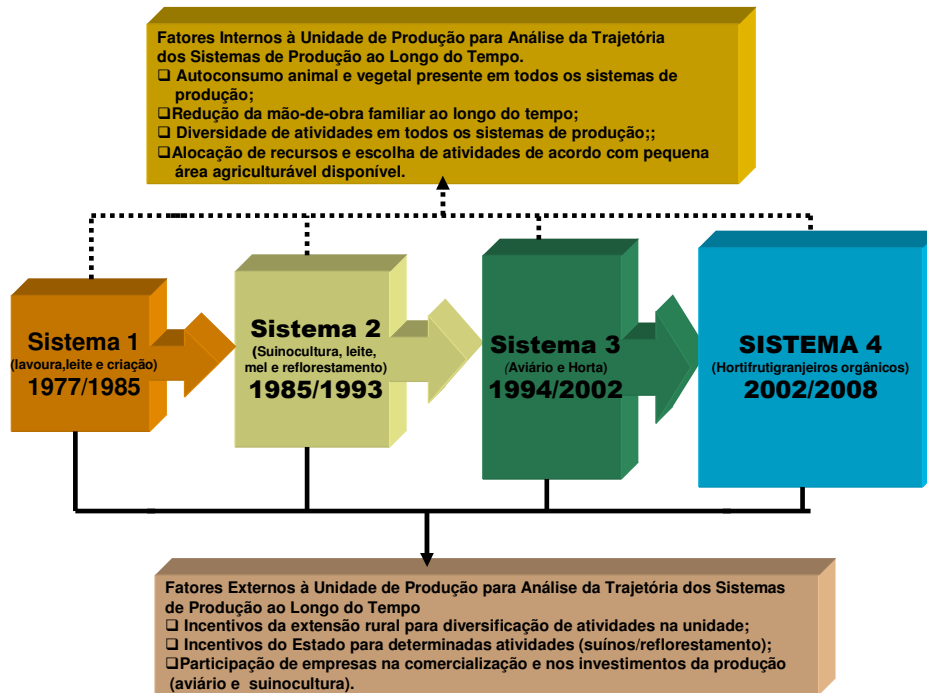


Figura 1 - Síntese das trajetórias dos sistemas de produção da unidade (sistema produtivo hortifrutigranjeiro)

Como fatores externos que influenciaram na trajetória desenvolvida na unidade há a eventual intervenção de instituições do Estado nas novas práticas e culturas, o ingresso e interesse de indústrias em sistemas integrados na região e o desenvolvimento de novas oportunidades de mercado, sobretudo, no sistema atual.

Os resultados da análise das trajetórias seguidas pelo produtor em sua unidade vão de encontro a análise de Buainain (2006). O autor, em estudo intitulado “Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate”, relata que a literatura e a experiência de outros países, corroboradas pelos estudos realizados pelo Projeto FAO/Incrá, sustentam que tanto as características do produtor como de sua família podem ter um papel de destaque na trajetória da unidade de produção.

3.2 Caracterização e trajetória do sistema de produção Aviário (Tipo 2)

O sistema de produção Aviário (Tipo 2) caracteriza-se pela integração avícola, a partir de 1990, em conjunto com os cultivos de verão, ampliando suas alternativas de produção em relação a cultura da soja.

A Figura 2 ilustra a trajetória das Unidades de Produção.

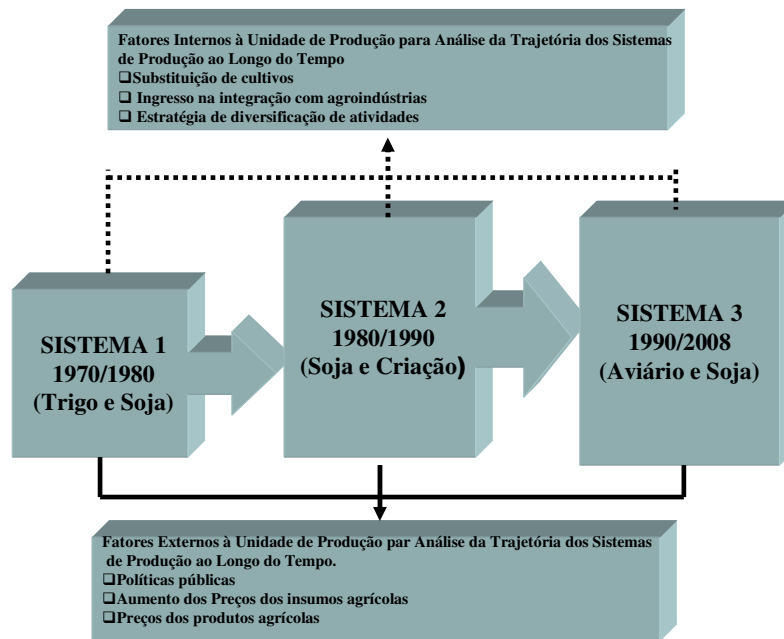


Figura 2 - A dinâmica dos sistemas de produção: principais trajetórias do Tipo 2 (sistema produtivo aviário)

Durante a trajetória desenvolvida na unidade de produção investigada foi identificada a passagem por três principais sistemas de produção. No Sistema de Produção 1, o produtor cultivava trigo e soja em conjunto com culturas de alimentação, tendo acesso a aporte público para investimento e financiamento das lavouras.

A transição para um novo sistema ocorreu com a ampliação de área de terras, comprada de pequenos produtores (que abandonaram suas atividades agrícolas após a queda da importância da produção de trigo). O novo sistema, Sistema de Produção 2, era composto pela cultura da soja, criação de suínos e produção de leite. O produtor relata que durante este sistema (notadamente após o início da década de 1980) havia escassez de terras para comercialização na região, o que o fez investir na ampliação das benfeitorias no interior da unidade. Também ressalta a importância da atividade de venda de leite no período. Como elementos de transição a um novo sistema de produção destacam-se a entrada de indústrias na região, sobretudo de indústrias avícolas, e a queda da atividade leiteira (pela escassez e custo da mão-de-obra na unidade) e da suinocultura (em razão dos baixos preços pagos aos produtores). No sistema atual o produtor somente investe na ampliação dos aviários e na manutenção da lavoura de soja.

3.3 Caracterização e trajetória do sistema de produção Leite (Tipo 3)

O sistema de produção Leite (Tipo 3) é composto por unidades de produção que realizaram investimentos na ampliação da atividade leiteira. Além disso, estas unidades normalmente se valem, em grande parte, da produção animal e vegetal para autoconsumo, reduzindo a vulnerabilidade e ampliando as situações de segurança alimentar dos membros da família.

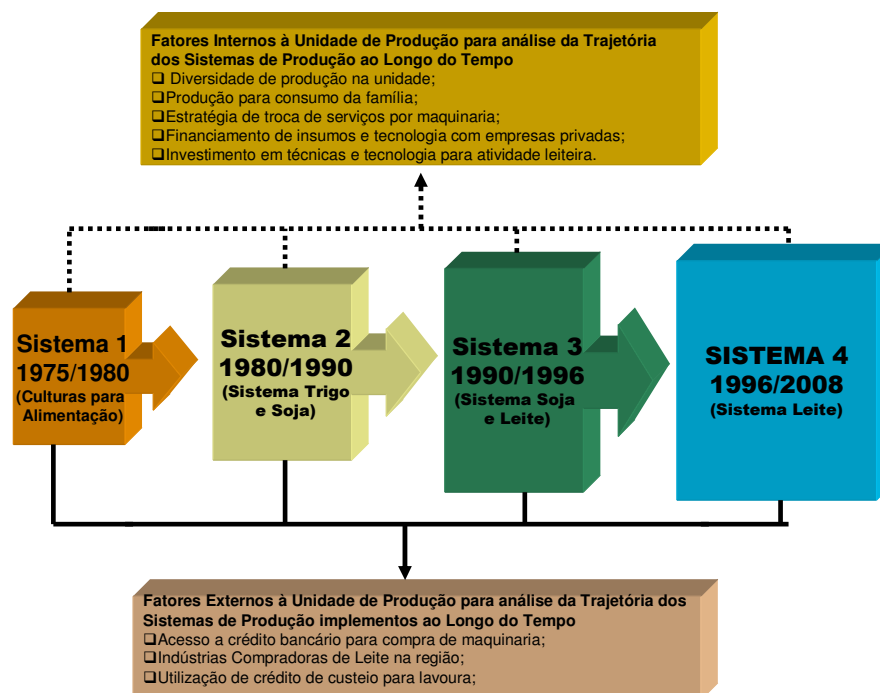


Figura 3 – Trajetórias do sistema de produção leite (Tipo 3)

Dois pontos devem ser ressaltados ao longo da trajetória desenvolvida nesta propriedade rural: primeiro, a manutenção da diversificação de atividades de produção animal e produção vegetal, para autoconsumo na unidade de produção, como estratégia de manutenção da família no campo, contribuindo para segurança alimentar da família; segundo, no sistema de produção atual consolidou-se, na unidade, a produção leiteira, via investimentos na alimentação animal, na melhora de raças, inseminação artificial e compra de ordenhadeira e resfriadores.

O resultado da investigação da unidade de produção em estudo está de acordo com a pesquisa desenvolvida por Grisa e Schneider (2008), que caracterizam o

autoconsumo como uma estratégia recorrente entre os agricultores familiares e que se reveste de fundamental importância para a reprodução social destas unidades. Gazolla (2004) em seu trabalho intitulado “*Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*” apontou a relevância do autoconsumo como instrumento para reduzir a vulnerabilidade e insegurança alimentar das famílias, o que contribui para minimizar a pobreza no meio rural.

Quanto ao segundo destaque, a importância da atividade leiteira em relação ao conjunto de atividades produtivas desenvolvidas na propriedade rural, é salutar citar o estudo “Novo retrato da agricultura familiar” de autoria de Guanziroli e Gardim (2000). Os autores caracterizaram os agricultores familiares sobretudo a partir de suas relações sociais de produção. Os autores verificaram que a maioria dos agricultores familiares possui uma produção diversificada ou especializada, sendo que apenas 11,5% de seus estabelecimentos apresentam uma produção *muito especializada*, em que um único produto atinge 100% do valor bruto de sua produção. O sistema mais freqüente é o *diversificado*, com 44,1% dos estabelecimentos tendo um único produto atingindo de 35% a 65% do VBP¹.

O sistema de produção atual da unidade investigada apresenta um VBP da produção de leite igual a 65% em relação a produção total. Este resultado permite caracterizar estes agricultores familiares, pertencentes ao sistema de produção investigado neste estudo de caso, a partir de suas relações sociais de produção, como de produção diversificada.

3.4 Caracterização e trajetória do sistema de produção Soja (Tipo 4)

O sistema de produção Soja (Tipo 4), segmentado em Subsistema soja-cultivos de inverno. Os produtores das unidades classificadas nestes dois subsistemas de produção adotaram a motomecanização dos tratos culturais com menores quantidades de trabalho aplicados por unidade de área, em sistemas de produção mais extensivos em

¹ Escala utilizada pelos autores para classificação: Grau de Especialização do Estabelecimento, seja PERCPROD = % Valor da produção do produto principal / VBP, Super especializado P PERCPROD = 100%, Especializado P 65% £ PERCPROD < 100%, Diversificado P 35% £ PERCPROD < 65% , Muito diversificado P PERCPROD < 35%.

relação aos demais tipos. Aparentemente, as unidades de produção progrediram, adquirindo novos meios de produção, desenvolvendo suas atividades, aumentando suas dimensões econômicas e suas produções.

O produtor investigado recorreu a diferentes modalidades de crédito ao longo do sistema de produção 1. Esta situação reflete o padrão de oferta de crédito a determinados produtores no período. O crédito de investimentos, durante o SNCR, esteve concentrado no item máquinas e melhoramentos, com destaque para a aquisição de tratores, que absorveu a maior parte destes recursos. Quanto ao crédito de custeio agrícola, houve, no período de 1969-78, um favorecimento aos produtos agrícolas destinados a exportação e à indústria. Ou seja, seis produtos (algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, milho, soja e trigo) recebiam cerca de 75% do total do crédito (Massuquetti, 1998).

A transição para um novo sistema (Sistema de produção 2) gestou-se com a busca do produtor por investimentos significativos em máquinas e em implementos apropriados à cultura da soja e do milho. A constante queda na rentabilidade das culturas de inverno, especialmente o trigo, redefiniu as escolhas de produção do produtor, que, temporariamente, abandonou a plantação dos cultivos de inverno. Outro fato marcante, derivado principalmente da ampliação técnica, foi a redução de mão-de-obra na unidade, tanto familiar quanto contratada.

O Sistema de produção 2 é caracterizado pela consolidação das culturas de verão (embora o produtor continuasse, no período, com a eventual venda de queijo, bovinos e ovinos na unidade). O produtor mantém seu sistema dependente dos cultivos de verão, especialmente da soja, em consonância com a demanda governamental que incentiva, no período, uma agricultura modernizada destinada à exportação. A soja foi a principal cultura a receber estímulos oficiais e, em torno dela, se ampliou e consolidou definitivamente o processo de modernização da agricultura na região e no país (Brum, 1983).

A transição para o terceiro sistema de produção ocorreu a partir do financiamento de máquinas e implementos adaptados ao plantio direto, para culturas de inverno e de verão, associado ao início do uso de sementes transgênicas. Neste sistema destaca-se a prevalência da cultura da soja e pelo retorno à produção de culturas de inverno, sobretudo, do trigo.

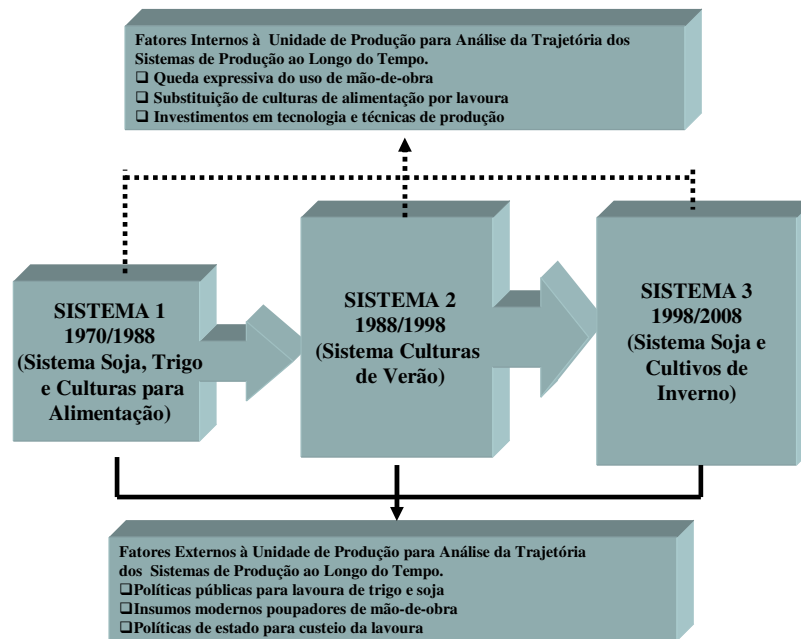


Figura 4- Trajetórias do sistema de produção soja (Tipo 4)

4. Considerações Finais

A análise dos processos históricos, através dos quais os produtores foram levados a praticar diferentes sistemas de produção, permite a identificação dos critérios mais pertinentes a elaboração de tipologias. A compreensão de como as unidades de produção tornaram-se objeto de uma acumulação muito desigual de capital e como os sistemas de produção aí praticados se diferenciam, podem distinguir diferentes trajetórias de evolução. Como categorias de análise da trajetória das unidades de produção, foram identificados os fatores internos e externos que contribuíram para a evolução dos sistemas de produção implementados. Os fatores internos estiveram associados à apropriação e à gestão dos recursos locais, à implantação de serviços de equipamentos e de infra-estruturas, ao investimento em capital e mão-de-obra, entre outros.

Os fatores externos relacionaram-se com a influência do mercado, das legislações e das políticas agrícolas e da gestão do território. Entre os fatores externos que impactaram nas trajetórias percorridas nas unidades de produção, destacam-se as

políticas públicas implementadas. O processo de modernização agrícola, ao propor um modelo pautado em uso intensivo de insumos industriais, máquinas, equipamentos, produtos químicos, métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo impactou nas formas tradicionais de agricultura e conseqüentemente nas trajetórias percorridas pelos produtores nas unidades de produção investigadas pela pesquisa. Ressalta-se que este fenômeno não foi um fato isolado no município em estudo, impactando de formas distintas em diferentes regiões do país.

Referências

BONANO, A. A.; MARSDEN, T.; GRAZIANO DA SILVA, J. Globalização e localização: elementos para entender a reestruturação dos espaços rurais. In: BONNEVIALE, J.R.; JUSSIAU, R.; MARSHALL, E. *Approche globale de l'exploitation agricole*. Dijon, Institut National de Recherches Pédagogiques, 1989.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul./dez., 2003.

DUFUMIER, M. Importância de la tipologia de unidades de producción agrícolas em el analisis de diagnostico de realidades agrarias. In: ESCOBAR, G; BERDEGUÉ, J. (Editores). In: *Tipificacion de sistemas de producción agrícola*. Santiago de Chile: Gráfica Andes Ltda, 1990.

_____. *Les projets de développement agricole: Manuel d'expertise*. Paris, Éditions KARTHALA, 1996.

_____. *Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas*. Salvador: Ed. UFBA, 2007.

DUPAS, G. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MAZOYER, M. *Rapport de synthèse préliminaire présente au "Comité dynamique des systèmes agraires"*. Paris, Ministère de la Coopération et Ministère de la Recherche et de la Technologie, 1985.

MAZOYER, M; ROUDART, L. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa. Editions du Seuil, 1998.

PERROT, et al., É. *L'analyse des trajectoires des exploitations agricoles*. Une méthode pour actualiser les modèles typologiques et étudier l'évolution de l'agriculture locale. *Économie Rurale* 228, jun./août, 1995.

PERROT, C. LANDAIS, E. Exploitations agricoles: Pourquoi poursuivre la recherche sur les méthodes typologiques? In: *Les cahiers de la recherche développement*. France, CIRAD-SAR, 1993.

REZENDE, G. C. de. *Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: editora da UFRGS/Instituto de Pesquisa econômica Aplicada – IPEA, 2003.

RÜCKERT, A.A. *A trajetória da terra ocupação e colonização do centro-norte do rio grande do Sul – 1827-1931*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

RÜCKERT, A.A. *Metamorfoses do Território a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990*. Porto Alegre: UFRGS EDITORA, 2003.

SANDRONI, P. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, M. *A Natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHNEIDER, S. *A Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. *Desenvolvimento agrário e desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: uma caracterização socioeconômica a partir dos municípios*. IN: *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Verdum *et al.*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SEBILLOTTE, M.; CAPILLON, A. *Étude des systèmes de production des exploitations agricoles. Une typologie*. In: *Caribbean seminar on farming systems research methodology*. Pointe-à-Pire, INRA, 1980.

SILVA NETO, B. et al. *Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul. Análise e recomendações de Políticas*. Ijuí: editora UNIJUÍ, 2005.

SILVA, A. M. R. FIOREZE, Z. G. Bases teóricas de análises atuais sobre espaço rural e urbano na região de Passo Fundo. In: SILVA, A. M. R. et. al. (Org.). *Estudos de geografia regional: o urbano, o rural e o rurano na região de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2004. p. 11-25.

SILVA, S. M. *O tropeirismo de porcos: processos mercantis e dinâmicas sócio-culturais na região Nordeste do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

SILVERIRA, R. L. L. Complexo agroindustrial, rede território. In: DIAS, L. C. SILVEIRA, R. L. L. (Org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz: Ed. UNISC, 2005. p. 215-256.

SOUZA, P. M. de; LIMA, J. E. de. Modernização agrícola e estrutura fundiária. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2001, Recife-Pe. *Anais....Pernambuco*, SOBER, 2001.

SOUZA, S. F. *Tradução X modernização no processo produtivo rural: os clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

SPOLADOR, H. F. S. Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento na agricultura. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola superior de agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Campinas, 2001.

STRECK, E. V. et al. *Solos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

TEDESCO, J. C. *Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo - Pós-anos 90*. Passo Fundo:Ed. Universidade de Passo Fundo; Porto Alegre: EST, 2006.

_____.et. al. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980*. Porto Alegre: Ed. Est, 2005.

_____. *Colonos, carreteiros e comerciantes: a região do Alto Taquari no início do século XX*. Porto Alegre: Ed. Est, 2000.

_____. Contratualização e racionalidade familiar. In: _____. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1999. p. 108-145.

_____.Passo Fundo e a produção do território pós-anos 1950: migração e urbanização. In: BATISTELLA, A. (Org.). *Passo Fundo, sua história: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia, imprensa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade*. Passo Fundo: Ed. Méritos, 2007. v.1. p. 347-376.

TEDESCO, J. C.; SANDER, R. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: Lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo, UPF, 2002.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M, E. *Fundamentos de economia*. 2.ed. São Paulo: saraiva, 2004.

WENTZ, L. I. M. *Os caminhos da madeira: região Norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2004.

YIN, R.K. *Estudos de Caso: planejamento e métodos*.3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANELA, E. B.;PARRÉ, J. L. Grau de desenvolvimento agrícola dos municípios do rio grande do Sul: um estudo de análise fatorial. In: XL CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2002. Passo Fundo. *Anais...* Passo fundo: UPF, 2002.

ZARTH, A.P. *História agrária do Planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

ZIMMERMANN, C. A previdência rural brasileira no contexto das políticas públicas. *Revista Espaço Acadêmico*, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná (Maringá), n.48, maio.2005.

ASPECTOS RELEVANTES DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO – QVT PARA APURAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH

José Agnaldo Pereira Leite Júnior

Aluno do Programa de Doutorado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade da
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – FEC da
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
jagnaldo.leite@gmail.com

Gladis Camarini

Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade da
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – FEC da
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
gcamarini@gmail.com

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano da
Universidade de Taubaté – UNITAU
Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e
Cidade da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – FEC da
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
edna.chamon@gmail.com

RESUMO

Este estudo apresenta uma análise dos principais indicadores de Qualidade de Vida no Trabalho – QVT, com o objetivo de mostrar que tais indicadores são extremamente importantes e devem ser considerados na composição dos dados sociais para apuração do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória sobre os temas, em artigos, teses, dissertações, revistas científicas e livros, que possibilitou apresentar um quadro teórico em que foram identificados os principais indicadores de QVT utilizados atualmente. Conclui-se que os indicadores dos estudos de Walton (1973) e de Hackman e Oldham (1975) são extremamente importantes e

contribuem para o desenvolvimento humano, uma vez que é no trabalho que o indivíduo passa grande parte de sua existência, que exercita a maioria de suas capacidades humanas, que deposita suas expectativas de ascensão social, entre outros.

Palavras-chave: Qualidade de vida, Qualidade de Vida no Trabalho, Índice de Desenvolvimento Humano.

ABSTRACT

This study presents an analysis of the main indicators of Quality of Work Life - QWL in order to show that such indicators are extremely important and must be considered in the composition of social data to calculate the Human Development Index - HDI. To this end, we conducted an exploratory literature on topics in articles, theses, dissertations, journals and books, which allowed to present a theoretical framework in which we identified the key indicators of QWL currently used. It is concluded that indicators of studies Walton (1973) and Hackman and Oldham (1975) are extremely important and contribute to human development, since it is the work that the individual spends most of its existence, which exercises most of their human capacities, depositing their expectations of social mobility, among others.

Keywords: *Quality of life, Quality of Work Life, Human Development Index.*

INTRODUÇÃO

Desde 1990 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD da Organização das Nações Unidas – ONU adota a abordagem de que o desenvolvimento econômico pode expandir as capacidades humanas a partir do momento em que as pessoas podem fazer suas escolhas para alcançar a vida que realmente desejam. O PNUD também pressupõem que, para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população, além do desenvolvimento econômico, é preciso considerar as dimensões sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esses conceitos são fundamentais para a elaboração do Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH e para a apuração do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, publicados anualmente pelo PNUD (2012).

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é utilizado para apurar e comparar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população dos países. É calculado com base em dados econômicos e sociais de cada país e varia de zero (0) ponto, que corresponde a nenhum desenvolvimento humano, a um (1) ponto, que corresponde a desenvolvimento humano total. O IDH também é utilizado para medir o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida de cidades, estados e regiões.

Veiga (2008) afirma que o desenvolvimento só existe quando os benefícios do crescimento econômico conseguem ampliar as capacidades humanas. Conforme o autor, as capacidades humanas mais elementares são: vida longa e saudável, bom nível de escolaridade, acesso a recursos básicos para uma vida digna e participação na vida da comunidade. Estas capacidades são pré-requisitos para todas as outras capacidades humanas.

Para Freitas (2011), as análises de desenvolvimento humano baseadas somente no IDH desconsideram variáveis relacionadas à participação da comunidade nas decisões que afetam a vida das pessoas. Conforme Veiga (2008), o IDH resulta de uma média aritmética entre renda, escolaridade e longevidade, e esta não revela o grau de desenvolvimento atingido por determinada sociedade, omitindo dados sobre as variáveis ambiental, cultural e cívica. Freitas (2011) esclarece que as variáveis utilizadas pelo IDH para avaliação do nível de desenvolvimento humano não possibilitam a avaliação dos níveis de qualidade de vida por completo, principalmente porque não incorporam a dimensão ambiental, pois uma determinada população pode ter boa escolaridade, ótima expectativa de vida, acesso às riquezas geradas, mas viver e trabalhar em locais inóspitos, poluídos, sujeitos a riscos diversos, conviver com insalubridade entre outros.

Por esse motivo, a avaliação da qualidade de vida deve incluir a avaliação de aspectos do comportamento humano no trabalho e das condições de trabalho, como: compensação justa e adequada, condições de trabalho seguras e saudáveis, oportunidade para usar e desenvolver as capacidades humanas, oportunidade para o crescimento contínuo e a garantia de emprego, integração social na organização, constitucionalismo na organização, trabalho e espaço total na vida do indivíduo, e relevância social do trabalho. Estas são as oito categorias conceituais de Qualidade de Vida no Trabalho – QVT, relacionados a aspectos da saúde física e mental, integração e desenvolvimento social, apresentadas por Walton (1973), que se utilizou das contribuições das teorias do desenvolvimento humano e fundamentou um modelo de análise de experimentos, sob a ótica organizacional que resulta em 33 indicadores de QVT.

Também podemos incluir os Resultados Pessoais e de Trabalho, considerados os principais indicadores de Qualidade de Vida no Trabalho – QVT do modelo *Job Diagnostic Survey – JDS* de Hackman e Oldham (1975), que concluíram que as características objetivas do trabalho conduzem a características percebidas no trabalho que levam a atitudes e comportamentos no trabalho. Os Resultados Pessoais e de Trabalho são: satisfação geral com o trabalho, motivação interna para o trabalho, satisfação com a possibilidade de crescimento, satisfação com a segurança no trabalho, satisfação com a compensação, satisfação com o ambiente social, satisfação com a supervisão.

Conforme Almeida (2011, p. X) “em termos humanos, os conceitos de vida e trabalho são naturalmente indissociáveis”. Para Arendt (2005), todo o processo de trabalho é organizado e vem sendo alterado constantemente com o objetivo de melhorar as condições de vida e trazer bem-estar ao homem, entretanto Walton (1973) conclui que as sociedades industriais negligenciam valores humanos e ambientais, em favor da evolução tecnológica, da produtividade e do crescimento econômico.

OBJETIVO E METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta um levantamento e análise conceitual, procurando identificar os principais fundamentos e critérios utilizados para apuração do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e os principais pontos abordados e indicadores de Qualidade de Vida no Trabalho – QVT utilizados atualmente. O objetivo principal é mostrar a importância que indicadores de QVT têm para que haja desenvolvimento humano e o quanto é importante considerar estes indicadores na apuração do IDH.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória sobre os temas, em artigos, teses, dissertações, revistas científicas e livros atuais. Nota-se que os temas são bem explorados em separado, entretanto quando analisados em conjunto, os temas são pouco explorados.

Com base na análise conceitual, foi possível apresentar um quadro teórico em que foram identificados os principais indicadores de QVT, relacionados ao comportamento humano no trabalho e às condições de trabalho, que devem ser considerados na apuração do IDH.

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Desenvolvimento humano é definido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD como processo de ampliação de escolhas das pessoas que pode proporcionar capacidades e oportunidades para serem o que desejam ser. O PNUD pressupõe que, para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população, é preciso considerar, além do desenvolvimento econômico, as dimensões sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Estes conceitos servem de base para a elaboração do Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH e para a apuração do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, publicados anualmente pelo PNUD (2012).

Para o PNDU (2012), a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades, diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar. A perspectiva do desenvolvimento humano considera a renda importante, como um dos meios do desenvolvimento, entretanto não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano.

O crescimento econômico é muito importante, principalmente quando seus benefícios conseguem ampliar as capacidades humanas (VEIGA, 2008). As capacidades humanas mais elementares são: vida longa e saudável, bom nível de escolaridade, acesso a recursos básicos para uma vida digna e participação na vida da comunidade. Estas capacidades são pré-requisitos para todas as outras capacidades humanas.

ANO	TEMA DO RDH GLOBAL
1990	Conceito e Medição do Desenvolvimento Humano.
1991	Financiamento do Desenvolvimento Humano.
1992	Dimensões Globais do Desenvolvimento Humano.
1993	Participação das Pessoas.
1994	Novas Dimensões da Segurança Humana.
1995	Gênero e Desenvolvimento Humano.
1996	Crescimento Econômico e Desenvolvimento Humano.
1997	Desenvolvimento Humano para Erradicar a Pobreza.
1998	Padrões de Consumo para o Desenvolvimento Humano.
1999	Globalização com uma Face Humana.
2000	Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano.
2001	Fazer as Novas Tecnologias Trabalhar para o Desenvolvimento Humano.
2002	Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado.
2003	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Um Pacto Entre Nações para Eliminar a Pobreza Humana.
2004	Liberdade Cultural num Mundo Diversificado.
2005	Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual.

2006	A Água para lá da Escassez: Poder, Pobreza e a Crise Mundial da Água.
2007/2008	Combater as Alterações Climáticas: Solidariedade Humana num Mundo Dividido.
2009	Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos.
2010	A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano.
2011	Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos.

Figura 1 – Temas dos RDH's Globais

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em RDH (2012)

A Organização das Nações Unidas - ONU reconhece o RDH como um exercício intelectual e uma ferramenta muito importante para conscientização mundial sobre desenvolvimento humano global. Por meio de Resolução, a Assembleia Geral das Nações Unidas garante autonomia editorial ao Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH, cuja primeira edição do relatório global anual ocorreu em 1990, com a premissa de que as pessoas são a verdadeira riqueza das nações, conceito que guiou todos os RDH's subsequentes. A Figura 1 apresenta os temas anuais de todos os RDH's globais, desde 1990.

O RDT foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e contou com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1998. Possui uma abordagem inovadora para medir a taxa de desenvolvimento dos países que inclui a apuração do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, dados e análises relevantes. Também abordam questões e políticas públicas que colocam as pessoas no centro das estratégias de enfrentamento aos desafios do desenvolvimento (PNUD, 2012).

Além dos RDH's globais anuais, nas duas últimas décadas foram publicados Relatórios do Desenvolvimento Humano Nacionais em cento e quarenta (140) países e foram produzidos mais de quarenta (40) Relatórios do Desenvolvimento Humano Regionais, abordando questões como as liberdades cívicas e a capacitação das mulheres nos Estados Árabes, a corrupção na região Ásia-Pacífico, o tratamento dos ciganos e de outras minorias na Europa Central e a distribuição desigual da riqueza na América Latina.

O RDH global de 2011 considera que o grande desafio para o desenvolvimento no século XXI é salvaguardar o direito, das gerações de hoje e do futuro, a vidas saudáveis e gratificantes. O relatório oferece novas e importantes contribuições para o diálogo global sobre este tema, mostrando como a sustentabilidade e a equidade são indissociáveis e estão ligadas a questões de imparcialidade, de justiça social e de maior acesso a melhor qualidade de vida. Conforme o RDH global de 2011, o notável progresso no desenvolvimento humano alcançado no decorrer das últimas décadas, só pode continuar com medidas globais arrojadas para a redução dos riscos ambientais e da desigualdade (RDH, 2012).

Assim como o RDT, o IDH também foi criado por Mahbub ul Haq com a colaboração de Amartya Sen com o objetivo de ser um indicador geral e ao mesmo tempo sintético do progresso a longo prazo, que procura ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, entretanto não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento (PNDU, 2012). Na apuração do IDH são consideradas três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Segundo o PNDU (2012) o indicador IDH procura oferecer um contraponto ao indicador Produto Interno Bruto – PIB per capita, pois este último considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Conforme Herculano (2012), o indicador PIB começou a ser divulgado mundialmente em 1947, com o nome de *Gross Domestic Product – GDP*.

Desde 1990, quando o RDH foi criado, o PNUD da Organização das Nações Unidas – ONU adota a abordagem de que o desenvolvimento econômico pode expandir as capacidades humanas a partir do momento em que as pessoas podem fazer suas escolhas para alcançar a vida que realmente almejam. Para Freitas (2011), as análises de desenvolvimento humano baseadas somente no IDH desconsideram variáveis relacionadas à participação da comunidade nas decisões que afetam a vida das pessoas. Conforme Veiga (2008), uma vez que o IDH resulta de uma média aritmética entre renda, escolaridade e longevidade, este não revela o grau de desenvolvimento atingido por determinada sociedade, omitindo dados sobre as variáveis ambiental, cultural e cívica. Freitas (2011) esclarece que as variáveis utilizadas pelo IDH para avaliação do nível de desenvolvimento humano não possibilitam a avaliação dos níveis de qualidade de vida por completo, principalmente porque não incorporam a dimensão ambiental, pois uma determinada população pode ter acesso às riquezas geradas, boa escolaridade e ótima expectativa de vida, mas viver e trabalhar em locais inóspitos, poluídos, sujeitos a riscos diversos, conviver com insalubridade entre outros.

Nesse sentido, em nossa análise, o PNUD deve considerar para aferição do avanço na qualidade de vida de uma população, além das três dimensões básicas já consideradas (renda, educação e saúde), aspectos e indicadores do comportamento humano no trabalho e das condições de trabalho, uma vez que é o trabalho que proporciona a inclusão social e é no trabalho que o indivíduo passa grande parte de sua existência, que exercita a maioria de suas capacidades humanas, que deposita suas expectativas de ascensão social, segurança, prosperidade, entre outros. Desta forma, julgamos de extrema importância para apuração do IDH, a avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho - QVT e seus aspectos e indicadores como compensação justa e adequada, condições de trabalho seguras e saudáveis,

oportunidade para usar e desenvolver as capacidades humanas, oportunidade para o crescimento contínuo e a garantia de emprego, integração social na organização, constitucionalismo na organização, trabalho e espaço total na vida do indivíduo, e relevância social do trabalho.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO – QVT

A denominação Qualidade de Vida no Trabalho – QVT surgiu na Inglaterra, no início da década de 1950, conforme Rodrigues (1994) e Fernandes (1996). Nessa época foram desenvolvidos, sob coordenação de Trist e Emery, estudos em relação à organização do trabalho baseados na abordagem sociotécnica, que considera as relações sociais nas organizações, as condições organizacionais de trabalho e as tarefas e condições técnicas para executá-las. Esses estudos levaram em conta a satisfação do trabalhador no trabalho e com o trabalho (MORAES; KILIMNIK, 1989).

O homem tem procurado formas para facilitar e trazer satisfação e bem-estar na execução de sua tarefa desde o início de sua existência, Entretanto, segundo Hunt e Sherman (1987) e Rodrigues (1994), as condições de trabalho e suas influências na produção e no moral do trabalhador só vieram a ser estudadas de forma científica a partir do século XVIII, quando os economistas, liderados por Adam Smith constataram que, com o crescimento acelerado da população mundial e conseqüente aumento da demanda por produtos, a prosperidade econômica dependia do aumento da capacidade produtiva da economia. Smith (1988) propôs a divisão das tarefas, a especialização das etapas, a sistematização dos métodos de produção, a utilização de ferramentas e equipamentos especializados, a reunião de todos os estágios do processo de produção em um mesmo local e a submissão das mercadorias a um controle de qualidade.

Com isso, começou uma grande mudança nos processos industriais e o aprimoramento tecnológico. Porém, as necessidades básicas dos trabalhadores não eram consideradas; eles viviam em condições desumanas, com salários insuficientes para a subsistência e jornadas de trabalho de até 18 horas por dia (SMITH, 1988). Melhores métodos de trabalho, melhor aproveitamento e especialização da mão-de-obra, melhoria dos aspectos físicos do local de trabalho, entre outros, continuaram a ser estudados e desenvolvidos, porém, sempre com o objetivo de melhoria da produção.

Em abril de 1927, engenheiros da *Western Electric Company*, coordenados por Elton Mayo, iniciaram alguns experimentos científicos para estudar a fadiga, os acidentes, a rotatividade e a influência das condições físicas do local de trabalho na produtividade industrial (MAYO, 1957). Com estes experimentos, descobriu-se fatores importantes do comportamento humano em relação ao trabalho e, por isso, essas experiências marcaram o início da Escola das Relações Humanas (LODI, 1981; RODRIGUES, 1994).

Em 1943, Maslow (1979) foi precursor ao relacionar as necessidades humanas básicas em um quadro teórico mais abrangente. Para ele as necessidades humanas estão dispostas numa hierarquia de importância ou prioridade, ou seja, “a manifestação de uma necessidade se baseia, geralmente, na satisfação prévia de outra, mais importante ou premente” (MASLOW, 1979, p. 338). A Hierarquia das Necessidades de Maslow (1979) é composta por cinco necessidades fundamentais: fisiológicas, segurança, amor ou social, auto-estima e auto-realização.

McGregor (1999), em 1957, publicou um artigo cujo enfoque é a análise das condições de vida e as necessidades do indivíduo no trabalho. Para ele, na administração tradicional somente as necessidades básicas sistematizadas por Maslow (1979) são atendidas, ficando as necessidades egoísticas a serem atendidas fora do local de trabalho. As necessidades egoísticas são aquelas que englobam a auto-estima (auto-respeito e confiança, autonomia, realização, competência e conhecimento) e a própria reputação (*status*, reconhecimento e aprovação) e, quando não atendidas, podem gerar graves consequências comportamentais aos indivíduos (MCGREGOR, 1999).

Em seu estudo, McGregor (1999) explicitou que a organização não cria uma estrutura e não fornece meios para que o indivíduo tenha um bom nível de QVT. Isso faz com que eles comportem-se no trabalho com má vontade em aceitar responsabilidades, passividade, indolência, resistência à mudança, exigências exageradas em relação a benefícios econômicos e tendência a aderir aos demagogos (MCGREGOR, 1999).

Outro estudo que contribuiu à QVT foi o de Herzberg, Mausner e Snyderman (1959), publicado em 1959, com o nome “*The motivation to work*”, que explica a diferença entre satisfação e motivação (OLIVEIRA, 2001). Após estudar o comportamento do indivíduo no trabalho, Herzberg et al. (1959) levantaram a hipótese de que o oposto da satisfação com o trabalho não é a insatisfação, e sim nenhuma satisfação com o trabalho. Da mesma forma, o oposto da insatisfação com o trabalho é nenhuma insatisfação com o trabalho. Depois, numa

analogia à medicina preventiva, chamaram os fatores capazes de produzir insatisfação de higiênicos, pois expressam, segundo Herzberg (1968), o impulso humano natural, utilizado para evitar o sofrimento causado pelo meio ambiente, e também os impulsos adquiridos que se tornam condicionados às necessidades biológicas básicas do ser humano. São eles: condições de trabalho, salários, *status*, segurança no trabalho, política e administração, relações interpessoais e supervisão.

Os fatores considerados como higiênicos são externos ao indivíduo e estão relacionados com a organização do trabalho. Mesmo a supervisão e os relacionamentos interpessoais, que dizem respeito a relacionamentos com as pessoas, estão fora do indivíduo. Eles podem ser positivos e, mesmo assim, não irão satisfazer as necessidades dos indivíduos. Esses atributos trazem a não insatisfação. Se eles estão presentes de forma positiva, fazem com que o ambiente seja agradável.

Aos fatores que produzem satisfação, Herzberg et al. (1959) chamaram de motivadores, porque se relacionam com uma característica humana singular que é a capacidade de realizar e, por meio da realização, o homem se desenvolve psicologicamente. São eles: reconhecimento, o próprio trabalho, responsabilidade, progresso ou desenvolvimento e realização. Esses fatores são intrínsecos aos indivíduos e, muitas vezes, são elementos subjetivos, pois se relacionam com os objetivos e as percepções dos mesmos e, quando positivos, trazem satisfação para o trabalhador.

Herzberg estabeleceu a Sequência de Eventos, que corresponde ao trinômio fatores-attitudes-efeito, em que fatores são as dimensões básicas da tarefa, atitudes, os estados psicológicos e efeitos, as respostas afetivas ao trabalho (RODRIGUES, 1994). A partir daí, Herzberg (1968) realizou entrevistas semiestruturadas e, analisou as mudanças nas atitudes do trabalho e as experiências de vida dos pesquisados em relação ao trabalho. Por meio da Sequência de Eventos, Herzberg confirmou suas hipóteses dos dois fatores (higiênicos e motivadores) e propôs que os fatores motivadores devem ser implantados a partir do enriquecimento do cargo.

Para Moraes, Ferreira e Rocha (2000), os estudos da QVT englobam as pesquisas realizadas por Maslow, Herzberg, McGregor, dentre outras, e proporcionam uma visão mais completa do homem em relação ao trabalho, pois a QVT é um esforço no sentido da humanização do trabalho. Considerando as pesquisas e conclusões de estudiosos do comportamento do trabalhador diante do trabalho, como Herzberg, Mausner e Snyderman,

Argyris, Turner e Lawrence, Blood e Hulin, entre outros, Hackman e Lawler (1971) resolvem conceituar e medir as diferenças individuais relevantes, para então estabelecer as relações das características da tarefa sobre a satisfação e motivação do trabalhador.

Com o objetivo de relacionar a satisfação das necessidades individuais com a realização das metas organizacionais, Hackman e Lawler (1971) identificaram nessas proposições, quatro características gerais do trabalho que julgaram necessárias para que o trabalhador tenha uma experiência positiva com relação ao trabalho e se mantenha motivado a ter um bom desempenho. Essas características são a autonomia, a identidade com a tarefa, a variedade e o *feedback*. Também identificaram a convivência com os outros e a oportunidade de amizade, como características interpessoais e sociais importantes na estrutura do trabalho.

Em setembro de 1972, Walton utilizou-se das contribuições das teorias do desenvolvimento humano, como a teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow (1979) e apresentou seu trabalho, fundamentando um modelo de análise de experimentos, sob a ótica organizacional. Nele, são apresentadas oito categorias conceituais e seus respectivos indicadores de QVT, relacionados a aspectos da saúde física e mental, integração e desenvolvimento social, conforme Figura 2.

CATEGORIAS	INDICADORES DE QVT
Compensação justa e adequada	Equidade interna e externa. Justiça na compensação. Partilha dos ganhos de produtividade. Proporcionalidade entre salários.
Condições de trabalho seguras e saudáveis	Jornada de trabalho razoável. Ambiente físico seguro e saudável. Ausência de insalubridade.
Oportunidade para usar e desenvolver as capacidades humanas	Autonomia. Autocontrole relativo. Qualidades múltiplas. Informações sobre o processo total do trabalho.
Oportunidade para o crescimento contínuo e a garantia de emprego	Possibilidade de carreira. Crescimento pessoal. Perspectiva de avanço salarial. Segurança no emprego.
Integração social na organização	Ausência de preconceitos. Igualdade. Mobilidade. Relacionamento. Senso comunitário.
Constitucionalismo na organização	Direitos de proteção do trabalhador. Privacidade pessoal. Liberdade de expressão. Tratamento imparcial. Direitos trabalhistas.

Trabalho e espaço total na vida do indivíduo	Papel balanceado no trabalho. Estabilidade de horários. Poucas mudanças geográficas. Tempo para lazer da família.
Relevância social do trabalho	Imagem da empresa. Responsabilidade social da empresa. Responsabilidade pelos produtos. Práticas de emprego.

Figura 2 – Categorias e critérios de QVT

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em Walton (1973, p. 12-16)

Para Walton (1973), Qualidade de Vida no Trabalho refere-se a valores humanos e ambientais, que as sociedades industriais negligenciam em favor da evolução tecnológica, da produtividade e do crescimento econômico.

Em 1975, Hackman e Oldham publicam seus estudos no artigo “*Development of the Job Diagnostic Survey*”, no qual identificaram três Estados Psicológicos Críticos determinantes da motivação e satisfação do indivíduo no trabalho, são eles: percepção da significância do trabalho, percepção da responsabilidade pelos resultados do trabalho e conhecimento dos reais resultados do trabalho. Posteriormente, constataram que quanto mais esses Estados Psicológicos estão presentes nos trabalhadores, mais eles estarão motivados internamente para o trabalho. Depois, concluíram que os Estados Psicológicos Críticos só podem ser criados por meio das Dimensões Básicas da Tarefa e, dessa forma, os Resultados Pessoais e de Trabalho são obtidos (MORAES; KILIMNIK, 1989).

Os Resultados Pessoais e de Trabalho foram incorporados ao modelo para identificar “as reações afetivas pessoais ou sentimentais que uma pessoa obtém ao desempenhar seu trabalho” (HACKMAN; OLDHAM, 1975, p. 162) e compreendem a satisfação geral com o trabalho, a motivação interna para o trabalho e as satisfações específicas (contextuais). As Satisfações Específicas são: a satisfação com a possibilidade de crescimento, a satisfação com a segurança no trabalho, a satisfação com a compensação, a satisfação com o ambiente social e a satisfação com a supervisão, conforme Figura 3. As Satisfações Específicas são fatores relacionados aos aspectos extrínsecos ao trabalho. Para Moraes e Kilimnik (1989) os Resultados Pessoais e de Trabalho são considerados os principais indicadores de QVT, no modelo de Hackman e Oldham.

CATEGORIAS	AVALIA
Satisfação Geral com o Trabalho (SGT)	grau de satisfação do trabalhador com o seu trabalho como um todo.
Motivação Interna para o Trabalho (MIT)	grau de motivação que o próprio trabalho gera no trabalhador (é uma categoria global e um forte indicador de QVT).

Satisfação com a Possibilidade de Crescimento (SPC)	grau de satisfação e bem-estar que o indivíduo tem com relação à possibilidade de crescimento que o trabalho oferece.
Satisfação com a Segurança no Trabalho (SST)	grau de satisfação com a garantia de emprego que o trabalho oferece.
Satisfação com a Compensação (SC)	grau de satisfação com a compensação que o trabalho oferece.
Satisfação com o Ambiente Social (SAS)	grau de satisfação do trabalhador com os relacionamentos no ambiente de trabalho.
Satisfação com a Supervisão (SSU)	grau de satisfação com a supervisão que o trabalhador recebe.

Figura 3 – Resultados Pessoais e de Trabalho

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em Hackman e Oldham (1975)

Em síntese, existem sete Dimensões Básicas da Tarefa que conduzem a três estados psicológicos críticos, e estes levam a três resultados pessoais e de trabalho, ou seja, conforme o modelo de Hackman e Oldham (1975), as características objetivas do trabalho conduzem a características percebidas no trabalho que levam a atitudes e comportamentos no trabalho como, alta motivação interna para o trabalho, alta qualidade no desempenho do trabalho, alta satisfação com o trabalho ou alto absenteísmo e rotatividade (LEITE JÚNIOR; CHAMON; CAMARINI, 2012), conforme Figura 4.

DIMENSÕES BÁSICAS DA TAREFA	ESTADOS PSICOLÓGICOS CRÍTICOS	RESULTADOS PESSOAIS E DE TRABALHO		
Variedade de Habilidades (VH)	Percepção do Significado do Trabalho (PST)	Satisfação Geral com o Trabalho (SGT)		
Identidade com a Tarefa (IT)		Motivação Interna para o Trabalho (MIT)		
Significado da Tarefa (ST)		Satisfações Específicas (contextuais)	Satisfação com a Possibilidade de Crescimento (SPC)	Motivação Interna para o Trabalho
Inter-relacionamento (IR)			Satisfação com a Segurança no Trabalho (SST)	
Autonomia (AU)	Percepção da Responsabilidade pelos Resultados (PRR)		Satisfação com a Compensação (SC)	Satisfação com o Trabalho
Feedback Intrínseco (FI)	Conhecimento dos Resultados do Trabalho (CRT)	Satisfação com o Ambiente Social (SAS)	Rotatividade e Absenteísmo	
Feedback Extrínseco (FE) (chefia e colegas)		Satisfação com a Supervisão (SSU)		
NECESSIDADE INDIVIDUAL DE CRESCIMENTO (NIC)				

Figura 4 – Modelo das Dimensões Básicas da Tarefa

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em Hackman e Oldham (1975, p. 161)

Hackman e Oldham (1975) consideram ainda, a Necessidade Individual de Crescimento que é definida como a necessidade que o indivíduo possui de desenvolver ações e ideias e de ter um trabalho estimulante e desafiador, que lhe permita ser criativo, aprender coisas novas e sentir-se realizado (LEITE JÚNIOR; CHAMON; CHAMON, 2011). É por

meio da Necessidade Individual de Crescimento que se busca verificar as diferenças individuais e os reflexos nas variáveis relacionadas à tarefa.

Nos últimos anos o estudo da QVT tem recebido bastante atenção, porém, conforme Sá et al. (2007), apesar de praticamente todas as definições trazerem como objetivo principal propiciar uma maior humanização do trabalho, o sentido exato desse termo ainda é incerto. Para Fernandes (1996) o conceito de QVT é abrangente e apresenta diversidade, por isso, a organização precisa defini-lo com clareza antes de implantar um programa de QVT. Mesmo em países onde os estudos sobre QVT encontram-se bastante desenvolvidos, como Estados Unidos, Canadá, França e Suécia, a definição do termo ainda não apresenta consenso (BELANGER, 1983 apud FERNANDES, 1996).

Tolfo e Piccinini (1998), após análise de diversos conceitos dos principais autores, identificaram três grupos principais: ênfase no bem-estar e na satisfação do trabalhador, na valorização da participação do trabalhador no processo de tomada de decisão e ênfase na perspectiva humanista de pensar sobre pessoas, trabalho e organização. Nota-se que nos três grupos, a preocupação é com as pessoas. É certo que atualmente as empresas precisam ser cada vez mais competitivas e, para isso, precisam se preocupar com as pessoas, pois é por meio do comprometimento das pessoas com as propostas da organização que os resultados serão atingidos com sucesso.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos vários modelos de vários teóricos da QVT e considerando que vida e trabalho são indissociáveis, pode-se afirmar que as condições de trabalho podem oferecer as recompensas intrínsecas, que possuem grande potencial de satisfazer e de auto-motivar os indivíduos, tanto no trabalho como na vida pessoal, ampliando suas capacidades humanas.

Os resultados organizacionais e pessoais atingidos por meio do trabalho geram riquezas e bem-estar social. Como é sabido, o trabalho “enobrece o homem” e proporciona melhores condições de renda, educação, saúde, reconhecimento profissional e social, participação ativa na comunidade, melhores patamares de racionalidade sobre aquilo que desejam e como podem chegar a esse fim.

Observa-se que as categorias de Walton (1973) resultam em indicadores do comportamento humano no trabalho e indicadores das condições de trabalho que, analisados em junto proporcionam a aferição do avanço na qualidade de vida de um indivíduo e

consequentemente, de uma população, além das dimensões renda, educação e saúde, já consideradas pelo PNDU.

Nota-se que as categorias de Walton (1973) apresentam dimensões sociais como condições de trabalho seguras e saudáveis, relevância social do trabalho e integração social na organização; dimensões culturais como oportunidade para usar e desenvolver as capacidades humanas, trabalho e espaço total na vida do indivíduo; e dimensões políticas como compensação justa e adequada, oportunidade para o crescimento contínuo e a garantia de emprego, constitucionalismo na organização. Estes aspectos da QVT influenciam a qualidade da vida humana como um todo.

No modelo de Hackman e Oldham, os Resultados Pessoais e de Trabalho são considerados os principais indicadores de QVT do modelo *Job Diagnostic Survey – JDS* (MORAES e KILIMNIK,1989). Além destes indicadores, a Necessidade Individual de Crescimento, que é gerada pela satisfação e realização pessoal no trabalho, é um indicador muito importante e que amplia as capacidades humanas.

Observa-se que, assim como as categorias de Walton (1973), o modelo de Hackman e Oldham (1975) também resulta em indicadores do comportamento humano no trabalho e indicadores das condições de trabalho que proporcionam a aferição do avanço na qualidade de vida de um indivíduo e consequentemente, de uma população. Os indicadores do modelo de Hackman e Oldham (1975) também apresentam dimensões sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana como um todo.

Tanto o modelo de Walton (1973) como o modelo de Hackman e Oldham (1975) apresentam indicadores de QVT que ampliam as capacidades humanas e que proporcionam o desenvolvimento humano, por meio da inclusão social, do acesso a bens, serviços e valores, direitos sociais, humanos e políticos. As experiências vivenciadas no ambiente de trabalho interferem na qualidade de vida do indivíduo, de forma holística, não podendo ser desprezadas.

Conclui-se que o estudo dos indicadores de QVT, que são baseados no comportamento humano no trabalho e nas condições de trabalho, proporciona a análise de dimensões sociais, culturais, políticas e ambientais. Dessa forma é muito importante considerar aspectos e indicadores de QVT na composição dos dados sociais para apuração do IDH. Afinal, é no trabalho que o indivíduo passa grande parte de sua existência, com repercussão em sua vida cotidiana, doméstica e social. É no trabalho que o indivíduo exercita

a maioria de suas capacidades humanas, que deposita suas expectativas de ascensão social, segurança, prosperidade, entre outras.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, P. E. Prefácio. In: CHAMON, E. M. Q. O. (org.). **Qualidade de Vida no Trabalho**. Rio de Janeiro-RJ: Brasport, 2011, p. IX-XI.
- ARENDDT, H. **A condição humana**. 10.ed. São Paulo: Forense Universitária, 2005.
- FERNANDES, E. C. **Qualidade de vida no trabalho**. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.
- FREITAS, Tanise Dias. **Desenvolvimento humano e qualidade de vida: a racionalidade do piscicultor do arranjo produtivo local da piscicultura no município de restinga seca no Rio Grande do Sul**. Santa Maria, RS, 2011, p.126. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas.
- HACKMAN, J. R.; OLDHAM, G. R. Development of the job diagnostic survey. **Journal of Applied Psychology**, v. 60, nº 2, p. 159-70, 1975.
- HACKMAN, J. R.; LAWLER, E. E. Employer reactions to job characteristics. **Journal of Applied Psychology Monograph**, v. 55, n. 3, p. 259-286, jun, 1971.
- HERCULANO, S. C. **A qualidade de vida e seus indicadores**. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Herculano.pdf>>. Acesso em: 18/08/2012.
- HERZBERG, F. One more time: how do you motivate employees? **Harvard Business Review**, Boston: v. 46, nº 1, p. 53-62, jan/fev, 1968.
- HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. **História do pensamento econômico**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1987
- LEITE JÚNIOR, J. A. P.; CHAMON, E. M. Q. O.; CHAMON, M. A. Um estudo da qualidade de vida no trabalho em um Instituto de Pesquisas. In: CHAMON, E. M. Q. O. (org.). **Qualidade de Vida no Trabalho**. Rio de Janeiro-RJ: Brasport, 2011, p. 26-48.
- LEITE JÚNIOR, J. A. P.; CHAMON, E. M. Q. O.; CAMARINI, G. Qualidade de vida no trabalho: o modelo *Job Diagnostic Survey – JDS* adaptado para o setor da construção civil. In: XV Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho - ISMA-BR, Porto Alegre-RS. **Anais ...**, 2012. CD ROM.
- MASLOW, A. H. Uma teoria da motivação humana. 1943. In: BALCÃO, Y. F.; CORDEIRO, L. L. (orgs.). **O comportamento humano na empresa: uma antologia**. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1979, p. 337-366.
- MCGREGOR, D. **O lado humano da empresa**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MORAES, L. F. R.; FERREIRA, S. A. A.; ROCHA, D. B. Trabalho e organização: influências na qualidade de vida e estresse na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. In: MORAES et al. (orgs.). **Diagnóstico de qualidade de vida e estresse na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: 2000. Pesquisa, CNPq.
- MORAES, L. F. R.; KILIMNIK, Z. M. **A qualidade de vida no trabalho burocrático automatizado**. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEPAD, 1989. Relatório de Pesquisa, CNPq.

OLIVEIRA, N. **Mudanças organizacionais e qualidade de vida no trabalho**: um estudo comparativo-temporal em Unidades do Banco do Brasil S.A. Belo Horizonte, 2001, p. 188. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais.

PNUD, **Desenvolvimento humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0>>. Acesso em: 18/08/2012.

RODRIGUES, M. V. C. **Qualidade de vida no trabalho**: evolução e análise no nível gerencial. Petrópolis: Vozes, 1994.

RDH, **Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf>. Acesso em: 18/08/2012.

SÁ, M. A. D.; HONÓRIO J. B.; OLIVEIRA, R. C. R.; VIANA, K. M. P. Qualidade de vida no trabalho docente – uma questão de prazer! In: XXXI Encontro da ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro. **Anais ...**, 2007. CD ROM.

TOLFO, S. R., PICCININI, V. C. As melhores empresas para trabalhar no Brasil e a qualidade de vida no trabalho: disfunções entre a teoria e a prática. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, v. 5, n. 1, p. 165-193, jan./abr. 2001. In: XXII Encontro Anual da ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Foz do Iguaçu. **Anais ...**, 1998. CD ROM.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 3.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

WALTON, R. E. Quality of working life: what is it? **Sloan Management Review**, v. 15, n. 1, p. 11-21, Outono, 1973.

CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO COMO REDE E SUPORTE SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO BIOECOLÓGICO DE IDOSOS

CONTEXTS OF EDUCATION AS A SOCIAL NETWORK AND SUPPORT THE DEVELOPMENT OF ELDERLY BIOECOLOGICAL

Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão

Docente do Curso de Psicologia e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, Universidade de Taubaté - marluce@unitau.br

Fernanda Rabelo Prazeres

Docente do Curso de Educação Física, Universidade de Taubaté - fernandaballet@gmail.com

Resumo

Este estudo discute os contextos educativos enquanto importantes redes sociais e de suporte ao idoso, incrementando seus níveis de autonomia e de interação afetiva, entre outros aspectos. Investigou o papel de um desses contextos como rede social de suporte e desenvolvimento ecológico de idosos. Trata-se de uma pesquisa do tipo Estudo de Caso, realizada em um programa de extensão universitária, em cidade do interior paulista, sendo a amostra composta por 100 idosos. Utiliza um levantamento de dados sociodemográficos e a Escala de Apoio Social. Os resultados indicam que os pesquisados apresentam boa saúde percebida e avaliam o apoio deste contexto em 78,65 na dimensão Interação Social Positiva; 82,2 na Afetiva; 70,35 na Emocional/Informação e 59,35 na Material. Conclui que este contexto atua como operador de desenvolvimento bioecológico de idosos.

Palavras-chave: Contextos Educativos. Idosos. Suporte Social. Desenvolvimento Humano. Teoria Bioecológica.

Abstract

This study discusses the educational contexts as important social networks and support to the elderly, increasing levels of autonomy and affective interaction, among other aspects. Investigated the role of one of these contexts as social support network and ecological development of elderly. This is a research type Case Study, realized in university extension program, on a town in the interior of Sao Paulo, with a sample contained with 100 elderly. Uses a survey sociodemographic and the Scale of Social support. The results indicate that the respondents present good health noticed and evaluated the support in this context in 78,65 in

Positive Social Interaction dimension; 82,2 in Affective; 70,35 in Emotional/Information and 59,35 in Material. Concludes that this context act as an operator of elderly bioecological development.

Keywords: Educational Contexts. Elderly. Social Support. Human Development. Biocological Systems Theory.

1 INTRODUÇÃO

A vivência de um processo de envelhecimento saudável abrange um estado de saúde em que a capacidade funcional das pessoas está minimamente preservada, considerando-se as eventuais perdas associadas aos aspectos biológicos, psicológicos, socioculturais e espirituais, e a avaliação subjetiva dessa saúde. Quando esse delicado equilíbrio é afetado, a longevidade com incapacidades múltiplas gera dependência severa de medicamentos, tecnologias assistivas, (re) adequação das políticas públicas e recursos sociais de várias naturezas e, especialmente, de outras pessoas.

As agendas políticas e sociais têm enfatizado a urgência de iniciativas que respondam às crescentes demandas deflagradas pelo envelhecimento em sociedades, como a brasileira, que ainda não comportam recursos de suporte social à velhice, embora as ciências, de um modo geral, tenham antecipado a centralidade desse fenômeno e seus impactos nos micro ou macrossistemas sociais, em nível mundial.

No Brasil, inúmeros projetos destinados a idosos tem conferido notoriedade ao campo da educação na mediação do processo de desenvolvimento humano desta população. A vertente da educação em saúde¹, como exemplo, tem se ocupado das questões do envelhecimento saudável em contextos destinados a adultos na meia-idade e idosos. Sua ênfase recai sobre uma visão ampliada de saúde, abrangendo educação para o auto-cuidado, mas também preocupações político-filosóficas, com a ecologia dos atuais sistemas sociais influenciando na longevidade bem-sucedida, mediante questões como estilo de vida e de configuração familiar, de trabalho e dos grandes centros urbanos.

Em uma perspectiva crítica², a educação trata também da construção do protagonismo dessa população nessa sociedade; uma educação para a fase da velhice como possibilidade de aprendizagem continuada, de participação socio-política e cultural, de ressignificação de subjetividades, fortalecendo o senso de continuidade, de enfrentamento das mudanças e de

engajamento intergeracional. Conforme Cortelletti e Casara (2006, p.110) “[...] a dimensão educativa qualifica o estilo de vida, favorece o desenvolvimento contínuo, estimula a participação e a auto-realização, mantém as pessoas inseridas, ativas na sociedade da qual fazem parte e contribui para um envelhecimento feliz”.

Em virtude das grandes transformações no cotidiano contemporâneo, a educação dos adultos idosos é, por excelência, a via que permite desenvolver a autonomia, favorecendo uma (re) construção contínua dos seus conhecimentos e habilidades (PALMA; CACHIONI, 2005),e contribuindo para um (re) posicionamento no mundo em relação aos seus papéis e às redes sociais nas quais interagem e alavancam o seu desenvolvimento ecológico.

Enquanto aprendizes, diferentemente de outros grupos etários, os idosos buscam uma aprendizagem significativa. Trazem consigo experiências de vida, motivações, expectativas e condições para envolvimento, enfrentamento e desempenho em suas atividades nos diversos sistemas em que transitam, como a família, a escola, as instituições de saúde, de lazer, cultura, entre outras. Nesse movimento, como ressaltam Tezza e Bonia (2010), muitos idosos querem opinar no modo de aprender, o quê aprender e para quê aprender, além de decidirem até onde desejam aprender.

Diversos estudos relatam a importância de o idoso participar de grupos, independentemente da natureza desses grupos e das atividades, pois, a preservação e/ou ampliação da interação social, especialmente entre os pares, possibilitam o afastamento de comportamentos e problemas advindos da solidão e das dificuldades de enfrentar os eventuais declínios da velhice (CACHIONI; NERI, 2004; BOTH, 2005).

Portanto, os contextos de educação para idosos representam oportunidades para um envelhecimento saudável em uma perspectiva ampliada de saúde, incrementando a continuidade de uma vida ativa e com autonomia. Mas é necessário que as práticas educativas sejam constantemente reavaliadas no sentido de irem ao encontro das necessidades, potencialidades e limites dos participantes, fazendo adequações que contribuam para seu desenvolvimento.

Lembra-se que, no Brasil, há uma política oficial³ que dispõe sobre a educação de idosos, contudo, faltam dispositivos públicos para sua efetiva implementação, uma vez que envolve, entre outros fatores, ampla rede social de retaguarda. Ou seja, equipamentos públicos e privados, recursos sociais e capacitação de equipes multi e interdisciplinares que amparem

os desdobramentos que o processo do envelhecimento assume no interior da sociedade e do campo científico.

Esses pressupostos permitem pensar os contextos educativos como importantes redes sociais e de suporte ao idoso, considerando-se as distinções feitas por Martins (2005, p.133), entre rede social e rede de suporte.

Rede social – refere-se às relações sociais e às suas características morfológicas e transacionais. A forma como as relações sociais estruturam os comportamentos quotidianos e são mobilizadas em cada circunstância específica, caracteriza a integração social da pessoa. Já a rede de suporte – é diferente da rede social porque visa uma ajuda concreta às pessoas.

O estudo dos contextos frequentados pelos idosos justifica-se pela crescente demanda de projetos a eles destinados, em vários campos das ciências, por instituições públicas, privadas, religiosas, filantrópicas ou do terceiro setor. Esses projetos apresentam finalidades diversas e potencial de desenvolvimento humano, configurando-se redes sociais e de suporte ao idoso. Cabe à universidade, como importante equipamento público, atender às demandas impostas pela longevidade populacional, articulando os saberes, as práticas e as políticas a um projeto ecológico de sociedade.

Este estudo retrata uma ação de extensão universitária que atua na temática do envelhecimento humano, focalizando um projeto educativo para idosos, que tem como objetivo proporcionar-lhes oportunidades de aprendizagem de novas habilidades, aprimoramento das capacidades, ampliação da interação social, fortalecimento no enfrentamento das mudanças evolutivas e a ressignificação do seu papel político-social. Inscreve-se em um estudo mais amplo sobre desenvolvimento bioecológico de idosos, recortando-se neste texto as evidências de que esse contexto atua como importante rede social e de suporte a um grupo dessa população.

A TEORIA BIOECOLÓGICA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Esta teoria, que tem como principal autor Urie Bronfenbrenner e sua visão de desenvolvimento-no-contexto, permite incluir vários níveis de análise sobre as influências recíprocas entre a pessoa e os ambientes nos quais transita, tendo ela papel dinâmico e ativo sobre eles, reestruturando-os. O desenvolvimento é visto, portanto, como

[...] o processo através do qual a pessoa adquire uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do ambiente ecológico, e se torna mais motivada e mais capaz de

se envolver em atividades que revelam suas propriedades, ou reestruturam aquele ambiente em níveis de complexidade semelhante ou maior de forma e conteúdo (BRONFENBRENNER, 1996, p. 23).

O desenvolvimento bioecológico ocorre pela interação entre quatro núcleos: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo (PPCT), em “[...] um processo de interação recíproca entre a pessoa e o seu contexto através do tempo, sendo uma função das forças que emanam de múltiplos contextos e de relações entre eles”. (NARVAZ; KOLLER, 2004, p.57).

O processo, como primeiro componente, permite a interação do indivíduo com outras pessoas, objetos e símbolos presentes no ambiente imediato. A essas interações dá-se o nome de processos proximais. Há uma transferência de energia recíproca, pois, para que ocorra o desenvolvimento é necessário que a pessoa participe das ações realizadas no ambiente, que essas relações ocorram por períodos extensos e sejam progressivamente mais complexas, que as relações interpessoais sejam recíprocas e que os objetos e símbolos contidos no ambiente estimulem a atenção da pessoa em desenvolvimento (CECCONELLO, 2003).

O segundo componente, a pessoa, diz respeito às características estáveis ou mutáveis da pessoa, produtos e também produtoras de seu desenvolvimento. Nesse componente, três grupos de características pessoais atuam no desenvolvimento, influenciando os processos proximais: disposição, recursos e demanda.

O contexto, conforme Couto (2007), refere-se ao ambiente no qual a pessoa em desenvolvimento está inserida ou que a influencia, subdividido em quatro níveis ambientais de acordo com a interação da pessoa com esse sistema: microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema.

O microssistema é caracterizado pelas relações face a face, onde ocorrem os processos proximais, pois a pessoa está diretamente nesse contexto e vivencia (ou não, conforme as características da pessoa) diretamente as ações desse ambiente.

O mesossistema representa o conjunto de microssistemas que a pessoa frequenta e as relações existentes entre eles. O exossistema refere-se aos ambientes não frequentados pela pessoa, ambientes estes em que a pessoa não é um participante ativo, mas que afetam o ambiente direto da pessoa e influenciam seu desenvolvimento. O macrossistema diz respeito aos sistemas de valores, crenças, costumes, e forma de governo que permeiam o cotidiano da pessoa em desenvolvimento, tanto em sua cultura quanto na subcultura em que está inserida. Há, também, um último componente, o tempo ou cronossistema, que engloba as modificações

que ocorrem ao longo do tempo, (desenvolvimento e manutenção do que foi desenvolvido) não só com a pessoa em desenvolvimento, mas também no ambiente e na sociedade em geral (POLÔNIA; DESSEN; SILVA, 2005).

Assim, o modelo bioecológico representa um referencial teórico adequado para pesquisas que tenham como foco o desenvolvimento humano nos contextos, considerando as características da pessoa e as influências recíprocas e dinâmicas entre os sistemas.

ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO DE IDOSOS

Acompanhando a legislação brasileira, considera-se como idoso a pessoa com idade acima de 60 anos. Neri (2001, p.39) pondera que “[...] a velhice começa aos 60 ou 65 anos, por serem essas as idades para a aposentadoria, e também por causa das evidências do envelhecimento físico e de transformações nos papéis sociais e familiares vividos pelos adultos mais velhos”.

O envelhecimento, como mais uma etapa do desenvolvimento humano, é um fenômeno que engloba as contribuições de saberes de diversas áreas do conhecimento, configurando o campo da Gerontologia⁴. Todavia, não é proposta desse campo e não é suficiente que esses saberes sejam apenas convocados e se exercitem de forma mecânica, linear, descontextualizada ou reducionista. O estudo do processo do envelhecimento, da fase da velhice e do sujeito idoso, reivindica uma visão dialógica e articulada entre os conhecimentos, que pode ser equiparada à perspectiva de desenvolvimento humano apontada por Aspesi, Dessen e Chagas (2005, p.30).

[...] construída de forma interdependente, interativa, inter-retroativa, exploratória, que une a multiplicidade e a unidade dos fenômenos [...] onde uma postura interdisciplinar implica cooperação, mediação, respeito e parceria, os quais somente poderão ser construídos por meio do compromisso ético com o saber científico.

Embora se observe que, no conjunto dos saberes gerontológicos, as ciências da saúde tendam a sobressair, nas ciências humanas, a educação tem sido convocada para promoção do processo de envelhecimento saudável, pela gerontologia educacional, que postula sobre o quanto “[...] os adultos mais velhos e os idosos são capazes de aprender, de administrar suas vidas competentemente e de continuar levando contribuições significativas e produtivas à sua comunidade”. (CACHIONI, 1998, *apud* PALMA; CACHIONI, 2005, p.1106); e pela educação gerontológica advogando a importância do ensino sobre o idoso e o processo de envelhecimento para uma sociedade que envelhece.

Trata-se de uma premissa de educação como “[...] um processo contínuo vivido pelo ser humano ao longo de toda a vida. Não só em contato com a escola [...] como também em contato com as demais instituições sociais e agências educacionais”. (CACHIONI; NERI, 2004, p.29). Neste sentido, as ações ofertadas em espaços formais ou informais destinadas a adultos mais velhos devem promover a continuidade do aprendizado, mediando suas necessidades com as exigências do mundo atual, de acordo com os quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos (DELOURS, 1999).

Se envelhecer com qualidade requer autonomia e independência, a educação é um meio eficaz de pensar práticas, formação e contextos que desenvolvam as pessoas, em qualquer idade, pois as ações educativas visam à sua emancipação, afastando os limites e reinventando alternativas de desenvolvimento. Além disso, o idoso, enquanto protagonista desse processo, é educando e também educador, pois, ao relevar suas experiências de vida, explora-se seu potencial cognitivo, sua prática profissional, ampliando também um olhar para as exigências do mundo (BOTH, 2005).

Outrossim, as vicissitudes do mundo moderno e as eventuais limitações do idoso em vários aspectos da vida, podem dificultar o enfrentamento dos desafios cotidianos durante seu processo de envelhecimento, resultando em isolamento, baixa autoestima e dificuldades para estabelecer novos vínculos. Portanto, o contexto educativo pode representar para esse idoso uma rede social e de suporte importante, dependendo da qualidade das interações que nele se estabelecem.

ENVELHECIMENTO E SUPORTE SOCIAL

O desenvolvimento na vida adulta pode ser favorecido pelos elos estabelecidos nas relações sociais nas quais o idoso se envolve, pelo grupo que tem contato ou na sua participação em ações sociais, religiosas, de lazer e na convivência entre seus pares, nos contextos educativos ou de outra natureza.

Esses elos sociais podem assumir a natureza de suporte ou apoio, termos que aparecem na literatura como equivalentes, prevalecendo, na área da saúde, apoio social e nas ciências sociais, suporte social. A relação entre laços sociais e saúde foi sugerida por Coob, 1976 e Cassel, 1976 citados por Siqueira e Padovan (2007, p. 70), derivando estudos em áreas como a Gerontologia, Antropologia, Sociologia, Psicologia, entre outras.

Embora o construto apoio social já fizesse parte dos estudos da Psicologia, foi a partir dos anos 1970 que passou a constituir um quadro teórico integrado e consistente, favorecendo ampliação conceitual e investigações de campo sobre os efeitos do apoio e o papel da rede social (CAPLAN, 1974; CASSEL, 1974-1979; COBB, 1976; BARRÓN, 1996; VAUX, 1988; FARIA, 1999; VAZ SERRA, 1999; MATOS; FERREIRA, 2000 *apud* MARTINS, 2005).

O suporte social compreende os recursos proporcionados por outra pessoa, quando necessário, variando em cada fase da vida, sendo construído e negociado na interação social. Para Rosa (2006) a pessoa não dá ou recebe o suporte, mas compartilha suas experiências e possibilidades, que assumem três naturezas: Suporte instrumental – atitudes mais objetivas como emprestar dinheiro, ajudar a arrumar a casa e cozinhar, auxiliar no deslocamento, entre outras; Suporte emocional – incluem as ações e expressões de amor, afeição, encorajamento, apreciação; Suporte informativo – auxílio e explicações em diferentes situações e nas tomadas de decisão.

Trata-se de um apoio formal ou informal. Formal, quando fornecido por instituições com infraestrutura, objetivo específico e profissionais adequados (hospitais, departamentos de assistência social, médicos, Faculdade da Terceira Idade, centros de atendimento, asilos). Informal, quando gerado pela afetividade ou sentimento de obrigação, advindos da família, vizinhos ou amigos (SOUSA; SILVER; GRIEP, 2010). Esse apoio é também compreendido em relação à rede social, sob a forma da relação parental (cônjuge ou companheiro, irmãos e filhos) e da relação não-parental (amigos e vizinhos).

Na concepção sociológica, o suporte social constitui-se de dois elementos: a aprovação social e a atração pessoal. A primeira, diz respeito à aprovação recebida dos outros em relação à conduta, opiniões e crenças, enquanto a atração pessoal é refletida no prazer que se tem em fazer algo para as pessoas amadas (SIQUEIRA; PADOVAM, 2007).

Carneiro *et al.*, (2007) acreditam que idosos que contam com uma rede de apoio social podem ser mais socialmente competentes do que aqueles que têm apenas o apoio familiar e de alguns amigos; porém, ressaltam que se faz necessário distinguir apoio social de interação social, já que nem todo relacionamento oferece apoio, configurando-se apenas vínculos desagradáveis e estressantes.

Na fase da velhice crescem as chances de perdas nos vínculos familiares, como filhos que se casam ou que, por vários motivos, vão morar geograficamente longe; a viuvez; as situações de mudança, como a necessidade de sair da própria casa e/ou ir morar em

instituições; necessidade de adaptação a novos estilos de vida; dependência de medicamentos ou de outras pessoas para o autocuidado, enfim, situações que predispõem o idoso ao estresse, ao adoecimento e ao óbito.

Neste sentido, os laços sociais estabelecidos com parentes e amigos são imprescindíveis para a promoção de um envelhecimento saudável, ou seja, “[...] dispor de uma rede social e receber ajuda dos indivíduos que pertencem a essa rede beneficiam a saúde e o bem estar”. (GRIEP *et al.*, 2005, p. 703) Sobre isso, Couto (2007) cita alguns achados: em 2005, de Bourke *et al* associando apoio a uma melhor habilidade cognitiva; Garcia *et al*, em 2004, relacionando o efeito da rede de apoio social à saúde mental e, Rodríguez-Artalejo, em 2004, sobre os laços sociais como redutores de risco de depressão em idosos e promotores de autoconfiança. Portanto, obter apoio das pessoas do grupo reforça seu sentimento de pertença, contribuindo para a sua regulação emocional.

Todavia, o paradigma cognitivo da Psicologia contemporânea chama a atenção para os aspectos cognitivos e interpessoais envolvidos na questão do apoio social, modelando a percepção do apoio recebido. O apoio social refere-se às funções desempenhadas por grupos ou pessoas significativas em determinadas situações da vida, mas a “[...] subjectividade e individualidade do apoio social depende da percepção pessoal de cada indivíduo”. (MARTINS, 2005, p.130; ROSA, 2006).

Constata-se, assim, que cabe à rede social as relações de dar e receber apoio nos aspectos afetivo-emocional, material e de informações, sendo a quantidade de relacionamentos menos importante que o apoio recebido, o que faz do suporte social um recurso sociopsicológico para enfrentar os acontecimentos ao longo da vida (BATISTONI; NERI; CUPERTINO, 2010).

Sumarizando, as funções das redes de suporte social para os idosos são, conforme Neri (2002): dar e receber apoio emocional, material e em informações; auxiliar na manutenção da identidade social; encontrar e estabelecer novos contatos sociais; acreditar que são cuidados e amados; encontrar sentido nas novas experiências; avaliar as próprias realizações e habilidades; manter a autoestima, a autoimagem e aprender sobre si mesmo.

A partir destes pressupostos, procurou-se estudar as articulações entre um contexto educativo e sua atuação como uma rede de promoção social de suporte, favorecendo o desenvolvimento ecológico de idosos.

3 OBJETIVO

Investigar o papel de um contexto educativo como rede e suporte social de desenvolvimento ecológico de idosos.

4 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem quali-quantitativa, sobre o processo de desenvolvimento ecológico de idosos no ambiente natural, utilizando o constructo suporte social como operador de análise.

Esta apresentação circunscreve-se ao apoio social desse contexto educativo apontado por meio de um instrumento estruturado. O objeto original de análise foi a manifestação qualitativa desse fenômeno, contudo, a mensuração dessa variável (suporte social) mostrou-se uma estratégia complementar importante para ampliar as oportunidades dessa análise, ou seja, a quantificação de alguns aspectos do comportamento do objeto que favorecessem ajuizar o valor de sua expressão qualitativa (PEREIRA, 2001).

A pesquisa foi do tipo Estudo de Caso, considerado como um “[...] estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira a permitir o seu amplo e detalhado conhecimento” (SILVA; MENEZES, 2005, p.21). Sua realização foi em um projeto de extensão universitária, em cidade do interior paulista.

A população total do projeto, à época da pesquisa, era de 250 participantes e o cálculo amostral, considerando-se um erro de 5%, indicou a amostra de 154 deles. Aplicou-se como critério de elegibilidade abordar apenas os idosos (60 ou +anos). Assim, essa amostra caiu para 100.

O perfil da amostra foi obtido por meio de um questionário com questões de múltipla escolha sobre estes aspectos: sexo, idade, estado civil; formação escolar e situação ocupacional; condições econômicas como tipo de moradia, renda mensal, tipo de plano de saúde; convivência familiar e com amigos, frequência nas atividades do projeto.

Utilizou-se a Escala de Apoio Social, oriunda do instrumento norte-americano *Medical Outcomes Study (MOS)*, validado para a população brasileira por Griep (2005). Seu propósito é abranger as seguintes dimensões funcionais de apoio social: Material – ter o auxílio em questões materiais e de recursos práticos, como realização das tarefas diárias; Afetivo – ter demonstração física e verbal de amor e afeto; Emocional – ter alguém para

apoiar nas questões pessoais e problemas emocionais, como momentos que requeiram sigilo ou encorajamento frente às dificuldades ; Interação social positiva – poder contar com o outro para se divertir e relaxar; Informação – ter alguém que o aconselhe, informe ou oriente.

A escala apresenta dezenove questões, e os participantes apontam a frequência considerada em cada tipo de apoio, caso tenham a necessidade especificada, por meio das opções: nunca, raramente, às vezes, quase sempre ou sempre. O valor varia, de 1 (nunca) para 5 (sempre), lembrando que, nos resultados, um conjunto de questões abrange uma determinada dimensão de apoio (GRIEP, 2005). “Os escores obtidos pela soma dos pontos totalizados pelas perguntas de cada uma das dimensões são divididos pelo escore máximo possível na mesma dimensão. O resultado da razão é multiplicado por 100”. (ROSA, 2007)

A escala apresenta como instrução a frase “Se você precisar, com que frequência conta com alguém para ...”. Neste estudo, foi feita a seguinte adaptação: “Se o(a) Sr(a) precisar, com que frequência conta com alguém aqui do projeto para ...”, remetendo os participantes aos seus pares nessa atividade educativa (outros idosos, professores, técnicos e estagiários).

Após aprovação desta pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade de Taubaté, sob o nº 533/10 e autorização da Instituição, foi feita a coleta dos dados entre outubro/2010 e abril/2011, pela pesquisadora e duas estagiárias. Os objetivos foram explicitados ao público-alvo e os que desejaram participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aplicando-se em seguida os instrumentos em grupos de no máximo dez participantes.

A análise dos resultados da Escala de Apoio Social, considerou em cada dimensão de apoio social os pontos atribuídos nas opções de resposta, variando entre 1 (nunca) e 5 (sempre), realçando os resultados por dimensão. A discussão utilizou a técnica da triangulação entre esses resultados, o constructo (apoio) suporte social e os fundamentos da Teoria Bioecológica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma visão geral das principais características sociodemográficas dos pesquisados indica que este grupo é composto por 90% de mulheres; 48% viúvos e 27% casados, sendo 79% os que têm filhos. A média de idade é 63,6 anos; 9,5 anos de escolaridade e renda mensal de R\$1.430,00. São aposentados 69%; 30% realizam trabalho voluntário; 85% possuem moradia própria e 63% citaram ter plano de saúde privado.

Quando perguntados sobre com quem residem, 25% responderam *com cônjuges*, 40%, *só com familiares*, 14%, *com cônjuges e familiares*, 16%, *sozinhos* e 5%, outras situações. Dentre os que moram sozinhos, 85% referiram ser por opção. Em relação à frequência de convivência social, 75% apontaram convivência familiar diária, e 65%, convivência diária com amigos.

A média do tempo de participação no projeto é 3, 5 anos e a de número de atividades frequentadas 2,9. Sobre a frequência nessas atividades, 44% participam duas vezes por semana, 18%, uma vez, 22%, três e 14%, quatro. Sobre a condição de saúde, 58% responderam considerar muito boa, 41% regular, e 1%, ruim.

Os resultados da escala de apoio social constam na Tabela 1, indicando o quanto os participantes contam com o apoio do projeto (em relação aos seus pares, técnicos, alunos, docentes) considerando-se a pontuação máxima de 100 em cada dimensão, o que possibilita a observação dos aspectos mais significativos para essa amostra.

n = 100

Dimensões	Total
Interação Social Positiva (ISP)	78,65
Afetiva (AF)	82,2
Emocional/Informação (E/I)	70,35
Material (MAT)	59,35

Tabela 1. Distribuição dos resultados da Escala de Apoio Social por dimensão

Sintetizando o perfil dos pesquisados, constata-se que no grupo há maciça participação de mulheres, viúvas, na fase da velhice inicial, aposentadas, com filhos, residindo com a família, com grande frequência de convivência familiar e com amigos, apresentando média de escolaridade e renda acima dos patamares dos idosos brasileiros, contando com moradia própria, plano de saúde privado e boa condição de saúde percebida.

É possível supor, que a percepção satisfatória de suporte social desses pesquisados conforme (COUTO *et al.*, 2008) guarda estreita relação com a satisfação com a vida. Os

resultados do apoio, por dimensão, confirmam os achados de Griep (2005) ao apresentarem escore maior na dimensão afetiva e menor na material.

O alto escore dessa dimensão afetiva demonstra que os pesquisados avaliam o projeto como uma rede social para compartilhamento de suas necessidades, espaço que atua como suporte. Comunicam e pedem auxílio a essa rede, demonstrando a crença “[...] de que os outros se interessam por eles, que estão disponíveis quando eles precisam, e isto suscita satisfação quanto às relações que têm”. (MARTINS, 2005, p. 130)

Segundo Rosa e Benício (2009), um bom suporte social influencia positivamente o comportamento dos idosos em aspectos como melhoria nas atitudes com a própria saúde, redução no risco de mortalidade, boa saúde mental, dietas alimentares adequadas, reciprocidade nas relações sociais e possibilidade de escolha no provedor da assistência. A associação entre o projeto e a saúde percebida ‘como muito boa’ citada por 58% dos pesquisados, leva a pensar na sua importância enquanto rede e suporte, atuando como importante antecedente de saúde na preservação da capacidade funcional desses idosos. O alto escore de apoio Emocional/Informacional pode ser justificado pelo seu papel de orientação, acolhimento e encorajamento às suas demandas. A aprovação social e a atração pessoal advindas desse contexto também podem contribuir para o fortalecimento dos valores e da concepção de si mesmo (BLAU, 1964 *apud* SIQUEIRA; PADOVAM, 2007).

A média de escolaridade dessa amostra é alta, se comparada à média dos idosos brasileiros, e pode explicar os níveis de saúde percebida, pois, atua como fator de proteção importante e é associado ao bem-estar psicológico. Sobre isso, Queroz e Neri (2005) constataram em estudos com homens e mulheres da meia-idade e idosos, que quanto mais anos de estudo, maiores as competências da pessoa para o alcance de satisfação com a vida e com o equilíbrio dos afetos.

A variável renda, conforme relataram, sugere garantir certa independência de apoio social (especialmente o material, que aparece com o menor escore) podendo se relacionar ao fato de mais da metade do grupo apontar percepção de boa saúde, possivelmente assegurada pelas condições objetivas de qualidade de vida, como ter moradia própria e plano de saúde privado. Considerando-se que as mulheres são a maioria nessa amostra, é importante lembrar que, pelos dados oficiais, elas têm experimentado ganhos derivados da justaposição de benefícios a partir “[...] da universalização da Seguridade Social trazida pela Constituição de 1988 sobre a renda das idosas e suas famílias” (CAMARANO, 2003, p.60). Também, que a

auto avaliação de saúde, uma medida de demanda por atenção em saúde, é influenciada “[...] pela situação socioeconômica, com pior performance entre os idosos com renda domiciliar *per capita* mais baixa”. (LIMA-COSTA, MATOS; 2009, p.402)

A despeito desse avanço (longe dos patamares de países de primeiro mundo) a renda se configura ainda um fator de risco para o idoso brasileiro, considerado um severo preditor de múltiplas fragilidades (LIMA-COSTA, MATOS; 2009). Segundo Ramos (2002) a diminuição dos recursos deixando os idosos em uma relação de troca não balanceada, ou seja, sem condições de retribuir o apoio recebido, repercute negativamente sobre seu estado de saúde.

O fato de os idosos apontarem alta interação social positiva (com quem fazer coisas agradáveis, distrair a cabeça, relaxar e se divertir junto) pode ser compreendido pela natureza das relações estabelecidas entre amigos que “[...] apresentam maiores níveis de reciprocidade que as relações de parentesco [...] porque são normalmente voluntárias, baseadas em trocas informais calcadas no interesse mútuo e necessidades sociais”. (RAMOS, 2002, p.169) Nesse sentido, os relacionamentos entre idosos são benéficos por serem de livre escolha, e mais funcionais ao atendimento das necessidades afetivas, pois, as experiências de vida, as necessidades, os valores e os significados são compartilhados. (NERI, 2008)

A busca por esses relacionamentos pode ser justificada pela condição de viuvez predominar entre os pesquisados. Essa situação confirma os dados brasileiros, embora assuma significados ambíguos por ser percebida como tragédia ou libertação (PEIXOTO, 1997 *apud* CAMARANO, 2003, p.41). De qualquer forma, o grupo parece representar uma rede e um suporte importante, talvez preenchendo as lacunas reativadas pela viuvez.

O número expressivo de idosos que relataram residir com os familiares e/ou ter uma grande convivência familiar, permite inferir sobre a presença do suporte familiar como importante fator de proteção, pois, “[...] o fato de compartilhar o espaço físico possibilita também o compartilhamento da renda, dos cuidados domésticos e médicos, das crianças, do transporte, etc.” (CAMARANO, 2003, p.53) e menor grau de pobreza. Entretanto, nem sempre as relações interpessoais no interior da família atuam de forma positiva, pois, há sempre o risco de conflitos perante as dificuldades, na dinâmica desse sistema (CARNEIRO *et al.*, 2007).

A articulação entre o suporte social e os pressupostos da Teoria Bioecológica repousa sobre o objeto que ambas enaltecem - as interações humanas, pois, “Sempre que uma pessoa

em um ambiente presta atenção às atividades de uma outra pessoa, ou delas participa, existe uma relação”. (BRONFENBRENNER, 1996, p. 46)

Observa-se que o engajamento do idoso a um novo contexto ocorre pela qualidade das interações que estabelece, do que é chamado por Bronfenbrenner (1996) de processos proximais mediadores dessas interações e do ambiente. Quando as interações passam a ocorrer de forma regular e gradativamente mais complexas, no interjogo entre os objetos e símbolos presentes no ambiente, e sustentadas por níveis de reciprocidade entre as relações interpessoais, pode-se dizer que promovem desenvolvimento humano.

Assim, o microsistema – contexto educativo – passa a integrar o mesossistema, ampliando-o e dependendo da existência e natureza das interconexões sociais entre os ambientes, incluindo a participação conjunta, a comunicação e a existência de informações em cada ambiente a respeito do outro (BRONFENBRENNER, 1996).

É certo que esses efeitos são influenciados pelas características físicas, socioemocionais, cognitivas e motivacionais da pessoa. Mas o fator idade parece ser um operador importante nas relações interpessoais nesse microsistema, exigindo interações sensíveis ao desenvolvimento psicológico, marcadas por sentimento afetivo positivo, reciprocidade e equilíbrio de poder (BRONFENBRENNER, 1996), considerados elementos essenciais em uma rede social de apoio. Nessa direção, estabelece-se uma rede interna “[...] que necessita de um processo em que os sujeitos interajam entre si e se disponibilizem a compartilhar afeto e conhecimento, pressuposto fundamental para qualquer ação que implique a construção coletiva da solidariedade” (TURCK, 2001, p.27).

A leitura dos resultados de apoio social apresentados pode se sustentar, ainda, em um dos postulados de Bronfenbrenner sobre desenvolvimento humano positivo, embora a referência desse autor tenha sido a pais e filhos. Tudo indica que, para o idoso, nesse contexto educativo há um ‘outro adulto’ (seus pares, os docentes, discentes, etc.) atuando com disponibilidade e envolvimento, ajudando, encorajando, expressando admiração e afeto e engajando-se em atividades conjuntas com ele (BRONFENBRENNER, 2011, p.49).

Por último, a avaliação de suporte social dessa amostra pode ser vista como fruto de suas crenças, de que o idoso “[...] é amado e que existem pessoas preocupadas com ele; de que é apreciado e valorizado; de que pertence a uma rede social” (COBB, 1976 *apud* SIQUEIRA; PADOVAM, 2007, p.70) indo ao encontro de outra proposição da Teoria Bioecológica, ao referir que as “características cientificamente relevantes de qualquer contexto para o desenvolvimento humano incluem não apenas suas condições objetivas, mas

também a maneira pela qual essas são experienciadas pelas pessoas que vivem nesse ambiente”. (BRONFENBRENNER, 2011, p.44).

5 CONCLUSÕES

O perfil dos idosos deste contexto indica condições de boa saúde percebida, possivelmente relacionadas ao fato de estarem na fase da velhice inicial e apresentarem boas condições gerais de vida, favorecidas também pela média alta de escolaridade, quando comparados à média da população idosa brasileira. Residir com familiares e ter grande frequência de convivência familiar e com amigos pode indicar a presença de ampla rede social, embora não tenha sido escopo deste estudo conhecer o papel do sistema familiar como rede de apoio a esses idosos.

A percepção de apoio social do contexto educativo do qual participam demonstra a importância a ele atribuída por esses idosos, na dimensão afetiva, seguida pela de interação social positiva, emocional-informacional e material. Esses dados apontam este projeto como contexto de desenvolvimento de idosos, ampliando sua rede social e/ou de suporte, atuando como operador de promoção de saúde, pois, segundo a Teoria Bioecológica, o desenvolvimento depende de quão positivas essas vivências afetivas forem para as pessoas, no nível da percepção e da ação.

Trata-se de uma avaliação subjetiva desse suporte em relação ao papel e à qualidade dos laços sociais estabelecidos entre o grupo e por meio do engajamento em atividades significativas, cumprindo relevante função de amortecer os impactos advindos do processo de envelhecimento, compartilhando afetos e conhecimentos, relações positivas de reciprocidade e poder. Esse suporte do contexto é marcado pela livre escolha de participação do idoso naquilo que vai ao encontro de seus interesses e, possivelmente, assume conotação de aprovação social, auxiliando-o a confirmar seus julgamentos, justificar suas condutas e validar suas crenças. Indica, ainda, assumir caráter de atração social, quando esse idoso desempenha atividades/funções que auxiliam o outro e que lhe retornam com conotação de prazer, validando a concepção de si mesmo.

Essa percepção de apoio social proporcionada por esse contexto, portanto, indica atendimento às necessidades funcionais e afetivo-emocionais desses idosos, configurando-se um importante preditor para os rumos do projeto pedagógico, sob uma perspectiva ecológica de desenvolvimento humano.

Pelas limitações deste estudo, sugere-se estender a investigação do suporte social a idosos com outras características e aos vários contextos nos quais transitam, no que tange às dimensões de apoio e aos seus efeitos, para subsídio das políticas públicas e práticas sociais vigentes no País.

Notas

¹Campo multifacetado para o qual convergem diversas concepções, das áreas da educação e da saúde, fundamentadas em distintas posições político-filosóficas sobre o homem e a sociedade. “O conceito de educação em saúde se sobrepõe ao conceito de promoção da saúde [...] uma noção ampliada de saúde, considerada como um estado positivo e dinâmico de busca de bem-estar, que integra os aspectos físico e mental (ausência de doença), ambiental (ajustamento ao ambiente), pessoal/emocional (auto realização pessoal e afetiva) e socioecológico (comprometimento com a igualdade social e com a preservação da natureza)”. Ver SCHALL, V. T.; STRUCHINER, M. Educação em saúde: novas perspectivas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2012, p.54-56.

²Uma educação que valoriza o conhecimento construído de forma compreensiva e reflexiva, propiciando uma formação crítica desse conhecimento e visando à autonomia para uma ação transformadora do sujeito sobre a realidade.

³ Sobre a Política Nacional do Idoso ver: BRASIL. **Lei no. 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br>>.

⁴Ciência cujo campo tem como fundamento o estudo, a pesquisa e a intervenção sobre o fenômeno do envelhecimento, sob uma ótica basicamente interdisciplinar, a partir de problemas e conceitos integradores.

REFERENCIAS

ASPESI, C.C.; DESSEN, M.A.; CHAGAS, J.F. A ciência do desenvolvimento humano: uma perspectiva interdisciplinar. In: DESSEN, M.A.; COSTA JUNIOR, A.L.(Cols). **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005. cap.1, p.19-36.

BATISTONI, S.S.T.; NERI, A.L. ; CUPERTINO, A.P. Sintomatologia depressiva e suporte social na velhice. In: FALCÃO, D.V.S.; ARAÚJO, L.F. (Orgs). **Idosos e saúde mental**. Campinas: Papyrus, 2010. cap.3, p.53-70.

BOTH, A. Longevidade e educação: fundamentos e práticas. In: FREITAS, E.V. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. cap.136, p.1110-1118.

BRONFRENBERNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

BRONFRENBERGER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre/RS, Artmed, 2011.

CACHIONI, M.; NERI, A.L. Educação e velhice bem sucedida no contexto das universidades da terceira idade. In: NERI, A.L.; YASSUDA, M.S.; CACHIONI, M. (Col.). **Velhice bem-sucedida**: aspectos afetivos e cognitivos. Campinas: Papyrus, 2004. cap. 2, p.29-49.

CAMARANO, A.A. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 49, p. 35-63, 2003.

CARNEIRO, R.S. *et al.* Qualidade de vida, apoio social e depressão em idosos: relação com habilidades sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v. 20, n. 2, p.229-237, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acesso fev.2011.

CECCONELLO, A.M. **Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco**. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

CORTELLETTI, I.A.; CASARA, M.B. Projeto pedagógico como fator educativo de promoção para bem-envelhecer. In: CASARA, M.B.; CORTELLETTI, I.A.; BOTH, A. (Orgs). **Educação e envelhecimento humano**. Caxias do Sul: Educus, 2006. cap.1, p.11-20.

COUTO, M.C.P.P. **Fatores de risco e proteção na promoção da resiliência no envelhecimento**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

COUTO, M.C.P.P. *et al.* Adaptação e utilização de uma medida de avaliação da rede de apoio social – diagramada escolta – para idosos brasileiros. **Universitas Psychologica**. v.7, n.2, p.493-505, 2008. Disponível em <<http://revistas.javeriana.edu.co>> Acesso out.2010.

DELOURS, J. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

GRIEP, R.H. *et al.* Validade de constructo de escala de apoio social do *Medical Outcomes Study* adaptada para o português no Estudo Pró-Saúde. **Cad. Saúde Pública**. v.21, n.3, p. 703-714, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v21n3/04.pdf>> Acesso mar.2011.

LIMA-COSTA, M.F; MATOS, D.L. Tendências das condições de saúde e uso dos serviços de saúde da população idosa brasileira: 20 anos de Sistema Único de Saúde. In: **BRASIL**. Ministério da Saúde. Secretaria da Vigilância em Saúde. Saúde Brasil 2008: 20 anos de Sistema Único de Saúde. Ministério da Saúde. Secretaria da Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação em Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, 2009. Cap. 7, p.406-483. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/saude_brasil_2008_web_20_11.pdf Acesso fev. 2012.

MARTINS, R.M.L. A relevância do apoio social na velhice. **Revista Milenium**. n.31, p.128-134, 2005. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.19/429>> Acesso set.2010.

NARVAZ, M.G.; KOLLER, S.H. O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In: KOLLER, S.H.(Org). **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisas e intervenções no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. cap. 3, p.55-70.

NERI, A.L. O fruto dá sementes: processos de amadurecimento e envelhecimento. In: NERI, A.L. (Org). **Maturidade e velhice: trajetórias individuais e socioculturais**. Campinas: Papirus, 2001, cap.1, p.11-52.

NERI, A.L. **Palavras-chave em Gerontologia**. Campinas: Alínea, 2002.

NERI, A. L. O que a Psicologia tem a oferecer ao estudo e à intervenção no campo do envelhecimento no Brasil, hoje. In: NERI, A.L.; SANCHES, M.Y. (Orgs). **Velhice bem-sucedida**. Campinas: Papirus, 2004.p.13-27.

PALMA, L.S.; CACHIONI, M. Educação permanente: perspectiva para o trabalho educacional com o adulto maduro e com o idoso. In: FREITAS, E.V. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. cap.135, p.1101-1109.

PEREIRA, J.C.R. **Análise dos dados qualitativos: estratégias metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. 3.ed.São Paulo: Edusp, 2001.

POLONIA, A.C.; DESSEN, M.A.; SILVA, N.L.P. O modelo bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano. In: DESSEN, M.A.; COSTA JUNIOR, A.L. (Orgs). **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005. cap.4, p.71-89.

- QUEROZ, N.C.; NERI, A.L. Bem-estar psicológico e inteligência emocional entre homens e mulheres na meia-idade e na velhice. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v. 18, n.2, p.292-299, 2005.
- RAMOS, M.P. Apoio social e saúde entre idosos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, 2002, p. 156-175.
- ROSA, F.H.M. **Significados da velhice bem sucedida e sua relação com suporte social e saúde percebida em idosos residentes na comunidade: dados do PENSA**. 2006. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gerontologia) – Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, 2006.
- ROSA, P.V. **Estudo sobre os fatores associados à depressão em idosos da comunidade de Barra Funda – RS**. 2007. Tese (Doutorado em Gerontologia Biomédica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.
- ROSA, T.E.C.; BENICIO, M.H.D.A. As redes sociais e de apoio: o conviver e a sua influência sobre a saúde. **BIS – Boletim do Instituto de Saúde**. n.47, p. 80-83, 2009. Disponível em <<http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script>>. Acesso mar.2011.
- SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005.
- SIQUEIRA, M.M.M.; PADOVAM, V.A.R. Suporte social. In: SIQUEIRA, M.M.M.; JESUS, S.N.; OLIVEIRA, V.B.(Orgs.). **Psicologia da saúde: teoria e pesquisa**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007. cap. 4, p.65-84.
- SOUSA, A.I.; SILVER, L.D.; GRIEP, R.H. Apoio social entre idosas de uma localidade de baixa renda no município do Rio de Janeiro. **Acta Paul Enferm**. v.23, n.5, p.625-631, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acesso mar.2011.
- TEZZA, R.; BONIA, A.C. O idoso e a *internet*: uma etnografia sobre interação e aprendizagem. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v.15, n.1, p.185 -197, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n1/11.pdf>> Acesso mai.2011.
- TURCK, M.G. Rede interna e rede social: o desafio permanente das relações sociais. Porto Alegre: Torres, 2001.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ-SP - COOAAT: GESTÃO PARTICIPATIVA COMO TECNOLOGIA SOCIAL

Othoniel Francisco Godoy Mollica

*Engenheiro Eletricista, Mestrando Área Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade - DTecS -
pelo Instituto de Engenharia de Produção e Gestão (IEPG/UNIFEI):
othoniemollica@gmail.com*

Adilson da Silva Melo

*Doutor Professor Adjunto II, Coordenador Adjunto do programa de pós-graduação
Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade - DTecS - pelo Instituto de Engenharia de
Produção e Gestão (IEPG/UNIFEI): prof.adilsonmello@gmail.com*

Otávio Cândido da Silva Junior

*Professor de Filosofia, Analista de Desenvolvimento Agrário na Fundação ITESP [2002-
2012], Presidente da AFITESP [2009-2014] e Mestrando Área Desenvolvimento,
Tecnologias e Sociedade – DTecS - pelo Instituto de Engenharia de Produção e Gestão
(IEPG/UNIFEI): oivatoavlis@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral apresentar um Estudo de Caso da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP – COOAAT, localizada na Região Metropolitana do Vale do Paraíba-SP. Constituída a partir da união de 40 agricultores familiares, residentes na antiga fazenda da PETROBRAS, destinada à Reforma Agrária desde 1996. Os procedimentos analíticos empregados nessa pesquisa científica assumem o Estudo de Caso, sendo a pesquisa de cunho qualitativa, e como forma de investigação os procedimentos observados pela História Oral. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados serão elementos básicos, no processo dessa pesquisa. A integração entre o conhecimento popular e experiência acadêmica serão evidenciados e formatados, de tal forma, a produzir conhecimento original à sociedade.

Palavras Chaves: Cooperativismo, Gestão Participativa, Tecnologia Social.

ABSTRAT

This work has as objective generality to present a Study of Case of the Farming Cooperative of Seated of the City of Tremembé-SP - COOAAT, located in the Region the Metropolitan of the Valley of the Paraíba-SP. Constituted from the union of 40 familiar, resident agriculturists in the old farm of the PETROBRA'S, destined to the Agrarian Reformation since 1996. The used analytical procedures in this scientific research assume the Study of Case, being the qualitative research of matrix, and as inquiry form the procedures observed for Verbal History. The interpretation of the phenomena and the attribution of meanings will be basic elements, in the process of this research. The integration between the popular knowledge and academic experience will be evidenced and formatted, in such a way, to produce original knowledge to the society.

Words Keys: Cooperation, Self Management, Social Technology.

1. INTRODUÇÃO

Este Projeto de Pesquisa de Mestrado tem como objetivo geral apresentar um estudo de caso da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP – COOAAT, localizada na Região Metropolitana do Vale do Paraíba-SP, na Estância Turística de Tremembé-SP. Constituída a partir da união de agricultores familiares do Assentamento Horto Tremembé, residentes na antiga fazenda da PETROBRAS, destinada à Reforma Agrária desde 1996, segundo dados sociais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2012).

Dos seus 1.200ha de extensão, apresenta-se parcelada em 100 lotes agrícolas, respectivamente um titular para cada lote, todos com registro no Programa Nacional da Agricultura Familiar- Pronaf, sob a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP. Residem neste Assentamento entorno de 500 famílias, com grande concentração na faixa etária adulta. Estas famílias são compostas por adultos que exercem atividades agrícolas, são cadastradas na Previdência Social como Segurados Especiais, justamente por desenvolverem atividades em regime de economia familiar.

Fixam relação direta de trabalho com a terra, enquanto muitos jovens buscam várias oportunidades na vida urbana, dentre elas, o acesso aos estudos e novas perspectivas de vida. A COOAAT traz no seu histórico 16 anos de existência, em meio a grandes desafios para se firmar neste solo que ainda germinam discórdias, quando o tema é distribuição de terras para fins de Reforma Agrária. Conta com 30 cooperados, titulares de lotes, cada qual com sua Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP.

Observa-se então, um novo paradigma na rotina dessa cooperativa, o que pode ser traduzido como a constituição de uma tecnologia de gestão de cooperativas populares, que valoriza a participação direta dos cooperados na administração, menção à Gestão Participativa. Ainda dentro dessa concepção, (SCHNEIDER, 1991) enfatiza que os associados devem ser estimulados permanentemente através da educação, comunicação e oportunidades em participar. Cabe acrescentar a esses conceitos a condição da participação por meio do diálogo. Este elemento potencializa a capacidade criativa da organização, possibilitando ao grupo chegar à identificação de soluções de problemas que venham a promover a participação efetiva e, conseqüentemente, o desenvolvimento organizacional. Nesta percepção, será estudada a interação entre o conhecimento popular e o conhecimento científico, de tal forma a elucidar a Tecnologia Social presente na rotina dessa Cooperativa, diante da participação dos cooperados no processo administrativa, nas tomadas de decisões principalmente.

O Projeto de Pesquisa que se apresenta fundamentará a dissertação de Mestrado, tendo como propósito inicial a investigação da Gestão Participativa exercitada pela COOAAT. Daí então, diante de tecnologias que propiciam o acesso de cooperativas agropecuárias, que se encontram em estado de vulnerabilidade social, a participarem das Políticas Públicas e da Economia, então a Gestão Participativa da COOAAT será investigada à luz da Tecnologia Social. Quanto à etapa do planejamento científico, identificar-se-á a proposição de questionamentos. Buscar-se-á respondê-la por meio dessa pesquisa. Qual a relevância da Gestão Participativa na contemporaneidade, quando relacionada ao cotidiano da COOAAT? Na circunstância de sua existente, em que aspectos essa Gestão Participativa promove a existência da Tecnologia Social?

A pesquisa de campo empregará o Estudo de Caso, serão observados dados empíricos, o envolvimento dos cooperados no processo produtivo, os impactos sociais relevantes face à redução das desigualdades sociais.

A escrita desenvolver-se-á no afluir da História Oral, de tal maneira, a ressaltá-la como metodologia de pesquisa. A posterioridade manter-se-á na discussão das Tecnologias Sociais vivenciadas no ambiente de Organizações Socioprodutivas, como algo validado por

essa pesquisa e presente na Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP – COOAAT.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

Com relação à problematização, segundo (Gil, 2002) são apontadas cinco regras para a adequada formulação do problema. São elas: a) o problema deve ser formulado como uma pergunta; b) o problema deve ser delimitado a uma dimensão viável; c) o problema deve ter clareza; d) o problema deve ser preciso; e) o problema deve apresentar referências empíricas.

“...a formulação do problema de pesquisa não é um momento formal, senão o desenvolvimento progressivo de uma representação que não será, nem deverá ser perfeita, e que vai orientar o processo de organização inicial da pesquisa, o qual será suscetível de modificação no curso do processo.” (GONZÁLES REY, 2005)

As regras não são absolutamente rígidas e serão moldadas à especificidade do problema. Qual a relevância da Gestão Participativa na contemporaneidade, quando relacionada ao cotidiano da COOAAT? Na circunstância de sua existência, em que aspectos essa Gestão Participativa promove a existência da Tecnologia Social?

A pesquisa é um processo que deve começar com a incerteza e com o desafio, e não com o objetivo de verificar uma certeza definida *a priori*. O conhecimento *a priori*, não depende de nenhuma experiência sensível.

3. JUSTIFICATIVA

Buscam-se cada vez mais alternativas para garantir a sobrevivência das camadas mais atingidas da população. Dentre elas, cabe destacar a ampliação e o desenvolvimento de organizações populares, fundadas nos princípios da solidariedade, constituindo, assim, alternativas de trabalho e geração de renda para trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal ou informal.

Por falta de poder econômico, as populações excluídas não geram demanda capaz de estimular a oferta de soluções mercadológicas de ciência e tecnologia. Elas não possuem,

portanto, recursos econômicos suficientes para que suas necessidades impulsionem a produção tradicional de ciência e tecnologia.

A partir deste íterim, em que o Projeto versa sobre Organizações Socioprodutivas, especificamente um Estudo de Caso de uma Cooperativa de Produção Agropecuária, é que a investigação acadêmica se apresenta. A existência de alternativas para sobrevivência de grupos excluídos dos ditames do capitalismo, levando em consideração à prática da Gestão Participativa, presente na Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP - COOAAT são elementos a serem pesquisados.

Para isso propõem-se a realização de uma ampla discussão sobre temas que alicerçam este Projeto de Pesquisa, e que por ora são difundidos nos meios de comunicação, como caminhos para soluções socioeconômicas. As condições sócio-políticas do Cooperativismo como instituição promotora de justiça social e econômica, quando correlacionada com práticas de Gestão Participativa, ampliam o horizonte dessa discussão. São a partir desses temas que o Projeto de Pesquisa se debruçará a ponto de evidenciá-los conceitualmente e contextualizando-os à realidade da COOAAT.

Nessa vertente ideológica e pragmática tem-se a interação com a Tecnologia Social, essa como promotora de soluções de relevante impacto socioeconômico, ora identificada no complexo território existencial de instituições, principalmente naquelas que mantém comportamento tradicionais como às cooperativas, ora no cotidiano de populações marginalizadas pelo sistema capitalista.

A tríade temática será matéria de estudo: Cooperativa de Produção Agrícola, Gestão Participativa e Tecnologia Social. Fatos que se apresentam no contexto do mercado globalizado fortalecem essa composição tridimensional.

Pela importante atuação nas áreas de segurança alimentar e redução da pobreza, a Organização das Nações Unidas (ONU) escolheu 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas, em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA).¹

Com o slogan “*Cooperativas constroem um mundo melhor*”, as três agências irão trabalhar em 2012 dando suporte ao segmento. Entre as ações programadas estão: auxiliar a formação de redes que permitam aos agricultores reunir ativos e competências para superar barreiras de mercado e outras limitações; e investir no diálogo com os governos e a

¹ Fonte de consulta: Revista Eletrônica Gazeta do Povo, acesso <http://www.gazetadopovo.com.br>

sociedade civil para a implementação de políticas que levem em consideração as necessidades de homens e mulheres no campo.

O apoio da ONU se deve ao grande destaque das cooperativas no seu trabalho social e no cenário econômico mundial. De acordo com a ONU, as cooperativas beneficiam diretamente o pequeno agricultor, ao aumentar seu poder de negociação e a capacidade de compartilhar recursos. Sua atuação no cenário econômico também merece evidência.

“ Em 2008, as 300 maiores cooperativas do mundo movimentaram cerca de um trilhão de dólares. No Brasil, as cooperativas foram responsáveis por 37,2% do PIB agrícola e de 5,4% do PIB nacional em 2009, garantindo cerca de 3,6 bilhões de dólares em exportações”. (REVISTA GAZETA do POVO, 2012).

Com a declaração da ONU, o cooperativismo está no centro da agenda de discussões de especialistas, governos e empresários ao longo deste ano.

Tão relevante à discussão sobre o cooperativismo, destaca-se tamanha importância como fato peculiar e inovador, à maneira de administração empregada pela COOAAT, no modelo da Gestão Participativa. Esse processo só tem a contribuir para com o desenvolvimento da cooperativa.

O nível de motivação, os interesses dos cooperados aumentam substancialmente e abre caminhos para a inovação, porque faz com que esses pensem como gerenciadores dos processos administrativos e produtivos, além de proporcionar bem-estar por se sentirem reconhecidos, dentre os aspectos ideológicos da participação das pessoas no processo decisório (BAUMAN, 2000).

Uma vez que, há indícios de que a Gestão Participativa é presente na COOAAT e contribui, salutarmente para soluções nas esferas da política, da economia e das questões sociais, doravante ocupará destaque como Tecnologia Social.

Por circunstâncias de ações quer sejam corporativas, quer sejam da sociedade de um modo geral, muito se tem divulgado das responsabilidades sociais quando da apresentação de produtos fabris, principalmente. Nessa discussão de práticas que incentivam modelos sustentáveis, situam-se as Tecnologias Sociais como mantenedora de soluções socioeconômicas e ambientais, para os excluídos socialmente, principalmente do sistema capitalista.

Os trabalhos do Prof. Dr. Renato Dagnino, professor da UNICAMP, se apresentam como fonte inspiradora para os estudos do marco conceitual das Tecnologias Sociais, ilustra também a presença dessa, tanto no contexto da comunidade, como no meio acadêmico. Tecnologias Sociais compreendem produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis

desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social. (DAGNINO, 2000).

Não se esgotando a somente uma fonte de pesquisa, outros pesquisadores e instituições fomentadoras de projetos sociais disseminam com responsabilidade os princípios dessa tecnologia, como exemplos a Fundação Banco do Brasil, o Instituto de Tecnologia Social (ITS)², que mantém o Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social (CBRTS). Em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Rede de Tecnologia Social (RTS)³ articula e integra um conjunto de instituições com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a reaplicação em escala de tecnologias sociais, fazem parte dessa rede, como exemplo a PETROBRAS e a Caixa Econômica Federal.

Esses são os indicadores que justificam e motivam à aplicação da pesquisa no contexto socioproductivo da COOAAT.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Mostrar que a Gestão Participativa presente na Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP – COOAAT é propulsora de Tecnologia Social.

4.2 Objetivos Específicos

- Inventariar documentalmente, as formas de gerir dos negócios praticados pela COOAAT, para que se possa identificar nesse processo administrativo a manifestação da Tecnologia Social;
- Compreender de que forma a Gestão Participativa se manifesta na dinâmica da COOAAT, como se interagem a produção, o controle e a comercialização dos produtos agrícolas;
- Demonstrar como a Tecnologia Social, existente na maneira de agir da COOAAT, contribui para o desenvolvimento socioproductivo dessa cooperativa.

² Fonte: <http://www.itsbrasil.org.br/cbrts>

³ Fonte: <http://www.petrobras.com.br>

5. METODOLOGIA DA PESQUISA

“Caminhante, são tuas pegadas o caminho e nada mais; caminhante, não há caminho, se faz caminho ao andar”. (ÂNTONIO MACHADO, 1973)

A metodologia é entendida aqui como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades, segundo (DEMO, 1989). Não se trata, portanto, de uma discussão sobre técnicas qualitativas de pesquisa, mas sobre maneiras de se fazer ciência. É, pois, uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa; nela, toda questão técnica implica uma discussão teórica.

Outra distinção importante, extraída do estudo dos Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica, (FLORESTAN FERNANDES, 1959), é a que se deve estabelecer entre, de um lado, métodos técnicos ou métodos de investigação — ou seja, processos pelos quais a realidade é investigada, ou ainda, “as manipulações analíticas através das quais o investigador procura assegurar para si condições vantajosas de observação dos fenômenos” — e, de outro, métodos lógicos, isto é, os processos de formação das inferências e de explicação da realidade, que Florestan chama de métodos de interpretação.

Um rápido olhar pela história da sociologia permite perceber que essa área do conhecimento foi sempre marcada pela necessidade de definir o objeto com clareza e precisão, bem como de compreender como se aplicam os fundamentos da ciência e os princípios do método científico no campo sociológico.

“Em todo o caso observam-se as características de uma unidade individual, como por exemplo, um sujeito, uma classe, uma escola, uma comunidade. O objetivo consiste em estudar profundamente e analisar intensivamente os fenômenos que constituem o ciclo vital da unidade, em vista a estabelecer generalizações sobre a população à qual pertence”. (BISQUERA, 1989)

O Projeto de Pesquisa desse Mestrado adota como método de investigação o Estudo de Caso. A observação é o método de investigação mais frequentemente utilizado, à base dos Estudos de Caso (BISQUERA, 1989). Trata-se da análise profunda de um sujeito considerado individualmente, pode-se estudar também, um grupo reduzido de sujeitos considerado globalmente.

Evidencia-se como um tipo de pesquisa que tem sempre um forte cunho descritivo. O pesquisador não pretende intervir sobre a situação, mas dá-la a conhecer tal como ela lhe surge. Destacam-se as seguintes características, segundo (RODRIGO, 2008):

- Os estudos de caso objetivam a descoberta: o investigador se manterá atento a novos elementos que poderão surgir, buscando novas respostas e novas indagações no desenvolvimento do seu trabalho.
- Os estudos de caso enfatizam a interpretação contextual: para melhor compreender a manifestação geral de um problema, deve-se relacionar as ações, os comportamentos e as interações das pessoas envolvidas com a problemática da situação a que estão ligadas.
- Os estudos de caso têm por objetivo retratar a realidade de forma completa e profunda: o pesquisador enfatiza a complexidade da situação procurando revelar a multiplicidade de fatos que a envolvem e a determinam.
- Os estudos de caso usam várias fontes de informação: o pesquisador recorre a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes.

A pesquisa qualitativa tem sido resgatada nas ciências sociais por se considerar que ela abarca uma relação inseparável entre o pensamento e a base material, entre a ação de homens e mulheres enquanto sujeitos históricos e as determinações que os condicionam, entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos pesquisados. Esta forma de abordagem tem sido valorizada, uma vez que trabalha com o universo de significados, representações, crenças, valores, atitudes, aprofundando um lado não perceptível das relações sociais e permitindo a compreensão da realidade humana vivida socialmente.

Por isso, as metodologias qualitativas trazem uma contribuição significativa para as ciências sociais, pois se revelam particularmente eficazes em áreas exploratórias, especialmente em campos temáticos, onde inexitem fontes de informações acessíveis e organizadas. Também são indispensáveis para compreender fenômenos que se manifestam em longos intervalos de tempo – como o caso de trajetórias de mobilidade social ou mudanças geracionais – ou ainda manifestações sociais que, por sua abrangência, exigem a coleta exaustiva de dados padronizados. Além disso, desempenham importante papel na elaboração de hipóteses e construção de novas teorias (ALBERTI, 2007).

Novas perspectivas vêm se abrindo a partir das metodologias qualitativas, para se pensar novas abordagens teórico-metodológicas que contemplem as duas figuras da modernidade: razão e sujeito (TOURAINÉ, 1994), bem como para estabelecer uma relação entre os dois pilares da sociedade: ação e estrutura (GIDDENS, 1989).

A contribuição da pesquisa qualitativa, que é o enfoque desse Projeto de Pesquisa, estende-se desde as fronteiras da antropologia e da etnografia, passando pela

etnometodologia, a hermenêutica e diversas modalidades de estruturalismo, até as análises históricas comparadas, relatos orais, método biográfico e outras técnicas da história oral.

(MARTINELLI, 1999) ressalta três pontos que conferem importância à pesquisa qualitativa: o seu caráter inovador, como pesquisa que se insere na busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais; a sua dimensão política que, como construção coletiva, parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa; e, por ser um exercício político, uma construção coletiva, a sua realização pela via da complementaridade, não da exclusão.

Além disso, ao contemplar a abordagem qualitativa para o objeto de investigação social, o pesquisador deve considerar que as pessoas envolvidas no processo de pesquisa são “sujeitos de estudo, pessoas em determinadas condições sociais, pertencentes a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados” (MINAYO, 1993) e que esse objeto apresenta-se em permanente estado de transformação.

Parte-se então, para a compreensão de que a metodologia de uma pesquisa é o instrumento pelo qual a investigação do problema proposto seja viabilizada, a fim de que os objetivos desse Projeto de Pesquisa sejam atingidos.

“...considera-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode traduzido em números. Parte-se para uma investigação planejada, desenvolvida e redigida conforme normas metodológicas consagradas pela ciência.” (Gil, 2002).

Nessa percepção de como a metodologia se apresenta nesse Projeto de Pesquisa, lança-se para a constituição de um espaço social, propício a contribuir para a evolução das investigações.

“O Cenário de pesquisa é a apresentação da pesquisa por meio da criação de um clima de comunicação e de participação que facilita o envolvimento por parte das pessoas.” (GONZÁLES REY, 2005)

Por cenário de pesquisa entende-se como sendo a fundação de um espaço social que caracterize o desenvolvimento da pesquisa e que está orientado a promover o envolvimento dos participantes. É nesse processo de criação de tal cenário que as pessoas tomarão a decisão de participar da pesquisa, e o pesquisador ganhará confiança e se familiarizará com os participantes e com o contexto em que vai desenvolver a pesquisa.

Nenhuma decisão pessoal se produz sem interesse pessoal, sem um sentido envolvido na decisão. A construção do cenário de pesquisa tem por objetivo apresentar a pesquisa para

os sujeitos que dela vão participar, e sua função principal é envolver o sentido subjetivo dos que participam da pesquisa.

Para (GONZÁLES, 2005) a criação do cenário de pesquisa representa uma iniciativa do pesquisador que, em função da população e do problema a ser estudado, deve organizar o primeiro encontro com o grupo que deverá ser convertido em grupo de pesquisa. De acordo com (ALBERT, 2007) a escolha da seleção de entrevistados é tomada como unidade qualitativa, em função de sua relação com o tema estudado, seu papel estratégico, sua posição do grupo. Nesse Projeto de Pesquisa adotar-se-á essa concepção, quanto à escolha do número de entrevistados. A unidade qualitativa compor-se-á por determinadas características de pessoas, que atuam e transitam na rotina administrativa da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP - COOAAT.

“Pesquisa é a construção de conhecimento original de acordo com certas exigências científicas. Para que o estudo seja considerado científico deve-se obedecer aos critérios de coerência, consistência, originalidade e objetivação. É desejável que uma pesquisa científica preencha os seguintes requisitos: (a) a existência de uma pergunta que se deseja responder; (b) a elaboração de um conjunto de passos que permitam chegar à resposta e (c) a indicação do grau de confiabilidade na resposta obtida”. (GOLDEMBERG, 1999)

Para (GOLDEMBERG, 1999) observa-se oportuno, que o planejamento da pesquisa contemple categoricamente três fases iniciais, sendo elas;

(a) - Fase decisória: referente à escolha do tema, à definição e à delimitação do problema de pesquisa;

(b) - Fase construtiva: referente à construção de um plano de pesquisa e à execução da pesquisa propriamente dita e,

(c) - Fase redacional: referente à análise dos dados e informações obtidas na fase construtiva. É a organização das idéias de forma sistematizada visando à elaboração do relatório final.

5.1 Fundamentos epistemológicos da história oral

“Gnosiologia, parte da Filosofia que estuda os limites da faculdade humana de conhecimento e os critérios que condicionam a validade dos nossos conhecimentos. Sinôn.: epistemologia”. (Aurélio B. H. Ferreira, 2012).

A filosofia nas suas diferentes etapas históricas tem pretendido “tomar consciência do método”... Hoje, a reflexão filosófica, por intermédio da epistemologia, vem dando importante contribuição ao estudo sobre os métodos científicos e, sem dúvida, essa contribuição é ainda mais necessária na atual fase de aprimoramento da pesquisa educacional em face dos riscos de tecnicismos (GAMBOA, 2002).

Para (LISBOA e GONÇALVES, 2007) a epistemologia possui uma função importante na pesquisa, pois estabelece as condições de objetividade dos conhecimentos científicos, dos modos de observação e experimentação. O método da história oral, em suas vertentes histórias de vida, narrativas, trajetórias de vida, requer o uso de fundamentos epistemológicos, isto é, o pesquisador deve orientar-se através de pressupostos que delimitam o entendimento sobre o uso dos procedimentos metodológicos em questão, que por sua vez definirão o caráter de investigação social, segundo

A epistemologia possui uma função importante na pesquisa, pois estabelece as condições de objetividade dos conhecimentos científicos, dos modos de observação e experimentação. (BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON, 1987) advertem que é necessário submeter à prática científica a uma reflexão sobre a ciência que está sendo construída. Tal tarefa, propriamente epistemológica, consiste em descobrir na prática científica mesma, ameaçada sem cessar pelo erro, as condições pelas quais se podem discernir o verdadeiro do falso, na passagem de um conhecimento menos verdadeiro para um mais verdadeiro.

Por sua vez (BRUYNE, HERMAN e SCHOUTHEETE, 1977) afirmam que a epistemologia fornece os instrumentos de questionamento dos princípios nas ciências, ou seja, indica regras às ciências sociais particulares, e ao adotá-las todo o pesquisador debruça-se sobre a “natureza dos fatos pesquisados”, a “natureza da explicação” e sobre a validade dos procedimentos científicos.

Os autores sugerem que a concepção e o desenvolvimento das ciências não adotem uma epistemologia fixista, que pretenda reger as ciências a partir de fora; propõem, ao contrário, uma epistemologia como reflexão, como vigilância interna da ciência sobre os seus procedimentos e resultados. Seria, de certa maneira, dizer que “... uma ciência das ciências é possível, ou seja, afirmar que um certo saber ligado à produção científica torna-se possível a partir da reflexão epistemológica” (BRUYNE, HERMAN e SCHOUTHEETE, 1977).

É necessário estabelecer uma ruptura com o real, desmontar as totalidades concretas e evidentes que se apresentam para a intuição do pesquisador para em seguida substituí-las pelo conjunto de critérios abstratos que as definem sociologicamente. É fundamental que o

pesquisador consiga estabelecer a necessária distância científica com o objeto pesquisado, no sentido de exercer o maior controle possível sobre os fatores que se contrapõem à busca da objetividade, são aspectos relevantes apontados por (BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON, 1987). Esta vigilância epistemológica é a condição de ruptura que se impõe entre o senso comum e o discurso científico. Durante a prática profissional, ou no decorrer do processo de observação em campo, o pesquisador tende a estabelecer uma relação com o seu objeto e, em se tratando de uma relação social, os dados geralmente se apresentam como configurações vivas, singulares, e demasiado humanas.

5.2 Métodos e procedimentos técnicos

Para esse Projeto de Pesquisa, as principais etapas que envolvem o emprego da história oral serão apontadas de forma sistêmica. “...como métodos lógicos, isto é, os processos de formação das inferências e de explicação da realidade, identificados como métodos de interpretação.” (FLORESTAN FERNANDES, 1959).

Previsto a elaboração de um roteiro de entrevista com vista a dar suporte a coleta dos depoimentos, tendo por base, as informações captadas a partir de fontes de pesquisas e seguindo a ordem apresentada.

1º) Criação de um roteiro de perguntas elaboradas de acordo com a questão a ser investigadas, obedecendo a um fio condutor composto pelas categorias previamente definidas na fundamentação teórica;

2º) Utilizar-se-á desde o início da pesquisa a ajuda do instrumento Diário de Campo, será empregado diuturnamente registrando impressões, dicas, orientações e informações que sejam passadas das mais diferentes formas, desde a fase inicial do trabalho, em contatos profissionais e informais;

3º) Elaboração da Ficha de Informante, onde constarão as informações pessoais, tais como Nome do Informante e Apelido, Data de Nascimento, Escolaridade, Profissão no presente e no Passado, Escolaridade dos Pais, Local de Residência e Observações Complementares;

4º) A Coleta de material será feita por gravador digital, câmara digital e levantamento documental;

5º) Transcrição dos relatos, serão mantidas no texto escrito todas as informações constantes da gravação: erros de gramática, entonação de voz, gírias, dúvidas titubeios, expressões coloquiais, gaguejos, silêncios, emoções, etc. Desenvolver-se-á um código de

sinais para indicar esses pontos, os quais serão relevantes para a análise posterior do relato oral.

6º) Organização dos Dados Coletados, os dados constantes das entrevistas ou depoimentos serão fichados por temas. Esses temas serão aqueles constantes do roteiro orientador acrescidos de outros, muitas vezes inesperados e originais, introduzidos pelos próprios informantes e incorporados ao roteiro inicial.

7º) Análise dos Dados Coletados, a análise final se fará por temas, comparando as informações e abordagens existentes anteriormente, resultantes da bibliografia, das leituras e dos contatos realizados com a versão fornecida pelos diferentes informantes entrevistados. Imagens fotográficas e Análise de documentos serão incorporados como dados, depois de analisados farão parte dessa comparação de dados empíricos. Nessa comparação aparecerão confirmações, negações, novos dados e novas maneiras de focar a realidade que deverão ser interpretados, tendo como pano de fundo o contexto social mais amplo, onde os fatos aconteceram, contexto esse fornecido pela bibliografia de apoio utilizada na pesquisa e,

8º) Elaboração do Relatório Final, o relatório final de pesquisa será elaborado de maneira mais fácil, seguindo a ordem temática organizada dos dados coletados e através do método comparativo que é o método fundamental das Ciências Sociais.

O planejamento prevê condições antecipadas de aspectos operacionais, que visam sustentar com qualidade, as saídas ao campo para coleta de dados. Pode ocorrer que essas condições sejam ajustadas ao longo dos trabalhos, tem-se então:

I) Composição da Unidade Qualitativa⁴, o roteiro de entrevista será aplicado para a unidade qualitativa, grupo de pessoas com potencial a participarem da entrevista. Será composta por: (a) três da COOAAT, (b) uma de Instituição Pública Estadual e (c) estimativa de mais duas pessoas que poderão vir a serem apontadas, novas pessoas e/ou testemunhas podem surgir a partir da evolução da entrevista. Portanto o trabalho de campo prevê um total de cinco entrevistas. As pessoas listadas previamente são: (a.1) pela COOAAT: O Presidente, o Secretário e o Presidente do Conselho Fiscal; (b.2) pela Instituição Pública: um Técnico de Campo e finalizando, (c.1) outros Entrevistados: número de duas entrevistas, podendo ser pessoas e ou instituições que se interagem com a COOAAT;

⁴ Concepção de composição de grupo de pessoas e Entrevistas Temáticas. Verena Alberti. Manual de História Oral. CPDOC. Rio de Janeiro, 2007.

II) Aplicação de Entrevistas Temáticas⁵, pois são essas que versam prioritariamente sobre a participação dos entrevistados no tema escolhido;

III) Sessão de gravação, preestabelecido o tempo de 1h30m por entrevista. Como são cinco pessoas e serão realizadas duas entrevistas por pessoas, obtém-se um total de 10 entrevistas, ou seja, 15h de gravação, distribuídas ao longo de quatro meses, que se realizarão no segundo semestre do Mestrado. Para tanto, espera-se que o tempo total seja dez vezes maior, dado ao fato da preparação, realização e tratamento da gravação, estima-se o mínimo de 150h de trabalho;

IV) Cessão de Direitos autorais, previsto a elaboração de documentos que autorizem a realização das entrevistas e o uso dos materiais para fins acadêmicos;

V) Aplicação do ponto de saturação, diante da diversidade de informações a serem investigadas, há um momento em que as entrevistas acabam por se repetir, seja em seu conteúdo, seja na forma pela qual se constrói a narrativa. Estimando que possam ocorrer mais entrevistas, das previamente definidas;

VI) Retorno dos resultados da pesquisa aos sujeitos, os resultados obtidos serão posteriormente encaminhados às pessoas participantes a entrevista e,

VII) Local de aplicação das entrevistas, as pessoas serão entrevistadas nas dependências da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do município de Tremembé-SP – COOAAT, localizada no município de Tremembé-SP, Região Metropolitana do Vale do Paraíba-SP, dista aproximada e igualmente de 150 km tanto da capital paulista, quanto do município de Itajubá-MG. Cabe ressaltar que serão contemplados os espaços que apresentarem melhores condições para uma relação de reciprocidade, entre pesquisador e entrevistado, dentre esses, a sede da cooperativa, os lotes agrícolas, ou qualquer outro espaço propício para o diálogo métrico.

6. REFERENCIAL TEÓRICO

Como referencial teórico, a pesquisa parte dos estudos realizados no âmbito da teoria crítica literária, por vários autores, dentre eles, (GONZÁLES REY, 2005) ao demonstrar

⁵ Concepção de composição de grupo de pessoas e Entrevistas Temáticas. Verena Alberti. Manual de História Oral. CPDOC. Rio de Janeiro, 2007.

opções e processos de construção da informação dentro da perspectiva de pesquisa qualitativa, orientada para a compreensão da subjetividade.

Essa compreensão subjetiva abordada numa perspectiva histórico cultural das diferentes atividades humanas, tais como trabalho e vida social, contribui na construção do cenário de pesquisa, uma vez que se investigarão a campo, as relações de trabalho e práticas do cotidiano da Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP – COOAAT. Uma cooperativa cujos cooperados são politizados e que mantém uma vida socialmente participativa.

Diante do planejamento desse Projeto de Pesquisa de Mestrado, induz a formalizar o “Processo na Pesquisa Qualitativa”; lança-se de instrumentos diferentes, a oferecer novos momentos de produção de sentido que incentivem o desenvolvimento de novas informações, em um processo que tende ao infinito. Na medida em que o próprio clima social da pesquisa se desenvolve, criam-se condições para uma manifestação mais plena dos sujeitos estudados.

Como resultantes desse processo são produzidos indicadores, conjunto de expressões com o mesmo sentido proveniente de diferentes fontes de informação, que apontarão para uma Zona de Sentido.

“Um indicador é uma construção capaz de gerar um significado pela relação que o pesquisador estabelece entre um conjunto de elementos que, no contexto do sujeito estudado, permitem formular uma hipótese que não guarda relação direta com o conteúdo explícito de nenhum dos elementos tomados em separado.” (GONZÁLEZ REY, 2005)

Essa nova proposta epistemológica desenvolvida por González Rey propicia outras formas de fazer Ciência, desde a compreensão e desenvolvimento de instrumentos, bem como na relação com o sujeito participante da pesquisa e a postura do pesquisador no desenvolvimento de seu trabalho.

Outra fonte de pesquisa vem a partir dos trabalhos do Prof^o. Dr. Renato Dagnino da UNICAMP, provocando no universo acadêmico a discussão da Tecnologia Social, no ímpeto de ressaltar a participação popular dos excluídos do sistema capitalista neoliberal. Suas idéias expostas, principalmente em artigos acadêmicos, preconizam o surgimento de uma nova forma de participação popular perante as condições de barreiras socioeconômicas, imposta pelas políticas públicas, em destaque às econômicas.

É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação. As Tecnologias Sociais podem aliar saber popular, organização social e

conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento social em escala.

Essa Tecnologia, plenamente tangível na sua forma material, concatena-se ao objetivo geral desse Projeto de Pesquisa de Mestrado, que aponta a Gestão Participativa como Tecnologia Social, existente na Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé-SP – COOAAT.

É nessa Cooperativa que serão investigados com pormenorização a presença de tais tecnologias, e numa análise mais ampla, documentada cientificamente.

No que tange à compreensão da Gestão Participativa pode-se apontar que a participação é um processo que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo.

"A gestão é um ato relacional que se estabelece entre pessoas, em espaços e tempos relativamente delimitados, objetivando realizações e expressando interesses de indivíduos, grupos e coletividade".(FISCHER, 1993)

Em tais interações, como em quaisquer relações humanas, ocorrem relações de poder que incidem e se manifestam em níveis distintos em função dos interesses, valores e percepções dos envolvidos.

A participação é a promoção da cidadania, a realização do sujeito histórico, o instrumento por excelência para a construção do sentido de responsabilidade e de pertencimento a um grupo, classe, comunidade e local (BAUMAN, 2000).

Elucidar Gestão Participativa como Tecnologia Social, praticada pela COOAAT, permite anunciá-la como tema relevante nas agendas de pesquisa. Ganha importância na medida em que o Estado se abre institucionalmente para a participação social na deliberação e na elaboração de políticas, enquanto as organizações civis ocupam espaços institucionalizados como representantes de setores e de grupos da sociedade, como exemplo as Cooperativas de Produção Agropecuárias, cujas atividades contribuem para experiências de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://arpa.ucv.cl/articulos/manualdehistoriaoral.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2012.

BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BISQUERA, R. **Métodos de Investigação Educativa**: Guia Prática. Barcelona: Ediciones CEAC, S. A., 1989.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J.C. **El ofício de sociólogo: presupuestos epistemológicos**. México: Siglo Veintiuno, 1987.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

DAGNINO et al. **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social**. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (Comp.). **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2000

FISCHER, T. **Poder local: governo e cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

FLORESTAN FERNANDES. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

GAMBOA, Sílvio Sánchez. **Pesquisa educacional: quantidade qualidade**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas?** 4 ed. p.23-27. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa Qualitativa e Subjetiva: Os processos de construção da informação**. São Paulo-SP: Thomson, 2005

INCRA. **Relação de Projetos da Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em 10 de abril de 2012.

LISBOA, T. K.; GONÇALVES, R. C. **Ensaio: Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida**. v. 10, p. 83-92. Florianópolis: UFSC. Revista. Katálysis, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0910spe.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2012.

MACHADO, A. **Poesías Completas: Provérbios y cantares**. 14 ed. Madri: Calpe.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa – um instigante desafio**. São Paulo: Editora Veras, 1999.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2 ed, São Paulo: Atlas, 2000.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC, ABRASCO, 1993.

OCB. **Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)**. Disponível em www.ocb.org.br. Acesso em 28 de maio de 2012.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de: **Manual de gestão das cooperativas: Uma abordagem prática**. 4 ed, São Paulo: Atlas, 2009

RODRIGO, Jonas. **Estudo de Caso: Fundamentação Teórica**. Brasília, Vestcon Editora Ltda. Disponível em: <https://www.vestcon.com.br/ft/3116.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2012.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEFINIÇÃO E MENSURAÇÃO DA POBREZA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DEBATE RECENTE

Gepherson Macêdo Espínola¹

Clóvis Roberto Zimmermann²

RESUMO

O presente artigo se propõe a fazer uma sucinta discussão sobre as diversas definições da pobreza, verificando as diferentes formas de caracterização da mesma. Algumas conceituações levam em consideração as necessidades básicas enquanto outras utilizam o padrão de vida de uma sociedade na satisfação de mínimos sociais necessários à sobrevivência física. A depender do conceito de pobreza utilizado, poder-se-á obter diferentes níveis e dados. Em virtude disso esse debate é extremamente importante, pois visa deixar claro que o marco conceitual deve ser um pressuposto fundamental na discussão desse tema e na sua metodologia de aferição. Por fim discutir-se-á a respeito da quantificação do número de pobres, também pautada em diferentes enfoques. Conclui-se que a pobreza é um fenômeno múltiplo e que a sua mensuração deve aportar as suas distintas faces e dimensões.

Palavras-chave: Pobreza. Necessidades básicas. Mínimos sociais.

ABSTRACT

This article intends to make a succinct discussion of the various definitions of poverty, checking the different forms of characterization her. Some concepts take into consideration the basic needs while others use the standard of living of a society in satisfaction of social minimums required for physical survival. Depending on the concept of poverty used, can will obtain different levels and data. Given that this debate is extremely important as it seeks to make clear that the conceptual framework should be a fundamental presupposition in the discussion of this subject and its measurement methodology. Finally it will discuss about the quantification of the number of poor, also guided by different approaches. The conclusion is that poverty is a multiple phenomenon and that its measurement should contribute their distinct faces and dimensions.

Keywords: Poverty. Basic needs. Social minimums.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). gepherson@hotmail.com

² Doutor em Sociologia pela Universidade de Heidelberg, Alemanha. Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). clovis.zimmermann@gmail.com

Introdução

O debate sobre a pobreza e as desigualdades sociais têm se destacado com maior veemência no panorama mundial no período recente, tendo em vista a percepção e a constatação do descompasso entre o desenvolvimento e a desigualdade. De fato, a despeito de todo o progresso alcançado pelas sociedades contemporâneas, observa-se, ainda, um elevado grau de concentração de renda e, conseqüentemente, um disparate muito grande em relação à qualidade de vida.

Foi no início dos anos 1990 que a preocupação com esse cenário de iniquidade e desapossamento tornou-se mais proeminente, frente ao registro de rudes condições socioeconômicas de uma parcela significativa da população, a despeito da mundialização dos mercados. Conforme Dupas (2001) convém repertoriar que a internacionalização das economias capitalistas trouxe a esperança de amenização da pobreza, já que muitos indivíduos acreditaram que os benefícios do capital seriam pulverizados notadamente pelos países periféricos, contudo registrou-se o oposto: concentração econômica e recrudescimento da pobreza e desigualdade.

A discussão sobre essa realidade e a busca de meios para superá-la passaram, então, a constituir um dos principais desafios e compromissos a serem assumidos pelos governos. Esse movimento também é explicado por um lado, pelo reconhecimento de que o crescimento econômico, por si só, não significava necessariamente uma elevação nos padrões de vida e, por outro, pela elaboração de medidas de proteção aos que se encontravam em situação de vulnerabilidade ou risco social, tendo em vista, dentre outros fatores, os impactos negativos da política neoliberal implementada nos anos 1980.

Percebeu-se ainda que o crescimento econômico verificado em muitos países periféricos foi caracterizado pela ausência de uma distribuição equânime do progresso alcançado, mantendo ou agravando, conseqüentemente, as condições de vulnerabilidade de determinados grupos sociais, que então se encontravam à margem da sociedade, seja pela insuficiência de renda ou pela falta de acesso às condições mínimas de sobrevivência.

Silva, Lacerda e Neder (2011) afirmam que foi a partir da constatação de que o crescimento econômico não significava a melhora dos padrões de vida da população pobre que a causalidade entre a renda e a pobreza foi superada, impulsionando o estudo de outras abordagens e outras dimensões da pobreza para além do fator renda.

A partir daí, políticas sociais passaram a ser desenhadas, levando em consideração análises sobre a incidência estrutural da pobreza e de seus múltiplos aspectos. Alguns organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), instigaram e fomentaram estudos sobre a pobreza com a finalidade não só de coibir a sua reprodução, como também de reluzi-la, frente à necessidade de promoção do desenvolvimento. A temática pobreza tornou-se, então, uma das pautas prioritárias para os formuladores de políticas públicas.

Nesse contexto emergiram questionamentos a respeito da definição e da mensuração da pobreza, dada a fragilidade e insuficiência do fator renda como única variável analítica. Muitos estudos foram direcionados com o intuito de subsidiar a formulação de políticas públicas de combate à pobreza com vistas à diminuição do risco e da vulnerabilidade a este problema social. Algumas questões ressoaram: Afinal, o que é pobreza? Quais aspectos estão envolvidos? Quais as características relevantes para qualificar um indivíduo como pobre ou não pobre? Renda, necessidades básicas, mínimos sociais, padrões de vida? Qual a melhor variável para classificar? Um indicador é suficiente para rotular um indivíduo como pobre? Como mensurar a pobreza?

Pautado nessas questões este trabalho objetiva travar algumas considerações a respeito da definição e da mensuração da pobreza no período recente. Para tanto inicialmente são discutidas distintas concepções (conceituações) da pobreza, pautadas em díspares enfoques, desde o fator renda – análise unidimensional, até a abordagem pluridimensional. Em seguida debate-se a respeito da identificação, classificação e mensuração dos indivíduos considerados pobres apoiado nas perspectivas então já aportadas por este estudo. Por fim, apresentam-se as considerações finais endossando a necessidade de observação da pobreza enquanto fenômeno múltiplo e o imperativo de sua mensuração a partir desse viés analítico.

Compreensão conceitual da categoria pobreza

A definição de pobreza está relacionada a algum tipo de privação cuja natureza pode ser absoluta, relativa ou subjetiva, dadas as carências de ordem material, cultural e social, em face à disponibilidade e ao usufruto de recursos de um indivíduo ou de um grupo social (KAGEYAMA; HOLLFMANN, 2006). Nessa perspectiva, inicialmente, pode-se definir a pobreza por meio de três classificações: a pobreza absoluta, a relativa e a subjetiva,

associadas, respectivamente, à não satisfação de um mínimo definido socialmente, à privação de bens e serviços considerados comuns numa sociedade e ao sentimento de impotência.

O conceito de pobreza absoluta leva em consideração as necessidades básicas e, refere-se à ausência ou insuficiência de renda para a satisfação de mínimos sociais necessários à sobrevivência física. Dessa forma, são classificados como pobres todos os indivíduos cujo baixo padrão de renda impossibilita o acesso às necessidades básicas de manutenção e sobrevivência física. Vale dizer, que essa concepção, apesar de conferir objetividade à noção de pobreza, pode ser considerada parcial, já que enfoca apenas a dimensão monetarista (econômica) e subestima outros aspectos relevantes à manutenção e reprodução da vida por não considerar variáveis não econômicas, relacionando pobreza estritamente à renda (ROCHA, 2005).

De outro lado, a noção de pobreza relativa teve sua origem explicada pela transitoriedade do que é tido como uma cesta mínima (bens e serviços) necessária à sobrevivência física. Segundo essa visão, o progresso material e a evolução dos costumes na sociedade foram, ao longo do tempo, se alternando e gerando novas necessidades que passaram a ser consideradas básicas. Sob esse ângulo, a pobreza passou a se referir a um conjunto de condições que extrapolam a esfera da renda e às necessidades básicas de sobrevivência física, dada a garantia dessas últimas (KAGEYAMA; HOLLFMANN, 2006). Por conseguinte, a pobreza, em termos relativos, pode ser definida pelas necessidades a serem satisfeitas, dado o modo de vida predominante na sociedade em análise, onde o mínimo vital é garantido a todos, ou seja, pobres são aqueles que têm as necessidades vitais garantidas, mas não conseguem usufruir, objetivamente, dos bens e serviços considerados fundamentais numa sociedade.

No entanto, conforme Rocha (2005), é pertinente ressaltar que sob o ponto de vista empírico, a pobreza absoluta e a relativa não possuem limites claros. A fim de ilustrar tal argumento, a autora afirma que mesmo as necessidades alimentares, que poderiam estar associadas à sobrevivência física remetendo ao conceito de pobreza absoluta, é alvo de controvérsias, haja vista as divergentes abordagens sobre o que deve ser considerado mínimo numa dieta, em que pese aspectos nutritivos e culturais.

Já o conceito de pobreza subjetiva se apóia no sentimento de impotência e exclusão social. Os indivíduos acometidos por essa situação são definidos como aqueles cuja renda está abaixo do que eles consideram como o imprescindível para viver. Assim, a subjetividade do conceito está relacionada à opinião dos indivíduos sobre a cesta de bens e serviços necessária

à satisfação pessoal e ao gozo da cidadania. Outro fator que caracteriza esta vertente de análise é a dificuldade de mobilidade social, dados os fatores psicológicos e as dificuldades materiais de superação de tal situação.

As recorrentes discussões acerca da temática e a abrangência conceitual permitem que a pobreza seja analisada não apenas do ponto de vista econômico (material), como também pelo ângulo das variáveis não econômicas, desse modo é possível considerá-la um fenômeno transversal cujo conceito envolve várias determinações. Embora, ao se tratar de tal assunto, haja uma relativa convergência sobre o seu significado, já que se entende pobreza como a incapacidade de estabelecimento do bem-estar humano de certos indivíduos ou grupos de indivíduos ocasionada pelo não atendimento às necessidades mais essenciais de forma adequada.

Contemporaneamente, vários estudos enfatizam a importância dos componentes não materiais em qualquer avaliação geral sobre a pobreza, apesar de reconhecerem as dificuldades concernentes à mensuração das variáveis qualitativas que mostrem a carência na satisfação das necessidades consideradas básicas à sobrevivência como alimentação, vestuário, transporte, segurança, realização pessoal, educação, dentre outras. Tal dificuldade, amiúde, influencia o estudo da pobreza apenas pelo viés das carências materiais, conferindo-lhe recorrentemente um caráter unidimensional.

Friedmann e Sandercock (1995) corroboram com a análise da pobreza para além dos componentes materiais e afirmam que na definição e na reflexão sobre os meios de como evitá-la, devem-se considerar três níveis distintos de desapossamento: o psicológico, traduzido pela depreciação da própria imagem devido ao estado de impotência; o social, representado pela dificuldade de acesso aos meios de êxito social que possibilitem uma ascensão; e o político, consubstanciado pela ausência de voz, ou seja, pelas barreiras existentes que impedem a modificação do próprio curso de vida e a participação referente ao futuro da coletividade.

Verner (2003) se apóia em argumento semelhante e defende que a pobreza, além de significar uma privação inaceitável em termos de bem-estar humano, que extrapola o fator renda e o consumo insuficiente, pode ser percebida pela falta de estima e estado de impotência que caracterizam os indivíduos atingidos por esta situação, haja vista a falta de acesso satisfatório à educação, saúde, nutrição e segurança. Assim, a destituição dos meios de sobrevivência física, a marginalização na fruição dos benefícios do progresso e a falta de

amparo público adequado impedem o gozo da cidadania e caracterizam o estado de vida dos pobres.

Nesse sentido, definir, caracterizar e, até mesmo, mensurar a pobreza num contexto multifacetado e pluridimensional, leva em consideração a compreensão deste fenômeno via aspectos culturais, políticos, sociais, étnicos, psicológicos e econômicos. Logo, tal análise, converte-se numa tarefa difícil dado o envolvimento de distintas determinações. Barbosa, Barbosa e Barbosa (2005, s/p) corroboram essa perspectiva e afirmam que:

[...] a pobreza assume outras dimensões: a *pobreza de segurança*, caracterizada por grupos demográficos que vivem em situação de risco, expostos à violência e a perseguição política e com maior vulnerabilidade a choques econômicos; a *pobreza educativa*, caracterizada por grupos demográficos cujo acesso à escola e à qualificação é negado ou dificultado, alijando-os do processo político e produtivo, impedindo-os de exercer a sua cidadania; a *pobreza em saúde*, caracterizada pela existência de grupos demográficos desprovidos de atendimento à saúde e saneamento básico, expondo-os à situações precárias de alimentação (malnutridos), doenças, altas taxas de mortalidade infantil e baixa expectativa de vida; e a *pobreza cultural*, que, difere da pobreza educativa, escapa do sistema formal, caracterizando-se pela existência de grupos demográficos expropriados de significados de concepção de mundo no contexto sócio-histórico de que fazem parte, tornando-os suscetíveis à alienação e dominação política.

Entretanto, embora haja o reconhecimento de que a pobreza é um fenômeno complexo, caracterizada por carências de diversos tipos, de modo geral e recorrente, a renda é utilizada como determinante do bem-estar – análise unidimensional. Portanto, a avaliação de sua dimensão é baseada inicialmente na insuficiência de renda para o usufruto do conjunto de bens e serviços correspondentes ao necessário para se viver em sociedade. Esse fato está associado à dificuldade de mensuração das necessidades não econômicas. Ressalta-se, entretanto, que a limitação da renda, enquanto componente isolado para a compreensão da pobreza, tem conduzido a avanços nas técnicas de mensuração que buscam aliar outros indicadores à renda.

A confecção de um conceito de pobreza deve ser um pressuposto imprescindível para a sua mensuração, visto que, dessa forma, previnem-se distorções em análises temporais quando se calcula a sua incidência em um determinado espaço físico e/ou quando se faz comparações em diferentes regiões.

A mensuração da pobreza

A mensuração da pobreza está associada, de um modo geral, à identificação dos indivíduos considerados pobres e à combinação de diferentes características da pobreza em apenas uma medida. Logo, tal análise, converte-se numa tarefa difícil, seja pelo envolvimento de diferentes definições das variáveis que serão utilizadas ou pela disponibilidade de dados que representem a situação de carência/desapossamento.

A identificação consiste na separação da população total em dois conjuntos distintos, os pobres e os não-pobres, e pode ser feita por diversas maneiras, cada uma relacionada a uma diferente concepção de pobreza. Contudo, tradicionalmente a renda é utilizada como parâmetro para aferição da pobreza. Logo, a quantificação do número de pobres é feita através de medidas monetárias, como a linha de pobreza e de indigência, onde se estabelece um certo nível de renda abaixo do qual as pessoas são consideradas como pobres ou indigentes. Caso sejam associadas outras variáveis, faz-se preciso defini-las anteriormente e a carência ou falta de acesso às mesmas condicionarão a situação de pobreza, por exemplo, tratamento de esgoto, taxa de analfabetismo e saneamento básico podem ser usados como parâmetros.

A informação oferecida pela linha de pobreza mostra a renda monetária necessária para que um indivíduo possa ter acesso a uma cesta de bens e serviços considerados essenciais à satisfação de suas necessidades básicas, sendo, portanto, um retrato da pobreza em um dado período de tempo. Já a linha de indigência mostra o indivíduo cuja renda é insuficiente para atender as necessidades nutricionais (alimentares), compondo, assim, um subconjunto de pobres – os indigentes ou miseráveis – cujo desapossamento é mais agudo. Logicamente, do ponto de vista monetário, tal linha apresenta um valor mais baixo do que a linha de pobreza, desde que se associa apenas ao rendimento necessário para atender as necessidades alimentares. Nesse ensejo, vale ressaltar que a fome constitui uma das manifestações da pobreza, que caracteriza o estado de indigência, o que não significa que todos os pobres passem fome, mas que todos os famintos são pobres (MACHADO, 2006).

No Brasil, os estudos que utilizam a renda enquanto parâmetro de aferição da pobreza adotam ou o salário mínimo para a determinação da linha de pobreza, freqüentemente $\frac{1}{4}$ do valor, ou o custo real de vida das populações de baixa renda, consoante Rocha (1996). Em tais casos a renda familiar *per capita* é adotada para confronto com a linha de pobreza justamente por agregar os rendimentos, o tamanho e o papel dos membros da família enquanto unidade redistributiva.

Ainda segundo Rocha (1996), quando se utiliza o salário mínimo como parâmetro para estabelecimento da linha de pobreza depara-se com o problema da variação do salário real no decurso do tempo, com a arbitrariedade do valor do salário mínimo, por considerar que $\frac{1}{4}$ do referido salário pode não expressar as verdadeiras necessidades, e com a existência de custos de vida distintos causados por diferenças regionais, levando-se em conta que o salário mínimo é determinado nacionalmente. Tal abordagem tende a subestimar a pobreza nas áreas metropolitanas e superestimá-la nas áreas rurais, pois, também, são ignorados os distintos custos de vida dos pobres entre as áreas urbana, rural e metropolitana.

Já os estudos que buscam refletir o custo de vida da população de baixa renda são privilegiados quando há disponibilidade e suficiência de dados estatísticos com abrangência nacional, como no caso do estabelecimento de padrão de consumo das famílias que, por sua vez, possibilita a determinação de padrões de consumo e custo de vida regionais. Nesse caso, definem-se os padrões mínimos de consumo alimentar e não alimentar a serem atendidos, para depois determinar a renda necessária à satisfação de tais necessidades por meio da linha de pobreza.

A metodologia utilizada consiste na observação do padrão de consumo alimentar da população de baixa renda, respeitando as necessidades nutricionais mínimas. Em seguida, estabelece-se uma cesta flexível, em respeito às diferenças regionais, e logo após faz-se o cálculo do valor da cesta a preços correntes regionais, daí extrai-se a linha de pobreza, considerando o valor gasto com alimentos e demais despesas básicas (ROCHA, 1997). É válido dizer que os custos com as despesas não alimentares são determinados pelo coeficiente de Engel, que corresponde a relação entre despesas alimentares e despesa total, para o mais baixo decil de renda onde são observados as deficiências calóricas. Este custo é somado ao da cesta básica para a determinação da linha de pobreza, enquanto a linha de indigência corresponde unicamente ao valor da cesta de alimentos.

Embora tal procedimento seja simples, existem múltiplas possibilidades empíricas a serem consideradas, mesmo quando se toma como ponto de referência as mesmas bases de dados, pois cada estudo (autor) trabalha de um modo diferente. Dessa forma, os resultados obtidos devem ser vislumbrados a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos adotados em cada caso. Assim, ao se utilizar distintas pesquisas como fonte de informação para rendimentos, a comparação entre indicadores de pobreza fica prejudicada.

Uma vez detectada tal situação, buscou-se o estabelecimento de um parâmetro cuja ênfase e riqueza de detalhes pudessem assegurar uma cobertura dos rendimentos

qualitativamente melhor do que as pesquisas domiciliares anuais, então adotaram-se as pesquisas de orçamentos familiares. Nesse ensejo, utilizaram-se como parâmetro as informações provenientes da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), já que esta apresenta informações mais concretas do que os censos demográficos – embora não sejam comparáveis devido à incompatibilidade da cobertura da renda nos dois tipos de pesquisa. Rocha (1996) argumenta que as estimativas de pobreza no Brasil mais usadas e apoiadas na PNAD subestimam a renda por não levar em consideração os benefícios indiretos que são relevantes em relação ao rendimento do trabalho da população de baixa renda, como vale-transporte e vale-alimentação. Conseqüentemente, tal fato, superestima a incidência da pobreza.

Outra forma de se aferir a pobreza enquanto insuficiência de renda é a adoção de um dólar por dia por pessoa para o estabelecimento da linha de indigência e de dois dólares por dia para a linha de pobreza, observada a paridade de poder de compra. Tal perspectiva, por definição pobreza absoluta, é utilizada pelo Banco Mundial e facilita a comparação da pobreza a nível internacional, porém não contempla as diferenças dos custos de vida, nem as dificuldades de aquisição de renda pelos indivíduos.

Nesse ínterim, outra discussão que se faz pertinente, ao se adotar a renda enquanto indicador-chave para aferição da pobreza é a influência dos países centrais no estabelecimento das linhas de pobreza dos países periféricos. Nos primeiros o conceito relevante de pobreza se distancia das necessidades básicas de sobrevivência e em grande medida leva em consideração o conceito de pobreza relativa, enquanto nos últimos a incidência da pobreza absoluta ainda é importante, por conseguinte, tais linhas, quando estabelecidas usando o parâmetro da pobreza relativa, não explicitam de maneira adequada o real estado de desapossamento.

Em países de renda média como o Brasil, com economia urbana e monetizada, mas onde persiste importante contingente populacional desprivilegiado, a abordagem da pobreza absoluta ainda é relevante. Em função da disponibilidade de dados, utilizar linhas de pobreza absolutas definidas a partir da composição do consumo observado em populações de baixa renda é um procedimento adequado para delimitar como indigentes e como pobres subpopulações a serem objeto de políticas públicas específicas (ROCHA, 2005, p. 17).

Por outro lado, Kageyama e Hoffmann (2006, p. 85) consideram a renda como uma variável imperfeita para se aferir às condições de vida que caracterizam a pobreza. Para eles “a renda é um indicador pouco confiável, pois as pessoas fornecem informações inexatas, os valores não são atualizados, há flutuações ao longo do ano, utiliza-se uma linha de pobreza

arbitrária e assume-se uma distribuição igualitária dentro do domicílio”. Defendem a utilização de gastos em consumo como um método mais vantajoso, em longo prazo, para a identificação dos pobres. Já Rocha (2005), afirma que a renda pode não ser a melhor medida para que se possa enfrentar a questão da pobreza em países onde o nível de desenvolvimento social e produtivo é baixo, mas no Brasil onde a economia é monetizada ela serve como medida de bem-estar das famílias.

[...] a abordagem da renda é adequada porque, desde a década de 1970, se dispõem de informações de consumo, de rendimento e de características socioeconômicas das pessoas e das famílias que permitem tanto estabelecer as linhas de pobreza a partir do consumo observado com base em pesquisas de orçamentos familiares, como utilizar esses parâmetros juntamente com as informações anuais de rendimento das Pnads, delimitando e caracterizando a subpopulação pobre. (ROCHA, 2005, p. 43).

Pode-se afirmar, contudo, que as discussões, controvérsias e limitações atribuídas ao fator renda, enquanto determinante unidimensional da pobreza, bem como o reconhecimento contemporâneo da pobreza como um fenômeno transversal, para além da esfera renda, conferiram complexidade à sua mensuração, dada à dificuldade de associação dos fatores não econômicos que são utilizados como determinantes para a condição de pobre e os riscos inerentes à não contemplação dessas distintas faces.

Tal abordagem multifacetada e pluridimensional da pobreza ao abandonar a renda enquanto indicador-chave se contrapõe, logicamente, ao método preconizado pela linha de pobreza para contemplar parâmetros que reflitam resultados efetivos em termos de qualidade de vida. Essa abordagem, por ser mais ampla, estabelece objetivos e metas para a sociedade como um todo, não delimitando uma subpopulação pobre, além de reconhecer a inter-relação existente entre diversas modalidades de carência.

As perspectivas multidimensionais levam em consideração a renda necessária para a satisfação das necessidades essenciais concernentes a diferentes âmbitos como saúde, educação e saneamento, além de conferirem relevância ao gozo dos serviços coletivos e a identificação de desvantagens ou privações vivenciadas em distintos setores da vida cotidiana e social por um indivíduo ou grupos familiares. Essa abordagem faz uso das relações sociais, ao entender que as condições de existência extrapolam os aspectos materiais e individuais. Por conseguinte, inserem uma dimensão social e política à pobreza.

Nessa perspectiva, verifica-se que a vertente pluridimensional, geralmente utiliza instrumentos de análises não monetárias, adquirindo, assim, uma conotação mais qualitativa, notadamente ao superar as noções de necessidades básicas insatisfeitas. Apoiado neste ponto

de vista, Sen (2005) desenvolveu uma nova metodologia de análise, baseado nas noções de capacidades, que leva em consideração a avaliação que o indivíduo faz da sua própria situação social e relaciona a pobreza à capacidade dos indivíduos de exercerem suas liberdades, de garantir seus direitos e de usufruir recursos coletivos.

Para Sen (2005) a renda por si só é incapaz de satisfazer as necessidades humanas, ela só tem validade quando está associada à capacidade dos indivíduos exercerem condições de vida cobiçadas, idealizadas. A renda só é relevante quando traz essa potencialidade em si. Ressalta, porém, que essa capacidade de realização está estritamente ligada e condicionada à especificidades, a certas características individuais e coletivas. Por exemplo, em um caso hipotético, um indivíduo X, com uma renda Y pode gozar de boas condições de vida na sociedade W, mas essa mesma renda pode não ser suficiente para outro indivíduo que vive na mesma sociedade e que seja acometido por alguma doença que lhe obrigue a fazer uso contínuo de medicamentos de alto custo.

Com efeito, dada a diversidade interpessoal, relacionada a fatores como idade, sexo, talentos inatos, incapacidades e doenças o conjunto de bens possuídos pode efetivamente nos dizer pouquíssimo sobre a natureza da vida que cada pessoa pode levar. Portanto, as rendas reais podem ser indicadores muito insatisfatórios dos componentes importantes do bem-estar e da qualidade de vida que as pessoas têm razão para valorizar. De um modo mais geral, a necessidade de juízos *avaliatórios* é inescapável ao comparar-se bem-estar individual ou qualidade de vida. (SEN, 2005, p. 101).

É pertinente repertoriar que a definição da pobreza enquanto privação das capacidades desenvolvida por Sen (2005), não se opõe a afirmação de que a ausência ou insuficiência de renda é uma das causas da pobreza, uma vez que a falta de renda obstrui as capacidades. Para ele a renda é um indicador válido, contudo não o melhor para mensurar o bem-estar, a qualidade de vida e as liberdades desfrutadas.

Se nossa atenção for desviada de uma concentração exclusiva sobre a pobreza de renda para a ideia mais inclusiva de privação da capacidade, poderemos entender melhor a pobreza das vidas e liberdades humanas com uma base informacional diferente (envolvendo certas estatísticas que a perspectiva da renda tende a desconsiderar como ponto de referência para a análise de políticas). (SEN, 2005, p. 34-35)

Kageyama e Hoffmann (2006, p. 82) avaliam a contribuição de Sen para o estudo da pobreza e defendem que:

Sen introduziu a idéia de que o padrão ou qualidade de vida não se mede pela posse de um conjunto de bens, nem pela utilidade a eles inerente, mas reside nas capacidades (“*capabilities*”) dos indivíduos em utilizar esses bens para obter

satisfação ou felicidade. O conceito de pobreza, então, pode assumir uma forma relativa no que se refere a quais bens são considerados indispensáveis para viver em determinada sociedade, mas tem um componente absoluto central no que se refere às capacidades.

Em síntese Sen (2005), ao elaborar estudos sobre o desenvolvimento, inaugurou um novo prisma analítico para a conceituação da pobreza. Para ele o desenvolvimento só pode ser alcançado quando os indivíduos usufruírem, de fato e de direito, as suas liberdades substantivas e para tanto faz-se necessária a promoção de políticas que reduzam a privação das capacidades. Daí emerge a relevância do conceito multidimensional da pobreza.

Trata-se, pois, de uma abordagem qualitativa que, sem negligenciar o possuir material, dá ênfase a valores de realização e de liberdade, com os funcionamentos representando um modo de se levar a vida, as capacidades e as diversas oportunidades que se apresentam a uma pessoa e entre as quais ela escolhe. No enfoque das capacidades, nem a utilidade, nem o rendimento podem ser identificados com o bem-estar. A definição de pobreza não pode, portanto, se basear no fraco nível de um ou de outro, mas, de preferência, na inadequação dos meios econômicos referentes à propensão das pessoas em convertê-las em capacidades de funcionar, e isto num ambiente social, econômico e cultural particular. (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 79).

A pobreza, então, não seria definida pela carência de determinados bens, mas sim pela falta de realização de certos funcionamentos e da aquisição das capacidades correspondentes. Os funcionamentos expressam a capacidade de uma pessoa funcionar, levando em conta diferentes necessidades, como a posse e o usufruto de bens materiais, não materiais e a realização pessoal. A capacidade também mostra o conjunto de funcionamentos que reflete sobre a liberdade de uma pessoa poder eleger um outro tipo de vida (FREITAS, 2004).

Pode-se dizer que a análise das capacidades tem como foco principal o estabelecimento do bem-estar humano, respaldado pelo acesso a um padrão de vida saudável, onde os indivíduos possam exercer suas liberdades políticas e civis e gozar de todos os benefícios da cidadania. Esta análise inspirou a confecção de um novo indicador multidimensional, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990. A partir daí, tanto o bem-estar quanto a pobreza passaram a ser encarados como fenômenos multidimensionais pelas políticas sociais.

O IDH se propõe a caracterizar os aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, enfatizando as oportunidades que os indivíduos devem ter para estarem inclusos socialmente, é composto por indicadores de esperança de vida, escolaridade e renda. Juntamente com o Índice de Pobreza Humana (IPH), que combina a expectativa de vida inferior a 40 anos, a taxa de analfabetismo em adultos, a deficiência de acesso à fonte

adequada de água e a proporção de crianças abaixo do peso para sua idade – avalia longevidade, conhecimento e nível de vida – convertem-se em bons indicadores de aferição das péssimas condições de vida que caracterizam a pobreza, em um contexto pluridimensional.

Considerações finais

Esse artigo apresentou as principais tendências de caracterização da pobreza e sua consequente mensuração. Pode-se afirmar que a discussão atual procura superar a noção de desenvolvimento pautada apenas no crescimento econômico, inserindo no debate a necessidade de uma conceituação que leve em conta os aspectos multidimensionais desse fenômeno.

O conceito de pobreza é extremamente relevante no debate atual, podendo expressar desde o fator monetário absoluto, até aquele capaz de expressar as diversas modalidades de carência/desapossamento que restringem o estabelecimento do bem-estar humano. Pode-se entender a pobreza em um primeiro momento enquanto insuficiência de renda monetária para depois contemplar as necessidades não monetárias.

O reconhecimento da pobreza enquanto fenômeno múltiplo conferiu complexidade à sua mensuração, dada a dificuldade de contemplação das distintas formas de incidência e a escolha dos fatores não monetários (qualitativos) a serem utilizados para caracterizá-la, estimulando a confecção de instrumentos metodológicos claros que possam agregar as suas distintas faces e dimensões.

As recentes discussões em torno do IDH tendem a valorizar outros aspectos do desenvolvimento humano, destacando aspectos múltiplos da vida humana, combinando a expectativa de vida, analfabetismo em adultos e a longevidade. Esses, em tese, são bons indicadores para a aferição das condições de vida que caracterizam a pobreza em um contexto mais pluridimensional.

Referências

- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; DEDECCA, Cláudio Salvadori; HENRIQUE, Wilnês. Mercado de Trabalho e Exclusão Social no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (org). *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 2. ed, 1996.
- BARBOSA, César; BARBOSA, Elisiana R. Oliveira; BARBOSA, Cláudio. Pobreza, Diferenciais Raciais e Educação: um estudo para as grandes regiões brasileiras. In: *VIII Semana de Mobilização Científica – Semoc*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2005.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de; DUARTE, Renata Pacheco Nogueira. *Bem-estar, Pobreza, Desigualdade de Renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (texto para discussão n. 454).
- CORRÊA, Ângela M. C. Jorge; CASTRO, José Marcelo. Brasil: cinco séculos de riqueza, desigualdade e pobreza. In: Impulso. *Revista de Ciências Sociais e Humanas*. Piracicaba: UNIMEP, v.12, n.27, p. 127-141, 2000.
- DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 3 ed., 2001.
- FREITAS, Leana Oliveira. Ensaio Inicial sobre Pobreza e Desigualdade Social: indicações políticas para a política de assistência social. In: *Revista de Políticas Públicas/UFMA*. São Luis: EDUFMA, v.8, n.2, 2004.
- FRIEDMAN, John; SANDERCOCK, Leonie. Os Desvalidos. *O Correio da UNESCO*. Brasil: ano 23, n.5, p. 14-18, mai/95.
- KAGEYAMA, Ângela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas: v.15, n.1(26), p. 79-112, jan-jun/06.
- MACHADO, Kenys Menezes. Uma comparação entre a renda e as abordagens multidimensionais da pobreza na Bahia. *Anais do II Encontro de Economia Baiana*. Salvador: SEI, set/06.
- MENDONÇA, Eduardo Luiz de. Reflexões Críticas sobre a Pobreza e sua Mensuração no Brasil dos Anos 1990. In: SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2 ed, 2005.
- _____. Do consumo observado à linha de pobreza. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. v. 27, n. 2, p. 313-352, ago./1997.

_____. *Renda e Pobreza: os impactos do plano real*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996 (texto para discussão n. 439).

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. *O Tamanho da Pobreza: economia política da distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo-SP: Cia. das Letras, 2005.

SILVA, Ana Márcia Rodrigues da; LACEREDA, Fernanda Calasans C.; NEDER, Henrique Dantas. A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações. In: Bahia Análise & Dados. *Pobreza, desigualdade e ciclos econômicos*. Salvador: SEI, v. 21, n. 3, p. 509-527, jul-set/2011.

VERNER, Dorte. *Fazer com que o número de pobres tenha expressão é mais difícil do que expressar os pobres em números*. Banco Mundial, 2003.

DESIGUALDADES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO ENTRE AS MACRORREGIÕES DE PLANEJAMENTO DE MINAS GERAIS

Gilmar Ribeiro dos Santos¹

Raissa Cota Pales²

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar comparativamente alguns dados sociais e econômicos das dez regiões de planejamento de Minas Gerais, no período de 2000 à 2010, bem como traçar algumas considerações sobre o modelo de desenvolvimento hegemônico vigente no Estado. O desenvolvimento regional possui uma conotação importante para se pensar o desenvolvimento de Minas Gerais e a persistência histórica de enormes desigualdades entre as macrorregiões. Minas Gerais é um estado síntese do Brasil também em termos de desenvolvimento regional. Na média a renda per capita de Minas Gerais em 2010 era pouco menor que a renda per capita brasileira. No entanto, dentre as macrorregiões administrativas, temos regiões com renda per capita equivalentes a dos Estados mais pobres do país, assim como macrorregiões com renda per capita muito próxima da renda per capita dos estados mais dinâmicos economicamente.

Palavras-chave: Desigualdades, Desenvolvimento regional, Macrorregiões de Minas Gerais.

Abstract

The goal of this article is to analyze comparatively some data social and economic planning of the ten regions of Minas Gerais, in the period 2000 to 2010, and the actual development model hegemonic in the State. Minas Gerais is a state of Brazil synthesis also in terms of regional development. On average income per capita of Minas Gerais in 2010 was slightly lower than the per capita income in Brazil. However, among the macro-regions, have ones with similar per capita income of the poorest states in the country, as well as macro-regions with per capita income very close to the per capita income of the most economically dynamic.

¹Professor do Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Social da Unimontes. gilrds@uol.com.br.

²Mestranda em Desenvolvimento Social na Universidade Estadual de Montes Claros-MG. raissacs1@yahoo.com.br.

Regional development has important connotations for thinking about the development of Minas Gerais and the persistence of huge historical inequalities among macro-regions.

Keywords: Inequality, Regional Development, Macro-regions of Minas Gerais.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar comparativamente alguns dados sociais e econômicos das dez regiões de planejamento de Minas Gerais, a saber, norte, rio doce, zona da mata, noroeste, central, sul, triângulo, alto Paranaíba, centro-oeste e Jequitinhonha/mucuri, no período de 2000 à 2010, e traçar algumas considerações sobre o modelo de desenvolvimento hegemônico vigente no Estado.

Minas Gerais é um Estado síntese do Brasil também em termos de desenvolvimento regional. Sendo assim, o desenvolvimento regional possui uma conotação importante para se pensar o desenvolvimento de Minas Gerais.

O desenvolvimento de Minas Gerais foi, até este momento, marcadamente heterogêneo. Segundo Dulci (1999) neste processo, existiram três modalidades principais de desenvolvimento. A primeira se deu de forma praticamente natural, através do potencial econômico já estabelecido na região, como é o caso da região da Zona da Mata, ao entorno de Juiz de Fora; na segunda, o desenvolvimento seria induzido através de recursos políticos. Porém, o autor ressalta que a característica marcante do desenvolvimento mineiro não está nestes dois modelos acima citados, e sim, num terceiro, que seria um modelo híbrido, onde as potencialidades do mercado interno seriam maximizadas com recursos políticos.

Nos últimos anos as teorias sobre desenvolvimento regional vêm sendo modificadas, na busca de novas estratégias de desenvolvimento regional e local. Nessa perspectiva, uma característica dessas novas teorias é o reconhecimento da importância dos agentes locais sobre a economia local, apontando a importância desses agentes à em detrimento do desenvolvimento centralizado ou por forças unicamente de mercado.

As diferenças entre macrorregiões desenvolvidas e menos desenvolvidas são muito acentuadas em Minas Gerais. Essas diferenças são percebidas quando se analisa tanto indicadores econômicos quanto sociais. Desigualdades econômicas e sociais persistem ao longo dos séculos de história do Estado.

Nessa perspectiva, discutimos neste artigo algumas diferenças econômicas e sociais nas macrorregiões de planejamento de Minas Gerais e o modelo de desenvolvimento hegemônico vigente no Estado, a partir da sistematização e análise de informações contidas no banco de dados da PAD-MG 2009 e de relatórios da economia mineira, ambos disponibilizados pela Fundação João Pinheiro.

Uma nova estratégia para o desenvolvimento regional

Entre as décadas de cinquenta e setenta do século passado, em vários países periféricos, inclusive no Brasil, foram elaboradas propostas onde o Estado era o centro de todo o processo operacional para se superar o subdesenvolvimento, através da industrialização. Esta proposta foi denominada política desenvolvimentista (SIMÕES, 2009). Segundo este autor a industrialização era tida como a única maneira de acabar com a pobreza e o subdesenvolvimento dos países periféricos, para tanto, seria necessário o Estado assumir o papel de único planejador. De maneira geral, o modelo vigente no Brasil procurava amenizar as desigualdades colocando o Estado no centro como único sujeito de ação e os coletivos desiguais como “meros destinatários de ações e intervenções políticas do Estado”, pensados sempre como problema a ser solucionado (ARROYO, 2010).

Porém, industrialização e progresso econômico não são sinônimos de bem-estar social para todos. Um exemplo expressivo deste fato é a economia brasileira, a qual conseguiu alcançar níveis de industrialização consideráveis sem abandonar suas principais características de um país subdesenvolvido, ou seja: “grande disparidade na produtividade entre as áreas rurais e urbanas, uma grande maioria da população vivendo em condições de um nível de subsistência fisiológica, massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas, etc” (FURTADO, 1974, p.95).

Diante dessa realidade, a partir da década de 1970 o conceito de desenvolvimento sofreu alterações, incitadas pelo insucesso do processo de industrialização e do crescimento econômico em promover a igualdade social e superar o subdesenvolvimento. Novas discussões sobre desenvolvimento emergiram e o conceito tornou-se mais fragmentado, passando a incorporar outros aspectos além dos econômicos (BONENTE e CORRÊA, 2009). Nesse contexto, emergiu a noção de desenvolvimento regional para tratar das desigualdades entre as regiões e das disparidades intra-regionais.

Para entender as peculiaridades do processo de desenvolvimento regional é necessário primordialmente compreender a ideia de região. Trabalhamos aqui com a perspectiva de região adotada é a incorporada por Simões (2009), onde ele define região

como unidade de análise, é representada por um conjunto de pontos do espaço que tenham maior integração entre si do que em relação ao resto do mundo. Mais ainda, contextualizando esta definição com o conceito de urbano – *locus* da produção diversificada e integrada do capitalismo –, pode-se definir uma região como um conjunto de centros urbanos dotados de um determinado grau de integração em oposição ao resto do mundo, composto por centros urbanos com grau de menor integração com os primeiros (LEMOS, 1988 apud SIMÕES, 2009).

Segundo Furtado (1974), o desenvolvimento regional está em consonância com a dinâmica da movimentação do capital. O sistema capitalista passou por um processo de homogeneização e integração do centro no último quartel do século passado, juntamente com uma ampliação das diferenças entre o centro e a periferia. Esta ampliação das diferenças, ainda segundo o autor, também se replicou na periferia entre um pequeno grupo de “privilegiados e as grandes massas de população”. Ao narrar a dinâmica capitalista entre os países centrais e os periféricos Furtado (1974) argumenta que os processos entre estes e a dinâmica capitalista interregional são processos dependentes, seguem a mesma lógica, a lógica de valorização do capital.

Entretanto, a acumulação de capital em determinada região não está necessariamente relacionada ao desenvolvimento social. Desenvolvimento social significa redução das desigualdades sociais, aumento da equidade na distribuição de renda, habitação, saúde, educação, seguridade social, dentre outros (SANTOS e SILVA, 2011).

A implantação de um pólo de desenvolvimento³, por exemplo, pode provocar desequilíbrios econômicos e sociais, pois distribui salários e rendimentos adicionais sem expandir necessariamente a produção local de bens de consumo. Transfere mão-de-obra sem necessariamente atribuir-lhe um novo enquadramento social. Concentra o investimento e a inovação sem consequentemente alargar a vantagem de outros locais, nos quais o desenvolvimento pode ser retardado.

Desta forma, nos últimos anos as teorias acerca do desenvolvimento regional vêm sendo reformuladas e repensadas, incorporando ao processo de desenvolvimento novas estratégias que amenizem as desigualdades em termos de desenvolvimento entre as regiões e que resultem em uma maior equidade social intra-regional.

³ Segundo Simões (2009) pólo de desenvolvimento é uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades que exercem efeitos de expansão, para cima e para baixo, sobre outras unidades que com ela estão em relação

Nessa perspectiva, o modelo de intervenção estatal vigente nas décadas de 1950 e 1970, como acima descrito, se desgastou a partir do final desta última, como consequência das “alterações nas condições econômicas externas” e “a insuficiência dos resultados obtidos pelas políticas adotadas até então”. (SIMÕES, 2009).

Arroyo (2010) argumenta que o aprofundamento das desigualdades força o Estado a redefinir seu papel e suas políticas, assim como ressignificar a forma como são pensados os coletivos desiguais e o seu papel dentro da estrutura social.

Nessa perspectiva, Putnam (2007) chama atenção para o fato de que embora o Estado e o mercado sejam sempre apontados como os únicos responsáveis para a solução dos problemas sociais, a participação dos atores locais melhora tanto o desempenho do Estado quanto do mercado.

Nos últimos anos houve um aumento de políticas de valorização dos agentes locais, o chamado desenvolvimento endógeno, no qual há uma crescente valorização da participação dos agentes locais no processo de desenvolvimento. Dessa forma, nos últimos anos, houve um esforço para se reformular as teorias do desenvolvimento regional tradicionais, enfocando novas estratégias de desenvolvimento regional e local. Nessa perspectiva, há um reconhecimento da importância dos agentes locais sobre a condição futura da economia local, apontando a sobreposição da relevância desses agentes à idéia de desenvolvimento por vias do planejamento centralizado ou por forças puras de mercado. Há que salientar que essas ações coletivas alcançam maior eficácia na medida em que são institucionalizadas.

Este novo modelo de desenvolvimento endógeno é construído “de baixo para cima”, uma vez que os potenciais socioeconômicos originais do local produzem uma força motriz para o desenvolvimento. Esta nova teoria do desenvolvimento regional defende a descentralização da ação pública. Ela é pautada em três aspectos fundamentais. Primeiro o da proximidade e da informação, ou seja, o fato de os governos locais estarem mais próximos dos produtores e dos consumidores dos bens e serviços os tornam mais bem informados sobre suas preferências; segundo, o da experimentação variada e simultânea, o que equivale a dizer que as diversas experiências locais podem encontrar alternativas superiores de oferta do serviço público; e por último, o aspecto relacionado ao tamanho, quanto menor for o aparelho estatal mais eficiente será a alocação de recursos, isso porque quanto mais regionalizado for o aparelho pressupõe-se que conhece melhor as demandas locais.

Reforçando a ideia de descentralização do Estado, Ricci (2005) salienta que na atual etapa do desenvolvimento capitalista, o Estado tem o papel de promotor da

competitividade, “trata-se de induzir os agentes a adotarem comportamentos inovadores e cooperativos, essenciais ao fortalecimento da competitividade” (p.14)

É preciso reforçar, segundo Filho (2001), no que diz respeito ao desenvolvimento regional endógeno, que existe a necessidade de relacionar sempre o regional/região e o todo nacional, pois isso garante que o bem-estar de uma região não implique em mal-estar para outras regiões.

Dessa forma, Putnam (2007) afirma que “ao longo da história, (...) as normas e os sistemas de participação cívica promoveram o crescimento econômico, em vez de inibi-lo (...) e que existe uma forte correlação entre associações cívicas e instituições públicas eficazes”. (p.186).

Sobre o desenvolvimento de Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais localiza-se na região sudeste do Brasil, possui uma área de 588.344 km² e é o estado com o maior número de municípios do país, somando 853. Apresenta uma grande diversidade de clima, relevo e vegetação, sendo também um estado culturalmente diversificado⁴, além de possuir grande diversidade econômica e social.

O governo estadual, desde 1985, utiliza para fins administrativos, uma segmentação do Estado em Macrorregiões de Planejamento (ou Regiões de Planejamento). As macrorregiões são em número de dez: Norte, Rio Doce, Zona da Mata, Noroeste, Central, Sul, Triângulo, Alto Paranaíba, Centro-Oeste, Jequitinhonha/Mucuri.

As diferenças entre as macrorregiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas de Minas Gerais são muito acentuadas, tanto no que diz respeito a renda quanto no acesso à educação, saneamento básico, água tratada, dentre outros serviços.

⁴ Dados obtidos em www.almg.gov.br/bancoconhecimento/tematico/, autoria de Juliana Franca Scavazza - Consultora da Assembléia Legislativa, set/2003.

FIGURA 1
REGIÕES DE PLANEJAMENTO DE MINAS GERAIS



Após o Estado de Minas ter vivido anos gloriosos com o ciclo da mineração do ouro, verificou-se no período de 1889-1937 um “crescimento irregular, moderado”, neste período a capital de Minas foi transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte, uma cidade planejada. Foi um primeiro esforço na tentativa de articular as regiões do Estado, as quais se encontravam dispersas sobre o vasto território, além da tentativa de apresentar Minas Gerais como sinônimo do progresso na virada do século.

Após o período de decadência do ciclo do ouro, o estado precisava romper com a estagnação buscando novos focos para sua economia. Também a comparação com outras áreas em expansão, caso do estado São Paulo, impulsionaram a implementação de políticas de desenvolvimento (DULCI, 1999).

De acordo com Dulci (1999), num primeiro momento, os investimentos se concentraram na agropecuária, já num segundo momento as políticas se voltaram para a expansão da indústria. Foram dois projetos distintos, mas que não necessariamente se excluía por completo. O autor afirma que estas duas políticas refletiam tanto ao desenvolvimento ligado à dinâmica econômica nacional quanto ao jogo político interno, na medida em que se verificavam desde já no Estado a diversidade de perfis produtivos.

Dulci (1999) chama atenção também para quatro orientações na análise do processo de desenvolvimento mineiro, primeiro, “a relevância da elite política”; segundo, “a

influência dos quadros técnicos”; terceiro, “a presença política do empresariado”; e quarto, “o entrelaçamento dos três segmentos”. Em relação as duas primeiras questões há um certo consenso na bibliografia, as divergências recaem sobre a ênfase dada ao empresariado no desenvolvimento de Minas. Neste contexto, há aqueles defensores de uma notável fragilidade econômica e política dos mesmos, porém há os que reconhecem sua influência sobre o projeto de desenvolvimento.

Em Minas Gerais prevaleceu historicamente no processo de desenvolvimento a lógica do capital, mas o processo de desenvolvimento das diferentes regiões não foi homogêneo. Os argumentos sobre o desenvolvimento de Minas Gerais estão vinculados a três correntes de interpretação. Sendo a primeira de caráter político, a outra de caráter econômico, e uma terceira que concebe a junção destas duas. O primeiro grupo, denominado “representacionista”, afirma que as lideranças políticas representavam os interesses dos grandes proprietários, principalmente dos grandes cafeicultores, resultando deste fato a grande influência política dos cafeicultores da Zona da Mata e do Sul de Minas durante a Primeira República. A segunda corrente de interpretação dissocia economia e política ao afirmar que a burocracia e as lideranças políticas profissionais orientavam o processo de desenvolvimento de maneira praticamente independente a despeito dos interesses privados. Há uma notável disparidade entre as correntes, pois se a primeira acentua a conexão entre Estado e burguesia, a segunda, concebe o Estado como agente central do desenvolvimento, (PEREIRA, 2007).

A terceira corrente procura articular a lógica apontada pelas duas correntes acima citadas. Nesta perspectiva, Dulci (1999) articula aspectos políticos e econômicos em suas análises. Para tanto, seleciona duas variáveis a serem trabalhadas: “*o grau de desenvolvimento de cada região*” ou “*o grau de atraso econômico em comparação com a região mais desenvolvida*”; e a “*medida em que a iniciativa da modernização é interna ou externa à região*”. A partir destas duas variáveis sugeriu um modelo de análise do desenvolvimento que considerou as *razões de mercado*, as *razões políticas estratégicas* e os *casos intermediários* – que combinaram a lógica do mercado e os fatores políticos.

Segundo Dulci (1999) em Minas Gerais coexistiram três modalidades principais de desenvolvimento, portanto, um processo heterogêneo. Exemplo ilustrativo é a dicotomia entre os modelos de industrialização de Juiz de Fora, seguindo o modelo de industrialização como extensão do centro mais dinâmico da economia durante o período, modelo que surge de forma mais natural e o Norte de Minas, com um modelo de industrialização implementado pelo Governo Federal através da SUDENE. Vale salientar que a maioria dos projetos implementados pela superintendência nada tinham a ver com a história agropastoril da área,

tal condição proporcionada artificialmente não fracassou totalmente, porém restou a Montes Claros, a maior cidade da região, ser qualificada como “cemitério das indústrias” (DULCI, 1999).

O terceiro seria um modelo híbrido, onde oportunidades da dinâmica do mercado seriam incrementadas com recursos políticos das elites locais para se implementar um desenvolvimento ao mesmo tempo genuíno e induzido através de recursos políticos. Neste sentido, Dulci (1999, p.192) afirma que “não é aí [nos dois modelos acima citados] que se encontra a marca característica do desenvolvimento mineiro. Ela residiu de longa data, na busca de uma via própria, o que significava empregar recursos políticos para aproveitar condições potenciais de mercado”

Este processo de desenvolvimento se daria principalmente por impulso interno, combinando fatores econômicos e políticos, tal processo possuía caráter endógeno, por isto era essencial a implantação de um pólo capaz de reunir as atividades que se desenvolviam em todo o território de Minas Gerais. Para tanto, duas providências foram tomadas sucessivamente: implementar “um sistema econômico regional diversificado e acentuadamente autônomo” e depois instalar “uma aglomeração industrial especializada dentro do sistema econômico nacional. Ambas tinham como objetivo reduzir o atraso considerável em que Minas se encontrava (DULCI, 1999).

SANTOS e SILVA (2011) apresentam esta condição híbrida no desenvolvimento do Norte de Minas na última metade do século XX. Exemplo deste modelo foi quando houve em 1953 uma significativa mobilização das elites na busca de incentivos para região, como a isenção de impostos/incentivos fiscais; facilidade de crédito aos investidores, qualificação da força de trabalho; estímulo às potencialidades econômicas regional.

O quadro apresentado mostra que tal mobilização era no intuito de articular incentivos políticos e potencialidades locais, com o objetivo de cobrir o déficit criado pelos projetos da SUDENE, uma vez que não se levava em conta as atividades genuínas da região, e modernizar o estado reduzindo o atraso no qual o Norte de Minas se encontrava em relação a outros centros dinâmicos do Estado.

Indicadores econômicos e sociais

Para melhor compreender as desigualdades entre as macrorregiões de planejamento de Minas Gerais consideramos não somente indicadores econômicos, como renda *per capita* e PIB *per capita* assim como alguns indicadores sociais, que são eles: Índice

de Desenvolvimento Humano - IDH, educação, saneamento básico, água tratada e condições de trabalho. Estes dois indicadores possuem uma complementaridade de sentido e permitem uma análise mais profunda sobre a diversidade socioeconômica do Estado.

Indicadores econômicos

- Renda *per capita*

Em relação a renda *per capita* das macrorregiões de Minas Gerais, vê-se na tabela 1 as disparidades de renda que se configuram no Estado. O fator industrial, a concentração de atividades econômicas mais importantes, mesmo na agricultura, como no caso da atividade cafeeira, explicam a disparidade de renda entre as macrorregiões.

No Norte de Minas e nos Vale do Jequitinhonha/Mucuri estão as menores rendas *per capita* de Minas, respectivamente, R\$455,33 e R\$431,75. Nas regiões Central, R\$961,82 e Triângulo, R\$908,04 são verificadas as maiores rendas *per capita* do estado. Da mesma forma, disparidades extremamente acentuadas como as citadas são encontradas entre as regiões brasileiras, onde a região norte e nordeste possuem renda *per capita* média de R\$636,43 e R\$506,73, respectivamente; enquanto as regiões sul (R\$944,49) e sudeste (R\$937,76) possuem rendas consideravelmente elevadas⁵, superando inclusive a média nacional de R\$830,85.

Na média a renda *per capita* de Minas Gerais em 2010 era um pouco abaixo da renda *per capita* brasileira. No entanto, dentre as macrorregiões administrativas, temos regiões com renda *per capita* equivalentes a dos Estados mais pobres do país, assim como macrorregiões com renda *per capita* muito próxima da renda *per capita* dos estados mais dinâmicos economicamente. Exemplo ilustrativo é a macrorregião Norte de Minas, onde a renda *per capita* média equivale a do Piauí (NE), R\$447,17, bem como a região do Triângulo mineiro que possui uma renda que se assemelha a do estado do Rio Grande do Sul (Sul), R\$971,59⁶.

A análise da evolução da renda *per capita* das macrorregiões de planejamento de Minas Gerais, no período de 2000 a 2010, apresenta algumas peculiaridades, como um maior crescimento da renda *per capita* das macrorregiões tradicionalmente menos dinâmicas economicamente, como Vale do Jequitinhonha/Mucuri e a região Norte, ao passo que regiões como o Triângulo e o Sul, historicamente mais dinâmicas economicamente, tiveram menor

⁵ Fonte: IBGE, Censo 2000 e Sinopse dos Resultados do Censo 2010. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

⁶ Fonte: IBGE, Censo 2000 e Sinopse dos Resultados do Censo 2010. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

crescimento no período. Este crescimento ocorreu em função do acentuado crescimento da renda das classes D e E em especial, devido ao aumento real do salário mínimo, redução do desemprego e os programas de transferência de renda do governo federal.

TABELA 1
Renda per capita das macrorregiões de Minas Gerais - 2000 - 2010

Região	2000	2010	Taxa média de crescimento anual 2000 a 2010 (%)
Alto Paranaíba	R\$ 573,65	R\$ 761,04	2,87%
Central	R\$ 663,25	R\$ 961,82	3,79%
Centro Oeste	R\$ 526,53	R\$ 721,28	3,20%
Jequitinhonha/Mucuri	R\$ 244,23	R\$ 431,75	5,86%
Mata	R\$ 499,26	R\$ 710,11	3,59%
Noroeste	R\$ 448,92	R\$ 622,67	3,33%
Norte	R\$ 260,30	R\$ 455,33	5,75%
Rio Doce	R\$ 412,76	R\$ 599,69	3,81%
Sul	R\$ 564,71	R\$ 727,66	2,57%
Triângulo	R\$ 677,75	R\$ 908,04	2,97%
Minas Gerais	R\$ 539,86	R\$ 773,41	3,66%
Brasil	R\$ 580,22	R\$ 830,85	3,66%

Fonte: IBGE, Sinopse dos Resultados do Censo 2010.

Elaboração: Fundação João Pinheiro

No entanto, algumas desigualdades históricas persistem, pois dentre os dez municípios com menores rendas *per capita* de Minas Gerais encontramos oito integrantes das duas macrorregiões mais pobres, ou seja, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Norte (tabela 2).

TABELA 2
Dez municípios de Minas Gerais com menores Rendas per capita – 2000-2010

Município	Região	Renda per capita 2000 (R\$)	Renda per capita 2010 (R\$)
São João das Missões	Norte	108,59	238,60
Pai Pedro	Norte	139,59	250,74
Santo Antônio do Retiro	Norte	120,11	258,69
Ninheira	Norte	147,79	259,00
Frei Lagonegro	Rio Doce	149,51	267,73
Bonito de Minas	Norte	95,89	270,83
Caraí	Jequitinhonha/Mucuri	164,23	270,88
Setubinha	Jequitinhonha/Mucuri	143,17	276,38
Pedra Bonita	Mata	276,59	280,36
São João da Ponte	Norte	167,96	281,68

Fonte: IBGE, Sinopse dos Resultados do Censo 2010.

Elaboração: Fundação João Pinheiro

Por outro lado, vê-se na tabela 3, que dentre os dez municípios com maiores rendas *per capita*, nove integram as regiões Sul, Central e Triângulo, com rendas per capita que oscilam entre R\$935,87 e R\$1.653,47.

TABELA 3
Dez municípios de Minas Gerais com maiores Rendas *per capita* – 2000 – 2010

Município	Região	Renda <i>per capita</i> 2000 (R\$)	Renda <i>per capita</i> 2010 (R\$)
Nova Lima	Central	790,11	1.653,47
Belo Horizonte	Central	1088,17	1.493,21
Juiz de Fora	Mata	818,71	1.063,03
Uberlândia	Triângulo	759,99	1.002,02
Lagoa Santa	Central	569,52	997,19
Uberaba	Triângulo	781,62	990,40
Brumadinho	Central	535,07	988,56
Poços de Caldas	Sul de Minas	850,25	964,11
São Lourenço	Sul de Minas	785,83	954,65
Itajubá	Sul de Minas	689,77	935,87

Fonte: IBGE, Sinopse dos Resultados do Censo 2010.

Elaboração: Fundação João Pinheiro

Apesar da renda *per capita* ser um indicador impermeável em relação às desigualdades sociais, ele ilustra significativamente as diferenças econômicas entre as macrorregiões de Minas Gerais. O lento crescimento econômico do Norte de Minas e dos Vales Jequitinhonha/Mucuri apontam um problema histórico. Estas grandes extensões territoriais não conseguiram acompanhar o dinamismo econômico das regiões mais dinâmicas economicamente. Salvo raras exceções como os municípios de Montes Claros e Pirapora, no Norte de Minas, estas regiões ainda estão mais próximas do Nordeste que do Sudeste tanto em termos econômicos quanto sociais.

- Produto Interno Bruto (PIB)

O PIB é a soma de todos os bens de um país, ou no contexto do artigo, de um município. O PIB per capita é o produto interno bruto dividido pela quantidade de habitantes de um país, ou município. O PIB per capita é um indicador muito utilizado na macroeconomia, e tem como objetivo mensurar a economia de um país, estado, região ou município. Para o cálculo do PIB é considerado apenas bens e serviços finais.

Na tabela 4 verificamos que a região Norte possui um dos menores PIB *per capita* dentre as regiões de Minas Gerais. No tocante ao PIB e ao PIB *per capita* das regiões, a tabela 4 mostra que o PIB em 2008 da região central era extremamente elevado em relação às demais regiões, isso se deve ao fato de a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) está incluída na região Central.

Contudo, os dados apresentados na tabela 4 mostram ainda uma grande disparidade entre as regiões. Quando analisamos comparativamente o PIB e o PIB *per capita* das macrorregiões notamos que quando se trata do PIBpm, as regiões Sul e Triângulo estão no topo da lista, obviamente abaixo da região Central, porém quando se analisa o PIB *per capita* verifica-se que o Triângulo ainda continua no topo, juntamente com as regiões Central e Alto Paranaíba, ao passo que o PIB *per capita* da região Sul (R\$13.343,11) difere consideravelmente de forma negativa em relação as regiões acima citadas.

A região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri e a região Noroeste apresentam PIBpm semelhantes, em torno de cinco bilhões de reais, todavia quando se compara tais regiões levando-se em consideração PIB *per capita*, a primeira possui o menor PIB *per capita* dentre todas as regiões, enquanto na última constata-se um valor considerável, R\$ 13.828,51.

TABELA 4
PIBpm e PIB per capita das macrorregiões de Minas Gerais – 2008

Região de Planejamento	PIBpm/2008 (R\$ mil)	PIB per capita/2008 (R\$)
Triângulo	31.595.470	21.034,56
Central	131.719.581	18.411,73
Alto Paranaíba	11.299.984	17.200,07
Noroeste	5.028.433	13.828,51
Sul de Minas	34.450.998	13.343,11
Centro - oeste de Minas	12.714.524	11.398,36
Rio Doce	17.774.443	10.885,05
Zona da Mata	21.428.114	9.786,02
Norte	11.181.431	6.850,68
Jequitinhonha/Mucuri	5.329.342	5.219,05
Total	282.522.320	127.957,14

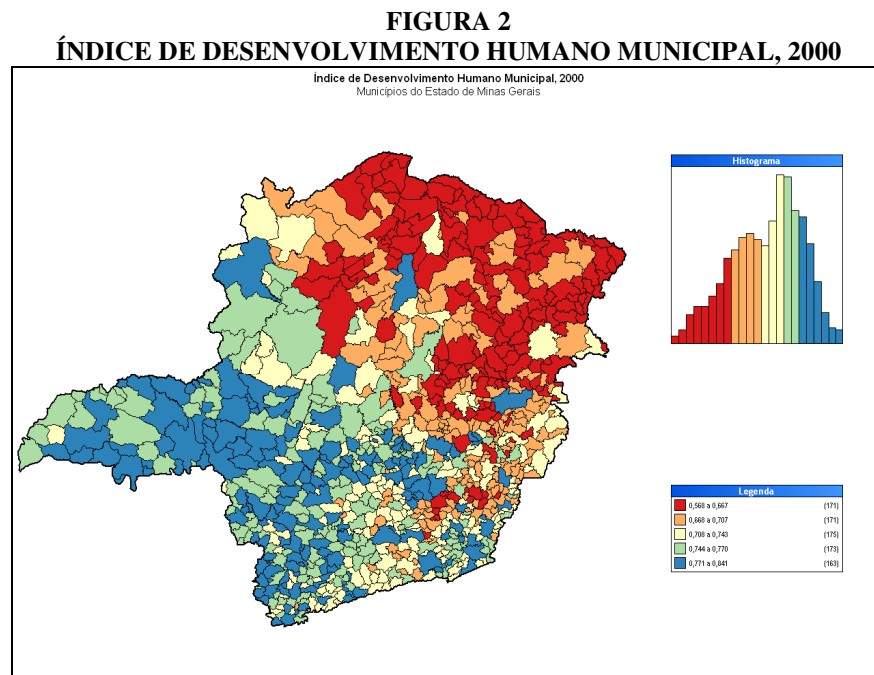
Fonte www.fjp.gov.br.

Indicadores sociais

- Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

A premissa básica do Desenvolvimento Humano é que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além dos aspectos puramente econômicos, considerando também aspectos sociais. Neste sentido, três dimensões básicas do desenvolvimento humano são analisadas: renda, saúde (expectativa de vida da população) e educação (média de anos de estudos). Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (pleno desenvolvimento humano).

Os IDHs menos significativos do Estado se encontram em sua maioria nas cidades das macrorregiões Norte e Jequitinhonha, com índices entre 0,568 a 0,707; e são nas macrorregiões do Triângulo, Alto Paranaíba e Sul de Minas que se concentram a maioria das cidades com IDHs mais elevados, entre 0,744 a 0,841.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em www.pnud.org.br.

Podemos notar que mesmo tendo a maior renda per capita a região Central não possui maioria entre os dez municípios com maiores IDHs. Isto significa que as desigualdades sociais, mesmo nas regiões mais dinâmicas do Estado, ainda persistem. Distribuir de forma mais equitativa a renda gerada é um dos grandes problemas de Minas e também do Brasil.

Outro ponto a ser salientado é que dentre os dez municípios com maiores IDHs no ano de 2000, variando de 0,826 a 0,841, nenhum pertence às regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri, e seis pertencem à região Sul ou Triângulo. Ver tabela 5.

TABELA 5
10 Maiores - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Municípios do Estado de Minas Gerais

Município	Macrorregião	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Poços de Caldas (MG)	Sul	0,841
São Lourenço (MG)	Sul	0,839
Belo Horizonte (MG)	Central	0,839
Uberaba (MG)	Triângulo	0,834
Timóteo (MG)	Rio Doce	0,831
Divinópolis (MG)	cento oeste	0,831
Uberlândia (MG)	Triângulo	0,830
Alfenas (MG)	Sul	0,829
Juiz de Fora (MG)	zona da mata	0,828
Pouso Alegre (MG)	Sul	0,826

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Em contrapartida, os dados da tabela 6 mostram que no ranking dos dez municípios de Minas Gerais com menores IDHs, todos os municípios pertencem a região norte e a região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri, com Índices de Desenvolvimento Humano que não chegam a 0,586. A tese de Furtado (1974), sobre a replicação do modelo de desenvolvimento capitalista global entre centro e periferia, entre as regiões do país pode ser verificada dentro do próprio Estado de Minas Gerais. Mesmo uma forte intervenção do governo federal através da SUDENE nos anos sessenta e setenta do século passado não foi suficiente para reverter este quadro no estado.

TABELA 6
10 Menores - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Municípios do Estado de Minas Gerais

Município	Macrorregião	IDH - 2000
Setubinha (MG)	Jequitinhonha	0,568
Monte Formoso (MG)	Jequitinhonha	0,570
Indaiabira (MG)	Norte	0,571
Pai Pedro (MG)	Norte	0,575
Bonito de Minas (MG)	Norte	0,580
Gameleiras (MG)	Norte	0,581
Novo Oriente de Minas (MG)	Jequitinhonha	0,582
Bertópolis (MG)	Jequitinhonha	0,585
Crisólita (MG)	Jequitinhonha	0,586
Fruta de Leite (MG)	Norte	0,586

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

- Assistência do programa Bolsa Família

A tabela 7, a seguir, apresenta o percentual de domicílios de cada uma das macrorregiões de Minas Gerais beneficiárias do programa Bolsa Família. A região Norte e a região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri são as que apresentam um maior percentual de domicílios beneficiários desse programa, respectivamente 22,3% e 24,2% são beneficiárias. Enquanto os menores percentuais se encontram na região Sul e no Triângulo, com 10,1% dos domicílios recebendo assistência do programa na primeira e apenas 8,9% nesta última.

TABELA 7
Família beneficiária do PBF por macrorregião, em percentual

Região de Planejamento	Sim	Não	Total
Triângulo	8,9	91,1	100,0
Sul	10,1	89,9	100,0
Centro-Oeste	11,1	88,9	100,0
Alto Paranaíba	11,7	88,3	100,0
Zona da Mata	12,3	87,7	100,0
Central	13,7	86,3	100,0
Rio Doce	17,4	82,6	100,0
Noroeste	18,7	81,3	100,0
Norte	22,3	77,7	100,0
Jequi/Mucuri	24,2	75,8	100,0
Total	14,5	85,5	100,0

Fonte: PAD - MG 2009

- Saneamento básico

Dentre as dez regiões de planejamento do estado, as regiões que possuem o maior percentual de domicílios sem água canalizada em pelo menos um cômodo são as regiões Noroeste com 8,4% e Jequitinhonha/Mucuri com 3,5%. Extraordinariamente, os percentuais da região Central e Norte se equiparam, com respectivamente, 3,2% e 3,5%, indicando que o mesmo percentual de domicílios em ambas as regiões vivem sem água canalizada em seus domicílios. O fato dessas duas regiões extremamente diferentes em suas características socioeconômicas possuírem percentuais similares de domicílios com água canalizada se explica uma vez que na região Central encontra-se um grande número de favelas, onde a infra-estrutura é precária.

TABELA 8
Domicílio com água canalizada em pelo menos um cômodo, em percentual

Região de Planejamento	Sim	Não	Total
Noroeste	91,6	8,4	100,0
Jequi/Mucuri	94,5	5,5	100,0
Norte	96,5	3,5	100,0
Central	96,8	3,2	100,0
Zona da Mata	97,0	3,0	100,0
Rio Doce	97,7	2,3	100,0
Triângulo	97,8	2,2	100,0
Sul	98,7	1,3	100,0
Alto Paranaíba	98,8	1,2	100,0
Centro-Oeste	98,9	1,1	100,0
Total	96,9	3,1	100,0

Fonte: PAD-MG 2009

A tabela 9 mostra a região Norte como a de menor percentual de domicílios com rede coletora de esgoto ou pluvial como forma de escoadouro do banheiro. Esta possui como outras alternativas mais usadas a fossa séptica não-ligada à rede coletora de esgoto, 19,66% e a fossa 26,98%. Na região do Triângulo quase a totalidade dos domicílios possui como forma de escoadouro do banheiro 'rede coletora de esgoto ou pluvial', 91,75%. Na região central, também em função do exacerbado número de favelas na região, quando se trata da forma de escoadouro do banheiro, encontra-se um número negativo - levando-se em consideração o histórico de excelentes indicadores - de 79,92% de domicílios que utilizam a 'rede coletora de esgoto ou pluvial'.

TABELA 9
Forma de escoadouro do banheiro, em percentual

Região de Planejamento	Rede coletora de esgoto ou pluvial	Fossa séptica ligada à rede coletora	Fossa séptica não-ligada à rede coletora	Fossa	Val a	Direto para rio ou lago	Outro	Total
Norte	51,57	0,77	19,66	26,98	0,34	0,26	0,43	100,0
Rio Doce	76,23	0,37	3,06	9,38	2,79	8,08	0,09	100,0
Zona da Mata	77,60	3,31	8,26	3,47	0,25	7,02	0,08	100,0
Noroeste	47,17	0,77	8,65	40,51	1,76	0,15	1,00	100,0
Central	79,92	2,28	5,75	9,90	0,14	1,68	0,33	100,0
Sul	81,85	3,27	5,38	4,55	0,06	4,83	0,06	100,0
Triângulo	91,75	0,28	0,55	6,80	0,07	0,55	0,00	100,0
Alto Paranaíba	90,36	1,10	2,63	4,92	0,19	0,72	0,10	100,0
Centro-Oeste	82,40	0,76	3,74	10,05	0,28	2,01	0,76	100,0
Jequi/Mucuri	67,45	1,66	14,86	12,23	0,48	2,90	0,41	100,0
Total	76,62	1,61	6,70	11,75	0,49	2,52	0,31	100,0

Fonte: PAD-MG 2009

- Educação

Em relação as dez macrorregiões de Minas Gerais, vê-se na tabela 10 que a região com o maior percentual de analfabetos é a região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri, com 26,57% de sua população sem saber ler e escrever, ao passo que o percentual de analfabetos nas regiões Sul, Triângulo e Central é bem menor, gira em torno de 14%.

TABELA 10
Analfabetismo por macrorregião

Região de Planejamento	Sabe ler e escrever	Não sabe ler e escrever	Total
Norte	79,21%	20,79%	100,00
Rio Doce	80,66%	19,34%	100,00
Zona da Mata	84,62%	15,38%	100,00
Noroeste	78,87%	21,13%	100,00
Central	85,10%	14,90%	100,00
Sul	85,07%	14,93%	100,00
Triângulo	85,14%	14,86%	100,00
Alto Paranaíba	83,70%	16,30%	100,00
Centro-Oeste	84,02%	15,98%	100,00
Jequi/Mucuri	73,43%	26,57%	100,00
Total	82,52	17,48	100,00

Fonte: PAD_MG 2009

A persistência do analfabetismo é uma marca da herança intergeracional entre as pessoas mais pobres no país, assim como em Minas Gerais. O fato de praticamente 1 em cada 4 pessoas em condições de alfabetizar-se não saberem ler evidencia uma enorme barreira para a distribuição de renda via mercado de trabalho. Para os analfabetos sobram ocupações marcadamente manuais, muito exaustivas e de restrita remuneração. A transferência intergeracional da pobreza passa, necessariamente, pela garantia de uma escolarização mínima de toda a população. Até mesmo a média de 17,48% de analfabetos no estado é preocupante no momento de retomada do crescimento econômico.

Considerações Finais

As macrorregiões de Minas Gerais se desenvolveram de forma distinta. Dessa forma, as desigualdades regionais do estado são históricas, persistindo até os dias atuais. Nessa perspectiva, procuramos demonstrar neste trabalho algumas disparidades socioeconômicas manifestadas ao longo dos anos no Estado, privilegiando dados de 2000 a 2010.

A taxa média de crescimento anual da renda na última década, nas regiões tradicionalmente menos dinâmicas, em termos econômicos, teve um maior crescimento percentual, em oposição as regiões mais dinâmicas, as quais tiveram crescimento inferior. Isto ocorreu porque houve um aumento real do salário mínimo na década passada e a maioria das famílias nestas regiões mais pobres possuem renda atrelada ao salário mínimo. Os programas de transferência de renda do governo federal, principalmente o Bolsa Família, também reforçaram a renda de parte significativa destas famílias.

O aumento do salário mínimo causa um impacto maior nas regiões menos desenvolvidas, em que a renda é menor, influenciando positivamente na taxa média de crescimento anual. Enquanto nas regiões em que a renda já em 2000 era elevada, o aumento do salário mínimo refletiu pouco quando se trata da taxa de crescimento da renda. Apesar desse crescimento positivo nas regiões menos desenvolvidas, as desigualdades entre estas e as regiões mais desenvolvidas não foram reduzidas de forma significativa, uma vez que dentre os dez municípios com menores médias de rendas per capita, oito pertencem a estas regiões menos dinâmicas, o Vale do Jequitinhonha/Mucuri e o Norte de Minas. Por outro lado, dentre os dez municípios com maiores rendas *per capita*, nove integram as regiões Sul, Central e Triângulo.

Outro aspecto a ser salientado é a participação da renda proveniente do programa bolsa família, contribuindo também para o aumento da taxa de crescimento nas regiões menos desenvolvidas, uma vez que foi demonstrado que é nas regiões que a taxa de crescimento foi maior, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Norte, onde se encontra o maior número de famílias beneficiárias do PBF.

Percebe-se também que dentre todas as regiões de Minas Gerais, na região Central é onde se verifica um maior número de favelas, este fato corrobora para que em algumas situações os indicadores sociais desta região destoem do seu enorme potencial econômico

Em suma, a industrialização e o crescimento econômico verificado no Estado nos últimos anos não foram sinônimos de bem-estar social para todos, nem tão pouco de igualdade de condições entre as macrorregiões de Minas Gerais. No decorrer do trabalho foram expostos dados sobre renda, analfabetismo, IDH, dentre outros, que demonstram a concentração do desenvolvimento nas regiões do Central, Triângulo e Sul e por outro lado, as condições desfavoráveis em que se encontram as regiões Jequitinhonha/Mucuri e Norte.

Furtado (1974) aponta o caminho da intervenção do Estado com propulsor das atividades de mercado no sentido de inserir regiões periféricas na dinâmica do desenvolvimento capitalista. O Norte de Minas e a região dos Vales do Jequitinhonha/ Mucuri juntas possuem cerca de 13% da população do Estado, distribuída em um vasto território. A reprodução do modelo hegemônico de desenvolvimento concentrado do país está gerando a mesma dinâmica centro e periferia verificada no Brasil.

No entanto, além da federação, temos em Minas o Governo do Estado para fomentar o desenvolvimento nessas regiões periféricas. A junção de recursos políticos, interesses do empresariado e participação cívica é fundamental para minorar os efeitos do desenvolvimento capitalista de acordo com a dinâmica do mercado.

A eminência da montagem de um parque de exploração mineral na Serra Geral do Norte de Minas, a exploração de gás mineral e de petróleo na bacia do Rio São Francisco, assim como outros grandes empreendimentos em fase de instalação na região, se acompanhados, incentivados e monitorados pelo estado podem vir a contribuir com o desenvolvimento social nestas regiões. Caso contrário, estaremos mais uma vez assistindo mais um ciclo de exploração predatória nestas regiões mais pobres do Estado de Minas Gerais.

Referências

ARROYO, Miguel. Políticas Educacionais e Desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**. v.31, n.113. p.1381-1416, out-dez, 2010.

BONENTE, Bianca Imbiriba; CORRÊA, Hugo Figueira. Sobre o discurso do desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do discurso econômico. Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 35-56, maio 2009. Ensaio FEE. Disponível em: revistas.fee.tche.br, acesso em: Acesso em: 16 jul. 2012.

Desenvolvimento Humano Municipal, 2000. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em www.pnud.org.br. Acesso em: 02 set. 2011.

DULCI, Otavio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

FILHO, Jair do Amaral Filho. A endogeneização do desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e políticas públicas-ppp**, n 23. São Paulo: ipea. Jun. de 2001.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra. 1974.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica no Pós-Guerra: O caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br. Acesso em: 10 jul. 2012.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. Tese de Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Relatório Metodológico – Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais – PAD – MG. Disponível em: www.fjp.gov.br. Acesso em: 01 set. 2011.

RICCI, Fábio. O Desenvolvimento Regional e a Dinâmica do Movimento do Capital. G&DR, v.1, número 2, p.3-15, mai/ago, de 2005. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Disponível em: www.rbgdr.net. Acesso em: 12 jul. 2012.

SANTOS, Gilmar Ribeiro; SILVA, Ricardo dos Santos. Anais do 35º encontro anual da anpocs. Caxambu: anpocs. 2011.

FORMAÇÃO CONTINUADA E EQUIPE INTERDISCIPLINAR ENVOLVIDA COM AÇÕES QUE FOCAM O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes
Assistente Social mestranda do curso Desenvolvimento Humano: Formação,
políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté/SP
nilsenmarcondes@gmail.com

Maria Aparecida Campos Diniz de Castro
Profª Dra. do Programa de Mestrado Acadêmico e
Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e
Práticas Sociais da Universidade de Taubaté/SP
nenacdiniz@gmail.com

Resumo

O vínculo entre formação continuada e desenvolvimento humano é realidade palpável e promotora de inúmeros benefícios que enriquecessem tanto as ações daqueles que promovem a intervenção quanto o processo de desenvolvimento dos destinatários de tais ações. Diante disso, objetiva-se com este estudo analisar a importância da formação continuada para os profissionais que compõem uma equipe interdisciplinar e que estão envolvidos com ações que focam o desenvolvimento humano. Esta abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica, demonstra que os conhecimentos adquiridos e continuamente reciclados direcionam os caminhos pelos quais a intervenção da equipe interdisciplinar irá trilhar na superação da característica de fragmentação e pulverização que suas práticas podem eventualmente assumir.

Palavras-chave: Formação Continuada. Interdisciplinaridade. Desenvolvimento Humano.

Abstract

The link between continued background and human development is palpable reality and promoter of numerous benefits that enrich both the actions of those promoting the intervention and the development process of the recipients of such actions. Given this, objectives with this study to analyze the importance of continued background for professionals that make up an interdisciplinary team and are involved in activities that focus on human development. This qualitative, exploratory and literature, demonstrates that the knowledge acquired and continuously recycled direct the ways in which the intervention of the interdisciplinary team will walk in the overcoming of fragmentation and spray feature that can eventually take over their practices.

Keywords: Continued Background. Interdisciplinarity. Human Development

Introdução

Ao se tratar de formação continuada, cabe destacar a importância de se compreender o conhecimento como algo coletivamente construído e historicamente determinado. Portanto, discorrer sobre formação continuada significa debruçar-se sobre realidades amplas constituídas por uma diversidade e uma heterogeneidade de aspectos.

Quanto à discussão de temáticas que envolvem a pessoa humana em desenvolvimento, verifica-se não ser tarefa fácil porque o objeto observado é o próprio homem, o “protagonista do conhecimento e da ação”, para usar uma expressão de Pereira (1990, p. 66). E isso faz diferença porque o “objeto de investigação não é o [...] dado bruto da natureza ou do raciocínio e tampouco passível de certa ‘manipulação’. Seu objeto de investigação é ao mesmo tempo *sujeito*” (ibidem, p. 58, grifos do autor).

O vínculo entre formação continuada e desenvolvimento humano é realidade palpável e promotora de inúmeros benefícios que enriquecessem tanto as ações daqueles que promovem a intervenção quanto o processo de desenvolvimento dos destinatários de tais ações. Sabe-se que toda e qualquer realidade que emerge do cotidiano profissional quanto do contexto da pessoa desenvolve está intrinsecamente relacionada com a estrutura histórica na qual a realidade está inserida, e nesse aspecto a necessidade e a importância da formação continuada se faz presente.

Portanto ao se pensar em desenvolvimento humano não se pode desconsiderar o auspício dessa aparente contradição representada pela presença da universalidade e da individualidade imperando nos mais diversos ambientes e contextos. E à proporção que se reconhece essa aparente contradição imanente da vida humana e busca-se construir caminhos que promovam o desenvolvimento humano, mais distante da realidade solipsista se consegue estar.

Nesta direção, é relevante considerar também que o dinamismo da sociedade determina novas necessidades de formação continuada para os profissionais que focam seu trabalho na direção do desenvolvimento humano. Além do que, a própria pessoa humana também sofrer modificações, atualizando-se junto com a sociedade, pois esta última representa seu espaço privilegiado de ação.

O desenvolvimento humano é considerado como um sistema aberto por isso as ciências isoladamente não conseguem dar conta de estudá-lo. O construto do desenvolvimento humano transita pela interdisciplinaridade. Basta pensar que somente do ponto de vista biológico já é possível constatar inúmeras diferenciações que reforçam

que ontogeneticamente existem diferenças, por exemplo, existem as pessoas altas e as baixas, loiras e morenas, uns podem ser acometidos por problemas neurológicos, outros por problemas ósseos enfim. E ainda esses elementos podem ser ocasionados por diferentes variáveis como situações de risco, estresse, fatores genéticos, ambientes onde se vive entre outros.

Os subsistemas considerados somente do ponto de vista biológico já são inúmeros por isso não é possível buscar uma única causa ou ainda considerar somente um único aspecto quando se está em volto com a questão do estudo sobre o desenvolvimento humano. E ainda sem falar na influência que os contextos como família, escola, trabalho, grupo de iguais, comunidade, cidade, estado, país podem exercer também neste desenvolvimento.

Portanto não são necessários muitos exemplos para se ter a plena certeza do quanto a pessoa humana é influenciada por uma infinidade de elementos durante seu processo de desenvolvimento por isso pensar que somente uma única ciência ou uma única especialidade profissional poderá dar conta desse estudo é ser acometido por uma grande inocência teórico-prática.

Dar conta da análise de sistemas tão amplos é praticamente impossível quando se pensa somente nas ferramentas teórico-metodológicas que as formações específicas conferem aos respectivos profissionais individualmente. Precisa-se de outras áreas do conhecimento para melhor compreensão do desenvolvimento.

Assim sendo, já se evidencia logo de imediato o quanto o tema do desenvolvimento humano está intimamente ligado à questão da interdisciplinaridade. Minimamente é necessário mais de um profissional e evidentemente de formação distinta para se enveredar pelos caminhos do estudo do desenvolvimento. E como este desenvolvimento humano não é algo estático, pronto e acabado, pelo contrário como já bem dizia Paulo Freire (1994, p. 42) ao colocar que quanto aos homens “os reconhece como seres que *estão sendo*, como seres inacabados, inconclusos, *em e com* uma realidade, que sendo histórica também, é igualmente inacabada ”(grifos do autor), a formação continuada da equipe interdisciplinar envolvida com estudos do desenvolvimento se faz necessária de maneira inescusável.

Por conseguinte, bastam estas poucas assertivas para reforçar o quanto a capacitação profissional para a equipe interdisciplinar é imprescindível, além de fornecer subsídios para que tais profissionais possam desempenhar continuamente sua função de promotores de intervenções cada vez mais conseqüentes e mais próximas do

desenvolvimento humano. A formação continuada possui potencial para minimizar os efeitos de uma eventual fragmentação ou pulverização de ações executadas por profissionais de formação distinta que trazem como consequência o retardo do processo histórico e coletivo de desenvolvimento da pessoa humana.

E ainda, como a equipe interdisciplinar se vê envolvida numa realidade dinâmica em contínua transformação, falar em formação continuada significa considerar os diferentes momentos históricos e o movimento das diversas forças que incidem sobre a atuação prática cotidiana destes profissionais.

Considera-se também importante ressaltar que o desenvolvimento humano em destaque neste estudo não se refere unicamente ao aspecto cognitivo o qual é privilegiado no ambiente escolar. Intenciona-se, portanto, com essa reflexão considerar outros contextos conforme já citados como família, trabalho, grupo de iguais, comunidade, sociedade enfim como potencializadores do desenvolvimento humano em seu aspecto mais amplo, no qual a cognição aparece como uma parte deste todo.

Agora em se tratando da metodologia, esta pesquisa se apresenta quanto à forma de abordagem da temática, como qualitativa. Segundo, MORESI (2003, p. 8-9):

Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Do ponto de vista de seus objetivos, esta pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva. Exploratória porque o primeiro passo para conhecimento daquilo que se queria abordar foi buscar auxílio de autores que acumularam e sistematizaram conhecimentos a respeito das questões ora tratadas. E descritiva porque se intencionou expor os resultados da sondagem realizada sobre os assuntos (MORESI, 2003, p. 9).

Com relação aos procedimentos técnicos, este estudo é considerado como bibliográfico, pois foi orientado pela análise de obras de alguns autores que tratam a questão do desenvolvimento humano, da interdisciplinaridade, bem como da formação continuada.

O primeiro contato com as obras e autores citados nesta pesquisa foi realizado durante as atividades (exposições dialogadas, estudos de artigos e discussões estruturadas em grupos) junto ao Programa de Mestrado Acadêmico e Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté (UNITAU) no estado de São Paulo, em nível de aulas ministradas, durante o ano de 2011, em disciplinas dirigidas pelas professoras doutoras Edna Maria Querido de Oliveira Chamon, Maria Aparecida Campos Diniz de Castro, Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão, e professora mestre Nilde Ferreira Balcão. Portanto, foram esses estudos que deram origem ao artigo ora apresentado.

Desenvolvimento humano: buscando compreensões

Considera-se que alguns autores tornaram-se referências para o delineamento da reflexão que se procura focar neste artigo. A ênfase dada aos estudos sobre o desenvolvimento humano para além da formação exclusiva da cognição apresenta-se como um desafio. O resultado deste estudo demonstrou uma diversidade de posições a partir das considerações dos pressupostos históricos em que tais reflexões foram construídas. E é importante considerar isso porque “os modelos de estudo do desenvolvimento evoluem em função dos conhecimentos que se produz” (CHAMON, 2011).

Além disso, verificou-se também a existência de uma articulação de ideias e mesmo complementação de outras entre alguns autores. E essa constatação foi buscada propositalmente na medida em que a lente que orienta este estudo visa colocar em relevo uma focagem interdisciplinar, por isso a intenção de estudar o desenvolvimento humano não partiu da busca por reflexões que privilegiassem ambientes isolados.

Os autores que se dedicaram e se dedicam aos estudos do desenvolvimento contribuíram cada um a seu modo de forma muito especial, para avanço das reflexões sobre o assunto, materializando o arcabouço teórico que se tem na atualidade. Esses estudos possibilitam que diversas teorias coabitem no mundo das ciências suprimindo uma possível tendência que possa afirmar como certo ou como errado este ou aquele pensamento. Existem linhas de pensamentos complementares ou quando muito contraditórias, mas não certas ou erradas (CHAMON, 2011).

Na tentativa de considerar estes contextos como realidades articuladas umas as outras, não se pretendeu elaborar um percurso analítico exaustivo, o que foge do

objetivo deste artigo, mas sinalizar aquilo que se considera como mais relevante nas falas de alguns autores bem como seu imbricamento com as demais reflexões construídas.

Assim sendo, apresenta-se na sequencia algumas considerações sobre a questão do desenvolvimento humano contextualizado em contextos distintos. Dito isso, cita-se como primeiro autor de referência Bronfenbrenner (2002) que considera que

O desenvolvimento humano inclui a busca de princípios que governam a maneira pela qual os processos de comportamento e desenvolvimento são instigados e alterados pelos meio ambientes em que ocorrem, então são necessárias concepções e estratégias mais integrativas. Os sistemas conceituais da ciência desenvolvimental precisam abranger as propriedades gerais dos ambientes, assim como das pessoas e comportamentos; eles também precisam considerar a interação entre a pessoa e a situação como afetando os resultados comportamentais (BRONFENBRENNER, 2002, p. 102).

Ainda segundo o mesmo autor, a vida humana é regida por vetores imediatos e remotos porque “tanto o ambiente imediato quanto o meio ambiente mais remoto, são especialmente importantes como influências sobre as manifestações do desenvolvimento” (BRONFENBRENNER, 2002, p. 45).

Segundo Bronfen, o desenvolvimento ocorre em estágios e ainda que se encontram em construção. Para ele o epigenético não assume tanta influencia no desenvolvimento quanto o contexto. Este mesmo contexto, aliado às interações estabelecidas é que irão influenciar no desenvolvimento. E a defesa dessa argumentação é que permitiu a construção de uma teoria com acentuadas características contextualista e interacionista. Para o autor, muitas realidades interferem no desenvolvimento humano, podendo ser de ordem positiva ou negativa, entretanto a ênfase do estudo nesta teoria recai na investigação dos aspectos que influenciam positivamente no desenvolvimento. A focalização e o estudo do ambiente em que a pessoa se encontra ganham destaque para Bronfen que considera que os recursos do ambiente propiciam o desenvolvimento enquanto outros o levam a alavancar (BRONFENBRENNER, 2002; LEÃO, 2011;).

A observação, enquanto instrumental de coleta de dados, se constitui como elemento fundamental neste referencial teórico e ainda sua utilização requer conviver, permanecendo por certo período de tempo no ambiente que se propõe avaliar. Evidentemente, apesar de importante, a observação pode e deve ser atrelada a outras técnicas de coleta de dados (CASTRO, 2011; LEÃO, 2011).

Respaldados pela Teoria de Bronfen, os estudiosos do desenvolvimento são levados a analisar a pessoa desenvolvente de uma forma mais ampliada, portanto considerando mais de um contexto no qual esteja inserida. Nesta direção, indica-se a utilização de no mínimo dois ambientes para estudo porque a observação da pessoa desenvolvente em somente um contexto pode empobrecer a avaliação (LEÃO, 2011).

Os ambientes primários mais universais e potentes nas sociedades humanas são, naturalmente a família e o local de trabalho [...] um terceiro ambiente importante é o grupo de iguais, embora seu caráter instável e de curta duração limite seu impacto à extensão em que outros ambientes mais permanentes continuam sendo uma parte proeminente da vida da pessoa (BRONFENBRENNER, 2002, p. 218).

Conforme esclarece Leão (2011), em estudos do desenvolvimento há de se considerar também os padrões normativos e não normativos de mudanças. Entendendo como normativo tudo o que se espera ocorrer durante certo período de desenvolvimento de uma determinada pessoa, como por exemplo, manifestações físicas no crescimento. Quanto ao não normativo considera-se, por exemplo, situações de violência, um acidente, uma morte inesperada, o ganhar na loteria, o passar no vestibular enfim situações diversas que podem acontecer no interior da família ou no interior de qualquer outro ambiente no qual a pessoa desenvolvente se encontra inserida. Os impactos normativos e não normativos igualmente influenciam no desenvolvimento, com isso compreende-se o quanto o desenvolvimento significa o resultado direto da interação pessoa e ambiente.

Acrescenta-se ainda o fato de que um mesmo fator pode influenciar de maneira diferente pessoas distintas, conforme muito bem elucidada Leão (2011) numa expressão sintética e exemplificadora “o calor pode derreter a manteiga, mas também endurecer o ovo”. Por exemplo, um mesmo ambiente acadêmico e um mesmo professor orientador podem influenciar na construção da identidade profissional dos mestrands enquanto futuros pesquisadores de forma diferenciada dependendo das interações ocorridas neste contexto.

Portanto, se considera de suma importância estudar o desenvolvimento humano considerando-o inserido dentro de um processo. E este processo remete à questão do tempo, considerado como imprescindível porque segundo Bronfen (2002) o tempo influencia sobremaneira o comportamento humano, sendo que os aspectos sócio-

históricos encontram-se inseridos dentro do tempo influenciando também o desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 2002, p. 197).

Em se tratando dos aspectos sócio-históricos, se é levado a atentar-se também ao contexto macro que igualmente influencia no desenvolvimento humano, sendo formado justamente por todos os demais ambientes no qual a pessoa se insere e representado pelas “formas de organização social, sistema de crenças e estilos de vida prevalentes numa determinada cultura” (BRONFENBRENNER, 2002, p. 221). E ainda o mesmo autor reforça que o ambiente macro possui “padrões consistentes de organização e comportamento [que] encontram apoio em valores geralmente mantidos pelos membros de uma dada cultura” (ibidem, p. 197). Este ambiente mais amplo também “sofre um processo de desenvolvimento e, ao fazê-lo, empresta movimento a todos os seus sistemas compostos, até o nível da pessoa” (ibidem, 2002, p. 202).

Não obstante valor destes contextos, no qual a pessoa desenvolve se encontra, há de se considerar também a importância da emergência dos processos proximais que se estabelecem no interior destes contextos, quais sejam as interações estabelecidas. “Sempre que uma pessoa em um ambiente presta atenção às atividades de uma outra pessoa, ou delas participa, existe uma relação” (ibidem, p. 46). E a partir do estabelecimento das primeiras interações, outras surgirão em um contínuo crescimento em termos de complexidade e quantidade (ibidem, p. 46) levando ao desenvolvimento humano.

Segundo Bronfen (2002), estas interações devem ser reconhecidas como de grande relevância no processo de desenvolvimento humano, principalmente quando consideradas como significantes, ou seja, quando se estabelece no contexto uma “relação afetiva” (p. 48). As interações significativas a partir do ponto de vista dos envolvidos, independente do tempo de duração, contribuem para alcance do desenvolvimento (p. 37-38, 44).

Ao se referir ao contexto educacional, Chamon (2011) coloca que estabelecimento de relações pautadas na afetividade somadas ao investimento na formação da cognição contribui para alcance do desenvolvimento humano de forma ampliada, pois permite considerar a pessoa desenvolve como ser completo e não fragmentado. E ainda a autora complementa sinalizando que o estabelecimento da afetividade contribui para a superação de fases presentes no processo de desenvolvimento representado por momentos de crises, sendo que estas últimas neste contexto se transformam em molas impulsionadoras para saídas destas situações. Não

obstante inúmeros desafios “que a educação deve se defrontar – o analfabetismo, a evasão escolar, a educação de jovens e adultos etc. – a questão da relação entre cognição e afetividade [...] sem dúvida, constitui um ponto focal da agenda educativa” (FERREIRA e ACIOLY-RÉGNIER, 2010, p. 22).

Para Chamon (2011), no contexto educacional é necessário potencializar não somente o raciocínio lógico, mas também valorizar o sentimento da pessoa em desenvolvimento numa constante busca da relação integral, destacando igualmente a importância do educando. E não somente do educando, mas também do educador, pois ambos se vêm envolvidos neste processo de desenvolvimento. O ambiente escolar, além de demarcar presença de destaque “enquanto fator de formação e de socialização [é considerado também] como importante fonte de apoio social e afetivo” (AMPARO et al., 2008, p. 71).

O conjunto funcional que destaca ora a presença da afetividade ora da cognição se intercalam nos processos interativos. Em cada fase da vida humana, há o predomínio de um conjunto funcional e a integração desses conjuntos funcionais é o que permite o desenvolvimento humano. “Por isso não se pode somente ensinar, mediar, orientar e facilitar o processo de aprendizagem, deve-se também buscar a formação integral, holística” (CHAMON, 2011).

A presença viva da afetividade no cenário educacional é uma presença que não se pode mais ignorar, pois a experiência indica que o afeto influencia as relações e os processos de aprendizagem, requerendo visões inclusivas e capazes de resgatar a dimensão de cuidado necessário ao processo educativo. A escola como um lugar privilegiado para formação exclusiva da cognição tem encontrado desafios antes não imaginados, pois em que pesem as tentativas de impedir o surgimento dos afetos no ato educativo, a sua presença aparece nas atividades propostas, nas relações que são estabelecidas, nos ditos e não ditos que povoam o imaginário escolar, convidando-nos a continuarmos refletindo e repensando o seu lugar [lugar do afeto] nos processos formativos (FERREIRA e ACIOLY-RÉGNIER, 2010, p. 24).

“A análise do contexto escolar e seu papel no desenvolvimento social e afetivo das pessoas tem sido um tema muito polêmico” (AMPARO et al., 2008, p. 72). Todavia, a ênfase na questão da afetividade dentro do ambiente educacional, ao se tratar de interações estabelecidas, contribui para identificação do professor como aquele que conduz o outro. Considera-se também que por meio do cognitivo é possível estruturar o afeto na medida em que a pessoa desenvolve é incentivada a escrever sobre seus sentimentos. E na medida em que tal afetividade é desconsiderada, “isso pode levar a

uma restrição cognitiva que não elimina a possibilidade de desenvolvimento, mas pode dificultá-lo ou torná-lo lento” (CHAMON, 2011).

Uma educação comprometida com uma agenda reflexiva busca ampliar e resgatar os fundamentos da razão formativa, a saber: a humanização. Isso implica novos desafios para a educação e para a escola. Dentre eles podemos incluir o questionamento acerca do lugar da afetividade e suas relações com a cognição no campo educacional (FERREIRA e ACIOLY-RÉGNIER, 2010, p. 23).

Em diversos outros contextos que não somente o da educação, como por exemplo, no ambiente familiar, de trabalho e mesmo no grupo de iguais, verifica-se que, o desenvolvimento humano não é linear e contínuo, e neles Bronfenbrenner (2002, p. 48) também destaca a questão da afetividade como contributo para alcance do desenvolvimento. Chamon (2011) reforça a importância das interações em todos os demais contextos potencializadores de desenvolvimento ao colocar que “nós somos moléculas e energia, ligados uns aos outros como numa teia”, portanto independente do ambiente em que a pessoa desenvolve se encontra, ela poderá ao longo de sua trajetória, tecer relações sociais e teias sólidas de reciprocidade.

A construção de laços sólidos e coesos, fundamentados nas relações pautadas pela afetividade, certamente contribuem para um caminhar rumo ao desenvolvimento saudável (AMPARO et al., 2008, p. 72, 79, 82; CASTRO, 2011; DESSEN e POLÔNIA, 2007, p. 24-26; LEÃO, 2011). Nesta direção, as interações afetivas, estruturadas e consolidadas tanto ambiente escolar quanto na ambiência familiar “permitem que os indivíduos lidem com conflitos, aproximações e situações oriundas destes vínculos” (DESEN e POLÔNIA, 2007, p. 27).

Na trajetória do desenvolvimento com a chegada inevitável dos períodos de crises, pois eles são inerentes a este processo, as interações pautadas na afetividade fortalecerão a pessoa desenvolve para que possa compreender que perdas e ganhos, sucessos e insucessos, avanços e recuos também se configuram como impactantes no desenvolvimento saudável, desmistificando a idéia de que desenvolvimento somente ocorre com ganhos, com ascensão e com ações direcionadas numa única direção (CASTRO, 2011; LEÃO, 2011).

Em se tratando do contexto macro, histórico e concreto, debruçar-se sobre estudos do desenvolvimento, levando em consideração este ambiente societário, requer a construção de conhecimentos acerca da dinâmica do sistema capitalista no interior da

nação brasileira, bem como dos direitos de cidadania enquanto possibilitadores de desenvolvimento humano (BALCÃO, 2011).

No Brasil, uma das raízes da desigualdade foi gerada no solo da antidemocrática revolução burguesa aqui ocorrida. A classe dominante brasileira no passado remoto e no presente sempre reagiu às pressões que recebiam por parte dos segmentos populacionais considerados mais vulneráveis da sociedade, ao mesmo tempo em que “incorporam demandas populares, alimentando uma ‘democracia restrita’: da democracia dos oligarcas à democracia do grande capital” (IAMAMOTO, 2011, p. 38, 131, grifo da autora).

Aquilo que é específico da história do liberalismo no Brasil, “faz com que as idéias de universalismo, de liberdade do trabalho, de igualdade perante a lei coexistam [...] com a escravatura, o arbítrio e o favor”. Existe um predomínio do interesse privado que se apresenta como “medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública e a dimensão ética da vida social, terreno favorável ao neoliberalismo” (IAMAMOTO, 2011, p. 38).

A herança histórica colonial e patrimonialista é muito marcante no Brasil, aqui tudo aquilo que foi ocorrendo de novo surgia pela mediação do passado. O país entra na divisão internacional do trabalho, carregando sua história de formação social, conferindo uma característica toda própria à organização da produção, às relações entre o Estado e a sociedade, com reflexos diretos no contexto político e cultural da sociedade brasileira. As desigualdades que já existiam no país e que permaneceram estão presentes na economia, na política e na cultura, redimensionando o legado histórico e o presente, de forma a selar o processo de mudanças dentro de um ritmo peculiar (ibidem, p. 128-129).

Transitam nesse contexto as noções de direitos civis, políticos e sociais, enquanto direitos de cidadania (CARVALHO, 2011, p. 9; MARSHALL, 2002, p.63). Direitos civis são aqueles que se referem a realidades axiológicas porque dizem respeito aos direitos fundamentais à vida humana, à liberdade individual, à propriedade e à igualdade perante a lei. Materializam-se na liberdade de poder ir e vir, de expressar pensamentos e fé religiosa, de comunicar-se por meio da imprensa, de optar pelo trabalho que melhor contemple suas habilidades e vocação, de organizar-se por meio de grupos, associações, sindicatos enfim, de salvaguardar sua vida privada impedindo violação do seu lar, da sua correspondência, da sua honra e reputação, de ser considerado inocente e não sofrer reclusão exceto quando sua culpabilidade seja

provada por órgão competente em consonância com as leis vigentes, de ser atendido pela via de audiências justas, públicas e acessíveis financeiramente, de não sofrer tortura e demais ações pertinentes (BALCÃO, 2011; CARVALHO, 2011, p. 9; DECLARAÇÃO..., 1998, p. 1-5; MARSHALL, 2002, p.63).

Direitos políticos são representados pela possibilidade de se participar do exercício do poder político seja como eleitor ou como candidato de determinado organismo. Portanto, tal direito permite que a pessoa faça parte do governo de seu país seja pela forma direta ou por meio da escolha de seus representantes. Concretamente é colocado em prática pela via da organização de partidos políticos, pelo ato de poder votar e ser votado (BALCÃO, 2011; CARVALHO, 2011, p. 9-10; DECLARAÇÃO..., 1998, p. 4; MARSHALL, 2002, p. 63).

Direitos sociais dizem respeito às realidades que proporcionam um mínimo de bem estar sócio-econômico ao cidadão, garantindo-lhe uma vida digna. São eles: direito a saúde, educação, assistência social, ao trabalho, a habitação, segurança, ao lazer enfim (BALCÃO, 2011; CARVALHO, 2011, p. 10; DECLARAÇÃO..., 1998, p. 3-4; MARSHALL, 2002, p. 63-64). Portanto, “direitos civis garantem a vida em sociedade, [...] direitos políticos [...] a participação no governo da sociedade [e] os direitos sociais [...] a participação na riqueza coletiva” (CARVALHO, 2011, p. 10).

A alternância entre o justificar da expropriação dos direitos devidos a coletividade brasileira e a luta pelo resgate dos mesmos se faz sentir numa contínua batalha entre a classe burguesa centralizadora e conservadora e os profissionais em geral que se comprometem com a busca da justiça social e com o desenvolvimento humano dos membros da nação. A base de fundamentação e constatação dessa realidade encontra-se no percurso que a legislação brasileira foi assumindo desde seu nascimento até os dias atuais (BALCÃO, 2011).

A sociedade brasileira, como qualquer outra sociedade capitalista é regida por interesses privados e coletivos. Castel (1997, p.19) faz uma interessante análise sobre aqueles que se apresentam distantes do acesso aos direitos básicos de cidadania estando, portanto excluídos. Segundo o autor a simples repetência da palavra exclusão “oculta a necessidade de analisar positivamente no que consiste a ausência [ou seja, distância do acesso]. Isto por uma razão de fundo: *os traços constitutivos essenciais das situações de ‘exclusão’ não se encontram nas situações em si mesmas* ” (CASTEL, 1997, p.19, grifos do autor). A busca pelo desenvolvimento humano, bem como sua análise implica

necessariamente na compreensão de que não se pode “autonomizar situações limites que só tem sentido quando colocadas num processo” (ibidem, p. 19).

Urge na sociedade atual, a necessidade de investimento em formação continuada que permita a equipe interdisciplinar combater a exclusão e caminhar rumo ao desenvolvimento humano, ou seja, “esforçando-se em intervir, sobretudo em fatores de desregulação da sociedade salarial, no coração mesmo dos processos da produção e da distribuição das riquezas sociais”. Na história da sociedade brasileira, não obstante dificuldades houve abertura e reconhecimento das “demandas populares [... onde] a negociação já se torna factível no lugar em que antes apenas existia a violência [...]” (CASTEL, 1997, p. 46).

Esta assertiva é reforçada pela autora Iamamoto (2011) ao afirmar que a história da democracia no Brasil demonstra sua fragilidade, com isso o Estado se fortalecia enquanto que a sociedade civil permanecia cada vez mais subalterna. Apesar do Estado se utilizar de instrumentos coercitivos que restringiam a participação política e o exercício da cidadania, a classe majoritária da população residente no campo e na cidade nunca deixou de reivindicar, protestar e lutar por melhores condições de vida (p. 134-135).

Portanto, apesar do “caminho na direção de uma sociedade mais igualitária e democrática” ser penoso e evidenciar que “as conquistas se fazem com dificuldades [...]” é “pelo ângulo dessa sociedade civil atuante que é possível entrever horizontes possíveis para [alcance de] uma utopia democrática” (TELLES, 2001, p. 53). A análise a ser empreendida no contexto do desenvolvimento humano, deve se pautar no “olhar ao passado não como exemplo, mas como lição que para ser compreendida, precisa ser criticamente examinada” porque “ao se examinar práticas estatais não se tem por horizonte uma ação reformista, mas sim a busca de pistas concretas para instalar no presente uma nova qualidade de ação que, ao ter como perspectiva o futuro, nem reproduza erros passados nem se circunscreva ao imediato” (SPOSATI, 1988, p. 15).

Por conseguinte, verifica-se que fica subjacente a questão do vínculo entre direitos de cidadania e desenvolvimento humano na medida em que o alcance do desenvolvimento humano passa necessariamente pela via do acesso aos direitos de cidadania.

A formação continuada da equipe interdisciplinar e a busca do desenvolvimento humano

Diante do que foi exposto sobre desenvolvimento humano e levando em consideração a complexidade e as particularidades dos diversos contextos, além do fato de que todos eles influenciam diretamente a pessoa desenvolve, como não falar em formação continuada daqueles profissionais que são chamados a intervir nesses contextos? Como desconsiderar que a realidade da formação continuada à equipe interdisciplinar é de fundamental importância? Como acreditar que basta uma única especialidade, uma única formação profissional para dar conta de estudos sobre o desenvolvimento?

Falar em estudos sobre o desenvolvimento e especialmente do desenvolvimento “humano” é sinônimo de falar sobre “equipe interdisciplinar”, sobre “formação continuada”. São três faces de um triângulo, cujos lados dependem uns dos outros para dar forma a figura geométrica. Essas faces são proporcionalmente iguais em tamanho e importância, sem um deles a figura deixa de ser denominada como triângulo. E no centro desse triângulo encontra-se a pessoa humana.

Segundo Chamon (2011) “o que faz uma pessoa tornar-se humana é a relação que estabelece com outro igual”. A pessoa humana é considerada como ser social, aberto, inacabado e suscetível à interferência do meio e das interações estabelecidas com outros homens (CASTRO, 2011), Além disso, os avanços científicos e tecnológicos que incorporam diversos saberes profissionais contribuem para universalizar o princípio de atenção integral a que toda pessoa em desenvolvimento tem direito, esteja ela em qualquer que seja o contexto.

Esta característica mutável da pessoa humana, além de ser consequência do meio social, é também dos condicionantes históricos oriundos de determinados modos de pensamento. Assim sendo, a formação continuada é capaz de ampliar o potencial que a equipe interdisciplinar já possuía na direção da compreensão e da explicação de todas estas realidades que podem interferir no desenvolvimento humano.

A formação continuada promove a articulação de saberes que possibilita que o real, que o cotidiano da pessoa desenvolve possa ser situado e compreendido dentro dos diversos contextos. E ainda reforça as ferramentas analíticas que a equipe interdisciplinar dispõe para que consiga relacionar mais e melhor as singularidades do agir profissional interdisciplinar à universalidade do contexto sócio, econômico, político

e cultural em que se está inserido e que determina aquela realidade singular da pessoa humana que se encontra em desenvolvimento.

É mister considerar a importância da universalidade das ações direcionadas à busca do desenvolvimento humano, da mesma forma como é preciso igualmente reconhecer os limites fronteiriços da territorialidade de cada intervenção dos profissionais que compõem a equipe interdisciplinar. É justamente essa compreensão que permite focar o desenvolvimento humano enquanto um complexo emaranhado e historicamente definido pela interdependência de muitas variáveis que se movimentam dentro dos diversos contextos em que a pessoa se situa.

Como são distintos os contextos nos quais a pessoa em desenvolvimento pode se encontrar, aliado a importância das inter-relações estabelecidas nestes ambientes, uma formação continuada voltada para a compreensão destes aspectos deve proporcionar que a equipe interdisciplinar receba aporte teórico-metodológico, permitindo a contextualização de sua intervenção seja ela voltada para a dimensão teórica ou prática.

Quando se situa somente um destes ambientes, já se percebe a importância e grande necessidade da formação continuada dos diversos profissionais que atuam naquele espaço.

Pensar em formação continuada no ambiente societário, por exemplo, significa propiciar subsídios à equipe interdisciplinar, que muitas vezes se encontra envolvida com a operacionalização das Políticas Públicas, acerca de todas as realidades que envolvem este contexto, o que certamente contribuirá para a efetivação de uma diversidade de estratégias que possam levar a busca pelo desenvolvimento como um valor a ser perseguido e conquistado.

É importante focar uma formação continuada que esteja voltada para a compreensão de que no Brasil, o desenvolvimento econômico e o social caminharam e ainda caminham em ritmo bastante desigual, aliás, esta particularidade não diz respeito somente à sociedade brasileira, mas de modo geral a todas as sociedades sob o regime do capitalismo. Tais imbricamentos, precisam também ser considerados ao se pensar na implantação e implementação de espaços para a formação continuada à equipe interdisciplinar que atua no âmbito das Políticas Públicas.

Esse mesmo processo reflexivo realizado a título ilustrativo com o contexto societário, precisa ser realizado continuamente quando se pensa nos diversos outros contextos como família, educação, trabalho enfim. A dialética que faz movimentar o desenvolvimento humano nestes contextos e a complexidade de cada um deles justifica

pensar continuamente na importância da formação continuada dos profissionais que intervêm nestas realidades.

Portanto, é relevante considerar que a formação continuada tem como direção não o aperfeiçoamento da dimensão epistêmica apenas, mas também do desenvolvimento humano e das relações sociais. A esta compreensão acrescenta-se o reconhecimento de que enquanto processo, cujas raízes encontram-se na certeza de que a criatura humana possui como característica a inconclusão, a formação continuada apresenta-se como “um que-fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade” (FREIRE, 1994, p. 42).

Ademais, a intensificação do debate teórico acerca desta questão significa caminhar ao encontro dos desafios que a “atualização e aprofundamento de conhecimentos [exigem do profissional] como requisito natural do trabalho em face do avanço nos conhecimentos, as mudanças no campo das tecnologias, os rearranjos nos processos produtivos e suas repercussões sociais” (GATTI e BARRETTO, 2009, p. 200).

Considerações finais

Os resultados do estudo demonstram que, primeiro – como os profissionais de uma equipe interdisciplinar estão envolvidos com as mais diversas realidades que intervêm no alcance do desenvolvimento humano, necessitam de uma formação continuada que lhes possibilite agregação de novos saberes à atuação realizada; segundo – se faz premente a necessidade de respaldar a atuação profissional desta equipe com a formação continuada, fornecendo-lhe inclusive novas direções sempre que necessário; e terceiro – verificou-se que a formação continuada representa uma poderosa aliada à equipe interdisciplinar, independente de seu nível de ação se pautar no plano da reflexão, da prática do ensino, da pesquisa ou da intervenção social.

Verifica-se, portanto o quão importante é a presença da formação continuada no contexto de trabalho da equipe interdisciplinar envolvida com o desenvolvimento humano, uma vez que são seus conhecimentos adquiridos e continuamente reciclados que irão direcionar os caminhos pelos quais suas respectivas ações irão trilhar na superação da característica de fragmentação e pulverização que suas práticas podem eventualmente assumir.

REFERÊNCIAS:

AMPARO et al. A escola e as perspectivas educacionais de jovens em situação de risco. **Revista ABRAPEE**, v. 12, n. 1, p. 69-88, jan./jun. 2008.

BALCÃO, N.F. **Aulas ministradas**. Disciplina: Políticas sociais nos espaços organizacionais (Programa de Mestrado Acadêmico e Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais) Universidade de Taubaté/SP, 2011.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão, In: WANDERLEY, M. B.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C. (Orgs). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997, p. 14-48.

CASTRO, M. A. C. D. de. **Aulas ministradas**. Disciplina: Fundamentos de Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Processos de Formação (Programa de Mestrado Acadêmico e Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais) Universidade de Taubaté/SP, 2011.

CHAMON, E. M. Q. de O. **Aulas ministradas**. Disciplina: Fundamentos de Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Processos de Formação (Programa de Mestrado Acadêmico e Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais) Universidade de Taubaté/SP, 2011.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Representação da UNESCO no Brasil. Brasília: [s.n.], 1998. (Resolução 217 A III da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948). Disponível em: <http://unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2012.

DESSEN, M. A.; POLÔNIA, A. C. A Família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Revista Paideia**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

FERREIRA, A. L. ; ACIOLY-RÉGNIER, N. M. Contribuições de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação. **Revista Educar**, Curitiba, v. 36, n. 36, p. 21-38, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GATTI, B. A. (Coord.); BARRETO, E.S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: Unesco, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. São Paulo: Cortez, 2011.

LEÃO, M. A. B. G. **Aulas ministradas**. Disciplina: Fundamentos de Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Processos de Formação (Programa de Mestrado Acadêmico e Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais) Universidade de Taubaté/SP, 2011.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: _____. **Cidadania, classe social e status**. Tradução por Meton Porto Gadelha . Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 57-114.

PEREIRA, O. **O que é Teoria**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MORESI, E. (Org.). **Metodologia da Pesquisa**. 2003. 108 f. Trabalho Científico (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação) Universidade Católica de Brasília, mar. 2003.

TELLES, V.S. Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno, In: **Pobreza e Cidadania**, São Paulo, USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Ed. 34, 2001, p. 13-56.

SPOSATI, A. de O. Assistência social e o combate à pobreza. In: _____. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988, p. 9-57

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES
Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

MATRIZ DE ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS POR VARIÁVEIS- CHAVES NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

MATRIX OF TECHNOLOGICAL ALTERNATIVES BY KEY VARIABLES IN MUNICIPAL SOLID WASTE MANAGEMENT

Gabriel Massao Fugii

Biólogo, mestrando do Programa Pós-Graduação em Tecnologia da UTFPR.
Email: gabrielfugii@hotmail.com.

Christian Luiz da Silva

Pós-doutor em Administração pela USP; professor do Programa de Doutorado em Tecnologia (PPGTE) e coordenador do mestrado profissional em Planejamento e Governança Pública da UTFPR; email: christiansilva@utfpr.edu.br.

Sidarta Ruthes

Administrador, Doutorando do Programa Pós-Graduação em Tecnologia da UTFPR.
Email: sidartaruthes@gmail.com.

Resumo

A proposta deste trabalho é apresentar uma matriz com as principais estratégias utilizadas na gestão de resíduos sólidos urbanos, enfatizando pontos que devem ser previamente analisados antes de uma eventual implantação, bem como a partir do atual modelo fazer as possíveis mudanças, racionalizando os custos e benefícios, facilitando a escolha de uma cadeia de resíduos mais apropriados para cada situação. O objetivo do desenvolvimento desta matriz é estruturar informações para a racionalização de custo e benefício de cada alternativa tecnológica para implantação de acordo com a realidade do município interessado. A hipótese é que a matriz com as ponderações de especialistas e passada pela leitura de um programa possa mostrar os principais pontos de ações que são fundamentais para a eficaz gestão de resíduos sólidos. O método de pesquisa é dedutiva e aplicada, utilizando o método de pesquisa bibliográfica com análise de conteúdo. Com relação aos objetivos a pesquisa é exploratória e explicativa. Os resultados de acordo com a matriz demonstram as relações direta e indireta entre 73 variáveis analisadas na Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos. A análise cruzada permitiu classificar as variáveis conforme a posição de influência, a dependência sobre o sistema, assim como a relação direta e indireta das mesmas. A variável tamanho populacional possui a maior influência direta e indireta e a variável coleta e transporte possui a maior dependência direta e indireta.

Palavras-chaves: Gestão de resíduos sólidos urbanos. Matriz de alternativas tecnológicas.

Abstract

The purpose of this paper is to present a matrix with the main strategies used in the management of municipal solid waste, emphasizing points that must first be analyzed before any deployment, as well as from the current model to make possible changes, rationalizing costs and benefits, facilitating the choice of a chain of residues most appropriate for each situation. The aim of developing this matrix is to structure information for the rationalization of costs and benefits of each alternative technology for deployment in accordance with the reality of the municipality concerned. The hypothesis is that the array with the weights of experts and passed by reading a program can show the main points of actions that are key to effective solid waste management. The research method is deductive and applied using the method of literature with content analysis. With respect to the objectives the research is exploratory and explanatory. The results according to the matrix shows the direct and indirect relationships between 73 variables in the Municipal Solid Waste Management. Cross-analysis allowed to classify the variables according to the position of influence, dependence on the system, as well as the direct and indirect thereof. The variable population size has the largest direct and indirect influence and the variable collection and transportation has the greatest direct and indirect dependence.

Keywords: Municipal solid wastes management. Matrix of technological alternatives.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente os resíduos sólidos são um dos maiores desafios para os gestores a nível nacional, estadual e municipal (JACOBI, 2001). Porque segundo Jacobi e Besen (2011, pag. 136) o “crescimento e a longevidade da população aliados à intensa urbanização e à expansão do consumo de novas tecnologias acarretam a produção de imensas quantidades de resíduos” e que representa riscos a saúde do ser humano, ao meio ambiente e aos cofres públicos (VIVEIROS, 2007; JACOBI, 2001). Para Mandarino (2002) a industrialização, o consumo e o lixo estão intimamente ligadas, pois toda a produção industrial visa o consumo que acaba gerando o descarte e consequentemente o lixo. Resíduos que tiveram um crescimento de 1,8%, do ano de 2010 para o de 2011 (ASSOCIAÇÃO..., 2011)

Assim a proposta deste trabalho é organizar uma matriz com as principais ações e pontos que estão ligadas diretamente com a gestão de resíduos sólidos e que analisados por um *software* (MICMAC), demonstrar as principais variáveis-chaves na gestão de resíduos sólidos. Assim poder compreender os principais pontos de ações para otimização da gestão. Possuindo o conhecimento dos pontos mais importantes para a gestão de resíduos sólidos urbanos, ficam

explícitas as ações fundamentais como a capacitação de indivíduos, organizações, redes e regiões (LUNDVALL, 2001).

O artigo está organizado em 6 seções, incluindo esta introdução. A segunda seção discute a gestão de resíduos sólidos. A terceira seção trata da metodologia de pesquisa e a quarta aborda o desenvolvimento da pesquisa. A quinta seção apresenta os resultados da análise obtidos pela leitura do *software*. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Segundo Monteiro et al. (2001) a gestão dos resíduos sólidos não possui a atenção necessária por parte do poder público e conseqüentemente compromete cada vez mais a saúde da população e os recursos naturais principalmente o solo e os recursos hídricos. Com relação ao aumento de resíduos para Tabalipa e Fiori (2006 p. 24) “torna-se imperativo assegurar seu gerenciamento com o emprego das estratégias de gestão desses materiais”.

A Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos é representada por um conjunto de atitudes, como: comportamentos, procedimentos, propósitos, que apresentam como objetivo principal a eliminação dos impactos ambientais negativos, associados à produção e à destinação do resíduo (MARCHEZETTI, 2009). E é tratada na Lei Federal nº. 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, esta lei agrupa conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. Esta mesma lei define no Artigo 3º- parágrafo:

X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei.

XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

Os resíduos sólidos são classificados conforme a sua periculosidade (NBR 10004/2004), como segue:

- Classe I – Perigosos: risco a saúde e ao meio ambiente em decorrência das características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade ou patogenicidade dos resíduos
- Classe II – Não perigosos:
 - II A – não inertes: resíduos com características de combustibilidade, biodegradabilidade ou solubilidade, que não se enquadra na classe I;
 - II B – inertes: resíduos que não oferecem riscos à saúde e que não apresentam constituintes solúveis em água em concentrações superiores aos padrões de potabilidade.

Ribeiro e Morelli (2009, p. 27), subsidiados pela legislação em vigor, classificam a responsabilidade dos resíduos por tipo de classe (QUADRO 1). O maior volume, presente no domiciliar e comercial, é de responsabilidade das prefeituras e os demais tipos do gerador de resíduo.

QUADRO 1 – ORIGEM, POSSÍVEIS CLASSES E RESPONSÁVEIS PELA GERAÇÃO DOS DIVERSOS TIPOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

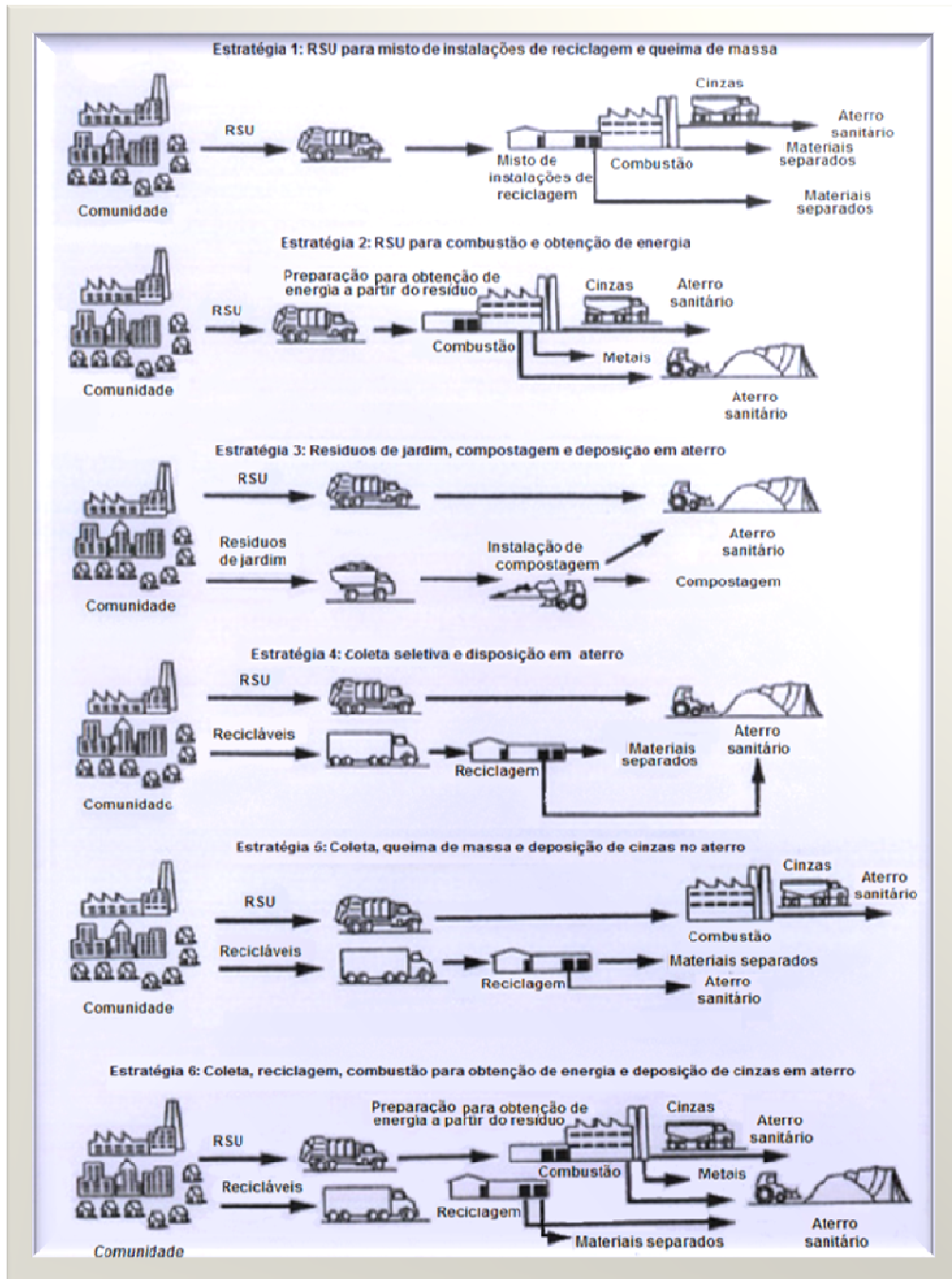
ORIGEM	POSSÍVEIS CLASSES	RESPONSÁVEL
Domiciliar	II-A; II-B	Prefeitura
Comercial	II-A; II-B	Prefeitura
Industrial	I; II-A; II-B	Gerador de resíduo
Público	II-A; II-B	Prefeitura
Serviços de saúde	I; II-A; II-B	Gerador de resíduo
Portos, aeroportos e ferrovias	I; II-A; II-B	Gerador de resíduo
Agrícola	I; II-A; II-B	Gerador de resíduo
Construção	II-B	Gerador de resíduo

FONTE: RIBEIRO e MORELLI (2009, p. 27); GRIPPI (2006, p. 29)

2.1 GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A combinação mais comum de tecnologias utilizada no acoplamento do sistema integrado municipal de resíduos é observada na figura 1. São nove estratégias de possibilidades para o gerenciamento de resíduos. Na primeira estratégia, o Resíduo Sólido Urbano (RSU) é direcionado para um misto de usinas de reciclagem e posterior combustão e deposição das cinzas no aterro sanitário. Na segunda estratégia o RSU é destinado para um lugar de preparação para obtenção de energia a partir de resíduos e deste processo é separado os metais. Posteriormente uma parte dos resíduos é enviada para o aterro sanitário e a outra sofre combustão, com a deposição das cinzas no aterro sanitário. Na estratégia número três, o RSU são depositado no aterro sanitário e os resíduos de jardim são encaminhados para instalações de compostagem. O que não gera composto é encaminhado para o aterro sanitário.

Na estratégia quatro, o RSU são depositados no aterro sanitário e os recicláveis são encaminhados para usinas de reciclagem e tudo aquilo que não é reciclado é depositado no aterro sanitário. Na quinta estratégia o RSU sofre combustão e suas cinzas são depositadas no aterro sanitário e os recicláveis são separados e posteriormente depositados no aterro sanitário. Na estratégia seis, o RSU sofre a estratégia número um e os recicláveis são selecionados e posteriormente encaminhados para o aterro sanitário. Na estratégia sete, são encaminhados para um lugar de preparação para obtenção de energia a partir de resíduos, seguido para uma usina de composto de energia derivada de resíduos, o que gera compostagem e o que resta é destinado ao aterro sanitário. Os recicláveis são encaminhados para usinas de reciclagem e posterior deposição em aterro sanitário. Na estratégia 8, os RSU são depositados no aterro sanitário, os recicláveis são separados e posteriormente encaminhados para o aterro e os resíduos de jardim são encaminhados para usina de compostagem gerando composto. Na nona e última estratégia, o RSU sofre combustão e posterior deposição das cinzas no aterro, os recicláveis são separados e a sobra é destinada para o aterro e os resíduos de jardim são levados para usinas de compostagem gerando como produto final o composto.



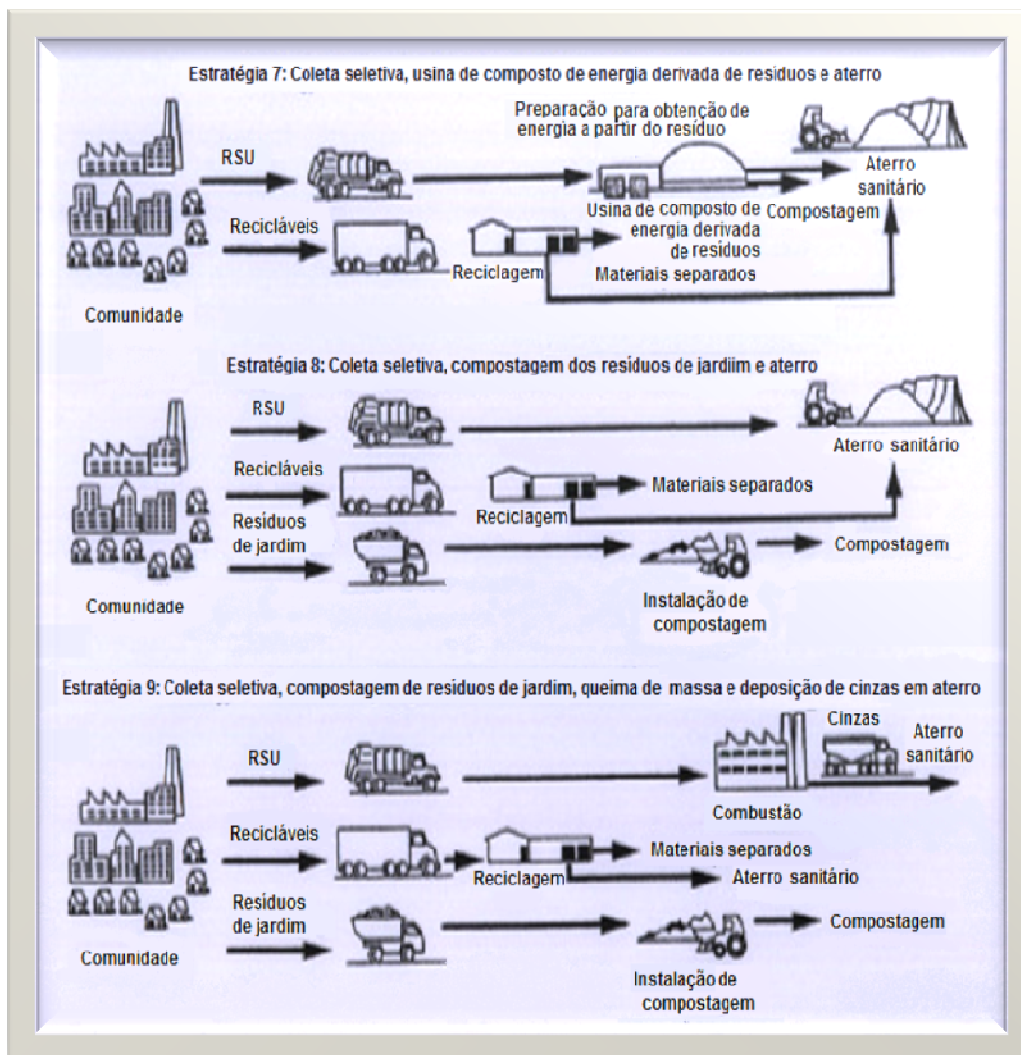


FIGURA 1 - DIAGRAMA DE FLUXO PARA ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

FONTE: Adaptado de TCHOBANOGLIOUS e KREITH (2002)

Sendo a prefeitura a responsável pelo gerenciamento dos resíduos, cabe a ela executar as devidas ações para assegurar o melhor tratamento nas etapas de gerenciamento focando o menor impacto seja ele econômico, social ou ambiental. Para tanto é apresentado uma matriz com ponderações que mostra as principais variáveis-chaves que são fundamentais no desenvolvimento da gestão de resíduos sólidos.

3. METODOLOGIA

O método de pesquisa é dedutivo, por partir de um referencial teórico para as definições das alternativas tecnológicas por elemento de gestão da cadeia; aplicada, por explicitar as alternativas para a gestão de resíduos sólidos urbanos. Com relação aos objetivos a pesquisa é exploratória e explicativa. É utilizado o método de pesquisa bibliográfica com análise de conteúdo. Para a pesquisa bibliográfica foi utilizado do o Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (MONTEIRO et al, 2001), Planos de Gestão de Resíduos Sólidos: manual de Orientação (Ministério do Meio Ambiente, 2012), o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil (ABRELPE, 2011), *Planning Tools and Procedures for Rational Municipal Solid Wastes Management* (ECONOMOPOULOS, 2012), *Handbook of Solid Waste Management* (TCHOBANOGLIOUS & KREITH, 2012), Política Nacional de Resíduos Sólidos, além dos trabalhos de Jacobi e Besen (2011), Mandarino (2002), Grippi (2006) entre outros.

As estratégias para gestão de resíduos sólidos urbanos trabalhados foram o acondicionamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final. Para análise de interdependência das variáveis e relevância no processo decisório utilizou-se o método prospectivo MICMAC[®] - Matriz de Impactos Cruzados de Multiplicação Aplicada a uma Classificação (GODET, 1993).

3.1 MICMAC[®]

O método MICMAC[®] é uma ferramenta de estruturação de ideias. Com base na análise estrutural, a qual possibilita descrever um sistema com a ajuda de uma matriz quadrada, onde são realizadas relações com todos os seus elementos constitutivos. Assim o método permite evidenciar as principais variáveis que impactam e que podem influenciar na evolução do sistema (GODET, 2001).

A Prospectiva Estratégica é composta por diversas ferramentas e podem ser utilizadas em uma seqüência ou de forma isolada. Com a utilização das ferramentas mais pertinentes para cada caso. É importante desenvolver um processo de prospectiva coerente com os recursos disponíveis, o pessoal qualificado e tempo para obtenção dos primeiros resultados.

4. DESENVOLVIMENTO

A análise estrutural foi realizada pelos autores do artigo. Para validação dos resultados, a análise estrutural deve ser realizada por um grupo de atores e especialistas. As etapas da análise estrutural são: (I) recenseamento das variáveis; (II) descrição das relações entre variáveis; e, (III) identificação das variáveis-chave. O método pode ser utilizado somente como ajuda à reflexão e a tomada de decisão, ou integrado em uma gestão prospectiva mais completa como, por exemplo, cenários (GODET, 2004).

A matriz com as informações pertinentes as estratégias foi obtida a partir do levantamento bibliográfico. Após leitura e análise de conteúdo foi construído um quadro com as estratégias utilizadas na gestão de resíduos sólidos e os pontos fundamentais para sua estruturação, manutenção e eficácia, focadas principalmente no desenvolvimento local.

O quadro 1 toma como base a estratégia e proposição de racionalização de Tchobanoglous e Kreith (2002) e Economopoulos (2012) e parte-se do conceito da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, que pode ser definida como a seleção e aplicação de técnicas, tecnologias e programas de gestão adequados, que busquem específicos objetivos e metas. Cada etapa da cadeia, portanto, tem um conjunto de fatores que influenciam a decisão estratégica das alternativas tecnológicas adotadas na gestão de cada elo da cadeia. O primeiro ponto da cadeia, contudo, é delimitador do restante porque depende da educação ambiental estabelecida para o processo de acondicionamento que será a matéria-prima inicial de toda a cadeia. A partir disso, é possível estabelecer alternativas e escolhas, mas a própria condição e compreensão da sociedade é um fator preponderante do processo decisório seguinte nos demais elos da cadeia.

QUADRO 1 – ETAPAS, FATORES E ESTRATÉGIAS DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

ETAPAS DA CADEIA	FATORES QUE INFLUENCIAM A DECISÃO ESTRATÉGICA	ESTRATÉGIAS POSSÍVEIS
Acondicionamento	População; Dia; Horário; Sanitariamente adequado; Local de disposição; Recipiente adequado; Tipo e quantidade de resíduos.	Educação ambiental para melhor alternativa de acondicionamento conforme estratégia utilização para coleta e disposição
Coleta e Transporte	População; Dia, Horário e Frequência; Armazenamento; Itinerário; Guarnição de coleta; Tipo de coleta, varrição e remoção; Ferramentas e utensílios de coleta e transporte;	Ponto de coleta Casa a casa Caminhões (Público ou

	Modalidade de transporte; Tipos de veículos automotores; Tipos de estação de transferência; Trânsito; Acessibilidade.	terceirizado) Carrinheiros
Tratamento	População; Partes de entrega voluntária; Cooperativas; Instalações/áreas; Tipo de Incineração e de Compostagem; Reciclagem Tecnologias; Conhecimento; Manutenção; Licenciamento Ambiental; Tratamento de resíduos domésticos especiais e de fontes especiais.	Usina de incineração Compostagem Reciclagem
Destinação final	Área do aterro; Local, Vida útil; Capacidade diária de lixo; Biogás; Tipo de aterro; Licenciamento ambiental; Distância; Acessibilidade; Pavimentação; Manutenção; Normas técnicas; Legislação ambiental; Monitoramento ambiental, geotécnico e topológico; Drenagem gases e chorume; Tratamento do chorume; Controle dos resíduos Procedimentos operacionais; Equipamentos Mão de obra especializada; Disposição de resíduos domiciliares especiais.	Geração de energia Disposição em aterros

Fonte: Monteiro et al., 2001; Mesquita Junior et al. 2007; Associação..., 2011; Viveiros, 2007.

A partir destas alternativas indicou-se o que são variáveis exógenas e endógenas desse processo decisório e variáveis influenciam e são dependentes neste processo. Este estudo, a partir da análise prospectiva, permitiu referenciar as variáveis chaves do processo decisório e as alternativas inerentes deste processo.

5. RESULTADOS

Os resíduos sólidos urbanos para auxiliar na escolha ou complementação de suas atuais gestões. A matriz traz informações pertinentes às alternativas tecnológicas utilizadas atualmente nas principais cidades brasileiras. A escolha da tecnologia a ser adotada leva em consideração a disponibilidade orçamentária do município, sendo que quanto maior for o nível de automatização e sofisticação dos equipamentos, maiores serão os investimentos iniciais e as despesas com a manutenção da unidade (MONTEIRO et al., 2001). O conhecimento prévio do atual modelo de gestão de resíduos sólidos do município associado com os conhecimentos pertinentes de cada estratégia pode diminuir os custos de transição de um modelo para outro, facilitando sua estruturação ou adaptação, reestruturação dos atuais modelos, assim viabilizando tecnologias aparentemente distantes.

A utilização de todos os pontos ou de sua maioria não garante o sucesso ou a melhor forma de gerir os resíduos sólidos. Bem como a não utilização de todos esses pontos pode

alcançar bons resultados, mas são fundamentais para a otimização da gestão de resíduos sólidos. A adoção de uma tecnologia não engloba apenas o conhecimento da operacionalização dos objetos tecnológicos, necessita também de indivíduos no tecido urbano que sejam capazes de dar suporte e manutenção a estes objetos. Também existe a necessidade dos indivíduos que estão operando e ou participando da cadeia de gestão ter o conhecimento da ação que fazem bem como da importância econômica, social e ambiental que desenvolvem perante a sociedade. Todos estes pontos atrelados a confiança, a cooperação fortalecem o sucesso da gestão de resíduos sólidos favorecendo o desenvolvimento local. Desta forma, como resultado foi gerado uma matriz com os conhecimentos necessários para utilização destas estratégias. Observa-se uma grande quantidade de peculiaridades sobre a destinação final de resíduos comparado com as outras estratégias que fazem parte da gestão integrada de resíduos, que são descritas a seguir.

5.1 SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Analisar um sistema complexo como o de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) torna-se uma atividade muito difícil devido às diversas variáveis que compõem o mesmo. Existem muitas relações de causa e efeito num sistema como este, com relações de influência e dependência diretas entre variáveis, além das relações indiretas que muitas vezes não são evidentes sem uma análise mais profunda e com auxílio de técnicas e métodos consistentes de análise.

O sistema RSU foi analisado à luz da reflexão sobre 73 variáveis pré-identificadas como significativas para o mesmo. A Figura 2 exemplifica a complexidade do sistema estudado, apresentando as relações diretas entre as 73 variáveis analisadas.

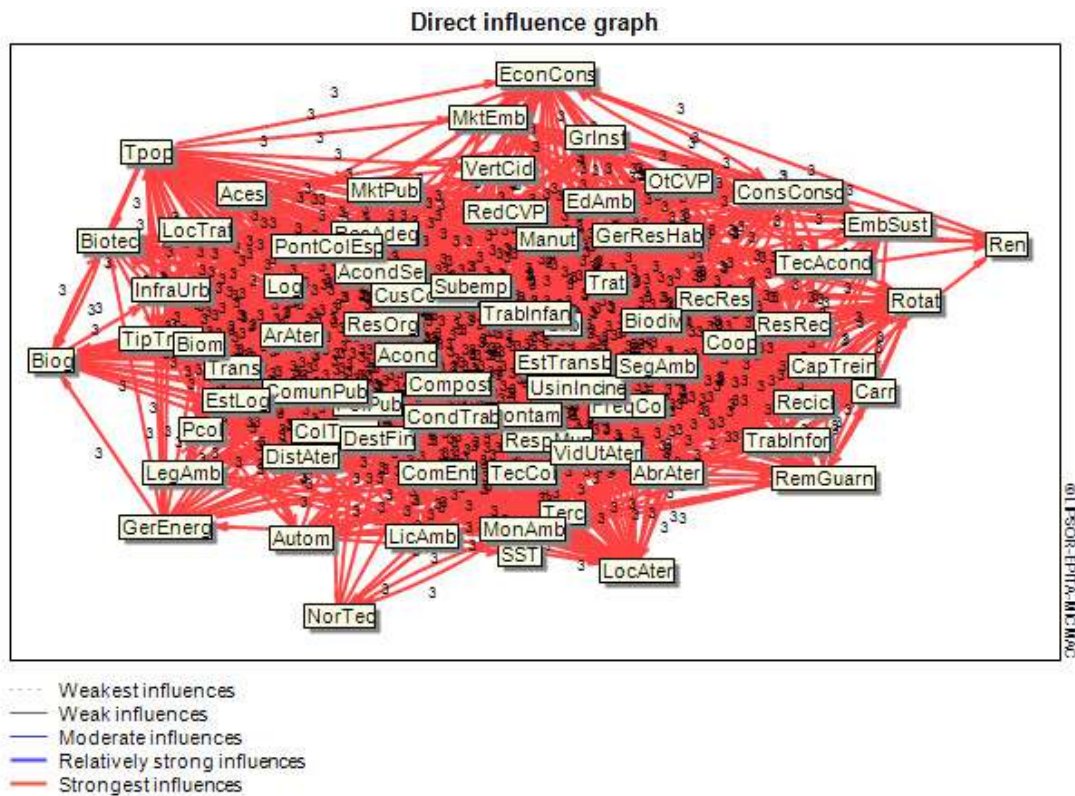


Figura 2 – Relação de Influência Direta entre as Variáveis do Sistema de RSU
 Fonte: Os autores.

O método de análise cruzada de variáveis permite classificar as mesmas de acordo com sua posição de influência e dependência sobre o sistema, bem como segundo a relação direta e indireta das mesmas. Na Tabela 1 encontram-se as 15 principais variáveis mais significativas para cada tipo de relação no sistema.

Tabela 1 – Ranking das Variáveis por Tipo de Relação no Sistema

Ranking	Variável	ID	Variável	DD	Variável	II	Variável	DI
1	Tpop ¹	258	ColTrans ¹⁶	270	Tpop ¹	252	ColTrans ¹⁶	267
2	RespMun ²	245	CusColHab ¹⁷	255	RespMun ²	242	RespMun ²	239
3	InfraUrb ³	222	RespMun ²	229	InfraUrb ³	233	CusColHab ¹⁷	239
4	Recicl ⁴	222	FreqCol ¹⁸	225	EstLog ⁶	218	PolPub ⁸	225
5	Contam ⁵	215	Trat ⁹	217	Contam ⁵	216	FreqCol ¹⁸	225

Ranking	Variável	ID	Variável	DD	Variável	II	Variável	DI
6	EstLog ⁶	214	PolPub ⁸	215	DestFin ⁷	216	Trat ⁹	213
7	DestFin ⁷	210	Contam ⁵	209	Recicl ⁴	209	CondTrab ¹⁹	207
8	PolPub ⁸	202	EstLog ⁶	204	SegAmb ¹⁰	206	EstLog ⁶	206
9	Trat ⁹	202	CondTrab ¹⁹	202	ComEnt ¹³	201	Contam ⁵	203
10	Segmb ¹⁰	202	ResRec ²⁰	200	AbrAter ¹⁵	200	EstTransb ²¹	200
11	GerResHab ¹¹	200	EstTransb ²¹	197	PolPub ⁸	199	ResRec ²⁰	198
12	Urb ¹²	199	ComEnt ¹³	197	Urb ¹²	199	ComEnt ¹³	195
13	ComEnt ¹³	195	RecRes ²²	195	Trat ⁹	199	Recicl ⁴	188
14	Compost ¹⁴	187	Recicl ⁴	195	ArAter ²⁴	194	RecRes ²²	188
15	AbrAter ¹⁵	187	ResOrg ²³	182	VidUtAter ²⁵	191	RecAdeq ²⁶	182

Nota: (ID) Influência Direta; (DD) Dependência Direta; (II) Influência Indireta; (DI) Dependência Indireta.
Fonte: Os autores.

¹Tamanho Populacional, ² Responsabilidade Municipal, ³ Infraestrutura Urbana, ⁴ Reciclagem, ⁵ Contaminação, ⁶ Estratégia de Logística, ⁷ Destinação Final, ⁸ Políticas Públicas, ⁹ Tratamento, ¹⁰ Segurança Ambiental, ¹¹ Geraçãp de Resíduos por Habitante, ¹² Urbanismo, ¹³ Comunidade de Entorno, ¹⁴ Compostagem, ¹⁵ Abrangência do Aterro, ¹⁶ Coleta e Transporte, ¹⁷ Custo de Coleta por Habitante, ¹⁸ Frequência de Coleta, ¹⁹ Condições de Trabalho, ²⁰ Resíduo Reciclável, ²¹ Estação de Transbordo, ²² Receita do Resíduo, ²³ Resíduo Orgânico, ²⁴ Área do Aterro, ²⁵ Vida Útil do Aterro, ²⁶ Recipiente Adequado.

O diagrama da Figura 3 fornece como resultado o agrupamento e classificação das variáveis investigadas de acordo com a relação de influência e dependência das mesmas. No quadrante 1 encontra-se variáveis muito influentes e pouco dependentes – são as variáveis explicativas que condicionam o resto do sistema, por exemplo, as variáveis Tamanho da População (Tpop), Geração de Resíduos por Habitantes (GerResHab) e Legislação Ambiental (LegAmb), as quais possuem forte influência no sistema de RSU e são pouco dependentes das demais variáveis do sistema.

O quadrante 2 possui variáveis muito influentes e muito dependentes – são variáveis de natureza instável, que podem modificar o sistema e ser modificadas pelo mesmo, qualquer ação sobre estas variáveis terá repercussões sobre as outras e um efeito regresso para elas mesmas, geralmente neste setor encontram-se os desafios do sistema.

No quadrante 3, tem-se variáveis pouco influentes e muito dependentes – são fatores de resultados, cuja evolução explica-se pelas variáveis dos quadrantes 1 e 2. Como exemplo, destacam-se as variáveis Custo da Coleta por Habitante (CusColHab), Estratégia de Transbordo (EstTransb), Cooperativas de Coleta de Resíduos (Coop), Carrinheiros (Carr) e Recipientes Adequados para Coleta Seletiva (RecAdeq) – todas variáveis muito dependentes das demais variáveis analisadas.

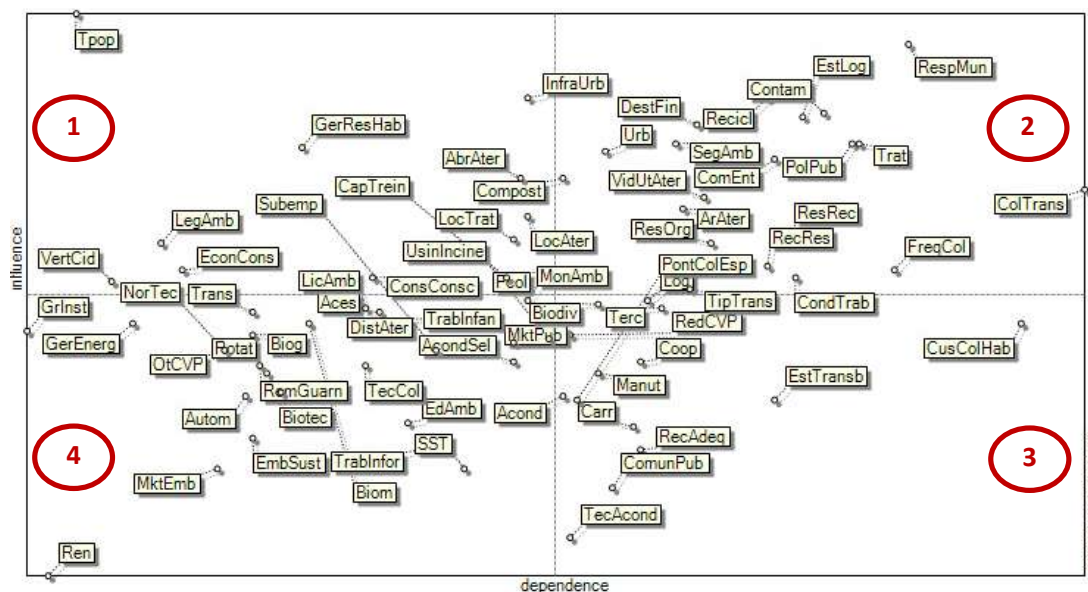


Figura 3 – Relação de Influência Direta entre as Variáveis do Sistema de RSU
Fonte: Os autores.

Por último, no quadrante 4 estão localizadas as variáveis pouco influentes e pouco dependentes – estas variáveis constituem tendências ou fatores relativamente desligados do sistema com o qual têm apenas poucas ligações; devido ao seu desenvolvimento relativamente autônomo, não constituem causas determinantes do futuro do sistema, podendo ser excluída.

5.2 Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Com relações as macro ações feitas no interior da gestão de resíduos: Coleta e Transporte, Tratamento, Reciclagem, Compostagem e Destinação Final encontram-se no quadrante dois da figura 3. São muito influentes e muito dependentes – são variáveis de natureza instável, que podem modificar o sistema e ser modificadas, qualquer ação sobre estas variáveis terá

repercussões sobre as outras e um efeito regresso para elas mesmas, e que geralmente são os desafios do sistema. O condicionamento encontra-se no quadrante 3, sendo pouco influente e muito dependente. Com relação as fontes de aproveitamento energético, elas estão localizadas no quadrante 4, pouco influente e pouco dependente porém constituem tendências.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão de resíduos sólidos é complexa e uma questão multidisciplinar, por envolver temas e possibilidades diversas de otimização e racionalização da cadeia de resíduos. Apesar de ser tratada com um problema apenas de disposição e prestação de serviço pelas prefeituras municipais o estudo em questão possibilitou mostrar o conjunto de variáveis dependentes e independentes que influenciam o processo de tomada de decisão da gestão de resíduos municipais. Muitos destes fatores são controláveis pelas administrações municipais o que deperta ainda mais o interesse pela política pública local para o desenvolvimento desta atividade.

Ao tratar a questão dos resíduos como uma política nacional, retratada pela Lei 12305 de 2010, ressaltou-se as possibilidades de transformar problemas em oportunidades ou de responsabilizar os agentes pela má gestão dos resíduos. Os resultados desta pesquisa exploratória mostram como há uma forte dependência da ação dos agentes envolvidos com a efetividade da política e gestão de resíduos municipais, comprometendo ainda mais a administração municipal com a busca de alternativas para o desenvolvimento local.

Cabe destacar que os resultados foram gerados partir das ponderações dos autores e serve como um primeiro teste para a funcionalidade do método. As próximas etapas desta pesquisa é o agrupamentos de algumas variáveis por estruturação da cadeia de resíduos e posterior validação com especialistas e gestores na área de resíduos sólidos urbanos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2011**. Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/panorama_envio.cfm?ano=2011>. Acesso em: jun. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10.004**: resíduos sólidos: classificação. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. DOU de 3/8/2010.

ECONOMOPOULOS, A. P. Planning Tools and Procedures for Rational Municipal Solid Wastes Management. In: KARAGIANNIDIS, A. K. **Waste to Energy**: opportunities and Challenges for developing and transition economies. London: Springer, 2012. P.24-57.

GODET, M. **Manual de Prospectiva Estratégica**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

GODET, M. **Manuel de prospective stratégique**: tome 1 – une indiscipline intellectuelle. 2. ed. Paris: Dunod, 2001.

GODET, M. **Manuel de prospective stratégique**: tome 2 – l’art et la méthode. 2. ed. Paris: Dunod, 2004.

GRIPPI, S. **Lixo**: reciclagem e sua história – guia para as prefeituras brasileiras. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Interciencia, 2006.

JACOBI, P. R. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

JACOBI, P. R. ; BESEN, G. R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo : desafios da sustentabilidade. **Estudos Avançados**. v. 25 n. 71 São Paulo Jan./Apr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n71/10.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2012.

LUNDVALL, B.A. Tecnologia e Conhecimento na Nova Economia: Políticas de Inovação na Economia do Aprendizado. **Parcerias Estratégicas**. n.10 Brasília: [Ministério da Ciência e Tecnologia Centro de Estudos Estratégicos] . Mar. 2001.

MANDARINO, A. S. B. Produção Crescente de Resíduos Sólidos: pode ser sustentável esse processo? In: THEODORO, Suzi. H. (org.). **Conflitos e Uso Sustentável dos Recursos Naturais**. Rio de Janeiro : Garamond, 2002.

MARCHEZETTI, Ana L. **Avaliação de alternativas tecnológicas para o tratamento de resíduos sólidos domiciliares pela aplicação do método ahp**: estudo de caso da região metropolitana de Curitiba. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.ppgerha.ufpr.br/dissertacoes/files/157-na_Lucia_Marchezetti.pdf>. Acesso em: Acesso em: 17 jun. 2012.

MESQUITA JÚNIOR, José de M. **Gestão integrada de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro : IBAM, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Planos de gestão de resíduos sólidos**: manual de orientação. Brasília, 2012.

MONTEIRO, J. H. P. et al. **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro : IBAM, 2001. Disponível em: <<http://www.resol.com.br/cartilha4/manual.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

RIBEIRO, D. V.; MORELLI, M. R. **Resíduos sólidos**: problema ou oportunidade? Rio de Janeiro: Interciência, 2009.

TABALIPA, N. L.; FIORI, A. P. **Caracterização e classificação dos resíduos sólidos urbano do município de Pato Branco, PR**. Disponível em: <http://www.rbciamb.com.br/images/online/04_artigo_3_artigos89.pdf>. Acesso em: mai. 2012.

TCHOBANOGLIOUS, G., KREITH, F. **Handbook of Solid Waste Management**. 2 ed. New York. NY: McGRAW-HILL, 2002.

VIVEIROS, M. V. **Coleta seletiva solidária**: desafios no caminho da retórica à prática sustentável. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – USP, 2007. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-03022007-100057/pt-br.php> >. Acesso em: jun. 2012.

O INVENTÁRIO COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA FERROVIÁRIA

The Inventory as a Tool for Preserving Memory of Railroad

CARMO, Mônica Elisque do.

Mestranda UFMG/MACPS

Bibliotecária do IPHAN. Superintendência Estadual em Minas Gerais
m_elisque@yahoo.com.br; elisque.13sr@iphan.gov.br

RESUMO

A Lei 11.483/2007 estabeleceu atribuições específicas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN para a preservação da Memória Ferroviária, especialmente o artigo 9o, § 2o que trata da *preservação e a difusão da Memória Ferroviária constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário promovidas mediante a construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos da extinta Rede Ferroviária Federal-RFFSA*. Este artigo descreve a realização do inventário do acervo documental, como ação inicial, mas de fundamental importância, permitindo o conhecimento e o estado de conservação e tendo como resultado a recuperação e futura difusão do acervo documental ferroviário.

Palavras-chave: inventário. documentação. ferrovia.

ABSTRACT

The Law 11.483/2007 established specific assignments to the Institute of National Historical and Artistic Heritage – IPHAN to preserve the Memory Railway, specially article 9o, § 2° which deals with the preservation and dissemination of the Memory Train constituted by the artistic, cultural and historic railroad industry promoted by the construction, training, organization, maintenance, expansion and equipment of museums, libraries, archives and the other cultural organizations and their collections and archives of the extinct Ferroviaria Federal Network - RFFSA. This article describes the inventory of the collections of documents, such as the initial action, but of fundamental importance, allowing the knowledge and conservation status and resulting in the recovery and future dissemination of documentary collection rail.

Key-Words: inventory. documentation. railroad

1. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a importância da utilização do inventário como ferramenta de identificação, recuperação, preservação e acesso da informação, neste relato especificamente, referente ao patrimônio ferroviário, cujo resgate da história da ferroviária tem sido tratado através das ações desenvolvidas pela Superintendência do IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Minas Gerais, desde o ano de 2007, quando foi promulgada a Lei n 11.483 em 31 de maio de 2007, que atribui ao IPHAN em seu artigo nono, parágrafo segundo a *preservação e a difusão da Memória Ferroviária constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário*.

O acervo documental referente à ferrovia foi deixado à própria sorte desde a época da liquidação da Rede Ferroviária Federal S.A.– RFFSA, em 17 de dezembro de 1999 até sua extinção em 22 de janeiro de 2007. Por esse motivo, a realização do inventário do acervo documental arquivístico e bibliográfico, utilizado como recurso temporário, mas de fundamental importância, possibilitou o conhecimento de um acervo que até então permanecia incógnito.

O patrimônio ferroviário no Brasil é composto acervos diversificados: documentação textual e especial, livros, periódicos, obras raras, obras de arte, edifícios, glebas, leitos ferroviários, locomotivas, vagões, carros de passageiros, mobiliário, sinos, entre outros.

Figura 1: Locomotiva
Município de Araguari. 2009



Fonte: Acervo da autora. CARMO, Mônica E.

A preservação do acervo documental como fonte primária subsidia pesquisas sobre a memória da ferrovia no país, segundo Miranda (2006, p.67) “para reconstituir o

passado brasileiro, o desenvolvimento de sua estrutura sociopolítica e econômica, é indispensável à existência de arquivos públicos”.

A organização e a preservação dos acervos documentais de modo que possibilitem o conhecimento sobre a história de uma Instituição e a sua influência na sociedade como foi o caso da implantação da ferrovia no Brasil, que a partir da construção das estações ferroviárias fez surgir novos povoados, distritos e municípios, acarretando também mudanças na economia de diversas regiões do país.

Figura 2: Acervo documental extinta RFFSA, antes do inventário.
Belo Horizonte. 2008



Fonte: Acervo da autora. CARMO, Mônica E.

Se por um lado novos espaços urbanos foram constituídos, outros foram abandonados em função da migração da população local para o entorno das estações ferroviárias implantadas influenciando no desenvolvimento de determinadas regiões em detrimento de outras.

A instalação de escolas técnicas para a formação de profissionais especializados criando mão-de-obra qualificada para montagem e manutenção de locomotivas e vagões, também trouxeram conseqüências, criando uma estrutura social própria em torno da ferrovia, gerando a implantação de escolas, hospitais, vilas e moradias para o atendimento aos ferroviários e suas famílias.

Esses registros da história da ferrovia ocorridos no decorrer das suas funções técnicas e administrativas foram depositados em arquivos, bibliotecas e centros de documentação, durante todo seu período de funcionamento. No entanto, com a liquidação e extinção da RFFSA, essas unidades foram igualmente desmanteladas.

Por isso, torna-se imprescindível que esses documentos sejam conservados e organizados de forma que possibilitem a pesquisa histórica. O direito à memória significa não só criar condições para os pesquisadores realizarem suas consultas, mas, também, para a sociedade constituir e reforçar sua identidade cultural. (MIRANDA, 2009, p. 67)

Com a promulgação da Lei 11.483/2007, uma nova perspectiva surgiu nesse cenário caótico, com a possibilidade da construção, formação, organização e manutenção de centros de documentação, arquivos, museus, bibliotecas voltados para a preservação e difusão da memória ferroviária.

Deve-se registrar que algumas ações voltadas para proteção à memória ferroviária, foram desenvolvidas anteriormente, tais como o PRESERVE, projeto destinado à preservação da memória dos transportes no Brasil e o PRESERFE, programa de preservação do patrimônio histórico e memorial ferroviário. Além de outras ações realizadas em conjunto ou até mesmo isoladas no âmbito das prefeituras e organizações não governamentais.

Figura 3: Vagão de luxo denominado “Marta Rocha”
Município de Araguari. 2009



Fonte: Acervo da autora. CARMO, Mônica E.

2. HISTÓRICO

A história da ferrovia iniciou na Europa, com a Revolução Industrial, especialmente na Inglaterra a partir do século XIX, com a substituição de produtos manufaturados pela produção industrial. Na segunda metade do século XIX, a ferrovia já havia se ampliado a outros territórios da Europa e Estados Unidos.

No Brasil, os primeiros empreendimentos se referem ao ano de 1828, a partir da criação da Carta de Lei para a construção e exploração das estradas de ferro, com o objetivo de interligar as regiões do País.

Anteriormente à existência da ferrovia no Brasil, o transporte de mercadorias era feita através da utilização de animais.

O Governo Imperial, a partir do Decreto nº 101, de 31 de outubro de 1835, concedeu o privilégio da exploração pelo prazo de 40 anos, a empresas nacionais ou estrangeiras que tivessem interesse em construir ferrovias no Brasil, que interligasse Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. De acordo com OLIVEIRA (2005, p.16) este decreto assegurava investidores particulares interessados no ousado empreendimento a garantia de poder desapropriar terrenos, utilizar madeira e outros insumos que se encontrassem em território nacional, além de eximir os empreendedores do pagamento de impostos sobre os trilhos, máquinas e outros equipamentos empregados na construção da ferrovia.

Assim surgiu nesse novo cenário nacional, Irineu Evangelista de Souza, grande visionário brasileiro, mais tarde Barão de Mauá, que em 1852 recebeu concessão para construção e exploração da primeira ferrovia ligando a cidade do Rio de Janeiro município de Petrópolis.

Em 26 de abril de 1857, foi aprovado o primeiro regulamento para a fiscalização da segurança, conservação e polícia das estradas de ferro, através do Decreto n. 1.930.

No Governo Vargas, no final da década de 1930, as empresas nacionais e estrangeiras que se encontravam em situação econômica difícil foram incorporadas ao patrimônio da União, cuja finalidade era reorganização administrativa, procurando evitar desta forma a ininterrupção do tráfego, melhoria operacional e coibir o desemprego.

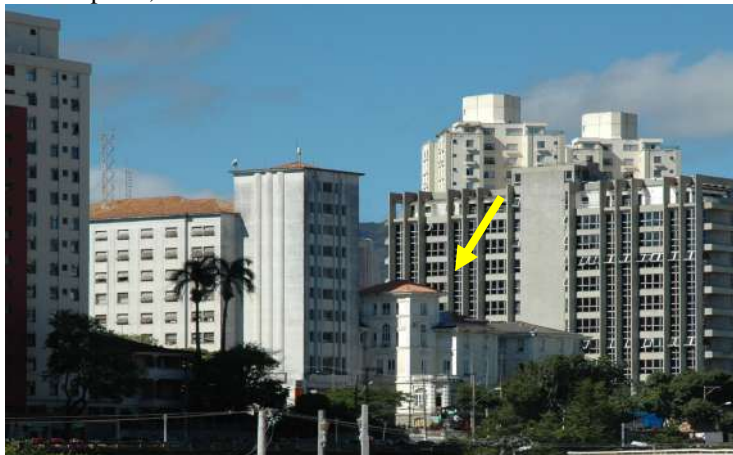
A Rede Ferroviária Federal S.A.– RFFSA/SA foi constituída como uma sociedade de economia mista integrante da administração indireta do Governo Federal, vinculada funcionalmente ao Ministério dos Transportes e criada pela Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957, através da coalizão de dezoito ferrovias regionais, com o objetivo de promover e gerir os interesses da União no setor de transportes ferroviários.

O acervo patrimonial da RFFSA-SA passou a ser constituído, a partir da fusão das seguintes empresas: Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Estrada de Ferro de Bragança, Estrada de Ferro São Luiz-Teresina, Estrada de Ferro Central do Piauí, Rede de Viação Cearense, Estrada de Ferro Mossoró-Sousa, Estrada de Ferro Sampaio Correia, Rede Ferroviária do Nordeste, Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro,

Estrada de Ferro Bahia-Minas, Estrada de Ferro Leopoldina, Estrada de Ferro Central do Brasil, Rede Mineira de Viação, Estrada de Ferro de Goiás, Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.

Em 21 de janeiro de 1976, foram criadas Superintendências, como a de Belo Horizonte - SR-2, com a finalidade de agilizar e descentralizar a administração da RFFSA. A documentação referente à SR-2-Belo Horizonte produzida e recebida durante o exercício das suas funções bem como o acervo bibliográfico especializado adquirido para atendimento das demandas do seu corpo técnico, é detentora enorme importância para a preservação da memória ferroviária.

Figura 4: Futuras instalações do Centro da Memória Ferroviária. Rua Sapucaí, 130. Belo Horizonte/MG. 2012



Fonte: Acervo da autora. CARMO, Mônica E.

No início da década de 1990, a RFFSA passou por novo processo de reorganização sendo novamente dividida e constituída por doze Superintendências, sediada nos seguintes locais: São Luís, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Campos, Bauru, São Paulo, Juiz de Fora, Curitiba, Porto Alegre e Tubarão.

Em 1992, a RFFSA foi incluída no Programa Nacional de Desestatização, a partir de estudos promovidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, quando ocorreu a transferência para o setor privado dos serviços de transporte ferroviário de carga que ocorreu no período 1996/1998.

As estações, em sua maioria, foram fechadas por serem necessárias à operação ferroviária do transporte de cargas. Este fato gerou um processo de deterioração dos

prédios e de parte do material rodante – tais como locomotivas e vagões, que passaram a ser depredados representando ameaça ao desaparecimento de importantes exemplares.

Quanto ao acervo documental também não foi definida política nem mesmo critérios mínimos objetivando a preservação do acervo seja para as empresas que tiveram sua guarda provisória ou para os que foram deixados nos seus próprios locais de produção e aquisição.

A RFFSA foi dissolvida de acordo com o estabelecido no Decreto nº 3.277, de 7 de dezembro de 1999. Sua liquidação iniciou em 17 de dezembro de 1999. A RFFSA foi extinta em 22 de janeiro de 2007, através da Medida Provisória nº 253 e sancionada pela Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.

A partir da promulgação da Lei 11.483, em 2007, o IPHAN passou a ter atribuições específicas para preservação da Memória Ferroviária:

Art. 9º Caberá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção.

§ 1º Caso o bem seja classificado como operacional, o IPHAN deverá garantir seu compartilhamento para uso ferroviário.

§ 2º A preservação e a difusão da Memória Ferroviária constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário serão promovidas mediante:

I - construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos;

II - conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços oriundos da extinta RFFSA.

§ 3º As atividades previstas no § 2º deste artigo serão financiadas, dentre outras formas, por meio de recursos captados e canalizados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, instituído pela Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

3. INVENTÁRIO ACERVO DOCUMENTAL

Após a promulgação da Lei 11.483, foi realizada, pela Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, a primeira vistoria em dezembro de 2007, nas dependências do prédio da antiga URBEL – SR-2, no município de Belo Horizonte, em dezembro de 2007. A documentação se encontrava no local estava em condições inadequadas de armazenamento e acondicionamento. Não foi localizado também nenhum tipo de

arrolamento, inventário, catalogação, classificação que servissem como ponto de partida para identificação e conhecimento do acervo.

A necessidade urgente de recuperar o acervo documental não permitia ações que envolvessem custo elevado nem tampouco aplicação de métodos e técnicas detalhadas que levariam um tempo significativo diante das condições que se encontravam os documentos.

Figura 5: Documentação extinta RFFSA.
Belo Horizonte. 2007



Fonte: Acervo da autora. CARMO, Mônica E.

Figura 6: Documentação extinta RFFSA.
Belo Horizonte. 2007



Fonte: Acervo da autora. CARMO, Mônica E.

Diante dessa situação, optou-se pela realização do inventário do acervo documental, como recurso imediato e temporário, mas de fundamental importância, permitindo o conhecimento do conteúdo dos documentos arquivísticos e bibliográficos, fornecendo dados pormenorizados do acervo, demonstrando aspectos quantitativos e qualitativos do acervo, além do estado de conservação, valor das obras, apontando a necessidade dos investimentos futuros a serem empregados para a preservação do acervo, a partir da identificação dos reparos, acondicionamento, necessidade de reposição do livro ou periódico danificado ou extraviado ou até mesmo com a finalidade de complementação e migração para outro suporte devido ao estado de fragilidade do documento.

Figura 7: Documentação ferroviária tratada.
Belo Horizonte, 2007



Fonte: Acervo da autora. CARMO, Mônica E.

Figura 8: Documentação ferroviária tratada.
Belo Horizonte, 2007



Fonte: Acervo da autora. CARMO, Mônica E.

Permitindo ainda, o planejamento do processamento técnico do acervo, indicando a necessidade de aquisição de mobiliário específico, controle e posteriormente a divulgação e o acesso do acervo.

Embora o inventário tenha sido utilizado como recurso temporário, é também essencial e deve ser constantemente revisado e atualizado. Existem duas formas de inventário: sumário, um modelo simples que descreve apenas o tema e conteúdo do documento, e o analítico que descreve minuciosamente o documento.

Neste trabalho, optou-se pela realização inventário analítico, embora alguns campos ainda necessitem de complementação, esta decisão foi tomada devido à situação em que se encontravam os documentos e a necessidade imediata de se obter dados e informações referentes ao acervo documental.

O grande benefício do inventário, segundo Belloto (2006, p. 197) é que “a exemplo dos guias, os inventários de arquivo podem ser publicados ou virtuais, podendo ser impressos no momento desejado, total ou parcialmente”.

O conhecimento de um fundo de arquivo é de fundamental importância para se ter noção sobre a estrutura e funcionamento de uma Instituição.

Admite-se como fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim. (BELLOTO, 2006. p.128)

Essas ações permitiram a conversão de uma situação em que uma massa documental desconhecida fosse transformada em uma unidade de documentação e informação, através do conhecimento dos exemplares e documentos, identificação dos fundos e tipologias, datas-limite, existência de obras raras e especiais, além do estado de conservação.

A metodologia aplicada para a execução do inventário é o passo inicial e primordial para gerar um catálogo que reunirá todo acervo e que possibilitará a busca, a recuperação e o acesso local e remoto, se configurando como um instrumento de salvaguarda e permitindo ao gestor a elaboração de projetos com segurança, fundamentados em dados qualitativos e quantitativos, viabilizando a preservação e difusão do acervo documental.

As fichas de inventário utilizadas descrevem o estado de conservação em que foram encontrados os acervos bibliográficos e arquivísticos e quais intervenções emergenciais foram empregadas e proporcionam estudos sobre a necessidade de restaurar, reparar ou substituir o volume.

Os livros e periódicos foram descritos de acordo com as normas da Biblioteconomia, já que o inventário é uma atividade intrínseca e rotineira de toda biblioteca e tem como finalidade a obtenção da visão pormenorizada, por unidade e geral do acervo bibliográfico, permitindo um conhecimento quantitativo e qualitativo, identificando todos os volumes de modo a torná-los acessíveis.

O conhecimento ocasionado pela realização do inventário de um acervo bibliográfico especializado de uma Instituição, como é o caso dos livros e periódicos pertencentes à extinta RFFSA, permite:

A preservação dos livros, que são fontes primárias e testemunhas materiais do desenvolvimento sociocultural humano, garante a transmissão de informação e de conhecimento (de natureza científica, técnica, artística, filosófica, humanística, de entretenimento, etc.) para as futuras gerações. (MIRANDA, 2009, p. 72)

Após a fase de identificação, descrição e estado de conservação do acervo documental, os livros e documentos foram dispostos em estantes e foi confeccionado um mapa topográfico para localização dos mesmos. Desta forma, havia sido cumprida a primeira etapa de recuperação da documentação e em seguida a realização e do processamento técnico do acervo. Já que:

Um dos primeiros passos de uma política de preservação é o inventário e análise da coleção, de modo que o gestor passa a ter real posse do acervo. Assim cada item se individualiza e seu real valor passa a ser reconhecido. Essa etapa contribui para tomada de decisão quanto às prioridades e no que tange à segurança das coleções, dando condições para articular medidas de salvaguarda. (LINO; HANNESCH; AZEVEDO, 2003. p.123)

As obras raras que haviam sido localizadas durante a execução da primeira etapa do projeto já tiveram seu processo de restauração iniciado, tendo sido recuperado parte significativa do acervo.

O acervo documental – bibliográfico e arquivístico – teve sua organização baseada na estrutura organizacional da RFFSA, que eram centralizadas nas sedes das Superintendências Regionais da RFFSA e na Administração Geral, no Rio de Janeiro.

A divisão dos acervos está baseada nas seguintes tipologias: Patrimonial (relatórios técnicos, estudos de implantação de ferrovias, mapotecas contendo desenhos técnicos sobre locomotivas, vagões, estações, malha ferroviárias, documentação relativa aos imóveis - desapropriações, vendas, cessões de uso, processos de reintegração de posse, termos de permissão de uso, laudos de avaliação); Jurídico (documentação relativa a processos judiciais trabalhistas e civis) e; Administrativo (recursos humanos e contabilidade, documentos administrativos e financeiros, tais como recolhimento de encargos, notas fiscais de movimentação de cargas).

Figura 9: Livros tratados e organizados da extinta RFFSA.
Belo Horizonte. 2009



Fonte: Acervo da autora. CARMO, Mônica E.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acervo documental da RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A. tem lugar de destaque no Patrimônio Cultural Brasileiro devido ao impacto socioeconômico proporcionado pelas ferrovias na sociedade brasileira a partir de meados do século XIX.

O início da realização do inventário dos acervos documentais, atividade que deve ser adotada como rotina nas unidades de informação, proporcionou o conhecimento de um rico acervo desmantelado e fragmentado no decorrer do tempo por insuficiência ou ausência de políticas públicas que protegesse registros importantes da história do nosso país, impactos, mudanças e transformações que ocorreram na sociedade com a implantação e o abandono das ferrovias.

A metodologia do inventário adotada neste trabalho contemplou dados essenciais como limites cronológicos, dados qualitativos e quantitativos, análise de assunto, localização da documentação através da confecção do mapa topográfico, cumprindo sua função de instrumento norteador, e além disso:

- permite a revisão, possibilitando a inclusão de novos dados, o aperfeiçoamento e planejamento de ações futuras, que vão além da classificação do acervo, como a implantação de recursos tecnológicos que permitam o compartilhamento por diversas Instituições que necessitem utilizar a documentação na tomada de decisões, a difusão e o acesso local e remoto do acervo por pesquisadores e demais público interessado.
- possibilita também a complementação e ampliação dos acervos, através de aquisição, doação e permuta visando a atualização.
- indica necessidade da realização de ações de conservação curativa ou migração de suporte visando à preservação do acervo muito danificado ou fragilizado pelo uso ou acondicionamento inadequado.
- aponta o estado de fragilidade do documento fornecendo condições para avaliação quanto à necessidade de reprodução do original, garantindo sua integridade bem como o acesso.
- é o instrumento adequado para subsidiar a avaliação dos critérios referentes aos níveis de acesso estabelecendo a classificação do documento como sigilosa, reservada e confidencial.

A construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como a preservação de suas coleções e acervos cumprem seu papel quando políticas eficientes são adotadas e conseqüentemente ocorre sua apropriação e utilização pela sociedade.

O desdobramento das ações desenvolvidas até o momento, por meio da pesquisa acadêmica, refletem sobre as bases conceituais que dão suporte às ações de preservação da memória através dos sistemas de inventário como ponto inicial para a sistematização das fontes documentais visando o acesso à memória do patrimônio ferroviário,

A organização do acervo documental tão fragilizado devido à ausência, durante um determinado tempo, de políticas de proteção a memória da ferrovia no país e futura instalação de um espaço adequado com a finalidade da preservação e difusão da Memória Ferroviária, no Estado de Minas Gerais, subsidiarão estudos e pesquisas sobre a ferrovia mineira.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. *Planejamento de bibliotecas e serviços de informação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2005

BECK, Ingrid. *Manual de preservação de documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

BRASIL. *Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957*. Determina a transformação das empresas ferroviárias da União em sociedades por ações, autoriza à constituição da Rede Ferroviária S.A., e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3115.htm>. Acesso em 09 nov. 2010

_____. *Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007*. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/11483.htm>. Acesso em 25 nov. 2010

_____. *Decreto nº 3.277, de 07 de dezembro de 1999*. Dispõe sobre a dissolução, liquidação e extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3277.htm>. Acesso em 25 nov. 2010

_____. *Medida Provisória nº 353, de 22 de janeiro de 2007*. Dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária S.A. – RFFSA altera dispositivos da Lei n 10.233, de 05 de junho de 2001 e dá outras providencias. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/medidaprovisoria/MP353.htm>. Acesso em 25 nov. 2010

CALLOL, M. Conservação preventiva para instituições cariocas que custodiam bens culturais. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v.23, n. 2, p. 77-88, jul/dez 2010. Disponível em <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/13/11>>. Acesso em 13 abr 2012

CARVALHO, Claudia Rodrigues de. *Plano de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa*: documentação para preservação. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Centro de Memória e Informação, [2010]. 6p. Projeto. Disponível em:<http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/bolsistas/2010/FCRB_Selecao_de_Bolsistas_2010_Documentacao_e_Preservacao.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2010.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. Belo Horizonte: Annablume, 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006. 288 p.

COIMBRA, Ricardo Resende. *Uma viagem pelos trilhos da Centro-Oeste: 120 anos de história ferroviária*. São Lourenço: Novo Mundo, 2009

FERREIRA, Ialy Cintra; SILVA, Neuman Bárbara da; RAMOS, Renata Maria Silva. A conservação do acervo: o papel do usuário e o bibliotecário na política de conservação dos acervos em bibliotecas. IN: XXXIII ENEBD, Paraíba, 2010. *Os desafios do profissional da informação frente às tecnologias e suportes informacionais do século XXI:: lugares de memória para a biblioteconomia*. Disponível em: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/163/106>>. Acessado em: 02 nov 2010

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997. 316 p.

FRONER, Yacy-Ara. *Memória e preservação: a construção epistemológica da ciência da conservação*. In: Memória e Informação, Rio de Janeiro, 2007. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/template_01/default.asp?VID_Secao=261&VI>. Acesso em 02 nov 2010

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: URFJ; IPHAN, 2002. 147 p.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006

HOLLÓS, Adriana Cox. Preservação de acervos documentais no Brasil. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 13-30, jul/dez 2010. Disponível em <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/8/6>>. Acesso em 13 Abr. 2012

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Cartas patrimoniais*. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2004. 407 p

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. 320 p.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003, p. 419-476.

_____. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003, p. 525-541.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *Ferrovia, Sociedade e Cultura: 1850-1930*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009

LUCCAS, Lucy; SERIPIERE, Dione. *Conservar para não restaurar: uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas*. Brasília: Thesaurus, 1995

MACIEL, Alba Costa; Mendonça, Marília Alvarenga Rocha. *Bibliotecas como organizações*. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Tutela do patrimônio cultural brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. 504p.

OGDEN, S. *Armazenagem e manuseio*. 2ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001

_____. *Procedimentos de conservação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001

OLIVEIRA, Ricardo Wagner Carvalho. *Direito dos transportes ferroviário*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005. 264 p.

PELEGRINA, Gabriel Ruiz. *Memórias de um ferroviário*. Bauru: EDUSC, 2000

POULOT, Dominique. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. *Varia história*. Belo Horizonte, vol.27, n.46, p. 471-480, jul/dez 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752011000200004>>. Acesso em 11 abr. 2011

RODRIGUES, G.. Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: Um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p. 257-286, jan/jun 2012. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/478>>. Acesso em: 13 Abr. 2012.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos*. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 386

SILVA, Dora Aparecida da; SOUZA, Vilma Carvalho de. Inventário do acervo bibliográfico do sistema de bibliotecas da UFMG. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13, 2004, Natal, RN. Anais... Natal: SNBU, 2004. Disponível em: <<http://www.cid.unb.br/publico/setores/000/77/materiais/2004/2/108/Dora%20A%20da%20Silva%20-%20Invent%C3%A1rio%20do%20acervo.pdf>> Acessado em: 16 Abr. 2012.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. *Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Centro de Memória, 1998. (Comunicação Técnica 2). Disponível em: <<http://www.cpba.net>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

SILVA, Zélia Lopes (Org). *Arquivos, patrimônio e memória: Trajetórias e Perspectivas*. São Paulo: UNESP:FAPESP, 1999. 154 p.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141399362010000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 abr. 2012.

SPINELLI JÚNIOR, Jayme. *Introdução à conservação de acervos bibliográficos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1995

_____. *Conservação de acervos bibliográficos e documentais*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

O MEXA E A INTEGRAÇÃO REGIONAL DO MERCOSUL

Leides Barroso de Azevedo Moura¹

Leonardo Kazuo dos Santos Serikawa²

Resumo

O objetivo deste trabalho é avaliar a importância que o MEXA teve para o fortalecimento do processo de integração do MERCOSUL. Para galgar esse objetivo, o artigo é subdividido em três partes principais. Na primeira, é feito um panorama geral sobre a educação superior no MERCOSUL. Na segunda parte, é feita uma descrição sobre o MEXA. Por fim, é analisado o seu papel para a integração regional.

Palavras-chaves: MERCOSUL – MEXA – Integração Regional

Abstract:

The goal of this paper is to evaluate the importance of the MEXA for the strengthening of the process of integration of Mercosur. To reach this objective, the article is subdivided in three main parts. First of all, it is made a general overview of Mercosur's higher education. Secondly, it is made a description on MEXA. Ultimately, we analyze the role played by MEXA in the regional integration.

Keywords: MERCOSUR – MEXA – Regional Integration

1. Introdução

Diante da intensificação do fenômeno globalização na década de 1990, a competição entre as economias nacionais se acirrou, desencadeando uma série de iniciativas interestatais de integração regional, entre elas o MERCOSUL. Criado em 1991, este bloco econômico, desde o princípio, já demonstrava preocupação com o papel da educação na consolidação

¹

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB e Assessor Internacional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

dessa integração, fato que levou à assinatura de diversos protocolos e acordos, visando a compatibilização acadêmica e legal dos sistemas educacionais³.

Em resumo, a justificativa para o estabelecimento desses acordos estava em promover o desenvolvimento mútuo por meio do investimento estratégico na formação de mão de obra qualificada e da criação de oportunidades de intercâmbio cultural e científico de pesquisadores, professores e alunos entre os países.

Embora com diferenças substanciais em termos de sistemas educacionais, a importância da educação superior para a integração regional parece ter crescido ainda mais na última década, principalmente com o fortalecimento das opiniões políticas no âmbito do Setor Educativo do MERCOSUL (SEM), com a criação de Grupos Técnicos em Educação Superior, entre os quais se destaca o Comitê Regional Coordenador de Educação Superior (CRCES).

Em razão dessa institucionalização do SEM, que fortaleceu as iniciativas até então criadas (SOLANAS, 2008; PERROTA, 2009), pode-se destacar sua importância para a consecução de outros projetos importantes, entre os quais o Mecanismo Experimental de Acreditação para o Reconhecimento de Títulos de Grau Universitário nos Países membros do MERCOSUL (MEXA), que tinha como objetivo permitir o reconhecimento de “ títulos de graduação universitária outorgados por instituições de nível superior, cujos cursos tenham sido credenciados conforme este mecanismo. (MERCOSUL, 1998).

Com base nas impressões positivas tidas pelos governos do MERCOSUL a respeito do MEXA, este se transformou no Sistema ARCU-SUL, cujo objetivo é:

estabelecer e assegurar critérios regionais de qualidade de cursos de graduação para a melhoria permanente da formação em nível superior, necessária para a promoção do desenvolvimento educacional, econômico, social, político e cultural dos países da região MERCOSUL/CMC/DEC. N° 17/08.

Por ser fato novo, o ARCU-SUL tem sido alvo de inúmeros questionamentos quanto aos seus objetivos e metas, bem como sua função na integração do MERCOSUL. Assim,

³ Entre esses protocolos, pode-se citar: Protocolo de Integração Educacional para o Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico (Buenos Aires, 4 de agosto de 1994); Protocolo de Integração Educacional para a Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e de Reconhecimento de Estudos de Nível Médio Técnico (Assunção, 28 de julho de 1995); Protocolo de Integração Educacional para o Prosseguimento de Estudos de Pós-graduação nas Universidades dos Países Membros do Mercosul (Montevideu, 30 de novembro de 1995); Protocolo de Integração para a Formação de Recursos Humanos no Nível da Pós-graduação entre os Países Membros do Mercosul (Montevideu, 30 de novembro de 1995); Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Países Membros do Mercosul (Assunção, 28 de maio de 1999).

motivado por esses questionamentos, é que surge como proposta desse artigo avaliar a importância do MEXA para o fortalecimento desse processo enquanto mecanismo experimental, o qual levou mais tarde ao estabelecimento do ARCU-SUL. Para tanto, é feita uma pesquisa bibliográfica e documental sobre MEXA, no intuito de levantar as consequências possíveis e concretas do estabelecimento desse mecanismo para o desenvolvimento e a integração regionais.

Para galgar esse objetivo, o presente trabalho está subdividido em três partes principais. Na primeira, são apresentados dados e informações coletados sobre a atual situação da educação superior nos países membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), obtidos por meio de relatórios dos Ministérios de Educação e do Sistema de Informações e Comunicações do MERCOSUL (SIC). Ainda na primeira parte é apresentado um panorama geral das estruturas dos sistemas de ensino superior dos países membros e de seus sistemas nacionais de acreditação e avaliação — que são os elementos diretamente envolvidos na realização da acreditação no MERCOSUL.

Na segunda parte, é feita uma descrição do Mecanismo Experimental de Acreditação de Cursos para o Reconhecimento de Títulos de Graduação Universitária nos Países do MERCOSUL (MEXA), explicando sua origem, fundamentos (princípios), objetivos, funcionamento e dados das creditações realizadas entre 2004 e 2006, período de funcionamento desse mecanismo.

Por fim, é feita uma análise sobre o papel do MEXA na integração dos sistemas educacionais, enquanto instrumento que garanta o avanço da integração regional. Os resultados do mecanismo de acreditação são confrontados com os dados secundários coletados, com o propósito de avaliar os progressos, os problemas e as perspectivas promovidas pela sua implementação, assim como de sua conformação para o Sistema de Acreditação do Mercosul (ARCU-SUL), mecanismo que substituiu o MEXA a partir de 2008.

2. Metodologia da Pesquisa

Esta pesquisa de caráter exploratório-descritivo está delineada em três etapas: (i) bibliográfica, que apresenta os resultados de trabalhos abordando a temática; (ii) pesquisa em base de dados e análise documental; (iii) e análise dos dados.

Por meio da revisão bibliográfica integrativa, foi realizado um resumo da literatura disponível, a fim de fornecer uma compreensão mais abrangente do MEXA. Assim, traçou-se uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriormente publicadas, permitindo a geração de um novo conhecimento sobre o papel do MEXA para a integração regional do MERCOSUL⁴.

Por meio da revisão sistemática de artigos, foi feita a seleção de artigos com base nos seguintes descritores e suas combinações: integração regional, Mercosul Educacional, MEXA, ARCU-SUL, educação superior, qualidade da educação superior, sistemas nacionais de educação superior, mobilidade acadêmica, acreditação e avaliação da educação superior.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português, inglês e espanhol; artigos na íntegra que retratassem a temática e artigos publicados nos últimos dez anos.

Para enriquecer o estudo, foram incorporados dados estatísticos (metadados) organizados pelo Grupo de Trabalho de Indicadores do SEM. Esses dados estão compilados nos Relatórios de Indicadores do Mercosul, encontrados na página do SEM (www.sic.inep.gov.br).

Após a leitura dos artigos, foram selecionados aqueles sobre cooperação internacional, reconhecimento e mobilidade acadêmica no MERCOSUL, que são os pilares de sustentação do sistema de acreditação regional e reconhecidos como os principais efeitos diretos da integração dos sistemas educacionais. Não foram incluídos dados sobre a qualidade da educação, uma vez que essa dependeria de instrumentos de pesquisa qualitativa (questionários, entrevistas, etc), os quais não foram utilizados.

3. A Educação Superior no MERCOSUL

Formado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela⁵, o MERCOSUL é considerado um bloco que apresenta inúmeras características comuns entre seus membros. Entre essas, se destacam as semelhanças histórico-sociais, construídas sobre uma elevada

⁴ Para Whitmore e Knafl (2005), uma boa revisão integrativa apresenta o estado da arte de um tema, contribuindo para o desenvolvimento de novas teorias e estudos, dado que esse método permite a inclusão de estudos que adotam diversas metodologias (ou seja, experimental e de pesquisa não experimental).

⁵ Para fins de pesquisa, serão considerados apenas os quatro países membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai).

dependência em relação às economias centrais, as quais, por seu turno, influenciam diversas outras áreas, entre elas a educação superior.

Ante essas similaridades, não há como ignorar suas consequências para a integração dos sistemas de educação dos países do MERCOSUL. Assim, faz-se necessário um olhar sobre algumas dessas semelhanças (e também diferenças) em termos de estruturas e atuais estágios de desenvolvimento, que podem impactar a formulação de políticas educacionais regionais.

3.1. Alguns números

De maneira geral, os países do MERCOSUL se caracterizam por apresentarem um processo de escolarização tardio e incompleto, sendo que só recentemente têm avançado em termos de acesso ao ensino superior, o qual ainda é deficiente em termos qualitativos e quantitativos. Por se tratar de uma situação de atraso histórico, somente a partir da década de 1990 o nível de acesso ao ensino superior foi expandido, principalmente com a abertura de vagas em instituições privadas.

Taxa de incorporação à educação terciária por país

País	Taxa de Incorporação
Argentina	138
Brasil	117,2
Paraguai	76,4
Uruguai	...

Fonte: Adaptado de SIC (2009)

Nesse mesmo período, houve uma geração de reformas que se caracterizaram “por mudanças nos modelos de financiamento, exigência de eficiência por meio da implantação de sistemas avaliativos e pressões por relações mais estreitas com o setor produtivo⁶”, caracterizando o paralelismo entre essas reformas e as transformações no contexto econômico global.

⁶ GARCÍA GUADILLA, C. Balance de la Década de los '90 y Reflexiones sobre las Nuevas Fuerzas de Cambio en la Educación Superior. In Molis M. (org.). Las Universidades en la América latina: Reformadas o Alteradas? La Cosmética del Poder Financeiro. Buenos Aires: CLACSO, 2003, p. 22.

Outra grande semelhança marcante entre os países membros do MERCOSUL está o baixo nível de investimentos em educação superior, sendo que há uma tendência de estabilização do investimento em relação ao PIB. É preciso, nesse último, considerar que o PIB dos países do MERCOSUL vem crescendo paulatinamente, sem que, no entanto, haja uma expansão proporcional em termos percentuais de investimentos em educação.

Investimento em educação de fontes públicas e privadas como porcentagem do PBI por nível de ensino por país

Investimento em educação					
País	Pré-Primário	Primário	Secundário primeiro ciclo	Secundário segundo ciclo	Terciário
Argentina	0,6	3,3	...	0,9	1,2
Brasil	0,4	1,5	1,5	0,7	0,7
Paraguai	0,4	2,9	0,8	1,2	1,7
Uruguai

Fonte: Adaptado de SIC (2009)

É importante lembrar ainda que a partir da década de 1990, houve, além da expansão acentuada da educação terciária, a diversificação em termos de sistemas de ensino e cursos no MERCOSUL, ampliando as perspectivas de qualificação profissional e, assim, acompanhando uma tendência mundial.

Alunos universitários por área de conhecimento separados por país

Área do Conhecimento					
País	Educação	Engenharia	Ciências	Agricultura/Veterinária	Saúde
Argentina	4,5	10,3	9,2	4,2	14,4
Brasil	19,5	7,7	9,2	2,2	14,7
Paraguai
Uruguai	15,6	9,8	12,9	3,4	13,7

Fonte: Adaptada de SIC (2009)

3.2. As Estruturas dos Sistemas de Ensino Superior no MERCOSUL

Na **Argentina**, a educação superior é composta por duas modalidades (sistema binário): a universitária, desenvolvida pelas universidades e institutos universitários; e a não universitária, constituída pelos institutos superiores não universitários e os colégios universitários.

As universidades e os institutos universitários concedem títulos de graduação e pós-graduação. Há ainda casos em que as universidades oferecem um pré-graduação, que outorga títulos intermediários para alunos matriculados em cursos longos (de 5 ou 6 anos) ou em cursos de curta duração (2 a 4 anos de duração), chamados de *tecnicaturas* que focam na formação profissional em algumas disciplinas em nível terciário. Já os institutos universitários, estes oferecem cursos em um único campo de conhecimento. Ao contrário das universidades, que têm atividades em diversas áreas do saber.

Segundo o Ministério da Educação da Argentina, o sistema de ensino superior é formado por 47 universidades nacionais, 46 universidades privadas, 7 institutos universitários estatais, 12 institutos universitários estatais, 1 universidade provincial, 1 universidade estrangeira e 1 universidade internacional. Em relação aos institutos não universitários, em 2005, havia 1774 institutos, dos quais 772 públicos e 1002 privados.

Sobre o sistema educacional do **Brasil**, cabe ao governo federal organizar o sistema federal e privado de educação superior, a qual abrange cursos de graduação nas diferentes áreas profissionais, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e sido classificados em processos seletivos organizados pelas instituições⁷. Além disso, os Estados também podem criar IES por delegação federal⁸.

A própria Constituição Federal de 1988, a Emenda Constitucional nº 14 de 1996 e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, instituída pela lei nº 9.394, de 1996, são os principais instrumentos legais que regulamentam o atual sistema educacional do Brasil, no qual se encontra o ensino superior.

As IES estão organizadas academicamente em três tipos: universidades, centros universitários e faculdades. As universidades têm atividades de ensino, pesquisa e extensão e devem ter um terço de docentes com pós-graduação, sendo que um terço da totalidade de professores deve atuar em regime integral. Além disso, possuem autonomia que lhes

⁷ Como novidade no campo da seleção, deve-se salientar a reformulação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), com vistas a centralizar o mecanismo de ingressos em universidades públicas.

⁸ Os municípios também podem criar IES. Contudo, sua regulamentação depende dos estados federais.

permitem criar novos cursos sem prévia autorização dos órgãos reguladores, bem como criar ou extinguir vagas.

Os Centros Universitários desenvolvem basicamente atividades de ensino, possuindo um terço dos docentes com pós-graduação e um quinto em regime integral. E, assim como as universidades, podem criar novos cursos e vagas sem prévia autorização. Já as faculdades não têm autonomia e, por isso, não podem criar novos cursos ou novas vagas sem autorização prévia. Além do que, os professores não precisam ter pós-graduação.

Com as reformas do sistema de ensino superior na década de 1990, o número de IES cresceu substantivamente — principalmente privadas —, assim como o número de matrículas. Em 2011, o Brasil tinha 6,5 milhões de estudantes universitários, sendo 6,3 milhões de graduação e 173 mil de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) distribuídos em 29.507 cursos e 2377 IES públicas⁹ e privadas. Isso representa um crescimento de 7,1% no número de matrículas em relação ao período 2009-2010 e um crescimento de mais de 100% desde 2001 (INEP, 2011).

A educação no **Paraguai** tem passado por diversas reformulações. Seu sistema educacional vigente iniciou-se em 1994, com a implementação da reforma educacional, cuja prioridade é a melhoria da qualidade e a pertinência da educação, garantindo a igualdade de oportunidades para todos. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) administra e organiza esse sistema, em coordenação com os governos departamentais, observando os marcos legais presentes na Constituição Nacional e na Lei Geral de Educação.

Quanto à educação superior no Paraguai, esta se desenvolve por meio de universidades, institutos e outras instituições de formação profissional de terceiro nível. Inclui graus universitários, pós-universitários e não universitários. As universidades públicas e privadas, e as instituições superiores de ensino são parte do sistema educacional e têm autonomia em sua gestão.

As universidades podem outorgar títulos técnicos, de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Já os institutos superiores podem outorgar títulos de graduação que habilitam para o exercício da profissão e de acordo com o Art. 54 da Lei Geral de Educação, são também responsáveis pela pós-graduação, podendo outorgar títulos a professores (educação inicial, educação básica e média).

⁹ Entre as instituições públicas de ensino superior, as municipais respondem por 1,6% do total das matrículas, as estaduais por 9,4% e as federais por 14,7%.

Do total de universidades existentes, 7 são públicas e 38, privadas¹⁰, enquanto que os Institutos Superiores universitários (IS) são 30¹¹, sendo 7 públicos e 23 privados (ANEASES, 2008). As carreiras oferecidas nesses IS são principalmente na área de Ciências da Saúde e Ciências Humanísticas e Sociais. Nestas últimas predominam as carreiras em educação¹².

Em relação à educação não universitária, esta se divide fundamentalmente em Educação Técnica Superior (ETS), Formação Docente (FD). Se por um lado a oferta de ETS é constituída por 77 instituições, das quais 70 são privadas, por outro a de FD é formada por 89 instituições (41 públicas e 48 privadas). A regulação dessas instituições é de competência do ministério da Educação.

Em relação ao **Uruguai**, a conformação histórica da universidade dificilmente autoriza a falar da existência de um sistema nacional de Educação superior, que, por definição, implica em uma interdependência de seus elementos componentes. Perculiaramente, o Uruguai possui uma única universidade pública — *Universidad de La Republica* (UDELAR) —, que durante mais de 150 anos manteve o monopólio sobre os estudos universitários e terciários do país, com exceção da formação de mestres e professores de ensino secundário. Por esta razão, ainda hoje, o ensino superior e educação terciária se confundem nesse sistema.

Sobre o sistema de ensino superior uruguaio, este inclui diferentes conjuntos de instituições, entre os quais as instituições públicas autônomas (art. 202 da Constituição), representadas pela UDELAR e pela Administração Nacional da Educação Pública (ANEP)¹³.

Em um segundo grupo, consta as universidades e institutos privados, que representam a totalidade do ensino terciário privado e que estão ao amparo da Lei 15.661, regulamentada pelo Decreto 308/995. As instituições pertencentes a este grupo têm liberdade de ensino e sua regulação não é obrigatória, sendo aplicada somente se elas voluntariamente solicitarem seu reconhecimento pelo Estado¹⁴.

¹⁰ Entre 2007 e 2008, houve uma expansão de 37% em relação às universidades vigentes.

¹¹ Esse número foi expandido em 65% entre 2006 e 2008.

¹² Em 2006, as carreiras universitárias de graduação ofertadas são representadas por 1032 cursos (66% de Ciências Humanas e Sociais; 14% de Ciências Exatas e Engenharias; e 17% de Ciências da Saúde) (Universidades Públicas e Privadas, Ano 2005/2006).

¹³ A UDELAR responde pela educação, pesquisa e extensão universitárias públicas, enquanto que a ANEP responde pela formação e aperfeiçoamento docente por meio de seu Conselho Diretor Central (CODICEN), assim como pela formação em engenharia tecnológica de seu Conselho de Educação Técnico-Profissional (Ex: Universidad Del Trabajo Del Uruguay – UTU).

¹⁴ É importante destacar ainda a ausência do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no diagrama do Sistema de Ensino Superior do Uruguai, uma vez que, diferentemente dos demais países, este não tem poder político sobre o mesmo. Em matéria de ensino, o MEC pode apenas regulamentar as instituições universitárias privadas, fato que ocorre, conforme dito, a pedido voluntário das mesmas. Esta característica vincula-se ao princípio da liberdade de ensino.

Por fim, há o conjunto de instituições públicas não autônomas, que são representadas pela educação militar e policial. Até pouco tempo, também incluía o Instituto Superior de Educação Física (ISEF), o qual se encontra em processo de integração à UDELAR.

Existem 20 instituições, entre as quais: *Universidad de la República* (UDELAR); *Universidad Católica del Uruguay* (UCUDAL); *Universidad ORT*; *Universidad de Montevideo* (UM); e *Universidad de la Empresa* (UE). As outras 15 IES são não universitárias (MARRERO & BARROS, 2008).

3.3. Sistemas Nacionais de Avaliação de Cursos Superiores no Mercosul

Criados em sua maioria da década de 1990, os processos de avaliação da qualidade da educação superior no Mercosul foram estabelecidos por meio de normas governamentais¹⁵. Graças a esses marcos regulatórios, foram criados órgãos específicos para a consecução das avaliações e creditações de cursos, os quais são responsáveis por elaborar os objetivos, as diretrizes e os instrumentos a serem utilizados.

No caso do Argentina, o órgão responsável é a Comissão Nacional de Avaliação Acreditação Universitária (CONEAU), organismo estatal criado em 1996. Entre suas atribuições estão a avaliar as IES; acreditar das carreiras de graduação e de pós-graduação; autorizar o funcionamento das IES (privadas, provinciais e nacionais); aprovar projetos institucionais das novas universidades provinciais e nacionais; e habilitar entidades privadas de avaliação e acreditação. (LAMARRA, 2007).

No Brasil, o sistema de avaliação de cursos passou por vários momentos distintos. De acordo com Polidori (2009), dividem esses momentos em ciclos que vão de 1986 até hoje. O ciclo atual, que se inicia em 2003, foi marcado pela criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que integra avaliação institucional (auto-avaliação e avaliação externa), avaliação dos cursos de graduação e avaliação do desempenho dos estudantes. Pelo SINAES, todas as IES vinculadas ao Sistema Federal de Educação Superior devem ser avaliadas, ainda que estas possuam seus próprios sistemas de avaliação.

¹⁵ Na Argentina, as principais leis que regulam seu sistema de avaliação são Constituição Nacional (1994); a Lei Federal de Educação nº 24.195/1994; a Lei de Educação Superior nº 24.521/1995; e a Lei de Educação Superior nº 24.521/1995. No Brasil, o marco regulatório está principalmente na Constituição Federal/1988; na Lei nº 9394/1996; e na Lei Federal nº 10.861/2004. No Uruguai, está presente na Constituição da República; na Lei Orgânica da *Udelar*/ 1958; na Lei 15.661; no Decreto nº 308/1995; e na Lei nº 15.739/1985. No Paraguai, o sistema de avaliação está na Constituição Federal (art. 74), na Lei nº 2.072/2003, na Lei nº 236/93, e na Lei nº 2529/2006.

Já no Paraguai, a preocupação com a garantia da qualidade dos cursos superiores foi marcada pela promulgação da chamada “Ley de Universidades” (Lei n°. 136/1993), que regula as atividades das IES e cria o Conselho de Universidades, cujas tarefas são garantir o cumprimento das disposições legais, formular a política da Educação Superior paraguaia e coordenar e avaliar a atividade universitária em âmbito nacional (DE PEÑA, 2003). De acordo com a Lei Geral da Educação (Lei n° 1264 de 1998), a responsabilidade por garantir a qualidade da educação é de competência do Ministério de Educação e Cultura, dos Departamentos, dos Municípios e das comunidades educacionais, os quais devem realizar avaliações ostensivas sobre o sistema educacional. A partir de 1999, a questão da avaliação e acreditação de cursos superiores ganhou destaque no Paraguai, graças à cooperação de organismos internacionais, que realizaram a capacitação dos primeiros avaliadores. Entretanto, só em 2003 o Ministério da Educação e o Conselho de Universidades criaram a Agência Nacional de Avaliação e Credenciamento da Educação (ANEASES).

Semelhante ao Paraguai, o Uruguai também não possui um sistema que garanta a qualidade do ensino superior por meio da avaliação e acreditação. *A priori*, as únicas imposições que existem são para as IES privadas. Estas precisam cumprir uma série de exigências administrativas para obter uma autorização de funcionamento e o reconhecimento de seus programas de graduação e pós-graduação. Para que isso seja, as IES privadas devem requerer autorização junto ao Conselho Consultivo de Ensino de Terceiro Grau Privado (CCETP), órgão do Ministério da Educação criado em 1995 e regulado pela Administração Nacional da Educação Pública (ANEP)¹⁶.

4. Do Mecanismo Experimental de Acreditação de Cursos para o Reconhecimento de Títulos de Graduação Universitária nos Países do MERCOSUL (MEXA)

Criado em 19 de junho de 1998, em Buenos Aires, durante a Reunião de Ministros da Educação dos Estados Partes e Associados (RME), o Mecanismos Experimental de Acreditação de Cursos para o Reconhecimento de Títulos de Graduação Universitário nos

¹⁶ No caso da Universidad de La República (UDELAR), esta não é avaliada pelo Estado, uma vez que, no entendimento dessa universidade, esta ação feriria a autonomia universitária. Por ser a principal e mais antiga IES do Uruguai, a UDELAR detém certo monopólio sobre o sistema de ensino superior do país, o que, em última instância, faz dela um parâmetro para a avaliação das demais IES.

Países do MERCOSUL (MEXA) nasceu por meio de um *memorandum* de entendimento¹⁷ visando implementar um sistema de acreditação de cursos universitários em caráter experimental e voluntário¹⁸. Esse sistema colocaria em prática um processo de avaliação dos pares, com a participação de especialistas dos países participantes e obedeceria a padrões de avaliação determinados segundo critérios técnicos de mérito, acordados entre os países signatários daquele *memorandum*.

Esses especialistas seriam reunidos em comissões de avaliação, responsáveis por desenvolver, critérios, dimensões, indicadores, procedimentos e fontes de informação, os quais embasariam o processo de autoavaliação institucional e as visitas de verificação *in loco*.

Como princípios norteadores do MEXA, podemos apontar como principais os seguintes:

- a) Credenciamento (outorga de validade pública), de acordo com as normas legais nacionais, aos títulos universitários, garantindo que os cursos correspondentes cumpram com requisitos de qualidade previamente estabelecidos no âmbito regional;
- b) Respeito às legislações de cada Estado membro;
- c) Participação voluntária em respeito à autonomia das instituições universitárias, previamente reconhecidas pelos Estados;
- d) Critérios e parâmetros de qualidade definidos pela RME.
- e) Credenciamento periódico, podendo ser renovado ao seu término;
- f) Efeitos do credenciamento válidos em todos os Estados-partes.

Para que o MEXA fosse operado, eram necessárias Agências Nacionais de Acreditação (ANA), definidas por cada país participante. Essa agência deveria ser uma pessoa jurídica de direito público, com caráter coletivo e capaz de garantir a idoneidade de seus membros, além de ter autonomia decisória.

Para que um curso fosse acreditado, cada instituição deveria encaminhar uma solicitação à respectiva ANA, juntamente com o relatório de autoavaliação e o procedimento de trabalho. A ANA responsável analisaria esses documentos e decidiria por outorgar ou denegar a acreditação, com base em critérios pré-estabelecidos pelas comissões de especialistas subordinadas à RME.

¹⁷ *Memorandum de Entendimiento sobre la implementación de un Mecanismo Experimental de Acreditación de Carreras para el Reconocimiento de Títulos de Grado Universitario en los Países del MERCOSUR, Bolivia y Chile*. Este *memorandum* foi aprovado pela Reunião de Ministros da Educação (REM) de junho de 1998 e revisto em junho de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13454:acreditacao-de-cursos-nosistema-arco-sul&catid=323:orgaos-vinculados>.

¹⁸ Por ser experimental, o reconhecimento de diplomas não dava direito ao exercício profissional, mas tão somente para fins acadêmicos.

O processo de avaliação era realizado observando o curso em sua totalidade, incluindo corpo docente, biblioteca, infraestrutura de serviços, laboratórios, entre outros aspectos. Esses critérios de qualidade comuns, acordados entre os países, eram expressos em documento denominado “Dimensões, Componentes, Critérios e Indicadores”, disponibilizados por meio dos editais de convocação.

A decisão dos membros do Comitê de Pares era unânime, de caráter vinculante para a ANA, e irrecorrível, devendo ser ainda comunicada à RME. É bom lembrar que, a princípio, os credenciamentos não poderiam exceder 5 anos, estendendo-se até nova resolução, quando o curso estivesse em novo processo de acreditação.

Entre 2004 e 2006, foram realizadas as creditações dos cursos de Agronomia, Engenharia e Medicina em instituições de ensino superior, selecionadas e estabelecidas nos países membros e alguns associados (Bolívia e Chile). E, em novembro de 2006, em Gramado (RS), Brasil, concluiu-se o processo de avaliação dos resultados do MEXA e das atividades desenvolvidas pelas ANAs, sendo que em novembro de 2006, em Belo Horizonte (MG), Brasil, os Ministros da Educação deram por terminada a etapa do MEXA, aprovando o plano de trabalho de implementação do Sistema de Acreditação do MERCOSUL (ARCU-SUL).

5. O papel do MEXA na integração regional

Por ser um setor estratégico para o desenvolvimento dos países, a educação superior recebe um papel de destaque no processo de integração regional do MERCOSUL, por meio da criação de mecanismos que permitam a comparabilidade, a homogeneização e a mobilidade acadêmica entre os distintos sistemas nacionais de educação (ROBLEDO & CAILLÓN, 2009, p.83).

Entretanto, apesar dos esforços confirmados por meio de documentos oficiais (tratados, convenções e resoluções), o MERCOSUL pouco tem avançado para a criação de um espaço compartilhado de formação acadêmica e de pesquisa. A iniciativa mais inovadora refere-se ao Mecanismo Experimental de Credenciamento (MEXA), aplicado aos cursos de graduação em Agronomia, Arquitetura, Engenharia, Medicina, Odontologia e Veterinária.

Como previram os inúmeros Protocolos de Intenções dos Ministros de Educação, desde que foi criado, o MEXA tinha como metas gerais produzir uma cultura de avaliação de cursos e consolidar um espaço de desenvolvimento de conhecimento mútuo, contribuindo,

assim, para a melhoria da capacidade da mão de obra e para o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores¹⁹.

A princípio, as ANAs credenciaram, entre 2004 e 2006, 62 cursos (19 de agronomia, 29 de engenharia e 14 de medicina). Diante desses resultados, logrou-se o apoio dos países membros do MERCOSUL para a ideia de se instituir um mecanismo permanente de acreditação de carreiras de graduação com vistas a assegurar a qualidade dos títulos universitários (PIRES & LEMAITRE, 2008; ROBLEDO & CAILLÓN, 2009; SOLANAS, 2009; MERCOSUL/CMC/DEC. N° 17/08).

Com o credenciamento, o Conselho Mercado Comum²⁰ (CMC) considerou que este seria um passo crucial:

Para a melhoria substancial da qualidade da educação superior e para o avanço do processo de integração regional; facilitaria a movimentação de pessoas entre os países da região e serviria como apoio para mecanismos regionais de reconhecimentos de títulos ou diplomas universitários; garantiria o conhecimento recíproco, a movimentação e a cooperação solidária entre as respectivas comunidades acadêmico-profissionais dos países; tratar-se-ia de uma “política de Estado” a ser adotada pelos Estados partes e associados, com vistas à melhoria permanente na formação de recursos humanos, com critérios de qualidade requeridos para a promoção o do desenvolvimento econômico, social, político e cultural dos países (CAMBOURS DE DONINI, 2011).

Como se percebe, esperava-se novos avanços para a integração regional com o mecanismo permanente. Nesse sentido, faz-se oportuno analisar quais as mudanças empreendidas pelo MEXA que em alguma medida estimularam a continuidade da política regional de acreditação de cursos.

5.1. Cooperação Internacional no Mercosul Educacional

De um ponto de vista funcional, pode-se dizer que essa tentativa de construir um mecanismo como o MEXA — para acreditar/avaliar cursos muitas vezes distintos — buscou,

¹⁹ De acordo com o Segundo Plano Trienal do SEM (1998-2000), a formação de recursos humanos para a implementação dos mecanismos de integração dos sistemas educacionais foi destacada como prioridade. Essa formação previa a identificação das necessidades da região no que se refere: à qualificação de mão de obra; ao uso de novas tecnologias na capacitação de professores e alunos; à maior rapidez na formação dos professores e dos gestores educacionais; à melhoria da educação por meio da participação ativa de outros atores educacionais, criando espaços de coordenação e execução de projetos; e à promoção de cultura e de instrumentos avaliativos, com intercâmbio de experiências e construção de indicadores regionais para monitoramento da educação no MERCOSUL (MERCOSUL, 1997).

²⁰ O Conselho do Mercado Comum (CMC) é o órgão supremo do Mercosul, formado pelos Ministros das Relações Exteriores e da Economia dos países-membros, cuja função é a condução política de integração.

em última instância, padronizar o ensino superior no Cone Sul. No entanto, para que isso fosse atingido, a cooperação entre os países membros deveria ser uma meta comum a ser desenvolvida por meio de atividades técnicas conjuntas, capazes de auxiliar na homogeneização dos sistemas educacionais de ensino superior.

Sobre essa cooperação, pode-se dizer que ela impulsionaria a integração regional, envolvendo “estruturas de cooperação acadêmica em que a pauta dominante é o acordo entre países a favor de regras mutuamente aceitas em temas, tais como reconhecimento profissional, acreditação, currículo, mobilidade de estudantes e acadêmicos, e vários mais” (GÓMEZ, 2004, p.2).

Entretanto, como ainda não existem sistemas de informação confiáveis e atualizados no MERCOSUL, que permitam realizar estudos sobre o tema, ainda não foi possível medir de forma segura o impacto dessa cooperação para o processo de integração dos sistemas de ensino terciário. Tanto é que os relatórios dos Planos de Ação do MERCOSUL são vagos e não apresentam resultados concretos do MEXA, mas tão somente o quantitativo de creditações concluídas até 2008. Nesses relatórios, existe uma vaga impressão de que haja uma convergência de ideias comuns quanto à integração do ensino superior, que podem estimular a reformulação de estruturas e regras próprias de cada país, a fim de adaptá-las a essa nova política regional (CAMBOURS DE DONINI, 2010).

Por outro lado, é bem verdade que o estabelecimento do MEXA estimulou os países do MERCOSUL a criar novas estruturas internas, que permitiram a realização das creditações. Como exemplos disso, podemos citar a criação da Agência Nacional de Avaliação e Acreditação Universitária (ANEASES) no Paraguai — criada pela Lei n° 2.072 de 2003 e responsável por executar as creditações e avaliações de cursos superiores das IES naquele país; e das comissões *ad-hoc* no Uruguai — competentes para avaliar cada uma das carreiras submetidas ao MEXA (PIRES & LEMAITRE, 2008)²¹.

Conforme analisa Solanas (2008, p.3), essas inovações institucionais demonstraram como a “dinâmica fortemente intergovernamental do processo regional [afetou] institucionalmente os sistemas de educação superior locais”.

No que se refere ao longo prazo, pode-se levantar alguns possíveis efeitos do MEXA para o desenvolvimento profissional de acadêmicos no marco dos processos de integração regional. Entre eles, podem-se citar o acesso à informação, ao intercâmbio de conhecimentos

²¹ Diferentemente dos demais membros, o Uruguai não possui uma agência nacional de avaliação.

e experiências e às possibilidades de comunicação via Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) (BUARQUE, 2005).

Outra possibilidade é o enriquecimento do trabalho investigativo e pedagógico e a abertura de caminhos para projetos em parceria em áreas de interesse comum para a região, criando alternativas próprias e inovadoras de construção da integração da educação superior. No entanto, essa perspectiva parece ser distante para o MERCOSUL, pois depende da consolidação de outros instrumentos como acordos interuniversidades.

5.2. Reconhecimento de Títulos

Apesar dos esforços bilaterais ou interinstituições criados para retirar os entraves ao reconhecimento de títulos, estes não foram suficientes para alterar a situação, uma vez que a informação sobre os acordos logrados por disciplinas ou contrapartes, em sua maioria, não circulou sistematicamente e com amplitude suficiente para garantir seu conhecimento (AUPETIT, 2005).

Por não contarem com bases de dados e de informações compartilhadas ou esquemas coletivos de trabalho, as IES não possuem meios que permitam um melhor entendimento mútuo dos sistemas de educação superior e que ajudem em sua convergência, impedindo a consecução de acordos sobre o tema (AUPETIT, 2005; PIRES & LEMAITRE, 2008).

No que diz respeito ao MEXA, sua extensão relativamente reduzida e as dificuldades de se estabelecer parâmetros regionalmente aceitáveis e mutuamente compatíveis, limitaram sua capacidade de reconhecimento de títulos unicamente para uma pequena parte das carreiras universitárias. Entre os pontos incongruentes, estão currículo diferenciado, políticas de avaliações distintas, normas jurídico-legais particularizadas, entre outros fatores (LAMARRA, 2004). Por meio dessa experiência, os países tiveram a clara noção das dificuldades encontradas para determinar critérios comuns para acreditar e avaliar os cursos, fato que impõe limites também para o reconhecimento de títulos em outros cursos.

5.3. Mobilidade Acadêmica

Apesar dos esforços para a compatibilização normativa, administrativa e institucional no âmbito do MERCOSUL, os quais servem para facilitar o reconhecimento dos títulos e processos de acreditação regional, observa-se que a mobilidade de professores, pesquisadores e alunos de graduação ainda é muito tênue se comparada com o fluxo para outras regiões como América do Norte e Europa (VERBIK & LASANOWSKI, 2007)

O mesmo acontece com o a mobilidade profissional, a qual tem avançado muito pouco em favor do desenvolvimento de um mercado profissional regional, já que este processo é muito complexo, envolve outros atores e afeta diversos interesses (MARTINS & MENEGHEL, 2010; MARÇAL, 2010; GIANGIÁCOMO, 2009).

Além disso, ainda que a mobilidade seja um dos princípios norteadores do SEM, conforme encontrado no Plano de Ação 2001-2005, ainda existem entraves impostos pelas exigências migratórias de cada país. Ou seja, somente com a eliminação desses e de outros obstáculos por parte dos Estados partes do MERCOSUL seria possível estimular a circulação de estudantes, professores, gestores e profissionais.

Assim, para sanar o problema da mobilidade acadêmica, foi criado o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA) a partir da conclusão do MEXA. O MARCA trata-se de um projeto de mobilidade associado às carreiras acreditadas, isto é, um programa de intercâmbio de estudantes de graduação dos cursos acreditados (agronomia, arquitetura, veterinária, enfermagem, engenharia, medicina e odontologia²²) e de professores.

A mobilidade propiciada pelo MARCA tem como objetivos:

- a) Contribuir para a melhoria da qualidade da educação superior nos cursos acreditados no MEXA dos países que participam do Setor Educacional do MERCOSUL;
- b) Estimular a cooperação interinstitucional e internacional no âmbito da educação superior das carreiras acreditadas no SEM;
- c) Impulsionar a mobilidade e o intercâmbio acadêmicos entre estudantes, docentes, pesquisadores e gestores dos cursos acreditados no Mecanismo de Credenciamento do SEM. (MERCOSUL, CCR/ATA 04/04 – Anexo X, 2004).

²² O Programa MARCA lançou seu primeiro edital no ano de 2006, quando se realizou uma experiência piloto com a participação do curso de agronomia. No primeiro semestre de 2007 realizou-se uma avaliação, e a partir disso, convidou-se outros cursos de Engenharia e Medicina acreditados pelo MEXA.

6. Considerações Finais

A universidade, desde sua origem, caracterizou-se pela internacionalização, seja pela presença de professores, seja de alunos de outras regiões do mundo. Nos dias de hoje, a internacionalização do ensino superior, além de desenvolver a cooperação internacional no sentido geográfico, inclui mudanças internas nos programas das instituições e reformulação dos objetivos educacionais. Tudo isto é motivado pelas novas exigências do mercado e postulado pelo fluxo de estudantes internacionais, fruto da mobilidade humana (BARBALHO, 2008).

Com o surgimento do fenômeno da integração regional, a internacionalização do ensino superior ganhou uma nova fórmula, trazendo com isso novos desafios a serem enfrentados em conjunto pelos países. E com o MERCOSUL, isso não foi diferente.

No caso deste, desde 1998 deu-se início a um processo de padronização do modelo educacional. Na discussão, estavam em pauta a mobilidade acadêmica, os níveis de ensino, a metodologia, a revalidação de diplomas e a acreditação recíproca de cursos superiores, sendo que esta última se referia ao sistema de reconhecimento de carreiras como mecanismo de homologação de títulos, iniciado em 2002 com o MEXA.

Considerado por alguns especialistas como um dos maiores mecanismos de inserção da educação no processo de integração regional, o MEXA trouxe alguns avanços importantes para a integração regional (P ERROTTA, 2008; CAMBOURS DE DONINI, 2010). Avanços que foram considerados suficientes pelos governos dos Países membros do MERCOSUL para justificar a consolidação de um sistema permanente de acreditação, o ARCU-SUL (MERCOSUL/CMC/DEC. N° 17/08).

Com uma proposta bastante ousada, o MEXA trouxe a esperança de que houvesse uma integração dos sistemas de ensino, e que isso transbordasse, a longo prazo, em uma elevação da qualidade de ensino e da mão de obra.

No entanto, essa visão nunca foi compartilhada de maneira homogênea entre os setores envolvidos, dado o quadro de incertezas quanto aos seus efeitos. Por conta disso, o MEXA enfrentou muitas resistências. No Brasil, por exemplo, a possibilidade de uma migração em massa de profissionais formados em outros países, cujos sistemas de ensino superior têm de qualidade inferior, causou a antipatia de associações de universidades públicas e de classes profissionais. Em outros países, como Paraguai e Uruguai, o medo de

uma fuga de cérebros favorável à Argentina e ao Brasil também causou certo temor nos setores ligados a economia, em razão de seus riscos para o desenvolvimento dos países.

De qualquer maneira, os resultados do MEXA, e agora do ARCU-SUL, ainda precisam ser reavaliados. Não que isso impeça a continuidade do modelo, mas que se racionalize suas falhas e virtudes, no intuito de corrigir erros de direcionamento, garantindo eficiência ao sistema e à integração do MERCOSUL.

7. Referências Bibliográficas

AUPETIT, S. D. *Internacionalización y proveedores externos de educación superior en los países de américa latina y en el caribe: principales problemáticas*. Departamento de Investigaciones Educativas Centro de Investigación y de Estudios, 2005. Disponível em: <<http://proyecto.unlam.edu.ar/espec/htdocs1/%5Cprogramas%5Cinternac%5CInforme%20Internacionalizaci%C3%B3n%20-%20Am%C3%A9rica%20Latina.pdf>>. Acesso em: 29 de maio de 2012.

BARBALHO, M.G.C. *A Internacionalização da educação superior: o papel da universidade*, 2008. Disponível em: <<http://www.isecure.com.br/anpae/295.pdf>>. Acesso em: 28 de maio de 2012.

BUARQUE, C. *Universidad sin fronteras*. ALAI. América Latina en Movimiento. Seminario Internacional: "La internacionalización del conocimiento: un desafío para las redes de cooperación regionales", Buenos Aires 29, 30 de junio – 1 de julio 2005.

CAMBOURS DE DONINI, A. M. *El sector educativo del MERCOSUR en el marco de la integración regional: una mirada evaluativo al plan de acción 2006-2010*. Madrid, Centro de Estudios Iberoamericanos, Cuadernos Iberoamericanos de Integración. Num. 4, 2009.

CAMBOURS DE DONINI, A. M; SANTOS, M. R. S. *Políticas de Integração e Internacionalização da Educação Superior no MERCOSUL Educativo*. Ponencia presentada al IV Congreso Nacional y III Encuentro Internacional de Estudios Comparados en Educación, Buenos Aires, 16 y 17 de junio de 2011.

DE PEÑA, H. G. *El Proceso de Acreditación de Carreras Universitarias en el Paraguay: Estudio Regional* – IESALC, 2003.

GÓMEZ, R. R. *Inversión extranjera directa em educación superior: El caso de México*. Revista de La Educación Superior. ANUIES, México, número de abril-junio, 2004. Disponível em: <http://www.forolatino.org/flape/foros_virtuales/doc_fv_3/texto-discusion-oce-rrodriguez.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2012.

LAMARRA, N. F. *Hacia la convergência de los sistemas de educación superior en America Latina*. Revista Ibero-Americana de Educación, Madrid, n. 35, p. 01 – 14, maio – ago. 2004. Disponible em: <<http://www.rieoei.org/rie35a02.htm>>. Acesso em: 30 de maio de 2012.

LAMARRA, Norberto. *Educación Superior y Calidad en América Latina Y Argentina: Los Procesos de Evaluación y Acreditación*. Caseros: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2007.

MARÇAL, W. Falta sintonia entre academia e sociedade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 ago 2010, Caderno Mundo, p. 26.

MARRERO, A; BARROS, G. *Estructura y titulaciones de Educación Superior en Uruguay*. OEI: 2008.

MARTINS, J. R; MENEGHEL, S. M. *Acreditação da Educação Superior no Mercosul Educacional: Contextos e agendas no processo de integração*. Monografia do Curso Latino-Americano de Especialização em Políticas Públicas e Avaliação de Educação Superior (CLAEPPAES). Unila, Foz do Iguaçu, 2010.

MEC. *Acreditação de Cursos no Sistema ARCU-SUL: O que é o Sistema Arcu-sul*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13454:acreditacao-de-cursos-no-sistema-arcu-sul&catid=323:orgaos-vinculados>. Acesso em: 29 de maio de 2012.

MERCOSUL. *Decisão nº 17/08 do CMC* - Acordo sobre a criação e a implementação de um sistema de credenciamento de cursos de graduação para o reconhecimento regional da qualidade acadêmica dos respectivos diplomas no MERCOSUL e nos Estados Associados.

_____. *Memorandum de Entendimiento sobre la implementación de un Mecanismo Experimental de Acreditación de Carreras para el Reconocimiento de Títulos de Grado Universitario en los Países del MERCOSUR, Bolivia y Chile*. Reunião de Ministros da Educação (REM), 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13454:acreditacao-de-cursos-nosistema-arcu-sul&catid=323:orgaos-vinculados>. Acesso em: 30 de maio de 2012.

_____. *Indicadores Estadísticos del Sistema Educativo del Mercosur 2009*. SEM, 2012.

PERROTA, D. *La educación superior en el Mercosur en su dimensión institucional*. Buenos Aires, 2009.

PIRES, S; LEMAITRE, M. J. *Sistemas de Acreditación y Evaluación de La Educación Superior em América Latina y el Caribe*. In: *Sistemas de Acreditación y Evaluación de La Educación Superior em América Latina y el Caribe* (Cap. 8). Caracas: IESALC-UNESCO, 2008.

POLIDORI, M. M. *Políticas de avaliação da educação superior brasileira: provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e... Outros Índices*. Avaliação: Revista da Educação Superior, Campinas, v. 14, n. 2, p. 267-290, 2009.

ROBLEDO, R; CAILLÓN, A. *Procesos regionales en educación superior*. El mecanismo de acreditación de carreras universitarias en el MERCOSUR: reconocimiento regional de los títulos y de la calidad de la formación. *Revista Educación y Sociedad*. Caracas, n.º1, p.73-98, jan.2009.

SOLANAS, F. *La Mercadorización de la Acreditación Universitaria*. Corrientes, Argentina, Encuentro Pre-ALAS 2008. Disponível em: <<http://www.unne.edu.ar/prealas/files/F2%20Solanas.pdf>>. Acesso em: 2 de junho de 2012.

VERBIK, L., LASANOWSKI. *International Student Mobility: Patterns & Trends*. The Observatory on Borderless Higher Education. Association of Commonwealth Universities & Universities. UK: 2007.

**O PROBLEMA AGRÁRIO EM JOSÉ DE SOUZA MARTINS, OCTÁVIO
VELHO E MARIA ISaura PEREIRA QUEIROZ**

Dora Vianna Vasconcellos
doutoranda CPDA/UFRRJ
doravasconcellos@ig.com.br

Resumo: O artigo reúne três interpretações clássicas do pensamento social contemporâneo que debatem o problema agrário considerando a existência de um campesinato. Trata-se de José de Souza Martins, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Octávio Velho. Esse enfoque leva-os a afirmar a existência de um estrato camponês no Brasil. Contudo, se há concordância nessa hipótese, há divergência em relação ao sentido da atuação política do campesinato. A partir disso, são feitos três diagnósticos distintos acerca da situação agrária. O objetivo deste estudo é cotejar essas interpretações, com a expectativa de que elas nos ajudem a compreender como o mundo rural é hoje considerado.

Palavras-chave: Pensamento social brasileiro, sociologia rural, campesinato.

Summary: This article connects three classic approaches of the contemporary social thought that discuss the agrarian problem considering the existence of a peasantry. That is to say: José de Souza Martins, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Octávio Velho. However, although they agree with its existence, when it comes to the peasantry political actions they differ and provide three different diagnostics of the agrarian situation. The purpose of this article is to compare these approaches, expecting they will help us to understand how the rural world is considered nowadays.

Key-words: Brazilian social thought, Rural sociology, peasantry.

Introdução

José de Souza Martins pensa a fronteira a luz do conceito de “colonialismo interno”. Este conceito denota um tipo de relação entre urbano e rural que seria responsável pela preservação do caráter anti-capitalista da agricultura de subsistência brasileira, pela existência no campo de relações de trabalho não claramente formuladas em termos de compra e venda da força de trabalho e pela presença de padrões tradicionais de utilização da terra e de equipamentos rústicos. Por meio dele, o autor explica a criação de zonas de expansão no Brasil, fato que demonstraria a existência de um campesinato no país. Contudo, o autor identifica que o colonialismo interno encerra uma contradição que abre possibilidades para a sua superação. A instauração recorrente de um estado de insuficiência econômica em certas áreas, ocasionada pelo fenômeno do colonialismo interno, suscitaria o aparecimento constante de zonas de expansão em antagonismo com as zonas pioneiras. Esse antagonismo seria gerado pela descontinuidade de significações em torno da aquisição da terra e seria um indício da existência de um conflito de classe no campo, que abriria possibilidade para a supressão do próprio colonialismo interno e das relações sociais capitalistas atípicas.

Por definir o problema agrário em torno da renda capitalizada da terra, Martins se isenta de utilizar o conceito de revolução burguesa. Esta constatação também o impede ver um sentido socialista para a luta camponesa. O projeto camponês teria uma outra orientação que se explicaria pela luta contra a renda capitalista da terra e não poderia ser predeterminada por nenhum desses modelos.

Em seu livro, *Capitalismo autoritário e campesinato*, Otávio Guilherme Velho também faz um estudo sobre a influência da fronteira sobre os destinos da sociedade brasileira. Para tanto, faz uma comparação entre o nosso desenvolvimento, o russo e norte-americano. Complexifica o pressuposto de Turner de que a existência de terras livres levaria necessariamente ao capitalismo democrático, como o ocorrido nos Estados Unidos. Argumenta que no caso Russo, por exemplo, a existência de terras livres teria originado o socialismo. Defende a idéia de que a fronteira no Brasil não seria forçosamente a salvaguarda do capitalismo e da democracia. Pelo contrário, ela poderia desencadear no socialismo, e até mesmo no fascismo, dependendo da configuração do campesinato brasileiro nas terras livres.

A presença no país tanto de um campesinato de trajetória social descendente que se vincula a uma posição Estatal ideologicamente paternalista, como a de um campesinato de fronteira, de trajetória ascendente e com um papel progressista é que dariam condições para realização dessas duas alternativas. O capitalismo autoritário¹ seria resultado da primeira circunstância, o socialismo seria o da segunda e dependeria das condições objetivas fornecidas pela fronteira e de uma ação política que atuasse na disseminação de hegemonias, alterando a trajetória do campesinato e o quadro social que lhes dá sentido, de tal forma que esse ator pudesse influenciar as massas rurais como um todo.

Por sua vez, Maria Isaura atesta a presença de um campesinato brasileiro que se distingue em função da maior ou menor autonomia de trabalho e da barganha política quando existe nas terras devolutas ou quando está dentro da grande propriedade, subjugado ao poder do fazendeiro. Ao se voltar para o campesinato independente, afirma que as relações de dependência pessoal, nesse contexto, são mitigadas pelo princípio da reciprocidade. Essa constatação levou-a a valorizar a lógica do dom e contradom veiculada pelos bairros rurais e, ao mesmo tempo, impediu-a de ver como totalmente engessada as relações de dependência pessoal e a estrutura agrária brasileira.

Desenvolve sua teoria baseada na suposição de que os pilares de nossa formação social foram as parentelas e os bairros rurais, ambas configurações que reproduziam relações pessoais, fazendo o Brasil ter a configuração de uma sociedade camponesa. A crença na suposta brecha aberta pelo movimento de acomodação entre tradicional e moderno veiculado tanto pelos bairros rurais como pela parentela fez Maria Isaura acreditar a estrutura social brasileira não estava totalmente fechada as reivindicações do campesinato.

2. A existência de um campesinato de fronteira no Brasil: socialismo ou fascismo.

Para explicar essas três possibilidades do nosso desenvolvimento, Otávio Velho se vale não apenas da obra de Turner, mas do modelo de desenvolvimento social e político dos Estados Unidos proposto por Barrington Moore Jr no livro *Origens sociais da ditadura e da democracia*.

¹ O capitalismo autoritário é entendido por ele como sistema em que há predominância do político sobre o econômico e repressão da mão-de-obra.

Segundo Otávio Velho, Moore incorpora e supera as perspectivas que estabelecem dicotomias entre o Norte-Sul e Leste-Oeste dos norte americano, inclusive as de Turner que não dava um significado histórico maior às diferenças entre Norte e Sul, mas a do Leste e Oeste. Para Turner, embora Norte e Sul representassem duas alternativas diferentes de desenvolvimento, ambas seguiam orientações capitalistas. Isto é, a economia do Sul, com a *plantation* e a escravidão, não poderia ser considerada feudal. Barrington Moore, de modo semelhante, sugere que “o Sul possuía (...) uma civilização capitalista, mas não burguesa” (1969:121). Em função disso, para ele, não existiria nenhum antagonismo insuperável entre Norte e Sul no que diz respeito a sua orientação mais geral. Ele argumenta que a existência do Oeste e sua posterior aliança com o Norte é que teria feito o equilíbrio entre Norte e Sul se desfazer e se constituir na principal contradição da sociedade americana. Para Otávio Velho, ao afirmar isso, Barrington Moore endossa, de certo modo, a idéia de Turner sobre a importância da Fronteira para a democracia americana.

Segundo Moore, (...) “A ligação entre a indústria nortista e os *farmers* livres pôs de lado provisoriamente a clássica solução reacionária ao problema do industrialismo crescente” (1969: 131). E acrescenta que “O verdadeiro efeito da marcha para o Oeste, no entanto, foi o de tornar mais poderosas as forças do primitivo capitalismo competitivo e individualista, espraiando o interesse na propriedade” (1969: 131).

Deste modo, para Moore, a *plantation* e a escravidão do Norte, apesar de terem um caráter capitalista, eram um obstáculo à democracia. Teria sido a pequena agricultura de fronteira do Oeste que teria impulsionado os interesses do Norte em oposição aos do Sul e consolidado o individualismo e os sentimentos democráticos.

Contudo, ao se voltar para o caso russo e à análise de Lênine em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, Otávio Velho constata que a existência da fronteira não necessariamente contribui para a instauração de um capitalismo democrático, mas, pelo contrário, poderia gerar um capitalismo autoritário. Ele identifica que Lênine previra duas possibilidades para o desenvolvimento russo: ou a fronteira contribuiria para o surgimento do capitalismo pouco favorável ao proletariado ou ajudaria a consolidar o capitalismo camponês democrático, que seria um passo na direção do socialismo.

No primeiro caso, a existência de terras livres adiaria a solução das contradições inerentes ao capitalismo e levaria a um capitalismo que se caracterizaria pela coexistência e cristalização de formas avançadas de indústria com formas arcaicas de agricultura. A fronteira funcionaria como uma válvula de escape, aliviando as tensões que se dão no seio da sociedade capitalista sem invocar soluções por meio de conflitos de classe e nem universalizar padrões de produção capitalistas e racionais na agricultura.

Para caracterizar a modalidade autoritária de dominação capitalista, Otávio Velho mais uma vez se baseia em Moore. Este considera que pode se falar em capitalismo autoritário quando a autoridade política consolida um sistema de repressão da força de trabalho. A versão autoritária do capitalismo aconteceria em países que se modernizaram por meio não de uma revolução comandada pela burguesia, mas pelo Estado. E acrescenta à análise de Moore que o capitalismo autoritário se caracterizaria também por uma dominação particularmente intensa da instância política sobre os indicadores econômicos de racionalidade, que no capitalismo liberal são automáticos. Haveria uma não correspondência entre superestrutura política e instância econômica. Essa situação ocorreria em circunstâncias em que a burguesia não possui a hegemonia política, embora detenha o domínio econômico e se explicaria graças ao crescimento das forças produtivas na esfera internacional que geraria uma condição de desenvolvimento desigual e combinado. Os países atrasados saltariam etapas a fim de acompanhar o nível alcançado pelos países de capitalismo avançado, mantendo, contudo, a superexploração do trabalho, as formas não capitalistas de produção e o domínio oligárquico.

Na segunda possibilidade prevista por Lênine ao desenvolvimento russo, de capitalismo democrático, as regiões fronteiriças contribuiriam para o desenvolvimento capitalista camponês democrático, pois seria o local onde a servidão era inteiramente desconhecida, ou era mais fraca, onde havia menos escassez de terras livres e a carga tributária era menor. A fronteira, neste caso, se converteria em áreas de “democracia rude” e no local de expansão do campesinato. Nestas áreas, existiriam os germes do tipo de desenvolvimento capitalista burguês no seio do campesinato². Nestas circunstâncias, Lênine considera que o camponês apresentaria tendências burguesas progressistas e que,

² Para Lênine, a Rússia seguiria o caso americano se passasse por uma revolução comandada pelo campesinato e pelo proletariado.

por isso, teria condições de ajudar a consolidar uma revolução burguesa democrática. O campesinato agiria “como um todo”, como “uma classe política”.

Contudo, segundo Otávio Velho, Lênine não previra que o capitalismo autoritário na Rússia já era uma força dominante e que, por isso, não haveria espaço mais para esperar um desenvolvimento do capitalismo completamente burguês baseado no campesinato. Otávio Velho recorre a Trotsky para considerar que, em contexto de capitalismo autoritário e de sociedade civil fraca, como era a Rússia no início do século XX, era inútil esperar da burguesia um comportamento revolucionário. Para o autor russo, para o desenvolvimento democrático do capitalismo naquele país fazia mais sentido falar em uma hegemonia do operariado na condução da ditadura revolucionário-democrática do proletariado do que defender uma revolução democrático-burguesa com coloração camponesa. Contudo, o operariado na Rússia também não tinha forças suficientes para impulsionar esse tipo de revolução. Por isso, Trotsky não supôs nenhum pleno desenvolvimento burguês, fosse camponês ou outro como fizera Lênine, mas a revolução socialista.

Lênine estava errado em supor que as tendências burguesas do campesinato poderiam florescer plenamente levando a um capitalismo democrático radical (além de estar também possivelmente errado em supor que um desenvolvimento burguês radical seria um passo favorável na direção do socialismo). O modo autoritário de desenvolvimento capitalista na Rússia não era o prelúdio a um capitalismo burguês, mas um curso diferente que já havia ido bastante longe (1979: 92)

Portanto, Otávio Velho considera acertada a opinião de Lênine a respeito do campesinato não ser um resquício do passado e que poderia, em certas circunstâncias, transformar-se em um setor progressista. Contudo, discorda do autor russo quando este considerou que a existência de um campesinato de fronteira abria possibilidade para a consolidação capitalismo democrático-burguês. Otávio Velho lembra que em países de capitalismo autoritário, como foi o caso da Rússia, a fronteira agiu enfraquecendo os laços de subordinação do campesinato, permitindo que esse segmento social tivesse uma trajetória social ascendente e uma perspectiva progressista, dando origem a uma revolução socialista, como previra Trotsky. Restaria saber se para o Brasil seria reservado esse mesmo desenlace.

Em casos de capitalismo autoritário, isto é, de contínua repressão da mão de obra e de fraqueza da burguesia como força autônoma e sua dependência crescente em relação ao Estado, como é o caso do Brasil, Otávio Velho não descarta também a possibilidade do desenvolvimento do fascismo³. Acredita que o desenvolvimento desigual e combinado faria o político ganhar maior relevância que a instância econômica, desembocando no capitalismo autoritário. Por isso, considerou que duas possibilidades estariam abertas, dependendo da trajetória dos camponeses: o fascismo ou o socialismo, estando vetada a via liberal burguesa de modernização. O primeiro caso ocorreria se os camponeses, numa trajetória descendente, se aliassem às forças da ordem capitalista autoritária, e o segundo aconteceria se o campesinato, numa trajetória ascendente, conquistasse autonomia, assumindo uma atitude progressista.

Deste modo, Otávio Velho considera que

Esquemáticamente, parece que um campesinato decadente tende a aceitar e até apoiar o fascismo, por medo das novas forças geradas pelo desenvolvimento capitalista. Mas, pelo contrário, um campesinato em desenvolvimento do tipo favorecido por uma fronteira (entre outros fatores, inclusive a ação política) tende a se inclinar – uma vez apresentada a alternativa – na direção da solução contrária (1979: 106).

Deste modo, como consequência paradoxal do desenvolvimento capitalista desigual e combinado e pela feição autoritária do capitalismo brasileiro, Otávio Velho identificava duas possibilidades abertas para o nosso desenvolvimento: o fascismo ou o socialismo. A presença tanto de um campesinato de trajetória social descendente que tende a se unir a um Estado ideologicamente paternalista, como a de um campesinato de fronteira, de trajetória ascendente, com uma atuação progressista é que dariam condições para essas alternativas. Por isso, o autor chamava atenção para as condições objetivas fornecidas pela fronteira, mas também para a importância de uma ação política que atuasse na disseminação de hegemonias e alterasse a trajetória do campesinato, tornando-a ascendente.

³ Defende a idéia de que mesmo no período de 1946 a 1964 o Brasil viveu um autoritarismo descentralizado. Nesta época, o liberalismo autêntico não serviu como base para a política estatal tradicionalmente intervencionista sobre a ordem privada. “(...) o regime autoritário persistiu, mesmo tendo terminado o regime autoritário do Estado Novo”(1979:136).

3. A atuação do fenômeno do colonialismo interno na disseminação de zonas de expansão e no fortalecimento da luta contra a renda da terra.

José de Souza Martins (Martins, 1975) procura desenvolver uma teoria que explique as contradições presentes no campo brasileiro sem recorrer a pensamento dicotômico que tratava rural e urbano como realidades díspares e independentes. Constata a existência de um colonialismo interno que explicaria a valorização dos ideais urbanos na nossa sociedade, o caráter anti-capitalista da agricultura de subsistência e a descontinuidade de significações nas relações sociais travadas em torno da terra nas zonas pioneiras e de expansão, descontinuidades que expressariam, para o autor, tensões de classe.

Martins escreve contra o que ele chamou de ideologia urbana, um raciocínio enviesado que alimenta muitas das propostas de modernização do país. Enxergando o rural como o local do atraso, estas construções advogam que o campo precisa sofrer a intervenção urbana para superar sua suposta inércia doentia e para se modernizar. Consideram o mundo rural deveria se integrar a totalidade do sistema social como comprador e consumidor de mercadorias urbanas. Nessa ideologia urbana, o todo seria dado pela perspectiva cidadina e o rural se oporia a ele. Em tal concepção, portanto, a dependência da cidade em relação ao campo não seria vista. Mesmo quando haveria uma tentativa de se perceber a dependência recíproca entre os dois, o rural seria visto como um ponto de estrangulamento para a economia urbana por não produzir produtos suficientes para ela; como um componente inflacionário que precisava da injeção de crédito oficial para se modernizar. Deste modo, a ideologia urbana conceberia o rural como anômalo. A partir dela, uma segmentação entre o rural e o urbano seria elaborada e só seria superada com a submissão do campo às mercadorias e às concepções da cidade.

O sociólogo procura superar essa concepção evidenciando a dependência do mundo urbano em relação ao mundo rural. Para ele, além do campo se constituir como comprador dos produtos citadinos, ele é produtor de alimentos de preços baixos. O autor se refere, especificamente, a agricultura de mercado interno que produz sobre padrões tradicionais e que interage apenas tangencialmente com a economia de mercado. Essa produção se direciona, segundo ele, prioritariamente para a subsistência dos próprios produtores e, por eles não usarem o dinheiro como meio para obter alimentos, não

oneram a produção. Classifica essa prática como economia do excedente. Para ele, o excedente não seria, portanto, o produto que sobra do consumo, mas é aquele que foi utilizado na subsistência e que é produzido à margem das relações monetárias e capitalistas. Essa circunstância é que permitiria o estabelecimento agrícola fornecer produtos baratos à cidade, fazendo com que esta tenha taxas satisfatórias de acumulação de capital.

Deste modo, o desenvolvimento urbano e industrial é explicado por Martins pela existência de uma economia agrária do excedente que, por fornecer produtos a baixo custo do mercado à cidade, arca com os custos da acumulação do capital e da industrialização. Para o sociólogo, o “atraso” agropecuário e o progresso urbano não se explicariam separadamente. O atraso se refere à presença no campo de relações de trabalho não claramente formuladas em termos de compra e venda da força de trabalho e à existência de padrões tradicionais de utilização da terra e de equipamentos rústicos. Essas práticas econômicas, vistas normalmente como indícios que comprovam que o campo é o local de tipos humanos resistentes à mudança e com personalidades apáticas, seriam o sustentáculo do nosso desenvolvimento urbano-industrial.

Deste modo, para o autor, a economia citadina e industrial se processa onerando a agricultura de subsistência, impedindo que esta se desenvolva segundo um padrão racional. Isso ocorreria em função da economia brasileira ter elegido como pólo dinâmico o setor comercial, inclusive em relação à indústria, fato que geraria uma segmentação da economia entre produção e comercialização. Essa segmentação existiria até hoje e destituiria o empreendimento agrário de suas virtualidades capitalistas porque inverteria o processo de fixação dos custos dos produtos agrícolas. Estes seriam determinados em função dos preços urbanos e não dos custos da produção agrícola.

A sua tese é a de que, no passado, os centros metropolitanos transfeririam para a colônia os custos de sua economia. Agora seriam os centros internos que exerceriam essa função, onerando a agricultura de subsistência. Essa herança econômica é que explicaria o caráter anticapitalista da produção agrária tradicional, pois ela impediria que os preços da agricultura de abastecimento sejam fixados em relação aos custos da produção, o que leva o agricultor a descartar os insumos urbanos e a força de trabalho obtida segundo as exigências de um mercado livre. Essa dinâmica existente entre rural e urbano, entre comerciantes e produtores que Martins denominou de colonialismo interno seria uma herança da economia colonial de exportação que estaria presente na

economia nacional ainda hoje. Ela faria com que a agricultura de subsistência se convertesse como principal ponto de apoio da efetivação do mundo capitalista e da industrialização.

A análise de Martins se aproxima a de Octávio Velho quando este afirma que o capitalismo brasileiro se caracteriza pela contínua repressão da mão de obra. Entretanto, ambos autores constatarem também a existência de um campesinato de “fronteira”, como chama Octávio Velho, ou de zonas de expansão, como quer Martins. É, contudo, o sociólogo paulista, com o conceito de colonialismo interno, que explica a presença de relações não totalmente mercantis no campo e o constante reaparecimento da zona de expansão como fato generalizado na nossa organização social. Os vínculos econômicos desiguais entre as macro-regiões urbanas e rurais fariam o sistema capitalista brasileiro ter a necessidade constante do apoio de uma agricultura de subsistência praticada em moldes tradicionais ou de uma economia do excedente. É também através desse conceito que o autor fornece uma explicação para a descontinuidade de significações em torno da aquisição da terra nas zonas pioneiras e de expansão; para a existência da luta contra a renda da terra no Brasil.

Isto por que o capitalismo no campo é visto por Martins como o regime econômico que atua disseminando a propriedade privada da terra, isto é, estabelecendo a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade, dando origem ao colonialismo interno no plano macro e, no plano micro, instaurando relações sociais capitalistas atípicas no campo. Por isso, o capitalismo originaria tensões entre as frentes de expansão e a fronteira econômica que se constituem em torno das significações em torno da terra.

Martins chama de zonas pioneiras o local de difusão de um estilo de vida urbano-industrial e de uma mentalidade racional que atuaria incorporando novas regiões à economia do mercado. As zonas pioneiras seriam uma espécie de fronteira econômica em que a terra assume o valor de um equivalente de capital. Isso acontece porque o uso da terra, nessas áreas, obedece a rentabilidade dada pelos preços agrícolas. Estes dependem dos mecanismos de mercados que, no passado, eram definidos pelas necessidades de reprodução do capital metropolitano e, no presente, são dados também pelas necessidades dos centros urbanos internos. Deste modo, a propriedade privada da terra seria o fundamento da zona pioneira.

As zonas de expansão, ao contrário, não seriam estruturadas em função das relações de mercado. Segundo o autor, nessas zonas tem-se uma economia do excedente, em que os participantes dedicam-se, primordialmente, a sua subsistência e, secundariamente, à troca do produto que excede as suas necessidades. A frente de expansão está integrada à formação capitalista porque o excedente se transforma em mercadorias na economia de mercado. Contudo, as relações sociais que nela ocorrem não são determinadas pela produção de mercadorias, pois a terra não é tratada como um empreendimento econômico. Na zona pioneira, há o uso privado das terras devolutas, contudo, estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central dessa frente é o posseiro ou ocupante de terras e não o comprador delas.

Para Martins, a frente pioneira formula seu antagonismo em relação à frente de expansão em torno da propriedade privada da terra, isto é, da renda capitalizada, inaugurando, assim um conflito de classe. Deste modo, a contradição principal do capitalismo brasileiro se engendraria e se reproduziria através da necessidade de conjugação entre relações de produção não capitalistas com relações capitalistas de produção. Essa contradição estaria expressa na diferença de significado nas diferentes zonas construído em torno da terra.

Levando em consideração a sociedade brasileira, o autor percebe que não apenas as relações típicas das zonas de expansão, mas também aquelas constituídas pelo regime do trabalho escravo, pela parceria e pelo arrendamento eram relações pré-capitalistas que, por serem inerentes ao próprio mecanismo de reprodução do capital, se generalizavam por todo território nacional (Martins, 1979)⁴. Nestas relações, o vínculo com o proprietário da terra não era puramente capitalista por que não era uma relação estritamente econômica de troca de bens materiais ou de trabalho. Era uma relação em que o camponês se via obrigado a pagar diárias em dinheiro e/ou em trabalho gratuito para que pudesse produzir diretamente alimentos. O direito de estar na terra mediante o pagamento da renda da terra fazia do homem rural um camponês que produzia para sua subsistência, embora estivesse inserido no sistema capitalista de produção de mercadorias. O sistema capitalista exigiria dele a dupla produção de valores de uso e

⁴ Martins desenvolve duas hipóteses: o escravo era para o fazendeiro uma renda capitalizada; depois da crise do regime servil, o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra.

valores de troca por que era desse mecanismo que surgia a mais-valia que compunha a principal fonte de lucro do burguês⁵.

Deste modo, a conjugação entre relações de produção não capitalistas com relações capitalistas se repetia também nas áreas que o campesinato estava sob a órbita do latifúndio. Esta constatação permite o autor afirmar que tanto o campesinato constituído nas zonas de expansão como aquele que estava situado dentro da órbita do latifúndio lutam contra a obrigatoriedade do pagamento da renda capitalista da terra⁶. Em sua luta contra a obrigatoriedade do pagamento da renda da terra, o campesinato provocaria alterações na estrutura agrária favoráveis ao capitalismo por que, para Martins as relações de produção pré-capitalistas são o sustentáculo do capitalismo brasileiro. Elas possuem uma determinação, uma existência capitalista.

Com essa tese, Martins critica (Martins, 1983) as teses comunistas que defendiam que o avanço do capitalismo no Brasil estava sendo impedido por relações de produções pré-capitalistas e pelo monopólio feudal da terra. Por sustentar que essas relações tinham uma determinação capitalista, considera que a reforma agrária na conjuntura dos anos 1960 não devia ter sido pensada sob o nexos da revolução burguesa antifeudal e anti-imperialista. Para ele, a reforma agrária deveria assumir a feição da revolução camponesa contra o domínio de classe sobre a terra, contra a renda capitalizada da terra.

Em livro mais recente, o autor (Martins, 2000) deixa mais claro como ele entende o sentido do agir camponês. Apresentando uma linha de continuidade em relação a textos precedentes, Martins continua a afirmar que a luta pela terra ainda se define pela luta contra a renda da terra, contra o caráter rentista de nosso sistema econômico.

⁵ Martins afirma isso, apesar de considerar que para o fazendeiro, a renda territorial capitalizada aparece como uma forma de capital tributária do comércio, como uma renda que se valoriza na acumulação promovida pelo comércio e não na produção, isto é, na extração da mais-valia. Essa tese de Martins está baseada no estudo das relações do colonato nas fazendas de café do sudeste. Nestas fazendas, o capital de custeio que cobria os gastos iniciais da formação de novas fazendas elegia como âncora não mais o escravo, mas a terra e o trabalho dos colonos na abertura de novas fazendas e na colheita do café. Todavia, como a produção agrícola estava subordinada ao capital comercial, à racionalidade do capital que operava fundamentalmente na movimentação da safra agrícola, a renda capitalizada da terra aparece para o fazendeiro como uma renda que se valoriza na acumulação promovida pelo comércio e não na produção, isto é, na extração da mais-valia. A renda territorial capitalizada aparece como uma forma de capital tributária do comércio.

⁶ Para o autor, a renda da terra possuiria uma origem pré-capitalista, mas perderia esse caráter no momento em que é absorvido pelo capital e se transforma em renda capitalista. Através dessa constatação, o autor nega que as pré-capitalistas eram feudais.

A luta pela terra atrai e polariza um conjunto bem maior de descontentamentos sociais, políticos e ideológicos (e religiosos) que de modo algum poderão ser resolvidos pela luta pela reforma agrária cujo alcance é muito restrito em face de tantos e tão amplos questionamentos e das complexas necessidades históricas de que derivam (Martins, 2000: p.19).

Para ele, esse sentido não é o mesmo da luta pela reforma agrária. Esta não seria, portanto, uma política de consolidação de revolução socialista como apregoam os principais grupos mediadores de luta pela reforma agrária atuais, a CPT e o MST.

Para ele, a crise da sociedade brasileira tradicional iniciada na década de 1960 não resultou, como previram alguns autores, no socialismo nem tampouco na modernidade econômica e política. Pelo contrário, originou, numa modernidade social que reatualiza formas arcaicas de exploração do trabalho. Essas sobrevivências fariam o impasse histórico de hoje não ser muito diferente daquele do passado. No plano da política, elas fariam os pobres da terra se apossarem das concepções e das relações sociais próprias do mundo patrimonial e agrário. Dariam a esses grupos um radicalismo fundado no conservadorismo próprio das instituições sociais em que se inserem, originando uma utopia pré-política que Martins não deixa claro se esta possuiria um conteúdo socialista. O excessivo radicalismo dos movimentos a favor da reforma agrária imprimiria um caráter luddita às lutas populares rurais. Esse caráter se materializaria numa defesa do desmonte fundamentalista da tradição, num questionamento transgressivo nem sempre fundamentado do direito de propriedade, do Estado, da justiça e da religião. Segundo o autor, essa orientação anularia também aquilo que nos define como povo. Daria lugar não a um processo de transição para a superação do tradicionalismo, mas a uma “negação de tudo e superação de nada”. “Longe de ser uma proposta de sociedade alternativa, é basicamente uma antiproposta que se esgota em si mesmo. Mais do que negação da realidade social injusta é sobretudo uma forma de discordar dela sem revelar habilidade política para superá-la” (Martins, 2000: p. 18).

O luddismo antiinstitucional seria uma “forma tosca de manifestação de vontade política”, uma “iconoclastia generalizada” uma “técnica interpretativa superficial de tipo fundamentalista” que “exacerba desproporcionalmente a importância da mediação ideológica em detrimento da própria utopia camponesa de fundo conservador e radical de que resulta a mística conservadora e transformadora da luta pela terra” (Martins, 2000: p. 20). Em função desse descompasso, as organizações do campo estariam perdendo a luta pela reforma agrária “que não se limita a essas instituições apenas

mediadoras, pois passa pela incorporação da reforma ao programa político do governo e por seu reconhecimento pela ação do Estado. E não se limita, obviamente, a questão de distribuição de terra” (Martins, 2000).

Martins considera que, em função do luddismo do grupo de mediadores, está havendo um desencontro entre luta pela terra e luta por reforma agrária. Para que a primeira ação se viabilize, afirma que a luta dos camponeses deve ganhar sentido numa viabilização política de uma reforma agrária que envolva obrigatoriamente o Estado e os partidos políticos, que envolva um pacto em favor da reforma agrária. O autor defende não uma política massiva que promova a desapropriação de grandes quantidades de terras, em tempo curto, para incidir sobre a concentração da propriedade privada fundiária como querem os principais movimentos de luta por terra no país. Ele deseja uma reforma agrária que incida sobre o “iníquo” mecanismo de renda da terra, sobre os mecanismos de reconcentração de propriedade da terra de tal modo que o Estado possa recuperar o senhorio da terra, o direito de gestão sobre as terras do país. Essa seria uma pré-condição para fornecer base institucional e política para o dispositivo constitucional que obriga as propriedades a cumprirem a função social da terra. Por isso, a reforma agrária é considerada por ele como uma medida suprapartidária por ser de interesse não apenas de camponeses, mas da pátria, do povo, dos grupos de interesses e do Estado.

Minha tese é a de que na prática e na consciência populares não há apenas um modo de vida que ganha sentido histórico na tradição conservadora e numa consciência social conservadora. Há também contradições, em que a experiência popular, enraizada em valores do conservadorismo, propõe uma compreensão do possível histórico sob a forma de utopia (Martins, 2000: p28).

Martins sustenta que a utopia camponesa forjada na luta pela terra embora fale da necessidade histórica do novo, é uma utopia da superação e não uma ideologia da contestação e fornece, por isso, a compreensão do que é historicamente possível. Os agricultores pobres com sua economia do excedente e valores de uso forneceriam uma crítica ao modelo de capitalismo socialmente desagregador que se disseminou no mundo após a globalização. Fariam uma resistência *na* economia capitalista de mercado mundializado, formulando uma proposta de transformação e não de negação da ordem

social que busca dar conta dos problemas de inserção dos agricultores no mercado globalizado.

4. Bairros Rurais e Parentela: uma acomodação singular ao capitalismo.

Este artigo trata da dimensão política da sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Embora, nas obras, sempre ganha destaque a atenção dedicada à população *rústica* e ao tipo de religiosidade, sociabilidade, cultura, economia e inserção na sociedade brasileira que esta possui, percebe-se que sua teoria sobre os sitiantes está contida uma avaliação sobre o tipo de desenvolvimento social e político que seguimos. Há em seu pensamento uma tentativa de explicação de como acontece a mudança social num país que, segundo a pesquisadora, possuía uma estrutura socioeconômica tradicional até as décadas de 1950 e 1960. Esta avaliação é feita a partir de uma análise sobre como atuam, respondem e reagem as populações rústicas ao processo de modernização. Deriva-se dos conceitos de bairro rural e de parentela, que ao descreverem uma sociabilidade e uma racionalidade específica ao campesinato, indicam também a incorporação que Maria Isaura julgava viável para essa camada na estrutura produtiva brasileira altamente concentrada

Para autora, a civilização rústica teria se originado nos primórdios da vida nacional e teria como principal representante o sitiante – tanto aquele que vivia nas zonas de monocultura e que se constituía como clientela do fazendeiro, como aquele que era independente por viver em zonas de menor influência do latifúndio exportador. Essa categoria rural esquecida pelo pensamento social brasileiro e colocada em relevo por Maria Isaura, seria “a parcela da população mais importante da população ligada à terra no país” (Wanderley, 1999:p.144). Por meio da análise dos meios e modos de vida do campesinato brasileiro, Maria Isaura teria chegado a conclusão de que a dinâmica societal dos grupos rústicos explicava-se pela configurações da parentela e do bairro rural.

Acredita-se que, eleger as categorias de parentela e de bairro rural como estruturantes do mundo rural tradicional, a obra de Maria Isaura forneceria uma nova visão tanto para o conservadorismo, como para as condições de reforma e a revolução no Brasil. Essa é a razão de se sublinhar neste trabalho a dimensão política da sociologia

de Maria Isaura, que ganha originalidade ao derivar suas inferências das relações de vizinhança. Carvalho (Carvalho, 2010) sugere, por exemplo, que a obra da pesquisadora paulista parece mostrar que a dinâmica societal da sociedade rústica não significava que os indivíduos rústicos, por estarem comprometidos com a restauração de antigas normas e valores, estariam confinados a um sistema de subordinação totalmente fechado. A teoria da autora parece sugerir, segundo ele, que a complexidade da estrutura social da sociedade rústica promoveria um tipo de aprendizagem e interpretação da vida social em que “a tradição é um meio de ajuste e, embora limitada, de transformação social”. Carvalho lembra que para Maria Isaura seria “errôneo pensar que apenas o homem moderno voluntariamente trabalha para transformar o mundo em que vive” (Carvalho, 2010: 109 apud Queiroz, 1977:425). A reestruturação intencional da sociedade brasileira não seria privilégio de nossos homens contemporâneos.

Maria Isaura mobiliza a categoria da parentela em seu estudo sobre *O mandonismo local na vida política brasileira* (1969). Por meio dela, a socióloga paulista chega a conclusão de que promoveria na vida social relações de dependência assimétrica e na vida política a confusão entre as esferas públicas e privadas. A dominação pessoal seria a característica basilar da parentela (Carvalho, 2010, p. 87). Por meio dela, a solidariedade familiar se tornaria a base social fundamental da nossa vida política desde nossas origens até o tempo mais recente. Ela seria a estrutura social que explicaria a linha de continuidade de nossa vida política.

A parentela se configura como um conjunto de indivíduos que estabelecem entre si laços de parentesco carnal, espiritual (compadrio) ou de aliança matrimonial. É uma rede de laços sociais pessoais e afetivos que pode ter uma configuração mais igualitária – quando é formada em zona de sitiantes por bairros rurais – ou mais estratificada – como acontece em zonas de monoculturas. A dinâmica fluida da parentela envolveria um intrincado sistema de dívidas e obrigações bilaterais que dariam origem a uma configuração vertical baseada em relações pessoais.

Deste modo, em Maria Isaura a dependência pessoal é vista como um tipo de relação complexa que pressuporia contraprestações de todos os agentes envolvidos, inclusive do grande fazendeiro. A parentela formata um tipo específico de solidariedade vertical que abria possibilidade de raciocínio da vantagem e da desvantagem, de escolha entre indivíduos hierarquicamente desiguais pela multiplicidade de graus existentes entre as posições de chefia e os eleitores (Pereira de Queiroz, 1970).

Contudo é a partir dos bairros rurais – estrutura social que para ela também seria um tipo específico de parentela, porém não estratificada - que a autora enxerga uma bilateralidade de dons e contra-dons nas relações pessoais, a possibilidade da barganha política. Por meio dessa categoria que, em Maria Isaura, a posição de mando parece mitigada pela reciprocidade de prestação de favores. A noção de bairros rurais aparece em Maria Isaura (Pereira de Queiroz, 1973) como uma configuração igualitária que seriam o eixo do gênero de vida tradicional. Os grupos de vizinhança ou bairros rurais se formavam pelos laços de sangue, pelos laços de compadrio e de aliança, e possuíam também como base a lógica da reciprocidade, a obrigação de dar e receber (ajuda mútua). Para Maria Isaura, os grupos de vizinhanças ou bairros rurais, com sua imprecisão e fluidez, serviam como quadros de referência a partir dos quais o sitiante percebia a sociedade que o englobava. Para ela, em sua forma de conceber a sociedade, por exemplo, o sitiante perderia a dimensão vertical imposta pela hierarquia de classes sociais. Em função disso, o universo social mais amplo seria percebido a partir da lógica das relações de parentesco e vizinhança, pela lógica da reciprocidade. Esse tipo de lógica imporia obrigações de todas as partes envolvidas, daria origem a um contrato bilateral que exigia contraprestações inclusive de pessoas que estavam acima na hierarquia social, fato que abria espaço para reivindicações vindas de baixo.

Segundo Carvalho, apesar de considerar que o campesinato brasileiro teria dificuldades de formular suas reclamações via uma contestação classista pelo fato de constituir relações sociais permeadas pela lógica da reciprocidade, a obra de Maria Isaura seria um dos primeiros contrapontos de uma vasta literatura brasileira que apontava a inexistência ou extrema fragilidade da ação coletiva no Brasil entre grupos subalternos rurais pela permanência de relações pessoais no campo (Carvalho, 2010).

A importância das relações pessoais comprova que o eleitorado (que não é um eleitorado subordinado a alguém, do ponto de vista do trabalho, e sim um eleitorado livre economicamente) tem possibilidades de escolha. Por outro lado, ficou também patente que, além das qualidades pessoais, todo um sistema de dom e contradom (para empregar a expressão de Marcel Mauss) estava em jogo. Enquanto as relações pessoais envolvem afetividade na determinação do voto, o sistema de dom e contradom implica já o raciocínio, o peso de vantagens e desvantagens, a escolha. (Queiroz, 1976: 167)

É importante ressaltar, contudo, que o bairro rural é visto pela autora como uma espécie de parentela, porém igualitária. Ao afirmar isso, Maria Isaura faz questão de

veicular esse tipo de configuração social a estrutura hierárquica maior que o englobava, reconhecendo que os bairros rurais não tinham um funcionamento/lógica muito distante da formulada pelas parentelas estratificadas. Embora reconheça a possibilidade da barganha política por parte dos sitiantes independentes que juntos compunham a civilização de vizinhança, afirma que os bairros rurais não originavam uma contestação radical que punha em xeque a estrutura social brasileira. Propiciavam uma espécie de crítica velada que, se por um lado, permitia pequenos deslocamentos favoráveis ao campesinato e surtos locais de desenvolvimento, por outro, legitimavam a ordem social tradicional ao reafirmarem a importância das relações pessoais. Era uma configuração social ligada a estrutura social tradicional que não provocava o colapso das relações paternalistas e nem tampouco confrontava a dinâmica de acomodação existente entre tradicional e moderno. Isso por que para Maria Isaura, o processo de modernização econômica no Brasil não excluía, necessariamente, os laços de dependência pessoal. Pelo contrário, o desenvolvimento seria o resultado de uma fusão entre a sociabilidade tradicional e a sociabilidade capitalista, dando origem a uma acomodação que se efetuava no plano micro entre bairro rural e parentela, e no plano macro entre as macroregiões brasileiras, que impedia que se originassem conflitos de classe no Brasil.

Maria Isaura parece referendar a tese de Roger Bastide quando este afirmava que “A harmonia existe até no contraste, o contraste persiste até a reconciliação dos antagonismos” (Queiroz *apud* Bastide, 1957: p. 9). Por meio do reconhecimento da barganha política Maria Isaura reconhece uma multiplicidade de cisões no interior de cada camada social, cisões estas que permitiriam, na realidade brasileira, novas sínteses. Para Rezende, do estudo sobre bairros rurais paulistas, Maria Isaura chegou a conclusão também de que esse tipo de organização social, assim como a de parentela, propiciava uma contínua reatualização das relações pessoais no Brasil (Rezende, 2007) que revigoravam novas sínteses acomodativas entre tradicional e moderno que permitiam novas cisões e conflitos como parte constitutiva delas.

Deste modo, em Maria Isaura, o agir dos camponeses brasileiros aparece como produto não só das circunstâncias históricas e sócio-estruturais de nossa sociedade agrária, mas também como resultado de seus meios e modos de vida. Maria Isaura parece explicar a permanência das relações pessoais e afetivas na sociedade brasileira também por meio da sociabilidade do campesinato. É com essa perspectiva que a categoria de bairro rural aparece, em sua obra, como sendo um dos pilares de

nossa formação social e nossa vida política. Por meio dessa categoria, a socióloga paulista parece sugerir também que o tipo de mudança social aberto pela estrutura sócio-econômica do Brasil tradicional marcada pela parentela seria aquela originada pela barganha política. Maria Isaura acreditava que o desenvolvimento econômico no Brasil não excluía, necessariamente, os laços de dependência pessoal das relações assimétricas (Rezende, 2007). Por isso, atribuía importância a existência de configurações como os bairros rurais. Seria a partir deles que as relações de dependência pessoal se tornariam permeadas pela lógica do dom e contra-dom, possibilitando a barganha política pelos atores subalternos. Contudo, esse mecanismo não se viabilizava consolidando atores cientes de sua situação socioeconômica nem conflitos de classe. Era, por isso, um agir político não revolucionário que não propiciaria a quebra das hierarquias nem o questionamento da estrutura agrária. Permitia apenas pequenos deslocamentos. Maria Isaura diagnosticava, portanto, que uma acomodação ao capitalismo estava se dando sem provocar o solapamento das relações pessoais. Esse tipo de relação não propiciava ações disruptivas no Brasil, mas permitia pequenos deslocamentos efetuados a partir da barganha política.

Conclusão

O objetivo deste artigo foi cotejar três interpretações clássicas do pensamento social brasileiro que contém diferentes visões acerca do agir do campesinato e de suas repercussões sobre o desenvolvimento brasileiro. Maria Isaura, autora que começa a escrever em 1940 e dona de vasta obra, diagnosticou que a modernização no Brasil se fazia sem o solapamento das relações pessoais, fato que, embora permitia a existência de um campesinato norteado pela lógica da reciprocidade e pela barganha política e negava a modernidade urbano-ocidental como nosso destino. Em 1973, Octávio Velho, escrevendo no contexto da ditadura militar, previa a possibilidade tanto do fascismo como do socialismo pela presença de um campesinato de fronteira. O último desfecho dependeria de um agir político consistente que consolidasse a hegemonia do campesinato progressista ascendente. José de Souza Martins, menos claro na sua argumentação, identifica duas lutas distintas: a luta camponesa pela terra, de caráter quase civilizacional, e a luta pela reforma agrária, peleja que, segundo ele, requer um

pacto que envolva amplos setores da sociedade civil e o Estado, que se volte contra a renda da terra. Este último seria um agir político *no* capitalismo que permitiria o encontro da luta pela reforma agrária suprapartidária com a luta camponesa.

Bibliografia

MARTINS, José de Souza. *Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível (ou a arte de não fazer política, fazendo)*. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. *Capitalismo e tradicionalismo no Brasil. estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

VELHO, Octávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “*Bairros rurais paulistas*”. São Paulo: separata da *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, vol. XVII, p. 63-208, 1963.

_____. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

_____. *Cultura: sociedade rural, sociedade urbana no Brasil: ensaios*. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. “Uma categoria rural esquecida”. São Paulo: Ed. UNESP, 2009

RELAÇÃO CAPITAL TRABALHO: EDUCAÇÃO FORMAL COMO MERCADORIA ESPECIAL NA COLABORAÇÃO DIRETA DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

Marcelo Torreão Sá

Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

martorreo@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta à parte teórica da Dissertação de Mestrado com o título: **Educação e o Desenvolvimento Capitalista** defendida em 2011 (PPGEduC/UNEB¹). Depreende-se, pois, na filosofia de Marx, que a educação se apresenta como mercadoria no sistema capitalista. O trabalho apresenta ainda a educação como uma mercadoria especial, com a força de trabalho como produtora da mais-valia, motor principal da reprodução do capital. Busca reforçar a filosofia marxiana que a educação ao diminuir os custos do capital concentra renda. Assim, a educação não é a responsável por mudanças revolucionárias na relação capital trabalho. A educação é, ao contrário, colaboradora direta do desenvolvimento do capitalismo. A partir disso se conclui que novos estudos em epistemologia do educar são requisitados para uma mudança metabólica da educação formal.

Palavras- chave: Educação. Mercadoria. Desenvolvimento Capitalista.

ABSTRACT

This work corresponds to the theoretical part of the dissertation with the title: Education and Capitalist Development held in 2011 (PPGEduC / UNEB). It appears, therefore, in Marx's philosophy that education is presented as a commodity in the capitalist system. Relates to education as a special commodity, with the workforce as a producer of surplus value, main engine of capital reproduction. Seeks to strengthen the Marxian philosophy that education to reduce the cost of capital income is concentrated. Thus, education is not responsible for revolutionary changes in capital-labor ratio. Education is, in contrast, direct contributor to the development of capitalism. From this we conclude that further studies on the epistemology of schooling are required for a metabolic change in formal education.

Keywords: Education. Merchandise. Capitalist Development.

¹ Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade/Universidade do Estado da Bahia

Introdução

Já não se afirmou que o pobre pode melhorar sua situação através do esforço individual, da iniciativa pessoal ou da educação? É dessa maneira que se alimenta a esperança da mobilidade ascendente, justificando, ao mesmo tempo, a sociedade competitiva. Assim, a pobreza é considerada apenas como uma situação transitória, um estágio necessário na mobilidade social.
(SANTOS, 1978, p. 12).

Primeiramente, se deve pontuar brevemente que educação é mais amplo que a educação formal, a escolarização. A escola nasce com a separação entre trabalho e educação na sociedade do comunismo primitivo. Todos trabalhavam para o bem comum da sociedade e no ato de trabalhar se educava, não tinha um professor específico para cada assunto, todos eram professores e alunos. Com a separação de classes entre os que trabalhavam e os que não trabalhavam, e viviam as custas dos que trabalhavam, se cria tempo ocioso. Essas pessoas com tempo livre vão se educar na escola (SAVIANI, 2007). A partir desse momento a educação formal sempre permeou as sociedades humanas com objetivos e funções distintas. Na sociedade burguesa temos duas metanarrativas teóricas sobre a função da escolarização que são marcantes, nessa questão: a liberal e a marxista. As ideias liberais vão fundamentar e legitimar ideologicamente a sociedade capitalista enquanto a marxista a refuta.

As ideias liberais de educação vão se cristalizar e influenciar as definições da Teoria de Capital Humano². Esta teoria surge para explicar a diferenciação ocasionada após a segunda guerra mundial entre diferentes países. A questão era explicar por que países como o Japão, a Alemanha, a França e outros principalmente da Europa Ocidental, obtiveram rápida reconstrução econômica em detrimento de outros países que obtiveram, em proporções diversas, ajuda dos EUA e permaneceram com dívidas e atrasos sociais e econômicos. A explicação, dada através de pesquisas, vinculava o sucesso ao potencial de capital humano contido nestes países, em detrimento dos outros que tinham baixo estoque de capital humano. Com a Teoria de Capital Humano a educação formal se torna explicativo para o desenvolvimento econômico desigual entre países, regiões, cidades e indivíduos.

² A Teoria de Capital Humano postula que o 'capital humano' é o capital incorporado aos seres humanos, especialmente na forma de saúde e educação. Portanto, ele é explicativo do desenvolvimento econômico desigual entre países, regiões e cidades (SCHULTZ, 1973). As nações subdesenvolvidas foram incentivadas a investir em capital humano para que entrassem em desenvolvimento. Os indivíduos, por outro lado, que investissem em educação e treinamento, poderia ascender socialmente. Com a Teoria de Capital Humano a educação se torna explicativo para o desenvolvimento econômico desigual entre países, regiões e cidades.

Ao contrário das preposições formuladas pela Teoria de Capital Humano a realidade dos países que apresentavam os melhores e maiores índices de desenvolvimento econômico e de escolarização, e que deveriam ter erradicado, ou pelo menos amenizado, a pobreza e a miséria revelavam ao contrário, índices significativos de desigualdade social, espacial e econômica, nos anos de 1960 e 1970. No artigo: *A miséria na abundância: a fome nos Estados Unidos da América* publicado em 1971 no Jornal *Le Monde* da França, Josué de Castro (2003, p.97) expõe a fome nos domínios territoriais da maior potência capitalista:

Hoje, nos Estados Unidos, a civilização da abundância caminha ao lado da civilização da miséria. A presença de famintos no território do país mais rico do mundo, apresentando até hoje como modelo a ser imitado, justifica a contestação e a revolta que se propalaram no mundo contra a civilização da tecnologia, chamada pós-industrial, e na qual são criadas cada vez mais novas necessidades artificiais pela publicidade posta a serviço dos interesses da produção (CASTRO, 2003, p.97).

Corroborando as premissas dos pesquisadores marxistas franceses, pesquisas detalhadas sobre trabalho, miséria, pobreza, violência como a feita por Vasapollo (2007) – apoiado em dados e nos pressupostos teóricos marxistas –, comprovam um aumento exponencial da desigualdade nos países ditos de primeiro mundo e que demonstram em seus índices altos níveis de escolarização. O autor relata sobre as novas condições da relação capital trabalho e da precarização do trabalho na Europa, especificamente na Itália, e nos Estados Unidos da América, e pontua que a pobreza está intimamente ligada ao trabalho precarizado, afirmando que: “De fato, aumenta o número de trabalhadores que não conseguem garantir condições de vida minimamente dignas para si e para sua família” (VASAPOLLO, 2007, p.145). E que, por conta deste trabalho precarizado produzido e reproduzido pelo sistema capitalista em seu processo atual de acumulação ampliada que ocasiona uma intensificação da pobreza e da miséria em escala planetária, Vasapollo (2007) afirma que: “A globalização neoliberal e a internacionalização dos processos produtivos trazem consigo a realidade de centenas e centenas de milhões de trabalhadores desempregados e trabalhadores precarizados em todo o mundo” (VASAPOLLO, 2007, p.151).

Essas novas relações de trabalho, explicitadas por Vasapollo (2007), inerentes ao processo produtivo flexível pós fordismo/taylorismo – a partir da década de 1980 –, repercutem na dinâmica e na falsa ideia reformista da necessidade de educação para todos como premissa do desenvolvimento social mais igualitário. Essa dinâmica esconde o novo modo de acumulação ampliada do capital (HARVEY, 2005) baseado no desemprego

estrutural, contratos de trabalhos flexíveis, capital virtual, empregos informais e a produção terceirizada em diferentes lugares, regiões e nações que impede uma luta conjunta dos trabalhadores (VASAPOLLO, 2007).

Mészáros (2005 p. 45), relatando as ideias reformistas do capitalismo afirma que as soluções educacionais para a sociedade nunca se darão por completo porque, “podem ser completamente invertidas, desde que a lógica do capital permaneça intacta como quadro de referências orientador da sociedade”. Portanto, se estivermos considerando a educação como provedora do desenvolvimento capitalista veremos que ela além de inculcar valores burgueses a toda a uma sociedade dividida em classes sociais com cultura, pedagogia e visões de mundo antagônicas e conflitantes, também (re)produz trabalhadores necessários ao processo de acumulação de capital com diferentes especificidades.

Desenvolvimento Capitalista e Educação. O Fetiche da Superação das Desigualdades

Na etimologia da palavra desenvolvimento significa mudar, fazer crescer, progredir. O conceito de desenvolvimento em suas variadas vertentes, conforme Cunha (1977, p.15), se origina “na linguagem biologia. [...]. Dá-se, então, o nome de desenvolvimento às transformações que um organismo sofre, fazendo-o passar de uma fase para à outra. Cada espécie tem suas próprias fases e, por isso, as transformações são previsíveis”

Dentro desta concepção o conceito de desenvolvimento sofre junções com os conceitos de sustentável, sócio-espacial, social, econômico e conceitos de escala geográfica como local, regional, global, endógeno, exógeno que em suma preceituam saídas, dentro do sistema capitalista, para o bem estar social. Retornaremos a explicação dessas junções no final desse tópico.

O conceito de desenvolvimento adotado pelos planejadores seguiu o preceito biológico que acarretou toda uma gama de pressupostos, principalmente, pós Segunda Guerra Mundial em que na escala global, regional e local a desigualdade econômica, social e espacial deveriam ser estudadas e combatidas, através da ciência. A ideologia que se passava era que cada espaço geográfico se encontra em determinada etapa histórica e precisa adotar receitas para progredir e se desenvolver. A defesa das ideias de desenvolvimento tinha receitas de bolo que cada país, região ou lugar deveriam seguir a risca. Os organismos internacionais, com

isso, ditavam as especificidades que deveriam ser cumpridas para ocasionar o mesmo efeito dos países considerados desenvolvidos. Resumidamente, pode se dizer que:

El concepto de desarrollo es una herencia de la posguerra, surge cuando Europa trata de recuperarse de los efectos devastadores de la Segunda Guerra Mundial. Se difunde por el mundo, gracias a las Naciones Unidas que lo incorpora en sus diferentes programas e instituciones. El origen del desarrollo a nivel conceptual se ubica en la economía neo-clásica, que prioriza las teorías de la distribución de la riqueza. (ARGUETA, 2007, p. 45)

Portanto, a concepção de desenvolvimento utilizada pela ciência, através do planejamento científico, calcados nas ideias etapistas e historicistas, serviram de base ideológica e foram adotadas pelos Estados Nações, região ou lugar em seus discursos que tinham o objetivo as políticas públicas.

A serviço do planejamento a economia perdeu seu status científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado de desenvolvimento: a venda da ideologia do crescimento aos Estados, [...] (SANTOS, 2003, p.15).

Enfocando os preceitos do planejamento, termos foram criados, como: Terceiro Mundo, subdesenvolvimento, “A fim de realizar com sucesso a aventura da dominação econômica que de fato o planejamento representa, [...]” (SANTOS, 2003, p.15).

Nesta questão a geografia, como ciência do espaço, foi utilizada com maestria no planejamento fornecendo teorias³ e saídas para as desigualdades. Reformas e investimentos públicos, principalmente em infraestrutura, regionalismos, eram as armas para incentivar a entrada do capital em regiões ainda não exploradas.

Santos (2003) escreve que existiram três etapas históricas de incursão do capital em regiões dependentes e que essa entrada se deu pelo planejamento. A primeira pela força e as duas seguintes pelas ideologias do desenvolvimento. Na primeira e segunda fase a reprodução do capital se deu em tempos históricos diferentes nos continentes e países. Sendo, a ideia de levar progresso e evolução, baseado no positivismo científico e na expansão da produção, o planejamento da primeira fase. A segunda etapa começa com a necessidade, a partir de 1940, dos monopólios ampliarem seu mercado consumidor. A acumulação do capital, com isso se alicerça não mais “na produção apenas, como na primeira fase, mas também no consumo” (SANTOS, 2003, p.29). Por ultimo, a atual fase:

³As Teorias dos Lugares Centrais de Walter Christaller de 1933 e de Polos de Crescimento de François Perroux são exemplos que influenciaram os planejadores em sua política de desenvolvimento.

[...], ao contrário das outras duas, espalha-se praticamente sem lapsos cronológicos [...]. De ora em diante, dever-se-á dar aos pobres a impressão, e não somente a esperança, de que estão emergindo da pobreza. Elas passarão portanto a testemunhar um aumento em termos absolutos de sua renda, isto é, de seu consumo de bens e serviços. Mas como está fora de questão reduzir as taxas de acumulação e de desigualdade, o que significaria a morte do sistema, a pobreza não será eliminada, apenas mascarada. Esta nova fase no processo de modernização capitalista conduzirá a uma nova forma de pobreza, a pobreza planejada (SANTOS, 2003, p.29).

Nesta senda, a lei geral da acumulação capitalista de Karl Marx (1996) afirma que no “[...] sistema capitalista, [...] todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar”. E que irá, portanto, “Determina[r] uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital”. (Marx, 1996, p.749).

Portanto, o sistema capitalista é um sistema que sobrevive produzindo desigualdade social, espacial e econômica. O desenvolvimento do sistema capitalista, e a universalidade é marca deste desenvolvimento, reproduz suas contradições, também. Ou seja, o desenvolvimento das relações de produção estando em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas gera outra contradição; ao se desenvolver o capitalismo gera pobreza e concentração de capital. Nas palavras de Marx a “Acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no polo oposto, [...]” (MARX, 1996, p.749). Visto essas contradições podemos dizer que o desenvolvimento capitalista aumenta a riqueza e também a pobreza e não que o primeiro seja remédio para o segundo.

Entendemos, a luz das abordagens de Marx, que dentro do sistema capitalista o desenvolvimento se dá de forma desigual e combinado, sendo que “A desigualdade do desenvolvimento precede qualquer combinação de fatores desproporcionalmente desenvolvidos” (NOVACK, 2008, p.19) e, que “O desenvolvimento desigual é, no mínimo, a expressão geográfica das contradições do capital” (SMITH, 1988, p.217). Ou seja, a expressão geográfica dessa desigualdade “é altamente visível na paisagem do capitalismo, tal como a diferença entre espaços desenvolvido e subdesenvolvidos em diferentes escalas [...]” (SMITH, 1988, p.221).

Voltando ao debate inicial sobre as definições dos conceitos de desenvolvimento atrelados aos substantivos sustentável, socioespacial, social, econômico, local, regional, global, endógeno, exógeno e outros para entender, que nesse trabalho, não será necessário defini-los, pois servem simplesmente ao mesmo princípio, a saber: são utilizados como fetiche, como ideologias, para ludibriar e dar esperança a população carente com o simples

intuito de esconder e escamotear as especificidades do sistema capitalista em sua acumulação de capital ou simplesmente fortalecer o capital criando uma nova vertente de acumulação. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo trás em seu bojo riqueza e pobreza como principio inexorável da lei geral da acumulação capitalista. E qualquer tentativa de desenvolver uma dada região ou país, dentro da lógica do sistema capitalista, levará inexoravelmente a pobreza e a riqueza como irmãs siamesas. Não suplantam a desigualdade, como apregoa seus defensores, e sim aumentam a razão da especificidade do sistema capitalista; o objetivo é concentrar renda.

De maneira singular Lisboa e Conceição (2007, p. 131) no artigo *Desenvolvimento local como simulacro do envolvimento* vem apoiar nossa premissa da falácia das conjunções de desenvolvimento e seus variados substantivos quando escrevem sobre a nova ideologia do desenvolvimento local como uma estratégica política escrevendo que o discurso do:

[...] desenvolvimento local se constitui apenas um fetiche, [...] atrativo e artificioso e o seu caráter falaz faz com que os governos responsáveis pela espacialização de políticas públicas, o utilize, de maneira a tornar suas propostas consensuais, sobretudo, entre as populações carentes (LISBOA & CONCEIÇÃO, 2007, p. 131).

E finaliza, afirmando que:

O discurso do desenvolvimento local com justiça social ignora a lógica da competição e do lucro sempre crescente. Ao assumir esta leitura, observa-se que a produção do lucro pela apropriação dos lugares é a forma da produção da pobreza, confirmando a tese de que o domínio do espaço se realiza de forma perversamente desigual e combinadamente contraditória, o que inviabiliza a possibilidade de um modelo de desenvolvimento mais justo (LISBOA & CONCEIÇÃO, 2007, p. 131).

As Políticas de Desenvolvimento Capitalista e a Teoria de Capital Humano

Primeiramente, devemos entender que o planejamento estatal no Brasil esteve atrelado as estruturas da economia-mundo, mesmo antes do planejamento centralizado do Governo de Getúlio Vargas (BECKER & EGLER, 2003).

Tendo o exposto acima como premissa, se define historicamente que as bases da política de planejamento centralizado que visavam o desenvolvimento capitalista no Brasil têm início com a Revolução de 30 do Governo de Getúlio Vargas. Com a Modernização do aparelho estatal, a criação dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, além do grande número de órgãos de regulamentação controle e fomento o governo passou a editar planos e

metas de desenvolvimento de abrangência nacional. A centralização das políticas públicas que visavam o desenvolvimento industrial se contrapõe as ações anteriores que tinha caráter descentralizador e agrário-exportador.

O planejamento econômico do Estado brasileiro foi um dos marcos na política nacional nessa época. Dois órgãos têm função primordial. Em 1933 o Conselho Nacional de Geografia foi criado com a missão de padronizar o país de um sistema cartográfico; pesquisar sobre características geográficas regionais e locais; demarcação de terras; censos. No ano posterior, em 1934, o Instituto Nacional de Estatística foi criado tendo o intuito de coletar estatísticas com objetivos de aplicar as políticas públicas de intervenção e planejamento de desenvolvimento. No ano de 1942 os dois órgãos são unidos e formam o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Através das políticas públicas nacionais o poder central teceu a coesão do território brasileiro.

A visão de investir na infraestrutura interna do país e desafogar os gargalos em energia e transportes foi efetivada com grandes obras nessa área. A fundação das indústrias e complexos industriais de base como: Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, USIMINAS, PETROBRAS, ELETROBRAS visavam a um fortalecimento da economia nacional frente aos concorrentes locais e mundiais, o importante era desenvolver o capital no território nacional. Para isso, leis trabalhistas foram formuladas e implantadas e escolas de treinamento de mão de obra foram criadas, principalmente no eixo Rio-SãoPaulo. As iniciativas de Vargas, primeiramente, e depois dos demais governos brasileiros centrou nos discursos e nas ações do planejamento das infraestruturas para extinguir as desigualdades local/regional. O objetivo era transformar o Brasil em uma potência regional na economia-mundo (BECKER & EGLER, 2003).

Podemos caracterizar o planejamento estatal, que teve o foco na infraestrutura, para o desenvolvimento capitalista no Brasil em três fases todas tendo o foco, principalmente, o eixo Rio-São Paulo: a primeira entre os anos de 1933-1955, conhecido mais como um período nacional populista, teve fundamental importância para a consolidação da burguesia industrial implantando parte da infraestrutura para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil; depois no plano de metas do governo Kubitschek entre 1956-1960 caracterizado por “uma política de industrialização favorável ao capital monopolista privado, um capitalismo orientado politicamente chamado desenvolvimentismo” (BECKER & EGLER, 2003, p. 82); e, posteriormente, na ditadura militar se fundamenta o planejamento estatal regional que ira “reforçar o papel da urbanização como base da industrialização, favorecendo novamente a

concentração econômica no sudeste. [...]. A maioria dos investimentos governamentais [...] foi para o sudeste devido ao compromisso assumidos com os interesses desses Estados” (BECKER & EGLER, 2003, p. 86-87).

As consequências do planejamento alicerçados na infraestrutura e consolidação do capital foram a favelização das grandes cidades, o subemprego informal e formal, a ciranda financeira, violência urbana e rural em contraposição a ascensão do Brasil à 8ª economia mundial, a potencia regional na economia-mundo, e a uma burguesia nacional em ascensão e consolidação financeira. A discrepância que ocasiona o desenvolvimento do capitalismo – pobreza e riqueza – foi o resultado da expansão mundial do capital no território nacional.

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do território nacional, calcado em investimento na infraestrutura, principalmente, não surtiam os efeitos esperados e as desigualdades sociais no Brasil se acentuaram. No governo de transição democrática (1985 – 1989) a hiperinflação se instala, as mazelas urbanas explodem e as elites necessitavam de um novo discurso, uma nova teoria, que pudesse ser implantada e divulgada como a salvadora das mazelas do sistema capitalista. A hora era de culpar a falta de investimento em educação em detrimento da falta de investimento em infraestrutura como fora anteriormente. Volta com força a Teoria do Capital Humano no Brasil com discurso salvador das mazelas do capitalismo.

A Teoria do Capital Humano ganha espaço no Brasil, a partir da década de 1960, como revela Frigotto (1984, p.27) “Toda a política educacional, desenhada especialmente após a segunda metade da década de 60, tem nos postulados da Teoria do Capital Humano seu suporte básico”. A Teoria de Capital Humano entra com força nas políticas públicas no Brasil nos anos de 1990 no Governo Collor, atraindo a atenção da grande mídia e dos intelectuais, que afirmavam a urgência na revolução educacional formal para o país competir no mercado internacional e diminuir a pobreza no Brasil. Portanto, como revela Silva, (2006, p.211) “é um retorno à Teoria do Capital Humano como fundamento das propostas e ações, implicando um retrocesso ao economicismo dos anos 60 e 70, tão criticado pelos estudiosos da Educação”.

Nessa questão, Frigotto (1995, p. 93) crítica a política pública calcada na Teoria de Capital Humano

Por ser uma formulação que olha a relação capitalista de dentro e o sistema como um dado resultante da perspectiva liberal e neoclássica de compreensão da realidade social, não leva em conta as relações de poder, as relações de força, os interesses antagônicos e conflitantes e, portanto, as relações de classe. A debilidade da tese de Capital Humano de gerar política e socialmente o que prometia em termos de nações e dos indivíduos resulta, pois, da forma invertida de apreender a materialidade

histórica das relações econômicas, que são relações de poder e de força e não uma relação matemática (FRIGOTTO, 1995, p. 93).

No início da década de 1980 Frigotto (1984), também, já tecia críticas áspers a Teoria de Capital Humano:

Ao lado de uma política econômica que velozmente se associa ao capital internacional, cujo escopo é a exacerbação da concentração da renda e da centralização do capital, toma-se a ‘democratização’ do acesso à escola – particularmente à universidade – como sendo o instrumento básico de mobilidade, equalização e ‘justiça’ social. (FRIGOTTO, 1984, p.27).

[...] enfatiza-se a crença de que a aquisição de capital humano via escolarização e acesso aos graus mais elevados de ensino, se constitui em garantia de ascensão a um trabalho qualificado e, conseqüentemente, a níveis de renda cada vez mais elevados (FRIGOTTO, 1984, p.27).

E conclui que:

[...] o que se verifica concretamente é que, ao contrário da distribuição de renda, a concentração se acentuou; e, ao contrário de mais empregos para egressos do ensino superior, temos cada vez mais um exercito de ‘ilustrados’ desempregados ou subempregados. (FRIGOTTO, p.27).⁴

Finalizando, os estudos de Silva (2006, p.212) tecem críticas a relação estabelecida pelos organismos internacionais entre educação formal, desenvolvimento e desigualdade.

A relação que a mencionada Teoria faz entre educação, desenvolvimento e superação das desigualdades explica a proposta da OIT de remediar a vulnerabilidade através da educação e da formação profissional. Assim, a educação não só é vista como determinante, mas também é capaz de explicar as diferenças de renda entre os indivíduos, o seu lugar na sociedade e a posição das nações no plano internacional, em termos de desenvolvimento (SILVA, 2006, p.212)

Portanto, “Este é o fundamento da ideologia meritocrática, a qual escamoteia as raízes das questões sociais e responsabiliza os próprios indivíduos pelos seus problemas e pela resolução dos mesmos, tirando do Estado a responsabilidade de resolvê-los, [...]” (Silva, 2006, p.225). Então, a desigualdade tem solução? É uma especificidade da sociedade humana? Ou foi agravada pela sociedade capitalista?

⁴Como podemos comprovar pela notícia publicada no dia 22/10/2009 pela Folha de S.Paulo a realidade explicada por Frigotto em 1984 é uma realidade, bastante evidente, nos dias de hoje: *Concurso para garis atrai 22 mestres e 45 doutores no Rio de Janeiro. Com inscrições abertas desde o dia 7, o concurso público para a seleção de 1.400 garis para a cidade do Rio já atraiu 45 candidatos com doutorado, 22 com mestrado, 1.026 com nível superior completo e 3.180 com superior incompleto, segundo a Comlurb (Companhia Municipal de Limpeza Urbana). Para participar do concurso, basta ter concluído a quarta série do ensino fundamental.*

Estudo da Mercadoria em *O Capital* de Marx

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguram no século XVI a moderna história da vida do capital. (MARX, 1996, p.267).

Para Marx, a riqueza na sociedade capitalista apresenta-se como uma “imensa coleção de mercadorias” (1996, p.165), a mercadoria é, portanto, a forma elementar da sociedade burguesa moderna. Por isso, a investigação de Marx, em *O Capital* começa pela mercadoria.

Marx explica no primeiro capítulo do *Capital* volume I, que a mercadoria possui duplo fator, a saber: Valor de uso e Valor de troca. E, antes de tudo, ela é um objeto externo, uma coisa. Ademais, pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie, seja do estômago ou da fantasia, são valores de uso, possuem utilidade, compreender isto é fundamental e “Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico” (MARX, 1996, p.165).

O exame dos valores de uso pressupõe segundo Marx, sempre sua determinação quantitativa. O que interessa, para Marx, é a utilidade desses elementos, pois, é “A utilidade de uma coisa que faz dela um valor de uso” (MARX, 1996, p.166), que se realiza no uso ou no consumo humano mesmo que seja para uso da fantasia.

Importante compreender que o valor de uso é a riqueza material, a produção social, em uma dada sociedade. Desde que o homem passou a transformar a natureza, a partir da sua ação consciente, se produz valor de uso e valor de troca. A sociedade mais primitiva, na medida em que os seus habitantes, conscientemente trabalhavam, produziam valor de uso e valor de troca, tais como: machados, flechas, etc. Que eram produzidos no próprio processo de trabalho para amenizar ou dominar a natureza pelo conjunto dos trabalhadores. Essa peculiaridade só é quebrada na sociedade burguesa que, ao contrário, aliena o trabalhador no seu fazer. O trabalhador perde a totalidade de seu trabalho através da divisão da produção. Para Marx (1996, p.166) “O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço”. Ademais, Marx (1996, p.167) adverte que “como valores de uso as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente”.

As mercadorias são produtos do trabalho humano, 'dispêndio de cérebro, nervos, mãos e sentidos do homem'. Neste sentido, força de trabalho é apenas um conceito e por trás deste conceito o que há de fato é o gasto de músculos nervos e sangue transferido para um produto, ou melhor, alienado para uma mercadoria. Marx (1996, p.168) relata o fato da transformação do trabalho humano concreto em trabalho humano abstrato:

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (MARX, 1996, p.168)

Portanto, o valor contido nas mercadorias é 'trabalho humano abstrato' e é medida pelo 'quantum de trabalho', que é a 'substância constituidora de valor'. Portanto, o que gera valor é tão somente o trabalho. Marx aqui opera algo magistral, que o diferencia dos economistas burgueses, a saber: a descoberta do trabalho como fundamento da forma valor:

É, portanto, apenas o *quantum* de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor (MARX, 1996, p.169, *grifo do autor*).

Neste sentido, “O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra”.(MARX, 1996, p. 169). Ou seja, o valor de uma mercadoria está na força social de trabalho necessário para produzi-la e se manteria constante se não houvesse mudança na 'força produtiva de trabalho'. Para Marx (1996, p. 169):

A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais (MARX, 1996, p.169).

Resumidamente, o valor da mercadoria depende de duas variáveis que se relacionam dialeticamente, quais sejam: o desenvolvimento da forças produtivas e o tempo de trabalho necessário para produzir determinada mercadoria. Ou seja: “quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor”. Ou “Inversamente,

quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo, tanto maior o seu valor” (MARX, 1996, p. 170). Marx (1996, p. 170) finaliza definido o que é mercadoria:

Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. [...] Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca (MARX, 1996, p.170).

A Educação como Mercadoria Especial

A procura de homens regula necessariamente a produção de homens como qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então parte dos trabalhadores cai na miséria ou na fome. Assim a existência do trabalhador torna-se reduzida às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador transformou-se numa mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador. (MARX, 2004, p.66)

A mercadoria que é definida por Marx (1996) como uma coisa que tem valor de uso e valor de troca e que deve ser socialmente útil, tem seu valor estabelecido pelo *quantum* – tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria – e pelo desenvolvimento das forças produtivas. E, se o homem é mercadoria, como nos explica Marx na epígrafe acima, qual é o tempo de trabalho para produzir o homem como mercadoria? Toda a produção do homem como mercadoria é igual? Existem diferenças na produção desse homem como mercadoria? O que diferencia essa produção? Qual o valor da força de trabalho? O desenvolvimento das forças produtivas reduz o valor da força de trabalho?

Primeiramente, vamos estabelecer as seguintes premissas, baseados em Marx (1996). Entende-se que o homem não se vende em sua totalidade para o capitalista e sim sua força de trabalho por um determinado tempo. Se houve-se a venda da totalidade do tempo, o homem se tornava um escravo. A troca é dada entre o capitalista que necessita comprar força de trabalho e o trabalhador que necessita vender sua força de trabalho. Essa troca ocorre no mercado e seguem a lei da oferta e procura. Como qualquer outra mercadoria a força de trabalho tem que ser útil para quem compra. Se entende, também, que o homem é uma mercadoria que se deteriora e para encontrá-lo no mercado para a venda, se exige a sua reprodução.

Tendo o exposto acima como base se questiona novamente qual é o valor da força de trabalho? “Como o de toda outra mercadoria, esse valor se determina pela quantidade de

trabalho necessário para produzi-la” (MARX, 1996, p.99). Para Marx e Engels (1978, p. 167) “Determinadas indústrias não exigem qualquer aprendizagem; basta que o trabalhador exista fisicamente”. Portanto, as despesas da produção desse trabalhador se darão com o mínimo necessário para a sobrevivência – alimentação, vestimenta, moradia – que deve ser o mínimo gasto pelo capitalista, que seria o salário pago ao trabalhador pela venda da força de trabalho.

Esse gasto do capitalista, na verdade, é retirado do tempo de trabalho do trabalhador. O capitalista obtém dois tempos de trabalho da força de trabalho. O tempo necessário para a produção do valor do salário do trabalhador, e a mais-valia. A mais-valia, o lucro, é o excedente de tempo de trabalho gasto pela força de trabalho para produzir uma mercadoria. “Mediante a atividade da força de trabalho, reproduz-se, portanto, não só seu próprio valor, mas produz-se também valor excedente” (MARX, 1996, p.325). “O trabalhador trabalhou, portanto, metade da jornada para si mesmo e a outra para o capitalista” (MARX, 1996, p.333). É o sobretrabalho, trabalho extra, trabalho não-pago.

Por isso, o capitalista obtém seu lucro do trabalho alheio; do tempo extra do trabalhador; do roubo.

Uma parte do trabalho incluído na mercadoria é trabalho remunerado; a outra parte, trabalho não remunerado. Logo, quando o capitalista vende a mercadoria pelo seu valor, isto é, como cristalização da quantidade total de trabalho nela invertido, o capitalista deve forçosamente vendê-la com lucro. Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja custado o trabalho do seu operário (MARX, 1996, p.104).

O trabalhador, por outro lado, com seu salário, sustenta primeiramente sua sobrevivência como corpo físico, e secundariamente sua produção como qualidade útil de mercadoria. Outros gastos do trabalhador são seus filhos, quando os têm, que devem ser sustentados primeiramente na sobrevivência física e depois em sua produção como qualidade útil de mercadoria para ser vendida como força de trabalho. Nas palavras de Marx e Engels (1978, p. 168):

Além da quantidade de meios de subsistência necessária à sua própria manutenção, precisa de uma certa quantidade para educar um determinado numero de filhos destinados a substituí-lo no mercado de trabalho e a perpetuar a raça de trabalhadores. Finalmente, para formar a sua força de trabalho e adquirir uma certa aptidão, dispensará uma outra quantidade de valores (MARX & ENGELS, 1978, p.168).

A educação formal do sistema capitalista entra, nessa questão, como custo da produção do trabalhador. A educação formal significa o principal fator na diferenciação do

valor da produção da força de trabalho. “Lembramos que, quanto mais simples e fácil de aprender é o trabalho, mais reduzidas são as despesas de produção que a sua aprendizagem necessita, e mais baixo é o salário, porque é determinado, como qualquer mercadoria, pelas despesas de produção” (MARX; ENGELS, 1978, p. 168). De outra forma pode se dizer que:

Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. Conforme o caráter mais ou menos mediato da força de trabalho, os seus custos de formação são diferentes. Esses custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram portanto no âmbito dos valores gastos para a sua produção (MARX; ENGELS, 1978, p. 168)

Resumidamente, temos que a mercadoria força de trabalho é produzida pelo próprio salário do trabalhador ou seus familiares em sua totalidade; sendo que, uma parte ou totalidade pode advir das expensas públicas, filantrópicas. O capitalista, naturalmente, compra essa força de trabalho como mercadoria conforme sua utilidade em sua produção de outras mercadorias. Quanto mais tempo gasto na produção desse homem como mercadoria maior o seu valor como mercadoria; maior poderá ser vendida sua força de trabalho. “O preço do seu trabalho é determinado pelo valor da sua força de trabalho, ou seja, pelos custos de produção desta” (MARX; ENGELS, 1978, p. 169). Essa variação vai depender de variados fatores como a oferta e a procura. Por exemplo, se em determinado lugar há uma necessidade de engenheiros civis e existem no mercado poucas mercadorias de engenheiro civis a venda seu preço será alto devido a concorrência entre os capitalistas na procura dessa mercadoria. O inverso ocasiona o barateamento dessa mercadoria. Sabemos, também, que nunca um lixeiro irá ganhar o mesmo que um juiz, pois:

Dentro do sistema do salariado, o valor da força de trabalho se fixa como o de outra mercadoria qualquer; e, como distintas espécies de força de trabalho possuem distintos valores ou exigem para a sua produção distintas quantidades de trabalho, necessariamente têm que ter preços distintos no mercado de trabalho. Pedir uma retribuição igual ou simplesmente uma retribuição justa, na base do sistema do salariado, é o mesmo que pedir liberdade na base do sistema da escravatura (MARX; ENGELS, 1978, p. 169).

A escolarização burguesa, se comporta como variável na produção do valor da mercadoria força de trabalho. Nessa questão a escolarização formal, também, não seria uma mercadoria procurada pelo homem como incremento no valor de sua força de trabalho? Rodrigues (2007, p.5) afirma que sim e que “Existem duas formas básicas [...]: educação-

mercadoria ou mercadoria-educação. [...], [e que] são formas sob as quais a mercadoria se materializa no campo da formação humana”. Conforme Rodrigues (2007, p.6), portanto, a educação-mercadoria estaria vinculada a venda direta da educação “como uma mercadoria cujo fim é ser vendida no mercado educacional”, seja como curso de graduação, especialização, etc. Já a educação, como afirma Rodrigues (2007, p.6), como mercadoria-educação seria os “insumos [incorporados ao trabalhador] necessários a produção de outras mercadorias”.

Mas, se a educação formal como mercadoria significa melhoria, ascensão social para os trabalhadores, como apregoam os neoliberais, e gasto extra para o capital, então educação burguesa traria prejuízo ao capitalista que teria que desembolsar extras para contratar pessoas qualificadas para o trabalho, pois a força de trabalho incorporada de mais educação formal custaria sempre mais ao capital.

Ao contrario, para Marx e Engels (1978), a educação burguesa é um dos fatores importante no desenvolvimento capitalista, pois via de regra, a educação formal do sistema capitalista: aumenta a concorrência entre os trabalhadores, ao formar quantidades excedentes na mesma função, e, por conseguinte, o barateamento do valor do salário médio pago a um profissional especializado em determinada área e, também, potencializa as habilidades da força de trabalho possibilitando que um trabalhador execute múltiplas funções ou 'trabalho não-pago', mais valia. Ou seja, educação formal para todos ocasiona a baixa geral, com raras exceções, do valor pago pela força de trabalho especializado e o aumento do trabalho não-pago.

Outro fator importante abordado por Marx (1996) na generalização da educação formal, e, portanto de conhecimento, é a criação de novos maquinários, através da ciência e tecnologia, poupadoras de *quantum*, que são produtores de mais valia relativa. Que significa a característica principal do ganho do capital sobre o trabalhador. A mais valia relativa diferente da mais valia absoluta⁵ origina-se do acúmulo das inovações da ciência através de novas técnicas de produção. A mudança na produção social através do incremento de ciência e tecnologia sem alterar a jornada de trabalho necessária ocasionando o sobretrabalho e, portanto mais lucro para o capitalista. Por conseguinte, a elevação da produção dos bens de consumo, obtido com novos conhecimentos de produção, possibilitará seguidamente e em

⁵ Que tem a seguinte definição por Marx (1996): o planejamento do capitalista na intenção de obter uma quantidade maior de mais-valia pelo prolongamento do tempo de trabalho excedente ou criação de outras tarefas, conservando, o trabalho necessário, o salário.

cadeia: a diminuição do valor do produto como mercadoria; a diminuição do valor da força de trabalho; e a diminuição do valor necessário para a produção do trabalhador. Por último, a inovação em ciência e tecnologia, possibilitada pela educação formal, redundará em desemprego.

Todos esses fatores ocasionam o desenvolvimento das forças produtivas que barateia a mercadoria e, portanto, o capital necessário para produzi-la, que poderá ser investido na produção de outras mercadorias ou no desenvolvimento da produção da primeira. Portanto,

O conhecimento toma centralidade na forma de mercadoria a ser consumida, no sentido de agregar valor à mercadoria força de trabalho – tal qual a matéria-prima, capaz de gerar uma quantidade maior de valor, ou seja, constitui-se em fonte de lucro. Enquanto fonte de lucro possui duas outras vertentes, além da capacidade de agregar valor à força de trabalho: como incremento da mais-valia, através do investimento em tecnologia, e fonte direta de lucro, ao ser vendida no mercado educacional (SILVA, 2006, p.217)

Por outro lado o homem, no sistema capitalista, como afirma Marx (2004, p.66), é uma mercadoria que se vende apenas pela sua força de trabalho e está sujeita as leis do mercado, as demandas e ofertas, então a busca pela educação como mercadoria se torna apenas uma forma subjetiva de se valorizar ou se adequar a novas ofertas de trabalho. A primeira mercadoria, o homem (força de trabalho), com o acréscimo de outra mercadoria, a educação formal, tenta se diferenciar na competição do mercado comprando qualidades subjetivas. Atualmente, infelizmente, essa busca por uma melhor qualificação se torna basicamente ideológica, pois o desemprego na sociedade contemporânea é estrutural. “Iludidos pela centralidade que a educação toma nos discursos, os trabalhadores buscam condições para se tornarem capazes e empregáveis na sociedade do desemprego, ou seja, tentam comprar qualidades subjetivas para a empregabilidade” (Silva, 2006, p.216).

Para Debater e Refletir

Na sociedade burguesa a educação formal, na relação capital trabalho, virou mercadoria, como vimos, e como tal preza pela colaboração direta no desenvolvimento capitalista e da concentração de renda. A escolarização estimula a reprodução da relação capital trabalho dentro da lógica do sistema capitalista.

Portanto, a educação formal é provedora do desenvolvimento capitalista, que produz e reproduz a geografia do desenvolvimento desigual em diferentes escalas de forma ampliada contraditória e combinada. A educação formal, portanto, além de inculcar valores burgueses a toda sociedade dividida em classes sociais, com cultura, pedagogia e visões de mundo antagônicas e conflitantes, também (re)produz trabalhadores necessários ao processo de acumulação de capital com diferentes especificidades. Nas palavras de Mészáros (2005, p.35):

A educação institucionalizada, [...], serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina [...] em expansão do sistema capitalista, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes (MÉSZÁROS, 2005, p.35).

A educação formal deve ser vista como um aparelho ideológico da burguesia que tem a função primordial de perpetuar a lógica capitalista incentivando o discurso da meritocracia, do individualismo, da competição como discurso interno e externo, da fixação e formação da força de trabalho, da normalização da vida burguesa calcada no trítio: produzir, consumir e obedecer. Enfim, as normatizações para a disciplinarização dos corpos é uma das mais importantes funções da epistemologia do educar na sociedade capitalista (FOUCAULT, 2004).

Algumas perguntas ficam em aberto. O capitalismo se desenvolveria sem educação formal? A educação formal é imprescindível para o capital? Sabemos que dentro do sistema capitalista a educação formal vai servir aos propósitos do capital e então em que medida ela pode servir para uma educação para além do capital, como preconiza Mészáros (2005).

Na semântica marxiana uma epistemologia do educar implica uma práxis pedagógica que vise à emancipação da relação conflituosa entre capital trabalho. Assim uma epistemologia do educar que estabeleça critérios filosóficos-metodológicos, do fazer educativo, para auxiliar a superação do capitalismo e sua educação mercantilista. Devemos trabalhar, nas ciências sociais e humanas, por uma nova epistemologia do educar que deve ser antes de tudo uma educação para revolução.

Pontuamos, por fim, que a educação formal, dentro das estruturas da relação capital trabalho, leva ao desenvolvimento capitalista e que a pobreza é inerente ao sistema burguês de produção, como diz Harvey (2005, p.113):

A abolição da pobreza, do desemprego e do excedente de mão-de-obra eliminaria a base social para acumulação adicional de capital. Pretender que a pobreza pudesse ser abolida sem a quebra do vínculo patriarcal entre capital e trabalho é de acordo com Marx, vã ilusão embuste cruel. (Harvey, 2005, p.113)

REFERÊNCIAS

- ARGUETA, J. C. D. Desafíos de la Universidad ante el desarrollo. In: Revista da FAEEBA: **Educação e Contemporaneidade** / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – V. 16, N. 28, Jul./Dez. 2007, p. 43-56.
- BECKER, B.; EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CASTRO, J. de. **Fome: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro** / Anna Maria de Castro (org.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. 28. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.
- FRIGOTTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1984.
- _____. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- LISBOA, J. B. de.; CONCEIÇÃO, A. L. Desenvolvimento local como simulacro do envolvimento: o novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema do capital. In: Terra Livre: **A geografia no tempo de novos conhecimentos**. Ano 23, v. 2, n. 29, São Paulo, Ago-Dez/2007, p. 115-132.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996. Volume I e II, livro primeiro e Volume I, livro segundo.
- _____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Crítica da educação e do ensino**. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa/Portugal: Moraes Editores, 1978.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- NOVACK, G. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**: São Paulo: Editora Instituto José e Rosa Sundermann, 2008.
- RODRIGUES, J. **Os empresários e a educação superior**. Campinas/SP: Autores Associados, 2007.
- SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. São Paulo, Hucitec, 1978.

_____. **Economia Espacial: críticas e alternativas.** 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação.** Campinas, 2007. v. 12, n. 34.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano.** Investimentos em educação e pesquisa. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SILVA, R. B. Armadilhas da reforma da educação superior: as universidades Estaduais da Bahia. In: SILVA, M. A. da.; SILVA, R. B. (Org.). **A idéia de Universidade: rumos e desafios.** Brasília: Líber Editora, 2006.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VASAPOLLO, L. **Por uma política de classe: uma interpretação marxista do mundo globalizado.** São Paulo, Expressão popular, 2007

ZONEAMENTO URBANO E “DESENVOLVIMENTO”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE DE MONTES CLAROS/MG

Deborah Marques Pereira

Aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. deborahmarques.pereira@gmail.com

Anete Marília Pereira

Professora Dra. no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Social – PPGDS, da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. anetemarilia@gmail.com

Marcos Esdras Leite

Professor Dr. do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. marcosesdras@ig.com.br

Aline Crystiane de Carvalho Mendes

Aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. alinecrystmendes@yahoo.com.br

RESUMO

O presente estudo correlaciona o instrumento urbanístico Zoneamento com o desenvolvimento urbano. Ressalvadas as dificuldades de se obter um conceito bem delimitado de desenvolvimento, admite-se que ele representa uma mudança social positiva, na qual o espaço é uma condição que não pode ser negligenciado. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar o zoneamento urbano frente ao desenvolvimento numa perspectiva sócioespacial. De forma específica, visa discutir as principais características do zoneamento urbano, discorrer sobre a ideia de “desenvolvimento” e descrever as formas de uso e ocupação do solo urbano, tendo como referências o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo da cidade de Montes Claros – MG. Para tanto, a concepção de Zoneamento, empregada em Montes Claros, segue critérios funcionais, e muitas vezes, desconsidera os aspectos sociais presentes no espaço urbano. Assim, observa-se que o Zoneamento necessita estar vinculado a uma política que vise uma mudança social e espacial positiva e priorize o verdadeiro desenvolvimento.

Palavras-chave: Zoneamento. Desenvolvimento. Montes Claros.

ABSTRACT

This study correlates the instrument urban zoning to urban development. Subject to the difficulties of obtaining a well-defined concept development, admits that he is positive social change, in which space is a condition that can not be overlooked. Thus, the present study aimed to analyze the zoning front sociospatial development perspective. Specifically, it aims to discuss the main features of zoning, discuss the idea of "development" and describe ways to use and occupation of urban land, taking as reference the Master Plan and the Law of Use and Occupation City Montes Claros - MG. Therefore, the concept of zoning, used in Montes Claros, following functional criteria and often ignores the social aspects present in the urban space. Thus, it is observed that the zoning needs to be linked to a policy aimed at social change and positive spatial and prioritize real development.

Keywords: Zoning. Development. Montes Claros.

INTRODUÇÃO

Os instrumentos urbanísticos são de grande relevância para a busca da melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, a satisfação das necessidades da população. Desde 2001, com o advento do Estatuto da Cidade, eles ganharam força e legitimidade, exigindo condutas mais veementes para garantir uma cidade mais desenvolvida socialmente e espacialmente.

Dentre esses aparatos urbanísticos destaca-se o zoneamento, instrumento de planejamento por excelência (SOUZA, 2006). Entretanto, ele é objeto de influência de várias áreas, principalmente de discursos políticos e de grupos minoritários que detém um maior poderio econômico. Uma das justificativas para isto é a promulgação do desenvolvimento, mas, o que seria esse desenvolvimento? Qual é a importância do espaço urbano neste cenário? Qual é a importância dos instrumentos urbanísticos, em especial o Zoneamento?

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar o aparato urbanístico, Zoneamento, frente ao desenvolvimento sócioespacial. De forma específica tem como propósito discorrer sobre a ideia de desenvolvimento correlacionando o aspecto social com espacial; discutir sobre os movimentos sociais urbanos como mudança social positiva traduzida pelo Estatuto da Cidade e; ponderar as principais características do instrumento urbanístico Zoneamento.

A metodologia utilizada foi baseada no levantamento bibliográfico de sociólogos, geógrafos, urbanistas e juristas que discorrem sobre a temática, a saber: Corrêa (1995); Lefebvre (1991); Rodrigues (2009); Saule e Rolnik (2001); Sen (2000); Silva (2003); Souza (1997; 1998; 2006); Versiane e Cardoso (2009); Villaça (1996); entre outros.

Posteriormente foi realizada uma busca a dados necessários a partir da Secretaria de Planejamento Urbano de Minas Gerais (SEPLA); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Prefeitura Municipal de Montes Claros (PMMC); a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES); dentre outros.

Para auxiliar na análise dos dados coletados foram utilizados instrumentos Geotecnológicos, em destaque o Sensoriamento Remoto (SR) e o Sistema de Informação Geográfica (SIG). A imagem de alta resolução (QUICK BIRD) de Montes Claros, juntamente com as representações espaciais (vetores), foi usada para dar maior dinamismo na compilação dos dados. Destaca-se a elaboração do banco de dados georreferenciados que auxiliou nas informações, além da espacialização das mesmas em mapas e gráficos.

Logo, esse estudo se justifica pela necessidade de compreender o zoneamento a partir de uma perspectiva desenvolvimentista, em que a conceituação e práticas de desenvolvimento se encontram vinculadas ao uso e ocupação do solo urbano sob a perspectiva de imposição e manutenção de uma ordem de uso definidas por zonas e funções específicas.

O “DESENVOLVIMENTO”

O desenvolvimento não possui uma definição única e delimitada, pelo contrário, é um atributo em constante mutação. Rodrigues (2009, p. 127) afirma que:

A aplicação do conceito é marcada pelo itinerário que oscila entre a emersão e a submersão: durante uma parte do século XX ele foi quase que inquestionável e assumido como uma espécie de “religião do Estado”; nas últimas décadas, tem sido objeto de crescentes críticas, desde as abordagens que buscam “outro desenvolvimento” àquelas que argumentam pelo abandono do conceito, um “adeus ao desenvolvimento”.

A autora relata que o termo “desenvolvimento” é um dos mais polêmicos das Ciências Sociais devido a sua indeterminação, pois “em seu nome couberam reorientações de prioridades e reformulação de políticas conforme os interesses do momento” (RODRIGUES, 2009, p. 153).

Assim, o desenvolvimento não é um conceito neutro, é político, envolve escolhas, prioridades, muitas singularidades e minúcias.

Com propriedade, Souza (1998) diz que o desenvolvimento recobre o discurso cotidiano de políticos, administradores e do público em geral. Entretanto, muitas vezes ocorre uma versão urbana do que seria o desenvolvimento voltado para uma ideologia capitalista, que se traduz na dominação da natureza, crescimento e modernização.

Neste mesmo sentido, Lisboa (2004, p. 67) relata que na esfera capitalista o desenvolvimento se demonstra desigual e combinado e o seu discurso encontra-se historicamente associado ao crescimento econômico. Para tanto, o autor “considera que o propósito é escamotear os conflitos de classe concernentes às contradições do sistema sócio-político e econômico nos diferentes contextos históricos e, promover a reprodução capitalista fundamentada na apropriação dos espaços”. Com isso, as ações são conflitantes e que muitas vezes desconsideram os caracteres sócioespaciais.

Versiane e Cardoso (2009, p. 70) alertam que um “esgotamento epistemológico da concepção “economicista” de desenvolvimento intensificou-se a partir dos anos 90, em especial nos países periféricos, como é o caso do Brasil”. Porém, a dimensão social do desenvolvimento deve ser considerada, afinal:

As formulações sobre desenvolvimento social pressupõem, na prática, o desencadeamento de empreendimentos coletivos que possam priorizar a melhoria das condições de vida da população, mediante ações pactuadas entre poderes públicos e comunidades, cuja abordagem recai sobre uma nova concepção de desenvolvimento pautada em processos de interação e qualificação do cotidiano das pessoas, tendo como virtude os diversos tipos de iniciativas de inclusão social, bem-estar e a preservação ambiental. Nesse contexto, poder-se-ia, então, associar de forma substantiva desenvolvimento social com qualidade de vida, a partir da apropriação social do espaço urbano. (VERSIANE e CARDOSO, 2009, p. 72).

Portanto, ao discorrer sobre o “Desenvolvimento e a qualidade de vida nas cidades”, Versiane e Cardoso (2009) compreendem o desenvolvimento a partir de um processo iterativo e evolutivo, em que a incorporação da qualidade de vida no cenário urbano é fundamental.

O autor Souza (2006) ressalta que as discussões sobre desenvolvimento têm se apresentado viciadas e que é preciso livrar-se do fardo do senso comum para se conceber um genuíno desenvolvimento. Assim, esta palavra recobre no discurso de políticos, administradores e do público em geral. O autor assegura que:

Em termos muito singelos e puramente introdutórios, pode-se dizer que se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social. A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais mas, igualmente, a espacialidade (SOUZA, 2006, p. 61).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento pode ser compreendido como uma mudança social positiva, em que o espaço é um fator importante. Souza (2006) ainda assevera que a dimensão espacial da sociedade não pode ser negligenciada, visto que ela é um importante fator para uma mudança social positiva.

Salienta-se que a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social devem ter uma relação de complementaridade, ou seja, “qualquer um dos dois, se tomado isoladamente e sem o outro, é insuficiente para servir de base para avaliações e estratégias de desenvolvimento sócioespacial” (SOUZA, 2006, p. 72). Assim, a justiça social e qualidade de vida são atributos que complementam um ao outro, a fim de obter um real processo de desenvolvimento social e espacial.

Amartya Sen (2000, p. 29) descreve que:

O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.

Assim, Sen (2000) desenvolve a ideia de que a expansão da liberdade humana é o principal fim e meio do desenvolvimento, por conseguinte, o objetivo do desenvolvimento “relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas”. (SEN, 2000, p. 71).

Sen (2000) alerta para o entendimento errôneo do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, pois isso implicaria na ocultação do fato de o desenvolvimento implicar numa melhor distribuição de renda enquanto que crescimento, não. O autor reforça que desenvolvimento implica expansão das capacidades humanas ou aumento da liberdade.

Sen (2012, p. 2) afirma que “é um erro buscar o crescimento pelo crescimento, sem levar em conta os seus efeitos mais amplos e as suas consequências”. O autor menciona que ele não é contra o crescimento, mas sim contra o crescimento pelo crescimento.

Entretanto, em nome do desenvolvimento são organizadas ações sob a justificativa de buscar a felicidade de todos. Sen (2000) critica essa corrente utilitarista, considerando-a um meio inadequado para a construção de instituições justas, pois a felicidade, o prazer ou a satisfação não são mensuráveis. Logo, o autor alerta que o utilitarismo tem o efeito arriscado, pois permite que a satisfação da maioria seja justificativa para o sacrifício de uma minoria. Além disso, ele é contra os conceitos unidimensionais de desenvolvimento, trazendo uma abordagem multidimensional através da ampliação das liberdades.

Diante do exposto, entende-se que desenvolvimento é um atributo em constante discussão e evolução e o fim do seu debate está longe de ser alcançado¹. No entanto, destaca-se o caráter economicista presente no desenvolvimento, que representa uma grande preocupação dos estudiosos.

Assim, é proposto não o abandono do viés, mas sim o acréscimo e aprimoramento de outros aspectos como: a melhoria da qualidade de vida (VERSIANE; CARDOSO, 2009); expansão das capacidades humanas e aumento das liberdades (SEN, 2000); mudança social positiva (SOUZA, 2006) entre outros.

O ESPAÇO COMO CONDIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

Após a discussão sobre a dificuldade de se estabelecer um conceito preciso sobre o desenvolvimento, entende-se que ele está correlacionado à mudança social positiva e esta ocorre em um espaço, que conforme Souza (2006) não pode ser negligenciado. Assim, o desenvolvimento deve ser da sociedade e do espaço, o que justifica a conjectura do desenvolvimento sócioespacial.

Souza (1997) descreve que durante muito tempo o espaço foi descuidado nas teorias de desenvolvimento, devido a três fatores principais: 1) a Geografia era considerada superficial para

¹Numa visão mais alarmante, críticos pós-modernistas dos anos de 1990 propõem abdicar o conceito de desenvolvimento. Entre esses estudiosos cita-se Latouch (2012, p. 18) que expõe a ideia de decrescimento assinalando como a “finalidade de assinalar claramente o abandono do objetivo do crescimento ilimitado cujo motor não é senão a busca do lucro pelos detentores do capital, com consequências desastrosas ao ambiente e, portanto, para a humanidade”. Diante disso, decrescimento é uma crítica radial ao desenvolvimento, visando “desenhar os contornos dum projeto alternativo para uma política do pós-desenvolvimento. O seu objetivo é uma sociedade em que se viverá melhor, trabalhando e consumindo menos”. (LATOUCHE, 2012, p. 19-20).

as Ciências Sociais; 2) A Economia e a Sociologia não buscavam a espacialização dos estudos que versavam sobre o desenvolvimento; 3) Havia uma resistência em relação ao espaço, justificado pela ineficiência das escalas mais amplas para análise.

O autor ainda relata que diante desse cenário os estudos que consideravam a análise espacial do desenvolvimento levavam em consideração apenas o teor econômico. Mas, o viés econômico não é suficiente para determinar o desenvolvimento, pois “o conceito renovado de desenvolvimento só possuirá concretude e operacionalidade ao se valorizar o espaço social como dimensão analítica, já que a sociedade só é concreta com o espaço, sobre o espaço, no espaço” (SOUZA, 1997, p. 32).

O desenvolvimento para ser considerado legítimo deve considerar o caráter multidimensional da sociedade sempre associada ao espaço, que também se apresenta multidimensional, assim o espaço é “(...) palco, fonte de recursos, recursos em si [localizações], arena, referencial simbólico/identitário e condicionador; que é substrato material, lugar e território” (SOUZA, 2006, p. 61).

Diante disso, não há possibilidade de compreender as ações humanas e as condições sociais de desenvolvimento desprezando o espaço e vice-versa, pois a sociedade e espaço só podem ser entendidos se considerados conjuntamente.

Conclui-se esse tópico afirmando que as condutas humanas e o espaço devem ser analisados quando se discute o desenvolvimento, buscando sempre uma mudança social positiva com ampliação da justiça social e aumento da qualidade de vida.

O ZONEAMENTO URBANO

Na busca por meio urbano mais justo, igualitário e solidário foi promulgado pela Constituição de 1988 um capítulo específico denominado “Política Urbana” para tutelar a política urbana de desenvolvimento representada pelos Arts. 182 e 183, e posteriormente, em 10 de Julho de 2001, foi instituído o Estatuto da Cidade².

²O Estatuto da Cidade é formalizado pela lei n. 10.257 em 10 de julho de 2001. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/.../L10257.htm>>. Acessado em 25.0512

O Estatuto da Cidade não é somente um novo aparato legal, ele é produto histórico e conceitual de uma Reforma Urbana oriunda desde a década 1960. Conforme Silva (2003, p.110) o Estatuto:

Embora tenha prevalecido a roupagem do campo jurídico no último período, o conteúdo de crítica e denúncia foi mantido ao longo de todo esse tempo, inclusive agregando novos temas como foi o caso da questão ambiental, entre outras. Os questionamentos aliados à necessidade de novos padrões urbanos vêm de uma trajetória de quase quarenta anos, iniciada pelo posicionamento dos setores técnicos combinados com as demandas e reivindicações dos movimentos populares urbanos durante toda essa trajetória.

Assim, o Estatuto da Cidade estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Todavia, Saule e Rolnik (2001) relatam que o Estatuto trouxe inovações que podem ser traduzidas em três campos: um conjunto de novos aparelhos urbanísticos voltados para induzir mais do que normatizar as formas de uso ocupação do solo; uma nova estratégia de gestão que incorpora a ideia de participação direta do cidadão em processos decisórios sobre o destino da cidade; e ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas. Para este estudo foi considerado as inovações dos instrumentos urbanísticos, em especial o Zoneamento.

O Zoneamento constitui-se num procedimento urbanístico, que tem por objetivo regular o uso do solo em áreas homogêneas de interesse coletivo do bem-estar da população. Machado (1998, p. 130) expõe que “o zoneamento é uma operação feita no plano da cidade com o fim de atribuir a cada função e a cada indivíduo seu justo lugar. Tem como base a discriminação necessária entre as diversas atividades humanas, reclamando cada uma um espaço particular”.

Diante disso, o Zoneamento é caracterizado pela funcionalidade, consagrada pelo urbanismo modernista e ratificado pela Carta de Atenas³ de 1933, formando a separação do espaço em zonas de usos. Corrêa (1995, p. 36) assevera que a “cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica”. Através disso, observa-se que estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, “criam atividades e suas materializações,

³ A Carta de Atenas foi um manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas, em 1933. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>. Acessado em 25.05.12

cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana.” (CORRÊA, 1995, p. 36).

Atualmente, o zoneamento urbano decorre do Plano Diretor⁴, que é referenciado pela Lei Orgânica Municipal, onde a questão do planejamento urbanístico é matéria apreciada pelo Estatuto da Cidade.

Porém, Villaça (1996) alerta que os Planos Diretores expressam uma prática tecnicista baseada na concepção de planejamento físico-territorial clássico, logo, eles cumprem um papel ideológico mais do que instrumento de orientação da gestão e dos investimentos (VILLAÇA, 1996). Desse modo, as ações estipuladas nesse aparato jurídico beneficiam a manutenção de poder e obtenção de privilégios, mesmo sendo justificadas pela busca do desenvolvimento.

Villaça (1996, p. 94) ressalta que “nossas cidades, cada vez mais, se dividem em duas. De um lado, a cidade dos que comandam e participam da sociedade, e de outro a cidade dos comandados, dos marginalizados, dos que estão de fora”. Nesta perspectiva, a esfera dominante utiliza do seu poder para manter um equilíbrio instável de forças, em que “os grupos estabelecidos vêem seu poder superior como um sinal de valor humano mais elevado; os grupos *outsiders*, quando o diferencial de poder é grande e a submissão inelutável, vivenciam afetivamente sua inferioridade de poder como um sinal de inferioridade humana” (ELIAS e SCOTSON, 1999, p. 28). Assim, o que se vê é uma imposição dos que detém o poder e uma conformidade dos que não possuem.

Nesse mesmo sentido, Corrêa (1995, p. 36) garante que a “cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica”. Deste modo, observa-se que estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, “criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana.” (CORRÊA, 1995, p. 36).

Desta feita, Villaça (1996) chama atenção para os estudiosos do espaço urbano, afirmando que “as relações entre, de um lado, a produção, a circulação e o consumo do espaço e de outro, os efeitos do espaço sobre o social – ou melhor, das relações dialéticas entre espaço e sociedade -

⁴ De acordo com o disposto no artigo 41 da Lei nº 10.257/01 o plano diretor é atualmente obrigatório para cidades: a) com mais de vinte mil habitantes; b) integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; c) onde o poder público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no parágrafo 4º do artigo 182 da Constituição Federal; d) integrantes de áreas de especial interesse turístico; e) inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. (BRASIL, 2001).

constituem o desafio ainda a ser enfrentado pelos estudiosos sócio-espaciais.” (VILLAÇA, 1996, p. 47).

Conforme Santos (1997, p. 46) “a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade.” Com isso, reforça o espaço urbano como uma instância social.

Consoante ao espaço urbano capitalista, Corrêa (1995, p.11) relata que ele é “fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço”. O autor assevera que o espaço urbano é descontínuo e possui diferentes tipos de usos. Essas áreas encontram-se articuladas através dos chamados fluxos, ou seja, pela circulação de pessoas, de mercadorias, de investimentos ou de decisões.

Corrêa (1995) identifica como agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano: os proprietários fundiários e dos meios de produção, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. O autor afirma que a ação desses agentes possui marco jurídico que regula a atuação deles, entretanto, “este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, e constituindo-se, em muitos casos, em uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante” (CORRÊA, 1995, p. 15).

Em busca de ratificar o poderio das esferas dominantes elas promovem ações diversas em prol do desenvolvimento, como se este processo fosse equânime a toda população, porém, Campos Filho (2001) ressalta que a concentração de renda em poucas parcelas da população gera também uma concentração espacial, logo, quem pode mais, em termos de poder aquisitivo, melhor se localiza nas cidades em relação ao emprego, à oferta de serviços urbanos, ao comércio e aos serviços em geral, reforçando a segregação sócioespacial.

Para Villaça (1986), os espaços urbanos considerados melhores ficam com quem pode pagar mais e os piores para os pobres. Através do mecanismo de preços, passa a ocorrer uma distribuição das vantagens e desvantagens da cidade, socialmente produzidas, mas privadamente apropriadas através da localização pela qual se paga.

Assim, a cidade é caracterizada pelas contradições de classes e usos que envolvem interesses e necessidades diversas dos seus agentes sociais, compreender os aparatos urbanísticos

e institucionalidades do espaço urbano para garantir um verdadeiro desenvolvimento torna-se um grande desafio.

O CONTEXTO DE MONTES CLAROS

Montes Claros possui uma população de 344.000 habitantes (IBGE/2010), com cerca de 95% da população inserida na área urbana. É a sexta cidade mais populosa de Minas Gerais e se destaca no contexto regional, como principal pólo.

Desde 1970, Montes Claros é um município de população predominantemente urbana, característica que vem sendo ratificada nas últimas décadas, com o aumento do seu grau de urbanização, conforme mostra a figura 01.

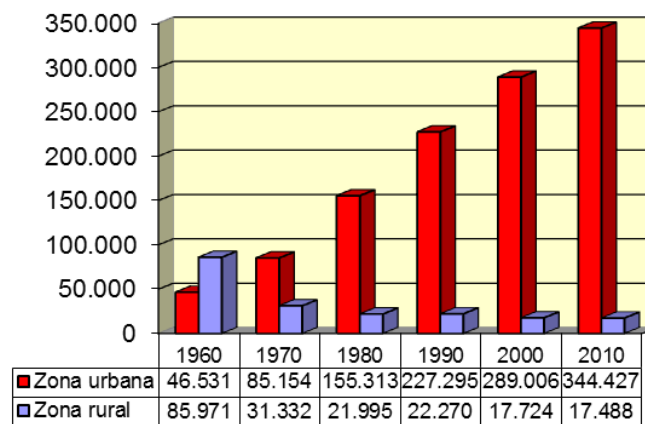


Figura 01 - Crescimento da população urbana de Montes Claros
Org. LEITE, M, E. 2008.

Montes Claros possui uma forte atração de migrantes, pois é uma característica comum das cidades médias brasileiras. Como destacado por Maricato (2001) esse tipo de cidades apresenta, desde a década de 1990, um crescimento demográfico acima da média nacional. Portanto, para uma gestão efetiva da cidade é necessário um planejamento que atenda a realidade local, bem como, levar em consideração aos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Estatuto das Cidades para fazer valer a função social do solo urbano.

O Plano Diretor do município de Montes Claros propõe a ser o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, abordando aspectos físico, social, econômico e administrativo. Assim, a lei é estruturada em quatro partes, sendo que na primeira parte o texto legal é composto por objetivos e estratégias de desenvolvimento urbano, indicações relativas ao desenvolvimento econômico, às políticas setoriais integradas, às políticas sociais, de habitação e tributárias, nas três demais partes o Plano Diretor dá enfoque às questões de organização territorial, os instrumentos de política urbana e a gestão urbana.

No que diz respeito à organização territorial, o Plano Diretor apresenta diretrizes por meio de legislação específica, mediante fixação de critérios próprios para o Zoneamento e para estabelecer política de instalação múltipla de usos, respeitados a qualidade de vida e o direito adquirido. Assim, no Art. 49 estatui que “é diretriz do zoneamento a divisão do território em zonas, em função de suas características ou potencialidades” (BRASIL, 2001).

Ao discorrer sobre as áreas de diretrizes especiais o Plano Municipal declara, no Art. 74, que há necessidade de “fixar diretrizes especiais para as áreas que, por suas características específicas, demandem políticas de intervenção e parâmetros urbanísticos e fiscais diferenciados, os quais devem ser sobrepostos aos do zoneamento e sobre eles preponderantes”. Em relação a possíveis mudanças no Zoneamento, fica a critério do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR).

O Zoneamento proposto para Montes Claros tem como principais objetivos assegurar: a) a utilização racional da infraestrutura urbana; b) a descentralização das atividades urbanas, com a disseminação de bens, serviços e infraestrutura no território urbano; c) o desenvolvimento econômico, orientado para a criação e a manutenção de empregos e rendas, mediante o incentivo à implantação e à manutenção de atividades que o promovam; d) o acesso à moradia, mediante a oferta disciplinada do solo urbano; e) a justa distribuição dos custos e dos benefícios decorrentes dos investimentos públicos; f) a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, assegurado, quando de propriedade pública, o acesso a eles; g) seu aproveitamento socialmente justo e ecologicamente equilibrado, mediante a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis; h) sua utilização de forma compatível com a segurança e a saúde dos usuários e dos vizinhos; e i) o atendimento das necessidades de saúde, educação, desenvolvimento social, abastecimento, esporte, lazer e turismo dos munícipes, bem como do direito à livre expressão religiosa.

A Lei nº 3.031/02 dispõe sobre as normas de uso e ocupação do solo no município de Montes Claros, regulando o zoneamento, estabelecendo categorias de uso e modelos de assentamentos urbanos, além de delimitar áreas a reservar para as vias públicas e projetos especiais.

Conforme a Lei 3.031/02 é criada as seguintes zonas de uso, ocupação e parcelamento do território da sede do Município: I - Zona Residencial (ZR); II - Zona Comercial (ZC); III - Zona Industrial (ZI); IV - Setores Especiais (SE); V - Zona de Expansão Urbana (ZEU); VI - Zona Rural (ZRU). A Figura 02 apresenta o Zoneamento proposto para Montes Claros:

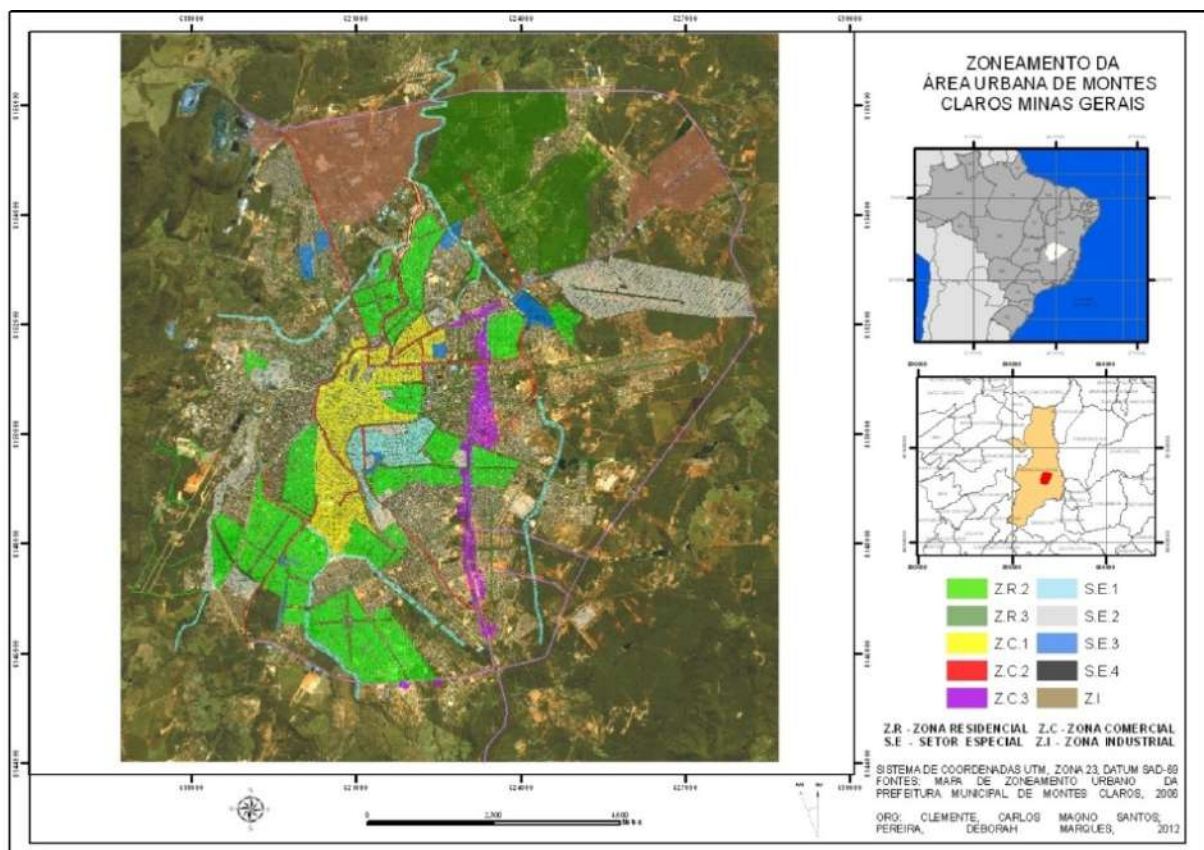


Figura 02 – Zoneamento da área urbana de Montes Claros em Minas Gerais

Apesar da área urbana de Montes Claros ser dividida em zonas, a proposta legal não apresenta nenhum tipo de análise e detalhamento dessa proposta, limitando-se a identificar em mapas o zoneamento da cidade. Diante do exposto, observa-se que o Plano Diretor de Montes Claros trata o Zoneamento com normas de diretrizes gerais, não apresentando especificamente

zonas e nem os parâmetros urbanísticos. Conforme Villaça (1996) os Planos Diretores expressam uma prática tecnicista baseada na concepção de planejamento físico-territorial clássico, logo, eles cumprem um papel ideológico mais do que instrumento de orientação da gestão e dos investimentos (VILLAÇA, 1996). Desse modo, as ações estipuladas nesse aparato jurídico beneficiam a manutenção de poder e obtenção de privilégios.

Esse tipo de conduta municipal faz com que os instrumentos de regulação urbana, em particular o de zoneamento, se tornem disseminadores e legitimadores de práticas excludentes no processo de reprodução do espaço urbano.

Em Montes Claros a segregação sócioespacial é visível e bem delimitada, 55% dos domicílios apresentam renda *per capita* abaixo de um salário mínimo e apenas 4% possuem renda *per capita* superior a cinco salários mínimos, conforme a figura 03:

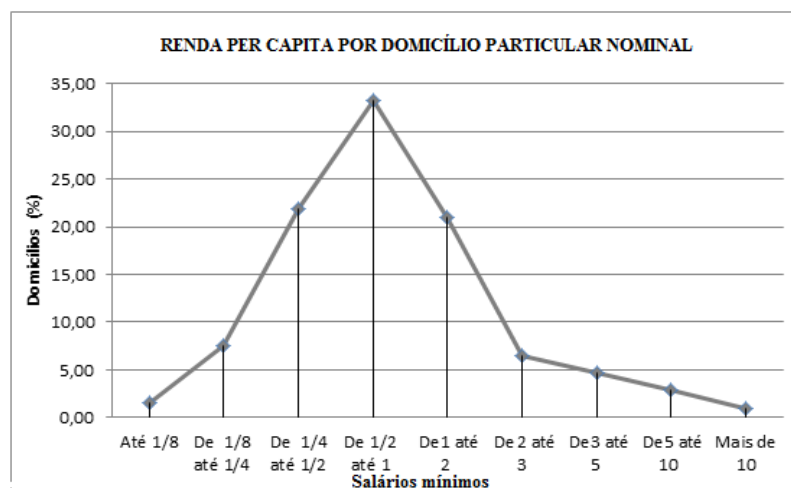


Figura 3 – Renda *per capita* por domicílio particular nominal mensal
Org.: PEREIRA, D. M., 2012

Ao espacializar os domicílios com renda inferior a um salário mínimo⁵ observa-se que eles se encontram espalhados pela área urbana, enquanto os 4% dos domicílios com mais de cinco salários mínimos estão centrados na parte centro-oeste da cidade, abrangendo a área do Ibituruna; Jardim São Luís; Melo; Jardim Panorama; Morada do Sol e Todos os Santos. A figura 4 apresenta essa realidade.

⁵ O salário mínimo vigente corresponde a R\$ 622,00 reais. A renda *per capita* por domicílio particular nominal mensal foi baseada nos dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010).

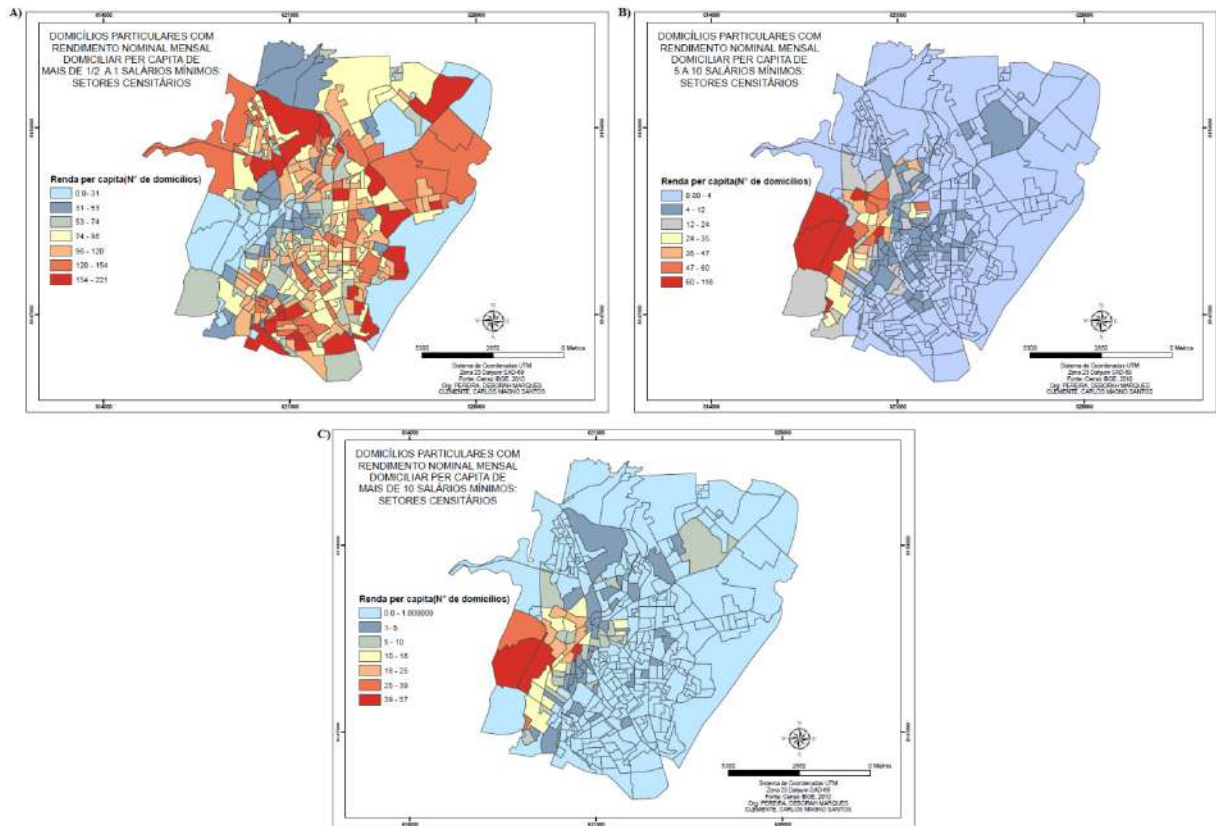


Figura 4 – Domicílios particulares com rendimento mensal domiciliar *per capita*.

Salientam-se os ensinamentos de Villaça (2001) ao afirmar que a segregação é caracterizada por um processo em que diferentes camadas sociais tendem a se agrupar em regiões ou áreas da cidade.

Conforme Corrêa (1995, p. 66) a segregação sócio representa um meio de reprodução social em que o espaço é um elemento condicionador sobre a sociedade, logo, não significa apenas “um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle reprodução social para o futuro”.

Logo, a segregação presente em Montes Claros evidencia a fragmentação do espaço urbano de forma setorizada de acordo com a ocupação das classes sociais e ocasionando consequências a todo sistema urbano. O Plano Diretor e a Lei de Zoneamento possuem normas de diretrizes gerais, não apresentando especificamente os parâmetros urbanísticos segregacionistas presentes na cidade, assim, muito se tem para avançar a fim de dirimir essas disparidades e garantir um verdadeiro desenvolvimento sócio espacial.

PONDERAÇÕES FINAIS

Consoante ao exposto ressalta que o desenvolvimento não deve ser analisado somente pelo viés econômico, sendo fundamental a perspectiva sócioespacial. Diante da dificuldade de conceituação do desenvolvimento, admite-se que ele refere a uma mudança social positiva.

No aspecto urbanístico o desenvolvimento tem sido foco de normas que tendem a priorizar o bem-estar de seus cidadãos no afã de garantir a função social das cidades. Assim, o Estatuto da Cidade e os Planos Diretores muito avançaram para possibilitar a formação de uma cidade que busca a melhora social positiva dos cidadãos e a constituição de uma sociedade mais justa e solidária, porém, essas normas urbanísticas devem sair do aspecto tecnocrático e generalista para tratar a realidade das cidades através da participação efetiva de seus agentes.

Neste trabalho, o enfoque foi o instrumento urbanístico Zoneamento, pois ele representa o planejamento por excelência e possui em sua constituição grande importância para a configuração sócioespacial das *urbes*. Para elucidar o aspecto teórico com o real, foi considerada a cidade de Montes Claros, seu Plano Diretor e a Lei de Uso do Solo.

Diante disso, observou-se que as leis municipais são generalistas, funcionais e pouco contribuem para dirimir a segregação sócioespacial da cidade. Em Montes Claros 55% dos domicílios apresentam renda *per capita* abaixo de um salário mínimo, enquanto as classes com mais de cinco salários de renda *per capita* totalizam 4% dos domicílios. Outro fator analisado foi que as populações com maior poderio aquisitivo se localizam na parte centro-oeste da cidade, evidenciando a segregação residencial da parcela de alta renda.

Contudo, é preciso repensar a forma como estão sendo empregados os instrumentos urbanísticos, pois eles não devem ser utilizados para manter ao espaço urbano desigual através da influência de seus agentes dominantes sob a justificativa de desenvolvimento, pelo contrário, os aparatos consagrados pelas normas urbanas necessitam contribuir para a formação de uma cidade que cumpra a sua verdadeira função social.

REFERÊNCIAS

BASSUL, José Roberto. **Estatuto da Cidade: quem ganhou? Quem perdeu?** Brasília: Senado Federal-Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 37ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. **Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001**. Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Imprensa Nacional, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

CORRÊA, R.L. **O espaço urbano**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

LATOUCHE, S. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. 70ª ed. LOCAL: Extra-coleção, 2012.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

RODRIGUES, L. Itinerário da construção das abordagens de desenvolvimento. In.; *Argumentos – Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes*. v. 3, n. 1 (2009).

SANTOS, M. **Espaço e método**. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SAULE, N.; ROLNIK, R. **Estatuto da cidade: novas perspectivas para a Reforma Urbana**. São Paulo: Pólis, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SILVA, É. R. da. **O movimento nacional pela Reforma Urbana e o processo de democratização do planejamento urbano no Brasil**. Dissertação de mestrado. São Carlos: UFSCar, 2003.

SOUZA, M. L. de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território**. Ano II, n. 3, p. 13-35, jul/dez, 1997.

_____. Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um conceito-problema. **Território**, Ano III, n. 5, p. 5-29, jul./dez., 1998.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VERSIANE, I. V. L; CARDOSO, A. D. Desenvolvimento e qualidade de vida nas cidades. In.; **Argumentos – Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**. v. 3, n. 1 (2009).

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

GT 11 - Informação, educação e tecnologias

A APRENDIZAGEM MEDIADA ATRAVÉS DO ESPAÇO VIRTUAL E A POTENCIALIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

Giovana Maria Brunetti¹, Rita Fonseca¹ e Bianca Pires²

¹ Mestrandas do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Av. Alberto Lamego, 2000, Pq. Califórnia, 28013602, Campos dos Goytacazes, RJ, gmbrunetti@yahoo.com.br; rita.wagner@bol.com.br

² Professora do Laboratório de Estudo da Educação e Linguagem, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Av. Alberto Lamego, 2000, Pq. Califórnia, 28013602, Campos dos Goytacazes, RJ, biankapires@gmail.com

Resumo

A teoria com enfoque sóciointeracionista defendida por Vygotsky entendia o ser humano como ser ativo que age sobre o mundo externo, nas relações sociais, transformando-as para que constituam o funcionamento de um plano interno, as operações mentais. Através da aprendizagem mediada conceituada pela Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural, por Feuerstein, acredita-se que a inteligência é modificável e dinâmica, construída através de aspectos do comportamento cognitivo e que tem um sentido positivo na valorização do ser humano. A mediação tem o espaço virtual como um potencializador de suas funções e com ele grande diversidade de ferramentas que realizam um trabalho de mediação envolvendo uma série de diretrizes da sociedade atual e que estão presentes na vida cotidiana. A mediação aponta aspectos referentes à inteligência emocional que influenciam nesse processo e possibilita refletir sobre o uso do espaço virtual com recurso auxiliar também do processo de mediação.

Palavras-chave: Educação, tecnologia, afetividade

Abstract

Theory with social interactionist approach advocated by Vygotsky understand the human being as active acting on the external world, in social relationships, turning them to constitute the operation of an internal plan, the mental operations. Through mediated learning renowned by Structural Cognitive Modifiability Theory by Feuerstein, believes that intelligence is dynamic and modifiable, built on aspects of cognitive behavior that has a positive effect on valuing human life. Mediation has the virtual space as a potentiator of its functions and with him a great diversity of tools that perform a mediation work involving a series of guidelines in today's society and that are present in everyday life. Mediation aims aspects related to emotional intelligence that influence this process and enables reflection on the use of virtual space with auxiliary resource also the mediation process.

Keywords: Education, technology, affectivity

1. A Interação Através da Aprendizagem Mediada

Os estudos postulados por Vygotsky (1984) em sua teoria sóciointeracionista permitem compreender as concepções de ensino e de aprendizagem, bem como o desenvolvimento mental e social, sob a perspectiva da mediação.

O enfoque sóciointeracionista defendido pelo autor entendia o ser humano como ser ativo que age sobre o mundo externo, sempre em relações sociais e transforma essas ações para que constituam o funcionamento de um plano interno, as operações mentais.

Nessa perspectiva sóciointeracionista, o desenvolvimento de modo geral do ser humano acontece de fora pra dentro, ou seja, é um processo em que estão presentes a maturação do organismo, o contato com a cultura produzida pela humanidade e as relações sociais que permitem a aprendizagem. E nesse processo, o “outro social”, pode apresentar-se por meio de objetos, da organização do ambiente, do mundo cultural que rodeia o indivíduo, sendo assim um facilitador do processo de aquisição do conhecimento. Nesse contexto, cabe destacar a importância do professor/educador que pode e deve ser o grande mediador, facilitador e estimulador da aprendizagem, principalmente quando o mesmo leva em consideração o que Vygotsky (1989) chamou de *Zona de Desenvolvimento Proximal*, onde busca-se aproximar o nível de desenvolvimento potencial ao nível de desenvolvimento real. O nível de desenvolvimento real é todo conhecimento prévio que o indivíduo já possui e o nível de desenvolvimento potencial são todas as possibilidades que o indivíduo pode adquirir, ou seja, todo conhecimento que pode ser aprendido na interação social e ampliado à sua realidade.

Assim, mediação para Vygotsky (apud COUTINHO; MOREIRA, 1997) é uma ideia central para a compreensão de suas concepções sobre o desenvolvimento humano como processo cultural-social-histórico. Enquanto sujeito do conhecimento o ser humano não tem acesso direto aos objetos, mas acesso mediado, através de recortes do real, operados pelos sistemas simbólicos de que dispõe, portanto enfatiza a construção do conhecimento como uma interação mediada por várias relações, ou seja, o conhecimento não está sendo visto como uma ação do indivíduo sobre a realidade, assim como no construtivismo e sim, pela mediação feita por outros indivíduos e/ou objetos.

É interessante ressaltar uma das advertências de Vygotsky (1989), quando aborda o papel do mediador no desenvolvimento do indivíduo. Segundo esse autor, o indivíduo com dificuldades, quando abandonado aos seus próprios recursos e a si mesmo, não pode alcançar nenhuma evolução no seu pensamento abstrato.

Feuerstein (apud SOUZA; DEPRESBITERIS; MACHADO, 2004) conceitua aprendizagem mediada através da teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural. O autor acredita que a inteligência é modificável e dinâmica, construída através de aspectos gerais do comportamento cognitivo e que tem um sentido positivo na valorização do ser humano, pois o comportamento é sempre modificável para melhor e nunca o contrário. Daí a importância do mediador na interação do mediado acreditando e estimulando sempre diante das possibilidades de aprendizagem do mesmo.

Feuerstein (apud SOUZA; DEPRESBITERIS; MACHADO, 2004) utiliza-se do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal de Vygotsky (1984) para destacar o papel do mediador no sentido de instrumentalizar progressivamente o mediado, de modo intencional e planejado. Porém, o valor que Feuerstein dá para o ato de instrumentalização e, assim, para a função do mediador, abarca e vai além do sentido dado por Vygotsky. A força da intervenção educacional, segundo Feuerstein (apud SOUZA; DEPRESBITERIS; MACHADO, 2004), tem como objetivo o desenvolvimento integral e pleno do ser humano, independente de fatores limitadores prévios e distantes do campo de ação do mediador, e isso é o fundamento do autor na modificabilidade humana.

O autor ainda afirma que os aspectos cognitivos e afetivos no processo de aprendizagem, têm a mesma importância, sendo que, o primeiro corresponde à estrutura e funcionamento que explicam como o ser humano aprende e o segundo demonstra a motivação para adquirir a aprendizagem.

Através da mediação é possível desenvolver a modificabilidade e a diversidade do ser humano. Sendo a modificabilidade entendida como a capacidade de modificar-se e sobreviver às pressões internas e externas.

Assim, para o autor a aprendizagem mediada é o processo pelos quais os estímulos são modificados pelo mediador, orientados por seus objetivos, ideais, emoções, cultura e conhecimento. Através do mediador são organizados, selecionados os estímulos mais apropriados, elaborando, construindo e reconstruindo os mesmos. Assim, nesse processo de mediação acredita-se que a estrutura cognitiva da pessoa adquira padrões de comportamento que determinarão sua capacidade de ser modificada.

Portanto, quanto menos mediação for oferecida, menor será a capacidade das pessoas serem afetadas e de se modificar.

Portanto, a mediação promove a interação do indivíduo com seu meio. Para aprofundar a análise dessa interação é importante compreender o sentido de distância pela qual o ser humano opera o mundo determinando a natureza do processo de interação. Feuerstein (apud SOUZA; DEPRESBITERIS; MACHADO, 2004) diz que quanto maior for a distância entre o ser humano e o objeto, maior será a complexidade das relações, uma vez que as distâncias exigem processos mentais que se manifestam como substitutos do objeto. Outras dimensões como tempo e espaço estão inseridas no conceito de distância e são próprias dos processos mentais.

A mediação compreendida como foi exposto até agora e utilizando a tecnologia como recurso, torna as dimensões de tempo e espaço com grande influência no processo educativo, considerando que essas duas dimensões são fundamentais na elaboração do pensamento e na compreensão do mundo.

O autor aponta alguns critérios de mediação que são:

- I. Intencionalidade e Reciprocidade
- II. Transcendência
- III. Mediação do Significado
- IV. Mediação do Sentimento de Competência
- V. Mediação do Controle e Regulação da Conduta
- VI. Mediação do Comportamento de Compartilhar
- VII. Mediação da Individuação e Diferenciação Psicológica
- VIII. Mediação da Conduta de Busca, Planificação e Realização de Objetivos
- IX. Mediação do Desafio: Busca Pelo Novo e Complexo
- X. Mediação da Consciência da Modificabilidade Humana (Percepção do Ser Humano como Entidade Modificável)
- XI. Mediação da Escolha da Alternativa Otimista
- XII. Mediação do Sentimento de Pertença

Esses critérios envolvem aspectos emocionais e quando se trata de desenvolvê-los com o espaço virtual são influenciados por outros elementos. A mediação acompanhada do virtual pode ampliar e potencializar o desenvolvimento do processo de aprendizagem.

Nesse sentido, compreendemos a mediação da aprendizagem como a ação de intervenção no aprendizado do indivíduo, seja presencial ou *online*.

2. A Mediação da Aprendizagem com Auxílio do Espaço Virtual

De acordo com Souza e Gomes (2008), as novas tecnologias da informação e da comunicação, e especificamente o espaço virtual (ciberespaço), através das possibilidades de aprendizagem que são oferecidas adquirem cada vez mais importância, merecendo destaque nas diversas reflexões sobre educação na atualidade, já que o avanço tecnológico progride e é utilizado nas diversas culturas e cada vez mais constitui a sociedade da informação.

A sociedade da informação tem cobrado do indivíduo através da vida moderna, principalmente nas capitais e grandes cidades, uma agilidade em adquirir e transformar as informações em conhecimento. Assim, o tempo e o espaço na mediação desse conhecimento a ser adquirido é cada vez mais importante como facilitador desse processo. Daí o crescimento da utilização da tecnologia e do espaço virtual como auxílio na mediação do processo de aprendizagem do indivíduo.

O conceito de virtual, de acordo com Lévy (1996), é:

[...] virtual [...] palavra latina medieval *virtualis*, derivada por sua vez de *virtus*, força, potência... O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado, no entanto, à concretização efetiva ou formal. A árvore está virtualmente presente na semente. Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualmente e atualmente são apenas duas maneiras de ser diferente (LÉVY, 1996).

Na afirmação de Souza e Gomes (2008),

[...] uma sociedade semidesterritorializada, o tempo torna-se mais importante que o espaço. É, ao mesmo tempo, uma sociedade local e não-local, uma espécie de aldeia mundializada em que todos podem estar em contato com todo o planeta sem sair de suas casas, modificando padrões, comportamentos, formas de pensar e agir. Essa aldeia mundializada vem se estruturando sobre a formação de um sistema de redes digitais de informação e comunicação que interconectam, em tempo real, os diversos pontos do planeta e seus inúmeros agentes constitutivos. Isso é proporcionado pela Internet que constitui uma mega rede e engloba uma série de outras redes menores, tornando possível a circulação globalizada de informações e comunicação em escala planetária (SOUZA; GOMES, 2008).

São vários motivos e necessidades que levam o indivíduo a muitas vezes optar por um meio de estudo, trabalho ou de relações sociais num espaço virtual, através do computador. Neste espaço virtual não há limites nem fronteiras para a mediação da

aprendizagem nos diversos aspectos físicos, sociais, econômicos, intelectuais, emocionais, etc... assim, é possível uma comunicação recíproca, interativa e imediata, usando programas específicos.

O espaço virtual tem proporcionado relações afetivas, pois é um espaço sem fronteiras, possibilitando certa liberdade de interação entre as pessoas que se identificam, formando assim uma comunidade virtual. Essa comunidade virtual, segundo Lévy (apud SOUZA; GOMES, 2008) é construída sobre os interesses comuns, nos diversos aspectos como, intelectual, social, cultural, econômico, etc... numa relação de interação, de cooperação, de parceria independentemente das diferenças de proximidades geográficas e das filiações sociais e institucionais. Ele afirma também que as relações sociais no espaço virtual não excluem as emoções fortes, portanto, permanece existindo nessa esfera o compromisso e responsabilidade individual e o julgamento moral e ético da opinião pública.

Na visão do autor citado, as relações do espaço virtual são complementos das relações presenciais, não se substituem. Ele faz uma comparação com várias outras coisas que surgiram na sociedade moderna e que não substituíram outras do passado, mas se modificaram e se complementaram, como no caso do telefone que não substituiu os encontros entre as pessoas.

Lévy (apud SOUZA; GOMES, 2008) faz uma abordagem interessante quando fala das tecnologias e suas implicações para a inteligência e a cognição. Segundo ele, ninguém é inteligente por si só, mas se é inteligente junto com o grupo intelectual do qual é membro, com sua língua e toda herança de métodos e tecnologias intelectuais: fora da coletividade, desprovido de tecnologias intelectuais, “eu” não pensaria. O pretense sujeito inteligente nada mais é do que um dos micro-atores de uma ecologia cognitiva que o engloba e restringe.

Portanto, o espaço virtual é um elemento de apoio da inteligência coletiva e uma das principais condições para o seu desenvolvimento através da interatividade que é proporcionado ao indivíduo mesmo com a existência de alguns aspectos negativos como a sobrecarga de informação, o isolamento, dependência psicológica, dominação, exploração e outros, considerando ainda que está principalmente ao alcance de uma determinada classe social, apesar da evolução constante.

De acordo com Gómez (2004), na cultura ocidental existe uma dificuldade em lidar com o não-visível, por isso parece ter uma conotação negativa. Segundo o autor,

O espaço virtual é um espaço topológico diferenciado do espaço euclidiano, de duas ou três dimensões. Ela se baseia no conceito de proximidade ou vizinhança, pela topologia, trata-se de dispor em relação os elementos: o fechado (dentro, o aberto (fora), os intervalos (entre), a orientação e a direção (até, adiante, atrás) a proximidade, a aderência (perto, sobre, contra, cabe adjacente), a imersão (em), a dimensão: todas essas realidades são sem medidas, mas com relações. Essa topologia está preocupada com o enlace das partes ao todo em um espaço em contínua deformação, estabelecendo relações simbólicas quantitativas a partir das experiências dos próprios sujeitos (GOMEZ, 2004).

Podemos destacar com base nos referenciais as características do espaço virtual, como: O tempo e o espaço, A linguagem, Interatividade, Facilidade de acesso ao conhecimento.

A mediação tem o espaço virtual como um potencializador de suas funções e com ele grande diversidade de ferramentas que realizam um trabalho de mediação envolvendo uma série de diretrizes da sociedade atual e que estão presentes na vida cotidiana.

O espaço virtual produz ambientes e realismos muito importantes para o processo de aprendizagem dos conteúdos e interfere também nas relações pessoais e sociais, quando amplia as possibilidades de contatar pessoas e trabalhar em grupo. Podendo assim, interferir na mediação de forma efetiva e qualitativa, porém, é importante saber utilizar esse potencial de forma técnica e pedagógica.

Feuerstein (apud SOUZA; DEPRESBITERIS; MACHADO, 2004) afirma que o tempo e o espaço tem grande significância no processo mental.

O tempo e o espaço também podem ser pensados como movimento contínuo e que passam por atualizações constantes tendo a possibilidade de conectar ser visível e visualizar toda diversidade de cultura e possibilidades acessíveis antes jamais realizáveis.

O espaço virtual pode ser compreendido como um conjunto de informações com elementos e características específicas que demonstram como a sociedade da informação e do conhecimento se apresenta na sociedade da tecnologia, auxiliando desta forma o desenvolvimento intelectual.

Assim como ocorrem mudanças no desenvolvimento intelectual do indivíduo também ocorrem mudanças no aspecto emocional e são significativas, merecendo reflexões e aprofundamento de estudo sobre as influências e consequências desse espaço na aprendizagem do ser humano referentes ao aspecto citado.

3. Inteligência Emocional e Mediação

A expressão “Inteligência Emocional” foi cunhada pelos psicólogos Peter Salovey e John Mayer, porém, é com Daniel Goleman que fica amplamente divulgada e conhecida através da farta pesquisa realizada em torno do tema STEINER (1998).

Goleman (2007) define o marco da competência emocional em duas competências específicas: a competência pessoal e a social que correspondem a inteligência intrapessoal e a interpessoal.

- I. Inteligência Intrapessoal: é a habilidade voltada para si mesmo. É a capacidade de formar um modelo verdadeiro e preciso de si mesmo e usá-lo de forma efetiva e construtiva.
- II. Inteligência interpessoal: é a habilidade de entender e de se relacionar com outras pessoas: o que as motiva, o que as entristece, como trabalham, como trabalhar cooperativamente com elas.

Segundo Goleman (2007), a Inteligência Emocional está relacionada a habilidades tais como: motivar a si mesmo e persistir mediante frustrações, controlar impulsos, canalizar emoções para situações apropriadas, motivar pessoas ajudando-as a liberarem seus melhores talentos e engajar-se a objetivos de interesses comuns. É ser capaz de lidar com as emoções de modo a desenvolver seu poder pessoal e a qualidade da vida que o cerca.

A partir das análises do conceito de Inteligência Emocional de Goleman (2007), é possível entender que o indivíduo com inteligência emocional atua sobre o entorno e nas suas relações humanas com mais eficácia, proporcionando a si mesmo, aos demais e ao entorno em que se desenvolve uma melhor qualidade de vida, demonstrando equilíbrio e satisfação diante das diversidades da vida.

Existem ainda, segundo Gallego e Gallego (2004), quatro pilares básicos no desenvolvimento emocional e elaboram uma teoria sobre a estrutura da inteligência emocional. Esses pilares são:

- I. A alfabetização emocional saber entender as emoções e interpretá-las.
- II. A agilidade emocional se apresenta como uma dupla vertente, por um lado quando se toma consciência dos sentimentos e por outro lado que diante das necessidades da vida cotidiana se obriga a buscar soluções para as mesmas.
- III. A profundidade emocional, esta relacionada com a ética e a moral individuais.

IV. A alquimia emocional quando somos capazes de aceitar a meta, trabalhar com lucidez e atenção, aplicar nossa intuição e a criatividade ao imaginativo.

Os pilares citados são a fundamentação da compreensão de todas as formas de comportamento das emoções e a partir deles estamos procurando compreender os processos que ocorrem no espaço virtual.

A mediação apresenta algumas características que já foram citadas e que apontam aspectos referentes à inteligência emocional que influenciam nesse processo e possibilita refletir sobre o uso do espaço virtual com recurso auxiliar também do processo de mediação. Os elementos, segundo Gallego e Gallego (2004), estão abordados no processo de mediação a partir das seguintes características:

A autoconfiança para realizar a mediação, a mesma é necessária para fortalecer o mediado, promover o pensamento autônomo, motivar e encorajá-lo para alcançar seus objetivos. No espaço virtual os grupos e comunidades de aprendizagem debatem sobre temas livres e propostos sem uma análise rígida.

A competência é um sentimento que desperta a capacidade de realização, de construção de algo para obter êxito. A valorização dos esforços do mediado, estimula o sentimento de competência. Existem várias ferramentas que são úteis para o desenvolvimento de aplicações pessoais e criações personalizadas, através da tecnologia.

Redução da impulsividade do mediado a qual exige a capacidade de auto-regulação, com o intuito de encorajar o mediado a assumir a responsabilidade por sua aprendizagem. No espaço virtual o incentivo a busca e a pesquisa são indutivos, pois acontecem naturalmente a medida que as possibilidades estão ali disponibilizadas para resolver qualquer dúvida ou necessidade intelectual de informação.

Outra característica é compartilhar, o mediado deve aprender a compartilhar, expressar sua individualidade, se distanciando do seu egocentrismo e participando de atividades com os outros tanto no aspecto cognitivo como no afetivo. O espaço virtual fornece grandes ferramentas de comunicação e divulgação para compartilhar como os blogs, os chats e as comunidades de prática ou aprendizagem.

A individualização é importante, pois demonstra características próprias de sua personalidade, as quais estabelecem limites no meio ambiente entre eles e os outros. A mediação da individualização encoraja a autonomia e a interdependência em relação aos outros, dando lugar à diversidade das pessoas.

Ter foco nos objetivos. Os objetivos devem estar planejados e claros para o mediador, devem ser realistas e apropriados a situação. O espaço virtual possui uma imensa diversidade de informação, por isso exige muita disciplina do usuário para não perder os objetivos propostos.

A vida em um mundo dinâmico e diverso exige que o ser humano seja flexível para se adaptar as mudanças, aos novos padrões de desempenho e comportamento. Assim, o desafio ao mediado aumenta a amplitude do campo mental. A flexibilidade no espaço virtual é fundamental para saber utilizar corretamente a diversidade de informações sobre o assunto procurado para aproveitar o que é essencial.

A automodificação é o resultado das modificações em si mesmo e que devem ser verificadas sempre, pois as mesmas acontecem de dentro para fora. O virtual tem a capacidade de atualização constante e assim não existe uma verdade absoluta.

O otimismo é um critério da mediação muito importante e que possibilita acreditar nas soluções de problemas, na possibilidade de vencer obstáculos, corrigir erros e deficiências. A tecnologia na sua amplitude transmite a sensação de que tudo pode ser encontrado, pensado e resolvido, assim o otimismo sempre está presente.

A aprendizagem é um processo amplo que envolve diversos elementos e um deles como vimos até agora é o fator emocional, onde desenvolvê-se a inteligência emocional. O mediador nesse processo tem função de estimulador da interação do mediado com seu ambiente, utilizando recursos que não pertencem aos estímulos imediatos, mas que preparam a estrutura cognitiva desse mediado para potencializar os estímulos recebidos, transcendendo-os.

O espaço virtual através das diversas possibilidades de suas ferramentas é um recurso que auxilia o mediador no trabalho para desenvolver os aspectos da inteligência emocional. É uma questão de utilizar os recursos e aplicá-los para a formação integral do indivíduo que envolve aspectos emocionais.

O principal objetivo deste texto é destacar quais os elementos da inteligência emocional que estão presentes na mediação realizada com o espaço virtual, assim, podemos afirmar que a autoconfiança, sentimento de competência, a redução da impulsividade, o compartilhar, a individualização, os objetivos, o desafio, a automodificação e o otimismo, são elementos que podem e devem ser desenvolvidos no e com o espaço virtual auxiliando a este processo de mediação para aprendizagem.

4. Considerações Finais

Vimos que o processo de aprendizagem é um campo amplo de possibilidades e desafios e o espaço virtual tem uma imensidade de ferramentas e formas que podem auxiliar nesse processo educativo. Como ressaltamos neste trabalho, o espaço virtual possui características diferenciadas como o tempo, o espaço, a linguagem, a interação, etc.

Esta tecnologia pode potencializar o processo de mediação da aprendizagem realizado por uma pessoa. Para isso é necessário que o mediador planeje suas ações com intencionalidade. Essa potencialização ocorre em vários sentidos dentre eles os elementos que envolvem a inteligência emocional.

Os estudos dos elementos emocionais destacados no processo de mediação da aprendizagem são base e referencial para possível aprofundamento de reflexão e estudos sobre esses elementos da inteligência emocional presentes no uso das tecnologias em especial o denominado espaço virtual.

Portanto, concluímos que a mediação no trabalho educativo, mais especificamente no processo de aprendizagem realizada pelo ser humano tem características da inteligência emocional que podem ser potencializadas pelo espaço virtual através das ferramentas disponíveis neste espaço se forem utilizadas para este fim.

Referências bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.** in A era da informação: Economia, sociedade e cultura. Vol 1.

_____. **O poder da identidade. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.** in A era da informação: Economia, sociedade e cultura. Vol 2.

COUTINHO, M.T.C.; MOREIRA, M. **Psicologia da educação: Um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltado para a educação.** Belo Horizonte: Lê, 1997.

GALLEGO, D.J.J.G.; GALLEGU, A.J.A. **Educar la inteligencia emocional en aula.** Madrid: PPC, 2004.

GOLEMAN, D. **Inteligência Emocional.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

GOMEZ, M.V. **Educação em rede: uma visão emancipadora**. São Paulo: Cortez, 2004.

KENSKI, V. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34. 2000.

_____. **Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MORAES, R. A. **Educação a Distância: aspectos histórico-filosóficos**. In: Linguagens e interatividade em Educação a Distância ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PALLOFF, R. M.; PRATT, K. **O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SOUZA, A.M.M.; DEPRESBITERIS, L.; MACHADO, O.T.M. **A mediação como princípio educacional: bases teóricas das abordagens de Reuven Feuerstein**. São Paulo: SENAC, 2004.

SOUZA, C.H.M.; GOMES, M.L.M. **Educação e Ciberespaço**. Brasília, 2008.

STEINER, Claude. **Educação Emocional**. Rio de Janeiro, 1998.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES
Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

A ESCRITURA DO PROCESSO PENAL: INTERAÇÃO ENTRE OS AUTORES, OS 'ATORES DA HISTÓRIA', OS LEITORES E A MÍDIA

Inessa Trocilo Rodrigues Azevedo

aluna do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, inessatrocilo@ig.com.br

Analice de Oliveira Martins

doutora em Estudos de Literatura e professora colaboradora do Programa de Pós-
Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro – UENF, analice.martins@terra.com.br

Resumo - Este trabalho é resultado de um ensaio sobre 'a escritura do processo penal: interação entre os autores, os atores da história, os leitores e a mídia'; apresentado para a disciplina "O texto e as novas tecnologias: modos de produção, leitura e circulação", do Curso de Mestrado em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. O objeto de estudo é o processo penal como texto e hipertexto, sendo utilizados como exemplos o "caso maníaco do parque" e o "caso Lindemberg". O principal objetivo é analisar o processo penal como hipertexto e as influências da mídia na escritura (autoria e co-autoria) e no resultado final da história, tendo como base teórica Ingedore Koch, Maria Augusta Babo, Michel Foucault, Pierre Lévy, entre outros.

Palavras-chave: Escrita colaborativa, Processo Penal, Hipertextualidade.

Abstract - This work is the result of an essay on 'the deed of criminal procedure: interaction between authors, actors of the story, readers and the media', presented to the subject "The text and new technologies: methods of production, circulation and reading" Masters Course in Language and Cognition State University Darcy Ribeiro - UENF. The study object is the prosecution as text and hypertext, being used as examples the "case maniac Park" and "Lindemberg case." The main objective is to analyze the criminal proceedings as hypertext and media influences on writing (authored and co-authored) and the final outcome of the story, based on theoretical Ingedore Koch, Maria Augusta Babo, Michel Foucault, Pierre Lévy, among others.

KeyWords: Collaborative writing, Criminal Procedure, hypertextuality.

1 Considerações iniciais

A mídia, como canal de informação e comunicação é um dos meios de conexão das pessoas com as notícias da prática de crimes, da existência de investigações policiais, do desenvolvimento de processos penais.

Ela tem sido um forte instrumento de divulgação da ocorrência de crimes; da prisão, liberdade e conduta de criminosos; da atuação de advogados e promotores; da decisão de juízes e Tribunais. Todo esse aglomerado de informações (nem sempre verídicas), tem “poder” de influência na opinião pública, (leitores/espectadores), porém, também tem sido observada essa influência na formação da convicção do julgador (e dos jurados) para decidir o “final” da “história contada” no processo penal que, juridicamente, tanto presa pela busca da verdade real e pela imparcialidade do juiz.

O que se questiona é de que maneira esse veículo comunicativo tem influenciado a opinião pública, a atuação dos operadores do Direito, a escrita e o resultado final de processos penais que tem grande divulgação na imprensa?

Assim, lança-se a possibilidade de analisar o processo penal de modo hipertextual, com a interação entre os sujeitos falantes do processo (autor, réu, vítima, testemunhas, peritos, juiz), a sociedade (enquanto leitores, espectadores e formadores de opinião) e a mídia, permitindo um “novo olhar” sobre a ‘história’ escrita nos autos.

2 O processo penal

A palavra processo deriva de *pro cedere*, que significa avançar, ir para frente. É a atividade desenvolvida pelo juiz, com o concurso dos demais sujeitos processuais – partes e auxiliares da justiça. (FILHO, 2009).

Para Filho (2009) o processo consiste numa sucessão de atos que se iniciam com a denúncia ou queixa e culminam com a decisão final do Juiz pondo fim ao litígio. Para o sistema de princípios e normas que regulam o processo, disciplinando as atividades dos sujeitos interessados, do Magistrado e de seus auxiliares, chama-se de Direito Processual.

À noção de processo alia-se a de procedimento. Para que o Juiz possa solucionar o litígio, praticam-se, perante ele, numerosos atos: o pedido do autor, o chamamento do réu, sua resposta, a produção de provas, o seu exame crítico e, finalmente, a sentença, a resolução da lide. Ao conjunto de atos processuais que se sucedem, de forma coordenada, com a finalidade de resolver, jurisdicionalmente, o litígio, denomina-se processo. Mas, sob esse aspecto, isto é, coordenação e ordem dos atos processuais, fala-se, tecnicamente, em procedimento. (TOURINHO FILHO, 2009, p. 672)

Capez (2012) do mesmo modo fala do processo como uma série ou sequência de atos conjugados que se realizam e se desenvolvem no tempo, destinando-se à aplicação da lei penal no caso concreto.

O jurista italiano Ferrajoli (2010) considera o processo penal como uma série de atividades realizadas pelo Juiz, nas formas previstas pela lei, e seguida da formulação em contraditório público entre acusação e defesa de um juízo consistente na verificação ou falsificação empírica de uma hipótese acusatória e na consequente condenação ou absolvição de um acusado.

Tourinho Filho (2009) salienta que o devido processo penal, por óbvio, relaciona-se com uma série de direitos e garantias constitucionais, tais como presunção de inocência (até que se prove o contrário em uma sentença definitiva o acusado deve ser considerado inocente); duplo grau de jurisdição (o direito a recorrer a outro Tribunal); direito de ser citado e intimado em todas as decisões (estar ciente de cada decisão durante o processo); ampla defesa (garantia todos os meios de defesa para o réu); contraditório (a todo ato produzido por uma das partes – autor ou réu – caberá igual direito da outra parte de oposição ou apresentar nova versão); publicidade (os atos processuais são públicos), imparcialidade do julgador (elemento essencial, pois o juiz não está no processo em nome próprio e nem deve estar em conflito com as partes); bem como o respeito à dignidade humana; integridade física; liberdade e igualdade.

Observa-se, então, que os livros jurídicos, inspirados no Código de Processo Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 3.689/1941), apontam as características de ‘atos conjugados’, ‘atos sequenciais’ do processo, alimentando sua linearidade.

Tourinho Filho (2009) e Capez (2012) apresentam a parte técnica, legal, jurídica e procedimental do processo penal e, de fato, os atos processuais devem ser realizados em obediência ao princípio do devido processo legal e todos os outros princípios conexos a ele. É preciso registrar que o processo penal é ‘efetivado’ através do exercício

da ação penal. Esta, por sua vez, segundo Capez (2012), é o direito de pedir ao Juiz a aplicação do direito penal objetivo a um caso concreto.¹

Há crimes que ofendem sobretudo a estrutura social e, conseqüentemente, o interesse geral, por isso são punidos por meio de ação penal de iniciativa pública incondicionada, em que o autor da ação é o Ministério Público, responsável pelo oferecimento da denúncia contra o acusado pela autoria de um crime.²

Isso significa que ninguém será processado senão pelo órgão do Ministério Público, dotado de amplas garantias pessoais e institucionais, de absoluta independência e liberdade de convicção e com suas atribuições previamente previstas em lei. Trata-se do princípio do promotor natural, conforme Capez (2012).

Pontuada e esclarecida a função do promotor de justiça no processo penal, como autor da ação penal, a partir de agora será feita a análise da escritura do processo penal com a interação entre o autor, os “atores da história”, os “leitores” e a mídia, e o hipertexto, que é o objeto desse ensaio.

3 A escritura do processo penal

O processo penal sempre traz a escrita de uma história vivida por, no mínimo, duas pessoas (o acusado pelo crime e a vítima). Geralmente, são histórias dramáticas que detalham momentos de suspense, violência e terror vividos pela vítima, muito embora, também possam ser contadas “cômicas histórias” de “ladrões atrapalhados” que dormem no local do crime ou não conseguem nem a consumação de seus delitos, como por exemplo, um jovem de 19 anos que ficou preso numa chaminé quando pretendia “roubar” um bar em São Paulo e precisou ser retirado por bombeiros.³

Quem inicia a escrita do processo penal é o promotor de justiça, geralmente, fundamentado nas provas colhidas durante a investigação da polícia (depoimentos do suposto autor do crime, da vítima, das testemunhas; perícias, laudos, documentos). Assim, o promotor de justiça, autor da ação penal, descreve na denúncia a exposição do

¹ Este trabalho tem como referência a ação penal de iniciativa pública incondicionada, que é a regra geral, cuja titularidade para a propositura da ação é do Ministério Público. Importante informar que há também outras espécies de ação penal, inclusive a de iniciativa privada.

² O artigo 129, I da Constituição Federal de 1988 prevê a competência privativa do Ministério Público para promover a ação penal pública.

³ Notícia informada pelo site <http://www.sidneyrezende.com/noticia>

fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos que possam permitir sua identificação, a classificação do crime e as testemunhas.⁴

Interessante que o promotor de justiça escreve uma história que não viveu, nem viu. Como dito, baseado num conjunto de provas, oferece a denúncia formal contra o acusado, e a direciona ao Juiz competente, que vai verificar a presença dos requisitos e dar seguimento ao procedimento, ao chamamento do réu, para que possa se defender e contestar as acusações.

Desde o início do procedimento, o réu, através de seu defensor, pode apresentar sua defesa escrita, mas também haverá um momento para ser interrogado. A partir da manifestação do réu e de sua defesa, a escrita do processo penal pode ter uma “nova versão”. O réu pode confirmar plenamente a “história” contada pelo promotor em uma confissão, porém, pode confirmar parcialmente, negar plenamente, informar novos fatos, ou até mesmo ficar em silêncio.⁵

Durante o processo também há a versão dos fatos contada pela vítima e pelas testemunhas e, se for o caso, até mesmo por peritos.

Mesmo sendo o titular exclusivo da ação penal de iniciativa pública, o Promotor de Justiça sozinho não escreve a história penal. A história pode ser contada e escrita a todo tempo, durante o processo, por um grupo de pessoas (promotor, réu, defensor, testemunhas, e, quando possível, pela vítima), tomando-se por princípio as ideias de escrita/leitura-coletiva de Lévy (1999). Vislumbra-se, então, uma interação entre as partes do processo (o autor da ação - Ministério Público - e o réu – acusado pelo crime), os “protagonistas da história” – o autor do crime e a vítima, a participação e a fala de peritos e testemunhas e a relação de todos estes com o Juiz.

Dessa interatividade de sujeitos que falam, escrevem e leem (porque quem fala e escreve também é um leitor do processo); que arguem e contestam, surge o ‘conto’ da história penal e busca-se descobrir a verdade real dos fatos.

O processo penal, então, pode ser analisado como a produção de um texto que possibilita diálogo entre a acusação e a defesa, que precisa ter significado e transmitir comunicação. Beaugrande (1997, p. 10 *apud* KOCH, 2009, p. 20) define que o texto é o

⁴ O artigo 41 do Código de Processo Penal traz essa relação dos requisitos da denúncia.

⁵ O artigo 186 do Código de Processo Penal garante ao réu o direito de permanecer calado durante seu interrogatório.

“evento comunicativo no qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais”, portanto, um evento dialógico de interação entre sujeitos sociais em constante diálogo.

Além do diálogo existente no processo, a mídia, como canal de informação e comunicação, passa a intermediar o ‘diálogo’ com a sociedade conectando-a às notícias da prática de crimes, à existência de investigações policiais, ao desenvolvimento de processos penais.

Ela tem sido um forte instrumento de divulgação da prisão, da liberdade e da conduta de criminosos; da atuação de advogados e promotores; da decisão de juízes e Tribunais. Todo esse aglomerado de informações (nem sempre verídicas), pode influenciar a opinião pública, (leitores/espectadores), no entanto, também têm sido observados resquícios dessa influência na formação da convicção do julgador (e dos jurados que participam do Tribunal do Júri) para decidir o “final” da “história contada” no processo penal que, juridicamente, tanto preza a busca da verdade real como a imparcialidade do juiz.

Considerando a existência de grande publicidade de um caso penal pela imprensa, de um bombardeio de opiniões sobre os fatos, da “imagem” do acusado que é passada pela mídia, do acompanhamento de toda a sociedade, passo-a-passo, de todo enredo criminal, surge a preocupação com o modo como a mídia se posiciona frente a esses casos e os reflexos desse posicionamento no julgamento do réu, e na forma como a história é escrita no processo e acessada pela sociedade.

4 As influências (hiper) textuais na escrita/leitura do processo penal

Para Souza (2003) um texto, seja escrito, falado ou de imagens, sempre é plural e exige do leitor/ouvinte uma reflexão e uma interpretação que estarão calcadas nas informações que lhe chegam pelos meios, pelas suas sedimentações, pelo seu referencial de mundo.

Koch (2009) afirma que o ponto inicial para a elucidação das questões relacionadas ao sujeito, ao texto e à produção textual de sentidos é a concepção sociointeracional da linguagem. A autora vê o texto como lugar de interação entre sujeitos sociais e ativos, empenhados em uma atividade sociocomunicativa, que seria a construção de sentidos. Assim, o processo seria um “lugar” de interação entre sujeitos,

“lugar” em que se busca contar a história do crime ocorrido e das pessoas envolvidas. “Lugar” em que o Promotor de Justiça descreve a acusação na denúncia, e o advogado contesta as acusações na defesa escrita ou oral. Ambos buscam provas que confirmem suas alegações e que deem sentido às mesmas e direcionam-nas ao Juiz, que faz a interpretação e forma seu convencimento; assim como passa fazer a sociedade quando tem o conhecimento de casos penais divulgados nacionalmente, sendo formadora de opinião, uma “população leitora” das notícias criminais.

Para Koch (2009) o produtor do texto precisa organizar o “projeto de dizer” e o interpretador (leitor/ouvinte) tem participação ativa na construção do sentido, através da mobilização do contexto, observando as pistas e sinais que o texto oferece. A autora diz que o produtor e o interpretador do texto são “estrategistas”, pois quando jogam o “jogo da linguagem”, tornam-se mobilizadores de estratégias de ordem sociocognitiva, interacional e textual, visando à produção do sentido. Assim identifica as três peças desse jogo, a saber: 1 o produtor/planejador - que recorre a uma série de estratégias de organização textual e utiliza sinalizações textuais para a construção dos prováveis sentidos; 2 o texto – que é organizado de forma estratégica pelo produtor; 3 o leitor/ouvinte – que procederá à construção dos sentidos, conforme o construto do texto e de suas sinalizações. No processo penal, acusação e defesa dialogam, mas são extremamente estrategistas, pois para alcançarem o objetivo final, para chegarem até a sentença firmes em suas alegações, precisam de um espírito persuasivo.

Para Babo (2004) o hipertexto é um exemplo de um ambiente heterogêneo, participando ao mesmo tempo de uma dimensão técnica e simbólica, ao qual se busca saber por que é que ele não é um simples utensílio. A autora enxerga o hipertexto como uma prática de escrita e não o limita a ser somente um suporte técnico. Assim, é possível observar uma nova configuração dada aos textos, aos livros, bem como dar essa “nova configuração” ao processo penal, que tem sua dimensão técnica, mas como tem sido pontuado, é ‘escrito e lido’ de modo ‘coletivo’.

Conforme Foucault (2009) o autor é aquele a quem se pode atribuir o que foi dito ou escrito e no processo penal muitos são aqueles que podem dizer e escrever, o que demonstra, de algum modo, a coautoria na escrita.

Nesse sentido, utiliza-se aqui um interessante conceito de coautoria, aplicado para identificar coautores de crimes, a saber:

A co-autoria é autoria; sua particularidade consiste em que o domínio do fato unitário é comum a várias pessoas. Co-autor é quem possuindo as qualidades pessoais de autor é portador da decisão comum a respeito do fato e em virtude disso toma parte na execução do delito. (Welsel, 1987, p. 129)

Tendo como foco a escritura do processo penal esse conceito também pode ser aplicado à inspiração de escrita-coletiva de Pierre Lévy (1999).

Em relação ao leitor, Villaça (2002) o identifica como um dândi ou um detetive informático que navega na leitura da internet, isto é, leitura orientada hipertextualmente, através de blocos de textos em links, ‘informações eletrônicas’ que são fortemente utilizadas pelos jornais e revistas eletrônicas, sites que informam todo desenrolar de um caso penal em evidência nacional.

Desse modo, a história penal que está registrada num bloco de textos inseridos em um processo, a partir do momento que é transmitida pela imprensa, noticiada pelos jornais e divulgada pela internet, passa a ser desterritorializada e a pertencer a outros lugares, atraindo os olhos de incontáveis leitores, espectadores, curiosos, interessados em acompanhar toda história.

Normalmente, os leitores da íntegra de um processo penal são promotores, juízes, advogados, auxiliares da justiça, os operadores do Direito em geral. Entretanto, quando um “caso penal” é revelado pela imprensa, quando entra na rede televisiva, nos jornais impressos e eletrônicos, nas redes sociais, a repercussão passa a ser de âmbito nacional e, às vezes, internacional.

A partir daí se está diante de mais uma nova versão dos casos penais: a versão da mídia, a história contada por jornalistas e alguns “sensacionalistas”. A “cobertura completa” de investigações criminais, de flagrantes delitos, de julgamentos pelo Tribunal do Júri.⁶ E assim surgem “novos leitores” (não diretamente ligados à área jurídica). Estudantes, jornalistas, donas de casa, trabalhadores, todos leitores! E agora cada um pode escolher por onde irá começar a ler. E dificilmente começarão a ler pelo

⁶ O Tribunal do Júri é composto por um juiz togado, seu presidente, e por vinte e cinco jurados que serão sorteados dentre os alistados, sete dos quais constituirão o Conselho de sentença em cada sessão de julgamento, conforme artigo. 447 do Código de Processo Penal. Os jurados são pessoas comuns do povo, maiores de dezoito anos de notória idoneidade, como diz o artigo 436 do mesmo código.

início de tudo (a denúncia). A história de um processo penal poderá ser lida sem uma ordem predeterminada, sem rigidez, sem linearidade, a gosto do leitor.

E mais uma vez podem ser aplicadas ao processo penal as palavras de Maria Augusta Babo:

O hipertexto torna-se objeto de questionamento da textualidade quando atributos inquestionáveis da escrita como a fixação e a rigidez – a fixidez – a linearidade e até a finitude imposta pelo livro, parecem estar postos em causa. As características que lhe vem sendo consensualmente assinaladas são o abandono da fixidez pela maleabilidade ou mutabilidade constante, o abandono da linearidade pela natureza reticular, assim como a abertura às remissões inter e intratextuais, o que provoca um descentramento quer da linearidade quer do próprio núcleo textual, para além do conseqüente descentramento do nó-da-intriga e da unidade de acção, no caso de textos narrativos.” (BABO, 2004, p. 108)

Para Lévy (1999) o hipertexto opera a virtualização do texto. Nesse sentido, o hipertexto também opera a virtualização do processo. Para confirmar essa ideia, além das informações prestadas em sites de jornais e revistas eletrônicas, blogs, redes sociais, há os sites oficiais dos tribunais de justiça, em que através do número do processo, do nome do réu, pelo número de inscrição na OAB (Ordem dos advogados do Brasil), pelo nome do advogado, ou pelo número do CPF ou CNPJ, pode-se ter acesso aos processos judiciais de modo geral, inclusive os penais, e ser feito o acompanhamento das decisões do juiz e dos pedidos das partes (autor da ação e réu).⁷

Cabe ainda ressaltar a existência da Lei n° 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, permitindo em seu primeiro artigo o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais; comunicação de atos e transmissão de peças processuais. A mesma lei prevê o processo eletrônico e afirma em seu artigo oitavo que os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais utilizando a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas.⁸

⁷ Como por exemplo, o site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro www.tj.rj.gov.br

⁸ Outro recurso tecnológico que pode ser utilizado no processo penal é a realização do interrogatório do réu por sistema de videoconferência ou outro recurso de transmissão de sons e imagens em tempo real, de modo excepcional, desde que juiz decida de ofício fundamentadamente, ou haja requerimento das partes, como dispõe o Art. 185, §2° do Código de Processo Penal.

5 A mídia e o julgamento criminal: o “caso Maníaco do Parque” e o “caso Lindemberg”

“Caso Maníaco do Parque” - Edilson Mougenot Bonfim foi Promotor de Justiça do 1º Tribunal do Júri de São Paulo, tendo sido o promotor do caso do Maníaco do Parque.⁹ Entre outras obras, escreveu *O julgamento de um serial killer: o caso do maníaco do parque. Com a palavra, o promotor*, e no capítulo 4 de seu livro falou sobre a mídia e o julgamento criminal.

Sem desprezar o poder da comunicação, Bonfim (2010), pelo intenso fulgor midiático do “caso Maníaco do Parque”, trouxe à tona o debate do grau de influência, os limites da imprensa e seu relacionamento com os diversos protagonistas do processo penal durante os julgamentos públicos.

Segundo Bonfim (2010) meados de 1998, nunca um caso fora tão *glamourizado* e jamais o imaginário popular estivera tão mobilizado e ávido por sensações. O bombardeio da mídia, a superexposições de imagens, até mesmo a intimidade de atores ou testemunhas da história, rapidamente era devassada, tornando-se público.

O suspeito dos crimes, de profissão ‘motoboy’, um patinador de talento, *don juan* de bairro, de fala fácil e sedutora, provocava o orgulho da polícia brasileira, escapando em fuga por diversos estados. Daqui fora ao Mato Grosso do Sul, de lá ao Paraguai, rumando depois até Buenos Aires, na Argentina. Até que, dirigindo-se ao sul do Brasil, foi identificado pelo pescador João Carlos Dornelles Villaverde, de Itaqui – Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina -, onde foi preso no dia 04 de agosto daquele ano. Uma edição extraordinária da Rede Globo interrompia a programação e uma apresentadora do Jornal Nacional dava a notícia: “Acaba de ser preso na cidade de Itaqui o motoboy Francisco de Assis Pereira, o homem mais procurado do Brasil.” (Bonfim, 2010, p. 13)

Francisco de Assis Pereira – vulgo “Chico Estrela” – O *motoboy*, foi acusado pela prática de crimes de roubo, ocultação de cadáver, estelionato, estupro, delitos conexos com homicídios qualificados, durante o ano de 1998. Todas as suas vítimas eram mulheres jovens, com faixa etária aproximada de 17 a 24 anos, conforme Bonfim (2010).

Sobre as relações entre a mídia, a justiça e o Ministério Público, aponta:

Sem embargo, não existe, como geralmente se propala, esse determinismo entre a mídia e a sentença. Vale dizer: o pré-julgamento midiático, obrigando

⁹ Atualmente é Procurador de Justiça de São Paulo, professor de Direito Penal e Processo Penal em cursos de graduação e pós-graduação em universidades nacionais e estrangeiras.

ou compelindo, a um julgamento jurídico, posteriormente. O que existe é que, em grande parte dos casos, quando a mídia aparenta se posicionar, por exemplo, por uma condenação, e o veredicto a posteriori é condenatório, nada mais se faz que se dar a mesma decisão que ocorreria, provavelmente, sem a cobertura midiática. Ambas coincidiram na resposta ao caso, que, ao rigor das provas, não comportaria, com sensatez, outra leitura. (Bonfim, 2010, p. 27)

Ao mesmo tempo em que Bonfim considera que a mídia se posiciona frente aos “casos penais” de grande repercussão, realizando até um “pré-julgamento”; não aceita que haja um determinismo entre a mídia e a sentença, ao contrário, fala em coincidência na resposta ao caso.

Oportuno, então, lançar a pergunta: Será? Será que se não houvesse a superexposição de alguns “casos penais” na mídia, a resposta seria a mesma, a pena seria a mesma? Será que haveria condenação?

O “caso Maníaco do Parque” que aqui é citado é meramente um exemplo. Claro, que foi acusado pela prática de vários crimes hediondos, considerado um *serial killer*, condenado pela Justiça, mas lança-se esse questionamento, para quaisquer outros casos penais que alcançam dimensão nacional e até internacional.

Em outro momento, inclusive, Bonfim (2010) fala da possibilidade de erro da mídia, do advogado, do promotor, com a premissa *errare humanum*. Afirma que não há blindagem profissional que ponha a salvo a ação humana de um erro.

De fato, errar é humano, mas num processo penal um erro pode ter um preço incalculável: a perda da liberdade, da dignidade e até da integridade física de um inocente. Imagine um acusado inocente, que tem toda sua acusação apresentada detalhadamente pela mídia, que traça seu “perfil criminoso”, não haveria influência para uma condenação injusta?

“Caso Lindemberg” - Outro caso, mais recente, foi o de Lindemberg Fernandes Alvez. Em 13 de outubro de 2008, Lindemberg (22 anos), invadiu o domicílio de sua ex-namorada, Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos, no bairro de Jardim Santo André, em Santo André (Grande São Paulo), onde ela e colegas realizavam trabalhos escolares. Inicialmente dois reféns foram liberados, restando no interior do apartamento, em poder do sequestrador, Eloá e sua amiga Nayara Silva.¹⁰

Após mais de 100 horas de cárcere privado, policiais do GATE (Grupo de Ações Táticas Especiais) e da Tropa de Choque da Polícia Militar de São Paulo explodiram a

¹⁰ Todas as informações do caso Lindemberg foram extraídas do site wikipedia caso Eloá Cristina.

porta - alegando, posteriormente, ter ouvido um disparo de arma de fogo no interior do apartamento - e entraram em luta corporal com Lindemberg, que teve tempo de atirar em direção às reféns. A adolescente Nayara deixou o apartamento andando, ferida com um tiro no rosto, enquanto Eloá, carregada em uma maca, foi levada inconsciente para o Centro Hospitalar de Santo André. O sequestrador, sem ferimentos, foi levado para a delegacia e, depois, para a cadeia pública da cidade; após o Centro de Detenção Provisória de Pinheiros/SP.

Com o prolongamento do cárcere privado, a mídia brasileira foi pouco a pouco ampliando sua atenção ao caso. Após cerca de dois dias de cárcere privado, a RedeTV entrevistou o sequestrador Lindemberg, seguida pela repórter Zeldá Mello, da Rede Globo e também pelo repórter da Folha Online. Assim, houve uma espécie de "espetacularização do crime", bastante questionada e criticada após o desfecho do caso, que resultou na morte de uma das reféns. O caso mais criticado talvez seja o da apresentadora Sônia Abrão, do programa 'A Tarde é Sua'. Nele, ela conversou ao vivo com Lindemberg e Eloá por telefone, bloqueando a linha que era utilizada para contato com o negociador. O ex-integrante do BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) e sociólogo Rodrigo Pimentel, em entrevista ao portal Terra criticou duramente a cobertura da mídia brasileira argumentando que as emissoras de TV citadas - RedeTV, Rede Record e Rede Globo - foram "irresponsáveis e criminosas".

Os dois casos penais citados foram levados a julgamento pelo Tribunal do Júri, em que aqueles que decidem o final da história são cidadãos comuns, os juízes do povo, espectadores de todas as notícias prestadas pelo "tiroteio da mídia". Sem contar a vaidade pessoal que pode ser afluída nos operadores do Direito ao atuarem em um processo e julgamento desse quilate.

Enfim, mais uma vez nota-se a mídia e seu poder influenciador. O julgamento de Lindemberg durou quatro dias, de 13 a 16 de fevereiro de 2012 e mais uma vez pôde ser vista a "imprensa em chamas", ávida pela superexposição do julgamento.

Koch (2009) explica que, no caso de notícia jornalística, sobretudo de fato de importância nacional ou internacional, o noticiário é complementado por editoriais, matérias opinativas que falam das expectativas positivas ou negativas dos fatos, apresentam uma biografia das principais pessoas envolvidas, bem como das reações de figuras importantes ou especialistas do fato. Desse modo, o leitor que quiser obter uma plena visão daquilo que verdadeiramente está ocorrendo terá

de incorporar todas as informações, notícias, opiniões, atitudes e reações, para, então, fazer o construto de sua própria interpretação, e isso pode ser percebido quando ocorrem *notitias criminis* fortemente divulgadas pela mídia.

Duarte (2005) considera que, no centro das transformações do processo penal, está a relação processual, a atividade do juiz, as diligências de acusação e as práticas da defesa. O autor reconhece que o foco de embate é o processo como objeto físico, pois, nos últimos séculos, esteve em destaque a 'Sociedade da Escrita', na qual o papel era o meio dominante para transmitir informações.

Prossegue dizendo que a ideia do livro como a forma ideal de apresentação de uma narrativa, marcada pela necessidade de começo, meio e fim foi reproduzida pelo procedimento penal, estabelecendo regras para compor a narrativa que dirigisse para uma decisão judicial, o que significou criar regras para a captação de informação, tais como quem deveria produzi-las, quando poderiam ser produzidas e como seriam produzidas, porém as novas tecnologias de comunicação trouxeram a desvinculação gradativa da informação do suporte material (o papel), a informação passou a ser ampliada, reunida por um grande bloco de dados através de links e hiperlinks, e a mídia utiliza esse suporte na divulgação de suas notícias, inclusive de casos penais.

Outro suporte utilizado é a mídia televisual. Charaudeau (2009) afirma que a televisão é a mídia do visível e pode proporcionar dois tipos de olhar: um olhar de transparência e outro de opacidade. O primeiro seria um olhar de ilusão de transparência que pretende desvelar, descobrir o oculto, revelar o outro lado do espelho. O segundo olhar, opaco, impõe sua própria semiologização do mundo, suas próprias intriga e dramatização. E o que mais se vê em casos penais é o tom de mistério, a intriga, o drama a ser contado e desvendado.

Nacif (2010) considera que devido aos avanços tecnológicos e ao crescimento do acesso das pessoas aos meios de comunicação, a imprensa tem o poder de formar e construir a opinião pública, transformando-a em autêntica "opinião publicada". Assim, a autora demonstra sua preocupação a respeito da atuação irresponsável da mídia na violação da presunção de inocência do acusado e dos riscos que são colocados pelo próprio Estado Democrático de Direito, ao violar garantias individuais elevadas ao patamar de cláusulas pétreas encontradas na Constituição Federal de 1988. Por outro lado, a autora reconhece a importância da função informativa e comunicativa da

imprensa numa sociedade livre e pluralista, mas mantém suas inquietações a respeito dos exageros e abusos da imprensa.

6 Nova configuração do processo penal e seu contraditório

Conforme, Foucault (2009) à inspiração das ciências humanas contemporâneas, a ideia do indivíduo como autor último de um texto, e essencialmente de um texto relevante e significativo, parece cada vez menos sustentável. Depois de certo tempo toda uma série de análises concretas mostrou de fato que, sem negar nem o sujeito nem o homem, torna-se obrigado a substituir o sujeito individual por um sujeito coletivo ou transindividual.

Barthes (2004) discorre que um texto não é feito de uma linha de palavras, dispensando único sentido, de certo modo teológico (que seria mensagem do Autor-Deus), mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escritas variadas, nenhuma das quais é original: o texto é um tecido de citações, saldas dos mil focos da cultura.

Assim, a visão da escrita do processo penal não deve ser a de que o Ministério Público (Promotor de Justiça) seja um “Autor-Deus”, como autor único de um texto, pois, como visto, o processo é escrito pela versão do réu e seu defensor, da vítima, da testemunha, além da influência da versão apresentada pela mídia. O processo não possui único sentido, mas é um espaço de múltiplas dimensões, em que por força do princípio do contraditório, tudo pode ser contestado e o mais interessante dessa escritura é que o final da história, não é escrito por nenhuma das pessoas acima citadas. O *gran finale* é escrito por Excelência, pelo Juiz.

7 Considerações finais

Este trabalho permitiu um novo olhar para a escritura do processo penal, especialmente dos casos que são divulgados de forma expressiva pela imprensa,

possibilitando a ideia de escrita/leitura coletiva, através das influências dos elementos hipertextuais.

Não teve por fim desprezar a importância da mídia, como suporte de comunicação, mas o de instigar o questionamento de suas influências no desfecho das “histórias penais” registradas em processo judicial.

Tampouco foi questionada a titularidade do Ministério Público na promoção da ação penal pública, mas foi demonstrado que a escrita da “história criminal” não é feita somente pelo Promotor de Justiça.

Então, notam-se as influências de elementos hipertextuais, tanto na escrita, quanto na leitura de um “processo criminal famoso”. Assim, a partir do contato com a notícia da ocorrência de um “grande fato criminoso”, o leitor se vê aguçado pelo interesse de acompanhar todo o desfecho da história, passa a agir como um detetive que busca a informação mais completa e atualizada sobre os fatos e acerca do (s) acusado (s), bem como passa a ser um crítico da atuação de advogados, promotores e juízes, que acabam tendo entrelaçada a responsabilidade de darem uma resposta à sociedade espectadora.

Referências

BABO, Maria Augusta. “O hipertexto como nova forma de escrita”. In SUSSEKIND, Flora. *Historiografia literária e as técnicas da escrita: do manuscrito ao hipertexto*. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2004;

BARTHES, Roland. *A morte do autor*. São Paulo: Martins Fontes, 2004;

BONFIM, Edilson Mougnot. *O julgamento de um serial killer: o caso do maníaco do parque. Com a palavra, o promotor*. Niterói/RJ: Impetus, 2010;

CAPEZ, Fernando. *Curso de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2012;

CHARADEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.

CÓDIGOS, Penal; Processo Penal e Constituição Federal/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Luiz Roberto Curia, Livia Céspedes e Juliana Nicollete. São Paulo: Saraiva, 2012.

DUARTE, Evandro Charles Piza. *Direitos Fundamentais Versus Atos Processuais On-Line: A Aplicação dos Princípios do Garantismo Penal às Novas Tecnologias de Comunicação*. In: Recrie: Arte e Ciência: Revista Crítica Estudantil- Ano 2, n. 3. Florianópolis: Instituto da Cultura e da Barbárie, Fundação Boiteux, 2005. ISSN: 1806-8847, disponível em <http://www.criminologiacritica.com.br/arquivos/1314141780.pdf>.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão. Teoria do Garantismo Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Editora Forense Universitária, 2009;

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2009.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo, 1999;

_____. *O que é o virtual?* São Paulo, 1996;

NACIF, Eleonora Rangel. *A mídia e o processo penal*. Observatório da imprensa. Caderno da cidadania. Jornalismo e Justiça. ISSN 1519-7670. Edição 622, 2010, disponível em http://www.observatordaimprensa.com.br/news/view/a_midia_e_o_processo_penal_23316.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros. *Comunicação, educação e novas tecnologias*. Campos dos Goytacazes/RJ: Editora Fafic, 2003.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa Tourinho. *Manual de processo penal*. São Paulo: Saraiva, 2009;

VILLAÇA, Nízia. *Impresso ou eletrônico: um trajeto de leitura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002;

WELSEL, Hans. *Derecho Penal Alemán*. Tradução de Juan Bustos Ramirez e Sérgio Yañes Pérez. Chile: Jurídica de Chile, 1987.

Sites pesquisados

<http://veja.abril.com.br/tema/julgamento-do-caso-elo>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Elo%C3%A1_Cristina

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111419.htm

www.tj.rj.gov.br

**A INSERÇÃO DO CONTEÚDO EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO. UMA
ANÁLISE DOS EFEITOS DA RESOLUÇÃO CNE/CP N.º 1/2012.**

Cláudia Moreira Hehr Garcia

Doutoranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da
Universidade Federal Fluminense – UFF.
claudiaecristiano@hotmail.com

RESUMO: O trabalho apresenta e discute a Resolução n.º 1, de 30 de maio de 2012, publicada pelo Conselho Nacional de Educação. Trata-se de uma norma que visa incluir nos currículos da Educação Básica e Superior do país, a Educação em Direitos Humanos. Tal normatização é resultado de um processo árduo construído por meio de vários planos e programas governamentais com fulcro a transformar a sociedade brasileira por meio do conhecimento e da prática de direitos e deveres reconhecidos como humanos, na intenção de restabelecer a formação ética, crítica e política minimizada à época da Ditadura Militar (1964-1985). O artigo demonstra a retomada da democracia e a humanização do país por meio da Educação em Direitos Humanos.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos, Resolução, transformação social

ABSTRACT: The paper presents and discusses the Resolution. 1, of May 30, 2012, issued by the National Council of Education. This is a standard that seeks to include in the curricula of Basic and Higher Education in the country, Human Rights Education. Such standardization is the result of an arduous process constructed through various plans and government programs with fulcrum to transform Brazilian society through knowledge and practice of rights and duties recognized as human, intent on restoring ethical, critical and political minimized the time of the dictatorship. The article demonstrates the resumption of democracy and humanization of the country through Education in Human Rights.

Keywords: Human Rights Education, resolution, social change

1 INTRODUÇÃO

A Resolução n.º 1, de 30 de maio de 2012, publicada pelo Conselho Nacional de Educação, alterou as diretrizes educacionais no Brasil. A Resolução tornou obrigatória a inserção de conteúdos de Educação em Direitos Humanos na Educação Básica e Superior, ordenando, inclusive, que sejam revistos os Projetos Pedagógicos, Institucionais e Políticos de todos os cursos do país, não importando ou distinguindo suas áreas de atuação ou especificações.

Ressalta-se que tal Resolução não se apresenta como conteúdo isolado, ao contrário, ela se apresenta como o resultado de perspectivas de programas e planos mundiais e nacionais que, reconhecendo a educação como base da formação do ser humano, inseriu no contexto educacional brasileiro a compreensão da convivência humana sob a óptica de uma cultura de paz e efetivo reconhecimento dos direitos dos povos formadores de um Estado Democrático de Direito.

Dessa forma, por meio da análise dos documentos norteadores que respaldam a publicação da Resolução citada, é possível verificar que a mesma não atente por completo as perspectivas dos programas mundiais e nacionais de Educação em Direitos Humanos. A Resolução CNE/CP n.º 1/2012, apresenta-se ao cenário educacional brasileiro ainda de forma tímida, sendo sua real inserção e aplicabilidade dependente do tratamento individual de cada Instituição de Ensino.

2 A EDUCAÇÃO DESUMANIZADA. OS REFLEXOS DA DITADURA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Na atualidade a expressão Direitos Humanos é utilizada para designar o respeito aos direitos reconhecidos internacionalmente como dos homens. Norberto Bobbio (1992, p. 5) afirma que os direitos surgem com o decorrer do tempo e com a necessidade de defesa do homem diante os mecanismos de repressão, e nada mais repressivo que o próprio Estado quando usa da própria legalidade para infringir direitos.

Há muito o homem luta contra as atrocidades cometidas pelo Estado e a cada embate ganho pelo povo, novo direito se solidifica. Vários movimentos resultaram em Declarações que consolidaram o que se chamou “gerações de direitos” (BOBBIO, 1992, p. 6). A Carta do Rei João Sem Terra em 1215, o Bill of Rights Inglês e o Americano

em 1640 e 1689, respectivamente, a Declaração do Homem e do Cidadão em 1791, entre outros, são alguns dos exemplos que defendem os direitos individuais conhecidos como de primeira geração. Além dessas, outras lutas como a Revolução Mexicana (1910) e a Revolução Bolchevique (1917) consagraram direitos sociais aos cidadãos resultando no que se nomeou direitos de “segunda geração” (BOBBIO, 1992, p. 6). Entretanto, somente após a Segunda Guerra Mundial a sociedade internacional se comoveu com os abusos cometidos pelo Estado em nome de uma legalidade direcionada aos interesses de um único país. A incontestável soberania dos Estados havia de se tornar relativa.

Partindo de tal premissa, criou-se um organismo disposto a promover a paz internacional. A ONU, Organização das Nações Unidas, foi criada em 1945 e por meio dela elaborou-se um documento internacional nominado Declaração Universal de Direitos Humanos contendo todos os direitos reconhecidos e consolidados no mundo até 1948.

A Declaração Universal de Direitos Humanos por si só não foi suficiente para consolidar os direitos dos homens, uma vez que declarações não possuem poder vinculante, entretanto, não se pode duvidar da força e da importância de tal documento que expressa a anuência de vários povos em prol de uma convivência pacífica e de respeito ao ser humanos. Dentre os direitos defendidos na Declaração, consta a Educação, conforme artigo XXVI que afirma:

Art. XXVI

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. (ONU. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS, 1948)

Como dito, a Declaração Universal de Direitos Humanos não possui imperatividade, mas sua criação desenvolveu o Direito Internacional dos Direitos Humanos que resultou na ratificação por parte dos Estados de vários documentos internacionais de proteção aos direitos existenciais do ser humano. Dentre os principais

documentos ratificados pelos Estados-Membros da ONU, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1976) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1976) são os mais significativos para o estudo em questão, sendo que, o Direito a Educação consta do artigo 13, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que enuncia o seguinte:

Artigo 13

1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

2. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem que, com o objetivo de assegurar o pleno exercício desse direito:

a) A educação primária deverá ser obrigatória e acessível gratuitamente a todos;

b) A educação secundária em suas diferentes formas, inclusive a educação secundária técnica e profissional, deverá ser generalizada e torna-se acessível a todos, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito;

c) A educação de nível superior deverá igualmente torna-se acessível a todos, com base na capacidade de cada um, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito;

d) Dever-se-á fomentar e intensificar, na medida do possível, a educação de base para aquelas pessoas que não receberam educação primária ou não concluíram o ciclo completo de educação primária;

e) Será preciso prosseguir ativamente o desenvolvimento de uma rede escolar em todos os níveis de ensino, implementar-se um sistema adequado de bolsas de estudo e melhorar continuamente as condições materiais do corpo docente. (BRASIL, Decreto n.º 591, 1992) (grifo nosso)

É interessante ressaltar que o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais foi assinado pela maioria dos Estados-Membros da ONU, o que inclui o Brasil, no ano de 1966, em plena Ditadura Militar (1964-1985). Nessa época a preocupação não era com os Direitos Humanos, nem com a Educação e sim com os “interesses dos grandes capitais, nacionais e internacionais.” (SADER, 2007, p. 77).

Tal afirmação se reforça na exata medida dos acontecimentos pré-golpe militar, quando o Brasil dos anos 1930 a 1964 tratou de promover o desenvolvimento industrial. Tomando como base os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, pode-se verificar a promoção dos direitos sociais ao mesmo tempo em que o governo chama para si a responsabilidade por pagar por tais direitos. A construção de Brasília e o estímulo ao desenvolvimento da indústria automobilística e de eletrodomésticos

ampliavam a contratação de trabalhadores, sendo o próprio governo o maior responsável pelo pagamento dos salários, função essa que dividia com o capital estrangeiro que nesse momento encontrava vasta abertura para investimentos no Brasil.

Diante da Legislação Trabalhista implantada no governo de Getúlio Vargas, os sindicatos tiveram a tarefa de gerenciar a ascensão da classe média e a complacência da burguesia perante a divisão dos bens de consumo produzidos, pois:

O desenvolvimento industrial requeria mão-de-obra qualificada, mercado interno de consumo, um Estado que o protegesse da competição predatória dos grandes monopólios internacionais e fornecesse créditos para os investimentos. Este programa contemplava interesses das classes médias e dos trabalhadores sindicalizados, constituindo a base da grande aliança social que dava sustentação aos governos desde 1930 a 1964. (SADER, 2007, p. 76).

Mas, entre 1961 e 1964, período cuja Presidência estava sob o comando de João Goulart, o Brasil foi acometido por uma crise devido ao decréscimo nos investimentos industriais. Como o Brasil arrematou para si a responsabilidade de grande investidor privado, seu recuo resultou em crise nacional.

Diante o retrocesso econômico e a inflação gerada pelos planos governamentais, várias classes trabalhadoras entraram em greve, o que preocupou o empresariado que assistia a mão-de-obra tornar-se mais cara, aliado a isso, está o fato da bipolarização que marcava os anos da dita Guerra Fria, em que os Estados Unidos temiam que o Brasil se tornasse uma “Grande Cuba”. Tais fatos somados a disputa de classes sociais pela divisão de bens e riqueza levaram os setores militares a articulação do Golpe de 1964.

Os militares brasileiros mantinham contato com os militares americanos desde o final da Segunda Guerra Mundial e com eles aprenderam a doutrina da segurança nacional americana por meio de cursos realizados nos Estados Unidos e no Panamá. Além disso, diante da estrutura mundial que dividia o mundo entre Liberais e Comunistas, unir-se aos Estados Unidos como apoio à manutenção do sistema capitalista existente, não era má ideia para o governo e empresariado nacional. (LIRA, 2010, p. 26).

Com o Golpe Militar de 1964 a tríade que proporcionava a regularidade no sistema anterior (empresariado/burguesia-trabalhadores-sindicatos) se rompeu. Os salários foram achatados e os sindicalistas perseguidos em nome da segurança nacional. O movimento militar usou a preocupação com a Guerra Fria e com o comunismo para

inserir uma política de perseguição a todos aqueles que discordassem do governo militar.

A Ditadura Militar (1964-1985) extinguiu partidos políticos, exilou brasileiros natos e cerceou direitos e garantias fundamentais por meio dos vários Atos Institucionais editados a partir de 1964. No total foram 17 (dezesete) Atos até a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969 (BRASIL, 1969), reconhecida como “a Constituição de 1969” por alterar em grande parte o conteúdo da Constituição de 1967 (BRASIL, 1967). Dentre os Atos, pode-se citar o Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964 (BRASIL, 1964) , como o responsável pela instituição do Regime Militar; o Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968 (BRASIL, 1968), reconhecido por restringir direitos e garantias fundamentais dos cidadãos; e o Ato Institucional n.º 13, de 5 de setembro de 1969 (BRASIL, Ato Institucional, 1969), por regulamentar o banimento do território nacional de brasileiro nocivo ao Regime.

Quanto a Educação, há de se ressaltar a ampliação do Ensino Superior privado devido ao apoio dos empresários do ramo da educação ao golpe militar. Os empresários estavam insatisfeitos com o governo anterior que não lhes permitia o aumento das mensalidades. Com a entrada dos militares no governo, os empresários obtiveram alguns favores e facilidades por meio dos Sindicatos como afirma Alexandre Tavares do Nascimento Lira:

Em larga medida as posições dos diretores se transformaram em atos ministeriais ou em pareceres dos conselhos de educação. Os donos de estabelecimentos particulares de ensino representados pelo sindicato se opuseram ao governo de João Goulart, apoiaram o golpe militar e a implantação da ditadura. Os diretores apoiaram o silêncio imposto aos movimentos sociais, em particular a repressão ao movimento estudantil que protestava contra o aumento das anuidades escolares, como demonstram os debates registrados nos anais das reuniões sindicais. (LIRA, 2010, p. 105)

Outra questão importante foi a americanização da Educação brasileira implementada por meio de acordos entre o MEC e a USAID:

O debate sobre a educação nos anos 60 foram(sic) marcados(sic) pelos acordos MEC- USAID. Em linhas gerais estes acordos orientavam a americanização do ensino e suscitavam protestos de alunos e professores. O processo de modernização e controle foi estabelecido inicialmente na Universidade de Brasília, na Universidade Federal de Minas Gerais, e a Universidade do Brasil, denominada posteriormente de Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este modelo foi aplicado a seguir em todos as

Universidades Federais e em 1968 foi estendido a todas as instituições de ensino superior. (LIRA, 2010, p. 183)

Os acordos MEC-USAID foram acordos assinados entre o Ministério da Educação brasileiro e a United States Agency International for Development (USAID) a partir de 1964. Os acordos previam o envio de especialistas americanos ao Brasil para que, por meio de cooperação técnica, pudessem aperfeiçoar o ensino brasileiro. (LIRA, 2010, p. 212).

Os primeiros acordos assinados previam o aperfeiçoamento do ensino primário, entretanto, logo a USAID sugeriu a união do ensino primário com o ginásio e passou a interferir também no ensino médio. Os acordos MEC-USAID estabeleciam a cooperação entre as Secretarias Estaduais de Educação e o treinamento de profissionais brasileiros. Aliás, os acordos se pautavam exatamente nesse diapasão: o Brasil pagava os custos e a USAID enviava especialistas para ensinar os brasileiros como educar no estilo americano.

O primeiro acordo entre o Brasil e a USAID, que tratou do Ensino Superior, foi assinado em 1966, e teve como objetivo “estimular e prestar assistência a um máximo de 18 universidades brasileiras, públicas e particulares, nos seus esforços para executar e institucionalizar reformas administrativas que resultariam em redução de gastos operacionais” (LIRA, 2010, p. 214).

Sem adentrar ao mérito do proposto às escolas primárias e secundárias, o resultado dos acordos realizados entre o MEC e a USAID resultaram na Reforma Universitária que não agradou aos estudantes nem aos docentes. Vários professores foram perseguidos e alguns mecanismos dificultaram o acesso à educação superior como a inserção do vestibular, a semestralidade e o sistema de créditos.

Em suma, a expectativa democrática ensaiada nos idos de 1930 a 1964, inclusive com o apoio, reconhecimento e participação de sindicatos e diretórios estudantis foi extinta na época da ditadura quando da instituição de políticas educacionais pautadas exclusivamente na cultura americana.

O interessante é que o aperfeiçoamento educacional vendido ao Brasil pela USAID não se comparava ao que os Estados Unidos da América tinham de melhor em sua educação. A política disseminada era a aplicada às minorias americanas, como afirma José Oliveira Arapiraca:

Dessa forma, fica evidente mais uma vez que, se realmente o programa da ajuda bilateral fosse dirigido para proporcionar o desenvolvimento independente do Brasil, a partir da exploração de suas potencialidades culturais o processo jamais teria sido o de copiar modelos educacionais como se fez. Universalizamos justamente as Reformas de exceção utilizadas pelos *EUA* para manter as estruturas de classes fundamentais de sua sociedade fundamentada no, *modo de produção* capitalista. O modelo alternativo utilizado pelo(sic) *EUA* conota uma marcante dimensão ideológica na solução dos seus problemas sociais, na medida em que, reconhecendo as desigualdades sociais, procura dissimulá-las através (sic) práticas políticas capazes de manter a hegemonia da classe dirigente. É a política de mudar para continuar.

Nesse sentido, não é de se estranhar que tenha sido justamente a solução aplicada para as *minorias* locais, nos *EUA* as escolhidas para o programa da ajuda pela *USAID* ao segmento educativo brasileiro. O financiamento desse programa é o financiamento da nossa dependência político-econômica aos *EUA*; na mesma medida em que aqueles programas alternativos aplicados para as *minorias* nos *EUA* se constituiu na legitimação daquelas classes como subalternas na sociedade norteamericana. (ARAPIRACA, 1979, p. 172-173)

O que os americanos venderam ao MEC foi uma política educacional de péssima qualidade, com forte ênfase técnica, destinada unicamente a manter o cidadão brasileiro das classes menos favorecidas na ilusão da existência de alguma isonomia social e, quando esta não era alcançada, a culpa era posta no próprio cidadão que não se esforçou o suficiente para ascender ao sistema.

Apesar do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ter sido assinado pelo Brasil no período da Ditadura Militar (1964-1985), a real educação e formação do ser humano não foi preocupação no período. A preocupação educacional se pautou em excluir a classe média do ensino superior, destinando a mesma à educação profissionalizante, enquanto a burguesia e o empresariado nacional, classe que interessava aos militares, usufruíam dos bens que se compreendiam destinados à classe rica brasileira e, entre esses, a educação superior.

Quanto aos Direitos Humanos, esses estavam longe de comprometer os ideais da ditadura militar que, da mesma forma que Hitler, utilizou do sistema legal para impor a ilegitimidade camuflada por meio da legalidade. Nesse sentido afirma Flávia Piovesan:

É neste cenário que se manifesta a grande crítica e repúdio à concepção positivista de um ordenamento jurídico indiferente a valores éticos, confinado à ótica meramente formal – tendo em vista que o nazismo e o fascismo ascenderam ao poder dentro do quadro da legalidade e promoveram a barbárie em nome da lei. (PIOVESAN, 2006, p. 7)

Portanto, educar em Direitos Humanos não significa somente disseminar uma cultura de paz, mas também, ensinar o indivíduo a se defender e a participar ativamente

das atividades democráticas. O acatamento da lei não é suficiente para garantir o respeito aos direitos humanos e aos direitos fundamentais. Quando se trata de leis, legalidade e legitimidade são inseparáveis, pois não adianta atender aos ditames legais se tal norma se presta a interesses escusos ou a benefício de poucos, nesses casos a norma positivada pode ser legal, legítima não.

3 A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO FERRAMENTA PARA A RETOMADA DA DEMOCRACIA

Com a retomada do poder pelos civis e a promulgação da Constituição Federativa do Brasil de 1988, os direitos humanos ganharam novo foco. Logo nos primeiros artigos da Constituição valores humanísticos como cidadania, dignidade da pessoa humana, solidariedade, erradicação da pobreza, entre tantos outros despontam como objetivos e fundamentos do Estado brasileiro. Além disso, o artigo 4º do mesmo Diploma afirma ser princípio das relações internacionais brasileira, entre outros, a prevalência dos direitos humanos.

Portanto, diferente da Ditadura Militar, o que se reconhece na atualidade como Direitos Humanos é um conjunto de direitos adquiridos pelos homens e reconhecidos internacionalmente pelos Estados no decorrer da história. Entretanto, cabe ressaltar duas questões: a primeira é que nem todos os Estados reconhecem todos os direitos. Relativizações culturais, religiosas, entre outras situações proporcionam tratamentos diferentes entre Estados diferentes no que tange à recepção dos direitos reconhecidos ao homem; outra questão é que reconhecer direitos é diferente de respeitar direitos reconhecidos, e o Estado é especialista nisso. Por isso a existência de mecanismos constitucionais aptos a defender o cidadão da negativa do Estado em respeitar Direitos Humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro.

O Estado é um ser fictício formado pelo próprio homem e, assim, tende a adotar parâmetros relativos tal qual sua origem formadora. Em outras palavras, se existe na sociedade predominância religiosa, esta será percebida no Estado apesar de sua laicidade; se há na sociedade intolerância face diferenças sexuais, profissionais, políticas, com certeza o Estado também se apresentará extremista.

Sendo assim, para que se possa reconhecer e respeitar direitos reconhecidos internacionalmente como humanos não basta somente reconstruir o Estado Democrático

de Direito é necessário também, transformar o brasileiro em um ser humano mais tolerante com as diferenças, pois só assim será possível modificar a cultura capitalista empresarial, pautada no consumo e na ascensão inconstante, onde valores morais, cívicos e políticos não se apresentam como essenciais.

Quanto à Educação em Direitos Humanos, essa também se torna importante no Brasil a partir da promulgação da Constituição da República de 1988 (BRASIL, 1988). Contudo, não se pode negar que atitudes, pensamentos e formas de agir não se modificam com o simples promulgar de uma lei, as modificações têm de partir da própria sociedade que, em 1988, ainda respirava mais Ditadura Militar do que Democracia.

Contudo, o grande marco da Educação de Direitos Humanos foi a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena entre os dias 14 e 25 de junho de 1993. Os Resultados desta Conferência demonstram a importância da educação quando a indicam como competente para minimizar as diferenças entre grupos. A indicação da inclusão da Educação em Direitos Humanos nos programas de educação consta do item 33, 78, 79 e 80 descritos a seguir:

33. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma que os Estados estão vinculados conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e noutros instrumentos internacionais de Direitos Humanos, a garantir que a educação se destine a reforçar o respeito pelos Direitos Humanos e liberdades fundamentais. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos realça a importância de incluir a questão Direitos Humanos nos programas de educação e apela aos Estados para o fazerem. [...] Assim, a educação em matéria de Direitos Humanos e a divulgação de informação adequada, tanto teórica como prática, desempenham um papel importante na promoção e no respeito dos Direitos Humanos em relação a todos os indivíduos, sem distinção de qualquer tipo, nomeadamente de raça, sexo, língua ou religião, devendo isto ser incluído nas políticas educacionais, quer a nível nacional, quer internacional.

78. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos considera que o ensino, a formação e a informação ao público em matéria de Direitos Humanos são essenciais para a promoção e a obtenção de relações estáveis e harmoniosas entre as comunidades, bem como para o favorecimento da compreensão mútua, da tolerância e da paz.

79. Os Estados deverão erradicar o analfabetismo e deverão direcionar o ensino para o desenvolvimento pleno da personalidade humana e para o reforço do respeito pelos Direitos Humanos e liberdades fundamentais. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos apela a todos os Estados e instituições que incluam os Direitos Humanos, o Direito Humanitário, a democracia e o primado do direito como disciplinas curriculares em todos os estabelecimentos de ensino, formais e não formais.

80. A educação em matéria de Direitos Humanos deverá incluir a paz, a democracia, o desenvolvimento e a justiça social, conforme definidos nos instrumentos internacionais e regionais de Direitos Humanos, a fim de alcançar uma compreensão e uma consciencialização comuns, que permitam

reforçar o compromisso universal em favor dos Direitos Humanos.
(DECLARAÇÃO DE VIENA, 1993)

Pautado na Declaração de Viena de 1993, o Governo Federal lançou os primeiros Programas Nacionais de Direitos Humanos (1996 e 2002). O programa de 1996 (PNDH-I) já abordava a preocupação do Governo com a educação e a cidadania, tendo como meta em curto prazo, a criação e o fortalecimento de programas de educação para o respeito aos direitos humanos em todos os níveis de ensino por meio da transversalidade e da criação de disciplinas. Além disso, também previa o incentivo a programas e pesquisas que desenvolvessem o tema educação em direitos humanos.

O Programa lançado em 2002 (PNDH-II) ratifica a necessária educação do ser humano para lidar com todas as adversidades e diferenças citadas no bojo do Programa. Mas, quando o assunto é Educação em Direitos Humanos este só faz referência a sua implantação no ensino fundamental e médio cujo acesso se daria por meio da transversalidade.

O Programa Nacional de Direitos Humanos – 3 (PNDH-3) foi publicado no ano de 2010. Nesse programa, a Educação em Direitos Humanos foi tema de eixo orientador denominado “educação e cultura em Direitos Humanos.” O referido eixo objetiva entre outros a “inclusão da temática da Educação em Direitos Humanos nos cursos das Instituições de Ensino Superior (IES).”

Além dos Programas Nacionais de Direitos Humanos, Planos de Educação em Direitos Humanos também foram publicados. O Plano Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH) foi publicado pelas Nações Unidas em 2004, e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos publicado em 2008 (PNEDH). E foi por meio da união de Programas e Planos que se deu origem à Resolução n.º 1/2012, do Conselho Nacional de Educação.

A intenção dos Programas Nacionais em Direitos Humanos e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos é justamente substituir o ranço educacional da Ditadura Militar que pregava o capitalismo nos moldes americanos. A Democracia reestruturada no país após 1988 pretende a inclusão e não a exclusão do ser, visando à utilização da isonomia nos moldes da Constituição de 1988. Em outras palavras, na atualidade trata-se a diferença como alicerce na busca pela igualdade, e nada melhor que a escola e a família para se modificar uma sociedade.

Tratando-se de Educação em Direitos Humanos os objetivos da Resolução que se apresenta são os de difundir conteúdos cívicos, democráticos e políticos pouco

valorizados na Ditadura Militar. É a política da convivência pacífica entre os homens ao mesmo tempo em que esses coexistem com o capitalismo.

3.1 Da Edição da Resolução CNE/CP n.º 1/2012

A Resolução n.º 1, publicada pelo Conselho Nacional de Educação em de 30 de maio de 2012, teve como precursor além dos Programas e Planos mencionados, o Parecer CNE/CP n.º 8, de 6 de março de 2012. O referido Parecer afirma que a formação ética, crítica e política do sujeito é a principal finalidade da Educação em Direitos Humanos.

Sobre o assunto, o Parecer CNE/CP n.º 8/2012 afirma o seguinte:

A Educação em Direitos Humanos tem por escopo principal uma formação ética, crítica e política. A primeira se refere à formação de atitudes orientadas por valores humanizadores, como a dignidade da pessoa, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a reciprocidade entre povos e culturas, servindo de parâmetro ético-político para a reflexão dos modos de ser e agir individual, coletivo e institucional.

A formação crítica diz respeito ao exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, promovendo práticas institucionais coerentes com os Direitos Humanos.

A formação política deve estar pautada numa perspectiva emancipatória e transformadora dos sujeitos de direitos. Sob esta perspectiva promover-se-á o empoderamento de grupos e indivíduos, situados à margem de processos decisórios e de construção de direitos, favorecendo a sua organização e participação na sociedade civil. Vale lembrar que estes aspectos tornam-se possíveis por meio do diálogo e aproximações entre sujeitos biopsicossociais, históricos e culturais diferentes, bem como destes em suas relações com o Estado. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2012, p. 8-9)

Além disso, o Parecer informado também apresenta um rol de princípios cuja essência seria fundamentar a importância da Educação em Direitos Humanos. Tais princípios estão repetidos no artigo 3º da Resolução em estudo. Dignidade humana, igualdade, laicidade do Estado, valorização das diferenças, são alguns dos princípios indicados nos documentos, portanto, deve-se compreender que a Resolução CNE/CP n.º 1/2012 possui o escopo de alterar o comportamento do sujeito transformando, ou melhor, “empoderando-o” de seus direitos, tornando-o cidadão participante da democracia.

É fato que o Conselho Nacional de Educação apresenta como objetivo da Educação em Direitos Humanos “a pessoa e/ou grupo social que se reconheça como sujeito de direitos, assim como seja capaz de exercê-los e promovê-los ao mesmo tempo

em que reconheça e respeite os direitos do outro” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2012, p. 10). Para tanto, nada melhor que o ambiente eclético da escola para fomentar tais princípios, finalidades e objetivo, já que o diferente convive no cotidiano pedagógico.

Diante disso, a Resolução n.º 1/2012, em seu artigo 7º, tratou de indicar a forma de se inserir o conteúdo de Educação em Direitos Humanos nos currículos da Educação Básica e Superior do país. Para tanto, como regra, foram indicadas três oportunidades diferentes para inserção do conteúdo:

Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas:

I – **pela transversalidade**, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;

II – como um **conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar**;

III – de maneira mista, ou seja, **combinando transversalidade e disciplinaridade**.

Parágrafo único: Outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Resolução, 2012, p. 2) (grifo nosso)

Relacionando a instrução de inserção dos conteúdos descritos na Resolução estudada é possível verificar que os conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos devem ser inseridos na Educação Superior por meio da transversalidade, da inclusão de conteúdo específico no bojo de ementa compatível já descrita na matriz curricular dos cursos, ou ainda, de forma mista, combinando transversalidade com disciplinaridade.

Entretanto, a Resolução mostra tratamento diferenciado quando afirma no artigo 8º, o seguinte: “A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos (as) os (as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Resolução, 2012, p. 2). A assertiva não deixa dúvidas de que a Resolução obriga as Licenciaturas a incluírem em suas Matrizes Curriculares disciplina específica de Educação em Direitos Humanos.

Diante do fato é possível afirmar que a Resolução n.º 1/2012, deixa clara a diferença de tratamento entre o Ensino Básico e o Ensino Superior. Para exercer a Educação em Direitos Humanos no Ensino Básico, os discentes inscritos nos Cursos

Superiores que ofertam Licenciaturas estudarão disciplina específica de Educação em Direitos Humanos, pois tratar-se-á de componente obrigatório de seus currículos. Portanto, em pouco tempo todo o Ensino Básico do país poderá desenvolver com maestria os ditames do Parecer CNE/CP n.º 8/2012 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2012), pois seus professores foram ensinados a educar a disciplina.

Para o Ensino Superior a visão que se projeta é diferente. Como a disciplina Educação em Direitos Humanos não se apresenta como obrigatória para os Bacharelados, estes terão que implementar os currículos dos cursos por meio de uma das três opções contidas no artigo 7º, da Resolução CNE/CP n.º 1/2012.

Especificamente tratando de Instituições Privadas, aparentemente a segunda opção se apresenta como a menos custosa, afinal, inserir o conteúdo Educação em Direitos Humanos em uma disciplina afeta, pré-existente no currículo, não geraria contratação de novo profissional, nem demandaria grandes alterações nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, mas, com certeza, não se atenderia aos princípios, finalidades e objetivos da Educação em Direitos Humanos relatados no Parecer CNE/CP n.º 8/2012 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2012)

Visando prevenir a má interpretação das intenções da Resolução em análise, essa trouxe no artigo 6º, o seguinte enunciado:

Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Resolução, 2012, p. 2)

A Instituição de Ensino tem a obrigação de revisitar seus Planos Institucionais visando incluir, de forma transversal, a Educação em Direitos Humanos no tripé de sustentação dos Cursos. Ensino, Pesquisa e Extensão devem se comprometer e exercitar o conteúdo humanístico. Além disso, o artigo 5º, § 2º do mesmo diploma legal afirma que “os Conselhos de Educação definirão estratégias de acompanhamento das ações de Educação em Direitos Humanos.”

Portanto, resta ao próprio Conselho Nacional de Educação planejar como acompanhar e mensurar a implementação de tal conteúdo, uma vez que a Resolução oferece três formas de se inserir Educação em Direitos Humanos nos currículos e

Projetos de Curso. Quando aplicadas, as opções indicadas na Resolução não produzem os mesmos efeitos. Não é fácil reconhecer, mas uma opção atende melhor aos objetivos e diretrizes dos Programas Nacionais e Parecer CNE/CP n.º 8/2012, que outra. Sendo assim, como a iniciativa privada tende a preferir menores custos, não há garantia de que a opção escolhida seja a mais eficaz, mesmo porque, a Resolução não as distingue quanto à eficácia.

4 CONCLUSÃO

Diante o contexto, pode-se afirmar que a Resolução CNE/CP n.º 1/2012 apresenta-se simplista perante os documentos que a substanciam. Em regra, os conhecimentos relativos à Educação em Direitos Humanos devem ser inseridos no Ensino Superior por meio da transversalidade, da inclusão de conteúdo específico no bojo de ementa(s) compatível (is) descrita(s) na matriz curricular dos cursos, ou ainda, de forma mista, combinando transversalidade com disciplinaridade.

A única obrigatoriedade está contida no artigo 8º, da respectiva Resolução que vincula tal inserção de conteúdo como disciplina obrigatória nos cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da Educação. Nos demais cursos, tal conteúdo deve permear os currículos conforme descrito no parágrafo anterior.

No Ensino Superior brasileiro a implementação da Resolução em voga deve se pautar nos Planos e Programas Internacionais e Nacionais de Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos, com fulcro a formar o cidadão ético, crítico e político, o que fatalmente não se dará com a inserção de tal conteúdo em uma simples disciplina optativa ou com algum conteúdo de Educação em Direitos Humanos incluído em alguma disciplina que demonstre afinidade. Em um curso cuja integralização ultrapasse 04 (quatro) anos, imprescindível que tal implementação se dê em conjunto, combinando transversalidade com disciplinaridade no decorrer de toda integralização, pois a transformação social só ocorre quando a Educação se perpassa com o tempo, de forma contínua e persistente.

Entretanto, quando a Resolução em estudo apresenta a opção de inclusão de conteúdo em Educação em Direitos Humanos em outras disciplinas pré-existentes por meio da alteração da ementa, ou a inclusão de tal conteúdo por meio de disciplina optativa e, conseqüentemente, não obriga outros cursos além dos da área da Educação a

inserir o conteúdo como obrigatório, abre-se precedente perigoso ao Ensino Superior privado do país, uma vez que entre as opções apresentadas existe aquela que se presta melhor ao desenvolvimento do trabalho, no entanto, também se apresenta mais custosa. Por outro lado, também existe a opção que pouco acrescentará à formação do sujeito, mas os custos de implementação se apresentam mais coerentes com o pensamento do empresariado brasileiro.

Em suma, entende-se a Resolução em análise como um avanço tímido para a transformação social. O documento apresenta boa intenção democrática e cidadã, mas não demonstra com clareza o formato ideal para a inserção do conteúdo de Educação em Direitos Humanos nos currículos do ensino nacional.

Para um país que abandonou a Ditadura Militar há 27 anos e realmente pretende implementar o conteúdo da Declaração de Viena por meio dos bons documentos brasileiros que tratam da matéria Educação em Direitos Humanos, talvez a Resolução devesse ser mais exigente e menos complacente. Foram 20 anos de estudos e publicações de programas à espera de uma norma que cumprisse o cronograma traçado pelos mesmos. Agora, com a opção de tratar a Educação em Direitos Humanos como mais uma disciplina, às vezes sequer de caráter obrigatório, quanto tempo mais será preciso para se transformar a sociedade? Que a educação é capaz de mudar o mundo isso todo mundo sabe, mas as diretrizes devem ser claras, objetivas e destemidas, afinal, vive-se hoje em um Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira; um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano**. Rio de Janeiro, 1979. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Estudos Avançados em Educação. Fundação Getúlio Vargas, 1979.

BOBBIO, Norberto. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. **A era dos direitos**. 17. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. **Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo_norma=AIT&data=19640409&link=s>. Acesso em: 19 ago. 2012.

BRASIL. **Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=AIT&data=19681213&link=s>. Acesso em: 19 ago. 2012.

BRASIL. **Ato Institucional n.º 13, 5 de setembro de 1969**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=13&tipo_norma=AIT&data=19690905&link=s>. Acesso em: 19 ago. 2012.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição [da] República Federativa do Brasil de 1967**. Promulgada em 15 de março de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 19 jul. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 19 jul. 2012.

BRASIL. **Decreto n.º 591, de 06 de julho de 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm>. Acesso em 18 ago. 2012.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 19 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n.º 08, de 06 de março de 2012**. Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União de 30 mai. 2012, p. 33. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n.º 1, de 30 de maio de 2012**. Diário Oficial da União. Seção 1. n.º 105. 31 mai. 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-I)**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh/pndh1.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-II)**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh/pndhII/Texto%20Integral%20PNDH%20II.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SDH/PR, 2010.

DECLARAÇÃO e Programação de Ação de Viena. Conferência Mundial Sobre Direitos Humanos. Viena. 14-25 jun. 1993. Portal de Direito Internacional. Disponível em:

<<http://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou material, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil.** Tradução: Rosina D'angina. São Paulo: Martin Claret, 2009.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas.** Niterói:UFF, 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. **Plano Mundial de Educação em Direitos Humanos.** Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001478/147853e.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em:

<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em 18 ago. 2012.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos: desafios da ordem internacional contemporânea.** In: _____. Caderno Constitucional. Módulo V. Brasília: TRF/EMAGES, 2006. Disponível em:

http://www.trf4.jus.br/trf4/upload/arquivos/emagis_atividades/ccp5_flavia_piovesan.pdf. Acesso em: 20 jul. 2012.

SADER, Emir. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al (Org.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos.** João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

A UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE LIVRE NA PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL: EXPERIÊNCIA COM O ICA-AtoM

Andrea Gonçalves dos Santos

Arquivista da Universidade Federal do Rio Grande, mestranda em Patrimônio Cultural
PPGPPC/UFSM.
andreasantos@furg.br

Daniel Flores

Professor do Programa de Pós-graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
PPGPPC/UFSM.
dfloresbr@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem por objetivo a preservação e acesso do fundo documental da Faculdade de Direito “Clóvis Bevilacqua” (1959-1972), que, junto com outras faculdades, deram origem à Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Para isto, o acervo descrito, de acordo com a norma nacional de descrição arquivística – NOBRADE e disponibilizado através do ICA-AtoM foi vinculado ao website do Arquivo Geral da instituição. A utilização do software para descrição de documentos arquivísticos ICA-AtoM e sua disponibilização do acervo em ambiente virtual é um marco no âmbito institucional, que permitirão ao consulente, detectar, preliminarmente, a possível existência e a localização de documentos de seu interesse, garantindo o pleno acesso aos documentos.

Palavras-chave: Acesso, ICA-AtoM, Preservação.

Abstract

This work aims at the preservation and access of documental Law School "Clovis Bevilacqua" (1959-1972), who, along with other colleges, originated the Universidade Federal do Rio Grande - FURG. For this, the collection described, according to the national standard archival description - NOBRADE and available through the ICA-AtoM was linked to the website of the General Archive of the institution. The use of the software for description of archival documents ICA-AtoM and its availability in a virtual environment is a milestone in the institutional framework, which will enable the asker, detect, preliminarily, the possible existence and location of documents of interest, ensuring full access to documents.

Key-words: Access, ICA-AtoM, Preservation.

1 INTRODUÇÃO

A implantação dos primeiros cursos de Direito no Brasil, ocorreu no século XIX pelas mãos de Dom Pedro I, com a promulgação da Lei de 11 de agosto de 1827, como forma de atender às finalidades burocráticas do recém surgido Estado Brasileiro. Esta Lei criava dois cursos de ciências jurídicas e sociais nas cidades de São Paulo e Recife, estabelecia o prazo de estudo de cinco anos e após sua aprovação, alcançariam o grau de Bacharel. Também haveria um grau de Doutor a ser conferido àqueles que se habilitassem com os requisitos a serem especificados no Estatuto e somente tais habilitados poderiam ser escolhidos como “lentes” (professores universitários).

Com o fim do absolutismo, e a chegada do positivismo, surgem os projetos de elaboração de um Código Civil para o Brasil, nos moldes do estatuto privado editado por Napoleão. Primeiramente com a tentativa de Teixeira de Freitas, a criação do Código Civil brasileiro necessitou aguardar mais cinquenta anos, até o início do século XX, pelas mãos de Clóvis Bevilacqua. Até o início do século XX, o ensino jurídico continuava restrito às duas pioneiras faculdades, quando novos cursos de direito começaram a surgir, a primeira na Bahia em 1891, seguindo-se o Rio de Janeiro, além de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em 1927 já se registravam 14 Faculdades de Direito.

Na segunda metade do século XIX, o município do Rio Grande revelava uma carência de escolas de nível superior, que propiciava a evasão de significativo número de estudantes, os quais se dirigiam a outros centros, em busca de continuidade para seus estudos. Uma vez concluídos os cursos, esses jovens raramente retornavam à cidade de origem. A consciência dessa realidade, aliada ao propósito de modificá-la, resultou em um movimento cultural, cuja finalidade principal era a criação de uma Escola de Engenharia, na cidade, justificada pelo elevado número de profissionais na área e pelo parque industrial que existia. Em 1953 se institui a Fundação Cidade do Rio Grande, como entidade mantenedora, como era exigência do Ministério da Educação e Cultura. Após sua autorização para o funcionamento e seu reconhecimento, foi federalizada em 1961 como estabelecimento isolado. Assim, novas necessidades impulsionaram o surgimento de outras unidades de ensino superior.

Em 1959, foi iniciado um movimento visando à instalação em Rio Grande, de uma Escola de Direito a ser mantida, financeiramente, pela Mitra Diocesana de Pelotas. A Faculdade de Direito “Clóvis Bevilacqua” foi reconhecida através do Decreto nº 56.461, de 14/06/65, como pertencente à Universidade Católica de Pelotas, com funcionamento em Rio

Grande. A partir da Faculdade Católica de Filosofia, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e da Faculdade de Medicina, surge a Universidade de Rio Grande – URG e a Fundação Universidade do Rio Grande, como sua entidade mantenedora.

O objetivo geral deste trabalho é definir o arranjo documental do fundo Faculdade de Direito Clovis Bevilacqua, pertencente à Universidade Federal do Rio Grande – FURG, entre os períodos de 1959 a 1972, com a finalidade de preservar a memória institucional e dar acesso à informação. Dentre os objetivos específicos podemos citar: reunir o acervo que encontra-se disperso em diferentes setores da instituição; identificar as políticas arquivísticas adotadas para os fundos documentais da instituição; estabelecer o quadro de arranjo para a posterior descrição do fundo documental.

Este trabalho visa subsidiar as pesquisas de docentes e discentes, desta e de outras instituições em nível nacional e internacional. Isto justifica as ações de conservação, preservação e difusão arquivísticas como forma de transmissão cultural, procurando à reconstituição de fatos e acontecimentos e como forma de assegurar aos consulentes e pesquisadores os testemunhos da evolução da cidade e da região.

2 A ARQUIVÍSTICA

Ramírez Acedes (2011) explica que ao longo do tempo, a Arquivística foi vista de diferentes formas, surgindo a dúvida quanto a posição que deve ocupar (ciência ou técnica). Desta forma, a autora destaca que existe uma corrente que defende a Arquivística como técnica, negando com isto seu caráter científico, sendo sua função a de recolher, custodiar e dar acesso à documentação contida nos arquivos. Assim, técnica se refere à forma de fazer as coisas, diferente da teoria que se dirige exclusivamente ao pensamento. Sendo o pensamento um esforço do saber, constituído por elementos tais como método, rigor e comprovação.

A autora afirma que a arquivística é uma ciência que se está consolidando por seus próprios méritos e por suas funções, cada vez mais amplas, tanto empíricas como científicas, que está desenvolvendo. Deve-se estudar sob a perspectiva das ciências humanas, ao basear-se em servir às necessidades informacionais específicas do homem.

Desta forma, a ciência conta com teorias que devem ser racionais e lógicas para a compreensão do homem, funciona através da construção de hipótese e do uso de métodos

rigorosos que possibilitem o descarte destas com o objetivo de construir outras novas. Assim, para que uma ciência seja aceita como tal deve cumprir três requisitos fundamentais: ter um objeto de estudo, este objeto deve ser estudado para procurar um conhecimento por causas, estabelecer leis universais ou pesquisar uma verdade e, finalmente, deve ter um método próprio. Assim, o objeto de estudo da Arquivística para Ramírez Acedes (2011) se encontra nos fundos documentais e nos arquivos que os custodiam tratando de resolver, de forma doutrinária, como se formam, se organizam e se conservam. Bellotto (2002) acrescenta ao fundo documental citado por Ramírez Acedes dois objetos físicos da Arquivística: o documento em si mesmo e o arquivo como entidade.

Com referência ao método, alguns autores o denominam como tratamento documental, que consiste no conjunto de operações e tarefas que se aplicam aos documentos em cada uma das fases do ciclo vital. Para Bellotto (2002) o tratamento documental se realiza através de metodologias e aplicações práticas, que a levam a atingir seu fim: dar acesso à informação, mais especificamente à informação arquivística, de cunho jurídico e/ou administrativo.

Todo tratamento arquivístico deve considerar e respeitar o princípio da proveniência, segundo o qual “o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005: 136). Este princípio, também é chamado de princípio do respeito aos fundos, permite identificar o documento ao seu produtor, devendo manter sua individualidade dentro do contexto orgânico de produção.

Couture e Rousseau (1998) e Bellotto (2002) indicam como princípios fundamentais da Arquivística, a teoria das três idades e o princípio da proveniência. Couture e Rousseau (1998) acrescentam o princípio da territorialidade, onde os arquivos públicos de um determinado território deverão permanecer neste território. Os autores argumentam que os documentos devem ficar próximos ao seu produtor. Um documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto deve refletir suas atividades-meio e suas atividades-fins, base da Teoria dos Fundos. Um fundo de arquivo baseia-se na origem do documento: o que ele representa no momento da sua criação, como instrumento que possibilitará a consecução de uma atividade dentro de uma função que cabe ao órgão gerador no contexto administrativo no qual atua (BELLOTTO, 2004).

Para Couture e Rousseau (1998) existem sete funções arquivísticas: produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão de arquivos. Assim, a

produção se refere à elaboração dos documentos pela necessidade do órgão produtor. A avaliação é o processo de análise dos valores dos documentos que definem os prazos de guarda e destinação, conseqüentemente com os valores a eles atribuídos. A aquisição é a passagem de propriedade de fundos dispersos. A conservação viabiliza a preservação dos documentos. A classificação é a organização de um arquivo de acordo com uma ordem hierárquica, utilizando um plano de classificação. A descrição analisa os elementos formais e informais dos documentos para elaborar instrumentos de pesquisa e a difusão mostra aos usuários o contexto de produção e o potencial de pesquisa existente no arquivo.

Bellotto (2004) explica que na terminologia arquivística brasileira, consagrou-se o uso do termo “arranjo” (traduzido do inglês *arrangement*) que corresponde à classificação nos arquivos correntes. Na teoria arquivística brasileira, o termo “classificação” é utilizado para documentos tanto em idade corrente quanto em idade permanente. Entretanto, a autora explica que na prática, ter permanecido o uso do vocábulo “arranjo” para designar a organização dos documentos nos arquivos permanentes. Por sua vez, Barros (2010) aborda a diferenciação entre classificação e arranjo como um problema metodológico e conceitual a partir da obra de Schellenberg de 1956. Sendo o autor, um dos primeiros a separar os termos classificação e arranjo, relacionando o primeiro com os arquivos administrativos e o segundo com os arquivos históricos.

Na atualidade, conforme Barros (2010), ainda é possível encontrar autores que colocam ambos termos como sinônimos ou como coisas diferentes, dependendo do ponto de vista. Esta separação acontece porque começa uma divisão entre as atividades típicas dos arquivos administrativos contemporâneos e os arquivos histórico-culturais.

Assim, Schellenberg (2006, p. 239) afirma que “os princípios de arranjo de arquivos dizem respeito, primeiro, à ordenação dos grupos de documentos, uns em relação aos outros e, em segundo lugar, ao ordenamento das peças individuais dentro dos grupos”. Esta ideia é complementada por Bellotto (2004) onde aponta que o arranjo se resume à ordenação dos conjuntos documentais remanescentes das eliminações (estabelecidas pelas tabelas de temporalidade) e que é realizada quando os conjuntos de documentos produzidos/recolhidos por unidades administrativas e/ou pessoas passam a “conviver” uns com outros, passando a ser considerados fundos. Desta forma, a classificação começa a ser encarada por Schellenberg como uma atividade gerencial, porque, para ele, um documento organizado segundo uma estrutura lógica facilitará a eliminação ou sua guarda, e conseqüentemente a descrição.

2.1 O fundo de arquivo

Para Duchein (1986) o princípio de respeito aos fundos ou princípio da proveniência é base da Arquivística teórica e prática. Este princípio consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica. Neste sentido Couture e Rousseau (1998) afirmam que a aplicação deste princípio permite que se considerem os documentos enquanto conjuntos, e não como peças isoladas, eliminando assim, qualquer possibilidade de dispersão dos documentos de um fundo de arquivo e favorecendo a recuperação e acesso às informações.

Sob a perspectiva de Duchein (1986) as dificuldades na definição dos fundos se devem à: sua definição em relação à hierarquia do órgão produtor; ao reflexo das variações de competência de ditos órgãos na composição dos fundos; a definição da noção de proveniência dos fundos e conseqüentemente na definição de fundos fechados e fundos abertos e, por fim a extensão do respeito externo e interno aos fundos (à integridade dos fundos e à classificação e divisões estabelecida pelos órgãos produtores).

Bellotto (2004) acrescenta que os vínculos de subordinação entre os diversos níveis também dificultam a definição de fundo, pois toda grande corporação administrativa está dividida em grandes setores de atividades que se subdividem em setores secundários. Para a autora é evidente que tal problema tem conseqüências diretas no trabalho arquivístico, pois uma vez aceito o princípio do respeito aos fundos, da integridade orgânico-estrutural dos arquivos, é essencial saber as fronteiras de se manter intacta a documentação daquele fundo.

Neste sentido, Duchein (1986) aponta alguns critérios para definir o órgão produtor de fundos de arquivos: possuir nome e existência jurídica resultante de um ato (lei, decreto, resolução, etc.); possuir atribuições específicas e posição hierárquica (organização interna) amparados por atos legais e possuir um chefe responsável, com poder de decisão. Para isto, pode-se adotar duas diferentes posições intelectuais: maximalista e minimalista.

A visão maximalista consiste em definir o fundo por seu nível mais alto, considerando que a verdadeira unicidade funcional situa-se na cúpula. Por sua vez, a visão minimalista, caracteriza-se por reduzir o fundo ao nível da menor partícula funcional possível, considerando que o verdadeiro conjunto orgânico deriva do trabalho dessa célula. Sobre isto, Castanho et al (2001) explicam que se trabalhamos com visão minimalista, situando demasiadamente baixo o nível de competência funcional que corresponde a um fundo de

arquivo, corre-se o risco de retirar o significado de fundo. Se trabalharmos com a visão maximalista, teremos dificuldades em trabalhar com grandes massas documentais. Por isso, para definir o órgão produtor como fundo de arquivo, é preciso estar atento aos conceitos e princípios arquivísticos.

3 A FACULDADE DE DIREITO CLOVIS BEVILAQUA

A criação da Faculdade de Direito na cidade do Rio Grande ocorreu pela iniciativa de Dom Antônio Zattera¹, Bispo da Diocese de Pelotas. Em reunião realizada no Colégio São Francisco, Dom Antônio expressou a intenção da Mitra Diocesana de criar, na cidade, uma Faculdade de Direito atendendo às aspirações crescentes dos cidadãos rio-grandinos e sua ideia teve o apoio de pessoas, que na época, constituíam a elite intelectual da cidade. A faculdade foi criada no dia 09 de abril de 1959 pela Mitra Diocesana de Pelotas, sendo sua mantenedora. Era parte integrante da Universidade Católica Sul-Rio-Grandense de Pelotas (atual Universidade Católica de Pelotas - UCP), tendo como finalidade ministrar o ensino superior das Ciências Jurídicas e Sociais e promover a sua difusão, tendo como sede a cidade de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

Por sua vez, a Universidade Católica Sul-Rio-Grandense de Pelotas, centro católico de cultura sob o patrocínio de Nossa Senhora Medianeira e São Francisco de Paula, possuía como finalidade: manter e desenvolver a instrução nos estabelecimentos que a compõem; empenhar-se pelo aprimoramento da educação; contribuir para a formação da cultura superior e para o desenvolvimento da solidariedade humana. A instituição era composta por três categorias de estabelecimentos de ensino superior: os incorporados, os agregados e os complementares. Os estabelecimentos incorporados eram mantidos pela entidade mantenedora, os agregados eram mantidos por outras entidades e os complementares (de caráter científico, cultural ou técnico) eram ligados à vida ou aos objetivos da universidade.

¹ Ministro e 3º Bispo da Diocese de Pelotas, conseguiu em 1953, a primeira Faculdade de Filosofia no interior do Estado (Pelotas) e idênticas nas cidades de Bagé (1958) e Rio Grande (1961). Com a Faculdade de Ciências Econômicas, fundada em 1937 e o curso de Jornalismo, criado em 1958 e transformado em Faculdade de Comunicação Social, em 1960, é criada em 07/10/60 pelo decreto nº 49.088, a Universidade Católica Sul-Rio-Grandense de Pelotas. Sendo Reitor em 1965.

Em 1964, a Universidade contava com sete faculdades incorporadas, três institutos e um Colégio Universitário.

Instituída com a denominação de Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua, criada através do Decreto n° 47.738, de 02/02/60, foi publicado no Diário Oficial da União em 08 de fevereiro do mesmo ano e assinado pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira. Por sua vez, o reconhecimento do curso deu-se no dia 14 de junho de 1965, através do Decreto n° 56.461 de 06/07/65. A Congregação dos Reverendos Irmãos Maristas cedeu as dependências do Colégio São Francisco localizado na rua Dr. Nascimento 577, para a faculdade exercer suas atividades. Somente a partir de março de 1972, transferiu-se para o prédio da ex-Faculdade de Engenharia localizado no atual Campus Cidade, na rua Alfredo Huch 475. Finalmente, em 1982, transfere-se definitivamente para o Campus Carreiros da Universidade do Rio Grande (na Av. Itália s/n).

Sob o ponto de vista administrativo, a direção técnica-administrativa da Faculdade competia ao Diretor, ao Conselho Administrativo, ao Conselho Departamental e à Congregação. O Diretor era o órgão executivo da direção técnica e administrativa da Faculdade, sendo nomeado pelo Chanceler da Universidade. O Conselho Administrativo era um órgão consultivo e deliberativo da instituição, constituído por docentes catedráticos em exercício designados pelo Chanceler, mediante indicação da Congregação e por representação discente. O Conselho Departamental era o órgão de orientação didática da instituição, sendo constituído pelo Diretor, dos chefes de departamento e um acadêmico indicado pelo Diretório Acadêmico. Na instituição existiam os departamentos de: Cultura Jurídica (JURIG); de Direito Público (DIRPU); de Direito Privado (DIPRI) e de Ciências Sociais (CIENS), tendo seus regimentos submetidos à apreciação do Conselho Departamental. Finalmente, a Congregação era um órgão constituído por docentes catedráticos efetivos, por docentes livres em exercício catedrático e por um representante dos docentes livres.

Em 1969, com a criação da Universidade, a Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua passou a integrá-la, como Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Humanas e Sociais, perdendo sua primeira denominação. Através da reestruturação da Reitoria acontecida em 2008², passa sua denominação para Faculdade de Direito – FaDir. Desta forma, o acervo é considerado por muitos, um marco no ensino jurídico da região e,

² Portaria n° 1649 de 13/08/08.

conseqüentemente, parte do patrimônio cultural da instituição, sendo a sua preservação de extrema relevância para a instituição, os servidores, os acadêmicos e a comunidade.

3.1 O arranjo documental da Faculdade de Direito

O acervo da Faculdade de Direito Clovis Bevilacqua é considerado como fundo documental a partir dos critérios de Duchein (1986) ao possuir nome e existência jurídica resultante de um ato. Sua criação deu-se através do Decreto nº 47.738, de 02/02/60 e o reconhecimento do curso através Decreto nº 56.461, de 06/07/65. Possui atribuições específicas que constam no seu Estatuto tendo como fim ministrar o ensino superior das Ciências Jurídicas e Sociais e promover a sua difusão, considerado como centro católico de cultura.

Com respeito à posição hierárquica amparados por atos legais, consta no Estatuto sua organização administrativa, sendo que a direção técnica-administrativa compete ao Diretor, ao Conselho Administrativo, ao Conselho Departamental e à Congregação. No Livro de Atas da Congregação da faculdade, na ata nº 2 de 05/08/59 foi convocada a reunião para “efetivar o convite” para os cargos de diretor, secretário e tesoureiro, que foram aceitos, e cujos nomes foram levados ao Ministério da Educação. Desta forma possui um chefe responsável, com poder de decisão (o Diretor conforme consta no Livro de Atas da Congregação).

Outros princípios colaboram com a identificação e preservação dos diversos fundos documentais da FURG. O princípio da organicidade indica que as relações administrativas como estrutura, função e atividade são refletidas nos documentos e nas suas relações internas e externas. No princípio da unicidade, os documentos de arquivo conservam caráter único, em função do contexto em que foram produzidos. Também chamado de integridade arquivística, o princípio da indivisibilidade diz que os fundos devem ser preservados sem dispersão, mutilação, destruição não autorizada ou adição indevida, sendo derivado do princípio da proveniência. O princípio da cumulatividade indica que o arquivo é uma formação progressiva, natural e orgânica. Devido à inexistência de um organograma que apresente os órgãos colegiados, os setores administrativos e seus departamentos, foi elaborado um a estrutura levando em conta o Estatuto e o Livro de Atas da Congregação.

Sousa (2008) aponta para diferentes denominações encontradas na literatura arquivística para os níveis de classificação, baseadas em distintos princípios de classificação: missão, função ou estrutura. Neste sentido, o nível de classificação que gera o maior discussão e que aparece em vários modelos de classificação é a série. A Universidade Federal do Rio Grande - FURG adota o código de classificação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública e das atividades-meio das Instituições Federais de Ensino Superior. Nestes códigos de classificação, a primeira divisão é a classe e as funções, atividades, espécies e tipos documentais genericamente denominados assuntos, encontram-se hierarquicamente distribuídos de acordo com as funções e atividades desempenhadas pelo órgão.

No quadro de arranjo, a subdivisão que corresponde a uma primeira fração lógica do fundo, em geral reunindo documentos produzidos e acumulados por unidade(s) administrativa(s) com competências específicas é a série. Estas subdivisões são adotadas nas normas de descrição como ISAD(G), ISAAR(CPF) e NOBRADE. Desta forma, com vistas à descrição arquivística decidiu-se estabelecer a série como divisão do fundo, conforme as normas de descrição anteriormente citadas.

Conforme Duchein (1986) foi vinculado o fundo (nível 1) Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua à existência jurídica, administrativa e estrutural da instituição. Seguidamente, intentou-se estabelecer a seção (nível 2) que precede à série, sendo a subdivisão que reúne documentos produzidos e acumulados por unidade(s) administrativa(s) com competências específicas. No caso do fundo documental da Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua, a inexistência de orientação ou sinalização das unidades administrativas que produziram ou acumularam os documentos impedem de estabelecer seção no fundo.

Assim, adotou-se a série (nível 3) como subdivisão do fundo (nível 1). As intervenções realizadas no “arquivo retrospectivo”, nos diversos fundos documentais sob sua custódia, influenciaram a denominação atual das séries. Para descrever o conteúdo de cada caixa, foram confeccionados espelhos identificando: o número de caixa (de caráter seqüencial), o nome do órgão produtor dos documentos (Faculdade de Direito), as datas baliza e o assunto (atas de provas, ponto dos professores, correspondências, etc.). Desta forma, identificava-se o órgão a quem pertencia o documento (Faculdade de Direito), mais não o setor que tinha produzido e/ou acumulado (secretaria, tesouraria, departamento). Decidiu-se então adotar uma denominação geral conforme o código de classificação de documentos de

arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública e das atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior, adotados na instituição. Após a análise das funções desempenhadas pelo órgão e os documentos resultantes destes, três séries foram reflexo das atividades desenvolvidas na Faculdade de Direito: Administração Geral, Ensino Superior e Assuntos Diversos.

Na série (nível 3) Administração Geral foram classificados os documentos referentes às atividades relacionadas à sua administração interna, que viabilizavam o seu funcionamento e o alcance dos objetivos para os quais foram criados. Nela, foram inseridos documentos referentes à criação, estruturação, funcionamento e organização interna do órgão; documentos relativos aos direitos e obrigações tanto dos servidores lotados no órgão como da instituição empregadora no que tange à assistência, proteção ao trabalho e concessão de benefícios; documentos referentes à administração dos materiais de consumo e bens patrimoniais; documentos relativos à planos orçamentários e às operações contábeis e financeiras referentes ao uso dos recursos públicos e comprovação de receita e despesa como movimentação de conta corrente, balanços e prestações de contas aos tribunais de contas.

Na série (nível 3) Ensino Superior, foram classificados os documentos referentes a uma das finalidades da educação superior como a formação e titulação dos diplomados. Os documentos são oriundos das atividades que envolvem a criação, organização e funcionamento do curso de graduação, assim como o registro da vida acadêmica dos acadêmicos. Nela, inserem-se os documentos referentes às normas, regulamentações, diretrizes, procedimentos e decisões de caráter geral que dispõem sobre a concepção, organização e funcionamento do ensino superior, emanados tanto dos órgãos do governo federal responsáveis pela educação superior quanto da própria instituição de Ensino Superior.

Na série (nível 3) Assuntos Diversos, foram classificados os documentos de caráter genérico que se relacionam com as diversas atividades desenvolvidas pelo órgão. Nela, inserem-se os documentos referentes à organização de solenidades, comemorações, homenagens, bem como aos discursos e palestras proferidas por dirigentes, servidores ou convidados; documentos referentes a eventos, promovidos ou não pelo órgão, assim como pedidos e cartas de apresentação e recomendação; comunicações de posse, endereço e afastamento; convites; felicitações e congratulações; protestos, reivindicações e oferecimentos diversos.

O nível 4, dossiê ou processo, apresentado pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE (2006) permitirá descrever documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto) ou constituída de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial. O nível 5, item documental é entendido como nível e não como documento, conforme a norma.

4 A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA UTILIZANDO O ICA-AtoM

Desenvolvido em torno da ISAD(G), da ISAAR(CPF) e da ISDIAH do Conselho Internacional de Arquivos, o ICA-AtoM, pode ser usado por uma única instituição para sua própria descrição, ou pode ser definido como uma “lista de união”, aceitando descrições de qualquer número de instituições arquivísticas.

O ICA-AtoM é um software livre com código aberto, ou seja, pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído sem restrição e permite intercâmbios nos formatos EAD-DTD e Dublin Core. Segundo Mendes (2006, p. 24) existem quatro liberdades preconizadas pelos desenvolvedores de software livre:

- (i) executar o software para qualquer fim; (ii) estudar e entender como funciona o software e adaptá-lo como se desejar; (iii) distribuir e compartilhar o software; (iv) melhorá-lo e redistribuir suas modificações publicamente, para que todos possam se beneficiar (MENDES, 2006, p. 24).

Uma das vantagens na utilização do software para a descrição arquivística, se refere a possibilidade de acesso remoto aos documentos, bem como a visualização, através da estrutura do software, das hierarquias e das vinculações que os documentos estabeleceram no cumprimento de sua função. Com respeito a sistemas informatizados, Fox (2007, p. 25) afirma que

seu objetivo, e ele deve ser o nosso também, é nada menos que o acesso simultâneo à informação sobre o acervo de múltiplos arquivos, apresentados e indexados consistentemente, de modo a maximizar a eficiência e efetividade do processo de pesquisa (FOX, 2007, p. 25).

Para a adoção de um novo software na FURG, é necessária uma análise por parte da Divisão de Suporte, do NTI visando possibilidade da hospedagem no sistema da instituição.

Esta análise também levanta questões de segurança, já que trata-se de softwares de terceiros. Após ter cumprido estes passos é que o software será submetido a testes, para verificar suas características e desempenho que será novamente analisado para viabilizar sua implantação. Assim decidiu-se “isolar” o software num computador, que só seria usado para albergar o ICA-AtoM. Conforme o responsável, a instalação da versão 1.1 (a primeira não beta) não teve muitas dificuldades, porém salientou que é necessário ter certo conhecimento na área, já que precisou a instalação dos softwares: Apache 2.2, PHP 5.3 e Mysql 5.1. Com respeito a espaço de armazenamento, não foi estabelecido limite, sendo necessária a inserção de dados para avaliar seu comportamento.

Com respeito à viabilização da implantação do ICA-AtoM, o responsável pela instalação afirmou que existe incompatibilidade de versão, a FURG utiliza o PHP 3 e o software o PHP 5. O PHP é uma linguagem de software livre de uso geral, muito utilizada e especialmente guarnecida para o desenvolvimento de aplicações web, dentro do HTML. Neste sentido, Fox (2007, p. 28-29) explica que

quando os sistemas de computadores e suas aplicações usam tecnologias diferentes e incompatíveis que dificultam, se não impossibilitam, a troca de dados. A solução do problema é tratado por um conjunto de normas que emergiram no mundo da XML (Extensible Markup Language), uma pedra de roseta da informática que torna possível gerenciar (armazenar, indexar, transportar e apresentar) dados de ambientes computacionais díspares, com diferentes programas e equipamentos cujas naturezas patenteadas previamente faziam o intercâmbio de dados ser difícil e/ou caro. Para arquivos, nós temos normas tais como: Encoded Archival Description (EAD), Encoded Archival Context (EAC) e Encoded Archival Guides (EAG), que são aceitas internacionalmente como protocolos para se intercambiar eficientemente dados sobre documentos, produtores de documentos e instituições arquivísticas (FOX, 2007, p. 28-29).

Outro problema relatado pela equipe era o desconhecimento se os metadados poderiam ser migrados para a página do Arquivo, desenvolvida em Joomla! O Joomla! é um sistema de gestão de conteúdos (*Content Management System* - CMS) desenvolvido a partir do CMS Mambo. É desenvolvido em PHP e pode ser executado no servidor Web Apache ou IIS e base de dados MySQL. É um projeto de código aberto (licença GNU/GPL) e a sua última versão estável é a 2.5.1 (lançada em fevereiro de 2012); a sua última versão legada é a 1.0.15.

Desta forma, a disponibilização do inventário, descrito conforme a NOBRADE e utilizando o ICA-AtoM, foi linkada na página do Arquivo Geral da FURG.

Sua interação com o sistema é realizada no navegador de internet do usuário, por ser um software fundamentado em ambiente web. Desta forma, o ambiente foi instalado tendo como acesso a URL: <http://ica-atom.furg.br>, conforme ilustração 1.

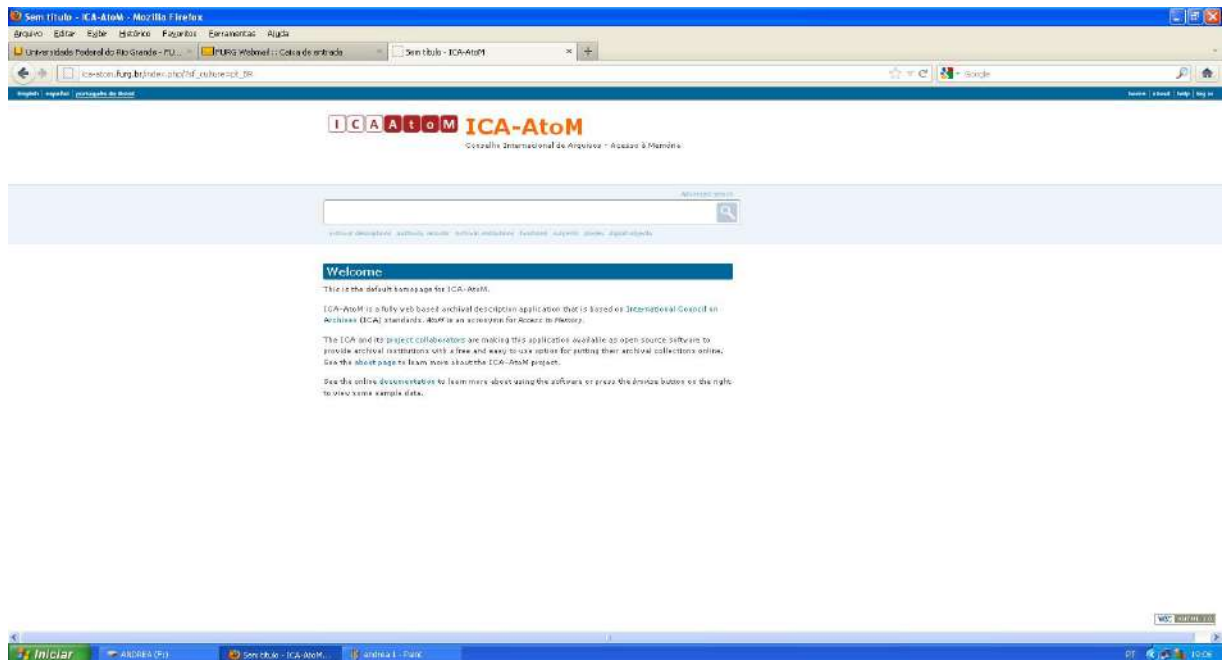


ILUSTRAÇÃO 1 – Tela para acesso ao ICA-AtOM da FURG.

Como se trata de uma versão de teste o acesso foi limitado apenas para um usuário (andreasantos@furg.br) com senha e um local. Como medida de segurança, o acesso só pode ser realizado no ambiente interno da FURG. No software ICA-AtOM pode-se escolher o idioma entre o inglês, o espanhol e o português do Brasil. Ao escolher o idioma português do Brasil, percebeu-se falhas na tradução. Somente alguns campos foram traduzidos e outros permaneceram em inglês. Isso não acontecia quando se optava pelo espanhol, onde todos os campos estavam no idioma correspondente. Acredita-se que novas versões corrigiram estes detalhes.

Com respeito à descrição o leque é amplo. Seu cabeçalho principal possui sete abas que possibilitam a busca por diversos escopos: descrição arquivística, registros de autoridade, instituições arquivísticas, funções, assuntos, lugares e objetos digitais. Com respeito aos elementos para descrição de documentos, o ICA-AtOM não possui História administrativa/Biografia (pertencente à área de contextualização) nem Notas sobre conservação (pertencente à área de notas). Este último se justifica, pois o elemento não consta

na ISAD(G), sendo próprio da NOBRADE. Estas informações podem ser inseridas no elemento Notas gerais. Também permite colocar a observação sobre a versão da descrição, se é final ou rascunho.

O segundo cabeçalho se refere às ações editáveis: inclusão de descrições arquivísticas, registros de autoridade, instituição arquivística, termo e função. A partir do terceiro cabeçalho é possível adicionar uma nova descrição de fundo/coleção, baseado na ISAD(G).

Para o registro de autoridade, o ICA-AtoM, utiliza a ISAAR(CPF). Os registros são a forma autorizada do nome combinados com elementos de informação que identificam e descrevem a entidade e a norma possui quatro áreas: identificação, descrição, relacionamento e controle. Para a descrição da instituição arquivística é utilizada a ISDIAH, que possui seis áreas de descrição: identificação, contato, descrição, acesso, serviços e controle. Assim para descrever uma função, através da ISDF, é necessário estabelecer ligações com as descrições arquivísticas, os registros de autoridade, principalmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a unificação dos primeiros centros de ensino superior na cidade em 1969 e até 2008, a FURG não contou com profissionais capacitados na área arquivística. Esta situação piorou nos últimos anos com o aumento de cursos de graduação e pós-graduação, do número de vagas e com a abertura de novos campi, ao ocasionar uma explosão na produção documental.

O Arquivo Geral da FURG tem a função de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais que foram produzidos e/ou acumulados pela instituições no desenvolvimento das suas atividades. Desta forma, também deve viabilizar o acesso ao seu acervo mostrando aos usuários seu contexto de produção e o potencial de pesquisa existente. É através da pesquisa realizada no arquivo, que estes acervos traduzem o modo de vida da sociedade e subsidiam a construção e a compreensão da realidade da época.

O acervo custodiado pela FURG é reflexo de uma sociedade, da sua força e sua luta pelo progresso. Seu acervo deve ser entendido como fonte de pesquisa e repositório da informação administrativa. Desta forma, o tratamento técnico, através do arranjo, possibilita a representação do conjunto documental, observados os princípios arquivísticos da proveniência e da ordem original, como reflexo do órgão produtor e do documento, através do registro de

suas atividades ou funções que lhe deram origem. Sem dúvidas, a intervenção arquivística colaborará com o desenvolvimento, a transmissão, a preservação e a difusão do conhecimento desenvolvido na instituição.

Assim, a utilização de um software para descrição arquivística de documentos no âmbito do Sistema de Arquivos – SIARQ, será uma oportunidade para oferecer um instrumento de pesquisa online, obedecendo à norma nacional e as internacionais de descrição e com a utilização de um software específico, à altura de grandes instituições arquivísticas.

Acredita-se na relevância que este trabalho de arranjo documental trará para o tratamento de outros fundos fechados custodiados no Arquivo Geral da FURG, como a Escola de Engenharia Industrial, a Faculdade Católica de Filosofia, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e da Faculdade de Medicina de Rio Grande, de cuja união surge a Universidade de Rio Grande – URG. Desta forma, as possibilidades de trabalho com este acervo não se esgotaram, pelo contrário, servirá de pedra fundamental para o tratamento, acesso e difusão do patrimônio documental da instituição.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **A construção discursiva em Arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição**. Dissertação [Mestrado em Ciência da Informação] – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. **Arquivística objetos, princípios e rumos**. São Paulo Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002

BRASIL. Lei de 11 de agosto de 1827. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_63/Lei_1827.htm Acesso em 21 jan. 2012.

CASTANHO, Denise Molon et al. **Uma política de arranjo documental para a Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2000.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa : Dom Quixote, 1998

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, p. 14-33, 1986. Disponível em: http://www.aab.org.br/digitalizacao/revistas/V10_14N11982_86.pdf Acesso em 09 jan. 2012.

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. In: **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n° 1-2, jan/dez 2007 p. 23-30. Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/127>. Acesso em: 06 Mar. 2012.

MENDES, Cássia Isabel Costa. **Software livre e inovação tecnológica: uma análise sob a perspectiva da propriedade intelectual**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Unicamp, 2006. Disponível em: http://www.softex.br/portal/softexweb/uploadDocuments/_observatorio/Dissertacao%20Cassia%20Mendes.pdf Acesso em 07 mar. 2012.

RAMÍREZ ACEVES, Meriznada. La Archivística: Ciencia o técnica? In: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel (Org). **Bibliotecología, Archivística, Documentación**: intradisciplina, interdisciplina o transdisciplinariedad. Disponível em: http://132.248.242.3/~publica/archivos/libros/bibliotecologia_archivistica_documentacion.pdf Acesso em 16 fev. 2012.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org); INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivística: temas contemporâneos**. Brasília: Editora Senac-DF, 2008, p. 79-163.

APLICAÇÃO DE MODELAGEM MATEMÁTICA COMO METODOLOGIA DE ENSINO NO ENSINO MÉDIO

Nilson S. Peres Stahl

Professor da UENF - LCMAT (Laboratório de Ciências Matemáticas) – CCT (Centro de Ciência e Tecnologia).
E-mail: *nilsonstahl@ig.com.br*

Estefane Costa Rosa Domingues

Mestranda em Cognição e Linguagem - UENF
E-mail: *estefanedomingues@yahoo.com*

Clara Vanessa Barros dos Santos

Graduada em Matemática – UENF
E-mail: *clara.dos@ig.com.br*

RESUMO

Esta pesquisa investiga a utilização da Modelagem Matemática como metodologia alternativa. A pesquisa ocorreu no Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM) na Cidade de Campos dos Goytacazes/RJ com uma turma do 1º ano do ensino médio enfocando “funções quadráticas”. Este trabalho de pesquisa utilizou a análise qualitativa como metodologia de investigação. A coleta de dados ocorreu por meio de diário de bordo do professor e questionários aplicados aos alunos. Os resultados apontam que a Modelagem Matemática é um facilitador da construção do conhecimento em Matemática.

Palavras Chaves: modelagem matemática, educação matemática, função quadrática.

ABSTRACT

This research investigates the use of mathematical modeling as an alternative methodology. The study was conducted at the Institute of Education Prof. Aldo Muylaert (ISEPAM) in the city of Campos dos Goytacazes / RJ with a class of 1st year high school focusing on "quadratic functions". This research used a qualitative analysis and research methodology. The data was collected through the logbook of the questionnaires to teachers and students. The results show that mathematical modeling is a facilitator of knowledge construction in Mathematics.

Keywords: mathematical modeling, mathematics education, quadratic function.

INTRODUÇÃO

O aprendizado de matemática tem sido há muito tempo a maior dificuldade para os alunos. No ensino fundamental e médio é comum observar entre os educandos discussões sobre como a disciplina é difícil de entender e “sem sentido”.

Naturalmente, tais dificuldades podem decorrer de inúmeras ações pedagógicas. No entanto, em nosso ponto de vista, uma das possíveis causas pode ser devido à aula expositiva, em que os conteúdos são passados para os alunos de modo a enfatizar essencialmente o rigor Matemático e pouca ou nenhuma aplicação de ordem prática dos conceitos, quando de sua apresentação. Esta tendência, segundo PORTO (1987), traduz o pensamento da escola tradicional, caracterizado por valorizar o ensino universalista, sem se preocupar, contudo, com o dia-a-dia do aluno, onde a função do professor é dominar o conhecimento, selecioná-lo e ministrá-lo, de forma lógica e progressiva, num clima de ordem, obediência e de forma acabada e inquestionável.

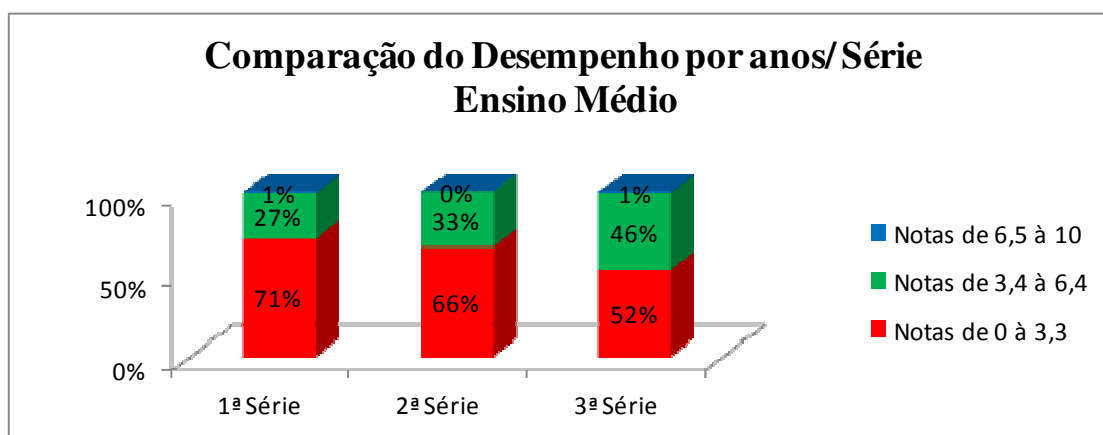
Neste contexto, acreditamos que uma postura muito mais progressista - partindo do pressuposto de que a educação é parte da própria experiência humana - de um ensino centrado no interesse do educando ou do grupo, desenvolvido a partir da necessidade de sua adaptação ao meio e da possibilidade de desenvolver as relações interpessoais, seja uma proposta pedagógica mais favorável. Nesta perspectiva, os alunos não trabalham mais sozinhos, mas em grupo, em processo de cooperação, onde as atividades não são programadas, mas se desenvolvem conforme o interesse despertado, reproduzindo muitas vezes as condições reais de existência desses mesmos alunos.

JUSTIFICATIVA

De acordo com o IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – publicado em 05/07/2010, indicador de qualidade da Educação Básica que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb), apresenta o estado do RJ como entre os estados da Federação que não conseguiram alcançar a média nacional de desenvolvimento. Diante desse quadro, especificamente para o estado do Rio de Janeiro, acreditamos que uma proposta que investigue a aplicação de novas metodologias que venham a auxiliar os professores/educadores a reverter esse processo seja uma atitude científica relevante.

No ano seguinte, especificamente em maio de 2011 foi divulgado o resultado de uma avaliação denominada “saerjinho”, numa referência ao SAERJ (Sistema de Avaliação do Estado do Rio de Janeiro). Os dados apresentados na figura 1 abaixo, não são diferentes daqueles obtidos em índices de avaliações anteriores, ou seja, o ensino médio está a exigir maior atenção das autoridades governamentais diante do elevado percentual de notas entre 0 e 3,3 nas três primeiras séries do ensino médio.

Figura 1 – Resultado da avaliação “saerjinho” - Ensino Médio em Matemática.



Segundo D’AMBROSIO (1997), um dos fatores que podem estar relacionados a esse mau desempenho é, “o caráter experimental da Matemática vem sendo removido do ensino e isso pode ser reconhecido como um dos fatores que mais contribuíram para o mau rendimento escolar”.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida em uma turma do 1º ano do ensino médio do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM) na Cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. O professor desenvolveu, ao longo do ano letivo de 2011, os conteúdos em matemática previstos no seu plano de curso. Foi criado um modelo que representasse a cobertura da quadra esportiva em arco de parábola.

Os alunos foram divididos em grupos e estes mediram diversas quadras pela cidade de modo a que cada grupo obtivesse seu próprio modelo com valores diferenciados. Em seguida foi proposta a seguinte questão para eles resolverem: *“Será que é possível desenvolver uma*

função do 2º grau que expresse a curvatura parabólica da cobertura da quadra de esportes?”.

A Figura 2 e figura 3 apresentam, respectivamente, o esboço fornecido aos alunos para elaboração e resolução do modelo proposto e o gráfico representativo da cobertura da quadra. A figura 3 apresenta os valores utilizados na construção do modelo procurado.

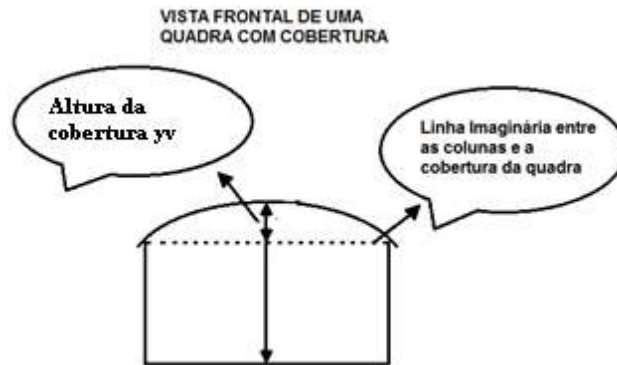


Figura2: Esboço do corte transversal da quadra.

O valor de y_v , altura da cobertura da quadra, foi estipulado pelo professor como sendo 2,5m. O valor de x_v depende das medidas da quadra que cada grupo mediu.

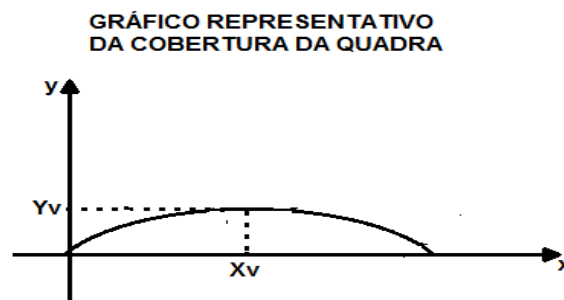


Figura 3: Gráfico do arco de parábola que representa a cobertura da quadra.

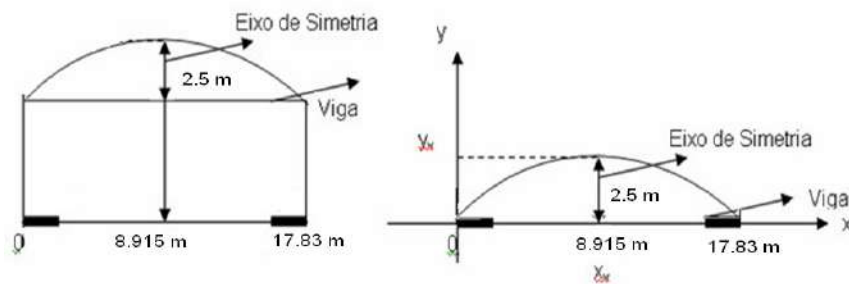


Figura 4: Gráfico do arco da parábola que representa as medidas da quadra do ISEPAN.

A Equação 1 apresenta, após as respectivas substituições, o modelo da cobertura da quadra em arco de parábola da forma $ax^2 + bx + c$.

$$y = -0,031x^2 + 0,556x \quad (1)$$

MODELAGEM MATEMÁTICA

Segundo BASSANEZI e FERREIRA (1988), a modelagem Matemática busca, a partir de um problema não Matemático, sua solução por meio de um modelo dentro de uma teoria matemática conhecida que facilite sua obtenção. Os autores lembram que os métodos existentes em dada teoria podem não ser suficientes para a resolução do problema e não convergir para os resultados desejados. Neste caso, recomendam os autores, volta-se ao problema inicial, simplificando-o sem, contudo, descaracterizá-lo, mas tornando-o matematicamente tratável. A modelação Matemática, de acordo com os autores, em suas diversas fases, é mostrada na FIG. 5.

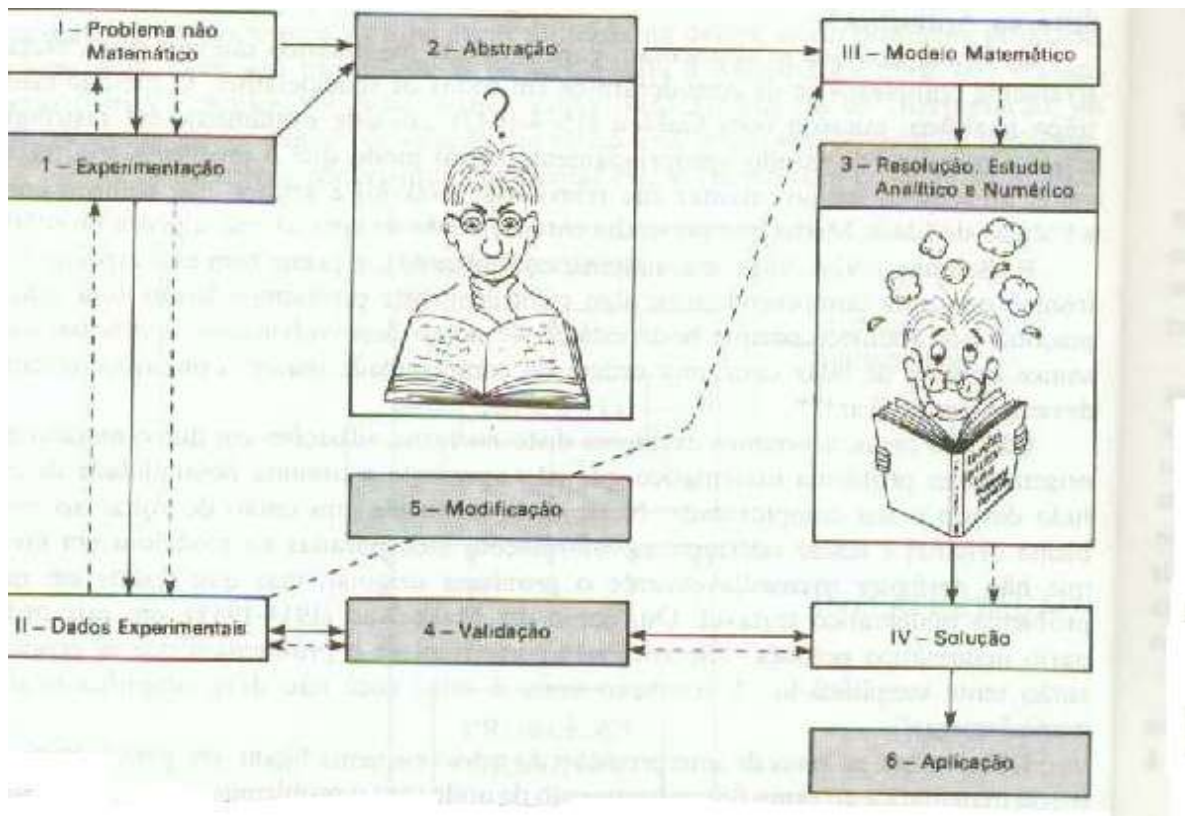


Figura 5 - Esquema de uma modelagem matemática

FONTE: BASSANEZI e FERREIRA (1988).

De acordo com esta definição, os autores identificam diversas etapas, a saber:

1) **Experimentação**. Obtenção de dados experimentais ou empíricos que ajudam na compreensão do problema, na modificação do modelo e na decisão de sua validade. É um processo essencialmente laboratorial e/ou estatístico, além de incluir atividades elementares, como “medir e fazer contas”.

2) **Abstração**. Processo de seleção das variáveis essenciais e formulação, em linguagem “natural”, do problema ou situação real.

3) **Resolução**. O modelo matemático é montado quando se substitui a linguagem natural por uma linguagem do universo matemático. O estudo do modelo depende de sua complexidade e pode incluir processos numéricos. Quando os argumentos conhecidos não são suficientes, novos métodos podem ser necessários, ou então o modelo deve ser simplificado.

4) **Validação**. Comparação entre a solução obtida via resolução do modelo Matemático e os dados reais. É um processo de decisão de aceitação ou não do modelo inicial. O grau de aproximação desejado será o fator preponderante na decisão.

5) **Modificação.** Caso o grau de aproximação entre os dados reais e a solução do modelo não seja aceito, deve-se modificar as variáveis ou a lei de formação e com isso o próprio modelo original é modificado e o processo se inicia novamente.

6) **Aplicação.** A modelagem eficiente permite fazer previsões, tomar decisões, explicar e entender; enfim, participar do mundo real com capacidade de influenciar em suas mudanças.

Biembengut e Hein (2000), entre outros pesquisadores, consideram modelagem matemática como metodologia de ensino- aprendizagem. Para estes pesquisadores “modelagem matemática é o processo que envolve a obtenção de um modelo” (p. 12) e denominam *modelação matemática* como o processo como um todo, considerando suas diversas fases. Para Barbosa (2001), “Modelagem é um ambiente de aprendizagem no qual os alunos são convidados a indagar e/ou investigar, por meio da Matemática, situações com referência na realidade”.

Bassanezi (2002) define modelagem matemática como um processo dinâmico utilizado para obtenção de modelos matemáticos. Ainda conclui que a modelagem consiste, essencialmente, na arte de transformar situações da realidade em problemas matemáticos.

Vendo a necessidade de situações que possibilitem a construção do conhecimento pelos alunos e, percebendo a modelagem matemática como possibilidade para isso, Barbosa (2004, p. 4) esclarece que:

O ambiente de Modelagem está associado à problematização e investigação. O primeiro refere-se ao ato de perguntas e/ou problemas enquanto que o segundo, à busca, seleção, organização e manipulação de informações e reflexão sobre elas. Ambas as atividades não são separadas, mas articuladas no processo de envolvimento dos alunos para abordar a atividade proposta. Nela, podem-se levantar questões e realizar investigações que atingem o âmbito do conhecimento reflexivo.

Algumas justificativas para a utilização da modelagem matemática são enumeradas por Silveira e Ribas (2004, p. 1, par te 2):

- 1) Motivação dos alunos e do próprio professor;
- 2) Facilitação da aprendizagem. O conteúdo matemático passa a ter mais significação, deixa de ser abstrato e passa a ser concreto;
- 3) Preparação para a profissão;
- 4) Desenvolvimento do raciocínio lógico e dedutivo em geral;
- 5) Desenvolvimento do aluno como cidadão crítico e transformador de sua realidade;

- 6) Compreensão do papel sociocultural da Matemática, tornando-a, assim, mais importante.

De acordo com Stahl (2003), a modelagem é o mecanismo de integração entre uma dada situação - problema, a ser resolvida, e a matemática. Como resultado desse processo obtém-se o Modelo Matemático, que segundo D'AMBROSIO (1986), seria o ponto de ligação entre as informações captadas pelo indivíduo e sua ação sobre sua realidade. O modelo situa-se no nível do indivíduo e é criado por ele como um instrumento de auxílio para a compreensão da realidade. O processo de modelagem, ou seja, o caminho de criação do modelo, ainda segundo o autor, é o processo mediante o qual se definem as estratégias de ação do sujeito sobre a realidade.

RESULTADOS ALCANÇADOS

De um modo geral todos os grupos alcançaram bons resultados apresentando seus respectivos modelos. Identificaram os conteúdos explorados pelo professor e, a partir dos modelos, construíram conhecimento em Matemática. A compreensão da matemática ocorreu, entre outros fatores, pela constatação por parte dos alunos de que os conteúdos ministrados em sala de aula pelo professor podem, de maneira contextualizada, resolver os problemas de seu dia a dia, da comunidade onde vivem, entre outros.

Dificuldades por parte dos educandos na identificação dos dados (medidas) e respectiva utilização no modelo, foram observados pelo professor durante o processo. Os educandos também apresentam dificuldades em transformar o abstrato – conteúdo em sala de aula – no real, neste caso a obtenção do modelo que representa a cobertura da quadra esportiva. Em outras palavras, não identificaram, num primeiro momento, a relação entre a matemática da sala de aula e a realidade de seu dia a dia.

Pelo explicitado e os dados obtidos, acreditamos que a Modelagem Matemática pode e deve ser utilizada em sala de aula como meio de construção de conhecimento em Matemática e, desse modo, contribuir para uma mudança de atitude tanto do Docente quanto do discente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lourdes M. W. de; DIAS, Michele R. **Um estudo sobre o uso da Modelagem Matemática como estratégia de ensino e aprendizagem.** BOLEMA –Boletim de Educação Matemática. Rio Claro, n. 22, pp. 19-35, 2004.

BARBOSA, Jonei C. **Modelagem na Educação Matemática: contribuições para o debate teórico.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2001. Caxambu. Anais eletrônicos do ANPED. Caxambu, 2001, 1 CD.

BARBOSA, Jonei Cerqueira. **Modelagem na Educação Matemática: Uma perspectiva.** In: ENCONTRO PARANAENSE DE MODELAGEM EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 1., 2004, Londrina. Anais... Londrina: UEL, 2004.

BASSANEZI, Rodney C. **Ensino-aprendizagem com modelagem matemática: uma nova estratégia.** São Paulo: Contexto, 2002.

BIEMBENGUT, Maria Salet t; HEIN, Nelson. **Modelagem Matemática no ensino.** São Paulo: Contexto, 2000.

BIEMBENGUT, Maria S; HEIN, Nelson. **Modelagem Matemática no ensino.** São Paulo: Editora Contexto, 2003.

BOGDAN, Robert C. e BIKLEN, Sari K. **Investigação Qualitativa em Educação.**Portugal: Porto Editora, 1994.

CALDEIRA, Ademir Donizeti, MALHEIROS, Ana Paula dos Santos, MEYER, João Frederico da Costa de Azevedo. **Modelagem em Educação Matemática.** Autêntica Editora, 2011.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Da Realidade à Ação: Reflexões sobre Educação e Matemática.** Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1986.

DAMM, Regina F. Registros de Representação. In: MACHADO, Silvia Dias Alcântara. **Educação Matemática: uma introdução.** São Paulo: EDUC, 1999.

MEYER, João Frederico C. A.; STAHL, Nilson Sergio Peres. Modelos Computacionais em Sistemas Ambientais: **O Desafio de Criar uma Nova Disciplina**. XXII Congresso Nacional de Matemática Aplicada e Computacional, Santos-SP, 2000.

MEYER, João Frederico C. A.; STAHL, Nilson Sergio Peres. **Determinação da Vazão de um Córrego Via Pesquisa de Campo, Modelos Matemáticos e Computacionais**. XXIII Congresso Nacional de Matemática Aplicada e Computacional, Santos-SP, 2001.

MEYER, João Frederico C. A.; STAHL, Nilson Sergio Peres. **Aprendizagem Escolar e Qualidade de Vida via Modelagem Matemática e Simulações**. Revista Biomatemática. Vol.15. IMECC, Campinas, SP, 2005.

STAHL, Nilson S. Peres, **O ambiente e a modelagem matemática no ensino do cálculo numérico**, Tese de doutorado, UNICAMP, 2003.

AS CONTRIBUIÇÕES DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO –TIC’s PARA O ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Janete Araci do Espírito Santo
Mestranda UENF
janeteesanto@hotmail.com

Bianka Pires André
Professora Orientadora UENF
biankapires@gmail.com

Carolina Fragozo Gonçalves
Mestranda UENF
carolinafragosogoncalves@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem por objetivo discutir a atuação da tecnologia em nosso cotidiano, causando mudanças sociais e culturais, transformando comportamentos em nossas vidas de uma forma acelerada. Isso implica pensar que este momento requer uma atenção para a Educação numa perspectiva de trazer, para o ambiente escolar, recursos que contribuam para uma pedagogia apropriada que deverá atender os “nativos digitais”, que chegam à escola. Por isso, a escola e o professor precisam propor metodologias inovadoras utilizando as TICs para atingir resultados significativos, vivenciando processos de comunicação e participação interpessoal e grupal afetivos.

Palavras-chave: Educação – Tecnologia – Formação docente

Abstract

This paper aims to discuss the role of technology in everyday life, causing social and to cultural changes, turning behaviors in our lives in an expedited manner. This means thinking that this moment requires a special attention to education with a view bringing to the school environment, resources that contribute to an appropriate pedagogy which should address the "digital natives" who come to school. Therefore, the school and the teacher must propose innovative methodologies using ICTs to achieve meaningful results, experiencing communication processes and interpersonal and group affective involvement.

Keywords: Education - Technology - Teacher formation

Introdução

Considerando a grande revolução da informática, da automação e das TIC's, o contexto educacional tem exigido grandes transformações na estrutura escolar visando novas posturas que privilegiem as mudanças voltadas para um novo cenário do mundo contemporâneo.

Com estas relevantes modificações que a sociedade vem sofrendo com o desenvolvimento tecnológico e as novas maneiras de pensar sobre o saber e sobre o processo pedagógico, professores e agentes pedagógicos se veem diante de um cenário de dificuldades e insegurança que compromete o processo ensino-aprendizagem. A educação atual se encontra diante de um grande desafio que é o de constituir-se em espaço de mediação entre o aluno e esse mundo tecnológico que lidam com a mente e o imaginário. No entanto, faz-se necessário que o professor domine as novas tecnologias, que tenha uma nova qualificação e que atenda às expectativas requeridas por este novo panorama.

O perfil da educação no momento atual

Durante muito tempo, mesmo nas sociedades que caminhavam rumo à democracia e ao progresso, considerou-se que a maioria das pessoas precisava apenas de uma “instrução mínima” para viver em sociedade. O fato de sair da escola aos 11 anos, mal sabendo ler e contar, não tinha nenhuma importância para as crianças destinadas a trabalhar no campo ou nas fábricas (Perrenoud, 2001). Mas hoje, conforme a expressão de Bourdieu (1979) todas as crianças são tratadas como “iguais em direitos e deveres”, e merecem receber uma educação mais integral, mais digna.

A concepção social do alfabetizado mudou. Nos dias atuais, o que se requer de uma pessoa alfabetizada é bem diferente, vai além da simples decodificação de símbolos, se requer compreensão e capacidade de reação ao que for solicitado. O mundo contemporâneo requer também uma certa “alfabetização digital” por parte de seus membros. Este é um momento significativo pelo avanço tecnológico, mas que coloca a escola diante de uma crise. O fracasso escolar tem sido uma preocupação de todos os envolvidos com a Educação e que desejam uma Escola e alunos competentes. Fracasso este que muitas das vezes ocorre pela não adequação dos novos sujeitos ao modelo tradicional de escola que ainda temos. Como afirma Gadotti:

Neste começo de um novo milênio, a educação apresenta-se numa dupla encruzilhada: de um lado, o desempenho do sistema escolar não tem dado conta da universalização da educação básica de qualidade; de outro, as novas matrizes teóricas não apresentam, ainda, a consistência global necessária para indicar caminhos realmente seguros numa época de profundas e rápidas transformações (Gadotti, 2000, p.6).

Professores e gestores precisam rever suas ações e o seu papel no aprimoramento das suas práticas educativas, analisando seus conceitos didático-metodológicos de forma a adequar sua postura pedagógica ao momento atual.

A Influência da Terceira Cultura: Cultura de Massa

A educação no mundo atual conta agora com a participação de mais uma instituição, como aliada a uma ação pedagógica, além da escola e da família. Chamamos a essa instituição de Terceira Cultura – a cultura da comunicação de massa, que alimenta e sobrevive à custa das culturas de caráter humanista, nacional, religiosa e escolar (MORIN, 1984).

Sem considerar as heterogeneidades sociais, étnicas, etárias, sexuais ou psicológicas, a terceira cultura, produzida para a população em geral, é veiculada pelos meios de comunicação de massa. Este tipo de cultura de massa pode ser considerado como toda manifestação cultural produzida para o conjunto de camadas mais numerosa da população; o povo, o grande público. Com o seu desenvolvimento dita cultura ofuscou os outros tipos de cultura anteriores e alternativos a ela. A cultura de massa está presente na vida de cada um de nós, transmitindo valores e padrões de conduta e socializando muitas gerações. Portanto, considera-se que a concepção de mais um modelo único de família, de escola e/ou mídia não seja apropriado, embora, cada uma dessas instituições pautem por propósitos e princípios distintos.

Estas instituições constituem-se por sujeitos em intensa e contínua interdependência entre si, e não podem ser vistas como estruturas que pressionam umas às outras, mas como instâncias constituídas por agentes que se pressionam mutuamente no jogo da socialização. E esta “pressão” por parte da cultura de massa e das distintas instituições envolvidas neste processo, como a família e a escola, atuam diretamente na formação de nossos alunos e alunas.

Observando os pontos pertinentes a cada uma destas instituições, podemos considerar a família como responsável pela transmissão de um patrimônio econômico e cultural muito significativo na base de formação do indivíduo (BOURDIEU, 1979). De origem privilegiada ou não, ela transmite para seus descendentes um nome, uma cultura, um estilo de vida moral, ético e religioso. A família é uma instituição que evolui conforme as conjunturas socioculturais. Ela é um importante elemento na determinação dos destinos pessoais e sociais, nas trajetórias educacionais e profissionais dos sujeitos.

A Escola, sem deixar de ser uma instituição do saber e da produção do conhecimento, tem perdido seu papel organizador, pois não monopoliza mais as referências identitárias (DUBET, 1996). Ela não se apresenta mais como eixo organizador de experiências. Não consegue conciliar as suas antigas funções de educar (transmitir valores), selecionar (qualificar o público) e socializar (adaptá-los a uma realidade social). Recebendo um público variado e estando preparada para enfrentar os desafios propostos por ele, a escola torna-se uma agência da socialização enfraquecida, servindo de forma fragmentada às diferentes expectativas deste público.

A cultura de massa, ao transmitir informação e entretenimento, transmite também valores e padrões de conduta diversificados. Considera-se que o caráter pedagógico dessa cultura é uma ampla circularidade dos bens culturais, juntamente com a difusão das informações que contribuem para o surgimento de novas formas de interação educativa (GIDDENS, 1994).

Dessa maneira, os sujeitos sociais podem orientar suas práticas e ações a partir de outros parâmetros que não sejam mais exclusividade da escola e da família, mas apropriados por todos, numa configuração única, sujeita aos condicionamentos sociais; às experiências vivenciadas no universo familiar e escolar, produto da interdependência entre as agências da Socialização. Grande parte das transformações ocorridas na realidade contemporânea deriva-se das ralações de interdependência entre as instâncias: família e escola – e a emergência da cultura de massa.

A Contribuição das TIC's no processo de ensino-aprendizagem

O âmbito educacional conta, hoje, com um universo de possibilidades de utilização das Novas Tecnologias. Entre elas está o melhor aproveitamento pedagógico em que o professor pode ser capaz de potencializar o ensino-aprendizagem. O docente é papel primordial neste

contexto desde que este tenha consciência da necessidade de sua adequação a esta nova realidade. É preciso buscar formas que possibilitem a utilização desses recursos e ferramentas em benefício do aprendizado.

O perfil do estudante mudou. Hoje ele faz várias atividades ao mesmo tempo, assiste TV, navega na Internet, faz a tarefa, relaciona-se com seus colegas e amigos pelos comunicadores instantâneos, além de desenvolver novas habilidades a cada recurso tecnológico utilizado. Por isso, é preciso buscar atividades que conquistem o interesse e a atenção deste aluno. Sabemos que é um grande desafio, mas precisamos ser otimistas e aproveitar este contato que o jovem vive atualmente com o mundo como aliado no processo ensino-aprendizagem, basta que o professor seja criativo e dedicado. O aluno possui as ferramentas principais para esta mudança e já chegam plugados nos mais modernos aparelhos tecnológicos acoplados às câmeras digitais, MP3, comunicadores sociais, telefones celulares conectados à Internet, e o que é mais interessante, gostam de lidar com estes aparelhos e descobrir as novidades, satisfazendo assim suas curiosidades.

Só podemos falar em educação se estivermos inseridos na realidade de nossos educandos. Precisamos estar preparados para este desafio, buscando desenvolver as habilidades necessárias e conhecer os recursos disponíveis e suas possibilidades. Moran (2004) ressalta, inclusive, que através das novas tecnologias podemos encontrar novos formatos para as velhas concepções de ensino-aprendizagem.

Precisamos discutir a forma de utilização dos meios tecnológicos como apoio pedagógico. Além de estar preparado para um trabalho comprometido com os novos modelos educacionais, o professor tem o dever de estar, também, atento à nova legislação e orientar aos seus alunos sobre como utilizar estes recursos, deixando claro como utilizar imagens, privacidade, spam, limite de brincadeira, difamação em dimensão global. É preciso estar atento às novidades bem como aos riscos e novos meios de fraude e atos ilícitos.

Além da inclusão digital, cabe também à instituição promover a “Educação Digital”. É preciso educar para utilizar. Criar uma cultura de uso ético e legal. Desta forma, a instituição não estará apenas cumprindo com o seu papel educacional, mas também se protegendo e contribuindo para a evolução da sociedade.

A Formação do Professor para o uso das TIC's na Educação

Os documentos concernentes à formação de professores, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, cursos de licenciaturas e de graduação plena, explicitam a aposta na reconfiguração do trabalho, tendo em vista a sociedade da informação (BARRETO, 2004). Mas em pesquisas realizadas pela Fundação Victor Civita, apenas 15% dos professores entrevistados afirmam ter recebido formação para o uso de tecnologias aplicadas à Educação, sendo que na maior parte dos casos, estes cursos foram focados nas próprias ferramentas. Para Regina Scarpa¹, coordenadora pedagógica da NOVA ESCOLA e da Fundação Victor Civita, “as capacitações em serviço deveriam focar os conteúdos de cada disciplina e incluir as tecnologias como ferramentas para facilitar o trabalho em sala de aula”. Já Rosane Nevada, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), lembra que só ensinar a mexer na máquina não contribui para aperfeiçoar o jeito de ensinar.

Para entender melhor todo esse conflito existente entre professor e metodologia educacional, fomos a campo buscar informações que pudessem esclarecer os obstáculos enfrentados pela instituição escolar, que mostram que não é fácil mudar esta cultura tradicional. Analisamos uma escola pública da Cidade de Campos de Goytacazes, no período de maio a outubro de 2011. Em um primeiro momento aplicamos questionários para alguns professores e alunos e realizamos uma entrevista à Diretora da escola. Trabalhamos também, com observações sistemáticas. A observação sistemática é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar (MARCONI e LAKATOS, 2006, p.192). Priorizamos como objetivos a análise de como a escola e os professores lidam com as NTIC's; se esses professores são capacitados para o manuseio dos equipamentos; e também, se estão preparados para utilizá-los de forma que sejam integrados na sua prática pedagógica. Aproveitamos também, para saber como são disponibilizados estes equipamentos midiáticos entre os professores.

Com os primeiros resultados pudemos observar que a Diretora preocupa-se com a educação atual e está oferecendo na própria escola, um curso de capacitação para professores, na área de Tecnologia da Informação e Comunicação com ênfase em Internet e Multimídia. Ela não vê muito interesse por parte dos professores em frequentar o curso, e afirma que

¹ <http://educacaoembarreiras.blogspot.com/2011/04/formacao-para-trabalhar-com-tecnologia.html>

metade dos que se matricularam desistiram antes do término que será em Dezembro/2011, o que a faz supor que sejam as dificuldades encontradas no manuseio das máquinas, já que para fazer este curso, o professor já teria que ter o básico em Informática.

A maioria dos professores respondeu que o que mais utilizam em suas aulas é o vídeo, por ser de fácil manuseio e que não foram preparados em sua formação acadêmica para trabalharem com as Novas Tecnologias Educacionais (computadores, Internet). Apesar de terem alguns cursos de informática, não sabem como inserir didaticamente estes elementos no contexto metodológico do processo ensino-aprendizagem dos alunos. Portanto, podemos observar que pela falta de formação do professor em aplicar as tecnologias no conteúdo trabalhado, ele se depara com um mundo desconhecido, sem rumos, que o faz permanecer nas mesmas estratégias antigas e que divergem com as expectativas dos alunos.

Quanto aos alunos, 95% deles possuem celular, usam-nos para telefonar, enviar mensagens, ouvir músicas, brincar com joguinhos, sendo que a maioria estão conectados à Internet e a usam para entrar no Orkut e conversar no MSN. Agora, 80% dos alunos participantes possuem computador em casa e utilizam-no para pesquisar sobre trabalhos dados pelo professor, entrar no facebook e no MSN, assistir a vídeos no youtube, entrar no Orkut, brincar com joguinhos e ver notícias. Por outro lado, 15% não possuem computador, mas frequentam Lan-houses. E apenas 5% não possuem e não usam computador de forma alguma. Vale destacar que, muitos dos alunos acham as aulas monótonas e que seria interessante e mais prazeroso terem aulas nos laboratórios de informática.

Observamos também, que apesar de muitos estudos que vem sendo desenvolvidos sobre o uso das tecnologias na educação (BARRETO, 2004; SANCHO, 1998 ; LEVY, 1993; MORIN, 2000; CANDAU, 2009), ainda há, por parte dos professores, uma grande resistência no seu uso nas práticas pedagógicas. Urge a necessidade de transformação na educação. Segundo Paulo Freire (2005), a educação não transforma o mundo, mas transforma as pessoas e, essas sim, transformam o mundo.

Considerações Finais

Há uma preocupação da Diretora da Escola em proporcionar aos docentes oportunidades de se aperfeiçoarem em suas práticas pedagógicas que os tornem comprometidos com a verdadeira função de educar e formar as novas gerações. No entanto, pudemos observar que, mesmo havendo esta preocupação por parte da Diretora, a escola

conta com laboratórios com estruturas deficientes para atender seu alunado, e o uso feito desses laboratórios e bem pouco por seus professores que , ainda optam, em sua grande maioria, pelo uso de quadro e giz para ministrar suas aulas.

Para os alunos, a escola resumida ao uso de antigas tecnologias e no discurso simples do professor, transforma-se num ambiente desinteressante e monótono. Eles estão em busca de desafios, aventuras e novas descobertas. Querem satisfazer suas curiosidades através da experimentação e se mostram insatisfeitos com a monotonia da escola, com a passividade do professor. Acham as aulas chatas e desinteressantes e, conseqüentemente, acabam provocando indisciplina em sala de aula, algumas vezes.

Portanto, faz-se necessário delinear alguns caminhos para a formação de professores numa perspectiva inovadora, indispensável para a melhoria da qualidade da escola. E isso só será possível se cada vez mais, educadores tiverem a oportunidade de prepararem-se para o uso de todas mídias na educação. Falta conectar as novas tecnologias aos conteúdos. Para que a escola possa garantir ao educando uma educação de contínua construção e reconstrução do conhecimento, é preciso reestruturar fisicamente o seu ambiente de ensino e propiciar aos professores, oportunidades de buscarem formas de se apropriarem da internet e das mídias educacionais como subsídios para a sua prática pedagógica. É preciso reinventar a Educação numa perspectiva de atender as necessidades do aluno “novo”, curioso e pronto para desenvolver um trabalho interativo em que professor e aluno possam construir o conhecimento de uma forma mais interativa, aberta, participativa e dentro do ritmo particular de cada um.

Referências bibliográficas

- BARRETO, R.G. (2004). *As tecnologias na formação de professores: o discurso do MEC*. Educação & Pesquisa, n.30, jul./dez. p.271-286.
- BOURDIEU. (1979). *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas sociais*. São Paulo: Perspectiva.
- CANDAU, V. (2009). *Didática: Questões Contemporâneas*. Rio de Janeiro: Forma & Ação.
- FREIRE, Paulo (2005). *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, M. (2000). *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000

GIDDENS, Anthony, (1994). *Modernidade e identidade Pessoal*. Oeiras: Celta.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade.(1999). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas.

LÉVY, Pierre. (1993). *As Tecnologias da Inteligência: O futuro do Pensamento na era da Informática*. Rio de janeiro: Editora 34.

_____ (1999). *Cibercultura*. Rio de janeiro: Editora 34.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. (1996). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3. Ed. São Paulo: Atlas.

MORAN, José Manuel; MASSETO M.T.; BEHRENS, M.A. (2000) *Novas Tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus.

_____ (2004). Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias.In: ROMANOWSKI et al. (Org.). *Conhecimento local e conhecimento universal: diversidade, mídias e tecnologias na educação*. Curitiba:Champagnat, p. 245-254.

_____ (2008). *A integração das tecnologias na educação*. Disponível em:

<http://www.eca.usp.br/prof/moran/integracao.htm> . Acesso em: 21 mar.

PERRENOUD, P. (2001). *A Pedagogia na Escola das Diferenças. Fragmentos de uma sociologia do fracasso*. Porto Alegre : Artmed Editora.

SANCHO, J. M. (1998). *Para uma tecnologia educacional*. Porto Alegre: Artemed.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES
Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

AS INFLUÊNCIAS DO HIPERTEXTO PARA O ENSINO APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Thiago Azevedo da Silva

Pós graduando em Cognição e Linguagem
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF,
thiagopcn@hotmail.com

Resumo – A Educação Física nas escolas muitas vezes tem se limitado ao ensino do desenvolvimento motor, além dos aspectos cognitivos e afetivos, especificamente nas aulas práticas, fazendo com que alunos, pais e até professores de outras disciplinas não tenham o conhecimento de que, além de desenvolver esses aspectos, tem por função também desenvolver nos discentes, fora do contexto prático, o conhecimento teórico e os valores relacionados ao esporte. Sendo assim, o presente trabalho possibilita a análise do ensino aprendizagem da Educação Física na escola, utilizando os recursos do Hipertexto, como os “meios de informação em rede”, a composição de “blocos de textos em links”, a “interrupção do fluxo de leitura”, o “delírio de possibilidades do leitor”, para estabelecer um conhecimento geral e eficaz dos esportes na escola.

Palavras-chave: Educação Física Escolar, Hipertexto, Mídia.

Abstract – Physical education in schools has often been limited to teaching motor development, in addition to cognitive and affective aspects, specifically in practical classes, so that students, parents and even teachers from other disciplines do not have the knowledge that, in addition to developing these aspects, also has the function to develop in students, outside the context of practical, theoretical knowledge and values related to the sport. Thus, this work enables the analysis of teaching and learning of physical education in school, using the resources of Hypertext as the "means of networked information," the composition of "blocks of text links in" the "flow interruption reading ", the" delusion of possibilities reader "to establish a comprehensive and effective knowledge of sports in school.

Keywords: Physical Education, Hypertext, Media.

1 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E SEUS CONTEÚDOS

A Educação Física escolar é uma disciplina curricular que introduz e integra o aluno à cultura corporal, contribuindo para a sua formação como cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, desfrutando dos jogos, esportes, danças, lutas e ginástica em benefício da melhoria da qualidade de vida (BETTI, 1994 *apud* DARIDO e SOUZA, 2007, p.14).

Ao se falar em Educação Física na escola, outro aspecto muito abordado entre vários autores, está relacionado à Cultura Corporal do Movimento. Darido e Rangel (2011, p. 34) relatam que a Educação Física é uma prática pedagógica que discorre da Cultura Corporal de Movimento.

O PCN também trata a Educação Física escolar como:

...entende-se a Educação Física como uma área de conhecimento da cultura corporal de movimento e a Educação Física escolar como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal do movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transforma-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 1998, p. 29).

A Cultura Corporal do Movimento objetiva uma maneira de ensino da Educação Física que fundamenta a intervenção pedagógica do professor (DARIDO e RANGEL, 2011, p 30).

Soares et al., (1992 *apud* DARIDO e RANGEL, 2011, p. 28) dizem que o que se estuda na cultura corporal do movimento são os conteúdos propostos historicamente para a Educação Física escolar no Brasil, destacando as diferenças entre as regiões nos jogos, os esportes, as ginásticas, as danças, as lutas e a capoeira sendo formas de expressões tipicamente do povo brasileiro.

Conforme Darido e Rangel (2011, p. 34), o objetivo principal da Educação Física escolar é introduzir e integrar os alunos na Cultura Corporal do Movimento em toda educação básica, contribuindo para sua formação como cidadãos que irão usufruir, partilhar, produzir, reproduzir e transformar as manifestações que caracterizam essa área, como o jogo, o esporte, a dança, a ginástica, a luta e as práticas alternativas.

No que diz respeito ao que se deve tratar o ensino aprendizagem da Educação Física, Darido e Souza (2007, p. 17) informam:

... o papel da Educação Física ultrapassa o ensinar esporte, ginástica, dança, jogos, atividades rítmicas, expressivas, e o passar conhecimento sobre o próprio corpo para todos, em seus fundamentos e técnicas (dimensão procedimental), mas inclui também os seus valores subjacentes, ou seja, quais atitudes os alunos devem ter nas e para as atividades corporais (dimensão atitudinal). E, finalmente, busca garantir o direito do aluno de saber por que ele está realizando este ou aquele movimento, isto é, quais conceitos estão ligados àqueles procedimentos (dimensão conceitual).

A área da Educação Física vai além do sentido de estar direcionada apenas para o ensino do gesto motor correto. Além disso, cabe ao docente, problematizar, interpretar, relacionar, analisar com seus alunos as diversas manifestações da cultura corporal, fazendo com que estes compreendam os sentidos e significados das práticas corporais (DARIDO e SOUZA 2007, p. 14).

Darido e Rangel (2011, p. 68) também informam que o importante não é somente a aprendizagem da técnica, das habilidades básicas, ou das capacidades físicas, mas sim o contexto que tais são ensinadas.

No que diz respeito aos conteúdos no âmbito escolar, estes muitas vezes são vistos apenas como o que se deve aprender, em uma relação quase exclusiva aos conhecimentos das disciplinas, tal fato é exemplificado quando se observa o aluno afirmando que determinada disciplina tem “muito conteúdo” (DARIDO e RANGEL, 2011, p. 65). Porém, Libâneo, (1994 apud DARIDO e RANGEL, 2011, p. 65) definem conteúdo como algo que vai mais além, como um conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais de atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, objetivando a assimilação e aplicação ativa dos alunos na sua prática de vida.

Dentro do contexto escolar, Darido e Rangel (2011, p. 68, 69. 207 - 213) e Darido e Souza (2007, p. 15, 16) apresentam os conteúdos em três dimensões, conforme demonstrado abaixo:

Conceitual:

- Informar a variedade de manifestações culturais, em diversas épocas. Ex. tipos de dança, origem e desenvolvimento.

- Problematizar e debater a questão de gênero em nossa cultura. (Futebol é só para homem...)
- Incentivar o hábito da leitura de jornais e revistas (pesquisas).
- Analisar diferentes modalidades de esportes (origem, evolução), tipos de jogos, etc.
- Conhecer as transformações por que passou a sociedade em relação aos hábitos de vida (diminuição do trabalho corporal em função da tecnologia) relacionando-as com as necessidades de atividade física.
- Amostra de vídeos

Procedimental:

- Está ligado a saber fazer, criar, reproduzir, transformar e modificar os movimentos.
- Adquirir fundamentos básicos dos esportes, danças, ginásticas, lutas, capoeira.
- Desenvolver diversos ritmos e movimentos relacionados à dança.
- Participar de forma prática situações de brincadeiras e jogos.

Atitudinal:

- Está ligado a valores.
- Valorizar o patrimônio de jogos e brincadeiras do seu contexto.
- Respeitar os adversários, os colegas, resolvendo problemas com diálogo e não violência.
- Predispor a participar de atividades em grupos, cooperando e interagindo.
- Reconhecer e valorizar atitudes não preconceituosas.

Alguns autores relatam a necessidade de se trabalhar os conteúdos em todas as dimensões. Darido e Rangel (2011, p. 68) informam, para que o ensino venha ser de qualidade é necessária a diversificação dos conteúdos, o aprofundamento dos conhecimentos, abordar diferentes aspectos, tratando-os nas três dimensões, ou seja, que os alunos devem saber do que se tratam os conteúdos, os procedimentos de como fazer e atitudes.

Quanto à questão de se valorizar não só a parte procedimental nas aulas de Educação Física, mas também dar ênfase aos aspectos conceituais e atitudinais, Darido Rangel (2011, p. 76) também relatam:

Na Educação Física escolar, por conta de sua trajetória histórica e de sua tradição, a preocupação do docente centraliza-se no desenvolvimento de conteúdos procedimentais. Entretanto, é preciso superar essa perspectiva fragmentada, envolvendo, também, as dimensões atitudinal e conceitual.

O papel da Educação Física ultrapassa o ensino de esportes, jogos, danças, seus fundamentos e técnicas, inclui também valores (atitudes dos alunos NAS/PARA) e os conceitos ligados a tais procedimentos. Sendo assim, é papel do professor problematizar, interpretar, relacionar, compreender com seus alunos as diversas manifestações da cultura corporal do movimento (DARIDO e RANGEL, 2011, p. 76).

Darido e Souza (2007, p. 14) também analisam a respeito da importância dada aos aspectos conceituais e atitudinais aulas de Educação Física, onde os mesmos relatam que os alunos devem ser esclarecidos a respeito das relações entre esporte, sociedade e interesses econômicos; o esporte e a violência; o esporte como intenções de lazer e de profissionalização; a história; o contexto das diferentes modalidades esportivas.

2 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E MÍDIA

Como já citado anteriormente, a Educação Física além de contribuir para o desenvolvimento motor, além do desenvolvimento dos aspectos cognitivos e afetivos, especificamente nas aulas práticas, tem por função também, desenvolver nos discentes, fora do contexto prático, o conhecimento teórico e os valores relacionados ao esporte. Desta forma, o estudo vem abordar o uso do hipertexto como ferramenta nesse tipo de aprendizagem através das maneiras de informações pelo uso do computador.

Vale ressaltar que essas informações são feitas através da mídia, que também é um ponto de destaque dentro da Educação Física de acordo com o PCN, onde este informa que a mídia está presente no cotidiano dos alunos, transmitindo informações, alimentando um imaginário e construindo um entendimento de mundo (BRASIL, 1998, p. 31).

Para Pires (2003 apud SANTOS, 2008, p. 2) a mídia vem alcançando cada vez mais espaço na "construção dos saberes/fazeres da cultura de movimento e esportiva", dentro da Educação Física escolar, tendo o esporte como grande parceiro.

A mídia esportiva pode torna-se conteúdo da educação física escolar, a qual deve tematizar o conteúdo, contextualizando, criticando e avaliando os meios e instrumentos da mídia esportiva e seu impacto no ser humano, a fim de formar o receptor sujeito e, conseqüentemente, o cidadão crítico (SANTOS, 2008, p.5).

Novaes, (2010, p. 5) ressalta também que a mídia esportiva exerce nos dias de hoje uma função muito forte na população, sendo diretamente uma das responsáveis pela prática de determinadas atividades esportivas por crianças, jovens e adultos. Sendo assim, observa-se tamanha importância de se trabalhar através da mídia, o desenvolvimento de atividades físicas.

O mesmo autor ressalta que constantemente, comentários e dúvidas sobre novas práticas esportivas e corporais, surgem nas aulas de Educação Física. Essas dúvidas têm acontecido pelo fato do grande espaço ocupado pela mídia no cotidiano de jovens, adultos e crianças, sendo assim, observa-se o grande poder de influência que a mídia exerce sobre a cultura corporal de movimento (SANTOS, 2007, p. 1).

De acordo com Santos, (2006, p. 1) as pessoas vivem em um mundo cheio de informações, em que a todo o momento, imagens, palavras e sons produzidos pelas mídias integram-se no nosso dia a dia, desta forma, a influência que a mídia possui sobre os saberes dos jovens, faz com que a escola venha adquirir novas estratégias e novos olhares para dentro da escola.

Segundo Betti (2003, apud SANTOS, 2007, p. 1), "a cultura corporal de movimento tornou-se publicamente partilhada na sociedade contemporânea" no plano do consumo de informações e imagens.

Sobre à imagem, de acordo com o PCN, esta possui uma importância cognitiva na atualidade e vai ao encontro da cultura audiovisual cultivada pelos alunos, sendo assim, é papel do professor estar constantemente ligado com a mídia, para não perder um importante canal de diálogo e compartilhamento de interesses (BRASL, 1998, p. 33).

Quanto à atuação da Mídia na vida do aluno o PCN diz:

Também no campo da cultura corporal de movimento a atuação da mídia é crescente e decisiva na construção de novos significados e modalidades de entretenimento e consumo. O esporte, as ginásticas, as danças e as lutas tornam-se, cada vez mais, produtos de consumo (mesmo que apenas como imagens) e objetos de conhecimento e informações amplamente divulgados ao grande público. Jornais, revistas, videogames, rádio e televisão difundem ideias sobre a

cultura corporal de movimento, e muitas dessas produções são dirigidas especificamente ao público adolescente e infantil. Os alunos também tomam contato, às vezes precocemente, com práticas corporais e esportivas do mundo adulto. Hoje, todos os indivíduos são consumidores potenciais do esporte-espetáculo, senão como torcedores nos estádios e quadras, ao menos como espectadores de televisão (BRASIL, 1998, p. 32).

Santos, (2007, p. 1) diz que o professor deve discutir e dialogar com os alunos, fazendo o uso de vídeos, documentários, revistas, jornais e outras formas que possibilitem o diálogo juntamente com os fundamentos teóricos de uma Educação Física de transformação da cultura corporal de movimento, dando ênfase aos assuntos polêmicos e atuais contribuindo para o desenvolvimento de conteúdos conceituais e atitudinais.

Santos, (2008, p. 1) chama atenção sobre a importância da Cultura midiática fazer parte do conteúdo da educação física escolar, contribuindo para a desenvolvimento do ser humano de diversas formas, avaliando os meios e instrumentos da mídia esportiva e seu impacto na sociedade, a fim de formar um sujeito crítico e autônomo.

De acordo com Selbach et al, (2010, p. 109) uma turma ao se envolver em uma rede social na Internet (Facebook ou Twitter), isto pode fazer com que os mesmos criem círculos virtuais estimulados em aula pelo professor, com desafios sobre temas pesquisados e projetos interativos.

Os mesmos autores, no que diz respeito ao aprendizado em rede, informam que:

O grande avanço educativo no uso moderado e consciente desses sites é conquistado pelas possibilidades que abrem para o aprendizado em rede, já bastante comum em países como Inglaterra, Japão e outros. Nesse espaço virtual os alunos supervisionados pelo professor, debatem temas discutidos e pesquisados sobre a educação do movimento, comparando o que fazem, com o que fazem seus colegas de outros lugares, se atualizando e atualizando-os, podendo ainda levar para casa a possibilidade de aprofundamento e respostas às dúvidas. SELBACH et al, (2010, p. 109)

Neste sentido, Levy, (1999, p.64) destaca a importância da mídia como suporte de informação e de comunicação; como meio de interações sociais.

“A interatividade proporcionada pela tecnologia é uma das questões mais exploradas, o que supõe um leitor de nível privilegiado em termos de conhecimento e criatividade”. (VILLAÇA, 2002, p. 111).

3 O HIPERTEXTO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NAS DIMENSÕES CONCEITUAIS E ATITUDINAIS

Para prosseguir apresentam-se dois conceitos de hipertexto que podem ser aplicados ao processo de ensino aprendizagem da Educação Física Escolar, especificamente dentro das dimensões conceituais e atitudinais relacionado aos conteúdos da devida disciplina.

No primeiro conceito Zilbermann, (2001) informa que hipertextos são meios de informação possibilitados pelo emprego do computador, correspondente a uma estrutura composta de blocos de texto unidos por ligações (links) eletrônicas que oferecem, a seus usuários, diferentes trilhas de investigação. Possibilita o arranjo não linear dos dados graças ao processo automático de conectar um pedaço de outra informação. Este fato pode ser observado, por exemplo, de acordo com o **site 1** (www.educacaofisicaescolar.com), onde os alunos dentro de uma pesquisa relacionada ao esporte “TÊNIS”, poderão também ter acesso a outros tipos de conhecimentos relacionado a outras modalidades esportivas, dentro de um mesmo site (lado direito), pela existência de outros links, além de também analisar as informações, dar opinião, de acordo com o mural de recados (lado esquerdo). Além disso, pode-se buscar outros tipos de informações relacionadas ao mesmo esporte, como citado anteriormente, o TÊNIS, em sites diferentes, buscando assim um outro pedaço da informação desejada, fato este analisado no **SITE 2** (www.cbtenis.uol.com.br).

SITE 1



SITE 2



No segundo conceito tem-se o seguinte: “Os hipertextos servem para interromper o fluxo de leitura através de redes remissivas interligadas, os links, e para conduzir o leitor a um vertiginoso delírio de possibilidades”. (VILLAÇA, 2002, p. 107). Este fato pode ser analisado conforme o SITE 3 (www.cbv.com.br), onde dentro de um site o aluno poderá seguir o vôlei através do Twitter (lado direito), acompanhar as últimas notícias (abaixo da foto), participar de projetos sociais relacionados a este esporte (Viva vôlei), acompanhar as notícias da seleção brasileira, arbitragem, campeonatos (parte superior), etc.

SITE 3



Villaça, 2002, p.103 diz que agora, com o suporte eletrônico, vive-se a maior de todas as revoluções através de uma estrutura agregativa em que vários recursos novos entram em cena: presença de imagens em movimento, a animação das próprias palavras, a presença de vozes, páginas com várias saídas. Este fato também pode ser visto através de SITE 4 (www.cbat.org.br), abaixo:

SITE 4



Através do computador o aluno pode ficar “diante do mundo”. Novas “portas e janelas” podem ser abertas. Instruí-lo a buscar informações sobre seu esporte preferido; as novas modalidades esportivas que tem surgido; as regras desportivas; os esportes que se destacam em determinado país; tudo isso pode estimular esse aluno o desejo pela pesquisa, pelo conhecimento e aprendizado de uma forma diferente da que ele já conhece dentro de uma quadra.

Aproveitando a grande divulgação que as lutas estão tendo através do UFC, dentro da dimensão atitudinal, podem-se utilizar pesquisas aproveitando os recursos do hipertexto no site oficial da devida modalidade e debater a questão da disciplina que os lutadores devem ter e argumentar a luta como esporte e não como violência, além de conhecer o contexto, conforme o SITE 5 abaixo:

SITE 5



Por meio dos “blocos de textos em links”, com único clique, o discente pode navegar e conhecer a própria história da Educação Física; visualizar imagens; ter acesso às pesquisas científicas dessa área; aos diversos sites existentes na área esportiva.

Ainda há a opção do aluno (re) descobrir seu próprio fluxo de leitura, sem o rigor de uma leitura rígida e linear, e viver a experiência de um “vertiginoso delírio de possibilidades”, como aponta Villaça (2002).

Nesse sentido, Babo, (2004, p. 108) afirma que o hipertexto torna-se objeto de questionamento da textualidade, e ao mesmo tempo, promove o abandono da fixidez pela maleabilidade ou mutabilidade constante, e o afastamento da linearidade, dando abertura às remissões inter e intratextuais.

Com esses pensamentos, com as ideias de “meios de informação em rede”, composição de “blocos de textos em links”, “interrupção do fluxo de leitura”, “delírio de possibilidades do leitor” é que esse ensaio avança para que tais ‘elementos’ sejam aplicados ao ensino e à aprendizagem da Educação Física Escolar, precisamente nas dimensões conceituais e procedimentais relacionados aos conteúdos da Educação Física escolar, com a interação entre alunos e professores, levando-se em conta as bases e relações dessa disciplina.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, com os elementos hipertextuais à sua disposição e com o acompanhamento e orientação do docente, o aluno pode ter um novo estímulo a se abrir para as possibilidades de aprendizagem da Educação Física, fazendo com que o ensino desta disciplina não fique somente direcionado para a prática, tornando a “teoria” um elemento atrativo, divertido e dinâmico, aproveitando o fascínio que o computador exerce sobre crianças e adolescentes, e até mesmo poder atrair a atenção e o interesse dos alunos que não se identificam com a disciplina em virtude de suas dificuldades relacionadas à prática.

REFERÊNCIAS

BABO, Maria Augusta. *O hipertexto como nova forma de escrita*. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL, MEC. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental, educação física*. Brasília: MEC /SEF, 1998.

DARIDO, Suraya Cristina; MOREIRA, Osmar de Souza, Junior. *Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola*. 3ed. – Campinas: Papirus, 2007.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. *Educação Física na Escola: Implicações para a Prática Pedagógica*; 2 ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo, ed 34, 1999.

NOVAES, Marcos Pereira. *A Educação Física e mídia esportiva*. Revista Alterjor. 1 (1); 2010.

SANTOS, Nei Jorge Junior. *Educação Física e Mídia: Reflexão na Formação do Receptor-sujeito*. 2006 in <http://cev.org.br/biblioteca/educacao-fisica-escolar-midia-reflexao-formacao-receptor-sujeito/> acessado em 30/07/2012.

SANTOS, Nei Jorge Junior. *Educação Física escolar e mídia: contribuições e problematizações na formação do receptor-sujeito*. 2007 in <http://www.efdeportes.com/efd112/educacao-fisica-escolar-e-midia.htm> acessado em 30/07/2012.

SANTOS, Nei Jorge Junior. *Reflexões sobre a cultura midiática na educação física escolar: o que temos e o que tememos?* 2008 in <http://www.efdeportes.com/efd116/cultura-midiatica-na-educacao-fisicaescolar.htm> acessado em 30/07/2012.

SELBACH ,et al. *Educação Física e Didática*. Petrópolis: Vozes, 2010.

VILLAÇA, Nízia. *Impresso ou eletrônico: um trajeto de leitura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

ZILBERMAMN, Regina. *Fim dos livros, fim dos leitores*. São Paulo: Senac, 2001.

AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE INTROSPECÇÃO DA LINGUAGEM NOS VÍDEOS SOBRE CIÊNCIAS

Protasio Ferreira e Castro

Professor do Programa de Pós-Graduação de Engenharia Civil da Universidade Federal Fluminense

Daniele Ribeiro Fortuna

Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da Universidade Unigranrio
drfortuna@hotmail.com

Resumo: A introspecção da linguagem é aqui avaliada por um índice baseado em análise estatística. O índice avalia a introspecção da linguagem de cada indivíduo. Uma pesquisa experimental foi realizada usando dois vídeos de temas diferentes como indutores. Ambos os vídeos foram mostrados por três professores em suas classes de graduação do curso de Comunicação Social. O formulário da pesquisa foi preenchido por 105 estudantes com idades entre 18 e 22. De acordo com o índice, a linguagem do vídeo é muito mais importante do que ser um facilitador para entender o seu tema.

Palavras chave: índice de introspecção, linguagem, vídeo.

Abstract: Introspection of language is here assessed by an index based on statistical analysis. The index evaluates the language introspection of each person. An experimental research was carried out by using two videos of different themes as inductors. Both videos were shown by three lecturers in their graduation classes of the Social Communication course. The research form was filled by 105 students aged between 18 and 22. According to index, the video language is much more important than to be an easiness maker for understanding its theme.

Keywords: language introspection index, language, video.

Apresentação:

Tradicionalmente, a maneira mais comum de se divulgar uma pesquisa científica é publicando-a em periódicos ou participando de eventos científicos. Entretanto, a divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas em universidades, em geral, fica

restrita a alguns alunos dos cursos de graduação da própria instituição na qual o estudo é realizado.

No sentido de estimular o interesse dos alunos pela pesquisa, a Universidade Unigranrio criou o Festival de Curtametragens CDC – Curtas, Documentários, sobre Ciência. O objetivo do festival é incentivar os alunos do curso de Comunicação Social a realizarem documentários sobre projetos do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC) da Unigranrio. Os estudantes são treinados a utilizar a tecnologia audiovisual para produzirem curtametragens.

O CDC funciona da seguinte forma: os alunos do curso de Comunicação Social recebem uma lista dos projetos de pesquisa do PIIC. Os discentes elegem aqueles projetos de pesquisa que gostariam de divulgar, com os quais mais se identificam. Em seguida, entram em contato com o bolsista da pesquisa para obter mais informações. Posteriormente, elaboram um curta-documentário sobre o projeto, que deve ter uma linguagem leve e acessível, para permitir que o leigo entenda o tema, o objetivo e o objeto da pesquisa. Os documentários concorrem em uma mostra competitiva. Portanto, o CDC realiza uma aproximação multidisciplinar de alunos de diferentes cursos de graduação e o público leigo por meio da principal linguagem dessa geração: a linguagem audiovisual.

O objetivo do presente trabalho é mostrar a aplicação de um aferidor de avaliação da introspecção da linguagem utilizada em vídeos sobre ciência apresentados no CDC de 2011.

O estudo de caso, aqui apresentado, trabalhou o princípio de que fazer vídeos sobre projetos de pesquisa selecionados por um programa com o aval do CNPq é uma forma de utilização da linguagem como elo entre o emissor, aluno que desenvolve o vídeo sobre a pesquisa, e o receptor da mensagem, o público que assiste ao vídeo. Portanto, os alunos autores dos vídeos são os emissores e os estudantes das turmas de graduação em Comunicação Social que os assistiram, os receptores. Reitera-se, assim, a importância da linguagem audiovisual para a atual geração.

Esse artigo foi desenvolvido a partir da hipótese de que é possível mensurar o efeito sobre o receptor. Para constatar ou refutar esta hipótese, foi definido a aplicação de formulário para coleta de dados quantitativos, com grade fechada. Foram determinadas como categorias da grade fechada, a introspecção da linguagem e a motivação para participação em pesquisa.

A mensuração dos resultados foi realizada a partir de um aferidor, fundamentado

em conceitos estatísticos e desenvolvido para avaliar a introspecção da linguagem pelos indivíduos. A introspecção da linguagem é aqui assumida como o exame que o indivíduo faz dos próprios pensamentos e sentimentos quando observa um produto de comunicação multimídia. Considera-se que o valor máximo do índice do aferidor é inatingível devido à idiossincrasia de cada ser humano.

O aferidor é parte de um modelo que está estruturado por etapas tais como: elaboração dos questionários; análise das informações através de ferramentas estatísticas; aplicação do aferidor para calcular o índice de introspecção.

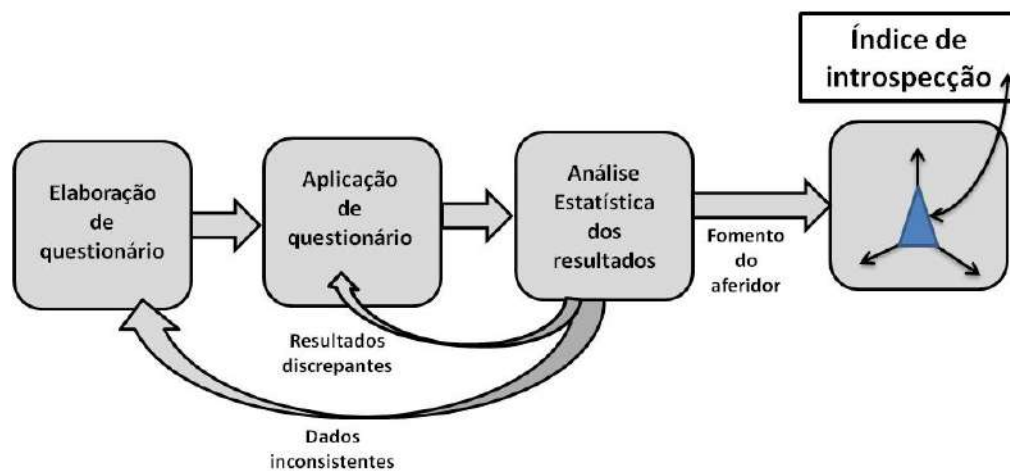


FIGURA 1 – MODELO ESQUEMÁTICO DO ÍNDICE DE INTROSPECÇÃO

Os questionários, aplicados em um universo de 105 alunos, foram elaborados a partir de afirmações com as quais o entrevistado pode estimar a concordância por meio de uma escala de valores de 1 a 5, representando o 1 a total discordância da afirmativa e 5 a total concordância com a afirmativa.

O foco dos questionários foi avaliar diferentes aspectos da linguagem. Assim, procurou-se basear as afirmações na busca por respostas a ações, comportamento, consciência e ética, por exemplo. Inicialmente, a análise estatística foi realizada para verificar se houve resultados discrepantes. Em seguida, fez-se a verificação da influência de algum fator ou ator nos resultados obtidos, tendo em vista que os formulários foram aplicados por três docentes em suas respectivas salas de aula. A partir da confiabilidade nos resultados, fomentou-se o aferidor para obtenção do Índice de Introspecção da Linguagem (IIL).

Portanto, inicialmente, os dados produzem uma superfície, obtendo-se também um valor equivalente à área dessa superfície. Com esse valor, calcula-se, então, a percentagem, em função do valor correspondente à área da máxima superfície possível. Este percentual é considerado o Índice de Introspecção da Linguagem (IIL).

Metodologia:

O termo ‘recepção’ é bastante abrangente, podendo significar o mesmo que ‘pesquisa de audiência’. Entretanto, como afirmam Jacks e Escosteguy (2005, p. 15), “nesse contexto, os estudos de recepção dizem respeito a apenas uma vertente do amplo quadro de investigações nessa área”. Para esta pesquisa, considerou-se a plasticidade do termo que “sofreu um processo de ressignificação” (JACKS; ESCOSTEGUY, 2005, p. 15), o que indica que a “recepção vem sendo trabalhada (...) como um conjunto de relações sociais e culturais mediadoras da comunicação como processo social, ou atividade complexa de interpretações e de produção de sentido e prazer” (SOUSA apud JACKS; ESCOSTEGUY, 2005, p. 15). Segundo Thompson (2011, p. 67), “(...) a recepção é uma atividade situada: os produtos da mídia são recebidos por indivíduos que estão sempre situados em específicos contextos sócio-históricos”. O autor afirma ainda que “(...) a recepção de um produto da mídia, implica (...) um certo grau de atenção e de atividade interpretativa por parte do receptor” (THOMPSON, 2011, p. 69). Considerou-se também que a comunicação é um “aspecto constitutivo da cultura” (JACKS; ESCOSTEGUY, 2005, p. 19) e que os “processos de recepção são complexos e criativos, envolvendo necessariamente reinterpretações e ações de resistência ativa” (SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 56).

Dessa forma, é importante salientar que, para esta pesquisa, aprofundou-se ainda mais o foco da análise, tomando como base os estudos culturais – notadamente Stuart Hall (2011, p. 333-385) –, já que, de acordo com essa vertente teórica, “as mensagens dos meios de comunicação (...) são tomadas como discursos estruturados, os quais são relevantes para a audiência, de acordo com suas práticas sociais e culturais” (JACKS; ESCOSTEGUY, 2005, p. 39).

Mauro Wolf considera que os estudos culturais tendem “a analisar uma forma específica de processo social, relativa à atribuição de sentido à realidade, ao desenvolvimento de uma cultura de práticas sociais compartilhadas, de uma área

comum de significados” (WOLF, 2010, p. 102-103). No que concerne à cultura, para os estudos culturais, o conceito de cultura abarca “tanto os *significados* e os *valores* que surgem e se difundem nas classes e grupos sociais, quanto às *práticas* efetivamente realizadas, por meio das quais valores e significados são expressos e nas quais estão contidos” (WOLF, 2010, p. 103). Com isso, não é possível conceber a comunicação sem refletir acerca do contexto sociocultural que a cerca e, principalmente, acerca da realidade na qual os indivíduos estão inseridos.

Segundo Hall:

A realidade existe fora da linguagem, mas é constantemente mediada pela linguagem ou através dela: e o que nós podemos saber e dizer tem de ser produzido no discurso e através dele. O ‘conhecimento’ discursivo é o produto não da transparente representação do ‘real’ na linguagem, mas da articulação da linguagem em condições e relações reais. (HALL, 2011, p. 370)

Assim, realidade e linguagem devem se articular, já que esta está intrinsecamente ligada à primeira. O contexto sociocultural no qual o receptor se situa, suas crenças, sua forma de ver o mundo influenciam a maneira pela qual a mensagem é por ele entendida e interpretada. A mensagem poderá ser compreendida de diversas formas, dependendo do público-alvo ao qual se dirige, já que “há um certo grau de liberdade para a apreensão desses ‘sentidos’, porque variadas faixas de *público* ‘irão reconhecer’ e ‘irão interpretar’ os ‘sentidos’ veiculados à sua maneira própria, isto é, de modo não-ortodoxo” (POLISTCHUK; TRINTA, 2003, p. 132). Assim, uma mensagem cujo conteúdo está muito distante do universo do espectador deve ser trabalhada de forma a atingi-lo.

Por isso, para além da realidade, há que se considerar o papel do espectador na recepção e sua relação propriamente dita com a obra com a qual ele mantém contato. De acordo com Canclini (1998, p. 150-151), “(...) toda mensagem está infestada de espaço em branco, silêncios, interstícios, nos quais se espera que o leitor produza sentidos inéditos. As obras, segundo Eco, são ‘mecanismos preguiçosos’, que exigem a cooperação do leitor, do espectador para completá-las”. Nesse sentido, procurar entender como se dá essa recepção é fundamental.

É importante também buscar perceber se o código utilizado está adequado à audiência. Isso porque, como considera Hall:

A falta de adequação entre os códigos tem a ver em grande parte com as diferenças estruturais de relação e posição entre transmissores e audiências, mas também tem algo a ver com a assimetria entre os códigos da ‘fonte’ e do

‘receptor’ no momento da transformação para dentro e para fora da forma discursiva. O que são chamadas de ‘distorções’ ou ‘mal-entendidos’ surgem precisamente da *falta de equivalência* entre os dois lados na troca comunicativa. (HALL, 2011, p. 369)

Assim, de nada adianta uma mensagem bem estruturada se ela não se adequar ao código do receptor. Para tanto, é necessário que haja, por exemplo, uma reformulação e adaptação da linguagem, ou seja, uma negociação do código, já que, como afirmam Armand e Michèle Mattelart ao se referirem aos estudos de Stuart Hall:

O código negociado é uma mescla de elementos de oposição e de adaptação, um misto de lógicas contraditórias que subscreve em parte as significações e valores dominantes, mas busca numa situação vivida, em interesses categoriais, por exemplo, argumentos de refutação de definições geralmente aceitas. (MATTELART; MATTELART, 2006, p. 109).

Cabe também salientar que a comunicação é um processo intencional. Parafraseando S. J. Schmidt, Santaella e Nöth (2004, p. 51) afirmam que “a comunicação é um ato intencional, porque comunicar significa agir e cada ato é uma atividade intencional”. Dessa forma, no que tange ao objetivo da pesquisa em questão, havia, na elaboração dos vídeos – tanto no que diz respeito à filmagem propriamente dita quanto no que concerne ao roteiro e à edição –, a clara intenção de despertar o interesse do público-alvo pela pesquisa científica e a linguagem utilizada foi uma das formas de atingir tal objetivo.

Posto isto, o projeto CDC foi estruturado e a pesquisa aqui apresentada buscou constatar se o código do festival estava adequado à sua audiência, ou seja, graduandos de 18 a 22 anos. Três turmas de graduação, com aproximadamente 24 alunos, assistiram a dois vídeos do CDC. O primeiro, que aqui é denominado de (V1) foi “A criação do sentido de responsabilidade socioambiental pela gestão estratégica de pessoas” e o segundo (V2) foi “Reprodução e comportamento social amphibia”.

O primeiro vídeo (V1) tem três minutos e trata sobre o projeto de pesquisa denominado “A criação do sentido de responsabilidade socioambiental pela gestão estratégica de pessoas”. Dividido em três partes (“O projeto”, “Objetivo”, “A realidade” e “A cura”) material intercala bastante animação – tendo sempre como som de fundo a música “What a wonderful world”, na versão de Louis Armstrong – com o depoimento da aluna da graduação em Administração que participou do projeto como bolsista de Iniciação Científica. Em linguagem simples e bastante acessível, a aluna relata como foi o projeto, cujo objetivo, de acordo com ela, é incentivar a preocupação ambiental dos

funcionários de uma determinada indústria não apenas no ambiente de trabalho, mas também na sociedade. O projeto trata ainda do que aluna chama de “ecoredesign”, que seriam formas de tornar mais “limpa” a estrutura produtiva da indústria em questão. As animações mostram a realidade atual – poluição, desastres ambientais etc. – e o mundo ideal, no qual existe uma preocupação ambiental: mais plantas e menos utilização de sacolas plásticas, por exemplo.

Com pouco mais de três minutos, o segundo vídeo (V2) aborda a pesquisa “Reprodução e comportamento social amphibia”. Também com uma linguagem leve e bastante acessível, um apresentador jovem (aluno do curso de Comunicação Social) fala sobre o projeto, explicando o que é, quais foram os objetivos e resultados obtidos. Termos como ‘fenologia reprodutiva’, ‘Aparasphenodon brunoi’, ‘Dendropsophus berthaluzae’, ‘Amphibia’, ‘Anura’ e ‘Hylidae’ são utilizados, mas imediatamente ‘traduzidos’ e explicados, para que o público em geral possa entender do que se trata: como se dá a reprodução do sapo, da perereca e da rã e sua relação com o canto emitido pelos machos das respectivas espécies para atrair as fêmeas. Ao longo do vídeo, seu apresentador mostra (e utiliza) também os equipamentos usados ao longo da pesquisa: luvas, paquímetro, trena, balança, termômetro etc. Ele ainda faz menção a outros ‘amigos anfíbios’, ‘personagens’ da mídia conhecidos do público-alvo: Mc Sapão, Sapo Rei, Crazy Frog e Sapo Caco. Ao final do vídeo, o aluno-apresentador fala sobre a importância

Após assistirem aos vídeos, os alunos responderam a um questionário fechado, que incluía 13 afirmações. Entretanto, este trabalho focalizará apenas os resultados para as seguintes questões afirmativas relacionadas à linguagem:

- A linguagem utilizada no vídeo permitiu FÁCIL compreensão do tema.

- A linguagem do vídeo é IMPORTANTE para compreensão do tema.

Além de outras duas versando sobre pesquisa:

- Você se sentiu interessado em participar do desenvolvimento de pesquisas durante seu curso de graduação.

- É importante que alunos participem de pesquisa durante o curso de graduação.

Resultados alcançados:

Após o tratamento estatístico dos dados, foi verificado se o docente, como instrumento de aplicação da ferramenta, influenciava nos resultados obtidos por meio de

teste de hipótese, aplicando-se a Análise da Variância (ANOVA). Faz-se necessário notar que, ao nível de risco de 5%, o resultado do teste de hipótese indicou não haver influência do docente nos resultados do questionário. Em seguida, foi realizada uma análise da introspecção da linguagem, levando em conta o repertório sociocultural dos receptores.

Foram elaborados formulários de avaliação com afirmativas que permitiam ao entrevistado concordar em uma escala de valores. A escala de Likert, variando de 1 a 5, foi utilizada para captar os julgamentos dos entrevistados. A análise dos resultados, isto é, o tratamento estatístico, limitou-se ao cálculo da média para cada dimensão. Estas médias fomentaram o aferidor nos aspectos particulares de cada dimensão. Portanto, neste trabalho não será mostrado o índice final (global) de satisfação ou motivação. O aferidor utiliza um escala de 0 (zero) a 100 pontos. Entretanto, cabe ressaltar que a introspecção assim como a satisfação e a motivação são sentimentos mutáveis que variam de pessoa a pessoa. Nesse sentido, valores do aferidor superiores a 75 são considerados como de elevada introspecção, de 50 a 75 de introspecção adequada, valores de 25 a 50 alertam para pouca introspecção e abaixo de 25, totalmente alheios à absorção da linguagem.

Os dois vídeos foram apresentados por três professores para suas respectivas turmas do curso de graduação em Comunicação. Os docentes denominados A, B e C não serão aqui identificados.

Para analisar os resultados obtidos após a aplicação dos questionários, a proposta de trabalho fundamentou-se na afirmação de que a utilização de uma linguagem que considere o universo do receptor influenciaria seu comportamento, levando-o a tomar determinadas atitudes e/ou modificar seus interesses. Sob a ótica do Índice de Introspecção da Linguagem (IIL) e após a análise dos resultados, foi possível levantar hipóteses e tecer conclusões limitadas às condições da pesquisa, isto é, ao estudo de caso.

Os resultados percentuais para os três docentes e as duas questões sobre linguagem estão mostrados nas Figuras 1, 2, 3 e 4. O cálculo dos IIL foi realizado sobre os resultados que montaram estas figuras. Face aos resultados do IIL, a linguagem nos vídeos é mais importante (IIL=65,1%) do que propriamente um facilitador (IIL=43,1) para compreensão do tema. O percentual médio de concordância com a afirmação de que a linguagem do vídeo é importante para compreensão do tema foi de 93,4%, com um coeficiente de variação de aproximadamente 6,4%. No caso da afirmação de que a

linguagem permitiu fácil compreensão do tema, esse percentual atingiu o valor de 83,7%, com coeficiente de variação de 11,3%. Além disso, não houve diferença significativa entre os índices de introspecção da linguagem utilizadas nos dois vídeos, respectivamente 76,3 para o vídeo 1 (“A criação do sentido de responsabilidade sócio-ambiental pela gestão estratégica de pessoas”) e 71,3% para o vídeo 2 (“Reprodução dos anfíbios”). Dessa forma, é possível concluir que a linguagem utilizada nos vídeos influenciou sua recepção, já que os receptores puderam entender facilmente o tema graças à forma pela qual o código foi utilizado.

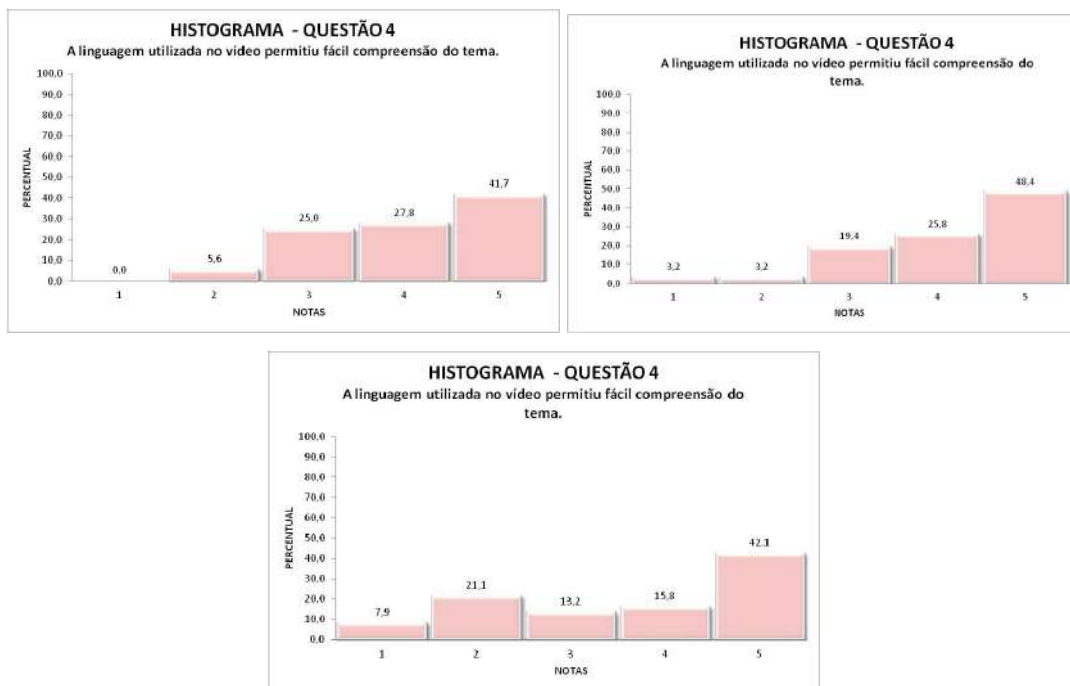
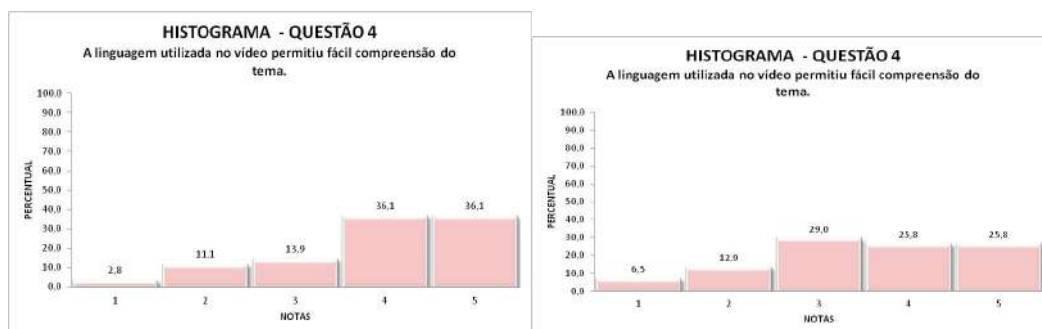


FIGURA 1 – RESULTADOS DO VÍDEO 1, Q4, DOCENTES A, B e C



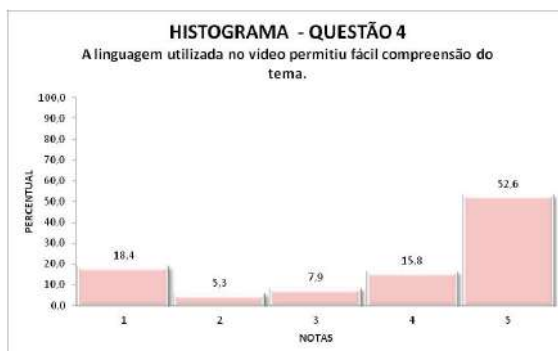


FIGURA 2 – RESULTADOS DO VÍDEO 2, Q4, DOCENTES A, B e C

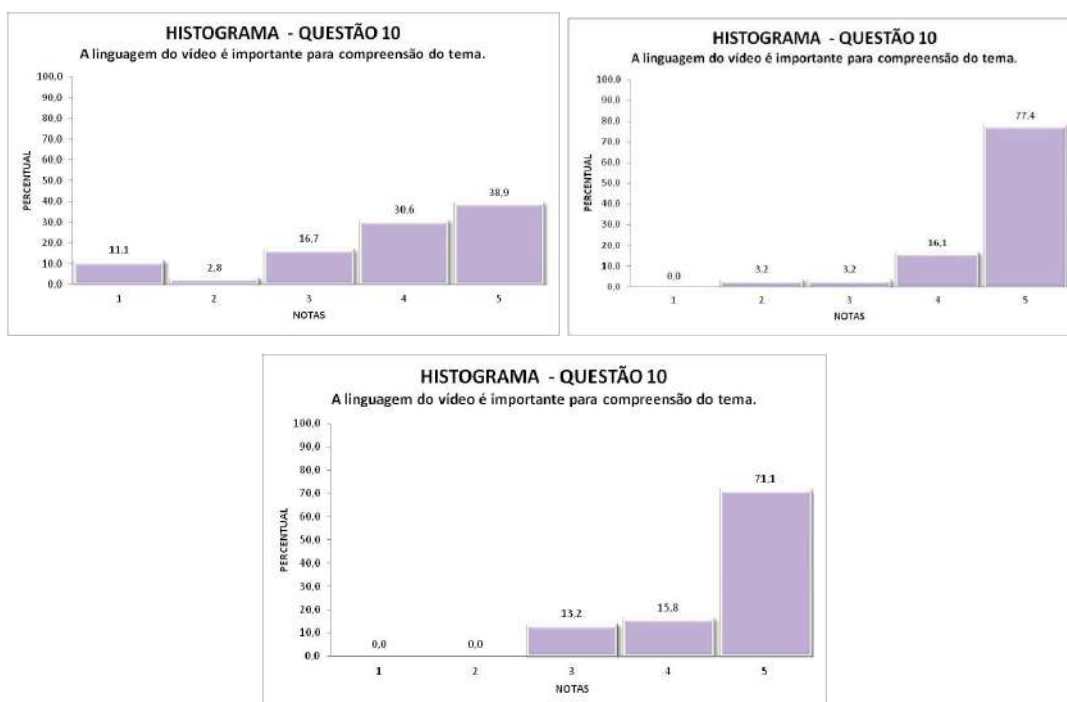
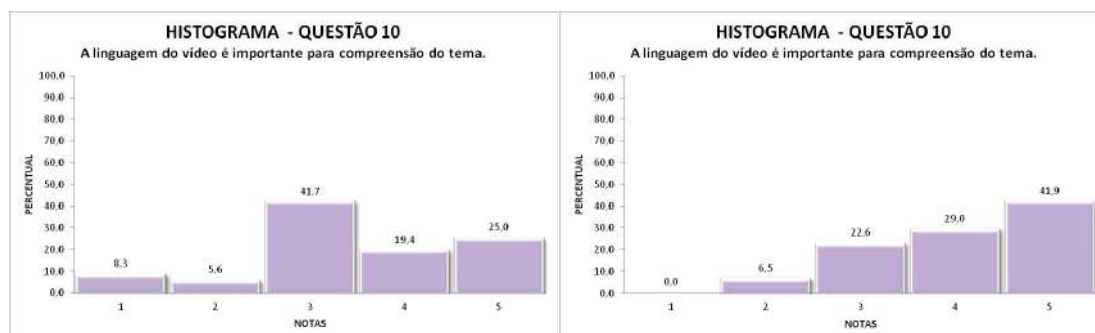


FIGURA 3 – RESULTADOS DO VÍDEO 1, Q 10, DOCENTES A, B e C



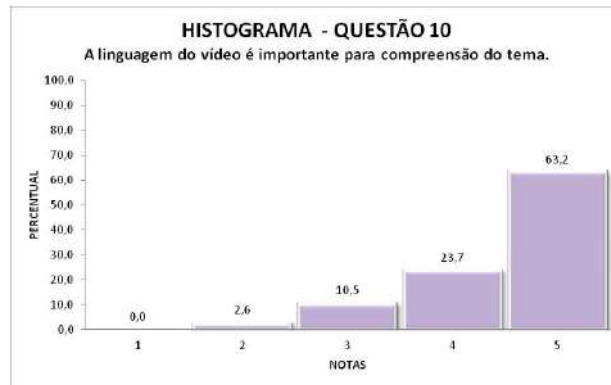


FIGURA 4 – RESULTADOS DO VÍDEO 2, Q 10, DOCENTES A, B e C

Em relação aos resultados do Índice de Motivação, o vídeo 2 (IMO=60,3%) motivou mais do que o vídeo 1 (IMO=43,1%) para a participação dos alunos em pesquisa durante o curso de graduação. Além disso, com 88,1% e coeficiente de variação de aproximadamente 14,6%, os discentes, depois de assistirem aos vídeos, consideraram mais importante que alunos participem de pesquisa durante o curso de graduação. Em relação ao vídeo 2, os resultados mostraram 70% com coeficiente de variação de 21%. Portanto, considera-se que o segundo vídeo despertou mais a curiosidade científica dos alunos.

É possível notar que o tratamento estatístico dos dados indicou que em média 8,3% dos alunos desconheciam plenamente o tema do vídeo 1. No vídeo 2, esse percentual médio é de 37,8%. Portanto, é de se supor que o índice de introspecção da linguagem (IIL) seja mais significativo para o vídeo 1, cuja cognição do tema estava mais sedimentada.

Os resultados do aferidor mostram que para a questão 4, no vídeo 2 (IIL=56,1%) introspectou menos que no vídeo 1 (IIL=65,2). Além disso, a linguagem no vídeo 1 (IIL=88,4%) foi mais importante para introspecção do tema discutido do que no vídeo 2 (IIL=64,05).

A mesma técnica do aferidor, apenas alterando as questões, permite verificar a motivação para participação em programa de pesquisa durante o curso de graduação. Neste caso, o índice será denominado de Índice de Motivação (IMO). A partir da análise dos resultados das questões 8 e 13 é possível afirmar que o vídeo 1 (IMO=43,1%) motivou menos que o vídeo 2 (IMO=60,3%) para a participação dos alunos em programa de iniciação científica.

A Figura 5 mostra que, para o vídeo 2, na turma do Docente A, 86,8% dos alunos situam-se entre concordo parcialmente, concordo e concordo plenamente. Apenas 13,2% discordam da afirmação, isto é, não se sentiram interessados em participar do desenvolvimento de pesquisas durante o curso de graduação.

A Figura 6 mostra que, para o vídeo 2, na turma do Docente A, 100% dos alunos situam-se entre concordo parcialmente, concordo e concordo plenamente. Portanto, todos consideram importante a participação em pesquisas durante o curso de graduação.

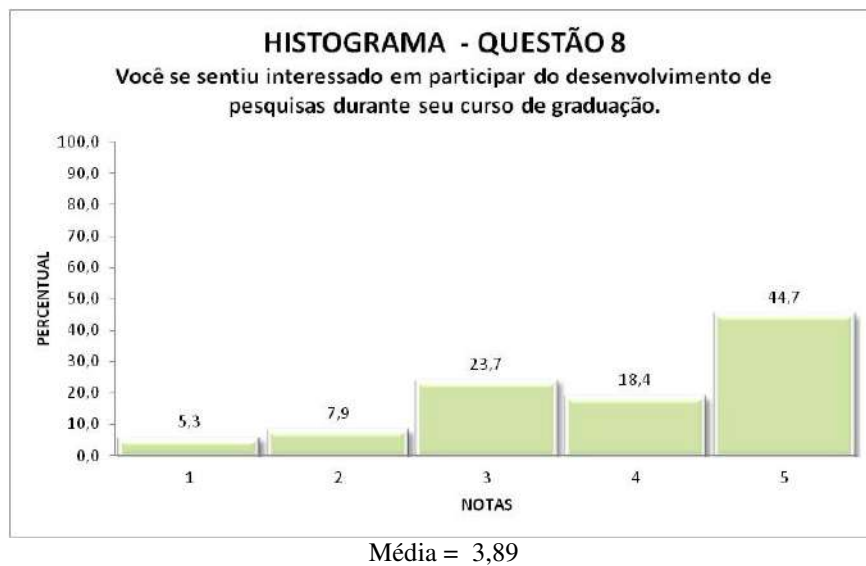


FIGURA 5 – RESULTADOS DO VÍDEO 2 DOCENTE A, QUESTÃO 8

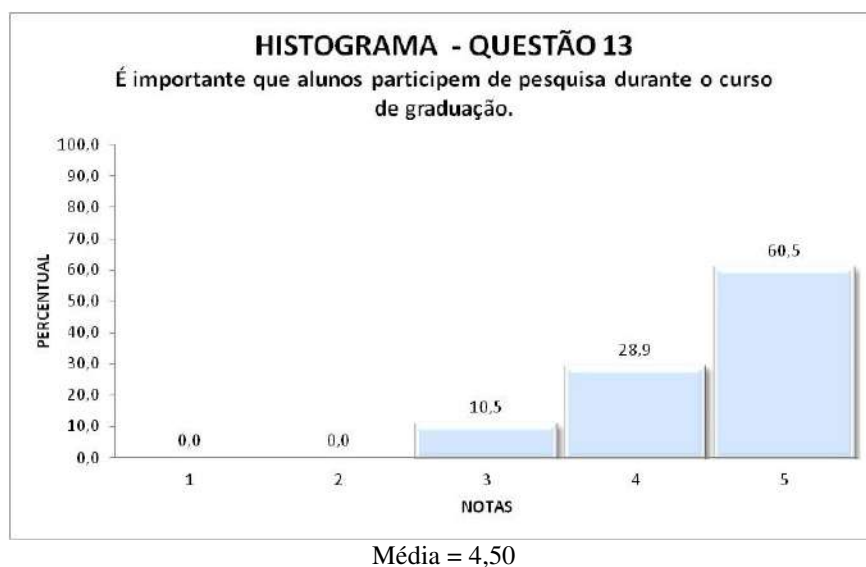


FIGURA 6 – RESULTADOS DO VÍDEO 2 DOCENTE A, QUESTÃO 13.

Em relação ao vídeo 2 e à participação em pesquisa durante o curso de graduação, na turma do Docente B, 64,6% dos alunos situam-se entre concordo parcialmente, concordo e concordo plenamente, como mostrado na Figura 7. Apenas 9,7% discordam plenamente da afirmação, isto é, não se sentiram interessados em participar do desenvolvimento de pesquisas durante o curso de graduação.

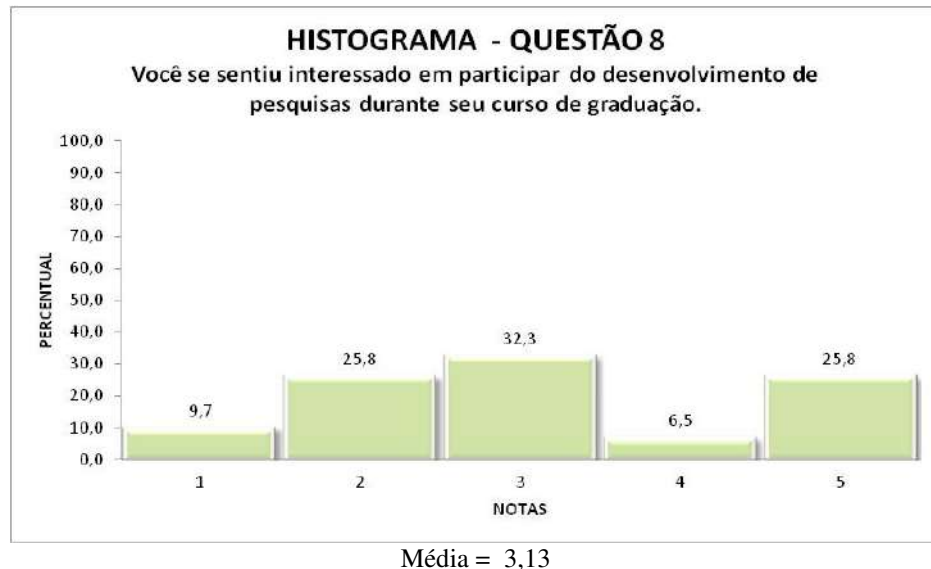
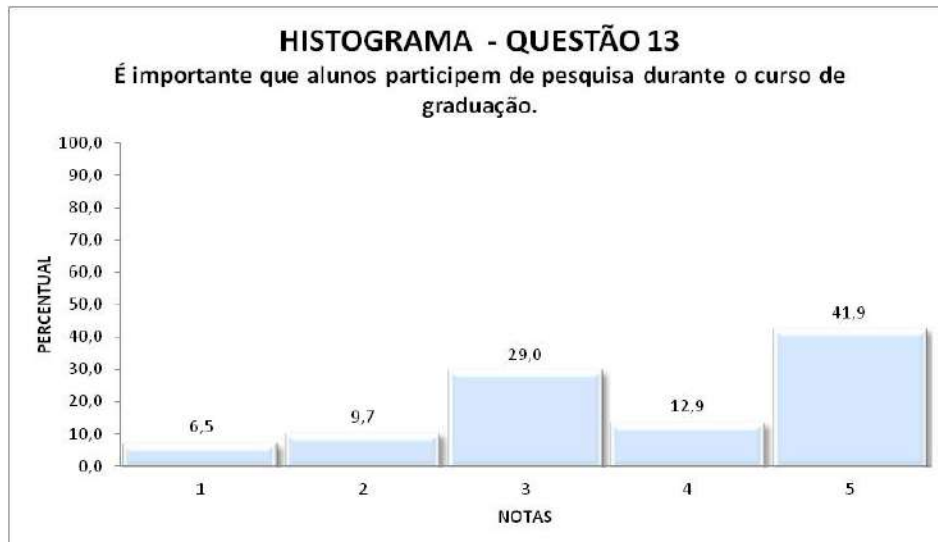


FIGURA 7 – RESULTADOS DO VÍDEO 2 DOCENTE B, QUESTÃO 8.

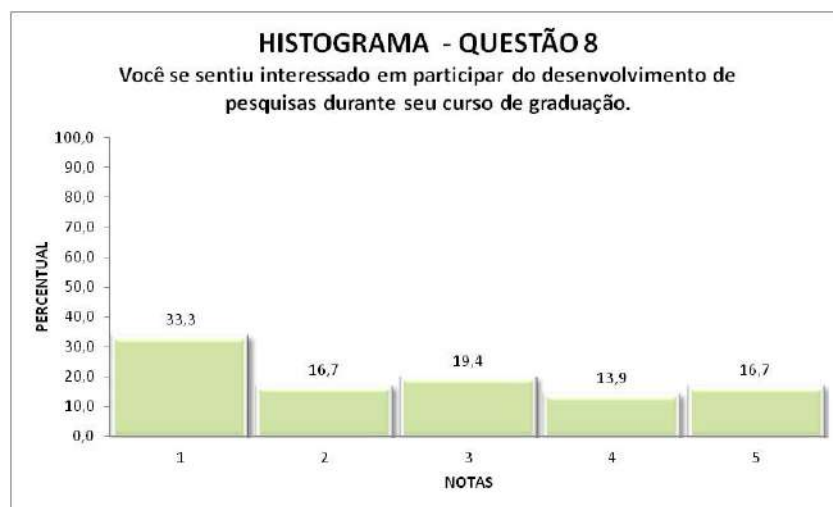
Na turma do Docente B, 83,8%, dos alunos situam-se entre concordo parcialmente, concordo e concordo plenamente. Portanto, apenas 16,2% discordam de que é importante a participação em pesquisas durante o curso de graduação, sendo que 6,5% discordam plenamente da afirmação. A Figura 8 mostra o histograma que fundamentou essa análise.



Média = 3,74

FIGURA 8 – RESULTADOS DO VÍDEO 2 DOCENTE B, QUESTÃO 13.

A análise do histograma mostrado na Figura 9 indica que, na turma do Docente C, 50% dos alunos situam-se entre concordo parcialmente, concordo e concordo plenamente. Não se sentiram interessados em participar do desenvolvimento de pesquisas durante o curso de graduação 33,3%.



Média = 2,64

FIGURA 9 – RESULTADOS DO VÍDEO 2 DOCENTE C, QUESTÃO 8.

Na turma do Docente B, como mostrado na Figura 10, 66,7% dos alunos situam-se entre concordo parcialmente, concordo e concordo plenamente. Contudo 33,3% discordam da afirmação, isto é, não consideram importante participarem do desenvolvimento de pesquisas durante o curso de graduação.

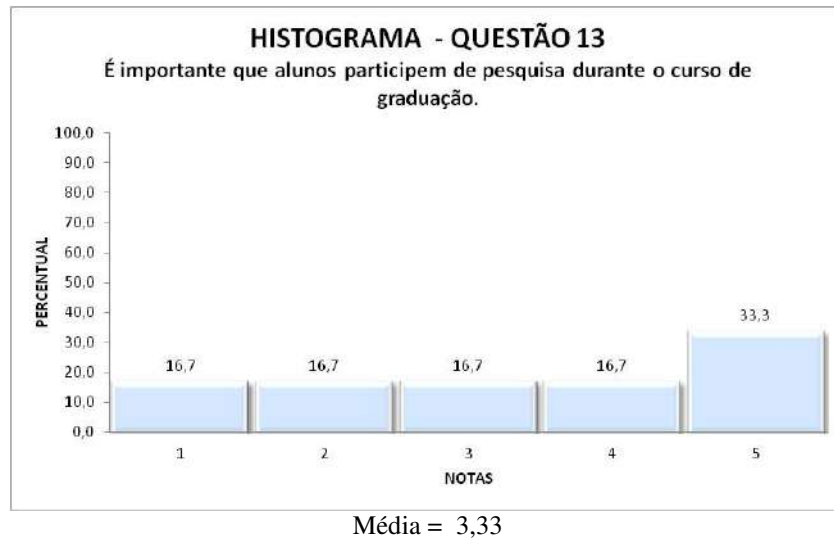


FIGURA 10 – RESULTADOS DO VÍDEO 2 DOCENTE C, QUESTÃO 13.

Para o vídeo 1, conforme Figura 11, na turma do Docente A, 76,4% dos alunos situam-se entre concordo parcialmente, concordo e concordo plenamente, em participar de pesquisa durante o curso de graduação. Apenas 13,2% discordam da afirmação, isto é, não se sentiram interessados em participar do desenvolvimento de pesquisas durante o curso de graduação.

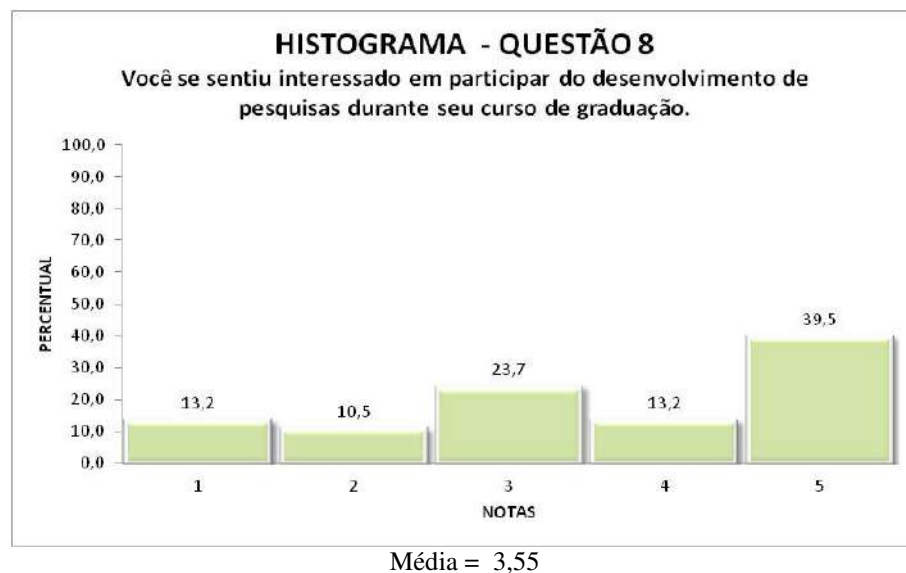
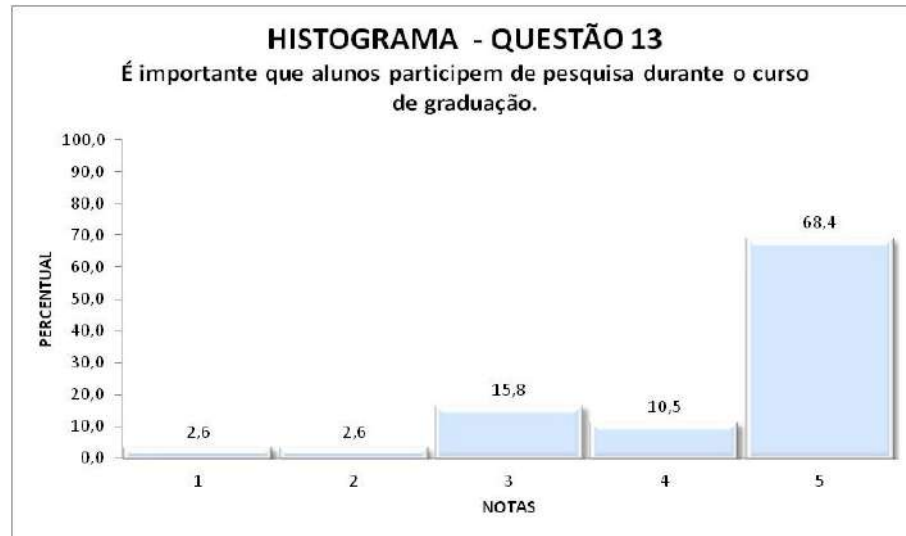


FIGURA 11 – RESULTADOS DO VÍDEO 1 DOCENTE A, QUESTÃO 8.

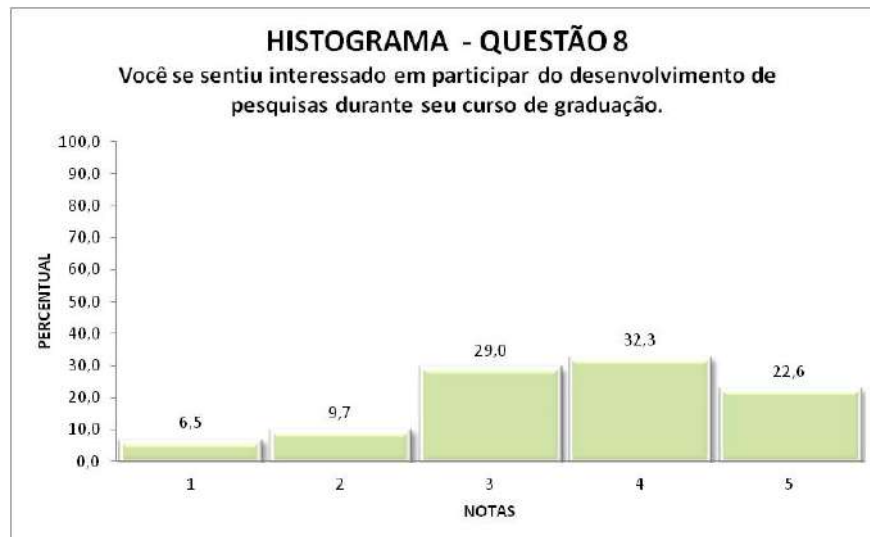
Para a questão 13 do vídeo 1, a Figura 12 mostra que na turma do Docente A, 94,8% dos alunos situam-se entre concordo parcialmente, concordo e concordo plenamente. Portanto, apenas 5,2% discordam de que é importante a participação em pesquisas durante o curso de graduação, sendo que 2,6% discordam plenamente.



Média = 4,39

FIGURA 12 – RESULTADOS DO VÍDEO 1 DOCENTE A, QUESTÃO 13.

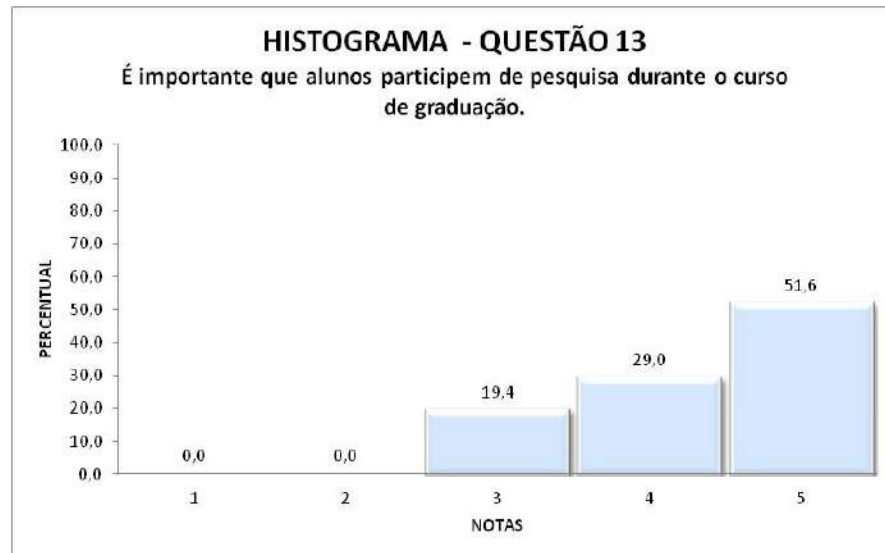
Para a questão 8 e vídeo 1, apenas 6,5% discordam plenamente da afirmação, isto é, não se sentiram interessados em participar do desenvolvimento de pesquisas durante o curso de graduação, como mostrado na Figura 13. Na turma do Docente B, 83,9% dos alunos situam-se entre concordo parcialmente, concordo e concordo plenamente.



Média = 3,55

FIGURA 13 – RESULTADOS DO VÍDEO 1 DOCENTE B, QUESTÃO 8.

Na questão 13, para a turma do Docente B, 100% dos alunos situam-se entre concordo parcialmente, concordo e concordo plenamente. Portanto, todos consideram importante a participação em pesquisas durante o curso de graduação, como mostra a Figura 14.



Média = 4,32

FIGURA 14 – RESULTADOS DO VÍDEO 1 DOCENTE B, QUESTÃO 13.

Na turma do Docente C, 58,3% dos alunos situam-se entre concordo parcialmente, concordo e concordo plenamente. A Figura 15 mostra ainda que 27,8 discordam plenamente de participar de pesquisas durante o curso de graduação.



Média = 2,94

FIGURA 15 – RESULTADOS DO VÍDEO 1 DOCENTE C, QUESTÃO 8.

A Figura 16 mostra que para o vídeo 1, na turma do Docente C, 83,3% dos alunos situam-se entre concordo parcialmente, concordo e concordo plenamente. Portanto, apenas 16,7% discordam de que é importante a participação em pesquisas durante o curso de graduação, sendo que 8,3% discordam plenamente da afirmação.

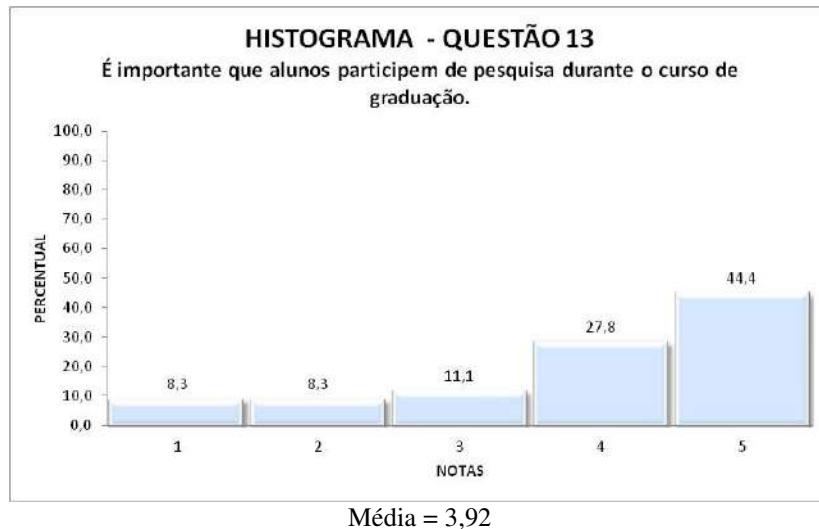


FIGURA 16 – RESULTADOS DO VÍDEO 1 DOCENTE C, QUESTÃO 13.

Considerações finais:

Sob a ótica do Índice de Introspecção da Linguagem (IIL) e após a análise dos resultados, foi possível levantar hipóteses e tecer conclusões limitadas às condições da pesquisa.

Os resultados indicam também que os discentes consideram ser importante participar de pesquisa durante o curso de graduação. Entretanto, o resultado sobre sentir-se interessado em participar de pesquisa durante o curso de graduação revela a necessidade de ações para motivar os alunos a engajar-se em projetos de pesquisa.

Os resultados indicam também que os discentes consideram ser importante participar de pesquisa durante o curso de graduação. Porém, o resultado sobre sentir-se interessado em participar de pesquisa durante o curso de graduação revela a necessidade de ações para motivar os alunos a engajar-se em projetos de pesquisa.

Como afirmado anteriormente, os resultados demonstraram que a linguagem nos vídeos é mais importante (IIL=65,1%) do que propriamente um facilitador (IIL=43,1) para compreensão do tema. O percentual médio de concordância com a afirmação de que a linguagem do vídeo é importante para compreensão do tema foi de 93,4%, com um coeficiente de variação de aproximadamente 6,4%. No caso da afirmação de que a linguagem permitiu fácil compreensão do tema, esse percentual atingiu o valor de 83,7%, com coeficiente de variação de 11,3%. Além disso, não houve diferença significativa entre os índices de introspecção da linguagem utilizadas nos dois vídeos, respectivamente 76,3 para o vídeo 1 (“A criação do sentido de responsabilidade sócio-

ambiental pela gestão estratégica de pessoas”) e 71,3% para o vídeo 2 (“Reprodução dos anfíbios”). Dessa forma, é possível concluir que a linguagem utilizada nos vídeos influenciou sua recepção, já que os receptores puderam entender facilmente o tema graças à forma pela qual o código foi utilizado.

Em relação à motivação para participar de pesquisa durante o curso de graduação, como afirmado anteriormente, nota-se que o segundo vídeo despertou mais a curiosidade científica dos alunos. É possível que tal resultado se deva ao fato de que o vídeo 1, embora utilize uma linguagem condizente com seu público-alvo, trata de um tema um pouco distante de seu universo – a reprodução anfíbia. Já o vídeo 2, além de apresentar a própria bolsista do projeto – jovem como os receptores em questão –, aborda uma temática mais próximas aos alunos do curso de Comunicação Social a preocupação ambiental dos funcionários de uma determinada indústria não apenas no ambiente de trabalho, mas também na sociedade.

Para finalizar, os resultados aferidos por meio da pesquisa mostram que quanto mais próximos a linguagem e o tema do universo do receptor, melhor será seu *feedback* à mensagem recebida.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao aluno bolsista de Iniciação Científica Ensino Médio Marcos Paulo Rangel da Silva pela compilação dos dados, ao CNPq, aos professores Waldvogel Gregório, Lucy Deccache e Dostoiewski Mariatt por aplicarem os questionários em suas respectivas turmas e à Unigranrio pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa em suas instalações.

Referências bibliográficas:

- CANCLINI, Néstor García Canclini. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 1998.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- HOHLFELDT, Antonio et. al. **Teorias da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- JACKS, Nilda; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Comunicação & recepção**. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação.** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

POLISTCHUK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos. **Teorias da comunicação.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. **Comunicação & semiótica.** São Paulo: Hacker Editores, 2004.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Vozes, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2012.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BREVE RELATO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O PAPEL DO SUPERVISOR DE ENSINO, SUAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Oriovaldo Rodrigues

*Mestrando do Curso Desenvolvimento Humano: Formação,
políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté/SP
orieducador@hotmail.com*

Maria Cecilia Grieco Puppio Jacob

*Mestranda do Curso Desenvolvimento Humano: Formação, políticas e
Práticas Sociais da Universidade de Taubaté/SP
supercecilia1@hotmail.com*

Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Maria Dias Reis Pacheco

Mestre em Educação: Psicologia da Educação (PUC-São Paulo, 2002)

Doutora em Educação: Psicologia da Educação(PUC-São Paulo,2008)

Resumo

Atualmente a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – (SEESP) entende o supervisor como agente fundamental para o desenvolvimento das políticas educacionais, capaz de promover a qualidade de ensino e de cumprir a legalidade. Considera-se muito relevante conhecer o processo de construção da história profissional do supervisor de ensino. O objetivo deste estudo é analisar as características peculiares do papel que deve ser desempenhado pelo supervisor de ensino, no contexto da história das políticas públicas e os papéis cumpridos pelos supervisores de ensino. Em se tratando da metodologia adotada neste estudo, enfatiza-se que quanto à forma de abordagem da questão, é caracterizada como qualitativa, do ponto de vista de seus objetivos, como exploratória e com relação aos procedimentos técnicos, é considerada como bibliográfica.

Palavras-chave: Identidade profissional. Supervisão de ensino. Perfil. Funções.

Abstract

Currently the Department of Education of the State of São Paulo - (SEESP) understands the fundamental supervisor as agent for the development of educational policies capable of promoting quality education and fulfill the law. It is very important to know the process of constructing the history of professional teaching supervisor. The aim of this study is to analyze the peculiar characteristics of the role to be played by the supervisor of education in the context of the history of public policy and the roles fulfilled by educational supervisors. In terms of methodology used in this study emphasizes that

how to approach, is characterized as a qualitative point of view of its objectives, as exploratory and in relation to technical procedures, literature is considered.

Keywords: Professional identity. Supervision of teaching. Profile. Functions.

Introdução

Atualmente a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – (SEESP) entende o supervisor como agente fundamental para o desenvolvimento das políticas educacionais, capaz de promover a qualidade de ensino e de cumprir a legalidade. Considera-se muito relevante conhecer o processo de construção da história profissional do supervisor de ensino, pois entende-se que para responder aos questionamentos sobre o papel do supervisor no atual contexto sócio-histórico, deve-se efetuar uma análise dialética da história, utilizando-se da documentação disponível, das intrincadas teias normativas estabelecidas pelos decretos e resoluções governamentais.

Diante do exposto, pontua-se que o objetivo deste estudo é analisar as características peculiares do papel que deve ser desempenhado pelo supervisor de ensino, no contexto da história das políticas públicas e os papéis cumpridos pelos supervisores de ensino.

Em se tratando da metodologia adotada neste estudo, enfatiza-se que quanto à forma de abordagem da questão, é caracterizada como qualitativa, do ponto de vista de seus objetivos, como exploratória e com relação aos procedimentos técnicos, é considerada como bibliográfica. Portanto, reforça-se a adoção do método exploratório para a descrição das estruturas legais, que regulam a atuação do supervisor e para tanto fez-se necessário a exploração sobre o estado do conhecimento, por meio da pesquisa dos seguintes bancos de dados: Scielo, Ibicti, Biblioteca Digital da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Domínio Público. A pesquisa nos bancos de dados, supracitados, baseou-se nos índices gerais, palavras do título, palavras chave, pesquisa por nome de autor, pesquisa por resumo, assunto ou título. As palavras chave da pesquisa: identidade profissional; supervisão de ensino; profissão de supervisor; constituição identitária do supervisor de ensino; perfil e funções do supervisor de ensino resultaram na elaboração deste estudo. Na pesquisa bibliográfica buscou-se a definição dos conceitos basilares, acerca da história da supervisão, por meio da leitura seletiva da literatura disponível sobre o assunto, do fichamento dos conceitos-chave, para o delineamento do objeto epistêmico deste estudo.

Propõe-se com este estudo tecer considerações interpretativas que contribuam para delimitar o papel do supervisor face ao desafio de orientar o planejamento, transcendendo a mera reprodução de planos sem nenhuma articulação com a realidade da escola e com o momento histórico, além de propor um roteiro para o acompanhamento e a avaliação dos processos administrativos e pedagógicos em curso, nas unidades escolares com as quais trabalha.

Especificamente intenciona-se: descrever, sucintamente, as diretrizes das políticas educacionais, por meio de recortes históricos representativos, desde o período colonial até os dias atuais; elaborar uma síntese das normas que definiram o papel do supervisor década de 60 e 70, apontando os seus limites diante do contexto histórico do período em questão; propor uma interpretação do contexto em que se efetiva o exercício do supervisor nos anos 80 e 90 do século XX; analisar as atribuições e competências do supervisor de ensino, nos 11 primeiros anos do século XXI; esclarecer os limites da prática e da teorização sobre a gestão escolar; delimitar o papel do supervisor na avaliação, no planejamento e propor soluções para problemas que dificultam o funcionamento das escolas.

Considerações gerais sobre o profissional Supervisor de Ensino e seu universo de atuação

Distanciando-se dos fatos vividos no labor diário da profissão, a fim de analisá-los sob o prisma do pesquisador e, ao mesmo tempo, aproximando-se desses mesmos fatos, por força de sua relevância histórica, como agente construtor do objeto de estudo ora em tela e como agente passivo de vivências sedimentadas por ideologias várias, é possível compreender as condições de trabalho, os limites e potencialidades do agir profissional do supervisor de ensino.

A relevância do presente estudo se justifica devido ao dinamismo das transformações ocorridas nos últimos anos, exigindo da supervisão competências e habilidades para resolução de problemas com os quais se defrontam as escolas. O foco de atenção, portanto, se volta para o potencial emergente das possibilidades transformadoras da ação do supervisor de ensino, como gestor de políticas públicas na área educacional.

Avaliando a atuação do supervisor de ensino, depara-se com uma espécie de abismo que separa a ação do supervisor dentro da Diretoria de Ensino e o trabalho

docente em sala de aula. O esforço para encurtar a distância entre as duas esferas de atuação tem exigido estudo, reflexão e muitas horas extras de trabalho de supervisão, ouvindo os professores, coordenadores e diretores durante as reuniões nas horas de trabalho pedagógico coletivo, que acontecem semanalmente nas escolas.

Tecer considerações sobre a prática da gestão supervisora pressupõe refletir a constituição identitária das funções supervisoras, para além do método positivista estritamente racional e técnico. Além disso, a teorização sobre as intervenções dos supervisores, ao longo do tempo, nos diversos contextos de atuação das políticas educacionais permitirá delinear o papel que cabe a este profissional na assessoria, acompanhamento, orientação, avaliação e controle dos processos educacionais.

Questiona-se como é possível analisar as estruturas legais que conformam o trabalho do supervisor, interpretar e delimitar o seu campo de atuação, enquanto vivemos num contexto econômico, social e jurídico que impõe limites e ainda assim se consegue elaborar e propor roteiro que concretize a construção de uma prática supervisora eficiente na orientação dos diretores de escola diante do desafio do planejamento dos processos administrativos e pedagógicos?

As reflexões aqui apresentadas ancoram-se na análise da *práxis* profissional, buscando-se que sejam identificadas, definidas e alinhadas, as atribuições e competências do trabalho da supervisão numa era de descontinuidades, reestruturações e mudanças de paradigmas acelerados por transformações econômicas e sociais.

As rápidas mudanças deixam os gestores atônitos, e exigem a reordenação das condutas para que seja possível fazer frente aos novos desafios e situações problemas causados por condições estruturais que não podem ser resolvidos com base no modelo de administração clássico Fayolista. Estas considerações implicam na necessidade de se tomar novas bases de reflexão, para ampliar a compreensão sobre os problemas atuais que desafiam a iniciativa dos profissionais da supervisão de ensino, e para que descubram novas possibilidades de atuação, novos métodos de aprendizagem organizacional, para além dos métodos calcados sobre as interpretações estritamente racionalistas.

Compreender e discutir a constituição da identidade profissional dos supervisores de ensino implica primeiramente numa abordagem da estrutura das políticas educacionais no Brasil e em especial no Estado de São Paulo, a partir de um breve histórico de sua evolução, acrescentado pela discussão das atribuições do

supervisor de ensino nesse cenário, pois compreender a educação, hoje, implica resgatar sua evolução histórica e o contexto em que foi forjada.

Contextualizando o Supervisor de Ensino na Retrospectiva histórica da Política Pública da Educação no Brasil

A administração da educação no Brasil, no início do período colonial, esteve a cargo da Companhia de Jesus, que fundamentava a inspeção na *Ratio Studiorum* (1599), cujo princípio caracterizava-se pela imposição da disciplina: o método de repetição e a abundância de exercícios. Os jesuítas praticamente monopolizaram a educação no Brasil colônia, esta ordem dedicou-se mais à catequização dos indígenas, reservando a instrução, sobretudo para os filhos dos colonizadores (WEREBE,1997).

Em 1759, no governo de Marques Pombal, as escolas jesuítas de Portugal e de todas as Colônias, foram suprimidas pelo alvará de 28 de junho de 1759, e no lugar destas, o governo criou as aulas régias de Latim, Grega e Retórica, cada aula régia era autônoma e isolada com professor único e uma não se articulava com as outras.

Portugal instituiu o “subsídio literário”, em 1772, que consistia em taxação ou imposto que incidia sobre a carne verde, o vinho, o vinagre, com o objetivo de melhorar a implementação da educação no império, mas o fracasso das medidas adotadas, devido a cobrança irregular dos impostos explicam a situação de penúria educacional no Brasil Colonial (ROMANELLI, 2005).

A Revolução Constitucionalista de 1820 em Portugal preconizava em seu artigo 179, que a instrução primária seria gratuita para todos os cidadãos, contudo em 1823, devido à falta de professores instituiu-se o método Lancaster em que um aluno ensinava outros alunos.

Em 1826, um Decreto instituiu quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias. Em 1834 o ato Adicional à constituição dispõe que as províncias passariam a ser responsável pela administração do Ensino Primário e Secundário, graças a isso, em 1835 surge a primeira escola do país em Niterói, mas a população de modo geral estava distante da cultura escolar.

Em 1889 com a proclamação da República, houve a necessidade de estruturar os órgãos centrais responsáveis pela organização e controle da política educacional. Assim com a república em 1910 criou-se no mesmo ano a Diretoria Geral, por meio do Decreto

nº 1883, de 6 de junho de 1910, autorizado pelo artigo 60, reorganizando a Inspeção Geral, criando o regulamento da Diretoria Geral da Instrução Pública Paulista. Em linhas gerais, esse regulamento determinou que a direção e inspeção do ensino fossem exercidas pelo governo, por intermédio de um Diretor Geral com jurisdição em todo o Estado de São Paulo, sendo ele auxiliado pelos inspetores escolares, pelas câmaras municipais e pelas comissões de propagação do ensino (PAULO, 2008).

A Diretoria Geral da Instrução Pública teve como objetivo a inspeção do ensino preliminar público e privado em todo Estado de São Paulo. Ainda sob sua alçada estariam os assuntos relativos à organização pedagógica, às questões relativas à higiene escolar e à estatística escolar, além da responsabilidade em relação à organização e publicação do Anuário do Ensino, das revistas pedagógicas e dos manuais de ensino.

Esta Diretoria Geral possuiria um Diretor Geral, e além deste, uma equipe composta por 16 inspetores escolares, um secretário, três escriturários, um porteiro, um contínuo e dois serventes. As atribuições do Diretor-Geral eram realizadas pelos inspetores, nos trabalhos e diligências junto às escolas, tinham atribuições pedagógicas, técnico pedagógicas e técnico- burocráticas, dentre elas destacam-se as:

Atribuições pedagógicas: Realizar estudos de antropologia pedagógica e psicologia experimental e de questões técnicas-pedagógicas; dar pareceres sobre livros didáticos e material escolar; organizar horários para as escolas; organizar e revisar programas de ensino e de regulamentos ou regimentos escolares; publicar obras de educação, revistas pedagógicas e manuais didáticos para uso do mestre; dirigir a biblioteca e organizar seu respectivo catálogo. **Atribuições Técnico-pedagógicas:** Fazer a dotação de livros e material para as escolas do Estado; organização anual do material didático e mobiliário em uso nas escolas; providenciar o exame e estudo de plantas e fotografias de edifícios escolares e de mobília para as escolas e a guarda das instituições de ensino; localizar as escolas isoladas do Estado e categorizar seus titulares; providenciar a relação das classes e números dos professores de grupos escolares e escolas reunidas, com os respectivos títulos de habilitação. **Atribuições Técnico-burocráticas:** Guardar e conservar, na melhor ordem, os mapas de movimento escolar; organizar uma estatística escolar regular que abrangesse – ensino municipal, ensino particular e ensino profissional; escriturar as cadernetas de cada professor; estudar o custo do ensino no Estado, nos demais estados do Brasil e nos principais países do mundo. Tal estudo versaria sobre o ensino público em todos os seus graus: primário, secundário, ginasial e superior; resumir, mensalmente, o movimento escolar de cada município; resumir, mensalmente, o movimento de alunos dos grupos escolares, escolas complementares e das escolas reunidas. (DECRETO Nº1883/1910 *apud* PAULO, 2008, destaques nossos).

É possível observar, de acordo com a descrição da organização e distribuição das funções, que algumas atribuições consideradas prioritariamente pedagógicas não constituem atividades pedagógicas, centradas diretamente aos processos de ensino-

aprendizagem, efetivadas pelos docentes, junto aos alunos. Entretanto o decreto n. 1883 de 1910 enfatiza a necessidade de “colocar a criança no centro do processo educacional, procurando conhecê-la, a fim de conferir aos professores cada vez mais conhecimentos sobre elas, para que fosse possível uma educação mais eficaz (DECRETO Nº1883/1910 *apud* PAULO, 2008).

Observa-se no decreto, a preocupação com a possibilidade de uniformização do Ensino no Estado de São Paulo, com isso verifica-se a preocupação com a definição e distribuição dos serviços em seções, o que significou um passo em direção ao processo de modernização e racionalização dos serviços da instrução pública paulista. Contudo, deve-se inquirir novamente, o quanto esta organização do sistema de inspeção escolar de fato era eficaz para atender ao objetivo de oferecer a educação escolar gratuita a todos os cidadãos, conforme a Constituição de 1891.

As atribuições do inspetor escolar, conforme Decreto nº 1883/1910 estavam disciplinadas pela hierarquia, devendo prestar contas ao Diretor Geral, sobre o funcionamento da escola, tanto no que tange aos fazeres no micro-contexto da escola, quanto no macro-contexto, em que predominavam os valores católicos, os valores da elite governante latifundiária e os valores da elite militar.

A Constituição de 1891 estabeleceu a laicidade do ensino público, mas a influencia da religião sobre a educação continuou forte, pois havia que se prestar conta ao poder da igreja católica, representada pelos bispos e padres, que tinham acesso à população, educando-a quanto aos perigos da pedagogia moderna. Neste sentido, o diretor da escola e os professores tinham que prestar esclarecimentos sobre o funcionamento da escola ao inspetor, que representava o poder civil, além prestarem contas aos bispos e padres que exerciam a vigilância ideológica em nome da igreja católica.

A hierarquização que foi criada pelo Decreto nº 1883/1910 evidenciava a preocupação com a racionalização da repartição, onde cada membro se coloca como uma peça fundamental ao funcionamento da engrenagem. Observa-se que nas normas de funcionamento da repartição pública da época estavam citadas: a hierarquia dos cargos, as respectivas atribuições, além dos dispositivos de controle, aos quais os próprios inspetores estavam subordinados.

Em 1920, surge um movimento pela renovação educacional, como o despertar para a necessidade de universalização da educação elementar. Os educadores brasileiros criaram em 1924 a Associação Brasileira de educadores (ABE). Segundo Buffa e

Nosella (1997) o período de efervescência da ABE, foi a partir de 1927 quando então os educadores associados realizavam conferências nacionais, reuniões e documentos.

Com a Revolução de 1930 – governo de Getúlio Vargas, as lutas ideológicas em torno da educação ganham ebulição, sendo criados o Ministério da Educação e Saúde e o Conselho Nacional da Educação. Nesse período o então ministro da educação Francisco Campos efetua uma série de reformas no decorrer dos anos de 1931 e 1932. Entre elas destaca-se a criação da função de Inspetor Escolar e um sistema de Inspeção, caracterizado pelo sistema legalista de extrema rigidez. (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 2000).

Em 1932, os educadores membros da ABE forjaram um documento que objetiva a Reconstrução Nacional denominado “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, que teve um papel fundamental na história da educação brasileira, nele os intelectuais reformadores entendiam que a instrução do povo era indispensável ao desenvolvimento do país.

No campo dos ideais educacionais o Manifesto dos Pioneiros, propunha o ensino laico e crítico em relação ao caráter verbalista e elitista da “Educação Tradicional”, tratando, portanto, a educação como problema social e também representando uma tomada de consciência, por parte dos educadores, (ROMANELLI, 2005). Entretanto, a Constituição de 1934 não consubstancia os princípios reformadores do manifesto, mas retrata a conciliação dos interesses opostos de católicos e escolanovistas em relação à educação.

Em 1935, o debate educacional iniciado pela ABE e acirrado pela revolução é silenciado pelo golpe de estado – Estado Novo de Getúlio Vargas. No Estado Novo são criadas as leis Orgânicas do Ensino, iniciadas em 1942 e com vigência até 1946. Em 1945 com o fim do Estado Novo, reinicia o debate educacional com a redemocratização do país com a elaboração da Constituição de 1946 e a criação de uma comissão de Educação, responsável pela elaboração do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1948. (BUFFA; NOSELLA, 1997).

No Estado de São Paulo, o Decreto nº 17.698/47, em seu artigo 65, estabelece a atribuição de controle ao inspetor de ensino, o cumprimento da norma e a fiscalização.

O Artigo 150, do Decreto supracitado determinou que, ao inspetor escolar, cabia tornar efetiva a obrigatoriedade escolar, propondo à autoridade competente a aplicação das penas legais, portanto uma das funções do inspetor era garantir a efetividade da norma, em escola pública ou estabelecimento de ensino privado.

A inspeção escolar desenvolvida por meio de investigações, visitas e exames, buscava medir a regularidade e a eficácia do ensino. Também era conferida ao inspetor a atribuição de controlar a aplicação curricular, conforme demonstra o artigo 158 do Decreto nº 17.698/47:

[...] nenhuma alteração no plano de atividades escolares poderá ser levada a efeito sem anuência prévia da Delegacia Regional do Ensino e aprovação do Departamento de Educação que é a Repartição privativamente encarregada de organizar, orientar e fiscalizar o trabalho das escolas primárias.

Das incumbências aos inspetores escolares, de acordo com o Artigo 265, destacam-se algumas atribuições referentes às funções técnico-burocráticas, quais sejam:

1- cumprir e fazer cumprir as ordens legais dos delegados de ensino; 2 - propor ao delegado de ensino respectivo as medidas que julgarem necessárias; 3- fiscalizar as escolas que lhes forem distribuídas pelo delegado, no que concerne à técnica do ensino, à frequência dos alunos e à assiduidade do professor; 4 - inquirir os pais dos alunos sobre a frequência e aproveitamento de seus filhos nas escolas, sumariando ao delegado de ensino, as reclamações que receberem; 5- enviar ao delegado de ensino comunicado semanal e o roteiro mensal de seus serviços, com a devida prestação de contas; 6- recensear a população escolar de sua inspetoria; 7- aplicar ou propor penas, nos termos da legislação vigente [...].

Dessa forma é possível perceber que os inspetores cumpriam prioritariamente a finalidade de controle e fiscalização. E para melhor controlar as rotinas escolares, tais inspetores de ensino eram acompanhados por auxiliares de inspeção, conforme fulcro no Artigo 266 do Decreto nº 17.698/47. Os inspetores de ensino podiam executar suas funções na Delegacia de Ensino, no todo ou em parte. Em se tratando da designação para trabalhar como auxiliar de inspeção, esta era irrecusável, constituindo-se, inclusive, motivo de preferência para as promoções de diretor.

O Artigo 269 do Decreto nº 17.698/47 sinalizava como funções do auxiliar de inspeção: colaborar com o inspetor na inspeção das escolas; dar posse e exercício aos professores do município; informar os pedidos de licenças, propondo a nomeação de substitutos; reunir mensalmente os professores de escola isolada do município, para orientá-los e prestar-lhes assistência técnica; atestar a frequência; abonar e justificar faltas dos professores, na forma estabelecida conforme legislação vigente e comunicar ao delegado de ensino ou ao inspetor qualquer irregularidade no funcionamento das escolas.

O Artigo 271 do Decreto nº 17.698/47 estabelecia que as escolas isoladas teriam os quatro livros escriturados rigorosamente de acordo com as instruções neles impressa

sendo eles: de matrícula, de chamada, de inventário, de atas de exames, além de um documento intitulado termo de visitas. Pela análise do rol de funções do inspetor de ensino descrito neste Decreto pode-se concluir que a atuação do profissional era definida muito mais pelas exigências de um perfil controlador da administração burocrática do que pedagógicas.

Portanto, considera-se importante ressaltar que foi o artigo 65 do Decreto 17.698/47 que consolidou as bases para atuação do inspetor de ensino, regendo, assim, a inspeção escolar na década de 60. Verifica-se com isso que o perfil normativo da função supervisora na década de 60 seguiu as linhas mestras do referido Decreto, pois como se pode perceber, uma de suas funções era controlar a aplicação curricular.

Em 20 de dezembro de 1961 foi promulgada no âmbito federal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob o nº 4024, após 13 anos desde o Projeto de Lei de 1948 de iniciativa do então Ministro Clemente Mariani. Esta Lei 4024 delegou competências aos Estados e Distrito Federal para autorizar, reconhecer e inspecionar os estabelecimentos de ensino primário e médio não pertencente à União, conforme Artigo 16. Além disso, reforçou também a qualificação do responsável por essa inspeção conforme disposto no Artigo 65, do Decreto nº 17.698/47.

No ano de 1964 com o golpe militar, a preocupação inicial do novo regime é a recuperação econômica do país. Nesse contexto, surgem as propostas de “Educação Permanente, visando à reciclagem rápida e constante da população brasileira [...]. [...] E] se desenvolvem as diferentes ajudas conhecidas como os acordos MEC/USAID” (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 2000, p. 220).

A concepção rígida do perfil de formação para mercado de trabalho ou para a continuidade de estudos a nível superior reafirmava a presença de uma escola dualista, obrigando as Instituições de ensino a seguir rigorosamente os programas estabelecidos para os cursos que ministravam. Neste contexto, cabia ao inspetor de ensino velar pelo cumprimento da normalidade do funcionamento administrativo, caracterizado pela: pontualidade dos horários, regularidade dos serviços, cumprimento do programa de estudos, ordem e organização dos trabalhos de escrituração feitos pela secretaria da escola.

Com a promulgação de uma Emenda Constitucional no ano de 1968, alteraram-se as atribuições do inspetor de ensino, que na década seguinte passaria a denominar-se supervisor pedagógico. Tais alterações foram consubstanciadas pelo Conselho Federal de Educação (CFE) por meio do Parecer nº 252/69 que reformulou o curso de

pedagogia. Este ato normativo do CFE trouxe repercussões para o cenário político do período (FERREIRA, 2007).

Na década de 70, ocorreu uma reformulação em toda a estrutura do sistema de ensino que se materializou por meio da Lei 5.692/1971, trazendo repercussões para os níveis de 1º e 2º graus. Na organização do ensino de 1º grau foram suprimidos os exames de admissão, de forma a unificar o primário e o ginásial, ampliando, portanto a escolaridade obrigatória e gratuita para oito anos. O antigo colegial passou a denominar-se ensino de 2º grau, com profissionalização¹ obrigatória.

É nesse contexto que aparece a figura do supervisor, que segundo Silva Júnior (*apud* SÁEZ, 2008), apresenta-se com uma prática relativamente nova no contexto brasileiro, estando associada à função de controle. Particularmente no Estado de São Paulo, a supervisão é incorporada à organização da Secretaria de Estado efetivamente na década de 70, impulsionada pela Lei 5.692/1971. E em 29 de janeiro de 1976, o então Governador do Estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, fundamentado pelo Ato Institucional nº 8, de 02 de abril de 1969, assinou o Decreto nº 7510/76, traçando as atribuições e funções do supervisor, designado-o como pedagógico.

Conforme o Artigo 78, os grupos de Supervisão Pedagógica têm as seguintes atribuições na área curricular, quais sejam:

a) implementar o macrocurrículo, redefinindo os ajustamentos em termos das condições locais; **b)** adequar os mecanismos de acompanhamento, avaliação e controle às peculiaridades locais; **c)** aplicar instrumentos de análise para avaliar o desempenho do pessoal das escolas no que se refere aos aspectos pedagógicos; **d)** informar ou elaborar propostas de diretrizes para avaliação do processo ensino-aprendizagem nas unidades escolares; **e)** sugerir medidas para a melhoria da produtividade escolar; **f)** selecionar e oferecer material de instrução aos docentes; **g)** acompanhar o cumprimento do currículo das habilitações existentes, bem como o desenvolvimento das atividades dos estágios; **h)** diagnosticar as necessidades de aperfeiçoamento e atualização dos professores e sugerir medidas para atendê-las; [...]

E na área administrativa:

a) supervisionar os estabelecimentos de ensino e verificar a observância dos respectivos Regimentos Escolares; **b)** garantir a integração do sistema estadual de educação em seus aspectos administrativos, fazendo observar o cumprimento das normas legais e das determinações dos órgãos superiores; **c)** atuar junto aos Diretores e Secretários de Estabelecimentos de Ensino no sentido de racionalizar os serviços burocráticos; **d)** acompanhar e assistir os programas de integração escola-comunidade; **e)** examinar as condições físicas do ambiente escolar, dos implementos e do instrumental utilizados, tendo em vista a higiene e a segurança do trabalho escolar; **f)** sugerir

¹ Alterada pela Lei Federal 7.044/82

medidas para a revisão do prédio escolar, bem como para a renovação, reparo e aquisição do equipamento; **g**) opinar quanto à redistribuição da rede física, a sua entrosagem e intercomplementariedade; **h**) orientar a matrícula de acordo com as instruções fixadas pelo Delegado de Ensino; **i**) orientar e analisar o levantamento de dados estatísticos sobre as escolas; **j**) constatar e analisar problemas de repetência e evasão escolares e formular soluções; [...] (Decreto nº 7510/76, artigo 78).

No decorrer desta trajetória sócio-histórica, verifica-se, portanto que o trabalho docente, os processos pedagógicos e o currículo de forma geral foram objeto do controle. Desse modo, em uma perspectiva mais ampla, pode-se intuir que o controle social era efetivado por meio do controle das instituições escolares. Da forma como foi concebido o perfil do inspetor, o seu trabalho contribuía em parte para o controle social indispensável ao modelo político vigente.

O contexto histórico começou a dar sinais de mudança nos primórdios do governo Geisel, que se associou ao início da abertura política. Na prática, a liberalização seguiu um caminho difícil. No entanto, a abertura política prosseguiu na década de 80, na qual as eleições foram polarizadas entre os que se posicionavam contra ou a favor do governo. Lentamente a oposição começou a ganhar força, principalmente em torno do objetivo da conquista das eleições diretas para a presidência da República, que acabou não sendo aprovada pela Câmara Federal (FAUSTO, 1998).

Na esfera da política educacional foi decretada a alteração dos dispositivos da Lei nº 5.692/71, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. As alterações contempladas na Lei nº 7044/1982 tinham por objetivo geral proporcionar ao educando a possibilidade, tanto de concluir os estudos que o conduziria ao prosseguimento dos estudos nos níveis superiores, quanto se preparar para o ingresso no mundo do trabalho. Em tais alterações é ressaltada igualmente a importância da educação plena do educando, para a auto-realização e o exercício consciente da cidadania, que se coloca de fato em vias de consolidar-se apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A Lei nº 7044/1982 estabelecia também alteração do currículo visando uma maior articulação entre as disciplinas do núcleo comum e a parte diversificada, para atender as necessidades e as peculiaridades das esferas estaduais e municipais, na constituição dos planos de educação, que contemplasse os interesses dos estabelecimentos de ensino e às diferenças individuais dos alunos. Seus dispositivos legais defendem ainda que os estabelecimentos de ensino tenham autonomia para

escolher algumas disciplinas da parte diversificada. Os currículos plenos de cada grau de ensino poderiam ser constituídos por matérias tratadas sob a forma de atividades, áreas de estudo e disciplinas, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência.

Ainda de acordo com a Lei nº 7044/1982 a norma para o tratamento a ser dado à preparação para o trabalho seria definida pelo Conselho de Educação de cada sistema de ensino, obedecidas a ambas diretrizes: primeiro, para oferta de habilitação, profissional seriam exigidos mínimos de conteúdo e duração a serem fixados pelo Conselho Federal de Educação; e segundo, para atender às peculiaridades regionais, os estabelecimentos de ensino poderiam oferecer, outras habilitações profissionais para as quais não haja mínimo de conteúdo e duração previamente estabelecidos na forma da alínea anterior.

Contributos dos estudos teórico-práticos sobre a questão da Supervisão de Ensino

Parte-se agora para ampliação da compreensão sobre a temática a partir dos estudos de dois autores: Barbosa (2008) e Sáez (2008).

Inicia-se com Barbosa (2008) que se utilizou da metodologia de pesquisa bibliográfica exploratória, baseada na releitura crítica de textos legais e resgate de registros e prática de pesquisas, bem como práticas dela própria. Quanto à pesquisa bibliográfica em especial, a autora pautou-se nos relatos de experiências, sendo estruturada, com base no levantamento bibliográfico do material referente à Legislação sobre a supervisão de ensino, consulta à Legislação Federal e Estadual, selecionando textos para a leitura, fichamentos de artigos, capítulos de livros, teses, dissertações de mestrado e pesquisa na internet.

A autora busca estudar a função do supervisor a partir da compreensão das políticas públicas de educação no estado de São Paulo. Sua reflexão em torno do trabalho do supervisor de ensino, com base na Constituição Federal de 1988 e na LDBE/96, permitiu análises comparativas entre o real, o esperado e o necessário, permitindo que se possa verificar se realmente houve contribuição da supervisão de ensino para a afetiva democratização da escola pública.

Barbosa (2008) considera, ao percorrer o caminho entre o real e o idealizado, que o objetivo, da prática profissional deve privilegiar a troca com colegas supervisores da Diretoria de Ensino, visando ampliar a análise sobre a prática, até onde ela contribua para

a melhoria da oferta da educação, a todos os níveis da população. E ainda, no desejo de contribuir para a concretização de uma educação de qualidade para todos os alunos da escola pública, Barbosa (2008) pesquisa também, anais dos últimos congressos de supervisores de Ensino do Estado de São Paulo, (APASE), em busca de informações que permitam compreender o que se pensa sobre a ação supervisora e suas contribuições à Educação renovada e democrática.

A autora, amparando-se na leitura de educadores-pesquisadores da ação supervisora compreende como que historicamente se formou o conceito de supervisão educacional, no qual o supervisor de ensino é visto como um visitante, sem ligação estreita com a escola ou com seu cotidiano. Com isso, foi possível traçar o percurso histórico da democratização proclamada nos documentos legais e na ação supervisora, bem como identificar a morosidade encontrada na sua consolidação.

Abordando o contexto e o trabalho do supervisor de ensino na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Barbosa (2008) analisa a realidade vivida por estes profissionais, além da construção de práticas, que criam novos caminhos, para a condução da democratização do ensino público. Ela discute também a questão da inspeção escolar que, embora tenha sido um cargo eliminado no Estado de São Paulo, continua incorporado à função supervisora em seus aspectos burocráticos.

Posteriormente, a autora conduz a uma reflexão sobre a importância de cada profissional da função supervisora, para a construção da autonomia da escola pública. Por fim, à guisa de conclusão, a autora entende que a supervisão pode contribuir de maneira significativa para a efetivação de uma educação democrática, cidadã, libertária e emancipatória, desde que os profissionais, articulados partam para as mudanças necessárias e urgentes, embora reconheça, que se esteja distantes da efetivação dos propósitos anunciados.

Em se tratando agora de outro estudo, tem-se a autora Sáez (2008). Sua pesquisa teve por objetivo: identificar o perfil profissional do supervisor de ensino atuante na Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e seu compromisso político; verificar se sua atuação estava voltada ao pedagógico ou ao administrativo; e, na medida do possível, captar, através das declarações, a concepção de educação dos participantes da pesquisa.

A opção por este tema surgiu a partir de conflitos vivenciados na atuação profissional da autora Sáez (2008), enquanto supervisora de ensino da Secretaria de Estado da Educação. Embora o tema pudesse ser estudado sob outras configurações, a autora optou por analisar a supervisão de ensino enquanto fenômeno social.

Como encaminhamento inicial da pesquisa, foram recolhidos os depoimentos escritos através de duas questões. O objetivo do questionário, aplicado na entrevista com um grupo de supervisores, foi verificar as ações dos Supervisores de Ensino que predominam no seu cotidiano, se tendem mais para a dimensão burocrática ou para a atuação pedagógica.

Em seu trabalho a autora afirma que a legislação controversa e a organização da Secretaria colaboram para a manutenção de um modelo de supervisão de ensino pautado no controle e fiscalização do cumprimento da legislação pela escola e, ao mesmo tempo, quando a legislação ressalta a pena de responsabilidade, inibe as ações que possibilitem a superação deste modelo.

Sáez (2008) define a nomeação das categorias de análise em: função burocrática e de assessoria; representante do poder público; representante do Dirigente de Ensino; função de controle de projetos da secretaria; acompanhamento da escola; indefinição do perfil do supervisor; execução e não participação na política pública; organização do trabalho baseado na legislação; descontinuidade das políticas públicas; predominância de ações burocráticas; e ausência de poder de decisão.

Silva Júnior (*apud* SÁEZ, 2008, p. 51), afirma que a organização do sistema e a legislação, não colaboram, para que a supervisão seja direcionada para o sentido educativo. Com isso, a progressiva absorção da função supervisora pela estrutura regular da Secretaria da Educação foi criando ao longo dos anos uma situação de distanciamento entre professores e supervisores.

Na medida em que a apropriação da supervisão pelo aparelho do Estado se evidenciava, refletia-se também a crescente oposição do pessoal docente às sugestões e determinações, que lhes chegavam. O orientador, coordenador, supervisor ou assistente pedagógico, qualquer que fosse a denominação ostentada, passou a ser considerado como alguém “de fora”, alguém que indicava a existência de um poder superior à vontade do professor, com o qual era preciso estabelecer alguma relação de convivência tolerável (SILVA JÚNIOR, *apud* SÁEZ, 2008, p.68)

Sáez (2008, p. 101) considera que o termo supervisão, propriamente dito, está associado à industrialização e à organização do trabalho, nos moldes capitalistas. A autora enfatiza também o pressuposto, de que a supervisão de ensino, no momento da imposição do Ato Institucional nº 5, privilegiou o controle do trabalho docente, em detrimento, da jornada solidária, junto com os professores (SILVA JÚNIOR *apud* SÁEZ, 2008, p. 27). No momento em que o Ato Institucional nº 5 foi outorgado, a supervisão,

exercia preponderantemente a função de repressão e controle do trabalho docente (SILVA JÚNIOR, *apud* SÁEZ, 2008, p.70). Ainda hoje predominam na supervisão as ações individuais. E “sem ações articuladas e discussões, causadas pelo excesso de exigências burocráticas ou por acomodação, a supervisão de ensino pode favorecer aos interesses da organização de manutenção da ordem vigente” (SÁEZ, 2008, p. 105)

Segundo Silva Júnior (*apud* SÁEZ, 2008, p. 70), muitos foram os instrumentos corretivos utilizados pelos supervisores para manter determinados, cursos em ação dentro dos limites estipulados. E isso em decorrência da irreflexão ou da conveniência. Desta forma, assistia-se a uma visível contradição entre os saberes das autoridades e a competência presumível. As tentativas de ações produzidas com argumentos de bom senso e envoltas em considerações funcionais coexistiram com ameaças e imposições.

Considerações finais

Os resultados alcançados com este estudo apontam que o Brasil chegou à década de 80 com alto índice de analfabetismo, de evasão escolar e de reprovação nas primeiras séries do ensino fundamental. E ainda constata-se também que a herança histórica, ora analisada, explica estes déficits educacionais, bem como o motivo das políticas públicas se tornarem obsoletas mesmo antes de cumprirem seu ciclo de duração prevista.

A análise das leis e normas que regularam as funções do supervisor de ensino durante a década de 60 até meados da década de 80 permitem que se constate o quanto sua atuação estivera conformada pelo modelo político, social e econômico. Nesta direção, verificou-se que as Normatizações das funções do supervisor e do diretor de escola pelo Decreto n. 7510/76 alterado pelo Decreto n.º 39.902/95 consagrou alguns pressupostos da Teoria Clássica de Fayol, na medida em que estabelece uma abordagem tradicional de administração, ou seja, no modelo de supervisão concebido para a década de 70 e vigente até hoje, onde supervisor acumula as funções de controle administrativo e do processo pedagógico.

Conclui-se com a verificação de que devido ao acúmulo e sobreposição de funções é quase impossível acompanhar, orientar e avaliar a implementação do currículo. Reduzidas as possibilidades de concretização das orientações do supervisor à escola, o acompanhamento dos processos pedagógicos só é possível a partir da utilização dos instrumentos burocráticos concebidos para serem utilizados nos

ambientes estruturados com base na funcionalidade hierarquizada como é a organização da Secretaria da Educação.

REFERÊNCIAS:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria Geral Parlamentar. **Decreto nº 17.698, de 26 de novembro de 1947**. São Paulo, SP, 1947.

_____. Secretaria Geral Parlamentar. **Decreto nº 7510, de 1976**. São Paulo, SP, 1976.

_____. Secretaria Geral Parlamentar. **Decreto nº 39.902, de 01 de janeiro de 1995**. São Paulo, SP, 1995.

BARBOSA, R. F. **A função supervisora de ensino: encontros e desencontros**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Brasília, DF, 1961.

_____. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 252, de 1969**. Brasília, DF, 1969.

_____. Ministério da Educação. **Lei 5.692, de 1971**. Brasília, DF, 1971.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982**. Brasília, DF, 1982.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF, 1996.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. **Educação Negada**. Introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. São Paulo: Cortez, 1997.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

FERREIRA, N. S. C. **Supervisão Educacional: Uma reflexão crítica**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PAULO, M. A. R. **A organização administrativo-burocrática da instrução pública paulista em 1910**. Artigo científico elaborado em 2008.

Acesso em 29. Abr. 2012.
<http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq6/9_a_organizacao_cp6.pdf>

ROMANELLI, O. O. **Historia da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

SÁEZ, A. B. **O perfil profissional do supervisor de ensino**: 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação e Letras da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, 2008.

XAVIER, M. E; RIBEIRO, M. L; NORONHA, O. M. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 2000.

WEREBE, M. J. G. **Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil**. São Paulo: Ática, 1997.

DESEMPENHO ESCOLAR DIFERENCIADO DE MENINOS E MENINAS¹

Flaviane Ferreira da Silva

Estudante especial do Programa de Pós-graduação
em Políticas Sociais/CCH/UENF
flavfs2000@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho apresenta uma revisão da literatura produzida no Brasil, no período de 2006 a 2008 sobre o desempenho escolar diferenciado de meninos e meninas. Foram encontrados apenas os trabalhos de: (i) Brito (2006); (ii) Carvalho (2007); (iii) Dal'Igna (2007) e (iv) Gardinal e Marturano (2007). Estes trabalhos indicam que formas múltiplas, masculinas e femininas, atuam na construção de trajetórias escolares, as quais não correspondem a estereótipos, como: aluna quieta e passiva e aluno perturbador e que o enfrentamento da problemática do desempenho escolar de meninos e meninas exige o reconhecimento de que se trata de um campo complexo, cujo desvendamento requer o investimento em pesquisas de várias áreas do conhecimento. Além disto, cabe destacar que se trata de uma temática de relevância para as práticas educativas no cotidiano das escolas.

Palavras-chave: *relações de gênero - desempenho escolar de meninos e meninas – práticas educativas escolares e familiares.*

ABSTRACT

This paper presents a review of the literature produced in Brazil, from 2006 to 2008 on the academic performance of boys and girls differently. Were the only two jobs: (i) Brito (2006) (ii) Carvalho (2007), (iii) Dal'Igna (2007) and (iv) Gardinal and Marturano (2007). These studies indicate that multiple forms, male and female, working in the construction of learning paths, which do not correspond to stereotypes, as quiet and passive student and student disruptive and facing the problem of school performance of boys and girls requires the recognition that it is a complex field, whose unveiling requires investment in research into various areas of knowledge. Moreover, it is worth noting that this is a topic of relevance to the educational practices in primary education schools.

Keywords: Relations of kind - school performance of boys and girls – practical educational school and family.

¹ Trabalho produzido sob a orientação da Prof. Wânia Maria Guimarães Lacerda, Departamento de Educação da UFV. - Programa de Pós-graduação Lato Sensu em Educação – 2007 - 2009

INTRODUÇÃO

O interesse inicial pelas questões relacionadas ao desempenho escolar diferenciado de meninas e meninos surgiu em decorrência de minha atuação profissional como professora da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental numa instituição privada. Nesta época, apesar de atuar em turmas constituídas majoritariamente por meninos, não percebia na minha prática cotidiana aquilo que era comumente mencionado por colegas, ou seja, que é muito mais fácil trabalhar com meninas ou com turmas nas quais elas são maioria, porque essas têm melhor rendimento e são mais disciplinadas.

Mas, diante destes inúmeros comentários passei a observar melhor meninos e meninas no espaço escolar e em locais onde era oferecido apoio escolar a crianças carentes e, quando possível, procurei observar também as práticas de alguns colegas no cotidiano escolar que estavam relacionadas a diferenças entre meninos e meninas. Em tais observações constatei a existência de um discurso, relativamente consolidado sobre as diferenças nas relações de meninos e meninas com o mundo escolar e indícios da existência de diferenças no modo como algumas famílias tratam seus filhos, se meninos ou meninas, talvez influenciadas pelo discurso de certa forma já hegemônico nas escolas. Daí que a questão da constituição de masculinidades e feminilidades no espaço escolar e se havia produção de diferenças de desempenho escolar de meninos e meninas ganhou forte relevância na condução de minhas atividades profissionais.

Assim se constituiu a proposta de investigar na literatura do campo da sociologia da educação, produzida recentemente no Brasil, como é abordada a questão do desempenho escolar diferenciado de meninos e meninas.

Ao iniciar o levantamento da literatura produzida sobre esta temática em periódicos científicos da área da educação disponibilizados no *Scielo Brasil*, dos anos de 2006 a 2008, foi constatado o escasso número de trabalhos produzidos; daí a escolha de ampliação dos periódicos consultados, incluindo também as produções no campo da psicologia disponíveis no *Scielo Brasil* e textos apresentados no grupo de trabalho de Sociologia da Educação da Anped, neste mesmo período.

Desta forma, foram identificados quatro trabalhos científicos. O primeiro deles é o trabalho de Brito, publicado na revista *Cadernos de Pesquisa*, em 2006. O segundo é o trabalho de Carvalho, apresentado na 31ª Reunião da Anped, ocorrida em 2007. O terceiro trabalho foi desenvolvido por Dal'Igna e publicado no periódico: *Educação em Revista*, no

ano de 2007. O quarto e último trabalho considerado foi o de Gardinal e Marturano, publicado no periódico: *Psicologia em Estudo*, em 2007.

No trabalho de Brito (2006) é discutido, por meio de estudo de caso, o fracasso sistemático de meninos no ensino fundamental. Em Carvalho (2007), é feita uma investigação sobre os processos cotidianos que produzem trajetórias escolares de fracasso com maior frequência entre as crianças do sexo masculino. Dal'Igna (2007) procurou mostrar que o discurso pedagógico sobre gênero é um discurso que define e regula o que se entende por desempenho escolar nas séries iniciais do ensino fundamental. Já o trabalho de Gardinal e Marturano (2007) investiga as associações entre comportamento e desempenho na educação infantil, de acordo com o sexo da criança.

Nesta revisão, parte-se do pressuposto de que as práticas educativas escolares e familiares são *generificadas*², o que produz efeitos, dentre eles podem colaborar para a produção, manutenção, justificação de práticas que reforçam condições de desempenho escolar diferenciado de meninos e meninas.

Desse modo, com o intuito de contribuir para ampliação da compreensão e interpretação dos processos escolares de ensino e aprendizagem de meninos e meninas o objetivo deste trabalho foi investigar nos estudos mencionados os modelos de masculinidade e feminilidade e suas relações com o sucesso e insucesso escolar de meninos e meninas, o que será apresentado a seguir.

Os modelos de masculinidade e feminilidade e o insucesso escolar dos meninos na educação básica

A pesquisa de Brito (2006) aborda, por meio de estudo de caso, o fracasso sistemático de meninos no ensino fundamental. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa desenvolvido em uma escola da rede pública estadual do Município de São Paulo. Na primeira etapa da pesquisa foram realizadas entrevistas com a professora de uma classe do 2º ano do ensino fundamental e na segunda etapa foram feitas observações em

² Generificar: conceder tratamento diferenciado de acordo com o gênero, conforme DAL'IGNA (2007).

sala de aula, entrevista das crianças da classe (em pequenos grupos), bem como entrevistas em profundidade com quatro crianças e suas respectivas famílias.

A autora buscou compreender o permanente insucesso do alunado masculino na educação básica, quadro que na atualidade pode ser percebido pela incidência de trajetórias escolares mais acidentadas por parte dos meninos quando comparadas às de suas colegas.

A hipótese inicial da investigação da autora (2006, p. 130), era:

(...) os meninos estariam apresentando piores resultados, como decorrência de uma socialização não voltada para a passividade e obediência (DUQUE-ARRAZOLA, 1997; MORENO, 1999), motivo pelo qual eles tenderiam a apresentar comportamentos considerados inadequados nas várias atividades desenvolvidas dentro e fora da sala de aula (SILVA et al., 1999; PALOMINO, 2003). Já as meninas seriam mais facilmente adaptáveis à rotina e normas escolares e por consequência, tendiam a ser mais bem avaliadas por professores (as), embora muitas vezes fossem consideradas apenas mais “esforçadas” que os meninos e não mais inteligentes (WALKERDINE, 1995).

Brito (2006), referenciando-se aos autores australianos Gilbert e Gilbert (1998), discute o fato de que as escolas atendiam melhor ou pior alguns grupos de meninos em função da pertença social dos mesmos e do modo como essa pertença imprime características ao ser homem ou mulher.

Assim, segundo a autora, aqueles estudantes oriundos da classe trabalhadora tendiam a apresentar referenciais de masculinidades pautados por posturas anti-escola, busca pela proeza em esportes, forte carga de agressividade nas relações de sociabilidade e rejeição de formas alternativas de identidades de gênero. Estes eram os estudantes que estavam fracassando e não todos os meninos.

Segundo Brito (2006), para a compreensão das razões do fracasso escolar de meninos, é fundamental considerar que os referenciais masculinos e femininos se constroem na intersecção com outras categorias formadoras de hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnia.

Assim, Brito (2006) procurou verificar em que condições os vários modelos de masculinidade e feminilidade eram propícios ao êxito escolar, utilizando como referencial o trabalho de Connell (1997), o que a levou a focalizar o olhar nos processos por meio dos quais as crianças se posicionavam nas relações de gênero; nas práticas pelas quais elas se comprometiam com determinada posição de gênero e nos efeitos dessa prática no rendimento escolar.

Segundo esta autora:

Ao adotar tal referencial teórico como eixo do trabalho, procurei analisar as masculinidades em seu aspecto relacional com as feminilidades, para averiguar em que medida as garotas correspondiam ao modelo de passividade e obediência enfatizado em outros trabalhos (SILVA et al. 1999; PALOMINO, 2003). Limitei-me ao estudo do impacto da classe social nas diferentes configurações de masculinidade e feminilidade (BRITO 2006, p. 132).

Os dados empíricos obtidos no trabalho de Brito (2006) apontam que o insucesso escolar estava localizado, sobretudo, entre os estudantes do sexo masculino, não em todo o corpo discente masculino. Mas em uma pequena parcela de estudantes e especialmente nas disciplinas Matemática e Língua Portuguesa. Segundo esta autora, estes estudantes participaram de atividades de reforço escolar, mas não conseguiram reverter a situação de insucesso escolar.

Ao contrário das explicações sistematizadas por outras pesquisas, nas quais é indicado que o baixo desempenho escolar dos estudantes estaria ligado a uma socialização voltada para a ruptura das normas escolares, os dados obtidos junto às professoras investigadas indicam que não havia uma relação direta entre má postura e resultados escolares. Na opinião de uma das educadoras, havia outros atributos a considerar para se fazer uma avaliação negativa dos estudantes, o que a levava, de acordo com os critérios que havia definido, a classificar os (as) alunos (as) como: difíceis, intermediários e bons.

Segundo Brito (2006) o que mais incomodava a professora, nos meninos, não era a permanente desatenção, agitação e aparente desinteresse, mas a ausência de iniciativa e a conseqüente necessidade constante de auxílio. Assim, conforme a autora, estes estudantes apresentavam condutas que a professora considerava impróprias, mas o que realmente definia sua classificação como "os mais difíceis da classe" era a ausência de autonomia, tendo em vista que outros garotos também tinham uma postura indisciplinada e, não obstante essa condição, eram vistos como alunos médios e bons.

Conforme Brito (2006), nas discussões sobre os alunos médios e bons foi possível verificar que a professora parecia desejar um (a) aluno (a) crítico (a), participativo (a), autônomo (a), mesmo que eventualmente apresentasse problemas de disciplina que justificassem admoestações verbais ou até mesmo repreensões mais severas.

Segundo Brito (2006, p. 139):

(...) o aluno ideal, independente do sexo, era alguém necessariamente independente, participativo, com rapidez de raciocínio, facilidade de aprendizagem e que ao mesmo tempo pudesse ser atento, concentrado, sem ser

obrigado a apresentar em tempo integral, uma postura totalmente adequada à rotina escolar e suas normas.

Neste caso, o perfil do bom aluno está associado à mobilização escolar familiar em favor do percurso escolar dos filhos. Ocorre ainda a valorização pela escola e pelos professores do capital cultural herdado pelos estudantes, ou seja, os bons alunos por serem portadores de um capital cultural diferenciado, gozavam de privilégios a que os demais não tinham acesso. Assim, revela-se a extrema complexidade dos vínculos existentes entre a construção de identidades de gênero e o pertencimento social dos estudantes, com diferentes conseqüências nos resultados escolares.

O pertencimento social deve, portanto, ser levado em conta nas análises sobre a construção de identidades de gênero, pois segundo Brito (2006, p. 140):

Há formas de masculinidade muito mais compatíveis com os programas educacionais das escolas e as necessidades disciplinares. Isso é especialmente verdadeiro para as masculinidades das classes médias organizadas em torno das carreiras, que enfatizam a competição muito mais através do conhecimento do que da confrontação física.

Para a autora (2006, p. 141) há um modelo de masculinidade valorizado pela escola, chamado de *masculinidade da razão*³. Este modelo vincula-se aos estudantes favorecidos economicamente, socialmente e culturalmente, pertencentes aos setores médios e médios intelectualizados e se caracteriza por:

(...) trata-se de uma forma de afirmação da identidade de gênero que se caracteriza pelo alto grau de importância dado à educação, como fator que possibilita a construção de uma carreira profissional de sucesso e também a manutenção de uma posição social de prestígio. (BRITO, 2006, p. 142)

Em relação às meninas, Brito (2006) salienta que as configurações são plurais. Aquelas que apresentavam passividade no mundo escolar eram menos valorizadas, enquanto aquelas que apresentavam um comportamento marcado por atos de indisciplina, mas conseguiam avançar no conhecimento por iniciativa própria, tinham uma avaliação mais positiva, mesmo quando ocasionalmente apresentavam resultados insatisfatórios

Porém, apesar das meninas serem vistas em melhores condições na escola, a sociedade ainda reserva para as mulheres os piores salários e posições profissionais de menor prestígio e poder.

³ Esta denominação, conforme BRITO (2006, p. 141), foi cunhada por CONNELL.

No estudo de Brito (2006), tanto meninas quanto meninos expressaram que se empenhavam para conseguir equilibrar-se entre os dois pólos, ou seja, no dia-a-dia da sala de aula procuravam apresentar uma dose equilibrada de masculinidade e feminilidade, desempenhando um comportamento racional, disciplinado, mas também em atitudes ocasionais de questionamento e ruptura.

Se para a professora o bom aluno era aquele que podia aprender independentemente do que ela e a escola pudessem oferecer, para os estudantes entrevistados, o bom aluno era apenas o que apresentava o comportamento adequado.

Já nas entrevistas com as famílias de ambos os alunos, a autora procurou destacar que no universo familiar, havia uma metodologia de estudos que procuravam seguir à risca. Procuravam fazer as tarefas da escola com bastante cuidado e disciplina, também se dedicavam à aquisição de conhecimentos extracurriculares, a ponto de a rotina de seus lares girar em torno das necessidades escolares. Isso lhes possibilitava fazer jus à afirmação da professora: "o bom aluno é aquele que aprende apesar da escola" (BRITO 2006).

Por tais motivos, ambos os alunos pareciam viver com profundidade um padrão de masculinidade e feminilidade coerente com as aspirações intelectuais manifestas por suas famílias. Buscavam planejar, aperfeiçoar e objetivar o processo de aprendizagem, de forma a obter cada vez mais conhecimentos, tornando-se mais competitivos, para poder galgar depois, posições vantajosas do ponto de vista socioeconômico.

Os critérios da avaliação escolar para meninos e meninas

O estudo de Carvalho (2007) teve por objetivo investigar os processos cotidianos que produzem trajetórias escolares de fracasso com maior frequência entre as crianças do sexo masculino. A autora apresenta como justificativa para seu estudo as estatísticas nacionais do IBGE/PNAD, 2003 e MEC/INEP 2003, as quais indicam, conforme a autora que: em 2003 apenas 1,6% das moças de 15 a 19 anos e 3,6% dos rapazes de mesma idade eram analfabetos, neste mesmo ano as meninas eram a maioria nas séries finais do ensino fundamental e representavam 60% dos concluintes do ensino médio.

Essa pesquisa foi desenvolvida durante dois anos e a autora entrevistou nove professoras de quatro escolas públicas, localizadas em diferentes bairros de São Paulo,

pertencentes à rede Municipal e Estadual e que atendiam a públicos diferenciados do ponto de vista socioeconômico. As condições de funcionamento dessas escolas eram muito variadas, tanto no que se refere ao número de alunos por classe e aos recursos materiais, quanto ao número de turnos diários e ao tempo de experiência das professoras. Ao todo participaram na pesquisa 310 crianças de primeira série, distribuídas em nove turmas.

As professoras entrevistadas por Carvalho (2007) eram consideradas por seus pares como bem sucedidas e que utilizam a abordagem “construtivista”. Também foram coletados dados junto às famílias dos alunos por meio de questionário de caracterização socioeconômica.

Carvalho (2007) teve como objetivo maior responder a um questionamento que a acompanhava desde as primeiras fases da pesquisa: poderia a definição de objetivos pedagógicos claros e a consequente adoção de critérios de avaliação de aprendizagem bem delimitados minimizar os desequilíbrios de sexo que se constatavam no interior do grupo de alunos indicados pela professoras como portadores de dificuldades de aprendizagem?

Para a autora:

Não se trata de reduzir problemas sociais e políticos a definições técnicas, supondo que um método pedagógico possa reverter as relações de poder na sociedade e na escola, mas apenas de indagar se e como o domínio teórico e prático de uma proposta pedagógica pode atuar minimizando ou não os efeitos das desigualdades de gênero sobre o desempenho escolar. (CARVALHO 2007, p. 3)

Segundo Carvalho (2007) algumas dimensões da vida escolar e da infância são articuladas na produção das diferenças de desempenho escolar entre os sexos, dentre elas: as relações das crianças entre si, suas culturas e formas de sociabilidade, permeadas por desigualdades socioeconômicas e raciais; as interações entre professoras, alunos e alunas; as expectativas e formas de educação diferenciadas estabelecidas pelas famílias para seus filhos e filhas, incluindo a necessidade de geração de renda ou participação nas tarefas domésticas; e, finalmente, as opiniões das professoras sobre as relações de gênero (articuladas às de classe e raça) e seus critérios de avaliação de alunos e alunas.

A questão da avaliação foi um ponto importante da pesquisa, pois esta, segundo a autora, é decisiva na trajetória escolar da criança nas séries iniciais do ensino fundamental, uma vez que na medida em que os resultados são registrados na ficha escolar das crianças, estes são comunicadas de maneira formal ou informal às demais professoras, levando o

aluno (a) a receber um apoio extra quando ele existe, e, ao final de cada ciclo/série, define a progressão da criança ao ciclo ou série seguinte.

De acordo com Carvalho (2007, p. 2):

As professoras afirmavam avaliar os alunos a partir de uma multiplicidade de instrumentos e diziam levar em conta tanto o desempenho propriamente dito, quanto o que denominavam “participação” ou “compromisso do aluno”. Avaliar essa “participação”, porém, era uma tarefa extremamente subjetiva e elas tinham que lançar mão de repertórios e referenciais pessoais, sem perceber integralmente seu caráter arbitrário, dessa forma reproduzindo valores, idéias e símbolos decorrentes da hierarquia sócio-econômica e das relações de gênero e raciais (ver CARVALHO 2001 e 2004). Conseqüentemente, a falta de critérios claros de avaliação de aprendizagem parecia potencializar a reprodução das desigualdades sociais no âmbito escolar, anulando possíveis benefícios de medidas adotadas exatamente para democratizar o acesso à escola, como a organização do ensino em ciclos.

No que se refere às diferenças entre meninos e meninas, Carvalho (2007) faz referência a indicações presentes na literatura internacional⁴, de que existe uma nítida separação entre avaliação de comportamento e avaliação de aprendizagem. Com relação a avaliação de comportamento, deve verificar-se questões como por exemplo a “participação” ou “compromisso do aluno”. Quanto à avaliação de aprendizagem, deve-se verificar as relações como, por exemplo, o processo de aquisição da escrita.

Ao mencionar as aulas de reforço, a autora, ainda respaldando-se na literatura internacional, mostra que o número de meninos e meninas indicados para classes especiais ou de reforço, resulta numa presença paritária entre os sexos, uma vez que em geral os meninos são considerados mais agitados, indisciplinados e dispersos do que as garotas, mas isto não está efetivamente relacionada a questões de desempenho e sim a questões de comportamento.

Dessa forma, segundo a autora, as crianças do sexo masculino recebem conceitos negativos e indicações para a aula de reforço não por problemas de aprendizagem, mas por apresentarem maiores dificuldades em se adequar ao papel de aluno, alcançando os comportamentos almejados pela escola. Para esta autora, isto indica que pode estar sendo criado um quadro de dificuldades tanto para meninos que cedo constroem uma imagem de que são maus alunos, quanto para as meninas que nem chegam às turmas de reforço, por serem dedicadas e disciplinadas. (CARVALHO 2007, p. 13).

⁴ CARVALHO (2007, p. 3-4) cita os seguintes trabalhos de literatura internacional que abordam esta questão: CONNELL, 2000; LINGARD, DOUGLAS, 1999; JACKSON, 1998; HEY et all (1998).

A autora explica que mesmo havendo uma equalização entre os sexos na avaliação escolar, isto não explica que as questões de gênero na escola funcionariam apenas adotando objetivos de aprendizagem bem definidos e uma avaliação focada nessas metas. As professoras disseram que a maior parte das dificuldades relativas à indisciplina era relacionada aos meninos.

Para Carvalho (2007) se há indicações suficientes para afirmar que avaliações focadas em objetivos de aprendizagem tendem a equalizar a avaliação de desempenho escolar entre os sexos, também se pode afirmar que continua sendo necessário, no âmbito escolar, realizar discussões sobre as relações de gênero. Tais discussões teriam por finalidade alterar as trajetórias escolares mal sucedidas de um número significativo de meninos e rapazes ditos “indisciplinados” e “agressivos”, e também contribuir na construção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres dentro e fora do ambiente escolar.

Os princípios normativos e o desempenho escolar de meninos e meninas

Dal’Igna (2007), pesquisou os modos pelos quais o gênero atravessa, é incorporado, mobilizado e constitui o discurso pedagógico, uma vez que este, também ligado a outros discursos, tem por objetivo definir e regular o que se entende por desempenho escolar nos anos iniciais de escolarização. A referida autora procurou compor o *corpus* da pesquisa com oito professoras das séries iniciais das redes municipal e estadual e utilizou como metodologia o grupo de discussão.

Para a autora, a definição da noção de desempenho escolar relaciona-se a um conjunto de normatividades que permitem às professoras participantes da pesquisa avaliar todos e todas – comparar, diferenciar, classificar – isto é, tudo aquilo que é examinado como noção de desempenho escolar. A partir deste pressuposto foi possível analisar como o gênero atravessa e dimensiona as normas de conhecimento e de comportamento para avaliar o desempenho.

De acordo com Dal’Igna (2007), a partir das entrevistas feitas, o que se pode observar nas afirmações é que há uma dificuldade em avaliar as diferenças ou habilidades, uma vez que os conhecimentos exigidos – leitura, escrita, noções de matemática – são os mesmos para meninos e meninas, além de serem comuns e normativos, ou seja, estão no

plano de curso para cada série. Essas afirmativas levaram a autora, a entender que a neutralidade e imparcialidade aparecem ligadas a normas de conhecimento e a criança seria desprovida de gênero e sexualidade.

Segundo Dal'Igna (2007, p. 4):

Quando as PPs [professoras] referem que os conhecimentos são os mesmos para meninos e meninas, organizados a partir de regras supostamente democráticas, porque universais e aplicáveis a todos/as, estão operando com uma noção de conhecimento e de desenvolvimento como algo natural, o que contribui para que reconheçam suas práticas como práticas de mediação, como espaços de desenvolvimento, e não questionem seu caráter de produção (LARROSA, 2000), principalmente no que se refere à produção de diferenças e desigualdades de gênero.

Outro ponto importante a ser destacado na pesquisa de Dal'Igna foi a questão do encaminhamento de meninos e meninas para as aulas de reforço. Observou-se que há demarcação de diferentes posições para os gêneros, uma vez que as professoras afirmaram que os meninos são desatentos, distraídos e preguiçosos, já as meninas têm dificuldades em fazer cálculos.

Essas diferenças, de acordo com as professoras do *grupo de discussão*, foram atribuídas também à questão biológica, tais diferenças são justificadas como naturais, próprias para cada gênero, o que reforça as diferenças de desempenho escolar entre meninos e meninas a partir do funcionamento cerebral.

Em contrapartida, Dal'Igna (2007) explica que como contribuição para reiterar e legitimar a superioridade masculina e a inferioridade feminina no que se referem ao desempenho escolar, as observações feitas por Dogmar Meyer (1996) sugerem que “muito antes de ingressarem na vida escolar, meninos e meninas já parecem destinados a lugares sociais distintos em função daquilo que a cultura nomeia como diferenças sexuais” (p. 255).

No dizer de Foucault (2003) *apud* Dal'Igna (2007), o discurso biológico sobre as diferenças sexuais, é acolhido em uma sociedade e funciona como verdade, o que torna seu questionamento impensável e antinatural. Tal discurso posiciona meninos e meninas de modo diferenciado e hierarquizado.

Dal'Igna apresenta também duas questões importantes no decorrer de sua pesquisa que foram baseadas na discussão feita por Meyer (2003). A primeira delas se relaciona ao modo pelo qual o gênero atravessa e constitui formas científica de conhecer, e, ao mesmo tempo, torna possível as formas de conhecimento.

A autora exemplifica tal questão apresentando alguns pressupostos de masculinidade e feminilidade como: falta de atenção e concentração, agitação e agressividade etc, considerados atributos masculinos. Já a docilidade, disciplina, concentração etc, seriam atributos femininos. Estes são legitimados como verdades no contexto cultural em que vivemos e estão implicados na constituição de “descobertas científicas”.

Essa descoberta científica levou Dal’Igna (2007) a questionar, primeiramente, por exemplo, em que medida as “descobertas” biológicas como diferenças cerebrais entre meninos e meninas seriam legitimadas e sancionadas como verdades se, em nossa cultura, determinados comportamentos (falta de atenção e concentração etc.) não fossem considerados atributos masculinos e outros (delicadeza, concentração etc.) femininos?

A segunda questão relaciona-se ao modo como as professoras articulam algumas das explicações mais recorrentes para justificar os desempenhos de meninos e meninas. Segundo as professoras entrevistadas, as meninas apresentam melhor desempenho, pois aprendem desde cedo a se comportar bem, a serem organizadas, disciplinadas, obedientes e caprichosas, já os meninos teriam maior dificuldade neste processo, uma vez que, são indisciplinados, desorganizados e agitados, justificando seu baixo desempenho escolar, o que a autora chamou de senso comum acerca da masculinidade e feminilidade. Sendo assim, o que foi apresentado pelas professoras pode ser relacionado com uma norma de comportamento e, ainda, com uma noção de feminilidade e noção de masculinidade.

Para Dal’Igna (2007), as mesmas falas das professoras podem sugerir que a noção de bom desempenho não pode ser discutida e analisada considerando-se noções homogêneas, essenciais e universais de masculinidade ativa e feminilidade passiva.

Outro ponto há ser destacado na pesquisa de Dal’ Igna (2007) refere-se à noção de como o feminino e o masculino se constroem nas relações que, por sua vez, não são homogêneas. Segundo a autora, essas noções permitem entender a pluralidade e a conflitualidade presente tanto nos processos de diferenciação que fixam determinados modos de viver o gênero quanto no processo de normatização do desempenho escolar tanto de menino como de menina.

Dal’Igna (2007) mostra também que há afirmações conflitantes na fala das professoras, a respeito de “bom desempenho” escolar: se a agitação por um lado é um comportamento “inadequado”, por outro lado, certa agitação é vista como importante para

o “bom desempenho” escolar, uma vez que esta também evidenciaria a capacidade do aluno.

Com esse argumento Dal’Igna (2007) explica que se pode pensar a feminilidade ativa e passiva é classificada tendo-se como referência a noção de masculinidade ativa, o que contribui para reforçar a idéia de que há um princípio normativo masculino (no que se refere a comportamento e a conhecimento) em relação aos quais os desempenhos são classificados e hierarquizados.

Essa maneira de pensar da autora permite o entendimento de que são instáveis e indeterminados os processos de significação do desempenho escolar e que tais argumentos nos permitem afirmar que nossas práticas pedagógicas estão implicadas na produção de determinados “jeitos de ser” menino e menina como também na forma desigual no que se refere ao desempenho escolar.

Entende-se, a partir de então, que há uma diferenciação que opera lateral e verticalmente, distinguindo-se meninos de meninas, mas também meninos de meninos e meninas de meninas, atribuindo-lhes diferentes significados. Muito antes de ingressarem na vida escolar, meninos e meninas já parecem destinados a lugares sociais distintos em função daquilo que a cultura nomeia como diferenças sexuais (DAL’IGNA, 2007).

A relação entre desempenho e comportamento de meninos e meninas na educação infantil

Gardinal e Marturano (2007) procuraram investigar associações entre comportamento e desempenho no contexto da educação infantil, levando em consideração o sexo da criança. O objetivo da pesquisa foi compreender como as crianças se adaptam ao contexto da escola de educação infantil.

Participaram da pesquisa 68 meninos e 65 meninas, com idades entre cinco e sete anos, alunos de três escolas públicas municipais da cidade de São Paulo. Os professores responderam a uma escala avaliando a relação do aluno com a tarefa, os colegas e o professor, tendo como foco as interações da criança na escola como processo relevante para o aprendizado de conteúdos escolares.

O desempenho foi avaliado por meio de uma sondagem de leitura e escrita e de acordo com Gardinal e Marturano (2007), os professores avaliaram o comportamento das

meninas mais positivamente. Para ambos os sexos, o comportamento nos três domínios – relação com a tarefa, com os colegas e o professor, nesta ordem – correlacionou-se com medidas de desempenho. O desempenho escolar foi mais fortemente associado aos comportamentos interpessoais no grupo masculino.

Segundo as autoras (2007, p. 544), nesta pesquisa foram utilizados três instrumentos de coleta de dados. O primeiro, o Questionário para Caracterização do Desempenho e do Comportamento da Criança no Ambiente Escolar – QCDCC; o segundo as Matrizes Progressivas Coloridas de Raven e o terceiro instrumento Sondagem de Leitura e Escrita:

Para Gardinal e Marturano (2007), os achados da pesquisa revelaram que, levando em consideração os três domínios de interações relevantes para o aprendizado escolar – tarefa, companheiros e professora, que em relação as atividade de sala, as meninas são vistas como mais participantes, mais cooperativas e mais autônomas. Já com relação aos meninos falta envolvimento nas atividades. Para os professores, na relação entre eles, os meninos manifestam mais raiva, agressão e comportamentos anti-sociais, menores competência social, menos regulação emocional.

De acordo como Gardinal e Marturano (2007) alguns estudos sobre a adaptação da criança à escola de educação infantil revelam que:

Certas características de relação influenciam o processo, afetando a aprendizagem não só na educação infantil, mas também nos anos escolares subseqüentes. Crianças menos envolvidas nas atividades de sala de aula, mais dependentes e mais agressivas nos relacionamentos, mostram menor progresso acadêmico, e os meninos parecem mais vulneráveis a essas dificuldades (LA FRENÍÈRE e DUMAS, 1996; MANTZICOPOULOS, 2005) e isso significa que as dificuldades são passíveis de prevenção (GARDINAL e MARTURANO, 2007, p. 543).

Alguns elementos nessa pesquisa são importantes de serem ressaltados como, por exemplo, as diferenças que supostamente colocam os meninos em situação de maior vulnerabilidade foram, segundo as autoras, amplamente confirmadas, apesar dos professores avaliarem positivamente tanto os meninos como as meninas.

Retomando os três domínios como referência, observou-se que na relação com a tarefa, meninas gostam mais da escola que os meninos; já na relação com os companheiros, meninos são mais agressivos e meninas mais respeitosas e, por último, no relacionamento tanto com o professor como com os colegas, os meninos são mais provocativos

desobedientes e arredios, já a meninas mais tranqüilas (GARDINAL e MARTURANO 2007).

Segundo as autoras, esse estudo tem diversas limitações metodológicas, sendo uma delas a questão de estar baseado no julgamento de sete professoras e um professor que pode ter introduzido um viés nos resultados do QCDCC. A importância deste viés tem sido minimizada em pesquisas que confirmaram tendências indicadas pelos professores, mediante informações de outras fontes, como as próprias crianças, seus colegas ou observadores independentes.

A segunda limitação está relacionada ao fato de se tratar de um estudo correlacional. Nesse sentido, deve-se ter em mente que as associações encontradas não traduzem, em si, nenhuma relação de causa e efeito. Segundo Gardinal e Marturano (2007) a discussão, procurou privilegiar a noção de que as relações da criança no contexto escolar são precursoras de desempenho, uma interpretação que é coerente com o referencial teórico adotado e tem algum apoio em estudos prospectivos prévios (HAMRE & PIANTA, 2001; LADD & COLS, 1999). Porém outras interpretações caberiam, igualmente sujeitas à verificação empírica.

Apesar dessas limitações e em concordância com as autoras foi possível entender que o estudo contribui com informações que podem ser úteis aos profissionais vinculados à educação infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão dos trabalhos de Brito (2006); Carvalho (2007); Dal'Igna (2007); Gardinal e Marturano (2007) e Souza (2007) é possível observar alguns elementos explicativos do desempenho diferenciado de meninos e meninas, relacionados às práticas educativas escolares e familiares.

Brito (2006) no estudo sobre o fracasso sistemático de meninos no ensino fundamental constatou uma intrincada trama de masculinidades e feminilidades fortemente articuladas à condição social dos estudantes.

Para Carvalho (2007), são muitas as dimensões da vida escolar e da infância que se articulam na produção da diferença de desempenho escolar entre os sexos. A autora afirma também que os objetivos adotados para aprendizagem precisam ser bem definidos, sendo

papel da escola, ajudar todas as crianças a desenvolverem atitudes que facilitem sua aprendizagem. Cabe também à escola elaborar avaliações focadas sobre objetivos de aprendizagem que tendam a equalizar a avaliação de desempenho escolar entre os sexos. E por fim, deve trazer as discussões sobre as relações de gênero, com a finalidade tanto de alterar as trajetórias escolares mal sucedidas de um número significativo de meninos e rapazes ditos “indisciplinados” e “agressivos”, quanto para que a escola possa contribuir na construção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres dentro e fora de seus muros.

Dal’Igna (2007), em seu estudo destacou que a definição da noção de desempenho escolar está relacionada com a instauração de um conjunto de normatividades que tornou possível a análise de como o gênero atravessa e dimensiona as normas de conhecimento e de comportamento para avaliar o desempenho. Neste sentido, a autora ressalta que na escola é preciso haver um olhar sensibilizado para compreender como funcionam as relações de poder que constituem, classificam e posicionam meninos e meninas em lugares diferenciados e hierarquizados no que se refere ao desempenho escolar, atribuindo-lhes diferentes significados.

Gardinal e Marturano (2007) ao investigarem as associações entre comportamento e desempenho no contexto da educação infantil, levando em consideração o sexo da criança, constataram que no grupo masculino o desempenho escolar foi mais fortemente associado aos comportamentos interpessoais. Indicaram também, que no ambiente escolar, pode-se projetar uma trajetória hipotética, em que os meninos tendem a reagir com rejeição e a professora tende a perceber os problemas de comportamento como uma sobrecarga, em termos de recursos e tempo o que torna este contexto um espaço negativo.

À partir da análise dos autores supracitados, constatou-se que formas múltiplas, masculinas e femininas, atuam na construção de trajetórias escolares bem-sucedidas que não precisam necessariamente corresponder aos estereótipos da aluna quieta e passiva e do aluno perturbador. Trabalhar com essa complexidade constitui o ponto de partida para a continuidade de estudos sobre a problemática do desempenho escolar tanto de meninos como meninas, bem como nas relações aluno-aluno, professor-aluno e na relação da criança com a família.

Devido à relevância deste tema, estudos adicionais devem ser implementados, pois certamente tais estudos contribuirão para esclarecer melhor as questões relacionados às trajetórias escolares de meninos e meninas e para o evitamento que os discursos

construídos sobre o desempenho escolar diferenciado de meninas e meninos, em muitos casos a partir do senso comum ou de preconceitos, tenham *força estruturante* na constituição das relações entre alunos(as) e professores(as); entre os alunos e as alunas e entre os pais (pais e mães) e seus filhos(as), com implicações na constituição das trajetórias escolares e nas relações de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, R. S. Intrincada trama de masculinidade e feminilidade: fracasso escolar de meninos. São Paulo: **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 127, 2006. <Disponível em: www.scielo.br>. Acesso em: 26/03/09.

CARVALHO, M. P. **Por que tantos meninos vão mal na escola? Critérios de avaliação escolar segundo sexo**. GT: Sociologia da Educação / n.14. <Disponível em: www.anped.org.br>. Acesso em: 29/05/09.

DAL'IGNA, M. C. Desempenho escolar de meninos e meninas: há diferença? Belo Horizonte: **Educação em Revista**, n. 46, 2007. Disponível em: www.scielo.br. <doi: 10.1590/S0102-46982007000200010> Acesso em 31/03/09

GARDINAL, E.C. e MARTURANO, E. M. Meninos e meninas na educação infantil: associação entre comportamento e desempenho. Maringá: **Psicologia em Estudo**, v. 12, n. 3, 2007. <Disponível em: www.scielo.br>. Acesso em 27/03/09.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA COOPERAÇÃO EM C, T & I ENTRE BRASIL E JAPÃO: CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS CONJUNTAS E DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS¹

Nanahira de Rabelo e Sant'Anna

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília (PPG-DSC/CEAM/UnB), nana_hira@yahoo.com.br

Resumo

Brasil e Japão apresentam relevante histórico de cooperação em diversas áreas, entre as quais ganham destaque ciência, tecnologia e inovação (C, T & I), com projetos de significativo conteúdo educacional, envolvendo a realização de estudos e pesquisas conjuntas, o intercâmbio de especialistas e pesquisadores, programas de capacitação e treinamento de profissionais e estudantes, e conscientização comunitária. O presente trabalho identifica os projetos de cooperação em C, T & I, realizados no período de 2007 a 2011, que apresentem significativo conteúdo educacional, e analisa suas contribuições para o desenvolvimento social, que se pretende dinâmico e inclusivo no Brasil, considerando-se o impacto das pesquisas para a evolução conjunta em setores de alta tecnologia, assim como as repercussões das tecnologias sociais no bem-estar da população brasileira.

Palavras-Chave: Cooperação; Ciência, Tecnologia e Inovação; Educação.

Abstract

Brazil and Japan have a relevant cooperation historical background in diverse areas, among which science, technology and innovation (S, T & I), with projects that have significant educational content, involving the conduction of joint studies and research, the exchange of experts and researchers, programs for training and capacitating professionals and students, and community awareness. The purpose of the present work is to identify the S, T & I cooperation projects held in the period between 2007 and 2011 that present significant educational content, and to analyze their contribution for social development, which is intended to be dynamic and inclusive in Brazil, considering the impacts of the research for the joint evolution in high technology sectors, as well as the repercussions of the social technologies on the Brazilian population well-being.

Keywords: Cooperation; Science, Technology and Innovation; Education.

¹ As traduções presentes no artigo são de responsabilidade da autora.

1. Introdução

A educação tem constituído parte significativa dos projetos de cooperação entre Brasil e Japão nas esferas de ciência, tecnologia e inovação (C, T & I), com vistas ao desenvolvimento conjunto de competências em setores de alta tecnologia, a contribuir para o alcance de melhores níveis de progresso econômico e bem-estar social. Com o presente artigo, pretende-se identificar os projetos de cooperação em C, T & I iniciados e/ou em andamento no período de 2007 a 2011, cuja finalidade e ou metodologia envolvam educação, na forma de ensino e pesquisa, entre instituições de ambos os países, de modo a verificar as contribuições desses projetos no desenvolvimento brasileiro.

Neste trabalho, serão acessadas as contribuições dos projetos de cooperação internacional entre Brasil e Japão para o desenvolvimento de competências em C, T & I por ambos os países em setores prioritários para suas políticas públicas nesse trinômio, e verificadas as repercussões desses projetos no desenvolvimento social brasileiro, a partir dos resultados obtidos e esperados de cada um deles. Considerando-se a educação como um caminho promotor do desenvolvimento, serão enfocadas as atividades de pesquisa conjunta e de ensino a comunidades, em vista das repercussões dos projetos analisados na aquisição de competências científico-tecnológicas por pesquisadores das instituições brasileiras, e na ampliação da consciência cidadã para a população brasileira.

Adotou-se como marco temporal o período entre 2007 e 2011 em razão do estabelecimento, pelo governo brasileiro, do Plano de Ação Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010, e também porque o período concentra os projetos objeto de análise, sendo os de pesquisa conjunta iniciados a partir de 2009, como resultado da maior ênfase conferida à cooperação nas dimensões de C, T & I por parte de ambos os governos brasileiro e japonês a partir de 2005, ano de visita presidencial ao Japão, considerada oportunidade de revitalização das relações bilaterais pelos governos dos dois países (MCTI, 2011a). Com relação à estrutura do artigo, após apresentados o tema e os principais objetivos na Introdução, segue uma análise dos principais conceitos utilizados, além de um breve histórico da cooperação internacional bilateral. Em seguida, o artigo mapeia os projetos realizados ou em andamento no período selecionado, separando-os em seus objetivos de realização de pesquisas conjuntas, e de capacitação de recursos humanos.

2. Abordagem Histórica e Conceitual

A análise do conteúdo educacional dos projetos de cooperação internacional em C, T & I entre Brasil e Japão será precedida de esclarecimentos acerca dos principais conceitos envolvidos,

assim como de breve descrição sobre as recentes políticas públicas em C, T & I dos dois países selecionados e do histórico recente das relações bilaterais de cooperação, com foco no último quarto do século XX e primeira década do século XXI.

2.1. Os Conceitos de C, T & I, Desenvolvimento, Educação e Tecnologias Sociais

Os domínios da ciência, da tecnologia e da inovação relacionam-se de forma interativa, apesar de designarem conceitos diferentes. A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) define ciência como sendo “o conjunto de conhecimentos organizados sobre os mecanismos de causalidade dos fatos observáveis, obtidos através do estudo objetivo dos fenômenos empíricos” (REIS, 2008). A organização entende a tecnologia como “o conjunto de conhecimentos científicos ou empíricos diretamente aplicáveis à produção ou melhoria de bens ou serviços”. A inovação, por sua vez, é conceituada pelo Manual de Oslo da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OECD, 2007b) como “a introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas em produtos e processos existentes”, envolvendo “uma série de atividades científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais”. A sigla C, T & I surge da estreita ligação entre os três termos, os quais interagem e repercutem reciprocamente no trato dos diversos assuntos a eles relacionados.

A partir das considerações de um dos fundadores dos Estudos Sociais da Ciência, John Bernal (1969), para quem a ciência pode ser definida em diferentes aspectos, dependendo do contexto e do momento histórico, o trabalho considera a ciência tanto como processo teórico de produção e acúmulo de conhecimentos, quanto como atividade, instituição, e parte de um processo geral de desenvolvimento social. A tecnologia, por sua vez, pode ser definida como um conjunto de conhecimentos científicos e empíricos, ou como uma atividade, por meio da qual se buscam aplicações para conhecimentos existentes (SÁENZ; GARCÍA CAPOTE, 2002). A pesquisa científica é um conceito relevante para o tratamento da ciência como atividade de investigação e como instituição produtora de conhecimentos. Segundo o Manual de Frascati da OCDE (OECD, 2007a), pesquisa e desenvolvimento (P & D) são definidas como “o trabalho criativo levado a cabo de forma sistemática para aumentar o campo dos conhecimentos, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, e a utilização desses conhecimentos para criar novas aplicações”.

Retomando o entrelaçamento entre as dimensões de C & T, verifica-se que uma proporção substancial dos conhecimentos tecnológicos contemporâneos baseia-se na ciência, enquanto que a

ciência atual utiliza tecnologias na forma de equipamentos, materiais e procedimentos para a obtenção de resultados exatos e precisos. O surgimento de uma nova tecnologia conduz, frequentemente, ao desenvolvimento de pesquisas científicas e mesmo à origem de novas disciplinas da ciência; as pesquisas científicas, por sua vez, têm permitido o surgimento de novos ramos tecnológicos. A inovação tem sua relação com os domínios de C & T por consistir numa combinação de necessidades sociais e de demandas de mercado com os meios científicos e tecnológicos para resolvê-las. A presença de adequadas capacidades em C & T é um dos fatores que permitem a uma tecnologia desenvolver-se com possibilidades de entrar num processo inovativo (SÁENZ; GARCÍA CAPOTE, 2002, pp. 47-48, 69-70). A influência recíproca das dimensões que formam o trinômio C, T & I está no fato de que o desenvolvimento de uma delas repercute significativamente no ritmo de evolução das outras, num processo em que a convergência de mudanças revolucionárias ou incrementais nesse trinômio crescentemente transforma as estruturas econômicas e as condições sociais da vida humana, contribuindo para o desenvolvimento das sociedades. No presente artigo, o “saber” científico, o “fazer” tecnológico, e a “novidade” da inovação são abordados como um tripé de fundamental importância para o desenvolvimento dos países na era do conhecimento.

O conceito de desenvolvimento, por sua vez, tem evoluído de um enfoque no crescimento econômico, por parte de autores da escola clássica da Economia, como Adam Smith, e teóricos da inovação tecnológica, no exemplo de Joseph Schumpeter, para a priorização da condição humana, com foco na melhoria das vidas humanas em suas diversas necessidades. Nesse aspecto, ganha relevância o conceito elaborado por Amartya Sen (2010: 16-62) de “desenvolvimento como liberdade”, definido como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”, a ser alcançado mediante redução dos obstáculos às possibilidades de ser (intitamentos – direitos e oportunidades) e de fazer (capacidades de realização) das pessoas. O autor considera as disposições sociais e econômicas, entre as quais industrialização, avanço tecnológico, serviços de educação e saúde, como importantes meios de expandir a liberdade humana, e destaca cinco liberdades instrumentais – liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora –, que tendem a contribuir para a liberdade humana e possuem efeito complementar umas às outras. Neste trabalho, ganha ênfase a criação de oportunidades sociais pela educação, a partir do exemplo japonês de desenvolvimento, citado por Sen, por meio da ampla capacitação de recursos humanos “antes de romper os grilhões da pobreza generalizada”. Diante do exposto, ganham destaque no presente trabalho as liberdades na forma de oportunidades sociais, referentes às oportunidades de aprender e às capacidades de gerar conhecimentos, técnicas e novidades, como aspectos essenciais do desenvolvimento.

O artigo considera a educação em seu sentido emancipatório, alinhado à abordagem de Theodor Adorno (2006: 15-25), segundo a qual “o conteúdo da experiência formativa não se esgota na relação formal do conhecimento”, mas “implica uma transformação do sujeito no curso do seu contato transformador com o objeto na realidade”. É importante ressaltar o alerta do autor de que “assim como o desenvolvimento científico não conduz necessariamente à emancipação, por encontrar-se vinculado a uma determinada formação social, também acontece com o desenvolvimento no plano educacional”. Especialmente no que diz respeito aos projetos de ensino comunitário realizados como iniciativas da cooperação internacional entre Brasil e Japão, o artigo avaliará o sentido emancipatório da educação pela conscientização cidadã das pessoas e grupos beneficiados. Esse tratamento embasa-se no sentido de libertação discutido por Zygmunt Bauman (2000: 26-51), para quem “o indivíduo *de jure* não pode tornar-se indivíduo *de facto* (aquele que controla os recursos indispensáveis à genuína autodeterminação) sem antes tornar-se cidadão”. Compartilhando com esse autor a constatação de que a autonomia da sociedade precede a dos indivíduos, e requer uma realização compartilhada de seus membros, considera-se a cidadania um valor de grande importância como resultado da capacitação de pessoas e caminho para o desenvolvimento de uma sociedade.

As tecnologias sociais são aspectos muito relevantes nesse trabalho, no que diz respeito à verificação das contribuições dos projetos de cooperação entre Brasil e Japão, na forma de ensino e conscientização comunitária, em vista do desenvolvimento social brasileiro. O Instituto de Tecnologias Sociais (ITS) as conceitua como sendo um “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”. Nesse sentido, serão analisadas as implicações das tecnologias sociais envolvidas nesses projetos, especialmente as que remetem ao compromisso com a transformação social, a sustentabilidade socioambiental e econômica, a difusão e ação educativa, e o ao diálogo entre diferentes saberes e culturas².

2.2. Políticas Públicas de C, T & I no Brasil e no Japão

O Brasil tem avançado na criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento de C, T & I no país, com o reconhecimento da importância do trinômio para o seu progresso econômico e social. O conhecimento da experiência de outros países, como o Japão, tem inspirado a estruturação do

² Definição retirada do sítio do ITS: <http://www.itsbrasil.org.br/conceito-de-tecnologia-social>. Acesso em 13/07/2012.

sistema nacional, o aperfeiçoamento do marco legal, e a elaboração de políticas públicas de C, T & I. As primeiras iniciativas para a promoção do trinômio no Brasil datam de 1975, quando o governo federal instituiu o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, na forma do qual as entidades que utilizavam recursos governamentais para realizar atividades de pesquisas científicas e tecnológicas passaram a ser organizadas. A esse sistema nacional, seguiram-se Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, administrados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ, nascido Conselho Nacional de Pesquisas), configuração mantida até 1985, quando foi criado o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), como órgão central do sistema federal de C & T. A harmonização entre as políticas dos diversos órgãos e entidades que atuam na área tem sido assegurada pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), criado em 1996 como órgão de assessoramento superior do Presidente da República para a formulação e implementação de políticas de ciência e tecnologia no país, integradas ao plano de desenvolvimento nacional (MCT, 2007a). Vale mencionar que a experiência japonesa na criação de um conselho de C & T subordinado diretamente ao mais alto escalão de governo estimulou a ideia de se criar o CCT no Brasil (MCT, 2001: 20).

Um amplo debate acerca do papel do conhecimento e da inovação no desenvolvimento econômico e social do Brasil, no governo e nas esferas da sociedade interessadas no futuro de C, T & I no Brasil, conduziu à elaboração do Livro Verde pelo MCT, em 2001 (Ibid.), ano de comemoração do cinquentenário de criação do CNPQ, em 1951, quando C & T tinha sentido para reduzida fração dos habitantes dos grandes centros urbanos do Brasil. O documento, que reconhece a importância das oportunidades da cooperação internacional em C, T & I para o Brasil, resgata a trajetória desse trinômio no país e estimula a reflexão sobre seu futuro, fazendo referência ao papel de C, T & I no que remete ao acompanhamento e à participação no que se passa nas fronteiras avançadas do conhecimento e das tecnologias de ponta e no atendimento dos reclamos da sociedade, com a correção dos desequilíbrios e da obtenção de melhor qualidade de vida para todos.

O Livro Branco (MCT, 2002) sintetiza os consensos acordados entre os interlocutores da Segunda Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em 2001, com base nos escritos do Livro Verde, e contém uma proposta estratégica de rumos para os dez anos posteriores, com o objetivo de nortear o Sistema Nacional de C, T & I. Considerando o conhecimento como variável chave do desenvolvimento, o Livro Branco evidencia que “o desafio da política sintetiza-se em ampliar a base desse conhecimento e transformá-lo em riqueza para todos os brasileiros”. Segundo disposições desse documento, a ampla reforma do sistema nacional de C, T & I envolve, entre outras iniciativas, a “reconceituação da cooperação internacional, na busca de uma melhor

inserção do Brasil na C & T mundial e no contexto da era do conhecimento”. Em vista do abrandamento, ou mesmo da eliminação, do forte déficit que caracteriza a cooperação em C & T entre países mais e menos avançados, ganha espaço “o desenvolvimento conjunto, compartilhado, da pesquisa e inovação, redução de custos e soma de conhecimentos”.

Segundo a UNESCO (2010: 49), o PACTI representa um marco para o Brasil por agrupar a maioria das iniciativas federais em C & T em um único documento. Elaborado no contexto da Política de Aceleração do Crescimento (PAC), também lançada em 2007, o plano apresenta as seguintes quatro linhas de ação principais: I) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C, T & I; II) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas; III) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas; e IV) C & T para o Desenvolvimento Social. O presente artigo enfoca a realização dos dois últimos pontos com a colaboração da cooperação em C, T & I entre Brasil e Japão, relacionando os projetos de pesquisa conjunta à terceira linha de ação do plano brasileiro, e as tecnologias sociais à quarta. Na terceira linha, as ações de cooperação aparecem relacionadas aos setores de nanotecnologia, indústrias de eletrônica e de semicondutores, biodiesel, etanol, agronegócio, conservação e desenvolvimento sustentável da região amazônica. Para a última linha, a cooperação internacional seria estabelecida “para a realização de eventos de educação e divulgação científico-tecnológica e de inovação” (MCT, 2007).

Com base nos resultados do PACTI, é lançada a segunda fase do plano, na qual as ações a serem desenvolvidas estarão embasadas no documento relativo à “Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015” (ENCTI). O documento relaciona entre os desafios apresentados pelo atual estágio de desenvolvimento brasileiro a “redução da defasagem científica e tecnológica que ainda separa o Brasil das nações mais desenvolvidas”, a “consolidação do novo padrão de inserção internacional do Brasil” e a “superação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais”. No que diz respeito à cooperação internacional, o documento menciona estratégias de apoio à “geração do conhecimento e do desenvolvimento de produtos, processos e serviços nanotecnológicos”, e ao “estabelecimento de instrumentos de cooperação internacional para o desenvolvimento de pesquisas oceanográficas e na região antártica” (MCTI, 2011b).

O Japão é um exemplo de país no qual educação, ciência e tecnologia são aspectos fundamentais nas políticas de desenvolvimento, e onde a inovação está no coração de suas estratégias competitivas. O sucesso japonês na transição para um novo paradigma de desenvolvimento, no qual o conhecimento ocupa lugar central na produção e reprodução das novas relações econômicas e sociais, foi alcançado tendo como referência as práticas e processos mundiais, considerando os indicadores mais avançados do mundo como metas a serem igualadas e

superadas. Em que pese a atenção e os avanços obtidos em C, T & I, o país busca novos caminhos para manter sua competitividade e seu padrão de desenvolvimento (ARBIX; SALERNO, 2008).

O recente desenvolvimento de C, T & I do Japão foi baseado num profundo processo de reestruturação do Estado, iniciado na década de 1990, envolvendo planos de C & T que definem áreas estratégicas e montantes para investimentos, a revisão das leis que regem as agências de financiamento de P & D e as universidades públicas, e a criação do Conselho para Política de Ciência e Tecnologia (CSTP), para tratar das questões de C & T no Gabinete do Primeiro-Ministro. Outros destaques dessa reestruturação são a criação do Ministério da Inovação, do Conselho Estratégico de Inovação, e da Orientação Estratégica de Longo Prazo (Inovação 25), todos no ano de 2006. Em 1995, foi publicada a Lei Básica de Ciência e Tecnologia, em seguimento à aprovação da Política Básica para Ciência e Tecnologia pelo Gabinete japonês, em 1992. Como decorrência dessas iniciativas, foram introduzidos os Planos Quinquenais de C & T do Japão, sendo quatro deles lançados até a presente data (ARBIX, 2010).

O Quarto Plano Básico de C & T japonês, lançado para o período de 2011 a 2015, tem como pontos básicos o reforço dos recursos humanos para a promoção do avanço da ciência e tecnologia, e a promoção da ciência e da política de inovação tecnológica em estreita cooperação com a população (GOVERNMENT OF JAPAN, 2012). Os conceitos básicos apresentados no plano em análise são “desenvolvimento integrado de políticas de C, T & I”, “maior foco nos papéis dos recursos humanos e das organizações” e “realização de uma política a ser criada e promovida juntamente com a sociedade”. Com relação ao último conceito, o plano destaca a necessidade de se aprofundar as relações entre a sociedade e C, T & I, por meio da incorporação do ponto de vista do público no planejamento e na elaboração de políticas, e da ampla comunicação sobre políticas e outros assuntos relacionados a C, T & I para a sociedade, com a devida prestação de contas. A resposta aos temas éticos, legais e sociais é outro aspecto destacado nesse último conceito do quarto plano básico, envolvendo considerações de riscos e impactos sociais em áreas como as de bioética e organismos modificados geneticamente. Cabe destacar que as dimensões de C, T & I são definidas no documento como sendo “a criação de valores intelectuais/culturais baseados em novos conhecimentos obtidos da descoberta científica, invenção, etc., e a inovação para desenvolver tais conhecimentos em valor econômico, social ou público” (CSTP, 2010).

Segundo o Quarto Plano Básico, duas das visões centrais a respeito do Japão são a de “um país que promove uma afluente alta qualidade de vida para a população”, e de “um país que toma iniciativa na solução de temas globais”, entre os quais mudanças climáticas, recursos energéticos e doenças contagiosas. Para a realização dessa última visão, o papel da cooperação internacional é

ressaltado, inclusive por meio da diplomacia em C & T com países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina, para “contribuir para o desenvolvimento de C & T e de recursos humanos, etc., nesses países”. As medidas para tanto envolvem “pesquisa conjunta utilizando C & T avançada do Japão e cooperação técnica por meio da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento” e “apoio a jovens pesquisadores de países contrapartes envolvidos na pesquisa acadêmica para a aquisição de seus graus acadêmicos no Japão, além de apoio continuado após retornarem aos seus países de origem”.

Os planos básicos anteriores também faziam referência à promoção de iniciativas internacionais envolvendo atividades de cooperação para solucionar desafios de escala global, e de formação de recursos humanos em países estrangeiros. O histórico da cooperação entre Brasil e Japão, analisado a seguir, demonstrará a evolução da incorporação dos aspectos priorizados pelas políticas de C, T & I promovidas pelos dois países.

2.3. Breve Histórico da Cooperação Internacional entre Brasil e Japão

A ideia de cooperação internacional remonta à época da criação da Liga das Nações, em 1919, quando já se falava na cooperação entre países como instrumento de manutenção da paz e segurança. A importância de se trabalhar pelo desenvolvimento de países menos industrializados se tornou mais evidente com a necessidade de se reconstruir nações afetadas pela 2ª Guerra Mundial, após a qual se efetivaram as primeiras políticas de cooperação técnica internacional. O conceito de cooperação utilizado no presente artigo remete à corrente pluralista das Relações Internacionais, que compreende o sistema internacional como o resultado das ações externas dos atores estatais e não estatais somadas a todas as transações internas e internacionais (VIOTTI, 1999). A abordagem pluralista da Interdependência Complexa define a cooperação como um processo de coordenação de políticas, por meio do qual os atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou esperadas dos outros atores. Desse modo, a efetivação da cooperação entre países como Brasil e Japão pressupõe a existência de interesses compartilhados, o ajuste mútuo por meio de acordos e negociações, e o permanente alcance de benefícios para as partes (KEOHANE, 1984).

Cabe ressaltar a diferença entre os termos cooperação e colaboração. Apesar de ambos significarem “trabalho em conjunto”, a colaboração é assimétrica, envolvendo a existência de um ator principal fornecedor, responsável pelos projetos e proprietário dos resultados mais importantes do ponto de vista de aplicação estratégica, industrial e comercial, enquanto que os outros membros, menos desenvolvidos, aparecem como apenas coadjuvantes. Já a cooperação diz respeito a uma

parceria mais equitativa, incluindo a negociação conjunta, a definição de projetos de comum acordo e o compartilhamento de custos (SILVA, 2007: 7-9; 20-22). Neste trabalho, demonstrar-se-á que as formas colaborativas bem-sucedidas entre Brasil e Japão, ainda que denominadas como sendo de cooperação, têm evoluído para um formato efetivamente cooperativo, sobretudo no que diz respeito à realização de pesquisas conjuntas.

Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC, 2012) a cooperação é denominada técnica quando sua política está voltada para auxiliar um país a promover mudanças significativas nos seus sistemas produtivos, como forma de superar restrições que dificultem o desenvolvimento, por meio da transferência de conhecimentos técnicos específicos, envolvendo intercâmbio e treinamento de pessoal e de informações, da realização de estudos de pré-viabilidade e do treinamento de pessoal (ABC, 2012). Essa modalidade de cooperação diferencia-se da cooperação em C, T & I por envolver a assistência de um país detentor de conhecimentos e técnicas a outro no qual tais aspectos são ausentes ou insuficientes, enquanto que a modalidade C, T & I, priorizada nesse trabalho, envolve maior similaridade na capacidade de transferir conhecimentos e/ou na dotação de recursos científico-tecnológicos pelos países que engajam numa estratégia cooperativa.

Uma análise do histórico recente das relações de cooperação entre Brasil e Japão aponta para uma evolução da cooperação na forma de colaboração e assistência, tendo o Brasil como receptor de cooperação, para uma relação de maior horizontalidade, à medida que o país se qualificava e ampliava sua participação como prestador de cooperação a outras localidades do mundo em desenvolvimento. O registro da primeira cooperação entre Brasil e Japão data de 1959, com o envio de um engenheiro agrônomo como perito na área de irrigação, à qual seguiram diversos projetos em importantes setores para o desenvolvimento brasileiro, como o PROCECER, que contribuiu para a melhoria da produção agrícola do cerrado a partir de 1979, e o Sistema Agro Florestal, iniciado na década de 1990, com vistas a promover a preservação ambiental por meio de um sistema em que se cultiva criando uma floresta (JICA, 2011).

Em 1970, é assinado o Acordo Básico para Cooperação Técnica entre Brasil e Japão³, ocorrendo a abertura do Escritório da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) no Brasil, como Escritório Anexo da Embaixada do Japão, no ano de 1976. Atualmente, as áreas prioritárias de cooperação com o Brasil são: meio ambiente, desenvolvimento social e promoção da cooperação tripartite. A agência classifica os projetos de cooperação nas modalidades: cooperação técnica, cooperação técnico-científica, treinamento em grupo no Japão, projeto comunitário, e

³ O acordo foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 69.008, de 04/08/1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D69008.htm. Acesso em 03/07/2012.

follow-up. Serão objeto de análise do presente artigo os projetos que incluem educação em C, T & I classificados como de cooperação técnico-científica, envolvendo pesquisas conjuntas em altas tecnologias, e como projetos comunitários, incluindo tecnologias de pequena escala que contribuem para uma inclusão social participativa.

A cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e o Japão, por sua vez, processa-se sob a égide do Acordo Básico de Cooperação em Ciência e Tecnologia, firmado em 1984. O documento dispõe que os governos brasileiro e japonês promoverão entre si a cooperação no campo da ciência e da tecnologia “com base nos princípios de igualdade e benefício mútuo”, podendo ser incluídos como modalidades de cooperação encontros para o debate e intercâmbio de informações sobre ciência e da tecnologia; envio e recebimento de cientistas e pessoal técnico; troca de informações sobre ciência e tecnologia; implementação de projetos e programas, conjuntos ou coordenados, para pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico; e outras formas de cooperação que possam ser mutuamente acordadas⁴. Para fortalecer e estabelecer projetos de cooperação entre os dois países em C, T & I foi instituído o Comitê Conjunto Brasil-Japão para Cooperação Científica e Tecnológica, cuja primeira reunião ocorreu ainda na época da assinatura do referido acordo.

Nos vinte anos seguintes à instituição do Comitê Conjunto, a cooperação em C & T entre os dois países ficou praticamente estagnada, retomando o pulso a partir de 2005, ano de visita presidencial ao Japão, quando os dois países apontaram como prioritárias para a retomada da cooperação bilateral as áreas de biomassa, biotecnologia, nanotecnologia e telecomunicações/TV digital, e ressaltaram a importância do intercâmbio entre instituições oficiais e correlatas de ambos os países, do envio de missões, da realização de seminários e da troca de informações sobre atividades de pesquisa em C & T (MCTI, 2011b). Na oportunidade, foi criado o Grupo de Trabalho sobre Biomassa entre os dois países para estudar a utilização do etanol e do biodiesel como combustíveis (MRE, 2011c), e foram assinados diversos documentos, entre os quais a Declaração Conjunta de Imprensa sobre Cooperação Técnica, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Bilateral nos Campos Social e Educacional, e o Comunicado Conjunto de Imprensa sobre a Agenda Comum Brasil-Japão em Temas de Desenvolvimento Sustentável. Com relação à cooperação técnica, os representantes de Brasil e Japão destacaram que “as áreas do meio ambiente, da agricultura, da indústria, da saúde e do desenvolvimento social são prioritárias para a cooperação técnica no Brasil” e reconheceram que os programas “têm permitido a transferência de conhecimentos, técnicas e tecnologias, o intercâmbio de experiências bem sucedidas, o desenvolvimento de recursos humanos,

⁴ Acordo promulgado pelo Decreto nº 71, de 26/03/1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0071.htm. Acesso em 03/07/2012.

a criação e a consolidação de instituições de excelência capazes de disseminar seus conhecimentos a terceiros países” (MRE, 2005).

A segunda reunião do Comitê Conjunto Brasil-Japão para Cooperação Científica e Tecnológica realizou-se em Tóquio, em maio de 2009, e foi organizada em seis subgrupos temáticos: biotecnologia e biomassa; nanotecnologia; geologia, mineralogia e produção mineral; meio ambiente, mudanças climáticas e observação terrestre; financiamento e inovação; e Tecnologias de informação e comunicação. Na terceira reunião do referido mecanismo, realizada em dezembro de 2010, houve divisão dos setores representados no Comitê em sete subgrupos: biotecnologia, biomassa e agricultura; nanotecnologia; computação de alta performance; espaço, aplicação e uso de dados de satélite; geologia, prospecção de metais e mineração; petróleo, gás e energias renováveis; e ciências marinhas. Ambos os lados brasileiro e japonês concordaram em expandir a cooperação para novas áreas e em aumentar a troca de informações, o intercâmbio de pesquisadores e a capacitação de recursos humanos nas áreas selecionadas para discussão (MCTI, 2011b).

3. Projetos de Cooperação em C, T & I entre Brasil e Japão

Com base nas temáticas priorizadas por Brasil e Japão em suas políticas públicas de C, T & I e nas estratégias de cooperação bilateral no trinômio, apresentadas no capítulo anterior, será realizada a análise dos projetos de cooperação que apresentam significativo conteúdo educacional, empreendidos no período entre 2007 e 2012. Num primeiro momento, serão abordados os projetos que envolvem atividades de pesquisa conjunta entre instituições de ambos os países. Nessa parte, serão descritos oito projetos, sete deles apoiados pela JICA. Em seguida, são verificados os projetos que envolvem capacitação de recursos humanos, com ênfase em programas de treinamento de técnicos brasileiros, e em atividades de educação e conscientização comunitária.

3.1. Estudos e Pesquisas Conjuntas⁵

A JICA e a Agência de Ciência e Tecnologia do Japão (JST), a partir de 2009, têm apoiado projetos de pesquisas conjuntas entre instituições de pesquisa de Brasil e Japão em tecnologias de

⁵ As informações dos parágrafos dos títulos 3.1 e 3.2 foram obtidas com representantes do Escritório da JICA em Brasília e retiradas do sítio da instituição, disponível em: <http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/>. Acesso em 03/07/2012.

ponta, com vistas ao alcance de soluções de problemas de escala global, como preservação ambiental e saúde. Tais pesquisas, são classificadas como “projetos de cooperação técnico-científica” pelo Escritório da JICA no Brasil. Nessa modalidade, registram-se três pesquisas ligadas a questões ambientais e uma pesquisa referente ao combate a doenças infecciosas, todas em andamento até a data de elaboração do presente artigo.

A primeira cooperação técnico-científica apoiada pela JICA no Brasil remete ao projeto “Produção de Etanol a partir da Biomassa, Bagaço e Palha da Cana-de-Açúcar”, iniciado em agosto de 2009, com previsão de três anos, e desenvolvido conjuntamente pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), do lado brasileiro, e pelo Centro de Pesquisa de Biomassa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Industrial Avançada (AIST), do Japão. Outro projeto apoiado pela JICA na modalidade selecionada é intitulado “Desenvolvimento de Tecnologia de Engenharia Genética para Culturas com Tolerância a Estresses Contra a Degradação do Ambiente Global”, o qual teve início em março de 2010, com duração prevista de cinco anos, e é realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e por três instituições japonesas, o Centro de Pesquisa Internacional para Ciências Agrícolas (JIRCAS - *Japan International Research Center for Agricultural Sciences*), o Instituto de Pesquisa em Física e Química (RIKEN - *Institute of Physical and Chemical Research*) e a Universidade de Tóquio. O projeto “Dinâmica do Carbono da Floresta Amazônica”, por sua vez, é o mais recente na modalidade técnico-científica, tendo início em maio de 2010, com previsão de quatro anos, envolvendo parceria entre quatro instituições, sendo duas brasileiras, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE), e duas japonesas, o Instituto de Pesquisa em Florestas e Produtos Florestais (FFPRI) e a Universidade de Tóquio.

Os três projetos citados no parágrafo anterior dizem respeito à pesquisa de soluções em preservação do meio ambiente, com repercussões em segurança alimentar, seja mediante utilização de álcool combustível derivado de resíduos da cana-de-açúcar em substituição à gasolina como alternativa para mitigar o aquecimento global, ou pela identificação de genes relacionados à tolerância da soja à seca e ao calor, ou ainda por meio da elaboração de metodologia de aferição de estoque de carbono no bioma amazônico. Um quarto projeto de cooperação técnico-científica apoiado pela JICA tem foco em questões de saúde, diferentemente do enfoque ambiental dos três projetos anteriormente apresentados. Trata-se do projeto “Novas Abordagens Diagnósticas no Manejo de Infecções Fúngicas em Pacientes com AIDS e outras Doenças Imunossupressoras no Brasil”, iniciado em abril de 2010, e desenvolvido mediante parceria entre a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e, pelo lado japonês, pela Universidade de Chiba e o Centro de Pesquisa

Médica em Micologia (MMRC), com o objetivo de desenvolver uma metodologia de rápido diagnóstico da infecção por fungos que possibilite o tratamento imediato e uma melhor recuperação dos pacientes soropositivos, cuja imunidade representa um grande risco de infecções por agentes patológicos. Para tanto, a UNICAMP oferece seus laboratórios e a JICA provê insumos e equipamentos de alto custo; o intercâmbio de pesquisadores para treinamentos também está previsto.

Com relação a estudos e pesquisas conjuntas, outros três projetos são apoiados pela JICA, mas classificados como “cooperação técnica”, por combinarem o envio de peritos e consultores japoneses, o treinamento de brasileiros envolvidos, e doação de equipamentos necessários, sem, contudo, o caráter de pesquisa conjunta por instituições de ambos os países em setores de alta tecnologia, que caracteriza os “projetos de cooperação técnico-científica”. O mais antigo deles, iniciado em março de 2009 e finalizado em agosto de 2010, denomina-se “Estudo para o Desenvolvimento de uma Solução Integrada relativa à Gestão de Resíduos Industriais no Polo Industrial de Manaus”, executado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Um segundo projeto, iniciado em novembro de 2009 e finalizado em dezembro de 2010, tem por denominação “Cenários Futuros de Mudanças Climáticas”, com vistas à avaliação da sociedade sobre sua vulnerabilidade às previsões meteorológicas. O projeto é executado pelo INPE, com participação do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), do Brasil, e do Instituto de Pesquisa Meteorológica (MRI), do lado japonês. Por último, menciona-se o projeto “Inclusão Social por Meio de Incentivo à Produção de Oleaginosas para a Geração de Biodiesel na Região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte”, em execução pelo governo respectivo estado, teve início em abril de 2009, com prazo de 4 anos. Esse projeto envolve pesquisa para o aumento da produção de oleaginosas por parte de pequenos agricultores, tendo em vista o fortalecimento das associações de produtores e a melhoria nas condições de vida desse segmento populacional.

No que diz respeito a projetos que envolvem estudos conjuntos, mas que não recebem apoio direto da JICA, destaca-se o projeto “Pesquisa de tecnologia enzimática para produção de etanol celulósico”, na área de nano-biotecnologia, promovido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e pelo Instituto Nacional de Metrologia do Japão (NMIJ), em seguimento ao Memorando de Cooperação assinado por ambas as instituições em 2009, com objetivo de promover o intercâmbio de conhecimentos científicos, tecnológicos, e de capacitação técnica, nas áreas de metrologia acústica e de vibrações, metrologia química, nanometrologia, tecnologia da informação para metrologia e outras áreas da metrologia de interesse comum (MCTI, 2011b).

3.2. Capacitação e Treinamento de Recursos Humanos

O treinamento de técnicos brasileiros no Japão consiste numa das atividades de cooperação técnica apoiadas pela JICA, por meio do qual é patrocinado o recebimento de pessoas no Japão para adquirir conhecimentos e técnicas relevantes, em áreas diversas, de modo a serem aplicados no desenvolvimento brasileiro. Nos últimos anos, a JICA tem oferecido oportunidades de treinamento no Japão para técnicos brasileiros nas áreas de agricultura, gerenciamento ambiental, energia e recursos naturais, ecoturismo, biomassa e biocombustíveis, planejamento urbano, transportes, gênero, governança, saúde, tecnologias da informação e comunicação, desenvolvimento do setor privado, responsabilização criminal frente à corrupção, entre outras. No ano de 2009, a JICA registrava um recebimento anual da ordem de 8 mil técnicos oriundos de países em desenvolvimento. No período de 2007 a 2011, mais de 650 bolsistas brasileiros foram treinados no Japão.

Dentre os projetos apoiados pela JICA na modalidade “cooperação técnica”, na qual são combinadas atividades de envio de peritos japoneses, treinamento de técnicos brasileiros e/ou doação de equipamentos, merece destaque na área de C, T & I o “Programa de Cooperação Técnica Brasil-Japão para a Formação de Recursos Humanos de Alto Nível na Área de Microeletrônica”. Nesse projeto, realizado de março de 2010 a março de 2011, em Campinas, peritos japoneses vieram ao Brasil para realizar orientações nos centros de treinamentos de formação de projetistas de circuitos integrados na área de microeletrônica. A instituição executora desse projeto foi o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer, localizado na cidade de Campinas, São Paulo.

Os programas comunitários apoiados pela JICA são aqueles nos quais organizações não governamentais (ONGs), universidades, governos locais e entidades de utilidade pública do Japão implementam atividades de cooperação, em conjunto com países em desenvolvimento, e no território desses países. Nessa modalidade, ocorre a transferência de conhecimentos e técnicas acumuladas pelas instituições japonesas, com vistas a contribuir diretamente para melhorar a qualidade de vida de pessoas e comunidades em situações desfavoráveis. Foram selecionados para análise 5 projetos registrados pela JICA no período entre 2007 e 2011, combinando atividades de capacitação e conscientização das populações locais.

Três dos projetos referidos no parágrafo anterior tiveram foco na temática da preservação do meio ambiente. O projeto “Estabelecimento de uma Organização para a Proteção de Florestas Úmidas da região do Amazonas”, realizado entre agosto de 2007 e julho de 2010, teve por objetivo apoiar a criação de uma associação de moradores para a preservação do Parque Ecológico de Gunma, no município de Santa Bárbara, no Pará. As instituições executoras foram a ONG Poema (Programa

Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia), do lado brasileiro, e o governo da província japonesa de Gunma. Por sua vez, o projeto “Melhoria da Educação Ambiental e de Atividades para Conscientização Pública sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos na Cidade de São Paulo”, executado no período de setembro 2008 e março de 2011, envolveu a definição de métodos de análise quantitativa e qualitativa sobre redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, mediante parceria entre a prefeitura de Osaka, o governo paulistano e escolas, comunidades, agentes comunitários de saúde e comerciantes de reciclados da cidade de São Paulo. O terceiro projeto com enfoque ambiental teve início em 2010, com previsão de 2 anos, denominado “Instalação de um Modelo de Melhoramento da Qualidade da Água em Conjunto com a Comunidade na Cidade de Londrina/PR”, tem por objetivo o estabelecimento de um sistema de monitoramento da água e disponibilização dos dados, e é realizado mediante parceria entre a comunidade, órgãos públicos paranaenses (Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA-PR, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA-Londrina, e Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR), universidades (Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR), ONG (Instituto Ecometrópole), e a *Hyogo Environmental Advancement Association*, do Japão.

Dois outros projetos comunitários dizem respeito ao setor de saúde. O “Projeto para Melhoria e Conscientização sobre Saúde Infantil por meio da Mobilização de Organizações Locais na Amazônia Oriental, executado no período entre março e dezembro de 2010, envolveu a participação do governo do município de Manicoré-AM, de ONGs locais (IDEAS, Pastoral da Criança e Projeto ARARA), além da ONG japonesa HANDS (Serviço de Saúde e Desenvolvimento). Essa ONG já foi participante de outros projetos na região amazônica, envolvendo fortalecimento da capacidade dos trabalhadores de saúde locais, melhorias nutricionais, e promoção dos sistema agroflorestal, desde 2003. O segundo projeto tem por denominação “TAMPOPO – Educação sobre AIDS para pessoas deficientes e analfabetas por meio do desenvolvimento de capacidade em uma organização de surdos”, e foi executado entre os anos de 2008 e 2011, com o objetivo de impedir o aumento da taxa de infecção por HIV/AIDS entre surdos e pessoas com outras deficiências que sejam analfabetas. Nesse trabalho, os multiplicadores do projeto são surdos capacitados que vão ao encontro de outros surdos, com comunicação e materiais acessíveis, produzidos pelos próprio surdos, de modo semelhante às sementes da flor dente-de-leão (de nome *tampopo* na Língua Japonesa), que são levadas para longe com o vento e germinam novas flores.

4. Conclusões

A análise da evolução recente das relações de cooperação em C, T & I entre Brasil e Japão demonstra uma crescente disposição conjunta em lidar com desafios de escala mundial, incluindo preservação ambiental e redução das desigualdades sociais, por meio de pesquisa em setores de alta tecnologia selecionados pelas políticas nacionais de C, T & I, e de programas de educação e conscientização comunitária, os quais têm contribuído para a construção da cidadania em populações diretamente – e negativamente – afetadas por questões de saúde e meio ambiente. A realização de pesquisas e a capacitação de pessoas em diversos níveis de C, T & I são atividades cujos resultados e potencialidades configuram exemplos de que a educação tem sido reconhecida como o melhor caminho para a transformação da vida humana, ainda que sejam muitos os desafios para realizar o caráter emancipatório da educação, além do acréscimo de conhecimentos.

Verificou-se que as formas verticais de cooperação, mediante assistência técnica e doação de equipamentos por parte de um país desenvolvido para outro em desenvolvimento, tem cedido lugar à realização conjunta de pesquisa avançada, em bases crescentemente igualitárias no que diz respeito a conhecimentos, técnicas, equipamentos e instalações, contribuindo para a redução do hiato científico e tecnológico que separa o Brasil de outras nações avançadas. As pesquisas conjuntas têm aproveitado *know-how* brasileiro em setores chave como agricultura e biocombustíveis, apontados como prioritários nas relações de cooperação internacional em C, T & I, não apenas com parceiros desenvolvidos, mas também com nações em desenvolvimento, com as quais o Brasil tem estreitado relações na modalidade sul-sul como prestador de cooperação.

Muitas das atividades de cooperação empreendidas pelo Brasil com outros países em desenvolvimento das Américas do Sul e Central, da África lusófona e da Ásia têm sido realizadas de modo triangular, tendo o Japão como parceiro. Iniciada em 1985, a cooperação no formato tripartite tem crescido em vista da maior importância conferida pela comunidade internacional à cooperação sul-sul, e do crescente envolvimento brasileiro nessa modalidade como prestador de cooperação, diferente da situação anterior de apenas receptor de cooperação de países desenvolvidos. Fatores como crescimento econômico, estabilidade política, aumento do comprometimento com temas da agenda internacional, e desenvolvimento de competências em ciência e tecnologia têm contribuído para o Brasil alcançar esse *status*.

O contínuo aprimoramento social das populações beneficiadas por projetos comunitários, especialmente no que diz respeito à conscientização de seus direitos e deveres frente aos desafios globais e locais, é um resultado que merece ser destacado por chamar a atenção para a importância

das tecnologias sociais no desenvolvimento das sociedades. A transformação da qualidade de vida realizada com o envolvimento ativo da própria população, em aspectos como preservação ambiental, aproveitamento de rejeitos, saneamento e saúde, torna-a beneficiária da própria capacitação em tecnologias sociais. Vale acrescentar a oportunidade de um diálogo intercultural entre cidadãos de Brasil e Japão durante a realização dos projetos comunitários, com maiores repercussões em comparação ao contato entre diferentes culturas que ocorre durante as pesquisas conjuntas.

Com base nos resultados realizados e esperados das pesquisas conjuntas apresentadas no presente artigo, ao lado brasileiro cabe expandir a cooperação na forma de pesquisas conjuntas para outros setores de alta tecnologia, elencados pelo PACTI e pela ENCTI, e garantir a aplicação concreta dos resultados das pesquisas no desenvolvimento econômico e social do país, mediante estímulos à utilização dos conhecimentos e técnicas pelas empresas, nas quais o avanço da ciência brasileira ainda não se refletiu em correspondente aumento dos indicadores de P, D & I (DE NEGRI; KUBOTA, 2008). No que diz respeito à capacitação em tecnologias sociais, cabe às pessoas beneficiadas continuarem o seu caminho de agentes de transformação mediante difusão dos conhecimentos e das técnicas aprendidas para outras sociedades no mesmo país ou em outras nações do mundo.

A ampliação da participação social na formulação e no acompanhamento das políticas e das realizações em C, T & I constitui em requisito de democracia e demonstração de cidadania que necessita ganhar maior atenção no Brasil, em vista de um desenvolvimento econômico e social dinâmico e inclusivo. Tal inclusão deve afastar-se do viés assistencialista que tem ganhado força num contexto de fortalecimento de políticas sociais e compensatórias, com destaque para os programas de transferência de renda aos segmentos populacionais menos favorecidos. A realização da Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, nos anos de 1985, 2001, 2005 e 2010, e da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, anualmente, desde 2004, são eventos que merecem destaque no que diz respeito à aproximação da ciência e da tecnologia com a população, apresentando oportunidades para a participação da sociedade brasileira na formação da agenda de C, T & I para o Brasil, envolvendo não apenas o governo e a comunidade científica. As tecnologias sociais apresentam grande potencial de participação social ativa no desenvolvimento local e nacional mediante educação, profissionalização e aproveitamento de vocações regionais para a produção.

Apesar dos esforços do governo brasileiro para despertar a sociedade ao valor estratégico de C, T & I, a falta de conhecimentos e de interesse da população sobre o mesmo muito contribui para retardar a constituição de uma agenda social para C, T & I no país. Na academia, falta uma postura dos pesquisadores em favor da aplicabilidade dos resultados de seus trabalhos, os quais precisam ser

cada vez mais tangíveis e inovadores na promoção do desenvolvimento econômico e social em níveis nacional, regional e local. A fraca valorização e o insuficiente desenvolvimento da educação no país fornecem grande parte da explicação para essa situação, mas também apontam caminhos para a sua solução. A cooperação em C, T & I com o Japão, especialmente em seu conteúdo educacional, representa uma grande oportunidade de aprendizado com as lições de desenvolvimento de um país que tem na educação a base forte de seu sistema de C, T & I, e que tem buscado ampliar a participação social nos rumos desse trinômio, como beneficiária e também promotora ativa. Uma inclusão social participativa deve ser o resultado emancipatório das estratégias de desenvolvimento pela educação, com significativo reforço pela cooperação internacional em C, T & I.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.
- ABC. Agência Brasileira de Cooperação. *Via ABC*. Brasília: ABC, julho de 2005. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/documentos/via-ABC.pdf>. Acesso em 03/07/2012.
- ARBIX, G. *Inovação: Estratégias de sete países*. Brasília: ABDI, 2010.
- ARBIX, G.; SALERNO, M. S. *Sete países e uma política: inovação*. O Estado de S. Paulo, Caderno Aliás, 09/05/2008. Disponível em: <http://www.arbix.pro.br/wp-content/uploads/arbix-e-salerno-caderno-alias-9-05-08.pdf>. Acesso em 03/07/2012.
- BAUMANN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.
- BERNAL, J. D. *Science in history*. Vol. 1: The Emergence of Science. Cambridge, MA: M.I.T. Press, 1969.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª edição. Brasília: Editora UnB, 2002.
- CSTP. Council for Science and Technology Policy. *Science and Technology Basic Plan (2011-2015)*, December 24, 2010.
- DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. *Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica no Brasil*. Brasília: IPEA, 2008.

GOVERNMENT OF JAPAN. *Science & Technology. What's the Plan?* Public Relations Office, Highlighting Japan, January 2012. Disponível em: http://www.gov-online.go.jp/eng/publicity/book/hlj/html/201201/201201_08.html. Acesso em 03/07/2012.

KEOHANE, R. O. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University, 1984.

JICA. Agência de Cooperação Internacional do Japão. *JICA no Brasil. Atuando como Parceiro Global*. Brasília: Representação da JICA no Brasil, março de 2011.

LONGO, W. P. *Conceitos Básicos sobre Ciência e Tecnologia*. In: LONGO, W. P. *Ciência e Tecnologia: alguns aspectos teóricos*. Rev. Atual. Rio de Janeiro: ESG, 2004 (LS 19-87). Disponível em: <http://www.waldimir.longo.nom.br/publicacoes.html>. Acesso em 03/07/2012.

MCT. Ministério da Ciência e da Tecnologia. *Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional. O Plano de Ação 2007-2010*. Brasília: MCT, 2007.

– . *Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação*. Brasília: MCT, 2002.

– . *O debate necessário - Ciência, Tecnologia, Inovação – Desafio para a sociedade brasileira (Livro Verde)*. Brasília: MCT/Academia Brasileira de Ciências, 2001.

MCTI. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação com o Japão*. Nota Técnica nº 7 /2011/ASSIN/MCTI, 15/jun/2011a.

– . *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015. Balanço das Atividades Estruturantes 2011*. Brasília: MCTI, 2011b.

MRE. Ministério das Relações Exteriores. *Documentos concluídos por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Tóquio, Japão*. Nota no. 265, maio de 2005. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2005/05/26/documentos-concluidos-por-ocasio-da-visita-do>. Acesso em 03/07/2012.

– . *Visitas internacionais do Presidente Lula e visitas ao Brasil de Chefes de Estado e de Chefes de Governo (2003-2010)*. Brasília: MRE, 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/visitas-internacionais-do-presidente-lula-e-visitas-ao-brasil-de-chefes-de-estado-e-de-chefes-de-governo-2003-a-2010>. Acesso em 03/07/2012.

OECD. Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento. *Manual de Frascati. Proposta de práticas exemplares para inquéritos sobre investigação e desenvolvimento experimental*. (Trad.) More than Just Words (Portugal). Coimbra: F-Iniciativas, 2007a.

– . *Manual de Oslo: Proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica*. (Trad.) FINEP. Brasília: FINEP, 2007b.

REIS, D. R. *Gestão da Inovação Tecnológica*. 2ª edição. Barueri, SP: Manole, 2008.

SÁENZ, T. W.; GARCÍA CAPOTE, E. *Ciência, inovação e gestão tecnológica*. Brasília: CNI/IEL/SENAI, ABIPTI, 2002.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, D. H. *Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos*. Rev. bras. pol. int. vol.50 no.1, Brasília, Jan./Jun 2007.

Sítio da JICA: <http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/>. Acesso em 03/07/2012.

Sítio do ITS: <http://www.itsbrasil.org.br/conceito-de-tecnologia-social>. Acesso em 13/07/2012.

Sítio da Presidência da República Federativa do Brasil:

<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>. Acesso em 13/07/2012.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Relatório UNESCO sobre Ciência 2010. O atual status da ciência no mundo*. Brasília: UNESCO, 2010.

VIOTTI, P. R. (et. al). *International relations theory: realism, pluralism, globalism, and beyond*. Boston: Allyn and Bacon, 1999.

GESTÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA: O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DOCENTE PELO DISCENTE

Miraldo Matuichuk – Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - (miraldo@utfpr.edu.br)

Maclovia Correa da Silva – Professora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, PPGTE/UTFPR – (macloviasilva@utfpr.edu.br)

RESUMO

Este artigo apresenta aspectos da avaliação institucional como parte das atividades da educação superior tecnológica. Estuda-se o caso da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR - que tem uma Comissão Própria de Avaliação. A finalidade desta estratégia baseia-se na responsabilidade social, na qualidade da educação superior, no reconhecimento da diversidade do sistema, no respeito à identidade, e na missão educacional histórica das instituições. A metodologia foi de natureza qualitativa-bibliográfica, com coleta de dados in loco e em sites. Os resultados mostram que a plataforma do Sistema de Avaliação Institucional trouxe novas interações com os modelos avaliativos e introduziu propostas de melhorias para outros tipos de avaliação de atividades internas.

Palavras-chaves: Avaliação docente e discente; educação tecnológica; UTFPR.

ABSTRACT

This article presents aspects of institutional assessment as part of the activities of higher education technology. It studies the case of Federal Technological University of Paraná - UTFPR - which has a committee for assessment. The aim of this strategy is based on social responsibility, quality of higher education, in recognition of the diversity of the system, respect for identity, and the educational mission of the historical institutions. The methodology was qualitative in nature, literature, collecting data on site and on websites. The results show that the platform of Institutional Assessment System brought new interactions with the evaluation models and introduced proposals for improvements to other types of evaluation of internal activities.

Keywords: Evaluation staff and students, technology education; UTFPR.

1. Introdução

Os procedimentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem na Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR estão inseridos em contexto de avaliação nacional da Educação Superior liderado pelo Ministério da Educação - MEC e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Esta autarquia federal auxilia o MEC na implantação de políticas públicas na área educacional, e produz informações para educadores e outros públicos. Em especial, o

INEP que analisa dados e informações coletadas nas Instituições de Ensino Superior e verifica a realidade destes espaços escolares (INEP, 2012¹).

A avaliação das instituições de educação superior, nas modalidades de auto-avaliação coordenada por uma comissão própria de cada instituição, e da avaliação externa realizada por comissões indicadas pelo INEP, faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES²). Este sistema avalia os aspectos institucionais, inclusive o corpo docente, no que se refere ao ensino, à pesquisa e à extensão a fim de traçar um perfil das instituições e da qualidade de seus cursos³. O INEP, ao operacionalizar os processos, define os membros da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) para coordenar e estabelecer as diretrizes de avaliação⁴. Lê-se na portaria do MEC n.º 2.051, de 09 de julho de 2004:

Parágrafo único. A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP, o qual instituirá Comissão Assessora de Avaliação Institucional e Comissões Assessoras de Áreas para as diferentes áreas do conhecimento (BRASIL, 2004).

A avaliação institucional é um dos referenciais básicos para o processo de credenciamento e credenciamento das instituições, com prazos de validade estabelecidos pelos órgãos de regulação do Ministério da Educação. Um aspecto da avaliação institucional é a vertente da auto-avaliação, a qual é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação CPA. No contexto deste artigo estuda-se um dos instrumentos da CPA da UTFPR – Campus Curitiba - para os cursos de graduação, que é a avaliação do docente pelo discente. Acredita-se que existe uma estreita relação entre processos avaliativos e formativos, visando à qualidade das ações acadêmicas e administrativas dos cursos. Segundo a lei n. 10.861 (BRASIL, 2004, p.1).

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

- I - avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
- II - o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
- III - o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;
- IV - a participação do corpo discente, docente e técnico administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

¹ <http://www.inep.gov.br/institucional>.

² O Sistema foi criado pela Lei Federal n.º 10.861, de 14 de abril de 2004.

³ Os instrumentos de avaliação dos cursos de graduação estão divididos em três categorias: organização didático-pedagógica; corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo; e instalações físicas.

⁴ A portaria do MEC n.º 2.051, de 09 de julho de 2004 regulamenta os procedimentos de avaliação do Sinaes instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.

No conjunto, os processos avaliativos integram as diversas dimensões da realidade a ser avaliada. A instituição de ensino superior oferece um ambiente social de ensino-aprendizagem para o campo da educação, e a avaliação do desempenho dos docentes é um mecanismo importante de informações que faz a diferença na busca constante da melhoria da qualidade do ensino.

O instrumento analisado neste trabalho é aplicado em dois momentos no ano letivo. Hoje, a avaliação é feita em formulários eletrônicos e sofreu uma reformulação, aqui analisada, entre os anos de 2008 e 2009. O acesso é feito via internet e intranet na UTFPR durante um período pré-agendado e os departamentos fazem à divulgação (UTFPR, 2009⁵). Este processo de participação efetiva dos alunos tem o objetivo a melhoria de práticas didático-pedagógicas e a construção do conhecimento. No Campus Curitiba, realizou-se em 2009 o processo de avaliação docente pelo discente com os alunos regularmente matriculados nos cursos do Ensino Superior, Educação Técnica Profissional, e Educação Jovens e Adultos. Foi organizada uma subcomissão constituída por um representante de cada Departamento Acadêmico do Campus para ajudar no processo de sensibilização e acompanhamento, buscando coletar amostras significativas dos dados (ADPD 2009).

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades: a auto-avaliação - Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da auto-avaliação institucional da CONAES; e a avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo INEP, que tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das auto-avaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e tem uma visão multidimensional que busca integrar sua natureza formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades. Para gerar seus dados e estudos educacionais o INEP realiza levantamentos estatísticos e avaliativos em todos os níveis e modalidades de ensino.

⁵ Portaria n.º 0567 de 18 de maio de 2009.

2. Antecedentes históricos

No presente estudo o objetivo é analisar a organização da primeira plataforma do Sistema de Avaliação Institucional – SIAVI do docente, implantada em 2009 na UTFPR, e suas interações com os princípios de modelos avaliativos de caráter participativo (resolução de problemas), colaborativo (evolução constante), e emancipativo (cidadania e inclusão), visando introduzir propostas de melhorias. Segundo Ibarrola,

Uma melhor cultura da avaliação permitirá apreciar os alcances, os limites e os efeitos das avaliações e o lugar que lhes corresponde dentro da melhora da educação. Permitirá distinguir entre uma verdadeira transformação curricular e o abuso do término da “reforma” como proposta política reiterada [...] (IBARROLA, 2008, p.2).

A questão da Avaliação Institucional nas universidades brasileiras foi discutida pelo movimento docente e a partir de 1982 começou um amplo debate coordenado pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Em 1986, a Universidade de Brasília - UNB iniciou o projeto de avaliação institucional, apresentando um documento que marcou a trajetória deste processo no sentido de fornecer subsídios para a tomada de decisões nos níveis individual e coletivo da instituição. Destacou-se a participação da comunidade acadêmica na busca de ela alcançar objetivos e cumprir com suas finalidades científicas e sociais da avaliação. Esta proposta de avaliação institucional inseriu o instrumento de avaliação do ensino nos níveis de graduação e pós-graduação.

Dos trabalhos resultantes desta experiência, foi criada a Comissão Nacional de Avaliação, em 1993, que institucionalizou um programa pela Coordenadoria Geral de Análise e Avaliação Institucional da Secretaria da Educação Superior - SESu, e um Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB. A Comissão Especial de Avaliação – CEA - foi designada pelas Portarias do governo federal MEC/SESu, n.º 11, de 28 de abril de 2003 e n.º 19, de 27 de maio de 2003, sendo oficialmente instalada pelo Ministro da Educação, Cristóvam Buarque, em 29 de abril de 2003. A referida comissão foi criada com a finalidade de “analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas da Educação superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados” (BRASIL 2003, p. 7). Presidida pelo professor José Dias Sobrinho, que coordenou os trabalhos com reuniões quinzenais nas

capitais brasileiras: Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Recife. Estas medidas oportunizaram momentos de produtivas discussões com entidades representativas da sociedade, em especial aquelas ligadas à educação superior, e foram apresentadas contribuições, e propostas de reformulação do sistema avaliativo brasileiro.

Em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior promoveu o aprofundamento de compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização da missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. Os princípios avaliativos consubstanciados pelo SINAES procuram contemplar a complexidade do ensino superior brasileiro, articulando as dimensões do processo de ensino, aprendizagem, capacidade institucional e responsabilidade social da instituição.

O SINAES, enquanto sistema de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e o desempenho dos estudantes, busca cumprir suas finalidades, dentre elas a continuidade do processo avaliativo. Baseia-se em princípios fundamentados nas noções de globalidade, isto é, a compreensão de que a instituição deve ser avaliada por um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada.

3. Procedimentos metodológicos

Este estudo faz uso da análise qualitativa das práticas inovadoras de coleta de dados de um instrumento institucional de investigação avaliativa. Ele foi concebido a partir de um trabalho coletivo e interdisciplinar em consonância com a missão e as políticas institucionais. A proposta de discussão conta com o apoio teórico de autores como Stufflebeam, Shinkfield, Ibarrola, e Vargas. A UTFPR conta com a Comissão de Avaliação Permanente do Docente pelo Discente, composta por dois representantes da Pró-reitoria de Graduação, um representante do Câmpus da UTFPR, um representante do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Apoio ao Estudante (NUAPE), e um aluno convidado.

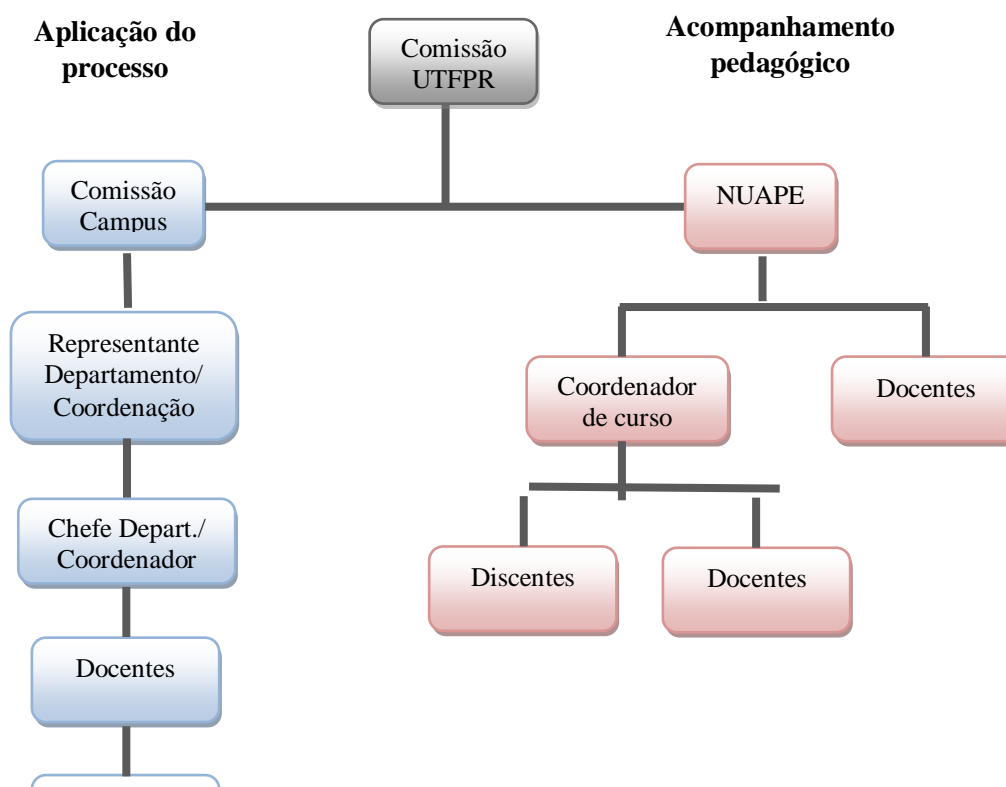
A análise do instrumento de avaliação de 2009 da UTFPR é singular, na medida em que ele inova sua plataforma em relação ao ano de 2008. As categorias de agrupamento mudaram e o número de questões diminuiu. Hoje, o discente tem acesso a

um instrumento de caráter participativo, colaborativo e emancipativo. Ele contém perguntas pertinentes à organização didático-pedagógica, ao corpo docente, ao corpo discente, ao corpo técnico-administrativo e às instalações físicas.

Para mostrar a evolução citam-se algumas diferenças entre os processos avaliativos: em 2008 o processo de compilação dos dados era parcialmente informatizado, os resultados eram aproximados, havia 15 perguntas fechadas e uma questão aberta; em 2009, as novidades introduzidas ampliaram o campo dos resultados com a avaliação por professor e por turma (colaborativa), a identificação do professor, a redução de erros com a segurança dos resultados (emancipativa), a recuperação automática de senhas, e a redução do número de questões sem perder a objetividade das informações (participativo).

A avaliação do docente pelo discente compõe-se de duas fases distintas, sendo a primeira, a fase de aplicação do processo, e a segunda, a fase de acompanhamento pedagógico do professor pelo Departamento de Educação. A primeira fase tem início com a sensibilização dos Coordenadores dos Cursos e dos Chefes dos Departamentos Acadêmicos em reunião com o representante da Comissão do Campus visando à participação do discente. A sensibilização também conta com a divulgação na página eletrônica, da UTFPR. A segunda fase tem início após a finalização do processo de avaliação, contando com apoio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Apoio ao Estudante – NUAPE, no aos Chefes de Departamento Acadêmico e Coordenadores de Curso, e no acompanhamento pedagógico de docentes (ver Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma do processo de avaliação do docente pelo discente



Fonte: CADPD/UTFPR 2010

4. Abordagens teóricas

Na perspectiva da aplicação da avaliação na gestão da melhora da instituição, a avaliação se constitui em estratégia na tomada de decisões que orientem a gestão institucional. Leis, regulamentos, decretos e circulares podem exercer uma força para identificar os pontos fortes e fracos da avaliação. Stufflebeam *et al.* (1991) explica que a “avaliação [...] é o processo de identificar e coletar informações que permitem decidir entre várias alternativas” (STUFFLEBEAM *et al.* in VIANNA, 1989, p. 21).

A avaliação institucional das Instituições de Ensino Superior – IES se constitui importante estratégia de gestão na busca da qualidade de ensino da instituição. Contudo, requer conhecimento analítico e crítico da realidade interna e externa da instituição. Esse conhecimento advém do processo que tem a avaliação institucional. “O grau de conhecimento institucional se relaciona à sua capacidade de conhecer-se, de avaliar-se” (EYNG, 2004a).

A avaliação institucional pode se configurar nas seguintes etapas:

- a) Recolher informações que reflitam o mais fielmente possível a situação inicial da situação a avaliar.
- b) Elaborar juízos de mérito ou valor a partir de critérios previamente estabelecidos ou consensuados no contexto do próprio processo da avaliação.
- c) Tomar decisões de melhora que conduzam à eleição e aplicação de alternativas de intervenção mais adequadas a partir da informação avaliada ou em processo avaliativo.

A avaliação do docente pelo discente é realizada pelos alunos ingressantes e concluintes dos cursos avaliados, que fazem uma prova de formação geral e formação específica. As avaliações feitas pelas comissões de avaliadores designadas pelo INEP caracterizam-se pela visita in loco aos cursos e instituições públicas e privadas e se

destinam a verificar as condições de ensino, em especial aquelas relativas ao perfil do corpo docente, as instalações físicas e a organização didático pedagógica.

O processo de avaliação requer o estabelecimento dos organizadores prévios, o conhecimento já existente e a integração desses com as novas informações num processo que interagem as informações advindas da avaliação. Partindo das informações do conhecimento já sistematizados integram a esses as informações advindas dos procedimentos de auto-avaliação, respectivamente, avaliação interna e avaliação externa.

Na auto-avaliação devem participar os membros da comunidade educativa tais como: estudantes, autoridades acadêmicas, pessoal administrativo e de apoio técnico entre outras participações de interesse para o projeto. Deve conceber-se como uma avaliação integral que analisa profundamente o plano ou programa de estudos em suas distintas etapas: planejamento, execução e administração, além do mais permite delinear um plano de trabalho para realizar as modificações que sejam necessárias (Vargas, 2004, p.21).

A relação dos dados provenientes da avaliação interna e externa são analisados neste texto que se referencia nas diferentes contribuições dos teóricos da avaliação educacional e da sua aplicação no âmbito da avaliação institucional. Bertelli (2004, p.38), indica que:

Os estudos da avaliação institucional iniciados por Tyler na década de 40, até os dias atuais receberam inúmeras contribuições. Dentre essas, destacam-se nesse estudo as contribuições de Cronbach (1963), Scriven (1967), Stake (1967), Stufflebeam (1971), Provas (1971), Worthen e Sanders, (1973), Popham, (1975), Belloni (2000), Dias Sobrinho (1995, 1997, 2000, 2002a, 2002b, 2003a, 2003b).

A avaliação com caráter participativo, um instrumento científico e ético, Prieto (2009) coloca alunos, professores, pesquisadores e membros de comissões em um cenário comunitário que traz transformações para o processo ensino-aprendizagem, ajuda na tomada de decisões, e pode ser usado como suporte para estabelecimento de políticas. Reflete também nas ações sociais dos usuários e dos gestores responsáveis pela aprendizagem institucional (valorização, poder, habilidades).

Segundo Vargas,

Todo processo que se assuma como avaliação institucional tem com requisito e condição indispensável a participação da comunidade educativa, [...] A avaliação realizada somente por agentes externos à vida institucional tende a fracassar, dado que não contempla o desenvolvimento de um processo participativo com as pessoas que compõem a comunidade educativa, limitando sua participação ao oferecer dados possivelmente mediante instrumento de perguntas fechadas (2004).

O instrumento de avaliação com perguntas fechadas pode também ser participativo quanto os níveis de participação das pessoas envolvidas são pré-definidos. É importante que elas estejam integradas ao processo e às tomadas de decisões. Neste sentido, o processo social, político e educativo precisa ser reflexivo a ponto de provocar mudanças de atitudes para melhorar a qualidade de ensino e re-criar as regras básicas da avaliação. A facilitação de informações, a ética, o compromisso com os resultados incrementam a prática avaliativa, o crescimento cognitivo e o desenvolvimento pessoal dos participantes.

Os aspectos colaborativos da avaliação também são fundamentais para a tomada de decisões e resoluções de problemas. Isto implica em uma abrangência da colaboração para todas as etapas dos programas implementados nas instituições. O avaliador tem uma posição estratégica na coordenação das atividades, da escolha de pessoal, e dos aspectos técnicos do processo. As comissões são compostas de variadas representações nas atividades de elaboração e interpretação das informações valorizando a utilidade da avaliação enquanto técnicas e metodologias. Segundo Prieto (2009, p.8) “A principal pergunta é em que se diferenciam os enfoques de avaliação participativa de outras formas de avaliação colaborativa e das investigações colaborativas. Em geral as diferenças são de matizes”.

Stufflebeam e Shinkfield (1995) dizem que os organizadores de estudos políticos, considerando as diretrizes federais para a melhoria do Ensino Superior, precisam priorizar a igualdade de oportunidades, dando resposta à sociedade, no sentido de contribuir para uma cultura avaliativa emancipativa (UPE 2004-2006). A consolidação destes atos se dá com a socialização dos dados coletados durante os processos avaliativos e a valorização participativa integral dos envolvidos nas práticas, nas discussões e interpretações dos dados. Segundo a Declaração dos Direitos Humanos, toda pessoa tem direito ao acesso à educação superior em plena igualdade. Na Constituição Brasileira de 1988, o direito à educação é um direito social:

ART. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

As atitudes inovadoras criam um capital social que se volta para a emancipação da sociedade em favor da capacitação permanente de pessoas e comunidades.

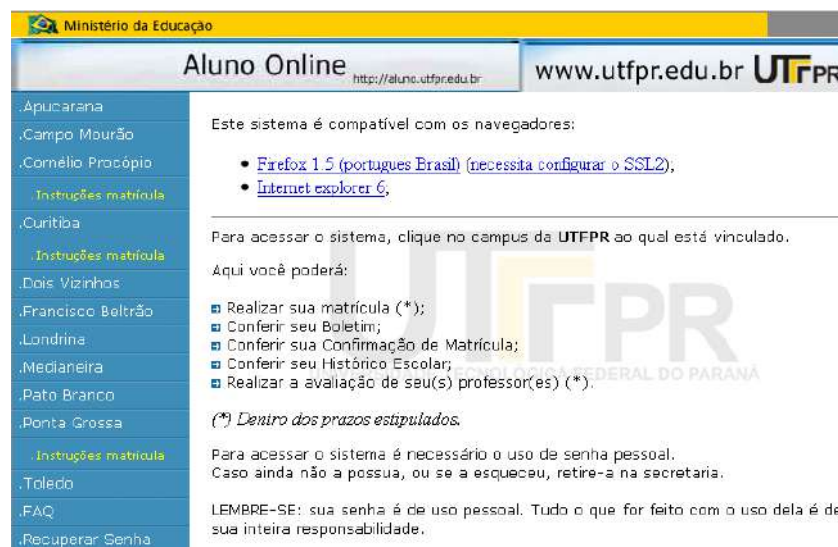
Programas educacionais flexíveis, baseados em parcerias, com avaliações constantes, permitem chegar à conquista da emancipação de pessoas e comunidades.

5. Análise da avaliação do docente pelo discente

Durante o período que ocorre a avaliação do docente pelo discente prevista em calendário acadêmico, o aluno pode acessar o site <http://aluno.utfpr.edu.br>, e seleciona o Campus, entra com sua senha pessoal e depois de aceita a identificação o aluno pode interagir com a plataforma para avaliar seus professores.

O aluno poderá acessar o *site* Institucional do aluno para realizar sua matrícula, conferir seu boletim escolar, confirmar matrícula, obter seu histórico escolar e poder avaliar os professores em que ele teve aula durante o semestre letivo (ver Figura 2).

Figura 2 – Portal de acesso acadêmico do aluno



Fonte: UTFPR/2012

Ao selecionar a “realizar a avaliação de seu (s) professor(es)”, aparece a tela da plataforma com informações e recomendações iniciais de preenchimento e apresenta a escala de conceitos que podem ser atribuídos para avaliar cada professor. (ver Figura 3).

Figura 3 - Tela apresentada ao discente para as recomendações de preenchimento

Recomendações de preenchimento

Caro aluno,

Neste momento solicita-se sua participação para auxiliar na avaliação de desempenho dos docentes por entender-se que ela é indispensável para a melhoria contínua das atividades desenvolvidas em sala de aula.

Para tanto, é necessário que sua opinião não se baseie em impressões precipitadas ou ditadas pela emoção. Procure avaliar o professor nos quesitos propostos, baseando sua resposta no que é mais constante no comportamento do professor.

Escala de conceitos

Nunca	★☆☆☆☆
Raramente	★★☆☆☆
Algumas Vezes	★★★☆☆
Quase Sempre	★★★★☆
Sempre	★★★★★

Fonte: UTFPR/2012

Na avaliação do docente pelo discente da UTFPR estão propostas cinco perguntas que abrangem os aspectos de didática, conteúdo, planejamento, avaliação e relacionamento. Além da tela que contém as perguntas, existe uma tela auxiliar com a descrição explicativa das categorias individualizadas.

A pergunta para avaliar a didática do professor [o professor apresenta o conteúdo de forma clara e objetiva?] refere-se à forma de apresentação dos conteúdos programáticos das disciplinas e suas relações com os aspectos profissionais e sociais. Dois adjetivos de grande amplitude, “clara e objetiva”, devem ser graduados na escala de conceitos (nunca, raramente, algumas vezes, quase sempre, sempre), conforme apresentado na Figura 3.

Vale lembrar que os alunos são os mais interessados em fazer as relações entre disciplinas e profissões deles, desejando freqüentar somente disciplinas que venham a agregar conhecimento às suas formações. Então, este item é bastante interessante para o aluno porque ele implica em atendimento ou não de suas expectativas de aquisição de conhecimento. O nome das disciplinas e os conteúdos são itens decisivos para o aluno no momento da matrícula, na freqüência às aulas e na forma de avaliação.

Depois de lidas as recomendações e avançar a tela seguinte o aluno passa a conhecer em quais as categorias e os indicadores ele poderá avaliar cada um de seus professores. (ver Figura 4).

Figura 4 – Tela explicativa de categorias e indicadores avaliativos

Descrição das categorias e indicadores	
Conteúdo	Refere-se ao conhecimento demonstrado pelo professor sobre os conteúdos programáticos da disciplina, bem como. Ao relacionamento que o professor estabelece entre estes conteúdos programáticos e aspectos profissionais e sociais.

	O professor demonstra conhecimento a respeito do conteúdo?
Didática	Refere-se ao comportamento do professor em sala de aula enquanto agente promotor do ensino-aprendizagem, maneira de agir, os recursos e as técnicas que utiliza para facilitar o aprendizado, motivar e despertar o interesse sobre os temas tratados.
	O professor apresenta o conteúdo de forma clara e objetiva?
Planejamento	Refere-se ao cumprimento e distribuição dos conteúdos programáticos ao longo do desenvolvimento da disciplina. Deve-se levar em conta se o professor apresenta previamente um planejamento do semestre e cumpre o estabelecido inicialmente.
	O professor apresenta as ações a serem realizadas Durant o período letivo?
Avaliação	Refere-se ao estabelecimento da forma de avaliação, da qualidade e critérios de avaliação. Deve-se, também, se o professor cumpre aquilo que estabeleceu previamente em sala de aula no início do semestre letivo.
	O professor estabelece previamente os parâmetros da avaliação?
Relacionamento	Refere-se à forma como professor se relaciona com os alunos dentro e fora da sala de aula. Deve-se, também, avaliar se professor manteve o controle de classe durante o semestre priorizando o bom desenvolvimento da disciplina.
	O professor mantém postura adequada à prática do ensino?
Comentários dos alunos	
1	Neste espaço o aluno pode manifestar sua opinião sobre o processo
2	Neste espaço o aluno pode manifestar sua opinião sobre o processo

Fonte: UTFPR/2012

Após avaliar as categorias o aluno tem um campo destinado para dar sugestões e realizar seus comentários que julgar necessário, a Figura 5 apresenta um exemplo de preenchimento deste campo.

Figura 5 – Tela de comentários

Comentários dos alunos	
1	Assim como outros professores, sugiro que não façam a seleção de alunos. Isso é discriminação! Todos devem participar e não sempre os mesmos.
2	Um educador excelente, de admirável conhecimento sobre o conteúdo da disciplina.
3	O professor em questão deveria trabalhar mais o seu relacionamento com os alunos, procurando tratar todos de maneira igual.
4	O melhor professor que eu já tive dentro da instituição.

Fonte: UTFPR/2012

Todavia, a avaliação da didática fica bastante restrita à ação da apresentação dos conteúdos e aos recursos e técnicas de aprendizagem. O objetivo da didática é o ensino pelo docente capacitado e nele podem estar implicados os conteúdos e a maneira de expô-los.

Nota-se que começa a ruir a idéia de uma didática como conjunto de técnicas e saberes metodológicos indispensáveis à arte de ensinar algo a alguém. Percebe-se também o início de um novo sentido, de um novo olhar, implicando a necessidade de alargamento do horizonte que orienta o processo ensinar-aprender e de percepção da presença de um conjunto mais amplo de interesses e interessados na educação (SANTOS, 2003, p. 138).

Na verdade, a didática é mais abrangente do que as técnicas e do saber fazer, pois trabalha com conceitos de identidade entre o professor e a disciplina, entre a reflexão sobre os conteúdos e a teoria, e a interdisciplinaridade que permite uma fecunda relação entre as disciplinas. Vale dizer que o professor pode se concentrar no simples cumprimento do programa sem se preocupar com a aprendizagem do aluno.

Quanto aos conteúdos das disciplinas [o professor demonstra conhecimento a respeito do conteúdo?] e das escolhas de dividi-los em partes teóricas e práticas, estes podem ser repassados de formas diversificadas, atreladas aos potenciais didáticos dos professores, e das áreas de conhecimento a que se dedicam. Muitos professores da Instituição possuem formações acadêmicas e vivências empresariais que permitem a singularidade na organização dos conteúdos de suas disciplinas. É importante que os alunos da UTFPR saibam que esta instituição se caracteriza pela produção de tecnologia, pela presença da multidisciplinaridade na organização das disciplinas, afastando-se das universidades clássicas existentes no país.

Uma forma bastante atual é a educação a distância. O professor pode mesclar suas aulas entre presenciais e virtuais. Ele certamente precisa dominar o conteúdo e adquirir práticas que venham a produzir conhecimento. As tecnologias são veículos para criar espaços virtuais de aprendizagem significativas e interação entre o aluno e o professor.

Uma formação reflexiva implica que o professor em sua própria prática pedagógica seja crítico em relação aos conteúdos disponibilizados e construa novos conteúdos ao longo de sua formação. É um processo que demanda tempo, e principalmente envolvimento do professor nas discussões, sobre o uso dos recursos midiáticos na educação escolar (MORAES & TERUYA, 2012, p.9).

Outro aspecto importante da avaliação do docente pelo discente é o planejamento [o professor apresenta as ações a serem realizadas durante o período letivo?] dos conteúdos programáticos. É a terceira pergunta da avaliação do docente pelo discente que está centrada nos conteúdos. Cabe ao aluno avaliar a prévia apresentação dos conteúdos a serem desenvolvidos, o cronograma das aulas e o cumprimento do mesmo pelo professor.

No século XXI, com uma enxurrada de informações disponíveis nos meios midiáticos, as disciplinas perderam seu rumo estável e os campos disciplinares estão em constante mutação. Este “fenômeno” faz da ferramenta de planejamento um meio de dar novos sentidos aos contextos de mutação em que vivemos. Ele guia a execução das

propostas de conteúdos e funciona como diretriz para equilibrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Quando se fala em planejamento na área da educação, ouve-se falar nos seguintes termos: planejamento educacional, planejamento escolar, planejamento de ensino, planejamento curricular. Mas afinal, todos estes termos não são relacionados à educação propriamente dita? Existem diferenças entre esses termos? E antes disso, o que os estudiosos falam sobre o termo planejamento? Quais as finalidades pedagógicas de um planejamento de ensino? Por que o professor deve planejar? Qual é a sua importância para o processo de ensino-aprendizagem? (KLOSOWSKI & REALI, 2008, p.2)

Planejar é uma estratégia que ajuda o professor a pensar sobre o que faz e sobre sua responsabilidade em formar cidadãos, profissionais preparados para a vida e para o trabalho. Saber o que é mais importante dentre os conteúdos, na relação ensino-aprendizado, não é suficiente se o planejamento de ensino estiver ausente. É tão importante estabelecer objetivos, quanto procurar alcançá-los. As políticas públicas podem cooperar neste processo estabelecendo regras e cursos para melhorar o desempenho do educador no planejamento do cotidiano de suas práticas pedagógicas.

A quarta pergunta que o discente responde na avaliação do docente trata da organização da avaliação dos conteúdos programáticos pelo professor [o professor estabelece previamente os parâmetros da avaliação?]. Ela faz parte de todo o processo educativo e implica em um julgamento de valor sobre o professor, o que ele está fazendo e sobre os resultados de seu trabalho. Para possibilitar a introdução de melhorias na qualidade de ensino, a avaliação precisa ser descentralizada das ações de desenvolvimento cognitivo.

Percebemos que Piaget tem um posicionamento contrário diante desta avaliação que exclui o indivíduo, pois esta não examina de fato toda aprendizagem, o desenvolvimento do aluno, mesmo que não seja o desejável ou ao nível do currículo de determinada série, também podemos afirmar que este defende a avaliação que considera o cotidiano escolar, as relações que os alunos estabelecem e seu desenvolvimento individual (MARTIN, p.25, 2010).

A produção de conhecimento, de ensino, de aprendizagem, de pesquisa são práticas educativas que transcendem a simples transmissão e avaliação de conhecimentos. Por isso, o processo de avaliação, quando mobilizador de práticas cotidianas para criar condições de aprendizagem, trabalha com o significado do desenvolvimento integral do aluno – social e pessoal.

A avaliação retrata o momento do professor e do aluno refletirem sobre a construção dos saberes e conhecimentos. Se ela estiver centrada no intelecto, na

transmissão de conteúdos, ela incorpora dificuldades de superação do mecanicismo de assimilação e transmissão de conteúdos. Os resultados, quando vinculados ao ensino e aprendizado, permitem a redefinição dos rumos das ações pedagógicas dos docentes e encaminham as práticas de transformação de atitudes e metodologias. Ela tem função pedagógica, didática, diagnóstica e de controle para o professor promover a aprendizagem.

Na última pergunta da avaliação do docente pelo discente da UTFPR está presente a categoria “relacionamento” – [o professor mantém postura adequada à prática do ensino?]. Avalia-se a forma como o professor se relaciona com os alunos na sala de aula e nos ambientes externos da instituição e como este agir repercute desenvolvimento da disciplina. A interação e a aprendizagem acontecem quando os princípios do respeito são validados por ambas as partes. Os exercícios do diálogo entre as pessoas que pensam, agem e tem sentimentos podem transformar as práticas educativas e os relacionamentos. Cabe ao professor, que é o líder da sala de aula “favorecer a aquisição do saber a partir do diálogo, pois é através deste que os sujeitos se encontram no verdadeiro momento de aprendizagem, diluindo-se as hierarquias” (VASCONCELOS ET AL. 2005, p.2).

As instituições de ensino são socializadoras no sentido da convivência em grupo. No ambiente de respeito torna-se possível o desenvolvimento afetivo e a criação de significados entre professores e alunos. Além disso, é um espaço de apropriação do conhecimento na dimensão profissionalizante em que a educação intelectual, o comportamento e a afetividade direcionam as ações.

As interações professor-aluno desempenham um importante papel e mais do que pautadas pelas ações que um dirige ao outro, são afetadas pelas representações mútuas, ou seja, pelas idéias que um tem do outro; assim, estas interações não podem ser reduzidas ao processo cognitivo de construção do conhecimento, pois envolvem dimensões afetivas e motivacionais (VASCONCELOS ET AL. 2005, p.9).

6. Análise da avaliação do docente pelo discente

Neste item, após a leitura crítico-reflexiva sobre as perguntas e os textos complementares que compõem a tela de avaliação do docente pelo discente, passamos a expor como ocorre o processo para o aluno no espaço virtual. Ao entrar na página da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o discente acessa o portal do aluno e encontra as telas acima expostas nas Figuras 1, 2, 3 e 4.

Após a leitura e as recomendações, o aluno poderá seguir o processo acessando a tela de avaliação que informa se há “pendências” (falta avaliar) e as ocorrências já “realizadas” (estão avaliados). As avaliações podem ser feitas na medida em que o aluno considerar relevante fazê-lo. Pode também, mas não necessariamente, avaliar todos os seus professores de uma só vez. Porém, este processo não tem reversão e não há possibilidade de alterações depois de finalizado. A Figura 6 ilustra a tela que o aluno acessa para escolher as disciplinas em que ele está matriculado, os códigos correspondentes, e os nomes dos respectivos professores.

Figura 6 – Tela de disciplinas e professores para ser avaliado pelo aluno

Avaliações Pendentes			
Ação	Código	Disciplina	Professor
Avaliar	FI01A	Física 1	Nelson Elias Vogt Adaime
Avaliar	FI01A	Física 1	Talmi Bohn Silva
Avaliar	GE01D	Introdução À Administração	Eduardo Bernardes De Castro
Avaliar	GE01E	Criatividade	Antonio Domingos Araujo Cunha
Avaliar	GE01F	Psicologia Organizacional	Maria Luisa Carvalho
Avaliar	IF01A	Informática 1	Diogo Zahdi Raffo Prevedello
Avaliar	MA01A	Matemática 1	Rafael Carlos Velez Benito
Avaliar	QB01A	Química 1	Sergio Garcia Dos Martires
Avaliar	QB01A	Química 1	Vanessa Luciane Oliveira

Avaliações Realizadas		
Código	Disciplina	Professor
CE01A	Língua Portuguesa 1	Adriana Cabral Dos Santos
DI01A	Artes 1	Jaqueline Valdivia Pereira
EF01A	Educação Física 1	Ivete Balen
ES01A	História 1	Luciano Azambuja

Fonte: UTFPR/2012

Para cada avaliação, há necessidade de selecionar o código, a disciplina e o professor, identificado também com a imagem pessoal, responder as perguntas seguindo a escala de conceitos para cada tema - didática, conteúdo, planejamento, avaliação relacionamento – e tecer comentários, caso ele deseje complementar as idéias do questionário, abordar assuntos não tocados na avaliação, ou colocar sugestões. (ver Figura 7).

Figura 7 – Tela de avaliação do docente

Avaliação do Docente pelo Discente
2º semestre/2008



Professor: Denise Rauta Buiar
Disciplina: Logística Industrial

Quesitos	Conceitos
Didática	
O professor apresenta o conteúdo de forma clara e objetiva?	☆☆☆☆☆
Conteúdo	
O professor demonstra conhecimento a respeito do conteúdo?	☆☆☆☆☆
Planejamento	
O professor apresenta as ações a serem realizadas durante o período letivo?	☆☆☆☆☆
Avaliação	
O professor estabelece previamente os parâmetros da avaliação?	☆☆☆☆☆
Relacionamento	
O professor mantém postura adequada à prática do ensino?	☆☆☆☆☆
Comentários e sugestões para este(a) Professor(a) e/ou Disciplina	

Fonte: UTFPR/2012

Uma vez finalizado o processo das avaliações do docente pelo discente, previsto em calendário acadêmico, o sistema gera dados estatísticos de cada um dos 14 departamentos acadêmicos do campus Curitiba, 25 coordenações, 27 cursos, mais de 700 professores e 1.000 disciplinas, que permitem aos chefes de departamentos, coordenadores de cursos e da área pedagógica de cada curso avaliar os itens do questionário.

Vale lembrar que os chefes, pedagogos e os coordenadores dos cursos podem acompanhar, na rede, a evolução do processo da avaliação do docente pelo discente diariamente, observando os que foram ou ainda não foram avaliados. Uma planilha nominada “ranking” permite visualizar o andamento da avaliação dos cursos que mais foram visitados e os que estão com baixo índice de participação dos alunos.

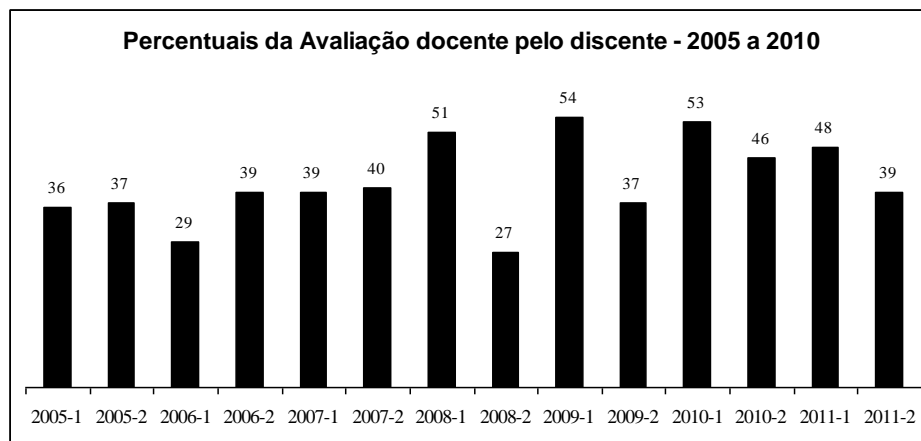
Esse processo proporciona aos alunos uma participação efetiva na busca pela melhoria da qualidade do ensino da Instituição, e orienta os professores nas possíveis correções de posturas, atitudes e comportamentos que conduzam, com equilíbrio, o desenvolvimento de suas práticas didático-pedagógicas. A relevância desta etapa da avaliação pode ser mensurada nas proporções presentes na totalidade dela. A UTFPR avalia o docente do seguinte modo: 30% da média referem-se à avaliação do docente pelo discente e 70% correspondem à produção de conhecimento individual e institucional. Os resultados finais repercutem na progressão funcional.

O processo de avaliação do docente pelo discente ocorre em dois momentos: no primeiro semestre e outro no segundo semestre de cada ano letivo. Nele participam os

alunos regularmente matriculados nos cursos da Educação Técnica Profissional, do Ensino Superior, da Educação de Jovens e Adultos. A seguir, são apresentados os índices de participação dos alunos da UTFPR nos últimos quatro anos.

A Figura 8 apresenta os percentuais de participação dos alunos no processo de avaliação do docente pelo discente. É importante ressaltar que os processos anteriores a 2009 eram parcialmente informatizados e não geravam relatórios. Foi somente no ano de 2009 que uma plataforma eletrônica de avaliação foi elaborada com um número reduzido de questões se comparada com as anteriores, as quais continham 15 questões. Porém, os dados não revelam um aumento de participação em função das novidades. Percebe-se que as alterações na apresentação e no leiaute das telas não trouxeram mudanças significativas nas médias de participação. A UTFPR, todavia, pretende, contando com a colaboração dos professores, atingir maiores índices nas próximas avaliações.

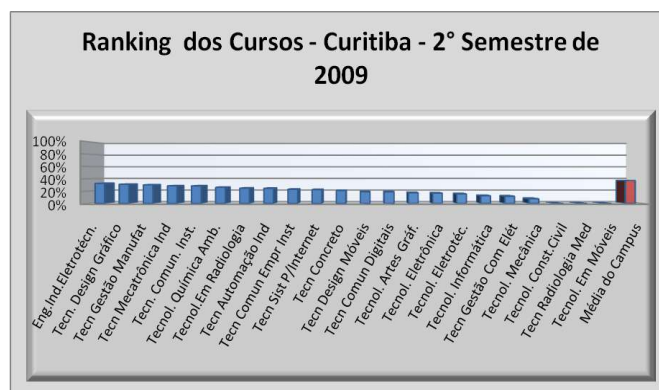
Figura 8 – Tela de avaliação do docente



Fonte: UTFPR/2012

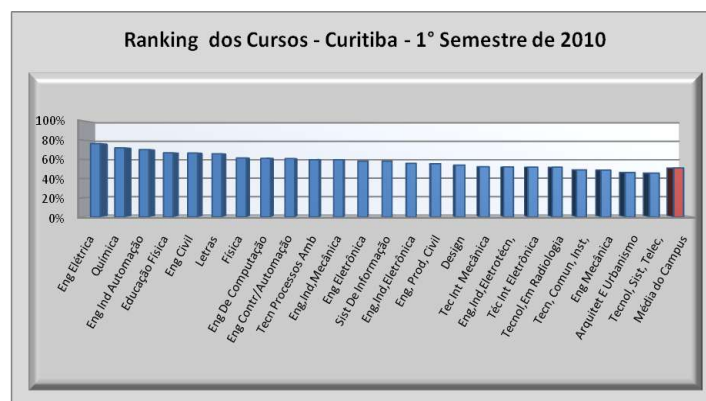
Desdobrando as informações da Figura 8, as Figuras 9 e 10 apresentam a escala de cursos e os índices de participação dos alunos na avaliação dos docentes. É possível acompanhar a evolução das avaliações on-line por curso, e os professores interessados, podem acessar as informações sobre as avaliações de suas disciplinas. O acompanhamento do “ranking” geral dos cursos, respectivamente do segundo semestre de 2009 e o primeiro e semestre letivo de 2010, revelaram maior número de avaliações nos cursos de Engenharia da Industrial Eletrotécnica e de Design Gráfico (2º), e Engenharia Elétrica e Química (1º). Duas possíveis razões para este comportamento podem ser inferidas: a amabilidade dos alunos com a máquina, e a divulgação pelos representantes da Comissão de Avaliação do Docente pelo Discente.

Figura 9 – Tela de índice de participação dos alunos por curso do 2º semestre de 2009



Fonte: UTFPR/2009

Figura 10 – Tela de índice de participação dos alunos por curso do 1º semestre de 2010



Fonte: UTFPR/2011

Para realizar a atividade avaliativa, além da Comissão acima mencionada, a cada ano é constituída uma subcomissão representada por um professor de cada Departamento Acadêmico do Campus Curitiba. Eles trabalham no processo de sensibilização e acompanhamento do processo avaliativo junto aos chefes, coordenadores. Constitui-se em linhas gerais, da elaboração de cronograma de trabalho para realizar as ações do primeiro e segundo semestres do ano letivo e da divulgação visando atingir percentuais significativos de participação dos alunos avaliando em todos os cursos oferecidos pela Instituição.

7. Considerações Finais

A importância da participação dos discentes na avaliação está centrada na busca pela melhoria do ensino e da educação superior brasileira. O processo de avaliação do docente pelo discente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR do

Campus Curitiba - a cada ano vem apresentado evolução significativa de melhorias no processo contanto com o apoio dos recursos “midiáticos” disponíveis nas redes de *web*. Este vem sendo caracterizado pelo bom desempenho, funcionamento e dedicação de profissionais na realização dos processos de avaliação na instituição.

As tendências de crescimento da participação dos discentes na avaliação vêm apresentando índices anuais pouco significativos, apesar das facilidades encontradas na aplicação de técnicas e tecnologias. Há que se contar sempre com um trabalho de sensibilização, necessário para o sucesso, que propicie melhoria nos índices de participação. Este empenho institucional para aumentar os dados avaliativos está vinculado também aos objetivos e à missão educacional, o qual pode, por meio das coordenações de cursos, fazer diagnósticos mais apurados, e mais rapidamente introduzir melhorias no processo de ensino aprendizagem.

O novo sistema de avaliação, com cinco questões, contribui para agilizar o tempo dispensado para esta atividade e aborda questões relevantes no desempenho das funções do professor. Porém, é necessário que haja sempre uma reciclagem das abordagens das perguntas, introduzindo novas idéias de colaboração, de interdisciplinaridade, de contextualização socioeconômica e de aperfeiçoamento.

A UTFPR ainda encontra dificuldades para promover um aumento da motivação dos alunos para interagir com os professores e com a instituição por meio da avaliação do docente pelo discente. O processo didático-pedagógico é eternamente flexível e necessita de “alimentos” diferenciados para transformar e acrescentar novos resultados. Um fator muito pertinente nestes atos é o grau de comprometimento e envolvimento das pessoas na consecução de suas tarefas, na criação de ambientes propícios ao aprendizado, na discussão de conceitos, definições e nos relacionamentos. A individualidade, a formação pessoal e/ou pregressa dos acadêmicos marcam as potencialidades humanas para compartilhar as idéias e experiências democráticas, de cidadania nas práticas cotidianas escolares.

Na aprendizagem incluyente, considerando as diferenças e os diferentes, as atividades canalizam o desenvolvimento de capacidades crítico-reflexivas alinhadas à reconstrução. A questão da avaliação complementa este processo no momento da tomada de decisões, com os diagnósticos que permitem a análise de dados representativos nas distintas áreas de conhecimento.

O aluno que tem acesso à plataforma realiza a avaliação de seu professor segundo sua concepção momentânea, consciente da importância da sua participação no

processo de avaliação. Mas, ele precisa ser responsável sobre seu grau de dedicação e comprometimento com o curso, a atenção, a disciplina, e a frequência. Seria ideal para a Instituição realizar avaliações bimestrais e antes e depois do trancamento de matrícula para coletar amostras mais significativas e mais apuradas.

Referências

ADPD. (2009) **Avaliação do Docente pelo Discente. Comissão de Avaliação Permanente do Docente pelo Discente.** Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 525p.

BERTELLI, E. M. (2004). **Avaliação institucional: a trajetória da faculdade de pato branco.** Dissertação de mestrado defendida no programa de Pós-graduação. Mestrado em Educação da PUCPR. Curitiba.

BRASIL. (2003). **Comissão Especial de Avaliação.** Brasília: MEC.

BRASIL. (1988). **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

BRASIL.(2004) **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB.** Lei 2.026/93, Brasília: MEC.

BRASIL. (2004). MEC Portaria n.º 2.051, de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

BRASIL.(2004). **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.** Lei Nº 10.861/2004. Brasília: MEC.

DIAS SOBRINHO, J. (2000). **Avaliação da educação superior.** Petrópolis: RJ, Vozes.

DIAS SOBRINHO, J. (2003). **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior.** São Paulo: SP, Cortez.

DIAS SOBRINHO, J. (2002b). Prefácio. In: PAULA, M. de F. de. **A modernização da universidade e a transformação da inteligência universitária.** Florianópolis: Insular.

DIAS SOBRINHO, J. (2002a). **Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado.** Florianópolis: Insular.

DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. I. (Orgs.). (2002). **Avaliação democrática: para uma universidade cidadã.** Florianópolis: Insular.

DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. I. (Orgs.). (2003). **Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate.** Florianópolis: Insular.

EYNG, A. M. (2004a). **A avaliação como estratégia na construção da identidade institucional**, Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior - RAIES, Campinas, v.9 n.3 p.152 set 2004, p. 31-50.

IBARROLA, M. (2008). Experiencias y reflexiones sobre el diseño y la evaluación curricular. “Congreso Educativo Internacional” **Evaluación: camino hacia la calidad Educativa**” organizado por el grupo Loga, S. C. México D.F., 6 de marzo de 2008, 25p.

INEP. (2012). **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 08 julho 2012.

PRIETO. C. (2009). Implicación, impacto y utilidad de metodologías participativas en la evaluación: un estudio de caso en la evaluación del aprendizaje universitario. Memorial del proyecto de tesis doctoral. 40p.

SINAES. (2012). **Sistemas Nacional de Avaliação da Educação Superior**. Disponível em: <http://sinaes.inep.gov.br>> Acesso em 06 Mai. 2012.

STUFFLEBEAM *et al.* HOUSEHOLDER, D. L. & BOSER R. A. (2012). Assessing the Effectiveness of the Change to Technology Teacher Education. **Journal of Technology Education**. Volume 2, Number 2. Spring 1991. Disponível em: <<http://scholar.lib.vt.edu>>. Acesso em 13 Mai. 2012.

STUFFLEBEAM, D.; SHINKFIELD, A. (1995). **Evaluación sistemática – Guía teórica y práctica**. Espana: Centro de Publicaciones del Ministério de Educación y Ciência, Ediciones Paidós Ibérica. 377p.

UPE. (2012). UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Relatório de avaliação institucional**. CPA. Disponível em: <<http://www.upe.br>>. Acesso em 06 Mai. 2012.

UTFPR. (2012). UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Portal do aluno**. Disponível em: <<http://www.ct.aluno.utfpr.edu.br>>. Acesso em 06 mai. 2012.

VARGAS, A. I. M. (2004). **La Evaluación Educativa: Concepto, períodos y modelos**. Revista Electrónica “Actualidades Investigativas em Educacioón”, julio-diciembre, año/vol. 4, número 002.Universidad de Costa Rica. San José, Costa Rica. 29p.

VIANNA, H. M. (1989). **Introdução à avaliação educacional**. São Paulo: Ibrasa.

VASCONCELOS. A. A.; SILVA. A. C. G.; MARTINS. J. S.; SOARES. L. J.; (2005). A presença do diálogo na relação professor-aluno. **V Colóquio Internacional Paulo Freire**. Recife, 19 a 22 Set. 2005.

MARTIN. D. F.; (2010). **A aprendizagem em Paulo Freire e Piaget**. Trabalho apresentado como exigência parcial para a Conclusão do Curso de Pedagogia. Universidade Estadual Paulista. 2010. UNESP. Bauru. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br>. Acesso em 12 mai. 2012.

SANTOS. V. P. (2003). **O que fazer na sala de aula: didática, metodologia ou nada disso?** v.2 - Out/2003. Disponível em: <<http://portal.uninove.br>>. Acesso em 12 mai. 2012.

MORAES. S. A.; TERUYA. T. K.; (2012) **Paulo Freire e formação do professor na sociedade tecnológica.** Disponível em <<http://www.unioeste.br>>. Acesso em 11 Mai. 2012.

KLOSOWSKI. S. S.; REALI. K. M.; (2008). **Planejamento de ensino como ferramenta básica do processo ensino-aprendizagem.** Revista. Eletrônica Lato Sensu. 2008. Ed.5. Disponível em <<http://www.unicentro.br>>. Acesso em 11 mai. 2012.

INTERMINGLINGS¹: REFLEXOS E INTER-RELAÇÕES DE ADOLESCENTES NOS AMBIENTES VIRTUAIS

Patricia Fabiola Scandolara

Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina /UDESC

Bolsista Capes/CNPq

patymorales2005@yahoo.com.br



¹ Termo inglês que significa misturar-se, unir-se, mesclar.

² Imagem disponível no site: http://pt.gdefon.com/download/olho_olho_Arte/338421/1920x1080.09/07/2012.

Resumo

Este artigo foi elaborado a partir do projeto de dissertação da autora que traz questões referentes à utilização dos computadores cedidos aos alunos do colégio de Aplicação da UFSC³ pelo PROUCA⁴, fora do contexto escolar. Em futura pesquisa se buscará analisar e compreender como esses computadores estão sendo apropriados pelos adolescentes e as interações que são estabelecidas por eles nos ambientes virtuais fora do contexto escolar, priorizando análises das imagens e das narrativas visuais presentes nesses ambientes. A análise destes espaços se dará a partir de levantamentos feitos com alunos do grêmio do Colégio de Aplicação da UFSC, contemplando a aplicação de questionários, entrevistas estruturadas, dinâmicas de análises coletivas/individuais e posterior edição de um vídeo com a participação dos adolescentes pesquisados.

Palavras Chave: Ambientes Virtuais Adolescentes Imagens Narrativas Visuais

Abstract

This article was drawn from the author's dissertation project that raises issues concerning the use of computers assigned to students of the college's Application by UFSC PROUCA. In future research we will try to analyze and understand how these computers are being appropriated by teenagers and interactions that are established for them in virtual environments outside the school context, prioritizing structural analysis and visual narratives present in these environments. The analysis of these spaces will be made from surveys conducted with students of the college sorority Application of UFSC, contemplating the use of questionnaires, structured interviews, analysis of dynamic collective / individual and later editing a video with the participation of adolescents surveyed.

Keywords: Virtual Environments Teens Images Visual Narratives

³ Universidade Federal de Santa Catarina.

⁴ PROUCA – Programa do governo federal “Um Computador por Aluno”. O principal objetivo do programa é o de promover a inclusão digital pedagógica e o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem de alunos e professores das escolas públicas brasileiras, mediante a utilização de computadores portáteis denominados laptops educacionais (BRASIL, 2010, p. 01).

1. Reflexos, Absorções e Mestiçagens



5

Este artigo foi elaborado a partir do projeto de dissertação da autora que traz questões referentes à utilização dos computadores cedidos aos alunos do colégio de Aplicação da UFSC⁶ pelo PROUCA⁷. Trazendo como questão principal: Como os alunos estão utilizando os computadores fora do contexto escolar? Portanto em futura pesquisa se buscará analisar e compreender como esses computadores estão sendo apropriados pelos adolescentes e as interações que são estabelecidas por eles nos ambientes virtuais fora do contexto escolar, priorizando análises das imagens e das narrativas visuais presentes nesses ambientes. Como arte educadora inserida no contexto escolar, percebo as mudanças que estão ocorrendo no campo da educação em ritmo vertiginoso, por meio das inovações inseridas e das apropriações que se fazem dos computadores e afins conectados a internet. Se os sujeitos escolares se reapresentam a

⁵ Magritte. Disponível em: <http://diagnosticosdiferenciais.blogspot.com.br/2010/10/jogos-de-espelhos.html>. 08/07/2012.

⁶ Universidade Federal de Santa Catarina.

⁷ PROUCA – Programa do governo federal “Um Computador por Aluno”. O principal objetivo do programa é o de promover a inclusão digital pedagógica e o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem de alunos e professores das escolas públicas brasileiras, mediante a utilização de computadores portáteis denominados laptops educacionais (BRASIL, 2010, p. 01).

partir dos usos de seus novos objetos e ferramentas virtuais e das constantes experiências sócio/culturais que vivenciam. A escola continua acompanhando sob a égide de um olhar clássico e de um tempo linear, as transformações espaciais, temporais e geográficas advindas do ciberespaço. De acordo com as idéias de Fischmann, que derivam de seus estudos sobre a linguagem oral à linguagem da hipermídia:

A escola tem valorizado demais a escrita e o racional. A formação de professores se afirma nessa mesma atitude, fechando um ciclo vicioso, a transmissão de certo tipo de conhecimento que se pretende linear, que se multiplica e reproduz como se fosse linear, instaurando facilmente a falta de motivação para o estudo (2000, p.08).

António Nóvoa (2011) traçando um paralelo entre o tempo vivido e o tempo da escola, chega à constatação de que a escola permanece muito semelhante em sua estrutura com a escola do século XIX, enquanto que, os indivíduos e a sociedade alteram-se e modificam-se constantemente. O paradigma emergente que nos apresenta Boaventura de Souza Santos (2002) em seu livro *Um Discurso sobre as Ciências* perpassa os discursos sobre as práticas pedagógicas na educação, refutando as idéias fundamentais dos discursos da ciência moderna de ordem e estabilidades quantificáveis, para uma empatia com conceitos mais complexos e alternativos de flutuação e instabilidades. Esta ruptura se caracteriza pelas inter-relações incessantes que se dão entre as partes que formam o todo, e que muitas vezes impossibilitam suas disjunções sendo consonante com a idéia de que o *homem altera o objeto e o objeto altera o homem*.

Este projeto de pesquisa se baseia na abordagem qualitativa a partir da análise destes espaços virtuais de aprendizagem, engloba contato exploratório com adolescentes do grêmio do Colégio de Aplicação da UFSC. Aplicação de questionários, entrevistas estruturadas, dinâmicas de análises coletivas/individuais e posterior edição de um vídeo com a participação dos adolescentes pesquisados engendram o caminho metodológico.

Nas reflexões e análises sobre o papel da escola contemporânea diante das tentativas de educar jovens atuantes e críticos nos grupos sociais e culturais nos quais se inserem sujeitos de suas escolhas, é importante que se leve em consideração a utilização e as interações dos mesmos nos ambientes virtuais. Os dados coletados junto aos adolescentes deste grêmio do Colégio de Aplicação da UFSC darão origem a problematizações presentes na construção e estruturação de um ambiente virtual de aprendizagem, priorizando aspectos que se referem às preferências dos participantes.

Partindo da análise das estruturas e narrativas visuais presentes em tais ambientes, será observado como estes sujeitos são instigados e sensibilizados em suas interações virtuais e quais os principais fatores que direcionam suas escolhas, levando em consideração as rotas para possíveis leituras, interpretações e apropriações de sentido alargado da rede de afetos que se estabelecem. A efetivação desta pesquisa visa contribuir com o projeto UCA e a possível construção e estruturação de uma interface direcionada aos adolescentes, a ser incorporada em um ambiente virtual de aprendizagem.

Não basta disponibilizar as tecnologias para que as pessoas possam usá-las. Elas poderão aprender a manusear alguns softwares, porém não terão condições de se apropriar das mesmas para promover as transformações necessárias na melhoria da qualidade de vida. (VALENTE, 2005:19),

Ao ter como foco as inter-relações entre os adolescentes Nos ambientes virtuais, salienta-se a importância do entendimento do conceito de “ambiente virtual” e “interação” utilizados neste artigo. Devido à proliferação de nomenclatura, de novos campos e áreas do conhecimento, a cena contemporânea é marcada pela flexibilização dos rigores dos seus usos, pela justaposição de idéias, aproximação de conceitos e fragmentação de valores. No processo cotidiano de institucionalização, encontram-se diferentes lugares e deslocamentos para os termos e conceitos, muitas vezes quando é preciso, ou seja, quando interessa institucionalmente, muitos são empregados como semelhantes, sinônimos e até análogos, contudo a ordem geral é o caos, usa-se o primeiro que vier a mente ou o termo que se está consumindo mais, isto é, o que está na moda. E neste último caso, geralmente afastam-se da discussão, daquilo sobre o qual importa refletir: a pertinência do termo à realidade e contexto local e a adequação dos critérios institucionais a uma dada realidade (DIAS, 2011:51). Dito isso, ambiente virtual é entendido aqui como todo ambiente computacional com recursos para suporte às interações interindividuais entre os sujeitos que deste participam. Na visão de McLuhan, “os ambientes não são envoltórios passivos, mas professores ativos” (1996:10). A partir desse ponto de vista, o ambiente não é algo estabelecido e pré-concebido, mas adquirido e produzido coletivamente e em estado constante de transformação. Afirmando a participação ativa do ser humano no mundo, que cria novos espaços e transmuta estruturas estabelecidas que por sua vez retroagem sobre o ser, tecendo uma arquitetura de relações e interações que resultam numa certa “geografia do atrito”, entendida menos no sentido do confronto, mas, ao contrário, no da fricção,

provocando encontros e novos sentidos para os deslocamentos e caminhos percorridos (AMARAL, 2010:2).

Por sua vez, Interação neste artigo é entendida como um processo complexo de trocas e significações, a partir do qual os sujeitos e seus objetos se modificam. As relações entre os sujeitos e os objetos e entre sujeitos e outros sujeitos possibilitam neste sentido, o compartilhamento de idéias que geram diferentes e complexas inter-relações. Seres humanos são dotados de subjetividades, fluídas, porosas e em constante mutação. Assim, os aparatos tecnológicos e computacionais encarnam-se como uma das “dimensões objetais da subjetividade cognoscente, refletir é um devir coletivo no qual misturam-se homens e coisas” (LÉVY, 1993:169).

O refletir não se dá fora do lugar da reflexão. Neste sentido não refletimos *as* coisas, refletimos *com* as coisas. Se a afirmação de que o homem contemporâneo é capaz de processos cognitivos mais complexos do que os dos seus antecessores pode ser considerada correta, isso não se dá porque somos mais capazes e inteligentes, mas sim porque construímos ambientes mais complexos e inteligentes. Hutchins afirma que “os humanos criam seus poderes cognitivos ao criar os ambientes nos quais eles exercem esses poderes” (1994:169). O teórico Álvaro Vieira Pinto apresenta discussões importantes sobre as relações entre o homem/objeto/técnica, para ele o homem é o principal agente da transformação técnica.

A correta reflexão filosófica sobre a técnica deve considerar não simplesmente o modo de fazer, mas principalmente o sujeito (o ser humano). Utilizamos a técnica para transmutar o ambiente e esse novo ambiente requer constantemente novas técnicas para ser modificado. (...) as ações transformadoras da realidade transportam-se da realidade para o plano da subjetividade, onde, sob formas de ideias, funcionam como mediação de outras ideias. (2005:156/176).

Com base nestas informações acredita-se que a utilização dos ambientes virtuais interfere nas percepções cognitivas dos sujeitos diferentemente das mídias clássicas. O ciberespaço⁸ pela interconexão e interação, oferece a muitos o acesso à expressão de alcance público e irrestrito, podendo ampliar as possibilidades de comunicação e construção de conhecimento de forma coletiva. Tal constatação reitera a relevância de se

⁸ Para Lévy o ciberespaço ou rede é “(...) o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (2000:17).

pesquisar como os adolescentes interagem nos ambientes virtuais fora do contexto escolar.

2. Transvias Imagéticas



9

A comunicação na cibercultura é muito representada pela imagem digital, entende-se nesta abordagem que a estrutura estética e as narrativas visuais presentes nos ambientes virtuais, através de sua interface e seus símbolos comunicacionais, oportunizam as interações entre os sujeitos e as construções coletivas. As propostas educacionais e os modos como os sujeitos às utilizam dependem de suas subjetividades, isto é, dos significados que se estruturam a partir dos seus usos. Neste trabalho valorizam-se as linguagens e narrativas visuais presentes nos ambientes virtuais acessados pelos adolescentes por acreditar que colaboram na ampliação da aproximação e na identificação entre os sujeitos que o acessam, nas trocas e construções de sentido coletivo efetuadas pelos mesmos. “As imagens estabelecem uma mediação entre o

⁹ Imagem disponível em: http://subvertente.blogspot.com.br/2010_08_01_archive.html. 09/07/2012

mundo do espectador e do produtor, tendo como referente à realidade (...) Afinal, palavras e imagens são formas de representação do mundo que constituem o imaginário.” (PESAVENTO, 2001:34).

Rita Irwin (2009) apresenta o termo A/R/tografia, relacionando com zonas de “mestiçagem”, onde imagem e texto unificam o visual, por se complementarem e se salientarem, portanto, “(...) texto e imagem não duplicam um ao outro, e sim, ensinam algo de diferente e ainda, similar, permitindo que nos questionemos mais profundamente a respeito de nossas práticas.” (2009:93). Para ela, explicar fenômenos através do visual passa por uma necessidade de imersão, um aprofundamento entre idéias, informações, texto e imagens que se fundem, rompendo com as zonas fronteiriças, para voltar a fundir-se. O estudo do visual requer tal aprofundamento em relação aos sujeitos e objetos do mundo visual. Na perspectiva de Irwin, mestiçagem é o entrecruzamento dos conceitos de poética e poiética sobre o pensamento visual. Sendo poética tudo que constitui a criação desde o momento de sua instauração (fiscalidade/ materialidade), tornando relevantes os múltiplos sentidos e significações, que não são possíveis de serem explicados (desejo, intenção, controle); e poiética é a ciência filosófica das condutas criadoras, um estudo subjacente dos processos, dos limites e contaminações presentes na criação.

Nas elaborações e construções de ambientes virtuais é imprescindível que se leve em conta os sujeitos e suas subjetividades, o que inclui suas narrativas visuais e orais, gostos e opiniões. Pierre Rabardel (2002:39) argumenta em seu livro *Los hombres y las tecnologias*, que para a possível compreensão de um artefato, não se deve limitar-se à análise do objeto em si, é necessário para ele, que se avance de sua aparente materialidade, suas funções e conteúdos, para que se escape do risco de uma análise limitada e superficial do objeto, uma análise *tecnocêntrica*. É importante para o autor que se compreenda o artefato em inter-relação com o sujeito, numa perspectiva *antropocêntrica*. O que Rabardel chama de interação de mão dupla, do sujeito com o objeto, é o que tem potencial de construir novos significados na forma de apreensão e inter-relação com o objeto.

Pierre Lévy (1993) também defende a importância da valorização das particularidades e da complexidade da subjetividade humana. Para tanto é imprescindível adequação destes aspectos à idade dos sujeitos e as propostas dos ambientes virtuais. Para que um ambiente virtual possibilite a inter-relação entre os

sujeitos, e destes com o objeto, se faz necessário as considerações a respeito de como ela pode de fato ocorrer, o que inclui as análises da estrutura estética e das narrativas visuais. A valorização das pluralidades e da transversalidade favorece as construções de significado no coletivo, contribuindo para que se estabeleça o diálogo e o respeito às subjetividades humanas que constituem o ambiente.

(...) não basta estar diante de uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso antes de mais nada estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço. (LÉVY, 2000:238).

Nesta perspectiva percebe-se que, as propostas e processos educacionais satisfatórios dependem de como o ambiente é pensado e construído, podendo restringir ou ampliar as inter-relações e construções de sentido dos sujeitos envolvidos.

A imagem visual é fruto das idéias, experiências e percepções sensoriais do homem, é produzida e reproduzida de acordo com as suas habilidades e recursos, o homem produz imagens e também é produzido por elas. Os papéis sociais, as vestimentas, as apropriações materiais e subjetivas do mundo, fazem parte de uma rede complexa e de uma construção imagética constante da qual fazemos parte e que culminam em nossas escolhas. O discurso imagético é constituinte dos sujeitos e também constituído pelos sujeitos. Portanto, subjetividade e sociedade constituem-se e reconstituem-se incessantemente, construindo metáforas de possibilidades. Considerando-se que não há uma verdade, ou uma leitura correta para uma imagem, e que os significados a ela atribuídos mudam constantemente, há a necessidade de análise constante em diversos âmbitos da imagem visual. Uma investigação da pluralidade de pontos de vista na construção do visual na contemporaneidade se faz presente na tentativa de compreender a realidade complexa das narrativas visuais no ciberespaço.

Focando no caráter comunicacional, a imagem permite veicular informações no tempo e no espaço, é um meio eficaz de representação do mundo e da sociedade que a produz, e embora seja universal ela é sempre particularizada, tanto em sua produção quanto em sua fruição comporta dimensões coletivas e individuais. Walker e Chaplin (2002) definem a visão como o processo fisiológico em que a luz impressiona os olhos, e a visualidade como o olhar socializado. Não havendo diferença entre o sistema ótico de um brasileiro, de um europeu ou de um africano, ela se encontra no modo de descrever e representar o mundo de cada um, nas maneiras próprias de olhar para o

mundo o que, conseqüentemente, dá lugar a diferentes sistemas de representação. Seguindo esta linha de raciocínio, Freedman (2002), mostra que nossas identidades se refletem e se definem nas maneiras como representamos a nós mesmos visualmente, o que vestimos, comemos aos lugares que frequentamos.

Adauto Novaes (2005:87), no ensaio *A imagem e o Espetáculo*, (respondendo ao questionamento: O que é imagem? Como pensar a imagem das coisas e a imagem de nós mesmos?), afirma que a visibilidade não depende do objeto apenas, nem do sujeito que vê, mas também do trabalho da reflexão, sendo que cada visível guarda uma dobra invisível que é preciso desvendar a cada instante e em cada movimento.

Partindo para uma análise sociológica, a imagem pode ser considerada como produto cultural, fruto de trabalho social de produção de signos. Assim toda a produção de imagem está associada aos meios técnicos de produção, contribuindo para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios, e por outro, atuar como eficiente meio de controle social, através da educação do olhar. Entendendo que, numa sociedade, coexistem e se articulam múltiplos códigos elaborados na prática social, que fornecem significado ao universo cultural da mesma.

Na perspectiva da cultura visual, a imagem pode ser compreendida, como resultado de um processo de construção de sentido, revelando-nos, através do estudo de sua produção, suas ocultações, elipses e negações, imperceptíveis ao primeiro olhar, mas que concedem sentido social à imagem. Assim, cultura é a forma de viver e cultura visual dá forma ao nosso mundo, ao mesmo tempo em que é nossa forma de olhar o mundo, vai além de um conjunto de textos visuais que definem *quem é o que vê*, mas, antes de tudo, é uma forma de discurso que valoriza as subjetividades, tornando relevante a indagação sobre, *quem vê*, e *o que vê*. Para Guy Debord “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens,” (2005:14).

O planejamento de um ambiente virtual que favoreça as inter-relações entre os adolescentes, não se resume apenas a uma linguagem de identificação entre tribos, comuns nesta faixa-etária, baseadas numa pretensa tentativa de aproximação dos sujeitos. Os adolescentes têm suas preferências e estas não devem ser ignoradas, ou tomadas como irrelevantes, de modo que as propostas educacionais possam se efetuar sensibilizando os participantes.

Este trabalho salienta a importância de ouvir os adolescentes usuários dos ambientes e afirma a necessidade de descentralizar os papéis, de quem o está planejando, buscando

uma interconexão de idéias e significados entre os sujeitos interessados. Uma via de mão-dupla, estabelecida através do diálogo e da diversificação dos papéis, do adulto planejador e idealizador e do adolescente mero aprendiz e usuário da máquina. Favorecer as múltiplas perspectivas do que esta sendo construído, ampliando e complexificando as possibilidades de interação e os caminhos, para que os educandos cheguem pelos seus próprios meios à informação desejada.

Esta perspectiva é proposta com o intuito de desenvolver ambientes virtuais em cooperação, numa tentativa de instigar a participação dos adolescentes, buscando informações referentes aos usos dos laptops do projeto UCA pelos adolescentes em contextos não escolares. Questões referentes a estes usos e se realmente acontecem, tanto com relação à estrutura do ambiente, como com outros sujeitos e os contextos familiares e sociais nos quais se inserem. Tendo como premissa que o planejamento e implementação de tais propostas devem visar à aproximação e as trocas entre os pretensos sujeitos participantes, exalta-se a importância do estabelecimento de um diálogo constante entre as partes envolvidas no processo. A partir da proposta de construção comunicativa no ambiente virtual de interação e interconexão entre os sujeitos de pesquisa pode-se chegar a dados relevantes sobre os aspectos considerados básicos para a ampliação das possibilidades de inter-relações entre sujeito-objeto-sujeito, a fim de se alcançar a cooperação e a construção de significado no coletivo. Aspectos estes que não devem ser considerados como absolutos, mas sim, como possibilitadores e facilitadores do desenvolvimento das propostas educativas através dos laptops do UCA, não limitando seus usos apenas a idéias preconcebidas e preestabelecidas. Nos processos e construções das diferentes propostas educacionais via UCA, sugere-se a valorização dos aspectos do pensamento intuitivo, das subjetividades e humanidades complexas que estão envolvidas nos processos de aprendizagem, possibilitando uma maior autonomia dos sujeitos em relação as suas ações e escolhas. Possibilitando assim, um enriquecimento nas elaborações das propostas educacionais futuras, a fim de que os adolescentes produzam sentidos sobre elas, pois a navegação também implica em um pensamento centrado na percepção e intuição. Estes espaços não devem ficar resumidos à competição e a simples transmissão de informação, podem também ser permeados pelo movimento ação-reflexão-ação, valorizando um processo

recheado de idas e voltas, com construções e reconstruções propositivas voltadas ao intuitivo, valorizando as construções e reconstituições representativas coletivas.¹⁰

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. **Interterritorialidades – Passagens, Cartografias e Imaginários.**

19º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. Bahia, 2010.

Disponível em: http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/cpa/lilian_amaral_nunes.pdf.

Acessado em: 20/08/2012.

ARAÚJO, U. **Autonomia Moral e a Construção de uma Escola Democrática.**

Relatório de Pesquisa. São Paulo: Ed. Moderna, 2001.

ARAÚJO, V. A. A. **Cognição, Afetividade e Moralidade.** Revista Educação e

Pesquisa, vol.26, n. 2, p. 137-156.

BUSQUETS, M. D. **Temas Transversais em Educação.** São Paulo: Ed. Ática, 1997.

CARLINI-COTRIM, B. **Estranhando o Óbvio.** In: ABRAMO, H. W. FREITAS, M.

V. SPÓSITO, M. P. (Orgs). **Juventude em Debate.** São Paulo: Ed. Cortez, 2000. P. 71-78.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo.** Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1997.

DIAS, B. **O I/mundo da Cultura Visual.** Brasília: Ed. da pós-graduação em arte da Universidade de Brasília, 2011.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

HUTCHINS, E. **Cognition in the wild.** Cambridge, USA: The Mit Press, 1994.

LÉVY, P. **As Tecnologias da Inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

_____ **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LUCENA, C. **A Educação na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Ed. Clube do Futuro, 2000.

MADEIRA, F. **Recado dos Jovens: Mais Qualificação**. In: **Jovens Acontecendo nas Trilhas das Políticas Públicas**. Brasília: CNPD, 1998.

MARTIN, W. B. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som. Um Manual Prático**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2010.

MÁXIMO, M. E. **Novos Caminhos de Socialização na Internet. Um Estudo das Listas Eletrônicas de Discussão**. In: *Revista Brasileira de Antropologia*, 22^a, Brasília: UnB, 2000.

McLUHAN, M. **Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1996.

MORIN, E. **Cultura de Massas no Século XX. O Espírito do Tempo**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1986.

NICOLACI, C. A. M. **Na Malha da Rede: Os Espaços Íntimos da Internet**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998.

NÓVOA, A. **VIICONGREDU Conferência de António Nóvoa - Profissão Docente: há futuro para esse ofício?** Disponível em: <http://www.ustream.tv/recorded/16817445>. Acessado em: 10/07/2012.

PESAVENTO, S. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____ **Indagações sobre a História Cultural.** Revista ARTCULT, n.3, 2001.

PINTO, A. **A Tecnologia.** In: O Conceito de Tecnologia. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005.

QUINO. **Toda Mafalda.** Trad. Andréa S. M. da Silva. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1993.

RABARDEL, P. **Los Hombres y las Tecnologías: Perspectiva Cognitiva de los Instrumentos Contemporâneos.** 2002.

Disponível em: <<http://www.ergonomia.cl/0103.html>>. Acessado em: 09/07/2012.

SANTAELLA, L. **Cultura das Mídias.** São Paulo: Ed. Experimento, 1996.

_____ **Cultura e Artes do Pós-humano: da Cultura das Mídias à Cibercultura.** São Paulo: Ed. Paulus, 2003.

SANTOS, B. S. **Um Discurso sobre as Ciências.** Porto: Ed. Afrontamento, 2002.

SPOSITO, M. **Imagem e Realidade dos Jovens. Mundo Jovem.** Porto Alegre, v. 37, n. 299, p.15, ago. 1999.

RIFIOTIS, T. et al. **Antropologia do Ciberespaço.** Florianópolis, SC: Ed. UFSC, 2010.

VALENTE, J. Prefácio. In: PELLANDA, N. **Inclusão Digital: Tecendo Redes Afetivas/Cognitivas.** Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2005.

VELHO, G. **Subjetividade e Sociedade: uma Experiência de Geração.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1986.

_____ **Individualismo e Cultura.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1987.

_____ **Projeto e Metamorfose.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1994.

ITINERÁRIOS DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS NO RECÔNCAVO DA BAHIA

GT11 – Informação, educação e tecnologias

Georgina Gonçalves dos Santos¹

Cristiane de Oliveira Xavier Machado²

Larisse Miranda de Brito³

Introdução

A universidade que fora historicamente um espaço de/e para as elites de cada época, vem sendo chamada na contemporaneidade a reconfigurar sua relação com a sociedade. Pressionada, tanto pelo mercado, que exige maior qualificação de mão de obra, quanto pela sociedade civil, que reivindica a ampliação de acesso e responsabilidade social, esta instituição vem sendo obrigada a discutir e implementar dispositivos para sua abertura e democratização do seu espaço (ALMEIDA FILHO, 2007; SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008; FERREIRA 2009).

No Brasil esse debate ganha novos contornos, a partir dos anos 2000, quando o governo Fernando Henrique Cardoso inicia a expansão das Instituições Federais de Ensino Superior. O governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) dá continuidade ao processo, acirrando esta tendência, com programas como ProUNI, (Universidade para todos), a UAB (Universidade Aberta do Brasil), o Programa Expandir e o REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades). Segundo dados do Ministério da Educação entre 2002 e 2010 cento e vinte e seis (126) novas unidades de ensino superior foram criadas. Entre 2003 e 2010 o número de vagas passa de cento e nove mil (109.000) para duzentos e vinte e dois mil e quatrocentos (222.400). O número de professores no mesmo período passaria de pouco mais de quarenta mil (40.000) para um pouco mais de sessenta mil (60.000). Os número de técnicos administrativos aumenta de oitenta e cinco (85) para cento e

¹ Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Bolsista de Produtividade CNPq. E-mail: georgina@ufrb.edu.br

² Estudante do 8º Semestre do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no Centro de Artes Humanidades e Letras e Bolsista de Iniciação Científica PIBIC. E-mail: cristianeoxm@hotmail.com. Telefone para contato: (75) 9171-7669

³ Estudante do 8º Semestre do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras e Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. E-mail: lary.brito1@hotmail.com. Telefone para contato: (75) 9120-8157

cinco mil (105.000). Os recursos financeiros atingiram a ordem de 19,7 milhões, diferentemente dos 6,7 milhões que eram gastos no ano de 2003. Também neste período 14 novas universidades foram criadas, dez delas voltadas para interiorização do ensino superior, quatro destinadas à integração regional e internacional.

Reformar, expandir as universidades públicas federais e superar seu modelo anacrônico atendendo à demanda crescente dos setores populares por acesso às instituições universitárias são sustentáculos da proposta do governo. Em que pese a análise que se faça destas ações o fato é que os programas propostos neste período arrastam para o centro da discussão o debate sobre a questão da inclusão de setores que foram historicamente banidos do ensino superior e, mais especialmente, das instituições federais em nosso país.

Este processo abertura/ “democratização” da universidade pública brasileira demanda estruturação de políticas de assistência estudantil que deem conta de um novo público que acessa o espaço universitário. Em 2008, um o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é apresentado, sua disposição é institucionalizar a prática de assistência estudantil que passa a ser compreendida como instrumento de garantia do acesso e permanência de jovens de origem popular no espaço acadêmico.

A vivência universitária é marcada por acontecimentos que ultrapassam aqueles propostos pelos currículos formais, assim, as políticas desenhadas para atender acesso e permanência a segmentos historicamente destituídos de direitos sociais, necessitam enfrentar condições no domínio das subjetividades que se formam em torno da condição de exclusão. Com o intuito de compreender as diferentes estratégias criadas por estudantes universitários na tessitura de seus itinerários, o Observatório da Vida Estudantil passa a funcionar na Universidade Federal da Bahia (UFBA) a partir de 2007, tendo como foco principal de interesse os estudantes ingressos através do sistema de cotas. Deste modo, o OVE vem sistematizando informações úteis para o aprimoramento das políticas de assistência estudantil e constituindo-se como anal de expressão para esse grupo de estudantes.

A partir de 2009, o OVE amplia sua atuação, é trazido para a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), desenvolvendo pesquisas que se debruçam sobre a relação ensino médio/universidade. No estudo aqui apresentado interessa-nos os “*Itinerários de Estudantes Universitários no Recôncavo da Bahia*” a fim de conhecer os modos e procedimentos, através dos quais, jovens beneficiados pelas ações afirmativas e assistidos por políticas de permanência, realizam suas carreiras e estabelecem uma relação com o saber (CHARLOT, 2000). Através da descrição dos percursos anteriores à entrada na universidade e mapeando suas práticas e expectativas, interessa compreender como estudantes universitários

constroem seus percursos rumo à autonomia intelectual, social e pessoal, especialmente aqueles oriundos de famílias sem qualquer tradição universitária.

Se para as camadas privilegiadas da sociedade brasileira, a universidade é destino certo, para aqueles historicamente destituídos de direitos, a educação superior continua a representar um projeto de futuro distanciado de seu cotidiano, na maioria das vezes, não despertado por suas experiências como alunos do ensino médio público, uma vez que o ingresso na universidade não é um tema discutido pela escola pública enquanto projeto de futuro para seus estudantes.

Esse trabalho, de natureza etnometodológica (COULON, 1995) utilizou entrevistas compreensivas e a observação participante como técnicas para a produção de dados. O diário de campo do pesquisador foi utilizado, ao longo do seu desenvolvimento, para prover à pesquisa seu fio condutor reflexivo e numerosas observações de caráter tanto metodológico quanto teórico. Foram investigadas as rotinas, o tempo dedicado aos estudos, as percepções acerca da relação desses jovens com os professores, as estratégias de construção de redes de sociabilidade que atravessam seus percursos, antes e ao longo da vida universitária.

Os relatos aqui analisados põem em relevo, os sentimentos e estratégias desenvolvidas pelos sujeitos para lidar com os inúmeros “nãos” que conduzem ao não pertencimento, sugerindo a necessidade de incluir as subjetividades como importante condutor das políticas voltadas para o acesso e permanência desses jovens nos espaço universitário, pois, como podemos observar, os percursos são marcados por muitos obstáculos. Oriundos de um ensino deficitário, os sujeitos relatam as condições precárias da escola pública, suas fragilidades e lacunas no que concerne à qualidade do ensino e à preparação para a continuidade da carreira estudantil. Revelam ainda, a disparidade em relação ao conteúdo aprendido na escola e o exigido no processo seletivo para ingresso na educação superior. A competição do trabalho e deficiências na formação faz com que os estudantes retardem, na maioria das vezes, o ingresso na universidade. Para suprir lacunas buscam como alternativa os cursinhos públicos, mais raros, ou particulares que conseguem pagar com dificuldades com dinheiro do próprio trabalho ou com a ajuda de familiares.

A aprovação no vestibular é considerada um momento bastante significativo, marcado por uma conquista do jovem e de sua família mobilizada em torno do projeto de um futuro melhor para os filhos. Entretanto, o ingresso na universidade traz ao mesmo tempo para esses estudantes momentos de angústia e incertezas: nesta nova realidade precisam encontrar soluções para garantir sua permanência na instituição.

Trazendo mais complexidade ao quadro que se desenha para esses jovens estudantes, além das dificuldades impostas pela condição socioeconômica, devem ser levadas em conta as mudanças próprias do período juvenil que exigem pensar e tomar decisões relativas ao seu projeto de futuro e a sua autonomia enquanto sujeito. O processo de aproximação e reconhecimento dessa nova realidade institucional demanda do estudante uma série de adaptações para lidar com os códigos institucionais e acadêmicos o que deverá resultar, se tudo der certo, em sua afiliação à instituição universitária (COULON, 2008).

O estudo aponta para o fato de que a Universidade é uma experiência de longo alcance que marca profundamente as trajetórias individuais dos sujeitos em meio à multiplicidade de experiências vivenciadas nessa etapa da vida de um jovem. É possível concluir que os desenhos de políticas devem também buscar apoio na compreensão dos fenômenos em situação. As políticas de caráter assistencial em universidades são elaboradas a partir de dados objetivos, mensuráveis, como condição socioeconômica, escolaridade da família, entre outros. Mas, quando se trata de criar condições para garantir que jovens pobres de escolas públicas acessem o ensino superior e nele permaneçam adquirindo autonomia e confiança no próprio desempenho, nos deparamos com fatores e condições só acessíveis a partir de abordagens fenomenológicas que privilegiem a escuta e os etnométodos dos atores desenvolvidos em situação.

Os (des) caminhos da Escola à Universidade

A partir da coleta de dados percebemos a importância da família e da escola como agentes (des) motivadores da construção de projetos de futuros dos jovens entrevistados. Esses dois espaços de socialização, não sendo estáticos se autoinfluenciam, aparecendo como reflexo um do outro, o que aponta para a compreensão de que as relações familiares influenciam a história escolar e que, por outro lado, a escola também contribui para a construção dos sujeitos e das relações que estes estabelecem com a família e com o mundo a sua volta (CHARLOT, 2009). A longevidade escolar emerge nos meios populares como estratégia de concretização do anseio familiar de melhoria das condições de vida de seus filhos, este desejo familiar é *social e não natural* ele surge da inserção das famílias em redes sociais. (SILVA, 2003).

Nos relatos dos estudantes, percebemos o empenho das famílias em conceder a seus filhos os estudos, “o único bem durável” para um futuro incerto.

Para estudar minha mãe fez questão para a gente ir para a cidade, porque na zona rural eram, é ainda, salas mistas, com vários alunos. Tem alunos de 1ª, 3ª, 4ª série... Ela achava que o ensino não era de qualidade. Às vezes era criticada, como se quisesse ser melhor do que os outros [...]. Ela [a mãe] via a realização do sonho dela em ver a gente poder continuar estudando, ela queria que a gente tivesse essa oportunidade [...] (Ana Flor).

Por conta da distância da creche, meu pai resolveu vender a casa onde morávamos e construir outra, que era bastante simples, mas era bem pertinho... Assim em pouco tempo passamos a morar a uns duzentos metros da creche. Então quase nunca faltávamos (Sofia)

Nestes dois relatos o estudo é priorizado pela família como estratégia de superação da condição de pobreza, a partir desta compreensão o espaço familiar é reorganizado, estratégias, das mais diversas são criadas a fim de concretizar o sonho de escolarização dos filhos. É sintomática a relação que se faz nas camadas populares entre escolarização e melhor status no mercado de trabalho, pois, o que se pode observar na experiência dessas famílias é a necessidade imediata de adentrar no mercado de trabalho devido às limitações socioeconômicas vivenciadas em seus cotidianos, as dificuldades financeiras aparecem como obstáculos duros para a construção das estratégias de viabilização da continuação da carreira estudantil:

A questão da alimentação era difícil, às vezes a gente tinha que ficar até tarde sem chegar em casa... [emoção]. Minha mãe ficava preocupada, porque eu com cinco anos já tava indo para a cidade, era perigoso [...]. As pessoas diziam que minha mãe era uma louca, meus irmãos mais velhos cuidavam de mim, às vezes a gente tinha que ficar na casa de amigos para não perder aula. [...]

A gente tinha o necessário mesmo de material, livro às vezes não podia comprar, comprava usado quando tinha possibilidade, a farda escolar trocava quando era necessário, quando não tinha mais jeito. (Ana Flor)

A questão financeira sempre foi muito presente em minha vida estudantil. Lembro das dificuldades enfrentadas pelo meu pai para comprar o fardamento e o material para a escola, a comida em casa era pouca, mas ele fazia um esforço tremendo para a gente poder ir para a escola todo dia. (Sofia)

Meu ensino fundamental foi durante o dia, o médio foi no noturno pelo fato de que tínhamos que trabalhar, né? Tinha que trabalhar, não tinha como estudar e trabalhar durante o dia, então tive que conciliar isso durante dia e noite. Neste período eu trabalhava como ajudante de pedreiro. Na verdade, eu já trabalhei em diversas funções [...], capinar quintal, na época eu era jovem, adolescente precisava do dinheiro, carreguei feira, capinei quintal, fui... Já trabalhei como atendente em bares, servente de pedreiro, até concluir o ensino médio (Pedro).

Deste modo, como fora supramencionado, apostar na escolarização como caminho para melhorias nas condições de vida requer destas famílias grandes esforços, pois, ao se deparar com a necessidade material, a ajuda nas despesas financeiras da “casa” se torna

elemento central na vida destes estudantes, assim, o trabalho irá emergir como um caminho possível para a melhoria imediata das condições de vida de toda a família.

Descobri que a estrada era muito maior do que imaginava e que os estudos não terminavam com a escola. Então comecei a pensar no que fazer depois, o trabalho era o principal, precisava de dinheiro para ajudar em casa (Sofia).

Minha família passou por uma, uma dificuldade financeira... Eu senti uma necessidade de trabalhar... Sempre tive né? Mas aquela coisa... Agora foi um problema sério, minha mãe ficou muito mal. Aí... Se eu conseguisse novamente um trabalho em Felicidade, eu iria ficar e... Por causa dos meus pais. O que eu queria era garantir uma qualidade de vida para eles, se não fosse naquele momento pelo menos no futuro [...] (Ana Flor).

Aos 18 anos, eu comecei a trabalhar, só que o trabalho, o emprego que eu desempenhava, para as necessidades de um jovem de 18 anos ficava distante o salário mínimo era pouco... (João).

A partir de dados coletados nas pesquisas desenvolvidas pelo OVE é perceptível o quanto a escola pública nega o ingresso na universidade enquanto possibilidade de projeto de futuro para seus estudantes. Desta forma, os sujeitos relatam as condições precárias da escola pública, suas fragilidades e lacunas no que concerne à qualidade do ensino e à preparação para a continuidade da carreira estudantil. Revelam ainda, a disparidade em relação ao conteúdo aprendido na escola e o exigido no processo seletivo para ingresso na educação superior. Assim, para suprir lacunas buscam como alternativa os cursinhos públicos, mais raros, ou particulares que conseguem pagar, com dificuldades, com dinheiro do próprio trabalho ou com a ajuda de familiares:

Quando peguei as provas do vestibular para ver como era, achei tudo muito difícil, assuntos que jamais ouvi falar na escola. Tudo muito difícil. Em Física, História e Química eu estava bastante defasada, quase nunca tinham professores e sempre se improvisava para não ficarmos sem aulas (Sofia).

Eu fui morar em Felicidade, aí o intuito lá era trabalhar e fazer cursinho. Para mim eu só ficaria lá se eu pudesse estudar também, uma coisa tinha que tá ligada à outra. Aí fazia cursinho... O cursinho ficava muito longe de casa [...] (Ana Flor).

Em 2002 abriu um pré- vestibular aqui, achei por bem entrar no pré-vestibular, me preparar mais, já que o ensino público não prepara tanto, para quem quer algo melhor, visa algo melhor. Então ingressei no pré-vestibular (Pedro)

Não é possível negar o sucateamento da Escola pública brasileira, entretanto, é preciso desvelar o pano de fundo que se ergue para o acontecimento deste fenômeno. *O que explica a depreciação da escola pública, outrora qualificada?* Para Freitas e Bicas (2009) foi o próprio processo de expansão e universalização do ensino fundamental, a partir da constituição de 1988 que abarcou no seio da escola pública os estratos pobres da sociedade,

que produziu seu sucateamento, através da propagação da compreensão corrente entre os brasileiros: “se é para pobre, qualquer coisa serve”. Essa é uma realidade que envolve todas as políticas sociais implementadas no país: na medida em que elas aparecem como um direito, aparecem também imbricadas de uma característica preconceituosa, revelando a face de um país desigual que distingue a partir do público alvo a ruim/boa qualidade dos serviços prestados pelo Estado. Esse pensamento permanece vivo, descaracterizando as lutas pela conquista da cidadania no país.

Por vezes a longevidade escolar almejada pelas famílias dos meios populares se encerra na conclusão do ensino médio, a partir de então, a motivação para a continuação da carreira estudantil irá ser marcada por outros protagonistas: amigos, namorados e, mesmo familiares que enxergam no ensino superior uma possibilidade de mobilidade social (SILVA, 2003):

[...] A minha mãe que mesmo sem saber, ela alimentava o desejo de a gente ir para a faculdade, sem saber o quê. Ela sabia que era um estudo a mais e se era uma qualificação a mais ela queria para os filhos dela (Ana Flor).

Ouvia com frequência de meu pai: “minhas filhas vão ser doutoras”, e dizia isto porque já trabalhara como motorista de uma médica cujo nome ele deu para minha irmã mais nova [...]. Uma doutora era alguém “importante” e por isso ele desejava esse caminho para nós (Sofia).

Eu via amigos meus fazendo universidade, tanto em Lagoa⁴, como fora, é... alcançando seus espaços na vida e isso de certa forma me incentivou a conquistar também meus espaços... se eles conseguiram eu coloquei na cabeça que também podia conseguir...eu não me considerava diferente deles [...]. (João)

Nas narrativas percebemos que “o não vivido” é imbuído de significados para estas famílias, a não experiência universitária impulsiona o desejo de conceder à prole a possibilidade de romper com a tradição familiar, este significado é fruto das interpretações dos sujeitos sobre sua realidade social e da criação de estratégias para modificá-la. As interpretações e as estratégias desses sujeitos são tecidas nas relações interindividuais das experiências cotidianas, revelando a complexidade das relações sociais. Do mesmo modo, o alargamento dos espaços de socialização dos indivíduos, dilata as possibilidades de interpretação do mundo, assim, os amigos que ingressam na universidade e “conseguem alcançar seus espaços na vida” apresentam a continuação da carreira estudantil como importante estratégia de realização pessoal/profissional.

⁴ Nome fictício de uma cidade de uma cidade fora do Estado da Bahia.

A escola aparece com duas motivações distintas, a primeira delas é a produção de um “discurso de negação” da possibilidade de contínuo da carreira estudantil, produzido pela escola enquanto instituição formal de aprendizagem, o segundo é como espaço de socialização que permite a emergência de discussões ligadas ao futuro dos estudantes:

Na época que eu fazia ensino médio eu não tinha um conceito formado, uma ideia formada sobre o que era a universidade. Tudo começou [...] ⁵ eu tinha colegas que ficavam falando... Falavam de pessoas que faziam faculdade, tinha um colega meu que queria fazer Direito. Aí tinham pessoas próximas de mim que faziam faculdade... Aí a gente falava... Vamos fazer porque o ensino médio não dá, tem que ter nível superior. (Ana Flor)

[...] Não tinha informação sobre o que era a Universidade, a escola dizia só que era muito de difícil. Ouvia muito pouco sobre o assunto através de minhas colegas de turma, que pareciam estar mais “atenadas” do que eu, elas conheciam pessoas formadas e outras que ainda estavam cursando. Foi aí que comecei ouvir falar sobre vestibular, que era uma meta de minhas colegas, então achei que poderia ser a minha também. (Sofia)

Nos chama atenção o fato da “escola dizer” para Sofia que era muito difícil, pois, a escola enquanto espaço formal de aprendizagem tolhe a continuação da carreira estudantil como possibilidade de projeto de futuro, é como se a escola produzisse a universidade como um muro intransponível, algo inatingível/irrealizável/impossível, ao mesmo tempo em que é na roda com os colegas de sala que a mesma universidade aparece como um espaço de construção de um futuro melhor, um lugar que uma vez acessado lhe permite a transformação da realidade que os cerca. É como se a escola enquanto espaço formal de aprendizagem negasse a universidade como projeto de futuro de seus estudantes ao mesmo tempo em que a socialização por ela/nela construída apontasse a instituição universitária como horizonte alcançável.

A aprovação no vestibular é considerada um momento bastante significativo, marcado por uma conquista do jovem e da família mobilizada em torno do projeto de um futuro melhor para os filhos. Entretanto, o ingresso na universidade traz ao mesmo tempo para esses estudantes momentos de angústia e incertezas: nesta nova realidade precisam encontrar soluções para garantir sua permanência na instituição. Trazendo mais complexidade ao quadro que se desenha para esses jovens estudantes, além das dificuldades impostas pela condição socioeconômica, devem ser levadas em conta as mudanças próprias do período juvenil que exigem pensar e tomar decisões relativas ao seu projeto de futuro e a sua autonomia enquanto sujeito.

⁵ Trecho inaudível.

Experiência universitária e afiliação estudantil

O ingresso na universidade estabelece para o estudante um novo lugar para seu percurso estudantil, muito diferente daquele experimentado no ensino secundário, assim, a entrada na universidade é marcada por um processo de aprendizagem dos códigos que compõem este “novo lugar” demandando do estudante uma série de adaptações para lidar com os códigos institucionais e acadêmicos, se tudo der certo, o processo de aprendizagem desembocará em sua afiliação à instituição universitária, garantindo “sucesso” nos estudos (COULON, 2008).

O processo de aprendizagem/afiliação, de acordo com Coulon (2008), é experimentado em três fases distintas: o período do estranhamento, do aprendizado e da afiliação. O estranhamento é vivido nos primeiros anos da vida universitária, é uma espécie de transição da cultura escolar à cultura universitária.

Eu cheguei aqui, nossa! A primeira semana foi horrível! Chorei, fiquei desesperada! Algo... Um negócio estranho, de gente do interior... Não sabe o que é realmente, não tem acesso à informação além daquela do ensino médio. [...] O ambiente da faculdade e a cidade em si... Foi muito difícil nas primeiras semanas... Pensei em voltar para casa [...] (Ana Flor).

O primeiro ano na universidade foi um momento não muito fácil. No primeiro semestre eu tinha medo de não acompanhar as disciplinas, volta e meia tinha um assunto que a maioria das pessoas sabia discutir e eu não, eram principalmente questões de história. Tudo era muito novo, a dinâmica de estudar, as apresentações orais, cada trabalho gerava uma grande expectativa (Sofia).

O primeiro ano (na universidade) foi um primeiro ano de descobertas, que você acha tudo lindo, maravilhoso, que você vai, você vai... acha que vai voar sem precedentes... então... você pensa que seu curso é o melhor do mundo, que assim que você concluir, você vai estar empregado, que você realmente vai ser reconhecido pela sociedade, pelo profissional que você posteriormente vai ser quando formar... só que no decorrer do tempo você vê que não é nada daquilo que você pensava[...] (Pedro).

Se você não aprende a base do ensino médio, você não consegue avançar [...] foi traumatizante! [...] tem professores que exigem do aluno, querem que o aluno tenha determinado nível... que... a gente fica assim realmente desesperado porque não sabe o que fazer para acompanhar... o que é que eu faço? (Ana Flor)

O meu segundo semestre eu quase desisto do curso porque eu não conseguia acompanhar o ritmo dos meus colegas, aí eu senti que o problema era em mim, eu me senti incompetente {emoção}, como se eu não pertencesse àquele universo, eu acho que eu não desisti por causa de meus pais, por causa de meus pais e de meus irmãos, por causa de minha família [...]

A cobrança é muito grande, você não consegue ter uma aula de apoio tem que acompanhar o ritmo e você não consegue, e o professor começa a tecer comparações: ah... mas seus colegas estão conseguindo! Aí você se sente minúsculo [...] um nada perto daqueles alunos. (Ana Flor)

O primeiro semestre foi um impacto, tanto que eu fiquei em quatro finais. Então não [...] eu não sabia manusear os mecanismos que a universidade oferecia, não conhecia cidade, clima, professor, estudante, não conhecia ninguém, eu era um estranho no ninho, foi um tanto difícil mas não foi impossível de resolver. (João)

As narrativas são construídas a partir do desconhecimento dos códigos da universidade e o tempo que demandado para o domínio dos mesmos. Assim, por não estarem familiarizados com o funcionamento da instituição, com a burocratização dos procedimentos internos, os estudantes se sentem impotentes diante da nova situação, o que gera um conflito interno e um contínuo desconforto em relação à dinâmica da universidade.

“Acalmadas” as angústias, os encantamentos e a insistente sensação de impotência, os estudantes lançam-se no processo de aprendizado:

Então você no primeiro ano, você está em fase de adaptação... você fala pouco, você interage pouco... primeiro você ouve, você presta atenção, procura absorver tudo o que está acontecendo ali... a partir do segundo ano em diante você já tá um pouco mais crítico, você não é tão passivo a tudo aquilo que os professores falam, passam [...] (Pedro).

Eu ouvia falar de Marx, mas nunca tinha lido nada de Marx [...] então eu sentia dificuldades nessa parte aí. Enquanto alguns se destacavam nessas disciplinas específicas, eu ficava para trás porque não tinha conhecido... e... também, como falei a questão dos seminários [...] não sabia como... como... desenvolver um seminário, como montar um seminário, como fazer uma resenha, um resumo, um fichamento, então são coisas que eu... com o tempo a gente foi se adequando, eu fui me adequando... e acompanhando os demais né? [...]

Quem vem de escola pública hoje para ingressar na academia, às vezes tem uma lacuna tão grande que às vezes não consegue superar essas lacunas, deficiências... Então você se esforça, tenta se esforçar, mas talvez você não consiga por ter passado por cima de muitas coisas, coisas que devia ter visto num tempo hábil e você não viu... (Pedro)

Considero que o segundo semestre foi o mais difícil para mim. Foi nele que tive que aprender a estudar, as disciplinas exigiam muita leitura, eram trabalhos e mais trabalhos a fazer. Tentava antecipar as leituras e as atividades, mas parecia que não adiantava nada. (Sofia)

Até o segundo semestre eu me sentia incapaz, é como se dissessem: volta para onde tu veio porque tu não vai conseguir...é como se fosse o determinismo de Darwin, sei lá da espécie... Aqueles que não conseguissem iam ficar sei lá, na ralé... Subalternos [...] (Ana Flor).

Eu fui melhorando, me centrando... Vendo que eu tinha que focar em mim, esquecer os demais, saber que todo mundo tem dificuldades, todo mundo erra e que realmente a vida é feita de aprendizados e de erros e são eles que vão incentivar a gente a aprender... e fui realmente começando a ficar mais tranquila...aí vem os laços afetivos da relação da faculdade...você vai se relacionando por afinidades né? [...] E você vai formando o seu universo e aquele é seu mundo e o que está à parte já não te afeta mais tanto [...] (Ana Flor)

[...] A falta de dinheiro também prejudicou meu aprendizado. Para economizar eu não tirava todas as cópias de textos para as aulas. Escolhia as que considerava mais importantes e que era assunto de prova. Teve um tempo que comecei a dividir com Aninha ela tirava umas e eu outras e aí trocávamos depois. Taninha era quem

tinha todos os textos, então eu também pegava emprestado dela para ler [...] Quase que não tenho material do primeiro semestre por conta disto. Acredito que fui prejudicada um pouco nas disciplinas, principalmente em antropologia e filosofia que sempre tinham muitos textos para ler. Depois de algum tempo, já quando a estrutura da biblioteca melhorou e chegaram mais livros eu passei a ler mais, para economizar nas xérox eu passei a fichar no caderno tudo que lia, isto foi uma ótima técnica de estudo, pois, acabava apreendendo mais facilmente os conteúdos. (Sofia)

Fazem parte deste processo de aprendizagem os sentimentos de angústia e de impotência em face da nova realidade. As “deficiências” do ensino público e a escassez financeira somam-se a estes sentimentos dificultando o processo de aprendizado. Desta forma os estudantes começam “a correr atrás do prejuízo”, buscando compreender assuntos até então desconhecidos, assim, eles passam a criar/desenvolver *etnométodos* para alcançar a afiliação, diminuindo os riscos de fracassos. É necessário ponderar que a afiliação é um processo contínuo, pois, a todo o tempo se aprende algo novo, novas estratégias vão sendo criadas para enfrentar as situações vivenciadas no cotidiano.

[...] As pessoas precisam ter bastante jogo de cintura, tem que saber fazer amizade com as pessoas, tem que saber conversar, tem que ter um jeito p/abordar, porque isso de certa forma abre caminhos, de certa, p/quem quer vencer na vida (João).

Acredito que foi a partir do segundo semestre que aprendi a estudar... Fazia os horários das aulas, anotava todas as atividades que tinha para a semana, estudava na biblioteca sempre nos mesmos horários e, como não tinha computador ficava ainda mais tempo quando chegava o fim do semestre para digitar os trabalhos. Lia os textos com antecedência e fichava-os (Sofia).

Nos relatos supracitados fica claro a afiliação do estudante à universidade, João descreve os passos para a afiliação das regras institucionais, criando estratégias para alcançar o sucesso acadêmico e/ou “vencer na vida”. Sofia por sua vez descreve os passos da afiliação intelectual tecendo caminhos para melhorar seu desempenho no estudo e aprimorando as “técnicas” de aprendizado, o domínio desses dois processos desemboca na afiliação plena do estudante que constrói e (re) significa o ambiente universitário.

Portanto, ser estudante universitário constitui-se um processo de aprendizagem que marca as trajetórias individuais dos sujeitos. As narrativas revelam algumas minúcias do cotidiano do estudante de origem popular em seu processo de afiliação à Universidade. Criam-se métodos para organizar os estudos e adquirir os conteúdos, elegem-se espaços estratégicos para a elaboração de atividades, como também se constrói relações de solidariedade e ajuda mútua.

É no processo de afiliação estudantil dos estudantes oriundos das camadas populares que a assistência estudantil assume espaço de destaque como instrumento possibilitador do sucesso na carreira deste estudante

*[...] eu não tinha possibilidade nenhuma de ficar fora da cidade sem trabalhar e não tinha possibilidade de outro emprego... Não dava para ficar indo e vindo, estudar e trabalhar... Eu tinha que largar o emprego, ir para outra cidade desempregada... Então uma amiga minha falou: vai fazer (o curso) [...] Não desiste não... **Porque eu descobri que a universidade dá bolsa e você vai conseguir.** Nisso ela passou por todo processo seletivo... E ela sempre passando para mim a visão do que era a universidade e quanto as tais das bolsas... e aí ela consegui essa bolsa... aí ela falava: se eu consegui tu vai conseguir também...aí sempre incentivando...(Ana Flor)*

***O primeiro contato que tive com as políticas de assistência estudantil da universidade foi ainda no primeiro semestre, acho que no mês de outubro quando vi no mural o edital sobre as bolsas da PROPAAE. Lembro-me que fiquei feliz somente pelo fato de ter surgido aquela oportunidade** (Sofia).*

Antes de entrar na universidade esses meus amigos que me influenciaram a fazer vestibular tanto para UFBA tanto para UFPE, eles falavam que as universidades federais disponibilizam bolsas de varias naturezas. Então eu já vim vacinado de que a universidade teria algum tipo de modalidade de bolsa que eu poderia me encaixar. Então quando cheguei aqui eu procurei me informar com professores, funcionários e os estudantes veteranos, como fazer p/ que eu viesse me beneficiar com uma bolsa. Como também ficava varias horas na internet, da... do sistema burocrático que a universidade oferece (João).

A partir das narrativas percebemos a centralidade que o estabelecimento de relações com estudantes já inseridos no contexto universitário assume para o conhecimento acerca das políticas/programas de assistência estudantil, de outro modo, a instituição parece desenvolver algumas estratégias para informar os recém-ingressos. Portanto, podemos considerar que o processo de inter-relação entre os sujeitos possibilita um processo mais rápido de afiliação estudantil.

Do mesmo modo, a assistência estudantil aparece como única possibilidade de contínuo da vivência universitária por ser a “garantia” de maior “estabilidade” financeira para os estudantes que por vezes abrem mão de seus empregos para lançar-se no universo desconhecido que é a universidade:

Fui a busca de todos os documentos, escolhi concorrer pelo auxílio à moradia que era de R\$ 200,00 na época. Por coincidência a entrevista foi no dia de meu aniversário, e eu comentei com a assistente social que a bolsa seria meu grande presente. (Sofia)

Eu vim fazer a matrícula para fazer a faculdade, aí já tinha decidido vir pra Cachoeira, vim pensando... Quase com a certeza de ter que conseguir uma bolsa, se não conseguisse uma bolsa teria que voltar para Felicidade, aí vim e fiquei justamente vivendo com o seguro desemprego durante quatro meses. (Ana Flor)

No primeiro semestre eu consegui a bolsa da Propaae já no ultimo momento, acabou o meu seguro desemprego e saiu a lista da Propaae... Aí foi assim... Aquela certeza que eu estaria aqui no segundo semestre, se não fosse isso eu voltaria para casa, isso aí sim teria feito eu voltar para casa, sem sombra de duvidas porque minha família não tinha possibilidade nenhuma, nenhuma, nenhuma de me ajudar financeiramente.

Para além do recurso financeiro, a política de assistência me permite ter autonomia. O fato de não ser uma preocupação para meus pais, de poder ajudar minimamente em casa me faz sentir bem, mais tranqüila e mais motivada a continuar meus estudos. Hoje, tenho a possibilidade de comprar coisas que tenho vontade, claro que coisas não tão caras [...] mas roupas, livros, lanches, coisas que antes não poderia nem pensar em querer. Na verdade a bolsa se tornou uma renda fixa. Compro no cartão de crédito e confio que terei dinheiro para pagar no próximo mês. (Sofia)

A assistência estudantil assume, portanto, duas características importantes na vida do estudante, a primeira delas é o caminho que ela abre para a não desistência do estudante quando encontra um ambiente repleto de angústias e incertezas, a segunda é a possibilidade de autonomia do sujeito, a liberdade e porque não dizer a relativa independência financeira deste jovem com relação à sua família, aos poucos esses jovens vão “rompendo” os laços de dependência com o ambiente familiar. Este rompimento é um passo de suma importância para o processo de afiliação estudantil que culmina na continuação/sucesso nos estudos, diminuindo os riscos de desistência/evasão nos primeiros anos da experiência universitária.

Contudo, o valor das bolsas e os atrasos contínuos são apontados como elementos que dificultam a permanência na Universidade, no entanto, os sujeitos enfatizam a necessidade e a dependência em relação às mesmas, afirmando que a permanência na universidade é condicionada aos programas de assistência estudantil, como revelam:

Quando eu estou desesperada é que eu ligo para casa, e não ligo, não ousa ligar para meus pais, não por orgulho, é para não incomodar porque se não eles vão tirar de onde não têm... Quando a bolsa atrasa é um desespero, aí tenho que ligar para meu irmão, aí ele dá um jeito... manda o dinheiro, empresta.(Ana Flor)

A bolsa foi crucial para minha permanência na universidade, como eu falei se não fosse a bolsa eu não estaria aqui, apesar de a bolsa ter um valor irrisório, e aí se tem uma discussão de política por trás disso né? Foi o que me possibilitou tá aqui, era a única fonte de renda que eu sempre tive e que eu tenho ainda. (Ana Flor)

O número de bolsas é irrisório pela quantidade de aluno que entram anualmente na universidade... precisa ser algo maior né? Assim... sem a exigência de ter que participar de projeto de pesquisa. Acho muito louvável, é a contrapartida que a universidade exige do aluno, contudo é... é como se... Essa política de permanência fosse voltada apenas para a quantificação, eles querem saber quantos alunos estão inseridos nos grupos de pesquisa, se todos os alunos que são bolsistas estão realmente inseridos, para cumprir as metas [...] ele (o programa) não tá preocupado com a efetividade, se o aluno está realmente aprendendo... Quem são realmente estes grupos de pesquisa? Pesquisam de fato, ou fazem de conta? É fachada. Então, não há um se debruçar, para ver até que ponto o aluno está evoluindo, e aí eu falo não apenas investigar o aluno, em termos de produção, mas os professores, qual a postura do professor no grupo de pesquisa? Ele se posiciona como pesquisador de fato? Ele está transmitindo conhecimento para seus orientandos? Ou é de faz de conta? Um faz de conta que você vive no ensino público, médio, no fundamental... No universitário nem tanto [...] (Ana Flor)

Apesar de um valor baixíssimo na época quando eu comecei a receber era 200,00, esse valor, ele foi bastante satisfatório porque pagava aluguel, água e luz, mas outras necessidades ele não contemplava, alimentação, Xerox... é uma coisa que deixa a desejar [...]. (João)

O atraso da bolsa é descrito como um momento de “desespero”, que requer do estudante a criação de estratégias para enfrentar a possibilidade de desistência. A necessidade de avançar na política é outro elemento importante das narrativas, os estudantes sinalizam os possíveis caminhos para a qualificação da política, o aumento do valor, o acompanhamento tanto do desempenho estudantil quanto do desempenho dos professores nos projetos de pesquisa que são destinados para a “qualificação” do estudante. Deste modo, a instituição estaria efetivamente preocupada com a excelência dos serviços prestados.

Prestes a concluir a graduação, os estudantes dizem-se satisfeitos no que se refere à formação que tiveram. Revelam ter expectativas positivas em relação ao futuro, seja através da continuação da carreira estudantil ou da inserção no mercado de trabalho: A caminhada até aqui não foi fácil e não seria possível se eu não tivesse encontrado apoio de minha família que com muita luta tem enfrentado as dificuldades do dia-a-dia, de alguns professores que me mostraram que eu era capaz de seguir em frente e, da própria universidade que, mesmo com todas as limitações, me permitiu permanecer nos estudos. Sei que ainda há um longo caminho a percorrer e que também não será fácil. No entanto, o desejo de aprender continua a me inspirar e a vida tem me ensinado que o futuro se constrói dia após dia [...]. (Sofia)

Pensar na afiliação dos estudantes de origem popular é perceber que há uma importante compreensão a ser feita: o fato de acessar a universidade não significa o sucesso acadêmico, pelo contrário, as trajetórias revelam uma série de dificuldades que são comumente desconsideradas como elementos que influenciam neste percurso. Aqui, o que se tentou mostrar foi exatamente estes eventos, estas minúcias que permeiam o cotidiano do estudante desde o início do processo de escolarização até a construção da carreira universitária.

Considerações finais

O presente estudo põe em relevo a relação de interação entre os diferentes processos vivenciados ao longo da vida dos atores sociais. Assim, compreende-se que ingressar na Universidade não pode ser considerado o ponto de partida para a construção da trajetória estudantil. Há de se perceber que o caminho para o ingresso na instituição é um caminho construído através de diversas experiências anteriores, vivenciadas pelos sujeitos no âmbito da escola, da família e da sociedade, por isso, a necessidade de conhecer os seus percursos.

Durante muito tempo a Universidade manteve-se fechada, percebendo os estudantes como meros usuários de serviços educacionais (SAMPAIO; SANTOS, 2011), não se interessando pela vida estudantil, pelas relações e transições que aí se estabelecem. Entretanto, o atual momento de “abertura” dessa instituição aos setores populares tem demandado o enfrentamento de diversas situações que nela emergem. Neste sentido, esta conjuntura precisa ser percebida a partir das múltiplas formas que impactam a vida desses novos sujeitos, sujeitos que protagonizam o começo de uma mudança na história da universidade pública em nosso país.

A Universidade enquanto cenário dessas mudanças precisa assumir a postura de um olhar mais aprofundado e cuidadoso sobre seus estudantes. Os percursos anteriores à entrada na universidade devem ser considerados como nortes para a elaboração de ações e políticas voltadas para este público, uma vez que estes percursos são a referência para a construção da carreira universitária, que surge com uma nova vivência, imbuída de novos significados e desafios.

Nesta nova etapa da trajetória, o estudante irá se deparar com novos espaços, sujeitos e regras diferentes daquelas aprendidas na Escola. Este momento marca o início de seu processo de afiliação estudantil, momento que será vivenciado de diversas formas pelos diferentes atores, mas será comum a todos eles o enfrentamento do novo, a busca de estratégias para vencer as dificuldades e construir o sucesso na instituição universitária.

Aqui, vale destaque para a política de assistência estudantil disponibilizada pela Universidade. Ela aparece como instrumento de enfrentamento de situações desfavoráveis, situações que permeiam o cotidiano do estudante de origem popular. Deste modo, as ações que têm como centralidade a garantia da permanência deste público na instituição aparecem como vetor de transformação, como elemento fundamental à afiliação estudantil.

O que se percebe é que a condição primordial do sucesso do estudante pobre, como já indicado, não é sua entrada na Universidade, na verdade este sucesso é resultado das

possibilidades de permanência oferecidas pela instituição. Assim, é possível concluir que, “a constituição do que poderíamos chamar de sucesso se vincula à implementação de políticas efetivas de permanência desses jovens na universidade” (TEIXEIRA, 2011, p.37). Estas políticas são fundamentais à construção de trajetórias mais duradouras, por isto, pensá-las como direito é refletir sobre seu papel transformador, sobre a valiosa contribuição na formação dos estudantes e sobre a própria configuração da Universidade pública e de sua responsabilidade social nos dias atuais.

Essa política ainda precisa avançar bastante em suas ações. Isso é evidenciado pelo crescente ingresso de estudantes de origem popular na Universidade, fato que precisa ser acompanhado de um concomitante crescimento das ofertas de benefícios, haja vista, que estes se constituem, na maioria das vezes, como a única possibilidade de permanência nos estudos. De outro modo, é preciso pensar em ações inovadoras que levem em consideração os percursos desse mais recente público da instituição.

É claro que ações na direção da construção de uma política de assistência estudantil mais sólida têm sido empreendidas ao longo dos últimos anos, principalmente se se pensa na criação de estruturas e dispositivos específicos para tal, como é o caso da PROPAAE, entretanto, há de se pensar em políticas que garantam a efetiva permanência destes dos estudantes, e isso se fará através da construção de uma rede de serviços que englobem moradia, alimentação, saúde, transporte, apoio pedagógico, creche, cultura, lazer, dentre outros direitos que já fazem parte das diretrizes do PNAES, por exemplo, mas que ainda estão longe de ser executados em sua plenitude.

Pensar na construção das trajetórias estudantis e na diversidade de situações e experiências que as constituem, é compreender como os sujeitos constroem os caminhos rumo ao sucesso na Universidade e, por outro lado, é ter conhecimento acerca de suas reais necessidades e das possibilidades de intervenção.

Portanto, faz-se imprescindível a consolidação de políticas mais participativas, construídas coletivamente e pensadas a partir de seus sujeitos, não como mera estratégia de governança, mas como mecanismo de transformação social e de garantia de direitos. Esse processo deve se constituir terreno fértil para a atuação do profissional de Serviço Social, como também de outros profissionais. Destarte, devem-se buscar estratégias para reduzir as desigualdades educacionais em todos os níveis, contribuindo, assim, para a verdadeira democratização da Universidade pública em nosso país.

Referencias Bibliográficas:

- ALMEIDA FILHO, Naomar de. *Universidade Nova: Textos críticos e esperançosos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007.
- CHARLOT, Bernard. *Relação com o saber – elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- COULON Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. *Etnometodologia e Educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. *A Condição de Estudante: a entrada na vida universitária*. Tradução de: Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, Suely. *A Universidade do Século XXI: Concepções Finalidades e Contradições*. (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2009.
- FREITAS, Marcos Cezar de. BICAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009
- SILVA, Jailson de Souza. “Por que uns e não outros?”: caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2003.
- SAMPAIO, Sônia Maria Rocha ; SANTOS, Georgina G. . Vincular a Universidade a Escolas do Ensino Médio. Apontamentos iniciais para uma tarefa urgente. *Revista Estudos IAT*, v. 2, p. 19-35, 2011
- SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. *A Universidade no Século XXI: para uma Universidade Nova*. Coimbra, 2008. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>>. Acesso em: 20 de Agosto 2011
- TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. *Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular*. In: SAMPAIO, S. M.R (org) *Observatório da Vida Estudantil-primeiros estudos*. Edufba, Salvador, 2011

**LÍNGUA PORTUGUESA E AMBIENTE VIRTUAL:
INTERPRETAÇÕES E EXPRESSÕES TEXTUAIS DOS
ADOLESCENTES E JOVENS**

Silvia Carla do Nascimento¹

Carlos Dias²

Binka Pires André³

RESUMO

Levando em consideração que o tempo social absorve o tempo individual, devemos atentar para o avanço do português simplificado usado na internet e o português culto usado nas salas de aula, definição esta feita pelo linguísta Gregory Guy (1998). A partir desta premissa, o presente trabalho tem por objetivo, através de uma reflexão teórica, propor uma discussão sobre **Memórias e Novas Tecnologias** tendo em vista a concepção de poder explorada pelo filósofo Michel Foucault. Para isso, pretendemos em um primeiro momento expor as características da concepção de poder elaborada por Foucault e que servem de base para o que ele denominou de “poder disciplinar”. Poder disciplinar no sentido de conscientizar aos adolescentes e jovens que por mais que eles insistam em não fazer uso da língua portuguesa culta, preferindo usar uma linguagem mais informal em todos os contextos, assim como fazem na internet. Por conseguinte, é preciso que saibam que o poder disciplinar continua imperando, quando forem fazer um vestibular, um concurso público, um curso em EAD, enfim a língua culta permanece sendo cobrada. Os códigos de comunicação usados na sala de bate papo são diferentes dos impostos e usados pela sociedade na escola e na vida profissional. Segundo Pollak (1992), o fato de trabalharmos com uma escrita considerada “deficiente”, interfere diretamente na memória do indivíduo. Este passa a memorizar o que escreve e conseqüentemente, memoriza palavras inadequadas. Assim, como os jovens estão sem “referências”, parece que estes também estão tentando “apagar” a memória das palavras aceitas, ou seja, usadas na língua culta. Todavia, esta diferenciação de uso da língua portuguesa se faz presente a cada momento em que o mundo avança. As novas tecnologias vêm aumentando e melhorando a vida das pessoas, em contra partida a memória, como lembrança vem se desfazendo com a mesma velocidade que as novas tecnologias vêm crescendo.

Palavras-chave: Linguística, redes sociais, internet, memória.

¹ Professora Universitária. Mestranda em Cognição e Linguagem pela UENF, na linha de pesquisa: Educação, linguagem e novas tecnologias. silviacarla@gmail.com.

² Mestrando em Cognição e Linguagem pela UENF, na linha de pesquisa: Educação, linguagem e novas tecnologias.carlosdias@uenf.br

³Doutora em Educação e Professora Doutora da UENF. biankapires@uenf.br

ABSTRACT

Taking into consideration that social time takes individuals a lot of hours, it is important to notice the advance of the simplified Portuguese used on the Internet and the cult Portuguese employed in classrooms, a definition that was done by the linguist Gregory Guy (1998). From such premise, this work aims at, through a theoretical reflection, proposing a discussion on **Memories and New Technologies**, as the understanding on power is done by the philosopher Michel Foucault. In order to do so, it is intended to show the characteristics of power, according to Foucault, and which function as a basis for what he has been named ‘disciplinary power’. Being able to discipline power in the sense of making adolescents and youngsters become aware that, although they insist in not making use of the cult Portuguese language, preferring the informal language in all the contexts, as they do on the Internet. Therefore, it is important that they understand that the disciplinary power will be on command, when they take their college entrance exams, or apply for a public office, or an EAD course; after all, the cult language is the one still in charge. The communication codes used in the chat rooms are different from the taxes used by the society at the schools and in professional life. According to Pollak (1992), the fact that we work with writing considered “deficient”, it directly interferes in the memory of adequate words. Therefore, the youngsters have no “references”; it seems they are trying to “delete” the memory of the words that are accepted, that is, used in the cult language. However, such differentiation of the use of the Portuguese language appears every moment as the world advances. The new technologies have been increasing in number and making the life of people even better, and, on the other hand, the memory, as remembrance, has been undone with the same speed as the new technologies have been increasing.

Keywords: Linguistic, social nets, internet, memory.

INTRODUÇÃO

No campo da área educacional, existem confluências e diferentes perspectivas em aceitar as novas tecnologias como suportes favoráveis ao ensino-aprendizagem, pesquisas feitas por alguns linguistas, filósofos e educadores que tem como desafio compreender a evolução digital e que afirmam que nunca em toda história os jovens leram e escreveram tanto como agora na contemporaneidade.

Segundo Santos (2010) com base em dados do IBGE de 2006, os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somavam 50,2 milhões de pessoas, o que correspondia a 26,4% da população total. Este contingente é 45,9% maior do que o de 1980, quando havia no país 34,4 milhões de jovens; porém, ainda é menor do que os 51,3 milhões projetados para 2010. Assim é possível perceber como os nativos digitais estão crescendo cada vez mais, pois se há uma procura cada vez maior pelo meio acadêmico, há também um avanço tecnológico intenso.

A premissa em questão é realizar um estudo de como os jovens podem fazer para conseguirem distinguir o gênero digital dos demais gêneros exigidos e estudados na sala de

aula. Marcuschi (2010) defende a ideia de que a linguagem é uma das faculdades cognitivas mais flexíveis e plásticas, adaptáveis às mudanças do comportamento humano e uma disseminação nas transformações sociais, políticas e culturais. O autor aprova ainda “As inúmeras modificações nas formas e possibilidades de utilização da linguagem em geral e da língua são reflexos incontestáveis das mudanças tecnológicas emergentes no mundo e, de modo particularmente acelerado nos últimos 30 anos.” (MARCUSHI, 2010, p.11). Percebe-se que o mal não está na mudança e sim como essa alteração da língua está sendo feita pelos jovens.

Para Bourdieu (1983) “a juventude é apenas uma palavra”, defende a ideia de que é preciso estar atento aos diferentes universos sociais que permitem pensar a condição juvenil ao analisar as diferenças entre as juventudes.

Em outro momento, os nativos digitais aprendem as palavras da língua portuguesa culta concomitantemente com as nomenclaturas ou símbolos, ou até abreviaturas usadas no meio digital. Entretanto, o artigo tende a demonstrar um interesse aos jovens quanto ao uso das linguagens diversificadas. Segundo Palfrey (2011) uma garota de 16 anos nativa digital muda constantemente aspectos das suas identidades pessoal e social, tecendo as mudanças tanto no mundo real como no virtual. Assim como uma jovem desenvolve mais de uma identidade, ela também prospera com o uso de mais de uma linguagem.

A última perspectiva trabalhada é a interferência da memória cognitiva nos meios digitais, vale à pena ressaltar que é essa memória que colocamos em questão, assim aprova Bosi (2007) cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história. Diante disso, percebemos os jovens na modernidade líquida, como diz Bauman (2005) vivemos na modernidade líquida que põe em evidência a decadência de instituições sociais. Todavia, esta diferenciação do uso da língua portuguesa faz-se presente a cada momento em que o mundo avança, as novas tecnologias vêm aumentando e melhorando a vida das pessoas, em contra partida a memória, como lembrança vem se desfazendo com a mesma velocidade que as novas tecnologias vêm crescendo.

JUVENTUDE, IDENTIDADE E NOVAS TECNOLOGIAS

Querer dizer que os jovens não acompanham as novas tendências tecnológicas é a mais pura insensatez, por essa razão faz-se necessário um estudo mais aprofundado sobre os jovens como nativos digitais. Em uma modernidade líquida BAUMAN (2005), os

jovens perdem um pouco dos limites, ou melhor, praticamente todo limite, pois as informações vêm de uma forma muito rápida, assim os pais, a família e a sociedade perdem o controle da situação, pois eles também necessitam entrar no mundo digital para ter uma noção das inovações que este novo mundo oferece.

Estas apreciações estão de acordo com BAUMAN (2005), pois segundo o autor vivemos na modernidade líquida que põe em evidência a decadência de instituições sociais. Aquelas que, até então, se colocavam como referência para a construção de identidade não são mais os únicos modelos e, em alguns casos, nem os mais apreciados ou valorizados. Em contra partida não podemos colocar a culpa na tecnologia, devemos apenas instruir e motivar aos jovens que a utilizem para um bem comum.

Dentro deste parâmetro, temos ainda HALL (2005) que definiu como crise de identidade. Família, culturas de classe, de gênero e etnia apresentavam-se, antigamente, como referências e, hoje, estão sendo fragmentadas. Embora isso pareça normal aos olhos de muita gente, mas não é o caminho certo a identidade precisa ser retornada para que haja uma limitação dos jovens quanto a tempo e espaço.

Segundo MAIA (2007),

O sujeito fragmentado caracteriza-se por ter múltiplas identidades culturais – que podem ser contraditórias ou não – provisórias, variáveis e muitas vezes problemáticas. O indivíduo pós-moderno assume uma identidade "móvel" e "temporária" – uma possibilidade dentre as múltiplas possíveis – de acordo com o momento e local. Isso ocorre porque a construção da identidade se dá na interação com os outros – e "*pelos formas através das quais nos imaginamos ser vistos por outros*" (HALL, 1999) – ao longo da vida, constituindo um processo em constante mudança e formação. (MAIA, 2007).

Alguns autores defendem a idéia de que a juventude nativa digital não faz trocas da sua identidade quando se depara nas redes sociais. Fica perceptível essa troca quando conversamos com um jovem, e este se apresenta como aluno regular de tal escola, joga futebol e vai ao cinema, mas quando este mesmo jovem é encontrado em uma sala de bate-papo nas redes sociais, ele é o que sempre quis ser isso pode ser comprovado com os estudos feitos por PALFREY (2011):

Na era digital, sua identidade pode ser descrita pelas pessoas com as quais ela se associa de maneira que são visíveis para os espectadores a qualquer momento, através de conexões em redes sociais como Myspace, Facebook, Bebo ou studivz, ou ainda através de links em seu blog para blogs de outros. Além disso, as ações de seus amigos, e suas reputações mutantes, podem afetar sua identidade e sua reputação de tal forma que terceiros podem observá-las. Embora ela possa mudar rápida e facilmente muitos aspectos da sua identidade, pode não conseguir mudar alguns aspectos da sua identidade social.

LINGUAGEM E MEMÓRIA PERPASSAM AS REDES SOCIAIS

Estudo desenvolvido com jovens do 7º ano do Ensino Fundamental II de uma escola privada no estado do Espírito Santo permitiu evoluir a escrita deste artigo para o seguinte parâmetro: alunos com boa desenvoltura de leitura desde as séries iniciais e/ou em casa pela própria família, não possuem dificuldades em associar à escrita (símbolos e nomenclaturas) do gênero digital, com a escrita imposta na sala de aula. Sobretudo em alunos com uma boa oralidade, dificilmente há troca os diversos estilos da escrita, como aprova MARCUSCHI (2011):

Os gêneros emergentes nessa nova tecnologia são relativamente variados, mas a maioria deles tem similares em outros ambientes, tanto na oralidade como na escrita. Contudo, sequer se consolidaram, esses gêneros eletrônicos já provocam polêmicas quanto à natureza e proporção de seu impacto na linguagem e na vida social.

Todavia, alunos com dificuldades de aprendizagem, com pouco incentivo à leitura ora pela escola, ora pelos próprios pais/família possuem trocas absurdas entre a linguagem trabalhada no mundo virtual e a outra na escola.

Mas isso só foi identificado após algumas observações feitas em relação à escrita dos alunos nos dois meios – virtual e real. Confirma-se então a grande dúvida em questão até o momento não é o gênero digital que assusta, mas sim a falta de preparação da sociedade para tal evolução.

Como lembra Galli (2011) a informática é uma das áreas de inovação tecnológica que mais tem contribuído para o surgimento de neologismos. A pesquisadora também analisa alguns aspectos da linguagem veiculada pela internet, especificamente os processos de banalização e/ou de vulgarização que envolve termos que circulam na grande rede. Em contra partida, deixando um pouco de lado a linguagem como vulgarização devemos observar que a linguagem na internet é uma das marcas da globalização desde o final da década de 80, hoje, com mais rapidez e precisão de dados. Nessa perspectiva afirma Soares (1997):

[...] o processo mais eficaz que a história conhece no plano de instauração de uma língua transnacional, ultrapassando modelos imperialistas tradicionais ou processos colonialistas convencionais.

De acordo com CASTELLS (2002), não devemos compreender estes processos apenas como oriundos da modernidade científica. Anteriormente, a sociedade também se

estruturava em redes, porém, com a tecnologia da informação, este processo ganhou penetrabilidade, adentrando todos os setores da vida social.

Para Levy (1996), um texto digitalizado permite novas leituras: uns textos por si já se conectam, enquanto que outros fazem ligações por meio do hipertexto. Enfim, o autor chama esse processo de *continuum*, que se desenrola entre a leitura individual de um determinado texto e a vasta navegação em vastas redes digitais, que pode ser realizada por um grande número de pessoas. Mas ainda na visão de Galli (2011) a linguagem da internet tem seus pressupostos que, naturalmente, estão caminhando para um novo modelo de comunicação, com uma linguagem acessível à maior parte dos hiperleitores. Nessa vertente temos: “não é só quem escreve que significa; quem lê também produz sentidos”. (ORLANDI, 2000, p101).

Envolto com a memória é discutível salientar que não existe boa leitura, boa escrita, boa interpretação se crianças/jovens não tiver uma boa memória cognitiva. E essa memória só é trabalhada no ser humano a partir do momento que ele desenvolve o poder cognitivo de assimilação de saberes. Conforme nota Bosi (2007) cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história. Se o jovem tem dentro de si a memória da história, ele também necessita construir a memória da boa comunicação, seja ela oral ou escrita, seja ela no meio real ou virtual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar análises parciais relacionadas às práticas da memória e da linguagem escrita e oral nas redes sociais discutidas no viés dos alunos do 7º ano de uma escola de Ensino Fundamental II do estado do Espírito Santo. A pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento. No entanto, é possível considerar que estes jovens, apesar de seu contexto cotidiano específico, vivenciam questões que perpassam de forma transversal a temática da memória cognitiva e da linguagem nas redes. Incluindo os hipertextos e uma nova forma de mostrar para a sociedade que o computador será nos próximos anos uma necessidade fundamental como a geladeira, o fogão, ou a escova de dentes. Com isso todas as inovações tecnológicas juntamente com o in ter esse dos jovens e monitoramento de seus pais terão muito a ganhar com a leitura deste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H., *et al.* (2005). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais.** SP: Ação educativa.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos da educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, P. (1983). **A juventude é apenas uma palavra.** In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: marco zero, 1983:112-121.
- CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade.** 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002. in A era da informação: Economia, sociedade e cultura. Vol. 2.
- COSTA, Fernando Braga. **Homens Invisíveis Relatos de uma Humilhação Social.** Rio de Janeiro Editor Globo, 2004.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** 3. ed. Rio de Janeiro: Vitória, 1968.
- FREUD, Sigmund. (1912) **Totem e Tabu e outros trabalhos.** In: E.S.B., vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- HALL, Stuart. **Quem precisa da Identidade?** In SILVA, Tomás Tadeu (org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2005.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade;** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções científicas.** São Paulo. Perspectiva 2009.
- LACAN, Jacques. **Seminário: As Formações do Inconsciente.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999
- LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva.** por uma antropologia do ciberespaço. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência.** O futuro do pensamento na era da informática. 1ª ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Hipertexto e Gêneros Digitais novas formas de construção de sentido.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010
- PALFREY, John; GASSER, Urs. **Nascidos na Era Digital. Entendendo a primeira geração de nativos digitais.** 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008

SAUSSURE, Ferdinand. **Escritos de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix 2000.

SOUZA, Carlos H.M. **Comunicação Educação e Novas Tecnologias**. Rio de Janeiro: FAFIC. 2003

SOUZA, Carlos H.M. **Comunicação, Linguagem e Identidade**. Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, setembro de 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0240-2.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2010 às 19h30min.

SOUZA, Jessé (Org). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SCHUTZ, A. (1979). **Fenomenologia e Relações Sociais**, Rio de Janeiro: Zahar.

SWARTZ, D. (1997). **Pierre Bourdieu: a transmissão cultural da desigualdade social**. *In*

TOFFLER, Alvin. **Power Shift. As Mudanças do Poder**. São Paulo. 3ª ed. São Paulo: Record, 1999.

TURKLE, Sherry. **A vida no ecrã. A identidade na era da internet**. Lisboa, Relógio

O DISPOSITIVO PEDAGÓGICO FORMAÇÃO INTEGRADA E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Luiz Antonio Saléh Amado

Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana – PPFH, da
UERJ – e-mail: saleh.amado@gmail.com

Daniel Vieira Silva

Bolsista de I.C. da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF/UERJ
e-mail: daniel.febf@gmail.com

Resumo

O trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa realizada numa escola da rede pública, cujo objetivo é acompanhar a instauração de proposta pedagógica no âmbito da EJA, baseada no currículo integrado, investigando os efeitos dessa forma de organização dos conhecimentos escolares sobre o trabalho docente e sobre os modos de subjetivação dos alunos. Foram desenvolvidas ações, junto com os professores, visando práticas integradoras, tais como: construção de um blog, rodas de diálogo, entrevistas e produções textuais. Para além da aquisição de conhecimento, as informações obtidas através destas ações forneceram referências sobre configurações existenciais dos sujeitos e orientaram estratégias de acompanhamento dos alunos. Os pesquisadores centraram o foco no plano da experiência, nas linhas de força e nas redes constituídas pelos alunos com os professores e com o conhecimento escolar.

Palavras-chave: currículo integrado; produção de subjetividades; trabalho docente

Abstract

This paper presents partial results of a research conducted in a public school, whose purpose is to monitor the introduction of integrated curriculum in an adult education context. It examines the curricular integration effects on teaching practices and on the students modes of subjectification. As integrative practices, initiatives were carried out, along with teachers, such as building a blog, dialogue meetings, interviews and textual productions. Beyond the knowledge acquisition, the information obtained through these actions provides references on the subjects existential settings and guided strategies for students monitoring. The researchers focused the terms of experience, the power lines and networks formed by students with teachers and school knowledge.

Keywords: curricular integration; subjectivity production; teaching practice

Este trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa realizada numa escola da rede pública, cujo objetivo é acompanhar a instauração de uma proposta pedagógica no âmbito da EJA, baseada no currículo integrado, investigando os efeitos dessa forma de organização dos conhecimentos escolares sobre o trabalho docente e sobre os modos de subjetivação dos alunos.

A perspectiva da educação baseada no currículo integrado vem se materializando nos últimos anos através de inúmeras ações e programas. No âmbito da EJA temos o PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos que, de acordo com a própria denominação, pretende vincular a formação profissionalizante à Educação Básica, tendo como princípio a integração. Conforme explicitado no Documento Base do PROEJA (BRASIL, 2006), há a intenção de se superar a dualidade histórica entre cultura geral e cultura técnica presente na educação brasileira.

Romper com a ideia que dispõe a formação humana de um lado e a educação para o trabalho de outro é apenas um dos efeitos esperados ao se adotar a integração curricular como referência do fazer pedagógico. Como pode ser visto nos documentos da educação básica, os quais orientam as discussões das diversas áreas de conhecimento para a construção de seus respectivos currículos, a proposta de organização curricular integrada também busca reunir aquilo que as disciplinas separaram ao longo de vários anos obedecendo à lógica fragmentar, própria da racionalidade produzida na modernidade. Para alcançar este objetivo, todavia, é necessário colocar em discussão os fazeres e as relações pedagógicas, resultando na efetiva análise das práticas profissionais dos professores.

Outro efeito esperado da adoção do currículo integrado como orientador das práticas pedagógicas é a configuração de novas subjetividades. No caso específico dos processos de subjetivação que tem lugar na educação não estamos nos baseando em afirmações ou pressupostos contidos nos documentos oficiais, mas partindo do entendimento de que a educação é uma das instituições sociais mais significativas e influentes na sociedade atual. Deste modo, como resultado da instrumentalização de relações e de práticas muito específicas, voltadas para a pedagogização dos sujeitos, a instituição educação age diretamente na produção social de subjetividades.

Vale ressaltar que estamos falando de pedagogização não apenas no seu sentido escolar – de adaptação recíproca dos conteúdos e informações aos indivíduos que se quer formar –, mas, principalmente, como estratégia de constituição dos sujeitos. Compartilhando deste pensamento, Jorge Larrosa (1999) destaca a importância da obra de Foucault para percebermos como as pessoas são fabricadas no interior de aparatos (pedagógicos, terapêuticos,...) de subjetivação. O autor espanhol desenvolve a ideia de dispositivo pedagógico, com o objetivo de destacar determinadas práticas nas quais se produz ou se transforma a experiência que as pessoas têm de si mesmas.

Porém, ciente de que o entendimento comum acerca da pedagogia e, por extensão, da educação, não as evidencia enquanto aparatos de subjetivação, Larrosa reafirma, por um lado, que as teorias e práticas pedagógicas produzem os sujeitos e, por outro, alerta para a forte tendência de:

... ocultação da própria pedagogia como uma operação constitutiva, isto é, como produtora de pessoas, e a crença arraigada de que as práticas educativas são meras “mediadoras”, onde se dispõem os “recursos” para o “desenvolvimento” dos indivíduos (1999, p. 37).

A partir desta breve discussão em torno das práticas pedagógicas e dos processos de subjetivação, é possível percebermos pelo menos duas posições muito claras: uma que compreende a subjetividade como resultado de construção ou fabricação pelo campo social e outra que a define como algo individual, próprio da essência de cada um. Defendemos a importância de problematizar estes diferentes pontos de vista, embora estejamos alinhados com a primeira posição.

A questão da produção social de subjetividades foi apontada por Guattari (1986) como sendo de vital importância para a manutenção da ordem social ou para a sua transformação, constituindo-se em “matéria-prima de toda e qualquer produção”. Foi exatamente a possibilidade de lidar eficazmente com os mecanismos responsáveis pelos processos de subjetivação, o que permitiu ao sistema capitalista aprimorar seu poder e seu domínio através de ações antecipadas sobre tais processos, cuja problemática de produção não pode ser percebida de maneira clara por intermédio do modelo que opõe infra-estrutura econômica à superestrutura ideológica, numa relação onde a última é determinada pela primeira. Por isso, afirma:

Não contraponho as relações de produção econômica às relações de produção subjetiva. A meu ver, ao menos nos ramos mais modernos, mais avançados da indústria, desenvolve-se na produção um tipo de trabalho ao mesmo tempo material e semiótico. Mas essa produção de competência no domínio semiótico depende de sua confecção pelo campo social como um todo: é evidente que para fabricar um operário especializado não há apenas a intervenção das escolas profissionais. Há tudo o que se passou antes, na escola primária, na vida doméstica – enfim, há toda uma espécie de aprendizado que consiste em ele se deslocar na cidade desde a infância, ver televisão, enfim, estar em todo um ambiente maquínico (1986, p. 27).

Não obstante o que afirma Guattari, o papel das escolas de maneira geral, e não apenas das profissionais, não se restringe à transmissão de conteúdos formalizados; tampouco se revela unicamente através das manifestações explícitas presentes no ato de educar. É preciso voltar a atenção para a maneira como a escola organiza seus tempos, seus espaços, suas relações, pois é a partir disso que ocorre a metaprendizagem, ou seja, o aprendizado das maneiras de ser, conforme apontara Bohoslavsky (1989).

Esta afirmação está ancorada na ideia de que existe uma relação intrínseca entre os dispositivos pedagógicos e os processos de subjetivação. Em outras palavras, se quisermos compreender o funcionamento da instituição educação, especialmente no que tange à produção dos sujeitos, será preciso problematizar os dispositivos pedagógicos utilizados nos espaços educacionais, cujo objetivo principal é interpelar os sujeitos ensinando-lhes, além dos conteúdos e dos saberes definidos pela forma disciplinar de organização do conhecimento, modos de ser e estar no mundo.

A noção de dispositivo pedagógico advém da ideia de dispositivo, descrito por Foucault (1989), como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1989, p. 244).

A formação integrada pode ser entendida, portanto, como um dispositivo pedagógico. Embora os dispositivos, em sua gênese, obedeçam a objetivos estratégicos, seus possíveis efeitos, como destaca Castro (2009), podem sequer ter relação com previsões iniciais ou não ter nada a ver com a astúcia estratégica de alguém que os tivesse planejado. Parte-se do pressuposto, então,

de que o currículo integrado não garante resultados pré-estabelecidos, mas, em função da crítica que faz ao modo disciplinar de organização dos saberes, favorece o surgimento de estratégias educacionais implicadas com a emancipação dos sujeitos e a transformação da sociedade. Um dos efeitos desejados, portanto, é colocar em discussão as relações e as práticas instituídas nos espaços educacionais.

A integração curricular

É preciso lembrar que as discussões mais recentes sobre o currículo têm incorporado a concepção de integração curricular, resultando na apropriação desta ideia por diferentes perspectivas, ora de forma mais crítica, ora menos. Alice C. Lopes (2002) afirma que o discurso sobre a interdisciplinaridade vem se tornando um dos discursos com maior índice de consenso no campo educacional. No entanto, alerta, a interdisciplinaridade já foi vista como uma das possibilidades de trabalho com o currículo integrado, mas, ao que parece, agora se transforma em “sinônimo” de currículo integrado. Esta transformação tende a esvaziar o potencial crítico da proposta de integração. Em suas análises, Lopes conclui que muitas práticas denominadas de integração curricular têm se especializado em trabalhar com a interdisciplinaridade como uma espécie de inter-relação de campos disciplinares instituídos, afastando-se muito pouco do modo tradicional de organização do conhecimento escolar. Por essa razão destaca que “... o discurso sobre integração curricular e sobre disciplinaridade ao longo da história do currículo vem se desenvolvendo segundo diferentes princípios integradores, nem sempre associados a perspectivas mais críticas” (2002, p. 147).

Mesmo num viés crítico, também existem modos diferentes de conceber a integração curricular. Sob a perspectiva do marxismo, por exemplo, pode-se assumi-la como resgate da formação integral, cindida em certo momento histórico, pela institucionalização da concepção que separava a educação geral daquela destinada à profissionalização, ao trabalho. Esse dualismo, como alerta Ciavatta (2005), vai se tornar estrutural, no Brasil, a partir da década de 1940, graças aos efeitos provocados por leis orgânicas que irão segmentar a educação, resultando em modelos e espaços voltados para os setores produtivos e outros modelos e espaços para a formação

propedêutica. Sob a perspectiva do pensamento foucaultiano, a integração curricular pode ser encarada como forma de desnaturalizar a ideia de que os saberes são disciplinares, uma vez que, segundo Veiga-Neto (2002), existe o esquecimento de que esses dispositivos são invenções sociais, de que não são dados naturais. Para este autor, a possibilidade de se organizar os conhecimentos a partir de uma visão integrada pressupõe a transversalidade, ou melhor, a noção de transdisciplinaridade, como uma estratégia de problematizar os saberes produzidos pelo homem ao longo de sua existência, colocando-os a serviço da transformação.

Em geral, nos programas e políticas do governo atual, como o PROEJA – o programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos – a concepção de integração presente fundamenta-se na idéia de que trabalho, ciência, tecnologia, humanismo e cultura geral, integrados entre si, criam as condições necessárias para o desenvolvimento cultural, político, científico e profissional dos sujeitos, uma vez que essas dimensões encontram-se relacionadas de maneira indissociável no mundo real. Ademais, com base numa educação que tenha como princípios tais dimensões, propicia-se a crítica da sociedade atual e, como desdobramento possível e desejável, sua superação.

Reconhecer as limitações de uma educação dicotomizada por propostas curriculares que privilegiam ou a tecnologia e a ciência ou as humanidades é um passo importante e necessário a fim de superar os problemas sociais causados pelas crises econômicas, cujos resultados tem sido, com frequência, a exclusão social, o desemprego estrutural e a concentração de renda. O passo seguinte, contudo, requer a participação da sociedade, inclusive do poder político, na construção de um projeto de educação que proporcione a organização de outros modos de existência, de outras subjetividades.

As estratégias desenvolvidas na pesquisa

As estratégias escolhidas para o acompanhamento da construção desta experiência de integração curricular se voltaram para a análise de dois aspectos: os limites e as possibilidades do

trabalho docente frente ao currículo integrado e a relação entre uma formação integrada em EJA e os modos de subjetivação dos alunos.

No que se refere ao primeiro aspecto, a participação dos pesquisadores nas atividades pedagógicas desenvolvidas ao longo do curso foi fundamental. Estabelecer o contato direto entre pesquisador e grupo pesquisado tornou-se imprescindível, por entendermos a relevância da pesquisa participativa no processo de desenvolvimento do estudo e mesmo na implementação da proposta pedagógica baseada no currículo integrado.

Entre as atividades planejadas visando alcançar a integração, estão as reuniões semanais, espaço privilegiado no qual a coordenação e o conjunto de professores discutem os fatos relevantes ocorridos na semana anterior e planejam as ações para a semana seguinte. Paralelamente, há reuniões entre os professores das áreas afins e, eventualmente, de áreas que venham a desenvolver atividades comuns, com o objetivo de construir estratégias e ações em torno dos temas que serão trabalhados num determinado período.

Através da participação nestas reuniões e grupos, buscou-se colher informações acerca do modo como os professores vivenciam as dificuldades e os avanços proporcionados pela proposta de integração curricular. A inserção nestes espaços permitiu a observação sobre o processo de formulação das estratégias (individuais ou coletivas) utilizadas pelos docentes na tentativa de promover a formação integrada.

Importante detalhar de que maneira as reuniões podem contribuir para a construção de experiências e de saberes relacionados ao propósito de uma educação calcada na formação integrada. Através destes momentos de contato direto, os professores têm a possibilidade de relatar dificuldades e êxitos encontrados tanto no que se refere ao exercício de atividades ligadas diretamente à proposta pedagógica, quanto à vivência profissional no cotidiano escolar de cada um. As soluções pensadas surgem do encontro entre os docentes e da oportunidade que têm de problematizar as dificuldades com as quais se deparam neste percurso: de que modo costumam desenvolver suas aulas? Seria possível pensar em outras maneiras de estabelecer a relação entre ensino e aprendizagem? O que os impede de alterar as práticas pedagógicas

instrumentalizadas? Em suma, ao debaterem tais questões, a organização curricular e as estratégias a ela relacionadas são colocadas em evidência e, ao mesmo tempo, são questionadas.

No decorrer deste processo, novas formas de relacionar os conteúdos e as disciplinas foram desenvolvidas, levando inevitavelmente à reflexão sobre um dispositivo pedagógico muito específico: a avaliação. Ao criarem novas formas de relacionar os conteúdos e apresentá-los, os professores sentiram a necessidade de se pensar no modo como a Escola se acostumou a avaliar seus alunos, traduzindo o conhecimento adquirido numa nota ou numa posição hierárquica frente aos demais. Ao perceberem que as estratégias para se trabalhar os conteúdos de suas disciplinas não era algo imutável, as diversas formas de organização e controle presentes na escola também passaram a ser questionadas.

No momento em que a pesquisa se iniciou, o debate sobre avaliação já se encontrava presente, resultando no desenvolvimento de uma nova ferramenta avaliativa de acompanhamento, chamada “ficha de avaliação”. Esta ferramenta foi desenvolvida de forma coletiva através das reuniões, porém cada professor organizava sua ficha de acordo com as necessidades específicas de sua disciplina. As informações contidas nas fichas circulavam durante as reuniões semanais, sendo expostas nos conselhos de classe, quando, então, os professores conversavam sobre cada aluno e verificavam a possibilidade de que prosseguisse para a etapa posterior ou a necessidade de que permanecesse no atual estágio para um melhor aproveitamento. Desde que a ficha de avaliação passou a ser adotada, os resultados dos processos avaliativos têm sido analisados, abrindo-se espaço para, sempre que necessário, a reformulação tanto do formato das fichas quanto da dinâmica e objetivos da própria avaliação do ensino e da aprendizagem. Dessa forma, este instrumento não se cristaliza, permitindo a análise constante de suas implicações, podendo adaptar-se a novos propósitos e reflexões que são desenvolvidos ao longo do processo. Para os professores, o fato de ter uma ferramenta de avaliação que seja maleável possibilita que seu próprio programa esteja aberto a novas contribuições advindas de sua interação com o grupo.

Estes encontros, portanto, mostraram-se fundamentais para o exercício de integração curricular, por possibilitar a troca de informações e de experiências e favorecer o desenvolvimento de estratégias que unissem duas ou mais disciplinas, sendo norteadores para o desdobramento de novas possibilidades de ensino-aprendizagem. Ademais, foram importantes

como oportunidade de discutir a organização do curso de EJA, seus propósitos e objetivos. Neste espaço os docentes organizaram o projeto político-pedagógico do curso de EJA e pensaram em diversas ferramentas, ações e práticas sintonizadas com a proposta curricular.

Com base no conhecimento das atividades planejadas semanalmente, foram definidas estratégias para o acompanhamento de várias atividades, mas, principalmente, foi possível a elaboração de outras estratégias especialmente construídas para o desenvolvimento de práticas alternativas às aulas regulares. Como produto dessa interação, houve o desenvolvimento de ações, em conjunto com os professores, visando práticas integradoras, tais como: construção de um blog, rodas de diálogo, entrevistas, produções textuais, etc, entre outras estratégias propostas no decorrer do estudo e das reuniões periódicas com os professores, a fim de se conhecer os possíveis efeitos da formação integrada sobre o modo como os alunos estão construindo relações com o processo de ensino e, principalmente, dos efeitos sobre os modos de subjetivação – o segundo aspecto a ser analisado. O material originado nas atividades realizadas até o momento é registrado num diário de campo, no qual também são anotados os dados obtidos nas conversas com professores e alunos.

Uma das primeiras ferramentas desenvolvidas, o blog do curso de EJA, buscava a aproximação entre o aluno e a informática, reconhecendo a importância desta mídia no que diz respeito à produção de conhecimento e à própria comunicação. Todavia, serviu também como espaço para dar visibilidade às produções das diversas disciplinas ali reunidas. Neste espaço virtual os alunos e professores expuseram seus trabalhos e tiveram conhecimento do que estava acontecendo na escola.

A oficina foi organizada em quatro encontros na sala de informática da escola. Este espaço conta com 40 computadores para os alunos e um para o professor. O horário utilizado é o que costuma ser destinado às atividades programadas pela equipe pedagógica, propositalmente coincidente com os tempos liberados graças à reunião semanal dos professores. A presença dos alunos nas oficinas e atividades extras sempre é facultativa. Por ser relacionada à informática, temática que costuma atrair ainda bastante curiosidade, a oficina foi procurada por um grande número de alunos. Especificamente na modalidade EJA, alguns alunos tem pouco ou nenhum contato com computadores, o que combinado com uma necessidade imposta em um mundo cada

vez mais conectado, torna-se uma cobrança para que todos estejam incluídos digitalmente. Logo, muitos alunos participaram com o objetivo de se aproximar da máquina e aprender como utilizá-la. Ainda que este não fosse o propósito principal da oficina, sem dúvida estávamos conscientes destes anseios e procuramos lidar com eles da melhor forma possível, buscando sempre agregar possibilidades de aprendizado à atividade na medida do possível.

Nos dois primeiros encontros foram desenvolvidas atividades para o reconhecimento da ferramenta (apresentação de um blog, seu uso, suas possibilidades etc). Após esse primeiro momento, passou-se à construção do blog de forma coletiva. Discutiu-se também o que seria publicado no blog, de que maneira se poderia utilizá-lo depois de pronto. A partir daí, surgiram diversas ideias que foram anotadas para desenvolvimento no encontro seguinte. Sugeriu-se, ainda, a utilização de recursos, como trechos de filmes, que pudessem provocar o debate e alimentar a produção de textos. O principal objetivo era pensar sobre a visão que a sociedade tem da escola, estimulando o debate e a produção textual dos alunos. Os textos construídos de maneira coletiva foram colocados no blog, juntamente com o material utilizado.

Durante a oficina houve a preocupação de demonstrar que a utilização desse espaço virtual não deveria se restringir àqueles momentos. No quarto e último encontro, fizemos uma avaliação da atividade, destacando pontos positivos e negativos, e estimulando o uso contínuo da ferramenta. Também nas reuniões e conversas com os professores procuramos estimular a utilização do blog pelo corpo docente, pois este instrumento deveria servir à toda a escola, possibilitando a circulação de informações de forma rápida e simples. Assim, seu uso por parte dos professores seria fundamental tanto para manter o blog sempre atualizado como para incentivar sua utilização por parte dos alunos.

Este instrumento mostrou-se importante para o exercício da integração curricular, passando a ser utilizado também por professores, tornando-se veículo de divulgação, possibilitando que toda a comunidade escolar tivesse conhecimento das produções de diferentes turmas em diversas disciplinas. Para além do espaço dos encontros semanais, o blog permitiu que professores e alunos pudessem relacionar atividades, inclusive buscando uma aproximação maior entre conteúdos específicos.

Ao final do semestre, o trabalho foi apresentando em evento semestral intitulado “Feira de Ciência, Cultura e Arte”, cujo objetivo é reunir trabalhos desenvolvidos pelas turmas no decorrer do semestre, possibilitando a troca de informações entre alunos e professores, assim como com a comunidade externa.

A partir da convivência na escola, do contato com os professores e do acompanhamento das atividades, novas possibilidades foram surgindo, visando os objetivos do projeto. Centrar o foco da atenção na visão que o educando tem do mundo foi uma preocupação contínua, pois esta perspectiva é essencial para a análise da construção social de subjetividades a partir dos processos pedagógicos.

O corpo docente vinha enfrentando problemas com a leitura e produção textual dos alunos, característica que acaba por atingir todas as disciplinas e prejudica o desenvolvimento das atividades pedagógicas rotineiras. Esta queixa era repetidamente feita nas reuniões, mas não só esta. Havia outras como: desinteresse pela leitura e escrita, dificuldade em se expressar, em construir textos próprios etc. Incomodados com estes problemas, os professores de língua portuguesa desenvolveram um projeto que viabilizasse a produção textual, escapando do modelo tradicional de ensino da gramática que visa às regras da escrita e induz à “reprodução” textual. Para isso pensou-se em maneiras de não apenas “treinar” formas de construção dos textos, mas também em possibilidades de estimular a reflexão sobre temas que pudessem ser pontos de partida para o desenvolvimento de debates, oferecendo ferramentas para a organização das ideias em forma de texto escrito.

Com este objetivo foram criadas as “rodas de diálogos”, cujo ponto central era a troca de experiências. Através de suas vivências, os alunos debatiam os temas colocados, percebendo-se como detentores de opiniões e, ao mesmo tempo, aprendendo a ouvir o ponto de vista de outros.

As rodas de diálogo surgiram também de uma necessidade apontada por professores de língua portuguesa, ao perceberem que as formas tradicionais de ensino acabavam por inibir a produção de conhecimento na sala de aula, ao colocarem como foco da aprendizagem as questões gramaticais. Dessa forma, os pesquisadores em conjunto com estes professores, desenvolveram uma estratégia utilizada em sala de aula com os alunos, a fim de possibilitar o debate sobre temas que estimulassem a participação e a produção de material.

Houve uma preocupação na escolha dos temas que norteariam essa atividade. Buscando-se a participação dos alunos e compreendendo que qualquer atividade escolar deve estar ligada à vivência social, foram escolhidas temáticas que abordassem questões presentes no cotidiano dos alunos, possibilitando a troca de experiências e opiniões. No desenvolvimento da atividade foi possível acompanhar como a discussão coletiva favorece reflexões profundas sobre temas que esbarram muitas vezes em barreiras sociais, tais como: religião, família, moral, costumes. Ao se entender a escola como espaço onde o questionamento pode estar presente, os alunos puderam contribuir com a discussão a partir da exposição de suas próprias experiências e da articulação dos saberes que detêm.

Partimos então debatendo questões de gênero e sexualidade. Através de materiais em vídeo ou reportagens veiculadas em jornais e revistas, os temas eram expostos e colocados para discussão. Ao final de cada aula, após a exibição do material e debate, os alunos elaboravam um texto sobre o assunto. Através dos debates e da leitura desse material escrito, percebemos as mudanças nos discursos dos alunos ao relacionarem sua opinião com a dos demais. Interessante perceber que a resistência ao tema transformou-se em completa curiosidade, exigindo uma aproximação cada vez maior do assunto. A partir desta motivação apresentada pelos alunos, foram realizados debates e entrevistas com pessoas ligadas ao tema em pauta.

Tais discussões possibilitaram a ampliação da visão dos alunos sobre relações de opressão no que diz respeito a gênero e sexualidade. Na medida em que os debates foram acontecendo, a auto avaliação dos envolvidos tornou-se um exercício contínuo. Levar o educando a analisar suas próprias atitudes e comportamento se tornou extremamente importante, para que tudo aquilo que estava sendo colocado em questão pudesse de alguma maneira se relacionar com a vivência de cada um. O modo como o sujeito se relaciona com o mundo não é algo inquestionável. De acordo com Guattari (1986), podemos experimentar a subjetividade, basicamente, de dois modos: ou como reprodução, caso nos submetamos às formas enrijecidas de expressão – únicas e homogêneas –, ou como criação, se admitimos os processos de singularização e expressão – valorizando o diverso e o plural. Assim, certos valores instituídos acabaram por ser questionados, na intenção de compreender porque a exclusão social acontece, e de que maneiras ela pode ser revertida, de modo a abranger toda forma de expressão humana.

O material proveniente das rodas de diálogo desdobrou-se em uma atividade feita por alunos na feira semestral de exposição escolar e em uma matéria na revista semestral do curso de EJA da escola, sendo então divulgada de forma ampla por toda a escola e também na comunidade externa.

Outra ferramenta muito importante no sentido de auxiliar a análise dos processos de subjetivação colocados em movimento pela prática do currículo integrado na EJA, foi a produção textual. Esta tarefa vem sendo solicitada aos alunos desde os primeiros dias de aula na EJA da Escola e tem sido uma fonte especialmente interessante para se conhecer o modo com os estudantes percebem o mundo e se veem nele.

Com a proposta das rodas de diálogos, a construção de textos escritos tem alcançado outra dimensão. No entanto, esta atividade foi iniciada recentemente, de acordo com o cronograma da pesquisa. Através da produção textual dos estudantes, que se deu ao longo do curso, pretendeu-se conhecer os percursos realizados no processo de formação e os diferentes modos de vivenciar esta experiência.

A última ferramenta citada foi a entrevista. Este instrumento é de grande importância, pois através dele podemos ter uma aproximação com as falas desses alunos, podendo-se registrar possíveis apropriações ou transformações, de acordo, inclusive, com a percepção deles próprios. O roteiro proposto para as entrevistas inclui questões que levam à reflexão do aluno acerca de dois momentos específicos: antes do ingresso na EJA e após este. Ademais, a possibilidade de trabalharmos com dados obtidos nas entrevistas realizadas no momento de seu ingresso favorece as análises e discussões sobre o material em questão. Ao se entrevistar o aluno, a conversa passa a se direcionar para a vivência singular de cada um, onde as dificuldades que os impediram de continuar/ingressar na escola são expostas, assim como os atuais empecilhos que podem vir a se apresentar. A pesquisa se volta para o olhar desse educando sobre a instituição escola. De que modo ele compreende seu processo atual, na escola que hoje estuda, e como relaciona esta com suas experiências escolares anteriores, ou mesmo sobre receios e anseios que foram desconstruídos, assim como sua visão sobre a implementação de atividades visando à formação integrada.

Através destas entrevistas pudemos relacionar todo material obtido na participação e realização de atividades com o corpo docente, com as falas dos alunos. Notamos uma estreita relação entre a proposta escolar e o olhar do sujeito educando sobre si e sobre o mundo. Uma fala que vem sendo repetida pelos alunos nas entrevistas é que a forma com que a escola trabalha seus conteúdos acaba por incentivar o interesse por esferas sociais em que antes estes sujeitos não se reconheciam como atores, como a questão política de sua cidade, estado e país.

Tendo em vista que a pesquisa encontra-se em andamento, faltam ainda alguns elementos para uma análise final. Atualmente prosseguimos com o desenvolvimento das entrevistas e o acompanhamento das atividades, em especial, a produção textual. Os dados já coletados estão sendo organizados e avaliações periódicas das atividades são feitas, buscando-se novas ferramentas que possam contribuir na busca dos objetivos da pesquisa.

Para além dos aspectos imediatamente associados à aquisição de conhecimento, as informações obtidas através destes instrumentos fornecem referências sobre configurações existenciais dos sujeitos e orientam estratégias de acompanhamento destes alunos. Neste sentido, os pesquisadores centraram o foco no plano da experiência, nas linhas de força e nas redes constituídas pelos alunos na relação com os professores, com os colegas e com o conhecimento escolar.

Percebemos haver maior entrosamento entre professores, entre alunos e entre os dois grupos se compararmos com momentos anteriores à implementação do currículo integrado. Além disso, de acordo com o relato informal de muitos professores (durante as reuniões, nos corredores etc), a desistência desses alunos tem sido muito menor do que em anos anteriores. Este é um dado especialmente relevante, haja vista os altos índices de evasão, relacionados à modalidade da EJA.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito ao trabalho docente diante da proposta de integração curricular. Não é simples desconstruir a ideia de disciplinaridade dos saberes, especialmente quando se foi submetido a esta lógica de pensamento durante a vida toda e, principalmente, no percurso de formação profissional. Apesar das dificuldades de se implementar alterações em práticas tão firmemente estabelecidas, podemos concluir que os professores têm conseguido desenvolver suas atividades de modo a promover maior envolvimento dos alunos e deles próprios – docentes – do que no formato tradicional de ensino.

Não há dúvidas de que o espaço semanal destinado às reuniões do corpo docente foi imprescindível para que estes resultados fossem alcançados. A insegurança, compreensível quando nos vemos frente à possibilidade de modificarmos o modo como estamos acostumados a trabalhar, mas, não somente isso, como também problematizarmos e alterarmos o modo como pensamos sobre o que somos e fazemos, pode ser reduzida se nos vemos em grupo, junto com nossos pares – profissionais também –, cujas apreensões e dificuldades são muito semelhantes às nossas. Além disso, o modo como este espaço coletivo foi construído permite que as mudanças levem em conta a autonomia de cada profissional, sendo necessário que todos façam suas contribuições para que o projeto se desenvolva, porém permitindo que cada docente incorpore em sua prática diferentes elementos visando a integração curricular, experimentando e criando novas possibilidades.

Embora saibamos que o processo de transformação das práticas pedagógicas da EJA em questão se deu em função da ação de um dispositivo – o currículo integrado –, o que levou este grupo de educadores a repensarem suas práticas, sua formação prévia e, sobretudo, o modo como pensavam a educação, não se resume à mera necessidade de se adaptarem a uma nova organização curricular.

A insatisfação e o incômodo inegáveis, descrito por boa parte dos professores, quando solicitados a refletirem sobre o seu cotidiano de trabalho, sobre as relações construídas com os alunos e com os demais docentes, devem ser considerados também como fatores que reforçaram a aceitação de propostas cujos objetivos diziam respeito a transformar o espaço pedagógico. Consideramos, portanto, que a construção de estratégias para o desenvolvimento de um currículo integrado para a EJA da experiência em questão está sendo conseguida com base no enfrentamento conjunto e consentido das dificuldades surgidas, por parte dos educadores que fazem parte desta Escola.

Referências bibliográficas

BRASIL. MEC/SETEC/PROEJA. Documento Base. Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos. Brasília: SETEC/MEC, 2006.

BOHOSLAVSKY, R. A Psicopatologia do vínculo professor-aluno: o professor como agente socializador. In: PATTO, M.H.S. (org.). **Introdução à Psicologia Escolar**. São Paulo, T. A. Queiroz, 1989.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GUATTARI, F. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **O sujeito da educação – estudos foucaultianos**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995 (p. 35-86).

LOPES, Alice C. Parâmetros curriculares para o ensino médio: quando a integração perde seu potencial crítico. In: LOPES, Alice. C. e MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo. Espaço e currículo. In: LOPES, Alice. C. e MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES
Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

O IMOBILISMO NO IDOSO E SUA REPERCUSSÃO NO SISTEMA MUSCULOESQUELÉTICO

Júlio César dos Santos Boechat
julioboecat@gmail.com

Fernanda Castro Manhães
castromanhaes@gmail.com

Reubes Valério da Gama Filho
reubesgama@bol.com.br

RESUMO

Com a função de produção de movimento no corpo humano, o sistema locomotor possui características morfológicas, bioquímicas e biomecânicas que o impulsionam para este fim, sendo testada sua atuação quando colocado em repouso prolongado. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a influência da imobilização no aparelho locomotor, com maior atenção a pessoas idosas, bem como os efeitos deletérios causados pela Síndrome do Imobilismo. Observou-se um crescente aumento populacional de pessoas acima de 60 anos, os riscos que estão expostos pelo desuso ou repouso prolongado, as características do Sistema Locomotor e as alterações significativas do comportamento do colágeno nesses tecidos. Como principal consequência da ação colágena nestes sistemas percebe-se, a contratura do tecido articular devido à proliferação das fibras tipo I de colágeno e significativa proliferação dos elos cruzados de colágeno, fenômeno conhecido como rearranjo. Este estudo apresenta também uma pequena abordagem terapêutica sobre os efeitos deletérios do imobilismo no sistema osteomuscular e articular.

Palavras Chaves: Imobilização, idoso, aparelho locomotor, colágeno e efeitos deletérios.

¹ Fisioterapeuta. Mestrando em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Endereço: Av. Presidente Vargas nº 400, casa 19 – Pecuária Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil. Tel. (22) 9824-2898 E-mail: julioboecat@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Estudos sobre o envelhecimento da nossa população, ou seja, pessoas com idade igual ou superior a 60 anos revelam que essa faixa etária da população está tendo um crescimento acelerado e se tem a expectativa que em poucos anos o Brasil ocupará o sexto lugar no mundo em população idosa. Segundo diversos autores isso se deve a fatores sociais e a um melhor acesso a serviços de saúde e motivam uma maior atenção daqueles que dedicam suas atividades profissionais em prol da promoção da saúde do idoso.

Para que possamos atingir o objetivo de melhorar a qualidade de vida desta faixa etária populacional é importante a variabilidade de cada participação profissional, tanto quanto a forma quanto ao conteúdo, necessitando assim de ações interdisciplinares e multidisciplinares, buscando assim uma equipe que envolva tantas disciplinas profissionais quanto necessárias.

Uma característica importante do idoso está relacionada com suas funções fisiológicas que diminuem após os 30 anos de idade, alcançando um acentuado desequilíbrio após os 60 anos e muito do decréscimo destas funções pode estar relacionado com o descondicionamento e o desuso sendo o idoso mais propenso a apresentar lesões patológicas em diversos sistemas orgânicos com destaque para as alterações do sistema esquelético e cardiovascular.

Muitas mudanças na qualidade de vida e na diminuição da capacidade funcional do idoso estão ligadas a hospitalização, que muitas vezes trás conseqüências irreversíveis com manifestações iniciais no sistema musculoesquelético afetando diretamente a força muscular, resistência a fadiga e o vigor em função da imobilidade prolongada.

Um dos principais objetivos da medicina de reabilitação, não só da geriatria e gerontologia mas de maneira geral, é melhorar a função física e psicossocial do indivíduo com doenças crônicas e incapacitantes. Para atingir um ótimo nível de independência devemos, além de diagnosticar e tratar perdas patológicas e funcionais, também monitorar complicações potenciais que poderiam causar problemas adicionais ou incapacidades. As complicações da imobilização e inatividade nem sempre foram conhecidas como causas de disfunção porém, nas últimas décadas, os profissionais de saúde estão voltando a atenção para os efeitos negativos e maléficos do descanso ou repouso prolongado no leito, da inatividade e os efeitos benéficos da atividade e dos exercícios.

A imobilidade (ou limitações de movimento) pode alterar o estado emocional do indivíduo independente da condição que o levou ao decúbito prolongado, podendo apresentar ansiedade, apatia, depressão, labilidade emocional, isolamento social e é possível que, com a imobilidade prolongada, uma pessoa normal e saudável desenvolva enrijecimento da musculatura da coluna vertebral e dos membros, fraqueza, osteoporose, alterações das características morfológicas, bioquímicas e biomecânicas de vários componentes das articulações sinoviais, além de descondicionamento cardiovascular.

Para se entender e tratar as complicações e transtornos causados pela imobilização se faz necessário entender as seguintes questões: Quais são as mudanças bioquímicas e histológicas que ocorrem nos tecidos articulares e como estas mudanças afetam seu comportamento mecânico? Qual é a seqüência temporária dessas mudanças? Qual o potencial para a recuperação? Como a imobilização influencia na cura?

Sabe-se que a permanência no leito por longos períodos é um fator importante a ser avaliado, pois pode levar a outros danos de natureza física (por exemplo, a úlcera de pressão) e psicossociais (isolamento e depressão) e hoje é comumente aceito que a inatividade pode causar efeitos diversos em múltiplos órgãos e sistemas. Inicialmente, a imobilidade produz uma redução de capacidade funcional de um órgão e mais tarde afeta órgãos múltiplos e sistemas do corpo (Sistema Cardiovascular, sistema digestório, respiratório, excretor e até o Sistema Nervoso). Quando a capacidade funcional cai para baixos níveis perigosamente, novos sinais e sintomas aparecem e podem ser observados no Aparelho Locomotor, nos Sistemas Cardiovascular, Respiratório, Genitourinário, Gastrintestinal e no Sistema Nervoso Central.

Portanto é importante se conhecer e entender o grande número de comorbidades que envolvem o paciente idoso submetido à imobilidade ou inatividade, pois o torna mais suscetível as complicações, perda funcional e incapacidades.

2. METODOLOGIA

A proposta deste artigo é fazer uma revisão bibliográfica baseada em uma pesquisa realizada em livros científicos que abordam o assunto, publicações científicas nacionais e internacionais e textos oriundos de sites relacionados com o assunto.

A presente pesquisa foi iniciada em 2007 após a observação de alguns pacientes idosos que passaram por um longo período de acamação em decorrências de alterações musculoesqueléticas, de doenças neuromusculares e outros casos que não apresentavam nenhuma doença de base, porém se tornavam acamados em função da senilidade, na tentativa descrever os fatores causadores deste que levam a um comprometimento muitas vezes permanentes de articulações e músculos causando limitações e incapacidades deste idosos. Sendo o mecanismo básico de geração dessas debilidades já bem conhecidos, para esta pesquisa foi feita uma grande base de dados em publicações e o critério utilizado para a seleção dos trabalhos foi a observação dos textos que abordavam mais profundamente o tema atingindo os objetivos desta pesquisa que é o de demonstrar os efeitos deletérios da imobilização nos sistemas músculo esquelético e articular.

3. SÍNDROME DO IMOBILISMO

Muitas desordens do aparelho locomotor acontecem pelo longo período de imobilidade no leito onde há um decréscimo na atividade física e, por conseguinte, nos efeitos benéficos que ela produz. Não são apenas as desordens de origem neurogênica ou miogênica que levam a este quadro. Problemas ortopédicos, queimaduras, alguns tipos de infecções, alterações psiquiátricas e quadro algico intenso levam o indivíduo a permanecer por um período prolongado de restrições no leito. (REDONDO, 2005)

3.1 Conceito

A síndrome da imobilidade é um conjunto de alterações que ocorrem no indivíduo acamado por um período de tempo prolongado. Independente da condição inicial que motivou ao decúbito prolongado, esta síndrome evolui para problemas circulatórios, dermatológicos, respiratórios e muitas vezes psicológicos. Muito da morbidade e mortalidade associada ao paciente restrito ao leito advêm dessas complicações músculo-esqueléticas e viscerais. (BASS, 2006). De acordo com ZINNI, (2003) é quando a pessoa idosa precisa ficar imobilizada, devido uma queda, resultando em uma fratura. O repouso beneficia a região lesada mais seu

prolongamento prejudica o resto do organismo. As complicações afetam sistemas como cardiorespiratório, vascular, endócrino, gastrointestinais, urinário, muscular, esquelético e neurológico. Sendo que estas complicações podem ser aumentadas dependendo dos fatores pré existentes de cada paciente.

Entenderemos melhor a síndrome de imobilidade no leito se conhecermos a biomecânica de nosso organismo. Sabemos que o ser humano é desenhado para ser móvel, principalmente porque 40% do nosso organismo é composto de músculos esqueléticos. Além do mais somos dependentes da atividade física para que haja a manutenção deste sistema músculo-esquelético e para a melhor função de nossos órgãos internos. Sabemos, por exemplo, que a reabsorção óssea é feita através dos estímulos de pressão e tração que este segmento recebe ao longo do dia, onde nos locomovemos e pressionamos as estruturas. Outros exemplos da falta de atividade física são insuficiências cardíacas, deterioração articular, condições tromboembólicas, estase gastrointestinal e estase urinária. A patofisiologia das alterações que acontecem devido ao longo decúbito começa cedo e evolui rapidamente. Muitas das desordens são reversíveis, mas quanto maior o período de imobilização mais difícil será a sua reabilitação. (BASS, 2006)

3.2 Classificação

Historicamente, sempre houve controvérsias a respeito do repouso prolongado (ou seja da manutenção superior a 15 dias de uma pessoa no leito) e também que antigamente era parte do tratamento o paciente permanecer em repouso. Hoje, sabemos que um dos papéis mais importantes do Fisioterapeuta na unidade hospitalar é o da retirada precoce do paciente do leito evitando, assim, diversas patologias associadas ao longo decúbito como úlceras de pressão (escaras) e pneumonia. Algumas classificações são consideradas para este tipo de restrição. Dependendo do tempo de permanência no leito alteram-se a sua classificação onde temos de 7 a 10 dias caracterizado como período de repouso, 12 a 15 dias período de imobilização e 15 dias ou mais decúbito de longa duração (REDONDO, 2005).

4. OS EFEITOS DELETÉRIOS DA SÍNDROME DO IMOBILISMO SOBRE O APARELHO LOCOMOTOR

Os efeitos deletérios da imobilização são derivados de percalços que inevitavelmente resultam em um período maior ou menor de imobilidade buscando sua reabilitação e segundo Carvalho (2002 apud VANDENBORNE, 1998) as fraturas ósseas, rupturas ligamentares, lesões musculares como também doenças degenerativas ou articulares, podem exigir cirurgias ou tratamento conservador com conseqüente imobilização dos membros.

Baseando-se no relato de Akeson (1986) dentre as mais importantes mudanças no metabolismo protéico observa-se a proliferação do tecido conectivo fibroso dentro do espaço articular, adesões entre articulações sinoviais, aderência do tecido conectivo fibroso e superficial da cartilagem, atrofia ou bloqueio da cartilagem, “ulceração” nos pontos entre cartilagem de contato, desorganização das células e fibras ligamentares, enfraquecimento no local de inserção dos ligamentos, reabsorção osteoclástica no osso e fibras de Sharpy, osteoporose da extremidade envolvida, grande necessidade de força na mobilização articular e crescimento da incongruência ligamentar.

4.1 - Efeitos da imobilização no desenvolvimento da osteopenia e hipercalcemia

Embora o fenômeno de perda óssea durante períodos prolongados de imobilização seja bem conhecido, ele fica geralmente, clinicamente silencioso por anos, pois o paciente não manifesta nenhuma queixa relacionada com a diminuição da densidade mineral óssea. As radiografias de rotina não revelam a presença de osteoporose ou de diminuição da Densidade Mineral Óssea (DMO) até ocorrer uma perda de 40% da densidade total do osso em função do controle humano da liberação da radiação no exame o que pode gerar um falso resultado, não sendo, portanto um exame de eleição para avaliação de densidade mineral óssea. A cintilografia óssea pode ser positiva, particularmente em metáfises de ossos longos e por esqueleto axial, devido ao aumento do fluxo sanguíneo na região. (KOTTKE, 1994) O melhor método para avaliação de redução de massa óssea e que é utilizado como rotina para este fim é a Densitometria Óssea, porém não é um exame solicitado com rotina até que haja indicação clínica para solicitação.

A síndrome de hipercalcemia de imobilização não é rara em crianças e adolescentes; estudos têm indicado que até 50% das crianças saudáveis com fraturas únicas do membro inferior (em gesso ou mantidas sob tração) em repouso no leito terão hipercalcemia, que é confirmada por achados positivos em testes laboratoriais. A hipercalcemia, sintomática ocorre aproximadamente em quatro semanas, após o início do repouso no leito. Os sinais incluem anorexia, dor abdominal, constipação, náusea e vômito. Os sinais neurológicos progressivos são: fraqueza, hipotonia, instabilidade emocional, estupor e finalmente coma. A hipertensão grave também pode acompanhar esta síndrome. O diagnóstico deve ser considerado em face da inatividade prolongada de uma criança ou jovem com uma fratura. (KOTTKE, 1994)

A lei de Wolff determina que a morfologia óssea e a densidade dependem das forças que agem sobre o osso. As forças normais são rompidas durante a imobilização e situações de não suporte de peso. Estudos feitos em animais indicam que a reabsorção do osso é a primeira alteração da sua cinética. Isto é particularmente verdadeiro para o osso trabecular, embora a perda óssea cortical possa ser significativa. (KOTTKE, 1994)

4.2 - Efeitos da imobilização no sistema articular

As cápsulas fibrosas e os ligamentos funcionam como estabilizadores secundários da articulação. Estas estruturas são inervadas com terminações proprioceptivas e podem enviar sinais para centros neurológicos compensadores através de respostas musculares, quando trações excessivas são aplicadas às articulações. Os ligamentos estabilizam passivamente as articulações quando são reforçadas pela estabilização dinâmica promovida pelos músculos que se interligam as articulações pelo sistema nervoso central. Segundo Akeson (1986) existem dois esquemas para inserção dos componentes das fibras articulares: uma inserção perióstica de mais fibras periféricas e uma inserção óssea para fibras ligamentares centrais que se caracteriza por três zonas de trânsito que se incluem o ligamento, a fibrocartilagem, mineralizada e osso. Esta transição previne a concentração de stress na inserção do ligamento ósseo. As diferenças regionais anatômicas das articulações influenciam no índice de recuperação da imobilização.

O líquido sinovial lubrifica estruturas ligamentosas da articulação e nutre estruturas como cartilagem, meniscos e ligamentos e esta nutrição é aumentada pelos movimentos acentuados da articulação. (REDONDO, 2005)

Cerca de 80% da matriz sólida do ligamento é colágeno arrumado em tiras paralelas chamadas de fascículos orientados ao longo do maior eixo do ligamento. Os ligamentos conservam sua orientação uniaxial, mesmo em movimento, otimizando suas propriedades elásticas. Esses ligamentos contêm em sua estrutura 3% a 5% de elastina que compensam a rigidez das inserções proximal e distal. (AKESON, 1986)

A estrutura capsular fibrosa, bem como os ligamentos, é predominantemente colágeno com uma formação de tecido cruzado como se fosse uma mangueira de nylon em que debaixo de tensão, suas fibras são tracionadas na direção da força e então alongadas em nova direção e com isso um grande deslocamento é permitido sem transmissão de força, até que as fibras sejam colocadas em ordem e capazes de exercer força nos seus respectivos pontos de fixação. (KOTTKE, 1994)

4.2.1 Contratura Artrogênica

Uma grande variedade de mecanismos patológicos pode desenvolver contraturas artrogênicas. O mecanismo mais comumente observado em ortopedia diz respeito a tratamento de fraturas com gesso e pode ser associada ao que chamamos de “Síndrome de fratura” que inclui edema crônico, atrofia muscular, bloqueio articular e osteopenia por desuso. Outros mecanismos incluindo, desordens congênicas e doenças crônicas que resultam na incongruência mecânica da superfície articular, que pode gerar dor e destruição articular com perda do poder motor que leva ao bloqueio. (AKESON, 1986)

As articulações sinoviais necessitam de atividade física para estimular o homeostase e manter a composição biomecânica matricial. A maneira pela quais as células interpretam sinais físicos para manter as características, desejáveis da matriz não é certa, porém, postula-se que, sensores mecânicos de tensão e compressão e sensores elétricos atuam sobre as fibras de colágeno. Os fibroblastos e condrócitos interpretam forças físicas que influenciam o poder de síntese de degradação dos componentes da matriz e dos componentes extracelulares a matriz. (KOTTKE, 1994)

4.2.2 Observações Macroscópicas e Microscópicas

Foram realizados estudos em roedores adultos imobilizados onde se observou mudanças logo com duas semanas, que foram a atrofia muscular e do tecido conectivo fibroso. No período de 30 a 60 dias, observou-se úlcera na cartilagem na área de compressão. Foi notada uma proliferação fibrovascular no osso subcontral no joelho imobilizado por mais de 60 dias. Todos os joelhos imobilizados por muito tempo ficaram bloqueados, mas foram recuperados após tratamento, porém os defeitos adquiridos na cartilagem se mantiveram após remobilização. (AKESON, 1986)

Outros pesquisadores realizaram testes também em roedores utilizando imobilização com e sem efeitos de carga e em 45 dias ocorreu proliferação do tecido conectivo fibroso com aderência em ambos. O desgaste da cartilagem não foi notado, mas a diminuição da celularidade e coloração da matriz foram observadas em 45 dias de imobilização sem carga e estas mudanças foram levemente pioradas no grupo com carga.

Em seres humanos foram avaliados pacientes imobilizados por 12 meses ou mais, através de autópsias e amputações e notou-se que a obliteração do espaço articular por proliferação fibroblástica e anquilose fibrótica eram seqüelas em longo prazo. Baker observou uma mudança semelhante nas facetas articulares espinhais imobilizados por fusão espinhal onde se notou semelhanças ou paralelos aos estudos feitos anteriormente. (AKESON,1986)

E ainda segundo Akeson (1986) o resultado protéico macroscópico e microscópicos feitos após período prolongado de imobilização notaram-se com relação ao líquido sinovial, uma proliferação do tecido conectivo fibrose no espaço articular, aderência do tecido conectivo fibroso e da superfície da cartilagem, atrofia de cartilagem, necrose de pressão em pontos de contato entre cartilagem, em nível ligamentar ocorre uma desorganização de arranjo paralelo das fibras e das células e nas inserções ligamentares ocorre uma destruição das fibras de inserção óssea do ligamento devido à atividade osteoclástica e finalmente no osso ocorre uma osteoporose generalizada.

4.2.3 Observações Biomecânicas

O grande aumento de inflexibilidade na articulação resulta da aderência total, mas também, das inserções das fibras dispostas como traçadas ou malha tipo mangueira da capsular

ou tecido sinovial na parte posterior do joelho. Inversamente a isso os ligamentos são afetados diretamente onde o movimento das fibras extracelulares, onde a qualidade do que é feito na matriz da fibra do ligamento reduz sua elasticidade, comparados a aquelas com matriz despontam paralelamente. Por isso os ligamentos se tornam menos rígidos depois de várias semanas de imobilização. (AKESON, 1986)

4.2.4 Observações Bioquímicas

As mudanças bioquímicas da matriz do tecido conectivo devido à imobilização incluem: redução do volume de água, redução total de GAGs (glicosaminoglicanos) redução de massa de colágeno, aumento paralelo das fibras de elos cruzados de colágeno associada ao volume de síntese. A massa de colágeno é reduzida em apenas 5% após 9 semanas de imobilização. Segundo Vojvodic (2004), com uma semana de imobilização inicia-se a troca de fibras colágenas tipo III pelas do tipo I, de tal forma que em três semanas há um predomínio das fibras tipo I (colágeno mais denso). Outra alteração qualitativa seria o aumento no número de ligações cruzadas (rearranjo).

Uma mudança na matriz é clara observando-se os elos cruzados de colágeno. Estes elos cruzados são associados com novas combinações de colágeno e sua presença em grande quantidade indica aumento do colágeno imaturo no tecido. Essas novas combinações de colágeno incluem a perda do colágeno velho e a formação de novos colágenos, resultando na perda de 5% anteriormente citada, outras mudanças proteolíticas na matriz são relativas à perda de água e mudanças de GAGs na matriz do tecido conectivo fibroso. A implicação da perda de significantes diminuições do espaço articular e lubrificação eficiente da matriz. (AKESON, 1986)

O crescimento das mudanças metabólicas dos constituintes da matriz causa desorganização da matriz na ausência do controle das forças. Por causa da agressão da tropocolágeno dentro das fibras sem um acontecimento extracelular, fatores alheios à influência direta da célula devem ser importantes na organização da reunião de proteínas extracelulares. Enquanto a natureza dos sinais em controle não são estabelecidos, sinais físicos como a tensão ou sinais elétricos podem ser fatores. (AKESON, 1986)

No tecido altamente ordenado como os ligamentos nos quais as fibras são organizadas em ordem paralela, novas fibras desordenadas resultam em dramáticas mudanças nas características físicas. Observa-se o aumento da extensibilidade, bem como diminuição da rigidez com reduzida absorção de energia e uma resistência reduzida. Em mais tecidos extensos como a sinóvia e cápsula a disposição desordenada das fibras aparece para impedir a flexibilidade impedindo o deslizamento de fibra sobre fibra nos pontos nodais. A perda do potencial de deslizamento nestes pontos previne a malha de adaptações para mudanças de condições de resistência alterando a forma. As características de regiões longas tais como as malhas do dedo do pé, são desse modo perdida e esse processo envolve clinicamente uma contratura articular. (GUYTON, 1996)

4.3 Efeitos da imobilização no sistema muscular

O músculo é o elemento motor do corpo humano acionado voluntariamente ou reflexamente os seguimentos corpóreos. “A função do músculo esquelético depende da atividade proprioceptiva intacta, inervação motora, carga mecânica e atividade articular” (CARVALHO, 2002). A inatividade e a imobilização afetam diretamente a força muscular, resistência à fadiga e vigor.

“O músculo é o mais mutável dentre os tecidos biológicos e responde a demandas normais e alteradas com adaptações morfológicas e funcionais”. (Carvalho, 2002 apud APPELL, 1986a). Na posição deitada à atividade muscular é mínima e a força exercida pela gravidade nos ossos e nos tecidos de apoio é reduzida. No repouso completo e prolongado um músculo perderá 10 a 15% de força por semana e 50% em três ou cinco semanas. Em dois meses o volume do músculo poderá diminuir para a metade do trabalho original. As mudanças histológicas vistas no músculo em microscópio eletrônico depois de seis semanas de imobilização são: degeneração de fibras e um aumento da produção de gordura e tecido fibroso. (CARVALHO, 2002)

Um número de alterações dos parâmetros fisiológicos pode ser vistos nos músculos com prolongada inatividade. A atividade enzimática oxidativa, em particular, é afetada adversamente, resultado em baixa tolerância e falta de oxigênio e acúmulo precoce e prolongado de ácido láctico. (KOTTKE, 1994)

Estudos anteriores demonstram que o repouso no leito foi associado ao estado catabólico, resultando em aumento de eliminação urinária de nitrogênio. O desencadeador desse equilíbrio negativo de nitrogênio é ainda desconhecido; a degradação da proteína muscular e a síntese reduzida das proteínas contráteis têm sido implicadas. Recentemente, tem evidências de enzimas proteolíticas cálcio-ativas localizadas no sarcolema. Ainda outras teorias para a atrofia muscular e degeneração têm incluído alterações na influência dos fatores de crescimento (por exemplo, fibroblastos ou fator de crescimento epidérmico) ou um redução nos locais de ligação no sarcoma. Segundo Guyton (1997) vários mecanismos são responsáveis pelo aumento da capacidade funcional do músculo. Uma densidade capilar maior é aumento do fluxo sanguíneo através do músculo prolongam o trânsito de sangue, permitindo o aumento de absorção de nutrientes e oxigênio.

O músculo, propriamente dito, mostra elevada atividade enzimática oxidativa com o aumento da utilização de piruvatos, ácidos graxos e cetonas. O aumento proporcional na utilização do ácido graxo livre reduz a demanda por glicose, assim preservando o armazenamento e a reserva de glicogênio. Este aumento nas reservas, junto com a melhor utilização dos nutrientes altamente energéticos, contribui significativamente, para a resistência muscular à fadiga. De acordo com CHINGUI (2002 apud EXTON, 1987) a musculatura esquelética é o tecido mais importante envolvido na homeostasia glicêmica, pela capacidade de captar grandes quantidades de glicose após infusão ou ingestão. Em condições basais, as fibras musculares esqueléticas apresentam pequenas concentrações citosólicas de glicose, porém, frente à hiperinsulinemia, hiperglicemia ou atividade física, ocorre uma maior captação da hexose, que pode ser oxidada e liberada na forma de lactato, alanina ou piruvato ou direcionada para formação de glicogênio. Os músculos devem ser usados regularmente para que sua capacidade funcional seja mantida.

4.3.1 Contraturas Musculares

As contraturas musculares podem ser secundárias a fatores intrínsecos ou extrínsecos. Uma contratura muscular intrínseca é estrutural por natureza pode estar associada com processos inflamatórios, degenerativos, isquêmicos ou traumáticos no próprio músculo. (KOTTKE, 1994)

As distrofias musculares são clássicos exemplos de um processo degenerativo. As mudanças histológicas nas distrofias incluem perda de fibra muscular, necrose segmentar das fibras musculares, aparência anormal de fibras musculares, residuais e aumento de lipocitose e fibrose. O resultado final é a degeneração do músculo e a proliferação do novo tecido conectivo subsequente ao encurtamento do músculo. A fibrose também é implicada como uma seqüela de mudanças isquêmicas ou trauma direto ao músculo. Imediatamente após a hemorragia, ocorre a deposição de fibrina no lugar do sangramento. Dois ou três dias depois, as fibras de fibrina são substituídas por fibras reticulares, o que forma uma rede frouxa de tecido conectivo. Se o músculo é mantido imobilizado, um tecido denso é formado em menos de sete dias. Em três semanas, tiras largas de tecido fibroso denso irão resistir ao alongamento, limitando a amplitude de movimento de articulação. (KOTTKE, 1994 & DURIGAN, 2006)

Kottke (1994) diz que dentre as causas do encurtamento muscular intrínseco, a ossificação heterotópica resulta da metaplasia de colágeno ao osso. Parece que o músculo sofre contraturas durante a inatividade porque existe uma mudança na natureza e no conteúdo das fibras de colágeno que se acham ao redor e entre as fibras musculares (colágeno do endomésio, perimésio e epimésio).

Durante a tensão passiva, o sarcolema começa a alongar quando aproximadamente 40% do alongamento de fibra muscular já ocorreram. O consenso, portanto, é que as miofibrilas, mais do que as membranas musculares, são os principais contribuidores para elasticidade que se atribuí à fibra muscular. Kottke (1994) afirma que a estrutura muscular intracelular, estudada na preparação de uma única fibra muscular no alongamento inicial, mostra a elasticidade a que se atribui um valor de $\% \times 10$ dinas por cm, quando comparado com 5×10 dinas por cm para sarcolema. Porém, a elasticidade para fibras de colágeno é significativamente mais alta 10 dinas por cm. Assim a rede de fibra de colágeno é o fator mais importante na restrição do alongamento passivo de todo o músculo.

A contribuição progressiva da rede de fibras de colágeno para a tensão passiva na medida em que o músculo é alongado, pode ser explicada pelo fato de que em uma tensão mais alta, ocorre um recrutamento progressivo de fibras frouxas de colágeno. Contribuindo para o aumento da resistência. Em um músculo em repouso nem todas as fibras de colágeno são orientadas paralelamente ao eixo longitudinal da fibra muscular e na direção da contração muscular. Conforme a tensão passiva é aumentada progressivamente, grande número de fibras de

colágeno endireita-se na direção de contração e tornam-se mais efetivos para dar resistência passiva. Ademais, durante o alongamento, as maiorias das fibras de colágeno estão esticadas totalmente até mesmo antes que os elementos das fibras de colágeno desenvolvem um papel mesmo antes que os elementos das fibras de colágeno desenvolvem um papel muito importante na resistência passiva ao alongamento. (CARVALHO, 2002 & DURIGAN, 2006)

Sob condições normais as fibras de colágeno têm o formato de mola e são organizadas frouxamente para permitir amplitude total de movimento. Porém, se uma posição encurtada do músculo é mantida por mais de cinco a sete dias o tecido conectivo frouxo do ventre muscular se torna encurtado e então gradualmente se transforma em tecido conectivo denso. Segundo Vojvodic (2004) o imobilismo é o responsável pelas seguintes alterações musculares:

- Diminuição no nível de glicogênio e ATP
- A diminuição na atividade muscular pode comprometer a irrigação sanguínea com
- Baixa tolerância ao ácido lático e débito de O₂ com conseqüente diminuição na capacidade oxidativa.
- Diminuição da síntese protéica (observada na sexta hora).
- Atrofia das fibras musculares tipo I e II.
- Diminuição da força muscular e diminuição do número de sarcômeros.
- Diminuição do torque.
- Incoordenação pela fraqueza generalizada resultando em má qualidade de movimento.
- Dor/Desconforto após a imobilização (imobilidade induz a um processo inflamatório tecidual com liberação de substâncias que estimulam os receptores locais de dor).

5. ABORDAGENS TERAPÊUTICAS NAS ALTERAÇÕES OSTEOMUSCULARES E ARTICULARES

É objetivo fundamental da medicina de reabilitação a busca por meios de proporcionar um retorno a suas Atividades de Vida Diária (AVD's) no menor período possível aos pacientes expostos à imobilidade, sendo assim o treinamento funcional deve focar o desenvolvimento de habilidades para a solução de problemas e estratégias compensatórias apropriadas, afim de assegurar que as tarefas de AVD's sejam realizadas, portanto, a busca por novas técnicas para

tratamento dos efeitos deletérios da imobilidade (Síndrome do Imobilismo) está sendo utilizada como auxílio neste objetivo. (SULLIVAN, 2004)

A utilização da atividade física durante o período de imobilização pode reduzir as mudanças fisiológicas desfavoráveis e as complicações geradas pela imobilidade, melhorando a qualidade de vida do sujeito durante e pós a enfermidade. (MELO 2004 apud ROWLAND, 2000):

O posicionamento adequado no leito associado a um programa de cinesioterapia dirigida é fundamental para a prevenção de contraturas osteomusculares e articulares. (REDONDO, 2006) A utilização de técnicas de mobilização passiva, o mais precoce possível, evoluindo para mobilização ativa se mostra fundamental na redução do tempo de repouso no leito que deverá ser realizada progressivamente levando-se em conta a condição clínica do paciente. A mobilização precoce diminui a incidência de tromboembolismo e de trombose venosa profunda além de permitir a melhor oxigenação e nutrição dos órgãos internos. (BASS, 2006)

Como umas das principais conseqüências relacionadas ao desuso do aparelho locomotor podem citar “a redução da elasticidade muscular, redução da amplitude de movimento e até mesmo a contratura muscular devido à proliferação do tecido conjuntivo” (DURIGAN, 2006 apud JOZSA, 1990) além da redução das reservas de glicogênio e conseqüente queda da homeostesia energética e morfológica, levando ao que chamamos de hipotrofia muscular.

Para se reverter estes quadros, postulam-se algumas formas bioquímicas de tratamentos das deformidades e contraturas que dentre elas vale a pena mencionar: (AKESON, 1986)

- Inibidores da síntese de colágeno
- Inibidores dos elos cruzados de colágeno, que são necessários para maturação do novo colágeno sintetizado.
- Penicilina
- Estrogênio
- Ácido hialurônico

Ainda no intuito de minimizar os efeitos deletérios do desuso no tecido muscular dentre as diversas técnicas que vem sendo utilizada temos a estimulação elétrica neuromuscular (EE) com o objetivo de melhoras as condições homeostáticas da fibra muscular e Durigan (2006) relata que foi observada redução da densidade da área de tecido conjuntivo, apontando pra possível redução de fibrose, e aumento na quantidade de grânulos de glicogênio. A EE também

promove a elevação na atividade contrátil das fibras musculares desse modo a dinâmica de captação e metabolismo da glicose e a atividade das vias metabólicas celulares são aumentadas, uma vez que os grupos submetidos somente a EE apresentaram maiores reservas de glicogênio.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos da imobilização no organismo vão além de contraturas ortogênicas, esses efeitos podem causar conseqüências aos sistemas do corpo humano, variando conforme a gravidade da lesão, tipo de imobilização, tempo de imobilização, distúrbios secundários que podem ser adquiridos com tempo de inatividade e muitas vezes de repouso completo no leito.

Quanto maior o tempo de inatividade ou imobilização, maiores serão seus efeitos nos sistemas do organismo onde uma lesão predispõe ou facilita a implantação de outras complicações como, por exemplo, o nível cardiovascular, respiratórios, gastrintestinais, sistema nervoso central, etc.

Seria importante atentarmos para a prevenção de patologias secundárias a imobilização para que a recuperação se desse de uma forma mais rápida e eficaz. Essa prevenção inicia-se desde o momento de implantação do trauma sofrido mesmo com o uso de imobilização como gesso onde temos grande fixação.

É importante a investigação sobre esses efeitos teciduais e celulares para que se encontrem métodos que promovam o tratamento minimizando os efeitos deletérios ao organismo.

É notável o papel do colágeno na função articular e muscular sendo através dele que ocorre a implantação do bloqueio ou contraturas articulares e musculares, porém também é através do colágeno que prevenimos e recuperamos essas implantações. Observa-se também a grande importância da mobilização nas estruturas articulares e musculares na prevenção e na recuperação das alterações encontradas. A mobilização se faz necessária para que seja mantido um bom alongamento fisiológico das estruturas articulares e musculares envolvidas, porém os seus efeitos deletérios devem continuar sendo estudados a fim de se buscar cada vez mais técnicas para a reabilitação, o quanto mais rápido dos pacientes atingidos, a sociedade.

Portanto, é indicado que de maneira mais precoce possível seja implantada uma terapia de remobilização, principalmente no pessoa idosa, evitando assim um comprometimento de outros componentes corporais, o que dificultará ainda mais o processo de reabilitação.

7. REFERÊNCIA

AKESON, W.H. et al Effects of Immobilizations on Joints. **Fisiotherapy**. P. 28, 1986.

BASS, B.L. **Conseqüências da Síndrome do Imobilismo no Leito**. Rio de Janeiro, Brasil, abril de 2006. Internet. Disponível em: <http://www.ortofisio.siteonline.com.br>. Acesso em: 23 março 2007.

CARVALHO, C.M.M.; SHIMANO, A.C.; VOLPON, J.B. Efeitos da Imobilização e do exercício físico em algumas propriedades mecânicas do músculo esquelético. **Revista brasileira de Engenharia Biomédica**, v.18, n.2, p. 65 – 73, 2002.

CHINGUI, J.L.; et al. **Perfil metabólico muscular nos períodos de 1,2,3,7 e 15 dias de imobilização articular**. 2005. Dissertação. UNIMEP, Piracicaba – São Paulo.

DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira; DIOGO M.J.E. Atendimento Domiciliar: um enfoque gerontológico. SãoPaulo: Ed. Atheneu, 2005

DURIGAN, J.L.Q.; et al. Efeitos da Estimulação Elétrica Neuromuscular sobre o membro posterior imobilizado de ratos durante 15 dias: Análises Metabólicas e Morfométricas. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 10, n. 3, p. 297 – 302, 2006.

GUYTON, A. C.; HALL, J. E. **Tratado de Fisiologia Médica**. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. xxp.

KNOBEL, Elias. **Condutas no paciente grave**. São Paulo: ed. Atheneu, 2006

KOTTKE, F.J.; LEHMANN, J.F. **Tratado de Medicina Física e Reabilitação de Krusen**. Volume 2. 4.ed. São Paulo. Manole, 1994.

MELO, A.C.R.; LÓPEZ, R.F.A. Efeitos da atividade física na redução dos efeitos do imobilismo. In: **Revista Digital**. Buenos Aires, Argentina, ano 10, n. 68, Janeiro de 2004. Internet. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd50/efeitos.htm>. Acesso em: 27 março 2007.

O'SULIVANN, S.B.; SCHIMITZ,T.J. **Fisioterapia**. Avaliação e Tratamento. 4.ed. São Paulo. Manole, 2004.

RAPOSO, A.C.; LÓPEZ, R.F.A. Efeitos da imobilização Prolongada e Atividade Física. In: **Revista Digital**. Buenos Aires, Argentina, ano 8, n. 50, Julho de 2002. Internet. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd50/efeitos.htm>. Acesso em: 22 agosto 2011.

REDONDO,K. L. Síndrome do Imobilismo. Maio de 2005. Internet. Disponível em http://www.kathialr.hpg.ig.com.br/saúde/10/index_int_20.html. Acesso em: 22 agosto 2011.

VERAS, R. P. e CAMARGO Jr., K. Idosos e universidade: parceria para qualidade de vida. In. Veras, R. (org.) *Terceira idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará - UnATI - UERJ 1995, p. 11-27.

VOJVODIC, C. **Síndrome do Imobilismo** 2004. Monografia (Especialização de Fisioterapia Respiratória em ventilação mecânica com ênfase em traumato-cirúrgico). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ZINNI, J.V.S.; PUSSI,F.A. **O Papel da fisioterapia na prevenção da instabilidade e quedas em Idosos**. In: Fisioweb WGate. Rio de Janeiro, Brasil. Internet. Disponível em: [http:// www.wgate.com.br/conteudo/medicinaesaude/fisioterapia/traumato/instabilidade_po...](http://www.wgate.com.br/conteudo/medicinaesaude/fisioterapia/traumato/instabilidade_po...) Acesso em: 22 agosto 2011

OS SABERES E FAZERES DE TRANÇADEIRAS COMO PRODUÇÃO DE ARTE E MATEMÁTICA

Luane Bento dos Santos

Mestranda em Relações Etnicorraciais no CEFET-RJ

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma discussão sobre o fazer/saber de trançadeiras a partir de abordagens da Etnomatemática e da Antropológica Cultural. Deseja demonstrar como a técnica corporal de trançar cabelos nas comunidades negras é uma prática estética de embelezamento, afirmação de identidade cultural e produção de conhecimentos matemáticos. Busca compreender o funcionamento do não explicitado, a lógica do não refletido, no que se relaciona a produção de arte e matemática no fazer/saber das trançadeiras. Destaca que a prática social de trançar cabelos vem sendo estudada enquanto fenômeno de afirmação identitária dos grupos negros e não como produção de conhecimento artístico e matemático. Utiliza como métodos etnografia, história de vida, observação participante e entrevistas.

Palavras-chaves: Etnomatemática, Antropologia, Identidade Negra.

ABSTRACT

The present study aims to conduct discussion on the do/ learn from approach ethnic hairdresser Ethnomathematics and Cultural Anthropology. Want to demonstrate how the technique of body hair braiding in black communities is a practical aesthetic beatification, affirmation of cultural identity and the production of mathematical knowledge. Search understands the functioning of not explicit, the logic of not reflected, as it relates to art production and in doing mathematics/knowledge of ethnic hairdressers. Highlights that the social practice of braiding hair has been studied as a phenomenon of identity affirmation of black groups and not as producing artistic and mathematical knowledge. Uses methods such as ethnography, life history, participant observation and interviews.

Keywords: Ethnomathematic, Anthropology, Black Identity

O conceito de Etnomatemática.

“A Etnomatemática pode ser definida como a antropologia cultural da matemática e da educação matemática. Como tal, é um campo de interesse relativamente recente, que se situa na confluência da matemática e da antropologia cultural” (GERDES, 1996, p.1).

A palavra Etnomatemática tem sido exaustivamente discutida no campo da Educação Matemática e percebida por muitos teóricos como uma nova abordagem de ensino de matemática. Por um lado é vista como uma forte crítica ao formalismo matemático e suas concepções universalistas, e por outro lado como uma forma mais ampla de olhar o fazer matemático. Em meio a inúmeras críticas, posições dúbias e discursos de defesa são perceptíveis os aumentos de trabalhos acadêmicos e programas que têm como paradigma ou teoria a Etnomatemática (MIARKA, 2011). Há vários grupos que discutem de Etnomatemática nas universidades: PUC-SP, UNESP-Rio Claro, USP, UFRG, UFRGS, UFF, UNICAMP, UFRRJ, UNEMAT, UFC, UFRN (COSTA, 2008; MIARKA, 2011)

Segundo Miarka (2011) a Etnomatemática é uma “área que tem crescido em termos de comunidade de pesquisa, não possuindo um único discurso acerca das concepções que a sustentam” (MIARKA, 2011).

A palavra Etnomatemática como concepção política e teórica foi utilizada, pela primeira vez, institucionalmente pelo matemático e filósofo Ubiratan D’Ambrosio na sessão plenária de abertura do 4º Congresso Internacional de Educação Matemática, em 1984 (Adelaida, Austrália), onde o autor falou acerca de suas reflexões sobre “*As bases socio-culturais da educação matemática*” (D’Ambrosio, 1985). Posteriormente o autor cunhou o termo em seu livro “*Etnomathematics and its Place in the History of Mathematics* (1985)”, onde este se insere na História da Matemática” (ESQUINCALHA, 2009). No Brasil, a palavra veio a ser mais difundida na versão portuguesa do livro “*Etnomatemática*, 1989”. Neste livro D’Ambrosio trabalha a palavra em seu sentido etimológico:

etno é hoje aceito como algo muito amplo, referente ao contexto cultural, e portanto inclui considerações como linguagem, jargão, códigos de comportamento, mitos e símbolos; *matema* é uma raiz difícil, que vai na direção de explicar, de conhecer, de entender; e *tica* vem sem dúvida de *techne*, que é a mesma raiz de arte e técnica de explicar e, de conhecer, de entender nos diversos contextos culturais (D’AMBROSIO, 1989, p.7)

Contudo é importante lembrar que o professor D'Ambrosio, já vinha desenvolvendo uma perspectiva etnomatemática desde década de setenta (SANTOS, 2008). A Etnomatemática segundo as considerações de D'Ambrosio (1985, 1989, 2007) é um programa de pesquisa que tem por objetivo contestar as práticas matemáticas acadêmicas e escolares como não sendo as únicas formas de sistemas de contagem, classificação, organização, mediação e inferência. Nas palavras do autor é um programa de pesquisa que visa:

“explicar os processos de geração, organização e transmissão de conhecimento em diversos sistemas culturais e as forças interativas que agem nos e entre os processos. Portanto o enfoque é fundamentalmente holístico” (D'AMBROSIO, 1989).

Além disso, D'Ambrosio também aponta a Etnomatemática como uma teoria do conhecimento:

Nessa concepção, nos aproximamos de uma teoria de conhecimento ou, como é modernamente chamada, uma teoria da cognição. Somos assim levados a identificar técnicas ou mesmo habilidades e práticas utilizadas por distintos grupos culturais na sua busca de explicar, de conhecer, de entender o mundo que os cerca, a realidade a eles sensível e de manejar essa realidade em seu benefício e benefício de seu grupo. Naturalmente, ai nos situou aí no contexto etnográfico. (D'AMBROSIO, 1989, p.7)

D'Ambrosio compreende a Etnomatemática como a matemática de grupos humanos, ou seja, a matemática dos grupos profissionais: médicos, arquitetos, engenheiros, grupos considerados étnicos como tribo indígenas e também a matemática praticada por crianças em idades específicas (de zero a sete anos). Assim entendemos que a Etnomatemática na perspectiva dambrosiana é múltipla e está implícita em todas as culturas com seus processos cognitivos distintos. Segundo D'Ambrosio, se constitui como fazer humano necessário para a dinâmica da cultura e sobrevivência do grupo. Neste sentido, para D'Ambrosio e outros autores que compartilham sua ideia a Etnomatemática é um programa de pesquisa e uma teoria do conhecimento. E para autores que se denominam etnomatemáticos, contudo em perspectivas distintas a de D'Ambrosio, a Etnomatemática pode ser vista como um novo paradigma acadêmico (ESQUICALHA, 2009).

A etnomatemática segundo as reflexões de D’Ambrosio (2007) e Esquicalha (2009) possui varias correntes dentro de si. Correntes que podem partir de análises comparativistas relacionando a matemática do grupo estudado com a matemática acadêmica e escolar como no trabalho de Costa (2008); como correntes que tentam desfocar o olhar da matemática ocidental, ou seja, não comparar a matemática do grupo estudado com a matemática acadêmica e escolar como na proposta de Sebastiani (2011).

Consideramos a Etnomatemática como a teoria do conhecimento que busca mostrar a matemática dos grupos oprimidos, excluídos, invisibilizados, em outras palavras, daqueles que não possuem vozes no meio acadêmico “os subalternizados”.

A Etnomatemática e as Relações Etnicorraciais

No Brasil percebemos que existem poucos trabalhos que estudem a Etnomatemática praticada pelos grupos negros como aponta Santos (2008):

“Desde o Congresso Nacional de Etnomatemática, ocorrido na UFRN em 2004, que o Prof. Dr. Artur. B. Powell, da Universidade de Rutgers, New Jersey/EUA, aponta a lacuna em pesquisas sobre a Etnomatemática com base nas culturas dos negros no Brasil.” (SANTOS, 2008, p.74).

Este fato implica diretamente na implementação da lei 10.639/2003 de Ensino de História e Cultura Africana e Afro Brasileira. Pois a falta de trabalhos acadêmicos que visem o fazer/saber das populações africanas e afro-brasileiras no que se refere à matemática e se constitui como negação das produções tecnológicas desses povos.

(...) percebe-se, por um lado, o fato de que a área de Matemática apresenta dificuldades em contribuir significativamente com a divulgação e valorização social da história e cultura africana e afro-brasileira. Por outro lado, vê-se a implementação da lei 10639/03 como uma medida importante que pode, além de modificar uma situação de racismo institucional, levar os educandos a perceberem as dimensões culturais, sociais e políticas da matemática (OLIVEIRA, 2011).

O professor Henrique Cunha Jr. (2008, 2010) em seus trabalhos enfatiza a necessidade de trazer a contribuição dos povos africanos para o desenvolvimento matemático. O autor tem sido uma das poucas vozes brasileiras a falar sobre a perspectiva dos grupos africanos e afro-brasileiros na realização de práticas matemáticas no meio acadêmico.

A história dos afrodescendentes na engenharia brasileira é muito rica, mas um pouco difícil de ser recuperada, pois muitos participantes eram autodidatas, construíam sem terem diploma das escolas de arquitetura [...] Mestre Valentim é um gênio, que inaugura o urbanismo no Brasil. Seu mais importante projeto, o Passeio Público do Rio de Janeiro”, construído em 1783, é o primeiro conjunto arquitetônico urbano do Brasil e das Américas com ajardinamento e obras de arte ao estilo francês [...] Theodoro Sampaio, foi expoente em diversas áreas do conhecimento sendo pesquisador na geografia, saneamento e na filosofia [...] Foi o engenheiro responsável pelos planos de água e saneamento das cidades de Santos e Salvador [...] Os irmãos Rebouças: André Rebouças e Antonio Rebouças, fizeram nome na engenharia brasileira. O túnel Rebouças, existente na cidade do Rio de Janeiro, tem esse nome em homenagem ao Engenheiro Antonio Rebouças. Os dois engenheiros estudaram na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que antes tinha o nome de Escola Militar, formaram-se em engenharia, tendo antes bacharelado em Ciências Físicas e Matemáticas. Antonio Rebouças se dedicou à construção de estradas de ferro e foi responsável pela construção da antiga estrada de ferro de Paranaguá, no estado do Paraná, uma das maiores e mais belas obras da engenharia brasileira. André Rebouças projetou obras de abastecimento de água do Rio de Janeiro e as Docas da Alfândega, desta mesma cidade. Foi engenheiro do Exército Brasileiro durante a Guerra do Paraguai (CUNHA, 2010, pp. 46-47).

Fazendo a arte das tranças na cabeça: fazendo matemática.

“No Candomblé Òpó Afonjá, nas Festas de Sangó, é cobrado aos filhos de santo, principalmente as filhas de santo, que trancem os cabelos. Pois, Sangó era o rei que adorava utilizar tranças em momentos de festas. Sangó é o rei das tranças! Kaó Kabecile, salve Sangó!”

(Filha de Santo de Osun do Ilé Asé Aganjú Isolá, Bairro de Itaipu, Niterói-RJ)

As experiências africanas marcadas na memória dos grupos afro-brasileiros são, extremamente, ricas e complexas. Trançar cabelos pode simbolizar uma homenagem de cunho religioso como está colocado acima ou uma prática social de cunho estético em busca de embelezamento herdado por nossos ancestrais africanos (GOMES, 2006). No entanto, é preciso destacar que em muitos casos o princípio religioso de trançar não é descolado do princípio estético. A fala acima elucida bem a questão. Pois, para Sangó trançar cabelos significa embelezar-se, compartilhar de vaidades e cuidados. Sangó em quase todos os mitos é descrito como um homem belo, justo e de muitas vaidades. Sangó assim como Osun, deusa da fertilidade, amor, maternidade e beleza, é muito vaidoso e adora a embelezasse. Arquétipo que se sucede no transcorrer do culto ao Deus africano.

As culturas negras ou africanas diaspóricas são resultados ressignificados das

lembranças e tentativas de perpetuações de memórias grupos africanos, que aqui aportaram através do tráfico de escravizados. De certo modo, são os elos que nos ligam aos antepassados africanos, com seus valores de pensamentos e estar no mundo. Sobretudo tem sido através dessas culturas que os negros brasileiros buscam reafirmar um orgulho de “ser” e uma identidade “coletiva/negra”.

As pesquisas historiográficas demonstram que os negros no período escravocrata tentaram manter de alguma forma as lembranças culturais dos territórios africanos. Através da mistura de diversos elementos étnicos das culturas africanas misturados aos elementos das culturas nativas e portuguesa se constituíram as culturas negras brasileiras como culturas híbridas ou africanas diaspóricas (Hall, 2009). Nas considerações de Sodré:

É preciso deixar bem claro que não se tratou jamais de *uma* cultura negra fundadora ou originária que aqui se tenha instalado para, funcionalmente, servir de campo de resistência. Para cá vieram dispositivos culturais correspondentes às várias nações ou etnias dos escravos arrebatados à África entre séculos os séculos XVI e XIX. Tais culturas já conheciam mudanças no próprio continente africano em função das reorganizações territoriais e das transformações civilizatórias (substituições de antigos reinos e impérios por dispositivos políticos de natureza estatal), precipitadas pelas estruturas de escravo montadas pelos europeus.

No Brasil, as mudanças são evidentemente radicais. Desde o início, os *senhores* (proprietários) evitavam reunir grande número de escravos de uma mesma etnia, estimulavam as rivalidades étnicas e desfavoreciam a constituição de famílias. Os folguedos, as danças, os *batuques* —a “brincadeira” negra— eram permitidos (e até mesmo aconselhados por jesuítas), tanto por implicarem em válvulas de escape com por acentuarem as diferenças entre diversas nações.

Entretanto, nesse espaço permitido, porque inofensivo dentro da perspectiva branca, os negros reviviam clandestinamente os ritos, cultuavam deuses e retomavam a linha de relacionamento comunitário. Já se evidencia aí a estratégia africana de jogar com as ambiguidades do sistema, de agir nos interstícios da coerência ideológica. A cultura negro-brasileira emergia tanto de formas originárias quanto dos vazios suscitados pelos limites da ordem ideológica (SODRÉ, 1983, pp.123-124)

Entendemos que destacar a prática social de trançar cabelos dos grupos africanos diaspóricos como forma de saber complexo (matemático) é levar para o campo do “saber” legitimado outras formas de se pensar sobre a produção de conhecimento desses povos. Pois como nos fala Sodré (1983) os povos africanos jogavam com a ideologia dominante, de tal forma que construíram outras simbologias dentro da ordem colonial e as mantiveram em segredos.

As tranças no Novo Mundo.

O hábito de trançar cabelos vem sendo analisado, em diversos estudos, como forma de afirmação de identidade cultural, resistência ao padrão estético hegemônico branco ocidental, além de ser visto como prática de cuidado herdada das tradições africanas, que fora de África foram realocadas para outras posições sociais ganhando outros valores nas Américas (GOMES, 2006; LODY, 2004, INOCÊNCIO, 2006). Os estudos, geralmente antropológicos enfatizam a relação de trançar com um fazer identitário e estético. Não percebem tais práticas sociais como produção de outros saberes. Na verdade, nem as descrevem deste modo. Falam delas como forma de um fazer artístico que envolve processos de abstrações originando desenhos geométricos. Ainda é imperceptível em campos científicos como a Antropologia Cultural Brasileira a relação de trançar com matemática. Porém há autores como Gomes (2006) que buscam expressar, de algum modo em seu trabalho um pouco dessa complexidade.

Os estudos sobre as esculturas africanas, ao mostrar a evolução histórica dos penteados, revelam-nos todo um percurso de mudança, recriação e extinção deles. Ao estudá-los juntamente com dados históricos, relatos dos viajantes e exploradores, mapas e desenhos, podem, os recompor um pouco do contexto cultural e histórico de povos que viveram séculos passados e que nem sempre nos deixaram registro escrito.

Um bom exemplo dessa recomposição é o estudo sobre o penteado em forma de cruz usado pelos *luba*, desaparecido progressivamente na primeira metade do século XX.

O penteado em forma de cruz refletia o status social de certas princesas. Assim, um penteado ritual feito rafia chamando *kibanga* identificava as mulheres encarregadas da cozinha real (GOMES, 2006, pp.334-335)

Os diversos povos africanos reproduziam nos seus penteados formas encontradas no seu meio natural [...] Podemos observar que, embora apresentem transformações, os penteados complexos continuam sendo uma forte marca estética do negro na diáspora (GOMES, 2006, p.344).

A etnografia de Gomes (2006) lança olhares diferenciados sobre as práticas de cuidar dos cabelos desde os povos africanos aos afro-brasileiros. Abrindo novos caminhos cognitivos sobre o modo como pensamos as práticas de trançar cabelos nas comunidades negras.

Os trabalhos levantados para nossa pesquisa no campo da Antropologia Cultural apresentaram um viés etnográfico cujo foco é à relação de estética e identidade negra. No campo da Etnomatemática despontaram autores que relacionam o fazer de trançar como repetições de padrões geométricos e expressões estéticas.

O etnomatemático Paulus Gerdes é um dos estudiosos que realiza belíssima discussão sobre a prática de trançar nos grupos africanos. Especificamente, tem estudado os povos africanos de Moçambique e Angola. Gerdes traz excelente contribuição para a Etnomatemática ao demonstrar a relação matemática nas práticas artesanais dos trançados. Gerdes desenvolvem uma pesquisa com mulheres africanas artesãs em seu livro: “Mulheres, cultura e geometria na África Austral (2011)”. Outro livro importante é “Geometria dos Trançados Bora da Amazônia Peruana (2007)”, onde o autor nos mostra a forte relação de trançar com a geometria.

Outra pesquisadora importante nessa discussão é a professora Gloria Gilmer. Ela trabalha a relação de alguns penteados afro-americanos feitos com tranças como reprodução de padronagens geométricas encontradas na natureza. Para ela, além de serem formas criativas e abstratas de adornar o couro cabeludo, o ato de trançar imitando um modelo geométrico presente na natureza são conceituações matemáticas. Segundo Gilmer, existem nelas usos matemáticos, que os sujeitos que as realizam muitas vezes nem os percebem. Para ela, entrelaçar cabelos para realizações de alguns penteados trançados segue sequências de criação, nas quais, figuram modelos de polígonos convexos por exemplo. Podendo ser ferramentas importantes nas aprendizagens de Matemática, na área de geometria para as comunidades negras e parte significativa na construção de orgulho da identidade cultural (GILMER, 1999).

Os estudos de Gilmer (1999) realocam as práticas sociais africanas como tradições complexas, que já combinavam modos de cuidados estéticos com os campos artísticos e matemáticos. Práticas africanas que não foram totalmente extinguidas do cotidiano. Pelo contrário, foram mantidas de alguma forma como nos alerta Gomes (2006). Gilmer enfatiza que as práticas muitas das vezes não são percebidas pelas cabeleireiras como práticas matemáticas. Isso se deve ao fato da matemática do cotidiano profissional ser colocada como não matemática quando comparada a matemática escolar e acadêmica. Neste sentido, D’Ambrosio expõem:

De fato, ao nos referimos, à Matemática, estamos identificando o conhecimento que se originou nas regiões banhadas pelo Mar Mediterrâneo. Mesmo reconhecendo que outras culturas tiveram influência nessa evolução dessa forma de conhecimento, sua organização intelectual e social é devida aos povos dessas regiões¹. Por razões várias, ainda pouco explicadas, a civilização ocidental, que resultou dessas culturas, veio a se impor a todo o planeta. Com essa

¹ Povos árabes, africanos.

hegemonia, a Matemática, cuja origem se traça às civilizações mediterrâneas, particularmente à Grécia antiga, também se impôs a todo mundo. (D'AMBROSIO, 1989, p.8)

Percebemos a interferência do formalismo matemático, diretamente na compreensão que indivíduos de grupos subalternos negros ao não fazerem a relação de suas heranças como práticas de natureza complexa e valorativa (D'Ambrosio, 1999).

De modo geral, sabemos que “matematizar” está posto em várias situações do cotidiano, um simples penteado para uma trançadeira pode conter modelos geométricos importantes na absorção de conhecimento como nos fala Gilmer (1999).

Going into a community, examining its languages and values, as well as its experience with mathematical ideas is a first and necessary step in understanding ethnomathematics. In some cases, these ideas are embedded in products developed in the community. Examples of this phenomena are geometrical designs and patterns commonly used in hair braiding and weaving in African-American communities. For me, the excitement is in the endless range of scalp designs formed by parting the hair lengthwise, crosswise, or into curves (GILMER, 1999, p.1)

Seguindo a perspectiva de Gilmer (1999), vejamos alguns modelos de penteados afro que podem servir como aplicação de conhecimentos matemáticos.

Figura 1) Trança xadrez.



Figura 2) Sem nomeação.



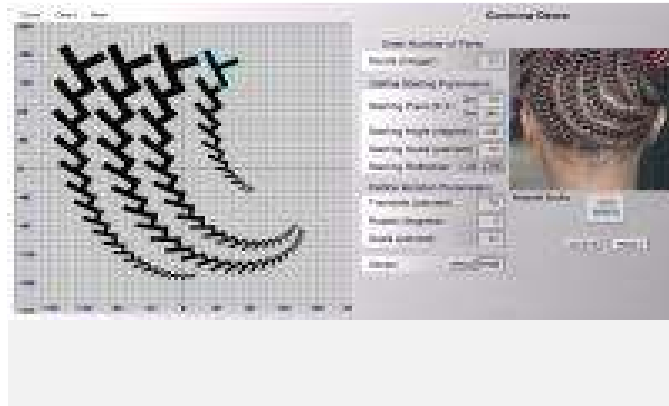
Figura 3) Coquinhos ou bitus com retas formando triângulos e estrelas.



- As tranças xadrez (figura 1), nomeadas assim por mim, podem ser vistas como transpassadas ou quadrinhos. São modelos de tranças que necessitam para realização de ferramentas matemáticas em seu fazer. Exigindo da trançadeira percepções que envolvem usos exercícios geométricos: medição do trecho a ser utilizado, encontro de retas e ponto médio na sua composição.
- O segundo penteado (figura 2) além de utilizar tais ferramentas figuram círculos. Para tal, necessita de uma mediação anterior a realização. Primeiramente a trançadeira deverá marcar com o pente o formato circular. Nesse tipo de penteado há vários desenhos geométricos. Chama atenção os círculos no alto da cabeça próximos a testas e orelha. Neles a área ocupada tem sempre o mesmo feixe de intersecção.
- O terceiro penteado (3), coquinhos, recorta toda a cabeça a partir de desenhos de triângulos, após se realizam tranças soltas que são enroladas dando origem aos coquinhos ou bitus, ao lado deles são realizadas tranças nagôs. Esse penteado forma figura de estrelas utilizando as tranças nagôs como as linhas ou retas para o desenho.

É claro que a observação mais apurada destes penteados, principalmente por matemáticos e outros especialistas nos mostraram mais possibilidades de comparações a modelos geométricos. No entanto, para este trabalho nossa intenção é de breve apresentação das possibilidades matemáticas encontradas no cabelo dos negros.

Ainda no campo da etnomatemática existe um autor que desenvolve trabalho importante sobre penteados de tranças nas comunidades africanas diaspóricas. Seu nome é Ron Eglash e ele é responsável por ter desenvolvido um programa de computador (software), no qual estudantes de escolas em comunidades negras podem observar modelos de geometria fractal existentes nos penteados com tranças denominadas, popularmente no Brasil de nagôs.



(Imagens sobre o programa de computador criado por Ron Eglash)

Nas falas de Eglash:

"Fazer as conexões do mundo real - especialmente as ligações que amarram nas culturas dos alunos herança -. No ensino de matemática tem sido reconhecida como cada vez mais importante por educadores ferramentas de design situado culturalmente proporcionar um espaço flexível para fazê-lo, permitindo aos alunos para reconfigurar a sua relação entre cultura, matemática, tecnologia. Ao desafiar os alunos para recriar um conjunto de imagens meta ou para construir suas próprias formas e desenhos, as ferramentas dar-lhes uma oportunidade de hands-on para explorar e manipular conceitos currículo padrão de matemática, tais como geometria de transformação, de escala, coordenadas cartesianas, e frações, ao conectar esses conceitos a seu patrimônio, bem como a cultura contemporânea". (EGLASH, 1999)

Aprende sobre fractais, geometria plana são algumas das possibilidades que os penteados considerados “afro” nos permitem. Em minha pesquisa de campo percebi como Gilmer (1999) que para a realização de um penteado com tranças, anteriormente a realização das tranças a trançadeira traça em sua mente um esquema lógico baseado em desenhos geométricos para a realização delas. Ao perguntar a uma trançadeira como ela havia realizado uma trança que figura um coração ouvi:

Quando comecei a fazer tranças, eu só sabia trançar reto, tranças retas (*tranças que se iniciam da testa até o alto da cabeça ou até o fim da cabeça formando paralelas*). Ai toda vez que eu queria aprender uma trança nova com desenho eu observava uma trançadeira mais experiente, ai eu ficava ligada como ela iniciava a trança, ai eu via que por exemplo a trança coração ela iniciava fazendo um quadrado e dividido ele assim na diagonal. Ai eu desenhava no papel como ela ia criando aquela trança. Entendeu? Ai eu tentava fazer no inicio e não saia perfeita, mas eu partia daquela ideia de divisão do quadradinho (Carla, 22anos, trancista) Grifos nossos



(Trança coração)

A partir da fala da trancista, percebemos como o desenvolvimento de uma técnica de tranças envolve diversos aspectos que podemos considerar como uma matemática do cotidiano. Para a realização da trança coração a trancista necessita desenhar em papel o que deseja fazer e nele indicar de qual ponto iniciará o trançado. No decorrer da trançar, a trancista necessita se guiar pela divisão da diagonal marcada no quadrado, que separa o quadrado em dois triângulos retângulos, sendo a linha dos triângulos onde ele irá fazer as bases do coração com tranças, para posteriormente demarcar o desenho com as linha feitas de lã ou outro tipo de tecido. Isto nos mostra o relacionamento com uma geometria do cotidiano, uma matemática embutida no fazer profissional (D'Ambrosio, 2007).

Importante destacar que ao perguntar a trancista se ela percebia que usava desenhos geométricos para a realização da técnica, assim como na pesquisa de Gilmer (1999) a situação de não nomeação do fazer com relações geométricas foi semelhante. Para a trançadeira, realizar quadrado e dividi-lo na diagonal e obter triângulos retângulos não era utiliza-se de ferramentas geométricas que podem ser vista no ensino de geometria do sétimo e oitavo ano escolar.

Em outro caso, observando a prática de uma famosa trancista da cidade do Rio de Janeiro, percebi que para a realização da trança chamada *zig zag*, ela dividia o cabelo da cliente em quadradinhos para posteriormente iniciar as tranças. Ela fazia uma sequência de três quadrados até o alto da cabeça para dar forma a trança. A cada quadrado que marcava enrolava o cabelo, realizando três coquinhos. Somente após demarcação que iniciava o trançado. Os quadrados serviam como base para a trançadeira não se perder na realização do desenho como também modo para manter a simetria do penteado.



(Trança zig zag)

Todas as tranças analisadas por mim como técnicas corporais que se utilizam de desenhos e esquemas geométricos não são vistas pelas trancistas com tal. Não há em seu fazer/saber o discurso formalista iluminista de matemática.

Santos (2008) em seu estudo sobre os famosos tecidos kente de Gana, verifica que todo o raciocínio geométrico utilizado para a realização dos tecidos não está posto em literatura formal. Segundo Santos, os artesãos aprendem no cotidiano profissional a realizar representações geométricas. Sem dúvidas eles aprendem no fazer/saber da dinâmica cultural, aprendem nos processos de manipulação do tecido, aprendem na observação cotidiana do fazer do outro e do seu fazer. O mesmo ocorre na aprendizagem das tranças. Não há cartilhas para aprender a fazer tranças, o que há são cursos em salões de beleza voltados para estética negra considerada “afro” e tradição familiar que fazem uma mulher ou um homem ser considerado trancista. E é claro que certa habilidade e demonstração de realização de diversos penteados fazem o público que trança considerar alguém um excelente trancista. No entanto, esta é uma prática cultural aprendida no cotidiano dos salões de beleza e nos momentos de “lidar com o cabelo” como nos fala Gomes (2006) ao resgatar o sentido de “lida” para as comunidades negras diaspóricas. Sendo assim, é uma prática cultural que se situa no campo do privado, nas relações sociais íntimas e ainda pouco pesquisadas.

Considerações Finais.

Na etnomatemática brasileira começam a aparecer alguns estudos, que têm como objetivo trabalhar a matemática utilizada nos Salões de Beleza (CARDOSO,

2008), entretanto, eles estão voltados para analisar práticas de cuidado voltadas para cabelos lisos ou com tratamentos químicos que os fazem lisos. Os estudos falam sobre medição de cortes de cabelos e quantidade de química. Ainda não temos estudos que falem sobre a matemática trazida no navio negreiro. Uma matemática que pode ser grande auxílio nas atividades pedagógicas das escolas desde que os “mestres” se proponham a aprender tais práticas, ou deixem seus educados que as sabem demonstrá-las em sala como nos faz Santos (2008) em seu trabalho sobre os tecidos kente de Gana.

Os estudos de Gilmer (1999), Eglash (2002), Gerdes (2008, 2011) e Gomes (2006) encaminham para novos olhares sobre as práticas de trançar cabelos nas comunidades africanas diaspórica, como também sobre os cabelos lanosos dos negros colocados nos discursos “oficiais” como inferiores pelos grupos hegemônicos coloniais. Para este trabalho os cabelos lanosos dos negros foram vistos como excelentes devido a constituição de seu formato molar. Característica que facilitam as práticas de trançar cabelos.

Usar as práticas abordadas nos contextos escolar seria uma das formas, acredito, de implementar a lei 10.639/2003, que tem como objetivo resgate e disseminação dos valores civilizatórios africanos e afro-brasileiros, assim como elevação de autoestima de inúmeros educados negros. Nas considerações do professor Renato Nogueira Jr (2010):

“o padrão geométrico dos cabelos lanosos (*crespos*) trançados pode ser objeto de estudo [...] pode significar uma oportunidade para estimular modos de aprendizagem matemática e princípios artísticos” (*grifo nossos*)

A estética negra estudada revela um cenário desconhecido para muitos ainda. Cabe investigação desses sistemas como forma de construção de outras imagens sobre os corpos negros, principalmente sobre cabelos lanosos negros.

Assim as atividades estéticas presentes nos penteados “afro” são elaborações artísticas que merecem ser analisadas como atividades complexas de valores culturais, que sobreviveram e readaptaram-se num contexto de diáspora africana. Práticas culturais de produção de técnicas que utilizam a matemática feita essencialmente por mulheres negras.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Lei 10.639 de 2003. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

COSTA, Helisângela Ramos da. Antropologia e etnomatemática: um diálogo possível para o ensino de Matemática. Disponível em <http://www.ufsm.br/revistaeducacao>. Acesso: 30/09/2011.

COUTINHO, Cassi Ladi Reis. A Estética dos Cabelos Crespos em Salvador. Dissertação de Mestrado. Salvador: UNEB, 2010.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Afroetnomatemática, África e afrodescendência. **Matemática e Cultura Africana e Afro-Brasileira, Programa 4**. [S.l]: [s,n], 2010.

D' AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática. São Paulo; Ática, 1990.

EGLASH, Ron. Fractais africanos. In: **Scientific American Brasil**, n.11, p. 66-67. Disponível em: www.google.com.br

GILMER, G. **Mathematical patterns in African-American hairstyles**. Disponível em:< http://www.math.buffalo.edu/mad/special/gilmer-gloria_HAIRSTYLES.html>, Acesso em: 18/09/2008.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação, Campinas*, n.21, p.40-51, set/out/nov./dez. 2002

_____ **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5 ed. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

HALL, Stuart. Que negro é esse na cultura negra ? In : **Da Diáspora: Identidades e**

mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p.317-333.

HALE-BENSON, J. **Visions for children:** African-American early childhood education program. [S.l]: [s.n], 1995. Disponível em:< <http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED303269.pdf> >. Acesso em: 18/09/2008.

HOOKS, Bell. Alisando o nosso cabelo. Cuba: **Revista Gazeta de Cuba- Unión de escritores y artista de Cuba**, jan./fev/, 2005. Tradução de: Lia Maria dos Santos.

INOCÊNCIO, Nelson Olokofá. **Corpo negro na cultura visual brasileira.** Educação Africanidades Brasil, v.1, Brasília: CEAD, 2006, pp. 185-191.

LEACH, Edmund. O cabelo mágico. In: DA MATA, Roberto (Org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais.** São Paulo, n.38, p.139-169, 1983.

LODY, Raul. **Cabelos de axé:** identidade e resistência. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2004.

MALACHIAS. Rosangela. **Cabelo Bom. Cabelo Ruim.** Coleção percepções da diferenças. Negros e brancos na escola. Vol. 4, São Paulo: NEINB, 2007.

MALYSSE, Stéphane Rémy. **“Extensões do feminino”:** Megahair, baianidade e preconceito capilar. [S.l]: [s.n], 200?. Disponível em< [w.w.w.googleacademico.com.br](http://www.googleacademico.com.br)>. Acesso: 20/03/2011.

MAUSS, Marcel. Noção de Técnica Corporal. In: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: EDUSP, 1974.p.209-230. Tradução de Mauro W. B. de Almeida.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Arte Afro-Brasileira.** São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Josiane Silva de; VIEIRA, Francisco Giovanni David. Os bens de consumo como mecanismo de mediação da reprodução cultural das mulheres negras. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo.** São Paulo: Vol. 6, n. 17, p. 73-99, 2009.

PAIXÃO, Marli Madalena Estrela. **Uma rosa para meus cabelos crespos:** experiências

estéticas e políticas da imagem. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFMA, 2008.

PRUDENTE, Celso. **Arte negra**: alguns pontos reflexivos para compreensão das artes plásticas, música, cinema e teatro. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

SANTOS, Eliane Costa. Os tecidos de Gana como atividade escolar: uma intervenção etnomatemática para a sala de aula. Dissertação de Mestrado (Educação Matemática) PUC-SP, 2008.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O negro no espelho**: imagens e discursos nos salões de beleza étnico. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

SANTOS, Luane Bento dos. **“Para ficar bonita tem que sofrer!”**: A construção de identidade capilar para mulheres negras no Nível Superior. 2010. Monografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, Tanimara Elias. **Corporalidade e identidades políticas**: análise de elementos estéticos em mulheres negras do Distrito Federal. 2009. Monografia. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. Brasília.

SANTOS JUNIOR, Renato Nogueira. Afrocentricidade e educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. **Revista África e Africanidades**, nov. 2010. Disponível:<www.africaeaficanidades.com>. Acesso em : 20/03/20110.

SOUZA, Neusa dos Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes das identidades do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

WALKER, Alice. Cabelo Oprimido é um teto para o cérebro. In: **Vivendo pela palavra**. São Paulo: Rocco, 1988.

WOODWARD, Kathyn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.7-39. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva.

ZASLAVSKY, C. *Africa counts: Number and patterns in African culture*. Boston: Prindle, Weber & Schmidt, 1973.

PESQUISAS EM TECNOLOGIA E ENSINO DE LÍNGUAS: DISCURSO, WEB 2.0 E MATERIAIS DIDÁTICOS

Prof. Dr. Márcio Luiz Corrêa Vilaça

Prof. do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da UNIGRANRIO
professorvilaca@gmail.com

RESUMO

Este trabalho discute relações entre tecnologia e ensino/aprendizagem de línguas, buscando estabelecer diálogos entre publicações e pesquisas em três áreas: Educação, Tecnologia e Estudos Linguísticos, de forma a busca de tratamento interdisciplinar das questões em estudo. O foco está em quatro aspectos: terminologia em tecnologia e educação, a comunicação em contextos digitais, a Web 2.0 e os materiais didáticos. Ele também discute aspectos letramento digital e gêneros digitais. O trabalho se insere no grupo de estudos *Linguística Aplicada, Tecnologias e Educação*¹ (LATED), cadastrado no diretório de grupos de pesquisas do CNPq, que tem como objetivo estudar relações entre tecnologia, educação e linguagem. Algumas das discussões apresentadas aqui estão relacionadas a pesquisas em andamento.

Palavras-chave: linguagem, tecnologia, educação

ABSTRACT

The present article discusses relations between technology and language teaching and learning, by trying to establish dialogs among publications and research in three fields: Education, Technology and Applied Linguistics, so that we can provide readers with an interdisciplinary approach of the issues being studied. The focus is on four key aspects: terminology in technology and education, communication in digital contexts, Web 2.0 and instructional material. It also discusses issues of terminology, digital literacy and digital textual genres. The work takes place in the group *Linguística Aplicada,*

¹ O grupo *Linguística Aplicada, Tecnologias e Educação* (LATED) de pesquisadores e discentes de graduação e pós-graduação, alunos de iniciação científica e colaboradores que pesquisam em campos da linguística aplicada, tecnologia e educação, com foco está seguintes temáticas: as novas tecnologias de informação e comunicação, o processo de ensino/aprendizagem de línguas (maternas e estrangeiras), formação de professores, educação online, letramento, leitura, materiais didáticos, cibercultura e letramento digital. Link no CNPq: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=1177801IQZBLS2>

Tecnologias e Educação – LATED (Applied Linguistics, Technologies and Education), registered at CNPq' directory of research groups, which aims at studying issues involving technology, education and language. Some discussions presented here are related to research in development.

Keywords: language, technology, education

1- Introdução

Este artigo apresenta algumas discussões relativas a questões que tenho pesquisado nos últimos anos e sobre os quais tratam alguns dos meus últimos artigos. Tais questões envolvem três temas abrangentes, ricos e complexos: tecnologia, linguagem e educação. Para tratar destes temas, as pesquisas buscam privilegiar uma perspectiva interdisciplinar, especialmente com contribuições de três áreas: Educação (predominantemente Educação a Distância), Tecnologia e Estudos Linguísticos. O foco das discussões aqui realizadas prioriza quatro temas: terminologias em tecnologia e educação, a comunicação em contextos digitais, a Web 2.0 e os materiais didáticos.

Não é preciso recorrer a pesquisas formais ou estatísticas para constatar que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) estão em grande e rápido desenvolvimento e em crescente popularização. Trata-se de um fenômeno mundial. Isto, no entanto, não significa uma “padronização” tecnológica universal. Logicamente é necessário reconhecer que há variações tecnológicas entre países diferentes e em regiões diferentes dentro de um país ou de um Estado. Alguns dos fatores que influenciam estas possíveis variações são: infraestrutura, questões econômicas, localização geográfica, regimes políticos, entre muitos outros. Como exemplo, é possível apontar que, enquanto tecnologia 4G de acesso à internet é realidade em alguns países, no Brasil ela ainda não está disponível².

A presença de dispositivos digitais que permitem acesso à internet é crescente em diferentes práticas sociais. Como consequência, a internet tem influenciado as possibilidades e formas de informação, comunicação, educação, consumo, relação social, entre outras. Em termos acadêmicos, a internet tem sido objeto de estudos de

² Espera-se que algumas cidades brasileiras já tenham a tecnologia disponível em 2013, com metas crescentes de expansão. Algumas operadoras de telefonia oferecem uma versão mais rápida da tecnologia 3G. No entanto, ainda são poucos os aparelhos compatíveis.

diversas áreas do saber (Educação, Linguística, Sociologia, Filosofia, Economia, Direito, etc), o que evidencia a pertinência de pesquisas interdisciplinares.

Considerando o foco deste trabalho, já apresentado acima, as seções seguintes apresentam discussões relacionadas à tecnologia (mais diretamente a internet) e ao ensino de línguas (materna e estrangeira).

2- Internet e Discurso: terminologias

No plano do discurso, a tecnologia tem gerado uma grande variedade de terminologias. Mas o que é terminologia? No campo dos estudos linguísticos, Charaudeau e Maingueneu (2008 p. 464) apontam que podemos compreender como terminologia “o conjunto de palavras e expressões munidas de suas definições, por meio das quais uma disciplina científica ou técnica refere-se às noções que a constituem”. Os autores, em seu *Dicionário de Análise do Discurso*, acrescentam que a palavra *nomenclatura* é empregada às vezes como sinônimo de *terminologia* (2008, p.464).

Estas novas terminologias relacionadas às tecnologias podem apresentar emprego mais abrangente (relacionado a diferentes campos de estudo) ou restrito (mais diretamente relacionado a uma área mais delimitada)³.

No caso de terminologias de uso abrangente, é possível citar como exemplo *web 2.0* (VALENTE e MATTAR, 2007; GABRIEL, 2010; TORI, 2010), *cibercultura* (FREITAS, 2009; SANTAELLA, 2010; LÉVY, 2010), *redes sociais* (VALENTE e MATTAR, 2007; GALLARDO, 2010), *nativos e imigrantes digitais* (TORI, 2010; CARLINI e LEITE, 2010), e *hipermídia* (FERRARI, 2010). Estas terminologias podem ser encontradas em publicações de áreas diversas (Educação, Linguística Aplicada, Sociologia, Marketing, etc). Isto é consequência da amplitude dos conceitos aos quais estas terminologias se referem.

Outras terminologias podem privilegiar ou estarem mais diretamente relacionadas a áreas mais específicas. No campo de Educação, alguns exemplos são *objetos de aprendizagem* (MATTAR, 2012), *design instrucional* (FILATRO, 2008), *blended learning* (TORI, 2009), *webquest* (MATTAR, 2012), *m-learning* (BARROS, 2009). Em

³ Pesquisa realizada na UNIGRANRIO, apoiada pelo CNPq por meio de bolsa de Iniciação Científica sob minha orientação (Da tecnologia ao discurso: conceitos, terminologias e siglas - Bolsista: Maria Juliana Batista), investigou terminologias relacionadas à educação e tecnologia.

Estudos Linguísticos, servem de exemplo *letramento digital* (VILAÇA e ARAUJO, 2012), *gêneros (textuais) digitais* (MARCHUSCHI; 2010); *hipertexto* (XAVIER, 2010) e *e-discurso* (MARCHUSCHI; 2010).

Outra observação importante é o amplo emprego de terminologias em língua inglesa (*blended learning, chat, m-learning, webquest, username, feedback, login...*). O uso dos termos em língua inglesa nem sempre objetiva suprir carência de uma tradução adequada. Para muitos dos termos, há traduções possíveis e populares como, por exemplo, *bate papo* para *chat* e *ensino híbrido* para *blended learning*.

Convém apontar que alguns termos são polissêmicos e/ou ambíguos. Logo, podemos encontrar um mesmo termo sendo empregado para dois ou mais conceitos ou significados, fato que poderá ser percebido na discussão sobre letramento digital. No campo da educação a distância (EaD), Litto (2010, p. 34) oferece uma interessante reflexão sobre o problema terminológico:

Os profissionais veteranos da EaD enfrentam o mesmo problema dos que estão entrando na área- a proliferação de termos sem que haja uma distinção clara entre eles. O problema da nomenclatura também representa um obstáculo sério quando se trata de interpretar o histórico escolar dos alunos ou transferir créditos de uma instituição para outra.

De forma a tentar lidar com este problema terminológico, alguns livros sobre educação a distância apresentam pequenos glossários ou listas de termos com breves definições, caracterizações ou exemplos (LITTO, 2010; CASTILHO, 2011; MATTAR, 2011 e 2012, por exemplo) .

De forma ampla, o problema terminológico é bastante comum no campo das Ciências Humanas.

3- Web 2.0

A chamada web 2.0 tem despertado interesse no campo da Educação. Gabriel (2010) aponta duas características marcantes da Web 2.0: a “explosão de conteúdos” e a “explosão das redes sociais”. Vilaça (2011) destaca que a web 2.0 representa uma mudança de paradigma de participação e interação sociais na internet, que podem ser sintetizados pelas seguintes características: “1) maior participação dos usuários na produção, no compartilhamento de informações e conteúdos; 2) maior interação entre os usuários; 3) web como plataforma” (VILAÇA, 2011, p.1020). “1) maior participação

dos usuários na produção, no compartilhamento de informações e conteúdos; 2) maior interação entre os usuários; 3) web como plataforma” (VILAÇA, 2011, p.1020).

Vilaça e Araújo (2012, p. 61), ao discutirem mudanças nas formas de participação e interação na internet, explicam que:

O crescimento da internet e mudanças de forma de participação nela contribuíram para a compreensão de uma chamada web 2.0, na qual usuários não apenas consomem informações, mas as produzem e divulgam de modo colaborativo (VALENTE e MATTAR, 2007; VILAÇA, 2011), de formas variadas. Como discutido em Vilaça (2011), a web 2.0 não se refere à velocidade ou tecnologia de acesso, mas às práticas sociais nela desenvolvidas. Na web 2.0, passamos de uma internet predominantemente receptiva - da “leitura” e “audição” – e de consumo de informações para uma internet ativa da “escrita” e da “fala” – e produtiva de informações. A internet ajudou a dar voz, visão e visibilidade a diferentes questões sociais.

Valente e Mattar argumentam que “tem-se falado muito sobre os impactos das tecnologias da web no comércio, na mídia e nos negócios em geral, mas pouco ainda sobre o seu impacto na educação” (VALENTE e MATTAR, 2007, p.84). Hoje, no entanto, passados alguns anos da afirmação dos autores, a questão já tem atraído mais atenção de educadores, que refletem sobre as possibilidades de empregos de recursos da web 2.0 em práticas educacionais, não apenas em educação a distância.

Alguns dos recursos típicos da web 2.0 empregados em educação são redes sociais, serviços online de compartilhamento de conteúdos, softwares online, criação e edição colaborativa de conteúdos. A tendência é que os impactos da web 2.0 sejam mais intensos nos próximos anos.

Como consequência, denominações como educação 2.0, educador 2.0, professor 2.0 já podem ser encontradas em algumas publicações e em trabalhos em congressos.

4- A comunicação em Contextos Digitais

Se a internet tem influenciado diferentes práticas sociais, a comunicação não fica imune a isto. Provavelmente a faceta mais popular disto –e possivelmente a mais polêmica - seja o *internetês*. No entanto, a questão da comunicação em contextos digitais vai muito do *internetês*, sendo bem mais complexa que possa parecer em primeiro instante. Por este motivo, muitos linguistas de áreas diferentes - como linguística textual, linguística aplicada, sociolinguística – realizam estudos sobre questões que envolvem internet e linguagem.

Sobre o internetês, Vilaça e Araújo (2012, p. 65) apontam que:

Algumas características do *Internetês* são abreviações (*msg*, *bjs* ou *bjus*, por exemplo), maior proximidade com a pronúncia (*kadê*, *adoru* ao invés de *cadê* e *adoro*), uso de estrangeirismo (*me add*, para *adicione-me*), siglas a partir do inglês (*BTW* para *by the way*; *ASAP* para *as soon as possible*).

A internet não pode ser vista apenas como um local de comunicação, mas como uma tecnologia que possibilita uma diversidade de *gêneros textuais digitais*. Podemos entender os *gêneros textuais* como formas sociocomunicativas que apresentam características relativamente estáveis. Alguns exemplos básicos de gêneros textuais são *carta*, *bilhete*, *resumo*, *receita de bolo*, *tirinha*, *conversação*, *palestra*, *entrevista...* (KOCH e ELIAS, 2008; MARCHUSCHI, 2008).

Na comunicação em contextos digitais, exemplos clássicos de gêneros textuais digitais (muitas vezes chamados apenas de *gêneros digitais*) são *blog*, *e-mail*, *fórum*, *bate-papo(chat)*. Estudiosos da linguagem tem se preocupado entender estes gêneros que surgem e se modificam com a tecnologia, neste caso mais especificamente com a internet.

Conforme apontado anteriormente, os gêneros textuais são “relativamente estáveis”. Isto significa que não se submetem a regras, formatos ou estilos fixos, demasiadamente restritos ou inflexíveis. Ao contrário, são dinâmicos, sofrem variações e se adaptam a fatores como contexto de produção, natureza e características do suporte, função comunicativa.

Por este motivo, nem sempre é fácil caracterizar um gênero ou diferenciá-lo precisamente de outros. Um conceito merece ser abordado para ajudar a compreender isto: a *intergenericidade*, que também pode ser chamada de *hibridização* ou *intertextualidade intergêneros*. Segundo Koch e Elias (2008, p. 114), “a hibridização ou intertextualidade intergêneros é o fenômeno segundo o qual um gênero pode assumir a forma de um outro gênero, tendo em vista o propósito de comunicação”. As autoras apontam que um texto pode apresentar a forma de um gênero textual, mas desempenhar a função de outro. Isto acontece com bastante frequência em textos com finalidades publicitárias ou de humor.

No caso dos gêneros textuais digitais, tradicionalmente é comum discuti-los e categorizá-los quanto ao momento da comunicação (assíncrona e síncrona) e a

modalidade (escrito e oral). Neste sentido, o blog seria um gênero escrito assíncrono. Este tipo de classificação é demasiadamente restritiva.

Outra observação pertinente é a comparação entre gêneros textuais tradicionais (*off-line*) e os digitais. Em muitas publicações, o *blog* é comparado ao *diário pessoal*, por exemplo, e o *chat* é comparado ao *bate papo*. Busca-se com isso, geralmente com finalidade pedagógica, apontar semelhanças entre os gêneros. No entanto, as semelhanças não podem ser confundidas com equivalência ou contrapartida entre a comunicação *off-line* e a *online*. Afinal, embora os gêneros digitais ainda tenham uma história razoavelmente breve, já sofreram (e constantemente sofrem) transformações. O *e-mail* hoje é empregado com mais funções e recursos que na sua origem ou nos primeiros anos da internet comercial. Com conexões lentas, os e-mails eram basicamente empregados para troca de mensagens curtas. Hoje, a situação é bastante diferente. Eles podem ser longos, conter vídeos, animações, áudio, questionários, formulários, e anexos diversos.

A comunicação em contexto digital não se restringe ao *internetês* e aos *gêneros textuais digitais*. Estudiosos da linguagem realizam pesquisas no intuito de compreender melhor os processos de leitura, produção e interação no hipertexto.

5- Letramentos e tecnologia

Os avanços tecnológicos e as novas possibilidades de práticas sociocomunicativas geraram a necessidade de reflexões e pesquisas sobre os seus impactos nos letramentos. Na literatura, pesquisadores falam em *letramentos multissemióticos* e *letramento digital*, sendo o segundo tipo o mais popular. Na prática, eles estão inter-relacionados.

Ao encontrar o termo *letramento digital*, podemos lidar com duas compreensões diferentes:

- a) *letramento em tecnologias digitais* - o que alguns denominam como *alfabetização digital*, *alfabetização tecnológica*, *letramento tecnológico* (habilidades para uso de dispositivos eletrônicos) – Este tipo de letramento relaciona-se mais diretamente com a educação e a tecnologia.

b) *letramentos em contextos digitais*, relacionados a diferentes aspectos de letramento (discursivo) em contextos digitais. Este tipo de letramento relaciona-se mais diretamente com áreas dos estudos linguísticos.

O letramento digital como *letramento no uso de tecnologias digitais* está relacionado à capacidade de compreensão e emprego de diferentes recursos tecnológicos. É fato que o domínio de tecnologias varia muito entre as pessoas. Se ligar uma televisão e trocar de canal é uma tarefa simples para todo mundo, o uso de alguns dispositivos tecnológicos – mesmo alguns que não são recentes - ainda oferece dificuldade para muitas pessoas. Um exemplo bem clássico disto é a dificuldade que muitas pessoas encontram para o uso de caixas eletrônicos em bancos. Voltando ao caso dos aparelhos de televisão, muitas pessoas ficam restritas aos usos básicos, ignorando ou não sabendo aproveitar diversas funcionalidades.

É um engano achar que, com a popularização de diversos aparelhos digitais, todo mundo é capaz de usá-los plenamente e sem dificuldades. Na vida real, muitas pessoas encontram dificuldades no uso de diversos aparelhos e o computador é um deles. A questão não está limitada ao uso do aparelho físico ou o *hardware*, mas também às suas funcionalidades e aos seus *softwares*. Muitos aparelhos celulares, por exemplo, oferecem uma diversidade de funções, mas para muitas pessoas eles são empregados nos seus usos básicos de fazer e receber ligações. Dessa forma, podemos entender que, em muitos casos, há um subaproveitamento dos recursos tecnológicos.

Os níveis de domínio tecnológico – ou letramento digital nesta concepção - variam de forma bastante complexa. Logo, a questão não pode reduzida simplesmente a saber, ou não, usar um recurso tecnológico (sejam dispositivos, softwares, sites, serviços online...), mas refletir sobre ao nível de competência ou fluência tecnológica.

No campo da Educação, as dificuldades de professores no emprego de tecnologias tornaram-se bastante evidentes, sendo inclusive apontadas em uma numero cada vez maior de publicações e pesquisas acadêmicas. Assim, é preciso buscar formas de desenvolver e aperfeiçoar o letramento digital (tecnológico) dos professores para que a Educação possa ser beneficiada disto. É necessário reconhecer que os currículos apresentam dificuldades de acompanhar as mudanças e tendências provocadas pela tecnologia e pela cibercultura (FREITAS, 2009; SANTAELLA, 2010; LÉVY, 2010).

O letramento digital como *letramento (discursivo) em contextos digitais* (ARAUJO, 2012; VILAÇA e ARAUJO, 2012) envolve a capacidade de práticas discursivas que ocorrem em contextos digitais ou por meio deles. Logo, trata-se de uma expansão das práticas tradicionais de letramento do mundo real para o mundo virtual⁴.

O letramento em contextos digitais/letramento digital não pode ser visto de forma demasiadamente reducionista, como, por exemplo, saber escrever um *e-mail* ou outro gênero textual digital ou compreender o *internetês*. Em outras palavras, não deve ser reduzido a fórmulas, frases prontas, dicas ou modelos. Afinal, conforme Araujo (2011, p. 644) aponta:

A rede mundial tem permitido novas práticas de leitura e escrita, antes apenas feitas por meio do papel. Entretanto, não há apenas interação com textos escritos, mas com o meio visual, auditivo e espacial. Esta nova linguagem digital inclui a habilidade de construir sentido em textos multimodais, que mesclam palavras, imagens e sons em um mesmo espaço. Contudo, exige da pessoa certa familiaridade com os ambientes dos programas e até mesmo em como se comunicar com outras pessoas por meio do computador.

O texto virtual é fortemente propício à multissemioses (XAVIER, 2010). Isto significa que ele proporciona com grande frequência oportunidades de combinação de texto, imagens, sons, vídeos, cores, design... Em consonância com esta compreensão, Roxane Rojo (2009, p. 107) afirma que a educação linguística deve levar em consideração “os letramentos multissemióticos exigidos pelos textos contemporâneos, ampliando a noção de letramentos para o campo da imagem, da música, das outras semioses que não somente a escrita”. De forma bastante explicativa, concisa e clara, a experiente pesquisadora de estudos linguísticos acrescenta que:

O conhecimento e as capacidades relativas a outros meios semióticos estão ficando cada vez mais necessários no uso da linguagem, tendo em vista os avanços tecnológicos: as cores, as imagens, os sons o design etc., que estão disponíveis na tela do computador e em muitos materiais impressos que têm transformado o letramento tradicional (da letra/livro) em um tipo de letramento insuficiente para dar conta dos letramentos necessários para agir na vida contemporânea (Moita-Lopes & Rojo, 2004)

As concepções de letramento digital e letramentos multissemióticos aqui abordadas apresentam, portanto, novas demandas para educadores e linguistas,

⁴ É importante informar que esta divisão real e virtual é apenas para fins didáticos. Muitas publicações empregam os adjetivos *real, presencial, tradicional, convencional, analógico* e *off-line* para comparações ou oposições ao *online, virtual, digital*...

oferecendo rico campo para pesquisas e publicações. Estes letramentos devem ser considerados por professores no planejamento de suas aulas, nos currículos, nas suas práticas pedagógicas, nas formas de avaliação, na análise e no desenvolvimento de materiais didáticos. Enfim, estas novas demandas não podem ser ignoradas. Professores de línguas devem compreender que as tecnologias não só oferecem aparelhos ou softwares, mas que geram possibilidades de comunicação diversificadas.

6- Algumas tendências para materiais didáticos

O Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, afirmou que formamos professores do século XX para alunos do século XXI⁵. Esta afirmação foi noticiada pelos principais portais de notícias e jornais. Como parte da motivação desta colocação está o reconhecimento da dificuldade de formar professores para este novo mundo digital, no qual celulares, smartphones, computadores, entre outros dispositivos, tornam-se ferramentas poderosas de informação, interação e educação. Em outras palavras, a escola ainda forma cidadãos predominantemente “analógicos” para um mundo cada vez mais “digital”, “informatizado”.

Por analogia, podemos indagar: Até que pontos os materiais didáticos estão preparados para este mundo digital do século XXI? Não é possível ignorar que as transformações e as possibilidades proporcionadas pelos avanços tecnológicos precisam ser consideradas e incorporadas aos materiais didáticos de naturezas diversas, inclusive os livros didáticos impressos. Neste sentido, é possível apontar brevemente algumas tendências relacionadas aos materiais didáticos que certamente atrairão mais atenção nos próximos anos:

a) *uso da tecnologia na produção e disponibilização do material*

Uma forte tendência que se aponta para os próximos anos é a popularização de materiais didáticos digitais disponíveis para computadores, *notebooks*, *tablets*, *smartphones*... Hoje este tipo de material didático é bem mais comum em cursos de educação a distância. No entanto, já é possível encontrar algumas escolas e universidades adotando materiais para computadores e *tablets*. Na maioria das vezes, materiais desta natureza são desenvolvidos e

⁵ <http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=790565> – Data de Acesso: 26 de agosto de 2012.

comercializados por editoras ou por profissionais específicos em escolas e universidades, tais como designers instrucionais e tecnólogos educacionais. São poucos os casos de materiais digitais desenvolvidos por professores para as suas aulas. Os materiais didáticos digitais podem ser disponibilizados em mídias físicas (como CD-Rom, DVD e Pen Drives) ou *online*. Os materiais podem recorrer a diferentes semioses, proporcionado alto nível de interatividade.

b) o desenvolvimento letramentos em contextos digitais e letramentos multissemióticos;

Os materiais didáticos devem explorar práticas voltadas para o desenvolvimento de novos letramentos. Este aspecto está mais diretamente relacionado aos professores de línguas, mas não deve ficar restrito a eles. Convém apontar que hoje os livros didáticos de língua materna ainda pouco abordam os gêneros textuais digitais (ARAUJO, 2012; MADEIRA, 2012⁶), apesar da sua importância. As “novas” tecnologias tendem a gerar novas demandas para os currículos. Os livros didáticos digitais devem explorar múltiplas semioses. Hoje, além de ainda serem poucos os livros digitais, estes se concentram predominantemente na linguagem escrita e em imagens estáticas. Na grande maioria dos casos o que muda é o suporte (o “local”) da leitura: da folha impressa para a tela de um computador ou *tablet*.

c) a combinação de atividades presenciais com atividades de estudo online

Muitos estudiosos apontam que a distinção entre educação a distância e educação presencial deve ficar menos evidente. Em outras palavras, as modalidades devem interagir sendo o *blended learning* - ensino semipresencial- uma forte tendência para um futuro breve. Esta combinação tem muito a aproveitar recursos da Web

⁶ Elaine Vasquez de Ferreira de ARAUJO (2012) e Mônica Saad MADEIRA (2012) realizaram pesquisas de dissertação mestrado no Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da UNIGRANRIO. Araújo pesquisou letramento em contextos digitais em livros didáticos de Língua Portuguesa e elaborou um guia de análise de livros didáticos com foco na temática. Madeira pesquisou gêneros textuais em livros didáticos de Língua Portuguesa. Os dois trabalhos foi realizado sob minha orientação.

2.0, como *blogs*, fóruns, compartilhamento de conteúdos, wikis, produção compartilhada.

As novas possibilidades de empregos de diferentes tecnologias por vezes acabam em gerar novas demandas para os professores. É preciso que os professores construam novos conhecimentos e competências. A capacidade de elaborar atividades e materiais didáticos para estas novas tecnologias pode ser considerada como uma destas competências a serem desenvolvidas ou aperfeiçoadas. Em outras palavras, os professores devem ser capazes de produzir seus materiais didáticos digitais para as suas aulas, assim como tradicionalmente faz com materiais impressos. Em síntese, os processos de elaboração, análise e avaliação de materiais didáticos digitais deverão incorporar novos critérios.

7- Considerações Finais

Este trabalho examinou brevemente questões relacionadas à tecnologia e à educação, com foco no ensino de línguas. Foram apresentados alguns tópicos ainda pouco conhecidos por muitos professores, mas que devem atrair crescente atenção nos próximos anos. O presente artigo, de certa forma, apresenta uma visão geral de temáticas que são pesquisadas e debatidas no Grupo de Pesquisa *Linguística Aplicada, Tecnologias e Educação* da UNIGRANRIO, inclusive de pesquisas que se encontram em andamento.

As discussões sobre o emprego de tecnologia em educação em publicações ainda são encontradas predominantemente em obras sobre educação a distância, fato que pode ser ilustrado com parte do referencial bibliográfico deste trabalho. No entanto, é necessário trabalhar no sentido de expandir o uso da tecnologia em situações educacionais diversas. Esta expansão requer novos papéis para professores.

No caso específico do ensino de línguas, professores devem estar atentos aos desenvolvimentos de letramentos múltiplos (ROJO, 2009) de seus alunos. Assim, considerando que os livros didáticos de língua portuguesa ainda pouco oferecem atividades para letramentos em contextos digitais, eles devem planejar atividades extras.

Embora algumas publicações já apontem para a aproximação de uma web 3.0, os recursos da web 2.0 ainda são pouco empregados na educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, E. V. F. (2011) Letramento em contexto digital: diferentes práticas de leitura e escrita. Cadernos do CNLF, Vol. XV, Nº 5, t. 1. Rio de Janeiro: CiFEFiL. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xv_cnlftomo_1/56.pdf

_____. (2012) Letramento em Contexto Digital: uma análise de Livros Didáticos do Ensino Médio. Dissertação de Mestrado em Letras e Ciências Humanas. Duque de Caxias, UNIGRANRIO.

BUZATO, M. E. K. (2010) Novos letramentos e apropriação tecnológica: conciliando heterogeneidade, cidadania e inovação em rede. IN: RIBEIRO, A. L. et al. (Org) Linguagem, tecnologia e educação. São Paulo: Peirópolis.

CARLINI, A. L e LEITE, M. T. M (2010). Adolescentes e tecnologias: o aluno nativo digital. IN: CARLINI, A. L. e TARCIA, R. M. L. 20% a distância e agora?: orientações práticas para o uso da tecnologia de educação a distância no ensino presencial. São Paulo: Pearson Education do Brasil.

CASTILHO, R. (2011) Ensino a distância: EaD: interatividade e método. São Paulo: Atlas.

CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. (2008) Dicionário de Análise do Discurso. 2 Ed. 3ª Impressão. São Paulo: Contexto.

FERRARI, P. (2010) (org) Hipertexto e Hiperídia: as novas ferramentas da comunicação digital. São Paulo, Contexto.

FREITAS, M. T. A. (2009) A formação de professores diante dos desafios da cibercultura. In: FREITAS, M. T. A. (org.). Cibercultura e Formação de Professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

GABRIEL, M. (2010) Marketing na era digital: conceitos, plataformas e estratégias. São Paulo: Novatec Editora.

GALLARDO, B. C. (2010) Letramentos digitais e aprendizagem de língua inglesa nas redes sociais. IN: RIBEIRO, A. L. et al. (Org) Linguagem, tecnologia e educação. São Paulo: Peirópolis.

- KOCH, I. V. & ELIAS, V. M. (2008) Ler e compreender: os sentidos do texto. 2 ed. São Paulo: Contexto.
- LÉVY, P. (2010) Cibercultura. 3 Edição. São Paulo: Editora 34.
- LITTO, F. M. (2010) Aprendizagem a distância. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- MADEIRA, M. S. (2012). Livros Didáticos de Língua Portuguesa: O Ensino De Gêneros Textuais. Dissertação de Mestrado em Letras e Ciências Humanas. Duque de Caxias, UNIGRANRIO.
- MAIA, C. e MATTAR, J. (2007) ABC da EaD: educação a distância hoje. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- MARCUSCHI, L. A. (2008) Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola.
- _____. (2010) Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. IN: MARCUSCHI, L. A e XAVIER, A. C. Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção dos sentidos. 3 ed. São Paulo: Cortez.
- MATTAR, J. (2011) Guia de educação a distância. São Paulo: Cengage Learning. 2011.
- _____. (2012) Tutoria e interação em educação a distância. São Paulo: Cengage Learning.
- ROJO, R. (2009) Letramentos Múltiplos, Escola e Inclusão Social. São Paulo: Parábola Editorial.
- SANTAELLA, L. (2010) Culturas e artes do pós-moderno: da cultura das mídias à cibercultura. 4ª Edição. São Paulo: Paulus.
- TORI, R. (2009) Cursos híbridos ou blended learning. IN: LITTO, F. e FORMIGA, M. (Org) Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- _____.(2010) Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- VALENTE, C. e MATTAR, J. (2007) Second Life e Web 2.0 na Educação: o potencial revolucionário das novas tecnologias. São Paulo: Novatec.
- VILAÇA, M. L. C. (2011) Web 2.0 e materiais didáticos de línguas: reflexões necessárias. Cadernos do CNLF, Vol. XV, Nº 5, t. 1. Rio de Janeiro: CiFEFiL. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_1/90.pdf

VILAÇA, M. L. C. e ARAUJO, E. V. F. (2012) de. Questões de Comunicação na Era Digital: Tecnologia, Cibercultura e Linguagem IN: E-escrita Revista do Curso de Letras da UNIABEU Nilópolis, v.3, Número 2 , Mai. -Ago. 2012 Disponível em: http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/RE/article/viewFile/457/pdf_239

XAVIER, A. C. (2010) Leitura, texto e hipertexto. IN: MARCUSCHI, L. A e XAVIER, A. C. Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção dos sentidos. 3 ed. São Paulo: Cortez.

TERCEIRA IDADE E NOVAS TECNOLOGIAS: UMA RELAÇÃO DE POSSIBILIDADES E DESAFIOS

*Priscila Cristina da Silva Maciel*¹

*Giséle Pessin*²

*Luiza Carla Tenório*³

RESUMO – Atualmente, estamos inseridos em um período marcado por grandes transformações tecnológicas que estão contribuindo para o aumento da expectativa de vida e, sucessivamente, para o aumento inquestionável da população idosa. O idoso passou a ser um sujeito mais ativo e participativo na sociedade necessitando e buscando fazer parte dos benefícios trazidos pelo universo tecnológico que se apresenta. Neste sentido o presente artigo se propõe a incitar reflexões sobre os desafios e possibilidades da inclusão digital na terceira idade, buscando apontar os benefícios trazidos pelas novas tecnologias, em especial as ferramentas “computador” e “internet”. Tal artigo baseia-se em uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo. Como algumas conclusões, pode-se observar que projetos inovadores estão surgindo a fim de integrar o público da terceira idade com as novas tecnologias. Em destaque os cursos e oficinas de inclusão digital, têm sido de grande relevância para esta faixa etária, proporcionando inúmeros benefícios, que envolvem a sociabilidade, o desenvolvimento cognitivo e afetivo do indivíduo idoso, contribuindo assim para um envelhecer mais saudável.

Palavras Chaves: Terceira Idade, Inclusão Digital, Educação, Novas Tecnologias.

¹ Psicóloga, Arteterapeuta e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro-UENF/ Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil, priscila.c.smaciel@hotmail.com

² Aluna do Mestrado em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual Norte Fluminense - UENF, Graduada em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá, Psicóloga Escolar da Prefeitura Municipal de São João da Barra – RJ e Professora de Psicologia da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC. gisapessin@hotmail.com

³ Enfermeira, Aluna especial do Mestrado em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual Norte Fluminense - UENF, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil, luizacarlatenorio@gmail.com.

ABSTRACT - Currently we are living in a period marked by technological transformations, which are contributing to the increase of life expectancy and successively to increase unquestionable of the elderly population. The elderly has become a subject more active and involved in society, where you need, and seeks to do part of the benefits brought about by technological universe that presents itself. In this sense the present article proposes to encourage reflection on the challenges and possibilities of digital inclusion in the third age, trying to point the benefits brought by new technologies, in particular the tools your computer and the internet. This article is based on a literature review of a qualitative nature. As some of the conclusions, we can observe that innovative projects are emerging in order to integrate the public of the third age with the new technologies. Emphasis on the courses and workshops in digital inclusion, has been of great relevance to this age group, providing numerous benefits, which involve the sociability, cognitive development and affective the elderly individual, thereby contributing to an again healthier.

Keywords: Third Age, Digital Inclusion, Education, New Technologies.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Acompanham-se, atualmente, grandes transformações no cenário mundial. Uma das características mais marcantes da sociedade no século XXI é o aumento progressivo da população idosa e o avanço cada vez mais intenso das tecnologias da informação e comunicação.

O uso do computador, em especial a internet, vem adquirindo importância cada vez maior em diferentes segmentos da sociedade. Vale ressaltar a crescente necessidade e importância do uso do computador e da internet, uma vez que as pessoas não podem ficar distantes das profundas transformações sociais, culturais e econômicas que as novas tecnologias da têm impulsionado nos últimos anos.

Assim como o crescente avanço da tecnologia e da utilização da internet, diversas pesquisas realizadas atualmente apontam para um crescimento inquestionável da população idosa, não só no Brasil como no mundo. Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), o Brasil já é o sexto país do mundo em número de idosos, com o crescimento da ordem de 3,2% ao ano. O último levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgado em 2010 mostra que a população acima de 65 anos, que era de 4,8% em 1991, passou para 5,9% em 2000, e chegou a 7,4% em 2010.

Este aumento da expectativa de vida deve-se em parte pela melhoria das condições de vida propiciadas pelas ciências, que colabora com estudos no conhecimento de novas doenças, assim como tratá-las e possivelmente curá-las. A medicina, com suas descobertas possibilitaram maior prolongamento da vida, paralelamente, doenças vinculadas a esse envelhecer foram surgindo e hoje intensificam os estudos para propiciar ao público da terceira idade um viver mais saudável.

Em função deste envelhecimento, surgem novas demandas, especialmente relacionadas à saúde do idoso, que priorizam o bom funcionamento cognitivo e físico com baixo risco de doenças e de incapacidades funcionais, bem como auxiliam no envolvimento ativo e participativo na sociedade.

A revolução tecnológica configura novos cenários e novas relações e no contexto social, emergindo a necessidade do indivíduo fazer parte de um universo cada vez mais digital e interativo. Sabe-se que fazer parte deste universo para os jovens não é tarefa difícil, visto que já nasceram imersos na tecnologia, porém o público da terceira idade tem revelado grandes dificuldades de penetrar neste universo, visto a diferença de gerações e contextos sociais que nasceram. Assim, esse novo universo de relações e interfaces pode se transformar em um elemento de exclusão para o indivíduo idoso, quando hoje tudo se depende da tecnologia.

A partir disso, evidencia-se a importância de manter o indivíduo idoso contextualizado no universo tecnológico. A demanda por cursos de informática direcionados para a terceira idade, hoje é uma realidade. Sabe-se que o ensino da informática, bem como a utilização das ferramentas computador e internet ainda é algo não muito explorado quando se refere a atender as demandas e expectativas dos idosos. Porém pesquisadores como Kachar (2003); Sá (1999) ; Novaes (1997) e Pasqualotti e Both (2008) apontam que os caminhos da inclusão digital para o público idosos vai muito além do ensino da informática ou da internet, existe uma relação de educação e saúde, de via de mão dupla, onde os resultados contrastam com a realidade, indicando resultados favoráveis, onde este processo contribui para um envelhecer mais saudável.

Neste sentido, busca-se neste artigo refletir sobre a relação da terceira idade com as novas tecnologias no assim como identificar as possibilidades e desafios da inclusão digital, assim como os identificar benefícios trazidos pela utilização das ferramentas computador e

internet por este público. No que se refere à metodologia adotada neste artigo, tal reflexão lança mão de recursos bibliográficos de caráter qualitativo para o levantamento de informações.

Para tanto, inicia-se discorrendo sobre o envelhecimento e algumas considerações, bem como uma breve reflexão sobre a nova sociedade tecnológica, em seguida a relação das novas tecnologias com a terceira idade e algumas experiências de inclusão digital na terceira idade, finalizando, são apresentadas as considerações finais e a bibliografia.

2. O ENVELHECER – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O crescimento da população idosa é um fato, e tal fato se justifica especialmente em função do avanço tecnológico presenciado em várias áreas de atuação humana, principalmente na área médica, e também devido a algumas alterações sociais ocorridas em nossa sociedade, como, por exemplo, a redução da natalidade e aumento da expectativa de vida (Neri e Cachioni 1999).

Reconhece-se a existência de diferentes definições do venha definir se idoso. São considerados como idosos todos os que compõem a população de 60 anos e mais, tal como definido pelo Estatuto do Idoso. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera como idosas as pessoas com 60 anos ou mais em países em desenvolvimento e 65 anos se elas residem em países desenvolvidos. No Brasil, considera-se idoso qualquer pessoa com a idade de 60 anos ou mais.

Ainda de acordo com Organização Mundial de Saúde (OMS), hoje existem 580 milhões de pessoas com mais de 60 anos no mundo. O Brasil será o sexto país do mundo com o maior número de pessoas idosas até 2025, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Sabe-se que até o começo do século XX, a expectativa de vida do ser humano era bem pequena, porém hoje com todo progresso da tecnologia e da medicina, essa expectativa aumentou de forma significativa, chegando-se facilmente aos oitenta, noventa anos de idade.

É fato que o envelhecimento é um processo natural a todos os seres vivos. Em nós humanos, o envelhecimento se inscreve de características peculiares. Para Agostinho

(2004), o envelhecimento é um fenômeno normal, universal e inelutável, caracterizado por um conjunto de fatores não só fisiológicos, mas também psicológicos e sociais.

A pesquisadora Vitória Kachar (2003), complementa dizendo que “o envelhecimento não pe algo que se dá a partir dos 60 anos, apesar de ser uma idade demarcada para a categoria de idosos, é um processo contínuo, tanto nos aspectos biológicos como sociais” (p. 38). Desta forma, o envelhecer se apresenta como um processo muito além de alterações biológicas que acometem o individuo a partir dos 60 anos, é algo que acontece ao longo de nossas vidas, e depende da influencia de fatores que se inter-relacionam, como biológicos, sociais e psicológicos.

Segundo Simões (1998),

(...) caracterizar uma pessoa idosa é um desafio, uma vez que a sua complexidade reside na utopia de traçar um perfil da pessoa humana em face de suas peculiaridades. As várias capacidades do indivíduo também envelhecem em diferentes proporções, razão porque a idade pode ser biológica, psicológica ou sociológica. (SIMÕES 1998, p. 25)

Neste sentido Zimerman (2000) pressupõe que com o envelhecimento, o corpo se altera, trazendo inúmeras doenças relacionadas ao envelhecer. Aparecem as doenças degenerativas, bem como problemas de apetite e sono, os esquecimentos, as perdas de visão e audição e comprometimentos cognitivos. A aposentadoria, o isolamento social, a diminuição da renda financeira, a perda do status e do prestígio social, entre outros, configuram as questões sociais.

No que se refere às questões sociais vinculadas com o envelhecimento Arcuri (2005) aponta que esta é uma dimensão constituída pela sociedade, onde o individuo inicia um processo de perdas sociais, como o afastamento da família, através do casamento de filhos e netos, o distanciamento das relações sociais, a perda do prestígio social vinculado ao trabalho, entre tantos outros. Tais acontecimentos influem diretamente nas questões emocionais, gerando um sentimento de inutilidade e sucessivamente de isolamento social.

Para exemplificar sobre o envelhecimento social, destacamos a reflexão de Mercadante (2002): “(...) o homem não vive nunca em estado natural; na sua velhice, como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade à qual pertence”.(p. 64)

Guidi e Moreira complementam (1996) que,

O lugar que a pessoa ocupa no sistema de produção reflete sua posição no sistema social, repercutindo em sua identidade [...]. É difícil a preparação para a aposentadoria. A reconstrução do cotidiano é demorada e não se processa de uma hora para outra. A aposentadoria causa uma fratura na interação social. (GUIDI E MOREIRA 1996, P. 146).

E em relação aos aspectos emocionais, o sentido de vida e a identidade muitas vezes vão se diminuindo pouco a pouco. As perdas recorrentes, o abandono social, o apelo da jovialidade pela sociedade contemporânea, a solidão e o desgaste dos anos, vão se somando e contribuindo doenças que acometem não só o corpo físico como também à alma (Gatto, 2002 ; Salgado, 1982).

As transformações que ocorrem no processo de envelhecer são várias. Sobre elas, Papalia e Olds (2000) afirmam que: “algumas mudanças fisiológicas são resultado direto do envelhecimento, mas fatores comportamentais e de estilo de vida, que remontam à juventude, muitas vezes afetam seu momento de ocorrência e sua extensão”. (PAPALIA; OLDS, 2000, p. 432).

A sociedade consumista e imediatista que se instaurada hoje, contempla cada vez mais padrões e normas de beleza ideais estabelecidos pela mídia, onde predominam a jovialidade, a beleza esculpida, o dinamismo, o novo saber, a cultura digital, a proatividade, a energia e a disposição para competir. Portanto, neste contexto, ter mais de 60 é assumir diversos desafios, principalmente no que se refere à inclusão de novos saberes neste novo mundo digital.

Neste sentido, se tornar tão complexo a sociedade moderna estudar o envelhecimento, onde em grande parte já nascemos com papéis sociais previamente definidos, delineados pela cultura e pela ordem social e econômica, onde todos tem um papel a desempenhar até aproximadamente os cinquenta anos, depois os papéis se tornam invisíveis e obsoletos.

(...) em nossa cultura não existe a idéia clara do ciclo da vida, recebemos um intenso treinamento para apenas a metade dela. Temos um “script” social muito claro a seguir até a idade de 50 anos. Quanto a isso não há dúvida. Mas depois de ter cumprido os deveres por assim dizer (estudar, se profissionalizar, casar, ter filhos, se aposentar, etc.) o que fazer com os próximos 10, 20, 30 ou 40 anos de existência? Onde está a orientação sobre essa etapa da vida humana que doravante, será o tempo mais longo de nossa existência? (ARCURI, 2005, p. 14).

A autora contribui fazendo-nos refletir sobre a necessidade de rompermos com estereótipos que a sociedade nos impõe a todo o momento sobre a velhice, lançando

questionamentos sobre nossos próprios conceitos e nos encorajando abandonar uma visão antiga. Incentiva ainda, a prática de ideias e ações socializadoras, considerando essa nova forma de enxergar e tratar a velhice um grande desafio que a modernidade propõe ao homem.

Kachar (2005) contribui afirmando que é preciso

(...) considerar e destacar a face da velhice que não seja só associada a um tempo de aposentar-se, de doenças e de declínio de capacidades e potencialidades, pois dependerá do processo existencial de cada indivíduo, já que o envelhecimento é resultado de uma trajetória de vida. (KACHAR 2005, p. 134).

Neste sentido como propõe as autoras Kachar e Arcuri ambas (2005), a velhice precisa ser considerada como resultado de uma vida que é completamente influenciada pelas questões sociais e não como sinônimo de declínio e inutilidade. Essas inquietações sobre o envelhecimento faz emergir pesquisas e estudos que tomaram um lugar de destaque, onde estudiosos e pesquisadores de diversos segmentos buscam compreender as múltiplas faces do envelhecer e determinantes que proporcionem melhores condições de saúde e vida dos idosos.

Dantas e Oliveira (2003) contribuem neste sentido enfatizando que o envelhecimento não é sinônimo de incapacidades funcionais, psíquicas e emocionais, este pode ser encarado como mais um período da vida e, portanto, passível de aprendizado, adaptações, ganhos e principalmente uma busca constante da qualidade de vida.

Neste sentido, ao envelhecer o indivíduo precisa resgatar seu potencial para as realizações e criações, assim como os mais jovens, porque suas habilidades, aprendizagem e possibilidades não se findam com o envelhecimento, e sim configuram-se novas necessidades e formas de aprendizagem que insiram o idoso de forma singular no meio social que se apresenta.

Zimerman (2000) nos chama atenção afirmando que não podemos mais ignorar a necessidade de darmos atenção à velhice no âmbito institucional, político, econômico e da saúde. Não podemos deixar de ver que a população mudou, e esta mudança necessita de ajustes nos campos políticos, sociais e econômicos, pois ao envelhecer as necessidades são alteradas, mas não perdidas.

3. A NOVA SOCIEDADE TECNOLÓGICA – uma breve reflexão

A sociedade contemporânea vem passando por inúmeras mudanças em todas as áreas do conhecimento humano. Os impactos produzidos nos últimos tempos na sociedade através dos avanços tecnológicos têm provocado uma profunda reestruturação no estilo de conduta, atitudes, hábitos e tendências das populações mundiais, principalmente da população idosa.

Novas práticas surgiram, novos costumes e tendências. Inúmeras nomenclaturas são dadas ao momento em que estamos vivendo. Fala-se de era digital, era do computador, sociedade midiática, entre outros. A sociedade passou a ser denominada pelas ferramentas que utiliza para se modernizar e não pelos seus feitos. O fato é que mudamos, ou foi o mundo que mudou?

Para responder tal indagação Castells afirma que :

Nós sabemos que a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade. A sociedade é que dá forma à tecnologia, de acordo com as necessidades, os valores e os interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia. (CASTELLS 2005, p.17)

Souza (2003) aponta que as tecnologias se sucedem uma a uma e o novo de hoje é fruto de um amadurecimento, de uma evolução que se desenvolve progressivamente, ou seja, o novo de hoje é o avançado do ontem e o ultrapassado do amanhã.

Significativas transformações são identificadas na sociedade desde 1ª da revolução industrial. A partir das mudanças ocorridas no contexto social desde século XVIII até os dias atuais, a sociedade atravessa por inúmeros caminhos de modernização em busca do mundo autônomo, ágil e interativo. Os avanços fazem parte de uma nova ordem econômica que dita as regras, apontando as necessidades do novo mundo, ou de uma nova era: da informação.

Com a chegada da internet nos anos 90 a sociedade se viu diante dos mais poderoso meio de comunicação e informação do mundo. Essa ferramenta possibilitou junto ao computador uma gama de facilidades possibilitando aos indivíduos recursos necessários para fazer compras sem sair de casa, conhecer várias pessoas de países diferentes, trocar de

informações, cursar um curso à distância, entre tantos outros exemplos podemos citar da própria realidade na qual estamos inseridos.

Souza (2003), aponta em seu livro *Comunicação, Educação e Novas Tecnologias*, que o maior benefício trazido pela internet é “sem dúvida a grande transformação social que ela tem proporcionado. Quando falamos em social nos referimos à troca do conhecimento entre as pessoas através da reciprocidade ou convivência “ (p. 67).

Neste contexto, Silveira (2001) aponta que:

A informação penetrou na sociedade tal como a energia elétrica. Resultante da revolução industrial, reconfigurou a vida das cidades. O computador ícone da nova revolução, ligado a rede está alterando a relação das pessoas com o tempo e com o espaço [...] estamos falando de uma tecnologia que permite aumentar o armazenamento, o processamento e a análise de informações, realizar bilhões de relações entre milhares de dados. (SILVEIRA 2001, p. 15)

Sabemos que tanto a informação como a comunicação passaram por fases que acompanham o contexto social vigente de cada época, fazendo parte das necessidades de cada sociedade, onde ferramentas como cartas, livros, telegramas surgiram afim de otimizar e aproximar uma comunicação não interativa na época, e hoje tais ferramentas são substituídas pelos celulares, chats, e-mails, mensagens instantâneas entre outros, onde esta passou a ter interatividade.

Levando em conta o sentido interatividade, o mesmo autor afirma que:

Há uma crescente utilização do adjetivo “interativo” para qualificar, computador e derivados, brinquedos eletrônicos, eletrodomésticos, sistema bancário on-line, programas de rádio e tv, etc, cujo funcionamento permite ao usuário-consumidor-espectador-receptor algum nível de participação, de troca de ações e de controle sobre acontecimentos. Na era da interatividade ocorre a transição da lógica da distribuição (transmissão) para a lógica da comunicação (interatividade). Isso significa uma modificação radical do esquema clássico da informação baseado na ligação unilateral emissor-mensagem-receptor. (SILVEIRA 2001, p. 12).

O mundo se virtualizou permitindo aos seus usuários navegar por um vasto meio que informações que possibilita o acesso ao que se interessa de forma quase imediata, como afirma Castells (2003) “ (...) a internet é um meio de comunicação que permite pela primeira vez a comunicação de muitos com muitos”. (p. 8)

Neste sentido, Bairon (1995) complementa sobre a ferramenta computador, afirmando que:

O computador não é mais, no caráter sócio-técnico, uma máquina autônoma e intermediária de duas fontes de comunicação: o emissor e o receptor, (...) o significante e o significado, o sujeito e o objeto, o usuário e a máquina, pois encontra-se escancarado tanto em suas interfaces quanto em suas possibilidades interativas, de forma quase imprevisível (BAIRON 1995, p. 17)

Segundo Souza (2005), estamos diante de várias mudanças na sociedade moderna, trazidas pela cultura digital. Inferimos que estamos diante de uma nova forma de produção social do espaço, na qual o tempo e espaço são destituídos de lugar físico, conceito este que precisa ser incorporado pela sociedade vigente de forma quase instantânea.

Falar sobre tempo e espaço em uma sociedade que não se utiliza mais de espaço físico para construir suas relações, é um tanto espantoso para indivíduos que nasceram em tempos e espaços diferentes, onde o conceito de espaço era vinculado à matéria e muito bem demarcado pelos conceitos da física. Porém hoje o nosso espaço está em qualquer lugar, seja no Brasil ou fora dele, seja em casa ou no trabalho. Essa mobilidade de se estar onde quiser é que transforma e tem transformado as nossas relações e o nosso cotidiano.

Os avanços tecnológicos da sociedade moderna têm permitido um distanciamento progressivo dos indivíduos de suas referências de tempo e espaço, chamado de desencaixe (...). O espaço concreto cria seu oposto, o espaço virtual, e novas formas de contatos interpessoais. (...) o desencaixe seria o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço. Daí emerge o que denominamos de ciberespaço, isto é, um dos processos contemporâneos de desencaixe, promovido pela telemática (GIDDENS, 1994 *apud* SILVA & SILVA, 2006).

Sobre este conceito de ciberespaço Pierre Lévy (2000) diz que é

“(...) o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humano que navegam e alimentam esse universo” (PIÉRRE LEVY 2000, p.17).

Por fim, sabe-se que os avanços das novas tecnologias, em especial a utilização das ferramentas computador e internet não são uniformes em todos os setores, mas dependente de variáveis sócio-históricas, aspectos individuais e organizacionais em níveis macro e micro sociais, dependendo de ações e motivações individuais e sociais.(Passerino e Pasqualotti, 2006).

Assim os meios tecnológicos, como a internet, podem atuar como um canal de construção de informação, e a mesma pode ser transformada em conhecimento por seus usuários. A tecnologia tem modificado com muita velocidade a vida do homem, alterando sua forma de adquirir conhecimentos. As novas tecnologias mostram como as pessoas e os recursos de informação podem ser usados como uma ferramenta interativa, possibilitando a troca de experiência que pode fornecer mecanismos para novos aprendizados.

3. A TERCEIRA IDADE E SUA RELAÇÃO COM AS NOVAS TECNOLOGIAS

Como vimos no decorrer deste artigo, estamos atrelados em um contexto de modernização fortemente influenciado pelas transformações tecnológicas que inauguram um novo contexto social repleto de conexões e interfaces. A modernização nos trouxe uma tecnologia que mais parece ser descartável, onde a cada instante são substituídas por lançamentos que superam as funcionalidades anteriores, tornando os saberes obsoletos quando uma nova tecnologia é lançada.

Os avanços tecnológicos são compreendidos com facilitadores e precisam ser incorporados e aprendidos para que possam ter funcionalidade no contexto em se insere. As imensas possibilidades de uso do conhecimento provido pelos avanços influenciam a forma de pensar e agir de todas as gerações que vivenciam o momento atual.

Novos saberes e novas habilidades precisam ser aprendidas, como falar em um bate-papo, mandar e-mails para saber de um parente ao invés e cartas, utilizar os caixas eletrônicos, manipular eletros domésticos cada vez mais modernizados, baixar músicas e filmes pela internet, entre tantos outros.

Todo avanço gera mudanças, e as novas tecnologias provocaram diversas alterações em todos os setores na vida do indivíduo, cabendo ao indivíduo e a sociedade o estreitamento dessa relação. Sobre essas mudanças, Turkle (1997) em suas pesquisas aborda as possíveis modificações que as tecnologias causam no universo dos indivíduos.

A tecnologia catalisa alterações não só naquilo que fazemos, mas também na forma como pensamos. Modifica a percepção que as pessoas têm de si mesmas, uma das outras, e da sua relação com o mundo. A nova máquina que está por trás do sinal digital luminoso, ao contrário do relógio, do telescópio ou da locomotiva

é uma máquina 'pensante'. Desafia não apenas as nossas noções de tempo e distância, mas também as da mente. (TURKLE 1997, p. 56)

Neste contexto de tantas transformações, ao analisar a relação das novas tecnologias com a sociedade é possível identificar a familiaridade dos jovens com a tecnologia, onde Kachar (2003) pontua que:

A geração mais nova tem intimidade e atração pelos artefatos tecnológicos, assimila facilmente as mudanças, pois já convive desde tenra idade, explorando os brinquedos eletrônicos e/ou brincando com o celular dos pais. Porém, a geração adulta e mais velha, de origem anterior à disseminação do universo digital e da internet, não consegue acolher e extrair tranquilamente os benefícios dessas evoluções na mesma presteza de assimilação dos jovens. (KACHAR 2003, p. 122)

Rosen e Weil (1995) afirmaram que pessoas idosas têm menos probabilidade de conviverem com novas tecnologias do que pessoas mais novas, uma vez que convivem menos com crianças e também porque é provável que tenham saído do mercado de trabalho ou da escola antes da generalização das novas tecnologias de informação e comunicação (TICS).

As pessoas da terceira idade necessitam de um tempo maior e seguem um ritmo mais lento para aprender a manipular e assimilar os mecanismos de funcionamento desses artefatos, seja para o uso pessoal e cotidiano ou em atividade profissional (KACHAR 2003, p. 136).

Por muito tempo, os idosos não receberam a devida atenção da sociedade e da família, encontrando-se muitas vezes excluídos. Entretanto, com o avançar da ciência e da medicina, a terceira idade passou a ser representada por uma maior qualidade de vida. Hoje, a pessoa idosa não vive mais, necessariamente, recolhida e recordando lembranças do passado, mas pode ser ativa, produtiva e participativa (Kachar, 2001).

Alguns teóricos enfatizam que as características cognitivas do idoso têm implicações no processo de aprendizagem sobre novas tecnologias. Aspectos associados ao envelhecimento, como diminuição da velocidade cognitiva (Salthouse 1996), dificuldades de inibição da atenção, o declínio sensorial (Baltes e Lindenberger 1997) e a redução da atenção e da memória de trabalho que podem somar obstáculos na utilização de tecnologias como o computador.

Por outro lado, pesquisas apontam benefícios e possibilidades (Kachar 2003) sobre relação da terceira idade com a informática, dentro de parâmetros de ensino e aprendizagem adequados e específicos para o público idoso, mostrando possibilidades de desenvolvimento de habilidades para uso do computador.

Se sentir pertencente a esta sociedade tecnológica, implica em estar inserido no processo de virtualização da mesma. Para Morris (1994) idosos que utilizam o computador sentem-se menos excluídos na sociedade que se torna cada vez mais tecnológica. De acordo com White et. al. (1999) as TIC ajudam o idoso a melhorar sua conexão com o mundo externo.

De acordo com Pasqualotti e Both (2008),

(...) é necessário criar um espaço que seja possível contar histórias, trocar ideias; ser ouvido e ouvir permitirá ao idoso estabelecer novos laços sociais, tão comumente escassos nessa fase da vida. Esse espaço pode ser virtual, por meio do uso de novas tecnologias de comunicação e informação, o que minimiza o problema do tempo e do deslocamento físico (PASQUALOTTI E BOTH 2008, p. 28).

A tecnologia neste contexto de inclusão, surge como forma de contribuição na redução do isolamento, na estimulação mental, na diminuição do sentimento de inutilidade, contribuindo na promoção do bem-estar da pessoa idosa, facilitando ainda o estreitamento dos laços afetivos através da aproximação da internet com parentes e amigos (Kachar, 2001).

A inclusão digital aponta uma mediação entre o público idoso e a realidade digital, estreitando as lacunas existente entre as gerações, permitindo muito além da socialização, fator este muito importante para a qualidade de vida na terceira idade.

Além da questão da inclusão digital, que promove a inclusão social, podemos atuar na perspectiva da prevenção, na medida em que podem ser estimuladas funções cognitivas em situações específicas de ensino e aprendizagem com pessoas de 45 anos ou mais. A partir do desenvolvimento das habilidades para uso das tecnologias, é possível transferir para outras situações semelhantes como consultar caixas eletrônicos e afins. (KAHAR 2009, p. 146)

Com este intuito de promover a inclusão digital entre o público da terceira idade, cursos e oficinas de informática assumem um compromisso social, que vai além do ensino de teclas, atalhos ou programas. PASQUALOTTI E BOTH (2008, p. 26) destacam sobre a

oficina de informática para terceira idade que: “um dos objetivos de uma oficina de é criar uma comunidade em que todos se sintam parte e, dessa forma, tenham satisfação e o sentimento de comprometimento com o processo de interação do grupo como um todo”.

Pereira e Neves (2011) apontam que se faz necessário promover um ambiente específico para o público idoso, ambiente este facilitador de ensino-aprendizagem que integrem o idoso com a informática de forma particular de acordo com suas particularidades e condições físicas.

Neste sentido de construção de um espaço de integração, saúde e inclusão para a terceira idade em consonância com as novas tecnologias, PASQUALOTTI E BOTH (2008) afirmam que “é necessário construir espaços que permitam ser criados novos significados para vivência da velhice, seja para trabalhar as perdas ou ainda os aspectos saudáveis que devem ser mantidos” (p. 32-33).

4. INCLUSÃO DIGITAL – DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA TERCEIRA IDADE

Ao refletir sobre o novo cenário de modernização que estamos imersos, em especial ao acesso às novas tecnologias pela população idosa, no que se refere à inclusão digital realizada por cursos e oficinas de informática voltadas em específico para este público foi possível identificar algumas das possibilidades e alguns dos desafios deste processo inclusivo. Para esta reflexão foi analisada a experiência de algumas iniciativas no processo de inclusão digital para a terceira idade.

Inicia-se esta reflexão com os resultados de uma pesquisa realizada com idosos pertencentes à Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) da região do Vale do Parnaíba (Sá e Almeida, 2009). Tal pesquisa teve como objetivo analisar as condições facilitadoras e limitadoras da aprendizagem da informática por idoso

No que se refere às condições limitadoras desafiantes no processo de inclusão digital com idosos nesta pesquisa, foi identificado que :

- A grande maioria apresentou problemas de saúde em relação à visão e à memória;

- O principal receio em relação ao curso era o medo de não aprender, seguindo pelo medo de estragar o computador ao tentar aprender, e por fim, a possibilidade de não receber ajuda dos colegas para superar as dificuldades do aprendizado.

- Outro fator destacado na pesquisa como limitador no aprendizado da informática é o aluno não possuir um computador em casa, pois os que possuíam indicaram melhores resultados do que os não tinham.

Já em relação às características facilitadoras deste processo, destaca-se:

- O nível de escolaridade avançado, é percebido nas aulas como um facilitador na aquisição de conhecimento novo;

- Os fatores motivacionais foram identificados como facilitadores neste processo. A percepção da melhora do próprio rendimento na medida com que o curso desenvolvia, os motivava ainda mais em relação ao curso;

- Receber a ajuda dos monitores, poder trocar idéias com os colegas e o fato do professor dar atenção a toda turma igualmente.

- Outro fator importante percebido pela turma como facilitador é a homogeneidade da turma, por ser formada por pessoas da mesma faixa etária, fazer novos amigos durante o curso e o bom relacionamento entre professor e alunos.

- Quanto às condições ambientais, em sua totalidade, os alunos consideraram a sala de aula, a iluminação, a ventilação, a limpeza e a organização do mobiliário, adequadas e, por isso, facilitadoras do aprendizado.

- A elaboração de uma apostila com recursos visuais destacados com letras de fontes maiores possibilitaram um melhor aproveitamento do curso e por isso um grande facilitador.

Diante das informações apontadas acima, observou-se que as condições apontadas pelos alunos como dificultadoras ou facilitadoras do aprendizado do uso do computador podem indicar aspectos importantes a serem considerados no processo ensino-aprendizagem dos idosos. Faz-se necessário considerar todos os aspectos envolvidos no envelhecer e as lacunas de gerações sobre as novas tecnologias.

Outro estudo realizado por Pereira e Neves (2011), com o objetivo de aferir utilização da internet no processo de “*inforclusão sênior*”, se esta contribui para a

melhoria da qualidade de vida expondo um processo de alfabetização digital para idosos, nos permite concluir que:

- A utilização das novas tecnologias, em especial a internet, aumentou a qualidade de vida das pessoas idosas, na medida em que permitiu diminuir a solidão, aumentar a frequência da comunicação entre familiares e amigos e o acesso à informação;
- As novas tecnologias são uma mais-valia no âmbito da ressignificação do lazer, já que é uma forma de ocupação dos tempos livres;
- O ensino de oficinas de informática em geral à idosos requer a adoção de metodologias de ensino-aprendizagem específicas, devido a ritmos de aprendizagem mais lentos e à possibilidade de motivação;
- A utilização da Internet para fins de comunicação estreita relações familiares, sobretudo intergeracionais.

Os mesmos autores concluem em sua pesquisa que:

(...) foi visível uma motivação acrescida por parte dos idosos, verificada através das expressões sorridentes ao perceberem que, sozinhos, são capazes de utilizar a *Internet* e, sobretudo, de comunicar. Esta observação permitiu concluir que, para além de encurtar distâncias, o uso da *Internet* para fins comunicativos estreita relações familiares, principalmente entre avós e netos. Ou seja, a *Internet* tem a capacidade de suavizar o fosso etário; avós e netos passam a utilizar a mesma linguagem, aproximando-se. (PEREIRA E NEVES 2011, p. 19)

O Projeto FATEC Melhor Idade (Oliveira; Cavichioli; Affonso; Santos 2011), da cidade de Presidente Prudente, SP é outra experiência com similaridade de objetivos. Esta pesquisa buscou avaliar os impactos das novas tecnologias sobre os idosos e o trabalho desenvolvido por professores e alunos do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FATEC de Presidente Prudente em prol da inclusão digital do público da terceira idade de Presidente Prudente por intermédio do projeto FATEC Melhor Idade.

A pesquisa aponta os motivos que levaram os idosos a buscar conhecimentos de informática no Projeto FATEC Melhor Idade:

- Adquirir novos conhecimentos;
- Socialização;
- Preencher o tempo disponível;

- Além disso, indicaram o projeto como a única oportunidade de aprender informática de maneira gratuita na cidade de Presidente Prudente, até o momento.
- Todos os idosos indicaram que o projeto está atendendo suas expectativas.

Sobre os benefícios gerados com o processo de inclusão digital, os idosos ressaltam que:

- A comunicação com amigos e parentes pela internet favoreceu a diminuição da solidão e do isolamento;
- O aumento da confiança para lidar com novas tecnologias;
- A melhora no relacionamento com pessoas da mesma faixa etária (socialização);
- Melhoria no desenvolvimento de atividades rotineiras que utilizam raciocínio ou memória, atualização e ampliação do conhecimento;

Desta forma pode-se observar que as aulas de informática para o público da terceira idade provê a seus integrantes a integração social, inclusão, melhora no desenvolvimento de atividades que utilizam raciocínio e memória, relacionamento com as pessoas e lazer.

Neste contexto, alguns autores corroboram com a reflexão deste artigo ao apontar as percepções sobre o ensino da informática com o público idoso.

Pasqualotti e Both (2008) nos instrui que:

(...) muitos ambientes têm sido criados para tornar disponíveis os conteúdos e possibilitar a comunicação entre os participantes, no entanto, existem outras necessidades importantes, como as sociais e afetivas, que precisam ser supridas para o bom andamento de uma oficina de informática na qual se deseje que todos participem de forma ativa, contribuindo colaborativamente com a comunicação pretendida. (PASQUALOTTI E BOTH 2008, p.26)

Pereira e Neves (2011), contribuem afirmando que:

Mais especificamente, no que concerne ao ensino das novas tecnologias a idosos, é necessário promover um ambiente de aprendizagem próprio para os indivíduos em questão, que passa pela criação de uma interação com a máquina de acordo com as suas necessidades e condições físicas.

Os autores destacam a importância de se trabalhar nas próprias oficinas de informática questões sociais e afetivas envolvidas no processo de envelhecer, acolhendo

suas expectativas e ansiedades, tal como desenvolver no ambiente de aprendizagem condições que considerem as especificidades da idade.

Os cursos de inclusão digital necessitam estar configurados de acordo com o perfil da população, com atendimento específico e com turmas pequenas e de mesma faixa etária, para promover o acesso e a capacitação do uso destes recursos tecnológicos. (KACHAR, 2010, P. 146)

No contexto de ensino e aprendizagem com o público da terceira idade é preciso atentar que este processo pode ser possível em qualquer período do desenvolvimento humano, visto que é necessário despertar no idoso o interesse em aprender, onde os conteúdos ensinados precisam ter relevância e funcionalidade para seu dia-a-dia.

Pasqualotti e Both (2008) ressaltam ainda que é preciso promover junto aos idosos uma constante estimulação e incentivo de suas capacidades, mostrando que é possível a aprendizagem de novos conteúdos em qualquer fase da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estar diante de tantos aparatos tecnológicos pode parecer assustador a primeira vista, mas se torna encantador quando os estigmas e estereótipos entre idoso e tecnologia são diluídos, dando lugar ao um universo de possibilidades. Estar próximo a alguém, diminuir a solidão e os medos do envelhecer, socializar, se divertir, encontrar amigos, ativar o corpo e os neurônios, melhorar os processos cognitivos entre tantos outros benefícios que as novas tecnologias proporcionam ao idoso quando este toca o universo digital.

Tantas possibilidades e contribuições foram destacadas neste artigo e principalmente nas pesquisas descritas aqui, que apontam e confirmam que ao iniciar um processo de ensino e aprendizagem em um curso ou oficina de informática o idoso vivencia um novo envelhecer. Aprende a superar o medo do novo, das máquinas e do universo digital, daquilo que durante muito tempo foi sinônimo de juventude; Aprende que há possibilidade de aprender quando se tem desejo e vontade de conhecer; Observa que os maiores desafios da inclusão digital é quebrado no instante quando os medos e ansiedades

dão lugar às descobertas; Aprende ainda que, é possível chegar ao passado com o que há mais de moderno e estreitar a saudade com as utilidades do mundo virtual.

Quanto aos desafios encontrados nesta reflexão, destaca-se as limitações físicas, como dificuldades de visão, memória e motricidade, as limitações psicológicas, como o medo de estragar a máquina, a ansiedade e crenças negativas a respeito das novas tecnologias e as limitações sociais, que se instauram como os escassos cursos e oficinas específicos para este público, a falta de acesso ao computador e internet, a falta de iniciativas que promovam a acessibilidade de forma inclusiva e assumam a responsabilidade de estreitar as lacunas existentes neste contexto de inclusão.

É preciso atentar para as especificidades deste público ao tentar incluí-los às novas tecnologias. Os cursos e oficinas voltados para terceira idade precisam adaptar as máquinas, o ambiente, a forma de ensino e os conteúdos às necessidades dos que buscam aprender.

Dessa forma ao entrar em contato com o computador, o idoso supera o primeiro desafio desta inclusão, ampliando as relações interpessoais e intergeracionais, reduz o isolamento social e ao mesmo tempo estimula a parte psíquica e mental. O resultado deste processo é a melhoria na qualidade de vida desses indivíduos e o sentimento de satisfação que é gerado quando se possibilita integrá-los na modernização.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Paula. **Perspectiva Psicossomática do envelhecimento**. Revista Portuguesa de Psicossomática. Porto, ano/vol. 6, n. 001, 2004.

ARCURI, I. G. Velhice: da gerontofobia ao desenvolvimento humano. In: CÔRTE, B.; MERCADANTE, E. F.; ARCURI, I. G. (org.) **Velhice, envelhecimento e complex(idade)**. São Paulo: Vetor, 2005, p. 35-56.

BAIRON, Sérgio. Interatividade. In: **Multimídia**. São Paulo: Global, 1995.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. (2003) Estatuto do idoso. Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em 01/07/2012

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

- _____. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide V. Majer. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- DANTAS, Estélio H. M.; OLIVEIRA, Ricardo Jacó de. **Exercício, maturidade e qualidade de vida**. Rio de Janeiro: Shape, 2003.
- FEEVALE. **Programas de extensão para a 3ª idade**. Disponível em <http://www.feevale.br/internas/default.asp?intIdSecao=232&intIdConteudo=1307>. Acesso em 13 nov. 2006
- OLIVEIRA, V, Eliane; CAVICHIOLI, A, AFFONSO, P, Eliane; SANTOS, S, Haydeé. Fatec Melhor Idade: Inclusão Digital na Terceira Idade na Cidade de Presidente Prudente, SP, 2011. Disponível em: <http://www.fai.com.br/ojs/index.php/omniaexatas/article/view/92>. Acesso em 10 de julho de 2012.
- GATTO, Izilda de Barros. **Aspectos psicológicos do envelhecimento**. In: PAPALÉO NETTO, Matheus. **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Atheneu, 2002. GIDDENS, 1994 *apud* SILVA & SILVA, 2006.
- GUIDI, M.L.M. & Moreira, M.R.L.P. **Rejuvenescer a velhice: Novas dimensões da vida**. Brasília. DF: Universidade de Brasília, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/perfilidoso. Acesso em 19 de Julho de 2012.
- KACHAR, V. Longevidade: um novo desafio para a educação. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **Terceira idade e informática: aprender revelando potencialidades**. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. **Internet, um território sem fronteiras para a terceira idade**, 2005. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.net/pforum/evve3.htm>. Acesso em 06 julho de 2012.
- _____. **Envelhecimento e perspectivas de inclusão digital**. Revista Kairós Gerontologia, 13(2), São Paulo, nov. 2010. 131-147. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/5371>. Acesso em 23 julho 2012.
- MERCADANTE, E. **Comunidade como um novo arranjo social**. Rev. Kairós, v.5, n.2, 2002.

- NERI, A. L.; CACHIONI, M. **Velhice bem sucedida e educação**. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G. (Org.). *Velhice e sociedade*. Campinas: Papirus, 1999.
- NOVAES, M. H. **Psicologia da terceira idade: conquistas possíveis e rupturas necessárias**. Paulo de Frontin, RJ: Nau, 1997.
- OMS - Organização Mundial de Saúde. *The world health report*. Genebra, 2001.
- PAIXÃO, C. G. et al. **Ontogenia: do nascimento à velhice**. *Revista Psicofisiologia*. v. 2, n. 1, 1998. Disponível em: <www.icb.ufmg.br/1pf/revista/revista2/ontogenia>. Acesso em: 06 julho de 2012.
- PAPALIA, Diane E. OLDS, Sally Wendkos. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- PASCHOAL SMP. **Qualidade de Vida na Velhice**. In: Freitas EV, Py L, Neri AL, Cançado FAX, Gorzoni ML, Rocha SM, editores. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A.; 2002.
- PASQUALOTTI, Adriano; BOTH, Agostinho. **Pessoa idosa, tecnologias de comunicação e interação e educação permanente: um encontro esperado, um fato possível**. In: FERREIRA, Anderson Jackle [et al.] (Orgs.). *Inclusão Digital de idosos: a descoberta de um novo mundo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- PASSERINO, L. M.; PASQUALOTTI, P. R. **A Inclusão Digital como Prática Social: uma visão sócio-histórica da apropriação tecnológica em idosos**. In: Portella, M; Gaglietti, M. Pasqualotti, A. *Envelhecimento Humano: saberes e fazeres*. Passo Fundo: UPF, 2006.
- PEREIRA, Cláudia; NEVES, Rui. *Revista Kairós Gerontologia* 14(1), São Paulo, março 2011: 05-26. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/7099/5139>>. Acesso em 23 julho 2012.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro, 34, 2000.
- ROSEN, L. D. & Weil, M.M. **Adult and teenage use of consumer, business, and entertainment technology: Potholes on the information superhighway**. *The Journal of Consumer Affairs*, 1995.
- SÁ, G, E, Maira; ALMEIDA, L, Vera. **A inclusão dos idosos no mundo digital através das novas tecnologias da informação e comunicação**. *Revista Conexões – Ciência e*

Tecnologia, Paraguai, 2010. Disponível em <http://revistaconexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/467/318>. Acesso em 22 de Julho de 2012.

SÁ, M. A. **O idoso e o computador**: condições facilitadoras e dificultadoras para o aprendizado. Dissertação de Mestrado em Educação: Psicologia da Educação, PUC/SP, 1999.

SALGADO, M. A. **O significado da velhice no Brasil**. São Paulo: SESC, 1982.(Caderno da terceira idade).

SILVEIRA, S. A. **Exclusão Digital – a miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SIMÕES, R. **Corporeidade e terceira idade: a marginalização do corpo idoso**. 1998. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Metodista de Piracicaba.

SOUZA, Carlos Henrique Souza. **Comunicação, Educação e Novas Tecnologias**. Ed. FAFIC. Rio de Janeiro 2003.

TURKLE, S. **A vida no Ecrã – A identidade na era da internet**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997.

ZIMMERMAN, Guite, I. **Velhice: Aspectos biopsicossociais**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

UM COMPUTADOR POR ALUNO: SENTIDOS DE TEMPO E DESAFIOS CURRICULARES CONTEMPORÂNEOS

Fernando Cesar Sossai

Professor dos Departamentos de História, Design e Sociologia da UNIVILLE
fernando.sossai@univille.br

Ilanil Coelho

Professora do Departamento de História e do Mestrado em Patrimônio Cultural e
Sociedade da UNIVILLE
ilanil@uol.com.br

Resumo: este artigo é um fragmento do projeto Aulas conectadas? Mudanças curriculares e aprendizagem colaborativa entre as escolas do Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) em Santa Catarina, financiado pelo CNPq. As reflexões elaboradas nessa pesquisa foram construídas com base numa empreitada metodológica organizada em duas etapas: inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico sobre os conceitos estruturantes do projeto (educação, tecnologias da informação e comunicação, currículo) e, posteriormente, com base em variados documentos coletados em campo, passamos à análise das práticas pedagógicas dos educadores das escolas catarinense que aderiram ao PROUCA. A partir desse arranjo teórico-metodológico percebemos que os sentidos de tempo que atravessam o currículo se revelam e tomam forma nos variados usos de tecnologias da informação de comunicação na escola.

Palavras-chave: educação; tecnologia da informação e comunicação; PROUCA.

Abstract: this article is a fragment of the project Classes connected? Curricular changes and collaborative learning between schools PROUCA in Santa Catarina. The reflections developed in this research were based on a methodological enterprise organized in two stages: initially conducted a bibliographic study on the structural design concepts (education, information technology and communication, curriculum) and then based on various documents collected in field, we start the analysis of teaching practices of educators from schools that joined the PROUCA. From this arrangement theoretical and methodological perceive that the senses of time going through the curriculum unfold and take shape in the varied uses of information technologies of communication in school.

Keywords: education, information technology and communication; PROUCA.

PENSAR O PROUCA NO CRUZAMENTO COM OS ESTUDOS CURRICULARES

Um Computador por aluno. Eis o nome do programa governamental que parece ser a estratégia de futuro do Ministério da Educação (MEC) para revolucionar a educação no Brasil. Criado em 2007, o PROUCA, como é conhecido, foi iniciado simultaneamente em cinco cidades do país: Palmas, Brasília, São Paulo, Pirai e Porto Alegre. A época, ainda como uma “experiência piloto”, o programa foi diretamente responsável pela distribuição de 150 mil microcomputadores para 380 escolas da rede pública.



Figura 1: UCA. Disponível em: <<http://pro-uca-sc.blogspot.com.br/p/apresentacao.html>>. Acesso: 20 ago. 2012.

Não tardou muito e a “experiência piloto” foi incorporada a agenda de futuro da educação brasileira sob a forma de uma lei. Por meio da Lei 12.249, de 14 de junho de 2010, o PROUCA, e tudo mais que a ele estivesse relacionado, foi oficializado com a promessa de promover:

a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal ou nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática, constituídas de equipamentos de informática, de programas de computador (software) neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento (Lei 12.249, de 14 jun. 2010).

Articulada a dois outros projetos do Ministério da Educação – o Programa Nacional de Tecnologia Educacional, o PROINFO, e o TV Escola – essa lei forneceu o

lastro para, só no ano de 2010, ocorrer a distribuição de 375 mil microcomputadores para alunos do ensino básico de 372 municípios brasileiros (BRASIL, 2012a).



Figura 2: “em Janeiro de 2010 o consórcio CCE/DIGIBRAS/METASYS foi dado como vencedor do pregão N° 107/2008 para o fornecimento de 150.000 laptops educacionais a aproximadamente 300 escolas públicas já selecionadas nos estados e municípios”. Disponível em: <<http://www.cceinfo.com.br/uca/index.php>>. Acesso: 20 ago. 2012.

Em sintonia com os compromissos assumidos, em 2010, pelo então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a 08 de junho de 2012, por meio do Decreto 7.750, a presidenta Dilma Rousseff decidiu estimular a produção industrial de laptops educacionais de baixo custo. Para garantir que o PROUCA não fosse interrompido pela falta de microcomputadores, a presidenta oficializou o “Regime Especial de Incentivo a Computadores para uso Educacional – REICOMP”, o qual desobriga, até 31 de dezembro de 2015, os fabricantes de laptops educacionais das seguintes exigências:

- I – do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente na saída do estabelecimento industrial de matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização [...], quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao Regime;
- II – da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes sobre a receita decorrente da: a) venda de matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos mencionados no caput do art. 2º [laptops educacionais], quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao Regime; e b) prestação de serviços, por pessoa jurídica estabelecida no País, à pessoa jurídica habilitada ao Regime, quando destinados aos equipamentos mencionados no caput do art. 2º; e
- III – do IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação, da COFINS-Importação, do Imposto de Importação e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, incidentes sobre: a) matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos mencionados no caput do art. 2º, quando importados

diretamente por pessoa jurídica habilitada ao regime; e b) o pagamento de serviços importados diretamente por pessoa jurídica habilitada ao Regime, quando destinados aos equipamentos mencionados no caput do art. 2º (Lei 7.750, de 8 jun. 2012).

Para além de mais um programa governamental voltado à difusão de tecnologias da informação e comunicação na escola, o que parece estar em evidência quando o assunto é o PROUCA é o desejo de atualizar as escolas públicas brasileiras às novas demandas da sociedade contemporânea: instrumentalizá-las para que sejam capazes de dialogar com a dinamicidade de nossos tempos e, acima de tudo, estejam mais bem preparadas para lidar com estudantes desejosos por digitalidades. Essa assertiva pode ser identificada numa entrevista concedida pelo atual ministro da educação, Aloizio Mercadante. Segundo ele, hoje se experimenta uma “velocidade tecnológica [...] muito maior do que a capacidade que a escola tem de processá-la”. Desse diagnóstico, na acepção de Mercadante, o PROUCA seria, então, uma “estratégia sólida para que a escola possa formar e preparar essa nova geração para o uso de tecnologias da informação” (BRASIL, 2012a).

Sensíveis a centralidade do PROUCA nas atuais políticas nacionais de educação do Brasil, neste artigo, analisamos os sentidos de tempo que se desdobram do processo de implantação e recontextualização do PROUCA numa escola pública¹ participante do projeto “Aulas Conectadas? Mudanças curriculares e aprendizagem colaborativa entre as escolas do PROUCA em Santa Catarina”, financiado pelo CNPq. Apoiados em fontes variadas, problematizamos a crença escolar de que as tecnologias da informação e comunicação, transmutadas pelo PROUCA em tecnologia escolar, seriam capazes de romper a estabilidade dos arranjos de tempo vivido na escola, sobretudo aqueles relacionados com a sua disciplinarização sob a forma de presente, passado e futuro.

Levando em consideração as contribuições advindas dos estudos curriculares, tentamos, ainda, analisar os desejos educacionais que transpassam diferentes documentos sobre o PROUCA sem perder de vista as formas pelas quais ele vem sendo recontextualizado nos e pelos fazeres cotidianos de alunos e professores do ensino básico. Ao adotar essa postura teórica metodológica nossa expectativa é a de melhor compreender como a sedução contemporânea por tudo digitalizar avança, abriga e se reconfigura quando do contato com o *modus* escola de fazer educação. Eis parte do

¹ Trata-se da Escola Ensino Fundamental Padre Theodoro Becker, localizada na cidade de Brusque, distante cerca de cem quilômetros da capital do estado de Santa Catarina, Florianópolis.

desafio de se pensar o Programa um Computador por Aluno no cruzamento com os estudos curriculares...

SANTA CATARINA EM TEMPOS DE PROUCA: CONTEMPORANEIDADE, RECONTEXTUALIZAÇÕES E O CURRÍCULO ESCOLAR

“O dia 12 de novembro de 2010 entra para a história da educação de Brusque como o dia em que a Escola Ensino Fundamental Padre Theodoro Becker começou a sua metamorfose: da escola da celulose para a escola digital”². Foi assim que Pedroso, integrante da equipe de professores-formadores do Programa Um Computador por Aluno (Núcleo Santa Catarina), descreveu a “caminhada” rumo a “escola digital” de uma instituição educacional do município de Brusque, localidade distante cerca de 100km de Florianópolis (Pedroso, 2012).

Deflagrado em dez cidades diferentes de Santa Catarina (Florianópolis, Agrolândia, Brusque, Caçador, Chapecó, Herval d'Oeste, Jaraguá do Sul, Joinville, São Bonifácio e Tubarão), o início do PROUCA em Santa Catarina remonta ao ano de 2010.



Figura 3: “cidades com Programa UCA em Santa Catarina”. Disponível em: <<http://pro-uca-sc.blogspot.com.br/p/apresentacao.html>>. Acesso: 20 ago. 2012.

² Fundada em 02 de março de 1969, a Escola de Ensino Fundamental Padre Theodoro Becker situa-se à Rua Bertholdo Todt, número 1501, no bairro Bateas, na cidade de Brusque, estado de Santa Catarina. Mantida pela Secretaria Municipal de Educação, funciona durante os períodos matutino e vespertino, conta com cerca de 400 alunos e possui uma equipe integrada por 34 docentes.

A época, junto a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi constituída uma “Equipe de Formação e Pesquisa do Projeto UCA de Santa Catarina (Equipe UCA-UFSC)” a partir de uma ação orquestrada com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na pessoa da professora Dra. Léa Fagundes. De modo geral, os trabalhos da Equipe UCA-UFSC se concentraram ao redor dos seguintes objetivos:

- Operacionalizar a proposta de capacitação, voltada ao uso pedagógico intensivo e adequado do laptop educacional em escolas públicas selecionadas [...] em todas unidades do Estado de SC, mediante diversas ações estruturadas entre o Ministério da Educação, Universidades, Secretarias de Educação e seus órgãos regionais de ensino, os Núcleos Estaduais e Municipais de Tecnologia Educacional – NTE/M e as escolas públicas selecionadas para implementação da fase II do projeto UCA.
- Acompanhar e registrar por meio de diversos métodos as ações das distintas etapas planejadas para a Fase II do Projeto UCA.
- Estabelecer sistemática de avaliação e desempenho aplicados ao Projeto.
- Desenvolver instrumentos de avaliação em consonância com a sistemática de avaliação.
- Desenvolver pesquisa que identifique as práticas pedagógicas inovadoras com o laptop educacional conectado e indicação de referenciais da mudança curricular necessária à escola no novo contexto da sociedade do conhecimento e do UCA (Cerny; Ramos, 2012a).

A fim de suportá-los, um conjunto de ações foram estrategicamente pensadas: a Equipe UCA-UFSC se comprometia a realizar estudos das experiências de países que implantaram programas educacionais semelhantes, assim como difundir em terras catarinenses as recomendações da Formação Brasil UCA. Para além disso, a aludida equipe também se responsabilizava pela:

- [realização de] visitas às escolas, aos NTE’s e aos mantenedores para apresentação do Projeto e da Equipe e também para encaminhar orientações concernentes às responsabilidades destas entidades e destes profissionais;
- criação do Repositório de documentos online relativos ao projeto, a infra-estrutura e o funcionamento, dados das escolas, professores, NTE’s e mantenedores;
- elaboração de documentação de orientação (*release* para a imprensa sobre a questão da segurança contra furto, guias para as Secretarias de Educação, guias para os Diretores das Escolas com acompanhamento e orientações iniciais sobre a chegada dos laptops nas escolas e sobre a instalação da rede *wireless* do Programa (estrutura física e servidor). (Cerny; Ramos, 2012a).

Em se tratando do envolvimento das escolas catarinenses que participavam dessa etapa piloto do PROUCA, ao que tudo indica, o marco simbólico das ações parece ter

sido a realização de um encontro de “capacitação [...] dos membros da Equipe de Formação e do Grupo de professores-multiplicadores”, promovido entre os dias 23 e 25 de agosto de 2010, em Florianópolis, tendo como foco a “liderança para uma gestão articulada de todo o processo” (Equipe UCA-UFSC, NTE/M e escolas). Dessa atividade participaram aproximadamente cinquenta profissionais da educação que representavam cada um dos municípios onde seria implantado o PROUCA, quais sejam: Agrolândia, Brusque, Caçador, Chapecó, Florianópolis, Herval D’Oeste, Jaraguá do Sul, Joinville, São Bonifácio e Tubarão. (Cerny; Ramos, 2012a).

Em sintonia com essas tratativas, no final de setembro e ao longo dos meses de outubro e novembro de 2010, os laptops passaram, de fato, a ser distribuídos para as escolas de Santa Catarina que aderiram ao PROUCA. Em meio a atribulações de toda ordem, no final desse ano o saldo era o seguinte: de um total de onze, três escolas ainda nem tinham começado a usar os laptops e apenas cinco delas possuíam a “rede UCA funcionando” (Cerny; Ramos, 2012a). Explicamos...

Ocorre que, em Jaraguá do Sul, cidade do nordeste de Santa Catarina, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Waldemar Schmitz recebeu os laptops do PROUCA somente em fevereiro de 2011. Os gestores do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina consideraram inadequado implantar tal programa enquanto a rede wireless não estivesse disponível aos alunos e professores. E, no Centro de Educação Adolfo Hedel, no município de Agrolândia (afastado 270km de Florianópolis), entendeu-se que o envio dos computadores apenas no apagar das luzes do ano letivo inviabilizava o uso pedagógico da máquina.

Nessa mesma direção, ainda pesaram algumas dificuldades técnicas, como “os problemas no acesso à internet” e, especialmente, um fato:

No mês de dezembro de 2010, das 11 escolas de SC, apenas 5 estavam com a rede UCA funcionando [...] sendo que em três delas [...] foi necessária intervenção da Equipe UCA-UFSC [...] em parceria com os técnicos dos municípios para efetivar a instalação do servidor (apesar da rede *wireless* estar instalada nessas escolas – os servidores foram deixados nas escolas dentro das caixas). (Cerny; Ramos, 2012a).

Da explanação que fizemos sobre a historicidade do PROUCA em Santa Catarina se torna possível perceber que o translado “da escola da celulose para a escola digital”, como dito pelo professor-formador Pedrosa (2012), de um ponto de vista operacional, não foi nada tranqüila. E, na garimpagem de outros documentos que dão conta da implantação desse programa na Escola Ensino Fundamental Padre Theodoro

Becker, pode-se ver que a “metamorfose” por ele propalada parece ter caráter eminentemente retórico.

De acordo com a leitura de Pedroso (2012), o processo de consolidação de uma “escola digital”, em Brusque, teria sido iniciado no dia momento em que “cada aluno recebeu o seu *classmate* [laptop do PROUCA]”, ou seja, passou a ser portador de “um computador de mão (laptop) com diversas funcionalidades: conecta à Internet sem fio (wireless), grava som e vídeo, edita texto, planilha de cálculo e apresentações de slides, tem jogos educacionais e muito mais”. Além disso, a máquina teria, ainda, a capacidade de garantir “conectividade e mobilidade” tanto para os alunos quanto aos professores.

Enfrentando as palavras deste professor-formador com o Relatório de Implantação do PROUCA na Escola de Ensino Fundamental Padre Theodoro Becker³, identificamos alguns descompassos. O mais aparente deles, diz respeito a dificuldade de recarregar as baterias de cada laptop cedido aos alunos dessa escola. Chamamos a atenção para o que se revela nas dobras da seguinte citação.

Os professores multiplicadores do PROUCA da Escola Theodoro Becker [...] criaram como solução paliativa para o recarregamento dos uquinhas [laptops] o uso dos estabilizadores dos computadores do Proinfo que estão instalados no Espaço Pedagógico Informatizado (ESPIN). Em média ele conseguem recarregar 40 uquinhas por seção. O recarregamento é feito de acordo com a demanda dos professores que usam os laptops educacionais com os alunos em sala de aula (Cerny; Ramos, 2012b).

Além da utilização reduzida dos laptops distribuídos pelo PROUCA, dessa conjuntura decorria a indisponibilidade do uso do Espaço Pedagógico Informatizado da escola em sua plenitude, assim como que o avanço do mundo “digital” celebrado por Pedroso (2012) obrigava-se a dialogar com uma infra-estrutura projetada para salvaguardar, dentre outros, papéis.

De um ponto de vista pedagógico (e curricular), a recontextualização do PROUCA naquela escola, no segundo semestre de 2010, revela-se também profícua à nossa reflexão. Dadas as limitações desse artigo, acreditamos ser pregnante alguns esclarecimentos sobre como entendemos as fontes que nos alcançaram quando da pesquisa de campo realizada na Escola Ensino Fundamental Padre Theodoro Becker.

Segundo o historiador italiano Carlo Ginzburg (1989, p. 177) o que convencionamos como sendo “a realidade” é uma coisa “opaca” e somente por meio

³ Ano base 2010 e produzido pela Equipe UCA-UFSC da qual ele também fazia parte (Cerny; Ramos, 2012b).

dos seus “sinais e indícios” se torna possível decifrá-la. Experiências sociais que já se foram jamais poderão ser reproduzidas, tampouco compreendidas, em sua totalidade, uma vez que o acesso a elas só pode ocorrer de modo indireto – “a partir dos seus efeitos”. O trabalho de investigação sobre o passado seria, então, “comparável ao do médico, que utiliza os quadros nosográficos [descrição das doenças] para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjetural” (Ginzburg, 1989, p. 157).

Na acepção desse historiador, cada fragmento pretérito seria como os fios que dão forma a um tapete: somente é possível enxergar a “trama densa e homogênea” do tecido, ou “a coerência do seu desenho”, se mirarmos um número considerável de seus pontos “em várias direções” (Ginzburg, 1989, p. 170).

Embasados nas assertivas de Carlo Ginzburg, acreditamos que cada fonte que coletamos na Escola de Ensino Fundamental Padre Theodoro Becker pode ser entendida como vetores; como evidências capazes de impulsionar a reflexão sobre o *todo* e, ao mesmo tempo, sobre a *incompletude* de nosso acesso às experiências educacionais que se valeram dos computadores do PROUCA nesta escola durante os anos de 2010 e 2011. Ou seja, cada fragmento que meticulosamente selecionamos para analisar, evocam e indiciam sentidos pedagógicos tanto presentes quanto ausentes: sinalizam práticas e representações educacionais articuladas pelos mais diferentes interesses, usos e restrições curriculares do PROUCA.

É o que se pode entrever na citação abaixo a respeito dos usos dos laptops nos dois últimos meses de 2010. Segundo a então diretora da Escola de Ensino Fundamental Padre Theodoro Becker:

a Escola não é mais a mesma. Vimos os alunos estudando, mostrando as atividades uns para os outros. O que um conseguiu fazer ensina para o outro. É visível as mudanças no interesse pela aprendizagem, além do envolvimento dos familiares que também querem aprender como lidar com essa ferramenta pedagógica tecnológica (Cerny; Ramos, 2012b).

Ao articularmos a fala dessa gestora com as narrativas sobre as utilizações dos computadores do PROUCA, as transformações por ela percebidas parecem derivar de um processo de reorganização dos fazeres pedagógicos de cada uma das disciplinas da matriz curricular oficial para o ensino fundamental. Ilustrativo disso são as apropriações do programa pelos professores de Língua Portuguesa e Língua Inglesa:

o [...] Um Computador por Aluno, foi colocado em prática pelos professores de Língua Portuguesa e Língua Inglesa que desenvolveram o Projeto ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) na sala de aula com a 5ª série do Ensino Fundamental. “É fantástico as possibilidades de desenvolvimento de leitura, escrita e outras linguagens que esta ferramenta pedagógica fornece. Com ela podemos realizar leitura e pesquisa ao mesmo tempo, desenvolvendo nos alunos o desejo de saber, do querer aprender sempre mais novos conhecimentos. O laptop propicia aos alunos perceberem, na prática, a relação que existe entre as diversas linguagens, como sons, imagens e escrita”, afirma o professor [de Língua Portuguesa]. Com o uso do laptop os alunos passaram a se interessar mais pela linguagem dos textos, pelo prazer da aprendizagem. [...] A professora de Inglês [...] conta que com o uso do computador dinamizou muito mais as aulas. “Podemos realizar várias atividades e compartilhá-las através de e-mail e do hipertexto” (Cerny; Ramos, 2012b).

De outro modo, o professor de História da mesma escola narrou os usos que fez dos laptops em suas aulas com os alunos do ensino fundamental. Para ele, devido a chegada tardia dos computadores, na metade de novembro de 2010, ainda não era “possível uma utilização mais efetiva, como prevê o programa”. Um fato, em especial, parecia o incomodar, a impossibilidade dos alunos levarem “o computador para casa” e o utilizarem “em tempo integral” (Cerny; Ramos, 2012b). Mesmo diante desses percalços, o docente parecia ainda nutrir um otimismo acentuado em relação à inclusão dessas máquinas nas aulas de História. Disse ele:

[...] o que se pode perceber é que se trata de um instrumento pedagógico que provoca um verdadeiro fascínio nos alunos. É impressionante como essa máquina consegue captar a atenção de todos, indistintamente. Diante disso, com o pouco tempo possível até aqui, fica uma grande expectativa no sentido de uma utilização mais efetiva a partir do próximo ano letivo e, certamente, haverá uma maior aprendizagem com mais esse instrumento de mediação de conhecimento. O que já foi possível fazer, neste ano, foi utilizar os computadores para complementar alguns estudos, através do uso da internet e que possibilitou a observação dos conteúdos sob mais de um ponto de vista. Na 6ª série “uma outra visão da independência do Brasil”; na 7ª série “Conceitos de Capitalismo e Comunismo”, no estudo das Revoluções Russas; e na 8ª série, informações mais abrangentes sobre “a nova República e o plano Real”. O que fica, portanto, ao final deste ano [2010], é uma expectativa muito positiva, para qualificar mais o trabalho educativo (Cerny; Ramos, 2012b).

Em que pesem os esforços dos professores de Língua Portuguesa, de Língua Inglesa e de História para dinamizar suas práticas pedagógicas e as prescrições advindas da matriz curricular da escola onde atuam, não se pode deixar de notar certas permanências; certos acúmulos de passado transbordando o exercício de seus ofícios no presente.

Imiscuídos em seus fazeres, expectativas de futuro carregadas de um tom celebratório em relação às tecnologias da informação e comunicação deixam ver sentimentos de insatisfação com o que foi historicamente acumulado no currículo da escola onde trabalham, tais como a impossibilidade de conciliar “leitura e pesquisa ao mesmo tempo”, conforme dito pelo professor de Língua Portuguesa, a falta de dinamicidade das aulas, como sinalizou a professora de Língua Inglesa, e, nas palavras do professor de História, romper com o caráter monolítico e dogmático de algumas explicações sobre o passado, estudando determinados “conteúdos sob mais de um ponto de vista”.

Ainda nessa mesma direção, não é prolixo dizermos que mais um elemento do passado transpassa os desejos de ruptura com o presente e as projeções de futuro de alunos e professores da Escola de Ensino Fundamental Padre Theodoro Becker: a dimensão abstrata dos conteúdos escolares manuseados em sala de aula. Observemos atentamente o depoimento de dois alunos dessa instituição.

“As aulas ficaram muito mais interessantes. Agora aprendemos com mais vontade” conta o aluno Alisson Cruz. Para a aluna Ana Flávia Duarte “o laptop facilita na aprendizagem dos conteúdos, pois antes os professores faziam o maior esforço para que visualizássemos a matéria para que pudéssemos compreender melhor. Agora é bem mais prático e nossa aprendizagem é melhor” (Cerny; Ramos, 2012b).

É pelo cruzamento entre o contentamento dos alunos com aulas do presente (produzida pela ruptura com as formas pelas quais eram praticadas no passado) às expectativas de futuro dos docentes aludidos, que podemos enxergar os sentidos de tempo e a produção do contemporâneo a época de implantação do Programa Um Computador por Aluno na Escola de Ensino Fundamental Padre Theodoro Becker. Ao que nos parece, nessa *mélange* de sensações temporais, os laptops do PROUCA foram transformados em artefatos capazes de dividir e interpolar temporalidades. Ou melhor, como nos lembra Giorgio Agamben (2009, p. 64) de revelar excertos do que significa “ser contemporâneo”: a projeção das ambições educacionais do dia a dia escolar sobre o “facho de trevas que provém do seu tempo” – a certeza da necessidade de “mudanças” nas maneiras pelas quais se pratica o cotidiano escolar.

PROUCA: SENTIDOS E DILEMAS DE SE PENSAR E SE FAZER CURRÍCULO NO CONTEMPORÂNEO

“O mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal” (Ricoeur, 1994, p. 15). Assim evidenciou o filósofo francês Paul Ricoeur, em escrito no qual esquadrinhou a dimensão histórica e o caráter narrativo envolvidos na operação de colagem dos sentidos de tempo às experiências sociais de tempo. Para esse intelectual, as acepções de tempo que nos acometem (passado, presente, futuro, contemporâneo etc.) são produzidas pela articulação, mais ou menos organizada, de um “modo narrativo” no interior da própria narrativa (esta também temporal).

Dessa perspectiva, as digressões de Paul Ricoeur nos parecem pertinentes para refletirmos sobre a *assemblage* de temporalidades incrustada no PROUCA. Os depoimentos dos professores e dos alunos frente aos ganhos obtidos com esse programa reiteram nossa posição sobre como ele provoca, no universo escolar, uma espécie de “fissura temporal”. Há claramente a percepção de que o objeto não combina com o espaço-tempo da sala de aula. Em cada um de seus usos, parecem pulular temporalidades fluídas e espaços deslizantes pelos quais rupturas e relações de regulação pedagógica parecem assumir roupagens mais contemporâneas.

Do contato entre órgãos oficiais de educação, professores e alunos se fazem tramas curriculares que abrigam, misturam, enfrentam e opõem sentidos de tempo muito particulares a cultura escolar. O suposto ineditismo pedagógico do PROUCA é recontextualizado por meio de práticas escolares que se valem de um repertório de experiências historicamente acumuladas pelos ofícios de professor e de aluno.

A experiência empreendida pela escola pesquisada explicita sua capacidade de produzir uma política curricular singular a partir desses movimentos de recontextualização; de escapes da homogeneização e da padronização de programas nacionais de educação. Dessa assertiva, e nas pistas de Ball (2001), não é prolixo afirmar que a escola não é palco de implantação de políticas, mas de produção, de fazeres particulares, de apropriação, de reconstrução de toda e qualquer política educacional.

Assim, o desafio de pensar o currículo no diálogo com o emaranhado de temporalidades que cruzam o contemporâneo parece ser a atitude mais acertada para se compreender as recentes políticas nacionais de educação que visam aparelhar as escolas

públicas do Brasil com tecnologias da informação e comunicação, assim como se entender a maneira como as escolas tem reinventado cada uma delas.

Como não poderia deixar de ser, por mecanismos complexos, a contemporaneidade, e suas formas de produzir re-arranjos curriculares, “escolarizam” o novo, destituindo-o do potencial inaugural que preconiza. Em virtude disso, a postura arguta e investigativa diante dos limites e possibilidades das tecnologias de informação e comunicação precisa ser cara a todos os que com elas se envolvem. Eis uma atitude importante a ser edificada no seio de nossa contemporaneidade educacional tão saturada de passados.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. xxvii-xliii, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social do MEC. **Escola não pode ficar à margem da evolução da tecnologia, diz ministro**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17498:escola-nao-pode-ficar-a-margem-da-evolucao-da-tecnologia-diz-ministro&catid=222>. Acesso: 03 abr. 2012a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conheça o UCA**. Disponível em: <www.uca.gov.br/institucional/projeto.jsp>. Acesso: 03 abr. 2012b.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 12.249**. Brasília, 14 jun. 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 7.750**. Brasília, 8 jun. 2012.

CERNY, Roseli Zen; RAMOS, Edla Maria Faust. Universidade Federal de Santa Catarina. **Relatório da Implantação do Projeto UCA em SC 2010/2011**. Florianópolis, 31 já. 2012a.

CERNY, Roseli Zen; RAMOS, Edla Maria Faust. Universidade Federal de Santa Catarina. Relatório da Implantação do Projeto UCA em SC 2010/2011. **Relatório EEF Padre Theodoro Becker - Brusque**. Florianópolis, 31 já. 2012b.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In.: _____. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

PEDROSO, Rogério Santos. **Escola Theodoro Becker começa sua caminhada para a Escola Digital**. Disponível em: <<http://uca-sc.blogspot.com.br/2010/11/escola-theodoro-becker-comeca-sua.html>>. Acesso: 10 jun. 2012.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**: tomo 1. Campinas: Papirus, 1994.

GT 12 - Ciências e humanidades

A Entropia e uma Nova Responsabilidade.

Antônio C. G. de Sousa

Universidade Federal do Rio de Janeiro – ac@del.ufrj.br

Resumo

Este texto faz uma análise crítica dos modelos dos processos de produção que não levam em consideração a Entropia. Propõe um novo modelo para este processo introduzindo a Entropia, e discute as características do novo modelo, considerando o processo produtivo como um sistema aberto, fora do equilíbrio, complexo, com qualidades que são encontradas apenas no todo e não nas partes. A partir do novo modelo são discutidas as novas responsabilidades para com o futuro. Palavras-chave: Entropia; Desenvolvimento sustentável; Modelo econômico; Sistema aberto; Sistema complexo.

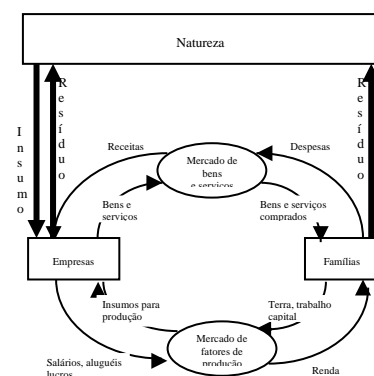
1 Introdução

No caminho para estabelecer a Economia como uma ciência, seu escopo foi definido como o estudo da produção de bens para a humanidade. Neste processo algumas questões centrais foram colocadas, como quais são os fatores envolvidos no processo de produção e consumo, como é produzida a riqueza, como se dá o crescimento econômico, como se estabelece o valor dos produtos. As respostas a estas questões foram definindo o sistema econômico, ou processo produtivo, permitindo a elaboração de modelos para esse sistema. Neste texto analisamos o modelo clássico da economia e sua evolução até o sistema chamado de sintético neoclássico, criticando a não consideração da entropia no sistema econômico, o que leva a ignorar completamente a natureza no processo de produção. A partir desta crítica apresentamos um novo modelo incluindo a relação do sistema econômico com a natureza, e discutimos as consequências deste novo modelo, que exige um comprometimento com o futuro das novas gerações.

Na seção 2 apresentamos o modelo clássico da economia, e na 3 um novo modelo de acordo com o segundo princípio da termodinâmica. Na seção 4 discutimos as principais controvérsias sobre os modelos. Na seção 5 apresentamos os problemas da poluição e da crise da energia sob o ponto de vista dos dois modelos, e na 6 a responsabilidade para com o futuro colocado claramente pelo novo modelo. Finalmente na seção 7 apresentamos as conclusões do texto. É importante salientar que a grande contribuição à crítica da teoria clássica da Economia foi apresentada por Nicholas Georgescu-Roegen (1971) e, portanto, seus trabalhos embasam este texto, assim como os textos de Cechin (2010) e Carpintero (2006). Na parte histórica foi de valia o livro de Mankiw (2001), que apesar de seguir o modelo clássico, faz uma excelente recopilação histórica da evolução da Economia.

2 O Modelo Clássico do Processo Produtivo

O modelo clássico do sistema produtivo foi definido como um sistema isolado, com fluxos de valores monetários e bens, como está representado na figura 1.



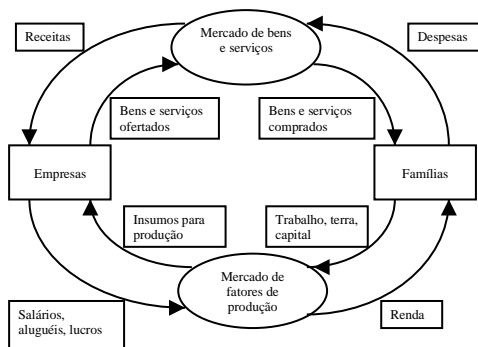


Figura 1 – Diagrama do processo de produção, baseado em Gregory (2001).

Figura 2 - Diagrama com o processo de produção como um sistema aberto

Para se chegar a este modelo foram considerados como insumos para a produção, ou fatores de produção, o trabalho, a terra e o capital. Com estes insumos as empresas produziam bens que eram oferecidos no mercado de bens e serviços. As famílias consumiam estes bens e serviços, e por sua vez ofereciam no mercado de fatores de produção trabalho, terra e capital. Assim se formava o fluxo interno de bens e serviços do modelo, e externamente havia outro fluxo, em sentido contrário, de valores monetários.

Em 1776 Adam Smith, em “A riqueza das nações”, propôs que a riqueza era criada pelo trabalho, substituindo as visões anteriores da riqueza criada pelo comércio e depois pela agricultura. O aumento de capital foi atribuído à acumulação de capital pelo lucro, e o aumento da produção pelo aumento da produtividade do trabalho.

Nesta época já estava colocado o problema do crescimento. Para Adam Smith a oferta fixa de terra limitaria o crescimento da população. Para David Ricardo e Thomas R. Malthus os retornos da produção agrícola seriam decrescentes em longo prazo, e se a população crescesse cairia o padrão de vida, o que levaria a uma estabilização da população.

John Stuart Mill considerava que o progresso técnico permitiria satisfazer as necessidades materiais da humanidade, e a sociedade estaria livre para perseguir outras metas sociais e atingir um padrão elevado de vida.

Marx (1971) considerava que a técnica poderia resolver os limites naturais; as necessidades básicas de todos poderiam ser atendidas. A transformação do sistema se daria em função de conflitos internos, pois a socialização da produção entraria em choque com a apropriação privada dos meios e resultados da produção: contradição das forças de produção com as relações de produção.

Marx (1971) apresentou um esquema de reprodução simples, em que os bens eram divididos em bens de capital e bens de consumo, e o fluxo de produção deveria ser suficiente para manter constantes os estoques de capital e trabalho usados na produção.

A revolução marginalista entre 1870 e 1880 utilizou técnicas matemáticas para analisar as economias, e mudou o foco de interesse para o fenômeno das trocas, abandonando o estudo da produção e seu crescimento. Passou a ser estudado como eram fixados os preços e como os bens eram trocados entre os indivíduos: o sistema estaria em equilíbrio quando as pessoas não quisessem mais trocar, o que se daria quando todos estivessem satisfeitos dados os preços e os bens disponíveis. Esta linha de trabalho levou à discussão do autointeresse, que levaria os indivíduos a maximizarem a utilidade dos bens, para atender à satisfação pessoal proporcionada pelo consumo. O problema então passou a ser encontrar a maximização da utilidade, dos bens e serviços, tendo em vista a limitação de recursos.

Para os clássicos os valores eram determinados pela produção, e na visão dos marginalistas os preços eram fixados pela procura. Alfred Marshall juntou a resposta dos clássicos com a dos marginalistas, propondo que o preço era determinado quando a oferta

encontra a demanda. Esta microeconomia do estudo dos comportamentos dos consumidores e dos produtores passou a ser conhecida como neoclássica.

Em nova evolução o núcleo teórico passou a ser a teoria da escolha, a alocação de recursos escassos entre fins alternativos. A busca de uma função matemática para maximizar sob restrições passou a ser o problema central da economia. Com a crise de 1929 John Maynard Keynes apresentou uma explicação para as flutuações da economia e um programa de políticas monetárias e fiscais a serem seguidas pelos governos para evitar as crises cíclicas. Era o retorno a uma visão macroeconômica com o objetivo de manter o crescimento econômico.

Paul Samuelson (1976) foi quem tratou de combinar a economia neoclássica com Keynes, gerando o que passou a ser chamado de síntese neoclássica. Faltava ainda conciliar o crescimento com o equilíbrio, e isto foi proposto por Solow (1956), ao considerar que os fatores capital e trabalho são intercambiáveis: avanços tecnológicos proporcionam maior produtividade do capital, aumentando a taxa de crescimento econômico e a renda per capita.

3 Novo Modelo para o Sistema Econômico

Até aqui todas estas teorias utilizavam o modelo apresentado acima, de fluxos contínuos de valores monetários e bens, os dois em sentidos inversos. Seguem o modelo mecanicista da física no século XVIII. Esse modelo recebeu uma crítica contundente de Georgescu (1971), onde ele demonstrava que o modelo contrariava a segunda lei da termodinâmica, a entropia, pois criava um moto perpétuo irreal. Não se podem realizar transformações na natureza sem perda de energia na forma de calor que se dissipa. Este princípio da termodinâmica introduziu uma novidade epistemológica: a flecha do tempo. Na natureza não há ciclo contínuo, e o tempo termodinâmico não é o tempo mecânico. Na mecânica o tempo pode ser negativo, os fenômenos podem ser reversíveis. Na termodinâmica os fenômenos são irreversíveis. Logo há uma história, o tempo tem orientação. Portanto um sistema isolado, pela entropia, entraria em degradação energética, chegando a um ponto em que a energia existente não poderia mais produzir trabalho. Falta neste modelo uma entrada de energia para que ele possa funcionar. O processo de produção realiza transformações sobre materiais da natureza, originando bens e serviços. No modelo clássico não é apresentada a entrada de materiais da natureza, nem é mostrada a saída de resíduos do processo de produção para a natureza, pois mesmo que exista a reciclagem, ela não é completa, há perda de materiais na forma de rejeitos. O processo produtivo extrai da natureza materiais com baixa entropia, e devolve materiais degradados, com alta entropia.

Cabe aqui uma explicação. A entropia é também uma medida da degradação da energia em sistemas. A cada transformação há uma perda de energia na forma de calor, ocasionando o aumento da entropia. Quanto maior a entropia, menos possibilidade um sistema tem de utilizar sua energia para produzir trabalho, daí dizer-se que houve uma degradação da energia. Baixa entropia significa alta capacidade de uma energia de produzir trabalho. A energia elétrica é uma forma de energia de baixa entropia, e o calor é a forma de energia de mais alta entropia. Para exemplificar, quando um motor elétrico gera movimento, ele tem alta eficiência, e uma pequena parte da energia gasta no motor se dissipa na forma de calor, não produzindo trabalho útil. As máquinas térmicas tem baixa eficiência, portanto perdem muita energia sem produzir trabalho. Retornando então à crítica ao modelo clássico do processo de produção, pode-se concluir que faltam mais dois fluxos de matéria entre o sistema e o ambiente externo, a natureza. Um fluxo da natureza para o sistema representando os materiais da natureza que o processo de produção utiliza como insumos, e um fluxo do sistema para a natureza com os rejeitos do processo de produção.

Os sistemas são classificados em isolados, fechados e abertos. Nos sistemas isolados não há troca de energia e matéria com o ambiente externo. Nos sistemas fechados pode haver troca de energia com o ambiente externo, mas não há troca de matéria. Nos sistemas abertos

há troca de energia e matéria com o ambiente externo. A terra é um sistema fechado, pois troca energia com o ambiente externo. Recebe energia do sol e emite energia. O sistema de produção é aberto, pois troca energia e matéria com a natureza, que é seu ambiente.

Podemos agora apresentar um novo modelo, considerando as interações do processo de produção com a natureza.

Este novo diagrama representa os fluxos de matéria e energia entre a natureza e o sistema de produção, agora um sistema aberto. O sistema produtivo recebe insumos de baixa entropia, e devolve para a natureza rejeitos de alta entropia, aumentando a entropia da terra. No modelo clássico os insumos para a produção representam o fluxo de todos os elementos necessários à produção. Georgescu (1971) dividiu este fluxo em dois elementos: um “fluxo” dos insumos que são consumidos na produção, por exemplo, madeira, chapas de aço, tintas; e um “fundo” dos insumos que se mantêm, como trabalho, capital, terra. Esta distinção é importante, pois ao se discutir a possibilidade de substituir um insumo por outro, deve-se levar em consideração que fluxos e fundos são de natureza distinta.

4 Controvérsias

O novo modelo deixa mais claro os problemas que o atual sistema de produção está criando para o futuro: a depleção dos recursos naturais utilizados como fontes de energia ou de insumos materiais para a produção, e o aumento dos rejeitos de alta entropia. Apesar de já existir uma consciência generalizada de que esses problemas são reais, há dificuldades para tratá-los porque há resistências e teóricos e técnicos que procuram minimizar as consequências desses problemas.

Alguns economistas (SOLOW, 1956) alegam que a depleção de um material fará com que ele seja substituído nos processos produtivos por outros produtos, mantendo-se o nível de produção e de consumo. Como nos modelos econômicos todos os fatores de produção são medidos em valores monetários, sob o ponto de vista econômico realmente um material esgotado poderia ser substituído por outro, e mais, poderia haver substituição também entre capital e trabalho. Mas no mundo real nem todos os insumos podem ser trocados entre si, e uma propriedade que se exige de todo modelo é que ele tenha relação com os elementos do mundo real (GEORGESCU, 1971). Além disso, uma mudança quantitativa no uso de um capital levará a uma mudança qualitativa deste capital, e a produção não se manterá constante. Discute-se na engenharia a inovação como a saída para a depleção dos recursos naturais. Mowery (2005) apresenta um caso em que isto foi possível. Na segunda guerra os Estados Unidos ficaram isoladas das suas fontes de borracha natural, e para a sociedade americana e seu esforço de guerra a borracha era indispensável. O governo fez um enorme aporte de financiamentos menor, apenas, que os realizados no Projeto Manhattan, na época, e em dois anos a borracha sintética, que já existia, porém com problemas para sua produção e uso, estava em uso industrial. A questão que se coloca é que foi substituído um produto baseado em material renovável, a borracha, por outro baseado em material não renovável. Esta mudança aumenta o consumo dos derivados do petróleo, resolvendo momentaneamente o problema. Pode-se voltar novamente à borracha natural, mas este caso não pode então ser apresentado como um exemplo da substituição de material da natureza substituído por outro obtido por inovação, pois a substituição é transitória.

A inovação tem um papel importante na história da humanidade, mas não como ela é apresentada hoje. O modelo clássico da economia é baseado na mecânica, pois o movimento de materiais ou valores monetários se dá em ciclos eternos. Na mecânica o tempo pode ter valores negativos, pode-se retornar no tempo. Ao ser introduzida a entropia passou-se para um modelo termodinâmico com uma “flecha do tempo” onde não há ciclos sem aumento da entropia. Cechin (2010) ao apresentar as correntes atuais na economia, relata o crescimento da utilização do darwinismo na economia, baseado nos princípios de variação, herança e seleção.

Da mesma forma que o sistema biológico, o sistema produtivo humano seria um

sistema aberto, complexo e evolutivo. A variação, que na biologia é motivada por mutações genéticas, na economia é motivada pela inovação humana. Portanto a inovação é uma característica fundamental nos seres humanos e está na base da evolução da sociedade humana. É contraditório que a inovação, elemento central para a história humana, seja utilizada por alguns para justificar posições que são contraditórias com a evolução.

5 Poluição e crise energética

No novo ciclo econômico foi incluído um fluxo do sistema produtivo para a natureza, que significa os rejeitos do processo de produção e o aumento da entropia na terra. Este fluxo coloca dois novos problemas: a poluição e a depleção dos recursos energéticos não renováveis. A poluição está sendo combatida com a reciclagem dos materiais e mudanças nos processos de produção para materiais recicláveis e não poluentes. São medidas importantes, mas não eliminam completamente os resíduos. A entropia representa a degradação da energia pela transformação de energias com baixa entropia em energias com altas entropias, com dispersão de energia na forma de calor. No caso dos rejeitos nem todos são possíveis de serem recuperados pela dispersão dos mesmos. Nunca se obtém 100% de reciclagem de materiais. Portanto a reciclagem diminui, mas não elimina, a perda de materiais.

Sobre a energia já foi colocada a degradação da energia. Há pesquisas em energias renováveis que tentam resolver este problema, mas até hoje não apresentaram uma solução completa, ou ainda mantém efeitos laterais nocivos sobre a natureza.

A energia hidráulica é renovável, mas as grandes barragens têm fortes impactos ambientais que tem levado a uma luta contra as novas hidroelétricas, como é o caso de Belo Monte no Xingu. Pode ser que no futuro essas obras sejam realizadas com menos impactos ambientais, a partir da valorização do meio ambiente, mas ainda não chegamos nesta etapa em nenhum país, nem sabemos se chegaremos a esta valorização na sociedade atual.

A energia atômica apresenta riscos ambientais consideráveis, o que aliado com a falta de confiança nos empreendimentos nucleares pela minimização de custos que levam aos limites de segurança legais, permite concluir que não é uma opção viável no curto nem no médio prazo. Outras formas renováveis de energia, como fotovoltaica, eólica, aquecimento solar, das ondas, geotérmica e outras que apareçam, ainda não são suficientemente eficientes ou constantes para resolver o problema energético sem criar outros problemas para o meio ambiente e o aumento da entropia na terra.

6 A responsabilidade para com o futuro

Do que foi colocado acima surgem algumas responsabilidades para os técnicos e para todos. A primeira é a colocação das bases científicas para os problemas. Por exemplo, nos trabalhos sobre reciclagem deve-se colocar a importância da reciclagem, mas também discutir politicamente o problema, mostrando que apenas reciclando “estaremos enxugando gelo”. Ao lado da reciclagem devemos discutir os processos de produção para que diminuam os rejeitos, e que os mesmos possam ser recicláveis. Como estas medidas só serão aceitas pelas empresas capitalistas por coerção legal por aumentarem os custos dos processos de produção, a atividade de reciclagem deverá gerar políticas públicas para a reciclagem em todos os seus aspectos, e para o controle sobre as empresas.

As pesquisas sobre fontes renováveis de energia são fundamentais e deve haver uma pressão para a alocação de recursos em pesquisas nesta área. Portanto nas atividades de pesquisa devem-se analisar também os recursos alocados à área e propor políticas públicas que imponham mais recursos para a pesquisa em fontes renováveis de energia.

7 Conclusão

Discutimos o modelo atual do processo econômico, e a partir desta discussão colocamos vários aspectos e políticas a serem seguidas, mas fica uma pergunta: por que a dificuldade em fazer políticas visando o futuro da humanidade? A resposta a esta pergunta deve ser buscada nas teorias e na sociedade atuais.

Uma das características da economia clássica, ou da neoclássica também, é seu reducionismo que leva a considerar os processos produtivos como passíveis de subdivisões até o nível da microeconomia, e que as leis da microeconomia e da macroeconomia seriam iguais. Esta visão recebeu um golpe na crise de 1929, mas sobreviveu através da junção do keynesianismo com a economia neoclássica, realizado por Samuelson (1976), dando a origem à escola da síntese neoclássica. Com isto o processo econômico continuou a ser examinado na microeconomia e na macroeconomia com o mesmo modelo anterior, fechado e mecanicista.

O novo modelo apresentado acima considera que o processo de produção é um sistema aberto, fora do ponto de equilíbrio e complexo, portanto com propriedades que estão apenas no sistema como um todo, e não estão nas partes. O capitalismo pela economia de mercado está baseado em um mecanismo violento de seleção em que as inovações que significam aumento na produtividade das empresas são selecionadas com o predomínio das empresas que as utilizam, e destruição das demais. O dinamismo do capitalismo advém da seleção realizada pelo mercado sobre as empresas pelo hoje, o aqui e o agora, nunca pelo futuro nem por uma visão do que é melhor para a humanidade, mesmo que seja só para o momento atual. Esta visão imediatista e egoísta leva a que as decisões não levem em consideração o futuro da humanidade. Só superando uma economia de mercado poderemos ter uma nova sociedade em que o futuro seja um elemento de decisão importante.

Hoje as empresas, através da publicidade, superaram a etapa em que estudavam seus consumidores para vender mais. Agora elas forjam seus consumidores através de uma propaganda pesada, que procura moldar a satisfação dos mesmos pelo consumo de seus produtos. As pessoas são consumidoras e só podem ser felizes no consumo. É o aqui e o agora egoísta. O mercado seleciona e obriga ao aumento de eficiência das empresas. Este processo deu um enorme dinamismo ao capitalismo sob o ponto de vista da produtividade de bens materiais, no entanto esta otimização da produção no nível micro não leva à otimização no nível macro, no nível da sociedade. Há características fundamentais para a humanidade que somente se realizam e aparecem no nível da sociedade, como a preservação do meio ambiente, a resolução das diferenças sociais e as atividades levando em conta as necessidades das próximas gerações. Há qualidade que estão apenas no todo, não estão nas partes, e o reducionismo às partes não permite levar em conta as necessidades humanas globais e históricas.

Para mudar teremos uma luta longa pela frente, e para consegui-lo devemos criticar o modelo atual de produção, desenvolver idéias e participar da organização da sociedade civil, pois só com um salto de qualidade na intervenção das pessoas organizadas nas formas possíveis poderemos ultrapassar esta etapa da humanidade. É uma tarefa de todos.

8 Referências Bibliográficas

- CARPINTERO, Oscar. **La Bioeconomia de Gergescu-Roegen**. Espanha: Novagràfik, 2006.
- CECHIN, Andrei. **A natureza como limite da economia. A contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Editora Senac São Paulo/Edusp, 2010.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **The entropy law and the economic process**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1971.
- MANKIW, Gregory N. **Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia**. São Paulo: Elsevier, 2001.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1, Vol. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, 1ª. Ed. 1867.
- MOWERY, David C.; ROSENBERG, Nathan. **Trajetórias da inovação**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- SAMUELSON, Paul A. **Economics**. Nova York: McGrawWILL, 1976.
- SOLOW, Robert M. **A contribution to the theory of economic growth**. The Quarterly Journal of Economics, vol. 70, nr.1, 1956.

**A POLÍTICA DOS INDICADORES DA QUALIDADE NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**
**THE POLITICS OF QUALITY INDICATORS IN EARLY CHILDHOOD
EDUCATION**

ATHAYDE, Simone Machado de⁽¹⁾

¹ Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo, professora de educação infantil e professora formadora da Rede Municipal de Ensino do Município de Cachoeiro de Itapemirim, membro do Grupo Sistematizador (elaboração da Proposta Pedagógica de Educação Infantil) do Município de Cachoeiro de Itapemirim, mestranda em Políticas Sociais – UENF - Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

athaydesimone@hotmail.com

RESUMO

A ideia desse trabalho visa a tratar a política dos indicadores da qualidade na educação infantil, na escola, como um parâmetro de auxílio aos profissionais que nela atuam, juntamente com famílias e membros da comunidade, numa perspectiva de conduzi-los a participar de processos de autoavaliação da qualidade de creches e pré-escolas que revelam um potencial transformador. A essência desses processos vai ser definida em sete dimensões fundamentais que deverão ser consideradas para a reflexão coletiva sobre a política da qualidade na educação infantil. A forma de socialização desse instrumento é pertinente no âmbito de auxílio aos coletivos - equipes e comunidade – das instituições de educação infantil, com o objetivo de encontrar caminhos que lhe darão sustentação na organização de práticas educativas que valorizem os direitos das crianças e que ajudem a construir uma sociedade que venha a exercer uma democracia mais consolidada.

Palavras chave: Política. Indicadores de Qualidade . Educação Infantil.

ABSTRAT

This paper aims to address the policy of the indicators of quality early childhood education, of the school as a parameter to aid the professional in his work, along with families and community members, in order to lead them to participate in processes self-evaluation of the quality of daycare and preschools that reveal a potential transformer. The essence of these processes will be set on seven key dimensions to be considered for collective reflection on the quality policy in early childhood education. The form of socialization of this resource is relevant in the context of aid to the collective - the teams

and the community - from educational institutions, with the goal of finding ways that will give them support in the organization of educational practices that value the rights of children and help to build a society that will exert a democracy more consolidated.

Key-words: Policy. Quality Indicators. Early Childhood Education.

INTRODUÇÃO

Vivenciar a política dos indicadores da qualidade na educação infantil é sinônimo de consolidar, no espaço chamado escola, uma promoção da igualdade de oportunidades educacionais que têm como objetivo levar em conta as diferenças, diversidades e desigualdades do contexto socioeconômico e cultural brasileiro. Essa política busca averiguar as concepções sobre educação infantil de equipes que atuam nessa primeira etapa da educação básica, juntamente com famílias e líderes de comunidade.

1 A POLÍTICA E SEU SENTIDO

Pensar a política e seu sentido é rememorar as premissas que consagraram as teorias de Hannah Arendt¹

Como o homem não é autárquico, porém, depende de outros em sua existência, precisa haver um provimento da vida relativo a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio. Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo. Ela possibilita ao indivíduo buscar seus objetivos, em paz e tranqüilidade, ou seja, sem ser molestado pela política, quer se trate, no sentido da Antiguidade, de possibilitar a poucos a ocupação com a filosofia, quer se trate, no sentido moderno, de assegurar a muitos a vida, o ganha – pão e um mínimo de felicidade. (ARENDR, 1998, p. 46).

Ainda de acordo com Arendt (1998, p. 75) a relação entre política e liberdade, em outras palavras, é entendida nos tempos modernos de modo a ser a política um meio e a liberdade seu objetivo mais elevado; portanto, a relação em si não mudou, embora o conteúdo e a extensão da liberdade se tenham modificado de forma bastante extraordinária. Os tempos modernos se diferenciam, de forma tão decisiva, em seus aspectos políticos, de todos os tempos anteriores, assim, como também nos aspectos espirituais e materiais. Só o fato da emancipação das mulheres e da classe operária, quer

¹ **Hannah Arendt** (Hanôver, 14 de Outubro de 1906 — Nova Iorque, 4 de Dezembro de 1975) foi uma teórica política alemã, muitas vezes descrita como filósofa, apesar de ter recusado essa designação. Emigrou para os Estados Unidos durante a ascensão do nazismo na Alemanha e tem como sua *magnum opus* o livro "Origens do Totalitarismo". Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hannah_Arendt Acesso em 26>. Acessado em junho de 2010.

dizer de grupos de homens que nunca antes podiam mostrar-se na vida pública, dá um rosto radicalmente novo a todas as questões políticas.

Para Arendt:

A coragem é a mais antiga das virtudes públicas e ainda hoje pertence às poucas virtudes cardeais da política, porque só podemos chegar no mundo público comum a todos nós – que, no fundo, é o espaço político – se nos distanciarmos de nossa vida privada e da conexão familiar com a qual nossa vida está ligada. (1993,p.53)

2 REMEMORANDO A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DE ROUSSEAU

O objetivo de Rousseau, um ilustre revolucionário para seu tempo (1712-1778), é não só planejar uma educação com vistas à formação futura, na idade adulta, mas também com a intenção de propiciar felicidade à criança enquanto ela ainda é criança.

Para Rousseau (1995), a criança devia ser educada sobre tudo em liberdade e viver cada fase da infância na plenitude de seus sentidos, mesmo porque, segundo seu entendimento, até os 12 anos o ser humano é praticamente só sentidos, emoções e corpo físico, enquanto a razão ainda se forma. Segundo ele, liberdade não significa a realização de seus impulsos e desejos, mas uma dependência das coisas (em oposição à dependência da vontade dos adultos). “Vosso filho nada deve obter porque pede, mas porque precisa, nem fazer nada por obediência, mas por necessidade”.

Rousseau criticava a educação elitista de seu tempo, que tinha nos padres jesuítas os expoentes. Condenava os métodos de ensino utilizados até ali, por se escorarem basicamente na *repetição e memorização* de conteúdos, e pregava sua substituição pela experiência direta por parte dos alunos, a quem caberia conduzir pelo próprio interesse o aprendizado.

Mais do que instruir, a educação para Rousseau deveria se preocupar com a formação moral e política. Ela é antes de tudo ação intencional para moldar o homem de acordo com um ideal ou um modelo que a sociedade, ou um segmento dela, valoriza. A educação aceita a natureza, mas não a toma como suficiente e boa em princípio. Se tomasse, não seria necessária. “A instrução das crianças é um ofício em que é necessário saber perder tempo a fim de ganhá-lo.”

Rousseau desenvolve sua ideia de educação como um processo subordinado à vida, isto é, à evolução natural do discípulo, e por isso chamado método natural. O objetivo do mestre é interferir o menos possível no desenvolvimento próprio

do jovem, em especial até os 12 anos, quando, segundo Rousseau, ele ainda não pode contar com a razão. O filósofo chamou o procedimento de educação negativa, que consiste, em suas significativas palavras não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em preservar o coração do vício e o espírito do erro. Desse modo, quando adulto, o ex-aluno saberá se defender sozinho de tais perigos.

3 A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE HUMANA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

Uma das lendas criadas, com particular ajuda do que historicamente foi chamado de “Escola Nova”, é considerar que as escolas estavam sempre “cercadas de muros” e que era preciso levar “a vida para dentro dela”. Hoje sabemos que isso nunca existiu, em especial pela existência de dois movimentos: o primeiro nos é dado pela compreensão de que os conhecimentos e as significações que criamos nas tantas redes de que fazemos parte, e nas quais estamos em contatos frequentes e diferenciados com seus inúmeros “praticantes” (CERTEAU, 1994), entram nos *espaçostempos* escolares em nós “encarnados” e em nós/ conosco estão nas escolas que frequentamos, contribuindo para fixarmos, negarmos e criarmos outros conhecimentos e outras significações, fazendo-nos *aprenderensinar* em contato com as “coisas”, os objetos, os sentimentos e os “praticantes” que por eles circulam conosco. No que diz respeito ao segundo movimento, pode dizer que está na compreensão que temos, hoje, de que as instituições e os “currículos” que devolvem – em seus *conteúdosformas* variados – estão inseridos em lutas constantes que vão se dar em *prácticas* que nelas estão se movimentando pela presença de tantos grupos que por elas têm interesses: as políticas *pensadaspraticadas* para/na/com as escolas o são por todos aqueles que, em movimentos específicos ou isoladamente, criam propostas para elas. De governos a especialistas, de movimentos sociais diversos a igreja, todos queremos dizer como devem ser as escolas e os currículos que nelas se devem desenvolver. Podemos dizer, parafraseando um ditado popular – “de médico e de louco/ todos nós temos um pouco” – que de escolas todos nós sabemos um pouco e sobre ela opinamos e lutamos com discurso/conversas/escritos e outros tipos de ações, muitas vezes bem mais autoritárias.

Nesse sentido, tem importância discutirmos sobre tantas redes educativas de que participamos, em suas diferenças, e nas quais conhecimentos e significações vão sendo criados sobre nossas tantas instituições, com as escolas, dentre outras.

O sambista/poeta² já disse: “as coisas que estão no mundo/ eu que preciso aprender”. Os artefatos curriculares estão aí e precisam ser “apropriados” como direito de todos nós.

Nossas crianças, de formas inusitadas e criativas estão tomando ‘posse’ deles. Resta saber que movimentos fazemos quanto a isso, para estarmos próximos delas e *aprendermos ensinarmos* com elas e a elas.

4 A POLÍTICA DOS INDICADORES NA PLATAFORMA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil como primeira etapa da educação básica (Lei 9.394/96. art.29) deve entender que a criança é sujeito da linguagem e da cultura e que a cognição, a ética e a estética são alicerces para a compreensão das interações de crianças e adultos na cultura contemporânea. Assim, as instituições que se propõem a trabalhar com esse nível educacional são hoje consideradas instituições educativas de caráter coletivo, que têm o papel social de cuidar de crianças de 0 até 5 anos e de educá-las, de modo intencional.

Segundo Faria & Salles (2007, p.52), é importante explicar o significado de cuidar e educar em uma Instituição de Educação Infantil. O termo cuidar traz a ideia de preservação da vida, de atenção, de acolhimento, envolvendo uma relação afetiva e de proteção. Cumpre o papel de propiciar ao outro bem-estar, segurança, saúde e higiene. Já o termo educar tem a conotação de orientar, ensinar, possibilitar que o outro se aproprie de conhecimentos e valores que favoreçam seu crescimento pessoal, a integração e a transformação do seu meio físico e social. Hoje, na Educação Infantil, esses dois termos são tratados de forma indissociável.

Dessa maneira, ainda conforme Faria & Salles (2007, p.55):

[...] o compromisso da EI com as famílias como também seu papel em relação às crianças é cuidar e educar para que:

- a) Se sintam seguras, protegidas e saudáveis;
- b) Aprendam a respeitar o outro nas suas diferenças;
- c) Se apropriem de forma crítica e autônoma de linguagens, conhecimentos, instrumentos, procedimentos, atitudes, valores e costumes da cultura em que estão inseridas, necessários à vida coletiva;
- d) Construam sua identidade e autonomia;

² O sambista/poeta no caso é o grande Paulinho da Viola, carioca e descrevendo a Portela, como “um rio que passou em minha vida”.

- e) Se sintam sempre desafiadas e não percam a relação prazerosa com a busca pela compreensão do mundo;
- f) Se sintam bem e felizes;
- g) se desenvolvam na sua integralidade, tanto nos aspectos cognitivos, quanto afetivos, físicos, sociais, éticos e estéticos, contribuindo com sua formação.

Sarmiento (2008), em seus estudos da infância, transcreve um pensamento de Walter Benjamin que diz:

A criança não ocupa um lugar romântico e idílico na sociedade, mas um lugar envolvido pela luta política e social de sua realidade mais ampla. Dessa forma, torna-se importante tanto compreender as especificidades das construções culturais das crianças quanto relacioná-las com seus contextos sociais e as reflexões políticas de nosso tempo. Identificar particularidades da cultura das crianças, brincadeiras, coleções, construções verbais e não verbais, implica em constituir protocolos a respeito das experiências realizadas por elas nas escolas de Educação Infantil e em outros espaços sociais que participam. (p. 168),

Portanto, na organização da política de cuidar dessas crianças e de educá-las, os (as) professores (as) devem ter como meta proporcionar que as crianças aprendam determinados conhecimentos, instrumentos, procedimentos e valores da cultura, ajustando a prática pedagógica às necessidades específicas e às possibilidades de desenvolvimento e aprendizagens delas.

Geertz (1978), defende que o conceito de cultura é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado às teias de significado que ele mesmo teceu. Ele assume a cultura como sendo estas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado

De acordo com Graue e Walsh (2003, p.29), na maior parte das vezes as crianças são colocadas em contextos sobre os quais têm um controle muito limitado e os adultos tomam a maior parte das decisões por elas. Entretanto, os autores percebem que elas resistem e são capazes de inventar, nos contextos criados pelos adultos, os seus próprios subcontextos que permanecem a maior parte das vezes invisíveis para os adultos.

Compreendemos que as crianças interpretam as culturas com as quais interagem, utilizando formas especificamente infantis de representação e simbolização do mundo (Sarmiento, 2004), mas tal processo não acontece em um isolamento com outras formas culturais presentes no mundo. Nos estudos com crianças elas não são compreendidas como sujeitos passivos na apreensão dos programas culturais de governo dos seus comportamentos. Elas são capazes de burlar algumas regras e normas dos adultos e criam entre elas verdadeiros sistemas culturais de apreensão dos significados do mundo.

As crianças produzem cultura e são produzidas na cultura em que se inserem (em seu espaço) e que lhes é contemporânea (de seu tempo).

E foi pensando na garantia dessas premissas que envolvem ou pelo menos deveriam envolver, a Instituição de Educação Infantil, que surgiu a política do documento chamado Indicadores da Qualidade na Educação Infantil³ que resultou de uma ação política de trabalho colaborativo que envolveu todo país.

Esta publicação, Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, objetiva traduzir e detalhar esses parâmetros em indicadores operacionais, no sentido de oferecer às equipes de educadores e às comunidades atendidas pelas instituições de educação infantil um instrumento adicional de apoio ao seu trabalho.

Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (Brasília, MEC/SEB, 2009, p.13) são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que pode qualificar algo. Por exemplo, para saber se uma pessoa está doente, usamos vários indicadores: febre, dor, desânimo. Para saber se a economia do país vai bem, usamos como indicadores a inflação e a taxa de juros. A variação dos indicadores nos possibilita constatar mudanças (a febre que baixou significa que a pessoa está melhorando; a inflação mais baixa no último ano diz que a economia está melhorando). Aqui, os indicadores apresentam a qualidade da instituição de educação infantil em relação a importantes elementos de sua realidade: as dimensões.

Diante dessa explicitação é necessário considerar segundo Os Indicadores da Qualidade na educação (2007, p.5) os significativos questionamentos: Mas o que é qualidade? Será que uma escola considerada de qualidade cem anos atrás seria vista assim? Será que uma escola boa para a população que vive no interior da floresta também é boa para quem mora nos centros urbanos? Como todos vivemos num mesmo país e num mesmo tempo histórico, é provável que compartilhem muitas noções gerais sobre o que é uma escola de qualidade. A maioria das pessoas certamente concorda com o fato de que uma escola boa é aquela em que os alunos aprendem coisas essenciais para sua vida, como ler e escrever, resolver problemas matemáticos, conviver com os colegas, respeitar regras, trabalhar em grupo. Quem pode definir bem esse conceito de qualidade na escola e ajudar nas orientações gerais sobre essa qualidade, de acordo com os contextos socioculturais locais, é a própria comunidade escolar. Não existe um padrão ou uma receita única para uma escola de qualidade. Qualidade é um conceito

³ Elaborado sob a coordenação conjunta do Ministério da Educação, por meio da Secretaria da Educação Básica, da Ação Educativa, da Fundação Orsa, da Undime e do Unicef.

dinâmico, reconstruído constantemente. Cada escola tem autonomia para refletir, propor e agir na sua busca pela qualidade da educação.

Fernandes (1989, p. 31 - 32), sinaliza que a escola situa-se no eixo entre o sistema de ensino, que coordena tão harmoniosamente quanto possível a interdependência e a interação produtiva do conjunto de escolas assim, concebidas, e a nação, que retira de ambos a seiva de sua mudança sociocultural e de sua comunidade política. Esboço que corre o risco de ser caricatural. A educação escolar precisa entrar em conexão com certos processos históricos, que foram interrompidos pelo Estado Novo, pela didatura militar e pela chamada “nova República”: a revolução democrática, entendida nesse plano como processo global de transformação da sociedade e de crescente distribuição igualitária das oportunidades educacionais; a descolonização como auto emancipação cultural da escola, do sistema de ensino e da nação; a revolução nacional, concebida como liberação dos oprimidos, dentro e fora das escolas, e de expansão da capacidade criativa e a multiplicação do talento interno, de modo a vincular-se a universidade e a pesquisa à promoção de descobertas que tornem supérfluos os acréscimos culturais e o desenvolvimento da civilização como um controle direto, por dentro e a distância da nossa vida por potências e grandes empresas estrangeiras.

Essas revoluções, segundo Fernandes (1989), são consideradas produtos da ação coletiva dos homens. Se não florescerem dentro das escolas, não farão parte das estruturas mentais dos brasileiros. Elas terão um âmbito sob o capitalismo e outro, bem distinto sob o socialismo. Isso também deve ser aprendido, para que os estudantes e os adultos, que receberem uma educação democrática pluralista, saibam qual é o significado da ordem social vigente, de sua reforma ou de sua negação e destruição. A escola que prende a imaginação humana ao meio social imediato sacrifica a percepção de alternativas que provêm das correntes mundiais da evolução do homem e da civilização. Cumpre assim, quebrar essas cadeias por meio de uma educação escolar implantada em sua época histórica.

Assim sendo, os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil estão engajados na sociedade a qual nossa história está inserida, sociedade contemporânea.

Os Indicadores da Qualidade na Educação foram criados para ajudar a comunidade escolar a avaliar e melhorar a qualidade da escola. Este é seu objetivo principal. Compreendendo seus pontos fortes e fracos, a escola tem condições de intervir para melhorar sua qualidade conforme seus próprios critérios e prioridades.

Para tanto, foram identificados sete elementos fundamentais, expressos em dimensões dessa qualidade: 1- planejamento institucional; 2 – multiplicidade de experiências e linguagens; 3 – interações; 4 – promoção da saúde; 5 – espaços, materiais e mobiliários; 6 – formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais; 7 – cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.

Para dar concretude a essa avaliação, as dimensões podem ser constatadas por meio de indicadores como revelam Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (Brasília, MEC/SEB, 2009, p.18). Cada indicador, por sua vez, é avaliado após o grupo responder a uma série de perguntas. As respostas a essas perguntas permitem à comunidade avaliar a qualidade da instituição de educação infantil quanto àquele indicador. Com o intuito de facilitar a avaliação, sugere-se que as pessoas atribuam cores aos indicadores. As cores simbolizam a avaliação que é feita: se a situação é boa, coloca-se cor verde; se é média, cor amarela; se é ruim, cor vermelha.

5 ESPECIFICANDO AS SETE DIMENSÕES

Os indicadores da qualidade da educação infantil ressaltam particularidades a cada dimensão:

1 Planejamento Institucional

Indicadores

- 1.1 Proposta pedagógica consolidada
- 1.2 Planejamento, acompanhamento e avaliação
- 1.3 Registro da prática educativa

2 Avaliação da Dimensão multiplicidade de experiências e linguagens

Indicadores

- 2.1 Crianças construindo sua autonomia
- 2.2 Crianças relacionando-se com o ambiente natural e social
- 2.3 Crianças tendo experiências agradáveis e saudáveis com o próprio corpo

- 2.4 Crianças tendo experiências agradáveis, variadas e estimulantes com a linguagem oral e escrita
 - 2.5 Crianças reconhecendo suas identidades e valorizando as diferenças e a cooperação
 - 2.6 Crianças expressando-se por meio de diferentes linguagens plásticas, simbólicas, musicais e corporais
- 3 Avaliação da dimensão interações

Indicadores

- 3.1 Respeito à dignidade das crianças
 - 3.2 Respeito ao ritmo das crianças
 - 3.3 Respeito à identidade, desejos e interesses das crianças
 - 3.4 Respeito às idéias, conquistas e produções das crianças
 - 3.5 Interação entre crianças e crianças
- 4 Avaliação da dimensão promoção da saúde

Indicadores

- 4.1. Responsabilidade pela alimentação saudável das crianças
 - 4.2. Limpeza, salubridade e conforto
 - 4.3. Segurança
- 5 Avaliação da dimensão espaços, materiais e mobiliários

Indicadores

- 5.1. Espaços e mobiliários que favorecem as experiências das crianças
 - 5.2. Materiais variados e acessíveis às crianças
 - 5.3. Espaços, materiais e mobiliários para responder aos interesses e necessidades dos adultos
- 6 Avaliação da dimensão formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais

Indicadores

6.1. Formação inicial das professoras

6.2 Formação continuada

6.3. Condições de trabalho adequadas

7 Avaliação da dimensão cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social

Indicadores

7.1. Respeito e acolhimento;

7.2. Garantia do direito das famílias de acompanhar as vivências e produções das crianças

7.3. Participação da instituição na rede de proteção dos direitos das crianças

A criança constrói uma história pessoal, que vai se fazendo na cultura familiar e que se define em função da classe social de sua família, do espaço geográfico que habita, da cor de sua pele, do sexo a que pertence, das especificidades de seu desenvolvimento e das vivências socioculturais que têm em função desses fatores'. (FARIA & SALLES, 2007, p.42)

6 CONDUZINDO A AVALIAÇÃO

Falar em avaliação é rememorar os pensamentos de Hoffmann (1998, p. 81), “a avaliação, enquanto mediação, inseri-se no processo educativo como instrumento de reflexão”.

Tal instrumento tem o objetivo de auxiliar o professor a tomar consciência das mudanças a operar em sua práxis, a comprovar e/ ou refutar suas hipóteses sobre os processos vividos pelas crianças.

Hoffmann (1998, p. 15), em suas teorias revela que compreendendo a criança, o professor redimensiona o ser fazer a partir do mundo infantil descoberto e re-significado. E dessa significação decorre diretamente a qualidade de sua interação com a criança. É essa a complexidade própria da avaliação em educação infantil.

Para que essa prática garanta o seu significado primeiro – da busca de entendimento do processo de desenvolvimento infantil e embasamento à ação educativa através de um fazer reflexivo, é necessário que os educadores formulem questões tais como: Como a criança descobre e conquista o seu mundo? De que forma domina uma língua de tamanha complexidade em termos de vocabulário, entonações, estrutura

gramatical? E como ela sente tão precocemente o bom e o mau-humor das pessoas que rodeiam, sinais de perigo como gritos e freadas de automóveis (e muitas outras) como primeiros passos do processo de avaliação. O que quer dizer que um dos pressupostos básicos dessa prática é justamente torna-la investigativa e não sentenciosa, mediadora e não constatativa, porque é a dimensão da interação adulto/criança que justifica a avaliação na educação infantil e não a certeza, os julgamentos, as afirmações inquestionáveis sobre o ela é ou não capaz de fazer.

Assim sendo, Hoffmann (1998, p.19), aponta três pressupostos básicos no delineamento de uma proposta de avaliação mediadora em educação infantil:

1 uma proposta pedagógica que vise levar em conta a diversidade de interesses e possibilidades de exploração do mundo pela criança, respeitando sua própria identidade sócio cultural, e proporcionando-lhe um ambiente interativo, rico em materiais e situações a serem experienciadas;

2 um professor curioso e investigador do mundo da criança, agindo como mediador de suas conquistas, no sentido de apoiá-la, acompanhá-la e favorecer-lhe novos desafios;

3 um processo avaliativo permanente de observação, registro e reflexão acerca da ação e do pensamento das crianças, de suas diferenças culturais e de desenvolvimento, embasado do repensar do educador sobre o seu fazer pedagógico.

É importante que todos os participantes entendam os objetivos dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil e também os principais conceitos utilizados. De acordo com os Indicadores (Brasília, MEC/SEB, 2009, p.18), uma explicação sobre a atividade a ser realizada, sobre o conteúdo e os objetivos deste trabalho na instituição pode ser um bom caminho. Para tanto, pode ser feita uma reunião prévia com professoras/es, coordenadoras/es pedagógicas/os e funcionários/as. Professoras/es e diretoras/ es pedagógicas/os estão mais familiarizadas/os com os termos utilizados na área da educação. A preparação prévia desses profissionais ajuda na tarefa de explicar aos demais, no dia da avaliação, termos e assuntos que não são do conhecimento de todos.

No dia da avaliação, uma exposição para iniciar os trabalhos por meio de cartazes, murais, quadros, retroprojetor ou power point – pode ajudar na compreensão do objetivo dos Indicadores da Qualidade de Educação Infantil e de quais serão os passos para o planejamento e a organização da avaliação.

A proposta é que, no dia da avaliação, os participantes da comunidade sejam divididos em sete grupos. Cada grupo discute uma dimensão. Para possibilitar a participação de todos na discussão, é conveniente que os grupos tenham no máximo vinte pessoas. Cada grupo deve

ser composto por representantes dos vários segmentos da comunidade e da equipe e deve ter um coordenador e um relator. Se não houver número suficiente de pessoas, um mesmo grupo pode trabalhar com mais de uma dimensão. Mas essa não é a situação ideal, porque diminui o tempo das discussões.

Em cada dimensão e indicador, a maioria das questões diz respeito a todas as faixas etárias. Logo, podem ser respondidas por qualquer instituição de educação infantil.

É importante lembrar que os indicadores que receberam a cor vermelha ou amarela sinalizam prioridades de ação. Assim, é fundamental que a avaliação seja fiel. Se algo é vermelho e o grupo diz que é verde, não ajuda na política desse trabalho, apenas dificulta que a ação coletiva ocorra para mudar aquela situação. Com isso, toda comunidade sai perdendo, principalmente as crianças.

No decorrer dos trabalhos em grupo, todos devem participar das discussões e das atribuições de cores, evitando imposições de determinada visão sobre o assunto tratado. É necessário ouvir e respeitar o que o outro tem a dizer, aproveitando o momento para diálogo. Conflitos de opinião existem em toda sociedade. É importante reconhecê-los e lidar com eles de forma madura, negociada e democrática.

Uma Proposta Pedagógica, considerando as suas condições de produção, deve sistematizar: a história, o contexto, a estrutura, a filosofia e as intenções da instituição, as formas de organização e gestão do trabalho, incluindo aqui o currículo e a ação de um grupo, constituídos com a finalidade de formar cidadãos de 0 até 6 anos, com base em princípios éticos, estéticos, políticos, em uma sociedade democrática e em constante mudança. (FARIA & SALLES, 2007, p.42)

A política de participação de pessoas com deficiências é bem vida nesse processo de autoavaliação. Primeiramente é preciso verificar se na instituição de educação infantil há pessoas que necessitam de recursos de acessibilidade. Essa mesma instituição deve procurar os serviços de educação especial, que realizam o atendimento educacional especializado, para solicitar as adequações necessárias.

É válido ressaltar que a busca pela qualidade da instituição de educação infantil não é uma responsabilidade exclusiva da instituição e da comunidade. Os órgãos governamentais - municipal, estadual e federal – têm papel fundamental na melhoria da educação no país. Por isso, recomenda-se que, no fim das discussões, os grupos identifiquem, entre os indicadores que receberam as cores vermelha e amarela, os problemas que devem ser encaminhados à Secretaria de Educação e ao Conselho Municipal de Educação. (Brasília, MEC/SEB, 2009, p.24)

Tal procedimento conduz os grupos a um debate para a definição das prioridades. Essas prioridades deverão ser a base para a produção conjunta de um plano de ação.

7 O INÍCIO DA POLÍTICA DOS INDICADORES NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Ressalta-se que as primeiras informações sobre as políticas dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil foram consagradas no MIEIB⁴.

O Fórum de Educação Infantil do Espírito Santo foi instalado no Estado do Espírito Santo desde maio de 2001. É um espaço suprapartidário, articulado por diversas instituições, órgãos governamentais, não governamentais e entidades comprometidas com a defesa do direito constitucional da educação da criança de zero a seis anos. O Fórum consiste em uma instância de discussão, mobilização, proposição e divulgação das políticas para Educação Infantil articuladas com as demais Políticas Sociais para Infância no Estado e Municípios. O Fórum se reúne na primeira terça-feira de cada mês, na Universidade Federal do Espírito Santo, no bloco IC-4 do Centro de Educação, sala 02, no horário de 13h30 às 16h. As reuniões são abertas para todas as pessoas e instituições que estejam sensibilizadas na promoção de políticas voltadas para a Educação Infantil, entendida como direito de todas as crianças.

O Município de Cachoeiro de Itapemirim é representado nesse fórum por um grupo de pedagogos da Secretaria Municipal de Educação (SEME) que, após participar dos debates que socializam as premissas dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, tem a obrigatoriedade de partilhar com a Secretária de Educação, demais pedagogos, professores e gestores.

O Plano Municipal de Educação do município já contempla a política dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, gerando uma ação comprometida dos membros da comunidade escolar.

De forma gradativa, a política dos indicadores vem sendo implantada nas instituições de educação infantil desse município, revelando a princípio, uma significativa aceitação da equipe escolar, dos familiares e líderes comunitários.

⁴ Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

ARENDDT, Hannah. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/HannahArendt>> Acesso em 26 de junho de 2010.

ARENDDT, Hannah. Fragmento 3b. Capítulo I *O Sentido da Política*. In *O que é política?* Hannah Arendt. ; [editora, Ursula Ludz]; tradução Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1998, pp, 45-85.

BRASIL. Congresso Nacional. Legislação: Lei Diretrizes Bases da Educação. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

FARIA, V. & SALLES, F. (orgs). *Currículo na Educação Infantil: Diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica*. 1 ed. São Paulo, Scipione, 2007.

FERNADES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. *Currículo e educação básica: por entre redes de conhecimento, imagens, narrativas, experiências e derives*. Rio de Janeiro: Rovel, 2011.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GRAUE, E. & WALSH, D. *Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação na pré-escola: Um olhar sensível sobre a criança*. 5. ed. Porto Alegre, Mediação, 1998.

Indicadores da Qualidade na Educação Infantil/ Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009.

Indicadores da Qualidade na Educação/ Ação Educativa, UNICEF, PNUD, INEP, SEB/MEC (coordenadores) – São Paulo: Ação Educativa, 2007, 3ª edição ampliada.

MIEIB. Disponível em: <<http://www.concepto.com.br/mieib/index.php>> Acesso em 26 de junho de 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emilio ou da educação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SARMENTO, M. & GOUVEA, M C. (orgs.). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

**BEN 10: AS FRONTEIRAS DA HUMANIDADE E DA
MONSTRUOSIDADE A PARTIR DA VIRTUALIDADE DE
CORPOS POSSÍVEIS**

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Simone Oliveira Vieira Peres.
(e-mail: simonetgamt@hotmail.com)*

*Professora doutora do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura
Contemporânea da UFMT, Juliana Abonízio. (e-mail: abonizio.juliana@gmail.com)*

Resumo:

Este artigo propõe refletir sobre o corpo humano e suas fronteiras epistemológicas a partir do protagonista de animação infantil Ben 10 que relativiza os papéis do herói e do monstruoso a partir da virtualidade de corpos possíveis mediada por um dispositivo tecnológico, o relógio. Partindo das relações que o corpo, enquanto limite humano e monstruoso, estabelece com a sociedade, a cultura e a mídia, e pensando também nos conceitos dos ideais de corpo e das crises vividas na contemporaneidade em relação a identidade e aos processos tecnológicos e científicos, propulsores da instabilidade de antigos e sólidos parâmetros que se tinha da humanidade, pensamos que essa reflexão auxilia a compreensão das noções de humanidade e alteridade no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: monstro, corpo, humanidade.

Abstract:

This article proposes a reflection on the human body and its epistemological boundaries from the protagonist of Ben 10 children's entertainment that relativizes the roles of hero and the monster from the virtuality of possible bodies mediated by a

technological device, the clock. Based on the relationships that the body, while limit human and monstrous, establishes with society, culture and media, and also thinking about the concepts of the ideal body and crisis experienced in the contemporary identity and in relation to technological processes and scientific drivers instability of old and solid parameters that had the humanity, we think that this discussion helps to understand the notion of humanity and otherness in the contemporary world.

Keywords: Monster, body, humanity.

Como entender o fascínio de uma criança de cinco anos que deseja fervorosamente um relógio do *Ben 10* que poderá, conforme seu inocente imaginário, a transformar em 10 alienígenas representados por seres monstruosos e, ao mesmo tempo, heroicos com superpoderes? Partindo desse estranhamento, este artigo visa analisar de que maneira o ideal de homem, a concepção de corpo e da monstruosidade foram se modificando socialmente, ideologicamente, culturalmente e cientificamente através da reflexão sobre a animação *Ben 10*, especificamente em sua primeira temporada.

Para entendermos a contemporaneidade desse corpo que deseja transforma-se e adaptar-se a novas realidades e contextos, um corpo que não cabe em si mesmo e nem sempre representa sua identidade, é preciso compreender alguns processos sociais que demarcam a importância da corporeidade e do seu valor simbólico historicamente. Em todas as sociedades, o ser humano vem, há muito tempo, modificando o corpo de diferentes formas e, assim, contribuindo à tensão existente entre natureza e cultura. Entendido como uma representação da cultura sobre a natureza, podemos pensar o corpo em diversas instâncias, no caso ocidental, por exemplo, houve várias representações do corpo, como o corpo grego, o corpo cristão, criado por Deus, conforme sua imagem e semelhança, corpo animado por uma alma e ou por um espírito, ressignificado como pecado original, um corpo que deve ser punido sempre que seguir os instintos da carne. Ainda referindo-se a uma existência lógica e naturalizada, o corpo pensado como evolução da espécie no seu processo de “seleção natural”, conforme as teorias de Darwin; visto também por alguns pensadores do século XIX como um feixe de mecanismos ou um pedaço de matéria.

Atualmente, o corpo tem sido objeto de estudo recorrente nas diversas ciências sociais, pois pensar a corporeidade é uma forma de encarar o mundo e o vínculo social. Segundo argumenta Mary Douglas (1991), o corpo é um símbolo da sociedade e os seus limites sugerem sua ordem moral e significante no mundo. Compreendendo nossa finitude e singularidade e também a similaridade que permite que nos reconheçamos como humanos, observamos as mutações do corpo enquanto forma seja diante do espelho, no cinema e até mesmo na nossa sombra revelando uma concepção histórica e mutante acerca da humanidade levando a questão: quem é humano hoje?

Nessa perspectiva, partimos de uma atualidade de incertezas quanto a sua conceituação. O mundo contemporâneo tem sido considerado, dissensualmente, uma etapa da modernidade, a instauração da pós-modernidade, a era da modernidade líquida, a hipermodernidade dentre outras terminologias, que tentam abarcar o período por vezes considerado “o momento do fim da história, do esgarçamento do humanismo, da gravíssima ameaça ao nosso eco-sistema, da perda das identidades e do fim dos processos de subjectivação”. (TUCHERMAN, 1999, p. 11A) Evitaremos, então, as armadilhas do que se considera contemporâneo e percebemos a atual conjuntura como um momento em que os jogos de oposição entre cultura e natureza, humano e não humano, natureza e artifício, orgânico e não orgânico, atual e virtual, vivo e não vivo compõem um universo de conexões, misturas e hibridismos.

David Le Breton (2003), a partir de seus estudos voltados para as novas tecnologias e suas relações com o corpo, explica que, hoje, através do discurso científico:

O corpo é pensado como uma matéria indiferente, simples suporte da pessoa. Ontologicamente distinto do sujeito, torna-se um objeto à disposição sobre o qual agir a fim de melhorá-lo, uma matéria-prima na qual se dilui a identidade pessoal, e não mais uma raiz de identidade do homem. (LE BRETON, 2003, p.15)

Como uma embalagem vazia, sem um caráter simbólico, o corpo não é entendido como um todo, mas sim como partes isoladas que compõem um sistema, representado como um “rascunho a ser corrigido”. Le Breton (2003) ressalta ainda que o corpo tornou-se um desafio político importante, visto como o analista fundamental de nossas sociedades contemporâneas. Sendo assim, é necessário questionarmos a noção de corpo próprio e ideal que permeia o universo simbólico dos indivíduos, e que se

constituiu na constatação de mais uma crise da contemporaneidade, a qual se articula com a crise do sujeito e da cultura, além da crise do corpo e da razão.

Vivemos num período, descrito por Tucherman (1999), no qual a velocidade nos confunde, parecendo que estamos atrasados não em relação ao nosso futuro, mas em relação ao nosso próprio presente. Essa experiência de estar “suspense” no próprio tempo em relação às inovações e as possibilidades de transformações, antes apenas imaginadas, pode ser explicada pela midiaticização das novidades tecnológicas, científicas, biológicas e do campo da medicina, que nos coloca diante dos questionamentos mais importantes do ser humano.

Quem somos nós, humanos? Já as novas tecnologias biomédicas, as novas teorias de neurofisiologia cerebral, a profusão de próteses conectáveis ou implantáveis com as quais nos hibridizamos, as clonagens e as experiências que superaram as determinações da espécie e só fazem pôr em questão as mais antigas noções de humanidade e as nossas determinações mais radicais: a saber, mortalidade, singularidade e sexualidade. (TUCHERMAN, 1999, p. 15)

Tais argumentos ultrapassam o questionamento sobre “ser um corpo” ou “ter um corpo”, instiga-nos a pensar os limites da humanidade e de que forma nos entendemos humanos, a partir de quais critérios e sob quais circunstâncias é possível compreender o corpo humano e quais seriam as fronteiras de distinção entre o humano e o animal. A contemporaneidade nos submeteu a uma reavaliação de nós mesmos, partindo de um quadro de referências teóricas que não suportam mais as mudanças atuais, ou seja, as concepções que antes nos pareciam seguras em relação aos limites do humano e não humano não são coerentes no presente.

Se buscarmos discutir o corpo humano baseados no pensamento moderno, perceberemos que naquele contexto ele se distingue da vida animal em função da cultura, pois ele nasce ligado à razão e à cultura, representando um artifício cultural que deve estar preparado para o espaço social. O processo civilizador comprova a submissão dos humores do corpo aos desmandes da cultura, como demonstram Elias (1994) e Sennet (1997).

Do século XIX até à Segunda Guerra Mundial, vive-se um período do capitalismo de concentração na produção e na propriedade e a concepção do indivíduo como “identidade fixa, totalizada e definida, inclusive e principalmente para si mesmo,

e o número de matrícula que indica a sua posição na massa”. (TUCHERMAN, 1999, p. 90). Esse contexto, denominado por Foucault (1987) como de “Sociedades Disciplinares”, primava por corpos dóceis e domesticados.

Posto isso, é necessário dizer que a contemporaneidade nos apresenta um corpo, que busca se libertar, a procura de uma “forma” que lhe garanta totalidade, singularidade e reconhecimento, muitas vezes uma representação provisória de um vestígio significativo de si. Ao discutir a corporeidade, Le Breton (2003) faz uma abordagem complexa do corpo, visto como “excesso”, já que nas sociedades ocidentais a mobilidade corporal tem sido desvalorizada em detrimento do estresse, do sedentarismo e de outros fatores; o corpo visto como acessório, submetido ao design através das modificações, *body building*, cirurgia estética, transexualismos, entre outras transformações que concebem em si a manipulação identitária através da plasticidade do corpo e do domínio que o sujeito tem de si enquanto “mestre-de-obras que decide a orientação da sua existência”. O autor propõe outra percepção do corpo considerando a ideia que a biologia genética tem adotado em relação à constituição dos seres vivos enquanto uma soma organizada de mensagens ou um feixe de informações. Em seguida, ele faz uma crítica a essa tendência, pelo fato de igualar os níveis de existência, esvaziando as coisas de sua substância própria, de seu valor e de seu sentido, pois dessa forma abre-se caminho a indiferenciação dos seres, mediante a sequência do código genético ou da alteração do DNA.

Se a partir da interferência médica, técnica e estética, o corpo contemporâneo é ressignificado partindo de uma metamorfose de si, é no espaço cibernético que ele pode transcender a materialidade e a injunção de identidade, “é um reino onde o mental se libera dos limites corporais, um lugar favorável à onipotência do pensamento” (BUKATMAN, 1993, pp. 208 e 209). A cultura cibernética oferece outro princípio de realidade, na qual o imaginário estabelece uma relação com a tela e com o mundo, tendo o controle de si e daquilo que cerca a presença virtual. Nessa esfera, a informatização da sociedade produz um apagamento das fronteiras entre a carne do homem e o poder da máquina. O computador é dotado de uma “memória”, é suscetível a um “vírus” entre outras terminologias que inserem a máquina e o homem no mesmo plano. Le Breton (2003) acrescenta que as fronteiras da identidade entre a pessoa e a ferramenta às vezes

desaparecem; novas formas de intimidade surgem com uma máquina percebida como viva e que até demonstra sentimentos.

A crise do corpo alcança, então, o extremismo na contemporaneidade quando alguns teóricos passaram a considerar a obsolescência da corporeidade em relação às máquinas, consideradas mais inteligentes e autônomas. Se a máquina um dia foi feita a imagem do corpo, agora é este que busca assemelhar-se àquela. O corpo, dotado de uma carne supérflua que limita o desenvolvimento tecnológico da humanidade, substituir-se-ia pela máquina, constituindo-se uma era pós-biológica, na qual a hibridação entre biológico e cultural seria substituída por uma hibridação entre computador e o espírito, eliminando a morte, as doenças e o próprio corpo.

Sob essa perspectiva, Le Breton critica o extremismo, considerando a obsolescência do corpo um absurdo, percebendo o discurso do fim do corpo como um discurso religioso. Dessa forma ele entende que o questionamento atual em relação à corporeidade, propõe um dualismo em substituição ao corpo/espírito, existindo agora uma dicotomia entre homem/corpo. Já Tucherman (2009) considera a realidade ou a vida sustentada sob uma égide tricotômica corpo/mente/máquina, estando o último a expressar a radical presença da técnica em nossa realidade e imaginário”.

Ben 10 e o Omnitrix: O limite do humano e do monstro sob a perspectiva tecnológica e genética da transmutação

Refletir sobre os processos que constituíram a invenção e a crise do corpo é importante para discutir os limites de humanidade e os vínculos sociais e culturais que se estabelecem a partir dessas fronteiras. Os estudos apresentados são relevantes no sentido de que coloca-nos diante da base construída para se pensar conceitos acerca do sujeito, do corpo e de suas relações com o mundo, além dos processos de mudança com o advento da tecnologia, da genética e de outros em nossa contemporaneidade. Assim, se pensarmos a necessidade das dicotomias para se estabelecer o surgimento das “coisas” e de seus conceitos, o que se opõe ao homem? Tendo a ciência diluído o

conceito dos demais seres vivos, através do código genético, colocando o animal no mesmo plano genético do humano, podemos considerar os monstros como um *outro* que não nos pertence e que reforça a nossa “humanidade”.

A genealogia dos monstros retrata uma existência tão antiga quanto à própria humanidade. Cada período histórico propôs para este campo suas teorias, explicações, motivos e origens. Partindo de uma relação de identidade e alteridade, Gil (2006), ao analisar a relação dos monstros com a sociedade assegura que:

Provavelmente o homem só produz monstros por uma única razão: poder pensar a própria humanidade. Seria possível traçar a história de diferentes ideias ou definições que o homem deu de si próprio através das representações da monstrosidade humana que a acompanham. (GIL, 2006, p. 89)

Entretanto, essas relações estabelecidas entre o humano e o monstro não propõem uma simples oposição, mas um limite entre ambos. Disso resulta que atualmente essa fronteira está cada vez mais tênue, bastando constatar a recorrência com que os monstros permeiam a vida social, no cinema, na televisão, nas histórias em quadrinhos, vídeos games, brinquedos, roupas, livros, exposições de pintura, teatro, dança, etc. O fato de a monstrosidade deixar de nos causar tanto terror e, por outro lado, despertar simpatia e até fascínio, leva-nos a pensar que a configuração que temos de nós mesmos e do *outro* não está tão demarcada.

Outro aspecto desse afrouxamento de limites entre o humano e o monstro ocorre pelo contexto social em que vivemos com a presença onipotente da cultura de massa. A mídia apropria-se de imagens e de informações e as difunde de modo tal que tende a diluir seu conteúdo, como fez com a violência e faz com os monstros.

Ora nós exigimos mais dos monstros, pedimos-lhes, justamente, que nos inquietem, que nos provoquem vertigens, que abalem permanentemente as nossas mais sólidas certezas; porque necessitamos de certeza sobre a nossa identidade humana ameaçada de indefinição. Os monstros, felizmente, existem não para nos mostrar o que não somos, mas o que poderíamos ser. Entre estes dois pólos, entre uma possibilidade negativa e um acaso possível, tentamos situar a nossa humanidade de homens. (GIL, 2006, p.13)

Partindo desse desejo que o autor expressa sobre o que poderíamos ser baseados na monstrosidade, voltamos o olhar sobre a série infantil que conduziu essa reflexão:

Ben 10, criado em 2005, é exibido pelo *Cartoon Network*¹ e possui mais de 150 episódios distribuídos em suas temporadas. A série gerou ainda a produção de dois filmes com atores reais, além de outros de animação. Conquistando a audiência do público infantil e adolescente, o desenho é um sucesso global do canal americano, passando não só na rede de TV a cabo, mas também em mais de 100 países, nas mais variadas línguas e horários. Vale salientar que a série está veiculada a uma variedade de produtos e que já foi reprogramada recentemente apresentando uma sequência cronológica do tempo, ou seja, nas últimas temporadas Ben possui 15 anos e pode se transformar numa variedade maior de alienígenas. O desenho *Ben 10* foi criado por quatro integrantes do projeto *Man of Action*, Duncan Rouleau, Joe Casey, Joe Kelly e Steven T. Seagle. Todos são norte-americanos e entre os gibis que eles já escreveram estão *Super-Homem*, *Batman*, *Homem-Aranha* e *X-Men*.

O primeiro episódio da série mostra de que forma o personagem principal Benjamin Tennyson, então com 10 anos de idade, torna-se um herói em potencial a partir de um dispositivo extraterrestre que lhe permite se transformar em vários alienígenas. O desenho narra que Ben estava em férias escolares e, juntamente com sua prima Gwen, acampava com seu avô Max. Mas, após um desentendimento com sua prima, o garoto se distancia do *trailer* do avô e decide caminhar pela floresta, quando percebe descendo do céu um objeto envolto em uma luz brilhante. Curioso, ele vai até o lugar onde o objeto cai e percebe que se trata de uma esfera metálica esverdeada dentro da qual havia uma espécie de relógio. Ao se aproximar, o objeto adere fortemente em seu pulso. Ainda que assustado, Ben gira uma peça do relógio e em seguida o aperta. O dispositivo inicia a mutação do garoto, transformando-o em um monstro com a pele como uma crosta coberta por fogo. Trata-se do alienígena, conhecida na série como *Chama*. Ainda sob posse de sua identidade, agora híbrida, o garoto fica desesperado por estar literalmente pegando fogo, mas logo fica eufórico por perceber seus novos super poderes. Assim, Ben, metamorfoseado, diverte-se lançando suas chamas sobre as árvores e incendeia parte da floresta. A moralidade humana não pode exercer seus constrangimentos sobre um monstro.

¹ É um canal televisivo americano, disponível pela rede de TV a cabo, que possui sua programação composta apenas por desenhos e filmes destinados ao público infantil e pré-adolescente.

Max e Gwen percebem o fogo e seguem até o local para tentar apagá-lo. Lá se deparam com Ben transformado em *Chama*. A princípio, o avô preocupa-se com o garoto, mas ao ver que ele está bem, pede sua ajuda para acabar com o fogo. Então, surge o primeiro “ato heróico” de Ben. Agora sim, a ética humana se sobressai e, em vez de monstruoso, Ben passa a se aproximar dos super heróis, cujos corpos podem ser considerados monstruosos, uma vez que híbridos e no limite da humanidade. Depois de algum tempo, o relógio produz um barulho e o herói volta a ser um menino. Logo depois, eles descobrem a impossibilidade de arrancar o relógio de seu pulso e, como em outros exemplos de herói que a televisão e as histórias em quadrinhos nos mostram, o destino se impõe mais forte que sua própria vontade.

No decorrer dos episódios, o protagonista da série descobre que o relógio chama-se *Omnitrix* e que se trata de um dispositivo extraterrestre que permite misturar o DNA do usuário com o código genético de 10 alienígenas, a partir do acionamento de um botão. Cabe salientar que esse dispositivo também é dotado de inteligência, capaz de programar o alienígena certo para cada situação de perigo, ou seja, nem sempre ele corresponde ao acionamento do herói. Cada alienígena é um monstro, sendo hibridações entre humano e animal, humano e elementos da natureza, humano e recursos tecnológicos, entre outros. Cada um tem características e poderes específicos. Tais seres fantásticos recebem os seguintes nomes dentro do desenho: *Insectóide*, *Besta*, *Ultra-T*, *Aquático*, *Chama*, *Massa Cinzenta*, *Fantasmático*, *Quatro Braços*, *Diamante* e *XLR8*. Dessa forma, Ben, que antes era um simples garoto de 10 anos, sem popularidade, intimidado pelos colegas mais fortes e, agora se torna um herói mutante que luta contra o mal e defende a terra de outros alienígenas, como o seu arquirrival *Vilgax*, que tenta lhe tirar o *Omnitrix* para usá-lo a serviço do mal.

Produto da contemporaneidade, o desenho permite discutir sobre o corpo e humanidade que lhe caracterizam. O *Omnitrix*, que não se separa do corpo, representa a tecnologia presente em nossas vidas e tão determinante sob nossas escolhas, empregada muitas vezes mais do que na condição de um acessório, mas sim como uma extensão do corpo, a exemplo dos celulares, Ipod, Ipad e outros recursos tecnológicos. É importante observar que o personagem Ben, um garoto comum, não possuía superpoderes, sendo assim, não seria um herói. O dispositivo, dotado de uma tecnologia alienígena e

inteligente que em alguns momentos coloca-se acima das escolhas da personagem, surge, então, como um potencializador independente da moral vigente.

Além de situar-se em um nível transcendente à ética humana, a tecnologia do *Omnitrix* impõe-se como superior ao corpo frágil e incapaz de proezas heróicas, além de se sobrepor em relação à força física também em relação à intelectual, visto que esta é mais inteligente que o personagem humano que a carrega. Ao discutir as fronteiras que separam o homem e a tecnologia, pensando em possíveis criaturas artificiais, Le Breton (2003) afirma:

Apagam-se os limites entre o vivo e os artefatos da técnica que muitos percebem como realmente vivos e autônomos. Da mesma forma que a existência é tragada pelo artificial, o artificial insinua-se no terreno da existência. Uma mitologia se constrói lentamente sobre o fundo de uma confusão de sentidos. Quando se considera o homem uma máquina e o computador um cérebro, os limites tornam-se tênues, e não é mais ilegítimo considerar que o computador está vivo e põe no mundo criaturas totalmente dignas da condição de vivo. (Le Breton, 2003, p. 156)

Inserida na lógica contemporânea da digitalização das coisas, de que tudo está disponível a partir de um clique, de um botão, o relógio do Ben 10, como um dispositivo portátil e individual, carrega em si a virtualidade do herói. Seu próprio corpo carrega a virtualidade de 10 outros possíveis. Diferente do *Batman*, do *Super Homem* e do *Homem Aranha*, que vestiam suas fantasias de herói, o *Omnitrix*, aparentemente um acessório na forma de relógio, é portador de uma metamorfose a partir de um simples acionamento. Tucheran lembra que a técnica sempre esteve presente na experiência humana e que o mundo moderno manteve em relação à configuração homem/técnica a suspeita da possibilidade de ver desaparecer a sua própria humanidade, tornando-a homogênea e escrava da própria técnica.

O desenho oferece, então, o espetáculo da união da tecnologia com a monstruosidade como elementos para a criação do herói e de sua performance. O relógio é o passaporte para a metamorfose do herói, que precisa abandonar o próprio corpo para garantir a salvação de todos. Ao acionar o dispositivo do *Omnitrix*, o personagem passa por uma transmutação e assume um corpo polivalente, aperfeiçoado e com superpoderes na forma de alienígenas monstruosos. É importante analisarmos também que a transmutação acontece tecnologicamente por meio dos códigos genéticos dos alienígenas que estão inseridos no relógio e que se combinam ao de Ben. O ser humano, enquanto sujeito, dissolve-se em seus componentes, sendo apenas um feixe de

informações, uma série de genes, no mesmo plano que outros seres e coisas, diferenciado-se apenas em informações genéticas. A hibridação e a mutação genética abre possibilidade, assim, não apenas à transformação do corpo, mas uma transfiguração do plano humano para o plano monstruoso. Essa projeção do novo a partir da genética não pertence apenas ao campo ficcional, como Le Breton (2003) afirma a seguir:

A biologia molecular possibilita modificar geneticamente a espécie humana, construir formas de existência animal ou vegetal ainda inéditas. A fantasia da perfeição abandona o terreno político e encontra uma vitalidade entusiasta no terreno da genética. (Le Breton, 2003, p. 128)

Sob outro aspecto, a transmutação também oferece ao herói múltiplas identidades, cada uma com suas particularidades, mas sem anular a identidade de Ben, enquanto garoto curioso em busca de diversão. É interessante notar, conforme nos apresenta os episódios, que cada alienígena atua de forma diferente na personalidade do menino, mas em consonância a identidade dele, tornando-o dessa forma um ser híbrido e múltiplo. De qualquer forma, torna-se confuso analisarmos a identidade baseados nessas divergências e combinações do corpo humano e do corpo monstruoso que nos apresenta o *Ben 10*. De acordo com Tucherman (1999), o corpo sustenta como matéria os processos de identificação a partir das suas evidentes marcas visuais que expõem a identidade do sujeito consigo mesmo, com a sociedade e com o grupo do qual participa e pelo qual quer ser recolhido e reconhecido. Entretanto, para a autora, o corpo é também o limite que separa o sujeito ou o indivíduo do mundo e do outro, lugar de onde se pode determinar a alteridade. Dessa maneira, podemos dizer que o personagem reside dentro dessa fronteira, só não se constituindo como o inclassificável pela justificativa “racional” que a tecnologia aliada à genética fornece para a construção do contexto em que o herói se insere. A própria ideia de identidade é posta em xeque juntamente com a noção da constituição de indivíduo enquanto parte indivisa do ser.

Ainda pensando sobre a relação que o personagem estabelece no decorrer de suas transmutações, podemos nos basear na atual crise das identidades como um fator relevante para a compreensão da necessidade de configurar-se em muitos, não bastando um único “eu”. Partindo dos estudos de Stuart Hall (2002) sobre a pós-modernidade podemos chegar a análise de que Ben não perde sua identidade em relação as demais postas com o uso do *Omnitrix*, antes há uma convivência entre elas.

Em sua explanação, Gil (2006) faz uma abordagem sobre a monstruosidade que incide em dois aspectos nesse objeto de pesquisa:

Pomos à prova os limites da nossa “naturalidade”, procuramos pontos de referência por toda a parte e é por isso que acolhemos todas as espécies de monstros: os fabulosos e os teratológicos. O fantástico, aliás, está em situação de se tornar real através da manipulação genética e o teratológico invadiu o imaginário graças às mais diferentes espécies de extraterrestres. (GIL, 2006, p. 13)

Tentar compreender o fascínio que os monstros causam na contemporaneidade, expresso em desenhos como o analisado ou em figuras, antes relacionadas ao “mal”, como o vampiro, ressignificado nos filmes da saga *Crepúsculo*, em filmes e histórias em quadrinhos como “*Quarteto Fantástico*” e “*X-Men*”, entre outros, é partir da ideia de que cada vez mais desconstrói-se a imagem negativa da monstruosidade, deslocando-a para um nível do desejado e superior ao humano. Gil (2006) destaca que uma das explicações que se dá em virtude do fascínio que nos provoca a monstruosidade é seu excesso de presença, a superabundância de realidade que ela nos propõe. Sendo uma aberração da realidade, por oposição, coloca-nos diante da crença na necessidade da existência da normalidade humana. O autor destaca que, dessa forma, definimos uma lógica a partir das crenças nos monstros, entre o simbólico e o real, sendo necessários os monstros para nos tornarmos humanos.

Estudos da história e da antropologia nos revelam que a monstruosidade é bastante antiga, seja através da existência real ou imaginária de pessoas ou raças com deformações ou malformações, a exemplo dos freaks clássicos, anões, gigantes, siameses, hermafroditas, serem incompletos ou com excesso de alguma parte do corpo. A necessidade de uma *monstrologia*, da qual cita Tucherman (1999), no sentido de compreender e categorizar os monstros, já nos dá a noção de sua diversidade e da importância de uma organização racional do ponto de vista humano. Entretanto, a autora nos chama a atenção para o fato de que, mesmo no campo imaginário, não há uma infinidade variável nas formas apresentadas desses seres, há, então, uma limitação de possibilidades ao se pensar no corpo monstruoso, tendo sempre o inescapável parâmetro do humano.

Os alienígenas apresentados na série *Ben 10* representam uma categoria de monstros que compreendem o corpo monstruoso com base na organização racional

humana. O corpo monstruoso destaca-se pela extravagância de si mesmo em relação a concepção do corpo humano, seja pelo excesso ou pela falta de algo em sua anatomia. Segundo Gil (2006) o seu corpo difere do corpo normal na medida em que ele revela o oculto, o disforme, visceral, uma espécie de obscenidade orgânica. O autor explica o fascínio sobre o ser monstruoso em virtude dos apelos que emanam de sua transparência. Para ele, o corpo monstruoso não possui alma, mas ao se mostrar ao “avesso de sua pele”, ele exhibe sua “alma abortada”, sendo o seu corpo compreendido como o reverso da própria alma, feita de carne, vísceras e órgãos.

Já partindo da perspectiva do corpo humano é importante destacar a existência de uma padronização de imagens ideais do corpo e, conseqüentemente, uma repressão daqueles que não se enquadram nessa idealização. Para Tucherman (1999) o monstro instiga-nos a desvendar até que ponto ele pode ser considerado um *outro*, sendo assim estas noções não são formuladas pela simples oposição que diferencia homens e monstros, mas por um sistema complexo de relações de aproximação e distância, de misturas e hibridização. A contemporaneidade também nos provoca sobre a concepção do que seja humano, mas por um outro prisma. A partir das tecnologias de manipulação genéticas a que os corpos se submetem, muitas vezes numa busca pelo corpo ideal, ou em outros contextos, convivemos com o questionamento sobre o limite que tais artifícios ainda permite que reconheçamos tal corpo como uma imagem humana.

Finalmente, para exemplificar o nosso objeto de pesquisa que vislumbrou a virtualidade de corpos monstruosos e nos instigou a tantos questionamentos sobre os limites da humanidade, apresentarei em seguida a lista de alienígenas do Ben 10, conforme a descrição do site *Cartoon Network*, reprodutor do desenho.



INSECTOIDE

“Alienígena alado que tem uma habilidade invejável para vôos. Ele executa saltos acrobáticos espetaculares e se vira muito bem nos combates com suas extraordinárias armas naturais – garras poderosas e cauda afiada.”

QUATRO BRAÇOS



“Quando Ben precisa esmagar, lançar ou destruir algo, *Quatro Braços* é o herói da vez. Com mais de três metros de altura, este alienígena pode utilizar sua força fenomenal para acabar com os inimigos, enquanto sua carcaça blindada o protege contra tudo.”



XLR8

“Com a aparência de um dinossauro, possui reflexos rápidos e alcança a incrível velocidade de 480 km/h. Esse seu poder provém de sua capacidade de manipular a fricção, o que também possibilita que ele corra em paredes e superfícies irregulares, como lama, gelo água.”

DIAMANTE

“Alienígena que tem um corpo cristalino e mais resistente do que os próprios diamantes. Isso o torna quase indestrutível e o faz cortar quase tudo o que vê pela frente. Ele também pode usar o corpo para refletir luz.”



BESTA

“Mais animal do que humanóide, Besta é um alienígena com habilidades atléticas sobre-humanas e apurados olfato, audição e paladar. Os espinhos que carrega em suas costas podem ser atirados como projéteis.”

MASSA CINZENTA

“Com 13 cm de altura, faz parte de uma raça de alienígenas que foi criada para entrar em máquinas complexas e consertá-las por dentro. É capaz de entrar nos espaços mais apertados, além de receber uma dose extra de inteligência.”



AQUATICO

“Excelente nadador tem a habilidade de respirar debaixo d’água, além de poder transformar suas pernas em uma grande cauda com nadadeiras. Incrivelmente ágil na água, ele usa suas garras para lutar

e sua forte mandíbula para dar mordidas devastadoras.”

ULTRA T

“É uma máquina viva com pele de metal líquido. Ele é capaz de se infiltrar em qualquer dispositivo mecânico. Enquanto infiltrado, ele faz um *upgrade* no dispositivo e o transforma em uma incrível peça *Ultra-Tech*, mais avançada do que qualquer outra na Terra.”



CHAMA

“Sua raça vive no sol. Ele é capaz de disparar rajadas de fogo pelas mãos e pela boca, além de poder criar bolas de fogo para jogar ou rolar. Chama também tem a capacidade de absorver chama e calor, sendo capaz de apagar um incêndio com a mesma rapidez que começa um.”

FANTASMÁTICO

“Ser sombrio capaz de atravessar paredes e de ficar invisível. Sua aparência assustadora o ajuda muito na hora de espantar os criminosos.”



Mais do que as formas e as características dos alienígenas do Ben 10, é importante observarmos as relações que os seres monstruosos estabelecem em nosso cotidiano e analisarmos de que modo a ideia de monstro, de humano e de corpo tem sido discutida e ou reformulada socialmente, culturalmente e ideologicamente. Partindo das relações que o corpo, enquanto limite humano e monstruoso, estabelecem com a sociedade, a cultura e a mídia, e pensando também nos conceitos dos ideais de corpo e das crises vividas na contemporaneidade em relação a identidade e aos processos tecnológicos e científicos, propulsores da instabilidade de antigos e sólidos parâmetros que se tinha da humanidade, chegamos aqui não com uma conclusão, mas podendo traçar considerações finais sobre a importância de se pensar o corpo, suas representações simbólicas, seu contexto de transformações e percepções para a compreensão daquilo que fomos, daquilo que somos e daquilo que podemos ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DOUGLAS, Mary (1991). **Pureza e Perigo**. Lisboa: Edições 70.
- ELIAS, Norbert (1994). **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FOUCAULT, Michel (1987). **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes.
- GIL, José (2006). **Monstros**. Lisboa: Relógio d'Água.
- HALL, Stuart (2002). **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&a.
- LE BRETON, David (2003). **Adeus ao corpo – Antropologia e sociedade**. Campinas: Papirus.
- SENNETT, Richard (1997). **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record.
- TUCHERMAN, Ieda (1999). **Breve história do corpo e de seus monstros**. Lisboa: Ed. Veja.

BUKATMAN, Scott (1993). **Terminal Identity**. The virtual subject in post-modern science fiction. Durham: Duke.

DVD:

BEN 10. A primeira temporada completa. Produção: Cartoon Network.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE: A INSERÇÃO DA CTS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Thaís Cristina Silva de Oliveira**

*Carlos Alberto Máximo Pimenta***

* Mestranda em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá. Av. BPS, 1303 Itajubá - MG, 37500-903.

E-mail: Thais_cristin@yahoo.com.br

** Doutor em Ciências Sociais PUC/SP – Professor Adjunto II da Universidade Federal de Itajubá. Av. BPS, 1303 Itajubá - MG, 37500-903.

E-mail: carlosalbertopimenta@gmail.com

RESUMO

Este trabalho busca entender a inserção da CTS no contexto das políticas públicas educacionais do Estado de São Paulo, sobretudo na disciplina sociologia, com base no currículo e em documentos formais produzidos pela Escola de formação de professores (Efp). Para tanto, são utilizados como fonte documental o atual currículo de sociologia, o material produzido pela Efp voltado ao curso de formação específica de sociologia do concurso público para professores de educação básica II – 2011 e material produzido para o curso Tecnologias Sociais para Juventude, oferecido por meio da parceria entre Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e a empresa mista COMGÁS voltado à formação continuada de professores de sociologia - 2012. Para aprofundamento teórico acerca da CTS fez-se um mapeamento dos grupos de pesquisa registrados no CNPq e levantamento de produções atuais, o que possibilitou o entendimento acerca da polissemia quanto à CTS, em face da diversidade de sentidos que apresenta.

Palavras chaves: Políticas públicas educacionais, sociologia, CTS.

ABSTRACT

This work seeks to understand the inclusion of CTS in the context of educational public policies of the State of São Paulo, especially in sociology discipline based curriculum and formal documents produced by the School of teacher training. For both, are used as

a source document the current curriculum of sociology, the material produced by the School of teacher training course geared to specific sociology of public tender for basic education teachers II - 2011 and produced material for the course Social Technologies for Youth, offered through a partnership between the Education Department of the State of São Paulo and COMGÁS joint venture focused on the continuing education of teachers of sociology - 2012. For further theoretical about the CTS became a mapping of research groups registered in CNPq and survey of current productions, allowing the understanding of polysemy as the CTS, given the diversity of meanings presents.

Keywords: Public policy education, sociology, CTS

Introdução

Este trabalho circunscreve-se sobre a inserção da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) no currículo de Sociologia da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo.

O interesse pela pesquisa se constitui a partir de algumas reflexões, as quais se descrevem, sobre: Há a abordagem relativa à CTS no currículo desse Estado (2008) como proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) lançados em 1999? Qual é o papel da sociologia apresentada no currículo quanto à compreensão da CTS? Problematiza-se a Ciência e a Tecnologia inserida na sociedade como propunha o movimento CTS? Há integração entre CTS e desenvolvimento? Estas indagações surgiram devido à vivência na escola pública da rede estadual e as exigências acerca das diretrizes curriculares.

Dentro desse contexto, busca-se entender a inserção da CTS no currículo de Sociologia da rede estadual de ensino com base em documentos formais produzidos pela Escola de formação de professores (Efp)¹, criada concomitante ao currículo nos anos de 2008/2009. Para tanto, foram utilizados como fonte documental o atual currículo de sociologia, o material produzido pela Escola de Formação voltado ao curso de formação específica de sociologia do concurso público para professores de educação

¹¹ A EFAP tem por objetivo contribuir para a atualização, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento profissional de todos os servidores da educação. Sua criação integra as ações do Programa + Qualidade na Escola, lançado em maio de 2009 pelo Governo do Estado de São Paulo e está instituída pelo Decreto n. 54.297, de 5 de maio de 2009. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO SÃO PAULO, 2011)

básica II – 2011 e material produzido para o curso Tecnologias Sociais para Juventude, oferecido por meio da parceria entre Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e a empresa mista COMGÁS voltado a formação continuada de professores de sociologia e oferecido no ano de 2012.

Neste sentido, a proposta se encaminha na perspectiva de localizar como a CTS, que por meio dos parâmetros curriculares é definida como uma área interdisciplinar e que visa uma visão crítica da associação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade, é inserida em materiais formais direcionados a disciplina Sociologia e quais direcionamentos têm sido privilegiados nas políticas públicas educacionais do Estado de São Paulo.

Sociologia, CTS e Educação

Ao estudar a questão da tecnologia inserida no contexto universitário, Dagnino aponta o problema de esta ser entendida, *pela grande maioria dos professores, como livre de valores, como algo neutro e intrinsecamente positivo* (DAGNINO. 2004). O que torna importante o entendimento da Ciência para além dela mesma e não como isenta e separada de um contexto social.

Desta forma, para Dagnino (2004) a Ciência e a Tecnologia produzidas sob as bases da formação social capitalista tendem a inibir uma mudança que contrarie suas regras de funcionamento e que possa debilitar a acumulação do capital. Ressalta que dentro da universidade elas são (...) *entendidas como tendo um motor de crescimento que guiaria seu desenvolvimento de acordo com leis próprias, definidas endogenamente*.

Partindo desse pressuposto, considera-se importante haver uma discussão aprofundada da CTS inserida ao contexto do Ensino Médio para evidenciar como esta tem sido trabalhada pelo viés sociológico por materiais formais desenvolvidos pelo Estado de São Paulo, por meio de políticas públicas voltadas a educação, tendo como base o currículo do estado de São Paulo.

Para entender os significados da CTS fez-se levantamento bibliográfico de produções acerca do tema e mapeamento dos grupos de pesquisa ligados à Ciência Tecnologia Sociedade ou CTS registrados no Diretório de Grupos de pesquisa CNPQ 2012.

O mapeamento dos grupos de pesquisa registrados no CNPQ foi realizado no mês de julho de 2012 e utilizou-se como critério de identificação dos grupos de pesquisa a presença da articulação CTS ou Ciência Tecnologia Sociedade colocando-os como palavras chave no campo de busca do site do CNPQ². Para considerar a área de atuação utilizou-se a definição do próprio diretório e as descrições presentes nas linhas de pesquisa.

Concluiu-se que há 36 grupos de pesquisa registrados em CTS e 126 registrados em Ciência Tecnologia Sociedade. O primeiro grupo possui 5 grupos de pesquisa que trabalham a CTS e sua relação com as políticas públicas educacionais, no entanto nenhuma trabalha em específico o de ciências humanas, destes há um grupo registrado com área de atuação em história e três em educação.

Quanto aos grupos registrados em Ciência Tecnologia Sociedade, há quinze grupos registrados com área de atuação em sociologia, dois estão ligados a CTS e políticas públicas, dois na inserção da CTS no ensino superior e os demais não apresentam relação direta com a área de educação ou políticas públicas direcionadas a esta área.

O mapeamento evidenciou uma lacuna quanto ao entendimento da CTS no contexto do ensino médio, sobretudo na área de humanas ou sua presença na disciplina Sociologia. Entende-se que Ciência, Tecnologia e Sociedade são apresentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Médio PCNEM/99 como conteúdo interdisciplinar, no entanto, nesta pesquisa busca-se entender sua presença em específico na disciplina Sociologia. Outro resultado do mapeamento foi aprofundar o levantamento da produção acadêmica em CTS o que possibilitou o entendimento acerca da polissemia dos conceitos de CTS, em face da diversidade de sentidos (PEREIRA, 2011). Neste contexto, observou-se que apesar de existir outros direcionamentos para a associação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade, restringe-se no contexto desta pesquisa ao conceito definido por Auler e Bazzo (2011) e da teoria de Dagnino (2008) acerca da associação entre C&T com foco na sociedade.

O primeiro a define pelo movimento pedagógico iniciado na década de sessenta, cuja finalidade é trabalhar estes três elementos dentro do currículo de maneira crítica e o qual engendrou a inserção da proposta na LDB E PCNEM (AULER; BAZZO: 2001, YANARICO, 2011) e o segundo parte do entendimento de que essa imbricação de

² <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>

ciência e tecnologia ocorreu para que não houvesse ciência apenas teórica e uma tecnologia apenas enquanto aplicação técnica (DAGNINO, 2008).

Considera-se que diante da polissemia presente nas definições ou conceituações de CTS necessita-se de uma leitura ainda mais cuidadosa e minuciosa do levantamento bibliográfico inicial, bem como das produções presentes nos grupos de pesquisa registrados no CNPq que sejam voltados as ciências humanas.

Neste sentido, o esforço se Justifica pela(s): experiência docente na escola pública, na disciplina de sociologia; exigências das diretrizes das políticas públicas educacionais no Estado de São Paulo; leituras realizadas sobre o tema, em que se constataram amplos entendimentos acadêmicos acerca da CTS e pelo fato desta ser colocada como interdisciplinar no âmbito educacional não haver um encaminhamento definido no currículo de Ciências Humanas ou desta na Sociologia – definida como uma disciplina que visa criar condições para o aprimoramento do seu aluno como ser humano, para o desenvolvimento da autonomia intelectual e de seu pensamento crítico (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011).

A pesquisa se delimita a partir das políticas públicas educacionais elaboradas entre o ano de 2008 e 2012. Este período pode trazer aprofundamentos sobre como a CTS está sendo direcionada no Estado, sobretudo no contexto da disciplina Sociologia.

Trata-se de estudo de caso, por permitir o conhecimento sobre fenômenos sociais e políticos (YIN, 2010) e privilegia a investigação empírica de eventos contemporâneos.

Na proposta, valoriza-se a experiência do pesquisador com a docência de sociologia ao ensino médio, em que a pesquisa autobiográfica³ é colocada como elemento necessário e importante para responder aos questionamentos iniciados. No uso dessa experiência, aliada aos procedimentos descritos neste percurso metodológico, pretende-se evidenciar as dimensões simbólicas presentes nesta formulação, sem perder de vista a multidisciplinaridade do objeto e das metodologias, com a finalidade de capturar como esse movimento relacional produz, reproduz e replica sentidos desse processo.

No uso da experiência docente obteve-se acesso a alguns materiais em que fez-se um levantamento a priori acerca do conteúdo presente nos materiais do atual

³ Trata-se de recurso metodológico em que se valoriza a experiência do pesquisador com o objeto estudado e vem sendo desenvolvido por Pimenta. Extraído da palestra *Apontamentos Teórico-metodológicos à Pesquisa de Antropologia Urbana: em questão os relatos autobiográficos*. Campinas, SP: UNICAMP, 2011.

currículo de sociologia e do manual produzido pela empresa mista Comgás oferecido por meio de um curso, voltado à formação continuada de professores de sociologia e oferecido no ano de 2012, em parceria entre a empresa citada e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. No entanto, concomitante a este processo fazia-se o aprofundamento teórico de produções acadêmicas quanto a CTS, Ciência Tecnologia e Sociedade ou C&T com foco na sociedade, o que resultou na necessidade de recuar na análise de conteúdo e aprofundar nas leituras cuja finalidade é entender de maneira minuciosa as discussões acadêmicas que estão sendo feitas e as possibilidades de direcionamento para a pesquisa.

A atual demanda quanto ao aprofundamento teórico trouxe a necessidade de inserir outra fonte documental para o entendimento de como a CTS tem sido encaminhada por meio das políticas públicas educacionais do Estado de São Paulo, sobretudo no contexto da sociologia, pois trata-se do material produzido pela escola de formação voltado ao curso de formação específica de sociologia do concurso público para professores de educação básica II – 2011. O material citado faz parte da última etapa do concurso para efetivar professores na rede estadual de ensino, em que faz-se durante quatro meses um curso a distância intercalado por três encontros presenciais e cujo foco é:

(...) fornecer ao professor ingressante na rede pública novos elementos teóricos e materiais didáticos que o ajudem no exercício de suas atividades e contribuam para ampliar seu conhecimento (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011).

Outro elemento importante para o encaminhamento da pesquisa foi recorrer à observação participante para ampliar o acesso a elementos que não estejam presentes nos documentos formais selecionados para a pesquisa.

Participou-se do curso de formação específica de sociologia do concurso público para professores de educação básica II – 2011 e atualmente fez-se a inscrição no curso voltado à formação continuada de professores de sociologia - 2012 ao qual ainda está em andamento.

Na observação de campo do curso ministrado pela empresa Comgás observou-se que trata-se de um curso que após 7 anos, é direcionado pela primeira vez, 2012, aos docentes de sociologia. Entendem que o curso faz aproximações com o currículo de sociologia por apoiar, na concepção dos idealizadores, os jovens a compor uma visão crítica da realidade que os cerca (PAC, 2012).

O curso foi oferecido há quarenta professores do Estado de São Paulo e aberto para todas as regiões, porém, somente trinta e três se inscreveram e destes a média de frequência nos quatro encontros que ocorreram entre os meses de abril e agosto de 2012 foram de doze professores, não sendo os mesmos durante todos os encontros.

A carga horária do curso é 62h, sendo 32 horas presenciais e 30 horas à distância e conta para a evolução funcional do professor em sua carreira e um encontro no mês de novembro que será a feira de projetos desenvolvidos por jovens na escola.

Haviam quatro coordenadoras do projeto que participavam dos encontros, uma técnica da Efp e responsável pela parte virtual do curso e dois tutores, sendo os dois responsáveis pelas adequações do currículo de sociologia e reconhecimento de cursos de sociologia da CENP⁴.

O curso de Tecnologias Sociais para Juventude é fruto de um outro projeto chamado aprendiz Comgás que é uma parceria entre a empresa e a ONG Cidade Escola Aprendiz que,

(...) trabalha com a juventude na direção de sua formação para uma atuação social ativa, tendo como pressuposto a participação e ação como mecanismos de exercício da cidadania (MANUAL APRENDIZ COMGÁS, 2006).

Durante os encontros foram trabalhados conceitos de juventude pelo viés sociológico, no entanto, o enfoque foi em metodologias para desenvolver tecnologias sociais.

Segundo uma das coordenadoras do curso, a Tecnologia Social neste contexto é entendida como projetos que possibilitem os jovens a “aprender fazendo” e a desenvolver parcerias que possam fomentar as necessidades dos lugares que eles vivem de modo que sejam auto gerenciáveis, ou seja,

(...) o PAC construiu e mantém um conjunto de ações educativas, complementares à escola, nas quais o jovem ocupa posição central (...) tem por objetivo formar jovens entre 14 e 18 anos, estudantes do ensino médio e técnico, de escolas públicas (80%) e privadas (20%), interessados em desenvolver ações sociais transformadoras em suas comunidades, para que implementem - sempre em grupos de quatro a seis integrantes projetos sociais (MANUAL APRENDIZ COMGÁS, 2006).

As coordenadoras, ao serem questionadas por alguns professores que participavam do curso sobre qual razão de se definir especificamente professores de

⁴ Órgão responsável pela coordenação de gestão da educação básica (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO)

sociologia no curso que está em andamento, afirmaram que devido à área de atuação dos professores desta disciplina dentro da escola torna-se mais fácil *fomentar, provocar e disseminar a vontade dos jovens serem protagonistas no contexto em que vivem e pelo facilidade de dialogar com estes professores.*

O objetivo do curso é definido pelo material presente no AVA (Ambiente virtual de aprendizagem) como:

- Oferecer formação para professores de sociologia do ensino médio da rede estadual, a partir do acesso a instrumentos de ação, reflexão e transformação comunitária.
- Ampliar a visão dos professores participantes em relação ao potencial e à participação juvenil, tanto fora como dentro da sala de aula;
- Criar condições para que o professor contribua para a atuação dos jovens do ensino médio no processo de articulação nas comunidades, por meio da elaboração de projetos sociais;
- Incentivar a interação, por meio do AVA, entre professores de sociologia do Ensino Médio (AVA-EFP, 2012).

No entanto, durante os encontros presenciais foi colocado, pelas coordenadoras, o papel do professor de sociologia como mediador do processo de formulação do projeto dos alunos e da busca de parceiros dentro da própria comunidade para levar recursos para dentro da escola sem que seja por meio de patrocínios, o que complementa o conteúdo presente no manual ao definir como objetivo do Programa Aprendiz Comgás (PAC) contribuir para a (...) *efetivação e qualificação das políticas públicas para/com a juventude por meio de formação de educadores e disseminação de metodologias do programa* (MANUAL APRENDIZ COMGÁS, 2006:).

Neste contexto, torna-se necessário entender a relação deste curso com políticas públicas educacionais do Estado de São Paulo quanto a Ciência, Tecnologia e Sociedade, pois o debate sobre as relações existentes entre CTS pensadas no âmbito educacional – tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio – foram difundidas por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como forma de Educação Tecnológica e o uso de tecnologias que não seja voltado à confecção de artefatos, mas (...) a compreensão da origem e do uso que se faz desses artefatos e também destes inseridos na sociedade (PINHEIROS *et al*, 2007). Ou seja, se o objetivo do curso é transformar projetos em subsídios para políticas públicas, faz-se necessário compreender se as tecnologias sociais são colocadas dentro do enfoque do movimento CTS.

Ao pensar especificamente o currículo do Estado de São Paulo nota-se que há a apresentação da cultura, da sociedade e da natureza como pertencentes a "tecnocultura", "tecno-sociedade" e "tecnonatureza", em grande parte pelo papel de destaque que o conhecimento especializado tem na sociedade e colocam à escola o desafio de tornar esse conhecimento um instrumento de todos. (SÃO PAULO, 2008).

Yanarico (2011), aponta que a CTS inserida em alguns órgãos e instituições tem sido usada de forma indiscriminada por não haver a contextualização desta e trazer a exclusão de alguns grupos sociais, assim como Lima Filho; Queluz que também chamam atenção para à questão ao afirmarem que a descontextualização da tecnologia é fundante do determinismo tecnológico, pois é entendida como independente de construções sociais (LIMA FILHO; QUELUZ. 2009).

Lopes *et al* (2009) ao compreender a necessidade de contextualizar a CTS à educação fizeram uma análise acerca da proposta curricular do Estado de São Paulo de 2008, com base no currículo de ciências, e concluíram que a proposta incorpora uma série de aspectos inovadores, (...) *como a exploração das contribuições da História e da Filosofia da Ciência, da abordagem CTSA, da diversidade e do multiculturalismo, dentre outros (...)* (LOPES *et al*, 2009), que também estão presentes na LDB (1996) e consideraram que a abordagem feita pela currículo acerca destes aspectos tornam os educandos mais instruídos e educados, mas não esclarecidos, na perspectiva da formação cultural desenvolvida por Adorno.

O que, para os autores, engendraria a semicultura, partindo da teoria crítica, pois uma formação vinculada ao trabalho e livre de reflexão crítica é a instalação da semicultura e do processo de semiformação dos indivíduos, o que indica Lopes *et al* ao analisar a proposta curricular, pois ela:

(...) *não apresenta* relação em que se pressuponha a influência do sujeito sobre o seu trabalho e este, por sua vez, influenciando o sujeito de forma que ambos se modifiquem, foi abandonada, em função da intensa padronização do trabalho. Deste modo, qualquer potencial para a formação cultural dos sujeitos, tida através do trabalho, ficou subsumido ao caráter puramente reprodutivista desta atividade (LOPES *et al*, 2009).

Ao partir destes apontamentos considera-se necessário discutir outras questões levantadas por Lima Filho; Queluz (2009) que definem a Ciência e a Tecnologia como construções sociais complexas, forças intelectuais e materiais do processo de produção e reprodução social que participam e condicionam as mediações sociais, porém não determinam por si só a realidade, pois constituem-se nas relações sociais objetivadas.

Chamam atenção para o fato da tecnologia estar presente no cotidiano da sociedade e possuir um papel na sociabilidade, ou seja, na produção da realidade e do imaginário (LIMA FILHO; QUELUZ,2009).

Neste sentido, a questão da produção da realidade e do imaginário, pensadas por Lima Filho; Queluz (2009) colocam a necessidade de entendermos as propostas presentes sobre CTS nas normativas, projetos e diretrizes do governo estadual, uma vez que vem repleta de intenções e intencionalidades político-sociais.

Portanto, seguindo as indicações de Lima Filho; Queluz (2009) a representação da tecnologia somente atrelada ao progresso e dotada de uma neutralidade tende a enfraquecer a participação dos cidadãos nas decisões acerca das políticas públicas, o que os torna cada vez mais restritos ao papel de consumidores nos limites da democracia.

Desta forma, ao pensar o currículo que visa formar cidadãos autônomos e capazes de entender a realidade, bem como a proposta da CTS de ir além do encadeamento entre Ciência e Tecnologia interligando-as a sociedade, Bazzo considera que,

(...) o cidadão merece aprender a ler e entender – muito mais do que conceitos estanques - a ciência e a tecnologia, com suas implicações e conseqüências, para poder ser elemento participante nas decisões de ordem política e social que influenciarão o seu futuro e o dos seus filhos”. (BAZZO *apud* PINHEIRO, 2007)

Na proposta da CTS, cada cidadão teria que ter seus valores e posturas sobre as questões científico-tecnológicas e para que isso ocorra é necessário trazer elementos que subsidiem uma adequada participação na tomada de decisões que envolvam Ciência e Tecnologia e seu impacto na sociedade, *percebendo que não são neutros, nem definitivos, quem dirá absolutos* (PINHEIROS et al, 2007).

Pechula (2010) define a necessidade de atrelar Ciência, Tecnologia e Sociedade ao contexto da sociedade globalizada. Apesar da CTS ganhar força no plano internacional, desde a década de sessenta, no Brasil só se tornou presente no final da década de oitenta, mas ainda apontando para (...) *a necessidade de uma formação em que a ciência deveria estar em sintonia com a tecnologia*. Somente na década de noventa a sigla sofreu modificações ao imbricar não só a Ciência e a Tecnologia.

A C&T são inseridas nas discussões da educação formal no Brasil em um período que o país passava pelo processo de redemocratização política e buscava

adequar ao mercado global (PECHULA,2011). Esta temática se consolidou no seio de uma educação direcionada para a formação tecnológica e encaminhada para atender as novas demandas do mercado, via LDB e PCNs, numa tentativa de direcioná-la neste contexto.

As transformações das políticas educacionais recentes que o governo do Estado de São Paulo tem feito, assim como os parâmetros nacionais, estão balizados pelos alinhamentos tecnológicos e informacionais que o mundo vem impondo ao processo produtivo e aos ajustes que a educação democrática se permite em fazer, não sem tensões.

Os discursos sobre CTS apresentados aqui são parte de muitos que se tem feito nos últimos anos, no entanto, Pereira (2011) define que apesar das diversas possibilidades de entradas para se pensar a CTS ambas buscam romper com um modelo educacional que apresenta a ciência e a tecnologia como neutras e dissociadas da sociedade em que estão presentes, pois

(...) carregam concepções e paradigmas de uma visão de Educação preocupada com as transformações internacionais em um contexto amplo que possibilite ao professor e ao aluno manterem-se conectados às mudanças. Por isso é preciso adaptar a Educação aos novos métodos estabelecidos dentro das concepções CTS. (ibidem)

Neste contexto, ressalta-se que apesar das possibilidades de entrada quanto ao entendimento de CTS, neste trabalho define-se como ponto de partida o conceito de movimento CTS desenvolvido por um movimento pedagógico iniciado na década de oitenta e atualmente utilizado por Auler e Bazzo (2001), por este princípio ter engendrado a inserção da CTS nos PCNEM e, como consequência, no Currículo do Estado de São Paulo. Já o entendimento de Dagnino (2008), que não utiliza o termo CTS, mas sim tecnociência faz-se necessário, pois para ele o conjunto ciência e tecnologia tornaram-se indissociáveis na atualidade, ou seja, a ciência engloba a tecnologia e:

(...) Elas, unidas, formariam um novo conceito compatível com a contemporaneidade, por serem integrantes de redes cujos nós também fazem parte de todo tipo de instrumentos, seres e objetos relevantes à atividade que se desenvolve no seu entorno. Segundo ele, “Os produtos da atividade científica – as teorias – não poderiam então continuar sendo separados dos instrumentos – as tecnologias, inclusive – que participam da sua elaboração” (DAGNINO, 2008).

Traçou-se um caminho a ser percorrido ao andamento da pesquisa, a partir das duas vertentes descritas acima quanto ao entendimento da CTS e da Ciência e Tecnologia com foco na sociedade, no entanto, entende-se que a leitura aprofundada e minuciosa destas produções acadêmicas se faz necessária, bem como a reflexão cuidadosa acerca da CTS no campo educacional por não haver uma denominação específica tanto no contexto acadêmico quanto em materiais presentes no âmbito escolar.

Considerações finais

Como partida, utilizou-se do conjunto de apontamentos apresentados tendo como referência um universo de autores que pesquisam CTS. Registra-se que a reflexão sobre a CTS presente no currículo impõe olhares demarcados pelos contextos e percursos que as propostas educacionais caminham no Estado, por esta razão definiu-se duas vertentes para o entendimento da CTS ou Ciência, Tecnologia e Sociedade no contexto desta pesquisa como citado no início deste trabalho.

Aposta-se no material e nos encaminhamentos descritos para apreender a CTS inserida em materiais formais direcionados à sociologia da rede estadual do Estado de São Paulo, para a identificação das abordagens que se faz entre Ciência, Tecnologia e Sociedade, porém ainda há aprofundamentos teóricos a serem feitos com base no que se levantou no diretório de grupos de pesquisa do CNPQ para entendimento acerca de como a CTS tem sido trabalhada no meio acadêmico para a posteriori traçar as categorias que serão usadas no entendimento de como esta tem sido direcionada nas políticas públicas educacionais.

Referências

AULER, Décio e BAZZO. Reflexões para a implementação do movimento CTS no contexto educacional brasileiro. IN: Ciência e educação. v.7, n.1. 2001. P.1-13.

COMGÁS. Manual Aprendiz Comgás, 2006.

DAGNINO, R. P. Introdução. In: Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico: um debate sobre a tecnociência. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. P.3-18.

_____. A primeira abordagem: “foco na C&T” Introdução. In: Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico: um debate sobre a tecnociência. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. P.18-54.

_____. A tecnologia social e seus desafios. 2004. 23p. Disponível em <http://www.ige.unicamp.br/site/htm/19.php?local=6&docente=138> acesso em 26/02/2012.

LIMA FILHO, *Domingos Leite*; QUELUZ, *Gilson Leandro*. A Tecnologia e a Educação Tecnológica: elementos para uma sistematização Conceitual. 2009. 26p. Disponível em http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/semanas_pedagogicas/2009/tec_edu_c_tecnologic_domingos.pdf acesso em 12/03/2012.

PECHULA, M. R.; et. al Abordagem CTS na educação brasileira: considerações teóricas e contextuais. IN: Anais da VIII Jornadas Latinoamericanas de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnologia. Buenos Aires, 2010. p. 1-19

PEREIRA, Isabel Cristina dos Santos Rossini Chales. Um estudo dos significados do conceito de tecnologia nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNEM. 2011. 106p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro.

PINHEIRO, Nilcéia Aparecida Maciel *et al*. Ciência, tecnologia e sociedade: A relevância do enfoque CTS para o contexto do ensino médio. In: Ciência & Educação. v. 13, n. 1. 2007. p.71-84.

SÃO PAULO. Currículo de ciências humanas e suas tecnologias. In: Currículo do Estado de São Paulo. São Paulo. SEE, 2010. 152p.

YANARICO. Augustin Apaza. Uma Tecnologia para o Bem-estar Social. IN: Ciência e tecnologia social - Revist@ do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina. v.1, n 1. 2011.p. 99-120.

YIN, Robert K. Estudo de caso: métodos e planejamentos. 4ed. Porto Alegre. Bookman. 2010. 248p

CULTIVANDO UMA ONTOLOGIA ONÍRICA: CONFLUÊNCIAS ENTRE MAGIA, FILOSOFIA E CIÊNCIA

Nelson Job (psicólogo, professor; doutor e pós-doutorando do HCTE/UFRJ)

Resumo: As relações entre magia, filosofia e ciência foram, durante muito tempo, ocultadas pelo paradigma iluminista. Agora, podemos com maior consistência abordar as intensas ressonâncias entre esses saberes. Estabelecendo as vizinhanças entre, especificamente, o Hermetismo, avatar da magia ocidental, a Filosofia da Diferença, como foi desenvolvida pelo filósofo Gilles Deleuze e a Física Moderna, sobretudo a Mecânica Quântica, a Teoria do Caos e algo de Cosmologia, é possível esboçar uma teoria ontológica dos sonhos, partindo do história de outros saberes que também compunham uma concepção ontológica dos sonhos: Xamanismo, Hinduísmo, Taoísmo, Budismo, Judaísmo e na Grécia Antiga, com a *oneirocritica* de Artemidoro, além da filosofia de María Zambrano. Todo esse percurso nos trará também uma nova conceituação para a transcendência, agora concebida a posteriori.

Palavras Chaves: filosofia da diferença, hermetismo, ciência moderna, sonhos, transcendência a posteriori

Abstract: The relationship between magic, philosophy and science were for a long time hidden by the Illuminist paradigm. Now we can approach with greater consistency the intense resonances between those ways of knowing. Establishing the proximity between, specifically, Hermeticism, the avatar of Western magic, the Philosophy of Difference, according to development by the philosopher Gilles Deleuze and Modern Physics, with emphasis on Quantum Mechanics, Chaos Theory and elements of Cosmology, it is possible to elaborate an ontological theory of dreams from the history and other fields of knowledge that also take part in an ontological conception of dreams: Shamanism, Hinduism, Taoism, Buddhism,

Judaism and Ancient Greece, with the oneirocriticism of Artemidorus, as well as the philosophy of María Zambrano. This trajectory will also bring us a new conception for transcendence, now conceived *a posteriori*.

Keywords: philosophy of difference, Hermeticism, modern science, dreams, *a posteriori* transcendence

Até adormeço, mas ao mesmo tempo sonhos fortes me mantêm acordado.

Franz Kafka

Magia, filosofia e ciência, entendidas como entrelaçamento de saberes, é uma possibilidade que apenas estudos recentes da História da Ciência (e da magia e filosofia) podem permitir. A partir dessa articulação, vamos poder conceber uma nova teoria dos sonhos, retirando-os do domínio representacional que a psicologia do século XX relegou-os, produzindo uma assim chamada “ontologia onírica”. Além disso, tais conceitos nos impelem a também conceber outra transcendência, a transcendência a posteriori.

Hermetismo em aberto

Definir ‘magia’ é requer cuidado, visto que o historiador de demonologia Stuart Clark (2006) afirma que magia não é nada, ela é o que determinado cenário cultural a estrutura para ser. Uma definição que auxilia a compor com as conceituações deste artigo é a do antropólogo Marcel Mauss (2003) definindo a magia como “a arte das mudanças”. Neste trabalho¹, utilizaremos o exemplar mais influente da magia ocidental: o Hermetismo.

¹ Este trabalho é um resumo de minha tese de doutorado “Rumo à Ontologia Onírica: confluências entre magia, filosofia e ciência”, realizada no HCTE/UFRJ, com orientação do físico Luiz Pinguelli Rosa.

O Hermetismo (Westcott, 2003) é uma confluência entre os saberes ligados ao culto do deus Thoth no Egito Antigo com a filosofia neoplatônica de Plotino. É comumente associado à figura mítica de Hermes Trismegisto (três vezes mestre: do físico, mental e espiritual), que é nomeado tanto como o próprio deus Thoth, como também seu maior discípulo, não existindo nenhuma confirmação histórica de sua existência, o que leva a crer que muito dos textos atribuídos a ele sejam de vários autores que utilizaram sua alcunha. O Hermetismo foi organizado na virada do século XIX para o XX em sete princípios, os quais serão utilizados para tecer as relações com a filosofia e a ciência neste trabalho.

O Hermetismo influenciou a filosofia de Leibniz e Spinoza, além de grandes nomes da ciência. Giordano Bruno (Yates, 1964) baseou suas importantes concepções do universo anímico, infinito, descentrado e dinâmico entre outras inspirações, no Hermetismo. Kepler (Connor, 2005) – que exercia com notável reconhecimento o ofício de astrólogo – também foi influenciado pelos saberes herméticos para compor a sua Harmonia do Mundo. Isaac Newton se inspirou na alquimia e no Hermetismo para cunhar seu conceito geral de força e de gravidade (Dobbs, 1984). Newton retirou da segunda edição de seu *Principia* a afirmação de sua crença na transmutação da matéria, relegando tal citação em seu *Optica*. A partir daí, parece possível especular que Poincaré e Einstein tenham, com a equivalência entre energia e matéria, recuperado o Newton oculto.

A influência da física de Newton foi exercida a despeito de suas influências herméticas, mas, a ciência nunca perdeu seu sotaque hermético, sobretudo com algumas peculiaridades da física moderna. Essa física newtoniana purificada, a Inquisição, a postulação de uma linguagem desconectada ontologicamente do mundo (estabelecendo uma separação entre as palavras e as coisas) e o triunfo do Iluminismo, relegaram o Hermetismo, na passagem do século XVII para o XVIII, a guetos sem credibilidade.

Devires

A Filosofia da Diferença, entre outros saberes, vai problematizar as dualidades como natureza e cultura, corpo e mente, sujeito e objeto etc. ou, ao menos, colocá-las em movimento. Utilizaremos aqui a concepção de Filosofia da Diferença como Deleuze (2006) defende em

seu livro *Diferença e Repetição*: pretende-se “tirar a diferença de seu estado de maldição”; não mais subordinar a diferença à oposição, analogia, semelhança, negação, identidade, ou seja, a todos os aspectos da mediação e da representação, pois assim chega-se à diferença pura. Não é inscrever a diferença no conceito em geral. A diferença é afirmação. Não é uma questão de dado, e, sim, de como o dado é dado. O processual é uma tônica extremamente relevante, assim como o conceito de devir: a mudança que muda, sem suporte, continuamente, mas inconstante, eliminando da ontologia a permanência e a transcendência. O devir aqui, a princípio, se equivale ao ser, mas vai além dele, ou seja, a própria ontologia esta em devir na Filosofia da Diferença.

Neste artigo, nos utilizaremos dos sete itens do Simulacro, apresentados por Deleuze, que são considerados por Manuel Delanda (2004), enquanto presentes em toda obra de Deleuze, devidamente alterados e atualizados em planos diferentes de acordo com o problema em questão. Esses itens pertencem a uma ontologia bergsoniana, composta pelo atual, intensivo e virtual.

O virtual: a coexistência dos tempos, passado, presente e futuro, sendo que o futuro é ontológico, como todo o tempo, mas não envolve a produção do novo: o devir. O atual: o presente que passa, o momento presente e o intensivo: a passagem do atual para o virtual e vice-versa, sendo que um caminho não corresponde ao outro. Atual, virtual e intensivo se sobrepõem, não existindo um virtual ou atual puros (Bergson, 1999). Os Princípios do Hermetismo também se sobrepõem. Como as funções da física moderna dizem do mesmo universo, mas em níveis deferentes, também se sobrepõe, e tal superposição é buscada pela ciência com a alcunha de Teoria da Unificação.

As diferenças emaranhadas

Os sete Princípios do Hermetismo serão agora postos em relação com os sete itens do Simulacro e com sete funções da física moderna. Vale lembrar Heisenberg (1999), que já dizia sobre a filosofia de Heráclito: “Se substituirmos a palavra fogo por energia, poderemos quase repetir suas afirmações palavra por palavra, segundo nosso ponto de vista moderno”.

O Princípio de Gênero, no Hermetismo, afirma a relação dos princípios masculino e feminino engendrando a continuidade do universo. Não “homem” e “mulher”, mas princípios cósmicos diferentes e complementares. Deleuze diz que o item do Simulacro chamado centro de envolvimento é o acréscimo de complexidade dos seres vivos, o desdobramento físico-químico, orgânico, não-orgânico² e cultural sem envolver um evolucionismo teleológico. Já a cosmologia de Mário Novello (2010) supõe um universo do tipo bouncing, eterno e dinâmico, como no cosmos enunciado por Heráclito. Aqui, as relações entre esses três saberes comungam um cosmos dinâmico, processual, que se autocria de forma contínua em todos os níveis.

No Princípio de Causa e Efeito, de todas as causas anteriores emergem um efeito, ou seja, o efeito não é gerado apenas por uma causa anterior, mas por toda a cadeia de eventos até então, mantendo a ideia que os processos cósmicos são contínuos. Já Deleuze coloca que o molar e molecular são uma dupla articulação que é simultaneamente da ordem da qualidade e da extensão, que na física corresponde às partículas não elementares. Notam-se visões em que existem níveis de organização diferenciados, mas implicados, de forma que fazem parte de um grande processo cósmico.

O mais popular Princípio do Hermetismo é o de Correspondência, que diz: tudo o que está em cima é como o que está embaixo, relacionando o macro com o microcosmos. Na Filosofia da Diferença, há o conceito de mônada, sistematizado por Leibniz, desenvolvido por Gabriel Tarde. Deleuze (2000) conceitua a mônada a partir desses autores afirmando que ela é o espelho vivo e perpétuo do universo, mas tem um andar fechado e ressoante com todo o universo e outro que se conecta diretamente com o universo. O filósofo articula as mônadas com os fractais, figuras auto-similares relacionadas com a Teoria do Caos. O assim chamado colapso de onda também conflui com esses conceitos, no sentido que a mônada, exemplo do intensivo em Bergson, atualiza o virtual, como a onda, na Mecânica Quântica (MQ), se colapsa em partícula. O médico Stuart Hameroff (2002), a partir de seu modelo de consciência quântica criado com o físico Roger Penrose, relaciona a versão do colapso de onda realizado pela suposta gravidade quântica, chamada Redução Objetiva, como um exemplo de mônada. Assim como a monadologia cria um novo estatuto do sujeito, não apriorístico, mas relacional em devir, em que a sequência de mônadas é de onde emerge o

² A Filosofia da Diferença possui o conceito de vida não-orgânica, unindo o natural e o artificial.

sujeito, também a sequência de Reduções Objetivas no cérebro é que cria o fluxo da consciência, diferindo das interpretações convencionais da MQ em que o observador realiza o colapso de onda. Finalmente, a proposta especulativa de gravitação quântica chamada Triangulação Dinâmica Causal (Ambjorn, Jurkiewicz, e Loll, 2008) estabelece uma autossimilaridade fractal no nível quântico da matéria. Todas essas articulações evidenciam uma profunda relação entre os níveis macro e micro do cosmos, mostrando que em cada porção do cosmos abriga a totalidade, ainda que em devir.

O Princípio de Polaridade diz que tudo no cosmos tem o seu oposto que é, na verdade, o extremo de uma mesma coisa; tudo tem o seu duplo, que são diferentes em grau, mas os mesmos em natureza. O conceito de ressonância, que Deleuze desdobra a partir de Gilbert Simondon, afirma uma relação intrínseca de duas instâncias, podendo ser inclusive não-local, sendo que estas duas instâncias, ainda que gerando um processo de individuação, seguem seu processo de diferenciação. Um exemplo seria a ressonância não-local entre Leibniz e Newton ao criarem o cálculo diferencial, mas com formalismos diferentes. Na MQ, o emaranhamento quântico é a relação de simultaneidade entre duas partículas elementares em estado quântico, com algumas diferenças, como a rotação do spin. Aqui, verifica-se nesses três saberes uma relação de simultaneidade entre processos diferentes, mas interligados.

O Princípio de Ritmo mostra que tudo tem fluxo e refluxo no cosmos, padrões de comportamento. O conceito de máquina abstrata em Deleuze e Guattari (1995) também afirma um processo de auto-organização transespacial e transtemporal entre vetores que compõem um padrão. Manuel Delanda (1997), a partir de uma proposta de Prigogine, vai relacionar as máquinas abstratas com os atratores, em que o atrator estranho, na Teoria do Caos, vai se tornar um dos exemplos mais simples de uma máquina abstrata. O atrator estranho é formado por vetores que se auto-organizam, bifurcando fractalmente. Com essas relações, observa-se que o cosmos possui um processo de auto-organização, manifestado em padrões identificados em vários níveis.

O Princípio de Vibração afirma que o cosmos inteiro é vibracional, assim como na Filosofia da Diferença: tudo vibra, evidenciado pelo conceito de multiplicidade entendido como substantivo, não como atributo ou adjetivo. Diferença de diferença produzindo divergência e descentramento. Aqui os vetores começam a aparecer, mas o sentido e a ligação ainda não estão definidos. Uma das Teorias de Unificação, a Teoria das Supercordas (Greene, 2005),

também supõe um cosmos vibracional, de cordas que vibram de formas diferenciadas gerando as diferentes manifestações das partículas elementares. Não é preciso apostar nas supercordas como um todo, aqui é enfatizado esse aspecto vibracional. Nesse item é fácil relacionar tal aspecto vibracional tanto no Hermetismo, na filosofia e na física: tudo é vibração.

Finalmente, no Princípio de Mentalismo³ o cosmos é mente e a matéria é entendida como uma coagulação dessa mente. O plano de imanência, conceito de Deleuze e Guattari (1992), é a diferença pura, a velocidade infinita, o zero positivo. O plano coexiste com o caos e não pode ser pensado sem ele. Deleuze e Guattari pensam o tempo da filosofia como coexistência de vários planos, sem eliminar o antes e o depois. Na MQ, o vazio quântico é a função que mais se aproxima desses conceitos, pois é formado por uma complexa estrutura de relação de opostos, que se cancelam, mas que podem ser excitados de forma a suscitarem alguma forma material. Existem vários exemplos de uma estrutura semelhante, como o conceito de Tao, fundamental ao Taoísmo. Nessa última articulação, percebe-se que existe uma instância no cosmos que quase não existe, mas existe minimamente, gerando a possibilidade de, a partir de si, se emergir o cosmos. Mas, como observamos, o caminho não há apenas o caminhar a partir dessa instância primordial, mas em devir, chega-se a ele, também em um processo de descoagulação da matéria, seja através da meditação, do estado quântico ou do suscitar transformações sutis ou não, mas intensivas, nos corpos.

Ontologia Onírica

Essas relações entre Hermetismo, filosofia e física podem nos levar a lugares imprevisíveis. Uma questão peculiar é a do sonho. A psicologia, desde Freud, delimitou o estudo dos sonhos a um modelo representacional, reduzindo os processos oníricos a um mero exercício de interpretação, herança do Cristianismo, que estigmatizou o sonho e caçou seus intérpretes. Vamos agora entender as concepções de sonho de algumas tradições antigas, pois assim adquirimos consistências para as nossas próprias conceituações.

³ No limiar entre os Princípios de Mentalismo e Gênero, visto que todos os princípios coexistem, encontramos ressonâncias também com as relações na física entre matéria e anti-matéria.

Desdobrando o sentido da *sonhabilidade do mundo*, Wai-yee Li (Shulman e Stroumsa, 1999) evoca a mais conhecida narrativa onírica da China e do Taoísmo, o sonho narrado por Chuang-tse: “mas ele não sabe mais se foi Zhou que sonhou que era uma borboleta, ou se foi uma borboleta que sonhou que era Zhou”. Aqui já é *borrado* o limite entre realidade da vigília e o mundo onírico, estabelecendo uma relação de reciprocidade entre eles: o sonho é a realidade da vigília e vice-versa, e não se pode estabelecer em qual “lado” você está, ou melhor, abdica-se do “lado” e dilui-se o realismo parcial entre os dois mundos. Em suma, o Tao de Chuang-tse é uma ontologia em que sonho e realidade estão devidamente imbricados, impondo tal característica visceralmente no pensar filosófico chinês.

Existem várias correntes budistas pelo mundo. Vamos abordar o onirismo de apenas duas. David Schuman (Shulman e Stroumsa, 1999), a partir de sua análise do poema budista “*Manimekalai*”, afirma que a lógica interna do Budismo não é aprendida, e, sim, sonhada. É esta lógica onírica que traz os elementos para uma **iluminação**, tão *sonhada* pelos budistas. Além disso, nesse contexto, realiza-se o que ocidentalmente chamamos de **sonho lúcido**, ou seja, a capacidade de estar consciente de se estar sonhando e até alterar a narrativa onírica. Nessa versão do Budismo, propõe-se até a verificação empírica de alguns sonhos, verificando a sua relação no “mundo desperto”. Nessa perspectiva, é possível, através do sonhar, deslocar o foco do self para o cosmos. A corrente japonesa budista fundada no século XII chamada Terra Pura — o paraíso budista — nos é apresentada por Tamaru Noriyoshi (2007) também com algumas passagens oníricas importantes. O fundador Hōnen, através de um sonho, mudou o nome de seu discípulo de Shakku para Zenchi, que depois foi ser definitivamente conhecido por Shinran. Este sonhou com um antigo mestre Kannon, e no sonho o mestre lhe afirmava que retornaria como ajudante de Shinran em forma feminina, que viria ser a filha do próprio, chamada Eshin-ni. Shinran ainda teria um sonho premonitório acerca do sofrimento das massas nas províncias do leste.

No Hinduísmo, como nos informa Wendy Doniger (Shulman e Stroumsa, 1999), o mundo em que vivemos foi, na verdade, sonhado por Deus, sendo que, nos sonhos, se encontra a mais legível forma de compreensão da realidade do universo.

O antropólogo Evans-Pritchard (2005), relata que entre os Azande é distinguido o sonho de bruxaria, que seria um mau sonho, de um sonho bom, que seria oracular. No sonho de bruxaria ocorre uma batalha psíquica entre as almas do “embruxado” com a do bruxo.

Barbara Tedlock (Shulman e Stroumsa, 1999) realizou um inventário acerca dos sonhos em tribos ameríndias. Os Zunis fazem contato com os mortos através dos sonhos a partir de rituais com *peyote*, realizando, inclusive, viagens no tempo. Para os K'iche Maya, os sonhos de doentes fornecem uma possibilidade de como se obter a cura. Um dos relatos mais interessantes é de uma xamã Cahuilla, conhecida como Ruby Modesto. Aos 13 anos ela foi presa — e voltar foi muito difícil — em um 13º nível de sonho, sendo que o 2º era o pré-requisito para o “real Sonhar”.

O controverso Carlos Castaneda (1993) revela, a partir de seus aprendizados com o nativo mexicano yaqui dom Juan Matus, que a feitiçaria mais importante era a chamada “a arte do sonhar”. Essa arte consiste em, durante o sonho, mudar o ponto de aglutinação energética da pessoa, fazendo-a percorrer outros mundos. Castaneda acrescenta que, a partir do assim chamado “terceiro portal do sonhar”, seria possível fundir os mundos do sonho e do cotidiano. É relevante notar que os conceitos de dom Juan conhecidos como *tonal* (mundo ordinário) e *nagual* (mundo desconhecido) tem ressonância com os de atual e virtual, respectivamente, no bergsonismo.

Artemidoro (2009) foi o maior intérprete de sonhos do mundo greco-romano. Nasceu em Éfeso no século II. Com sua *Oneirocritica*, iniciou a transição de uma concepção dos sonhos da Antiguidade rumo à Modernidade. Ele separa o *sonho onírico* (referente ao futuro) do *sonho simples*, que é acerca do presente. O intérprete onírico dá mais importância ao primeiro e se dedica a desvendá-lo. Segundo Artemidoro, o sonho onírico “é um movimento (*oreinein*) ou uma modelagem polimorfa da alma que significa o bem ou o mal que virá com os acontecimentos futuros”.

Moshe Idel (Shulman e Stroumsa, 1999) analisa a concepção de sonhos no Judaísmo. Nele, o estado normal de consciência é religiosamente centrípeto, envolvendo uma microcronicidade, sendo mais espiritual e remetendo à ascendência ao um: *apoteose*; enquanto o sonho é centrífugo, envolve uma macrocronicidade, mais material, tendendo à diferenciação e à multiplicidade, realizando uma descida rumo a uma *teofania*.

A Filosofia da Diferença afirma que o sonho é virtual, pois, no sono, o sensorio motor é relaxado, permitindo um fluir no virtual, sendo o sonhar esse exercício atemporal. Mais precisamente, no bergsonismo, o sonhar tende a ser mais da ordem do virtual e o relato

onírico - que encadeia em narrativa linear o sonhar atemporal - é mais da ordem do atual. O relato do sonho, atualizando esse sonhar, deve ser menos interpretado e mais experimentado, como um convite a novas possibilidades de vida. O sonho não como protetor do sono, como quer fazer acreditar a neurociência, mas como uma modulação singular da vigília; em outras palavras, através da filosofia onírica de María Zambrano (2006), afirmamos que *o maior desafio não é interpretar o sonho, e sim, assimilá-lo*⁴. A filósofa espanhola também vai fazer uma profunda relação entre tempo e sonho, ressonado profundamente com a concepção onírica do virtual:

“[O sonho] já no tempo, mas não no seu, no tempo comum com todo o vivente. E através de si com o tempo cósmico, como se o palpitar do sangue, o inaudível rumor das entranhas fossem últimas ondas, as ondas captáveis do palpitar dos astros, do rumor do universo. Aquele que dorme sente-se assim na periferia de todo universo. Imerso na vida, mais além dela, em ritmo com o cosmos na sua totalidade. Ligado, pois, a um tempo cósmico, ao tempo físico que de alguma forma penetra nele, desliza nele por qualquer fenda, porque o envolve”. (Zambrano, 1994, p. 63)

Se, no modelo de consciência quântica de Penrose e Hameroff (Hameroff, 2012), há emaranhamento quântico⁵ no cérebro, pode-se especular que exista emaranhamento quântico entre dois ou mais cérebros e entre cérebros e outros objetos. Articulando isso a uma possibilidade da Cosmologia em que o universo pode possuir leis da física diferentes em locais diferentes (Novello, 1988), poderíamos especular também que, no sonho, emaranha-se o cérebro com locais em que o universo tem outras leis, às vezes incompreensíveis, muito diferentes deste quinhão do universo. O cosmos, assim, é entendido como um tecido também onírico, em que esse limiar entre sonho e vigília seria tão borrado quanto os limiares quânticos e clássicos do universo.

⁴ O analista suíço Carl Gustav Jung (2011) também vai enfatizar a necessidade de assimilação onírica, porém sua técnica ainda permanece predominantemente interpretativa. O esquizoanalista Félix Guattari (2003) em ressonância com essa questão, vai clamar a necessidade cultivar na vigília o “umbigo do sonho”, seu ponto de singularidade, de maior *non sense*.

⁵ O emaranhamento quântico é uma propriedade da Mecânica Quântica em que duas partículas em estado quântico se relacionam simultaneamente, fazendo com que alterações em uma ocorram na outra, com pequenas diferenças, como a alterações dos spins invertidas. Pode haver emaranhamento, teoricamente, em uma distância infinita entre as partículas, mas as confirmações em laboratórios chegam acerca de 15 Km.

Por outra transcendência

Outro desdobramento das relações realizadas aqui, é a radicalização do conceito de devir. Se colocado em sua máxima liberdade, o devir – que, sobretudo depois de Spinoza, permite a problematização das dualidades, inclusive entre transcendência e imanência – traz uma novidade: a postulação de uma transcendência a posteriori. Se o devir é proibido de transcendência, cria-se com isso uma transcendência epistemológica: não há transcendência no devir. Isso é fato se concebermos transcendências a priori: mundo das ideias platônico, o Deus dos escolásticos, a mente de outra natureza que a do corpo, em Descartes e os imperativos categóricos kantianos. Esses conceitos, realmente, não tem lugar em uma Filosofia da Diferença, mas um devir selvagem, sem nenhuma amarra – incluso as amarras epistemológicas – pode gerar uma transcendência, é claro, a posteriori. Mas aqui, essa transcendência, de fato, transcende todo saber e experiência, não se sabe se ela existe, apenas que ela é possível de ser criada pelo devir. Não é uma nova dualidade, pois senão, já saberíamos algo em relação a ela: que a transcendência estaria em oposição à imanência. Mas não é o caso, pois essa transcendência, além de qualquer saber, está também para além de qualquer categoria, e encaixá-la em um dualismo seria categorizá-la. Também não é o advento de um descontínuo, pois, afirmando uma imanência contínua, não sabemos se essa transcendência descontinua a imanência. Assume-se aqui apenas a possibilidade de uma transcendência a posteriori, gerada pelo devir mais selvagem, e mais nada podemos saber e dizer acerca dela até então, sem criar apriorismos e epistemologias desconectadas da ontologia.

Quando é engendrado um conceito de sonho com estatuto de realidade, virtual, é também estabelecida uma ontologia onírica. Observa-se, assim, mais um elemento de tal ontologia: em devir, ela não pode ser desconectada de uma epistemologia, pois não há um saber definitivo sobre ela, visto que aqui, magia, filosofia e ciência são compreendidas como saberes imanentes. Porém, a qualquer momento pode ser engendrada, se é que isso já não foi feito, uma transcendência a posteriori, eliminando qualquer apriorismo no cosmos, uma ontologia onírica selvagem em devir.

Outro despertar

Assim, *o sonho inicia toda a magia*, como diz Zambrano (1994). Mostrando aqui que a magia percorre todo o saber, a filosofia, a ciência, mas também as artes, seja através de Kafka, Francis Bacon, Borges, Neil Gaiman, David Lynch ou Christopher Nolan. A magia e a arte são as primeiras versões da almejada assimilação dos sonhos, sendo que a magia recorre a práticas que atravessam o atual. Nessas práticas está o bojo da ciência, e da apreensão desses processos, emerge a filosofia. Sonho-magia-filosofia-ciência, enfim, ontologia onírica: despertar no sonho, que é realidade. Mas tudo isso não é uma espécie de teoria geral, apenas trampolim para um “de-saber”, conceitos que promovem o abandono dos conceitos, ainda que a evocação desse *dessaber* seja consistente: a **intuição** de uma transcendência a posteriori.

Bibliografia

AMBJORN, Jan, JURKIEWICZ, Jerzy e LOLL, Renate. Universo quântico auto-organizado. *Scientific American*, 75, p. 28-35, 2008.

ARTEMIDORO, Sobre a interpretação dos sonhos. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BERGSON, H. Matéria e memória – ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CASTANEDA, C., A Arte do Sonhar. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CLARK, S. Pensando com demônios. São Paulo: Edusp, 2006.

CONNOR, James A. A bruxa de Kepler. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

DELANDA, M. A thousand years of nonlinear history. 4ª ed. New York: Ed. Swerv, 1997.

_____. Intensive science and virtual philosophy. 2ª ed. London: Continuum, 2004.

DELEUZE, G. A dobra – Leibniz e o barroco, 1ª ed. Campinas: Papyrus Editora, 2000.

_____. Diferença e repetição, 2ª ed. São Paulo: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? 1ª ed. São Paulo: Ed. 34, 1992.

_____. Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia vol. 1. 1ª ed. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DOBBS, Betty Jo Teeter. The foundations of Newton's alchemy or, The hunting of the greene lyon. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University, 1984.

EVANS-PRITCHARD, E. E., Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

GREENE, Brian, O tecido do cosmos – o espaço, o tempo e a textura da realidade. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GUATTARI, Félix, Os 65 sonhos. in: *Mais! Folha de São Paulo* de 16 de fevereiro de 2003.

HAMEROFF, Stuart. Consciousness, Whitehead and quantum computation in the brain: panprotopsychism meets the physics of fundamental spacetime geometry. 2002. Disponível em: <www.quantumconsciousness.org>. Acesso em: 8 jan. 2012.

HEISENBERG, Werner. Física e filosofia. 4ª ed. Brasília: Edições Humanidades, 1999.

JUNG, C. G. Seminários sobre sonhos de criança. 1 ed. Petrópolis, Vozes, 2011.

MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

NORIYOSHI, T. “Primeiros Líderes da Terra Pura” in: YOSHINORI, T. (org) A Espiritualidade Budista: China mais recente, Coreia, Japão e mundo moderno. São Paulo, Perspectiva, 2007.

NOVELLO, Mário, Cosmos e Contexto. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

_____. Do Big Bang ao Universo Eterno. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

SHULMAN, D.; STROUMSA. G. (orgs.), Dream cultures – explorations in the comparative history of dreaming. 1ª ed. New York: Oxford University Press, 1999.

YATES, Frances A. Giordano Bruno e a tradição hermética. 1ª ed. São Paulo: Cultrix, 1964.

WESTCOTT, William Wynn (org.), Coletânea Hermética. 1ª ed. São Paulo: Madras, 2003.

ZAMBRANO, M. Os sonhos e o tempo. 1ª ed. Lisboa: Relógio D'água, 1994.

_____ O Sonho Criador. 1ª ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 2006.

DESENHO E EDUCAÇÃO: ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DE IMAGENS NO LIVRO DIDÁTICO

Suely dos Santos Souza- (Pedagoga. Estudante do Mestrado em Educação (UEFS). E-mail: mission.suely@hotmail.com)

Gláucia Maria Costa Trinchão- (Professora e Coordenadora da Pós-Graduação em Desenho: Mestrado em Desenho Cultura e Interatividade da UEFS. E-mail: gaulisy@gmail.com;))

Joíla Rodrigues de Lima (Graduanda em Pedagogia. (UEFS). E-mail: Joilarodriguez@hotmail.com)

RESUMO

O presente estudo traz um diálogo interdisciplinar entre o campo da Educação e do Desenho, que aqui se traduz enquanto imagem. Foram selecionados um livro de História e outro de Geografia do 5º ano, adotados no município de Santo Estevão-BA, em 2011. A ênfase está nos textos imagéticos que, como forma de representação e interpretação do mundo, exteriorizam concepções, idéias e valores culturais. Para alcançar o objetivo, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, selecionou-se duas imagens que fazem referências às comunidades negra e indígena. Para o tratamento desses dados, utilizou-se a análise de conteúdo conforme os pressupostos de análise de imagem (JOLLY, 1994) e o conceito de iconologia (PANOFSKY, 1955), baseado na interpretação e identificação dos valores simbólicos e nos significados intrínsecos de pessoas ou classe social.

Palavras- chave: Interdisciplinaridade, concepções ideológicas, análise de imagens

ABSTRACT

This study presents an interdisciplinary dialog between the field of Education and of the Design, which is here translated as an image. Were selected two books: a History and another of Geography of the 5th grade, both adopted in the municipality of Santo Estevao, BA, in 2011. The emphasis is on imagetec texts that, as a form of world's representation and interpretation, externalize concepts, ideas and cultural values. To achieve this goal, was chosen a research of qualitative approach and analyzed two images that make references to black and indigenous communities. For the treatment of these data, content analysis was used as the assumptions of image analysis (JOLLY, 1994) and the concept of iconology (Panofsky, 1955), based on interpretation and identification of symbolic values and the intrinsic meanings of persons or social class.

Keywords: Interdisciplinarity, ideological concepts, analysis of images.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz um diálogo interdisciplinar entre o campo da Educação e do Desenho. Este último, compreendido enquanto linguagem e conhecimento, aqui se traduz enquanto imagem. Busca-se, através de pressupostos da História do Livro Didático, subsidiar a compreensão do conteúdo imagético de dois livros: um de História e outro de Geografia, que foram adotados em uma escola municipal da cidade de Santo Estevão, na Bahia, utilizados no 5º ano do Ensino Fundamental, no ano de 2011, identificando as concepções ideológicas de cunho social presentes nas imagens selecionadas. A ênfase está nos textos imagéticos que, como forma de representação e interpretação do mundo, exteriorizam concepções, idéias e valores culturais.

Uma nova postura diante do saber em Desenho o leva para além da instrumentalidade da mão, desenvolvimento de habilidades do olho, da mente e da mera ilustração. Esta mudança no seu entendimento o envolve em contexto de conhecimentos que emergem, também, do campo da análise da imagem, visando garantir a construção de um novo conhecimento, mais globalizante, que estenda e amplie os limites da disciplinaridade a ele impostos pela escola.

No estudo busca-se identificar situações representadas no conteúdo imagético dos livros mencionados, que denotam ideologias expressas em concepções preconceituosas, discriminatórias que por si só desvalorizam o outro. São imagens que, mal selecionadas, mal trabalhadas e inseridas em determinado contexto, findam por serem justificadoras da opressão e das desigualdades que oprimem a sociedade (SILVA, 2004). Geralmente esses conteúdos ilustrativos se apresentam como imagens sedutoras associadas a um texto, mas que podem “perigosamente” influenciar construções sociais dos educandos, imaturos ainda na prática de desvendar intenções, tornando-se, para estes, referência, na medida em que são aceitos sem uma maior análise crítica.

Cabe ressaltar aqui, que este estudo fez parte do desenvolvimento de pesquisa acadêmica realizada no curso de Especialização em Desenho com Ênfase em Memória e Registro e aprofundada, com vistas à escrita de Dissertação em desenvolvimento no Mestrado em Educação, e, portanto, nessa fase ainda se encontra em andamento, Alguns resultados já podem ser apresentados mediante os estudos preliminares, no curso *lato sensu*, que fornecem um suporte inicial, e embrionário às pesquisas posteriores.

Para alcançar o objetivo proposto, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois a mesma é descritiva, leva em consideração a subjetividade e tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. A investigação adotou os livros didáticos: História - 5º ano, de editora Moderna, projeto Buriti, e o de Geografia - 5ºano: A Escola é Nossa, da editora Scipione, como fonte de pesquisa empírica. Destes, selecionou-se duas imagens que fazem referências às comunidades negra e indígena.

Para o tratamento desses dados, utilizou-se a análise de conteúdo conforme o conceito de iconologia expresso por Panofsky (1955), que se baseia na interpretação, na identificação dos valores simbólicos e nos significados intrínsecos que revelam a atitude básica de pessoas, classe social, crença religiosa ou filosófica. Adotou-se também pressupostos de análise de imagem, pois segundo Joly (1994), os mesmos nos ajudam a compreender o modo como a imagem comunica e transmite mensagens, permitem-nos perceber tudo o que a leitura natural da imagem ativa em nós de convenções, de história e de cultura mais ou menos interiorizadas.

Considera-se então, nessa pesquisa a importância de analisar o livro didático como instrumento pedagógico, não somente no que se refere ao seu conteúdo textual, mas principalmente, quanto às imagens que o compõem e dinamizam sua estrutura, pois as mesmas, como forma de representação e interpretação do mundo, são capazes de exteriorizar concepções, idéias e valores preconizados por pessoas que contribuem para a produção e transmissão de cultura e ideologias, concepções estas, que se tornam parâmetros para os educandos inseridos em nossa sociedade.

O Desenho e a Educação

Para o melhor entendimento dos assuntos tratados aqui, considera-se importante compreender alguns conceitos acerca de Desenho e de Imagem enquanto Desenho.

Sendo uma das formas de manifestação da arte, o desenho caracteriza-se como uma expressão do sujeito enquanto ser social. Para além dos traços, linhas e pontos, o desenho é um tipo de comunicação e como tal, um ato eminentemente social, uma forma de representação daquilo que é vivenciado pelo indivíduo e do mundo em que está inserido.

Compreendendo a área das Ciências enquanto conjunto de conhecimentos resultantes de teorias articuladas com a prática, Gomes (1996), diz que o desenho divide-se em duas grandes categorias, expressional e industrial; e como conhecimento está situado nessa área científica enquanto conjunto e agrupa os tipos de conhecimentos resultantes da prática, do

saber fazer, que refletem a preocupação do ser humano com a apreciação e criação de seus artefatos e comunicações à luz de suas necessidades materiais.

Não somente como ciência, mas sendo a linguagem, segundo Luft (2000) a “faculdade humana de comunicação e tudo o que serve para exprimir ideias e sentimentos”, cabendo à ela o estabelecimento da comunicação entre os indivíduos, entende-se o que o desenho se expressa também nessa categoria, a de linguagem, enquanto expressão comunicativa dos sujeitos.

Citando os pressupostos de George Vasari, Gomes (1996), reflete que o desenho é o pai de todas as artes e implica a ideia criativa na mente do artista. Em seus pressupostos primários, inicialmente foi considerada sua expressão na forma de debuxos (rabiscos, rascunhos, esboços), passando então, a ser entendido em todas as expressões artísticas. Vasari, foi “um dos primeiros a utilizar as expressões “artes do desenho” se referindo à pintura, escultura e arquitetura, e maneira usada para expressar qualidade de graça, pose e sofisticação de um desenho” (GOMES, 1993, p. 31)

Nesse entendimento, considera-se nessa pesquisa o desenho enquanto imagem, que para Joly (1994, p. 13) “indica algo que, embora nem sempre remeta ao visível, toma alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém que a produz e reconhece”.

Nesse aspecto, a imagem é carregada de significados que intrinsecamente expressam as compreensões desse sujeito e sua forma de conceber o mundo, e torna-se importante aprender a lê-las, buscar compreender o que significam os elementos e particularidades de seu conteúdo que vão muito além do que os olhos veem e percebem.

A educação, então, é a responsável por manter um diálogo com esse conhecimento, descortinando as diversas facetas de interpretação do mesmo para que as idéias implícitas nas diversas imagens, e aqui especificamente naquelas inseridas no livro didático, não sejam ignoradas ou inconscientemente apreendidas, se por acaso forem nocivas às noções democráticas de sociedade. Ela deve garantir que os indivíduos desenvolvam uma criticidade, saindo do estado de consciência ingênua ao serem conduzidas por uma prática dialógica e reflexiva.

Dessa compreensão, entende-se a importância da interdisciplinaridade na aquisição do saber. Os conhecimentos relacionados à educação e à análise de imagens não podem ser fragmentados e dissociados como se não existisse relação entre eles na vida prática do homem e na sociedade, mas estão interligados, e interlaçados entre si. Nesse aspecto, na medida em

que a educação “(...) tenta o diálogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpenetrar por elas (...) consegue captar a profundidade das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas”. (FAZENDA, 2001, p. 17).

Por meio desse esforço, entendendo que o conhecimento nunca é isolado, mas as apreensões e interpretações perpassam pelas várias áreas do saber, na interdisciplinaridade:

Busca-se estabelecer o sentido da unidade na diversidade, mediante uma visão de conjunto, que permita ao homem fazer sentido dos conhecimentos e informações dissociados e até mesmo antagônicos que vem recebendo, de tal modo que possa reencontrar a identidade do saber na multiplicidade de conhecimentos. (LUCK, 1994, p. 59)

O que se espera, então, é estabelecer níveis de compreensão e entendimento entre a educação e o Desenho, tornando-os comunicativos entre si, de maneira que os indivíduos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem tenham condições de ver, sentir e perceber a múltiplas implicações desse conhecimento na educação e na construção social dos indivíduos.

Nesse aspecto o objetivo da interdisciplinaridade é o de:

(...) promover a superação da visão abstrata de mundo e a compreensão da complexidade da realidade, ao mesmo tempo resgatando a centralidade do homem na realidade e na produção de conhecimento, de modo a permitir ao mesmo tempo uma melhor compreensão da realidade e do homem como o ser determinante e determinado. (LUCK, 1994, p. 60)

Uma visão interdisciplinar se mostra extremamente necessária para que as questões sejam entendidas em sua inteireza e para que se possa situar os conhecimentos de análise de imagens na Educação, fazendo com que as áreas específicas não fiquem isoladas, e passem a proporcionar um entendimento maior das múltiplas determinações que constituem a realidade, resgatando uma visão completa da mesma.

Diante dessa análise, é de grande importância o entendimento da importância da análise de imagens no trabalho educacional e para a estruturação do indivíduo na sociedade em que está inserido.

A importância da análise de imagens no livro didático

O livro didático é um dos vários instrumentos utilizados na ação pedagógica, se caracteriza como meio de veicular informações e conhecimentos necessários à aprendizagem. Está presente em todas as séries da educação básica e tem a representação de todas ou quase todas as disciplinas. Na educação pública, ele é distribuído gratuitamente como base para os

conteúdos formais e sua composição tem sido pauta para muitos debates e discussões, em que críticos e analistas dialogam acerca da estrutura e organização de seus conteúdos.

Tal ação regulamentada por lei, é:

(...) controlada pelo estado, que se constitui como sensor do mesmo através de legislação criada em 1938 pelo Decreto-lei 1.006, consolidado em 1945 pelo decreto nº 8. 460. A partir de então os livros só podem ser adotados em todo o território nacional com autorização prévia do Ministério de Educação. (SILVA, 2004, p. 52)

Também pelo Decreto nº 91.542 de 19 de agosto de 1985 que institui o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, e determina que:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Nacional do Livro Didático, com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º Grau.

Art. 4º - A execução do Programa Nacional do Livro Didático competirá ao Ministério da Educação, através da Fundação de Assistência ao Estudante – FAE, que deverá atuar em articulação com as Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, e com órgãos municipais de ensino, além de associações comunitárias. (D.O, 1985. Pág. 12178 Seção I)

O livro didático, então, não é um material qualquer, mas é instrumento pedagógico instituído por Lei para ser utilizado nas escolas da Educação Básica, que compreende o Ensino Fundamental e Médio em nosso país.

Segundo Freitag (1997, p. 174), uma das melhores definições para as funções do livro didático assevera que elas consistem em: “a) padronizar e delimitar a matéria; b) apresentar aos docentes métodos e processos julgados como eficientes pelos seus autores para melhorar os resultados do ensino e c) colocar ao alcance de todos, especialmente alunos, estampas, desenhos, mapas e textos de difícil acesso ou muito raros”. Essas funções estão explícitas nos livros História e Geografia - 5º ano, como constata-se nessa pesquisa, pois os mesmos têm uma apresentação que se adéqua à definição dada por essa autora.

Segundo essa definição, apesar de ser primariamente um instrumento para veicular conhecimentos, fica muito claro o potencial dos livros História e Geografia - 5º ano para serem colocados a serviço de concepções idealizadas de sociedade, trazendo em seu interior valores, crenças e posições de uma determinada classe social, a classe que domina, por meio daqueles que participam ativamente da definição dos conteúdos desse livro, conseqüentemente, tornando-se um veículo transmissor, com a função de perpetuar as ideologias e desse modo explicar os atos de indivíduos, a realidade, as relações sociais existentes, dentre outros.

Sobre isso, Faria (2002, p. 77) diz que:

O livro didático não é desligado da realidade, ele tem uma função a cumprir: reproduzir a ideologia dominante. A ideologia dominante também não é desligada da realidade, ela também tem um papel e o cumpre. O que ocorre é que a ideologia

dominante considera a produção intelectual autônoma e desconhece a base material como instância determinante. Então expressa através de valores universais os interesses da burguesia e justifica a conservação das relações existentes (...) através desse mecanismo, o livro didático serve à manutenção dos interesses da classe dominante (...) e contribui para justificar e manter a realidade, reproduzindo-a.

Dessa forma, os livros História e Geografia – 5º ano são exemplos de instrumentos que servem à essa dominação ideologia histórica que em sua trajetória possui a função maior de coersão social “... fazendo com que o legal apareça para os homens como legítimo, justo e bom... e a dominação de uma classe pela outra através de leis ou representações dessas leis como legítimas, justas, boas e válidas”. (CHAUÍ, 1995, p. 91). Esses discursos preconizados pelos que dominam, possuem a intenção de mascarar a realidade e ocultar a verdade dos fatos, legitimando a situação existente com a argumentação de que toda situação social faz parte de um fenômeno natural.

Depois da linguagem oral e escrita, uma das melhores formas de comunicação, é o registro de imagens, que tem em si um potencial inquestionável para a transmissão de mensagens, devido à capacidade criativa do ser humano em reproduzir projeções mentais daquilo que pensa ou sente. Por sua vez, esse potencial também vai além da transmissão, se estendendo à recepção dessas mensagens, trazendo uma compreensão específica e oferecendo, segundo Casasús (1979, p. 71), “a qualquer homem a possibilidade de escapar às dimensões contingentes de espaço e tempo em que vive”.

Esse potencial para comunicação se acentua quando ainda em uma mesma obra une-se a linguagem escrita e as imagens. Os livros didáticos História e Geografia - 5º ano foram tomados como exemplos desse pressuposto, pois esses instrumentos se encontram repletos de imagens que possibilitam ao sujeito idealizar o tempo a que se referem e as condições sociais, econômicas e culturais de tais épocas, fazendo-o se reportar àqueles ambientes por meio de seu potencial imaginativo.

Podemos entender, então, a imagem como sendo a representação visual de algo que queremos transmitir, real ou imaginário, um objeto ou uma idéia, ao qual delegamos uma forma carregada de idealismo e que transmite uma projeção mental daquilo que imaginamos, de acordo com a vivência sociocultural de cada um de nós, nesse sentido “uma dada imagem é uma representação do mundo que varia de acordo com os códigos culturais de quem a produz”. (BORGES, 2008, p. 80).

Assim, a imagem revela a expressão de concepções, conceitos e valores que o homem possui em sua mente de acordo com sua história e constituição social. Marcondes Filho (1985, pg. 64), abordando a fotografia e a pintura, afirma que:

A arte é alguma coisa a mais; ela inclui necessariamente uma mensagem que vai além da pura manifestação de técnicas e, ao incluir a mensagem, ela reproduz necessariamente o mundo e a visão de mundo daquele que está pintando. Assim, quando se faz a Arte de fato, expressa-se ideologia, pois à medida que eu coloco alguns temas em meus quadros, estou lhes dando um destaque, um projeção, eu os estou valorizando, estou tomando um tipo de partido, de uma forma ou de outra.

Na mesma reflexão, ainda esse autor diz que: “(...) não há Arte sem ideologia; afirmar o contrário seria o mesmo que dizer que há Arte sem participação do autor. Participação do autor significa exprimir, com linguagem artística, sua relação com o mundo, seus conflitos e sentimentos”. (MARCONDES FILHO, 1985, p. 72)

Nesse sentido, a imagem, como arte, possui em si significados e propriedades comunicativas que vão além do texto verbal e nessa relação, como texto não-verbal, é de grande eficácia, pois, por sua produção de sentidos que nos afeta a partir da percepção visual, insere-se na mais profunda capacidade de visualização de nosso cérebro, produz efeitos diversificados em nossa memória e em nossas concepções.

Podemos afirmar então, no contexto específico dessa pesquisa, que as imagens dos livros didáticos História e Geografia - 5º ano, nesse aspecto, estão longe de serem artifícios neutros, pois estas acolhem significados diversos, que permitem interpretações também diversas, na medida em que o receptor passa a decodificá-los de acordo com sua capacidade cognitiva, consciente ou inconscientemente.

Assim, um mundo de significações pode ser apreendido através de tais imagens, por meio de reflexão e associações, mostrando extrema competência para a transmissão de conteúdos culturais e ideológicos, aspectos estes que serão apreendidos, produzindo e reproduzindo as idéias que se buscam ser concebidas, pois nestas “há emoção, há manifestação e apelo aos sentimentos (...) mexem diretamente com o receptor e põem em questionamento a posição deste em relação ao tema”. (MARCONDES FILHO, 1985, p. 68)

Sobre isso Fischman (2004, p. 119), citando Foucault (1980), em sua reflexão ressalta que:

(...) é importante enfatizar que ao utilizar imagens, tais como fotografias, não devemos considerá-las como neutras - simples documentos captados por uma lente (ou por um artista). Ao fazer isso, as limitaríamos a objetos “naturais”, quando, de fato, essas imagens são socialmente construídas dentro de regimes específicos de verdade entendidos como “um conjunto de regras de acordo com os quais o verdadeiro e o falso são efeitos separados e específicos do sistema de poder”.

Dessa forma, a imagem pode ser projetada de maneiras diversas de acordo com objetivos definidos a partir de quem se pretende alcançar e o que se pretende produzir, podendo assim transmitir conceitos e desejos comerciais e mercadológicos, idéias e comportamentos, valores e concepções. Relacionando aqui os livros didáticos estudados,

observa-se nessa pesquisa, que algumas imagens contidas nos livros História e Geografia – 5º ano, transmitem conceitos visivelmente ideologizados de comportamentos, concepções, noções de estética, dentre outros.

Na intenção de entender e tentar clarificar um pouco mais essa relação entre arte e manipulação ideológica, pondera-se aqui o que diz Santaella (1985, p. 20) ao falar sobre a ideologia da arte:

(...) os processos ideológicos em sociedades historicamente determinadas são intensamente mais complexos do que o simples reflexos das idéias dominantes, visto que colocam em defrontamento visões de mundo divergentes e contraditórias. Por terem em mãos o poder econômico, as classes opressoras dele fazem uso para ensurdecer, ocultar ou neutralizar as divergências e contradições. Não sem razão os mecanismos de acesso à arte, em sociedades de classes, são rigidamente controlados, pois toda grande arte assim o é porque se objetiva como que num ponto de confluência histórica de várias ideologias ou de fragmentos de ideologias oriundas de classes diversas.

E para que isso se concretize a autora afirma que...

(...) a estratégia mais usual é a ideologia do significado, ou seja, as leituras centradas no temático que visam a ocultar o potencial transformativo da obra, estreitando-a nos canais de reprodução das condições de produção dos temáticos previsíveis, assimiláveis e facilmente manipuláveis. (SANTAELLA, p. 23)

Esta é uma importante particularidade da arte, seja ela de qual natureza for - pintura, escultura, fotografia, dentre outras, pode ser estreitada por mecanismos designados a manipulação por meio de concepções ideológicas. E no que se refere à imagem, esta pode ser utilizada sozinha ou em auxílio a um texto verbal, aqui exemplificado pelas imagens históricas dos livros História e Geografia - 5º ano, para afirmá-lo e complementá-lo, de acordo com o que se quer trabalhar, a depender dos padrões sócio-culturais e ideológicos daquele que produz ou idealiza determinada imagem.

Confirmando esses pressupostos, Arnheim (2002) ao falar sobre o simbolismo na arte, preconiza que em uma produção artística, o assunto e seu arranjo são planejados e pensados para corporificar uma idéia, dessa maneira, o conjunto de fatos visuais serve para objetivos definidos e, assim, tais componentes visuais não são nem arbitrários e nem um mero jogo de forma e cores, mas servem para dar corpo a um universo invisível.

Nesse sentido a análise crítica de imagens do livro didático, torna-se imprescindível e de importância crescente, na medida em que este é um dos instrumentos utilizados em escolas públicas, pois os conteúdos carregam propósitos que devem ser entendidos e analisados para serem aceitos ou não, desconstruídos ou reafirmados. Isso se intensifica quando entendemos o perigo social de determinados discursos ideológicos e seus efeitos sobre os indivíduos influenciados. Diante desse fato, uma análise cuidadosa sobre os discursos ideológicos

imagéticos não só dos livros aqui analisados, mas dos livros didáticos como um todo, mostra-se sobremaneira relevante, tendo em vista que estes representam uma forma de expressão do discurso do poder e do status vigente que persiste em predominar.

Devido a esses discursos constata-se que a desigualdade, historicamente, afeta grande parte das populações, e os mesmos buscam meios para reprodução e divulgação de suas concepções e valores. Dentre os muitos meios, não há de se negar que nas manifestações artísticas diversas encontram uma forma dinâmica de alcançar as consciências, e dentre tais manifestações, aquelas utilizadas no conteúdo imagético, na composição do livro didático.

Assim, a análise das mensagens contidas nas imagens dos livros História e geografia – 5º ano, nesta pesquisa, sendo apenas o início de um estudo mais aprofundado, contribui para a reflexão sobre o processo de decodificação das mensagens ideológicas no livro didático de forma mais abrangente. Tal estudo não é um trabalho fácil, pois é preciso, segundo Joly (1994), decifrar aquelas significações que a “naturalidade” aparente das mensagens visuais implica, e principalmente a finalidade inerente para que são utilizadas no contexto específico, tornando-se extremamente complexo, na medida em que...

(...) ninguém tem a menor idéia do que o autor quis dizer; o próprio autor não domina toda a significação da imagem que produz. Tampouco ele é o outro, viveu na mesma época ou no mesmo país, ou tem as mesmas expectativas. (...) Interpretar uma mensagem, analisá-la, não consiste certamente em tentar encontrar ao máximo uma mensagem preexistente, mas em compreender o que essa mensagem, nessas circunstâncias, provoca de significações aqui e agora, ao mesmo tempo em que se tenta separar, o que é pessoal do que é coletivo. (JOLY, 1994, p. 44)

É importante considerar que nessa reflexão não se julga aqui o valor da obra em si, mas o que se analisa é o propósito com que é utilizada, o processo de decodificação, de interpretação, os sentimentos que se quer despertar, os conceitos que se quer construir por meio do uso dessas imagens, o que se aproveita da mensagem que o autor da obra quis passar. Bem como o papel da imagem na aquisição de saberes, dos conteúdos discursivos, analisando que a problemática em torno do entendimento e análise de imagens não perpassa somente pelo simples uso de formas, cores, perspectivas, mas remete-nos ao plano simbólico que devido a sua abstração, envolve não somente o visível, mas o subjetivo, responsável pela complexidade na construção e transmissão das mensagens e dos significados.

Dessa forma, precisamos considerar neste papel os sentidos dos diálogos que pretende manter com os indivíduos não somente por si mesma, mas pela interação que produz por meio deste caráter simbólico intrínseco que pode representar idéias ou pensamentos socialmente estabelecidos, e que, por meio de efeitos estéticos, busca sensibilizar o indivíduo reforçando

seu conteúdo e, nessa relação, torna-se uma unidade auto-suficiente, cujo conteúdo transcende os aspectos visualmente apresentados.

Tendo em vista tais análises, apresenta-se aqui algumas reflexões sobre duas imagens que fazem referência aos povos indígena e negros.

Representações do índio e do negro no livro didático

Destacam-se dois exemplos de imagens que permitem interpretações e concepções diversas acerca da figura do povo indígena e do povo negro brasileiros. Como foi proposto nessa investigação, procura-se examinar elementos sociais, nos livros História e Geografia – 5º ano, identificando concepções ideológicas, verificando se tais concepções estão em concordância com as concepções expressas pela classe dominante e entender quais as influências que estas concepções podem exercer sobre a constituição social das crianças desse ano do Ensino Fundamental.

Os dois livros selecionados são exemplares de manual do professor e produzidos para a serem utilizados nas escolas públicas. O livro História – 5º ano é um manual de história do Brasil, foi desenvolvido e produzido pela editora Moderna. O presente exemplar é composto de 224 páginas, das quais 136 são conteúdos para serem trabalhados com o aluno e 88 páginas são Orientações e Subsídios ao Professor. O livro Geografia: A escola é nossa – 5º ano foi desenvolvido e produzido pela editora Scipione, é composto de 207 páginas, das quais 159 são conteúdos para serem trabalhados com o aluno e 48 páginas compõem a Assessoria Pedagógica ao professor.

Os livros contêm imagens ilustrativas em quase todas as páginas, que são compostas por desenhos, pinturas e fotografias, mostrando as terras brasileiras em mapas, lugares, como engenhos, fazendas, florestas, cidades, casas, igrejas; também personagens históricos como os governantes das diversas épocas e o povo brasileiro em sua formação diversificada ora mostrando o índio, ora o negro, o colono e o cidadão brasileiros, assim, aparecem neste material, imagens de crianças, homens e mulheres. Algumas são imagens bem nítidas, limpas, que permitem perceber os detalhes, no entanto algumas são imagens escuras, com uma definição bastante duvidosa, cujos detalhes acabam ficando embaçados e de difícil percepção. As imagens aparecem coloridas, mas também há imagens em preto e branco, a grande maioria delas possui uma referência explicativa, outras não possuem referência alguma.

Entende-se que as imagens selecionadas retratam uma época e são usadas para ilustrar as condições sociais e econômicas dos referidos períodos, no entanto, o que se constata aqui é que o trabalho com os conteúdos acaba sendo restrito não abrangendo nenhuma referência às discussões atuais acerca de tais assuntos e não trazem nenhuma característica construtiva das imagens utilizadas, assuntos que poderiam ser melhor abordados se na parte de reflexão e contextualização fosse refletido sobre as discussões que se fazem hoje e a visão moderna de tais personagens.

Imagem 1- O índio

A abordagem ao personagem indígena no livro didático, em um contexto geral ocorre como um integrante de uma cultura do passado, ultrapassada e com traços de barbárie. Muito raramente encontramos menção à sua importância na formação da nação brasileira. Uma abordagem preconceituosa, estereotipada e carregada de etnocentrismo está bastante explícita na grande maioria dos livros que se referem ao índio brasileiro.

Bittencourt afirma que “os grupos indígenas (...) eram representados como “selvagens”, e as cenas escolhidas eram predominantemente de guerras e rituais antropofágicos. (...) o índio prosseguia como “selvagem” e ainda responsável pela mestiçagem, preguiça e aversão ao trabalho produtivo da maior parte da população brasileira”. (BITTENCOURT, 2006, p. 82, 84)

No passado colonial, a idéia que se tinha acerca do índio era de um personagem exótico das terras tropicais brasileiras, cujas práticas refletiam a selvageria característica de povos bárbaros, e a cultura nada mais era do que um misto atrasado de ações irrefletidas, instintivas e desprovidas de qualquer possibilidade de progresso, tal como a antropofagia. Tais ideias eram advindas da concepção de paganismo do catolicismo medieval.

Nesse aspecto o sentimento que prevalecia era a superioridade cristã diante daquele povo nativo tido como “degenerado”, e isso justificava o empreendimento de conquista que se propuseram os religiosos europeus, bem como a posterior quase extinção dessa raça.

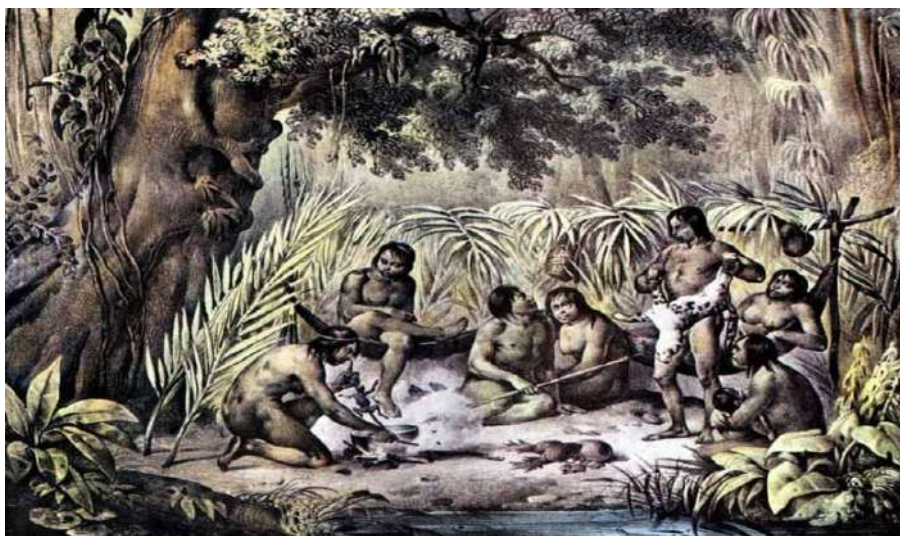
Grupioni (1998, apud Mariano 2006, p. 65), afirma que:

Dos descobridores aos nossos contemporâneos, as sociedades indígenas foram, quase sempre, projetadas ao lado da natureza por uma cultura incapaz de acolher a alteridade. Figuras como a de bárbaros, bons selvagens, primitivos e arcaicos foram elaboradas nesse processo de contato, pacificação e convívio experimentado pelas populações nativas no Novo Mundo após a chegada e instalação dos europeus.

Dessa forma, a concepção dos personagens indígenas nos séculos anteriores era reproduzida por algumas camadas sociais, como herança desse conceito europeu, como seres inferiores, destituídos de inteligência e beleza.

Tal concepção reflete valores, e noções de mundo destituídas de respeito e valorização ao próximo e à sua cultura, demonstrando um exemplo de ideologias extremamente etnocêntricas.

A imagem selecionada sobre o índio intitulada “Índios em sua cabana”. Os índios aqui representados aparecem como um grupo no momento de interação, em que descansam e desfrutam da caça.



Imag. 01: Índios em sua cabana¹ - Rugendas- Sec. XIX. 1393 × 1216. Litografia. Fonte: http://alemparaibahistoria.blogspot.com.br/2010_04_01_archive.html/ Livro de Geografia. 3ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2008, p. 105.

A um primeiro olhar, grande parte dos valores simbólicos que acolhem essa imagem passam despercebidos, no entanto, é visível que os personagens aqui aparecem deformados, com aspecto animalesco em uma aparência associada a de macacos. Aparecem em posições que demonstram uma descontração que despercebidamente, ao olhar e imaginar um momento de descanso, não percebe-se a presença dos conceitos de que a raça indígena era uma raça preguiçosa e primitiva que se igualava aos primatas das terras tropicais.

Tal imagem demonstram as concepções de que essa raça era um povo atrasado, em uma visão preconceituosa tais personagens são menosprezados e ridicularizados, como se fossem uma parte escusa da história do Brasil. Constata-se assim, que elementos nitidamente ideológicos ainda permeiam as concepções acerca do personagem indígena e de sua cultura no livro didático.

¹ A imagem extraída da internet, devido à qualidade muito baixa da definição da mesma no livro pesquisado.

O texto verbal a que são associadas essas imagens aborda a diversidade dos povos existentes no Brasil colônia, a origem desses povos e o crescimento da população brasileira. Nenhuma característica construtiva é associada à cultura desse povo, como um conhecimento que dignifique e contribua para a construção da nação brasileira. Mesmo um livro atual como Geografia: a escola é nossa - 5º ano não demonstra uma maior importância à cultura e ao personagem do índio, e o texto verbal a que tais imagens estão associadas, nada expressa de maior valorização e defesa desse personagem com a intenção de reparar e desconstruir as concepções do passado colonial e da sociedade dominante.

Sabe-se que os indígenas são portadores de um conjunto de saberes historicamente construídos que fazem parte de uma ciência étnica, cujos remédios naturais e conhecimentos acerca da natureza estão sendo aproveitados pela ciência na medicina, como também por outras áreas como biologia, astrologia, astronomia, ecologia, dentre outros. Conhecimentos esses, que precisam ser valorizados e apropriados como nossos, de nossa cultura brasileira.

O livro Geografia: A escola é nossa - 5º ano é um exemplo de material que não dá a importância devida ao personagem indígena, cuja construção ideológica não se preocupa em refletir sobre o atual lugar que a figura do índio tem alcançado nas discussões acadêmicas e sociais.

Imagem 2- O negro

A imagem selecionada está situada no livro História – 5º ano, no período do Império. Retrata o momento da história em que acontecia a escravidão dos negros africanos pelos brancos europeus, período este marcado pelo tráfico negreiro caracterizado por muita crueldade, por meio dos castigos e maus tratos e injustiça social. À mão de obra negra era relegado o trabalho braçal e todas as atividades que exigiam o esforço físico, e ainda havia os escravos domésticos que cuidavam dos afazeres das casas de seus senhores. Essa época retrata como os negros foram espalhados pelo território brasileiro e como contribuíram para aumentar a riqueza de seus senhores, mas também sua resistência e sofrimento.

Os negros que se tornaram essenciais para o desenvolvimento econômico de então, eram também as maiores vítimas da injustiça social da época, passando a serem alvos de preconceitos, e discriminação, pela sua cor e raça, advindos da situação histórica desse povo. Estes sempre foram dessa forma, retratados nos livros didáticos por meio de imagens que ilustram sua entrada e permanência nas terras brasileiras, as relações que se estabeleceram

entre estes e a sociedade branca colonial, mas muitas delas sob o olhar da imagem do racismo que se estabeleceu no pensamento social. É visível que:

O racismo contamina o imaginário social afetando as relações sociais e hierárquicas atuais. Estabelece-se assim um ciclo de racismo entre gerações que ao ter esse conhecimento dos livros didáticos perpetua o mesmo enredo nas escolas. (...) encontraremos o escravo negro em condição submissa onde retratam uma visão estereotipada e violenta que reafirma a subalternidade do negro e seu lugar de “coisa” e passiva” diante da violência que foi submetida. Essas imagens de espaços de submissão, que se instauraram no pensamento coletivo pedem para ser ressignificadas (...). (AZEVEDO, 2011, p.05)

Não diferente da abordagem feita aos indígenas no livro didático por muitas décadas, vemos que o conteúdo eurocêntrico estereotipado também se mostra determinante no que se refere a esse assunto. O branco e sua cultura sempre ganharam predominância nas representações contidas nesse material, este sempre esteve em posições de destaque, nas melhores profissões e ilustrados como exemplos de beleza e domínio, exteriorizando a concepção de superioridade da raça branca sobre a negra, reflexo da construção social histórica. Já o personagem negro como figura destituída de beleza, inteligência e cuja cultura não merecia respeito e consideração, através de imagens negativas e inferiorizadas.

É constatado que o preconceito e a discriminação que a sociedade possuía e ainda possui, de forma mascarada, por esse povo também se expressa no livro didático e, os mesmos refletem as concepções antagônicas entre o branco e o negro e nesse aspecto:

(...) esses livros veiculam a relação opressor-oprimido, o branco é o representante da espécie com atributos tidos como universais (...) evidenciou-se pelo desempenho das atividades profissionais mais diversificadas. O negro foi associado a personagens maus, à sujeira, à tragédia, à maldade. O branco representou os santos, os ricos e os heróis. (SILVA, 2004, p. 29)

A imagem selecionada é utilizada no livro História – 5º ano para abordar o assunto das festas populares no tempo do Império, é então, uma imagem que ilustra uma festa do povo negro e uma festa católica, a festa do divino.



Imag. 02 e 03 - Batuque em São Paulo² - Spix e Martius – 1817- 500 × 350. Litografia Fonte: http://www.iar.unicamp.br/disciplinas/am540_2003/edu/produto/escravidao/resistencia2.htm - **Festa do Divino** - Guillobel - 1816. Fonte: História. 1ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 2007, p. 56.

Comparando as festas populares na época do Império, o texto verbal se refere às mesmas explicando a festa do divino como uma manifestação católica e explica sua dinâmica religiosa, já quando fala da festa dos negros refere-se a ela como “outra festa que reunia pessoas era o **batuque dos pretos**”-grifo do autor- (História, 2007, p. 56), dizendo que no dia de Santa Ana os escravos e homens livres cantavam e dançavam.

Essa imagem reflete claramente a concepção de degradação física e moral que se tinha dos negros. As pessoas são ilustradas descalças, o que era “um dos símbolos de subalternização que marcam a escravidão na iconografia do séc. XIX” (JOVINO, 2007, apud. OLIVEIRA; AGUIAR; SILVA, et. al. 2007, p. 30), de maneira deformada, novamente com aparência animalésca e ainda as mulheres que danças estão vestidas vulgar e desleixadamente, com roupas que deixam à mostra seus seios enquanto dançam. Vemos ao fundo que um homem branco, um guarda talvez, observa a cena com os braços cruzados e uma postura de desprezo. Enquanto na outra figura, os personagens aparecem de maneira austera, elegante e ordeira, passando uma postura de serenidade e superioridade cultural.

A exposição dessas cenas e o silêncio em relação a posteriores esclarecimentos, deixa explícita a concepção estereotipada acerca da cultura negra, confirmando que:

A discriminação estendia-se também ao campo cultural: as festas e os bailes freqüentados pelos escravos e pelos pretos pobres eram condenados pela burguesia comerciante e vistos como manifestações obscenas e primitivas; os cultos afro-brasileiros eram taxados de superstições grotescas. (FERRETTI, 2007, p. 03)

² A imagem extraída da internet, devido à qualidade muito baixa da definição da mesma no livro pesquisado.

Fica claro que não há intenção alguma nesse livro de desconstruir preconceitos e estereótipos em relação ao povo negro e sua cultura, o mesmo contribui para a continuação da visão simplificada da cultura negra, dando continuidade à visão negativa do negro e da sua cultura, como um grupo racial étnico de menor ou nenhuma importância para a nação brasileira, contrapondo-se até à LDB e à Lei 10.639/2003 sobre o ensino e valorização da cultura negra.

Nesse aspecto o ambiente escolar e os instrumentos pedagógicos precisam se adequar as novas realidades, as novas visões e novos conceitos que estão sendo construídos mediante lutas e reflexões sobre conceitos, valores e concepções sobre a cultura afrodescendente e o povo negro brasileiro. O livro estudado certamente teria a possibilidade de trabalhar melhor e mais contextualizada e democraticamente esse conteúdo, preocupando-se em analisar e refletir sobre a presença desse personagem, bem como sua cultura no país, buscando desconstruir as concepções estereotipadas e preconceituosas que foram estabelecidas no ideário da sociedade brasileira acerca desse povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise de duas imagens selecionadas, conclui-se que nenhuma característica construtiva é associada à cultura desses povos. Mesmo em livros atuais como Geografia: A escola é nossa e História - 5º ano, o texto verbal a que tais imagens estão associadas, nada expressa de maior valorização e defesa aos personagens do índio e do negro e sua cultura, com a intenção de reparar e desconstruir as concepções do passado colonial e imperial e da sociedade dominante.

Para uma abordagem mais contextualizada, o livro poderia trazer nas aplicações práticas reflexões sobre a importância do índio e do negro para a construção da nação brasileira, noções de estética e beleza valorizando as particularidades desses povos, e em uma parte específica poderia trabalhar esses personagens nos dias de hoje, suas lutas, movimentos de afirmação, e contribuição das culturas indígena e negra para a cultura brasileira atual, dando à mesma a devida importância. Isso expressaria uma educação realmente contextualizada e democrática.

Acredita-se na contribuição desse estudo ao analisar as representações visuais que compõem o livro didático na busca de desvendar as mensagens por detrás da sensibilização estética, pois as imagens, como constata-se aqui, carregam em si grande potencial para

exteriorizar concepções, preconceituosas, discriminatórias e estereotipadas que precisam ser percebidas e desconstruídas.

Essa análise se mostra necessária para uma educação contextualizada, baseada na ação pedagógica crítica na busca por um ensino reflexivo, de forma que a influência sobre a constituição social das crianças não aconteça de maneira parcial, marcada pelas concepções de uma parte da sociedade que não representa o contexto em que estão inseridas e, para tanto, o desenvolvimento de uma consciência analítica se faz extremamente necessário.

REFERÊNCIAS

ARNHEIM, Rudolf. **Arte e percepção visual**: uma psicologia da visão criadora. Trad. Ivone Terezinha de Faria. São Paulo: Pioneira, 2002;

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & fotografia**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008;

AZEVEDO, Evelyn Louise Almeida de. **Imagens de escravidão negra no livro didático de história após**: a lei 10.639/03. XI Congresso Luso afro-Brasileiro de ciências sociais. Salvador: 2011. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306761165_ARQUIVO_evelyn_cefet.pdf. Acessado em: 07 de março de 2012.

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2006

BRASIL. Diário Oficial. **Decreto nº 91.542 DE 19 de Agosto de 1985**. p. 12178 Seção I. Disponível em: http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/01/index.php?option=com_content&view=article&id=39:decreto-no-91542-de-190885&catid=20:legislacao&Itemid=31. Acessado em: 07 de Março de 2012;

CASACÚS, José M. **Teoria da imagem**. Rio de Janeiro: Salvat editora do Brasil S.A., 1979;

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 39ª Ed. São Paulo: 1995;

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2002;

FAZENDA, Ivani C.A. **Práticas Interdisciplinares na escola**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2001

FERREIRA, Edson Dias. **Desenho e antropologia: influências da cultura na produção autoral**. Graphica, 2005;

FERRETTI, Sergio F. **Preconceitos e proibições contra religiões e festas populares no maranhão**. IX Simpósio anual da Associação Brasileira de História das Religiões em Viçosa,

MG. 2007. Disponível e; <http://www.gpmina.ufma.br/pastas/doc/Preconceitos.pdf>. Acessado em: 07 de março de 2012

FISCHMAN, Gustavo E. **Reflexões sobre imagens, cultura visual e pesquisa social**. In. CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (orgs). A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004;

FREITAG, Bárbara. COSTA, Wanderley F. da; MOTTA, Valéria. **O livro didático em questão**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997;

GOMES, Luiz Vidal N. **Desenhismo**. Santa Maria - RS: Ed. Universitária da UFSM, 1996;

HISTÓRIA. 1ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 2007, p. 56;

JOLY, Martine. **Introdução à análise de imagens**. Campinas- SP: Papyrus, 1994

LUCK, Heloisa. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática, 2000;

MARCONDES FILHO, Ciro. **O que todo cidadão precisa saber sobre ideologia**. São Paulo: Global Editora: 1985;

MARIANO, Nayara Rodrigues Cordeiro. **A representação sobre os índios nos livros de História do Brasil**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Popular, Comunicação e Cultura, do Centro de Educação, da Universidade. João Pessoa- PB: 2006. Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/ppge/Dissertacoes/dissert06/Nayana%20Rodrigues/A%20REPRESENTA%C7%C3%20SOBRE%20OS%20CDNDIOS.pdf>. Acessado em: 05 de Março de 2012;

OLIVEIRA, Iolanda; AGUIAR, Márcia Angela; SILVA; Petronilha Beatriz Gonçalves, (et. al.)(orgs.). **Negro e educação 4: linguagens, educação, resistências e políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, ANPED: 2007)

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1955.

SANTAELLA, Lúcia. **Arte e cultura: equívocos do elitismo**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 1995;

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

VIDAL, Wanessa Pires Garcia; MARTINEZ, Rogério. **Geografia**. A escola é nossa. 5º ano. 3ª ed. São Paulo: Scipione, 2007. Coleção A escola é nossa.

IMAGENS

Batuque dos pretos

http://www.iar.unicamp.br/disciplinas/am540_2003/edu/produto/escravidao/resistencia2.htm

Indios em sua cabana

http://alemparaibahistoria.blogspot.com.br/2010_04_01_archive.html

ECOS IMPERIALISTAS NA AMÉRICA LATINA: A GUERRA CONTRA O PARAGUAI¹

Paulo Tarso Mascarenhas Pedreira

Graduando do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, partícipe do Grupo de Estudos de Ideologias e Luta de Classes – GEILC/Museu Pedagógico da UESB.
E-mail: paulotarsohistoria@hotmail.com

Ramon Trindade Pellegrini

Graduando do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, partícipe do Grupo de Estudos de Ideologias e Luta de Classes – GEILC/Museu Pedagógico da UESB.
E-mail: ramonpellegrini1@gmail.com

Resumo: Este artigo reflete uma perspectiva analítica para além da história oficial acerca do imperialismo inglês na América Latina – mormente a Guerra contra o Paraguai (1864-1870) –, confrontando o Império do Brasil, Argentina e Uruguai, contra a nação guarani. Em nome da “civilização” e do “livre comércio”, o imperialismo inglês patrocinou o genocídio contra o povo paraguaio sob o manto da *Pax Britânica*, se utilizando da guerra como instrumento de desestabilização econômica e geopolítica, da Região do Prata, com o objetivo de concretizar o domínio inglês no Cone Sul. O processo teve, como consequência, a aniquilação do Paraguai, cravando sobre seu território e contra seu povo um estado de subalternidade econômica.

Palavras-chave: Imperialismo, genocídio, Guerra contra o Paraguai.

Abstract: This article reflects an analytical perspective beyond the official story about British imperialism in Latin America - especially the war against Paraguay (1864-1870) –, confronting the Empire of Brazil, Argentina and Uruguay against the Guarani people. In the name of "civilization" and "free trade", British imperialism sponsored genocide against the people of Paraguay under the cover of Pax Britannica, is using the war as an instrument of destabilization economic and geopolitical region of La Plata, with the achieve the goal of British rule in the Southern Cone the process was as a consequence, the annihilation of Paraguay, driving on their territory and its people against a state of economic inferiority.

Keywords: Imperialism, genocide, War against Paraguay.

¹ Pesquisa orientada pelo professor doutor José Rubens Mascarenhas de Almeida, coordenador do Grupo de Estudos de Ideologia e Luta de Classes (GEILC)/Museu Pedagógico da UESB. E-mail: joserubensmascarenhas@yahoo.com.br

Do Imperialismo

O emprego do termo imperialismo remonta à década de 1870, quando fora utilizado para glorificar os auspícios econômicos ingleses. John A. Hobson (1981) encabeça a lista dos críticos quando afirmou que enquanto a sociedade inglesa passava por uma crise econômica, gerada por uma excessiva capacidade produtiva, as corporações tendiam a expandir seus excedentes a mercados em sociedades nas quais as relações capitalistas ainda não haviam se desenvolvido.

Apesar da contribuição hobsoniana, o imperialismo adentrou o século XX sem uma conceituação devidamente crítica para melhor entendimento da transformação que acontecia no seio do capitalismo mundial. Quando pesquisadores, de viés marxista, debruçaram sob tal fenômeno é que começou a se moldar o que hoje entendemos por imperialismo. Assim, tomamos como referenciais teóricos as análises de Lênin e Luxemburg, a partir de seus devidos *lócus*.

Lênin buscou apontar o imperialismo como fator intrínseco ao *modus operandi* capitalista. Para ele, as características da categoria pautavam-se na concentração da produção; na fusão do capital bancário e industrial (gerando o capital financeiro); na exportação de capitais; na formação de uniões monopolistas de capitais que dividiam o mundo entre si; no fim da repartição territorial do globo entre as maiores potências capitalistas.

O capital, para se expandir enquanto relação social, tem que procurar novas áreas para além de suas fronteiras. Os escritos de Lênin tornaram-se referência obrigatória a quem se aventura pelo tema, mas também a mais decisiva e conseqüente tentativa de compreensão do fenômeno imperialista tal qual concebido na modernidade, sendo a mais destacada contribuição nesse campo. O líder bolchevique enfoca as relações internacionais como regidas por relações assimétricas fundadas no capital monopolista. Nestas, as potências industriais tendem a recrutar o maior número de povos às condições coloniais e semicoloniais com intuito à sua pilhagem. Lênin (1986, p. 636) o confirma:

O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa.

O militante russo assinala que a concentração de capitais internos erigida sob a dominação industrial-bancária, impulsionou a expansão do momento monopolista da

economia europeia. O engendramento de países periféricos criou uma rede de Estados dependentes dos grandes centros industriais. Por conseguinte, a divisão internacional do trabalho fomentou, nas zonas pré-capitalistas, um mercado caracterizado pela mão de obra barata. Na perspectiva de Rosa Luxemburg (1970, p. 399), uma dos expoentes teóricos do imperialismo predatório da guerra, o setor militar é uma “arma na concorrência dos países capitalistas, em luta pelo domínio dos territórios de civilização não capitalista”. Noutras palavras, guerra e imperialismo são fatores indissociáveis. As despesas militares do Estado estabelecem e reproduzem a acumulação de capital desde sua fase primitiva até o imperialismo. Luxemburg (1970, p. 392) assim o afirma:

O imperialismo é tanto um método histórico para prolongar a existência do capital, como um meio seguro para objetivamente pôr um fim a sua existência. Com isso não se disse que esse fim seja alcançado alegremente. A tendência da evolução capitalista para ele já se manifesta com ventos de catástrofe.

Desse modo, o desenvolvimento do sistema capitalista, e conseqüentemente suas contradições, alteraram o caráter do Estado, principalmente no âmbito econômico, em que se constata intervenções e controle através das guerras. Com a ampliação da economia mundial e, como resultado o agravamento da concorrência em proporções globais, o militarismo torna-se fator *sine qua non* à política dos grandes Estados, visto que “para os fabricantes de canhões, fuzis e outros materiais de guerra, a existência do exército é indubitavelmente proveitosa e indispensável” (MANUILOV apud LUXEMBURG, 1970, p. 404).

Sendo assim, apontamos que guerra imperialista moderna promoveu uma campanha de dominação e ajustamento ao *status quo* internacional. Seu aparente paradoxo de demolir para restaurar leva exatamente a essa adequação. Esse foi o processo, a nosso ver, sofrido pelo povo paraguaio quando da Guerra da Tríplice Aliança. Pois, os que se recusavam a aceitar o modelo *laissez faire*, sobretudo as nações em que predominava formas pré-capitalistas de produção, os atentados beligerantes eram uma das formas mais exploradas de dominação pelas metrópoles. Nesse sentido, podemos observar que, apesar de suas mudanças, esses pressupostos mantinham-se coerentes com o desenvolvimento do capitalismo ao fechar das cortinas do século XIX.

Escombros imperialistas: uma crítica ao neorrevisionismo

A partir do final dos anos de 1980, surgiram, no Brasil, trabalhos acadêmicos com uma nova abordagem da Guerra contra o Paraguai, indo de encontro à ideia revisionista dos anos 60. A corrente neorrevisionista tem, no Brasil, Francisco Doratioto

como um dos seus principais expoentes no que se refere à Guerra contra o Paraguai. Mestre e doutor em relações internacionais pela Universidade de Brasília, Doratioto (1996) propõe perspectivas outras de análise do conflito. Em contraposição ao revisionismo defendido por Pomer (1968) e Chiavenatto (1988), entre outros, que afirmam que o Paraguai, à época da Guerra era uma economia forte no Cone sul e que, por esse motivo, fora alvo dos interesses imperialistas britânicos, os neorrevisionistas defendem que as principais motivações da Guerra foram: as questões regionais, as disputas por territórios e pelo controle da Bacia do Prata. Salientam os neorrevisionistas que a Guerra deve ser vista não como fruto de interesses exteriores, sendo parte de um conjunto de fenômenos correlatos que caracterizam a emergência e o desenvolvimento do imperialismo inglês. A Guerra contra o Paraguai tratou-se mesmo de uma fase do processo de formação das identidades regionais do Cone Sul da América Latina.

Apesar da grande contribuição prestada pelo neorrevisionismo brasileiro, o mesmo deixa margem para vários questionamentos. Doratioto, ao se reportar à corrente marxista, menospreza todo um contexto historiográfico visitado por grandes pensadores e formulado há décadas. Partindo do pressuposto que a história é um processo contínuo e que a dialética nega seu fim, no nosso entendimento não cabe a perora de que o revisionismo se deixou levar pelo “emocionalismo e por motivações ideológicas do que pela documentação” (DORATIOTO, 1996, p. 10). Esta consideração depreciativa não contribui para o entendimento do conflito. Pelo contrário, o neorrevisionismo de Doratioto abre lacunas no processo que impedem a sua compreensão. Senão, vejamos.

A ideia de imparcialidade da Grã-Bretanha no conflito devido à condição comercial favorável na Bacia do Prata: a) Se a Inglaterra não tinha interesses na Guerra contra o Paraguai, porque o embaixador inglês supervisionou secretamente a assinatura do tratado firmado em 1863 entre os países da Tríplice Aliança, visando a aniquilação da nação guarani? b) Mais: se as condições comerciais eram satisfatórias aos interesses britânicos na região – como o afirma o neorrevisionismo – e uma guerra acarretaria perdas à Inglaterra, por que então ela financiaria um conflito que não se consumaria em guerra sem os recursos britânicos? Questões ainda em aberto e que cobram respostas do neorrevisionismo.

Fato é que a Guerra contra o Paraguai, um conflito tão duradouro quanto a I ou a II guerras mundiais, além de genocidar a população masculina guarani, sacramentou o estado de subserviência econômica de todo o Cone Sul da América Latina ao capital britânico. Mera coincidência? Para nós, não. A nosso ver, apesar do poder argumentativo do neorrevisionismo, esta corrente historiográfica comete equívocos

irremediáveis, obstruindo a compreensão do fenômeno da Guerra contra o Paraguai ao tentar isolá-lo do movimento internacional do capital que atuava no sentido de inserir em seus meandros as economias da América Latina, querendo fazer entender que o conflito trata-se de meras desavenças regionais. Para além disso, a corrente neorrevisionista presta um grande serviço ao positivismo quando investiga os documentos como se fossem fontes históricas inquestionáveis, que falassem por si só e não pudessem ser questionados enquanto constructo de um tempo histórico; quando pauta sua narrativa num forte enaltecimento do Exército Brasileiro e tenta transformar em heróis personagens que a própria história tratou de desmitificar. No nosso entender, tal compreensão tem mais de ideologia que de história propriamente dita. Por fim, segue os passos da história dos vencedores.

A história dos subjugados

Muito se estudou sobre a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a participação ativa – ou não – da Inglaterra – principal potência imperialista no século XIX – nesse conflito. Mas, a relação entre a América Latina e o imperialismo britânico começou muito antes desse embate que envolveu tanto as nações da região do Prata (Uruguai, Argentina e Paraguai) quanto o Império do Brasil.

Em dezembro de 1703, o embaixador inglês John Methuen demonstrou a Portugal o que mais tarde seria a política em tempos de *Pax Britannica*: o livre comércio – sempre aliado ao imperialcapitalismo. O Tratado de Methuen – fomentado entre as coroas britânica e lusitana em tempos da acumulação primitiva de capitais – acabou por ser desfavorável a Portugal. Os tecidos ingleses confeccionados com técnica apurada, paulatinamente extinguíram os teares ibéricos e a exportação portuguesa de vinho não foi satisfatória para que a balança comercial entre ambos os países se equilibrasse. Com o tempo, Portugal foi perdendo quase todas as suas manufaturas e a nação governada por Carlos II passou a importar grandes quantidades de produtos industrializados da Inglaterra. Isto criou uma dependência explícita, que logo bateu à porta da sua colônia, o Brasil – responsável por pagar as contas da metrópole europeia. Sobre isso afirma Galeano (1978, p. 40):

Em troca de algumas vantagens para seus vinhos no mercado inglês, Portugal abria seu próprio mercado, e o de sua colônia, às manufaturas britânicas. [...] Não era com vinho que se pagavam os tecidos ingleses, mas com ouro, com o ouro do Brasil, e neste processo ficariam paráliticos os teares de Portugal. Portugal não se limitou a matar o embrião de sua própria indústria, mas também, de passagem, aniquilou os germes de qualquer tipo de desenvolvimento manufatureiro no Brasil.

O resultado desse acordo com característica unilateral sacramentou a dependência de Portugal em relação à Coroa Inglesa. Conseqüentemente, o Brasil também ficou sujeitado às condições de atrelamento econômico que implicava tal situação. Cita Sodré (1969, p. 37) acerca das conseqüências desse tratado:

A especial importância atribuída ao Tratado de Methuen em todos os estudos de história econômica [...] fundou-se em três pontos curiosos [...] motivo do declínio luso ou da condição de subalternidade portuguesa no desenvolvimento comercial do mundo moderno: asfixiou as indústrias lusas; converteu em vinhas as terras de pão; levou para a Inglaterra o ouro do Brasil.

A quantidade de riquezas extraídas das minas brasileiras que permaneciam no território nacional era ínfima e as que chegavam aos portos lusitanos e continuavam por lá também se tornavam irrisórias, se comparadas ao maior beneficiário dessa rota, a Grã-Bretanha.

Um século se passara desde o Tratado de Methuen e Portugal e sua colônia abasteciam os cofres ingleses com quantidades vultosas. Como afirma Galeano (1978, p. 41) que “a entrada de ouro brasileiro alcançava 50 mil libras por semana em alguns períodos. Sem esta tremenda acumulação de reservas metálicas, a Inglaterra não teria podido enfrentar, posteriormente, Napoleão” na batalha que deu início ao processo de *Pax Britannica*.

Com as dívidas alcançando patamares exorbitantes a cada dia, e, tendo sua reserva ligada aos manufaturados britânicos, a metrópole portuguesa caminhou junto com sua colônia à interdependência econômica, preponderante para os objetivos ingleses no Paraguai décadas depois.

O domínio imperialista se estende à região do Prata

O fim do Antigo Sistema Colonial, após grande relutância da metrópole hispânica, transferiu o poder anteriormente outorgado ao Vice-Reino do Peru para Buenos Aires. Era um novo modelo econômico ganhando terreno no lado espanhol da América Latina, cuja organização surge, em prejuízo da anterior, cuja sede era Lima.

Diferentemente dos objetivos que regiam Lima e México, as atividades portuárias de Buenos Aires começaram a se expandir tendo como principal base econômica a pecuária. O contato com o exterior passou a intensificar-se com a produção crescente de couro. Isto foi à motivação necessária para a aliança entre os dois pilares econômicos que sustentavam a economia portenha: a atividade pecuarista dos senhores estancieiros e os comerciantes mercantilistas. Essa junção favoreceu ambos os

interesses, afinal, haveria um comércio mais controlado na região, e, em contrapartida, o couro seria o principal produto negociado. Isto fez com que a economia mercantilista daquela região abarcasse toda faixa litorânea das localidades servidas pelos rios e roteiros terrestres.

Sempre atenta aos seus interesses na parte sulina das Américas, a Inglaterra, por intermédio de Portugal e Brasil – já subalternos à economia britânica – explicita suas intenções de penetração no Prata. Como analisa Sodré, a luta para a manutenção da Colônia do Sacramento tinha a perspectiva de possibilitar a ampliação e desenvolvimento da atividade clandestina em relação a Buenos Aires e devia permitir não apenas o exercício ativo do contrabando no estuário, como também a apropriação das pastagens e dos rebanhos da Banda Oriental. Isto se configurava numa das tentativas mais claras de penetração anglo-lusitana nos mercados platinos.

Aos poucos, a Grã-Bretanha foi se adentrando no empório comercial daquela comarca, monopolizando os lucros de alguns contratos que outrora havia dividido com a França. Logo, Buenos Aires se converteu na maior feitoria sul-americana de escravos da Inglaterra, em troca cederia algumas terras ao capital estrangeiro. Isto, cremos, resume a forma como o capital monopólico britânico circulava nas terras da antiga colonização hispânica. O que veio a seguir foi à paulatina disseminação do ideário liberal no Estuário platino que enchia os olhos ambiciosos do imperialismo inglês.

Bolivarismo e Monroísmo: visões antagônicas de um mesmo objeto

O século XIX foi de suma importância para a história da América Latina contemporânea. Ademais de tratar-se de um século de mudanças sociopolíticas e econômicas em todo o mundo, ele testemunhou, na América, os processos de emancipação política do continente e os distintos projetos políticos advindos desse processo. Atendo aos objetivos deste artigo, nos ateremos a dois projetos políticos que se deram, paulatina e concomitantemente à formação dos Estados Nacionais na região.

Frente ao ímpeto neocolonial que percorria as recém-emancipadas repúblicas da América espanhola, surgiram os ideais que defendiam duas concepções distintas de pan-americanismo: o bolivariano e o monroísta. Ambos oriundos da esfera das classes dominantes: o primeiro das oligarquias liberais burguesas nativas; e o segundo do proto imperialismo estadunidense.

O primeiro ideal era construído por Simon Bolívar e buscava unificar a América – excetuando Estados Unidos e Brasil, o primeiro pelo caráter expansionista iniciado baseado na Doutrina Monroe, que anexou grande parte do México; o segundo por ter

aspirações que contrariavam a solidariedade continental sempre intervindo em assuntos político-econômicos na região do Prata.

O movimento bolivariano, resistência liderada por Simon Bolívar, teve por antecedentes a insurgência dos Túpac Amaru no Peru em (1780), a rebelião dos escravos venezuelanos (1795), a luta pela libertação do Haiti durante o século XVIII e revoltas como a dos Comuneros contra o modelo econômico de espoliação na região. A esses momentos de resistência juntaram-se os projetos emancipatórios de homens como Francisco Miranda, Miguel Hidalgo y Costilla, José de San Martín, Juan Nepomuceno Troncoso dentre tantos outros que batalharam por um ideal alicerçado na libertação da América Latina do jugo imperialista. Seus pressupostos não conseguiram se firmar por muitos motivos, notadamente pelos fundamentos liberais em franca expansão na época: protecionismo geopolítico e econômico; rivalidade declarada do *free trade* inglês, que via na América Latina um território de escoamento de seus manufaturados; abolição da escravidão; pretensões expansionistas estadunidenses (notadamente pelas Antilhas). Para além desses fatores, o temor da neocolonização por parte da Santa Aliança europeia, que buscava restabelecer o absolutismo, urgia um plano de proteção.

Liderado por representantes da aristocracia hispano-americana, o movimento tornaria o venezuelano Simon Bolívar um dos maiores precursores e idealizadores de um projeto de unificação da América do Sul num único corpo político. Com esta afirmação não se quer apagar a memória histórica de muitos lutadores no mesmo processo, como Plabo Olavide, Juan Martínez de Rosas, Jose de San Martín e, especialmente, Francisco Miranda com sua defesa por uma solidariedade continental.

Por motivos óbvios nos detemos no plano bolivariano, mas outro projeto se contrapunha a este: o monroísta (derivado da Doutrina Monroe – 1823). Tratou-se de um conjunto das políticas aplicadas pelo presidente dos EUA, James Monroe (1817-1825), que se opunha à tentativa de recolonização das nações americanas recém-emancipadas por suas ex-metrópoles. Seu lema era “a América para os americanos”, entendido como os americanos do norte do continente. Aliás, não em vão predomina o uso do termo “americano” para designar o povo estadunidense.

As consequências do fracasso do movimento bolivariano foram muito bem expostas Galeano (1978, p. 183) quando afirma que nos tornamos

Um arquipélago de países, desconectados entre si, [que] nasceu como consequência da frustração de nossa unidade nacional. Quando os povos em armas conquistaram a independência, a América Latina aparecia no cenário histórico enlaçada pelas tradições comuns de suas diversas comarcas, exibia uma unidade territorial sem fissuras e falava dois idiomas fundamentalmente da mesma origem, o espanhol e o português. Porém nos faltava, como

assinala Trías, uma das condições essenciais para constituir uma grande nação única: nos faltava a comunidade econômica.

Um genocídio atroz: um divisor de águas na América Latina

A história militar das Américas retrata a Guerra da Tríplice Aliança como marcada por registros dos mais terríveis crimes de guerra já ocorridos na humanidade. Tal fenômeno representou o extermínio quase que total da sociedade paraguaia, numa campanha marcada por uma carnificina com requintes de crueldade que não levou em conta nem mesmo os protocolos de guerra. Para Chiavenato (1988, p. 140), “uma compreensão dialética entre a crueldade, a natureza da guerra em face às necessidades históricas e o crime de guerra em si – uma ação criminosa sem justificativa histórica”.

Fato é que esse episódio da história militar do continente constituiu-se parte de um conjunto de guerras que caracterizaram a emergência e o desenvolvimento do imperialcapitalismo inglês na América do Sul. Nas palavras de Hobsbawm (1982, p. 96), “o próprio processo de expansão capitalista global que multiplicava as tensões no mundo não europeu, as ambições do mundo industrial e os conflitos diretos e indiretos dali surgidos”.

O Paraguai teve, como saldo da guerra, o genocídio de sua população, perdas territoriais, a dissolução do seu modo de produção, a privatização de suas terras, tendo ainda que arcar com ressarcimentos do conflito, sendo forçado a contrair sua primeira dívida externa. Para Sodré (1969, p. 65),

A chamada questão platina, com os seus episódios militares inclusive, é a longa história da luta da Inglaterra para dominar o mercado sulino, e tem o seu último ato, com a participação brasileira, na guerra com o Paraguai, quebrando o isolamento em que o vinham mantendo os governos de França e dos Lopez. Claro que não foi esta a causa única da questão platina, mas a fundamental.

Tais consequências causaram à nação paraguaia uma completa desestruturação político-social, com destaque para a fome como uma das mais terríveis mazelas do pós-guerra, provocando severo sofrimento aos sobreviventes, como registra Taunay (1870, p. 300):

Daquellas bandas têm chegado numerosas famílias paraguayas em estado peor, se possível fôr, do que as outras anteriormente salvas. Verdadeiros cadáveres ambulantes, roídos pela fome, trazem consigo ossos carcomidos com que procurão fazer caldos ou laranjas azedas, que poupão como alimento saboroso e de ultimo recurso. Essas desgraçadas creaturas, niveladas com os brutos pelo soffrer incessante, accumulão-se junto aos depósitos do fornecimento e ahi ajuntão do chão, grão por grão, o milho ou arroz que caia das saccas.

O Paraguai que, segundo Chiavenato (1988, pp. 158-159), no início da guerra apresentava uma população de 800.000 habitantes foi reduzido a cerca de vinte e cinco por cento desse contingente, restando apenas 194.000 sobreviventes; destes, 180.000 eram mulheres. A população paraguaia, antes da guerra, é importante ressaltar, teve 99,47 por cento dos homens em idade produtiva, aniquilados. Tais dados, contestados pela corrente neorrevisionista, no entanto, qualquer historiografia que tenha respeito pela verdade histórica não pode negar o genocídio guarani como fato. Além do mais, não faltam provas testemunhais e fontes históricas primárias confiáveis que revelam as atrocidades e sua profundidade no episódio, a exemplo do oficial do exército paraguaio, Juan Crisóstomo Centurión, sobrevivente do conflito, que vivenciou o processo e testemunhou o extermínio de sua tropa e a grande maioria da população guarani. Centurión (2005, p. 212) relata que

La soldadesca brasileira cometió muchos abusos; mato inútilmente y con indecible crueldad a muchas personas indefensas, y finalmente, para colmo de atrocidad, prendió fuego al campamento, muriendo carbonizados, i enfermos e heridos que yacían en los ranchos y pajonales!

Por esse viés, o ideal civilizatório propagado pela Tríplice Aliança, que tinha como objetivo “libertar” o povo guarani do jugo opressor de Solano Lopez, na tessitura da carta do tenente-coronel Manoel Antônio da Cruz Brilhante, endereçada ao coronel João Sabino de Sampaio Menna Barreto, revela a extrema frieza dos militares aliados quando descreve o resultado do extermínio do povo paraguaio.

A calcular-se pela precipitação da fuga do inimigo em numero de 3,000 homens, pelos cadáveres sobre que pisávamos, de homens de todas as idades, desde o menino de oito annos até o macrobio, e de mulheres de todas as idades também, cujo numero dos cadáveres masculinos excedia a mil (apud COSTA, 1871, p. 377).

Outra prova histórica que evidencia o massacre é o próprio boletim informativo do Exército Brasileiro sobre as operações militares contra o Paraguai, fornecendo subsídios para entender o atroz genocídio perpetrado no conflito:

Direi que entre os cadáveres encontrados no terreno do combate acharam-se os de aleijados e feridos não curados ainda, e o de um menino de 11 a 12 annos que havia soffrido anteriormente uma amputação no braço esquerdo, e foi obrigado a combater com uma espada que ainda apertava em sua mão direita (TUNAY, 1870, p.137).

Em outra comunicação, agora no quartel de Villa Franca, o *Marquez de Caxias*, ao deixar patente o caráter “civilizatório” do conflito, buscava dar uma tonalidade humanitária ao genocídio. Seu discurso, altamente ideologizado, apropria-se das

principais instituições da formação social brasileira (a República, a Bandeira Nacional e a Igreja Católica, cobertos pelo manto do nacionalismo) para sacramentar a Guerra contra o Paraguai como uma ação necessária e atribuir a Solano López as consequências do conflito, demonizando o ditador. Registrou Caxias que

Os que tivessem commigo observado o que acabo de descrever, no solo de uma republica que se diz regida por livres instituições, e em um paiz que se proclama catholico, haviam convencer-se de que o mais irreconciliavel inimigo, que o infeliz povo paraguay tem tido e tem, é o seu actual dictador, Francisco Solano Lopez. Elles seriam os primeiros a declarar que as potências aluadas, independentemente da vingança das injurias feitas ás suas bandeiras,- cumprem, tratando de livrar o Paraguay de Lopez, a mais santa e justa missão que o catholicismo, a humanidade e a civilização lhes podia confiar (apud LIMA e SILVA, 1871, p. 23).

Os crimes de guerra

A “Guerra do Brasil”, como é conhecida no Paraguai, foi palco de inúmeros crimes contra a humanidade, delitos pouco abordados pelos historiadores brasileiros, talvez por influências da herança da historiografia republicana – preocupada com a consolidação de uma identidade nacional – que moldava as narrativas do conflito à ideologia do nacionalismo, exaltando os militares brasileiros como heróis libertadores do Paraguai. Partindo da concepção de que a história é contada pelos vencedores, tal versão republicana da história “despreocupou-se com as razões e os cenários sociais e nacionais da Guerra, privilegiando a apresentação cronológica do confronto, definido como choque entre a *civilização* [o Império] e a *barbárie* [o Paraguai]” (MAESTRI, 2003, p. 4).

Era praxe as tropas brasileiras capturar combatentes paraguaios que negavam a lutar contra seus próprios compatriotas – muitos destes familiares. A maioria dos prisioneiros de guerra era agregada à infantaria dos batalhões e empregada no teatro de operações, sempre na vanguarda das tropas, bem na linha de frente dos embates. O suíço Ulrich Lopacher, testemunha ocular da tomada do Forte de Humanité, integrante forçado das forças armadas da Argentina presenciou um marcante episódio da guerra. Ele registra que

Durante a rendição dos de Humaitá aconteceu algo notável: um dos que se rendiam abandonou de imediato a seus companheiros, se precipitou, como louco, sobre um dos nossos e o abraçou, o beijou e não quis desprender-se dele: era um sargento da artilharia da fortaleza. Aconteceu que este sargento era uma sargenta em uniforme de artilheiro e que havia participado do sítio na Fortaleza de Humanité. Nosso companheiro, um paraguaio, era seu marido e lutava, *como prisioneiro* (LOPACHER Apud CHIAVENATO, 1988, p. 144).

Doenças e epidemias fizeram parte estratégica do contexto genocida da campanha, numa guerra bacteriológica contra o povo guarani. O General Mitre entregava os prisioneiros de guerra às tropas paraguaias, os seus irmãos de armas, contaminados por doenças infectocontagiosas; contaminava os rios com cadáveres coléricos, disseminando a doença entre as populações ribeirinhas e os militares paraguaios, causando grande número de mortos. O Duque de Caxias, em correspondência confidencial ao imperador D. Pedro II, datada de 18 de setembro de 1867, relata como costumava agir juntamente com Mitre na contaminação dos rios:

O general Mitre está resignado plenamente e sem reserva as minhas ordens; ele faz quanto eu lhe indico, como tem estado muito de acordo comigo, em tudo, ainda enquanto a que os cadáveres coléricos, se joguem nas águas do Paraná, já da esquadra como de Itapiru, para levar o contágio às populações ribeirinhas, principalmente às de Corrientes, Entre Rios e Santa Fe que lhes são opostas (Apud CHIAVENATO, 1988, p. 145).

A venda de civis e prisioneiros de guerra como escravos, pelas tropas aliadas, tornou-se um lucrativo negócio para o Exército Brasileiro. Em carta destinada ao Vice-presidente da Argentina, Marco Paz, datada de 4 de outubro de 1865, o general Mitre descreve como os militares brasileiros conduziam os negócios:

Nosso lote de prisioneiros em Uruguaiana foi mais de 1400. Estranhará a V. o número, que deveria ser maior; mas a razão é que, por parte da cavalaria brasileira, houve no dia da rendição tal roubo de prisioneiros, que pelo menos arrebataram de 800 a 1000 deles, o que mostra a você a desordem dessa tropa, a falta de energia de seus chefes e a corrupção dessa gente. *Pois os roubaram para escravos*; até hoje mesmo andam roubando e comprando prisioneiros do outro lado (Apud CHIAVENATO, 1988, p. 146).

Ao analisar os crimes de guerra ocorridos na Guerra contra o Paraguai, é impossível não se reportar ao sanguinário Conde d’Eu que, no final do conflito, assumiu o lugar do Duque de Caxias, comandando o Exército Brasileiro no teatro de operações da campanha. Em menos de um ano à frente das tropas, o Conde estampou com sangue o seu nome na história das guerras. Acosta Ñu é cenário do mais sórdido crime de guerra cometido por ele, sendo a verdadeira representação do holocausto guarani. A batalha foi marcada pela disparidade de forças entre as partes, e, “a pesar de esa inmensa desproporción, los paraguayos sostuvieron la lucha hasta las 5 de la tarde; es decir, que 20.000 hombres lucharon durante 8 horas contra 4.500 mal armados” (CENTURIÓN, 2005, p. 99).

Dentre os 4.500 paraguaios, 3.500 crianças de 6 a 15 anos – os *niños combatientes* – foram fundamentais na estratégia de fuga de Solano Lopez para Cerro Corá, retardando as tropas aliadas. No fim do embate, com um grande número de

crianças moribundas no campo de batalha, o Conde d’Eu, num ato de extrema covardia “mandou incendiar a macega – no braseiro, viam-se crianças feridas correr até caírem vítimas das chamas” (CHIAVENATO, 1988, p. 167). O saldo dessa selvageria é relatado por Centurión (2005, p. 97):

Las llamas a esa hora devoraban una parte del campo donde murieron carbonizados muchos heridos. Y la porción no incendiada ofrecía a la vista el triste y doloroso espectáculo de muertos y heridos, esparcidos por doquier; aquellos, inertes: éstos palpitantes; lanzando gritos desgarradores de dolor y de desesperación en las ansias de la muerte.

Considerações finais

Ao finalizarmos este artigo, reforçamos o apelo inicial de compromisso com uma visão a partir da totalidade histórica como metodologia de fuga da pseudoconcreticidade (na concepção de Kosik (1976)) para romper com os padrões delineados pela história tradicional, buscando expor as trágicas consequências das relações de poder na Guerra contra o Paraguai, dando ênfase à história que nos foi suprimida: a do cotidiano, dos marginais, dos bastidores da realidade, dos povos subalternizados pelo poder do grande capital. A “outra história”, na concepção de Rude (1982). No âmbito acadêmico, raramente teve lugar uma história que desse conta da vida, das aspirações e da subjetividade das pessoas comuns, dos coletivos sociais, dos pobres, dos “dominados”, o que deixou uma lacuna profunda na trajetória desses segmentos no que diz respeito à forma pela qual os coletivos sociais vivenciam, concebem, interferem e interagem no âmbito da sua realidade, transformando-a e sendo transformada por ela.

Assim entendendo, para nós, a historiografia da Guerra contra o Paraguai tem, ainda, um terrível débito no que se refere ao registro do holocausto perpetrado contra o povo daquela nação. Não se trata de vitimizar o Paraguai, mas de resgatar a sua – e nossa – história para além dos fundamentos positivistas e do nacionalismo burguês que permeia boa parte das abordagens do conflito. A crueldade da guerra e os comportamentos idem não devem ser naturalizados como fazer guerreiro. Nesse sentido, pautando-nos nos princípios aqui evidenciados, cremos que a Guerra contra o Paraguai evidencia, entre outras coisas, dois fatos: a resistência heroica do povo paraguaio e a insana ferocidade dos interesses imperial-capitalistas em subordinar as recém nações a seu jugo. A história o mostrou, não só desvelando o imprescindível financiamento do capital inglês no processo e o que isso significou para as nações envolvidas diretamente no processo. Vilaboy (1984, p. 187) é contundente quando afirma que, como

resultado del proceso de penetración imperialista fue renaciendo el latifundio en gran escala y deformándose la estructura económica nacional, en consonancia con los intereses promovidos por la división internacional capitalista del trabajo.

Com a oligarquia liberal burguesa no poder, o liberalismo se expandiu, o livre comércio implantado em Assunção (Paraguai) sacramentou os interesses imperialistas – principalmente britânicos – de conquista dos mercados da América do Sul. As bandeiras desfraldadas estampavam lemas como “civilização”, “progresso” e “modernização” não por acaso. Os imperialistas ingleses atingiam seus objetivos, expandindo as relações capitalimperialistas também na América do sul, ao custo de muito sangue derramado do povo guarani.

Referencias

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. *América Latina: Transnacionalização e Lutas Sociais no Alvorecer do Século XXI; da luta armada como política (o caso EZLN)*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

_____. *Globalização: a nova retórica do velho imperialismo (Uma abordagem do imperialismo dos séculos XX/XXI)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Pontífice Universidade Católica de São Paulo – PUC. São Paulo, 2009.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memórias o Reminiscências Históricas de la Guerra del Paraguay T.IV*. Asunción: Biblioteca Virtual del Paraguay, 2005.

CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio americano: A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Republicas do Uruguay e Paraguay*. Considerações sobre o Exército do Brasil e suas campanhas. Volume IV. Livraria de A. G. Guimarães & Cia.: Rio de Janeiro, 1871. Disponível em: <<http://migre.me/8XLQ4>>. Acesso em 05/05/2012.

_____. *A Guerra contra o Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Monteoliva. *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBSON, John A. *Estúdio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

KOSIK, HAREL. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÊNIN, V. I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 3º Edição. Obras Escolhidas. Tomo I. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital – Estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo*. Trad.: Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1970.

MAESTRI, Mário. “Guerra contra o Paraguai: da instauração à restauração historiográfica”. In: *Revista Espaço Acadêmico*, Ano II, nº 20, janeiro/2003. Disponível

em: <http://www.espacoacademico.com.br/020/20hmaestri.htm>. Acessado em 07/05/2011.

POMER, León. *Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. 2ª Edição. São Paulo: Global Editora, 1981.

_____. *Guerra do Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*. 7ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2001.

_____. *La Guerra del Paraguay. Gran negocio!* Buenos Aires: Calden, 1968.

ROMERO, José Luis. *El pensamiento político de la derecha latino-americana*. Buenos Aires: Paidós, 1970.

RUDÉ, G. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. *As razões da independência*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.

TAUNAY, Visconde de. *Campanha do Paraguay: Diario do exercito 1870*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

VILABOY, Sergio Guerra. *Paraguay: de La Independencia a La Dominacion Imperialista*. 1811-1870. Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1984.

ESCOLA BRASILEIRA: FÁBRICA DE DESIGUALDADES SOCIAIS

Norton F. Corrêa

Professor do Programa de Pós Graduação Cultura e Sociedade – UFMA.
nortonfc@ibest.com.br

Resumo

O Primeiro e Segundo graus do ensino brasileiro têm sido alvo de inúmeros estudos, quase todos produzidos por pedagogos e educadores. Os problemas que o sistema enfrenta, especialmente a grande repetência e evasão escolar, são atribuídos, por estes especialistas, autoridades do ensino e mesmo o senso comum, ao despreparo e/ou má remuneração dos professores e falta de infra-estrutura das escolas. A abordagem adotada no presente trabalho, antropológica, permitiu novas conclusões, sugerindo que a causa maior destas questões é o imenso volume de conteúdos ministrados e a inutilidade da maioria deles para o cotidiano do egresso, sendo significativo que, depois de 12 anos na escola, ele não tenha acesso ao mercado de trabalho de melhor remuneração. Com dificuldades muito maiores de enfrentar tal desafio, os pobres abandonam mais facilmente a escola, sendo reforçadas com isto as desigualdades sociais.

Escola; pobreza; antropologia

The first and second grades of Brazilian teaching have been the subject of numerous studies, nearly all produced by teachers and educators. The problems that the system faces, especially the high repetition and abandon, are assigned by these experts, education authorities and even common sense, the lack of preparation and/or poor remuneration of teachers and lack of infrastructure in schools. The approach adopted in this work, anthropological, allowed new conclusions, suggesting that the major cause of these issues is the sheer volume of material taught and the futility of most of them for everyday of graduates, it is significant that, after 12 years in school, he not have access to the labor market for better pay. With much greater difficulties to face this challenge, poor abandon the school more easily, with this being reinforced social inequalities.

School, poverty, anthropology

Minha experiência no campo da pesquisa antropológica iniciou, formalmente, em 1969, quando ingressei num curso de 3 anos sobre cultura popular promovido pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Logo me dediquei a pesquisar o batuque, religião afro-brasileira característica do Estado sulino, praticada principalmente por negros muito pobres. Dois anos depois ingressei no curso de Ciências Sociais, na UFRGS, concentração em Antropologia, mais tarde no mestrado

em Antropologia Social, na mesma universidade e posteriormente, já como professor da UFMA, o doutorado na PUC/SP, na mesma área e sempre trabalhando o mesmo tema.

Neste meio tempo, em 1974, assumi o cargo de professor na rede estadual de ensino e, no início dos anos 1980, na municipal de Porto Alegre, tendo lecionado em várias escolas até 1989, quando me radiquei no Maranhão.

A formação antropológica e a experiência de campo já adquirida foram decisivas para que eu começasse a pensar sobre a escola como um objeto de análise. Diferentemente das pesquisas sobre o batuque, onde me mantinha apenas como pesquisador, eu tinha sido, como aluno da rede pública, e era, agora, como professor, um de seus integrantes, as memórias do passado dialogando com as observações que realizava naquele momento. O que certamente me motivou a voltar o meu olhar para a escola, analiticamente, foi a insatisfação de constatar que a grande maioria dos alunos, muito pobres, continuariam na pobreza após completar o Segundo Grau. A principal razão era o fato de que a maior parte dos conteúdos que lhes eram passados durante os 11 anos no sistema de ensino, certamente teriam pouca utilidade para a sua vida cotidiana futura no sentido de obter ocupações melhor remuneradas no mercado de trabalho – apesar do discurso alardeado aos quatro ventos de que a escola era o melhor caminho para “subir na vida”. As próprias estatísticas mostravam que apenas um pequeno contingente de alunos – os mais ricos – ingressava no Terceiro Grau. Meu convívio estreito com os integrantes do batuque também confirmava tal conclusão, pois os negros pobres se constituem nas vítimas maiores do que considero a maior fábrica de desigualdades sociais do Brasil: o sistema de ensino. .

Boa parte das idéias aqui expressas, especialmente a questão da inutilidade que caracteriza uma infinidade de conteúdos presentes nos currículos escolares e sua relação com os problemas de repetência e evasão, começaram a germinar e se desenvolver já nos inícios de minha carreira como professor de escola. O tempo permitiu que outros dados e ideias passassem a se combinar com os dados que ia reunindo.

O presente artigo tem como base, mas sobretudo desenvolve e atualiza ideias constantes em Corrêa (2004), abrangendo o ensino de Primeiro e o de Segundo graus, devendo-se considerar, entretanto, que ambos fazem parte de um conjunto que inclui o Superior e seus desdobramentos, o que escapa, porém, ao âmbito da análise. Utilizo os termos ensino, sistema de ensino, de educação, escola, como sinônimos.

Apesar de ter efetuado também a Licenciatura em Ciências Sociais, não sou pedagogo, educador ou especialista do contexto do ensino: apenas apliquei um olhar antropológico sobre alguns fenômenos, colhendo e combinando dados a partir dos quais cheguei a certas conclusões sobre a Escola. Talvez a mais importante delas seja o peso simbólico, caracterizado pela autoridade, legitimidade e poder do sistema de ensino frente à sociedade brasileira. Trata-se de um conjunto que envolve desde a escolinha dos confins dos interiores dos interiores do Brasil, até o próprio Ministério da Educação, o material humano que mobiliza - alunos, professores, especialistas - de milhares de publicações impressas, os livros didáticos, prédios e assim por diante. Tal peso é reforçado, também, por um infinidade de indicadores, como ser considerado o locus do saber, da inteligência, da cultura e de sua produção e criação. Ou reunir a nata dos intelectuais. Ou porque foi e é muito presente na vida da grande maioria dos brasileiros. É possível que tais fatores também sejam responsáveis pelo incrível grau de intocabilidade que percebo nos conteúdos dos currículos escolares. Mesmo com os problemas gravíssimos que historicamente vem apresentando, têm recebido apenas alterações superficiais, cosméticas, mas não em suas dimensões mais profundas.

Evidentemente, que não sou contra nenhum dos campos de estudo trabalhados na escola, pelo contrário. Discordo é do fato de que certas informações de natureza muito complexa e praticamente inúteis para a vida futura do egresso do sistema de ensino, serem consideradas requisitos imprescindíveis para que obtenha um diploma de curso superior que lhe garantirá condições melhores e mais dignas de vida.

O objetivo do trabalho é enfocar, através de um prisma antropológico, o ensino escolar da 5ª série ao Médio. A metodologia é qualitativa, comparativa e estudo de micro-universos sócio-culturais. No caso tal universo são os estabelecimentos escolares, tendo como segundo plano o sistema de ensino todo e, como pano de fundo, a sociedade brasileira. A metodologia antropológica e as respectivas técnicas implica, necessariamente, na vivência - e quanto mais próxima e longa, melhor - com os pesquisados. Qualitativo, também, porque busca a qualidade, ou seja, um aprofundamento maior quanto aos dados. Faz parte, ainda, do método antropológico, o exercício de estar “dentro” e “fora” do grupo estudado, isto é, conviver com ele, mas, simultaneamente, observá-lo com um olhar técnico, digamos, analítico, como se estivéssemos frente a uma realidade estranha a nós.

Aplicar um olhar antropológico sobre a escola permite vislumbrar realidades muitas vezes não percebidas pela grande maioria dos pedagogos e educadores. Com

efeito, apesar do discurso de que a escola deve preparar o aluno para a vida em sociedade, tal enfoque leva a concluir que, na prática, é percebida como tendo seu fim em si mesma, e não “para fora”. É neste sentido que se trata de um olhar que se limita a orbitar em torno ao próprio umbigo. A perspectiva antropológica a considera como uma agência que promove (ou deveria promover) a transmissão da cultura e, portanto, inextricavelmente inserida na sociedade. Durante a pesquisa, entrevistei professores e alunos, examinei cadernos destes últimos, além de livros didáticos do Segundo grau, apostilas de vestibulares, estatísticas do IBGE e realizei observações sistemáticas e assistemáticas em diferentes escolas. Igualmente, analisei conteúdos de revistas especializadas em Educação, matérias de jornais, assisti muitos programas da série “Salto para o Futuro”, transmitidos pela antiga TVE, hoje TV Brasil. Quanto à bibliografia, não fiz incursões mais aprofundadas na pedagógica e de educadores brasileiros. Privilegiei obras de alguns considerados mais clássicos, como Dermeval Saviani (1989) e Moacir Gadotti (1997), especialmente para verificar sua visão sobre o sistema de ensino. Mas incorporei outras de estudiosos menos conhecidos. Por isto, não ignoro que possa estar repetindo conclusões e observações já trabalhadas por outrem, embora não me conste que a escola tenha sido abordada a partir do olhar que lhe aplico.

Cultura, conteúdos escolares e pobreza

A cultura, do ponto de vista antropológico, abrange toda a produção humana, desde a efetuada pelos primeiros ancestrais da espécie até a tecnologia de ponta atual.

A transmissão cultural, desde nossos ancestrais remotos, ocorreu através do boca-ouvido, do faça-não-faça, da imitação e do ensaio-e-erro. Com a complexização da sociedade, foi criada a escola, destinada à transmissão da cultura através de metodologias e técnicas formais diversas. Entretanto, convenhamos, é impossível de transmitir, no pequeno espaço de tempo do período escolar, toda a cultura de todas as populações antigas e atuais, o que resultou numa imprescindível – e, por conseguinte arbitrária - delimitação do que deveria ser transmitido. A seleção, efetuada por intelectuais recaiu, logicamente, sobre a cultura erudita, por eles considerada como *a Ciência*. Tais elementos correspondem aos conteúdos dos currículos, o que denomino de *o que se ensina*. Mas a transmissão implica, necessariamente, em formas de efetua-la, ou seja, teorias e metodologias, locais onde o processo transcorre, além dos

professores. Considero que tal conjunto compõe o *como se ensina* ou *infra-estrutura*. Subjacente a tudo isto, entretanto, há um modelo previamente estabelecido de aluno.

A aprendizagem é um processo contínuo, do nascimento à morte, sendo um engano imaginar que a escola seja a única instituição que media a transmissão/assimilação da cultura (embora mesmo as autoridades educacionais pareçam acreditar piamente nisto). Na verdade, passamos mais tempo, em nossa vida, fora da escola do que dentro dela, a aprendizagem ocorrendo, progressivamente, com a família, os grupos de vizinhança, de trabalho, mais tarde. A instituição da escola dividiu o encargo de promover o processo de aprendizagem da criança com a família, mas o surgimento dos meios de comunicação de massa, especialmente a televisão e, mais recentemente a internet, com toda a sorte de informações que oferece, dividiu ainda mais tal encargo. Os MCM, sem discutir o mérito do que transmitem, se impuseram com mais força, nesta tarefa, pois contam com certas facilidades quanto à forma de apresentação, a comodidade, a possibilidade de auto-aprendizagem.

Economicamente, as sociedades humanas, contam com três classes de indivíduos: as crianças e velhos, que, respectivamente, ainda não produzem e que não produzem mais; e os jovens e adultos, que produzem para sustentar os dois outros segmentos. A assimilação da cultura tem como objetivo maior preparar os indivíduos para o trabalho, mas a escola vai na contramão do processo geral: após 12 anos, hoje, investindo no estudo, o egresso não tem as mínimas condições de aplicar o que aprendeu para ao menos se sustentar, porque o tempo é ocupado na decoração de classificações, nomenclaturas, regras, fórmulas, para não se falar de operações matemáticas mirabolantes. Tais dados, com o tempo, vão para os porões da memória, terminando por cair no esquecimento. A criação cultural para fins práticos, a instrumental, objetiva melhorar a qualidade de vida de seus próprios criadores, uma contradição com os currículos escolares. O fato de estarem sendo agregados novos conteúdos sem descartar outros, agrava o problema. Tais características fizeram do currículo escolar brasileiro um monstro imenso e disforme, sem pé nem cabeça, em que o ato de decorar é muito mais valorizado do que o de pensar e criar.

Os mais prejudicados são os pobres, sendo a pobreza familiar decisiva para as dificuldades de aprendizagem do aluno. Some-se a isto a necessidade de trabalhar. Acrescente-se que dos 10% mais pobres da população, 80% são negros, os mais prejudicados dentre os mais prejudicados. Ou seja, os problemas que assolam a escola

cumprem papel similar ao do racismo no sentido de manter na pobreza as populações negras.

Positivismo e currículo

Duas ideias ressaltam no discurso oficial do poder público sobre o sistema de ensino, fornecendo-lhe legitimidade e sustento. Primeira: a instituição é democrática, pois acessível a todos. Segunda: a escola representa o mais relevante canal de ascensão social. A primeira afirmação é só parcialmente verdadeira: de fato, dá acesso a todos, mas o que não é dito que tal possibilidade diz respeito aos primeiros anos escolares, porque o índice de repetência e evasão (ou expulsão, como querem, com razão, alguns autores), aumenta, estabilizando em torno a 50-60%. Esse percentual parece ser constante e histórico: um publicação sobre a escola, no Rio Grande do Sul, talvez, dos anos 1940 – infelizmente esqueci de anotar a referência - apresentava índices idênticos. A segunda ideia, canal de ascensão, também é parcialmente falsa, pois funciona praticamente para o segmento populacional de maior nível de renda, como assinalai, o IBGE registrando que 60% da população brasileira tem apenas quatro anos de estudo. Isto não significa, porém, que alcance a quarta série, pois com duas repetências terá freqüentado a escola apenas até a segunda.

O fato de o currículo se constituir num monstrengo, como referi, parece ter relação com a adoção do positivismo no sistema de ensino brasileiro. A doutrina de Auguste apresentava características que a tornaram muito atraente para os intelectuais do Ocidente, na época em que foi criada e desenvolvida. Seu auge ocorre nos meados dos anos 1800, quando a Europa se deslumbrava com a Revolução Industrial.

Comte possuía extraordinária familiaridade com várias áreas do conhecimento daquela época, das ciências naturais às humanas. De todas, a Matemática era a mais importante. “Positivismo” se referia a um estágio cultural sonhado por seu criador, aquele em que todos os fenômenos de todas as naturezas seriam explicados apenas pela Ciência e não pela religião, como ocorria na época. Por isto Comte denominou o positivismo de “religião da humanidade”, sendo que a disciplina Moral substituiria o cristianismo. Sob o positivismo, até a vida coletiva cotidiana deveria ser racionalizada, sendo instituída uma determinada ordem social que viabilizaria o progresso à sociedade humana. A feição evolucionista de suas teorias, comum a muitos intelectuais de sua época, assim como o fato de ter proposto uma sistematização e metodologia para a prática da ciência, certamente influenciaram muito em sua adoção. Tal metodologia,

sucintamente, implicava na identificação do fenômeno, sua caracterização minuciosa, seu enquadramento em categorias, para comparações posteriores, com isto se chegando a explicações sobre ele.

O positivismo foi adotado, possivelmente, por boa parte dos intelectuais brasileiros, porque almejavam tirar o país da situação em que o percebiam, atraso, e guindá-lo ao patamar dos países europeus e EUA. Muitos, ainda, eram ativistas e buscavam a queda do Império, visto que a república era considerada um tipo de governo mais moderno. Um dos principais articuladores do movimento era Benjamin Constant. Tão logo foi proclamada a República, assumiu o cargo de Ministro da Instrução, hoje da Educação, mais tarde implantando uma reforma no ensino militar e civil embasada nos princípios positivistas (Lins, 1964: 361). Certos problemas graves, entretanto, não foram eliminados: a feição do modelo de escola jesuítico, herdado, pelo colonial e imperial, que considerava como candidatos apenas os filhos da elite, o que seguia a ideia de que o único trabalho digno era o intelectual. Na verdade, dava continuidade do velho ranço colonial e imperial, em que os egressos do ensino – e este ocorria, na maioria das vezes em instituições no estrangeiro - ou eram sustentados pelo trabalho escravo ou recebiam cargos públicos bem remunerados. Pobres, negros e mestiços, na visão de mundo das elites, eram vistos como tão inferiores, na escala social (no caso dos dois últimos também pela “raça”, uma vez que as teorias raciais estavam no auge), que não teriam a mínima capacidade mental, para ascender aos níveis mais altos do ensino e contribuir para o almejado progresso do país. O perfil dos intelectuais de então era estabelecido pelo título acadêmico e riqueza, além de erudição, habilidades como escrever bem em prosa ou verso, argumentar, discursar em público, conhecer os autores clássicos da literatura, música, pintura. Por isto o sistema de ensino do Império, Colônia e República tem caráter francamente bacharelesco e beletrista.

Anteriormente referi que a escola, explícita ou explicitamente, constrói um modelo de aluno ideal. No caso da brasileira, certamente se espelhava em Comte, com sua profundidade em todos os campos do conhecimento mais valorizados, na época.

O perfil da escola que temos parece combinar dois fatores já vistos: o modelo de aluno calcado em Comte e o bacharelismo e beletrismo, que associa, em parte, uma dimensão cartorial (decorar dados sem combiná-los, o que seria o exercício da inteligência) e uma erudição de enfeite, para ser exibida em salões. O vestibular, eixo em torno do qual o sistema de ensino orbita desde muitas décadas, mas que continua até hoje, ilustra tais argumentos: toda a população escolar é obrigada a enfrentar o

currículo-monstrengo, embora só os mais ricos terão acesso aos cursos mais almejados e de maior remuneração. Acrescente-se que a relação entre o que o aluno foi obrigado a aprender para o vestibular tem escassíssimo aproveitamento para a carreira escolhida. Além disto, muito do que aprendeu na universidade também é inútil para a profissão, boa parte da aprendizagem ocorrendo na prática continuada.

Truques para mostrar serviço

O Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, estabelecido pela ONU, é um indicador que permite que o país faça jus a financiamentos internacionais ou possa ocupar posições mais elevadas de poder em órgãos mundiais. O grau de escolaridade da população faz parte destes indicadores. Esta é uma das razões por que os governos procuram manter os coeficientes de escolaridade altos.

O Brasil tem procurado melhorar tais níveis, mas problemas como o descaso a que é relegada a educação, a inutilidade da maioria dos conteúdos e inchaço dos currículos (ambos, para mim os principais entraves), os índices de reprovação e abandono muito altos, têm dificultado a manutenção de tais índices. Na impossibilidade de elevá-los, o poder público tem apelado, constantemente, para estratégias. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, alardeava que conseguira colocar na escola 97% dos alunos em idade escolar, mas não informava quantos permaneciam e muito menos que melhorara merenda e distribuía o bolsa-escola para que permanecessem.

Determinações recentes do MEC, mas já adotada por alguns estados brasileiros: a escola não pode reprovar alunos até certo nível, um absurdo, pois as avaliações são imprescindíveis para averiguar o coeficiente de aproveitamento do aluno e a eficiência do sistema. Quando lecionava em uma escola estadual, em Porto Alegre, lá pelos anos 1980, fui participante de um caso emblemático destes. Tratava-se da “avaliação por objetivos”: o conteúdo era subdividido em partes, cada uma com seu objetivo. Cada objetivo, se não atingido, deveria ser recuperado. O “método” implicava no uso de uma planilha e sinais diversos para indicar conteúdos em que fora aprovado, reprovado ou recuperados. Assim, o aluno nunca era reprovado em uma disciplina, pois era “recuperado” antes. Mas a complicação era tanta que nem os professores e mesmo os especialistas enviados às escolas pela Secretaria de Educação para explicá-lo, tinham condição para tanto. Em minha escola estabeleceu-se um verdadeiro pânico entre as colegas, pois se auto-acusavam de incapacidade. Percebendo que o processo era muito problemático, apliquei uma brincadeira de contagem infantil para cada objetivo,

privilegiando, entretanto, os aprovados, ao mesmo tempo em que aplicava, sem confessar, os critérios que sempre usei e que funcionavam muito bem. Quando as supervisoras da SEC voltaram, a supervisora da escola lhes mostrou minha planilha: aplausos gerais! Quanto ensinei, em particular, às colegas, a fórmula mágica, ficaram muito surpresas e incrédulas, até que uma mais corajosa entregou a planilha, recebendo elogios e assim sucessivamente. Na verdade, estávamos diante de um caso semelhante ao da história da roupa do rei: todos percebiam que ele estava nu, mas em respeito a ele (o sistema, representado pela planilha), fingiam ignorar o que de fato acontecia.

Supus que o nervosismo e a obsessão em acertar, tanto por parte de minhas colegas como das enviadas da SEC, era parte de um sentimento gerado pela crença de que o sistema de ensino brasileiro, apesar dos pesares, é eficaz, funcional e infalível. Talvez porque possua um extraordinário peso simbólico e um grau de legitimidade e credibilidade muito forte, ao ponto, diria, de ter assumido como que uma vida própria e uma feição monolítica, o que o tornaria imune a intervenções e reações de seus criadores. E tal respeito, digamos, não é expresso apenas por professores, mas também pelos próprios integrantes de seus altos escalões do sistema, daí, talvez, a dificuldade em mudar. É possível, também, que a surpresa de minhas colegas se devesse a isto, pois perceberam que as regras poderiam ser infringidas e o sistema burlado.

Na mesma época e escola, fui testemunha de outra “invenção” do MEC: os alunos deveriam ser preparados para a profissionalização, tendo sido criadas duas novas, uma com a pomposa denominação de “Técnicas Industriais”, e a outra, “Datilografia”. As atividades da primeira, na prática, se resumiam em fazer macramê, fabricar suportes de cordas de sisal trançadas para pendurar vasos de plantas. Era nada mais do que uma nova denominação, mas mais chique, da velha “Trabalhos Manuais”. Quanto à outra, tudo se reduzia em um cartaz grande, fixado na parede, com o desenho de um teclado de máquina de escrever e indicadores onde colocar cada dedo. Na mesma escola, um aluno da sexta série noturna, era famoso por várias repetências e seu caráter de brincalhão e inconseqüente. De repente abandonou a escola, voltando, em visita, alguns meses depois, exibindo, orgulhoso, um diploma de Primeiro Grau fornecido por um desses cursinhos particulares fabricantes de diplomas. Como possuía o certificado, obteve emprego em um banco, sendo que vários colegas seus foram atrás de seus passos. Este é um caso que ilustra que é própria ineficiência do sistema de ensino brasileiro que alimenta a indústria dos diplomas em todos os níveis.

A ditadura dos conteúdos

O filósofo e matemático inglês Bertrand Russell (1941), classifica os conteúdos escolares em “ornamentais” e “úteis”, discutindo seus prós e contras. A referência é a escola inglesa, mas muitas de suas considerações (apesar do local e sobretudo da antiguidade, sublinhe-se), podem ser aplicadas à brasileira. Para ele, a educação deve ser útil para a vida cotidiana, “(...) porque o processo educativo é um meio para um determinado fim, não um fim em si mesmo” (p. 16), mas isto não quer dizer que se eliminem conhecimentos gerais de utilidade não imediata. Ou, exceto na educação de especialistas, não se deve exigir um “imenso dispêndio de tempo e energia, com a gramática” [pois] “A coisa importante não é saber como *soletrar* palavras, mas sim como *usá-las*” (p. 22-5) [grifos do texto]. O que denomina de “matemáticas” (sic), devem ser trabalhados já nas séries mais elevadas. Em outra obra, “Educação e ordem social” (1956), diz que o ensino das “aritméticas” nas escolas inglesas é exagerado e toma tempo demais. Defende, também, “a eliminação drástica do ensino que não tenha serventia para algum fim prático” (p.127). “A fadiga do trabalho intelectual é, em grande parte, devida ao esforço que se despende em concentrar atenção naquilo que é enfadonho” (p.128). Não fosse o fato de ser um inglês e se referir ao ensino de seu país, estaria falando, exatamente, do brasileiro. Djacir Menezes, sociólogo, faz críticas a nosso sistema educacional não poderiam ser mais atuais, embora publicadas em 1944, algo que atesta que os problemas da escola são praticamente idênticos aos do passado. Ou seja, as coisas têm uma continuidade extraordinária, sendo espantoso o fato de não serem (ou não quererem ser) percebidas pelas sucessivas levas e autoridades educacionais. Menezes refere a “necessidade de ajustar o regime escolar ao meio social, político, geográfico, a fim de impedir que continue como aparelhamento morto, sem a seiva da vitalidade circulante no todo coletivo”. E continua: “É esse aparelho burocrático, sem função eficaz, alheio ao ambiente, funcionando por pressões estranhas, simples prolongamento administrativo do Estado, que julgamos um instrumento de desadaptação social (...)”. (Menezes, 1944: 118).

Cláudio Moura Castro, autor de coluna que trata de educação na revista *Veja*, emite duras críticas sobre o ensino, no Brasil, traçando comparações entre ele e o de outros países. Apesar de nossas certamente diferenças de formação, muitas das opiniões que defende são correlatas às minhas. Comenta, por exemplo, que “Nossos doutos educadores e autores de livros didáticos criam currículos invencíveis”. Ou, “O preço de um currículo atulhado de informações (...) é que não sobra tempo para estudar. (...)”

Como não há tempo para aprender, decora-se. Entre reis de França, afluentes do Amazonas e derivados de carbono, acumulam-se inutilidades memorizadas”. (...) É preciso dizer não à avalanche curricular” (Castro, 29 mai. 2002, p. 22).

Ilustrando tais questões vale ressaltar a Matemática.

Matemática, a rainha má do currículo brasileiro

Há uma relação positiva entre os conteúdos pertencentes a certas disciplinas e o índice de reprovações em cada uma delas: por ordem decrescente, Matemática, Ciências e Português, pelo que os professores das escolas afirmam e eu constatei. No caso das Ciências, que se subdivide em Física, Química e Biologia, o grosso dos conteúdos se compõe de fórmulas, cálculos e classificações que têm de ser decorados. Em Português, das cinco horas semanais, no mínimo três são dedicadas a decorar classificações gramaticais, ficando apenas duas para outras atividades, como a redação, mas sobretudo a leitura, importantíssima para a formação do aluno. A inutilidade grassa forte e generalizada nesse conjunto.

O que determina a reprovação, em matemática, é o volume exacerbado de conteúdos e a alta complexidade de muitos, além da escassa relação entre eles e a vida cotidiana do aluno, obrigando-o a despende muito esforço para vencer tais obstáculos.

A Matemática, que inclui a Geometria, é vista como a disciplina mais importante, nos colégios – herança provável do positivismo – e lhe é dada prioridade absoluta para ocupar, por exemplo, ocasionais espaços causados por ausência de algum professor de outra área. Quem leciona em escolas sabe que é clássica a “fome” dos professores da disciplina por tentar ministrar mais e mais aulas, certamente por perceberem as dificuldades dos alunos na assimilação dos conteúdos. Tais dificuldades também se devem à necessidade de se concentrarem em coisas enfadonhas e sem sentido, como assinalou Russell.

Tal preocupação com a Matemática talvez tenha uma explicação.

Lembrando o que foi mencionado anteriormente, Auguste Comte declarou que o positivismo deveria substituir o cristianismo, com sua enorme influência, abrangência e poder, tornando-se a “religião da humanidade”. Porém, acrescentando-se, escreveu o “Catecismo Positivista” para sistematizar suas proposições. Certamente não tinha a mínima ideia, entretanto, das decorrências que o futuro reservava a tais ideias: alguns de seus seguidores, após sua morte, erigiram verdadeiros templos, em sua homenagem. Ao que me consta, existe um no Rio de Janeiro e outro, que conheci, em Porto Alegre.

Neste, o interior segue algumas características básicas dos templos católicos. No centro da nave há assentos em fila e, ao longo das paredes, pequenos altares nos quais foram colocados bustos de figuras que os positivistas consideraram ilustres, na história da humanidade: filósofos, pensadores, cientistas. Na parte central, em local de honra, destacado, correspondente ao santo padroeiro das igrejas, há um busto de Comte, acompanhado por sua famosa divisa: “O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim”. Isto dá uma boa idéia da importância que os filiados ao positivismo atribuíam não só a este, enquanto doutrina, mas à figura de seu criador: a condição de um verdadeiro deus. Decorrem, daí, duas questões interessantes. Primeira, é de acreditar que, apesar de Comte ser rigorosamente anti-clerical e contra o cristianismo, seus seguidores, certamente influenciados pela força do ambiente de sua época, terminaram por criar uma nova religião e francamente pautada pelos moldes da dominante. Segunda, é bem provável que seus discípulos tenham apenas virado a chave, isto é transpuseram para a nova religião os mesmos referenciais e sentimentos gerados pela sensação de pertencimento experimentado por aqueles que comungam de um credo religioso. Neste sentido, a ideia de que o fiel deve imitar Cristo, no catolicismo, também teria sido transferida para Comte. Finalmente, sabe-se que a conversão a uma nova confissão religiosa não raro resulta em atitudes ortodoxas, quanto ao convertido. Caso tais hipóteses sejam procedentes, teríamos, aí, uma explicação para o empenho – que talvez não se afaste muito do fanatismo – dos positivistas brasileiros da época em implantar os princípios do positivismo nos currículos escolares.

Em função de fazer parte dos conteúdos de Matemática, comendo, portanto, o binômio reprovação/inutilidade, vale mencionar a fórmula de Báscara. No tempo em que eu lecionava numa escola, em Porto Alegre, entrei na sala de aula e me deparei com a fórmula no quadro. Quando perguntei ao professor da disciplina porque era ensinada, respondeu que os alunos precisariam dela no vestibular. Avaliei que talvez somente certos cursos da área técnica utilizariam a fórmula, mas fui direto ao de Matemática, na UFRGS. Quando perguntei a um professor da disciplina se era ensinada no curso e por que razão, explicou que era utilizada, em alguns cálculos, mas principalmente os alunos de Licenciatura deveriam conhecê-la bem para ensiná-la na graduação.

Tempos depois, numa mesa redonda em que eu falava do problema dos conteúdos para cerca de duzentos professores de Primeiro e Segundo graus, levantei a questão da inutilidade de muitos dos conteúdos de Matemática: tão inúteis que eram

esquecidos, embora, sem dúvida, contribuíssem muito para a reprovação. A reação negativa de muitos dos presentes – possivelmente professores da disciplina - foi forte, assinalando que o que eu dizia não tinha cabimento. Então perguntei quem, no auditório, exceção feita aos professores de matemática, sabia a fórmula. Cerca de 40 braços levantaram. Perguntei para o mais próximo, que errou, muitos dos demais braços baixando, restando, talvez, uns dez. Novo erro e sobraram dois - efetivamente, os únicos que sabiam a fórmula. E a reclamação inicial virou risos... Resumindo, uma das maiores utilidades da fórmula de Báscara parece ser a característica de permanecer circulando perenemente no sistema...

O que se ensina e o como se ensina

Voltando ao que mencionei antes, a escola se apóia em dois elementos: *o que se ensina* (os conteúdos) e *o como se ensina*, o que denomino de infra-estrutura - metodologias, teorias, corpo docente e auxiliares, especialistas, pedagogos, além do prédio e equipamentos, como laboratórios, salas especiais.

Um exame mesmo restrito à muito ampla bibliografia que aborda o ensino mostra que a maciça maioria das opiniões sobre o fracasso da escola, a reprovação, a má qualidade do ensino recaem na infra-instrutora. Partem do princípio que, se houvesse professores bem remunerados e preparados e os equipamentos escolares fossem bons, o problema estaria resolvido, o ensino seria um sucesso. A questão dos conteúdos, porém, é mencionado por alguns poucos autores, valendo citar Moreira, 2001: 16) que assinala que o conteudismo, ganhou certa atenção nos anos 1980 e depois declinou. Ou Berticelli (2001: 169), que critica o fato de o currículo não ser devidamente estudado. afirma que não se estuda o currículo suficientemente como deveria.

Levantando títulos em mini-livrarias existentes em minha universidade, além de outras, externas, cujas prateleiras de livros dedicados especificamente ao ensino são consideráveis, encontrei apenas uma publicação que tratava dos conteúdos, “O Currículo nos Limiares do Contemporâneo” (Costa, 2001), uma coletânea de artigos. Em compensação, os que discutem técnicas, metodologias e teorias tomam conta de muitas prateleiras. É claro, tal levantamento, pode-se dizer, foi rápido, superficial e limitado, mas é significativo face à dimensão do contraste que revela entre uma e outra categoria de publicações. Outros indicadores levam à mesma conclusão, como era o caso do programa “Salto para o Futuro”, da então TV Cultura (hoje TV Brasil), um programa interativo em que os convidados, que mudavam a cada programa, eram

especialistas de alto nível, e os telespectadores, professores, em sua maioria, telefonavam com pedidos de sugestões para resolver problemas, em sala de aula. Quase todas as perguntas eram do tipo “o que faço para os alunos aprenderem tal conteúdo”? O que me chamava atenção é que, embora na maioria das vezes problema não fosse, evidentemente, do professor ou do aluno, as soluções recomendadas eram sempre a aplicação de técnicas e estratégias. Ou seja, nenhum dos convidados – pelo menos era o que expressava – tocava na questão dos conteúdos. Em outras palavras, remetiam as respostas sempre para a infra-estrutura. O mesmo ocorria com a revista “Nova Escola”, publicação da Editora Abril e destinada a professores do ensino fundamental e médio. Tal como ocorria no programa televisivo, a maciça maioria do material veiculado – críticas, entrevistas com autores famosos, dicas para os professores quanto a práticas de ensino, relatos de experimentos educacionais - bate na mesma tecla: se o professor tiver um bom desempenho e souber aplicar a estratégia adequada para cada caso específico, todos os problemas do ensino serão resolvidos.

O discurso escolar, uma prática mágica?

Discurso, no sentido antropológico, significa um conjunto amplo de expressões - verbais, gestuais, escritas, atos etc. – que poderiam ser chamadas de “falas”. Seu objetivo, em princípio, é transmitir idéias, propostas, declarações – dizer quem é, como pensa e age ou expressando possibilidades de agir; ou criticando a outrem. E tanto pode ser individual como grupal – neste caso emitido por um porta-voz. Entre as funções do discurso, está a catártica, cujo intuito, mesmo inconsciente, pode ser o alívio da ansiedade, especialmente quando quem discursa percebe a impossibilidade de atingir o que anuncia. Por exemplo, o menino que declara que irá abater a socos um ocasional ladrão que entre em sua casa. Neste sentido se aproxima da magia, isto é, supor que o simples fato de verbalizar a ameaça é suficiente para neutralizar a ação do ladrão, exorcizar o mal. Tal efeito me parece ser exatamente o discurso do sistema de ensino brasileiro, mais especialmente o que diz respeito ao Primeiro Grau.

Ao que se pode supor, partiu de vanguardas intelectuais envolvidas na área, daí sendo incorporado pelas altas cúpulas das autoridades educacionais, que o aplicaram à legislação específica para o ensino, foi adotado pelos livros didáticos e projetos educacionais de todo o tipo, em avaliações de alunos de Pedagogia, como pude observar, e se faz presente na boca dos professores. Consiste numa espécie de *leitmotiv* composto por certos termos e expressões padronizados que sugerem refletir aspirações

e metas a cumprir e são repetidos constantemente: “educação libertadora” ou “transformadora” (que se opõe a “conservadora”); o aluno deve ser “criativo”, “inovador”, “crítico”, estar preparado para o “exercício da cidadania” e ter condições de assumir uma atividade produtiva. E a escola deve ser “democrática” e o ensino “de qualidade” (embora não se especifique que tipo de qualidade, boa ou má). A “Proposta Curricular para a Arte” para o ensino fundamental do Maranhão, um bom exemplo, foi elaborada em conjunto por professores da Secretaria de Educação e da Universidade Federal do Maranhão: “Uma escola pública de qualidade deve ser um espaço emancipador e libertador (...)” (p. 6). A proposta “(...) pretende garantir as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos críticos, participativos, reflexivos e autônomos” (p. 4). Deve-se buscar “(...) a formação do cidadão para a participação na vida pública e para a sua incorporação no mundo do trabalho”. A prática conservadora da escola (...) “Produz um homem dependente, submisso, não crítico, treinado e repetitivo” (p. 9). Ou “A escola pública deve assumir uma direção transformadora, pressupondo uma vivência democrática e dialógica” (p. 11).

Moacir Gadotti, um dos mais respeitados teóricos da educação brasileira, escreveu “Escola cidadã”, onde propõe um modelo em que esta seja gerida pela comunidade interna e do bairro, com auto-gestão pedagógica em que metodologias de ensino. A proposta seria ótima e viável não fosse a barreira representada pelos conteúdos. O interessante é que o próprio Gadotti se dá conta disto, não conseguindo ocultar, no trecho, sua profunda frustração face ao inevitável. Comenta que “Predomina na educação brasileira uma pedagogia conteudista, o que (...) acaba tirando a alma do professor, o seu entusiasmo, a alegria de construir o saber junto com seus alunos”. É uma pedagogia que sufoca a multiculturalidade própria do nosso tempo (...)”. Utilizando palavras de Argumedo (1985), finaliza dizendo que a escola impõe “um saber que contém, dentro dele, elementos que legitimam a dominação, que inibem a possibilidade de os homens se transformarem em sujeitos de sua própria história (...). (Gadotti, 1997, p. 55 e ss). Ou seja, de um lado, denuncia o fato de a escola se centrar nos conteúdos, estar parada no tempo e ocupar-se com formalices. De outro lado, reconhece que se trata de um obstáculo praticamente impossível de transpor.

A persistência destes conteúdos talvez ocorra por duas razões. Uma delas, a impossibilidade de mudar estaria relacionada à sua antiguidade – alguns com centenas de anos - um dos motivos que os legitimaria e garantiria um poderoso efeito-inércia para que permanecessem no sistema. Um segundo motivo, seu peso simbólico,

expresso na ideia que, além da antiguidade, teriam sido produzidos por grandes pensadores da Educação e chancelados pelo oficialismo, representando “a cultura”. Tal conjunto de fatores funcionaria, então, como uma força verdadeiramente acachapante que pairaria sobre todas as pessoas envolvidas no sistema de ensino, dos alunos e seus familiares aos professores, especialistas, educadores, os integrantes das secretarias de educação municipais e estaduais e do Ministério, incluindo-se o próprio ministro. Como há uma interligação entre todos os envolvidos, haveria como que um temor geral quanto a promover mudanças efetivas e profundas. Pela mesma razão, é muito provável que não passe pela cabeça dos envolvidos pertencentes aos mais altos escalões, especialmente, a hipótese de que o sistema, como está, definitivamente não funciona. Por isto a política de inventar e aplicar, sistematicamente, soluções (leia-se truques) que também nada atingem dos velhos problemas e assim indefinidamente, como se observa historicamente quanto ao ensino brasileiro. O professor, que efetivamente está em contato com o aluno, tem receio, igualmente, de tomar medidas como cortar conteúdos, seja pelo medo de críticas (inclusive dos próprios alunos e suas famílias, porque sabem que tais conteúdos constam dos livros didáticos) seja porque tem consciência de que tais conteúdos podem ser cobrados mais tarde em outros níveis do ensino. E o mesmo ocorreria com os agentes das outras diversas instâncias. Em última análise, reduz praticamente à imobilidade o próprio sistema e aqueles que nele orbitam, inibindo a criatividade, iniciativas, a busca de alternativas mais realistas

Considerando tais fatores, estamos frente a uma profunda contradição, valendo levantar três aspectos. Um deles, o discurso escolar fala de uma escola libertadora e transformadora, mas seus integrantes e mesmos *experts*, por outro, compactuam com a dimensão diametralmente oposta, anti-libertadora/transformadora deste à medida que admitem a existência de conteúdos complexos, difíceis e inúteis para a vida do aluno, reprovando-o quando não consegue vencer tais obstáculos. Segundo, não haveria contradição, porém, se a outra razão fosse a verdadeira. O problema estaria, então, no fato de que os conteúdos correspondem ao que Bourdieu (1987) denomina de “capital cultural”, um tipo de conhecimento detido e legitimado como o mais importante pelas elites letradas, pois seu capital cultural, os conteúdos do currículo escolar. Seguindo a lógica deste raciocínio, o fato de os intelectuais do sistema atribuírem a culpa do insucesso da escola no *como se ensina*, seria uma forma de escamotear a verdadeira razão do problema, o oceano de informações inúteis. Porque eliminar boa parte deles

significaria diminuir o poder das elites intelectuais, que veriam, também, diminuído o grau de seu monopólio sobre a “cultura”.

Conteúdos

Quando efetuava a coleta de dados que resultaram neste trabalho, solicitei a um integrante de uma conhecida editora de livros didáticos a lista dos que veiculavam os conteúdos a serem solicitados no vestibular. O total, contando todas as disciplinas, compunha uma pilha com as dimensões laterais de cerca de 26 cm de comprimento, 19 de largura e 30 de altura. Três hipóteses: a) o aluno necessita aprender tudo isto, para cumprir o Segundo Grau, o que é praticamente impossível; b) é reprovado se não aprendeu (o que não ocorre, porque o número de reprovações não é extremamente alto); c) a escola aprova, mesmo que o aluno não aprenda, o que corresponde a dar um tiro no pé do próprio sistema de que faz parte, o que certamente é o que mais ocorre. Folheando aleatoriamente os volumes, terminei fazendo uma viagem retrospectiva aos meus tempos do então Ginásio e Científico, nos anos 1960-70: lá estavam as mesmíssimas matemáticas, físicas, químicas, com as respectivas carradas de fórmulas, cálculos, definições, nomenclaturas, mas agora lhes fora acrescida uma floresta de gráficos variados. E as botânicas e biológicas, inchadas de classificações, no que acompanhavam o Português e sua gramática, haja outras toneladas de regras, definições e nomenclaturas. A velha Geografia, se bem que beneficiada, recentemente, pelas fotos de satélites, partilhava da mesma decoreba. O ensino de História estava mais solto, pois com o fim da ditadura militar deixara um pouco de seu velho eixo cartorial-temporal e pendera para o econômico, mas também as datas e nomes de vultos para serem decorados. Resumindo, estava (praticamente) tudo como dantes no quartel de Abrantes...

Exemplos

Ao longo do texto levantei várias questões sobre a escola brasileira, procurando mostrar que os grandes problemas que a instituição enfrentou no passado e enfrenta no presente, altas taxas de repetência e exclusão deve-se ao mar de conteúdos ministrados no Primeiro e Segundo graus, a maioria dos quais são inúteis para a vida cotidiana do aluno. Com efeito, basta observar que, ao sair do ensino Médio, ele não tem as mínimas condições de ao menos se sustentar com o que aprendeu, um investimento que fez durante doze anos de sua vida. Com o tempo muitas destas

informações, por desnecessárias, vão sendo enviadas para os porões da memória, lá ficando esquecidos até se apagar.

A seguir transcrevo e comento trechos de livros didáticos de Matemática e Português, o que inclui pronunciamentos de seus autores sobre as respectivas obras.

“Matemática” (Marcondes, Gentil, Sérgio, sd).

A obra “Matemática” é destinada ao Ensino Médio e é dividida em duas partes: a do aluno, com 424 páginas, e a do professor, menor, com muitos exercícios. As dimensões, por si sós, já sugerem o volume de informações aí contidas. Os autores, dizendo reconhecer a velocidade das mudanças no mercado de trabalho e tecnológicas, afirmam ter repensado os conteúdos, estabelecendo uma relação entre eles e a vida do aluno, visando retirá-lo da condição de espectador. Tal preocupação parece ter se embasado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, pois vários autores veiculam tais ideias. Os autores informam, ainda, que usaram exemplos concretos e familiares aos alunos para facilitar a aprendizagem, como uma quadra de esportes. Há no livro, também, citações de textos de outros autores, como Lins e Gimenez (1997), que comentam que a Matemática experimenta dois fracassos preocupantes, não aprender “dentro da escola” e aprender “para a escola”. Mencionam, também, que “Não adianta ter sucesso no mundo da Matemática escolar que não sobreviva a dez minutos sozinho na rua”. Embora a boa vontade em facilitar a vida do aluno, os conteúdos veiculados continuam praticamente os mesmos dos tempos em que estudei. Ali são veiculadas expressões como, por exemplo, “Função quadrática” (p. 66), “Funções logarítmicas” (p. 108), “Equações com logaritmos” (onde “as variáveis podem aparecer no logaritmando ou na base”) (p. 110), “Arcos trigonométricos negativos” (p. 148), senos, cossenos. Os autores sugerem utilizar a “Função composta” para calcular quantos veículos e respectivos passageiros saem de uma cidade. Ou o uso de “matrizes” para avaliar o fluxo de corrente elétrica emitido por geradores de força, ambos os problemas implicando em cálculos muito complexos, além de símbolos, que devem ser decorados (p. 224). Algumas perguntas cabíveis quanto a tais problemas, seriam: quantos alunos, percentualmente sobre o todo, teriam necessidade, um dia, de calcular fluxos de carros e passageiros?, o mesmo valendo para as correntes elétricas de geradores.

Português (Maia, 2003)

O autor, na apresentação, afirma que as autoridades nacionais reconhecem que o aluno precisa trabalhar, para tanto devendo dominar certas habilidades, como “assimilar e utilizar produtivamente recursos tecnológicos novos”, deixando de serem “reféns do vestibular” e “preparar-se para o trabalho e exercício da cidadania” – novamente a repetição do discurso escolar.

No livro, o aluno deve aprender que o “signo carro” é composto de um *significante*, que se desdobra em fônico (KaRu) e *gráfico* (carro). As chamadas figuras de linguagem dos meus tempos de escola também estão lá: metonímia, catacrese, oxímoro, eclipse, anáfora, hipérbole, prosopopéia (p.30-1), classificações similares ocupando as mais de 300 páginas do livro. O grande problema a discutir não são, absolutamente os conteúdos da obra, mas estabelecer qual a relação entre o aprendizado de tais expressões e deixar de ser refém do vestibular, o preparo para o trabalho e o exercício da cidadania...

Concluindo

Dados extraídos do artigo “Crescem as matrículas, mas a evasão preocupa”, da revista Nova Escola (novembro de 2003, p. 36-7) indicam que mais de 65 milhões de jovens e adultos não concluíram o ensino básico, no Brasil. Entre estes, 30 milhões são analfabetos funcionais. 16 milhões não sabem ler ou escrever. Basta o aluno imaginar que vai ser reprovado, para se evadir da escola. A repetência leva o aluno a ter desempenho cada vez pior, o que se reflete em sua auto-estima, que se torna ainda mais baixa. Além disto, que o custo do atendimento a alunos repetentes é cinco bilhões de reais por ano. Recentemente, o MEC assinalou que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no Brasil, está em queda

Nos últimos anos, o MEC vem criando novas formas de acesso à universidade, como as cotas e o ENEM, o que aparentemente elimina o que denomino de “vestibularcentrismo” – o sistema orbita em torno ao vestibular. Aparentemente, porque, mesmo que o vestibular seja eliminado, os conteúdos exigidos são os mesmos do Primeiro e Segundo graus. João Domingues Maia (2003), autor do livro “Português”, citado, comenta, na apresentação de sua obra, que “o aluno não pode se tornar refém do vestibular”, o que, na verdade, deve ser lido como os conteúdos que nele podem ser pedidos. Creio, porém, que suas palavras podem ser projetadas para uma dimensão mais ampla: não é apenas o aluno que se torna refém do que é ensinado na escola, mas os professores, especialistas, educadores, o Ministro, o sistema educacional

como um todo, a sociedade brasileira, enfim. O que efetivamente ocorre é que inventamos um monstro (a escola, tal como ela é), que alimentamos e devora (isto é, condena à pobreza) todo aquele que não conseguir respostas para os enigmas (conteúdos) que propõe, poupando, entretanto, os que por alguma razão conseguem respondê-los. Em última análise, somos reféns de uma “cultura escolar” sobrecarregada de inutilidades, para a qual pagamos constantemente um resgate de milhões de reais, grande parte desperdiçada (assim como outros tantos milhões de cérebros que não podem se desenvolver) pelos problemas de um sistema de ensino nunca resolvido. O pior de tudo é que parece não haver melhora de condições, pelo contrário, num futuro próximo ou remoto.

BIBLIOGRAFIA

- ARGUMEDO, M.A. *Conteúdos programáticos da educação básica*. Rio de Janeiro, Seminário Internacional de Educação Básica de Jovens e Adultos, 21 nov. 1985, (mimeo.), apud GADOTTI, Moacir. *Escola cidadã*. São Paulo: Cortez, 1997.
- BARBOSA, Ana Mae. Parâmetros curriculares para as artes plásticas. Trabalho apresentado no X Encontro da Federação de Arte-Educadores do Brasil, Campinas, 3 dez. 1996.
- BERTICELLI, Ireno Antonio. Currículo, tendências e filosofia. In. COSTA, Marisa Vorraber (org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 159-176
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- CASTRO, Cláudio Moura. Naufrágio curricular. Revista Veja 29 mai. 2002, p. 22.
- CASTRO, Cláudio Moura. Os pobres nos cursos técnicos. Revista Veja, 30 jul. 2003, p. 20.
- CORRÊA, Norton. *7 Mentiras sobre a Escola Brasileira*. São Luís: Cultura & Arte, 2004.
- COSTA, Marisa Vorraber (org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 11-36
- FURTHER, Pierre. *A educação do nosso tempo*. In. GADOTTI, Moacir (org). *História das idéias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1993, p. 280-3.
- GADOTTI, Moacir. *Escola cidadã*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC/SA, 1989.
- LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- MAIA, João Domingues. *Português*. São Paulo: Editora Ática, 7ª ed., 2003.
- MARCONDES/GENTIL/SÉRGIO. *Matemática*. São Paulo: Editora Ática, 7ª ed., 2003.
- MENEZES, Djacir. *Princípios de Sociologia*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944, 2ª Ed.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. A crise da teoria curricular crítica. In. COSTA, Marisa Vorraber (org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 11-36
- MORIN, Edgar. *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

- RUSSEL, Bertrand. *Educação e vida perfeita*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.
- RUSSELL, Bertrand. *Educação e ordem social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- SAVIANNI, Dermeval. Conferência proferida no 1º Congresso Internacional Multiprofissional sobre Problemas de Aprendizagem, Passo Fundo, RS, 02 set. 1989.

**Estudo sobre o uso e apropriação das tecnologias da informação e
comunicação na educação latino americana**

Ensaio sobre um percurso de investigação

Cordeiro, Leonardo Zenha¹

Oliveira, Eloiza da Silva Gomes²

¹ Mestre educação UFMG, Doutorando UERJ Políticas Públicas e Formação Humana

² Professora UERJ Programa Políticas Públicas e formação Humana, Doutora em Educação

INTRODUÇÃO

Este texto faz parte da pesquisa de Doutorado em andamento no programa Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo central deste ensaio é apresentar o caminho metodológico escolhido para a investigação tendo como foco as tecnologias da informação e comunicação e a educação.

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa. Sendo assim, a pesquisa utiliza de meios e procedimentos para abordar o objeto de investigação. Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p.165) afirmam que “ao contrário das pesquisas quantitativas, as investigações qualitativas, são definidas pela sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas”. Busca-se, assim, interpretar os dados a partir de várias estratégias, centradas na TICs, nos docentes, na educação e as conexões no processo de construção e apropriação do conhecimento.

A introdução das TICs³ nos processos sociais possibilitou transformações em grande escala influenciando definitivamente a sociedade atual. As características presentes nestes processos perpassam as transformações técnicas-científicas, biológicas, físicas, dentre outras, trazendo novas configurações para o atual contexto. Na educação essas transformações formais estão presentes no cotidiano da sala de aula, estabelecendo novas dinâmicas de ensino-aprendizagem, em encontros presenciais e a distância, mediado agora pelas inúmeras formas de TICs. Nos contextos escolares por meio das redes sociais virtuais e em outros processos de construção do conhecimento.

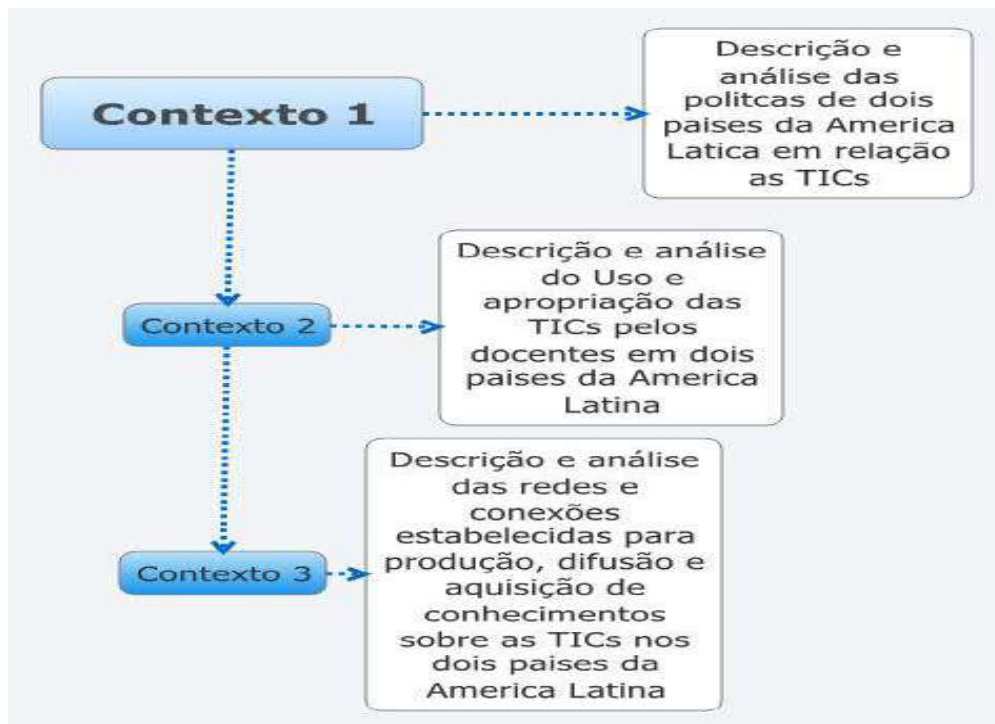
Uma das características óbvia que separa a era moderna de qualquer período anterior é seu extremo dinamismo e a forma como as tecnologias digitais estão sendo incorporadas no cotidiano da sociedade. Para Castells(1999), com o desenvolvimento das TICs e sua imersão em todo o tecido social “...devemos esperar novas formas históricas de interação, controle e transformação social.” Nesse sentido, o foco central no estudo é a penetrabilidade⁴ das TICs na educação e os desdobramentos para o conjunto de técnicas, práticas, atitudes e modos de pensamento que estão sendo incorporados no cotidiano dos docentes, fenômeno este,

³ Em todo o texto vai ser designado como TICs as tecnologias da informação e comunicação

⁴ Penetração das TICs em todos os domínios da atividade Humana, não como fonte exógena de impacto, mas como tecido em que essa atividade é exercida. Em outras palavras, são voltadas para o processo.

denominado “cibercultura⁵”. Para isso a pesquisa terá o seguinte percurso metodológico dividida em três fases sendo a primeira com foco nas políticas públicas da área, a segunda fase abordará o uso e a apropriação das TICs no cotidiano dos docentes e o último as trocas de informação e conhecimento por meio do acesso às redes sociais virtuais.

Descrição do caminho investigativo



⁵ Este fenômeno tratado por autores como Levy1999, Lemos 2002, Ramal 2002 entre outros que serão aprofundados durante a pesquisa.

POLITICAS PÚBLICAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO:

Ponto de partida

No que tange as políticas públicas, estas estão cada vez mais pressionadas para implantação de ações que contemplem tanto a informatização e inclusão digital do ponto de vista físico, quanto a instalação de computadores, redes de internet para o acesso a web e outros materiais multimidiáticos como câmeras, lap tops, celulares, entre outros. Bem como a formação do docente para o uso pedagógico⁶ das TICs no cotidiano do processo de ensino e aprendizagem. Essa pressão está cada vez mais pautada pelo direito ao acesso e ao processo de inclusão de todos os atores envolvidos no processo de ensino de aprendizagem em sala de aula.

As políticas públicas para inclusão, em específico a digital e a formação para TICs, no contexto latino americano podem ser identificados em vários países. Essa realidade foi potencializada pelos processos de redemocratização, como no Brasil⁷, Chile, Argentina e mais recentemente por meio de eleições diretas nos governos da Venezuela, Bolívia Equador e Uruguai. Este processo pode ser balizado por uma maior participação popular e maiores demandas por acesso a educação para todos na pauta das políticas públicas.

Os debates, estudos e pesquisas sobre as TICs na educação apresentam dois pontos. Um ponto indica os estudos mais tecnofílicos, na perspectiva de entender as TICs como salvacionistas. E outro ponto, uma perspectiva mais tecnofóbica como prejudiciais e extremamente excludentes. Acreditamos que as tecnologias são decorrentes da transformação histórica e que precisamos entender todos os movimentos complexos que estamos imersos no atual estágio.

Estes pontos são referências e condicionantes para o processo de inclusão, defesa de direitos e principalmente pela luta por uma sociedade igualitária; Sendo assim, a defesa pelo direito, ao acesso, ao uso e a apropriação das tecnologias digitais pelos docentes estão presentes neste contexto.

⁶ Processo pedagógicos como conjunto de práticas, relações intersubjetivas e saberes que acontecem entre os participantes dos processos educativos, escolarizados e não escolarizados, visando construir conhecimentos, esclarecer valores e desenvolver competências para vida comum (PALACIOS, 2002)

⁷ Constituição Federal 1988 art. 206

Bastos (2010) descreve algumas políticas públicas sobre as TICs e Educação nos países da América latina. As categorias são agrupadas da seguinte forma:

PAÍS/REGIÃO	“VELHAS” TIC		“NOVAS” TIC	
	Programa/Iniciativa	Ano	Programa/Iniciativa	Ano
Argentina	Xx	xx	EducAr Um Laptop por Niño	1990 2007
Brasil	Projeto Saci (Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares) TVE Brasil (“Salto para o Futuro”) TV-Escola	1967-1974 1992 1996	Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) UCA (Um Computador por Aluno) “Um salto para o Futuro” (TVEscola)	1997 2007 2009
Bolívia	Xxx	xxx	Política Nacional de Nuevas tecnologías de la Información y Comunicación (NTIC)	2005
Chile	Novasur TV Educativa	2000	Red Enlaces Portal Novasur	1992 2009
Colômbia	TV, Radio y Nuevas tecnologías para el desarrollo de competencias	2002	Computadores para Educar	2001
Uruguai			Plan de Conectividad Educativa de informática básica para el aprendizaje en línea (CEIBEL), o Un Laptop por Niño	2007
América Latina	Televisión Educativa y Cultural Ibero-americana (TEIb)	1992	Rede Internacional Virtual de Educação a Distância (RIVED) Red Latinoamericana de Portales Educativos	1999 2004

Bastos 2010 adaptado

A autora diferencia as velhas TICs como aquelas políticas que são centradas em usos de apenas um tipo de mídia e as novas TICs como aquelas que fazem menção ao uso integrado das mídias principalmente o uso dos computadores, mídias moveis e da internet em rede nas iniciativas.

Neste sentido, percebe-se que tais políticas são uma realidade. Se faz necessário descrever e analisar sobre os parâmetros de cada iniciativa e sua real efetividade para o contexto latino-americano.

Abordaremos na segunda fase deste percurso o uso e a apropriação das TICs no cotidiano dos docentes.

EDUCAÇÃO, DOCENTES E TECNOLOGIAS:

Pressupostos atuais

Kenski (2007) afirma que “na nova realidade, o tempo da educação é o tempo da vida”. Para a autora é necessário que as políticas educacionais e todas as instituições educativas estejam alinhadas pelas novas exigências que não somente tecnológicas. Elas estão incluídas neste jogo” para que todos estejam plenamente em condições de viver as dinâmicas presentes na sociedade atual.

Alguns documentos com análise sobre a América Latina fazem referência sobre a exigência de uma educação integral, ampla e irrestrita frente às tecnologias e às mudanças atuais.

Todas as mudanças estão produzindo uma profunda pressão sobre os sistemas educacionais e estão modificando a qualidade do ensino, a igualdade, o funcionamento das escolas, suas relações com outras instituições e atores, e o papel dos professores numa sociedade da informação e do conhecimento. Cada vez mais firma-se o convencimento de que a educação é a melhor garantia para o progresso dos cidadãos e dos povos. (MARCHESI, 2002, pg.97)

Filatro complementa que precisamos compreender alguns elementos básicos das TICs, não apenas de forma técnica, mas os significados para as atividades humanas. Nesse sentido as TICs podem ser incorporadas no cotidiano das escolas e de todos envolvidos com a educação.

A educação para toda vida passa a ser uma exigência permanente de toda a sociedade desembocando na compreensão da escola e da Universidade como conceito e não como lócus. [...]A educação tradicional vê aflorar novas formas de pensar, de construir e de comunicar com o conhecimento, as quais lançam importantes questionamentos quanto a seus objetivos, práticas e resultados.(FILATRO 2004 pg. 36)

Nossa Civilização tem desenvolvido diferentes tecnologias de informação e comunicação, em que diferentes suportes para o registro e armazenamento da informação possuem uma corporeidade, uma materialidade, que pode ser no corpo do sujeito, na sua oralidade, na escrita de uma página de papel, de uma página da web, na produção de uma pintura, de uma fotografia, de um vídeo ou no suporte digital (CORDEIRO e CORRÊA 2009, p154)

Em relação aos recursos tecnológicos, quais são os pré-requisitos intrínsecos ao uso e quais são as garantias de inovações pedagógicas e emancipação do sujeito? Quais são os pressupostos para potencializar esses recursos na educação?

Algumas pistas, nesse caminho, afirmam que “as inovações pedagógicas dependem de um diagnóstico do contexto, da definição de prioridades, da escolha de estratégias, do planejamento, e da intencionalidade” entre outros. Todos esses pré requisitos são pressupostos para pensar em que rede de sentidos estes sujeitos reais, estão situados em seus contextos de vida, e como os docentes estão se colocando frente aos novos desafios de uso das TICs?

O trabalho diário dos docentes é bem diversificado perpassando tarefas administrativas como elaboração do diário de classe, fechamento de notas e organização das turmas. Além de estudos envolvendo a elaboração de planos de aulas, leituras teóricas na área e análise crítica de seu cotidiano. Nem sempre a segunda tarefa citada é contemplada devido ao ritmo de trabalho e às exigências do cotidiano da profissão.

Para Oliveira (2010) a definição dos docentes abrange tanto os sujeitos que atuam no processo educativo nas escolas e em outras instituições de educação em suas diversas caracterizações de cargos, funções, tarefas, especialidades e responsabilidades, que determinam suas experiências e identidades, quanto as atividades laborais realizadas. Segunda a autora as

atividades docentes hoje são definidas pela transformações e exigências da educação e o trabalho se torna múltiplo expandindo-se além das fronteiras da sala de aula.

Hypólito (1991), identifica algumas mudanças na escola tradicional e um processo de reestruturação que influenciam a realidade dos docentes e cita a divisão de tarefas, as formas de controle e a hierarquização. O autor ressalta que este modelo está pautado na fragmentação do trabalho e perda da autonomia do professor. Estas características evidenciam um modelo educacional característico de uma sociedade capitalista contemporânea.

Mas podemos fazer alguma inferência ao uso das TICs pelos docentes no contexto da sala de aula frente a esta realidade? Existem diferenças após a inserção das tecnologias no cotidiano de trabalho?Quais são elas?

No livro de LION (1997,25) ela ressalta que tanto a palavra técnica e tecnologia têm a mesma raiz no verbo grego *tictēin* que significa “criar, produzir, conceber, dar a luz. E completa,

para os gregos a técnica (*techné*) tinha um significado mais amplo. não era mero instrumento ou meio, senão que existia num contexto social ou ético no qual se indagava como e por que se produzia um valor de uso. isto é, desde o processo ao produto, desde que a idéia se originava na mente do produtor em contexto social determinado até que o produto ficasse pronto, a *techné* sustentava um juízo metafísico sobre o como e o porque da produção. LION (1997,28)

Frente às contradições e desafios das tecnologias podemos conceituar o termo TICs utilizando várias definições sobre o tema. Sabemos como em EISENBERG e CEPRIK (2000) que afirmam que as TICs produzem solução para velhos problemas, mas também produzem novas formas de exclusão social, principalmente em países semi-periféricos e periféricos. No contexto atual, é possível interpretar o capitalismo em termos de uma *Network Society*, de modo que a produção de conhecimentos e de inovações tecnológicas definam a posição nessa Network. Os países de centro produzem conhecimentos e inovações tecnológicas, os semi-periféricos aplicam conhecimentos e geram tecnologias para tarefas específicas e os periféricos ficam reduzidos ao consumo de tecnologias desenvolvidas em outros contextos. Além disso, a economia baseada na Internet, por exemplo, se organiza de forma diferenciada em virtude da distribuição desigual das recompensas da globalização e da desigual possibilidade de competir. Mas existe formas de rompimento com esta lógica? Quais as realidades vivenciadas pelos docentes latino americanos?

É importante ressaltar que a sociedade atual se caracteriza por um novo modelo que se organiza em torno da informação (CASTELL, 1999) decorrente dos avanços vivenciados a partir da década de 70 que promoveram uma revolução tecnológica. Esse paradigma se caracteriza pela penetração das TICs em todos os domínios das atividades humanas como elemento estruturante destas atividades, pela convergência de tecnologias específicas para os sistemas integrados e por sua aplicação na geração de conhecimentos e de dispositivos. Com isso, temos um processo de reconfiguração das redes sociais, no qual permanentemente ocorre a aprendizagem que implica na redefinição e apropriação das inovações em seus contextos reais de uso.

Neste processo, as informações rompem com a lógico tempo-espço permeando cada vez mais rápido o acesso a estas informações mesmo em locais nunca antes imaginados, como por exemplo, no pólo norte, com estações permanentes de monitoramento e pesquisa, que envolvem as comunidades locais. Outro exemplo são os países do Oriente Médio com a interação em outros continentes, atualmente em constantes mudanças de regimes políticos, que penetram de forma mais rápida e dinâmica em suas relações cotidianas.

Neste processo sócio-histórico os modos de produção, a construção do conhecimento, a troca de informações estão cada vez mais em uma rede constante de inserção dos sujeitos, das comunidades e nas formas de construção de técnicas para resolução de problemas diários.

A partir desta dinâmica atual como podemos nos tornar espectadores menos passivos e mais reflexivos, e conseguir questionar os modos de produção o seu processo de transformação e o produto final frente a uma transformação?

O resgate da concepção e dos processos de sala de aula nos contextos educativos dos vários âmbitos da vida moderna devem indicar a idéia de que não somos apenas consumidores e usuários das tecnologias, considerando as diversas tecnologias e variadas técnicas como por exemplo, as construções de casas, cisternas, e o arado e até as mais complexas como as nanotecnologias presentes nos chips de computadores. Neste grande ecossistema somos produtores e principalmente pensadores de soluções, desde dos primeiros hominídeos ao homo sapiens estamos preenchidos pelas interlocuções entre o homem e natureza, “ a tecnologia faz parte de um acervo cultural de um povo. Por isso existe como conhecimento acumulado e por essa mesma razão é contínua a produção e difusão do conhecimento.” LION (1999,31)

Para Lemos (2002) a cultura digital representa a independência e uma forma de produção que pode ser textual, sonora ou imagética e são independentes e múltiplas. Castells neste mesmo sentido aponta que :

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimento e informação, mas aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre inovação e seu uso(CASTELLS,1999;55).

Estamos entrelaçados na dinâmica social entre variadas informações, enredados pelo contato com o outro, pela comunidade em que vivemos, com os nossos pares, com a cidade, com o grupo que pertencemos e trocamos diariamente sentidos e significados, e agora de forma planetária (LEVY, 1996). Nesta grande rede existe uma metáfora que, segundo Calvino, sintetiza esses cruzamentos

“em esmeraldina, cidade aquática, uma rede de canais e uma rede de ruas sobrepõem-se e entrecruza-se. para ir de um lugar a outro pode-se sempre escolher entre o percurso terrestre e o de barco: e, como em esmeraldina a linha mais curta entre dois pontos não é uma reta, mas um ziguezague que se ramifica em tortuosas variantes, os caminhos que se abrem para o transeunte não são dois, mas são muitos, e aumentam ainda mais para quem alterna trajetos de barco e transbordos em terra firme” (CALVINO, 1991; 83)

As tecnologias são utilizadas de forma a possibilitar vários caminhos para o educador? O seu uso propicia e potencializa este olhar sobre a realidade? Quais as características implícitas neste processo? Qual o papel das redes sociais virtuais ? Como o docente estabelece suas conexões nessa rede?

REDES, CONEXÕES, E PRODUÇÃO COLABORATIVA

Com incremento das redes de comunicação via internet, novas possibilidades de comunicação, compartilhamento e produção colaborativa tornam-se efetivamente possível entre pessoas, grupos e países.

Para Pretto (2008), com a rede de internet, as modificações são radicais na produção de conhecimentos, valores e saberes. O que ressignifica em todos os sentidos as relações sociais.

A idéia de entrelaçamento é fundamental para própria concepção do conhecimento na contemporaneidade, e também, a noção de rede diz respeito a um princípio de organização de sistemas, o qual envolve as redes tecnológicas, as redes sociais, as redes acadêmicas e claro, as redes das redes, gerando potencialmente, conhecimentos que podem contribuir para uma maior integração de ações e conhecimentos dentro de um universo interdependente. (PRETTO, 2008 pg.77)

As definições de redes são múltiplas, mas podem se enquadrar em duas matizes: uma material e outra social. SANTOS (2009) apresenta que a rede é também social, política pois representam pessoas, mensagens valores que a freqüentam. “Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõem aos nossos sentidos, a rede é na verdade uma mera abstração.”(SANTOS ,2009,pg262)

Podemos perceber se as redes e suas conexões podem trazer contribuições para a construção do conhecimento pelos docentes? Existe um padrão a ser seguido para que conseguimos conceituar as análises sobre as redes estabelecidas em um processo investigativo? Essas perguntas são orientadoras na pesquisa como foco nas trocas e construção do conhecimento nos usos das TICS pelos docentes.

Na América Latina temos algumas experiências sendo constituídas nos últimos anos envolvendo tecnologia, educação e conhecimento. Podem ser citadas a Rede de Informação Tecnológica Latino Americana(RITLA), Rede Internacional Virtual de Educação a Distância (RIVED) e a Red Lationoamericana de Portales Educativos.

Todas as três experiências identificadas aqui contam com a vivência de colaboração e troca presencial e virtual Além de outras redes mais amplas desenvolvidas pelas redes sociais virtuais, como por exemplo facebook, orkut e outras.

È importante perceber que,

O movimento humano, desde a era das cavernas já representava a organização em grupos para solução de problemas coletivos ou até mesmo a convivência entre seres

vivos que apresentavam as mesmas convicções ou que se relacionavam para causas coletivas. (CORDEIRO, FLAUZINO, NASCIMENTO 2011, pg91)

Existem vários modelos nesta complexa rede envolvendo diversos dispositivos disponibilizados como portais, redes sociais abertas (twitter, Blogs, Facebook entre outros), grupos fechados, listas de discussão temáticas formando grupos que representam iniciativas privadas e governamentais. Pretto ressalta que a partir da experiência do compartilhamento “em rede são características fundamentais do movimento software livre” e podem se espalhar para outros segmentos entre eles a escola assumindo uma forma coletiva em rede.

Para Costa (2008) o processo de comunicação nas diversas áreas do conhecimento vem contribuindo para a formação e enriquecimento do próprio conhecimento.

Estas construções estão sendo definidas a partir de novas formas de compartilhamento com atuações em softwares livres ou em ambientes colaborativos de aprendizagem. Podem ser listados também grupos de pesquisadores em todo mundo que colaboraram para identificação e catalogação de todos os materiais genéticos relacionados à pesquisa do DNA.

A forma como seguir em um projeto são questões importantes para se chegar aos objetivos de pesquisa. Neste ensaio buscou-se expor como neste processo investigativo o caminho durante a pesquisa, seguindo uma lógica do macro para o micro, investigando as diretrizes e ações estatais chegando ao sujeito faz parte de um processo investigativo.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Maria Inês. O Impacto das TICs na Educação. O desenvolvimento de competências em TIC para a educação na formação de docentes na América Latina. 2010. Ministério da Educação. Brasília: Brasil. Versão preliminar.
Acesso: Março 2011 <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012844.pdf>

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura. RJ: Ed. Paz e Terra, 1999.

CORDEIRO, Leonardo Zenha e CORREA, Juliane Mediação Pedagógica no Campo: produção de materiais didáticos no curso de licenciatura do campo In: Educação do Campo: desafios para a formação de professores ed. Belo Horizonte: Autentica 2009, v.1

CORDEIRO, Luciana Zenha e FLAUZINO, Ramon Orlando de Souza e NASCIMENTO, Silvana Sousa. Comunidades Colaborativas Online. Você faz parte de qual rede social?. In: Cultura Informacional e lideranças Comunitárias: Concepções e práticas. Maria Aparecida Moura (org.). - Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

COSTA, Sely M.S. Mudança no processo de Comunicação Científica: O Impacto do Uso de Novas Tecnologias. (Estudos avançados em Ciência da Informação, v. 1) Acesso: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v32n3/19024.pdf>

EISENBERG, José; CAPIK, Marco. Internet, democracy and public goods. In: SIMPÓSIO INTERNET E DEMOCRACIA. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2000. Texto mimeografado .

FILATRO, Andrea. Design instrucional contextualizado: Educação e Tecnologia – São Paulo : editora SENAC.2004.

HYPÓLITO, A. L. M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papirus, 1991

KENSKI. Vani Moreira. Educação e Tecnologias: O novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2007.

LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva – por uma antropologia do ciberespaço. SP: Loyola, 1998.

_____. As tecnologias da Inteligência:o futuro do pensamento na era da Informática.Rio de Janeiro:Ed 34,1993.

LEMOS Andre. Cibercultura,tecnologia e vida social na cultura contemporânea.Porto Alegre:Sulina,2002.

LION, Gabriela C. Mitos e Realidades na Tecnologia Educacional. In.(org.)LITWIN,Edith.Tecnologia educacional:Política, Historia e Propostas.Porto Alegre:Artes Médicas,1997.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Trabalho Docente.Dicionário de trabalho, profissão e condição docente.Org.Dalila Andrade de oliveira, Adriana Maria Cancela Duarte, Livia Maria Fraga Viera-belo Horizonte:UFMG/Faculdade de educação.2010.CD-ROM

PRETTO, Nelson de Luca e ASSIS, Alessandra. Cultura Digital e educação:redes já.In: Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder / Nelson De Luca Pretto, Sérgio Amadeu da Silveira organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2008. 232 p.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço:Técnica e Tempo, Razão e Emoção.São Paulo:Editora Universidade de São Paulo,2009.

TORRES,Rosa Maria.A Profissão Docente na Era da Informática e a Luta contra a Pobreza.In Educação na America latina/Brasília:UNESCO,OREALC,2002,446p

HOMENS DE CIÊNCIA NO BRASIL OITOCENTISTA

MARIAH MARTINS¹

PAULO VINÍCIUS APRÍGIO DA SILVA²

Quem são os nomes que se escondem por trás das referências e titulações. O que guardam, quais são as suas projeções, o que pensam, o que sentem, como agem? Uma das maiores dificuldades dos futuros pesquisadores passará pela necessidade de estabelecimento de um *corpus* de fontes que sejam mais do que meros repositórios de informação. Com as necessidades emergenciais do hodierno, e-mails, mensagens de texto, mensagens por mídias sociais são um caminho que não deixa rastro. Infortúnios tempos vindouros nos quais para se estabelecer a rede de ligações pessoais-científicas de um nome qualquer será necessária um *terabyte* de informações. Não é o caso do trabalho que se segue. Não que se quede sem preparo ou fontes, longe disso. Mas, indubitavelmente, estudar a trajetória de um homem que vivera a passagem do século XIX – XX certamente é menos complicado do que tentar recolher os cacos de informação do presente. Falamos de um tempo de mensagens escritas, cartas armazenadas, diários de campo. A materialidade dessas fontes, além de um expresso charme em comparação com a frieza das telas de computador, é eloquente: aqueles papéis foram tocados por aquele que por hora é o foco da pesquisa.

Alípio de Miranda Ribeiro nasceu em 21 de fevereiro de 1874 na cidade de Rio Preto, estado de Minas Gerais. Os pais Teotônio Vitor Saião de Miranda Ribeiro e Josefina Mascarenhas de Miranda Ribeiro, professores primários, foram também responsáveis pela sua iniciação nas letras.. Já nessa época dava demonstrações de suas aptidões e inclinação à

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrando no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrando no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia.

zoologia, como citado em uma publicação sobre a trajetória e a obra do referido cientista no volume XXXVII dos *Arquivos do Museu Nacional*³⁴ em 1943. Realizou os estudos secundários no Rio de Janeiro, então Capital Federal, nas escolas Malvino Reis e Mosteiro de São Bento, complementados com aulas de professores particulares como o matemático Timóteo Pereira, que se tornaria seu sogro futuramente. Nesse período envolve-se, também, com trabalhos na imprensa carioca, na qual trabalhou com Irineu Marinho.

Aluno da Escola de Medicina no Rio de Janeiro, passou a participar de atividades científicas no Museu Nacional, sendo auxiliar de Domingos Freire. Acabaria não concluindo o curso de medicina mas enveredaria pelos estudos de zoologia, tomando em outubro de 1894 posse como preparador interino da 1ª Seção (Zoologia). Quatro meses depois Alípio é nomeado preparador efetivo da 1ª Seção. Por portaria de 25 de junho de 1896, é nomeado naturalista-ajudante interino da mesma Seção do Museu, passando a naturalista-ajudante em 16 de agosto de 1897, após aprovação em concurso. Alípio passa a ocupar o cargo de secretário do Museu Nacional em 20 de fevereiro de 1899, por reforma no regulamento.

É posto à disposição do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1908 à 1910, para integrar a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, subordinada a esse ministério. É promovido a substituto da 1ª Seção em 1910. Em 1912 é nomeado inspetor na nova criação do Ministério da Agricultura, a Inspetoria de Pesca, esteve à frente de sua direção durante um curto período. Foi exonerado do cargo nessa Inspetoria em 10 de dezembro de 1913, após a saída de Pedro de Toledo do Ministério da Agricultura.

Esteve presente na reunião de fundação da Academia Brasileira de Ciências, inicialmente grupo formado por professores da Escola Politécnica, juntamente com importantes nomes da ciência na época como Henrique Morize, primeiro presidente, Ângelo da Costa e Lima, A. Childe, Roquette Pinto, Alberto Betim Paes Leme, Bruno Lobo, entre outros, em 3 de maio, se tornando um dos fundadores da casa.

³ Periódico criado em 1876 durante a segunda reforma institucional do Museu Nacional. Acabaria por tornar-se uma das principais publicações da instituição sendo portador de grande valor histórico e científico. Recebeu uma medalha de ouro pelos seus sete primeiros números em 1889 na Exposição Universal de Paris.

⁴ “(...) demonstrando, desde a mais tenra infância, a mais decidida vocação para a Zoologia, quer colecionando nos arredores do colégio de seus pais e mantendo nos porões e parque um pequeno jardim zoológico, quer traduzindo para o português (com idade de 14 anos e, havendo para tal fim estudado sem mestres o francês) os trabalhos de Buffon existentes na Biblioteca Pública de Valença, copiando-lhes as estampas a aquarela.”

Por modificações no regulamento do Museu Nacional é nomeado Professor substituto da 1ª Seção nesse mesmo ano, Professor Chefe da 1ª Seção em 1929 e Professor Chefe da 3ª Seção em 1931. Sendo, antes de seu falecimento, nomeado ao cargo de Naturalista da classe L, do quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, ao qual o Museu Nacional estava subordinado.

Alípio publica mais de 140 trabalhos dedicados em sua maioria ao estudo da zoologia brasileira, visando o maior conhecimento do Brasil. Concentrou muitos de seus estudos na pesquisa sobre peixes, produzindo a *Fauna Brasiliensis*, obra publicada em 5 tomos pelos *Arquivos do Museu Nacional*, nos materiais adquiridos pelos anos de existência da Comissão Rondon, e nas publicações diversas em importantes periódicos científicos como os *Arquivos do Museu Nacional*, *Revista da Sociedade Brasileira de Ciências*, *Revista do Museu Paulista* e o *Boletim do Museu Nacional*.⁵

No dia 8 de janeiro de 1939 Alípio de Miranda Ribeiro falece em sua casa na Rua São Luiz Gonzaga, onde permaneceu seus últimos 39 anos, no bairro de São Cristóvão, o mesmo em que o Museu Nacional estabelecera sua sede desde 1892. A trajetória de Miranda Ribeiro, como é possível perceber, está estreitamente ligada ao Museu Nacional. Foi o local de sua dedicação integral aos estudos científicos, e também onde expunha críticas e comentários sobre política, administração pública ou sociedade, além de lugar onde encontra-se grande parte do material de análise deste trabalho. Assim, é de extrema relevância que seja apresentado o histórico da instituição.

Criado em 1818, por decreto de D. João VI lavrado pelo Ministro dos Negócios do Reino Thomaz Antonio de Villanova Portugal, o Museu Real inauguraria um novo momento das ciências naturais no Brasil. Seu acervo seria inicialmente composto pelos espécimes restantes da antiga Casa de História Natural⁶, acrescidos pela preciosa coleção mineralógica

⁵ As informações sobre a trajetória de Alípio de Miranda Ribeiro foram obtidas no fundo Alípio de Miranda Ribeiro, e Paulo de Miranda Ribeiro, pertencentes a Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional. *Arquivos do Museu Nacional*, v. XXXVII, e v. XLII (Obra comemorativa por dez anos do falecimento do zoólogo, e ainda os Assentamentos do mesmo Museu).

⁶ Trata-se da Casa de História Natural, popularmente conhecida como Casa dos Pássaros. Por atuação do Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos⁶ instituiu-se que fosse formada uma instituição com o objetivo de preparar e enviar para Lisboa os mais diversos espécimes dos reinos animal, vegetal e mineral, além de artefatos e adornos indígenas. Cumpriria mais um papel dentro das ações tomadas pelas esferas do Estado português no período: alimentar na Corte o anseio de estudiosos de ter em mãos o que melhor representaria a expressão americana do Império Luso, além de poder sistematiza e descrever tal universo, a partir de então palpável.

de Werner e de um presente especial de D. João VI: uma taça-cofre de prata dourada, ornada na parte superior com escultura em coral que representa a batalha de Constantino. Fato relevante e que deve ser realçado é a participação de Dona Leopoldina, futura Imperatriz do Brasil, primeira esposa de D. Pedro, na criação do então Museu Real. A Princesa austríaca é tida como uma das principais incentivadoras do desenvolvimento das ciências no período sendo responsável pela intermediação feita com estudiosos no exterior e por trazer expedições científicas para os trópicos. Cumpriria, em tal contexto, um papel de museu metropolitano, sendo o espaço destinado ao desenvolvimento das ciências naturais no novo centro político do Império Português.

Com o advento do processo de Independência o Museu Real torna-se Museu Imperial Nacional assumindo posteriormente a denominação de Museu Nacional. No oitocentos teve destaque principalmente durante o segundo reinado. Foi sob a tutela de D. Pedro II que a instituição ganhou força, representação e reconhecimento externo. Destaca-se o período que se estende da década de 70 a de 90 daquele século cuja principal figura fora Ladislau Netto. Ao assumir a diretoria do Museu em 1876 seria figura de inúmeras transformações. Em seu período de mando foi criada a principal publicação da Instituição, o *Archivos do Museu Nacional*, cresceu intensamente o contato com instituições no exterior, foi realizada à Exposição Antropológica de 1882, e o mesmo foi um dos grandes responsáveis pela organização da delegação brasileira na Exposição Universal de Paris. Já no final de seu exercício como diretor foi responsável, junto com o Conselho Diretor, pela transferência do Museu Nacional do Campo de Santana para o Palácio de São Cristóvão, ex-residência Imperial que servira, também, como casa da primeira constituinte republicana.

Podemos entender sua concepção/função junto ao Estado brasileiro de acordo com o ministério a que foi alocado: de sua criação até dezembro de 1822 ficou sob a tutela do Ministério dos Negócios do Reino permanecendo dessa data até abril de 1868 sob a direção dos Negócios do Império. Entre essa data e maio de 1890 foi ligado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, passando logo em seguida para o Ministério da Instrução Pública Correios e Telégrafos onde permaneceria até dezembro de 1892, período que se estenderia até agosto de 1909 quando iria integrar os quadros do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. A partir de dezembro de 1930 passaria ao Ministério da Agricultura e Comércio, sendo integrado ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Pelo Decreto nº 8689 de 16 de janeiro de 1945, foi incorporado à Universidade do Brasil e integrado a ela pelo

Decreto nº 21.321 de 18 de julho de 1946, na qualidade de Instituição Nacional, com prerrogativas idênticas às das escolas e Faculdades, sendo parte integrante do Fórum Universitário. Ocupava, portanto, papel de relevância no panorama científico nacional no oitocentos, ao lado do Observatório Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e outros sendo um dos responsáveis pela representação dos avanços científicos brasileiros na passagem do século XIX para o XX.

A construção de um zoólogo do séc. XIX no XX

Grande parte da identificação de Miranda Ribeiro com o século XIX se dá pela imagem dos naturalistas-viajantes, característicos daquele momento. Muito do que foi produzido em termos de ciência no Brasil oitocentista tinha a presença de estrangeiros que viajaram até o Brasil em busca do conhecimento científico da América do Sul.

Figuras como Alexander von Humboldt, Auguste de Saint-Hilaire, e Von Martius, fizeram parte da construção da História Natural brasileira assim como da referência científica de Miranda Ribeiro. Para esses homens a viagem era “como uma das etapas necessárias para a transformação da natureza em ciência”. (KURY, 2001:865) Daí a importância dada por alguns homens de ciência no XIX e para seus manuais de viagem.

É possível identificar em diversos momentos de Miranda Ribeiro, em especial em seu diário de campo produzido quando zoólogo da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMA – 1908-1915), seu forte desejo e empolgação na participação de uma viagem, onde o zoólogo executaria no campo seu trabalho. A viagem a campo representa para esse naturalista a constituição de si próprio enquanto um naturalista, retornando a uma tradição oitocentista de naturalistas-viajantes, compreendendo essa experiência como essencial a sua identidade.

O trabalho de Alípio de Miranda Ribeiro se caracterizou, já no século XX, por essa tradição do naturalista-viajante. Muito do que o zoólogo produziu adveio de suas viagens à campo onde era possível coletar espécies para as pesquisas no laboratório, mas também era de suma importância a coleta de experiências e emoções que iam constituindo-o enquanto naturalista.

Ao nos debruçarmos sobre relatos de viagem de naturalistas-viajantes que passaram pelo Brasil durante o século XIX o quão especial era aquela tarefa de representar um local de tamanho exotismo quanto era o Brasil para aqueles, assim como buscavam demonstrar que juntamente de toda uma variedade das florestas tropicais habitava o fenômeno típico. Dessa maneira buscavam classificar, ordenar e representar. Deveriam coletar, representar por meio de desenhos, descrever e ainda apresentá-los, tentando da forma mais completa chegar a um determinado ambiente.

Miranda Ribeiro pela necessidade de seu ofício sabia desenhar muito bem, sempre produzindo chapas dos espécimes. Produzia uma minuciosa descrição do material, com medições diversas, organizando de maneira mais precisa possível a classificação do espécime que deveria ser parte de uma coleção posteriormente. Além de toda uma especificidade característica do campo científico Miranda Ribeiro mantém os aspectos identificados na tradição oitocentista da História Natural onde para se chegar a uma minuciosa conclusão não seriam desperdiçadas informações. Desta forma, o zoólogo que tinha como interesse primordial o conhecimento científico dos animais não ignorava características da espaço e nem de outros seres. Assim como Von Martius, Miranda Ribeiro permanece retratando os lugares por onde passa, seu clima, sua terra, e ainda sua sensação, além da sempre referenciada relação entre o homem e a natureza.

É nesse emaranhado de informações, questionamentos e sugestões que o naturalista se vê obrigado a expandir seus “horizontes de expectativas”, da mesma maneira que seu “espaço de experiência” está cada vez mais ampliado, sendo recorrente a utilização da poética e dos símbolos românticos para se alcançar uma possível representação aproximada da experiência vivida pelos naturalistas. Essa é uma forma de se apresentar tantas emoções vividas que não são comportadas por imagens, desejos, e classificações. (KOSELLECK, 2006)

A tradição naturalista perpetuada na figura de Miranda Ribeiro é essa, que busca a verdade das coisas no estudo, na entrega, sem desconsiderar a experiência e a emoção. Muito desses aspectos são encontrados nas obras de Alípio de Miranda Ribeiro também, todavia, a experiência vivenciada pelo espaço/tempo do zoólogo cria marcas profundas em sua trajetória.

O período da vida do século XIX para o XX no Brasil foi marcado pelo advento da República e o fim da Monarquia como representação política governamental do país. E nesse momento muitos foram os esforços no sentido do apagamento de uma memória monárquica e,

ao mesmo tempo, no sentido oposto, de uma nacionalidade republicana, que trazia, além da forte propaganda de integração nacional, a noção de progresso.

Apesar da participação de Alípio de Miranda em projetos republicanos como a Comissão Rondon, que detinha o profundo apelo da filosofia positivista brasileira com Cândido Rondon⁷, seu chefe, e conseqüentemente valorização das ciências, ainda assim observamos a manutenção de tradições naturalistas do século passado especialmente no reconhecimento dos componentes do campo científico.

O que Miranda Ribeiro demonstrou, às vezes com uma certa contradição, foi seu desejo de ser um naturalista brasileiro. Mesmo que tivesse como referencia figuras estrangeiras, estudando seus trabalho e buscando uma trajetória próxima das que traçaram, o zoólogo tecia duras críticas ao desenvolvimento dos estudos do território brasileiro e o que nele existia apenas ou em grande maioria por estrangeiros. Miranda Ribeiro precisava ver o Brasil conhecendo a si próprio, desejava ver os naturalistas e cientistas brasileiros produzindo estudos sobre o Brasil, mesmo que isso quisesse significar passar pelas mesmas etapas que um naturalista estrangeiro passava.

Tudo isso é muito significativo ao nos depararmos com as produções letras do zoólogo onde podemos ter como exemplos primeiramente o diário de campo que produz como participante de uma comissão interna de História Natural, e apresenta relação direta com a prática do naturalista-viajante do século XIX. Ao se embrenhar nas matas do noroeste brasileiro Alípio de Miranda Ribeiro é praticamente um estrangeiro nacional travando a todo momento modelo comparativo entre sua sociedade (litorânea) e o outro (interior). Seu diário é tanto um local de comentários variados, notas diárias, como local de desenhos de espécies novas e cenários particulares. Assim como Von Martius apenas com uma boa dose de poética é possível para o zoólogo transmitir tamanha beleza natural.

Outro especial exemplo é a publicação “*Fauna Braziliense*” que claramente pode-se remeter ao famoso “*Flora Brasiliensis*” de Carl Philipp von Martius. A primeira publicação, de autoria do zoólogo brasileiro, é dividida em tomos que foram publicados durante anos nos Arquivos do Museu Nacional e demonstram a aspiração de Miranda Ribeiro no famoso

⁷ Candido Moreira da Silva Rondon (Santo Antônio do Leverger, 5 de maio de 1865 — Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1958). Militar e sertanista brasileiro ficou conhecido pela sua atuação à frente da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas.

botânico alemão que, juntamente a outros naturalistas, produziu entre os anos de 1840 e 1906, uma obra de 15 volumes que contém 22.767 espécies da flora, em grande parte do Brasil. Foi nessa grande obra enciclopédica que Ribeiro se inspirou para publicar seus trabalhos, desejando mostrar que o Brasil poderia produzir ciência brasileira e não mais apenas ter de se voltar aos alemães ou ingleses para conhecer seu próprio país.

O posicionamento de Miranda Ribeiro em torno da política, da administração pública e da sociedade também marcam esse cientista que se colocava diante de variadas situações, inclusive trazendo sempre uma rememoração das situações passadas, como no caso de uma publicação acerca da história da zoologia no Brasil, e outra sobre o Museu Nacional, o que já havia produzido e o que se visualizava ao futuro. Dessa forma, Alípio desejava ser um cientista que não apenas se voltasse para sua pesquisa científica de laboratório, buscava ser um naturalista, um pensador, um letrado, tomando seu lugar de fala e mantendo uma tradição.

Verificamos em diários de campo e nas publicações enciclopédicas o modelo de escrita dos naturalistas-viajantes do século XIX, porém com novas táticas para um olhar sobre o “nós”. Por meio da análise do referido diário de campo e da documentação encontrada no arquivo do zoólogo custodiado pelo Museu Nacional/UFRJ, pode-se compreender que os modelos científicos vigentes no século XIX continuam sendo utilizados no início do século XX. Pela indefinição dos campos do conhecimento, pode-se observar a atuação do zoólogo como um antropólogo ou historiador, que num mesmo movimento busca relatar a natureza e os homens para a construção de uma identidade nacional e de sua própria identidade enquanto cientista.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Cândido de Melo. **Museu Nacional**. Boletim do Conselho Federal de Cultura, n. 28, p. 29-68, 1977.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. **As ciências na História Brasileira**. Ciência e Cultura. São Paulo: vol.57 no.1. Jan./Mar, 2005.

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2009.

IMPERIAL-TERRORISMO ESTADUNIDENSE: A VIOLÊNCIA COMO FATOR DE CONTROLE¹

Ramon Trindade Pellegrini

Graduando do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, partícipe do Grupo de Estudos de Ideologias e Luta de Classes – GEILC/Museu Pedagógico da UESB.
E-mail: ramonpellegrini1@gmail.com

Paulo Tarso Mascarenhas Pedreira

Graduando do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, partícipe do Grupo de Estudos de Ideologias e Luta de Classes – GEILC/Museu Pedagógico da UESB.
E-mail: paulotarsohistoria@hotmail.com

Resumo: O objetivo da pesquisa está relacionado à análise das estratégias de dominação dos Estados Unidos nos séculos XX e XXI no que diz respeito à categoria analítica terrorismo em seus aspectos sociopolíticos, seus métodos, suas múltiplas esferas, percorrendo uma trajetória desde suas origens à contemporaneidade. Por esse viés, a guerra é articulada como intervenção humanitária a fim de justificar a ocupação militar. A implantação de protetorados, sob a tutela do imperialismo estadunidense forma governos interinos, títeres políticos designados pelas grandes corporações. Sendo assim, a apologia “contraterrorista” é, na realidade, parte da dinâmica de controle do grande capital em escala planetária.

Palavras-chave: imperial-terrorismo; métodos de violência; história

Abstract: The objective of this research is related to the analysis of strategies for United States domination in XX and XXI centuries with regard to the analytical category "terrorism" in their socio-political aspects, its methods, its multiple spheres, covering a trajectory from its origins to the contemporary. For this angle, the war is articulated as a humanitarian intervention to justify the military occupation. The implementation of protectorates, under the tutelage of U.S. imperialism as interim governments, political puppets designated by major corporations. So, the apology "counterterrorism" is actually part of the dynamic control of big capital on a global scale.

Keywords: imperial-terrorism; methods of violence; history

¹ Pesquisa orientada pelo professor doutor José Rubens Mascarenhas de Almeida, coordenador do Grupo de Estudos de Ideologia e Luta de Classes (GEILC)/Museu Pedagógico da UESB. E-mail: joserubensmascarenhas@yahoo.com.br

Do terrorismo

O terrorismo é um tema que ecoa ao longo da história. Sua origem provém da palavra terror (do latim, *terrere*), que denota assustar, causar medo. Como categoria, apesar de não possuir uma definição isenta de ideologia, sendo marcada historicamente por contrassensos, não há impossibilidade no estudo de suas múltiplas formas. Pelo contrário, as informações fragmentadas e descontextualizadas que emanam, sobretudo, da *mass media*, manipulando o conceito do que são – ou não – atos terroristas, segundo interesses do capitalimperialismo, encabeçado pelos Estados Unidos, nos impulsiona à crítica.

Ao mesmo tempo em que o mantra midiático objetiva justificar as investidas imperialistas de controle político-econômico e cultural em escala planetária, são amalgamados valores e comportamentos, transmitidos e reportados por agências ideológicas controladas pelo capital financeiro, que produzem/reproduzem seu sistema de dominação. Nessa perspectiva, qualquer ação violenta que contraponha os ditames imperialistas é considerada terrorista. Assim, pesquisar sobre a doutrina do terror requer uma análise que transcenda a superfície do que é perceptível, sendo fundamental examinar o objeto em sua profundidade histórica, diligência crítica na interpretação das fontes, buscando fundamentar os fatos sob um prisma que abranja e interrelacione as várias esferas do fenômeno. *A priori*, devemos distinguir suas peculiaridades: táticas, intenções, logística, ideologia, fazendo-se necessária uma investigação para identificar tendências, permanências e rupturas ao longo dos contextos históricos, prestando as devidas conexões.

O terrorismo varia de acordo a intensidade, sendo suas ações de grande ou pequeno porte, podendo ser articulado individualmente, em grupos mais ou menos organizados, bem como complexas organizações político e/ou religiosas, chegando até o terrorismo de Estado na sua forma mais abrangente, o imperial-terrorismo. Serve tanto para eliminação de inimigos sem fins políticos como de estratégia para insurreições que têm como escopo desestabilizar alvos preestabelecidos.

Apesar de o termo ser recente, o fenômeno é antigo. Segundo o historiador e jornalista Caleb Carr (2002, p. 29),

Muito antes que os propositais ataques militares contra civis, como método de afetar o comportamento de nações e líderes, fossem chamados de terrorismo, a tática teve vários outros nomes. Do tempo da república romana até o final do século XVIII, por exemplo, a frase mais utilizada era *guerra destrutiva*.

Na visão de Burtchael (1986, pp. 236-237 apud ALMEIDA 2009, p. 241), o terrorismo é um método “em que os “terroristas” [...] escolhem alvos simbólicos, ao invés daqueles de importância estritamente militar. Eles propositalmente ignoram a distinção convencional entre combatentes e não combatentes”. Nesse sentido, a extensão do domínio alcançado pelo terrorismo de Estado, que dizimou (e dizima) nações inteiras, oprimindo qualquer resistência, sempre defendeu os interesses das classes dominantes. Emmerich de Vattel (apud CARR, 2002, p. 5.) compreendeu bem essa disparidade e suas consequências,

Se um conquistador injusto e ganancioso subjuga uma nação, obrigando-a a aceitar condições penosas, vergonhosas e insuportáveis, a necessidade faz com que ela se submeta. Essa aparente tranquilidade, porém, não é a paz; é uma opressão que ela suporta à medida que procura os meios de se libertar e contra a qual os homens de valor se insurgem na primeira oportunidade favorável.

Das origens do terrorismo na história

O sistema de coerção baseada no medo tem sua origem ligada à Revolução Francesa (1789), afirma pesquisadores como Blischenko e Zhdanov (1983, p.17), indicando que esse período histórico “comprende la política interna de la dictadura jacobina, implantada después de la expulsión de los girondinos de la Convención Nacional del 31 de mayo al 2 de julio de 1793”. Àquela época, Robespierre, líder jacobino, afirmou que o “reino do terror” deveria ser instaurado quando movimentos contrários ameaçassem a “liberdade social”. Sob esse pretexto, cerca de 17.000 pessoas foram condenadas à guilhotina e 25.000 executados sem qualquer julgamento (BLISCHENKO; ZHDANOV, 1983, p. 17).

Apesar de o terrorismo estar ligada a este episódio, encontramos seus vestígios desde os tempos do Império Romano. Como nos *crimen laesa majestatis* que, sob preceitos políticos, assassinaram Gaius Julius Caesar (100-44 a.C.), bem como os imperadores Caius Caesar Germanicus, o Calígula, (12-41 d.C), Tito Flavius Domicianus (51–96 d.C.), e tantos outros. É importante salientar que parcela

considerável desses executores era da própria Guarda Pretoriana, responsável pela defesa dos governantes.

Ainda em se tratando de Roma, notamos que a expressão *guerra punitiva* era umas das principais justificativas para os ataques contra populações anexadas ao Império. Segundo Carr (2002, p.29), existia uma

[...] necessidade premente de permitir as famosas legiões romanas, vergonhosamente remuneradas, que saqueassem e estuprassem como recompensa a quase sobre-humana firmeza com que se comportavam no calor da batalha.

Por esse ângulo, o objetivo de agregar províncias conquistadas sob a tutela romana, foi uma tática de controle dos territórios que alicerçou o longo período de sua hegemonia. O preço pago pelos opositores à campanha era uma intensa empreitada de violência. A destruição de Cartago foi um dos muitos exemplos; uma “daquelas coisas raras na experiência de uma nação: a total erradicação não só do lar do inimigo, mas também de uma boa parte, senão da maioria, de seu povo: homens, mulheres, crianças e até mesmo idosos” (CARR, 2002, p. 31).

Paulatinamente, o molde dessa investida tornou-se traço marcante nas gerações ulteriores, e o exército foi fundamental para sua reprodução. Argumentando combater povos bárbaros, as táticas destrutivas, executadas pelas legiões, foram cruciais para formação e manutenção de Roma. Entretanto, o efeito colateral dos combates caracterizou-se por um crescente ódio antirromano, resultante do jugo sofrido pelos povos ao longo daquele processo. Muitas insurgências provinham, paradoxalmente, dos próprios militares – desertores que preferiam lutar ao lado do seu povo a vê-lo perecer pelo fardo que Roma os obrigava carregar. Esses líderes rebeldes são provas de que “uma nação nunca deve imaginar que pode utilizar (e especialmente treinar) os agentes do terror quando for conveniente e depois se livrar deles quando não mais forem necessários” (CARR, 2002, p.35). Como veremos, os EUA parece não ter dado ouvido a essa advertência histórica.

Mas, houve outros focos de resistências: Os *sicarii*, ou “homens-adagas”, formavam um grupo judaico da Ordem dos Zelotes, bem articulado em suas estratégias, e com alvos previamente constituídos. Os agentes se infiltravam entre as multidões durante as festividades na incumbência de assassinar membros do partido judeu moderado, pró-romano, acusados de aliança com o inimigo. Algumas dessas missões são exemplificadas por Laqueur (1980, pp. 28-29).

Los *sicarii* destruyeron la casa de Ananias, el sumo sacerdote, así como los palácios de los gobernantes herodianos; quemaron los archivos públicos, deseosos de acabar con los títulos de los prestamistas, impidiendo así que pudieran recuperarse las deudas.

Em se tratando de terrorismo político-religioso, é pertinente rememorar os *hashishin* – procedência etimológica da expressão “assassino”. Eram conhecidos assim, pois cometiam seus ataques sob o efeito alucinógeno do *hashish*. Organizados em células, esses radicais islâmicos, de origem ismaelita, tinham como objetivo eliminar cristãos e outros hostis à sua fé. Seu principal expoente foi Hassan Sibai, estrategista que, consciente da limitação numérica do seu grupo, empreendeu uma “campanha de terror bien planeada, sistemática, a largo plazo, [que] llevada a cabo por una fuerza reducida pero muy disciplinada, podía ser un arma política extraordinariamente eficaz” (LAQUEUR, 1980, p. 30). O saldo dos ataques foram significativos, “los asesinos se extendieron por Siria, matando prefectos, gobernadores, califas e incluso a Conrado de Monferrato, el cruzado Rey de Jerusalén [e por] dos veces trataron de asesinar a Saladino pero fracasaron” (LAQUEUR, 1980, p.30).

No tocante aos atos terroristas sem fins políticos, detectamos na Índia a sociedade secreta dos *thugs*, tendo como característica ideológica o terror ritualístico. Ou seja, toda ação terrorista praticada pelos membros da fraternidade fazia parte do sacrifício à deusa Kali – entidade da morte e da destruição. Suas operações se estendem desde o século XIII até meados do século XIX e as principais vítimas foram mulheres e crianças das castas mais humildes, vítimas de estrangulamento. Nas palavras do *thug* Feringea, o louvor a entidade

Permítase a cualquier hombre gustar el *goor* (azúcar) del sacrificio, y se convertirá en un *thug*, aunque conozca todos los oficios y tenga toda la riqueza del mundo... He ocupado puestos muy altos y dondequiera que iba disfrutaba siempre de gran favor por lo que siempre estaba seguro de conseguir ascensos. Pero me sentía desagraciado cuando estaba lejos de mi grupo y me veía obligado a volver a *Thuggee* (apud LAQUEUR, 1980, p. 31).

Na Europa, a partir do momento que a tarefa de controlar o maior número de territórios impulsionou os métodos de violência, o medo passou a ser um instrumento providencial à pilhagem. Nesse sentido, Hobsbawm (2007, p. 155) adverte que “poucas coisas pode haver que sejam tão perigosas quanto os impérios que buscam satisfazer seus próprios fins acreditando que estão fazendo um favor à humanidade”. Por esse

viés, a lista se estende, e outros exemplos é-nos fornecido pelo professor Moniz Bandeira (2003):

Na Inglaterra, os reis Edmund I (940-946), Edward (975-978) e Edmund II (este reinou apenas sete meses em 1016) foram assassinados [...] em 1758, Dom José I, rei de Portugal, sofreu um atentado a bala, do qual escapou seriamente ferido. Em 1775 foi à vez de Luiz XV, rei de França [...] No Brasil, em 25 de março de 1824, os liberais republicanos intentaram incendiar o teatro onde se realizaria o espetáculo de gala, solenizando a solenidade de outorga da Constituição, a fim de que pudessem assassinar Dom Pedro [...] Em outros países da América, também houve atentados e atos terroristas, ingrediente consubstancial com revoltas, sublevações e guerras civis e estrangeiras.

Por se tratar de um artigo, não tomamos por prioridade o exame dos incontáveis exemplos de terrorismo no decurso histórico, mas demonstrar como essas operações executa o movimento sistemático do terror. Partindo dessa premissa, buscaremos interpretar as relações conflitantes entre as classes dominantes e as forças subversivas que circundaram o século XX e a primeira década do XXI.

Justificativas imperial-terroristas

As imagens dos três aviões sequestrados por suicidas e repletos de pessoas de múltiplas nacionalidades, sendo lançados às torres do *World Trade Center* e ao *Pentágono*, foram assustadoras. Milhares de mortos contabilizados no 11 de setembro estadunidense (2001) que marcou a aurora do novo século. Isto porque, desde a Guerra de 1812², o território jamais havia sido sequer ameaçado. O golpe recebido pela potência mundial ainda ecoa em dimensões globais. Nas palavras de Tariq Ali (2005, p. 355),

O atentado terrorista que atingiu o epicentro político-econômico do mundo foi transmitido em cada rincão do planeta com uma dose de chauvinismo produzido por jornalistas – sobretudo, estadunidenses – que não se limitaram em transformar aquele momento da história contemporânea “em favor de um superpatriotismo imperial”.

As ruínas das Torres Gêmeas e do aparato de inteligência modificaram a imagem da política externa do imperialismo estadunidense. Criou-se uma redoma intelectual a qualquer crítica mais áspera frente à conduta político-militar dos EUA ao

² Alguns pesquisadores rechaçam essa idéia ao rememorar Pearl Harbor (1941), mas essa evidencia é um equívoco, pois os ataques foram contra bases militares em duas colônias estadunidenses e não o território nacional.

longo de sua história, sendo, constantemente, relegada à categoria de antiamericanismo, ou, mais radicalmente, de aliados do terrorismo. Prova disso foi o alerta emitido por todo mundo pelo então presidente George W. Bush: “ou estão conosco ou estão com os terroristas. A partir de hoje, todo país que abrigue ou apóie o terrorismo será considerado pelos Estados Unidos um regime hostil” (apud CHOSSUDOVSKY, 2004, pp. 11-12).

Era mais uma das manobras estratégicas do núcleo de comando da CIA, que se apoderou da tragédia para passar uma borracha na história sangrenta que ela escrevera desde primórdios do século XX. Nesse sentido, as mais de duas mil pessoas assassinadas pelos radicais islâmicos teriam na balança imperialista, o mesmo peso das inúmeras mortes cometidas por seus militares até aquele momento. Mais: passou a explicar a *vendetta* lucrativa, sobretudo, para as indústrias bélicas, que estava por vir.

Acontecimentos dessa magnitude não ocorrem em um vácuo, como outrora alertou Ali (2005, p.9), mas, estão intrinsecamente condicionadas por cenários locais e globais. Julgar os fatos sem primeiro traçar uma contextualização que os evidenciem é, no mínimo, um equívoco. Sob essa óptica, torna-se preponderante remontar as origens das ações imperial-terroristas estadunidense, observando suas relações político-econômicas com as nações periféricas no decurso do século XX, a fim de elucidar os atentados que marcaram a história contemporânea.

Evidências do terrorismo de Estado dos EUA

A primeira fase da doutrina do terror estadunidense é evidenciada no início do século XX. Um processo de conquista baseado no terrorismo de Estado que deixou um rastro de destruição social, mas sobretudo político-econômico, por onde quer que tenha passado. Para o general Smedley Butler – 33 anos como membro militar do Corpo de Fuzileiros, duas medalhas de honra e, contraditoriamente, um dos seus principais críticos,

Não há truque na sacola dos negócios sujos que seja desconhecido da gangue militar. Ela tem seus “homens-dedo-duro” para apontar os inimigos, seus “homens-músculos” para destruir os inimigos, seus “homens-cérebro” para planejar preparativos de guerra e um “Chefão” que é o Capitalismo Super-nacionalista (apud ALI, 2005, p. 361).

O alistamento nessa gangue militar, segundo ele, deixou suas “faculdades mentais [...] em animação suspensa, enquanto [...] obedecia às ordens dos superiores. Isso é típico de todo mundo no serviço militar” (apud ALI, 2005, p.361). Ao que

lembra: “Passei a maior parte do tempo sendo um homem-músculo de alta classe para os Grandes Negócios, para Wall Street e para os Banqueiros. Resumindo, eu era um bandido, um gangster do capitalismo” (apud ALI, 2005, p. 362). Para o melhor entendimento do que significaram os métodos de violência nessa fase, Butler documentou seu desempenho como agente do terror estatal,

Ajudei a tornar Honduras “certa” para as empresas americanas de frutas em 1903. Ajudei a tomar o México, especialmente, Tampico, seguro para os interesses petrolíferos americanos em 1914. Ajudei a tornar o Haiti e Cuba um lugar decente para os rapazes do National City Bank recolherem lucros. Ajudei no estupro de meia dúzia de repúblicas da América Central para benefício de Wall Street. O registro de banditismo é longo. Ajudei a purificar a Nicarágua para empresa bancária internacional dos Brown Brothers em 1909-1912. Levei luz à República Dominicana para os interesses do açúcar americano em 1916. Na China ajudei a garantir Standard Oil não fosse molestada [...] Relembrando o passado, acho que eu poderia dar umas dicas a Al Capone. O melhor que ele podia fazer era operar seus negócios sujos em três distritos. Eu operei em três continentes (apud ALI, 2005, p.362).

Aliado das grandes corporações – e alimentado pelo capital financeiro –, o desenvolvimento dos “banhos de sangue” como consequências políticas, decorrentes do massacre e do terror, empreenderam um verdadeira caçada a qualquer mudança revolucionária, sobretudo, na periferia do sistema. Noam Chomsky (1976, p.25) evidenciou que,

Este objetivo conservador e contra-revolucionário definiu a escala da efusão de sangue e da violência aceitável e inaceitável. Nesta perspectiva, os massacres em nome da revolução são maus [...] e constituem um recurso à violência considerado como desapropriado e deselegante com vista a obter uma mudança social.

A repetição desse argumento qualificava/desqualificava quem era ou não terrorista. Nesse contexto, o próprio termo “violência” era habitualmente reservado ao uso da força quando utilizada por elementos e movimentos contrários aos EUA (CHOMSKY, 1976, p. 25).

O comunismo como justificativa

Com o fim da Segunda Guerra Mundial houve um declínio da multipolaridade político-econômica que vigorava entre as principais potências imperialistas. Noutras palavras, do ponto de vista econômico-militar, tanto o Fundo Monetário Internacional (FMI), como o Banco Mundial (BM), além da substituição do lastro de ouro pelo dólar, passando pela criação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, em inglês) –

hoje conhecida como Organização Mundial do Comércio (OMC) –, até o poderio de destruição ostentado nas bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, atestavam que os EUA saíram vitoriosos do embate.

Todavia, o pós-guerra também representou o déficit das matérias-primas estadunidense, fundamentais para manter os países aliados em combate. Assim sendo, “os Estados Unidos precisaram importar petróleo, minério de ferro, bauxita, cobre, manganês e níquel” (ALI, 2005, p. 368). Isso implicou numa corrida de dominação de áreas que suprissem essa demanda, sobretudo, América Latina e Oriente Médio, criando uma simbiose entre política, guerra e economia. Almeida (2010, p.34) relata que

Uma vez derrotado o inimigo comum maior, o nazifascismo, adveio a Guerra Fria e seus desdobramentos, forçando uma nova configuração geopolítica de áreas de influência, na qual a águia estadunidense passou a apontar suas afiadas garras para os rincões mais remotos [de todo o mundo] numa correlação pautada na unipolaridade.

O novo teatro de operações ampliou a reprodução militar, fomentando uma pesada industrialização que transformou a economia estadunidense numa tradição armada sem precedentes. O Estado investiu insistentemente em pesquisas com finalidade tecnológico-militar, com fito à modernização da eletrônica, aeronáutica, bem como qualquer outro aparato bélico que lhes auxiliasse na empreitada do controle mundial. As mercadorias desenvolvidas tinham como principal cliente o próprio EUA, não podendo ser vendido qualquer armamento sem antes ter recebido o aval do “César da Casa Branca”. A dimensão desse processo pode ser detectada nas palavras do general Eisenhower (1961), então presidente dos Estados Unidos,

[...] achamos que a liderança e o prestígio da América dependem não meramente de nosso progresso material inigualável, de nossa riqueza e da forma militar, mas de como usamos nossos poderes no interesse da paz no mundo e da melhoria da humanidade [...] fomos compelidos a criar uma indústria permanente de armamentos de vastas proporções. Além disso, três milhões e meio de homens e mulheres estão diretamente envolvidos nas instituições de defesa. Nós gastamos anualmente com segurança militar mais do que o produto bruto de todas as corporações dos Estados Unidos [...] Nós reconhecemos a necessidade imperativa desse desenvolvimento [...] Nossa labuta, nossos recursos e nosso meio de vida estão envolvidos; assim como a própria estrutura de nossa sociedade [...] Só uma cidadania alerta e consciente pode compelir uma mistura adequada da gigantesca máquina industrial e militar de defesa com os nossos métodos e objetivos de paz, de modo que a segurança e a liberdade possam prosperar juntos (apud ALI, 2005, p. 369-370).

Sob o disfarce eufêmico das palavras ultranacionalistas do general, residiam os massacres executados pelo terrorismo de Estado do seu país em escala planetária. Métodos de violência utilizados para subjugar sociedades inteiras, sempre foi uma característica marcante nessas táticas que objetivavam a dependência da periferia as suas normas político-econômica e militar.

Segundo estatísticas de Blischenko e Zhdanov (1983), o foco do terrorismo na década de 60 até meados dos anos 70 estava no velho continente e não no Oriente Médio, como é observado atualmente. Ora, o inimigo do grande capital não era a *jihad* islâmica, mas o comunismo soviético. Sobre isso, Almeida (2009, 239) afirma que, “o papel desempenhado pela ideologia burguesa – principalmente de matiz estadunidense – quando atribuía o terrorismo [...] aos marxistas-leninistas era, a um só tempo, irresponsável e carente de consubstanciação”.

No Vietnã, por exemplo, sob pretexto de lutar contra os invasores comunistas, buscaram, ao longo da década de 60, justificar as invasões recorrendo a uma tática bem conhecida; atribuir aos insurgentes norte-vietnamitas inúmeros casos de atrocidades, que eram estrategicamente propagados na mídia estadunidense, com a finalidade de convencer a opinião pública apoiar as investidas ulteriores. No Vietnã do Sul, forjaram um governo títere, composto por uma pequena elite corrupta, na qual a existência se moldava segundo seus interesses, abastecendo-os com armas de destruição em massa, a fim de juntos reproduzirem o mantra contra-revolucionário que dizimou milhares de civis vietnamitas. Na visão de Chomsky (1976, p.27),

[...] as contra-revoluções são mais sangrentas, em média, que as revoluções [e] a violência desencadeia um processo retroativo de “criação comunista”, que legitima a intervenção aos olhos do poder imperial ao mesmo tempo que lhe dá um potencial de genocídio.

Todavia, a carnificina deliberadamente imposta pelos Estados Unidos não foi suficiente para alcançar seus intentos imperial-terroristas. Como assinala ALI (2005, p. 371),

O uso de desfolhantes, herbicidas e gases tóxicos transformaram parte do campo numa paisagem lunar. Áreas inteiras tornaram-se impossíveis de ser cultivadas e continuam assim até hoje. Apesar de tudo isso os vietnamitas recusaram a rendição.

Liderados pelo general norte-vietnamita Vo Nguyen Giap, os insurgentes *vietcongs* derramaram seu sangue numa luta visivelmente assimétrica, mas que no final

fez a grande potência experimentar o sabor amargo da derrota. Adepto das táticas militares de Sun Tzu, Jiap realizou ataques relâmpagos em todo território, se utilizando de um pequeno contingente de soldados dispersos em áreas estratégicas, com um poderio bélico em muito inferior ao imenso aparato marcial pró-EUA. O objetivo dessas ações era minar os avanços militares, demonstrando que não era a força descomensurada o elemento mais importante em uma batalha, mas a execução inteligente e disciplinada das táticas.

O insucesso vergonhoso em território vietnamita não freou as investidas do terrorismo estadunidense. Ainda sob o delírio comunismo, o jugo imposto a países da periferia, era parte da política expansionista do capital-monopólio. Podemos constatar que esse foi um fenômeno corrente “na Indonésia, na Tailândia, nas Filipinas, na Coreia do Sul, no “novo” Camboja, nos Laos, na velha China e no Vietnã do Sul” (CHOMSKY, 1976, p. 29), mas também no Paquistão e Burundi, a lista é extensa.

Ironicamente, até os mesmos *mujahedins*, que em 2001 foram acusados dos atentados, àquela época eram chamados pela CIA de “recurso de inteligência”, tendo sido, o próprio Osama Bin Laden, treinado pelas forças armadas do governo-cliente paquistanês (ISI), sob uma ideologia marcadamente anticomunista. Isso nos leva a questionar as palavras de Peter L. Bergen (2002, p.105), quando minimizou a relação entre a CIA e os fundamentalistas islâmicos. Cita ele que: “Durante la guerra afgana la CIA trabajaba a través de la agencia ISI, mientras que los árabes afganos funcionaban independientemente y tenían sus propias fuentes de financiación”. No entanto, não é bem esse o discurso do então assessor de segurança nacional estadunidense àquela época, Zbigniew Brzezinski, em entrevista ao *Nouvel Observateur*.

BRZEZINSKI – De acordo com a versão oficial da história, o apoio da CIA aos mujahedins começou na década de 1980, isto é, depois que os soviéticos invadiram o Afeganistão, em 24 de dezembro de 1979. Não obstante, a realidade, cuidadosamente guardada até agora, é completamente diferente. Em 3 de julho de 1979, o presidente Carter assinou a primeira ordem para o envio de ajuda secreta aos opositores do regime pró-soviético em Cabul. E, naquele mesmo dia, escrevi uma nota para o presidente, em que lhe explicava que, em minha opinião, essa ajuda induziria à intervenção militar soviética.

PERGUNTA: *Apesar do risco, o senhor mostrou-se favorável a essa ação secreta. Por acaso desejava que os soviéticos entrassem em guerra e procurou provocá-la?*

BRZEZINSKI: Na realidade não foi assim. Não obrigamos os russos a intervir, mas com toda a intenção aumentamos a probabilidade de que o fizessem.

PERGUNTA: *Quando os soviéticos justificaram sua intervenção afirmando que estavam dispostos a lutar contra a intervenção secreta dos Estados*

Unidos no Afeganistão, as pessoas não acreditaram, embora houvesse fundamento na afirmação. O senhor lamenta isso, hoje?

BRZEZINSKI: Lamentar o quê? A operação secreta foi uma ótima idéia, pois atraiu os russos para a armadilha afegã. O que querem que eu lamente? No dia em que os soviéticos cruzaram a fronteira oficialmente, escrevi ao presidente Carter: “Agora teremos a oportunidade de dar à URSS sua guerra do Vietnã”. E, na realidade, durante quase dez anos, Moscou teve de sustentar uma guerra que o governo não podia manter, um conflito que provocou a desmoralização e finalmente o desmoronamento do império soviético.

PERGUNTA: *Tampouco lamenta ter apoiado os fundamentalistas islâmicos, ter dado armas e assessoria aos futuros terroristas?*

BRZEZINSKI: O que é mais importante para a história do mundo, os talibãs ou o colapso do império soviético? O levantamento de alguns muçulmanos ou a libertação da Europa central e o fim da guerra fria (apud CHOSSUDOVSKY, 2004, pp. 35-36).

Pelo discurso desse agente da alta hierarquia militar, notamos que os *mujahedins* foram cruciais para as estratégias de dominação dos Estados Unidos “não apenas nos Bálcãs e na antiga URSS, mas também na Índia e na China” (CHOSSUDOVSKY, 2004, p. 57). Na perspectiva de Chossudovsky (2004, p. 36),

Tal como dissera Brzezinski, a CIA criou uma Rede Militante Islâmica. A chamada “*jihad* islâmica” (ou guerra santa contra as forças soviéticas) transformou-se em parte integrante da estratégia de inteligência da CIA, apoiada pelos Estados Unidos e pela Arábia Saudita e financiada em grande parte com recursos provenientes do narcotráfico do “crescente de ouro”.

Nessa atmosfera militarizada, a inteligência estadunidense ocultou qualquer vestígio que a ligasse a Osama Bin Laden, à medida que se transformaram em alvos na dinâmica do “efeito bumerangue” de seus, outrora, agentes terroristas.

A relação Bin Laden/Cia e a militarização planetária

Por uma década, Osama Bin Laden e a rede terrorista Al Qaeda foram anunciados em cada rincão do planeta como a própria encarnação do mal. O criminoso responsável tanto pela carnificina em território estadunidense quanto pela caçada contraterrorista que levou os Estados Unidos a devastar a sociedade afegã. Coincidência ou não, também foi o vilão ideal para o momento de crise político-econômica por que passava o imperialismo *yankee*. González (2002, p. 48) foi conciso ao analisar que os “atentados de las Torres Gemelas y del Pentágono funcionarán como catalizadores y precipitadores de una crisis que ya estábamos viviendo en la economía internacional, pero que dentro de unos meses se [identificaram] con el brutal ataque terrorista”.

Como vimos anteriormente, nem sempre foi assim; o inimigo número um dos falcões da CIA, outrora serviu como lugar-tenente ao “império do dólar” a frente dos guerreiros da liberdade que professavam a *jihad* antissoviética (1979) no Afeganistão. Mais: eram financeiramente sustentados pelo próprio governo Reagan. Além disso, Chossudovsky (2004, p.13) é pertinente ao salientar que, “Os vínculos entre Osama Bin Laden e Clinton na Bósnia e no Kosovo estão amplamente documentados em gravações do congresso estadunidense”. Para Quartim Moraes (2002) esse não é um privilégio da Al Qaeda e seu líder, a lista de facínoras patrocinados pelo governo estadunidense é imensa: Pinochet (Chile), Videla (Argentina), Noriega (Panamá), Papa Doc (Haiti), Sukarno (Indonésia), Ferdinand Marcos (Filipinas).

Segundo matéria da *CBS Notícias* – 28 de janeiro de 2002 –, um dia antes dos ataques (10 de setembro de 2001), Laden recebeu tratamento VIP de uma diálise em Rawalpindi, no hospital do exército paquistanês (ISI), sob jurisdição do governo-cliente dos Estados Unidos (CHOSSUDOVSKY, 2004, p.15). Essa prova, torna sem sentido o argumento de Bergen (2002, p.49) quando opinou que “había indicios de que Bin Laden planeaba atentar contra algún objetivo estadounidense en los meses anteriores a septiembre”.

No âmbito interno, o período pós-11 de setembro representou a ampliação do poderio das forças militares do FBI e da CIA. Isso significou que, sob pretexto da segurança nacional, a polícia ganhava autoridade para espionar qualquer cidadão – afinal, todos eram suspeitos até que provassem o contrário. A metástase do medo expandiu-se por todo o planeta, principalmente depois dos atentados em Madrid (2004) e Londres (2005). Nessa perspectiva, a inteligência estadunidense, mais uma vez reivindicando o título de polícia do mundo, autodeclarou-se panacéia mundial contra o ímpeto terrorista.

Não por acaso, Bush alertou cinco dias antes dos ataques aos cidadãos estadunidenses o que viria a ser a retórica da campanha contraterrorista e modelo seguido planetariamente: “Repetidas vezes tenho dito que o único momento para usar o dinheiro da seguridade social são os tempos de guerra, de recessão ou de uma grave emergência. Digo isso seriamente, digo isso seriamente...” (apud CHOSSUDOVSKY, 2004, p. 29). Ou seja, em um mundo supostamente em perigo, onde o vilão estava à solta, era necessário sacrificar o bem-estar social em detrimento à segurança coletiva. As corporações bélicas aplaudiam, os lucros estavam por vir.

Lucrando com a guerra

Não resta dúvida que os Estados Unidos elevaram (e continua elevando) a receita nacional através da venda de armas para conflitos em torno do mundo. *Démodé*, os atentados foram comemorados pelos industriais bélicos e outras grandes corporações que encontraram em Osama Bin Laden e no seu grupo extremista, a justificativa necessária para ampliação do raio de controle político-econômico e militar – dinamizando e sustendo o já contestado imperialismo sob disfarce globalizacionista. Tariq Ali (2005, p. 369) observa que

A indústria de armamentos cria um setor estável, que não é afetado pelas flutuações da economia [...] Assim, todos os monopólios de defesa garantiam um lucro automático [...] Desenvolveu-se uma simbiose entre a indústria de defesa, os oficiais superiores das forças armadas e os políticos, levando à existência de um poderoso nexos militar-industrial-político.

Ao mesmo tempo em que se arvoravam como defensores da paz e dos direitos humanos, os agentes imperial-terroristas fomentavam guerras e golpes de estado em todo o mundo. Os números pesquisados pelo Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)³ fornece-nos uma visão da natureza lucrativa da venda de armas no ano de 2009: das 100 maiores indústrias militares, 78 estavam nos Estados Unidos (45) e Europa Ocidental (33) – leia-se, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Noruega, Espanha, Suécia, Suíça e Reino Unido. Juntas, arrecadavam o montante de 367 bilhões de dólares.

Apesar das constantes crises econômicas globais, as vendas totais de armas aumentaram 14,8 bilhões de dólares entre os anos de 2008-2009. Para Susan Jackson, uma das coordenadoras da pesquisa, o motivo é bem claro: “Os gastos do governo dos EUA em bens militares e serviços é um fator chave no aumento de vendas de armas”⁴.

O imperial-terrorismo esteve reiniciando por décadas a espiral bélica. Glinkin, Isakova e Yakovlev (1987, p. 5) são oportunos ao traçar o histórico armamentista do imperialismo estadunidense.

Fue el primero en crear y usar el arma nuclear, fue el primero en construir bombarderos estratégicos pesados portadores de armas nucleares, submarinos atómicos con cohetes a bordo; en la confluencia de los años 70 fue el

³ The SIPRI Top 100 arms-producing companies, 2009. Disponível em: <<http://www.sipri.org/research/armaments/production/Top100/2009>> Acesso em: 02 de agosto de 2012.

⁴ Idem.

primero en armar cohetes balísticos estratégicos con vehículos de reentrada múltiples, enfilados contra objetivos independientes, etc.

A corrida armamentista, dinamizada pelo imperialismo, transformou o mundo em um celeiro nuclear sem precedentes. Isso porque, com a suposta guerra contraterrorista, o conceito de *dissuasão nuclear* ficou a deriva, enquanto a militarização ecoava por países como: China, Rússia, Iraque, Coreia do Norte, Índia, Síria, dentre outros. Nos Estados Unidos, bilhões de dólares foram investidos no desenvolvimento de novas armas; o F-22 *Raptor*, o *Joint Strike Fighter*, o tecnológico escudo míssil e seu arsenal de armas a laser, bem como os sofisticados *drones* (aviões não tripulados) são algumas das invenções.

Também é importante chamar atenção para o Programa de Investigação de Aurora Ativa de Alta Frequência (HAARP, em inglês). Inaugurado em 1993 e com um investimento que alcançam 200 milhões de dólares por ano, o projeto visa compreender o funcionamento das transmissões de ondas de rádio na faixa da ionosfera, buscando melhorar a captação de frequências, o que seria de grande valia tecnológica na área das multi-comunicações – rádios, celulares e GPS, por exemplos. Todavia, a injeção de energia das antenas do HAARP causa um superaquecimento que pode aumentar em alguns graus centígrados o clima de regiões receptoras a carga. Na visão de Chossudovsky (2004, p.142), esse instrumento se utilizado de forma marcial pode “desestabilizar economias nacionais por meio da manipulação climática sem que o inimigo perceba, a um custo mínimo e sem envolver pessoas e equipamento militar, como ocorre em uma guerra convencional”.

Em um mundo armado, a girar o ciclo do ódio, a assertiva de Quartim Moraes (2002) ganham contornos de extrema relevância,

Quantas “vocações” terroristas não há de ter suscitado o método ianque de combater o terrorismo, respondendo com massacres balísticos a atentados clandestinos. - *Tu aterrorizaste, eu contra-terrorizo; tu destruístes três prédios, eu destruo os países que te abrigam!* Respondendo a uma truculência com outra maior, vingando os corpos despedaçados com corpos esquartejados, a perversa dialética Bin Laden/Bush não [teve] síntese possível.

Mass Media: o quarto poder imperial-terrorista

No século XXI, a mídia vem se destacando como um dos principais aparelhos ideológicos do Estado. Influencia diretamente a opinião pública, ditando normas,

valores e padrões de conduta. Denominada o Quarto Poder – por representar o quarto maior segmento econômico do mundo – está empenhada com a defesa de seus interesses, manipulando o fluxo de informações de acordo com o que é mais lucrativo, transformando a realidade ao passo que interfere na maneira de pensar e agir dos homens. De forma estratégica, forja as notícias para os interlocutores, direcionando a massa enxergar o mundo através de suas lentes.

É nessa atmosfera globalizada, recheada de avanços tecnológicos, os quais viabilizam um instantâneo fluxo de informações, que a mídia alcança os múltiplos grupos sociais; invadindo seus lares e vampirizando suas mentes. Essas informações forjadas destroem o censo crítico do indivíduo, impossibilitando uma concepção autônoma dos fatos, reconstruindo e manipulando a subjetividade. Marie Shinkai (2003) dar-nos uma visão panorâmica desse contexto.

[...] a maioria dos receptores acabam sendo condicionados a aceitar as informações sem que o seu conteúdo seja questionado, ou que se tenha tido a certeza de que as informações fornecidas pelo meio são provenientes de fontes verdadeiras ou não. Até porque no mundo dos *mass media* as informações perdem sua validade muito rapidamente fazendo com que os indivíduos fiquem sempre dependentes dos meios de comunicação de massa para estar ciente do que está acontecendo no mundo.

O imperialismo estadunidense, ciente da importância dos meios de comunicação, tende a fortalecer suas ramificações ideológicas pelo mundo. O que podemos observar no emaranhado de informações difundidas em escala planetária é a completa alienação do que se qualifica/desqualifica como terrorismo. Chossudovsky (2004, p. 19) conseguiu sintetizar os poderes que dinamizam esse sistema de terror que caminha, a passos largos, com o mundo para um futuro abissal.

Os poderes por trás do sistema são os bancos e as instituições financeiras internacionais, o complexo da indústria bélica, os magnatas do petróleo e da energia, os grandes consórcios da biotecnologia e os poderosos gigantes dos meios de comunicação, que fabricam as notícias e abertamente influem no curso dos acontecimentos mundiais, distorcendo descaradamente a informação.

Considerações

No decurso desse artigo tentamos ir além da concepção estabelecida pelos que detém o *hégemon* mundial. Buscamos entender a doutrina do terror de um prisma sócio-político e econômico histórico, tendo como escopo a ascensão do controle planetário

dos EUA através do terrorismo de Estado – no nosso entender, uma reedição da Doutrina Monroe, que agora tem o mundo como foco.

Nesse contexto, a CIA cumpriu (e cumpre) papel crucial para conservação da hegemonia estadunidense ao legitimar e dinamizar a guerra em inúmeras partes do mundo, criando sempre “inimigos” que servem de mola propulsora para a indústria bélica nacional a qualquer sinal de depressão econômica.

É importante salientar que a maioria dos atos terrorista cometidos pelo imperialismo estadunidense aconteceu em países que, de alguma forma, não cumpriram o ordenamento capitalista da divisão mundial do trabalho imposto. Por esse viés, as relações conflitantes, mantidas assimetricamente entre a classe dominante e a periferia, ainda ecoam como fantasmas a questionar a vigente arrumação “globalizacionista”.

Assim sendo, não nos resta dúvida: a “guerra contraterrorista” é uma falácia. A intervenção humanitária em outras nações com fito a restabelecer a democracia não passa de velhas estratégias do terrorismo de Estado em nova roupagem, que tem como objetivo militarizar e dolarizar todo o mundo. A guerra tornou-se sinônimo da política externa estadunidense. Sua gangue militar, como outrora apelidou Butler, não busca recursos pacíficos para tentar conter as anomalias criadas por si próprio, mas, intensifica brutalmente a represaria. Nessa atmosfera, indagamo-nos: como nos livraremos da sanha “civilizatória” do imperial-terrorismo? Ainda há saída, ou beiramos o caos apocalíptico?

Referências

ALI, Tariq. *Confronto de fundamentalismos*. Trad. Alves Calado, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Imperialismo e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. *América Latina: Transnacionalização e Lutas Sociais no Alvorecer do Século XXI; da luta armada como política (o caso EZLN)*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

_____. *EUA: da invenção do Terrorismo à “Guerra Preventiva”*. Revista Perspectivas, São Paulo, v. 36, p. 237-259, jul./dez. 2009.

BERGEN, Peter. *Guerra Santa, S.A.: La red terrorista de Osama Bin Laden*. Trad. J.J. Pérez Rodríguez. Barcelona: Grupo Editorial Random House Mondadori, 2002.

- BLISCHENKO, Igor; ZHDANOV, Nikolai. *El terrorismo como crimen internacional*. Trad. M. Ciutat. Moscou: Editorial Progreso Moscou, 1983.
- CARR, Caleb. *A assustadora história do terrorismo*. Trad. Mauro Silva, Coleção Assustadora História, São Paulo: Ediouro, 2002.
- CHOMSKY, Noam; HERMAN, E. *Banhos de sangue*. São Paulo: Difel, 1976.
- CHOSSUDOVSKEY, Michel. *Guerra e Globalização*. Trad. Ana Corbisier. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- HOBBSAWN, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. Trad.: José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GLINKIN, A; ISAKOVA, N; YAKOVLEV, P.. *América Latina contra el peligro de guerra*. Moscou: Editora de la Agencia de Prensa Nóvosti, 1987.
- GONZÁLEZ, Felipe. Globalización del terror. In: El mundo después del 11 de septiembre de 2001, Barcelona: Ediciones Península, 2002.
- LAQUEUR, Walter. *Terrorismo*. Trad. José Luis López Muñoz. Madrid: Espasa-Calpe S.A., 1980.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Crime político e terrorismo: alguns aspectos*. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/021/21bandeira.htm>>. Acesso em: 04 de agosto de 2012.
- QUARTIM MORAES, João. *Império, Guerra e Terror*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/Quartim.pdf>>. Acesso em: 01 de agosto de 2012.
- SHINKAI, Marie. *Manipulação dos meios de comunicação de massa*. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/104.pdf>. Acesso em: 23 de julho de 2012.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES
Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

LABORATÓRIOS DE APRENDIZAGEM: NOVAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA OFICINAS DE ASTRONOMIA E FÍSICA

*Ângela Maria Mendes Dias*¹ - UNIGRANRIO
*Cristina Novikoff*² - UNIGRANRIO

Resumo

Trata-se de relato de experimento qualitativo realizado no Colégio Militar do Rio de Janeiro de 2010 a 2011, como parte de estudo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação, no Mestrado Profissional de Ensino das Ciências da Educação Básica da Universidade do Grande Rio – Unigranrio. O experimento teve apoio do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Representações Sociais na para Formação de Professores – Lageres/ CNPq. A partir da constatação de que a disciplina de Física tem comprovadamente um alto índice de reprovação, com média de nota de 2,1 nos vestibulares do Estado do Rio de Janeiro, no período entre 2003 e 2009 (SILVA, 2011), levanta-se a pergunta: Como melhorar de modo inovador este ensino? Demonstra-se a criação do laboratório de Ensino de Física - LAF, onde se investigou o impacto da música como inovação de processo, bem como o uso de atividades práticas no ensino de Física. Também são apresentados os resultados do LAF e seu impacto para a melhoria do ensino de Física.

Palavras-chave: Ensino de Física. Laboratórios de Aprendizagem. Interdisciplinaridade.

Abstract

It is reported qualitative experiment conducted at the Military Academy of Rio de Janeiro from 2010 to 2011, as part of a study conducted in the Graduate Program in Professional Master of Science Teaching of Basic Education at the University of Rio Grande - Unigranrio. The experiment was supported by the Laboratory of Studies and Research in Social Representations for Teacher Education - Lageres / CNPq. From the observation that the discipline of physics has proven a high failure rate, with an average score of 2.1 in vestibular State of Rio de Janeiro, between 2003 and 2009 (SILVA, 2011), rises question: How to improve this innovative way of teaching? Demonstrates the creation of the Physics Teaching Laboratory - PTL, where he investigated the impact of music as process innovation as well as the use of

¹ Mestre em Ensino das Ciências na Educação Básica – UNIGRANRIO. Professora do Colégio Militar do rio de Janeiro – CMRJ. E-mail: angelamendesdias@gmail.com.

² Doutora em Educação (Psicologia da Educação) – Coordenadora do Laboratório do Grupo de Estudos e Pesquisas em Representações Sociais na/para Formação de Professores – LAGERES/CNPq. Programa de Pós-graduação stricto sensu mestrado em Letras e Ciências Humanas – UNIGRANRIO. E-mail: cristina.novikoff@unigranrio.edu.br

praxis activities in teaching physics. Also presented are the results of the LAF and its impact on improving the teaching of physics.

Keywords: Teaching of Physics. Learning Laboratories. Interdisciplinary.

Introdução

A disciplina de Física possui natureza comunicacional e, atualmente é uma das mais importantes para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Com sua linguagem específica, consegue dialogar com diferentes ciências e promover a interdisciplinaridade. E, como disciplina escolar carrega um aporte teórico-metodológico e epistemológico com força de práxis geradora no aprendiz, do “espírito científico”. Mas, infelizmente, ainda tem a marca de ser uma disciplina árdua e negada pelos estudantes. Esta marca é observada nos resultados do vestibular, sempre negativo.

A constatação de que a disciplina de Física tem um alto índice de reprovação, com média de nota de 2,1 nos vestibulares do Estado do Rio de Janeiro, no período entre 2003 e 2009 (SILVA, 2011), nos levou ao questionamento sobre a melhoria de seu ensino. E como fazê-lo de modo inovador.

A proposta foi demonstrar um novo ensino com a criação do laboratório de Ensino de Física - LAF, onde se investigou o impacto da música como inovação de processo, bem como o uso de atividades práticas no ensino de Física.

Neste artigo discutimos o impacto do uso de oficinas ambientadas com música clássica para o ensino de Física. Aferimos a hipótese de que o Laboratório de Aprendizagem de Física, com o uso de música clássica e oficinas nas aulas de Física, é uma estratégia de ensino-aprendizagem interdisciplinar eficiente.

O objetivo do texto é apresentar o experimento qualitativo (ALVES, 2002) frente a novas tecnologias de ensino-aprendizagem de Física. A pesquisa teve os seguintes objetivos específicos: 1) Discutir o ensino de Física e a interdisciplinaridade como valor para a práxis, mapeando os diversos entendimentos sobre a interdisciplinaridade na obra de Jantsch e Bianchetti (2008), nos Parâmetros Nacionais Curriculares – PCN’s; 2) Caracterizar a música barroca e sua relação com o ensino de Física; 3) (re) descrever o Laboratório de Aprendizagem de Física a partir da

convergência teórica e da vivência profissional da autora; 4) Propor um modelo de trabalho pedagógico que favoreça um ensino-aprendizagem de Física com foco na vivência de fenômenos da natureza de modo interdisciplinar.

A proposta emergiu da observação da falta de interesse e de concentração dos alunos nas aulas de Física em espaços formais no Colégio Militar do Estado do Rio de Janeiro – CMRJ (2010). O número de turmas do CMRJ, de recuperação em Física situa-se entre 3 e 4, das 10 que compõem o 9º ano do Ensino Fundamental e nestas ocorrem 15% de reprovação.

Assim, relatamos o experimento qualitativo em que se considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (NOVIKOFF, 2010). Portanto, apesar de aplicarmos instrumentos de medida na escola, a leitura dos números não garante os resultados, apenas indicam tendências.

Para o experimento criamos uma estratégia de ensino-aprendizagem denominada de Laboratório de Aprendizagem de Física – LAF, que aqui a apresentamos.

Ensino de Física e a interdisciplinaridade como valor para a práxis

Apesar das críticas de Feynman, um grupo de cientistas brasileiros e pessoas interessadas no desenvolvimento científico do país, como César Lattes, Jayme Tiomno, José Leite Lopes e Elisa Frota Pessoa, fundava em 15 de Janeiro 1949 o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), localizado no bairro da Urca, no Rio de Janeiro, hoje um instituto de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil, que tem como objetivo a investigação científica, a formação, o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal científico e o desenvolvimento de atividades acadêmicas.

No ensino, a professora e pesquisadora da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ), Elisa Frota Pessoa, também, esposa de Jayme Tiomno, já reclamava da inexistência de laboratórios para o trabalho experimental na faculdade, ainda quando aluna da Faculdade Nacional de Física em 1940. O

reconhecimento da necessidade de aula teórica mais aula experimental já era uma realidade na época. Ela não podia compreender o ensino de Física básica, sem que os alunos sentissem o desafio pessoal único e insubstituível de realizar experimentos para estudar os fenômenos da natureza e inferir leis Físicas a partir do estudo detalhado dos resultados. O binômio “aula teórica”/“trabalho experimental” era a base do ensino de Física para Elisa, bem distanciado do ensino insípido e despido da emoção da descoberta, aniquilando a criatividade e a curiosidade. Os alunos da escola de Física da professora Elisa continuaram nesta ideia. E o nosso trabalho, enquanto professores de ciências é de difundi-lo na prática no Ensino Fundamental e Médio nos dias de hoje.

Pessoa, ao completar cinquenta anos de conclusão de seu bacharelado em Física em 1942, iniciou sua brilhante carreira como Física. Em Julho de 1992, um grupo de oito de seus estudantes que se auto-intitularam “os oito da Elisa”, parte de sua turma de Física de 1962, reuniram-se no Rio de Janeiro para constatação de que houve uma formação de multiplicadores do conhecimento. Isso é o que se pretende neste trabalho de pesquisa.

Vale lembrar aqui que Gleiser (2000, p.4) já apontava para o fato de que de “antes de mais nada, deve ser claro para todo professor que ensinar também é um processo de aprendizado.”

Daí o físico apontar que

[...] um dos aspectos mais belos da ciência é ela ser capaz de explicar quantitativamente fenômenos observados. Então, o ensino da Física deve, *necessariamente*, conectar a visualização do fenômeno e sua expressão matemática. Lamentavelmente, ainda é possível para um aluno terminar a oitava série sem jamais VER algum fenômeno ligado às equações que ele ou ela estudou em classe. (GLEISER, 2000, p.4)

Segundo Gleiser são 4 os pontos fundamentais da atividade do educador, através dos quais ele também educa a si próprio:

a) Questionamento metafísico, trabalhando sobre as questões inerentes a todo ser humano: De onde viemos? O mundo durará para sempre?

b) Integração com a natureza: é comum pensar que a ciência tira a beleza do mundo; pelo contrário, torna-o mais belo por podermos entendê-lo;

c) Cidadão do mundo: hoje, conhecimento é quase sempre relacionado à informática. Devem ser incluídos meios modernos de informação, como parte de um processo de habilitação do aluno para o mundo ao qual ele se integrará;

d) Paixão pela descoberta: participação do aluno ativamente.

Os pontos assim integrados engrandecem a ciência.

Tenta-se neste trabalho propor uma forma de ensino de acordo com as ideias aqui apresentadas, próximo ao ideário de Feynman pelo qual o aluno vivencia na prática os fenômenos físicos superando, desse modo, a memorização. Vale também lembrar aqui o que Gleiser ressalta ser o melhor meio de superar as dificuldades em aprender ciências: colocar o aluno em contato experiencial com o que aprende, de maneira a tornar dinâmico e interessante o processo de ensino-aprendizagem; dessa forma, o aluno aprende de maneira duradoura e prática, e o professor sai de sala com seu dever de educador cumprido.

Segundo Fazenda (1994), a interdisciplinaridade começou a ser discutida no Brasil no final da década de 60. A primeira publicação de peso sobre o tema foi “Interdisciplinaridade e Patologia do Saber”, de Hilton Japiassu, em 1976.

Mas quando analisamos a prática da educação em nosso contexto histórico (...) um dos aspectos que mais chama a atenção é o seu caráter fragmentário. (...) conteúdos dos diversos componentes curriculares, bem como as atividades didáticas, não se integram. As diversas atividades e contribuições das disciplinas e do trabalho dos professores acontecem apenas se acumulando por justaposição: não se somam por integração, por convergência. (...) Além disso, as ações docentes, as atividades técnicas e as intervenções administrativas (...) não conseguem convergir e se articular em função da unicidade do fim. (JANTSCH e BIANCHETTI, 1995, p. 168)

A consequência final deste processo é criticada por Morin (2001, p.41) a “hiperespecialização impede tanto a percepção do global (que ela fragmenta em parcelas), quanto do essencial (que ela dissolve)”. Noutras palavras, o exagero da especialização não enfrenta a globalidade nem a contextualização dos problemas.

Neste âmbito, a interdisciplinaridade surge como resposta à necessidade de uma reconciliação epistemológica do processo de ensino-aprendizagem.

A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e a mais viva durante a infância e adolescência, que com frequência a instrução extingue e que a o contrário, se trata de estimular ou, caso esteja adormecida, de despertar. (MORIN, 2001, p.39)

Um desafio foi constatado desde as primeiras tentativas de integração do trabalho das diferentes disciplinas: por serem necessários mais do que apenas papel e tinta para promover o interesse dos alunos, tem-se que “a interdisciplinaridade é cara como foi constatado por diversos autores e mostra a própria prática (JANTSCH e BIANCHETTI, 1995, p.103).” Muitas vezes, a instituição de ensino não dispõe de recursos com esta finalidade; assim, o professor que deseja introduzir novas experiências em sala precisa sacrificar o próprio orçamento – ou o das famílias dos alunos. Mais uma vez aqui, acredita-se que o projeto descrito neste trabalho vem preencher uma necessidade: apresenta oficinas de baixo custo, contribui com o orçamento da instituição de ensino, bem como evita o ônus a docente e discente.

A música barroca e sua relação com o ensino de Física

A música enquanto nova tecnologia de ensino-aprendizagem foi adotada no LAF. Cabe esclarecer que estamos denominando de “novas tecnologias de ensino-aprendizagem” a implementação de processo de ensino-aprendizagem, conforme a recomendação do manual de OSLO

[...] no qual a inovação de produto e processo é definida pela implementação de produtos (bens ou serviços) ou processos novos ou substancialmente aprimorados. A implementação da inovação ocorre quando o produto é introduzido no mercado ou quando o processo passa a ser operado pela empresa/**escola**³. (OSLO, 2005, apud IBGE, 2010, p.18)

Neste sentido que se preconiza que o uso da música seja um processo renovado para preparar o ambiente para fazer da sala de aula um lugar prazeroso, com a atenção dos jovens estudantes.

³ Termo crescido pelas autoras para denotar o lugar de onde se fala.

Georgi Lozanov (2012), fez uma descoberta inovadora colocando a música, cientificamente, no experimento que comprovou que 80% das dificuldades da aprendizagem estão relacionadas com o estresse. Portanto, uma tarefa do professor deve ser o de buscar formas de reduzir o estresse, favorecendo a qualidade da aprendizagem.

O cérebro pode emitir ondas, como beta (14 a 30 ciclos por segundo), teta (4 a 7 ciclos por segundo) e delta (de 0,05 a 3,5 ciclos por segundo). E, Lozanov aponta que há um estado mental propício para a aprendizagem, ou seja, um estado denominado de vigília relaxada em que leva o cérebro a operar na faixa de 8 a 12 ciclos por segundo, no estado “alfa”. Daí ele usar a música barroca que pela sua batida, de 60/70 batidas por minuto leva a aprendizagem de qualidade.

Hoje se sabe que quando o aluno é provocado para alcançar o estado mental alfa, é aguçada a percepção, aumenta-se a capacidade de processar a informação e a recuperá-la. Assim, o sujeito na condição alfa aprende mais e melhor num espaço de tempo menor.

A música foi o primeiro passo para preparar o clima afetivo e cognitivo dos alunos. Deste modo, foi introduzido um fundo musical de obras clássicas em sala de aula.

Observamos que a música pode influenciar no dia-a-dia de uma pessoa, e mais especialmente no processo de aprendizado.

Georgi Lozanov (1979) aponta para o fato de que o cérebro humano pode processar grandes quantidades de material se a ele forem dadas as condições certas para aprender, como um estado de relaxamento. Lozanov criou um método de aprendizagem focado nos estados da mente, fazendo referência às ideias da pesquisa psicológica soviética sobre percepção extra sensorial. A música exerce um papel muito importante nesse método.

Houve críticas ao Método de Lozanov, como por exemplo, as inúmeras referências à memorização e não a uma aprendizagem compreensiva e à criação de solução para problemas. No entanto, o seu método trouxe ideias interessantes, como o benefício de um estado de mente relaxado para o aprendizado e a ênfase no poder do cérebro humano.

Finalmente, chega-se a uma compilação de 7 faixas musicais, que, quando executadas em sala de aula, não concorrem com a voz do professor, ao mesmo tempo em que focam a atenção dos alunos ao que está sendo transmitido no espaço formal de ensino. Esta compilação é a que se utilizou no LAF.

A aceitação por parte dos alunos pôde ser verificada nas ocasiões em que, por algum motivo, o som não estava presente: os jovens imediatamente sentiram falta do fundo musical, e a atenção voltou a se dispersar. Até mesmo os pais, nas reuniões de pais e mestres, relataram que, em casa, na hora do estudo e das refeições, a música passou a estar presente. Alguns alunos, inclusive, mostraram-se interessados em aprender música, dedicando-se ao estudo de algum instrumento.

A sala de aula foi ambientada com faixas de música clássica, selecionadas e executadas em um aparelho de som portátil, operação simples para o dia a dia do professor. No CD foram gravadas sete obras que se repetem num intervalo de 50 minutos.

A opção por Bach e Debussy, mantendo um baixo contínuo, contraponto e harmonia, encadeou o raciocínio lógico, e ajudou a focar a atenção dos alunos no espaço formal de ensino.

De modo geral, a música é uma nova tecnologia de ensino-aprendizado, enquanto processo que modifica a atenção do aluno. Mas ainda é pouco usada no ensino, o que merece novos estudos.

LAF: um modelo de trabalho pedagógico

Estudos mostram que, apesar de os professores acenarem com aceitação em relação à validade do uso de laboratórios para experimentos no ensino de Física, não utilizam. Rosa (2003) assinala isto como sendo uma forma quase que dicotômica, entre acreditar e não utilizar, o que tem dificultado a inserção destas atividades na ação docente.

Alves (2002) rompe com a ideia do laboratório tradicional com uso exclusivo de práticas de exercícios sem a discussão prévia ou questionamento dos alunos. O pesquisador pensa os laboratórios para a escola média, com a perspectiva de transformação do laboratório em instrumento “que oferece objetos concretos de mediação entre a realidade e as teorias científicas.” (ALVES, 2002, p.4). Nesta perspectiva, aponta que os laboratórios têm as diferentes abordagens, mas nenhuma das que estamos propondo neste trabalho, como algo não estruturado nem preso a espaço físico que explicaremos no decorrer deste capítulo. Antes cabe esclarecer nosso entendimento de ensino de Física.

Acreditamos que uma das melhores definições de Laboratório de Aprendizagem (LA) esteja em Dorneles (2004):

O que é o Laboratório de Aprendizagem (LA)? Consideremo-lo como um espaço de trocas significativas entre sujeitos que têm diferentes ritmos de aprendizagem e contam com a chance de aprender de forma distinta daquela da sala de aula. É um espaço para reconstruir conceitos e significados que não foram construídos em anos anteriores, ou que foram “esquecidos”; é um espaço de exposição de dificuldades, de dúvidas, de receios, de certezas que não podem ser expressas em sala de aula. Ao mesmo tempo, os LAs não são lugares de jogar e brincar sem saber exatamente o por quê de se estar jogando, assim como não são lugares destinados a um reforço pedagógico ou a uma repetição de atividades realizadas em sala de aula; tampouco são lugares para se fazer os temas de casa. São espaços que privilegiam o ritmo de cada aluno e mobilizam os melhores recursos para sua forma de aprender. O professor é o organizador dos espaços e tempos do Laboratório. O professor de LA é um professor que não tem pressa; está interessado no ritmo diversificado de aprendizagem dos alunos e não tem expectativas homogêneas em relação a todos eles. (...) Consideramos que os LAs são um espaço institucional privilegiado para o desenvolvimento de um trabalho que contemple a diversidade da aprendizagem no seu e que pode implementar algumas das formas de trabalho referidas acima.

Da proposta de Dorneles, podemos apontar que LA é um espaço diferenciado para o ensino de Física e outros saberes, como o clube de Astronomia e Física, onde se pratica a interdisciplinaridade.

Ao passar pela história, compreendemos a interdisciplinaridade para ciência como um fator de geração do conhecimento-emancipação (SANTOS, 2002) que Novikoff (2010) assinala como sendo um conhecimento que leva a ciência à condição de produzir o conhecimento que seja

[...] solidário, dialoga e articula de modo a qualificar seu conhecimento. Assim sendo, é possível compreender o valor da interdisciplinaridade enquanto atividade que pensa e atua dialogicamente na produção de novos conhecimentos porque implica trocas teórico-metodológicas em prol de soluções a problemas complexos.

Para o enfrentamento da complexidade que é o ensino de Física e Astronomia, a teoria da Aprendizagem Significativa Crítica de Moreira (2012), nos serve bem. Para alcançar esta nova perspectiva, Moreira (2012) assegura que

A ideia clássica de Ausubel de interação entre novos conhecimentos e conhecimentos prévios como estando na essência da aprendizagem significativa é, sem dúvida, muito apropriada. Contudo, ela pouco diz sobre como ocorre essa interação. (MOREIRA, 2012, p.6)

Para Ausubel, o importante no processo ensino-aprendizagem é introduzir novos conhecimentos de acordo com o que o aluno já sabe, lapidando este conhecimento. Segundo Moreira, trata-se de

[...] um processo por meio do qual as novas informações relacionam-se com um aspecto especificamente relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo, ou seja, este processo envolve a interação da nova informação com uma estrutura de conhecimento específica, a qual Ausubel define como conceito subsunçor, ou simplesmente subsunçor, existente na estrutura cognitiva do indivíduo. (MOREIRA, 2006, p.15)

Se antes a teoria ausubeliana apenas se centrava na perspectiva biológica do aprender, agora foca a relação com a sociedade. Assim Moreira (2010, *apud* Novikoff, 2010. p.225) aponta alguns princípios inovadores que favorecem ao conhecimento-emancipação. São eles:

1. Perguntas ao invés de respostas. Equivale à elaboração de boas perguntas a partir da interação social;
2. Diversidade de materiais. É o abandono da fonte única e da busca de aprendizagem a partir de diferentes fontes de informação.
3. Aprendizagem pelo erro. Entender o erro como processo da aprendizagem e que não deve ser punido, mas indicador de aprendizagem.

4. Aluno como perceptor representador. É o aprendiz entendido como sujeito dotado da faculdade de perceber, que tem a capacidade de compreender com facilidade o que esta sendo ensinado.

5. Consciência semântica. É entender que o significado está nas pessoas e não na palavra. Daí dizer que os significados são contextuais, arbitrariamente atribuídos pelas pessoas aos objetos e eventos de modo idiossincráticos.

6. Incerteza do conhecimento. O conhecimento evolui, mas não significa dizê-lo relativista nem indiferente. É o entendimento de que o conhecimento é constituído por diferentes elementos mediados pela linguagem (definições, perguntas, metáforas) e, cabe perceber-se esta construção.

7. Desaprendizagem. É pertinente para a aprendizagem significativa crítica compreender que o conhecimento prévio pode funcionar como um obstáculo epistemológico e se faz necessário superá-lo.

8. Conhecimento como linguagem. Compreende que todo conhecimento é uma forma de linguagem.

9. Diversidade de estratégias. Implica abandonar a imagem estática e de passividade representada pelo quadro-de-giz e sua versão atualizada, via PowerPoint em aulas meramente expositivas. A interação e a integração entre conhecimento, professor e aluno de modo responsável e ativo são fundamentais.

A aprendizagem significativa crítica de Moreira, segundo Novikoff (2010, p.225), é a “que mais se aproxima das concepções de homem, da sociedade e da aprendizagem.” Assim podemos afirma - lá com Novikoff (2010, p.227) que “além de uma aprendizagem cognitiva, atenta para a aprendizagem relacional entre o conteúdo, o currículo, o professor, o aprendiz e a avaliação do processo, imbricados em ideias, conceitos, atitudes, hábitos e valores.”

De um modo geral podemos afirmar que a teoria aprendizagem significativa crítica, também, contribui para a melhor compreensão de Laboratório de Aprendizagem que exige a interação nos moldes que se desenvolveu no nosso trabalho.

Assim, o Laboratório de Aprendizagem que propomos é de ser um espaço de desenvolvimento de diferentes estratégias de ensino de Física que agrega atividades diversificadas e experimentos, incluindo aulas teóricas e praticas, com oficinas, com observações em museus, visitas a clube de ciências e exibição de filmes. O comum em todas as atividades práticas e/ou observacionais está na participação ativa dos alunos, com discussão prévia, anotações e /ou registros e levantamento de problemas, bem como criação de experimentos, hipóteses e estratégias de divulgação das ciências.

Para esclarecer o sentido dado ao LAF, recorreremos a Canalle (2000) ao explicar a importância das oficinas neste processo de ensino-aprendizagem dentro do LAF. Para o físico e astrônomo da Sociedade de Astronomia Brasileira e professor da Universidade do Rio de Janeiro, as oficinas importantes para se trabalhar os conceitos ou fenômenos.

Sabemos que os livros didáticos normalmente trazem erros conceituais ou de difícil compreensão até mesmo pelos professores e que a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica – OBA, como evento científico com 27 objetivos, vem resgatar/corrigir, como garante Canalle et ali (2011). Portanto, a OBA forma um conjunto do processo de desenvolvimento com atividades de oficinas e teorias, que

[...] estamos ensinando Astronomia e Astronáutica tanto aos alunos quanto aos seus professores que ministram estes conteúdos sem nunca terem estudado os mesmos em seus cursos de formação. Pois, justamente através das questões das provas e dos respectivos gabaritos estamos muito mais preocupados em ensinar Astronomia e Astronáutica do que simplesmente verificar o que o aluno já sabe sobre estas ciências. Os professores responsáveis pelo ensino destes conteúdos, em geral, são leigos nestas ciências, assim sendo estudam também através do material didático disponível e transmitem esses conteúdos aos alunos. Como os livros didáticos também não foram escritos ou revisados por especialistas, infelizmente estão ainda com erros, apesar dos esforços do MEC para melhorar a qualidade deles. Nas provas da OBA temos oportunidade de contestar conteúdos errados e dar as informações corretas. Para todas as escolas efetivamente participantes doamos materiais impressos e ou em CDs com conteúdos de Astronomia e Astronáutica. (CANALLE, *et ali.*,2011, p.3)

Podemos chegar, assim, à noção de Laboratório de Aprendizagem como oportunidade de integrar conceitos novos à experiência e conhecimento prévios do aluno, fazendo com que sua aprendizagem seja mais sólida e duradoura – afinal,

relaciona-se com sua experiência de vida. É isto o que vimos, ao longo dos anos de nossa carreira, desenvolvendo com nossos alunos, em particular desde que orientamos o colégio em que trabalhamos nas Olimpíadas Brasileiras de Astronomia e Astronáutica (OBA), que acontecem há 14 anos.

Enfim, o LAF é um espaço onde se preconiza favorecer um ensino-aprendizagem de Física com foco na vivência de fenômenos da natureza de modo interdisciplinar.

O experimento qualitativo

A turma A, com 35 alunos foi ambientada com música e participou de oficinas, tendo como objetivo trabalhar os conteúdos do livro didático e despertar o interesse dos alunos para Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica - OBA. Vale destacar que a autora como professora de Física do 9º Ano do Ensino Fundamental participa da OBA desde o primeiro ano de sua realização. A cada ano, uma quantidade crescente de alunos voluntários se inscreve para participar da OBA.

O trabalho com a turma A, requer a preparação de aulas ajustando as músicas, conforme as críticas advindas dos alunos em relação às músicas escolhidas pela professora, em um primeiro momento em que os alunos apontaram que “o tom atrapalha ouvir a professora”. A queixa foi o crescente da música de Mozart que concorria com a voz do professor. Daí opção por Bach e Debussy, mantendo um baixo contínuo e contraponto e harmonia tonal. Com a nova escolha, foi criada uma seleção, gerando o primeiro CD com 7 músicas que se repetem num intervalo de 50 minutos.

Na turma B seguimos o programa de ensino de Física do conteúdo do livro didático sem música e sem oficinas.

As oficinas pautadas nos trabalhos de Canalle (2011) e no estatuto da OBA foram ambientadas com música clássica, especialmente selecionada, por uma característica em comum: ser do séc. XVIII, que usa o baixo contínuo, o contraponto e a harmonia tonal, favorecedoras do pensamento lógico (LOZANOV, 2012).

No decorrer do processo com a turma A, os próprios alunos solicitaram mais um tempo de aula para desenvolver o aprendizado. Assim, atendendo a solicitação deles, o CMRJ, sob a responsabilidade do seu Comando e da Seção de Supervisão Escolar reconhecendo como legítimo o pedido feito, disponibilizou um tempo de 50 minutos por semana para o desenvolvimento das oficinas. Os alunos denominaram este espaço de Clube de Astronomia e Física – CAF.

As atividades de oficinas do CAF foram realizadas no auditório e no pátio do recreio do 9º ano que ficam próximos. Cabe pontuar que a música clássica não estava presente.

As oficinas do CAF passaram a ter como objetivos trabalhar os conteúdos do livro didático e despertar o interesse dos alunos para a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica.

O sucesso destas oficinas acabou por atrair os alunos de diferentes turmas do 9º ano, inclusive alunos da turma B. Assim, 4 (quatro) alunos desta turma passaram a fazer parte do grupo. Estes melhoraram o desempenho na aprendizagem, mas ainda aquém dos alunos da turma A. O total de alunos que frequentaram o CAF girou em torno 80 alunos, mas somente 26 foram para a OBA, apesar de todos os alunos do Colégio terem sido convidados a participar da referida Olimpíada. A prova escrita da OBA foi realizada após o último tempo de aula e isto provocou o baixo número de participantes na prova, apesar do interesse de muitos. Assim, a razão da redução dos participantes se deu por diferentes motivos, tais como: a incompatibilidade de horário dos alunos das outras turmas; o contra turno; vários alunos que fazem cursos preparatórios para Escola Técnica e Colégio Naval vão embora na condução do colégio; outros moram muito longe e, por conta da pouca idade, não estão autorizados a irem sozinhos para casa, ente outros que desconhecemos.

Na turma A, foi aplicada, também, uma pesquisa de satisfação (Apêndice 3) sob a responsabilidade da Seção Psicopedagógica do CMRJ, com o intuito de ouvir os alunos quanto ao uso da música clássica e das oficinas e, se esses elementos motivaram os estudos e/ou o desejo de se inscrever na OBA.

Acreditando que uma das razões para a dispersão dos alunos seja o fato de os conteúdos da matéria serem apresentados da mesma forma há gerações, adotamos o uso

de diferentes recursos didático-pedagógicos para criar uma estratégia de ensino-aprendizagem. Assim, usamos o Laboratório de Aprendizagem de Física, ambientado com música e oficinas estruturadas com recursos sustentáveis, na perspectiva de uma pedagogia pragmática. Daí tomar as Olimpíadas Brasileiras de Astronomia e Astronáutica como balizadores destas práticas e incentivos para os alunos que usam destes recursos. Vale apontar que o material usado era oriundo de objetos entendidos como sucatas.

Neste sentido, o LAF teve como oficinas as trabalhadas na OBA, no Projeto Com Ciência Física e Museu de Ciência e Vida. Também fizeram parte do LAF eventos em locais como os Planetários da Gávea e da Escola Naval, Observatórios do Valongo e Nacional, enquanto professora do Ensino Médio e Fundamental e mestranda do Programa de pós-graduação no curso de mestrado em Ensino de Ciências da Educação Básica da Unigranrio.

Iniciou-se um trabalho de inserção de atividades práticas, de baixo custo e com objetos confeccionados com material reutilizado e reciclável no ambiente de ensino-aprendizagem, com o objetivo de dar aos alunos a chance de pôr em prática o que aprendem em sala. O próprio ambiente de sala de aula também foi alvo de melhora, com faixas selecionadas de música clássica sendo executadas em um aparelho de som portátil – este último elemento foi usado com a intenção de organizar a atenção dos alunos.

Resultado

Os resultados foram satisfatórios e as “novidades” do processo, primeiramente favoreceram a ocorrência da interdisciplinaridade, ou seja, uma disciplina interagiu com a outra para que se pudessem explicar os fenômenos trabalhados. Na turma A, além de ter um rendimento médio de 7,5 em Física, intensificou-se o interesse dos alunos, por oficinas da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica – OBA, favorecendo, assim, a formalização de um espaço específico para se trabalhar as oficinas da OBA, que eles denominaram de “Clube de Astronomia”. Este resultou na interação do CMRJ com a sociedade científica via aulas e participação em espaços distintos onde ocorriam eventos científicos.

A turma B teve como resultado uma média 4,5. E no decorrer da comunicação entre os alunos das turmas A e B, houve uma migração da turma B para o “Clube”. Além do bom desempenho da aprendizagem, a pesquisa obteve o desdobramento em relação à conscientização por partes dos jovens estudantes quanto aos problemas relacionados ao planeta e sua preservação, sugerindo atitudes sustentáveis que, além de utilizadas em sala de aula, possam ser incorporadas também na rotina diária.

Assim, a pesquisa por meio de sua análise comparativa do rendimento dessas duas turmas nos permitiu afirmar que o uso da música clássica no espaço físico de sala de aula corrobora para o desenvolvimento da aprendizagem. No espaço aberto e/ou fechado com experimentos a música não se faz significativa. Daí, pontuamos que o uso da música em sala de aula favorece a concentração e aprendizado de Física e o uso de oficinas favorece o aprendizado de Física, independente da música.

Conclusão

Apresentamos o experimento qualitativo realizado no Colégio Militar do Rio de Janeiro, no ano de 2011, com alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental II. O experimento aconteceu durante o ensino de Física, em duas salas de aula (Turma A e B). Na turma A, trabalhamos com música e Laboratório de Aprendizagem de Física – LAF. Na turma B seguimos o programa de ensino de Física sem música e sem oficinas. As oficinas (CANALLE, 2011), não foram ambientadas com músicas clássicas. Já as aulas tiveram a música clássica, especialmente selecionadas, com característica em comum ser do séc. XVIII, que usam o baixo contínuo, o contraponto e a harmonia tonal, favorecedoras do pensamento lógico (LOZANOV, 2012).

No LAF realizamos um experimento qualitativo que permitisse suplantar tais dificuldades de aprendizagem e aumentar a aprovação, bem como diminuir o número de turmas na recuperação. Para tal, no LAF usamos como estratégia motivadora e inovadora de ensino e de aprendizagem, a interdisciplinaridade com o intuito de propiciar à sociedade um aluno com atitudes científicas, em face dos problemas do planeta.

As atividades do LAF englobam: a música em sala de aula, oficinas em espaços formais e não formais de ensino, visitas orientadas, aulas com temas interdisciplinares.

No – LAF, buscamos motivar a pesquisa, tornando o aluno protagonista ou cientista, voltado para conhecer propostas científicas inovadoras, melhorando as condições de qualidade de vida no planeta. Cabe esclarecer que as oficinas permitem a vivência de fenômenos físicos de modo interdisciplinar e, também, corrobora na aprendizagem de modo significativo.

Referências

- ALVES, P. Atividade Experimental: uma alternativa na concepção construtivista In: *VIII Encontro de Pesquisa em Ensino de Física*, 2002, Águas de Lindóia. *Atas do VIII EPEF*. São Paulo: SBF, 2002.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MC/SEF, 1998.
- CANALLE, João Batista Garcia, et. al. *A XIV Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica no Ano Internacional da Astronomia*. Relatório disponível em: <http://www.oba.org.br/site/>. Acesso em 20 de março de 2011.
- DORNELES, Beatriz Vargas. Laboratórios de Aprendizagem: Funções, limites e possibilidades. IN: *Ciclos na Escola, Tempos na Vida: Criando Possibilidades*. Jaqueline Mool (org.) – Porto Alegre: Artmed, 2004.
- FAZENDA, Ivani C. A. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.
- FEYNMAN, Richard P. *Surely You're Joking, Mr. Feynman! (Adventures of a Curious Character)* New York: W. W. Norton & Company, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra. Coleção Saberes. 1996 36ª Edição.
- GLEISER, Marcelo. *Por quê Ensinar Física?* Física na Escola, v. 1, n. 1, 2000. Disponível em www.sbfisica.org.br/fne/Vol1/Num1/artigo1.pdf. Acesso em 02 de maio de 2011.
- GRANJA, Carlos Eduardo S. C. *Músicalizando a Escola: Música, Conhecimento e Educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

- IBGE. *Pesquisa De Inovação Tecnológica*. Coordenação de Indústria. – Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- JANTSCH, Ari Paulo. BIANCHETTI, Bruno. *Interdisciplinaridade – Para Além da Filosofia do Sujeito*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- KAPTISA, P. *Experimento, Teoria e Prática: artigos e conferências*. Moscou, Editora Mir, 1985. In: SANTOS, E. I. *Et alli. Atividades Experimentais de Baixo Custo como Estratégia de Construção de Autonomia de Professores de Física: Uma Experiência em Formação Contínuada*. [tese]. In banco de teses da CAPES, 2010.
- LOZANOV, G. *E-Training Book "Accelerating the Foreign Language Learning Through Suggestopedia*, 2012.
- MOREIRA. M. A.; LEVANDOWSKI, C. E. *Diferentes abordagens ao ensino de laboratório*. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1983.
- MORIN, Edgar. *Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2005.
- NOVIKOFF, C. Dimensões Novikoff: Um Constructo para o ensino-aprendizado da pesquisa. IN: NOVIKOFF, C.; ROCHA, J. G. da (orgs.). *Desafios da Práxis Educacional à Promoção Humana na Contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Espalhafato Comunicação, 2010.

MICROFÍSICA DA VIOLÊNCIA ‘DA’ ESCOLA: EXPERIÊNCIAS E NÃO-EXPERIÊNCIAS NOS ESPAÇOTEMPOS DA ESCOLA

Adalgisa Aparecida de Oliveira Gonçalves

Doutoranda do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas
Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas -DICH
Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC – Brasil
adalgisaoliveirag989@gmail.com

Resumo

Neste artigo propomos uma reflexão sobre pesquisa realizada nas escolas de Curitiba, Brasil, sobre a relação entre violência escolar e as experiências coletivas que se dão na comunidade escolar. Neste artigo, o problema que perseguimos se configura da seguinte forma: a violência é um óbice para os processos educativos da escola, como dispositivo biopolítico? Como esse dispositivo interfere nas experiências que constituem os sujeitos? Para essa análise teremos em conta os estudos de Michel Foucault (1929-1984), Giorgio Agamben e Bernard Charlot, em particular os conceitos de experiência/não-experiência, violência da escola e biopolítica. E tomaremos como termo de relação o personagem K. do livro *O Castelo*, de Franz Kafka. A impossibilidade da experiência é uma dos pontos de contato entre o agrimensur kafkaniano e os jovens que sofrem as consequências da violência “da” escola. A metodologia aplicada é a pesquisa interdisciplinar, que se apoia em abordagens filosóficas, antropológicas, históricas e sociológicas.

Palavras-chave: violência da escola, experiência/não-experiência, biopolítica.

Abstract

This paper proposes a research conducted in schools in Curitiba, Brazil, on the relationship between school's violence and collective experiences that take place in the school community. In this article we pursue the issue configured in this way: is the violence an obstacle to the educational processes of the school, as biopolitical device? For this analysis we will consider the studies of Michel Foucault (1929-1984), Giorgio Agamben and Bernard Charlot, in particular the concepts of experience/no-experience, school's violence and biopolitical experience. And we will take as a metaphor the character K. of the book *The Castle*, by Franz Kafka. The lack of experience is one of the points of contact between the surveyor by Kafka and young people who suffer the consequences of school's violence. The methodology is interdisciplinary research, which relies on philosophical, anthropological, historical and sociological approaches.

Keywords: school's violence, experience/no-experience, biopolitical.

Violência e violência escolar

Embora não seja o escopo nos embrenharmos em uma filologia da palavra violência, é necessário que se deixe claro algumas compreensões deste conceito, para esclarecer qual é o ponto partida, visto que há dificuldades nas definições apresentadas pelos estudiosos.

No sentido etimológico de violência há uma forte ligação com o termo força. No latim *violentia* significa bravura, força. O verbo *violare* quer dizer transgredir, profanar. A raiz de ambos os termos é *vis*, força, vigor, potência, violação, emprego de força física, mas também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. No grego, *vis* corresponde a *is*, músculo, ou ainda força, vigor, e se vincula a *bia*, força vital, força do corpo, vigor e, conseqüentemente, emprego da força, violência, o que coage e faz violência (Michaud, 1989).

O Dicionário Houaiss define violência como constrangimento físico ou moral; uso de força, coação. No Dicionário do Pensamento Social do Século XX lemos que a violência classifica qualquer agressão física contra seres humanos, cometida com a intenção de lhes causar dano, dor ou sofrimento (Arblaster, 1996: 803-805).

Esse significado é desconstruído por Arendt (1985), que distingue violência de poder, vigor, autoridade e também de força. Para a filósofa, a violência é eminentemente instrumental, mas ela reconhece que há um caráter de “imprevisibilidade total que encontramos no instante em que nos aproximamos do âmbito da violência” (apud Michaud, 1989: 12). O sociólogo e historiador Yves Michaud (1989) aproxima essa compreensão de violência aos conceitos de caos, de transgressão e de desordem radical, porque envolve o distanciamento em relação às normas e às regras que governam as situações ditas naturais, normais ou legais. Para ele, há violência quando, na interação, um ou vários atores, direta ou indiretamente, maciça ou esparsamente, agem causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Precisamos estar atentos, diz Michaud (1989), porque as definições mais objetivas e úteis de violência não são isentas de pressupostos, há o componente subjetivo condicionado a critérios jurídicos, institucionais e de grupos, além de disposições pessoais. Não se pode comparar a violência de séculos passados com as de hoje, porque as normas e as leis mudam, e também pelo fato de não haver um único discurso nem um saber universal sobre a violência, já que cada sociedade busca suas próprias soluções e critérios.

A percepção da complexidade da violência deve ser vinculada à necessidade de verificação das diferenças e de suas diversas formas de manifestação. Análises e pesquisas recentes produzidas pela Unesco têm apresentado a violência sob três pontos de vista: direta, indireta e simbólica. A direta refere-se aos atos físicos que atingem a integridade humana (assassinatos, chacinas, genocídio, crimes de guerra, suicídios, acidentes de trânsito e massacres); a indireta são ações coercitivas ou agressivas que resultam em prejuízo psicológico ou emocional; e a simbólica abrange as relações de poder interpessoais ou institucionais (Abramovay, 2002: 27-28).

A violência simbólica, como o abuso de poder, as imposições de conteúdos, as péssimas relações pedagógicas, ou a violência institucional, como a marginalização, discriminação e abandono, são práticas que levam a um assujeitamento que instrumentaliza as estratégias de poder. Ela abriga o exercício da autoridade nas escolas. Bourdieu (2000) destaca que os conteúdos escolares, os programas de ensino, os métodos de ensino e de avaliação, as relações pedagógicas e as práticas linguísticas representam o poder das classes dominantes sobre as classes populares, desvelando a violência simbólica exercida sobre os alunos pertencentes a essas classes.

Vale salientar o que já foi dito por Sposito (2001), que é preciso distinguir a violência escolar de outros tipos de violência, com o intuito de refinar as análises que possam ser feitas. Mesmo aí é necessário considerar os dois tipos de modalidade que se configuraram como violência escolar: os atos contra a escola, como a depredação, ataques ao patrimônio; e as relações hostis que se estabelecem entre professores e alunos, entre professores e professores.

Para os estudiosos brasileiros, a questão não é diferente do resto do mundo. A violência é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política, afirma Abramovay (2002). A História do Brasil, argumenta Adorno (1994: 19) é, sob certo aspecto, uma história social e política da violência. Ele se refere às lutas populares, às relações de poder estabelecidas pela cultura, ao Estado Soberano da ditadura militar, entre outros. E respinga, conseqüentemente, na escola e em seus atores.

Violência da escola e abandono: a inclusão pela exclusão

Charlot (2002), ao analisar a violência escolar, ressalta três categorias possíveis para se compreender a violência, isto é, a violência ‘na’ escola, a violência ‘da’ escola e a violência ‘à’ escola. A primeira é produzida dentro da escola, mas não está vinculada às atividades da própria escola. São violências vindas de elementos externos, por exemplo gangues e traficantes que invadem a escola, provocando ali brigas e confusões. A violência à escola, por outro lado, está ligada às atividades da escola e é provocada pelos alunos, como insultos e agressões aos professores, depredação do patrimônio e a prática do *bullying*. Segundo Lopes Neto e Saavedra (2003), *bullying* são todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder, tornando possível a intimidação da vítima. À terceira categoria, a violência ‘da’ escola, nos ateremos um pouco mais neste artigo. Este tipo de violência, que é institucional, é sofrido tanto pelos alunos quanto pelos professores. É violência simbólica, política, e está presente nas formas de agir, nas palavras, nos discursos, nos processos avaliativos e de notação, na disposição social da classe (CHARLOT, 2002: 3-4).

A violência ‘da’ escola é uma forma de violência que tende a se institucionalizar, correndo o risco de ser vista como processo normal dentro da escola. Os discursos político-pedagógicos muitas vezes a omitem ou mascaram, distanciando-a da realidade cotidiana dos sujeitos das escolas.

Em pesquisa realizada por Abromovay (2002), os alunos relataram que há professores que os ignoram, deixando-os em situação de humilhados e abandonados:

“no cotidiano das escolas, existem vários exemplos de violência institucional, como, por exemplo, alunos que relatam que há professores que têm dificuldade de dialogar com eles, humilhando-os e ignorando completamente seus problemas, não querendo nem sequer escutá-los, pois a professora não tem nada a ver com isso. Outros tratam mal os alunos – safado, marmanjão –, recorrem a agressões verbais e os expõem ao ridículo quando estes não atendem algo ou quando não conseguem responder a uma pergunta: (Botam) apelido, ficam fazendo gracinha (...) veem o nome da pessoa e colocam apelido. Tem um menino que lá na sala que o professor chama ele de Benedito, fica enchendo o saco. Na nossa sala, o apelido de um moleque é “bunda mole”. O professor chama ele de BM”. (Abromovay, 2002: 27).

A partir de uma perspectiva biopolítica, pode-se perceber nesse relato que o professor, ao chamar o aluno de “benedito” ou “BM”, deixa entrever que ele foi separado do grupo para servir de objeto aos seus gracejos. Esse aluno está sofrendo uma forma de violência que vai além do simbólico, que significa estar sujeito à soberania do professor, que faz mal uso de sua autoridade dentro da sala de aula. Essa microestrutura criada dentro da sala de aula, essa

microfísica da violência, pode ser escamoteada como processo integrador e de inclusão, mas, na verdade, é excludente.

Pode-se, aqui, aplicar o que Agamben (2007) chama de processo de inclusão pela exclusão. O filósofo argumenta, em outro contexto, mas que podemos aplicar aqui, que esse tipo de separação é uma relação de bando, no sentido de banimento, abandono.

“Aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas abandonado por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que vida e direito, externo e interno, se confundem. Dele não é possível dizer que esteja fora ou dentro do ordenamento (...) É neste sentido que o paradoxo da soberania pode assumir a forma: “não existe um fora da lei”. A relação originária da lei com a vida não é a aplicação, mas o abandono” (Agamben, 2007: 36)

O que define a condição de banido/abandonado é, sobretudo, o caráter particular da dupla exclusão em que se encontra preso e da violência à qual se encontra exposto (Agamben, 2007: 90). O professor que age como soberano dentro da sala de aula, o aluno que se une a um grupo para ameaçar o professor, as políticas internas de repressão e vigilância: tais situações abrem possibilidades de análise e aguçam os interesses de investigação para alargar a reflexão acerca das relações pedagógicas e ampliar a reflexão sobre as consequências de uma violência muitas vezes escondida em sutilezas, como a atuação de um professor supostamente bem humorado.

Nos termos da biopolítica, a regulação das relações estabelecidas na escola, não na perspectiva da disciplina foucaultiana de docilização dos corpos, mas do poder soberano, leva a um conjunto de ações operativas e de processos de simbolização para designar a ordem e determinar, hierarquicamente, o lugar de cada um. Nesse sentido, terá sempre alguém submetido a essa ordem de sujeito a ser sacralizado, abandonado, afetado em sua subjetividade.

Ao dizer que a violência pode ir além da violência simbólica ou psicológica, entende-se que a violência ‘da’ escola afeta a população escolar de tal forma, que vai permeando e danificando as relações pedagógicas, as experiências de aprendizagem, até mesmo a saúde dos sujeitos em processo de subjetivação. Eles estão buscando formas melhores de dizer de si, de se narrarem, e, quando a violência incide sobre esses corpos, emerge o aspecto biopolítico da violência.

O corpo é uma realidade biopolítica, afirma Foucault (1979: 80), e sofre as consequências do poder soberano que age sobre ele, seja para docilizá-lo seja para bani-lo/abandoná-lo. O poder soberano na biopolítica moderna, argumenta Agamben (2007: p.149), “é aquele que decide

sobre o valor ou sobre o desvalor da vida enquanto tal”. Na violência ‘da’ escola, a cada momento alguém se investe do poder soberano e age sobre os corpos que ali estão.

A análise da violência ‘da’ escola sob a perspectiva biopolítica desvela assim os silêncios, as inseguranças, as doenças, os racismos, os não ditos que investem sobre os corpos. Nessa mesma perspectiva, o corpo da biopolítica é um corpo coletivo, de muitas cabeças. Em se tratando da coletividade, o dano acaba sendo maior, pois a inteira população escolar sofre as consequências dessas várias faces que a biopolítica assume.

Violência ‘da’ escola e experiências escolares

Nos encontros, conversas e entrevistas com os alunos de diferentes escolas de Curitiba/Brasil, percebemos a fragilidade aí instaurada nas últimas décadas. Essa constatação é recorrente nas falas de pedagogos: “Nos ‘últimos anos’ as coisas pioraram muito”; “Os alunos não respeitam mais os professores”; “As famílias não respaldam mais os professores, pelo contrário, elas insuflam seus filhos e filhas a não aceitarem qualquer exigência do professor”. A relação institucional entre família e escola encontra-se abalada, e as consequências são sérias para a educação, pois essa situação coloca os escolares em um lugar de indistinção, indeterminação e insegurança, que afeta ainda mais as experiências de aprendizagem. Uma pedagoga salientou que os pais se tornaram exageradamente superprotetores. Escudam seus filhos de uma sociedade que, para eles, seria a responsável pela exclusão. Essa sociedade está representada em tudo que está fora do contexto familiar. Outra, ao falar da família como principal elemento externo que intervém na escola, assinalou que o aspecto que mais interfere, sobretudo nas famílias pobres, é a atitude dos pais de mimarem seus filhos, gerando falta de limites e intolerância. Tudo tem de acontecer na hora que querem e como querem: “Os alunos têm grande dificuldade de cumprir/seguir regras”.

Embora haja, nessa questão, um paradoxo, pois no Brasil “estima-se que 70% dos casos de agressões contra crianças aconteçam justamente no interior das famílias” (Veronese, 1997 apud Soares Miguel; Lima, 2010: 12), a crise institucional que se instalou tanto na família quanto na escola nasce da incapacidade de ambas de distinguir a violência de outras situações como os conflitos, as incivildades, as agressividades e a carência afetiva. Convém, nesse caso, desfocar o olhar, como sugere Soares Miguez e Lima:

“(Des)focando o olhar, encontramos nessa mesma escola, fundada sob a ótica da disciplina e do controle, sujeitos que se fazem nas margens e que criativamente pensam a si mesmos por fora dessa base organizativa. São os sujeitos tidos como transgressores, indisciplinados, problemáticos, violentos e carentes. As tentativas de aniquilamento daqueles e daquelas que resistem à cultura organizativa da escola são as mais diversas e perversas. Constatamos prática de violências mascaradas sob o discurso missionário de formar bons cidadãos”. (Soares Miguel; Lima, 2010: 30).

Muitas famílias, ainda hoje, atribuem algum caráter educativo à violência. Há uma separação determinante entre a privacidade da casa e o público, comenta Soares Miguel e Lima (2010: 24), e isso significa que “perdura a ideia de que as pessoas externas às relações familiares não devem interferir no processo educativo conduzido por pais, mães e demais responsáveis”. A escola pertence ao espaço externo às relações familiares, e muitas vezes há um pacto tácito entre as partes para não se comentar sobre assuntos de violência. Mas esse silêncio, tanto da família quanto da escola, é nocivo para as crianças e os jovens escolares e se constitui em óbice para a educação.

Como os estudantes entendem a violência escolar

Os estudantes são repetidores do discurso sobre a violência: “Existem dois tipos de violência: a física e psicológica. A violência física se constitui de agressão, como tapas, socos, chutes, etc. A violência psicológica constitui-se de xingamento, apelidos indesejáveis, etc.” (aluno do Ensino Médio). A violência, para eles é basicamente o *bullying*, que a maioria chama de violência psicológica. Ao serem indagados sobre o que se entende por violência, alguns alunos disseram: “Esse não é um assunto que me interessa”, ou “Não sei nada sobre isso e não quero saber” (aluna da 7ª série). A maioria entende violência como agressão física e agressão psicológica. Quando pedimos para que definissem *bullying*, palavra recorrente no vocabulário deles, se limitaram a dizer que é a violência psicológica.

A definição de violência que aparece entre os alunos é, na maioria das vezes, de senso comum ou advém de um repetido discurso que presenciamos entre os pedagogos e professores: “violência não é só bater, mas é também desrespeitar e xingar o outro”. Quando a pedagoga nos levou à sala de aula para nos apresentar aos alunos, disse-lhes: “Estes professores vão fazer uma pesquisa sobre violência, e vocês sabem que violência não é só bater, mas é também o desrespeito ao outro”.

As definições dos alunos têm origem nas próprias experiências. Vivem num “estado de violência” cotidiana, como afirma Abramovay (2005). Há, de fato, experiências diferenciadas de violência, mas todos a verbalizam como agressão física, identificada sempre que há briga com contato físico. Nos depoimentos dos alunos, essa verbalização se evidencia com clareza:

“Violência “é um ato de agressividade” ... “ agressão verbal” ... “ato de agredir uma pessoa” ... “ato de agressão física, moral e psicológica em todo e qualquer ambiente” ... “ ato de covardia” ... “é um ato que não tem respeito e tem muita agressão” ... “um ato de agressão contra pessoas” ... “agressividade sendo ela verbal ou física” ... “violência para mim é agredir professores. Eu sou contra a violência, por isso eu evito violência dentro do colégio” ... “é uma coisa ruim que, todas às vezes, traz muita tragédia”... “é um ato de prejudicar outra pessoa tanto de forma física, quanto verbal ou psicológica” ... “é um ato realizado por alunos que maltratam outros alunos” ... “é qualquer ato que uma pessoa faz ao ultrapassar os seus limites e invadir o limite dos outros só por inveja, problemas, etc.” ... “brigas, xingamentos, discussão, etc.” (alunos do Ensino Médio, da 7ª série e 5ª série do Ensino Fundamental)

“Violência hoje em dia é uma coisa que é difícil alguém não saber. A violência está no dia a dia do mundo. Começa com uma discussão e, infelizmente, logo termina em briga, causando até morte” (aluno da 7ª série)

“Violência física e moral. Muitas vezes a moral é mais dolorida do que a violência física. Brigas, rixas, roubos, racismo, preconceitos, são os mais frequentes modos de violência”. (aluna da 7ª série).

Abramovay (2005) afirma que brigas e agressões físicas não são o tipo de violência mais frequentes nas escolas, de acordo com suas pesquisas, mas ganha maior visibilidade nos discursos dos atores escolares, o que se explica pelo grau de violência e agressividade envolvido nas relações.

Verifica-se que a agressão física aparece, com mais superficialidade, nas primeiras conversas sobre o assunto. Porém, quando se vai aprofundando, aparecem situações como ameaça com armas, por exemplo. Um aluno relatou que é comum aparecerem colegas com armas na escola e que ninguém percebe. As armas mais comuns são facas e revólveres.

Nas definições e entendimentos acerca da violência da escola, há confusões conceituais mal resolvidas, que carecem de aprofundamento. A mais recorrente é a confusão entre o que seja violência, agressividade e incivilidade, como destacam Charlot (2002) e Derbarbieux (2002).

Esses autores estudam a violência escolar, tentando subtrair elementos que, segundo eles, não deveriam ser chamados de violência. Para ambos, a incidência de fenômenos com perfis diferenciados não favorecia análise satisfatória. As agressões físicas, por exemplo, não deviam ser interpretadas no mesmo nível das grosserias, palavrões ou mesmo a destruição do patrimônio.

Charlot (2002) esclarece que é preciso distinguir violência de agressividade e agressão. Agressividade é uma disposição biopsíquica reacional provocada pela frustração e angústia. A agressão é um ato de brutalidade física ou verbal em direção ao outro, mas que só se torna violência se houver a intenção de fazer mal ou desejo de querer machucar alguém.

“As abordagens antropológicas descartam o termo violência, preferindo falar de agressividade, de agressão, de irritabilidade, de combatividade. A noção de agressividade, a mais frequente nesses estudos, sugere um estado que predispõe para o ataque e o combate. Seu defeito – e a razão de sua fortuna – é que ela pode designar qualquer tipo de comportamento excessivo e/ou nocivo. A ideia de combatividade tem em parte a mesma conotação, mas sugere, além disso, um caráter positivo, em suma funcional e adaptativo. Quanto à irritabilidade, esta designa mais precisamente a propriedade do ser vivo de reagir a estímulos”. (Michaud, 1989, p. 70).

Outros dois conceitos aparecem nos estudos de Charlot (2002) e são igualmente necessários para a compreensão de violência: transgressão e incivilidade. Assim, expressa:

“Os pesquisadores franceses desenvolveram muito, nestes últimos anos, uma distinção particularmente útil do ponto de vista teórico e prático: eles distinguem a violência, a transgressão e a incivilidade. O termo violência, pensam eles, deve ser reservado ao que ataca a lei com uso da força ou ameaça usá-la: lesões, extorsão, tráfico de droga na escola, insultos graves. A transgressão é o comportamento contrário ao regulamento interno do estabelecimento (mas não ilegal do ponto de vista da lei): absentéismo, não realização de trabalhos escolares, falta de respeito etc. Enfim, a incivilidade não contradiz, nem a lei, nem o regimento interno do estabelecimento, mas as regras da boa convivência: desordens, empurrões, grosserias, palavras ofensivas, geralmente ataque cotidiano – e com frequência repetido – ao direito de cada um (professor, funcionários, aluno) ver respeitada sua pessoa” (Charlot, 2002, p.437)

A incivilidade sustenta o entendimento de violência como fenômeno urbano antissocial e antiescolar, interno à escola, que, se banalizado, poderá encurtar o caminho para os atos de violência (Debarbieux, 2002). O conceito de incivilidade mostra-se mais palpável por sua operacionalização, o que também identifica sua ambiguidade. As incivildades podem ser desde atos de irreverência e descuido contra o patrimônio (pichações, falta de higiene, destruição de cabines telefônicas, incêndios, bombas caseiras em banheiros) até porte de armas no interior da escola. Se direcionadas a pessoas, podem tomar a forma de intimidação física (empurrões, escarros) e verbais (ameaças e injúrias).

Outra forma de incivilidade seria o descuido com a higiene das áreas coletivas, como os banheiros, assim como a adoção de atitudes destinadas a suscitar o medo, como posturas sexistas e *bullying* (Abramovay, 2006). As incivildades são um tipo de violência que na

escola pode se transformar em traumas, quando são silenciadas, banalizadas e transformadas em violência simbólica.

Essas distinções entre violência, agressividade, transgressão (ato puramente comportamental), agressão e incivilidade têm o objetivo de criar categorias que colaborem para uma melhor compreensão do conceito de violência escolar, para que não se coloquem todos os atos no mesmo plano, nem os julguem a partir de um único viés.

Os alunos entrevistados disseram que as principais formas de violência presentes na escola são “*bullying*, xingamentos, preconceitos raciais, violência física”, e um aluno testemunha que “algumas pessoas trazem facas e armas para o colégio” (alunos da 5ª série). Perguntamos, então, se os professores não percebiam as armas. Responderam: “Não, as pessoas escondem direitinho, mas isso dá muito medo”.

O que se evidencia nas experiências dos alunos, apesar de seu parco vocabulário, é justamente as multifaces da violência escolar (racismos, preconceitos, maus-tratos, formas biopolítica, autoritarismo, soberania), que se torna um óbice para as experiências pedagógicas, posto que cria descontinuidade nos processos educativos, gerando deslocamento de funções e de papéis. Em outras palavras, se poderia dizer que a violência escolar faz da escola um não-lugar, uma não-experiência, no sentido de que não abre possibilidade para o enriquecimento do capital cognitivo, acadêmico, afetivo e, tampouco, social.

Nos discursos sobre a escola está presente uma polifonia que faz entrever, de alguma forma, “um lugar que também nos constitui por tudo aquilo que lá já passamos e por tudo aquilo que lá não nos passou. Esse arquivo oferece possibilidades de presenças e faltas, lembranças e esquecimentos, lugares e não-lugares, felicidades e tristezas, afetos e violências” (Soares Miguel; Lima, 2010: 28), experiência e não-experiências.

A vida escolar é baseada em experiências. Estas podem ser trazidas pelos sujeitos, mas também ser produzidas voluntária ou involuntariamente no cotidiano das convivências escolares. O importante é que a experiência escolar tenha a clara intencionalidade de aproximar o sujeito ao objeto a ser conhecido. Por sua vez, a experiência será tal se produzir resultados, isto é, se transformar o sujeito e agregar valor ao seu capital intelectual, social, cultural. A violência nega esse movimento.

Experiências e vivências: da ‘infância’ à linguagem

Vivência (*Erlebnis*) e experiência (*Erfahrung*), de acordo com a sociologia alemã, são termos complementares entre si. Vivência trata de um acontecimento, evento ou fato que se vive ou que se viveu junto com outras pessoas, sem intencionalidades explícitas, que deixaram suas marcas políticas, culturais e sociais (Oliveira, 2005). A experiência, por outro lado, fala de um conhecimento adquirido através de uma vivência pessoal, própria e singular. Em outras palavras, “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo quase nada nos acontece” (Larrosa: 2002, p.21).

Bernard Charlot (2000) usa os dois termos para fazer distinção entre a relação ‘com’ o saber e a relação ‘de’ saber. A primeira (relação ‘com’) é uma relação social que se dá na medida em que se vai entrando em contato com os dispositivos, instituições, organizações, divisão do trabalho na sociedade. Seria uma apropriação do mundo por meio da participação (*Erlebnis*). A segunda (relação ‘de’) são as relações sociais consideradas sob o ponto de vista do sujeito que aprende (*Erfahrung*). Está numa dimensão mais pessoal da aprendizagem, embora se dê também na coletividade. A pessoa aprende com as próprias experiências e com as experiências pedagogicamente organizadas.

Essas relações, porém, supõem saberes diferentes de cada uma das partes, no caso da escola, entre o professor e o aluno. Todavia, a relação com o saber se constrói em relações sociais de saber. Charlot (2000) afirma que a relação com o saber é relação do sujeito com o mundo, com o outro e com ele mesmo. O autor especifica esses três elementos da seguinte forma: na medida em que o sujeito vai se relacionando com os outros seres humanos, vai entrando em contato com um mundo de símbolos e de significados. Por isso, o ser humano só se conhece e só apreende sua humanidade em contato com o outro. O acesso ao simbólico faz com que o ser humano tenha um mundo, e o mundo se oferece a ele como um conjunto de significados. É nesse universo de significados que se estabelecem as relações.

Por outro lado, o ser humano tem um corpo, é energia, é dinamismo. O mundo tem também uma materialidade que preexiste ao sujeito e continuará independente dele. Dessa forma, o mundo não é apenas um conjunto de significados, mas é também um horizonte de atividades, o que implica em vivências e experiências.

A inscrição nessa rede comunicacional entre seres humanos – o aprender – requer tempo, que é o de uma história. Esse tempo não homogêneo, é ritmado por “momentos” significativos, por ocasiões, por rupturas. É o tempo da aventura humana, da espécie, do indivíduo. “Analisar a relação com o saber é estudar o sujeito confrontado à obrigação de aprender, em um mundo que ele partilha com outros: a relação com o saber é relação com o mundo, relação consigo mesmo, relação com os outros. [...] Essa análise concerne à relação com o saber que um sujeito singular inscreve num espaço social” (Charlot, 2000: 78-79).

Esses momentos/espacos de aprendizado que se dão no grupo social, na coletividade, quando é permeado pela violência, seja ela qual for, perde sua potência e se transforma em não-momento, em não-lugar. O corpo coletivo fica minado por essa violência, causando “explosões” aqui e ali, em forma de doença, de alijamento do grupo, de depressão, de agressividade, de conflitos variados.

Nesse sentido, a violência escolar expressa a biopolítica dentro da escola, isto é, a força soberana que se volta para/contra o corpo coletivo. Todos os envolvidos nos processos escolares são afetados em suas vivências e experiências, deixando marcas profundas e, muitas vezes, indelévels, como afirma uma aluna: “Eu, desde pequena, tenho traumas de escolas; é como se eu estivesse numa cadeia e ainda é. A escola é como cadeia e os professores são os carcereiros e os alunos são os outros presos. Se imagine na cadeia e perceba como eu me sinto” (alunas da 7ª série).

O limiar dessas não-experiências, que são experiências minadas pela violência que acontece na escola, nos remete a uma figura que, aqui, se torna uma metáfora da não-experiência: K., personagem central da obra *O Castelo*, de Kafka. K. torna-se paradigma da não-experiência, do sujeito que se constitui num espaço ocupado pela violência. Acompanhando-o, vamos aos poucos sendo destituídos de qualquer coisa que se possa configurar como um dado significativo, que pudesse, ainda que de forma tênue, nos conduzir à reflexão, estabelecer pontos de contato com os fatos da vida, provocar-nos no espaço de nossas opções éticas. Kafka nega a nós, leitores, a experiência.

Antes, porém, vejamos a reflexão que Agamben faz em seu livro *Infância e História* (2008). Trata-se de uma análise a partir da experiência que está na relação de passagem da infância (*infans*, aquele que não tem voz, o não falante) para a linguagem.

A experiência como linguagem

Em seu livro, Agamben nos impulsiona para um voo como o do filho da águia que está aprendendo a voar, mas que, ao descobrir suas possibilidades, se deleita num voo rasante e cheio de possibilidades. A reflexão que faz é baseada na filosofia, mas, por meio dela, pode-se entender o que ocorre com o sujeito destituído da possibilidade de se narrar, de dizer de si.

Para ele, a destruir a experiência está, de modo ineludível, a ciência moderna. Desde Bacon, não há como conciliar experiência em seu sentido tradicional, não calculável nem certa, partícipe, em algum sentido, do conhecimento, com o conhecimento, cuja nova sede não é mais a *psyché* nem o *nous*, que em Aristóteles se encontram separados, mas que na mística neoplatônica se reconciliam em um novo ego, cujo mediador é o espírito.

Partindo de Descartes, “de seu eu substantivado, no qual se realiza a união do *nous* e *psyché*” (Agamben, 2008: 32), a modernidade constrói o novo sujeito. Visto, porém, que o conhecimento não se reduz, como a experiência, a um processo finito, mas abre-se à possibilidade infinita de sempre mais conhecer, não é já possível ter experiência, somente fazer experiência. Definitivamente, não nos é dado retomar o caminho da experiência na semântica clássico-medieval.

Kant, em tempos de física newtoniana, volta a desdobrar o sujeito, distinguindo o eu penso cartesiano, no qual se funda o conhecimento, do eu empírico, sujeito da experiência. Para o primeiro, como não há conhecimento do objeto, mas apenas um pensar sobre, também não há experiência. Conseqüentemente, não pode existir experiência de um eu substantivado. Agamben atribui a esse filósofo o “último lugar em que o problema da experiência, no interior da metafísica ocidental, é encontrável na sua forma pura, isto é, sem que sejam encobertas as suas contradições” (Agamben, 2008: 42).

A dialética hegeliana, e seus supérstites, desfaz esse equívoco, modificando o estatuto da experiência, não mais como caminho (método) em que se delineia o limite da consciência (a partir do qual justamente se cinde o sujeito kantiano), mas a “essência mesma do novo sujeito absoluto: a saber, a sua estrutura de processo dialético, de movimento” (Agamben, 2008: 42). Eis o que constitui a “Ciência da experiência da consciência” (título original da *Fenomenologia do espírito*), ou da ciência da experiência que a consciência realiza. Essa ciência não é exatamente a volta ao conceito pré-cartesiano de experiência, mas sua superação na experiência de negatividade, de saber-se “já ser sempre o que não é ainda”. Na

consciência, o sujeito descobre-se numa aproximação infinita à totalidade, a qual porém não poderá jamais possuir (“apenas fazer e jamais ter”).

O que Kant separou e Hegel uniu – o eu transcendental e o sujeito empírico –, é objeto de novas tentativas de unificação, seja da psicologia científica do século 19, que pretendeu por em paralelo estado psíquico e estado mental, seja de filósofos como Dilthey e Bergson, que esperavam captar, na consciência, a vida como “experiência vivida” (*Erlebnis*) ou “duração pura”. Na avaliação de Agamben, se explica assim o fato de se ter delegado à poesia e à mística “a missão de aferrar o *Erlebnis*” (Agamben, 2008: 47), tentativa que parece emudecer a própria ciência, transformando-a em “hermenêutica” ou “intuição mística difusa”.

O percurso chega, no quadro traçado por Agamben, em Husserl, que tenta, a partir do ego cogito cartesiano, o momento originário da experiência do sujeito transcendental. Diz Husserl (apud Agamben, 2008: 47): “O início é para ela [a consciência] constituído pela experiência pura e por assim dizer ainda muda, que deve ser conduzida então, pela primeira vez, à expressão pura de seu sentido próprio. A expressão realmente primeira é, entretanto, o ego cogito cartesiano”.

Agamben avalia que esses esforços, tanto de Husserl como de Dilthey, de se aproximar da experiência pura, parecem abrir para outra linha de questionamento, mais precisamente para o fato de se encontrar na origem na experiência um dado linguístico, uma expressão, uma fala.

Uma teoria da experiência que desejasse verdadeiramente colocar de modo radical o problema do próprio dado originário deveria obrigatoriamente partir da experiência “por assim dizer muda” (situada aquém daquela “expressão primeira”), ou seja, deveria necessariamente indagar: existe uma experiência muda, existe uma in-fância da experiência? E, se existe, qual é a sua relação com a linguagem? (Agamben, 2008: 48).

A mudez proposta aqui pelo filósofo italiano não é certamente a inabilidade fisiopsíquica própria do infans, mas o contraponto a toda a expressão que põe em via o sujeito. Justamente por isso, Agamben evoca Hamann e Benveniste, em oposição a Kant e Husserl, para reafirmar o primado da linguagem na constituição do sujeito.

Esta subjetividade, quer a coloquemos em fenomenologia, quer em psicologia, nada mais é que o emergir no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” aquele que diz ego. É este o fundamento da subjetividade que se determina através do estatuto linguístico da pessoa. A linguagem é organizada de modo a permitir a cada locutor apropriar-se da inteira língua designando-se como eu.

Infância e linguagem parecem assim remeter uma à outra em um círculo no qual a infância é a origem da linguagem e a linguagem é a origem da infância. Mas talvez seja justamente nesse círculo onde devemos procurar o lugar da experiência enquanto infância do homem. Pois a experiência, a infância que aqui está em questão, não pode ser simplesmente algo que precede cronologicamente a linguagem e que, a uma certa altura, cessa de existir para versar-se na palavra. Não é um paraíso que, em um determinado momento, abandonamos para sempre a fim de falar, mas coexiste originalmente com a linguagem, constitui-se ela mesma na expropriação que a linguagem dela efetua, produzindo a cada vez o homem como sujeito (Agamben, 2008: 59).

Equivale dizer que ambas, infância e linguagem, mantêm-se numa relação de identidade e diferença no próprio ser humano. Infância é o que podemos caracterizar como a experiência que mantém no ser humano a possibilidade do reconhecimento de que a própria linguagem não se confunde com o humano: “Como infância do homem, a experiência é a simples diferença entre humano e linguístico. Que o homem não seja sempre já falante, que ele tenha sido e seja ainda in-fante, isto é a experiência” (Agamben, 2008: 62).

Essa relação guarda ainda, segundo nosso autor, outra consequência. Trata-se da clara separação entre língua e discurso. A primeira não nos distancia necessariamente de todo animal, pois este possui linguagem, é portador de sistema de signos, de uma semiologia. Mas esse fato não o distancia da natureza; ao contrário, o insere: “Os animais não entram na língua: já estão sempre nela” (Agamben, 2008: 64). O segundo, ao contrário, nos joga na história: “Somente porque existe uma infância do homem, somente porque a linguagem não se identifica com o humano e há uma diferença entre língua e discurso, entre semiótico e semântico, somente por isso existe história” (Agamben, 2008: 64).

Agamben está disposto agora a retomar a possibilidade de uma compreensão de experiência. Experienciar significa necessariamente, neste sentido, reentrar na infância como pátria transcendental da história. O mistério que a infância instituiu para o homem pode de fato ser solucionado somente na história, assim como a experiência, enquanto infância e pátria do homem, é algo de onde ele desde sempre se encontra no ato de cair na linguagem e na palavra. Por isso, a história não pode ser o progresso contínuo da humanidade falante ao longo do tempo linear, mas é, na sua essência, intervalo, descontinuidade.

O que vem à tona nessa afirmação final é a descrição da única possibilidade de se retomar a experiência para além de todo esgotamento já denunciado na filosofia e na literatura dos

séculos 19 e 20: tomá-la como infância do ser humano, condição fundante de toda fala, circularidade da qual emerge e para a qual sempre volta.

A compreensão de infância proposta por Agamben mantém a circularidade no interior da constituição do sujeito (torna-se sujeito no ato de dizer), obrigando este ao contínuo processo de instauração do discurso (transformação do semiótico em semântico, conforme Benveniste): “o humano propriamente nada mais é que esta passagem da pura língua [semiótico] ao discurso [semântico]; porém este trânsito, este instante, é a história” (Agamben, 2008: 68).

Castelo da não-experiência

Tentemos agora algumas aproximações com a obra kafkiana, que estamos tratando como metáfora para a não experiência, sem que isso caracterize verdadeiros pontos de contato. Talvez uma ou outra se transforme em sinapse, mas não é fato relevante aqui.

O Castelo visto assim a distância, correspondia à expectativa de K. Não se tratava de um velho castelo feudal nem de uma construção espantosa de período mais recente, mas de um vasto conjunto de edifícios, alguns – poucos – de dois andares e os restantes, uma imensidade de casas baixas, apertadas umas contra as outras. Se não se soubesse que se tratava de um castelo, pensar-se-ia talvez em uma cidadezinha do barroco mineiro.

Os olhos de K., em toda a extensão da obra, mostram-se inábeis para captar o universo estranho desse lugar. Mas isso não é um dado que vem do texto diretamente. Em nenhum momento o personagem encontra dificuldades em se locomover ou se inserir os espaços que vão aos poucos se desenhando no vilarejo: uma e outra pousada, a casa da família de Barnabás, a escola, e mais uns poucos locais.

A perplexidade invade o leitor, ávido por alguma coisa que torne todos esses espaços familiares, ao menos pela possibilidade de se imaginar como se compõe a arquitetura, a articulação dos elementos, a composição enfim dos espaços. O leitor é destituído de sua capacidade de imaginação, como se buscasse nos vazios objetos soltos que deveriam fazer algum sentido, mas não fazem. Essa pobreza de descrição é o que choca. Não deveria ser o esperado fruto da experiência de K, dos olhos e outros sentidos que perscrutam e esquadrinham o espaço para discernir suas regularidades, os pontos de apoio, as articulações,

os estilos comuns? É pouco provável que exista um planisfério do Castelo e da vila adjacente, impossível traçar-lhe um. Não há tal experiência.

K. é agrimensor, está ali para realizar trabalhos da natureza de sua função. De início, a confusão parece motivar a narrativa, dando a entender que, em algum ponto, esse fato ganhe relevância, qualquer que seja o desfecho. Mas não. Não há um chefe que lhe reconheça o título, e na única vez em que isso aparece por escrito, em um bilhete que logo é desqualificado como apreciação pessoal de quem o escreveu, vem a saber depois que tratava-se de uma carta-padrão, um texto sem referência. O próprio K., que a princípio parece disposto a tudo para esclarecer o mal-entendido, aos poucos vai desistindo, concorda inclusive com a tarefa de “contínuo” na escola, uma espécie de servente, nada mais. Ao final, o diálogo com a estalajadeira confirma a inutilidade da informação:

- “Alguma vez aprendeste para alfaiate?” – perguntou a estalajadeira.
 - Não, nunca – disse K.
 - Então, para que é que aprendeste?
 - Para agrimensor.
 - Que é isso?
- K. explicou e a explicação pô-la a bocejar”. (Kafka, 1926, p.341).

No que se segue, nenhuma referência mais ao ofício, nada que pudesse salvar o personagem de sua inutilidade, assim como da inabilidade do leitor, incapaz de saber, ao final, se essa informação é verdade ou não. O que importa? É verdade que, mais ou menos no meio da narrativa, K. parece bem determinado a respeito de sua função, a ponto de suportar a atitude despótica do professor: “Nada daquilo era demasiado doloroso, pertencia tudo à série de pequenos, contínuos incômodos da vida, não era nada em comparação com aquilo por que K. lutava e ele não viera para a aldeia para levar uma vida de honrarias e paz”. Como já observamos, esses propósitos se deterioram rapidamente na sequência de fatos.

Agamben, curiosamente, também fala de um “agrimensor kantiano” (Agamben, 2008: 42), capaz de delimitar com precisão as condições de possibilidade de todo conhecimento humano, em contraste distinção com o “eu empírico”. Mas esse agrimensor está a anos-luz do personagem kafkiano. O título de agrimensor não salva K. de sua incapacidade em face da experiência no Castelo e, conseqüentemente, da inabilidade para usar seu conhecimento de modo a dispor de algum sentido para delimitar sua existência. K. é agrimensor numa terra sem espacialidade, num mundo sem conhecimento ou experiência.

A não-descrição geográfica do Castelo se expande para a própria compreensão de sua arquitetura social. De fato, o Castelo, que a princípio parece estender-se sobre o vilarejo como entidade absoluta, não passa de um amontoado de funcionários que se misturam numa relação infinita e circular, entrelaçando secretários, representantes, senhores, mensageiros, ajudantes, num vai-e-vem irritante. Desde o início, K. é tirado de qualquer relação direta com o Castelo e com tudo o que pudesse lembrar a ele por que estava ali. É como se a condição de estrangeiro fosse, aos poucos, sendo diluída na trama confusa da aldeia e de seus personagens.

Os limites da aldeia não representavam uma margem dentro da qual se podia, digamos, construir algum conhecimento ou experiência. Os próprios habitantes estavam conscientes disso, como quando o regedor explica a K. a confusão possível entre as ordens condaís: “numa organização tão vasta como é o caso da administração do condado, pode muito bem acontecer que esta secção emita uma ordem e aquela outra, sem saberem uma da outra”. Tais limites eram o da impossibilidade, das margens turvas: “Hoje a escuridão prematura ainda mais acentuava esta impressão: quanto mais K. olhava, menos distinguia, mais tudo se afundava no crepúsculo”. O fato é que, aos poucos, a previsão trágica feita por K. acaba se realizando: ao final vida e ofício trocam de lugares (“afinal, é agrimensor ou alfaiate?”, o leitor acaba se perguntando, sem obter certeza de resposta; não há indício no texto que garanta essa informação).

Espera-se que essas confusões sejam esclarecidas à medida que se distinguem os níveis de autoridade, as instâncias a se recorrer, as relações de poder e o papel de cada um. Mas não é o caso, como já observamos. Eles só se espriam como numa imensa costa em que as vagas de ondas não permitem delimitar a terra firme. K., assim como o leitor, vagueiam num espaço desfeito em mil pequenas observações, feitas por gente cada vez mais indefinida em seus papéis, transformando as vozes num único zumbido, desconexo. Não há, no sentido proposto por Agamben, um discurso articulado, uma *phoné arthropos*, que poderia levar a um quadro de sentidos. K não é estrangeiro porque vê-se obrigado a confrontar um mundo diferente do seu, mas porque se descobre estrangeiro de seu próprio mundo. Expropriado de si, de sua subjetividade, de sua experiência seria a análise mais radical.

Há um elemento que se destaca ainda mais nessa análise, e que nos aproxima de algum modo da leitura que propomos do texto agambeniano. Grandes porções da narrativa são dedicadas às descrições que os habitantes fazem a K., na tentativa de esclarecer os fatos. Esse esforço enorme, que aparece no texto sob a forma de densas falas, mostra-se inútil, porque se acabam por se assemelhar mais a monólogos.

Precisamente no fim, o diálogo entre K. e a estaladeira assume um ritmo quase frenético, como se fosse apenas um entreato, um intervalo desprezioso com o escopo de descansar o leitor para uma nova investida. Precisamente ali, damos-nos conta de que não há outro fim possível. O adensamento das conversas anteriores – com Frieda, Olga, Brüghel e outros – tinha inevitavelmente conduzido a imensos e entediados monólogos, capazes apenas de revelar a mesquinhez das percepções pessoais, impossibilitados de ultrapassar a linha da opinião. Tal acúmulo não foi hábil para produzir em K. mais que a náusea, o descrédito nas pessoas e em suas fantasias. Dali nada se podia colher, não havia experiência a ser transmitida e captada. De fato, o personagem principal não tem momentos descontraídos com os habitantes, tudo é obscurecido por uma nuvem de desconfiança e desprezo.

Agamben, para ilustrar o mal-estar do final do século 19, aponta para as obras de Baudelaire, Proust e Rilke a fim de mostrar a expropriação da experiência no ser humano moderno. De Proust diz: “[nele] não existe mais propriamente sujeito algum, mas somente, com singular materialismo, um infinito derivar e um casual encontrar-se de objetos e sensações” (Agamben, 2008: 53). O que se dá com o personagem kafkiano é paralelo a isso: as falas monolíticas, não mais que um conjunto disforme de sensações, como que o induzem a uma total despersonalização, um vazio repleto de discursos sem sujeitos. Portanto, não se trata de sujeitos falantes, mas de falas que se chocam no ar e se desfazem na inconsistência das emoções que as produziram. São como ondas que correm pelo universo, possíveis de serem captadas por algum radar, mas incapazes de estabelecer qualquer relação verdadeira.

A tarefa agambeniana – da recolocação do problema da infância do ser humano como origem da experiência e da história –, ainda que se mostre evidente e promissora nos limites que a filosofia hoje se impõe, não pode descurar de seus contrapontos, dos reflexos inevitáveis dos próprios resíduos históricos (talvez evolutivos, sobretudo para as ciências biológicas), cuja face mais aparente e temível seja a violência.

Nesse sentido, a compreensão da violência juvenil, deixando de lado as muitas leituras baseadas em constatações que povoam as publicações sobre o assunto, pode se revelar instrutiva para uma melhor configuração da tarefa ética que cabe a nós. Kafka, assim como seus personagens, parece pouco disposto a conceder uma chance assim, uma saída honrosa em face da crônica incomunicação. Ou talvez esteja apenas nos alertando para o risco de um embotamento de nossa capacidade transitiva de passar da infância para a história, para linguagem, para o dizer de si, risco que ainda nos assombra de algum modo, e que poderia chegar bem sorrateiramente, como o diálogo desprezioso e insípido que encerra *O Castelo*.

A escola não pode correr o risco de se transformar no castelo kafkiano e deixar de oferecer ao aluno as condições necessárias para que ele entre em relação com o mundo em todas as suas dimensões, com a intenção de aprender. Em posse dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna e em face das novas demandas, o aluno poderá fazer uso de seus conhecimentos e experiências a fim de interferir na realidade político-social-econômica-cultural e de transformá-la.

A microfísica da violência e suas implicações dentro dos tempos e espaços das escolas de Curitiba

Tomamos de Foucault (1979) o termo microfísica, porque é justamente a análise da violência da escola em seus interstícios, daquilo que foi dito (ou não dito) pelos interlocutores desta pesquisa. As aberturas, as brechas, as fissuras localizadas nas práticas pedagógicas da escolas foi o que principalmente nos interessou. Por meio dessa microfísica da violência ‘da’ escola, podemos contemplar os variados lugares, espaços e tempos dessa coletividade e vemos emergir medos, inseguranças, conflitos e monólogos, que sem o um olhar atento do observador pode passar despercebido ou disfarçado em discursos comoventes de cidadania, como já foi dito acima.

No espaço tempo da escola reconhecemos os pontos de fuga, os atravessamentos e os deslocamentos em que se captura e se compreende o que nos passa, nos acontece, como afirmou Larrosa (2002), assim como reconhecemos as marcas e as tatuagens biopolíticas (Agamben, 2004) que nos foram impressas pelo poder soberano, gerado por um “estado de exceção em cujos termos alguns não têm oportunidade de conhecer o que é a escola e para que ela serve: tudo isso me levar a pensar sobre a necessidade de uma gestão do cuidado nos espaços educativos - uma gestão que disponha de uma olhar que tece-junto com a escola sua multiplicidade, sua arquitetura, seus rastros, possibilidades e impossibilidades” (Soares Miguel; Lima, 2010: 27).

Como resultado, pudemos sintetizar alguns elementos que nos ajudaram a compreender um pouco melhor o que se passa hoje nas escolas curitibanas. Esses elementos que tentamos mostrar no decorrer desse trabalho são: as relações entre os sujeitos e o sentimento de insegurança. Reconhecemos que é uma pesquisa ainda incipiente, mas esse micro-olhar abre

muitas possibilidades de desenvolver e buscar projetos concretos para continuar compreendendo o que é e as marcas que podem produzir as violências da escola. Usamos, aqui, o plural de propósito, porque não se trata de uma violência, mas de várias modalidades que ela assume dependendo do corpo em que ela incide.

Relações entre alunos e alunos, alunos professores, alunas e alunas

Dos cento e cinquenta alunos entrevistados, 80% afirmam não ter problemas de relacionamentos com os colegas. A porcentagem diminui em relação aos professores e aos diretores. Um dado que chama a atenção são as brigas entre meninas. A violência que até então era mais frequente entre meninos, agora toma outra dimensão: “Já senti medo, porque tem umas meninas daqui que me encaram, talvez pelo meu jeito de vestir ou de agir, e para elas o único modo de isso mudar é brigando, mais eu não sou assim, fico na minha”; “As meninas estão presentes também nas brigas por espaços de poder”; “mulheres, uma quer um domínio maior que a outra”. Há conflitos por questões banais: “Já assisti de camarote várias brigas entre alunas que resolviam bater umas nas outras só porque, por opinião própria, achavam a outra metida demais ou coisa do tipo”.

Nas escolas, há certa ambiguidade na relação dos alunos com a escola. Há quem goste e há quem descreva a relação da seguinte forma: “Eu, desde pequena, tenho traumas de escolas; é como se eu estivesse numa cadeia e, ainda é, ... uma coisa que me faz ir mal na escola são os gritos de professores. Eu ouço alguns e me sinto com medo”. Outra assim se expressa: “A escola é como cadeia e os professores são os carcereiros e os alunos são os outros presos. Se imagine na cadeia e perceba como eu me sinto” (alunas da 7ª série).

Para os alunos, a escola é um espaço de socialização, onde constroem vínculos entre si. A maioria afirma ter um relacionamento com os colegas muito bom ou bom, apenas dois regular. A pedagoga disse que, na sua opinião, um elemento fundamental para superar a violência é a questão do vínculo.

Segundo Abramovay e Rua (2002), quando os alunos afirmam não gostar dos seus pares, eles estão estabelecendo clivagens e linhas demarcatórias que os separam dos seus equivalentes. Essa clivagem pode gerar agressividade e incivilidade, e até mesmo violência.

Debarbieux e Blaya (2002: 83) sustentam que “há violência na instituição escolar quando, em seu interior, algumas pessoas são acoçadas, maltratadas ou socialmente excluídas, física, psicologicamente ou moralmente”. Nesse sentido, podemos dizer que há violências nas escolas e que qualquer forma de maltrato, ainda que seja em forma de brincadeira, se caracteriza como violência.

Sentimentos de insegurança frente à violência da escola

Aos falar de sentimentos, a principal palavra ou a mais repetida pelos alunos é tristeza. Muitos admitem sentir tristeza diante da violência. Percebemos que esse sentimento, é carregado de outros sentidos como impotência, revolta, desânimo e doença. Outros sentimentos que aparecem são “pena”, “medo”, “dó”, “insegurança”, “raiva” e “ódio”.

Na fala deles, consideram a escola lugar seguro, mas percebemos um sentimento de insegurança. Eles alegam que, muitas vezes, têm medo da rua e do caminho para a escola: “A escola é mais segura que a rua, não há porque ter medo”; “Aqui é um lugar seguro e de muitos amigos”; “Sinto insegurança no caminho da escola”.

Quando o assunto é policiamento na escola, os alunos divergem nas opiniões. Alguns são a favor da presença da polícia, porque evitaria roubo, brigas mais agressiva; outros dizem que a polícia é folgada e que sua presença, em vez de ajudar, acaba incitando mais violência. Já houve caso em que um policial encostou um aluno na parede só porque ele chegou atrasado. Nesse tempo, os policiais da patrulha escolar organizavam a fila de entrada para as salas (relato de uma professora). Houve revolta entre todos e, hoje, não há mais polícia dentro da escola. Os alunos assim se expressam:

“A polícia ajuda, mas nem tanto, pois as brigas ainda acontecem mesmo com a polícia presente...
 é bom e ruim, pois eu não confio muito nos policiais ...
 pode trazer medo ...
 é bom para combater a violência ...
 Sinto-me mais segura quando a polícia visita a escola. Percebo que eles também se importam conosco...
 o bom é a segurança e o ruim é falta de liberdade dos alunos.
 Traz segurança, mas depende da situação e do policial ...
 Uma coisa boa e ruim, eles podem proteger, mas são muito folgados, nisso os alunos não gostam e gera mais violência...
 é muito bom porque evitam a violência... serve para tentar reprimir a violência”.
 (alunos da 7ª série e do Ensino Médio).

Esse sentimento de insegurança precisa ser considerado e interpretado como uma categoria que favorece a compreensão da violência nas escolas.

Conclusões

Embora de maneira breve e com o intuito de abrir perspectivas de reflexões sobre a temática da violência nas escolas, pudemos partilhar algumas reflexões, representações, discursos e relatos fornecidos por nossos interlocutores. Alguns aspectos já se apresentam como contribuição ao que está posto sobre o tema por diversos pesquisadores da área. No âmbito educacional, não há dúvidas de que a violência escolar pode se tornar um óbice para os processos educativos, se não for considerada com a devida atenção que o assunto demanda.

O estudo da violência ‘da’ escola apresentou-se, durante a pesquisa exploratória, como uma forma de escapar do que está sendo dito e propor outro olhar sobre a microfísica da violência da escola, que poderá agregar elementos para o debate, sobretudo quando esse olhar leva em conta o conceito de biopolítica, pouco explorado nas análises dos processos educativos submetidos à violência ‘da’ escola. São muitas as variáveis que se imbricam nesse contexto e que podem deslizar entre as brechas e fissuras e iluminar novas perspectivas de interpretação e compreensão.

Uma dessas brechas é, por exemplo, poder repensar o impacto da violência sobre as vivências e experiências que se dão no processo educativo. Rever esses conceitos, sobretudo o de experiência, faz com que percebamos que a violência da escola é capaz de produzir uma não-experiência, fazendo da escola um não-lugar, com espaços ocupados por dispositivos e tecnologias de poder institucionalizadas, que marginalizam os protagonistas desse contexto.

O medo, o sentimento de insegurança, as relações interpessoais fragmentadas, o distanciamento da família como parceira da escola, como foram apresentados aqui, esfacelam e pulverizam as vivências e as experiências. Os grupos que se originam desse quadro tentam criar condições de sobrevivência, fechando-se a outras possibilidades de experiências. Esse quadro apresenta-se como um obstáculo a ser enfrentado no processo de reflexão.

A experiência entendida como o que nos passa, o que nos acontece e nos transforma intelectual, social, política e culturalmente em nossas subjetividades tem o direito de ser preservada em tudo que a escola faz e diz. Dessa forma, talvez seja possível repensar a violência ‘da’ escola, muitas vezes mascarada nos discursos de cidadania e nos projetos político-pedagógicos.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Miriam (Coord.) (2005). *Cotidiano das escolas: entre violências*. Brasília: UNESCO, Observatório de Violências nas Escolas, Ministério da Educação.
- ABRAMOVAY, Miriam et al. (2002) *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina*. Brasília, DF: UNESCO; Cortez.
- ABRAMOVAY, Miriam; UNESCO OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS (2003). *Escola e violência*. 2. ed. Brasília: UNESCO.
- ADORNO, Sergio (1994). Violência: um retrato em branco e preto. In: GROSBAAUM, E., ALVES, M. L. e MARTINS, A. M. (Orgs.). *Violência, um retrato em branco e preto*. São Paulo: FDE. Diretoria Técnica, (21), p.17- 26.
- AGAMBEN, Giorgio (2001). *Infanzia e storia: distruzione dell’esperienza e origine della storia*. Turino: Einaudi.
- AGAMBEN, Giorgio (2002). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- AGAMBEN, Giorgio (2004). *Não à tatuagem biopolítica*. Orientação Psicológica Online. França. Especial para o Le Monde, 18 jan., publicado em <http://orientacaopsicologica.com/2010/04/07/agamben-e-a-biopolitica/>. Acesso em 30 mai. 2011.
- AGAMBEN, Giorgio (2005). *Homo sacer: Il potere sovrano e la nuda vita*. Turino: Einaudi.
- AGAMBEN, Giorgio (2008). *Infância e história*. Destrução da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BOURDIEU, Pierre (2009). *O poder simbólico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CHARLOT, Bernard (2000). *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed.
- CHARLOT, Bernard (2002). A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*.4(8), 432-443.
- DEBARBIEUX, Éric et al. (2003). *Desafios e alternativas: violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, UNDP.
- DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine (Orgs.) (2002). *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília: UNESCO.
- FOUCAULT, Michel (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

- FOUCAULT, Michel (2007). *Nascimento de la biopolítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- FOUCAULT, Michel (2008). *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes.
- KAFKA, Franz (1926). *O Castelo*. 2. ed. Portugal: Publicações Europa-América.
- LARROSA, Jorge (2002). Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, (19), 20-28.
- LOPES NETO, Aramis e SAAVEDRA, Lucia Helena (2003). *Diga não para o bullying - programa de redução de comportamento agressivo entre estudantes*. Rio de Janeiro/RJ: ABRAPIA e PETROBRAS.
- OLIVEIRA, Adalgisa A. (2005). *A percepção do aluno sobre seu curso de Ensino Médio*. Estudo de caso de uma escola da rede estadual de São Paulo. 182f. Dissertação (Mestrado). UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE.
- SOARES MIGUEL, Denise; LIMA, Patrícia de Moraes (Orgs.) (2010). *Violências em (Com) Textos: Olhares*. Florianópolis/SC: UDESC.
- SPOSITO, Marília Pontes. A instituição escolar e a violência. In: *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*. Disponível em <http://www.eliasbitencourt.com/psi/sposito.pdf>. Acesso em 10 mar. 2011.

O CIBERESPAÇO COMO AMBIENTE DE INTERAÇÃO HIPERTEXTUAL

Tanisse Paes Bóvio Barcelos Cortes
Mestranda em Cognição e Linguagem – UENF
E-mail: tanisseboviorp@gmail.com

Ruana da Silva Maciel
Mestranda em Cognição e Linguagem – UENF
E-mail: ruanamcl@gmail.com

Milena Ferreira Hygino Nunes
Mestranda em Cognição e Linguagem – UENF
E-mail: milena.hygino@gmail.com

Prof. Carlos Henrique Medeiros de Souza
Doutor em Comunicação pela UFRJ. Professor e coordenador do Programa
de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Cognição e Linguagem da UENF
E-mail: chmsouza@uenf.br

RESUMO

A proposta deste trabalho é fazer uma reflexão sobre o Ciberespaço para compreendê-lo como um ambiente de interação hipertextual, levando-se em consideração o “novo leitor-usuário” da Internet, com seus hábitos de leitura, dificuldades e/ou facilidades nesse meio. A partir desse contexto, percorrem-se definições fundamentais para considerar o Ciberespaço como espaço real/território, fazendo-se ponderações a respeito de termos como virtualização, hipertexto, territorialização e desterritorialização, entre outros.

Este artigo assume, ainda, o objetivo de contribuir com as discussões acadêmicas e sociais - inclusive sobre a cultura impressa *versus* a eletrônica -, em meio a tantas transformações no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: ciberespaço, hipertexto, virtualização.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to make a reflection on the Cyberspace in order to understand it as an hypertextual interaction environment, considering the "new Internet reader-user", with their reading habits, difficulties and eases in this place. From this context on, fundamental definitions are covered to consider the Cyberspace as real place/territory for thinking over terms such as virtualization, hypertext, territorialization and desterritorialization, among others.

This article also intends to contribute to academic and social discussions - including the ones about the in print culture *versus* the eletronic one - in the midst of so many changes in the contemporary world.

Keywords: cyberspace, hypertext, virtualization.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir das novas tecnologias, o Ciberespaço vem sendo objeto de análise em diversas vertentes. Por isso, com o desenvolvimento do artigo, propõe-se analisar como ocorre a interação nesse novo ambiente – o Ciberespaço –, sob a hipótese da hipertextualidade. Nessa perspectiva, haverá a consideração de espaço/território, virtualização, Ciberespaço e hipertexto com suporte teórico para fundamentar a abordagem.

A pertinência da pesquisa compreende o entendimento de que a sociedade como organismo/sistema¹ está em constante retroalimentação/desenvolvimento e as análises dessas mudanças, desde as mais singelas até as aprofundadas, contribuem de certa forma para impulsionar e/ou tentar explicar essas transformações do mundo contemporâneo, enriquecendo as discussões acadêmicas e sociais.

Com o objetivo de entender melhor também o novo leitor do Ciberespaço e suas impressões sobre este ambiente de interação hipertextual, desenvolveu-se uma pesquisa com um grupo de estudantes universitários do curso de Jornalismo do Centro Universitário Fluminense – UNIFLU/FAFIC. Por meio das respostas dos questionários (Apêndice I), traçamos um perfil do novo leitor do Ciberespaço, analisando seus hábitos de leitura, preferências, etc. e o que as novas tecnologias potencializam e propiciam a esse leitor.

Para fundamentar a discussão, percorrem-se conceitos principais sobre território, espaço e ciber, tecendo ligações do espaço virtual como ambiente; virtualização e Ciberespaço, com esclarecimento do entendimento condizente ao termo virtual; hipertexto, para analisar a interação no Ciberespaço, abrindo discussão para a precedência do hipertexto antes das mídias eletrônicas.

ESPAÇO, TERRITÓRIO E O CIBER

Vários teóricos, ao longo da história, tentaram definir o termo espaço. Uma das primeiras tentativas foi a do filósofo Aristóteles que definiu o espaço como a

¹ Herbert Spencer (filósofo inglês), no século XIX, parte da definição de sociedade como um organismo. Por analogia, destaca, então, processos de crescimento, expressos através de diferenciações estruturais e funcionais. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/herbert-spencer.jhtm>

inexistência do vazio, concebendo-o como lugar, ou seja, a posição de um corpo entre os outros corpos².

Dentre várias definições, a que mais se aproxima da abordagem que se propõe fazer é a de Alves (2005), na qual espaço “é produto das relações entre os homens e dos homens com a natureza, e ao mesmo tempo é fator que interfere nas mesmas relações que o constituíram. O espaço é, então, a materialização das relações existentes entre os homens na sociedade”.

Essa observação dos elementos do espaço valoriza ainda mais a ponderação do Ciberespaço como espaço. Souza e Costa (2006) elucidam que o Ciberespaço é um espaço, levando em consideração as suas características de ambiente que tem a capacidade de interferir na produção e reprodução da cultura e que, portanto, sendo espaço, é também lugar. Em discussões posteriores, esse assunto será aprofundado.

Segundo Haesbaert (2004, p.40) a definição de território é polissêmica. Apesar dos vários enfoques e abordagens que faz sobre o termo território, o autor sinaliza três vertentes básicas pelos aspectos: político – o território é definido por espaço delimitado e controlado, no qual se exerce um determinado poder, sobretudo o poder político do Estado; cultural – em que é visto como o produto da apropriação de um grupo em relação ao seu espaço (prioriza a dimensão simbólica/subjetiva, a relação de pertencimento, “identidade social sobre o espaço”); e econômico – enfatiza a “dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho, por exemplo”.

Para desenvolver a noção de território, utiliza-se também a definição de Lemos (2005) que estabelece a “ideia de controle sobre fronteiras que podem ser físicas, sociais, simbólicas, culturais, subjetivas” e que, portanto, todo espaço, seja ele físico ou simbólico, apropriado por forças políticas, econômicas, culturais ou subjetivas é caracterizado como território.

Com isso, pode-se considerar que o Ciberespaço constitui-se como um território, já que é tomado por regras, normas, etiquetas, crimes, uma cultura particular – a Cibercultura³. De acordo com o que exemplifica Poster (*apud* ROSA, 2001), ao comparar a Internet (Ciberespaço) com o território da Alemanha, nascer ou viver na

² Mais informações em: <http://www.filoinfo.bem-vindo.net/filosofia/modules/lexico/entry.php?entryID=660>. Acesso em: 18 set. 2011.

³ Nova cultura que se produz no ciberespaço. (SOUZA e COSTA, 2006).

Alemanha faz do indivíduo um alemão pelas influências deste lugar. O mesmo ocorre com o convívio na Internet, onde os “internautas”, no ambiente do Ciberespaço, convivem com as regras, normas, etiquetas, hábitos, costumes instaurados, e são constituídos pela cultura desse espaço⁴.

Nessa perspectiva, já se admite o Ciberespaço como um ambiente que caracteriza espaço real, território que assume ou é assumido por uma nova cultura, que antes da informatização não era conhecida. Começando a adentrar esse mundo virtual, sugere-se iniciar o entendimento pelo prefixo ciber.

O prefixo ciber vem do inglês *cyber*, originário da palavra grega *kubernâo*, que significa governar (a partir deste derivam termos como *gouvernail* - leme, governo, etc.). A palavra cibernética (*cybernetics*) surgiu, no meio científico e técnico, em 1939, quando Norbert Wiener utilizou o termo para intitular o seu livro: "Cibernética: Teoria geral do comando e da comunicação no animal e na máquina." (ZARTARIAN e NÖEL, 2002, p.8). Ainda segundo os autores, o termo passou a designar qualquer sistema mecânico que simule os comportamentos complexos dos seres vivos: robôs (ou ciborgues, como lhes chamaram certos autores de ficção científica), programas informáticos “inteligentes” capazes, por exemplo, de autoaprendizagem ou de adaptação, etc.

Nesse contexto, surgiu o termo Ciberespaço, de autoria do escritor de ficção científica William Gibson, em 1984, no livro “Neuromancer” e, posteriormente, acrescentaram-lhe uma série de termos derivados: ciber mundo, ciber sociedade, cibercultura, cibereconomia, cibercafé, ciberbulling, dentre outros.

Retoma-se, então, que a “raiz ciber faz referência a universos virtuais, que principiaram, obviamente, por serem concebidos pelo homem, mas que ultimamente são gerados por máquinas, evoluindo com ou sem interação com os humanos.” (ZARTARIAN e NÖEL, 2002, p.9).

Após a elucidação de termos que auxiliam na compreensão mais apurada do conceito de Ciberespaço, prossegue-se para o ambiente virtual.

A VIRTUALIZAÇÃO E O CIBERESPAÇO

⁴ Exemplo também utilizado por Souza e Costa, 2005.

Lévy (1996, p.16) define que o virtual é como complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização.

Sendo assim, “o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes”. E continua ponderando que “o real assemelha-se ao possível; em troca, o atual em nada se assemelha ao virtual: responde-lhe”. Pode-se concluir que é um processo cíclico como afirma o teórico: “A atualização ia de um problema a uma solução. A virtualização passa de uma solução dada a um (outro) problema.” (LÉVY, 1996, pp.15, 17, 18).

O teórico ressalta a diferença entre a realização (ocorrência de um estado pré-definido) e a atualização (invenção de uma solução exigida por um complexo problemático) e que o virtual é tomado como maneira de ser, mas a virtualização como dinâmica. Nesse recorte, chega-se ao entendimento de que a virtualização é um processo em que um acontecimento, um objeto ou uma entidade passa a estar em potencial, latente e será real, apesar de já existir, enquanto possibilidade, com a atualização – resolução do problema.

Segundo Pierre Lévy (1999, pp.53, 88) “o virtual não ‘substitui’ o ‘real’, ele multiplica as oportunidades para atualizá-lo”, é a releitura, a atualização de algo que existe concretamente. Por exemplo, quando se edita um texto fisicamente gravado no HD (*Hard Disk*) do computador, quem edita está sempre saindo do totalmente virtual para o físico para não perder as informações. E mesmo que não se tenha gravado o documento nessa memória virtual – HD – há a memória temporária, onde pode, com alguma sorte, ser recuperado o arquivo da inexistência concreta.

Nesse contexto, os lugares ainda existem, apenas se apresentam de forma atualizada, em ícones que muitas vezes mascaram até mesmo a existência de um lugar-origem que, nesse mundo virtual, pode ser um lugar-físico (*hardware*) ou um lugar-linguagem (*software*). Assume-se que o concreto ainda é condição fundamental da existência e da própria virtualização. Virtual por virtual, a realidade é sempre uma virtualização do que está gravado em nossos cérebros. O mesmo acontece quando se está no Ciberespaço - há um suporte físico que o sustenta, reforçando a concepção desse ambiente como espaço, lugar “real” (SOUZA e COSTA, 2006).

Há uma metamorfose da realidade “real”, que já existia, para a virtual. A grande mudança está na noção de espaço-tempo, não presença, velocidade/interatividade. A partir da virtualização, não se pode mais dimensionar, mais propriamente no

Ciberespaço, alguma coordenada espaço-temporal. “O virtual existe sem estar presente.” Vive-se em outro momento, no qual se encoraja um estilo de interação quase independente dos lugares geográficos (telecomunicação, telepresença) e da coincidência dos tempos (comunicação assíncrona). Apesar de não ser uma novidade absoluta, pois já se tinha de alguma forma uma comunicação contínua, recíproca e a distância com a escrita, a gravação de som e imagem, o rádio, a televisão, o telefone e a carta, a Internet potencializou de uma forma única a comunicação⁵.

O mundo virtual, sustentado pelos aparatos tecnológicos, possibilita a existência do Ciberespaço. Afinal, o Ciberespaço, como fundamentam os autores Souza e Costa (2005), é a virtualização, a atualização em um lugar, de dados registrados em outro lugar, interconectados por redes, e que, por suas características técnicas de programação, permite a mediação da comunicação entre os seres humanos e com a própria cultura por eles produzida, principalmente, se considerar que os dados que aparecem na tela do computador, em um site, por exemplo, podem estar hospedados em um lugar físico do outro lado do mundo.

As definições de Lévy (1999, pp. 44, 49, 92) acrescentam que o Ciberespaço é um espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores, sendo como um único computador em que não é possível traçar seus limites e definir seu contorno, pois é um computador cujo centro está em toda parte e a circunferência em lugar algum, um computador hipertextual, disperso, vivo, fervilhante, inacabado. Além disso, suas particularidades técnicas permitem que os membros de um grupo humano (que podem ser tantos quantos se quiser) se coordenem, cooperem, alimentem e consultem uma memória comum, e isto quase em tempo real, apesar da distribuição geográfica e da diferença de horários.

No entanto, pode-se afirmar que nem tudo que é virtual é Ciberespaço. Com o apoio de Rosa (2001) a consideração a se fazer é que existe diferença entre *off-line* e *on-line*. A primeira condição compreende as operações feitas com a máquina que está automatizada para responder mecanicamente aos comandos enviados – o que corresponde pela utilização operacional do computador pelo ser humano. Já a condição *on-line* pressupõe a relação, a sociabilidade, a interatividade, a existência de um lugar para se entrar e sair – neste caso está inserido o Ciberespaço.

⁵ LÉVY, 1999. pp.48, 49.

Outro ponto que deve ser esclarecido é a compreensão de Internet. A Internet⁶ pode ser entendida por dois enfoques diferentes: como recurso tecnológico que interliga computadores, sistema de comunicação (fios, cabos, fibra ótica, *wireless*) e como espaço, ambiente de comunicação/interação – Ciberespaço. Ressalta-se, ainda, que atualmente a Internet, a troca de informações está presente em diversos aparelhos. Antes o computador tinha um único formato conhecido. Agora, seus componentes informáticos (captadores, memórias, processadores, etc.) podem ser achados em outros “mecanismos”: cartões eletrônicos, distribuidores automáticos, robôs, aparelhos eletrodomésticos, scanner, fax, câmeras de vídeos, telefones, rádios, televisões, etc., ou seja, onde a informação digital seja automaticamente processada. (LÉVY, 1996, p.47).

O HIPERTEXTO E AS SUAS POTENCIALIDADES

Conforme classifica Lévy (1996, pp.37, 40) “um hipertexto é uma matriz de textos potenciais (...) que hierarquiza e seleciona áreas de sentido, tece ligações entre essas zonas, conecta o texto a outros documentos”, sendo constituído por nós (os elementos de informação, parágrafo, páginas, imagens, sequências musicais, etc.) e por *links* entre esses nós, referências, notas, ponteiros, “botões” indicando a passagem de um nó a outro (LÉVY, 1999, p.56).

Se ler consiste em selecionar, em esquematizar, em construir uma rede de remissões internas ao texto, em associar a outros dados, em integrar as palavras e as imagens a uma memória pessoal em reconstrução permanente, então os dispositivos hipertextuais constituem de fato uma espécie de objetivação, de exteriorização, de virtualização dos processos de leitura (LÉVY, 1996, p.43).

E também de desterritorialização, porque um texto, nas redes digitais, não tem fronteiras nítidas, não há fixidez. O hipertexto agrega estruturas acumulativas, agregativas e suplementares, sai do centro da informação para agregar sentido e atualizar. E esse “processo” de esclarecimento territorializa um significado.

Lévy (1996) considera o hipertexto tanto como objeto (notas de rodapé, *links*, som, imagem, infográficos, tabelas, etc.) quanto modo de leitura (leitura não-linear/salteada, *links* mnemônicos feitos através das associações do leitor, entre outros) e ressalta que o suporte digital o potencializou.

⁶ Criada em 1970, constituía um grupo de computadores conectados entre si. Tim Berners-Lee, em 1989, com a criação da WWW – World Wide Web – deu um passo importante para facilitar a navegação com apenas um clique. A Internet só chegou no Brasil em 1993 (ALTMAN, 2004).

É muito importante refletir sobre essa consideração de Lévy: o hipertexto não é um dispositivo criado na era tecnológica, com o advento da Internet. Como explica Jean Clément (2003), ele existe desde quando se passou a considerar a intertextualidade, depois de um período de inspiração estruturalista (que considerava o texto como objeto fechado e portador da totalidade de seu sentido), ainda na era analógica, por meio de notas de rodapé, da memória, etc. Porque, num texto, há sempre conexão entre as partes, uma remissão a outro texto, ou seja, há sempre um hipertexto, explícito - por meio de *hyperlinks*, de referências - ou implícito. Mas deve-se admitir que o suporte digital otimiza o seu uso.

Germinante, ramificante, bifurcante, rizoma dinâmico que exprime um saber plural em construção, acolhendo a memória múltipla e multiplamente interpretada de um coletivo, permitindo navegações em sentidos transversais, o hipertexto só desdobra todas as suas qualidades quando imerso no ciberespaço (LÉVY, 1999, p.103).

Babo complementa:

Em ambiente hipertextual, a leitura deslineariza-se inevitavelmente porque se perde a sequência das páginas, porque se ativam muitas janelas, porque se esfuma a dimensão de totalidade física do livro e de totalidade de sentido da obra. A leitura deixa de ser um ato passivo para passar a ser um ato de decisão e como tal decisivo (BABO, 2004, p.109).

Nessa abordagem, o hipertexto digital é uma “coleção de informações multimodais disposta em rede para a navegação rápida e ‘intuitiva’” (ibid. p.44). Destaca-se o trecho:

O suporte digital permite novos tipos de leituras (e escritas) coletivas. Enfim, os leitores podem não apenas modificar as ligações, mas igualmente acrescentar ou modificar nós (textos, imagens, etc.), conectar um hiperdocumento a outro e fazer assim de dois hipertextos separados um único documento, ou traçar ligações hipertextuais entre uma série de documentos (LÉVY, 1996, pp. 43, 45, 46).

Sendo assim, o Ciberespaço pode perfeitamente ser associado ao hipertexto, por sua característica agregativa, interativa, no qual se pode interagir de uma maneira diferenciada, seguindo caminhos já determinados pelos *links*, que sugerem uma navegação orientada, ou criando novos *links*, perfazendo o caminho por suas escolhas, seus acréscimos à leitura que se faz. “Os hipertextos servem para interromper o fluxo de leitura através de redes remissivas interligadas, os *links*, e para conduzir o leitor a um vertiginoso delírio de possibilidades” (VILLAÇA, 2002, p.107).

Além de conter vários hipertextos, o Ciberespaço pode ser caracterizado como um “mega” hipertexto, numa escala gigante. O ambiente torna disponível um dispositivo de comunicação original, pois ele permite que várias pessoas construam de

forma progressiva e cooperativa um contexto comum. Por essa nova modalidade de interação em que as informações estão interligadas em remissões múltiplas, ‘nós’ em rede, concretiza-se o Ciberespaço como um espaço hipertextual.

A seguir, conheceremos um pouco do leitor que, no Ciberespaço, torna-se um *dândi*, um *flâneur*, que perambula, navega na leitura orientada hipertextualmente. “O leitor da leitura na Internet encarna o papel do detetive auditivo que lê as pistas do hipertexto, que segue as linhas e que estabelece uma ligação plausível entre os vários segmentos do texto” (VILLAÇA, 2002, p.109).

O NOVO LEITOR NO CIBERESPAÇO

A pesquisa de campo⁷, realizada com 37 alunos do 5º período do curso de Jornalismo do Centro Universitário Fluminense – UNIFLU/FAFIC, constituiu-se de 29 respondentes do sexo feminino e 8 do masculino, sendo mais da metade (19 alunos) com até 25 anos de idade. Os demais se dividiram entre 26 a 35 – 8 alunos, 36 a 45 – 6 alunos, e com mais de 45 anos – 4 alunos. Dentre todos, apenas 4 já possuem uma graduação.

É importante destacar a faixa etária predominante dos respondentes do questionário, porque não se pode ignorar a maior facilidade que os adolescentes e jovens têm em utilizar as ferramentas disponíveis no Ciberespaço. Essa condição favorável reflete nos resultados da pesquisa. Por exemplo: mais de 70% responderam não ter dificuldade em ler textos na Internet. Este e outros pontos serão abordados detalhadamente a seguir.

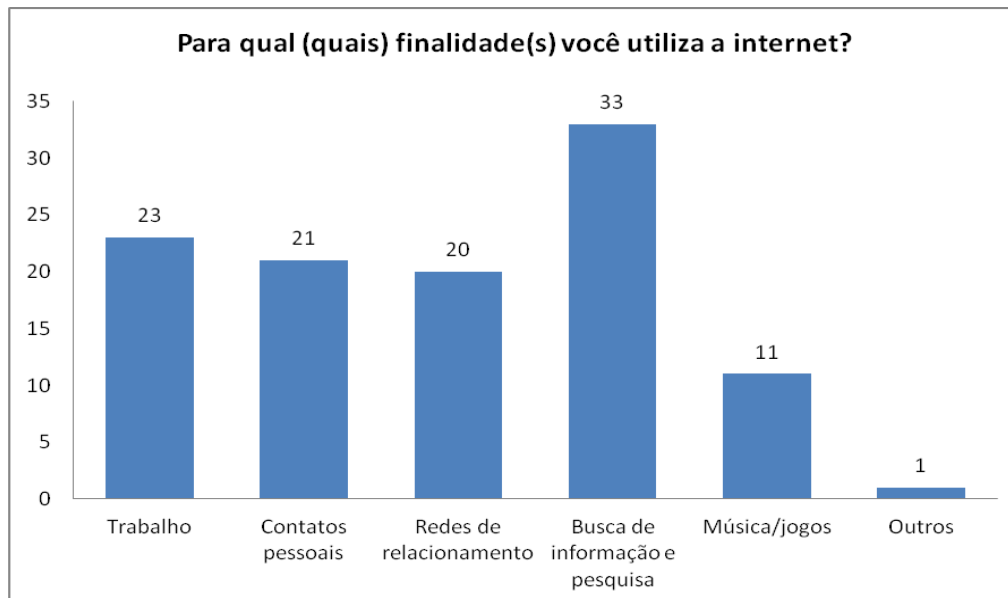
Em relação à frequência do uso da Internet, mais da metade (54,1%) responderam “todos os dias”, o que comprova a importância do Ciberespaço na vida dos respondentes, a maioria deles jovens – provavelmente por isso, tem-se esse índice. Se a pesquisa fosse com um grupo de pessoas mais velhas, a Internet talvez não seria tão acessível assim.

No Gráfico 1 (página posterior), quanto à finalidade da utilização da Internet, 89,2% (33 respondentes) disseram fazê-lo para buscar informação e pesquisa, opção previsível de um grupo majoritariamente de jovens universitários. Esse resultado confirma a citação de Zilberman, que afirma que, com a Internet, “barateiam-se os custos de acesso ao conhecimento e cultura, complementando-se o trabalho da escola,

⁷ Como não foi possível, por falta de espaço, colocar todos os gráficos da pesquisa no artigo, apresentam-se todos os dados tabulados na tabela I (Apêndice II).

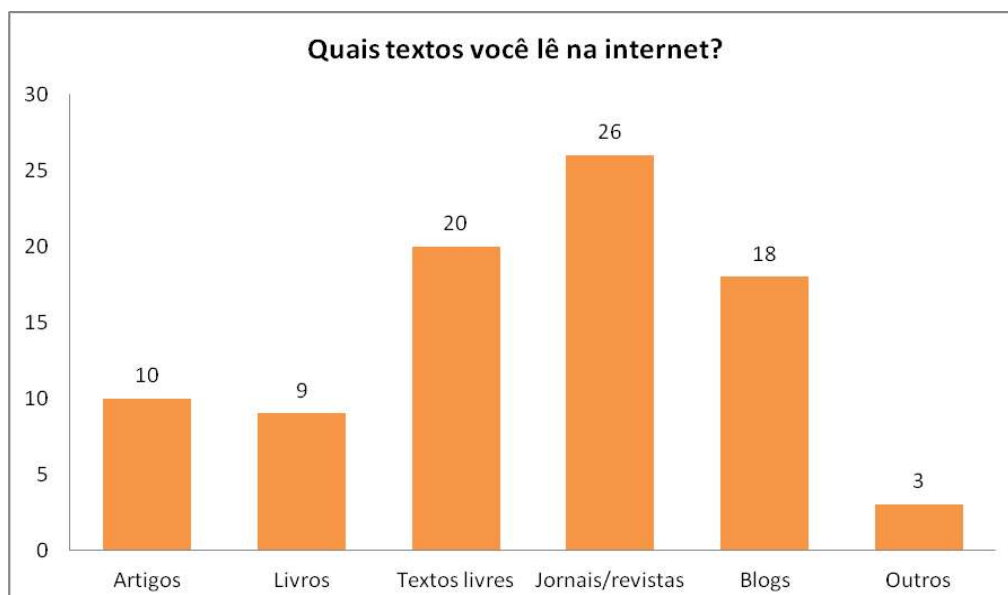
quando não fazendo às vezes desta” (ZILBERMAN, 2001, p.116). Em segundo lugar, com 62,2% (23 respondentes), ficou a opção “trabalho”. Em seguida, quase empatados, “contatos pessoais” e “redes de relacionamento”, com 21 e 20 respondentes, respectivamente. Vê-se, mais uma vez, uma característica típica do perfil jovem.

Gráfico 1: Sobre o uso da Internet. Referente à pergunta 2.1 do questionário (Apêndice I).



Outra parte do questionário foi dedicada aos hábitos de leitura dos pesquisados. Os resultados apresentam uma procura maior por textos rápidos, como “jornais e revistas” (70,3%), seguidos de “textos livres” (54,1%) e “blogs” (48,6%), como mostra o Gráfico 2.

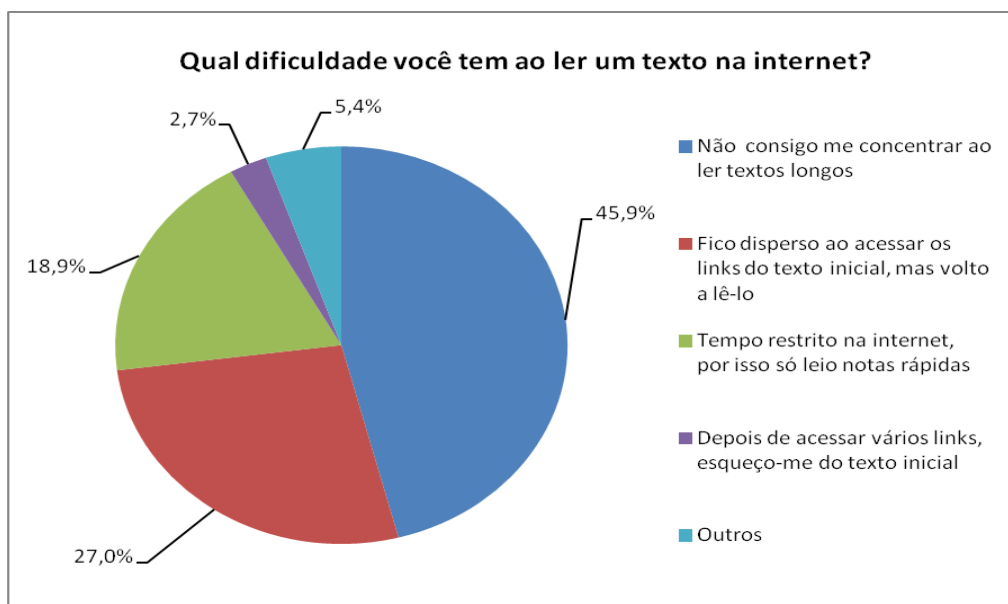
Gráfico 2: Sobre hábitos de leitura na Internet. Referente à pergunta 3.1 do questionário (Apêndice I).



Como informado anteriormente, 70,3%, ou seja, 26 dos 37 respondentes, disseram que não têm dificuldades em ler textos na Internet. É um número expressivo, que mostra a ambientação das pessoas com o Ciberespaço, mas que também é influenciado pela faixa etária dos respondentes, jovens, que geralmente têm maior facilidade de acesso à Internet, que, infelizmente, não é acessível a todos.

As dificuldades em ler textos na Internet são, principalmente, a de “concentração em ler textos longos” (45,9%), seguida da “dispersão ao acessar links do texto inicial” (27%). Ambas as opções, que juntas totalizam mais de 70% das dificuldades, são características de um ambiente hipertextual, como é o Ciberespaço. A concentração é difícil nesse meio justamente por haver muitos *links*, muitas opções de leitura, de entretenimento, enfim, de dispersão.

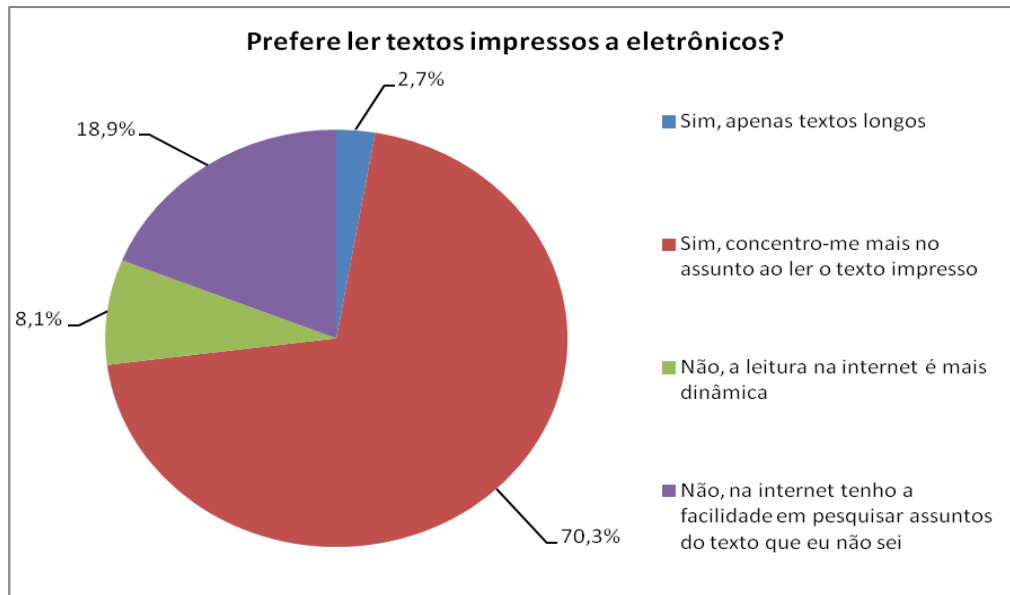
Gráfico 3: Sobre dificuldades de leitura na Internet. Referente à pergunta 3.3 do quest. (Apêndice I).



A última pergunta do questionário, sobre a preferência entre textos impressos e eletrônicos, comprova a grande dificuldade em lidar com um ambiente hipertextual. Assim, 70,3% (26) dos respondentes preferem textos impressos, por conseguirem se concentrar mais no assunto. Coincidentemente, é a mesma porcentagem dos que responderam que não têm dificuldade em ler texto na Internet. Esse possível paradoxo pode ser explicado como uma atitude imediatista dos respondentes em dizer que não têm dificuldades em ler textos na Internet, porque acreditam estar ambientados no Ciberespaço. Mas, ao final, acabam admitindo que preferem textos impressos, por uma

dificuldade típica em um ambiente hipertextual: a concentração, por causa da dispersão que a Internet proporciona.

Gráfico 4: Sobre preferência de leitura. Referente à pergunta 3.4 do questionário (Apêndice I).



A partir destes dados pode-se confirmar que o leitor que passa por esse processo de mudança, em que há uma inserção cada vez maior no Ciberespaço, está ainda enraizado aos modelos “tradicionais” de fazer leitura, por meio do livro impresso. Não se pode negar que “a instantaneidade de exibição dos textos abre caminho para novas possibilidades” (CLÉMENT, 2004, p.34). Mas é preciso pensar que “a interatividade proporcionada pela tecnologia é uma das questões mais exploradas, o que supõe um leitor de nível privilegiado em termos de conhecimento e criatividade. O perigo é que, em se tratando de um infoleitor, as possibilidades do hipertexto se percam” (VILLAÇA, 2002, p.111).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desdobramento de várias questões, pode-se considerar que o Ciberespaço é um ambiente de interação que constituiu um espaço/território real, sendo assumido como a atualização do nosso espaço. Esse novo ambiente, distinto por suas características particulares, exige um comportamento diferente, uma nova cultura, conhecida como cibercultura.

É importante lembrar que não se deve contrapor a cultura impressa da eletrônica, como algumas pessoas tentam fazer. Porque não haverá, ao menos por enquanto, a

substituição de uma à de outra que se apóia nas ferramentas do Ciberespaço. Elas se coadunam: “o produto virtual depende do tradicional” (VILLAÇA, 2002, p.101).

Nessa abordagem, percorreram-se os conceitos de virtualização, assumindo que o virtual não ‘substitui’ o ‘real’, e sim multiplica as oportunidades para atualizá-lo. A diferenciação dos aspectos da Internet como recurso tecnológico e ambiente de interação trouxe a elucidação de que o Ciberespaço agrega uma nova fase para os componentes informáticos – a possibilidade de se conectar ao ambiente por diversos mecanismos (celular, televisão, eletrodomésticos, *palmtop*, *ipad*, etc.).

O Ciberespaço possibilita outras capacidades. Ao *cibernauta* é apresentada uma rede quase infinita de informações que podem ser utilizadas da maneira como preferir. Esse ambiente inventa uma nova interação, comunicação em tempo real, novas perspectivas de espaço-tempo (mutantes), velocidades qualitativamente novas, junção de várias mídias. É, de fato, um mundo vertiginoso de possibilidades, como bem define Villaça (2002).

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Fábio (Org.). **A arte da entrevista**. São Paulo:Boitempo, 2004. pp. 454-459
- ALVES, Glória da Anunciação. Cidade, Cotidiano e TV. In: CARLOS, A. F.(org.) A geografia na sala de aula. 1999. In: DUARTE, M. de B. (et all). **Reflexões sobre o espaço geográfico a partir da fenomenologia**. Revista eletrônica: Caminhos de Geografia, vol. 6, n.º 16. Artigo 17. pp. 190-196. Minas Gerais: Instituto de Geografia/UFU. 2005. Disponível em: www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/viewissue.php?id=43. Acesso em 17 set. 2011.
- BABO, Maria Augusta Babo. O hipertexto como nova forma de escrita. In: SÚSSEKIND, Flora (org.). **Historiografia literária e as técnicas da escrita: do manuscrito ao hipertexto**. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2004.
- CLÉMENT, Jean. Do livro ao texto: as implicações intelectuais da edição eletrônica. In: SÚSSEKIND, Flora (org.). **Historiografia literária e as técnicas da escrita: do manuscrito ao hipertexto**. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2004.
- ESPAÇO. **Vocabulário da Filosofia**. Disponível em: www.filoinfo.bem-vindo.net/filosofia/modules/lexico/entry.php?entryID=660. Acesso em: 18 set. 2011.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Disponível em: estelawilleman.multiply.com/journal/item/45/45. Acesso em 18 set. 2011.

LEMOS, A. **Ciberespaço e Tecnologias Móveis: Processos de Territorialização e Desterritorialização na Cibercultura**. 2005. (artigo) Disponível em: www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/territorio.pdf. Acesso em 31 jul. 2011.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **O que é o virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

ROSA, Jorge Martins. **Cibercultura “em construção”**. In: Revista de Comunicação e Linguagens, n.º 28 – “Tendências da Cultura Contemporânea”, Lisboa: Relógio d'Água, 2001. pp. 319-332. Disponível em: www.dedalusjmmr.net/artigos/academicos/ciberconst.html. Acesso em 18 set. 2011.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. **Comunicação e Novas Tecnologias**. Rio de Janeiro: FAFIC, 2003.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros, COSTA, Marco Aurélio Borges. **Abordagens Antropológicas e sociais no (não) lugar**. In: Revista Espaço Acadêmico. n.º 62. julho/2006. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/062/62souzacosta.htm. Acesso em 05 ago. 2011.

_____. **Fronteiras do Ciberespaço**. In: Revista Vértices. vol.7, n.º 1. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2005. pp.105-114.

SOUZA, E. A., Pedon, N. R. **Território e Identidade**. In: Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas – MS, vol.1, n.º 6, 2007. pp. 126-148.

SPENCER, Herbert. **Biografia. UOL Educação**. Disponível em: educacao.uol.com.br/biografias/herbert-spencer.jhtm. Acesso em: 10 set. 2011.

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO. **Normas para elaboração e apresentação de Trabalhos Acadêmicos** - Sistema de Bibliotecas “Jalmar Bowden” - Serviço de Referência - Baseado em normas vigentes da ABNT NBR 6023, 6027, 6028, 10520, 14724. 2002. Disponível em: www.metodista.br/biblioteca/abnt/abnt#referencias. Acesso em: 11.09.2011.

VILLAÇA, Nízia. **Impresso ou Eletrônico: Um trajeto de leitura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

ZARTARIAN, Vahé; NÖEL, Emile; **Cibermundos, Que Futuro?**. Porto: Editora Ambar, 2002, p. 8, 9 – Disponível em: intermezzo-weblog.blogspot.com/2005/04/o-que-ciber.html. Acesso em 21 set. 11.

ZILBERMAN, Regina. **Fim do livro, fim dos leitores**. São Paulo: Senac, 2001.

SITES CONSULTADOS

tercud.ulusofona.pt/geoforum/Ficheiros/23GeoForum.pdf - Acesso em 17 set. 11.

www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf- Acesso em 17 set. 11.

webcultura.com.br/web/?p=247 - Acesso em 18 set. 11.

www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/213/205 - Acesso em 18 set. 11.

www.edisonvaccari.pro.br/site/?p=ciberjus - Acesso em 18 set. 11.

aminhalindatase.blogspot.com/ - Acesso em 21 set. 11.

www.ebah.com.br/content/ABAAA0e8AA/reflexoes-sobre-geografia-a-partir-fenomenologia - Acesso em 21 set. 11.

APÊNDICE I

Questionário aplicado a um grupo de estudantes universitários do curso de Comunicação Social do Centro Universitário Fluminense para investigar o novo leitor no ambiente de Ciberespaço.

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Centro de Ciências do Homem – CCH

Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem – PPGCL

Campos dos Goytacazes, agosto de 2012.

Prezado(a) Aluno(a),

Este questionário faz parte da pesquisa sobre o Ciberespaço como ambiente de interação hipertextual, que tem o objetivo de investigar o leitor na Internet. Para tanto, solicitamos a sua colaboração com o preenchimento do questionário abaixo. Os dados do referido questionário serão utilizados como subsídio para o artigo intitulado “O Ciberespaço como Ambiente de Interação Hipertextual” desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem – CCH/UENF, a ser publicado no I Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades - CONINTER.

Sua colaboração é muito valiosa, uma vez que os resultados obtidos por meio deste estudo proporcionarão o entendimento do leitor na Internet. Vale ressaltar que as informações coletadas e tratadas serão consideradas confidenciais. Sendo assim, ao responder o presente questionário, você estará concordando com sua participação nesta pesquisa.

Desde já, agradecemos a atenção e colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos.

Tanisse Paes Bóvio Barcelos Cortes
Mestranda em Cognição e Linguagem – UENF
E-mail: tanisseboviorp@gmail.com

Ruana da Silva Maciel
Mestranda em Cognição e Linguagem – UENF
E-mail: ruanamcl@gmail.com

Milena Ferreira Hygino Nunes
Mestranda em Cognição e Linguagem – UENF
E-mail: milena.hygino@gmail.com

Prof. Carlos Henrique Medeiros de Souza
Doutor em Comunicação pela UFRJ. Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Cognição e Linguagem da UENF
E-mail: chmsouza@uenf.br <http://www.uenf.br/Uenf/Pages/CCH/Cognicao>

<http://www.uenf.br/Uenf/Pages/CCH/Cognicao>

Pesquisa realizada com recursos da FAPERJ.

Questionário

1 - Perfil do respondente

1.1 - Sexo:

- Masculino
 Feminino

1.2 - Faixa etária:

- 15 a 25 anos
 26 a 35 anos
 36 a 45 anos
 Acima de 45 anos

1.3 Possui outra graduação?

- Sim. Qual? _____
 Não

2 - Uso da Internet

2.1 - Para qual (quais) finalidade (s) você utiliza a Internet?

- Trabalho

- Contatos pessoais
- Redes de Relacionamento
- Busca de informação e pesquisa
- Música/jogos
- Outros: _____

2.2 - Quantas vezes por semana usa a Internet?

- Uma vez
- Duas vezes
- De três a quatro vezes
- De quatro a seis vezes
- Todos os dias

2.3 - Quantas horas por dia usa a Internet?

- De 1h a 2h
- De 2h a 4h
- De 4h a 6h
- De 6h a 8h
- Mais de 8h

3 - Hábitos de leitura

3.1 - Quais textos você lê na Internet?

- Artigos
- Livros
- Textos Livres
- Jornais/revistas
- Blogs
- Outros: _____

3.2 - Para você os textos publicados na Internet apresentam dificuldades para leitura?

- Sim
- Não

3.3 - Das dificuldades abaixo, qual você tem ao ler um texto na Internet?

- Não consigo me concentrar ao ler textos longos.
- Fico disperso ao acessar os links do texto inicial, mas volto a lê-lo.
- Tempo restrito na Internet, por isso só leio notas rápidas.
- Depois de acessar vários links, esqueço-me do texto inicial.

Outros: _____

3.4 - Prefere ler textos impressos a eletrônicos?

- Sim, apenas textos longos.
- Sim, me concentro mais no assunto ao ler o texto impresso.
- Não, a leitura na Internet é mais dinâmica.
- Não, na Internet tenho a facilidade em pesquisar assuntos do texto que eu não sei.

APÊNDICE II

Tabela I: Tabulação dos dados da pesquisa de campo

PERGUNTA / OPÇÃO	DADOS	
1- Perfil do Respondente		
1.1- SEXO:	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Masculino	8	21,6
Feminino	29	78,4
TOTAL	37	
1.2- FAIXA ETÁRIA:		
15 a 25 anos	19	51,4
26 a 35 anos	8	21,6
36 a 45 anos	6	16,2
Acima de 45 anos	4	10,8
TOTAL	37	
1.3- POSSUI OUTRA GRADUAÇÃO?		
Sim	4	10,8
Não	33	89,2
TOTAL	37	
2- Uso da Internet		
2.1- PARA QUAL(QUAIS) FINALIDADE(S) VOCÊ UTILIZA A INTERNET?		
Trabalho	23	62,2
Contatos pessoais	21	56,8
Redes de relacionamento	20	54,1
Busca de informação e pesquisa	33	89,2
Música/jogos	11	29,7
Outros	1	2,7
TOTAL	37	
2.2- QUANTAS VEZES POR SEMANA USA A INTERNET?		
Uma vez	5	13,5
Duas vezes	3	8,1
Três a quatro vezes	5	13,5

Quatro a seis vezes	4	10,8
Todos os dias	20	54,1
TOTAL	37	
2.3- QUANTAS HORAS POR DIA USA A INTERNET?		
De 1 a 2h	12	32,4
De 2 a 4h	12	32,4
De 4 a 6h	4	10,8
De 6 a 8h	4	10,8
Mais DE 8 H	5	13,5
TOTAL	37	
3- Hábitos de Leitura		
3.1- QUAIS TEXTOS VOCÊ LÊ NA INTERNET?		
Artigos	10	27,0
Livros	9	24,3
Textos livres	20	54,1
Jornais/revistas	26	70,3
Blogs	18	48,6
Outros	3	8,1
TOTAL	37	100
3.2- OS TEXTOS NA INTERNET APRESENTAM DIFICULDADES DE LEITURA?		
Sim	11	29,7
Não	26	70,3
TOTAL	37	
3.3- QUAL DIFICULDADE TEM AO LER UM TEXTO NA INTERNET?		
Não consigo me concentrar ao ler textos longos	17	45,9
Fico disperso ao acessar os links do texto inicial, mas volto a lê-lo	10	27,0
Tempo restrito na internet, por isso só leio notas rápidas	7	18,9
Depois de acessar vários links, esqueço-me do texto inicial	1	2,7
Outros	2	5,4
TOTAL	37	
3.4- PREFERE LER TEXTOS IMPRESSOS A ELETRÔNICOS?		
Sim, apenas textos longos	1	2,7
Sim, concentro-me mais no assunto ao ler o texto impresso	26	70,3
Não, a leitura na internet é mais dinâmica	3	8,1
Não, na internet tenho a facilidade em pesquisar assuntos do texto que eu não sei	7	18,9
TOTAL	37	

O MITO QUE ENVOLVE A CULTURA DIGITAL E AS INFLUÊNCIAS PARA A LEGITIMIDADE DA PRÁTICA DOCENTE

Luciana Santos

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC-Rio

lucinedu@gmail.com

Resumo

A proposta de investigação inscrita neste artigo está situada no campo de estudos e práticas em Educação e Mídia. O trabalho que segue teve a finalidade de discorrer sobre a legitimidade da prática docente em um contexto profundamente atravessado pela mediação tecnológica digital da comunicação e maciço contato com informações.

Nesta argumentação, abordamos a questão do mito que cerca o fenômeno da cultura digital e como esse imaginário incide especialmente sobre os jovens, concebidos como os portadores privilegiados desse mito na contemporaneidade. Partimos do pressuposto de que os discursos em torno dos jovens também estão sendo compartilhados pelos professores e, por isso, influenciam a prática docente no que diz respeito as possibilidades de uso das tecnologias na escola.

Palavras-chave: professores, práticas docentes, cultura digital.

Abstract

The research proposal entered in this article is situated in the field of studies and practices in Education and Media. The work that follows was designed to discuss the legitimacy of teaching practice in a context deeply crossed by technological digital mediation of communication and massive contact with information.

In this argument, we address the question of the myth around the phenomenon of digital culture and how this imaginary focuses especially on the young people, conceived as the privileged carriers of this myth in contemporary times. We assume that the discourses around the young people are also being shared by teachers and, therefore,

influence teaching practice regarding the possibilities of use of the technologies in school.

Key-words: teachers, teaching practices, digital culture.

Introdução

Vivemos um momento em que produção e veiculação rápida de informação, a partir das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) têm ocupado, expressivamente, um espaço importante no nosso processo de socialização. Em meio à forte presença da mídia na contemporaneidade, surgiram definições como sociedade da informação ou do conhecimento (Lévy, 1993), ou ainda, na tentativa de explicar as circunstâncias atuais das relações sociais, conceitos como cibercultura (idem, 1999) foram cunhados.

Dentre todos estes termos que tentam definir a época em curso, discutimos um pouco mais sobre a cultura digital, conceito no qual estão inseridos os sujeitos que se relacionam com as mídias interativas e aqueles que não são tão familiarizados com estas.

Partimos de algumas considerações teóricas em torno da cultura digital, seguindo para a problematização do mito que a acompanha. Neste ponto da discussão, abordamos a relação entre gerações no contexto das tecnologias digitais e suas implicações para o interior da escola, quanto à relação entre docentes e alunos, com especial enfoque para o lugar reservado à figura do professor ante ao fenômeno da cultura digital. Diante disto, o percurso de desenvolvimento desse trabalho foi sustentado pela seguinte hipótese: estariam os docentes, devido a um suposto “baixo uso” e/ou pouco conhecimento das mídias digitais, se “desautorizando” diante de um suposto alto uso e/ou conhecimento das tecnologias por parte dos estudantes?

À luz das condições atuais das práticas docentes, no que tange a legitimidade dessa atuação, realizamos entrevistas individuais de tipo testemunhal com um grupo de professores de nível médio da modalidade normal, atuantes em duas instituições do Estado do Rio de Janeiro. Articulamos os dados dessas entrevistas com algumas contribuições teóricas sobre as influências das tecnologias na atualidade, especialmente para o fazer pedagógico.

Cultura digital

Por cultura digital entendemos o que experimentamos hoje, em termos de

distribuição e consumo de informação, construção do conhecimento, práticas, relações, trocas simbólicas, de modo facilitado e acelerado, a partir das e com as tecnologias de informação e comunicação. Acreditamos que a cultura digital tem como pano de fundo o quadro organizador da cultura em geral, não se desvinculando dessa, mas, através das materialidades comunicativas que a compõe, pode promover certas alterações nos padrões de comportamento e nos sistemas de práticas, crenças e significantes. Por isso, é interessante pensarmos em culturas, sendo a cultura digital uma forma particular de cultura e, ao mesmo tempo, dado a incidência corrente desse fenômeno, cada vez mais onipresente. À cultura digital estão vinculados adultos, jovens e crianças. Mas, estes dois últimos grupos, devido à desenvoltura com que se envolvem com as tecnologias digitais, são concebidos como os sujeitos favorecidos desse contexto.

Para André Lemos (2008), com a chegada do século XXI, já não cabe mais exames unilaterais quanto a relação entre tecnologia e sociedade que fomentem determinismos de ordem social ou tecnológica. Diante do advento técnico científico que configura a cultura digital, é necessária uma mudança epistemológica para se tratar a questão. Sobretudo porque, a cultura digital não seria um estado atual da evolução de projetos anteriores, técnicos e tecnocientíficos. Para o autor, este fenômeno se caracteriza principalmente por uma nova e estreita relação com a sociedade.

Desde o século XIX, com o surgimento dos *media* de massa, um novo marco social e comunitário – qualificado por novas vinculações, a partir da ampliação de espaços de informação e comunicação a um nível planetário, por meio das “formas técnicas de alterar o espaço-tempo” (LEMOS, 2008, p. 68) - veio à tona. Estas mídias (telégrafo, rádio, telefone, cinema) já anunciavam a utopia de intervenção humana à distância. Entretanto, esta intervenção somente se efetivou plenamente com a composição do ciberespaço, onde ela assumiu dimensões inauditas.

Nesta ambiência de transformações, da passagem das mídias de massa as mais recentes tecnologias digitais e redes telemáticas (características de meados do século XX e período em andamento), surgiu o que o autor definiu como cibercultura. De acordo com Lemos, este advento extinguiu a homogeneidade do espaço e a linearidade do tempo, categorias caras à modernidade ocidental. Portanto, a cultura digital comporia uma espécie de desenho sociotécnico, onde os indivíduos interagem intensa e amplamente através dos meios digitais, propiciando a circulação de informações sob os mais diferentes aspectos e sustentando a formação dos agrupamentos sociais. Nesta esfera, os jovens seriam os mais beneficiados, uma vez que,

“o ciberespaço cria um mundo operante, interligado por ícones, portais, sítios e *home pages*, permitindo colocar o poder de emissão nas mãos de uma cultura jovem, tribal, gregária, que vai produzir informação, agregar ruídos e colagens, jogar excesso ao sistema” (IDEM, p. 87).

O mito vinculado à cultura digital

A cultura digital é um fenômeno que, sem dúvida alguma, trouxe alterações significativas para o modo como nos relacionamos e nos comunicamos. A despeito de reconhecermos as evidências e dimensões assumidas pelas tecnologias na sociedade atual, como argumentam Duarte, Barros e Migliora (2011), cabe refletirmos porque tem sido atribuída a cultura digital uma espécie de fetiche, como “algo que rompe radicalmente com o que lhe precedeu e que, por isso, prescinde da ação socializadora dos adultos e das instituições” (2011, p. 157).

Para este diálogo, trouxemos algumas considerações de Erick Felinto (2006) sobre o advento da cultura digital, priorizando a perspectiva defendida pelo autor acerca da existência de elementos de certos credos religiosos no imaginário tecnológico atual. Segundo Felinto, a cultura digital diz respeito ao domínio da experiência contemporânea onde o construto tecnológico passa a ser entendido, de forma reflexiva, como o elemento central característico das relações sociais, das dimensões racionais e sensíveis da vida, das sensações e julgamentos estéticos. Dito de outro modo, “mais que uma tecnocultura, a cibercultura representa um momento em que as tecnologias – especialmente as tecnologias de comunicação – se colocam como questão essencial para toda a sociedade e em todos os seus aspectos, dentro e fora da academia” (FELINTO, 2006, p. 99).

Para o autor, os discursos em torno do imaginário tecnológico em muito parecem fazer referência a noções arcaicas e religiosas. Por isso, sob o intento da problematização do mito que envolve a cultura digital, é fundamental a compreensão das especificidades desses discursos.

“Se a tecnocultura moderna foi o paraíso de Apolo, a cibercultura pós-moderna parece ser o teatro de Dioniso” (LEMOS, 2008, p. 18). No período moderno, a tecnologia compunha, por meio da lógica racional, o projeto de progresso das sociedades. Com a cultura digital, no tocante ao imaginário que a segue, tem ocorrido uma espécie de regresso aos ideais das imaginações míticas, nas quais mais do que as pretensões modernas de progresso, o sentido escatológico do homem seria a subversão plena da materialidade humana. Uma vez que “o irracional primitivo, aparentemente

expulso da cultura pelo desejo de ciência da modernidade, retorna na forma de um fetichismo tecnológico” (FELINTO, 2006, p. 106), é interessante recorrermos a esses credos para o entendimento e desmistificação da corrente tecnognóstica que cerca as tecnologias digitais.

Felinto aponta as noções de tecnognose ou tecnohermetismo como alternativas para o entendimento dessa espécie de religiosidade tecnológica. A Gnose e o Hermetismo (um dos seguimentos da gnose clássica) são religiões provenientes do Oriente durante o Império Romano, popularizadas nos primeiros séculos depois de Cristo. Nas duas orientações religiosas é significativo o desejo de imortalidade e transcendência.

No mito da cultura digital acredita-se que, com a digitalização dos meios de comunicação e informação, assistimos a uma espetacular evolução da humanidade, onde as promessas de origem gnóstica ou hermética estão se efetivando. Estas promessas, derivadas tanto das religiões gnósticas quanto do hermetismo, estão fundamentadas no ideal de superação total da condição humana.

A condição do mito da cultura digital tem implicações em outros espaços, considerando que as tecnologias digitais estão presentes, em maior ou menor grau, em todo lugar. Neste artigo, abordamos o ambiente escolar. Desta forma, acreditamos que outra marca forte do mito que acompanha a cultura digital alude a cisão entre gerações, na qual os mais velhos estão sendo desincumbidos da tarefa de condução dos jovens no mundo atual, uma vez que estes seriam os portadores privilegiados desse mito; os protagonistas dessa cultura; os que estariam mais próximos desse proclamado aperfeiçoamento digital. Assim, na instância educativa, esta situação vem se desdobrando na relação entre docentes e estudantes no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem, no qual a legitimidade do professor pode estar sendo questionada, por conta da suposta especialização tecnológica dos jovens.

Sobre os professores na era tecnológica

Os discursos tendem a produzir uma clara distinção em relação ao envolvimento com as mídias digitais, colocando de um lado os jovens, sujeitos da denominada *geração pós-internet* (LARA e QUARTIERO, 2011) e, de outro, os nascidos antes da ampla difusão das TIC, grupo onde se encontra hoje a maior parte dos docentes.

Além da suposta diferença na relação com os meios tecnológicos entre professores e alunos, há que se reconhecer a grande distância entre o uso social e o uso

escolar das mídias (IDEM, 2011). Tanto os jovens quanto os docentes convivem e utilizam “as tecnologias digitais disponíveis em diversos contextos de seu cotidiano, mas não da mesma maneira em seu dia-a-dia na escola” (IBIDEM, p. 2).

Nesta realidade, segundo Orozco Gómez (2004), a escola perderia a centralidade na formação dos sujeitos, no interior da cultura audiovisual e devido à convivência com as mais recentes mídias digitais. E, ainda, segundo essa tendência, a proliferação dessas tecnologias também contribuiria “para acelerar a crise de identidade dos professores” (ALONSO, 2008, p. 754).

Diante disto, é fundamental compreendermos como os docentes vêm se relacionando com as mídias com as quais os estudantes têm tanta intimidade. Será que estes profissionais estão de fato tão distantes das tecnologias digitais? E, no caso de certa afinidade com as TIC, em que medida essa condição se reflete na prática docente?

Para situar o debate sobre trabalho pedagógico e tecnologias digitais, é interessante provermos oportunidades em que o professor fale sobre a situação corrente de sua prática e das próprias expectativas de mudanças. Uma vez que, “o caso das TIC traz à tona a discussão sobre o papel profissional dos professores nos processos de ensino/aprendizagem” (IDEM, p. 755), a relevância da função docente na era tecnológica precisa ser afirmada e, nada melhor do que o próprio professor, contribuindo com sua fala, para nos auxiliar a pensar sobre a identidade e legitimidade da profissão docente em tempos de cultura digital.

Para a elaboração desta argumentação, recorreremos a um referencial metodológico por meio do qual discutiremos algumas questões norteadoras, quais sejam: como o professor tem percebido a relação que seus alunos têm com as mídias interativas? Qual a relação que os próprios docentes estão estabelecendo com as tecnologias? Tendo em vista os usos que estudantes e professores fazem das tecnologias na seara social mais geral e no contexto escolar em específico, qual seria o lugar reservado a prática pedagógica hoje?

A metodologia escolhida para esse debate consiste na realização de entrevistas semi-estruturadas. Decidimos trabalhar com entrevistas individuais de tipo testemunhal, pois são os depoimentos dos docentes, as possíveis representações reveladas a partir do ponto de vista deles, que nos interessam. Cremos que essa estratégia metodológica permite compreender práticas, escolhas, posturas e crenças dos entrevistados, o que pode ser mais viável para o entendimento das perspectivas dos professores em tempos de cultura digital.

A construção da amostra desse estudo foi de cunho intencional, quando se evidencia a relevância dos casos escolhidos para a problemática em questão. Segundo Fragoso et al.(2011),

as amostragens qualitativas buscam selecionar os elementos mais significativos para o problema de pesquisa. Assim, ao contrário das amostras quantitativas, tipicamente probabilísticas, as amostras qualitativas são, portanto, tipicamente intencionais (p. 68).

Neste sentido, visto que interessa-nos a percepção de professores sobre os jovens usuários de tecnologias e como isto interfere no exercício pedagógico, escolhemos entrevistar alguns docentes de cursos normais de nível médio de duas instituições do Estado do Rio de Janeiro. Considerando que estes professores estão em contato sistemático com alunos da geração pós-internet sendo preparados para a atuação docente, eles estariam num contexto favorecido para a discussão que pretendemos realizar sobre as tecnologias e trabalho pedagógico.

Contudo, com base no sistema de rede no qual as entrevistas foram realizadas, acreditamos ser possível observar aspectos variados do objeto sob análise. De acordo com Becker, na pesquisa social, é importante considerar “como as partes de um todo complexo revelam sua ordenação global.” (BECKER, p. 100, 2007). Desta forma, os testemunhos dos docentes inseridos na lógica da rede podem indicar pistas para pensar os significados comuns na organização mais geral dos professores frente à questão das tecnologias.

Sem a pretensão de generalizações, mas entendendo que a cultura digital é um fenômeno de dimensões quase ubíquas, os relatos dos docentes sujeitos dessa pesquisa poderão contribuir para a reflexão acerca do exercício pedagógico em uma sociedade marcada pelo avanço rápido das tecnologias de informação e comunicação.

Acreditamos que, o enfoque dado às considerações do professor sobre suas práticas permitirá captar mais de perto as impressões que norteiam o trabalho docente. Antes de políticas serem implementadas e programas de formação serem reformulados para atender as demandas do tempo, são os professores, no âmbito da sala de aula na tessitura do trabalho diário, que melhor podem perceber as possibilidades e dificuldades para a atividade docente em meio ao advento das tecnologias digitais.

Algumas considerações em torno das entrevistas – o que os professores falam sobre si e sobre os jovens no contexto da cultura digital

O perfil do grupo de docentes entrevistados compõe uma coorte etária de 27

anos a 58 anos, sendo oito mulheres e sete homens. A maioria desses profissionais leciona em escolas públicas normais de nível médio (no Estado do Rio de Janeiro), com exceção de um professor atuante em escola particular no segundo segmento do ensino fundamental.

A formulação do roteiro de entrevistas, bem como, a realização destas foi acompanhada pela hipótese de que os docentes apresentariam “baixo uso” e/ou pouco conhecimento das tecnologias e, portanto, sentir-se-iam desautorizados frente ao alto uso e/ou conhecimento desses aparatos revelado pelos estudantes.

Sob o intento de conhecer um pouco mais sobre os professores e de tornar as entrevistas mais fluidas, nossos primeiros questionamentos giraram em torno da formação para a profissão, que compreendiam o tempo de ingresso em sala de aula ou aspectos dos primeiros anos de atuação. Uma dessas perguntas de aproximação - você teve alguma preparação para práticas pedagógicas que envolvessem tecnologias? - acabou se mostrando importante para pensar a formação docente em nível inicial, no que diz respeito a uma das questões centrais desse artigo: os usos que os professores fazem das tecnologias na escola. Todos os docentes investigados declararam não ter tido qualquer preparação, ao longo dos cursos de licenciatura, para o desenvolvimento de atividades em sala de aula que incluíssem as tecnologias. Este dado é preocupante quando consideramos que, mesmo os professores mais jovens com até dois anos de atuação e, portanto, menos de cinco anos de formação acadêmica, não encontraram, nos currículos de seus cursos, respaldo para inserirem as TIC em suas práticas.

Diante disto, quando nos questionamos sobre os usos que docentes e alunos fazem das tecnologias na esfera social e nas instituições escolares, não é difícil constatar considerável distância entre esses dois âmbitos e uma das gêneses desse problema pode estar nos currículos de formação inicial, ainda incipientes no quesito tecnologias.

Quanto à relação que os próprios professores estão estabelecendo com as mídias, no que tange ao uso e frequência desse uso, tenderíamos a crer que estes profissionais ainda apresentam baixa utilização das tecnologias. Entretanto, a partir das entrevistas realizadas, pode-se perceber que os docentes estão cada vez mais próximos das tecnologias de informação e comunicação. Ao citar as tecnologias presentes no cotidiano, de forma mais intensa, os entrevistados pontuaram majoritariamente computador conectado a internet. Citando as tecnologias as quais recorre, uma professora de espanhol com 34 anos disse:

- *Tem o computador e acesso a internet. Quando não tem... já é assim uhn:: -- ah::: a internet não tá boa ((colocou a mão no rosto como um gesto de desespero))... cai toda hora ((risos)) -- É o acesso ao computador e a internet, com certeza ((risos)). Eu já nem vejo mais TV... não vejo mais TV. Agora é só o computador¹.*

Outra docente de Língua Portuguesa com 37 anos falou:

- *Não tô te falando... até pra ver o telefone da farmácia... se o negócio não tá a mão... o meu computador, ele tá mais a mão. Se o ímã de geladeira não tem a farmácia que eu quero lá:: eu vou no computador, porque tá mais a mão. Melhor do que ficar olhando catálogo... é mais rápido o computador... mais fácil... facilita a vida.*

Quanto à frequência de uso, a idade se revelou um dos fatores mais interessantes, pois promoveu um corte nítido entre o grupo investigado. Os professores de até 41 anos se revelaram mais propensos a um uso mais frequente das tecnologias, apresentado frequência de até cinco horas diárias de uso da internet. Acima dessa faixa etária, o uso tendeu a ser menos recorrente. Entretanto, todos eles fazem uso considerável da rede.

Por um lado, esse fator pode ser animador para pensarmos numa possível mudança de postura em relação às tecnologias, conforme o quadro docente das escolas vai se renovando, agregando professores mais jovens e mais afetos aos aparatos digitais. Por outro lado, como vimos acima, mesmo os docentes mais jovens, egressos de cursos mais recentes de licenciatura, declararam não terem sido preparados para inserirem as TIC em sala de aula. Diante disto, o fator da idade pouco tem contribuído para a inserção das tecnologias na escola. Por mais que os professores mais jovens tendam a serem usuários mais intensos das tecnologias, continua havendo uma significativa ruptura entre o uso social e o uso escolar das TIC apresentado por estes profissionais. Ou seja, não é espontânea a passagem do uso social para o uso escolar destes aparatos. Para que as tecnologias adentrem a escola, é necessária uma intervenção planejada e sistemática nesse sentido.

Portanto, numa tentativa de entender os usos que estes docentes veem fazendo das TIC na sala de aula, mediante a intensa utilização das mídias que demonstraram ter no cotidiano, questionamos quais dessas tecnologias estavam presentes no local de trabalho. A maioria dos professores não insere as TIC em seus exercícios diários em sala ou as inclui muito raramente. A fala que segue é reveladora de um dos principais

¹ A transcrição de alguns trechos das entrevistas, apresentados neste artigo, seguiu uma formatação sugerida por Koch (1995). A referência bibliográfica completa segue ao final desse trabalho.

problemas indutores de entraves às tecnologias – a falta de infraestrutura oferecida pelas escolas:

- Não. Não o tanto::: não o tanto que eu gostaria. Não. Até porque é muito difícil. Dentro da escola é difícil. A internet é lentíssima. Agora a gente não tem uma pessoa responsável pelo laboratório de informática, então a gente não pode usar. O uso na escola pública é bastante difícil.

Quanto à percepção que os docentes têm da relação dos estudantes com as mídias, esse eixo do quadro de entrevistas se mostrou frutífero para a abordagem do mito que envolve a cultura digital, cujo imaginário traz os jovens como protagonistas. Pressupúnhamos que esses discursos, reveladores de uma espécie de credo tecnológico, na perspectiva de uma natureza mítica, também eram partilhados pelos professores. Nas entrevistas, podemos perceber que, mesmo os docentes mais jovens se referiram aos seus alunos como usuários mais especializados em comparação a eles. Neste quesito, uma das falas mais significativas foi a de um professor de Sociologia, pois, com apenas 27 anos, já revelou sentir distância entre o uso que faz das TIC e o uso apresentado pelos estudantes:

- Ah:: talvez, alguma diferença sim... eles ((os alunos))... já sabem mexer em qualquer equipamento, em qualquer aplicativo... em qualquer coisa nova que surja... mesmo que:: não assim... de uma forma:: consciente, eu diria ((risos))... não consciente, mas de:: de uma forma mais precisa do que aquele aplicativo pode oferecer de melhor... mas, eles mexem em tudo... eu tento mexer em tudo, mas nem sempre consigo, né? então... eles já:: talvez... eles já estejam até um passo a frente, mas...

É interessante entender o que significa esse “estar à frente”. Esta afirmação parece indicar uma referência à suposta alta especialização dos jovens em relação às tecnologias, no sentido de uma habilidade tecnológica. Entretanto, nas entrevistas, os docentes reconheceram que esta condição não significa, necessariamente, aumento na aprendizagem, a partir do desenvolvimento de habilidades educacionais. Desta forma, quando questionado se reconhecia distinção no modo como se relaciona com as tecnologias em referência aos alunos, esse mesmo professor nos revelou:

- mais nos momentos em que eu vou pesquisar alguma coisa, talvez pra falar em sala... qualquer fim de trabalho, de pesquisa... não sei, pra escrever alguma coisa, não sei... eu procuro::: né? não só ver com olhar crítico, mas ver quem é autor daquilo, se é algum debate, alguma ideia, né? Se é só alguém que escreveu ali:: a procedência do site, por exemplo, de pesquisa que eu cheguei... e com eles ((os alunos)) éh:: há menos

isso... não dá pra dizer que todo mundo simplesmente pega uma informação eh::: não busca saber a veracidade dela mas... eles tem menos critério ainda... eles estão aprendendo nisso, enfim, eles estão numa fase de formação de... construção desse olhar. Eu considero até natural... ter esse lado:: não é ingênuo, mas é que eles não... não tem essa... essa cultura de investigar... de buscar saber éh... a fonte, né?

A percepção que os entrevistados têm do uso dos estudantes parece estar organizada em duas vertentes. Se, por um lado, os alunos são concebidos como tendo uma forte *expertise* tecnológica, por outro, não são avaliados positivamente quando a questão são os benefícios que as tecnologias podem proporcionar, como aquisição de informações ou saber pesquisar, construtos para a qualificação da aprendizagem. Na visão dos docentes, os estudantes pouco aproveitam os recursos tecnológicos para fins de conhecimento, no desenvolvimento de habilidades de cunho educacional.

Como podemos perceber, questões estruturais foram apontadas pelos entrevistados para um uso ignóbil das TIC em sala de aula, desde a ausência de apoio nos cursos de formação inicial até as precárias condições das escolas nas quais atuam. Entretanto, de acordo com nosso pressuposto inicial, de que os discursos acerca dos jovens ao serem assumidos também pelos professores, influenciam a prática docente no que diz respeito as possibilidades de uso das tecnologias na escola, um fator a ser considerado é a percepção que estes professores tem dos seus alunos. Nas falas dos entrevistados, muito se revelou dessa concepção de que os jovens seriam sujeitos beneficiados na questão das TIC, o que também pode estar incidindo sobre o baixo uso das tecnologias na sala de aula pelos docentes.

Outra pesquisa sobre a utilização de tecnologias pelos professores na realidade brasileira também reforçou esse dado em torno da percepção sobre os jovens usuários de tecnologias. O estudo, de abrangência nacional, denominado “O Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras – TIC Educação 2010”, foi realizado pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação no âmbito do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Nesta investigação, a coleta de dados cobriu uma amostra de 500 instituições escolares públicas de zonas urbanas em todo o território nacional, incluindo escolas estaduais e federais que ofereciam Ensino Fundamental (I e II) e Ensino Médio. Foram entrevistados 1.541 docentes, 4.987 estudantes, 497 diretores e 428 coordenadores pedagógicos.

No relatório do CGI.br, os professores revelaram que, uma das principais dificuldades para o uso mais intenso das tecnologias na instância escolar se deve ao grau inferior de expertise tecnológica em comparação ao nível apresentado pelos jovens. A maioria dos professores (64%) “concordou totalmente que os alunos da escola sabem mais sobre computador e Internet do que o docente” (2010, p. 129). Esta perspectiva foi defendida inclusive pelos professores mais jovens. Neste viés, a cada quatro docentes, pelo menos um se sentiu desautorizado a lançar mão das tecnologias na escola, por acreditarem não conhecê-las o bastante para esta iniciativa.

Por fim, questionamos os professores quanto às mudanças no lugar reservado à prática docente, no que concerne a legitimidade da figura do professor, em um contexto de cultura digital, marcado pela mediação tecnológica digital da comunicação e maciço contato com informações. Destacamos alguns depoimentos que evidenciam a percepção dessa mudança, um certo mal-estar e a necessidade de maior debate sobre o tema.

- A primeira coisa que vem na cabeça é como... a dificuldade de como fazer o aluno que tá dentro dessa cultura digital prestar atenção em algo que não é digital... não sei como chama isso... é analógico também... mas algo que é... como é que você vai fazer um aluno que, mexe com o computador doze horas por dia, olhar pro quadro, né?

- Eu acho que:: a função docente sofreria uma mudança com ou sem computador... não sei... acho que o mundo mudou:: acho que a internet é um... ah:: a questão digital da comunicação pela internet, ela evoluiu muito. Mas, eu não sei se essa questão dos valores... ela::... ela é tão:: essa questão dos valores, eu acho que ela é reflexo também de quem produz, porque alguém produz isso tudo aí. E no trabalho docente:: eu acho que o nosso trabalho:: hoje não é encarado da mesma forma que:: sei lá... dez anos atrás. Mas, a escola também mudou... melhorou em alguns aspectos... éh::... em outros, ela:: ela:: ela não conseguiu avançar como avançou... hoje, no Brasil, você tem praticamente todas as crianças na escola... uma realidade que alguns anos atrás não existia.

- Eu acho que na atual conjuntura tudo impacta negativamente na relação professor e estudante, porque:: o professor, de novo, o professor... se ele não usa isso ((referindo-se às tecnologias)) como uma ferramenta... ele entulha... como a gente é obrigado a saber um monte de entulho que não funciona... o problema é clássico... o professor tem que fazer o quê? Uma preparação pré::via... uma coisa é o tempo re::al... você não precisa de preparação... você domina o assunto, você vem e fala... outra coisa é você fazer uma aula prática... você não tem tempo... você não tem como fazer aquilo... então

como a aula vai dá certo? Vai dá errado.

A partir das duas pesquisas aqui consideradas, tanto a de dimensão nacional, quanto mais especificamente as entrevistas realizadas com um conjunto de docentes do Estado do Rio de Janeiro, pode-se concluir que, se por um lado, a escola e os professores têm sido cobrados para acompanhar o advento das tecnologias, devendo usufruir dessas em prol da educação; por outro, cabe promover toda a estrutura necessária ao docente, em termos de formação inicial e continuada. Afinal, “não se pode esperar que o professor, sozinho, promova possíveis mudanças no paradigma da educação” (2010, p.132), incorporando, por meio do fazer pedagógico, a escola na cultura digital, sem respaldos para tanto.

Considerações finais

Quando se reconhece a importância de compreender o advento da cultura digital pelo ponto de vista do docente, o domínio dos saberes e práticas pedagógicas pode ser um grande aliado. Segundo Pimenta (1999), a partir dos estudos sobre as práticas escolares, é possível adentrar nas discussões sobre a composição da identidade docente através do reconhecimento de saberes oriundos do exercício cotidiano, nos quais as tradições são revistas e o lugar profissional do professor é afirmado.

Essa perspectiva defendida por Pimenta é de essencial valia para se consolidar a relevância da função docente na era tecnológica. Talvez, na atual conjuntura, este possa ser um caminho para a redefinição da identidade do professor, bem como, de sua legitimidade.

Voltando a nossa hipótese inicial – a de que os docentes apresentariam pouco conhecimento das tecnologias e, por isso, estariam desautorizados diante da intensa utilização desses aparatos por parte dos alunos – a partir das entrevistas realizadas, a primeira afirmação foi refutada. Em seus relatos, os professores declararam estar próximos das tecnologias de informação e comunicação, embora ainda persista a distância ente o uso social e o uso escolar das TIC. Em contrapartida, a segunda premissa (a da desautorização) precisa ser melhor investigada. Por hora, podemos afirmar, por meio das próprias falas dos entrevistados que, eles acreditam que os estudantes apresentam maior *expertise* quanto ao uso das TIC, como também constatou a pesquisa “O Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras – TIC Educação 2010”, desenvolvida pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação no âmbito do Comitê Gestor da Internet

no Brasil.

Contudo, os discursos que alimentam o imaginário tecnológico pouco contribuem para o debate acerca da real importância das tecnologias para a educação. Acreditamos ser mais apropriado avaliar o que as tecnologias, tão presentes nas defesas sobre os imperativos de transformação da escola e da prática docente podem, de fato, fazer pelo processo de ensino e aprendizagem. Diante da realidade em que alunos e, cada vez mais, professores estão familiarizados com os recursos digitais, o que isto significa para o trabalho pedagógico e, portanto, para a aprendizagem?

Mesmo que os estudantes tendam a uma maior proximidade das mídias digitais, não se pode desconsiderar a relação cada vez mais intensa que os docentes estão adquirindo com estas. Entretanto, tal uso não necessariamente se reflete nas práticas pedagógicas. Contudo, ainda é flagrante a distância entre o uso social e o uso escolar das tecnologias, onde os professores continuam apresentando dificuldades para agregar estes recursos às práticas escolares, segundo seus próprios relatos. Em contrapartida, por mais que o mito que acompanha a cultura digital, principalmente no que se refere aos jovens, contribua para o docente se sentir desautorizado em inserir as mídias em suas práticas, este profissional continua sendo o mais qualificado para mediar a relação entre os jovens e as tecnologias em prol do conhecimento. A nosso ver, é ele a figura mais adequada para, no contato sistemático com o aluno, orientá-lo na travessia da familiaridade com que este se relaciona com as mídias à qualificação da aprendizagem.

Referências

ALONSO, Katia Morosov. Tecnologias da informação e comunicação e formação de professores: sobre rede e escolas. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 29, n. 104 – Especial, p. 747-768, out. 2008.

BARBOSA, Alexandre F. (coordenação executiva e editorial). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Educação 2010**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

DUARTE, Rosalia; BARROS, J. F.; MIGLIORA, R. Sentidos da cultura digital para a educação. In: **Políticas Públicas, Movimentos Sociais: desafios à Pós-graduação em Educação em suas múltiplas dimensões**/ Helena Amaral da Fontoura (org.). Rio de Janeiro: ANPEd Nacional, 2011. Disponível em: <http://www.fe.ufrj.br/anpedinha2011/livro3.pdf>

- FELINTO, Erick. **Passeando no labirinto: ensaios sobre as tecnologias e as --- materialidades da comunicação.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. 1 ed.
- _____. *A religião das máquinas: ensaios sobre o imaginário da cibercultura.* Porto Alegre: Sulina, 2005.
- FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet.** Porto Alegre: Sulina, 2011.
- GÓMEZ, Guillermo Orozco. De la enseñanza al aprendizaje: desordenamientos educativo-comunicativos en los tiempos, escenarios y procesos de conocimiento. **Nómadas.** Universidad Central – Colombia. N. 21. Octubre, 2004. p. 120-127
- KOCH, Ingedore Villaça. *Linguagem e interação face a face.* In: **A inter-ação pela linguagem.** São Paulo: Editora Contexto, 1995. Pág.: 66-110.
- LARA, Rafael da Cunha; QUARTIERO, Elisa Maria. Impressões digitais e capital tecnológico: o lugar das TIC na formação inicial de professores. In: **Anais do V Simpósio Nacional da ABCiber, 2011 – UDESC/UFSC – Florianópolis.** 1 edição.
- LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 4. Edição, 2008.
- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- _____. *Cibercultura.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- PIMENTA, S.G. Formação de professores: Identidade e saberes da docência. In: _____. (Org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 1999.

Pesquisando relações entre tecnologia e sociedade a partir de dois PPGs da CAinter/CAPES.

Adilson da Silva Mello UNIFEI

Este projeto foi iniciado em março de 2012 e tem como objetivo estudar as relações entre tecnologia e sociedade presentes em dois Programas de Pós-graduação: suas bases teóricas, sua produção e as consequentes propostas sociais vindas das pesquisas. Aqui, se pretende rastrear as apostas e os dilemas que os gestores dos programas de pós-graduação que discutem o tema têm com relação às tendências intelectuais e práticas sociopolíticas que fundam o debate. Tem-se, como objetivo geral, apreender os argumentos centrais que sustentam a ação dos programas de pós-graduação das Universidades pesquisadas a respeito dos mecanismos que sustentam a ação multidisciplinar, a prática pedagógica e a produção de seus programas.

O primeiro Programa é acadêmico e foi criado em 2007. Tem como intuito “gerar, analisar e difundir novos conhecimentos e práticas sobre as relações que se estabelecem entre ciência, tecnologia e sociedade, com vistas à integração das inovações tecnológicas com as inovações sociais em direção à construção de uma sociedade sustentável” e pretende “formar mestres para a pesquisa, a docência e o exercício profissional em áreas de atuação associadas às Dimensões Sociais da Ciência e da Tecnologia, Gestão Tecnológica e Sociedade Sustentável, e Linguagens, Comunicação e Ciência”. Sua escolha deve-se ao fato de que suas opções fundamentam-se na busca de integrar e relacionar, no campo multidisciplinar, discussões como inovações tecnológicas com as inovações sociais em direção à construção de uma sociedade sustentável, procurando, assim, garantir reflexões que permitam relacionar as dimensões Sociais da Ciência e da Tecnologia. Outro motivo para a seleção do programa é a capacidade interdisciplinar presente na constituição de suas linhas de pesquisa. O PPG tem três linhas de pesquisa: Dimensões Sociais da Ciência e da Tecnologia, Gestão Tecnológica e Sociedade Sustentável e Linguagens, Comunicação e Ciência.

O segundo Programa também é acadêmico e é mais antigo, pois teve seu início em 1998. Sua área de concentração discute tecnologia e sociedade. Tem como intuito verificar como as transformações tecnológicas interferem na vida das pessoas, na sua maneira de agir, aprender e atuar no mundo. O Programa privilegia a interdisciplinaridade como elemento articulador dos seus projetos e prima por um espírito crítico que entende o termo tecnologia como algo que *extrapola a mera instrumentalidade* que a vê direcionada apenas para o mercado e afirma que o determinismo tecnológico é reducionista e não permite perceber a complexidade inerente aos fenômenos sociais. Assim, entende que a tecnologia perpassa todas as formações sociais necessárias a qualquer sociedade sendo imprescindível a criação, apropriação e manipulação de técnicas que carregam em si elementos culturais, políticos, religiosos e econômicos próprios da existência social. Outro critério de escolha contempla suas linhas de pesquisa que dão a dimensão da perspectiva interdisciplinar. São elas: Tecnologia e Trabalho, Tecnologia e Interação, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável.

Ambos têm avaliação e recomendação da CAPES sendo que o primeiro tem a nota 3 e o segundo – mais antigo – tem a nota 4 e já conta com um programa de doutorado.

Dos Programas pretende-se rastrear as ações e as apostas que fazem para promoção do avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos no campo multi-interdisciplinar, nos termos do Documento de Área da CAPES, bem como explicitar os dilemas presentes com relação às estratégias para que se efetivem a multidisciplinaridade.

Adotaremos a abordagem quali-quantitativa para beneficiar-se da complementaridade que possuem. A primeira atua no nível da realidade, onde os dados se apresentam aos sentidos, trazendo à luz indicadores e tendências observáveis. A segunda se volta mais para os valores, representações, hábitos, atitudes e opiniões, trazendo um conhecimento aprofundado a respeito de fenômenos e processos particulares de cada grupo estudado. Neste sentido, verificamos a importância de se utilizar a complementaridade que ambas as abordagens propiciam, visto que teremos dados quantificáveis a princípio (levantamento de publicações, número de alunos e distribuição nas linhas de pesquisa etc), que serão posteriormente relacionados e analisados qualitativamente, aprofundando nossa apreensão acerca do fenômeno estudado.

Palavras-chave: Tecnologia, Sociedade, inovação, Cultura e Desenvolvimento.

I – Identificação da Pesquisa

Este projeto estuda as práticas de ensino e pesquisa em “Tecnologia e Sociedade”, a partir das ações desencadeadas por dois Programas de Pós-Graduação, *Stricto Sensu*, inscritos na área Multidisciplinar da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, tendo como eixo de concentração a proposta de desenvolver pesquisas relacionando Tecnologia e Sociedade. Trata-se de Programas de mestrado de Instituições de Ensino Superior de caráter público com regimes e características próprias, situadas nos Estados de São Paulo e Paraná.

O primeiro Programa tem como intuito “gerar, analisar e difundir novos conhecimentos e práticas sobre as relações que se estabelecem entre ciência, tecnologia e sociedade, com vistas à integração das inovações tecnológicas com as inovações sociais em direção à construção de uma sociedade sustentável” e pretender “formar mestres em Ciência, Tecnologia e Sociedade para a pesquisa, a docência e o exercício profissional em áreas de atuação associadas às Dimensões Sociais da Ciência e da Tecnologia, Gestão Tecnológica e Sociedade Sustentável, e Linguagens, Comunicação e Ciência”. Sua escolha deve-se ao fato de que suas opção fundamentam-se na busca de integrar e relacionar, no campo multidisciplinar, discussões como inovações tecnológicas com as inovações sociais em direção à construção de uma sociedade sustentável, procurando, assim, garantir reflexões que permitam relacionar as dimensões Sociais da Ciência e da Tecnologia.

O segundo Programa, também é acadêmico e é mais antigo. Teve seu início em 1998 e tem como intuito verificar como as inovações interferem na vida das pessoas, na sua maneira de agir, aprender e atuar no mundo. Focalizando a Inovação e a Educação tecnológicas, o Programa privilegia a interdisciplinaridade como elemento articulador dos seus projetos. O espírito crítico do referido Programa entende o termo tecnologia como algo que extrapola a mera instrumentalidade que a vê direcionada apenas para o mercado, levando em conta outras dimensões que estão presentes em sua produção, consumo, distribuição e descarte. Afirma que o determinismo tecnológico é reducionista e não permite perceber a complexidade inerente aos fenômenos sociais. Assim, entende que a tecnologia perpassa

todas as formações sociais necessárias a qualquer sociedade sendo imprescindível a criação, apropriação e manipulação de técnicas que carregam em si elementos culturais, políticos, religiosos e econômicos próprios da existência social.

Ambos têm avaliação e recomendação da CAPES sendo que o primeiro tem a nota 3 e o segundo – mais antigo – tem a nota 4 e já conta com um programa de doutorado.

Dos Programas pretende-se rastrear as ações e as apostas que fazem para promoção do avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos no campo multi-interdisciplinar, nos termos do Documento de Área da CAPES, bem como explicitar os dilemas presentes, com relação às estratégias para que se efetivem a multidisciplinaridade.

Na realidade, os Programas apostam em se constituírem como Centro de Conhecimento e de Excelência no que se refere à formação de profissionais qualificados e capacitados ao enfrentamento dos dilemas multifacetados da realidade brasileira, em termos de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do lugar e região em que estão inseridos.

Essa pretensão, pensando em termos de multidisciplinaridade, implica em entendimento sistematizado, mínimo, de conceitos e estratégias epistemológicas para se efetivar adequações satisfatórias às orientações da Área.

Acredita-se, com base na leitura do projeto institucional contidos nos sites dos Programas que ambos pretendem se converter em lócus irradiadores de novos saberes ou de novas formas de tratamento das demandas do mundo contemporâneo, indispensáveis ao desenvolvimento, em contextos multifacetados. Todavia, esse movimento impõe reflexão sobre o que os Programas entendem pela relação entre Tecnologia e Sociedade, em perspectiva multidisciplinar.

Dois elementos são centrais neste estudo: de elemento teórico-conceitual, se estruturam as ações de produção de conhecimento dos Programas; e, em quais matrizes teórico-metodológicas se fundamentam as ações multidisciplinares dos Programas.

Portanto, este estudo se justifica por duas entradas distintas, mas que se complementam: a produção acadêmica sobre as relações entre “tecnologia e Sociedade” dos Programas; e, o posicionamento teórico-metodológico dos Programas, por meio de suas ações, no campo multidisciplinar.

Dentro desse quadro é que se propõe estudar dois Programas de mestrado, de nível 3 e 4 – respectivamente-, recomendados pela CAPES, com a finalidade de explicitar os

caminhos teórico-conceitual-metodológico utilizados nos Programas, tendo como horizonte a produção discente, os projetos de pesquisa e o dia-a-dia das linhas de pesquisa.

II – Problema de Pesquisa

Ambos os Programas se predispõe, em seus projetos de Programa de Pós-Graduação, em dar conta de novos problemas de diferentes naturezas e com níveis de complexidade crescentes, como orienta o documento de Área da CAPES.

Esta pesquisa leva em consideração os modos de organização, as ações e as estratégias dos Programas estudados em dar performance necessária aos avanços da ciência e tecnologia esperados pela CAPES à Área Multidisciplinar.

Nos últimos anos, vem ganhando força no Brasil a ideia do cientista/ inovador. Em um contexto onde a linha que separava empresas e universidades se torna cada vez menos perceptível (DIAS, 2009). O discurso mais comum prega a necessidade de formar cientistas capazes de combinar profundo conhecimento técnico e científico a habilidades gerenciais, o que exigiria uma série de mudanças curriculares.

Portanto, a pergunta que orienta este esforço é: no cotidiano dos Programas como que elementos epistemológicos fundamentam as linhas político-sociais desses programas e como se dá a adoção dos princípios multidisciplinares na formação de recursos humanos pelas práticas da pesquisa e ensino?

III – Objetivos

Apreender os argumentos teórico-conceituais centrais utilizados pelos Programas, no que diz respeito a seus temas:

De posse desses argumentos, busca-se, especificamente:

- a.** Compreender, por meio de procedimentos, de documentos, de resultados de pesquisas e de ações dos coordenadores e líderes das linhas de pesquisa, como se configura a proposta multidisciplinar dos Programas.
- b.** Apreender as contradições de conceitos e definições sobre Tecnologia, Sociedade e Multidisciplinaridade presentes no material a ser coletado.

IV – Metodologia

O pressuposto básico desta proposta é o de que há uma ressignificação da concepção e da idéia sobre o que venha a ser desenvolvimento, tecnologia e sociedade. Identificar tal ressignificação implica em demarcar o período de interesse do projeto, ou seja: esta pesquisa privilegia os períodos de 1990 a 2010. Esses períodos, que englobam dois governos democráticos com concepções diversificadas no campo das relações entre tecnologia e sociedade, podem ser vistos como marcos políticos e econômicos significativos para se pensar a produção de conhecimento.

Tecnologia é um termo polissêmico, seja devido aos inúmeros significados que variam de acordo com os diferentes grupos que a interpretam, seja com relação aos diferentes valores que ele incorpora em seu uso concreto. Torna-se, portanto necessário explicitar os sentidos que lhe são atribuídos, e sua articulação em arcabouço coerente, quando se pensa em criar e desenvolver um Programa de que discuta as relações entre Tecnologia e Sociedade. Neste projeto se fará um levantamento bibliográfico de diferentes concepções de tecnologia e suas relações com a sociedade.

O apoio instrumental para o levantamento dos dados se buscará nas metodologias denominadas de estado da arte (FERREIRA,2002; LOPEZ CERESO,2004), cujo processo pode facilitar a sistematização dos dados pesquisados e, simultaneamente, a organizá-los para análise.

O estudo se caracterizará como pesquisa *qualitativa* quando da identificação e perfil dos teóricos e grupos de pesquisas que estudam o tema proposto. No caso, se fará uma tentativa de mapear as matrizes teóricas e suas conseqüentes ideologias. É qualitativa, quando, mapeada, se faz necessária análise dos aportes teóricos utilizados pelos mesmos, contextualizando-os.

O caminho pretendido visa a valorização atribuída ao local e ao regional como requisito indispensável ao desenvolvimento tecnológico idealizável. Por essa via, poderão emergir as contradições dos conceitos e das definições sobre a idéia de desenvolvimento tecnológico e suas implicações sociais que se configuram nos trabalhos pesquisados.

Para esses trabalhos se agregam as implicações objetivas dos pesquisadores, as quais não estão desassociadas das expressões da subjetividade e das escolhas desses sujeitos. Elas só podem ser identificadas a partir de uma abordagem que contemple a

identificação do perfil científico do pesquisador e o contexto histórico, político, econômico, cultural e tecnológico em que este está inserido.

Para Lima; Mioto (2009, p. 44) a pesquisa bibliográfica, como um procedimento metodológico, é *“importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas”*.

Pois bem, está é uma das pretensões deste projeto, a de trazer hipóteses e interpretações que poderão servir de suporte às futuras pesquisas no campo da relação Tecnologia/sociedade.

As pesquisas de caráter bibliográfico, com o objetivo de inventariar e sistematizar a produção em determinada área do conhecimento, são chamadas, usualmente, de pesquisas do estado da arte. Elas têm em comum o desafio de mapear e discutir certa produção acadêmica em determinado campo do conhecimento. Estudos do tipo estado da arte, como afirma Ferreira (2002, p. 257):

(...) permitem reconhecer os principais resultados da investigação, identificando temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos às pesquisas futuras (...).

O que se espera fazer, seguindo as orientações da metodologia do “estado da arte”, é promover uma elaboração, crítica, sobre a vinculação de relações entre tecnologia e sociedade, por intermédio de levantamentos de pesquisas, de sistematização dos dados coletados e da avaliação do conhecimento produzido nesta área.

Nesta primeira etapa da pesquisa, em função de ser exploratória, realizar-se-á um levantamento de varredura nos autores clássicos, dos grupos e programas de pesquisa que investigam o tema. Posteriormente, a seleção ficará circunscrita às questões e as palavras-chave: Tecnologia e sociedade, tecnologias sociais, tecnologia e desenvolvimento, tecnologia e cultura, tecnologia e inovação, tecnologia e interação, tecnologia e trabalho, Dimensões Sociais da Ciência e da Tecnologia, Gestão Tecnológica e Sociedade Sustentável.

Desse material, busca-se extrair os principais argumentos, as bases teóricas, os perfis dos pesquisadores escolhidos e os contextos socioeconômicos, político e cultural,

para, a posterior, formar um quadro teórico em que se permita estruturar e fomentar futuras análises e pesquisas. Inclusive, para que seja possível adensar o diálogo com as diferentes correntes do pensamento contemporâneo.

Não se quer nesta pesquisa fazer uma clássica análise do discurso, por intermédio do estado da arte, mas, também, não se pretende um mero exercício descritivo ou narrativo de um determinado conjunto de textos. No caso, para este esforço investigam-se de modo reflexivo e crítico as tendências presente nos temas pesquisados. Levam-se em consideração os seguintes critérios:

a. Dimensões Históricas. Não se quer perder de horizonte a contextualização de cada tempo e espaço identificado, sem desconectar a referência do processo histórico.

b. Elementos Objetivos e Subjetivos do Objeto de Estudo. Outra convicção necessária é a de que essa contextualização histórica compõe-se de interditos objetivos (leis, normas, regras) e que é composta por elementos subjetivos (ideologia, poderes simbólicos, características e memórias regionais, entre outros), resultantes do próprio processo sociocultural humano.

c. Trajeto de Análise. Parte-se do entendimento da totalidade à particularidade, das questões macro às micros, pois é no jogo do macro (contexto político, econômico e sociocultural de determinado tempo) ao micro (o objeto específico de pesquisa: o cotidiano, a memória, entre outros) que pode ser possível apreender as contradições do processo histórico e explicar algumas ambigüidades experimentadas em face das fragmentações, inseguranças, fluidez e instabilidades, características das atuais relações sociais, as quais devem ter presença no material a ser coletado.

d. A Pluralidade Teórica. A pluralidade deverá ser vista em relação aos conceitos e teorias explicitadas, contudo esta parece ser exigência integrante da atual condição de instituição de pesquisas. Dessa forma, imagina-se que são os pesquisadores quem definem os recortes e as singularidades que melhor expressem, no momento da pesquisa, a particularidade e a pluralidade do objeto de pesquisa.

e. Relações de Poder. Parte-se da convicção de que a *relação de poder* está presente nas estruturas que sustentam a produção do conhecimento, o que pode ser evidenciado na análise dos pretensos dados.

Esses são elementos de partida. No transcurso da investigação podem ser definidos outros procedimentos de coleta e análise, desde que necessários.

Em face de ser uma pesquisa inicial e ter, nesse momento, um caráter exploratório, não se tem, ainda, um número exato da quantidade de livros, artigos, grupos de pesquisa e pesquisadores que tratam dessa questão. Essa exatidão será mais perceptível após a primeira etapa descrita abaixo, conforme cronograma de trabalho, pois lá se terá uma visão segura desses números e apontamentos.

V – Revisão da literatura: referencial teórico inicial e fundamentação

Pensar o desenvolvimento, de acordo com Petitinga (2006), leva-se em consideração aspectos significativos em um território específico. Desse modo, é imprescindível se discutir a respeito de conceitos como desenvolvimento local e regional.

Os Programas de Pós-graduação que discutem tecnologias relacionadas à sociedade se constituem como possibilidade de formação de quadro, profissionais, pesquisadores e docentes, ao enfrentamento das demandas sociais contemporâneas apoiando-se em diversas variáveis e fatores para outras respostas aos problemas, cada vez mais complexos.

Por outro lado, atrelar as ações de Desenvolvimento tecnológico às expressões apoiadas no econômico é, no mínimo, ignorar o sentido semântico atribuído ao termo: desenvolvimento tecnológico pressupõe interdisciplinaridade, interações, rede.

A tecnologia perpassa todas as formações sociais, pois ligadas à produção da vida são necessárias apropriação e manipulação de técnicas que carregam em si elementos culturais, políticos, religiosos e econômicos próprios da existência social.

Portanto, o termo tecnologia extrapola a perspectiva instrumental que a vê direcionada apenas para o mercado, para considerá-la mais ampla e profundamente, levando em conta outras dimensões que estão, implícita ou explicitamente, presentes em sua produção, consumo, distribuição e descarte. O determinismo tecnológico, por si, é reducionista, não permite perceber a complexidade inerente aos fenômenos sociais.

Muitas vezes, na relação tecnologia e sociedade, perpassada pela perspectiva de desenvolvimento, o tema desenvolvimento é empregado com conotação econômica o que implica em relação direta entre desenvolvimento econômico e tecnologias. Talvez por sua

natureza muito mais quantitativa se comparado com questões políticas, sociais e culturais, por exemplo.

A consequência direta do desenvolvimento, focalizado no econômico e centralizado na equação capital versus trabalho, resultou em desigualdades, em exclusão e, se somado a tecnologia informacional, em desemprego (ANTUNES, 1995). Portanto, as transformações em curso que desencadeiam arranjos à estrutura da sociedade industrial moderna validam uma aproximação ao pensamento sobre desenvolvimento e este se faz importante para a compreensão desse processo. De partida, a leitura de Giovanni Arrighi (1997) se faz indispensável para estabelecer parâmetros críticos à idéia de desenvolvimento.

Não se contesta aqui o fato de que os indicadores econômicos são importantes na medida em que representam dados e informações sinalizadoras do comportamento individual e coletivo das variáveis e fenômenos componentes de um sistema econômico, quaisquer que sejam as dimensões territoriais pesquisadas. Neste sentido, estes vêm sendo usados por meio dos tempos de modo a subsidiar o processo de tomada de decisões dos agentes públicos e privados. Nas últimas décadas, percebe-se inclusive uma melhoria dos indicadores econômicos e sociais ao redor do mundo, com certa redistribuição de renda entre os países.

Não se trata de pensar, pois, a relação entre tecnologia, sociedade e o desenvolvimento como, exclusivamente, novos arranjos do sistema produtivo ou refém da nova ordem econômica – empresarial, mas, também, como estratégias sociais de sobrevivência e de geração de renda. Estudar as intencionalidades do desenvolvimento regional e suas vertentes tecnológicas implica em entender mecanismos culturais e sociais relacionados ao crescimento econômico, uma vez que o próprio processo de industrialização tecnológico e informacional trouxe consigo conseqüências sociais, visivelmente demarcadas pela institucionalização dos índices de desenvolvimento humano. Essa tendência encontra-se difundida em diversas reflexões sobre o tema de desenvolvimento, incluindo-se a questão regional.

Uma leitura de orientação, de partida e não necessariamente de chegada, é o livro de Amartya Sen (1999), denominado *Desenvolvimento como Liberdade*. Na linha de raciocínio de Sen (1999, p. 9-10) significa conhecer o desenvolvimento como um processo de crescimento das liberdades que as pessoas podem desfrutar. Entende-se que no

crescimento econômico, o instrumento de mercado é importante. Contudo, deve vir depois do reconhecimento do valor da liberdade direta de troca – de palavras, presentes e bens.

Dentro dessa lógica, a tecnologia, a globalização, a sociedade da informação, o tempo livre, o lazer, o trabalho e, no caso, a preservação do humano passam a compor os interesses das novas tendências da definição do que venha a ser desenvolvimento (BAUMAN, 1999; 2001). Certamente, que a globalização traz consigo um novo nível de exigência ao desenvolvimento, o qual deve atenção constante (DAWBOR, 2009). Os riscos desse processo devem ser avaliados dentro da realidade brasileira (DAGNINO, 2001; 2004).

Tomando como pressuposto básico as produções dos Programas a serem estudados, observa-se que o compromisso e o comprometimento das organizações em promover o desenvolvimento tecnológico das regiões nas quais atuam ganham a centralidade das discussões e preocupações das pesquisas, valorizando as inserções locais e regionais, sem desconsiderar o contexto mundial.

Dada a importância de a reflexão estar circunscrita ao desenvolvimento regional/local entende-se ser necessário ter um olhar amplo e que se considerem a diversidade de práticas de produção sócio-econômicas fundadas em tecnologias que gerem renda e de desenvolvimento, uma vez que esse contexto envolve conseqüências, as quais merecem estudos e aprofundamentos no que diz respeito à dependência e à relação do desenvolvimento regional/local com a economia global, tudo sobre a óptica dos trabalhos científicos daqueles Programas, os quais serão sistematizados e detalhados no transcurso da investigação. Para Dawbor (2009) o problema do poder local é o de como a sociedade decide o seu destino, constrói a sua transformação, e democratiza.

Por sua vez, essa discussão ganha mais sentido se tratada em perspectivas multidisciplinares. Assim, apoiando nos documentos de área da CAPES¹, entende-se por Multidisciplinar o estudo que agrega diferentes áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas, no qual cada área ainda preserva sua metodologia e independência.

¹ Todas as referências do Conceito de Multidisciplinaridade foram extraídas do site http://qualis.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/webqualis/criterios2007_2009/Criterios_Qualis_2008_45.pdf. Acesso em julho de 2011.

Portanto, pensar as produções dos Programas de Mestrado a serem estudados supõe-se superar os limites do pensamento e traçados epistemológicos disciplinar, para implantar caminhos outros de cunho pluri, multi e interdisciplinar.

É dentro desse contexto teórico-conceitual e metodológico que se pretende investigar a temática do desenvolvimento, em que se tomará como referência os resultados das ações de dois Programas de Mestrado que tratam da questão das relações entre Tecnologias e Sociedade.

VI – Principais contribuições Científicas

a.) Fortalecer as discussões travadas no interior dos Programas afins da Área Multidisciplinar, acerca dos temas que entrelacem tecnologia e sociedade;

b.) Contribuir na constituição de apontamentos teórico-metodológicos sobre procedimentos multidisciplinares no campo das relações entre Tecnologia e Sociedade;

c.) Apropriar das experiências dos Programas estudados para estruturar as estratégias e ação do Programa de Desenvolvimento, tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá.

VII - Resultados e discussões preliminares referentes ao Programa de pós-graduação do Paraná

Foi adotada inicialmente uma abordagem quantitativa, objetivando destacar indicadores e tendências observáveis entre as publicações. Dessa maneira, a partir da leitura do projetos institucionais contidos no site do primeiro PPG (Paraná) no período de 2001 a 2011, foram analisadas 299 publicações. A tabela abaixo explicita a distribuição dessas em relação aos anos.

Tabela 1 - Distribuição das Publicações de Mestrado (Paraná) por Ano

<i>Ano</i>	<i>Número de Publicações</i>	<i>Publicações Número</i>
2001	30	44 a 73
2002	35	74 a 108
2003	29	109 a 137
2004	21	138 a 158
2005	32	159 a 190
2006	23	191 a 213
2007	28	214 a 241
2008	20	242 a 261
2009	30	276 a 305

2010	29	306 a 334
2011	22	335 a 356
Total	299	-

Observa-se que entre 2008 e 2009 há uma interrupção entre o número das publicações, isto é, a defesa de tese número 261 é seguida pela defesa de tese número 276. Entretanto, ao analisar os diferentes cenários em que estão essas publicações, não foi encontrada nenhuma possível causa para o fato.

De uma maneira geral, nota-se ainda que o número de defesas de tese não possui uma grande oscilação conforme os anos. A média aritmética dos dados é de 27 defesas/ano, não considerando as publicações que não constavam no site citado (defesa de tese número 262 à 270). O gráfico a seguir evidencia as flutuações do período.

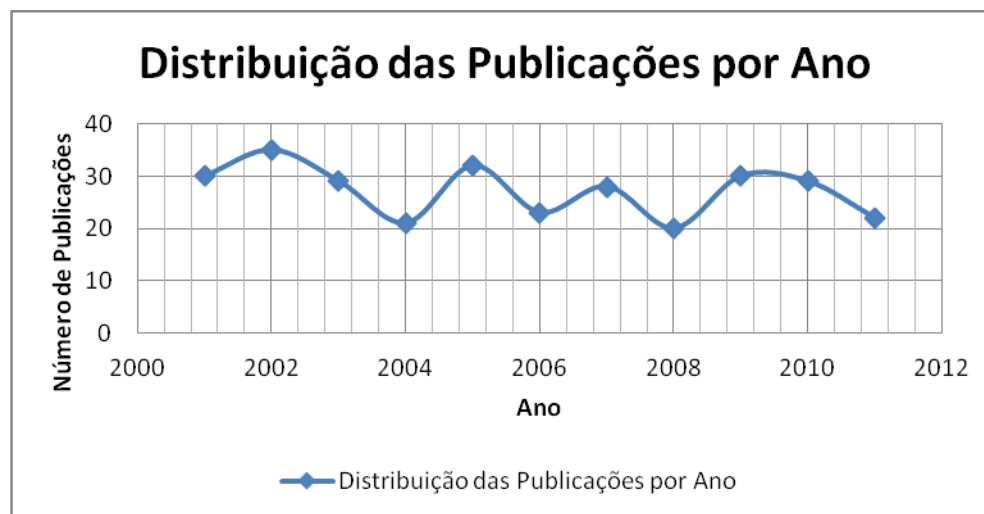


Gráfico 1 - Distribuição das Publicações de Mestrado 1 por Ano

O gráfico reafirma a ideia de que não há flutuações significativas no período analisado. Enquanto o número máximo de defesas por ano é 35, o mínimo é 20. Percebe-se também atualmente uma queda entre os números de defesas de tese por ano. Seguindo o modelo exposto pelos anos anterior, pode-se esperar, entretanto um aumento no número de defesas nos próximos anos.

Apesar de válida a distribuição das defesas de tese por ano, a fim de obter um quadro completo das publicações, analisou-se também a distribuição mensal dessas por ano, conforme indica a tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição Mensal das Defesas de Mestrado 1

Mês	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2009	2009	2010	2011
Janeiro	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	2
Fevereiro	1	1	1	-	3	3	1	3	3	3	3
Março	2	-	8	-	1	-	2	2	3	3	4
Abril	3	2	3	-	1	1	2	-	1	3	2
Mai	5	5	1	-	2	3	6	4	2	2	1
Junho	1	4	-	2	1	3	3	4	3	2	-

Julho	-	6	3	2	2	2	1	1	-	1	1
Agosto	2	5	-	5	6	1	2	3	4	1	1
Setembro	-	2	1	4	6	-	4	3	3	4	2
Outubro	3	2	3	2	2	3	-	-	4	1	3
Novembro	4	1	4	1	3	1	3	-	-	3	-
Dezembro	9	7	3	4	5	6	4	-	7	6	3
Total	30	35	29	21	32	23	28	20	30	29	22

Os dados obtidos já apresentam maior heterogeneidade que os anteriores. Enquanto o gráfico 2 demonstra o quão variada é o número de teses por mês conforme os anos, o gráfico 3 permite uma melhor comparação entre a quantidade de defesas e os meses.

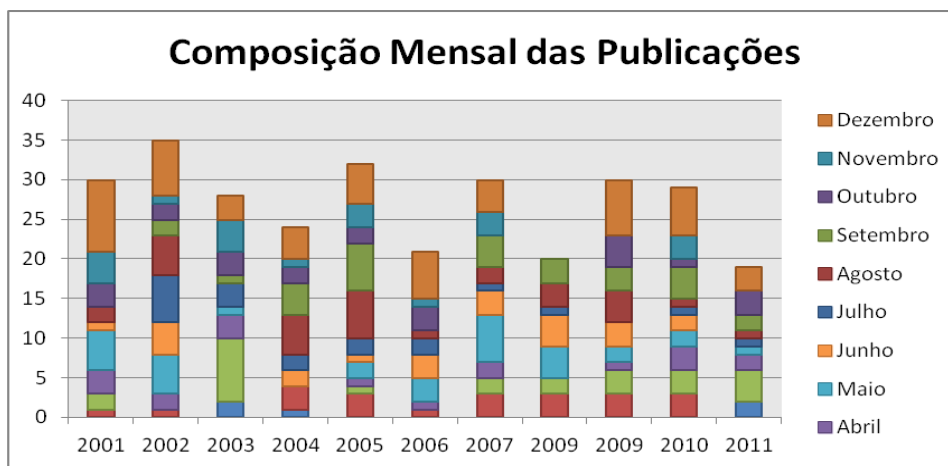


Gráfico 2 – Composição Mensal das Publicações

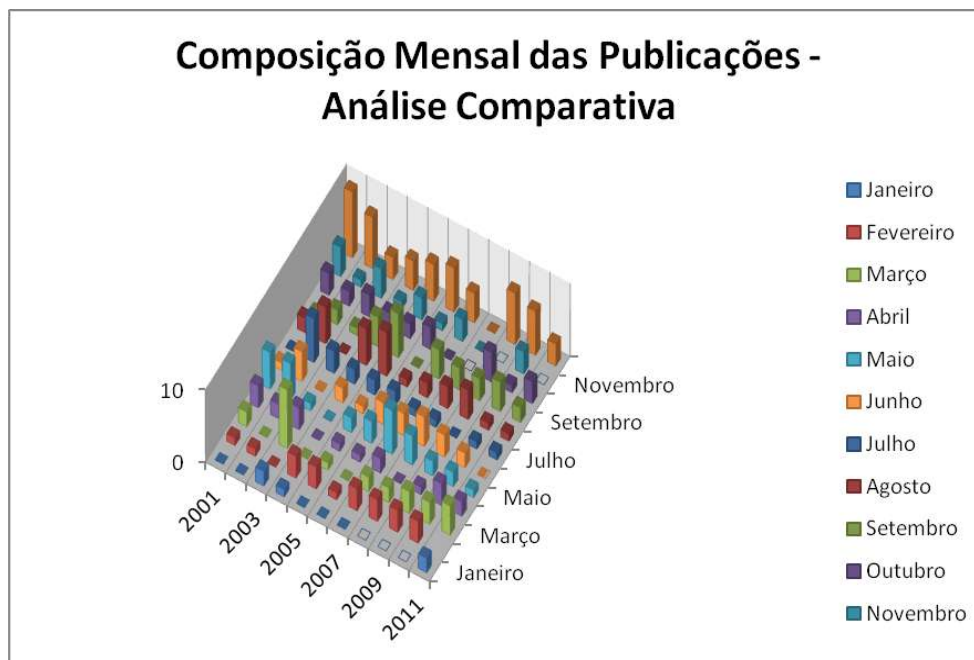


Gráfico 3 – Composição Mensal das Publicações – Análise Comparativa

Apesar de não apresentar uma uniformidade, existe uma tendência geral, e ao mesmo tempo natural, de os últimos meses do ano possuírem maior número de defesas de tese, enquanto os primeiros meses do ano, um menor número. A comparação entre janeiro e dezembro permite observar com clareza essa diferença.

É válido ainda ressaltar que das 299 defesas de tese analisadas, apenas a 46ª defesa de dissertação/março2001 não foi aceita pela banca examinadora, o que faz com que exista uma taxa de aproximadamente cem por cento de aprovação. Entretanto, essa análise é apenas quantitativa, não considerando ainda a qualidade de todas as dissertações.

Análise do Corpo Docente

Após uma análise quantitativa geral dos dados das publicações, procurou-se caracterizar, ainda quantitativamente, o perfil do corpo docente. Inicialmente, foi analisada a relação de orientações e de co-orientações por ano. Em um segundo momento, analisou-se a quantidade de teses por cada docente específico, conforme os anos.

Uma análise superficial demonstrava grande diferença entre os docentes em relação a quantidade de teses que esses orientavam por ano, isto é, enquanto havia docentes com seis orientações por ano, havia também docentes com apenas uma orientação.

Percebendo essa diferença, a análise do corpo docente foi iniciada pela análise dessa relação, indicada na tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Relação entre Docentes e Quantidade de Orientações/Ano

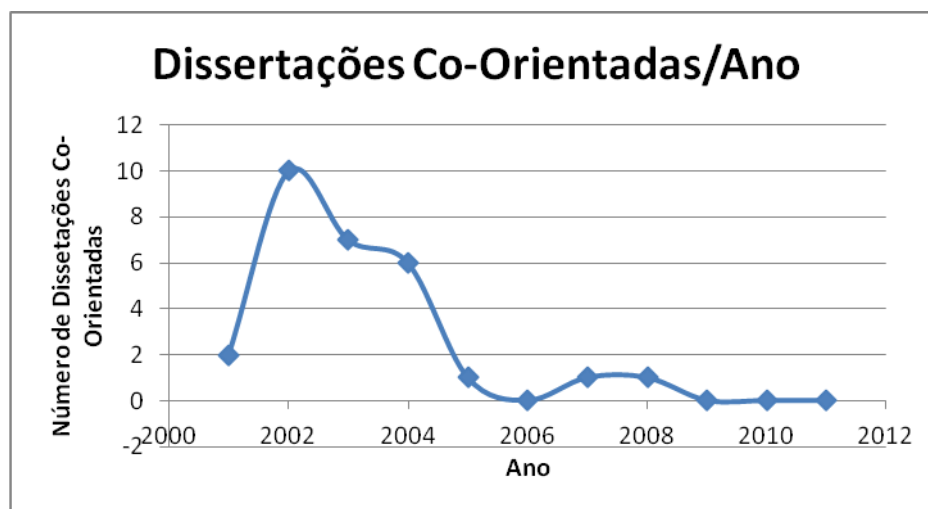
Número de Orientações/Ano	Número de Docentes										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	4	11	8	9	13	7	5	11	13	10	13
2	6	1	5	3	2	1	7	3	7	8	3
3	3	4	2	2	3	3	3	1	1	1	1
4	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
6	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Total de Orientações	29	35	29	21	32	23	28	20	30	29	22

Analisando os dados anteriores, observa-se que o número de docentes com apenas uma orientação tem crescido, ao mesmo tempo em que orientar quatro, cinco ou seis teses se tornou uma prática incomum. Docentes com três orientações por ano também tem se tornado cada vez menos comum, enquanto cresce o número de docentes com apenas uma orientação.

Em relação às co-orientações, mapeou-se a quantidade dessas por ano, sendo os dados expressos na tabela 4 e no gráfico 4.

Tabela 4 – Relação entre Co-Orientações por Ano

Ano	Número de Dissertações Co-Orientadas
2001	2
2002	10
2003	7
2004	6
2005	1
2006	0
2007	1
2008	1
2009	0
2010	0
2011	0

**Gráfico 4 – Dissertações Co-Orientadas/Ano**

Percebe-se claramente que o número de co-orientações tem decrescido significativamente conforme os anos. Relacionando as informações de orientações e co-orientações, nota-se uma ligação entre ambas. No início do período analisado, no qual docentes com muitas orientações, há maior número de co-orientações. Quando maior o número de docentes com apenas uma orientação, menor o número de co-orientações.

As análises feitas demonstram ainda uma evolução no quadro composto pelo corpo docente, embora haja alguns professores(as) doutores(as) que se destacam expressivamente no período de tempo analisado.

Há uma evolução natural no corpo docente da instituição, de maneira em que haja docentes disponíveis para a orientação dos trabalhos, mesmo que aqueles que no início do período analisado possuíam grande número de orientações possuam quantidade bem menor

atualmente. A relação completa de orientações/ano por cada docente pode ser conferida no anexo I do presente documento.

Análise do Corpo Discente

Em um primeiro momento, a análise do corpo discente tem como objetivo verificar aqueles que já produziam na área e aqueles que não. A coleta de dados utilizou os currículos disponibilizados pela Plataforma Lattes do CNPq, com o objetivo de homogeneizar a pesquisa. Em um primeiro momento, verificou-se apenas se os autores das teses possuíam ou não alguma produção bibliográfica, produção técnica e produção artística/cultural, antes e depois do período da tese, contabilizando também o período da defesa da tese.

Utilizando as definições da própria Plataforma Lattes, é válido definir e descrever os componentes de cada tipo de produção. Dessa maneira:

Produção Bibliográfica engloba artigos completos publicados em periódicos, artigos aceitos para publicação, livros e capítulos de livros, texto em jornal ou revista, trabalhos publicados em anais de eventos, apresentação de trabalho e palestra, partitura musical, tradução, prefácio e posfácio e outras produções bibliográficas.

Produção Técnica engloba: assessoria e consultoria, extensão tecnológica, programa de computador sem registro, produtos, processos ou técnicas, trabalhos técnicos, cartas, mapas ou similares, curso de curta duração ministrado, desenvolvimento de material didático ou instrucional, editoração, manutenção de obra artística, maquete, entrevistar, mesas redondas, programas e comentários de mídia, relatório de pesquisa, redes sociais, websites e blogs e outras produções técnicas.

Produção artística/cultural engloba: artes cênicas, música, artes visuais e outras produções artísticas/culturais.

Em um segundo momento procurou-se analisar quantitativamente essas produções. Entretanto, o fato de nem todos os currículos estão atualizados (encontra-se currículos cuja última atualização é 2006 e outros cuja atualização é 2012 – o que faz com que seja muito heterogênea a fonte de informações), juntamente com o fato de ser o próprio autor o responsável pela organização (o que faz com que muitas informações sejam imparciais), fizeram com que essa segunda parte não fosse realizada. Pretende-se ao invés dessa análise, uma análise do contexto em que teses foram defendidas e o levantamento das principais linhas de pesquisa dessas.

Objetivos Futuros

Realizar a análise quantitativa em relação aos temas das teses do período analisado. Dar início à análise qualitativa, procurando as principais vertentes que guiam os trabalhos e o contexto em que esses foram publicados.

VIII – Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez, 1995.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 3 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** Equívocos do Globalismo, respostas à globalização. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

COUTINHO, Luciano. O desafio da competitividade sistêmica. In: **Inserção na Economia Global: uma reapreciação**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1997. p.101-128.

CUTCLIFFE, Stephan. **Ideas, máquinas y valores: los estudios de ciencia, tecnología y sociedad**. México, D.F.: Anthropos Editorial, 2003.

DAGNINO, Renato; THOMAS, H. Planejamento e políticas públicas de inovação: em direção a um marco de referência latino-americano. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, Brasília: IPEA, 2001.

DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DIAS, Rafael. **A política científica e tecnológica latino-americana: relações entre enfoques teóricos e projetos políticos**. 2005. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

DIAS, Rafael de Brito; SERAFIM, Milena Pavan. Educação CTS: uma proposta para a formação de cientistas e engenheiros. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 14, n. 3, nov. 2009 .

DOWBOR, L. **Da Globalização ao Poder Local: a Nova Hierarquia dos Espaços**. Disponível em: <http://dowbor.org/5espaco.asp>. Acesso em: 4/4/2009.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. In: **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n.79, p. 257-272, ago. 2002.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. SP: UNESP, 1991.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, UFSC, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <<http://www.katalysis.ufsc.br>>. Acesso em: 04 set. 2008.

LOPEZ CERREZO, José Antônio. Ciência, Tecnologia e sociedade: o estado da arte na Europa e nos Estados Unidos. In: SANTOS, Lucy et al. **Ciência, tecnologia e sociedade: o desafio da interação**. Londrina: IAPAR, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, editora Companhia das Letras, 2000.

SOUSA SANTOS, B. Os processos da Globalização. In: SOUSA SANTOS, B. (org). **Globalização e Ciências Sociais**. São Paulo, Cortez, 2002, p.25-102.

SOUZA, C. M., OLIVEIRA, E. A. A. Q. e CARNIELLO, M. F. **Estudos de gestão e desenvolvimento regional**. São Paulo: Oficina de livros, 2008.

PRODUÇÃO ACADÊMICA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E RELAÇÕES ETNICORRACIAIS

Lilian Miranda Bastos Pacheco- (Professora da Pós-Graduação em Desenho: Mestrado em Desenho Cultura e Interatividade da UEFS. E-mail: dlp.ba@terra.com.)

Suely dos Santos Souza- (Pedagoga. Estudante do Mestrado em Educação (UEFS). E-mail: mission.suely@hotmail.com)

Joíla Rodrigues de Lima (Graduanda em Pedagogia. (UEFS). E-mail: joilarodriguez@hotmail.com)

RESUMO

O presente trabalho é resultado da pesquisa “Formação de Professores e Relações Etnicorraciais na Educação Infantil”, que se configurou como uma das vertentes do Projeto de Pesquisa “Estado da Arte da Educação Infantil no Brasil de 1990-2003”. Na mesma, buscou-se identificar e analisar descritivamente as produções acadêmicas sobre a temática formação de professores e relações Etnicorraciais na área da Educação Infantil, no período de 1990 a 2003, em periódicos classificados pela QUALIS-CAPES, na área de Educação, ano base 2003, com conceito A, de circulação nacional. Os artigos são resultantes de revisões bibliográficas ou estudos empíricos. Todos os estudos reconhecem a importância da formação adequada do professor para tratar os aspectos relacionadas às questões Etnicorraciais na sala de aula.

Palavras-chave: Estado da Arte, formação de professores, relações etnicorracias.

ABSTRACT

This study is the result of the research "Teacher Training and ethno-racial relationship in Early Childhood Education", which was configured as one of the aspects of the research Project "State of the Art in Early Childhood Education in Brazil from 1990-2003". At the same time, we tried to identify and analyze descriptively the academic productions on the subject teacher training and ethno-racial relationship in the area of Early Childhood Education, from 1990 to 2003, in journals ranked by QUALIS-CAPES, in the area of Education, year 2003, with the concept of national circulation. The articles are derived from literature reviews and empirical studies. All studies recognize the importance of appropriate training for teachers to deal with issues related to ethno-racial relationship in the classroom.

Keywords: State of the Art, teacher training and ethno-racial relationship

Introdução

O presente trabalho é resultado do plano de trabalho, intitulado “Formação de Professores e Relações Etnicorraciais na Educação Infantil”, parte constituinte de uma pesquisa de Iniciação Científica, que fez parte do Projeto de Pesquisa “Estado da Arte da Educação Infantil no Brasil de 1990-2003”.

O projeto buscou identificar e analisar descritivamente as produções acadêmicas sobre a temática, “Formação de Professores e Relações Etnicorraciais” na área da Educação Infantil, no período de 1990 a 2003, divulgados em periódicos científicos de excelência. A fim de alcançar o objetivo proposto, buscou-se realizar uma pesquisa documental estruturada em três etapas: primeiramente definiu-se os periódicos que seriam utilizados. Para tanto se recorreu à avaliação, Qualis-Capes, ano base 2003, na área de Educação, e foram selecionados periódicos classificados como Nacional A, de acordo com o documento, Anexo C – Avaliação Final de Periódicos Científicos da Área de Educação, divulgado pela ANPED.

Após a localização dos mesmos, esquadrinhou-se, através, do título, palavras-chave, resumo ou leitura da introdução, os artigos pertinentes à área da Educação Infantil, utilizando os seguintes descritores: creche, pré-escola, educação infantil, 0 a 6 anos, criança, infância, tendo formação de professores e relações Etnicorraciais articulados a qualquer um desses. No caso dos artigos que não possuíam resumo ou palavras-chave observou-se ainda a introdução do texto.

As análises dos documentos indicaram que o ápice das publicações ocorreu no ano de 2003. Entre os autores há um predomínio do sexo feminino e os mesmos são professores ligados a programas de Pós-Graduação.

Os artigos são resultantes de revisões bibliográficas ou estudos empíricos, que tem como sujeitos as crianças, os adultos, ou fontes bibliográficas. Fundamentam-se na Psicologia, na Sociologia, na Filosofia ou na abordagem Sócio-cultural. Todos os estudos reconhecem a importância da formação adequada do professor para tratar com os aspectos relacionadas às questões Etnicorraciais na sala de aula.

Educação Infantil

Ao longo de muitos séculos a educação das crianças pequenas era de inteira responsabilidade da família, que os ensinava o básico para ser integrado ao meio social.

De acordo com Oliveira (2002), somente com o desenvolvimento científico, a expansão comercial e as atividades artísticas é que surgiu uma nova visão sobre a criança e sua educação. Assim, foi a partir do advento da Revolução Industrial e da saída da mulher de casa para o mercado de trabalho que surgiram as creches e pré-escolas, com o objetivo de ensinar os bons hábitos, as regras morais e às vezes valores religiosos.

Em vários países europeus, nos séculos XVIII e XIX, o debate sobre escolaridade obrigatória teve ênfase, mostrando a importância da educação para o desenvolvimento social. Justamente nesse período, o jardim-de-infância foi trazido para o Brasil, sob a influência norte-americana e européia. Os primeiros jardins-de-infância criados no Brasil foram particulares, estando situado no Rio de Janeiro (1875) e São Paulo (1877), alguns anos mais tarde surgiram os jardins-de-infância públicos.

Segundo Oliveira (2002), com a consolidação da atividade industrial no Brasil as fábricas tiveram que contratar um número expressivo de mulheres. Estas por sua vez entregaram os cuidados dos seus filhos às “criadeiras”, ou seja, a mulheres que eram pagas para cuidar das crianças. Nesta época, contudo, muitas crianças morreram devido à falta de higiene e de condições materiais.

Depois de muitas lutas e reivindicações das trabalhadoras, alguns empresários, para reter a força de trabalho, fundaram creches e escolas maternas para os filhos dos operários. Com o passar do tempo, as reivindicações foram canalizadas e esses serviços passaram a ser de responsabilidade do Estado. Até a década de 50, as creches instaladas fora das fábricas, eram instituições filantrópicas laicas, que passaram a receber apoio financeiro do governo. Desta forma, o trabalho tinha caráter assistencial-protetoral.

Na década de 70, a partir dos Estados Unidos e Europa difundiram-se algumas teorias, que afirmavam que as crianças das camadas sociais mais pobres sofriam privações culturais. Assim, depois de debates foram elaborados com o nome de

Educação Compensatória, propostas de trabalho para creches e pré-escolas que atendiam a estas crianças.

Com o fim do período militar, retomou-se a discussão sobre as funções da creche e da pré-escola e a elaboração de programas pedagógicos que buscavam romper com as concepções meramente assistencialistas ou compensatórias, propondo uma função pedagógica que enfatizasse o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças.

Através das lutas pela democratização da escola pública, na Constituição de 1988, a educação em creches e pré-escolas foi reconhecida como um direito da criança e um dever do estado. Entretanto, a creche ficou esquecida e mesmo tendo sido reconhecida como instituição educacional, permanecia a idéia de favor.

Na década de 90, alguns marcos em prol da Educação Infantil estiveram presentes. O primeiro foi o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que reafirmou os direitos já estipulados na Constituição de 1988 e o segundo foi em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil como etapa inicial da Educação Básica.

Além disso, no final do século XX, o Ministério da Educação e Cultura – MEC, pensando em uma nova concepção sobre o currículo, o desenvolvimento e a aprendizagem, criou o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI e o Conselho Nacional de Educação formulou as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil. (BRASIL, MEC, 1998)

Apesar de possuir um referencial próprio, as práticas didáticas utilizadas na Educação Infantil estavam ainda longe de representar transformações, as ações pedagógicas instituídas convivem com idéias utópicas que não se concretizam.

Hoje essa modalidade de educação é uma necessidade reconhecida principalmente pelos educadores. Eles estão de acordo ao afirmarem que a Educação Infantil se configura num período de notável potencial educativo, pelo qual devem passar todas as crianças menores de sete anos.

Segundo Dante (1996), a Educação Infantil deve ser entendida como o enriquecimento e coordenação do potencial e das experiências de aprendizagem das

crianças economicamente privilegiadas ou não, ou ainda, podem ser percebidos também, através do desenvolvimento de programas de educação compensatória e de estimulação para crianças que são carentes. A pré-escola é um estágio de fundamental importância, quando estruturada de forma adequada serve como instrumento poderoso para prevenir ou minimizar os problemas de repetência, de evasão e de adaptação.

O desempenho da criança nas primeiras séries e sua conseqüente permanência na escola dependerá de um trabalho longo e cauteloso de coordenação motora, de percepção visual e auditiva, de conhecimentos verbais para exercer a comunicação e a expressão, de atenção e capacidade de orientar por instruções, de atividades que exercitem o desenvolvimento do pensamento lógico, de atividades em grupo que visem à socialização e o desenvolvimento dos hábitos de higiene e saúde.

Consta no Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998) que este nível de escolarização tem como objetivo desenvolver habilidades e competências nas crianças, tais como atuar de forma equilibrada, quer como instituição de aprendizagem e ensino, procurando desenvolver a cognição de cada indivíduo em sua idade; quer como instituição social, suprimindo, tanto quanto possível, os mais variados tipos de carências que ela traz consigo para a escola.

É importante também, que ela estimule a curiosidade e a criatividade da criança, dando a oportunidade de descobertas e inovações, de preferência em um espaço rico em desafios, liberdade e questionamentos. Além do incentivo às atividades artísticas.

A escola deve estimular a autoconfiança e a autonomia da criança, dando importância tanto a elas quanto as suas atividades, pois é através destas que estes pequenos sujeitos construirão o seu pensamento lógico, sua organização social, moral e emocional. Por isso, se faz necessário um ambiente educativo que incentive a participação e cooperação das crianças entre si e com os adultos.

Hoje se defende o respeito à criança no que se refere às suas experiências prévias, à importância de não tratá-las como um adulto em miniatura e perceber que enquanto brinca, ela aprende. “Se a escola for um bom lugar para viver e participar, certamente será um bom lugar para aprender, para desenvolver-se como cidadão. Não podemos separar a escola da vida.” (DANTE, 1996, 15). Desse modo, a instituição

escolar precisa ser um lugar onde a criança pré-escolar, deverá agir e interagir, construir e reconstruir o seu conhecimento.

A Formação de Professores e as Relações Etnicorraciais

Entre os temas que permeiam as discussões temáticas na Educação, as relações Etnicorraciais e a formação de professores ainda não era uma temática privilegiada. Esta discussão passou a ser foco de pesquisas com uma maior frequência a partir dos anos 90.

De acordo com Alves e Backes (1996), no início da década de 90, em virtude das diferenças presentes na escola, passaram a existir estudos que contemplam os aspectos culturais, raciais e étnicos. Apesar de que no interior da escola, questões raciais de cor, origem e costumes já existiam de forma camuflada, desencadeando conflitos entre as crianças, sendo que, na maioria das vezes, era ignorado pelo próprio professor da classe.

Segundo os autores supracitados, a busca pelo entendimento que possibilitasse explicar a postura exercida por esse profissional, permite inferir que o professor é um sujeito dotado de aspectos culturais e sociais, o qual recebe influências do meio em que vive. Estas, por vez, influenciam em seu processo de formação profissional. No entanto, quando o país em foco é o Brasil, passa a existir uma latente inquietação quanto ao tipo de instrução que este profissional irá receber, visto que, o país ainda é extremamente pautado sobre estereótipos inferiorizantes, preconceitos e discriminações acerca de alguns grupos “minoritários”.

Aquino, Cunha, Costa, Ribeiro (2005) alertam que crianças de idade pré-escolar se relacionam com a sua identidade racial no espaço escolar a partir da interação com diversos grupos sócio/étnico/raciais. As autoras constataram, a partir de um estudo de caso, que crianças negras eram excluídas disfarçadamente por colegas, professores e funcionários por causa da cor da pele. Entretanto, na fala das professoras, sujeitas da pesquisa, mostra que a discriminação não é exibida explicitamente, ou seja, há um falso

discurso de democracia racial que apela para a negação de situações de demonstração de preconceitos ligados a cor da pele da criança negra.

A discriminação disfarçada que ocorre no âmbito escolar, acaba gerando reflexos no desenvolvimento constitutivo das crianças envolvidas. Estudos feitos no campo das relações étnicorraciais (Pinto, 1999; Silva, 2001; Cavalleiro, 2003) salientam que essas crianças, ao serem expostas às situações de exclusão e associadas a estereótipos negativos entre colegas, passam a se tornarem introvertidas, como forma de não serem expostas ao ridículo. Enquanto que os profissionais se mostram ineficazes no combate ao racismo dentro da própria sala de aula em que atuam diariamente por, segundo eles, não identificarem ou encararem a realidade do preconceito e da exclusão racial como um fato real e presente.

Gomes (1996), mostra que o ambiente escolar de uma instituição de ensino é um local onde ocorre diversas relações. Por isso, por não ser neutro, exerce influência tanto intelectual quanto cidadã sobre o indivíduo que encontra-se inserido no mesmo, o qual afeta diretamente a formação da sua identidade. Por conseguinte, o fato de o tema da diversidade étnico-racial não ser abordado na sala de aula, acarreta na não-valorização da pessoa negra pela sociedade, contribuindo para que os alunos negros percebam as suas diferenças como aspectos negativos.

Levando em consideração que somos sujeitos inconclusos, capazes tanto de aprender quanto de optar por mudar de posturas por meio do conhecimento adquirido, Pahim (1999), buscou investigar de que forma o curso de formação de professores tem proporcionado, ao futuro professor, subsídios para interagir com um alunado que se diferencia nos aspectos Etnicorraciais. Observou que as instituições de ensino concebem o diálogo entre diversidade étnicorracial e educação, relacionando-os às concepções filosóficas e pedagógicas. No entanto abordar as diferenças Etnicorraciais não significa apenas falar sobre determinados conteúdos. Assim como apenas formar e conscientizar o professor não é o suficiente.

Recorte da Produção Acadêmica (1990-2003): Formação de Professores e Relações Etnicorraciais.

As publicações no campo da Educação Infantil, no período de 1990 a 2003, totalizam 183 artigos, entretanto apenas 05 artigos tratam da temática aqui em foco. Estas publicações foram localizadas apenas no periódico da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, uma publicação. No periódicos Pró-Posições, Perspectiva, Caderno Brasileiro de Ensino de Física; Educação, Caderno de Educação, Educar em Revista, Avaliação, Ensaio-Avaliação e Políticas Públicas em Educação nenhum artigo relacionando à temática Formação de Professores e Relações Etnorraciais foi encontrado. Os demais artigos, quatro publicações, foram encontrados nas Revistas de Série Monotemáticas, Em aberto e Cadernos Cedes. Na revista Em aberto, foram encontradas três publicações, já na revista Cadernos Cedes, foi identificada apenas uma publicação.

Das nove fontes bibliográficas consultadas o tema só aparece em um periódico e em duas revistas de séries monotemáticas, refletindo a necessidade de estudos acerca desta temática. Quanto ao recorte temporal de quatorze anos, observa-se que o ano de 2003 apresenta a maior concentração das publicações, três publicações no total.

A análise dos documentos mostra que os pesquisadores que trabalham com a temática, nos nove artigos, totalizam 05 autores, que publicaram artigos duas vezes, mas em periódicos diferentes, levando em conta o intervalo de tempo abordado na pesquisa (GUSMÃO, 1993; FERREIRA; BITTAR, 1999; GRUPIONI, 2003; D'ANGELIS, 2003; MINDLIN, 2003). Estes resultados evidenciam a falta de publicação sistemática dos autores nesta temática e um número pequeno de autores interessados no assunto.

Quanto a autoria múltipla, um artigo do periódico *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* se enquadra nesta categoria, são eles: Júnior e Bittar (1999). Esta dupla se caracteriza por serem professores da mesma instituição de ensino superior.

Do total de seis autores seis autores, foram encontrados três pesquisadores do sexo feminino e três do sexo masculino. No entanto, a área de estudos e pesquisas em Educação Infantil ainda é hegemonicamente feminina, comprovando a evidência já anunciada em outros trabalhos como Pacheco, Pereira, Santos (2007); Santos, Pereira, Amorim, Pacheco (2007); Pereira, Amorim, Santos, Pacheco (2007); Amorim, Pereira, Santos, Pacheco (2007); Pacheco, Trindade (2005).

Outro aspecto ponderado, na análise dos artigos, foi a profissão dos autores na época da publicação. Dos 05 autores, 90% deles eram professores e 10 % alunos de Pós-graduação. No entanto este não declarou o vínculo institucional.

No que diz respeito ao vínculo institucional dos autores dois pertenciam a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, uma da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo– PUC-SP, uma da Universidade de São Paulo – USP, um da Universidade de Campinas – UNICAMP.

As frequências de publicações por tipos de instituições às quais os autores estão vinculados são: 03 publicações de instituições públicas e uma de instituição confessional. Ao analisar os artigos não foi encontrada nenhuma produção de instituições particulares.

Nota-se uma predominância das publicações na Região Sudeste, que sozinha apresenta mais da metade da produção 90% (3) enquanto que a Região Sul apresenta 10% da produção (1). Em contrapartida, as Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste não apresentaram nenhum trabalho.

Após a análise dos artigos, estes foram agrupados de acordo com as temáticas de seus objetos de estudo: *práticas educacionais*, *proposta educacional*, *formação de professores e políticas públicas*. Observa-se que um mesmo texto poderia ter sido classificado em mais de uma categoria, entretanto, optou-se por classificar cada artigo apenas uma vez. Para tanto, foram consideradas as palavras-chave, o resumo e a leitura do texto completo.

A maioria dos estudos sobre formação de professores e relações Etnicorraciais se concentraram no ano de 2003 (GRUPIONI, 2003; D'ANGELIS, 2003; MINDLIN, 2003), com duas exceções (GUSMÃO, 1993; JÚNIOR E BITTAR, 1999).

Júnior e Bittar (1999) abordam no artigo localizado das *práticas educacionais* que os Jesuítas utilizavam para educar as crianças negras no Brasil Colônia. Para tanto realizaram uma pesquisa bibliografia fundamentada na análise de documentos oficiais, que datam do período da colonização do Brasil. Os autores realçam que as crianças negras eram filhos de escravos africanos nascidas nas fazendas de propriedade da

Companhia de Jesus. Neste ambiente, as crianças negras além de nascerem marcadas pelo jugo social da escravidão eram submetidas a um processo de aculturação gerada pela visão cristã de mundo.

Já Gusmão (1993) desempenhou uma pesquisa empírica com crianças e adultos que viviam na zona rural, Campinho/RJ. O estudo concluiu que se faz necessário refletir sobre as relações sociais no campo, visto que o negro camponês também é compelido, pelo sistema social que o insere, a ocultar elementos de sua cultura para revelar apenas o que é apropriado ao grupo dominante. Neste contexto, as crianças que fizeram parte se sentem excluídos ao vislumbrarem os marcadores étnicorracionais que lhes identificam sendo subjugados à condição de inferior dentro da complexa dinâmica do jogo social que faz parte como sujeito.

Quanto à *proposta educacional*, D`Angelis (2003) utilizou-se da revisão de literatura para subsidiar o levantamento de propostas para a formação de professores indígenas, partindo do pressuposto de que um professor no exercício da sua prática de ensino pode ser também um educador. No entanto um educador em seu sentido literal, não é um professor. Pois este, para atuar em sala de aula e/ou em programas de ensino precisam adquirir qualificação específica afim de que se tornem capazes de direcionar o processo pedagógico de construção do conhecimento de modo eficaz e significativo para o educando. Processo este que difere da transmissão mecânica do conhecimento. Assim, o autor defende que o professor indígena deve adquirir a formação específica básica na área pedagógica sem distanciar-se das especificidades da cultura indígena.

O objeto de estudo *formação de professores* foi abordado por Midlin (2003) que enfatiza o uso do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), o qual apresenta princípios e conteúdos de um currículo que os professores indígenas devem aplicar em sala de aula.

Assim como podem ser encontrados diferentes focos de interesses dentre os estudos sobre a formação de professores e relações étnicorracionais na Educação Infantil, o mesmo ocorre com a fundamentação teórica utilizada. Nota-se uma tendência cada vez maior de estudos que consideram não apenas o sujeito em questão, mas também o

contexto cultural da sociedade em que está inserido, destacando a influência deste na formação dos indivíduos.

Nos artigos analisados há um estudo empírico que analisa um grupo específico de criança. Assim como três pesquisas bibliográficas, apresentando reflexões teóricas acerca de propostas e práticas educacionais que subsidiem a formação do professor.

Faz-se necessário desenvolver estudos sobre a formação destes professores, a cultura, a linguagem e os conhecimentos específicos das principais etnias que formam o povo brasileiro, como os afrodescendentes e os indígenas.

Considerações Finais

Esta metodologia de pesquisa permitiu uma visão global da produção do conhecimento sobre formação de professores e relações Etnicorraciais na Educação Infantil.

Diante dos dados conclui-se que questões relacionadas à discriminação racial e educação, tanto no âmbito acadêmico quanto nos demais, ainda é objeto de um número pequeno de publicações, revelando a necessidade de estudos que favoreçam a abertura de espaços para discussões e busca de alternativas para minimizar a discriminação racial e o preconceito nas instituições de ensino.

A temática apresentou um total de 4 artigos, no período de 1990 a 2003, estando 50% concentrada no ano de 2003. Dos nove periódicos oito não apresentaram nenhuma publicação. Nas duas revistas de séries monotêmáticas foram encontrados artigos sobre a temática (um em cada um).

No que se refere aos autores predomina o sexo feminino. Estes autores são professores ou alunos de pós-graduação de instituições públicas, confessionais, fundação ou estrangeira, possuindo uma alta concentração na Região Sudeste.

Os objetos de estudo foram classificados em quatro categorias, tais como: proposta educacional, formação de professores, prática e políticas públicas.

Os autores utilizaram como fundamentação teórica abordagens psicológicas, filosóficas, sociológicas ou sociocultural. Quanto a fundamentação metodológica, encontram-se tanto estudos empíricos quanto pesquisas bibliográficas.

Faz-se necessário estudos que possam dar visibilidade aos processos de estigmatização, seus efeitos e/ou superação, proposições e avaliações de ensino mais inclusivos, assim como formação de professores com ênfase nos aspectos específicos das questões desencadeadas pelas interações etnicorraciais.

Referências

ALVES, Nilda (org). Formação de professores: pensar e fazer . São Paulo : Cortez, 1996.

AQUINO, Julio Groppa. Diferenças e preconceito na escola.: alternativas teóricas e práticas. 2 ed. São Paulo: Summus, 1998.

AMORIM, K.; PEREIRA, F.; SANTOS, L; PACHECO, L. Artigo sobre Desenvolvimento Humano na Educação Infantil. *In: XXXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia – SBP, Florianópolis/SC, CD-Rom Resumos de Comunicação Científica*, file://F:\html\ESC\esc 69.htm.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental*. - Brasília: MEC/SEF, 1998, Volume 1.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental*. - Brasília: MEC/SEF, 1998, Volume 2.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental*. - Brasília: MEC/SEF, 1998, Volume 3.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 4. ed. São Paulo: Contexto. 2003.

CUNHA JUNIOR, Henrique. A formação de pesquisadores negros: o simbólico e o material nas políticas de ações afirmativas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. 153-160.

DANTE, Luiz Roberto. *Didática da Matemática na Pré-escola*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Propostas para a formação de professores indígenas no Brasil. *Em Aberto*, v.76, p.34 - 43, 2003.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.80, n.196, setembro/dezembro 1999, p.472-482.

GOMES, Nilma Lino. Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, Juarez. (Org.) *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996. p. 85-92.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi . Experiências e desafios na formação de professores indígenas no Brasil. P. 13-18.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de, (1993). Socialização e recalque: a criança negra no rural. *Cadernos CEDES*, nº 32, p. 49-84

MINDLIN, Betty. Referenciais para a formação de professores indígenas: um livro do MEC como bússola para a escolaridade. *Em Aberto*, Brasília, n. 20, p.148-153.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

PACHECO, L.; TRINDADE, S. . Estado do Conhecimento na Educação Infantil. In: XVII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte Nordeste - EPENN, 2005, Belém. *Anais do XVII EPENN*, 2005.

PAHIM, Regina Pinto. A Escola e a questão da pluralidade étnica. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.108, p.220-231, nov. 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: *Diferenças e Preconceito na escola – alternativas teóricas e práticas*. Julio Groppa Aquino (orgs.) São Paulo; Summus, 1998.

SANTOS, L.; PEREIRA, F.; AMORIM, K.; PACHECO, L. Características das pesquisas sobre gênero na Educação Infantil. In: XXXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia – SBP, Florianópolis/SC, CD-Rom *Resumos de Comunicação Científica*, file://F:\html\ESC\esc 68.htm.

SARMENTO, M. J.. Imaginário e culturas da infância. *Caderno de Educação*, Pelotas, número 21. Julho/dezembro 2003,51-69.

SILVA, Maria Aparecida da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossas escolas*. São Paulo, Summus, 2001.

QUESTÕES ACERCA DA OBJETIVIDADE CIENTÍFICA

Fábio Eduardo De Giusti Sanson

Doutorando no Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
fabiosanson@hotmail.com

Resumo

O texto aborda a objetividade científica procurando estabelecer relações com temas que lhe são subjacentes, como a questão dos paradigmas científicos, do papel da objetividade nas ciências naturais e humanas, da importância da carga teórica e também como a objetividade é vista sobre a perspectiva das instituições sociais. A intenção foi esboçar algumas idéias sobre a autonomia do campo científico, que não repousa exclusivamente nos procedimentos rigorosos e objetivos que os cientistas empreendem para conhecer o mundo, mas que também indicam sua inserção social.

Palavras-chave: Objetividade. Ciência. Subjetividade.

Abstract

The paper discusses scientific objectivity seeking to establish relations with themes that underlie it, such as the question of scientific paradigms, the role of objectivity in the natural sciences and humanities, the importance of the theoretical load and also how objectivity is seen from the perspective of institutions social. The intention was to outline some ideas on the autonomy of the scientific field that does not rely exclusively on strict procedures and goals that scientists undertake to know the world, but they also indicate their social integration.

Keywords: Objectivity. Science. Subjectivity.

Introdução

A ciência, como herdeira da grande tradição filosófica, durante muito tempo foi guiada pela idéia de verdade. Pode-se afirmar que Platão, com o estabelecimento do mundo das idéias, e mesmo a lógica aristotélica surgiram como formas de apreender a verdade sobre o mundo e sobre a natureza. Contudo, como se pode inferir a partir do texto de Pierre Hadot (2006), a ausência da noção de experimentação entre os gregos e também durante a Idade Média, foi uma das razões dentre as quais naquele momento não se reuniram as condições

para vicejar o espírito científico tal como se deu na Europa no período moderno. E assim, no início da Idade Moderna a busca da verdade continuará a alimentar a produção filosófica e científica da época sendo que a certeza (e a suposta objetividade) do *cogito* cartesiano é a prova maior desse empreendimento que irá gerar muitos frutos pelos séculos seguintes.

Contudo, se nesse momento a busca da verdade, herdeira de uma tradição de pensamento moderna de base cartesiana era a causa última da tarefa científica, a crise do fundacionismo e a aceitação do falibilismo na ciência vieram a mostrar a impossibilidade desse empreendimento. Tendo a busca de fundamentos seguros desacreditada por grande parte da comunidade científica, que relegou essa questão a um segundo plano, a crença nos poderes e na eficácia do método científico emergiu como um elemento central nos propósitos da ciência, mesmo que a definição do que constitui esse método possa ser quase tão diversa quanto as subdivisões dos campos científicos.

O realismo científico enquanto corrente que fomenta a crença na capacidade de apreensão de verdades sobre o mundo a partir das teorias científicas, teve que reformular seus propósitos e passou a encarar a busca dessas verdades como aproximações ou correspondências entre teoria e realidade. Mas, essa simples mudança de atitude dos realistas com relação à ciência não é suficiente para mostrar o vasto panorama de mudanças que vêm ocorrendo no campo científico desde fins do século XIX, com o desenvolvimento do campo das humanidades, do surgimento da psicanálise e também pelo surgimento e consolidação das críticas relativistas a uma idéia basilar da ciência, que é a noção de objetividade.

Os paradigmas científicos e a noção de progresso

Quanto à noção de progresso, Thomas Kuhn no seu livro “A Estruturas das Revoluções Científicas”, trouxe contribuições para colocar esse tema em questão. Apesar de Kuhn não ter aceitado o rótulo de relativista (como ele mesmo afirma no posfácio que fez ao seu livro), muito de sua obra foi apropriada nesse sentido, pois sua concepção sobre a história da ciência vai obedecer a um modelo em que progresso e acumulação de conhecimento não serão necessariamente os resultados finais da produção científica.

De forma genérica, a formulação de Kuhn (1997) é que a ciência desenvolve-se de acordo com paradigmas¹, que seriam espécies de cosmovisões ou visões coletivas sobre o mundo. Além de fundamentarem as práticas dos cientistas, tanto no que se refere a leis, teorias e experimentação – ao que Kuhn chama de ciência normal – os paradigmas também dão conta de responder por um certo conjunto de fenômenos que são investigados pelos cientistas. Ao afirmar que com o surgimento de anomalias que não são resolvidas ou solucionadas no âmbito da ciência normal e conseqüentemente, o surgimento de novas cosmovisões que irão responder ao conjunto de fenômenos que o paradigma anterior não respondia, Kuhn introduz a idéia de revoluções científicas que é quando um novo paradigma irá se estruturar para satisfazer as demandas que o anterior já não mais atendia. Como na transição de um paradigma para outro são abandonadas uma série de práticas, ao mesmo tempo em que se configuram novas visões de mundo que irão dar conta de novos fenômenos ou dos mesmos, mas sob óticas bastante distintas, não é possível afirmar que o novo paradigma seja uma contribuição ao anterior. Isso também impediria a afirmação de que o conhecimento produzido por um paradigma em crise esteja fundamentando o seu sucessor, estabelecendo-se a incomensurabilidade entre paradigmas. Sobre essa questão, diz o filósofo Richard Rorty, no seu livro “A Filosofia e o espelho da natureza”:

A afirmação de Kuhn de que não existe comensurabilidade entre grupos de cientistas que têm paradigmas diferentes de uma explicação bem sucedida, ou que não partilham da mesma matriz disciplinar, ou ambas as coisas, parecia a muitos (...) filósofos colocar em perigo a noção de escolha de teorias em ciência (RORTY, 1994, p. 319)

A noção de incomensurabilidade entre paradigmas rompe com a tradição de cumulatividade do conhecimento e ao reconhecer que existem perdas epistêmicas de um paradigma para outro, ou seja, que o paradigma posterior não necessariamente irá resolver todas as questões que eram respondidas pelo seu anterior, permitirá afirmar que a ciência não se desenvolve de uma forma linear e progressiva. Isto poderia ocorrer apenas dentro do período de ciência normal, que é quando um paradigma está em plena vigência. Sob esse aspecto, Kuhn afirma:

¹ Sobre a questão da origem do termo ‘paradigma’ é possível encontrar menções sobre a inspiração, se é que esse é o termo adequado, que Kuhn teria tido da obra do médico polonês Ludwik Fleck (1896-1961) que havia lançado suas idéias sobre esse tema vinculado ao papel da sociologia da comunidade científica trinta anos antes de Kuhn lançar sua obra célebre. Contudo, o reconhecimento da influência de Fleck é feito pelo próprio Kuhn no prefácio do seu livro. Outro autor que se vale do trabalho de Ludwik Fleck é a antropóloga Mary Douglas, cujas idéias serão apresentadas adiante.

A transição de um paradigma em crise para um novo, do qual pode surgir uma nova tradição de ciência normal, está longe de ser um processo cumulativo obtido através de uma articulação do velho paradigma. É antes uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos de seus métodos e aplicações. (KUHN, 1997, p. 116)

A ruptura feita por Kuhn à noção de progresso científico e a cumulatividade do conhecimento conduz a uma situação em que não serão mais os critérios racionais que irão definir a disputa entre paradigmas, mas sim o sistema de crença dos cientistas, pois no momento em que se processa a revolução paradigmática, não se tem nenhum critério extra-científico suficiente para proceder a essa avaliação e isso trará conseqüências para a idéia de objetividade do conhecimento, idéia essa consagrada na ciência, em especial nas ciências naturais.

Relações entre objetividade e ciência

Sobre como a idéia de objetividade está vinculada ao procedimento científico, vale apresentar as definições canônicas dos termos e para isso pode-se recorrer ao “Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia”, de André Lalande. Diz ele sobre o termo “Objetividade”:

Característica daquilo que é objetivo em qualquer dos sentidos desta palavra. Especialmente: atitude, disposição do espírito daquele que ‘vê as coisas como elas são’, que não as deforma nem por estreiteza de espírito nem por parcialidade. (LALANDE, 1996, p. 747)

A definição aponta para o emprego comum que se faz da palavra, ou seja, dirigido a alguma coisa e naquilo tal qual ela “é”, não podendo ser de outro modo. Por conseguinte, perpassa a idéia de exatidão e também, de algo certo, concreto e palpável.

Quanto ao significado do termo “Ciência” no Vocabulário de Lalande é possível observar que a noção de objetividade está encravada no meio de sua definição e por isso os dois termos estão, em geral, interligados:

Conjunto de conhecimentos e de investigações com um suficiente grau de unidade, de generalidade, e suscetíveis de trazer aos homens que se lhe consagram conclusões concordantes, que não resultam nem de convenções arbitrárias, nem de gostos ou interesses individuais que lhe são comuns, mas de relações objetivas que se descobrem gradualmente e que se confirmam através de métodos de verificação definidos. (LALANDE, 1996, p. 155)

Ao se observar conjuntamente a definição de objetividade e a de ciência é possível perceber que esta última torna-se um complemento e uma extensão do primeiro termo. Tanto num caso como no outro, coloca-se a exigência comum de que aquele que busca a objetividade e também ao que se consagra a ciência deve se despir de suas idiossincrasias pessoais, das arbitrariedades para poder alcançar a generalidade da coisa. Nesse sentido, é oportuno o comentário de Alberto Cupani sobre a definição de ciência do Vocabulário de Lalande:

A definição de Lalande, tão ao gosto acadêmico da época em que foi redigido o Vocabulário [1926], exprime claramente o que podemos denominar concepção tradicional da Ciência como saber objetivo, uma concepção sedimentada até hoje nos manuais de Metodologia Científica e assumida irrefletidamente, creio, pela maioria dos cientistas, particularmente os naturais. (CUPANI, 1990, p. 27)

É notória a tentativa de algumas disciplinas ou áreas do conhecimento buscar sua legitimidade, procurando fundamentar seus estudos e observações apelando para o caráter objetivo de seus empreendimentos epistemológicos, tais como ocorrem nas ciências naturais. Tomando a idéia de que o avanço científico se fez, em boa medida, sobre o modelo de ciência desenvolvido na área da física, ou seja, que implicava na existência de um sujeito despojado de valores pessoais a observar a natureza, que faz experimentações para lhe desvendar seus mecanismos internos para encontrar regularidades que permitam fazer predições com graus de certeza cada vez mais seguros, esse modelo, por muito tempo, vigorou como a única forma de se fazer ciência. Sobre esse aspecto, afirma Rorty:

Desde o Iluminismo, e em particular desde Kant, as ciências físicas vinham sendo vistas como um paradigma do conhecimento, ao qual o resto da cultura devia equiparar-se (RORTY, 1994, p. 318)

Não por acaso, grande parte do avanço da ciência ocorrido no final do século XIX tinha a física como inspiração e se expandiu com grande êxito no campo das ciências naturais, mas não só. Quanto ao campo das ciências humanas, também houve essa influência e exemplo disso foi a própria sociologia, que era chamada pelo fundador do positivismo, Auguste Comte, de física social. A influência da física se fez sentir também na própria psicanálise, no momento em que Freud concebe o conceito de “pulsão” que representa um dos pilares da teoria psicanalítica. No entanto, no âmbito das ciências humanas, ao longo do século XX, ocorrem dissidências que vão mostrar que os modelos aplicados nas ciências naturais não eram aplicáveis ou compatíveis com o estudo do homem e da sociedade. Por

outro lado, no campo das ciências humanas deveriam ser criados seus próprios modos de se fazer ciência e isso decorre em boa medida do impacto causado pelo surgimento da fenomenologia, da difusão da psicanálise e dos estudos sobre a linguagem com o advento da semiótica. O surgimento dessas novas tendências são as responsáveis por darem novo fôlego ao trabalho de pesquisa nas ciências humanas na medida em que, diferentes do modelo matemático-quantitativo, essas correntes forneceram subsídios para as pesquisas qualitativas em que a definição e o recorte dos objetos obedecerão a outros critérios daqueles da pesquisa positivista. Sobre essa problemática, Denzin e Lincoln afirmam:

As ciências (positivistas) experimentais (física, química, economia e psicologia, por exemplo) são muitas vezes vistas como as grandes façanhas da civilização ocidental, supondo-se, em suas práticas, que a “verdade” possa transcender a opinião e a tendenciosidade pessoal (...). A pesquisa qualitativa é vista como um ataque a essa tradição, cujos adeptos geralmente refugiam-se em um modelo de “ciência objetivista livre de valores” (...) para defender sua postura. Raramente tentam explicar, ou criticar, os “compromissos morais e políticos em seu próprio trabalho contingente.” Os positivistas ainda alegam que os chamados novos pesquisadores qualitativos experimentais escrevem ficção, e não ciência, e que tais pesquisadores não dispõem de nenhum método para verificar o que é declarado como verdade. A poesia e a ficção etnográficas indicam o fim da ciência empírica, e há poucas vantagens ao se tentar um envolvimento com a crítica moral. Esses críticos presumem uma realidade estável, imutável, que possa ser estudada com a utilização dos métodos empíricos da ciência social objetiva. (DENZIN e LINCOLN, 2010, p. 22)

Como pode se verificar, todas as idéias basilares sobre as quais se assenta o projeto científico moderno, como sujeito, objeto, teoria, verdade, objetividade e subjetividade foram e continuam sendo alvo de amplas discussões, pois entraram numa contínua revisão conceitual sobre as implicações éticas e políticas de seus usos não só nas ciências humanas, mas também nas ciências naturais. Isso faz com que ocorram tensões e disputas sobre a validade das idéias das ciências naturais no âmbito das ciências humanas e também o seu contrário, estabelecendo uma crítica recíproca sobre seus campos de atuação. Dessa maneira, o apelo para a noção de objetividade é um ponto recorrente nessa discussão, pois é comum surgirem críticas oriundas das ciências naturais sobre a falta de objetividade dos estudos e pesquisas em ciências humanas e o excesso de subjetividade dos pesquisadores. Richard Rorty ao comentar as revoluções científicas propostas por Kuhn, oferece a seguinte visão acerca do sentido que podem ser encontrados para objetividade e subjetividade no contexto científico:

‘Objetividade’ (...) era uma propriedade de teorias que tendo sido exaustivamente discutidas, são escolhidas por consenso entre argumentantes racionais. Por contraste, uma consideração ‘subjetiva’ é uma que foi, ou seria, ou deveria ser posta de lado por argumentantes racionais – uma que é vista como sendo, ou deveria ser vista

como sendo irrelevante ao assunto tema da teoria. Dizer que alguém está introduzindo considerações ‘subjetivas’ numa discussão onde se deseja a objetividade é dizer, mais ou menos, que está introduzindo considerações que os outros consideram irrelevantes. (RORTY, 1994, p. 333)

Percebe-se que a relação entre objetivo-subjetivo estabelece um embate entre aquilo que é ou não relevante, em que este último comumente é compreendido como vinculado a critérios particulares e pessoais. Isto pode ser visto como herança do racional ligado ao objetivo no sentido em que pode ser alcançado por qualquer investigador munido da mesma formação e dos mesmos métodos. Quanto à questão da subjetividade e da idéia de sujeito, esta é resultado da tradição cartesiana e que foi levada adiante pela posteridade, sobretudo por Kant, tendo sido aplicado e até mesmo enraizado dentro do conhecimento científico, pois para a ciência, em especial nas ciências naturais, a separação entre sujeito e objeto constitui a relação básica primordial em que se assenta o procedimento científico.

Esse embate também mostra que não é possível evitar as disputas de poder que ocorrem no âmbito da ciência, apesar de várias experiências de aproximações e colaborações bem sucedidas. Muitas vezes, mais do que o mero reconhecimento quanto ao procedimento objetivo de seus métodos, o problema reside justamente na possibilidade de realizar pesquisas valendo-se da isenção e da neutralidade, recurso esse plenamente difundido nas ciências naturais, mas que segundo alguns autores, como Karl Popper, isso não passa de mito, que por isso mesmo é largamente difundido e altamente influente. Vejamos isso mais de perto.

Num texto produzido na década de 1960, intitulado “A Lógica das Ciências Sociais”, Karl Popper expõem algumas idéias de como as ciências sociais poderiam ganhar autonomia enquanto campo do conhecimento, sem necessariamente ter de seguir o modelo existente nas ciências naturais. Numa passagem do texto ele indica os equívocos que tem sido feitos na codificação do modelo das ciências naturais para as sociais. Diz Popper:

Existe, por exemplo, a equivocada e errônea abordagem metodológica do naturalismo ou cientificismo, que frisa que está na hora das ciências sociais aprenderem das ciências naturais o que é o método científico.

Este naturalismo equivocado estabelece exigências tais como iniciar com observações e medidas; isto significa, por exemplo, começar por coletar dados estatísticos; prossegue, logo após, pela indução a generalizações e à formação de teorias. Declara-se que, através deste caminho, você se aproximará do ideal da objetividade científica, na medida em que isto é possível nas ciências sociais. (POPPER, 1978, p. 17)

Apesar desse tipo de posição ser característico de um momento de definição do papel das ciências sociais no âmbito da produção do conhecimento e que desenvolvimentos

posteriores se ocuparam de dar outros direcionamentos, é inegável a influência que esta postura cientificista incidiu na produção de teorias nas ciências sociais. Todavia, como diz o próprio Popper, esse ideal de neutralidade é um mito mesmo nas ciências naturais – apesar dele afirmar que nesse campo isso chega a ser plausível. Se nas ciências sociais a objetividade é um ideal mais complexo, é porque elas envolvem, num nível razoável, o sistema de valores do cientista, cujo distanciamento é um tanto difícil (senão impossível) de alcançar. Adiante veremos algumas implicações disso.

A carga teórica

Se nas ciências sociais o envolvimento dos valores do cientista é um elemento difícil de dissociar no momento de sua prática conforme será discutido adiante, as ciências naturais também não vão estar isentas de interferências, como é o caso da carga teórica envolvida nas observações. Sobre essa questão vale observar o que diz Larry Laudan (1993), a partir de uma perspectiva relativista:

Quando digo que todas as observações estão carregadas de teoria, simplesmente quero expressar que não há nada que possamos dizer sobre o mundo que esteja além do que nos é ‘dado’ por nossos sentidos. Todo ato cognoscível supõe a aplicação da linguagem ou a aplicação de conceitos. Nossa linguagem, tal como nossas estruturas conceituais, classificam e estruturam a experiência de maneiras diversas. As categorias, cujas quais distribuimos e organizamos o mundo e o fazemos inteligível para nós, não vêm dadas pelo mundo externo, mas sim, suponho, de práticas lingüísticas prévias, de nossos interesses práticos e técnicos como seres cognoscentes e de nosso inseparável equipamento neurogenético. (LAUDAN, 1993, p. 53. No original em espanhol – tradução do autor)

Segundo assevera Laudan, esse tipo de postura também é assumida pelos realistas, pelo fato de compreenderem o papel ativo da mente em todas as formas de atividade cognoscíveis. Isso se opõe ao caráter empirista e instrumentalista de determinadas práticas científicas que buscam conhecer as coisas nelas mesmas. Na verdade, o que está em questão é o ideal de objetividade já proposto por Kant, ou seja, que o conhecimento não se dá fora, mas sim no interior dos sujeitos. Nesse sentido, uma passagem de Freud do seu texto “O inconsciente” é reveladora desse processo:

Assim, como Kant nos advertiu para não desprezarmos o fato de que as nossas percepções estão subjetivamente condicionadas, não devendo ser consideradas como idênticas ao que, embora incognoscível, é percebido, assim também a psicanálise nos adverte para não estabelecermos uma equivalência entre as percepções

adquiridas por meio da consciência e os processos mentais inconscientes que constituem seu objeto. Assim como o físico, o psíquico, na realidade, não é necessariamente o que nos parece ser. (FREUD, 1996, p. 176)

A advertência nesse caso é dupla, pois não só a realidade não é exatamente como se acredita que ela seja nem os fatos psíquicos são o que se pensa que eles realmente sejam. Porém, as possíveis distorções podem ser corrigidas uma vez que o ideal de objetividade não é de que apenas um sujeito isolado proceda ao ritual de investigação, independente de estar carregado de valores e de teorias ao observar seu objeto de estudo. O trabalho investigativo deve ser feito por um grupo ou conjunto de cientistas, portanto, de maneira coletiva de forma a se ter um controle intersubjetivo. É a forma Popper entende a objetividade:

O que pode ser descrito como objetividade científica é baseado unicamente sobre uma tradição crítica que, a despeito da resistência, freqüentemente torna possível criticar um dogma dominante. A fim de colocá-lo sob outro prisma, a objetividade da ciência não é uma matéria dos cientistas individuais, porém, mais propriamente, o resultado social de sua crítica recíproca, da divisão hostil-amistosa de trabalho entre cientistas, ou sua cooperação e também sua competição. Pois esta razão depende, em parte, de um número de circunstâncias sociais e políticas que fazem possível a crítica. (POPPER, 1978, p. 23)

Percebe-se da afirmação que Popper dá especial ênfase a presença da comunidade científica, desde que respaldada por condições sociais e políticas favoráveis para criar um ambiente propício para o desenvolvimento da crítica, que desempenha uma função central na busca da objetividade. Apesar de Kuhn não tratar exatamente da questão da objetividade, ele também dá realce a posição da comunidade na vida dos cientistas e a educação por ela proporcionada:

A esta altura deveria estar claro que os cientistas nunca aprendem conceitos, leis e teorias de uma forma abstrata e isoladamente. Em lugar disso, esses instrumentos intelectuais são, desde o início, encontrados numa unidade histórica e pedagogicamente anterior, onde são apresentados juntamente com suas aplicações e através delas. (...) Depois de aceita, essas aplicações (ou mesmo outras) acompanharão a teoria nos manuais onde os futuros cientistas aprenderão seu ofício. (KUHN, 1997, p. 71)

Essa sintonia entre Popper e Kuhn quanto à importância da tradição e do entorno em que vivem os cientistas, aponta para um aspecto mais amplo e que não é atributo apenas dos cientistas ou dos que estão incluídos na comunidade científica. A idéia de que a atuação dos cientistas e a ciência de uma forma geral não é feita fora do âmbito de ação da sociedade, mas no interior dela e sujeitas às suas formas de organização, fornece algumas sugestões para pensar o trabalho científico, para além da observação, refutação e demonstração de teorias. A

idéia de que a cognição, como foi colocada anteriormente por Laudan com relação à carga teórica, é um processo que está ligado à linguagem e ao uso de recursos que não se resumem a plena capacidade dos indivíduos, permitem pensar que existe algo mais amplo dando amparo as práticas científicas (mas não só a elas). Com relação a isso, diz Popper:

Geralmente a lógica situacional [como método de análise] admite um mundo físico no qual agimos. Este mundo contém, digamos, recursos físicos que estão à nossa disposição e sobre os quais sabemos algo (...) Além disso, a lógica situacional também deve admitir um mundo social, habitado por outro povo, de cujas metas sabemos alguma coisa (...), e, deve admitir, além de tudo, as instituições sociais. Essas instituições sociais determinam o peculiar caráter social de nosso meio social. Essas instituições sociais consistem de todas as realidades sociais do mundo social, realidade que, em algum grau, correspondem às coisas do mundo físico. (POPPER, 1978, p. 32)

A relevância dada por Popper às instituições sociais não é algo secundário. Apesar dessa afirmação ser feita no contexto da sua proposta de método para as ciências sociais, um “método puramente objetivo” como ele afirma, talvez não seja despropositado pensar quais são as bases que fornecem as instituições sociais para a ciência como um todo, mas num sentido distinto do que trata Popper, uma vez que seu método continua preso à tradição positivista.

As instituições científicas como instituições sociais

O conceito de instituições sociais – enquanto agrupamento social legitimado que pode ser a família, um jogo ou uma cerimônia – tem papel central dentro das ciências sociais muito em função do trabalho de Émile Durkheim. É com base nele e também no de Ludwig Fleck, no que toca sua importância para se entender o desenvolvimento científico, que a antropóloga Mary Douglas elabora e apresenta suas idéias sobre as instituições quando afirma existir um forte vínculo entre elas e a cognição:

A abordagem à cognição humana só pode se beneficiar ao reconhecer o envolvimento do indivíduo com a construção de uma instituição a partir do início do empreendimento cognitivo. Até mesmo os simples atos de classificar e lembrar são institucionalizados. (DOUGLAS, 1998, p. 74)

Não é o caso aqui de expor todos os desdobramentos da aplicação do pensamento institucional e a influência que ele tem em diferentes âmbitos da sociedade e em diversas

culturas. Importa destacar que as instituições também operam classificações e que essas também são largamente empregadas pelos cientistas. No entanto, diz Douglas:

(...) as pessoas não controlam individualmente a classificação. Trata-se de um processo cognitivo que as envolve da mesma maneira que elas são envolvidas com as estratégias e resultados finais do cenário econômico na construção da linguagem. As pessoas, individualmente, fazem escolhas no interior das classificações. (DOUGLAS, 1998, p. 107)

Mesmo os indivíduos não sendo meros reflexos das instituições, que nunca possui uma forma única, muito de sua atividade está impregnada pelas tradições, costumes, esquemas e modelos fornecidos pelas instituições em que estão envolvidos num dado momento histórico. Um cientista, no desenvolvimento de suas atividades, pode acreditar estar fazendo um trabalho independente e livre das injunções institucionais, no entanto, Douglas comenta que “*o grande triunfo do pensamento institucional é tornar as instituições completamente invisíveis.*” (DOUGLAS, 1998, p. 104). Muito de sua invisibilidade talvez se deva ao fato das instituições se tornarem inconscientes, o que faz com que alguns pensamentos e condutas dos indivíduos ocorram à revelia de sua consciência. Assim, se no âmbito das ciências naturais o trabalho científico é realizado sobre o modelo positivista em que questões de ordem institucional, no sentido sociológico do termo e não burocrático, não assumem um grau de importância, isso se deve a algumas razões já apontadas anteriormente, mas que ainda cabem ser exploradas.

Uma delas se deve ao fato de ainda serem desenvolvidas sobre um padrão de ciência concebido no século XVI que marca o início da modernidade, quando a natureza é vista como uma máquina a ser conhecida e desvendada por meio do cálculo matemático. A idéia de Galileu de que a natureza é um livro escrito em caracteres matemáticos e a proposta de Descartes de que para conhecer a extensão dos objetos deve-se tirar seus atributos sensíveis são noções institucionalizadas que operam irrefletidamente na mente dos pesquisadores e cientistas que buscam ver as coisas na sua objetividade ou “tal como elas são”. Assim, a possibilidade de medir e quantificar os objetos constitui premissas desse modelo e que não necessariamente podem ser aplicadas a ciências do homem. As palavras dos sociólogos Bourdieu, Chamboredon e Passeron ilustram essa questão:

No entanto, podemos nos aperceber de que o positivismo só retoma por sua conta uma caricatura do método das ciências exatas sem ter acesso *ipso facto* a uma epistemologia exata das ciências do homem. E, de fato, trata-se de uma constante da história das idéias que a crítica do positivismo mecanicista sirva para afirmar o

caráter subjetivo dos fatos sociais e sua irredutibilidade aos métodos rigorosos da ciência. Assim, percebendo que “os métodos que os cientistas ou pesquisadores fascinados pelas ciências da natureza tentaram, muitas vezes, aplicar à força às ciências do homem nem sempre foram necessariamente os que os cientistas seguiam, de fato, em seu próprio campo, mas antes os que eles acreditavam utilizar”, Hayek conclui daí imediatamente que os fatos sociais diferem “dos fatos das ciências físicas porque são crenças ou opiniões individuais” e, por consequência, “não devem ser definidos a partir do que poderíamos descobrir a seu respeito por meio dos métodos objetivos da ciência, mas a partir do que a pessoa que age pensa a seu respeito”. (BOURDIEU *et al*, 2000, p.16)

Nessa passagem, escrita em fins dos anos 1960, os autores mostram os problemas decorrente das formas como se dava a produção do conhecimento sociológico, cujo paradigma dominante era o positivismo e os métodos empíricos estabelecidos por essa corrente. O que se propunha, então, era uma ruptura com o suposto objetivismo positivista, mas que não significava, tal como na perspectiva de Hayek, uma virada completa para um subjetivismo como se não pudesse haver objetividade nos fatos sociais. Bourdieu (*et al*) afirma essa nova perspectiva para a sociologia deveria ocorrer, em boa medida, sobre as revisões epistemológicas feitas por Gaston Bachelard, mas também pela expansão nas ciências humanas das idéias estruturalistas inspiradas na linguística de Ferdinand de Saussure. Não que a nova perspectiva tivesse pretensão de fazer uma ciência livre de erro, pelo contrário, o que se quer é reconhecê-lo para então superá-lo. Isso pode ser conseguido com uma nova prática epistemológica onde se busca a lógica do erro para construir a lógica da descoberta da verdade e com isso submeter às verdades da ciência e de seus métodos, a uma revisão metódica permanente. É pelo princípio da vigilância epistemológica, isto é, pondo em prática uma reflexão das práticas da pesquisa sociológica é que se busca estabelecer uma pedagogia da pesquisa.

Conforme Bourdieu (*et al*) a sociologia padece de erros cuja origem se deve a uma falsa epistemologia das ciências da natureza e sua incorporação às ciências dos homens. Assim, a tarefa epistemológica a ser feita no campo das ciências do homem é avaliar suas condições de possibilidade não como uma ciência estabelecida, mas como uma ciência em vias de se fazer. Se os fatos sociológicos são construídos e essa construção passa pela sua elaboração feita pela linguagem, a sociologia não irá definir seu objeto a partir da percepção direta do mundo. Se o sociólogo também participa do mundo ao qual pesquisa, é preciso se afastar de uma sociologia espontânea que se forma a partir de (pré) noções comuns que também faz recortes e seleções de objetos, mas que não são os mesmos que os feitos pela ciência sociológica. É necessário que se faça, por sua vez, uma ruptura entre o que sociólogo percebe daquilo que investiga, ou seja, é necessário o reconhecimento da carga teórica e das

instituições sobre o pesquisador para que isso seja problematizado na própria pesquisa. A ambigüidade entre a proximidade e a distância que separa a atividade do sociólogo do cidadão comum, deve ser sempre levada em conta para que o sociólogo não assuma os riscos ou os supostos privilégios de se colocar como um profeta social a dizer os caminhos da sociedade. Para Bourdieu (*et al*) a tarefa do sociólogo, portanto, está em se abster dessas posições e buscar a objetividade possível de ser alcançada com o seu trabalho.

Ainda do ponto de vista das instituições sociais e da sua relação com a produção científica, pode-se dizer que a emergência do marxismo também terá uma grande influência nas ciências humanas a partir da primeira metade do século XX, impulsionado, sobretudo pelos efeitos da Revolução Russa de 1917 e que passa a colocar em questão o modelo de ciência que era praticado. Na ótica marxista, a ciência feita nos moldes do positivismo constitui uma ciência burguesa cujos resultados servem principalmente para a manutenção de uma classe dominante que continuamente busca estar no poder. Nessa perspectiva, a ciência faz parte do aparato de dominação e pode vir a se constituir numa ideologia que, como tal, contribui para a manutenção da ordem social ou do *status quo*. Da perspectiva das instituições, pode-se dizer que a crítica marxista tem consequências diretas na forma como o cientista social irá retratar a sociedade e com quais critérios de objetividade. Sobre a problemática do marxismo e objetividade, afirma o filósofo Michael Löwy:

(...) a objetividade nas ciências da sociedade não pode consistir no estreito molde do modelo científico-natural e que, ao contrário do que pretende o positivismo em suas múltiplas variantes, todo conhecimento e interpretação da realidade social estão ligados, direta ou indiretamente, a uma das grandes *visões sociais de mundo*, a uma perspectiva global socialmente condicionada, isto é, o que Pierre Bourdieu denomina, numa expressão feliz, “as categorias de pensamento impensadas que delimitam o pensável e pré-determinam o pensamento”. E que, por conseguinte, a verdade objetiva sobre a sociedade é antes concebida como uma *paisagem* pintada por um artista e não como uma imagem de espelho independente do sujeito; e que, finalmente, tanto mais verdadeira será a *paisagem*, quanto mais elevado o *observatório* ou belvedere onde estará situado o pintor, permitindo-lhe uma vista mais ampla e de maior alcance do panorama irregular e acidentado da realidade social. (LÖWI, 1987, p.13)

Com a afirmação de Löwy, o que se coloca em questão é não apenas o objeto, mas também o sujeito da análise uma vez que não haveria de antemão uma posição realmente objetiva, mas a visões sociais de mundo em que se situa o cientista e os condicionamentos a que está submetido e que irão direcionar suas perspectivas sobre o seu objeto na sociedade.

Considerações finais

Essa abordagem sobre o tema da objetividade científica procurou trazer para o debate diferentes aspectos que se vinculam ao assunto a partir da problematização do conceito, tentando esboçar algumas implicações sobre a noção do próprio desenvolvimento científico. Foi intenção colocar em questão a autonomia do pensamento científico e mostrar que apesar dos seus procedimentos rigorosos e objetivos empreendidos em prol do conhecimento, também há um arranjo social que confere uma posição de destaque para esse campo na sociedade. Campo ao qual alguns cientistas acreditam estar desvinculados, mas que nem por isso deixam de ter consequências *objetivas* nos trabalhos por eles realizados.

Referências

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean Claude. **A profissão de sociólogo** – preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes (2ª edição), 2000.

CUPANI, Alberto. **Objetividade Científica: Noção e Questionamentos**. Campinas: **Manuscrito**, v. XIII, n.1, p. 25-54, 1990.

DENZIN, Norman e LINCOLN, Yvonna. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. e LINCOLN, Y. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

FREUD, Sigmund. **O inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago (Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud – Volume XIV), 1996.

HADOT, Pierre. **O véu de Isis** - Ensaio sobre a história da idéia de natureza. São Paulo: Edições Loyola, 2006 (cap. 11: “Ciência experimental e mecanização da natureza” p. 139-158).

LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen** – Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. São Paulo, Editora Busca Vida (3ª edição), 1988.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva (5ª edição), 1997.

LAUDAN, Larry. **La ciencia y el relativismo** – Controvérsias básicas en filosofía de la ciencia. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

POPPER, Karl. **Lógica das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1978.

RORTY, Richard. **A Filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Relato de experiência do cotidiano escolar no médio Solimões (Maraã-Amazonas) na Escola Kanamari.

Dra. Artemis Soares¹
Esp. Priscilla Lima²
Mireia Solart³

Considerações Iniciais

O texto aqui apresentado trata de um relato de experiência das práticas cotidianas em uma escola indígena, considerando a realidade intercultural, concreta vivida entre os Kanamari do Rio Japurá, na zona rural de Maraã, no estado do Amazonas.

O objetivo do estudo é descrever e analisar uma experiência prática de educação realizada junto à uma comunidade indígena brasileira no Amazonas. É também uma tentativa de amplificar a voz das pessoas e grupos sociais que historicamente não têm conseguido colocar-se de modo a serem ouvidos, bem como dos profissionais que cotidianamente trabalham para tornar concreto um dos direito previsto em lei para as populações indígenas: a educação.

Os dados gerados de forma qualitativa, se baseiam numa abordagem etnográfica, tendo em vista a utilização de caderno de campo, observação participante, já que nessa perspectiva o observador é parte do contexto sendo observado no qual ele ao mesmo tempo modifica e é modificado por este contexto. (Bruyn apud HAGGUET, 2000, p. 71).

A coleta dos dados da pesquisa é constituído de entrevistas, conversas informais e observações participante realizadas durante o cotidiano, pela gestora da

¹ Doutora em Ciências do Desporto, Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia – PPGSCA. Professora Doutora da Faculdade de Educação Física - FEFU da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia – PPGSCA. Professora Substituta da DTF/FACED/UFAM. Professora Assistentes de Licenciatura em Pedagogia Intercultural da UEA. Especialista em Psicopedagogia. Pedagoga.

³ Gestora da Escola Municipal Indígena Kanamari. Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural da UEA.

Escola Kanamari, e durante visitas realizadas no mês de julho deste ano, bem como conversas com o graduando Tenório Gomes Ferreira, indígena Kanamari, morador de outra comunidade na mesma região e que contribuiu sobre os processos próprios de aprendizagem e como a escola no formato tradicional tem sido recebida entre os Kanamaris. Complementarmente, foram utilizadas consulta aos diários de campo e relatórios das equipes da área de saúde e dos demais professores da Escola Kanamari.

1. Os Kanamaris: Breves linhas

É na região dos tributários do alto-médio rio Juruá que estão localizados originalmente os Kanamaris. Ao longo dos anos, alguns grupos se estabeleceram nas proximidades de afluentes desse rio, como no alto Itaquai, afluente do Javari, e ainda em regiões mais distantes, como no médio Javari e no Japurá.

Nos dias atuais existem alguns grupos situados em diferentes Terras Indígenas (TIs): na TI Vale do Javari, onde ocupam os rios Curuçá, Javari, Itaquai e Jutai; na TI Mawetek contígua ao sul da TI Vale do Javari e que compreende os tributários da margem esquerda do médio Juruá; a TI Kanamari, situada nos tributários da margem direita do Juruá, rio abaixo da cidade de Eirunepé; e duas pequenas áreas no Japurá, Maraã e Parana do Paricá.

Os Kanamari falam uma língua da família lingüística Katukina. Existem algumas variações entre os dialetos dos diferentes subgrupos, que vêm se tornando menos acentuadas em razão de intercassamentos.

“Kanamari” não consiste em um etnônimo tradicional e a origem da palavra é obscura. Os Kanamari chamam a si mesmos, e a outros falantes de línguas Katukina, *tukuna*, um termo que significa “gente” e que exclui as etnias vizinhas de língua pano, arawá e tikuna.

Dois fatos complicaram a identificação dos “Kanamari”: o uso de termos como “Kanamari” e “Katukina” para se referir a grupos indígenas que não falam línguas katukina e as distinções feitas pelos primeiros viajantes e pelos próprios Kanamari entre os diferentes subgrupos –*dyapa*. Há ao menos um grupo chamado “Katukina” que fala uma língua da família Pano e vive no alto Juruá, no estado do Acre, conforme dados da FUNASA, 2010.

No levantamento etnográfico das Terras Indígenas do Complexo Tefé, organizado por OLIVEIRA e SALGADO (2008) argumenta que para a maioria dos primeiros exploradores brancos havia apenas dois “tipos” de indígenas no Juruá: os violentos “Kaxinawa”, que correspondiam principalmente a todos grupos Pano, e os pacíficos ‘Kanamari/Katukina/Kulina’, que geralmente correspondiam aos grupos Katukina e Arawá da região. Assim, algumas sociedades que não eram enquadradas nesta última categoria, de acordo com um critério lingüístico, rapidamente aceitavam as denominações que as situavam no lado ‘pacífico’ da dicotomia, numa tentativa de evitar os massacres organizados por seus novos vizinhos não-indígenas.

Foi percebido pelo Instituto Socioambiental que os Kanamaris possuem uma população intensamente móvel assim, torna-se difícil divulgar números seguros quanto à sua população, contudo a FUNASA, estimou 1.654 pessoas em 2006 e em 2010 esse número chegou a 3.167 pessoas.

Os Kanamaris, como os demais povos da Região Amazônica, estrutura-se de acordo com o ciclo climático da região que divide-se em duas estações: a seca, de abril a setembro, e a chuvosa, de outubro a março. É durante o período da seca que são organizados os rituais, particularmente do *Pidah-pa* (‘Devir Jaguar’), ritual que marca a etapa final do período de luto. O *Kohana-pa* (‘Devir Kohana’), ritual em que os Kanamari recebem a visita dos mortos, também é mais frequente neste período. Esses rituais podem ser restritos, envolvendo apenas os moradores de uma única aldeia. Mas também podem, particularmente o *Pidah-pa*, incluir outras pessoas, especialmente quando se trata da etapa final de um rito funerário de um líder ou de um xamã renomado, servindo assim como mote para aglomerar as aldeias.

Durante a estação chuvosa, são feitas apenas pequenas viagens. A tendência das pessoas é ficar com os parentes mais próximos, caçando e comendo juntos, evitando o quanto possível o contato com aldeias vizinhas e, mais ainda, com aquelas mais distantes. Pequenas expedições para coletar frutas endêmicas são comuns. Mas é nessa época também que a pupunha (*tyo*) é extraída, geralmente em capoeiras ou em aldeias velhas, cuja ocupação promoveu uma abundância desse produto, assim como de açaí.

1.1. Contexto histórico do Contato

Durante o primeiro ciclo da borracha na Amazônia, a partir de meados do século XIX, ocorreu a redução dos territórios, a diminuição das populações indígenas e a desorganização de suas instituições sociais. Os povos indígenas sofreram “correrias”, expedições punitivas que eram organizadas pelos patrões seringalistas, que assim pretendiam eliminar tais obstáculos ao avanço das atividades extrativistas.

De acordo com os relatos históricos organizados por OLIVEIRA e SALGADO (2008), já no final daquele século, a exploração da borracha estendia-se por toda a bacia do Juruá. Não havia sequer um rio ou um igarapé fora do raio de ação dos seringueiros. Aliando resistência e adaptação. Os povos indígenas Kanamari, Kulina e Deni conseguiram sobreviver à forte dominação da empresa seringalista. Em certa medida, integraram-se ao sistema extrativista e submeteram-se às relações de aviamento, um tipo de comércio no qual os patrões dos seringais e os marreteiros entregam mercadorias em troca da produção de borracha. Nesse tipo de comércio tanto os seringueiros quanto os indígenas nunca conseguiram seus débitos com os patrões.

Apesar das adversidades que o século XX lhes trouxe, em particular a presença crescente e violenta de não-indígenas, na época da borracha, os Kanamari vêm conseguindo manter a riqueza e complexidade de sua língua, mitologia e rituais. Dois rituais, duas festas grandes, são muito importantes para o povo Kanamari: o *Pidah-pah*, *Ritual da Onça*, que marca a etapa final do período de luto e o *Kohana-pah*, ritual em que os Kanamari recebem a visita dos mortos.

1.2. Organização Social Kanamari em uma perspectiva histórica

Os Kanamari se dividem em subgrupos que recebem o nome de um animal seguido pelo sufixo *dyapa*, que antes eram associados a rios específicos e seus afluentes. Eles conhecem um número razoável de subgrupos nomeados, mas dizem que sempre pode haver mais subgrupos nos limites do território. Assim, a sociedade Kanamari não se concebe de forma totalizada, mas em sua fragmentação, pluralidade e dispersão.

Os Kanamari constituem uma população intensamente móvel, a qualquer momento suas aldeias podem se encher de visitantes, alguns que ficarão por mais tempo, outros que partirão em seguida. A mobilidade Kanamari serve assim a dois

propósitos: ela acaba por aparentar pessoas que eles afirmam que antes não deveriam se aparentar, e também resiste a esse processo, levando pessoas que estão se aparentando para longe.

Os Kanamari, conforme os seus mitos, foram criados pelo herói cultural Tamah. Os outros povos foram criados pelo irmão de Tamah, Kirak⁴.

A maior festa é chamada de *korana*, dura aproximadamente um mês. Primeiro se convida outras aldeias kanamari. Então, quando o pessoal chega todos ficam animados e se preparam para começar a festejar. Os homens se organizam e vão para o mato tirar o olho do buriti (uma espécie de palha, só que em vez de seca é verde) para fazerem as roupas para vestirem quando forem dançar e cantar no terreiro.

O nome que os kanamari dão a essa roupa é *wakowama*. A vestimenta é formada de duas peças. Uma espécie de camisa vai da cabeça ao quadril. E outra vai dos quadris até os pés, uma espécie de saia. A vestimenta encobre praticamente todo o corpo. As mulheres confeccionam uma espécie de chapéu que chamam de *kitah*.

A noite reúnem-se no terreiro, dançam e cantam até começarem a surgir os primeiros raios de sol no horizonte. Dormem um pouco, mas logo voltam a atividade. As mulheres começam a preparar a caçuma⁵ e os homens vão para o mato, longe da aldeia, pescar. Quando pegaram bastante peixe tocam, bem alto, uma buzina para que as mulheres na aldeia saibam que os homens estão prontos.

⁴ Segundo os relatos dos Kanamari com o qual o pesquisador Luiz Costa tinha contato: “A divindade após criar os Kanamari, partiu para Manaus e os deixou vivendo nos afluentes do médio curso do rio Juruá, do qual eles são provavelmente os ocupantes mais antigos. Cada sub-grupo estaria localizado em um afluente ou trecho de afluente, casando-se preferencialmente de forma endogâmica e realizando visitas mútuas. Estes sub-grupos se encontravam sobre a liderança de um ou mais chefes, divididos em aldeias situadas não só na calha principal destes afluentes mas também em pequenos igarapés e se articulavam internamente por relações de consanguinidade e afinidade efetiva.

Entre os sub-grupos, que falavam idiomas mutuamente compreensíveis, vigiam relações de *-tawari*, caracterizadas por parcerias comerciais, trocas rituais e, eventualmente, casamentos. Estas relações eram sempre e necessariamente ambíguas, podendo atualizar possíveis tensões entre os *-dyapa* e também servir como caminho para acusações de feitiçaria. Uma outra face desta ambiguidade aparecia nas brigas ritualizadas de couro de peixe-boi, praticadas principalmente entre pessoas de sub-grupos distintos. Tais lutas, porém, eram também praticadas contra os Kulina (Arawá) do Juruá, povo que dizem ter sido criado após um equívoco de *Kirak*, irmão *trickster* do Criador, e que são tidos como uma espécie de *-tawari* potencializados dos Kanamari. Nessas ocasiões, os sub-grupos reuniam-se para visitar aldeias kulina durante festas de cauinagem. Distantes dos Kulina, e a montante dos Kanamari, viviam os temíveis *Dyapa*, termo genérico para povos falantes de línguas pano, com os quais nenhuma relação social à exceção de guerra era possível.” Os Outros dos Outros: os Kanamari no Vale do Javari, Luiz Costa, Museu Nacional – UFRJ, Pesquisador Associado – CTI, Fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.trabalhoindigenista.org.br>.

⁵ Bebida fermentada e preparada a partir da mandioca.

Nisso, as mulheres começam a cantar e dançar na aldeia a espera dos homens. Quando estes estão próximos da aldeia, deixam seus paneiros ali mesmo no mato e vão para a aldeia, sem nada. Então, é a vez das mulheres irem buscar os peixes. Voltando à aldeia preparam a comida que é consumida por todos, conjuntamente. Depois de terminarem de comer as mulheres trazem a caçuma que haviam preparado e toda a bebida é consumida; depois disso, colocam rapé no beijo inferior e vão banhar.

Quando o sol começa a se esconder, por volta das seis horas da tarde, recomeçam a dançar e cantar até que o sol ressurja no horizonte. Assim fazem todos os dias durante uma lua (um mês). Essa festa é realizada no período em que as águas na amazônia estão no seu limite mínimo, (período de julho a novembro) tendo assim uma maior abundância em peixes. O mês mais adequado, segundo os kanamari, é julho.

2. Revitalização dos Kanamari no Amazonas

Segundo Secchi e Silva (2010)⁶, muitos subgrupos *Djapa* desapareceram, alguns dos que restaram estabeleceram laços matrimônios que determinaram uma nova configuração e foram denominados pelos regionais e reconhecidos oficialmente como Kanamari.

Apesar das várias mortes ocasionados pelas guerras inter-tribais e os massacres promovidos pelas frentes civilizatórias, apesar, sobretudo, das várias epidemias levadas proposital ou acidentalmente, os Kanamari do Rio Japurá conseguiram um considerável crescimento populacional. Calcula-se que este crescimento seja de aproximadamente, 64%, entre os anos de 1984 e 1997⁷.

Entre as aldeias/igarapés, muitas vezes uma teia de parentesco cria laços mais ou menos fortes; em geral há grande circulação e visitas mútuas, mas cada Kanamari tendo uma área restrita de circulação determinada pela residência de parentes próximos: irmão, mãe, cunhado; dificilmente vão andar por aldeias onde não tenham nenhum laço de parentesco.

⁶ Secchi, Darci. Silva, Solange Pereira. **Educação intercultural alterativa**. Disponível em <http://www.trabalhosindigianistas.org.br>. Acesso em 15 de julho de 2012, as 20:45.

⁷ Dados adquiridos num estudo realizado com os participantes do II Curso de Formação para os Educadores Kanamari. 1997. Foram atualizados com Agentes Indígenas de Saúde, nas visitas à comunidade.

O Tuxaua é uma das lideranças que contribui para a ordenação e a harmonização da vida cotidiana na aldeia, especialmente no que concerne às questões ligadas à subsistência. Esta instância do poder é atribuída a indivíduos das famílias mais tradicionais e requer perspicácia e capacidade estratégica. Entre os Kanamari, esta função é exercida cotidianamente, nos espaços domésticos, à beira do fogo, partilhando das refeições, nas rodadas vespertinas de caiçuma no terreiro, isto é, no ambiente doméstico onde se tomam decisões das atividades cotidianas e do contato com o mundo não Kanamari.

A função de tuxaua sofreu modificações fundamentais com o advento da frente extrativista da seringa. Porém, tanto no período do contato quanto na atualidade, a liderança do tuxaua caracteriza-se pela forma consensual como é exercida. O chefe é antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades para a execução das tarefas cotidianas. Ele tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que, via de regra co-existem nas aldeias.

Não registamos nenhum caso em que o papel de tuxaua fosse atribuído de forma declarada a alguma mulher, no entanto a convivência no dia a dia das aldeias nos mostra que a liderança feminina se dá de forma constante.

A liderança dos xamãs parece constituir-se no contraponto fundamental em relação ao tuxaua. O xamã agrega, através de seu trânsito entre os planos físico e metafísico, a capacidade de mover-se e manipular os mais diversos aspectos da vida Kanamari e para além desta. Por esta razão o xamã é um importante personagem nas definições das alianças políticas.

A Produção econômica Kanamari sustenta-se em quatro pilares básicos: agricultura, coleta, pesca e caça, sendo parte destes produtos trocados por mercadorias ou vendidos na cidade. A base do relacionamento social é o sistema de reciprocidade, em que a dádiva é o elemento que aquece a economia interna, compreendida aí a economia como a capacidade de produzir, distribuir e consumir.

Para os Kanamari o ato da partilha, da distribuição de bens e produtos é tão importante quanto o consumo e a subsistência. O sistema de reciprocidade mantém as relações entre os Kanamari nos seus grupos familiares e nas aldeias e destes com as entidades do sistema cosmológico. A fartura e a produção do excedente são meios para

a manutenção dos laços de reciprocidade. A partilha garante o acesso universal aos meios de produção e os frutos do trabalho.

As festas são ocasiões das visitas entre os grupos locais Kanamari. As visitas, apesar de conterem um considerável grau de tensão fazem-se necessárias para que sejam reafirmados os laços de aliança política, pois a distância física entre os grupos locais deixa entre eles uma névoa de desconfiança. Nas ocasiões das visitas a comensalidade é a prova da confiança mútua, pois acreditam que muitos encantamentos se originam de comidas envenenadas.

As brincadeiras kanamari dinamizam a vida cotidiana e aquecem os encontros entre as aldeias em situação de festas. No extenso repertório das brincadeiras e das festas o pressuposto básico é que haja fartura de caça, pesca e frutos de coleta, bem como os alimentos produzidos nos roçados. Um dos jogos prediletos da Comunidade é o futebol, que durante a visita realizava-se uma partida, mesmo com o terreiro encharcado após a chuva.

Um ambiente sem epidemias ou *feitiço* é um sinal da benevolência das entidades do sistema cosmológico. Desta forma faz sentido invocá-las ao terreiro e oferecer-lhes, através dos visitantes inclusive, a fartura e a animação do grupo.

3. Comunidade São Francisco – Terra Indígena Urubaxí – Maraã – AM

A Comunidade São Francisco esta situada na margem esquerda do Rio Japurá, pólo da terra indígena do Urubaxí. Ela se originou em março de 1982 com o nome São Francisco, nome de um santo, dado pelo senhor prefeito Manoel Soares, tendo na época 8 famílias e 28 pessoas no total, entre crianças, jovens e adultos.

Com base no limite, a terra indígena tem aproximadamente 50 Km². Essa comunidade não era reconhecida como terra indígena, pois a mesma tinha somente uma declaração da prefeitura. Hoje a comunidade é uma área demarcada e homologada pelo Governo Federal e possui aproximadamente 48 Km², com sua população de 58 famílias e 380 pessoas no total.

O contato das pesquisadoras com esta comunidade deu-se no mês de julho deste ano, por ocasião do período letivo do Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural promovido pela Universidade do Estado do Amazonas, para o qual uma das

pesquisadoras foi deslocada a fim de ministrar aulas sobre Currículo e Organização da Escola Indígena, e por meio da Gestora da Escola Municipal Indígena Kanamari, Professora Miréia Solart, graduanda do curso, pode-se organizar algumas visitas e informações acerca desta Escola. A visita foi realizada no mês de julho, e nesse período, o Lago de Maraã, onde se localiza a Comunidade São Francisco, encontra-se no período de vazante.

As famílias dessa comunidade ocupavam-se da agricultura, onde os homens são responsáveis pela caça e pesca para o sustento da família. E as mulheres se ocupam do preparo da comida, e de cuidado dos filhos menores e da casa.

Como organizações sociais, estão estruturados: o grupo de agricultores onde os mesmos se juntam para trabalharem em equipes, e a associação de mulheres, as quais fazem artesanatos entre outras atividades.

Até determinado tempo, os Kanamaris desta Comunidade utilizavam como meio de transporte somente a canoa a remo, atualmente essa famílias utilizam o motor rabeta para se deslocarem da Comunidade até a sede do município e vice-versa. A comunidade conta também com uma lancha para o transporte escolar, uma voadeira da associação de mulheres, o que facilita muito sua locomoção.

A alimentação foi baseada, por muito tempo, somente no peixe e na farinha de mandioca. Hoje em dia se faz necessário uma alimentação balanceada, com vitaminas, carboidratos entre outros alimentos que ajudam no desenvolvimento cognitivo, físico e motor de todos, e com base nessas informações outros tipos de alimentos foram incorporados à alimentação cotidiana, contudo nem todas as incorporações podem ser consideradas benéficas, tais como os alimentos industrializados, enlatados, fabricados com corantes, açúcares, conservantes, e condimentos, o que desencadeia problemas para a saúde, tais como: obesidade, hipertensão e diabetes, ainda em pequena escala, apresentando pequenos casos, mas já presente na comunidade⁸.

Na área da saúde, a comunidade conta com a atuação de 2 agentes indígenas de saúde (AIS), 1 agente indígena de saneamento básico (AISAM) que é responsável pelo tratamento da água consumida na comunidade, 1 técnico de laboratório, os Pajés, as parteiras, benzedeiras e dirigentes da igreja. Existe também na comunidade um poço

⁸ Dados da Secretaria de Saúde Municipal, 2012.

artesiano e um mini pólo de saúde em um flutuante, tendo no mesmo uma equipe de saúde muito importante, onde conta-se com 1 enfermeiro(a), 1 auxiliar de enfermagem e 2 agentes de saúde, atendendo toda a população da comunidade, com vacinações e consultas médicas. Essa equipe se reversa de 15 em 15 dias.

O lixo da comunidade é totalmente recolhido e queimado ou enterrado em lugares bem distantes da área habitada. As doenças mais comuns são as gripes, infecções respiratórias e a malária, a qual esta com um percentual muito elevado no momento, sendo tratadas com muita responsabilidade pelas equipes de saúde, além do atendimento médico dos Agentes de Saúde, os remédios caseiros, e o conhecimento de ervas medicinais, são administrados pelos mais velhos, os quais tentam repassar esses conhecimentos para os mais jovens, um processo cuidadoso de perpetuação cultural.

4. Escola Municipal Indígena Kanamari: relato do cotidiano

Este artigo ocupa-se da descrição e análise de uma experiência prática de educação realizada junto à Comunidade São Francisco, em Marañ – Amazonas. A prática educacional desenvolvida nessa comunidade tem como foco a população indígena ali estabelecida, contudo a escola é organizada e mantida pela Secretaria Municipal de Educação do município, desta forma o currículo, o material didático e os programas são organizados por esta secretaria.

Também é importante esclarecer que a educação aqui tratada é compreendida como processo político, intencional e em um contexto e espaços de saberes específicos, de conhecimentos disponibilizados pela situação de contato intercultural entre uma comunidade indígena e a sociedade regional. É preciso reconhecer naqueles contextos a existência de um sistema pedagógico próprio das sociedades indígenas que atende às necessidades de sobrevivência autônoma e ao dinamismo cultural necessário para a sua atualização, contudo, nem sempre, esses processos próprios são reconhecido pela escola, o que dificulta o dialogo.. Segundo Rosa Dias da Silva, tal processo educacional

[...] ocorre de modos distintos e por meio de pedagogias e mecanismos próprios de cada cultura. Os povos indígenas possuem espaços e tempos educativos dos quais participam a pessoa, a família, a comunidade e todo o

povo. Deste modo, a educação é assumida como responsabilidade coletiva. (SILVA, 2006, p.175).

A escola municipal indígena Kanamari foi criada no ano de 1982 somente para suprir a necessidade da época que se resumia apenas em 12 alunos, onde não havia uma preocupação em manter sua cultura.

Somente a partir da constituição de 1988 e da nova LDB 9394/96 que lhe assegura o direito a uma educação escolar diferenciada, bilíngüe e intercultural que tiveram autonomia para se organizarem e planejarem um currículo voltado para a sua realidade, anseios e necessidades.

A Escola Municipal Indígena Kanamari localizada na Comunidade Indígena São Francisco, que atualmente prima pela revitalização de sua língua materna, costumes e tradições, respeito a diversidade cultural e pela intercultural idade, legitimando idéias e praticas construídas pelos diversos atores sociais indígenas e seus assessores como parte de uma política publica para a educação escolar indígena.

Essa instituição de ensino, pública e gratuita, mantida pela prefeitura, SEMED e MEC, atendendo uma clientela de 180 alunos, sendo ofertada a Educação Infantil, com a fase de pré-escola, Ensino Fundamental, do 1º ao 6º ano, e Educação de Jovens e Adultos - EJA, 1º segmento, os quais correspondem à todo o Ensino Fundamental, sendo 39 da ed. Infantil, 06 alunos de 1º, 22 alunos de 2º ano matutino, 20 do 3º ano, 23 do 4º ano, 15 do 5º ano, 23 do 6º ano vespertino, e 22 alunos de EJA 1º segmento concludente (correspondente à 4º e 5º anos) noturno. Com esta demanda a Escola funciona os três horários. Os demais anos do Ensino Fundamental são frequentados pelos alunos Kanamaris na sede do município, bem como o Ensino Médio.

Quanto ao espaço físico da escola, não supre as necessidades da demanda escolar, pois conta apenas com duas salas pequenas, dois banheiros, onde só funciona um, uma secretaria pequena que divide-se com a cozinha. Essa quantidade de salas não é suficiente, pois os turnos matutinos e vespertinos funcionam no centro comunitário ficando exposto ao sol e chuva.

Educar para outro Mundo Possível⁹, segundo Moacir Gadotti, é visibilizar, tornar visível o que foi escondido para oprimir, é dar voz aos que não são escutados. Embora o direito esteja sendo assegurado, o respeito aos processos próprios e a necessidade da interculturalidade, que se dá pelo contato contínuo com as práticas cotidianas da sede do município, tem sido esvaziado, a superação das limitações humanas, e a rica vivência intercultural, ocasionará a transformação da realidade objetiva. Dom Pedro Casaldáliga¹⁰, reconhecido defensor dos direitos humanos, crê na utopia:

A verdadeira solidariedade é interpessoal e também intercultural; na reciprocidade; enriquecendo-se mutuamente as diferentes culturas. Somente a comunhão das alteridades pode construir a outra mundialidade que sonhamos.

Com o intuito de auxiliar na organização da Escola, há duas instituições escolares que são a Associação de Pais e Mestres e recursos da Escola Ativa, ambas estruturadas pela SEMED, contudo, a Associação de Pais e Mestres permite que a comunidade se expresse e comunique as suas necessidades educacionais dentro da escola.

No que tange aos seus aspectos curriculares e pedagógicos tende como proposta apenas o projeto político pedagógico e a grade curricular oferecida pelo MEC, o qual é pensada e (re)pensada, planejada e (re)planejada para a realidade local.

Com relação aos recursos humanos o corpo docente e discente conta com uma gestora cursando o 7º período de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena, na UEA, três professores indígenas formados no Magistério Indígena¹¹ e quatro não indígenas com nível médio e cursando pedagogia, pelo PARFOR, três auxiliares de serviços gerais, um em cada turno e dois catraieiros, um pela manhã e outra pela tarde

Nos últimos anos, os professores indígenas, a exemplo do que ocorre em muitas outras escolas do país, vêm insistentemente afirmando a necessidade de contarem com currículos mais próximos de sua realidade e mais condizentes com as

⁹ Artigo veiculado pela Revista Fórum, ano 5. outubro de 2006, nº 43, p. 9.

¹⁰ Entrevista ao CIMI, por ocasião do Júri Popular dos acusados da tortura e assassinato do Jesuíta Vicente Cañas, a quem ele chamava de Mártir das Causas Ameríndias. www.cimi.org.br. Acessado em 23/10/2006. 12:16h

¹¹ Falar sobre o Magisterio Indígena

novas demanda de seu povo. Esses professores reivindicam a construção de novas propostas curriculares para sua escola, em substituição àqueles modelos de educação, que ao longo da historia, lhes vem sendo impostos, já que tais modelos nunca corresponderam a seus interesses políticos e os pedagógicos de sua cultura.

Os recursos que esses professores utilizavam, são semente que os mesmo usavam como materiais didáticos. Por parte da secretaria de educação, os materiais não atendem a demanda da escola, mesmo sendo poucos alunos. Assim como não atende ate hoje.

Seus aspectos culturais eram os mitos, as lendas, os ritos populares, língua materna, festas culturais, esportes, musicas indígenas. Em 2012 foi promovida a 1º festa junina na comunidade, a qual contou com a participação de comunitários, alunos e todo corpo docente da escola.

O trabalho de retomada das tradições dentro da escola não possui uma ação efetiva, contudo algumas ações pontuais, como coleta de sementes, materiais para preparo de festejos, conversas informais com os anciãos da Comunidade, caracterizam a tentativa de retomada das práticas tradicionais.

5. A prática intercultural entre os Kanamari

Comungando com a professora Maria do Céu Bessa Freire (2009), o objetivo de desenvolver um trabalho sério, com compromisso, está presente entre das preocupações da gestora e dos professores da Escola, contudo algumas vezes o trabalho não consegue ser dimensionado adequadamente, devido os próprios limites de concepção e de ação, os quais são agravados pelas estruturas de trabalho oferecidas, como a falta de formação inicial e continuada, estrutura física e pedagógica, bem como estrutura para a vida cotidiana dos profissionais, tendo essa estrutura disponível, possibilita uma visão mais critica da realidade e acompanhamento das questões pedagógicas, com uma perspectiva de práxis.

Quando se fala de interculturalidade faz-se necessário compreender que cada cultura possui uma lógica operante interna, e é justamente essa lógica que precisa ser conhecida, a fim de que as práticas, os costumes, as concepções e as transformações façam sentido.

O reconhecimento da diversidade cultural admite diferentes enfoques. É a partir da perspectiva do autor Reinaldo Matias Fleuri que se vai nortear a discussão. Assim, os termos multi ou pluricultural indicam uma situação em que grupos culturais diferentes coexistem um ao lado do outro sem necessariamente interagir entre si.

O autor Fleuri (2003) nos diz que o termo transcultural faz referência a elementos culturais comuns, aos chamados “traços universais”, aos “valores permanentes” nas diferentes culturas. Ou seja, a perspectiva transcultural identifica estruturas semelhantes de relação social ou de interpretação em culturas diferentes, sem que estas culturas interajam entre si.

Já a relação intercultural, Fleuri (2003), indica uma situação em que pessoas de culturas diferentes interagem, ou uma atividade que requer tal interação. A ênfase na relação intencional entre sujeitos de diferentes culturas constitui o traço característico da relação intercultural. O que pressupõe opções e ações deliberadas, particularmente no campo da educação.

A perspectiva multicultural reconhece as diferenças étnicas, culturais e religiosas entre grupos que coabitam no mesmo contexto. O educador que assume uma perspectiva multicultural considera a diversidade cultural como um fato, do qual se toma consciência, procurando adaptar-lhe uma proposta educativa. Adaptar-se, neste sentido, significa limitar os danos sobre si e sobre os outros. Mas o educador passa da perspectiva multicultural a intercultural quando constrói um projeto educativo intencional para promover a relação entre pessoas de culturas diferentes.

Na perspectiva multicultural, entende-se, de modo geral, as culturas diferentes como objetos de estudo, como matéria a ser aprendida. Ao contrário, na perspectiva intercultural, os educadores e educandos não reduzem a outra cultura a um objeto de estudo a mais, mas a consideram como um modo próprio de um grupo social ver e interagir com a realidade. A relação entre culturas diferentes, entendidas como contextos complexos, produz confrontos entre visões de mundo diferentes.

A interação com uma cultura diferenciada contribui para que uma pessoa ou um grupo modifique o seu horizonte de compreensão da realidade, na medida em que lhe possibilita compreender ou assumir pontos de vista diferentes de interpretação da realidade ou de relação social.

Uma das principais características da educação intercultural, como refere Fleuri (2003), é à ênfase nos sujeitos da relação. Neste sentido, a educação intercultural desenvolve-se como relação entre pessoas de culturas diferentes, não simplesmente entre “culturas” entendidas de modo abstrato, valorizam-se prioritariamente os sujeitos que são os criadores e sustentadores das culturas.

As culturas não existem abstratamente, são saberes de grupos e de pessoas históricas, das quais jamais podem ser completamente separáveis. As pessoas são formadas em contextos culturais determinados mas, são as pessoas que fazem cultura. Nesta concepção, a estratégia intercultural consiste antes de tudo em promover a relação entre as pessoas, enquanto membros de sociedades históricas, caracterizadas culturalmente de modo muito variado, nas quais são sujeitos ativos.

A educação intercultural apresenta-se como um processo, ou seja, um caminho aberto, complexo e multidimensional, pois envolve uma multiplicidade de fatores e de dimensões: a pessoa e o grupo social, a cultura e a religião, a língua e a alimentação, os preconceitos e as expectativas.

A educação intercultural, de acordo com Fleuri (2003), não se reduz a uma simples relação de conhecimento: trata-se da interação entre sujeitos. Isto significa uma relação de troca e de reciprocidade entre pessoas vivas, com rostos e nomes próprios, reconhecendo reciprocamente seus direitos e sua dignidade. Uma relação que vai além da dimensão individual dos sujeitos e envolve suas respectivas identidades culturais diferentes.

A educação intercultural se configura, conforme Fleuri (2003), como uma pedagogia do encontro até suas últimas conseqüências, visando promover uma experiência profunda e complexa, em que o encontro de narrções diferentes configura uma ocasião de crescimento para o sujeito, uma experiência não superficial e incomum de conflito. No processo ambivalente da relação intercultural, é totalmente imprevisível seu desdobramento ou resultado final. Trata-se de verificar se ocorre, ou não, a “transitividade cognitiva”, ou seja, a interação cultural que produz efeitos na própria matriz cognitiva do sujeito; o que constitui uma particular oportunidade de crescimento da cultura pessoal de cada um, assim como de mudança das relações sociais, na

perspectiva de mudar tudo aquilo que impede a construção de uma sociedade mais livre, mais justa e mais solidária.

Para Raúl Fonet-Betancourt, a interculturalidade, consiste nem um processo contextual-universal de capacitação para uma cultura de culturas, ou seja, uma capacitação para a diversidade cultural, que se relacionam e se transformam, consiste me uma dimensão da prática pedagógica dentro do contexto escolar.

E avançar para o interculturalismo, em que culturas se interpenetrem, se modificando sem perder suas identidades, torna o objeto mais desafiador e a descrição mais condizente com a complexidade da realidade envolvida (FREIRE apoud Freire, 2009).

Ao pensar a interculturalidade, ousa-se pensar em um diálogo, uma conversa, uma via de mão dupla, em que ambos contam e são ouvidos, onde ambos ensinam e aprendem. E viver dentro de uma perspectiva intercultural possibilitará o diálogo e o respeito entre as culturas.

Entre os Kanamaris da Comunidade São Francisco, o processo de interculturalidade ocorre tanto pelas relações econômicas que se dar pela convivência com a sociedade envolvente, quanto pela convivência dos alunos de 7º ao 9º anos que estudam na sede do município, pelo fato de serem poucos alunos, ficou impossibilitada a oferta desses anos na Escola da Comunidade, o mesmo acontece com o Ensino Médio, que é ofertado no município em duas modalidades: o presencial e o tecnológico.

]Essa convivência entre as culturas permite ao aluno e à sociedade a capacidade de entender o processo de constituição da história e, somente o diálogo intercultural poderá gerar condições para uma interação cultural, e rompe com o modelo monocultural em que está constituída a sociedade. (EMMEL, 2012).

E como já foi explicitado é a escola o veículo para construção deste espaço de diálogo, é ela o espaço sócio-cultural em que o diálogo intercultural pode possibilitar a interação humana, pode ser o caminho para reconhecer e valorizar as diferenças culturais que constituem a sociedade.

E é justamente pelo reconhecimento das diferenças culturais que há a possibilidade da real inclusão do diferente, neste contexto, da inclusão da criança indígena na escola urbana, e esta inclusão não apenas limitada ao acesso ao espaço

físico, mas sendo sujeito de direito de lugar, posicionamento e mediação no processo de inter-relação, de diálogo, de interculturalidade.

Assim, ao quando se fala de inclusão torna-se necessário o rompimento com o modelo monocultural, o qual não possibilita a interação humana, o que dificulta com que os sujeito que convivem conheçam seus outros, e assim, tornem-se sujeitos agentes e com pensamentos próprios.

O diálogo intercultural leva-nos a uma interação entre as diferenças culturais, e rompe com o monólogo que abafa, legitima, exclui e silencia. Nesta tentativa, experimentamos novas formas de compreensão das diferenças que constituem a sociedade e que, abalam as verdades e seguranças deixadas pelo monólogo.

Nessa perspectiva, para se pensar a escola é preciso vincular o processo educacional com a dimensão étnico-cultural dos alunos, pois a interculturalidade propiciar à escola como um espaço compartilhado e determinado pela convivência (BETANCOURT apoud EMMEL, 2012) .

Desta forma, Kreutz, estabelece como pressupostos para se pensar a escola em uma perspectiva intercultural:

a busca de uma base de referências para a leitura dos processos educacionais a partir da dinâmica da interpenetração de grupos diferenciados que podem levar a um novo patamar de interações culturais ou reforçar processos educacionais presos a lubificações monoculturais. O perceber a herança múltipla, polifonia, das tradições culturais, redescobrimo-as, é o primeiro passo para uma nova postura frente ao desafio de entender como estas diferenciações foram sendo engendradas historicamente e que significações produziram na articulação de processos educacionais”. (Kreutz, 1998, p. 2)

Assim, a intercultural sugere uma nova estratégia educativa em que a escola seria estruturada dentro de um projeto político e cultural formado por um ideal democrático com a participação de todos.

Assim, é preciso que, os professores possibilitem aos alunos a construção de bases dialógicas, o que permite ao aluno a construção de conceitos e o reconhecimento de seus valores e práticas cotidianas e as suas experiências sociais e culturais.

A perspectiva intercultural da educação anuncia a diferença enquanto patrimônio a ser valorizado e denuncia a desigualdade e todas as formas de discriminação. Admite e incentiva o diálogo, buscando estratégias criativas para que as pessoas percebam-se enquanto agentes na administração dos conflitos decorrentes das relações de poder aí travadas.

Portanto, um educador, nesta visão, é aquele que considera a diversidade cultural como proposta mediadora do processo ensino-aprendizagem. Principalmente levando em consideração a complexidade da identidade do ser humano, sendo ele constituído de história e cultura, numa interação dinâmica entre os sujeitos, daí a importância da educação ser voltada para a interculturalidade, ou seja, o diálogo entre as culturas.

Considerações finais

Ser Kanamari, ver-se Kanamari, e conviver com a sociedade envolvente constitui-se um desafio, pois a interculturalidade impõem-se. E essa imposição dá-se devido o avanço das urbes, nesse caso Marañ e Japurá, em direção ao espaço tradicionalmente ocupado e pertencente aos Kanamaris.

Com o intuito de estruturar um relato do cotidiano, e olhar a organização educacional da Comunidade, debruçando-se sobre a instituição escolar, organizou-se visitas à Comunidade São Francisco, nas quais por meio de observação participante e conversas informais, pode-se perceber que a interculturalidade, abandonou os estudos teóricos e impôs-se como prática cotidiana, a partir da adequação à escola e às práticas convencionadas pelo cotidiano citadino.

Desta forma, ser Kanamari e autodenominar-se como tal ganha novos contornos e estrutura uma nova perspectiva identitária. Rendo em vista o reconhecimento e garantia de direitos, autodenominar-se faz-se necessário, contudo, as práticas tradicionais perderam-se ao longo dos anos, e os hábitos cotidianos mesclaram-se às práticas da sociedade envolvente.

E neste momento perdas e ganhos são somados, porém nesse momento sociohistórico ainda não é possível fazer um balanço, porém umas perdas ocorridas nesse caminho foi a língua materna, poucos são os falantes, e em sua grande parte soa

os mais antigos, que se recusam em ensinar, pois acreditam que os mais novo não interessam-se em aprender.

Contudo, o cenário esta mudando, atualmente com a formação dos professores pelo programada Magistério Indígena, do MEC, e os demais programas de formação de professores, os professores que atuam na escola Kanamari percebem a necessidade do resgate das práticas tradicionais e da língua materna.

Assim, revelações são feitas ao longo das conversas informais, tais como a estruturação de um processo próprio de produção e ressignificação cultural, já que estes sujeitos sociais não consistem apenas em reprodutores de uma cultura hegemônica, mas reelaboram e ressignificam a cultura envolvente, praticando uma interculturalidade inata.

A Escola tradicionalmente estabelecida tende a interferir nesse processo e promover um rompimento com as relações estabelecidas, gerando falhas nos processos de comunicação de construção identitária e cultural, contudo a Escola Kanamari já começa a repensar sua estrutura e sua função dentro da Comunidade. Tendo como referencia a ressignificação de uma igualdade que se constrói sob a perspectiva do respeito ao direito à diferença, e o diferente não pode ser compreendido como desigual, ou gerador de uma desigualdade, mas esse diferente precisa ser incluso, sob a lógica do novo paradigma, o da inclusão da complexidade.

Assim, uma prática pedagógica intercultural, estabelece um diálogo, a construção de uma cultura da diversidade no âmbito da escola, como política de inclusão. Silenciar, simplificar e excluir o diferente são práticas veladas e permanentes nas práticas escolares, que somente poderão ser mudadas a partir da mudança de concepção e paradigma.

Referencias

CARVALHO, Maria Rosário. **Os Kanamari da Amazônia Ocidental – História e Etnografia**. Tese de doutoramento apresentada ao PPGAS-USP-São Paulo. 1998

COSTA, Luiz. Museu Nacional – UFRJ, Pesquisador Associado – CTI, Fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.trabalhoindigenista.org.br>.

DIAS DA SILVA, Rosa Helena e COSTA, Valéria. **Práticas pedagógicas em espaços alternativos de inclusão social: o caso da educação [escolar] indígena**. Encontro Nacional de Didáticas e prática de Ensino (13º-2006: Recife, PE) Políticas Educacionais, tecnológicas e formação do educador: repercussões sobre a didática e as práticas de ensino / ENDIPE; (Org. Ainda Monteiro Silva [et. al.]. Recife: ENDIPE, 2006.

EMMEL, Sinara da Silva. **Educação e diversidade cultural sob a perspectiva de interculturalidade**. Disponível no site: <http://www.faustolevandoski.com.br/asafiti/trabalhos/Sinara%20da%20Silva%20Emmel.pdf>, acesso em 25 de maio de 2012, as 14:56.

FLEURI, Reinaldo Matias (org). **educação intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Maria do Céu Bessa. **A criança indígena na escola urbana**. Manaus: EDUA, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Educar para outro Mundo Possível**. Revista Fórum, ano 5. outubro de 2006, nº 43, p. 9.

HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Kanamaris. Disponível em :<http://www.pib.socioambiental.org/pt/povo/kanamari/1742>. Acesso em 15 de julho de 2012, às 18:22.

LABIAK, Araci Maria. **Frutos do Céu e Frutos da Terra: Aspectos da Cosmologia kanamari no Warapekom**. Disponível em:<http://www.trabalhoindigenista.org.br>. Acesso em: 12 de julho de 2012, as 15:45.

OLIVEIRA, Vera Lúcia de; SALGADO, Carlos Antonio Bezerra. **LEVANTAMENTO ETNOGRÁFICO DAS TERRAS INDÍGENAS DO COMPLEXO DE TEFÉ: Maraã/Urubaxi, Paraná do Paricá, Cuiu-Cuiu e Kumaru do Lago Ualá**. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura.** 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES
Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

TEORIA DO ROMANCE E TEORIA DA EVOLUÇÃO

Pedro Dolabela Chagas

Doutor em Estética e Filosofia da Arte (UFMG); Doutor em Literatura Comparada (UERJ);
Professor Adjunto de Teoria Literária (UESB); Professor do Mestrado em Memória:
Linguagem e Sociedade (UESB)
Contato: dolabelachagas@gmail.com

Resumo: Discussão da contribuição da teoria da evolução para a historiografia literária, com ênfase na teoria e história do romance. Análise das proposições de I. Tynianov, N. Luhmann, F. Moretti e, anacronicamente, D. Hume. Elaboração de um quadro de relações que sistematiza, para a historiografia literária, a contribuição conceitual e analítica de termos como “seleção”, “complexidade”, “variação”, “reestabilização”, “estabilidade dinâmica”, “diferenciação sistêmica”, “causalidade interna”, “autopoiese” e “fundo de repertório para a variação”, aplicáveis à variação microscópica (na obra individual) e macroscópica (dos gêneros ou do sistema literário como um todo). Estudo de caso sobre o romance argentino do século XX, explicando-se, pelas relações entre “sistema” (literário) e “ambiente” (social), a sua maior autorreflexividade em comparação com o romance brasileiro daquele período.

Palavras-chave: Teoria da Evolução; Teoria e História do Romance; Literatura Argentina.

Abstract: Discussion of the contribution of evolutionary theory for literary history, with emphasis on the theory and history of the novel. Analysis of the propositions by J. Tynianov, N. Luhmann, F. Moretti and (anachronistically) D. Hume. Elaboration of a framework of relations that attempts to systematize the conceptual and analytical contributions for literary history of terms such as “selection”, “complexity”, “variation”, “re-stabilization”, “dynamic stability”, “systemic differentiation”, “internal causality”, “*autopoiesis*” e “repertoire for variation”, applicable to both microscopic (i.e. individual works) and macroscopic variations (of genres and of the literary system as a whole). Study of the relations between (literary) “system” and (social) “environment” and its consequences for the self-reflexivity of the 20th-Century Argentine novel, compared to the Brazilian novel of that same period.

Key words: Evolutionary Theory; Theory and History of the Novel; Argentine Literature.

Apresentação: histórico e condição atual do problema

Nas últimas décadas, o desenvolvimento das neurociências e das ciências cognitivas forneceu novas bases para a aproximação, até então pouco explorada, entre a teoria da evolução e a teoria da narrativa, contribuindo para renovar a investigação da sua origem, função social e variabilidade no tempo. Passou-se a ler a narratologia e a teoria da recepção sob o vocabulário

da filosofia da mente, redescrivendo-se através dela os processos mentais ativados pela leitura e, por esse meio, repensando-se a função sócio-cognitiva da narrativa. Esta renovação da problemática ontológica e funcional da literatura tem recorrido a termos próprios da teoria da evolução, como “adaptação”, “exaptação”, “mudança estrutural”, “variação”, “seleção” e “reestabilização”, “estabilidade dinâmica” e “diferenciação sistêmica”, pelos quais se analisa a gênese, a variação histórica, as bifurcações e as estratégias de permanência na cultura de formas narrativas orais e escritas, em seus diferentes modos de inserção social mediante o impacto sobre o público.

Se tais contribuições têm se acumulado na teoria da narrativa, o mesmo não se pode dizer em relação especificamente à teoria do romance, cujos modelos narratológicos ainda seguem majoritariamente o jargão estruturalista e pós-estruturalista, e cujos modelos historiográficos, mesmo que sofisticados pela historiografia das instituições literárias, do livro e da leitura (que dão contornos mais precisos à análise dos sistemas literários), pouco evoluíram na explicação da relação entre a história social e a história das formas. A Estética da Recepção de Jauss (1994), especificamente elaborada para esta finalidade, mostrou-se ainda condicionada pelo pressuposto modernista da inovação *individual* como fonte da diferenciação histórica da literatura, dando continuidade a um princípio teleológico que explicava a *seleção* das inovações em função do apelo (junto ao leitorado) da obra como resposta à realidade sincrônica – o que indicaria a sua “necessidade histórica”. Mas esta linha direta entre a obra, o leitor e a realidade social elidida as cadeias de mediação provocadas pela ação de sistemas literários complexos, cuja importância era diminuída diante da diferença estética e temática imanente às obras. Diante de limitações como esta, a teoria da evolução ajuda a superar a bipartição entre as teorias do texto (focadas na imanência da obra) e as sociologias da literatura (focadas no seu ambiente externo), que tanto dificulta a compreensão dos liames entre a forma literária e o contexto social. Demonstrar que a apropriação da teoria da evolução pela teoria do romance oferece meios plausíveis de abordagem do problema, fertilizando a historiografia literária, é o objetivo central deste artigo; para concretizá-lo, passaremos em revista algumas proposições que orientarão a colocação do problema, das quais derivamos, num segundo momento, um modelo inicial dos padrões de relação entre os elementos nelas implicados. Por fim, arremataremos a discussão com uma aplicação inicial da teoria da evolução ao estudo das trajetórias dos romances brasileiro e argentino no início do século XX.

Tynianov: evolução e análise formal da literatura

Contrastando com o seu ostracismo posterior, a teoria da evolução apareceu logo no movimento fundador da teoria da literatura como disciplina autônoma: o chamado “formalismo russo”. Ocupado então em investigar os processos que lhe conferem a sua variabilidade estilística, um de seus representantes, Iuri Tynianov, propôs um estudo da “evolução literária” que, orientado para a análise das relações entre a literatura e o contexto histórico-social, distanciava-se tanto do princípio de causalidade externa da reflexologia (i.e. da influência da sociedade *sobre* a literatura), quanto do imanentismo, ou seja, da descrição meramente estilística da variação morfológica dos gêneros literários ao longo da história (que era incapaz de explicar a variação ao isolar a literatura do seu contexto recepcional). Tynianov defendia que a autonomia estrutural da literatura a leva a processar *como literatura* as influências do “ambiente”: a literatura opera sob as condições e possibilidades colocadas por próprias estruturas internas, cuja transformação histórica se dá sob uma base de estabilidade – orientada, entre outras coisas, pela longevidade dos gêneros. Em sua concentração na forma, no gênero, no estilo, Tynianov indicava que os procedimentos literários a servir como ponto de partida das variações são, de fato, de caráter *estilístico* – mas ele afirmava também que isso é apenas parte da estória.

Recuperemos a complexidade da sua proposição. O seu estudo da “evolução” era postado simultaneamente contra a explicação historiográfica fundada na singularidade de obras cuja gênese era situada na psicologia do autor (ou na sua “genialidade”, que pouco se oferece à investigação), contra a “causalidade externa” que isola a literatura ao explicá-la a partir da influência *sobre ela* das demais séries sociais, e também contra o reducionismo da história literária orientada pelos valores dominantes no presente e pelas obras paradigmáticas de épocas passadas, retiradas dos conjuntos de obras aos quais elas originalmente pertenciam. Ao defender a leitura de cada horizonte sincrônico de acordo com os valores que lhe eram próprios, sob o cotejo do repertório da sua produção mediana, Tynianov definia a *substituição* de sistemas (as suas “descontinuidades” ou “bifurcações”) como o “problema fundamental da evolução literária”, distinguindo, para tanto, a “obra” e a “literatura” como sistemas *distintos* mas mutuamente implicados, o que lhe permitia interpretar os “elementos particulares” das obras (tema, estilo, ritmo, sintaxe...) como *códigos* (sistemicamente reconhecidos) cuja “*correlação mútua* e interação” definiria a *função* que eles exercem em cada obra, a partir da remissão à sua função usual no campo literário sincrônico. Nos diferentes sistemas, as funções despontam como dados *contextuais* da relação entre os códigos estilísticos dominantes e as

suas atualizações nas obras individuais – que os reproduzem ou modificam –, o “léxico da obra” firmando-se, ademais, numa relação dupla com o léxico literário e o léxico geral. Para Tynianov, portanto, a análise de uma obra deveria cotejar as condições do sistema literário sincrônico, uma vez que a “existência de um fato como um *fato literário* depende de sua qualidade diferencial” (i.e. “de sua função”), que só pode ser contextualmente compreendida. Tal proposição era estendida indistintamente à evolução dos gêneros literários: se há uma via de mão dupla entre a forma e a função, a evolução de uma influenciaria a evolução da outra até o limite da substituição sistêmica dos gêneros.

Implícita nestas proposições estava a noção de que a evolução da literatura pressupõe a sua autonomia sistêmica: o “sistema da série literária é antes de tudo um sistema das funções da série literária, a qual está em constante correlação com as outras séries”. (TYNIA NOV, 1971, p. 113) É *enquanto literatura*, em suas condições sistêmicas imanentes, que a literatura interage com o ambiente externo – o que, para o formalista russo, significava dizer que ela o faz na condição de *produção lingüística*. Ao afirmá-lo, Tynianov lucidamente apontava (em contraste com a reflexologia) os ritmos diferentes, os diferentes padrões temporais próprios à evolução de cada um dos sistemas sociais, cuja interrelação não os transforma num único sistema: dentro de cada sistema, alguns elementos predominarão na orientação do seu processo evolutivo, suscitando padrões diferentes de aceleração e de inércia na resposta a pressões comuns. Tynianov assim reduzia a importância da subjetivação, pois a individualidade do autor (a sua “inspiração”) seria apenas um dos modos de conexão entre obra e sistema: o foco recai sobre a evolução do sistema como um todo, e não apenas sobre a ação individual dos seus agentes, conferindo-se importância não à originalidade da contribuição, mas às condições que lhe permitem permanecer como uma referência genericamente aceita: “O momento e a direção da ‘influência’ dependem inteiramente da existência de certas condições literárias.” (TYNIA NOV, 1971, p. 117) Daí que Tynianov apontasse o conservadorismo inerente aos sistemas estabilizados, uma vez que “cada corrente literária busca durante certo tempo pontos de apoio nos sistemas precedentes; é o que se pode chamar de ‘tradicionalismo’” (TYNIA NOV, 1971, p. 118): como em todo processo evolutivo, a mudança é condicionada pelas forças de conservação do sistema.

Luhmann: teoria da arte como teoria de sistemas

A atualidade das proposições de Tynianov se evidencia pela sua afinidade pontual com as proposições que Niklas Luhmann (2000) desenvolveria muito tempo depois, ao resgatar para

os estudos sociais certas questões centrais da teoria da evolução. Como explicar, por exemplo, a complexidade estrutural desenvolvida quando uma comunicação interna contínua, e não esporádica, foi assegurada por um sistema? Dentro da continuidade do sistema, quais as condições da sua mudança e quais são as fontes da sua complexidade estrutural e semântica? Para respondê-las, a teoria de sistemas de Luhmann empregaria a distinção entre “variedade”, “seleção” e “reestabilização” para compreender como as estruturas sociais se complexificam ao longo do tempo e como a improbabilidade do seu surgimento cede passagem, num dado momento, à probabilidade da sua preservação. A teoria da evolução lhe serve de referência, então, para a investigação da emergência do improvável e das discontinuidades e mudanças estruturais que irrompem após períodos de estagnação ou crescimento cumulativo.

Se todo processo evolutivo parte de alguma estabilidade para desembocar numa nova estabilização – processos nos quais a *variação* emerge quando operações inesperadas acontecem –, a *seleção* concerne ao valor atribuído pelo sistema a cada variação, que será aceita como algo a ser repetido ou, então, isolada – e talvez rejeitada – como um caso singular. Por isso Luhmann entende que a *comunicação* sobre a arte (sobre obras e programas estéticos) produz variações no campo da arte: a emergência de novas formas suscita, no público, na crítica especializada e em outros artistas, comunicações que orientarão as suas distinções futuras; no plano da composição, elas orientarão a produção de novos códigos estéticos e a utilização de novos materiais e mídias. As variações dos códigos (que podem acarretar a variação dos gêneros) aparecem não como cortes abruptos, mas como negociações ocorrendo num certo período de tempo, processo que a historiografia tradicional tende a elidir ao apresentar a história como um conjunto seletivo de grandes obras, numa sucessão de saltos entre criações de “gênio”. Na contramão desta tendência, pela noção de “causalidade interna” a evolução da arte não é explicada pela influência externa ou pelas realizações de artistas agindo isoladamente, pois não interessa a ocorrência da inovação, mas sim que ela seja selecionada pelo sistema como algo a ser reproduzido: a explicação da variação se torna circular, pois ela pressupõe um estado inicial que, mesmo estando no limiar da desordem, seja suficientemente estável para avaliar e absorver a variação. Em última análise, tal estabilidade está materializada, no campo da arte, no repertório de códigos, exemplos, valores e conceitos atuantes: de acordo com Luhmann, teria sido assim que, quando a atenção do sistema se voltou para si mesmo – ao redor de 1800 –, a arte, autorreflexiva e agora livre para explorar à revelia da tradição os códigos herdados da tradição, encontrou grandes oportunidades para variação, expandindo os seus próprios

critérios de seleção – especialmente quanto o debate sobre aqueles critérios assumiu uma dinâmica própria, com a crítica passando a influenciar a produção artística.

Assim autonomizado, o sistema da arte exploraria estabilidades semânticas capazes de fazê-lo sobreviver à fluidez do ambiente externo e adquirir solidez em meio às turbulências sociais. Conceitos e valores novos (além de continuamente suscetíveis à reinterpretação) permitiram ao sistema da arte formular a unidade e a motivação das obras individuais e do sistema como um todo, no exato momento em que a posição social da arte e do artista perdia a sua estabilidade anterior. De modo geral, o apoio em valores indica o modo como o sistema pode assegurar a sua própria estabilidade ao incorporar variações: daí a importância da *autodescrição*, resultante do debate sobre critérios de avaliação da qualidade das obras e da sua inserção (sob os planos ontológico e hierárquico) no sistema. É no plano da autodescrição (ontológica, estética, funcional) que os problemas resultantes da necessidade de se manter a estabilidade do sistema diante das mudanças evolutivas podem ser enfrentados, em conjunto com a problematização dos modos de distinção entre a arte e a não-arte.

Moretti: evolução e história do romance

Ao voltarmos das proposições gerais de Luhmann para a abordagem do campo literário, encontramos recentemente na história do romance de Franco Moretti uma aproximação sugestiva entre a teoria literária e a teoria da evolução. O seu corte inicial é estabelecido contra o pressuposto, comum à historiografia hegeliana, da existência de um sentido imanente à História (no singular, como totalidade sincrônica) que estaria revelado, em sua plenitude, nas suas grandes produções literárias: ao qualificar como “implausível” a noção de uma unidade da História manifestada nas grandes obras de uma época, Moretti a substitui pelo modelo dualista de Darwin, “cindido entre variações dominadas pelo acaso e a seleção governada pela necessidade.” (MORETTI, 2007, p. 310) Num primeiro estágio desta nova narrativa, apenas o “acaso será ativo, [gerando] as variações retóricas; a necessidade social presidirá o segundo estágio, no qual as variações são historicamente selecionadas.” (MORETTI, 2007, p. 310) Cinde-se a história entre a emergência do novo – que, *da perspectiva do sistema*, é imprevista –, e a sua seleção posterior (determinada pela interface com o ambiente social) como possibilidade sistemicamente válida. Não importa que um autor controle conscientemente a sua inovação: da perspectiva evolutiva, a intencionalidade não determina a capacidade que a obra terá de *produzir descendência* ao ser absorvida pelo sistema, passando a integrar as suas possibilidades de futuro – a sua macroscopia. Moretti,

aliás, situa na própria composição da obra um elemento de acaso que contraria a noção da “intencionalidade” como “controle”, assim localizando a ação da contingência tanto na macroscopia quanto na microscopia. Vejamos como isso funciona.

Ao tratar da macroscopia, Moretti toma como exemplo a trajetória do romance entre os séculos XVIII e XIX, descrevendo-a como a transição entre um campo povoado por uma variedade de experiências distintas – e igualmente “válidas” – e outro onde uma forma singular passou a predominar incontestemente – o “romance canônico” de Dickens, Eliot, Thackeray, Balzac, Tolstói, Eça de Queirós... Nesta transição da maior para a menor complexidade, Moretti identifica “um cenário darwinista bastante típico: o campo se abre para uma multiplicidade de possibilidades, estreita-se quando a pressão externa seleciona uma delas e descarta as outras e se abre de novo [no século XX] a uma nova multiplicidade...” (MORETTI, 2007, p. 311) A descrição darwinista se apóia em dois pontos: inicialmente, ela identifica um campo que, “sem orientação histórica”, não poderia indicar o rumo que ele mesmo tomaria a seguir por admitir simultaneamente um número grande de possibilidades legítimas e, desse modo, igualmente passíveis de serem selecionadas pelos estados futuros do sistema; em seguida, a descrição localiza uma pressão seletiva no exterior do sistema literário, i.e. nas forças sociais em ação na virada do século XIX. Tal pressão seria, afinal, responsável por dar ao sistema uma direção que a multiplicidade anterior não apresentava, ao selecionar uma forma romanesca apta a oferecer ao leitor o tipo de experiência mais finamente em sintonia com as condições do tempo: tratava-se do *Bildungsroman*, selecionado quando “as convulsões industriais e políticas agiram ao mesmo tempo sobre a cultura européia, forçando-a a redesenhar o território das expectativas individuais, a definir de novo seu ‘senso de história’ e a sua atitude diante dos valores da modernidade.” (MORETTI, 2007, p. 312) Se o “romance de formação” adquiriu popularidade, foi pela sua capacidade de, mediante a narração dos percalços da juventude do personagem por um narrador já amadurecido, conferir sentido à aquisição tumultuada de experiência num mundo cujo sentido imanente se perdera, tendo se tornado objeto de um aprendizado individual doloroso: a ficcionalização deste aprendizado atendia, assim, a angústias comuns ao leitorado da época.

De acordo com esta descrição, a sociedade não *produziu* a forma literária que mais lhe interessava, e sim *selecionou-a* do fundo de possibilidades disponíveis: sob o pressuposto da autonomia sistêmica da literatura, Moretti reafirmava o princípio básico da teoria da evolução pelo qual o ambiente social não penetra no sistema (determinando-o internamente), mas apenas seleciona as variações que ele oferece, com isso estimulando o aumento da produção

daquelas variações. Isso pode fazer parecer, ao olhar retrospectivo, que a época possuísse uma unidade que, manifestada no “espírito” comum das suas produções, demonstraria a sua necessidade histórica. Ocorre que a aleatoriedade darwiniana revela a quantidade muito superior, em qualquer momento histórico, de produções que não *ingressaram* na história da literatura, desaparecendo da memória posterior: “as inovações são, com maior freqüência, malsucedidas e os sucessos, não inovadores” (MORETTI, 2007, p. 314), quadro que é obscurecido pelas narrativas construídas pela seleção dos exemplos retrospectivamente mais significativos – justamente aqueles que determinam a formação do quadro valorativo que hoje lhes atribui significação.

Esta explicação da passagem da maior à menor complexidade é complementada pela análise do fenômeno inverso, qual seja: a passagem da estabilidade à crise, representada, na história do romance, pela virada do século XIX para o século XX. A quebra da estabilidade oitocentista produziu uma perda de referências que abriu o campo para uma aceleração súbita das variações, operadas num curto intervalo de tempo: “Tanto no século XVIII quanto no século XX, as experiências do romance espalharam-se mais ou menos por uma geração; entre essas duas crises, se não o próprio tédio, temos, sem dúvida, uma estabilidade visivelmente longa.” (MORETTI, 2007, p. 315) E a orientar a passagem da crise à reestabilização estiveram não os projetos de autores conscientemente dedicados à superação da crise, mas a seleção pelo sistema de algumas variações produzidas individualmente, i.e. aleatoriamente, ou seja: sem referência a um projeto global que lhes conferisse “sentido histórico”.

Por sua vez, no plano microscópico – nos textos individuais – Moretti encontra a ação do acaso na ocorrência da “exaptação”: a apropriação, para o desempenho de certa função, de elementos originalmente desenvolvidos para outra função literária. Como exemplo de exaptação, ele defende que a lírica moderna teria se desenvolvido a partir do deslocamento da função original da chamada “alta figuralidade”. A princípio, a elevada complexidade sintática (e proporcional diminuição da clareza semântica) da “alta figuralidade” se concentrava nos segmentos textuais que carregavam a dramaticidade do enredo (de um drama ou de uma narrativa); com o tempo, aquela alta complexidade sintática, inicialmente localizada nalguns pontos de tensão de obras longas, passaram a ser trabalhadas autonomamente (como finalidades em si mesmas), levando à composição de obras em que a complexidade era o motivo dominante: “a alta figuralidade abandonou o caráter episódico e errático que tinha na tragédia barroca e tornou-se o princípio organizador permanente da produção [...] da poesia modernista.” (MORETTI, 2007, p. 321) Este seria um exemplo de “exaptação” literária: a

apropriação de uma técnica por um outro gênero que, sucedendo-lhe no tempo, conferiu-lhe uma função radicalmente nova. No caso da “alta figuralidade”, contribuiu para tal apropriação a sua concentração nalguns pontos destacados do enredo, nos quais ela podia ser apreciada à revelia do contexto geral, indo aparecer em citações e glosas que, ao autonomizá-la das sequências originais, facilitavam a sua apropriação para funções imprevistas. Por fim, ainda na análise da microscopia, Moretti encontra outra forma de ação do acaso naquelas variações que, qualificadas pela posteridade como “inovações”, não nasceram, contudo, de qualquer “projeto”: exemplifica-o a composição do personagem principal de Cervantes, que teria (segundo a leitura original de Chklovski) ganhado vida própria após a sua construção inicial para uma finalidade pequena, numa obra inicialmente curta; após ter “encontrado” o Quixote, porém, Cervantes, percebendo o seu potencial, desenvolveu-o em novas direções no decorrer da elaboração de um romance que, desse modo, teria evoluído em conjunto com a própria evolução do personagem.

“Darwin e seus precursores”: Hume

A este conjunto de proposições gostaríamos de somar uma contribuição anterior à teoria da evolução, mas que acrescenta elementos importantes para a análise do fenômeno artístico ao ser lida sob uma perspectiva darwinista: falamos de “Da origem e progresso das artes e ciências”, de David Hume. Trata-se, naquele texto, aquilo “que é devido [no campo artístico e científico] à *sorte* e aquilo que provém de *causas*”. (HUME, 2000, p. 297) Esta tarefa lhe sugeriria a seguinte “norma geral”: “Aquilo que depende de poucas pessoas é, em grande medida, devido ao acaso, ao segredo ou a causas desconhecidas; aquilo que surja de um grande número pode, por via de regra, ser analisado através e causas determinadas e conhecidas.” (HUME, 2000, p. 297) Se isso poderia fazer parecer que à arte cabe o primeiro caso – o caráter individual da sua produção caracterizando-a como uma sucessão de lances do acaso –, Hume advertia que o seu “progresso” não poderia ser explicado somente pela agência individual. Pois mesmo que – na sua avaliação – fossem poucas as pessoas que “cultivam o gosto”, fazendo com que o acaso e “causas secretas” participassem da sua produção, o “progresso” jamais se restringe à participação de alguns poucos, alcançando uma cobertura social que incluiria todo o “povo”. Caberia especular, então, sobre este poder de determinação da coletividade sobre o “progresso” – ponto em que Hume menciona elementos ainda hoje pertinentes para a análise da evolução artística.

O primeiro é a importância do “governo livre”; o segundo é a “vizinhança de Estados independentes ligados pelo comércio e pela política” – situação que constitui “um travão ao poder e à autoridade” (HUME, 2000, p. 302) –; o terceiro é a possibilidade do *transplante* das artes para lugares onde elas não floresceram inicialmente; o quarto afirma que as artes estarão sempre condenadas a entrar em declínio, em seus lugares iniciais de florescimento, para jamais voltarem a alcançar, neles, o seu esplendor inicial, prosseguindo o seu desenvolvimento alhures. A primeira hipótese se refere à maior liberdade de ação individual permitida pelo governo livre, que redundará na maior possibilidade de variação da produção artística e letrada. A segunda, menos intuitiva e talvez mais fecunda, se fundamenta na distinção entre os “extensos governos, onde uma única pessoa tem grande influência, [e que] depressa se tornam absolutos[, enquanto] os pequenos tornam-se naturalmente comunidades” (HUME, 2000, p. 302): enquanto nos primeiros a autoridade central exerce um poder direto sobre a expressão individual e as práticas coletivas, destarte homogeneizando a produção local (como ocorreria na China, segundo o autor), comunidades menores, expostas ao contato e à troca, estariam dispostas ora a defender as suas tradições – sendo obrigadas, porém, a fazê-lo mediante a argumentação e a teorização –, ora a criticar as suas próprias autoridades e absorver alternativas externas: cada qual à sua maneira, ambas as posturas (e em especial a simultaneidade de ambas) produzem um aumento da complexidade interna, justificando a comparação feita por Hume entre a Europa, com seus vários pequenos Estados, e a Grécia clássica, cujas divisões internas teriam favorecido a diversificação e a sofisticação da sua produção artística e intelectual.

A sua terceira hipótese é afim à noção de “migração”, que explicaria, na esteira da hipótese anterior, o *transplante* de certas produções de uma cultura para outra, onde elas adquirem funções próprias e novas possibilidades de florescimento – fenômeno recorrente na evolução literária. Por fim, a quarta hipótese remete ao poder *coercitivo* dos modelos bem-sucedidos, que, uma vez canonizados, inibem a renovação sob o peso da tradição – outra situação aparentemente comum, mas de observação menos segura. Somadas, as quatro proposições de Hume fertilizarão a nossa análise da trajetória dos romances brasileiro e argentino no século XX. Conforme ficará claro, as noções de “tradição”, “modelo”, “transplantação” e “vizinhança entre Estados” orientarão a nossa aplicação prática do modelo evolutivo.

Esquema geral de relações

Dos termos gerais desta apropriação da teoria da evolução é possível discernir os padrões de relação que revelam o rendimento analítico extraído, pelos estudos literários, dos conceitos de “complexidade”, “variação”, “seleção”, “reestabilização”, “improbabilidade”, “estabilidade dinâmica”, “diferenciação sistêmica”, “causalidade interna”, “autopoiese” e “fundo de repertório para a variação”. Tais padrões são aplicáveis tanto à variação microscópica (seja ela sistemicamente bem-sucedida ou não) quanto à macroscópica (que produz uma nova estabilidade sistêmica).

Por analogia, a “variação” tem a sua origem “genética” na produção individual da obra, i.e. na “autoria” – termo que é carregado, porém, de uma intencionalidade que, conquanto justificável da perspectiva do autor, nada significa no plano sistêmico, para o qual interessa a diferença selecionada como possibilidade positiva. O termo “variação”, por sua vez, localiza a participação do acaso no plano da seleção sistêmica (que o autor não controla), assim como no plano da composição, onde Moretti observou a seleção contínua de elementos textuais para funções novas ou adjacentes àquelas para as quais eles haviam sido inicialmente elaborados.

Também por analogia, a “variação individual” transcorre sob o pertencimento a uma “espécie” – no caso da literatura, a um certo “gênero literário”, que é operado, por cada escritor, dentro de “estilos” historicamente circunscritos, caracterizados pela dominância de certos conjuntos de códigos retóricos. Mesmo que os códigos sejam muitas vezes tomados da produção não-literária, seja ela textual ou não (haja visto o recurso às técnicas da montagem e da decupagem cinematográfica pela narrativa romanesca), eles devem ser sancionados pelo sistema literário como possibilidades pertinentes ao gênero em questão. Na condição de fonte e índice da estabilização do campo literário, o par formado pelo “gênero” e pelo “estilo” funciona de maneira análoga à espécie e à sua morfologia: assim como a estabilização das espécies naturais, visível na sua morfologia, pode ser explicada pela pressão seletiva do ambiente externo, o mesmo pode ser aplicado ao gênero-estilo, que subsiste em permanente tensão com a pressão seletiva do leitorado e da crítica especializada. O par gênero-estilo sofre diretamente as mudanças ambientais (sociais) provocadas pelas circunstâncias econômicas, históricas e políticas, em conjunto com constantes culturais, lingüísticas e geográficas; sob a pressão do ambiente social, a inércia do gênero-estilo – a sua insistência na continuidade do seu próprio modo de produção – será testada contra as mudanças do leitorado, da crítica e do empreendimento editorial. Conservador, o gênero-estilo tentará prosseguir até o limite da sua

dissolução – do seu esquecimento pelo público e do seu abandono pelas novas gerações de escritores.

Dando sequência às analogias, toda “variação” e todo “gênero-estilo” existem dentro de “sistemas literários” que permitem a sua subsistência e reprodução. Tais “ecossistemas” são compostos por uma coletividade complementar de agentes (críticos, professores, editores, jornalistas, acadêmicos...) cujo arsenal meta-estável de *valores* alimenta certas produções em detrimento de outras. Os valores são o principal meio de seleção do sistema, atuando como principais garantidores da preservação de obras (“clássicas”, “canônicas”) cuja perda de popularidade as condenaria ao esquecimento, e como os responsáveis pela recuperação de variações inicialmente não selecionadas pelo sistema (os “marginais” ou “esquecidos”). Mesmo que os valores dominantes nunca sejam unânimes, o sistema é capaz, bem ou mal, de conferir valores positivos a um repertório suficientemente significativo e diversificado de obras, estabilizando-se ao dotar-se de uma memória vasta, seletiva e permanentemente acessível de exemplos, estabelecendo assim uma distinção entre “passado” e “futuro” que, ao permitir discernir-se um “presente” relativamente estável, contribui para conferir *unidade* à literatura (firmada pela sua história imanente e pela sua distinção da não-literatura). Mas também o sistema (como tal) está submetido à ação do ambiente, ainda que a sua maior capacidade de resistência às pressões – em comparação com a variação individual e com o gênero-estilo – lhe garanta uma maior estabilidade no tempo: ao passo que a variação individual e o gênero-estilo virtualmente desaparecem da memória coletiva ao perderem popularidade, o sistema detém mecanismos de *desaceleração* da história, concentrados, por exemplo, no arquivo e na pesquisa acadêmica. Ainda assim, esta resistência estabilizadora não lhe garante permanência, o que é comprovado pela constante pressão *intra-sistêmica* – em resposta a mudanças ambientais – pela admissão de novos objetos de pesquisa e de canonização contra o espaço dominado pelos consensos anteriores.

Isso posto, cabe conferir precisão àquele termo importante, mas de definição elusiva: o “ambiente externo”. Se mais acima nós o descrevemos como o entrelaçamento entre circunstâncias econômicas, históricas e políticas e constantes culturais, lingüísticas e geográficas, fica claro que o “nó” produzido pela rede é o público leitor, em sua multiplicidade imanente. A descrição do público só pode ser de cunho estatístico, uma vez que não há como sintetizar a sua diversidade nem como isolar a influência pontual sobre ele exercida por cada uma das forças que o influenciam, discernindo-se a sua assimilação pelos indivíduos *enquanto leitores*. O quadro é caótico e o seu conhecimento é aproximativo, além

de parcialmente especulativo; comparativamente, é menos caótico o comportamento dos leitores especializados, cujos padrões macroscópicos de comportamento são discerníveis nas premiações dos concursos literários, na redescoberta de antigos autores, no elogio e na censura, no marketing e nas políticas editoriais, nas tendências e modismos da pesquisa acadêmica, elementos que se comportam como respostas intra-sistêmicas às condições ambientais provocadas, entre outros fatores, pela economia (que influencia a circulação e o consumo da literatura), pela geopolítica (que influencia a penetração de línguas e culturas em território estrangeiro, determinando as políticas de tradução), pela política e pelos códigos morais dominantes (que favorecem certos conteúdos em detrimento de outros), pelos acontecimentos históricos recentes, pela competição com outras artes e mídias... Permeando estas influências mais ou menos discerníveis, na formação do leitorado aberto pesa com mais intensidade a volubilidade dos humores, das angústias, das inseguranças, dos medos, das fontes de esperança e de frustração que lhe conferem um direcionamento contextual imprevisível e impreciso, porém decisivo.

São quatro instâncias, portanto: “variação” (V), “gênero-estilo” (GE), “sistema” (S) e “ambiente” (A). Todas elas estabelecem relações entre si, ainda que detenham poderes diferentes e determinem temporalidades diferentes em cada um dos seus pontos de contato. Se a relação V-GE é uma via de mão dupla, o fato é que GE detém, em circunstâncias normais, o poder de frear a influência de V, ainda que V possa, em momentos de crise, alterar GE decisivamente. Tal alteração é imprevisível no ponto inicial da bifurcação; em seu desenrolar, o processo de mudança estará tensionado entre a inércia conservadora de GE e o apelo à mudança representado por V. Ao final, ele será decidido não exatamente pela admissão de V por GE, mas pela *mobilização* de S pela tensão entre os dois. De fato, apenas quando a tensão provocada pela fragilização de GE – a partir da emergência de V – *mobiliza* S (os críticos, os editores, os resenhistas, os leitores informados...) ela será *decidida* de alguma maneira: tal é a narrativa evolucionista das “vitórias” que consagram as obras paradigmáticas do campo artístico. Por sua vez, a fragilização de GE é provocada não pela saturação dos seus códigos estéticos (como defendia a crítica formalista), mas pelo seu abandono por A, o que lhe subtrai a sua centralidade sistêmica: mesmo que o romance brasileiro do século XIX prossiga forte dentro do sistema, ele pouco sobressai nas livrarias, nas bibliotecas e na mídia. O fato é que, ao não poder se autonomizar de A, é mais fácil para S incorporar inovações e relegar certas produções ao segundo plano, uma vez que não há como impor-se a um público que ele não controla. É claro que S conta com bons instrumentos de influência e de *formação* do público,

mas o poder de *retardamento* destes instrumentos se mostra limitado na longa duração. Em geral, A sequer se interessa por S – pelas suas questões internas –, mas apenas por GE e, nalguns casos, diretamente por V, apesar da maior frequência com que V surge para A apenas sob a mediação de S, i.e. após o seu processamento da tensão entre V e GE.

A assimetria destas relações coloca uma força maior de determinação em A, ainda que as respostas a ela sejam determinadas pelas estruturas internamente operantes em V, GE e S: A pode pressioná-los a operar de maneira diferente, mas não pode instruí-los a operar a si próprios. Ao mesmo tempo, esta dinâmica revela o poder que V apresenta de relacionar-se diretamente com A à revelia de GE e S, ainda que incorrendo no risco da não-aceitação: é o que ocorre, hoje, com a arte veiculada diretamente por via eletrônica, que não obedece a qualquer regulação sistêmica notável. Se uma inovação consegue se afirmar ao atingir uma demanda que, latente em A, não fora atendida por GE ou S, em tais casos V pode emergir como uma novidade de forte apelo, projetando-se da obscuridade à visibilidade num curto período e passando a influenciar, a partir de então, a autoprodução de GE e S.

Romance e autorreflexividade: Brasil e Argentina

Até aqui fizemos apontamentos gerais; passemos, agora, à abordagem de um problema histórico pontual. Seria possível explicar *evolutivamente* a maior autorreflexividade – a maior densidade de autoteorização – da narrativa argentina da primeira metade do século XX, em relação à narrativa brasileira daquele período? Até a década de 1950 a autorreflexividade distinguia a literatura argentina da literatura latino-americana em geral; o que surpreende no cenário continental, porém, é a anterioridade do caso brasileiro: a primeira grande exploração da autorreflexividade no romance latino-americano veio de Machado de Assis. A pergunta então se mistura com outras: por que, afora alguns exemplos isolados (como Oswald de Andrade), Machado de Assis não produziu descendência no Brasil no período imediatamente subsequente à sua fama? Por que a sua “variação” não se integrou ao repertório normal do sistema, mesmo quando – a partir da década de 1920 – a autorreflexividade se tornou dominante, ao menos na poesia? Por que a maior lentidão do romance brasileiro em praticá-la? A explicação não poderia residir nalguma propriedade do gênero em si, pois a narrativa argentina logo cedo inaugurou uma rota diferente – que também ela tenha demorado algum tempo para se tornar localmente dominante, isso não elimina que a velocidade da transição foi

incomparavelmente maior lá do que aqui, estando consolidado na virada da década de 1960 um processo que, no Brasil, ocorreria silenciosamente apenas vinte anos mais tarde.

É plausível pensar, então, que a explicação deva se concentrar nas condições ambientais e sistêmicas vigentes nos dois países. Ao ensaiarmos uma resposta e esta hipótese, pautaremos-nos pelos quatro campos de teste levantados pelo biólogo Alberto Piazza para a aplicação da teoria da evolução à historiografia literária, referentes aos quatro tipos de processo evolutivo observáveis na natureza: são eles a “deriva genética aleatória”, a “seleção natural”, a “mutação” e a “migração”. Se não temos espaço, aqui, para desenvolver uma análise “microscópica” aos moldes de Moretti, os quatro pontos de Piazza, em sua remissão de fundo às colocações de Hume, permitem descrever as condições ambientais e sistêmicas que teriam diferenciado a narrativa argentina entre 1900 e 1950, ajudando-nos a lançar a comparação com o caso brasileiro.

Começamos pelo primeiro ponto. A “deriva genética aleatória” surge do fato elementar de que “cada nova geração é produzida a partir de uma amostragem aleatória dos genes presentes na geração precedente” (PIAZZA, 2008, p. 165), processo que, em grandes populações, não tem conseqüências significativas: a grande quantidade compensa a aleatoriedade, pois torna-se improvável que quaisquer genes desapareçam do fundo de genes existente, mantendo-se preservada a diversidade genética da população. Quando a situação é inversa, porém, a flutuação pode produzir impactos globais importantes: basta pensarmos na migração de uma população para um território isolado para compreendermos que, se algum gene estiver ausente daquele contingente inicial de migrantes, ele desaparecerá por completo da geração seguinte, alterando o direcionamento do processo evolutivo. Ao aplicarmos esta possibilidade de estreitamento à evolução literária, podemos encontrar um caso de “deriva genética aleatória” na axiomática que, a partir do romantismo, limitaria a literatura brasileira a um conjunto de expectativas que alienaram o nosso romance da autorreflexividade característica da modernidade européia (LIMA 2006, CAMPOS 2011): trata-se da filiação da literatura brasileira à construção identitária do país, que trouxe conseqüências de longa duração ao estabelecer a representação objetiva da *physis* (a paisagem natural, urbana, social, humana) como meio de estabilização retórica da identidade nacional (SÜSSEKIND 1990, ROUANET 1991). Tal busca pela objetivação do dado externo podava a autorreflexão do “eu”, ou seja, podava a reflexão de segunda ordem sobre as condições da própria observação da realidade. Já no romantismo – e depois no realismo, no naturalismo e no regionalismo – prevalecia a crença na transparência da linguagem, que se apresentava como uma “crença na

palavra [como] crença na capacidade de declarar o nacional[, reforçando-se] o critério puramente temático” (LIMA, 1983, p. 145). Assim “a literatura se justificava como capítulo da história nacional” (LIMA, 1983, p. 145), pressuposto programaticamente apoiado por uma crítica literária para a qual não “se justificaria a prática e o estudo da literatura sem a figura primordial da nação” (LIMA, 1983, p. 151).

Na comparação com este estreitamento de possibilidades, o romance argentino – que partira de uma posição semelhante no século XIX – se mostraria mais aberto à variação. Nas primeiras décadas do século XX, o “fantástico” de Leopoldo Lugones, o “meta-romance” de Macedónio Fernández, a narrativa “gauchesca” de Ricardo Güiraldes e os enredos “dostoievskianos” de Roberto Arlt não apresentavam qualquer convergência entre si, colocando-se como possibilidades simultaneamente válidas num sistema literário que, conquanto orientado por vozes dominantes e sentidos comuns locais, era perpassado pela diferença. Daqueles quatro autores, apenas Güiraldes oferecia uma sequência clara à história literária nacional ao prolongar (e talvez arrematar) os gestos fundadores de Sarmiento, Mármol e Hernández: apenas ele problematizava a identidade nacional, encontrando paralelo no regionalismo brasileiro e continental da época. Comparativamente, mesmo que a variação do romance brasileiro tivesse aumentado no século XX, era como se, em sua “deriva genética aleatória”, ela estivesse “faltante de certa carga genética”: com a redução do repertório disponível (para a apropriação dos jovens escritores), a reflexão sobre a literatura foi restrita a uns poucos princípios ordenadores, num estreitamento do escopo de reflexão que incidiria sobre a nossa produção literária. Dado o privilégio do “conteúdo”, motivado pela compulsão à investigação identitária, pouco se praticava, no Brasil, a composição do romance como um processo de reflexão sobre a própria composição do romance, e com isso a via aberta por *Memórias póstumas de Brás Cubas* conheceria poucos desdobramentos – paralelamente, a crítica literária brasileira se apoiou num arsenal seletivo de expectativas, limitando a difusão da inovação ao considerar “desviantes” aquelas que fugissem ao “projeto nacional” (SÜSSEKIND 1984). Entre a elite letrada de Buenos Aires, por sua vez, a variação individual conseguia melhor difusão à revelia dos consensos estabelecidos: o sistema literário argentino era, com isso, *geneticamente* maior que o brasileiro, porquanto dotado de um fundo de exemplos capaz de produzir maior variação. (Para isso talvez colaborasse, diga-se incidentalmente, o aumento do repertório de idéias favorecido pela “migração” – segundo ponto indicado por Piazza. Uma maior variedade de literaturas nacionais frequentava a cena argentina, que, com aproximadamente 30 por cento da população de origem estrangeira na

segunda década do século XX, tinha como centro do seu sistema literário uma Buenos Aires multicultural e multilíngüe, além de mais internacionalizada comercial e diplomaticamente – o que aquecia a circulação da informação. O maior isolamento do Brasil explicaria, ao menos em parte, a maior facilidade com que pequenos conjuntos de idéias e modelos se impuseram como padrões dominantes.)

O terceiro elemento de teste é a “seleção natural”. Para analisá-la, podemos definir o “ambiente externo” como uma “rede meta-estável de relações”, assim identificando como não-linear – ou não-determinista – a sua influência sobre o sistema literário nacional. Para a análise de sistemas literários periféricos, é então oportuno recorrer às atualizações locais dos valores literários canonizados pela – na denominação de Pascale Casanova – “República Mundial das Letras”. Pela proposição de Casanova, a história da literatura teria se globalizado quando as literaturas nacionais passaram a se pautar pelos valores dominantes nas suas “capitais literárias” (Rio de Janeiro, Buenos Aires), que, por sua vez, eram espelhados nos valores dominantes nas capitais da “República Mundial”: Paris – acima de qualquer outra –, Londres e, com menor importância, Berlim, Roma, Nova Iorque... Globalizada sob valores comuns, a partir do século XIX uma comunidade virtual de escritores – a “alta literatura” – passou a operar sob consensos mundialmente reconhecidos, sob descrições mutuamente comparáveis e sob padrões de juízo que, disseminados a partir do Centro, foram adotados e adaptados pelas “periferias”. Este estímulo à homogeneização permitiu a variedade da produção: para compreendê-lo devemos observar os contextos *literários* locais onde as obras se inseriam, contextos que abrigavam “a totalidade dos textos, das obras, dos debates literários e estéticos com os quais [a obra] entra em ressonância e em relação e que fundamentam sua verdadeira singularidade, sua originalidade real.” (CASANOVA, 2002, p.17) Toda obra se projeta num sistema coordenado por *comunicações* sobre a literatura, onde cada novo trabalho adquire sentido ao ajudar a solidificar ou transformar as estruturas de operação do sistema. Entre os pólos da reiteração e da transformação, mediante um conjunto de comunicações simultâneas toda obra dialoga com as hierarquias (flexíveis) que distribuem os valores das produções atuais e antigas: “Tudo o que se escreve, se traduz, se publica, se teoriza, comenta e celebra seria um dos elementos dessa composição.” (CASANOVA, 2002, p.17) Esta teia de comunicações constitui um processo flexivelmente ordenado de circulação (nacional, global) dos valores e das expectativas que conduzem as histórias *globais* das literaturas nacionais, e desde então tem sido comum que, nas regiões periféricas, tenda-se à

admissão de uma posição “local” diante da “universalidade” do “Centro”: na América Latina, esta foi a atitude predominante até (pelo menos) a década de 1950.

Mas na Argentina a diferença emergiu antes: a atitude associada a Borges – mas já presente em Fernández, Arlt, Láinez, Casares, Ocampo... – previa que os modelos importados fossem apropriados não para a produção de versões locais da matriz europeia, mas para a construção, na periferia, de literaturas “universais”, ou seja: literaturas que compartilhassem a cena mundial em posição de igualdade com a produção do “Centro”. O reconhecimento ocasional da condição periférica era tomado como condição para a sua superação, a ser concretizada não exatamente (ou não apenas) pela exploração temática daquela condição, mas pela autoatribuição de uma liberdade de leitura e apropriação do patrimônio ocidental que, afim àquela que o próprio “Centro” se atribui, levaria à criação de formas emancipadas das condições periféricas de produção – ainda que a elas paradoxalmente ligadas pela busca da sua superação. Mas este paradoxo não era paralisante: Em Fernández, Borges, Marechal, Casares, Cortázar, a narrativa argentina se pensou não como literatura europeia, mas como literatura “universal”: não específica de um lugar qualquer, ainda que originalmente inscrita nalgum contexto – como nenhuma literatura pode deixar de ser. Esta recusa em admitir-se como “periférica” – como “latino-americana” – seguia, ademais, uma tendência histórica (política, cultural, identitária) da intelectualidade Argentina, e é de supor que a maior abertura do seu sistema literário nacional para a seleção de variações não-endógenas tenha sido facilitada pela predisposição do seu leitorado a não se identificar como “latino-americano” nem a exigir (nos círculos mais sofisticados) “argentinidade” da sua literatura. Por mais que exemplares da investigação identitária nacional (como *Don Segundo Sombra*) se tornassem populares, eles conviveram com obras que, em sintonia com a autorreflexividade e a autoteorização do romance europeu, não adotavam a Argentina como tema principal – basta pensar na sincronia entre *Cem, nenhum e cem mil*, de Pirandello e *Museu da novela da eterna*, de Macedônio Fernández, que tomavam como tema do romance o próprio romance, compreendido como estratégia regrada e codificada de ficcionalização do real. Num contexto como este, fica, por fim, explicada a maior probabilidade de ocorrência da “mutação” – quarto ponto previsto por Piazza –, i.e. da “variação genética” que, emergindo no caso individual, tem um caráter “aleatório” em relação à totalidade do sistema: um cenário mais diversificado facilitou a seleção da variação desviante, que produziria, a partir da influência de Borges, uma diferenciação sistêmica notável quanto à problematização da identidade nacional que ainda obcecava o modernismo brasileiro cem anos após o romantismo.

Ao fim e ao cabo, esta comparação entre as implicações para o romance das condições sistêmicas que imperavam nos dois países ecoa certas teses de Hume, em particular aquelas sobre a importância da “vizinhança de Estados independentes ligados pelo comércio e pela política” e do “transplante” das artes para novas regiões. Se a “vizinhança” estimula a dinamização das trocas – e vale aqui lembrar o fértil e contínuo intercâmbio entre Buenos Aires e Montevideu –, ela desfavorece a centralização do juízo, dos modelos e das expectativas, fragilizando as autoridades locais pelo bombardeio de possibilidades legitimadas alhures. Por sua vez, o “transplante” fornece o atalho que permite a apropriação de uma matriz estrangeira, que será meramente “aceita” (no comportamento “periférico”), ou então reformulada pela leitura afirmadora de uma posição autônoma diante da anterioridade daquele modelo. Em ambas as direções, a Argentina parece ter encontrado melhores condições que o Brasil para a consolidação de uma tradição crítica e autorreflexiva, tanto em relação ao modelo central, quanto em relação à sua própria história literária: ao invés de casos isolados de “variação individual”, como Machado de Assis, Oswald de Andrade e Osman Lins, eles conheceram, com a narrativa da primeira metade do século XX, um processo de “bifurcação sistêmica” que possibilitaria a emergência futura de Cortázar, Sábato, Puig, Piglia, Saer, autores que *reestabilizariam* a diferenciação ocorrida décadas antes ao *normalizarem*, sob um padrão autorreflexivo, as operações do seu sistema literário nacional.

Referências bibliográficas

- ARLT, R. *Os sete loucos & Os lança-chamas*. São Paulo: Iluminuras, 2000.
- BORGES, J. L. *Ficciones*. Buenos Aires: Emecé, 1995.
- CAMPOS, H. *O seqüestro do barroco na Formação da Literatura Brasileira: o caso Gregório de Matos*. São Paulo: Iluminuras, 2011, 127 p.
- CASANOVA, P. *A República Mundial das Letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CASARES, A. B. *La invención de Morel*. Buenos Aires: Emecé, 1999.
- CORTÁZAR, J. *O jogo da amarelinha*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.
- FERNÁNDEZ, M. *Museo de la novela de la eterna*. Buenos Aires: Corregidor, 2005.
- JAUSS, H. R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.
- HERNÁNDEZ, J. *Martín Fierro*. Barcelona: Editorial Sol, 2000.
- HUME, D. “Da origem e progresso das artes e ciências”, in: *Os Pensadores – Hume*. São Paulo: Nova Cultura, 2000, pp. 297-314.
- LIMA, L. C. *O controle do imaginário*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- LIMA, L. C. “Implicações de Brasilidade”, in: *Floema - Caderno de Teoria e História Literária*. Edição Especial Luiz Costa Lima. Ano II, n. 2 B. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2006, pp. 13-22.
- LUGONES, L. *Las fuerzas extrañas*. Buenos Aires: Agebe, 2005.

- LUHMANN, N. *Art as a social system*. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- MORETTI, F. “Da evolução literária”, in: *Signos e estilos da modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 307-326.
- PIAZZA, A. “A evolução vista de perto”, in: MORETTI, F. *A literatura vista de longe*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2008, pp. 155-179.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido. A fundação de uma literatura nacional*. São Paulo, Siciliano, 1991.
- SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TYNIANOV, J. “Da evolução literária”, in: SCHNAIDERMAN, B. (org.). *Teoria da literatura. Formalistas russos*. Porto Alegre: Editora Globo, 1971, pp. 105-118.

UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR SOBRE O PAPEL DA UNIVERSIDADE

Ricardo Silva Kubrusly – professor do HCTE/UFRJ – risk@hcte.ufrj.br

Regina Maria Macedo Costa Dantas – doutoranda do HCTE/UFRJ – Regina@hcte.ufrj.br

Resumo

A comunicação visa expor algumas das abordagens que estão sendo desenvolvidas no curso de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia/HCTE da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Nossa motivação partiu de recentes experiências realizadas no âmbito de fóruns de discussões da UFRJ sobre o papel da multidisciplinaridade na Universidade. Nesse sentido, a metodologia realizada é a articulação de ideias e de textos no âmbito da multidisciplinaridade para chegarmos à questão de “qual caminho a Universidade está seguindo?” e como resultado parcial, apresentaremos um estudo de caso – o Programa de Pós-Graduação HCTE/UFRJ - na 1ª. CONINTER, para proporcionarmos discussão sobre a convivência entre os múltiplos saberes nas Universidades.

Palavras-chave – Multidisciplinaridade – interdisciplinaridade - Universidade

Abstract

The Communication goals to expose some of the approaches that are being developed in the History of Sciences and Techniques and Epistemology Post-Graduate Course / HCTE Federal University of Rio de Janeiro / UFRJ. Our motivation came from recent experiments and discussion about the role of the multidisciplinary University. As a methodology, we articulate ideas and texts in the context of a multidisciplinary approach to reach the question: "which way the University is following?" and as a partial result, we are going to present a case study - the HCTE Post-Graduate Program /UFRJ - the 1st. CONINTER to promote the discussion involving multiple knowledge in universities.

Keywords: multidisciplinary – interdisciplinary - university

0- Introdução

A universidade nasce da separação dos saberes que estavam misturados nos conventos europeus e se disciplinam com a retirada de Deus das hipóteses de trabalho – proposta iluminista. Com a saída de Deus – onipotente – foi necessário dividir os saberes do mundo para melhor conquistá-los (tática antiga de guerra – o conhecimento para o iluminismo era uma missão – um esforço de guerra para salvar o mundo das crendices. Visava trazer progresso e felicidade a todos e apresentava o conhecimento científico como arma estratégica única possível para os povos que se debatiam entre as mais variadas crenças). A universidade torna-se a casa dos especialistas e os saberes passam a ser o conjunto gerado pelo espaço que tem por base os saberes especialistas. Os modelos das universidades seguem a proposta algébrica do espaço vetorial, gerado por bases linearmente independentes. Essa era e é a voz da matemática – portadora de verdades verdadeiras. Cada conhecimento especialista um vetor de base.

O número de vetores base cresceram e as conversas entre eles silenciaram. O máximo que se pode conseguir com esse modelo é uma combinação linear de saberes: um pouco disso e um pouco daquilo - como uma receita culinária com ingredientes que não se misturam. A essa mistura, usualmente chamamos Multidisciplinaridade. Os saberes que se situam entre isso e aquilo e que não podem ser claramente subdivididos em parcelas bem isoladas, necessitam de um certo saber intermediário ao qual muitas vezes chamamos interdisciplinaridade. Os saberes fora do “span” desses conhecimentos de base estarão, para sempre, excluídos de qualquer perspectiva de pensamento universitário. E eles existem, por esquecimento ou emergências e ficam faltantes e, de repente... Tudo é faltante.

O que ficou de fora, sempre, é o que interessa, o que nos incomoda, o que precisa ser analisado e essa Universidade especialista de que dispomos em nossos *campi*, não consegue nem sequer enxergar os novos problemas. O que ficou dentro do jogo dos saberes especialistas, está sendo visto, mas a medida que especialização aumenta, mais saberes são excluídos, por que são inventados na atividade de modelar o mundo ou porque esquecidos emergem no entendimento do novo. Novas especialidades são criadas e apontam sempre e sempre para o próprio umbigo do pesquisador disciplinado.

A primeira reação das universidades e de seus especialistas é a de negar o que está fora do conhecimento como inexistências. A radicalização dos saberes especialistas como verdades únicas geram a ciência no singular como uma religião capaz de enunciar o que deve ou não ser analisado. É a volta da onipotência que retirada de Deus volta a incorporar-se na Ciência, no singular e com letra maiúscula e que tudo sempre sabe, e como sempre se soube; quem tudo sabe, nada aprende.

A conversa entre saberes e a resultante política dessa hipotética conversa é negada. As livrarias se enchem de livros de autoajuda e a ciência cai na vala comum das religiões e passa a atacá-las como se elas fossem responsáveis por todas as mazelas. O que será exatamente razão – ou se haverá pensamento sem razão, serão tópicos que não procuraremos abordar nesse trabalho.

Vivemos uma era triste, de extermínio das diferenças, caracterizada por essa caça às religiões – análoga e de fato continuação das caças às bruxas que dá início à idade moderna – era preciso calar o feminino para edificar um conhecimento masculino e sem delicadeza. É o pensamento feminino que dá vez à diferença, pois herda da condição telescópica (tirar um igual mas diferente de dentro de si) feminina. Giordano Bruno e Galileu Galilei traziam o feminino em seus projetos e misturavam, como Isaac Newton todos os saberes indistintamente na busca de novas ideias. As ciências disciplinares trazem a marca da “covardia” galileniana e purgam tanto em Newton como no próprio Galileu o impuro que se identifica com o feminino de suas conquistas, apresentando-nos como resultado apenas uma ciência que torturava a matéria até que ela confessasse seu número. Giordano que insistia no infinito foi queimado e ficamos apenas com os números torturados que disciplinadamente determinaram e ainda determinam nossos horizontes.

Como estudar o que fica de fora com a universidade que temos? Para compreendermos o que ficou de fora temos de sair da suposta neutralidade do “olhar de nenhum ponto de vista” que é atribuído à Ciência no singular, tradicionalmente guiada pela razão¹ para um olhar que contemple uma visão de todos os pontos de vista, equidistantemente. Questionar a descabida hierarquização dos saberes, pois não há razão para que um saber físico-matemático, feito de números e suas consequências, seja melhor ou mesmo mais perto da verdade do que qualquer

¹ O que será exatamente razão – ou se haverá pensamento sem razão, serão tópicos que não procuraremos abordar nesse trabalho.

outro humanista. Sabemos que verdades são no plural e sempre dependentes de muitos fatores que vão da política à preservação de poderes historicamente estabelecidos.

Sabemos, por outro lado, como a poesia nos ensina, que a porta da verdade, quando aberta, só deixa passar meia pessoa de cada vez. Artes humanidades e religiões precisam ser ouvidas e conversar com as ciências estabelecidas. Um proposta multi-inter-trans-desdisciplinar exige mais do que respeito às diferenças (que pode ser legislado e até imposto com leis anti-preconceitos) o que é preciso é olhar com admiração as diferenças de parte a parte, apaixonar-se, não pelo que penso que sei, mas pelo que sei que não sei. Chamemos, pois, os *bombeiros filosóficos*² em nossa ajuda para a construção de saberes totalizantes. O entendimento do mundo pelas diferenças ressaltará o papel das ciências exatas que desdisciplinarizadas equacionarão o mundo com números e palavras e sentimentos.

1 - Sobre guerras e por uma cosmologia reversa que transforme o ser que sabe que morre no ser que sabe que viverá

O que se opõe a barbárie, a guerra ou a anarquia? Os dois, cada um a seu jeito. A anarquia, pelo menos seus sonhos desregulantes, dilui o poder e, conseqüentemente, as coisas bárbaras que dele provêm. A guerra organiza a matança e a transforma em um jogo regulamentado (SERRES, 2011, p. 45-86). Jogo mortal, é verdade, mas jogo, com regras e árbitros. De trás pra frente, ainda seguindo Serres, a matança se transforma em espetáculo. Digo isso, sobre as matanças e sobre as guerras como ferramentas organizacionais da barbárie, para aprender que de trás para diante podemos, sempre, organizar melhor, em pensamentos, é claro, os acontecimentos do mundo. Transformá-los em espetáculo, que possam ser vistos e criticados e avaliados, esta talvez seja a tarefa maior dos pesquisadores em história das ciências.

A missão é, pois, reverter, da morte para os nascimentos, os fluxos temporais e escolher, já em boa hora, o pensar filosófico ao biológico e insistir na Morte como mãe do pensamento e não como fim de um processo quase milagroso. A vida como produto da morte é a única que vale a pena ser vivida. Que me perdoem as ciências explicadoras de universos submissos às equações diferenciais, meu mundo é um confuso e seu entendimento se dá pelo ser que morre e que ao se saber mortal, vai contra o tempo e, no entanto, claramente a favor de sua intuição. Só os inventores de infinitos vivem e podem, conseqüentemente, contar as nossas histórias. Primeiro há

² Sobre a expressão, ver análise de Mary Midgley, 2001.

que se morrer para só depois tentar compreender os acontecimentos. É esse ser ressuscitado quem constrói teorias e com elas se embala no baile consagrado dos desconhecidos.

2 - Ciência e preconceito

Tomar-se o 1 pelo grupo ao qual, por destino ou miopia, atribui-se a esse 1 pertencimento. Eis a equação do preconceito. Tanto faz se na primeira ou na terceira pessoa, o discurso do 1 pelo grupo é sempre a fala do preconceito: os matemáticos não são eu nem quando a eles me refiro, como também nunca poderão ser nenhum de meus colegas. O ser pelo grupo de pertencimento descaracteriza o indivíduo sem resgatar qualquer espírito coletivo. O preconceito, assim estabelecido, abre caminho para a intolerância e a barbárie e a história nos abunda de exemplos através dos tempos. É a intolerância decorrente dos preconceitos que modela, não só os mundos econômicos e políticos (o que não é novidade) mas também, em igual força desagregadora, os mundos científicos de nossos dias.

Tomar-se o eu como padrão entre os cientistas de todas as tribos, tem aberto mais trincheiras do que perspectivas. Entre exatas e humanas e as humanas exatizadas e as exatas humanizadas há mais carga de preconceitos do que de conceitos e há mais desentendimento do que explicações dos mundos e seus acontecimentos. O que mais se escuta entre nossos colegas acadêmicos é a palavra “bobagem”. Torna-se bobagem qualquer afirmação que se oponha indiretamente à rede de pensamentos construídos segundo os padrões por mim (ou por meu grupo) adotados. O confronto direto, que em geral se dá dentro da mesma estrutura é, claramente, para salvar o método, permitido.

Dizer que uma conclusão ou raciocínio está errado pode, o que não pode e torna-se, imediatamente, bobagem, é qualquer questionamento sobre a estrutura do método envolvido nas investigações científicas. Esse preconceito simétrico vale tanto para os nossos cientistas mais atuantes como também para seus detratores os espiritualistas de um modo geral.

Por detrás dessa aparente disputa entre preconceitos distintos e intolerâncias acirradas estão os financiamentos das pesquisas e eventos que por serem, ou se dizerem, parcos, instigam as disputas e reforçam os preconceitos. Intolerância conduz sempre a desclassificação do outro pelo preconceito. A comunidade científica não tolera ser questionada sobre suas verdades e, sistematicamente, transforma perguntas em risos. Eis um de seus métodos.

3 - Multi Inter Transdisciplinar – Por uma certa indisciplina nas ciências

Historicamente, escorregamos na crença científica de que a subdivisão *ad-infinitum* leva a uma compreensão do todo pelas partes: mundos feitos de átomos e moléculas células que se deixam estudar independentemente do continente que as justificam são os mundos corriqueiros das ciências mais eficientes, capazes de construir nossos artefatos quase milagrosos, e nos acompanham nos dias e noites indescolavelmente.

Historicamente também, temos nos dado conta de que esse modelo “oficial” do mundo pelas partes já não vem mais explicando as tantas perguntas que insistimos em fazer a cada momento. Há que **tolerar** as diferenças, é o que se ouve cada vez mais alto nos corredores universitários; temos de admitir, dizem muitos colegas, que existem coisas que ainda não conseguimos explicar e que eles (esses portadores das bobagens mais risíveis) possam ter alguma razão, não no método que usam, ou melhor, na falta de método que usam, mas ao perceber e apontar coisas novas até então ou despercebidas ou ignoradas. E concluem: ainda há muito para estudar.

Por outro lado os chamados grupos esotéricos clamam por explicações fora de seus mundos, admitindo o método científico por conveniência e conclamam, quase sempre reconfortados: mesmo eles (os cientistas) podem perceber esses fenômenos que apontamos há tanto tempo, por meio das ciências mais modernas (por exemplo: a mecânica quântica – uma espécie de explicador universal de qualquer pensamento desviante – que se reverte de verdades quase sempre meio falsas meio brincadeiras ... Ou mesmo algumas estruturas complexas da matemática e, é claro, seus resultados de incompletude e inconsistência).

Hoje, dentro dos mais respeitados Centros vemos surgir um certo clamor por um comportamento científico multidisciplinar ou mesmo interdisciplinar. Já, por mais engraçado que possa parecer, existem vários especialistas nesses novos (dês)ramos. Exercendo uma certa tolerância, os cientistas, para salvar seu método sagrado começam a conversar e acreditam que essa conversa de primos trará um entendimento definitivo para os problemas complexos da modernidade.

Inter e multidisciplinar são sempre e ainda disciplinares, acreditando, sem mudanças, na construção do todo pelas partes. O que existe nessas tentativas, é apenas um exercício de tolerância para com outros saberes muito, muito, parecidos, posto que construídos sobre as

mesmas bases e certezas de que o mundo exterior é o tudo de mistério e coisa e que esse mesmo mundo se deixa revelar, por suas partes, quando torturado pelas ferramentas científicas e por seus operadores.

Tolerar é, portanto, paradoxalmente, uma atitude de intolerância, logicamente, ou deveria dizer, racionalmente, controlada. Tolerar é Intolerar.

Tolerar diferenças não move a posição de quem tolera, mas, simplesmente e convenientemente, o põe em uma situação de superioridade geradora, ciclicamente, de intolerâncias. Tolerar diferenças conduz, se tanto, a uma posição perspectivista, onde admitimos vários olhares, sim, ao mesmo objeto, todos possivelmente verdadeiros, independentes, que não conversam entre si e, sinceramente inferiores ao olhar de quem tolera.

A desqualificação desses múltiplos olhares como independentes e suas indistinções se dá e se dão pelo atravessamento entre eles e entre cada um deles com o objeto considerado/observado, que assim deixa de existir independentemente e passa a se misturar com os atravessamentos dos olhares que lhe observam e se entre olham; isso se dá independentemente de uma possível existência do observado previamente atrelada aos olhos que lhe mirem. A desqualificação, ou não, dos observáveis como coisa existente em um sentido clássico, intermediado por partículas físicas gravitacionalmente concedidas, não modifica, por ora, esta desargumentação.

A transdisciplinaridade é esse atravessamento de olhares-objetos. É móvel e só se sustenta e se faz portadora de explicações em movimento, rumo às indisciplinaridades.

O mundo disciplinado, segundo suas próprias disciplinas, já não produz um discurso convincente e na busca de se fazer, por si mesmo, compreendido, passa por tentativas inter e multidisciplinares, para encontrar na formulação transdisciplinar pistas e vislumbres da indisciplinaridade de que é feito e com a qual será, finalmente, compreendido.

A experiência transdisciplinar³ é, verdadeiramente, o primeiro passo para um entendimento convincente dos fenômenos intrincados e atravessantes que se nos revelam os mundos modernos das perguntas que fazemos. A transdisciplinaridade, exige, não o respeito e a tolerância (que sempre supõe uma hierarquia dos que respeitam e\ou toleram para os tolerados e respeitados – que devem, em última análise, agradecer por essa compreensão) mas a admiração

³ Sobre o assunto, ver: Ubiratan D'Ambrósio em “Institucionalização da pesquisa e sua inserção social: da antiguidade aos dias de hoje”, 2010.

pela diferença.

Admirar o diferente, por mais estranho que possa parecer, é a chave de um pensamento transdisciplinar que surge para por o homem e sua hora em consonância com os acontecimentos deste sempre agora em que vivemos.

O caminho é longo e mesmo se algum sucesso surgir por entre as trincheiras das ciências e novos entendimentos aparecerem para justificar as investidas transdisciplinares, ainda assim, estaremos sempre longe de uma indisciplinaridade necessária para, de volta ao confuso que nos abriga e forma entendermos sim o que de nós reclama, aos gritos, e sem equações ou palavras, entendermos o mundo pelo corpo que primeiro o percebe pelos sentidos e que ao fim e ao cabo, há de compreendê-lo por uma lógica global dos cinco sentidos:

... a sua presença entra pelos 7 buracos da minha cabeça⁴, pelos pelos dos poros e pelo cheiro do pé e pelos fios cansados e brancos dos meus menos mais pelos demais pelos demais.

Longe do mundo ideal, no qual sente-se a compreensão dos acontecimentos, insistimos ainda e sempre em uma certa disciplina necessária, certamente, até ao indisciplinar para perceber suas explicações. O fazer humano precisa de crenças se não em sistemas, pelo menos em si enquanto caminha. Para onde se deve ir, esse ser que morre e sabe que morre, senão para o lugar de suas certezas momentâneas, empurrado pela fé em si e em algum modelo (por mais solto ou precário que ele possa ser) que o impulsiona para o novo e não para a inanição, para a explicação e não para a aceitação. Sempre será preciso, em qualquer contexto de estrutura explicativa do mundo, uma certa fé, que seja uma fé na indisciplina ou em um deus onnicompetente, como a ciência no singular se auto proclama, tanto faz, há que tê-la para caminhar, independente das direções e das decisões tomadas. Caminhar requer, essa terceira perna radical que desequilibra o instável acordo entre o futuro desconhecido e o passado inexistente. Só o radical caminha, e seu movimento sempre se dá impulsionado pela fé de se estar prestes a entender ... Todas as coisas.

1.4 - Interlúdio para escutar um antropólogo

A sala em pompa acadêmica se prepara para o diálogo entre o douto de Virginia e índios da floresta. O dia promete, mas minha aflição e meus relógios vigilantes só se me permitem ouvir

⁴Letra de música composta por Caetano Emanuel Viana Teles Veloso (1942). Em tempo antigo de Caetano.

o douto. Perdeu-se na microfonia e no cansaço dos ouvidos quase a totalidade dos sentidos. Arqueologicamente sobrou-me esse atrevimento que somente em minha desrespeitosa responsabilidade repousa.

1-4-1: So far so nothing⁵

A criação do pseudo evento (invento ?)... a invenção do invento que passa a ser pelo efeito da própria criação, em si, existência fugaz como se no amor, um beijo, como se na distração apenas, veloz, mais rápida do que o evento, em si, ...

Um prestidigitador se aproxima, suas vestes são de linho, mas parecem de estrelas suas mãos, seus olhos numa corrida com meus olhos, eu, de mãos postas sobre a mesa, digitando esse desfazer de mente preguiçosamente... Corrida feroz, desajeitada, coelho atrasando relógios e tartarugas de tênis se desafiam: o mundo, esse Zenão desesperado ... Enquanto a mão avança e move e os olhos cansam e erram... A antropologia, mais rápida do que os acontecimentos que ela mesmo tenta “relatar” ... Criando realidades? ... O pseudo invento é o pseudo-vento.

Opera-se reparando os “gaps” de memória na invenção dos pseudo-eventos. São esses vazios preenchidos, buracos e mais buracos que se unem formando o contínuo repleto de acontecimentos (os tais pseudo-eventos) vazios solitários continuamente unidos que não sendo para além de nada postos sobre a mesa, formam dessa maneira o todo contínuo que, se não nos salva, pelo menos se nos justifica.

Saber é, pois, saber enganar; é ser dono temporariamente da crença sobre os pseudo-eventos provocados pelos movimentos das mãos vencedoras sobre a derrota e posterior submissão dos olhos e dos infinitos que buscavam. Ah, são esses infinitos perdidos, o que procurávamos.

O infinito é aqui, local, particular, pequeníssimo em forma e quantidade e se dá e se mostra simplesmente, pelos movimentos rapidíssimos das mãos rapidíssimas inventoras de pseudo ventos. Apressa-te Lentamente⁶! (CALVINO, 1990).

O que os olhos não percebem enquanto as mãos avançam, trapanças necessários para a criação das coisas que de “fato” existem apenas enquanto a inventamos. Roy chega a Dodge City

⁵- Escutando o antropólogo Roy Wagner no Museu Nacional em sexta feira (12-08-11) ensolarada, enquanto o parque zoa e o verde se derrama sobre o tempo.

⁶- Calvino nas 6 propostas para o próximo (este aqui dos nossos dias) milênio.

e encontra seus Wittgensteins... aqui começa, segundo ele, sua fala.

Do futuro para o passado, único caminho possível para qualquer entendimento. A morte inaugura o que só se conclui com o nascimento e que se renova continuamente, ou se nos perdemos nela. A biologia é o seu reverso e disso já sabíamos desde sempre, ou pelo menos desde a primeira parte deste texto. De trás pra frente, a sequência significativa determinado o funcionamento dos significados humanos. Somos sempre depois do fim, como num filme, quando de luzes acesas, nos levantamos para o passado.

A visão total da imaginação seria a integral, no sentido matemático da palavra, na medida dos vazios necessários dos desacontecimentos. Como estrelas cadentes que existiram apenas “uma vez” e isso foi seu suficiente, deuses imitam o diabo e fingem que não existem para serem, por fim, acreditados. A invenção, melhor do que os fatos e suas narrativas: é na passagem da lenda para a história como veremos mais tarde, que se perde os entre-vazios que nos fizeram inventar os tais pseudo-eventos que nos davam sentido e que agora, abandonados pelo mistério já não nos servem mais. O que sobra é então, paradoxalmente, definido, como o próprio entendimento. O sentido passa a ser vazio, nesse mundo de vazios preenchidos e sem mistério e formado de invenções possibilitantes (que sozinhas nada significam) para além de sua própria falta.

As Lógicas são espelhos do mundo, o que sabemos e tememos: não existe aquilo que pensa ou dá sentido ao mundo, não existe o eu e os outros e os outros em particular, ..., o que há é uma nuvem de elefantes rosas que nem soam nem se dão a notar, mas invisivelmente se nos afetam e se nos põe em movimentos; sou esse eu inexistente que escreve meus poemas e pensamentos, sou esse eu inexistente que se ergue dos elefantes rosas até o infinito e nesse arco colorido resolve as angústias e promove sentidos.

Surge do nada, em minha distração vencedora, percebo bem, do nada, surge do nada 1 triângulo, o magnetismo dos triângulos mais uma vez se instala entre meus olhos, agora, atentos. Triângulos que, mesmo desnecessários, teimam em aparecer. Seriam, suas três pontas e lados e ângulos, sua imobilidade relativa, sua rigidez intrínseca, sua proposta simétrica e pontudamente provocante uma síntese dos nossos anseios e demandas? Seria para além das coincidências, um determinante em nós? Ave destino de sombras, o de voltar ao que já não mais nos serve pra conforto e segurança. Tempo tempo tempo, assim repetido três vezes, absolvido pelos mitos e pelas ciências e só assim, existes na imagem dos relógios. O resto é mesmo o tudo que se faz

sempre pelo avesso.

Três vezes ressuscitado , no sangue, na memória e na fotografia, ergue-se um deus manco para o panteão dos desvalidos. Sou eu quem grita assustado em seu calvário, a ponta mais aguda desse triângulo impossível; sou eu repete-me impertinente á minha porta invisíveis crianças sem destino, uma de suas pontas, um deus menino, sou eu retruco em meus eletrônicos pensamentos,..., o que não faz sentido, o que não tem poderes, o que se faz destino.

Sonho um círculo perfeito e nesse sonho todos os vazios preenchido me apontam eternidades que finjo acreditar enquanto cavo, com minhas mãos cansadas,minha cova entre ossos de cão e flores de um verão sempre adiado.

1.5 -O caso π ⁷

Segundo Bergson, temos uma experiência íntima e direta da duração. Esta duração é em si mesma um dado imediato da consciência. Sem dúvida pode ser mais adiante elaborada, objetivada, deformada. Os físicos, por exemplo, em suas abstrações, fazem dela um tempo uniforme e sem vida, sem término nem descontinuidade. Entregam então esse tempo inteiramente desumanizado aos matemáticos. Ao penetrar nas provetas do abstrato, o tempo se reduz a uma simples variável algébrica, a variável por excelência, que é mais apropriada à análise do possível do que ao exame do real. (BACHELAR, 2000, p. 19).

Comecemos com uma pequeníssima digressão:

Há uns anos atrás, visitei seu Armando que então morava ainda num Bangu sem prisões, fui buscar uma mesa de tampo redondo que havia encomendado. Lá chegando, seu Armando ainda trabalhava na minha encomenda. A mesa estava montada e seu tampo forrado de fórmica como eu pedira, faltava apenas uma fatia de fórmica para o arremate da espessura do tampo. Seu Armando pediu que eu sentasse e aguardasse uns minutos. Sentei e observei o seu trabalho. Mediu o diâmetro do tampo com um barbante esticado, procurando a maior distância possível entre os pontos da borda. Nesse instante eu me levantei e disse:

-- Como é que o Senhor faz para calcular o comprimento da tira?

E ele respondeu:

-- Multiplico o diâmetro medido por 3,25 e corto a tira.

-- 3,25 (exclamei) Não! Tem que ser 3,14. Senão vai sobrar fórmica

Ele riu e concluiu:

-- Isso não é matemática professor, é carpintaria.

Cortou a faixa de fórmica com sua tesoura e seu $\pi=3,25$ e colou-a ao tampo.

Perfeito!

Voltei para casa com a mesa encomendada. Feliz e intrigado.

A reta dos números, lugar onde, de certa maneira, os números repousam depois de terem sido associados de maneira única a seus pontos estava toda esburacada. Mesmo depois de

⁷ - Extraído de O Caso π e o pecado da Homeopatia em <http://www.im.ufrj.br/~risk/textos.html>.

cuidadosamente preenchida com todos os racionais e com números do tipo π , que apareciam como medidas nas construções geométricas elementares, a reta continuava esburacada. Esses irracionais “geométricos” faziam parte de um grupo maior; os irracionais algébricos, que podiam ser obtidos como raízes de equações polinomiais com coeficientes inteiros. Colocamos esses “novos” números nos seus respectivos buracos e para nossa surpresa a reta continuava esburacada.

Se quiséssemos, e queríamos, tapar todos os buracos da reta com números para obtermos uma correspondência biunívoca entre números e pontos da reta, tínhamos que inventar-descobrir novos números, ou pelo menos encontrar os esconderijos dos números faltantes, o que de uma maneira ou de outra, resolveria nosso problema.

Esses novos novos números vieram a se chamar transcendentos, o que é, temos que concordar, um belíssimo estatuto para um número. Trata-se de números sem nomes, como os outros irracionais, ou seja, números cuja escrita é infinita e sem repetição periódica de algarismos, mas mais estranhos ainda, pois não sendo raízes de nenhum polinômio, de nenhum grau, não deixam rastro na sua história. Não geram padrões na sua interminável escrita e não parecem pertencer ao universo ordenado em que vivemos ou mesmo a ordem “divina” que nos criou. Poderíamos nos perguntar: por que Deus haveria de criar esses monstros? Mas vamos deixar nossos deuses sossegados fora dessa questão, porque não foram eles que os criaram, fomos nós: não quando construímos nossas obras concretas ou modificamos a natureza com nossas ideias; não quando inventamos os foguetes ou descobrimos novas galáxias; mas sim, quando criamos, dentro de nós, a perfeição e tentamos medi-la.

No mundo ideal das formas perfeitas, numa escala crescente de complexidade, partindo de um simples ponto, passamos pelos polígonos para atingir a perfeição do círculo. É lá, na medida das formas perfeitas mais complexas que moram os números transcendentos. O caso π está resolvido. Ele é o preço da medida do círculo perfeito. Seu Armando tinha mesmo razão: a mesa era mesmo caso de carpintaria.

1.6 – Lógicas e a possibilidade de transdisciplinaridade

Como vimos no artigo *A Consciência e seu Destino Histórico: 3 Lógicas e 3 Momentos*⁸ os famosos princípios da lógica clássica não aparecem à-toa na história do homem e seus

⁸ Apresentado pelos autores no Simpósio da ANPUH em 2011.

pensamentos (KUBRUSLY e DANTAS, 2011).

O *Terceiro Excluído* resulta das proporções geométricas do infante sua sabedoria e estratégia de sobrevivência: respirar e engolir simultaneamente⁹, atividade estranha para nós humanos adultos, é comum a vários mamíferos de qualquer idade e a qualquer criança humana, até uma certa idade, quando seu crescimento biológico determina mudanças de ordem topológicas em seu corpo que cresce, que tornam inviável essa prática que possibilitou sua sobrevivência até então.

Curiosamente, esta posição da laringe mais abaixo e o conseqüente aumento da coluna de ar que se ergue até à orofaringe, não se encontra em crianças até cerca dos dois anos de idade. Seres humanos recém-nascidos mantêm o padrão básico dos mamíferos até cerca de 1,5 a 2 anos de idade; a laringe então começa a migrar para uma região mais baixa no pescoço, adquirindo a configuração do adulto com aproximadamente 14 anos de idade. Assim, os bebês humanos conseguem uma proeza que só esse posicionamento alto da laringe permite: engolir, comer e respirar ao mesmo tempo. Este fato, do ponto de vista do bebê que mama, é de uma vantagem vital. Esta competência persiste nos primatas não-humanos superiores, durante toda a vida. No ser humano ela é sacrificada para que possa falar. A descida da laringe condicionou igualmente a posição e forma do osso hioide (TRIPICCHIO, 2004).

É essa imposição bio-topológica que determina a adoção do Princípio do Terceiro Excluído ao pensamento racional humano que se vê, pelo corpo, forçado à escolha de ou isso ou aquilo.

A **Identidade** surge, também pelo corpo, nas experiências de perda de identidade e posterior recuperação que se vivencia do nascimento ao convívio repetido em grandes aglomerações. Nossos modelos intelectuais gozam desse princípio que organiza as formações confusas, onde se é sempre diferente do que se é. O emblemático caso dos números reais, que existem infinitamente em versões inomináveis e indistinguíveis até que o Princípio de Identidade se lhes é imposto dando, assim, origem à invenção dos números computacionais, com os quais construímos nossos artefatos e ilusões.

Por fim, a *Não Contradição* surge da necessidade de ordenar os pensamentos e os acontecimentos e, é mais uma vez o corpo que o determina, não o nosso corpo individual, mas o corpo coletivo que nos possibilita.

Das lendas, chegamos às histórias, que pela obediência ao que se espera de uma narrativa, ganham o estatuto de possíveis descritores das “verdades” dos mundos. Pela aplicação do

⁹ - Sobre o assunto, ver tese de Doutorado de Adalberto Tripicchio, 2004.

Princípio da Não Contradição “faxinamos” o confuso paradoxal das lendas e dele extraímos uma história, que, se nem sempre é verdadeira, é certamente bem trovada. Essa passagem da lenda à história, feita pelo princípio da não contradição, segue os modelos teóricos matemáticos que distinguem relações arbitrárias de funções, estas últimas, guiadas e definidas pela não contradição.

1.7- A consciência e seu destino histórico

A morte como início e o infinito como meta. Se somos como queria Nietzsche, um arco entre o animal e o super homem, também somos, esse ser consciência, um arco invertido: da morte ao infinito. Arco interrompido pela dissolução da complexidade organizada pela inserção das 3 leis clássicas no ser atordoado que de braços pensos caminha, como em “A Máquina do Mundo”¹⁰ pela estrada de minas (DRUMOND DE ANDRADE, 1973). É a necessidade de causalidade histórica que determina a intervenção do princípio da não contradição que completa a classicização do olhar humano através da história.

Mais uma vez, podemos caminhar paralelamente com a matemática. Olhando em volta percebemos, como exemplo, analogia e modelagem inspiradora, a ideia do conceito de função. Tecnicamente temos: dados dois conjuntos, que podem ser pensados intuitivamente, uma função que os relaciona é uma relação que associa elementos de um a outro e que seguem uma lei ou convenção que preserva causalidade.

A cada elemento do Domínio (conjunto a partir do qual a função se estabelece) corresponde apenas um elemento da Imagem (o conjunto chegada da função estabelecida). Essa ideia é construída a partir da descrição por meio de funções de fenômenos que evoluem no tempo. A lei estabelece matematicamente que não se pode estar em dois lugares ou ter duas configurações diferentes em um único tempo.

É o que fazemos na passagem das lendas às histórias: transformamos existências em conveniências; as coisas deixam de acontecer como as percebemos para serem como deveriam ser, já sob o domínio do bom e velho bom senso. Ordenadamente, nasce a História e surge o medo.

1.8 - Com Cada Coisa em Seu Lugar Viveremos Para Sempre na Ilusão do Agora.

A dita *Ciência Moderna*, que se notabilizou com os trabalhos de Newton, que em seu

¹⁰O poema de Carlos Drumond de Andrade foi escrito em 1951.

Principia descreve pela primeira e única vez na história das ciências, uma teoria de Tudo. Inicia com Galileu substituindo os Epiciclos paradoxais (relações não funcionais) das órbitas Ptolomaicas pelo arranjo funcional do modelo Copernicano, no qual, pela imposição, talvez inconsciente e incompreensível para a época, do Princípio da Não Contradição que ordena a cosmovisão do mundo nos Séculos XVII-XVIII.

A história do que fica de fora, na invenção da própria História, agora ordenada, com cada coisa em seu devido lugar, faz imensa falta quando ao tentarmos compreender esses nossos dias e suas ligações com os passados possíveis e futuros inexoráveis, nos deparamos com dificuldades e paradoxos.

Há muito, pelo menos desde 1931, convivemos com os trabalhos de Gödel sobre a Incompletude de certos sistemas lógicos capazes de englobar a Aritmética, e já sabemos que mesmo sistemas ordenados podem levar-nos a situações paradoxais e que, estranhamente, a aplicação de uma Lei que proíba paradoxos em forma de contradições não basta para nos livrarmos deles.

É essa falta que, muitas vezes, nos faz duvidar de um mundo histórico e propor sua substituição por narrativas menos amarradas às lógicas clássicas. Mas como não podemos nos livrar das lógicas, que como vimos, surgem do coro e de seu compromisso com o estar no mundo, de nada adiantarão essas mudanças, pois estaremos indo de um não entendimento a outro. A nosso ver, a reconstrução do nascimento das histórias atento aos princípios clássicos do Corpo ao Texto e a análise das múltiplas trajetórias daí decorrentes, possibilitarão o re-entendimento do Homem e sua hora como ser histórico e participante.

Conclusão

O Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia/HCTE é um dos quatro cursos da área interdisciplinar da CAPES¹¹ e único programa de pós-graduação da UFRJ que não pertence a nenhuma unidade universitária, mas conta com o concurso de várias delas, tanto das áreas de ciências da natureza e matemática, como

¹¹Apresentamos os demais cursos interdisciplinares da UFRJ: Ciências Ambientais e Conservação; Economia Política Internacional, Políticas Públicas; Estratégias e Desenvolvimento.

das áreas de humanidades e da saúde. O HCTE, fisicamente, está localizado no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza/CCMN e, para fins administrativos da UFRJ, está inserido nos Centros de Tecnologia/CT e CCMN. O curso congrega docentes e discentes de várias áreas acadêmicas e científicas e originou-se nos institutos de Química, Matemática e COPPE.

O desafio do HCTE é mostrar aos órgãos de fomento à pesquisa que o curso atua em diferentes áreas do conhecimento com variados perfis de docentes e discentes partindo da interdisciplinaridade e caminhando pela esteira da multidisciplinaridade rumo à diversificadas ações entre ensino, pesquisa e extensão.

As pesquisas realizadas no HCTE se referem a um amplo espectro de períodos históricos e regiões geográficas e mobilizam várias disciplinas e doutrinas filosóficas, artísticas e científicas – dá música à física, da literatura à matemática, da fenomenologia à biologia molecular, passando por disciplinas como a sociologia, a química, a teoria evolucionária, a neurociência, a arte, a religião, a computação etc, no intuito de refletir sobre temas complexos e de natureza interdisciplinar .

Nessa ocasião do fortalecimento da ANINTER, o HCTE vem apresentar os principais pontos de discussões desenvolvidos no âmbito de suas atividades em seu ambiente multidisciplinar. Oportunidade propícia para marcar o início dos debates de como os cursos de pós-graduação desenvolvem seus olhares e práticas interdisciplinares.

Referências Bibliográficas

BACHELARD, Gaston. *La Intuición del Instante*, 2000.

CALVINO, Italo. *Seis Propostas para o Próximo Milênio*. São Paulo: Companhia das Letras. 1ª. Ed, 1990.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Institucionalização da pesquisa e sua inserção social: da antiguidade aos dias de hoje. *Anais do Congresso Scientiarum Historia III*. Rio de Janeiro: Oficina do Livro. 2010.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *A Máquina do Mundo*. In: Claro Enigma. Rio de Janeiro: Record, 1973.

KUBRUSLY, Ricardo S. *O Caso π e o pecado da Homeopatia*. Disponível em:

<http://www.im.ufrj.br/~risk/textos.html>. Acesso em: 20 de Julho 2012.

KUBRUSLY, Ricardo Silva Kubrusly; DANTAS, Regina M.M.C. A Consciência e seu Destino Histórico: 3 Lógicas e 3 Momentos. **Anais** do XXVI Simpósio Nacional de História – São Paulo: ANPUH, julho 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308104886_ARQUIVO_RICARDOKUBRUSLY®INADANTAS.pdf. Acesso em: 20 de agosto 2012.

MIDGLEY, Mary. *Science And Poetry*. USA: Routledge, 2001.

SERRES, Michel. *A Guerra Mundial*. Tradução de Marcelo Rouanet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

TRIPICCHIO, Adalberto. *Relação Cérebro – Linguagem Humana em Co-Evolução*. São Paulo, 2004. *Tese* (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de São Carlos.

GT 13 - História, linguagem e produção do conhecimento

**A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
PARA O ESTUDO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – O EXEMPLO DA
ILHA DA RITA/SC¹**

**THE CONTRIBUTION OF THE SOCIAL REPRESENTATIONS
THEORY TO THE STUDY OF THE CULTURAL HERITAGE – THE
RITA'S ISLAND/SC EXAMPLE**

Cibele Dalina Piva Ferrari – Mestranda, bolsista Capes no Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – Univille, cibelpiva@gmail.com

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes – Doutora em História, Professora do Curso de História e do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – Univille, sandraplcguedes@gmail.com

RESUMO

Este trabalho ancora-se na investigação das representações sociais como ponto de partida para o estudo interdisciplinar do patrimônio cultural, possibilitando compreender os significados que ele tem para os indivíduos, seus anseios em relação ao seu patrimônio, entre outras respostas que contribuam para o desenvolvimento de políticas patrimoniais que atendam à demanda da população. O estudo da Ilha da Rita, em São Francisco do Sul, enquanto patrimônio cultural e as representações sociais que a população do município de São Francisco do Sul tem sobre ela pode subsidiar as propostas de intervenção na mesma. A partir da análise do contexto social, da aplicação de questionários e outros documentos, foi possível verificar que as representações que a sociedade circunvizinha à Ilha da Rita tem sobre ela são favoráveis à sua preservação. As representações encontradas destacaram, ainda, as questões histórica e ambiental como importantes, o que pode direcionar as iniciativas preservacionistas que serão desenvolvidas na ilha.

PALAVRAS-CHAVE: Representações Sociais, Patrimônio Cultural, São Francisco do Sul/SC.

¹ Pesquisa apoiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPq, Fundo de Apoio à Pesquisa da Univille - FAP/UNIVILLE, e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

ABSTRACT

This work is founded in the research on social representations as a starting point for the interdisciplinary study of cultural heritage, enabling to understand the meanings that it has for individuals, their wishes about their heritage, among other responses that contribute to the development of heritage's policies that meet the demand of the population. The study of Rita's Island in São Francisco do Sul, as cultural heritage and the social representations that the population of São Francisco do Sul has on it can subsidize the proposals of intervention on the island. From the analysis of the social context, and from the use of questionnaires and other documents, was possible to verify that the representations that society around the Rita's Island are favorable for its preservation. The representations emphasized, yet, historical and environmental issues as important, what may orientate the preservationist initiatives that will be developed on the island

KEY-WORDS: Social Representations, Cultural Heritage, São Francisco do Sul/SC.

Introdução

Este artigo visa discutir a importância da análise das representações sociais para os estudos relacionados à preservação do patrimônio cultural brasileiro já que são caracterizadas como categorias de pensamento que expressam a realidade e influenciam nas atitudes dos indivíduos, gerando tomadas de posição. A pesquisa foi realizada a partir da perspectiva da interdisciplinaridade, pois se acredita que o estudo do patrimônio cultural, em suas variadas formas, tenha a interdisciplinaridade como peça fundamental para o entendimento de seus múltiplos aspectos e implicações. A interdisciplinaridade pode colaborar para uma compreensão ampla das dimensões histórica e social do objeto em estudo; as relações dos indivíduos com o patrimônio, como o representam, como se apropriam dele e como o ressignificam. Um patrimônio se constitui a partir do momento em que lhe é dado algum valor simbólico, permitindo o reconhecimento do passado de uma sociedade, de uma cultura, e do que o conecta com a contemporaneidade (SALVADORI, 2008). Nesse sentido, a Teoria das Representações Sociais, na perspectiva de Serge Moscovici (2009), tem muito a contribuir com este estudo uma vez que ela própria é interdisciplinar e possibilita diversas abordagens que podem levar à compreensão das apropriações que a sociedade faz sobre o patrimônio cultural, colaborando nas decisões sobre o uso do mesmo. Assim, procurou-se identificar e analisar as representações sociais que a população de São Francisco do Sul tem sobre o patrimônio cultural da Ilha da Rita, a fim de subsidiar ações futuras sobre aquele patrimônio.

Localizada no Município de São Francisco do Sul, litoral norte de Santa Catarina, no sul do Brasil, a Ilha da Rita (Fig.1), é uma das 24 ilhas que compõem a Baía Babitonga e está localizada a cerca de 400 metros do Distrito do Saí que é separado da sede do município pela baía.

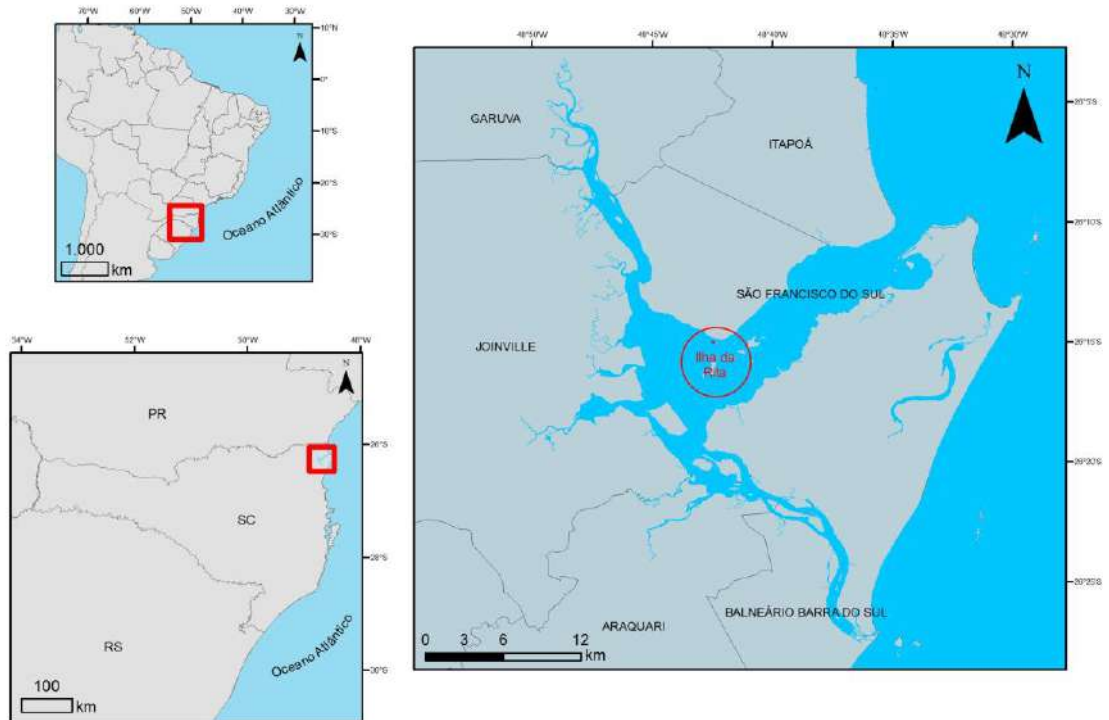


Figura 1. Baía da Babitonga em destaque a Ilha da Rita.

Fonte: André Lima, Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural/UNIVILLE

A Ilha da Rita foi utilizada como posto de abastecimento de água potável e óleo combustível aos navios da Marinha Brasileira. Para isso foram adquiridas terras de uma fazenda no Distrito do Saí onde havia uma nascente de onde a água era conduzida até a Ilha e depositada em reservatórios. Apesar da Ilha já ter sido adquirida pela Marinha em 1916, a base naval foi construída bem mais tarde e inaugurada em 1940, com a presença do então Presidente da República Getúlio Vargas, atingindo o auge de sua utilização durante a Segunda Guerra Mundial como ponto militar de importância estratégica. Neste período, a Ilha contou com a presença de militares que contribuíram com um intercâmbio cultural verificado entre os habitantes da Ilha, do Distrito do Saí e de São Francisco do Sul (THIAGO; COELHO, 2001).

Faz-se necessário frisar que, provavelmente, a construção da base naval na Ilha vinha ao encontro das preocupações do Exército Brasileiro para com a região que contava com uma grande população de imigrantes alemães, causando apreensão ao Governo de Vargas durante a Segunda Guerra Mundial (GUEDES, OLIVEIRA NETO & OLSKA, 2008). Com o fim da

Guerra, a Ilha foi perdendo sua função como base naval e, em 1968, a Marinha a devolveu ao Município de São Francisco de Sul que continuou a utiliza-la como posto de abastecimento de navios, sob a responsabilidade do Porto de São Francisco do Sul. Com a modernização do Porto, esta função também acabou caindo em desuso e outras foram pensadas, mas dada a impossibilidade de efetivação, a Ilha foi abandonada (THIAGO; COELHO, 2001; BOHN, 2010). Após algumas negociações, em 1999, a Ilha foi cedida à Universidade da Região de Joinville – Univille, que desde então, desenvolve diversos estudos e projetos naquele espaço, inclusive o que verifica, através de uma abordagem interdisciplinar que envolve história, geografia, biologia, arqueologia e arquitetura, a possibilidade e procedência de sua revitalização, restauração e abertura pública para visitação ao qual o projeto que possibilitou a elaboração deste artigo está vinculado².

Diante disto, através de uma abordagem metodológica quali-quantitativa, com a realização de pesquisa documental em arquivos, entrevistas orais e aplicação de questionários, buscou-se identificar e analisar as representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre a Ilha da Rita. A amostra para a aplicação dos questionários foi de 300 indivíduos, habitantes de São Francisco do Sul, sendo dividida, proporcionalmente à população, entre a sede do município e o Distrito do Saí. A análise pretendeu identificar, além das representações sociais, também como elas são constituídas, como as pessoas entendem o patrimônio cultural local, de quem é a responsabilidade pelo cuidado da Ilha da Rita, bem como as possibilidades de reutilização do espaço e o envolvimento da população em iniciativas ali desenvolvidas.

O estudo do patrimônio cultural a partir da Teoria das Representações Sociais

Todas as interações humanas pressupõem representações e é esta interação que as caracteriza (MOSCOVICI, 2009). Representação é o meio pelo qual os indivíduos representam objetos do seu mundo e é um conceito que se encontra em várias disciplinas que buscam compreender a relação das construções simbólicas com a realidade social. A palavra “representação” se refere a vários tipos de atividades e é amplamente utilizada na antropologia, sociologia, artes, história, literatura, filosofia e psicologia, entre outras áreas, sendo que nestas duas últimas possui características dinâmicas e comunicativas (MARKOVÁ, 2006).

² Projeto de Pesquisa ligado ao Grupo de Pesquisa “Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural” e coordenado por Sandra P. L. de Camargo Guedes.

São as mediações sociais que geram as representações sociais e estas, por sua vez, influenciam nos processos de mediação, na relação do sujeito com o diferente, buscando interpretar, entender e construir relações entre as coisas (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2009). É grande a diversidade de estudos e formas de aplicação da teoria das representações sociais. Moscovici defende a psicologia social como uma abordagem, que não poderia ser definida apenas por uma teoria, uma corrente e método, mas como uma ciência interessada pelos fenômenos de ideologia e comunicação, centrando no estudo da realidade social seu foco de investigações (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011). Moscovici definiu o campo específico da psicologia social como

o estudo de processos culturais que são responsáveis pela organização do conhecimento em uma sociedade, pelo estabelecimento de relações interindividuais no contexto do ambiente social e físico, pela formação dos movimentos sociais (grupos, partidos, instituições), através dos quais os homens agem e interagem, pela codificação da conduta interindividual e intergrupal, que cria uma realidade social comum com suas normas e valores, cuja origem deve ser novamente buscada no contexto social. (MOSCOVICI, 2009, p. 154)

Desde sua criação na década de 1960, marcada pelo lançamento do livro *La psicanalisis, son image et son public* de Serge Moscovici, a Teoria das Representações Sociais tem alcançado grande importância na psicologia social e seu campo de estudo tem crescido consideravelmente. Novas perspectivas teóricas e metodológicas enriqueceram o estudo dos processos de construção social da realidade, sendo este um marco explicativo dos fenômenos psicossociais complexos e variados em contextos culturais heterogêneos (RODRÍGUEZ, 2004). É uma teoria que propõe uma visão global das relações e comportamentos humanos, possibilitando maior compreensão e ação sobre a realidade. Ao explicar o processo em que convergem conceitos básicos como sentido comum, vida cotidiana e linguagens, procura mostrar como se organiza o pensamento que culmina em uma determinada representação que é compartilhada por um determinado grupo social. A Teoria das Representações Sociais propõe uma abordagem metodológica plural na pesquisa do pensamento do senso comum, privilegiando a construção social deste pensamento.

Moscovici retoma o conceito de representação coletiva da sociologia e da antropologia desenvolvidos por Durkheim e Lévi-Bruhl, para estudar os modos de pensamento das sociedades contemporâneas e propõe sua teoria, onde analisa a maneira pela qual a psicanálise permeia a sociedade e participa da construção do senso comum. Dessa forma, confere ao conceito geral de Durkheim uma especificidade no campo da psicologia social ao propor uma concepção das representações sociais como fenômenos particulares, como uma forma específica de conhecimento (RODRÍGUEZ, 2004). Segundo Rodríguez, Moscovici vai além

de Durkheim definindo o que são as representações sociais, como se constroem cognitivamente e socialmente, apontando uma metodologia de análise, associando-a a novas formas de pensamento, tornando-se um marco da contemporaneidade, possibilitando que as representações sejam estudadas tanto individual quanto conjuntamente.

O autor afirma, ainda, que Moscovici desenvolveu uma psicologia social do conhecimento, centrando sua atenção na construção do pensamento social, na maneira que os indivíduos formam teorias com o objetivo de interpretar o mundo e interagir nele (RODRÍGUEZ, 2004). Durkheim estava centrado em estudar as representações enquanto produtos sociais, já Moscovici se interessa não apenas pelos conteúdos das representações enquanto produtos sociais, mas também pelos processos de construção e pelo contexto da elaboração das mesmas. A teoria de Moscovici se apresenta como um marco conceitual mais flexível, pois permite analisar as representações sociais em vários níveis: individual, nos grupos, nas grandes estruturas sociais e também institucionais.

Existem muitas diferenças entre Moscovici e Durkheim, entretanto, ambos consideram as representações como entidades quase tangíveis (RODRÍGUEZ, 2004) que se cristalizam nas grandes produções sociais (mitos, crenças, lendas, religiões, etc.) e também nos gestos cotidianos, nas palavras, nas relações sociais, na forma de ver o mundo e nas comunicações.

Diante disso, pode-se considerar que o estudo das representações a partir da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici configura-se como um importante recurso para estudar o pensamento social e seus mecanismos de forma ampla. A diferença entre o conceito de representação coletiva, representação e o de representação social está na sua gênese e não na sua natureza. O individual e o coletivo são níveis de análise que se complementam, contribuindo para a investigação da construção social da realidade.

Longe de refletir, seja o comportamento ou a estrutura social, uma representação muitas vezes condiciona ou até mesmo responde a elas. Isso é assim, não porque ela possui uma origem coletiva, ou porque ela se refere a um objeto coletivo, mas porque, como tal, sendo compartilhada por todos e reforçada pela tradição, ela constitui uma realidade social *sui generis*. Quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais *fossilizada* ela se torna. Na minha opinião, a tarefa principal da psicologia social é estudar tais representações, suas propriedades, suas origens e seu impacto. Nenhuma outra disciplina dedica-se a essa tarefa e nenhuma está melhor equipada para isso (MOSCOVICI, 2009, p. 42).

Psicologicamente, as representações trabalham na adaptação, na inclusão, familiarizando os objetos aos indivíduos. Socialmente, as representações são o conhecimento coletivo organizado. As representações são primeiro sociais e depois individuais, pois são elaboradas com base em um processo cognitivo individual, mas tomam como referência o meio (RODRÍGUEZ, 2004). Contudo, nem todo pensamento social é uma representação.

Moscovici insiste em sua especificidade, porque se diferencia de outros tipos de conhecimento socialmente elaborados como as modas, as correntes políticas ou religiosas, entre outros. As representações sociais orientam as atividades sociais e são uma postura frente a realidade social.

As representações são sociais, pois se baseiam no cotidiano, nas pessoas que criam suas próprias realidades, servindo-se delas para se comunicar e se identificar. Diante disto, devem ser estudadas coletivamente, levando em consideração os aspectos atitudinais, as emoções, as formas de comunicação, as explicações causais e o comportamento frente ao objeto e ao cotidiano. A psicologia social tem como objeto o acontecimento social e não tem como identificá-lo e conhecê-lo fora do lugar social (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011). As representações permitem que se criem redes sociais de elaboração e transmissão de informação. Por terem um caráter social, as representações servem como ferramentas de coesão das comunidades e dos grupos e, por vezes, de contradições que os diferenciam.

As representações são dinâmicas, tanto sua elaboração quanto reelaboração constituem em si mesmo um processo criativo e cognitivo, no qual as pessoas e os grupos procuram entender a realidade que as cercam (RODRÍGUEZ, 2004). As representações permitem elaborar novas representações por meio de dois processos: um que opera sobre as representações que já existem e outro através da assimilação de novas informações e contradições que acontecem na interpretação do meio. Os indivíduos tomam como referência o conhecido para tentar ordenar, explicar e atuar perante o que é novo, e a partir das dimensões atitudinais, informativas e do campo da representação elaboram novas representações com vistas a interpretar a realidade. Estas representações são construídas dentro dos grupos de pertencimento, configurando, então, uma visão comum da realidade, que permite ter uma identidade social em relação ao meio e aos objetos.

As representações sociais têm como função convencionalizar os objetos (MOSCOVICI, 2009), descrever, classificar e explicar a realidade. E dessas funções se desdobram outras: de comunicação, de orientação e justificação de comportamentos, de identificação, de integração do novo, de equilíbrio cognitivo e social, bem como de normativa das relações intergrupais (RODRÍGUEZ, 2004). As representações não se referem somente ao conteúdo, mas também ao processo da atividade psíquica que implica na apreensão ou criação da realidade, que atua como mediadora entre os processos perceptivos e cognitivos, os quais produzem um signo, uma imagem, uma representação.

O contexto é um importante aspecto na compreensão das representações sociais, pois é onde elas são criadas, é o meio que as influencia e é também o meio que será influenciado por

elas. É através do estudo do contexto que se pode procurar identificar o processo e os fatores que influenciam o desenvolvimento e o arraigamento das representações sociais. O indivíduo materializa uma ideia abstrata em função tanto de sua experiência e criatividade pessoal quanto das normas e valores sociais do contexto em que está inserido. As representações sociais fazem parte das caracterizações dos grupos, das comunidades e das culturas em períodos históricos determinados. Contudo, elas não explicam toda a dinâmica social, pois são partes do conhecimento social, uma expressão do pensamento não formalizado de determinada sociedade ou grupo.

As representações sociais são desenvolvidas através da comunicação e a partir da combinação de conhecimentos científicos socializados, crenças, saberes tradicionais, ideologias e outros sistemas de pensamento, e são consideradas um ato criativo, de aquisição e organização de conhecimento e de ideias, bem como de formas de interpretar a realidade. De acordo com Moscovici, as representações são prescritivas e ninguém está livre deste condicionamento:

Nenhuma mente está livre dos efeitos dos condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagens ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções (MOSCOVICI, 2009, p. 35).

A maior parte do que os indivíduos fazem é condicionada pelo grupo, pela sociedade a que pertencem. Muitas das ações consideradas naturais ou casuais são frutos da programação social, e a partir disto acredita-se que nenhum comportamento pode ser compreendido ou alguma representação identificada se não forem observados os aspectos relativos à construção social desse conhecimento, desta postura e o local em que ocorrem estes processos.

Segundo Moscovici, existem dois processos pelos quais um conhecimento é transformado em representação e uma representação transforma o social: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem refere-se à incorporação ou assimilação do novo ao sistema de categorias funcionais e familiares com as quais os indivíduos organizam seu pensamento. Ancora ideias estranhas, reduz estas ideias a categorias, em imagens comuns, tornando-as familiar (MOSCOVICI, 2009). A ancoragem constitui ao objeto valor de referência para o indivíduo e para o grupo, possibilitando a integração da representação do objeto em um sistema de valores, classificando-o. Valor pelo qual os indivíduos desse grupo, uns em relação aos outros, encontram material de diferenciação ou de identificação dentro e fora do grupo. A ancoragem institui o objeto na dimensão cultural e social do grupo (RODRÍGUEZ, 2004).

Esta reconstrução do objeto está determinada formalmente no nível das operações do discurso, do pensamento e da atividade cognitiva. A ancoragem é extremamente relevante para a compreensão das representações sociais, pois possibilita a percepção dos fatores históricos, sociais e culturais envolvidos neste processo (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011).

A objetivação transforma algo abstrato em algo quase concreto, transferindo o que está na mente em algo pertencente ao material, que exista no mundo físico (MOSCOVICI, 2009). A objetivação confere a possibilidade de tornar real o conceito ancorado, e cada grupo possui seus próprios instrumentos para isso.

A objetivação e a ancoragem são as formas específicas em que as representações sociais estabelecem mediações, trazendo para um nível quase material a produção simbólica de uma comunidade e dando conta da concreticidade das representações sociais na vida social (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2009, p. 88).

Assim, estes dois mecanismos atuam na familiarização do novo, atuando nos processos psíquicos de interpretação e inserindo-o ao conhecimento social, para então ser possível sua materialização. Fica impossível então, encontrar neutralidade nas representações, pois elas sempre envolvem um sistema de classificação e denotação de valores, inserção em categorias, denominações e julgamentos. É dada uma identidade social ao que não estava identificado, tornando o conhecimento parte da linguagem comum (MOSCOVICI, 2009).

Outro importante conceito ligado à Teoria das Representações é o conceito de Temata (MARKOVÁ, 2006). Definido como uma série de conceitos gerais, de ideias-força, profundamente enraizadas na memória coletiva de um grupo, envolvem conceitos que se opõe e que irão atuar na formação de diversas formas de compreensão dos mesmos objetos. Ao se compreender a temata, é possível determinar os conteúdos comuns expressos pelas conversações cotidianas, que geram as representações sociais. Chega-se ao núcleo das representações; a ideia poderosa e comum que influencia o pensamento dos grupos. A partir do conhecimento da temata pode-se agir sobre a realidade e tentar modifica-la. Neste caso a preservação ou não do patrimônio cultural.

Visando essa preservação do patrimônio cultural, a Teoria das Representações Sociais sob o aspecto da interdisciplinaridade permite estabelecer comunicação entre ela e os diversos campos de conhecimento de forma interativa e recíproca, de modo a garantir a compreensão cada vez mais clara do objeto de pesquisa. Essa teoria consegue uma interação com todas as Ciências Humanas, pois articula múltiplas perspectivas de diferentes campos de pesquisa (JODELET, 2002). A própria teoria tem uma posição híbrida, ao apresentar interconexões entre noções psicológicas e sociológicas.

A interdisciplinaridade propõe superar a visão fragmentada da produção do conhecimento e permite uma reflexão profunda e crítica sobre esse conhecimento, não devendo ser vista como uma escolha entre vários modos opostos de produção de conhecimento, mas sim como a utilização de alternativas que se complementam (PHILIPPI & SILVA NETO, 2011, p. 179). É necessária para a interdisciplinaridade a intercomunicação entre as disciplinas, a mútua colaboração, através de diálogo compreensível, pois a simples troca de informações disciplinares não constitui método interdisciplinar (JAPIASSÚ, 1976).

Pensar e agir de forma interdisciplinar apoia-se no princípio de que não existe uma fonte de conhecimento completa por si só, sendo necessária a interação com outras áreas para compreensão das coisas o mais próximo possível da completude. Isso é buscado na contemporaneidade quando se almeja um conhecimento amplo, que seja absorvido na forma mais próxima da realidade possível. O objetivo é que a ciência vislumbre a possibilidade de diálogo entre as disciplinas, aproximando saberes científicos, bem como interagindo com o senso comum.

Tenta, pois, o diálogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpenetrar por elas. Aceita o conhecimento do senso comum válido, pois é através do cotidiano que damos sentido às nossas vidas. Ampliado através do diálogo com o conhecimento científico, tende a uma dimensão utópica e libertadora, pois permite enriquecer nossa relação com o outro e com o mundo. (FAZENDA, 1999, p. 17)

Para haver interdisciplinaridade há a necessidade de especialistas que sejam capazes de dialogar com outras áreas e também com o senso comum, procurando dar conta, ao mesmo tempo, do particular e da complexidade do real. Pedro Demo (1998) sugere que a prática de pesquisa em grupo é a mais indicada para essa abordagem, pois possibilita a cooperação qualitativa entre os especialistas, mediados por diálogo e métodos acessíveis a todos.

Diante disto, a abordagem interdisciplinar do estudo das representações sociais possibilita a problematização do cotidiano enquanto campo de produção histórico-social do saber. A história está sendo feita, representada, recriada e ressignificada ao mesmo tempo, assim como as relações do homem com a materialidade e a imaterialidade do Patrimônio Cultural ocorrem simultaneamente. As possibilidades de uma abordagem interdisciplinar do Patrimônio Cultural da Ilha da Rita a partir da História e da psicologia social possibilitam, justamente, essa compreensão ampla dos múltiplos processos históricos e sociais que ocorrem com o patrimônio cultural na contemporaneidade. Os processos de identificação, ressignificação, apropriação, valorização, defesa e difusão do patrimônio estão intimamente ligados aos processos do conhecimento social da realidade, bem como a partir de uma compreensão histórica da realidade representada. Fazendo com que os grupos se identifiquem,

identifiquem-se ou não com o patrimônio, incluindo-o ou não no seu cotidiano. Diante disto, a importância do estudo das representações sociais se dá pois

a noção de representação social é uma noção concebida para explicar o que une as pessoas a um grupo ou a uma sociedade, e os faz agir em conjunto. Com o objetivo de permanecerem unidas, as pessoas criam instituições e seguem um conjunto de regras, que demandam um sistema de crenças e de representações compartilhadas próprias de suas culturas (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011, p. 117).

Identificar e perceber quais os aspectos de união e convergência de uma sociedade em torno do patrimônio e a história nele representada possibilita que sejam elaboradas políticas patrimoniais voltadas aos interesses desta sociedade. Isto porque “o estudo das representações sociais é mais do que a listagem de sentidos verbalizados sobre objetos, e sim uma tentativa de abarcar o marco do jogo representacional e sua complexidade em esferas públicas” (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011, p. 169). A análise da realidade e do jogo representacional da mesma não se dá apenas para que este conhecimento seja listado e compreendido em suas mais variadas esferas, mas também que ele possa transformar a realidade.

O patrimônio cultural e a Ilha da Rita

A noção de patrimônio e sua associação com a ideia de referencial identitário estão ligadas à emergência dos Estados Nacionais, quando a preservação de determinados bens estava ligada à utilização dos mesmos como referenciais da nação, elementos a partir dos quais poderia ser construída a identidade nacional. Para além do contexto da institucionalização do patrimônio, ele apresenta-se como um bem designado ao usufruto de uma comunidade, e suas dimensões são variadas, congregando o passado comum dos objetos (CHOAY, 2006) e também as pessoas a este passado. Nesse sentido, Salvadori (2008) afirma que o patrimônio serve como suporte da memória, capaz de produzir identidades determinadas a partir do modo como os indivíduos se apropriam da realidade histórica que os cerca e das relações sociais que ocorrem no espaço. Pellegrini (2009, p. 23) concorda com a importância que o patrimônio e as memórias que ele carrega têm para a formação da identidade, afirmando que os bens culturais tomados como legados recebidos do passado, vivenciados no presente e transmitidos às gerações futuras, reúnem “referenciais identitários, memórias e histórias – suportes preciosos para a formação do cidadão”.

Na mesma linha, a Constituição do Brasil (1988) no Artigo 216 estabelece que o patrimônio cultural é composto pelos bens materiais e imateriais que se referem “à identidade,

à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Como um dos fatores identificadores e promotores de cidadania, o patrimônio cultural se relaciona com a noção de origem e de pertencimento, que se dá através da memória histórica. A preservação e o registro do patrimônio cultural são questões relevantes e fundamentais para sociedades que percebem no seu patrimônio a riqueza de memória, valores e sentimentos que eles carregam.

O conceito de patrimônio cultural está em constante processo de elaboração, o registro e a decisão pela preservação são tanto produto quanto testemunho de um determinado contexto e das situações de poder que envolveram as escolhas (LE GOFF, 1990). Funari e Pinski (2009, p. 16) afirmam que a constituição do patrimônio cultural “é um ato que depende das concepções que cada época tem a respeito do que, para quem e por que preservar”.

O patrimônio cultural está inserido em um debate sobre valores sociais, sendo que a patrimonialização de um bem perpassa a atribuição de sentidos, usos e significados. O bem cultural não possui, por si só, aspectos valorativos, mas, são os indivíduos que irão lhe atribuir significados dentro de um campo de disputas, afirmação e legitimação de identidades, bem como de processos de ativação de memórias.

As memórias e referências do passado fundamentam, por um lado, a coesão entre os indivíduos que compartilham afetos, sensibilidades, tradições e histórias. E, por outro, evidenciam diferenças culturais que podem favorecer a aceitação da diversidade como valor essencial para o indivíduo em sociedade (PELEGRINI, 2009, p. 24).

O direito à memória refletida no patrimônio cultural está diretamente ligado à formação do indivíduo enquanto cidadão, pois pressupõe o reconhecimento da diversidade e necessidade de convivência entre grupos com características culturais distintas (PELEGRINI, 2009). O patrimônio cultural é construção social derivada da memória social, e também pode ser tomado como um dos suportes desta memória social, pois produz identidades que determinam o modo como os indivíduos se apropriam da realidade (SALVADORI, 2008).

Discussão dos Resultados

A análise dos questionários se deu a partir da tabulação dos dados coletados em programa de computador que possibilitou a transformação dos dados em números. Inicialmente foi feita a definição do perfil dos entrevistados, buscando identificar os grupos sociais abordados na aplicação dos questionários. Assim, procurou-se definir idade, gênero, escolaridade, ocupação (Fig. 2), e também a naturalidade o tempo de residência em São Francisco do Sul e o motivo da mudança no caso de não ser natural dali. A divisão entre

gênero e idade foi feita de forma similar, sendo esta uma escolha metodológica. As demais questões buscavam identificar as opiniões do entrevistado sobre o que é patrimônio cultural, quem deve preservá-lo e por que, como avalia a atenção do governo municipal para a cultura tanto no Distrito quanto na sede do município, assim como o que entendem sobre a Ilha da Rita, sua história, sua situação atual e as possibilidades relativas à sua utilização e o envolvimento da população nestas iniciativas.

<p>➤ Gênero:</p> <p>Mulheres: 49%</p> <p>Homens: 51%</p>	<p>➤ Escolaridade</p> <p>Nenhuma: 3%</p> <p>1º Grau Incompl.: 15%</p> <p>1º Grau Compl.: 10%</p> <p>2º Grau Incompl.: 3%</p> <p>2º Grau Compl.: 38%</p> <p>Superior Incompl.: 16%</p> <p>Superior Compl.: 13%</p> <p>Pós-graduação: 2%</p>	<p>➤ Ocupação</p> <p>Assalariado: 45%</p> <p>Aposentado: 15%</p> <p>Autônomo: 9%</p> <p>Desempregado: 3%</p> <p>Dona de casa: 4%</p> <p>Empresário: 15%</p> <p>Estudante: 5%</p> <p>Pescador: 4%</p>
--	--	--

Figura 2. Perfil dos entrevistados através do questionário.
Fonte: Das autoras, 2012.

A identificação dos grupos sociais e das diferenças ou semelhanças entre as respostas, a discussão dos motivos que fazem com que sejam de tal modo, a forma como são construídas tendo em vista a composição e as características de determinado grupo, possibilita a identificação das representações destes grupos. A partir da análise das respostas quantitativas com a pesquisa qualitativa em documentos escritos e entrevistas orais foi possível encontrar as tematas, entre elas o valor que o patrimônio histórico e ambiental possui para a população de São Francisco do Sul e a forte ligação disto com o turismo. Essas tematas, certamente, influenciam nos processos de ancoragem e objetivação das representações sociais dessa população sobre a Ilha da Rita.

O enunciado das perguntas foi apresentado aos entrevistados e as respostas foram dadas com suas próprias palavras, sendo encaixada conforme os níveis pré-definidos na confecção do questionário. Sendo assim, ao serem questionados sobre o que é patrimônio cultural, os entrevistados responderam da seguinte forma: 69% que são bens que possuem valor e significado, 15% aquilo que é guardado/acumulado ao longo dos anos, 14% que são

museus, praças, monumentos e locais de memória e 2% que é a propriedade de uma pessoa (Gráfico 1). Percebe-se que a maioria dos entrevistados tem uma representação bastante instruída acerca do patrimônio cultural, o que já foi identificado por Roberta Silva Pauli (2010), e isso se deve ao fato de que o Centro Histórico de São Francisco do Sul é tombado pelo IPHAN desde 1987, sendo o patrimônio cultural um assunto recorrente no município, seja em projetos desenvolvidos para a população, ou em discussões cotidianas.

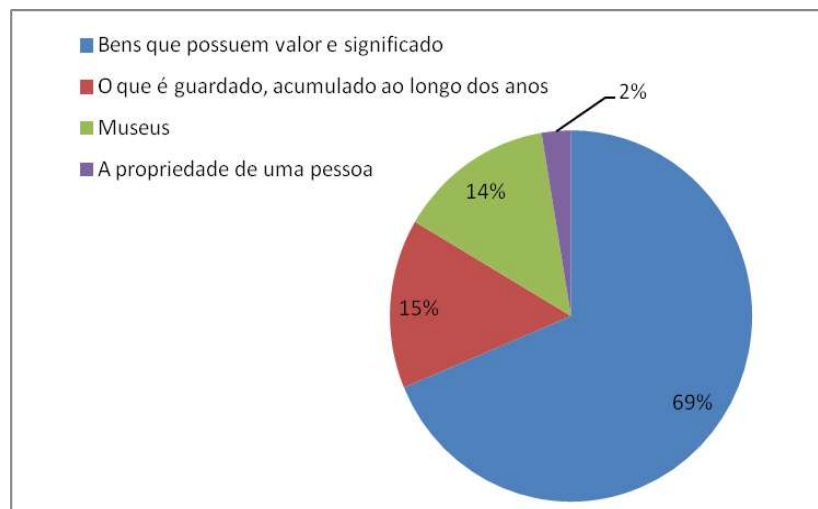


Gráfico 1: O que é Patrimônio Cultural?
Fonte: Das autoras, 2012.

Contudo estes dados estatísticos não exprimem as representações sociais por si só, é necessário que sejam analisadas as respostas tendo em vista a identificação dos grupos sociais, buscando compreender as motivações das respostas dentro da constituição do grupo ao qual pertencem. A fim de exemplificação, foram selecionados apenas os dados relacionados à influência da escolaridade dos entrevistados na elaboração de suas representações sobre o patrimônio cultural, fator que pode ser observado nos Gráficos 2, 3 e 4.

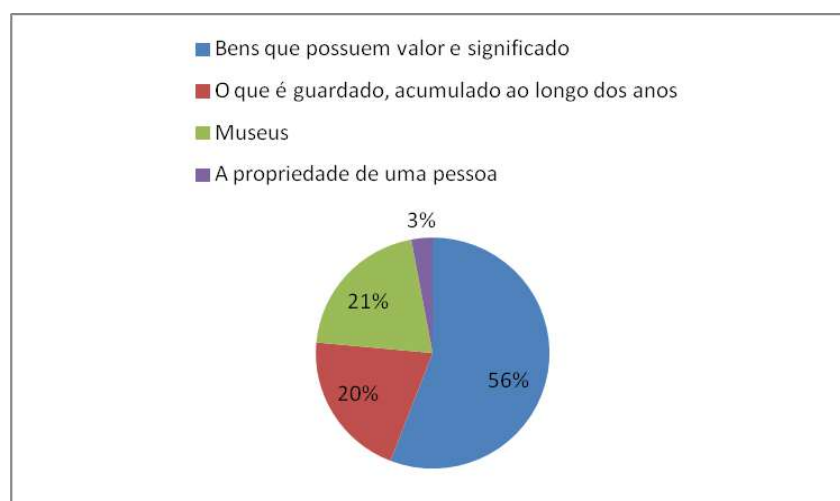


Gráfico 2: O que é Patrimônio Cultural? – Escolaridade até 1º Grau Completo
Fonte: Das autoras, 2012.

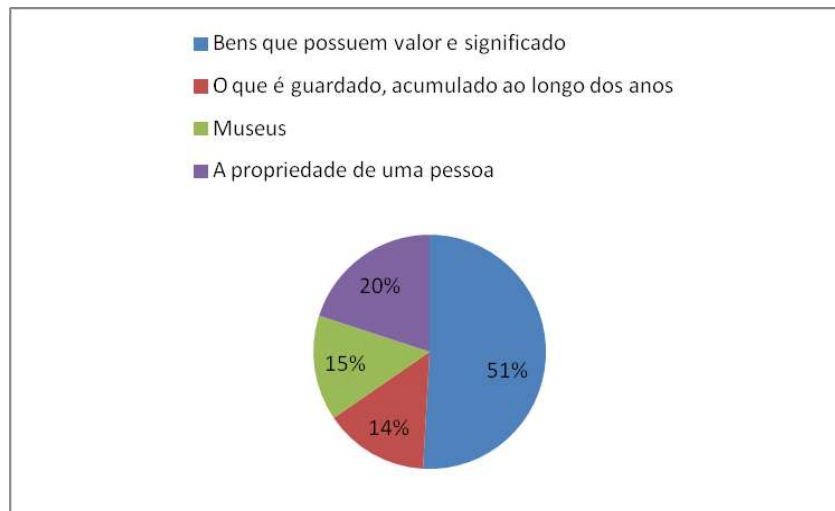


Gráfico 3: O que é Patrimônio Cultural? – Escolaridade 2º Grau Incompleto e Completo
Fonte: Das autoras, 2012.

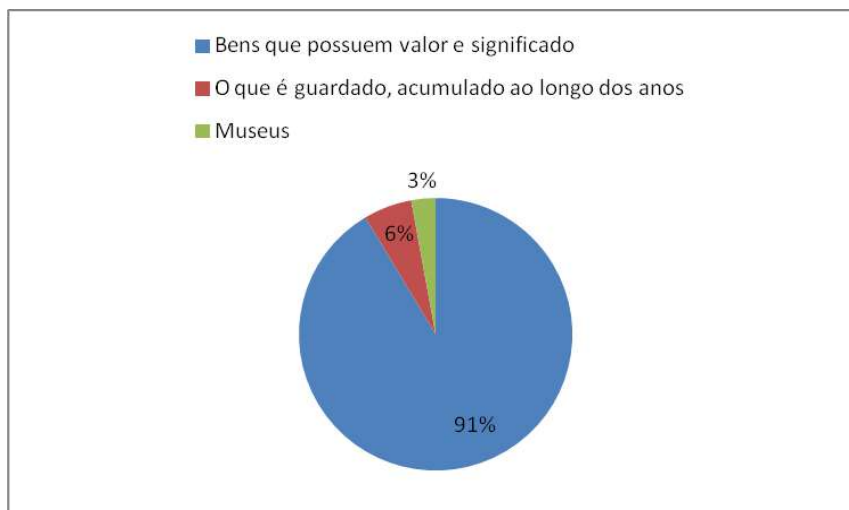


Gráfico 4: O que é Patrimônio Cultural? – Escolaridade Graduação e Pós-graduação
Fonte: Das autoras, 2012.

De acordo com essas informações, percebe-se que o acesso à educação influencia muito na criação das representações sociais sobre o patrimônio cultural, bem como a idade – entre os 91% dos entrevistados que são ou estão se graduando e os que são ou estão na pós-graduação, 54% tem entre 18 e 29 anos, 32% entre 30 e 55 anos e os 14% restantes possuem mais de 56 anos. É com este exemplo que o presente artigo quer demonstrar como a posição que o indivíduo ocupa socialmente irá influenciar na construção das representações sociais do mesmo e que, a partir do estudo destas motivações podem ser desenvolvidas atividades ligadas ao patrimônio cultural que contemplem essas características.

Com relação à pergunta sobre o que entendem sobre a Ilha da Rita, 97,5% dos

entrevistados a consideram um patrimônio cultural, sendo que os principais motivos apresentados são a sua riqueza histórica e ambiental. 86% afirmaram que sua importância se deve ao patrimônio histórico, ao patrimônio ambiental, ou a estes dois aspectos como um conjunto e 14% a consideram um patrimônio cultural por ser um bem da região, do município, ou da população. O restante dos entrevistados (2,5%) justificou sua negativa afirmando que a Ilha da Rita é propriedade da Marinha.

Por ser parte de um ecossistema rico e diversificado – a Baía Babitonga – a questão ambiental é uma ideia central forte quando se fala de Ilha da Rita, que aparece em conjunto com a importância histórica. Isto é nitidamente refletido nos questionários, principalmente na questão que interroga a respeito do que deve ser feito na Ilha; 69% opinou que deve ser feito um museu sobre a história da Ilha e a construção de trilhas para conhecer o interior da mesma e sua riqueza natural, as outras sugestões são a exclusividade de projetos educativos (14%), reserva florestal (12%), parque temático (4%), e também a implantação de um hotel e de um bondinho até o Distrito (1%). E a importância da história e do meio ambiente estão intrinsecamente ligados a outra ideia central forte para a população de São Francisco do Sul: o turismo. As questões levantadas pelos entrevistados a respeito da importância do patrimônio cultural na cidade e também da Ilha da Rita ligavam-se imediatamente a como isso reverteria positivamente para o desenvolvimento da atividade turística no município.

Considerações finais

Diante do que foi colocado, uma das possibilidades para compreender os significados que o patrimônio cultural tem para com os indivíduos, bem como a forma como esses significados são construídos socialmente e influenciam nos processos de reconhecimento e preservação, é o estudo das representações sociais. Como categorias de pensamento que expressam a realidade, buscam explicações e justificativas, fomentando novos questionamentos, são matéria-prima muito importante e ferramentas para ações pedagógicas e políticas de transformação, pois retratam e refratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2009).

Acredita-se que a análise das representações sociais a partir da identificação das temáticas que influenciam na ancoragem e na objetivação destas representações é uma possibilidade que a Teoria das Representações Sociais fornece para o estudo do patrimônio cultural. Permite que sejam desenvolvidas iniciativas relacionadas ao patrimônio cultural que estejam em convergência com os interesses da sociedade e conhecer quais os motivos que

influenciam a forma como os grupos sociais se relacionam com o patrimônio. Assim, a partir dos resultados da análise da documentação, viu-se como principais temas a importância da Ilha enquanto patrimônio cultural devido a importância dada a sua história e natureza exuberante. Desta forma, pode-se considerar, que as iniciativas que serão desenvolvidas na ilha devam estar relacionadas à sua história e a sua riqueza natural, que é o que destaca sua relevância para o município. E isto tem estreita ligação com outra temática identificada na cidade: a importância do turismo como atividade econômica para a cidade de São Francisco do Sul. A partir dessas temáticas é que são ancoradas e objetivadas as representações da população de São Francisco do Sul sobre a Ilha, sua condição de Patrimônio Cultural e as ideias a respeito das iniciativas que podem ser desenvolvidas ali. O que irá determinar o interesse dos entrevistados sobre a Ilha envolve sua formação familiar, social, bem como sua condição profissional.

Salienta-se, ainda, que as questões que envolvem o patrimônio cultural merecem ser objetos de políticas públicas eficientes e que atendam à demanda da população. Para além da preservação do patrimônio, acredita-se que a sua função social deva ser analisada e estar presente na elaboração dessas políticas. Dado que “a implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteada pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 59).

Referências

ALMEIDA, A. M.O.; SANTOS, M. F. de S.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Tecnopolitck/Centro Moscovici, 2011.

BOHN, L. R; D.. **Patrimônio histórico cultural da Ilha da Rita**: refletindo sobre identidades e herança cultural. 2010. 99 p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville), Joinville, SC.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 23/07/2011.

CHOAY, F.. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2006

DEMO, P. **Conhecimento moderno**: sobre ética e intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1998.

FAZENDA, I. **Práticas interdisciplinares na escola**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

- FUNARI, P.P.A.; PELEGRINI, S. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. Está apenas nas considerações finais.
- FUNARI, P.P.A.; PINSKY, J. (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009
- GUARESCHI, P. A; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GUEDES, S. P. L. C.; OLIVEIRA NETO, W.; OLSKA, M. G. **O exército e a cidade**. Joinville: Editora Univille, 2008.
- JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- JODELET, D. Representações sociais: Um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.), **Representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- PAULI, R.C.S. L. R; D.. **Representações sociais sobre o centro histórico tombado de São Francisco do Sul**. 2010. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville), Joinville, SC.
- PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- PHILIPPI, A. & SILVA NETO, A. **Interdisciplinaridade em ciência: Tecnologia & Inovação**. Barueri: Manole, 2011.
- RODRÍGUEZ, E. R. (Org). **Representaciones sociales: atisbos, cabilaciones del devenir de cuatro décadas**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2004.
- SALVADORI, M. A. B. **História, ensino e patrimônio**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.
- THIAGO, R. S.; COELHO, I. A Univille na história da paisagem da Ilha da Rita. **Revista Univille**, Joinville (SC), v.6, n.2, p. 49-62, 2001.

A NATUREZA INTERDISCIPLINAR DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: UMA DISCUSSÃO DA ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Naira Tomiello

*Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas na
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC*

nairatomiello@uol.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em discutir a estratégia de pesquisa adotada na tese de doutorado da pesquisadora para apreender a complexidade da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e o seu reflexo no desenvolvimento da teoria-crítica desta disciplina. Parte-se do entendimento que as razões que inibem a RSC como conhecimento crítico decorrem, principalmente, dos limites da apreensão de experiências práticas. Defende-se que os estudos empíricos e analíticos de tais experiências adotem as premissas de consistência, de complexidade e de interdisciplinaridade. Discute-se o programa Clube dos Produtores, originado na Europa e implementado no Brasil, como um estudo de caso descritivo e interpretativo.

Palavras-chave: Complexidade; Estudo de Caso; Clube dos Produtores.

Abstract: *The aim of this article is to discuss the research strategy adopted in the doctoral thesis of the researcher to grasp the complexity of the Corporate Social Responsibility (CSR) and its reflection in the development of theory and criticism of this discipline. This is on the understanding that the reasons that inhibit the RSC as critical knowledge derived mainly concern the limits of practical experience. It is argued that the empirical and analytical studies of such experiments adopt the assumptions of consistency, complexity and interdisciplinarity. We discuss the Producers' Club program, originated in Europe and implemented in Brazil as a case study descriptive and interpretive.*

Keywords: *Complexity; Case Study; Producers' Club.*

1. Introdução

Este estudo parte do pressuposto que é preciso distanciar-se para ver melhor. Assim sendo, retoma-se a própria pesquisa de doutorado com o propósito de elaborar novas reflexões a cerca da estratégia de pesquisa empreendida. Esta foi central na formulação da tese na medida em que o objetivo geral propunha contribuir para o desenvolvimento teórico-crítico da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), mediante a elaboração de um modelo analítico interdisciplinar para subsidiar a investigação empírica e a análise crítica. A noção *estratégia de pesquisa* é adotada em detrimento da denominação de método, tendo em vista que a tese sustentou-se no paradigma da complexidade, para o qual as múltiplas faces da realidade supõem a inter-relação entre homem-natureza-sociedade, e na legitimidade da aproximação entre sujeito e objeto de pesquisa. O referido termo "compreende um pacote de concepções, práticas e habilidades que o pesquisador emprega para mover-se do paradigma

ao mundo empírico". (DENZIN; LINCOLN, 2000 apud GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2006, p. 09).

A RSC como um campo de conhecimento distingue-se dentro da produção acadêmica da Administração como uma reflexão em torno da necessidade de que, por exemplo: (i) as relações das empresas com todos os *stakeholders* tornem-se mais democráticas e justas (MITCHEL; AGLE; WOOD, 1997); (ii) o crescimento econômico esteja amparado em valores éticos (SEN, 2006); (iii) o desenvolvimento envolva as dimensões sociais, ambientais, econômicas, culturais, espaciais e políticas (SACHS, 1993); e (vi) a racionalidade empresarial resulte da síntese entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva (RAMOS, 1981). A teoria da RSC traz à discussão a intenção emancipatória dos seres humanos e a responsabilidade coletiva com *o outro* e com a natureza. Ela propõe articular a racionalidades instrumental e a substantiva, denotando sua multidimensionalidade - econômica, social, ambiental, cultura e política -, e sua interconectividade - ligando indivíduos, grupos, instituições e nações - na direção de soluções para problemas sociais e ambientais.

Entre as razões que inibem o desenvolvimento teórico da RSC identificadas na tese, destacam-se para este artigo os limites que decorrem da apreensão das experiências práticas, cuja função é realimentar a teoria. Partiu-se de três premissas para a formulação do problema. A primeira consiste em afirmar que o que torna uma empresa social e ambientalmente responsável não é o *volume* de ações nessa direção, mas sua *consistência*. Quer dizer, muitas ações soltas, temporal e espacialmente, podem trazer um retorno pífio à empresa e aos grupos diretamente interessados. A consistência prima pela continuidade, pela abordagem participativa e pela geração de valor para todos os *stakeholders*. Compreender a RSC a partir da consistência implica em abordá-la a partir da análise em profundidade de experiências concretas.

A segunda premissa supõe que o campo da RSC precisa ser observado não em uma perspectiva excludente de *defesa ou oposição*, mas deve elevar-se a um nível analítico que busque captar a sua *complexidade*. Segundo Morin (2001, p. 292), "temos de compreender que a revolução de hoje trava-se não tanto no terreno das ideias boas e verdadeiras, opostas em uma luta de vida e de morte às ideias más e falsas, mas no terreno da complexidade do modo de organização das ideias". Desse modo, anterior à defesa ou à oposição, está a necessidade de compreender os limites e as possibilidades da RSC mediante a complementaridade entre as análises. Tal proposta tem por objetivo evitar o reducionismo dos olhares sobre o objeto de pesquisa, que, em linhas gerais, não deve ser tão de dentro para que a vaidade não obscureça seus sentidos, e nem tão de fora para que a arrogância não despreze suas alternativas.

Por fim, a terceira premissa concebe o papel social e ambiental das empresas como resultado de um *diálogo entre as leis do mercado e o mundo da vida*, em razão disso, para analisar a RSC é necessário abordá-la de forma *interdisciplinar*. A natureza múltipla da RSC torna imprescindível

lançar mão de um instrumento complexo. As disciplinas que concorrem para o arranjo interdisciplinar precisam ser selecionadas seguindo a melhor adequação à solução do problema levantado. Assim, formula-se para este estudo a seguinte questão: Como a estratégia de pesquisa desenvolvida na tese contribuiu para a compreensão crítica da RSC, tomando como fundamento as premissas de *consistência*, de *complexidade* e de *interdisciplinaridade*?

Para o estudo em profundidade de práticas de RSC foi selecionado o programa denominado *Clube dos Produtores*. O mesmo originou-se na Europa por meio da empresa Sonae Distribuição de Portugal e foi trazido em 2002 para o Brasil, onde hoje é conduzido pela empresa Walmart. O programa alega apoiar-se no tripé da sustentabilidade e propõe influenciar a cadeia produtiva a adotar práticas responsáveis e sustentáveis. O Clube dos Produtores é uma iniciativa baseada nos princípios do Desenvolvimento Sustentável e visa fortalecer os pequenos produtores por meio de ações estruturadas, tais como formação, capacitação e inspeção, estimulando a qualidade, a inovação e o aumento da produtividade.

A proposição central deste artigo consiste em discutir a estratégia de pesquisa percorrida para apreender a complexidade e a perspectiva crítica da RSC¹. A partir da técnica de estudo de caso, serão descritas e interpretadas as escolhas enquanto reflexo das intenções previstas, assim como das possibilidades que se apresentaram durante a trajetória investigativa.

2. Paradigma da Complexidade e a Natureza Interdisciplinar da RSC

O desenvolvimento do conhecimento científico pressupõe abertura crítica e criativa buscando novos nexos entre as ciências e a realidade. O problema que se impõe consiste em apreender a realidade, ou seja, como a visão de mundo e a conduta científica interferem em tal apreensão. A realidade se *desvela* diante do observador na medida e no modo seguindo a sua própria concepção de ciência, sustentada em uma determinada visão de mundo e nas escolhas metodológicas. Assim, deve-se questionar, de que realidade fala o conhecimento científico? Tal questionamento refere-se ao fundamento ontológico e epistemológico de orientação da ciência, que se desdobra nas escolhas feitas pelo pesquisador. O primeiro relaciona-se à natureza do ser e à forma como o mundo é percebido pelos indivíduos. O segundo fundamento consiste em "explicar os pressupostos e a finalidade da ciência de modo articulado com as regras, os procedimentos e os instrumentos de pesquisa", em outras palavras, é a forma como o pesquisador decide conhecer a realidade. (PAVIANI, 2006, p. 13).

A crise do paradigma dominante da ciência moderna questiona o modelo dicotômico de racionalidade científica. A partir do discernimento dos referenciais de desenvolvimento científico

¹ Salienta-se que não é o objetivo deste artigo apresentar os resultados que sintetizam as contribuições para a teoria-crítica da Responsabilidade Social Corporativa, mas discorrer sobre as estratégias de pesquisa que viabilizaram tal proposição.

largamente sinalizado nos estudos organizacionais, apresenta-se tal dualidade. Primeiro, o positivismo afirma que a realidade existe independente do pesquisador e os fenômenos podem ser diretamente observados. Fundamenta-se nos métodos objetivos, quantificáveis e experimentais, pois entende que o mundo social existe externamente ao homem. Compreende absoluta separação entre o objeto pesquisado e o sujeito que o percebe. Só reconhece a existência de fatos que são diretamente acessíveis pela observação. O conhecimento resulta da conquista da natureza pelo homem e da especialização das ciências. (MORIN, 2000).

Por outro lado, o paradigma fenomenológico posiciona-se contra a vertente positivista e diz que a realidade não pode ser diretamente observada porque os significados são continuamente modificados na interação entre os atores. Reivindica um modelo de investigação que busca os significados e os valores atribuídos ao mundo e a realidade, pois entende que tais significados são socialmente construídos. Nessa direção, a dimensão subjetiva é parte constitutiva para o entendimento das ações humanas, tornando o método qualitativo e interpretativo essencial para formulação do conhecimento. A interação entre sujeito-objeto denota o movimento da construção científica, que se molda num processo intersubjetivo e de reflexões teóricas. (MORIN, 2000).

O paradigma da complexidade propõe a superação da dicotomia entre as ciências naturais [abordagem positivista] e as ciências sociais [abordagem fenomenológica], tendo como fim um modelo coerente para lidar com as questões mais críticas da nossa época. A noção de cientificidade é recolocada seguindo a *re-ligação* dos fenômenos sociais e da natureza. A visão de totalidade, de inter-relacionamento e a superação da visão fragmentada do universo muda a forma de conceber a ciência. As certezas absolutas dão lugar ao diálogo e a abertura epistemológica permite maior criatividade, sem com isso preterir o rigor. Trata-se de conceber a ciência em um fluxo de ir e vir de certezas e incertezas, do separável e o inseparável, do total e o local, do visível e o invisível e de unir ao mesmo tempo em que distingue. (MORIN, 2000; SANTOS, 2006).

A realidade, então, é entendida como processo, devir e construção e não como um objeto inerte. O avanço do conhecimento científico e tecnológico tem diante de si o desafio epistemológico e metodológico de captar a dinâmica das conexões, explícitas ou não, no mundo, na natureza e na cultura. A noção de *complexidade* expressa a capacidade de apreender as múltiplas faces da realidade, captando "suas diferenças, semelhanças e contradições, que se interpenetram e interagem entre si de maneira invisível, mas profunda". (COELHO, 2000, p. 63).

A interdisciplinaridade apresenta-se como um novo direcionamento da prática científica que aproxima sujeito-objeto-contexto, por meio da transposição das fronteiras disciplinares. A abertura interdisciplinar dos estudos organizacionais torna-se crescentemente oportuna, na medida em que as percepções voltam-se à constatação dos limites impostos pela fragmentação da realidade. (MORIN, 2001; SANTOS, 2006; VIEIRA; BOEIRA, 2006).

Aproximar o campo RSC ao paradigma da complexidade significa reconhecê-lo na sua interface com as "dimensões biológica, cognitiva e social da vida, da mente e da sociedade". (CAPRA, 2002, p. 13). Ao mesmo tempo em que significa admitir que as instituições devem comprometer-se e estruturar-se com vista às mudanças que ocorrem na natureza e na sociedade e estarem atentas às questões mais críticas da contemporaneidade. A diversidade temática abordada pela RSC [governança organizacional, direitos humanos, práticas de trabalho, meio ambiente, práticas justas de operação, questões dos consumidores e desenvolvimento econômico e social da comunidade] expõe sua complexidade. Esta procura expressar as múltiplas faces da realidade e seu “princípio remete às inter-relações entre as partes e o todo, entre a continuidade e a descontinuidade”. (PAVIANI, 2008, p. 47).

A RSC é elaborada a partir de referenciais complexos, tornando o esforço intelectual na direção da análise e compreensão da temática mais bem constituída mediante a abordagem interdisciplinar. A noção de *interdisciplinaridade* envolve uma diversidade de aspectos que torna a busca por sua compreensão uma tarefa contínua. Paviani (2008, p. 14) salienta que o “uso indiscriminado do termo no ensino, na pesquisa, no exercício profissional, nos meios de comunicação, em congressos e seminários [...], aponta para múltiplos significados e, em consequência, para nenhum significado preciso [...]”.

A multiplicidade de interpretações conduz a sentidos, muitas vezes contraditórios, entre eles: (i) busca reunificar o conhecimento e conter os perigos da fragmentação; (ii) resulta do raciocínio do observador em aprender a complexidade da realidade observada; (iii) sua factibilidade depende do resultado intersubjetivo ou trabalho em equipe; (iv) consiste em uma prática pedagógica que capacita os alunos a *aprender a aprender* e à reflexão crítica; (v) resulta da comunicação entre os cientistas e deles com o senso comum; (vi) não deve ser adotada como um método, mas deve ser considerada a história e o objeto científico historicamente construídos; (vii) parte de uma perspectiva instrumental, que sustenta que o papel da ciência está em resolver problemas; (viii) implica na associação complexa de fatores históricos, sociais, psicológicos, políticos, econômicos, filosóficos e intelectuais de um determinado fenômeno. (FOLLARI, 1995; FAZENDA, 1992; JANTSCH; BIANCHETTI, 1995; FRIGOTTO, 1995; SEVERINO, 1995; PHILIPPI Jr. et al., 2000; LEFF, 2000; COIMBRA, 2000; SILVA, 2000; KLEIN, 1990).

3. Estudo de caso qualitativo: o programa Clube dos Produtores

A definição de estudo de caso abrange a investigação em profundidade de um fenômeno contemporâneo e pode referir-se a um caso único ou a múltiplos casos. A partir de uma *descrição densa* (GEERTZ, 1989) do fenômeno observado, volta-se à compreensão dos processos sociais na

interação entre os atores e os significados atribuídos por eles ao fenômeno em estudo. (YIN, 2001; STAKE, 2000). Nesta abordagem, o pesquisador é um investigador observador e não participante.

A finalidade do estudo de caso foi sintetizada por Becker (1994), seguindo um duplo propósito de compreender o grupo, considerando quem são seus membros, quais são os modos de interação dentro do grupo e deste com o resto do mundo, e de contribuir para formulações teóricas. A teoria, enquanto um conjunto de conceitos para explicar um fenômeno, busca regularidades sobre comportamentos e estruturas. Eisenhardt (1989) diz que a construção de teorias vai sendo desenhada desde o momento da formulação da questão, da seleção do caso a ser estudado, da coleta de dados mediante o delineamento de construtos e da busca de evidências que convirjam para tais construtos.

Há três modos de caracterizar o estudo de caso, como descritivo, interpretativo e avaliativo. O *descritivo* visa relatar detalhadamente um fenômeno, apresentar a realidade como ela é, ilustrar a complexidade do caso estudado e é recomendado para reunir informações ainda pouco exploradas. Quanto ao *interpretativo*, partindo de uma descrição detalhada do caso, busca categorias que possam ilustrar, confirmar ou opor-se a suposições teóricas. O estudo de caso do tipo *avaliativo* tem o objetivo de gerar dados e informações que possam subsidiar a apreciação dos resultados ou efetividade de um programa, fornecendo indicadores para tomada de decisão. (GODOY, 2006).

A realização do estudo de caso depende de um conjunto de decisões importantes que demarcarão a fronteira do trabalho. Deve-se responder aos questionamentos sobre *onde, quando, quem, o que e como* observar? (GODOY, 2006). No que diz respeito ao programa Clube dos Produtores, sintetiza-se os seguintes procedimentos:

a. Descrição da unidade e dos atores-alvo da pesquisa

A escolha do estudo de caso único - do tipo descritivo e interpretativo -, o Clube dos Produtores, justifica-se por tratar-se de um programa abrangente e que poderia corresponder à averiguação das premissas de consistência, de complexidade e de interdisciplinaridade. Além disso, outras razões consideradas *provocativas* fundamentaram a escolha. A seleção do setor de varejo deve-se ao discurso encontrado na revisão de literatura que sustenta que o referido setor tem "vocaçã para RSC", principalmente por ser um elo da cadeia produtiva. Ainda, a seleção da empresa Walmart deve-se ao seu próprio discurso: "desejamos ser os primeiros em sustentabilidade do Brasil". Entendimento básico, ao focar a consistência, era necessário estar entre os *melhores*. É importante reforçar que a pesquisa não tomou tais argumentos como uma verdade *a priori*, mas como um dos fatores que contribuíram para a delimitação da pesquisa, assim como variáveis a serem debatidas na tese. Por fim, uma motivação adicional refere-se à inexistência de estudos mais exaustivos na direção de entender o referido programa, em ambos os países, na perspectiva das ciências humanas.

Definida a unidade, era preciso selecionar quais atores seriam envolvidos. O planejamento inicial da pesquisa previa investigar a implantação do programa Clube dos Produtores nos três estados do Sul, considerando diferentes grupos da cadeia produtiva, a produção, o varejo e o consumo. Além destes grupos, também foram selecionados atores considerados parceiros do programa - instituições de ensino, ONGs e empresas públicas. A Walmart indicou quais e quantos produtores deveriam ser entrevistados, baseando-se no critério de melhor adaptação ao programa e obtenção de melhores resultados. Tal fato não caracterizou um viés de pesquisa, ao contrário, quanto maior o envolvimento com o programa, maiores as chances de identificar categorias a serem exploradas. Os atores envolvidos no varejo, no consumo e em parcerias decorreram de prévias determinações da pesquisadora, de acessibilidade ou a partir de sugestões identificadas no campo.

Uma importante mudança no decorrer da pesquisa foi adicionar Portugal na investigação. Ao constatar a origem europeia do programa, decidiu-se pela sua inclusão. Contudo, houve uma significativa diferença na abordagem, tendo em vista a peculiaridade da produção agrícola de cada país. Enquanto no Brasil os membros do Clube são pequenos produtores isolados em seus meios de produção e de comercialização, em Portugal, os membros pertencem a cooperativas ou a outras formas de organizações de produtores bem instituídas. Tal fato contribuiu significativamente para o distanciamento no desempenho do programa entre as empresas Walmart e Sonae. O foco da investigação empírica em Portugal foi compreender o Clube dos Produtores a partir do *olhar* da empresa Sonae. A razão disso vai além do propósito de compreender a origem do programa, mas resulta da ausência de um discurso mais elaborado formalizado pelos dirigentes do referido programa na empresa Walmart. A Figura 1 sintetiza a observação de campo.

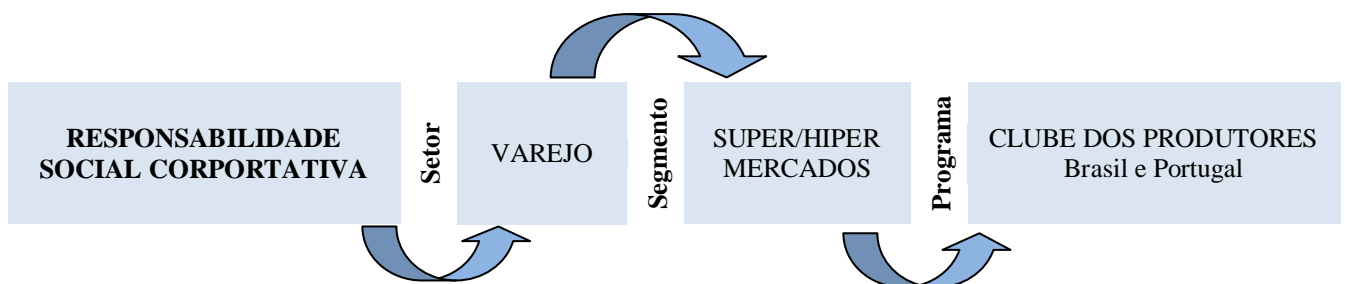


Figura 1: Delimitação da Observação Empírica

No Brasil, totalizaram vinte e quatro entrevistas, distribuídas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, concentrando varejo, produção, consumo e parceiros, sendo que os sujeitos entrevistados foram: coordenador do Clube dos Produtores, assessor de assuntos corporativos, chefes e gerentes de seções de lojas, colaboradores, consumidores, agrônomos de empresa pública e os produtores [agrícola, agroindústria e manufaturas].

Em Portugal, as entrevistas ficaram concentradas na região de Lisboa, abrangendo três cidades, e foram realizadas dezesseis no total. Os sujeitos da pesquisa concentraram-se em: presidente,

secretário e agrônomo do Clube dos Produtores, diretor, chefe de seção e colaboradores de lojas, responsáveis pelo controle de qualidade no centro de distribuição, consumidores, professor universitário e dirigente de uma ONG.

No planejamento da pesquisa foi estimado um número maior de entrevistas com os consumidores, tanto no Brasil quanto em Portugal, a fim de buscar evidências sobre *vocação* do varejo em aproximar produtor e consumidor. Após os primeiros contatos com os mesmos, constatou-se o total desconhecimento a respeito do Clube [que fora confirmado por outros atores da investigação], tornando a indagação desnecessária.

Um importante limite para definir a unidade e os atores-alvo da pesquisa foi a dificuldade de acesso às informações, no Brasil. A empresa Walmart, a princípio, não negou colaborar com esta pesquisa, mas criou uma série de empecilhos, resultando em diferentes problemas, entre os quais, a incompletude dos dados proporcionados por ela. Este limite não se aplica unicamente à experiência desta tese, há relatos similares em outros trabalhos acadêmicos, além disso, há muito se discute difícil relação de aproximação entre empresas e universidades. O problema, todavia, é que ou a empresa, equivocadamente, quer lidar com as questões de ordem social e ambiental como se fosse um segredo, cuja fórmula tem que ser resguardada dos seus competidores; ou ela não tem nada a dizer, além do que os seus *releases* comunicam amplamente na mídia. Em ambos os casos dificulta a compreensão do campo da RSC.

b. Técnicas e instrumentos de coleta de dados

A combinação de múltiplos métodos de coleta de dados para estudar um mesmo fenômeno é uma característica do estudo de caso. É preciso conjugar os discursos com fontes de evidência. Para tanto, foram realizadas pesquisas de campo por meio de entrevistas e observação direta; pesquisa bibliográfica, incluindo publicações acadêmicas em diferentes bases de dados e não acadêmicas, estes originados por meio de institutos e imprensa; e pesquisa documental mediante arquivo privado das empresas Sonae e Walmart.

Em ambos os países, a coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semi-estruturadas, assim como observação direta nos supermercados - com ênfase nas gôndolas dos produtos e recepção de mercadorias (docas) - nos centros de distribuição e, quanto aos produtores, foram visitadas as lavouras, os centros de higienização e embalagens dos produtos agrícolas, assim como fábricas de manufaturas (geleias, sucos, doces, frutos do mar e temperos, p.ex.). Além dos produtos, propriamente ditos, foram observadas a gestão dos produtores, a capacidade produtiva, o marketing, o planejamento e controles, os *softwares* de acompanhamento e rastreabilidade da produção, tecnologia empregada, quantidade de colaboradores, as parcerias fomentadas, entre outros.

Após um *briefing* das intenções da pesquisa e técnicas de *rapport*, houve o consentimento de todos os entrevistados para a utilização de gravador, assim como a possibilidade de fotografar os ambientes. No Brasil, foram doze horas de trinta minutos de entrevistas e oito horas de observações. Em Portugal, as entrevistas levaram oito horas e as observações *in loco*, três horas. O volume e a regularidade de publicações geradas pela Sonae tornou possível complementar os resultados obtidos nas entrevistas e observações de modo bastante exaustivo. Fato que não ocorreu com a Walmart.

Um dos limites essenciais da pesquisa diz respeito às possíveis distorções resultantes dos interesses da pesquisadora e dos informantes. Quanto à pesquisadora, o apego a determinadas correntes teóricas podem sugerir o questionamento: *estou vendo o que quero ver?* (RICHARDSON et al., 1999). Os autores reafirmam que a validade da pesquisa qualitativa não pressupõe um conjunto de resultados padronizados, mas a sua validade consiste em "uma estratégia pessoal pela qual o pesquisador pode administrar a oscilação analítica entre a observação e a teoria que considera válida". (RICHARDSON et al., 1999, p. 94).

Por outro lado, os testemunhos dos informantes também podem suscitar dúvidas quanto à sua validade, sugerindo o questionamento: *estão-me contando o que eu quero ouvir?* (RICHARDSON et al., 1999). No caso específico desta pesquisa, é prudente que outro questionamento seja feito: *estão contando o que as Empresas gostariam que fosse divulgado?*

O último questionamento é procedente por que, no caso dos membros do Clube dos Produtores Walmart, há uma dependência comercial significativa, podendo chegar a 99%, e a moderação na forma de se referir ao Clube [e a Empresa] já era algo previsto e que fora contornado, na medida do possível, durante as entrevistas. Para citar uma situação, um dos produtores excedeu-se nos elogios ao Clube em um nível nem mesmo sustentado pelos seus dirigentes. Ao perceber os excessos, a pesquisadora voltou-se para outro sócio [do mesmo fornecedor], que desconstruiu a fala do primeiro, fazendo sugestões de melhorias em pontos que haviam sido exaltados.

c. Plano de análise dos dados

Há uma enormidade de maneiras de empreender análise dos dados qualitativos, sendo que o nível de exigência sobre as habilidades do pesquisador tornam-se igualmente elevadas. A fim de manipular um grande volume de informações sem perder a conexão com a proposta central do trabalho, mas mantendo-se atento e flexível ao que o campo vai revelando, o pesquisador precisa ser capaz de conjugar sensibilidade, profundidade analítica e criatividade. Yin (2001, p. 80) sintetiza as dificuldades do pesquisador diante do estudo de caso. Para ele, "as exigências que um estudo de caso faz em relação ao intelecto, ao ego e às emoções de uma pessoa são maiores do que aqueles de qualquer outra estratégia de pesquisa".

Um primeiro procedimento para minimizar as dificuldades decorrentes do grande volume de informações obtidas no campo consiste em definir o recorte analítico mediante a pesquisa bibliográfica. Nessa pesquisa, a fase de preparação do recorte analítico teve duas etapas: a perspectiva empírica e perspectiva analítica interdisciplinar.

A perspectiva empírica decorre da delimitação central desta tese, que, após a revisão de literatura, opõem-se à tendência mecanicista de defesa ou de oposição na análise de grande parte dos trabalhos sobre RSC. Como fator de discernimento, a perspectiva empírica segue as dinâmicas: *estruturação*, *operacionalidade* e *potencialidade* para compreender o Clube dos Produtores e interpretá-lo nos contextos explicitados da RSC. A *estruturação* [o quê?] e a *operacionalidade* [como?] tem a finalidade de observar as congruências ou discrepâncias entre as narrativas dos diferentes atores, considerando as situações particulares. O Clube dos Produtores no Brasil foi analisado separadamente do Clube de Produtores em Portugal, caracterizando uma análise *intra-relacional*.

Além das dinâmicas de estrutura e operacionalidade, este estudo volta-se a finalidade de analisar e interpretar o Clube dos Produtores como uma ideia complexa empreendida sob o véu da RSC e que se abre ao descortino das possibilidades, caracterizando a dinâmica *potencialidade* [para quê?]. Contudo, desprender-se da percepção dos fatos [experiências] e lançar-se à imaginação da potencialidade [ideia] só faz sentido, dentro deste estudo, se houver uma estreita relação entre ambos. Nesta direção, foi possível aproximar as experiências da Sonae e da Walmart para uma análise inter-relacional. É importante afirmar que não se trata de um estudo comparativo entre as empresas, mas, sim, uma soma de possibilidades e limites revelados nas respectivas experiências para melhor apreender o programa Clube dos Produtores como um todo.

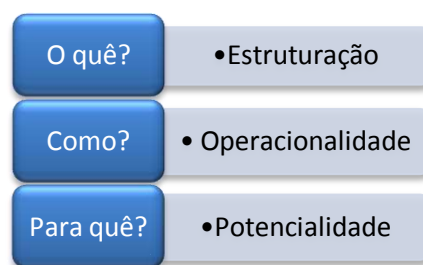


Figura 2: Dinâmica da Perspectiva Empírica

Quanto à perspectiva analítica interdisciplinar foram definidas seis dimensões, descritas como: *perplexidade*, *fundamento*, *finalidade*, *estratégia*, *verificabilidade* e *resultados*. Para cada uma delas foi selecionado um corpo teórico compatível, formado por uma teoria principal e outras complementares. As dimensões sinalizam a complexidade da temática da RSC, ao mesmo tempo em que auxiliam na delimitação do espectro da interpretação teórica e permitem o diálogo entre diferentes áreas de conhecimento. O arranjo interdisciplinar selecionado teve a Administração como principal

disciplina e esta foi sustentada por teorias e discussões a partir da Sociologia, Filosofia, Política, Antropologia e Economia. A Figura 3 sintetiza a dimensão analítica interdisciplinar, incluindo a principal questão norteadora de cada dimensão.



Figura 3: Perspectiva Analítica Interdisciplinar

É importante destacar que a estrutura conceitual distinta entre dinâmica empírica e dimensão analítica interdisciplinar foi definida com bastante antecedência em relação à saída de campo, permitindo à pesquisadora preparo teórico, *brainstorming* de questionamentos e definição de categorias que nortearam a pesquisa. A margem de liberdade para novas descobertas, contudo, contribuiu para inclusão de teorias, atores e lugares de investigação no decorrer da trajetória.

d. Elaboração do relatório final

A elaboração do texto final seguiu a distinção entre analisar o programa desenvolvido separadamente em cada empresa e, depois, buscando sua aproximação. Na primeira situação, *intra-relação*, foram consideradas as dinâmicas estruturação e operacionalidade [exceto a dinâmica *potencialidade*], e as dimensões analíticas perplexidade, fundamento, finalidade, estratégia e verificabilidade [exceto a dimensão *resultado*]. A análise do modo como o programa é conduzido em

cada país permitiu organizar o grande volume de dados, de explorar as narrativas a partir de diferentes atores e lugares e de permitir a identificação do padrão único de cada empresa. No decorrer do trabalho foram mantidas várias citações diretas porque elas permitem "captar o nível de emoção dos respondentes, a maneira como organizam o mundo, seus pensamentos sobre o que está acontecendo, suas experiências e percepções básicas". (ROESCH, 1999, p. 169).

O diálogo entre as teorias selecionadas e o volume de dados coletados resultou na criação de pequenos textos para cada uma das dimensões analíticas. Por exemplo, a dimensão perplexidade foi abordada da seguinte forma na experiência portuguesa: "Vertente ambiental na gênese do Clube dentro da lógica de produção, distribuição e de consumo", "Fluxos globais e locais: a ênfase nacionalista do Clube dos Produtores em Portugal", "O paralelo entre a tradição e a modernidade como alavanca para o Clube dos Produtores". Na medida do possível, procurou-se manter as mesmas categorias analisadas em ambos os países, ainda que fosse necessário redirecionar o sentido. Para exemplificar, enquanto, em Portugal a conotação de tradição e modernidade era abordada como um diferencial para elaboração de produtos, no Brasil, tais conceitos voltavam-se à noção de sucessão familiar no negócio. Ou seja, em que medida o atual empreendedor manteve, reformulou ou transformou o que herdara dos seus pais.

Um segundo momento, a análise *inter-relacional* abrangeu a dinâmica *potencialidade* e a dimensão analítica *resultado*. Ou seja, buscou-se discutir a ideia do Clube numa perspectiva de aprendizado mútuo, com ênfase no conteúdo proveniente da Ciência Política. A noção de resultado, então, deixa de corresponder ao discurso das empresas de, p. ex., "cinco mil famílias de produtores estão sendo apoiadas pelo programa", mas, fundamentalmente, qual o sentido político disso? Em outras palavras, o resultado, que recorrentemente é compreendido a partir da racionalidade instrumental, deixa de ter uma conotação apenas material e inclui o simbólico. A formulação do texto abstrai as experiências, resultando em títulos, p. ex.: "Projeto europeu, realidade brasileira", "Intermediários: eliminados ou substituídos?", "A empresa como arena da subpolítica: o diálogo do mercado com outras esferas de poder", "Novos movimentos sociais econômicos: a concepção de cidadania ativa".

A Figura 4 tem o propósito de sintetizar parte do plano da pesquisa desenvolvido na tese, salientando as principais categorias analisadas.

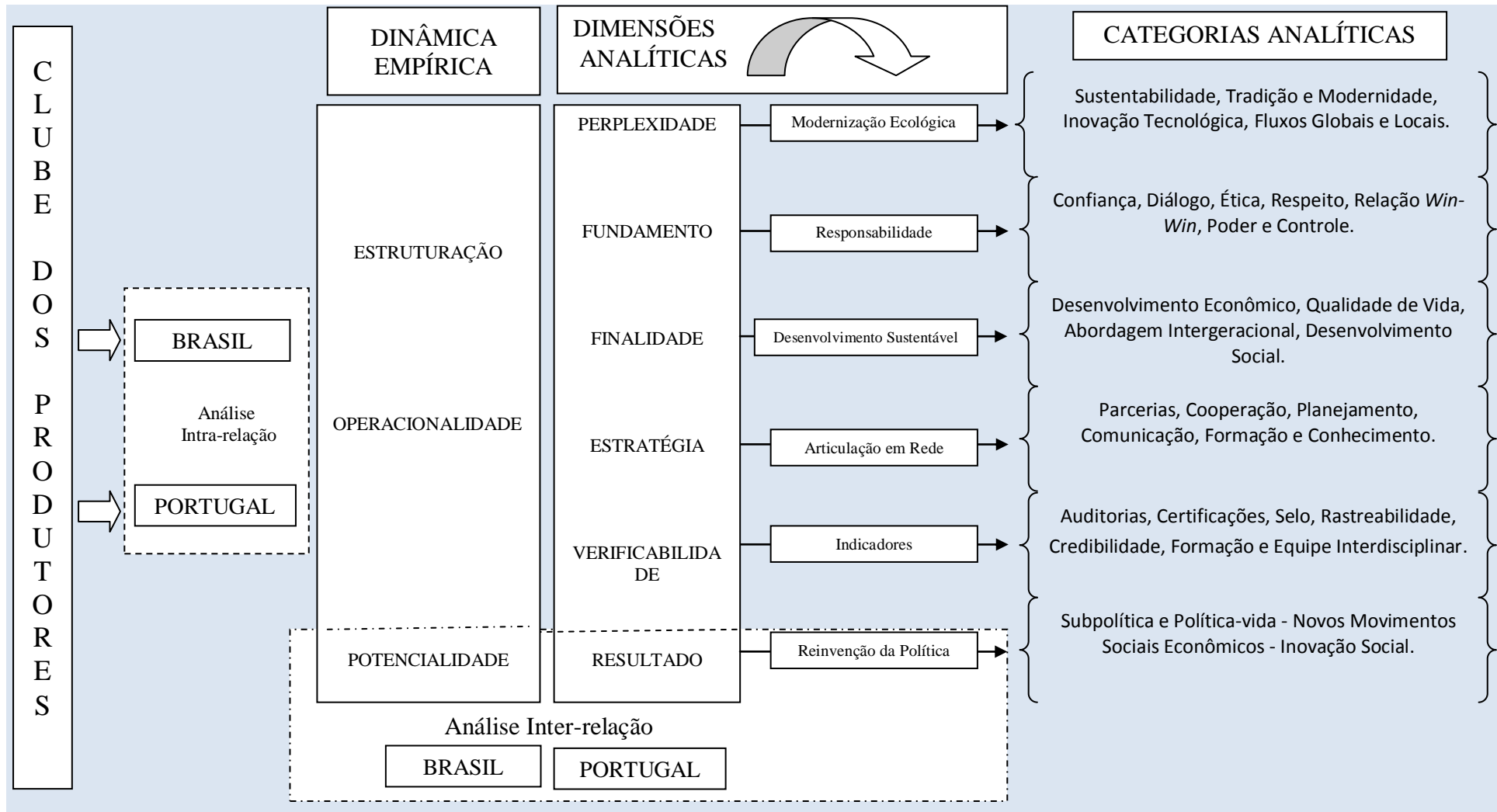


Figura 4: Perspectiva Empírica e Analítica do Clube dos Produtores no Brasil e em Portugal.
 Fonte: Tomiello (2010).

e. Rigor e generalização

O problema da generalização deve ser avaliado em dois momentos. O primeiro diz respeito a apreensão da estrutura, operacionalidade e potencialidade do Clube dos Produtores. Em que medida os relatos e as observações representam de fato o referido programa? Segundo, refere-se às premissas de consistência, de complexidade e de interdisciplinaridade sustentadas para compreensão da RSC. Em que medida o rigor empreendido no levantamento empírico associado ao arranjo teórico selecionado representa um entendimento crítico da prática e da teoria de RSC?

Por tratar-se de um estudo qualitativo e exploratório parece mais adequado conceber a generalização a partir dos parâmetros de Stake (2000), para quem o estudo em profundidade possibilita que os próprios leitores, partindo das suas experiências, estejam aptos a estabelecer comparações ou associações com outros casos. A atenção à confiabilidade do caso em questão foi possível mediante a *descrição densa* (GEERTZ, 1989) dos dados, sendo que estes foram coletados e apresentados dentro de uma estrutura conceitual planejada.

Quanto à perspectiva crítica da RSC, o modelo interpretativo reuniu inúmeras categorias nativas [originadas no campo] e categorias analíticas [de diferentes áreas de conhecimento], com a finalidade de compreender a RSC enquanto um fenômeno complexo. Buscou-se uma estrutura conceitual que mantivesse como eixo instrumental a disciplina de administração, consubstanciada por um eixo crítico originado da filosofia e das ciências humanas. As práticas de gestão - incluindo funções de planejar, organizar, executar, controlar, avaliar, coordenar e liderar, dentro da cadeia de produção-distribuição-consumo -, foram descritas e interpretadas buscando desvelar as características opressivas das interações objetivas e dos aspectos ocultos da ideologia dominante. Ao mesmo tempo, fez-se o caminho inverso, o conteúdo reflexivo de emancipação dos indivíduos, de ideal de coletividade e de harmonia entre homem e natureza encontra inspiração nas práticas empresariais.

4. Considerações finais

A motivação para o estudo científico está em contribuir para o conhecimento e fazer deste um lastro das mudanças ou das transformações sociais. Segundo Popper (1978), o conhecimento não começa de percepções de fatos, mas de problemas. E a resolução dos problemas não depende de uma única disciplina, mas de um conjunto de trocas conceituais, teóricas e metodológicas, capazes de captar as múltiplas faces da realidade. De acordo com Paviani (2008), a interdisciplinaridade enquanto um meio para solução de problemas científicos complexos é, antes de tudo, uma categoria de ação, e não se resume a realização de um diálogo intelectual.

Seguindo os propósitos deste artigo, a estratégia de pesquisa guiada pela premissa de *consistência* volta-se à necessidade de avaliar as práticas e os discursos organizacionais de modo exaustivo, com o intuito de discernir ações isoladas e pouco efetivas de ações de RSC planejadas e estruturadas. A adoção da estratégia de pesquisa pautada no estudo de caso mostrou-se apropriada por que permitiu a análise em profundidade do programa Clube dos Produtores, revelando um conjunto de características, processos e atores, a partir das experiências brasileira e portuguesa. A enormidade de categorias reveladas expôs a exigência de múltiplos conhecimentos para a devida interpretação do que foi sendo revelado à pesquisadora. Na avaliação de Paviani (2008, p. 68),

o estudo de caso é também adequado para a efetivação da atividade interdisciplinar. Permite com naturalidade convocar diferentes abordagens disciplinares a respeito do caso em questão [...]. No estudo de caso, o princípio da integração interdisciplinar atende à necessidade do saber integrador para alcançar a compreensão do fenômeno em sua totalidade.

Por meio das falas dos entrevistados, dos documentos analisados e das observações *in loco* foi possível mostrar tanto a variabilidade de repertórios, quanto como a própria conexão entre eles consubstancia e amplia a noção de *complexidade*. Nesta premissa, a RSC é analisada evitando-se abordagens que tendem a defesa ou a desqualificação dos seus discursos e práticas. O fundamental aqui foi elaborar o discernimento entre as *experiências* e as *ideias* que sustentam o Clube dos Produtores, a fim de avaliar a potencialidade criativa do papel das empresas enquanto esfera política.

A premissa *interdisciplinaridade* é sustentada no arranjo de disciplinas selecionadas para analisar e interpretar a RSC. O grande desafio foi procurar manter a unidade e o foco da pesquisa diante da multiplicidade de conhecimentos e categorias abordadas. Ao mesmo tempo, livrar-se da superficialidade da mera justaposição dos conceitos, e enfatizar a convergência necessária a fim de responder satisfatoriamente o problema da pesquisa. A interdisciplinaridade, sem dúvida, exige um permanente exercício crítico e criativo para concepção de modelos de análise.

Referências

- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Tradução: Marcos Estevão e Renato Aguiar. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- COELHO, Nelly Novaes. Ternura, compaixão e solidariedade. In: CARVALHO, Edgar de Assis. **Ética, Solidariedade e Complexidade**. São Paulo: Editora Palas Athena, 2000.
- COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: PHILIPPI Jr., Arlindo (Org.). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000. p. 52-70.
- DAVEL, Eduardo; ALCADIPANI, Rafael. “Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos 1990”. In: BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel P.; WODD Jr., Thomas (Coord.). **Produção científica em Administração no Brasil: o estado-da-arte**. São Paulo: Atlas, 2005.
- EISENHARDT, Kathleen. M. Building theories from case study research. **Academy of Management Review**, Mississipi, Mass., v.14, n.4, p.532-550, Oct./Dec.1989.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- FOLLARI, Roberto. Algumas considerações práticas sobre interdisciplinaridade. IN: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (Org.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 97-110.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como problema e como necessidade das ciências sociais. IN: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (Org.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 25-50.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.
- GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-de-MELLO, Rodrigo; BARBOSA da SILVA, Anielson. Pesquisa qualitativa e o debate sobre a propriedade de pesquisa. In: _____. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 1-13.
- GODOY, Arilda Schimidt. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-de-MELLO, Rodrigo; BARBOSA da SILVA, Anielson. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 115-146.
- JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (Org.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- KLEIN, Julie Thompson. **Interdisciplinarity: history, theory & practice**. Detroit: Wayne State University Press, 1990.
- LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI Jr., Arlindo et al. (Ed.). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000. p. 19-51.

MITCHEL, Ronald K.; AGLE, Bradley, R.; WOOD, Donna J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts. **Academy of Management Review**. Biarcliff Manor, v. 22, n. 4, p. 853-896, Oct. 1997.

MORIN, Edgar. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PAES DE PAULA, Ana Paula. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008. (Coleção Debates em Administração).

PAVIANI, Jayme. **Conhecimento científico e ensino: ensaios de epistemologia prática**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.

PHILIPPI Jr., Arlindo. Interdisciplinaridade como atributo da C&T. In: PHILIPPI Jr., Arlindo (Org.) **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000. p.3-15.

POPPER, Karl. **A lógica das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SANTOS, Boaventura Santos. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SEN, Amartya. Ética da empresa e desenvolvimento econômico. In: CORTINA, Adela. **Construir confiança: ética da empresa na sociedade da informação e das comunicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O uno e múltiplo: o sentido antropológico do interdisciplinar. IN: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (Org.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 159-175.

SILVA, Daniel José da. O paradigma transdisciplinar: uma perspectiva metodológica para a pesquisa ambiental. In: PHILIPPI Jr., Arlindo et al (Ed.). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000. p.71-94.

STAKE, Robert E. Case studies. IN: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). **Handbook of qualitative research**. 2.ed. Thousand Oaks (CA): Sage, 2000.

TOMIELLO, Naira. **A natureza interdisciplinar da responsabilidade socialmente sustentável no varejo: a eficiência e a competência na análise do Clube dos Produtores no Brasil e em Portugal**. 350 fl. Doutorado [tese] na Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, SC, 2010.

VIEIRA, Paulo Freire; BOEIRA, Sérgio Luiz. Estudos Organizacionais: dilemas paradigmáticos e abertura interdisciplinar. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 17-51.

YIN, Robert K. **Estudos de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CEM ANOS DE IFBA: AS MUDANÇAS NO PERFIL DOS ESTUDANTES

Alcione Silva de Oliveira e Oliveira¹

Georgina Gonçalves dos Santos²

RESUMO

O IFBA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, que tem cem anos de existência, atende as demandas sociais de educação desde o Ensino Fundamental até o Ensino Superior. Sua história se inicia no governo de Nilo Peçanha, quando este instituiu as Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909. Este artigo é parte de uma pesquisa maior e tem como o objetivo geral: estudar os principais acontecimentos ocorridos durante a história do Instituto que têm relação com a mudança do perfil dos estudantes. Para isso, reunimos leituras de autores que pesquisaram sobre a Educação Profissional no Brasil, assim como outros que estudaram a História do IFBA. Nesta pesquisa bibliográfica, constatamos que houve uma mudança no perfil dos estudantes do Instituto, sempre relativas a acontecimentos políticos socioeconômicos no cenário brasileiro.

Palavras-chave: IFBA . Educação Profissional . Estudantes

ABSTRACT

The IFBA, Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia, which has one hundred years of existence, meets the social demands of education from elementary school to the high education. His story begins in the government of the Nilo Peçanha when he established the Schools of Apprentices Craftsmen, in 1909. This article is part of a larger research and its general purpose is: to study the major events in the history of the Institute related to the changing profile of students. In order to do this, we gather readings from authors who have researched about the Professional Education in Brazil, as well as others who have studied the history of the IFBA. In this survey, we evidenced there was a change in the profile of students of the Institute, always related to political events in the Brazilian socioeconomic.

Keywords: IFBA. Vocational Education. Students

¹ Pedagoga do IFBA, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade na UFBA, pesquisadora do Observatório da Vida Estudantil – OVE. e-mail: alcyufba@gmail.com

² Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade na UFBA Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. e-mail: georgina@ufrb.edu.br

Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), faz parte da Rede Federal de Educação Tecnológica do Brasil e tem uma trajetória de cem anos de existência, completados no ano de 2010. A história desta instituição é marcada por várias mudanças em seu formato e objetivos, desde a sua fundação. Neste artigo ao evidenciar acontecimentos relevantes, da história da educação no Brasil ao longo do século XX e início do século XXI e traçarmos uma retrospectiva da história do IFBA, buscando compreender as mudanças que este Instituto sofreu ao longo dos anos. Assim, ao tratar dessas mudanças explicitaremos o contexto histórico do país, buscando também compreender como o perfil dos seus estudantes foi mudando ao longo do tempo

A Educação Profissional no Brasil

As pesquisas, no Brasil, sobre a Educação Profissional possuem um volume menor quando comparadas às de outras modalidades e níveis escolares, notadamente, os ensinos médio e superior do sistema regular de ensino. Segundo Manfredi (2002) e Cunha, (2000a), isso ocorre devido ao maior interesse em se pesquisar sobre a educação das elites. A História da Educação profissional no Brasil se confunde com a história da Rede Federal de Educação Profissional, sendo que, muito antes da sua criação, já existia uma profissionalização dos jovens índios e negros escravizados.

Os primeiros relatos sobre a história da Educação Profissional, propriamente dita, no Brasil são do início do século XIX, quando a sede do governo português se muda para o Rio de Janeiro, em 1808. Neste mesmo período, foram criadas as primeiras instituições públicas, voltadas ao ensino superior no Rio de Janeiro, na Bahia, em Pernambuco e em São Paulo.

O sistema de educação no país passava por um período de desarticulação, após a expulsão dos jesuítas no ano de 1859. O ensino médio estava em função do ensino superior. Já o ensino primário, que passou a ser um direito constitucional em 1824, não conseguiu ser, efetivamente, dinâmico, devido à manutenção do regime escravocrata. Ao lado dessa conjuntura de criação do

sistema escolar público, o Estado preocupava-se em constituir um tipo de ensino desvinculado do secundário e do superior, voltado para a formação de mão de obra para as oficinas, fábricas e arsenais (Manfredi, 2002). Estas escolas eram conhecidas como casas de aprendizes artífices, mantidas pelo governo, estando destinadas às crianças e jovens em estado de mendicância que recebiam instrução primária e aprendiam ofícios.

Os liceus de artes e ofícios criados a partir de iniciativas de entidades da sociedade civil “cujos recursos vinham das quotas de sócios ou de doação de benfeitores” (MANFREDI, 2002), os nobres, os fazendeiros e os comerciantes, tinham a finalidade de vincular artes e ofícios, para que mais pessoas fossem atraídas para essa formação. Mais tarde, com a chegada dos padres Salesianos, foi acrescentada a dimensão religiosa com a desculpa que o trabalho livrava o homem do pecado. (Cunha, 2000a)

O período que antecede à criação das Escolas de Aprendizes Artífices pode ser compreendido da seguinte forma: final do século XVII – 1ª escola de artilharia e arquitetura; século XVIII – ciclo do ouro: ensino da mecânica para as fundições e a criação da Casa da moeda, além dos Arsenais da Marinha: funileiros, carpinteiros, ferreiros, tecelões, etc, e; século XIX – 1819 - Seminário dos Órfãos: ofícios de mecânica; 1872 – Associação Liceu de Artes e Ofícios: amparo de órfãos e desvalidos.

Numa sociedade pós-abolicionista, ninguém queria ser confundido com ex-escravo. Isso fez com que, algumas atividades antes realizadas pelos escravos, e outras que se aproximassem, essencialmente, de tais, fossem evitadas pelos brancos pobres e mestiços. Por esse motivo, atividades manuais como as de carpinteiro, tecelão, ferreiro, pedreiro, marceneiro dentre outras, provocavam nas pessoas uma recusa explícita. Desse modo, não havia outra forma de os governantes providenciarem a mão de obra da qual necessitavam, o jeito então era ensinar ofícios, na condição de aprendizes artífices, para aqueles que não tinham como recusá-las: as crianças e os jovens desvalidos da sorte. É assim que nasce, na cultura brasileira, o preconceito com essas atividades. (Cunha, 2000a; Fonseca, 1961; Lessa, 2002)

Esse fator também determinaria a condição em que as escolas seriam desenvolvidas em cada região, já que o processo da abolição da escravatura trouxe consequências desiguais para as diversas regiões do país. O centro-sul foi se tornando mais industrializados que o norte-nordeste,

portanto determinado características específicas para cursos que foram se adequando à realidade de cada uma dessas regiões. Na Bahia, por exemplo, a atividade manufatureira e artesanal foi se apresentando como sua principal característica das formações oferecidas (Lessa, 2002).

Escola de Aprendizes Artífices da Bahia

As escolas técnicas surgem a partir de 1909. A partir do decreto nº. 787 de 11 de setembro, o presidente Nilo Peçanha cria as Escolas de Aprendizes Artífices em quatro cidades, dentre elas uma em sua cidade natal. São criadas escolas em Campos, e nas cidades de Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul. Logo em seguida, em 23 de setembro de 1909, através do Decreto nº 7.566, foram criadas mais Escolas de Aprendizes Artífices, dentre as quais estava a da Bahia. Estavam sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, e totalizavam dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (MEC, 2009).

Cunha (2000a) traz uma informação curiosa sobre a criação dessas escolas: cada uma delas foi instalada nas capitais dos estados, com exceção do estado do Rio, no qual, foi implantada na cidade de Campos. Segundo este autor, o propósito atendia mais a fatores políticos do que econômicos. O governo estaria preocupado em manter “presença” nos estados, para os quais enviava dirigentes, da sua confiança. A prova disso é que algumas destas capitais receberam as escolas, porém, as atividades manufatureiras eram mais desenvolvidas em outras cidades do interior, que demandavam, em maior grau, por uma escola deste tipo. Isso ocorreu em dois estados: Minas Gerais e Santa Catarina, nos quais, estavam mais propícias para a implantação das escolas, as cidades de Juiz de Fora e Blumenau, respectivamente.

Esta iniciativa destinava-se aos pobres e desafortunados, possuindo natureza assistencialista e compensatória, a fim de diminuir as mazelas da sociedade, apoiada na ideologia de proporcionar a dignidade aos pobres, através do trabalho artesanal. Aparentemente, o objetivo maior estava centrado na preparação profissional dos excluídos da sociedade, dos desvalidos e operários artífices. Entretanto, a ideia não era acabar com a pobreza, por uma questão de “amor ao próximo”, e sim, de manter controlado o nível de desocupados e vagabundos, promovendo mecanismos de disciplinamento dos setores populares como era feito no período colonial. Além disso, o país ingressava em uma nova fase de aceleração dos processos de urbanização e

industrialização, portanto, já havia indícios de que esse tipo de escola se preparava para atender a demanda da indústria. (Manfredi, 2002; Pereira, 2003).

Na visão de Anísio Teixeira (1998) esse crescimento no número de Escolas Agrícolas, assim como os Liceus de Artes e Ofícios era incentivado pelos governantes, porque estes não tinham o interesse de implantar a universidade no Brasil.

Não podemos deixar de reconhecer que o Governo brasileiro, a classe governante brasileira, ao mesmo tempo em que via o Brasil com essa inclinação para a cultura intelectual, para a cultura do lazer, para a cultura geral, para a cultura do consumo, resistia a essa tendência ornamental, procurando promover educação mais utilitária. (TEIXEIRA, 1998)

Em 02 de julho de 1910, a Escola de Aprendizes Artífices da Bahia é inaugurada. Provisoriamente, instalou-se num dos salões do Centro Operário da Bahia, no Pelourinho, com um total de 40 alunos, oferecendo cursos nas oficinas de alfaiataria, encadernação, ferraria, sapataria e marcenaria. Nesse mesmo ano, o Decreto nº 8.319 cria o Ensino Agrotécnico no Brasil, voltado para a educação técnica profissional relativa à agricultura e às indústrias correlatas.

A escola mudou-se para uma sede própria, cedida pelo Ministério da Guerra ao Ministério da Agricultura, no Largo dos Aflitos, que melhor se adequava ao ensino das profissões. Foi neste período que ficou conhecida como “escola do mingau”, pois, segundo Lessa (2002), era oferecida uma alimentação, geralmente, na forma de mingau, aos alunos no horário do almoço, causando estranheza na sociedade baiana, por essa prática incomum nas escolas. Em 1911, a escola enfrentou muitas dificuldades materiais e financeiras. Para resolver esses problemas, o atual diretor apelou ao Ministro da Agricultura que reconheceu a necessidade de dar à Escola de Aprendizes Artífices uma casa condigna. “Em 02 de julho de 1923, em pleno centenário da libertação da Bahia, foi lançada a pedra fundamental do novo prédio em terreno próximo ao Largo do Barbalho, este cedido pela Intendência Municipal”. (LESSA, 2002).

No período que se estende até o ano de 1934, a Escola passa por uma nova fase com a implantação do novo prédio, com remodelações pedagógicas e a oferta de algumas oficinas tidas como necessárias. Em 1º de maio de 1926, foi transferida para o Barbalho e sua inauguração ocorreu em 15 de novembro, do referido ano. Naquela época, o ministro Miguel Calmon resolve

instalá-la num prédio moderno, com ótimas condições pedagógicas, com novas máquinas e ferramentas, além de criar uma Banda de música. (Lessa, 2002)

Em 1930, a Escola deixa de pertencer ao Ministério da Agricultura e passa a integrar o, recém-criado, Ministério da Educação e Saúde Pública. A partir daí, foram tomadas algumas medidas que trouxe à Escola melhorias bastante significativas, concluindo obras e montando novas oficinas. No entanto, a unificação do MEC para a educação foi meramente formal, levando-se em conta que não acabou com a dicotomia em torno dos objetivos da educação acadêmica e da profissional, ou seja, um ensino secundário destinado às elites dirigentes e a formação profissional destinada às classes menos favorecidas. Embora a criação dessas escolas profissionais fosse estratégica para a crescente industrialização, que ora se processava no país, e, diante da conseqüente demanda por operários para os novos postos de trabalho, a formação técnico-profissional continuava a ter uma essência assistencialista, voltando-se para as camadas pobres. (Lessa, 2002; Pereira, 2003)

No contexto nacional, também ocorrem mudanças educacionais de grande importância. O ano de 1932 torna-se um marco para a História da Educação do país. O Manifesto dos Pioneiros é parte desse marco. Esse movimento realizado por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e outros pensadores/educadores, com grande representação nacional, inicia um debate em torno dos problemas educacionais. Foi um movimento articulado com as mudanças estruturais, econômicas e sócio-políticas, pelas quais passavam a sociedade brasileira e influenciou, significativamente, a educação e a política educacional do governo, com repercussões na organização pedagógica e no desenvolvimento da educação profissional.

Apesar da crítica que Anísio Teixeira faz em relação à expansão das escolas profissionais, em detrimento do visível descaso com a educação universitária, foi ele que, segundo Geribello (1977), enriqueceu as oportunidades do ensino médio, quando propôs a elevação do ensino técnico e profissional ao nível do ensino secundário, com o objetivo criar uma equivalência cultural e permitir a transferência de alunos de um curso para outro. Isso porque, ele preocupava-se em romper com o velho dualismo filosófico entre cultura e trabalho. Assim, estando este a exercer o cargo de administrador educacional do Distrito Federal desenvolve como ideia central, das reformas nas escolas profissionais, a conciliação entre pensamento e ação, ciência e indústria, que se refletiriam na educação, uniriam e pacificariam objetivos que eram considerados

contraditórios, como: de cultura e de profissão, de teoria e de prática, de pensamento e de trabalho³.

Os vários nomes da instituição na Bahia

O Liceu Industrial de Salvador

Durante essa década de mudanças significativas, surge a primeira transformação no nome da instituição. A Escola passou a se chamar Liceu Industrial de Salvador, através da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Essa mudança foi resultado do processo de expansão do ensino profissionalizante federal, garantindo novos cursos e unidades ampliadas. Quando o Liceu Industrial de Salvador iniciou os seus trabalhos funcionava um total de doze cursos.

A Escola Técnica de Salvador

A constituição, outorgada em 1937, tratou pela primeira vez de escolas profissionais e pré-vocacionais, como um dever do Estado, destinadas às classes menos favorecidas. Para cumprir este dever, contaria com a colaboração das indústrias e sindicatos econômicos. “A ênfase dada ao ensino técnico-profissional, voltado à indústria, é compreensível na medida em que o Estado Novo representa fundamentalmente os interesses da burguesia industrial” (FRANCO, 1984, apud LESSA, 2002).

Em meio a estas transformações, em 1941, vigoraram uma série de leis orgânicas, conhecidas como a “Reforma Capanema” que remodelou todo o ensino no país, e que tinha como principais pontos: o ensino profissional passa a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais agora depende de exames de admissão; os cursos são divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, com várias especialidades. Neste momento, a implantação das Escolas Técnicas vem para estabelecer uma preparação profissional dos trabalhadores da indústria, dos transportes, das comunicações e da pesca, agora, em nível de segundo grau, paralelo ao ensino secundário. (Faria, 2001; LESSA, 2002)

³ Embora, de grande representação no campo educacional, a reforma de Anísio Teixeira foi desmontada com o golpe político que culminou no Estado Novo e nas “leis” orgânicas de Gustavo Capanema.

No cenário nacional, no período de 1930 a 1945 a economia brasileira desloca completamente o seu eixo, deixando a atividade agroexportadora passando para a industrial. Segundo PEREIRA (2003), é a partir daí que é “plantada a semente do capitalismo industrial nacional, com pesado apoio estatal”. Por esse motivo o surgimento de uma rede pública de escolas profissionalizantes, vai, claramente, atender aos interesses do capital industrial, nesse novo modelo de desenvolvimento. Segundo Lessa (2002), é, neste momento, que surgem os cursos noturnos, com a finalidade de preparar operários voltados para as indústrias, ou seja, a Escola Técnica de Salvador atende às necessidades de mão de obra especializada das indústrias. Vejamos os escritos de um jornal da época, editado pelos estudantes: “O Aprendiz” que era órgão da ETS:

Senhores industriais

Tenho o prazer de comunicar a criação, nesta Escola, de cursos noturnos, com a finalidade de preparar operários especializados para as indústrias. É evidente a necessidade de colaboração dos Srs. Industriais, nessa obra de indiscutível alcance econômico e social: as escolas técnicas existem para as indústrias; para atender às suas necessidades de mão-de-obra especializada. Sem consultar suas necessidades a fim de orientar os seus cursos no sentido de atendê-las, o trabalho da escola é estéril e, conseqüentemente, a produção das indústrias é deficiente. A escola técnica e a indústria não devem viver divorciadas. É encarando o problema em sua plenitude, que faço um apelo aos senhores Industriais para que orientem a ESCOLA TÉCNICA DE SALADOR, em seu plano de trabalho, a fim de que os cursos noturnos a serem instalados seja uma expressão dessas necessidades (LESSA, 2002).

Naquele momento, a organização do sistema educacional, promovida pelas leis orgânicas de Gustavo Capanema, subdividiu o sistema escolar da seguinte forma: o ensino primário para crianças de 7 a 12 anos; o ensino médio para jovens a partir dos 12 anos. No ensino médio havia a separação entre dirigentes e operários, pois, o ensino secundário, que se dividia em dois ciclos e estava voltado para a preparação para o ensino superior, enquanto os demais – a saber: ensino industrial, o ensino comercial, o ensino agrícola e o ensino normal eram direcionados apenas para os seus respectivos segundos ciclos, enquanto que o ensino secundário dava acesso a quaisquer outros segundos ciclos. Sendo que o ensino prático destas profissões ocorria apenas no 1º ciclo, que era voltado para as classes menos favorecidas (Manfredi, 2002; Cunha 2000b).

Segundo Cunha (2000b), é neste momento que os estudantes das Escolas Técnicas começam a ganhar destaque, pois, aqueles que saíam do primeiro ciclo do ensino médio propedêutico e iam para o segundo ciclo dos ensinos profissionalizantes, desenvolveriam

atividades intelectuais nas indústrias. Enquanto que o estudante que ingressava no primeiro ciclo dos ensinamentos profissionalizantes, geralmente oriundos de famílias pobres, ficavam estagnados exercendo atividades manuais. Este é um ponto crucial para o nosso interesse, pois é aí que nasce a condição de estudante elitizado nas escolas técnicas.

Para ele, a escola técnica não deve ser classificada entre as escolas de trabalho manual, pois possuem propostas nitidamente voltadas para o trabalho intelectual, portanto, seus destinatários são diferentes daqueles das escolas de cunho artesanal, tendo seu currículo e voltado para postos de trabalho do âmbito intelectual. Ele critica os pesquisadores, tanto os ingênuos como os sofisticados, quando situam essas escolas no âmbito do trabalho manual. Essa informação, à primeira vista, nos parece inconsistente, tendo em vista a origem das escolas, porém, dentro dessa nossa análise, ela faz sentido, pois, nesse momento, a escola técnica adquire características distintas das escolas que preparam apenas para a mão de obra manufatureira.

ETFBA – Escola Técnica Federal da Bahia

Após as Escolas Industriais Técnicas terem sido transformadas em autarquias⁴, no ano de 1959, foram chamadas de Escola Técnica Federal. Essas instituições ganharam autonomia didática e passaram a gerir seus trabalhos, desta forma intensificaram a formação de técnicos, que era a mão de obra indispensável diante da aceleração do desenvolvimento industrial.

Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB – nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, um novo paradigma é estabelecido: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse período, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos, a fim de corresponder a toda uma necessidade e expectativa do Ministério da Educação.

Em agosto de 1965, a Lei nº 4.759 diz que as escolas profissionalizantes seriam qualificadas de federais e deveriam adicionar à sua nomenclatura o nome do seu respectivo estado, passando a Escola Técnica de Salvador a se chamar de Escola Técnica Federal da Bahia - ETFBA.

⁴ “Entidade autônoma, auxiliar e descentralizada da administração pública, sujeita à fiscalização e à tutela do Estado, com patrimônio constituído de recursos próprios, e cujo fim é executar serviços de caráter estatal ou interessantes à coletividade, como, entre outros, caixas econômicas e institutos de previdência” (FERREIRA, 1996).

A Escola Técnica, na década de 60, passava por um período de desvalorização dos seus cursos e necessitava de novos alunos para poder iniciar a expansão que, foi anunciada junto com a nova lei. Então, foi criado um movimento que buscava mostrar às empresas da Bahia a importância da Escola Técnica para a formação de profissionais capacitados. Esta iniciativa resultou na criação de mais dois cursos importantes na sua história: Eletrotécnica, que visava atender às necessidades da Companhia Elétrica do Estado da Bahia – (Coelba) por profissionais capacitados no Plano de Eletrificação do Estado, e o curso de Mecânica, servindo às indústrias que se instalavam na Bahia, nesse período.

Em 1971, os governos militares instituem uma reforma nos ensinos fundamental e médio, através da lei 5.692/71, com o intento de profissionalizar todo o ensino médio, compulsoriamente, porém, essa tentativa não vingou, pois as escolas da rede estadual não lograram a devida eficiência para a profissionalização demandada, tornando-se enfraquecidas, tanto na oferta da educação profissionalizante, quanto da propedêutica para a universidade (Manfredi, 2002; Morais, 1999). É neste momento que a rede federal ganha destaque, pois, graças a autonomia que já obtivera em 1959 consegue escapar do fracasso que atinge as demais escolas. Ganhou notoriedade e passou a ser vista como entidade de excelência no ensino, associado ao sinônimo de empregabilidade, tornando-se, assim, a primeira opção para os jovens que buscavam rápida inserção no mercado de trabalho.

Alguns fatores aumentam a busca pela Escola Técnica Federal da Bahia: a possibilidade de ir para um curso de ensino superior na UFBA; a implantação da PETROBRAS na Bahia desde 1954 e o desmoronamento do ensino médio profissionalizante na rede estadual, a partir da LDB de 71. Todos esses fatores, aliados ao crescente processo de industrialização, fazem com que o perfil dos estudantes que buscam essa escola vá se diferenciando, cada vez mais, daquele perfil de desvalidos, passando a ser um público cada vez mais seletivo. (Manfredi, 2002; Morais, 1999; Lessa, 2002).

Para Ferreti (1997) apud Ribeiro (2007), isso ocorreu por que a rede federal de escolas técnicas gozava de amplo prestígio na formação profissional, por isso, seus egressos eram absorvidos, em grande parte, pelos postos de trabalho nos grandes centros urbanos. Isto ocorreu devido a autonomia que a rede federal conquistou e devido a certa regularidade dos seus cursos,

com os respectivos quadros técnicos e profissionais de forma estável, dando uma maior durabilidade na oferta de cursos, oferecidos em um mesmo espaço físico.

CENTEC – Centro de Educação Tecnológica da Bahia

O CENTEC - foi criado em 06 de junho de 1976. Segundo o MEC, os cursos superiores de tecnologia já surgiram a partir de um forte preconceito em relação à Educação Profissional.

Tanto assim que o anteprojeto de Lei sobre organização e funcionamento do ensino superior, que antecedeu a reforma universitária implantada pela Lei Federal n.º 5.540/68, propunha a instalação e o funcionamento de “cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior”, ministrados em universidades e outros estabelecimentos de educação superior, ou mesmo “em estabelecimentos especialmente criados para esse fim” (MEC, 2011).

Esses cursos tecnológicos surgem a partir do insucesso dos cursos de Engenharia de Operação. Esses, por sua vez, eram cursos técnicos de nível superior, pós-secundários e que ofereciam uma habilitação profissional intermediária entre o técnico de nível médio e o engenheiro de nível superior. Uma das causas desse insucesso deve-se ao corporativismo dos engenheiros plenos, que foram contra a denominação de engenheiro de operação para os novos profissionais, alegando que a “denominação geraria confusões e propiciaria abusos, em detrimento da qualidade dos serviços prestados” (MEC, 2011).

A possibilidade de implantação de faculdades e de cursos de tecnologia estava implicitamente prevista nos Artigos 18 e 23 da Lei Federal n.º 5.540/68, ao permitirem a criação de cursos profissionais com duração e modalidades diferentes, para atender a realidades diversas do mercado de trabalho. (MEC, 2011)

Na Bahia, o CENTEC foi criado em 06 de junho de 1976 através da Lei nº 6.344. Tratava-se de uma autarquia de regime especial, vinculada ao MEC, com sede em Salvador, instalando-se provisoriamente, em prédio cedido pelo Governo do Estado da Bahia, no Bairro de Monte Serrat, à Rua Rio São Francisco, nº 01. No ano de 1978 foram criados mais sete cursos, além dos que já existiam, portanto, o espaço ficou pequeno, sendo necessária a construção de um novo espaço. Em 1978 construiu-se um moderno campus em Simões Filho, onde permaneceu até o ano de 1992.

CEFET-BA – Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia

O Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA) foi criado pela Lei 8.711 de 28 de setembro de 1993, a partir da junção da Escola Técnica Federal da Bahia

(ETFBA) com o Centro de Educação tecnológica da Bahia (CENTEC), estruturando-se como autarquia educacional de regime especial, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar; tendo como mantenedor o MEC – Ministério da Educação. (MAGALHÃES; LORDÊLO, 2002)

A Criação do CEFET-BA segue a mesma lógica dos, já existentes, CEFETs de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, e ocorre juntamente com a do Maranhão. A ideia básica de estruturação dos CEFETs é a verticalização do ensino, isto é, uma instituição que oferta cursos profissionais em diversos níveis, estando estritamente vinculados ao sistema produtivo (Militão, 2000; Lessa, 2002).

Depois das devidas tramitações para a transferência da sede administrativa do Antigo CENTEC para Capital, foi colocado em prática o plano de expansão do CEFET-BA para as cidades do interior. Essas unidades eram chamadas de UNED – Unidades Descentralizadas –, sendo que as cidades contempladas foram: Barreiras, em 1994 e, Valença, Vitória da Conquista e Eunápolis, em 1995.

A busca por uma vaga nos cursos do CEFET-BA foi muito intensa na década de 90, pois, a fama da escola já havia se espalhado por toda a Bahia. Para ingressar nos cursos de nível médio era necessário que o candidato realizasse uma prova de Língua Portuguesa, Matemática e uma Redação. Dessa forma, as pessoas começaram a se preparar para ingressar nesta instituição. Como é de se supor, a população de baixa renda estava cada vez mais distante de ingressar nesta instituição, tendo em vista a grande demanda para o número relativamente pequeno de vagas.

O ano de 1996 foi marcado por várias discussões em torno da educação brasileira, proporcionadas pela criação da Nova LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394/96. Isso por que as mudanças ocorridas afetariam a forma como os cursos técnicos eram ofertados no CEFET. Pereira (2003) nos lembra do Decreto 2.208, criado para regulamentar os artigos da nova LDB que tratam especificamente da educação profissional. As mudanças constituídas pela nova lei são profundas e, algumas, divergentes daquelas vividas no âmbito das instituições federais. Segundo o autor esses novos referenciais alteram sobremaneira todo o processo para a qualificação de mão de obra.

A escola tornou-se uma instituição ampla, complexa e confusa, pois, além de os cursos técnicos regulares de nível médio e os cursos de tecnólogos, passou a oferecer também cursos especiais, abertos à comunidade, e o ensino médio propedêutico. Toda essa confusão foi proporcionada pela alteração da Lei 9394/96, através do Decreto de nº 2.208/97 que cria um novo sistema de educação profissional paralelo ao sistema de educação regular, composto de três etapas: básico, técnico e tecnológico. O primeiro destinado a qualquer trabalhador jovem ou adulto, independentemente da sua escolaridade. (Manfredi, 2002; Ribeiro, 2007)

Dentro deste contexto, a escola vai se tornando ainda mais seletiva, perdendo, inclusive, a sua característica de escola profissionalizante, aproximando-se mais das escolas de preparação para o ensino superior. O público atendido fica mais próximo da clientela das escolas particulares, do que propriamente das escolas estaduais, com exceção dos que ingressavam apenas nos cursos técnicos.

Posteriormente, foi publicado o Decreto de nº 5.154, de 23 de julho de 2004 que trazia a definição para a oferta dos cursos técnicos de nível médio em três formas: a integrada ao ensino médio, a concomitante ao Ensino Médio e a Subsequente ao Ensino Médio. O CEFET-BA optou por ofertar os cursos técnicos de nível médio nas formas: integrada e a subsequente. Por esta ocasião cessaram as matrículas para o Ensino Médio propedêutico.

Um acontecimento importante, para este estudo, ocorreu no dia 26 de maio de 2006, quando foi implantado o sistema de cotas para a seleção de candidatos aos cursos do CEFET-BA.

Em seguida, propõe, no Parecer, que seja aprovada a política de cotas, no âmbito do Cefet-BA, estabelecendo 50% (cinquenta por cento) das reservas de vagas para estudantes oriundos de escola pública, dentre eles afro- descendentes e indígenas, nos cursos realizados através de Vestibular/Seleção, com critérios para tal concessão. (CEFET-BA, 2006).⁵

Este fato merece destaque porque foi a partir daí que muitas transformações de ordem pedagógica e administrativas iniciaram para atender a demanda do público-alvo da Instituição que, certamente, sofreu modificações. Neste mesmo ano foi implantado o PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de

⁵ Trecho Da Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA, realizada em 26.05.2006.

Educação Jovens e Adultos. Por se tratar de um programa de governo, o PROEJA foi implantado em toda a rede federal de ensino profissionalizante.

IFBA – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia

O ano de 2008 foi muito importante para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de todo o país, pois, além do aumento significativo no número de instituições, uma nova mudança acontece nessa rede. Os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica de todo o Brasil, com exceção do Rio de Janeiro e Minas Gerais, passaram a ser nomeados de Instituto de Educação Ciência e Tecnologia.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008)

No dia 29 de Dezembro de 2008, criou-se a Lei nº. 11.892, na qual os antigos Centros Federais, Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas vinculadas às universidades, passaram a compor a Rede Federal de Ensino Profissional. Dessa forma o CEFET-BA transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

Atualmente, o Instituto possui dezesseis campi e cinco núcleos avançados: Barreiras, Camaçari (núcleo avançado em Dias D'Ávila), Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso (núcleo avançado em Euclides da Cunha e Juazeiro), Porto Seguro, Salvador (núcleo avançado em Salinas da Margarida), Santo Amaro, Simões Filho, Valença, Vitória da Conquista (núcleo avançado em Brumado e Seabra). Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o objetivo é de que o IFBA tenha cinco novos campi até 2014: Brumado, Euclides da Cunha e Juazeiro - onde já existem núcleos avançados do Instituto -, além de Lauro de Freitas e Santo Antônio de Jesus (IFBA, 2012).

De acordo com a Lei de criação dos Institutos Federais, em seu Art. 8º ficou instituído que, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% de suas vagas para educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para

o público da educação de jovens e adultos; e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

Considerações

Percebemos, de acordo com o histórico do IFBA, que as transformações sofridas por essa instituição sempre estiveram relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do país e, especialmente, da região. Por este motivo, o público-alvo atendido pela Instituição, foi se modificando de acordo com o tempo, assim, a escola que se inicia através de um programa de governo, no início do século XX, para atender a uma demanda de mão de obra num país que passava da produção agrícola para a industrialização, tinha como clientela a população desfavorecida da época. Posteriormente, após a sua integração ao sistema federal de educação, passa a atender também aos intelectuais que atuarão em papéis de destaque nas áreas produtivas. Essa novidade, aliada às transformações no mundo do trabalho, assim como as novas tendências educacionais que foram prescrevendo mudanças para o Ensino Profissionalizante, acabaram por promover a aproximação de outros segmentos sociais, que demandavam por educação pública gratuita com referência de qualidade comprovada. Finalmente, com a nova configuração, o advento das cotas, o surgimento do PROEJA e outros programas dentro do IFBA, a clientela torna-se mais heterogênea, atendendo desde a pessoa que não possui escolarização regular até aquela prestes a concluir os últimos níveis de qualificação profissional.

Neste percurso, percebemos que a instituição adquiriu experiência e notoriedade no que se refere à Educação Profissional. Resta saber se está apta para atender a reivindicações por direitos sociais, indo além da reserva de vagas, através da adoção das cotas, para a seleção dos candidatos, na busca por garantia de igualdade de direitos para todos os seus estudantes em progredirem em seus estudos e/ou conseguirem formação que lhes proporcione o progresso profissional.

Por isso, iniciamos uma reflexão sobre as formas como a instituição lida com a realidade dos estudantes que ingressam através das cotas. Nossa tentativa é apresentar para os participantes desta instituição (gestores, docentes, técnico-administrativos e, especialmente, aos discentes) que,

de fato e de direito, este é um espaço legítimo destes estudantes, uma vez que a História mostra que ela, originariamente, foi pensada para este público. Cabe a todos os responsáveis pela sua organização/administração rever, com base nos princípios legais que norteiam a instituição, a construção das ações que fortalecerão as políticas de permanência destes estudantes. Isso possibilitará a diminuição da evasão dos estudantes pertencentes a grupos familiares de maior vulnerabilidade social, que hoje é realidade nesta instituição.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível Tecnológico**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/010602proj.pdf>> Acesso em: < 19 out. 2011>.

_____. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacaoprofissional.pdf>. Acesso em: < 15 nov. 2011>.

_____. Congresso Nacional. **Lei federal nº. 4.024**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MTE, 20 de dezembro de 1961.

Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%20196.htm>. Acesso em: <15 nov.2011>.

_____. Congresso nacional. **Lei federal nº. 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MTE, 2003. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: <15 nov.2011>.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de EJA – **PROEJA**. Documento Base, Brasília, agosto de 2007.

_____. Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>>. Acesso em: <08 dez. 2011>.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.idep.ac.gov.br/docs/leg_fed/dec5154_04.pdf>. Acesso em:< 08 dez. 2011>.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>.

Acesso em: <01 dez.2011>.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, maio/jun./jul./ago, 2000a.

_____. **O ensino profissional da irradiação do industrialismo**. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2000b.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Editora Nova Fronteira, 1996.

FERRETI, Celso João. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. Educação e Sociedade. Campinas. n. 59, ago. 1997.

GERIBELLO, W. P. **Anísio Teixeira: análise e sistematização de sua obra**. São Paulo: Atlas, 1977.

IFBA. **Histórico da Instituição**. Disponível em: <<http://www.portal.ifba.edu.br/centenario/historia.html>>. Acesso em: <19 out. 2011>.

LESSA, J. S. **CEFET- BA – uma resenha histórica: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica**. CCS/CEFET-BA. Salvador: 2002.

MAGALHÃES, A. L. F.; LORDÊLO, J. A. C. **Instituições Públicas de ensino superior da Bahia: problemas, impasses e transformações**. FAGED: Salvador: 2002.

MILITÃO, Maria Nadir de Sales do A. **Novos rumos para o ensino técnico: impactos e perspectivas (o caso do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG)**. 1998. Tese de doutoramento – PUC, São Paulo.

PACHECO, Eliezer. **Os institutos federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf>. Acesso em 15 nov. 2011.

PEREIRA, L. A. C. **A rede Federal de Educação Profissional e o desenvolvimento local**. 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes. Disponível em: <http://www.ucam-campos.br/ucamcidades/dissertacoes-1/dissertacoes-2003/Luiz_Augusto_C_Pereira.pdf>. Acesso em: <01 nov. 2011>.

RIBEIRO, Ricardo Torres. **A reforma do ensino profissionalizante no Brasil (1995-2002): o caso do CEFET- BA**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2007.

TEIXEIRA, A. S. **Educação e Universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

Compartilhando os Bens de Jaguarão – Rio Grande do Sul: Proposta de Educação Patrimonial

Ângela Mara Bento Ribeiro¹

Carlos José de Azevedo Machado²

Resumo:

A cidade de Jaguarão – fronteira com o Uruguai, dotada de carências educacionais³, foi beneficiada com o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID⁴, a fim de gerar as transformações indispensáveis no sistema de ensino da região. Neste trabalho nos propomos a reflexão do papel de professor e a sua relação com Educação Patrimonial através de ações ambientais e culturais de forma a buscar subsídios para formação do aluno como cidadão sensível às questões sócio-culturais, possibilitando um trabalho multi e interdisciplinar e prevê três fases: 1-Diagnóstico da realidade escolar, 2-Iniciação à docência, 3-Formação continuada. É realizado com dez bolsistas do Curso de História da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) dois supervisores e uma coordenadora, no Instituto Estadual de Educação Espírito Santo e os resultados referem-se a Fase 1- no período de junho à dezembro de 2011 com a aproximação da universidade com a escola.

Palavras Chave: Jaguarão, história, educação patrimonial.

Abstract:

The Jaguarão city - border with Uruguay- has need of education. She has a benefit from the “Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID” (Brazilian term) to generate the transformations necessary in the region’s education system. In this project we propose a reflection about the teacher’s action and his relationship with “Educação Patrimonial” (Brazilian term), through environmental and cultural actions. The objective is to seek subsidies for students' academic training as citizen sensitive to socio-cultural issues, enabling a multi and interdisciplinary work. For this, it will involve three stages: 1. Diagnostic reality's school. 2. Introduction to teaching. 3. Formation continued. The project is composed for ten scholarship academics of UNIPAMPA’s History Course, two supervisors and one coordinator in the Espírito Santo School. The result of the work refers to stage 1 (June to December 2011), achieving the approximation to the university with the school.

Keywords: Jaguarão, History, Educação Patrimonial (Brazilian term).

¹ Prof., Ms Angela Mara Bento Ribeiro do Instituto Estadual de Educação, vinculado ao curso de Turismo da Universidade Federal do Pampa-campus Jaguarão-RS. Coordenadora PIBID-Educação Patrimonial em 2011 email: angetur@yahoo.com.br

² Prof. Carlos José Azevedo Machado, professor Espírito Santo e supervisor do PIBID-Educação Patrimonial. Email: cjmaninho@gmail.com

³ Diagnosticada através dos exames do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

⁴ Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, ligado a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, tem por finalidade o incentivo a formação de docentes para a atuação na educação básica.

1- Introdução

Este trabalho pretende ser uma contribuição para estudantes de História e de Educação Patrimonial. Propõe uma abordagem sócio-ambiental da Educação Patrimonial, no sentido de aproximar a universidade com a escola através do projeto PIBID-2011 com foco na Educação Patrimonial e sugere compartilhar os bens materiais e imateriais da cidade de Jaguarão que está inserida no Pampa –campos do sul – **“O pampa é restrito ao Rio Grande do Sul e mais do que um bioma é um espaço natural no qual se formou e se desenvolveu um tipo humano característico, adaptado as suas condições fisiográficas e a um determinado tipo de vida delas dependente”** (IBGE 2004). Esta especificidade da região também contribuiu para a UNIPAMPA justificar a implantação do Curso de História. Por outro lado conforme os dados do IDEB –Índice de Desenvolvimento da Educação no Brasil apresenta uma deficiência no desempenho das escolas e apenas 5,7% das escolas no país tem IDEB maior que 6,0, esses dados representam um alerta para que sejam encaminhados programas que possam suprir essas deficiências. Dessa forma, entendemos que o PIBID venha a ser uma ferramenta para que os alunos bolsistas de iniciação à docência assumam esse desafio de trazer indicadores positivos para educação brasileira. Com isso acompanhar a necessidade de uma nova educação cidadã para o século XXI com objetivo de elevação da qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciatura das instituições de ensino superior, assim como a inserção dos estudantes de licenciatura no cotidiano de escolas da rede pública de educação, e promover a integração entre educação superior e educação básica. Dessa forma, o plano de trabalho foi desenvolvido no Instituto Estadual de Educação Espírito Santo. Um dos objetivos deste projeto é a contribuição dos bolsistas em História ao desenvolver as habilidades e competências conforme as Diretrizes Curriculares e irá contemplar o processo de teoria e prática, de forma de valorização do magistério e buscando conhecer as práticas docentes e promovendo a auto-estima de todos os envolvidos (bolsistas supervisores, coordenador, professores e alunos). Baseado na disciplina de Educação Patrimonial que fará parte constante no desenvolvimento deste trabalho enfocando ações ambientais e culturais de forma a buscar subsídios para a formação do aluno como cidadão sensível às questões ambientais sociais e culturais a fim de desenvolver ações que possibilitem aos bolsistas conhecerem a realidade do ensino de história na educação fundamental e médio: compartilhar da experiência dos professores envolvidos no subprojeto, realizar estudos e pesquisas, produzir artigos e textos, saídas de campo, produzir vídeo, entre outras atividades a serem desenvolvidas durante o programa.



2- Desenvolvimento

Partindo da compreensão de que o IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional⁵, manifestou ao longo dos últimos anos para a preservação (conservação) das riquezas materiais e imateriais do Brasil, existindo uma aplicação de recursos⁶ para recuperação da arquitetura histórica do Brasil e também incentivando a criação de museus pelo país como forma de não perdermos nossa memória, esta lembrança que através dos acervos, sejam na forma de objetos, documentos, escritos entre outros, contribui para que o cidadão compreenda e interprete a diversidade de expressões culturais existentes no país, entendendo assim a importância desse conhecimento para constituir o processo de desenvolvimento de um país. E cabe destacar um dos objetos do programa Monumenta do ministério da cultura: **“estimular a utilização econômica cultural e social em recuperação”**, pode-se analisar assim: **economia - o turismo cultural - a proteção social - o acesso**. Analisemos o que a Constituição federal do Brasil estabelece no seu artigo 216:

“ Patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

De acordo com a constituição ela reconhece que o patrimônio cultural (material e imaterial) brasileiro faz parte de sua identidade e de sua diversidade cultural, referindo-se aos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, remete-nos a investigar sobre ações inerentes a disseminação da cultura para todos sem discriminação de qualquer espécie, sendo luz para promoção do bem estar social como fator de garantir a cidadania. Devemos de tal sorte participar nas escolhas e decisões concernentes ao futuro das políticas culturais em nosso país, neste processo de desenvolvimento de tais políticas, escolas e universidades governos e autoridades provocam discussões e passam informações de modo a formarem cidadãos brasileiros que valorizam sua aldeia, (re)conhecem sua história, mas sabemos que

⁵ O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar a diversidade das contribuições dos diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira e seus ecossistemas. Esta responsabilidade implica em preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações.

⁶ Diversos programas como exemplo a citar ; Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Atualmente, 26 cidades participam do Programa, todas elas foram escolhidas de acordo com a representatividade histórica e artística, levando em consideração a urgência das obras de recuperação artística- Pelotas está incluída. WWW.monumenta.gov.br .

não atinge a maioria a “**massa popular**” o direito ao acesso a cultura de todos, tornando-se assim um desafio para o meio acadêmico essa realidade, e este trabalho contribui para a construção deste processo com ações de “ **Educação Patrimonial**”. Trazendo o conhecimento da comunidade, a diversidade de bens materiais e imateriais existentes na cidade e com as ações de educação que é uma forma de sustentar a produção da memória e estar alicerçada na produção do presente que torna-se passado e produz a construção da sociedade. Se argumentar que a comunidade é o melhor guardião do patrimônio segundo CERQUEIRA (2008, P.13) *lembrando as palavras de Aloísio Magalhães “(...) Só se protege o que se ama , só se ama o que se conhece(...).*⁷ Este conhecimento faz parte do cotidiano da comunidade e entre si, através de uma prática contínua de envolvimento onde haja amadurecimento do cidadão, esse processo passa a existir do momento em que a atuação do turismo visto como atividade econômica e social durante a sua trajetória de atuação. Ao citar a palavra “**desafio**” sobre o direito ao acesso a cultura, cabe lembrar Freire:“**Que a justiça social se implante antes da caridade**”(1988) importante destacar a construção de uma sociedade verdadeiramente humana depende das forças dos brasileiros em relação a lutar por condições mais dignas de bem-estar social, para Freire “ **não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança**” (p.91)⁸. Importante destacar que em 2009 a Associação Brasileira de Cidades Históricas⁹, tem como objetivo a valorização e proteção do patrimônio cultural e natural das cidades que acolhem tombamento federal e as que foram classificadas pela UNESCO, bem como as que se destacam por proteção estadual ou municipal e queiram somar esforços visando uma política pública moderna e dinâmica para seus desafios. A cidade de Jaguarão com seu acervo e 800 prédios catalogados entre os quais o Teatro Esperança, as Ruínas da Enfermaria Militar, o Mercado Público e a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, já tombados pelo IPHAE-RS (década de 90) e em 2011, teve todo seu Centro Histórico tombado pelo IPHAN, além do primeiro bem tombado de forma binacional, a Ponte Internacional Barão de Mauá. Importante o trabalho desenvolvido pelo Projeto Jaguar (não governamental) no início da década de 80 e posteriormente provocando positivamente um

⁷ CERQUEIRA, Fábio Vergara.(org) Educação patrimonial: Perspectivas Multidisciplinares.Pelotas-RS: Instituto de Memória e Patrimônio e Mestrado em Memória Social e patrimônio Cultural-UFPEL-Editora UFPEL, 2008.

⁸ Paulo Freire – Vida e Obra org. Ana Inês Souza- São Paulo : Expressão Popular, 2001.p.11

⁹A Associação brasileira de Cidades Históricas-ABCH-foi criada durante reunião de Prefeitos ocorrida em Brasília, no dia 12 de agosto de 2009, com apoio do Ministério da Cultura e do IPHAN. O objetivo da nova entidade, que passa agora a ser institucionalizada, é a valorização e proteção do patrimônio cultural e natural das cidades que acolhem tombamento federal e as que foram classificadas pela UNESCO, bem como as que se destacam por proteção estadual ou municipal e queiram somar esforços visando uma política pública moderna e dinâmica para seus desafios. Nossas cidades pedem uma atenção especial, e a ABCH vem enfatizar a necessária participação de todas as esferas nesse atendimento. www.cultura.gov.br.

convênio Município - Ufpel¹⁰ em 1988. Neste, foi feito o Inventário do Patrimônio Arquitetônico da cidade de Jaguarão e serviu de base para o futuro Tombamento Nacional. Nos anos 90 e principalmente na última década, em função da necessidade dos novos Planos Diretores ocorreu junto à comunidade uma discussão mais ampla acerca de seu patrimônio, onde nas escolas estes temas foram bastante levantados, porém de forma ainda um pouco exógena. Mesmo com toda esta movimentação, sentimos ainda a necessidade da comunidade local, como um todo, de se apropriar mais deste conhecimento de forma que todos compreendam a condição de cidade patrimonial de Jaguarão justificada por todos os componentes históricos-culturais que a compõe.

Buscaram-se variadas formas e fontes para organizar o trabalho deste período, documentos e registros desde: registro de anotações (diário de bordo), observações, entrevistas, fotografias, artesanatos e depoimentos. O material reunido constitui um importante resultado de atividades desenvolvidas desde a reflexão de leituras de *Perrenoud*¹¹ levando o bolsista a reflexão do seu papel na escola e sua formação ao significado de construção em conjunto universidade-escola de compartilhar bens de Jaguarão à encontrar outros olhares para continuidade do projeto das fases seguintes, destacando ainda, que o próprio desenrolar da pesquisa determinará reorientações metodológicas. O tempo possibilitará um envolvimento maior com os demais professores da escola, que poderão ser contagiados por projetos mais amplos que deverão surgir, assim esperamos das atividades desenvolvidas. A compreensão de seu trabalho como educador, de seu entorno e a partir dele evoluir suas práticas para transformações mais concretas e positivas será um avanço bem importante para os professores da escola e para os alunos bolsistas.

Apresentamos alguns aspectos que envolvem a Educação Patrimonial e a inter-relação com a Ciência Histórica, o Turismo, Educação Patrimonial ou Ambiental. Apenas traçamos alguns aspectos e a inter-relação entre estas áreas, a fim de contribuir para o desenvolvimento das atividades deste trabalho que no seu começo valeu-se procurar relacioná-las para entendimento das partes sobre EP.

Partindo da Ciência Histórica, esta pode nos proporcionar os elementos fundamentais da história da comunidade, do patrimônio material e imaterial destes povos, e com o auxílio

¹⁰ Projeto Jaguar-convênio com a prefeitura de Jaguarão e Universidade Federal de Pelotas- RS.

¹¹ Formar professores em contextos sociais em mudança. Prática reflexiva e participação crítica. Philippe Perrenoud-Faculdade de Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação Universidade de Genebra 1999-Tradução de Denice Barbara Catani.



de outras ciências, é possível ainda observar as relações que a comunidade de Jaguarão tem com o patrimônio material e imaterial e melhor aproveitá-lo. Harmonizar o patrimônio¹² aos interesses sócio-econômicos da comunidade exige além do conhecimento histórico, outros elementos como o Turismo que passamos a considerar.

Apontamos um breve comentário para relacionar ao contexto do trabalho sobre o turismo área relativamente nova como atividade organizada, entra como ponto importante em que a comunidade valorize sua história, seus bens patrimoniais, e que pode ainda aproveitar economicamente esta atividade. Consideramos na visão da pedagoga e estudiosa do turismo a professora Maria Lucia Moraes Dias¹³

“Para que possa configurar-se o movimento turístico, há necessidade de existência de uma destinação turística, ou seja, de local procurado pelo turista, que, de acordo com a sua amplitude, pode ser classificado como atrativo turístico, complexo turístico, centro turístico, área turística e zona turística...”

Ora, a Educação Patrimonial, tem a potencialidade de

propiciar e capacitar a população para fiscalizar e cooperar com a conservação dos bens culturais; também para participar do processo de eleição de bens culturais a serem patrimonializados e financiados através de políticas públicas. Deve ainda promover o envolvimento e identificação das comunidades com os bens patrimonializados por meio do conhecimento e do estímulo à participação nos processos decisórios e ainda estimular o surgimento de novas vocações relacionadas à preservação do patrimônio cultural¹⁴.

Pretendemos demonstrar que a EP tem importância para a formação dos indivíduos enquanto cidadão, uma vez que a preservação está atrelada ao conhecer, uma vez que nosso passado esta ligado a nossa identidade cultural e de nossa história, e despertando essa compreensão na nossa memória. E o papel da preservação do patrimônio no Brasil vai além da história e memória, uma vez que começa a cumprir um papel econômico e social, no caso de Jaguarão considerada como cidade histórica prevendo investimentos e recuperação dos casarões tombados e a construção do Centro de Interpretação do Pampa¹⁵, reavivando a memória do pampa nas antigas Ruínas da Enfermaria Militar.

No segundo semestre de 2011 no início do projeto valeram-se da discussão de textos para reflexão dos envolvidos e de relevância “ **Formar professores em contextos sociais em**

¹² É o legado que as gerações passadas deixaram para nós e será nossa herança para a posteridade. Aqui trataremos mais especificamente de Patrimônio Cultural.

¹³ Dias, Maria Lucia Moraes, *Turismo transversalidade curricular – Pelotas: EDUCAT, 2004*

¹⁴ Educação Patrimonial: Perspectivas Multidisciplinares”. Organizadores: Fabio V. Cerqueira, Ester Judite B. Gutierrez, Denise Ondina M. dos Santos e Alan D. de Melo. 1 Ed. Pelotas, RS: UFPEL, 2008. P. 14 (com adaptações)

¹⁵ No endereço <http://www.youtube.com/watch?v=UVip515lrCU> encontramos mais informações do Projeto.

mudança. Prática reflexiva e participação crítica”. Os bolsistas enquanto futuros docentes tem a necessidade de se pensar o sistema educacional de forma reflexiva que se faz frente a modernidade e aos governos que muitas vezes pretendem impor suas idéias por meio da formação seja ela acadêmica ou não. Nesta condição o texto aponta a educação no Brasil ficou sujeita as determinações do governo por um longo período. Desta forma fazia-se a manipulação das opiniões e a “ordem e o progresso” eram mantidos, a consequência foi a baixa mobilização política que nossa sociedade teve e a falta de reflexão na área da educação. E quando abordamos o tema Educação Patrimonial de certa forma existe a relutância de incluir elementos que fogem ao currículo do ensino já adaptado aos padrões da educação do ensino fundamental e médio. Há um longo caminho pela frente a trilhar de quando falamos em inovar e formar professores cada vez mais capacitados para interagir com a atualidade, de tal sorte a EP vem contribuir tanto no ponto de vista da educação escolar formal quanto a informal. O trabalho foi direcionado para os turnos da manhã e da noite na maior escola pública de Jaguarão. Cabe ressaltar que intenção inicial do trabalho teve alterações fora do programado e será apresentado a seguir.

2.1 – Atividades desenvolvidas e resultados alcançados até dezembro de 2011

Durante o período do PIBID-Educação Patrimonial para a organização do grupo de trabalho criamos uma comissão de seleção de bolsistas com a participação do coordenador do curso de História da Unipampa e um integrante do NUDE - Núcleo de Desenvolvimento Escolar além coordenadora PIBID-Pedagogia e PIBID-EP-História, concomitante apresentamos a proposta à escola de forma trazer maior número de inscritos (supervisores) para a seleção. Após seleção feita, organizamos seminário de apresentação do projeto institucional no Campus, o mesmo foi apresentado na escola. Visitamos os dois turnos a escola já com os bolsistas selecionados, no primeiro momento para conhecer a infra-estrutura (instalações físicas) e no segundo momento para aproximação dos professores e funcionários com os bolsistas. Organizamos dois grupos de cinco alunos, com um supervisor para atuar pela manhã e outro para atuar no noturno, cabendo apenas aos grupos a observação. Os textos foram organizados em pastas contendo 10 textos de base 3 complementares, selecionados após reunião com todos os envolvidos. Na divisão de tarefas além das observações em sala de aula e em reuniões (na escola) as responsabilidades das 5 duplas incluíram: 1ªdupla- pesquisar eventos, revistas, periódicos; 2ª- registro de ata em reuniões; 3ª- alimentação e criação do blog



<http://epjaguarao.blogspot.com/>¹⁶ 4^a- dossiê e portfólio; 5^a- avisos e emails das reuniões e rodízio mensal das duplas. A reunião geral nas quartas para discussão de textos e troca de experiências dos bolsistas alternando com minicursos e saídas de campo. A atividade inicial de experimentação dos bolsistas na perspectiva cartográfica os registros utilizados foram diários de bordo e observação em sala de aula e produzimos o primeiro vídeo relatando as expectativas e do projeto de modo a participar do primeiro seminário itinerante Redes-PIBID-em Uruguaiana-RS no mês de outubro/2011 paralelo ao seminário os bolsistas apresentaram no III SIEPE¹⁷- na categoria relato de experiências PIBID-história Educação Patrimonial com êxito citamos dois trabalhos: CULTURA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO: RE-CONHECENDO JAGUARÃO e JAGUARÃO: CONHECENDO HISTÓRIA A PARTIR DO PATRIMÔNIO, além do *Blog*. Das ações do subprojeto os bolsistas conheceram os espaços culturais de Jaguarão na sua totalidade e participaram de eventos em Santa Maria/Pelotas/Arroio Grande/Jaguarão. Na escola foi estabelecido com a direção professores e bolsistas: observação, conhecimento do local e mapeamento, ocorreram da seguinte maneira nos meses de agosto e setembro: Partimos para observação pelos bolsistas, acompanhando algumas aulas com anuência dos professores e direção, o que permitiu aos alunos conhecer a realidade do grupo onde atuaram, paralelo reuniões com todos os envolvidos, apresentado na escola o subprojeto para todos os professores das diversas áreas organizado pela direção e pelos supervisores, foi organizado o primeiro Seminário “**Aspectos Históricos de Jaguarão**” no auditório da Unipampa e palestra com professor Carlos José de Azevedo Machado com um público aproximado 150 pessoas. O objetivo deste evento foi de apresentação, discussão e sensibilização do patrimônio material e imaterial de Jaguarão apresentando um vídeo sobre o Patrimônio Material da Cidade com a participação do PIBID e PET¹⁸, e de alunos e professores (ensino médio) que relataram histórias de personagens conhecidos na cidade. Na ocasião foi apresentado pela aluna Ariadne Simões do 2º ano do Ensino Médio (noturno) um

¹⁶ Publicação das atividades desenvolvidas pelo Pibid-Educação Patrimonial promovendo a sensibilização sobre o tema para professores das mais diversificadas áreas de forma que possam através do Blog identificar elementos para seu trabalho em sala de aula.

¹⁷ A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul promovem a terceira edição do Salão Internacional de Ensino Pesquisa e Extensão (SIEPE), a realizar-se na cidade de Uruguaiana/RS/BR, nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2011. Em 2011, o SIEPE tem como tema “UNIPAMPA para que, para quem e para onde: conhecer para acontecer!”, com o objetivo de ampliar, potencializar e disseminar pesquisas acadêmicas, oficinas de áreas do conhecimento e integração da comunidade acadêmica com a comunidade externa a UNIPAMPA, em especial, professores e profissionais da educação básica do Município de Uruguaiana e arredores, fomentando e fortalecendo a interação e a cooperação dos povos do MERCOSUL.

¹⁸ Importante destacar que os eventos realizados no campus de Jaguarão são organizados em conjunto com o PIBID-História Educação Patrimonial e PIBID-Educação Ambiental e compartilhados com o Pet-Pedagogia e Pet África.



relato sobre o “**homem da boneca**”(**foto 1**), personagem folclórico da cidade o qual despertou nos bolsistas desenvolver o trabalho de pesquisa com os professores na escola com os alunos para apresentarem na Feira do Livro da cidade que ocorreu em dezembro de **2011(foto 2)**. Este evento serviu para sensibilizar a comunidade escolar para a importância do projeto, bem como ajudou a estreitar os laços entre a comunidade e a Unipampa. Relacionar essa manifestação em uma representação da comunidade que conforme relato da aluna permanece na memória e torna-se um símbolo de identidade dessa comunidade e atribuem significado ao passado deste lugar, permitindo a compreensão do significado do patrimônio imaterial. Para realização da ação os apoios na escola vieram com os professores de história, filosofia, português-literatura e educação artística.



Foto 1



Foto 2

Na sequência do trabalho os bolsistas atuaram em seis turmas, no noturno (EJA Ensino Médio e um 2º ano EM) e cinco turmas no diurno (1º e 3ºEM) em duplas, os encontros foram no sentido de conhecer as turmas e promover uma conversação para que os alunos colocassem suas noções de patrimônio e vivências. Em novembro o trabalho direcionou para a Feira do Livro com a contação de histórias e com a parceria do PIBID-Pedagogia. Organizamos **O Fórum de Educação Ambiental e Educação Patrimonial com o prof. Carlos María Serrentino¹⁹ coordenador Geral do Observatório Social e Ambiental da Bacia Binacional da Lagoa Mirim-Uruguay**, destacamos esse evento de fundamental importância haja visto que estamos na fronteira com o Uruguay, numa bacia comum aos dois países,

¹⁹ Lic. Carlos María Serrentino Bachini, tem vasta experiência em gestão de projetos em matéria de uso de recursos hídricos em todas suas etapas. Entre outras atuações, foi relator do "Caso de Estudio de la Cuenca Binacional de la Laguna Merin (Brasil-Uruguay)", incorporado ao III Informe do Programa Mundial de Avaliação dos Recursos Hídricos (WWAP), apresentado pelo Secretário Geral da ONU, no dia 22 de março de 2009.

além de costumes comuns a ambos os lados do Rio Jaguarão. Além de exposição de maquetes construídas por alunos do 1º EM referente ao patrimônio material em parceria com disciplina de Educação Artística. Conforme citado acima a intenção inicial permitia apenas a pesquisa a investigação e a observação em sala de aula, que permitiu refletir ações para o próximo semestre. O campus de Jaguarão concedeu uma sala para os dois subprojetos História e Pedagogia equipada com multimídia, mesa e cadeiras em outubro de 2011.

Importante registrar as dificuldades encontradas inicialmente a Unipampa com a greve dos servidores em 2011 e calendário do Estado. No seminário de apresentação do subprojeto na escola não havia disposição por parte dos professores, com a intervenção da direção este seminário acabou acontecendo em dois turnos manhã e noite (com os professores dos dois turnos). Promover o sentimento fluir sensações buscando sensibilizar os alunos para com seu patrimônio material e imaterial através da Educação Patrimonial foi um desafio para todos ressaltando que os alunos do ensino médio possuem idade aproximada dos bolsistas e do EJA acima.

2.2 Dificuldades encontradas na execução do projeto

Na comunicação podemos relatar dificuldades técnicas com maior ênfase a carência quanto à utilização do uso do ambiente virtual e edição de vídeo, alimentação do *Blog* não são insatisfatórios. Os professores não dominam esse ambiente havendo necessidade de ambos lados bolsistas e professores da rede pública se apropriarem das tecnologias para se familiarizarem com o ambiente virtual através de cursos e treinamentos. As responsabilidades estabelecidas com as duplas para fazerem rodízio mensal não se concretizaram na íntegra ou pela adaptação entre os envolvidos que começavam a conhecerem-se, ou pela novidade do projeto.

Em relação à equipe de trabalho encontramos dificuldades de relacionamento entre os bolsistas, superados através de reuniões individuais e coletivas na presença de coordenador supervisor e assistente social. Outra dificuldade referente ao custeio inviabilizando as saídas dos bolsistas e supervisores para participarem de eventos e diárias para trazer palestrante além da confecção de material gráfico. Articulação entre projetos pedagógicos dos cursos de licenciaturas na unipampa avançam aos poucos. Numa análise do projeto neste período o resultado foi satisfatório, uma vez que propiciou o envolvimento dos bolsistas com a escola a experiência que nossos alunos foram adquirindo, com o estudo de textos, trocas de experiências ou com a participação nas aulas através de observações, são muitas as necessidades encontradas, desde um curso de oratória (previsão 2012 através do curso de



letras) para desenvoltura maior dos bolsistas, outro momento enriquecedor fora dos alunos escreverem as necessidades para melhoria do projeto desde como fichar textos, diante deste exposto procuramos uma professora da área de metodologia para passar ensinamentos de resenha, relatório, fichar textos e artigo (em 11/2011); na organização de seminários, fóruns e prevendo o II seminário Institucional PIBID-2012 em Jaguarão buscamos a parceria com curso de Turismo um curso de organização de eventos (em 08/2011).

O aprimoramento deste trabalho vem ao encontro do planejamento das intervenções em sala de aula com base teórica de Educação Patrimonial articulados com os planos curriculares da escola e o grupo de estudo consolidado para 2012.

3 – Considerações finais

As atividades realizadas no segundo semestre de 2011, através da metodologia apresentada, já logrou êxitos, com a interação aluno-escola, com o diagnóstico da realidade escolar e sobretudo com o vídeo produzido "Patrimônio em foco" e encontra-se no *youtube* no endereço <http://www.youtube.com/watch?v=60C78FWDCIQ>. Os esforços do grupo de envolvidos no trabalho de Educação Patrimonial avançam em 2012 para segunda fase de Iniciação à Docência e Formação Continuada com análise mais ampla da realidade, sendo que a primeira fase discutida aqui trouxe subsídios para permitir a continuidade do trabalho e espera-se gerar resultados fantásticos.



4 – Referências bibliográficas:

CERQUEIRA, Fábio Vergara, GUTIERREZ Ester Judite Bendjouya, SANTOS Denise

Ondina Marroni, MELO, Alan Dutra.- *Educação patrimonial : perspectivas*

multidisciplinares- Pelotas, RS- Instituto de Memória e Patrimônio e Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural- UFPEL.- Pelotas: Editora da UFPEL, 2008.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras.*Fundamentos da Educação Patrimonial*. Ciências e Letras, Porto Alegre, 2000.

_____. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília. IPHAN/Museu Imperial, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra. *O que é patrimônio cultural imaterial*. SP: Brasiliense, 2008.

_____. *Patrimônio Histórico e Cultural*. RJ: Jorge Zahar, 2006.

JR Caio Prado; Discurso – Revista do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, ano IV, nº 4, PP. 41-78, 1973. MORAES, Maria Lucia;

Turismo transversalidade curricular. Pelotas: EDUCAT, 2004

MURTA, Stela Maris; ALBANO Celina, orgs.- *Interpretar o patrimônio um exercício do olhar*. Belo Horizonte : Ed. UFMG; território Brasília, 2002.

Sites pesquisados:

Chamada Interna Edital nº 001/2011/CAPES - PIBID 2011 em:

<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>

Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 216. Incisos I, II, III, IV em: http://senado.gov.br/legislação/cosnt/con1988/CON1988_29.03.2012/art_216.

Ministério da Cultura em : <http://www.cultura.gov.br/site/>



CRÍTICA GENÉTICA: DO MANUSCRITO AO VIRTUAL

Autora: Eleonora Campos Teixeira

Mestranda em Cognição e linguagem pela UENF; Especialista em Literatura Brasileira (PUC);
Professora de Língua Portuguesa da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC);

norinhatli@yahoo.com.br

Co-autor: Marco Antônio Coelho

Mestrando em cognição e Linguagem (UENF). Especialista em Designer Instrucional para EAD virtual
(UNIFEI). Graduado em Sistemas de Informação (UEMG); Docência no Ensino Superior (UNIG).

Professor de Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Educação na Universidade do
Estado de Minas Gerais; maredumig@gmail.com

Co-autora: Lenise Ribeiro Dutra

Mestrado em Letras pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (2004); Especialização em
Letras Faculdade de Filosofia de Itaperuna, FAFITA(1986). Dutra@yahoo.com.br

Orientador: Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza

Doutorado em Comunicação e Mídia (UFRJ). Mestrado em Educação, Licenciado em Pedagogia.
Professor Associado (UENF). Atual Coordenador da Pós Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em
Cognição e Linguagem (PGCL / UENF); chmsouza@gmail.com

Co-orientador: Dr. Pedro Lyra

Pós-doutorado em Tradução Poética – Sorbonne ; Professor titular de Poética na Universidade Estadual
Norte Fluminense (UENF); pedrowlyra@hotmail.com

I – Resumo

A Crítica Genética é o foco do presente trabalho, ciência que tem como principal objetivo analisar a origem e transformações de uma obra literária. Fazer crítica genética consiste na apreciação de uma obra em seu processo criador. A análise de manuscrito e rascunhos, de forma meticulosa, pois são estes os objetos mais importantes de estudo do geneticista, tem como objetivo alargar, aprofundar o olhar. Enfatizamos a preocupação com estudos futuros de crítica genética, já que a era virtual ameaça a existência do manuscrito.

Criticaremos o “*Soneto de Constatação VI*” do poeta cearense Pedro Lyra de sob a ótica estilística, psicanalítica, filológica. Autores como SALLES (2002), WILLEMART (2005), serão aqui mencionados com um suporte teórico.

Palavras-chaves: Crítica Genética; manuscrito; rascunhos.

Abstract

The Genetic Criticism is the focus of the present work, science that has as main objective to analyze the origin and transformations of a literary work. Do genetic criticism consists in the appreciation of the work on his creative process. The analysis of handwriting and sketches, meticulously, as these are the most important objects of study of the geneticist, aims to broaden, deepen the look. We emphasize the concern for future studies of genetic criticism, since the virtual era threatens the existence of the manuscript.

We will criticize the "Constation Sonnet VI" of the poet from Ceará, Pedro Lyra, from the perspective of style, psychoanalytic, philological. Authors like SALLES (2002), WILLEMART (2005), are mentioned here with a theoretical support.

Keywords: Genetic Critic; manuscript ; drafts

II – Metodologia

Para a elaboração deste trabalho, optamos pela pesquisa de natureza qualitativa, já que está sendo desenvolvida a partir de um problema, onde podemos realizar um estudo tanto de caráter biográfico quanto de interpretação, análise teórica e ideias de escritores, assim como a relação entre o mundo real e o sujeito. Do ponto de vista de procedimentos teóricos, é considerada uma pesquisa bibliográfica, já que foi elaborada a partir da leitura e análise de livros, artigos e material disponibilizado na Internet. Será realizado um questionário, onde oportunamente os alunos de graduação do curso de Letras do Centro Universitário Fluminense – UNIFLU/FAFIC responderão, a respeito do hábito ou não de leitura e a importância do veículo que mais utilizam para leitura: virtual ou impresso. Foi realizado um questionário na rede social “FACEBOOK” onde os usuários puderam responder a perguntas referentes ao tipo de suporte mais usado como leitura (impresso ou virtual), a quantidade de livros lidos em um ano, tempo dedicado à leitura, além de maiores barreiras para que ocorra a frequência da leitura. Com base nesse questionamento, teremos material que nos permitirá analisar se o livro impresso corre risco de cair em desuso e se o crítico genético apenas terá como material de trabalho, textos manuscritos do passado, já que o indivíduo pós-moderno não fará mais uso de texto manuscrito.

III - Desenvolvimento

1. História genética

Os estudos genéticos surgiram na França em 1968 com Louis Hay e Almuth Grésillon, que faziam um estudo da obra do poeta alemão Heinrich Heine. No Brasil ela só surgiria mais tarde, em 1985, com o “I Colóquio de Crítica Textual: o Manuscrito Moderno de Philippe Willemart”. Um percurso pela história nos mostra que muitos pensadores a exerceram sem saber, quando faziam relevantes estudos sobre a natureza de uma obra. Como diz SALLES (2008, p. 10) : “*Como estamos lidando com uma*

nova abordagem para a obra de arte, acredito que temos de ser muito rigorosos no que diz respeito à sua definição, para não estarmos dando à luz uma crítica que já nasce para ser criticada por suas fronteiras nebulosas.”

Ao analisarmos o processo evolutivo dos estudos críticos, vemos como é fascinante o inusitado caminho percorrido por alguém que tenta conhecer integralmente uma obra desde a primeira rasura. Junto a esse interesse, enfrentamos a questão da preservação das obras literárias, do esforço dos escritores em fazer obra imortal, e nada torna uma obra mais viva do que estudar sua origem, seus percursos e percalços até a publicação e, algumas vezes, ou senão na maioria das vezes, em nosso século, a sua divulgação por meio da virtualidade. O conhecimento dos resultados é indescritível, porém o estudo do processo de realização da obra tem sempre primazia. O estudo literário passa a ser visto como o estudo do processo de construção de uma obra. Quando a obra criticada é um poema, o geneticista tem um trabalho ainda mais complexo, já que lida profundamente com a percepção do momento da criação e todos os aspectos que envolveram as transformações ocorridas até que o autor desse a obra por concluída. A exemplo disso, incluirei um trecho do trabalho como geneticista sobre o “Soneto de Constatação-VI”, do poeta cearense Pedro Lyra, no livro *Desafio – Uma poética do amor*:

Na 6ª linha, o poeta escreveu na redação original:

girando no subúrbio do universo.

Numa primeira rasura, ele emendou:

...a rolar nos subúrbios do universo,

O verbo no infinitivo “rolar”, substituiu o verbo no gerúndio “girando”, dando-nos a ideia de que o planeta Terra gira num espaço menos importante do cosmos. Mais tarde, numa nova emenda conforme a primeira datilografia retocada, o poeta refaz o verso:

nos largando nos subúrbios do universo,

para só então concluir, na versão que seria a definitiva:

nos largando aos subúrbios do universo.

Por razão métrica (o verso contava 11 sílabas), a preposição por contração “nos” é substituída pela preposição “aos”, que elimina a sílaba excedente pela elisão com a palavra anterior (“largando”), terminada em vogal átona. Além disso, o poeta talvez não tenha querido a repetição do vocábulo “nos”, com classe gramatical diferente, já que no início do verso aparece como um pronome pessoal oblíquo, bem como por talvez não conseguir a sonoridade desejada.

Percebemos que o escritor faz rasuras na construção do seu texto, substituindo termos de forma a encontrar aquele que verbaliza exatamente o que quer dizer. As várias substituições feitas pelo autor demonstram a busca por encontrar a palavra que melhor expresse o pensamento.

Ao fazer crítica genética, é como se o geneticista dialogasse com os sentimentos do autor. Impossível não se envolver com a obra e despertar no estudioso um sentimento profundo que se transforma em admiração. Na medida em que acompanhamos o ato criador, pesquisamos, buscamos conhecer a obra na essência, quase que por algum momento nos consideremos co-autores quando registramos o que o autor disse ou deixou subentendido. Embora não seja esse o papel do geneticista, isso se torna inevitável.

Com a evolução dos estudos e das práticas genéticas, todos os documentos e objetos que ajudaram na construção da crítica desenvolvida, que antes se intitulavam apenas como “manuscritos”, passaram a se chamar “documentos de processo”. O estudioso utiliza-se agora não tão somente de manuscritos, mas também de reedições, gravações, vídeos, de qualquer material que possibilite a exploração do texto a ser elucidado.

No caso do material para minha pesquisa de dissertação, lancei mão de manuscritos do grande poeta Pedro Lyra, que compreendia desde guardanapos a cartelas de bingos, além de maravilhosas anotações sobre seu estado de espírito, assim

como cigarros consumidos e doses de whisky, vinho ou cerveja. Isso comprova o quão ligado à sua obra o autor está. A escritura de seus sonetos não se distancia da sua vida cotidiana, a inspiração pode surgir em qualquer momento do seu dia ou em qualquer lugar onde esteja. Sua inspiração está presente nos momentos mais intensos e íntimos como relata LYRA, (Desafio, 3ª edição, p. 316) no depoimento sobre a gênese do livro:

Um dia – só para provocar a minha face mais frustrada: a do jogador que nunca fui – fui a um cassino, com uma bela garota alentejana. Inês – tinha que ser logo uma Inês, sendo eu um Pedro, e em Portugal! Fizemos um caixa único. De cara, bati um bingo: 200 dólares. Na mesma noite, larguei o apartamento pelo hotel onde ela estava hospedada. Dias depois, numa espetacular batida acumulada à bola 44, com as últimas cinco saindo em seguida, ela arrebatou um outro, em torno de US\$ 1.000. Outras batidas e cravadas, ao longo de três meses – e ganhamos mais uns US\$ 3.000. Compramos um carrinho – e aí foi um delírio além das órbitas. Apesar da mudança radical de situação, eu escrevia – entre um full-hand, um bingo, um pass pair black/28 e um beijo – algum outro soneto: o “Lavragem-VIII” foi escrito com o papel sobre o ventre dela.

Isso ocorre porque um poeta escreve com a alma, ele está continuamente conectado à sua obra e respeita o momento da criação. O mais belo disso tudo é ver a obra nascendo em um momento mais inusitado e que o autor não desobedece ao instinto criador.

1.1 Multidisciplinaridade genética

A partir de meados dos anos 90, cresceu muito o interesse pelos estudos de crítica literária, então um momento interdisciplinar, onde algumas ciências abordaram a questão da genética com propriedade. Pesquisadores se dedicaram efetivamente ao estudo da crítica genética, uma prática científica que está estritamente ligada a diversas áreas como a Linguística, a Psicanálise e a Análise do discurso. É a transdisciplinaridade com a diversidade de teorias que possibilita o conhecimento dos múltiplos ângulos da criação literária.

Todo esse trabalho exige muita dedicação e disciplina. Trilhar um caminho repleto de esboços, rasuras, metamorfoses é muito complexo e exige atenção e percepção minuciosas. Às vezes o geneticista assemelha-se a um arqueólogo ou historiador, quando busca, na genética, a origem da ideia, o surgimento do pensamento para a execução da obra. É magnífico pensar que o pesquisador detém nas mãos um material, algumas vezes de um autor morto, e vai escavando, buscando, descobrindo, pesquisando as raízes.

1.2 Da inspiração à escrita – um processo semiótico

A semiótica, palavra que vem do grego *semeion*, que significa signo, consiste no estudo dos signos e envolve tudo aquilo que vemos, pensamos e imaginamos sobre determinada coisa. O seu estudo aos moldes *peirceano*¹, afirma que todo pensamento se dá em signos, logo esse pensamento é a ampliação da noção de signo e, por consequência, da noção de linguagem.

Os signos usados pelo poeta Pedro Lyra em seu *Soneto de Constatação VI*, permite que se possa fazer um estudo semiótico dos versos, onde signos usados nos possibilitam captar a amplitude da ideia. Percebemos no soneto, que o poeta faz referência à natureza, à origem do homem quando diz:

*“...depois
negaram a filiação divina
mostrando uma ascendência de antropóides.*

O poeta presenteia o leitor com a possibilidade da análise semiótica onde o verso, faz referência, a teoria evolucionista de Darwin. Foi necessário que se negasse o teocentrismo e se passasse a acreditar no evolucionismo. Aqui, fica evidenciado o valor científico.

Charles Sanders Peirce (1839-1914), cientista, matemático, historiador, filósofo e lógico norte-americano, é considerado o fundador da moderna Semiótica. Graduou-se com louvor pela Universidade de Harvard em química, fez contribuições importantes no campo da Geodésia, Biologia, Psicologia, Matemática, Filosofia. Uma das marcas do pensamento peirceano é a ampliação da noção de signo e, conseqüentemente, da noção de linguagem.

Assim, em vários momentos do soneto, é possível fazemos uma leitura semiótica. O geneticista então é levado a analisar a obra agora com valor de signos linguísticos que seria mais uma forma de olhar para o manuscrito.

Toda análise semiótica de um texto, de uma obra, é baseada em uma lógica incerta, já que parte do olhar do crítico, da sua percepção. Podemos caracterizar esse processo como uma busca aventureira por um universo desconhecido. Alguns críticos sentem certa dificuldade em identificar a gênese do texto criticado. Muitos dizem não saber se aquele manuscrito foi mesmo a origem do texto. Daí a importância do trabalho que desenvolvi quando pude ter em mãos o primeiro manuscrito do soneto do poeta Pedro Lyra, fornecido pelo próprio autor, que apresentava rasuras significativas, riscos, anotações pessoais, alterações, substituições. O texto vinha impregnado com as marcas do autor. Sempre pude senti-lo presente nos documentos que critiquei.

As pesquisas aqui desenvolvidas caminham para uma singularidade do texto. Nenhum outro texto terá o mesmo caminhar, a mesma história sequencial dos acontecimentos que levaram a sua criação, o que torna o ato criador, singular. A análise semiótica nos permite delinear um texto com suas especificidades. O geneticista assemelha-se a um artesão que vai descobrindo, entalhando, fazendo dos signos imagens visíveis conscientes ou inconscientes. Como afirma SALLES (2002):

A criação mostra-se como uma metamorfose contínua. É um percurso feito de formas em seu caráter provisório e precário porque hipotético. O percurso criador é um contínuo processo de transformação buscando a formatação da matéria de uma determinada maneira e com um determinado significado. Processo este que acontece no âmbito de um projeto estético e ético e cujo produto é uma realidade nova.

O processo criativo é algo complexo, já que vai além da vontade do autor, na medida em que a composição só terá sentido se apreciada, lida. Um texto, uma obra, algumas vezes, leva um tempo considerável até que lhe cheguem às palavras certas, até que encontre a medida exata para a sua construção ser considerada pronta, o que nos possibilita analisar as fases dessa escritura. É neste caminho percorrido que se dá a busca pela perfeição, a busca por encontrar a expressão exata. Toda essa preocupação do poeta se encontra em dois aspectos importantes. A satisfação pessoal, que seria a sua

primeira necessidade, e a satisfação do leitor, que obterá realização cultural. O escritor só encontrará felicidade plena quando vir seu trabalho reconhecido.

Outro fator relevante para a construção de um autor é o momento em que vive. Os momentos em que vivencia solidão, angústia e tristeza, são os mais propícios às criações significativas. Algumas vezes o sofrimento impulsiona o escritor às mais belas obras. Ele vê nascer da dor, seus pensamentos mais complexos. Na tentativa de se erguer, promove as mais belas criações. Tantos signos desvendados fazem parte de um ajuntamento de emoções, algumas vezes inconscientes, que refletem em sua obra, seus momentos, suas angústias. O trabalho semântico é muito mais complexo que o linguístico. Segundo SALLES (2002) “*A arte é resultado da insatisfação humana.*”

Existem fatos que caracterizam um autor, que só o geneticista percebe ao criticar uma obra. O leitor em sua leitura lúdica, acrítica, não percebe muitas vezes alterações feitas pelo autor, estilos de escrita, opções por formas que mais agradam. No desenvolvimento do trabalho crítico realizado em “*Não verás país nenhum*” de Ignácio Loyola Brandão, SALLES, (2002), comenta alguns procedimentos de escrita do autor:

Em suas anotações, Loyola afirma que artigos são “desnecessários”. Ele acredita que a supressão de artigos dá “melhor sonoridade e fluência” ao texto. “Estou cortando todos **um** que vejo pela frente, o **um** é desnecessário”. Ou ainda “Esbarro em muitos **isso, esse, essa**. Que terrível”. Diz, em outro momento, buscar “um estilo econômico, bastante simples e despojado”. Loyola lutou por um *Não verás* enxuto, onde artigos e alguns pronomes, sendo desnecessários segundo seus critérios, deveriam ser eliminados. Vale lembrar que outras obras do autor, cujos processos de construção venho acompanhando, são alvo deste mesmo procedimento.

No texto criticado, observo que a decomposição de verso é uma das características mais fortes e presentes nos poemas de Pedro Lyra. Nos primeiros manuscritos, o poeta não fazia uso desse recurso, porém nas publicações elas estão presentes como uma marca, como pode ser observada no exemplo abaixo:

***“...Quebramos nosso espelho, sem rancores,
pois ainda restava-nos o amor”.***

(Transcrição do primeiro manuscrito,)

*Quebramos nosso espelho, sem ~~rancores~~, ressalvas
pois ainda restava-nos o amor.*

(Transcrição do segundo manuscrito, agora com a rasura e a substituição da palavra “rancores” pela palavra “ressalvas”.)

*Quebramos nosso espelho
sem ressalvas
pois ainda restava-nos o amor.*

(Transcrição da primeira digitação retocada, agora com a decomposição do verso, que caracteriza seus sonetos).

Ainda relativo ao “Soneto de Constatação VI”, percebemos outras emendas que ocorrem com os versos, em vários momentos da construção, quando ele faz alterações em seus versos para em outro retoque retomar a ideia anterior. Como vemos no trecho a seguir:

*Quebramos nosso espelho
sem ressalvas
pois ainda resta-nos o amor.*

Nesse trecho da primeira digitação retocada, observamos a expressão “ressalvas”, que na segunda redação retocada será substituída pela expressão “recalques”.

*Quebramos nosso espelho
sem ~~ressalvas~~ grandes recalques
pois ainda resta-nos o amor*

Na primeira edição publicada, Pedro Lyra retoma a expressão usada na primeira digitação retocada. A ideia persistiu nos pensamentos do autor, por talvez ter sido aquela que melhor expressasse seus pensamentos, tendo feito apenas a alteração no substantivo “Amor” que agora aparece com inicial maiúscula ao final do verso, como a destacar a grandeza do sentimento.

Quebramos nosso espelho

sem ressalvas

pois ainda resta-nos o Amor.

Assim concluímos, conforme afirma SALLES (2001), que a obra é permanentemente mutável. O autor possui a liberdade de movimentar seu texto fazendo as alterações necessárias que expressarem melhor suas ideias.

É neste sentido que discutimos a verdade artística (SALLES, 2001), que surge da própria trama da construção da obra e que, por estar inserida na continuidade do processo, não é absoluta nem final, mas sempre potencialmente mutável. Verdade que emerge da obra, sob o comando do grande projeto do artista.

1.3 Da rasura à virtualização da obra

A crítica genética analisa a obra de um determinado autor, do manuscrito à sua versão definitiva. Através da análise de documentos preservados em museus, bibliotecas ou academias, ou vindos da mão do próprio autor, busca-se elucidar os caminhos trilhados até a conclusão da sua obra.

O material a que se tem acesso é composto de manuscritos, esboços, ou transcrições quando não estão legíveis. Trata-se de uma elaboração crítica de diversos documentos que compõem o processo criativo. O geneticista toma em suas mãos o material e começa a trilhar o caminho que o autor percorreu: suas pegadas, dúvidas, as substituições de termos, datas, lugares e tudo que compõe uma obra literária. Afinal, parte significativa de uma obra poética começa na rasura, pois jamais um texto literário foi considerado pronto ou publicado na forma em que brotou.

Como críticos, possuímos a faculdade de analisar a obra do autor, fazendo uma apreciação minuciosa. Um dos fatores mais relevantes no trabalho do geneticista é a percepção. É como se passeássemos pela mente do escritor na tentativa de descobrir o que ele está dizendo a si mesmo no momento da criação. O principal papel do geneticista é assumir a sua própria subjetividade e construir hipóteses para a trajetória da obra e do próprio autor.

O pesquisador é um curioso, que viaja profundamente pelos caminhos mais difíceis na tentativa de conhecer profundamente a obra criticada, como afirma CALVINO (1990, p. 91):

Essa reação, talvez, possa ser explicada porque, na verdade, o crítico passa a conviver com o ambiente do fazer artístico, cuja relevância os artistas sempre conheceram e reconheceram, na medida em que sabe que a arte não é só o produto considerado "acabado". Eles parecem ter plena consciência de que a obra consiste na cadeia infinita de agregação de idéias, ou seja, na série infinita de aproximações para atingi-la.

Em sua obra, Ítalo Calvino aborda primorosamente as seis conferências pelas quais determinaria a perenidade de uma obra literária. Que seriam: leveza, rapidez, exatidão, visibilidade, multiplicidade e consistência. Porém Calvino morreu antes de escrever a última conferência. Segundo ele, essas conferências possibilitariam ao leitor vivenciar as várias sensações dentro da leitura feita. O autor faz considerações relevantes sobre os elementos dos quais uma obra deveria ser composta. Pontos como a ferramenta linguística, a precisão da ideia, possibilitariam uma maior cumplicidade da parte do leitor em relação à obra, fazendo com que o leitor vá desfazendo os nós invisíveis, penetrando sutilmente na atmosfera criadora do autor e percorrendo o caminho, juntos.

Já existem escritores que escrevem suas obras nas páginas virtuais, em redes sociais, e dividem com o público leitor a sua criação, possibilitando assim alguns comentários. Porém esse texto já chega ao leitor acabado, pronto, sem gênese. Nesse momento, o escritor tem a medida exata da repercussão da sua obra. É quase instantâneo, ele não precisa esperar sua obra ser publicada e seu público leitor se manifestar de uma maneira mais demorada para saber o impacto da obra escrita. O olhar crítico do público leitor é relevante, na medida em que ele participa instantaneamente da obra ainda em construção ou já acabada. A opinião do leitor pode

funcionar como uma rasura, o que sugere ao escritor uma releitura e, oportunamente, alguma alteração posterior. Porém não consiste em uma análise, já que esta exige tempo e elaboração tão acurada quanto à própria criação do autor.

Diferente do saber científico, que pode ser comprovado, o criador que se compraz em ver sua obra acolhida pelos outros, lida com a imprevisibilidade caso suas obras, mesmo publicadas, não venham receber a aprovação dos leitores, de um público que ele sonha permanente e universal.

IV – Resultados Alcançados

Concluimos que o uso indiscriminado do computador extingiria a tarefa de um pesquisador da gênese literária, já que a possibilidade de “*deletar*” de um texto a rasura feita, impede o acompanhamento do processo e das partes de sua elaboração.

Diante da grande preocupação com o futuro da crítica genética a Dra. Márcia Ivana de Lima e Silva defende a ideia de que mesmo que não haja na era digital manuscritos, rascunhos, cadernos de notas, a crítica genética sobreviveria porque o verdadeiro objeto de estudo do geneticista é o processo de criação. Considero que não podemos esquecer que nesse processo de criação o manuscrito é o principal objeto, já que representa o “gene”, a origem, o começo. A imagem metafórica do rascunho representa o início, a primeira ideia. A etimologia da palavra “genética” tem como origem o grego “*genno*”, que significa “*fazer nascer*”, o princípio, que para os nossos estudos representaria o nascer de uma obra. A era digital não preserva o rascunho, ela “deleta”, apaga, substitui sem deixar traços do caminho percorrido ou no máximo salva versões impessoais ausentes das marcas do autor.

Este trabalho não apresenta resultados por ser tratar de uma pesquisa em andamento, por isso ainda não concluída.

V - Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carlos Antônio de – **A cada Leitor seu texto: Dos livros às Redes** (Artigo Acadêmico)

BIASI, Perre Marc. **A crítica genética** In: **BERGEZ**, Daniel. Métodos críticos para a análise literária. São Paulo: Martins Fontes, 1997,

CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio: Lições Americanas**- Ed. Companhia das Letras, 1990

LÉVY, Pierre - **Cibercultura**. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1999

LYRA, Pedro. Desafio – **Uma poética do amor**. 3ª.ed. Fortaleza/Rio de Janeiro, Ed.UFC/Topbooks, 2002.

RECUERO, Raquel da Cunha – **Redes Sociais na Internet** (Artigo Acadêmico)

PINO, Claudia Amigo; **ZULAR**, Roberto. *Escrever sobre escrever. Uma introdução crítica à crítica genética*. São Paulo: Martins Fontes, 2007

SALLES, Cecília Almeida (2002)– **Crítica Genética e Semiótica – Uma interface possível** In: **ZULAR**, Roberto (Org.) **Criação em processo**: ensaios de crítica genética. São Paulo: CAPES; FAPESB; Iluminuras. p. 177-201.

SALLES, Cecília Almeida. **Crítica genética – Fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo criação artística** – Série Trilhas , EDUC — Editora da PUC-SP, 2008

SALLES, Cecília Almeida; **CARDOSO**, Daniel Ribeiro. "**Crítica genética em expansão**", *Ciências e cultura* v. 59, n.1, São Paulo: SBPC, 2007

SALLES , Cecília Almeida (2009) – **O Processo de Criação de ao Verás País Nenhum** - REEL – Revista Eletrônica de Estudos Literários, Vitória, s. 1, a. 5, n. 5.

SANTAELLA, L. (1983). *O que é Semiótica*. São Paulo: Brasiliense.

SANTAELLA, L. (2001). *Matrizes da Linguagem e Pensamento*. São Paulo: Iluminuras. (p.32)

SILVA, Márcia Ivana de Lima e; Crítica genética na era digital: o processo continua; Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 43-47, out./dez. 2010 (Artigo de periódico)

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de; GOMES, Maria Lúcia Moreira – Educação e Ciberespaço. Brasília: Usina das Letras – 2008

LIMA, Sônia Maria Van Dijk. Manuscrito: objeto da crítica genética In: Anais do IX Encontro da ANPOLL, Vol. I. João Pessoa, 1995, pp.137-140 (Artigo de periódico)

WILLEMART, Philippe – Crítica Genética e Psicanálise – São Paulo : Perspectiva; Brasília, DF : CAPES, 2005

WILLEMART, Philippe - A Crítica Genética Hoje - Alea: Estudos Neolatinos, vol. 10, n..1, enero-junio, 2008, pp. 130-139 Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Brasil

ANEXO

SONETO DE CONSTATAÇÃO – VI

Nossa aventura é só decepção:
 primeiro
 retiraram-nos do centro
 nos largando
 aos subúrbios do universo;
 depois
 negaram a filiação divina
 mostrando uma ascendência
 de antropóides;
 logo após
 suprimiram a liberdade
 provando que se pensa
 tal se vive;

no final
 subjugaram a consciência
submetendo a vontade
a uma pulsão.
Quebramos nosso espelho
 sem ressalvas
pois ainda
restava-nos
o Amor.
Porém
 na hora-vida
 rompe o outro
e corta o último fio
 ao constatarmos
que nos amam por si
 e não por nós.

(LYRA, Pedro. Desafio – Uma poética do amor. 3ª.ed.
Fortaleza/Rio de Janeiro, Ed.UFC/Topbooks, 2002.)

CULTURA EM MOVIMENTO NA ESCOLA PÚBLICA: RELEITURAS DE DATAS COMEMORATIVAS TRADICIONAIS

Allan do Carmo Silva

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ)
e-mail: allandocarmo@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho visa analisar algumas comemorações de datas festivas constantes do calendário escolar na rede pública de ensino de Nova Iguaçu (RJ). Considerou-se nesta análise as mudanças culturais da sociedade brasileira nas últimas décadas e as rupturas ou continuidades nas formas comemorativas tradicionais destas datas. Partiu-se da conceituação sobre laicidade do Estado de Bobbio (1999), Fischmann (2008) e Oro (2011), além de questões culturais estudadas por Hall (2003). Por fim, a obra de Dupret (2008) e Souza (2009) contribuiu para análise das datas festivas. Foi problematizada a prescrição de um certo posicionamento ideológico que tendeu a desconsiderar a heterogeneidade cultural e a liberdade de pensamento e crença no espaço público, havendo momentos de negação e de reforço de manifestações religiosas neste espaço.

Abstract

This study aims to examine some festive celebrations dates listed in the school calendar in the public schools of Nova Iguaçu (RJ). It was considered in this analysis the cultural changes of Brazilian society in recent decades and the continuities and ruptures in their traditional forms commemorative dates. We started from the concept of secularity of the State of Bobbio (1999), Fischmann (2008) and Oro (2011), and cultural issues studied by Hall (2003). Finally, the work of Dupret (2008) and Souza (2009) contributed to the analysis of dates. It questioned the prescription of a certain ideological stance which tended to disregard the cultural diversity and freedom of thought and belief in public space, with moments of denial and strengthening of religious events in this space.

Introdução

O presente trabalho visa analisar algumas comemorações de datas festivas constantes do calendário escolar na rede pública de ensino de Nova Iguaçu (RJ). Considerou-se nesta análise as mudanças culturais da sociedade brasileira nas últimas

décadas e as rupturas ou continuidades nas formas comemorativas tradicionais destas datas.

Foi proposta a hipótese de que o principal desencadeador das mudanças culturais observadas tenha sido o pertencimento religioso dos sujeitos: Com a aglomeração de pessoas de um mesmo segmento religioso, ocorreu a tendência de se reforçar os elementos religiosos próprios desse grupo e de negar os elementos contrários a crença predominante. Foi problematizada a prescrição de um certo posicionamento ideológico que tendeu a desconsiderar a heterogeneidade cultural e a liberdade de pensamento e crença no espaço público. Também se analisou as relações de poder dentro deste espaço.

A pesquisa então apreciou o novo perfil religioso da população brasileira, que apresentou nas últimas décadas um decréscimo do número de pessoas que se declararam católicas e um aumento do número de evangélicos e de pessoas sem religião. Este novo perfil religioso propiciou a inserção na escola pública de sujeitos das religiões em crescimento e conseqüentemente novas práticas diante das comemorações.

Partiu-se da conceituação de Bobbio (1999) acerca da liberdade religiosa e do princípio de laicidade do Estado. Também foram usadas as obras de Oro (2011) e Fischmann (2008) sobre a importância do respeito e igual tratamento da parte do Estado a todas as formas de crer e de não crer. Hall (2003) também norteou a pesquisa em sua argumentação quanto à dificuldade da separação entre esfera pública e esfera privada e quanto às possíveis discriminações baseadas em componentes religiosos. Por fim, a obra de Dupret (2008) e a de Souza (2009) contribuíram para análise descritiva das datas festivas comemoradas na escola.

A metodologia utilizada foi de uma pesquisa qualitativa, com observação direta numa escola da rede pública. A observação foi realizada durante os anos de 2010 a 2011 e se ateve às comemorações que compunham o calendário letivo.

1. Datas comemorativas na escola pública de Nova Iguaçu (RJ)

Foi possível analisar as seguintes comemorações: a Festa na Roça, o Dia da Consciência Negra, o “Dia de São Cosme e Damião”, a Páscoa, o Natal e o Dia das Crianças. A falta de definições quanto ao trato destas comemorações na escola criou

“vazios a aporias [...] sítios potenciais para resistência, intervenção e tradução” (Hall, 2003).

Diante da riqueza dos dados empíricos, e para uma análise mais clara, foram categorizadas duas posturas possíveis aos profissionais da escola diante dos elementos religiosos nas datas festivas: **negação** ou **reforço**.

A negação de elementos religiosos foi notada em todos os eventos em que houve tentativas de expor elementos de religiões não cristãs ou mesmo diante de práticas que não fossem aceitas pelo segmento evangélico. Já o reforço se fez notar durante as datas comemorativas em que certos elementos religiosos de vertentes do cristianismo foram assimilados como naturais ao contexto escolar.

1.1. A negação de elementos religiosos

Como primeira postura, notou-se a **negação** de práticas religiosas que divergiam das confissões predominantes. Esta resistência ocorreu diante de propostas de manifestações religiosas incomuns ou mesmo contrárias ao segmento majoritário. No caso da escola, o número crescente de evangélicos e a presença de muitos católicos e espíritas contribuiu para que as práticas aceitas fossem apenas as que não causavam conflito doutrinário entre as denominações, buscando assim pontos em comum no cristianismo.

Como posturas de negação do religioso na escola se incluíram os seguintes momentos: a Festa na Roça; um projeto sobre o Dia da Consciência Negra; e a postura da escola diante da distribuição de “Doces de São Cosme e São Damião”.

A festa na roça foi um evento que tipificou uma tradicional festa junina, comum na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Tais festas tinham como características as danças de quadrilha, as músicas com referências a santos católicos e barracas de comida, bebida e brincadeiras típicas. Sobre tais festas, Souza apresentou o seguinte esclarecimento:

[...] junho é o mês das festas dos três santos da família: Santo Antônio (dia 13) é o protetor dos namorados (dia 12); São João (dia 24) é protetor dos casados; e São Pedro (29) é protetor dos viúvos. As quadrilhas, de origem medieval, são um misto de festa religiosa com gracejos populares, celebração da fartura expressa nas comidas típicas e da fertilidade (da terra e humana) expressa na recorrente encenação de um casamento na roça em que a noiva já está grávida. A quadrilha tem sua origem nos meios populares ingleses, na baixa Idade Média. Levada para os salões da nobreza, espalhou-se pela

Europa como festa da corte. Veio para o Brasil, no início do século XIX, difundindo-se para os meios rurais, onde adquiriu os traços que, mesmo encenados atualmente em tom pejorativo e de deboche, a caracterizam como uma das festas mais populares do país. As festas juninas demarcam um bem definido ciclo das colheitas, em que os santos celebrados expressam claramente o modo pelo qual a Igreja se apropriou da festa popular.(Souza, 2009)

Souza ainda percebeu que as festas tradicionais foram marcadas por tentativas da Igreja Católica em reforçar seus ensinamentos e por tentativas populares por divertimento ou para fins de arrecadação financeira:

Ainda que haja a forte presença da Igreja, com seus rituais de afirmação da catolicidade e sua intenção de regular a festa popular – a festa, o devoto e o santo – há o povo que faz a festa a seu modo, quase independentemente dos instrumentos de poder impostos de fora. Mesmo que a instituição exerça seu poder, demarcando os espaços do sagrado e re-significando a festa a seu favor, há sempre espaço para os divertimentos populares (como os shows, os bailes e o futebol) ou para eventos que tanto podem ser a arrecadação de recursos para o financiamento da festa (o leilão, o giro, as prendas) ou abertura da festa ao mercado em pequena escala (o bingo, as barraquinhas, os mascates).(Souza,2009)

Na comemoração na escola em Nova Iguaçu não foi encontrado qualquer indício de presença ou referência à Igreja Católica, evidenciando uma atitude de negação aos elementos religiosos tradicionais. A festa promovida pela escola teve o objetivo de angariar fundos para compra de materiais para a própria escola e para preparativos para a festa do dia das crianças, que seria em outubro. Durante a festa na roça o local foi enfeitado com alguns símbolos tradicionais como bandeirinhas e balões. A música tocada e as danças fizeram referência ao repertório de músicas sertanejas, músicas populares nacionais, e músicas populares norte-americanas. Evitou-se as danças e músicas com nomes de santos, que comumente poderiam trazer referências a santos da Igreja Católica. Notou-se que alguns professores preferiram ficar em funções que não envolviam a dança. Mas a maior parte, independente da religião professada, participou das danças e brincadeiras, sem notar elementos que fossem contrários às doutrinas das religiões professadas. A ausência das citações à religião católica foi um dado interessante, tanto pelas mudanças na sociedade, mais secularizada, e que ao mesmo tempo manteve as festas sem uso de elementos religiosos, como pela busca de pontos em comum entre católicos e evangélicos a fim de não entrarem em choque por motivo religioso.

O segundo momento relacionado à negação da religião na escola foi a tentativa de uma docente em implantar um projeto em torno das comemorações do Dia da Consciência Negra (20 de novembro).

A professora afirmou estar amparada pela lei (Lei 10639/03), que alterou o artigo 26 da LDB que incluiu estudos sobre história e cultura afro-brasileira. Para esta docente não haveria incômodo em incluir no conteúdo certos elementos das religiões que houvessem sido trazidas do continente africano, ou mesmo que foram praticados pelos negros na formação do estado brasileiro. Este projeto não teve aceitação entre os professores no que se referia à questão religiosa, chegando ao ponto de ser necessário excluir a temática religiosa por ser diferente da religião predominante na escola. Com a fala desta docente foi possível perceber que o aparente consenso e neutralidade em questões religiosas não foi isento de conflitos e imposições.

Sobre estes projetos, a orientadora educacional (evangélica) declarou durante sua entrevista que eram momentos em que considerava haver conflitos quanto à sua fé. Seu argumento foi que as interpretações sobre a referida lei, quando inseriram as temáticas sobre as religiões de origem africana e afro-brasileira trouxeram muitos pontos que se distanciavam de sua religião, o cristianismo. Para esta pedagoga a estratégia para que não houvesse conflito era “*não se aprofundar nestas temáticas*”.

Esta postura, de evitar o aprofundamento em temáticas sobre religiões afro-brasileiras, também foi seguida pela professora de quinto ano, que declarou esta posição ao ser entrevistada, por entender que não precisaria ensinar sobre uma religião diferente daquela que ela mesmo professava. Em outros momentos porém estas profissionais usaram de uma postura claramente confessional a sua religião, levando textos, músicas e mensagens cristãs ao grupo de professores e alunos.

Ficou claro na ocasião o conflito no campo religioso refletindo-se no ambiente escolar, já que algumas formas de expressões religiosas foram aceitas e praticadas pelos docentes e outras negadas por completo. Foi comum então ocorrer a negação de manifestações ligadas às religiões afro-brasileiras que ao longo da história republicana no Brasil “foram vistas com suspeita e preconceito e, por isso, discriminadas, e seus agentes perseguidos” (Oro, 2011).

Outro momento em que foram negados elementos religiosos em datas festivas foi durante a tradicional distribuição de “*doces no Dia de São Cosme e São Damião*”. Este costume, comum na região, tratava-se de uma prática religiosa que consistia na

distribuição de doces às crianças no dia 27 de setembro. Esta prática teve referências aos santos da Igreja Católica e a tradições da Umbanda.

Num estudo sobre a representação infantil destes santos, Dupret (2008) resgatou a simbologia comum na Igreja Católica e na Umbanda sobre os santos gêmeos:

Na história de S. Cosme e S. Damião, datada do século III, os Santos Gêmeos exerceram a medicina com pessoas de todas as idades sem que recebessem qualquer tipo de pagamento pelo que realizavam. O carisma dos Santos contagiou a população, incluindo as crianças que os seguiam em bandos quando os viam passar pelas vilas e povoados, como afirma Xavier (s/d). Este cenário nos mostra a estreita relação que as crianças estabeleciam com os Santos e vice-versa. Em uma época na qual a figura do médico causava retraimento, ou mesmo medo, por parte da população, Cosme e Damião tinham outra maneira de proceder, possibilitando às crianças a comunhão com seus objetivos. Além disso, a própria história conta suas curas ainda quando eram crianças, o que permite estabelecer uma identidade entre eles e a população infantil..

A narrativa sobre o mito africano de *Ibeji* conta história de duas crianças, irmãos gêmeos que afastam a morte que rondava sua aldeia, a partir de um trato entre as partes de que o perdedor se renderia à vontade do ganhador. Assim, a combinação feita foi que a criança tocava um tambor enquanto a Morte dançava a música e apostaram que o primeiro a ficar cansado cederia à vontade do outro. Sem que a Morte percebesse que as crianças eram idênticas, elas substituíam uma à outra tocando tambor para a Morte dançar. A Morte, muito esperta a seu ver, que concorda com a brincadeira, não agüenta e perde a aposta, indo embora para sempre da aldeia de Ifá. Os Gêmeos, Ibeji, driblam a morte, trazendo a alegria e esperança de viver. Até aqui nos é possível identificar quatro características semelhantes em duas modalidades religiosas diferentes: a condição gemelar, o driblar a morte, a afinidade infantil e a realização de trabalho sem pagamento pelo mesmo. Elas permitem reconhecer alguns dos elos que unem concepções semelhantes, convergindo para um único modo de perceber, ou seja, a manifestação do sincretismo religioso, um dos pilares da Umbanda. Cabe lembrar então, que as esculturas dos Santos como imagens infantis indicam a aproximação do que representa a história do mito africano. Assim sendo, temos um modo de começar a entender o sincretismo religioso por uma perspectiva em que a referência afro-brasileira se afirma e prevalece, demonstrando sua interferência cultural. (Dupret, 2008)

Assim a data foi tradicionalmente celebrada por seguidores do Catolicismo e da Umbanda, lembrando os símbolos sobre os gêmeos sacralizados pela religião. Dupret ainda mostrou que muitas escolas do Rio de Janeiro adequaram-se ao costume religioso, chegando a registrar que

[...]no Rio de Janeiro, na data em que se comemora o dia de S. Cosme e S. Damião, 27 de setembro, ocorre a distribuição de doces e presentes em diversos locais do Estado que encontra sua população dividida entre os que dão e os que recebem os brindes. A presença de crianças, jovens,

adultos e idosos nas ruas em busca de doces permite inferir que nesta festividade todos, independentes de suas faixas etárias, estão na mesma condição: a de querer ser contemplado com algo [...]algumas escolas localizadas em bairros de muita mobilização popular, tais como Ingá e Barreto (em Niterói), Vila Isabel e Andaraí (no Rio de Janeiro), tentam adequar horários de funcionamento de modo a favorecer a participação de crianças e jovens na festa coletiva. Esta atitude, por um lado, reforça a presença da cultura afro-brasileira na constituição dos sujeitos, e por outro, de modo implícito, constrói valores humanos sustentados pela ação de compartilhar.(Dupret,2008)

Porém este tipo de contato com a cultura local ou de presença de elementos religiosos na escola não foi observado em Nova Iguaçu, mesmo diante de relatos de grande movimentação nas ruas e residências de pessoas distribuindo os doces no bairro. O sincretismo da representatividade na Umbanda e no Catolicismo afastaram as vertentes protestantes do cristianismo, havendo fortes resistências a participação nos rituais que envolvam as entidades citadas. Uma vez que a prática de distribuição de “*doces de Cosme e Damião*” foi considerada como idolatria pelos evangélicos, houveram pais que chegaram a proibir as crianças de comerem dos doces em embalagens com imagens dos santos ou que fossem distribuídos por pessoas ligadas ao Catolicismo ou à Umbanda.

Na escola pesquisada, as professoras católicas e as espíritas, que concordavam em distribuir doces, manifestaram a dificuldade em realizar esta distribuição diante das restrições por parte dos evangélicos na unidade escolar. Duas das entrevistadas afirmaram praticar esta distribuição não propriamente no dia de comemoração (27 de setembro), mas que preferiam adiar para a comemoração do dia das crianças (12 de outubro), evitando assim os conflitos sobre a prática.

As estratégias de persistir com a prática religiosa mesmo diante da oposição sofrida ficou clara nesta ocasião. Os fiéis de uma determinada crença não abandonaram seus costumes e tradições, mas os adaptaram à realidade de modo a manter um costume naquela cultura.

Foi visto na prática que as pessoas da comunidade que concordavam com a distribuição de doces não chegaram a distribuir dentro da escola. Segundo declaração da sub-diretora “*algumas pessoas do bairro distribuíram do lado de fora dos portões da escola*”. Desta forma o elemento cultural e religioso foi retirado do meio escolar pelo motivo de não coadunar com a orientação religiosa de muitos docentes evangélicos que discordavam com a distribuição de doces com referência à Igreja Católica ou à Umbanda, mas não havia como impedir sua prática popular fora dos muros da escola.

Notou-se que numa época em que o número de católicos entrou em declínio e que os evangélicos cresceram numericamente, a aceitação à práticas religiosas de católicos diminuiu entre os profissionais convertidos ao protestantismo. Assim, os conflitos de interesse no interior da escola foram marcados por interesses externos a ela. Com a baixa autonomia da escola frente ao campo religioso, o que ocorreu foi uma imposição de práticas aceitas pelos grupos em crescimento e a resistência (e muitas vezes a total negação) das práticas que não concordassem com o pensamento dessa maioria.

1.2. O Reforço de elementos religiosos

A segunda categoria observada foi o **reforço** de práticas religiosas que concordavam com a ideologia predominante entre os funcionários. O reforço das crenças de um determinado segmento religioso foi notório durante das festividades da Páscoa, do Natal e do Dia das Crianças.

A comemoração da Páscoa foi em especial repleta de elementos religiosos. Sobre esta data comemorativa, a professora do quinto ano entregou aos alunos, como capa de uma prova, um texto em comemoração à Páscoa. A figura de um coelho rodeado por flores e os seguintes dizeres:

*Tenha uma feliz Páscoa!
Que a luz de Jesus ilumine seu caminho e lhe dê forças para
prosseguir. Com certeza, todas as noites escuras acabam se tornando
em dias claros e alegres. Que a Páscoa aconteça em sua vida.
Cria e alegre-se: ela já está acontecendo!*

Este texto, aliado às atividades realizadas em comemoração da Páscoa, reforçou a mensagem cristã com as crianças do quinto ano, fixando o sentido da Páscoa como sendo o interpretado pelo cristianismo.

A atividade em comemoração a Páscoa mobilizou toda a escola e foi norteadada por um projeto elaborado pelo setor pedagógico. Foi comprovada a existência de elementos religiosos de forma intra-curricular, já que foi um projeto pedagógico. O projeto teve como título “*Projeto Páscoa com Cristo*”, que objetivou apresentar o “verdadeiro sentido da páscoa”.

Este projeto em si já apresentou um sentido dogmático da comemoração, bem como a depreciação de quaisquer outros sentidos possíveis, mesmo que fossem culturalmente aceitos. Seguindo este projeto, a programação foi iniciada com uma reunião com professores e funcionários, coordenada pela orientadora pedagógica da

escola. Nesta reunião foi lido um poema, intitulado “*As três árvores*”, que narrou de forma metafórica um conto em que árvores cortadas em pedaços de madeira se tornariam parte da história de Cristo, simbolizando assim uma manjedoura (local de nascimento de Jesus), um barco (local onde foi registrado um milagre), e por fim uma cruz (onde Jesus foi crucificado). O texto terminou com os seguintes dizeres: “*É importante compreendermos que tudo vem de Deus, acreditarmos, termos fé, pois Ele sabe muito bem o que é melhor para cada um de nós...*”.

Em seguida os alunos chegaram à escola, acompanhado de seus responsáveis e apresentaram uma coreografia da música sobre a Páscoa. A música falou do amor de Deus pelas pessoas e do sofrimento de Cristo quando foi crucificado. O seguinte fragmento pôde ser observado na letra da música em questão:

Porque me amou tanto assim?
 Jesus se entregou pra morrer por mim
 Sentiu toda dor que eu deveria sentir
 Na cruz Jesus me amou até o fim

O caráter assimilacionista foi notado durante a apresentação, sendo a expressão cristã posta como universal e totalizante a toda a humanidade. Os alunos deveriam expor uma mensagem, a morte e ressurreição de Cristo, expressa na música e nos gestos apresentados. Esta mensagem se mostrou tendenciosa no sentido de ensinar uma dada

Ainda durante a comemoração da Páscoa, houve o momento marcante da celebração de uma ceia, composta de pão e suco de uva. O procedimento adotado pelos profissionais foi levar cada turma ao refeitório, explicar sobre o simbolismo cristão da ceia e servir às crianças pão e suco de uva (simbolizando corpo e sangue de Cristo) – vide figura 4. A forma como se deu toda a programação apresentou claros elementos da fé cristã, não sendo notada qualquer atitude contrária de professores, alunos ou pais.

A única ressalva feita pela orientadora pedagógica no turno da manhã foi quanto à forma de servir a ceia, que para ela que se declarou evangélica, da Igreja Batista, seria algo mais restrito, e não a todos indistintamente.

Assim para esta profissional a cerimônia seria restrita a membros de uma igreja pois pressupunha que apenas aqueles que já houvessem sido batizados poderiam participar e não caberia servir a todos os presentes. Porém, como muitos professores argumentaram que esta era uma forma “*comum em muitas escolas da rede municipal de ensino*”, a orientadora cedeu e participou da cerimônia, inclusive explicando às crianças sobre os elementos e sobre a forma como são utilizados nas Igrejas Evangélicas e na

Igreja Católica. A contradição da posição da orientadora mostrou que os sujeitos não agiam seguindo totalmente os dogmas de uma religião, mas que tomavam decisões que lhes garantisse melhor unidade do grupo e fosse aceito por uma maioria de forma a evitar conflitos e atender às demandas que surgiam diante da possibilidade de manifestações religiosas.

Figura 1 – elementos simbolizando o corpo e o sangue de Cristo



Foto de autoria do pesquisador 31/03/10

Retornando à escola em 2012, foi possível acompanhar o mesmo ritual, só que estendido aos responsáveis, que foram convidados a se aproximarem do pátio da escola e participarem de uma leitura bíblica feita pela coordenadora de turno e de uma ceia com os elementos que simbolizavam o corpo e o sangue de Cristo. Os responsáveis e os professores presentes participaram da celebração sem que fosse notada qualquer manifestação contrária. Porém se percebeu que não houve a prática de orações, e sim a leitura de um texto bíblico. A ausência de uma oração num momento de muita semelhança a um culto de igreja evangélica mostrou que havia de alguma forma uma consciência de que a oração a uma divindade pudesse estar ferindo outras crenças ou não crenças e que a leitura do texto religioso poderia ser justificada pela data que estava sendo comemorada. Assim o momento da Páscoa serviu para propagação de uma crença, mas o cuidado de não mostrar a celebração totalmente como sendo um momento de culto cristão mostrou uma preocupação com o conflito que poderia ocorrer caso houvessem discordâncias ou reclamações por parte dos responsáveis presentes.

Durante esta comemoração na escola em Nova Iguaçu não se percebeu manifestação de pessoas de religiões de vertente não cristã, dando a entender que o

discurso cristão foi assimilado pelos participantes como sendo o sentido aceito e único da comemoração pascal.

Com a mesma intensidade devocional ocorreu o reforço dos elementos religiosos durante as comemorações do Natal. Durante observação da comemoração desta data no ano de 2011, foi visto que cada turma se apresentou cantando uma música natalina. As músicas foram as tradicionais, com forte simbologia cristã. Uma música em especial foi coordenada pela orientadora pedagógica e pelo professor de educação física, com uma coreografia comum para todas as crianças. O hino, de um grupo evangélico brasileiro, tinha em sua letra o sentido religioso cristão do Natal. O coro desta música dizia: “-*Vem que está chegando o Natal, pois nasceu Jesus o Salvador*” e mais adiante “*Natal é alegria. É Jesus no coração*”. Esta letra fechou o sentido Natalino como o bíblico e serviu como componente de propagação da fé cristã na escola.

A confecção de presépios natalinos, simbolizando o menino Jesus na manjedoura também fez parte das comemorações. Por toda a escola, símbolos Natalinos como Papai Noel, árvores de Natal, anjos e guirlandas enfeitaram o ambiente. No turno da manhã não houve prática de orações.

Esta prática de orar com as crianças ocorreu apenas no turno da tarde. No turno vespertino a comemoração foi dificultada pela chuva e todos se reuniram de uma vez no refeitório da escola. A orientadora educacional explicou sobre a simbologia do Natal como sendo o nascimento de Cristo. Também ressaltou o sentido cristão que ia além da compra de presentes. Explicou assim que o costume de dar e receber presentes servia para “*relembrar os presentes dados pelos reis magos ao menino Jesus por ocasião de seu nascimento*”. Após estas explicações a orientadora do turno pediu a uma das professoras para que fizesse uma oração de gratidão, conclamando a todos os presentes a fecharem os olhos e manterem a reverência diante do momento da oração a Deus.

Esta orientadora já havia declarado sua intenção em aproveitar da religião como transmissão de valores. O valor transmitido ali foi o de negação do consumismo ou da valorização do ter em detrimento do ser. Assim a explicação cristã foi usada para legitimar uma postura de maior valorização das pessoas independente de terem ou não recursos financeiros para compra de presentes, chegando esta orientadora a afirmar que “*não devemos ficar tristes se não ganhamos aquilo que tanto queremos... o importante é a família, o amor ao próximo*”. Mais uma vez o recurso usado para transmissão do valor ético foi o recurso religioso, com toda a simbologia reforçada nos costumes e

mitos oriundos do cristianismo e tidos pelos cristãos como dogmas a serem seguidos por todos como conduta mais apropriada em sociedade.

Outro momento observado com reforço de elementos religiosos próprios dos sujeitos envolvidos foi a comemoração do Dia das Crianças. Esta data vem sendo comemorada no Brasil no dia 12 de outubro, coincidindo com o feriado nacional dedicado a “*Nossa Senhora de Aparecida*” (católico). Porém os elementos religiosos notados na escola não se referiam a esta imagem, mas sim à prática de orações e intercessões em favor das crianças. Neste dia também houve uma comemoração com atividades lúdicas e recreativas, seguidas de lanche para os alunos.

Quanto às manifestações religiosas nesta comemoração, notou-se a disponibilização de um vídeo com a personagem infantil chamada ‘*Smilingüido*’ (figura 2). Neste momento meu pertencimento religioso serviu para prontamente identificar a figura muito comum no meio evangélico. Esta personagem se tratava de uma formiga em desenho animado que transmitia mensagens evangélicas nos episódios em vídeo. Este vídeo foi colocado ao lado de outros vídeos infantis como os populares desenhos da “*Turma da Mônica*”, de Maurício de Souza.

Figura 2 – DVDs utilizado na comemoração do dia das crianças: Tuma da Mônica e Smilingüido



No site oficial do ligado à Editora Luz e Vida, que detém os direitos de reprodução da personagem infantil *Smilingüido*, pôde-se extrair a seguinte explicação:

Smilingüido e Sua Turma são formiguinhas que moram no formigueiro das Formigamigas, numa floresta brasileira. Suas

histórias e aventuras levam a todos valores universais como: amor, amizade, perdão, compreensão e preservação da natureza. O Smilingüido foi criado com o objetivo de comunicar o amor de Deus. Por isso, em todos os produtos há sempre uma mensagem fundamentada em princípios bíblicos. O Smilingüido nunca deverá ser usado para divulgar igrejas, empresas ou em campanhas políticas. (www.smilinguido.com.br, 2012)

A editora, ligada a segmentos evangélicos do Brasil, se definiu como “*uma empresa sem fins lucrativos, que tem a finalidade de produzir material cristão de qualidade, atuando na divulgação das boas novas do Evangelho*” (EDITORA LUZ E VIDA, 2012). O material produzido por ela tinha então claro apego ideológico a um determinado segmento do cristianismo, contando com um mercado consumidor onde atuava e divulgava valores e crenças.

Este detalhe de paridade entre um desenho confessional (evangélico) e outro mais popular e secularizado transpareceu a naturalização de elementos de cunho religioso. Não foi notada crítica ou resistência ao desenho com mensagem evangélica, mas a mesma tolerância não foi apresentada diante de inserção de imagens de religiões distintas deste segmento.

Por fim da festividade do dia das crianças foi feita uma oração na palavra de uma das professoras. Antes da oração a docente fez algumas observações, principalmente quanto aos direitos da criança e do adolescente que, segundo a professora, poderiam ser perdidos caso as crianças não mostrassem respeito por pais e professores. Esta fala foi seguida pelo pedido de silêncio, já que iriam “*conversar com Deus em oração*”.

Este momento aliou a prática religiosa com a contenção das atitudes das crianças que muitas vezes tendiam ao desrespeito à autoridade do professor. Encontrou-se então na autoridade divina a base para que houvesse o respeito entre alunos e mestres, de modo que a religião serviu para que os valores como o respeito ao próximo fossem inculcado nos alunos.

Conclusão

O que se percebeu durante as comemorações citadas foi a ausência de manifestações discordantes, como se todos tivessem a mesma crença. A prática religiosa típica de certo segmento religioso reforçou um discurso hegemônico e naturalizou a

religião cristã como sendo a própria e legítima a ser praticada na escola pública. Sem protestos contrários, a prática religiosa se mostrou de forma natural aos sujeitos, sem que a contradição entre a suposta neutralidade da escola fosse posta em jogo nestes momentos tipicamente religiosos.

Assim a observação na escola contribuiu para um maior esclarecimento sobre a prática no cotidiano dos profissionais de educação e percepção do tratamento diferenciado dado a cada confissão religiosa. Foi possível verificar o quanto os elementos religiosos foram incorporados no trabalho pedagógico e o quanto estes elementos trouxeram sentidos particulares e tendenciosos à crença dos que ocupavam posições de status e poder.

A forte presença de professores evangélicos trouxe um viés controverso já que os elementos religiosos percebidos foram apenas os que poderiam de alguma forma ser adaptados à crença foram negados, sendo muitas vezes usado o argumento de que “*a escola não é lugar para isso*”, numa postura laica por conveniência a interesses particulares e não os de uma coletividade.

A perda do espaço do catolicismo na educação pública também foi um fato notável e merecedor de aprofundamento. A Igreja Católica que por séculos manteve o monopólio da educação já não mostrou toda força e prestígio na comunidade escolar, apesar de continuar articulando em outras esferas pela continuidade de sua presença na escola, chegando a direcionar muitos segmentos cristãos nesta mobilização.

Na escola pesquisada no entanto foi percebido que o grupo religioso que cresceu numericamente naquela região tomou a liderança e permitiu apenas as práticas que coadunavam com suas próprias crenças, negando inclusive espaço para as práticas católicas que por muitos anos foram comuns nas escolas públicas no Rio de Janeiro.

Assim os grupos de protestantes/evangélicos que antes agiam de forma a resistir às imposições de uma religião majoritária (católica), e lutaram em prol da laicidade e liberdade religiosa, tenderam a assumir na atualidade uma postura de imposição de sua ideologia, sem preocupar-se com as diferenças que poderiam estar presentes no ambiente escolar, ou com a criação de atitude precedente para que outros grupos igualmente tentassem resistir ou até mesmo assumir a mesma postura de imposições religiosas no futuro.

Os que lutavam na escola pública pela liberdade religiosa precisariam estar mais cientes de que a necessidade nunca foi abolir do espaço público uma religião em especial, mas sim garantir igualdade de tratamento sem imposições ou privilégios e sem

discriminações a este ou aquele credo religioso. Tal posicionamento implicaria num constante processo de reflexão sobre a própria prática pedagógica e sobre os ideais democráticos no ensino público.

A problemática que persistiu em toda a situação observada foi sobre a continuidade de imposições religiosas, mesmo com a alternância de confissões em posições majoritárias. Esta continuidade preocupou e apontou para uma sujeição da educação pública aos ditames de confissões religiosas que estivessem em posições privilegiadas na sociedade. Foi confirmada assim a pouca autonomia do campo educacional e o grande impacto das disputas fora deste campo que influenciaram currículos, práticas, didáticas e conteúdos.

Desta forma, com pouca crítica e reflexão da parte dos sujeitos, foram deixadas de lado todas as lutas por uma escola livre e democrática e se concordou em submetê-la ao bel prazer dos grupos de maior prestígio que se configuraram como grupos religiosos estrategicamente presentes num lugar público e de alcance massificado na sociedade brasileira.

Referencia Bibliográfica

BOBBIO, Norberto. **Cultura Laica e Laicismo**. In: Diário El Mundo, publicado na Espanha em 17.11.1999.

DUPRET, Leila. **Religião Afro-Brasileira, Desenvolvimento Humano e Educação: Pilares da Construção Subjetiva**. TEIAS: Rio de Janeiro, ano 9, nº 17, pp. 35-46, jan/junho 2008

EDITORA LUZ E VIDA, Smilinguido. Disponível em (www.smilinguido.com.br), acessado em maio de 2012.

FISCHMANN, Roseli. **Inconstitucional: o ensino religioso em escolas públicas em questão**. In: NOTANDUM Ano XV - N. 28 jan-abr 2012.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediação culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

ORO, Ari Pedro. **A laicidade no Brasil e no Ocidente: Algumas considerações**. Porto Alegre:civitas, Vol. 11, nº2. 2011. p.221-237

SOUZA, João Valdir Alves. **A Festa e o Calendário Religioso na Demarcação dos Tempos da Vida Social**.. Revista Desenvolvimento Social Montes Claros - Nº 4 - dez 2009.

ESTADOS MELANCÓLICOS: ENTRE A DOR E O SOFRIMENTO O PODER DA CRIAÇÃO

Gláucia Regina Vianna (Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO – RJ Pesquisadora CNPQ) <http://lattes.cnpq.br/4494064730870886/> vianna.glaucia@uol.com.br

Francisco Ramos de Farias (Coordenador do Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO – RJ) frfarias@uol.com.br

Resumo: O presente trabalho reflete sobre a ambiguidade dos estados melancólicos que tanto dificultam a evocação de acontecimentos significativos da vida, devido às rupturas nas cadeias representativas forjadas pela memória; quanto são vetores da criação. Em ambas as situações presentifica-se a dor de existir decorrente do luto, das manifestações depressivas e dos estados melancólicos. Nessas circunstâncias, o sujeito mobiliza-se pelo fascínio da pulsão de morte, podendo chegar à destruição de si mesmo ou eleger alternativas criativas, conforme o legado dos narradores melancólicos, dos quais um é paradigmático: a obra *Perto das trevas* de W. Styron que se esmerou em deixar o registro da oscilação de quem atravessa uma experiência depressiva, na qual há, em um extremo, a miséria e, em outro, o esplendor. Embora ilustremos a saída das trevas mediante um recurso literário, salientamos que produções criativas são possíveis também por outros meios, inclusive a experiência clínica.

Palavras-chave: trauma; melancolia; depressão; memória; criação.

Abstract: Abstract: This work reflects about the ambiguity of the melancholic states which both complicate the the evocation of significant events of the life, because of disruptions in representative chains forged by the memory, and are vectors of creation. In both situations, becomes present the pain of existing resulting from the mourning, and the depressive manifestations of the melancholic states. In such circumstances, the subject is mobilized by the fascination of the death drive, and may reach the destruction of himself or elect creative alternatives, according to the legacy of the melancholic storytellers, of whom one is paradigmatic: the work *Darkness Visible* of W. Styron who struggled to leave the registry of the oscillation of those who cross a depressive experience, in which there is, at one end, misery, and in the other, the splendor. Although we've illustrated the exit of darkness by a literary resource, we emphasize that creative productions are also possible by other ways, including the clinical experience.

Keywords: trauma, melancholy, depression, memory, creation.

1.1-A dor *de existir*

O sofrimento não é uma experiência distante e desconhecida do homem, como também não são os meios recorridos para sair dessa situação. Certamente, a grande maioria dos viventes, em um dado momento da existência, passa por diferentes circunstâncias que confronta o homem com o que conhecemos como dor de existir. Como devemos entender tal nuance da existência? Em primeiro lugar, sabemos que a meta principal do homem é ser feliz, bem como conservar este estado por toda a vida. Não obstante, algo se interpõe na consumação dessa tarefa, quer dizer, a felicidade é desalojada e, por isso, o sujeito não passa incólume às ondas de mal-estar próprio da condição civilizatória. Assim, podemos afirmar que o homem busca a felicidade, porém a ordem do mundo é um grande empecilho no caminho da felicidade plena. Em segundo lugar, a felicidade só é buscada em uma situação de contraste, isto é, diante da intensificação da dor ou do desprazer, o homem busca encontrar o sentimento de tranquilidade, de bem-estar e satisfação, esperados em uma eternidade. Não obstante, o tempo da satisfação é a efemeridade, bem como o tempo do ser é a transitoriedade. Duras certezas que não podem ser evitadas, que se agudeza em circunstâncias de catástrofes e perdas.

Eis o pórtico que escolhemos para situar os estados melancólicos vinculados à questão da busca da felicidade, desde que consideremos a via da criação que se afigura em condições de ruínas. Quer dizer, o homem pode, em certas situações de aniquilamento, devido às experiências traumáticas, não sucumbir e lançar-se em condições criadoras, produzindo saídas a serem inscritas no contexto social como a marca de uma história. Mas não devemos esquecer que é próprio da melancolia arrefecer as forças psíquicas, deixando o sujeito em uma espécie de latência, à espera de vislumbres da pulsão de vida para sinalizar sua existência. Isso, bem entendido, quando não há o triunfo radical da pulsão de morte com saídas como o suicídio e outras formas de passagem ao ato. Apenas queremos salientar que a pressão do sofrimento pode tanto levar o homem a reduzir suas chances na busca da felicidade quanto servir de propulsão para a elaboração de saídas pela criação, especialmente, quando há claramente o desejo de endereçamento ao social de uma obra conforme retrata a história dos grandes feitos da humanidade pelos gênios que, reconhecidamente, padeciam desse tipo de sofrimento.

1.2- A exposição à dor pela perda: o escalar de ruínas

Apesar de, na maioria das vezes, a depressão e a melancolia serem consideradas, no contexto do século XX como afecções mórbidas que apresentam um sentido comum, especialmente no âmbito do saber médico, já que as diferenças que se apresentam na fenomenologia são por vezes tão sutis; sabe-se que ambas casuísticas possuem definição própria e que depressão não é melancolia. Em princípio, quando os estudiosos se voltaram para a questão da melancolia, sequer a palavra depressão existia. Mas, o percurso que estamos traçando nesse estudo considera os estado melancólicos como aqueles que incidem no homem, seja na condição de doença quanto de saúde.

Certamente, a ideia da associação entre melancolia e depressão tem suas raízes no cenário da Era Moderna e, provavelmente, não poderia ter se forjado antes do corte que marcou o advento da ciência moderna, que propiciou condições e um novo tipo de relação do sujeito com o saber, sendo este o solo propício para que fosse cunhada a palavra depressão, pois, conforme aponta Milner (1996:30), o homem “sempre precisa de representações” e provavelmente a ruptura com o pensamento aristotélico criou um cenário sobre os destroços do mundo antigo que exigiam a criação de termos para representá-los. Talvez tenha sido por esse motivo que a palavra depressão faz então sua aparição somente a partir da evidencia desse novo mundo e não antes. Daí então o saber médico com esse termo, nos séculos XVII e XIX, ter encampado a melancolia como equivalente à depressão.

Foi preciso acontecer a grande reviravolta decorrente da iniciativa freudiana para então separar, na esfera da experiência humana, aquilo que é da ordem da depressão, fenômeno que pode estar presente em diversos quadros clínicos e também no homem sadio, da melancolia pensada no âmbito da estrutura.

Em princípio, devemos observar no empreendimento freudiano, a utilização de um método comparativo para deslindar as obscuridades do viver melancólico, ou seja, são traçadas características no sentido de comparar o estado de luto ao estado melancólico. Notadamente quando Freud (1917/1976) elaborou o ensaio **Luto e melancolia** valeu-se do mesmo procedimento comparativo que utilizara no campo do estudo sobre o narcisismo. Em uma circunstância e em outra pretendeu explicar um estado de perturbação psíquica a partir de uma manifestação natural comum a todos os homens. No caso do narcisismo traça uma analogia com a atividade onírica e tratando-se da melancolia recorre ao processo de luto. Na verdade temos nesse

recurso a recorrência ao procedimento utilizado por Aristóteles (384-322 a. C./1998) quando abordou a melancolia em analogia à ingestão do vinho. Tanto na antiguidade aristotélica quanto no pensamento freudiano, o ponto de partida é uma situação comum para tecer considerações sobre aquilo que não é diretamente observável. Mas o traço distintivo entre os dois pensadores pode ser formulado da seguinte maneira: para Aristóteles, a melancolia é um temperamento normal que pode adoecer; enquanto que para Freud a melancolia é considerada como uma grave afecção psíquica, muito embora ofereça aos pensadores sobre o assunto um novo sentido muito distante da acepção do campo do saber médico. Quer dizer, o intento freudiano acerca da melancolia consiste em produzir esclarecimentos acerca da essência da melancolia, mas de forma cautelosa. Considerando as contribuições até então existentes, Freud (1917/1976: 275) deixa transparecer sua reticência a esse respeito quando afirma que:

..... A melancolia, cujo conceito ainda não foi fixado na psiquiatria descritiva, assume várias formas clínicas, cujo agrupamento em uma unidade não parece ter sido estabelecido com certeza, sendo que algumas dessas formas sugerem afecções antes somáticas do que psicogênicas. Mas devemos nos consolar, ante a impossibilidade de qualquer reivindicação à validade de nossas conclusões, com a reflexão de que, com os meios de pesquisas a nossa disposição hoje em dia, dificilmente descobriremos alguma coisa que não fosse típica, se não de toda uma classe de perturbações, pelo menos de um pequeno grupo delas.

A respeito do empreendimento investigativo realizado no percurso freudiano, Quinet (1997) esclarece que, em um determinado momento, o próprio Freud (1894/1976) trabalhou a melancolia como algo da ordem de um estado depressivo, podendo acometer qualquer estrutura clínica. Desse modo, não concedeu à melancolia o estatuto de uma doença psíquica. Mas mesmo no contexto de fundação do saber psicanalíticos, nos preciosos rascunhos, já há diferença estrutural quando a melancolia é comparada como uma hemorragia de libido.

Cabe a esta altura fazer uma advertência: quando a melancolia é situada por Freud (1917/1976) no contexto das psicoses, não devemos fazer uma interpretação que esse momento da construção teórica seja indicativo de que estamos diante de uma enfermidade. Não obstante, a novidade que apreendemos daí é que Freud (1917/1976) apresenta um mecanismo diferencial próprio da melancolia como um estado que pode estar presente em qualquer um e não apenas como uma afecção psíquica.

Em uma das produções mais importantes acerca do assunto intitulada **Luto e Melancolia**, Freud (1917/1976) procura explicitar a natureza da afecção melancólica partindo de um estado normal: o luto, questionando-se porque diante da perda do objeto, que pode ser um ente querido ou alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal, algumas pessoas produzem o luto, ao passo que em outras pessoas surge o estado melancólico levando o sujeito, na maioria das vezes, a paralisar seu desejo e abrir mão da vontade de viver.

1.2.3 *Acerca das ruínas da memória*

Mediante um rastreamento em alguns textos da obra freudiana, verifica-se que desde o início de suas concepções o aparelho psíquico foi considerado como um aparelho de memória articulado à estrutura de linguagem. A concepção de aparelho psíquico é algo comparável a uma máquina de produzir representação das informações, tanto dos estímulos do mundo externo, quanto daqueles do interior do próprio organismo, decorrentes da pressão constante da pulsão. Sendo assim, as informações que promovem a estruturação das cadeias mnêmicas dependem de circunstâncias históricas, fundamentalmente, da presença do representante da espécie que tem como função primordial transmitir, para a cria humana, o legado da cultura. E uma vez que nos referimos à linguagem e às circunstâncias históricas estamos situando à memória social no âmbito das condições de constituição da cria humana.

É importante ressaltar que derivamos do pensamento freudiano uma teorização da memória social, pois quando estamos nos referindo à constituição da cria humana pelo representante da espécie, estamos diante de uma ocorrência que tem lugar no âmbito das relações sociais.

E são na teia dessas relações que podemos pensar a produção de fraturas, fragmentações das cadeias de memória decorrentes da experiência traumática. Sendo assim, valemo-nos desses argumentos para refletir sobre as ruínas de memória que ocorrem nos estados melancólicos, bem como a construção de recursos que o homem pode realizar como saída para situações dessa natureza. Se a constituição do aparato psíquico toma a configuração da produção de memória social, então, as ruínas de memória são na realidade produções de “furos” nessa engrenagem por onde escoam, quase que completamente, os

princípios necessários à manutenção da vida, mas igualmente ínfimas possibilidades de o sujeito mobilizar-se para sair do estado de ruínas ante a escolha de alternativas criativas.

Certamente, quando partimos desse pressuposto não estamos situando nossas considerações no âmbito de vivências intrassubjetivas e sim no âmbito das relações intersubjetivas. Por esta razão, é importante a observação de Gondar (2000) quando assevera que Freud não é o pensador de uma memória individual, à qual poder-se-ia opor a uma memória coletiva, pois a teoria psicanalítica aponta para constituição do sujeito iniciando a partir da relação com um ser que comparece à cria humana, no seu estado de mais pronunciado desamparo, com o objetivo de garantir-lhe condições de sobrevivência. Esse ser que comparece apresenta-se à criança como um sujeito cujo aparelho psíquico ou aparelho de memória é atravessado pela alteridade que deve ser entendida, não só na relação entre o sujeito e o outro, mas primordialmente entre o sujeito e a cultura; portanto, a constituição do sujeito é articulada ao plano social. Eis uma leitura que considera em termos da manutenção de uma positividade a concepção de sujeito do inconsciente. Esse ponto marca a diferença entre a Psicanálise e as demais concepções culturalistas de uma construção social do sujeito. E embora não esteja no mesmo contexto que a Sociologia Culturalista do sujeito, também afirma a dimensão social como essencial à constituição do sujeito do inconsciente.

O sujeito é marcado pela sua historicidade, pela história presente nas suas experiências imediatas e pela história inserida na tradição de sua cultura. Ou seja, o sujeito só pode se constituir em um ser que, pertencente à espécie humana, tem a vicissitude obrigatória e não eventual de entrar em uma ordem social a partir da família e de seus substitutos sociais e jurídicos, tais como as instituições sociais. Nessa perspectiva, a constituição é ancorada em narrativas construídas pelo próprio sujeito sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca, abrangendo todo legado da tradição cultural a que pertence. Dessa forma, sem o encontro com o representante da espécie, o ser humano não se constitui como sujeito, já que a alteridade obriga o corpo da cria humana a dar respostas, ou seja, a se lançar nas relações com o mundo, fazendo-se também sujeito. Pelo encontro com o representante da espécie o corpo passará a abrigar um sujeito, sendo, temporariamente, a sua morada. Isso somente ocorre em função de ser a carne corpórea marcada pela linguagem no jogo estabelecido entre as exigências das necessidades vitais e o comparecimento daquele que possibilita a satisfação das mesmas. Temos assim um encontro que forja as condições humanas produzidas em função da memória social disponível como legado da condição humana e, certamente, algo pensável na esfera do desejo.

Esse encontro assimétrico têm sentido diferentes para ambos os protagonistas dessa encenação, pois além de impactante tem também a dimensão da ordem do traumático, especialmente, pela maneira como ocorre à invasão, no corpo, de uma sexualidade oriunda do desejo de quem assiste a criança. Certamente trata-se de marcas que são a matriz com a qual o sujeito gerenciará as adversidades que enfrentará pela vida afora. Sendo assim, são de encontros e desencontros, de desejos e de faltas que o ser se constitui.

Podemos traçar, tomando essas premissas, um esboço para pensar a questão da melancolia no âmbito de um estado da condição humana, conforme extraímos do pensamento freudiano, no sentido de sua afirmação acerca de um furo no psiquismo. Furo constitutivo que não deve ser entendido como aniquilante, uma vez que é aquilo de que o sujeito dispõe para funcionar no campo das relações sociais. A perda que acontece, na esfera das relações afetivas, no dizer de Freud (1894/1976: 276) na área da vida pulsional, deve ser considerada positivamente como a condição de catástrofe devido à perda de quantidade na excitação, mas que o sujeito pode diante dessa perda emergir, produzindo arranjos no sentido de uma aposta na vida.

Ao nos reportarmos aos estados melancólicos, Quinet (1997) assinala que, nesses estados, devido ao trauma sofrido pela perda do objeto, ocorre uma dissolução das cadeias associativas que é muito dolorosa, embora não seja uma situação completamente invalidante. Tal dissolução corresponde a um empobrecimento da excitação que percorre as reservas livres de libido e configura-se como um furo no psiquismo por onde se esvai toda libido, sendo, pois, comparável, metaforicamente, a uma hemorragia, ou seja, trata-se de uma ferida aberta por onde a libido se esvai sem qualquer obstáculo que possa represá-la. Dito em outras palavras, a libido escoar em forma de um excesso que o psiquismo não consegue barrar, em função da fenda irremediável deixada pela perda do objeto.

A luta pelo objeto perdido abre a ferida dolorosa que clama por cuidados; razão pela qual há um grande dispêndio de energia na tentativa de manter ou reaver o objeto, além de direcionar-se também para combater a ferida aberta por esse objeto. Devido ao vazio deixado pelo buraco, o Eu é absorvido totalmente, impossibilitando ou impedindo o sujeito de organizar cadeias mnêmicas. O resultado de tal absorção é a incapacidade de o sujeito firmar laços sociais, o que, conseqüentemente, tem valor bastante negativo na construção de uma história mediada pelas trocas intersubjetivas.

A hemorragia de libido caracterizada como um estado de ruínas, na melancolia, é descrita como uma excitação que escorre como um ralo, ocasionado à produção de fraturas no âmbito da memória social. O furo no psiquismo é equivalente ao furo no simbólico, razão pela qual o melancólico pode ser pensado como o equivalente a um templo em ruínas que, uma vez abandonado pelos deuses, encontra-se na iminência de destruição. Certamente o “deus” que teria abandonado esse templo é, sem dúvida, o objeto perdido.

Apoiando-nos na contribuição de Lacan (1985), podemos afirmar que o objeto perdido deixa uma fratura de modo que, no lugar onde deveria ser encontrado um tipo de amarração teia simbólica, não se encontra nada, só um furo, um ralo aberto, por onde toda libido escoar. Eis o que ocorre na relação do sujeito com o símbolo, em função do que, na melancolia, como em outras dificuldades da vida, “é possível que uma parte da simbolização não se faça. Provavelmente pode acontecer que alguma coisa de primordial quanto ao ser do sujeito não entre na simbolização” (LACAN, 1985:97).

A referência a não simbolização na melancolia, ou seja, a produção de um resíduo concerne exclusivamente a um ponto, “é só esse ponto que não é simbolizado. Isso traz consequências graves, obviamente, mas não abole toda a possibilidade de simbolização”. (MAURANO, 1999:92). Esse ponto impossível de ser simbolizado é certamente o furo que aparece formulado por Freud (1894/1976) em seus textos “pré-psicanalíticos”, especialmente nas cartas a Fliess, seu mais importante interlocutor no período de fundação da Psicanálise. Tal furo produz um resultado: a relação entre a melancolia e a anestesia sexual que se caracteriza pela ausência de sensação de prazer, corresponde a uma total abolição do desejo. Correspondendo a um luto pela perda de libido que tem como efeito uma inibição psíquica com empobrecimento pulsional e dor.

O furo por onde tudo se escoar deixa a memória em ruínas, em um vazio inominável, impossível de ser simbolizado e significado. O melancólico não parece dispor de nenhuma outra memória além daquela da triste sorte que sofre em cultivar sua dor. Os fragmentos de uma reminiscência seletiva parecem todos se ordenarem em torno desse prejuízo, cuja forma última é o sentimento de sofrer uma punição e confinar o melancólico em um universo que não se assemelha nem propriamente à vida e nem à morte. É nesse entre viver e morrer que o melancólico se sente acolhido na sua dor.

Isso faz com que nos estados melancólicos, a palavra seja marcada por uma repetição e monotonia e, na impossibilidade de associação, a frase se interrompe, esgota-se, para.

Mesmo os sintagmas não chegam a se formular. Um ritmo repetitivo vem dominar as sequências lógicas, transformando-as em lituânias recorrentes, enervantes conforme observa Kristeva, (1989). Quando ocorre o esgotar dessa musicalidade, ou quando o melancólico não consegue instalar-se por força do silêncio, há então um corte radical no processo de idealização que descamba no branco da simbólica ou no excesso de um caos ideal não ordenável. E o melancólico por estar preso a sua dor, recusa o significante, não encadeia mais e, por conseguinte, a-simbolia, a perda de sentido; tem como consequência torná-lo incapaz de fazer metáforas. Daí, muitas vezes, resta ao sujeito confinar-se ao silêncio, mas não um silêncio qualquer e sim um silêncio de morte, a ponto de nenhuma de suas lembranças ordenar-se em rememoração (Assou, 2002). Tudo se passa como se fosse produzida uma superfície homogênea marcada unicamente pelo negor das dores e nada mais: nenhuma diferenciação então ocorre neste estado de ruínas, pelo recurso às cadeias mnêmicas, mesmo que sejam em mínimas intensidades ou em filigranas de significação.

Esse estado de negritude, porém com força brutal da pulsão de morte, recebeu de Kristeva (1989) a denominação de “sol negro” para caracterizar um *modus vivendi* no qual os signos jorram feito uma cascata, porém de forma arbitrária, visto que o processo desencadeado pela linguagem, nessas condições, inicia-se pelo mecanismo de denegação da perda, que simultaneamente faz eco à depressão provocada pelo luto. Essa denegação primordial pode ser pensada como a perda de um objeto indispensável que no âmbito do saber psicanalítico é referido à importância que a mãe representa para o ser falante.

O reencontro do melancólico com o objeto perdido se processa no âmbito dos signos, mas pela recusa da perda, explicitada em uma modalidade de denegação: não perdi tal objeto imprescindível à vida. Sendo assim, a perda, que sequer é simbolizada no melancólico, é recuperada na linguagem. Comparativamente ao melancólico que afirma sem simbolizar a denegação, o deprimido, pelo contrário, recusa a denegação: anulando-a e suspendendo-a pelo curvar-se, de forma nostálgica, sobre o objeto real da sua perda. Disso podemos concluir que o modo como o melancólico lida com a denegação seria, assim, o mecanismo de um luto impossível, a instalação de uma tristeza fundamental e de uma linguagem artificial inacreditável, cortada desse fundo doloroso ao qual nenhum significante tem acesso. Vale ressaltar que a denegação se caracteriza por uma operação intelectual que conduz o recalcado à representação sob a condição de negá-lo. Conforme Freud (1925/1976) assinala, a denegação corresponde a um processo que introduz um aspecto do desejo e da idéia inconsciente na consciência. Disto resulta uma espécie de aceitação intelectual do recalcado,

enquanto persiste o essencial do recalçamento. É como se, pela negação, o pensamento se libertasse das limitações do recalçamento.

Na melancolia a recusa do significante aniquila as introjeções do sujeito, deixando-lhe o sentimento de não ter valor, de ser “vazio”; assim, os significantes perdem sua função de fazer sentido para o sujeito. Depreciando-se e destruindo-se, consome toda possibilidade de relação com o objeto, o que também é um meio desviado de preservá-lo em outro lugar intocável. Os únicos traços da objetividade que o melancólico, de forma dolorosa, conserva, são os afetos, mas de maneira parcial. Assim o afeto mortificado e sua verbalização, no curso de um tratamento, “assim como nas obras de arte e criações literárias, é a fonte de prazer ambíguo, que preenche o vazio e repele a morte, preservando o sujeito tanto do suicídio quanto do acesso psicótico” (KRISTEVA, 1989:51).

Tal condição nos conduz a refletir sobre a intrigante questão formulada por Aristóteles (1998), na qual atribui à melancolia o caráter de exceção aos grandes homens. Farias (2004), movido pela indagação aristotélica, indaga-se porque homens brilhantes de várias áreas do saber atravessaram em suas vidas estados melancólicos e postula que a dor de existir seja o enfrentamento mais radical do sujeito frente à falta, tornando-o visionário do vazio da vida, impulsionando-o a invenção. Não obstante o oco maior de indagação incide na perplexidade relacionado ao fato acerca do porquê o homem precisa cair em um estado como esse, seja para criar, seja para endereçar-se ao dispositivo clínico solicitando ajuda para suportar e conduzir o viver.

Acerca dessa nuance Hassoun (2002) faz uma comparação entre o melancólico e certos autores cuja narrativa refletem a melancolia, observando que é como se desenvolvessem uma inquietação infinita e desesperada que a sociedade suscita neles. Diante disso, formula a hipótese de que cada uma de suas produções é em si mesma uma tentativa de criar um objeto próprio que lhes permita efetuar um trabalho de luto; luto que se cumpre graças ao texto escrito, publicado, e, portanto, endereçado a alguém. Segundo Costa (2001), é possível reconhecer uma determinada produção de ato, no estilo daquele que precisa transmitir algo pela escrita. O estilo é algo que se repete. É essa insistência de algo que não se escreve, nestes restos inassimiláveis que são impossíveis de se escrever e de transmitir. Quer dizer, isso é o que de alguma maneira produz efeitos no leitor para além do argumento, ou do entendimento daquilo que lê. E produz efeitos no autor, para além daquilo que pode reconhecer estar escrevendo.

A atividade da escrita, como a de toda criação, uma vez atravessada por uma sublime melancolia, não encontra contudo sua resolução, em função da fugacidade do objeto, visto que, nesses estados de ruínas, cada vez que o sujeito direciona-se ao objeto tem de construí-lo. Essas considerações não se dirigem a um sentido de refletir sobre o ato criativo, no âmbito da patologia. Pelo contrário, talvez tais condições tenham mesmo a intenção de enobrecer o sintoma, ou os produtos dos atos humanos, como maneiras diferentes de representação. Basta, mais uma vez, lembrar de Van Gogh, como situação exemplar dessa situação no episódio que “no final de sua vida pintou setenta quadros em setenta dias”. (COSTA, 2001:131).

2.3 Sobre os narradores melancólicos

2.3.1 *Uma luz na escuridão*

A literatura de testemunho trata a depressão, a tristeza e os estados melancólicos como a narração da dor, narrativas que nasceram de pessoas que buscam representar situações históricas determinadas pelas quais elas ou outras pessoas passaram, marcadas pela extrema violência, e que exige uma narração. Essas narrativas, ao mesmo tempo em que visam o esquecimento, um afastamento da dor, também pretendem ser um testemunho no sentido jurídico e histórico conforme depreendemos no testemunho de Styron (1992:15) quando afirmou, em razão de suas experiências com a dor e com a escuridão na vida, que:

A depressão é um distúrbio do espírito, tão misteriosa e imprevisivelmente percebida pela pessoa - pela mente mediadora - que é quase indescritível. Sendo assim permanece incompreensível para os que não experimentam sua forma extrema, embora o abatimento, ‘a tristeza’ que os acometem ocasionalmente, e que atribuímos à agitação da vida normal, possam dar uma pálida idéia do que é essa doença na sua forma mais catastrófica.

À primeira vista, o livro de Styron (1992) é o registro minucioso, em uma narrativa clara, dos momentos em que foi tomado por estados melancólicos, especialmente quando foi receber um prêmio. A crise acaba e o autor a rememora, descrevendo-a de forma objetiva para, quem sabe, deixar ao mundo o testemunho de sua

passagem pelas trevas. Fica claro que a paralisação e falta de energia vital são relacionadas a uma lembrança ou a uma palavra que não encontram expressão, e barram um caminho, mas abrem possibilidades de acesso a outros.

Vale ressaltar que a questão do testemunho alude a um campo interdisciplinar, cujo objetivo é o estabelecimento de uma nova abordagem da produção literária de estudo, cuja literatura ainda é escassa, embora sejam muitas as circunstâncias de pessoas geniais e comuns que já se depararam, em algum momento de suas vidas, com um estado melancólico.

Nesse contexto, o “sobrevivente”, a testemunha realiza uma tentativa não só de recompor os fragmentos do Eu, como também a busca da justiça após ter sobrevivido ao que julga ser da ordem de uma extrema injustiça, em função de sua exposição a dores de intensidade insuportável. Confrontar-se com uma situação como essa parece ser o equivalente à passagem e um “atravessar” a “morte” que problematiza a relação entre linguagem e o real.

O século XX constitui-se como a era das catástrofes e genocídios, de perseguição de judeus, de homossexuais, de ciganos e de opositores aos regimes totalitários. O clima de perseguição e a exploração econômica iluminam retrospectivamente a história da Literatura, destacando o elemento testemunhal das obras (SELIGMANN-SILVA, 2003).

As narrativas de testemunho apresentam a história de uma perda, a realidade surge nessa modalidade de narrativa como um terreno obscuro onde o essencial não pode ser apresentado de modo direto; o testemunho é a apresentação de um desaparecimento e, a sua leitura, a busca de traços que indiquem tal falta originária. Não há presença originária a ser reapresentada, mas falta, ausência, perda. O campo das forças, sobre o qual a literatura de testemunho se articula, divide-se na necessidade premente de narrar a experiência vivida, e na percepção tanto da insuficiência da linguagem diante de fatos inenarráveis, como também, e com um sentido muito mais trágico, na percepção do caráter inimaginável dos mesmos e da sua conseqüente inverossimilhança. (LEVI, 2004)

No contexto da narração das experiências vividas, Benjamin (1987) , em 1936, no seu célebre ensaio “O narrador”, analisou sobre o retorno dos soldados do *front* e percebeu que eles manifestavam uma incapacidade de articular suas histórias e experiências. O sobrevivente não voltava com histórias ou experiências comunicáveis

para contar. Diante de um mundo arruinado, a perda da esperança é o maior deflagrador dessa condição pós-guerra.

O testemunho se revela desde o início sob o signo simultâneo da necessidade e impossibilidade, pois conforme explica Seligmann-Silva, (2003:49)

[...] testemunha-se um excesso de realidade e o próprio testemunho, enquanto narração, testemunha uma falta: a cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de cobrir o vivido “o real” com o verbal. Ao mesmo tempo aquele que testemunha se relaciona de um modo excepcional com a linguagem: ele desfaz os lacres da linguagem que tentavam encobrir o indizível que a sustenta.

Existe, portanto, um paradoxo entre a necessidade de narrar e a luta conflituosa com os limites da representação, uma vez que a linguagem é antes de tudo o traço substitutivo e nunca perfeito e satisfatório de uma falta de uma ausência.

O trauma sofrido pelos sobreviventes de catástrofes de qualquer natureza produz uma impossibilidade de tirar partido simbólico da experiência vivida, o que aparece na fala e na escrita daqueles que se empenham em tal empreitada, pois é muito comum ouvir-se a explanação de que, apesar de muita coisa ter sido vivida, faltam as palavras para dizê-las com precisão e clareza (LEVI, 2004). Na compreensão de Freud (1917/1976), a experiência traumática é aquela que não pode ser assimilada enquanto ocorre e, muitas vezes, permanece incompreensível em ocasiões posteriores. Por ser da ordem de um excesso, o trauma, segundo Farias (2008), produz uma fratura no aparelho psíquico, compreendido como aparelho de linguagem ou mesmo um aparelho de memória, revelando uma quebra na cadeia de associações. Uma determinada situação, uma vez considerada como traumática, faz surgir algo novo que se instala no sujeito, na condição de exigir elaboração, o que requer que mecanismos de significação sejam constantemente produzidos. É nesse sentido que articulamos a experiência traumática com a criação, visto que tal experiência exige que o sujeito produza mecanismos para elaborá-la ou mesmo minimizar seus efeitos.

Como a fratura causada pelo trauma apresenta um resto de natureza, que nem sempre é simbolizável, o trabalho de elaboração será constante e assim os registros de memória estão constantemente se rearranjando com o propósito de encontrar um signo de percepção que confira sentido àquilo que, da ordem da vivência traumática, foi inscrito como traço mnésico, mas não passou por qualquer mecanismo de fixação para ser finalmente simbolizado.

A incapacidade de simbolizar o choque concerne ao acaso que surge com a face da morte e do inimaginável, determinando a repetição e a constante “posteridade”. Isso corresponde a um tipo de “perversidade” dos defensores do negacionismo das situações de catástrofes, o que coloca o dedo na ferida, quer dizer, e isto traz à tona o drama da irrepresentabilidade vivido pelo sobrevivente.

Ainda nesse caminho, podemos pensar sobre os diferentes modos de sofrimento psíquico. Foi preciso acontecer uma reviravolta decorrente da iniciativa freudiana para demarcar a diferença existente nesses estados que levam a exposição à dor pela perda. E através do método comparativo próprio à sua escrita, Freud (1917/1976), em várias circunstâncias, pretendeu explicar um estado da vida em ruínas a partir de uma manifestação natural comum a todos os homens, o luto. Em **Luto e melancolia** procura explicitar a natureza da afecção melancólica partindo de um estado normal, indagando acerca do motivo pelo qual algumas pessoas em situações de perda recorrem ao luto enquanto que outras sucumbem em estados melancólicos.

Quando Seligmann-Silva (2003) faz alusão ao pensamento de Saul Frielander, um dos maiores historiadores do *Shoah*, termo que significa catástrofe em hebraico, assevera que passadas três décadas desse acontecimento (o holocausto), e embora tenha ocorrido um aumento de conhecimento em torno dele, em contrapartida não aumentou a compreensão. E postula que o trabalho de luto realizado com relação ao Shoah é um trabalho dúbio, fadado sempre a recomeçar, muito mais do lado dos estados melancólicos do que puramente do lado do luto.

Há uma marca, tal como um pano de fundo, que acompanha a vida de testemunhas dominadas por um luto invasor e aparentemente impossível de atravessar, de elaborar... Mediante as considerações freudianas, compreende-se que lutos mal elaborados descambam em sérios processos depressivos, sendo necessária a retomada do contato com a lembrança de tais episódios. (FREUD, 1919/1976). Considerando que a dificuldade das formações imaginárias, deve-se em parte o quase apagamento da memória de episódios dolorosos, o afastamento da lembrança acaba por tornar o luto tão impossível quanto interminável. Daí a denominação dos interlocutores que retratam esses episódios de narradores melancólicos. Na opinião de Kehl (2009), em tais circunstâncias, é como se o sobrevivente carregasse consigo a chamada “culpa do sobrevivente”: uma espécie de misto de vergonha e culpa por ter sobrevivido à tal catástrofe e não ter impedido a morte dos outros.

Trevisan no ano de 2001 publica uma matéria no jornal *Le Monde* em que se destaca em letras garrafais a seguinte exortação: **Uma memória de luto**. A autora revela que desde os anos de guerra e pós-guerra - apesar do imenso esforço coletivo para prestar honras póstumas a mortos que, na maioria dos casos, foram privados de funerais, quase sempre mortos em condições atrozes, e, para consolar os vivos, alguns sobreviventes e enlutados - constata-se que a dor de uma perda é dificilmente apaziguada. No texto desses narradores, segundo Trevisan (2001), percebe-se uma escrita marcada por um sentimento atormentado, como podemos depreender em passagens nas quais um acontecimento é decisivo para manter viva a chama da dor. O corpo ausente do pai de Jean Rouaud, desaparecido desde 1914, explicita a situação de que a morte na guerra é a origem obscura dos sucessivos lutos que irão incidir sobre a família do narrador. Ainda a esse respeito Trevisan (2001) nos brinda mais uma vez com uma passagem valiosa em que Pierre Bergounioux, afirma sobre essa guerra: “eu estava lá, através daqueles que sinto que me habitam”. No prolongamento de um belíssimo texto de Albert Camus, *Le premier homme*, publicado apenas em 1994, cuja redação foi interrompida pela morte do autor em 1960, estes órfãos ou descendentes de órfãos confrontam-se, nos seus relatos, com a amputação de uma parte das raízes de suas vidas.

Tais sobreviventes sentem-se como autômatos, esvaziados de vida, e são as associações, muitas vezes despretensiosas que os conduzem, sem que eles esperem por isso, ao núcleo insuportável da dor, resultante de um luto sempre adiado. Essas associações podem ser representadas por indicadores perceptivos que se traduzem através de uma palavra, mas também por algumas notas de uma melodia esquecida, alguns versos de um poema ouvido no passado, uma carícia leve e furtiva como a das plumas de um pássaro que poderiam entrar em ressonância com as reminiscências dos mortos queridos, e, por conseguinte, fazer advir o desejo do vivente que se revela através de suas produções.

Nessas produções significativas, na constância daquele que precisa transmitir algo pela escrita, precipita-se um estilo que, segundo Costa (2002), é possível ser reconhecido através da insistência de algo que se repete. Esse estilo produz efeitos no leitor para além do argumento, ou além do entendimento daquilo que ele lê. E produz efeitos no autor para além daquilo que ele pode reconhecer estar escrevendo. Talvez seja isso que nos leve a postular que a tentativa de narrativa feita pelos sobreviventes através da literatura de testemunho, nas suas entrelinhas, provoque um efeito muito

maior na memória do leitor e do escritor do que apenas servir como um testemunho jurídico e histórico.

Em sua obra: “Perto das trevas”, William Styron narra a experiência de quem passou esse tormento aterrador na própria pele, tornando seu livro um *best seller* por se tratar de um relato minucioso e verídico de uma experiência vivida na negra escuridão. Styron (1992) é um dos poucos que retornaram para contar sua dolorosa história. Seu sofrimento se inicia num momento brilhante de sua carreira de escritor quando ele está próximo a receber um prêmio importantíssimo *Cino Del Duca*, conferido anualmente a um artista ou cientista cujo trabalho reflita temas ou princípios dotados de certo humanismo. Na época Styron tinha 60 anos de idade e foi acometido da forma mais aguda e sombria de sofrimento:

Numa noite em Paris me dei conta pela primeira vez de que a luta que travava com a perturbação de minha mente - uma luta que vinha acontecendo há meses - poderia ter um desfecho fatal. Durante a cerimônia apesar das homenagens recebidas, me senti oprimido, confuso, com uma sensação de angústia sufocante que cresce até um estado de pânico, obrigando-me, em meio a um constrangimento geral a retornar imediatamente para Nova York para uma consulta com o psiquiatra (STYRON, 1992:11)

Quando surge a depressão devastadora, Styron atribui inicialmente à abstinência do álcool do qual fez uso durante quarenta anos de sua vida e que nesse momento seu organismo passou a rejeitar:

Não preciso me arrepender nem pedir desculpas por ter usado esse agente calmante, muitas vezes sublime, que tanto contribuiu para o meu trabalho, embora eu jamais tenha escrito uma linha quando estava sob sua influência. Eu o usei muitas vezes combinado com a música - para permitir que minha mente criasse visões às quais o cérebro sóbrio e inalterado não tinha acesso. O álcool era o sócio mais velho e valioso do meu intelecto, além de amigo cuja ajuda eu procurava diariamente - também, vejo agora, para acalmar a ansiedade e o medo incipiente a tanto tempo escondido num canto da masmorra do meu espírito. (STYRON, 1992:47)

Vale um esclarecimento. A depressão é explicada pela Psiquiatria como uma indução química entre os neurotransmissores do cérebro, provavelmente causada por estresse sistêmico que, por motivos “desconhecidos”, provoca um esvaziamento da norepinefrina e da

serotonina, conhecidas como substâncias químicas da alegria. E o aumento de um hormônio, o cortisol, dando a depressão uma das características principais, a inibição (BECHERIE, 1989).

Styron não suspeitava que o uso abusivo que fazia do álcool lhe dava a sensação de alegria mascarando a tristeza, preenchendo um vazio emocional que não lhe permitia ver que a depressão sempre esteve presente em sua vida. O efeito inibidor do álcool remete ao estado da mania onde o Eu se fortalece e triunfa, porém mais uma vez permanece oculto para o Eu sobre o que ele triunfou. A embriaguez alcoólica se trata da supressão por via tóxica dos gastos com a repressão porque foi preenchida a condição econômica da vida psíquica se está bem humorado, por um lado, e desinibido na ação, por outro. As palavras de Styron (1992:46) são um testemunho exemplar a esse respeito: como muitos escritores americanos, cujo vício da bebida tantas vezes letal tornou-se lendário a ponto de dar origem a inúmeros estudos e livros: "Eu usava o álcool como o elo mágico que me ligava à euforia e como alimento da imaginação".

Na obra **Inibição, sintoma e angústia** (1926/1976), Freud observa que os estados depressivos e o pior de todos a melancolia se dão a conhecer através da inibição generalizada. Nesse texto, Freud distingue radicalmente inibição e sintoma: as inibições são limitações da função do Eu, fugas por precaução ou por empobrecimento de energia. Já o sintoma é considerado um corpo estranho para o corpo ancorado no recalado. Há, além disso, o compromisso entre noção pulsional e defesa, compromisso esse que é seguido por uma luta interminável do Eu contra o sintoma. Essa luta é da ordem da exterioridade, funda-se sobretudo no fato do Eu se ver sempre novamente movido a se defender contra algo que lhe escapa. Na inibição não é para não entrar em contato com algo que lhe escapa e que o Eu empobrece funcionalmente, mas tendo, no entanto, a sua supremacia sobre o recalque. No contexto desse conflito entre o sintoma e a luta constante para dele livrar-se Styron (1992) recorre às suas memórias e relata que:

Durante uma caminhada no bosque, acompanhado por meu cão num dia claro ouvi um bando de gansos grasnando lá no alto, acima das folhagens luxuriante das árvores. Normalmente, o espetáculo e os sons teriam me encantado, mas o vô das aves me fez parar gelado de medo e fiquei paralisado, indefeso, tremendo, consciente a primeira vez de que não se tratava de mera reação ao abandono do álcool, mas de uma doença cuja realidade podia finalmente reconhecer. De volta para casa, não conseguia me livrar da frase de Baudelaire, vinda de um passado distante e que há vários dias perambulava pela fronteira do meu consciente: "Senti o vento da asa da loucura".

Nesses estados são comuns anomalias da autopercepção, das pulsões e da vontade. Em muitos casos, depois de ficar em um estado de mal-estar corporal e psíquico mais ou menos vago, e de tempo variável, frequentemente acompanhado de mal humor hipocondríaco, de abatimento e de agitação, às vezes com sensação de eminência do perigo, o sujeito é progressivamente dominado por um estado de dor psíquica que persiste por si, e é cada vez mais reforçado por impressões psíquicas exteriores. Eis o que Styron (1992:25) nos apresenta:

Nos últimos dias uma preocupação me atormentava. Achava que não merecia o prêmio. Acreditava na realidade de alguns acidentes que nós mesmos provocamos inconscientemente, portanto era muito provável que não se tratasse de uma perda deste (o cheque referente ao prêmio recebido), mas de uma forma de repúdio, resultante de uma completa ausência de amor próprio que fazia com que me julgasse indigno do prêmio, na verdade indigno de toda fama que havia conquistado nos últimos anos.

Nessa passagem, Styron (1992) se refere a uma das características mais importantes que acometem tanto aos que sofrem da melancolia como depressão, a baixo auto-estima. Em **Luto e Melancolia**, Freud (1917/1976) nomeia como condição essencial a diferenciação do estado de ruínas vivido na melancolia com o estado de luto. Tanto os estados de depressão como na melancolia manifestam a baixo auto-estima, levando o sujeito a fazer críticas severas e depreciações contra si mesmo. Na depressão o sujeito não sabe o que perdeu, ou não sabe o que perdeu junto com isso. A diferença é que na depressão não existe a tendência a humilhar-se frente aos outros, nem a falta de pudor que aparece na melancolia, como se nesse rebaixamento encontrasse uma satisfação. A depressão, sendo considerada um afeto que se manifesta na vida do homem comum, caracterizada pelas auto-acusações e autodepreciações, denominadas por Spinoza *desestima*, e constantes no discurso da pessoa que atravessa uma fase de depressão ou que se considera deprimida, só aparecem na privacidade, com amigos íntimos, ou em situações confessionais como na análise. Pensando a questão dos estados melancólicos, provavelmente, o ser que se vê arruinado nessa experiência afirma, segundo Gimenez (1997:200) que:

[...] não merece nada. Eu só mereço punição porque sou o mal que existe no mundo. Suas auto-acuações apresentam um cunho delirante que, passado o surto, produzem no sujeito uma certa perplexidade, já que não

consegue nem explicá-las nem elaborá-las. Ele não consegue entender por que, nesse momento, chegou a ter de si próprio uma valoração tão negativa que o levou à convicção de que a única saída para ele e os seus era a sua própria destruição. Não consegue entender a dolorosa e extrema inibição que o paralisara.

Em meio a toda angústia e mudança sofridas, Styron (1992:) lembra-se de duas figuras literárias que determinaram sua visão de vida e da história, exercendo forte influência enquanto ainda era um jovem escritor. Tratava-se de Albert Camus e Romain Gary: “Camus foi um grande purificador do meu intelecto, libertando-me de idéias retrogradadas e, por meio do pessimismo mais perturbador que já encontrei, despertando-me para a promessa enigmática da vida”. Muito próximo a um encontro de Styron com Camus, promovido por Romain Gary, amigo de Styron, acontece um acidente de automóvel no qual Camus morreu, aos 46 anos de idade. Insinuações de suicídio. Tempos depois Romain Gary lhe confidencia sofrer do mesmo mal de depressão bem como sua esposa a atriz Jean Seberg. Styron (1992:32) lembra de sua indiferença a doença:

A lembrança de minha relativa indiferença da dificuldade que tem as pessoas para compreender esse mal. A depressão de Camus e agora Romain Gary - certamente de Jean - eram coisas abstratas para mim, apesar da minha simpatia por eles, eu não tinha a menor idéia do contorno real da doença ou da natureza da dor que suas vítimas sentiam durante o processo de deterioração em mente, até perceber que minha mente estaria se deteriorando.

Styron (1992) relata que começou a prestar atenção em brilhantes poetas, escritores, artistas que sofriam de depressão profunda cujas mortes estavam sempre associadas ao suicídio. Percebia que os entes queridos queriam a qualquer custo encobrir o ato voluntário em oposição à morte acidental ou causas naturais, como se o ato denotasse uma delinquência e diminuísse o homem em seu caráter, ou seja, “é natural que as pessoas mais próximas de um suicida procurem por todos os meios negar a verdade. A sensação de envolvimento de culpa pessoal - a idéia de que podiam ter evitado o ato se tivessem tomado certas precauções, se tivessem agido de modo diferente- talvez seja inevitável”. (STYRON, 1992:36)

A depressão aflige milhões de pessoas diretamente e milhões de parentes ou amigos das vítimas. Ataca indiscriminadamente todas as idades, raças, credos e classes, embora as

mulheres representem um grupo de risco maior e mais numeroso que os homens. Há diversidade ocupacional: costureiras, motoristas de ônibus, cozinheiros de *sushi*, membros do governo e assim por diante...

Apesar dessa escolha eclética é curioso que aqueles que se dedicam às atividades intelectuais e artísticas sejam mais vulneráveis à depressão, especialmente os poetas – a qual, nas suas mais graves manifestações clínicas, provoca mais de 20% de suicídios entre suas vítimas. Alguns dos artistas todos modernos, formam uma lista triste embora cintilante: Hart Crane, Vicent Van Gogh, Virginia Wolf, Arshile Gorky, Cesare Pavese, Romain Gary, Varshel Lindsay, Silvia Plath, Henry de Montherlant, Mark Rothko, John Berryman, Jack London, Ernest Hemingway, willian Inge, Diane Arbus, Tadeusz Borowski, Paul Celan, Ane Sexton, Sergei Esenin, Vladimir Maiakowski- que criticou duramente o suicídio do seu grande contemporâneo Esenin, alguns anos antes do próprio suicídio.(STYRON,1991:41)

Ao pensarmos sobre a trajetória tão curta e brilhante desses intelectuais de várias áreas da arte, nos reportamos a Hassoun (2002:152) que formula a hipótese de que cada uma das suas produções, seja em si mesma uma tentativa de criar um objeto próprio que lhes permita efetuar um trabalho de luto, luto que se cumpre graças ao texto escrito, publicado, a arte realizada e portanto oferecida ao Outro. Essa atividade, atravessada por uma sublime melancolia, não encontra contudo sua resolução como se, a cada vez, o objeto fosse capaz de se constituir. A escritura, em vez de produzir um alívio, alimenta na verdade o enigma de uma insondável crueldade, semelhante àquela que se inflige o melancólico, sempre confrontado a uma perda que não pode desenhar os seus contornos.

[...] Comecei a ver claramente que, há muitos anos, a depressão espreitava a margem da minha vida... á décadas ela batia à minha porta”. Não somente o álcool serviu como mais um recurso defensivo, mas a própria atividade criadora ajudou o escritor a retardar o seu colapso: “ O suicídio é um tema persistente nos meus livros- três dos meus personagens principais cometem suicídio [...] verifiquei atônito a exatidão com que eu havia criado uma paisagem depressiva nas mentes daqueles jovens [...] (STYRON, 1992:48)

Movido por questões trazidas da clínica e da literatura, Hassoun (2002:151) postula que o melancólico é em sua solidão presa de um luto impossível e da recusa de uma morte que parece estar lá desde sempre, sendo também, à semelhança de certos autores cujas narrativas desenvolvem a inquietação infinita e desesperada que a sociedade suscita neles. A

esse respeito, Kristeva (1989:95) aponta que as artes parecem indicar alguns processos que contornam o deleite e que, sem converter simplesmente o luto em mania, asseguram ao artista e ao especialista um domínio sublimatório sobre a coisa perdida.

Quando recuperou a saúde Styron (1992) pode perceber que a depressão nunca foi uma estranha, uma visitante inesperada, na verdade sempre esteve presente em sua vida. E essa condição mórbida teve origem na sua infância, e que seu pai sempre lutou contra esse monstro. Descobriu também que o fator mais importante que originou todo esse sofrimento havia sido a morte de sua mãe que lhe causou profundo caos e abalo emocional quase irreparável, e que nunca havia elaborado essa perda, a que chamou de “luto incompleto”, isto é, não conseguir a catarse da dor que se carrega no íntimo; por toda vida se sente um misto de raiva e culpa aliada à dor não liberada, a semente em potencial da autodestruição.

O luto não elaborado descamba no que Freud (1917/1976) chama de “buraco no real”. O complexo melancólico se comporta como um ferimento aberto, atraindo para o si de todas as partes energias de investimento, e esvaziando o Eu até empobrecê-lo completamente. É uma espécie de sucção de energia interna, e uma vez destacada do objeto perdido, a libido se dissemina pelo conjunto do Eu e se cristaliza sob a forma de uma identificação congelada com o objeto perdido.

Tal estado é tão devastador que muitas vezes acaba no suicídio. Styron (1992) relata que deve sua vitória sobre o suicídio a sua mãe, ao ouvir um trecho de música cantada por ela -Rapsódia para contralto de Brahms - neste momento, através desse indicador perceptivo, sua memória trouxe à tona a lembrança, reminiscência feliz, da presença da mãe amada, o afeto então se atualizou e despertou um resquício de pulção de vida. Pode-se dizer que a lembrança de sua mãe foi “uma luz na escuridão”.

Precisamos observar que a escrita de Styron (1992) encontrou na crise que ele atravessou uma espécie de energia que possibilitou uma clareza de percepção e análise. Nesse sentido a crise forneceu um material autobiográfico, mas de forma retrospectiva. A crise o possibilitou a buscar seus agentes causadores: a perda da mãe e o impossível luto dessa perda. Como um observador de si próprio, Styron (1992) relata a saída da situação de crise quando decidiu não cometer o suicídio, devido à lembrança de um sentimento que teve ao se reportar à voz de uma cantora e a relacionar à mãe. Essa relação à voz fez com que desistisse do suicídio. Eis o enigma que o estado depressivo comporta, pois conforme assinala Pachet (2001:203): “a crise pode ser transformada em

recurso potencial”. Disso entende-se que a crise que atravessam aqueles que se encontram em estados melancólicos é uma forma de criação, pois a crise não deve ser considerada apenas como um sonho de morte, mas como uma das possíveis maneiras de lutar para não sucumbir à escuridão. Sendo assim, a crise é revelação. Por isso, somos levados a compreender que os estados melancólicos surgem de um obstáculo interior que impede o homem de ver aquilo que está à sua frente. Mas apesar do caráter fúnebre e destruidor, a crise revela-se rica na captação de nuances e de análise que poderá ser vertidas na superação do obstáculo percebido. Desse modo, aquilo que Styron (1992) viveu em termos do iminente desmoronamento de seus poderes criadores representou uma nova possibilidade de ver aquilo com que se defrontou durante a sua estadia no abrigo, nada confortante, da escuridão, além de tirar proveito disso, afastar-se daquilo que naquelas circunstâncias o tornara cego às suas próprias experiências.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES (384-322 a.C). **O homem de gênio e a melancolia: O problema** **XXX, 1**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1988.

BAUDRILLARD, J. A sociedade de consumo. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987, v.I.

_____. Melancolia de esquerda. A propósito do novo livro de poemas de Erich Kästner. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994a, Obras Escolhidas, v.I.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987, v.I.

BERCHERIE, P. **Os fundamentos da clínica**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 1989.

BERGSON, H. A consciência e a vida. In: BEGSON, H. **Cartas, conferencias e**

outros escritos. São Paulo: Victor Civita, 1974, v. XXXVIII.

_____. **A evolução criadora.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Memória e vida.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERLINCK, L. C. **Melancolia: rastros de dor e de perda.** São Paulo: Humanitas, 2008.

COSTA, A. **Corpo e escrita relações entre memória e transmissão da experiência.** Rio de Janeiro: Relume Damará, 2001.

COURINHO JORGE, M. A. Prólogo. In: JENSEN, W. **Gradiva.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

DOBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo.** Rio de Janeiro: Rekune Dumará, 2001.

EMPÉDOCLES (490-435 a.C). **Fragmentos.** Coleção Os Pensadores. São Paulo: Victor Civita, 1973.

FARIAS F. R. Tormento e agonia: martírio melancólico. **Cadernos de psicanálise.** v. 20, n. 23, 2004.

_____. Acontecimento traumático: fraturas da memória e descontinuidade histórica. In: BARRENECHEA, M. (org.) **As dobras da memória.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

FREUD, S. **Mecanismos psíquicos dos fenômenos histéricos. (1893).** Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. III.

_____. **Rascunho G (1884).** Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. I.

_____. **Sobre o narcisismo: uma introdução. (1914)** Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XIV.

_____. **Luto e melancolia (1917).** Rio de Janeiro: imago, 1976, v. XIV.

_____. (1920) **Mais Além do princípio de prazer.** Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XIV.

_____. (1925) **A negativa.** Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XIX.

_____. (1930). **O mal-estar na cultura.** Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XXI.

FRIAS, I. **Doença do corpo, doença da alma: medicina na Grécia Clássica.** Rio de Janeiro: PUC, 2005.

GABRIEL, P. **Melancolia: a divina tragédia de Saturno, Thânatos e Narciso.** 2007. Disponível em: <www.interseccaopsicanalitica.com.br>. Acesso em: 20 abr. de 2009.

GONDAR, J. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, I. T. M. e GONDAR, J. (orgs.) **Memória e Espaço**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

HASSOUN, J. **A crueldade melancólica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HIPÓCRATES. **Tratados hipocráticos**. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

JIMENEZ, E. Depressão e melancolia. In: ALMEIDA, C. P. e MOURA, M. M. (orgs.) **A dor de existir e suas formas clínicas: tristeza, depressão, melancolia**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1997.

JURANVILLE, A. **La mélancolie et ses destins mélancolie et depression**. Paris: Editons In Press, 2005.

KAUFMANN, P. **Dicionário enciclopédico de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editor, 1996.

KEHL, M. R. **O tempo e o cão**. São Paulo: Boitempo, 2009.

KLIBANSKY, R; PANOFSKY, E; SAXL, F. **Saturno y la melancolia**. Madrid: Alianza Forma, 2006.

KRISTEVA, J. **Sol negro: depressão e melancolia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. _____. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, M. (org.). **História, Memória, literatura**. São Paulo: Escuta, 2003.

SOLER, C. Um mais de melancolia. In: QUINET, A. (org.) **Extravios do desejo**. Rio de Janeiro: Marca d'Água, 1999.

SOUZA, W. Depressão: a epidemia silenciosa do século 21. **Cult.** 12, 140, 2009.

STYRON, W. **Perto das trevas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

TOMAS DE AQUINO. **Suma teológica**. Disponível em: <www.permanencia.org.br/sumateologica.htm>. Acesso em: 24 jun. de 2009.

**ESTUDO DO ENSINO PROFISSIONAL (FEMININO) NO BRASIL:
A ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA
(CAMPOS, 1922-1930)**

Fabiana de Arruda Resende Reis – Graduação em História pela Universidade Federal de São João Del Rei. Aluna de Mestrado no Programa de Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense – Campos - RJ / e-mail: fab_i_sjdr@yahoo.com.br

Euza de Souza Silva – Aluna de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual Norte Fluminense – Campos- RJ /e-mail: euzassilva@hotmail.com

Silvia Alicia Martínez – Doutora em Educação pela PUC – Rio – Pós- Doutora em História da Educação pela Universidade de Lisboa – Professora Associada da Universidade Estadual Norte Fluminense – Campos – RJ / e-mail: silvia-martinez@hotmail.com

Resumo

Com o processo industrial e de modernização do Brasil, surgiu o ensino profissional, inclusive o feminino, que muitas vezes preparava as mulheres para serem melhores donas do lar e para ajudarem no orçamento familiar, qualificando-as para trabalharem fora de casa como professoras de arte ou até mesmo confeccionarem produtos para serem vendidos. Neste contexto visamos demonstrar os primeiros resultados relativos ao estudo exploratório do ensino profissional feminino no Estado do Rio de Janeiro, tendo como referência e objeto de estudo a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, fundada em 1922 na cidade de Campos. Para tal, optamos pelo recorte temporal de 1922 a 1930, correspondente ao período entre o ano de criação da escola até o final da gestão da primeira diretora da instituição, Maria Pereira das Neves.

Abstract

With the industrial and modernization processes taking place in Brazil, the professional teaching came about, including that of women. Often the teaching of women prepared them to be better housewives and to help in the family monthly income, qualifying them to work outside of the household as art teachers or developing handmade products to sell. Within this context, we aim at demonstrating the first results of the research carried

out on the professional teaching of women in the state of Rio de Janeiro, having the school Escola Profissional Nilo Peçanha, which was founded in 1922 in Campos, as a reference for research. In order to accomplish that overview, we selected the period of 1922 to 1930, corresponding to the period of the inauguration of the school up to the end of the first administration by the first director of the institution, Maria Pereira das Neves.

Trabalho completo

Este trabalho se propõe a apresentar os primeiros resultados relativos ao estudo exploratório do ensino profissional feminino no Estado do Rio de Janeiro, num contexto de crescente modernização do país, tendo como referência e objeto de estudo a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, fundada em 1922 na cidade de Campos. Para tal, optamos pelo recorte temporal de 1922 a 1930, correspondente ao período entre o ano de criação da escola até o final da gestão da primeira diretora da instituição, Maria Pereira das Neves.

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha se localizava à Rua Lacerda Sobrinho, nº. 119, no centro, onde, atualmente, funciona o Colégio Estadual Nilo Peçanha. Sua história começou com a inauguração, em 1922, no governo de Moraes Veiga, então Presidente do Estado do Rio, mas a instituição só entrou em funcionamento no ano seguinte, no governo estadual de Feliciano de Abreu Sodré.

No início, seu currículo era distribuído em três anos de curso, sendo alterado, em 1929, segundo Fonseca (1961), pelo Regulamento de Ensino Profissional sob a forma de Decreto nº. 2380, estabelecendo que o ensino profissional fosse ministrado em quatro anos, havendo um curso geral, de caráter obrigatório, e, paralelamente, cursos especiais, na forma de oficinas, abrangendo corte e costura, bordados e rendas, chapéus, flores e frutos.

A análise, entretanto, não se restringe à história da criação do colégio, mas na busca de entendimento do seu funcionamento a partir da hipótese de que esta instituição tenha representado, para a população, função sócio-cultural e tenha gerado, provavelmente, expectativas de mobilidade, libertação e construção social.

A escolha da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha insere-se num contexto de pesquisa em que se estudam escolas de relevância da cidade, sendo inaugural no sentido de iniciar o estudo de uma primeira instituição que não era destinada à elite

campista, mas às mulheres de classes trabalhadoras. Buscamos, a partir do “universo” da escola, elementos que possam dar conta de entender a sua gênese, tendo em vista que o ambiente escolar é um lugar de memória e de diversos elementos que envolvem a sociedade.

Os estudos da escola profissional (feminina) podem contribuir para compreender o projeto de modernização da sociedade brasileira construído pelos políticos que atuavam no plano da incipiente nação e que defendiam a necessidade de romper barreiras internas, por meio da educação, que impediam a inserção do Brasil no movimento cultural e político geral.

A educação, certamente, formava parte do projeto fluminense, que não era alheio à crença ilimitada no progresso por meio da instrução, em circulação no final dos Oitocentos e início dos Novecentos. O intuito neste período era, ao menos no plano das ideias, superar os atrasos de um Brasil colonial (agrário, pouco desenvolvido em termos de industrialização, modernização e urbanização), fazendo progredir a nação republicana que surgia, e aos poucos se consolidava, percebendo que avançar na educação da população, ainda que de maneira lenta, poderia ser um caminho para tal. E o sexo feminino não poderia ficar alheio a este processo de emancipação e progresso do país. Em virtude disso é que consideramos aqui o histórico papel da mulher na sociedade, a educação feminina e a evolução do ensino profissional no Brasil.

A escola surge como um espaço social de formação de indivíduos, sobretudo na preparação para a vida moral, política e econômica de um país. Tanto no Brasil, como em vários outros países, este espaço foi, a princípio, marcado pela presença masculina. Foi, inicialmente, conduzida por mestres jesuítas e direcionada à formação de meninos brancos da elite. Somente com o decorrer do tempo é que as instituições de ensino tiveram que mudar seu perfil, transformar-se e aceitar meninos de baixa renda, de outras etnias e também as meninas.

A entrada das mulheres no meio educacional, como alunas ou como professoras, não se deu de maneira rápida, tampouco fácil. Esse processo ocorreu lentamente ao longo do século XIX, trazendo consigo muitas polêmicas sobre o papel da mulher, contestadas em diversos discursos. A partir da Independência do Brasil, com ideais de progresso e soberania, evidenciando que o novo Império precisaria se firmar, é que se iniciava o discurso defensor da educação como alavanca para a modernização do país,

tendo em vista o alto índice de analfabetos existentes até o período. Surgiram então diversas escolas para meninos e meninas.

Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura. (LOURO, 2000, p.444).

Apesar da inclusão feminina na educação, não podemos simplificar este processo uniformemente, pois era gritante a distinção do acesso de meninos e meninas ao ambiente escolar. E ainda que a educação feminina representasse um avanço para as mulheres, esta continuava a ser justificada pela maternidade.

Sob diferentes concepções, um discurso ganhava a hegemonia e parecia aplicar-se, de alguma forma, a muitos grupos sociais a afirmação de que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, ou seja, para elas a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução. Na opinião de muitos, não havia porquê mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na formação de futuros cidadãos. (LOURO, 2000, pp. 446 e 447).

Com o advento da República Brasileira, os ideais de modernização e avanço se fortaleceram, acarretando a necessidade de educação das mulheres, sempre vinculada à ordem e ao progresso. Cabia às mulheres o papel de higienização da família e de construção de cidadania dos jovens, considerando a ideia de que as mulheres deveriam ser educadas visando o acesso a boas colocações, tanto como boas donas-de-casa, quanto como mães de família.

Neste contexto de modernização surgiu o ensino profissional feminino, que muitas vezes preparava as mulheres para serem melhores donas do lar, mais prendadas, conseguindo elas próprias confeccionar tarefas domésticas, como costurar, bordar, fazer chapéus e cuidar bem da casa, do marido e dos filhos. As escolas profissionais também

propiciavam a essas meninas uma oportunidade de ajudarem no orçamento familiar caso houvesse necessidade, pois possuíam, a partir do curso profissional, qualificação para trabalhar fora de casa como professoras de arte ou até mesmo confeccionarem produtos para serem vendidos.

Quando paro para pensar neste público feminino ou nestas mulheres que optaram ou que não tiveram outra escolha a fazer quanto a sua formação, é possível de se imaginar as lutas e esforços que foram produzidas para a contribuição da construção da sociedade, em que as características marcantes das práticas de um ofício que eram ensinadas para as mulheres, sejam aprender a costurar, bordar, cozinhar e entre outros papéis atribuídos especialmente as mulheres como a submissão aos seus maridos e aos cuidados da casa. Somente estas práticas ofereciam para uma camada mais pobre da sociedade as oportunidades de socialização ou de uma ascensão social. (FERNANDES, 2006, P. 05).

O histórico do pensamento social brasileiro, como também em diversos outros lugares, tem como base a crença em uma natureza feminina que garantiria às mulheres seu lugar como “donas do lar”, com a predestinação para casamento e filhos. Partindo deste princípio, seria lógico imaginar que não haveria espaço para a mulher em outro lugar que não fosse a casa, aos cuidados do marido e criação dos filhos, assim como para os homens o lugar ser pertencente às ruas e ao mundo do trabalho, na busca por cumprir suas obrigações que resumem-se no sustento casa, da mulher e dos filhos. Os papéis pré-definidos ao marido e à mulher seriam complementares, mas jamais com direitos iguais.

A imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e a sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser. (MALUF e MOTT, 1998, p. 375).

Com a modernidade, vagarosamente as mulheres começaram a quebrar determinados padrões, ainda que houvesse inúmeras distinções entre a posição do homem e a posição da mulher perante a sociedade. A mulher moderna se mostrou capaz de realizar tarefas difíceis antes retiradas de sua participação. Mas ainda que tenha aumentado a participação feminina em diversos setores sociais, inclusive no mercado de

trabalho, devemos ressaltar que ela ainda era instruída e formada para o casamento, preparada para a vida do lar, enquanto o homem recebia preparação para uma vida voltada para os cuidados financeiros e também para a vida militar.

A Escola Profissional Nilo Peçanha

A partir destas considerações analisamos a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, em Campos, Rio de Janeiro, no período correspondente aos anos de 1922 a 1930.

No início, seu currículo era distribuído em três anos de curso, com aulas teóricas e oficinas, no intuito de profissionalizar meninas pobres. A primeira turma a se formar foi em 1926, quando o curso era ainda de três anos. Este só foi ampliado, para quatro anos, em 1929, pelo Regulamento de Ensino Profissional (Decreto nº. 2380).

Aquêle Regulamento vinha trazer normas uniformes às escolas profissionais do Estado do Rio, atingindo, portanto, a Escola Profissional Feminina de Niterói, que naquela época já se chamava Escola Profissional Aurelino Leal, como também, as outras existentes na ocasião: a Visconde de Moraes e a Washington Luís, em Niterói, e a Nilo Peçanha, em Campos. O Regulamento declarava que o ensino profissional consistia no lecionamento de artes e ofícios, paralelamente à cultura física, intelectual e cívica dos alunos, e visava a prepará-los, de um modo geral, para a vida prática e, especialmente, para o exercício do magistério em estabelecimentos daquele ramo de ensino e nas secções profissionais, que o mesmo Regulamento criara junto a qualquer grupo escolar de ensino primário, excetuados os de Niterói e Campos, para moças de 15 a 25 anos de idade, que desejassem aprender Corte e Costura, Bordados e Rendas, ou a fazer Chapéus, Flôres e Frutos, prevendo um período letivo de dois anos para isso. O Regulamento estabelecia que o ensino nas escolas profissionais do Estado seria feito em um período de quatro anos, havendo um curso geral, considerado fundamental e de caráter obrigatório, e paralelamente, cursos especiais. (FONSECA, 1961, p. 189).

Fonseca (2000) descreve as características do ensino profissional, afirmando que o curso geral subdividia-se em dois: o de educação sistemática e o de educação doméstica. Segundo o autor, o primeiro compreendia os ensinamentos de Português; Instrução Moral e Cívica; Matemática – Aritmética, Álgebra e Geometria –; Física Experimental, Química e História Natural. Também havia Trabalhos Manuais, destinados exclusivamente às moças. No curso de Educação Doméstica seriam ensinadas as artes

domésticas, como cozinha, pastelaria e confeitaria, as artes aplicadas e a economia doméstica.

A parte propriamente profissional é descrita por Fonseca (1961) como sendo designada por cursos especiais, de acordo com o Decreto de 2.380. Para as meninas os cursos especiais abrangeriam o ensino de corte e costura; bordados e rendas; chapéus; flores e frutos.

Ainda sobre o mesmo Decreto, Fonseca (1961) afirmou,

Também no Estado do Rio houve formação de professores para as escolas profissionais estaduais, principalmente para as do sexo feminino. Assim é que o Regulamento do Ensino Profissional, baixado com o Decreto Estadual 2.380, de 14 de janeiro de 1929, estipulava ter aquêlo ramo da instrução, como uma de suas finalidades, o preparo para o exercício do magistério nas escolas profissionais, bem como nas secções profissionais que o mesmo decreto criava junto aos grupos escolares do Estado. Aliás, a Escola Aurelino Leal, situada em Niterói, desde 1926, pela sua regulamentação, dava direito, às alunas que completassem seus cursos, de exercerem o cargo de professoras de trabalhos manuais e de agulha nos grupos escolares estaduais. Posteriormente, em 1936, novo regulamento de ensino profissional do Estado, Decreto 129, de 20 de janeiro, criava nas escolas femininas fluminenses, um curso Normal-Profissional, destinado ao preparo de professoras para as escolas profissionais, com duração de dois anos. Por dificuldades várias, entretanto, tais cursos não chegaram a funcionar regularmente. (FONSECA, 1961, p. 607).

Além do suporte teórico, o desenvolvimento desta pesquisa contou com importantes dados contidos no arquivo escolar da Escola Profissional Nilo Peçanha, disponível no atual Colégio Estadual Nilo Peçanha: o primeiro ano de funcionamento da escola; os cursos oferecidos; as médias alcançadas pelas alunas; os Decretos que regiam o funcionamento da escola; o número de matriculadas e de desistentes; a primeira turma diplomada; o aproveitamento das alunas; informações sobre matrícula e freqüência; horário das aulas; disciplinas e oficinas oferecidas; termos de visita de inspeção; dados e pareceres sobre a direção; a secretaria; curso noturno; exposição das alunas; comemorações cívicas; exames de admissão, mapa de rendas do curso geral e especial, entre outros. Também podemos encontrar cartas com depoimentos de alunas,

professoras e demais pessoas da sociedade campista, além de um álbum fotográfico referente ao cotidiano da Escola Profissional Nilo Peçanha.

A metodologia engloba também o levantamento de Relatórios de Presidentes da Província, disponibilizados em fonte de dados *on line*, com dados referentes a todo o Estado do Rio de Janeiro. Foi realizado um levantamento bibliográfico, identificando autores como Almeida (1998); Bonato (2001); Cunha (2005); Fernandes (2006); Fonseca (2000); Fonseca (1961); Louro (2000); Maluf e Mott (1998); Rago (2000); Santos (2003); Soihet (1997); Veiga (2003), entre outros.

Por fim, foram realizadas pesquisas no Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, com o propósito de investigar, nos jornais da época, o comportamento social em relação à educação profissional feminina, bem como o alcance de atuação do ensino, a sua repercussão e demais percepções, manifestas nas publicações da imprensa local.

A partir destas fontes, pudemos perceber que o Ensino profissional brasileiro esteve associado ao desenvolvimento comercial, industrial e urbano, com medidas para a instrução popular. Associa-se, então, ao progresso material e moral da sociedade, bastante ligado ao discurso republicano do início do século XX, que elevava a nação brasileira a um futuro promissor.

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha propiciava às alunas novas oportunidades, seja como melhores donas de casa ou como profissionais voltadas para educação e artes, consistindo no lecionamento de artes e ofícios, paralelamente à cultura física intelectual e cívica das alunas, visando prepará-las, de um modo geral, para a vida prática e, especialmente, para o exercício de magistério.

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha: a constituição de uma cultura escolar

A partir dos dados obtidos no arquivo escolar da E.P.F. Nilo Peçanha, observamos que o ensino era compreendido em técnico profissional, com costura, bordados e rendas, chapéus, cozinha, pintura e artes aplicadas; também havia o ensino primário complementar, com aulas de português, aritmética, geometria, geografia, história pátria, caligrafia, noções de física, química, história natural, higiene, desenho profissional e economia doméstica. Além disso, também funcionava um curso noturno, visando alfabetização de mulheres impossibilitadas de estudar durante o dia, com duração de 2 horas.

O número de matriculadas no curso diurno era aproximadamente 130 alunas por ano, com aulas diárias de 9 às 16 horas, inclusive aos sábados. Na escola eram realizados trabalhos, totalizando, por exemplo, no ano de 1926, 978 de costura, 406 de bordados e rendas, 539 de chapéus e 192 de artes aplicadas. É importante salientar que apesar da produção, a escola enfrentava bastantes dificuldades de mobiliário, qualificação de professoras e, sobretudo, do baixo rendimento de diversas alunas, consequência de um exame de admissão considerado pouco rigoroso. Olhamos criteriosamente para as fontes, mas observamos frequente esforço e empenho da diretora no bom funcionamento da escola e no rigor desempenhado durante a sua gestão.

Organização administrativa

No período correspondente aos anos de 1922/1923 a 1930, a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha esteve sob direção da Sr^a Maria Pereira das Neves. No final do ano de 1930, esta diretora foi transferida para a cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro.

Além da diretora, Maria Pereira das Neves, o corpo administrativo contava também com uma secretária, *Magdalena Galvão de Queirós R. de Castro*; uma almoxarife, *Maria Isabel Pinheiro*; uma porteira, *Antônia Monteiro Barrozo de Siqueira*, quatro inspetoras de alunas, *Josephina Peixoto de Azevedo*, *Maria José da Silveira Areas* e *Cândida Pereira Paes*; e um servente, *Luiz Rodrigues de Barros*.

O currículo nas oficinas

O corpo docente era formado por cerca de 30/31 professoras, divididas entre as salas de aulas e as oficinas. As oficinas eram de *Costura e Corte*; *Chapéus*; *Bordados e Rendas*; *Flores e Frutos*. Em cada oficina havia uma professora titular, chamada de *Mestra*, além de 3 (três) professoras, designadas *contra-mestras*.

As professoras (mestras, contra-mestras e substitutas) deveriam estar disponíveis para o caso de serem solicitadas a comparecer na escola fora dos horários determinados de aulas, sempre que o serviço exigisse e desde que este tempo estivesse de acordo com o Regulamento da escola.

Nas oficinas, as aulas aconteciam pela manhã, com horários diários de 9h às 12h. As alunas do 1º ano passavam por todas as oficinas, alternado-as a cada 15 dias.

Vejam os exemplos referentes às matrículas das oficinas no ano de 1930:

1º ano

Oficinas de Flores e Frutos, Chapéus e Bordados e Rendas: 10 alunas matriculadas em cada uma; Costura e Corte: 11 alunas.

2º ano

Oficinas de Flores e Frutos e Chapéus: 03 alunas em cada; Bordados e Rendas: 06 alunas; Oficina de Costura e Corte: 27 alunas matriculadas.

3º ano

Oficina de Costura e Corte: 17 matriculadas; Bordados e Rendas e Chapéus: 06 alunas em cada uma.

4º ano

Oficina de Costura e Corte: 11 alunas matriculadas; Bordados e Rendas: 03 alunas; oficina de Chapéus: 02 alunas.

Quadro docente das oficinas

Oficina de Costura e Corte: Anna Carmem Cordeiro, mestra; Iracema dos Santos Sieberath, Maria Moreira Campos e Zilda Alves - contras-mestras;

Oficina de Chapéus: Rita Manhães, a mestra; Zahira Romana Pinto, Hermínia Paes de Oliveira e Maria Antonieta dos Santos Lacerda – contras-mestras;

Oficina de Bordados e Rendas: Izaura Peixoto, a mestra; Arinda Peixoto Prata, Carolina Manhães de Moraes e Maria Eneida Nunes – contras-mestras;

Oficina de Flores e Frutos: Zilde Manhães, a mestra.

O currículo nas salas de aula

As aulas teóricas, no período da tarde, começavam às 13h e terminavam às 16h, de segunda a sábado. O currículo constava das seguintes disciplinas:

1º ano: Português, Desenho, Economia doméstica, Aritmética, Moral e Cívica, Música e Trabalhos Manuais (total de 7 disciplinas).

Professoras:

Alzira Perissé Sodré – Português; Graziella Souto R. do Rosário – Desenho e Trabalhos Manuais; Rita de Cássia B. Sobral – Economia Doméstica; Maria da Conceição Peixoto – Aritmética; Maria Isabel Peixoto – Moral e Cívica; Zinia Muylaert Collares – Música

2º ano: Álgebra, Desenho, Moral e Cívica, Música, Economia Doméstica, Português, Artes Aplicadas (total de 7 disciplinas).

Professoras:

Elza Pereira das Neves - Álgebra; Zaira Peixoto e Alzira Gesteira Passos – Desenho; Maria Isabel Peixoto – Moral e Cívica; Zilda Tavares – Música; Rita de Cássia Sobral – Economia Doméstica; Hilda Barcelos Sobral – Português;

Maria Amélia Vasconcellos e Maria de Lourdes Veiga – Artes Aplicadas

3º ano: Português, Física, Música, Economia Doméstica, Artes Aplicadas, Geometria, Desenho, Moral e Cívica (8 disciplinas).

Professoras:

Hilda Barcelos Sobral – Português; Zenir Bacellar da Silva – Física; Zilda Tavares – Música; Maria Carlota Fernandes – Economia Doméstica; Alzira Barcellos – Artes Aplicadas; Elza Pereira das Neves – Geometria; Alzira Gesteira Passos – Desenho; Maria Isabel Peixoto – Moral e Cívica

4º ano: Português, Química, Economia Doméstica, Artes Aplicadas, Desenho, História Natural, Moral e Cívica, Música (8 disciplinas).

Professoras:

Hilda Barcelos Sobral – Português; Zenir Bacellar da Silva – Química e História Natural; Maria Carlota Fernandes – Economia Doméstica; Anna Gesteira Passos – Artes Aplicadas; Zaira Peixoto – Desenho; Maria Isabel Peixoto – Moral e Cívica

Zilda Tavares – Música

Os cursos desenvolvidos na escola

O curso geral

Era denominado Curso Geral a primeira etapa de estudos desenvolvidos pelas alunas ao ingressarem na escola. Compreendia a frequência às oficinas, pela manhã, e às aulas das disciplinas teóricas, no período da tarde.

As alunas deveriam ter 12 anos de idade, no mínimo e 20 anos, no máximo. Deveriam apresentar o Diploma ou Certificado de conclusão da 5ª série primária, ou fazer uma prova, chamada de Exame vestibular, Exame de Admissão e também conhecida como Prova Oral. As candidatas que apresentassem o documento de conclusão do ensino primário estavam habilitadas e ficavam isentas do vestibular.

Conforme a publicação da imprensa local, estas provas constavam das disciplinas de Português, Aritmética, Economia Doméstica, Álgebra e Geometria; eram marcadas em datas e horários previamente anunciados por dias consecutivos.

Os documentos requeridos para a matrícula eram: A Certidão de idade – o Registro Civil de Nascimento; Atestado de Vacina, além do já mencionado Diploma ou Certificado de conclusão do ensino primário. Era preenchida uma ficha contendo as informações básicas referentes à filiação, endereço e naturalidade de cada aluna.

O curso de aperfeiçoamento

Às alunas que concluíam o Curso Geral era concedida a oportunidade de prestarem serviço à Escola como auxiliares das Contra-mestras, nas turmas de 1º ao 3º ano, nas oficinas nas quais se especializaram durante sua formação, além de serem alunas nas demais oficinas.

Essa especialização acontecia em horários extras, fora dos horários normais de aula, sendo que as alunas do curso de aperfeiçoamento trabalhariam como auxiliares ou regeriam turmas a critério da diretora, não tendo direito à remuneração. Mais tarde o estágio incluiria também o trabalho na Secretaria e no curso de Artes Domésticas. Deveriam estar na Escola, diariamente, das 9h às 12h.

Das 15 alunas que concluíram em 1929 o Curso Geral, todas se apresentaram, ou se matricularam, para o estágio no Curso de Aperfeiçoamento e destas, 14 concluíram.

Da leitura dos relatórios contidos no arquivo escolar, é possível perceber o grande interesse das alunas pelo curso de aperfeiçoamento e, ao que é mencionado no arquivo, a direção e todo o corpo docente ficavam bastante agradecidos com o empenho e a dedicação com que as alunas trabalhavam, gratuitamente, almejando mais experiência para sua profissionalização; algumas chegaram a receber destaque por atuação impecável, como é o caso da aluna *Ana Calomeni* que atuou como substituta da professora Maria Amélia Vasconcellos, de junho até o final do ano de 1930.

A professora Maria Amélia era auxiliar na disciplina de Artes Aplicadas e foi designada para servir em comissão na Escola Normal de Campos. Outras alunas também substituíram professoras que precisaram se ausentar por motivos de saúde. Assim este primeiro ano do Curso de Aperfeiçoamento foi avaliado como satisfatório.

O curso especial

Este curso teve início de seu funcionamento em 1929 e, conforme os relatórios apresentados, conquistou o sucesso de desempenho na avaliação da direção da escola. Constava das aulas que aconteciam nas oficinas no período da tarde, as mesmas oficinas, ou seja: Costura & Corte, Bordados & Rendas, Flores & Frutos e Chapéus. Sempre de segunda a sábado, das 14h às 16 h. E o curso de Artes Aplicadas, às quintas-feiras, de 10h às 12h.

No primeiro ano do Curso Especial (1929), foram matriculadas 40 alunas no início do ano e em julho mais 20, entretanto a direção escolar decidiu não manter esse número de alunas alegando insuficiência de mobiliário para o desenvolvimento das aulas. Neste mesmo ano, por ocasião da exposição, estas alunas apresentaram 275 trabalhos, de todas as oficinas e ainda as produções das aulas de Artes Aplicadas.

No Curso Especial as alunas não precisavam frequentar aulas teóricas, em horário distinto, como as alunas do Curso Geral, mas apenas as aulas nas oficinas. Este era um curso livre que não possuía um regulamento para controle, por isso a flexibilidade dos movimentos de entrada.

Conforme anúncio do edital no Jornal Folha do Comércio, de 05 de janeiro de 1930, as candidatas ao Curso Especial deveriam ser maior de idade. As vagas foram limitadas a 20 candidatas, 05 alunas em cada oficina, e incluía também a necessidade de que as alunas frequentassem as aulas do Curso de Artes Aplicadas e Artes Domésticas,

além das oficinas, completando o que foi chamado de **Curso Profissional**, esta nomenclatura também é mencionada nos relatórios numa referência a todas as modalidades do ensino juntas.

O curso noturno

O curso noturno era um modelo de Escola Primária que ocupava as dependências da Escola Profissional Nilo Peçanha, no horário noturno, atendendo especialmente moças que trabalhavam como empregadas domésticas durante o dia.

O curso estava sob a direção da professora D. Olinda Gomes Pinto, auxiliada pelas professoras adjuntas Alayde Rodrigues Lírio e Maria do Carmo Veiga, ambas diplomadas pela Escola Normal de Campos.

Alguns fragmentos, transcritos abaixo, retirados dos relatórios de Inspeção contidos no arquivo da Escola Profissional Nilo Peçanha, mostram as características do Curso, os objetivos, o currículo, o perfil das alunas atendidas e das professoras, bem como condições gerais e perspectivas futura.

A matrícula atual é de 79 alunas. Foram matriculadas 84, mas só frequentam 79, por se terem retirado 5. Compareceram hoje 30 que estiveram presentes à inspeção. A frequência média do mês foi 36. As alunas aqui matriculadas são todas moças que vivem em empregos durante o dia, quer como operários, quer como domésticas, e sua frequência demonstra o desejo que nutrem de conseguir alguns conhecimentos indispensáveis na vida prática. O tempo letivo é de apenas duas horas, que considero insuficiente, pois é durante este curto período que elas podem preparar suas lições, pois as horas dos dias são absorvidas pelos patrões que as remuneram para prestarem serviços. Este curso é de dois anos, mas o programa é de tal modo desenvolvido que não poderão as alunas completá-lo nesse tempo, apesar do esforço que empregam as professoras e alunas. (Livro de Registros – 1930, p. 49)

Outra visita de inspeção registra a presença de 39 alunas, quando o número de matriculadas era de 81 alunas. Das matriculadas: 51 alunas em duas turmas de 1ª série, e 30 alunas em duas turmas de 2ª série. As turmas eram organizadas de acordo com níveis de desenvolvimento, assim as mais adiantadas ficavam separadas das menos adiantadas.

Assisti à leitura de um grupo de alunas da série mais adiantada, leitura que muito se resente dos vícios de linguagem adquiridos no meio em que elas vivem. Esses vícios vão sendo gradativamente corrigidos pelas senhoras professoras que, para isso não tem poupado esforços. Dignas são, pois de louvor essas preceptoras que, bem compreendem a situação pouco favorável

de suas alunas, procurando transmitir-lhes os necessários e indispensáveis conhecimentos usando para isso de métodos e processos apropriados. Não é esse um curso em que possam as professoras apresentar sensível resultado, apesar do esforço empregado pois as alunas requeentam durante duas horas apenas. (Livro de Registros – 1930, p. 51).

A frequência era bastante instável, aliada a uma carga horária de aulas, de apenas 2 horas por dia. As alunas também recebiam um grau menor de exigência no desempenho dos resultados da aprendizagem. Segundo as palavras do próprio inspetor, as alunas não podiam se dedicar durante o dia por causa da ocupação:

Por isso não se pode exigir aqui notável aplicação e progresso por ser insuficiente o tempo de que elas podem dispor para empregarem nos misteres do ensino. Apesar disso, devido ao esforço das senhoras professoras e das mestras alunas, algumas, já se nota relativo adiantamento. (...) não tem durante do dia, devido aos deveres outros que tem a cumprir, o tempo necessário para o preparo das lições que lhes são marcadas, o que fazem durante o curto período em que permanecem na Escola. Apesar, notem, de sua condição humilde e pouco aperfeiçoamento na educação, posso afirmar ser irrepreensível a disciplina. (Livro de Registros – 1930, p. 54).

As festas escolares

A Escola mantinha como tradição a comemoração de datas importantes e para tanto, eram realizadas cerimônias cívicas que seguiam um padrão formalizado. O modelo seguido se constituía basicamente da execução do Hino Nacional, apresentação musical com solo e o coro das alunas da Escola; a leitura de textos e palestras que eram proferidas por professoras e também pela Diretora.

As datas comemorativas principais que se encontram relatadas são as de 13 de maio (abolição da escravatura), 7 de setembro (Independência do Brasil) e 15 de novembro (Proclamação da República), porém uma das datas mais comemoradas era o dia da Bandeira, 19 de novembro; também constam registros, não detalhados, de cerimônias para receber autoridades do governo estadual e federal em visitas à Escola.

Exposições

As exposições eram eventos organizados pelas professoras das oficinas, ao final de cada ano, como culminância do ensino e da aprendizagem desenvolvidos ao longo dos 12 meses. Toda a comunidade podia visitar a exposição dos trabalhos e ainda adquirir os que estivessem à venda. Muitos trabalhos eram feitos sob encomenda, por pessoas que conheciam a qualidade dos mesmos, garantindo assim, o custeio dos

materiais usados. Havia também outros trabalhos produzidos para uso das alunas, muitas vezes para confecção de seus próprios enxovais.

Os trabalhos apresentados durante a Exposição de 1930 estão assim relacionados, conforme seus respectivos cursos:

O Curso Geral ou Profissional: Oficinas: Costura e Corte – 846; Bordados e Rendas – 133; Chapéus – 704; Flores e Frutos – 55 dúzias e meia; Artes Aplicadas – 269.

O Curso Especial: Oficinas: Costura e Corte – 134; Bordados e Rendas – 11; Chapéus – 100; Flores e Frutos – 37 dúzias e meia; Artes Aplicadas – 25.

O Curso de Aperfeiçoamento: Costura e Corte – 18; Bordados e Rendas – 17; Chapéus – 83; Flores e Frutos – 33 dúzias; Artes Aplicadas – 19.

Totais de cada Oficina: Costura e Corte – 998; Bordados e Rendas 161; Chapéus – 887; Flores e Frutos – 126 dúzias e Artes Aplicadas – 313 trabalhos; perfazendo um total geral de 2.485 trabalhos produzidos por toda a Escola Profissional no ano.

Conclusão

Ainda há muito que se desvendar acerca da atuação feminina, e de sua educação profissional, não apenas dentro da escola, ainda uma socialização cerceada pela permissão masculina, cheia de limites impostos, trabalhando pela conquista de uma visibilidade, um lugar, um espaço, que se ampliava na medida em que dava conta do trabalho que lhes era confiado.

Mas podemos afirmar, enfim, que a E.P.F. Nilo Peçanha fez juz às suas finalidades:

prepara a mulher para a família e para a Pátria: forma-se-lhe o character na moral e no dever, prepara-se, portanto, o homem do futuro, porque quem quizer o homem educado moral e civicamente eduque primeiro a mulher. (Termo de visita lavrado pelo Exmo. Snr. Inspector do Ensino Profissional, José Joaquim da Costa, quando em visita à E.P. Nilo Peçanha, em 26/7/1926).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. – (Prismas).

BONATO, Nailda Marinho da Costa. *Uma Escola de Formação Profissional para o Sexo Feminino no Distrito Federal: a Escola Profissional Paulo Frontin (1919)*. Caxambu, 2001. Trabalho apresentado na XXIV Reunião Anual da ANPED.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização – 2ª Ed.* – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FERNANDES, Rosane Schmitz. *Escola Profissional Feminina e as Relações de Gênero: Florianópolis, 1935-1960*. Centro de Ciências da Educação /CCE/ Faed da Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, 2006.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In. Mary Del Priore (org.) *História das mulheres no Brasil*. – 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2000. Páginas 510 a 553.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do Ensino Industrial no Brasil*. - 2. Ed., em CD ROM, Rio de Janeiro: CEFET, 1961.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In. Mary Del Priore (org.) *História das mulheres no Brasil*. – 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2000. Páginas 443 a 481.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recôndito do Mundo Feminino. In *História da Vida Privada no Brasil / coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998. – *História da Vida Privada no Brasil*; 3). Páginas 367 a 421.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In. Mary Del Priore (org.) *História das mulheres no Brasil*. – 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2000. Páginas 579 a 605.

SANTOS, Jailson Alves. A trajetória da educação profissional. In Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Chynthia Greive Veiga (org.) trajetória da educação profissional. 500 anos de educação no Brasil. – 3. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Páginas 205 a 224.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 – 14ª Reimpressão. Páginas 275 a 295.

VEIGA, Cynthia Greive. História Política e História da Educação. In Cynthia Greive Veiga e Thais Nivia de Lima Fonseca. História e Historiografia da Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Pág. 13 a 47.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES
Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

FORMAÇÃO DO ESPÍRITO CIENTÍFICO INTERSDISCIPLINAR: A PRODUÇÃO SOLIDÁRIA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Wilson Madeira Filho

Professor Titular da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da
Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF)
wilsonmadeirafilho@hotmail.com

José Antonio Callegari.

Mestrando do PPGSD-UFF
calegantonio@yahoo.com.br

Os místicos pretendem que o êxtase lhes revele uma câmara circular com um grande livro circular de lombada contínua, que segue toda a volta das paredes; mas seu testemunho é suspeito; suas palavras, obscuras. Esse livro cíclico é Deus. (Jorge Luis Borges, “A biblioteca de Babel”)

Ao autor de um livro poderia bastar sua obra única, se considerada obra prima, produto exemplar do gênio humano. O autor de um importante tratado se tornava, “para sempre”, o Grande autor, cuja Pedra Fundamental atravessaria a História enquanto monumento de sua grandeza, peça essencial a compor o puzzle gigantesco do conhecimento.

A era contemporânea, que esfacela o objeto livro em textos midiáticos, em imediatas recomposições e reconfigurações, em um digital book onde cabem todas as páginas de todos os livros, apazigua essa busca tormentosa por sentido, devolvendo-nos à dispersão dos símbolos.

A figura do erudito metódico, trancado em seu escritório, purgando em seu drama solitário a revolução silenciosa do conhecimento, passou, na atualidade, a exigir permanente publicidade e partilha social. À obra imortal substitui a exigência do plano de carreira de produção no último triênio e à vitrine permanente do currículo Lattes.

Não mais existem grandes autores, senão enquanto uma reação neo-barroca. Mas proliferam grandes obras, fruto de trabalhos coletivos. E essa é uma realidade a penetrar também nas ciências sociais e humanas, onde o mito do autor grassou historicamente.

O presente trabalho irá abordar essa questão entremeando duas perspectivas: a arte de composição e o debate epistêmico.

O escritor em férias e arte dos laboratórios

“Gide lia Bossuet descendo o Congo”. Essa imagem é o ponto de partida para a crítica mordaz de Roland Barthes (1982), a mais de cinco décadas, ao descrever, dentre as mitologias contemporâneas, a figura do escritor “em férias”. Férias que despertam uma contradição: o estatuto burguês para os intelectuais os encerra em uma aura sublime, onde a índole vocacional do escritor desperta em insights que não possuem hora nem lugar. Portanto, a rigor, não existiriam férias possíveis para o escritor – “...o deus permanece; é-se escritor como Luís XIV era rei, mesmo sentado na privada” (p. 24).

Todavia, tratava-se, na crônica de Barthes, de lidar com um duplo fenômeno: de um lado, a aproximação do escritor com o trabalhador, proletarizando-o e atribuindo-lhe as férias pagas; de outro lado, a desmistificação (para Barthes, no fundo, uma mistificação astuta) do gênio, que súbito poderia ser flagrado em pijamas, namorando ou comendo filé malpassado, transmutado em figura prosaica. Essas “férias” e esse prosaísmo, entretanto, apenas reforçariam o atributo burguês do escritor, em uma dupla articulação semântica, ao configurar um significado como novo significante junto ao qual se aduz nova significação. Vale dizer, o escritor passa a ser recepcionado como sublime justamente por conseguir, lidando com as mesmas ferramentas do cotidiano, desvendar a consciência universal e produzir um novo tomo da Fenomenologia do Ego.

Esse mito do Autor, em certa medida, correspondia, em sua arte composicional, a modelos estéticos clássicos, onde temas como o domínio da sombra, no desenho, o domínio dos tons e semitons, na música, os domínios de modelos narrativos, na escrita, e o domínio de passos básicos, na dança, conjugariam o instrumental técnico onde o espírito vocacionado se exercitaria, produzindo versões estilizadas e criando variações e novos modelos.

Desse modo, o artista quando jovem, por exemplo, exercitaria o desenho de uma esfera, em seguida de uma folha, depois de um bule, logo após um pato, em seguida um cavalo, passando para cenas da natureza, com bosques, celeiros, água corrente, por do

sol, chegando ao corpo humano, a partir do modelo vivo. Os desenhos de Albrecht Dürer (1471-1528), representam, nesse sentido, um ícone paradoxal: um coelho ou folha hiperreais trazem a ilusão da imagem gráfica séculos antes da invenção da fotografia, em técnica que irá pautar a iconografia dos futuros naturalistas, e seu clássico Rinoceronte, animal que o artista nunca viu, surge, com couraça e escamas, segundo as narrativas fantásticas dos viajantes, presenteando-nos com uma realidade superior: aquela advinda da percepção do que é narrado.



A esfera. Desenho de Wilson Madeira Filho

O aparato técnico da arte composicional, em seu contexto acadêmico, que se constituiu em metamodelização crítica, passa a enfrentar, diante de mecanismos de avaliação de cursos de pós-graduação, série de exigências formais que alteram o perfil clássico. Destacamos dois aspectos: 1) a exigência de produção sistemática ou, melhor dizendo, de avaliação conforme a produção no período, desmistifica o Autor, posto que o periodiza, forçando-o a uma continuada performance e apenas enquanto durar a produção – vale dizer, de dândi da produção capitalista, o intelectual equipara-se, enfim, ao proletário; 2) a noção advinda do direito administrativo de transparência e visibilidade do serviço público implica, além de uma exposição permanente em site público de seu currículo e mesmo de seu salário, em novas técnicas que exteriorizam aventados ideais de conjugação de saberes, com promoção holística do conhecimento docente e discente – em outras palavras, afere os resultados empíricos dessa interação pela via da autoria conjunta.

A estética dos laboratórios passa a exercer maior influência, numa estrutura acadêmica de produção permanente onde a autoria é o resultado de um trabalho de equipe. Vicissitudes autorais configuram por certo características específicas e trajetórias culturais nos campos próprios das ciências sociais e humanas, em contraposição ao modelo “laboratorial”, comum em áreas tecnológicas. Contudo, guardadas as ressalvas específicas para a importância de determinados modelos de expressão distintos nas diferentes esferas científicas, o que importa assinalar, é que a arte dos laboratórios e seu modo de produção solidário e colegiado externa melhor os modelos democráticos e construtivistas embandeirados justamente pelas ciências sociais e humanas enquanto ideais.

O espírito científico crítico e o narcisismo intelectual

A formação do espírito científico foi tratada por Bachelard sob a perspectiva de superação de obstáculos epistemológicos, como se pode ver nesta passagem: “Precisar, retificar, diversificar são tipos de pensamento dinâmico que fogem da certeza e da unidade, e que encontram nos sistemas homogêneos mais obstáculos do que estímulo. Em resumo, o homem movido pelo espírito científico deseja saber, mas para, imediatamente, melhor questionar” (Bachelard: 1996, p. 11).

Os verbos precisar, retificar, diversificar indicam movimento constante, mudança, rupturas. A dinâmica sugerida integra o inquieto espírito científico na busca constante por adequação entre o teórico ideal e o pragmático utilitário. Certeza e unidade levariam o cientista a um tipo de conhecimento senão estático ao menos com tendência para estabilizar-se em modelos prescritivos hegemônicos, acríticos e de duvidosa utilidade coletiva. Os sistemas homogêneos representariam modelos a serem superados pelo avanço da ciência.

A evolução constante das técnicas impõe rupturas de paradigmas para dar conta dos riscos e dissensos gerados em sociedades complexas. Como dito por Bachelard, o homem movido por espírito científico deseja saber para melhor questionar. Assim o fazendo desenvolve o pensamento crítico que mais crítico se torna à medida que se abre cognitivamente para informações que transitem do meio para o sistema e do sistema para o meio.

Este movimento de reflexão contextualiza o tema sobre interdisciplinaridade na pesquisa acadêmica. A busca por uma ciência consciente, reflexiva e autocrítica levamos a questionar os paradigmas da formação e da pesquisa universitária. O modelo de formação e pesquisa tradicional no qual o saber técnico de uma área não se comunica ou comunica mal com outros segmentos está falido. O estágio atual da vida moderna, complexa (Morin: 2003; Giddens: 1991), líquida (Bauman: 2001), e sistemicamente acoplada (Luhmann: 2009), requer uma ruptura de paradigmas para superação dos mais variados obstáculos epistemológicos que prejudicam o desenvolvimento do pensamento científico.

A transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas tem alcançado baixas performances. O conhecimento disciplinar centrado em si mesmo não tem oferecido respostas suficientes para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, movimentos de rupturas de paradigmas fazem emergir posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias. Cada vez mais ocorrem acoplamentos estruturais (Luhmann: 2009) entre os sistemas, por conta de crescente abertura cognitiva, que geram, internamente, processos de seleções de informações com o escopo de estabilizar e melhorar o funcionamento interno de cada um deles. A comunicação sistêmica, guardada as devidas proporções, ocorre também no

contato interdisciplinar entre os cientistas e todos aqueles que operam dentro do universo da pesquisa acadêmica.

Neste contexto, questiona-se sobre a existência de um paradigma epistemológico dominante. A resposta parece ser negativa. Da mesma forma, está em cheque a concepção de um paradigma global que funcione como única forma de acesso ao conhecimento verdadeiro. Se antes da consolidação do modo de vida tecnológico, as prescrições normativas de sistemas peritos (Giddens: 1991) pautavam as nossas condutas, hoje tais prescrições estão sob avaliação e superação em ritmo cada vez mais intenso. Diante disto, a complexidade do mundo contemporâneo nos leva a adotar sistemas interdisciplinares como forma de produzir conhecimento científico. Existem possibilidades de fazer as coisas de outro modo mais adequado à realidade circundante. A produção tradicional do conhecimento científico movimentava-se no sentido teórico–empírico. A tendência atual é adotar o movimento em sentido contrário, ou seja, empírico–teórico. Um exemplo disto ocorre com a sociologia pública, forma de construção de saber sociológico através do engajamento dos cidadãos na compreensão dos fenômenos sociais em contextos de vida real. A voz destes atores e o conhecimento perito do cientista social atuam conjuntamente para desvendar os fenômenos observados e vividos intensamente. Entre os dois níveis de linguagem e competência penetram elementos estranhos a cada um dos atores envolvidos. Este processo de troca recíproca de experiências vai enriquecendo a pesquisa e os resultados encontrados. Talvez seja esta capacidade para dialogar com o outro, esta interação multimodal, que faça do método de formação do espírito interdisciplinar o mais adequado para compreensão dos fenômenos multicausais que dão colorido diferente à vida moderna: cosmopolita, globalizada, fluida, transnacional, multidisciplinar, em rede...



O bule. Desenho de Wilson Madeira Filho

Um corpo líquido se oculta. A realidade - líquida (Bauman: 2001) - não pode ser mais enquadrada dentro do modelo de saber disciplinar tradicional. Ordem, separação e redução não comportam a riqueza diversificada da vida complexa. Se a ciência moderna procura conhecer para intervir, necessita de instrumentos de apreensão da realidade complexa aptos a instrumentalizar a intervenção pretendida. A ciência cada vez mais é o reduto de um pensamento prático, nem por isto desprovido de reflexões de ordem ética e moral. É justamente para superar insuficiências do pensamento disciplinar que emerge a interdisciplinaridade, como resultado de um processo de comunicação entre disciplinas que apresentam enfoques diferentes e complementares sobre um mesmo

objeto. A síntese deste processo é a produção de um saber solidário construído comunicativamente (Habermas: 2003). Reconhecendo a unidade do múltiplo ou a multiplicidade do uno, transpomos os limites solitários da pesquisa disciplinar dotada de poucos recursos para compreensão de fenômenos complexos. A interdisciplinaridade rompe com o paradigma hegemônico da pesquisa positivista: ordem, redução e pensamento simplificador.

Se o método de investigação tradicional isola o cientista em seu universo, tem-se o contrário no modelo interdisciplinar. O seu perfil dialógico retira o cientista de sua ilha solitária, onde somente a companhia de Sexta-Feira o impede de isolar-se definitivamente do mundo. O mundo do Pequeno Príncipe ruiu-se. O cientista não joga mais sozinho o “jogo” e a disputa pela inovação agora é compartilhada. As regras ditadas são do “jogo” em equipe. Não basta mais ser o craque camisa 10. Importa a construção coletiva para o bem coletivo. Este processo de humanização da ciência provoca intensas reflexões sobre a formação do cientista.

A questão é complexa como o próprio tema. A interdisciplinaridade é também uma forma de competência. Para Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999, p.23): “O fato é conquistado contra a ilusão do saber imediato”. A conquista do fato requer um saber em construção, supondo rupturas e aprimoramentos. Não é um saber da primeira impressão, que se mostra como obstáculo epistemológico. Trata-se de um saber precavido contra os impressionismos. Da mesma forma, podemos dizer que o conhecimento não é adquirido de forma imediata e, por decorrência, a formação do espírito científico não se alcança de um salto. É, antes de tudo, o resultado de um longo processo de formação e amadurecimento do próprio ser humano.

Segundo Bachelard, o problema do conhecimento deve ser colocado em termos de obstáculos epistemológicos a serem superados. É no ato de conhecer que eles se manifestam como causa de inércia da evolução do pensamento crítico. Neste contexto de superação, o ato de conhecer dá-se contra um conhecimento anterior mal estabelecido. Se o conhecimento científico, como por ele afirmado, proíbe que tenhamos opinião sobre o que não compreendemos, seria interessante refletir sobre a finitude da compreensão dos fenômenos sociais com métodos de investigação monistas. Considerando que o espírito científico é questionador, o conhecimento adquirido manifesta-se através de respostas a questionamentos prévios. O êxito da investigação

científica, pois, estaria diretamente vinculado à qualidade das perguntas como produto da reflexão crítica.

A qualidade dos questionamentos, neste processo de construção do conhecimento, depende do nível de complexidade presente em determinado meio ambiente cultural. Para compreender a realidade circundante, diversos sistemas peritos são organizados (Giddens: 1991). O funcionamento destes sistemas depende de códigos de linguagem e métodos próprios que lhes assegurem o predicado da expertise disciplinar. Quando um sistema perito adquire certa hegemonia, tende a adotar um comportamento conservativo que dificulta o avanço científico. A ciência não é um patrimônio de determinada corporação ou disciplina por mais estruturada que seja. Como patrimônio coletivo, requer dos cientistas certo grau de modéstia e abdicção que lhes permita encarar o novo como oportunidade de crescimento e não como um desafio desprovido de sentido. O instinto formativo descrito por Bachelard não se acomoda com o estatuído, aquele formalmente prescrito em fórmulas e manuais de pesquisa científica.

Se a qualidade da pergunta é a chave para a construção do novo cientificamente revelado, pergunta-se qual o papel da argumentação na elaboração do discurso legitimador de novos paradigmas em ascensão. Quando a ciência comunica os resultados de investigações metodicamente organizadas, utiliza argumentos na defesa de pontos de vista muitas das vezes questionados por aqueles que defendem posições conservativas refratárias às mudanças de paradigmas. Então, certa abertura cognitiva é necessária para que as rupturas sejam aceitas sem ressentimentos (Habermas: 2003). A obra científica, neste caso, deve ser compreendida em sua dimensão coletiva como patrimônio comum e não somente como êxito estratégico individual. Adequado seria dizer que uma cabeça bem feita seria aquela que escapa do narcisismo intelectual. A cabeça científica, por outro lado, seria um produto de uma escola em construção e transformação constantes, apta para dialogar em contextos de sociedades complexas. Uma “revolução psíquica”, pois, deve acompanhar este processo de mudança estrutural na esfera acadêmica.

A construção da personagem. A preparação do ator

O ator substitui o autor? Como na peça de Pirandello, *Seis personagens a procura de um autor*, a realidade social ocupa de assalto o espaço erudito. A superexposição produtivista como modelo de avaliação da academia opera uma reestruturação do trabalho docente, que ao tempo em que o sujeita à economia flexível, desencastela o saber.

Na ordem da composição textual, a técnica teatral passa a ser subsídio de formação. A metodologia científica, enquanto disciplina instrumental, pode se valer desses métodos, buscando, por exemplo, lições no sistema Stanislavski (2009a; 2009b). Esse sistema permite ao aluno uma iniciativa criativa, não estabelecendo exercícios rígidos, mas incentivando que o mesmo utilize as técnicas para criar sua própria interpretação. Desta forma, não será a metodologia em si o determinante, mas ela irá propiciar o desenvolvimento criativo dessa construção. Em *A construção da personagem*, Stanislavski esclarece que as fórmulas têm pouca utilidade se os alunos não experimentarem em si mesmos os efeitos do tempo-ritmo. Cada pessoa tem seu tempo-ritmo: “Se vocês escutarem com cuidado a confusão desses ritmos, batidos pelos metrônomos, poderão por certo procurar e selecionar dentre eles tudo de que precisam para fazerem suas próprias combinações e agrupamentos rítmicos a fim de exprimir as fórmulas mais complexas e variadas.” (2009a, p. 256)

As intervenções do diretor propiciam o desenvolvimento do processo de aprendizagem. No sentido correlato, na organização de um artigo científico ou de um relatório de pesquisa, o estudante, como o ator em cena, deve, sob a orientação do docente-diretor, dominar seu ritmo e marcação de espaço face ao conjunto de atores (equipe de trabalho) e à decupação do texto.

Para tanto, em *A preparação do ator*, ressalta que o ator deverá dividir o ato em unidades que realmente importem, de modo que ele não se desnorteie do objetivo principal do ato: “Assim também deve guiar-se o ator, não por uma infinidade de detalhes, mas por aquelas unidades importantes que, como sinais, demarcam o canal para ele e o conservam na linha criadora certa.” (2009b, p. 151).

A divisão da peça, e no nosso caso, a divisão do artigo científico, deverá ser feita em principais episódios orgânicos; separando o conteúdo essencial. Cada unidade subdivide-se em unidades médias e pequenas. “Não decomponham uma peça mais do

que o necessário, não usem detalhes como guia. Criem um canal, delineado por divisões amplas, que tenham sido minuciosamente elaboradas e preenchidas até o último detalhe” (2009b, p. 153).

Assim como no teatro, o foco no resultado leva à canastrice, ocasionando produtos forçados, ou, em termos epistemológicos, apresentando libelos ideológicos ou jargões de manual como resultado de hipóteses não aferidas. “Achamos em cena inúmeros objetivos e nem todos são necessários ou bons. Muitos são até prejudiciais. O ator deve aprender a distinguir a qualidade, a evitar o inútil e selecionar objetivos essencialmente certos” (2009b, p. 156).

As observações até agora assinaladas nos remetem também para a relação intersubjetiva que se estabelece no desenvolvimento de projetos de pesquisa. Podemos sugerir algumas combinações possíveis tais como: professor–professor, professor–estudante, estudante–estudante. Outras combinações podem ocorrer entre pesquisadores na mesma linha de pesquisa, entre linhas de pesquisa distintas, entre programas da mesma faculdade, de faculdades distintas, de universidades do mesmo país ou do exterior etc.

Contudo, é importante, em primeiro de lugar, definir semanticamente, professor e estudante na proporção ator-diretor. Tratam-se, instrumentalmente, de funções, onde eventualmente o mérito composicional pode estar destacado em um ou outro, mas o resultado objetivado deve ser fruto do trabalho comum.

A produção entre professores é a que aparentemente oferece menos dificuldade. Isto porque se supõe um mesmo nível de produção acadêmica daqueles que exercem a cátedra universitária. Ocorreria um tipo de produção entre pares. No entanto, a produção entre estudantes e professores suscita algumas questões. Estariam os professores dispostos ou seduzidos a produzir com alunos que supostamente possuem menos capital cultural acadêmico? O tempo gasto na produção de artigo com pesquisadores em formação atrapalharia a produção científica dos professores engajados em projetos mais complexos e que demandam abordagens mais verticais? Os estudantes, por sua vez, estariam em condições de agregar valor acadêmico através de textos mais densos? Ou as deficiências naturais, que podem surgir neste tipo de relação assimétrica, forneceriam os ingredientes necessários para a riqueza da pesquisa e produção científica interdisciplinar?

A nosso ver, o encontro produtivo de gerações de pesquisadores facilita a superação de obstáculos epistemológicos, na medida em que se torna atividade da Companhia teatral-Laboratório de pesquisa. Como efeito didático imediato, no caso da produção entre alunos, a relação simétrica viabilizaria o diálogo interdisciplinar despido de certos vícios epistemológicos adquiridos no âmbito dogmático.

Seja como for, o sistema de avaliação da produção científica vinculada a programas de pós-graduação demonstra certa hegemonia dos controles quantitativos que, aparentemente, não seriam plenamente adequados para avaliar projetos de pesquisa em ciências humanas. Os argumentos até agora apresentados não pretendem ingenuamente suprir das ciências todo o tipo de prescrição positivista. Pelo contrário, tudo o que foi exposto até agora serve para advertir-nos sobre a necessidade de fazermos emergir paradigmas epistemológicos interdisciplinares que permitam produzir e avaliar a produção acadêmica segundo prescrições quantitativas e qualitativas, sem preconceitos de qualquer espécie. Já foi dito que sociedades complexas apresentam uma gama multifacetária de questões que dificilmente seriam percebidas e apreendidas por um único método de abordagem.



O cavalo. Desenho de Wilson Madeira Filho

Conjuntos simples e conjuntos complexos

Logicamente, estamos apresentando algumas peças de um intrincado quebra-cabeça. Elas vão se juntado aos poucos e, se não revelam de imediato o resultado das junções desenhadas, permite intuir que estamos tratando da modificação dos paradigmas epistemológicos da produção e da formação acadêmica. É na academia que vamos encontrar o acoplamento entre a teoria idealmente imaginada e a realidade do mundo vivida. Na academia, e para além de seus diversos e intrincados mecanismos de domesticação, transitam vários atores sociais, cuja contribuição é fundamental para consolidação dos paradigmas da ciência consciente de seu papel social: professores, pesquisadores, estudantes e pessoas dos mais variados segmentos sociais.

Ao tratarmos de interdisciplinaridade, estamos analisando paradigmas não de uma nova ciência, mas novas abordagens dos métodos científicos prescritos. O diálogo entre as disciplinas vai produzindo e também reduzindo atritos que moldam os parâmetros para apreensão da realidade e construção de relatos argumentativos extraídos do campo.

Os diferentes elementos da vida cultural dependem causal ou funcionalmente uns dos outros. Sendo assim, na relação objetiva dos fatos, o mesmo deve acontecer com as disciplinas que se encarregam de analisá-los segundo métodos próprios. A rede de dependência causal está presente em todos os segmentos da vida. Quando analisamos o caráter solitário da formação do cientista destacamos a “linha do tempo” em seu facebook-Lattes: elementos de revisitação nostálgica em vitrines multimídias.

Vale dizer, no contexto clássico, o coelho de Dührer encontra recompensas estéticas pela aura da foto digital no modo manual, em preto e branco, ampliando o ISO e calculando abertura versus profundidade de campo.



Mesas e cadeiras. Foto de Wilson Madeira Filho

Os argumentos até agora apresentados nos dizem que para formar a opinião científica é necessária a conjunção de esforços coletivos e interdisciplinares diante da complexidade multifatorial da sociedade de consumo (Bauman: 2001). A constante emergência de novas tecnologias, novas relações sociais em rede, deslocamento do campo e do objeto, “invisibilidade” de certos atores sociais fazem com que o pesquisador desista lucidamente do ideal enciclopédico humanista.

A divisão social do trabalho científico fragmenta para depois exigir aproximação dos saberes diluídos em disciplinas aparentemente autônomas. Este movimento de aproximação pode ser ou não informado por racionalidade instrumental. Um exemplo de sucesso de aproximação multidisciplinar instrumental foi descrito por Patrick Champagne (1996) ao estudar o campo político. Em suas observações, percebeu que, no jogo político, profissionais com diferentes especialidades traçam estratégias para conhecer, compreender, controlar e formar a opinião pública. O autor chama a atenção para o fato de que não se deve subestimar o poder social desses profissionais do conhecimento do mundo social.

O fato de estar em jogo êxitos individuais e coletivos com base em racionalidade instrumental retira das estratégias adotadas o seu caráter científico? O exemplo do

trabalho interdisciplinar no jogo político é pertinente porque o ponto central está justamente na capacidade de se produzir resultados exitosos através da conjunção de esforços de profissionais com expertises distintas e complementares: multidisciplinaridade solidária.

Podemos dizer que na pesquisa interdisciplinar ocorre o inverso: há multiplicação do trabalho social desenvolvido. Este sentido inverso do modo de produção científica tem outro forte componente. Atuando em equipe interdisciplinar, os pesquisadores necessariamente tem que se comunicar. Logo, a tendência é que haja um medium comunicativo entre eles no plano da linguagem utilizada. Assim como cada disciplina tem o seu jargão próprio, podemos intuir que as pesquisas interdisciplinares produzirão jargões comuns ao conjunto de pesquisadores, facilitando o processo de captação da realidade e de relatos dos fatos nos textos acadêmicos. Sem contar que se pode esperar certo freio inibitório provocado pelo constrangimento de atuar intimamente com profissionais formados em outras disciplinas com valores e pautas éticas próprias. Este tipo de pesquisa mostra-se, então, complexo. Por conta desta complexidade, requer de todos sinceros esforços de adaptação.

Colocada a questão da pesquisa científica como patrimônio comum, tem-se que a coletivização e o engajamento que se espera dos pesquisadores estão em sintonia com um tipo específico de trabalho científico: o trabalho solidário. Os pesquisadores “despidos” de racionalidades de êxito individual estariam aparentemente mais aptos para produzir reflexões úteis para a coletividade. Numa palavra, a pesquisa solidária resultaria deste fluxo de observações e questionamentos que enriquecem o método científico interdisciplinar.

Considerações finais: o resgate neo-barroco

Tudo o que foi exposto até aqui sugere que estamos diante de uma modalidade retórica emergente: a produção solidária do conhecimento. Esta produção solidária requer dos participantes de projetos de pesquisa sério comprometimento com o trabalho em grupo e apurado senso ético. Isto porque a tendência é que se admitam em breve espaço de tempo monografias de conclusão de curso, dissertações e teses de doutorado em co-autoria. Se há incentivo para o aumento da participação em co-autoria nos

congressos e na produção de artigos científicos, mostra-se plausível supor que isto venha a ocorrer em futuro próximo, até mesmo como corolário do modelo interdisciplinar proposto.

O envolvimento dos cientistas, neste modelo de pesquisa solidária, pode amplificar o potencial de observação, análise e, logicamente, o resultado final de uma pesquisa interdisciplinar. Isto porque fatores como história de vida, capital cultural e os méritos científicos distribuídos entre eles segundo aptidões natas, treinamentos eficientes e afinidade com áreas de formação enriquecem o processo de produção do conhecimento. Então, a pesquisa, segundo este modelo, tenderia a pertencer cada vez mais ao domínio coletivo, segundo uma racionalidade crítica de construção, avaliação, aprovação, financiamento e validação de projetos científicos. Haverá, assim, certa simetria na divisão do trabalho científico já que a estrutura das agências de fomento e controle da produção científica atuam solidariamente na forma de colegiados.

Por suposto, os argumentos podem ser multiplicados sem, com isto, esgotar o tema e apaziguar dissensos decorrentes de acalorados debates que podem surgir, principalmente diante desta perspectiva de produção solidária na produção de todos os tipos de trabalhos científicos. O certo é que o modelo da pesquisa interdisciplinar conduz todo o esforço de compreensão para este cenário hipotético. Seja como for, novos desdobramentos serão percebidos em face da crescente demanda por cursos oferecidos em programas de pós-graduação interdisciplinares. Logicamente, as irritações sistêmicas, provocadas por este movimento de ruptura e substituição procedimental, produzirá mudanças estruturais na esfera acadêmica.

Contudo, como já advertia Octavio Paz: “A tradição da ruptura implica não somente a negação da tradição, como também da ruptura...” (1984, p. 17). Nesse novo ambiente de trabalho, laboratorial, restaria, portanto, uma última conquista paradoxal: a retomada do Autor enquanto pastiche nostálgico.

Será a hora de reescrever clássicos, de formular teorias metafísicas e teses semióticas, de engajar todo o esforço em causas que não acreditamos mais. Pois a autoria permanece, com novos traços, se redesenha, busca novas técnicas. A folha. O riacho. A lapiseira. O cálice. O pato. Objeto de pesquisas antropológicas e mesmo de desafios arqueológicos, o livro autoral será o muiraquitã de um modelo narrativo, preparado para estar nas redomas dos museus ou nas visitas ao zoológico. Pronto, como as múmias, para despertar num imaginário sem limites.



Meu rinoceronte ou *Se eu fosse Dürer*. Desenho gráfico de Wilson Madeira Filho, com o programa Digimax Máster.

REFERÊNCIAS.

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996

BARTHES, Roland. “O escritor em férias”. Em: *Mitologias*. 5ª edição. Tradução de Rita Buongermino e Pedro de Souza. São Paulo: Difel, 1982, pp. 23-25.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzen. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.

BORGES, Jorge Luis. “A biblioteca de Babel”. Em: *Ficções*. Tradução de Carlos Nejar. São Paulo: Abril Cultural, 1972, pp. 84-94.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes. 1996.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Ficker. São Paulo: UNESP. 1991.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2003.

LUHMANN, Niklas. *Introdução à teoria dos sistemas*. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PAZ, Octavio. *Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda*. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984

STANISLAVSKI, Constantin. *A construção da personagem*. 18ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009a.

STANISLAVSKI, Constantin. *A preparação do ator*. Tradução de Pontes de Paula Lima. 26ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009b.

Homo homini lupus: da necessidade de problematização da antropologia política no sistema penal brasileiro

Daniel Nunes Pereira¹
Pedro Dalla Bernardina Brocco²

Resumo

Buscaremos problematizar o tratamento dado aos desviantes e criminalizados a partir de análises dos postulados da criminologia positivista e também da teoria jurídica para, ao final, fazermos uma breve análise de casos concretos no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O intuito será o de questionar a quem o direito se dirige, e, em linhas gerais, como este busca relacionar-se com os cidadãos, súditos, ou sujeitos de direito (aqui também na seara da teoria constitucional). O trabalho será construído tendo por base a tensão entre os pensamentos de Kelsen e Schmitt, que remontam a outros que os antecederam, e também a problematização do pensamento criminológico da *Scuola Positiva* italiana (principalmente Lombroso, Ferri e Garófalo), numa tentativa de compreender o *modus operandi* da aplicação do direito penal nos tribunais brasileiros. A direção do trabalho se dará no questionamento de qual concepção antropológica é *hegemônica* para o direito penal brasileiro e, sendo assim, qual é e como se dá a construção política desta concepção antropológica.

PALAVRAS-CHAVE: Política; criminologia; criminalização

Abstract

This article intends to problematize the treatment of deviant and criminalized from analyzes of the postulates of positivist criminology and also of the legal theory, in order to built, in the end, a brief analysis of concrete cases in the Court of Rio de

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito – UFF.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito – UFF.

Janeiro. The order will be the question of to whom the law is addressed, and, in general, how it seeks to relate to citizens, subjects, or subjects of law (also here on constitutional theory). The work will be built based on the tension between the thoughts of Kelsen and Schmitt, dating back to others who preceded them, and also the questioning of criminological thought of the Italian *Scuola Positiva* (mainly Lombroso, Ferri and Garofalo), in an attempt to understand the *modus operandi* of criminal law in the Brazilian courts. The direction of the work will be in the questioning of anthropological concept which is hegemonic in the Brazilian criminal law and, if so, what is it and how is the political construction of this anthropological conception.

KEYWORDS: Politics; criminology; criminalization

Introdução

Quando se trata de questionar qual concepção antropológica é hegemônica para o direito penal brasileiro, estaremos nos perguntando qual *sujeito* está presente nas práticas cotidianas do direito. O trabalho se debruçará sobre a análise empírica dos discursos na seara criminal, de modo que encontra-se aí, também, um dos nervos expostos da problemática relacionada à antropologia política no direito brasileiro. Na tensão entre as subjetividades dos juízes e dos acusados se aloja a concepção antropológica que emerge da análise dos discursos, de maneira que se pretende analisar se, por exemplo, a ideia de criminoso nato presente na Criminologia Positivista ainda aparece nos discursos judiciais.

Todavia, faz-se necessário, além disso, o questionamento sobre “como” tal concepção hegemônica pode ser articulada de fato no discurso jurídico, vale dizer, *grosso modo*, que “envelope” teórico é capaz de transportar o conteúdo da “carta” que simboliza tal concepção hegemônica. Aí teremos uma importante discussão sobre dois grandes nomes da teoria jurídica, Kelsen e Schmitt. Sem embargo, os dois autores possuem em seu discurso uma antropologia política distinta, de modo que as linhas gerais da teoria de cada um deles denotará a ideologia embasadora de suas concepções antropológicas.

Carl Schmitt reflete acerca do sujeito a partir do Romantismo, entendido para ele como uma “realidade histórica concreta”. Schmitt retorna ao que, a seu ver, constituiria

o começo da *Geistesgeschichte*³ moderna. Ele se volta para Descartes e busca no seu pensamento a cisão que distinguiria a experiência moderna do mundo. Para Schmitt, duas grandes transformações estariam associadas ao início da história intelectual moderna: com Copérnico, a Terra teria deixado de ser o centro do Universo; com a filosofia de Descartes, se iniciaria o “abalo do antigo pensamento ontológico” (SCHMITT, 1989:62). O cogito cartesiano remeteu o homem para um processo subjetivo e interno, em lugar da *Realität*⁴. Comparando Copérnico a Descartes, Schmitt alega que ciência natural deixou de ser geocêntrica e buscou o seu centro fora da Terra, o pensamento filosófico tornou-se egocêntrico e buscou o seu centro em si mesmo (SCHMITT, 1989:63). O impacto foi destrutivo, para Schmitt, do cogito cartesiano sobre a antiga ontologia. Isto pressupõe que, em tese, o homem é dissociado de uma ordem externa da qual ele anteriormente se concebera como parte integrante. Dessa forma, o cogito cartesiano resta preso de círculo vicioso, pois rompe com a unidade homem-mundo precedente, e, concomitantemente, procura superar a incerteza da experiência das coisas daí resultante, recompondo a realidade dessa experiência no próprio sujeito, no seu pensamento.

Do lado oposto, a antropologia política de Kelsen é reflexo de Freud, fundador da noção quase científica deste homem psicológico, em análise de seus sonhos, que contribuiu para a teoria política, por um espectro vienense – o entendimento da política por uma chave agônica, especificamente pelo paradigma das relações edipianas e parricídio.

A noção do homem psicológico e seu ímpeto parricida que contamina as instituições, e a desilusão com a moral burguesa que não passava de uma corruptela do ideal aristocrático, foram elementos precípuos a uma revolução e uma refundação também na área jurídica. A Teoria Pura do Direito de Kelsen, ao metodologicamente isolar a análise jurídica de interferências de saberes e considerações estranhas a esta, tenta em um só movimento escapar da moral aristocrático-burguesa, vencer as vicissitudes das emoções do homem psicológico e, fundamentalmente, resgatar o racionalismo liberal iluminista já desgastado e desacreditado. (JABLONER: 1998)

3 Termo sem tradução direta para o português, entretanto pode ser compreendido como “História do Pensamento” ou “História Intelectual”.

4 Schmitt estabelece uma distinção conceitual entre “realidade” entendida como “substância ontológica”, normalmente designada como *Realität*, “realidade” no sentido mais empírico, normalmente designada pela palavra de origem germânica *Wirklichkeit*

Antes de iniciar a abordagem dos postulados e da ideologia que perpassa o pensamento criminológico da Escola Positivista, faz-se necessário situar historicamente a gênese de tal movimento, bem como o que proporcionou o *deslocamento* da hegemonia do discurso criminológico da Escola Clássica liberal iluminista para a Escola Positivista, no decorrer do século XIX.

1. A Criminologia Positivista como técnica de neutralização política

Se a criminologia moderna teve seu início, segundo Zaffaroni, com as práticas inquisitoriais (MALAGUTI BATISTA, 2011:32), sobretudo contra as mulheres, em que se buscava combater a bruxaria, tendo como primeira obra de cunho criminológico *O martelo das feiticeiras (Malleus Maleficarum)*, publicado em 1487, o direito penal enquanto discurso contra as arbitrariedades estatais remonta ao Iluminismo, no século XVIII, na efervescência daquele período em que se buscou racionalizar os poderes estatais.

Cesare Beccaria, em 1764, publica anonimamente *Dos delitos e das penas*, obra que visa criticar a irracionalidade das punições estatais, que se constituíam num excesso simbolizado por castigos corporais, torturas públicas e outras práticas que operavam como símbolo da vindita do soberano (não só do rei, mas, também, da Igreja católica, nos casos de crimes contra a moral e heresia, por exemplo, principalmente na Península Ibérica [NOVINSKY, 2007]).

Está certo Gabriel Ignacio Anitua ao situar o pensamento de Beccaria no sentido de um garantismo humanizador do sistema penal. Beccaria compartilha a mesma base ideológica de Rousseau, Locke, Hobbes e outros, o contratualismo, para quem a origem das penas encontra-se no contrato social. A vingança passa a dar lugar para a utilidade, a racionalização da punição, a clareza, a certeza, que proporcionarão, para a sociedade civil enquanto contrato, dirigindo a legislação aos cidadãos esclarecidos, a prevenção de futuros delitos.

É esclarecedora, aliás, a imagem trazida por Anitua, da capa da edição alemã de *Dos delitos e das penas*, na qual aparece a deusa da Justiça evitando olhar para cabeças cortadas e olhando, ao revés, para instrumentos de trabalho (ANITUA, 2007: 163). É aí que se situa a análise de Foucault sobre o deslocamento do pensamento penalógico do excesso das penas corporais e dos suplícios para os postulados racionais dos “iluministas penais”: seguindo Rusche e Kirchheimer (2004), Foucault dirá que a

análise dos sistemas punitivos deve ser feito de forma *concreta*: antes de explicá-los apenas à luz de sua armadura jurídica ou de opções éticas tomadas pela sociedade, deve-se antes buscar um campo de funcionamento onde a sanção do crime não é o único elemento (FOUCAULT, 1987: 25). A sanção ao crime não possui apenas uma função negativa de castigar, reprimir ou impedir, mas possui seu papel dentro do jogo das forças de produção que atuam na realidade social: numa economia servil, o poder punitivo teria como papel reforçar uma mão-de-obra suplementar escrava; numa economia feudal, o poder punitivo atuaria sob a forma de castigo corporal, sendo o corpo um dos poucos bens acessíveis dos súditos; numa economia mercantilista, surgem as casas de correção e os *rasphuis* holandeses, onde os detentos trabalhariam forçadamente (*rasphuis*, ou “casas de raspagem”, local em que era raspado o pau-brasil oriundo da então colônia portuguesa). Foucault observa que na economia industrial, como o sistema exigia um mercado de mão-de-obra livre, o trabalho obrigatório diminuiria no século XIX no interior dos mecanismos de punição, havendo sua substituição pela punição com fins corretivos (FOUCAULT, 1987: 25).

É neste contexto que emerge a Criminologia Positivista enquanto discurso que visa tornar-se hegemônico dentro do direito penal. Tributário das ideias do discurso cientificista positivista e do evolucionismo, o discurso criminológico positivista passava ao largo da política. Anitua pontua que “esta talvez seja a principal recriminação a ser formulada para com o positivismo criminológico, a de ocultar os problemas políticos, econômicos e sociais que giram em torno da questão criminal” (ANITUA, 2007: 302).

Os criminólogos positivistas utilizam frequentemente metáforas da biologia e da fisiologia para explicar a criminalidade. Lombroso, o pioneiro da antropologia criminal, busca explicar a criminalidade a partir de traços físicos, psicológicos e funcionamento orgânico do corpo individual (LOMBROSO, 2007). Para a Escola Positiva, que opera a partir do paradigma etiológico, a criminalidade é explicada não a partir de uma causação espontânea do livre-arbítrio do sujeito, como o fazia a Escola Clássica, mas de uma rede de causas biológicas e psicológicas que envolvem os sujeitos, bem como do contexto social em que estão inseridos (BARATTA, 2002: 38).

Busca-se aproximar a organização social humana a fenômenos estudados pela biologia. No discurso de Ferri, é possível encontrar afirmações como: “na vida, com efeito, o subsolo da criminalidade é constituído pelo inumerável pulular daquilo que se poderia chamar os micróbios do mundo do crime” (FERRI, 2001: 23).

Assim, a sociedade é colocada em um paradigma em que passa a existir como um corpo no qual as ameaças devem ser rechaçadas e neutralizadas, em um funcionamento “natural” e acrítico deste corpo social.

A conclusão articulada por Ferri não se distancia da atuação do sistema punitivo contemporâneo:

Daqui resulta que a insuprimível exigência para a hodierna justiça penal é esta: assegurar uma defesa social mais eficaz contra os criminosos mais perigosos e uma defesa mais humana para os criminosos menos perigosos, que são o maior número. (FERRI, 2003: 68)

O cerne do sistema punitivo seria a defesa social. Tal objetivo não difere do funcionamento da Escola Clássica: com efeito, para os teóricos clássicos havia uma preocupação teórica com os efeitos dissuasivos da pena para a manutenção da ordem burguesa, que então se afirmava; porém, a construção teórica da Escola Positiva localiza a criminalidade na pessoa do criminoso partindo da observação científica: a pessoa do criminoso exterioriza a criminalidade, que passa a ser vista como um sintoma.

A relevância política dessa forma de pensar a criminalidade reflete-se nas grandes linhas políticas da época. Ferri enumera como um entre outros objetivos da Escola Positiva a necessidade de restabelecer o equilíbrio entre os direitos do indivíduo e os do Estado. Para ele, se a Escola Clássica via tão somente o homem,

a realidade impunha ter em conta o homem delinquente, não desconhecendo no delinquente os direitos insuprimíveis do homem, mas não esquecendo nunca a insuprimível necessidade da defesa social contra o delinquente. (FERRI, 2003: 65)

Nesta citação, Ferri faz uma referência, em nota de rodapé, observando que “esta é a razão fundamental do acordo entre o *Fascismo* e a *Scuola Positiva* na defesa social contra a criminalidade, por mim salientado nos *Studi sulla criminalità*” (FERRI, 2003: 65).

Dessa forma, entender o *modus operandi* da Escola Positiva é entender, também, o contexto econômico e social pelo qual passava a Europa no final do século XIX e início do XX, contexto este que trazia a potencialidade de duas guerras mundiais. A

maneira de enxergar a criminalidade e a inadequação social traz em si a pavimentação do caminho para a ascensão do totalitarismo político e do Estado de exceção que culminou com o nazismo e o fascismo. Assim é que para Adorno e Horkheimer “a prática do puro e simples extermínio dos recalcitrantes, certa de seu objetivo político, vai se difundindo sob o regime dos criminosos pela Europa inteira” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985: 188).

Maneira de atuação do poder esta que, prendendo determinados sujeitos a mecanismos biopsicossociais de causa-efeito mediante um discurso científico, anulava-os completamente no que diz respeito a sua autonomia política.

Mesmo movimentos políticos que buscavam legitimidade eram desqualificados pelo discurso médico-criminológico da Escola Positiva, caso do anarquismo. Lombroso inicia sua obra *Os Anarquistas* afirmando que “nestes tempos em que tudo tende a complicar cada vez mais a máquina governamental, uma teoria como a anárquica não pode ser considerada, pois representa um enorme retrocesso, uma volta ao homem pré-histórico”⁵ (LOMBROSO, 1977: 15). Mais à frente, afirma que os autores mais ativos da ideia anárquica, salvo pouquíssimas exceções, como Ibsen, Reclus e Kropotkin, são loucos ou criminosos, e muitas vezes as duas coisas ao mesmo tempo (LOMBROSO, 1977: 25).

Adorno e Horkheimer propõem uma visão que nos revela, talvez, o *leitmotiv* da teoria lombrosiana de desqualificação do anarquista e da delinqüência como uma importante arma ideológica do capitalismo industrial da época: a ideia de que a energia necessária para se destacar como indivíduo, para se impor ao mundo ambiente através de formas de comunicação autorizadas - e assim nele se afirmar - estava corroída no criminoso. E que o criminoso representava uma tendência profundamente arraigada nos seres vivos e cuja superação era sinal de evolução, isto é, a tendência a se perder, se largar, num retorno à natureza, no lugar de se impor ativamente no meio ambiente. Sintetizam a ideia brilhantemente com a afirmação: “um vício semelhante atravessa tudo o que se opõe ao progresso inflexível, desde o crime, que é um atalho evitando as formas atuais do trabalho, até a obra de arte sublime” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985: 187).

⁵ Tradução livre.

O anarquismo, nesse sentido, como movimento político, representava uma crítica radical ao progresso inflexível do capitalismo industrial, que se alastrava pelo mundo sob a forma do neocolonialismo.

A ideologia ainda hoje dominante, da qual o discurso da Criminologia Positivista foi um dos mecanismos afiadores das pontas de lança do Estado capitalista, exclui do crime o seu aspecto político, transformando-o em anormalidade biológica, psicológica e social, com contornos de higienismo social.

O anarquismo, tentativa de afirmação explicitamente política de um grupo, foi criminalizado enquanto movimento social, e seus membros receberam o mesmo tratamento que os demais criminosos. Lombroso assim descreve um anarquista chamado Pini:

De treinta y siete años, es uno de los jefes de los anarquistas de París, hermano de una loca, tiene poca barba, frente huída, exageradísimos arcos superficiales, mandíbulas enormes y orejas muy largas. No tan sólo se jactaba de ser anarquista, sino de haber cometido robos (por más de 300.000 liras) para vengar a los oprimidos, contra los ricos, contra la burguesía, y llamaba a sus robos una expropiación legítima a favor de los no propietarios, teniendo um numeroso séquito de admiradores (LOMBROSO, 1977: 29)

O discurso da Criminologia Positivista, sobretudo o lombrosiano, buscava sempre descrever fisicamente o delinquente, numa tentativa de encontrar regularidades físicas que pudessem servir de matéria-prima para a confecção de estereótipos. Assim que, para a antropologia criminal, todo o delinquente é sempre um anormal - ou permanente ou transitório.

Daqui partiremos para a discussão, dentro do campo da teoria jurídica, envolvendo dois de seus grandes nomes, Kelsen e Schmitt, que viveram e produziram suas teorias mais ou menos no mesmo período histórico em que a Criminologia Positivista encontrava aceitação no meio científico e acadêmico, para analisarmos como, sob o ponto de vista teórico, teria sido possível que o discurso jurídico abarcasse a concepção ideológica da *Scuola Positiva*, que consiste em uma antropologia política da desqualificação e anulação dos desviantes, do inimigo sempre à espreita, da sociedade a ser defendida e “guardada”.

2. Kelsen versus Schmitt: tensão dentro da teoria jurídica

A tensão entre os pensamentos jus-filosóficos de Kelsen e Schmitt se espraiam desde análise da política de seu tempo até suas respectivas atividades legiferantes. Tal oposição de pensamentos jaz, *ab origine*, em suas próprias *weltanschauungen*, a saber, Schmitt como prussiano e católico crítico da República de Weimar, e Kelsen o judeu austro-húngaro dentre tantas outras nacionalidades em um Império decadente e uma República nascente.

Schmitt escreveu muitas de suas obras no período histórico da República de Weimar, mormente as que mais expuseram seu pensamento político e jurídico, tornando-se influente jurista. A República de Weimar (1919 a 1933) foi instaurada na Alemanha logo após a Primeira Guerra Mundial, sucedendo o antigo regime monárquico dos *Kaiser*. A República de Weimar, embora tenha sido um dos períodos mais brilhantes da história pós-guerra do ponto de vista cultural, politicamente mostrou-se um desastre ao tentar introduzir de forma abrupta e profunda um sistema parlamentar democrático em meio a uma sociedade dividida e golpeada (VANN LOON, 2004: 493). O contexto histórico descrito, portanto, demonstra que foi em meio à crise política e econômica latente da jovem República – cuja ocorrência municiava os grupos políticos radicais tanto de esquerda quanto de direita – que Carl Schmitt desenvolveu sua doutrina política e jurídica, posto que a maioria de suas obras que aqui serão abordadas foram escritas e divulgadas entre as décadas de 1920 a 1930. Destaca-se, no referido diapasão histórico, a aversão schmittiana ao ambiente parlamentar e ao liberalismo: segundo ele, esses ideais ocasionariam a completa ausência do que entendia por atividade política decisiva, fator que julgava nuclear para o resgate da nação alemã em termos sociais, econômicos e políticos. Para Schmitt, a política liberal era vulnerável porque sua forma de governo característica, a democracia representativa, minava a soberania estatal e não parecia mais útil nem tampouco convincente para a resolução das questões sociais emergentes.

Kelsen, por outro lado, tem sua teoria e sua antropologia política como frutos da chamada *Vienna fin-de-siècle*. No final do século dezenove, colapso do liberalismo e ascensão das forças de direita conservadoras e anti-semitas, deixaram a comunidade liberal de Viena cambaleando em estado de choque e deslocamento. O império se desmoronava e logo não mais existiria. Os novos movimentos políticos de massa, violentos e irracionais, fizeram o sonho de uma

sociedade racional guiada pela ciência, a harmonia e tolerância entre os povos se tornar um pesadelo. As classes aristocrática e intelectual liberal ao se desesperarem com a política, se inclinaram para o romantismo estético, o ocultismo e a rejeição dos valores e significados do passado. É este cenário que permeará o pensamento de Hans Kelsen. A obra do referido jusfilósofo dialoga com o cenário intelectual da Viena *Fin-de-Siècle*, a saber, figuras como Freud, Schiller, Schnitzler, Klimt, e outros.

O ambiente cultural, político e social da Áustria-Hungria (especificamente sua capital Imperial) na virada do século dezenove, conhecido como *Vienna Fin-de-Siècle*, contribuiu para a formação da obra de Hans Kelsen. Tal assertiva tem como base a própria biografia do referido jusfilósofo:

Considerando o Estado austríaco, que era composto de diferentes etnias, idiomas, grupos religiosos e históricos, as teorias que tentaram encontrar a unidade do Estado em alguns contextos sócio psicológicos ou sócio biológicos das pessoas que legalmente pertenciam a uma unidade política, claramente provaram ser ficções. Na medida em que esta Teoria do Estado é uma parte importante do Teoria Pura do Direito, esta pode ser vista como uma teoria especificamente austríaca.⁶

É nesta senda que a referida teoria jurídica se encaixa no panorama vienense ora estudado. A Teoria Pura tenta responder e lidar com os problemas evidenciados ao ocaso dos Habsburgos.

Enquanto Kelsen lidava com o “glorioso ocaso” Habsburgo, Schmitt escrevia uma obra que tentava lidar com os desafios da Alemanha pós-guerra. Nesta senda interpretativa, entende-se a influência das obras de Hobbes para a construção de seu arquétipo político de Schmitt: em tese, o ambiente institucional conturbado da República de Weimar teria semelhanças com as Guerras Civis Inglesas do século XVI. Isto significava que o poder do Estado deveria ser pleno. O estado medieval não conhecia o poder absoluto, nem soberania – os poderes do rei eram

6 METALL, R. A. 1969. *Leben und Werk*. Viena: Editora Franz Deuticke. 1969. p.42. (tradução livre)

contrabalanceados pelos da nobreza, das cidades, dos Parlamentos. Jean Bodin, no século XVI, é o primeiro teórico a afirmar que no Estado deve haver um poder soberano, isto é, um foco de autoridade que possa resolver todas as pendências e arbitrar qualquer decisão. Hobbes desenvolve essa ideia, e monta um Estado que é condição para existir a própria sociedade, ou seja, que esta nasce com o Estado (RIBEIRO, 2008: 61).

Paralelamente ao resgate do pensamento hobbesiano, Schmitt também evocou o Catolicismo (SCHMITT, 1996[1]) como base da crítica a Modernidade e sua consequente secularização. Para ele, a secularização que emergiu com o início da modernidade neutralizou qualquer tipo de substância moral e, portanto, produziu um vácuo na orientação desta: ao invés da distinção entre o bem e o mal surgiu a sublime distinção entre utilidade e inutilidade.

Outrossim, Carl Schmitt reflete acerca do sujeito a partir do Romantismo, entendido para ele como uma “realidade histórica concreta”. O impacto destrutivo, para Schmitt, do cogito cartesiano sobre a antiga ontologia. Isto pressupõe que, em tese, o homem é dissociado de uma ordem externa da qual ele anteriormente se concebera como parte integrante. A dissociação entre pensamento e ser, conceito e realidade, espírito e natureza, sujeito e objeto, no pensamento de Carl Schmitt, decorre do fato de que a própria substância das coisas já não se apresentaria como algo transparente para o entendimento humano. O racionalismo põe-se como chave explicativa do real, mas esse racionalismo, na análise schmittiana, acaba por conduzir a um fracasso: ao invés de lançar uma ponte entre ser e pensamento, ele encerra o pensamento em um formalismo abstrato e entrega a realidade a um mecanicismo bruto. Nessa crítica ao racionalismo, a antropologia política de Schmitt é ponto médio entre o homem de Agostinho e o de Hobbes.

Diferentemente de Schmitt, Kelsen dialoga com um legado Iluminista menos otimista. Isto, pois, Freud, a quem tanto influenciou Kelsen, bebeu de fontes do Esclarecimento, mas as digeriu de maneira crítica.

A Teoria Pura do Direito de Kelsen, ao metodologicamente isolar a análise jurídica de interferências de saberes e considerações estranhas a esta, tenta em um só movimento escapar da moral aristocrático-burguesa, vencer as

vicissitudes das emoções do homem psicológico e, fundamentalmente, resgatar o racionalismo liberal iluminista já desgastado e desacreditado.

A própria discussão entre Kelsen⁷ e Carl Schmitt⁸ e o destino da República de Weimar atestam para o perigo do decisionismo, e a existência teórica e factual da *Grundnorm* como um mal necessário que nos protege dos excessos do ser humano repleto de emoções. A própria condição singular do direito constitucional decorrentes da monarquia dual contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento da Teoria Pura do Direito. No seu esboço autobiográfico, presente no livro do aprendiz Rudolf Aládar Métall⁹, Kelsen afirmou, em referencia ao “aspecto austríaco” da Teoria Pura do Direito, que esta tenta responder e lidar com os problemas evidenciados na *débâcle* liberal.

Pelo todo exposto, evidencia-se a tensão entre Kelsen e Schmitt no que tange a uma concepção de Homem. Para o professor de Viena somos todos homens instintivos, psicológicos e opacos a nós mesmos – a razão é instrumento de paixões desconhecidas, acessíveis apenas ao inconsciente. O *kronjurist* do Terceiro Reich, por outro lado, vê o homem como eminentemente cruel, corrupto, que precisa ser controlado, especificamente pelo Estado.

Observa-se, portanto, uma digestão oblíqua da Criminologia Positivista, visto que dialoga muito mais com postulados vitorianos de ciência, *verbi gratia* interpretações enviesadas de Darwin, do que com as fontes psicanalíticas da Teoria de Kelsen. Outrossim, a naturalização do crime, ou seja, no sentido de uma natureza transcendente e não imanente do delito, permite, inesperadamente, uma interpretação schmittiana da *Scuola Positiva*, ou seja, o criminoso como um resultado do projeto moderno, alguém que se afasta da Graça, portanto inexoravelmente dominado pela sua natureza.

3. A eficácia do discurso da Criminologia Positivista na dogmática jurídico-penal contemporânea

7 KELSEN, Hans. Quem deve ser o guardião da Constituição?. In: *Jurisdição Constitucional*. Tradução Alexandre Krug São Paulo: Martins Fontes, 2003. *passim*

8 SCHMITT, Carl. *Das Reichsgerichts als Hüter der Verfassung* [1928], Berlin: Duncker & Humblot, 1993, p.121 – no Brasil foi publicada apenas a versão ampliada da obra, reeditada com o título *Der Hüter der Verfassung – O Guardião da Constituição*, São Paulo, Del Rey, 2006.

9 METALL, R. A. 1969. *Leben und Werk*. Viena: Editora Franz Deuticke. 1969.

Embora o discurso da Criminologia Positiva seja já tido como ultrapassado, é inevitável notarmos suas influências no funcionamento do sistema penal brasileiro contemporâneo.

A partir de uma análise do ordenamento jurídico, é possível perceber determinados dispositivos que oportunizaram o aparecimento de institutos ventilados pelo discurso da criminologia positivista. Um exemplo é o instituto da reincidência, presente nos artigos 61, I, 63 e 64 do CP, embora apareça em outros dispositivos do próprio CP e da legislação extravagante.

A recidiva é assunto frequentemente abordado pelos teóricos da *Scuola Positiva*, como uma característica presente no indivíduo criminoso. Garofalo (1925: 282) afirma:

E, na verdade, o aumento da recidiva em proporções maiores que as de toda a criminalidade demonstra que a classe dos delinqüentes habituais se multiplica e floresce, ao passo que o crime se vai lentamente afastando do resto da população à medida que a civilização caminha.

Assim, ao longo de sua *Criminologia*, Garofalo defende a eliminação dos delinquentes típicos¹⁰ e inassimiláveis, em outras palavras: habituais, reincidentes, como forma de seleção da espécie:

O homem d'hoje é melhor e mais resistente que o d'outras eras aos instintos violentos e brutos. Porque interromper este progresso, devido em grande parte à selecção? Por que suspender esta obra secular de depuração?

Toda a paragem do movimento evolutivo é um regresso; e as gerações futuras poderão amargamente invectivar a nossa por consentir em que germinem as sementes do crime que nos cumpria destruir.

Garofalo constrói uma teoria da eliminação, dizendo que o problema é distinguir o delinquente típico e inassimilável dos suscetíveis de adaptação. Os primeiros devem ser eliminados absolutamente; os segundos, relativamente, mudando-os de meio¹¹.

¹⁰ Aqui presente a ideia de tipos criminais, como o criminoso nato presente na antropologia criminal lombrosiana.

¹¹ Aqui Garofalo se refere, em passagem anterior, às emigrações: “A forçada emigração dos vagabundos ingleses para as colônias teve, seguramente, uma parte na depuração da raça (...)” (GAROFALO, 1925: 326)

Outro conceito ainda muito presente em nosso ordenamento jurídico é a *periculosidade*. O Código Penal não traz este elemento de forma literal, mas cria oportunidades para o seu aparecimento, na análise da personalidade do indivíduo, a partir da aplicação do artigo 59. Na jurisprudência, a ideia da periculosidade é recorrente.

Ferri diferencia a periculosidade do “fato perigoso” e o “homem perigoso” e diz que esta última, a periculosidade do delinquente, frequentemente independe do perigo objetivo (FERRI, 1998: 273).

Garofalo, em artigo denominado *Di un criterio positivo della penalità* (Nápoles, 1880), defende a ideia de que a penalidade se deve medir não a partir da gravidade do crime, como sustenta a Escola Clássica, mas pela *temibilidade* do delinquente (FERRI, 1998: 271). Essa temibilidade será, para Rocco, a consequência da periculosidade do agente. É através do termo “periculosidade” (*état de danger, gefährlichkeit, estado peligroso, dangerousness*) que a ideia se difundiu e se impôs a criminalistas e legisladores pelo mundo (FERRI, 1998: 272).

Filippo Grispigni sustenta que todo criminoso é inadequado, indesejado (inadatto): “*ogni e qualsiasi reato avvenuto dimostra, di per sè, l’inadattamento, e perciò è del tutto legittima la mia conclusione che ogni reo è un inadatto*” (GRISPIGNI, 1933: 34). Sustenta, ainda, Grispigni, que todo o sistema do direito italiano vigente à época, vale dizer, tendo como referência o Código Rocco, era baseado na noção de *periculosidade* (GRSPIGNI, 1933: 32).

Uma das principais permanências do discurso da Criminologia Positivista na dogmática jurídica contemporânea, a saber, o instituto da reincidência como parâmetro objetivo da aplicação da pena e o artigo 59 do Código Penal como parâmetro subjetivo da aplicação da pena, permite o aparecimento da periculosidade no discurso jurisprudencial e a noção sub-reptícia de que o sujeito reincidente é um inadaptado, indesejado, inadequado social (tanto é assim que sua pena deve ser aumentada).

3.1. A eficácia do discurso da Criminologia Positivista nos discursos judiciais contemporâneos: breve pesquisa realizada no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Faremos uma breve exposição a partir de análise qualitativa de discursos judiciais colhidos em processos pesquisados no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, entre maio e julho de 2012.

Intenta-se mostrar, na prática, a *fala* que emerge nesses discursos, que possuem seus significantes hegemonicamente situados no eixo teórico da Criminologia Positivista.

Em sentença dada no processo 0119697-27.2011.8.19.0001, o juiz assim se manifesta:

Atento às circunstâncias judiciais do art. 59, reputo que existam MAUS ANTECEDENTES – porque o Réu foi condenado: a) Pela 1ª Vara Criminal de Bangu, à pena de três anos de reclusão, por crime de tráfico de drogas, com trânsito em julgado em 12/11/2001; e b) Pela 2ª Vara Criminal de Madureira, à pena de seis meses de detenção, por crime de porte ilegal de drogas, com trânsito em julgado em 14/08/2001 (...) Tais condenações não podem ser consideradas para efeito de reincidência, por força do art. 64, I, do CP, mas podem e devem ser levadas em conta como termômetro de sua vida pregressa (...) Não tendo sido revogada a prisão cautelar, decorrente do flagrante, e considerando que o acusado, **JÁ CONDENADO ANTERIORMENTE, demonstrou periculosidade suficiente para pôr em risco a Ordem Pública** – uma vez que cometeu delito em via de grande movimento de pessoas (Avenida Francisco Bicalho), à plena luz do dia, **o que evidencia audácia e ausência de temibilidade (...)** (Grifos nossos)

Certamente, aqui, a “ausência de temibilidade” funciona de forma extremamente rica e reveladora: se para os teóricos italianos da *Scuola Positiva* a *temibilità* era elemento para aferir a periculosidade do agente, o magistrado utiliza o termo de forma invertida, como se a “Ordem Pública” fosse o ente a ser temido, e não o delinquente em questão. Este deve temer o Estado que o governa, com um temor reverencial.

No processo número 0242847-45.2011.8.19.0001 temos sentença que condena dois réus por furto. Em relação ao primeiro, é aplicado o regime aberto, mas, em relação ao segundo, “que já possui duas condenações por delitos patrimoniais”, é aplicado o regime inicial semi-aberto. Em relação ao primeiro, foi concedida a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, consistente em prestação de serviços comunitários; com relação ao segundo, “não foi concedida a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos em razão de sua personalidade, não sendo a mesma recomendável”.

Em decisão no processo número 0310514-48.2011.8.19.0001, ocorre a conversão da prisão em flagrante em preventiva. O caso trata de crime de disparo de arma de fogo (art. 15 da Lei 10.826/03). Lê-se na decisão que

Mostra-se imprescindível a manutenção da custódia cautelar do indiciado como forma de resguardar a **ordem pública** e garantir a aplicação da Lei Penal, haja vista **inexistir comprovantes de residência e do exercício de labor lícito** pelo indiciado (Grifos nossos)

Ademais, o magistrado afirma que com a finalidade de garantir o bom andamento da instrução criminal e resguardar a “Ordem Pública”, ressaltando que consta nos autos informações sobre diversas passagens do acusado pela “Polícia”, inclusive por crimes graves, o que denota sua *periculosidade*, é indeferido o seu pleito liberatório.

Sentença presente no processo 0308044-44.2011.8.19.0001 condena réu por roubo de produtos da marca Apple em um bairro da Zona Sul carioca. Na dosimetria da pena, o magistrado sustenta ser o regime fechado como inicial para o cumprimento da pena, por ter sido a conduta perpetrada com grave ameaça contra a pessoa e pela *reincidência*. O réu, ainda, não poderá aguardar em liberdade a tramitação de eventual recurso que venha a interpor da decisão “pois demonstra que em liberdade constitui risco para a *ordem pública*, daí brotar a necessidade da manutenção da custódia cautelar”.

No processo número 0316479-07.2011.8.19.0001 há decisão convertendo a prisão em flagrante em prisão preventiva para dois acusados de tráfico de drogas, “uma vez que não há notícia nos autos quanto à comprovação de residência fixa e ocupação lícita dos investigados”. Continua o magistrado dizendo que “além do mais, o delito de tráfico de entorpecentes é extremamente grave, vem ocorrendo com grande frequência e gera imensa repercussão social, razão pela qual a prisão do réu (sic) se impõe para garantia da *ordem pública*”.

Em decisão semelhante no processo número 0300090-44.2011.8.19.0001, a prisão em flagrante de dois réus é convertida em prisão preventiva “para garantia da ordem pública”, pois os indiciados teriam sido flagrados por policiais militares que investigavam a atuação de traficantes oriundos do Complexo do Alemão, e teriam tido a informação de que um membro do tráfico receberia uma carga de maconha no bairro da Pavuna, ocasião em que teriam encontrado no interior de um veículo, no qual se encontravam os indiciados, a referida carga de maconha, que seria destinada à mercancia. O magistrado observa que

soltos diante das circunstancia (sic) de suas capturas e pelos tipos de condutas que lhes são atribuídas, oferecem claro risco à **ordem pública** e evidente

intranquilidade social, uma vez que o bem jurídico tutelado é a incolumidade pública, ou seja, a sociedade como um todo, de forma direta ou indireta. (Grifos nossos)

Por fim, vamos nos ater a uma sentença prolatada no processo número 0315025-89.2011.8.19.0001. Houve tentativa de furto de uma série de produtos de um supermercado, entre eles seis peças de alcatra, uma lata de leite em pó, uma caixa de band-aid, farinha láctea e produtos de limpeza. A defesa alegou que as três réis no processo pretendiam a venda de churrasquinho na calçada. A magistrada responsável pela sentença observa que “aceitar a tese teremos (sic) a quebra do comércio que paga o preço do dinheiro no mercado financeiro para girar seu negócio”.

No decorrer da sentença, a magistrada se vê envolvida em um conflito com o STF (Supremo Tribunal Federal), pois este tribunal considerou, segundo fala a magistrada, necessário o trânsito em julgado, ou seja, a inexistência de recursos possíveis, para o reconhecimento de antecedentes para agentes públicos. A magistrada incorre em um discurso de difícil entendimento, como segue:

Quanto ao delito de tentativa de furto qualificado pelo concurso de agentes para as três acusadas. A culpabilidade não excedeu ao normal do tipo (em tempos que o STF considera trânsito em julgado como necessário para ser considerado desvalor o agente público no trato com a coisa pública – RES PUBLICA – como considerar desvalorado para furtadores de supermercado, pode ser afastado da presidência da república por malversação da coisa pública e se voltar Senador – **só o magistrado tem que ser honesto para passar e se manter como agente público**, os demais poderes, podem ter anotações que são indiferentes) (sic) (Grifos nossos)

Posteriormente, diz: “diante da visão do Supremo – suicida social – afirmo que a culpabilidade de Tânia – que tem antecedentes – rotulado agora (sic) de meras anotações (...) passaram-lhe Vanish (o alvejante furtado?) na ótica da Corte Suprema”. E finaliza: “donas de casa sabem que quando veem uma barata, um ratinho sequer, tem (sic) que correr para dedetizar a casa. Onde há um há dezenas, mas aqui se tem que esperar o trânsito em julgado após as marchas e contra-marchas para ser declarado ratazana”.

Percebe-se, nesses casos, a mordaz influência ainda existente das matrizes teóricas da Criminologia Positivista no *imaginário* dos sujeitos que trabalham com o sistema penal no Rio de Janeiro.

Considerações finais

A partir do exposto, é possível estabelecermos como pontos nodais do que foi estudado: a) a epistemologia do Direito moderno é tensionada entre a vertente kelseniana, pautada por uma Teoria racional do Direito, entendida como metodologicamente *mais adequada* para dar conta das paixões humanas e fornecer as bases para uma vida em comunidade e a schmittiana, que vê no Estado um poderoso instrumento de gestão social e controle do *homem corrupto*, desviante, que não deve se subordinar a um pensamento racional estéril, mas à vontade do povo soberano; b) ao mesmo tempo, vimos que no pensamento criminológico moderno, vale dizer, na epistemologia da criminologia, surge em um momento específico da História europeia o pensamento da *Scuola Positiva*, que busca dar, por assim dizer, autonomia à Criminologia enquanto ciência explicativa da criminalidade, a partir do método etiológico, sempre voltado às causas da criminalidade oriunda dos sujeitos.

No imbricamento do positivismo jurídico enquanto método de aplicação do direito a partir do racionalismo legiferante, da hegemonia de certos postulados da criminologia positivista na Europa e na teoria schmittiana de atuação estatal, situamos a problemática do objeto analisado, vale dizer, o estudo do funcionamento do sistema penal, que é onde o Estado atua de forma mais brutal no corpo e na vida dos sujeitos.

Ideias presentes na teoria da *Scuola Positiva* apresentam-se positivadas no ordenamento jurídico brasileiro, ao passo que o funcionamento do sistema penal, na aplicação dessas leis e na jurisprudência, consagra outras ideias oriundas do pensamento criminológico positivista, numa relação de interdependência. A discussão que esperamos fomentar com o estudo toma como ponto de partida o funcionamento fático do Estado na vida social a partir dos excessos produzidos pelo sistema capitalista. A discussão sobre a antropologia política do atual funcionamento do sistema penal remonta à desigualdade reinante no próprio estado de coisas do direito. Este não existe

para evitar a guerra entre os homens, mas a sustenta. Não impede que o homem apareça, como um espectro, em seu estado natural, mas aparece operado pelo *homo homini lupus* freudiano.

Referências

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985

ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2002

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011

FERRI, Enrico. **Os criminosos na arte e na literatura**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001

_____. **Princípios de direito criminal: o criminoso e o crime**. Campinas: Bookseller, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997

GAROFALO, Raffaele. **Criminologia**. Lisboa: A. M. Teixeira, 1925

GRISPIGNI, Filippo. **Risposta sulla pericolosità criminale nel codice penale**. In: **La Scuola Positiva: rivista di diritto e procedura penale**. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1933

JABLONER, Clemens. **Kelsen and his Circle: The Viennese Years**. In: *European Journal of International Law*. Vol. 9, N.2 . Firenze: European University Institute, 1998.

LOMBROSO, Cesare. **Los anarquistas**. Madrid: Júcar, 1977

_____. **O homem delinquente**. São Paulo: Ícone, 2007

METALL, Rudolf Aladar. **Leben und Werk**. Viena: Franz Deuticke, 1969

NOVINSKY, Anita Waingort. **A inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 2007

RIBEIRO, Renato Janine. **Hobbes: Medo e esperança**, *In. Os clássicos da Política*.
WEFFORT, Francisco C, (organizador). São Paulo: Ática, 2008

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro:
Revan, 2004

SCHMITT, Carl. *Politische Romantik*. Berlin, Duncker & Humblot, 1989

VANN LOON, Hendrik Willem. **A História da Humanidade**. São Paulo. Martins
Fontes, 2004

O ADESTRAMENTO WITTGENSTEINIANO COMO POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA FRENTE ÀS INCERTEZAS DO CONSTRUTIVISMO.

Carolina Fragoso Gonçalves

Universidade Estadual do Norte Fluminense
carolinafragosogoncalves@hotmail.com

Julio Cesar Ramos Esteves

Universidade Estadual do Norte Fluminense
jesteves@msu.edu

Lenilson Alves dos Santos

Universidade Estadual do Norte Fluminense
padrelenilson@bol.com.br

RESUMO

O filósofo da educação inglês Christopher Winch faz críticas aos movimentos pedagógicos que valorizam o aprendizado autônomo. Segundo ele, a ideia de uma aprendizagem baseada em uma construção independente do aluno seria uma perigosa ilusão. Winch encontra fundamento de suas críticas em Wittgenstein, que vê na práxis do adestrar, importância central. Numa visão wittgensteiniana, educar é mais do que ensinar, explicar. Envolve o conceito de adestramento, ou seja, a iniciação da criança em um contexto social e cultural de aprendizagem: social porque, na medida em que a criança aprende, não o faz sozinha, mas com outras pessoas; cultural porque ao ser educada, a criança toma parte da tradição cultural de uma comunidade, participando da forma de vida dessa comunidade.

Palavras – chave: Construtivismo, Wittgenstein, Adestramento, Educação.

ABSTRACT

The English philosopher of education Christopher Winch criticizes the pedagogical movements that value autonomous learning. According to him the idea of learning based on an independent construction of the student would be a dangerous illusion. Winch basis his critics in Wittgenstein, who sees a central importance in learning practice. In Wittgenstein's view, education is more than teach, explain. It involves the concept of training, ie, the initiation of the child in a social and cultural context of learning: social because, as the child learns, is not alone but with others, and cultural because in the learning process a child takes part of the cultural tradition of a community, participating in the lifestyle of this community.

Key-words: Constructivism, Wittigenstein, training, education

1 - INTRODUÇÃO

Neste artigo, descreveremos em linhas gerais, com fundamento em Winch a investigação wittgensteiniana a respeito do adestramento na educação: de que maneira a prática do adestramento, ou treinamento, influencia positivamente o processo educacional e a inserção social na vida de uma criança?

Embora a educação não fosse interesse específico de Piaget, suas idéias tiveram bastante repercussão na prática educativa, principalmente por focalizarem noções básicas presentes também nos currículos escolares, tais como as de conservação numérica, substância, peso e volume e as noções de classe lógica e seriação assimétrica, entre outras. Apesar disso, poucos sabem ao certo como o construtivismo funciona.

O construtivismo é definido erradamente como um “método de ensino”, o que, na realidade, ele não é. O construtivismo é, portanto, uma teoria sobre o aprendizado infantil, segundo a qual a construção do conhecimento pelas crianças é um processo diretamente relacionado à sua experiência no mundo real.

A partir da filosofia de Wittgenstein, queremos pensar o problema do ensino e da aprendizagem, presentes em sua filosofia posterior, na qual ele mesmo desconfia do processo de ensino-aprendizagem “a partir da criança”.

Wittgenstein se opõe à idéia de que o saber não pode ser transmitido, mas somente construído. E em nossa empreitada, queremos investigar, o processo do adestramento, como instrumento sem o qual, segundo o filósofo, nenhuma outra explicação ou justificação pode ser dada.

2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Não são raros os trabalhos produzidos sobre o chamado “construtivismo educacional” ou sobre tentativas de “aplicação de Piaget” (BANKS LEITE, 1993; FOSNOT, 1998). Em artigo significativo a respeito das tentativas de ligar Piaget à educação, o pesquisador espanhol César Coll (COLL, 1987), que defende a tendência construtivista, descreve essas tentativas, acrescentando algumas críticas pertinentes à inviabilidade de se “aplicar Piaget” de forma mecânica. Houve quem propusesse essa aplicação, por exemplo, no estabelecimento de objetivos educacionais, na eleição de noções operatórias como conteúdos da educação escolar, na

ordenação de conteúdos e na avaliação intelectual dos alunos, entre outras. Mas todas deixaram a desejar.

Cabe lembrar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que começou a vigorar em 1971 (LDB 5692/71) em grande parte assentava-se na teoria piagetiana dos estádios de desenvolvimento cognitivo, ao propor como categorias curriculares *Atividades*, *Áreas de Estudos* e *Disciplinas*, destinada cada qual a um nível de ensino distinto. No entanto, desde essa época, a tentativa de “aplicar Piaget” na elaboração de categorias curriculares apresentava nitidamente um desvirtuamento das idéias piagetianas.

No Brasil, estudos que pretendem fazer a crítica ao Construtivismo ou às suas aplicações educacionais também têm se intensificado nos últimos anos (CARVALHO, 2001; SILVA, 1998).

Como se sabe, desde o final do século XIX, com a constituição da Psicologia como disciplina científica, educadores e estudiosos da Educação criaram a expectativa de que a Psicologia poderia fornecer a base científica para a abordagem de questões educacionais (COLL, 1987). Os avanços, porém, não se revelaram uniformes e a Psicologia diversificou-se em vários correntes teóricas, não havendo uma teoria global que integrasse os dados de pesquisa até então coletados. Algumas correntes ganharam hegemonia em diferentes momentos e em distintos países (LIMA, 1990). Tais são os casos do Funcionalismo e do Behaviorismo, nascidos nos EUA, e da corrente cognitivista, em suas várias vertentes, dominante inicialmente na Europa e logo disseminada em países não-europeus.

No Brasil, pode-se apontar algumas tendências tomadas pela relação entre a Psicologia e a Educação e o predomínio de certas correntes em momentos históricos distintos.

Entre os anos 20 e 40 do século XX, dissemina-se o movimento escolanovista e, com ele, a influência da Psicologia Funcionalista sobre métodos de ensino e a ênfase na atividade e no interesse do aluno.

Durante os anos 50 e 60, o tecnicismo invade a educação brasileira, com a influência do Behaviorismo. A chamada Tecnologia Educacional então em voga defende a idéia de que o ensino deve ser objetivo, operacionalizado e regido por princípios de racionalidade, eficiência e produtividade.

A partir dos anos 70, o Construtivismo de Piaget e a abordagem Sócio-Histórica de Vigotsky convivem com as críticas sociológicas às pedagogias escolanovista e tecnicista e ao “psicologismo” na educação.

Por fim, nos dias atuais, pode-se afirmar que continua a tendência anterior, acirrando-se a influência do Construtivismo na educação, mas tomada esta corrente como uma teoria pedagógica.

Quais são, afinal, as idéias de Piaget que atraíram os educadores? De que trata o Construtivismo?

O Construtivismo piagetiano é uma teoria que trata do conhecimento. Mais propriamente, é uma teoria epistemológica e psicológica que pretende descrever e explicar como se desenvolvem os conhecimentos. O termo *construtivismo* vem exatamente de um questionamento fundamental de Piaget (1978): como se passa de um conhecimento elementar, insuficiente, para um conhecimento superior? Como avançam os conhecimentos, considerando sua formação na infância até chegar ao pensamento adulto e ao conhecimento científico?

Tentando responder a essas questões, Piaget buscou no estudo da criança – portanto, na Psicologia – a gênese dos conhecimentos. Distinguiu o *desenvolvimento psicológico ou espontâneo* da inteligência – relativo especialmente às estruturas lógico-matemáticas e que ocorre sem necessidade de intervenção deliberada – e o *desenvolvimento psicossocial* – aquele decorrente da educação familiar ou escolar, por exemplo, que requer intervenção para que aconteça (PIAGET, 1973b).

Piaget considera o desenvolvimento intelectual espontâneo como um processo de organização e reorganização estrutural, de natureza seqüencial e ocorrendo em estádios relativamente independentes de idades cronológicas fixas. Além dos fatores clássicos explicativos do desenvolvimento (o fator biológico e o ambiental), Piaget propõe a *equilibração* (auto-regulação) como o principal mecanismo responsável pelo desenvolvimento cognitivo, definindo-a como um processo em que o sujeito reage ativamente às perturbações que o ambiente oferece, compensando-as de modo a anulá-las ou a neutralizá-las de alguma forma.

Segundo a teoria, todo ser vivo tende a organizar os próprios esquemas/estruturas de conhecimento para lidar com o ambiente; e todo ser vivo tende adaptar-se ao ambiente, mediante os processos de *assimilação* (incorporação aos esquemas/estruturas das propriedades presentes no ambiente) e *acomodação* (modificação de esquemas/estruturas) para ajustá-los às exigências ambientais.

Assim, todo ato inteligente pressupõe um esquema de assimilação ou uma estrutura que permite ao sujeito organizar o mundo e compreendê-lo. São as formas de organização que se modificam continuamente, na interação entre o indivíduo e seu ambiente, permanecendo

invariáveis os mecanismos responsáveis pelo funcionamento intelectual (assimilação e acomodação). Essas formas de organização distinguem os vários períodos de desenvolvimento intelectual, com suas subdivisões, propostos por Piaget (Sensorio-motor, Operacional Concreto e Operacional Formal).

Piaget investigou o desenvolvimento das mais variadas noções (número, classes, relações, substância, peso, volume, proporções, combinatória, acaso, etc.) e também a atuação de várias funções psicológicas, como a percepção, a imagem mental, a memória, linguagem, imitação, etc. Já se pode notar, por essa amostra, que o interesse de educadores pela teoria piagetiana tem sua razão de ser.

Nas poucas referências às implicações de sua teoria para a educação escolar, Piaget (1976; 1977; 1998) faz algumas críticas à pedagogia tradicional, apontando, por exemplo, o excesso de verbalismo e a necessidade de se respeitar o interesse infantil, ressaltando que isto não significa deixá-la fazer tudo o que quiser, mas fazer com que ela queira tudo o que faz. Considera que a pedagogia tradicional não percebe a diferença estrutural entre a inteligência infantil e a do adulto e atribui à escola o papel de “equipar” a mente com conhecimentos e experiências; e que a atitude coercitiva geralmente aí presente dificulta a relação de cooperação e não ajuda a criança a construir sua autonomia moral e intelectual.

As conceituações e considerações piagetianas, ligadas diretamente ou não à educação escolar, parecem ter chegado à escola de forma descontextualizada e com significados distintos dos originais. Assim, os termos e expressões “ser ativo”, “pensamento concreto”, “respeitar o interesse infantil”, “autonomia”, “gênese/genético”, entre outros, têm sido associados a certas condutas, concepções e práticas. Diz-se, por exemplo, que “o construtivismo leva à bagunça”; que se devem usar objetos materiais, aproveitar o cotidiano do aluno e não impor tarefas; que o conhecimento é inato e a inteligência é hereditária e, portanto, imutável.

Muitos professores pensam no Construtivismo como método de ensino ou método de alfabetização; há quem o defina como um “conjunto de regras” ou de técnicas que devem ser seguidas (recortar letras para “construir” palavras; usar letra de fôrma maiúscula), enquanto para outros seguir o Construtivismo é “deixar a criança solta” (Torres, 2004).

Nesse sentido, procuramos analisar o conceito de adestramento na educação, à luz da filosofia tardia de Wittgenstein, que acredita ser o adestramento o fundamento de qualquer explicação ou justificação.

3 – ADESTRAR É EDUCAR

O filósofo da educação inglês Christopher Winch faz críticas aos movimentos pedagógicos que valorizam o aprendizado autônomo. Segundo ele, a idéia de uma aprendizagem baseada em uma construção independente do aluno seria uma perigosa ilusão. Winch encontra fundamento de suas críticas em Wittgenstein¹.

De acordo com Winch, Wittgenstein jamais se pronunciou diretamente sobre questões pedagógicas, pois seu principal interesse não estava voltado para os conceitos de aprendizagem ou de educação e sim, para o conceito de significado. Mas o problema do ensino e da aprendizagem representa um papel importante em sua filosofia posterior, principalmente nas *Investigações Filosóficas*.

A curta experiência docente de Wittgenstein se deu num período de reformas escolares marcantes na recém-fundada República da Áustria. Como professor, Wittgenstein era muito rígido e exigente. Não deixava de incentivar seus alunos inteligentes, mas não lhes concedia oportunidade para processos de aprendizagem considerados independentes, cujo discurso passava pela fórmula fundamental “a partir da criança”.

Para Wittgenstein, o processo de aprendizagem de um ser humano deve passar inequivocamente pela relação de autoridade entre professor e aprendiz. Dessa maneira, o filósofo consegue visualizar na práxis do adestrar uma importância central.

No entanto, essa teoria encontra forte rejeição: primeiro porque o termo adestramento remete a um condicionamento behaviorista, o que não é o caso aqui. Além disso, o processo do adestramento envolve uma relação estabelecida pela autoridade entre professor e aluno, onde a aprendizagem seria fortemente marcada por essa prática.

Numa visão wittgensteiniana, educar é mais do que ensinar, explicar. Envolve o conceito de iniciação da criança em um contexto social e cultural de aprendizagem: social porque, na medida em que a criança aprende, não o faz sozinha, mas com outras pessoas; cultural porque ao ser educada, a criança toma parte da tradição cultural de uma comunidade, participando da forma de vida dessa comunidade.

¹ Segundo Winch, Wittgenstein jamais se pronunciou diretamente sobre questões pedagógicas. Seu principal interesse não estava nos conceitos de aprendizagem ou de educação, mas no conceito de significado.

Vemos aqui uma íntima ligação entre os conceitos “forma de vida” e “jogo de linguagem”, isto porque, segundo Wittgenstein, “ a palavra ‘jogo de linguagem’ deve aqui enfatizar que falar uma língua é uma atividade ou forma de vida”, ou seja, ao falar uma língua, a criança não apenas faz uso de signos lingüísticos, mas utiliza de toda uma estrutura social e cultural inserida nesta língua. O ato de falar uma língua está inserido em um determinado contexto, na práxis coletiva de uma forma de vida. Por isso, a introdução nas práticas coletivas é importante para a criança que está se desenvolvendo.

Nessa perspectiva, percebemos que o processo de iniciação de uma criança começa logo após seu nascimento: frente a um bebê que chora, por exemplo, nós adultos possibilitamos que ele desenvolva capacidades de distinção e expressão, quando distinguimos conceitualmente suas sensações ou sentimentos e expressamo-los linguisticamente. É exatamente isso que Wittgenstein entenderia por adestramento, ou seja, a idéia de que a criança é gradativamente inserida em um ambiente social e cultural ao ser educada.

Segundo Wittgenstein, uma criança que está aprendendo a falar ainda não é um ser totalmente desenvolvido, que precisaria apenas aprender a tornar acessível seu mundo interior a outras pessoas. A criança ainda não dispõe de uma linguagem mental, onde só precisasse “protocolar” os elementos a sua volta. Ao contrário: é somente com a iniciação na prática lingüística que seu mundo mental passa por uma diferenciação interna.

Para aprender a pensar e falar, a criança é gradualmente iniciada numa práxis social, governada, segundo Wittgenstein, por regras.

Ora, se para tomar parte nas práticas coletivas de uma forma de vida, é preciso aprender a seguir regras correspondentes, como uma criança pode aprender a seguir regras sem mesmo ter aprendido a falar e pensar? Esse problema é apenas de ordem teórica, já que crianças aprendem regras lingüísticas e sociais geralmente sem esforço.

Por outro lado, não é com a mesma facilidade que a criança aprende o seguimento e obediência a certas regras inseridas em diferentes “formas de vida”. Dessa maneira, a práxis do adestrar toma importância central no cenário educativo, posto que o adestramento proposto por Wittgenstein leva a criança ao conhecimento e obediência às regras, necessárias não só ao seu convívio social, mas ao seu desenvolvimento cognitivo, como é o caso das regras para o uso das palavras nos diversos “jogos de linguagem”.

Há, segundo Wittgenstein, um outro problema neste caso, que reside na questão do seguimento de uma regra: como uma regra ensina o que devemos fazer em casos particulares? Há

aí uma lacuna entre uma regra e seu seguimento, ou seja, conhecer uma regra não implica saber agir de acordo com ela. E, como não podemos cair em infinitas interpretações de uma regra, chegamos à conclusão de que não se pode explicar a uma criança como ela deve agir, sem que ela antes tenha passado pelo adestramento.

Por exemplo, não é uma placa que me indica a direção a ser seguida, nem minha interpretação desta placa que me faz seguir o caminho, mas o adestramento pelo qual passei na infância que me leva a avaliar a situação e chegar a uma conclusão. O que devo, ou não, fazer não me foi explicado, mas adestrado. Sem o processo de adestramento, eu permaneceria desconcertado diante da placa que, por si só, não portaria nenhum significado e eu não poderia reconhecer racionalmente seu significado. Em outras palavras, é apenas pelo adestramento, ou seja, pela introdução da criança em um contexto social e cultural, que uma placa teria sentido para ela. A placa, por si mesma, não tem sentido, mas, inserida em um contexto de práxis social, poderíamos agir conforme a indicação da placa, porque fomos adestrados para isso, treinados dentro de um contexto determinado.

Há também que se destacar o valor da obediência cega às regras de uma práxis que é estabelecida dentro de uma relação de autoridade. Segundo Wittgenstein, “quando eu sigo uma regra, eu não escolho. Eu sigo a regra cegamente”. Esse conceito é válido tanto para o aluno quanto para o professor. O mestre, ao demonstrar o seguimento das regras, não sabe justificar esse seguimento, apenas sabe também segui-las. Ou seja, além do aluno, o mestre também obedece cegamente às regras.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de adestramento não deve ser compreendido como uma espécie de condicionamento behaviorista, onde o aprendiz é levado a exibir um comportamento desejado, porém, sem compreender seu sentido. Deve ser visto como uma práxis ou uma ação normativa, na qual as atividades pertencentes a ela podem formar um juízo de valor na criança, ou seja, podem ser avaliadas como certas e erradas, em relação às regras. É como “dar a mão à criança” e conduzi-la a uma forma de vida, a uma práxis específica. O adestramento é, assim, elemento indispensável no processo pedagógico que envolve o ensino de crianças.

Vemos, dessa forma, o adestramento como um resultado de uma “engrenagem que deu certo”, entre a práxis, suas regras, seguimento e avaliação. A avaliação normativa se inicia na pessoa que ensina e domina as habilidades ligadas ao seguir regras e, além disso, passa essas

mesmas regras ao aprendiz, avaliando seu modo de comportamento como correto ou incorreto, moldando assim sua práxis coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANKS LEITE, L. (1993). Piaget e a educação: exame crítico das propostas pedagógicas fundamentadas na teoria psicogenética. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 19, n.1, p. 79-88, jan./jun.
- CARVALHO, J. S. F. (2001). *Construtivismo: uma pedagogia esquecida da escola*. Porto Alegre: Artmed.
- COLL, C. (1987). Contribuições da Psicologia para a Educação: teoria genética e aprendizagem escolar. **In:** BANKS LEITE, L. (Org.) *Piaget e a Escola de Genebra*. São Paulo: Cortez, p. 164-197.
- GIESINGER, J. (2008). Adestrar e Educar: Sobre a importância da filosofia tardia de Ludwig Wittgenstein para a pedagogia. **In:** Rundschau Educacional.
- FOSNOT, C. T. (Org.). (1998). *Construtivismo: teoria, perspectivas e prática pedagógica*. Porto Alegre: ArtMed.
- LIMA, E. C. A. S. (1990). O conhecimento psicológico e suas relações com a Educação. *Em Aberto*, Brasília, v. 9, n. 48, p. 3-24.
- PIAGET, J. (1973a). *Biologia e conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- (1973b). *Problemas de Psicologia Genética*, Rio de Janeiro: Forense.
- (1976). *Psicologia e Pedagogia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- (1977). *Para onde vai a educação?* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- (1978). *Psicologia e Epistemologia: por uma teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Forense.
- (1998). *Sobre a Pedagogia: textos inéditos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- SILVA, T. T. (1998). As pedagogias psi e o governo do eu nos regimes neoliberais. **In:** ----- (Org.) *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis: Vozes, p. 7-13.
- TORRES, L. de C. (2004). *Do discurso pedagógico ao discurso dos professores: resistência ao Construtivismo e profissionalização docente*. Araraquara. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras.

VASCONCELOS, S. J. S. de. (1997). Raízes e caminhos do pensamento piagetiano no Brasil. **In:** FREITAG, B. (Org.) *Piaget: 100 anos*. São Paulo: Cortez, p. 193-210.

WITTGENSTEIN, L. (1989). *Investigações Filosóficas*, (col. Os Pensadores). São Paulo: Nova cultural.

WINCH, C. (1995). Education Needs Training. *In: Oxford Review of Education* 21.

O DISCURSO DOS BACHAREIS-ADVOGADOS NO PERÍODO DA SUA PROFISSIONALIZAÇÃO: A BUSCA DE COMPROVAÇÃO DA SUA INDISPENSABILIDADE DO ESTADO

Sandra de Mello Carneiro Miranda, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, sanddemel@gmail.com

Resumo: Este trabalho visa analisar as estratégias discursivas usadas pelos bacharéis-advogados no período de sua profissionalização, compreendido entre o Império e a Primeira República. Trata-se de pesquisa interdisciplinar que envolve Direito, História e Sociologia, tendo-se utilizado a análise histórica como método de pesquisa. Foram analisados os discursos dos bacharéis-advogados presentes nas Revistas do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, publicadas entre 1862 e 1907, e os Boletins desse Instituto, publicados entre 1918 e 1930. Verificou-se um esforço argumentativo dos bacharéis-advogados no sentido de equiparar suas funções às dos membros do ministério público e dos magistrados a fim de se mostrarem indispensáveis ao Estado e à Justiça.

Palavras-chaves: discurso, bacharéis-advogados, profissionalização.

Abstract: This study aims to examine the discursive strategies used by alumni-lawyers during their professional training, between the Empire and the First Republic. This is interdisciplinary research that involves law, history and sociology, and is used historical analysis as a research method. We analyzed the speeches of the lawyers present in the Journals of the Institute of the Order of Brazilian Lawyers, published between 1862 and 1907, and that Institute's Bulletins, published between 1918 and 1930. There was an argumentative effort of alumni-lawyers in order to equate their duties to the public prosecutors and judges in order to prove indispensable to the State and Justice.

Key words: speech, alumni-lawyers, professional training

Introdução

Este trabalho visa analisar as estratégias discursivas usadas pelos bacharéis-advogados brasileiros no período de sua profissionalização, compreendido entre o Império e a Primeira República.

Trata-se de pesquisa interdisciplinar que envolve Direito, História e Sociologia, tendo-se utilizado a análise histórica como método de pesquisa. Foram analisados os discursos dos bacharéis-advogados presentes nas Revistas do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, publicadas entre 1862 e 1907, e os Boletins desse Instituto, publicados entre 1918 e 1930. O marco teórico empregado é a pesquisa realizada por BONELLI (1999) sobre o processo de profissionalização dos bacharéis-advogados no Brasil.

Para o desenvolvimento do trabalho faz-se, inicialmente, o estudo bibliográfico do processo de profissionalização dos advogados. Descreve-se qual o papel dos bacharéis em Direito no momento da formação do Estado brasileiro e a estratégia política implementada pelos bacharéis-advogados para fundamentar sua indispensabilidade do Estado e conseguir a institucionalização da Ordem dos Advogados (OAB).

Posteriormente, é feita a exposição e análise dos discursos dos bacharéis-advogados encontrados nas Revistas e Boletins do Instituto dos Advogados Brasileiros, desde a primeira publicação, em 1862, até 1930, ano da criação da OAB, a fim de verificar qual a estratégia discursiva usada por esses bacharéis-advogados para fundamentar sua indispensabilidade do Estado.

A profissionalização dos advogados

Após a independência, em 1827, foram criados dois cursos de direito no Brasil, iniciados em 1828, um na cidade de São Paulo e outro em Olinda (transferido em 1854 para Recife).¹ Ao se propor a formação dos cursos jurídicos, tinha-se em vista a formação de profissionais para preencherem os cargos existentes e necessários ao aparelho do Estado, quer os de magistratura, quer os administrativos, mesmo os de representação.² Isso influenciou as discussões legislativas em torno da criação dos cursos jurídicos. Segundo NEDER (1998), os

¹ Alguns autores analisaram as diferenças do ensino jurídico nos dois cursos. MEIRELLES (2008), por exemplo, analisou os manuais de Pimenta Bueno e Paula Baptista produzidos respectivamente pelas faculdades de direito de São Paulo e Olinda, entre a promulgação do Código de Processo Criminal do Império (1832) e a Consolidação das Leis processuais do Conselheiro Ribas (1876), buscando inferir em que medida tal literatura construída neste período se limitaria a narrar a práxis forense, ou se seria possível perceber uma ideologia construída para legitimar um determinado modelo de Estado.

² Nesse sentido, por exemplo, diz José Murilo de Carvalho: “A idéia dos legisladores brasileiros era a de formar não apenas juristas mas também advogados, deputados, senadores, diplomatas e os mais altos empregados do Estado”. (Carvalho, 2007, p. 76.)

juristas que tomaram tal decisão refletiram sobre a importância da localização dos cursos como sendo também uma estratégia de “construção da nação”. Também os currículos, livros e compêndios adotados ou escritos pelos professores, sublinha Neder (1998, p. 198), tiveram que passar “pelo crivo da análise detalhada dos senhores deputados e senadores, todos eles juristas muito entendidos naquele tipo de assunto e muito ciosos do poder que a legislatura lhes conferia”.³

Na época, o diploma de bacharel em direito tinha grande importância para a carreira política, sendo, nas palavras de Carvalho (2007, p. 125) “condição quase *sine qua non* para os que pretendessem chegar até os postos mais altos.” Esse autor descreve como ocorriam as participações em cargos políticos durante o império:

Uma carreira típica para o político cuja família não possuía influência bastante para levá-lo diretamente à Câmara começava pela magistratura. Como o sistema judicial era centralizado, todos os juizes eram nomeados pelo ministro da Justiça. Logo após a formatura, o candidato à carreira política tentava conseguir uma nomeação de promotor ou juiz municipal em localidade eleitoralmente promissora ou pelo menos um município rico. Na impossibilidade de conseguir boa localização, a solução era aguardar a oportunidade de ser transferido. A oportunidade vinha em geral graças ao auxílio de amigos ou correligionários políticos já bem colocados. As mudanças de ministérios, que eram constantes, constituíam ocasiões propícias para grandes remanejamentos de funcionários, inclusive magistrados, tanto para garantir resultados eleitorais favoráveis, nos casos em que as mudanças fossem também de partido, como para premiar amigos pessoais e políticos, e para cooptar aliados promissores. Às vezes, as transferências se davam mesmo em anos comuns. Em 1888, por exemplo, que não foi ano de mudança de partido, nem eleitoral, houve 418 atos governamentais nomeando, transferindo, aposentando magistrados. Essa movimentação atingiu 26,5% dos magistrados então em exercício.

Entre transferências e promoções várias coisas podiam acontecer. O candidato a político podia conseguir eleger-se para a Câmara, às vezes depois de prévia eleição para alguma assembleia provincial, e abandonar logo a carreira judiciária. Ou podia preferir, como muitos o faziam, se eleito, continuar como magistrado como garantia de futuras eleições ou simplesmente como fonte alternativa e segura de rendimento. Uma terceira possibilidade era a de que nunca se conseguisse eleger e tivesse que se contentar com a carreira de magistrado. (...) O ponto importante aqui é que desde o início o futuro político era levado a conhecer outras províncias além da sua. Para muitos, a primeira nomeação já significava a segunda província a conhecer, pois já tinham sido obrigados a sair de casa para estudar direito em Pernambuco ou São Paulo. Alguns certamente conseguiam ser nomeados para suas próprias províncias e, se abandonavam a carreira muito cedo, não tinham a oportunidade de servir em outra província nessa fase da carreira. (...)

Em momento posterior da carreira era dada ao político nova oportunidade de circular. Em geral após ser eleito para a Câmara, ou mesmo após exercer cargo ministerial, ele poderia ser nomeado presidente de uma das 19 províncias. Era um cargo importante, uma vez que dele dependia a vitória do governo nas eleições. Mas mesmo em períodos não eleitorais o presidente conservava atribuições relevantes uma vez que controlava nomeações estratégicas como a dos promotores, delegados e subdelegados de polícia e oficiais inferiores da Guarda Nacional. Indicava ainda os

³ Segundo a autora, o filtro do pombalismo é que dava o tom das concepções mais gerais sobre o Direito, e, sobretudo, das estratégias de organização dos Cursos Jurídicos, tendo em vista a formação de quadros administrativos para a gestão do Império.

oficiais do recrutamento militar, reconhecia a validade de eleições municipais e encaminhava ao ministro do Império, com parecer pessoal anexo, os pedidos de concessão de títulos honoríficos, a começar pelos de nobreza.

(...)

Além da experiência administrativa e dos bons salários, o político tinha ainda, como residente a oportunidade, raramente desperdiçada, de acelerar a carreira, especialmente pela garantia de uma eleição para o Senado, precedida ou não de eleição para a Câmara. Era um dos poucos mecanismos que lhe permitia conseguir uma senatoria por província que não a sua própria. (Carvalho 2007, p. 121-123)⁴

No entanto, Carvalho (2007, p. 86-87) informa que no início da década de 1870 começou a haver excesso de bacharéis em relação ao número de empregos abertos na magistratura:

Certamente o desenvolvimento do país foi abrindo oportunidade de emprego no campo da advocacia. A própria elite política era composta predominantemente de advogados, enquanto no início dominavam os magistrados. Mas o mercado para advogados tendia a concentrar-se nas cidades e em breve haveria também excesso desses profissionais. Segundo o Censo de 1872, havia no país 968 juizes e 1.647 advogados, num total de 2.642 pessoas. Ora, só a escola de Recife formara, entre 1835 e 1872, 2.290 bacharéis, quase cobrindo sozinha o número acima, o que significa que muitos bacharéis não encontravam colocação nas duas ocupações. O problema do excesso de bacharéis gerou o fenômeno repetidas vezes mencionado na época da busca desesperada do emprego público por esses letrados sem ocupação, o que iria reforçar também o caráter clientelístico da burocracia imperial.

O desequilíbrio entre oferta de cargos públicos e demanda de graduados também é apontado por FERREIRA (2003), que realizou um estudo da prosopografia de dois grupos de advogados: um de 1860 e outro de 1880. Comparando os dois grupos, a autora percebe que a principal tendência dos advogados nos dois grupos é a concentração em cargos políticos burocráticos vinculados aos quadros da Monarquia. Mas ela conclui que embora nos dois grupos se preparasse o bacharel em direito para atuar dentro dos quadros do governo e da burocracia imperial, havia uma defasagem entre a satisfação desses objetivos: o grupo de 1860 teve possibilidades de realizar esses objetivos com mais largueza enquanto o grupo de 1880 não teve seu desempenho facilitado dentro da máquina do Estado.

Foi nesse contexto que se iniciou o processo de profissionalização dos bacharéis-advogados no Brasil. BONELLI (1999) analisou esse processo centrando-se na investigação do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (IOAB), fundado em 1843, e na trajetória que a organização percorreu até 1930, ano em que foi criada a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A autora entende que a construção da profissão se deu simultaneamente com a construção do Estado, após a independência, como uma via de mão dupla.

⁴ Segundo esse autor, o Conselho de Estado era a coroação da carreira e raramente lá se chegava sem prévia e longa experiência em variados cargos políticos.

BONELLI (1999) explica que um pequeno grupo da elite dos bacharéis fundou o IOAB, revelando a circulação internacional de idéias no universo das profissões, com a tendência à difusão da ideologia do profissionalismo, mesmo que adaptada aos limites e aos incentivos locais.

Segundo a autora, a constituição do Estado brasileiro simultaneamente à constituição das profissões modernas colocou na pauta dessa elite a importância de se organizar para influenciar o processo político em curso, além da preocupação com o controle do mercado de trabalho e com a contenção da participação de outros segmentos sociais nesta carreira. Para ela o ponto de partida foi a criação dos cursos superiores e a fundação do IOAB, centrada no ideal de serviço e na proposta de auxiliar o Estado nas questões técnico-jurídicas. Bonelli (1999, p. 65) afirma que:

As estratégias implementadas a partir da criação do IOAB indicam que as diretorias tinham como meta estreitar os laços e a influência da associação junto ao poder. A forma de fazê-lo oscilava. Ora eles forneciam seus quadros para cargos relevantes na gestão do Estado, ora elegiam para sua presidência membros já influentes ou encarregados dos ministérios.

Segundo Bonelli (1999), a chegada da República teve como consequência a desorganização do IOAB. Sua direção envolveu-se nas mudanças políticas na sociedade e as novas lideranças que vão reativá-lo são provenientes de grupos menos ocupados com a construção da nova ordem, seja por apoliticismo, seja por temerem as acusações de preservar laços com a ordem deposta. A autora constata, em sua pesquisa, que este período está associado a uma mudança gradual no perfil dos membros do IOAB, registrando-se a presença de sócios provenientes de segmentos sociais menos elitizados. Para ela, os discursos reforçando a distância da política e uma conduta com aparência mais técnica também favorecem a identificação dos advogados com um modelo mais próximo das “profissões modernas das classes médias” e da sua ênfase do apoliticismo e da competência científica.

Bonelli (1999) mostra que, em substituição à estratégia implementada várias vezes durante o Império, de eleger para o Instituto membros influentes do governo com o objetivo de estreitar as relações da profissão com o Estado, durante a Primeira República a aparência de desapego às paixões partidárias foi o recurso que predominou para se levar adiante o projeto institucional de influir nas decisões do governo.

O órgão de classe dos advogados, a OAB, foi criado em 18 de novembro de 1930, por ato do Governo Provisório da Revolução de 1930, o Decreto nº 19.408. Bonelli (1999, p. 71) observa que:

Como a OAB é criada, em 1930, por Getúlio Vargas, ela acaba sendo tratada na bibliografia apenas como uma iniciativa da política corporativa de seu governo, e não como uma proposta de profissionais que, finalmente, obtêm sucesso na estratégia que vinham implementando por várias décadas.

E completa: “Há uma clara intencionalidade por parte dos membros do IOAB em criar uma corporação com poder de controlar o mercado antes de Vargas chegar à Presidência da República”. (Bonelli, 1999, p. 72). A autora defende que a institucionalização da Ordem dos Advogados significou o sucesso da implementação da estratégia usada pelos bacharéis, que se foram demarcando de outras elites, usando sua expertise para fundamentar sua indispensabilidade do Estado.

Vale ressaltar que, embora tenha sido criado o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros em 1843, discutia-se ainda, até 1930, no meio dos próprios bacharéis, a idéia de que o órgão representativo representaria um privilégio de classe. SIMÕES (1983) atribui a falta de consenso entre os profissionais da lei à orientação republicana radical, ao apego à tradição dos princípios mais puros da “Grande Revolução” e à falta de bacharéis - o que permitia um mercado de trabalho para os provisionados. Segundo o autor, o mercado de trabalho estava longe de ser saturado, situação que se modifica a partir da dispersão dos cursos jurídicos que acompanhou a descentralização republicana.⁵

Simões (1983) observa ainda que a época em que a Ordem dos Advogados foi definitivamente criada era propícia para tal: é a que antecede a presença de deputados classistas na Constituinte, a que antecede todas as iniciativas corporativistas do Estado Novo. Mas, Simões, (1983, p. 520) destaca, no mesmo sentido de Bonelli, que “se nos anos 30 a solidariedade da Classe se torna Ordem e se institucionaliza definitivamente, isto não quer dizer que não existisse antes”.

O discurso dos bacharéis-advogados durante o processo de profissionalização

A fim de verificar qual a estratégia discursiva usada pelos bacharéis-advogados para fundamentar sua indispensabilidade do Estado, durante o Império e a Primeira República, e conseguir a institucionalização da OAB, analisamos os discursos registrados nas Revistas do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (RIOAB) e nos Boletins do mesmo instituto

⁵ Com a República surgem as Faculdades Estaduais na Bahia, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, em Fortaleza, entre outras.

(BIOAB), desde a primeira publicação, em 1862, até 1930, quando foi criada a Ordem.⁶ Constatamos que nessas publicações que era comum fazer a comparação da atividade dos advogados com a dos magistrados e membros do ministério público.

Durante o império, era corriqueira, quando se falava da advocacia, a invocação da seguinte frase D'Aguessau: “a advocacia é tão antiga como a magistratura, tão nobre como a virtude, tão necessária como a justiça!” Assim, no discurso proferido 16 de julho de 1857 no IOAB, o terceiro presidente do instituto, Dr. Caetano Alberto Soares⁷, ao abordar a necessidade de criação de uma Ordem dos Advogados, enfatizou que a organização da corporação influenciaria a magistratura, “irmã germana” da advocacia:

§ 17º Mas é desnecessário enumerar todos os objetos, em que esta corporação pode prestar auxílio ao Governo Imperial, e ser útil ao País, sendo animada do verdadeiro espírito de progresso, como creio que estamos todos: todavia não deixarei de lembrar que, **sendo a Advocacia a irmã germana da Magistratura, tão antiga como esta, e desde o seu princípio servindo a par uma da outra no mesmo templo da Justiça; não pode o aperfeiçoamento e progresso de uma deixar de trazer consigo o progresso e aperfeiçoamento da outra.** Se os Advogados forem ilustrados, exatos cumpridores dos seus deveres, hão de necessariamente concorrer com o poderoso exemplo para que igualmente o sejam os Juizes e Magistrados **tirados do seu seio.** E quem duvidará que formar-se em corporação, adquirir o amor da profissão, o desejo de a fazer respeitada e respeitável, é o meio mais eficaz da perfeição de qualquer classe da sociedade? (**destacamos**) (RIOAB, 1865, p. 41).

Em várias ocasiões foi destacado nessas revistas que a advocacia é um múnus público. O Conselheiro J. M. de Alencar explicou, em publicação na RIOAB (1867, p. 81), que “múnus é a função pública comum nos cidadãos de um país, ou nos membros de uma classe para beneficio geral”.

Em sessão de 12 de maio de 1876, registrada na RIOAB (1881), Olimpio Guiffenig de Niemeyer afirmou que o advogado é uma espécie de funcionário público e que faz parte do corpo judicial.

Da mesma forma como ocorria no império, a estratégia discursiva de equiparar a advocacia e a magistratura permaneceu durante a República Velha. Verificamos, no entanto, que a comparação se estendeu também aos membros do Ministério Público. A fim de se compreender o significado dessa comparação, abrimos parêntesis para tratar do Ministério Público.

⁶ Estas publicações foram encontradas no acervo da Biblioteca do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, na cidade do Rio de Janeiro. A Biblioteca não conseguiu recuperar as publicações dos anos de 1919 a 1924 do Boletim do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.

⁷ Caetano Soares foi presidente do IAB no período entre 1852-1857.

O Alvará de 07 de março de 1609, que criou o Tribunal da Relação da Bahia, é apontado por muitos autores⁸ como a primeira lei relativa ao Ministério Público⁹ no Brasil. O documento previa a atuação de dez desembargadores, dentre eles um Procurador dos Feitos da Coroa, Fazenda e Fisco, e Promotor da Justiça.¹⁰

Também no Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, criado em 1752, estava entre os desembargadores o procurador da Coroa. Arno e Maria José Wehling descrevem sua função:

O procurador dos Feitos da Coroa e Fazenda tinha por missão defender o patrimônio real de qualquer usurpação por secular ou eclesiástico (...) Cabia-lhe atuar como procurador da Fazenda, Coroa e Fisco, intervindo e requerendo nas causas com o objetivo de preservar os interesses do Estado, bem como promotor de Justiça, processando aqueles acusados de burlá-los. (WEHLING e WEHLING, 2004, p. 151-152).

Nos dois casos, tanto no Tribunal da Bahia, como no do Rio de Janeiro, esses desembargadores exerciam funções de ministério público, numa época em que este ainda se confundia com a atividade judicial, correspondendo ao que na França do Antigo Regime consistia no “magistrado de pé”, por oposição ao “magistrado sentado”, o juiz. Como explica TORNAGHI (1976), na França, o membro do Ministério Público não se dirigia aos juizes no chão, mas de cima do mesmo estrado (“Parquet” – palavra que se tornou sinônimo da própria instituição Ministério Público) em que eram colocadas as cadeiras desses últimos e não se descobriam para lhe endereçar a palavra, embora tivessem de falar de pé (sendo por isso chamados de “Magistrature debout”, magistratura de pé).¹¹

A Constituição Imperial aludia ao Procurador da Coroa e Soberania Nacional, reconhecendo-lhe competência para acusar nos crimes cuja acusação não pertencesse à Câmara dos Deputados (art. 48). De acordo com o art. 93 da Consolidação do Conselheiro Ribas, o Procurador da Coroa era o órgão do Ministério Público perante a Relação. No

⁸Nesse sentido, por exemplo, ZENKNER (2006, p. 69).

⁹O Decreto 5.618 de 02 de maio de 1874 (art. 18) é apontado como o diploma legal que empregou pela primeira vez no Brasil a expressão “Ministério Público”, segundo ZENKNER (2006).

¹⁰Haverá na dita Relação dez Desembargadores, entrando neste número o Chanceler, o qual servirá de juiz da Chancelaria; três Desembargadores de Agravos; um Ouvidor Geral; um Juiz dos Feitos da Coroa, Fazenda e Fisco; e um Procurador dos Feitos da Coroa, Fazenda e Fisco, e Promotor da Justiça; um Provedor dos Defuntos, e Resíduos e dois Desembargadores Extravagantes (Regimento da Relação da Bahia).

¹¹De acordo com Wehling e Wehling (2004, p. 274), ser desembargador da Relação representava a consolidação de um processo de ascensão, não dos segmentos mais baixos da sociedade portuguesa ou colonial – como seria o caso dos camponeses ou artesão – mas de setores intermediários desta sociedade estamental que lutavam para assegurar um *status*, quer através da riqueza, como os comerciantes, quer através da ocupação de cargos municipais, como os proprietários rurais, quer participando de funções estatais, como os militares ou os serventários da justiça. Segundo os autores, tanto o exercício da magistratura na burocracia real, como o de cargos na administração local atribuíam o *status* de nobreza. “Uma nobreza hierarquicamente inferior à tradicional, de sangue ou espada, sem dúvida, mas que envolvia uma clara e reconhecida distinção social.”

entanto, não havia exclusividade na função, determinando seu art. 95 que “nos feitos em que não tiverem de intervir como órgãos do ministério público, os Procuradores da Coroa das Relações das províncias julgarão como os outros Desembargadores”.

Com a promulgação do Código de Processo de 1832 houve uma profunda mudança na administração judiciária do império, especialmente porque fixou novas autoridades judiciárias, diferentes das estabelecidas no modelo colonial e no Reino.¹² Esse código estabelecia que todos aqueles que poderiam ser jurados poderiam também ser promotores, sendo que dentre eles seriam preferidos os “que fossem instruídos nas leis” (art. 36). O promotor seria escolhido pelo presidente da província a partir de uma lista tríplice elaborada pela Câmara Municipal (art. 38). O promotor era, portanto, um cargo preenchido a partir do município e recebia críticas por parte dos centralizadores.¹³

Com a Reforma do Código em 1841 os promotores passavam a ser nomeados pelo poder central (Imperador ou presidentes de províncias) podendo ser demitidos *ad nutum*; os escolhidos deveriam ser necessariamente bacharéis formados, seus ordenados seriam arbitrados pelo poder central, além de emolumentos por desempenho (art. 22 e 23). Coser (2008, p. 293) observa que com essa Reforma o promotor se tornou funcionário do Estado¹⁴, “podendo ser deslocado para o cargo de juiz de direito, certamente mais importante e com

¹² Esse Código extinguiu as ouvidorias de comarcas, os juízes de fora, os juízes ordinários. Ele substituiu esses cargos de origem colonial pelo promotor público, pelos juizes de direito, pelo juiz municipal e pelos jurados. Criou o cargo de chefe de polícia, modificou as competências dos juízes de paz e fixou, em disposição provisória, os procedimentos da administração da justiça civil, revogando os institutos do processo civil originários do direito do reino. Nesta disposição foram criadas as juntas de paz para julgar os recursos dos juízes de paz.

¹³ Visconde de Uruguai, por exemplo, atacava o funcionário eleito em razão do amadorismo; ele não dispunha de tempo para se dedicar exclusivamente as tarefas da justiça, pois tinha que dedicar parte substancial do seu tempo às suas obrigações privadas. Tal amadorismo também se manifestava na falta de preparo adequado para as tarefas requeridas pelo Código de Processo. Na medida em que este estipulava que para diversos cargos não era necessária uma formação prévia, o funcionário amador precisava de um tempo maior no cargo para tomar contato com os assuntos da justiça. Para Uruguai o funcionário amador era o mais propício a ser controlado pelos indivíduos que em virtude dos seus recursos econômicos e políticos buscavam influenciar o funcionamento da Justiça. Na sua reflexão, tornava-se imperioso remover o funcionário encarregado da aplicação da justiça das influências locais e colocá-lo na órbita do Estado e do poder central. Transpor esse funcionário para o âmbito do poder central significava três aspectos: salário, treinamento prévio e possibilidade de deslocamento pelo território nacional. Ao submetê-lo ao poder central, obtinha-se a fidelidade na aplicação das leis uniformemente em todo o território nacional, fugindo dos particularismos dos grupos locais. (COSER, 2008)

¹⁴ Isso é comprovado nas Revistas do IAB consultadas onde ora o promotor público é chamado de “empregado da justiça” (RIOAB, 1868, p. 256), ora de “procurador público” (RIOAB, 1881, p. 73). No artigo desta Revista analisa-se o Regulamento 57.37 de 2 de setembro de 1874. Esse regulamento declara quem poderiam ser os procuradores e classifica-os em procuradores particulares e públicos. A conclusão a que se chega é que apenas são procuradores particulares os advogados e os solicitadores. Logo, os promotores são procuradores públicos. (RIOAB, 1881, p. 71-73).

vencimentos maiores. A partir desse ingresso na magistratura, o promotor ficava sujeito a ser deslocado pelo território nacional.”¹⁵ (destacamos)

Já na República, o Decreto 848 de 1890, dispôs sobre a estrutura do Ministério Público Federal que foi representado nas duas esferas da Justiça Federal, pelo Procurador Geral da República, que atuaria no Supremo Tribunal Federal, e pelos procuradores seccionais, um cada seção da justiça federal. O Procurador Geral da República seria nomeado pelo Presidente da República entre os membros do Supremo Tribunal Federal, sendo conseqüentemente um bacharel em direito (art. 6).¹⁶ Como se vê, o Procurador da República substituiu o antigo Procurador da Coroa, sendo ainda um membro de um órgão judicial. Seus vencimentos eram inclusive os mesmo dos demais membros do STF. Quanto aos procuradores seccionais, seus vencimentos eram inferiores à metade dos vencimentos dos juízes seccionais (art. 33).¹⁷

Complementando o decreto anterior, foi publicado o Decreto 1.030 de 1890 que tratou do Ministério Público do Distrito Federal. Na sua exposição de motivos o ministro Campos Salles criticou o “estado de desorganização do ministério público” herdado da monarquia: “um juiz acumulando as funções de procurador geral; promotores a denunciarem e acusarem os criminosos; curadores a oficiarem perante alguns juízes de direito”. Ele defendeu a independência recíproca do poder judicial e do ministério público como “uma necessidade orgânica e funcional” e declarou “incompatíveis os cargos de ordem judiciária e do ministério público entre si e com quaisquer outras funções públicas”.¹⁸ Segundo Amaro Cavalcanti, foi este decreto que tornou o Ministério Público uma instituição.¹⁹

¹⁵A Lei de 3 de dezembro de 1841, que reformou o Código de Processo, mudou radicalmente a estrutura judiciária, redefinindo poderes e atribuições, alterando aspectos processuais importantes e centralizando seu controle nas mãos do Ministério da Justiça. Alguns pontos da reforma propiciadas pela Lei foram: 1 criou-se nas capitais um chefe de polícia, nomeado pelo poder central, que escolhia, nos municípios, os delegados e subdelegados que ficavam subordinados a ele. Os chefes de polícia eram escolhidos entre os desembargadores e juizes de direito, e eram inamovíveis. Os subdelegados e delegados eram indicados entre os cidadãos e juízes; 2 foram esvaziadas as atribuições dos juizes de paz, a maior parte transferida para o chefe de polícia e seus delegados; 3 modificou-se a forma de nomeação dos juizes municipais e promotores, dispensando a proposta das Câmaras Municipais, exigindo que os promotores fossem, quando possível, bacharéis formados; 4 foram dadas atribuições mais amplas aos juizes de direito, que deveriam ser nomeados entre bacharéis formados que tivessem servido no cargo de juizes municipais, de órfãos ou de promotores por pelo menos quatro anos; 5 foram abolidas as juntas de paz e o júri de acusação. (COSER, 2008)

¹⁶Só uma vez houve indicação para compor o Supremo Tribunal Federal um não bacharel, Cândido Barata Ribeiro, mas o Senado da República negou a sua aprovação. Assim, desde 1828, quando foi instalado o Supremo Tribunal de Justiça, até hoje, agora com a denominação de Supremo Tribunal Federal nunca atuou no tribunal um não bacharel em direito.

¹⁷O Decreto 848 estabelecia que os vencimentos dos membros do STF eram 8:000\$000. Os vencimentos dos juízes de seção e dos procuradores seccionais variavam de acordo com os estados. No caso do Distrito Federal, por exemplo, os vencimentos daqueles eram 14:000\$000 e destes 6:000\$000.

¹⁸Quanto às nomeações, o decreto estabelecia que o procurador geral e o sub-procurador do distrito seriam nomeados vitaliciamente pelo Presidente da República, sobre proposta do Ministro da Justiça (art. 23). Os

A Constituição de 1891 não dispôs sobre o Ministério Público. Ela apenas estabelecia, seguindo a tradição, que o Presidente da República designaria, dentre os membros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República.

Durante a vigência da Carta de 1891 o Ministério Público teve sua organização alterada algumas vezes. A primeira delas foi a Lei nº 18, de 21 de novembro de 1891. Seguiram as Leis 221 de 20 de novembro de 1894, o Decreto 2.597 de 16 de agosto de 1897, o Decreto nº 9.263 de 28 de dezembro de 1911 e o Decreto nº 1.3273, de 20 de dezembro de 1923. Essas leis provocaram uma ampliação do campo de atuação do Ministério Público, que passou a ser mencionado como “verdadeiro poder de Estado”; no entanto era recorrente a crítica dos juristas da época quanto a sua dependência em relação ao Executivo.²⁰

Retomando a análise das revistas, verificamos que ora os advogados se equiparavam aos membros do Ministério Público, ora os próprios membros do Ministério Público se assemelhavam aos advogados. Encontramos em publicação de 1892, um parecer do Procurador da República do Rio de Janeiro, questionando sua denominação tradicional de magistrado (atribuída aos antigos Procuradores dos Feitos da Coroa, Fazenda e Fisco).

promotores públicos e curadores deveriam ter as qualidades requeridas para pretor e seriam nomeados pelo Ministro da Justiça, sobre proposta do procurador geral do distrito (art. 24). Para ser pretor a lei exigia a graduação em direito e prática jurídica (art. 16). Os adjuntos dos promotores seriam nomeados pelo procurador geral do distrito, com aprovação do Ministro da Justiça, preferindo os que tivessem “título de exame” (art. 25).

¹⁹ Amaro Cavalcanti foi redator do Decreto 2.597 de 16 de agosto de 1897 que completou as disposições regulamentares do Decreto n. 1.030 de 1890 na parte relativa à competência da justiça local do Distrito Federal. Antes do Dec. n. 1.030, havia representantes do ministério público perante os juízos criminais, e os civis em que eram interessados a Fazenda Publica, os órfãos e as pessoas a estes equiparadas, porém **não existia propriamente instituição. (destacamos)** (p. 650)

²⁰ A ampliação da atuação do Ministério Público foi alvo de críticas quando da elaboração da Lei nº 18, de 21 de novembro de 1891: “Essa lei, ainda em sua fase de elaboração no Congresso Nacional, foi alvo de um parecer do eminente jurista João Monteiro, então Relator do Projeto na Comissão de Justiça do Senado e que recebeu o nº 17, onde aquela autoridade criticou severamente a largueza do campo de atuação do Ministério Público, alertando para uma hipertrofia que o transformaria em um “corpo abundantemente musculoso de potentíssima tutela”, vendo-o como uma intromissão indevida em áreas onde o interesse privado deveria prevalecer em relação aos interesses públicos, reprovando a ingerência do Estado no domínio do Direito Público.” (Sawen Filho, 1999, p. 130)

A crítica quanto à dependência do Ministério Público em relação ao Poder Executivo pode ser verificada na Exposição de Motivos do Decreto nº 1.3273, de 20 de dezembro de 1923 da lavra de Chrysólito de Gusmão: “Tão amplas eram as atribuições do Ministério Público e tão acentuada era sua liberdade de ação, que o Ministro Alfredo Valladão, comentando as características da Instituição, afirmou que o *Parquet* se apresentava no ordenamento jurídico com a forma de um verdadeiro poder de Estado (...) Não obstante essa apreciação de Alfredo Valladão, sobremodo elogiosa à Instituição, na verdade, a nomeação discricionária e demissão *ad nutum* de seu chefe pelo Presidente da República, na forma do comando do § 2º do Art. 58 da Carta Constitucional de 1891, desencorajava qualquer ação independente por parte do Ministério Público, que permanecia amorfo e sem vitalidade necessária ao desempenho de suas funções mais nobres, tratado com pouca importância pela maioria de nossos doutrinadores, recebendo inclusive a severa sentença de um dos nossos mais ilustres processualistas da época, Afonso Fraga, que não via em seus órgãos de atuação senão e “unicamente representantes do Poder Executivo da Monarquia ou da República, porque a esse cumpre, por via de funcionários especiais a tutela ou defesa dos direitos e interesses do estado perante os tribunais singulares ou coletivos.” (Sawen Filho, 1999, p. 138-139)

Rodrigo Octavio Laangard Menezes²¹ argumentou que os Procuradores da República eram “sobretudo advogados da Fazenda ou da Administração”:

Mas, o procurador da República é órgão do ministério público, dizem: “é rigorosamente a personificação de uma alta magistratura”, exclamam; tem por incumbência legal dizer de direito, argumentam.

De acordo, de acordo; ninguém o contesta. Aí está o Dec. 848 de 1890, cujo Cap. VI, criando os procuradores da republica, se inscreve – do ministério publico; aí está a lição dos juriconsultos que consideram a advocacia, magistratura nobilíssima (...)

Ministério Público é a denominação genérica. Dentro da enumeração das funções dos seus órgãos, algumas há que tem bem pouco assinalado o caráter de função de ministério publico. Exemplo: as funções de simples advogado. O procurador da republica veio virtualmente substituir os antigos procuradores dos feitos da fazenda e procuradores fiscais; é o único representante judicial do Tesouro; incumbem-lhes funcionar pela fazenda Publica, como autora ou ré, nas demandas que interessam ao fisco nacional. (Art 15-do Decreto 848 cit.)

Uma função bem pouco de órgão do ministério publico, que pressupõe sempre o esforço em bem dos interesses superiores da justiça e da sociedade, essa de promover o andamento dos executivos fiscais, requerer penhoras, dar guias do pagamento. Entretanto, é atribuição do procurador da republica, único agente forense do Tesouro e da Administração.

Procuradoria da Republica definiria mais propriamente o texto do cap. VI do Dec. de 11 de outubro de 1890, e, dentro dela, não estariam mal as funções propriamente de órgão da justiça, que a lei atribui aos procuradores da Republica, em alguns casos; nos feitos criminais, por exemplo. (Art. 24 – do Dec. 848 de 1890)

*

O outro argumento é que o procurador da republica é magistrado.

Sim; se empregarmos a expressão no significado genérico, que abrange “os membros do corpo judiciário, se estende aos principais funcionários públicos, diretamente delegados pelo poder executivo”; que compreende “todo o cidadão encarregado pelo soberano de alguma porção de autoridade”.

Mas, si se der à expressão – magistrado - a significação legal que estritamente lhe corresponde na terminologia jurídica, ver-se-á que dela é forçoso excluir, entre nós, o representante do ministério publico, de qualquer ordem, muito especialmente o procurador da republica que, juridicamente, só exerce funções de órgão da justiça, propriamente tais, em casos restritos.

A maior ou menor compreensão dos empregados públicos dentro da significação legal do termo magistrado, oscila de legislação a legislação.

(...)

Entre nós, há vários assentos expressos que resolvem a matéria. Magistrado, tecnicamente, sempre se entendeu membro do poder judiciário, que tinha certas garantias expressas na Constituição do Império, que não cabiam a demais funcionários, e ainda assim, não eram todos os juizes que se revestiam do caráter de magistrado; para isso era preciso que o funcionário, á jurisdição e autoridade pública para administrar a justiça, unisse a perpetuidade.

No antigo direito português igualmente a expressão magistrado andava ligada à significação de funcionário distribuidor da justiça. Em FERNANDES THOMAZ se verifica, na nomenclatura das disposições que lhes definiram competência, a verdade do conceito.

No regime republicano da Constituição de 24 de fevereiro tem consagração a doutrina dos Avisos do Império.

Ao Presidente da República compete nomear os magistrados federais sob proposta do Supremo Tribunal Federal (art. 48 § 11 da Constituição); são de nomeação do

²¹ Rodrigo Octavio Laangard Menezes foi o décimo sétimo presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros nos períodos de 1916-1917 e 1917-1918 e o vigésimo segundo presidente no período de 1927-1928.

Presidente da República, mediante proposta do Supremo Tribunal Federal os juizes de seção (art. 14 do decreto n. 848 de 1890), que são funcionários vitalícios. Isso caracteriza bem a ordem de funcionários que entram na classe dos magistrados. (Art. 57 da Constituição).

Nessa ordem não se pode de modo algum encartar os membros do ministério publico. Nem prevalece o argumento de que o procurador geral da Republica faz parte do Supremo Tribunal Federal. No claro espírito da lei, o membro do Supremo Tribunal Federal que aceitar o cargo de procurador geral da Republica, tornando-se impedido de tomar parte nos julgamentos perde o caráter de magistrado, na acepção rescrita do termo.

Pela nossa organização os procuradores da República são sobretudo advogados da Fazenda ou da Administração, quando autora ou ré, em juízo, e assim, nos termos de nosso direito, esses funcionários não podem ser magistrados; porquanto, aos magistrados é, por lei, defeso se procurador ou advogado. (RIOAB, 1893, p. 336-345)²²

O mesmo Rodrigo Octavio Laangard Menezes em discurso proferido no Instituto no dia 27 de outubro de 1918, agora como seu presidente, defendeu que o exercício de um cargo público por um advogado seria continuação do exercício da profissão, pois “ao advogado apenas se oferecerá uma causa a mais para defender, e a mais bela de todas, a causa do país” (BIOAB, 1918, p. 9-10). Cremos que a valorização da advocacia pelo membro do Ministério Público nesse caso é resultado da estratégia implementada pelos advogados de inserir no IOAB pessoas com um cargo estatal.²³

A função do advogado era defendida por estes como indispensável ao Estado e considerada como uma instituição que faz parte da organização jurídica do mesmo modo que o Ministério Público:

Esta profissão, diz LABAND, reúne em si duas situações que, ordinariamente, são de todo separadas e se afiguram inconciliáveis: o cumprimento de funções públicas e o exercício de uma profissão privada. Esses dois gêneros de funções não se correspondem com exatidão: um advogado tem muitas outras funções a desempenhar, além das de direito público, mas estas constituem a parte mais importante da sua profissão. Sob este ponto de vista, as funções do advogado “na organização jurídico-objetiva do Estado, são admitidas e estabelecidas como necessárias à realização do fim do Estado... A atividade profissional dos advogados, é, pois, **necessária ao Estado**; é um fator da administração jurídica do Estado; e pode-se considerar os advogados **do mesmo modo que o Ministério Público**, como uma instituição fazendo parte da organização jurídica no seu sentido mais amplo. Sem dúvida pode-se afirmar de todas as profissões que elas são necessárias ou úteis ao desenvolvimento e à prosperidade do Estado; mas enquanto as outras profissões correspondem a necessidades econômicas ou sociais, o advogado trabalha em um domínio que interessa particularmente à prática da atividade a mais essencial do

²² Este texto é parte das razões finais apresentadas por Rodrigo Octavio nos autos das ações civis dos reformados e demitidos pelos decretos de 7 e 12 de abril de 1892, intentadas perante a Justiça Federal pelo advogado Ruy Barbosa.

²³ Vários dos presidentes do Instituto dos advogados, desde a sua fundação, foram membros do Ministério Público. De acordo com os registros do BIOAB de 1927, o 5º presidente, Perdígão Malheiros, foi Procurador dos Feitos da Fazenda Nacional; o 6º presidente, Nabuco de Araújo, foi promotor público; o 7º presidente, Saldanha Marinho, foi promotor público; o 14º presidente, Vieira Mello, foi promotor de justiça; 17º e 22º presidente, Rodrigo Octavio Laangard Menezes, foi Procurador da República (p. 191-217).

Estado: é o seu colaborador no exercício da justiça. É neste sentido que é preciso considerar a atividade profissional do advogado como uma função pública.” (LABAND – *Le Dr. pub. de l’emp. all.*; vol. IV; paginas 287-90) (BIOAB, 1925, p. 162-163) **(destacamos)**.

Na conferência inaugural da sala dos advogados no Palácio da Justiça, feita pelo Dr. Moitinho Doria, em 30 de julho de 1927, intitulada “A magistratura e a advocacia, sua ação no momento atual”, aquele reclama da falta de aproximação entre advogados e juízes. Afirma que “as duas classes são colaboradoras na mesma ação social, integram-se e são em comum os aplicadores da lei, são os legistas” (BIOAB, 1926, p. 212). Mais adiante o conferencista completa:

A aproximação das duas classes, de juizes e advogados, é a integração do organismo judiciário, para uma atividade esclarecida e harmônica, com o culto mais perfeito da justiça.

Já se considera o ministério público uma magistratura especial, que os franceses chamam *de pé*, enquanto a dos juizes denominam *magistratura sentada*; **mas, os advogados do Estado fazem parte da classe geral**, exercem funções da mesma natureza, apenas em favor de um cliente de maior importância, que é o conjunto de todos os clientes, a coletividade, a nação; **não é absurdo, pois, considerar os advogados, em geral, como membros da magistratura, como elemento indispensável ao Poder Judiciário, como acontece a uma das partes, ao ministério público.** **(destacamos)** (BIOAB, 1926, p. 214).

Percebe-se que o argumento usado durante o império de que advocacia e magistratura eram “irmãs germanas” também se estendia ao ministério público, tradicionalmente chamados de “magistrados de pé”. O raciocínio era silogístico: se os membros do ministério público eram advogados do Estado, pertencendo ao grupo dos advogados em geral, e faziam parte de uma magistratura especial, logo os advogados também poderiam ser considerados magistrados. E se magistrados e membros do ministério público são indispensáveis ao Poder Judiciário, os advogados também o são.

Conclusão

Com o estudo bibliográfico realizado sobre a profissionalização dos advogados constatou-se que os bacharéis em Direito tiveram uma participação importante no momento da formação do Estado brasileiro, já que esses profissionais preenchiam os cargos existentes e necessários ao aparelho do Estado, quer os de magistratura, quer os administrativos, ou os de representação. No entanto, no início da década de 1870 começou a haver desequilíbrio entre

oferta de cargos públicos e demanda de graduados. Por outro lado, o desenvolvimento do país abriu oportunidade de emprego no campo da advocacia.

Em 1843 foi fundado o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (IOAB) que tinha como um dos seus objetivos a criação de um órgão de classe. Segundo BONELLI (1999) a construção da profissão se deu simultaneamente com a construção do Estado, após a independência, como uma via de mão dupla. Ela mostra que a partir da criação do IOAB foram implementadas, várias vezes, durante o Império, estratégias para estreitar os laços e a influência da associação junto ao poder. Ora suas diretorias forneciam seus quadros para cargos relevantes na gestão do Estado, ora elegiam para sua presidência membros já influentes ou encarregados dos ministérios. Já durante a Primeira República a aparência de desapego às paixões partidárias foi o recurso que predominou para se levar adiante o projeto institucional de influir nas decisões do governo. Para a autora, a institucionalização da Ordem dos Advogados, em 1930, significou o sucesso da implementação da estratégia usada pelos bacharéis, que se foram demarcando de outras elites, usando sua expertise para fundamentar sua indispensabilidade do Estado.

Analisando o discurso dos advogados registrados na Revistas e Boletins do IOAB, durante o processo de profissionalização, verificou-se que a estratégia discursiva usada por esses advogados para fundamentar sua indispensabilidade do Estado era equiparar suas funções às dos magistrados e dos membros do ministério público. Argumentava-se que advocacia e magistratura eram “irmãs germanas”, argumento que também se estendia ao ministério público, já que os seus membros eram chamados de “magistrados de pé”, seguindo a tradição francesa. O raciocínio era silogístico: se os membros do ministério público eram advogados do Estado, pertencendo ao grupo dos advogados em geral, e faziam parte de uma magistratura especial, logo os advogados também poderiam ser considerados magistrados. E se magistrados e membros do ministério público são indispensáveis ao Poder Judiciário, os advogados também o são.

Parece-nos que o objetivo daquela estratégia de argumentação era equiparar os advogados aos magistrados, historicamente mais valorizados do que os membros do ministério público. Mas, o fim último era fazer com que os advogados fossem considerados uma espécie de funcionário público. A estratégia é parcialmente vitoriosa, já que o Supremo Tribunal Federal considerou, na época, a advocacia um *múnus público*, embora sem a caracterização de funcionário público.²⁴

²⁴ Em artigo de 13 de outubro de 1931 do BIOAB discute-se se o advogado é funcionário público, tendo em vista a decisão do STF. O artigo é contra sob o argumento de que “a advocacia é uma indústria privada. ‘Múnus

Referências bibliográficas

Boletins do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros publicados entre 1918 e 1930.

BONELLI, Maria da Gloria. *O instituto da ordem dos advogados brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 14 nº 39 fevereiro/99.

CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da ordem. Teatro das sombras*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

Comentários de Amaro Cavalcanti ao Decreto 2.597 de 16 de agosto de 1897. Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/Legislacao/Republica/leis1897-1198p/pdf82-.pdf#page=10> Acesso em 12 de janeiro de 2012.

Consolidação das Disposições Legislativas e regulamentares concernentes ao processo Civil, pelo Dr. Antonio Joaquim Ribas, do Conselho de sua majestade o Imperador, aprovado pela Resolução Imperial de 28 de dezembro de 1876.

COSER, Ivo. Visconde do Uruguai. *Centralização e federalização no Brasil 1823-1866*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

Exposição de motivos do decreto 1030 de 14 de novembro de 1890 que organiza a justiça no Distrito Federal Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1030-14-novembro-1890-505536-publicacaooriginal-1-pe.html>

FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cruz. Magistrados e Bacharéis: as novas necessidades de ascensão social. in: *Historia da Ordem dos Advogados do Brasil. Volume 1 O IAB e os advogados no Império*. Herman Assis Baeta (coord.) Brasília: OAB, 2003.

LOPES, Júlio Aurélio Vianna. *Democracia e cidadania. O novo Ministério Público Brasileiro*. Lúmen Júris: Rio de Janeiro, 2000.

MEIRELLES, Delton Ricardo Soares. *Magistrados e processo: impressões da literatura jurídica nacional (1832-1876)*. Trabalho publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em Brasília – Distrito Federal nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2008.

NEDER, Gizlene. Coimbra e os juristas brasileiros, in *Revista Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: ano 3, nos. 5-6, 1998, pp. 195-214.

PODER JUDICIÁRIO. *Conselho da Justiça Federal. Justiça Federal. Legislação*. Brasília, 1993, p. 18.

Revistas do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros publicadas entre 1862 e 1907.

público' implica unicamente deveres para com o Estado, sem as necessárias prerrogativas para o advogado". (p. 237)

Regimento da Relação da Bahia. Disponível em
http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/~ius/verlivro.php?id_parte=116&id_obra=74&pagina=363.
Acesso em 10 de janeiro de 2012.

SAUWEN FILHO, João Francisco. *Ministério Público Brasileiro e o Estado Democrático de direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

SIMÕES, Teotônio. *Os bacharéis na política - a política dos bacharéis*. Tese de doutoramento (Ciências Sociais) São Paulo: USP, 1983.

TORNAGHI, Hélio. *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976, v 1.

ZENKNER, Marcelo. *Ministério Público e efetividade do processo civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

OS SABERES E FAZERES DE TRANÇADEIRAS COMO PRODUÇÃO DE ARTE E MATEMÁTICA.

Luane Bento dos Santos

Mestranda em Relações Etnicorraciais no CEFET-RJ

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma discussão sobre o fazer/saber de trançadeiras a partir de abordagens da Etnomatemática e da Antropológica Cultural. Deseja demonstrar como a técnica corporal de trançar cabelos nas comunidades negras é uma prática estética de embelezamento, afirmação de identidade cultural e produção de conhecimentos matemáticos. Busca compreender o funcionamento do não explicitado, a lógica do não refletido, no que se relaciona a produção de arte e matemática no fazer/saber das trançadeiras. Destaca que a prática social de trançar cabelos vem sendo estudada enquanto fenômeno de afirmação identitária dos grupos negros e não como produção de conhecimento artístico e matemático. Utiliza como métodos etnografia, história de vida, observação participante e entrevistas.

Palavras-chaves: Etnomatemática, Antropologia, Identidade Negra.

ABSTRACT

The present study aims to conduct discussion on the do/ learn from approach ethnic hairdresser Ethnomathematics and Cultural Anthropology. Want to demonstrate how the technique of body hair braiding in black communities is a practical aesthetic beatification, affirmation of cultural identity and the production of mathematical knowledge. Search understands the functioning of not explicit, the logic of not reflected, as it relates to art production and in doing mathematics/knowledge of ethnic hairdressers. Highlights that the social practice of braiding hair has been studied as a phenomenon of identity affirmation of black groups and not as producing artistic and mathematical knowledge. Uses methods such as ethnography, life history, participant observation and interviews.

Keywords: Ethnomathematic, Anthropology, Black Identity

O conceito de Etnomatemática.

“A Etnomatemática pode ser definida como a antropologia cultural da matemática e da educação matemática. Como tal, é um campo de interesse relativamente recente, que se situa na confluência da matemática e da antropologia cultural” (GERDES, 1996, p.1).

A palavra Etnomatemática tem sido exaustivamente discutida no campo da Educação Matemática e percebida por muitos teóricos como uma nova abordagem de ensino de matemática. Por um lado é vista como uma forte crítica ao formalismo matemático e suas concepções universalistas, e por outro lado como uma forma mais ampla de olhar o fazer matemático. Em meio a inúmeras críticas, posições dúbias e discursos de defesa são perceptíveis os aumentos de trabalhos acadêmicos e programas que têm como paradigma ou teoria a Etnomatemática (MIARKA, 2011). Há vários grupos que discutem de Etnomatemática nas universidades: PUC-SP, UNESP-Rio Claro, USP, UFRG, UFRGS, UFF, UNICAMP, UFRRJ, UNEMAT, UFC, UFRN (COSTA, 2008; MIARKA, 2011)

Segundo Miarka (2011) a Etnomatemática é uma “área que tem crescido em termos de comunidade de pesquisa, não possuindo um único discurso acerca das concepções que a sustentam” (MIARKA, 2011).

A palavra Etnomatemática como concepção política e teórica foi utilizada, pela primeira vez, institucionalmente pelo matemático e filósofo Ubiratan D’Ambrosio na sessão plenária de abertura do 4º Congresso Internacional de Educação Matemática, em 1984 (Adelaida, Austrália), onde o autor falou acerca de suas reflexões sobre “*As bases socio-culturais da educação matemática*” (D’Ambrosio, 1985). Posteriormente o autor cunhou o termo em seu livro “*Etnomathematics and its Place in the History of Mathematics (1985)*”, onde este se insere na História da Matemática” (ESQUINCALHA, 2009). No Brasil, a palavra veio a ser mais difundida na versão portuguesa do livro “*Etnomatemática, 1989*”. Neste livro D’Ambrosio trabalha a palavra em seu sentido etimológico:

etno é hoje aceito como algo muito amplo, referente ao contexto cultural, e portanto inclui considerações como linguagem, jargão, códigos de comportamento, mitos e símbolos; *matema* é uma raiz difícil, que vai na direção de explicar, de conhecer, de entender; e *tica* vem sem dúvida de *techne*, que é a mesma raiz de arte e técnica de explicar e, de conhecer, de entender nos diversos contextos culturais (D'AMBROSIO, 1989, p.7)

Contudo é importante lembrar que o professor D'Ambrosio, já vinha desenvolvendo uma perspectiva etnomatemática desde década de setenta (SANTOS, 2008). A Etnomatemática segundo as considerações de D'Ambrosio (1985, 1989, 2007) é um programa de pesquisa que tem por objetivo contestar as práticas matemáticas acadêmicas e escolares como não sendo as únicas formas de sistemas de contagem, classificação, organização, mediação e inferência. Nas palavras do autor é um programa de pesquisa que visa:

“explicar os processos de geração, organização e transmissão de conhecimento em diversos sistemas culturais e as forças interativas que agem nos e entre os processos. Portanto o enfoque é fundamentalmente holístico” (D'AMBROSIO, 1989).

Além disso, D'Ambrosio também aponta a Etnomatemática como uma teoria do conhecimento:

Nessa concepção, nos aproximamos de uma teoria de conhecimento ou, como é modernamente chamada, uma teoria da cognição. Somos assim levados a identificar técnicas ou mesmo habilidades e práticas utilizadas por distintos grupos culturais na sua busca de explicar, de conhecer, de entender o mundo que os cerca, a realidade a eles sensível e de manejar essa realidade em seu benefício e benefício de seu grupo. Naturalmente, aí nos situou aí no contexto etnográfico. (D'AMBROSIO, 1989, p.7)

D'Ambrosio compreende a Etnomatemática como a matemática de grupos humanos, ou seja, a matemática dos grupos profissionais: médicos, arquitetos, engenheiros, grupos considerados étnicos como tribo indígenas e também a matemática praticada por crianças em idades específicas (de zero a sete anos). Assim entendemos que a Etnomatemática na perspectiva dambrosiana é múltipla e está implícita em todas as culturas com seus processos cognitivos distintos. Segundo D'Ambrosio, se constitui como fazer humano necessário para a dinâmica da cultura e sobrevivência do grupo. Neste sentido, para D'Ambrosio e outros autores que compartilham sua ideia a Etnomatemática é um programa de pesquisa e uma teoria do conhecimento. E para autores que se denominam etnomatemáticos, contudo em perspectivas distintas a de D'Ambrosio, a Etnomatemática pode ser vista como um novo paradigma acadêmico (ESQUICALHA, 2009).

A etnomatemática segundo as reflexões de D'Ambrosio (2007) e Esquicalha (2009) possui varias correntes dentro de si. Correntes que podem partir de analises comparativistas relacionando a matemática do grupo estudado com a matemática acadêmica e escolar como no trabalho de Costa (2008); como correntes que tentam desfocar o olhar da matemática ocidental, ou seja, não comparar a matemática do grupo estudado com a matemática acadêmica e escolar como na proposta de Sebastiani (2011).

Consideramos a Etnomatemática como a teoria do conhecimento que busca mostrar a matemática dos grupos oprimidos, excluídos, invisibilizados, em outras palavras, daqueles que não possuem vozes no meio acadêmico “os subalternizados”.

A Etnomatemática e as Relações Etnicorraciais .

No Brasil percebemos que existem poucos trabalhos que estudem a Etnomatemática praticada pelos grupos negros como aponta Santos (2008):

“Desde o Congresso Nacional de Etnomatemática, ocorrido na UFRN em 2004, que o Prof. Dr. Artur. B. Powell, da Universidade de Rutgers, New Jersey/EUA, aponta a lacuna em pesquisas sobre a Etnomatemática com base nas culturas dos negros no Brasil.” (SANTOS, 2008, p.74).

Este fato implica diretamente na implementação da lei 10.639/2003 de Ensino de História e Cultura Africana e Afro Brasileira. Pois a falta de trabalhos acadêmicos que visem o fazer/saber das populações africanas e afro-brasileiras no que se refere à matemática e se constitui como negação das produções tecnológicas desses povos.

(...) percebe-se, por um lado, o fato de que a área de Matemática apresenta dificuldades em contribuir significativamente com a divulgação e valorização social da história e cultura africana e afro-brasileira. Por outro lado, vê-se a implementação da lei 10639/03 como uma medida importante que pode, além de modificar uma situação de racismo institucional, levar os educandos a perceberem as dimensões culturais, sociais e políticas da matemática (OLIVEIRA, 2011).

O professor Henrique Cunha Jr. (2008, 2010) em seus trabalhos enfatiza a necessidade de trazer a contribuição dos povos africanos para o desenvolvimento matemático. O autor tem sido uma das poucas vozes brasileiras a falar sobre a perspectiva dos grupos africanos e afro-brasileiros na realização de práticas matemáticas no meio acadêmico.

A história dos afrodescendentes na engenharia brasileira é muito rica, mas um pouco difícil de ser recuperada, pois muitos participantes eram autodidatas, construíam sem terem diploma das escolas de arquitetura [...] Mestre Valentim é um gênio, que inaugura o urbanismo no Brasil. Seu mais importante projeto, o Passeio Público do Rio de Janeiro”, construído em 1783, é o primeiro conjunto arquitetônico urbano do Brasil e das Américas com ajardinamento e obras de arte ao estilo francês [...] Theodoro Sampaio, foi expoente em diversas áreas do conhecimento sendo pesquisador na geografia, saneamento e na filosofia [...] Foi o engenheiro responsável pelos planos de água e saneamento das cidades de Santos e Salvador [...] Os irmãos Reboças: André Reboças e Antonio Reboças, fizeram nome na engenharia brasileira. O túnel Reboças, existente na cidade do Rio de Janeiro, tem esse nome em homenagem ao Engenheiro Antonio Reboças. Os dois engenheiros estudaram na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que antes tinha o nome de Escola Militar, formaram-se em engenharia, tendo antes bacharelado em Ciências Físicas e Matemáticas. Antonio Reboças se dedicou à construção de estradas de ferro e foi responsável pela construção da antiga estrada de ferro de Paranaguá, no estado do Paraná, uma das maiores e mais belas obras

da engenharia brasileira. André Rebouças projetou obras de abastecimento de água do Rio de Janeiro e as Docas da Alfândega, desta mesma cidade. Foi engenheiro do Exército Brasileiro durante a Guerra do Paraguai (CUNHA, 2010, pp. 46-47).

Fazendo a arte das tranças na cabeça: fazendo matemática.

“No Candomblé Òpó Afonjá, nas Festas de Sangó, é cobrado aos filhos de santo, principalmente as filhas de santo, que trancam os cabelos. Pois, Sangó era o rei que adorava utilizar tranças em momentos de festas. Sangó é o rei das tranças! Kaó Kabecile, salve Sangó!”

(Filha de Santo de Osun do Ilé Asé Aganjú Isolá, Bairro de Itaipu, Niterói-RJ)

As experiências africanas marcadas na memória dos grupos afro-brasileiros são, extremamente, ricas e complexas. Trançar cabelos pode simbolizar uma homenagem de cunho religioso como está colocado acima ou uma prática social de cunho estético em busca de embelezamento herdado por nossos ancestrais africanos (GOMES, 2006). No entanto, é preciso destacar que em muitos casos o princípio religioso de trançar não é descolado do princípio estético. A fala acima elucida bem a questão. Pois, para Sangó trançar cabelos significa embeleza-se, compartilhar de vaidades e cuidados. Sangó em quase todos os mitos é descrito como um homem belo, justo e de muitas vaidades. Sangó assim como Osun, deusa da fertilidade, amor, maternidade e beleza, é muito vaidoso e adora a embelezasse. Arquétipo que se sucede no transcorrer do culto ao Deus africano.

As culturas negras ou africanas diaspóricas são resultados ressignificados das lembranças e tentativas de perpetuações de memórias grupos africanos, que aqui aportaram através do tráfico de escravizados. De certo modo, são os elos que nos ligam aos antepassados africanos, com seus valores de pensamentos e estar no mundo. Sobretudo tem sido através dessas culturas que os negros brasileiros buscam reafirmar um orgulho de “ser” e uma identidade “coletiva/negra”.

As pesquisas historiográficas demonstram que os negros no período escravocrata tentaram manter de alguma forma as lembranças culturais dos territórios africanos. Através da mistura de diversos elementos étnicos das culturas africanas misturados aos elementos das culturas nativas e portuguesa se constituíram as culturas negras brasileiras como culturas híbridas ou africanas diaspóricas (Hall, 2009). Nas considerações de Sodré:

É preciso deixar bem claro que não se tratou jamais de *uma* cultura negra

fundadora ou originária que aqui se tenha instalado para, funcionalmente, servir de campo de resistência. Para cá vieram dispositivos culturais correspondentes às várias nações ou etnias dos escravos arrebatados à África entre séculos os séculos XVI e XIX. Tais culturas já conheciam mudanças no próprio continente africano em função das reorganizações territoriais e das transformações civilizatórias (substituições de antigos reinos e impérios por dispositivos políticos de natureza estatal), precipitadas pelas estruturas de escravo montadas pelos europeus.

No Brasil, as mudanças são evidentemente radicais. Desde o início, os *senhores* (proprietários) evitavam reunir grande número de escravos de uma mesma etnia, estimulavam as rivalidades étnicas e desfavoreciam a constituição de famílias. Os folguedos, as danças, os *batuques* — a “brincadeira” negra — eram permitidos (e até mesmo aconselhados por jesuítas), tanto por implicarem em válvulas de escape com por acentuarem as diferenças entre diversas nações.

Entretanto, nesse espaço permitido, porque inofensivo dentro da perspectiva branca, os negros reviviam clandestinamente os ritos, cultuavam deuses e retomavam a linha de relacionamento comunitário. Já se evidencia aí a estratégia africana de jogar com as ambiguidades do sistema, de agir nos interstícios da coerência ideológica. A cultura negro-brasileira emergia tanto de formas originárias quanto dos vazios suscitados pelos limites da ordem ideológica (SODRÉ, 1983, pp.123-124)

Entendemos que destacar a prática social de trançar cabelos dos grupos africanos diaspóricos como forma de saber complexo (matemático) é levar para o campo do “saber” legitimado outras formas de se pensar sobre a produção de conhecimento desses povos. Pois como nos fala Sodré (1983) os povos africanos jogavam com a ideologia dominante, de tal forma que construíram outras simbologias dentro da ordem colonial e as mantiveram em segredos.

As tranças no Novo Mundo.

O hábito de trançar cabelos vem sendo analisado, em diversos estudos, como forma de afirmação de identidade cultural, resistência ao padrão estético hegemônico branco ocidental, além de ser visto como prática de cuidado herdada das tradições africanas, que fora de África foram realocadas para outras posições sociais ganhando outros valores nas Américas (GOMES, 2006; LODY, 2004, INOCÊNCIO, 2006). Os estudos, geralmente antropológicos enfatizam a relação de trançar com um fazer identitário e estético. Não percebem tais práticas sociais como produção de outros saberes. Na verdade, nem as descrevem deste modo. Falam delas como forma de um fazer artístico que envolve processos de abstrações originando desenhos geométricos. Ainda é imperceptível em campos científicos como a Antropologia Cultural Brasileira a relação de trançar com matemática. Porém há autores como Gomes (2006) que buscam

expressar, de algum modo em seu trabalho um pouco dessa complexidade.

Os estudos sobre as esculturas africanas, ao mostrar a evolução histórica dos penteados, revelam-nos todo um percurso de mudança, recriação e extinção deles. Ao estudá-los juntamente com dados históricos, relatos dos viajantes e exploradores, mapas e desenhos, podem, os recompor um pouco do contexto cultural e histórico de povos que viveram séculos passados e que nem sempre nos deixaram registro escrito.

Um bom exemplo dessa recomposição é o estudo sobre o penteado em forma de cruz usado pelos *luba*, desaparecido progressivamente na primeira metade do século XX.

O penteado em forma de cruz refletia o status social de certas princesas. Assim, um penteado ritual feito rafia chamando *kibanga* identificava as mulheres encarregadas da cozinha real (GOMES, 2006, pp.334-335)

Os diversos povos africanos reproduziam nos seus penteados formas encontradas no seu meio natural [...] Podemos observar que, embora apresentem transformações, os penteados complexos continuam sendo uma forte marca estética do negro na diáspora (GOMES, 2006, p.344).

A etnografia de Gomes (2006) lança olhares diferenciados sobre as práticas de cuidar dos cabelos desde os povos africanos aos afro-brasileiros. Abrindo novos caminhos cognitivos sobre o modo como pensamos as práticas de trançar cabelos nas comunidades negras.

Os trabalhos levantados para nossa pesquisa no campo da Antropologia Cultural apresentaram um viés etnográfico cujo foco é à relação de estética e identidade negra. No campo da Etnomatemática despontaram autores que relacionam o fazer de trançar como repetições de padrões geométricos e expressões estéticas.

O etnomatemático Paulus Gerdes é um dos estudiosos que realiza belíssima discussão sobre a prática de trançar nos grupos africanos. Especificamente, tem estudado os povos africanos de Moçambique e Angola. Gerdes traz excelente contribuição para a Etnomatemática ao demonstrar a relação matemática nas práticas artesanais dos trançados. Gerdes desenvolve uma pesquisa com mulheres africanas artesãs em seu livro: “Mulheres, cultura e geometria na África Austral (2011)”. Outro livro importante é “Geometria dos Trançados Bora da Amazônia Peruana (2007)”, onde o autor nos mostra a forte relação de trançar com a geometria.

Outra pesquisadora importante nessa discussão é a professora Gloria Gilmer. Ela trabalha a relação de alguns penteados afro-americanos feitos com tranças como reprodução de padronagens geométricas encontradas na natureza. Para ela, além de serem formas criativas e abstratas de adornar o couro cabeludo, o ato de trançar imitando um modelo geométrico presente na natureza são conceituações matemáticas.

Segundo Gilmer, existem nelas usos matemáticos, que os sujeitos que as realizam muitas vezes nem os percebem. Para ela, entrelaçar cabelos para realizações de alguns penteados trançados segue sequências de criação, nas quais, figuram modelos de polígonos convexos por exemplo. Podendo ser ferramentas importantes nas aprendizagens de Matemática, na área de geometria para as comunidades negras e parte significativa na construção de orgulho da identidade cultural (GILMER, 1999).

Os estudos de Gilmer (1999) realocam as práticas sociais africanas como tradições complexas, que já combinavam modos de cuidados estéticos com os campos artísticos e matemáticos. Práticas africanas que não foram totalmente extinguidas do cotidiano. Pelo contrário, foram mantidas de alguma forma como nos alerta Gomes (2006). Gilmer enfatiza que as práticas muitas das vezes não são percebidas pelas cabeleireiras como práticas matemáticas. Isso se deve ao fato da matemática do cotidiano profissional ser colocada como não matemática quando comparada a matemática escolar e acadêmica. Neste sentido, D'Ambrosio expõem:

De fato, ao nos referimos, à Matemática, estamos identificando o conhecimento que se originou nas regiões banhadas pelo Mar Mediterrâneo. Mesmo reconhecendo que outras culturas tiveram influência nessa evolução dessa forma de conhecimento, sua organização intelectual e social é devida aos povos dessas regiões¹. Por razões várias, ainda pouco explicadas, a civilização ocidental, que resultou dessas culturas, veio a se impor a todo o planeta. Com essa hegemonia, a Matemática, cuja origem se traça às civilizações mediterrâneas, particularmente à Grécia antiga, também se impôs a todo mundo. (D'AMBROSIO, 1989, p.8)

Percebemos a interferência do formalismo matemático, diretamente na compreensão que indivíduos de grupos subalternos negros ao não fazerem a relação de suas heranças como práticas de natureza complexa e valorativa (D'Ambrosio, 1999).

De modo geral, sabemos que “matematizar” está posto em várias situações do cotidiano, um simples penteados para uma trançadeira pode conter modelos geométricos importantes na absorção de conhecimento como nos fala Gilmer (1999).

Going into a community, examining its languages and values, as well as its experience with mathematical ideas is a first and necessary step in understanding ethnomathematics. In some cases, these ideas are embedded in products developed in the community. Examples of this phenomena are geometrical designs and patterns commonly used in hair braiding and weaving in African-American communities. For me, the excitement is in the

¹ Povos árabes, africanos.

endless range of scalp designs formed by parting the hair lengthwise, crosswise, or into curves (GILMER, 1999, p.1)

Seguindo a perspectiva de Gilmer (1999), vejamos alguns modelos de penteados afro que podem servir como aplicação de conhecimentos matemáticos.

Figura 1) Trança xadrez.



Figura 2) Sem nomeação.

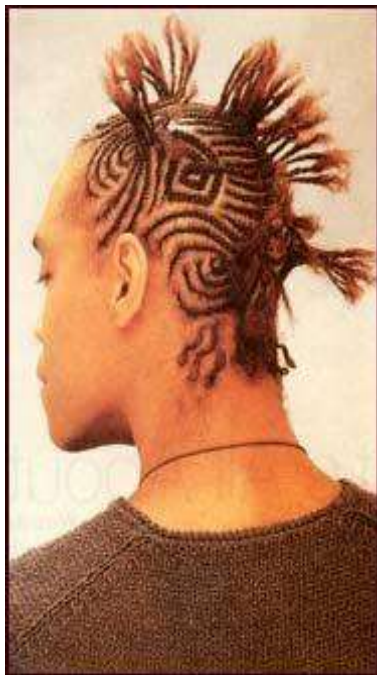


Figura 3) Coquinhos ou bitus com retas formando triângulos e estrelas.



- As tranças xadrez (figura 1), nomeadas assim por mim, podem ser vistas como transpassadas ou quadradinhos. São modelos de tranças que necessitam para realização de ferramentas matemáticas em seu fazer. Exigindo da trançadeira percepções que envolvem usos exercícios geométricos: medição do trecho a ser utilizado, encontro de retas e ponto médio na sua composição.
- O segundo penteado (figura 2) além de utilizar tais ferramentas figuram círculos. Para tal, necessita de uma mediação anterior a realização. Primeiramente a trançadeira deverá marcar com o pente o formato circular. Nesse tipo de penteado há vários desenhos geométricos. Chama atenção os círculos no alto da cabeça próximos a testas e orelha. Neles a área ocupada tem sempre o mesmo feixe de intersecção.
- O terceiro penteado (3), coquinhos, recorta toda a cabeça a partir de desenhos de triângulos, após se realizam tranças soltas que são enroladas dando origem aos coquinhos ou bitus, ao lado deles são realizadas tranças nagôs. Esse penteado forma figura de estrelas utilizando as tranças nagôs como as linhas ou retas para o desenho.

É claro que a observação mais apurada destes penteados, principalmente por matemáticos e outros especialistas nos mostraram mais possibilidades de comparações a modelos geométricos. No entanto, para este trabalho nossa intenção é de breve apresentação das possibilidades matemáticas encontradas no cabelo dos negros.

Ainda no campo da etnomatemática existe um autor que desenvolve trabalho importante sobre penteados de tranças nas comunidades africanas diaspóricas. Seu nome é Ron Eglash e ele é responsável por ter desenvolvido um programa de computador (software), no qual estudantes de escolas em comunidades negras podem observar modelos de geometria fractal existentes nos penteados com tranças denominadas, popularmente no Brasil de nagôs.



(Imagens sobre o programa de computador criado por Ron Eglash)

Nas falas de Eglash:

"Fazer as conexões do mundo real - especialmente as ligações que amarram nas culturas dos alunos herança -. No ensino de matemática tem sido reconhecida como cada vez mais importante por educadores ferramentas de design situado culturalmente proporcionar um espaço flexível para fazê-lo, permitindo aos alunos para reconfigurar a sua relação entre cultura, matemática, tecnologia. Ao desafiar os alunos para recriar um conjunto de imagens meta ou para construir suas próprias formas e desenhos, as ferramentas dar-lhes uma oportunidade de hands-on para explorar e manipular conceitos currículo padrão de matemática, tais como geometria de transformação, de escala, coordenadas cartesianas, e frações, ao conectar esses conceitos a seu patrimônio, bem como a cultura contemporânea". (EGLASH, 1999)

Aprende sobre fractais, geometria plana são algumas das possibilidades que os penteados considerados “afro” nos permitem. Em minha pesquisa de campo percebi como Gilmer (1999) que para a realização de um penteado com tranças, anteriormente a realização das tranças a trançadeira traça em sua mente um esquema lógico baseado em desenhos geométricos para a realização delas. Ao perguntar a uma trançadeira como ela havia realizado uma trança que figura um coração ouvi:

Quando comecei a fazer tranças, eu só sabia trançar reto, tranças retas (*tranças que se iniciam da testa até o alto da cabeça ou até o fim da cabeça formando paralelas*). Ai toda vez que eu queria aprender uma trança nova com desenho eu observava uma trançadeira mais experiente, ai eu ficava ligada como ela iniciava a trança, ai eu via que por exemplo a trança coração ela iniciava fazendo um quadrado e dividido ele assim na diagonal. Ai eu desenhava no papel como ela ia criando aquela trança. Entendeu? Ai eu tentava fazer no inicio e não saia perfeita, mas eu partia daquela ideia de divisão do quadradinho (Carla, 22anos, trancista) Grifos nossos



(Trança coração)

A partir da fala da trancista, percebemos como o desenvolvimento de uma técnica de tranças envolve diversos aspectos que podemos considerar como uma matemática do cotidiano. Para a realização da trança coração a trancista necessita desenhar em papel o que deseja fazer e nele indicar de qual ponto iniciará o trançado. No decorrer da trançar, a trancista necessita se guiar pela divisão da diagonal marcada no quadrado, que separa o quadrado em dois triângulos retângulos, sendo a linha dos triângulos onde ele irá fazer as bases do coração com tranças, para posteriormente demarcar o desenho com as linha feitas de lã ou outro tipo de tecido. Isto nos mostra o relacionamento com uma geometria do cotidiano, uma matemática embutida no fazer profissional (D'Ambrosio, 2007).

Importante destacar que ao perguntar a trancista se ela percebia que usava desenhos geométricos para a realização da técnica, assim como na pesquisa de Gilmer (1999) a situação de não nomeação do fazer com relações geométricas foi semelhante. Para a trançadeira, realizar quadrado e dividi-lo na diagonal e obter triângulos retângulos não era utiliza-se de ferramentas geométricas que podem ser vista no ensino de geometria do sétimo e oitavo ano escolar.

Em outro caso, observando a prática de uma famosa trancista da cidade do Rio de Janeiro, percebi que para a realização da trança chamada *zig zag*, ela dividia o cabelo da cliente em quadradinhos para posteriormente iniciar as tranças. Ela fazia uma sequência de três quadrados até o alto da cabeça para dar forma a trança. A cada quadrado que marcava enrolava o cabelo, realizando três coquinhos. Somente após demarcação que iniciava o trançado. Os quadrados serviam como base para a trançadeira não se perder na realização do desenho como também modo para manter a simetria do penteado.



(Trança zig zag)

Todas as tranças analisadas por mim como técnicas corporais que se utilizam de desenhos e esquemas geométricos não são vistas pelas trancistas com tal. Não há em seu fazer/saber o discurso formalista iluminista de matemática.

Santos (2008) em seu estudo sobre os famosos tecidos kente de Gana, verifica que todo o raciocínio geométrico utilizado para a realização dos tecidos não está posto em literatura formal. Segundo Santos, os artesãos aprendem no cotidiano profissional a realizar representações geométricas. Sem dúvidas eles aprendem no fazer/saber da

dinâmica cultural, aprendem nos processos de manipulação do tecido, aprendem na observação cotidiana do fazer do outro e do seu fazer. O mesmo ocorre na aprendizagem das tranças. Não há cartilhas para aprender a fazer tranças, o que há são cursos em salões de beleza voltados para estética negra considerada “afro” e tradição familiar que fazem uma mulher ou um homem ser considerado trancista. E é claro que certa habilidade e demonstração de realização de diversos penteados fazem o público que trança considerar alguém um excelente trancista. No entanto, esta é uma prática cultural aprendida no cotidiano dos salões de beleza e nos momentos de “lidar com o cabelo” como nos fala Gomes (2006) ao resgatar o sentido de “lida” para as comunidades negras diaspóricas. Sendo assim, é uma prática cultural que se situa no campo do privado, nas relações sociais íntimas e ainda pouco pesquisadas.

Considerações Finais.

Na etnomatemática brasileira começam a aparecer alguns estudos, que têm como objetivo trabalhar a matemática utilizada nos Salões de Beleza (CARDOSO, 2008), entretanto, eles estão voltados para analisar práticas de cuidado voltadas para cabelos lisos ou com tratamentos químicos que os fazem lisos. Os estudos falam sobre medição de cortes de cabelos e quantidade de química. Ainda não temos estudos que falem sobre a matemática trazida no navio negreiro. Uma matemática que pode ser grande auxílio nas atividades pedagógicas das escolas desde que os “mestres” se proponham a aprender tais práticas, ou deixem seus educados que as sabem demonstrá-las em sala como nos faz Santos (2008) em seu trabalho sobre os tecidos kente de Gana.

Os estudos de Gilmer (1999), Eglash (2002), Gerdes (2008, 2011) e Gomes (2006) encaminham para novos olhares sobre as práticas de trançar cabelos nas comunidades africanas diaspóricas, como também sobre os cabelos lanosos dos negros colocados nos discursos “oficiais” como inferiores pelos grupos hegemônicos coloniais. Para este trabalho os cabelos lanosos dos negros foram vistos como excelentes devido a constituição de seu formato molar. Característica que facilitam as práticas de trançar cabelos.

Usar as práticas abordadas nos contextos escolar seria uma das formas, acredito, de implementar a lei 10.639/2003, que tem como objetivo resgate e

disseminação dos valores civilizatórios africanos e afro-brasileiros, assim como elevação de autoestima de inúmeros educados negros. Nas considerações do professor Renato Nogueira Jr (2010):

“o padrão geométrico dos cabelos lanosos (*crespos*) trançados pode ser objeto de estudo [...] pode significar uma oportunidade para estimular modos de aprendizagem matemática e princípios artísticos” (*grifo nossos*)

A estética negra estudada revela um cenário desconhecido para muitos ainda. Cabe investigação desses sistemas como forma de construção de outras imagens sobre os corpos negros, principalmente sobre cabelos lanosos negros.

Assim as atividades estéticas presentes nos penteados “afro” são elaborações artísticas que merecem ser analisadas como atividades complexas de valores culturais, que sobreviveram e readaptaram-se num contexto de diáspora africana. Práticas culturais de produção de técnicas que utilizam a matemática feita essencialmente por mulheres negras.

Referências.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei 10.639 de 2003. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

COSTA, Helisângela Ramos da. Antropologia e etnomatemática: um diálogo possível para o ensino de Matemática. Disponível em <http://www.ufsm.br/revistaeducacao>. Acesso: 30/09/2011.

COUTINHO, Cassi Ladi Reis. A Estética dos Cabelos Crespos em Salvador. Dissertação de Mestrado. Salvador: UNEB, 2010.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Afroetnomatemática, África e afrodescendência. **Matemática e Cultura Africana e Afro-Brasileira, Programa 4**. [S.l]: [s,n], 2010.

D' AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática. São Paulo; Ática, 1990.

EGLASH, Ron. Fractais africanos. In: **Scientific American Brasil**, n.11, p. 66-67. Disponível em: www.google.com.br

GILMER, G. **Mathematical patterns in African-American hairstyles**. Disponível em: < http://www.math.buffalo.edu/mad/special/gilmer-gloria_HAIRSTYLES.html>, Acesso em: 18/09/2008.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação, Campinas*, n.21, p.40-51, set/out/nov./dez. 2002

_____ **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5 ed. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

HALL, Stuart. Que negro é esse na cultura negra ? In : **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p.317-333.

HALE-BENSON, J. **Visions for children:** African-American early childhood education program. [S.l]: [s.n], 1995. Disponível em:< <http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED303269.pdf> >. Acesso em: 18/09/2008.

HOOKS, Bell. Alisando o nosso cabelo. Cuba: **Revista Gazeta de Cuba- Unión de escritores y artista de Cuba**, jan./fev/, 2005. Tradução de: Lia Maria dos Santos.

INOCÊNCIO, Nelson Olokofá. **Corpo negro na cultura visual brasileira.** Educação Africanidades Brasil, v.1, Brasília: CEAD, 2006, pp. 185-191.

LEACH, Edmund. O cabelo mágico. In: DA MATA, Roberto (Org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais.** São Paulo, n.38, p.139-169, 1983.

LODY, Raul. **Cabelos de axé:** identidade e resistência. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2004.

MALACHIAS. Rosangela. **Cabelo Bom. Cabelo Ruim.** Coleção percepções da diferenças. Negros e brancos na escola. Vol. 4, São Paulo: NEINB, 2007.

MALYSSE, Stéphane Rémy. **“Extensões do feminino”:** Megahair, baianidade e preconceito capilar. [S.l]: [s.n], 200?. Disponível em< [w.w.w.googleacademico.com.br](http://www.googleacademico.com.br)>. Acesso: 20/03/2011.

MAUSS, Marcel. Noção de Técnica Corporal. In: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: EDUSP, 1974.p.209-230. Tradução de Mauro W. B. de Almeida.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Arte Afro-Brasileira.** São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Josiane Silva de; VIEIRA, Francisco Giovanni David. Os bens de consumo como mecanismo de mediação da reprodução cultural das mulheres negras. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo.** São Paulo: Vol. 6, n. 17, p. 73-99, 2009.

PAIXÃO, Marli Madalena Estrela. **Uma rosa para meus cabelos crespos:** experiências estéticas e políticas da imagem. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFMA,

2008.

PRUDENTE, Celso. **Arte negra**: alguns pontos reflexivos para compreensão das artes plásticas, música, cinema e teatro. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

SANTOS, Eliane Costa. Os tecidos de Gana como atividade escolar: uma intervenção etnomatemática para a sala de aula. Dissertação de Mestrado (Educação Matemática) PUC-SP, 2008.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O negro no espelho**: imagens e discursos nos salões de beleza étnico. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

SANTOS, Luane Bento dos. **“Para ficar bonita tem que sofrer!”**: A construção de identidade capilar para mulheres negras no Nível Superior. 2010. Monografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, Tanimara Elias. **Corporalidade e identidades políticas**: análise de elementos estéticos em mulheres negras do Distrito Federal. 2009. Monografia. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. Brasília.

SANTOS JUNIOR, Renato Nogueira. Afrocentricidade e educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. **Revista África e Africanidades**, nov. 2010. Disponível:<www.africaeaficanidades.com>. Acesso em : 20/03/20110.

SOUZA, Neusa dos Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes das identidades do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

WALKER, Alice. Cabelo Oprimido é um teto para o cérebro. In: **Vivendo pela palavra**. São Paulo: Rocco, 1988.

WOODWARD, Kathyn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.7-39. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva.

ZASLAVSKY, C. *Africa counts: Number and patterns in African culture*. Boston: Prindle, Weber & Schmidt, 1973.

OUTRAS VOZES DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO.

Érica Andrade ¹ e *Sérgio Arruda de Moura* ²

1 - Psicóloga, Especialista em Psicanálise Clínica e Psicopedagogia Institucional, Mestranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

2 - Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem, Centro de Ciências do Homem (CCH). Doutor em Literatura Comparada pela UFRJ (1992) e Pós-doutor pela Universidade de Paris XII – Val de Marne.

Resumo: O discurso não se apresenta de maneira clara e transparente. Ao contrário, sua opacidade, aponta para o fato de que para uma compreensão dos enunciados, em sua rede de significações, torna-se necessário o esforço da interpretação de discursos outros que se colam ao discurso objeto de análise. Dessa forma, se origina o interdiscurso e sua importância na constituição dos sentidos que se busca. O presente artigo aborda a questão do discurso do sujeito envolto na dependência química, numa busca pelas outras vozes que permeiam sua narrativa. Apresenta-se uma breve conceituação dos principais eixos temáticos em questão, quais sejam: discurso, dependência química e análise do discurso. Sobre este último constructo, o paradigma teórico utilizado foi o da escola francesa de análise do discurso, tendo o conceito de interdiscurso sido escolhido como dispositivo de análise. A metodologia envolveu, além da pesquisa bibliográfica, a análise de uma entrevista de caráter semi-estruturado com um sujeito adicto, interno em uma clínica de recuperação. A partir da transcrição dos dados, passou-se a exemplificação do olhar da análise do discurso sobre o relato obtido, na busca da identificação da relação do dizer do “eu” e do dizer do “outro”. Percebe-se que nos trechos do discurso ora apresentados, o sujeito fazia referência a um outro discurso, dito noutra época, por outrem. Os trechos da entrevista apresentados ilustraram que, independentemente da consciência que se tenha disso, o dizer do outro, originalmente em tempo passado, bem como as condições de produção do discurso, terão um peso de significação no dizer do eu. Conclui-se que para uma melhor compreensão dos sentidos presentes no discurso do sujeito em situação de dependência química, o conhecimento das outras formações subjacentes ao seu dizer são relevantes.

Palavras chave: discurso, dependência química, análise do discurso.

Abstract: The discourse is not presented as clear and transparent. Rather, its opacity, points to the fact that for an understanding of the statements in its network of meanings, it is necessary the effort of interpretation of other discourses which stick to the subject of discourse analysis. Thus, stems interdiscourse and its importance in the constitution of the senses we are seeking. Thus interdiscourse constitutes an important element in the search for meanings. This article addresses the question of the attitude of the addiction wrapped in a search for other voices that permeate his narrative. It presents a brief evaluation of the main themes in question, namely: discourse, chemical dependency and discourse analysis. On the latter construct, the theoretical framework used was the French school of discourse analysis, the concept of having been chosen as interdiscourse analysis device. The methodology involved, in addition to the literature, an interview with a fellow addict, an internal clinical recovery. After transcribing the same, we started to look exemplification of discourse analysis on the report obtained, in order to identify the relationship of saying "I" and say "other." It is noticed that in the passages of the speech presented here, the subject made reference to another speech, said another time, by others. It is concluded that a better understanding of the meanings present in the discourse of the subject in a situation of dependence, knowledge of the other formations that underlie their say are relevant.

Keywords: discourse, chemical dependency, discourse analysis

INTRODUÇÃO

O problema do uso abusivo de substâncias químicas tem sido alvo de muitos debates, por vários atores do cenário social. Um grupo significativo de estudos tem buscado identificar preditivos para o envolvimento com drogas, objetivando, entre outros aspectos, favorecer a ações preventivas e educativas.

Um outro grupo importante de produções tem se dedicado a verificar a extensão dos danos que o uso excessivo de substâncias químicas pode causar ao organismo. São os autores que discutem sobre as lesões cerebrais, os comprometimentos de determinadas funções orgânicas, e outros danos à saúde do sujeito dependente químico.

Alguns preocupam-se com o impacto social do fenômeno dependência química, fazendo uma leitura sobre os vários nichos sociais afetados pela referida questão. Temas como a violência, julgamento

de atos infracionais, contexto de miséria, acesso precário a educação, sistemas carcerários, entre outros estão em voga.

Aos cientistas da psicologia, cabe a reflexão sobre os aspectos comportamentais que podem ser identificados na situação da drogadição, bem como todos os sentimentos evocados nas mais variadas fases desse processo. No caso da psicanálise, muitos estudos tem sido produzidos acerca das questões inconscientes implicadas na escolha adictiva.

Estas são importantes contribuições de campos específicos do conhecimento acerca deste mesmo objeto: o uso de substâncias químicas pela via da dependência.

Que tipo de contribuição os estudos da Linguagem poderiam oferecer à referida questão? Essa pergunta foi um dos motivadores da presente pesquisa, que apresenta-se como um esforço de interdisciplinaridade, mantendo um diálogo entre a saúde coletiva, a psicologia (e porque não dizer a neuropsicologia), os estudos da linguagem e outras áreas do conhecimento que recobrem para si quaisquer um dos aspectos que apreciaremos neste artigo.

A inquietação científica é sobre a fala desse sujeito, imerso em tamanha complexidade existencial: a dependência química. O enfoque é sobre o discurso do sujeito, com a finalidade de compreender para mais além do que o mesmo consiga dizer nas palavras aparentes. É sobre os disfarces do discurso que o presente artigo trata, e de como, ao elucidá-lo, novos sentidos podem vir surgindo.

O conceito de dependência química

Drogas naturais, drogas fabricadas, uma infinidades delas. Segundo Carneiro (2005) mesmo em períodos bem remotos aos nossos dias, como no tempo da colonização, havia drogas sendo utilizadas pelos homens. Nesta época, por exemplo, o pau-brasil e o açúcar, eram conhecidas como as drogas do sertão.

Para Ballani e Oliveira (2007), dentre as drogas fabricadas contam-se os fármacos, vendidos livremente nas drogarias, ou comercializados mediante a prescrição médica, possibilitando que as drogas possam ser definidas como substâncias capazes de impactar o organismo de alguma forma. Para estas autoras, as substâncias denominadas psicoativas, psicotrópicas ou de abuso, têm um caráter diferente destas primeiras, uma vez que atuam de maneira muito específica sobre o

organismo, alterando o funcionamento cerebral, os estados mentais, impactando desta forma os sentidos, o psiquismo, distorcendo sentimentos, pensamentos e ações.

Segundo Longenecker (1998) as drogas que induzem à excitação¹ valem-se das sensações de prazer, as sensações orgásmicas, as quais, uma vez experimentadas, serão associadas pelo cérebro como um resultado de certa ação causadora. Esta memória se tornará a motivação para buscar novamente a mesma ação causadora, qual seja a ingestão de drogas psicoativas.

A Organização Mundial de Saúde – OMS considera a dependência química um dos mais alarmantes problemas de saúde pública dos últimos cem anos. Segundo suas pesquisas, pelo menos 10% da população mundial dos grandes centros urbanos faz uso de drogas sob forma de dependência (OMS, 2001).

Um quadro de dependência química pode ter origem num mero uso social. Conforme nos afirma Thomas e Roig (1998), a curiosidade é um fatores que pode levar o sujeito a um uso social da droga, no sentido de que buscar algo novo se apresentará como irresistível, elogiável por um certo grupo de pessoas, favorecendo a primeira experimentação.

Segundo Tavares (2001), a OMS classifica o uso de drogas em função de algumas categorias e padrões de uso. Alguns sujeitos experimentarão a droga ao menos uma vez, outros usarão esporadicamente, cerca de uma vez a cada ano, outros sujeitos farão um uso mais contínuo, drogando-se geralmente uma vez ao mês, diferente daqueles que fazem um uso mais frequente de drogas, podendo-se falar em seis vezes ou mais ao longo do mês. Contudo haverá aqueles – que neste artigo compreendemos como dependentes químicos –, que farão um uso pesado de drogas 20 vezes ou até mais ao longo de um mês.

Falar em drogadição e em dependência por uso de drogas implica mais do que um foco no produto em si. Segundo Sudbrack e Pereira (2008), as referidas expressões nos permitem pensar em um conjunto de relações e comportamentos que extrapolam o âmbito individual da dependência ou as consequências visíveis geradas pelo uso da droga. Assim os autores apontam para outras

¹ Diga-se desta forma, porque existem categorias de substâncias químicas que induzem ao entorpecimento e não a excitação.

dependências relacionadas àquela da droga, como o caso das “dependências relacionais”, tais como as dependências afetivas, dos pares, dos provedores e dos fornecedores.

Os teóricos afirmam que existem diversos fatores que uma vez interagindo apontam para um padrão de consumo mais ou menos nocivo. Fatores como o tipo de droga que se utiliza, aspectos bio-físicos do sujeito que consome a droga, o perfil psicológico em questão, e as nuances do entorno social desse sujeito, são alguns destes fatores que, dependendo da experiência do usuário, podem se caracterizar como preditivos a uma dependência química (SILVEIRA e MOREIRA, 2006).

Com Sudbrack e Pereira (*op. cit.*), compreende-se que o grau de dependência que uma droga pode gerar não está associada ao valor de mercado que esta pode ter. Isto porque, segundo os autores, até mesmo drogas muito baratas, comercializadas geralmente em ambientes sociais menos favorecidos, são capazes de gerar efeitos muito intensos.

Substâncias como o *merla* e o *crack*, podem provocar estados eufóricos, paranóicos, alternando entre delírios e fissura pela droga, o que já caracterizaria uma via compulsiva de uso além de um quadro de dependência química (BAUMKARTEN, 2001).

Para Thomas e Roig (*op. cit.*), o uso excessivo de drogas haverá de causar um prejuízo considerável das memórias do sujeito, comprometendo a formação e a recepção de memórias, a associação de memórias, bem como o seu armazenamento. Além disso, o mesmo autor, afirma que o uso de drogas, em termos de uma adicção², terá como uma das consequências para o sistema nervoso e demais regiões cerebrais, um aumento exponencial de liberação de certos neurotransmissores, levando-o a um nível de excitabilidade neuronal, vivenciado pelo usuário como uma grande tormenta. Os autores nos sugerem que:

Consideremos a drogadição como uma interação organismo/substância química e que, assim sendo, evolui de maneira multiforme, segundo as condições cerebrais, psíquicas, sistêmicas do paciente, tipo, frequência, dose, via de administração da droga utilizada, alterações bioquímicas e sequelas que se seguem ao abuso da substância (THOMAS e ROIG, *op. cit.*, p.79)

O conceito de Discurso: breve percurso pela história da linguagem

² De acordo com o Glossário de Álcool e Drogas, de SISNAD (2006, p. 16), adicção é “o uso repetido de uma ou mais substâncias psicoativas, a tal ponto que o usuário (designado como um adicto) fica periódica ou permanentemente intoxicado, apresenta uma compulsão para consumir a substância preferida (ou as substâncias preferidas), tem grande dificuldade para interromper ou modificar voluntariamente o uso da substância e demonstra uma determinação de obter substâncias psicoativas por quaisquer meios”.

Entre outros aspectos, o maior intuito do presente estudo é apontar para uma possibilidade de melhor compreensão subjetiva do indivíduo em situação de drogadição, partindo de um olhar diferenciado do que o mesmo diz. Sobretudo a respeito do que ele diz acerca da situação em que está, das razões que aponta, das perspectivas que tem, da história que narra de si mesmo. Para tanto, faz-se necessária uma delimitação do objeto de estudo em questão, já que sobre esse dizer, uma série de contribuições teóricas podem ser escolhidas a fim de elucidá-lo. Borges Neto (2004) confirma essa necessidade ao afirmar que as teorias linguísticas não podem se furtar a fazer esta escolha, que não é outra se não a de dar importância a certos aspectos do seu objeto, deixando outros fora de seu enquadre. Segundo o autor, o que vai compondo a pluralidade entre as teorias da linguagem é justamente a questão de que cada escola deverá relevar um aspecto diferente deste objeto tão complexo: a linguagem.

Marcondes (2009) conceitua o discurso como sendo um elemento sintático ao qual o homem lança mão para que os sons que emite sejam mais do que ruídos sonoros, simples proferimentos, como no caso dos animais por exemplo. Assim o homem se utiliza de sua capacidade para articular os sons como uma expressão do seu pensamento. Para o autor, a linguagem tem uma função comunicacional, e esta merece especial atenção, uma vez que falaremos sobre determinado assunto, à determinada pessoa, com um objetivo específico, o que determinará a maneira como utilizaremos a retórica³. Ao fazer uma apresentação de vários teóricos que oferecem suas contribuições aos estudos da linguagem, o referido autor aborda os postulados de John Locke, afirmando que para este é por meio da linguagem que conseguiremos divulgar o que pensamos aos outros, a quem desejamos fazê-lo, tornando-a, portanto, fundamental à manutenção da dimensão social dos sujeitos. No entanto, Locke aponta a um recorrente mau uso das palavras, o que faz com que a linguagem seja pouco confiável, sendo a análise da relação entre as palavras e as idéias, uma solução viável para superação de tais erros e maus usos. Neste sentido, a semântica de Locke possui um caráter mentalista, no que as palavras estão remetidas ao seu conteúdo na mente do falante. O bom entendimento na comunicação se dará então, por esta passagem que se faz das palavras às idéias.

Russell (1978) afirma que ao utilizarmos as palavras, não o fazemos apenas por aquilo que prontamente elas podem indicar, mas por que desejamos que o interlocutor faça algo com as palavras

³ Segundo Pinto (2006), retórica refere-se à estratégia do orador a fim de conseguir a adesão de um determinado público. O autor ainda afirma que a retórica possibilita ao analista do discurso a identificação no lingüístico da organização dos argumentos do discurso.

que entregamos. Esta indeterminação do significado das palavras tem efeitos importantes sobre o fenômeno conversacional:

De acordo com a abordagem de Herbert Paul Grice, o processamento de uma implicatura conversacional envolve dois estágios: um primeiro estágio negativo, no qual o ouvinte detecta que o significado do falante diverge do significado convencional [...]; e um subsequente estágio positivo, no qual o ouvinte tenta desencavar o pensamento escondido do falante e, desta forma, identificar o significado intencionado (MEDINA, 2007, p. 40)

A presente pesquisa é resultado então de uma escolha, qual seja, a do olhar da análise do discurso sobre os enunciados do sujeito. Com isso, já estamos dizendo que não nos aproximamos dos enunciados numa atitude crítica da materialidade do que se diz, o que deixaremos para os semanticistas. O enfoque fôra a subjetividade do que está sendo dito. Muitas vezes a busca mesmo por aquilo que está presente na fala do sujeito, mas que não fôra formalmente enunciado. São os meandros do discurso e da análise do discurso.

Segundo Foucault (1971), os discursos devem ser compreendidos não em sua unidade, mas em sua dispersão, sendo a análise do discurso o dispositivo para elucidação. Brandão (2004) corrobora, afirmando que não é a unidade do sujeito que atravessa o discurso, e sim a dispersão do mesmo que vai determinar suas possibilidades.

Segundo Orlandi (2010), o discurso é a mediação entre o homem e a realidade. É através daquele que o homem consegue estar atrelado à realidade, deslocar-se entre a realidade natural, a social e outras nuances da realidade e também alcançar a transformação desta e de si mesmo.

Um dos postulados do estruturalismo europeu diz respeito a uma impossibilidade de estudar de maneira científica a linguagem sem levar em consideração o seu caráter sistêmico. A linguagem segundo Saussure (s.d.), deve ser considerada em sua estrutura interna. Quando falamos, realizamos concretamente o sintagma a partir das reservas virtuais fornecidas pelo paradigma da língua. É, pois na oposição e conciliação entre fala (*parole*) e língua (*langue*) que os signos se exteriorizam. A linguagem é assim a soma da língua mais a fala e se realiza plenamente na massa de falantes. Decorre desse caráter sistêmico a exclusão do sujeito nas suas intencionalidades, afora o fato de se conceber a linguagem como uma estrutura eminentemente linguística, sem nenhuma afetação circunstancial, ou contextual. Ao contrário, correntes como a pragmática, que vê a língua como ação, e a análise do discurso, que relaciona o dito (enunciado) a formas específicas do dizer (enunciação), reinserem o sujeito nas considerações da análise. Decorre disso considerações sobre os quadros tanto ideológicos equanto inconscientes que o determinam com tal e propiciam perguntas assim orientadas metodologicamente: “como esse texto significa”, ao contrário de “o que esse texto significa”?.

Segundo Araújo (2004, p. 202), o discurso enfatiza “os processos de comunicação em situação de uso”. A autora afirma que essa abordagem traz em seu bojo algumas vantagens, dentre as quais favorecer a compreensão da linguagem como sendo constitutiva da relação entre os indivíduos que se comunicam a todo instante em meio a situações que trazem em si a não simplicidade como marca. Fazendo referência à teoria foucaultiana, a autora ressalta a percepção do discurso enquanto prática social, tendo a linguagem papel fundamental para a comunicação no agir social. Afirma ainda que uma abordagem com tal ênfase privilegiará a linguagem em sua exterioridade, ou seja, a relação entre os fatores linguísticos e não linguísticos tendo o sujeito como pivô.

Entende-se desta forma, que a compreensão da linguagem deriva de um trabalho de interpretação. Para Pêcheux (1983/2002) o lugar da interpretação diante da linguagem é garantido pela suscetibilidade que todo enunciado tem de se tornar outro, algo diferente de si mesmo, que se desloca discursivamente de um sentido original, para alcançar um outro, mantendo sempre no campo da possibilidade uma série de pontos de deriva.

Ocorre que, na busca da compreensão de certo enunciado, o ouvinte pode incorrer no que convencionou-se chamar de atos perlocutórios⁴. Para Polido (2010), as palavras podem exercer um efeito perlocutório ao desencadear uma alteração imediata sobre o ouvinte. Isso não implica, necessariamente, que o enunciadador deliberou tal reação, mas as diferenças de conhecimentos específicos entre ouvinte e falante podem levar a tal efeito. Segundo Searle (1984), o ouvinte infere o sentido das palavras que ouvira, e sob esta inferência, é capaz de pensar de determinada forma ou mesmo de agir desta ou daquela maneira. É nesse sentido que Penco (2006) afirma que o sentido da fala, das palavras, dos enunciados, é na verdade o seu potencial inferencial.

Para Foucault (2009), o discurso não consiste apenas naquilo que ele desvenda ou esconde; antes, é também um objeto desejado, no sentido de que possuir o direito ao discurso bem como poder controlar o discurso, são especiais possibilidade de dominação entre as classes, fazendo do mesmo um instrumento do qual todos desejam se apoderar. Para o autor, o discurso está longe de ser um elemento posto à neutralidade e à clareza, à transparência – e isso se dá por sua estreita relação com o desejo e o poder.

⁴ Segundo Medina (2007), a função e o objetivo de atos ilocutórios dizem respeito à realização de um ato, a realização bem sucedida de uma ação por intermédio da linguagem. Para um estudo mais aprofundado sobre este conceito e sobre os demais atos da fala, ou atos da comunicação, consultar a obra Medina (*op. cit.*).

Estas afirmativas e outras apontam para uma dimensão que vai além da materialidade da língua, apesar de tê-la como um pressuposto. Segundo Orlandi (*op. cit.*), uma análise do discurso buscará o sentido da língua enquanto elemento subjetivo, convidando-nos a um olhar menos ingênuo da linguagem, ao afirmar que estamos sujeitos aos equívocos da linguagem, à opacidade da linguagem, ou seja, uma impossibilidade de que os signos mais simples que usamos para nos comunicarmos sejam aquilo que parecem ser. Segundo a autora, os signos estão atravessados pelos sentidos e pelos aspectos políticos de seu uso. Dessa forma, não há como haver uma aproximação da linguagem, em um exercício de estudo e compreensão, sem o trabalho da interpretação. Favorecer essa interpretação é a contribuição da análise do discurso. Assim o trabalho do analista do discurso, deverá levar em conta o homem na sua história e considerar

os processos e as condições de produção de linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade (Orlandi, *op. cit.*, p.16).

Entenda-se esta exterioridade como os aspectos contextuais da fala, como o político e o social. Sobre estes contextos da fala, Castro (2010) dirá que ao analisar o dizer de um sujeito, será necessário destacar a relação entre os dizeres e os não-dizeres, evidenciando os lugares e as maneiras que cercam os dizeres conforme enunciados agora, em relação a outros lugares e outras maneiras enunciadas anteriormente.

O enfoque metodológico, numa perspectiva da análise do discurso, leva em conta não a relação do sujeito com o objeto concreto “linguagem”, mas com “os processos de comunicação em situação de uso, isto é, o discurso” (ARAÚJO, *op. cit.*, p. 202), objetivando, assim, compreender a linguagem como um elemento intrínseco às relações humanas em situações das mais variadas que demandam comunicação.

Sugere-se que é diante do Outro e do contexto que o discurso haverá de ser constituído; assim, as condições de enunciação não serão as únicas inerentes a este fenômeno, e as condições de produção do discurso serão também de outra ordem. Segundo Gregolin (2003), em Pêcheux o conceito de ‘condições de produção do discurso’ encontra-se elaborado de maneira a dizer que esta acontece em função do que foi afirmado anteriormente e que se colocou diante do sujeito sob forma de uma imposição. Para Castro (*op. cit.*) isto implica que o sujeito não dispõe de total liberdade para produzir os seus discursos, ainda

que o mesmo acredite no contrário. Afirma a autora que o discurso será então o resultado das representações que envolvem, entre outros aspectos, o sujeito, a ideologia e a alteridade⁵.

Para Maingueneau (1987 *apud* BRANDÃO, 2004), a perspectiva teórica francesa da análise do discurso, privilegiada na presente pesquisa, considera dimensões específicas do discurso qual sejam: o campo institucional no qual o discurso é produzido, a dimensão histórico-social que se presentifica e se cristaliza no discurso, e ainda, como uma terceira dimensão, a relação do discurso com o interdiscurso.

É sobre esta terceira dimensão, apontada pelo autor, que se quer estabelecer o enfoque metodológico da análise que ora se propõe, no sentido de que o olhar e a análise sobre determinado discurso buscam perceber justamente as nuances do interdiscurso do sujeito em situação de dependência química.

Sublinhar a questão da interdiscursividade, aponta para como lidar com o que fora dito antes do que se diz agora, e como isso é retomado em termos de uma memória discursiva. Segundo Achard (1999, p. 14), “o passado, mesmo que realmente memorizado, só pode trabalhar mediante as reformulações que permitem reenquadrá-lo no discurso concreto face ao qual nos encontramos”.

No bojo da análise das condições de produção do discurso, o interdiscurso é definido como:

aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. “ (ORLANDI, *op. cit.*, p.31).

Referindo-se à entrevista, fonte de análise do presente artigo, a situação discursiva é a da dependência química, e o interdiscurso consiste nesse caso, naquilo que em outro lugar, por outras pessoas da história do sujeito, já fôra dito sobre o sujeito bem como sobre a situação da drogadição, e que agora se apresenta como discurso do próprio sujeito em sua produção discursiva.

Buscando uma definição da palavra “interdiscurso”, Possenti (2003) chegou à expressão “primado do interdiscurso”, originada nos estudos da escola francesa de análise do discurso. Nesta teoria, o

⁵ O conceito de alteridade foi e é abordado em diversas áreas do conhecimento, sobretudo as ciências humanas. Entre os teóricos dos estudos da linguagem podemos contar com as contribuições de Mikhail Bakhtin, que em meio as suas inquietações ressaltou o papel fundamental do outro no discurso. Para o autor, a alteridade é o único lugar de liberdade do sujeito, pois “o homem tem uma necessidade estética absoluta do outro, do seu ativismo que vê, lembra-se, reúne e unifica, que é o único capaz de criar para ele uma personalidade externamente acabada; tal personalidade não existe se o outro não a cria (BAKHTIN, 2003, p. 33.). Alteridade então, diz deste outro e do papel deste no processo de significações do sujeito.

processo de formação desse discurso leva a um *assujeitamento do sujeito*⁶, uma vez que essa produção discursiva deixa de ser livre, sendo determinada pelo interdiscurso. Para o autor, no momento da formação discursiva, haverá um pré-construído que fala antes, cujo sentido é assimilado no discurso presente.

Guimarães (1985) aborda a questão da relação entre o eu e o outro no discurso, utilizando não a expressão interdiscurso, mas uma correlata a esta: relação interdiscursiva. Para o autor o dizer do outro está de fato no outro, no sentido de ser ele quem profere a fala. No entanto, pode-se dizer que o dizer do outro também poderá ser encontrado no dizer do eu. Assim o sentido do discurso, do dizer do eu, está implicado pelo dizer do outro⁷. Tem-se nisso que um discurso pode implicar, na verdade, uma série de formações discursivas, que apontam para outras vozes que não apenas aquela que ora enuncia.

O que procuraremos mostrar nesse estudo é que essas diferentes posições do sujeito no texto correspondem a diversas formações discursivas. Isto se dá porque em um mesmo texto podemos encontrar enunciados de discursos diversos, que derivam de várias formações discursivas (GUIMARÃES & ORLANDI, 1999, p. 53)

Para Brito (2011), o sentido de um discurso não se dará em separado do sentido de outros discursos, mantendo firme relação com dizeres anteriores. A autora ressalta desta forma a articulação entre o intradiscurso, isto é, a relação do discurso consigo mesmo, fio horizontal do dizer, e o interdiscurso que diz respeito a dimensão vertical do dizer. Infere-se que é justamente sobre a relação com a alteridade que trata a referida dimensão vertical. Segundo Brito (*op. cit.*), a marca da alteridade sobre o discurso aponta para sua relação histórica e para sua exterioridade.

Já em Guimarães (1995), o conceito de interdiscurso pode ser descrito como a relação de um discurso com outros discursos, na medida em que os discursos terão menos a marca da particularidade e mais a marca das relações entre os discursos em sua constituição.

Metodologia

⁶ Este conceito ressalta a idéia de inconsciência dos sujeitos envolvidos numa interação discursiva, uma vez que os sujeitos ocupam posições já determinadas pela formação social a que pertencem (AMARAL, 2002). Os sujeitos produzem um discurso “já dito”, uma vez que ele não é a origem em si do discurso, sendo o discurso produzido sempre em condições dadas, pré-estabelecidas dentro de uma determinada formação discursiva (*id.*).

⁷ Nem sempre este processo se dará de maneira consciente, uma vez que parte do sujeito sabe que sabe e outra parte do sujeito não sabe que sabe. Esta é a perspectiva da psicanálise e o conceito do inconsciente, de homem cindido. Brandão (*op. cit.*) afirma que o discurso é atravessado pelo inconsciente, ao passo que o inconsciente é concebido enquanto uma linguagem do desejo. É o inconsciente quem provoca a cisão entre o que é consciente e o que não é, dividindo, clivando, cindindo o sujeito.

Numa perspectiva aplicada dos estudos da linguagem, objetivou-se identificar no discurso que ora apresentamos alguns fragmentos do levantamento teórico apresentado. Tendo como ponto de partida um banco de dados já existente, fruto de pesquisas anteriores a esta⁸, selecionamos a entrevista de um sujeito adicto, com a finalidade de inferir sentidos através da compreensão de suas nuances discursivas. A entrevista foi de caráter semi-estruturado, tendo sido realizada com um sujeito abrigado em uma comunidade terapêutica para drogadictos em situação de recuperação, mais especificamente sujeitos do gênero feminino. O relato fôra gravado, com prévia autorização, e logo após transcrito. Na apropriação que ora fazemos destes dados, buscou-se verificar de que forma o dizer do eu e o dizer do outro se apresentavam no discurso em questão, passando assim a uma análise do discurso. Os apontamentos a seguir farão menção a um nome fictício, para salvaguardar a ética e o sigilo em pesquisa.

Uma breve Análise do Discurso

Fabiana chegou à casa de recuperação em meados de 2010, tendo sido encaminhada por membros de uma Missão Evangélica situada na então região conhecida como Cracolândia, em São Paulo. Aos dezessete anos, Fabiana já fazia uso de cocaína e, tendo saído de casa, vivenciou a prostituição e o ascendente envolvimento com o álcool e o *crack*. Foram oito anos neste quadro até chegar à comunidade terapêutica, local onde respondeu à entrevista em questão.

O discurso apresentado nesta entrevista revela que tanto sobre si mesma, como sobre a situação em que se envolvera, o discurso de Fabiana mostra-se atravessado por outros discursos que vão tecendo uma rede de significados do que diz. Em alguns momentos, Fabiana sabia que estava se referindo a algo que outro já havia dito sobre ela, ou sobre suas escolhas, mas em outros momentos essa consciência lhe escapava, e a sua fala, mesmo que implicitamente tendo origem no discurso de outrem, aparecia como sendo propriamente sua, apresentava-se como dizer do eu.

⁸ Uma primeira pesquisa foi realizada por ocasião da conclusão do curso de pós-graduação em Clínica Psicanalítica, dos Institutos Superiores de Ensino do CENSA, Campos dos Goytacazes/RJ. O título do artigo que divulga a pesquisa é *Psicanálise e sujeitos em situação de drogadição*, Ribeiro-Andrade & Mello (2010). A pesquisa fora realizada com a liberação do Comitê de Ética em pesquisas com seres humanos, tendo o seu parecer favorável sob o número 0002.0.413.000-11. O artigo que relata os resultados da referida pesquisa encontra-se no prelo.

Fabiana relatava uma relação difícil com a mãe de criação, que se utilizava de constantes agressões físicas como forma disciplinar. Ao ser questionada do motivo pelo qual ela geralmente apanhava, Fabiana responde prontamente: “Fazia arte”. Daí entende-se que a criança que faz arte, apanha, e que era por isso que ela apanhava, porque fazia arte. O conceito da expressão “fazer arte”, pode estar relacionada, a alguém que por um veia artística se entrega a sua habilidade e como resultado tem-se um fazer artístico pela sua produção. No entanto, a mesma expressão pode estar relacionada a peraltices, a atos inconstantes ou desobedientes, geralmente em se tratando de crianças. É neste sentido que acredita-se que Fabiana utiliza esta expressão: porque fazia peraltices, sua mãe a agredia fisicamente. No entanto, ao longo do seu discurso percebeu-se que os reais motivos das surras eram bem diferentes.

... Depois de um tempo, batia por qualquer coisa. Aí depois foi nascer o meu irmão, né? De criação... Aí, portanto, eu tenho que cuidar deles pra ela ir trabalhar né? Aí qualquer coisa a responsabilidade era minha que era a mais velha. É.. Se ele tem 20, eu tinha 5 anos. Não... Acho que a partir do momento que ele tinha 5... que eu tinha... uns nove pra dez anos eu tomava conta... Aí eu ficava, buscava almoço, mas a responsabilidade era sempre mais minha... Tem 4 (irmãos) agora... Comigo era 5. Isso. Três mulheres e um homem. Aí toda a responsabilidade caía pra cima de mim, né? Eu tinha que fazer as coisas de casa antes de ir pra escola... Cuidava direitinho... Tranquilo... Era só minha mãe que implicava né? Que as vezes ia pra rua.. Só fazia as coisas na hora que ela tava chegando...Aí ela brigava, batia.

Apesar de responder imediatamente que o motivo das surras era o “fazer arte”, percebe-se que Fabiana era injustamente punida. No entanto, sua fala estava dominada pela força do que imaginava que recorrentemente ela ouvia ao se corrigir uma criança. Assim, temos que “fazer arte” apresenta-se no dizer do eu, mas sua significação vem do dizer do outro, uma vez que não correspondia a uma unidade com o todo do discurso.

O pai de Fabiana morre quando a mesma tinha por volta dos dez anos, e os maus tratos não deixaram de acontecer; ao contrário, sua situação na casa onde morava ficava cada vez mais difícil. O relato analisado fala de um homem que ela chamava de avô, que assim como seu pai, morrera de cirrose. Segundo Fabiana as brigas eram constantes com este avô.

Que ele (o avô) ficava falando pra mim que não era pra eu chamar minha mãe, a minha tia de mãe. Que eu chamava ela de mãe, né? Por causa que ela não era a minha mãe... Eu falava mamãe, né? Ficava falando que não era pra eu chamar ela de mãe, que não era pra mim

ta ali... Mas eu tinha, eu acho que uns 10 anos, por aí... É... acho que faz uns 13 anos que ele morreu... 14 anos por aí... Morreu também de cirrose.

Ao ser indagada sobre sua relação com seu pai, Fabiana afirma que ‘foi muito boa’, que foi um tempo ‘muito bom’. Se fizermos uma análise literal destas expressões poderemos inferir que uma série de coisas boas aconteceram a Fabiana nesta época e que esta relação com o pai lhe dava sustentação emocional na infância, já que com a mãe de criação as coisas pareciam sempre difíceis. No entanto, ao longo do discurso percebe-se que a expressão ‘muito bom’, dizia respeito a mais uma inversão de responsabilidades que fazia de Fabiana, alguém que sempre precisou cuidar, mas que normalmente não era cuidada por ninguém.

Não... Foi muito bom.. Quando ele vinha pra casa, né? Ele era bonzinho, sempre foi... Nunca me bateu nem nada, né? Era pouca... A gente não ficava muito junto... E quando ele vinha, que as vezes ele bebia e ficava na rua uma semana, ia no serviço da minha avó, né? Porque bebia que meu vô não queria ele lá... Aí ficava muito tempo na rua. Aí quando ele ia, as vezes, eu ia lá ajudar ele... Quando ele ia pra casa... Ajudava a dar banho, tudo... Trocar ele...Porque vinha sujo da rua... Aí ele levava eu pra ir na padaria, no mercado...

Pergunta-mo-nos como uma criança pode usar as palavras ‘muito’ e ‘bom’ para se referir a uma relação como esta descrita, na qual ela, uma criança, era quem dava banho e trocava as roupas, de um pai ausente e bêbado? O sentido só será compreendido se levarmos em conta o universo desta enunciação. Numa realidade em que era explorada pela mãe de criação, espancada para fazer os serviços da casa e mal-tratada pelo avô, um pai que nunca a agrediu fisicamente, que a levava para passear na padaria e no mercado, representava de fato um pai ‘bonzinho’, com quem gostava de estar, com quem vivia momentos que podiam até ser chamados de ‘muito bons’.

Em outro trecho da entrevista, Fabiana descrevia o momento em que decidira prostituir-se. Para se livrar da realidade familiar em que vivia, que envolvia, entre outros conflitos, o que fora expresso no texto acima, Fabiana decide sair de casa mesmo sem ter um destino ou recursos que pudessem mantê-la em qualquer outro lugar. Foi nesse contexto que ela intensificara o uso de drogas e envolvera-se pela primeira vez com a prostituição.

É e depois que eu fugi mesmo que eu comecei a... Porque tinha que... É... Comecei a fazer.. É... programa, né? Era garota de programa, que eu saí de casa, eu tinha que... Como é que fala? Pra se sustentar né?

Neste momento, infere-se que ela buscava uma justificativa para sua ação e a frase “ para se sustentar” certamente não era originalmente sua, antes estava sendo importada de um outro discurso, um fragmento do dizer do outro, agora presente no dizer do eu. O argumento de que a prostituição “era pra se sustentar” era pré-construído, como nos postulado de Orlandi (*op. cit.*) e Possenti (*op. cit.*), tanto que em sua fala ela tenta retomar a exata maneira que ouvira esta expressão em outros dizeres – “como é que fala? – apontando para o fato de que esta fala era proveniente de um outro discurso e que fora incorporada ao seu.

Ainda um outro exemplo de como o interdiscurso está presente nas falas atuais de Fabiana ocorreu no momento em que descrevia o ambiente familiar quando adulta. Depois de ter saído de casa pela primeira vez, a entrevistada retorna em alguns momentos para casa, mas a convivência ficava cada vez pior. As brigas se intensificavam a cada dia, e de certa forma isso se tornou, no dizer de Fabiana, mais um motivo para continuar usando drogas.

Com as briga, isso. Aí depois usava também, aí brigava, aí que usava... Eu acho que era uma forma de.. Como é que fala? Expressão na droga né?

Mais uma vez fica implícito que em algum lugar, por alguma pessoa, ou por um determinado grupo social, a fala “expressão na droga” fora enunciada, e agora para significar uma maneira de desabafar e lidar com as dificuldades, essa fala é retomada. Vejamos que diferentemente do primeiro exemplo que demos, com a frase “ Fazer arte”, Fabiana sabia que originalmente essa fala não era sua, mesmo que não soubesse ao certo de quem era. Se bem que a partir daquele momento, não era somente sua, embora agora o fosse também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certas realidades, bastante particulares, puderam ser percebidas relacionando o discurso, o interdiscurso e o contexto em que as formações discursivas foram acontecendo. Tendo completado 17 anos, entregado-se ao vício e à moradia de rua, Fabiana já havia vivenciado grandes conflitos existenciais. Ao narrar a sua história, tentando articular com suas palavras um sentido para suas atitudes Fabiana fala da vida de criança que fôra interrompida pelas obrigações de adulto. Das surras e maus tratos que substituíram a acolhida que uma criança deve ter. Sua revolta e a droga como escape compõem o cenário que propiciou a situação de drogadição e os sentidos que hoje o seu discurso abriga.

Os trechos da entrevista ilustram a maneira pela qual o interdiscurso pode ser encontrado nas formações discursivas, com a percepção ou não do eu. Daí que, independentemente da consciência que se tenha disso, o dizer do outro, originalmente em tempo passado, bem como as condições de produção do discurso, terão um peso de significação no dizer do eu.

Os trechos da entrevista ilustram a maneira pela qual o interdiscurso pode ser encontrado nas formações discursivas, com a percepção ou não do eu. Daí que, independentemente da consciência que se tenha disso, o dizer do outro, originalmente em tempo passado, bem como as condições de produção do discurso, terão um peso de significação no dizer do eu. Conclui-se que a análise do discurso favoreceu a compreensão do sujeito falante em questão, justificando-se como dispositivo de elucidação das estruturas internas e subjetivas do discurso. O sentido do discurso do sujeito, pode ser melhor clarificado visto que outras formações subjacentes sejam relevadas.

Quanto à situação da drogadição, fica claro que a mesma traz em si uma realidade de lógica própria, fixada ao tempo, espaço e contexto do sujeito envolto na dependência química. Ao debruçar-se sobre a fala de um sujeito drogadicto, quer para fins profissionais no sentido de dar um suporte ao tratamento partindo do depoimento do sujeito sobre sua situação, quer para fins familiares, no sentido de compreender o que diz um familiar drogadicto para então poder ajudá-lo, sugerimos uma atitude de plena abertura. Abertura aos múltiplos sentidos, abertura ao que excede a palavra em si, abertura à riqueza e à singularidade da linguagem para cada sujeito, dentro de sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-21.

AMARAL, Nair F. Gurgel. Um pouco de humor na análise do discurso: Resgatando a subjetividade discursiva. In **Primeira Versão**. Porto Velho, Edufro, 2002, p. 1-8. Disponível: http://www.primeiraversao.unir.br/atigos_pdf/numero034Nair.pdf. Acesso em 06/08/2012.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso: uma introdução á filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Paulo Bezerra, edição eletrônica, 2003.

BALLANI, T.S, OLIVEIRA, M.L.F. Uso de drogas de abuso e evento sentinela: construindo uma proposta para avaliação de políticas publicas. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2007 Jul-Set; 16(3): 488-94.

BAUMKARTEN, S. **O significado da drogadição no contexto da adolescência, da família e da instituição – um estudo sobre usuários e abusadores de merla do Distrito Federal**. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução á análise do discurso**. 2. Ed. Campinas,SP: Editora da Unicamp, 2004.

BORGES NETO, José. **Ensaio da filosofia da linguística**. São Paulo: Parábola Editoria, 2004.

BRITO, Cristiane Carvalho de Paula. Discurso(s) sobre o ensino de língua materna em um curso de formação de professores. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, vol.11 no.3, 2011. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 06/08/2012.

CARNEIRO, H; VENÂNCIO, R. P. **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: ALAMEDA, 2005.

CASTRO, Maria de Fátima F. G. de. Da formação pré-serviço à prática em-serviço do professor de língua inglesa: a falta constitutiva. **Trabalhos de. Linguística Aplicada**, vol.49, n.1, 2010, p. 185-204. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 06/08/2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18ª.ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Trad. L. F. Baeta Neves. Petrópolis,RJ: Vozes, 1971. **Glossário de álcool e drogas**. Trad. e notas: J. M. Bertolote. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni. Unidade e dispersão: uma questão do sujeito e do discurso. In: ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura**. 4. ed. São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1999.

GUIMARÃES, Eduardo. Os limites do sentido. Um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, Pontes, 1995.

_____. Não só... mas também: polifonia e argumentação. **Cadernos de estudos lingüísticos**. Campinas, n. 8, 1985, p. 79-108.

GREGOLIN, M. R. V. Análise do Discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C. A. & SANTOS, J. B. C. (orgs.) **Teorias Lingüísticas: Problemáticas Contemporâneas**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2003, p. 21-34.

LONGENECKER, G. L. **Como agem as drogas – o abuso das drogas e o corpo humano**. São Paulo: Quark books, 1998.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de linguagem**: Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

MEDINA, José. **Linguagem: conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA, Ingrid Bergma da Silva. **Tecendo saberes: fenomenologia do tratamento da dependência química**. Dissertação de Mestrado. Belém: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2007.

OMS. Relatório sobre a Saúde no Mundo 2001: saúde mental, nova concepção, nova esperança. Genebra, Suíça: OMS, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 9ª edição, Campinas, SP. Pontes Editores, 2010.

_____. “Protagonistas do/no discurso” e “O lingüístico e o social”, in **Foco e pressuposição**. Uberaba: Fiube, 1978, pp.11-29 e 75-80.

PENCO, Carlo. **Introdução à filosofia da linguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PÊCHEUX, M. (1983). O Discurso: Estrutura ou Acontecimento. 3ª ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes. 2002.

PINTO, F.S. A interface entre a análise do discurso e a retórica. **Revista Academus**, vol 2, n. 2, Jul-Dez, 2006, pp.93-104.

POLIDO, Fernando Simões. Ostensão e Inferência: O contexto Pragmático na Delimitação Cognitiva da Significação. *Revista Linguagem*, n. 12 Universidade Federal de São Carlos. 2010. Disponível: http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao12/ic_03.php. Acesso em 15/02/2012

POSSENTI, S. Observações sobre interdiscurso. **Revista Letras**, n. 61, especial. Curitiba: Editora UFPR, 2003, p. 253-269.

RIBEIRO-ANDRADE, Erica Henrique. & MELLO, Denise Ribeiro Barreto. **Psicanálise e sujeitos em situação de Drogadição**, 2010. No prelo.

RUSSELL, Bertrand. **Significado e verdade**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

SEARLE, John R. **Os actos de fala**. Coimbra: Livraria Almeida, 1984.

SILVEIRA, D. X; MOREIRA, F. G. (Org.). **Panorama atual de drogas e dependência**. São Paulo: Atheneu, 2006.

SUDBRACK, M.F.O; PEREIRA, S.E.F.N. Drogadição e Atos Infracionais na Voz do Adolescente em Conflito com a Lei. In **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, Vol. 24 n. 2, pp. 151-159, 2008.

TAVARES, B. F; BERIA, J. U.; LIMA, M. S. Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo. n.2, v. 35, abr. 2001. p.150-158.

THOMAS, H; ROIG, P.M. **Reaprendendo com a drogadição**. São Paulo: Empório do Livro, 1998.

POR QUE PESQUISAR REPRESENTAÇÕES SOCIAIS? INTERFACES ENTRE DIREITOS HUMANOS, EXECUÇÃO PENAL E PSICOLOGIA SOCIAL

Gláucia Mayara Niedermeyer Orth: Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas da
UEPG – e-mail: glau_orth@hotmail.com;

Dra. Dirceia Moreira: Professora do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Aplicadas da UEPG – e-mail: dirceia@dirceiam.com.br;

Resumo: Embora a discussão de direitos humanos no contexto penitenciário não seja recente, a efetivação dos mesmos ainda se caracteriza como um desafio a ser vencido. Assim, o artigo em questão buscou problematizar a relação entre direitos humanos e execução penal, inserindo a proposta da teoria de Representações Sociais como uma possibilidade de pesquisa do tema. Isto porque, esta teoria dá suporte para compreender elementos individuais e grupais que podem influenciar na efetividade de direitos nesta seara, por abordar os aspectos históricos, sociais e simbólicos envolvidos, que por sua vez, incidem sobre as condutas humanas. Ressalta-se, por fim, a necessidade do pesquisador conhecer os pressupostos teóricos desta, para que a partir disso possa adotar metodologias de pesquisa coerentes com a finalidade que quer atingir.

Palavras-chave: direitos humanos; execução penal; representações sociais.

Abstract: Although the discussion of human rights in prisons don't be new, the realization of those it's still a challenge to be overcome. Therefore, the article in question aimed to problematize the relationship between human rights and criminal enforcement, including the proposal of the theory of social representations as a possible research topic. That's because, this theory gives a support to understand individual and group factors that can influence the effectiveness of rights in this section, by approaching the historical, social and symbolic elements involved, which in turn, affect human behaviors. It should be noted, finally, the need that the researcher must to have to know the theoretical assumptions of that, so that from this can take research methodologies consistent with the purpose it wants to achieve.

Key-words: human rights; criminal enforcement; social representations.

1. INTRODUÇÃO

Apesar da nova compreensão de homem como sujeito de direitos ter se dado, mundialmente, a partir de 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a inserção destes no ordenamento jurídico brasileiro não se deu de forma imediata, nem mesmo se aproximou temporalmente. Negligenciados pela ditadura militar (1964-1985), os direitos humanos tiveram sua apropriação atrasada pelo direito brasileiro. Na seara

penal foram inseridos em 1984, a partir da Lei de Execução Penal (nº 7.210/84), e reiterados na Constituição Federal de 1988. No caso brasileiro, a luta pela afirmação dos direitos humanos veio junto com a resistência democrática e o combate à ditadura, em atenção às graves violações de direitos humanos que ocorreram junto aos presos políticos no período ditatorial. Foi a partir da situação vivenciada por estes que os presos comuns passaram a receber maior atenção das organizações da sociedade civil, bem como do Estado, através de uma nova legislação para o setor.

Contudo, não é possível afirmar que as violações de direitos humanos da população carcerária tenham terminado. A superlotação de cadeias públicas e delegacias, violências de toda ordem e desrespeito ao caráter ressocializador da pena são realidades muito presentes no país. A permanência destes problemas não se restringe a uma questão de gestão pública ou mesmo de vontade política, que em si são determinantes de razoável relevância para resolver tais questões. Relaciona-se a isto, o olhar nada simpático que a sociedade de forma geral delega aos defensores de direitos humanos daqueles que estão privados de liberdade, o que obviamente afasta a classe política deste setor, que em última análise necessita da aprovação popular para se eleger.

Expressões como “bandido bom é bandido morto”, ou então, “direitos humanos para humanos direitos” representam a opinião dos mais variados setores da sociedade brasileira no que tange ao tratamento que deve ser delegado à população carcerária do país. Aproveitando-se desta idéia, parece inconcebível a muitos que em um país onde milhões de pessoas passam fome, famílias não possuem moradia, pessoas estão desempregadas, o analfabetismo ainda é uma realidade no país e o acesso à saúde é precário (só para citar alguns pontos mais básicos que deveriam ser garantidos a um ser humano), assegurar que todas estas condições sejam garantidas àqueles que violaram os direitos de outrem. Parece injusto que esta população tenha acesso a direitos que muitos não têm.

Entretanto, qualquer pessoa que esteja disposta a se aproximar do universo daqueles que cumprem pena privativa de liberdade logo irá perceber aspectos bastante comuns que permeiam esta população. E não será novidade deparar-se com o fato de que, muitas vezes, é na penitenciária que os presos têm acesso, pela primeira vez, a um serviço odontológico. Depois disso, não será necessário estabelecer muitas conexões sinápticas para perceber que aquela população acima descrita, como desprovida de condições mínimas de subsistência e acesso à direitos, é na sua maioria a mesma que

compõe a população carcerária do país, e que nesse caso, é duplamente penalizada, a princípio porque não tem seus direitos garantidos, como os demais, e depois por ter delinquido e aí, então, recebido, formalmente, uma punição do Estado, como resultado, também, da alta seletividade do sistema penal brasileiro. Vale lembrar, ainda, que a garantia de direitos humanos a uma população não deve excluir a outra.

Enfim, estas são leituras da realidade que pessoas constroem a partir dos referenciais que possuem, acerca do que é justo e injusto, por exemplo. Pode-se dizer que estas interpretações que as pessoas se apropriam, criam e reproduzem acerca do real, têm um impacto importante no comportamento e na tomada de posição que adotam acerca do tema. Diante disso, conhecê-las é fundamental para poder intervir e contribuir para que novos encaminhamentos sejam dados na garantia dos direitos humanos na execução penal. É neste ponto que se insere a teoria de Representações Sociais, a medida que visa compreender estas significações da realidade, que são criadas e compartilhadas por determinados grupos sociais. Dessa forma, o artigo em questão busca problematizar esta relação entre legalidade e efetividade dos direitos humanos, atravessada pelos aspectos históricos, sociais e simbólicos envolvidos com a temática. Faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, que tem por objetivo conhecer as representações sociais que os agentes penitenciários da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – PR possuem acerca dos direitos humanos do preso. Levando isso em consideração, o artigo foi dividido em dois momentos: o primeiro trata do diálogo entre direitos humanos e execução penal, e o segundo, acerca da discussão teórica envolvendo as Representações Sociais e os direitos humanos.

2. DIREITOS HUMANOS E EXECUÇÃO PENAL: APROXIMAÇÕES E DESENCONTROS

No contexto da América Latina, o Brasil foi o país que mais tardiamente reconheceu a validade jurídica dos tratados internacionais de direitos humanos. Apesar disso, a efervescência das discussões referentes aos direitos humanos possibilitou a realização de alterações na forma como o Estado organizava seu sistema penal. É perceptível o produto que se alcança na década de 1980 com as discussões operadas durante a ditadura militar no que tange à questão penitenciária no país, inclusive com a mudança no enfoque da pena, que deixa de ter um caráter de mero castigo, para assumir um cunho de reintegração do condenado à sociedade (REALE JÚNIOR, 1983).

A primeira lei que foi editada para tratar da execução penal no país data de 1957. A lei nº 3.274 dispôs sobre as normas gerais do Regime Penitenciário, incluindo nestas a individualização das penas, a classificação dos sentenciados, a internação em estabelecimentos apropriados, o trabalho obrigatório dos apenados, assim como a percepção de salário, a formação de pecúlio penitenciário, a separação dos condenados conforme a natureza e gravidade das penas, acesso à educação, livramento condicional e assistência social aos presos, suas famílias, bem como as famílias das vítimas. Embora trouxesse a observância aos direitos humanos da população carcerária, tendo ainda como precedentes o Congresso Panamericano de Criminologia realizado em 1947 no Rio de Janeiro, o Congresso Internacional de Criminologia ocorrido em 1950 em Paris, a mobilização teórica da nova Defesa Social¹, o XII Congresso de Direito Penal e Penitenciário de 1950, em Haya, e o I Congresso das Nações Unidas sobre prevenção do delito e tratamento dos delinquentes, que fixou as regras mínimas para o tratamento dos delinquentes, em 1955, com a valorização das penas restritivas de direitos ao invés das privativas de liberdade (REALE JÚNIOR, 1983), pode-se dizer que esta lei nunca chegou à realidade do sistema penitenciário no país (PINTO, 2006).

Mesmo representando um avanço de ordem legislativa, a prática da execução penal não sofreu alterações sensíveis com a edição desta lei (PINTO, 2006). Abi-Ackel em 1983 quando tratou da exposição de motivos à Lei de Execução Penal nº 7.210/84 ressaltou a ineficácia da lei nº 3.274/57, alegando que esta não era, verdadeiramente, uma norma jurídica, uma vez que não instituiu elementos capazes de punir o descumprimento da mesma, além de não ter sensibilizado a postura dos juízes, dos tribunais e mesmo da administração pública. Além disso, vale ressaltar os agravos gerados ao sistema penitenciário durante a ditadura militar, com a edição de leis extravagantes² que superlotaram os cárceres do país (DOTTI, 1998).

Atingindo um limite insustentável pela superlotação das prisões e as péssimas condições dali decorrentes, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, entre os anos de 1975 e 1976, com a finalidade de apurar as condições das penitenciárias no país, cujos resultados, embora não trouxessem novidades, deram visibilidade ao

¹ Segundo Reale Júnior (1983, p. 46), para a “Nova Defesa Social, a sociedade apenas é defendida na medida em que se proporciona a adaptação do condenado ao meio social”, por isso, passou a pautar a pena sob o viés da ressocialização, entendida como um tratamento que possibilita o retorno do condenado à sociedade, com vistas à sua adequação social.

² Dotti (1998) resalta que a partir da década de 1960, a pena privativa de liberdade tornou-se a principal medida usada na repressão de condutas que diziam respeito à manutenção do Regime Militar, aumentando o número de condutas passíveis de penalização.

problema que o Brasil enfrentava no interior de suas prisões (PINTO, 2006). Levando isso em consideração, em 1977 foi enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei (nº 6.416) que tratava da reforma penal, tendo por foco um ajuste em algumas normas do Código Penal, no Processo Penal e na Lei das Contravenções Penais (PINTO, 2006).

O projeto justificava a urgente necessidade de se resolver a superlotação dos cárceres, mas não se resumia a isso (REALE JÚNIOR, 1983). Para Reale Júnior (1983), a lei nº 6.416 trazia consigo o reconhecimento da ineficácia do encarceramento como estratégia para coibir o crime, “que ao invés de provocar, na fase de execução, a reintegração social do condenado, promove a elevação dos índices de reincidência” (REALE JÚNIOR, 1983, p. 27). Portanto, a reforma penal trazia como finalidade a diminuição do encarceramento, posto que as consequências que dele advém em nada diminuem o problema da criminalidade, muito pelo contrário.

Reconhecendo a falência da pena privativa de liberdade para a segurança pública, a lei supracitada trazia a compreensão moderna que reservava a privação de liberdade, somente, aos casos de delitos mais graves (PINTO, 2006). Para um contexto em que, praticamente, a única resposta à criminalidade era o encarceramento, a lei nº 6.416 representou um avanço na execução penal do país, instituindo os regimes semi-aberto e aberto para os crimes cujas penas não ultrapassassem 8 e 4 anos, respectivamente. Lembrando que mesmo que as penas ultrapassassem o período estipulado, os condenados atingiriam estes regimes por conta da progressão da pena, tendo cumprido uma parte da mesma em regime fechado ou semi-aberto. A importância desta lei é abaixo ressaltada:

A lei 6.416 de 24 de maio de 1977 representou efetivamente uma mudança. Esta lei respondia a uma pauta político-criminal que os penalistas brasileiros discutiam, questionando a falta de uma lei de execuções penais que criava um quadro deplorável na nossa realidade penitenciária. Tal lei dava o primeiro passo no sentido da unificação das penas privativas de liberdade, criando regimes de execução comuns e institucionalizando a prisão-albergue como modalidade de regime aberto, estipulando benefícios ressocializantes a serem regulamentados pela legislação estadual, instituindo cinco anos de caducidade da reincidência e ainda alterando positivamente a disciplina do *sursis*³ e do livramento condicional. (PINTO, 2006, p. 102).

Todavia, Dotti (1998) e Reale Júnior (1983) apontam a rapidez com que esta lei foi encaminhada ao Congresso Nacional e votada, passando-se neste período apenas 54 dias, além de não ter contado com a participação da sociedade na discussão da lei, que pretendia ser uma importante reforma na execução penal do país. Além disso, Reale

³ *Sursis* significa suspensão condicional da pena.

Júnior (1983) lembra que o uso dos regimes semi-aberto e aberto serviu como extensão à pena de reclusão apenas, e não como a própria pena, ou seja, a suspensão da pena privativa de liberdade só ocorria depois que o preso havia cumprido uma parte da pena em regime fechado, independente do que a lei 6.416 houvesse garantido ao mesmo, “olvidando-se os dispositivos referentes às novas condições de suspensão” (REALE JÚNIOR, 1983, p. 41).

Ensaando a abertura democrática, o ano de 1978 trouxe mudanças significativas referentes aos direitos dos cidadãos. Os atos institucionais e complementares foram revogados, a emenda nº 11 da Constituição vedou as penas de morte, de prisão perpétua e de banimento, permitindo a primeira apenas em casos de guerra externa (DOTTI, 1998). Uma nova Lei de Segurança Nacional (lei nº 6.620/78) foi publicada, e no ano seguinte a lei nº 6.683/79, também conhecida por Lei da Anistia,

permitiu o retorno de brasileiros que se encontravam em outros países, asilados ou na clandestinidade. Esvaziaram-se os cárceres que aprisionavam acusados ou condenados por delitos políticos e de opinião. A imprensa e os demais meios de comunicação de massa readquiriram a liberdade de expressão, comprometidos profundamente desde a edição do Ato Institucional 5, de 13.12.1968. (DOTTI, 1998, p. 91).

Com as mudanças que cercavam a realidade brasileira no processo de abertura política, fez-se necessário um reordenamento no sistema penal, para que este fosse capaz de se adequar a um Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, o então Ministro da Justiça, Petronio Portella, mobilizou a organização de grupos de trabalho com a finalidade de investigar a origem e a forma da violência e da criminalidade no país, através da qual se poderia vislumbrar possíveis soluções para o problema, incorporadas na reformulação das leis (DOTTI, 1998). Terminada a investigação, desenvolvida ao longo de 7 meses de trabalho e sem interferência do Poder Público, as conclusões da mesma apontaram a necessidade de uma reformulação na legislação penal, processual e penitenciária (DOTTI, 1998).

O início da década de 1980 foi um momento importante na reconfiguração das leis penais no Brasil. O Código Penal brasileiro que datava de 1940 foi alterado na sua parte geral, com a lei nº 7.209/84. Com esta, o Estado fortaleceu um novo sistema de penas, delegando à pena privativa de liberdade apenas os casos mais graves. Embora esta determinação não fosse nova, foi a partir dela que as penas alternativas receberam maiores possibilidades para acontecer, pela clareza e precisão com que foram apresentadas. Conforme o art. 32 da lei nº 7.209/84, as penas passaram a ser: I) privativas de liberdade; II) restritivas de direitos; e III) de multa.

As penas privativas de liberdade dividiram-se em reclusão e detenção, conforme a gravidade do delito. A pena de reclusão passou a ser cumprida em regime fechado, semi-aberto e aberto (art. 33). A detenção, por sua vez, foi reservada aos regimes semi-aberto e aberto (art. 33). Seguem o caráter progressivo da pena, ou seja, o preso condenado ao regime fechado terá que passar pelo semi-aberto e pelo aberto antes de atingir a liberdade, o mesmo acontece com o condenado a cumprir pena no regime semi-aberto, devendo passar pelo regime aberto antes de atingir a completa liberdade. O caráter progressivo da pena depende, ainda, do mérito do condenado, podendo ocorrer, também, a regressão para regime anterior, caso o preso cometa crime doloso ou falta grave, ou ainda, sofra condenação por crime anterior, somando uma pena que se torne incabível ao regime de progressão⁴. Vale lembrar, que nas penas privativas de liberdade o preso conserva todos os outros direitos não atingidos pela suspensão da liberdade, o que torna legítimo o respeito à sua integridade física e moral (art. 38).

As penas restritivas de direitos, por sua vez, constituem-se em: I) prestação pecuniária⁵; II) perda de bens e valores⁶; IV) prestação de serviços a comunidade⁷; V) interdição temporária de direitos⁸; e, VI) limitação de fim de semana⁹ (art. 43). Conforme especificado nos incisos do art. 44, alguns requisitos são necessários para a concessão destas penas ao invés das privativas de liberdade, quais sejam: I) o condenado receber uma pena privativa de liberdade inferior a quatro anos, desde que o crime não tenha sido cometido com violência, ou ainda, se o crime for culposos¹⁰,

⁴ Estas disposições estão especificadas na Lei de Execução Penal (lei nº 7.210/84), no artigo 118.

⁵ Segundo a Lei nº 9.714/98, art. 45 § 1º: “A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários”.

⁶ Conforme o art. 45 § 3º da Lei nº 9.714/98: “A perda de bens e valores pertencentes aos condenados dar-se-á, ressalvada a legislação especial, em favor do Fundo Penitenciário Nacional, e seu valor terá como teto – o que for maior – o montante do prejuízo causado ou do provento obtido pelo agente ou por terceiro, em consequência da prática do crime”.

⁷ Em atenção ao art. 46 da lei nº 9.714/98, § 1º e § 2º, tem-se que a prestação de serviços a comunidade consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a entidades assistências, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais.

⁸ Conforme o art. 47 da lei nº 7.209/84, as penas de interdição temporária de direitos consistem em: I) proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo; II) proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público; e, III) suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo.

⁹ Segundo o art. 48 da lei nº 7.209/84, a limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, por cinco horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado. Neste período, poderão ser ministrados ao condenado cursos e palestras ou atribuídas atividades educativas.

¹⁰ Diz-se que o crime é culposos quando não há a intenção de cometê-lo, o que acaba ocorrendo por

independente da pena aplicada; II) o réu não for reincidente em crime doloso; e III) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente. Ressalta-se, ainda, que a permanência das penas restritivas de direitos ao invés das privativas de liberdade são condicionadas ao bom comportamento do condenado, podendo haver regressão de regime conforme estipulado no art. 45¹¹ da lei n° 7.209/84.

As penas de multa, finalmente, consistem no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa, sendo, no mínimo, de dez e, no máximo, de trezentos e sessenta dias-multa (art. 49)¹². Caso não seja paga, a multa converte-se em dívida de valor, sendo, portanto, cobrada¹³.

Se a lei n° 7.209/84, que deu nova redação à parte geral do Código Penal de 1940, tratou de inserir novas modalidades de pena ao lado das penas privativas de liberdade, tendo em vista, as discussões teóricas que se processaram na década anterior acerca dos efeitos negativos das prisões sobre os condenados e a sua ineficácia na diminuição da reincidência criminal, foi a Lei de Execução Penal (lei n° 7.210/84) que regulou e normatizou a execução das penas, incluindo os direitos assegurados à população sujeita à privação de liberdade.

Ibrahim Abi-Ackel, Ministro da Justiça no governo do Presidente João Figueiredo, defendeu, na “Exposição de Motivos à Lei de Execução Penal” (1983), a necessidade de se instituir garantias legais e substanciais à população de presos e internados, uma vez que sua condição obstaculiza qualquer tentativa de proteção diante da arbitrariedade e do abuso de poder. Compara a execução penal ao processo civil, ressaltando neste último a existência de sanções capazes de neutralizar possíveis excessos no cumprimento da lei, além da presença atuante e livre da parte envolvida, condições que inexistem no procedimento executivo penal. Na tentativa de dirimir e

negligência, imprudência ou imperícia por parte do agente.

¹¹ O caso em que pode haver regressão de regime é especificado na Lei n° 9.714/98, art. 44 § 5º: “Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior.”

¹² Acerca do valor da multa, consta no art. 49 da Lei n° 7.210/84:

§ 1º - O valor do dia-multa será fixado pelo juiz não podendo ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a cinco vezes esse salário.

§ 2º - O valor da multa será atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária.

¹³ Conforme a Lei n° 9.268/96 que deu nova redação a alguns dispositivos do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 (Parte Geral do Código Penal), consta no art. 51 que, “transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será considerada dívida de valor, aplicando-se-lhe as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição”.

prevenir as violações dos direitos da população presa e internada, a Lei de Execução Penal apresentou com clareza e precisão a compilação dos direitos que devem ser garantidos aos que estão privados de liberdade, conforme segue:

Art. 40 - Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.

Art. 41 - Constituem direitos do preso:

I - alimentação suficiente e vestuário;

II - atribuição de trabalho e sua remuneração;

III - Previdência Social;

IV - constituição de pecúlio;

V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;

VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;

VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;

VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;

IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;

X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;

XI - chamamento nominal;

XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;

XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;

XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;

XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

Esta lei foi promulgada em 11 de Julho de 1984 e incorporou as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos a partir da Convenção da ONU, ocorrida em 1955, em Genebra, da qual o Brasil é signatário, por isso, é um dos documentos que contempla a proteção internacional de direitos humanos das pessoas encarceradas. Ela trouxe o princípio da legalidade na execução da pena, o que quer dizer que todos os direitos do condenado não atingidos pela sanção penal deverão ser resguardados (MIRABETE, 2004). Além disso, “adotou os postulados da Nova Defesa Social, aliando a esta a prevenção criminal e a humanização da execução da pena (...)” (MIRABETE, 2004, p. 29), ou seja, a finalidade da instituição desta lei está na tentativa de se promover uma penalização humanizada, que não ultrapasse a sentença da pena, conservando a dignidade da pessoa do condenado, com o foco na ressocialização do mesmo. Vem ao encontro de todas as discussões e tratados internacionais referentes aos direitos humanos e a necessidade da sua garantia para a consolidação da democracia, rompendo com o período de violências e arbitrariedades há pouco vivenciados pelo país, durante a ditadura militar.

Ressalta-se o enfoque que a Lei de Execução Penal deu à participação da comunidade nas atividades de execução penal e na medida de segurança, como previsto no art. 4º. Além disso, instituiu a classificação dos condenados com a finalidade de individualizar a execução penal, feito através de uma Comissão Técnica de

Classificação. Ao individualizar a pena, a lei pretendeu “dar a cada preso as oportunidades e os elementos necessários para lograr sua reinserção social”, além de adequar os programas de execução às “condições pessoais de cada um” (MIRABETE, 2004, p. 48).

Levando isso em consideração, a Lei de Execução Penal também trouxe normas acerca da estrutura e do funcionamento dos estabelecimentos penais, bem como distinguiu diferentes estabelecimentos para o cumprimento das três modalidades de pena privativa de liberdade (fechado, semi-aberto e aberto), que são:

- A Penitenciária, destinada ao cumprimento da pena em regime fechado (art. 87);
- A Colônia Agrícola, Industrial ou similar, destinada ao cumprimento da pena no regime semi-aberto (art. 91);
- A Casa do Albergado, que trata do cumprimento da pena em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana (art. 93);
- O Centro de Observação, espaço onde se realizam os exames gerais e criminológico, cujos resultados são encaminhados à Comissão Técnica de Classificação (art. 96), para fins de individualização da pena. Este centro é instalado de forma anexa à Unidade Penal (art. 97). Na falta dele, é a comissão técnica da própria unidade penal que realiza estes exames (art. 98);
- O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, destina-se aos inimputáveis e semi-inimputáveis (art. 99);

A assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa, com vistas à prevenção do crime e o retorno do preso à convivência, foram condições asseguradas ao condenado, conforme disposto nos artigos 10 a 24. A lei regulou, ainda, o trabalho do preso, ponderando sobre seu caráter educativo e produtivo (art. 28), bem como as condições de sua realização em atenção às medidas de segurança e higiene no trabalho, a remuneração do mesmo (art. 29) e tornando obrigatória a participação do condenado à pena privativa de liberdade em atividades laborais, sempre considerando as aptidões e capacidades de cada um para o desempenho do mesmo (arts. 31, 32 e 33).

Os deveres do condenado também foram especificados na Lei de Execução Penal, no art. 39, onde consta como deveres:

- I - comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença;*
- II - obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se;*
- III - urbanidade e respeito no trato com os demais condenados;*

- IV - conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina;*
V - execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas;
VI - submissão à sanção disciplinar imposta;
VII - indenização à vítima ou aos seus sucessores;
VIII - indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho;
IX - higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento;
X - conservação dos objetos de uso pessoal.

Vale apontar, ainda, que a Lei de Execução Penal descreveu criteriosamente as situações ocorridas dentro da penitenciária que deveriam ser entendidas como faltas disciplinares, bem como, deu gradação às mesmas, tratando-as como leves, médias e graves, impondo, também, as sanções para cada uma delas. Todos estes critérios e especificações, exaustivamente descritos na Lei de Execução Penal, traduzem a preocupação dos legisladores em não permitir que possíveis brechas nas disposições legais permitam distorções na sua interpretação, com vistas ao seu descumprimento ou à existência de arbitrariedade e abuso de poder junto aos que estão privados de liberdade. Ao trazer a legalidade como princípio norteador da execução penal, os legisladores demonstraram a preocupação subjacente em garantir meios que dificultassem a violação dos direitos humanos da população carcerária.

Para dar conta da efetividade desta, a legislação instituiu órgãos responsáveis pela observância e cumprimento das disposições ora promulgadas. Estes órgãos são: o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; o Juízo da Execução; o Ministério Público; o Conselho Penitenciário; os Departamentos Penitenciários; o Patronato; o Conselho da Comunidade; e, recentemente, a Defensoria Pública, incorporada como órgão da execução penal pela lei nº 12.313/2010.

Seguindo esta organização proposta pela Lei de Execução Penal, coube a cada estado da Federação organizar o seu sistema de execução penal, acompanhando as diretrizes que são propostas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Todas estas normatizações, vale ressaltar, foram assim criadas como forma de dar efetividade à garantia legal dos direitos humanos na execução da pena. Apesar disso, não se pode afirmar que estes instrumentos legais foram suficientes para garantir que o espaço de cumprimento da pena deixasse de violar os direitos da população carcerária.

Diferentes acontecimentos deram visibilidade à causa penitenciária na década de 1990, condições que propiciaram ao setor maior atenção do Poder Público. Sobre isso, vale lembrar as graves violações de direitos humanos que ocorreram em 1992, no

presídio Carandiru, palco de um episódio sangrento. Após uma rebelião realizada pelos presos, a Polícia Militar do estado de São Paulo adentrou ao presídio e assassinou 111 detentos. Por conta disso, o episódio ficou conhecido como o “Massacre do Carandiru”.

As repercussões nacionais e internacionais deste acontecimento mobilizaram diferentes organizações de Direitos Humanos, tais como a Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos (CTV), o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e a Human Rights Watch/Américas que levaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 1994, uma denúncia formalizada contra o Estado Brasileiro, tratando deste episódio e ainda das condições sub-humanas vivenciadas pela população carcerária, que, aliás, haviam contribuído para promover a rebelião, bem como a morosidade da justiça brasileira em julgar os envolvidos¹⁴ (PEREIRA JÚNIOR, 2006).

Neste mesmo ano – 1994 -, o Brasil aprovou a Resolução n° 14 que fixou as regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil e reassegurou as diretrizes presentes na Lei de Execução Penal. Em 1995 a Resolução n°01 tratou da aplicação destas regras nos estados brasileiros.

Em seguida, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o país adotou o I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-I), em 1996, sendo o primeiro país a cumprir a recomendação da Conferência de Viena¹⁵. Vale destacar que a rapidez na criação deste programa teve como pano de fundo as frequentes violações de direitos humanos operadas por parte dos órgãos repressivos, como ilustrado no “Massacre do Carandiru”.

Para fazer frente aos clássicos problemas presentes nos cárceres do país, a saber, superlotação, péssimas condições de habitabilidade e arbitrariedade no trato com os detentos, o PNDH-I apresentou medidas de curto, médio e longo prazo a serem adotadas para este setor. Pontuou acerca da retomada e difusão, nos estados, do sistema de informática penitenciária (INFORPEN), a fim de agilizar processos e julgamentos evitando excedentes no cumprimento da pena, criação de novos estabelecimentos penais

¹⁴ Em Abril do ano 2000, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado Brasileiro pelos direitos violados no episódio do Carandiru, emitindo a partir disso, “uma série de recomendações de medidas a serem implementadas pelo governo brasileiro de forma a reparar os danos causados às vítimas e seus familiares, bem como evitar novas violações” (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 244).

¹⁵ Em 1993 foi realizada em Viena a II Conferência Mundial de Direitos Humanos, que reafirmou a intrínseca relação entre democracia, desenvolvimento e direitos humanos, e promoveu a consolidação da democracia nos Estados-membros. Além disso, ressaltou a primazia do Direito Internacional sobre o direito interno, e recomendou aos países que construíssem um plano nacional de direitos humanos, a fim de efetivá-los através de política pública.

e aumento no número de vagas, aplicação da LEP no que tange aos regimes semi-aberto e aberto, implementação dos Conselhos da Comunidade em todas as regiões, proposição de leis que fortaleçam as penas alternativas, criação de cursos para formação de agentes penitenciários, entre outros.

O II Programa Nacional de Direitos Humanos aprovado em 2002, trouxe para o âmbito da execução penal a necessidade, mais uma vez, de se construir um maior número de estabelecimentos penais, federais e estaduais, com a utilização de recursos do Fundo Penitenciário Nacional. Reafirmou a necessidade da realização de capacitações para diretores, técnicos e agentes penitenciários, com ênfase nos direitos humanos. No III Programa Nacional de Direitos Humanos, publicado em 2009 e atualizado em 2010, tais ações foram objeto de destaque, novamente, na execução penal. Incluiu-se, ainda, a necessidade de maior aplicação das penas alternativas à prisão, como estratégia para atenuar a crise do sistema penitenciário, além de ter ressaltado a efetivação e fortalecimento de programas voltados para promover a saúde do preso e de sua família.

Embora não se possa, ainda, assegurar que todos aqueles que cumprem pena privativa de liberdade tenham seus direitos garantidos, e a própria edição dos três Programas Nacionais de Direitos Humanos demonstra que estas violações ainda ocorrem, é preciso reconhecer que as tentativas de mudança existem. O simples fato de estarem presentes em um Programa Nacional de Direitos Humanos evidencia a visibilidade que as pessoas que estão nesta condição têm ganhado na agenda política do país. Entretanto, estas estratégias não se cumprem sozinhas, vale pontuar, necessitam de pessoas para que as tornem concretas, lembrando que pessoas demandam de significações da realidade para poder interagir com a mesma. É sobre esta particularidade humana que trata o tópico abaixo, com a explanação da teoria das Representações Sociais.

3. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS

A compreensão que este trabalho adota acerca dos direitos humanos vai de encontro à concepção histórica dos mesmos, entendendo-os não como direitos naturais, e sim como conquistas históricas que passam a existir, formalmente, através de um ordenamento jurídico. Isto quer dizer que não é possível pensar na garantia dos direitos humanos fora de um conjunto social, pois em última análise, é este que dá legitimidade

para a sua existência. Dessa forma, direitos humanos incidem sobre relações humanas e sociais, o que quer dizer que pessoas são responsáveis por garanti-los, violá-los ou serem indiferentes aos mesmos. Se estes tais direitos dizem respeito a seres humanos, vale lembrar a necessidade de se considerar alguém como, de fato, um ser humano. Ao adentrar neste domínio, é preciso reconhecer que entre pessoas e suas ações permeiam significações da realidade, demanda necessária à condição humanizada dos seres humanos.

Sobre isto Berger e Luckmann (1985) destacam o papel da linguagem enquanto construtora da “realidade da vida cotidiana” (p. 61), uma vez que ela permite a disseminação de significações da realidade e a sobrevivência simbólica de vivências individuais e sociais, ou seja, a linguagem é o que permite a interação entre os sujeitos em um dado momento histórico, e é também por meio dela que o passado se faz presente. Lembram, ainda, que existe uma seletividade acerca do que será conservado das vivências e do que será esquecido. Em última análise, a linguagem é o que permite que os sujeitos se orientem no mundo e partilhem de um mundo comum, por meio do acesso àquilo que está posto no “acervo social do conhecimento” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 62). Nesse sentido, é possível articular este conjunto de simbolismos que constitui a linguagem com a garantia de direitos humanos à todos. Lafer (1988), apropriando-se do pensamento de Hannah Arendt, pontua acerca da historicidade dos direitos humanos, ao afirmar que a garantia dos mesmos só é possível dentro de um ordenamento comum de significados, pelos acordos sociais que são travados entre os sujeitos. Fora da esfera pública não é possível a garantia de direitos, uma vez que é esta que garante a sua “qualidade substancial” (LAFER, 1988, p. 151) de ser humano. Portanto, a garantia de direitos humanos a todos pressupõe uma compreensão de que todos sejam iguais em um dado conjunto social, o que é possível pelo partilhamento de significados sociais entre os sujeitos, mas que também pode ser utilizado para deslegitimar um conjunto de homens enquanto seres humanos. Situação esta que atingiu o seu limite nos regimes totalitários ocorridos na Segunda Guerra Mundial.

O reconhecimento da condição humana dos sujeitos, portanto, está além da configuração física dos seres humanos, contempla ainda um conjunto de valores sociais que atravessam o “olhar para o outro”. Logo, a proteção dos direitos humanos não depende exclusivamente da aplicação das leis, mas também de um partilhamento de significados sociais que seja coerente com as mesmas. Este partilhamento, vale lembrar,

objetiva-se na linguagem (BERGER; LUCKMANN, 1985). Quando adentramos a este nível não podemos deixar de considerar a relação entre indivíduo e sociedade que se estabelece na construção destes significados. Neste sentido, cabe aqui uma problematização acerca da construção destas representações da realidade. Historicamente, as compreensões que se processaram desta questão se pautaram pela dicotomia entre indivíduo e sociedade. Ora a sociedade é que produzia o indivíduo, ora o indivíduo era tido como um ente apartado das determinações sociais (JOVCHELOVITCH, 2011).

Na tentativa de superar esta fragmentação na compreensão da relação indivíduo-sociedade, Moscovici constrói uma teoria de Psicologia Social, que de forma inédita, buscou tecer conexões nesta relação, ao entender que o sujeito “através de sua atividade e relação com o objeto-mundo, constrói tanto o mundo como a si próprio”, sem deixar de considerar a centralidade, também, da “realidade do mundo” (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2011, p. 19). Em outras palavras, Moscovici trouxe para a Teoria das Representações Sociais a noção de que os processos sociais estão em movimento, não são estáticos, e são engendrados no cotidiano das conversações pelos indivíduos que compõem um grupo, que pensam sobre os acontecimentos e são ativos na construção de representações sociais (SÁ, 1995), como forma de interpretar o real, segundo o universo simbólico que os permeia.

Assim, as representações sociais são construções de significados que se processam no cotidiano dos grupos, orientam comunicações e balizam comportamentos. Entretanto, estes significados não são processados de forma isolada ou a nível individual, eles sempre fazem referência ao seu contexto de surgimento (SÁ, 1995), e têm por finalidade familiarizar o grupo acerca daquilo que lhe é estranho. Moscovici (2003) atribui esta função às representações sociais por considerar que o estranho, o novo, aquilo que foge do esperado e do que é estável, produzem nos sujeitos um processo de busca por significação, a fim de compreender do que se trata. Isto porque aquilo que é estranho e diante do qual não se sabe como lidar, produz um estancamento nos processos de comunicação, como demonstra Moscovici (2003):

A motivação para a elaboração de representações sociais não é, pois, uma procura por um acordo entre nossas idéias e a realidade de uma ordem introduzida no caos do fenômeno ou, para simplificar, um mundo complexo, mas a tentativa de construir uma ponte entre o estranho e o familiar; e isso à medida que o estranho pressuponha uma falta de comunicação dentro do grupo, em relação ao mundo, que produz um curto-circuito na corrente de intercâmbios e tira do lugar as referências da linguagem. (MOSCOVICI, 2003, p. 207).

O que se está dizendo, portanto, é que as representações sociais apresentam um papel importante na coesão de um grupo, uma vez que é através da comunicação que as pessoas partilham coisas em comum. Por isso, é necessário que haja compreensão mútua acerca dos assuntos tratados para que possam aplicá-los na sua vida cotidiana. Isto não quer dizer que devam todos comungar de posicionamentos iguais acerca de um determinado tema, mas é preciso que haja entendimento entre as pessoas, que saibam que estão tratando da mesma coisa, para que possam interagir, sob pena de se tornarem “tão estranhos nas conversações familiares como se pertencessem a grupos diferentes” (MOSCOVICI, 2003, p. 2008).

Levando isso em consideração, Moscovici (2003) considera a existência de dois universos de pensamento na sociedade, são eles: o universo consensual, e o universo reificado. Sá (1995) esclarece que no universo reificado “é que se produzem e circulam as ciências e o pensamento erudito em geral, com sua objetividade, seu rigor lógico e metodológico, sua teorização abstrata, sua compartimentalização em especialidades e sua estratificação hierárquica” (p. 28). Do universo reificado não participam todos os sujeitos, apenas aqueles que apresentam domínio sobre um determinado saber. No contexto deste trabalho, o Universo Reificado é composto pelos princípios de direitos humanos, os tratados internacionais e a Lei de Execução Penal. O universo consensual, por sua vez, tem a sociedade como um conjunto de pessoas que são:

(...) iguais e livres, cada um com possibilidade de falar em nome do grupo e sob seu auspício. Dessa maneira, presume-se que nenhum membro possua competência exclusiva, mas cada qual pode adquirir toda competência que seja requerida pelas circunstâncias. (MOSCOVICI, 2003, p. 50).

Assim, enquanto o universo reificado é ocupado segundo papéis e hierarquias na construção de um saber científico, no universo consensual todos têm competência para falar sobre aquilo que de certa forma, é consenso no grupo, ou seja, que todos entendem do que se está falando. É neste último que se constroem e se mantêm as representações sociais, ou teorias do senso comum, construídas, geralmente, a partir do que é veiculado sobre o universo reificado, tendo como finalidade “tornar familiar algo não-familiar” (MOSCOVICI, 2003, p. 54).

Quando Moscovici trata destes dois universos (reificado e consensual) ele valoriza as apropriações que os grupos sociais fazem do saber científico, tendo em vista que não há uma reprodução deste saber no universo consensual, e sim uma recriação.

Isto porque compreende que os sujeitos são ativos neste processo de apropriação de um novo saber. Quando este é veiculado ele não adentra o cotidiano dos sujeitos de forma intacta, como se estes fossem passivos na recepção de tudo o que lhes chega, pelo contrário, ele é modificado para que se torne inteligível ao grupo, que previamente já possuía um conhecimento, uma história e idéias dominantes, o que denota que as representações não são criadas em um vazio social, pelo contrário, fazem referência a um contexto que as engendra.

Dessa forma, ao se propor a fazer uma pesquisa adotando este referencial teórico, o pesquisador não pode prescindir das três dimensões que compõem o estudo das representações: 1) é preciso que se leve em consideração as condições sócio-culturais que favorecem a formação e manutenção da representação social; 2) deve contemplar a descrição do conteúdo cognitivo de uma representação, ou seja, o conteúdo que se expressa no discurso dos sujeitos de pesquisa; e, 3) discussão acerca do confronto entre saber científico e saber do senso comum, desvelando como um saber se transforma em outro (SÁ, 1998).

Vale acrescentar, ainda, enquanto componente das representações sociais, a dimensão afetiva. Por mais que seja tratada, didaticamente, de forma separada do pensamento, o afeto não se dissocia da função cognitiva (LANE; CAMARGO, 2006). Embora funcione por outra lógica, que não a racional, o afeto compõe este processo enquanto unidade, e é forte mobilizador das condutas humanas. Tem poder de alterar as cognições, da mesma forma que pode ser alterado pelo pensamento. Por isso, é uma dimensão de grande importância no estudo das representações sociais.

Em relação ao processo de contextualização das representações, Spink (2011) lembra que o conteúdo das mesmas pode ter diferentes origens. Podem originar-se:

(...) tanto em produções culturais mais remotas, constituintes do imaginário social, quanto em produções locais e atuais, deduzimos que o contexto pode ser definido não apenas pelo espaço social em que a ação se desenrola como também a partir de uma perspectiva temporal. Três tempos marcam esta perspectiva temporal: o tempo curto da interação que tem por foco a funcionalidade das representações sociais; o tempo vivido que abarca o processo de socialização (...), das disposições adquiridas em função da pertença a determinados grupos sociais; e o tempo longo, domínio das memórias coletivas onde estão depositados os conteúdos culturais cumulativos de nossa sociedade, ou seja, o imaginário social. (SPINK, 2011, p. 99).

Trazendo para o campo dos direitos humanos do preso, foco deste trabalho, vale ressaltar que a inserção de debates acerca dos direitos humanos no início dos anos 1980, no Brasil, foi acompanhada de grandes hostilidades por parte da população, que

identificava a noção de direitos humanos como defesa de bandidos, em detrimento dos direitos das vítimas (PINHEIRO; NETO, 1998). Isto porque neste período houve um aumento nos índices de criminalidade e insegurança da população, atrelados também à crise econômica, fato que deu à década de 1980 a alcunha de década perdida. Soma-se a isto a atenção especial que os meios de comunicação de massa passaram a reservar para os acontecimentos que envolviam violência (COIMBRA; BARROS; PASSOS; s.d.), aumentando ainda mais a sensação de insegurança da população e o uso de estratégias particulares (auto-armamento) no combate à criminalidade. Estas são circunstâncias importantes para que se compreenda como os direitos humanos são representados no imaginário social. Porém, como a construção de representações sociais é um processo ativo do homem, ele não só é atravessado por este imaginário social, como também ajuda a construí-lo, o que nesse caso depende da proximidade que possui com o tema, bem como, das apropriações que são feitas pelos grupos aos quais participa.

Pesquisar representações sociais, portanto, requer este esforço contínuo de observar os valores e ideologias postos acerca do tema, mas nunca prescindir da dimensão criativa que grupos menores realizam sobre o mesmo. Por conta disso, metodologias que envolvem a pesquisa de campo devem ser a regra quando se trata de conhecer as representações sociais de um determinado grupo de sujeitos. Vale apontar, ainda, que para que um estudo desta ordem seja feito é preciso considerar a vinculação que os sujeitos de pesquisa possuem com o objeto que se quer pesquisar, pois a representação social não é construída em um vazio, é preciso que se tenha elementos para pensar sobre ela, e estes são materializados no contato que sujeitos possuem com o objeto da representação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo em questão buscou problematizar a relação entre direitos humanos e execução penal, inserindo a proposta da teoria de Representações Sociais como uma possibilidade de pesquisa do tema. Isto porque, esta teoria dá suporte para compreender elementos individuais e grupais que podem influenciar na efetividade dos direitos humanos nesta seara, por abordar os aspectos históricos, sociais e simbólicos envolvidos, que por sua vez, incidem sobre as condutas humanas.

Ressalta-se, portanto, a importância da pesquisa em representações sociais pelo mérito de possibilitar o conhecimento de elementos distintos envolvidos com a

efetivação destes direitos. Vale apontar, entretanto, a ética e o rigor que devem ser dispendidos à toda e qualquer pesquisa, inclusive quanto se trata da pesquisa em Representações Sociais. Dessa forma, conhecer os pressupostos teóricos e epistemológicos desta se faz imprescindível para que a partir disso o pesquisador possa adotar metodologias de pesquisa coerentes com a finalidade almejada.

5. REFERÊNCIAS

ABI-ACKEL, Ibrahim. **Anexo II**: Exposição de motivos à lei de execução penal. Brasília, 1983.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. **Lei n. 7.209**. Altera dispositivos do Decreto-Lei 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências. Brasília, 11 Jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7209.htm Acesso em 15 de Agosto de 2012.

BRASIL. **Lei n. 7.210**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 11 Jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm Acesso em 15 de Agosto de 2012.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos I**, 1996. Disponível em: http://unesp.br/observatorio_ses//mostra_arq_multi.php?arquivo=1684 Acesso em 16 de Agosto de 2012.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos II**, 2002. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh/pndhII/Texto%20Integral%20PNDH%20II.pdf> Acesso em 16 de Agosto de 2012.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos III**, 2009. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf> Acesso em 16 de Agosto de 2012.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. **Direitos Humanos no Brasil e o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ**. Disponível em: <http://www.slab.uff.br/textos/texto7.pdf> Acesso em: 17 de Agosto de 2012.

DOTTI, René Ariel. **Bases alternativas para o sistema de penas**. 2ºed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs). **Textos em representações sociais**. 12ºed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 17-24.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs). **Textos em representações sociais**. 12ºed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 53-72.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LANE, Sílvia T. Maurer; CAMARGO, Denise. Contribuição de Vigotski para o estudo das emoções. In: LANE, Sílvia T. Maurer; SAWAIA, Bader Burihan (orgs). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense; Educ, 2006, p. 115-131.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. [Tradução de Pedrinho A. Guareschi]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução Penal**: comentários à Lei n° 7.210, de 11-7-1984. [11° ed.] Revista e atualizada – São Paulo: Atlas, 2004.

PEREIRA JUNIOR, Anthero Mendes. Massacre do Carandiru: um caso de violação aos direitos humanos. **Revista Mestrado em Direito**, Osasco, Ano 6, n. 2, 2006, p. 227-249. Disponível em: <http://132.248.9.1:8991/hevila/Revistamestradoemdireito/2006/vol6/no2/14.pdf> Acesso em: 17 de Agosto de 2012.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; NETO, Paulo de Mesquita. Direitos humanos no Brasil: Perspectivas no final do século. In: **Cinquenta Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos**. São Paulo, Pesquisas, n. 11, 1998. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/direitoshumanosnobrasilperspectivasnofinaldooseculo.pdf> Acesso em 17 de Agosto de 2012.

PINTO, Nalayne Mendonça. **Penas e Alternativas**: Um estudo sociológico dos processos de agravamento das penas e de despenalização no sistema de criminalização brasileiro (1984-2004). 2006. 234f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

REALE JUNIOR, Miguel. **Novos Rumos do Sistema Criminal**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1983.

SÁ, Celso Pereira. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SÁ, Celso Pereira. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 19-45.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs). **Textos em representações sociais**. 12°ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 95-118.

SABERES DOCENTES INTERDISCIPLINARES CONSTRUÍDOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Ely Soares do Nascimento¹

Simone Guimarães Braz²

Maria Aparecida Campos Diniz de Castro³

Resumo

O objetivo deste estudo é permear discussões acerca da ação interdisciplinar entre os saberes docentes constituídos na prática pedagógica. Trata-se de uma revisão bibliográfica que aborda a temática da formação dos saberes docentes e as concepções acerca da interdisciplinaridade, e que serve de fundamentação para a discussão. A fim de proporcionar elementos que possibilitem reflexões acerca da questão supracitada, tornou-se necessário resgatar as noções polissêmicas sobre o saber, delinear as considerações sobre a construção dos saberes docentes na ação pedagógica e abordar algumas concepções sobre interdisciplinaridade para entendermos que os saberes docentes constituídos na prática pedagógica são, e provém de ações interdisciplinares.

Palavras-chave: Saberes Docentes. Interdisciplinaridade. Formação Docente.

Abstract

The objective of this study is to permeate discussions of interdisciplinary action between teacher knowledge constituted in the classroom. This is a literature review that addresses the issue of training of teaching knowledge and conceptions of interdisciplinarity, and serves as a foundation for discussion. In order to provide elements that allow reflections on the question above, it became necessary to rescue the polysemic notions about knowledge, outline the considerations on the construction of teacher knowlwdge in action and discuss some pedagogical conceptions of interdisciplinarity to understand that the faculty knowledge built in pedagogical practice are, and comes from interdisciplinary actions.

Keywords: Knowledge Teachers. Interdisciplinarity. Teacher Training.

1. Mestranda do Programa de mestrado Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté. E.mail: elysoares@uol.com.br
2. Mestranda do Programa de mestrado Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté. E. mail: lrbraz@uol.com.br
3. Professora Doutora do Programa de mestrado Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté. E.mail: nenacdiniz@gmail.com

Introdução

A temática saberes docentes tem sido alvo de investigação na busca pela compreensão dos processos de desenvolvimento profissional dos professores. A especificidade desta profissão está nas relações dinâmicas que versam nas diferentes dimensões e complexidades do universo escolar, pois o profissional da educação está no cerne dos processos relacionais e interacionais em contextos de ensino-aprendizagem. Para atender a essa especificidade, o professor precisa da tomada de decisões e ações que mobilizam conhecimentos e informações provindos de âmbitos diversificados, ou seja, saberes necessários à sua prática.

A multiplicidade de conhecimentos necessários aos professores no cotidiano da prática pedagógica leva-nos a crer no desenvolvimento e na aquisição de um conhecimento polivalente, de saberes plurais e nos instiga a entender e discutir como a interdisciplinaridade permeia os saberes constituídos na prática pedagógica.

São muitas as questões levantadas em torno dos saberes docentes constituídos nesta realidade complexa, porém aqui buscamos elementos que nos permitam atender ao seguinte objetivo: discutir acerca da ação interdisciplinar entre os saberes constituídos na prática pedagógica. Para tal, utilizamos da pesquisa bibliográfica pautada no referencial teórico de autores que abordam a temática saberes docentes e interdisciplinaridade, dentre eles, FURLANETTO, 2011; FAZENDA, 2009a, 2009b; POMBO, 2005; IMBERNÓN, 2004; TARDIF, 2000; ALTET, 2001, que serviram de fundamentação para a discussão da ação interdisciplinar entre os saberes docentes.

Essa investigação relaciona-se ao projeto de mestrado das pesquisadoras vinculado ao programa de Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté, Estado de São Paulo. Com bases nos estudos realizados, numa pesquisa de natureza descritiva e explicativa, optamos por fazer um recorte bibliográfico no conjunto de escritos que integram uma dissertação de mestrado em construção.

Para atender aos interesses da reflexão sobre a interação entre os saberes docentes e interdisciplinaridade, organizamos este artigo de forma que num primeiro momento destacamos elementos teóricos sobre os saberes docentes; num segundo momento pontuamos elementos teóricos sobre interdisciplinaridade, considerando importante ressaltar a interação

entre saberes docentes e interdisciplinaridade. Permeiam as análises teóricas as experiências profissionais vividas pelas pesquisadoras, docentes engajadas na formação profissional.

Os Saberes Docentes

Muitas questões acerca da formação do profissional docente, para atuar com as situações do cotidiano escolar e o tipo de conhecimento necessário para lidar com as variadas situações presentes neste âmbito educacional, estão presentes nos estudos da área. Cabe aqui levantar a seguinte questão: o que se deve entender por “saber”, “saber docente”, “saber didático”, “saber pedagógico”? São termos e noções utilizados em estudos e pesquisas por vários autores, numa tentativa útil e necessária de propor respostas às questões de uma realidade muito complexa que é o universo escolar.

Algumas das acepções sobre o saber apresentam-se como a interface entre conhecimento e informação, no qual é constituído por meio de estudo e de vivências, construído na interação entre conhecimento e informação (ALTET, 2001). É importante aqui entender a informação como algo exterior ao sujeito e o conhecimento como algo integrado, de ordem pessoal (LEGROUX *apud* ALTET, 2001).

As classificações para os saberes docentes são diversas e variam de acordo com os paradigmas estabelecidos nas pesquisas que os possuem como temática, no entanto, a maioria está pautada nos conhecimentos dos professores e identificam os saberes docentes como plurais.

Altet (2001, p.29) propõe a seguinte tipologia de saberes docentes: “Saberes Teóricos e Saberes Práticos”.

Entre os Saberes Teóricos estão os que se distinguem em Saberes a serem ensinados, que compreendem as disciplinas que são tornadas didáticas para que os alunos as adquiram como conhecimentos; e os Saberes para Ensinar que se constituem nos saberes sobre a gestão de sala de aula, nas didáticas das disciplinas, nos saberes da cultura.

Entre os Saberes Práticos provenientes das experiências cotidianas estão os Saberes sobre a Prática que se referem ao como fazer, e os Saberes da Prática que são construídos na experiência.

Esses saberes são mobilizados pelos professores por esquemas de pensamento, considerando aqui esquema como Vergnaud (*apud* ALTET, 2001, p. 31) o conceitua: “aquilo

que torna a ação operatória”. São saberes que se apresentam não só na forma de informações, mas também no modo de serem utilizados e na compreensão de onde e como utilizá-los. “O professor reúne um grande número de elementos da situação para se adaptar e agir” (Idem op. cit.).

A articulação que se dá entre saberes e adaptação na ação requer do professor uma reflexão sobre sua própria ação, o que traz à tona novos conceitos operatórios como analisar, ler, nomear e teorizar, denominados por Altet (2001) como “saberes intermediários”. Essas estratégias permitem ao professor descrever sua prática, tomar consciência do que faz, e construir competências profissionais.

Tomar consciência do que se faz, não é uma ação simples e nem acontece por si, requer mecanismos que favoreçam a tomada de consciência. Para Perrenoud (2001, p. 164), “a tomada de consciência passa por um trabalho sobre si e obriga a superar resistências mais ou menos fortes, [...]”. O “trabalho sobre si” a que Perrenoud se refere, precisa de mecanismos como: a prática reflexiva, a videoformação, a história de vida e outros, que possibilitarão a tomada de consciência e a transformação do *habitus*. Perrenoud(2001) entende *habitus*, noção emprestada de Tomás de Aquino por Bourdieu (1972; 1980), como um conjunto de esquemas de percepção, de avaliação, de pensamento e de ação que possibilita ao professor enfrentar situações diversas no seu cotidiano.

É importante ressaltar aqui, que as ações dos professores emergem dos saberes constituídos pelo pensamento racional, e dos esquemas menos conscientes, produto de experiências de vida e de experiências profissionais (PERRENOUD, 2001), para atender a uma profissão assim conceituada:

A profissão docente comporta um conhecimento pedagógico específico, um compromisso ético e moral e a necessidade de dividir a responsabilidade com outros agentes sociais, já que exerce influência sobre outros seres humanos e, portanto, não pode nem deve ser uma profissão meramente técnica de especialistas infalíveis que transmitem unicamente conhecimentos acadêmicos (IMBERNÓN, 2004, p.29).

Para tal especificidade, o conhecimento profissional do professor, precisa ser polivalente, atendendo aos diversos segmentos.

Imbernón (2004) compreende o conhecimento docente sob vários âmbitos: ao do sistema, que se refere às estruturas e organizações; aos problemas que dão origem à produção de conhecimento; ao pedagógico que traz a especificidade da profissão; ao metodológico-curricular; ao contextual e ao dos próprios sujeitos da educação.

O conhecimento pedagógico que traz a especificidade da profissão, segundo Imbernón (2004), não é absoluto, mas estrutura-se em conhecimento existente na estrutura social,

patrimônio cultural de uma sociedade para os professores e, conhecimento especializado unido à ação, portanto, um conhecimento prático que caracteriza a profissão.

A interação que se estabelece no processo de formação, entre o professor e sua prática, é o que possibilita a construção de diversas habilidades profissionais que passam a fazer parte de seu pensamento teórico e prático. Portanto, é possível afirmar que a profissionalização do professor está intrinsecamente ligada à sua prática profissional, aos seus saberes. Nesta perspectiva, os docentes enquanto grupo social, sujeitos de uma sociedade contemporânea produtora de saberes, também produzem, integram e mantêm relações com diferentes saberes que são construídos ao longo de sua prática profissional.

Como já dissemos, são várias as proposições sobre o que é o saber. Tardif e Gauthier (2001, p.198) afirmam ser o saber: “[...] um constructo social produzido pela racionalidade concreta dos atores, por suas deliberações, racionalizações e motivações, as quais são a fonte de seus julgamentos, escolhas e decisões”. São saberes trabalhados e incorporados à prática docente, e só tem sentido quando utilizados por eles de maneira significativa. Estão diretamente ligados à capacidade de racionalizar, criticar, refletir a própria prática. Provêm de várias fontes e servem de base para o ensino.

Também é importante destacar aqui a questão da temporalidade e da pluralidade dos saberes docentes.

São temporais em três sentidos: procedem da própria história de vida do professor; têm os primeiros tempos de vida profissional como decisivos para a aquisição de competências e se desenvolvem ao longo da carreira docente (TARDIF, 2000).

São considerados plurais e heterogêneos por serem provenientes de várias fontes como: cultura pessoal, cultura escolar anterior, disciplinares, didáticos, curriculares e experienciais (Idem op. cit.).

Nas referências de Tardif (2002), a construção dos saberes disciplinares, curriculares e experienciais, ocorre na formação inicial, na continuada e na prática profissional. Os saberes disciplinares correspondem aos vários campos do conhecimento e são produzidos pelas ciências da educação e incorporados à prática docente pela formação inicial e contínua. São construídos nos cursos universitários e nos cursos de formação de professores. São saberes produzidos pela tradição cultural e pelos grupos sociais.

Os saberes curriculares serão os aprendidos pelos professores em sua prática pedagógica e que se constituem nos programas, métodos, conteúdos, categorizados pela instituição escolar que os professores devem usar em sua prática diária.

Esses saberes, tanto disciplinares como curriculares, são saberes incorporados à prática docente, não são saberes construídos pelos docentes. Os professores não são responsáveis por eles nem podem controlá-los quanto à transformação dos mesmos em saberes escolares. Ao longo de sua formação, os professores devem apropriar-se deles para usá-los em sua prática. Isso caracteriza certa distância dos professores desses saberes produzidos e controlados por outros, considerando como saberes próprios os saberes provenientes da prática. Por fim, os saberes experienciais são os específicos, construídos em trabalho diário, no conhecimento do meio em que atua o professor. Estes saberes são elementos constitutivos da prática docente.

Em relação aos saberes experienciais, acredita-se que são originados do trabalho cotidiano e são validados por ele, incorporando-se as habilidades que aparecem, expressam-se no saber fazer ou no saber ser; são os saberes da prática docente que não se encontram sistematizados em teorias, nem em currículos, mas integram-se a ela e passam a ser orientadores da prática cotidiana dos professores. Estes saberes nascem de uma prática docente que se desenvolve em um contexto de múltiplas interações, influenciados por fatores provenientes de situações concretas e variáveis que exigem do professor improvisação, competência e habilidade pessoal, e conforme afirma Tardif (2002), também decorrem de concepções do processo de ensino e aprendizagem que são heranças da história escolar do próprio docente. Eis como se expõe:

Ao longo de sua história de vida pessoal e escolar, supõe-se que o futuro professor interioriza um certo número de conhecimentos, de competências, de crenças, de valores, etc., os quais estruturam a sua personalidade e suas relações com os outros (especialmente com as crianças) e são reatualizados, de maneira não reflexiva mas com grande convicção, na prática de seu ofício. Nessa perspectiva, os saberes experienciais do professor de profissão, longe de serem baseados unicamente no trabalho em sala de aula, decorreriam em grande parte de concepções do ensino e da aprendizagem herdadas da história escolar (TARDIF, 2002, p.72).

Os estudos que tratam da importância das experiências anteriores à formação profissional dos professores, são considerados relativamente novos no campo das pesquisas, mas tem evidenciado uma continuidade entre o conhecimento profissional e o anterior à sua primeira formação.

Os saberes experienciais ancorados nas certezas subjetivas dos professores, desenvolvidas ao longo de sua carreira profissional, só adquirem objetividade nas relações com os pares, ou seja, pela experiência coletiva dos professores (TARDIF, 2002). É no contexto, na vivência do cotidiano, que se concretiza a prática docente, isto é, em um contexto formado por interações de seres humanos, onde estão presentes valores, sentimentos, atitudes

que exigem dos professores capacidade de interação com outras pessoas, e não se refere a ações sobre objetos.

Aqui estamos nos referindo à subjetividade presente na construção dos saberes experienciais dos professores, subjetividade que Placco e Souza (2006) traduzem em:

Característica própria de cada um em permanente constituição, construída nas relações sociais, que permite à pessoa um modo próprio de funcionar, de agir, de pensar, de ser no mundo, modo que a faz atribuir significados e sentidos singulares às situações vividas. É o que faz cada um ser diferente do outro, diferença que tem origem nas significações atribuídas às experiências vividas, que por sua vez são produzidas no social (PLACCO; SOUZA, 2006, p.43).

Conceber a subjetividade como descrita acima no processo de formação do professor, significa considerar o professor como sujeito de seus pensamentos e ações, valorizando sua construção tanto individual como social que se desenvolve nos contextos de educação, significa considerar a aprendizagem do professor como a apropriação do conhecimento a partir da própria história pessoal. Isto individualiza os saberes dos professores e os torna sociais quando ressignificados nas relações estabelecidas pelos docentes em seus contextos de trabalho. Nas relações estabelecidas tanto com o grupo de trabalho, quanto aos alunos em contextos específicos.

É importante também considerar que no ambiente social da escola, as interações se dão em meio às normas, obrigações que devem ser respeitadas e acatadas. Nestas condições de trabalho o professor se depara com situações que contribuem para a sua formação, para seu desenvolvimento profissional. Nas situações de trocas com os colegas, de formação mesmo com professores iniciantes, os professores são levados a tomar consciência dos seus saberes experienciais, na medida em que precisam objetivá-los para transmiti-los.

No contexto escola, no qual se constroem os saberes experienciais, as situações de interação entre os pares se dão de maneira formal quando estão ensinando e informal quando partilham sobre material didático, planos de aula, formas de atuação, dificuldades e estratégias para lidar com os alunos. Nestes momentos, os professores objetivam, avaliam e julgam seus saberes construídos na prática profissional.

Saber ensinar faz parte dos saberes experienciais, os saberes que são construídos na prática e refletidos na ação e sobre ela. Toda ação que não é refletida se torna espontânea e não se constitui em saber. Os saberes experienciais só serão construídos através da prática reflexiva que pressupõe uma postura e uma forma de identidade. Importante é distinguir a postura reflexiva de um profissional, da reflexão habitual do dia a dia. A prática reflexiva baseia-se na vontade, no pensamento, em atitudes de questionamento e curiosidade. Permite ao professor conhecer e reconhecer os saberes construídos e mobilizados na prática

pedagógica, possibilitando o seu desenvolvimento profissional, valorizando-o como produtor de conhecimentos (ALARCÃO, 1996).

Mesmo considerados como produtores de saberes, os professores ocupam um lugar desprestigiado nesta relação, em que ele próprio muitas vezes não se vê como produtor, mas como transmissor de saberes que não foram construídos por ele, mas que lhe foram agregados pela formação profissional. Estes se incorporam à prática docente, e aparecem sem serem legitimados por ela. “É importante pensar que nenhum saber é por si só formador e que o seu valor só é conferido pela atividade de transmissão” (TARDIF, 2002, p. 44), ou seja, quando os saberes se transformam em procedimentos de transmissão de saberes.

Diante de contexto tão complexo, de tantas relações, é fundamental que os saberes curriculares e disciplinares sejam interiorizados pela prática do professor, para que os saberes experienciais possam ser construídos e reconhecidos nas ideias dos professores sobre seus saberes disciplinares e curriculares e no seu próprio desenvolvimento profissional.

Os professores quando questionados sobre os saberes docentes reconhecem a abrangência dos objetos que constituem esses saberes, mas destacam a importância da prática diária na construção dos saberes docentes, “para os professores de profissão, a experiência de trabalho parece ser a fonte privilegiada de seu saber-ensinar” (TARDIF, 2002, p.61).

No dia-a-dia da sala de aula, os professores não executam apenas atividades, mas também pensam sobre o que fazem, sabem o que fazem e por que o fazem. Embora a prática seja destaque para os professores na construção dos saberes docentes, os diversos contextos, suas relações, e elementos que contribuem para os saberes necessários para saber ensinar, são reconhecidos e utilizados constantemente em seu saber-fazer.

Há evidências de que a sala de aula é um ambiente muito particular e extremamente complexo, na qual os docentes precisam atuar a todo tempo, de modo crítico, reflexivo e criativo, numa dinâmica intensa entre o pensamento e a ação. A ligação pensamento e ação “não é só lógica, mas integra componentes afetivos, experienciais e de conhecimento” (ZABALZA, 1994, p.32).

Os professores mostram-se competentes quando enfrentam as situações que lhe são dadas, driblando os limites impostos e buscando alternativas melhores de executar o fazer pedagógico.

Gimeno Sacristán (1988) destaca que a atividade dos professores se constitui numa ação que ocorre dentro de uma instituição, daí ser condicionada pelo contexto. Isso significa que o trabalho docente inclui não só o conhecimento adquirido, construído ao longo da

carreira por meio da experiência pessoal e profissional, mas também inclui o contexto no qual esses professores se inserem.

Outra contribuição trazida por Caldeira (1995) nos indica que a produção dos saberes e práticas docentes é resultado de um processo de reflexão realizado coletivamente na escola. Nesse sentido, eles se relacionam com os seus pares, compartilham saberes, trocam informações, combinam tarefas e articulam conteúdos. Assim, no espaço da escola, incorporam, ou mesmo se apropriam, de experiências variadas, conhecimentos, teorias e crenças. Num certo sentido, ficam expostos a viver novas experiências em diferentes momentos da prática, o que favorece a vivência de práticas interdisciplinares. Ampliado através do diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, uma experiência de trabalho interdisciplinar enseja a possibilidade de relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas.

Das nossas experiências, no esforço cotidiano das melhores práticas pedagógicas como formadoras que somos, buscamos forjar novas atitudes diante do conhecimento, de abertura para diversificar rotinas, procurando disseminar e legitimar entre nossos pares, a dialogicidade das ações interdisciplinares. Como diria Japiassu (1975, p. 153), aqui “o papel do educador era ensinar a aprender, a se construir ou a ser reconstruir”.

E isto se dará na concretização de um projeto coletivo, vivido interdisciplinarmente.

Interdisciplinaridade: amplitude conceitual

Se a atividade do homem se reduzisse a repetir o passado, o homem seria um ser voltado exclusivamente para o vivido e incapaz de adaptar-se ao amanhã diferente. É precisamente a atividade criadora do Homem que faz dele um ser projetado para o futuro, um ser que contribui ao criar, que modifica seu presente (VYGOTSKY, 1998, p.9).

Optamos pelo pensamento de Vygotsky por nos incitar ao desejo de ousar, de transgredir, como diria Fazenda (2001), de desvelar e revelar-se por meio dos atos e das obras. Cabe ressaltar a importância da visão interdisciplinar que por si só, orienta-se pela superação de uma visão fragmentada do mundo das ideias, do conhecimento buscando coerência na diversidade dos indivíduos e das práticas. Na dimensão interdisciplinar, a coerência é um dos princípios básicos, indicativo que dá consistência ao olhar, ao agir e ao fazer numa atitude interdisciplinar.

A interdisciplinaridade agora se torna o foco deste estudo. É preciso estabelecer conexões entre os conhecimentos para que estes possam assim adquirir sentido e significado visto que a terminologia interdisciplinaridade apresenta vertentes favorecedoras de equívocas e más interpretações. Seu conceito é debatido por diferentes autores que colocam em questão os desafios de compreendê-la.

Ao se pretender discutir a interdisciplinaridade, é importante dar foco às dimensões conceituais para garantir a legitimidade da discussão.

Pombo (2005), quando trata a interdisciplinaridade a partir do estudo da palavra disciplina e seu sufixo, chega a um conceito em que a interdisciplinaridade compreenderia posição intermediária, intercalação de posições, comunicação e interação entre diferentes disciplinas.

Para Fazenda (1993, p. 18), a atitude interdisciplinar é caracterizada pela “ousadia da busca, da pesquisa”, é a “transformação da insegurança num exercício do pensar, num construir”. É muito mais que uma simples junção de disciplinas, ou comunicação de ideias.

[...] a interdisciplinaridade se caracteriza por gerar constante dúvida e estar em permanente reconstrução. As mudanças pelas quais a evolução do conhecimento científico passa variam de amplitude e de ritmo segundo os períodos da história (RAYNAUT, 2011, p. 69).

A discussão acerca dos saberes interdisciplinares tem sua origem na década de 1930 com um estudo da fragmentação das ciências e certa arrogância por parte dos especialistas e obtém maior intensidade pós-Segunda Guerra Mundial, visto o fracionamento das ciências e suas consequências.

A abordagem interdisciplinar intensifica-se a partir da década de 1970 (FURLANETTO, 2011), no entanto, já na década de 1960, a interdisciplinaridade apresenta-se como premissa à busca de possibilidades em destituir os “limites do conhecimento simplificador, dicotômico e disciplinar da ciência moderna ou clássica” (ALVARENGA et al., 2011, p. 20).

De acordo com Pombo (2006), a interdisciplinaridade é tradutora de um conhecimento científico, em que emergem novos espaços investigativos e ampliação dos campos de visibilidade. A autora, numa perspectiva ontológica, explica que há diferença entre ciências de fronteira, interdisciplinas e interciências, visto que a interdisciplinaridade é identificada como fronteira às diferentes áreas do conhecimento.

A diferença está em compreender que as ciências de fronteira são aquelas designadas como disciplinas híbridas e as interciências concebidas como “novas disciplinas constituídas

na confluência de várias disciplinas de diferentes áreas de conhecimento” (POMBO, 2006, p. 212). A autora evidencia que as interdisciplinas surgem a partir da década de 1940/50 no campo industrial e organizacional, como novas disciplinas oriundas do encontro de várias disciplinas desencadeando-se num processo de colaboração intenso para a obtenção de determinados objetivos.

Furlanetto (2011, p. 49) salienta que na evolução dos estudos sobre a interdisciplinaridade, não há um consenso em sua definição o que gerou conceituações diversas e “implicações para produção de um conhecimento científico capaz de atender às demandas sociais”.

Nas referências de Furlanetto (2011), a interdisciplinaridade caracteriza-se como conhecimento de fronteira que exerce não um papel estanque de limitação, mas propósitos de ampliar, transitar, permear a compreensão. Ou seja, um conhecimento novo que é produzido não na área central das disciplinas, mas às suas margens que se apresentam flexíveis e permeáveis.

Raynaut (2011) retoma a interdisciplinaridade como um processo dialógico entre as disciplinas, que mantém sua identidade teórico-metodológica, porém reconhecem suas limitações e parcialidades na realidade que operam.

Embasado em estudos sobre interdisciplinaridade na área das ciências humanas, Leis (2011) apresenta a seguinte definição:

Ela tem a ver com análises especializadas e fragmentadas e com sínteses totalizadoras e abrangentes; com visões marcadas pela lógica, instrumental e crítica ou subjetiva, assim como a integração de conhecimentos disciplinares e com avanços cognitivos qualitativos; com diversos contextos culturais nacionais e também com diversos contextos disciplinares nas grandes áreas do conhecimento, e por último, ela tem a ver não apenas com um trabalho em equipe, mas também com um individual (LEIS, 2011, p. 118).

A partir de tais ideias, vê-se a questão da complexidade de desenvolver um trabalho interdisciplinar mesmo que o contexto assim o suponha. Versar entre os limites das disciplinas e transcender às novas formas de conhecimento é o que se espera de profissionais que lidam com a formação integral de pessoas, no caso dos professores, os alunos. Tal aspiração apresenta-se como desafio para o profissional docente.

Pombo (2005) apresenta uma proposta provisória de definição da interdisciplinaridade. Segundo a autora, está vinculada a disciplina, algo que visa o rompimento do caráter engessado das disciplinas. No entanto, enfatiza a presença de três níveis: o da justaposição e paralelismo, o da comunicação e interação, e o da fundição.

Pelo primeiro nível, o da justaposição, compreendem-se disciplinas que não se interagem, se tocam e apresentam-se paralelas, ou seja, uma ao lado das outras. O nível da comunicação e interação é o nível da comunicação entre as disciplinas, seus confrontos e perspectivas, interadas em diferentes intensidades. Já por fundição, compreende-se a eliminação de barreiras entre as disciplinas de forma a fundirem-se numa outra coisa. Algo que transcende.

Haveria, portanto, uma espécie de um *continuum* de desenvolvimento. Entre uma coisa que é de menos – a simples *justaposição* – e qualquer coisa que é demais – a ultrapassagem e a *fusão* – a interdisciplinaridade designaria o espaço *intermédio*, a posição *intercalar*. O sufixo *inter* estaria lá justamente para apontar essa situação (POMBO, 2005, p. 6).

Esta tentativa de compreensão do termo interdisciplinaridade, volta aos preceitos da autora supracitada em não ater-se aos conhecimentos especializados e fragmentados, mas a um todo unificado. Estas ideias vêm ao encontro dos saberes necessários ao docente que convive em sua rotina com situações que não se apresentam fragmentadas, isoladas ou específicas de determinadas áreas.

O professor, em seu contexto de situações, necessita de saberes que se formam na integração das disciplinas, na unificação de conhecimentos de diferentes áreas devido à totalidade das situações que vivencia no ambiente escolar. A atuação docente não é algo estanque, engessado, fragmentado, mas constitutiva de partes que se interrelacionam.

A partir destes pressupostos, é que se pensa numa formação profissional interdisciplinar a considerar as especificidades das disciplinas e os contextos de aprendizagem (formação e ação).

Interdisciplinaridade e a formação dos saberes docentes

Pensar a prática pedagógica idealizada por um conjunto de normas pré-estabelecidas e elaboradas numa relação hierarquizada de poder, em referência às determinações das políticas educacionais, é desconsiderar a subjetividade de cada professor (com suas convicções, ideologias, concepções, percepções, e outros), e também a contextualização na qual cada docente se insere, excluindo o dinamismo, a complexidade, a multiplicidade de situações vivenciadas no cotidiano escolar.

Nesse sentido, é necessário possibilitar uma visão da prática docente como um momento de profissionalidade, no qual inclui-se uma postura reflexiva no agir, articulações teóricas, características do ambiente de atuação, entre outros. “A prática não é mera

concretização de receitas, modelos didáticos[sic] ou esquemas conscientes de acção[sic], sendo dirigida pelo *habitus* do professor (esquemas de pensamento e de acção[sic] que alicerçam as inúmeras microdecisões tomadas na sala de aula)” (PERRENOUD, 1997, p. 12).

A prática docente caracteriza-se com uma rotina recheada de situações provindas de diferentes áreas do conhecimento, seja para lidar com os conteúdos das disciplinas, para mediar os conflitos interrelacionais dos alunos, para os aspectos afetivos envolvidos no cotidiano escolar, para as situações burocráticas do processo, dentre outras ações presentes.

Neste contexto, o professor versa em diferentes conhecimentos integrando-os na intenção de resolver, direcionar, organizar, orientar, enfim, possibilitar a realização de sua tarefa. Como tal conhecimento provém de áreas diversificadas, é possível estabelecer-se relações entre as áreas do conhecimento num engendramento para determinado fim. Neste ponto, sugere-se que estes conhecimentos necessários para a atuação no processo educativo, apresentam-se como um conhecimento interdisciplinar, ou melhor, saberes interdisciplinares.

Fazenda (2009a) afirma a importância de considerar a polissemia do termo interdisciplinaridade e faz referências quanto à função destas na formação de professores.

Para a formação de professores, a construção e o desenvolvimento de saberes interdisciplinares, Fazenda (2009a, p. 105) afirma ser pertinente a criação de uma disciplina da interdisciplina, ou melhor, uma forma ordenada de “trabalhar em profundidade e largura requer um treino do olhar em múltiplas direções”. À luz de tais ideias, a autora explica:

Não sabemos muito como organizar as sequências, mas já conseguimos elencar como necessários os seguintes saberes interdisciplinares científicos para formação interdisciplinar de professores: história e origem das disciplinas pedagógicas, organização curricular, estética curricular e design curricular, como nascem as competências, como as mesmas se desenvolvem e como são representadas (FAZENDA, 2009a, p. 105).

Outra forma de saberes interdisciplinares elencada por Fazenda (2009a) está na ordenação de conhecimentos metodológicos, inserindo-se as estratégias, intervenções, dinâmicas, histórias de vida, investigações hermenêuticas e as críticas imbricadas.

Ao afirmar que “a interdisciplinaridade na formação profissional requer competências relativas às formas de intervenção solicitadas e às condições que concorrem ao seu melhor exercício”, Fazenda (2009b, p. 28) atribui que para atender a diversidade de demandas no contexto da prática docente, pressupõe-se uma conjunção de saberes provindos de áreas distintas para um mesmo fim, ou seja, saberes disciplinares imprescindíveis para esta função.

Por saberes disciplinares, Fazenda (2009b) entende aqueles que provêm da experiência, os de cunho técnico e os teóricos, que possuem determinada integração num processo não linear nem hierarquizado que submetem os profissionais.

Uma formação interdisciplinar instiga fundamentações além de reduzidos saberes disciplinares. Tenciona-se uma estrutura dialética sem visões lineares e hierarquizadas, destacando-se uma interação sintetizante e dinâmica (FAZENDA, 2009b).

Tais premissas nos conduzem a pensar os saberes docentes como interdisciplinares visto que constituem-se em conhecimentos disciplinares ordenados e conjugados, permeados de criticidade e dialeticidade com as situações educacionais. Diante a variância de ocasiões presentes no ambiente da escola, como os processos relacionais entre professor-aluno, professor-conteúdo-aluno, professor-currículo-aluno, professor-comunidade, professor-professor, espera-se concepções não fragmentárias, mas ações e conhecimentos entrelaçados.

Na análise de Azevedo e Andrade (2007, p. 259), a interdisciplinaridade pressupõe transformações “de um pensamento lógico formal em um pensamento não-linear configurado como dialético, porque não pressupõe a unificação de diferentes saberes, mas a construção incessante de relações entre si”.

De acordo com as autoras anteriormente citadas, respaldadas nos estudos de Schön (1983), a reflexão é o que possibilita o desenvolvimento de uma prática interdisciplinar.

Ressaltando o valor da prática na constituição dos processos formativos do docente, Severino (1998) afirma a importância da vinculação do conhecimento pedagógico com a prática educacional, afirma ter esta um caráter interdisciplinar, pois o conhecimento visa intencionalizar a prática e por esta função, considera abordagens de diferentes campos científicos para o delineamento de finalidades, norteamentos para a ação.

Neste sentido, é preciso considerar que os precedentes históricos da formação e do desenvolvimento das ações docentes em sua maioria, apresentam-se fracionadas, instituídas de isolamentos.

O que se propõe pensar a partir das considerações sobre interdisciplinaridade é que o contexto escolar não aspira ações e saberes fragmentados, isolados, detentores de especificidades focados para um determinado fim. O espaço escolar enleva práticas e saberes oriundos de conhecimentos convergentes, articulados e integrados para uma nova relação una.

O desenvolvimento dos saberes interdisciplinares ocorre na prática interdisciplinar à qual a instituição escola deve galgar.

No entanto, na ótica de Severino (1998, p. 38), uma prática e formação com estes moldes apresentam dificuldades em “articular os meios aos fins, de utilizar os recursos para a

consecução dos objetivos essenciais”. Outro ponto elencado pelo autor é o tratamento como “universos autônomos” dos aspectos da vida escolar com os da comunidade; com o pedagógico e o político, com o microssocial e o macrossocial.

Vê-se, portanto, a prática docente uma realidade de interconexões que subjaz a construção de saberes não estanques, compartimentados em suas particularidades, mas compartilhamentos, articulações, interações e integrações entre os conhecimentos transpondo-se a novas formas de ser, pensar e agir.

Delineia-se, portanto, uma formação profissional docente que supera as barreiras impostas pelas disciplinas, estabelecendo meios de formação exauridos de fragmentação do conhecimento.

Considerações finais

Longe de esgotar a temática, ressalta-se com este estudo a compreensão acerca da ação interdisciplinar entre os saberes docentes.

São saberes construídos no ambiente escolar, na confluência de conhecimentos teóricos (curriculares e disciplinares) e práticos (experenciais); que emergem no exercício profissional cotidiano rompendo barreiras que impõe conhecimentos limítrofes, restritos e estáticos.

São saberes que provêm de variadas fontes, construídos em diferentes momentos e tempos didáticos, diversificados em sua base e integrados em função dos objetivos a atingir.

São saberes que construídos na prática atendem a premissa da interdisciplinaridade que surge no encontro de diferentes para uma nova construção, que faz pensar ou que nos leva a pensar a partir dela. É na identificação e na reflexão dos saberes já construídos na prática pedagógica que se encontra a possibilidade de novas construções.

Entendemos então que os saberes docentes construídos na prática pedagógica são, e provêm de ações interdisciplinares.

A permeabilidade do conhecimento e da prática interdisciplinar é condição presente na construção dos saberes docentes, mesmo que ainda desenvolvidos de forma inconscientemente. Faz se necessário permitir-se permitindo, construindo-se como autores e como sujeitos. Permeando-se pela humildade do ser naturalmente incompleto, que concede-se a capacidade de mudar, estar aberto ao outro, propondo-se a estabelecer conexões entre os conhecimentos, que mesmo que na ação signifique complexidade e desafio, representa uma

intenção subjetiva, interativa e transformadora, na provisoriedade do espaço e do tempo que sustenta a ação.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. (Org.). **Formação reflexiva de professores. Estratégias de supervisão**. Porto (Portugal): Porto LDA, 1996.

ALTET, M. As competências do professor profissional: entre conhecimentos, esquemas de ação e adaptação, saber analisar. In: PAQUAY, L. et. al. (Orgs.). **Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais Competências?** Porto Alegre: Artmed, 2001.p. 23-35.

ALVARENGA, A.T., et.al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., A.; SILVA NETO, A.J. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia&Inovação**. Barueri, SP: Manole, 2011. p.3-68.

AZEVEDO, M. A. R.; ANDRADE, M. F. R. O conhecimento em sala de aula: a organização do ensino numa perspectiva interdisciplinar. **Educar**. n. 30, Curitiba: UFPR, 2007.p. 235-250.

CALDEIRA, A.M.S. A apropriação e construção do saber docente e a prática cotidiana. **Cadernos de Pesquisa**, n.95, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nov. 1995, p.5-12.

FAZENDA, I.C.A. Formação de Professores: Dimensão Interdisciplinar. **Revista Brasileira de Formação de Professores**. Goiânia: v.1, n.1, p. 103 – 109, mai. 2009a.

_____. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na formação de professores. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Administração**. v. 1, n. 1, mai., 2009b, p. 24-32.

_____. (Org.). **Dicionário em construção**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Interdisciplinaridade: definição, projeto, pesquisa. In: _____ (coord.) **Práticas Interdisciplinares na Escola**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 15-18.

FURLANETTO, E.C. Interdisciplinaridade: um conhecimento construído nas fronteiras. **International Studies on Law and Education**.n. 8, p. 47 – 54, mai./ago. 2011.

GIMENO SACRISTÁN, J. S. **El curriculum: una reflexion sobre La práctica**. Madri: Ediciones Morata, 1988.

IMBERNÓN, F. **Formação Permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez, 2004.

JAPIASSU, H. Papel do educador da inteligência. In: JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

LEIS, H.R. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas.In: PHILIPPI JR.,A.; SILVA NETO, A.J. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia&Inovação**. Barueri, SP: Manole, 2011. p.106-122.

PLACCO, V.M.N.S.; SOUZA, V.L.T. (Orgs.). **Aprendizagem do adulto professor**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PERRENOUD, P. O trabalho sobre o habitus na formação de professores: análise das práticas e tomada e consciência. In: PAQUAY, L. et al. (Orgs.). **Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais Competências?** Porto Alegre: Artmed, 2001. p.153-175.

_____. **Práticas Pedagógicas, Profissão Docente e Formação**. Perspectivas Sociológicas. 2. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1997.

POMBO, O. Práticas Interdisciplinares. **Sociologias**. Porto Alegre: ano 8, n. 15, jan./jun., 2006, p. 208-249.

_____. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 3 – 15, mar. 2005.

RAYNAUT, C. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios á produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI JR.,A.; SILVA NETO, A.J. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia&Inovação**. Barueri, SP: Manole, 2011. p. 69-105.

SEVERINO, A. J. O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade: o saber como intencionalização da prática. In: FAZENDA, I.C. A.(Org.). Campinas-SP: Papyrus, 1998. p.31-44.

TARDIF, M. **Saberes Decorrentes e Formação Profissional**.Petrópolis, RJ:Vozes,2002.

_____. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: n.13, p. 5 – 24, jan./fev./mar./abr. 2000.

TARDIF, M.; GAUTHIER,C. O professor como “ator racional”: que racionalidade, que saber, que julgamento? In: PAQUAY, L. et al. (Orgs.). **Formando professores profissionais:Quais estratégias? Quais Competências?** Porto Alegre: Artmed, 2001. p.178-201.

VYGOTSKY, L. S. **La imaginación y el arte em la infância**. 4 ed. Madrid: Ediciones Akal, 1998.

ZABALZA, M.A. **Diários de classe**. Porto: Porto Editora, 1994.

Uma Sociologia da Gestão das Escolas Públicas: o caso do município de Cambuí-MG

Cássio José de Oliveira Silva¹

Resumo:

O presente trabalho é fruto de algumas experiências prévias de pesquisas envolvendo uma tríade relação entre os processos de democratização do ensino público no Brasil, a precarização institucional das escolas públicas atuais e as consequências diretas destes processos na gestão escolar e suas relações com a crise da qualidade do ensino. O objetivo do trabalho é mensurar a valorização/desvalorização da produção e uso de informações sobre os alunos por parte da gestão de três escolas públicas da rede estadual de ensino da cidade de Cambuí-MG. A metodologia do trabalho será composta de uma breve etnografia seguida da produção de um survey para aplicação com os profissionais envolvidos na gestão das escolas. O trabalho sustenta a hipótese de que os processos intra-escolares de fragilidade institucional podem ter causas e consequências extra-escolares.

Palavras-chave: Escola Pública, Gestão escolar e Gestão da informação.

Abstract:

This work is the result of some previous experience of research involving a triad relationship between the processes of democratization of public education in Brazil, the institutional instability of the current public schools and the direct consequences of these processes in school management and its relationship to the quality crisis education. The objective is to measure the increase / decrease of the production and use of information about students by the management of three public

¹ *Aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá-MG- Mestrado.

schools in the state schools of the city of Cambuí-MG. The methodology of the study will consist of a brief ethnography followed by production of a survey application for professionals involved in the management of schools. The work supports the hypothesis that the processes of intra-school institutional fragility may have causes and consequences-school.

Keys Words: Public school, school management and information management

Por que na Escola Pública?

A educação é tida como consenso tácito na construção de um indivíduo capaz de criar a autonomia política na sociedade em que vive. Por sua função social, da qual estamos alertados desde muito tempo mas que assume um rigor de caráter histórico sobretudo com Durkheim (1978), a educação passa a ser compreendida como um instrumento de catalisação dos costumes na vida social, variando historicamente nas diversas sociedades.

“A educação tem variado infinitamente com o tempo e o meio. Nas cidades gregas e latinas, a educação conduzia o indivíduo a subordinar-se cegamente à coletividade, a tornar-se uma coisa da sociedade. Hoje, esforça-se em fazer dele personalidade autônoma. Em Atenas, procurava-se formar espíritos delicados, prudentes, sutis, embebidos de graça e harmonia, capazes de gozar o belo e os prazeres da pura especulação; em Roma, desejava-se especialmente que as crianças se tornassem homens de ação, apaixonados pela glória militar, indiferentes no que tocasse as letras e as artes(...)”(Durkehim, 1978, pp35.)

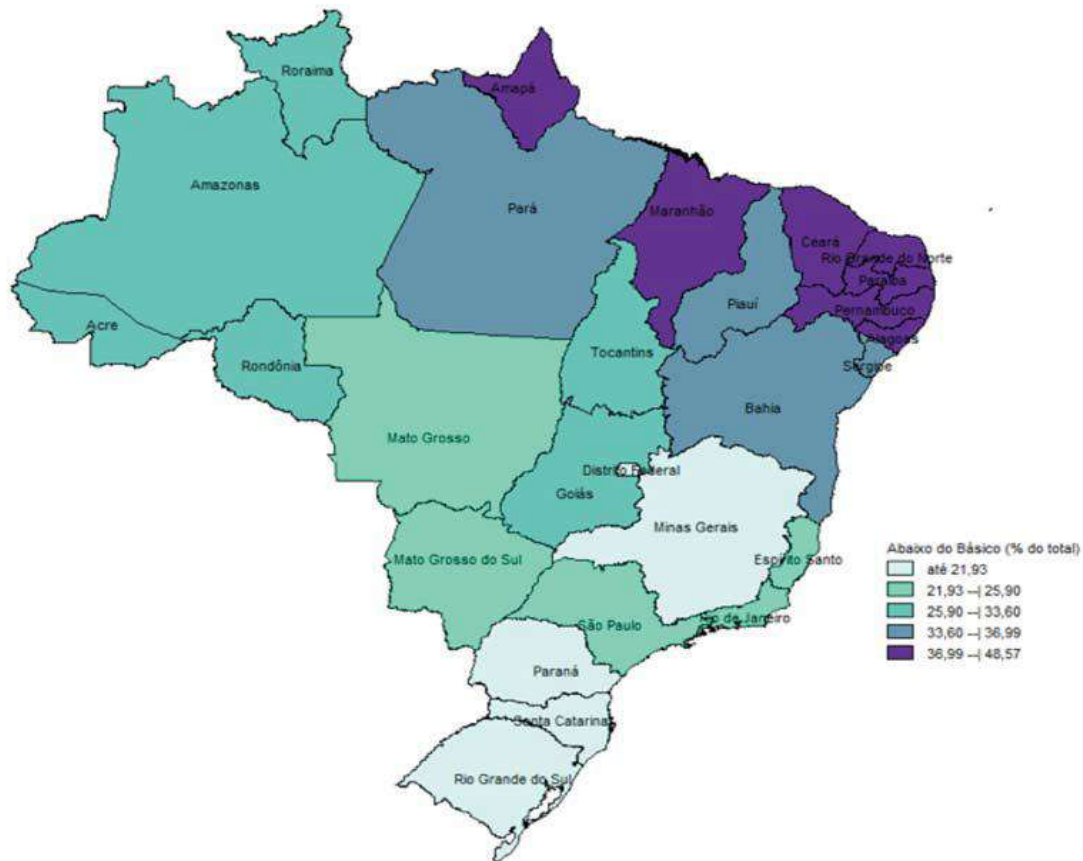
Por sua natureza histórica e transitiva, como sugere o recorte acima, a educação tem servido de instrumento não só na constituição de uma universalização de comportamentos e subjetividades importantes e caros à vida social, como também ocupado uma função de motor do desenvolvimento e da própria identidade de uma determinada sociedade. Não poderia existir a sociedade sem que houvesse antes certa homogeneidade entre seus membros. A Escola nesta chave é o espaço onde melhor se percebe a função social da educação. O ato de instruir e socializar, que compete a uma boa

educação, tem se mostrado um trabalho fundamental para as novas gerações, na medida em que o seu progresso depende inteiramente dos propósitos implícitos numa educação ideal.

Mesmo ciente disso, o caso do Brasil parece estar direcionar-se no sentido contrário a essa aceção. Um trabalho recente da UNESCO (2012) baseado nos dados da *Prova Brasil*², mostram que a parcela dos estudantes das escolas públicas brasileiras que chegou ao fim do ensino fundamental sem adquirir capacidades cognitivas elementares em leitura era de 30% em 2005, e de 22%, em 2009. E mais, a parcela de estudantes que termina o ensino fundamental com desempenho insatisfatório na resolução de problemas é ainda mais preocupante e permaneceu estável nos últimos anos : aproximadamente 39% dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental que fizeram a Prova Brasil entre 2005 e 2009 não tinham o nível básico de competência para resolução de problemas que se espera de alunos nessa etapa de ensino.

Percentual de alunos por nível de aprendizado e unidade da Federação 5º ano, leitura. Prova Brasil 2007.

² Avaliação para diagnóstico da educação que tem como objetivo mensurar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.



Os dados evidenciam que em comparação com os estudantes proficientes, os estudantes que não aprendem estão concentrados em escolas com os mais baixos indicadores de qualidade, como piores bibliotecas, instalações e condições de funcionamento precárias, equipes de gestores e professores menos coesas e mais violência escolar. Além disso, estão expostos a professores com menos escolaridade e piores condições de trabalho. A principal contribuição do trabalho é vulgarizar um problema estrutural da educação no país, que a partir de um somatório de questões apontados acima, aponta para um paradigma de concepção onde há a desvalorização do poder público frente aos desafios de construção de uma escolarização gratuita e de qualidade.

Para além disso, este trabalho traz também uma ferramenta nova e interessante de análise na qualidade de ensino, que se relaciona com a sociologia da educação e parece apontar caminhos importantes para novas pesquisas : a perspectiva de que o ambiente cultural da família dos alunos

influencia diretamente no desempenho dos estudantes. Para esta conclusão, o trabalho utiliza um construto de ambiente cultural que agrega informações sobre a escolaridade dos pais e a frequência com que os estudantes veem seus pais lendo. Além disso, o indicador de ambiente cultural agregava informações sobre escolaridade dos pais e posse de bens culturais, como livros, revistas e dicionários. Os resultados apontam que há uma relação possível entre ambiente cultural e nível de aprendizado. Os alunos com nível abaixo do básico pertencem a famílias com ambiente cultural menos favorecido do que seus colegas com melhor desempenho acadêmico.

Pensando num recorte histórico, Mônica Peregrino (2006) elucida que desde a década de 1970 no Brasil, houve um aumento significativo da escolarização das classes populares e pobres, acompanhada de um crescente acesso à escola e uma maior permanência em seus espaços. Essa “democratização” do ensino e do acesso às escolas públicas entretanto, esteve sempre acompanhada por reprovações, abandonos, e distorções na idade - série dos alunos. Pensando sobre este fenômeno, Peregrino (2006) confirma em seu trabalho que a escola pública pode não ser a única instituição capaz de produzir condições de sociabilidade, mas vem sendo, sem dúvida, a que mais reproduz a desigualdade social na medida que passou a ser invariavelmente a escola dos pobres no país.

Seu trabalho nos habilita a afirmar ainda, que a escola pública, de fato, não vem desempenhando um espaço de construção da cidadania, mas sim, corroborando com as desigualdades de classe. O movimento de crescente imersão do mundo popular nos serviços públicos, sobretudo numa instituição de caráter igualitário a que se propõe uma escola, sem dúvida que representa um progresso social em relação ao que se encontrava no país, por exemplo, no início do século XX. A escola, até aquele tempo, era um local por onde se assegurava o direito de continuar a pertencer a uma posição privilegiada na sociedade. O processo de “massificação” da instituição escolar pública brasileira, gerou uma mudança em seu perfil, e também no próprio seio da sociedade desigual e hierarquizada brasileira. Como afirma

ainda Peregrino (2006), o espaço da escola, a partir da década de 1970, foi cada vez mais sendo “habitado” pelas classes populares, mas esta “habitação”, não foi acompanhada de uma “experimentação” do processo de aprendizagem e socialização. Isso aconteceu sobretudo por conta da fragilidade institucional que a escola assumiu. Em outras linhas, houve uma democratização do acesso à instituição escolar, mas esta abertura não foi acompanhada pela qualidade do ensino.

Mas como é possível sustentar então que este fenômeno de expansão do acesso à escola pública tenha contribuído para que a instituição tenha se transformado num espaço de reprodução das desigualdades sociais? A segmentação dos serviços de bem estar social no Brasil, frutos da crise do petróleo e do modelo econômico de livre mercado, direcionou para uma fragmentação dos recursos e serviços públicos da cidade; isso por sua vez, originou a segmentação entre serviços públicos e privados não só na escola, mas também nos serviços de saúde, segurança e políticas públicas destinadas às parcelas excluídas (Peregrino, 2006).

Há algum tempo ficou claro para a sociologia urbana que os processos de segregação e desigualdade social pode influir no desempenho de instituições públicas, e a escola pública no Brasil parece sofrer este mal. (BURGOS, 2009; KAZTMAM, 2008). Em Bourdieu (1997), pudemos perceber que a apropriação de um espaço físico se dá na mesma ordem da apropriação do poder do capital, ou seja, os locais onde se encontram as melhores oportunidades de serviços, bem como onde estão os melhores recursos para um bem estar social, como uma boa escola, um serviço de saúde eficiente, transportes públicos razoáveis, ou até um planejamento mínimo de habitações, estão limitados apenas a uma parcela dos cidadãos no Brasil. Os pobres e subalternos estão destituídos deste processo de consumo das oportunidades encontrados nos espaços mais abastados. A própria arquitetura urbana pode refletir esta constatação. Sobre isto, não é difícil perceber a natureza imponente dos grandes centros comerciais da cidade do Rio de Janeiro, que muitas vezes se inspiram nas características arquitetônicas do poder do império romano, fazendo-se representar

simbolicamente como a viga mestra de um status social das classes dominantes. Por outro lado, não é difícil na favela encontrar pessoas que nunca saíram daquele espaço, e que portanto, não estabeleceram qualquer tipo de vivência com a cultura cidadina local.

O que caracteriza portanto a constituição dos espaços sociais de forma mais elementar, como a divisão entre a cidade formal e a favela, o urbano do suburbano, ou ainda a escola com altos índices de aprendizagem e com bons indicadores de qualidade daquele modelo que predomina hoje como hegemônico no país, ou seja, da escola pública em crise, é também a acumulação de um determinado *capital cultural* oriundo de um poder econômico preexistente. Nessa via, as experiências de maior sucesso nos processos de escolarização são também daquelas famílias de alunos que têm maior acesso a instrumentos necessários para e a um ambiente de cultura. (UNESCO, 2012).

Um exemplo merece ser trazido para cá. Se na década de 1950 os bairros pobres da cidade de Montevidéu no Uruguai tinham por característica essencial populações constituídas majoritariamente por migrantes trabalhadores oriundos de outras regiões do país que procuravam melhores oportunidades na capital, a partir da década de 1980, os mesmos moradores destes bairros são originários da própria metrópole. Isso prova, segundo Kaztman e Rentamoso (2007), que o fator decisivo para o crescimento da pobreza naquele contexto está estritamente ligado à precarização das condições de trabalho, à baixa qualificação do trabalhador e a ao predomínio de pessoas analfabetas no local. Assim, a noção de capital cultural identificada por Bourdieu tem uma influência que extrapola os limites físicos e dos locais de origem de famílias e grupos de pessoas, incidindo diretamente ora sobre a permanência ou manutenção da segregação social e urbana, ora sobre o desempenho de alunos no interior de espaços escolares diversificados.

O trabalho destes autores mostra ainda que com o colapso do modelo econômico de substituição de importações no país uruguaio e a introdução de um regime baseado no neoliberalismo, os serviços públicos de bem estar

social foram se segmentando e levando à segregação das classes mais pobres. Como consequência, os vinte e nove bairros na cidade com maiores carências de serviços passaram a concentrar de 66% a 80% das pessoas pobres. O efeito produzido foi uma concentração espacial dos pobres em forma de segregação social, levando por sua vez, a um *endurecimento da estrutura social*, e à perpetuação da desigualdade.

Longe de pretender afirmar que o problema da escola pública no Brasil é a concentração dos pobres em seu interior, o exemplo serve para se problematizar a questão pertinente à divisão das escolarizações de jovens no Brasil atual. Se grande parte da classe média, desde a década de 1980, tem abandonado o ensino público, podemos ser levados a crer que o baixo índice de aprendizagem nessas escolas está sendo passado às classes populares, alimentando assim uma dinâmica que reproduz a desigualdade de oportunidades no país. Parece plausível portanto, identificar e criar mecanismos capazes de descrever qual o perfil dos estudantes das escolas públicas no país atualmente, já que classificá-los em “pobres”, “excluídos”, “subalternos”, ou mesmo destituídos de um capital de cultura mínimo para os processos de escolarização pouco ajudará na investigação sobre os problemas internos presentes na escola.

Alguns trabalhos têm apontado que a nível local, a gestão escolar é aquela que sofre de maneira mais direta os processos de crise institucional da escola pública no país por ser o diretor e sua equipe de gestão responsáveis por gerir um ambiente de precariedade de recursos aliado um cotidiano orientado pela resolução de problemas imediatistas (ROSSI, 2011; BURGOS, 2009). É por essa via que este trabalho de pesquisa privilegia uma reflexão acerca dos processos sociais que estão por trás da gestão das escolas públicas no país. O objetivo mais direto desta proposta portanto, é perceber como a equipe de gestão de uma amostra de escolas trabalha a construção de informações sobre seu alunado e como essas informações estão ou não sendo usados para qualificar as relações de ensino aprendizagem.

Desenvolvimento e Objetivos

Em síntese, pode-se afirmar que há dois eixos centrais diante da crise institucional das escolas públicas hoje no país. A primeira delas está relacionada a um problema de ordem estrutural que é consequência da desvalorização profissional dos educadores, da falta de recursos físicos nos espaços escolares e da baixa qualificação dos docentes. Por outro lado, em âmbito local, a gestão das escolas públicas esbarra sempre na ausência ou precariedade na produção e armazenamento de informações sobre o perfil social de seu alunado, afetando diretamente as decisões estratégicas dos profissionais da gestão. Os fenômenos percebidos na relação entre escola pública e gestão parecem fundamentais ao entendimento das particularidades locais e na busca de melhor desempenho da qualidade do ensino dessas instituições.

A temática um tanto curiosa que o título deste trabalho de pesquisa possa assumir aos olhos do leitor, tem uma explicação fundada numa experiência que precede o tempo do mesmo trabalho, mas que por isso mesmo, foi capaz de imprimir diversas inquietações acerca dos processos sociais envolvidos no interior dos espaços escolares. Em 2010, ingressei num trabalho de pesquisa e extensão envolvendo os Departamentos de Sociologia e Política, Educação e Informática da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O trabalho envolveu nove escolas públicas que atendiam jovens e crianças do primeiro e segundo segmento do ensino fundamental e que eram, majoritariamente, moradores de favela. Por este trabalho, foi possível perceber uma relação muito tênue entre os processos sociais de segregação urbana e seu impacto no interior de algumas escolas cujo perfil era marcado pelo grande número de alunos e um quadro generalizado de “*crise institucional*”, refletido sobretudo na gestão das mesmas escolas (BURGOS, 2009; PEREGRINO, 2010).

Nesse sentido, esta seção tem a pretensão de por um lado resgatar o quadro teórico de uma literatura que vem apontando uma relação possível entre as consequências sócio políticas de massificação da escola pública percebidos a partir da década de 1970 nas grandes metrópoles do Brasil, com a imersão das classes populares no ensino público e a perda da *institucionalidade*

da gestão daqueles espaços, ou seja, a falta de uma estrutura organizacional baseada naquilo que weber chama de modelo racional burocrático de administração (WEBER, 2010). De outro, o trabalho caminha também no sentido de mensurar os possíveis mecanismos da gestão da informação nos espaços escolares de uma amostra de três escolas da rede estadual de ensino do município de Cambuí-MG, no sul do estado.

Diante de uma parceria entre a PUC-Rio e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) da UFJF, um grupo de pesquisadores realizou um trabalho etnográfico em quatro escolas públicas na intenção de avaliar os desafios mais diretos da gestão escolar. Foram selecionadas duas escolas na cidade do Rio de Janeiro e outras duas em Recife-PE. Os resultados do trabalho apontam que os problemas mais freqüentes na gestão das escolas são : a) falta de mecanismos capazes de facilitar o trabalho com informações individuais dos alunos, b) a excessiva centralização das tarefas na figura do gestor, c) por ultimo, o excessivo costume da administração baseada no imprevisto (CAEd/UFJF, 2010; ROSSI, 2011)³.

Admitindo a causa estrutural dos problemas envolvendo a educação no Brasil, mas abdicando de ponderar sobre suas ramificações e consequências, certo é que não é possível modificar tais problemas sem passar por temas burocráticos e que envolvam portanto questões conjunturais do cenário político, partidário e sindicalista no país. Seguindo esta linha, é razoável acreditar que os estudos sobre ações locais podem mediar um processo de entendimento da precarização da qualidade do

³ O trabalho foi realizado por dois alunos do curso de graduação em Ciências Sociais (no qual eu me incluo) e dois alunos de Pós-Graduação. A pesquisa foi coordenado pelo Prof.: Marcelo Burgos, do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio. O mesmo trabalho serviu de subsídio para um curso stricto sensu sobre a “A profissionalização do Gestor Escolar” da UFJF e serviu como interface para o projeto de pesquisa e extensão envolvendo educação pública em territórios de vulnerabilidade social da PUC-Rio.

ensino público. Para além das limitações de práxis da maioria das escolas públicas, o que se percebe de modo curioso é a necessidade de ações no âmbito da gestão escolar que possam modernizar e profissionalizar suas estruturas administrativas no sentido de facilitar a descrição das particularidades do alunado, aproximando essa descrição das decisões estratégicas da gestão.

Torna-se razoável nos objetivos desta pesquisa portanto, identificar nas escolas estudadas a valorização/desvalorização de uma perspectiva de que é necessário criar mecanismos descritivos de um determinado conjunto social- que neste caso são os alunos das escolas públicas- para que seja possível capacitar os profissionais envolvidos tanto na gestão das escolas quanto nas intermediações pedagógicas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho se insere na necessidade investigar as causas e consequências do abismo existente entre a realidade social dos alunos das escolas públicas massificadas, e as decisões administrativas dos gestores escolares, que afetam diretamente o comportamento e a organização da comunidade escolar em geral. O trabalho se propões a verificar em que medida os processos de fragilidade da gestão escolar relacionados a ausência da produção de informações dos alunos e da comunidade das famílias se efetiva ou não no cotidiano das escolas. De encontro a isto, visa oferecer subsídios teóricos ao entendimento da relação inerente que se da hoje no sistema educacional brasileiro e que é a frágil relação entre a escola e a participação das famílias dos alunos na vida escolar.

Quadro metodológico da Pesquisa:

Explicar a epistemologia do objeto de estudo deste trabalho se mostra uma tarefa árdua na medida em que ele tende a articular alguns paradigmas da sociologia da educação com fundamentos e conceituações teóricas em gestão da informação e gestão escolar. Em 2008, alguns professores do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio junto a uma equipe de alunos de graduação e mestrado, deram inicio a uma

investigação no interior das escolas públicas na cidade carioca tentando apreender os desafios mais diretos enfrentados pelos profissionais da educação para fazer valer os requisitos necessários a uma “boa escola”. O mesmo grupo de pesquisa iniciou um trabalho qualitativo com os professores e gestores de dez escolas municipais espalhadas por diferentes áreas da cidade, na intenção de apreender as dificuldades mais diretas enfrentadas por estes atores para se construir um sistema educacional público de qualidade. Uma das constatações do trabalho apontou que para a maioria dos profissionais da educação envolvidos na pesquisa, os principais problemas no interior das escolas decorriam da precarização profissional dos educadores e gestores, da ausência de recursos físicos e econômicos dos governos federal, estadual e municipal e sobretudo da pouca participação dos pais na vida escolar dos filhos. Longe de pretender esgotar aqui os assuntos que pautaram a pesquisa, é sabido que o referido trabalho se desdobrou em uma segunda parte tendo como lócus investigativo os pais dos alunos.

Um dos argumentos mais presentes na visão dos profissionais da educação, que impedia um melhor desempenho dos estudantes na vida escolar, era a pouca participação dos pais e responsáveis pedagógicos dos alunos no ambiente escolar. A partir disso, a pesquisa direcionou um olhar mais atento na relação escola e família, e privilegiou a segunda parte do trabalho numa tentativa de compreender a visão dos pais neste mesmo processo. Como um projeto de extensão se compromete com a aplicação dos resultados da pesquisa na realidade estudada, ou se prefere, tem como objetivo “aplicar” os resultados encontrados para o objeto de estudo, os coordenadores do trabalho perceberam que seria inócua tentar direcionar o trabalho para um campo investigativo que envolvesse o poder público e os diversos descasos políticos com a educação. Admitia-se que existia um problema estrutural da educação, decorrente da precarização profissional dos servidores, da ausência de recursos instrumentais e econômicos repassados às escolas e da pouca valorização política da construção da cidadania nos ambientes escolares. Mas tais problemas não poderiam ser enfrentados com uma equipe de pesquisa reduzida, trabalhando

com recursos financeiros sob tempo programado e com o compromisso de dar um retorno prático ao trabalho.

Aqui percebe-se como a literatura nacional e internacional sobre a temática envolvendo escolas públicas, alunos em situação de exclusão social e pobreza e gestão escolar, teve influência nesta etapa do trabalho. Os levantamentos bibliográficos feitos pelo grupo de pesquisa trouxeram contribuições importantes aos nossos objetivos e em muitos deles houve apontamentos acerca do binômio escola pública e exclusão social e gestão escolar (PEREGRINO, 2006; QUEIROZ e KAZTMAM, 2007; LOPÉZ, 2007). Assim, o trabalho se inseriu no segundo momento selecionando nove escolas públicas do entorno da PUC-Rio e que atendiam massivamente alunos moradores de favelas da zona sul da cidade, entre as quais estavam Rocinha, Parque da Cidade e Vidigal. A consolidação do trabalho de campo com a realização do *survey* e a digitalização dos dados permitiu-nos perceber que o “mundo da comunidade” possuía uma influência direta no “mundo da escola”. Deste modo, entre outros resultados do trabalho pode-se destacar que há naquelas escolas um processo intra-escolar de exclusão baseada na indiferença sobre os alunos, preconceito e discriminação pelo fato de serem moradores de favela. Percebeu-se sobretudo uma ausência de dados referenciais que sirvam de informações sobre a vida familiar dos alunos e conseqüentemente da comunidade de origem de cada um deles.

Esta constatação parece apontar um caminho curioso de investigação na medida que envolve a pouca habilidade das estruturas de gestão de escolas públicas para incorporar a gestão da informação através de suas tecnologias em seus aparatos administrativos. Desde este ponto de vista, se torna uma condição necessária ao bom desempenho da administração escolar a valorização da produção e sobretudo do uso das informações sobre seu alunado, municiando os diretores e educadores de instrumentos de leitura acerca do perfil de seus alunos. Mais do que isso, o conceito de gestão da informação implica no uso efetivo do produto destas informações em campos diversos dos regimes de escolarização dos alunos.

Mas por que seria tão urgente esta investigação acerca dos processos de gestão escolar envolvendo práticas de construção de informações sobre os alunos, suas famílias e suas particularidades sociais? De fato, quais impedimentos tolhem a gestão escolar de incorporar práticas de produção e uso de informações em seu cotidiano? Os processos de experiências diversas e particulares de cada aluno em seu contexto social pode criar mecanismos de déficit de aprendizagem? Há realmente a percepção entre os profissionais da gestão das escolas de que as famílias dos alunos não participam da vida escolar e portanto são coadjuvantes no insucesso da escolarização dos filhos? Mas quem são estas famílias? . Estas são algumas das questões que o tema desta pesquisa pretende diagnosticar.

No caso carioca, o pouco acesso dos pais em relação a fontes de informação, cultura e toda sorte de conhecimento, constituiu um fator de impedimento para participação na vida escolar dos filhos. Os conhecimentos mínimos que os pais deveriam ter, e que a primeira vista têm de preceder o acompanhamento escolar dos filhos, apareceu nas amostras da pesquisa na razão inversa do bom desempenho dos alunos. Houve uma tendência quase que unânime onde pais que não dominavam os conteúdos escolares formais oferecidos no processo de aprendizagem dos filhos tenderam a não participar e não se interessar pela vida escolar dos filhos .

Extrapolando esta relação de subescolarização dos pais destes alunos, deve-se levar em conta que a grande maioria destes pais declarou não participar mais da vida escolar dos filhos por falta de tempo ou porque não tinham a autorização no trabalho para se ausentarem durante as reuniões e eventos que aconteciam nas escolas. Para Daniel Thin (2006), a relação entre famílias populares e escola deve ser entendida como uma dinâmica armadilhada. Na compreensão do autor:

Em qualquer pesquisa, quando construímos um objeto ou uma forma de abordar e tratar uma questão, o fazemos comumente de maneira a ultrapassar os discursos, os pontos de vista ou as abordagens que nos pareçam precários ou insuficientes. No que concerne às relações entre as famílias populares e a escola, ou à relação das famílias populares com a

escolarização, o discurso que mais freqüentemente encontramos nos ambientes educacionais é o discurso normativo, que tende a insistir naquilo que, do ponto de vista da instituição escolar, é percebido como déficit da ação dos pais no que tange à escola, ou seja, como déficits educacionais. Esse discurso é particularmente fértil, uma vez que se dirige às frações mais dominadas e mais carentes das classes populares, aquelas que são mais afetadas pela precariedade da existência.” (THIN, 2006. p-211.)

Este fragmento nos leva a acreditar que o perfil massivamente popular dos alunos das escolas públicas em grande parte do país atualmente, merecem uma atenção diferenciada, que escapa da “normatividade” do ponto de vista escolar, e que tende ser considerado a partir de uma abordagem *relacional* entre a instituição escolar e as particularidades de seu alunado (LOPEZ, 2008), ao invés de simplesmente depositar sobre as famílias o peso das responsabilidades inerentes ao baixo desempenho escolar dos alunos.

Hipótese do trabalho : processos intra-escolares podem alimentar consequências extra-escolares ?

Uma relação de aproximação entre a Escola -que representa uma instituição progenitora do modelo político republicano- e as famílias populares, que constituem seu público majoritário no Brasil contemporâneo, não pode se dar senão pela via de uma descrição e conhecimento do mundo de origem de seu alunado. Mesmo nas escolas onde encontramos algumas fichas cadastrais com alguns poucos dados dos estudantes e suas relações familiares, os gestores escolares demonstravam resistência e pouca habilidade em usar tecnologias necessárias para montar informações que lhes pudesse auxiliar tanto na gestão escolar quanto na intervenção pedagógica no processo de ensino aprendizagem dos alunos. Se levarmos em conta que um dos preceitos básicos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 é que a instituição escolar mantenha

uma relação de diálogo e participação para e com a comunidade e as famílias dos alunos, podemos inferir que quanto à gestão, a escola atual tem fracassado na sua missão, já que não seria possível manter o diálogo e a participação sem antes conhecer o perfil das famílias dos alunos.

Este desdobramento extra-escolar que a ausência ou precariedade da produção e uso de informações pela gestão escolar assume, sobretudo quando nos referimos às escolas públicas que atendem alunos das classes populares, lançou luz sobre a questão central deste tema de pesquisa. A hipótese portanto, é que o perfil familiar dos alunos atendidos pelas instituições escolares públicas é atualmente massivamente popular e requer uma análise mais apurada em contextos sociais para além das regiões metropolitanas. É sabido que o grande ingresso de alunos destas camadas populares nas instituições públicas de educação a partir da segunda metade do século XX não foi acompanhado de investimentos e recursos necessários na busca da qualidade do ensino. Um dos (imensos) problemas enfrentados atualmente nas escolas públicas do país tem sido o reduzido corpo de funcionários que estas instituições agregam. Como consequência, os profissionais de diversas áreas dentro destas instituições se veem num cotidiano sobrecarregado de tarefas e funções que escapam à qualidade dos serviços prestados, se comprometendo mais com o imediatismo das situações corriqueiras. Por essa via, um dos pontos a serem “atacados” neste novo foco da pesquisa é a investigação acerca da possibilidade de os processos de fragilidade da gestão da informação se estenderem para além dos limites físicos da escola, afetando por exemplo a pouca aproximação dos pais na vida escolar dos filhos.

Além disso, os resultados do trabalho com as escolas cariocas engendrou uma inquietação acerca da possibilidade de existência do “efeito metrópole” sobre as pequenas cidades. É possível que haja também nas três escolas mineiras processos de discriminação, preconceito e ideias preconcebidas sobre o baixo desempenho dos alunos e a pouca participação dos pais nos processos de escolarização dos filhos? Estas perguntas servem de fio condutor para as investigações que pretendem compor esta pesquisa.

Referências Bibliográficas:

-ALVES, Maria Teresa G. ; SOARES, José Francisco. **AS PESQUISAS SOBRE O EFEITO DAS ESCOLAS: contribuições metodológicas para a Sociologia da Educação.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 2, p. 435-473, maio/ago.2007

-ALVES, Fátima; FRANCO, Creso; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Segregação residencial e desigualdade escolar no Rio de Janeiro.* In: RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz; KATZMAN, Ruben (Orgs.). A Cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. *As desigualdades diante da educação e seus efeitos sociais.* CADERNO CRH, Salvador, v. 20, n. 49, p. 9-13, Jan./Abr. 2007.

-BURGOS, Marcelo Baumann; ALMEIDA, Ana Carolina Canegal de; DUTTON, Rafael; ROSSI, Laura & SILVA, Cássio. **O Cotidiano de Quatro Diretoras de Escolas Públicas: uma abordagem etnográfica.** Relatório Final. CAEd/UFJF, *Mimeo*, 2010.

_____BURGOS, Marcelo Baumann. *Escola e projetos sociais: uma análise do “efeito-favela”.* In. **A Escola e a Favela.** Burgos, M. Paiva, A. (org). Rio de Janeiro: Editora Pallas/PUC-Rio, 2009.

_____BURGOS, Marcelo Baumann. *Cidade, Territórios e Cidadania.* pp.189 a 222. DADOS- Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.48, No 1, 2005.

BOURDIEU, Pierre ; PASSERON, Jean Claude .(Orgs) *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.* Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves Editora S/A. 1975.

_____BOURDIEU, Pierre. *Efeitos do Lugar.* In Pierre Bourdieu (org.) **A Miséria do Mundo.** Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

DURKHEIM, Emile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

-KAZTMAN, Ruben; RETAMOSO, Alejandro. **Transformaciones recientes em las características de los barrios pobres de Montevideo: posibles implicaciones sobre las oportunidades de empleo de sus residentes**. In.: (Org) SARAVÌ, Gonzalo. *De la Pobreza a la exclusión: continuidades y rupturas de la cuestión social en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

LÓPEZ, Nestor. **Equidad Educativa y Desigualdad Social, desafíos de la educación em el nuevo cenario latinoamericano**. Buenos Aires: UNESCO, 2008.

MEC/UNESCO. **Escola interação família: subsídios para práticas escolares**. Castro, M.Regattieri, M. Brasília: UNESCO, MEC, 2009, 104p.

PEREGRINO, Monica. **Trajetórias Desiguais: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

-SOARES, José Francisco. FONSECA, Izabel Costa da. ÁLVARES, Raquel Pereira. GUIMARÃES, Raquel Rangel de Meireles. *Exclusão intraescolar nas escolas públicas brasileiras: um estudo com dados da prova Brasil 2005, 2007 e 2009 Educação*. Debates ED .Nº 04 – abril de 2012/ ISSN 2236-2843 / UNESCO

THIN, Daniel. **Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras**. Trad. Anna Machado. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

WEBER, Max. *Burocracia*. In GERTH & WRIGHT MILLS (orgs.). **Ensaio de Sociologia**. Trad. Waltensir Dutra. – 5 ed., [Reimpr.} – Rio de Janeiro: LTC, 2010.

BECKER, Howard. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2008

UNIDADE PARANÁ SEGURO: uma abordagem inicial.

RESUMO: Este artigo propõe analisar as modificações iniciais que a Primeira Unidade Paraná Seguro (UPS Uberaba) trouxe para o atual processo de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial de Curitiba, em particular, observando as mudanças na comunidade do Uberaba. Na realização deste estudo é adotada a pesquisa através de coleta de relatos jornalísticos sobre a instalação da UPS Uberaba, documentos da Seção de Planejamento da Polícia Militar do Paraná, bem como de dados estatísticos fornecidos ao autor pela Secretaria de Segurança Pública, para realizar um estudo de caso preliminar. Trata-se de investigação exploratória e de pesquisa-meio, que visa também proporcionar fundamentos para novos questionamentos.

Palavras-chave: Política pública de segurança. Polícia. Controle do crime.

INTRODUÇÃO

As Unidades Paraná Seguro (UPS) refletem uma nova política de segurança pública implantada pelo governo estadual paranaense e objetiva tornar regiões com altos índices de criminalidade em espaços sustentáveis de segurança, nos quais, num planejamento de longo prazo, não haja necessidade de “intervenções agudas” da polícia¹.

Para analisar esse objeto de estudo é adotada a pesquisa através de coleta de relatos jornalísticos sobre a instalação da UPS Uberaba. Conforme preconizam diversos dos “elitistas democráticos” (BEALEY, 1996, p. 326) a mídia é o veículo através do qual grande parte das informações sobre sociedade, na economia e política é difundida. Ela apresenta uma massa de

¹ É o que se verifica expresso nas linhas gerais da Ordem de Operações n° 005/2012 da Seção de Planejamento da Polícia Militar do Paraná consultada pelo autor. O que se deve buscar é um nível de segurança no qual não seja necessária a execução de operações repressivas cotidianas, sendo suficiente o emprego de policiamento comunitário para a preservação da ordem pública, integrando a comunidade nos assuntos pertinentes ao bem estar social local de forma sustentável.

críticas sobre aspectos de diversas áreas da ação humana. Ela não é, portanto sempre popular com os governos, embora possam funcionar como um veículo de informação ao público. Seus recursos são os de conhecimento e poder de persuasão, o que pode dar-lhes um poder político considerável.

UPS: A busca de um projeto de segurança sustentável

Parece evidente que as grandes cidades brasileiras passam por um processo de fragmentação social e espacial, com a classe média “protegida” nos condomínios fechados, os espaços públicos cada vez mais apáticos e esquecidos causando sensação de insegurança aos que os freqüentam (a exemplo do Carnaval de Rua de Curitiba deste ano, realizado no Largo da Ordem) e as favelas dominadas por traficantes que formam verdadeiras fortalezas do tráfico, nas quais os índices de homicídios são alarmantes.

Luiz Flávio GOMES (2012) informa que nenhuma nação matou mais em 2009 que o Brasil em números absolutos, alcançando 51.434 homicídios dolosos (dados do Datasus — Ministério da Saúde). Com esse montante (26,6 pessoas a cada 100 mil habitantes), o Brasil conquistou a posição de 3º país mais homicida da América Latina e o 6º do mundo. Em 1979 tínhamos 9,6 mortes para cada 100 mil habitantes. Em 2009 pulamos para 26,6.

A Carta Magna expressa em seu artigo 144: “*A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, (...)*”.

Conforme o preceito constitucional (artigo 144, § 5º), a preservação da ordem pública e o policiamento ostensivo são competências atribuídas às polícias militares estaduais. Segundo Álvaro LAZZARINI (1998, p. 10), considera-se ordem pública, objeto da segurança pública, a situação de convivência pacífica e harmoniosa da população, fundada em princípios de natureza ética dotados de eficácia.

A ordem pública se exterioriza quando as instituições policiais, principalmente através de ações ostensivas e predominantemente preventivas, garantem os direitos dos cidadãos à vida harmônica e pacífica em sociedade.

O discurso principal dos governantes é sempre implementar políticas públicas no sentido de diminuir esses efeitos perversos, mas ao mesmo tempo em que é recebido com grande otimismo por parte da população e da imprensa, vem sofrendo críticas pontuais de moradores e pesquisadores.

A implantação da primeira Unidade Paraná Seguro no Bairro Uberaba (fls. 16) de Curitiba pelo Governo Beto Richa (01 de março de 2012) reflete o sucesso midiático das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Estado do Rio de Janeiro. Conforme preleciona Luiz Antonio Machado da SILVA (2012), os meios de comunicação referem-se às melhorias no controle do crime e ao que seria uma aprovação maciça da população, moradora ou não das localidades onde as UPPs estão instaladas.

BAUMAN (2005, p. 68) reflete que para pessoas inseguras, desorientadas, confusas e assustadas pela instabilidade e transitoriedade do mundo que habitam, a “comunidade” parece uma alternativa tentadora. É um sonho agradável, uma visão do paraíso: de tranqüilidade, segurança física e paz espiritual.

Porém faz uma indagação retórica que nos faz refletir acerca de certas políticas públicas atuais:

Você quer segurança? Abra mão de sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela. Você quer poder confiar? Não confie em ninguém de fora da comunidade. Você quer entendimento mútuo? Não fale com estranhos, nem fale línguas estrangeiras. Você quer essa sensação aconchegante do lar? Ponha alarmes em sua porta e câmeras de TV no acesso. Você quer proteção? Não acolha estranhos e abstenha-se de agir de modo esquisito ou de ter pensamentos bizarros. Você quer aconchego? Não chegue perto da janela e jamais a abra. O nó da questão é que se você seguir esse conselho e mantiver as janelas fechadas, o ambiente logo ficará abafado e, no limite, opressivo. (BAUMAN, 2003, p. 10)

As UPPs e UPS parecem rememorar a campanha de policiamento conhecida por "Tolerância Zero", que no início da década de 1990, conforme infere Loïc WACQUANT (2012), foi introduzida pelo prefeito republicano da cidade de Nova York, Rudolph Giuliani, voltada para o combate das desordens de rua e dos pequenos infratores, admirada e imitada por outras cidades nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.

Conforme preleciona Jean Carlos Gomes CAMARGO (2012), sob esse suposto aumento de segurança, essa política pública de saturação do aparelho repressor na verdade atualiza ideias higienistas e reafirma preconceitos.

De acordo com o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, a “missão” das UPPs é a de “recuperar territórios empobrecidos dominados há décadas por traficantes e pelas milícias armadas” e “levar paz às comunidade” (CUNHA e MELLO, 2011, p. 373).

A valorização imobiliária e a facilitação de acesso aos serviços públicos e/ou privados nas áreas de implantação das UPPs parece ser uma realidade, ficando patente inclusive em decisões exaradas pelo Poder Judiciário do Rio de Janeiro e reforçando as discussões sociais²:

*1. Agravo de Instrumento. 2. Decisão que indeferiu nova avaliação do imóvel penhorado. 3. O valor encontrado no laudo deve ser atualizado de maneira a aproximar a avaliação do valor de mercado do bem e evitar que o imóvel seja alienado a preço vil, nos termos do artigo 683, II do C.P.C. 4. Observância aos princípios da boa-fé processual e da menor onerosidade para o devedor. 5. **Imóvel localizado em área próxima à instalação de Unidade de Polícia Pacificadora, que notadamente contribuiu para a valorização dos imóveis da região.** 6. Recurso manifestamente procedente, ao qual se dá provimento, na forma do Art.557, § 1º - A, do C.P.C. (0005369-53.2012.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO; DES. MARIO DOS SANTOS PAULO - Julgamento: 20/03/2012 - QUARTA CAMARA CIVEL) **grifos nossos***

*AGRAVO INTERNO Ação indenizatória c/c obrigação de fazer. Serviço de telefonia. Escusa da concessionária em reparar o ramal telefônico, ao argumento de que "o endereço designado localiza-se em área de constante confronto urbano, integrante do Complexo do Alemão". Ausência de prova, a demonstrar a persistência de situação fática que impossibilite a reparação técnica da linha telefônica. É notório o esforço empreendido pelas Forças Armadas e as polícias deste Estado em ocupar o conjunto daquelas comunidades, inclusive com a previsão de instalação de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), bem como a presença de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No mesmo sentido devem caminhar os serviços públicos essenciais prestados pelas concessionárias. A recusa em restabelecer o serviço de telefonia ofende direitos da personalidade, configurando dano moral indenizável. Aplicação da parte final do verbete 75, da Súmula do TJRJ. Recurso a que se nega provimento. (0009410-20.2009.8.19.0210 – APELACAO; DES. JESSE TORRES - Julgamento: 14/03/2012 - SEGUNDA CAMARA CIVEL) **grifos nossos***

² Ementas acessadas no site do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: <http://www.tjrj.jus.br/scripts/weblink.mgw>. Acesso em: 20 ago. 2012.

*Agravo Interno. Decisão Monocrática ementada como a seguir: Agravo de Instrumento. Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenizatória em Fase de Execução. Decisão que negou a conversão da obrigação de fazer, consistente no reparo da linha telefônica da parte autora, em perdas e danos. Alegação de impossibilidade por estar a residência localizada em área de risco. É fato público que a área de instalação da linha (complexo do alemão) está pacificada desde novembro de 2010, contando, inclusive, com uma **unidade de polícia pacificadora, o que possibilita o acesso da agravante àquela comunidade para prestação de serviços. impossibilidade de cumprimento da obrigação não demonstrada.** Negado seguimento ao recurso, na forma do art. 557, caput, do CPC. Parcial provimento do recurso. (0059220-41.2011.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO; DES. HELENA CANDIDA LISBOA GAEDE - Julgamento: 31/01/2012 - DECIMA OITAVA CAMARA CIVEL) **grifos nossos***

Para a economia, inclusive, a quantificação dos custos do crime surge como uma das formas utilizadas de se verificar como a criminalidade compromete o desenvolvimento econômico de uma dada sociedade. No âmbito microeconômico, a violência, entre outros efeitos, impede que os governos invistam em educação e saúde, setores carentes em recursos e que deveriam ser prioritários, para que seja reforçada a segurança (BUVINIC, MORRISON e SHIFTER, 1999, p. 8).

Esta investigação buscará analisar a implantação inicial das UPS no Paraná, buscando evidenciar os eventuais conflitos gerados. Em data de 05 de janeiro 2012, através da imprensa oficial, o governador do Estado do Paraná anunciou a implantação, ainda no primeiro semestre de 2012, de unidades policiais de interação denominadas “Unidades Paraná Seguro” (UPS) em áreas do Estado que apresentem altos índices de criminalidade.

É realmente necessária a ocupação e saturação pelos órgãos policiais de uma determinada região, aumentando-se o policiamento (o vigiar), para depois de alcançada certa estabilidade (social) deixar o cidadão tomar parte do processo decisório?

Estabelece-se um quase “estado de exceção³” para depois tender a um liberalismo? Parece uma questão a ser investigada e combatida. O que deve ser buscado pela agenda estatal e construído pela sociedade é, conforme preleciona Juarez FREITAS (2011, p. 41), o direito

³ Aproxima-se da compreensão de Giorgio Agambem (2010, p. 35): “La hipótesis aquí es que, desde el momento en que el régimen democrático, con su complejo equilibrio de poderes, es concebido para funcionar en circunstancias normales, ‘en tiempos de crisis, el gobierno constitucional debe ser alterado en la medida en que sea necesario para neutralizar el peligro y restaurar la situación normal. Esta alteración implica inevitablemente um gobierno más fuerte: es decir, el gobierno tendrá más poder y los ciudadanos menos derechos’ (Rossiter, 1948, p.5).”

fundamental à sustentabilidade multidimensional, incluso nesse conceito o direito à segurança pública de qualidade.

Para o referido autor (Idem, p. 56) o princípio da sustentabilidade é princípio constitucional implícito e deve regular o poder estatal de forma cogente:

...trata-se do princípio constitucional que determina, independentemente de regulamentação legal, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo produtivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar físico, psíquico e espiritual, em consonância homeostática com o bem de todos.

A dimensão social da sustentabilidade se expressa através dos direitos fundamentais sociais, com os correspondentes programas relacionados à saúde, à educação, e à segurança (serviços públicos por excelência), que precisam obrigatoriamente ser universalizados com eficiência e eficácia, sob pena de o modelo de gestão ser autofágico, ou seja, insustentável.

A sustentabilidade contempla, ainda, capacidade inclusiva insuprimível e forte preocupação com os menos favorecidos, mesmo que isso represente uma guinada no pensamento econômico.

UPS Uberaba: primeiras reflexões

A Ordem de Operações nº 005/2012 da Seção de Planejamento da PMPR⁴ estabeleceu os procedimentos relativos às ações administrativas e operacionais preliminares para a implantação e atuação da 1ª Unidade Paraná Seguro (UPS), “projeto piloto” que frisa como principal característica a atuação através do policiamento comunitário e que visa o restabelecimento da segurança e da tranquilidade pública em áreas com elevados índices de criminalidade e de vulnerabilidade social.

⁴ Consulta realizada pelo autor aos documentos disponíveis na Seção de Planejamento da Polícia Militar do Paraná.

Roberson Luiz BONDARUK (2012), comandante da força policial militar paranaense desde o ano de 2011, infere que para a Polícia Comunitária o fundamental é o exercício da cidadania ampla pelos integrantes da sociedade.

O cidadão, consciente de seus direitos e obrigações dentro da comunidade, buscará por si mesmo a realização destes, cobrando dos órgãos públicos ou da própria comunidade em que vive, a tomada das medidas necessárias para tanto ou se empenhando pessoalmente para isso, bem como participando ativamente deste processo. Isto fará com que muitos problemas locais se resolvam sem a necessidade de intervenção da polícia.

Alguns fatos e circunstâncias, porém, marcam o início da instalação da UPS Uberaba, conforme relato da mídia local e chamam a atenção para a discussão científica: 1) dez dias depois de ser ocupada pela polícia a região registrou seu primeiro homicídio (SIMAS, 2012); 2) passados dez dias da intervenção policial no bairro mais de 90% dos curitibanos (dados do Instituto Paraná Pesquisas – fls. 17) se mostram satisfeitos com a operação deflagrada em um dos bairros mais violentos da cidade; apesar disso, a maior parte da população ainda desconhece o programa que é apresentado como um dos carros-chefes do governo do estado para a melhoria da segurança pública (GONÇALVES, 2012); 3) seis dias depois da ocupação no Uberaba, algumas situações de abuso de poder têm incomodado comerciantes e moradores. Segundo a comunidade, em vez de cumprirem o papel para o qual foram designados, que é conter o tráfico e os homicídios, os policiais têm agido de forma truculenta na abordagem, assustando a todos (FAVRETO, 2012); 4) na data de implantação foi denunciado à Ordem dos Advogados do Brasil um caso de tortura policial no bairro (LEITOLES, 2012).

Para o sociólogo Lindomar Wessler Boneti (*apud* SIMAS, 2012), professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), a ocorrência de um homicídio na fase de implantação da UPS no Uberaba não significa um fracasso do projeto. “O processo de ocupação é lento e demora tempo para a comunidade se acostumar com o policiamento e se aliar a ele. Sem contar que um trabalho de combate ao crime não se concretiza a curto prazo. São necessárias muitas ações sociais para que a criminalidade efetivamente diminua no local”.

Porém, a prática de tortura evidenciada na fase inicial da instalação da primeira UPS põe em cheque a consonância democrática da instituição policial:

La violencia estructural, donde las fuerzas policiales y grupos paramilitares se transforman en agentes de violencia perpetrada a ciertos grupos, especialmente a niños de la calle, menoscaba la democracia y genera más violencia. Además, las instituciones democráticas enfrentan nuevas demandas y desafíos creados por la inseguridad colectiva que no sólo afecta el desarrollo económico, sino que también deja serias dudas respecto a su habilidad para tratar efectivamente el crimen. (BUVINIC, MORRISON e SHIFTER, 1999, p. 14)

Assevera Don L. Kooker (*apud* VALLA, 2003, p. 120): “O fato de um serviço ser respeitado ou condenado depende do que o público pensa dos indivíduos que executam tal serviço e, muito frequentemente, a reação ante qualquer descortesia de um policial torna-se o critério sob o qual todo o departamento é julgado.

O progresso do serviço público só é possível quando se torna aparente a força interna da organização; cada membro deve conduzir sua vida funcional e privada de forma a inspirar confiança ao público.

A UPS do Uberaba deverá contar com efetivo de 62 policiais, que estarão sob o comando da Tenente Caroline Costa, com supervisão da Tenente-Coronel Karin Krasinski, Comandante do 20º Batalhão da PMPR (KASPCHAK, 2012). Até a construção de uma sede definitiva, a operação da UPS será no módulo móvel, constituído de cinco viaturas, duas motos e bicicletas. O Coronel Cesar Alberto Souza, Subcomandante-Geral da PMPR, (*apud* KASPCHAK, 2012) divulgou a linha de ação: "O atendimento é 24 horas. Os policiais tiveram treinamento em policiamento comunitário, que dá ênfase à resolução pacífica dos conflitos, e também noções de direitos humanos. O importante é que esta ação integre os serviços públicos e sociais do Estado, Prefeitura e Governo Federal".

Como já explanado, o projeto visa inicialmente a contenção dos índices de violência e criminalidade, a prisão de marginais foragidos da justiça ou em flagrante delito (cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão) a retirada de circulação de armas de fogo ilegais ou irregulares, e que tem como destino o aporte para a realização de ações criminosas, colocando em risco a sociedade paranaense, e o combate ao tráfico de substâncias entorpecentes, autuações nos veículos em situação contrária à legislação de trânsito vigente.

A Ordem de Operações da PMPR esclarece, resumidamente, que a Unidade tem como objetivos mediatos:

1) Transmitir à comunidade maior segurança e tranqüilidade, através de ações voltadas à preservação da ordem pública, por meio de forças-tarefa, constituídas pelas unidades policiais integradas com outros órgãos estaduais e municipais, promovendo ações policiais preventivas e repressiva na UPS;

2) Fortalecer a malha protetiva da comunidade, diminuindo a pressão da manifestação do crime contra o convívio social, envidando esforços no sentido de bem cumprir o princípio constitucional da eficiência;

3) Diminuir a incidência de crimes violentos contra a pessoa (homicídios, latrocínios e lesões corporais), e reprimir as contravenções e crimes, com especial atenção a apreensão de armas, substâncias entorpecentes, máquinas caça-níquel (jogos de azar) e o cumprimento de mandados de prisão expedidos pela justiça, de forma a proporcionar uma redução dos índices de criminalidade e violência;

4) Diminuir a incidência de crimes contra o patrimônio (furtos e roubos), tanto às pessoas (transeuntes) quanto em residências e casas comerciais (farmácias, lotéricas, pequenos e grandes mercados, postos de combustível, lojas de conveniência, caixas eletrônicos);

5) Otimizar o policiamento e os efetivos empregados, concentrando esforço pela “ação de presença real”, particularmente nos locais onde a degradação social é mais intensa (favelas, áreas de invasão, áreas de loteamento irregulares);

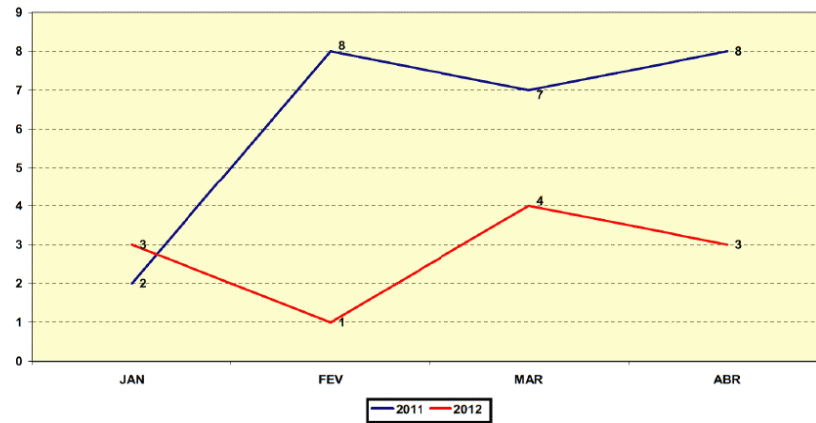
6) Em relação ao ambiente, identificar comunidades em situação de vulnerabilidade social, usando como parâmetros os índices socioeconômicos e criminais, despertando na comunidade a importância de organização preventiva em prol da cultura da paz, reduzindo barreiras corporativistas e burocráticas;

7) Implantar boas práticas que possibilitem a transformação da realidade do ambiente e da comunidade, e criar métodos de garantia da sustentabilidade do trabalho desenvolvido pela UPS, bem como monitorar resultados através da fiscalização do ambiente de atuação.

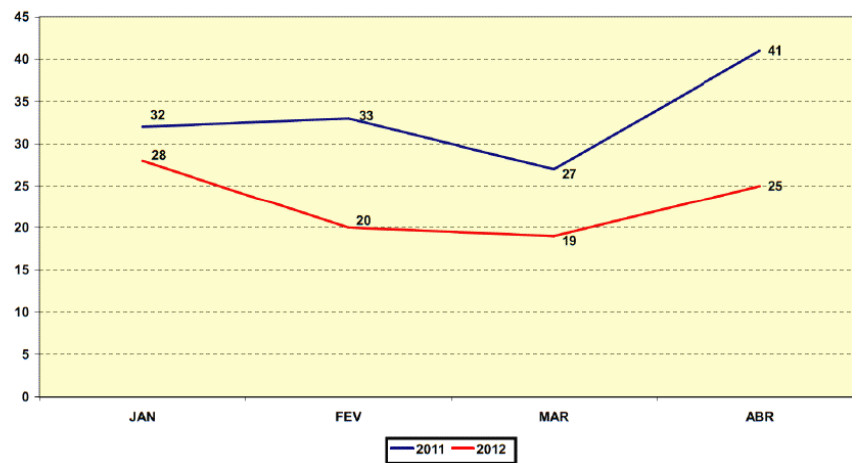
Dados fornecidos pela Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (CAPE) da Secretaria de Estado da Segurança Pública⁵ comparam o primeiro quadrimestre do ano de 2011 com o de 2012, e embora pouco conclusivos, demonstram uma elevação de alguns crimes contra a vida após a implantação da UPS que chama a atenção e devem ser investigados com maior profundidade:

⁵ Dados comparativos solicitados pelo autor à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná via protocolo.

COMPARATIVO DO 1º QUADRIMESTRE DE 2011 COM 2012 REFERENTE A HOMICÍDIOS DOLOSOS DO BAIRRO UBERABA

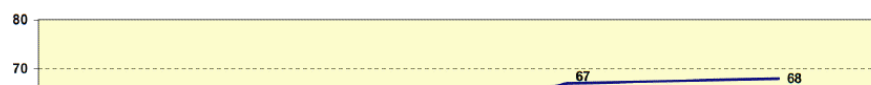


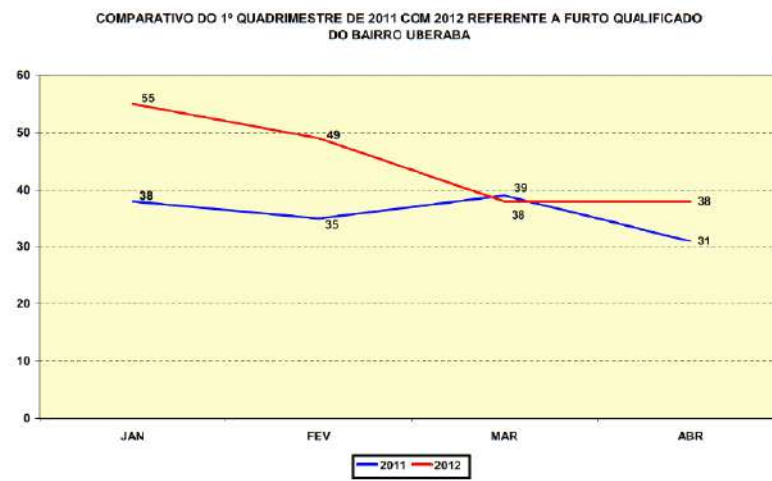
COMPARATIVO DO 1º QUADRIMESTRE DE 2011 COM 2012 REFERENTE A LESÃO CORPORAL DO BAIRRO UBERABA



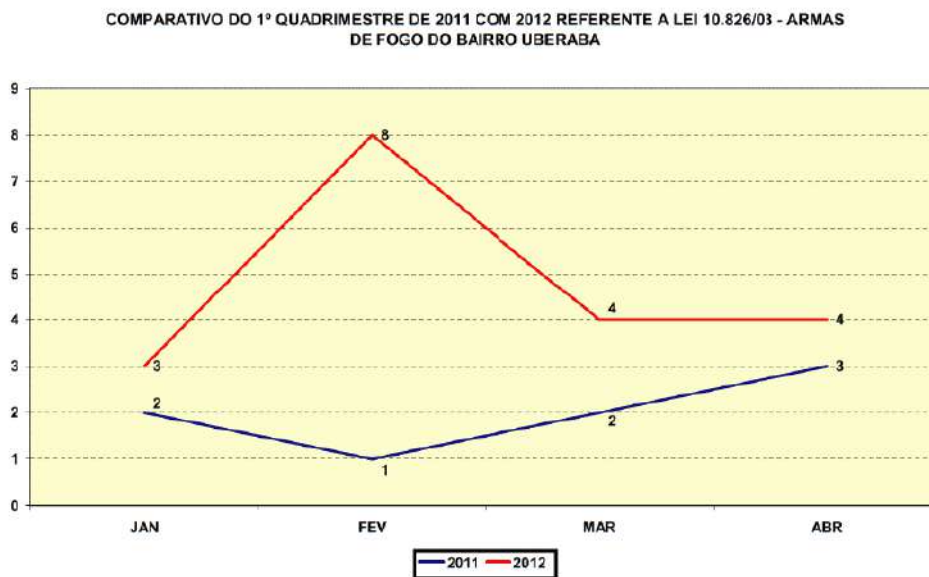
Os crimes contra o patrimônio também não tiveram queda expressiva, revelando inclusive, em alguns meses, a mesma tendência de elevação:

COMPARATIVO DO 1º QUADRIMESTRE DE 2011 COM 2012 REFERENTE A ROUBO DO BAIRRO UBERABA





Outra evidência que a priori se revela é a efetividade do policiamento ostensivo no crime de porte ilegal de armas, carecendo de análise, porém, se esta delinquência não migrou para áreas no entorno da UPS:



O governo estadual, além das medidas na área de segurança, anunciou a adoção de outras medidas sociais na região (BUCHI, 2012): (1) a construção de uma nova escola estadual na Vila Audi/União (Uberaba), para atender 1.200 alunos; (2) a atuação da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social na UPS oferecendo programas de capacitação e fazendo cadastramento de famílias que precisam ser apoiadas por programas de transferência de renda, que fortalecem a sustentabilidade do projeto.

A Prefeitura de Curitiba informou que ampliará as ações, serviços e obras na região. O prefeito Luciano Ducci anunciou (Idem, 2012): "Somente na região das vilas Audi e União, estamos investindo mais de R\$ 50 milhões em obras, mudando o perfil socioeconômico do que antes era um bolsão".

Em Curitiba a meta é instalar mais 10 UPS e todos os 75 bairros terão módulos móveis, que poderão ter entre 18 e 36 policiais (KASPCHAK, op. cit.). As primeiras ações prevêem cadastro do comércio e visita aos moradores do bairro, necessário, portanto, aprofundar esse objeto de análise.

CONCLUSÃO

O trabalho visa apenas fomentar a discussão e trazer alguns relatos midiáticos e dados estatísticos precoces, devido à recente e embrionária política pública de segurança no Estado do Paraná, que certamente se espalhará pelo Estado.

O que espanta é que, sem qualquer análise profunda de efetividade da política pública implementada, o governo estadual já esteja partindo para a instalação de mais Unidades Paraná Seguro pela capital. Em véspera de eleição municipal, na qual o prefeito atual é apoiado pelo governo do Estado, inflama-se a indagação: o fim do projeto é meramente eleitoreiro?

UNIT PARANÁ INSURANCE: initial approach.

ABSTRACT: This article propose to analyze the initial changes that the first Unit Paraná Insurance (UPS Uberaba) brought to the current process of fragmentation of the sociopolitical of Curitiba, in particular, observing the changes in the community of Uberaba. In this search through the collection of newspaper reports about the installation of UPS Uberaba, documents the Planning Section of the Military Police of Paraná, as well as statistics provided by the Department of Public Safety, to conduct a case study precursor. This is exploratory research and research environment, which also provide foundations for new questions.

Keywords: public policy for security, police, crime control.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. *Estado de excepción*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2010.

LAZZARINI, Álvaro. *Direito administrativo da ordem pública*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevistas a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2005.

_____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BONDARUK, Roberson Luiz. *Polícia Comunitária e Cidadania*. Curitiba, [200?]. Disponível em: <http://www.antidelito.net/?arquivo=texto_policia_comunitaria.htm>. Acesso em: 05 abr. 2012.

BUCHI, Maria Eduarda. *Implantação de Unidade do Paraná Seguro é aprovada por 92,2% dos curitibanos*. Agência Estadual de Notícias, Curitiba, 13 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=68058>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

BUVINIC, M.; MORRISON, A.; SHIFTER, M. *Violencia en América Latina y el Caribe: un marco de referencia para la acción*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 1999.

CAMARGO, Jean Carlos Gomes. *Ecolimites ou Sócio-Limites? Da “preservação ambiental” à segregação sócio-espacial*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=147%3Aecolimites-ou-socio-limites%3F&Itemid=165&lang=pt>. Acesso em: 04 abr. 2012.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da Silva. *Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização da favela*. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 4, n. 3, jul/ago/set. 2011.

FAVRETO, Angélica. *Pessoas reclamam de abordagens truculentas*. Gazeta do Povo, Curitiba, 7 mar. 2012. Violência. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1230826>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade: Direito ao Futuro*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

GONÇALVES, Anderson. *Curitibano aprova ação no Uberaba, mas desconhece UPS*. Gazeta do Povo, Curitiba, 13 mar. 2012. Pesquisa. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1232877>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

GOMES, Luiz Flávio. *Mais juízes, mais prisões e mais violência*. Consultor Jurídico: São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2011-dez-08/coluna-lfg-juizes-prisoas-violencia>. Acesso em: 04 de abr. 2012.

KASPCHAK, Carlos. *Uberaba tem zero de criminalidade com UPS*. Metro Curitiba, Curitiba, 9 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.band.com.br/curitiba/conteudo.asp?ID=577780>>. Acesso em: 5 abr. 2012.

LEITÓLES, Fernanda. *UPS: caso de suspeita de tortura no Uberaba é denunciado pela OAB*. Gazeta do Povo, Curitiba, 5 mar. 2012. Curitiba. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1230232>>. Acesso em: 6 mar. 2012.

SILVA, Luiz Antonio Machado da Silva. *Afinal qual é das UPPs?* Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2012.

SIMAS, Anna. *Área de UPS registra primeira morte*. Gazeta do Povo, Curitiba, 12 mar. 2012. Segurança. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1232531>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

VALLA, Wilson Odirley Valla. *Deontologia Policial Militar*. 3. ed. Curitiba: AVM, 2003, v. 2.

WACQUANT, Loïc. *A tempestade global da lei e ordem: sobre punição e neoliberalismo*. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, vol.20, n.41, fev. 2012.

ONDE FICA

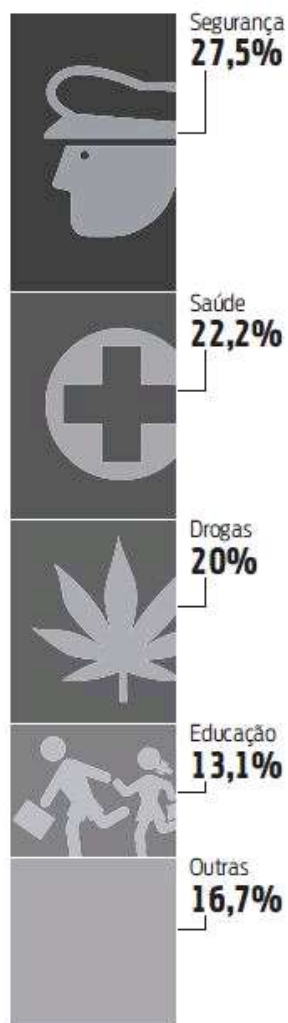
Doze comunidades formam o perímetro ocupado pela polícia no bairro Uberaba, em Curitiba.



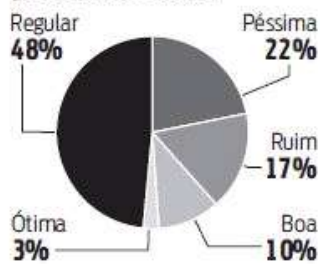
INTERVENÇÃO POLICIAL

A maioria dos curitibanos aprova a operação no bairro Uberaba, mas ainda desconhece o programa Paraná Seguro e o policiamento comunitário. Confira os números da pesquisa:

Qual desses problemas precisa de mais atenção da administração pública?



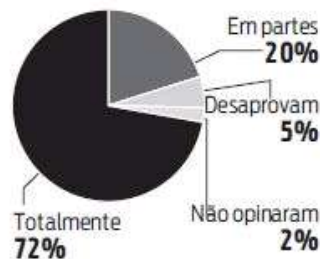
Como você avalia a segurança pública em Curitiba?



Percepção



Você aprova a operação policial que ocorreu no bairro Uberaba?



Conhecimento



Metodologia: Foram entrevistados 410 habitantes de Curitiba entre os dias 7 e 8 de março de 2012. Grau de confiança de 95% e margem de erro de 5%.

Fonte: Paraná Pesquisas

Infografia: Gazeta do Povo

GT 14 - Conflitos territoriais e socioambientais

A AMBIENTALIZAÇÃO DOS DISCURSOS NA CIDADE DE PARATY: ASSIMETRIAS E CONVERGÊNCIAS ENTRE INSTRUMENTOS E DIREITOS

Denise da Silva Vidal

Promotora de Cidadania do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Mestre e doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito
Universidade Federal Fluminense - UFF
denisevidal@globo.com

Deborah Zambrotti Pinaud

Advogada
Mestranda em Ciências Jurídicas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito
Universidade Federal Fluminense – UFF
deborahzambrotti@yahoo.com.br

“O soberano não é mais aquele que exerce seu poder sobre um território a partir de uma localização geográfica da sua soberania política, o soberano é algo que se relaciona com uma natureza, ou antes, com a interferência, a intrincação perpétua de um meio geográfico, climático, físico com a espécie humana, na medida em que ela tem um corpo e uma alma, uma existência física e moral, e o soberano será aquele que deverá exercer seu poder nesse ponto de articulação.”

(Michel Foucault)

Resumo: Este trabalho aborda a temática dos conflitos socioambientais e das políticas públicas no Brasil, a partir de resultados parciais da pesquisa realizada junto à Reserva Ecológica da Juatinga, no município de Paraty, litoral sul do Estado do Rio de Janeiro. Objetiva analisar a ambientalização dos discursos evocados por cada um dos atores envolvidos em um dado conflito ambiental, enfatizando a perspectiva interdisciplinar das ciências sociais e jurídicas. O que se revela são os desafios impostos pela implementação

das unidades de conservação, os efeitos da urbanização turística e a sujeição do turismo ao conceito de sustentabilidade, que podem resultar na precarização das relações de trabalho e fragmentação dos laços de solidariedade para as comunidades tradicionais nela habitam.

Abstract: This paper broach the issue of environmental conflicts and public policy in Brazil, from partial results of research conducted by the Ecological Reserve of Juatinga, in the municipality of Paraty, south coast of the State of Rio de Janeiro. It aims to analyze the greening of discourses evoked by each of the actors involved in a given environmental conflict, emphasizing the interdisciplinary perspective of social sciences and law. What unfolds are the challenges posed by the implementation of conservation units, the effects of tourist urbanization and tourism subjection to the concept of sustainability, which can result in the deterioration of working relationships and fragmentation of solidarity ties to traditional communities inhabit .

Palavras-chave: Unidade de Conservação - Ambientalização dos Discursos - Paraty.

Introdução

O presente trabalho, fruto de estudos sobre a interseção entre a criação de Unidades de Conservação-UC e os moradores tradicionais que nela habitam, enquadra-se dentro do campo temático dos conflitos socioambientais, enfatizando a perspectiva interdisciplinar das ciências sociais e jurídicas. Objetiva analisar a ambientalização¹ dos discursos acionados por cada um dos sujeitos envolvidos em um dado conflito territorial no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, no município de Paraty.

A pesquisa evidenciou diversas apropriações e interpretações acerca do processo histórico iniciado com a abertura da estrada Rio-Santos (BR-101), na década de 1970, e os seus desdobramentos políticos, ambientais, sociais e fundiários, em confronto com a concepção de preservação ambiental.

Em termos metodológicos este ensaio não visa analisar os instrumentos jurídicos de regulação ambiental e territorial da área, já esgotados em teses anteriores, CAVALIERI (2003), ACSERALD (2004), MENDONÇA (2010), ABIRACHED (2011), mas sim mapear a racionalidade dos interesses em disputa, suas simetrias e assimetrias, desde a manifestação de atores e interesses do mercado imobiliário e turístico, quanto pela população tradicional, veranistas, e órgãos ambientais estatais.

Os métodos e instrumentos de pesquisa utilizados foram: entrevistas semi-estruturadas com órgãos governamentais, lideranças caiçaras, empresários de turismo

¹ Termo inaugurado por José Sérgio Lopes Leite in A ambientalização dos conflitos sociais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004 .

atuantes na área e veranistas, revisão de literatura, análise de processos judiciais e documentos, análise da publicidade relacionada ao tema e visitas realizadas em campo com observação participativa.

Entre os resultados observados, constatou-se que o processo de regularização fundiária e a política ambiental construídos, a princípio, pela tecnocracia estatal, podem ser percebidos como nova fonte de conflito e de reconfiguração dos interesses em jogo nas relações econômicas e sociais.

Conforme leciona Diegues (DIEGUES 2004), a política pública de proteção das áreas ecologicamente relevantes gerou, em muitos casos, situações paradoxais: ao mesmo tempo em que sua criação protegeu comunidades tradicionais, inseridas nessas áreas contra a expansão da especulação imobiliária e expropriação de suas terras, fenômeno frequente antes do estabelecimento da base legal das UC's, também os impediu de exercer no interior desses territórios suas atividades econômicas de subsistência, dentre as quais o extrativismo e a pesca, na medida em que a lei ambiental proibiu o manejo da biota e da terra da maneira até então utilizada pelos tradicionais, mas tampouco indicou diretamente a maneira que entendia correta de uso, deixando sua regulamentação a ser definida pelos planos de manejo das UC's, processo longo, demorado e conflituoso.

A questão, como ser observará, se torna um pouco mais complexa, quando novas correntes de pensamento e movimentos sociais permitiram uma revisão da política pública em questão, admitindo-se a convivência entre essas populações e a natureza que se deseja proteger em modelos de atividades sustentáveis.

No caso objeto do presente ensaio o que se revela são os desafios impostos pelos os efeitos da urbanização turística e a sujeição do turismo ao conceito de sustentável, que podem resultar na precarização das relações de trabalho e fragmentação dos laços de solidariedade ante a apropriação da mesma atividade econômica por diferentes segmentos da sociedade.

Um breve contexto histórico da cidade de Paraty

Paraty era uma cidade de difícil acesso. Estrada havia apenas uma, pela Serra do Mar, íngreme e angulosa, sem pavimentação e de difícil manutenção, a Paraty-Cunha, única via terrestre de fluxo comercial, cultural e turístico que conectava a cidade de Paraty com o resto do mundo. O mar também era um caminho: de Mangaratiba embarcava-se em uma “lança de carreira”, ou em barcos de pesca, sujeitando a população às intempéries do tempo e do mar até chegarem à Paraty. Como última opção

de acesso, o navio Loyd Brasileiro, uma vez por mês, fazia a rota Rio-Santos, com paradas nas principais cidades ao longo da costa. Carências estruturais eram, portanto, a regra para os paratienses da época, restando clara a total ausência estatal.

Esse contexto sofre drástica modificação com a construção da estrada Rio-Santos (BR-101) na década de 1970, fato que incrementou o fluxo de pessoas e o desenvolvimento urbano.

“Era aquela luz no fim do túnel, a esperança de Paraty sair do ostracismo a que fora relegada. De fato aquela estrada de Paraty-Cunha, íngreme e tortuosa, e aquele ônibus pequeno e vagaroso, trouxeram para a cidade algum desenvolvimento. Mas não era fácil conservar aquela estrada, muitas vezes encontramos os operários desentupindo valas, retirando terra e pedras das barreiras que caíam na estrada, pois sempre choveu muito aqui. E, depois, soubemos que foi entregue para uso a estrada Rio-Santos, que passa por Paraty, concretizando o sonho maior dos paratienses. Mas estavam construindo junto com a Rio-Santos uma usina atômica, entre Angra e Paraty, na praia de Itaorna. O sonho veio prenhe do pesadelo mais apavorante.”²

Com o aumento do fluxo de pessoas, e informações sobre a área e, diante da enorme beleza cênica do local, o interesse especulativo-imobiliário não demorou a vir. E, junto com ele, os conflitos territoriais.

As modalidades de apropriação da terra vigentes àquela época eram a concessão de sesmarias e a posse. Se o privilégio das sesmarias só era dado às pessoas bem relacionadas com o poder, como fidalgos e protegidos, sobrava a quem não se incluía em tais testamentos a via da posse.

Com a abertura da BR-101, empresários originários principalmente de São Paulo visualizaram, na fragilidade das ocupações, oportunidade de altos ganhos. Foi neste contexto que casos graves de grilagem de terra se desenvolveram, com expulsão dos tradicionais de suas terras com uso de violência e ludibriações, fato que fomentou o aumento da migração dos tradicionais expulsos para bairros precários na área urbana da cidade de Paraty.

A solução inicial encontrada pelo Estado foi a criação de UC's, de uso restrito ou sustentável, com restrições ao manejo feito culturalmente até então, o que inviabilizou o modo de vida tradicional, modificando as atividades econômicas pelo viés da proibição, sendo autorizadas atividades mais voltadas ao ecoturismo.

² Declaração de Irma Martins Cruz Machado, 90 anos, nascida e criada em Paraty.

Desde 1934 o conceito de UC já existe no Brasil, inaugurada pelo antigo Código Florestal⁴. Com o nome de “parque” e baseado no modelo norte-americano de Yellowstone, foi criado no ano de 1937, o Parque Nacional de Itatiaia – o primeiro parque nacional brasileiro.

Desde então, como em boa parte dos países da América Latina, a proteção ambiental no Brasil se baseia em uma política conservacionista, onde o principal objetivo é a preservação de áreas com expressiva diversidade biológica e beleza cênica. Essas áreas, consideradas ilhas demonstrativas de biodiversidade, não permitiam espaço para a permanência do homem, pois tinham como foco a proteção ambiental.

Após a criação do primeiro parque nacional, outras leis e decretos dispuseram sobre o tema, fomentando a discussão acerca de categorias possíveis de preservação dos ecossistemas. Referências legais recentes na composição de interesses em debate são a Lei Federal nº 6.938/81 (que criou a Política Nacional de Meio Ambiente) e a Constituição Federal de 1988, considerados marcos legais relevantes sobre o tema.

Para completar essa construção legislativa, foi promulgada a Lei Federal nº 9.985/00 - que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que consolidou em um único instrumento legal as várias categorias e grupos de UC.

Além disso, o SNUC desenvolveu pela primeira vez o *conceito* de unidade de conservação, para a qual estas são “*espaços territoriais especialmente protegidos, assim considerados devido as suas características naturais relevantes, sendo criadas e protegidas pelo Poder Público*”. Entretanto, apesar do cunho ambiental preponderante, dentre seus objetivos está a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura, bem como as promovendo social e economicamente.

Essa previsão legal inaugurou a discussão social sobre o tema. A proibição da permanência das comunidades tradicionais no interior de algumas categorias de UC's vem motivando conflitos pela discordância de compreensão quanto ao papel dos habitantes que tradicionalmente habitam a região. Não se trata apenas de negar acesso aos espaços ambientalmente protegidos, ou ignorar os direitos humanos neles envolvidos, mas buscar conciliar interesses de sobrevivência e preservação, permeando discussões

⁴ Decreto Federal nº 23.793/1934.

globais acerca da viabilidade da permanência dessas comunidades nos locais que ocupam, e que o governo brasileiro possui interesse em preservar.⁵

Exemplo significativo é a (ainda) Reserva Ecológica de Juatinga – REJ. Localizada na península da Joatinga em Paraty, a REJ abrange cerca de 8.000 hectares dominados pelo mar e pelos contrafortes do Pico do Cairuçu, em área com baixa ação antrópica, constituindo um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do sul do Estado do Rio de Janeiro. Abrange doze núcleos de ocupação de populações tradicionais, que se distribuem em trechos ao longo do litoral, como na Praia do Sono, Ponta Negra, Cairuçu das Pedras, Saco das Enxovas, Martim de Sá, Sumaca, Juatinga, Costão das Araras (Saco Claro e Saco da Bijiquara), Pouso da Cajaíba, Ipanema (Calhaus e Itaoca), Praia Grande da Cajaíba, Cadeia Velha e Saco do Mamanguá. Nelas convivem comunidades e núcleos isolados de caiçaras, veranistas e inúmeros interesses especulativos ligados aos setores, turístico e imobiliário. Mesmo que a criação da REJ tenha buscado conciliar, a princípio, a preservação ambiental e a coexistência das populações existentes dentro da unidade de conservação na época da criação, o dilema da necessidade de preservação e conservação da natureza *versus* o direito à permanência de comunidades caiçaras, bem como o acesso a esses recursos pelas mesmas, persistiu.⁶

Atualmente as populações tradicionais gozam de proteção jurídica de ordem constitucional. Seus artigos 215 e 216 estabeleceram que as populações tradicionais tem o direito aos bens de natureza material e imaterial, como as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, direito que lhes garante o território cultural necessário à vivência e desenvolvimento de conhecimentos, inovações e práticas culturais, bem como de técnicas artesanais que vão desde o manejo de recursos naturais baseado nos ensinamentos trazidos da observação da natureza, até métodos de caça e pesca e conhecimentos sobre sistemas ecológicos e espécies com propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas.

Foi nesse contexto que as diversas comunidades inseridas na REJ se desenvolveram, dentre as quais a comunidade da praia de Martins de Sá. Com peculiaridades significativas por ser formada por uma única família, compondo um sistema familiar (MONGE 2011), os moradores dessa praia estabeleceram um modelo de gestão e resistência no local, que envolve interlocução com o turismo - mas não com o veranista, e a defesa jurídica de seus interesses, onde conseguiram vitória significativa

⁵ MELLO e ZAMBROTTI. A insustentável conciliação de interesses: gestão e resistência na comunidade caiçara da Praia do Sono. I Seminário em Sociologia e Direito, PPGSD/Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

⁶ Fonte: Inea.

contra os proprietários da fazenda onde está inserida a praia onde moram, no sentido do reconhecimento judicial de sua posse ininterrupta por, no mínimo, seis gerações.

Algumas simetrias foram encontradas em outra comunidade inserida na REJ, a comunidade da Praia do Sono.⁷

A criação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais⁸ fortaleceu ainda mais a importância da defesa e manutenção da tradicionalidade, incluindo aqui, além dos caiçaras, os quilombolas e os índios⁹, os pescadores artesanais, as quebradeiras de coco de babaçú, e etc.

“A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento, e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.”

Como a lei do SNUC não recepcionou a reserva ecológica como uma categoria de UC, criou-se a necessidade de recategorizar a REJ para um tipo de UC presente na legislação vigente, fato que criou uma insegurança jurídica na conservação da área, além de uma indeterminação das regras que seriam impostas naquele território, cujos conflitos foram sistematicamente agravados com a falta de entendimento entre os poderes públicos municipal, estadual e federal para a gestão das políticas públicas na região.

O Instituto Estadual do Ambiente-INEA, órgão ambiental gestor da REJ, promoveu amplo estudo que envolveu levantamentos e avaliações sobre a flora, a fauna, a questão fundiária e, por consequência, os conflitos sociais existentes na região, com vistas a viabilizar uma proposta de recategorização que contemple os diversos interesses envolvidos. O processo de recategorização estava, então, em franco desenvolvimento. Porém, por um interesse político do órgão, este foi suspenso em detrimento de estudos sobre outra UC do Estado.

Neste estudo o órgão gestor mapeou os principais pontos de conflitos socioambientais envolvendo as comunidades que fazem parte do Fórum de Comunidades Tradicionais Quilombolas, Indígenas e Caiçaras, das regiões de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP). Para tanto consideraram as informações trazidas pelos próprios atores envolvidos no conflito, por serem estes os maiores impactados

⁷ MELLO e ZAMBROTTI. A insustentável conciliação de interesses: gestão e resistência na comunidade caiçara da Praia do Sono. I Seminário em Sociologia e Direito, PPGSD/Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

⁸ Decreto 6.064, de 07 de fevereiro de 2007.

⁹ As populações indígenas e quilombolas possuem legislação específica de proteção e direitos.

negativamente, realizando visita às comunidades, conversa com lideranças comunitárias e moradores, contatos com gestores públicos e participação nas reuniões do Fórum.

Em praticamente todas as comunidades restou evidenciado o desrespeito aos direitos e modos de vida dos povos e comunidades tradicionais da região, conflitos socioambientais relacionados ao uso, domínio e/ou titularidade dos seus territórios, ligados a sobreposição dos mesmos com áreas protegidas, especulação imobiliária e turismo desordenado. Apesar da complexidade do assunto, das particularidades e especificidades de cada comunidade e situação jurídica dos povos, a partir da compreensão e análise dos conflitos existentes, é possível afirmar que todos eles são resultantes de uma situação fundiária indefinida.¹⁰

Mapeando o conflito e seus diferentes atores

Seja pela razão, seja pela emoção, seja pelos impulsos ou interesses materiais, mesmo pelas necessidades práticas, é na vivacidade dos indivíduos, em seus sentimentos e atrações, na plenitude de seus impulsos e convicções (SIMMEL 2006) que qualquer forma de expressão dos atores envolvidos na construção de uma política pública, isto é, somente nas manifestações autônomas pode se obter uma forma dinâmica de associação para uma solução que atenda aos interesses coletivos, mesmo que esses não sejam universais e gerais no sentido paradigmático introduzido pelo liberalismo.

“Quando os homens se encontram em reuniões econômicas ou irmandades de sangue, em comunidades de culto ou bandos de assaltantes, isso é sempre resultado das necessidades e de interesses específicos. Só que, para além desses conteúdos específicos, todas essas formas de socição são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal.” (SIMMEL 2006)

A assertiva decorre do pressuposto metodológico adotado nesse ensaio que se baseia na concepção de sociedade manifestamente plural, sendo essa diversidade que confere unidade ao gênero humano, e cada sociedade expressa de uma maneira essa pluralidade, permitindo que a ordem seja construída autonomamente, e não pela intervenção heterônoma de qualquer entidade. A ordem e o objetivo comum serão construídos pela interação, e mesmo pelo conflito, o qual pode gerar a produção de ordem através de uma identidade construída a partir da expressão das diversas experiências dos atores sociais. (SIMMEL, 2006).

¹⁰ Caracterização geral de conflitos. Produto 2. Consultoria de Thatiana Duarte do Monte Lima Lourival. www.inea.gov.br

As premissas postas possuem por fim estabelecer que os atores sociais, a despeito de sua condição econômica e social, não são estanques e passíveis de compreensão por uma visão estreita e positivista, em categorias e interesses estagnados e uniformes. Ao contrário, são dinâmicos como a própria sociedade em jogo, e seus interesses são múltiplos, porém legítimos no sistema econômico vigente, e se projetam em todos os segmentos analisados. A diferença é a forma pela qual se apropriam desses discursos e recursos lingüísticos para afirmarem sua preponderância e exercerem poder.

Sobre esses fundamentos é que nos valem do princípio de sociabilidade de SIMMEL, segundo o qual *“cada indivíduo deve garantir ao outro aquele máximo de valores sociáveis (alegria, liberação, vivacidade) compatível com o máximo de valores recebidos por esse indivíduo”*. Deste pressuposto podemos depreender a estrutura democrática da sociabilidade dentro de estratos iguais, observando que a aplicação deste princípio em uma experiência de interação entre desiguais pode implicar em laços de solidariedade social, comprometimento capaz de tornar exitosas as políticas públicas distributivas, pelo aprendizado moral entre desiguais, e também pelo reconhecimento do outro. Em via oposta, reconhecer o outro pode também ser uma forma de anulá-lo e desfazer os laços sociais, uma vez suprimidas suas formas de resistência.

Conforme a tese de Honneth, pelo confronto entre as condições desiguais em que estão posicionados os atores sociais, potencializa-se o elemento ético capaz de impor a consideração do outro nas relações.

No plano simbólico esse pluralismo representa a legitimação do conflito, da diferença e da divisão, tendo-se concomitantemente a emergência da liberdade individual e a afirmação da igual liberdade de todos, sem, porém, olvidar que são nas diferenças que podem estar configuradas as relações de poder e exclusão, que uma vez percebidas no não dito, permite uma crítica transformadora e contra-hegemônica.

Como o poder seria constitutivo das relações sociais e, portanto, inviável sua eliminação, eis que elemento integrante do processo político-social que dá origem às identidades coletivas, são as instituições democráticas incumbidas de limitá-lo, evitando que certas visões particulares de mundo sejam assumidas como a representação da totalidade. (MOUFFE 2003)

Compreender esse paradigma teórico permite formular um mapeamento das simetrias e assimetrias dos interesses e valores dos atores sociais envolvidos nos conflitos sociais e políticos atuais e como, em instâncias democráticas, é possível observar a formulação das concepções de melhor vida, que devem nortear as políticas públicas, sem

impor um padrão único de comportamento e valor a ser protegido. A finalidade é compreender os lados da questão, e a partir desse entendimento, não esgotando certamente as multifacetadas perspectivas, aferir a viabilidade de convivência e sua medida racional.

Não há dúvidas de que ocorre um claro enfrentamento entre todas as esferas de poder que atuam na região, seja com intuits preservacionistas, seja por interesses sociais, políticos e/ou econômicos, em um nítido paralelo com o pensamento foucaultiano onde

“ os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas essas relações, são circularmente o efeito e a causa delas, mesmo que, é claro, entre os diferentes mecanismos de poder que podemos encontrar nas relações de produção, nas relações familiares, nas relações sexuais, seja possível encontrar coordenações laterais, subordinações hierárquicas, isomorfismos, identidades ou analogias técnicas, efeitos encadeados que permitem percorrer de uma maneira ao mesmo tempo lógica, coerente e válida, o conjunto dos mecanismos de poder e apreendê-los no que podem ter de específico num momento dado, durante um período dado, num campo dado.”

A área onde se encontra a comunidade de Martins de Sá, objeto desse artigo, é afetada tanto pela APA de Cairuçu, de administração federal via Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio, como pela Reserva Ecológica da Juatinga, de administração estadual via INEA. Os estudos para a recategorização podem tornar a área Parque Estadual. Como esta categoria, por sua vez, não autoriza moradores em seu interior, nos locais onde as comunidades tradicionais se encontram, há também perspectiva de adotar o modelo de Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS, que melhor atende aos interesses de uso e manejo da área pelos tradicionais ou por outras atividades econômicas de baixo impacto, como o turismo ¹¹.

Assim, com a criação da RDS, o reconhecimento do direito à terra do caiçara ficará atrelado à propriedade coletiva, manutenção da vida tradicional, inalienabilidade do direito real de uso e os restringindo às atividades econômicas classificadas como sustentáveis, como o ecoturismo, fato que os coloca em uma situação na qual devem preservar o ambiente com restrição de suas atividades tradicionais, tais quais a pesca com cerco flutuante, produção de farinha de mandioca, criação de galinhas e patos, agricultura de subsistência e artesanato.

Assim, Monge *et alli* descrevem que os moradores da REJ enfrentam o desafio de permanecerem em suas terras por meio da recategorização, uma vez que a atual Reserva pode vir a se transformar em uma UC de Uso Sustentável, cujo objetivo é compatibilizar

¹¹ Lei 9.985/2000, artigo 20.

a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, ou em uma UC de Proteção Integral, cujo objetivo principal é o de preservar a natureza, proibindo o uso direto dos recursos naturais, o que comprometeria a manutenção da cultura caiçara (MONGE, *et alli*, 2011).

Apesar da multiplicidade de perspectivas do conceito de território, HAESBAERT (2002) identifica um elemento presente nas diversas concepções: a estreita proximidade com as idéias de controle, domínio, e apropriação (políticos e/ou simbólicos) do espaço. Este mesmo autor continua sua análise, agora em um estudo de 2004:

“Entre as posições materialistas, temos, num extremo, as posições “naturalistas”, que reduzem a territorialidade ao seu caráter biológico, a ponto de a própria territorialidade humana ser moldada por um comportamento instintivo ou geneticamente determinado. Num outro extremo, encontramos, totalmente imersos numa perspectiva social, aqueles que, como muitos marxistas, consideram a base material, em especial as “relações de produção”, como o fundamento para compreender a organização do território. Num ponto intermediário, teríamos, por exemplo, a leitura do território como fonte de recursos.”

Entre os conflitos mapeados tem-se que a gestão da UC, originariamente com forte cunho conservacionista, se opõe às comunidades tradicionais, à medida que há dificuldade de acesso e diálogo por parte desses grupos residentes com os órgãos ambientais. A burocracia e demora na expedição das autorizações solicitadas para regularização do uso da terra, e o tratamento diferenciado daqueles que detêm registros imobiliários de propriedade e os caiçaras com a posse de território definido por marcos simbólicos, também é fator de acirramento do conflito fundiário. Conforme Monge *et alli*, o grupo que vive na região há mais de seis gerações sem nunca ter possuído um documento de posse, terra ou propriedade, tem seus lugares marcados pelo uso e seus limites são referenciados por elementos da paisagem. (MONGE, *et alli*, 2011).

Relata-se que os conflitos fundiários em Martins de Sá, vivenciados por este sistema familiar, são considerados um dos mais graves da região. Entre os fatores que indicam essa conflituosidade se destacam, além da inserção da área, desde 1992, dentro dos limites de uma UC, de natureza *non aedificandi*, o fato de que, no ano 1998, o “*Seu Maneco*”, Manoel dos Remédios, liderança mais conhecida da região, se tornou protagonista, na qualidade de réu, de uma ação judicial possessória, por parte de particular que se afirma proprietário da área, com o objetivo de expulsar toda sua família do lugar (MONGE, *et alli*, 2011).

Há notícias de emprego de violência física declarada contra algumas comunidades com ameaças, conflito armado, destruição e incêndios de casas e ranchos de pescas.

Acrescenta-se a privatização de espaço público com uso privado de praias, rios e igarapés, por terceiros, e imposição de acesso proibido e restrito, com a apresentação de projeto de licenciamento junto ao órgão ambiental, para uso de áreas por não tradicionais.

Segundo Monge, ainda existe junto ao ICMBio uma solicitação de licenciamento para um grande empreendimento avaliado em 25 milhões de reais, veiculado na internet com o nome de “Costa dos Golfinhos”, descrita como “Complexo hoteleiro e condomínios residenciais de altíssimo padrão”, onde se colocou a venda todo este litoral sul da REJ (LOURIVAL *apud* MONGE, *et alli*, 2011).

Cavaliere narra que a possibilidade da recategorização da Reserva permitirá que o conflito fundiário seja em parte minimizado, já que a terra se tornará de domínio público, o que conterà a judicialização de pretensões possessórias, que transformam a comunidade em ré e, posteriormente, em moradores das zonas mais pobres da cidade.

Segundo a autora, a concessão real de uso emitida conforme a lei pode assegurar a terra como valor de uso. Porém, a mesma, mesmo sob o risco de indisposição com a comunidade, revela em seus estudos o senso de injustiça das famílias diante deste recurso de proteção, haja vista que se a terra é vista como “*o meu lugar*”, significando trabalho, sonho e meio de reprodução social, e deveria também poder ser vendida quando necessário. (CAVALIERI, 2003).

Torna-se interessante a citação colhida em campo pela autora supracitada, no seguinte sentido:

“Os avós tinham a liberdade de vender e negociar com essa terra, inclusive trocando-a por outra para casamentos ou cedendo parte da posse para outros parentes. Os dois valores coexistem na cultura camponesa. (...) Em algumas reuniões quando procurávamos entender o significado de cada categoria uma moradora me questionou: Você pode vender sua casa em São Paulo e mudar para onde quiser. Por que nós não podemos? Posso sair daqui mas não posso vender? Para onde vou sem dinheiro?” (CAVALIERI 2003).

Com efeito, a situação jurídica atual da comunidade caiçara em relação aos parâmetros restritivos da legislação ambiental vigente, proíbe a construção de novas moradias e edificações, e qualquer manutenção ou reforma nas mesmas sem autorização do órgão ambiental licenciador. E o manejo de fauna e flora também fica condicionado ao licenciamento.

Qualquer política pública fica restrita na região pela dificuldade de acesso geográfico e como forma de conter a expansão de povoamento, obrigando os caiçaras a transitoriamente se mudarem das comunidades para terem acesso a educação básica, e saúde pública. Muitas dessas comunidades não ainda possuem acesso ao sistema de fornecimento de energia elétrica e saneamento básico, ou infra-estrutura básica

(transporte, pavimentação). Um morador local comentou com a pesquisadora que via o Estado como um polvo: *um braço nos salva, outro nos afoga*. (CAVALIERI, 2003).

O turismo, como atividade sustentável, se revelou como alternativa econômica para sobrevivência dos caiçaras, mas é também elemento de litígio.

A princípio a beleza cênica e a possibilidade de refúgio urbano na vida selvagem como atrativos locais, fomentaram o turismo, mas de forma desordenada. Enquanto os caiçaras se tornavam, para os órgãos ambientais, atores que desestabilizariam o ecossistema, a despeito do baixo impacto de suas atividades, o grande fluxo de turistas, sem qualquer controle e orientação do órgão ambiental, gerou a desordem e o acesso a uma nova perspectiva de lucros na localidade.

Cavaliere, mais uma vez, cita o desabafo de Seu Maneco, de Martins de Sá, que angustiado revelou: “*Os Pachecos não conseguiram me tirar daqui mas os turistas vão conseguir.*” E descreve:

“O seu lugar foi descoberto por hordas de turistas. Num primeiro momento Seu Maneco e família se animaram: os turistas traziam alegria, reconheciam e respeitavam o lugar. Porém, quando chegaram mais de 400 barracas sem controle de nenhum órgão, a única família penava para atender a todos. O lixo se acumulava. Seu Maneco construiu banheiros, providenciou lenha, cercou a casa e convocou as filhas para cozinhar. O IEF não conseguiu controlar o fluxo de turistas mas autuou o morador pelo banheiro, por vender lenha e por permitir o camping na praia e restinga.” (CAVALIERI 2003)

Os interesses, mesmo quando inseridos dentro de um mesmo segmento social, são contrapostos, e os conflitos se intensificam. Em outras áreas da REJ parte dessas comunidades venderam suas casas para reformas e veraneio, e em contrapartida servem como caseiros e empregados nas mesmas, mantendo vínculos de dependência com os veranistas, fato este mais presente na comunidade do Saco do Mamangá.

A via forçada pelo Estado, aqui entendido no dizer de Nicos Poulantzas (POULANTZAS 1985) como organismos e leis, uma arena onde classes e frações de classe se defrontam, criando campo para as incoerências e ambiguidades, apresenta-se enquanto arena de litígios para os segmentos sociais envolvidos nas negociações ou nas políticas de proteção não necessariamente negociadas. As comunidades tradicionais, à medida que recebem a proteção pela concessão de uso da terra em face dos interesses especulativos de grandes empreendedores, sofrem a restrição de suas atividades tradicionais, são estranguladas em seus modos de vida ou passam a viver sobre permanente controle e vigilância, e perdem eventual oportunidade de reconhecimento do direito constitucional à indenização justa, por propriedade usucapida pela posse

qualificada, quando poderiam alienar suas terras, ainda que mantidas as restrições ambientais. Podem, ainda, se envolver com a proposta do Executivo Municipal de expansão urbana na área, modificação do plano diretor, com possibilidade de empregos na construção civil e expectativas - pouco verossímil pela história recente - de moradias habitáveis no ambiente urbano moderno.

Por outro lado existem grupos de famílias que habitam as áreas, consideradas hoje relevantes ecologicamente para a política de proteção, que preferem permanecer em seu modo de vida tradicional, extrativista e pesqueiro, explorando, por oportuno, a atividade turística ante ao potencial decorrente de um novo nicho de trabalho, embora restritos os ganhos a determinados períodos do ano (férias e feriados prolongados).

Observa-se que os caiçaras desejam se manter em suas propriedades e posses há anos conquistadas (MONGE 2011), e obter vantagens para melhoria de suas condições de vida e inserção do mercado através do turismo, defendido como atividade sustentável. Soma-se ainda a proteção ambiental como forma de conferir nova valoração à área e ser forte instrumento de proteção em face da expansão especulativa do uso das terras para urbanização e instalação de complexos imobiliários turísticos, a despeito concomitantemente agudizarem os conflitos pela valorização da área entre distintas espécies de proprietários.

Os caiçaras tradicionais ainda resistem ao interesse fundiário contraposto de empreendimentos econômicos turísticos e atividades imobiliárias de veraneio, não menos sustentáveis, haja vista as condicionantes que podem ser exigidas em sua implantação pelo Poder Público, porém diferenciadas por não se caracterizarem pelos elementos de tradicionalidade que ensejariam a permanência e proteção paralela, concorrente à da natureza, pelos modelos de políticas ambientais vigentes.

Frise-se que a própria tradicionalidade se torna objeto de exploração turística, conforme notado por Laura Sinay (SINAY 2002). Esta conclui sobre como, a despeito da riqueza brasileira em termos de recursos ambientais e culturais, não houve até o momento opção política clara pelo fomento do ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável. Porém, além do fator econômico, o incentivo a essa via poderia observar as necessidades sociais e culturais do país, sendo utilizado como instrumento de preservação cultural e ambiental.

O desafio que se impõe quando a diversidade cultural se torna objeto de exploração turística consiste na descaracterização das comunidades tradicionais. Por isso

a necessidade de um tempo diferenciado de adaptação para que não haja a perda dessa diversidade:

“O aumento do fluxo turístico acarreta em novas atividades econômicas no local. Assim, atividades tradicionais, como a roça e a pesca, são reduzidas, para que a comunidade tenha mais tempo para atender às demandas dos turistas. Em decorrência a esse fato, a economia local passa a ter como base o ecoturismo. Assim, a comunidade começa a parecer “descaracterizada” aos turistas.

Todos esses fatores e conflitos a eles inerentes devem ser considerados ao se elaborar uma política de proteção ambiental. Segundo Monge, os projetos de conservação devem buscar alternativas e soluções juntamente com as comunidades, valorizando o enorme conhecimento que eles possuem sobre o meio ambiente, para que sejam mais eficientes na conservação da sociobiodiversidade, e acrescenta a direção rumo a um pacto da conservação, nos termos propostos por Alba Simon (SATHLER 2010), afirmando-se como um sistema alternativo de minimização dos conflitos verificados nesse contexto tão incerto. (MONGE, *et alli*, 2011).

Ocorre que no processo de formulação das políticas públicas referidas, mesmo após 16 anos, aproximadamente, de criação da REJ não foi efetivamente providenciada medida consistente para atender às previsões normativas no tocante ao fomento à integração das comunidades caiçaras à política ambiental, nem tampouco quanto à obrigatória regularização fundiária a ser promovida pelo Estado, prevista na lei que autorizou sua criação.

Percebe-se que, embora a criação das UC's e a proteção ambiental tenham sido importantes para garantir a permanência das comunidades na área, não ocorreram avanços sociais, de direitos humanos, nem tampouco de cidadania.

E, a condição de flagrante “irregularidade” da REJ pela demora na efetivação de sua adequação à atual legislação ambiental, favorece o crescimento da especulação imobiliária e danos consolidados ao meio ambiente, ampliando o prejuízo ao patrimônio público, inclusive sobre as áreas de preservação permanente, havendo divergências até mesmo entre os órgãos ambientais federais e estaduais (dada à sobreposição da REJ e a APA do Caiuru) e entre estes e a Prefeitura Municipal de Paraty, que deseja uma política de urbanização expansiva para a área.

O meio ambiente e o turismo como repertório

O contexto narrado de múltiplos interesses, alguns desses contraditórios em si, ainda que reunidos em um mesmo segmento social, nos permite formular a

hipótese de que o meio ambiente consiste não somente em interesse difuso e imaterial, contudo recurso lingüístico acionado como defesa e afirmação de poder. E, nessas circunstâncias, tem sido protegido ao mesmo tempo em que protege culturas e cidadãos, da expropriação de terras e espoliação de valores e de modos de vida, quando o Estado falha em suas funções.

Percebe-se que os organismos estatais não foram exitosos na proteção da segurança, da cidadania e da ordem para comunidades tradicionais, dever que é imposto ao Estado de Direito, considerando que as pessoas integrantes das comunidades não são menos cidadãos que os detentores de títulos de propriedade. Todavia, a permanência no tempo e no espaço, assim como a identidade cultural e comunitária, que poderiam ser invocados como direitos de permanência e sobrevivência, e própria à função social assegurada à terra em que vivem, não se revelaram como argumentos tão exitosos quanto a proteção ambiental enquanto categoria discursiva de fundamental relevância, ante à possível preterição da proteção pela via dos direitos humanos.

Lopes (LOPES 2004) discorre sobre como a história anterior de movimentos sociais, relacionados a diferentes grupos sociais, influencia a forma como tal temática é apropriada, e ligada a conflitos anteriores, reelaborados sob nova linguagem:

“Por outro lado, à medida mesmo que a temática se impõe e o movimento avança, os empreendedores eles próprios, causadores principais da degradação ambiental, também se apropriam da crítica à sua atuação e procuram usá-la a seu favor. O campo empresarial passa a dividir-se entre o pólo da acumulação primitiva ambiental e o pólo da apropriação da crítica, da "responsabilidade ambiental", e mesmo da produção voltada para a viabilização da produção limpa e ambientalmente correta, acompanhada de novos lucros materiais e simbólicos. Entre esses pólos situam-se práticas que ora usam um ou outro elemento característico dos pólos típico-ideais opostos, de forma pragmática, como parte de estratégias no interior do campo. Tanto trabalhadores quanto partes das populações atingidas por danos ambientais passam a utilizar-se também da questão ambiental como repertório de seus interesses e reivindicações.”

Lopes reinaugura o termo "*ambientalização*" como um neologismo similar a outros acionados nas ciências sociais, a fim de designar novos fenômenos¹³ e um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais.

“(...) no caso da "ambientalização", dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do "meio ambiente". Essa incorporação e essa

¹³ Exemplos são os termos "industrialização" ou "proletarização" (este último, usado por Marx), que foram indicativos de novos fenômenos no século XIX, como se poderia também falar de tendências de "desindustrialização" e de "subproletarização" desde o final do século XX. (LOPES 2004).

naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial.”

O ambientalismo se tornaria uma nova forma de controle do capitalismo? Poderia alterar a forma de agir do Estado e o comportamento das pessoas em suas atividades sociais e econômicas cotidianas? Nesse sentido, ilustra Lopes:

“Essas transformações têm a ver com cinco fatores sobre os quais faremos considerações: o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX; os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; a questão da ‘participação’; e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos.”

E acrescenta quanto ao fenômeno de ambientalização do discurso que:

“Dessa forma, ele parte da reação a um "processo de devastação" anterior, intensificado desde a revolução industrial e suas ondas posteriores, para tornar-se uma questão pública de importância desde os anos 1960 e 1970. Ele parte das lutas de populações atingidas, profissionais preocupados, agências estatais e ONGs contra riscos à saúde dos trabalhadores e de populações próximas a plantas fabris e empreendimentos poluentes, e progressivamente obtém ganhos na mobilização de grupos sociais, em sanções estatais, nacionais e internacionais, contra processos de devastação e de riscos socioambientais. Desse processo surgem defesas estatais como as agências, as leis e normatizações ambientais; a reconversão de profissionais às novas questões ambientais, assim como novos profissionais; e mesmo a construção de uma justificativa empresarial, baseada na apropriação da crítica ambiental ao capitalismo ou aos seus aspectos devastadores, que desemboca em novas "responsabilidades ambientais corporativas" e mesmo na lucratividade com investimentos antipoluentes e ambientalmente "sustentáveis".
dade com investimentos antipoluentes e ambientalmente "sustentáveis".

Os conflitos se engrandecem com a apropriação pelos movimentos sociais do discurso ambiental, o que nos obriga a problematizar quando os direitos humanos passam a ser uma bandeira esquecida e pouco valorada. Lopes exemplifica como os pescadores de Itaguaí, através de suas lideranças associativas, acionam uma linguagem biologizante no tratamento da poluição da Baía de Sepetiba por uma fábrica de zinco e seu agravamento com as obras do Porto de Sepetiba, o mesmo ocorrendo com os operários leucopênicos de Volta Redonda, que adquiriram uma linguagem médica e de saúde do trabalho no decorrer de seus conflitos com a CSN e o INSS, entre outros exemplos que reconfiguraram o discurso reivindicatório de direitos, do aspecto humano para o ambiental, por força do apelo dos efeitos da poluição e da suposta eficiência dos procedimentos técnicos e condicionantes de controle ambiental decorrentes de normas ambientais.

“Há essa tendência à passagem da ênfase nos conflitos sociais do trabalho para a ênfase em outros conflitos sociais urbanos e rurais envolvendo a participação dos cidadãos em formas mais ou menos democráticas e transparentes.”

Paralelamente à ambientalização dos conflitos, observa-se a inserção da atividade turística como atividade extrativista, regulada, e única capaz de conciliar os interesses de uso do refúgio de vida selvagem pela população urbana e a subsistência dos caiçaras, apesar de determinadas comunidades, como o sistema familiar de Martins de Sá, já notarem criticamente as desvantagens inerentes ao fluxo turístico descontrolado na localidade.

Segundo Altino Bomfim (BOMFIM 2006), em seus estudos sobre a vila de São Jorge, na Chapada dos Veadeiros, embora o discurso oficial coloque o turismo como prioridade nas políticas públicas, supondo que a respectiva atividade promova o desenvolvimento pela geração de emprego e renda, tem se tornado um novo fator de conflitos entre os atores sociais, modificando a realidade local e até prejudicando as comunidades.

São distintos os significados conferidos à natureza e à exploração do ecoturismo, dependendo dos atores envolvidos, dissertando Bomfim, que esses significados irão desde a natureza observada de forma antropocêntrica, como algo externo e material, pensada por empresários, comunidades e governos, à uma visão romantizada concebida por ONGS ambientalistas, que buscam conciliar sua proteção com o uso econômico, indicando o ecoturismo como instrumento dessa mediação.

“(…) enquanto atores como o Governo do Estado e empresários, vêm títulos como o de Reserva da Biosfera concedido pela Unesco como instrumento de marketing, seja para atração de visitantes para a área, seja para captação de recursos através de projetos que podem colocar a natureza ainda mais em risco.”

As conseqüências notadas por Bomfim, com a implantação mediadora do ecoturismo, foi uma incipiente melhoria nas condições de vida dos moradores da vila. A geração de emprego e renda também estimulou o individualismo, pela busca de solução para as questões econômicas individuais, fragmentando laços comunitários e solidariedade precípua para uma organização política de interesses que pudesse conciliar e avançar em uma agenda comum. Os resultados colhidos foram:

“(…) a privatização dos serviços do Parque, a intensificação da especulação imobiliária, as mudanças no estilo de vida, as perspectivas de exclusão e marginalização social e a implantação de diversos projetos formulados por atores com maior poder político e financeiro. Os conflitos são mais intensos no presente dada a intensa disputa político-econômica pela natureza material da região, o que se percebe a efervescência que existe em decorrência da discussão e implementação de inúmeros projetos.”

Trata-se de uma disputa simbólica do valor econômico do reencontro com a natureza entre os diferentes segmentos sociais, em que a ambientalização protege, mas dignifica o espaço e o tempo ali vividos, tornando-se mais um objeto externo de apropriação.

O meio ambiente enquanto recurso lingüístico de poder, e o turismo visto como atividade econômica conciliatória, se tornaram objetos de políticas públicas no Brasil, desde que o Estado passou a fomentar o desenvolvimento sustentável e a geração de emprego e renda com a criação do Ministério do Trabalho nos anos 30¹⁴. Por outro lado, a ideologia do desenvolvimento sustentável introduzida na década de 80, também foi absorvida pelo turismo, conciliando-o com a preservação da natureza e enquanto ativo econômico para empresários que exploram o lazer comercialmente, e tornaram o necessário ócio razão de mercado e objeto de consumo.

Conforme LUCHIARI (1998), o processo de produção de lugares para o consumo acaba por consumir e degradar os próprios lugares, contudo as novas paisagens da *urbanização turística* representam também as formas contemporâneas de espacialização social, por meio das quais estamos construindo novas formas de sociabilidade, mais híbridas e mais flexíveis. Mas não menos conflituosas.

Considerações Finais

Amplio é o estudo das dinâmicas de êxodo, migração e até mesmo deslocamento compulsório das populações que ocupam tradicionalmente áreas que passam a ser objeto dos interesses econômico-especulativos – MADEIRA (2002), DIEGUES (2004), LEITE (2004). Na região estudada, este processo passa pela baixa efetividade no planejamento da política de preservação, normalmente não acoplada aos aspectos sociais de geração de renda, autonomia, serviços públicos e terra. Percebe-se também uma reconfiguração cultural e social dos grupos e populações locais, ocasionada pela convivência com o turismo de massa e de elite, pelas mansões de veraneio, admitidas pelas ambigüidades das restrições ambientais.

São poucos e ineficientes os espaços de pactuação, onde se confira transparência às decisões técnicas e instrumentais da burocracia estatal à população afetada, permitindo sua participação nas decisões quanto à política ambiental que seja compatível com a cultura e modo de vida local, sem estrangular suas possibilidades de desenvolvimento.

¹⁴ Fonte: Fundação Getúlio Vargas. Dados disponíveis em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/MinisterioTrabalho>. Acesso em 11 julho 2012.

Outrossim, restam apenas os mecanismos jurídicos de defesa da posse em face da propriedade documentada, para a permanência, enquanto não definidas a concessão de uso, solução que também despreza os direitos fundiários adquiridos ao longo do tempo e a liberdade de se dispor da propriedade, ainda que restrita, direito certamente assegurado ao grande empresário. O meio ambiente se torna a única via de poder para a defesa de direitos de cidadania ameaçados pela ausência de efetividade das normas estatais, seus organismos de gerência e sistema de justiça.

As contradições se ampliam quando a muitos atores sociais restou tão somente o turismo como fonte de renda, quando o meio ambiente e a sua beleza cênica se converteram em refúgio ameno para a aridez da vida metropolitana, todavia direito difuso a ser protegido em prol da qualidade de vida e da sobrevivência das futuras gerações, com severas restrições de uso. Os recursos naturais e territoriais, valorados economicamente, passaram a ser disputados, assim como o próprio tempo livre e espaço/paisagem, acirrando a violência e gerando o desterro, a exclusão social em prol de interesses ideológicos e especulativos, que estão alterando a realidade local e tendem a prejudicar as comunidades tradicionais e seus modos de vida.

Assim, o grande desafio das instituições democráticas será mobilizar as paixões que movem os conflitos políticos e socioambientais em direção a objetivos democráticos, evitando os atos de destruição entre grupos, e concebendo concepções de vida comum. A lealdade às instituições democráticas se obtém pelo conjunto de práticas comuns, fornecedoras de formas democráticas de individualidades e subjetividades, que abarcam as paixões, os afetos, as relações de poder, a língua e a cultura.

Referências Bibliográficas

ABIRACHED, Carlos Felipe de Andrade. Ordenamento territorial e áreas protegidas: conflitos entre instrumentos e direitos de populações tradicionais de Ubatuba-Paraty. UnB, Brasília, 2011.

ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2004.

CAVALIERI, Lúcia. A comunidade caiçara no porcesso da reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Editora Hucitec Nupaub/ CEC, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Território, Territórios. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

IGARA, Consultoria em Aquicultura e Gestão Ambiental. Produtos 2 e 4 – Proposta preliminar de limites e categorias de unidades de conservação. Definição de categoria de unidade de conservação da natureza para o espaço territorial constituído pela Reserva Ecológica de Juatinga e Área Estadual de Lazer de Paraty Mirim, e Caracterização dos Conflitos, 2011.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. II Encontro Nacional de Turismo com Base Local. (Fortaleza/CE, 1998).

LOBÃO, Ronaldo. Quando as associações são voluntárias no Brasil? (ou, “Uma discussão sobre novas formas de colonização”). Niterói, UFF.

LOPES, José Sérgio Leite (Coord.); Antonaz, Diana; Prado, Rosane; Solva, Gláucia (Org.). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **El ecologismo de los pobres**. Icaria/Flacso, Barcelona, 2004. Cap. I: Corrientes Del Ecologismo. (p. 15-32).

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco**. Doutrinas, jurisprudência, glossário. 5ª edição reformulada, atualizada e ampliada. São Paulo: RT, 2009.

MONGE, Ricardo Papu Martins; Lobão, Ronaldo; Pires, Ivan de Oliveira. “Nascido e criado”: a ocupação tradicional da família dos remédios, uma comunidade caiçara. V Sapis, Manaus, 2011.

MORAES, Renato. Teoria do reconhecimento e movimentos sociais: o potencial de transformação de ações coletivas moralmente motivadas. Extraído de <http://200.233.146.122:81/revistadigital/index.php/revistateste/article/viewFile/31/20>.

MOUFFE, Chantal. *The Democratic Paradox*. London, New York: Verso, 2000. (Versão em espanhol: MOUFFE, Chantal. *La paradoja democrática*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003).

RODRIGUES, J. E. R. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Editora Revista dos Tribunais, São Paulo. 2005.

SIMMEL, G. “A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal). In: Questões fundamentais da sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SINAY, Laura. *Ecoturismo e Culturas tradicionais* / Laura Sinay. Rio de Janeiro: UFRJ / CFCH, 2002.

Sítios eletrônicos visitados:

www.inea.rj.gov.br – Instituto Estadual do Ambiente; www.icmbio.gov.br – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade; www.bocaina.org.br - Mosaico Bocaina; www.estradas.com.br - História das Rodovias; www.stf.jus.br - Supremo Tribunal Federal; www.usp.br - Universidade de São Paulo.

**A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO DE VIAS DEMOCRÁTICAS:
O IMPACTO DA CONSTRUÇÃO DA VIA ORLA E DA VIA 100 EM
NITERÓI RJ PELA PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA**

Alessandra Dale Giacomini Terra

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PGSD/UFF) e bolsista da CAPES

Saint Clair Luiz do Nascimento Neto

Bacharelado em Direito da UFF

Camila Oliveira Santos

Bacharelado em Direito da UFF

A via orla e a via 100

Não é pro povo

é pra quem?"

(canto entoado pelos estudantes durante os protestos)

INTRODUÇÃO

Um dos maiores problemas urbanos na atualidade é a questão da mobilidade viária. Niterói não foge a regra. Dona de um trânsito conturbado, esta cidade fluminense é marcada por ruas estreitas, muitos carros, falta de sincronismo nos sinais, várias obras concomitantes e um transporte público que apresenta diversos problemas. Este trabalho objetiva analisar o processo de construção – no sentido mais amplo do termo, sua elaboração, as vias de debate com a sociedade, o impacto no cotidiano da cidade e dos cidadãos – da Via Orla e da Via 100, traçando alguns apontamentos sobre como este projeto foi percebido e discutido pela comunidade acadêmica da Universidade Federal Fluminense, que sofrerá impacto imediato de ambas as obras. Além disso, convém discutir se a construção destas vias realmente seria a solução para o problema de mobilidade viária de Niterói, bem como refletir se este problema

teria efetivamente origem nas obras de expansão do campi tal como foi apresentado pela municipalidade.

Para desenvolver esta pesquisa, usou-se da seguinte metodologia: primeiramente desenvolveu-se estudo da bibliografia doutrinária básica e da legislação referente a matéria, notadamente no que se refere aos aspectos urbanísticos municipais, além de pesquisas em jornais. Em um segundo momento, foram cotejados os debates internos realizados na UFF, a maneira como o projeto foi apresentado ao Conselho Universitário e sua exposição em uma denominada “Audiência Pública”. Em um terceiro momento, verificou-se em que estado estão as obras de construção das vias. Por fim, buscou-se sistematizar os dados levantados reflexivamente.

CONTEXTO DA VIA ORLA E VIA 100 NA DINÂMICA DA CIDADE

Antes de analisar o processo de construção das duas vias é preciso entender em que contexto elas foram concebidas. A Via 100, esta prevista no Plano Diretor de Niterói e passará entre o Museu do Cinema e a UFF, ligará os campi do Valonguinho, Gragoatá e Praia Vermelha e permitirá o fluxo de carros, ônibus e caminhões fora dos campi da universidade. Já a Via Orla, que permitirá somente o fluxo de veículos da UFF e carros de passeio, terá corredor de ciclovias, redutores de ruído, calçadão, estacionamento para a comunidade da instituição, contenção do processo de erosão e construção de um píer exclusivo para a universidade.

Entretanto houve muitos questionamentos sobre a construção dessas vias e o objetivo de sua realização.

A implementação destas vias seria desenvolvida por meio de convênio entre a UFF e a Prefeitura de Niterói, como parte de uma espécie de compensação pelo “impacto de vizinhança” que as obras de expansão do campi (decorrentes do Reuni) geraria, ou seja, seria realizada uma cessão de terreno pela UFF para construção das vias seria uma das contrapartida diante do impacto da edificação de 180 mil metros quadrados em novas instalações.

Em maio de 2011, as obras de ampliação dos campi da universidade foram embargadas, oficialmente, pela Prefeitura, por meio do Departamento de Fiscalização de Obras da Secretaria Municipal de Urbanismo, por falta do Estudo de Impacto Viário (EIV-RIV).

Em entrevista ao Globo, o prefeito Jorge Roberto Silveira afirmou que o impacto viário, ambiental e de fluxo de pessoas resultando da expansão da UFF é grande, justificando que “ Por isso fizemos com a UFF este acordo, que eu prefiro chamar de parceria. Temos que pensar no crescimento da população, e as vias de acesso no interior do campus vão colaborar para a mobilidade da região” .¹

A Prefeitura justifica que o projeto visaria fazer fluir o trânsito na cidade em função do impacto viário que as obras de expansão da UFF acarretariam, pois as vias seriam de extrema importância para atender o aumento do movimento na região, chegando a afirmar que “As vias Orla e 100 são as únicas alternativas que permitirão maior fluidez no trânsito da cidade para Ingá, Icaraí e São Francisco”.

Por outro lado, a construção das vias vem sendo alvo de uma série de críticas por parte de diversos seguimentos da sociedade civil, que vão desde estudantes a urbanistas.

Primeiro porque a construção implicará na provável remoção de cerca de cem famílias da comunidade (estimam-se 280 pessoas) localizada há anos no Gragoatá, na Rua Projetada. Segundo, porque apesar das promessas de muro anti-ruídos, teme-se que o tráfego nas vias provavelmente gere ruídos que atrapalhariam as aulas, dada a proximidade com os prédios da UFF com a Via 100.

Terceiro, porque muitos urbanistas e a comunidade estudantil defendem que as vias “ligam o nada a lugar nenhum”, e só transfeririam o problema para alguns metros adiante, pois as vias serviriam apenas para criar um gargalo no trânsito próximo do MAC.

Outra crítica apresentada pela comunidade acadêmica que ponto que a poucos metros da UFF, foi construído Condomínio Gragoatá Bay, na Av. Almirante Tamarindo (no caminho ligando o Gragoatá à Praia Vermelha). O empreendimento consiste em sete prédios residenciais com 334 unidades habitacionais, com uma população estimada de 1236 pessoas, e que por certo também gerará um considerável impacto viário para a localidade.

Esta construção é apenas um dos diversos empreendimentos imobiliários que estão ocorrendo hoje no município, que está localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro distante aproximadamente de 15 Km da capital do Estado, e possui um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país: é a primeira cidade do Estado do Rio e a terceira do país de maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

¹ <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/posts/2011/08/13/obras-da-via-orka-comesam-amanha-398444.asp>

Em razão desta proximidade, os altos índices de qualidade de vida de Niterói e dos acentuados preços dos imóveis da cidade do Rio de Janeiro, tem se observado que a procura de moradia na cidade de Niterói tem aumentado substancialmente, o que tem contribuído para um aumento populacional e em um conseqüente aumento de demandas urbanas por partes destes novos moradores.

Cumpra assim, refletir que apesar da expansão do setor da construção civil no município trazer benefícios econômicos, este processo também tem resultado em um intenso adensamento, impondo pressão sobre a infra-estrutura urbana. Assim, o boom do mercado imobiliário niteroiense vem implicando em sérios transtornos e problemas urbanos, uma vez que não há políticas públicas suficientes capazes de fazer frente a ele..

DEBATE VIA ORLA PELA SOCIEDADE CIVIL

Na data de 24 de agosto de 2011 cerca de 30 estudantes iniciaram uma ocupação pacífica do prédio onde funciona a reitoria da UFF, após não conseguirem estabelecer um diálogo com o reitor sobre o tema.

No dia 25 de agosto de 2011, cerca de 350 estudantes fizeram uma manifestação pelas ruas de Niterói. Posteriormente foi realizada um Assembléia Geral de Estudantes, que contou com aproximadamente 400 pessoas e deliberou pela ocupação da reitoria. Em seguida os estudantes saíram em passeata da sede do Diretório Central dos Estudantes (DCE) até Icaraí, onde fica a Reitoria da UFF.

Em nota, na data de 28/08/2011, a UFF noticiou que a Via 100 não passaria dentro do Campus do Gragoatá – “nem um milímetro” e que “A administração central, preocupada com a comunidade que se encontra localizada no trajeto da via, se reunirá, nos próximos dias, com a associação de moradores com intuito de verificar as preocupações das famílias e apoiá-las, no que for possível, ainda que a Via 100 não pertença à universidade”.



(Foto: Tássia Thum/G1) <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/09/estudantes-ocupam-predio-da-uff-espera-de-reuniao-com-reitor.html>

Na data de 29 de agosto de 2011, após outra assembléia com mais de 500 pessoas, os estudantes fizeram outra manifestação pública retirando as estacas da construção das Vias.

Na reunião do CUV do dia 31 de agosto, em que a questão da Via Orla e Da Via 100 não estava como ponto de pauta e o Roberto Salles, o reitor, não estava presente, a sessão foi encerrada por falta de *quorum* (segundo o DCE os conselheiros da reitoria teriam se retirado da reunião). Em razão disso, teria ocorrido a ocupação pelos estudantes da reitoria.

O prédio da administração da Universidade Federal Fluminense teria tomado por cerca de 500 estudantes na manhã de 31 de setembro.

A referida ocupação foi nomeada de Maria Clemilda e Manuel Gutierrez. Segundo o DCE “A primeira era uma estudante da UFF de Rio das Ostras e participante das lutas na cidade, que foi morta atropelada em frente ao pólo universitário da por falta de sinalização. Já Gutierrez era um jovem chileno de 16 anos assassinado pela polícia na semana passada em uma manifestação da greve geral e da luta pela educação pública em curso no país sul-americano”.

Apesar da ocupação não ter impedido funcionamento das atividades administrativas da universidade, a reitoria teria cortado o fornecimento de energia elétrica e do abastecimento hídrico do edifício no dia 31/08/2011.

Em 01 de setembro de 2011, foi divulgada pelo corpo discente uma carta aberta aos moradores de Niterói, em que os discentes esclareciam seu posicionamento em contrário a via orla, pois “*Além de passar por cima da creche universitária e prejudicar a dinâmica da universidade, a Via Orla e a Via 100 vão desapropriar cerca de cem famílias da Comunidade*”.

da Rua Projetada.” E que “Acreditamos que esse projeto não resolve o problema de trânsito apontado pela prefeitura e não atende as reais necessidades da população de Niterói. Trata-se sim de um projeto de cidade não sustentável e que amplia as desigualdades sociais.”

A pauta da ocupação foi ampliando-se “O grupo tem uma pauta para discutir com o reitor da UFF, Roberto de Souza Salles, que trata da gratuidade integral dos cursos de pós-graduação da universidade, da ampliação das moradias estudantis e do restaurante popular do campus, e da interrupção de um projeto urbanístico em parceria com a Prefeitura, que prevê a construção de duas avenidas, a Via 100 e Via Orla, no entorno do campus do Gragoatá.”

O movimento contou com apoio de associações, como Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal Fluminense (Sintuff) e a Associação dos Docentes da UFF (Aduff).

Para os estudantes, a Via Orla e A via 100, seriam “Vias que não atenderão a nenhuma necessidade da universidade, não melhorarão o trânsito, ou trarão qualquer outro benefício a população, apenas servem ao interesse das empreiteiras e da especulação imobiliária que dominam Niterói.”

No dia 05 de setembro, um oficial de Justiça esteve no local acompanhado das polícias Federal e Militar para cumprir um mandado de reintegração de posse. O documento determina a desocupação imediata dos estudantes da reitoria.

Após uma semana de acampamento, os alunos saíram do imóvel mediante um acordo firmado com o reitor Roberto Salles, onde figuravam o compromisso de paralisação do projeto, até discussão com toda a comunidade acadêmica, além de um posicionamento público da UFF contra a desapropriação dos moradores da Rua Projetada para obras da Via 100. Foi dito na época que A UFF não iria “ceder nem um milímetro de seus terrenos para a construção da Via 100”. Prometeu também debater o projeto com os estudantes antes de dar qualquer passo adiante.

O Ministério da Educação (MEC) concedeu ao município de Niterói uma permissão de uso para utilização de uma área do campus do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense (UFF), para instalação da Via Orla, localizada no limite externo do campus. Com essa resolução, a prefeitura poderá dar continuidade às obras da via, mediante o Termo de Permissão de Uso nº TPU-002/2011, firmado em 15 de julho de 2011.”

As obras se encontram interrompidas, pois, segundo um segurança da UFF, a mesma avançou parte do terreno da universidade, delimitado pelas faixas de cor verde na beira da pista. As obras serão retomadas assim que for feita nova medição pelo topógrafo. Este

também afirmou que as obras deveriam terminar junto com a inauguração do condomínio. Segundo o mesmo, não há previsão de início das obras da Via Orla.

ESTUDO DE IMPACTO NO SISTEMA VIÁRIO REALIZADO PELA UFF

Antes de fazer uma análise dos impactos das mudanças da Universidade no sistema viário de Niterói é preciso primeiro compreender em que contexto essas mudanças estão inseridas.

A expansão que se opera na Universidade Federal Fluminense faz parte do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI. Iniciado pelo decreto 6.096 de 24 de Abril de 2007, que tem como “objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. Entretanto não é o objetivo aqui fazer uma análise de tal decreto. O que nos interessa é o fato de que a expansão da estrutura universitária ocorreu devido a esse decreto.

A Universidade Federal Fluminense é composta por diversos campi espalhados por todo estado do Rio de Janeiro e uma unidade avançada em Oriximiná, no estado do Pará.

“Esse universo equivale a 94 cursos de graduação (90 presenciais e quatro à distância), 76 programas de pós-graduação stricto sensu, sendo 45 mestrados e 31 doutorados, 161 cursos de pós-graduação lato sensu, 115 cursos de extensão e cinco mestrados profissionais, espalhados por Niterói e 13 municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro. A universidade tem também um núcleo experimental em Iguaba Grande e uma fazenda-escola em Cachoeiras de Macacu. São 32 unidades de ensino, quatro polos no interior, 27 polos de educação à distância (EAD) e uma unidade avançada em Oriximiná, no Estado do Pará.”

Nesse estudo foram considerados apenas os maiores campi localizados na cidade de Niterói. Campus da Praia Vermelha, Gragoatá e Valonguinho, que são as unidades que receberão, em Niterói, a maior parte das edificações da expansão. E as que trarão modificações significativas no cotidiano da cidade.

Nesses termos a estrutura da universidade está dividida da seguinte forma:

“Segundo o anteprojeto do campus da UFF (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981), o seu campus é composto por três campi organizados da seguinte maneira e somam 483.146,50 m²:

- Campus de Gragoatá – 218.397,00 m²: área humana (setores de: ciências sociais aplicadas, ciências humanas, letras e artes), setor de administração central, setor de esportes;
- Campus da Praia Vermelha – 214.109,00 m²: área tecnológica (setor de ciências exatas e setor tecnológico) e setor de reserva (platô do morro do Gragoatá) para futuros projetos;
- Campus do Valonguinho – 50.640,50 m²: área biomédica (setor de ciências da saúde).”

A universidade conta hoje com 46 edificações distribuídas nos três campi analisados. E a expansão consiste na construção de mais 20 prédios distribuídos conforme consta no relatório:

“As edificações perfazem um total de 236.966,73 m² construção, ocupando 61.633,72 m² de área de projeção nos campi. No total são 66 edificações projetadas e/ou construídas distribuídas conforme apresentado na tabela 02 – Quantidade e Áreas das edificações, a seguir:”

QUANTIDADE E ÁREAS DAS EDIFICAÇÕES						
CAMPUS	PRÉDIOS EXISTENTES			PRÉDIOS PROJETADOS		
	Nº PRÉDIOS	ÁREA TOTAL PROJEÇÃO m ²	ATC m ²	Nº PRÉDIOS	ÁREA TOTAL PROJEÇÃO m ²	ATC m ²
VALONGUINHO	22	12.030,53	42.242,83	01	760,00	5.320,00
GRAGOATÁ	12	13.181,00	43.782,00	08	12.208,39	38.594,13
PRAIA VERMELHA	12	10.150,25	37.804,60	11	13.303,55	69.223,17
TOTAIS	46	35.361,78	123.829,43	20	26.271,94	113.137,30

Quantidade e Áreas das Edificações. Fonte: GT/ EIV-UFF, 2011.

Tabela 1 - Quantidade e Áreas das Edificações. Fonte: GT/ EIV-UFF, 2011.
 RETIRADA DO RELATÓRIO DE IMPACTO DO SISTEMA VIÁRIO DOS CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
 Campus do Valonguinho - Campus da Praia Vermelha Campus do Gragoatá
 Niterói
 Julho - 2011

Essa estrutura abriga hoje, antes do término das obras 20.973 alunos de graduação presencial, 4.500 alunos de pósgraduação, 2.639 professores e 7.591 funcionários técnico/administrativo, totalizando 35.703 pessoas.

É necessário aqui definir que o estudo se foca principalmente na dinâmica do corpo discente que é a parte mais significativa da comunidade universitária. Dessa forma passamos a analisar como funciona sua dinâmica, não levando em consideração os outros setores, pois não influenciam de forma perceptível a dinâmica da cidade.

A distribuição do corpo discente está distribuída da seguinte forma:

- 1) Seguindo a região de origem a maior parte é oriunda do Rio de Janeiro:

População universitária por município de origem

Origem	Alunos	Professores	Técnico/administrativo	Total
Niterói	6.579	1.224	2.909	10.712
Rio de Janeiro	7.141	1.233	1.528	9.902
São Gonçalo	2,877	65	1.596	1.664
Outros municípios	4.376	117	1.558	6.051
TOTAL	20.973	2.639	7.591	31.203

População universitária por município de origem
 ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTOS NO SISTEMA VIÁRIO
 Empreendedor - Universidade Federal Fluminense - UFF
 Endereço: Campus do Valonguinho – Campus da Praia Vermelha - Campus do Gragoatá
 Referência: Processo 530/000860/2011 - Instrução Técnica NITtrans - 08/2011
 Prefeitura Municipal de Niterói - NITtrans

- 2) Muitos alunos, apesar de serem oriundos do Rio, residem em Niterói e estão distribuídos da seguinte forma:

Origem dos alunos por RA

Região	Alunos	%
Praias da Baía	4.284	0,655647
Oceânica	829	0,126875
Pendotiba	390	0,059688
Norte	1009	0,154423
Leste	22	0,003367
Não definido	45	0,006887
Total	6. 579	100

Origem dos alunos residentes em Niterói, por Região Administrativa (RA).

ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTOS NO SISTEMA VIÁRIO

Empreendedor - Universidade Federal Fluminense - UFF

Endereço: Campus do Valonguinho – Campus da Praia Vermelha - Campus do Gragoatá

Referência: Processo 530/000860/2011 - Instrução Técnica NITtrans - 08/2011

Prefeitura Municipal de Niterói - NITtrans

No gráfico abaixo podemos visualizar melhor a distribuição da origem dos estudantes da universidade:



Gráfico 1 - Número de alunos por região de planejamento em Niterói. Fonte: GT/EIV-UFF, 2011
RETIRADA DO RELATÓRIO DE IMPACTO DO SISTEMA VIÁRIO DOS CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Campus do Valonguinho - Campus da Praia Vermelha Campus do Gragoatá
Niterói
Julho - 2011

- 3) A distribuição do corpo discente se encontra disposta da seguinte forma. A segunda tabela é referente à previsão dessa distribuição após o término das obras:

Distribuição dos alunos por Campus

Campus	Total de alunos	Área do Campus – km ²	Densidade demográfica – aluno/km ²
Valonguinho	4.259	0,05064	75.514,18
Praia Vermelha	5.386	0,214109	25.155,41
Gragoatá	5.081	0,218397	23.264,97
Entorno dos Campi	4.100		
Total	18.826		

Distribuição dos alunos por Campus

ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTOS NO SISTEMA VIÁRIO
 Empreendedor - Universidade Federal Fluminense - UFF
 Endereço: Campus do Valonguinho – Campus da Praia Vermelha - Campus do Gragoatá
 Referência: Processo 530/000860/2011 - Instrução Técnica NITtrans - 08/2011

Prefeitura Municipal de Niterói - NITtrans

Previsão de alunos após as obras prontas

Campus	Total de alunos	Área do Campus – km ²	Densidade demográfica – aluno/km ²
Valonguinho	1.145	0,05064	22.610,58
Praia Vermelha	7.050	0,214109	32.927,15
Gragoatá	9.835	0,218397	45.032,67
Entorno dos Campi	1.322		
Total	19.352		

Distribuição dos alunos por Campus

ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTOS NO SISTEMA VIÁRIO
 Empreendedor - Universidade Federal Fluminense - UFF
 Endereço: Campus do Valonguinho – Campus da Praia Vermelha - Campus do Gragoatá
 Referência: Processo 530/000860/2011 - Instrução Técnica NITtrans - 08/2011

Prefeitura Municipal de Niterói - NITtrans

Outra análise que também é importante ser feita é o turno de maior circulação de alunos pela cidade. Para isso é importante esclarecer que a universidade, diferente das instituições de ensino médio e fundamental, tem um funcionamento diferenciado. O início e o término das aulas não acontecem de forma sincronizada, dependendo assim do curso, da aula e do professor. Sua concentração se dá no período da manhã e no campus da Praia Vermelha e como o horário de início varia de acordo com o curso, como já citado, entre 7h e 10h não se produz um horário de pico.

O horário da saída segue a mesma lógica, variando de acordo com o curso. Sua concentração se dá no período da tarde também concentrados no campus da praia vermelha, e que devido a flexibilidade desse horário não produz um horário de pico de saída.

Diante dessas considerações, percebemos um fluxo em três eixos para ter acesso a algum dos campi da universidade:

Sobre a circulação de veículos, na região do entorno da área em estudo verificamos que algumas vias absorvem a maior parte dos veículos cujo destino é um dos campi da Universidade, são elas: no centro, Av. Visconde do Rio Branco e Av. Amaral Peixoto; e na zona sul, Praia de Icaraí e R. Dr. Paulo Alves. A partir dessa observação podemos traçar três eixos principais de acesso aos campi da UFF:

a) Um eixo vindo da Região Norte, responsável pelos veículos que vem dos bairros da Região Norte do município de Niterói, dos municípios do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana Oeste pela Ponte Presidente Costa e Silva, e da Região Metropolitana Leste pelas rodovias Amaral Peixoto e Niterói-Manilha (eixo nortesul);

b) Outro eixo vindo da Região Oceânica, passando pelos bairros de Icaraí e Ingá (eixo leste-oeste);

c) E um terceiro eixo que absorve o fluxo de veículos vindo dos dois eixos viários citados e distribui os fluxos de automóveis e pedestres pelas ruas dos bairros de São Domingos, Gragoatá e Boa Viagem (eixo entre campi).

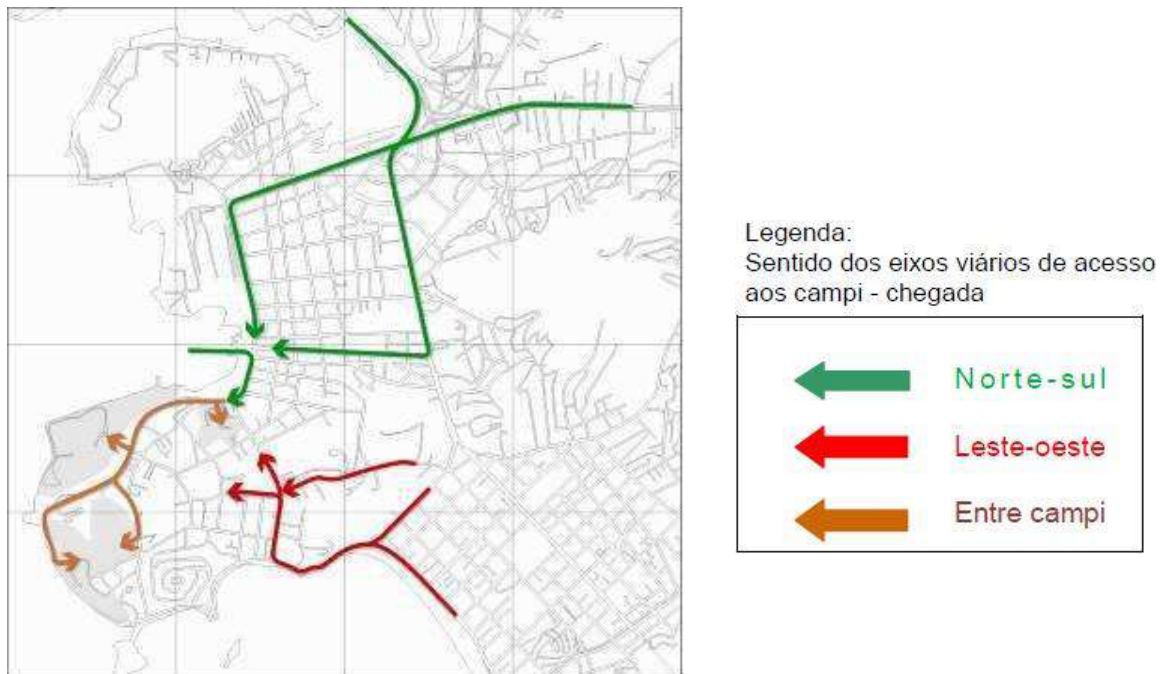
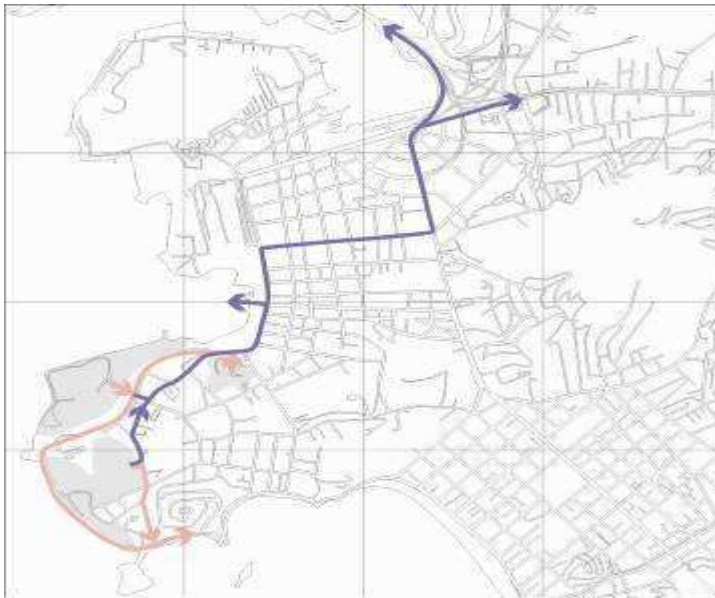


Figura 1 – Planta de situação com os principais eixos viários de acesso aos Campi da UFF (chegada) (Planta esquemática, sem escala). Fonte: GT/ EIV-UFF, 2011.
RETIRADA DO RELATÓRIO DE IMPACTO DO SISTEMA VIÁRIO DOS CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Campus do Valonguinho - Campus da Praia Vermelha Campus do Gragoatá Niterói. Julho - 2011

No trajeto de saída dos *campi* da universidade vemos uma outra dinâmica:

Sob a ótica inversa, as vias mais utilizadas para quem sai dos campi são: no centro, Av. Visconde do Rio Branco e R. Marechal Deodoro (eixo sul-norte); e na zona sul,

R. Presidente Pedreira, Av. Gal Milton Tavares de Souza e Praia de Icaraí (eixo oeste-leste).



Legenda:
Sentido dos eixos viários de acesso aos campi - saída



Figura 1 – Planta de situação com os eixos viários de acesso aos Campi da UFF (chegada e saída, sem escala). Fonte: GT/ EIV-UR/ UFF. RETIRADA DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO PLANO VIÁRIO DOS CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO FLUMINENSE - Campus do Valonguinho - Campus da Praia Vermelha - Campus do Gragoatá Niterói Julho - 2011

Já no trajeto entre os *campi* temos a seguinte dinâmica:

a) *Entre os campi Gragoatá e Valonguinho: a Av. Visconde do Rio Branco e a Rua Guilherme Briggs;*

b) *Entre os campi Gragoatá e Praia Vermelha: a Rua Alexandre Moura, a Rua Passo da Pátria, a Rua Cel. Tamarindo, a Av. Gal. Milton Tavares de Souza e a Rua Gal Osório;*

c) *Entre os campi Praia Vermelha e Valonguinho: a Av. Visconde do Rio Branco além das ruas citadas no item acima.*

Considerando que na região Praias da Baía existem dois eixos principais que interligam o centro, onde se localiza a estação das barcas, e a Ponte Rio-Niterói aos demais bairros da região, assim como aos bairros da região Oceânica, Pendotiba e este, sendo um que segue pelo litoral e outro pelo interior, as vias mais utilizadas nos dois casos são: no primeiro,

Av. Visconde do Rio Branco, R. Alexandre Moura, R. Cel Tamarindo / R. Prof. Hernani Pires de Melo / Av. Amaral Peixoto, Av. Milton Tavares de Souza, Av. Benjamin Sodré e Av. Jornalista Alberto Torres; no segundo, R. Jansen e Melo, Av. Marquês do Paraná e Av. Roberto Silveira

Para efeito de estudo do impacto viário da expansão da UFF, que deve considerar um raio de influência de 600m, e considerando as vias de acesso aos campi da universidade, foram as duas vias acima citadas, e o estudo aponta que a Av. Visconde do Rio Branco, apesar de ser uma via arterial principal, não suporta o fluxo de carros e tem seu trânsito comprometido no horário das 18h no sentido centro – zona norte “principalmente no trecho entre a R. XV de Novembro e a Av. Feliciano Sodré” pela quantidade de veículos que tem como destino a ponte Rio Niterói, a zona norte da cidade e a cidade de São Gonçalo. Entretanto as demais vias possuem capacidade de escoamento satisfatório não sofrendo com a densidade do trânsito em nenhuma hora do dia,

“com exceção da Av. Jornalista Alberto Torres, que pelas suas insuficientes dimensões não suporta o volume de veículos oriundos das demais vias do eixo do litoral, assim como das do eixo do interior, o que detona contenções e engarrafamentos constantes nos dois sentidos”

As demais vias eixo que segue pelas ruas Hernani Pires de Melo, Visconde Moraes e Tiradentes, todas vias secundárias, a situação é a mesma da Av. Jornalista Alberto Torres, elas não suportam o alto fluxo de veículos que trafegam nelas.

Por fim, o relatório apresenta a seguinte conclusão:

Chama-se a atenção para as deficiências do sistema viário dessa parte da cidade, com vias sub-dimensionadas e com tráfego excessivo de veículos individuais e coletivos. Nesse contexto, a UFF, tal como se encontra hoje, não impacta o sistema viário de seu entorno, podendo, quando da finalização das obras e alcance da projeção da população universitária, apenas potencializar os problemas viários já existentes; necessitando de um monitoramento técnico para evitar tal situação.

EIV DO CONDOMÍNIO GRAGOATÁ BAY, NA AV. ALMIRANTE TAMARINDO

Mostra-se imperioso destacar que o EIV apresentado pelo CONDOMÍNIO GRAGOATÁ BAY, na época de sua construção na av. Almirante Tamarindo, no Gragoatá, em 2008, já fazia menção a Via Orla e a Via 100, que inclusive estão previstas em diversas figuras que compõem o estudo:

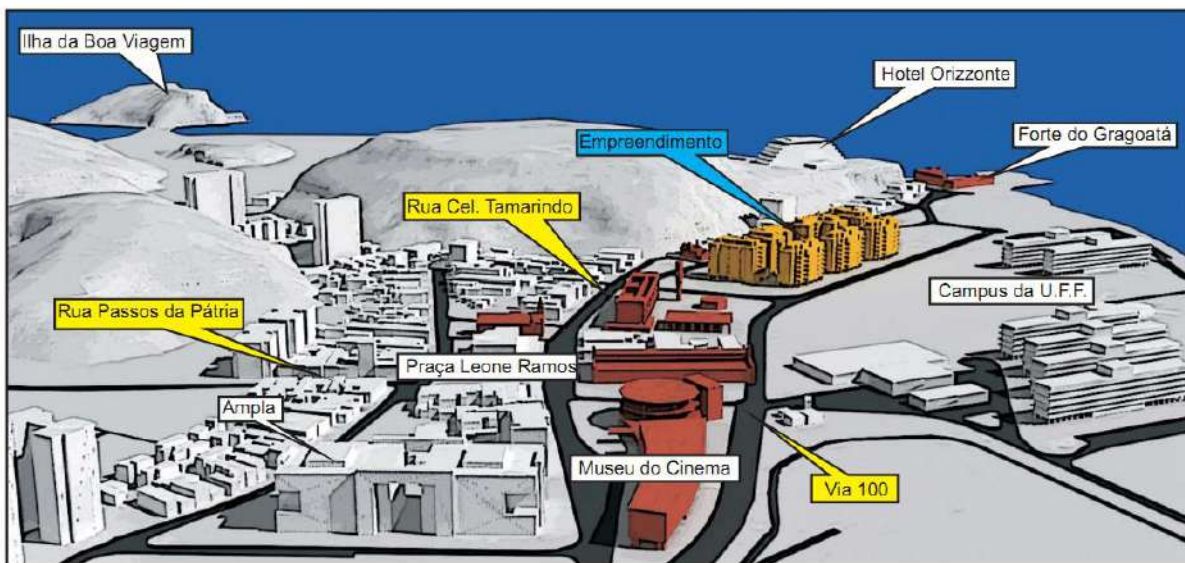
“Foi constatada a necessidade de um arremate final no trecho aterrado, destacando-se a implantação de uma via de trânsito livre, que preserve a ambiência tradicional da influência do tráfego de passagem. É o projeto da Via 100 para o que os modelos tridimensionais elaborados para este estudo demonstram a sua importância.” (pg 3)

“O empreendimento está situado no sistema viário da região das Praias da Baía, na chamada Rota Litorânea, entre as ruas Coronel Tamarindo, seu acesso principal, e a Via 100, rua projetada ainda não implantada que dará fundos ao empreendimento.”

“ O empreendimento está localizado entre a via projetada denominada Via 100, a Av. Coronel Tamarindo e o prolongamento da Rua Passos da Pátria. A Via 100 está indicada em projeto com 16.00m de largura testada e com calçadas de 3.00m perfazendo 6.00m de calçadas e 10.00m de faixa de rolamento. O prolongamento a Rua Passos da Pátria tem a mesma dimensão do que a Via 100. A Rua Coronel Tamarindo, em frente ao empreendimento está indicada com 2.00m de calçada, 9.00m de caixa de rolamento e 9.57m de calçada em frente ao empreendimento.

São diversas as possibilidades do regime de trânsito dessas vias após a implantação da Via 100. É possível obter, por exemplo, uma via de trânsito com maior velocidade, reservando-se a Via Dr. Alexandre Moura para o tráfego de bairro com baixa velocidade, atendendo a ambiência do bairro São Domingos, principalmente na praça Leone Ramos e Coronel Tamarindo, com estacionamentos para os bares e restaurantes existentes. O tráfego de São Domingos deveria acompanhar a ambiência do Bairro e ser um Traffic Calming. Esse tipo

de tráfego é aquele que permite a convivência de vários modais: bicicletas , pedestres. É um tráfego com um comportamento atencioso dos motoristas que permite a convivência nos espaços das vias semos conflitos normais de nossas cidades. Esse tráfego é o desejo da população, difícil de alcançar por múltiplos motivos, mas que no entorno da Praça Leone Ramos poderia ser tentado. As calçadas em frente ao empreendimento, largas como ficarão, podem reproduzir uma ambiência continua à Praça na Rua Coronel Tamarino.”



Perspectiva Ilustrativa do Entorno - Fonte: ALM

Figura obtida no EIV do Condomínio Gragoatá BAY prevê a Via 100 e apresenta como legenda da imagem a expressão : “Perspectiva Ilustrativa” ,

Cumprer refletir se a consideração de existência das Vias no EIV como um fato futuro certo, mesmo antes da UFF iniciar qualquer projeto de reforma no campus, não contribuíram para minimizar a expectativa de impactos apresentada pelo estudo.

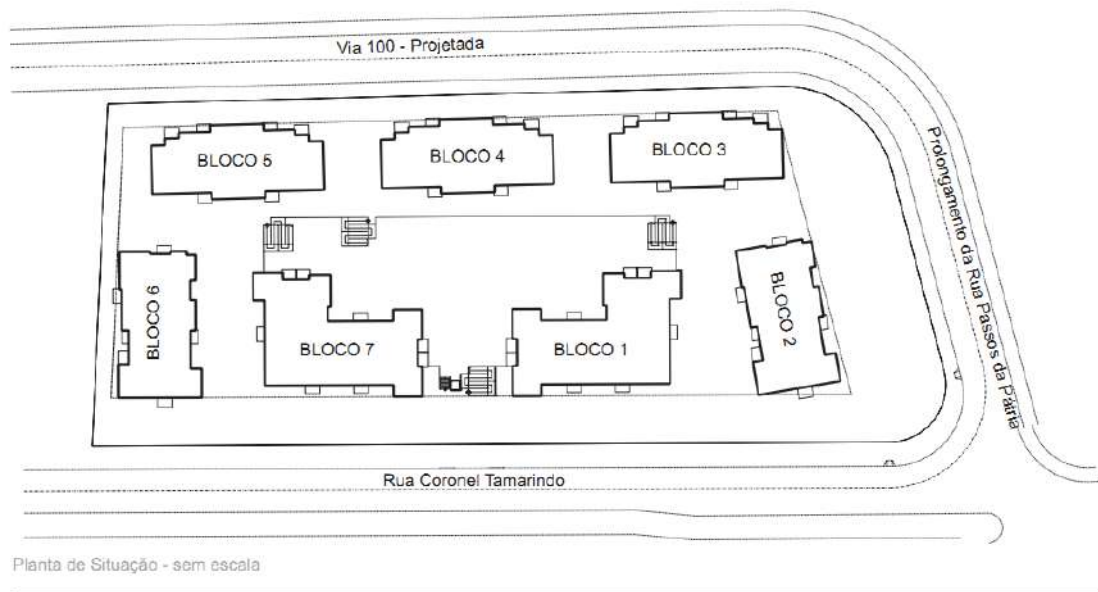
Ademais, no EIV, o condomínio alegou que as obras de construção do empreendimento causariam baixo impacto viário pois “A malha viária do entorno é generosa, não havendo impacto negativo da obra sobre ela” e concluindo que “o empreendimento não causa impacto negativo sobre o sistema viário. Sem impactos.”²

Contudo, conforme estimativa do próprio estudo a distribuição modal indica que serão geradas pelo empreendimento 972 viagens de carro; 1695 viagens de ônibus; 781 a pé e 10 viagens de bicicleta, o que torna difícil de imaginar que não haverá impacto viário

² ESTUDO E RELATÓRIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO RUA CORONEL TAMARINDO - Bairro Gragoatá - Região Praias da Baía. Niterói - Rio de Janeiro. REVISÃO - dezembro de 2008. pg 118

considerando que os bairros apenas possuem duas linhas de ônibus (24 e 47) e que há constantes engarrafamentos nas ruas que dão acesso a eles.

INDICADORES URBANOS	
ZONEAMENTO:	ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE URBANÍSTICO
FRAÇÃO URBANA:	UFF-GRAGOATÁ
ALINHAMENTO(S):	A 9,50m DO EIXO DA RUA CORONEL TAMARINDO E A 8,00m DO EIXO DO PROLONGAMENTO DA RUA PASSO DA PÁTRIA E VIA 100 PROJETADA
AFASTAMENTO(S):	RUA CORONEL TAMARINDO: 10,00m PROLONGAMENTO DA RUA PASSO DA PÁTRIA: 20,00m VIA 100 PROJETADA: 5,00m
PASSEIO(S):	RUA CORONEL TAMARINDO - 5,00m VIA 100 - 3,00m PROLONGAMENTO DA RUA PASSO DA PÁTRIA - 3,00m
RECUO(S):	-
TAXA DE OCUPAÇÃO:	50% PARA O TÉRREO E 50% PARA A LÂMINA
TAXA DE IMPERMEABILIZAÇÃO:	70%
COTA DE DENSIDADE:	30
GABARITO:	TÉRREO + 7 PAVIMENTOS (LÂMINA) + COBERTURA.
COTA DE REFERÊNCIA DE GABARITO:	-
TIPO DE VIA(S):	RUA CORONEL TAMARINDO: COLETORA PROLONGAMENTO DA RUA PASSO DA PÁTRIA: COLETORA VIA 100 PROJETADA: LOCAL
LOTEAMENTO:	-
BAIRRO:	SÃO DOMINGOS
NUMERAÇÃO:	LOTE 3A DA RUA CEL. TAMARINDO
COMPLEMENTO:	BLOCOS 1 E 7-APTOS. 101 A 108 ATÉ 701 A 708-COB. 801 E 802. BLOCOS 2 E 6 - APTOS. 101 A 106 ATÉ 701 A 706. COB. 801. BLOCOS 3,4,E 5-APTOS 101 A 106 ATÉ 701 A 706-COB. 801 E 802.
OBS.:	BASEADO NA LEI 2411/06



DA POPULAÇÃO ATINGIDA

A construção da Via 100 preocupa moradores da Rua Projetada, no Gragoatá, por onde ela deverá passar. O EIV do Condomínio Gragoatá Bay estima que comunidade da Rua Projetada, doravante denominada Comunidade Via Cem, teria cerca de 280 moradores.³

Os moradores se queixam da falta de informação sobre supostas desapropriações para a construção do empreendimento:

“Não obtivemos, até agora, por parte da Prefeitura, nenhum comunicado oficial. Aqui moram mais de 100 famílias que estão sem dormir com receio de perder seus lares”, conta o cabeleireiro José Bonifácio Gonçalves, 53 anos, morador da via há 23 anos.

Na época em que foi anunciada a obra, a Prefeitura respondeu que a obra da Via 100 faz em parte do conjunto de obras da orla, e que haverá desapropriação, caso seja necessário. O Executivo informou em nota que “Isso será avaliado de acordo com o andamento da obra”.

Em visita a comunidade no corrente mês de agosto de 2012, após entrevistar diversos moradores da Rua Projetada, constatou-se que não foi realizado nenhum estudo pelo condomínio Gragoatá Bay, bem como que não foi realizada nenhuma audiência pública pela Prefeitura a fim de científica-los sobre a situação das desapropriações.

Essa postura por parte da Municipalidade afasta a população não só do acesso a informação sobre seu próprio futuro, mas também da possibilidade de vir a influir neste. A

³ ESTUDO E RELATÓRIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO RUA CORONEL TAMARINDO - Bairro Gragoatá - Região Praias da Baía, Niterói - Rio de Janeiro. REVISÃO - dezembro de 2008. pg 71- 72.

ausência de diálogo não só afasta o problema de um debate democrático, como também impõe ao ocupante uma postura passiva, de mero expectador de seu destino.

A comunidade da Rua Projetada, que é constituída basicamente de uma população com baixo poder aquisitivo, que hoje divide espaço com o luxuoso condomínio Gragoatá Bay. Assim, nesta imagem contratante, vemos de frente aos barracos a um condomínio de classe média alta recém instalado.

Neste sentido, convém observar o conceito de marginalidade de Escolrel:

*“Marginalidade é uma noção que evoca a oposição centro-periferia; designa uma posição integrante da estrutura social. Essa posição, porém, situa-se nas margens em termos de acesso e usufruto das riquezas e benefícios disponíveis, o que lhe confere as qualidades de inferioridade e subalternabilidade”.*⁴

Os ocupantes da Rua Projetada segregados do espaço urbano formal, por suas condições materiais encontram-se, sem dúvida, próximos do conceito de marginalizados, por estarem à margem da sociedade, sem acesso aos instrumentos urbanísticos, serviços básicos de infraestrutura e do efetivo exercício de seus direitos à “cidade inclusiva”.



⁴ ESCOREL, Sarah. Vidas ao léu: uma etnografia da exclusão social. P.25

Como bem problematiza Milton Santos, o espaço costuma ser utilizado “como veículo do capital e instrumento da desigualdade social”, e reproduz as distorções e desigualdades típicas da sociedade em que vivemos:

As condições atuais do crescimento do capitalista criaram uma forma particular de organização do espaço, indispensável à reprodução das relações econômicas, sociais e políticas. A forma como atualmente se distribuem as infra-estruturas, os instrumentos de produção, os homens – enfim, as forças produtivas - possui até certo ponto um caráter de permanência, isto é, de reprodução ampliada, isso amparado, exatamente, na longevidade de um grande número de investimentos fixos. Tudo, pois, conspiraria para que a organização do espaço se perpetue com as mesmas características, favorecendo o crescimento capitalista e as distorções.

Até agora o espaço foi utilizado, em quase toda parte, como veículo do capital e instrumento da desigualdade social.⁵

CONCLUSÃO

Partindo dos itens analisado vemos que muito dos problemas enfrentado pela cidade de Niterói não estão associados necessariamente à universidade e sim aos problemas crônicos que vem se acumulando durante o passar dos anos. As vias subdimensionadas, o excesso de veículos individuais causado pela deficiência do sistema de transporte que não supre a necessidade da população acarretam tais problemas, que não podem ser resolvidas pela universidade.

Entretanto, no Estudo de Impacto no Sistema Viário produzido pela universidade não vemos qualquer menção à Via Orla (interna ao Gragoatá). A via só é mencionada no parecer da Prefeitura Municipal de Niterói. Vale a pena ressaltar um trecho da Instrução Técnica NITtrans - 08/2011 que afirma:

MEDIDA MITIGADORAS - *O projeto viário da PMN para a região, em fase de conclusão, inclui a construção da Via 100 e a implementação do uso da Via Orla*

⁵ Santos, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp. 2007, p.73-74

(interna ao Campus do Gragoatá), conforme Termo de Permissão de Uso assinado entre a UFF e a PMN.

Todavia, não vemos qualquer menção à esse acordo entre a UFF e a PMN nos documentos apresentados pela universidade.

Na melhor das hipóteses o processo de elaboração e aprovação desse acordo entre as duas instituições não passou por processos democráticos.

Por fim convém destacar que como bem problematizou o professor Heraldo do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal Fluminense – UFF⁶: “*Não cabe à UFF resolver problemas de mobilidade urbana que não foram e nem serão absolutamente causados pelo seu projeto de expansão. Problemas de mobilidade claramente muito mais relacionados com a expansão imobiliária descontrolada na cidade de Niterói.*”

REFERÊNCIAS

ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTOS NO SISTEMA VIÁRIO, Empreendedor - Universidade Federal Fluminense – UFF, Endereço: Campus do Valonguinho – Campus da Praia Vermelha - Campus do Gragoatá, Referência: Processo 530/000860/2011 - Instrução Técnica NITtrans - 08/2011. Prefeitura Municipal de Niterói - NITtrans

ESCOREL, Sarah. Vidas ao léu: uma etnografia da exclusão social. 1ª Reimpressão. Editora Fiocruz.

ESTUDO E RELATÓRIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO RUA CORONEL TAMARINDO - Bairro Gragoatá - Região Praias da Baía. Niterói - Rio de Janeiro. REVISÃO - dezembro de 2008

SILVA. José Afonso. Direito Urbanístico Brasileiro. 4ª. ed. São Paulo: Ed. Malheiros. 2006, pp. 56-57

RELATÓRIO DE IMPACTO DO SISTEMA VIÁRIO DOS CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE , Campus do Valonguinho - Campus da Praia Vermelha Campus do Gragoatá, Niterói. Julho - 2011

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. 5ª ed. São Paulo: Edusp. 2007.

⁶ <http://www.heraldo-emlinhareta.blogspot.com/>

<http://g1.globo.com> (Acessado em 19/07/2012 às 14:37)

<http://www.heraldo-emlinhareta.blogspot.com/> (Acessado em 21/07/2012 às 14:37) 1

<http://jornal.ofluminense.com.br> (Acessado em 19/07/2012 às 15:37)

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=330330>

<http://www.urbanismo.niteroi.rj.gov.br>

A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA À LUZ DA QUESTÃO SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO NA CONTEMPORANEIDADE (2006-2011)¹

Afonso Soares de Oliveira Sobrinho²

SUMÁRIO: INTRODUÇÃO; 1 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS RELACIONADOS À INFORMALIDADE; 2 OS INFORMAIS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA DIANTE DAS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL; 3 HISTÓRIAS DE VIDA DOS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA; CONSIDERAÇÕES FINAIS; REFERÊNCIAS.

RESUMO: O presente artigo discute a questão social da pobreza a partir dos sujeitos que se encontram em maior vulnerabilidade social: os moradores em situação de rua na Cidade de São Paulo na contemporaneidade em especial no trato dispensado pela administração local. As políticas públicas saneadoras dos espaços e de disciplina da informalidade enquanto negação de políticas públicas que atendam a ética do humano.

Palavras- Chave: População em situação de rua; Saneamento; Disciplina; Informalidade; Pobreza.

ABSTRACT: This article discusses the social issue of poverty from the subjects that are more socially vulnerable: the people on the streets in São Paulo nowadays especially in the treatment accorded by the local administration. Public policies for remedial and disciplinary spaces of informality as denial of public policies that address the ethics of human.

Keywords: Population living on the streets; Sanitation; Discipline; Informality; Poverty.

INTRODUÇÃO

A pobreza é um tema que passa despercebida, enquanto fenômeno urbano, em especial nas grandes cidades, em especial quando falamos dos moradores em situação de rua, sujeitos que se encontram em situação de pobreza extrema, portanto se encontram em maior vulnerabilidade social. Casualmente na cidade cruzamos com eles todos os dias, embora não os vejamos ou não queiramos vê-los; porém, eles estão lá na rua, construindo e reconstruindo seus territórios cotidianamente. A proposta da pesquisa é identificar quem são esses atores, o que fazem para sobreviver no ambiente hostil do universo urbano do centro de São Paulo.

Para os gestores públicos, a cidade seria como um organismo doente – numa alusão à saúde e higiene, especialmente dos mais pobres, que precisariam de cuidados permanentes, sendo tratados como caso de polícia, e nega-lhes a cidadania e dignidade humana.

¹ Artigo apresentado a partir da Dissertação de mestrado em Políticas Sociais - UNICSUL

² Doutorando em Direito pela Faculdade Especializada em Direito – FADISP.

Nosso objetivo, na análise da pesquisa, é trabalhar a partir do uso da técnica, incluídos os discursos apresentados pelos gestores da municipalidade, e conteúdos dos jornais, um projeto de cidade utópica, revelada em ideologias e ações autoritárias, como a repressão policial no disciplinamento da informalidade.

Para fins metodológicos, foi feita a opção pelo estudo das políticas públicas norteadoras (de ampla divulgação na mídia) da administração de São Paulo no trato com a informalidade diante do universo de temas apresentados todos os dias nos impressos, incluindo leis, decretos e demais ações do poder público.

O presente artigo foi dividido em três capítulos. No primeiro discutimos os principais conceitos relacionados à informalidade. No segundo abordamos os informais moradores em situação de rua diante da situação de vulnerabilidade social. No terceiro as histórias dos moradores em situação de rua. Por fim concluímos apresentando possíveis propostas para a questão social dos moradores em situação de rua à luz da cidadania.

1 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS RELACIONADOS À INFORMALIDADE

Cabe então, de antemão, expor os significados que estamos aqui atribuindo às expressões: saneamento, pobreza, informalidade, disciplina, Cracolândia.

Utilizamos o termo saneamento para nos referir ao processo de limpeza social da cidade por meio de intervenções urbanas pela municipalidade no tratamento das “doenças sociais” associadas à pobreza e informalidade, como vícios que prejudicam a boa moral, ordem da cidade. Há, portanto, o caráter econômico, político e social a ser considerado nos sujeitos como produtivos, úteis, ordeiros e dentro da legalidade nessas ações como o “perigo de contágio” que esses sujeitos informais representam para o corpo social. Portanto, sanear como técnica administrativa em princípio está no campo das ideologias difundidas na cidade

(criação de leis, discursos, propaganda, projetos urbanísticos) e visa atender a uma utopia³ da elite⁴.

Lena Lavinas (2003), em seu texto “Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática”, analisa a pobreza a partir de um viés social associada ao universo urbano e para além do aspecto meramente de renda ou condições básicas de sobrevivência; diz respeito à condição social, e vai além por ser um conceito ideológico que induz a

³ “**Utopia 1.** Termo criado por Tomás Morus em sua obra *Utopia* (1516), significando literalmente ‘lugar nenhum’ (Gr. *ou*: negação, *topos*: lugar), para designar uma ilha perfeita onde existiria uma sociedade imaginária na qual todos os cidadãos seriam iguais e viveriam em harmonia. A alegoria de Tomás Morus serviu de contraponto através do qual ele criticou a sociedade de sua época, formulando um ideal político-social inspirado nos princípios do humanismo renascentista.

2. Em um sentido mais amplo, designa todo projeto de uma sociedade ideal perfeita. O termo adquire um sentido pejorativo ao se considerar esse ideal como irrealizável e portanto fantasioso. Por outro lado, possui um sentido positivo quando se defende que esse ideal contém o germe do progresso social e da transformação da sociedade [...]. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 274)

⁴ “**Elite**, desde meados do S18, porém mais comumente desde princípios do S19, expressava principalmente uma distinção social por meio da posição, mas também podia ser utilizada para referir-se a distinções no interior de um grupo [...].

Não surpreende, portanto, que seu surgimento em um sentido moderno mais específico esteja relacionado aos debates conscientes sobre classe. Isso tem dois aspectos principais: o primeiro, o sentido de que houve uma ruptura nos velhos modos de distinguir pela oposição ou por hereditariedade aqueles mais aptos a governar ou exercer influência, e um fracasso na busca de novos modos de distinguir tais pessoas por meio de eleição formal (parlamentar ou democrática); segundo, em resposta aos argumentos socialistas sobre o governo de classes, ou sobre a política como conflito entre classes, o argumento de que as formações efetivas que governam e exercem influência não são as classes, mas as **elites**. O primeiro sentido, menos formal, está representado no S19 por muitas expressões alternativas – *os letrados [clerisy]* de Coleridge, os *mais sábios [the wisest]* de Mill, os melhores e os restantes [*the Best e the remnant*] de Arnold. A significação reside, em cada caso, na suposta distinção de tais agrupamentos em relação às poderosas formações sociais existentes. No uso geral do termo no S20, todos esses pressupostos se incorporam à **elite**, embora seja característico que muitas vezes ainda se evite a palavra por causa de algumas de suas associações (hoje se usam mais frequentemente as noções abstratas de *excelência* ou de PADRÕES [v] para exprimir ideias similares ou relacionais). O segundo sentido, mais formal, introduz-se efetivamente em uma tendência da teoria social que deriva de Pareto e de Mosca.” (WILLIANS, 2007, p. 150-151)

“**ELITE.** Minoria influente que toma as decisões no interior de uma classe ou grupo social. Distinguem-se várias elites, abrangendo os membros dos grupos ocupacionais que possuem *status* elevado no conjunto da sociedade: a *elite política*, a *elite intelectual*, a *elite empresarial* e a *elite militar* estão entre as mais poderosas. O conceito de elite nas ciências políticas e sociais foi particularmente estudado pelos sociólogos italianos Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, no início do século XX. Para eles, a elite seria formada por indivíduos superiores, socialmente bem organizados. Ambos se preocuparam especificamente com a análise das elites políticas, controladoras do poder e donas de todas as vantagens proporcionadas pela função. Opunham-se, dessa forma, às teorias que centralizavam a análise política e social no mecanismo das classes sociais e no conflito existente entre elas. Atualmente, o estudo das elites relaciona-se com a complexidade das chamadas sociedades de massa, que abrigam poderosas organizações burocráticas (empresas oligopólicas, partidos políticos, sindicatos, meios de comunicação de massa e organizações estatais). Todas essas organizações seriam dominadas por elites específicas. O sociólogo Wright Mills, analisando a sociedade norte-americana em seu livro *As Elites do Poder*, distingue três elites fundamentais — *dirigentes de empresas*, *líderes políticos* e *chefes militares* —, todas basicamente recrutadas no interior do mesmo estrato social e unificadas em torno de objetivos comuns. Outros sociólogos norte-americanos distinguem cinco tipos de elite que habitualmente assumiram a liderança do processo econômico: *elite dinástica*, proveniente da aristocracia agrária (caso do Japão); *elite de classe média*, composta de membros de uma nova classe empresarial (Inglaterra e Estados Unidos); *intelectuais revolucionários* de tendência socialista (ex-União Soviética, China, Cuba); *administradores coloniais*, representantes do poder metropolitano nas colônias (África e Ásia); e *líderes nacionalistas*, recrutados no interior das camadas superiores ou nas Forças Armadas de países em desenvolvimento (Egito, Líbia)”. (SANDRONI, 1999, p. 201)

estereótipos (gerando um sentimento de culpa no próprio sujeito por estar em alguma situação de vulnerabilidade) e resulta em preconceito, sendo uma forma de dominação que gera exclusão social. Na medida em que se constrói socialmente a ideia de ser pobre por um ou mais padrões de comportamento social. Seja por hábitos de banho, limpeza, higiene, simbolicamente se estabelecem modos de agir que acabam por isolar os sujeitos que não apresentam características compatíveis com aquelas socialmente aceitas em determinado ambiente. Daí embora a exclusão social tenha um viés econômico, na relação com a pobreza e classe social, em certa medida diz respeito à capacidade subjetiva em não se sentir parte de algo, um sentimento de rejeição, que pode levar à própria perda de identidade do sujeito como parte de um grupo social ou mesmo da própria sociedade, seja pela falta de integração das redes de sociabilidade e reciprocidade, havendo falta de solidariedade. No mundo globalizado, a dificuldade de acesso às redes de informação e de sociabilidade se configura num dos grandes dilemas atuais.

O disciplinamento da informalidade, por sua vez, ocorre pelas práticas da administração local impondo a ordem mediante deveres, padrões de comportamento, costumes, hábitos, aplicação de leis, atuação policial, repressão. Foucault (2008) entende a disciplina como:

[...] o conjunto das minúsculas invenções técnicas que permitiram fazer crescer a extensão útil das multiplicidades fazendo diminuir os inconvenientes do poder que, justamente para torná-las úteis, deve regê-las. Uma multiplicidade, seja uma oficina ou uma nação, um exército ou uma escola, atinge o limiar da disciplina quando a relação de uma para com a outra torna-se favorável[...]. (FOUCAULT, 2008, p. 181)

Entre as técnicas de disciplina, podemos situar a revitalização, regulação, modificação, fiscalização, repressão e controle dos espaços sejam públicos ou privados. A segregação, o isolamento e a violência também são formas de disciplina do corpo social. Entre as técnicas disciplinares, a mais utilizada é a lei como instrumento coercitivo a serviço das elites. Porém, o preconceito, a discriminação e os estereótipos são formas mais sutis de disciplina.

O termo informalidade para fins de estudo e análise foi utilizado para referir-se aos excluídos dos espaços da cidade, em especial: moradores em situação de rua, mendigos, flanelinhas, catadores de material para reciclagem, dependentes químicos, entre outros que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Esse termo, portanto, para fins metodológicos de pesquisa obedece um critério restritivo diante da complexidade do fenômeno social que o termo envolve e do universo de pessoas que se encontram em situação de pobreza em uma Cidade das dimensões estruturais e espaciais como São Paulo.

A informalidade, portanto, na pesquisa tem um viés sociológico em relação à análise, não se atém a estudar em detalhes cada um dos atores sociais, exceto o caso dos mais vulneráveis que são os moradores em situação de rua. Portanto, numa perspectiva saneadora da pobreza pela municipalidade, procurou-se abordar os territórios objeto dessas ações na região central da cidade. E para abordar a questão da disciplina da informalidade, utilizamos matérias dos jornais que identificam de maneira ampla o tratamento dado ao tema pelas gestões Serra/Kassab no período 2006-2011. Portanto, quando nos referimos ao Projeto Nova Luz, vislumbramos o olhar sobre os informais, como dependentes químicos, entre outros que lá sobrevivem.

A Cracolândia fica na região central da Cidade de São Paulo conhecida como Luz, objeto de operação urbana denominada Nova Luz (incluído tradicional centro de compras como Santa Ifigênia) em parceria entre governos municipal, estadual e a iniciativa privada que trabalham no sentido de retirada dos dependentes químicos da área pela idéia de revitalização incluída a desocupação de parte da área para realização do chamado Projeto Nova Luz. Essa área conhecida como Nova Luz tem sido objeto de especulação imobiliária por ser o centro de São Paulo um local privilegiado no acesso a bens e serviços, e que tem atraído os olhares da nova classe média por grandes projetos imobiliários para área. Em janeiro de 2012 teve início a operação centro legal uma parceria entre governo municipal, estadual e polícia militar para coibir o consumo de drogas por parte dos dependentes químicos em nome da defesa do direito à vida e à saúde, com forte repressão policial inclusive com uso de balas de borracha, sirenes 24 horas correndo atrás da multidão de usuários na chamada operação dor e sofrimento em que sempre que ocorre a aglomeração de viciados ocorre a dispersão policial.

2 OS INFORMAIS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA DIANTE DAS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL

A partir do documentário *À Margem da Imagem* (2003), com direção de Evaldo Mocarzel e roteiro da Profa. Dra. Maria Cecilia Loschiavo dos Santos, foi possível identificar uma abordagem entre outras temáticas do cotidiano de moradores em situação de rua e a complexa relação entre a vulnerabilidade social e o poder público municipal no trato com a questão social, a partir da visão dos próprios moradores de rua, e também como se formam redes de solidariedade social entre desempregados, alcoolizados, e as associações religiosas e/ou assistenciais entre outras formas de sobrevivência da população em situação de rua. Verifica-se que os espaços de convivências oferecidos pela municipalidade produzem espaços

desiguais, como no caso dos albergues da cidade onde o estabelecimento de horários para entrar, dormir, acordar, sair, é, na verdade, um serviço em que a disciplina sobre o corpo é exercida cotidianamente, como espaço de representação do poder público que age com ordem sobre a vida dos moradores de rua; portanto, não se configura num espaço de socialização, mas de exclusão, produzido por agentes públicos que acabam por estabelecer o saneamento *in loco* em nome do município e da própria sociedade autoritária como reprodutora de desigualdades entre os que possuem e os despossuídos, desvalidos de qualquer dignidade humana. Esquecidos à própria sorte.

Também no documentário verificamos como na nossa sociedade dita democrática se produz e reproduz imagens da pobreza por meio de estereótipos criados, associando-os a “vagabundos, imprestáveis, preguiçosos” e culpando-os por sua própria condição, ou mesmo pela origem migratória, ou pela procriação desenfreadas, mitos construídos para justificar a própria pobreza e naturalizá-la, torná-la banal. A partir desses estigmas construídos socialmente, é possível justificar medidas ditas “de correção” do corpo social, dos comportamentos sociais, dos hábitos e costumes das pessoas excluídas da sociedade, como o “toque de despertar” pela administração municipal.

O que não se faz é entender as causas reais que envolvem a própria dinâmica capitalista, onde do ponto de vista estrutural, a automação, e necessidade de qualificação profissional constante, competição, representa corte significativo de empregos, entre outros aspectos relacionados às condições de vida e trabalho, como a desigualdade social, a produção de espaços que incluem uns e excluem, aumentando o exército de reserva que alimenta o sistema globalizante atual, em especial a partir das políticas neoliberais nos países periféricos. Além de problemas conjunturais como crises econômicas, desemprego, inflação, e principalmente, falta de políticas públicas que promova uma rede de proteção social com os direitos básicos do cidadão. Programas que tratem os vícios e violência do cotidiano das cidades à luz da questão social.

Há, muitas vezes, uma linha tênue entre a família e/ou a perda do emprego e a rua, como separações, conflitos familiares, preconceitos, dependência química, problemas psíquicos, abandono entre outros motivos ignorados principalmente pelo poder público.

A partir de então, fomos analisar mais a fundo os sujeitos por meio de dados estatísticos como técnica sujeita a diversas interpretações, a partir do olhar social.

A partir dos principais resultados da pesquisa FIPE sobre o censo da população em situação de rua, 2009 e os principais resultados do perfil socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo, de 2010, é possível caracterizá-la

como sujeito/objeto do processo saneador. E ações disciplinares desenvolvidas nos territórios pesquisados.

A cidade de São Paulo, como metrópole urbana com alta densidade populacional, revela várias facetas que escondem muitas desigualdades sociais, entre as quais a exclusão dos habitantes informais, inclusive moradores que se encontram em situação de rua.

[...] Definição da população em situação de rua:

- ‘Moradores de rua’: pessoas que não têm moradia e que pernoitam nas ruas, praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viadutos, mocós, terrenos baldios e áreas externa de imóveis;
- ‘Acolhidos’: pessoas que, também sem moradia, pernoitam em albergues ou abrigos [...]. (SCHOR; VIEIRA, 2009, p. 2)

Conforme resultado do censo da população em situação de Rua da Cidade de São Paulo, 2009, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE⁵, seriam hoje 13.666 moradores em situação de rua (somados os moradores de rua e os acolhidos), e a grande maioria vive na área central da cidade. Embora a rede de proteção social não trate devidamente o morador de rua (informal) a partir de políticas de geração de emprego e renda que lhe dê cidadania. Bem como falta uma estrutura por parte do poder público para o real acolhimento com abrigos para tratamento, acompanhamento e reinserção social para a dependência química por exemplo.

Ainda que haja convênios com instituições particulares por meio da parceria com a Prefeitura como garantir que realmente há um acolhimento dessa população a partir de estatísticas apenas, portanto, nos parece muito questionável esse critério de divisão entre moradores em situação de rua a partir do critério acolhimento e de rua. Haja vista não há programas sociais que permitam uma inclusão social efetiva a ponto de justificar essa distinção, ambos continuam em vulnerabilidade social. Faltam políticas públicas que garantam dignidade a todos, como cidadãos.

A grande maioria dessa população é obrigada a migrar para outras áreas do entorno do centro para se protegerem das condições sociais adversas a que são submetidos. Agravada pelo ao fechamento de albergues no centro pelo próprio poder público. Portanto, considerar uma população “acolhida” diante da realidade em que vivem se torna questionável. Por

⁵ “[...] A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1973 para apoiar o Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), com destacada atuação nas áreas de pesquisa e ensino [...]” (Disponível em: <http://www.fipe.org.br/web/index.asp>. Acesso em: 21/01/2011 às 17h54)

cotidianamente serem expulsos de seus territórios pelas operações urbanas, como o caso dos dependentes químicos da região central do bairro da Luz, a partir do Projeto Nova Luz⁶.

QUADRO 1

Número de pessoas em situação de rua, 2009

População	Número	Total
Moradores de Rua	6.587	48,2
Acolhidos	7.079	51,8
Total	13.666	100,0

Fonte: FIPE – Principais resultados do censo da população em situação de Rua da Cidade de São Paulo, 2009 (in SCHOR; VIEIRA, p. 4).

Do total de 13.666 da população em situação de rua, se somados apenas os moradores de rua por distrito, de um total de 6.587, verifica-se que a grande maioria se encontra na área central da cidade 4.093, o que representa 62,1%. Porém, se considerado o número de “acolhidos” por distrito de um total de 7.079, mais da metade, 53,8%, estão na região central, ou seja, 3810 acolhidos. Assim, se considerarmos o total de população de moradores de rua mais a população de acolhidos que moram na região central (conforme consta na própria pesquisa seriam os bairros da Sé, República, Brás, Pari, Cambuci, Liberdade, Santa Cecília, Consolação, Bela Vista). Resultaria num total em 7.903, ou seja, 57,83% do total da população em situação de rua.

E pergunta-se haveria uma distinção considerável entre albergue e a rua? Resposta da pesquisa: “[...] Rua e albergue são faces da mesma moeda. São os lugares habitualmente utilizados pela população em situação de rua desde que perdeu a última morada [...]” (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 3).

QUADRO 2

Moradores de rua na Área Central, por distrito municipal, 2009

⁶ “O Nova Luz se insere no contexto de um ambicioso projeto de revitalização do centro da cidade que a Prefeitura de São Paulo, em parceria com o Governo do Estado, pretende realizar ao custo de um endividamento milionário com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que prevê ainda uma contrapartida de investimentos para requalificar o que chamam de ‘área degradada’. O poder público, em parceria com instituições financeiras, alguns setores da iniciativa privada e da sociedade civil, em que se destaca a Associação Viva o Centro, quer transformar o centro da cidade em um lugar ‘limpo’, ‘vigiado’ e ‘controlado’, livre do que considera ‘sujeira’: o comércio informal, a população em situação de rua, os catadores de materiais recicláveis, os movimentos por moradia, enfim. [...]” (Coletivo Política do Impossível. *Cidade Luz: Uma investigação-ação no Centro de São Paulo*. Editora PI, São Paulo. p. 23-24. Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/02/cidade_luz.pdf>. Acesso em: 23/04/2011 às 11h46).

Distritos Municipais	Número	%
República	1570	38,4
Sé	1195	29,2
Santa Cecília	309	7,5
Brás	249	6,1
Consolação	175	4,3
Bom retiro	165	4,0
Bela vista	138	3,4
Liberdade	128	3,1
Pari	111	2,7
Cambuci	53	1,3
Total	4093	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Censo da População em situação de Rua da cidade de São Paulo (in SCHOR; VIEIRA, 2009, p. 12).

A partir da pesquisa da FIPE numa perspectiva oficial, acredita-se que foi possível pela administração local conhecer um pouco mais da realidade desses informais e caso desejasse intervir por meio de ações de maior eficácia no trato com a questão social, assegurando-lhes o mínimo de dignidade. No entanto, temos observado o viés saneador pelas políticas públicas locais. Aliás a falta de programas sociais para essa população piorou a partir da gestão Serra/Kassab (2006/2011), em especial a partir do fechamento de albergues pela atual administração.

Algo que os dados não revelam, porém, fica implícito a partir da pesquisa é a falta de programas sociais pela prefeitura que trate da fixação dos moradores em situação de rua no centro, apenas sistemas provisórios que definem albergados ou não. Sujeitos que construíram suas vidas nesses territórios são deixados à própria sorte na rua. Ao invés se criam instrumentos para sua expulsão e disciplinamento, aonde pode ou não circular.

Há inclusive ações adotadas recentemente pela municipalidade que visam disciplinar territórios estudados pela pesquisa, em especial na área do Projeto Nova Luz, também ações como a internação compulsória tão questionada como medida que fere a liberdade individual dos sujeitos se locomoverem livremente em nome do direito à saúde e à vida dos dependentes químicos e em situação de rua. Porém, é importante atentar para os resultados apresentados na pesquisa como instrumento de análise sociológica como descaso da municipalidade com a questão da parcela mais vulnerável da informalidade.

Por outro lado, as estatísticas numa concepção social e crítica também servem para situar a forma como eles vivem em seus territórios e formas de sobrevivência, suas lutas e dilemas existenciais diante dos poderes constituídos.

A pesquisa descaracteriza o mito de que seriam os nordestinos a maioria que mora em situação de rua. Bem como nega a associação entre esses segmentos informais, a ociosidade e

a criminalidade comumente atribuída a quem se encontra nessa condição social. Entre outros aspectos analisados a seguir.

Outro ponto importante é a necessidade de pensar a população de rua como um todo como políticas públicas. E não apenas por bairro, haja vista haver uma mobilidade social dessa população de rua para o entorno do centro e outras áreas da cidade, como fartamente veiculado todos os dias pela mídia, em especial a partir das intervenções urbanas desenvolvidas pela municipalidade, que acaba por expulsar os mais vulneráveis para outras áreas do centro como Bela Vista, Santa Cecília e no entorno do centro como Ipiranga, Campo Belo.

Vejamos alguns dados extraídos a partir da seleção de quadros sobre caracterização demográfica, relativos à idade, escolaridade, local de origem, migração, tempo de moradia em São Paulo.

A partir do mapeamento das áreas centrais como maior concentração de moradores de rua, o poder público deveria atentar para a violência e o medo como constantes em suas vidas, em especial a partir de programas sociais de distribuição de renda, moradia e acompanhamento sistemático por meio de uma rede de proteção social. Em especial, pela atuação de grupos de extermínio nessa área, como estudado no capítulo anterior.

[...] CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

Os moradores de rua da Área Central da cidade de São Paulo são predominantemente do sexo masculino e têm, como média, 40 anos de idade. Na sua grande maioria são “não brancos”, incluindo-se aí os pretos, pardos, amarelos e indígenas, segundo classificação realizada pelos pesquisadores de campo. A porcentagem de analfabetos na população é superior à do Município de São Paulo e a maioria não chegou a completar o ensino fundamental.

Quanto à região de origem, predomina o Sudeste brasileiro, com forte concentração de paulistas, seguidos por migrantes da Bahia e de Minas Gerais que superam os demais estados brasileiros. Os migrantes que vieram para São Paulo uma única vez, e então permaneceram, estão na cidade há, em média, 18 anos, independentemente do seu estado ou município de origem. Os que vieram mais de uma vez estão, em média, há oito anos, desde a última vez que vieram para São Paulo [...]. (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 2)

Observa-se, entre outras características demográficas levantadas, a questão da cor, o que revela, em certa medida, como a pobreza está associado ao processo histórico-social do Brasil como discurso de uma sociedade dita “igualitária”, baseada no “mito da democracia racial” que escamoteia as desigualdades sociais.

Porém, identifica-se a questão da pobreza ainda muito ligada aos pobres não-brancos. E algo assustador em relação à negação da cidadania diz respeito à média de idade, devido a serem relativamente em idade economicamente ativa para estarem na informalidade e na rua.

Também há um percentual de mulheres de 15,5%, enquanto os homens seriam 79,7% do universo total de 6.587 moradores de rua, conforme dado da FIPE (2009).

A caracterização demográfica da FIPE tem algumas peculiaridades entre as quais a derrubada do mito do baiano como a maioria pobre que vive na rua e muito associada à “ignorância” pela cultura de massas.

QUADRO 3
Local de Origem
Região de Origem

Região de Origem	Frequência	%	% Válida
Norte	3	0,6	
Nordeste	174	33,1	33,1
Centro-Oeste	8	1,4	1,5
Sudeste	303	57,6	57,7
Sul	34	6,5	6,5
Outro país	3	0,6	0,6
Total	525	99,8	100
Sem informação	1	0,2	
Total	526	100	

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 10-11).

QUADRO 4

Estado de Origem

Estado de Origem	Frequência	%	% Válida
São Paulo	241	45,8	46,2
Bahia	66	12,5	12,6
Minas Gerais	43	8,2	8,2
Pernambuco	38	7,2	7,3
Ceará	27	5,1	5,2
Paraná	24	4,5	4,6
Alagoas	14	2,7	2,7
Rio de Janeiro	14	2,7	2,7

Demais Estados	55	10,5	10,5
Total	522	99,2	100
Outro país	3	0,6	
Sem informação	1	0,2	
Total	526	100	

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 11).

QUADRO 5

Migração

Migrantes e Paulistanos

Origem	Frequência	%
Migrantes	379	72,6
Paulistanos	143	27,4
Total	522	100

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 12).

No tocante à região de origem, prevalece fortemente o Sudeste, devido à expressiva quantidade de paulistas, como local de origem, seguidos por baianos, mineiros e demais estados.

QUADRO 6

Idade

Estatísticas da Idade

Idade média	40,2
Idade mínima	18
Idade máxima	85
Nº de entrevistados	526

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 9).

QUADRO 7

Faixas etárias

Faixas Etárias	Frequência	%
18 a 30	136	25,8
31 a 49	264	50,2
50 anos e mais	126	24,0
Total	526	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 9).

No critério de idade, foram definidos na condição de morador de rua homens e mulheres com mais de 17 anos a partir do critério da capacidade para responder às questões apresentadas. Os resultados do perfil socioeconômico desses moradores, situados na área central da FIPE, 2010, preocupa pelo fato de a maioria estar em plena capacidade para o exercício de atividades produtivas, com idade média de 40,2 anos. (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 9).

E se comparativamente a população de rua do centro tem uma percentagem de analfabetos superior à do município; porém, a grande maioria sabe ler e escrever embora não tenha concluído o ensino fundamental, conforme dados da FIPE (2010).

Faltam, no entanto, programas sociais que priorizem de modo integrado políticas de educação pra elevar a escolaridade e permitir uma melhor formação e qualificação para o trabalho. Aliado a programas de renda e moradia popular, acolhimento 24 horas com alimentação, repouso, apoio psicológico e de saúde para todos, inclusive os dependentes químicos.

QUADRO 8

Escolaridade Leitura e Escrita

Escolaridade	Feminino		Masculino		Total	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Analfabeto	5	6,9	44	9,9	49	9,5
Sabe ler e escrever	67	93,1	399	90,1	466	90,5
Total	72	100	443	100	515*	100

*Excluídos 11 casos sem informação.

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 10).

Além da questão demográfica, foram analisadas outras dimensões como: família e vínculos familiares atuais; alternativas de pernoite e última morada; trabalho e renda; saúde e serviços; cidadania e tempo de rua.

FAMÍLIA E VÍNCULOS FAMILIARES ATUAIS

A análise da dimensão “família e vínculos familiares” possibilita aferir que a maioria dos moradores de rua da área central de São Paulo vive sozinho. Bem como a maioria possui parentes que moram em São Paulo (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 3).

QUADRO 9

Vivem acompanhados ou sozinhos nas ruas

Com quem vive na rua	Frequência	%
Acompanhado	174	33,1
Sozinho	352	66,9
Total	526	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 14).

QUADRO 10

Moradores de rua com filhos e sem filhos

Moradores de rua	Frequência	%
Com filhos	311	59,1
Sem filhos	213	40,5
Não sabem sabe se têm filhos	2	0,4
Total	526	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 14).

QUADRO 11

Moradores de rua com parentes na cidade de São Paulo que não vivem com eles

Têm parentes na cidade de São Paulo	Frequência	%	% Válida

Sim	322	61,2	61,3
Não	203	38,6	38,7
Sem informação	1	0,2	
Total	526	100,0	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 14).

ALTERNATIVAS DE PERNOITE E ÚLTIMA MORADIA

Entre as alternativas de pernoite e última moradia, observa-se uma carência em especial quanto às poucas opções de pernoite, haja vista haver uma linha muito tênue entre o albergue e a rua. A deficiência de políticas públicas de moradia para população de baixa renda é algo desumano.

Verifica-se, nas estatísticas apresentadas, quanto aos que perderam a última moradia, que 36% dos entrevistados eram paulistanos, os demais migrantes, que, por diversos motivos, acabaram em situação de rua (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 3-4).

QUADRO 12

Onde tem dormido desde que está na rua (Resposta múltipla)

Locais em que tem dormido	N	%
Albergue	337	64,2%
Pensão/Vaga/Quarto	153	29,1%
Alojamento – Local de trabalho	45	8,6%
Instituição (Igreja, abrigo, hospital)	28	5,3%
Nenhum desses locais	151	28,8%
Respostas		
Respondentes	525	100,0%

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 15).

TRABALHO E RENDA

QUADRO 13

Ocupação Exercida Antes de Viver na Rua

Principal trabalho antes de viver na rua	Frequência	%	%
Construção Civil	146	27,8	28,3
Serviços domiciliares	71	13,5	13,8

limpeza			
Serviços técnicos e administrativos	67	12,8	12,9
Comércio Informal	65	12,4	12,5
Comércio formal	34	6,5	6,6
Ajudante geral	24	4,6	4,7
Indústria	22	4,2	4,3
Trabalho rural	19	3,6	3,7
Serviços na área de transporte	15	2,8	3
Serviços de segurança	14	2,6	2,8
Sem informação da ocupação	21	3,9	4
Nunca trabalhou	18	3,5	3,4
Total	516	98,2	100
Sem informação	3	0,5	
Sempre morou na rua	7	1,3	
Total	526	100	

Fonte: Tabela 3.2 FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 17).

QUADRO 14

Trabalhou com registro em Carteira, segundo Grupos Etários

Trabalhou registrado		Grupos etários			Total
		18 a 30	31 a 49	50 e mais	
Sim	Frequência	54	195	104	353
	%	40,0	74,1	83,9	67,6
Não	Frequência	81	68	20	169
	%	60,0	25,9	16,1	32,4
Total		135	26,3	124	522
		100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 17).

Na questão trabalho e renda, verifica-se um histórico de que a maioria na faixa etária entre 31 a 49 anos e 50 e mais estava inserida no mercado formal de trabalho e com registro em carteira antes de ir para a rua e entrar na informalidade. Portanto, tem experiência profissional e, mediante programas sociais de assistência e seguridade social, poderia voltar a

exercer atividades formais de trabalho. Também na faixa de 18 a 30 anos como maioria que não trabalhava registrada antes de ir para a rua, são importantes programas de qualificação profissional acompanhados de redes de proteção social, consideradas as habilidades profissionais desenvolvidas nas atividades informais antes e durante o dia a dia nas ruas. Em todos os casos, revela-se a falta de políticas públicas de educação, saúde, renda, moradia, lazer, entre outras para que possam exercer sua cidadania.

QUADRO 15

Fontes para obtenção de Dinheiro

Geralmente, o que fazem para ganhar	Frequência	%
Trabalho	351	66,9
Trabalho e esmola	80	15,2
Esmola	74	14,0
Não faz nada	21	3,9
Total	526	100,0

Fonte: Tabela 4.5 FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 18).

Segundo a pesquisa da FIPE, no dia da entrevista quase metade havia auferido renda monetária por meio de atividades típicas de rua, inclusive pela mendicância (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 4).

O trabalho acaba por ser uma opção significativa para os moradores da área central conforme dados da FIPE, dos quais, entre as fontes para obtenção de dinheiro, em geral estão: trabalho: 66,9%; trabalho e esmola 15,2%; esmola 14%; não faz nada 3,9%.

Entre as atividades de trabalho dos moradores em situação de rua para obtenção de renda, podemos destacar as atividades informais:

QUADRO 16

Atividade de Trabalho para Obtenção de Renda

Atividades	Frequência	%
Cata materiais recicláveis	268	62,1
Lava-guarda carros-flanelinha	56	12,9
Carga e descarga	47	10,9
Vendedor (doces, frutas, amendoim, flores, jornais)	37	8,5
Construção civil-pedreiro	30	6,9
Limpeza-Faxina	7	1,6
Distribui panfletos	4	0,9
Sem informação das atividades	80	18,5
Respostas	529	122,7
Respondentes	431*	100,0

Fonte: Tabela 4.6 FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 19).

A renda foi obtida mediante atividades informais, sendo os mais comuns a coleta de material reciclável, venda de alguns produtos de baixo custo, serviços de carga e descarga, guarda de carro, entre outros.

Entre os principais trabalhos exercidos pelos moradores da área central da cidade, antes de viver na rua, a partir dos dados sobre trabalho e renda (perfil socioeconômico) da FIPE estão: construção civil, serviços domiciliares de limpeza, serviços técnicos e administrativos, comércio informal, comércio formal, ajudante geral, indústria, trabalho rural, serviços na área de transporte, serviços de segurança, o que interpretamos a partir dos dados da FIPE como correspondente em seu conjunto a um percentual superior a 90% do total entrevistado. É importante destacar que, para fins de análise do perfil socioeconômico dos moradores de rua, foram considerados como ‘área central’ da cidade de São Paulo segundo dados fornecidos pela FIPE os seguintes distritos: Sé, República, Pari, Brás, Cambuci, Liberdade, Consolação, Bela Vista, Santa Cecília e Bom Retiro. E isso é devido à grande maioria dos moradores de rua da cidade, ou seja, 62%, estar concentrada nessa área.

Quanto à questão do saneamento dos espaços pela municipalidade, e nesse ponto há um dilema a ser enfrentado, no que diz respeito à informalidade, há uma preocupação muito mais em expulsá-los das áreas centrais pela disciplina imposta pelos aparelhos repressivos que realizar ações concretas para tratar a pobreza, configurando-se tais políticas em uma grande distorção de enfoque para algo tão preocupante que são as precárias condições de vida dos que se encontram em tal condição e que dificilmente conseguem sair dela sem ajuda governamental, pois embora mantenham vínculos afetivos, em sua maioria são pessoas solitárias e que necessitam encontrar oportunidades para uma trajetória de vida que lhes resgate a dignidade humana; por mais que existam redes sociais, movimentos cristãos de ordens diversas que prestem assistência com alimentos, vestuário e apoio espiritual ou moral, só as políticas públicas preocupadas com a gestão social seriam capazes de romper fronteiras sociais e espaciais para inserção no âmbito da cidadania. Portanto, os espaços saneados vão aumentando a distância social entre quem lá fica e quem é obrigado a circular no seu entorno. Há um abismo social em curso que dificilmente terá volta caso continue em curso os projetos em andamento pela prefeitura em parceria com a iniciativa privada. Vale destacar que essa população de rua é a mais vulnerável em todos os sentidos por não dispor de recursos próprios para se reerguer. São, portanto, extremamente carentes de políticas públicas urgentes.

[...] TRABALHO E RENDA

A população de rua tem um histórico de perdas e o emprego é uma das mais importantes; extingue-se, de imediato, a fonte de rendimentos podendo gerar instabilidade familiar/econômica que nem todos sabem, ou têm condições de enfrentar.

É importante constatar que a maioria de homens e mulheres entrevistados trabalhava antes de perder a moradia e chegar à vida de rua. O elenco de ocupações que exerciam abrange desde as categorias mais simples e de menor exigência de qualificação, até serviços técnicos e administrativos mais especializados.

Cabe ressaltar que a maioria estava inserida no mercado formal de trabalho com registro em carteira, situação quase inexistente na atual condição de rua. Há pessoas com mais de 10 anos sem trabalho registrado, sem qualquer direito trabalhista e cobertura previdenciária. Nessa condição, enquadram-se entre os que seriam alcançados pelos benefícios sociais criados pelo governo para inclusão da população de baixa renda. No entanto, quase a totalidade dos entrevistados informou não receber qualquer benefício.

Embora sobrevivam sem empregos regulares ou formais, geram renda monetária para satisfazer algumas de suas necessidades. No dia da entrevista, quase a metade tinha auferido pequena renda em atividades típicas de rua, incluindo a mendicância. E gastaram no mesmo dia para consumir o que consideram essencial: comida, cigarro, bebida e drogas. (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 4)

O que nos chamou atenção na pesquisa é a relação muito tênue entre o morador de rua e a informalidade e as técnicas para sobreviver nas ruas. Haja vista que quem está hoje em situação de rua, como demonstram os dados, já esteve na formalidade e acabou por perder o emprego, passando à vulnerabilidade social, e o que ganha, acaba por não reverter em benefícios duradouros, mas para atender suas necessidades de emergência, de sobrevivência. Há mesmo que se discutir se a grande maioria não poderia obter uma mudança nas condições de vida e trabalho se as políticas públicas da municipalidade dessem condições mínimas para tal, como renda mínima e moradia para esses excluídos socialmente.

A partir dessas reflexões anteriores, observa-se que não existe efetivamente interesse social em combater a pobreza extrema de pessoas que se encontram na informalidade e em situação de vulnerabilidade social como mendigos, viciados, dependentes, moradores de rua, camelôs por parte da administração municipal, mas, sim, em aumentar a repressão policial e promover a limpeza social via exclusão, funcionando como uma espécie de *Panóptico*⁷ como

⁷ Refere-se à analogia ao termo usado por Michel Foucault: “[...] O *Panóptico* de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber a torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 165-166)

instrumento de disciplina e controle sobre suas ações, suas vidas, suas almas, seu corpo, sem que haja perspectivas de acolhimento. São literalmente segregados dos espaços para áreas distantes dos olhares da população, ou mesmo somem sem que se saiba qual foi o destino, estão jogados à própria sorte.

SAÚDE E SERVIÇOS

Pesquisa divulgada pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, revela o lado trágico das políticas sociais em São Paulo em relação ao morador em situação de rua, que transfere a questão da dependência de drogas por meio do sensacionalismo da mídia, sem apresentar políticas públicas efetivas para a questão social. A divulgação nos jornais de grande circulação visa muito mais sensibilizar a sociedade no sentido de legitimar medidas radicais por meio de intervenções urbanas que afastem os sujeitos das ruas, sem que se apresente um planejamento urbano para a área central da região da Luz objeto de ações exemplares como gestão preocupada em sanear a área. O conteúdo da matéria veiculada a seguir mostra um tratamento estereotipado do jovem morador de rua a partir de um problema que envolve toda a sociedade e não apenas quem mora na rua, bem como não traduz a realidade da maioria que vive em situação de rua. Mas parece formar opinião acerca do vínculo entre a dependência química e a rua.

Mais da metade dos jovens na rua é viciada em crack

[...] A principal mudança no cotidiano atual da população de rua é a presença do crack como droga principal, além de álcool e cigarro, em todas as faixas etárias pesquisadas. Usam crack 27,3% daqueles que vivem nas ruas da capital. Entre os jovens de 18 a 30 anos, esse índice sobe para 53,7%. ‘Essa foi uma das principais mudanças sentidas pelos coordenadores da pesquisa de campo, que viram um cenário diverso no começo da década’, explica a coordenadora da pesquisa, a economista Silvia Schor. ‘Isso causa uma transformação na maneira de se relacionar e torna a rua ambiente mais atraente.’

[...] Conforme dados da pesquisa, as pessoas que vivem nas ruas ganham em média R\$ 19,30 por dia por meio de trabalhos e esmola. Daquilo que recebem, 69% gastam com comida, 41,4% com bebida, 33,6% com cigarro e 19,6% com drogas. ‘O combate ao tráfico de drogas no centro é uma política pública fundamental’, defende a pesquisadora.

Outro dado importante é que 52,5% dos que vivem nas ruas passaram antes por internações em outras instituições, como Fundação Casa – a antiga Febem – (11,2%), clínica de álcool e droga (25%) e hospital psiquiátrico (8,2%). (MANSO, *O Estado de S. Paulo*, 01/06/2010)

Outro dado desalentador é o vício por parte da população em situação de rua, haja vista a grande maioria ser dependente de álcool e/ou drogas. Segundo dados da FIPE, seriam

74,4% dos entrevistados, o que seria um indício da convivência associada ao vício como prática social? Ou seja, o vício poderia estar associado com a própria sobrevivência na rua como espaço de socialização?

Cerca de 400 moradores de rua dormem no Triângulo Histórico de SP

[...] DROGAS

A pesquisa da Fipe mostrou que a maioria dos moradores de rua bebe e usa drogas. ‘A questão do uso de álcool e drogas é um grande desafio da modernidade em todas as camadas sociais, e ainda não temos abertura para intervenções inovadoras’, expõe o professor Walter Varanda. O que nos faz pensar que o problema dos usuários de substâncias psicoativas que moram na rua não tem solução, intensificando o processo de estigmatização contra elas.’

Dos entrevistados, 74% declara ser adepto do álcool, drogas ou ambos. Entre os 18 e 30 anos, a proporção atinge 80%. Mais da metade já foi internada em alguma instituição – casas de detenção e clínicas de recuperação. A droga mais consumida é o crack. Mais da metade declara utilizá-lo. Já os mais velhos preferem o álcool. ‘A discussão sobre internação compulsória, por exemplo, é uma forma de criminalização dos usuários, que, diga-se de passagem, indica o retrocesso na forma de encarar o problema’, opina Varanda [...].

(SPILLARI, *O Estado de S. Paulo*, 29/07/2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,cerca-de-400-moradores-de-rua-dormem-no-triangulo-historico-de-sp,587723,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 19h)

No trato com a questão social dos informais, um fator social importante a ser observado quanto à dependência (seja de drogas, álcool, etc.) é sua configuração espacial como lócus de socialização e sobrevivência na rua, haja vista a rua ser um ambiente que exige adaptação, ser uma luta diária pela sobrevivência, até mesmo dos conflitos, frio, fome. Deve-se observar a necessidade de se pensar políticas públicas que alcancem a temática da dependência levando-se em conta programas sociais que visem inserir socialmente as pessoas em situação de rua num ambiente onde se sinta parte cultural, social e economicamente.

CIDADANIA

Na parte relativa à cidadania, a pesquisa FIPE traz um resultado desalentador relacionado aos direitos humanos. Entre os autores da violência, a polícia aparece em segundo lugar, o que revela o despreparo e a falta de formação das autoridades constituídas no respeito ao morador em situação de rua; justamente por estar em situação de vulnerabilidade é que mais deveria ter assegurada a proteção do poder público.

QUADRO 17

Violência na rua

Sofreu violência na rua	Frequência	%	% válida
Sim	350	66,5	66,7
Não	175	33,3	33,3
Total	525	99,8	100,0
Sem informação	1	0,2	
Total	526	100,0	

Fonte: Tabela 6.2 FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 21).

QUADRO 18

Autores da violência sofrida (Respostas múltiplas)

Por parte de quem sofreu violência	Frequência	%
Moradores de rua	239	46,3
Polícia	144	27,9
Transeuntes	70	13,6
Comerciantes	23	4,5
Outro(s)	23	4,5
Respostas	499	
Respondentes que sofreram violência	341	66,1
Respondentes que não sofreram violência	175	33,9
Total de Respondentes (*)	516	100,0

*Excluídos os sem informação.

Fonte: Tabela 6.3 FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 21).

“[...] Quer seja total ou parcial, definitiva ou provisória, a exclusão, no sentido próprio da palavra, é sempre o desfecho de procedimentos oficiais e representa um verdadeiro *status*. É uma forma de discriminação negativa que obedece a regras estritas de construção [...]” (CASTEL, 2008, p. 46)

Também vale a pena considerar que a cidadania, como salienta Maria de Lourdes Cerquier-Manzini (2010, p. 12), se exerce pela “[...] prática da reivindicação, apropriação dos espaços, da pugna para fazer valer os direitos de cidadão [...]”.

Como prática constituidora de uma sociedade democrática e plural e não retirando e disciplinando os sujeitos informais que sempre lá estiveram, trabalharam, sobreviveram e construíram pela luta diária no frio e na fome, participação, solidariedade, uma identidade individual e social e não os segregando em outros espaços.

Disciplinar os espaços, retirando as pessoas indesejadas para tratamento forçado ou mesmo expulsando-as para outras áreas no entorno. Na medida em que a população que lá vive acaba tendo sua associação com a questão social, embora sejam um espaço complexo e que envolve políticas públicas, não exposição na mídia e tratamento de choque com acompanhamento da polícia. São sujeitos que trabalham, sobrevivem nas ruas, lutam pela dignidade, e o vício não é uma causa, mas consequência justamente da falta de gestão social.

Um dado que chamou atenção na pesquisa amostrada da FIPE, 2010, foi a exclusão do perfil socioeconômico dos considerados doentes mentais e alcoolizados em excesso.

E há que se considerar, para além da pesquisa, a necessidade de políticas de reabilitação e tratamento adequado, acompanhamento psicológico diante do universo de pessoas de rua ser a maior vítima de estereótipos e da própria desigualdade social.

O que seria uma política social da prefeitura para melhorar a vida dos moradores acaba por se chocar com a negação de direitos conquistados como liberdade de locomoção (dos moradores dessas áreas), diminuição dos espaços de convivência, com a retirada dos albergues nas áreas centrais, aumento da informalidade, controle policial sobre os moradores em situação de rua, dependentes químicos e mesmo a criminalização de movimentos sociais como os sem-teto nos espaços públicos da cidade.

3 HISTÓRIAS DE VIDA DOS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA

Há uma verdadeira operação de limpeza espacial e social das pessoas que vivem em áreas objeto das mudanças na cidade, ligadas às condições de vida, higiene, e uma ordem disciplinar, em que se passa aos poucos a se estabelecer uma personificação dos espaços e necessidade de sua regulação como projeto de revitalização da própria cidade, fazendo-a sair do estado terminal para uma sobrevida. Porém, o foco dessa intervenção espacial, em especial, são justamente os informais que dependem exclusivamente do espaço público para sobreviver.

É utopia pretender impedir que surjam moradores de rua

No caso dos moradores de rua, há a procura de respostas para duas questões centrais: o que leva as pessoas às ruas e o que fazer? Para a primeira, ainda não se conseguiu uma resposta consistente. Sabe-se que alguns fatores se encontram sempre associados. Assim, álcool, desemprego e rompimento de relações familiares surgem repetidamente nas histórias pessoais daqueles que foram viver nas ruas. Pobreza, dissolução dos vínculos familiares e desemprego são condições que muitas famílias, e pessoas, enfrentam. Nem todas, contudo, levam a perda das condições mínimas que impedem a chegada às ruas.

O que fazer? Como toda política de educação da pobreza, as intervenções junto aos moradores de rua devem ser multidimensionais.

Isso porque todas as dimensões de vida dessas pessoas se encontram atingidas: saúde, emprego, família, moradia, sociabilidade. Isoladamente, é possível identificar alguns fatores que podem tornar as políticas públicas dirigidas aos moradores de rua mais eficientes. Sem pretender uma enumeração exaustiva, pode-se apontar duas condições: a diversificação da rede de atendimento e a provisão de serviços de moradia social, notadamente para aqueles que estão chegando às ruas.

Duas observações finais. O consumo e a venda de drogas não são, certamente, a causa única que leva as pessoas às ruas. São, entretanto, um importante elemento da dinâmica das ruas que possibilita a geração de renda, reduz a eficácia das ações públicas, degrada as condições físicas e seduz jovens e adolescentes. E cabe observar que a questão dos moradores de rua não é uma “questão de polícia”, mas uma “questão social”. Há crescimento dessa população em todas as grandes cidades do mundo. Sempre houve pessoas vivendo nas ruas. Os moradores de rua hoje, entretanto, carregam as determinações da época em que vivemos. É utopia pretender, portanto, que políticas públicas possam reintegrar toda a população e impedir que novos moradores de rua surjam nos centros urbanos, e até mesmo em zonas rurais. É dever do Estado, contudo, dispensar atenção a essa população e procurar reduzir as condições que estão na origem desse processo. (SCHOR, *O Estado de S. Paulo*, 01/06/2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,e-utopia-pretender-impedir-que-surjam-moradores-de-rua,559677,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 20h)

Identificamos de início que a ordem num contexto atual como modelo de sociedade disciplinar significa repressão policial contra os informais e demais trabalhadores que reivindicam melhores condições de vida digna, e o progresso é o próprio sistema capitalista impulsionado pelo meio técnico-científico-informacional que potencializa a globalização atual, por meio da especulação imobiliária, segregação social e espacial. Porém, o poder local prefere aderir a essa lógica globalizante sem atentar para as questões dos mais pobres da cidade. E a função da gestão pública é justamente o oposto, cuidar da população como um todo, sem excluir os segmentos mais carentes. Certamente há fatores histórico-sociais nas medidas saneadoras da administração como sociedade autoritária e que privilegia a expulsão e marginalização ao associar moradores aos vícios, e estes apenas reproduzem o consumo da própria sociedade pertencente às variadas classes sociais. A dependência não é realidade apenas do informal que vive na rua, mas um problema de políticas públicas, haja vista os acidentes de trânsito constantemente serem associados ao uso do álcool pela própria mídia e em classes sociais com melhor poder aquisitivo que o morador de rua.

Por outro lado, a municipalidade em sintonia com a elite privilegia, pela arquitetura e urbanismo, design e engenharia, a organização e produção dos espaços que promovem mudanças como revitalização das áreas centrais como: mercado modelo, bairro da Luz, Vale do Anhangabaú, entre outros, solidificando as relações hegemônicas: políticas, econômicas e sociais. Como o trabalho morto, ou seja, imaterial, é representado por planejamentos, projetos, discursos, propaganda visando aumentar a desigualdade social e por consequência a situação de vulnerabilidade social dos informais. As medidas saneadoras representam por um lado a hegemonia da elite paulistana, por outro, potencializam o próprio capitalismo, como divisor das relações sociais de trabalho na cidade, modelo e símbolo da modernidade. A estética, o embelezamento são fortes impulsionadores desse projeto, criando uma falsa ilusão de melhorias para os mais pobres e enriquecendo a elite e potencializando possíveis e imaginários especuladores de plantão, classe média emergente. As imagens, paisagens projetadas por urbanistas (maquetes, projetos urbanísticos apresentados em alto estilo, discursos fascinantes projetados em equipamentos de última geração, entre outros artifícios da técnica) são fortes indutores de convencimento da “felicidade” quase sempre “alheia” e “elitista”.

A ordem permite o progresso capitalista como divisão e apropriação dos espaços, territórios, vidas, realidade. Permite a perversidade humana, por um sonho não realizável *a priori*. No entanto, outros territórios há. Outras possibilidades. A consciência e organização social, mudando o que deve ser mudado.

“[...] O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual. [...]” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 20)

A rua é sua moradia ou seu local de trabalho e objeto da política saneadora por parte da administração municipal que trata as questões sociais, como os informais dependentes químicos, como caso de polícia.

Porém, é relevante entender melhor a trajetória de vida desses atores sociais que compõem nossos territórios e que sobrevivem no dia a dia da rua.

História de Vida

EM SP HÁ 22 ANOS, BÓBI MORA NA RUA DESDE 2006

Ele foi comerciante, mas virou sem-teto depois de uma briga com a ex; agora, quer lançar um CD

Há 22 anos, o cantor e artista plástico Bóbi Neto, de 40 anos, saiu do interior da Bahia com o sonho de ficar famoso em São Paulo. Nascido Nelson Silva de Jesus, seu sonho era montar uma discoteca ou um bar e ‘ver no que dava’.

Trabalhou por cinco anos com construção e foi morar com a primeira das nove mulheres com quem viveu em São Paulo. ‘Brigamos feio uma noite. Deixei ela e a mãe dela lá e fui para a rua.’

Nessa primeira vez, Bóbi dormiu ao relento por 30 dias. Perdeu o emprego, mas logo se reergueu trabalhando como flanelinha em um cinema no centro. Depois, foi motorista em uma empresa de entregas e as coisas começaram a deslanchar. ‘Me casei, tive dois filhos e, em 1998, fiz um curso de canto popular e descobri que tinha uma vocação para a arte.’ Começou a tocar numa banda e fazer cover de Raul Seixas. ‘E eu cantava tão bem que cheguei a ir 29 vezes no programa do Leão Lobo.’

Bóbi começou a trabalhar com jardinagem, aprendeu a fazer cerâmica e abriu uma loja de artesanato em Mogi das Cruzes. Mas sua vida de empresário acabou logo. Primeiro, sua mulher fugiu de casa para morar com os filhos na Bahia, na casa de um primo por quem era apaixonada há anos. Depois, teve uma filha com outra mulher, que também o largou para voltar para a Bahia. E o golpe final veio quando uma briga com uma nova namorada acabou virando caso de polícia.

Isso foi em 2006. Desde então, Bóbi está na rua. Nos primeiros três anos, usou maconha, cocaína e, principalmente, crack. ‘Ficava o dia todo num quarto de hotel da cracolândia, e fazendo muita safadeza com as meninas que vendiam pedras.’ Hoje, ele conta que se recuperou sozinho.

A prova parece estar na retomada: ele vai lançar um disco de MPB com dois amigos e está terminando uma autobiografia.

Depois, Bóbi já sabe o que fazer. Primeiro, vai tentar sair da rua. E, depois, planeja uma viagem para o interior da Bahia, onde mora sua filha mais nova. ‘O que eu mais quero é mostrar para ela meu livro e meu CD para que ela veja que eu não estou aqui à toa.’

(BURGARELLI. *O Estado de S. Paulo*, 01/06/2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,em-sp-ha-22-anos-bobi-mora-na-rua-desde-2006,559678,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 20h)

A partir de depoimentos como o de Bóbi, é possível um outro olhar sobre a questão do morador de rua, como condição extrema, relacionada a perdas e superações ao longo da vida. Muitas vezes a rua é o único lugar que resta quando não há mais acolhimento social. E atendê-los por políticas sociais efetivas seria uma forma de resgatar sua dignidade como cidadão de fato e de direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algo marcante durante a análise dos discursos ao longo da pesquisa nos jornais foi justamente a utilização dos dados da FIPE sobre população de rua para fundamentar discursos estereotipados. Prefere-se dar ênfase a dados estratégicos da pesquisa quanto à dependência química diante do universo de informações pesquisadas. E por quê? Numa espécie de legitimação perante a população por meio de uma “base científica” para a questão desses informais do centro. Revela um discurso que traz consigo ideologias que estariam acima de quaisquer suspeitas e acima de possíveis questionamentos por sujeitos que não teriam o grau de conhecimento especializado.

Nesse aspecto, a cultura de massas se transforma em instrumento científico e tecnológico que tem como fonte de construção dos discursos a herança positivista no seio social e um viés autoritário pelo alinhamento da mídia ao discurso hegemônico e autoritário como matriz das nossas elites, na medida em que aqueles que estão com a “verdade” ditam as regras e impõem suas vontades ao corpo social. Na realidade, trata-se de uma deturpação de fatos. Vende-se a sociedade, em especial segmentos médios formadores de opinião, estereótipos quanto à questão do morador de rua associando-os as drogas, violência, caso de polícia e saúde pública. Que exige um tratamento rápido e eficiente, mediante ações firmes e enérgicas para o tratamento de uma espécie de crime que se alastra pela cidade, sendo necessária uma intervenção cirúrgica, via “limpeza social”, por se tratar de viciados, drogados, e não de cidadãos ditos de bem.

Portanto, pareceu-nos, a partir da pesquisa, que a mídia prioriza determinados fatos sociais da cidade associada à pobreza e à informalidade capazes de justificar a intervenção da municipalidade por meio dessas ações saneadoras e disciplinadoras como uma salvaguarda da própria moralidade e ordem no trato com a questão social do morador de rua, como ameaça ao corpo social sadio.

Alimenta-se o jogo de interesses corporativos locais, e, nesse discurso, há uma espécie de clamor público, como questão de segurança pública.

Para isso, ao longo dos anos, foi sedimentada a ideia de mudanças para a área, como necessárias aos reclames sociais; expressões como “Cracolândia”, “Crack”, “Internação compulsória” e Projeto Nova Luz são faces da mesma moeda, como realização utópica saneadora da elite paulistana. Ou seja, o desejo de exclusão social para quem mora na rua, nas áreas centrais.

Traduzidas em ações por meio de uma política municipal de segurança pública, inclusive fechando albergues no centro e expulsando moradores para outras áreas. Um instrumento que promove e legitima essas mudanças são as revitalizações do centro como técnica da arquitetura e engenharia no embelezamento de áreas estratégicas para outra classe social ocupar.

Também se verifica que essas políticas de saneamento por meio de projetos como Operação Delegada, Cidade Limpa, projetos de revitalização de áreas centrais, acabam por gerar mais segregação espacial e criação de estereótipos. Trata-se na verdade de um processo de exclusão social com o uso da repressão policial associada à especulação imobiliária crescente na cidade.

Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro*, chama atenção para a questão urbana e seu processo de deterioração por meio de um “olhar antropológico”, por meio de uma análise da pobreza como questão social. E não algo simplista que se resolve pela criminalização por parte do Estado.

Necessário seria um tratamento específico para os informais, em especial aos moradores em situação de rua. Para isso, propomos: a criação de núcleos profissionalizantes por subprefeituras; convênios entre a Prefeitura, universidades públicas e/ou privadas para a formação de grupos de pesquisa permanente da população informal, inclusive com a contratação pelo poder público municipal, via concurso público, de assistentes sociais, advogados, historiadores, psicólogos, médicos, cientistas sociais, visando trabalhar em parceria com as subprefeituras e as universidades no trato com a questão social; o estudo desse fenômeno social por meio de financiamento público visando ações efetivas para melhorar as condições de vida e trabalho desses atores sociais.

São importantes igualmente novas maneiras de agir por parte da municipalidade por meio de uma rede social para os sujeitos em maior vulnerabilidade social, uma gestão social que possibilite um programa permanente de distribuição de renda e salário (renda mínima) para pessoas que apresentem riscos de se tornarem futuros moradores em situação de rua, incluindo a contratação de novos assistentes sociais, as parcerias público/privado de geração de emprego e renda, aliadas à requalificação profissional e recolocação na formalidade, como contratação do poder público para serviços comunitários, acompanhado de tratamento em clínicas especializadas para os dependentes químicos.

Há também urgência da mudança na gestão das subprefeituras, em especial pela desmilitarização e eleição de representantes da própria comunidade.

Outro ponto relevante é a retomada da gestão democrática na cidade, a partir de políticas públicas locais em parcerias com as comunidades, na tomada de decisão de onde e como seriam gastos os recursos a partir de suas necessidades.

Há inclusive exemplos de associações e cooperativas de catadores de lixo que têm papel relevante com programa de renda mínima e melhoria de limpeza urbana da cidade. Exemplos que a própria prefeitura ignorou, restringindo esses espaços, fechando cursos de formação e cooperativas que desempenhavam papel relevante na formação para o trabalho, inclusive com reciclagem do lixo. Um exemplo positivo em vigor hoje na cidade é a Cooperativa dos Catadores da Baixada do Glicério (CooperGlicério) que desenvolve economia solidária entre seus membros na coleta de material reciclável. No entanto, esse caso não é regra. Ao contrário, constitui-se em exceção na cidade.

A grande questão é que as decisões da administração municipal são de gabinete e não levam em conta fatores socioeconômicos, de acompanhamento psicológico, de dependência química, de local adequado para essas pessoas conviverem com dignidade. Faltam políticas sociais que garantam moradia aos mais pobres, acompanhadas por uma política de emprego e renda, lazer, cultura, e melhores condições de vida, perspectivas de crescimento pessoal e profissional como os “cidadãos de bem” dessa cidade.

Vale ressaltar que, a partir da pesquisa realizada com moradores em situação de rua, verifica-se que fatores socioeconômicos contribuem para a vulnerabilidade social, incluídos: idade, escolaridade, rompimento de vínculos familiares e esses dados precisam ser utilizados para inclusão social, haja vista o próprio modelo capitalista de consumo excluir da formalidade por critérios extremamente preconceituosos pessoas com as características apontadas na pesquisa. Portanto, sem haver políticas públicas efetivas dificilmente essas pessoas voltarão a ser inseridas no mercado de trabalho ou terão acesso mínimo a bens públicos. Os dados da FIPE colaboram para uma interpretação cuidadosa do perfil do morador em situação de rua, e é a partir dessa análise que sugerimos algumas medidas, como as apontadas anteriormente.

No tocante aos jornais, quanto às políticas públicas do governo municipal, observa-se que a polícia, pela sua natureza, é repressiva, e estimula-se uma política de segurança pública em relação ao informal de repressão e exclusão social.

Uma política que favoreça mudanças do ponto de vista social como capacitação e criação de espaços para o trabalho dos informais, além de medidas que visem colocá-los na legalidade como cadastro e criação de uma área na região central destinada ao comércio desses informais. Que a memória nos revela sua importância histórica para a própria cidade como espaço social e cultural.

Observa-se que, entre outras causas das políticas públicas desastrosas, está o fato de a questão da cidadania no Brasil ter sempre sido um grande equívoco, uma verdadeira farsa. Diferentemente de garantir uma rede de proteção social que viabilize as necessidades básicas do cidadão como gestão pública preocupada com a pobreza alarmante, as pessoas são jogadas à própria sorte.

No Brasil, a democracia é defendida pelos economistas conservadores, bem como pela grande mídia e mesmo por políticos tradicionais como um sistema representativo que trabalha com restrições, ou seja, é uma democracia às avessas, já que ao invés do exercício da participação popular ser ampliado, ela é restringida e direcionada de cima para baixo. A classe média em sintonia com o pensamento dominante elitista não gosta de participação popular,

mas, sim, de privilégios. As decisões políticas passam por gabinetes em que alguns iluminados se acham preparados para governar o país em nome da democracia. Mesmo os movimentos sociais precisam de um líder que represente os anseios das massas como símbolo da luta pela democracia, não há uma cultura política no Brasil da democracia. O que há efetivamente são discursos seja pela mídia, seja pelo mercado, seja por políticos, de que existe ou não democracia no país em função de interesses de grupos, grandes corporações mundiais em sintonia com interesses elitistas nacionais, ou de empresas de comunicação ou de clãs que defendem um ideal de democracia, que é restritivo aos arautos da liberdade de expressão e sabedores do que é democracia. Embora formalmente tenhamos uma democracia mista: direta e indireta. O exercício da cidadania ativa ainda é mais formal que material. E fora dos sistemas partidários, de grupos de interesses elitistas e/ou comunicacionais, não se tornou uma cultura política. Embora a norma constitucional produza todos os efeitos que dela se espera do ponto de vista formal, teria, portanto, eficácia plena. No Brasil, está previsto na Constituição Federal de 1988 em seu art. 1º, incisos II e III, respectivamente entre os fundamentos do Estado Democrático de Direito a cidadania e a dignidade humana e sua associação com os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Falar em cidadania aqui é algo distante da nossa realidade, haja vista muitas pessoas não atingiram a condição de cidadãos, e não é por ignorância do povo, mas porque se busca criar estereótipos de todos os tipos para aqueles que ameacem os privilégios e interesses de grupos ou classes sociais abastadas. No Brasil, pobreza é associada à ignorância como forma de se manter desigualdades pela desqualificação social, é uma triste realidade presente em nossa sociedade autoritária desde sua concepção. Há, sim, uma constante criminalização dos movimentos sociais de luta por melhores condições de vida, ou dos que lutam por direitos. E São Paulo se revela como a síntese dessa cultura autoritária como constituidora da nossa formação colonial.

Faz-se mister, do ponto de vista social, mudanças concretas nas políticas governamentais, principalmente no município de São Paulo, no tratamento da informalidade, ao invés de usar do autoritarismo, mecanismos de maior eficiência.

Em especial no trato com a dependência química enquanto dilema humano que passa pela família, sociedade e acaba no abandono na rua, num ciclo perigoso em que se paga qualquer preço para a manutenção do vício.

As políticas públicas do Estado e Município deveriam dar condições de recuperação e reinserção social ao invés de criminalizá-los. Revela-se na própria falência do município

como instância mais próxima desse indivíduo, que teve sua cidadania negada, acabando por se tornar vítima dos traficantes.

Aumentar o investimento em políticas sociais de renda, emprego, moradia, aumento do número de albergues em áreas de maior vulnerabilidade social, como as áreas centrais polos naturais de atração da pobreza, onde há mais violência, acompanhadas por políticas de assistência social como acompanhamento jurídico, psicológico, assistencial, alimentar em caráter emergencial também se constitui em instrumento que ameniza os problemas sociais e da marginalidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República federativa do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. 315p.
- BURGARELLI, Rodrigo. Em SP há 22 anos, Bóbi mora na rua desde 2006. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 01/06/2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,em-sp-ha-22-anos-bobi-mora-na-rua-desde-2006,559678,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 20h.
- CASTEL, Robert. *As armadilhas da exclusão* In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. (orgs.). *Desigualdade e a questão social*. 3ª ed. São Paulo: Educ, 2008. 271p.
- CERQUIER-MANZINI, Maria Lourdes. *O que é Cidadania*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2010. Coleção Primeiros Passos.
- COLETIVO POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL (vários autores). *Cidade Luz: Uma investigação-ação no Centro de São Paulo*. São Paulo: Editora PI. Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/02/cidade_luz.pdf>. Acesso em: 23/04/2011 às 11h46.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir (História da Violência nas prisões)*. Petrópolis: Vozes, 2008. 262p.

- JAPIASSÚ, H. F. & MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 5ª med. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 309p.
- LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão social: traduções regionais de duas categorias da prática. *Revista Econômica*, vol. 4, n.1. 2003.
- MANSO, Bruno Paes. *Mais da metade dos jovens na rua é viciada em crack*. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Metrôpoles/Cidade C5, São Paulo, 01/06/2010.
- MOCARZEL, Evaldo. (Direção). *À Margem da Imagem*. Produção SP Filmes de São Paulo. Documentário. 72'. 2003.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro (A formação e o sentido do Brasil)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 476 p.
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 1ª ed. São Paulo: Best Seller, 1999. 650p.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: Território e sociedade no século XXI*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473p.
- SCHOR, Silvia. É utopia pretender impedir que surjam moradores de rua. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 01/06/2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,e-utopia-pretender-impedir-que-surjam-moradores-de-rua,559677,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 20h.
- SCHOR, Silvia Maria; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *Principais resultados do Censo da População em Situação de rua da cidade de São Paulo, 2009*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2009.
- _____. *Principais resultados do Perfil Socioeconômico da População de Moradores de rua da área central da cidade de São Paulo*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2010.
- SPILLARI, Carolina. Cerca de 400 moradores de rua dormem no Triângulo Histórico de SP. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29/07/2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,cerca-de-400-moradores-de-rua-dormem-no-triangulo-historico-de-sp,587723,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 19h.
- WILLIAMS, Raymond. *Palavras-Chave – um vocabulário de cultura e sociedade*. Trad. Sandra Guardini Vasconcelos. Prefácio Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Boitempo, 2007. 457p.
- ZANCHETTA, Diego. Estudantes detidos após confronto com a PM. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Cidades/Metrópole C11, São Paulo, 14/01/2011.

ABRINDO O PASSADO – AS COMISSÕES DA VERDADE E A ABERTURA DOS ARQUIVOS DAS DITADURAS NA AMÉRICA LATINA

*GIL DE SOUZA VON DER WEID**

*DELTON R. S. MEIRELLES***

Universidade Federal Fluminense – UFF

Sumário: 1. Introdução; 2. A Abertura dos Arquivos na América Latina; 3. Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos Acerca da Abertura de Arquivos e Realização de Investigações; 3.1. O Peru e o Caso Barrios Altos; 3.2. O Brasil e o Caso Araguaia; 4. Conclusão; 5. Referências Bibliográficas.

Resumo: Tendo em vista o momento vivido por uma série de nações latinoamericanas acerca de se estabelecer o processo de reconciliação nacional com seu passado, marcado, em geral, por regimes de exceção que ocasionaram graves violações aos direitos humanos, o presente artigo tem por objetivo estabelecer uma comparação, ainda inicial, entre a realização de tal processo na Argentina, Chile, Peru e Brasil, identificando a importância tanto dos mecanismos domésticos quanto do Sistema Interamericano de Direitos Humanos para a efetivação da justiça transicional assim como da identificação dos responsáveis pelas

* Graduando do Curso de Direito da Universidade Federal Fluminense – UFF; Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC) da Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ; Pesquisador do Laboratório Fluminense de Estudos Processuais – LAFEP – sob orientação do Prof. Dr. Delton R. S. Meirelles. Contato: gil_de_souza@yahoo.com.br

** Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998), mestre em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (2002) e doutor em Direito pela UERJ (2010). Membro eleito do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP/UFF), Coordenador de graduação, professor e sub-chefe do Departamento de Direito Processual da Universidade Federal Fluminense. Integra o corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF). Coordenador do Laboratório Fluminense de Estudos Processuais (LAFEP/UFF).

graves violações aos direitos humanos, sem deixar de lado a importância do restabelecimento da verdade histórica de tais nações, com a abertura de seus arquivos e a investigação sobre como se deu a realidade de desrespeito aos direitos humanos nos períodos estudados.

1. Introdução:

Ao longo de praticamente todo o século XX a América Latina conviveu com a constante realidade de arroubos autoritários que derrubaram Presidentes, fecharam Congressos, amarraram o Judiciário e amordaçaram a população. Não que golpes de Estado sejam uma realidade do passado. Basta encararmos os recentes fatos ocorridos na Nicarágua e no Paraguai para tomarmos consciência que o debate sobre a consolidação da democracia no continente é mais do que atual.

E, por ser tão atual, é importante ter como referência o próprio passado, nas palavras do Projeto Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional, *“para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”*.

Nesse sentido, a forma que tem sido encontrada pelas nações latinoamericanas para discutir esse passado, estabelecendo um processo de reconciliação nacional, com o consequente estabelecimento de uma justiça transicional, tem sido a abertura dos arquivos das ditaduras e o estabelecimento das chamadas “Comissões da Verdade” com o objetivo de investigar acerca das graves violações aos direitos humanos ocorridas nos períodos ditatoriais.

Por outro lado, quando os governos negam a busca pelo ocorrido durante tais períodos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH – vem cumprindo com seu papel de condenar os Estados pela sua omissão, como já ocorreu, por exemplo, com o Peru² e o próprio Brasil³.

² Caso *Barrios Altos Vs. Peru*, com sentença disponível em http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_75_esp.pdf, visualizado em 11/07/2012

³ Caso *Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil*, com sentença disponível em <http://pt.scribd.com/doc/45311617/sentenca-Araguaia-CIDH>, visualizado em 11/07/2012.

Com isso, o presente trabalho tem como objetivo a análise dos processos de publicização dos documentos referentes aos períodos de governos de exceção, sobretudo no que tange à busca pelos responsáveis pelas graves violações aos direitos humanos ocorridas no período, tendo como foco a comparação entre os diferentes países da América Latina (em especial Argentina e Chile) e a atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando de seus julgamentos condenando os Estados à exibição de arquivos e/ou a prestar informações e estabelecer investigações acerca de violações aos direitos humanos.

2. A Abertura dos Arquivos na América Latina.

Como anteriormente dito o Brasil se encontra em um patamar demasiadamente atrasado no que tange ao restabelecimento da verdade acerca do que ocorreu durante sua ditadura. A grande maioria dos países da América Latina passou por regimes dessa natureza e tiveram que estabelecer, da mesma forma, a justiça de transição para que pudessem realizar o retorno à democracia e cicatrizar as feridas abertas pelo regime de exceção.

Os casos, em especial, de Argentina (ditadura de 1976/1983), Chile (ditadura de 1973/1990) e Peru (ditadura de 1992/2000) são bastante emblemáticos acerca da realização da abertura dos arquivos e da efetivação da justiça transicional.

Na Argentina, a ditadura iniciada em 1976 foi a pique no ano de 1983. Bastante desgastada, a cúpula do Poder Executivo (a Junta Militar formada por Cristiano Nicolaidis, Rubén Franco, Augusto Jorge Huges e Presidida, inicialmente, por Leopoldo Galtieri e, posteriormente, por Reynaldo Bignone) teve sua última tentativa de se manter por mais tempo no poder com a fracassada Guerra das Malvinas. Porém a derrota e as constantes e massivas manifestações populares pela volta à democracia fizeram ruir o regime.

Ainda durante o último ano do regime militar argentino, a chefia do Executivo (então titularizada por Reynaldo Bignone) tentou estabelecer o impedimento de investigações acerca dos atos praticados pelos militares argentinos durante a ditadura militar, em especial os desaparecimentos, assassinatos e seqüestro de bebês. Porém tal tentativa fora rechaçada pela integralidade de partidos políticos existentes na cena argentina, vindo, então, a fracassar. Pouco tempo depois veio a redemocratização e a eleição do presidente Raúl Alfonsín (da União Cívica Radical - UCR).

Ainda no governo de Alfonsín (1983/1989) iniciou-se uma tentativa de punir os responsáveis pelas graves violações aos direitos humanos ocorridas durante o regime militar argentino, que conseguiu punir oficiais de alta patente, gerando uma grande insatisfação junto ao setor militar. Porém, as contradições internas da UCR e a grande pressão realizada pelos militares o fez assinar as duas leis de anistia aos militares argentinos: a Ley de Obediencia Debida (nº 23.521/1987) e a Ley de Punto Final (nº 23.492/1986).

Com essas leis as condenações pelos Tribunais argentinos se estancaram. Porém, com a eleição do Presidente Nestor Kirchner, que chegou à Casa Rosada em 2003, este processo teve novo fôlego, com a anulação das duas leis a partir de projetos enviados pelo Executivo ao Congresso logo no primeiro ano do Governo Kirchner. Na mesma época foram julgados, também, inconstitucionais pela Suprema Corte da Argentina os indultos concedidos pelo Presidente Carlos Menem (1989/1999).

No entanto a abertura total dos arquivos veio apenas com o Decreto 04/2010, da Presidente Cristina Kirchner. Até então a liberação de arquivos da ditadura militar era feita caso a caso, gerando uma maior burocratização e atrasando os trabalhos do Judiciário e dificultando o acesso da população ao que efetivamente ocorreu durante o período.

O caso chileno já foi um pouco diferente. Mesmo já desgastado, os titulares do regime acreditava na sua permanência na chefia do Executivo, crendo,

sobremaneira, em sua aceitação junto aos amplos setores de massa da sociedade chilena. Nesse sentido, em outubro de 1988 é realizado um plebiscito para saber, de acordo com a Constituição de 1980, se o mandato de Augusto Pinochet na Presidência da República seria estendido até 1997 ou se seriam convocadas novas eleições.

A vitória do não por cerca de 56% dos eleitores significou a convocação de eleições gerais para o próximo ano (1989) e o fim do regime ditatorial que já durava desde 1973. Nas eleições, o bloco *Concertación de Partidos La Democracia*⁴ foi vitorioso (com 55% dos votos válidos), sendo eleito Presidente o Democrata-Cristão Patricio Aylwin, que deu início à redemocratização chilena.

Neste país, logo após o retorno à democracia, foram instauradas comissões para apurar o ocorrido em relação às violações aos direitos humanos ocorridas no regime. Isso se tornou possível por dois fatores importantes. O primeiro é o fato de a oposição ao regime ter saído fortalecida (e unificada) tanto do plebiscito quanto da primeira eleição presidencial. O segundo fator que pode ser identificado é que, mesmo após a edição da *Ley de Amnistia* (de 1978) as violações aos direitos humanos terem continuado a ser perpetradas pelos órgãos de repressão estatal, estando, dessa forma, descobertas pela supracitada norma.

Dessa forma, já em 1990, no primeiro ano após o fim do regime militar, foi criada a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, com mais de três mil denúncias; ainda em 1990 foi criada a Oficina Nacional do Retorno (acerca de expatriados e exilados políticos). Ainda no mesmo ano houve a criação da Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação (para tratar do resgate dos restos mortais dos desaparecidos políticos); em 2003 iniciou o trabalho da Comissão da Verdade sobre Prisão Política e Tortura.

⁴ A *Concertación de Partidos por La Democracia* se originou na *Concertación de Partidos por El No*, grupo de partidos opositores ao regime ditatorial, quando da realização do supracitado referendo. Este coalizão de partidos governou o Chile até as eleições de 2009, onde foi eleito Sebastián Piñera.

Por mais amplos que tenham sido os trabalhos das comissões chilenas (que chegaram muitas vezes a condenações penais de altos dirigentes do regime ditatorial) no tangente à abertura dos documentos da época esta foi um tanto quanto mais tímida, ficando restrita aos trabalhos das comissões e seus relatórios finais.

Nesse ínterim, diferentemente da Argentina (e, agora, o Brasil) o Chile não chegou à promulgação de lei determinando tal abertura. Até mesmo no tangente à anteriormente citada *Ley de Amnistia*, por mais que houvesse a promessa do Presidente Aywlin de revogá-la, tal fato jamais chegou a ocorrer. Foram utilizadas, no entanto, duas diferentes táticas jurídicas que permitiram um avanço acerca das investigações do passado: a primeira (e já citada) é o fato de a lei apenas anistiar os crimes cometidos até o ano de 1978; a segunda foi o entendimento (compartilhado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos) de que os crimes de desaparecimento forçado, seqüestro e ocultação de cadáver se perpetuariam no tempo, ou seja, são crimes que estão em andamento até que seja encontrado o desaparecido/sequestrado ou seu cadáver. Esta tática em especial, também utilizada com êxito na Argentina, tem sido tentada no Brasil (sobretudo nos casos relativos à Guerrilha do Araguaia), porém vem encontrando dificuldades de aceitação por parte do Poder Judiciário.

O caso peruano, por sua vez, destoa completamente dos anteriores. Primeiramente por ter sido uma ditadura na qual o Presidente (Alberto Fujimori) chegou à chefia do Executivo pelas vias eleitorais. Ademais, o momento de ocorrência da mesma é distante das demais, qual seja, o final da década de 1990 (em um momento onde as demais ditaduras aqui analisadas já não mais existiam). Por fim, a grande diferença, sobretudo para o presente estudo, é a participação da Corte Interamericana de Direitos Humanos na abertura dos arquivos e na anulação das leis de autoanistia aprovadas pelo governo de Fujimori. Por esse motivo a realidade peruana será estudada no próximo tópico.

3. Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos Acerca da Abertura de Arquivos e Realização de Investigações.

Com o desenvolvimento de quatro importantes teses jurídicas, a abordagem da justiça transicional e da reparação às vítimas das atrocidades cometidas por regimes de exceção passou a ter um novo enfoque. Se antes era vista fundamentalmente como uma decisão política para que se pudesse cessar a violência, hoje é tida como um leque de grande influência jurídica para que se reconheçam os direitos às vítimas de tais regimes.

Tais tendências são o enfoque internacional dos direitos humanos (ou a existência de um direito humano internacional); o direito penal internacional; o direito internacional dos direitos humanos; e os princípios do direito internacional voltados ao combate à impunidade de violações aos direitos humanos. O conteúdo dessas quatro áreas se consubstancia no tripé dos direitos à verdade, à justiça e à reparação.⁵

Nesse sentido o papel dos organismos e tribunais internacionais passa a ter uma maior relevância, fazendo com que o foco da responsabilização dos violadores aos direitos humanos saia do mero enfoque doméstico e ganhe projeção internacional. E a América Latina seguiu essa tendência. No presente trabalho analisaremos duas dentre as oportunidades que a Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH – teve para se pronunciar acerca dos direitos das vítimas de atos atentatórios aos direitos humanos praticados pelas autoridades estatais. Assim estudaremos a seguir os casos *Barrios Altos Vs. Peru* e *Gomes Lund e Outros Vs. Brasil* (“*Guerrilha do Araguaia*”).

Mas para entendermos a conjuntura acerca da própria violação aos direitos humanos que se abateu sobre Peru e Brasil é necessário, antes de mais nada, que possamos entender as circunstâncias sócio econômicas que permitiram a ocorrência das ditaduras que praticaram tais atos.

3.1. Peru e o Caso Barrios Altos

⁵ SAFFÓN, María Paula. *Enfrentando os horrores Del passado. Estudios conceptuales y comparados sobre justicia transicional*. In *Justicia Transicional*. Siglo Del Hambre Editores, Bogotá, 2011. PP 14/16.

No caso peruano temos que o contexto das eleições de 1990 era de grave crise econômica, com uma hiperinflação aparentemente descontrolada e o avanço das tensões sociais e dos grupos guerrilheiros de esquerda (Sendero Luminosos e Movimento Revolucionário Tupac Amaru - MRTA), além de graves denúncias de corrupção. Com isso foi eleito Alberto Fujimori, que, em 1991 conseguiu reduzir a inflação da marca de 7.650% em 1990 para 139%. Porém este não contava com maioria no parlamento, que, por sua vez, realizava uma forte oposição às medidas presidenciais.

Com isso, em 1992, Fujimori realiza um autogolpe, dissolvendo o Congresso e implementando revisões à vigente Constituição, convocando, algum tempo depois, uma Assembléia Constituinte, onde tinha ampla maioria. Porém o ponto alto do regime foi o combate aos grupos guerrilheiros, em especial ao Sendero Luminoso.

Nesse embate acabaram por se constatar inúmeros casos de sistemática violação aos direitos humanos junto às comunidades rurais onde as batalhas eram travadas, com casos de genocídio.

O regime de Fujimori chegou ao fim com as sistemáticas denúncias de corrupção tanto em relação ao Presidente quanto de seus assessores mais diretos (em especial Vladimiro Montesinos) acerca da compra de votos de parlamentares que permitiu a modificação da Constituição para que Fujimori disputasse um terceiro mandato, assim como violações aos direitos humanos no combate ao Sendero Luminoso e MRTA, assassinatos, desvio de recursos públicos e até mesmo tráfico de drogas.

Fujimori então renuncia ao terceiro mandato se refugiando no Japão, sendo condenado Vladimiro Montesinos, que fugira para a Venezuela, e, com sua posterior extradição é preso. Nas eleições presidenciais de 2001 é eleito Alejandro Toledo, que restabelece a normalidade institucional.

Porém, no estudo acerca das investigações as violações aos direitos humanos durante o governo de exceção de Fujimori é que o Peru se destaca em relação aos demais países estudados.

O caso marcante é a chacina de Barrios Altos (em 03 de novembro de 1991), onde um grupo de militares do exército peruano adentraram a uma residência supostamente utilizada por guerrilheiros do Sendero Luminoso atirando a esmo e matando 15 (quinze) pessoas (incluindo uma criança) e ferindo outras quatro⁶.

Pouco tempo depois o Congresso Nacional inicia uma investigação acerca do referido massacre, mas é impedido com o autogolpe aplicado por Fujimori, que fecha o Congresso, como anteriormente exposto. No ano seguinte é convocada uma constituinte que não dá prosseguimento às investigações.

Apenas em 1995 é conduzida uma investigação judicial acerca do massacre, quando cinco oficiais do exército são denunciados enquanto responsáveis pela chacina. Porém, com a edição da Lei nº 26.479, de 14 de junho de 1995, que concedeu anistia aos agentes públicos envolvidos no combate ao “terrorismo” os investigados já tiveram uma primeira prova de que o Estado peruano não tinha interesse em suas condenações.

Porém, com a previsão na Constituição Peruana do controle difuso de constitucionalidade, onde os juízes poderiam deixar de aplicar as leis que entendessem contrárias às disposições constitucionais, o processo se seguiu, tendo em vista que a juíza Antonia Sacuray entendeu que o art. 1º da supracitada lei não era aplicável ao processo relativo ao massacre de Barrios Altos, pois violava as garantias constitucionais e as obrigações internacionais que a Convenção Americana de Direitos Humanos impunham ao Peru.

⁶ Durante a investigação conduzida pela Comissão da Verdade se descobriu que nenhum dos mortos tinha qualquer ligação com os grupos guerrilheiros combatidos.

No entanto, em sede recursal, a decisão do supracitado magistrado foi declarada errônea, a partir do entendimento de que tal lei de anistia teria estatuto de lei constitucional. De qualquer maneira, para não restarem mais dúvidas acerca da concessão da anistia, o Congresso peruano aprova uma segunda lei (nº 26.492) declarando que a anistia ora concedida não poderia ser revertida judicialmente, sendo, então, de aplicação obrigatória. Dessa forma, em 14 de julho de 1995, foi definitivamente arquivado o processo contra os responsáveis pela chacina de Barrios Altos pela Corte Superior de Justiça de Lima.

Com o arquivamento do processo, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, após receber a denúncia acerca da violação, passou a investigar o caso, e, com base no art. 50⁷ do Pacto de San José da Costa Rica, em março de 2000, aprovou o Informe nº 28/00, recomendando ao Peru que tornasse sem efeitos as leis de autoanistia ora aprovadas; que conduzisse uma investigação séria e imparcial acerca do massacre de Barrios Altos; e que realizasse a reparação plena às vítimas e suas famílias. Concedeu, ainda, um prazo de dois meses para que o Peru desse início ao cumprimento das recomendações.

A resposta peruana indicou que as leis de anistia eram atos excepcionais onde se travava a luta contra o terrorismo interno, informando, ainda, que o Tribunal Constitucional peruano declarou improcedente a ação de inconstitucionalidade interposta contra tais leis, mas afirmou, de forma expressa, que subsiste o direito à indenização pelas vítimas e suas famílias.

Com tal resposta, em 08 de junho de 2000, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, invocando o art. 51.1 do Pacto de San José da Costa

⁷ Artigo 50 - 1. Se não se chegar a uma solução, e dentro do prazo que for fixado pelo Estatuto da Comissão, esta redigirá um relatório no qual exporá os fatos e suas conclusões. Se o relatório não representar, no todo ou em parte, o acordo unânime dos membros da Comissão, qualquer deles poderá agregar ao referido relatório seu voto em separado. Também se agregarão ao relatório as exposições verbais ou escritas que houverem sido feitas pelos interessados em virtude do inciso 1, "e", do artigo 48.

2. O relatório será encaminhado aos Estados interessados, aos quais não será facultado publicá-lo.

3. Ao encaminhar o relatório, a Comissão pode formular as proposições e recomendações que julgar adequadas.

Rica⁸, apresentou o referido caso à análise da Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, objetivando que a mesma reconhecesse que o Peru violou os artigos 4º (direito à vida); 5º (direito à integridade pessoal); 8º (garantias judiciais); 25 (proteção judicial); 13 (liberdade de pensamento e expressão); 1.1 (obrigação de respeitar os direitos); e 2º (adotar disposições de direito interno) do Pacto de San José da Costa Rica. Com isso requereu a reabertura das investigações judiciais sobre o massacre; a concessão de reparação por dano material e moral às famílias das vítimas fatais e aos sobreviventes; tornar sem efeitos as leis de anistia n° 26.479 e 26.492; e, por fim, que o Peru arque com as custas e gastos que as vítimas e seus familiares tiveram para litigar neste caso, tanto em âmbito interno quanto internacional, além dos honorários dos advogados.

Como o Peru é Estado Parte da Convenção Americana desde 1978 e desde 1981 reconhece a competência obrigatória da CIDH, a Corte entendeu ser competente para julgar o presente caso. Porém, lembrando que o país ainda estava sob a ditadura de Alberto Fujimori, impressiona a tática utilizada pelo Peru para estancar o processo em curso junto à CIDH. Em 24 de agosto de 2000 o Governo peruano decide por devolver à Corte as notificações recebidas e seus anexos, utilizando como argumento resolução legislativa de 08 de julho de 1999, onde o Congresso Peruano decide pela retirada do reconhecimento da competência contenciosa da CIDH.

Tal pretensão foi rechaçada pela Corte em 19 de outubro de 2000, emitindo uma nota ao Secretário Geral da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, por entender que tal atitude era um claro descumprimento do Pacto de San José da Costa Rica, em seu art. 68.1⁹. Apenas no início do ano seguinte (janeiro de 2001), com o fim do regime de Alberto Fujimori, é que as relações entre a Corte e o Estado do Peru passaram a se normalizar, e em fevereiro daquele ano, o governo peruano reconheceu sua

⁸“Artigo 51.1. Se, no prazo de três meses, a partir da remessa aos Estados interessados do relatório da Comissão, o assunto não houver sido solucionado ou submetido à decisão da Corte pela Comissão ou pelo Estado interessado, aceitando sua competência, a Comissão poderá emitir, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, sua opinião e conclusões sobre a questão submetida à sua consideração.” Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

⁹ Artigo 68 - 1. Os Estados-partes na Convenção comprometem-se a cumprir a decisão da Corte em todo caso em que forem partes.

responsabilidade internacional pela violação dos direitos humanos no caso do massacre de Barrios Altos, pretendendo, então estabelecer comunicações com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos objetivando alcançar um acordo para a resolução do presente caso¹⁰.

Assim, inicia o governo peruano uma agenda para tratar da dos direitos humanos e estabelecer uma verdadeira justiça transicional entre o regime de Fujimori e o retorno à normalidade democrática que passou, entre outros pontos, pela instauração, ainda em 2001, da Comissão da Verdade e Reconciliação, criada pelo presidente interino Valentin Paniagua, para esclarecer acerca das violações aos direitos humanos ocorridas no período, assim como seus responsáveis e as vítimas, com o consequente processo de punição dos primeiros e reparação aos segundos.

O que mais chama a atenção no presente caso é, primeiramente, a disposição do governo peruano de utilizar todas as possibilidades disponíveis para evitar o prosseguimento das investigações relativas ao massacre de Barrios Altos, tanto as relativas à legislação interna quanto aos expedientes de jurisdição internacional, o que causa a percepção do envolvimento direto do governo peruano com as atrocidades cometidas, o que veio posteriormente a ser confirmado pela Comissão da Verdade e Reconciliação, em seu informe final, apresentado no ano de 2003¹¹, onde declara, às fls. 491:

En ese orden de situaciones, la Dirección Nacional contra el Terrorismo elaboró un nuevo atestado policial, la 4ª Fiscalía Provincial Penal de Lima amplió su denuncia para comprender a Vladimiro Montesinos Torres, Nicolás de Bari Hermoza Ríos y otras 13 personas como autores

¹⁰ Todos os dados referentes ao caso *Barrios Altos Vs. Peru* foram extraídos da sentença de 14 de março de 2001 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, PP. 01/12.

¹¹ O Relatório Final da *Comisión de La Verdad y Reconciliación* está disponível em <<http://www.cverdad.org.pe/ifinal/index.php>> acesso em 18/07/2012. A parte referente a Barrios Altos pode ser encontrada em <<http://www.cverdad.org.pe/ifinal/pdf/TOMO%20VII/Casos%20Ilustrativos-UIE/2.45.%20BARRIOS%20ALTOS.pdf>>, acesso em 18/07/2012.

de los delitos de Homicidio calificado y lesiones graves así como contra la tranquilidad publica – agrupación ilícita – por los sucesos de Barrios Altos. Como uno de los procesados era Vladimiro Montesinos Torres, y éste estaba siendo enjuiciado desde el 2001 por delitos de corrupción de funcionarios, peculado y otros, el 4º Juzgado Penal se inhibió y remitió todo el proceso al 5º Juzgado Penal Especial Anticorrupción.¹²

3.2. O Brasil e o Caso Araguaia.

O caso brasileiro guarda muitas distinções com os demais. Isso porque a Lei nº 6.683/1979 (Lei da Anistia) foi mantida em vigor, entendida enquanto compatível com a Constituição Federal de 1988 pelo Supremo Tribunal Federal durante o julgamento, em 29 de abril de 2010, da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153, interposta pela Ordem dos Advogados do Brasil, que objetivava que a Corte anulasse o perdão concedido às forças policiais pelas torturas, assassinatos e “desaparecimentos forçados” cometidos durante o regime ditatorial brasileiro.

Tal julgamento faz com que o Brasil, dentre os Estados estudados no presente trabalho, se encontra em um patamar inferior no tangente à efetivação de uma justiça transicional, tendo em vista que impediu a efetividade de qualquer forma de punição aos servidores do Estado envolvidos diretamente em crimes de lesa-humanidade no período supramencionado¹³.

¹² Relatório Final da *Comisión de La Verdad y Reconciliación*, P.491.

¹³ Há que se fazer uma breve ressalva ao fato de o Tribunal de Justiça de São Paulo ter, em 14/08/2012, reconhecido o Coronel Reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra enquanto torturador, no processo nº 034771-8.08.2009.8.26.0000. Porém a ação tinha caráter declaratório, ou seja, apenas o reconheceu enquanto torturador. A discussão sobre os efeitos práticos da mesma deverão ser obra de trabalhos a serem ainda realizados.

Ademais, no tangente à justiça transicional, há de se reconhecer que o Estado brasileiro cumpriu (e vem cumprindo) o papel de ressarcir, financeiramente, as vítimas do regime militar. Porém tanto a instauração da Comissão da Verdade¹⁴ quanto a abertura dos arquivos brasileiros apenas aconteceram no ano de 2012¹⁵, ou seja, 27 (vinte e sete) anos após o fim do regime ditatorial.

Entretanto, em relação à tentativa constante durante longo período de não se abrirem os documentos e se investigarem os fatos relativos à nosso período ditatorial, o Brasil foi condenado, já no ano de 2010, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no *Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil*, com sentença de 24 de novembro de 2010.

Passemos, então, à explicação do caso¹⁶. A demanda refere-se à responsabilização do Estado brasileiro pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 (setenta) pessoas, entre membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e camponeses da região do Araguaia (Estado do Pará), em consequência de operações do Exército Brasileiro ocorridas entre 1972 e 1975, com o objetivo de erradicar a Guerrilha do Araguaia¹⁷.

Em 07 de agosto de 1995 o Centro Pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e a *Humans Rights Watch/Américas* peticionam à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, em nome de pessoas desaparecidas na “Guerrilha do Araguaia” e seus familiares¹⁸. Em 06 de março de 2001 a Comissão expediu o Relatório de Admissibilidade (nº 33/01) e em 31 de outubro de 2008 aprovou o Relatório de Mérito (nº 91/08), que continha uma série de recomendações ao Brasil, que tinha o prazo de dois

¹⁴ A Lei nº 12.528/2011 criou a Comissão Nacional da Verdade, porém seus membros apenas foram nomeados em 10 de maio de 2012 e apenas iniciou seus trabalhos em 16 de maio do mesmo ano.

¹⁵ A Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 regula o acesso às informações, mas apenas entrou em vigor 180 dias após sua promulgação. O Decreto 7.724 de 16 de maio de 2012 regulamenta a supracitada lei.

¹⁶ As informações referentes ao *Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil* foram extraídas da sentença da CIDH de 24 de novembro de 2010.

¹⁷ A “Guerrilha do Araguaia” trata-se de um movimento guerrilheiro organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PcdoB) entre 1971 e 1975 na região do Araguaia (Pará).

¹⁸ Posteriormente se juntaram aos representantes das vítimas e de suas famílias o Grupo Tortura Nunca Mais, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos do Instituto de Estudos da Violência do Estado.

meses para que informasse sobre a implementação das recomendações da Comissão. Esse prazo foi prorrogado por duas vezes, sem que uma resposta satisfatória fosse apresentada. Com isso o caso foi enviado à Corte Interamericana de Direitos Humanos em 26 de março de 2009, onde se solicitou que a CIDH reconhecesse a responsabilidade do Brasil pela violação aos direitos contidos nos seguintes artigos do Pacto de San José da Costa Rica: 1.1 (obrigação geral de respeito e garantia dos direitos humanos); 02 (dever de adotar disposições de direito interno); 03 (direito ao reconhecimento da personalidade jurídica); 04 (direito à vida); 05 (direito à integridade pessoal); 07 (direito à liberdade pessoal); 08 (garantias judiciais); 13 (liberdade de pensamento e expressão); 25 (proteção judicial).

A defesa brasileira, apresentada em 31 de outubro de 2009, pode ser dividida em duas fases: a primeira processual e a segunda material. Na primeira foram interpostas três exceções preliminares e na segunda foram efetivamente contestados os argumentos apresentados.

As exceções apresentadas se referem ao reconhecimento da incompetência da Corte *ratione temporis* para analisar violações ocorridas antes do reconhecimento da jurisdição contenciosa da Corte pelo Brasil; ao reconhecimento da incompetência em virtude do não esgotamento dos recursos internos; e o arquivamento pela falta de interesse processual dos representantes. De forma extemporânea o Brasil apresentou, ainda, uma quarta exceção, relativa ao princípio impeditivo da 4ª instância.

No mérito o Estado objetiva que se reconheçam os esforços e ações já implementadas e em fase de implementação, entendendo que está sendo construída uma solução compatível com a realidade brasileira para que se consolide a reconciliação nacional.

Analisemos, então, as exceções. Sobre a incompetência *ratione temporis* o Brasil alega que as supostas violações teriam ocorrido antes do reconhecimento

da jurisdição contenciosa da Corte¹⁹. Reconhecendo tal argumentação, a Corte excluiu de sua apreciação referente ao presente caso a suposta execução extrajudicial de Maria Lúcia Petit da Silva, que teve seus restos mortais identificados em 1996 (dois anos antes do reconhecimento da jurisdição contenciosa). No entanto, relativamente às demais questões, a Corte construiu a jurisprudência de que os atos de caráter contínuo e/ou permanentes prolongam-se no tempo. Sendo assim, mantém sua competência para julgar o desaparecimento forçado de pessoa (que se inicia com a privação da liberdade e perduram até que se conheça o paradeiro da pessoa). Ademais, em relação às demais violações apresentadas, o Tribunal mantém sua competência para analisar os fatos e omissões realizados pelo Estado relacionados à falta de investigação, julgamento e sanção dos responsáveis; à falta de efetividade de recursos judiciais para obter informações sobre os fatos; às restrições ao direito de acesso à informação; assim como ao sofrimento dos familiares.

No que tange à alegação de falta de interesse processual dos representantes, alega o Estado brasileiro que vem adotando medidas que tem sido reconhecidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Sendo assim, entende ser inoportuna a propositura da demanda, tendo em vista que a aplicação das referidas medidas faz prova do interesse do Estado de se adequar às recomendações da Comissão. Em resposta a Corte avaliou que a submissão ou não de um caso à jurisdição da CIDH é atribuição própria e autônoma da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e as medidas já tomadas pelo Brasil se confundem com a própria análise do mérito da questão, rejeitando, assim, os argumentos do Estado.

Relativamente à falta de esgotamento dos recursos internos o Brasil alega a existência de uma série de instrumentos de caráter judicial doméstico que ainda podem ser utilizados para a resolução do presente caso, incluindo ações judiciais em andamento e pendentes de sentença definitiva. Porém o tribunal foi do entendimento que tal alegação deveria ter sido feita quando da etapa de admissibilidade pela Comissão

¹⁹ Frise-se que o reconhecimento de competência contenciosa da Corte, feito pelo Brasil em 1998, deixa expresso que o Estado se reserva ao direito de apenas reconhecê-la para fatos posteriores à declaração de reconhecimento.

Interamericana de Direitos Humanos, como já delineado pela jurisprudência da Corte em diversas oportunidades, tendo se operado o fenômeno da preclusão.

Por fim, o argumento da impossibilidade da quarta instância se baseia na tese de que, tendo em vista o caráter subsidiário dos órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, estes não podem se constituir em uma nova instância recursal às decisões das Cortes nacionais. Com isso defende que, tendo em vista que a decisão do STF na supracitada ADPF nº 153 respeitou o devido processo legal, a transparência, a participação dos interessados e a imparcialidade e independência judicial, não cabe à CIDH o reexame daquilo que já fora decidido pela Suprema Corte brasileira, e, fazendo-o, estaria efetivamente se comportando enquanto uma quarta instância recursal.

Porém mais uma vez a Corte rejeitou os argumentos do Estado. Isso porque, inicialmente, entende a CIDH que a ADPF não é um recurso judicial que se possa considerar disponível, e isso se dá por dois motivos: primeiramente não se encontrava regulamentado no momento da interposição da denúncia perante a Comissão; e também por não ser um recurso acessível aos particulares (as supostas vítimas e suas famílias), que não estão legitimados para interpô-lo. Há ainda a argumentação de que a supracitada ADPF não seria um recurso adequado para esclarecer os fatos presentes no caso em análise, estabelecendo as responsabilidades individuais e determinando o paradeiro das supostas vítimas desaparecidas. Assim, explicita a CIDH que seu objetivo no presente caso não é o de rever a sentença do STF, senão estabelecer se o Estado brasileiro violou ou não as obrigações internacionais dispostas em diversos preceitos do Pacto de San José da Costa Rica anteriormente expostos.

Passando ao mérito da questão, iremos nos ater diretamente aos pontos resolutivos da longa sentença apresentada pela Corte, tendo em vista os mais de 300 (trezentos) parágrafos contidos na mesma, o que impede uma análise minimamente aprofundada neste único artigo acerca das alegações defensivas brasileiras e dos debates travados.

Assim, a CIDH decidiu que as disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a sanção e a condenação às graves (e reconhecidas) violações são incompatíveis com o Pacto de San José da Costa Rica, não podendo ser obstáculo para, não só a investigação dos fatos, senão a punição aos responsáveis pelas mesmas. Com isso o Estado é efetivamente responsável pelo desaparecimento forçado e, conseqüentemente, pela violação aos direitos elencados na denúncia. Da mesma forma o Estado descumpriu com sua obrigação de adequar seu direito interno à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em consequência da aplicação (e manutenção) da referida Lei de Anistia, sendo, então, responsável pela violação aos direitos às garantias e à proteção judiciais dispostos no Pacto de San José.

De posse de tais decisões condenatórias, a Corte passou às disposições que se seguem. Determinou a Corte que o Brasil (entre outras medidas²⁰): conduza as investigações penais para esclarecer os fatos narrados, determinando as correspondentes responsabilidades penais e suas correspondentes sanções; realizar os esforços necessários para determinar o paradeiro das vítimas, identificando os restos mortais e os entregando às famílias; oferecer tratamento psicológico e/ou psiquiátrico às famílias das vítimas que o requeiram; realizar ato público que reconheça sua responsabilidade a respeito dos fatos relativos ao caso em análise; continuar com as atividades de capacitação das Forças Armadas em matéria de direitos humanos; adotar as medidas necessárias para a tipificação penal do delito de desaparecimento forçado de pessoas; pagar as quantias relativas aos danos morais e materiais às famílias das vítimas.

Analisando, assim, a presente condenação, podemos, inicialmente, reparar, sem maiores dificuldades, que, comparativamente, o Estado brasileiro foi muito mais reticente em aceitar a sentença da CIDH que o Peru. Isso porque as principais bases da defesa brasileira foram a incompetência da Corte para julgar o presente caso²¹ e que as medidas que o país vem tomando seriam suficientes para estabelecer plenamente a

²⁰ Inserimos aqui, dentre todas as condenações, as que entendemos ser de maior relevância geral, tendo em vista que alguns pontos da sentença se referem a questões pessoais relativas às famílias de algumas das vítimas.

²¹ Por mais que tenha sido reconhecida uma única incompetência pela própria Corte, como citado anteriormente.

harmonia entre as decisões políticas nacionais acerca da justiça transicional e os compromissos assumidos pelo Brasil em matéria de legislação internacional dos direitos humanos.

Da mesma forma, por mais que tenhamos que reconhecer os esforços dos Poderes Executivo e Legislativo para executar parte da condenação, sobretudo em matéria de investigação dos fatos, a reparação às vítimas e suas famílias e a realização de atos públicos para o reconhecimento das violações cometidas no passado (vide a instauração da Comissão da Verdade, da Comissão da Anistia e suas caravanas, a aprovação da Lei de cesso à Informação Pública, assim como as reparações pagas aos perseguidos políticos e seus familiares), o Brasil vem se esquivando tenazmente da persecução penal dos responsáveis pelas violações já reconhecidas, que é um dos pontos nodais da condenação realizada pela CIDH.

4. Conclusão.

Pelo exposto anteriormente algumas conclusões podem ser observadas. A primeira é inequívoca: o Brasil, dentre os quatro países analisados, é o que conta com a mais tímida justiça transicional, sobretudo na identificação e punição dos responsáveis pelas atrocidades cometidas durante o regime ditatorial que outrora vivemos.

Ademais, de uma forma ou de outra, as outras três nações estudadas engendraram esforços por sua própria força para evitar a impunidade aos causadores das graves violações aos direitos humanos ocorridas. Argentina e Chile tornaram letra morta suas leis de anistia, enquanto o Peru, após a intervenção da Corte Interamericana de Direitos Humanos, assumiu a responsabilidade estatal pelas ditas violações e passou a colaborar com os organismos internacionais para a resolução do caso condenação dos responsáveis.

Esta última parte leva a outra conclusão. A importância do Sistema Interamericano de Direitos Humanos para evitar a manutenção de leis de autoanistia e a impunidade que estas geram.

Porém, ao mesmo tempo, a análise da sentença que condenou o Brasil nos faz questionar seriamente a efetividade de tal condenação, fora da órbita da simples pressão política e trazendo à baila as questões de segurança jurídica de tal sistema e o respeito às decisões da CIDH, sobretudo quando nos referimos a questões relativas a países que expressamente reconheceram a competência contenciosa da Corte.

Ademais, no que se refere à postura frente à CIDH, causa espécie a atuação brasileira de tentar, por mecanismos em geral processuais, evitar a continuidade do julgamento, se preocupando mais com aspectos formais do que com a efetividade material de sua defesa.

De outra forma, há que se salientar as duas posturas do Governo peruano frente ao Tribunal. Em um primeiro momento, para acobertar seus crimes, a ditadura de Fujimori chegou a negar o reconhecimento da competência contenciosa da Corte, para, em um segundo momento, e após o fim do período ditatorial, reconhecer sua responsabilidade e colaborar diretamente com a CIDH para o deslinde do caso.

Da mesma forma, importante a atuação da CIDH ao se recusar a aceitar a saída do Peru, ainda durante o regime Fujimori, que claramente objetivava o encerramento das investigações por qualquer órgão, tanto os nacionais quanto os internacionais.

Por fim há que se dar um espaço diferencial às nações que, como Argentina e Chile, não necessitaram da intervenção direta dos mecanismos internacionais para realizar sua justiça transicional, e abrir de vez o seu passado, estabelecendo não somente a verdade, senão também a justiça, ao garantir a responsabilização (inclusive penal) dos algozes travestidos de representantes do Estado.

5. Referências Bibliográficas.

ARGENTINA. Ley 23.492 de 24 de dezembro de 1986. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/712959-texto-completo-de-la-ley-de-punto-final>>. Acesso em 20 nov. 2011.

_____. Ley 23.521 de 8 de Junho de 1987. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/712961-texto-completo-de-la-ley-de-obediencia-debida>>. Acesso em 20 nov. 2011.

BRASIL, Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). *Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

_____. Ministério da Justiça. Comissão da Anistia. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Nº 04. Brasília: 2011

CHILE. Decreto Ley 2.191 de 18 de Abril de 1978. Disponível em: <http://www.usip.org/files/file/resources/collections/commissions/Chile90-AmnestyLaw_decree2191.pdf>. Acesso em 19 nov. 2011.

CODATO, Adriano. *O Golpe de 1964 e o Regime de 1968: Aspectos Conjunturais e Variáveis Históricas*. In: *História: Questões & Debates*, n. 40, pp. 11-36. Curitiba, Editora UFPR, 2004.

CODATO, Adriano; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. *A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964*. Revista Brasileira de História, Vol. 24, nº 47, São Paulo, 2004.

GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valério de Oliveira (org.). *Crimes da ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Internacional de Direitos Humanos: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2011.

LORENZETTI, Ricardo Luis; KRAUT, Alfredo Jorge. *Derechos Humanos: Justicia y Reparación – La Experiencia de los Juicios em la Argentina – Crímenes de Lesa Humanidad*. Buenos Aires. Editora Sudamericana, 2011.

MINOW, Martha; CROCKER, David A.; MANI, Rama. *Justicia Transicional*. Siglo Del Hambre Editores, Bogotá: 2011

NERUDA, Pablo. *Confesso que vivi*. São Paulo : Difusão Editorial SA, 1979.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: O Autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo. Paz e Terra, 2010.

AS MIGRAÇÕES CAMPO-CIDADE NO NORTE DE MINAS GERAIS.¹

Dra. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula.

Professora do Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Social-UNIMONTES
Universidade Estadual de Montes Claros. Bolsista e pesquisadora da FAPEMIG.
andreapirapora@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo desse trabalho é estudar e compreender dentro do processo migratório, a formação da identidade rural e as estratégias de reprodução camponesa dos sujeitos migrantes retornados ao lugar de origem no Norte de Minas Gerais através das tradições e das modificações nos modos de vida e trabalho. Partimos do suposto de que o processo migratório modifica e altera os modos de vida e trabalho dos homens e das mulheres do campo, mas que eles e elas possuem uma condição estrutural e simbólica de identidade territorial, de alteridade e de reconhecimento como ser do mundo rural camponês.

Abstract: The objective of this work is to study and to understand - through their traditions and changes in their ways of life and work - the construction of the agricultural identity and the peasant reproduction strategies in the migratory process of the migrant people who returned to their place of origin in the North of Minas Gerais. We start from the assumption that the migratory process modifies and alters the ways of life and work of the rural men and women, but that at the same time they possess a structural and symbolic condition of territorial identity, otherness and recognition of being part of the peasant agricultural world.

Palavras-chaves: Sertão do Norte de Minas, migração, comunidade rural.

Key Words: "Sertão" of North Minas Gerais / Brazil; Migration; Rural community;

Introdução:

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. (GUIMARÃES ROSA J, 1986, p. 278).

Considerada para efeito de planejamento estatal como RMNe - Região Mineira do Nordeste, o Norte de Minas Gerais é um território de transição, pertencente geograficamente ao Sudeste do Brasil, mas faz parte do semiárido brasileiro e do

¹ Este trabalho é fruto das pesquisas de mestrado e doutorado realizados pela autora (PAULA, Andréa M. N. R. de) nos anos respectivos de 2003 e 2009 no Instituto de Geografia/ Universidade Federal de Uberlândia.. As pesquisas continuam sendo desenvolvidas no grupo de pesquisa OPARA- Estudos e Pesquisas sobre Comunidades Tradicionais no rio São Francisco, coordenado pela autora e reconhecido pelo CNPq/CEPEX 096/2011-UNIMONTES, com fomento do CNPq e FAPEMIG através dos projetos Beira Vida, Beira Rio e Sujeito agente-pessoa do sertão.

“Polígono das Secas”. Lugar onde os programas governamentais foram responsáveis pela riqueza de poucos e pobreza de muitos. Este trabalho estuda as migrações internas no Norte de Minas, como forma de entender a mobilidade espacial, consequência do sonho de mobilidade social e econômica dos trabalhadores. As diferenças entre o mundo da casa (o local de origem) e o mundo da rua (o lugar de destino) que resulta na dura realidade da vida. . O lugar significa os laços de família, a afetividade, as tradições; O espaço significa a possibilidade de ganho, o capital, o único caminho de retornar ao lugar ou (re) construir um novo lugar.

As migrações no Norte de Minas Gerais fazem parte da história do povoamento e dos ciclos da região. O processo de formação da região aliado à constituição e consolidação do latifúndio por meio da concentração de terras consolidou o capitalismo rural, provocou a destruição de chapadas e matas do cerrado e a expropriação das populações nativas. Como resultados houve uma intensa mecanização do rural, grandes fluxos de migrantes rurais para as grandes e médias cidades do país e da própria região e a urbanização.

A proximidade dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, a conclusão da rodovia Rio - Bahia em 1949(século XX) – estrada que ficou conhecida pelos caminhões “*pau-de-arara*” (Tal nome é em função do transporte de grande número de migrantes em caminhões de carga, precariamente adaptados para o transporte de humanos) e os incentivos públicos para a migração foram determinantes para o deslocamento crescente de mineiros do Norte de Minas Gerais.²

As migrações dos nordestinos e dos norte-mineiros para o Sudeste entre as décadas de 1930 e 1950 do século XX eram realizadas de duas formas: 1º) através da “estrada líquida”, ou seja, o Rio São Francisco; 2º) através da cidade de Montes Claros, que já era o maior ponto de concentração de trabalhadores com destino ao Sul do país. Montes Claros fazia a ligação direta com a rodovia Rio-Bahia, com o Norte, com o Sul, com o Centro-Oeste e Nordeste do Brasil.

1.1 Caminho de águas - a estrada líquida

² Conferir em Disponível em: http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/gente-paulista_migrantes. Acesso em 10/05/2012.

Podemos afirmar que o Rio São Francisco funcionou como uma via migrante, levando esperança de vida. As estiagens e a representação da seca na região juntamente com as políticas de combate a seca auxiliaram na formação do processo migratório dos nordestinos e norte mineiros.

É importante acrescentar que essa massa de emigrantes em trânsito pelo Rio São Francisco eram os “flagelados da seca” (conforme terminologia da época) e ribeirinhos tangidos pelos latifúndios – trabalhadores do campo, analfabetos e semi-alfabetizados. Na região Sudeste, incorporavam-se às lavouras de café e ao parque industrial como mão-de-obra não especializada. Os salários que recebiam como camponeses e operários industriais possibilitavam a reprodução de sua força de trabalho e a subsistência de suas famílias. Essa mão-de-obra dos migrantes contribuía para potencializar a acumulação de capital em mãos da oligarquia rural e dos empresários da região Sudeste (NEVES, 2006, p.102).

As migrações ocorriam através do rio e da chamada “estrada baiana” que fazia a comunicação por terra entre Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. Os municípios nas regiões nordestinas que não eram localizados nas margens do rio sofriam mais com as estiagens, o que favoreceu a mobilidade da população. A fuga da seca, da falta de terras e trabalho em sua própria região foram determinantes para as migrações pelo rio. Camponeses em sua maioria enfrentaram o desconhecido através das águas do São Francisco na busca do mínimo para sobreviverem.

Nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade do século XX foram muitas as levadas de “flagelados da seca” pelos vapores. Exemplo disso é citado por Neves (2006) relatando que em 1878 houve um grande fluxo de retirantes da seca da Bahia para Minas Gerais através de cinco viagens financiadas pelo Império no Vapor Presidente Dantas. O autor, citando o intelectual M. Cavalcanti Proença, narra que em 1925 as saídas dos habitantes do sertão foram chamadas de “uma descida do sertão e subida do rio.” As viagens realizadas nos vapores eram feitas em condições precárias. Chamados de “passageiros de segunda classe” os homens e mulheres rurais viajavam amontoados e dormiam em redes e esteiras ao lado das cargas.

Os retirantes da caatinga chegavam subnutridos e esfarrapados à ribeira do São Francisco. Traziam doença, o sofrimento e a penúria estampados na face. No primeiro convés e nos porões das “gaiolas” ou da chata, a situação se agravava. Nesses espaços limitados, concentrava-se um grande número de pessoas – algumas vítimas de epidemias. Portanto, os flagelados submetiam-se a um ambiente insalubre. “A boia da segunda classe era intragável” conforme entrevistas dos próprios *vapozeiros*. Organizavam-se filas para receber as refeições. Na falta de talheres, os retirantes utilizavam as mãos para colocar o alimento na boca. Os pratos, latas e cascos de cágado usados para receber as refeições eram insuficientemente higienizados com a água do

rio. Havia um campo fértil para a proliferação de bactérias. Muito recorrentes a bordo, os surtos de diarreia enfraqueciam ainda mais os organismo já debilitados. Enfim, promiscuidade, doença e sofrimento! (NEVES, 2006, p.106)

A viagem feita no vapor durava cerca de quinze dias entre a cidade de Juazeiro na Bahia até Pirapora em Minas Gerais. Chegando a Pirapora era hora de embarcar no “trem do sertão” até Belo Horizonte e de lá seguir para São Paulo ou Rio de Janeiro. A viagem feita em condições tão difíceis, a longa duração e a escassez de recursos fizeram que muitos desanimassem em prosseguir e acabavam fixando moradia nas cidades ribeirinhas de Minas Gerais. A expressão “baianos cansados” ficou conhecida na região para designar de forma irônica os homens e mulheres oriundos principalmente da Bahia que tinham como destino São Paulo, mas que ficaram em terras mineiras.

As viagens eram desconfortáveis, feitas na “segunda classe” dos vapores que correspondia a viajar vários dias em uma rede, com péssimas condições de higiene e com muita gente junta vinda para ficar, então era tanta gente, móveis e muita mala e pouca matula (comida) tudo junto. Muita gente pegava doença, ficava ruim e tinha gente que morria e ia ficando os corpos pelos portos afora, era terrível. Assim que foi ajuntando gente, famílias grandes aqui em Pirapora. A cidade virou cidade mesmo foi em função dessa gente que veio pelo rio, a movimentação dessa gente foi que fez crescer. (Relato do Seu João Felix, 95 anos, ex- vapozeiro, abril de 2009, morador de Pirapora).

A narrativa de Seu João Felix comprova que muitos foram os migrantes que não terminaram a viagem entre o Nordeste e Sudeste rumo a São Paulo. E nessa travessia muitas famílias ficaram no meio do caminho, construindo seus espaços de vida, nas cidades que margeavam o rio, o que possibilitou a urbanização de muitas cidades ribeirinhas. Pirapora, cidade ribeirinha no Norte de Minas é exemplo disso.

Em 1925, Pirapora já contava com uma população de 22.643 habitantes. Na sede do município, residiam 9.310 pessoas conforme Vítor Silveira em seu livro *Minas Gerais em 1925*. (1926, p.614-618). É importante ressaltar o significativo crescimento da população ocorrido em cinco anos: 6 000 pessoas a mais aproximadamente. O crescimento demográfico foi determinado evidentemente pelos movimentos imigratórios. Das áreas ribeirinhas da Bahia e Pernambuco chegava um grande número de imigrantes a Pirapora. De outros estados não ribeirinhos como o Piauí, afluíam também outros imigrantes. Depois de concluída a estrada de ferro em 1910, alguns retirantes – os flagelados da seca- que demandavam a região sudeste ficavam no meio do caminho, fixando-se na sub-região de Pirapora. (NEVES, 2006, p.111).

No romance *Maleita*, lançado em 1934, o autor Lúcio Cardoso, (filho do primeiro administrador do povoado São Gonçalo das Tabocas que depois se transformou na cidade de Pirapora, o Sr. Joaquim Lúcio Cardoso), retrata a fundação da cidade de

Pirapora na última década do século XIX e início do século XX. O povoado foi descrito como um espaço muito grande e com caminhos largos e, portanto ideal para a construção dos armazéns da Companhia Cedro e Cachoeira para a compra, armazenamento de algodão e venda de tecidos. “Como ponto de convergência, o lugarejo tocava o Norte, pelas águas do São Francisco” (CARDOSO, s.d p.47).

Mas era necessário ativar o comércio, trazer mantimentos e levar correspondências para o povoado e, portanto, foi feito o pedido à comarca de Curvelo (o povoado era ligado a esse município) para que houvesse a aportagem em Pirapora dos vapores que trafegavam no Médio São Francisco. A autorização foi dada pela comarca e então o Porto de Pirapora ficou aberto à navegação regular. Houve grande fluxo de pessoas para a cidade no final do século XIX e início do século XX. O escritor retrata a chegada dos migrantes nordestinos através de caminho por terra, margeando o rio.

Ao cair de uma tarde os “imigrantes” apontaram no principio do caminho. Formavam uma longa fila que vinha pela margem do rio, como serpentes que rastejasse junto à água. Muitos chegavam esfarrapados, descalços, o rosto afilado pela fome. Outros se vestiam melhor, com sacos pendurados nas costas. E ainda outros arrastavam mulheres e filhos, e até cachorros e papagaios. Apesar de tudo, a certeza do trabalho e a necessidade de alegrarem a longa caminhada iluminavam as faces de suave alegria. Pressentia-se, no grupo roto, os sinais de familiaridade que traz a convivência longa, um aspecto comum de gente da mesma família, vibrando as mesmas alegrias e sofrendo pelas mesma necessidades.(CARDOSO, s.d, p.55)

As "Gaiolas" do São Francisco e depois seu complemento, os trilhos da estrada de ferro foram parte do cenário de constituição do imaginário da migração. A partir daí a presença de mineiros e nordestinos foi dominando os cenários de São Paulo e imprimindo sua marca no imaginário das metrópoles do “Sul Maravilha”.

Ao chegarem a Pirapora, esses migrantes, a quem denominavam de retirantes, iriam passar por outro calvário enquanto não conseguissem passagem de trem rumo a São Paulo. Naquela cidade, o governo paulista instalara uma repartição com a função de fazer a triagem das pessoas e, somente famílias sem registro de doenças crônicas entre seus membros, como tuberculose, receberiam as passagens para seguir viagem e consequente colocação em alguma fazenda de café. A maioria era reprovada. Os desclassificados, ou reuniam dinheiro pra comprar as passagens por conta própria ou se fixavam na cidade como mendigos, prostitutas e inválidos, esperando a hora da morte, (AMADO, 1978, p.44).

Na primeira metade do século XX, com a chegada da ferrovia (em Pirapora em 1910 e em Montes Claros em 1925), começaram novas formas de deslocamento da população, agora não somente pelos rios, mas também pelos trilhos da estrada de ferro.

1.2 Caminho de terra e de ferro: O trem do sertão

Quem prosseguia para São Paulo vindo de Juazeiro na Bahia até chegar a Pirapora enfrentava mais uma longa e difícil viagem. Em Pirapora embarcavam no trem da Estrada de Ferro Central do Brasil e na cidade de Corinto os passageiros faziam a baldeação para continuarem a viagem até Belo Horizonte. De lá a viagem prosseguia também de trem “rumo” a São Paulo. Pirapora fazia parte da linha Centro e o projeto previa a ligação até Belém do Pará.

LINHA DO CENTRO: Primeira linha a ser construída pela E. F. Dom Pedro II, que a partir de 1889 passou a se chamar E. F. Central do Brasil, era a espinha dorsal de todo o seu sistema. O primeiro trecho foi entregue em 1858, da estação Dom Pedro II até Belém (Japeri) e daí subiu a serra das Araras, alcançando Barra do Piraí em 1864. Daqui a linha seguiria para Minas Gerais, atingindo Juiz de Fora em 1875. A intenção era atingir o rio São Francisco e dali partir para Belém do Pará. Depois de passar a leste da futura Belo Horizonte, atingindo Pedro Leopoldo em 1895, os trilhos atingiram Pirapora, às margens do São Francisco, em 1910. (Estações Ferroviárias do Brasil, 2009)

Ainda em Pirapora os migrantes tinham que procurar o posto de triagem para serem avaliados fisicamente por médicos. Com o documento de autorização, embarcavam na “segunda classe” do trem (vagão com bancos de madeiras que comportavam de três a quatro pessoas por banco). Os destinos eram as grandes cidades em construção, as lavouras de café e cana, ou para qualquer tipo de atividade que necessitasse da ocupação de mão de obra abundante.

Os trilhos da ferrovia haviam chegado a Pirapora em 1910 e no ano de 1926 chegou a Montes Claros com a intenção de ligar Belo Horizonte a Salvador. Pirapora então passou a dividir atenções com Montes Claros, até que por fim, veio a ter caráter secundário. Posteriormente, a linha entre Corinto e Montes Claros passou a ser a linha do centro, enquanto a linha entre Corinto e Pirapora foi rebaixada a ramal.

RAMAL DE PIRAPORA: O ramal de Pirapora, que saía da estação de Corinto, chegou em 1910 a Pirapora, às margens do rio São Francisco, mas para cruzar o rio através de uma ponte ferroviária, levou 12 anos, quando foi inaugurada a estação de Independência (Buritizeiro) na margem oposta. Nessa época, o trecho fazia parte da Linha do Centro da Central do Brasil. Nos anos 1930, entretanto, com a maior afluência de tráfego na linha para Monte Azul, esta passou a ser parte do tronco e o trecho Corinto-Pirapora passou a ser apenas um ramal. Na mesma época, Buritizeiro foi desativada, junto com a ponte sobre o São Francisco. O ramal nunca passou dali, ao contrário dos planos de 1922, que pretendiam chegar a Belém do Pará. No

final dos anos 1970, o tráfego de passageiros foi desativado no trecho. (Estações Ferroviárias do Brasil, 2009)

Montes Claros funcionava como ponto de chegada e partida, principalmente para os sertanejos migrantes do Norte da região e do Sul da Bahia e era o local para “*pegar o trem pra São Paulo*”, daí a designação de “trem do sertão”. De acordo com o Boletim do Serviço de Imigração e Colonização de 1941, “(...) nesta cidade, não só se modificam os meios de locomoção, como também o indivíduo migrante começa a receber a assistência por parte do governo” (DANTAS, 1941, p.84).

Os trabalhadores que se deslocavam para Montes Claros partiam de sua localidade para outra próxima, onde se reuniam com outros trabalhadores e continuavam a viagem alugando caminhões para levá-los para a cidade. A viagem era feita sempre de forma muito desagradável, tumultuada e perigosa, conforme relatos da época. No trajeto costumavam pernoitar em barracões rústicos. Nessa época, as migrações ocorriam com grupos numerosos de famílias.

Quando chegavam a cidade, os migrantes ficavam em pensões, quartos alugados ou mesmo sob copas de árvores, enquanto aguardavam a ida para São Paulo. Em Montes Claros eles também precisavam passar pelo posto de triagem para prosseguirem a viagem. “Há casos ainda, especialmente em Montes Claros, em que os trabalhadores alugam por alguns tostões a sombra de árvores situadas nos quintais das casas, afim de não ficarem inteiramente desabrigados,” (DANTAS, 1941, p.86).

Sampauleiros, trem baiano e pau de arara são expressões associadas aos migrantes rurais que se lançaram na estrada para São Paulo. A migração para São Paulo passou a ser incentivada de forma estatal desde 1935 com o objetivo de incrementar a mão de obra para as lavouras. Pagamentos de passagens, bagagem e um pequeno salário para a família eram os incentivos propostos pelo então governo paulista de Armando Salles. As firmas particulares contratadas pelo governo de São Paulo buscavam no Nordeste do Brasil e no Norte de Minas Gerais os trabalhadores.

Em 1939 foi criada a Inspetoria de Trabalhadores Migrantes que tinha como finalidade substituir as firmas particulares no serviço da migração. As famílias chegavam a São Paulo e ficavam hospedadas na Hospedaria do Imigrante durante o tempo que eram avaliadas em relação a documentação, condições físicas e o local de destino. As

lavouras de café eram o destino prioritário e havia uma orientação para que os migrantes não permanecessem na capital. De acordo com dados do SEADE, cerca de 100 mil migrantes foram contabilizados em 1939 no Estado de São Paulo. Entre 1941 a 1949 foram registrados 399.937 trabalhadores procedentes de outros Estados do Brasil. Em 1950, Minas Gerais contribuiu com quase 50 % do fluxo migratório.³

Esse aliciamento pelo Estado ocorrerá até 1943, pois nesse período, a Hospedaria passa para o Ministério da Aeronáutica. “Embora a inspetoria continuasse a funcionar, a coisa era caótica, porque as pessoas que ali chegavam eram alojadas em pensões, ali da própria região do Brás”. Essa situação perdurou até 1952. Depois disso há uma alteração no quadro de registros desses migrantes, que necessariamente passam pela Hospedaria, porque já têm outros pontos de apoio, como os familiares. A orientação de mandar a pessoa para o interior deixa de existir e elas acabam permanecendo na capital, pois o quadro econômico também é outro. A situação no campo também se modifica: em 1965, vigora o Estatuto do Trabalhador Rural e não há mais interesse em trazer gente para morar na fazenda, os expulsos tornam-se os boias-frias, que vão engrossar as periferias das cidades. (GOMES, 2006, p.6.)

Com a construção das estradas mudou a forma de deslocamento dos migrantes rurais, não mais através de vapores e trens de ferro, mas de caminhões “paus-de-arara”, e depois de ônibus. Através da rodovia Rio- Bahia, construída em 1949 e pavimentada em 1968 eram realizadas as viagens que daria acesso as grandes cidades. “Para se ter uma noção da importância da Rio-Bahia como via de ‘êxodo’, basta atentar para o fato de que em 1950 somente 12% dos migrantes entravam em São Paulo por via rodoviária; em 1961, o número sobe para cerca de 34%” (BOSCO, 1967, p. 26).

Na década de 70 o transporte ferroviário de passageiros foi desativado em Pirapora e em 1996 com a privatização da Central do Brasil termina também os trens de passageiros em Montes Claros (que já acontecia nessa década somente entre Montes Claros e Monte Azul, cidades da região). O transporte fluvial já não acontecia e a priorização estatal era a pavimentação das estradas. “*Os ônibus quebrava que era um horror. Ônibus velho, caindo aos pedaços (...)* Gente com fome, com sede, criança chorando (...) -Emilia Dias” (ESTRELA, 1998, p.13).

A partir da segunda metade do século XX, com a implantação das hidrelétricas, construção de estradas e a chegada incentivada das indústrias, houve uma drástica modificação na paisagem natural e cultural do Médio São Francisco. As populações

³ Dados SEADE. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=rev&cod=5071>. Acesso em 20 de março de 2011.

nativas continuaram a saga de fugir da seca e das velhas e novas formas de cativeiro humano, agora através das estradas.

Procuravam mais os meios urbanos, nas cidades, uma vez que as culturas de café do interior de São Paulo já não estimulavam mais a ida de trabalhadores para morarem em suas fazendas. Grande parte dos lavradores migrou para as cidades a procura de uma oportunidade de trabalho constituindo as massas marginalizadas que foram viver nas favelas, alagados, em loteamentos clandestinos, cortiços e nas senzalas modernas dos canteiros de obras da construção civil.

O Estado de Minas Gerais foi considerado como um dos maiores exportadores de mão de obra no Brasil entre as décadas de 60,70 e 80, concentrando nas regiões Norte e Nordeste do Estado os lugares de maiores êxodos de trabalhadores sazonais, principalmente para o interior de São Paulo e para a região do Triângulo Mineiro, de acordo com dados da Fundação João Pinheiro (2000).

Basicamente, os fluxos emigratórios, ou seja, o movimento das pessoas para fora de Minas Gerais, na década de sessenta, tinham como destino os estados de São Paulo (39%) e Rio de Janeiro (19%), em função do potencial industrial crescente, Paraná (12%) e Goiás (11%), áreas em plena expansão agrícola. Na década de setenta, Rio de Janeiro e Paraná perdem importância relativa no que se refere a serem destino dos emigrantes de Minas Gerais, de forma mais acentuada esse último, provavelmente pelo esgotamento de sua capacidade de absorção de mão-de-obra pelo setor agrícola. O Rio de Janeiro, apesar da queda relativa, continua respondendo por cerca de 14% do destino dos emigrantes, caindo também à participação de Goiás e dos demais estados da região Centro-Oeste. Em contrapartida, aumenta significativamente o percentual de São Paulo, responsável pelo destino da metade dos emigrantes que deixam o estado. Vale destacar também a crescente participação das regiões Norte e Nordeste, (FJP, 2000, p. 4).

Os trabalhadores sazonais em sua maioria continuaram sendo transportados em condições irregulares e recebiam poucos salários. Muitos foram mantidos como escravos, em cativeiros, trabalhando para pagarem dívidas de medicamentos, alimentação e moradia. Deixavam suas famílias para trás. As chamadas “viúvas de maridos vivos”, que passaram a tomar conta da terra, dos filhos e a viverem a esperar pelo companheiro e pelo rendimento que ele esperava receber.

A urbanização brasileira intensificou nas décadas de 80 e 90 do século XX, embora com novas características, no final dos anos 80 e toda a década de 90 as migrações intensificaram-se intra regionalmente e continuaram a ocorrer às migrações sazonais.

Abramovay (1999) enfatiza que a saída do meio rural não significou o acesso às condições mínimas próprias da vida urbana, ou seja: "desruralização nem sempre é sinônimo, neste sentido, de urbanização", (ABRAMOVAY, 1999, p.2).

2. A continuidade das migrações no e do sertão

No início do século XXI a migração continua ocorrendo no Norte de Minas, sempre em busca da integração com o mercado de trabalho. Os trabalhadores oriundos do meio rural, camponeses, pequenos produtores, cidadãos de aglomerados rurais de pequenos municípios do interior, possuem dificuldades de inserção no mercado de trabalho, mas perseveram na procura de espaços, em "*busca de algum tipo de rendimento*". A sobrevivência de milhares de famílias ainda depende dos constantes deslocamentos espaciais, sem direito às escolhas para onde ir e quando voltar, migrando do sertão.

Observamos que durante todo o processo migratório os trabalhadores recebem uma única designação: *Do norte*. Ou seja, mineiros, baianos, são todos nordestinos que vindos do Norte trazem a miséria e são excluídos e são homogeneizados nas cidades enquanto migrantes.⁴

Ressaltamos que as migrações para as capitais, o interior de São Paulo e novos polos no Norte do Brasil, continuam a ocorrer, mas as migrações intrarregionais, confirmadas pelo censo IBGE/2000 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), tornaram-se mais constantes. A migração sazonal, sempre concentrada nos trabalhadores do Norte de Minas, agora já não é a modalidade migratória mais frequente nos municípios da região. Os trabalhadores rurais em suas idas e vindas começam a fazer a opção de migrar dentro da própria região, migrando no sertão, entre rural e rural e no rural e urbano.

2.1 As migrações do sertão

Em princípio as migrações do sertão continuam rumo às capitais e outras regiões do Brasil, de forma sazonal. Os membros da família que permanecem ficam para cultivar a terra e cuidam do *mundo da casa*.⁵ Os que saem para *o mundo da rua* sonham e buscam

⁴ (...) O estereótipo do nordestino migrante, ao qual se resume a identidade regional, é contudo um de seus elementos, definido "de fora" (NETO, 1994, p.22)

⁵ Utilizamos as expressões Mundo da casa e Mundo da rua de acordo com DA MATTA, essas categorias foram trabalhadas pela autora (PAULA, Andréa. M.. N. R. de) desse trabalho na dissertação de mestrado no ano de 2003. As diferenças entre o mundo da casa (o local de origem) e o mundo da rua (o lugar de destino) que resulta na dura realidade da vida. . O lugar significa os laços de família, a afetividade, as tradições; O espaço significa a possibilidade de ganho, o capital, o único caminho de retornar ao lugar ou (re) construir um novo lugar.

retornarem para a casa. Assim, tanto os que partem como os que ficam querem estar no mundo da casa, e a migração só acontece em função da necessidade de enfrentar a “*dura realidade da vida*”, quer seja a ausência dos entes queridos, quer seja o trabalho quase sempre mal remunerado e vivido em péssimas condições.

O Jornal Estado de Minas, na edição de 08 de julho de 2001 divulgou o que foi chamado de “Mapa da Fuga”. Os jornalistas chamam atenção para a persistência da migração do Norte de Minas para outras regiões do país, em situações irregulares de trabalho, e com salários míseros, deixando também parentes em extrema pobreza, aguardando a volta com “algum dinheiro”. A reportagem do Jornalista e escritor Luiz Ribeiro, demonstrou que a principal rota migratória era para Palmas, no Estado do Tocantins. Os dados sobre as rotas migratórias no período de dezembro de 2000 a junho de 2001 divulgados pela Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE/AMANS, utilizados pela reportagem, demonstraram também a diminuição da população em vários municípios da região. São famílias que deixaram o campo, e são muitas as empresas que chegaram para se apropriarem do espaço rural. A chamada rota da fuga acumulava cerca de 80 mil pessoas desde dezembro de 2000, deslocando-se do Norte de Minas para outras regiões.

Novas reportagens continuam mostrando o prosseguimento do processo migratório na região. Em novembro de 2007, o “Jornal Estado de Minas” noticiou como o desastre ambiental está aliado a exploração da pobreza. A produção de carvão oriundo de mata nativa na região é aliada a exploração de mão de obra rural em condições insalubres e com remuneração insignificante. Em maio de 2009 o “Jornal Hoje em Dia” noticiou com destaque (foi à reportagem de capa da edição de domingo) uma série de reportagens sobre a migração na região. A reportagem mostra como o “mar de eucalipto” tomou conta da pequena lavoura e comprovou que a baixa qualidade das escolas rurais e a intensa migração regional provocam a procura pela educação formal para os migrantes apenas quando os mesmo chegam à cidade. As reportagens que citamos publicadas nos jornais estaduais e de circulação nacional nos anos de 2000, 2007 e 2009 comprovam que o processo migratório continua sendo característica da região.

Mencionemos outro exemplo: através dos estudos recentes dos pesquisadores Ferreira e Ortega da Universidade Federal de Uberlândia, que comprovaram a inserção intensa de migrantes rurais norte mineiros na região do Alto Paranaíba e Triângulo mineiro para a colheita do café. Especificamente na microrregião de Patrocínio e Patos de Minas. Dos 93 mil empregos ofertados na safra, 35 mil são ocupados por trabalhadores do Norte de Minas, dados da Diretoria Regional da FETAEMG (Garlipp, 1999, p.3). Ou seja, 37 % dos trabalhadores da safra de café são provenientes do Norte de Minas. De acordo com as informações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patrocínio, existem casos em que prefeitos de determinadas cidades do Norte de Minas fretam ônibus para que os habitantes venham trabalhar na safra do café. Informam os autores que quando a previsão para a safra é desfavorável:

(...) o sindicato liga para as prefeituras e envia ofícios para tentar impedir que venham muitos migrantes, pois caso estes migrantes cheguem na cidade e não encontrem oportunidades, o sindicato tem que encaminhá-los para a ação social para tentar enviá-los de volta para a sua cidade de origem. (FERREIRA; ORTEGA, 2004, p15.)

Os pesquisadores relatam que na cidade de Patrocínio existe um abrigo para o trabalhador migrante que funciona no período da safra do café. Os trabalhadores que estejam de posse da sua carteira de trabalho podem ficar no local durante três noites para que possam resolver a situação no município, “(...) o que obriga a aceitar rapidamente as propostas de emprego que surgem” (FERREIRA; ORTEGA, 2004, p15).

2.2 As migrações no sertão.

As migrações no sertão acontecem do campo para o campo de forma sazonal, como forma de incrementar a renda familiar através do trabalho em propriedades rurais próximas do seu lugar de vida no meio rural.

Em Ibiaí, outra cidade do Norte de Minas, à margem do São Francisco, Alor Ribeiro da Silva queixa-se do preço atual do carvão. Diz que, apesar de ser empreiteiro de carvoaria, “está praticamente fazendo para comer”. Do metro cúbico de carvão que chega a R\$80 no pátio da siderúrgica, Alor recebe apenas R\$20. O restante fica com o dono da fazenda, que arca com o custo de transporte. O empreiteiro, de 71 anos, diz ganhar R\$2 mil brutos por carreta carregada. Parte desse valor é repassado aos carregadores de forno e aos catadores de lenha. Terça-feira, duas mulheres faziam o serviço de picar os troncos com machado e empilhá-los numa pequena carreta puxada por um trator. Esse povo, coitado, não tira R\$250 por mês, reconhece Alor. No

entanto,, ele defende a atividade como se fosse um mal necessário. “Não tem outro emprego aqui. Por isso, tinham de liberar o carvão no Norte de Minas,” justifica. (Jornal Estado de Minas, Nov/2007).

As migrações do sertão para as cidades da região são realizadas com o objetivo de ser uma migração permanente com todo o núcleo familiar. Quando a população migrante retorna para sua região não quer dizer que retornou para os seus municípios de origem, mas sim para as cidades de porte médio que oferecem melhores condições de saúde, educação e trabalho. As migrações sazonais ocorrem na região, buscando qualquer tipo de trabalho e as migrações intrarregionais buscando oportunidade na industrialização nos municípios polos, financiados pelos programas de incentivos fiscais do Estado, em especial, Montes Claros, Janaúba e Pirapora, de acordo com dados do IBGE de crescimento da população. De acordo com Rodrigues (2005), dos 89 municípios que compõem a região, 84 deles são de pequeno porte e tem na agricultura sua fonte de renda principal.

Essa mobilidade espacial desorganizou os municípios que não dispunham de infraestrutura para receber tantos novos habitantes. Conseqüentemente, houve a concentração em alguns municípios com uma melhor qualidade de serviços. Segundo Rodrigues (2000), nos anos 80 (século XX) a maior parte da população da região ainda estava no meio rural. Com a aceleração da urbanização através da industrialização, em 1997, cerca de 55,2 % da população já vivia nas cidades.⁶

A pesquisa de campo que realizamos com migrantes que se deslocaram do meio rural da região para a cidade de Montes Claros, no Sistema Nacional de Emprego (SINE - Posto de Montes Claros) e com migrantes rurais ambulantes do mercado informal no ano de 2003, traçou um perfil do sujeito migrante oriundo do meio rural, que busca inserção na cidade de Montes Claros.⁷ De acordo com a análise dos dados da pesquisa, verificou-se velhos preconceitos, novos paradigmas e antigas e urgentes indagações.

⁶ Neste período, as microrregiões que apresentaram maiores taxas de crescimento populacional foram as de Pirapora (73%) e Montes Claros (43%), onde localizavam os dois únicos distritos industriais da “Área Mineira de Atuação da SUDENE”.

⁷ A população da pesquisa, de acordo com os dados do posto do SINE, foi composta de 917 (novecentos e dezessete) migrantes rurais, destacados de todas as pessoas que procuraram o órgão em busca de trabalho nos anos de 2000 e 2001. Utilizamos a amostragem probabilística proporcional, com seleção aleatória dos migrantes rurais a serem entrevistados. A amostra apontou o número de 116 (cento e dezesseis) migrantes rurais como representativos do universo da pesquisa.

A pesquisa revelou que 60% dos migrantes rurais entrevistados voltariam a morar no campo porque sentem como o “*seu lugar.*” “*Por causa da tranquilidade.*” “*Porque a vida piorou depois que veio para cidade*” e “*porque na roça as pessoas são mais amigas.*”⁸ Os que não voltariam para o meio rural (40 %) acreditam que a vida está melhor em Montes Claros, já que todos tinham migrado antes e afirmam que no campo “*pior estava*” e que na cidade “*pelo menos aparece um bico para fazer*” e “*para quem não exige, sempre tem algum serviço.*”

O estar na cidade não significou participar da cidade. O sair do campo não significou abandonar a miséria e sim falta de oportunidades. Existem também relatos de pessoas bem sucedidas em Montes Claros que foram em princípio migrantes rurais, e que conseguiram, principalmente através do setor de serviços em pequenos e médios negócios, a “*sonhada melhoria de vida.*” Mas a maioria dos trabalhadores rurais ainda vivem em condições de trabalho injustas e informais. Os migrantes rurais quando mais jovens não querem ser os trabalhadores que foram os seus pais, e sabem que não o serão nunca. A vinda para cidade significa uma vontade de deixar o “*trabalho bruto*” por um “*trabalho melhor*”, o que significa estar “*fora da roça*”.

Os trabalhadores do campo que já enfrentaram viagens de vapores, viagens de trem de ferro, caminhão pau-de-arara, agora viajam dentro de suas próprias regiões, os destinos que tentam perseguir acontecem em seus lugares de vida e não somente em seus lugares de trabalho.

A migração é uma estratégia, uma resistência, uma eterna possibilidade ou impossibilidade de ficar ou sair. Não querem mais o “voo das andorinhas” Martins (2000). Isto é, na construção de diferentes territorialidades, ficar indo e vindo não tem melhorado a situação das famílias rurais, em um mundo cuja concepção corrente o trata como cada vez mais “desterritorializado” e sem fronteiras. Mundo que desata referências e reconstrói outras e, juntamente com elas, desata famílias e indivíduos que muitas vezes são sua única referência.

⁸ Todas as expressões em itálico são depoimentos de migrantes rurais no Posto do SINE- Montes Claros, como também na Praça Dr. Carlos e em algumas favelas da cidade. Entrevistados durante a pesquisa de campo.

3- Considerações Finais.

Entre tempos e espaços, seguimos com as velhas formas de migrações para canaviais e cafezais com formas irregulares de transporte e das condições de trabalho. Famílias inteiras seguem a rota de outros parentes. Homens sozinhos deixam companheiras e filhos por vários meses para seguirem o “trecho” da cana, do café, da soja, da fruticultura e dos empregos precários nas cidades. Meninas adolescentes entre 13 e 17 anos deixam as casas de suas famílias para viverem no espaço de cidades médias e grandes em troca de comida ou moradia, empregando-se como domésticas em tempo integral. Meninos seguem seus pais e fazem do ir e vir entre Minas e São Paulo um *caminho da roça*. A migração começa sazonalmente, mas muitas são as famílias que migram definitivamente para os centros urbanos. E os que retornam aos municípios das comunidades de origem, dentro da própria região, fazem da migração uma alternativa precária de trabalho temporário; migrar segue sendo a estratégia do sobreviver no sertão. Para Wanderley (1999) a migração continua a funcionar com duas faces: “esperança e fracasso”.

As migrações mudam de perfil, os deslocamentos continuam agora mais inter-estaduais e intrarregionais. São novas formas em novos espaços, mas a mobilidade humana no Norte de Minas continua como migração forçada, uma diáspora de pessoas rurais, que são motivadas pela necessidade da sobrevivência das famílias rurais, mais pobres e com menor grau de escolarização. São diferentes sempre os motivos e desejos de quem migra, são complexas as vontades de deixar e de voltar aos lugares de origem e de destino. E nas chegadas e partidas é que são tecidas redes entre os que ficam e os que migram, os que não retornam, mas mantém vínculos com as pessoas dos lugares de origem e os que retornam para voltarem a migrar, e mesmo os que retornam para não mais partirem.

Mudam-se os tempos. Migram agora também jovens mulheres para outras regiões em busca de outras fontes de renda. Muitos vivem da renda dos que migram. Muitos migram ainda hoje para que a sua família não deixe a terra, a casa, a vida simples na margem do rio. Muitos migram para que seus filhos não necessitem migrarem. Muitos migram em família na busca ilusória das cidades grandes que continua perpassando a ideologia da urbanidade. Muitos e muitas não partem, resistem em ofícios de trabalho e seguem aqui construindo a história dos ribeirinhos sertanejos. “As vezes até parece que

quem mais fica é quem mais foi.” Relata Dona Maria ao expressar a saudade dos filhos que partiram da Barra do Pacuí há seis meses para a Serra do Salitre no Alto Paranaíba para a colheita do café.

As migrações deram visibilidade para o processo de perda da autonomia do camponês em relação ao tempo, ao espaço e ao valor do seu trabalho. Não sendo mais donos da terra onde trabalhavam e viviam, ou vivendo *os cercamentos* das suas terras pelos grandes proprietários e conseqüente diminuição dos seus territórios, acabam tendo que deslocarem para outros espaços e trabalhos e perdem o controle dos meios de produzir e vivem uma única possibilidade: serem a sua única força de trabalho.

São as migrações as errâncias e as vivências nos Gerais uma parte das possibilidades de seguirem construindo uma cartografia simbólica de traços da cultura, da história, da identidade, dos valores no cotidiano. São transformações em e no grupo e em cada um e uma, e que permitem a compreensão da representação dos espaços vividos, das temporalidades reconhecidas e diferenciadas; identificadas na diversidade do viver entre os ambientes, a natureza e os espaços sociais da vida.

Os múltiplos antigos e atuais povoadores das terras ribeirinhas do São Francisco poderiam ser divididos entre os “que ficam” em um lugar; os que “migram de um lugar para outro uma ou duas vezes” e ali fixam nova morada; os que “partem e voltam” periodicamente; e os que “se foram daqui para sempre”. São esses sujeitos que fizeram e fazem o ir e vir nos lugares, nos entre lugares, nos não lugares, enfim nos espaços. Confirmamos que para os sertanejos e as sertanejas, as vidas entre idas e vindas mostram que “o sertão está em toda parte”. Mas que é no rural que querem viver a vida. Para aqueles, cujo poder de aporte de investimentos na maioria das vezes significa apenas a venda da força de trabalho, a migração é uma estratégia, uma resistência, uma eterna possibilidade ou impossibilidade de ficar ou sair. Em um mundo que desata referências e reconstrói outras e, juntamente com elas, desata famílias e indivíduos que muitas vezes são sua única referência.

REFERÊNCIAS:

ABROMOVAY, Ricardo. CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

AMADO, Jorge. **Seara Vermelha.** 32 ed. Rio de Janeiro: Record, 1978.

BOSCO, S. H.; JORDÃO NETO, A. **Migrações: estudo especial sobre as migrações internas para o Estado de São Paulo e seus efeitos**. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1967. p. 1-40.

CARDOSO, Lúcio. **Maleita**. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, s.d.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e A Rua**. Rio de Janeiro: Quanaabara/Koogan, 1993.

DANTAS, Humberto. **Movimento de migrações internas em direção do planalto paulista**. BOLETIM DO SERVIÇO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. São Paulo, Séc. da Agric, Ind e Comércio, N°3, 1941.

ESTRELA, Ely Souza. **Os sampauleiros: memórias do deslocamento**. Travessia, 32:11-3. 1998.

Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano 2000**. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>, Acesso em: 05/03/2009.

GOMES, Sueli de Castro. **Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos**. São Paulo, v. 12, n. 13, 2006. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo>. Acesso em: 03 Julho 2009.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Desastre Ambiental. 11 de novembro de 2007. Belo Horizonte. Minas Gerais.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO. **Sinopse Preliminar Do Censo Demográfico 2000**. Volume 7: Rio de Janeiro: 2001.

NETO, p. Helion. **A produção de um estigma: Nordeste e nordestinos no Brasil**. In: Revista Travessia n.1. São Paulo: CEM mai./ago. de 1994.p.p 20-22.

NEVES, Zanoni. **Na Carreira do Rio São Francisco: trabalho e sociabilidade dos vapozeiros**. Belo Horizonte: Itatiaia. 2006.

ORTEGA, A. C. FERREIRA, Rômulo Gama. **Impactos da intensificação da mecanização da colheita de café nas microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio-MG**. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo - RS, v. 12, n. 23, p. 71-96, 2004.

PAULA, Andréa Narciso Rocha de. **Integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho em montes Claros, norte de Minas Gerais: a esperança de melhoria de vida** 159 F. Dissertação (mestrado em geografia) Programa de pós-graduação em geografia UFU. Uberlândia MG, 2003.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. **Travessias... Movimentos Migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais**. 2009. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia)– Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2009.

RIBEIRO, Luiz. **O Mapa da fuga.** Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, Edição de 08 de julho de 2001. Caderno Gerais, p-16.

RODRIGUES, Luciene et al. **Especificidades setoriais dos municípios do Norte de Minas: um instrumento para o desenvolvimento setorial e regional.** In: Cadernos BDMG. Belo Horizonte, BDMG, 2005, nº10, p. 5-35.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas.** 33 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

RODRIGUES, Luciene. **Formação econômica do Norte de Minas e o período recente.** In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de et al. Formação social e econômica do Norte de Minas. Montes Claros: UNIMONTES, 2000. 428p. Cap. 1, p. 13-103.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** In: TEDESCO, João Carlos (org). 2 ed. Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas. Passo Fundo: Ediupe, 1999.

COMUNIDADES TRADICIONAIS: SUJEITOS DE DIREITO ENTRE O DESENVOLVIMENTO E A SUSTENTABILIDADE

Leila Ribeiro Rodrigues,

Mestranda em Desenvolvimento Social no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. E-mail: leilar2@yahoo.com.br

Ana Paula Glinfskoi Thé,

Professora Pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES; Coordenadora do Laboratório de Educação Ambiental e Ecologia Humana – LEAEH – Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: anathecomanej@yahoo.com.br

Resumo

Neste texto buscamos inserir nas discussões sobre desenvolvimento e sustentabilidade, a questão dos povos e comunidades tradicionais, que emergiram como sujeitos de direito na constituição de 1988 tendo como prerrogativas a vinculação tradicional e sustentável a um território. A relação assimétrica homem/natureza culminou numa lógica de desenvolvimento pelo viés meramente econômico, que desencadeou no grande problema ambiental atual. Nesse contexto, os povos e comunidades tradicionais aparecem como protagonistas no discurso do uso sustentável dos recursos naturais e como multiplicadores da biodiversidade fomentando nesse processo uma lógica diferenciada na apropriação dos recursos naturais. O acesso aos direitos constitucionais através da auto identificação coletiva postula um processo de reconstrução coletiva de identidades que traz uma visibilidade política, social e cultural a esses povos e comunidades.

Palavras - Chaves: Comunidades Tradicionais - Desenvolvimento - Sustentabilidade

Abstract

In this paper I seek to enter in discussions on development and sustainability, the question of peoples and traditional communities that have emerged as subjects of law in the constitution of 1988 as having prerogatives linking traditional and sustainable territory. The asymmetric relationship between man and nature culminated in a logical development from the perspective purely economic that triggered the current major environmental problem. In this scenario, people and traditional communities are emerging as leaders in relation to the sustainable use of natural resources and biodiversity as multipliers in the process fostering a different logic in the appropriation of natural resources. Access to constitutional rights through collective self-identification process of reconstruction postulates a collective identity that brings visibility, social and cultural development of these peoples and communities.

Words - Keys: Traditional Communities - Development –Sustentabilidade

1- Introdução

Desenvolvemos uma interpretação sobre a questão dos povos e comunidades tradicionais, sujeitos de direito coletivo que emergiram com a Constituição de 1988, frente a duas questões da maior importância na atualidade, desenvolvimento e sustentabilidade e as identidades que se processam em contextos locais distintos.

Iniciamos nossa interpretação problematizando a relação sociedade e desenvolvimento a partir de três contextos considerados como principais por Mota (2005), fazendo uma interlocução com a análise histórica de Rist (1997) a cerca do conceito de Desenvolvimento. Vinculado a essas discussão, procuramos demonstrar como o modo de vida dos povos e de comunidades tradicionais são inseridos no discurso da questão da sustentabilidade, penetrando o seu âmago, seja como discurso, seja como prática social. Se a questão dos povos e comunidades tradicionais emerge na Constituição de 1988, sua interface com a questão do desenvolvimento e da sustentabilidade ultrapassa as fronteiras da sociedade brasileira, pois diz respeito a todas as sociedades humanas no planeta Terra.

Posteriormente far-se-à necessário abordar os aportes constitucionais brasileiros, que transformou os povos e comunidades tradicionais em sujeitos de direitos diferenciados porque coletivos. Nesse sentido, há que considerar o vetor que coloca esses grupos em processos de acesso ao direito e que se traduz em uma construção política da identidade para acesso à territorialidade histórica construída, é acionado a partir da memória coletiva e da historicidade de cada um dos grupos. Nesse processo de atualização, a cultura é instrumentalizada para subsidiar a afirmação de si, frente a outros grupos, a outras lógicas e a outras estratégias de manejo do ambiente e da produção. Principalmente frente ao Estado Nacional.

Por fim, relacionaremos os aspectos inerentes à reconstrução da identidade coletiva com as prerrogativas do desenvolvimento local, que articula dialeticamente o desenvolvimento econômico, a melhorias da qualidade de vida e o uso responsável dos recursos naturais.

2. Sociedade, desenvolvimento e sustentabilidade

A concepção emancipatória iluminista do século XVIII, posicionou o homem numa condição superior em sua relação com a natureza, ao passo que postulou uma nova Visão de mundo: Homem (sujeito) x Natureza (objeto), concepção que subsidiou a revolução tecnológica, baseada numa nova racionalidade científica, onde o homem tem autonomia irrestrita para apropriação dos recursos naturais, conforme discutido por Luz (1988). Nesse contexto, a perspectiva do desenvolvimento desvincula o homem do sistema constitutivo onde a objetividade das relações sobrepõe à visão sistêmica, essa última insere o homem na dinâmica de um nicho global.

O caráter sedutor do desenvolvimento engendrou a partir de então, subsidia uma série de justificativas para relações desiguais. Nesse sentido, foi formulado um conceito ideal que ao orientaria uma busca impossível por uma condição de felicidade fluida. Nesse sentido, Rist (1997) ressalta que a *aura* do desenvolvimento foi formulada a partir de um ponto de vista particular, e por isso o conceito pode flexionar a bel prazer pelo discurso dominante, que oferece uma maior liberdade individual como estratégia para camuflar as reais causa e efeitos do desenvolvimento. Baseado na teoria dürkheimiana, o autor historiciza o desenvolvimento em suas várias facetas e afirma que há desenvolvedores (os países centrais, detentores de capital) e aqueles em perene processo de desenvolvimento, que nunca se concretiza, dado o avanço da tecnologia e da assimetria de relações da divisão internacional do trabalho. Nesse sentido Rist chama atenção para que,

As imagens a ele associadas, [o desenvolvimento] e as práticas que requer, variam de um extremo ao outro se adotamos o ponto de vista do “desenvolvedor” - comprometido a promover a felicidade almejada para os outros - ou o do ponto de vista do “desenvolvido” - que é forçado a modificar suas relações sociais e suas relações com a natureza para entrar no novo mundo prometido. (RIST, 1997, p.2)

Na contemporaneidade, o conceito de desenvolvimento, foi contextualizado historicamente por Mota (2001), em três princípios temporalmente distinto, mas que interrelacionam entre si: 1- Desenvolvimento como Progresso; 2- desenvolvimento como Bem Estar Social; 3- Desenvolvimento Sustentável.

O primeiro, *Desenvolvimento como Progresso*, difundido no Século XVIII, focalizou as diversas concepções progressistas de desenvolvimento, que conforme Luz e Madel (1988), romperam sucessivamente com a visão holística, simétrica e cosmológica da relação homem/natureza. A escala de produção remetia uma condição de desenvolvimento cada vez mais dinâmica, estimulando uma assimetria nas relações de trabalho, através do modo de produção capitalista. O desenvolvimento tecnológico gera assim, uma superprodução, à medida que a mecanização da produção reduz a participação direta do homem na estrutura produtiva, gerando um déficit de empregabilidade. Nesse sentido, Rist ressalta que a condição de ócio resultante da estrutura de produção capitalista, modifica as relações interpessoais a ponto de tornar relações biológicas como a Reprodução humana, em relações mercadológicas, isso subsidiado pela própria capacidade tecnológica de substituir algumas funções eminentemente biológicas. Essa analogia sintetiza uma Visão de Mundo¹ onde a supervalorização da tecnologia disfarça os efeitos sociais negativos implícitos a esse processo, que liberta o homem dos seus laços sociais para aprisioná-lo numa busca infinita pela felicidade fetichizada no aparato tecnológico.

O segundo contexto, *Desenvolvimento como Bem-estar social*, Século XX pós Segunda Guerra, resultou dos conflitos gerados pela assimetria recorrente ao processo crescente de desigualdades subsidiadas pelo *Desenvolvimento como Progresso*. O Estado passa a fazer o papel de regulador dessa relação através de intervenções na esfera política e social.

Se até a década de 1930 do século XX a idéia de desenvolvimento estava fortemente ligada à produção material e ao mercado como principal mecanismo de distribuição (...) depois da Segunda Guerra aquela idéia passa a estar associada ao bem-estar social, pois o desenvolvimento passa a ser identificado como direitos sociais, segurança social e políticas redistributivas de renda. (MOTA, 2001, p.30)

Nessa perspectiva, Kliksberg (2003), afirma que a revolução tecnológica criou uma distância enorme entre ganhadores e os perdedores nessa lógica eminentemente econômica e desenvolvimentista, cujo foco é a concentração e centralização de capital em determinada classe e em determinada área geográfica. E como mostra a história,

¹ Geertz, 1989.

alguns países com o apoio dos organismos internacionais, criam as políticas de distribuição de renda para minimizar as mazelas sociais resultantes desse processo. Porém essa nova óptica do desenvolvimento está longe de ser uma mudança de paradigma. A intervenção do Estado através dos sistemas de seguridade social, toma para si a responsabilidade de minimizar as mazelas sociais geradas pelo sistema capitalista, e não propõe mudanças estruturais opostas à estrutura que consolidada no *Desenvolvimento como Progresso*, criando uma coexistência peremptória entre os dois paradigmas de desenvolvimento. Para Rist, o desenvolvimento é um termo *fetichizado*, em torno do qual todo um aparato se forma para proporcionar uma condição de desenvolvimento que (...) “aparece, no caso, como um sentimento subjetivo de satisfação que varia de indivíduo para indivíduo, e no outro como uma série de operações para qual não há nenhuma uma prova que, *a priori*, realmente contribuam para se chegar ao objetivo declarado. (RIST, 1997, p.33)”. Mobilizando recursos das esferas sociais, políticas e naturais.

No terceiro contexto apresentado por Mota, difundido a partir de 1960, a questão ambiental toma o centro da discussão, ao passo que o uso irrestrito dos recursos naturais é assimétrico ao tempo necessário para a recomposição da mesma pela natureza. Nessa perspectiva, o conceito de *Desenvolvimento Sustentável* foi cunhado e difundido como resposta ao limite imposto pela própria natureza que apontava os limites para o desenvolvimento. Marx (1963) chamou esse processo de disfunção na relação homem/natureza, cujo ambiente natural demanda um tempo de reprodução maior do que o permitido pelo modo apropriação dos recursos naturais no sistema capitalista. O conceito de desenvolvimento sustentável propõe então “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades” (MOTA, 2001, p. 37).

Em meio às diversas abordagens sobre desenvolvimento, “o conceito de Desenvolvimento Sustentável, originário da economia ecológica, tem sido um dos mais institucionalizados” (RODRIGUES, 2009, p.146), através de uma proposta ideológica muito sedutora: compatibilizar o desenvolvimento econômico, social e equilíbrio ambiental. Porém, para Carneiro (2005) a discussão sobre Desenvolvimento Sustentável envolve contradições com relação à questão ambiental e as relações produtivas, quando relacionada a ótica capitalista atual de desenvolvimento. Baseando se nas proposições

de O'Connor, (1988), Carneiro retoma a discussão de que o sistema capitalista é contraditório e por si só, incapaz de gerar sustentabilidade até para si mesmo, como discutido por Marx (1963).

O autor ressalta que a intervenção do estado, através de políticas públicas ambientais, reproduz a condição de desenvolvimento autocontraditório, já que atua para viabilizar a disponibilidade de recursos naturais e financeiros para alimentar a lógica mercadológica capitalista, que por sua vez demandará de intervenção estatal na esfera social e natural em um processo sempre crescente. Nesse sentido, a intervenção estatal se torna arbitrária ao mesmo passo que subsidia empreendimentos privados sob um discurso social através da mobilização de recursos públicos. Sendo assim, o autor aponta o limite ao conceito de desenvolvimento sustentável, quando o mesmo vem atrelado a uma lógica eminentemente desenvolvimentista, visto que seu principal objetivo perpassa pela garantia de um capital natural que continuará subsidiando o desenvolvimento em seus moldes progressistas. Nesse processo de produção de riqueza abstrata², Carneiro (2005) atenta para o fato de que as formas de uso dos recursos naturais e as intervenções protecionistas do estado colocam em risco a reprodução social de grupos cuja lógica de apropriação desses recursos foge ao modelo capitalista.

(...) o uso capitalista das condições naturais como condições do processo de acumulação de riqueza abstrata choca se com outras formas de apropriação social das condições naturais, seja para fins de produção de valores de uso em moldes não-capitalistas, seja para fins científicos ou lúdicos, seja como fundamento da vida orgânica ou da identidade territorial de determinadas populações e comunidades. (CARNEIRO, 2005, p. 29)

Nesse raciocínio de Carneiro (2005), posso inserir uma leitura da problemática dos povos e comunidades tradicionais, que diante do dilema da questão ambiental, surgem como protagonistas em abordagens que os relacionam aos usos e manejos sustentáveis, além da capacidade de deter o conhecimento da biodiversidade e serem multiplicadores da mesma. Na esfera jurídica Brasileira, muitos desses grupos, sejam eles povos tradicionais, (*indígenas, quilombolas*) ou comunidades, vinculadas a outras tradições, na maioria das vezes vinculada a territorialidades históricas singulares (*vazanteiros, veredeiros, catingueiros, geraizeiros, faxinalenses, pomeranos, fundo de*

² Kurz, 1996

pasto, extrativistas, ribeirinhos, etc), ao emergirem como sujeitos de direito na constituição de 1988, passam por processos de construção e reconstrução da identidade na luta por suas territorialidades diferenciadas como meio de acessar seus direitos frente ao estado. As Convenções Internacionais³ ao reconhecerem a importância desses grupos para a produção de biodiversidade e como referência de uso sustentável dos recursos naturais, tencionam os Estados Nacionais a aderirem legislações específicas para esses grupos, prevendo ainda subsídios econômicos (royalties), em virtude da propriedade intelectual dos seus conhecimentos tradicionais.

Porém, o discurso recorrente que relaciona os povo e comunidades tradicionais a seus usos e manejos sustentáveis e ao conhecimento da biodiversidade reduzem a importância histórica e cultural desses povos a elementos objetivos, que fragmentam a possibilidade do desenvolvimento efetivo de grupos no âmbito local, visto que, não problematiza a trajetória histórica de grupos, cuja influência capitalista inviabilizou não apenas as práticas tradicionais, mas também a memória coletiva e a organização social.

Na esfera comunitária, desponta nesse início de séc. XXI, outras formas de percepção do desenvolvimento, principalmente àquelas voltadas para um desenvolvimento que busque a autonomia dos grupos, ao invés de aliená-los às concepções de desenvolvimento convencional, ou seja, relacioná-lo ao o viés meramente econômico. Nessa perspectiva, o Desenvolvimento Local busca inserir no discurso do desenvolvimento, os sujeitos locais através do envolvimento político através das organizações e associações, processo semelhante ao que concerne às identidades emergentes na esfera política, que dialeticamente mobilizam recursos da esfera global e local, se tornando sujeitos de sua própria história, defendendo suas práticas e crenças que, e sua grande maioria, garantem a manutenção dos recursos naturais.

Porém, desenvolver localmente não significa dizer que uma determinada região está isenta da dinâmica socioeconômica global. É mais coerente entender como sendo um processo dialético entre desenvolvimento econômico, melhoria na qualidade de vida e responsabilidade na utilização dos recursos naturais, que articula vários sujeitos e relações de poder, nas várias esferas MILANI (2005). Nessa perspectiva, entendo que o

³ Ver Convenção de Diversidade Biológica – CDB e Organização Internacional do Trabalho -OIT

desenvolvimento local para se tornar efetivo, necessita de um esforço para dinamizar as relações de poder, onde os sujeitos locais devem estar inseridos nos processos deliberativos que envolvem intervenções diretas ou indiretas, principalmente no que se refere à gestão dos recursos naturais, visto que essas populações, são historicamente, os gestores mais coerentes.

3. Comunidades Tradicionais: a insurgência, a conceituação e o vivido

A sociedade brasileira durante o processo constituinte considerou que existem no interior do país diversos grupos culturalmente diferenciados que contribuíram para a constituição da nacionalidade brasileira. Decorre daí a insurgência do direito coletivo culturalmente diferenciado das populações que passaram a ser consideradas como tradicionais pela Constituição de 1.988. Esses direitos emanados do texto constitucional necessitavam de regulamentação em sintonia com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, da qual o Brasil é signatário. Em julho de 2.000, por meio da Lei 9.985 que cria o SINUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, são reconhecidos os direitos das comunidades tradicionais em suas interfaces com as unidades de conservação. Elas são consideradas por sua forma positiva de apropriação do espaço orientada segundo princípios próprios, construídos em interação com o ambiente e sem perspectivas exclusivamente comerciais. A relação homem/natureza, conforme Barreto Filho (2001) vivida pelas populações que passaram a ser legalmente consideradas como tradicionais, contribui para a manutenção do ecossistema. Para este autor, a tradicionalidade dessas populações se vincula a:

(a) por sua relação particular com a natureza, traduzida num corpo de saberes técnico e conhecimentos sobre os ciclos naturais e os ecossistemas locais de que se apropriam; (b) pelo fato desses ecossistemas representarem, em muitos casos as derradeiras amostras e remanescentes globais de ecossistemas críticos e frágeis; e (c) por situarem-se relativamente à margem da economia de mercado formador de preços, organizados em sistema de produção baseado na organização familiar e orientados para a subsistência e num modelo de uso de recursos naturais intensivo em trabalho e, supostamente de baixo impacto (BARRETO FILHO, 2001, p. 18-19)

Amparada em Diegues e Arruda (2001) em quem Barreto Filho (idem) alicerçou sua categorização, pode se afirmar apoiada em diversos estudos que se dedicam a entender

esses grupos culturalmente diferenciados, que as populações que se desenvolveram em meio a saberes propiciado pela interação homem/natureza, desenvolveram práticas sociais específicas por sua interdependência com o ambiente ecológico⁴. São a partir destas práticas que os grupos sociais ou as comunidades que ali reproduzem seus saberes práticos e simbólicos por diversas gerações, possa se caracterizar e serem caracterizadas por uma etnicidade ecológica, como discutido por Parajuli (1996). Não entendendo, é claro essa etnicidade como um elemento determinista, mas como influenciadora de práticas que contribuem para a formação identitária desses povos.

O conceito de comunidades tradicionais também foi cunhado no âmbito de uma pesquisa no Norte de Minas, onde a relação desses grupos com diversos ecossistemas remetia a uma vinculação espaço temporal, cultural, territorial, política e principalmente de resistência a expansão desenvolvimentista pelos respectivos territórios tradicionais. Nesse sentido Carlos Rodrigues Brandão conceitua,

Comunidade tradicional constitui-se como um grupo social local que desenvolve:a) dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram;b)saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente;c) uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o “mundo de fora”, ainda que quase invisíveis;d) o reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral;e) a atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral;f) a experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado;g) estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental. (BRANDÃO, 2010, P. 37)

Diante da crise ambiental global, as abordagens a cerca da sustentabilidade, traz a tona discussões sobre a relação dos povos e comunidades tradicionais com o respectivo território. Convenções a nível global, como a Convenção da Diversidade Biológica - CDB e da Organização Internacional do Trabalho - OIT, vem inserindo essas comunidades locais, que outrora eram empecilho para o desenvolvimento, numa posição

⁴ Neste sentido, vide Dayrell (2000), Brito e Outros (2003), D’Angelis Filho (2005), Luz Oliveira (2005), Costa (2005), Costa e Outros (2006), dentre outros.

ativa com relação à gestão e conservação da diversidade do território, visto que esses povos historicamente contribuíram para a conservação de ecossistemas e pela produção de diversidade biológica através de suas práticas culturais. Porém, essas populações, precisam passar por um processo de reivindicação de seus direitos através da busca pelo reconhecimento de identidades coletivas para ascensão aos direitos políticos instituídos pela constituição de 1988 e pelas regulamentações dos tratados e convenções.

Na realidade brasileira, os povos indígenas dependem de um processo mais simplificado, já que seus direitos territoriais são originários. De modo que os agentes mobilizadores são, em sua grande maioria, do próprio Governo Federal. Com relação a produção de biodiversidades, estima-se que a grande diversidade biológica da Amazônia é recorrente a atividades culturais dos vários povos ali existentes. As comunidades remanescentes de quilombo, também possuem um amparo jurídico mais consistente, visto que existem diretrizes específicas para o processo de reconhecimento e titulação, embora a questão burocrática e as brechas constitucionais tenham contribuído para a morosidade no *caminho quilombola*⁵.

Em contrapartida, grupos de seringueiros da Amazônia passaram por um cansativo processo em defesa do território, que teve seu êxito a partir da fundamentação do caráter positivo da apropriação do espaço e a conquista da criação de reservas extrativistas. Suas práticas paralelas à extração de látex, contribuíram para o aumento da fauna e da flora nas proximidades seringueiras. No Brasil, inúmeras coletividades historicamente desenvolveram uma relação sustentável com a natureza, porém muitas delas estão sendo submetidas aos efeitos negativos de empreendimentos desenvolvimentistas, que avançam sobre seus territórios. Algumas, quando estão politicamente articuladas, conseguem amenizar esse processo, as demais, são engolidas pela nova estrutura, ou mesmo desenvolvem pequenas ilhas de resistência, que não sobressaem devido ao perfil político passivo.

O processo de formação da sociedade brasileira, historicamente favoreceu e ainda favorece a emergência de identidades construídas a partir de processos históricos de apropriação de espaços transformados em territórios pelos mais diversos grupos sociais.

⁵ Figueiredo (2008) O “caminho quilombola” Interpretação constitucional e interpretação dos direitos étnicos. Tese de doutorado.

As comunidades tradicionais constituem matrizes culturais formadas em meio ao instável modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. Nessa perspectiva Little (2002), relaciona a multiplicidade de territórios na sociedade brasileira, habitados por grupos, que muitas vezes se apóiam em uma razão histórica oposta à razão instrumental do estado e das elites brasileiras. Os povos que ali se fixavam, desenvolveram uma relação particular com seu respectivo território, cuja relação pode ser lida, a partir de sua cosmografia, conforme proposto por Little (2002), que informa as particularidades sociais de um território. Parajuli (1996) conceitua essa relação como etnicidade territorial. Uma etnicidade deve ser considerada territorial quando é recorrente o vínculo que os membros de uma comunidade estruturam e regulamentam, por meio de articulações singulares, as relações sociais vividas no interior da comunidade. A estrutura e a regulamentação das relações sociais se dão a partir dos padrões culturais, que constroem e reconstroem os saberes no trato com a natureza e com os seres humanos de forma interativa com o ambiente, constituindo assim seu modo de ser e de viver específico. Embora continuem vulneráveis às mudanças geradas por inúmeros fatores externos, principalmente os socioeconômicos.

O apoio às comunidades tradicionais nos processos de luta pelo território e principalmente pelo acesso a cidadania através da construção coletiva da identidade, tem mobilizado sujeitos distintos que são importantes mediadores para o acesso aos direitos instituídos pela constituição de 1988. A idéia é garantir que esses direitos se tornem efetivos na esfera social e não apenas no aparato jurídico. Neste trabalho, também busco evidenciar a relação desses sujeitos com o processo de articulação na busca pelo reconhecimento e pela reconstrução da identidade coletiva por meio da comparação de duas comunidades: uma em fase de articulação com os movimentos sociais e a outra alheia a sua condição de tradicionalidade frente aos vários conflitos que enfrenta principalmente os socioambientais.

4. Desenvolvimento local e identidades em processo

Relaciono neste trabalho, o desenvolvimento local como o processo de construção de identidades coletivas, ou seja, a formação social de um projeto reflexivo, numa dinâmica expressiva de comunicabilidade entre o local e o global. Nesse sentido, o Movimento Social articula de associações, sindicatos, entidades diversas, instituições e

ONGs contribuído para a democratização do poder local, resultando em processos mais legítimos de desenvolvimento, onde os sujeitos coletivos estão envolvidos na dinâmica socioeconômica global. Um desenvolvimento baseado em laços cooperativos que pressupõe um controle interno nas relações políticas, socioculturais e econômicas do grupo, que estão efetivamente envolvidos neste processo:

O desenvolvimento local parte da perspectiva da valorização humana como sujeito de seu próprio desenvolvimento. A práxis do desenvolvimento pode ser entendida como o exercício para uma ação mais efetiva que envolve o indivíduo por meio da práxis comunitária na qual se encontra face a face com a comunidade. Assim, o indivíduo como ser social que pertence a uma classe ou grupo social, tem um espaço em que pode se exprimir, argumentar, criticar, denunciar, dialogar, exigir, reivindicar e transformar a sua realidade (CASTILHO, ARENHARDT, LE BOURLEGAT, p. 160)

As identidades emergentes paralelo a essa nova dinâmica de desenvolvimento, pressupõem uma participação política mais ativa dos grupos, implicando em uma maior comunicabilidade entre o local e o global. No caso de povos e comunidades tradicionais no Brasil, sujeitos coletivos que emergiram a partir da constituição de 1988, esse processo de articulação política e cultural para a acessão do direito constitucional, Costa (2010) conceitua de *(des) invisibilidade* dos povos e comunidades tradicionais. Para o autor,

A assunção dos mesmos à condição de tradicionalidade se deve à contribuição dos mesmos para a construção da nacionalidade brasileira, considerada, a partir daí, como multiétnica e multicultural. Se o princípio constituinte do e constituído desse sujeito de direito emergente alicerça-se na cultura e na identidade de cada um dos povos e das comunidades entre o direito e a prática existem diversos obstáculos que requerem de cada comunidade inserir-se em um processo de *(des) invisibilidade* de si como sujeito coletivo do direito constitucional. Para tanto, cada povo ou cada comunidade para ser considerada tradicional e ser efetivamente partícipe do direito de que são detentores necessita produzir-se culturalmente como tal e afirmarem sua territorialidade que fundamenta o sentido de pertencimento ao sujeito coletivo de que são constitutivos. Há diversas amarras que os mantiveram invisíveis aos olhos do Estado e da Sociedade Nacional que necessitam ser desarticuladas para emergirem no campo político de produção de suas legitimidades como portadores efetivos de tal direito. A este processo conceituo como *a (des) invisibilidade dos povos e das comunidades tradicionais* em que compreendo existirem duas dinâmicas cruciais e diversas estratégias fundamentais que devem ser consideradas para que se possa compreender qualquer povo ou qualquer comunidade

tradicional como partícipe efetiva do princípio constitucional que os fez sujeito coletivo de direito (COSTA, 2011, p. 234).

Para a Antropologia, a emergência de uma identidade coletiva, é construída pela divisão entre o “nós” e o “outro”, dada à construção da diferença que exclui os que não são vinculados às semelhanças que constituem um grupo social. Ainda que a identidade emerja para a reivindicação de direitos territoriais, há sempre a exclusão de grupos sociais que não estiveram presentes na historicidade do grupo construindo seus modos de vida específicos. Da mesma forma em que outros, mesmo que não possuam laços consangüíneos ou uma relação histórica forte, são inseridos nos grupos a medida que compartilham os mesmos ideais. Algo semelhante ao processo vivido pelo índios xacriabás, no Norte de Minas, que negaram o acesso ao território tradicional reconhecido àqueles que não aderiram efetivamente o embate político pela terra, mesmo que esses membros possuíssem parentesco com os ancestrais. Em contrapartida, sujeitos externos foram inseridos no grupo ao passo que assumiam a luta pelo território.

A identidade na perspectiva antropológica tem sido orientada pela concepção do *nos* em oposição ao *outros*, Cardoso de Oliveira (1976), de modo que grupos tradicionais brasileiros buscam a construção ou a reconstrução de identidades coletivas através de processos políticos, a princípio, pela afirmação de sua especificidade histórica na construção de um território coletivo, embora as prerrogativas da identidade se alicercem muito mais na necessidade de reprodução material e simbólica de um modo de vida peculiar de toda a coletividade portadora da identidade posta em cena requerendo direitos territoriais. Para Castro,

Esses grupos experimentam um movimento que pretende recuperar a identidade outrora do seu grupo, pela construção identitária por meio de processos políticos de afirmação sobre o território. Grupos que revivem suas tradições étnicas têm recriado na memória seus saberes tradicionais, reinventando para o presente, formas de fazer política atando passado e presente, saberes sobre a natureza e tradições. (CASTRO, 2000, p. 177)

Com relação às comunidades tradicionais no Brasil, em alguns casos a produção identitária emerge de uma vinculação espaço temporal e cultural com um território que muitas vezes incide numa Identidade étnica (indígenas, quilombolas, etc.), ou vinculada a um ecossistema específico, (geraizeiros, barranqueiros, veredeiros, etc.) ou mesmo a

algumas atividades agroestrativistas (babaqueiros, seringueiros, quebradeiras de coco, etc.). Porém, para Castro (2000) essas terminologias vinculadas às referências citadas anteriormente, simplificam as densidades da relação estabelecidas por essas comunidades em sua relação cultural com o território, não só prática, mas também simbólica.

5. Identidade e mudança social

Para melhor compreender o processo constitutivo da identidade coletiva, e como ele se distingue a partir do contexto em que se traduz, seja no âmbito *social, étnico ou político*, será necessário abordar autores que discutam o conceito de identidade nessas três perspectivas, que orientarão os aspectos de comparação entre as duas comunidades que se fará através de descrição no último capítulo. Entendo assim, que a identidade orienta práticas tanto no âmbito coletivo, como individual, que pode ser remodelada ao passo que é resignificada. Nesse sentido, entendo que a relação das comunidades tradicionais, com seus respectivos territórios também podem ser resignificadas, ao passo que a dinâmica social se depara com percepções distintas de apropriação.

A identidade *na esfera social*, pode ser compreendida a partir das proposições de Berger & Luckmann (1971), ao enfatizarem que a identidade é um fenômeno que emerge da dialética entre indivíduo e a sociedade, sendo formada por processos sociais que uma vez cristalizada é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Sendo assim, existe uma dinâmica social da identidade, uma espécie de *mundus social* que envolve os grupos em uma espécie de interdependência entre a escala social e pessoal, que não é fixa, mas contribui para a estabilidade do grupo. Cardoso de Oliveira (1976), observa que a identidade é composta por duas dimensões: a pessoal e a social, sendo que nessa última é que a identidade social se edifica e se realiza. Nesse sentido, a identidade social surge como uma atualização do processo de identificação que evolui a noção de grupo, porém sem descartar a identidade pessoal, ou seja, uma é reflexo da outra. Leach (1961) por sua vez relaciona a identidade a uma representação coletiva constituída a partir da cultura como seu núcleo formador mais dinâmico, já que é inerente a um processo de idealização obedecendo a um padrão e dando formas, muitas vezes, a representações altamente negativas, expressas no discurso do grupo hegemônico considerando a cultura do contato. Sendo assim a identidade ainda pode ser

algo externo, que em algum momento de dominação, foi apropriado pelo grupo da minoria e reproduzido socialmente.

Para abordar a *esfera étnica* da identidade, recorrerei a Barth (1966), cujas discussões ressaltam a importância da organização política de si frente ao outro, já que os estudos dos mecanismos de identificação refletem a uma identidade em processo. Sendo assim, analisar um processo possibilita o entendimento de uma variedade de formas complexas que ele produz. Consolidando assim a força do conceito de Grupo étnico para o estudo dos processos identitários. Para Cardoso de Oliveira (1976), a identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica, a afirmação dos *Nós* diante dos *Outros*, ou seja, uma identidade que se afirma a partir da oposição ao outro e não isoladamente. Nessa perspectiva, existe uma relação entre identidade e valor também no nível social, já que a ideologia constitui a partir do jogo dialético entre a semelhança e a diferença. Um grupo em condição de isolamento não tem necessidade de qualquer designação específica, sendo que essa torna-se necessária a partir do primeiro contato com grupos diferentes, que juntos criam categorias de diferenciação.

Já na *esfera política* da identidade, utilizarei as proposições de Stuart Hall (2003) sobre a Reelaboração Cultural da identidade. Para este autor a situação da diáspora torna as identidades múltiplas, que ora são conduzidas pelos elos que as ligam a uma ilha de origem específica, ora são empurradas de encontro a outras que tencionam para uma mistura, que impede que retorne completamente a uma unidade passada, já que esta é permeada por simbolismos e por isso mesmo se apresenta de forma inconstante. Nessa perspectiva, Boudieu(1989), ressalta que a identidade é criada e recriada a partir do conhecimento e reconhecimento de tais classificações, sendo assim que as práticas são legitimadas pelos elementos simbólicos nelas contidos. Nesse sentido o autor vê a objetividade e a subjetividade como elementos complementares e passíveis de mudança de acordo com as circunstâncias, sendo as relações de poder, reflexos de sistemas socioeconômicos que hegemonizam tais classificações e as utilizam politicamente quando posiciona-se no campo oposto, frente aos outros grupos que o ameaçam.

No Norte de Minas, a insurgência desse movimento em busca da defesa territorial recorrendo à politização de suas identidades ao afirmarem suas tradicionalidades

específicas, ocorre a partir da expansão das fronteiras desenvolvimentistas que impactam esses grupos através de práticas econômicas em seu território. O Movimento Social participa como uma soma de agentes mediadores nesse processo. Essas comunidades, que outrora eram politicamente *invisíveis*, buscam agora na (des) invisibilização, defender sua territorialidade ao afirmarem sua tradicionalidade por meio de sua identidade coletiva no campo político, como estratégia de defesa de cada coletividade e de seu modo de vida singular. Quando essas comunidades estão vulneráveis a algum empreendimento, o reconhecimento político da identidade coletiva, pode amenizar os efeitos negativos desse processo. No caso do extrativismo e da mineração em territórios tradicionais, a luta em defesa das coletividades que acionam suas identidades, tem tencionado as relações sociais existentes no campo político brasileiro.

6. Considerações

A transformação do espaço natural é inerente a qualquer nível de relação de produção, porém, o rompimento com a concepção cosmológica na relação homem/natureza subsidiou novas concepções na relação de produção/consumo que não possibilita um tempo necessário para que a natureza restabeleça. Dessa relação origina-se a insustentabilidade do sistema de produção capitalista.

O conceito de desenvolvimento, cunhado para sintetizar as aspirações de bem estar social em uma escala progressista, contribuiu para a naturalização das desigualdades. Seu aspecto contraditório, talvez tenha materializado principalmente no conceito de desenvolvimento sustentável, quando colocado em posição paralelo ao modo capitalista de produção.

A mudança de paradigma com relação aos povos e comunidades tradicionais, que anteriormente eram considerados atrasados e um empecilho ao desenvolvimento, atualmente, diante da crise ambiental planetária, são as meninas dos olhos dos organismos internacionais. Esses últimos tencionam os órgãos deliberativos nacionais, o que tem contribuído para o processo de (Des) invisibilização desses grupos em busca de uma afirmação da identidade coletiva na esfera política em defesa do território. Nesse sentido a Identidade de Resistência, que já era eminente a esses grupos, passam a

configurar-se como Identidade de Projeto, que leva esses grupos a buscarem uma mudança na estrutura política através da afirmação de sua identidade coletiva.

Não pode negar que existem incoerências e interesses antagônicos nos acordos políticos instituídos pelas convenções internacionais com relação aos povos e comunidades tradicionais. Dentro dos próprios grupos existe essa ambivalência. Mas há de convir que já é um grande passo rumo à democratização do poder, já que a esfera local tem sido inserida no debate e tem gerado uma articulação com outras comunidades em situação semelhante. Porém a importância desses grupos não deveria ficar restrita a concepção tautológica de que a mesma usa os recursos naturais de forma sustentável. Existe uma gama de relações culturais estabelecidas com os respectivos territórios e redes de sociabilidades que são subjugadas nesse discurso.

A grande importância que a discussão a cerca da sustentabilidade alcançou, justifica o fato de que conhecer e defender modos de vida alternativos seja uma estratégia recorrente para repensar a relação do homem com a natureza na atualidade. De acordo com Ribeiro (2006), a visão holística dos nossos antepassados pode contribuir para uma convivência mais simétrica com a natureza no presente. Porém não se pode reduzir todas as responsabilidades e soluções para o imenso problema ambiental global a esses grupos, que já estão mais do que educados.

Outras percepções de desenvolvimento, desvinculadas de uma lógica apenas econômica e desenvolvimentista, tem contribuído para que grupos com concepções econômicas e sociais distintas sejam inseridas no discurso do desenvolvimento. Principalmente no que concerne ao desenvolvimento local, onde os *micropoderes*, Foucault (1979), são chamados a refletir sobre sua posição na sociedade, seja no âmbito econômico, na busca pela melhoria na qualidade de vida ou na sua relação com o ambiente em que vive.

7. Referências

- BARRETO FILHO, H.T. "Populações Tradicionais: Introdução à Crítica da Ecologia Política". In: Workshop Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade. Parati, RJ, 2001 (mimeo).
- BRAND'Ó, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades. tradicionais dos sertões roseanos. Montes Claros: 2010 (Relatório de Pesquisa).

- CASTRO, E. "Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais." In: DIEGUES, A.C. (org.): Etnoconservação. São Paulo. Hucitec, 2000.
- BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. A Construção Social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. - Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Pioneira, 1976.
- CARNEIRO, E. J. Política ambiental e a Ideologia do desenvolvimento sustentável. In: A insustentável leveza da política ambiental- Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Zhouri, Andréia, (org). Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. Ed: Paz e Terra, São Paulo, 2000.
- CASTILHO, Maria Augusta de;ARENHARD, Mauro Mallmann;LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. INTERAÇÕES, Campo Grande, Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS, jul./dez. 2009. Disponível em: www.sciello.br/PDF.
- COSTA, João Batista de Almeida . A (des) invisibilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais: A produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivação de direito coletivo. In: Dieter Gawora; Maria Helena de Souza Ide; Rômulo Soares Barbosa. (Org.). Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. 1 ed. Montes Claros: Editora Unimontes, 2011, v. 1, p. 51-68.
- CUNHA, M. C. e ALMEIDA, M. Populações tradicionais e Conservação Ambiental. CAPOBIANCO João P. R. et alli (orgs.), Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e repartição de benefícios. ISA/Estação Liberdade, 2001.
- DIEGUES, A.C. O mito moderno da natureza intocada. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- DIEGUES, A. C. e ARRUDA, R.S.V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2001.
- GEERTZ, C., A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- _____, O saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Melo Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A. 2003.
- KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social; tradução de Sandra Trabucco Valenzuela, Silvana Cobucci Leite – 2. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.
- LEACH, Edmund. Repensando a Antropologia. São Paulo, Perspectiva, 1974
- LÉVI-STRAUSS, C. *Minhas palavras*, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- _____, O pensamento selvagem SP, Ed. Nacional, 1976.
- LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, 2002.
- LUZ, Madel T. Natural, Racional, Social – Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1988.
- MARX, K. Manuscritos econômicos - filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Rio: Civilização Brasileira, 1968.
- MOTA, Carlos Renato. As principais teorias do desenvolvimento. In: A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Marcel Bursztun (org). Rio de Janeiro: Garamond. 2001.
- MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.
- NETO, J. S. (org). Direito dos Povos e comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Ed.UEA, 2007.

- PARAJULI, Pramod. Ecological Ethnicity in the Making: Developmentalist Hegemonies and Emergent Identities in India. In: *Identities*, Vol. 3. 1996.
- PIERSON, Donald. O Homem do Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/Superintendência do Vale do São Francisco. 1972, Tomo II.
- RODRIGUES, L. Itinerário da construção das abordagens de desenvolvimento. In: *Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes*. Montes Claros, 2009.
- RIBEIRO, R.F. Florestas Anãs do Sertão: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- RIST, Gilbert. *The History of Development. From Western Origins to Global Faith*. Zed Books, London and New York, 1997.
- TOURAINÉ, A. Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes. Tradução: Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Ed. Vozes, Petrópolis Rio de Janeiro, 1999.
- _____. "A sociologia da ação: uma abordagem teórica dos movimentos sociais". In: Peralva et al. (1991b)
- RODRIGUES, Leila Ribeiro. A casa como um microcosmo: processos sociais na comunidade Gigante e Pé da Serra- Botumirim-MG. Monografia de Graduação em Ciências Sociais, UNIMONTES, 2010.

Depois da curva do rio: uso coletivo da terra no Projeto Agroextrativista Sapucaá-Trombetas, Oriximiná/PA

Thaís Maria Lutterback Saporetti Azevedo

Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj e pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF), com vinculação à linha de pesquisa Conflitos sócio-ambientais e urbanos. Realiza pesquisa nas seguintes temáticas: 1. Direitos Humanos. 2. Direito Agrário. 3. Direito Ambiental.

RESUMO

O objeto do presente estudo é o modo de vivência e os contornos sócio-jurídicos do Projeto Estadual Agro-Extrativista Sapucaá-Trombetas, localizado no município de Oriximiná – Pará. Tem-se nestas comunidades uma interessante experiência político-social de vivência peculiar, como um nicho fecundo de investigação de um modo de vida alternativo aos padrões dominantes de propriedade, assentado em modelo de regularização fundiária nos moldes coletivos. Os métodos de pesquisa pretendidos neste trabalho partem de verificação empírica através da observação participativa, associada ao caráter descritivo dos principais conceitos e enunciação dos conflitos, na medida em que contornem a questão do direito a terra dessas comunidades. A estrutura do texto está disposta a partir dos seguintes eixos principais: a questão da territorialidade na Amazônia e as particularidades do cenário amazônico, a formação do projeto agroextrativista em estudo e a sociologia dos meios de vida praticados pelos comunitários.

Palavras chave: Conflitos socioambientais; Amazônia; projeto agroextrativista.

ABSTRACT

The object of this study is the way of living and socio-legal contours Project State Extractive Sapucaá-Trombetas, located in the municipality of Oriximiná – Para. These communities has been an interesting political and social experience, as a niche of research with a lifestyle alternative to dominant patterns of ownership, seated on model regularization in collective lines. The research methods pursued in this work start from empirical verification through participant observation, coupled with the descriptive character of the main concepts and enunciation of conflicts, in that circumvent the issue of land rights of these communities. The structure of the text is prepared from the following major themes: the question of territoriality

in the Amazon and the particularities of the Amazon scenario, the formation of extractive project under study and sociology of livelihoods practiced by the community.

Keywords: environmental conflicts; Amazon; extractive project.

I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Há muitos anos, a lua era noiva do sol, que com ela queria se casar, mas, se isso acontecesse, se chegassem a se casar, destruir-se-ia o mundo. O amor ardente do sol queimaria o mundo e a lua, com suas lágrimas, inundaria toda a terra; por isso, não puderam se casar. A lua apagaria o fogo; o fogo evaporaria a água. Separaram-se. A lua chorou todo o dia e toda a noite, e foi então que as lágrimas correram por cima da terra até o mar. O mar embraveceu e por isso não pode a lua misturar as lágrimas com a água do mar, que meio ano corre para cima, meio ano, para baixo. Foram as lágrimas da lua que deram origem ao nosso rio Amazonas. (RODRIGUES, 1963, p. 212)

Às margens do Rio Trombetas, um dos principais afluentes do Rio Amazonas, na cidade de Oriximiná/PA, foi formado o Projeto Agroextrativista Sapucuá-Trombetas, local de estudo da pesquisa em tela. Com gestão por meio da Associação das Comunidades da Gleba Trombetas e Gleba Sapucuá (ACOMTAGS), o território é ainda em grande parte coberto de floresta densa e são encontradas áreas com incidência de castanhais nativos e espécies de madeira com valor comercial (itaúba, faveira, samaúma, jatobá, angelim, etc). Nota-se também, em pequena proporção, a presença de campo natural com algumas espécies de arbustos e gramíneas. Possui como confinantes ao sul, o Lago do Sapucuá e o Igarapé Maria Pixi; ao norte, o Rio Trombetas; ao leste, o Rio Trombetas; e ao oeste, o Igarapé Maria Pixi e a Floresta Nacional Saracá-Taquera. Sua extensão é de 67.749, 2768 ha (ITERPA, 2010, Livro 01, Folha 01).

O campo de trabalho é fecundo, tendo em vista que as populações tradicionais amazônicas possuem uma forma muito específica de vinculação com o espaço e a territorialidade. Os ribeirinhos são assim identificados por viverem na proximidade das ribeiras dos rios e manterem atividades de subsistência, como a pesca artesanal e os pequenos roçados, práticas em fecundo contato com o meio ambiente que os cercam, água e terra. Trata-se, por razoável lógica, forma de organização social em que o principal meio de transporte é o fluvial, sendo os rios determinantes na vivência dessas comunidades e os períodos de cheia/seca articuladores de suas rotinas de trabalho.

O conceito de populações tradicionais é bastante polêmico. Os comunitários da ACOMTAGS se reconhecem como ribeirinhos, uma categoria particular envolvendo o domínio desse universo mais amplo. Na visão de Witkoski, esta seria uma categoria de “camponês amazônico”, que agrega a figura do índio, o seringueiro, o quilombola, o ribeirinho, o caboclo/ribeirinho, possuidor “de vasta experiência na utilização e conservação da biodiversidade e

da ecologia dos ambientes terra, floresta e água, onde trabalham e vivem.” (BARREIRA, 2010, prefácio).

Se há consenso, e realmente parece haver, de que as classificações que se fazem dessas populações são arbitrariamente produzidas pelo mundo acadêmico, nossa compreensão é a de que devemos utilizar a nomenclatura mais empregada por eles mesmos e mais reconhecida pelo mundo que os rodeia. Quando usamos o termo caboclo-ribeirinhos, estamos nos referindo àquele agrupamento social/rural que habitavam a região desde a posse e a conquista (os índios das águas), possuem um ótimo sistema adaptativo para a região e é portador de uma cultura relativamente distinta da sociedade nacional. (WITKOSKI, 2010, p. 98)

A definição operacional de povos e comunidades tradicionais, utilizada nessa pesquisa, tem como ponto de partida as Convenções Internacionais e Decretos criados e referendados pelo governo brasileiro. Conforme explicitado no art. 2 da Convenção 169 da OIT, adota-se como princípio a auto definição da identidade. Seguindo o mesmo ponto de conceituação, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, art. 3º, considera povos e comunidades tradicionais como:

I (...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

E os seus territórios como sendo:

II (...) os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição de 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

Neste cenário, não nos olvidaremos da lição de Bordieu no tocante ao poder envolvido na nomeação – “é possível fazer coisas com palavras” (BOURDIEU, 1990, p. 167). Por isso, as palavras criadas e as que criamos, imbuídas de significantes e significados, nos ajudam a elaborar categorias, conhecer e expor “formas de ser do mundo”.

Ao adotar as formulações acima, a pesquisa tem como preocupação respeitar a diversidade sociocultural e étnica que se manifestam entre os diferentes povos e comunidades no território brasileiro. Deve ser destacado que a imensa diversidade sociocultural do Brasil é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária, que inclui as chamadas “terras de preto”, “terras de santo” e as “terras de índio”, bem como, formas fundiárias mantidas pelas comunidades de açorianos, babaçueiros, caboclos, caiçaras, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praiheiros, sertanejos e varjeiros (DIEGUES, 1996, p. 407-432).

As formas de uso comum entre comunidades tradicionais se caracterizam como formas encontradas principalmente entre comunidades com pronunciado teor étnico, e vivência sócio-cultural baseada no direito costumeiro. Entre elas o uso comum da terra e

outros bens é frequente, bem como uma série de atividades coletivas. (...) Além disso, as terras de uso comum entre comunidades e grupos tradicionais ultrapassam o simples uso comum da terra ou determinados bens, constituindo-se num “viver comum”. Uma “sociedade comunitária”, cuja perda ou transformação torna difícil sua vivência. E, a perda do uso comum da terra e demais bens naturais, pode significar seu próprio desaparecimento, sua absorção, de um ou outro modo, à sociedade dominante. (CAMPOS, 2000, p. 56)

Essa rica gama de grupos humanos costuma ser agrupada sob diversas categorias – “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “culturas” -, e desta maneira, seguida de alguma adjetivação no sentido de “tradicionais”, “autóctones”, “rurais”, “locais”, “residentes” (nas áreas protegidas). Tais combinações podem ser problemáticas devido à abrangência e diversidade do grupo que engloba. No tocante às Ciências Sociais, para utilização de qualquer conceito, a primeira constatação que deve ser feita é se este tem respaldo em fundamento empírico.

Neste caso, o fundamento empírico seria dado por uma determinada “razão histórica” consagrada nos seguintes elementos: regime de propriedade comum, sentido de pertencimento a um lugar específico e profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva (LITTLE, 2002, p. 23). Tais fatores são fundamentais para auxiliar na definição que ora se apresenta para os povos e comunidades tradicionais.

A sociogênese desse conceito guarda relação com certos usos políticos e sociais. No contexto de “fronteiras em expansão”, pode ser usado para englobar um conjunto amplo de grupos sociais que buscam defender e preservar sua territorialidade frente ao avanço dos empreendimentos estatais e particulares. Em um contexto “ambientalista”, o conceito tem seu surgimento ligado pela necessidade dos preservacionistas lidarem com os diversos grupos sociais residentes ou usuários das unidades de conservação, vistos como obstáculos na implementação das metas a serem atingidas nestas áreas. Mas, em um contexto de “sócioambientalismo”, tal conceito serviu como forma de aproximação com os diversos grupos que historicamente mostraram ter formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, gerando formas de cogestão de território. Por último, e não menos importante, o conceito foi utilizado na esteira dos debates sobre autonomia territorial, exemplificado pela Convenção 169 da OIT, em que cumpriu papel primordial nos debates em torno do respeito aos direitos dos povos.

Realizadas as devidas ressalvas, traduzindo-se em dimensões empíricas e políticas do termo, seu uso será feito neste trabalho, com o interesse de conceituá-lo no plano de reivindicações territoriais dos grupos sociais fundiariamente diferenciados frente ao Estado brasileiro. Essas lutas têm como foco o reconhecimento da legitimidade de seus regimes de propriedade comum e das leis consuetudinárias que o fundamentam. No caso da propriedade comunal, os recursos são manejados por uma comunidade identificável de usuários interdependes. Isto significa que esses agentes

excluem a ação de indivíduos externos, ao mesmo tempo em que regulam o uso por membros da comunidade local (DIEGUES; MOREIRA 2001, p. 21).

O Projeto Agroextrativista Sapucaá-Trombetas foi assentado em moldes coletivos, de propriedade comunal, pertencente a um grupo delimitado de comunidades que o integram, com a coexistência de áreas de uso comum e as denominadas áreas de uso familiar. Nestas últimas, é incorporada a noção de que cada família terá sua área de moradia e trabalho reconhecidos pela comunidade a partir dos limites de respeito. Há um especial interesse no estudo desta forma de se estruturar a territorialidade não baseada em moldes fixos de definição, sem o cerco da taxatividade, mas, em torno da vivência dos próprios comunitários a partir de suas atividades de sustento e trabalho.

No presente trabalho, inspirado na obra *Os Parceiros do Rio Bonito* (CANDIDO, 1979), trataremos de uma sociologia dos meios de vida, aproximando-nos das condições de vida dos comunitários, no estudo da cultura e da sociabilidade...

II – USO COLETIVO DA TERRA NO PEAX SAPUCUÁ TROMBETAS

1. A FUNDAÇÃO DO PROJETO AGROEXTRATIVISTA

Diegues aponta que recentemente, os grupos sociais têm se organizado para a defesa de seus territórios, através da utilização de modalidades diversas dos espaços, desde o estabelecimento de lagos de uso comunitário na Amazônia até as reservas extrativistas (DIEGUES; MOREIRA 2001, p. 10), como no caso em tela.

Esta realidade representaria uma contradição diante do diagnóstico proposto por Hardin, em *A Tragédia dos Comuns*, publicado em 1968, com a conclusão de que a liberdade em relação a recursos comuns geraria a ruína de todos, na medida em que cada usuário possuiria a capacidade de subtraí-los a custo da prosperidade dos demais usuários (HARDIN, 1968, p.1243-1248). A idéia essencial era que os recursos compartilhados (oceanos, rios, atmosfera, áreas de parque, pastagens, florestas, entre inúmeros outros) estariam sujeitos, então, à maciça degradação. E isto levaria a necessidade de mudanças sociais em grande escala, como forma de gerenciar fatores ligados à superpopulação, à degradação de recursos e poluição atmosférica e hídrica, no contexto de agravamento destes aspectos na época vivenciada pelo autor.

A tragédia dos comuns foi incorporada na sabedoria convencional, incluindo grande parte dos estudos para planejamento dos recursos pelas ciências econômica, ecológica e política. E assim, para evitar a tragédia, esses espaços deveriam ser privatizados ou definidos como

propriedades públicas sob o controle do Estado, em que os direitos de uso e acesso deveriam ser possibilitados a partir de rígidos critérios.

Todavia, esta literatura vem sendo revista por um crescente e rico volume de evidências relevantes ao manejo de recursos de propriedade comum, particularmente por trabalhos ligados a movimentos de *Ecologia Política*, que atuam no sentido de combinar as práticas historicamente consagradas pelas populações tradicionais, muitas vezes em alto grau de sustentabilidade, com a necessidade de preservação ambiental.

A crítica feita em relação à tragédia dos comuns reside justamente no fato de que ao explicitar as confluências para a degradação de recursos compartilhados só foi levada em consideração a perspectiva do livre acesso, todavia, outros fatores podem minimizar ou evitar os problemas da degradação na medida em que haja a possibilidade de regulação do uso e dos usuários.

O clássico ensaio de Hardin (1968) sobre a tragédia dos comuns aponta para os prejuízos do livre acesso, sem, no entanto afirmar claramente que o problema é a ausência de direitos de propriedade ou de registros de manejo (a liberdade de acesso), e não o compartilhamento do uso de recursos (uso comum). Em trabalho mais recente, Hardin (1994) retificou essa visão superficial, ao distinguir recursos comuns não manejados (sem proprietários), sujeitos à tragédia, e recursos comuns manejados (com proprietários), em relação aos quais direitos de propriedade podem prevenir usos inadequados. (MCKEAN ; OSTROM, 2001, p. 81)

Novamente citando Diegues, temos uma importante taxonomia das espécies de *propriedade*, subdividindo-a em quatro modalidades, quais sejam, em primeira perspectiva, o livre acesso, seguido da propriedade privada, em seqüência a propriedade comunal e, por último, a propriedade estatal. O autor apóia o argumento de Hardin em direção à degradação de recursos no livre acesso pela impossibilidade de controle de tais recursos manejados abertamente. Vai mais além, ao afirmar que, em muitos casos, “a tragédia somente foi ocorreu depois que condições de livre acesso foram criadas, como consequência da destruição de sistemas comunais e pré-existentes de direitos de acesso a áreas terrestres e marinhas” (DIEGUES; MOREIRA, 2001, p. 23).

Há ainda, um evidente questionamento em relação à propriedade estatal associada ao manejo bem sucedido em países menos desenvolvidos, como decorrência do não comprometimento dos usuários, da parca infraestrutura profissional e, por vezes, de uma proliferação das regulações de uso, fatores estes que dificultariam o manejo. E assim, a administração estatal não asseguraria, necessariamente, o uso sustentável.

Por isso, há a conclusão de que, excepcionada a ligação do livre acesso com a perspectiva dos recursos degradados, tem-se que os demais formatos de regime de propriedade (comunal, privada e governamental) podem ser associados tanto ao sucesso quanto ao fracasso. No

caso em análise, referente ao Projeto Agroextrativista Sapucaá-Trombetas, pretende-se analisar noções envolvendo a propriedade comunal, contrastando com o argumento de evidências no sentido da habilidade dos grupos sociais em elaborar, utilizar e adaptar mecanismos de alocação de direito de uso entre seus membros.

Revela-se o mérito do conhecimento tradicional na descoberta das riquezas da Amazônia – econômica, cultural e ecológica. A tese fundamental é a de que os “povos tradicionais” – índios, seringueiros, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, caboclo-ribeirinhos (sociologicamente, camponeses amazônicos) etc. – possuem vasta experiência na utilização e conservação da biodiversidade e da ecologia dos ambientes terras, florestas e águas onde trabalham e vivem, ainda que esses ambientes venham sendo destruídos, em parte, pela falta de (re)conhecimento do potencial econômico das espécies nativas de remédios, alimentos, fertilizantes naturais etc. (WITKOSKI, 2010, p. 29)

No final da década de 90, iniciaram-se as discussões para formação da ACOMTAGS, como associação mãe que reunisse as associações históricas das comunidades ribeirinhas. A sigla foi idealizada no ano de 2002, a partir de discussões no Sindicato Rural. Na data de 25 de julho de 2003, na comunidade Aimim, realizou-se a primeira assembléia geral para formação da ACOMTAGS. De início, a associação era composta por 28 comunidades, e hoje, são 32 comunidades.

O seu objetivo primordial guardou relação com a luta pela terra, culminando na principal conquista alcançada: a titulação do território das comunidades ribeirinhas. Importante salientar que nesta busca está evidenciado o temor que as populações sentiam por conta de estarem localizados no entorno da Flona Saracá-Taquera o que, segundo os mesmos, poderia gerar a qualquer momento o “despejo”, caso não tivessem o título da terra. Trata-se assim mais uma vez de questões de “segurança jurídica” que desprestigiam a tutela possessória.

A titulação coletiva nasceu a partir de uma necessidade, tendo em vista que os ribeirinhos, cujas principais atividades de sustento baseam-se na agricultura e no extrativismo, não teriam condições de arcar individualmente com a titulação. Trata-se de uma estratégia de reivindicação de direitos. Todavia, segundo os mesmos, é mais do que isso, na medida em que suas heranças culturais (quilombola e indígena) trouxeram modos de vivências baseados na coletividade. Este seria seu modo histórico de vivência.

Seria uma grande área de terra protegida por todas essas comunidades. A dificuldade que se encontra hoje é que no seio dos que defendem a causa coletiva, há famílias que se individualizam, apesar de entenderem o processo coletivo, querem defender o seu próprio “pedaço de chão”. É o confronto individual x coletivo. Os comunitários destacam muitos problemas de convivência com os proprietários individuais.

O projeto agroextrativista é apresentado como programa de regularização de terras executado pelo Instituto de Terras do Pará – ITERPA, em parceria com a Associação das

Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucaá – ACOMTAGS, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/SR – 30, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Oriximiná – STTR – Oriximiná e a empresa Mineração Rio do Norte S/A – MRN.

A ACOMTAGS é uma associação civil de direito privado, intercomunitária, congregando os agricultores que trabalham sob o regime de economia familiar e que fizeram opção pela terra coletiva, com o pretense objetivo de organizá-los, coordená-los e promover o desenvolvimento socioeconômico destes associados. É importante destacar o quadro amplo de composição da entidade com muitas comunidades ribeirinhas (São Tomé, São Sebastião, São Francisco, Espírito Santo, Boa Nova, Curral Velho, Amapá, Czinha, Castanhal, São Pedro, Lero, Ajará, Chinelo, Cunury, Ascensão, Aimim, Sacury, Jacupá, Camixá, Tapixaua, Axipicá, Samauma, Jibóia, São Nicolau, Carimum, Samauma II, Acari e Batata), todas localizadas no município de Oriximiná e a margem direita do Rio Trombetas. Trata-se de um universo diversificado a ser analisado a partir da complexidade de cada um desses átomos na composição de uma célula maior, o PEAX Sapucaá Trombetas.

2. OS LIMITES DA TERRA

A cerca traz o limite do que era, inicialmente, visto de maneira comum ou, dito de maneira mais precisa, não pertencente a ninguém. E o que não é próprio de alguém, possui por natureza, a potencialidade de ser apropriado por qualquer um. As acentuações do processo de sedentarismo e de apropriação de tecnologias capazes de atomizar as práticas de sobrevivência dos indivíduos trazem para a humanidade aspectos que se difundem em esfera planetária ligados à idéia de propriedade.

Determinados conceitos foram arraigados no seio das sociedades capitalistas e tidos como naturais, a propriedade privada, individual, limitada, exclusiva, plena e absoluta vem no bojo deste quadro. Na idade mais tenra, os sujeitos começam a ser imbuído destas noções, utilizando pronomes possessivos para atribuir o que lhe é próprio, tornando-se egoístas na propriedade de seus objetos.

É um problema maior do que a exterioridade dos conceitos jurídicos que envolvem os direitos reais, porque partem da internalidade apropriada aos indivíduos, que irá se traduzir na maneira de enxergar o mundo. Ao internalizar estes conceitos, não se vê mais do que um palmo à frente: é a miopia de um sistema reorganiza o ecossistema e absolutiza a dominação predatória da natureza.

Existem possibilidades de alternativas a essas posturas? Em quais contornos o direito a terra pode se estabelecer? É possível coletivizá-lo? Como se dá a organização do campesinato para tanto? Quais os modos de vivência de uma comunidade assentada em moldes coletivos? Como se operam as práticas de trabalho nesta terra? Quais as dimensões de territorialidade que essas comunidades concebem? São múltiplos questionamentos a serem analisados.

Em primeiro lugar, torna-se imperativo superar a matriz sócio-cêntrica e igualmente androcêntrica das ditas ciências humanas. Mantê-la é aderir ao imperialismo cognitivo dominante, que produz retificações do social, determinações unilaterais, causalidades enregeladas. Se a cisão homem-natureza carece de qualquer fundamento ontológico, os saberes nunca são auto-suficientes. Bases da complexidade, a prática da conectividade e da transversalidade exigem que a razão se abra, o pensamento de reforme, a criatividade se desencadeie, o medo do erro se extinga, a revolta se explicita, a auto ética contamine o eu e o outro. (CARVALHO, 2008, p. 15)

Analisar o conceito de território é essencial para a adequada compreensão da realidade que se pretende investigar. Em sua concepção mais ampla, como em Milton Santos, o território se confunde com a própria noção de espaço geográfico, de forma indissociavelmente ligada à reprodução dos grupos sociais (espacial ou geograficamente mediadas), e assim, a territorialidade ou a “contextualização territorial” seria inerente à condição humana (SANTOS, 1996). Todavia, é imprescindível a diferenciação entre o espaço e o território, constituindo esta sinonímia um equívoco para uma correta análise metodológica acerca da terra e sendo necessário, para cada termo, identificar sua precisa percepção.

Território constitui-se, em realidade, em um conceito subordinado a outro mais abrangente, o espaço, isto é, à organização espacial. O território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas. A territorialidade, por sua vez, refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas. (CORRÊA 1994, p. 251-252)

[...] o território pode ser definido como uma porção da natureza e do espaço sobre a qual uma sociedade determinada reivindica e garante para todos, ou uma parte de seus membros, direito de estáveis acessos, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar. Essa proporção da natureza fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também: 1) os meios de subsistência; 2) os meios de trabalho e produção; 3) os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, os que compõem a estrutura determinada de uma sociedade. (Portanto), o território depende não somente do tipo de meio físico explorado, mas também das relações sociais. (GOLDELIER, M., 1993, p. 83)

Temos que, embora variável a sua percepção ao longo do tempo, o território está presente em todo o processo histórico, definindo-se antes de tudo, com referência às relações sociais e ao contexto histórico em que está inserido (HAESBERT, 2010, p. 78). A noção de “território” para as populações tradicionais, com uma relação umbilical entre a natureza e seus modos de vivência, possui singularidades que devem ser percebidas. No caso dos ribeirinhos da presente pesquisa, também dos caboclos ribeirinhos do Amazonas/Solimões denominados por Witikoski de camponeses amazônicos, essas populações articulam-se explorando em suas práticas cotidianas uma multiplicidade de *habitats*: a terra, a floresta e a água.

A terra, a floresta e a água participam de modo decisivo da forma como esses agentes sociais procuram dar plenitude à vida. A terra, substrato tanto da floresta, como da água, nunca, ou quase nunca, aparece como mercadoria – ou seja, terras, para se fazer negócio –, mas sempre como terra que tem por destino nela se trabalhar. A terra e as riquezas que ela guarda são valorizadas como um patrimônio que cria as condições para que o camponês e sua família apareçam como trabalhadores de sua unidade de produção. Sem a enchente e a cheia, que a fertilizam, e sem a vazante e a seca, que propiciam as condições para que a terra seja fecundada, as várzeas como “terra de trabalho” não seriam possíveis. (WITKOSKI, 2010, p. 191)

É uma dinâmica de atuação englobando três categorias que são próprias dessas populações, integrando a terra, a floresta e a água, sofrendo ingerências recíprocas a partir de determinados ciclos naturais. Os ribeirinhos lidam todos os anos com os fenômenos das cheias e das vazantes, que transformam as áreas de terra firme e floresta em áreas de água, aumentando as dimensões dos lagos que cercam seu território; bem como, transformam as áreas de água, em terra firme, com a diminuição do nível das águas.

(...) Encontramos nos denominados (caboclos) ribeirinhos, na Amazônia, uma referência, na linguagem, às imagens de mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Destaca-se, como elemento importante no quadro de percepção, sua relação com a água. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural. Os usos dos recursos da floresta e dos cursos d’água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, como dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar ou individualizado pela posse ou pelo estatuto da propriedade privada [...]. A caça, a pesca e a coleta de seringa, de castanha e de outras espécies florestais na região Amazônica estão associadas à agricultura. O esforço despendido no trabalho é organizado em função da acessibilidade aos recursos. (CASTRO, 1997, p. 226)

Por tudo isso, percebe-se um ordenamento espacial diferenciado para os chamados povos amazônicos. Na dinâmica de organização tradicional, os recursos explorados por uma unidade familiar não ficam restritos espacialmente a esta área, podendo sobrepor-se, por vezes, às vizinhas. Isso deve ser traduzido na fórmula de que os rígidos limites de uso e propriedade, individuais, não correspondem a esta realidade (CUNHA, 2011). Como assinala Allegretti, o próprio conceito de propriedade e a medida em hectares só apareceram na Amazônia com a instituição do modelo das fazendas (ALLEGRETTI, 1994, p. 25).

Nessa relação de respeito à natureza, o território em que operam as populações tradicionais é descontínuo e marcado por vários vazios aparentes – terras em descanso, lados de pesca, para o dia-a-dia, lagos de procriação, lugares de caça conservação, a declará-los como unidades de conservação, por desconhecimento de seu uso, ou então, por acreditarem nas unidades de conservação sem a presença humana. (WITKOSKI, 2010, p. 126)

Os limites das áreas de uso familiar, como dito, não obedecem a um critério rígido de demarcação. Na maior parte das vezes, quando os têm, os comunitários seguem limites naturais, como o tronco de uma árvore, uma estaca, um curso d’água, entre outros. Isso aponta, de certa maneira, para “uma forma de conceber o espaço e interagir com os recursos naturais de modo completamente distinto daquele utilizado pelas sociedades estruturadas na lógica da propriedade” (ALLEGRETTI, 1994, p. 17). E são consideradas áreas de uso comum os rios, lagos, igarapés,

praias, barrancos, caminhos centrais e áreas de florestas comunitárias, nestas todos os comunitários são responsáveis em zelar pela sua preservação. As demais podem estar sujeitas à apropriação para o uso familiar.

A primeira característica desse território é que ele possui e não possui fronteiras. Quando se trata das atividades agrícolas, o “território” camponês pode ser reduzido à sua propriedade – a várzea baixa e/ou alta e, às vezes, um pedaço de terra, no ambiente da terra firme. Quando se trata das atividades desenvolvidas na floresta de terra firme (não na floresta de várzea que circunda sua propriedade), pelo fato de a floresta não possuir fronteiras demarcadas, o camponês amazônico transforma-se em trabalhador nômade. Quando se trata das “águas de trabalho”, a plasticidade do território do camponês amazônico fica condicionada ao ambiente “aquático público” (os rios) e aos “ambientes aquáticos coletivos” – os lagos. (WITKOSKI, 2010, p. 125)

Na realização das entrevistas com o intuito de estruturar a moldura das práticas das comunidades da ACOMTAGS, falas muito preciosas são direcionadas para explicar como se dá esta lógica de marcação dos limites. Os comunitários destacam que os limites há muito foram postos e vem “de pai para filho” (“Os ‘antigos’, quando morreram já largaram para nós os marcos, aí a gente já sabe.”). É colocado como uma questão de respeito não interferir no espaço do outro, aproximando-se de aspectos da moral e dos bons costumes. Para a confecção de novos limites, os vizinhos devem ajustar entre si a demarcação do território.

As reservas extrativistas devem, naturalmente, incorporar os distintos significados – materiais e simbólicos – que as populações tradicionais conferem a seus espaços vitais, uma vez que o desejo pela terra (pela floresta, pelos rios, pelo mar) abriga tanto a necessidade de assegurar as condições ecológicas para a produção material, como o sentido que esses espaços físicos, sociais, econômicos e culturais imprimem a sua existência como espaços sagrados, de beleza, de formas próprias de convivibilidade. (CUNHA, 2011)

Os conflitos que hoje são postos pelos comunitários, na dinâmica de limitação das áreas, dizem respeito à inserção cada vez maior da criação de animais em suas atividades produtivas. Isto porque tal prática leva à necessidade de se cercar a terra, inclusive conforme estabelecido no plano de utilização confeccionado pelas comunidades. E em virtude de uma cerca mal feita ou que se rompe, permitindo que os bichos adentrem a área do vizinho, prejudicando o roçado, pode haver estranhamentos e divergências.

Ademais, há relatos de problemas envolvendo a feitura de cerca em área de uso familiar, pois, esta não seria a prática histórica a que estavam habituados. Muitos comunitários vêem com maus olhos o vizinho que cerca a sua área, como um sinal de egoísmo e individualidade, que prejudica o direito de passagem dos demais comunitários.

Na maioria das vezes, os comunitários evitam levar os problemas existentes no cotidiano da comunidade para a “cidade”. Entendem que as questões devem ser resolvidas no seio da própria comunidade, pois, em geral, há receio de levar ações ao Judiciário. Encaram isto como algo prejudicial e negativo, uma “ofensa” ao modo independente como devem gerir seu território.

Em cada comunidade, há dois membros eleitos para formar o Conselho Diretor do Plano de Utilização (PU) dos recursos das comunidades, que também atuam no gerenciamento e solução desses conflitos de maneira a articular o equilíbrio dos limites entre as áreas de uso comum e de uso familiar e entre as várias áreas de uso familiar. Utilizam os conhecimentos tradicionais e as práticas costumeiras de demarcação do território, conforme o conhecimento acumulado ao longo dos anos na gestão destes espaços. Será interessante aprofundar estas questões para entender adequadamente este sistema de gestão de conflitos.

3. *PRÁTICAS COLETIVAS E DE AJUDA MÚTUA*

À territorialidade corresponde espaço vivido, isto é, criado pelas pessoas, com base nas relações sociais de alteridade e exterioridade cotidianas (RAFFESTIN, 1997, p. 123-124). O intercâmbio de visitas é comum entre os comunitários e as relações de compadrio constituem prática rotineira entre os vizinhos. A vizinhança tem forte laço de vinculação entre os seus membros e isto é muito mais evidente dentro da própria comunidade. As pessoas se reúnem no fim de tarde ou nos fins de semana, sendo o baralho e o dominó práticas comuns de interação nas varandas das casas.

Jogos simples e corriqueiros que revelam o cotidiano de um modo de vida afeito à tranquilidade, ao ritmo lento e pacato da vida. Na visão de Witkoski, são essas “coisas simples que possibilitam a humanização das relações e resultam na reprodução de uma nova vida não só econômica, mas social e cultural (vida, sempre em sua dimensão mais ampla)” (WITKOSKI, 2010, p. 19).

No mundo rural, efetivam-se relações com a terra, na família, com os vizinhos, na comunidade e com os sujeitos da cidade. Esses indivíduos interagem, especialmente, cultural (psicológica) e economicamente: essas relações são as territorialidades cotidianas. A família organiza a casa de acordo com as características e regras de seu grupo social: as relações de vizinhança influenciam na organização da casa; a comunidade exerce influência com vistas a uma coesão (unidade) do grupo, perpetuando seu patrimônio cultural. A territorialização ultrapassa e supera determinadas características do ambiente natural, entendida numa concepção relacional de geografia e território. (SAQUET, 2011, p. 36)

Como antes dito, a ACOMTAGS é formada por inúmeras comunidades e cada um desses núcleos possui certa particularidade e singularidade. A noção de pertencimento do comunitário, assim, é maior em relação à própria comunidade que ocupa. Contudo, há eventos intercomunais como as rezas, jogos de futebol e reuniões da associação. Carlos Côrrea Teixeira traz interessante descrição da articulação dos modos de vida que se traduz nesta mesma realidade:

As efemérides sociais, as práticas esportivas, bem como, as manifestações religiosas, são acontecimentos que marcam, também, como os anteriores, as relações entre esses vizinhos. Mas, além disso, eles têm o hábito de se reunir em suas casas, simplesmente para

conversar, discorrendo sobre fatos corriqueiros ou falando de acontecimentos passados. (TEIXEIRA, 1999, p. 288)

Normalmente, a força de trabalho nestas localidades é formada pelas unidades familiares, em que todos os membros das famílias, desde a mais tenra idade, possuem contribuição nas atividades produtivas. Assim, tais práticas reforçam os traços de solidariedade entre as unidades de produção familiar, o que ultrapassa os limites da força de trabalho de cada uma delas, considerada isoladamente. Mesmo as famílias mais numerosas, comuns em várias casas e portadoras de uma quantidade significativa de membros em sua estrutura, necessitam recorrer a atividades de ajuda mútua – mutirão, troca de dia, parceria, meia etc. Franco aponta que as “relações de contraprestação” se estendem a todas as áreas da vida social nas comunidades pequenas, o que reflete o amálgama do trabalho nas modalidades de ajustamento e adaptação encontradas pelos grupos sociais (FRANCO, 1997, p. 23).

Raymundo Moraes assinalou que o “putirum”, conforme praticado nos rios Solimões e Pará, representa “uma forma de trabalho originária dos mais remotos selvagens da Amazônia” (MORAES, 1953, p. 31). Tais práticas de trabalho não obedecem a um conjunto fixo de regras ou normas nessas relações, mas são revestidas do conhecimento tradicional, de uma suposta “ética camponesa”, em relação às maneiras pelas quais deve se dar a produção.

[...] as relações de ajuda mútua, denominadas regionalmente de mutirão, ajuri ou puxirum, apresenta-se como sendo o produto das necessidades econômicas dos camponeses amazônicos. Dão-se através de sentimentos profundos de pertença a um grupo familiar, a processos de contramobilidade ou resistência à expropriação, efetivada pelos agentes sociais capitalistas, representado nos lugares onde habitam os camponeses pelos diversos agentes de comercialização. Na denominação local, essas relações são tradicionais e caracterizam uma situação em que há pouca circulação de moeda. A principal característica é o conhecimento dos processos de trabalho nos subsistemas agrícola e no extrativismo vegetal (madeira) e animal (caça e pesca), bem como o de trabalhos ligados à cultura regional, como a da farinha, a manutenção das comunidades, a conservação do folclore e festas comunitárias religiosas ou esportivas. (NODA, 1997, p. 270)

No projeto agroextrativista, as práticas coletivas, como o puxirum e o adjutório, ainda permanecem. Entretanto, segundo os comunitários, tais atividades tem diminuído ao longo do tempo. A causa desta suposta perda cultural diz respeito à eficaz inserção de práticas capitalistas no campo, o que é corroborado pela visão do autor Clóvis Caldeira no sentido de que “a renda agrícola passa a ser calculada em termos de dinheiro, enquanto o tradicional espírito de solidariedade entre vizinhos tende a desaparecer” (CALDEIRA, 1956, p. 153).

A ampliação das atividades da ACOMTAGS pode favorecer o fortalecimento das práticas dos comunitários, com a possibilidade de organizá-los e aproximar seus vínculos de solidariedade e ajuda mútua¹. Fundamental, então, é se ter o próprio robustecimento da associação.

¹ Na concepção de Émile Durkheim, o fenômeno da modernidade no bojo do capitalismo, acarreta como consequência a fragmentação da solidariedade arcaica, “mecânica” – uma vez que nesta não é possível a configuração de um individualismo, cada um sendo parte da cosmogonia grupal – e dando ênfase ao egoísmo individualista. Este, por sua vez, implica na necessidade de criar estruturas compensatórias, solidariedades

Os trabalhos de ajuda mútua guardam relação com uma “troca de favores” entre os comunitários, que se reúnem para trabalharem em suas terras baseados no sistema de cooperação, ajudam em um dia para serem ajudados no outro, há um rodízio nas terras a serem trabalhadas. E, conforme assinala Noda, a relação de trabalho de parceria, a “meia”, dá-se quando a força de trabalho familiar não é suficiente e não há recursos financeiros para assalariar temporariamente (NODA, 1997, p. 124). Essa relação aparece mais nos períodos de subida rápida do nível das águas, principalmente no período de colheita.

Relatam os comunitários que os “antigos” depois das tarefas do puxirum (mutirão), finalizavam a atividade com festas, como a serenata e o “pau e corda” (nome atribuído pela utilização de tambor elaborada a partir do coro de guariba ou de animais). Como a caça e, principalmente, a pesca eram abundantes, não havia problemas para o comunitário abastecer os trabalhadores envolvidos em seu puxirum. E se o comunitário não tivesse condições de arcar com as despesas, por vezes, conforme relato dos comunitários, quando da realização destes trabalhos, para suprir a necessidade de alimentação, os trabalhadores envolvidos levavam cada certa quantidade de mantimentos, que reunidos era suficiente para a alimentação de todo o grupo. Conforme seus depoimentos:

Contribuiu para o declínio das atividades a falta de lideranças que articulem a formação de puxiruns e adjutórios. Tais práticas seriam fruto de uma união de esforços coordenados, mas, que nos dias atuais não encontram quem se interesse por estruturar a manutenção dessa prática cultural de forma contínua. Todavia, alguns trabalhos ainda são feitos de forma coletiva, como a “limpeza do canal” na comunidade da Boa Nova – última comunidade no Lago Sapucuí (rio acima), tarefa de vital importância para toda a comunidade, na medida em que só há um adequado escoamento das águas no período de vazante do rio após este trabalho que se realiza todos os anos, em uma dinâmica de articulação e cooperação dos comunitários.

Resquício destas posturas também é representado pelas “festas religiosas” das comunidades. No assentamento da ACOMTAGS quase todas as comunidades possuem sua capela devotada a um santo específico, o padroeiro da localidade. Então, nos “dias do santo”, reúnem-se para a realização de comemorações e festejos, evento que engloba não só as pessoas da própria comunidade, como das comunidades vizinhas e arredores. Prática comum nessas ocasiões é a realização de sírios que reúnem muitos barcos em procissão pelo rio, em imagem única da manifestação da religiosidade do povo ribeirinho.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imagem da Amazônia como um território colossal de proporções intocadas vem perdendo cada vez mais espaço e estudos têm apontado na direção de uma desmistificação das chamadas ‘áreas intocadas’. Na lógica deste raciocínio, tem-se frisado a importância que possuem os ‘povos tradicionais’ na conservação de sua espécie e na biodiversidade dos lugares que habitam.

Para estudar a situação humana, qualquer que seja ela, necessita-se de um olhar interdisciplinar, independentemente dos pressupostos políticos ou ideológicos escolhidos. Isto ocorre assim, porque as relações homem/ambiente são sempre mediadas pela cultura, pelas experiências acumuladas da população, ao longo de gerações, e pelos valores sociais e políticos condicionados pela sociedade. (WITKOSKI, 2010, p. 55)

Não podemos compreender a natureza dissociada de sua concepção humana. O homem sempre buscou descrever e explicar os fenômenos naturais na discussão de um suposto estatuto da natureza, indagando sobre qual seria o seu papel em seu relacionamento com ela. Entretanto, não podemos crer na independência entre a história da natureza e da sociedade, pois, como argumentaram Marx e Engels: “a natureza e a história são dois aspectos distintos e complementares da existência humana que só podem ser compreendidos através de um único saber – a ciência da história (MARX, 1986, p. 82).”

Os saberes tradicionais radicalizam a interface da relação homem-natureza, levando-a ao imaginário das representações e crenças mitológicas, fazendo com que determinados ciclos/fatos da natureza sejam associados a explicações mítico/religiosas. A natureza é animalizada, ao mesmo tempo em que o homem é amorfozeado para contornos animais. Estas narrativas, nas quais aparecem seres e acontecimentos imaginários, são traçadas para simbolizar forças da natureza, aspectos do dia a dia das comunidades e de uma maneira geral para construir interdições no mundo real dos homens – geralmente, no sentido de “proteger a natureza do mundo dos homens ou de engendrar relações amorosas do homem com a natureza” (WITKOSKI, 2010, p. 127).

Esta relação homem-natureza de forma harmônica e simbiótica deve ser privilegiada como resposta a desmedida ambição de se explorar os recursos naturais, notadamente na questão em tela, os recursos amazônicos. O adequado desenvolvimento da Amazônia perpassa pela diminuição dos custos sociais e ecológicos da exploração desses recursos. Quando se fala em um desenvolvimento sustentável na Amazônia, o foco não seria a exploração e domínio da natureza pelo homem, mas, a vinculação do homem à natureza, o que os saberes tradicionais parecem preconizar.

Entendemos que a ideia de propriedade prevalecente na sociedade capitalista contemporânea que se traduz por um modo de vida particularmente urbano, individualista e globalizatório não pode cercear e tolir as configurações sociais que se estruturam de modo alternativo no seio desta mesma estrutura. Deve haver, dessa forma, a possibilidade de

reconhecimento que o próprio corpo social, não como todo único, mas, sobretudo, plural, heterogêneo e dotado de uma grande gama de especificidades, produz “sistemas jurídicos”, formas alternativas de regulação da vida em sociedade, que não devem sofrer uma compreensão limitadora do Estado, por intermédio de um direito cujo domínio o próprio Estado conserva de todos os modos (NOBERT, 2008, p. 174).

A antropologia jurídica nos ensina que a ordem jurídica estatal não é única, como muitas vezes se faz crer e se reproduz no ensino do Direito. Há a existência de ordens jurídicas infra-estatais que se amoldam e florescem no seio da sociedade, permitindo a diversidade e requerendo o seu reconhecimento: “todas as teorias do pluralismo jurídico tem em comum relativizar o lugar do Estado com relação à sociedade e afirmar que existem direitos não estatais gerados por grupos constitutivos de toda a sociedade” (NOBERT, 2008, p. 174).

Na visão de Acserald e Leroy, a própria condição para que o debate ambiental participe na geração de modelos alternativos de desenvolvimento é a pluralidade de conhecimento, o que demanda a inclusão de grupos que integram relações peculiares com a diversidade de configurações geofísicas e bióticas dos territórios. O Projeto Brasil Sustentável e Democrático, articulado por esses autores, tem a marca de que a apropriação democrática do debate ambiental implica subtraí-lo à lógica trivial que procura expandir a eficiência econômica a todas as esferas da existência social no planeta. E assim, nesta esteira, a questão ambiental não seria parte do processo de “economização” do planeta, mas uma ampliação do ideal de justiça (ACSERALD, 2003, p. 37).

Mais do que nunca a Amazônia se torna plural. Não que antes a Amazônia não fosse diversificada. O que há de novo é a manifestação no espaço público por *direitos* daqueles que viviam sob a lógica do *favor*. Assim como o capitalismo, para se consolidar em várias regiões do mundo, se fez separando o homem da natureza, mercantilizando a natureza e a força de trabalho, homogeneizando as relações sociais, o que vemos posto por vários desses movimentos sociais é a exigência de um vínculo maior com a natureza, como é o caso dos seringueiros, dos indígenas, dos ribeirinhos, das quebradeiras de coco de babaçu ou dos pescadores, entre outros. Há ainda os que disputam um pedaço de terra para se reproduzirem como produtores familiares. Para todos eles a questão da terra se coloca como central. (GONÇALVES, 2005, p. 128-129)

Para Marx e Engels o pluralismo jurídico da época feudal, que caracterizava modos de apropriação arcaicos, centrados na economia patriarcal, ganha homogeneização com a passagem para o capitalismo e o conseqüente desaparecimento da oligarquia rural, dando vez a uma oligarquia industrial que levaria à soberania irracional do próprio Capital, estabelecendo a luta de classes como conseqüencia (MARX; ENGELS, 2002, et. al). O direito, dessa forma, se converte em direito burguês, parte de uma superestrutura, embasado na infraestutura econômica.

No Sapucaá, as leituras do modo de vida e dos contornos associativos praticados pelos ribeirinhos nos levam a retomar as diversas facetas do local: o arcaico, o pré-capitalismo, os limites da terra, as práticas de vida, caracterizando o estabelecimento das relações comunitárias, com base

na ideia de tradicionalidade e uma vivência comum. Ao mesmo tempo, este quadro é confrontado com as ações externas e impactantes do local em uma moldura interacional complexa que perpassa novos atores sociais na área (os fazendeiros, os posseiros individuais, os agentes políticos, a mineração, entre outros). Essa conflituosa e contínua luta de interesses pode atuar como vetor de um processo de transformação sistemática a ensejar a passagem para relações proletarizantes, acarretando a redução das práticas coletivas e a diminuição dos vínculos de solidariedade entre os comunitários.

Os territórios não são isolados em si mesmos, as influências e os impactos traduzidos pelo exercício de poder implicam em uma configuração sócio-temporal, contudo, em um projeto agroextrativista, a perda do uso comum da terra e demais bens naturais, pode significar seu próprio desaparecimento, sua absorção, de um ou outro modo, à sociedade dominante.

Não podemos nos contentar com esta leitura tímida, simplista e pouco audaciosa, que remete a um processo linear e catastrófico para as comunidades, ensejador do fim do modelo associativo coletivo. A marca que permeou todo este trabalho e deve estar bem acesa em seus contornos finais é o destaque para a criatividade construtiva da comunidade na formação dinâmica do seu território. A diversidade e a criatividade humana são inesgotáveis. Enquanto espaço humano, todo território permanece em constante mudança e os comunitários do PEAEX Sapucaá Trombetas são sujeitos de sua própria história e traçadores das linhas de seus caminhos, apesar de e contra todas as tentativas de aprisionamento de suas vidas, de limitação de sua atuação e do aniquilamento de seus modos de vida.

IV – BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS

ALMEIDA, R. **O Saber Camponês**. Departamento de Antropologia, UnB, Brasília, 1988. (Dissertação)

ANDERSON, A. et al (org). **O Destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará – Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos, 1994.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

_____. **Por um antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, Colher e Comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

CALDEIRA, Clóvis. **Mutirão – Formas de Ajuda Mútua no meio rural**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1956.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

CASTRO, E.; PINTON, F. (org.). **As faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente**. São Paulo: CEJUP, 1997.

CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, direito e justiça distributiva**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2000.

CUNHA, Lucia Helena de Oliveira. **Reservas Extrativistas: Uma Alternativa de produção e conservação da Biodiversidade**, p. 02. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações em Áreas Úmidas Brasileiras – USP. Disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/>. Acesso em 28 de julho 2011.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana / MOREIRA, André de Castro C. (organizadores). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

FURTADO, L. G. **Pescadores do Rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GODOI, E.P. de. **O Sistema do lugar: história, território e memória no sertão**. In: NIEMEYER, A. M.L., GODOI, E. P. de. *Além dos territórios*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HAESBERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARDIN, Garret. **The tragedy of Commons**. Science, v.162, 1968.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1963.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KAUTSKI, K. **A questão agrária**. 3ª ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, Brasília, n. 322, 2002.

MARQUES, Bruno Pereira e FERNANDES, Ricardo Correia. **A desflorestação da Amazônia: do “inferno verde” ao “deserto vermelho”?**. E-Geo – Centro de Estudos de Geografia e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://www.introduzonia.xpg.com.br/6.html>. Acesso em 21 de agosto de 2011.

MARTINS, Edílson. **Amazônia, a última fronteira**, Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **O cativo da terra**. 2ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Reforma agrária – O impossível diálogo.** São Paulo: EDUSP, 2000.

MEDEIROS, L. et al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: UDUNESP, 1994.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NODA, H.; Souza, L. A. G.; FONSECA, O. J. M. (Ed.). **Dois décadas de contribuição do INPA à pesquisa agrônômica no trópico úmido.** Manaus: Inpa, 1997.

NOBERT, Rouland. **Nos confins do direito: a antropologia jurídica da modernidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO, Maria L. C. e CAPELATO, Maria H. R. **A borracha na economia brasileira da Primeira República.** História Geral da Civilização Brasileira, vol. 8, O Brasil Republicano I, São Paulo: Difel, 1975.

RIBEIRO, N. de F. **Caminhada e esperança da reforma agrária: A questão da terra na Constituinte.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário.** Porto: Afrontamento, 2004.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de.; SILVEIRA, M. L. (orgs) , **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo : Hucitec, 1996.

VIEIRA, P. F., e. Weber, J., orgs. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento.** São Paulo: Cortez Editora, 1996.

WOORTMANN, K. **A transformação da subordinação.** Anuário Antropológico, 81. Brasília: Tempo Brasileiro, 1983.

DIREITO À PROPRIEDADE E FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A APA DE TAMOIOS

Andréia de Mello Martins – Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, membro da Comissão de Direito Ambiental da OAB/RJ.
E-mail: andreiadmm@gmail.com

Clarisse Stephan Farhat – Professora Assistente de Direito Empresarial da Universidade Federal Fluminense, Mestre em Ciências Jurídico-Econômicas pela Universidade de Coimbra/Portugal, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense.
E-mail: clarisse.stephan@gmail.com

Resumo

A Área de Proteção Ambiental de Tamoios, localizada em Angra dos Reis, reconfigurou o território municipal. A recente alteração em seu zoneamento ensejou uma reflexão sobre como o direito à propriedade e à defesa ambiental podem coexistir e, ao mesmo tempo, limitar-se. Assim, o direito à propriedade, sua natureza e função social, bem como o direito ao meio ambiente sadio são as bases para uma discussão acerca da supremacia dos interesses e suas repercussões. Inúmeros conceitos se intercalam nesse estudo, no qual os limites que separam a função social da propriedade da perda de valor econômico ajudam a reflexão sobre as intervenções administrativas nas propriedades quando da instituição de uma unidade de conservação de uso sustentável, e que tipos de direitos são legítimos aos proprietários das áreas atingidas pela APA.

Palavras-chave:

Área de Proteção Ambiental. Propriedade. Indenização.

Abstract

The Tamoios Environmental Protection Area in Angra dos Reis reconfigured the municipal territory. A recent alteration in the area's zoning asks one to reflect on how the right to property and environmental protection can coexist and, at same time, limit one another. Thus the right to property, its nature and social function as well as the right to a safe environment are the basis for a discussion about the superiority of interests and their repercussions. Several concepts intersect in this study, in which the limits between the social function of property and the loss of economic value aid in reflection about administrative intervention on properties in sustainable conservation units and the kind of rights that are legitimate for the land owners in the areas attained by the APA.

Keywords:

Environmental Protection Area. Property. Compensation.

Introdução:

Dotada de uma beleza cênica extraordinária, a Área de Proteção Ambiental de Tamoios, localizada em Angra dos Reis, é motivo de muitos estudos, discussões e análise sobre os conflitos socioambientais existentes. A reconfiguração do território municipal, com a inserção de uma unidade de conservação ensejou uma reflexão sobre como o direito à propriedade e à defesa ambiental podem coexistir e ao mesmo tempo se limitar.

Essa discussão se potencializa, principalmente, numa região em que a exploração econômica por meio do turismo é potencialmente geradora de recursos. Assim, o direito à propriedade, sua natureza e função social, bem como o direito ao meio ambiente sadio são as bases para uma discussão acerca da supremacia dos interesses e suas repercussões.

Inúmeros conceitos se intercalam nesse estudo, no qual os limites que separam a função social da propriedade da perda de valor econômico ajudam a reflexão sobre as limitações administrativas advindas com uma unidade de conservação de uso sustentável. Nesse sentido, o plano diretor e de manejo da APA de Tamoios oferecem subsídios para analisar se os proprietários podem exercer seus direitos reivindicatórios

quanto à indenização em caso de desapropriação ou limitação de suas propriedades.

Subsidiária a essa discussão está a pertinência da regularização fundiária em uma área de proteção ambiental, unidade de conservação de uso sustentável.

Com base numa revisão bibliográfica e histórica do local foi possível apreender e criticar as perspectivas sobre as quais esses direitos se apresentam. Aproximações e dissonâncias sobre o direito à propriedade e ao meio ambiente foram buscadas, cujos aparentes conflitos foram estudados e sobre os quais se intenta propor meios para uma composição de interesses entre os proprietários e os sujeitos coletivos de direitos numa área específica, de modo a serem pensadas as alternativas sobre se e como deve acontecer o processo de indenização das propriedades inseridas na APA de Tamoios.

1. O Direito Ambiental e os novos limites à propriedade – ou, para uma nova conformação da função social

A legislação ambiental foi sendo, ao longo dos tempos, melhor desenvolvida, passando o meio ambiente a ser compreendido como um direito difuso e compondo a terceira geração de direitos fundamentais. Essa mudança paradigmática acabou por inverter a lógica exclusivista tradicional do direito de propriedade e uma nova conformação sobre a exploração deste foi estabelecida, gerando, assim, a construção constitucional que culminou por conferir um caráter socioambiental à função social da propriedade.

Foi em 05 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, que significativas modificações surgiram, em especial no tema relativo ao meio ambiente. Pela primeira vez uma constituição dispôs sobre o assunto num capítulo específico e dentre outros temas inseriu a previsão, contida no inc. III, §1º do art. 225, do conceito de “Espaço Territorial Especialmente Protegido”, gênero do qual unidade de conservação é uma das espécies.

Após 12 anos de intensos debates e discussões foi promulgada a Lei Federal nº 9.985¹, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Referida lei estabeleceu que as unidades de conservação deverão ser criadas por ato do Poder Público, podendo existir tanto em âmbito federal quanto

¹ Em 2002, a lei foi regulamentada pelo Decreto nº 4.340 (BRASIL, 2002) que especificou dentre outros temas as formas de criação das unidades de conservação, os critérios para aplicação da compensação ambiental, o estabelecimento dos conselhos, mosaicos, e deu tratamento a outras questões.

estadual ou municipal. Definiu também grupos e categorias de unidades de conservação, que variam de acordo com as formas de manejo.

A lei dispôs sobre doze categorias de unidades de conservação separadas em dois grandes grupos: unidades de proteção integral² e unidades de uso sustentável³. As primeiras visam preservar a natureza, retirando ao máximo possível a interferência humana e permitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Já as segundas visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, permitindo a exploração econômica da área sob a orientação e tutela do Poder Público, que indica como as atividades nelas inseridas podem ser conduzidas.

Além das características relacionadas ao tipo de uso dos grupos, a posse e ao domínio, cada tipo de unidade de conservação possui distinções importantes, que reverberarão na elaboração do plano de manejo de cada uma. Essas diferenças conceituais vincularão a forma como será pensado o zoneamento das unidades de conservação.

No caso específico trabalharemos as Áreas de Proteção Ambiental, também denominadas APA. Essa categoria talvez seja a mais complexa a ser gerida, pois **são** áreas geralmente extensas, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Seus objetivos são divididos em três pontos principais: proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, sendo esses dois últimos pontos que geram grande dificuldade na administração desse tipo de unidade de conservação.

Como visam o desenvolvimento sustentável, essas áreas permitem a existência de terras públicas e privadas, cujo processo de ocupação deve ser ordenado e ponderado. Contudo, isso gera uma série de implicações, pois a regulamentação das atividades nela inseridas tem que estar coordenadas com o plano diretor dos municípios, aspecto poucas vezes viável ou realizado.

² São categorias de unidades de proteção integral as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques, os Monumentos Naturais e os Refúgios da Vida Silvestre.

³ São categorias de unidades de uso sustentável as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Floretas Nacionais, as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Entretanto, o legislador, ciente das controvérsias existentes, estipulou que “respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma área de proteção ambiental”⁴. Mas quais limites seriam estes? Esses seriam aqueles traçados pelo plano diretor e de manejo. Ocorrem, entretanto, algumas dificuldades em conciliar esses dois instrumentos. Isso porque, a princípio, o plano diretor de um município é elaborado e votado em câmara municipal, diante dos representantes dos vários interesses existentes, eleitos para desempenhar a esta função, enquanto o plano de manejo, documento que ordena a ocupação e uso dos recursos naturais desse tipo de unidade de conservação, é um documento técnico, elaborado geralmente por consultorias com orientação dos membros do Poder Executivo, e instituído por portaria ou decreto.

A lei previu também a existência de um conselho constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente. Entretanto, não explicitou se o conselho seria consultivo ou deliberativo.

Apesar de existirem algumas discussões acerca da natureza jurídica de um conselho de APA, vem se consolidando que esses conselhos são consultivos. Isso porque é o poder executivo que tem o poder de administração e de polícia a ele vinculado, com responsabilidades legais relativas à propriedade privada. Não poderia um administrador público deliberar sobre a propriedade privada em desconformidade com o que dispõe a lei, assim como para se deliberar acerca desse tema é necessário que a população eleja seus representantes. Esse tipo de competência constitucional está associada aos membros de cargos eletivos e não aos conselhos de unidade de conservação.

Desta forma temos que no âmbito municipal é o plano diretor o responsável por especificar o que vem a ser a função social para as áreas urbanas, definindo o ordenamento territorial municipal. Entretanto, como dito acima, essas áreas, quando sobrepostas por unidades de conservação, ganham um novo instrumento de política e gestão, denominado plano de manejo. Esse documento, instrumento indispensável à gestão das unidades de conservação, apresentará uma proposta, muitas vezes diferenciada, de políticas públicas de ordenamento para o território por elas abrangidas. Isto é, poderá, inclusive, dar conformações diferenciadas sobre a função socioambiental da propriedade e sobre as limitações a esse direito.

⁴ Art. 15, §2º da Lei Federal nº 9.985/00 (BRASIL, 2000).

Ressalte-se que o plano de manejo é um documento técnico, elaborado com base em estudos biológicos, sociais e econômicos. Ele funciona tal como o plano diretor de uma cidade, indicando quais áreas devem ser mais ou menos protegidas; e é exatamente nesse momento que originam-se os conflitos. Depois de publicado o plano de manejo passam a ser proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com as regras nele previstas. Inclusive, até que seja elaborado o plano de manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

Na prática, inúmeros planos de manejo, ao impor uma nova função socioambiental para as propriedades demarcadas não preveem indenizações para os proprietários das áreas atingidas. Isso conflita com o direito de propriedade e com outros preceitos delineados constitucionalmente para uma economia de mercado, como a livre iniciativa.

Desta forma, dependendo da intervenção administrativa imposta ao sujeito em seu direito de propriedade, deverão ser realizadas indenizações pelo Estado. Esse é o caminho mais indicado para ressarcir/reparar o proprietário atingido pela unidade de conservação ou pelo esvaziamento do valor econômico da propriedade – dependendo do tipo de limitação – genericamente falando – que seja imposta à determinada área - conforme definido no plano de manejo.

2. A Área de Proteção Ambiental de Tamoios:

Localizada no Município de Angra dos Reis, a APA de Tamoios estende-se desde a foz do Rio Mambucaba, limite com Paraty, até o limite com Mangaratiba, numa faixa linear de 40 km, sobre terrenos de Marinha. Composta por uma parte insular com 108 ilhas, elas se distribuem pelos 900 Km² da Baía da Ilha Grande.

A APA está inserida no Mosaico de Unidades de Conservação da Bocaina⁵, estando a sua área sobreposta a Estação Ecológica de Tamoios, a Reserva Biológica da

⁵ De acordo com o art. 26 da Lei Federal nº 9.985 “quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas

Praia do Sul e ao Parque Estadual da Ilha Grande, esses dois últimos na Ilha Grande, a mais extensa de todas.



Fonte: INEA, 2012.

Sua criação se deve ao fato da região possuir, originalmente, extensas áreas de manguezais, representantes de importante patrimônio biológico e responsável pela alta produtividade pesqueira. Em diferentes estágios de preservação, tais sistemas naturais foram englobados nesta unidade de conservação devido à sua importância ecológica e sua função como geradores de recursos naturais, seja pela sua manutenção perene enquanto bancos genéticos ou pelo valor que representam no conjunto da paisagem e na qualidade de vida do município (INEA, 2012).

Importante destacar que a APA é formada por paisagens de grande beleza cênica e por sistemas geo-hidrológicos da região, que abrigam espécies biológicas raras e ameaçadas de extinção, bem como comunidades caiçaras integradas naqueles ecossistemas. A beleza natural da região atrai anualmente milhares de turistas, atraídos por suas características naturais.

Essa unidade de conservação foi criada visando conciliar a proteção ambiental com o bem-estar da população da região. Isso num momento em que a pressão turística e a especulação imobiliária aumentavam significativamente, impulsionada pela inauguração da rodovia Rio-Santos (BR 101) na década de 70.

protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional” (BRASIL, 2000).

Com vistas a disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, a APA de Tamoios foi criada em 05 de dezembro de 1986, pelo Decreto Estadual nº 9.472, tendo sido o primeiro ordenamento publicado por meio do Decreto Estadual nº 21.172, de 1994, que instituiu o plano diretor da unidade de conservação⁶.

Todavia, somente em 2007, algumas iniciativas visando o planejamento daquele território foram desenvolvidas, dentre elas o início das discussões acerca da elaboração do plano de manejo. O processo de discussão, no entanto, foi sobrestado com a publicação do Decreto Estadual nº 41.921, de 10 de junho 2009, que estabelecia novas regras de uso para as zonas de conservação previstas no plano diretor de 1994. A iniciativa governamental gerou inúmeras manifestações contrárias, tendo tido pouca aceitação da comunidade local e dos representantes do conselho consultivo da APA em estudo.

Desde então a discussão sobre o direito de propriedade e os limites a esses, bem como sobre o delineamento de um ordenamento territorial para a região vem sendo ampliados. Essa discussão ganha maiores elementos quando se analisa o zoneamento proposto para a APA.

Importa destacar, ainda, que o primeiro zoneamento da APA de Tamoios, datado de 1º de julho de 1994, instituía apenas quatro zonas, assim denominadas: Zona de Vida Silvestre (ZVS); Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS); Zona de Ocupação Controlada (ZOC) e Zona de Influência Ecológica (ZIE). O resultado da dinâmica de ocupação da região, passados 18 anos da instituição do plano diretor da APA de Tamoios, foi contemplado no diagnóstico realizado para elaboração do plano de manejo e para a definição do novo zoneamento da unidade de conservação. Por essa razão foram desenvolvidas 08 (oito) categorias de zonas, cujas descrições são apresentadas a seguir⁷:

a) Zona Especial de sobreposição (ZES) - Constituía por áreas onde ocorre a sobreposição da APA de Tamoios por outras unidades de conservação do grupo de Proteção Integral, em que os parâmetros de uso e ocupação do solo são os da unidade de conservação que for mais restritiva.

⁶ Antes da promulgação da Lei Federal nº 9.985/00 o zoneamento das unidades de conservação de uso sustentável administradas pelo Estado do Rio de Janeiro, bem como as regras de uso eram estabelecidas por meio de “plano diretor”.

⁷ Minuta de Decreto que aprova o Plano de Manejo da APA de Tamoios. (TOLEDO, 2012).

- b) Zona de Preservação (ZP) - Constituída por áreas com alto grau de conservação ambiental, ou relevância ecológica, destinadas à salvaguarda da biota nativa, por meio da proteção do *habitat* de espécies residentes, migratórias, raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção, bem como à garantia da perenidade dos recursos hídricos, dos sítios arqueológicos e das paisagens e belezas cênicas.
- c) Zona de Conservação (ZC) - Constituída por áreas caracterizadas pela preexistência de ocupação rarefeita que admitem o uso e ocupação moderados, cujos atributos ecológicos foram parcialmente descaracterizados, mas apresentam potencial para conservação e recuperação, não admitindo novas construções ou ampliações.
- d) Zona de Ocupação Restrita (ZOR) - Constituída por áreas caracterizadas pela preexistência de ocupação rarefeita dispondo assim de atributos ecológicos com maior nível de degradação, permitindo a ampliação das edificações preexistentes, devidamente licenciadas ou que venham e possam ser regularizadas em simultaneidade com a recuperação paisagística e ambiental.
- e) Zona de Interesse para Equipamento Turístico (ZIET) - Constituída por áreas de baixa ocupação, nas quais os ecossistemas nativos encontram-se alterados por atividades antrópicas e que, por suas características naturais, potencial de capacidade de suporte e vulnerabilidade socioeconômica das comunidades do entorno, apresentam vocação para contribuir para o desenvolvimento turístico da Baía de Ilha Grande, sendo, por estas razões as novas edificações destinadas exclusivamente à implantação de equipamentos turísticos de baixo impacto e de alta sustentabilidade ambiental.
- f) Zona de Interesse Residencial Turístico (ZIRT) - Constituída por áreas que apresentam certo nível de degradação ambiental, mas com presença de fragmentos de ecossistemas de relevância ecológica com paisagens que favorecem a ocupação turística de baixa densidade e o uso coletivo.
- g) Zona de Ocupação Controlada (ZOC) - Constituída por áreas urbanas com alto grau de descaracterização do ambiente natural, decorrente do intenso processo de urbanização. Foi dividida em duas: ZOC I - áreas urbanizadas com baixa densidade ocupacional, cujo licenciamento respeitará índices de uso e ocupação do solo estabelecidos no Decreto; ZOC II - áreas urbanizadas de maior densidade ocupacional, cujo licenciamento, atendida as demais disposições do Decreto, respeitará os índices de uso e ocupação do solo que estiverem estabelecidos pela legislação municipal.

h) Zona de Ocupação Controlada Industrial (ZOZI) - Constituída por áreas com alto grau de descaracterização do ambiente natural, decorrente da implantação de indústrias e demais empreendimentos.

3. Sobre a propriedade privada, sua função social, as limitações administrativas e desapropriações em áreas de proteção ambiental

O modelo de economia de mercado prevê que o Estado intervenha diretamente na exploração da atividade econômica apenas quando necessário aos imperativos de segurança nacional ou de relevante interesse coletivo, sendo a propriedade privada o meio pelo qual o particular explora e organiza sua atividade econômica. O Estado ainda intervém, indiretamente, exercendo as funções de fiscalização, incentivo e planejamento e, para cumpri-las, faz uso dos expedientes alocativos, distributivos, estabilizadores e reguladores⁸.

Nesse sentido foi que, ao longo do desenvolvimento das constituições⁹, e com o amparo da doutrina, o conceito de propriedade foi tomando contornos mais claros e expressivos, cujo delineamento atual consta na Constituição Federal de 1988. Essa, assim como as constituições anteriores, reconhece o direito à propriedade¹⁰ como um direito fundamental, – direito subjetivo (art. 5º, inc XXII, CF/88) - e como um princípio da ordem econômica (art. 170, inc.II do mesmo diploma). Impõe, porém, ao particular

⁸ A existência da necessidade de intervenção estatal na atividade econômica ocorre pelo reconhecimento da existência das falhas de mercado, das externalidades negativas produzidas pelos agentes de mercado e pela existência de monopólios naturais – atividades onde se faz imprescindível a atuação estatal, pois o particular não seria capaz de sozinho, organizar a atividade, dado seu alto grau de complexidade e custo de instalação. Sabe-se que, de acordo com a Constituição de 1988, o Estado exerce, via de regra, a atividade econômica de forma indireta, por meio da fiscalização, incentivo e planejamento (art. 174, CF/88), e somente de forma excepcional a atividade econômica de forma direta (arts. 173 e 37, XIX, CF/88) por meio de empresas públicas e sociedades de economia mista, existindo, ainda, os monopólios da União, que podem ser explorados mediante outorga, conforme os arts. 177 e 21, XXIII da CF/88 (BRASIL, 1998).

⁹ Prevista, inicialmente, na Constituição de 1934 e melhor desenvolvida na Constituição de 1946, quando passa a integrar o corpo normativo “Da Ordem Econômica e Social”, que versa na primeira parte do art. 147 que “o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social”. A parte final do artigo prevê que “a lei poderá, com observância do disposto no art. 141, §16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”. O art. 141, contido no título “Dos direitos e garantias individuais”, por sua vez, trata, no parágrafo 16 do direito à propriedade, esclarecendo ser essa passível de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou, ainda, por interesse social, onde também prevê a justa e prévia indenização, ressalvados os casos de perigo eminente, quando a indenização será ulterior (BRASIL, 1946).

¹⁰ Englobam, no nosso ordenamento, o direito de propriedade, os direitos de usar, gozar, fruir, dispor e reaver o bem de quem injustamente o esteja possuindo (BRASIL, 2002).

que o uso de sua propriedade atenda a uma função social, também prevista nos artigos supramencionados e nos incisos imediatamente subsequentes àqueles que tratam da propriedade, quais sejam art. 5º, inc. XXIII e art. 170, inc. III, da CF/88.

Assim, numa interpretação sistêmica, só poderá ser garantido o direito à propriedade se obedecida a sua função social, ou, dito de outra forma, conquanto que o exercício à propriedade não esteja em desacordo com objetivos sociais maiores, vinculados ao direito/dever à solidariedade¹¹. A propriedade privada e a função social¹² passaram a ser institutos indissociáveis, podendo apenas se pensar no exercício legítimo da propriedade se respeitados os limites impostos pela função social. Essa definição foi delegada aos planos diretores municipais, no caso das propriedades urbanas, e à Administração Pública Federal, conforme estabelecido no artigo 186 da Constituição Federal, no caso das propriedades rurais.

A natureza “fundamental” atribuída ao direito de propriedade é um aspecto que merece atenção especial, pois embora positivado, encontramos importantes doutrinadores, a exemplo de Luigi Ferrajoli (2001) que discutem o seu caráter, problematizando-o e questionado se não seria esse um direito efetivamente patrimonial.

Afirma Ferrajoli, a respeito da diferença estrutural entre direitos fundamentais e direitos patrimoniais, que são os primeiros, bem como os direitos civis – dentre os quais se incluem os direitos de adquirir e dispor dos bens, e, portanto, vinculados ao direito de liberdade – direitos universais, reconhecidos a todos os indivíduos da mesma forma, sendo seu exercício não rival, enquanto os segundos, demais direitos inerentes à propriedade seriam direitos singulares, vez que são titularizados por um único indivíduo (ou condôminos) com a exclusão de todos os demais. Continua Ferrajoli afirmando que são os direitos fundamentais indisponíveis, inalienáveis, invioláveis e intransigíveis,

¹¹ Segundo Maria Celina Bodin de Moraes, sobre a propriedade “No cenário solidarista, deixou ela de ser definida como o espaço, externamente delimitado, no âmbito do qual o proprietário teria ampla liberdade para desenvolver suas atividades e para a emanação da senhoria sobre o seu bem. A renovada compreensão do instituto atribui a determinação do seu conteúdo para o âmbito da concreta relação jurídica, observados os centros de interesse extraproprietários e a exigência de exercício conforme a função social, que se encontra definida pelo texto constitucional” (MORAES, s/d), que apresenta como objetivos fundamentais da república a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (CF/88, art. 3º, inc. I).

¹² “Função, em direito, é um poder de agir sobre a esfera jurídica alheia, no interesse de outrem, jamais em proveito do próprio titular. Algumas vezes, interessados no exercício da função são pessoas indeterminadas e, portanto, não legitimadas a exercer pretensões pessoais e exclusivas contra o titular do poder. É nessas hipóteses, precisamente, que se deve falar em função social ou coletiva” (COMPARATO, 1990, p.65).

características não compartilhadas pelos direitos patrimoniais que são, ao contrário, disponíveis e alienáveis¹³.

Ademais, pela sua condição de indisponíveis, não podem os direitos fundamentais serem modificados por atos jurídicos, enquanto os patrimoniais são, em regra, transacionáveis. Os direitos fundamentais seriam, todos, *ex lege*¹⁴. Ainda, segundo Ferrajoli, seriam os direitos patrimoniais “horizontais”, na medida em que as relações travadas são de cunho intersubjetivo, enquanto os direitos fundamentais seriam “verticais”, estabelecidas pelo indivíduo frente ao Estado.

Destarte a respeitável doutrina acima, com a qual concordamos, o direito de propriedade é, em nosso ordenamento, como já afirmado, um direito fundamental. A ênfase a esse lugar comum na verdade tem sua razão, na medida em que o cerne desse trabalho perpassa as possíveis colisões geradas pelo direito à propriedade e pelo direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado – direito fundamental de terceira geração. Estaremos, assim, diante de uma colisão entre direitos fundamentais, que na qual seria justificada prevalência da proteção ao meio ambiente frente à propriedade pela supremacia do interesse público¹⁵.

Mas em que momento a função social da propriedade deixa de ser um condicionamento ao uso da propriedade e justifica a intervenção estatal nessa, permitindo a desapropriação ou esvaziando o valor seu econômico, nesse caso, sem a prévia geração de um direito à indenização?

Pode a Administração Pública, no exercício de suas competências, intervir na propriedade particular pelos institutos da limitação administrativa e desapropriação, e ainda outros, como as servidões.

¹³ Ou, nos apropriando de Immanuel Kant "No reino dos fins tudo tem um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então ela tem dignidade. O que se relaciona com as inclinações e necessidades gerais do homem tem um preço venal; aquilo que, mesmo sem pressupor uma necessidade, é conforme a um certo gosto, isto é a uma satisfação no jogo livre e sem finalidade das nossas faculdades anímicas, tem um preço de afeição ou de sentimento; aquilo porém que constitui a condição graças à qual qualquer coisa pode ser um fim em si mesma, não tem apenas um valor relativo, isto é um preço, mas um valor íntimo, isto é dignidade" (KANT, 1986, p.77).

¹⁴ Necessária se faz aqui uma observação de que tal afirmação desconsidera a escola jusnaturalista.

¹⁵ Sobre a desconstrução desse argumento, ver BINENBOJM (2005) na qual o autor refuta as teses ortodoxas de supremacia do interesse público questionando, em suma, qual seria a justa medida do interesse público, coletivo, em detrimento do interesse individual, sendo esse indivíduo parte daquela coletividade.

A intervenção na propriedade privada representaria todo ato do poder público que retirasse ou minorasse os direitos de domínio do particular sobre o seu bem ou que lhes sujeitasse a uma destinação de interesse público (MEIRELES, 1999).

Dentre as espécie de intervenção relevantes para o estudo do caso em concreto temos (i) as desapropriações – ato pelo qual o Estado obriga o particular a transferência de seu bem – e (ii) as limitações administrativas, que enquanto disposições gerais, dão nova conformação aos direitos dos proprietários, sem a transferência do domínio (DI PIETRO, 1999).

Prevê a Constituição, em seu art. 5º, inc. XXIV que as desapropriações – que somente poderão ocorrer por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, obedecido procedimento previsto em lei – são passíveis de justa e prévia indenização; as limitações administrativas, por sua vez, independem de qualquer indenização, diferenciando-se da desapropriação por apresentarem caráter de poder de polícia, em benefício de um interesse público não específico. Conforme Cláudia Marçal

A doutrina tende a analisar a criação de uma unidade de conservação como limitação administrativa, visto que há casos em que não há o esvaziamento econômico do imóvel, sendo restringida apenas algumas atividades, respaldando este fato no cumprimento da função social da propriedade. Compreendendo que quando a restrição inviabilizar o aproveitamento econômico total do imóvel, exige a indenização por parte do poder público, com a caracterização da desapropriação (MARÇAL, 2003).

O apontamento supra se torna importante dado que o nosso sistema não permite a indenização pelas limitações administrativas sofridas pelos proprietários. Ocorre, entretanto, que nos casos em que Administração não se apossa do bem, mas impõe limitações que efetivamente restringem completamente o exercício de qualquer direito inerente à propriedade àquele que é seu legítimo titular, deve haver indenização. Conforme ensina Maria Sylvia Zanella Di Pietro (1999) esse tipo de intervenção representa verdadeira desapropriação indireta, visto que a limitação deveria, apenas, afetar, alguns direitos dos direitos inerentes à propriedade.

A desapropriação indireta ocorreria, segundo Celso Antônio Bandeira de Mello (2004), pelo apossamento do imóvel particular pelo poder público sem obediência às formalidades do procedimento expropriatório. Nesse caso caberia ao lesado o recurso às vias judiciais, a fim de pleitear sua indenização, tal qual ocorreria se tivesse o Estado

procedido de maneira regular. Assim, poderia haver desapropriação indireta quando da limitação imposta pela criação destas unidades de conservação¹⁶, visto que antes da ocorrência do regular processo de desapropriação a Administração impede o uso livre da propriedade (MARÇAL, 2003).

Defendemos, claramente, o direito à indenização quando das desapropriações (sejam diretas ou indiretas) e mesmo que estejamos tratando de limitações administrativas. Nesses casos, o valor da indenização a ser paga deve ser calculado a depender da limitação que se imponha e do esvaziamento econômico que causará às propriedades atingidas.

Há ainda a questão referente ao período compreendido entre a instituição de uma unidade de conservação e o momento em que o plano ordenador de seu território é aprovado, pois que nesse interim as propriedades atingidas não podem sofrer alterações substanciais.

Nesses casos, a limitação ao direito de propriedade já está presente. O direito ao uso pleno (não desadequado, por suposto) de uma propriedade por seu legítimo proprietário encontra-se numa zona cinzenta, em que este sujeito encontra-se já impedido de alterações em seu domínio, sem que saiba sequer as reais restrições que recairão sobre ele.

O direito à indenização na APA descrita, não foi, entretanto, ainda problematizado, visto que das fontes secundárias analisadas, como as manifestações do conselho consultivo da APA de Tamoios, a problemática sobre as eventuais indenizações ainda não começaram: as reivindicações do conselho ainda estão na esfera da discussão sobre o seu poder deliberativo e os limites do zoneamento da APA.

Ocorre que, tal como em outras demais unidades de conservação, certamente essa é uma questão que deverá ser enfrentada. De uma maneira geral as zonas pensadas para uma APA apenas limitam o direito de construir, sem, no entanto, inviabilizá-lo. Todavia, algumas zonas são estabelecidas única e exclusivamente para preservar o meio

¹⁶ São alguns dos julgados nesse sentido: “Administrativo. Desapropriação indireta. Área localizada no Parque Estadual da Serra do Mar. Tombamento. Reserva florestal. Restrição ao uso da propriedade. Indenização. Cabimento. Na esteira de interativa jurisprudência formada por este egrégio Tribunal, é indenizável, por desapropriação indireta, a área de terra tombada, para criação do Parque Serra do Mar-SP, se o apossamento administrativo esvaziou o conteúdo econômico da propriedade, ao provar seus proprietários de usar e fruir do bem, proibidas que estão de explorar os recursos naturais existentes.” (STJ.1ªTurma. Recurso Especial 47865-0/SP, DJU 05.09.1994); “Indenização- Desapropriação indireta- Área declarada de utilidade pública, com finalidade de proteger a floresta, fauna e belezas naturais da região- Medida que produziu o esvaziamento econômico do direito de propriedade- Obrigação de indenizar, por não configurar limitação administrativa- Recurso não provido” (MARÇAL, 2003).

ambiente, muitas vezes “congelando” uma realidade local. É como se se tirasse uma fotografia de um local e esse tivesse que permanecer com a mesma conformação. Esses tipos de zonas preveem, inclusive, a volta das áreas por ela abrangidas ao status anterior à intervenção humana.

Nesses casos a limitação administrativa ultrapassa a função social das propriedades inseridas dentro da zona, gerando a possibilidade de sua desapropriação. Esta poderá se dar por uma demanda do próprio proprietário da terra, como também por meio de uma deliberação do Poder Executivo. No primeiro caso, o proprietário teria de demandar ao Poder Executivo que lhe indenize adequadamente, uma vez que visa implantar uma política pública que o prejudica (primeiro por acordo administrativo, e em não o conseguindo, por via judicial). No segundo caso, as zonas dentro das unidades de conservação de uso sustentável que restringem significativamente o direito de propriedade, como a chamada "zona de preservação" ou "zona de preservação da vida silvestre”, que "congelam" o direito de usar e dispor da propriedade deveriam conter um mapeamento de indenizações, previamente formulado, para se evitar o aumento de demandas administrativas e /ou judiciais.

4. Notas Conclusivas

A APA de Tamoios, objeto desse estudo, vem passando por um momento de reconfiguração do seu ordenamento territorial. Por meio de um novo plano de manejo, novas zonas estão sendo criadas, adaptando realidades e dando nova destinação a outras.

Contudo, em algumas dessas zonas, quando da limitação administrativa, poderá ocorrer grande esvaziamento do valor econômico da propriedade, e até uma eventual extrapolção da sua função social, preconizada constitucionalmente. Por isso, defendemos que nas propriedades onde houver grande intervenção, tais como naquelas situadas dentro da zona de preservação, seja mais adequado ao proprietário a desapropriação – visto que essa modalidade de intervenção garante a “justa” indenização, e evita a figura da desapropriação indireta – ou ainda, que se consolide a possibilidade de pedido de indenização baseado no perda do valor econômico dessa propriedade. Nessas hipóteses, a indenização poderá ser viabilizada mediante solicitação do proprietário lesado, bem como por meio de políticas públicas que preestabeleçam padrões a fim de uniformizar o tratamento que será dado às áreas

destinadas à preservação do meio ambiente, como forma de remediação dos conflitos já existentes e dos que estão por vir. Se há interesse do Poder Público em “congelar” certas áreas, mesmo que visando a preservação ambiental, o ônus não deverá recair sobre o proprietário privado. Esse deve ter garantido o direito à justa indenização por sua propriedade, quando houver relevante interesse público à proteção do meio ambiente em dado espaço.

Referências:

ALBUQUERQUE, MANUEL Maurício de. **Pequena história da formação social brasileira**. 4ª ed, Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ANTUNES, Paulo Bessa. **Unidades de Conservação e Propriedade Constitucional**. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br/paulo-bessa/24030-unidades-de-conservacao-e-propriedade-constitucional>>. Acesso em 07/07/2012.

ASSUNÇÃO, Avelino César. Lei de terras de 1850, principais aspectos (Lei n. 601, de 18.9.1850). **Revista de Direito Civil- Imobiliário, Agrário e Empresarial**. Revista dos Tribunais, ano 7, vol. 26, São Paulo, out/ dez. 1983.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. A luta pela terra urbana. **Revista de Direito da Procuradoria Geral**, vol. 1, Distrito Federal, 1995.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2004.

BECKER, Antonio. **Estatuto da Cidade**. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2001.

BENJAMIN, Antônio Herman. Constitucionalização do Ambiente e Ecologização da Constituição Brasileira. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes e LEITE, José Rubens Morato (org.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BINENBOJM, Gustavo. **Da Supremacia do Interesse Público ao Dever de Proporcionalidade**: um novo paradigma para o Direito Administrativo. 2005. Disponível em: <http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos/artigos.asp?codigo=228>. Acesso em 07/07/2012.

CARVALHO, Vailton Loula de Carvalho. **Formação do direito fundiário brasileiro**. São Paulo: Iglu, 1999.

COMPARATO, Fábio Konder. Função Social da Propriedade dos Bens de Produção. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 63, p. 71-79, 1986.

CORRÊA, Paulo Victor Ramos. **A Não Indenização das Áreas de Preservação Permanente Administrativas**. Acesso em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=3260>. Acesso em 07/07/2012.

CYSNEIRO, Vicente Cavalcanti. Evolução histórica da propriedade territorial no Brasil. **Revista de Direito Civil - Imobiliário, Agrário e Empresarial**. Revista dos Tribunais, ano 8, vol. 30, São Paulo, out/ dez. 1984.

DERANI, Cristiane. Meio ambiente ecologicamente equilibrado: direito fundamental e princípio de atividade econômica. In: FIGUEREDO, Guilherme José Purvin (org.). **Temas de direito ambiental e urbanístico**. São Paulo: Max Limonad, 1998.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 1999.

FERRAJOLI, Luigi. **Los fundamentos de los derechos fundamentales**. Madrid: Trotta, 2001.

FILHO, Roberto Lyra. **O que é o direito**. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

HECK, Luís Afonso. Direitos fundamentais e sua influência no direito civil. **Revista de Direito do Consumidor**, nº. 29, jan./mar. 1999.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1986.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 5ª edição. Goiânia: Editora UFG, 2002.

MARÇAL, Cláudia. **A criação de unidades de conservação e as limitações ao direito de propriedade** - aspectos doutrinários e jurisprudenciais. 2003. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1248/A-criacao-de-unidades-de-conservacao-e-as-limitacoes-ao-direito-de-propriedade-aspectos-doutrinarios-e-jurisprudenciais>>. Acesso em 07 jun. 2012.

MEIRELES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1999.

MELO, Marco Aurélio Bezerra de. **Novo código civil anotado**. 2ª ed. revista, ampliada e atualizada, vol. V. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.

OLIVEIRA, Cláudio Brandão de. A Constituição, o Estado e o direito de propriedade. In: **Temas de direito privado**. Org.: J. M. Leoni Lopes de Oliveira. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2001.

PEREIRA, Altino Portugal Soares. O direito de propriedade e o bem estar social. **Revista de direito civil - imobiliário, agrário e empresarial**. Revista dos Tribunais, ano 11, vol. 41, São Paulo, jul/ set. 1987.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Editora Malheiros, 2004.

Outras fontes

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 06 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 07 ago. 2012

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 07 ago. 2012.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985/00, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 07 ago. 2012.

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 07 ago. 2012

BRASIL. Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 ago. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em: 05 jun. 2012.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

INEA. **Regularização fundiária em unidades de conservação: as experiências dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais**. Publicação do Instituto

Estadual do Ambiente. 2010. Disponível em: < <http://www.inea.rj.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual nº 20.172 de 01 de julho de 1994. Institui o Plano Diretor da Área de Proteção Ambiental de Tamoios, localizada no Município de Angra dos Reis, criada pelo Decreto nº 9.452, de 05 de dezembro de 1986. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 04 jul. 1994. Disponível em: < <http://www.atosdoexecutivo.rj.gov.br/publico/VisaoPublica.aspx?CodAto=39310>>. Acesso em: 06 jun. 2012.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual nº 41.921, de 10 de junho 2009. Altera o plano diretor da Área de Proteção Ambiental de Tamoios, localizada no município de Angra dos Reis. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.atosdoexecutivo.rj.gov.br/publico/principal.aspx#FimPagina>> Acesso em: 06 jun. 2012.

TOLEDO, Ricardo. Minuta de Decreto que aprova o Plano de Manejo da APA de Tamoios. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <andreiadmm@gmail.com> em 08 jun. 2012.

TOLEDO, Ricardo. Parecer do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Tamoios. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <andreiadmm@gmail.com> em 08 jun. 2012.

TOLEDO, Ricardo. Posicionamento do Conselho Consultivo da Área de Preservação Ambiental de Tamoios sobre o decreto estadual nº. 41.921. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <andreiadmm@gmail.com> em 08 jun. 2012

MEIO AMBIENTE E PENSAMENTO SOCIAL: apontamentos iniciais para a compreensão da relação ambiente/sociedade¹.

Leonardo Ostwald Vilardi – Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF). E-mail: leovilardi@gmail.com

Resumo

O objetivo do presente artigo é entender como a questão ambiental é incorporada à teoria social. Para tanto, iremos trabalhar com a temática do surgimento e evolução do pensamento social através de revisão bibliográfica de obras pertinentes ao tema. Inicialmente será abordado como Dunlap e Catton fazem uma distinção entre dois paradigmas das ciências sociais, HEP e NEP. Em seguida apontaremos dentro da teoria social contemporânea, dois autores que incorporam a discussão ambiental dentro das discussões marxistas, O'Connor e Foster. Por fim, defendemos que, apesar de apresentarem uma nova forma de contemplar a relação ambiente/sociedade através do paradigma NEP, Dunlap e Carton não apontam uma metodologia que possibilite a mudança pretendida. Em função disso, serão analisadas propostas para (re)pensar o tema através de interdisciplinaridade.

Palavras chave: sociologia e ambiente; marxismo e ambiente; interdisciplinaridade.

Abstract

The goal of this article is to understand how environmental issues are incorporated into social theory. To achieve this end, we will work with the theme of emergence and evolution of social thought through literature review of works related to this theme. First we will describe how Dunlap and Catton distinguish between two paradigms of social sciences, HEP and NEP. Then we will point out two authors that in contemporary social theory incorporate environmental discussion within the marxist discussions, O'Connor and Foster. Finally, we argue that the paradigm NEP presented by Dunlap and Carton do not show a methodology that enables the intended change, so we will analyze proposals to (re)think the relationship between environment/society through interdisciplinary.

Key words: sociology and environment; marxism and environment; interdisciplinarity.

¹ Agradeço a Selene Herculano por ter me auxiliado no processo de construção do presente artigo.

I - Introdução

A sociologia surge na passagem do XVIII para o XIX com o intuito de analisar um momento de enormes mudanças da sociedade Europeia Ocidental. Contudo, neste momento inicial, o estudo da relação sociedade/natureza ficou por conta de outros domínios do conhecimento científico, principalmente da geografia humana, no qual o território é constituído como objeto de estudo.

Isto pode ser explicado por a sociologia ter, inicialmente, utilizado *ambiente* para denotar algo distinto do que significava na maioria dos campos não-sociológicos. Nestes campos, *ambiente* comumente é utilizado como um termo que constitui o meio físico, a biosfera. Todavia, para a sociologia, *ambiente* assume um significado diferente, relacionado às influências sociais e culturais sobre o comportamento, em distinção a “heredity” (DUNLAP e CATTON, 1979).

Para uma diferenciação conceitual ainda maior, os sociólogos distinguiram ambiente cultural e social de ambiente físico e biológico. Porém, isto foi feito não por uma necessidade lógica, mas para se criar uma distinção do determinismo geográfico e biológico (DUNLAP e CATTON, 1979).

Além disso, Herculano (2000b) aponta que, a partir da década de 70, a Sociologia Ambiental apareceu enquanto uma subdisciplina acadêmica específica, cujo intuito era refletir sobre a importância do ambientalismo (movimento e valores) que surgia no mundo.

Tendo em vista o que foi apresentado, o objetivo do presente artigo é entender como a questão ambiental é incorporada à teoria social. Para tanto, iremos trabalhar com a temática do surgimento e evolução do pensamento social através de revisão bibliográfica das principais obras pertinentes ao tema.

Para a construção do presente trabalho optou-se pela seguinte forma de apresentação. Inicialmente será abordado como Dunlap e Catton (1978) fazem uma distinção entre dois paradigmas das ciências sociais, a saber: o “Human Exceptionalism Paradigm (HEP)” e o “New Environmental Paradigm (NEP)”.

Em seguida será apontado, dentro da teoria social contemporânea, dois autores que incorporam a discussão ambiental no interior das discussões marxistas, quais sejam O’Connor e Foster.

O primeiro movimento do marxismo ao entrar em contato com a questão do meio ambiente é de recusa. Este fato pode ser atribuído por o marxismo, neste momento, estar fechado dentro das questões do campo da economia, principalmente aquelas referentes às relações de trabalho e produção, ou seja, a luta operária.

É frequente a alegação de que o marxismo depois de Marx e Engels contribuiu muito pouco para a análise ecológica, pelo menos antes da década de 70, e que qualquer legado que os fundadores do materialismo histórico tenham deixado nesta área não teve influências nas poucas gerações seguintes de teóricos marxistas (FOSTER, 2011, p. 324)

Apontaremos, portanto, como o autor James O'Connor (1992) desenvolve seu argumento sobre a segunda contradição fundamental do capitalismo e em seguida trataremos de outra importante publicação neste sentido, qual seja *A ecologia de Marx: materialismo e natureza* de autoria de John Bellamy Foster. Defende Foster (2011) que “desde o princípio, a noção de Marx da alienação do trabalho humano esteve conectada a uma compreensão dos seres humanos em relação à natureza. Era esta alienação bilateral que, acima de tudo, era preciso explicar historicamente” (p. 23).

Por fim defende-se que, ao apresentar o paradigma NEP, Dunlap e Carton (1978), não apontam uma metodologia que possibilite a mudança pretendida por essa nova forma de contemplar a relação ambiente/sociedade. Para tal reflexão será abordado a forma que autores como, Herculano (2000a), D'Ambrosio (1997) e Silva (2000) entendem a interdisciplinaridade e, em que medida, pode-se encontrar em tal metodologia elementos que possibilitam ou ao menos auxiliam a construção de um novo paradigma na teoria social conforme apontado por Dunlap e Carton (1978).

II – Os paradigmas NEP e HEP

Dunlap e Catton (1978) propõem a distinção, dentro das ciências sociais, de dois paradigmas: o “Human Exceptionalism Paradigm (HEP)” e o “New Environmental Paradigm (NEP)”. O primeiro representa a configuração da sociedade segundo a sociologia tradicional; já o segundo engloba as outras percepções que repensam a dependência ecossistêmica da humanidade.

O paradigma HEP, na visão destes autores, norteia todo o pensamento sociológico clássico, o foco está centrado na excepcionalidade da figura humana, o homem é aquele que tudo transforma. Assim, embora contingenciado pela sociedade,

não se aplica esta mesma percepção quanto à natureza, pois o homem pode a todo o momento transformar o ambiente natural. No paradigma NEP a natureza é incorporada à sociologia. Há o reconhecimento de que somos animais e dependemos do ambiente físico. Sobre isso Herculano (2000b) aponta que

A proposta era que saíssemos de um paradigma HEP ("human exceptionalism" e em seguida redefinido como "human exemptionalism paradigm"), ou seja, o paradigma da excepcionalidade e da supremacia humanas, do seu descolamento e independência da natureza, e passássemos a seguir um proposto paradigma NEP (nature environmental paradigm), pelo qual incluiríamos o ambiente físico como uma das variáveis do sistema social, propiciando assim um enfoque mais adequado para estudos sobre a escassez, o declínio da qualidade de vida e o aumento dos custos ambientais (ibidem, p. 49).

O que os autores pretendem clarear com tal abordagem é que a sociologia deve levar a sério o dilema tradicionalmente negado de que as sociedades humanas necessariamente exploram os ecossistemas que as rodeia para poder sobreviver. A importância de tal dilema pode ser indicada, inclusive, pelo fato de que tanto as ciências política quanto a economia internalizaram tal discussão.

Para elucidação do surgimento do paradigma NEP, Dunlap e Catton (1978), apontam alguns campos de pesquisa como importantes precursores da sociologia ambiental, tais como, o campo de recriação de cenários nativos ('wildland recreations'), o campo de problemas de administração de recursos naturais e o campo do ambientalismo.

O campo de estudo de recriação de cenários nativos buscava prever quais os tipos de atividades que as agências de gerenciamento de recursos deveriam prover e a quantidade de uso esperada para os parques. Já o campo sobre problemas relacionados à administração de recursos naturais teve início nas pesquisas voltadas para compreensão dos problemas enfrentados pelas agências governamentais responsáveis pela administração desses recursos.

Como vamos ver posteriormente, os problemas de um uso exacerbado levou alguns sociólogos que estudavam problemas de administração e comportamentos recreativos para estudos mais significativos do ponto de vista ecológico sobre a capacidade de exploração do meio ambiente. Uma sociologia tradicional orientada para os estudos da recreação em parques ambientais e a administração de recursos foi, assim, tornando-se em uma verdadeira sociologia ambiental (tradução nossa)²

² No original: As we shall see later, problems of "overuse" led some sociologists from studies of management problems and recreational behavior into more ecologically significant studies of an environment's carrying capacity. A traditionally oriented sociology of wildland recreation and resource management thus began turning into a truly environmental sociology (DUNLAP e CATTON, 1979, p. 248)

O campo do ambientalismo foi o objeto de diversas pesquisas no campo da sociologia. Principalmente no que pertine ao seu surgimento, estudos empíricos examinaram o perfil dos membros do movimento ambiental através de pesquisas qualitativas e quantitativas.

Em meados de 1970, os estudos de problemas ambientais e ecológicos sensibilizaram alguns sociólogos para tal realidade. Assim, iniciou-se um questionamento de determinados pressupostos sociológicos, como a suposta irrelevância do meio físico para o entendimento do comportamento social o que deu origem à Sociologia Ambiental.

Dunlap e Catton (1979) afirmam que estudos sobre a interação entre ambiente e sociedade são o centro ou núcleo da sociologia ambiental. Tais interações são complexas e variadas o que faz com que os sociólogos que lidam com questões ambientais investiguem uma grande gama de fenômenos. Contudo, apontam que tal complexo ecológico não é geralmente utilizado dentro do que denominam ecologia humana ('human ecology') mesmo para compreender o que foi denominado por este campo de estudo como sua tarefa fundamental, qual seja, entender como ocorre a relação entre a organização populacional e sua adaptação a constante mudança e 'restrição' ambiental.

De outra forma, a sociologia ambiental se distingue por reconhecer a importância do ambiente como um fator que pode influenciar e ser influenciado pelo comportamento humano, focando sua atenção na relação entre o ambiente físico e o complexo social.

Dessa forma, pode-se definir como a tarefa básica da sociologia ambiental responder a duas perguntas: (a) Como variações interdependentes entre população, tecnologia, cultura, sistema social e sistema de personalidade influenciam o ambiente físico? (b) Como as mudanças resultantes da alteração (e outras variações) no ambiente físico modificam a população, tecnologia, cultura, sistema social e sistema de personalidade ou qualquer inter-relação entre estas? (tradução nossa)³

Outra dificuldade apontada pelos autores é o fechamento da sociologia, ao examinar interações entre o homem e o ambiente, em torno de questões relativas aos níveis de interação simbólicos e cognitivos. Contudo, este tipo de análise, despreza o

³ No original: This leads us to define the basic task of environmental sociology as seeking to answer two kinds of questions: (a) How do interdependent variations in population, technology, culture, social systems, and personality systems influence the physical environment? (b) How do resultant changes (and other variations) in the physical environment modify population, technology, culture, social systems, and personality systems, or any of the interrelations among them? (DUNLAP e CATTON, 1979, p. 252).

fato de que os seres humanos e mesmo a sociedade são afetados por diversas outras condições ambientais que não são percebidas e que não são taxadas como simbólicas ou não são atribuídos nenhum sentido cultural. “Cientistas sociais dedicaram muito de sua atenção às primeiras duas formas de interação, cognitiva e comportamental, examinando os impactos do ambiente na cognição (atitude, personalidade, etc) e no comportamento, e vice versa” (tradução nossa).⁴

Dessa forma, apontam os autores que a mudança para o paradigma NEP é uma condição essencial para a compreensão da relação existente entre homem e ambiente, uma vez que a sociologia tradicional ao insistir que fatos sociais só podem ser explicados por outros fatos sociais não é suficiente para elucidar a relação do ser humano com seu meio em toda sua complexidade.

III – Marxismo e meio ambiente

Em um primeiro movimento, como já apontado, a vertente predominante do marxismo segue uma postura de recusa em relação à questão ambiental. Neste momento há um fechamento dentro das questões do campo da economia, principalmente aquelas referentes às relações de trabalho e produção.

Esta vertente do marxismo defendia que todas as questões secundárias, relações de gênero, raça e a questão ambiental, seriam resolvidas com a revolução, ou seja, com a tomada do poder pela classe trabalhadora. Uma vez modificada a estrutura econômica de produção/reprodução, todas as formas de pensar as relações sociais mudariam.

Pode-se citar aqui o afirmado por Lukás em *História e Consciência de Classe*:

Os mal-entendidos que emanam do relato da dialética por Engels podem grosso modo ser atribuídos ao fato de que Engels – seguindo a trilha equivocada de Hegel – estendeu o método aplicando-o também à natureza. No entanto, os determinantes cruciais da dialética – a interação de sujeito e objeto, a unidade de teoria e prática, as mudanças históricas na realidade subjacente às categorias como raiz de mudanças no pensamento etc. – estão ausentes do nosso conhecimento da natureza (LUKÁS apud Foster, 2011, p. 352).

Defende, assim, Lúkas (FOSTER, 2011) que a dialética só se relacionava com a práxis, ou seja, com o mundo humano/social.

⁴ No original: Social scientists have paid a fair amount of attention to the first two forms of interaction, cognitive and behavioral, examining the impacts of the environment on cognitions (attitudes, personality, etc) and behaviors, and vice versa (DUNLANP e COTTON, 1979, p. 253).

Foster (2011) afirma que tal recusa pode ainda ser observada no marxismo soviético. Predominava aí a visão de que a teoria de Marx no que diz respeito ao pensamento ecológico marxista, seria muito fraco. Contudo, já em 1930 um autor soviético marxista Bukharin (Foster, 2011) já expressava em sua obra um profundo caráter ecológico.

Um importante movimento na incorporação da questão ambiental ao marxismo surge na cidade de Santa Cruz, no estado da Califórnia nos Estados Unidos onde é criado o Centro de Ecologia Política, tendo como expoente o autor James O'Connor. O'Connor (1992) afirma que a primeira contradição do capitalismo pode ser entendida ao tomarmos a taxa de exploração da força de trabalho como uma categoria sociológica e econômica. Essa taxa indica o poder social e político do capital sobre o trabalho e também a tendência inerente no capitalismo a uma crise de realização, ou melhor, uma crise motivada pela superprodução do capital. Dessa forma, a primeira contradição do capitalismo é interna ao sistema e não tem relação com as condições de produção.

Explicar a segunda contradição requer a utilização de uma terminologia mais complexa, uma vez que nenhum elemento tem a centralidade teórica que a taxa de exploração detém na primeira contradição. Devido a este fato pode-se explicar o surgimento de diversos movimentos sociais ao invés do fechamento no movimento trabalhista.

Afirma o autor que a causa básica da segunda contradição é a apropriação e o uso autodestrutivo pelo capitalismo da força de trabalho, do ambiente e da infraestrutura urbana; e da natureza ou meio ambiente externo. Dessa forma, não há problema de falta de vendas que impeça a realização do valor e da mais-valia, como na primeira contradição, mas há um problema em produzir mais-valia. (O'CONNOR, 1992)

A partir, então, de uma grande recusa, o marxismo passa a abordar a questão ambiental 'criando' um novo campo denominado de ecologia política no qual se defende que apenas a implementação do socialismo pode 'salvar' o planeta terra. Aborda, assim, outro tema de vital importância, a incorporação de novos sujeitos revolucionários, deixando de fechar-se no proletariado.

Seguindo a proposta de apresentação do trabalho, passaremos a abordar os principais pontos apresentado por Foster (2011) para defender que uma leitura atenta e

sistemática de Marx aponta para a questão da coevolução entre homem e meio ambiente, para o entendimento de que o pensamento social marxiano está, necessariamente, ligado a uma visão de mundo ecológica.

Afirma Foster (2011) que “desde o princípio, a noção de Marx da alienação do trabalho humano esteve conectada a uma compreensão dos seres humanos em relação à natureza. Era esta alienação bilateral que, acima de tudo, era preciso explicar historicamente” (p. 23).

Inicia sua exposição abordando dois autores que, em sua visão, influenciarão a construção teórica de Marx. Inicialmente versa sobre Darwin, esboçando aspectos gerais da teoria do autor inglês situando o contexto social em que viveu. Defende que a obra darwiniana foi um marco por ser essencialmente materialista.

Após, passa a abordar aspectos da teoria de Epicuro. Na visão de Foster (2011) a tese de doutoramento de Marx representa um esforço de reconciliação com o epicurismo vindo, esta corrente filosófica, a influenciar todo o posterior desenvolvimento da teoria marxiana.

Epicuro também se referia à extinção de espécies e desenvolvimento humano a partir de origens animais. A sua filosofia materialista parecia antecipar-se em grau impressionante às descobertas da ciência, e de fato foi extremamente influente entre muitos dos principais cientistas da revolução científica do século XVII e do Iluminismo. (FOSTER, 2011, p. 58).

Marx (FOSTER, 2011) afirma que Epicuro teria sido o primeiro a captar a aparência enquanto alienação da essência. “Já há uma compreensão da existência da autoconsciência alienada e do conhecimento envolvendo tanto a sensação quanto a abstração intelectual” (p. 83).

Outro ponto importante na formação de Marx é o contato com a questão sobre a Lei do roubo de madeira por volta de 1842. A coleta de madeira seca pelos camponeses, um exercício de direito costumeiro, na região da Renânia havia sido incluída na categoria de roubo e era julgada com bastante seriedade. O ponto importante discutido por Marx (FOSTER, 2011) é que os proprietários conseguiram transformar em valor algo que antes não tinha valor de mercado.

Aos pobres ficava assim negada qualquer relação com a natureza – mesmo que fosse para a sua sobrevivência – não mediada pelas instituições da propriedade privada. A partir daí, e por toda a vida, Marx fazia oposição à parcelização de partes do planeta aos proprietários privados de terras (FOSTER, 2011, p. 101).

Afirma o autor que, a partir dos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, Marx (FOSTER, 2011) irá tratar a natureza como extensão do corpo humano, uma vez que ela entra na história humana através da produção. A natureza em sua relação com o homem era mediada por instrumento que permitiam sua transformação de modos universais. A natureza é vista como corpo inorgânico do homem.

Alienação seria, então, ao mesmo tempo alienação da atividade de trabalho e do papel ativo do homem na transformação da natureza. A autoalienação da atividade prática humana é a alienação das pessoas de si mesmas, mas também alienação da sua existência real, da sua relação com a natureza.

A dominação da Terra em si, para Marx, assumiu um significado complexo, dialético, derivado do seu conceito de alienação. Ela significa tanto a dominação da Terra *por* aqueles que monopolizavam a terra, e portanto os poderes elementares da natureza, como também a dominação da Terra e da matéria morta (representando o poder do proprietário e capitalista) *sobre* a vasta maioria dos seres humanos (FOSTER, 2011, p. 109)

Assim é que a forma de ver a natureza que se desenvolve em um regime no qual propriedade privada e dinheiro detém um papel central incorre em um verdadeiro desprezo pela degradação prática da natureza. “O dinheiro é o valor universal e autoconstituído de todas as coisas. Por conseguinte, o mundo inteiro – tanto o mundo do homem quanto da natureza – foi por ele destituído do seu valor específico” (MARX apud FOSTER, 2011, p. 110).

Foster (2011) através da análise de trechos do *Capital* afirma que o conceito de ‘falha’ na interação metabólica entre o homem e a natureza, desempenha importante papel na obra marxiana. Esta falha é derivada do constante ‘roubo’ dos elementos constitutivos do solo pelo crescimento simultâneo da indústria e agricultura de larga escala sem permitir a reciclagem desses elementos.

O desejo constante de lucro exauriu o solo inglês o que fez com que o cultivo se tornasse dependente do guano, adubo trazido do Peru. O fato de as sementes e o guano serem trazidos de outros países distantes indicava na visão de Marx que “não se encontra mais as condições naturais de sua própria produção dentro de si, de fonte natural, espontânea, e à mão, mas que estas existem como uma indústria independente separada dela” (apud FOSTER, 2011, p. 221), ou seja, a agricultura havia deixado de ser ‘autossustentável’.

O termo metabolismo traz à tona a noção de troca material ligada ao processo de crescimento e decadência biológicos, processo de produção de troca material entre homem e natureza. Este conceito é central ao sistema de análise do processo de trabalho marxiano. O processo de trabalho não independente da criação de riqueza da natureza. Toda riqueza material consiste em matéria natural transformada através do trabalho. “O fluxo circular econômico estava pois intimamente atrelado, na análise de Marx, à troca material entre o homem e a natureza”(FOSTER, 2011, p. 222).

O conceito de metabolismo foi empregado por Marx (Foster, 2011) para a interação entre natureza e sociedade através do trabalho, como também como forma de descrever o conjugado das necessidades e relações geradas e reproduzidas no capitalismo. “O conceito de metabolismo assumia assim tanto um significado ecológico específico quanto um significado social mais amplo” (FOSTER, 2011, p. 223).

Marx (FOSTER, 2011) defende que não era só em relação às grandes propriedades privadas que se tinha um antagonismo com a natureza, isto podia também ser observado nas grandes cidades em relação à poluição. Chega-se a um ponto em que a luz, o ar e a limpeza deixam de ser parte da existência do trabalhador.

Foi no *Capital* que a concepção materialista de natureza de Marx alcançou plena integração com a sua concepção materialista de história. Na economia política desenvolvida de Marx, tal como apresentada no *Capital*, o conceito de ‘metabolismo’ (*Stoffwechsel*) foi empregado para definir o processo de trabalho como ‘um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza’. Mas, uma ‘falha (*rift*) irreparável’ surgiu nesse metabolismo em decorrência das relações de produção capitalista e da separação antagonista entre cidade e campo. Daí ser necessário, na sociedade de produtores associados ‘governar o metabolismo humano com a natureza de modo racional’, que excede completamente as capacitações da sociedade burguesa. (FOSTER, 2011, p. 201)

IV – A Interdisciplinaridade

D’Ambrosio (1997) afirma que o pensar através de disciplinas, de forma fragmentária, através da divisão entre campos específicos de saber, é resultado do método proposto por Descartes e que esta forma de pensar penetrou profundamente nos campos de reflexão. Contudo, esta divisão retira das ciências a capacidade de uma visão ampla e global, deixa-se de se apreender as influências mútuas entre os diversos fatores que agem em um fenômeno.

Nesse curtíssimo espaço de tempo, a espécie acumulou enormes conhecimentos sobre os fatos da realidade, adquirindo uma notável capacidade de ação. No quase instante de nossa existência, cada um de nós pode dominar esses conhecimentos. Vê-se acelerar o ritmo de crescimento dessas capacidades. Mas à medida que nos aprofundamos nas minúcias e detalhes associados a disciplinas, subdisciplinas e especialidades, cresce o perigo de se chegar à autodestruição. Tanto poder concentrado em cada um de nós pode definir um paraíso ou um inferno na nossa efêmera existência. A ameaça associada a uma aparente irreversibilidade do processo é compensada por uma tomada de consciência da fragilidade desse estilo de aquisição de conhecimento e de desenvolvimento de capacidades. A própria evolução do modelo ameaçador nos revela as suas inadequações, as suas distorções, a impossibilidade de uma visão global e holística do homem como um integrante, diferenciado, da totalidade cósmica. (D'AMBROSIO, 1997, p. 82).

Herculano (2000a) afirma que a busca por uma síntese nas ciências, que aparece ora como convergência ora como cooperação, ocorre principalmente a partir dos anos 80 com o debate sobre a pós-modernidade e o surgimento de um novo tema, qual seja a crise dos paradigmas. O surgimento dessa 'nova realidade' original e intensa em seu processo de mudança fez com que os modelos explicativos tradicionais e suas premissas não dessem conta de explicar uma realidade complexa.

Esta autora ainda aponta que a questão ambiental vem aparecendo enquanto um novo campo, complexo, que requer encontro e cooperação entre os diferentes saberes que lhe dizem respeito. A necessidade de uma 'nova' forma de conhecimento que dê conta desse novo campo no Brasil inspirou a criação de programas de pós-graduação interdisciplinares que buscam integrar os diferentes saberes relacionados ao meio ambiente.

Neste sentido D'Ambrosio (1997) afirma que

A visão do *holos* torna-se difícil, senão impossível. A busca de sobrevivência, que é holística na sua essência, tem conduzido a tentativas de reunir o que foi fragmentado no esquema das disciplinas, através de iniciativas multi e interdisciplinares. Refiro-me a todo um conjunto de comportamentos individuais e sociais que agora vai encontrando espaço na academia (p. 77).

Aponta Herculano (2000a) que de acordo com Naomar de Almeida Filho (HERCULANO, 2000a), existiriam seis formas de construção desta coexistência e cooperação: a multidisciplinaridade, a pluridisciplinaridade, a metadisciplinaridade, a interdisciplinaridade auxiliar, a interdisciplinaridade, e a transdisciplinaridade.

Já Silva (2000) irá enumerar quatro formas centrais de conhecimento, o unidisciplinar, o multidisciplinar, o interdisciplinar e o transdisciplinar. O conhecimento unidisciplinar pode ser caracterizado pela observação do objeto por apenas um universo

disciplinar, tem-se, assim, uma única dimensão da realidade e um único domínio linguístico. Entende o autor por domínio linguístico “um espaço não material de representação da realidade, no qual os praticantes desse domínio não possuem dificuldades de entendimento ao utilizarem determinadas palavras e seus respectivos conceitos” (SILVA, 2000, p. 79).

No multidisciplinar o objeto é observado por vários universos disciplinares, contudo cada dimensão permanece com seu domínio linguístico, estes domínios são justapostos pela ação de um coordenador. “Não há cooperação entre as disciplinas, mas há coordenação” (SILVA, 2000, p. 76).

O modelo interdisciplinar tem duas categorias centrais: a de coordenação solidária e de relações e de parcerias entre as variadas formas de perceber a realidade pautada pelas disciplinas utilizadas no processo. A leitura da realidade continua disciplinar e unidimensional. O maior esforço para congregar ocorre sobre as subjetividades dos envolvidos e não sobre o objeto, ou seja, forma-se um sujeito interdisciplinar. Assim, o objetivo desse modelo estaria no resgate da unicidade do conhecimento. A situação de observação é igual a do plano multi, contudo há integração entre os domínios linguísticos das disciplinas. Isto ocorre devido a uma temática comum a todas as disciplinas utilizada para se observar o objeto. Existe aqui cooperação e coordenação.

No modelo transdisciplinar a mudança substancial é a construção de um único domínio linguístico, que é alcançado devido a “definição de zonas de não resistência epistêmica, com a qual se faz, então, a observação do objeto” (SILVA, 2000, p. 76). O objetivo é refletir a multidimensionalidade da realidade. Aqui é imprescindível que haja cooperação e coordenação, todavia o objetivo é transcender as próprias disciplinas.

Silva (2000) adota dois paradigmas de base para conceituar a transdisciplinaridade, o de complexidade conforme Edgar Morin e o de autopoiesis formulado por Maturana e Varela. Esclarece que o tipo de saber mobilizado é o saber quântico, ou seja, “um saber marcado pela dialógica da pertinência difusa simultânea, base do raciocínio transdisciplinar, que permite compreender a realidade de um objeto possuindo dois comportamentos lógicos distintos” (p. 79). O saber quântico possibilita atravessar e comunicar-se, sem entrar em contradição com os saberes religioso, filosófico, popular e científico.

Três idéias-chaves norteiam o entendimento do paradigma transdisciplinar, a multidimensionalidade do objeto, a multireferencialidade do sujeito e a verticalidade do acesamento cognitivo. O primeiro aspecto faz referência às múltiplas dimensões de realidade para se compreender um objeto, sendo que essas diversas dimensões são erigidas pelas representações de cada universo disciplinar. O segundo aspecto expõe diversos patamares de percepção e ao histórico de referência do pesquisador. O último refere-se a “um espaço vertical dentro do qual estão dispostas as diversas zonas dimensionais de realidades e percepções, para as quais o transitar cognitivo do sujeito dá-se sem resistência epistêmica, conceitual e linguística” (SILVA, 2000, p. 81).

O paradigma transdisciplinar traz algumas implicações epistêmicas podendo aqui citar: o sujeito transdisciplinar e o objeto transdisciplinar. O sujeito transdisciplinar possui duas características, identificar seu domínio dentro de uma disciplina e construir sua inserção no espaço de não resistência, conseguindo transitar pelas demais disciplinas. O objeto transdisciplinar é construído através do entendimento da “natureza ontológica e complexa da realidade e que não é possível de ser captada de forma unidimensional e unireferencial” (SILVA, 2000, p. 84).

No que se refere à perspectiva metodológica o primeiro aspecto a ser considerado é que o ponto de partida deixa de ser o racional e passa a ser o emocional e a capacidade de emocionar o outro e a si mesmo. Esta substituição deve-se ao fato de que, ao se iniciar pela emoção, esta pode ser assumida como um recurso cognitivo para a formação de um “conhecimento comprometido com o *reigare* do homem com sua humanização” (SILVA, 2000, p. 88).

O uso da emoção enquanto ponto inicial possibilita o *reigare* das pessoas com o ambiente de forma a leva-las a se apreenderem como parte do ambiente e do ambiente como parte delas. Afirma o autor que o resultado da disjunção entre ambiente e homem é a degradação.

O objeto da interdisciplinaridade é o complexo. E o complexo, segundo o paradigma da complexidade proposto por Morin, pressupõe a ‘complexificação’ do raciocínio do observador que observa, capacitando-o a apreender a complexidade da realidade a ser observada. Este é o par de contraditório no qual se debate o discurso interdisciplinar: a ‘complexificação’ dos instrumentos utilizados pelo pesquisador e a própria complexidade da realidade ontológica. O autor não vê como resolver esta contradição dentro de uma lógica de raciocínio binária, que é a base de nossas ciências, mesmo as sistêmicas, bem como das culturas de nossas instituições. Daí a necessidade de uma dialógica ternária, de pertinência

difusa e simultânea, multidimensional e multireferencial, como proposto pelo paradigma da transdisciplinaridade (SILVA, 2000, p. 93).

V – Conclusões

Através do exposto, buscou-se traçar alguns apontamentos iniciais para a compreensão sobre ambiente e sociedade. Inicialmente, utilizando o referencial de Dunlap e Catton (1994, 1979, 1978), elucidamos que a forma tradicional de relação estabelecida entre sociedade e meio ambiente na sociologia ainda se mostra insuficiente para a abordagem de questões mais complexas. Assim, faz-se mister a busca de um novo paradigma, o NEP – ‘New Environmental Paradigm’-, que visa reintegrar homem e natureza.

Após, procurou-se demonstrar como alguns autores vêm utilizando a obra ou alguns conceitos desenvolvidos por Marx para trabalhar a relação entre sociedade e ambiente. Foster (2011), em especial, busca através da análise da obra marxiana demonstrar como a relação sociedade ambiente e homem ambiente esteve presente no pensamento deste autor.

Ao final abordou-se como a interdisciplinaridade e, principalmente, a transdisciplinaridade, desenvolvida por Silva (2000), buscam desenvolver uma nova forma de saber que repense a relação homem-natureza, através de novas propostas metodológicas possíveis.

VI - Bibliografia:

D'AMBROSIO, U. **Transdisciplinaridade**. São Paulo: Palas Athena, 1997.

DUNLAP, R. E.; CATTON, W. R. Jr. Struggling with human exemptionalism: the rise, decline and revitalization of environmental sociology. **The American Sociologist**, vol. 25, n. 1, Natural Resources and the Environment and Sociology, Spring, 1994, pp. 5-30. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27698675>. Acessado em: 10/05/2012.

_____. Environmental Sociology. **Annual Review of Sociology**, vol. 5, 1979, pp. 243-273. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2945955>. Acessado em: 10/05/2012.

_____. Paradigms, theories, and the primacy of the Hep-Nep distinction. **The American Sociologist**, vol. 13, n. 4, nov. 1978, pp. 256-259. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27702343>. Acessado em: 10/05/2012.

_____. Environmental Sociology: a new paradigm. **The American Sociologist**, vol. 13, n. 1, feb. 1978, pp. 41-49. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27702311>. Acessado em : 10/05/2012.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HERCULANO, S. Elementos para um debate sobre a interdisciplinaridade. In: S. HERCULANO (org.), **Meio Ambiente: questões conceituais**. Niterói: PGCA-Riocor, 2000a, pp. 177/212.

HERCULANO, S. Sociologia Ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetos. **Revista Mundo e Vida: alternativas em estudos ambientais**, ano I, nº 1, UFF/PGCA-Riocor, 2000b, pp. 45/63.

O'CONNOR, J. Las dos contradicciones del capitalismo. **Ecología Política**, n. 3, 1992, pp. 111-112. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20742702>. Acessado em: 05/06/2012.

O'CONNOR, J. Las condiciones de produccion: por un marxismo ecológico, una introduccion teorica. **Ecología Política**, 1, 1991, pp. 113-130.

SILVA, D.J. O paradigma transdisciplinar: uma perspectiva metodológica para a pesquisa ambiental. In: PHILIPPI Jr., A *et all.* **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus editora, 2000, pp. 71 – 94.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES

Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

**MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA, RESILIÊNCIA E CRIANÇAS:
NARRATIVAS EM ASSENTAMENTOS URBANOS NA PERIFERIA
DE NATAL-RN**

Thiago Matias de Sousa Araújo

Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN e

bacharel em direito pela UFRN

<http://lattes.cnpq.br/3562022071007654>

sousaaraujo@hotmail.com

Blenda Carine Dantas de Medeiros

Graduanda em Psicologia pela UFRN

<http://lattes.cnpq.br/6246411297862967>

blenda_carine@hotmail.com

Orientador: Marlos Alves Bezerra

Professor adjunto do Departamento de Psicologia da UFRN, Mestre e Doutor em

Ciências Sociais pela UFRN

<http://lattes.cnpq.br/4923847817582059>

marlosdoc@yahoo.com.br

Resumo:

Localizado no bairro do Guarapes, Zona oeste da cidade de Natal-RN, existe um assentamento urbano, denominado Anatólia de Souza Alves. Em situação semelhante a tantos outros assentamentos urbanos das periferias do país, as violações de direitos humanos e a vulnerabilidade da população que ali reside, sobretudo nas crianças, aflora nas diversas expressões da comunidade. O presente estudo dialoga acerca das ações de

um Programa de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, denominado Germinal, no intuito de potencializar as ações sociais e culturais já existentes no bairro, em diálogo com seus sujeitos com vistas ao desenvolvimento comunitário.

Palavras-chave: resiliência, infância, desenvolvimento comunitário.

Abstract:

Located in the neighborhood of Guarapes, Zone west of the city of Natal, RN, is an urban settlement called Anatália Alves de Souza. In a similar situation to many other urban settlements in the peripheries of the country, the human rights violations and the vulnerability of the population that resides there, especially in children, arises in the different expressions of the community. This study dialogues about the actions of an Outreach Program of the Federal University of Rio Grande do Norte, called Germinal, in order to enhance the social and cultural actions existing in the neighborhood, in dialogue with their subjects with a view to community development.

Key words: resilience, childhood, community development.

INTRODUÇÃO

O assentamento urbano Anatália de Souza Alves, localizado no bairro do Guarapes, Zona oeste da cidade de Natal-RN, apresenta um contexto de vulnerabilidade social e situação de risco, num processo perverso de coerência com o bairro onde se situa. O bairro Guarapes é considerado um dos lugares de maior risco social da cidade do Natal-RN, persistindo no imaginário social natalense a representação de que se trata de *um lugar de marginais perigosos que nada querem na vida a não ser matar e roubar* (Germinal, 2011). Essa referência é atribuída indistintamente a todos os moradores do bairro, afetando seu acesso ao trabalho, à educação, às instituições diversas e aos espaços públicos da cidade.

O assentamento possui este nome em homenagem à potiguar Anatália de Souza Alves, uma das vítimas da repressão política ocorrida no período da Ditadura Militar no Brasil, que compõe a lista de potiguares mortos e desaparecidos políticos desta época. Anatália de Souza Alves faz parte dos militantes potiguares que se opuseram ao regime

militar e lutaram por um modelo político comprometido com a resolução dos problemas sociais (Capistrano, 2010).

A ocupação no espaço onde hoje é o assentamento Anatólia iniciou-se em julho de 2010. Hoje, passados pouco mais de dois anos, há cerca de 270 famílias vivendo em busca do direito à habitação (Lima, 2011).

Sobre essa temática é fundamental que se afirme que o direito à habitação extrapola a compreensão de se ter um lugar físico para morar, trazendo consigo o conceito de moradia adequada, em que pesam a acessibilidade a equipamentos comunitários, tal e qual escolas, creches, postos de saúde, áreas de lazer, mobilidade urbana, segurança, saneamento adequado, entre outros requisitos. Infelizmente a realidade do bairro do Guarapes se apresenta enquanto violadora da condição humana de ser, ao negar sistematicamente aos moradores daquele lugar esses elementos de dignidade apontados.

Em verdade, os processos de organização do espaço urbano direcionados pelo modo de produção em vigor, se realizam e reproduzem de maneira muito semelhante nos diversos locais historicamente modificados por ele, atestando ser esse o formato da Estrutura e não um problema social possível de ser resolvido mediante aplicação da lei. Por isso mesmo, observando-se estudos anteriores em outras comunidades, o que se constata é apenas mais do mesmo, que

(...) aquilo que parte dos Direitos Humanos, e que está previsto constitucionalmente enquanto direitos fundamentais e sociais, é, em verdade, aquilo o que é dado à imensa maioria da população como objetivo de vida a se alcançar através do mito da meritocracia e esforço pessoal seu, o que, observando-se a realidade, se faz geralmente impossível.

Em outras palavras, as populações que compõem os setores de baixa renda no Brasil, reproduzindo aquilo que é situação estrutural do modo de produção capitalista, passam a vida inteira numa condição de sobrevida, esforçando-se para ganhar dinheiro, em trabalhos, que quando existem, são degradantes à própria vida humana, para garantir aquilo que já lhes era Direito Constitucional, desde 1988, com a nossa Carta Magna, mas que até hoje lhes é negado (Araújo, Bezerra e Valença, 2010).

Ante a essa realidade, realizou-se naquela comunidade um trabalho, enquanto experiência de extensão universitária com vistas ao desenvolvimento comunitário, denominado programa de extensão Germinal - Construção coletiva por um programa de desenvolvimento comunitário sustentável. Este programa envolve professores, profissionais e estudantes de diversas áreas das Ciências Sociais, Humanas e Artes numa perspectiva de trabalho interdisciplinar. O objetivo de tal interdisciplinaridade é o

de potencializar as ações sociais e culturais já existentes no bairro, trabalhando em parceria com atores e moradores locais, para construir coletivamente propostas que se mantenham após o término do programa (Germinal, 2011).

As ações do programa no assentamento são realizadas com dois públicos: mulheres e crianças, sendo desenvolvidas pelo eixo Saúde-Mulheres, envolvendo os dois tipos de oficinas descritos a seguir. A oficina denominada “Mulheres em Alerta – por uma cultura política” tem como foco a discussão, com jovens mulheres do bairro, de temáticas sobre saúde numa concepção ampliada e que tenham implicações no cotidiano de vida das participantes, como maternidade, planejamento familiar, a mulher no mercado de trabalho e sua inserção na cultura e na política (Germinal, 2011).

Já a “Oficina de Ações Juvenis e Resistências pela Saúde Social” são voltadas para a formação de jovens multiplicadores na área de saúde, orientando-se o trabalho para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento aos processos de vulnerabilidade física, psicológica e social, abrangendo a violência, a drogadição e a sexualidade (Germinal, 2011).

O trabalho em questão trata das atividades com o público infanto-juvenil do assentamento, tendo sido realizado um primeiro encontro com aproximadamente vinte crianças e adolescentes, de idades entre três e treze anos. Para tal atividade, houve planejamento e participação de estudantes dos cursos de Psicologia, Direito e Comunicação Social, sob supervisão e orientação de um professor do curso de Psicologia.

Para proceder com este estudo e por uma questão educativa, optou-se, antes mesmo da descrição dos processos dialógicos vivenciados na experiência de extensão, pelo embasamento teórico dos processos de socialização vivenciados na infância e pela observância da questão da resiliência envolvida, na certeza de que, após a devida apropriação desses elementos, faz-se possível um melhor estudo do que a prática oferece.

OS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO NA INFÂNCIA

Neste sentido, Sarmiento (2005) concebe a infância enquanto uma categoria social do tipo geracional por meio da qual se manifestam possibilidades e

constrangimentos da estrutura social, sendo essencial o exercício de reflexão sobre esse conhecimento, não apenas para a infância, mas sobre o conjunto da sociedade considerado de forma integral. Os primeiros trabalhos sociológicos que apresentam a infância e suas interações sociais enquanto tema de estudo e reflexão surgiram por volta dos anos 1920, havendo um considerável período de ausência de trabalhos sobre a infância na sociologia, período em que os psicólogos do desenvolvimento e os trabalhadores sociais se apropriaram mais desse campo (Montandon, 2001).

Corsaro (2011), ao discutir por que as crianças foram ignoradas por tanto tempo pela sociologia, acrescenta que elas foram também marginalizadas, tendo em vista que se adota muito frequentemente uma lógica adultocêntrica, de subordinação das crianças na sociedade, o que acaba por refletir nas concepções teóricas da infância e de socialização. Este autor aponta ainda, que os desejos e necessidades das crianças são muitas vezes considerados problemas sociais e preocupações para os adultos, que as empurram para as margens da estrutura social, tendendo para uma responsabilização da criança por tais problemas e pelas situações de complexidade da sua vida. Colocam-nas, ao mesmo tempo, como potencial e como ameaça para as sociedades atuais e futuras.

A partir da década de 1980, os estudos sobre crianças tornaram-se novamente emergentes na sociologia, com outras reflexões e teorias sobre a infância. Houve um movimento dos pesquisadores da sociologia da infância de buscar romper com as abordagens clássicas, tratando as crianças enquanto sujeitos do processo de socialização e não mais como objetos da socialização dos adultos (Montandon, 2001).

Émile Durkheim (1922, 1950, citado em Grigorowitschs, 2008), um entre os primeiros pesquisadores da sociologia a abordar o conceito de socialização, concebe a criança em processo de integração passiva em sociedade ao considerar o desenvolvimento conduzido pelos adultos, indivíduos já socializados. Estes integrariam à sociedade os demais – as crianças – por meio dos saberes e das normas sociais vigentes, mantendo a coesão e a ordem social.

Essa visão da criança enquanto ser passivo a ser modificado pelo adulto condiz com um olhar prospectivo sobre a infância, admitindo as crianças enquanto futuros adultos com um lugar na ordem social, sendo ignorada sua vida atual e suas necessidades e desejos enquanto crianças.

Segundo a teoria de Vygotsky, o desenvolvimento individual deve ser compreendido em seu contexto social, cultural e histórico, dentro do qual os esforços

individuais não se dão isolados dos tipos de atividades e de instituições em que o sujeito se insere (Rogoff, 2005). Assim, o sujeito ao longo de toda sua vida se utiliza de instrumentos culturais como mediadores dos processos sociais e, portanto, mediadores da aprendizagem de atividades e comportamentos relacionados a cada instrumento.

Essa aprendizagem, para Vygotsky, não se dá de forma passiva; as interações com parceiros mais habilidosos na zona de desenvolvimento proximal permite que as crianças participem de atividades que não seriam capazes de realizar sozinhas, ao se utilizarem de instrumentos culturais. Elas próprias transformam esses instrumentos de acordo com sua intencionalidade, tornando-se capazes de desenvolver processos mais complexos de pensamento, agora de forma independente.

Grigorowitschs (2008) aponta que os adultos que são referências para as crianças contribuem na formação de suas identidades, tendo em vista que alguns aspectos do mundo social apresentados são “filtrados por e para elas”, em um interagir em que as crianças – e os adultos também – se socializam; ou seja, trabalham as realidades interna e externa, modelando seu próprio “self”.

O desenvolvimento cognitivo das crianças é, portanto, um processo cooperativo em que elas aprendem através da interação social. De acordo com Papalia, Olds e Feldman (2006), a perspectiva contextual de Vygotsky traz grande contribuição sobre o componente social do desenvolvimento, ao propor que é preciso olhar para os processos sociais de onde surge o pensamento de uma criança para que se possa compreender seu desenvolvimento cognitivo diretamente relacionado ao complexo social, cultural e histórico do qual a criança faz parte.

Em acordo com isso, dentro da perspectiva sociocultural que Barbara Rogoff (2005) defende, os processos individuais e culturais se constituem mutuamente, sendo o desenvolvimento individual um processo gradual que ocorre na medida em que as pessoas participam e contribuem para atividades socioculturais de suas comunidades.

Retomando as novas perspectivas de se abordar e conceituar a socialização na infância, Grigorowitschs (2008) apresenta as concepções de socialização de Simmel e Mead em que a infância é um período específico dos processos de socialização, de interações específicas nas quais as crianças constroem “seus *selves* individuais” e da sociedade e cultura em que estão inseridas ao desempenharem papéis ativos na mesma. A mesma autora atribui a especificidade desses processos no fato de as crianças participarem de uma série de interações sociais que variam cultural e historicamente,

mas que ocorrem “apenas” na infância; dentre elas, têm-se as relações nas escolas e na esfera familiar.

Simmel (1908, citado em Grigorowitschs, 2008) passa a considerar a autonomia individual enquanto um valor cultural, e as crianças enquanto atores sociais. Desenvolve o conceito de socialização considerando qualquer forma de interação entre seres humanos como formas de socialização, o que significa dizer que em todos os contatos sociais – que são processos móveis e dinâmicos – acontece a socialização, a qual implica transformações a níveis estruturais e individuais.

A REALIDADE VIVENCIADA E A RESILIÊNCIA

A violência e suas consequências para o desenvolvimento dos sujeitos que a vivenciam apresenta certo grau de complexidade tendo em vista que decorre de uma série de fatores socioeconômicos, políticos e culturais integrados e articulados, podendo variar de acordo com os grupos sociais que atinge e as especificidades de onde se encontram (Assis, Avanci, Santos, Malaquias, e Oliveira, 2009).

As percepções dos sujeitos que sofrem ou praticam violência também são consideradas quando se busca compreender o processo que envolve a violência e seus efeitos, seja sobre si mesmos e os demais envolvidos, seja quanto à conjuntura social em que se encontram. Assim, a violência é encarada, algumas vezes, como parte da natureza do ser humano, em geral associada a um perfil específico, qual seja o jovem negro e pobre.

Crianças e adolescentes tornam-se potencialmente vulneráveis a eventos estressores quando expostos a fatores e situações consideradas de risco, como aponta Sapienza e Pedromonico (2005): “minorias sociais, desemprego, pobreza, dificuldade de acesso à saúde e educação”, “desvantagens socioeconômicas cujas mães sejam também jovens, solteiras e pobres ou que tenham vindo de famílias desorganizadas”. Assim, podem ter seu desenvolvimento cognitivo e psicossocial afetado por estes e outros fatores de risco.

Ribeiro e Sani (2009), ao escreverem sobre fatores de risco e de proteção, sintetizam tais fatores, separando-os em quatro categorias: individuais, familiares, escola/de pares, e comunitários. A partir de uma pesquisa bibliográfica (Gonçalves,

2003; Lipsey e Derzon, 1998; Resnick et. al., 2004, citados por Dahlberg et. al. 2005; Thomton, Craft, Dahlberg, Lynch e Baer, 2001; Douglas e Skeem, 2005; Williams, Rivera, Neighbours e Reznik, 2007, citados em Ribeiro e Sani, 2009), estas autoras elencaram os fatores de risco e de proteção que afetam o desenvolvimento e o comportamento de crianças e adolescentes, conforme quadros a seguir¹:

¹ Ambos os quadros foram retirados na íntegra do artigo Ribeiro, Maria da Conceição Osório; Sani, Ana Isabel. Risco, proteção e resiliência em situações de violência. Revista da Faculdade de Ciências da Saúde. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. ISSN 1646-0480.6 (2009) 400-407.

Tabela 1. Sumário de alguns dos factores de risco conhecidos no âmbito da violência

FACTORES DE RISCO	
Individuais	<p>História de vitimização ou envolvimento com a violência; Défice de atenção, hiperactividade ou problemas de aprendizagem; Disfunções no Sistema Nervoso Central; Desordem de conduta; História de comportamento agressivo precoce; Envolvimento com drogas, álcool, tabaco; Baixo Quociente Intelectual; Controlo comportamental pobre; Défices ao nível das competências sócio-cognitivas ou de processamento da informação; Crenças e atitudes anti-sociais; Elevado stress emocional; Exposição a violência e conflito na família.</p>
Familiares	<p>Retaguarda familiar autoritária; Práticas disciplinares rígidas, desleixadas ou inconsistentes; Baixo envolvimento parental; Baixa vinculação emocional aos pais ou cuidadores; Baixos rendimento e nível de educação parental; Criminalidade ou abuso de substâncias parental; Funcionamento familiar pobre; Monitorização ou supervisão familiar pobre.</p>
Escolares/de pares	<p>Associação com pares delinquentes; Envolvimento com gangs; Rejeição social pelos pares; Falta de envolvimento em actividades convencionais; Baixos resultados académicos; Baixo compromisso com a escola e fracasso escolar.</p>
Comunitários	<p>Oportunidades económicas diminutas; Alta concentração de residentes pobres; Elevado nível de transitoriedade; Elevado nível de disrupção familiar; Baixos níveis de participação comunitária; Vizinhanças socialmente desorganizadas.</p>

Tabela 2. Sumário de alguns dos factores protectores conhecidos no âmbito da violência

FACTORES PROTECTORES	
Individuais	Atitude intolerante face à violência; Elevado Quociente Intelectual ou bons resultados escolares; Orientação social positiva; Competências de gestão de stress e regulação emocional; Temperamento resiliente; Percepção do apoio social de adultos e pares; Valorização do envolvimento em actividades religiosas; Saudável sentido de si; Expectativas positivas/optimismo face ao futuro.
Familiares	Ligação a familiares ou adultos fora da família nuclear; Capacidade para discutir os problemas com os pais; Altas expectativas parentais percebidas face ao desempenho escolar; Actividades partilhadas com os pais frequentes; Presença consistente dos pais durante pelo menos um de entre: ao acordar, ao chegar a casa da escola, na refeição da noite e ao deitar; Envolvimento em actividades sociais.
Escolares/de pares	Compromisso com a escola; Boa relação com os pares; Aprovação dos amigos pelos pais; Motivação/atitude positiva face à escola; Escolas de elevada qualidade/regras/ padrões/critérios claros; Envolvimento em actividades sociais.
Comunitários	Coesão social; Expectativas elevadas por parte da comunidade; Comunidades economicamente estáveis; Ambientes promotores de segurança e saúde.

O conceito de resiliência é relativamente novo, apresentando ainda algumas indefinições. No entanto, pode-se afirmar que o indivíduo resiliente é aquele que consegue aproveitar factores de protecção, utilizando-os para enfrentar as adversidades (risco). Além disso, a resiliência pode ser considerada fator de protecção para a adaptação do indivíduo nas situações cotidianas. (Sapienza e Pedromônico, 2005)

Crianças e adolescentes que sofrem violência da família ou de outras pessoas a quem são afetivamente ligadas podem se sentir mais vulneráveis, tornando-se, por sua vez, mais suscetíveis à violência em outros âmbitos sociais (Assis et. al., 2009). O fenómeno da violência, portanto, apresenta diversos desdobramentos aos sujeitos violentados, necessitando-se que intervenções integrais de combate à violência englobem tanto o carácter individual como o sociopolítico. Assim, faz-se necessário um investimento em políticas publicas que visem o respeito aos direitos da criança na realidade social da vida em comunidade (Assis et. al., 2009).

Coimbra e Nascimento (2008) apontam que os jovens mais expostos aos factores de risco já vem se organizando através de diferentes ações, criando e inventando

mecanismos de sobrevivência e de luta, de forma a escapar à lógica traçada para os pobres e marginalizados. Sobre esses movimentos de resistência e sua capacidade protetiva e de resiliência, as autoras ainda afirmam:

“Sem pretender racionalmente fazer revoluções, mudar o presente e preparar o futuro, muitos desses movimentos de resistência, sem dúvida, produzem revoluções moleculares, forjam mudanças micropolíticas em seus atores e nos cenários onde atuam, afirmam e apontam para novos caminhos, criações, invenções. É verdade que foram e continuam sendo ignorados pela história oficial, pelos chamados intelectuais, pelos meios de comunicação. Apesar desse competente apagamento oficial vêm ocorrendo várias e diferentes experiências empreendidas por crianças e jovens em seus cotidianos, que configuram práticas de resistência, expressas através da música, de outras artes, de micro organizações coletivas, de redes de solidariedade. O importante é percebê-las, ver que existem, fortalecê-las, nos aliarmos a elas.” (Coimbra e Nascimento, 2008).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Na perspectiva do desenvolvimento comunitário e do protagonismo dos sujeitos, deve-se considerar como característica própria do ser humano sua busca por ir além, por “ser mais”, como preconiza Paulo Freire. A observação de como se organizam as relações no espaço em questão, para constatar como estes sujeitos são capazes de intervir na realidade, é algo imprescindível ao se trabalhar em vias do desenvolvimento comunitário. O Guarapes é um bairro cujas relações sociais apresentam diversas determinações limitantes, negando-se o direito de “ser mais” a muitos dos que estão imersos nesse contexto.

Assim, torna-se objetivo das ações provocar questionamentos e possibilitar a sistematização de saberes e informações, mantendo o respeito às diferenças e a autonomia desses sujeitos. Enquanto propositores de atividades de extensão, pessoas que vem de um determinado contexto e se inserem em uma realidade totalmente diferente, é importante manter uma postura de respeito e abertura, estimulando a percepção crítica e compreensão do contexto em que estão inseridos (Freire, 1996), desafiando-os a perceber as possibilidades de mudança.

Não a toa, Freire provoca para além da alfabetização, numa preocupação constante com os processos políticos, com a indispensável associação da educação à compreensão e leitura política, esta, vivenciada encarnada no mundo e através da tecnologia humana fundamental, o diálogo. Daí, responsabilizados voluntariamente pela

ação de extensão, em discussão neste estudo, os sujeitos da comunidade acadêmica e os sujeitos da comunidade em diálogo, assentados do Anatólia, imbricam-se na mudança, lendo o mundo, apropriando-se e falando, cientes de que

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também há história (Freire, 1996).

Neste espírito, a primeira oficina objetivou a articulação entre a realidade vivenciada por aquelas crianças e adolescentes, e as possibilidades de saúde ali presentes, de forma a minimizar problemas de saúde tão presentes naquele espaço – realidade observada em visitas anteriores ao acampamento – e diante das escassas condições de tratamento, seja por falta de recursos financeiros para o tratamento, seja pelas condições precárias do sistema de saúde municipal.

Nessa perspectiva, e pensando na possibilidade de realização de uma ação continuada, o conhecimento da realidade local foi reforçado como um dos principais focos da ação. Assim, a oficina foi organizada nas seguintes etapas: apresentação das crianças, em que diziam nome, idade e série escolar; jogo de mímica direcionada para ações de cuidado e o significado de saúde para eles; divisão em grupos para encenação do cotidiano dos participantes; e dinâmica sobre os sonhos dessas crianças, com foco no que gostariam de realizar naquele momento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A perspectiva de saúde que surgiu durante a primeira dinâmica, qual seja o jogo da mímica referenciando à saúde, foi inicialmente voltada para questões básicas relacionadas à saúde, como cuidar da alimentação, processos básicos de higiene (escovar os dentes, tomar banho), e práticas que assinalassem a ausência de doenças, como tomar vacinas. No entanto, no decorrer da dinâmica, foram surgindo questões mais amplas, que atribuíam à saúde não só o bem estar físico, mas o “conseguir ler um livro grande”, ou o fato de que “não precisa a mãe dar [bater], só conversar”.

Diante dessa expectativa de saúde apresentada pelas crianças participantes, foi possível trabalhar a importância dessa saúde que permeia o desenvolvimento não só físico, mas cognitivo e social; e reforçar o cuidado consigo e com o próprio corpo, necessários para permanecerem saudáveis. A ideia do cuidado de si e o cuidado do outro são questões importantes para o desenvolvimento da resiliência, principalmente em ambientes precários do ponto de vista de equipamentos sociais.

As dinâmicas seguintes, quais sejam a encenação da realidade local e a dinâmica dos sonhos, possibilitaram um conhecimento maior da realidade vivenciada pelos participantes. Para a encenação o grupo foi dividido por faixa etária, resultando-se em três grupos, havendo uma facilitadora em cada. Ambas eram estudantes, sendo uma delas graduanda em Direito, e as demais em Psicologia. Cada grupo, após organizar uma cena, apresentou aos demais o que tinha planejado.

O primeiro grupo era composto por crianças entre quatro e seis anos, e uma de nove anos. Eles encenaram atividades rotineiras que realizam, de forma cronológica: tomar banho, escovar os dentes, ir pra escola, almoçar, brincar, assistir televisão, dormir. O grupo seguinte, formado por crianças com idade entre cinco e nove anos e por uma criança de três anos, decidiu apresentar as brincadeiras que mais gostam e as atividades que mais praticam no assentamento. As brincadeiras que eles elencaram como as preferidas foram o “bagunçar”, que se caracteriza por bater nos demais, jogar pedras e afins; o “black”, semelhante ao baseball, mas utilizando um tijolo ou pedra no lugar da bola; e polícia e ladrão.

Já o terceiro grupo, que era formado por crianças entre sete e dez anos, e pelo adolescente de treze anos, trouxe casos emblemáticos de violência que aconteceram no espaço do assentamento. Uma das situações apresentadas envolvia a morte de dois policiais dentro do assentamento, que tinham invadido o espaço em busca de um fugitivo. Sobre este caso, alguns meninos colocaram que gostavam mais do fugitivo que dos policiais, pois ele roubava para distribuir com os assentados. Esta foi a história escolhida pelo grupo para ser apresentada aos demais.

O momento dos sonhos finalizou a intervenção. As crianças eram levadas a imaginar sonhos que elas gostariam de realizar. Ao final, cada uma contou o sonho que teve durante o momento de reflexão. Muitas crianças apresentaram como sonho a garantia de direitos fundamentais, como o direito à moradia, à convivência familiar e à profissionalização. A luta pelo direito à moradia é algo que eles estão vivenciando

diariamente, tendo em vista viverem em casas de lona ou de taipa, onde não há saneamento básico, cuidado com o lixo, onde também outras condições básicas lhes são negadas. A emergência desse sonho se fazia tão forte, que um dos participantes colocou que a casa que ele queria que a mãe recebesse podia ser “em qualquer lugar do Brasil”.

O direito a profissionalização esteve presente nos discursos tanto em termos de acesso a um ensino superior, realidade distante para a maioria dos jovens daquela comunidade, pois implica anteriormente um direito à educação de qualidade; como também surgiu nos sonhos da maioria dos meninos, o de ter uma carreira de jogador de futebol, profissão na qual há relatos frequentes de jovens das periferias ou em precárias condições de vida que ascenderam socioeconomicamente a partir do futebol.

Ao serem questionados sobre os seus sonhos muitas crianças colocavam uma possibilidade de ajudar a mãe. Quando questionados sobre o que fazer com o dinheiro – principalmente nas falas que envolviam carreiras, eles expressavam o desejo de ganhar muito dinheiro –, falavam sobre comprar aparelhos eletrônicos, bens materiais, mas principalmente, de poder dar o dinheiro à mãe. Garantias ainda mais elementares também surgiram nos relatos, como o desejo de que a irmã fosse feliz, e que voltasse a morar com a família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propostas de intervenções participativas e bastante interativas com e entre os participantes busca enfatizar os recursos positivos existentes no bairro, fazendo-os se expressar e contar suas histórias, sua perspectiva da situação em que vive, favorecendo a sistematização das informações para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social, cultural e simbólica. O uso de atividades que envolvam a arte, e que tenham uma base pedagógica e em acordo com a realidade social local, pode sensibilizar os participantes de modo a fortalecer suas habilidades sociais e aprendizado participativo, chegando até ao protagonismo juvenil.

As crianças e adolescentes, ativos no seu processo de socialização, também são considerados sujeitos de direitos, devendo-se valorizar sua fala e sua expressão enquanto ser social em quaisquer espaços em que estejam inseridos. No entanto, a participação infanto-juvenil muitas vezes é desconsiderada em diversas situações,

mesmo quando são o foco da ação. Um exemplo onde esta contradição é recorrente seria a construção de políticas públicas para a infância, para as quais raramente se procura ouvir o público referendado.

Levando-se em conta esta possibilidade de se valorizar a expressão e a fala do público infanto-juvenil, é preciso analisar todos os aspectos envolvidos em ações de intervenção como a que aqui foi proposta. Ao considerar os aspectos da realidade social, econômica e cultural na qual estão imersos os jovens das periferias urbanas, movimentando o seu cotidiano e buscando a reflexão e sistematização dessa realidade vivida, é preciso que haja uma confluência de disciplinas que possam pensar os diversos aspectos envolvidos no cotidiano dessas crianças e jovens moradoras de um assentamento urbano, diante da complexidade desta realidade e das relações aí existentes.

Com isso, o esforço de pensar de modo interdisciplinar se dá no sentido também de desconstruir uma visão homogênea de desenvolvimento. Nessa direção, a resiliência é pensada como uma retomada de certo desenvolvimento que é possível também para a criança que vivencia cotidiano de vulnerabilização social, conforme relatado pelos garotos do assentamento, na atividade realizada. Apesar de apontarem situações de violência, desde a violência entre pares até a violência policial, as crianças que participaram da atividade também conseguiram sistematizar informações de atividades positivas, e protetivas dentro do espaço do assentamento, desde uma brincadeira entre amigos, até momentos de sonhos.

E mesmo em situações consideradas negativas, as crianças do assentamento demonstraram extrair fatores positivos para suas vidas, para além da pobreza e do estigma social que recai sobre elas. A arte e o lazer no bairro, por exemplo, são estratégias que as ajudam a pensar outros caminhos possíveis de desenvolvimentos emocional, social, cognitivo.

Como consequência direta da intervenção está o questionamento do que pode um profissional de psicologia trabalhando com demandas sociais. Nesse sentido, explora-se a recursividade e a tensão entre um saber-fazer e um saber-pensar. Discutem-se também os modos através dos quais se formula e se contratualiza uma demanda de coletivos sociais explicitando-se a natureza político-metodológica dos vínculos construídos entre profissionais e os segmentos da sociedade organizada.

Vale ressaltar ainda que atividades práticas de atuação, que se configuram como a atividade aqui relatada, tornam-se de grande valia para estudantes de graduação em formação fora dos limites da universidade. O que equivale a dizer que nos exigiu concatenar uma “arte de fazer” (conhecimento técnico) a uma “arte de pensar” (Certeau, 1974).

REFERÊNCIAS

- Assis, S. G.; Avanci, J. Q.; Santos, N. C.; Malaquias, J. V.; Oliveira, R. V. C. Violência e representação social na adolescência no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*. Vol. 16, n. 1, p. 43-51. 2004.
- Araújo, T.; Bezerra, H.; Valença, D. Direito a moradia e movimentos sociais: uma experiência do MLB em Natal/RN. *Anais, VI Encontro Anual da ANDHEP - Direitos Humanos, Democracia e Diversidade*. 2010, UnB, Brasília – DF.
- Capistrano, L. F. D. O Golpe Militar no Rio Grande do Norte e os Norte-RioGrandenses morto e desaparecidos: 1969-1973. Natal: Sebo Vermelho, 2010.
- Certeau, M. *A Invenção do Cotidiano*. Vozes, vol. 1 e vol. 2. 1974.
- Corsaro, W.A. *Sociologia da Infância*. Trad. Lia Gabriele Regius Reis. Porto Alegre: Artmed. 2011.
- Freire, P. *Educação e Mudança*. 34 ed. Ver. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- Freire, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- Germinal - Construção coletiva por um programa de desenvolvimento comunitário sustentável. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. 2011.
- Grigorowitschs, T. O conceito “socialização” caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead. *Educ. Soc.*, vol. 29, n. 102, p. 33-54. Campinas. 2008.
- Lima, B. M.. *Direito à moradia e movimento social urbano: o Leningrado e a conquista do território natalense*. XIV Encontro nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, Brasil. 2011.
- Montandon, C. *Sociologia da Infância: Balanço dos Trabalhos em Língua Inglesa*. Trad. Neide Luzia de Rezende. *Cadernos de Pesquisa*, n. 112, p. 33-60. 2001.

- Papalia, D. E.; Olds, S. W.; Feldman, R. D. Desenvolvimento humano. 8ª ed. Porto Alegre: Artmed. 2006.
- Ribeiro, M. C. O.; Sani, A. I. Risco, proteção e resiliência em situações de violência. Revista da Faculdade de Ciências da Saúde. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. 2009.
- Rogoff, B. A natureza cultural do desenvolvimento humano. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed. 2005.
- Sapienza, G.; Pedromônico, M. R. M. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. Psicologia em Estudo, Maringá, v.10, n.2, p. 209-216. 2005.
- Sarmiento, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. Educ. Soc., vol. 26, n. 91, p. 361-378. Campinas. 2005.

O deslocamento forçado de camponeses na Colômbia: germe de construção de movimentos sociais?¹

Phd Guillermo Alejandro D`abbraccio Krentzer

Professor e pesquisador da Universidade Nacional de Colômbia
(Sede Manizales)

email: gadabbracciok@unal.edu.co
guillermodabbraccio@hotmail.com

Apresentação

O trabalho apresentado aqui tem uma história dividida em duas etapas: o primeiro produto da tese de Doutorado em Ciências Sociais que o autor fez interação cotidiana e construção da ordem social com relação a violação dos direitos humanos (FLACSO México em 2006 para 2008) E um segundo, mais recente, que explora o conflito territorial liderada por camponeses em países como Colômbia

Algumas questões iniciais irão apontar o caminho a percorrer? Que tipo de pegadas marcam a história das lutas camponesas da Colômbia para a sua terra? Como são esses atores representados pela beligerância? Como restaurar os fragmentos heterogêneos em uma memória comum? Isso nos levaria para a necessidade urgente de proceder a uma arqueologia do conflito rural latino-americano.

Três principais trabalhos analíticos serão evidenciados neste relatório que condensa a territorialidade camponesa relacionamento e violência. Eles são:

- 1) A percepção da repetição da violência, isto é, violência a camponeses paraguaios e colombianos é de longa data, isto é, que é reiterada em todos os tempos e, portanto, sempre "temos vindo a lutar pelos nossos direitos territoriais"
- 2) Em diferentes tempos históricos os cenários colombianos, há um denominador comum: a desapropriação de terras;
- 3) No caso da Colômbia, há um "confronto de memórias" sharp, ou seja, uma história oficial de transição do campesinato e da memória da guerrilha. A disputa destes dois relatórios conflitantes, ajuda a dispersar os olhos dos residentes urbanos e rurais em diferentes regiões da Colômbia. Em Colômbia, a maior parte da terra foi desnudada por paramilitares em conluio com associações como Fedegan Federation (agricultores) Os diferentes governos e líderes políticos regionais.

¹ Tradução: Christinne Marcos, educador e Pós-Graduação da Universidade Federal da Amazônia. Eu aprecio o seu tipo e apoio neste árduo processo de tradução do espanhol para o Português

Metodologia

A metodologia deste trabalho ao longo dos últimos anos tem entrevistas com líderes camponeses, revisões de registros históricos e guia de observação participante no trabalho de campo.

Existem muitas fontes que alimentam esta pesquisa. Primeiro, um campo de cinco meses no centro e norte do Valle del Cauca. Segunda, 35 entrevistas em profundidade com pessoas vivendo com guerrilheiros, paramilitares e traficantes de drogas, bem como funcionários do Estado. Terceiras bases de dados de imprensa nacional e regional. A chave então era comumente apostar em um acompanhamento sistemático e organizado através de um diário de campo que cobre 120 dias (4 meses), tentando sentir o nível de detalhe ponderada exigindo descrições. O processo é sistematizado a partir de guias de observação.

O desafio, então, foi para ter acesso ao mundo social de nossos sujeitos observados (ou seja, estruturas de sentido), para que pudéssemos conversar com eles, procurando desvendar e interpretar, no melhor sentido geertziano-símbolos, conceitos, formas, esta é alguns quadros significado da interação dos guerreiros. A rota escolhida teve como objetivo aprofundar o fenômeno, mas não necessariamente generalizar.

A relevância e sensibilidade dos dados coletados dependiam de uma preparação cuidadosa, detalhada e organizada do trabalho de campo, bem como instrumentos para observar o colombiano social complexo e delinear os parâmetros que explicam as interações observadas. A fim de maximizar a saída do campo, tentando visualizar todas as possíveis situações que poderiam surgir durante a viagem, tais como ataques de guerrilha, placa de ação comunitária reuniões promovidas pela guerrilha em si, e as festas suntuosas narcos los zona.

As perguntas iniciais, hipóteses e objetivos.

Quando eu começar este longo processo, a partir perguntas que cruzaram o trabalho foram:

- 1) Em que sentido poderia continuar a falar sobre a vida cotidiana, quando essa regularidade suposto, a normalidade, a ordem, a continuidade, a naturalidade, etc, e da violência, ao contrário?
- 2) Como é a aceitação da violência como parte da "ordem" diariamente, para ver e interagir com o mundo?
- 3) Como você constrói a percepção social (representação social) do outro como um inimigo ou alguém / algo que pode ser tratada apenas em termos instrumentais?
- 4) Como é que o conflito em que os moradores dizem (fala) e fazer (as práticas sociais), quando confrontado com os guerrilheiros, paramilitares ou representantes do Estado?

Por conseguinte, as três hipóteses foram derivados fortes do estudo:

- 1) A violência é um meio de socialização e formação de relações e ordens sociais de Vallecaucanos, então isso permite a regularidade de sua normalização no mundo de suas vidas diárias.

2) A memória da violência e da guerra corais-configurados caminhos residentes biográficos, operando na formação de seus ativos de conhecimento.

3) As pessoas fazem as suas tarefas diárias no mundo exterior, de acordo com a ordem social que constroem e regular os grupos armados, através de estratégias de "prescrição" transmitido geracionalmente, como um "patrimônio social".

Desenvolvimento

Sobre a violência

Há argumentos perigosos que definem a violência como um fenômeno fora pessoas que lhes são impostas e determina suas ações inevitavelmente. Tais argumentos apoiam a imanência da violência na natureza humana, que o homem seria condenado à contradição de ser violento, tendo de ficar horrorizado com isso.

Nessa lógica reducionista argumentativo, várias abordagens têm ou compreender a violência não apenas como uma ação possível realizar em situações específicas, mas como uma característica permanente de certas pessoas, uma "coisa" que alguém possui e que é incapaz de livrar, uma personalidade que permanece entrincheirado prestação extremo, o que sugere que o "violencialidade" não é uma dimensão de uma ação, mas certos tipos de assuntos. Ao localizar as causas da violência em um arranjo doméstico alegada desvia a atenção dos contextos sociais, históricos e culturais em que essas ações acontecem e fazem sentido. A retórica de rotular alguém como lugares violentos em algumas explicações individuais temas de violência, o que contribui para o enfraquecimento da situação factual de outra ordem de explicação, por exemplo, aqueles que se referem a social, político e / ou econômico.

É através da retórica similar informando que sociedades violentas. Explicações também são variadas: pode ser o produto de uma natureza do ser humano e da ordem social que ela implica, ou pode ser um sinal de falta de civilidade na cultura política, bons governantes, polarizações ideológicas ou escassez recursos ou social injustiças na redistribuição da riqueza.

Desde que "o olhar particular, mas limitado", "violencialidade" não seria um princípio de certos indivíduos, mas de certas sociedades. A capacidade de ser violento seria comum aos seres humanos alguns dos que alegada natureza que temos de aprender esse tipo de comportamento em determinadas condições sociais. Neste retórica, a sociedade aparece como um espaço de "fora" do âmbito de atores sociais que nós aparecem mais como vítimas de um sistema que invade e determina, despertar instintos sobre o qual não poderíamos entregar.

Após ambas as explicações (essencialmente reducionista), os seres humanos têm pensado nos condenados a pelo menos "violencialidade", ou seja, um seres dinâmicos violentos sujeitos a leis naturais, fora de nós. Uma dinâmica que não podia mudar, nós determinamos que não possa esperar para influenciá-lo.

Para "compreender" e "explicar" a violência, no entanto, situar a análise em uma perspectiva crítica para entender a realidade e as categorias teóricas que usamos para explicar como produções humanas. Partiu-se para argumentos da psicologia (o que não é o nosso caso), parece que existem pessoas violentas. Mas esse caminho não poderia nos oferecer uma visão ampla, mas "reduzir" a principal causa ou causas da violência como uma característica relativamente permanente que caracteriza alguns "tipos" de pessoas e tornando-as, sob certas condições, "colocar violento".

Neste estudo, no entanto, vou começar a partir de uma margem oposta, olhando bem para não cair na armadilha de tal reducionismo: considere relevante, então, assumir o caráter social da violência, o que significa longe dos argumentos que apontam causas e psicológicos efeitos da violência em sujeitos individuais. Os colombianos não são "violentos" ou susceptível de ser violentos, por isso é necessário abandonar a análise da violência na Colômbia, como se fosse um fenômeno natural, que é, negando que os colombianos "são violentos por natureza", como sentidos certos, frase comum quer generalizar, refletindo o pessimismo que permeia muitos. Nós acreditamos que a violência foi então produzida em um contexto histórico e cultural específico

Parece-nos importante enfatizar a idéia da violência como um ato humano que implica uma relação de poder e, portanto, pertence à esfera política das relações humanas, e não fenômenos naturais inerentes ao processo de vida. Portanto, sempre envolve significado violência (s). A segunda ideia a reter, refere-se ao presente elemento comum em violência múltipla, talvez eu possa ser denominado como a destruição, não só de mercadorias e corpos, mas também a destruição da identidade própria, e o conjunto de relações sociais a que o indivíduo pertence. É nestes dois conceitos-relação de poder e de destruição, onde podemos encontrar a análise conjunta da violência, que também exibe uma. Relacional e específico no tempo e no espaço

Isso nos leva a nos perguntar como podemos compreender a realidade violenta de uma sociedade como a Colômbia? Primeiro de tudo, discutindo a violência, óbvio desnaturação, questionando a premissa fraca que a "natureza humana" de colombianos tem a característica de ser violento. Guthman seguinte (1991), a sabedoria convencional sobre a realidade da violência fragmentada naturalizam, ao tentar classificar e priorizar a violência múltipla. Eles, assim, uma operação ideológica, que esconde as razões e a dinâmica do surgimento do fenômeno.

Pelo contrário, mais uma vez, aqui neste estudo compreender o fenômeno da violência como um todo resultante de práticas históricas e sociais que geram conflitos, que, do ponto de vista político, implicam que a violência decorre de relações de poder e articula-se com certas práticas sociais, que têm um conteúdo histórico e interagir com os processos locais e mecanismos mais amplos e globais como o tráfico de drogas.

Colômbia, um mundo incerto e frágil social: Grupos armados e dinâmicas territoriais

Esta seção irá apresentar, em primeiro lugar, uma abordagem histórico-político breve nos três grupos armados ilegais (FARC, a AUC eo cartel Norte del Valle), por um lado e, por outro, uma referência especificamente destinado a expor a responsabilidade criação de Estado colombiano histórico e consolidação de grupos paramilitares e esquadrões da morte, que sinistramente "suportados" o exército colombiano e da polícia na "guerra suja" das últimas três décadas, como um "contra-insurgência" política desprovida de regras e respeito pelos direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário.

Esta, é, a responsabilidade da Colômbia, é particularmente relevante ao fazer referência à tortura, execuções, desaparecimentos, extrassumarias estupro de Habeas Corpus, a fixação de prazos longos de "estado de sítio" (especialmente na década de oitenta) e, como se isso não fosse suficiente, a formação de uma "cruzada" novo anti-insurgência, liderada pelo atual presidente, Alvaro Uribe Velez, através da implementação do polêmico Act "Justiça e Paz". Finalmente, visualiza as relações entre os traficantes de drogas e paramilitares cúmplices (cartazes) e da Colômbia (e, portanto, a relação triangular Estado-stop de drogas).

As FARC ou a persistência da guerra de guerrilha surgida em 1964, os guerrilheiros das Farc são atualmente o mais antigo e maior do hemisfério ocidental, com mais de 15.000 homens

experientes nas montanhas e selvas da Colômbia. Aqui devemos rever os mitos fundadores das Farc e o surgimento das lutas agrárias.

Em 27 de maio de 1964 ocorre um posto militar, batizada de "Operação Marquetalia", cujo objetivo era recuperar para uma região remota da Colômbia entre o sul de Tolima e Huila norte chamada Marquetalia. Para o estabelecimento militar, a região foi "o último bastião" de violência e banditismo na década de cinquenta tivemos de matar, os chamados "repúblicas independentes" (pequenas cabanas de camponeses liberais e comunistas que existiam para além do domínio do Estado). Esta visão contrasta, é claro, com o qual os camponeses tinham de si mesmos como guerrilheiros refugiados Rojas Pinilla desmobilizados governo, agora empenhados em tarefas comunitárias pacíficas. "De seus olhares afiados, Sanchez e Sanchez (2004) considerou que a operação ", apresentado pelo Exército como uma intervenção de um civil-militar foi denunciado pelo núcleo do camponês auto-defesa como agressão puramente militar". O Exército assumiu o controle da região, enquanto 48 agricultores foram capazes de resistir e escapar do cerco militar.

A "partida precipitada de 48 homens e suas famílias, liderados por Manuel Marulanda Vélez, conhecido como Tirofijo ", foi em junho de 1964. Sua geografia marchas muito tempo não se importava com o resto do país e sua consolidação em regiões de colonização provocou um fenômeno enquanto combatentes insurgentes ultrapassou 15.000. Neste processo, há toda uma história longa de sobrevivência, apesar da pressão da doutrina do inimigo interno que reproduziu toda a América Latina. Para Salazar e Castillo (2001: 52-53):

"Que os homens com 48 famílias que fugiram do cerco de um exército grande e bem treinado, tinha sobrevivido e crescido contra todas as probabilidades, representa o conhecimento e a aprendizagem sobre como sobreviver no contexto incerto do conflito colombiano".

Esses 48 "heróis" de Marquetalia, de acordo com a mitologia guerrilheira fundaram então, em maio de 1966, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Ao mesmo tempo, mas, no nordeste do país (na fronteira com a Venezuela), um pequeno grupo de homens armados tomou população Simacota em Santander, e proclamou o advento do (Exército de Libertação Nacional, ELN pró-Castro Guevara). Em um período próximo, mostra o M-19 (Movimento 19 abril, popular nacional), o PLA (Exército Popular de Libertação, Chinês-promoísta linha) eo Quintin Lame (indígenas guerrilha del Cauca departamento), para citar apenas os cinco melhores guerrilheiros conhecidos.

Quatro décadas depois, o enorme crescimento militar e territorial das FARC se reflete em números, com aumento de 32 frentes guerrilheiras em 1986 e 3500, mais de 60 "frentes" e 15.000 combatentes em 1995 (enquanto no mesmo período iam ELN 11-32 frentes e guerreiros 800-5200). Este crescimento não resultou em uma fragmentação Farc "anárquica" em suas testas, pelo contrário, agora controlam a maior parte do sul, ter derrotado unidades de elite do exército regular e militares mantiveram a iniciativa nos últimos anos (Salazar Castillo e 2001: 103).

Mesmo neste momento de crescimento, as FARC não poderiam escapar das visões e sentimentos de territorialidade inseparável de suas origens camponesas peculiares, o que tornou difícil, no mais alto grau, assimilar um conceito de luta revolucionária centrada 'zonas libertadas' própria as guerras históricas de libertação nacional e os movimentos insurrecionais socialistas. Em vez de este poder de elaboração de regras, para substituir o sistema capitalista por um socialista na Colômbia, as Farc, sem deixar de lado à retórica, de fato têm sido direcionados para a construção de poder local, como uma alternativa para a reconstrução de sua economia camponesa decomposta pelos excessos do capitalismo latifundiário. Assim, em vez de avançar o campo das cidades progressistas em que os ganhos territoriais e controles são simples recursos táticos para o assalto final contra o Estado burguês, os combatentes das FARC têm preferido condições reais e imediatas que garantam um território, um eleitorado jurídica,

próprios economia. Potência regional, como evidenciado por sua posição dominante no sul da Colômbia.

Portanto, a guerra de guerrilha colombiana tem representado apenas um periférico, sem se tornar um fator de energia alternativa (Pizarro: 1996: 31). Em um país em que o Estado se articula sua dominação da cidade sobre o campo, com uma grande concentração urbana, um exército insurgente exigiria um tamanho muito significativo para sequer pensar cercar a cidade do interior. Ou, na sua falta, um alto nível de organização urbana que acompanham as campanhas de guerrilha altamente motivados com a insurreição urbana, como aconteceu na Nicarágua, em 1979 (Pizarro: 1996:32)

Quanto à alta densidade urbana do país, é importante ressaltar que este fator teve um impacto em tornar os guerrilheiros relativamente marginais, exceto onde grupos insurgentes foram capazes de agir eficazmente no espaço urbano, por exemplo, com a tomada da embaixada da República Dominicana pela M-19, em 1980.

Isso é relevante para destacar. Porque as forças estaduais de sinalização encontra-se um processo repressivo e militarista que restringe as ações de organizações sociais, mas também ameaça aqueles que não pertencem a nenhuma organização, nem estar alinhado com qualquer grupo armado, estão no olho "Furacão". Neste caso, os agricultores estão no teatro de guerra: a área rural.

Por trás dessa "sinalização" (sem dúvida, tendencioso e perigoso), isto é, que cada camponês é um guerrilheiro "potencial" (por cumplicidade partes, ou simpatia), esconder o verdadeiro propósito do exército e os paramilitares: o lado exército, "Liquidação" cercar guerrilheiros territoriais, amedrontamento e a busca da "traição" e fornecimento de informações para capturar guerrilheiros e paramilitares do lado (e traficantes de drogas que se escondem em sua liderança), o ânsia de aproveitar milhões de hectares, localizado no mais fértil e rica, a fim de aumentar o preço da terra e, assim, consolidar um processo de enriquecimento ilícito grande, realizado ao longo das duas últimas décadas, em particular.

Richani (2002) caracteriza as FARC como um camponês armado, por causa das vantagens sociais e geográficas, o que lhe permitiu obter tradicionalmente forte em áreas de assentamento rural, a vantagem vai para a grande mudança introduzida por tráfico de drogas desde meados da década dos anos setenta, a fim de gerar uma "economia política positiva" no cultivo e comércio de drogas, e suas posições ideológicas que não interpretam os problemas da população urbana.

b. Ou paramilitar AUC como campeões do status quo

A história dos paramilitares na Colômbia poderia ser resumida nos seguintes períodos.

Em 1968, promulgou a Lei 48, que autoriza o governo a criar autodefesa. Em 1983, no município de Puerto Boyacá começar a operar com os grupos civis do Exército. De 1984 a 2000, no piores assaltos e massacres paramilitares, "neutralizar" os guerrilheiros em algumas regiões. Em 1988, por exemplo, a autodefesa do Magdalena Médio envolvidos nos massacres de Urabá e Antioquia nordestinos.

Em 1991, o acordo de paz com o ELN, os paramilitares Fidel Castaño em retiro Córdoba. Em 1995, ele produziu a primeira cúpula do chamado "autodefesa". Lá, anunciar os membros da sua união para combater as FARC e o ELN todo o país. O Governo autoriza a criação de cooperativas de "Living", que na verdade são copiados de um modelo de patrulhas camponesas "antisenderistas" promovida pelo regime de Fujimori (repressivo, totalitário) no Peru

A opção paramilitar então foi consolidada tanto com o "Puerto Boyacá modelo", da forma como eles adotam os irmãos Castaño e modificações que são introduzidas: a praticar a guerra irregular, atacando o elo mais fraco dos guerrilheiros: a rede apoio (como indicado pelas estatísticas de vários estudos, os confrontos diretos são raros) usando em qualquer caso, os seus

métodos e as vantagens de sua organização e táticas, e metodicamente disputando suas bases sociais, o que deu melhores retornos e máximo de dividendos políticos. (Rangel: 2005: 244)

Em um artigo recente, Arjona e Kalyvas (2005), nós fornecemos uma tipologia dos paramilitares, o que pode destacar duas dimensões fundamentais: o territorial (local ou supra) e tamanho (pequeno ou grande). Esta tipologia é derivada quatro tipos de paramilitar: 1) esquadrões Vigilantes, 2) Morte, 3) e 4 responsáveis) milícias paramilitares e exércitos. (Arjona e Kalyvas 2005: 25). Também vale a pena abordar a variação nos tipos de paramilitares. É pertinente perguntar sobre esclarecimentos conceituais. Vários termos, como paramilitares, milícias, grupos de auto-defesa, esquadrões da morte, "vigilantes", etc, são usados tanto na linguagem cotidiana e no discurso acadêmico, para descrever o paramilitarismo multifacetada e nebulosa (Arjona e Kalyvas : 2005: 26).

Na definição esquadrões da morte, Arjona e Kalyvas (2005: 26) argumentam que:

"Eles normalmente são organizações irregulares e clandestinos, muitas vezes paramilitares na natureza, que realizam execuções extrajudiciais e outros tipos de violência (tortura, estupro, incêndio, explosões, etc), contra indivíduos ou grupos específicos de pessoas. Os assassinatos são o seu core business e, em alguns casos apenas. Exceto em poucos casos onde grupos insurgentes são criados, os esquadrões de a morte operar com total apoio cumplicidade ou aquiescência do Estado, ou pelo menos algumas de suas partes "

Embora os paramilitares sejam extremamente variada - devido a sua regional ou paroquial - apresenta algumas constantes. Um deles é o tipo de coalizão que apoia os grupos paramilitares. É praticamente impossível, por exemplo, encontrar um evento sem o apoio da empresa paramilitar organizado e pecuária. Isso não é difícil de entender, uma vez que estavam na primeira linha de confronto com a guerrilha, e eram do início de uma das principais vítimas de sequestro, um crime na Colômbia adquiriu proporções industriais. E, obviamente, paramilitar atividade sem o "OK" para os militares, ou seja, o próprio Estado.

É adequado para fazer um esclarecimento. Embora a presença de paramilitares seja rádios nacionais ação / repressão são localizados, ou seja, realizada por "blocos", que agem localmente e exclusivamente regional, independentes uns dos outros blocos, como eles têm não apresentaram confrontos corte poucos "máfia", incluindo carregamentos de cocaína, quando se trata, isto é, quando suas receitas são contestados. Por exemplo: Nutibara bloco em Antioquia, o Bloco Calima em Valle del Cauca, o Bloco Centauros, em Villavicencio, o Bloco Catatumbo em Norte de Santander, etc Isso faz com que seus poderes estão ancorados na busca de controles regionais, especialmente em áreas onde há mais recursos para a defesa de extorsão, ou "cartelização" (por exemplo, na banana Urabá, Coca na Huíla, Valle del Cauca, Antioquia e costa atlântica, óleo de Saravena e Arauca, palma de cera em Chocó, esmeraldas em Boyacá, a heroína de papoula em Cauca, etc.)

Também é claro que o fenômeno paramilitar, há uma forte articulação dos poderes e domínios locais, em paralelo com a presença e o poder de lobistas e de lobby ligações nacionais e internacionais com redes de droga. O nível local / regional, controlando o orçamento municipal, bem como o cultivo e trânsito de drogas ilícitas, com seus exércitos protegendo os cartéis e aproveitando seus óbvios benefícios econômicos. Nacionalmente, no Congresso e na presença inegável com os partidos em torno do presidente Uribe e internacional, com fortes vínculos com os cartéis mexicanos da droga, bem como distribuidores atacadistas de cocaína e heroína Estados Unidos e Europa. Esta confluência local-nacional-internacional, não impede que o ponto em que seu principal interesse é as autoridades locais, pois há a possibilidade de configurar o processo.

O conflito armado colombiano e do movimento camponês

Na Colômbia, o conflito armado constitui uma espécie de "guerras civis inacabadas", embora muitas vezes motiva a seguinte, fazendo a paz, a rigor, uma mera suspensão temporária das hostilidades.

“O conflito armado dos camponeses colombianos age sobre o conceito de tempo de seus habitantes, uma vez que estes se referem a eventos em que “as noções de tempo são relatadas em termos de” espaços exibida”: “quando nós vivemos lá”, “quando o abate como” “quando saímos da fazenda”, “quando fomos para a capital” Topografia e tempo estão ligados na mesma frase.

O passado também e, dialeticamente, o rompimento do presente (Halbwachs 1925). A violência que sempre circulou na Colômbia foi depositada na memória coletiva e instalou profunda, mas perversamente nos relacionamentos e no cotidiano social e pessoal, isto é, locais e laços sociais. (Meertens:1995)

Nas condições atuais da guerra na Colômbia, a experiência da violência torna-se muito mais destrutiva do que a experiência anterior de violência (a polarização liberal / conservadora dos anos quarenta- cinquenta), porque se torna mais difícil relacionar a experiência pessoal de violência com uma história global, ou seja, os eventos de âmbito nacional (Gros, 2003).

Nesse caso, a relação social da memória, história e violência camponês colombiano observamos quatro fases principais: 1) surgimento do bipartidarismo e polarizações (XIX), as aves dos 50 e 60 (A idade de "La Violência"), 2) a consolidação dos guerrilheiros nos anos 70 e 80) o surgimento de cartéis de drogas que os agricultores afetados e causando o êxodo de refugiados internos cresceu nos anos 80 e 90(Reyes:2005), 4) A brutal e contra sangrenta paramilitar do abate de Trujillo no final dos anos oitenta.

Um caso de preocupação no conflito armado colombiano é a vulnerabilidade das mulheres. O assédio e a violência sexual contra mulheres agricultoras na Colômbia são de longa data. Violações, exílio, e o silêncio que se aprofunde a doença mental em camponesas mulheres que chefiam famílias deslocadas na Colômbia, é uma dívida histórica que nunca foi resolvida.

Essa violência, expressa em ameaças, assédio, detenção ilegal, tortura, desaparecimentos forçados, assassinatos e massacres por grupos paramilitares como forças escuras associados repressor planejadas estado ainda mais manifesta no deslocamento forçado pela ação deliberada de conflito armado, incluindo grupos paramilitares, bem como exílio forçado por medo de ser atos repressivos. Nestes desenvolvimentos contemporâneos em Valle del Cauca é predominantemente deslocamento forçado de populações rurais; situação onde a estigmatização ganharam força, ameaça, perseguição, julgamento e extermínio de promotores e defensores dos direitos humanos e, em geral, qualquer pessoa que acredita ou expressar alguma atitude em relação ao conflito, suas consequências e seus atores ou simplesmente para o problema em geral.

Por razões óbvias, não se destina a cobrir toda a gama de conflitos presentes em todo o departamento. Primeiro, a Vale possui áreas profundamente diferenciadas tipologias de conflitos, e até mesmo termos geográficos e culturais, é difícil e complicado para encontrar semelhanças, por exemplo, entre a costa do Pacífico (Buenaventura), os municípios de café localizado na Cordilheira Ocidental e a cidade agitada e metropolitana de Cali.

No centro e no norte do departamento de Valle del Cauca, por sua vez, o nível de crime militar aparelhos organização e crueldade, o anonimato e impunidade ter sido maior. Você não pode ignorar o aumento no número de homicídios em alguns municípios, como Alcalá, Ansermanuevo, Argélia, Bugalagrande Caicedonia, El Dovio, Victoria La, Riofrio, Roldanillo, Trujillo, Zarzal, Flórida, e San Pedro Restrepo, que estão entre municípios onde o número de

homicídios, e, conseqüentemente, o seu valor, aumentou nos últimos 15 anos, que coincidem com a consolidação das redes de tráfico de drogas na região. No caso de Ansermanuevo, por exemplo, entre 1995 e 1996, o aumento do número de homicídios atingiu 180 por cento (Camacho: 2002: 195)

A presença de grupos armados é heterogênea e diversificada, incluindo:

1) O crime organizado pelo narcotráfico, ou seja, o cartel Norte del Valle, com duas bandas bem conhecidas, como "Los Machos" e "palha", identificada e suficientemente documentada pela DEA no seu próprio site.

2) O Bloco Calima das paramilitares da AUC e os grupos paramilitares novos "Black Eagles" e "Auto Camponês Norte del Valle" (o que chamam de "camponês" é na verdade um disfarce para esconder suas ações de grupos de extermínio em máscara "SAs")

3) A Frente 30 das FARC

4) As Forças Armadas regimentos e batalhões de alta montanha (comandos contraguerrilleros) com base na sede de Cartago (60 quilômetros ao norte de lá), Palmira (55 km ao sul), o batalhão Farallones na cidade de Cali (cerca de 75 quilômetros, capazes de mobilizar infantaria e aviação) e presença de grupos de inteligência ligados ao DAS (Departamento Administrativo de Segurança)

Na área de estudo, centro e norte do Valle del Cauca, encontramos uma característica interessante: é uma região muito pobre, ou aquele com as maiores taxas de necessidades básicas insatisfeitas no país. Pelo contrário: é uma região agro-industrial, com um padrão de vida relativamente mais alto do que a média nacional (adicionado a ele: lavagem de dinheiro da droga) e ainda assim persiste a violência e de guerrilha e incursões paramilitares na área, contrariando lógica que dar uma justificativa para a presença dos movimentos armados, como os guerrilheiros do "cabeçalho" rural e os paramilitares e as forças armadas na cidade "velha". Como um fato não menos, no centro da cidade "velha" está localizado a produção industrial de uma multinacional Nestlé suíça trabalho principal fator de concentração mencionado município e da região envolvente municípios rurais Andaluzia, Toro, Roldanillo, etc (as outras organizações mais "trabalho" oferta são os mesmos grupos armados porque seus membros incentivam economicamente).

A morte listas ainda transmitir o aniquilador mesmo mensagem de "panfletos" que ameaçam a cinquenta. Estas listas foram usadas na década de oitenta em assassinatos em cidades.

Mais recentemente, estas listas têm sido um mecanismo utilizado por grupos paramilitares armados nos massacres de camponeses que têm realizado. O "modus operandi" é sempre o mesmo: chegar a uma cidade ou localidade com listas na mão ea vítima fazer o suficiente deles para ser executado, sem mais. Quando um sindicato ou professor / a está em uma lista negra, e é "marcado" e, talvez, para fugir do país. Camponeses / as, no entanto, a não ser em contato mais próximo com as ONGs e governos de outros países, inevitavelmente, não há nada a fazer se os seus nomes aparecem em listas de "negro" porque o tempo e, provavelmente, não é o melhor para buscar alguma saída.

Portanto, o "deslocado" pela guerra na Colômbia (que aparece como "otimista" atingir o milhão e meio, enquanto o risco "pessimista" que mais de dois milhões de pessoas), engrossar as favelas grandes cidades: estes camponeses que carregam grandes famílias, geralmente analfabetos, sem educação ou capital econômico, intemperismo e adicionando suas desgraças e misérias implorando colombiano. A dívida social que nenhum governo colombiano pagou, como a classe dominante e de negócios tem sido o "padrinho" muito dos paramilitares, isto é, os arquitetos de deslocamento forçado. Em seguida, ele enfatizou que os responsáveis pelo

deslocamento forçado são grupos paramilitares, para os quatro milhões de hectares saquearam, roubaram e violaram os agricultores deslocados, constituem um imperativo incontornável política que o próprio Estado tem sido esquivando (juridicamente falando) de a Lei de Justiça e Paz, que reflete a cumplicidade entre o Estado e seus organismos de Defesa Nacional (Exército, a polícia e grupos de "inteligência" militar) com paramilitares que têm incentivado e apoiado.

Características de interação e camponeses e atores armados

A guerra na Colômbia se concentra no setor rural. Assim surgiu a guerrilha, eles imediatamente se sentiram "ameaçados" e encorajou os agricultores através de paramilitares de contra-insurgência e, portanto, também surgiu que formaram os primeiros clãs chamados cartéis de Cali e Medellín.

O campo colombiano, então, é o teatro de guerra, dada a evidência. E nesta área, a população rural, os agricultores, ou seja, foram encontrados no olho do furacão.

A população rural está sempre exposta no fogo cruzado. Ambos os guerrilheiros e paramilitares e controle do exército e assediar. Os agricultores acabam imersos em um verdadeiro círculo diabólico ou guerrilha retaliação se cooperar com o seu "inimigo" ou retaliação cruzada pelas forças armadas ou grupos paramilitares se fazer o mesmo com as guerrilhas. Nesta dialética de retaliação / retaliação, as relações entre os guerrilheiros e as pessoas são essenciais para sua sobrevivência: ou encontrar um apoio voluntário por razões ideológicas ou de interesse específico, ou procurá-lo por meio de intimidação.

Designado como "guerrilheiros" pelo estabelecimento, como "bastiões" de vanguardas revolucionárias, ou "água em movimento permitindo que o peixe" pelos paramilitares, ou "votos produtores" por traficantes, a verdade é que a situação dos agricultores está longe de ser ideal no contexto da guerra.

Para entender esse contexto e as formas de relações estabelecidas, fragmento apropriado considerar a relação dos agricultores com cada um dos grupos armados.

Camponeses e guerrilheiros

Na área das FARC têm uma alta mobilidade, que é parte da lógica da guerra de guerrilha: ataque surpresa e retirada. E é digno de nota que as FARC não têm sido capazes de construir relacionamentos com o meio geográfico do Valle del Cauca. Além dos Conselhos de reivindicações e redes sociais dos informantes e delatores, ou apoios próprios, percebido algumas lealdades para com os guerrilheiros, dadas as suas origens nas lutas camponesas (identificação em seus mitos fundadores), mas também, é uma lealdade que tem fragilidades, como a incerteza sobre uma mudança súbita no domínio militar (a chegada do "outro") é a ordem do dia. Além disso, destaque-o e enfatizar isso, é um guerrilheiro nômade na região oeste do país, para "ir e vir" de leste a oeste, de norte a sul, através de suas frentes de choque e columnas. Trânsito de Caquetá, Putumayo e Huíla para o Cauca e Nariño, ou a partir do vale para o Tolima, Antioquia e do café.

No caso de culturas e produção de drogas ilegais, as redes de apoio necessárias não precisam ser desenvolvidas a nível nacional, uma vez local cumprir satisfatoriamente sua função. O desenvolvimento destes é fornecido na Colômbia devido às características geográficas do país ea estrutura dos partidos (Thoumi, 1994). A segmentação geográfica e isolamento de muitas áreas em que o Estado não tem presença contribuiu para o crescimento da indústria como redes de apoio para operar nessas áreas não tem que ser grande ou caro. Em corrupção, curto gerado pela indústria agrícola em seus estágios iniciais, fabricação e exportação tende a ser local. No entanto, a concentração das exportações em poucos passadores organizações lavar o rendimento

torna-se muito difícil, porque a estrutura da economia limita o tamanho da "suja". Portanto, como é impossível passar despercebido, para lavar o seu rendimento deve tentar desenvolver redes de apoio social para alto nível político (Leal e Dávila: 1990: 44).

Relação das Farc com os agricultores, também cruza perigosamente com o estabelecimento dos paramilitares e dos camponeses. É o ponto de confluência que paramilitares estabelecida com os habitantes do campo é através de laboratórios de drogas. Em torno do tráfico de drogas foi configurado, então na região (e do país em geral) uma fração de classe nova, graças a suas enormes acumulações e processos de lavagem de capital tende a solidificar como uma força social cujo peso na estrutura social não pode ser ignorado. Não é de admirar que a "permissividade" e "legitimidade altas" em algumas regiões aproveitarem que ficou rico rapidamente e ilegais, para se juntar a legalização desta fração de classe e ocupação de posições de prestígio e poder que hoje são negados por sua ilegalidade.

Em outras palavras, este processo tende a consolidar as classes sociais, ricos em brutalidade, ilegalidade e violência, que aspiram a tornarem-se novas classes dominantes. (Camacho: 1990: 208). Em recente pesquisa, o mesmo se apresenta como tese de Camacho (Camacho: 2002: 5), é muito provável que alguma da droga da Colômbia empresários no médio prazo será a virar cabeças ou membros de gangues de criminosos em legítimos atores sociais localmente, através do uso legal do seu capital e abandono da atividade criminosa. No processo, não sem contradições e conflitos como está acontecendo com a "fachada" desmobilizar os paramilitares que, basicamente, ninguém acredita, alguns traficantes tendem a reciclar papel primeiro empresários legais, permitindo-lhes tornar-se um novo elite empresarial e, em seguida, devidamente "lavado" seus últimos e aceito as estruturas sociais e políticas locais e regionais, tornando-se parte das classes dominantes locais. Há sérias dificuldades que o Estado pode provar conclusivamente que os supostos traficantes de drogas são tais, mesmo que nas respectivas regiões de residência é de conhecimento comum que eles são.

Tem sido bem notórios paramilitares e traficantes de drogas predileção por posse de terra, e, portanto, a importância de considerar a situação específica deste recurso em diferentes áreas de aplicação. No centro da cidade e ao norte do vale, os agudos conflitos pela posse da terra estão "resolvidos" pela remoção do autor ou o réu nas mãos de grupos armados que vêm para removê-los fisicamente. Além disso, embora a prática certamente prejudique um verdadeiro desperdício capitalista "puro", o fato é que ele executa funções específicas destinadas a facilitar a legitimidade, com efeito, a receita desperdiçar é redistribuído, sentimentos filantrópicos estão expostos, são ganhas admirações e, mais importante, adesões e lealdades necessárias contra a repressão possível por autoridades ou em casos de conflito com os inimigos. Os resíduos dos paramilitares e traficantes de drogas nesta área de estudo têm um sentido estratégico políticas e culturais, redes sociais para aumentar a diversificação dos investimentos em lavagem de dinheiro.

Nessa lógica, é importante destacar algumas características previamente a indústria ilegal de drogas que determinam como ele penetra sociedade regional estudou:

a) Na Colômbia, a indústria ilegal é diversificada e integrada. O país produz insumos agrícolas diversos: de coca e maconha, é fabricado o ópio, heroína, pasta de coca, base de cocaína (que produz misturado com rapé bazuco) e cocaína e produtos exportados para os mercados ao redor do mundo;

b) Para operar toda a indústria ilegal tem de desenvolver redes de apoio social para protegê-la da ação do DEA ou nos escritórios próprios colombianos narcóticos, embora seja "conhecimento comum" que o Estado colombiano em si, é dezenas de funcionários cúmplices e corruptos "avisar" os procedimentos de controle e perseguição traficantes que a polícia e as agências militares vão realizar, de modo que você pode escapar ileso.

c) que "permissividade" do governo vem dos anos oitenta, noventa consolida e tenta "fazer-se" grosseiramente (porque é uma voz ou ofensa grave à inteligência dos colombianos). Próprios governos Turbay Ayala, Virgilio Barco, César Gaviria, Andrés Pastrana e Uribe ainda mais atual, têm sido estranhamente "permissivo" com a presença de capital e influências dos cartéis de Cali e Medellín nos anos oitenta e noventa incentivarem o narco ainda apesar de tentar "cobrir" a responsabilidade do Estado com esporádicas ações repressivas contra essas organizações mafiosas, assim parecem boas para o Estado dos EUA, Departamento de organizações de direitos humanos internacionais (como a Amnistia Internacional, por exemplo) e autoridades da União Europeia.

As redes de amizade, cooperação e confiança dos traficantes de drogas (que notamos em (b), ou seja, dois parágrafos atrás são desenvolvidos por grandes incentivos: os que apóiam a indústria receber grandes benefícios, mas aqueles que traem sofrer também grandes consequências). Indústria é baseada em lealdades fortes muitas vezes envolvem parentes, amigos de infância, colegas de classe e, em geral, as pessoas com quem você compartilhou um diário.

Um fenômeno comum em guerras antes e agora: a desapropriação de terras

Na era do "La Violencia", de terror sistemático foi induzida comunidades inteiras de suas terras, ou pelo menos para vender a qualquer preço. Entre 1948 e 1953, quase 400 mil famílias valle filiação liberal foram forçados a fugir para a periferia das cidades e entrar em áreas mais inóspitas do país, como a planície oriental ou a floresta amazônica.

Muitos da terra 200.000 que mudou propriedade no Valle del Cauca sendo adquirido por empresas agrícolas, especialmente aquelas dedicadas ao algodão e açúcar. Aqueles foram, e ainda são, os efeitos visíveis do terror nos campos: a desapropriação de terras e propriedades, após o assassinato dos proprietários ou o uso de ameaças que forçaram a venda forçada, a propriedade agrícola e pecuária, o queimando casas. Mills e beneficiaderos, destruição de culturas, coerção física sobre os trabalhadores rurais infeliz, a migração em massa para as cidades ou o deslocamento dos agricultores de outras áreas da mesma filiação partidária, até homogeneizar politicamente caminhos e regiões, e, finalmente, , atingindo a inscrição no grupo de resistência armado, muitas vezes feitas por membros da mesma família. Justo ele mesmo deu testemunho sobre esses processos de "apropriação de terras" e ameaças constantes que abrangem toda a história das guerras na Colômbia:

"Quando eu era jovem, eu me lembro de que eram comum para as tripulações próprios conservadores e liberal, por vezes, matar pessoas para ficar com terras estrangeiras. Havia famílias inteiras se deslocam muito assustados porque eles levaram seus chulavitas pequenas fazendas. E se você tivesse a coragem, pois ele caiu por uma das bandas famosas de aves de bastardos que mataram que iria cobrar os godos.

Era sempre difícil, mas quer que o seu pequeno pedaço de terra, você nasceu aqui e aqui tem que morrer. É uma lei da vida, onde nascemos, morremos aqui, certo? Por que morrer longe de onde um era criança, jogado, cresceu, ou quando as pessoas que querem um?

Mas como é que fugiu as vagens ainda estão bem. Ou se não, você mente senhor o que meu amigo disse Alirio cinco anos atrás, quando eu morava em La Dorada. Alguns param você queria comprar seu pedacinho de terra, mas o amigo sempre disse que não, ele não poderia, por favor, não insista em dizer-lhes como ele iria alimentar sua família? Até que um dia ele perdeu a paciência e foi abordado e disse que, se não vendê-lo, eles iriam negociar diretamente com a viúva. Bem, imagine, com tais ameaças, para-brainer, certo? (Don Justo Albarracin, pensionista, município)

Luta de memórias: a história oficial do camponês e memória de guerrilha

Memória de ser uma prática social, não é possível pensar em uma única memória, mas as memórias ao plural. Memórias que são realizadas por diferentes práticas sociais, moldados por vários grupos. Apenas fazendo memória, o que é feito no tempo, é a formação de uma identidade de grupo, isto é, um grupo si. O problema é que alguns deles vão tornar-se mais visível, como é o caso dos oficiais, e outras histórias, em vez ser enterrado, marginalizados, mas não dissolvido e off. Assim, o que nós enfrentamos quando falamos de memória diretamente, é um campo de conflito entre memórias, onde cada um é articulado da verdade, discutindo omissões e manipulações dos outros stands. O exercício da "conservação" do passado não são apenas formas simbólicas que visam a construção da identidade e da nação, mas os exercícios políticos deliberadamente desenvolvidos e claramente definida interesses.

Como você disse Halbwachs, a memória individual é uma elaboração coletiva que se refere a "quadros sociais" cujo fundamento está nos grupos familiares e sociais e, desta forma na memória desses grupos. Violência, bem como a guerra atual, ou seja, uma separação grande de laços e uma transformação dos actuais actores sociais. Memória que aspecto revista duas vezes fragmentário de memória imediata e uma memória atemporal mítico não deve surpreender: é principalmente uma consequência do que ela só suporta parcialmente comunidades e os indivíduos só são capazes de dar um sentido parcial.

Os fenômenos de violência, tanto em seus cinquenta ou a fase recente (1984 até agora) não levaram a uma narrativa histórica amplamente aceita que pode fornecer suporte para o trabalho de memória. Por outro lado, observou Pecauc (2003: 79) produziu até um curto-circuito entre a narrativa histórica e da memória. O que aparece como uma narrativa histórica de contas memória desempenha mais ou menos elaborada e procura encontrar nelas a prova de sua autenticidade. Por outro lado, as memórias são modeladas sobre os clichês que fundamentam o relato histórico, coletando fragmentos e tentar integrá-los. Um exemplo disso é a greve mais forte dos camponeses nos últimos 30 anos em todo oeste da Colômbia, ocorreu na região de estudo e cuja lembrança constrói sua história Eustagio presente, um dos líderes dos produtores de cana no ano 1975, morto no final do trabalho de campo:

“No Rio sagacidade Paila temos testemunhado muitos assassinatos e perseguições. O testemunho que posso dar a você é a greve de 1975, em que eu vim para participar Essa greve durou seis meses e foi muito difícil nós apoiada por vários grupos de esquerda como Moir, do PCC e da Juco, com as FARC. Oposto era exército muito e da polícia, bem como infiltrados. Você sabe que essas greves muitas manifestações e chegaram a um civil, finais de face e camponeses com as forças estatais, armados com o rosto, aconteceu de eu viver que a violência vivê-la a cada dia e noite dos seis meses, lutando para defender os direitos de um acordo coletivo de trabalho que não queria nos reconhecer que tinha um site e havia La Paila, com o apoio da União Patriótica havia muitas pessoas de ambos os grupos tiveram representantes Barrancabermeja, Ecopetrol teve dois assessores jurídicos e da esquerda, lá nós trouxe comida, Cauca e Tolima, em solidariedade de muitas partes diferentes grupos e organizações, a grupos armados, como a M-19 e as FARC.

De modo que não poderia manter boletincito nos deu nos sindicatos e perseguiu nossas organizações, porque nós controlamos. Cada dia de que o tempo nos deu um boletim explicando o processo da greve, mas as pressões de nossas famílias eram muito grandes. Todos boletim porque quando cogieran com um boletim informativo, que a prisão pa ', então nós tememos que tinha de se livrar do boletim e jogá-los empresa deu ordens para não receber newsletters ou disseminar ... disse que casas estavam sendo invadidas boletins, foram para prender ... a empresa disse que quem estava participando trabalhador seria responsável pela

demissão de todos os outros um por medo de que não tinha qualquer boletins, porque o medo é sempre Deste modo, existe um tempo de vida

Eles nos deixaram ... pegamos o subsídio de desemprego no curto espaço de tempo pouco que tinha resolvido o problema nós nos preocupamos com você, disse que a liderança da empresa, vamos resolver o problema ... vamos pagar a renda básica depois ter terminado a greve, e os arranjos foram feitos convênios com nossos salários, mas também co-disparou em 480 um bloco para ver ... como prisioneiros também eram cerca de 20 homens mortos perdeu um trabalhador e um estudante de secundário La Paila auto, família Hurtado o estudante saiu da escola à uma da tarde, e foram escoltados a uma manifestação e que era ruim e meu pai ainda vive e lembre-se a sua dor lá fora ... o pai dizer apelido de "medialeva" porque ele caiu no tiroteio enorme, porque o Exército nos confrontado, paramos quando chegamos à empresa, fomos gritando slogans jogando "abajos" vida viva Camilo, vivendo a greve e todos os slogans.

... E paramos na fábrica e que foi um "aquecimento" que não havia nada, gás lacrimogêneo, tiros foram voando, as pedras, pedaços de parede jogou começamos um 14 nov 1975 a greve e terminou em 16 de Junho de 1976 e uma longa greve muito difícil, talvez o mais difícil de toda a Colômbia naquele momento ... para ver se ... Dezembro, Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho ... sim 16 de junho certo ... 16 de junho lá estávamos perdidos a greve ... tivemos que ir trabalhar sem nós resolver nossos problemas 480 companheiros demitidos, os mortos foram deixados lá, outro foram presos e outros desapareceram ... e que cancelou o contrato com a repressão que estávamos muito grande, havia pessoas militares e puseram-nos a trabalhar e ver o que falamos ... bem sim como infiltradores bem que era muito todas as expectativas.

Nós não poderia contradizer alguém ou remover ninguém de lá novos trabalhadores eram suspeitos para nós. A repressão foi dentro da empresa, tudo fora parecia normal, um município Bugalagrande estava dirigindo ... o prefeito se juntou a nós na greve, ele disse "o pássaro" o perseguiu muito, ele foi morto em Hector Fabio Useche, observou o exército e acusado como cúmplice da guerrilha, mas é verdade, porque nós apoiamos, porque ele era um líder sindical antes de o prefeito como conseguiu a cooperativa, ele fez tomar a terra de proprietários de prata aqui com a cooperativa, comprou lotes e dividida para os trabalhadores, e cada um de nós começou em casa com créditos

Eles dizem que ele foi morto forças políticas, recebeu ameaças de aliados paramilitares foram logo com José Ortiz, mas nunca foi punido ou preso nunca teve respostas aqui na Colômbia mortes de homens corajosos sempre impune, fazer fora suspeitos, porque você nunca pode provar nada que é mundial, não morto, mas de frente para trás. Ele, que vê o mesmo medo da própria guerra trai nada aqui e dizer matar qualquer Pa'que porque eu abrir minha boca, se eu aparecer mais tarde morreu lá fora. " (Don Eustagio, in memoriam)

Resultados Alcançados

No início da segunda década do século capitalismo eo Estado moderno que é funcional, não conseguiram se tornar o modo dominante de organização social na Colômbia. Particularidades socioespaciais e autonomia regional não são os únicos que têm limitado a expansão do sistema, na Colômbia. Mais da metade da população economicamente ativa está fora das relações capitalistas de produção, embora o setor informal não é imune aos circuitos do capital. Uns terços das transações são economia subterrânea, ou seja, não registrado pelas estatísticas. A violação dos direitos humanos e as consequências da violência generalizada estão em total impunidade, à ausência das garantias processuais mínimas e uma desconfiança completa da eficácia dos órgãos do Ministério Público.

O desenvolvimento econômico é extremamente paradoxo colombiano. O relativo sucesso econômico foi acompanhado por um crescimento rápido da economia informal, a produção de bens e serviços, legais e ilegais, drogas psicoativas, especialmente, a presença contínua de grupos guerrilheiros, cujas forças têm aumentado nos últimos anos, a organização e desenvolvimento grupos paramilitares, e uma crescente desconfiança da capacidade do Estado de fazer cumprir suas leis e contratos formais entre indivíduos (Revéis 1995: 210). Tudo tem sido acompanhado por uma corrupção generalizada, a criminalidade generalizada e violação extensa dos direitos humanos.

Vários autores têm caracterizado a Colômbia como a "sociedade da mentira" (Herran, 1986), outro como uma comunidade na desigualdade ética predominantemente baseada no individualismo extremo tem produzido um grupo muito grande de pessoas, cujo comportamento não tem controle interno (Kalmanovitz, 1989:47), ou seja, agindo "como se eles não tinham consciência", ou como uma sociedade pega em uma "armadilha da desonestidade" (Thoumi, 1987: 58). Os padrões jornalísticos, e senso comum no resto da América Latina, Colômbia apontar como um exemplo de "narco-democracia". Estas caracterizações refletem o processo de deslegitimação do regime político sofrido pelo país, mas também colocou seu dedo no pulso de suas responsabilidades relativamente a uma sociedade "não pode lavar as mãos", apesar de haver desentendida. A complexidade da situação é tão grande que não é possível desenvolver um modelo para explicar o completamente. Para começar, vamos começar a partir de um problema fundamental na sociedade colombiana e economia: direitos de propriedade fracos. Ao longo de sua história nacional, o sistema econômico teve para trabalhar com os direitos de propriedade em questão social. Da mesma forma, a moeda e lavagem de ativos tem sido um fenômeno generalizado que transcende a indústria ilegal de drogas, e que é apenas o outro lado da moeda de processos e activos em moeda suja (Thoumi, 1987: 77) .. É, portanto, a capacidade surpreendente de pessoas e da economia do país e confusão para esconder bens, bem como a velocidade de lavar.

Além disso, a região de estudo, Valle del Cauca, tem enorme fama: grandes extensões de pastagens, rico para pecuária e culturas apropriadas para todos os possíveis. Essas extensões de terras são altamente apreciadas pelos traficantes de drogas e paramilitares, que também constroem grandes propriedades, para descanso e lazer para eles e suas famílias. Além disso, como mencionado acima na caracterização da área, a partir de Tuluá (Valley Center) para Cartago (Norte departamento), é o mais temido cartel de cocaína no mundo de hoje: o Vale do Norte. Isso dá um ingrediente muito especial para a área de estudo, porque a estrutura da indústria precisa comprar drogas ilegais gerando proteção corrupção.

A corrupção gerada pela produção de matérias-primas para as drogas ilegais, a sua fabricação e contrabando, tende a ter fortes efeitos regionais. Após Thoumi (1995), a legitimidade de qualquer atividade social está baseada na existência de um amplo consenso social sobre o que isso pode ser feito na forma como executa. Predação de terra ligado ao comum "Eu quero o que você tem, você tem o que eu quero." Quando isso acontece, a renda eo capital gerado ou mesmo predação ameaças é "legítimo" para os grupos sociais próximos aos paramilitares. Disto se segue que não pode ser ilegal, mas legítimo actividades económicas e, por sua vez, ser ilegítimas atividades legais.

Nesse sentido, o que se reflete aqui é um "duplo padrão" nas vozes e ações de muitos colombianos, eles apontam para a guerrilha pelo dano feito ao explodir oleodutos e sequestros, mas lavar o dinheiro da droga, fazer atuar como figurantes e legitimar os massacres paramilitares. O setor privado colombiano desenvolveu em um ambiente caracterizado por uma falta de confiança entre os participantes do mercado, onde há altos custos de transação, a incerteza elevada, direitos de propriedade fracos e ausência de um árbitro imparcial para fornecer uma eficaz resolução de conflitos. A dificuldade de cumprimento de contratos cria grande incerteza. A limpeza propriedade rural também era comum. Neste caso, os empregadores ilegais ou de seus homens de frente comprou grandes lotes, direitos de propriedade e onde a

presença do estado fraco. Muitas vezes, essas compras ocorrem em áreas de presença da guerrilha forte, o que é contrabalançado por grupos paramilitares associados com a indústria ilegal de drogas. Nestes casos, a terra é valorizada com a ação paramilitar, que tem sido um incentivo para comprar.

Por que a droga não era mais uma prática marginal para se tornar uma empresa estabelecida, um produtor de riqueza e de ordem social ameaçador, político e econômico atual? O assunto em questão é inseparável da questão do problema da violência

O que seria em avaliações Colômbia e significados explícitos que a empresa manteve a sua unidade e organização? De acordo com os diferentes estudos antropológicos sobre o assunto, na Colômbia não se pode falar de uma única cultura ou uma sociedade homogênea. Para Malaver, o fenômeno do tráfico de drogas em nosso país, é possível que as condições que criam o conjunto de significados que instituíram a "cultura paisa" (Antioquia) que ocorreu lá.

Ele é configurado de modo (seguindo o argumento cautelosamente Malaver), o significado central "novo", o que coloca um valor alto para o enriquecimento, independentemente dos meios utilizados para obtê-lo. Isto levanta Malaver, uma hipótese de trabalho que queremos trazer, por causa de sua relevância para essa discussão:

"O valor que explicitamente promove a cultura (paisa-Antioquia) na Colômbia é o enriquecimento de uma luta pessoal e um processo longo, mas, ao mesmo tempo, o que dá o valor de enriquecimento implícito significado como o propósito da vida para alcançar, independentemente dos meios utilizados para alcançá-lo, opera com uma força igual ou maior. O significado é acabar priorizando a importância do enriquecimento como um fim em si mesmo. Vemos isso claramente na frase tradicional que expressa o filho do pai de Antioquia: "Conseguir dinheiro, meu filho, ele honestamente, e se não conseguir milheto prata", ou onde se diz: "O dinheiro está disponível alguém importante, própria ou o mais é secundário "(Malaver: 1996: 28).

Compreensão relacional e dinâmica dos conflitos territoriais da Colômbia não pode ser reduzida apenas à ausência de um projeto institucional, nem é responsabilidade total ou "culpa" de um determinado ator, mas um conjunto de cenários de práticas e regulamentos da ordem política e cultural, econômica e social. A imagem da nação, da Colômbia como "unificado" continua a ser muito precária. Na mesma situação é regional, porque nos bastidores da Colômbia descobriram que é mais que um território é um Estado-nação.

A violência está relacionada ao fato de que tanto socialmente e politicamente tendem a ser decifrada sob o signo da dialética "amigo-inimigo", nas palavras de Carl Schmitt. Isto significa confronto com um inimigo que nada pode ser dito, exceto que ele é o outro, um obstáculo para os meus objetivos e é suficiente para definir a natureza do próprio fato da sua existência, e em um sentido particularmente forte, que ser outra de modo que as arestas dos conflitos profundos eu com ele / eles não podem ser resolvidos a partir de um conjunto de normas estabelecidas.

No caso específico da Colômbia, os principais fatores contingentes do conflito desde os anos oitenta do tráfico de drogas. Mas o elemento mais perturbador da nova violência "droga" tem sido a expansão dos exércitos privados e de guerra de guerrilha anômico paramilitarização. A tentação da violência, devido à perda de poder de Hannah Arendt enunciado é, portanto, aplicável ao cenário colombiano.

A violência criada nas áreas municipais, regionais e relações sociais ordenou o mundo cotidiano.

O conjunto de relações entre os processos de legitimação e de execução, incluindo processos de adesão e terror, foi resolvido em favor do terror organizado como o único meio de consolidação

de domínios territoriais em uma dinâmica que poderia ser chamado de tribalismo de violência. De 1998 a 2003 na Colômbia por ano, mais pessoas morreram na Iugoslávia conturbada, sendo comparável apenas para Serra Leoa, Burundi, Ruanda e Angola. Em uma sociedade como a Colômbia, onde o conflito se estende e aprofunda afetando as mais diversas esferas da vida social são paradoxal falar de cidadania.

Em suma, este trabalho pretende discutir e refletir a violência como um campo de significados e interpretações conflitantes. Os significados de violência não são homogêneos, mas contraditório (e relacionadas em um sentido amplo). Para ser embutida em estratégias de poder, a violência é usada de forma estratégica. Negação da alteridade e da alteridade, arbitrariedade e discricção para justificar a aplicação da violência.

A Colômbia no cenário da América Latina se torna um desafio para pesquisas em ciências sociais. Estudos estão sempre atrasados em relação ao violento desenvolvimento da nossa sociedade. Embora as histórias nesse país abundem crônicas e "memórias" das guerras civis do século XIX, a análise das orientações estratégicas dos atores armados, à luz do surgimento do tráfico de drogas como "combustível de guerra" no século XX ainda está faltando uma visão geral que nos permitem caracterizar a atual dinâmica entre a guerra e a sociedade, ou seja, que tornam possível uma sociologia do conflito armado.

Em nosso papel como cientistas sociais precisam ser cada vez mais forte uma sofisticação teórica e vigilância epistemológica para entender o fenômeno de conflitos agrários na Colômbia e no Paraguai.

Referências

Aguilera, Mario (2003). Justiça guerrilheiros e civis 1964-1999. Em De Souza Santos, Boaventura e Garcia, Mauricio (2003) "O calidoscopio dos juizes na Colômbia". Volume II. UNIANDES e Edições Colciencias. Bogotá

Aguilera, Mario e Sanchez, Gonzalo (2001), Relatório de um país em guerra: os Mil Dias 1899 a 1902, Planeta / Lepri / Unijus. Bogotá.

Alonso, Manuel Alberto. (1997). "Conflito Armado e configurações regionais. O caso do Magdalena Medio ". Editora Universidade de Antioquia. Instituto de Estudos Políticos. Medellín.

Arango, Carlos (1984) "guerrilha das FARC-EP: crônicas e testemunhos de guerra". Bogotá, eCoE / Antaeus.

Aranzueque, G. & Ricoeur, P. (1997). "Paul Ricoeur: memória, esquecimento e melancolia." Journal Occidental No. 198, pp 105-121.

Arendt, Hannah. (1973). "Sobre a Violência" In: A Crise da República. Touro. Madrid.

Artehortúa, Adolfo Conflito (1998) e violência em Valle del Cauca. Vários autores em "Conflitos regionais: Atlântico e Pacífico" Fescol e do Instituto de Estudos Políticos e Relações Internacionais da Universidade Nacional da Colômbia.

De la Torre Cristina (2005) "Álvaro Uribe na Colômbia ou populismo". Os editores carrinho. Bogotá

De Souza Santos, Boaventura e Garcia, Mauricio (2002) Os juizes do caleidoscópio na Colômbia. Ediciones Universidad de Los Andes. Bogotá.

Duncan, Gustavo (2006) "Como os guerreiros sofreu traficantes de drogas? História de

subordinação ". Fórum Revista n ° 57. Bogotá.

Duncan, Gustavo (2005), "Do campo para a cidade, na Colômbia. Infiltração urbana dos senhores da guerra ". Bogotá: Universidad de los Andes. Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico. Em <http://economía.uniandes.edu.co/-economía/archivos/temporal/d2005-02.pdf>

Gros, Christian (2003) Os agricultores nas montanhas contra os movimentos guerrilheiros e drogas: atores ou vítimas? No dossiê "Guerra na Colômbia: Democracia e conflito agrário" IEPRI Universidade Nacional da Colômbia. Bogotá.

Meertens, Donny (1995) "Mulheres e violência em conflitos rurais" na revista de análise política n ° 24. Instituto de Estudos Políticos e Relações Internacionais. Universidade Nacional da Colômbia. Bogotá

Reyes, Alejandro (2005) paramilitares na Colômbia: Contexto, aliados e conseqüências. Vários autores em "Guerra na Colômbia: grupos armados. IEPRI. Universidade Nacional de Colombia. Bogotá

Os condomínios e as representações de segurança: o olhar da imprensa paranaense.

Simone Carolina DIAS. Arquiteta e Urbanista UFPR, mestranda em Tecnologia e Desenvolvimento, Programa de Pós Graduação em Tecnologia – PPGTE UTFPR.
simonecdias@yahoo.com

Profa. Dra. Maclovia Corrêa da SILVA. Professora do Programa de Pós Graduação em Tecnologia – PPGTE da UTFPR
macloviasilva@utfpr.edu.br

RESUMO

Este artigo busca investigar as representações de segurança relacionadas aos condomínios, ao estilo de vida de quem os habita, e aos artefatos tecnológicos utilizados para reforçar a vigilância nesses locais. Com esse objetivo, realizamos uma pesquisa documental nos jornais de grande circulação do Paraná, valendo-se das narrativas permeadas por conceitos, preconceitos, interesses de diferentes atores que caracterizam as matérias jornalísticas. Essa diversidade de olhares, somada à visão das autoras, que têm experiência no campo da Arquitetura e Urbanismo, permitiu uma leitura ampla do assunto, levando à reflexões sobre as relações entre o espaço público urbano no entorno de condomínios fechados, sensação de segurança e qualidade do espaço urbano.

Palavras-chave: Condomínios, representação de segurança, imprensa paranaense.

ABSTRACT

This paper addresses the representations of security related to gated communities, the lifestyle of their dwellers, and the technological artifacts employed to reinforce surveillance in these communities. Articles from major local newspapers were analyzed in search of concepts, prejudices and interests of the various actors. This range of points of view, added to the authors' experience in Architecture and Urban Planning, resulted in a broad reading of the subject, leading to considerations between the urban public space nearby gated communities, perception of security and quality of the urban space.

Keywords: Gated communities, representation of security, Press of Paraná

1. Introdução

Este trabalho foi [desenvolvido no quadro do Mestrado em Tecnologia – linha de pesquisa “Tecnologia e Desenvolvimento” do Programa de Pós Graduação em Tecnologia (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. As autoras têm experiências no campo da Arquitetura e Urbanismo e se interessam pela questão da segurança e da tecnologia no contexto das relações entre as construções residenciais e no espaço urbano do entorno. Por isso, desenvolvemos este texto e aproveitamos para exercitar a interdisciplinaridade, a qual faz parte dos princípios do PPGTE e viabiliza o aprofundamento e a compreensão das dinâmicas urbanas na sua dimensão mais ampla.

Os espaços construídos residenciais podem oferecer maior ou menor sensação de segurança aos seus ocupantes através da utilização de barreiras físicas, controle e rotinas de acesso, e emprego de artefatos tecnológicos. Segurança é entendida, neste artigo, como o alcance de baixos índices de criminalidade, enquanto a sensação de segurança reflete a percepção do ocupante ou observador de que determinado espaço oferece proteção e tranquilidade. Os condomínios residenciais se multiplicam nas áreas urbanas e regiões metropolitanas, esse crescimento não é diferente na região de Curitiba, capital do Paraná.

Este artigo procura refletir sobre a relação entre a configuração do espaço público urbano, especialmente no entorno de condomínios fechados, e a segurança ou sensação de segurança. Também buscamos compreender as representações de segurança oriundas da utilização de artefatos tecnológicos nos condomínios.

Para o estudo da sensação de segurança que um determinado espaço urbano oferece pode-se incorporar diversos olhares e pontos de vista: dos moradores, do poder público, dos incorporadores. Escolhemos investigar o olhar da imprensa paranaense na leitura dos espaços residenciais fechados devido à possibilidade de se aproximar de “uma opinião geral” a respeito do assunto. Os jornais apresentam fragmentos de um acontecimento utilizando-se do ponto de vista que é direcionado pela intenção do editor ao selecionar a matéria; a triagem passa por critérios objetivos, como transmitir determinada informação, mas também é balizada por critérios subjetivos: a que público se destina? quem seria beneficiado por tal matéria? o que irá impressionar o leitor? Dessa forma, a narrativa nas matérias dos jornais mostram um olhar que apresenta fatos permeados por conceitos, preconceitos, interesses de diferentes atores. Uma visão múltipla, que resolvemos nos apropriar.

Nosso ponto de partida foi orientado por autores que destacam que as características

do espaço público têm influência na ocorrência de delitos e na consequente sensação de segurança dos lugares. Jane Jacobs (2000)¹ defende que os seguintes elementos contribuem para a segurança da cidade:

- Controle da rua pelos próprios residentes; ela chama esse controle “natural” do espaço público de “olhos para a rua”, pois faz referência às possibilidades que os ocupantes do lugar dispõem de observar a movimentação de pessoas, de forma que potenciais delinquentes evitem agir sob esse “olhar”.
- Adensamento: refere-se à concentração de pessoas em determinado espaço através de edificações mais altas, em oposição aos modelos de ocupação excessivamente dispersos na cidade. Essa concentração proporciona espaços públicos mais movimentados e ocupados por maior número de pedestres, o que também tende a afastar a ação de delinquentes, que não desejam ser observados durante a ação criminosa.
- Uso contínuo dos espaços: a utilização dos espaços urbanos em diferentes horas do dia e da noite devido a diversidade de usos proporciona maior segurança devido à presença constante de “olhos” vigilantes.
- Diversidade de uso: um espaço urbano com diferentes atividades (comércio, serviços, escolas, residências, etc.) proporciona variedade de pessoas circulando nas ruas em diferentes horários, evitando que, em determinados momentos, os espaços públicos se apresentem vazios de transeuntes, o que, segundo a autora, seria o cenário para incivilidades.
- Demarcações claras entre espaço público e privado: tais demarcações são materializadas através da identificação clara das transições entre espaços públicos e privados com a utilização de elementos construídos como cercas, jardins frontais, pavimentação de calçadas. As delimitações podem ou não constituir barreiras de acesso (como no caso dos portões), mas constituem principalmente uma mensagem aos visitantes do espaço: “este lugar está sendo cuidado (e vigiado) por alguém”. Um exemplo de demarcação espacial sem a utilização de barreiras ao acesso seria o cuidado com o jardim frontal, a boa manutenção de fachadas, as boas condições do calçamento. Essas e outras medidas trariam maior segurança para o ambiente construído por afastar potenciais delinquentes pelo mesmo princípio já citado nos itens anteriores:

¹ A edição brasileira de “Morte e vida de grandes cidades” surgiu no ano 2000, mas o original foi escrito em 1961, nos EUA.

eles não desejam ser vistos durante a ação criminosa.

Esses “princípios” de promoção de segurança e de sensação de segurança são amplamente utilizados por planejadores urbanos e resumem diversas teorias desenvolvidas sobre o tema da prevenção do delito no espaço urbano, como os Espaços Defensáveis de Oscar Newman (1973).

Um observador interessado poderá notar que as características ambientais relacionadas por Jacobs (2000) diferem bastante dos espaços urbanos vizinhos aos condomínios residenciais horizontais existentes nas grandes cidades, apresentando características que o isolam do entorno, como o cercamento do terreno por muros altos, o controle de acesso organizado (feito por funcionários), o afastamento dos centros urbanos, oferecendo aos moradores poucas oportunidades de controle “natural” do espaço público.

Teresa Caldeira (2007) descreve as relações que os condomínios fechados estabelecem com a cidade, com o entorno e com a cultura do automóvel. Esses enclaves² fortificados, propriedades privadas de uso coletivo, possuem características que enfatizam o valor do que é privado e restrito, estão fisicamente isolados por muros e cercas, possuem controle de acesso organizado, impõem regras de inclusão e exclusão. Os condomínios fechados não pertencem ao seu entorno imediato, mas voltam-se para seu interior e desvalorizam o que é público e aberto à cidade. Caldeira (2007) realizou um estudo bastante completo sobre as relações do espaço público com os enclaves, e nos servimos dele para compreender representações de segurança nesses espaço.

2. Metodologia

Buscando investigar de que formas a sociedade em geral, os moradores e o poder público veem os condomínios e suas representações de segurança, realizamos uma pesquisa documental baseada nas publicações da imprensa paranaense. Buscamos o acervo da Biblioteca Pública do Paraná, divisão Paranaense, onde bibliotecários catalogam e guardam recortes dos jornais da imprensa local³, classificando-os por assuntos gerais. Esses “dossiês” são mantidos em pastas disponíveis para consulta pública, e um índice relaciona os assuntos possíveis de serem pesquisados em tais pastas.

Assim, pesquisamos o termo “Condomínios” no índice catalográfico e obtivemos uma

² en.cla.ve s.m. Geogr. Território ou trato de terra de um país, encerrado no território de outro.

³ Foram considerados locais os jornais de impressão e circulação na cidade de Curitiba e Região Metropolitana.

pasta de recortes de jornais sobre o tema. Os recortes disponíveis no acervo foram publicados em dois periódicos de circulação estadual: O Estado do Paraná e Gazeta do Povo, sendo que, neste caso, algumas matérias foram produzidas com a colaboração de jornalistas da Folha de Londrina. Descartadas as matérias sobre assuntos irrelevantes para nossa pesquisa⁴, selecionamos vinte e dois artigos. A maior parte das reportagens selecionadas traz o condomínio horizontal de residências isoladas ou em série como foco de atenção, mas referências aos condomínios verticais (edifícios de apartamentos) também aparecem.

Os assuntos abordados foram agrupados e estão relacionados e descritos no Quadro 1, totalizando cinco categorias de representações de segurança e vida em condomínio. Também relacionamos o título das matérias publicadas, textos de destaque (chamados de *Lead* na linguagem jornalística), além de nome do veículo, data de publicação e Editorial (seção do jornal) em que se encontra inserida a matéria. Enquanto o Título permite ao leitor identificar o assunto da matéria, o *Lead* proporciona um texto-síntese da notícia publicada, procurando identificar itens básicos da informação ao responder perguntas como “O quê?” “Onde?”, “Quem?”, “Quando?”, “Como?” e “Por quê?”. Já o Editorial permite identificar em que contexto o assunto se insere dentro do jornal, e a que seção pertence, com que intenção ou recorte o jornalista e o editor colocaram a matéria naquele caderno ou página. Dependendo da intenção do editor, o mesmo artigo pode, por exemplo, estar inserido no Caderno Imobiliário ou no suplemento “Viver Bem”.

RELAÇÃO DAS MATÉRIAS CONSULTADAS E DADOS DE PUBLICAÇÃO, AGRUPADAS POR CATEGORIAS

No.	CATEGORIA	TÍTULO DO ARTIGO	CABEÇALHO OU TEXTO DE DESTAQUE	VEÍCULO	DATA	EDITORIAL
1	A Empreendimento Alphaville Graciosa	Alphaville Graciosa chega para revolucionar conceito de moradia	não consta	O Estado do Paraná	13/04/2000	não consta
2	A Empreendimento Alphaville Graciosa	Alphaville começa a sair do papel	Empreendimento fez a entrega, ontem, de rodovia de acesso ao condomínio	O Estado do Paraná	30/06/2000	não consta
3	A Empreendimento Alphaville Graciosa	Alphaville harmoniza convivência	Condomínio vai oferecer cursos profissionalizantes para seus vizinhos	O Estado do Paraná	07/03/2001	não consta
4	A Empreendimento Alphaville Graciosa	Região metropolitana em evidência	Setor de condomínios horizontais toma rumo para locais mais afastados do Centro de Curitiba	Gazeta do Povo	04/08/2002	Mercado
5	A Empreendimento Alphaville Graciosa	Desenvolvimento em meio ao verde	Há uma ilha de tranquilidade se formando em uma área de 2,5 milhões de metros quadrados a 16 quilômetros do centro de Curitiba. É o Alphaville Graciosa, condomínio de alto padrão lançado há seis anos na capital paranaense que aos poucos se desenvolve a ponto de se tornar um pequeno bairro auto-suficiente [sic]	Gazeta do Povo	25/06/2006	Classificados Imóveis

⁴ Os temas considerados irrelevantes foram: inadimplência no pagamento das taxas, formas de mediação de conflitos entre moradores e etiqueta entre vizinhos.

RELAÇÃO DAS MATÉRIAS CONSULTADAS E DADOS DE PUBLICAÇÃO, AGRUPADAS POR CATEGORIAS

No.	CATEGORIA	TÍTULO DO ARTIGO	CABEÇALHO OU TEXTO DE DESTAQUE	VEÍCULO	DATA	EDITORIAL
6	B Estilo de vida entre muros	Vida entre muros	Há 30 anos, o apelo dos condomínios fechados era a qualidade de vida. Hoje, mais do que o lazer e o contato com a natureza, a segurança é o atrativo. Esses oásis urbanos caíram no gosto do curitibano e criaram um impasse: de um lado moradores satisfeitos, de outro especialistas preocupados com o aumento de fortalezas privadas. [...]	Gazeta do Povo	30/05/2009	Viver Bem
7	B Estilo de vida entre muros	Curtindo as férias sem sair de casa	Acampamento, maratona, cabo de guerra e futebol são alguns dos passatempos	Gazeta do Povo	16/07/2000	Imobiliário
8	B Estilo de vida entre muros	Longe do Centro, perto da Natureza	Lado Norte da cidade e Região Metropolitana recebem empreendimentos que prezam pela qualidade de vida	Gazeta do Povo	21/07/2002	Moradia
9	B Estilo de vida entre muros	Em clima de interior	Fenômeno dos centros urbanos, condomínios fechados conquistam famílias que buscam segurança e espaço para que seus filhos brinquem à vontade	Gazeta do Povo	05/02/2012	Viver Bem
10	B Estilo de vida entre muros	Não verás cidade como esta	Ao migrar para condomínios fechados, classes médias fecham as portas e os olhos para as mazelas urbanas	Gazeta do Povo	11/02/2007	Paraná
11	B Estilo de vida entre muros	Casa com quintal. E muro alto	A classe média vai ao paraíso. Nos últimos anos, a febre de condomínios fechados pegou de jeito famílias com renda média entre R\$2mil e R\$5mil [...].	Gazeta do Povo	11/02/2007	Paraná
12	C Usurpação de patrimônio público	Prefeitura faz pesquisa para saber se é dona de área no Batel	Condomínio que fechou parte da Al. Dom Pedro II se diz dono do local	Gazeta do Povo	09/08/2000	Urbanismo
13	C Usurpação de patrimônio público	Esta rua é minha!	A partir de um acordo, vizinhos impedem o acesso às ruas onde moram, transformando vias públicas de Curitiba em condomínios fechados. Projeto de lei que permitiria o que já ocorre na prática deve ser votado em breve	Gazeta do Povo	11/05/2010	Vida e Cidadania
14	C Usurpação de patrimônio público	Justiça veta derrubada de araucárias	não consta	Gazeta do Povo	18/09/2010	Vida e Cidadania
15	C Usurpação de patrimônio público	Condomínios de luxo fecham ruas e ferem a lei em Curitiba	Construção de guaritas, cancelas e portões em vias públicas é frequente na capital	Gazeta do Povo	10/08/2005	Urbanismo
16	D Segurança do condomínio, rotinas e artefatos tecnológicos	Condomínios mudam rotina e obtêm mais segurança com pouco gasto	Procura por empresas especializadas cresce; SECOVI mantém curso para porteiros	Gazeta do Povo	22/07/2003	Prevenção
17	D Segurança do condomínio, rotinas e artefatos tecnológicos	Condomínio mais seguro	Pequenos cuidados podem ser decisivos para evitar assaltos em edifícios	Gazeta do Povo	17/02/2002	Caderno Imobiliário
18	D Segurança do condomínio, rotinas e artefatos tecnológicos	Condomínio de luxo é assaltado em Curitiba	Polícia tenta identificar ladrões a partir de banco de imagens. Vítima diz que bandidos agiram com tranquilidade e frieza	Gazeta do Povo	16/09/2010	Vida e Cidadania
19	D Segurança do condomínio, rotinas e artefatos tecnológicos	Condomínios não estão livres da violência	Falhas humanas expõem vulnerabilidade de edifícios e conjuntos residenciais de alto padrão	Gazeta do Povo	13/01/2009	não consta
20	E Condomínios e mercado imobiliário: tendências, direções	Casas ganham espaço no Ecoville	Região, conhecida pelos prédios de alto padrão, começa a receber condomínios horizontais	Gazeta do Povo	04/06/2003	Mercado

RELAÇÃO DAS MATÉRIAS CONSULTADAS E DADOS DE PUBLICAÇÃO, AGRUPADAS POR CATEGORIAS

No.	CATEGORIA	TÍTULO DO ARTIGO	CABEÇALHO OU TEXTO DE DESTAQUE	VEÍCULO	DATA	EDITORIAL
21	E Condomínios e mercado imobiliário: tendências, direções	Do terreno até a entrega da casa	Empresas do setor imobiliário apostam no sistema “solução completa de moradia”	Gazeta do Povo	04/05/2003	Mercado
22	E Condomínios e mercado imobiliário: tendências, direções	As muitas cidades de Curitiba	Supercondomínios abrigam até 2,7mil moradores. Conforto e segurança são atrativos, mas também há problemas para administrar	Gazeta do Povo	08/05/2011	Vida e Cidadania

Quadro 1: Listagem das matérias selecionadas e agrupadas por categorias, totalizando 22 artigos publicados entre 2000 e 2012 e selecionados na pasta de recortes “Condomínios” da Biblioteca Pública do Paraná.

Na pasta consultada, os artigos mais antigos são do ano 2000, levando a crer que o dossiê “Condomínios” passou a ser elaborado neste ano. Ainda que condomínios fechados existam na cidade de Curitiba desde a década de 1970, nesse mesmo ano 2000 aconteceu o lançamento do Alphaville Graciosa, em Pinhais-PR (município da região metropolitana de Curitiba), por isso o adotamos como possível marco inaugural da “moda” do condomínio fechado. O Alphaville Graciosa é o primeiro condomínio de grandes dimensões e infraestrutura complexa, a exemplo do Alphaville em Barueri, região metropolitana de São Paulo-SP quem inaugurado em 1974, direcionou a ocupação e o desenvolvimento urbano, tornando-se uma referência na paisagem da cidade.

3. Categorias de representação de segurança e estilo de vida

3.1. Categoria A: Empreendimento Alphaville Graciosa

As matérias que se referem ao lançamento do empreendimento Alphaville Graciosa trazem representações da vida no condomínio como “revolucionário conceito de moradia”, “um milhão de metros quadrados de área verde” e “opções de comércio, serviços e lazer”, como o título da matéria mostrada na imagem abaixo. Arlete Rodrigues (2007) descreve morar como necessidade básica, equivalente a comer e dormir, infracionável e constante. Não se pode “morar hoje” e “amanhã não morar”. “É sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço” (RODRIGUES, 2007). Considerar o Alphaville Graciosa “um revolucionário conceito de moradia” num discurso que remete a uma mudança drástica de estilo de vida, constitui uma teatralização proposital para chamar a atenção do leitor. A escolha do nome do empreendimento faz referencia à Estrada da Graciosa, que passa em frente à gleba, conhecida na região por ser florida, romântica, preservada e de circulação restrita dada à pavimentação antiga em paralelepípedos de pedra. Tudo para remeter ao estilo de vida “diferenciado” que deverá ser oferecido aos moradores do empreendimento.



Imagem 1: Matéria do jornal O Estado do Paraná em 13/04/2000: revolução no conceito de moradia.

A gleba onde se situa o empreendimento está bastante isolada do comércio e serviços locais, de forma que foi necessário aos investidores criar um shopping dentro do condomínio, além de edifícios corporativos para suprir a carência de atividades correlatas na área vizinha ao Alphaville⁵.

Enquanto as matérias de números 1 a 4, publicadas entre 2000 e 2002, evidenciam o lançamento do empreendimento e as expectativas de desenvolvimento urbano, qualidade de vida, contato com a natureza e segurança, a reportagem de número 5 (Desenvolvimento em meio ao verde, 2006) procura evidenciar a consolidação do Alphaville como opção de escolha de moradia, reforçando o caráter publicitário da reportagem.

“Para ela [a moradora], a sensação de segurança é uma das virtudes do Alphaville. ‘Aqui é possível caminhar tranquilamente à noite, algo impossível de fazer no Parque Barigüi, por exemplo’, destaca a moradora.”

GAZETA DO POVO, Classificados Imóveis, 25/06/2006, p. 4 e 5.

O investimento em infraestrutura para o empreendimento previu pavimentação do trecho urbano da Estrada da Graciosa, rede de água, rede elétrica, iluminação e esgotamento sanitário. Um clube com campo de golfe também foi executado, tornando o condomínio uma ilha de desenvolvimento e riqueza na região marcada pela vizinhança da Vila Zumbi dos Palmares, um assentamento espontâneo e pobre. Visando amenizar o contraste entre condomínio para ricos e a favela, as matérias enfatizam a iniciativa dos incorporadores de criar um centro de convivência e formação profissional na Vila Zumbi que, segundo eles, irá suprir a carência de mão de obra para serviços domésticos dos moradores do novo condomínio e “representa um passo importante na recuperação da autoestima e, conseqüentemente, exercício de cidadania a grande parte da comunidade” (O ESTADO DO

⁵ Consideramos neste trabalho “vizinhança” a área equivalente a dois quilômetros de distância do empreendimento, por ser passível de se percorrer em cerca de 30 minutos de caminhada leve.

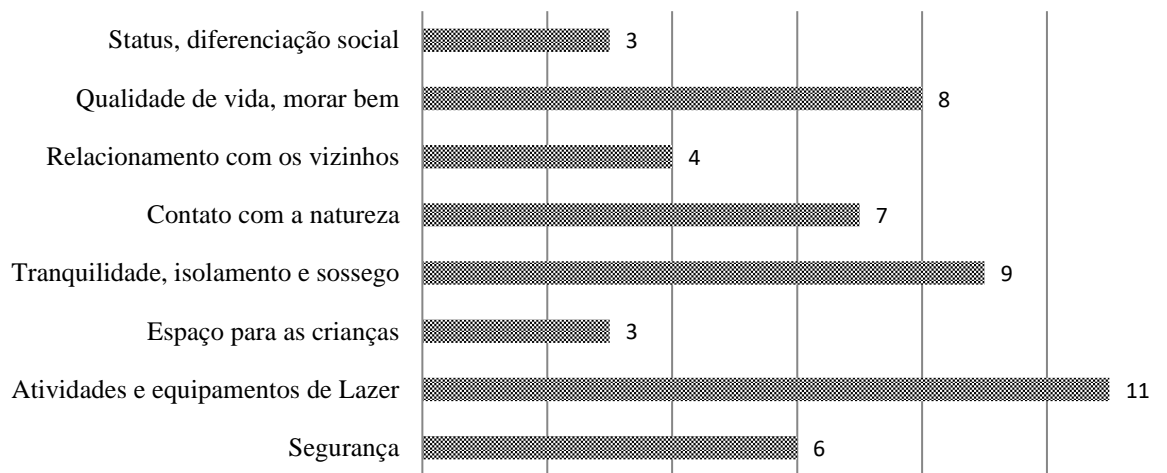
PARANÁ, 13/04/2000, pág. 14). O comentário do incorporador e a iniciativa de criar o centro de convivência deixam entrever alguns conceitos e preconceitos sobre as representações da vida em condomínio e representações da segurança que esse tipo de empreendimento oferece. Por exemplo, o discurso nas matérias sugere que os moradores de baixa renda da região representam uma ameaça aos moradores ricos do condomínio e devem ser “educados” de forma a respeitar limites e não praticar incivildades; também implica que o modelo de vida em condomínio depende de trabalhadores domésticos: seguranças, babás, empregadas, jardineiros, que devem ser treinados para trabalhar nas casas. Uma contrapartida “social” deve ser oferecida à sociedade em troca da ocupação e fechamento da gleba e de suas áreas verdes. Tal contrapartida também seria utilizada para selar acordos entre a incorporadora e o poder público, que se torna responsável pela administração do centro de convivência, oferta de cursos e manutenção. Essa negociação tem como objetivo garantir a sensação de segurança necessária ao sucesso do empreendimento.

Segundo Teresa Caldeira (2007, pág. 329), as pessoas pagam para viver isoladas e evitar contatos socialmente indesejáveis com pessoas mais pobres, mas o estilo de vida em condomínios da classe alta brasileira ainda depende desses empregados pobres, que alimentam relações ambíguas de dependência, intimidade e desconfiança. Essas relações são igualmente marcadas por contradições decorrentes do controle de acesso: atribui-se aos funcionários de segurança privada o direito de sujeitar outros trabalhadores domésticos, entregadores e mensageiros a uma sucessão de rituais de identificação e humilhação.

3.2. Categoria B: Estilo de vida entre muros

A categoria B relacionada no **Erro! Fonte de referência não encontrada.** é um grupo de reportagens que foca principalmente nas “virtudes” da vida em condomínio. Segurança, atividades e equipamentos de lazer, espaço para as crianças, tranquilidade, isolamento, contato com a natureza, relacionamento próximo com os vizinhos, qualidade de vida, comércio e serviços próximos e diferenciação social estão entre as vantagens de se viver em condomínio mais citadas nas reportagens que se agrupam nessa categoria. Títulos como “Longe do centro, perto da Natureza” e “Em clima de interior” reforçam o discurso de diferenciação e qualidade de vida e são usados como artifícios para chamar a atenção do leitor.

O Quadro 2 mostra as principais referências a cada representação da vida em condomínio e a quantidade de vezes que aparece nas matérias da categoria B.



Quadro 2: Representações do estilo de vida em condomínio que mais aparecem nas reportagens.

As reportagens 6 e 9, publicadas no suplemento semanal *Viver Bem*, são as que mais evidenciam tais virtudes, talvez por ser esse caderno espaço para reportagens relacionadas ao estilo de vida contemporâneo e por ceder mais espaço para os jornalistas (três e quatro páginas, respectivamente). A reportagem número 7 descreve as atividades esportivas, de lazer e sociais desenvolvidas pelos moradores e demonstra a vontade dos moradores de se isolar entre iguais, de homogeneidade social e de evitar contatos indesejáveis com pessoas estranhas. As justificativas apresentadas para esse comportamento são, principalmente, a sensação de segurança e a possibilidade de deixar os filhos brincarem em contato com a natureza. Ilustrada com fotografias de crianças aproveitando as férias sem sair de casa, traz narrativas sobre alguns moradores:

“Seus três filhos passaram a infância e a adolescência compartilhando seus momentos de lazer com os pais e outras crianças, sem sair do condomínio em que moravam. Propostas de viagens e acampamentos eram negados em favor de permanecerem em casa”.

“Meus filhos criaram identidade graças a tudo que viveram no condomínio. [...] Eles têm liberdade com segurança.”

GAZETA DO POVO, Caderno Imobiliário, 16/07/2000, pág. 1.

O convívio com os vizinhos parece ser um fator de importância na escolha pela vida entre muros, visto que muitas reportagens trazem comentários a esse respeito, ilustrando adultos e crianças que desfrutam de amizades mais próximas nesses ambientes, desenvolvendo atividades de lazer coletivas, especialmente em condomínios de casas isoladas. Referências ao ganho de qualidade de vida, em geral relacionados à possibilidade de contato com a natureza, aparecem nas reportagens relacionadas ao convívio amistoso que seria impossível numa rua pública. Apenas uma reportagem faz menção à potencial perda de privacidade que morar num conjunto de casas muito próximas pode trazer, ponderando que o

ganho em segurança deve compensar.

A proximidade da natureza aparece com frequência nas matérias pesquisadas. Preservar áreas onde há bosques cadastrados e nascentes é obrigatório, de forma que os condomínios residenciais cujas glebas possuem tais características necessariamente irão oferecer convívio com a natureza. Talvez os incorporadores preferissem urbanizar e comercializar a totalidade do terreno, mas são obrigados pelas leis a oferecer experiências bucólicas aos moradores. O mesmo vale para os equipamentos de lazer, que são obrigatórios pela legislação municipal, tanto para recreação coberta quanto descoberta.

Dois reportagens (números 10 e 11) desta categoria também trazem aspectos negativos de se viver entre muros, enfatizando a distância até o trabalho e a carência de estabelecimentos comerciais e supermercados nas redondezas. Apresentando ponderações e reflexões sobre o isolamento da convivência entre muros, enfatizam a opinião de psicólogos, urbanistas e geógrafos sobre as consequências para o desenvolvimento das crianças e os obstáculos na malha urbana. Tudo focando nas contradições de se viver encastelado numa sociedade que, ainda que democraticamente, requer comportamentos cada vez mais individualizados. Essas duas matérias foram elaboradas pelo mesmo jornalista (hoje colunista do Jornal Gazeta do Povo) José Carlos Fernandes, e possuem um caráter mais opinativo e interpretativo, quase de crônica, evidenciados pelos seus cabeçalhos (ver Quadro 1).

Ruas desertas, onde somente veículos automotores trafegam em horários definidos, tornam-se perigosas mesmo durante o dia, de forma que os próprios moradores dos condomínios se sentem inseguros em passar por elas à pé. A presença de controle de acesso rígido na entrada dos condomínios ameniza a sensação de insegurança que o próprio espaço público circundante ao condomínio traz, mas esse efeito só beneficia os moradores, não os eventuais vizinhos que possuam casas isoladas e voltadas à via pública. Na área externa aos condomínios fechados, por exemplo, é comum encontrar apenas as muralhas e cercas elétricas, sem nenhum sinal de cuidado que enfatize que o espaço é vigiado pelos proprietários, de forma que o espaço público se torna, por consequência, abandonado e favorável à prática de incivildades.

A distância dos grandes condomínios aos núcleos urbanos, onde as pessoas trabalham, estudam e fazem suas compras, torna o deslocamento de carro quase que obrigatório devido à falta ou a precariedade de transporte público. Curiosamente, referências à proximidade ao transporte público parecem importantes para os moradores dos condomínios, mas um olhar mais atento percebe que a principal preocupação deles é de como seus funcionários

domésticos irão ao trabalho.

A movimentação à pé nas ruas próximas a condomínios restringe-se justamente a esses trabalhadores, seja em deslocamento para os seus empregos, seja em atividades relacionadas a eles, como passear cachorros e vigiar crianças. O abandono desse espaço público pelos próprios moradores também prejudica o pequeno comércio da região (quando existe), que, apesar de inserido em regiões de alta densidade, não atrai compradores, atraídos pelos grandes complexos comerciais para fazer suas compras. A lógica parece ser: já que as pessoas estão trafegando de carro, é natural parar para comprar o que quer que seja onde houver estacionamento, segurança privada e, principalmente, onde a diferenciação social de se circular somente de carro se mantenha; não há razão para se estacionar o carro na rua em frente a uma mercearia se o hipermercado fica a alguns quarteirões de distância. Ainda sobre a utilização do carro, percebe-se que as rotinas criadas pelas famílias para vencer seus compromissos de trabalho dos pais e atividades dos filhos passa a se concentrar em deslocamentos de carro cuidadosamente refletidos e cronometrados. É comum, nas reportagens, pessoas manifestarem que é preciso se planejar para sair do condomínio (por causa da distância) de forma que evitam deixar suas casas ou apartamentos.

3.3. Categoria C: Condomínios e usurpação de patrimônio público

Neste texto, a usurpação do patrimônio público por parte dos proprietários de imóveis em condomínios diz respeito aos artigos 190 e 191 do Código de Posturas do Município de Curitiba – Lei 11095/2004. Estes artigos consideram “usurpação” a construção de muros, portões e outras construções sobre o logradouro público, assim como o impedimento da circulação de pessoas e veículos nas vias obstruídas por tais construções⁶.

Quatro matérias (números 12 a 15) selecionadas na pasta “Condomínios” trazem narrativas sobre loteamentos e edifícios que bloquearam ruas públicas, transformando-as em acessos particulares, e abordam não somente a ilegalidade do ato, mas também os benefícios que esse bloqueio poderia trazer aos moradores, especialmente no que se refere à segurança.

Um caso bastante conhecido na cidade de Curitiba é o Condomínio Springfield, cuja área de lazer foi construída sobre a Rua D. Pedro II, no bairro Batel, nos anos 1970, impedindo o acesso entre as ruas Teixeira Coelho e Francisco Rocha. A matéria 12 relata que,

⁶ A prática de obstruir ruas para controlar o acesso é passível de regularização em São Paulo-SP, o que motivou vereadores de Curitiba a apresentar projeto de lei similar para regulamentar o fechamento de logradouros sem saída, o que atingiria cerca de 2500 ruas na cidade. O projeto foi aprovado na Câmara de Vereadores, mas foi vetado por inconstitucionalidade pelo poder executivo.

apesar de protestos de outros moradores da região e do envolvimento de atores políticos na questão, a Prefeitura não desobstruiu a área, permanecendo o impasse sobre a propriedade do trecho de rua e sobre o impedimento de se executar um binário⁷ com a Avenida Batel, paralela ao logradouro.



Imagem 2: Reportagem No. 12 sobre o condomínio Springfield.

Juntamente com a reportagem de número 15, a matéria sobre o Springfield está inserida no caderno intitulado “Urbanismo” da Gazeta do Povo. A intenção do editor seria, ao que parece, enfatizar informações sobre a legislação vigente. As matérias, de caráter informativo e interpretativo, buscam contrapor as justificativas – melhorar a segurança – com a irregularidade de se fechar ruas com portões e guaritas, transformando o espaço público em espaço exclusivo de alguns moradores.

As justificativas para se construir muros, cercas e portões impedindo o acesso a um determinado conjunto de ruas estão associadas à melhoria de segurança, à tranquilidade de deixar as crianças brincarem na rua e ao afastamento de pessoas indesejáveis como pedintes, usuários de entorpecentes ou ladrões. Na citação abaixo, de Fabiane Menezes, há uma descrição da justificativa que os moradores de uma rua fechada no bairro Orleans apresentaram para fechar o acesso à área de bosque existente no fim da rua:

Com a rua fechada, tudo parece bem. “Não temos mais preocupação. Quase todo mundo tem criança e agora elas podem brincar sem problemas”, diz a [...] moradora da rua [...].

GAZETA DO POVO, Vida e cidadania, 11/05/2010, pág. 4.

Com essas justificativas, loteamentos abertos são transformados em condomínios

⁷ Binário é o termo utilizado para o conjunto de duas vias em sentidos opostos, sendo que uma delas conduz em sentido Centro da cidade – Bairros e a outra em sentido Bairros – Centro da Cidade. Solução urbanística bastante adotada em Curitiba com a justificativa de desafogar o trânsito, mas também criticada por elevar a velocidade das vias, eliminar bolsões de estacionamento e diminuir a segurança.

fechados, ainda que a descrição nos registros imobiliários não mencione controle de acesso ao lote e as vias de acesso sejam de domínio público. A Secretaria Municipal de Urbanismo de Curitiba (SMU) tem como prática a notificação da infração às associações de moradores de casas em situação irregular, mas apenas o faz mediante denúncia; isso implica que pessoas que se sintam prejudicadas pelo fechamento da rua formalizem uma reclamação junto à Prefeitura e que a Procuradoria do Município abra um processo. Além de ferir o Código de Obras municipal, o fechamento de vias públicas por um grupo de moradores fere o direito constitucional de ir-e-vir. O poder público, porém, tende a tolerar a infração devido às diversas oportunidades de recurso aos processos judiciais. Mesmo aplicando multas, os moradores preferem pagá-las a retirar seus portões, guaritas e vigilantes particulares.

3.4. Categoria D: Segurança do condomínio, rotinas e artefatos tecnológicos

Como já vimos, a preocupação com a segurança é uma das principais justificativas para a construção de condomínios fechados, por quem o elege para habitar e por quem se apropria da via pública para controlar o acesso; assim, segurança é a principal das justificativas para a instalação de artefatos tecnológicos e estabelecimento de rotinas de controle de acesso nos condomínios residenciais, segundo as matérias da Categoria D.

As reportagens que abordam o assunto e repercutem os casos de assaltos a edifícios de alto padrão na cidade de Curitiba apresentam instruções para melhorar a segurança. Modificar a rotina, impedindo que entregadores e funcionários de empresas de manutenção ou de concessionárias de energia e telefone entrem no prédio sem prévia confirmação do morador aparece como item fundamental; identificar os visitantes e retê-los na portaria antes de o morador permitir o acesso ao edifício ou casa aparecem nas reportagens como funções do porteiro; a ele também cabe: anotar os dados de quem entra no edifício (uma vez que não é permitido reter os documentos dos visitantes), verificar a movimentação próxima aos acessos e controlar os prestadores de serviço doméstico, mantendo um cadastro e identificando-os a cada entrada e saída.

A reportagem No. 17 traz recomendações de segurança e orientações do SECOVI-PR (Sindicato da Habitação do Paraná). A lista de orientações referentes aos empregados domésticos é ampla, depositando na figura das faxineiras e babás suspeitas e preconceitos. Recomenda-se, por exemplo, que elas não fiquem sozinhas no imóvel e que não possuam as chaves do apartamento. Essas recomendações são particularmente difíceis de serem respeitadas, uma vez que a função das empregadas domésticas é justamente executar esse trabalho para que os donos da casa – especialmente as mulheres – possam trabalhar fora.

Outros funcionários, como porteiros, zeladores, manobristas e vigias também devem ser cuidadosamente escolhidos, fichados e vigiados pelos moradores.

Para os condôminos, a principal orientação trata de como colaborar com o porteiro no caso de visitas e entregas, autorizando o acesso ou se dirigindo à portaria para recebê-los. Também se apresentam informações de como acessar a garagem e manter os bens trancados.

Segundo CALDEIRA, as regras e leis internas estabelecidas nos condomínios procuram amenizar os conflitos internos; transgressão e delinquência juvenil são problemas que substituem as questões de segurança relacionadas aos estranhos ao condomínio. Ainda segundo a autora, (2007, p. 329), as pessoas pagam para viver isoladas e evitar contatos socialmente indesejáveis com pessoas mais pobres, mas o estilo de vida em condomínios da classe alta brasileira ainda depende desses empregados pobres, que alimentam relações ambíguas de dependência, intimidade e desconfiança. Essas relações são igualmente marcadas por contradições decorrentes do controle de acesso: atribui-se aos funcionários de segurança privada o direito de sujeitar outros trabalhadores domésticos, entregadores e mensageiros a uma sucessão de rituais de identificação e humilhação.



Imagem 3: Procedimentos e artefatos tecnológicos aparecem entre as orientações para se obter mais segurança.

Os artefatos tecnológicos de apoio à segurança aparecem nas recomendações das matérias, desde iluminação eficiente até a instalação de sofisticados sistemas de monitoramento à distância através de câmeras e gravação. As informações e “dicas” a esse respeito procuram enfatizar que a participação das pessoas que frequentam o condomínio seria mais efetivo na promoção da sensação de segurança do que a instalação de artefatos tecnológicos. O “pouco gasto” a que se refere o título da matéria na Imagem 3 trata apenas de mudanças de rotinas, pois equipamentos de apoio à segurança, especialmente câmeras e alarmes, não funcionam sem a intervenção de seguranças que se dirijam ao condomínio em caso de movimentações suspeitas; cria-se a necessidade de contratar um serviço de vigilância privada, gerando custos elevados para os condôminos e novas preocupações com relação aos

prestadores de serviços.

Oscar Newman (1973) refere-se aos espaços defensáveis como aqueles em que se pode ter algum controle, onde a territorialidade latente e o senso de comunidade dos habitantes reflete-se na responsabilidade de garantir um espaço residencial seguro, produtivo e bem conservado. O potencial criminoso percebe que tal espaço é controlado pelos seus residentes e naturalmente afasta-se para cometer um delito em outro lugar⁸.

3.5. Categoria E: Condomínios e mercado imobiliário: tendências, direções

Essa categoria engloba algumas matérias que se referem a implantação de novos condomínios e tendências de localização dentro do território urbano. Uma das tendências citadas pela reportagem no. 21 ressalta a preferência de alguns compradores de adquirirem não somente o lote, mas também a casa pronta e personalizada nos condomínios fechados, evitando o incômodo das obras e os riscos da administração da construção, que ficam a cargo de quem comercializa a residência.

A ocupação na cidade é definida pela Lei de Zoneamento, instrumento delineado a partir do Plano Diretor, ambos previstos na Lei 10257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade. O território possui limites de expansão, assim como regras de construção que definem recuos, afastamentos de divisas, altura da edificação, usos permitidos. Em Curitiba, o preço da terra urbana fica bastante atrelado, dentre outros determinantes, ao potencial construtivo, que se refere ao coeficiente de aproveitamento da área do lote; o potencial construtivo de um determinado lote pode ser, inclusive, alterado se forem adquiridas cotas de coeficiente de aproveitamento, aumentando possibilidade de altura de edifícios e densidade de edificações.

Algumas áreas da cidade, os chamados eixos estruturais, além de concentrarem maior qualidade e quantidade de infraestrutura urbana⁹ e também permitem potencial construtivo mais alto, alcançam valores elevados no mercado imobiliário. Para a construção de novos condomínios horizontais seria, a princípio, mais barato ocupar lotes distantes dos eixos estruturais com menor potencial construtivo, viabilizando o empreendimento. Outro caminho seria a ocupação de glebas na região metropolitana da cidade, ou ainda o parcelamento e urbanização de áreas rurais. Tais empreendimentos, portanto, seriam implantados o mais longe possível da infraestrutura urbana existente, tornando necessária a instalação de novas redes, a pavimentação de novas vias, a implementação de linhas de transporte coletivo, etc.,

⁸ Aqui nos referimos à ação delitiva correspondente a furto simples, e não às ações organizadas de quadrilhas armadas.

⁹ Aqui entendemos o termo “infraestrutura urbana” como redes de água, esgoto, eletricidade, telefonia, transporte coletivo, equipamentos de lazer, escolas, hospitais, etc.)

forçando a repetição do investimento (público e privado) em infraestrutura para o atendimento de novas áreas, o que faz parte do crescimento normal da cidade.

A lei de Zoneamento define também em que áreas do território urbanos se pode obter alvará de funcionamento para comércio e serviços, que, por sua vez, acompanham fluxos de crescimento de forma distinta da construção de novas moradias, seguindo diferentes determinantes para sua distribuição na cidade. Podem se concentrar em regiões onde a quantidade de clientes permite a viabilidade dos negócios, ou ainda eleger a proximidade de outra empresa para se instalar. Com loteamentos residenciais (e condomínios) se dirigindo para longe das áreas atendidas pelo comércio e serviços, essas novas ocupações tendem ao uso exclusivamente residencial e exigem dos moradores grandes deslocamentos para obter os mais simples produtos ou serviços, como panificadoras e farmácias.

Outra tendência que aparece nas matérias da categoria E é a implantação de casas individuais no Ecoville¹⁰, área reconhecida pela concentração de torres residenciais de alto padrão, conforme a reportagem no. 20. Como os terrenos próximos do eixo estrutural têm alto potencial construtivo, sendo mais vantajoso construir grandes torres residenciais, os condomínios residenciais ficam automaticamente mais afastados do eixo estrutural. Essa região possui características bem particulares, como a quase inexistência de comércio vicinal mesmo na vizinhança dos grandes edifícios de apartamentos.

A diversidade de uso já foi citada nesse texto como uma das determinantes da sensação de segurança dos espaços públicos na cidade, permitindo, conforme concordam Jacobs (2000), Newman (1973) e Caldeira (2007), uma ocupação territorial mais sustentável e a criação de comunidades efetivamente mais seguras para seus moradores.

A terceira matéria da categoria E que recebe nossa atenção é a no. 22, “As muitas cidades de Curitiba”, que trata dos “supercondomínios”, minicidades com mais de 250 unidades habitacionais que, segundo a reportagem, eram em número de 78 até maio de 2011, data da publicação. Algumas das justificativas para o isolamento em condomínios horizontais se aplicam aos conjuntos verticais adensados, que chegam a ter 2700 moradores: segurança, áreas de lazer, espaço para as crianças. A reportagem não cita, porém, tranquilidade, contato com a natureza, status social e qualidade de vida como representações da vida em “supercondomínios”. A opinião de urbanistas e arquitetos também aparece na reportagem, com críticas ao modelo de isolamento.

¹⁰ Ecoville é o nome usual para a área próxima ao eixo estrutural da Av. Dep. Heitor Alencar Furtado, que passa pelos bairros Campina do Siqueira, Campo Comprido e Mossunguê, mas não é um bairro propriamente dito.

“Esses projetos não oferecem qualquer contribuição urbanística e promovem o esvaziamento da rua, o que gera insegurança. Fechar-se em um condomínio provoca a morte do comércio, do bairro, da cidade”, critica o coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Positivo, Orlando Pinto Ribeiro. Como os apartamentos na maioria dos casos ficam distantes da rua, os supercondomínios estimulam que seus moradores usem mais o carro. “O carro é o meio de transporte dos moradores do condomínio”, resume o arquiteto e urbanista Fábio Duarte, coordenador do mestrado de Gestão Urbana da PUCPR. O resultado são congestionamentos mais frequentes no entorno dos residenciais.

GAZETA DO POVO, Vida e cidadania, 08/05/2011, pág. 4-5.

Outro destaque da matéria são os percalços e facilidades de administrar um conjunto habitacional como o Residencial Fazendinha, com 640 apartamentos no bairro de mesmo nome na região sul da cidade de Curitiba. Apesar da vantagem de dividir a taxa de condomínio por muitas unidades, o que reduz o custo individual para cada apartamento, são destacadas as características de “minicidade” que surgem nesse espaço, como a existência de 42 funcionários, dentre eles um carteiro interno, um profissional de recursos humanos, além da síndica e sub-síndica. Um regimento interno de 94 artigos dá apoio à administração, e grupos de atividades (cozinha, bocha, carteados, futebol, dança) se formam no espaço do residencial. Essas características remetem a uma “cidade dentro da cidade”.

A implantação e as características arquitetônicas do Residencial Fazendinha mostram inspiração modernista, bastante utilizado na cidade nos anos 70/80, quando o condomínio foi construído. Apesar dos elogios à qualidade de vida e integração *dentro* do residencial, alguns elementos do repertório modernista são utilizados para alcançar as metas de isolar, distanciar e selecionar os moradores da *cidade*.

4. Conclusões

A investigação focada nos jornais paranaenses que os condomínios fechados alcançou **um dos olhares** importantes para a compreensão do tema, que somado a **outros olhares** (dos ocupantes, dos incorporadores, das autoras) contribui para uma visão mais clara das representações de segurança relacionadas aos condomínios.

5. Referências Bibliográficas

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Ciudad de Muros**. Tradução: Claudia Solans. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

FUJIYOSHI, Silvia Hiromi. **Os jornais como cenários de disputas da exploração da biodiversidade na Amazônia**. Dissertação (mestrado). Campinas, SP. 2006.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. Revisão da Tradução: Maria Estela Heider Cavalheiro. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

NEWMAN. Oscar. **Defensible space: Crime Prevention Through Urban Design**. New York. Coolier Books, 1973.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras: habitação e especulação, o direito à moradia, os movimentos populares**. São Paulo: Contexto, 1997. 7 ed. (Repensando a geografia).

ARTIGOS PESQUISADOS

1. O ESTADO DO PARANÁ. Alphaville Graciosa chega para revolucionar conceito de moradia. Curitiba, p.14. 13/04/2000.
2. MARTINS, Joseane. Alphaville começa a sair do papel. **O Estado do Paraná**. Curitiba, p. 10. 30/06/2000.
3. ONGARO, Viviane. Alphaville harmoniza convivência. **O Estado do Paraná**. Curitiba, p.19. 07/03/2001
4. GAZETA DO POVO. Região metropolitana em evidência. Curitiba, 04/08/2002. Mercado.
5. MIRANDA, Flávio. Desenvolvimento em meio ao verde. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 25/06/2006, Classificados Imóveis, p. 4-5.
6. CZEULUSNIAK, Adriana. Vida entre muros. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30/05/2009. Viver Bem, p. 4-8.
7. GAZETA DO POVO. Curtindo as férias sem sair de casa. Curitiba, 16/07/2000. Caderno Imobiliário.
8. REUSE, Samuel Estevam. Longe do Centro, perto da Natureza. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21/07/2002. Moradia.
9. LIMA, Luís. Em clima de interior. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05/02/2012. Viver Bem, p. 4-7.
10. FERNANDES, José Carlos. Não verás cidade como esta. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11/02/2007. Paraná, p. 4.
11. FERNANDES, José Carlos e SARIS, Simoni. Casa com quintal. E muro alto. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11/02/2007. Paraná, p. 5.
12. MASSULINI, Gessica. Prefeitura faz pesquisa para saber se é dona de área no Batel. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09/08/2000. Urbanismo, p. 5.

13. MENEZES, Fabiane Ziolla. Esta rua é minha! **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11/05/2010. Vida e Cidadania, p. 4.
14. MENEZES, Fabiane Ziolla. Justiça veta derrubada de araucárias. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18/09/2010. Vida e Cidadania, p. 6.
15. OKUBARU, Fábio. Condomínios de luxo fecham ruas e ferem a lei em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10/08/2005. Urbanismo, p. 3.
16. NEVES, Daniela. Condomínios mudam rotina e obtêm mais segurança com pouco gasto. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22/07/2003. Prevenção, p. 3.
17. GAZETA DO POVO. Condomínio mais seguro. Curitiba, 17/02/2002. Caderno Imobiliário, p. 1.
18. ANÍBAL, Felipe e PERES, Aline. Condomínio de luxo é assaltado em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16/09/2010. Vida e Cidadania, p. 10.
19. CZEULUSNIAK, Adriana. Condomínios não estão livres da violência. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 5. 13/01/2009.
20. GAZETA DO POVO. Casas ganham espaço no Ecoville. Curitiba, 04/06/2003. Mercado.
21. GAZETA DO POVO. Do terreno até a entrega da casa. Curitiba, 04/05/2003. Mercado.
22. AZEVEDO, Gabriel e TAVARES, Osny. As muitas cidades de Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08/05/2011. Vida e Cidadania, p. 4-5.

REFLEXÕES SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA. O EXEMPLO DA UESB, ENTRE A ALTA PERFORMANCE E A ALTA FLEXIBILIDADE

Deyse Cardoso Souza

Discente Pedagogia. Bolsista CNPq/UESB. Grupo de Pesquisa GEILC
deysinha.cardoso@hotmail.com

Viviane Meira Lima

Discente Pedagogia. Bolsista FAPESB/UESB. Grupo de Pesquisa GEILC
vivimeiralima@hotmail.com

Tânia Regina Braga Torreão Sá

Docente do DCHL/UESB. Orientadora de IC/UESB. Pesquisadora do GEILC
taniatorreao@gmail.com

RESUMO: No Brasil, nas últimas décadas, vem ocorrendo mudanças significativas no sistema de ensino superior. Tais mudanças geralmente implicam na acentuação da precarização do trabalho tanto docente quanto discente. O objetivo desse estudo é refletir sobre o processo do trabalho na Universidade Pública, analisando a materialidade das relações sociais, as múltiplas determinações associadas ao contexto histórico e as contradições inerentes e vinculadas a esse processo de natureza ontológica. Busca-se retratar, por meio do exemplo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), aspectos vinculados a precarização do trabalho, levando-se em conta uma aparente contradição que se estabelece entre a alta performance e a alta flexibilidade do contrato de trabalho.

Palavras-chave: Precarização do trabalho; docente; discente.

ABSTRACT: In Brazil, in recent decades, there has been significant changes to the higher education system. Such changes generally result in accentuation of precarious work both as student teaching. The aim of this study is to reflect on the process of work in Public University, analyzing the materiality of social relations, the multiple determinations related to the historical context and the inherent contradictions and linked to this process of ontological nature. Seeks to portray, through the example of the State University of Southwest Bahia (UESB), aspects linked to precarious employment, taking into account an apparent contradiction that arises between high performance and high flexibility of the labor contract.

Keywords: Precarious work; Teacher; Student.

As reformas educacionais iniciadas no Brasil e nos demais países da América Latina na década de 1990 têm trazido mudanças significativas para as universidades. São reformas que encetam profundas transformações, não somente nas instituições universitárias, mas na educação como um todo. No entanto, a literatura sobre o tema, estranhamente, não tem oferecido aportes suficientes para a análise dos processos mais recentes de mudança, o que justifica a necessidade dessa investigação.

Na atual conjuntura, novas questões são trazidas ao debate e as discussões sobre exigência de alta performance e flexibilização do contrato de trabalho colocam a premência de pensarmos que modelo de universidade temos hoje, bem como, que modelo de universidade pretendemos construir para deixar como legado as outras gerações.

Se no ensino básico a precarização do trabalho enseja intensas transformações, na universidade pública parece se instituir na realidade concreta, fenômenos ainda mais complexos e contraditórios do que àqueles que afetam essa modalidade do ensino, pois, ao mesmo tempo em que o docente universitário convive com a exigência de hiperespecialização (alta performance), ao mesmo tempo, esse mesmo profissional se vê obrigado a enfrentar problemas como a desvalorização da carreira, a precariedade das instalações para desenvolverem o seu trabalho, além dos baixos salários que, muitas vezes os obrigam a buscarem nos programas institucionais que precarizam ainda mais o trabalho, alternativas para complementar a sua renda. E tudo isso torna-se um ciclo vicioso, pois, em face do processo de precarização, o contrato de trabalho torna-se mais flexível, obrigando ao reconhecimento parcelar ou perda de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora docente.

Mas o que significa precarização do trabalho? Leite Lopes (2011) afirma que o surgimento da noção de precarização parece estar associado às modificações na organização da produção no período pós-fordista, que ganha força dos anos 1990 em diante e que se coloca no sentido de diminuir custos e subtrair direitos da classe trabalhadora. O termo precarização, nesse sentido, estaria também correlacionado às novas práticas de terceirização-passagem de atividades supostamente não essenciais à finalidade do capital. A noção faz sentido também no contexto de um ataque à sociedade salarial e ao Estado social que foi sendo construída ao longo do século XX nos países centrais da Europa e alguns outros espalhados pelo mundo.

Os estudos sobre a precarização do trabalho nas universidades públicas constituem-se em um campo temático multidisciplinar, instigante e rico. No caso do trabalho dos docentes, como já foi evidenciado anteriormente, a sociologia, a geografia, a história, o serviço social, a saúde e a educação constituem-se em áreas de conhecimentos aonde têm sido produzidos esclarecimentos muito interessantes sobre as diversas dinâmicas de precarização vivenciadas nesse espaço. Esses estudos, realizados por autores como Frigotto (1984), Gentili (1998), Chauí (2000, 2001) e Mézaros (2005), discorrem sobre como a reestruturação produtiva atinge esse espaço.

Conquanto as pesquisas sejam esclarecedoras e ricas, no entanto, a sensação que temos é que os estudos sobre a precarização do trabalho nas instituições públicas de ensino superior (IES), deveriam ser produzidos em maior quantidade. Um outro problema importante é que os poucos trabalhos que existem, geralmente atêm-se na análise da precarização do trabalho docente (OLIVEIRA, 1996; PINTO, 2000 E 2002; DAL ROSSO ET AL., 2001; INÁCIO & WAGNER, 2003), o que pode reforçar a compreensão equivocada de que o único afetado pela lógica da precarização do trabalho é o professor universitário. Pouco tem sido debatido acerca da exigência de alta performance no trabalho para o discente universitário, que tem sido obrigado a ajustar-se as novas exigências das relações de trabalho, inclusive para perspectivar um diferencial no currículo, um lugar mais promissor no mercado de trabalho, pós processo de formação na graduação e, principalmente, assegurar as condições materiais que assegurarão a sua existência.

No que diz respeito às condições que patrocinam a sua realização, a viabilidade desse trabalho encontra-se sustentado em um conjunto de fatores interdependentes que concorrem para sua prática e que afirmam a sua plena exequibilidade. Exequibilidade essa que começou a ser construída através das pesquisas de iniciação científica – financiadas respectivamente, pelo CNPq e FAPESB –, que estamos desenvolvendo sobre a orientação de Tânia Regina Braga Torreão Sá, docente assistente do Departamento de Ciências Humanas e Letras da UESB/Jequié. Também o envolvimento com o Grupo de Estudos Sobre Ideologia e Luta de Classes (GEILC), devidamente cadastrado no CNPq e liderado do Prof.º Dr.º José Rubens Mascarenhas de Almeida, concorre para exequibilidade dessa pesquisa, pois, no GEILC temos partilhado experiências tem nos ajudado a focar no tema de nosso investimento, a fim de que seja produzido um trabalho que ajude a orientar a política de trabalho na UESB.

A condição de discentes do Curso de Pedagogia da UESB, *Campus* Universitário de Jequié, há 2 e 1/2 anos, por outro lado, também, permite compreender a realidade concreta na posição de observadoras privilegiadas. Essa oportunidade de contato próximo do objeto a ser pesquisado, em nossa avaliação, será decisiva para a operacionalização de todas as metas prescritas.

Segundo dados do último Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o quadro de docentes da UESB, em fevereiro de 2012, é composto por 978 docentes efetivos e concursados, sendo 594 em regime de dedicação exclusiva, 323 em regime de 40 horas e 54 em regime de 20 horas e 95 professores temporários (substitutos e visitantes). O quadro de funcionários em efetivo serviço na UESB, no primeiro trimestre de 2012, é representado por 580 Servidores Técnico-Administrativos em Educação, assim distribuídos: 452 efetivos e 128 temporários (livres nomeados e regime de direito administrativo). Registram-se ainda 302 estagiários.

Reconhecendo a “filosofia da contenção de despesas” como um desafio a ser discutido empiricamente, em vista das significativas transformações que ela causa nas universidades públicas baianas, a pesquisa tem o objetivo identificar e analisar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho da UESB, autarquia estadual que pela consolidação da importância na dinâmica regional, se destaca enquanto instituição da região sudoeste do Estado da Bahia que registra, em março de 2012, um total de 8.498 alunos matriculados nos 44 cursos de graduação presenciais regulares; 16 cursos presenciais especiais, com 4 turmas nas cidades de Itororó e Macarani, em diferentes turnos, assim distribuídos: 7.507 matrículas na modalidade presencial, 991 na modalidade presencial especial na Plataforma Freire (Prograd, SGC, CAP, março de 2012). Na pós-graduação, a UESB tem as seguintes matrículas: *latu sensu*, 263; mestrado, 274 e doutorado, 71.

Pautando-se, outrossim, no cuidado e na fidedignidade com as categorias – trabalho e educação – e conceitos – precarização do trabalho e universidade – que julgamos imprescindíveis a definição de qualquer opção metodológica, apropriamo-nos de referenciais analíticos da escola marxista para lastrar uma melhor compreensão do modo como a precarização do trabalho afeta as instituições públicas, em especial, a UESB.

Inspiramo-nos, então na "arquitetura metodológica" criada por Almeida (2009), para quem “[...] método e teoria não são objetivos finais de um trabalho científico, mas ferramentas propiciadoras de um melhor entendimento do objeto [...]” (p.16) na

pesquisa adotaremos categorias marxianas relacionadas à precarização do trabalho e marxistas, uma vez que abordarão o trabalho ontológico. Tal fato nos obriga a recorrer a um amplo espectro de referências bibliográficas, documentais e cartográficas.

Com a constituição desta "arquitetura metodológica" busca-se evidenciar a gênese e as transfigurações sofridas no decorrer da existência da UESB. Na mesma medida, busca-se também uma aproximação com três aspectos importantes do método histórico, que podem ser considerados indispensáveis para a comprovação de nosso objeto de estudo. Os aspectos indeclináveis do método histórico, nesse trabalho envolvem a análise da materialidade das relações sociais, as múltiplas determinações postas nos contextos históricos e as contradições inerentes aos processos sociais.

Por tudo o que foi dito pode-se afirmar, então, que o processo de precarização do trabalho na UESB, acirra a dupla contradição presente na base de reprodução do sistema capitalista, estabelecendo a exigência de uma crescente produtividade do trabalho social, vinculada umbilicalmente a alienação. Nesse contexto ressalta-se a força de trabalho, expondo em determinado sentido, seu uso repressivo e destrutivo, e, sob outro ângulo, o trabalho morto e subsumido. Em segundo lugar, a contradição é estabelecida entre o caráter social da produção e a apropriação privada dos excedentes.

Precarização por decreto. Efeitos do Decreto n.º 12.583 sobre a UESB

Com a publicação do Decreto n.º 12.583/2011 estabelecem-se:

“[...] procedimentos específicos sobre a execução orçamentária e financeira no âmbito da administração direta, suas autarquias, fundos, fundações e empresas estatais dependentes para o exercício de 2011 [...]” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA, 2011),

Tal decreto preconiza que os Diretores de Finanças, os Diretores de Orçamento ou equivalentes das Secretarias, bem como, outros que sejam responsáveis pela execução orçamentária, financeira e contábil das Unidades da Administração Direta, suas autarquias, fundos, fundações e empresas estatais dependentes deverão observar as regras instituídas pelo Governo do Estado da Bahia para contingenciamento de despesas.

Para fins deste Decreto considera-se empresa estatal dependente, aquela que esteja incluída no orçamento fiscal e da seguridade social do Estado da Bahia e,

conforme disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo empresa controlada e que receba do ente controlador, o Estado da Bahia, recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

O decreto chega numa péssima hora, pois, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) tem buscado uma inserção maior nas mais diversas comunidades que integram a região sudoeste da Bahia, indo além da expansão do acesso ao ensino público e gratuito, buscando aproximar-se das demandas sociais, posicionando-se como um agente importante no processo de transformação da realidade social e econômica regional. Esse propósito institucional abre espaço para a existência de uma compreensão de que a UESB deve se colocar, também, a serviço das iniciativas de pesquisa desenvolvidas, desde os mais, até os menos expressivos espaços desta região. Com o decreto de contingenciamento em vigor, esse importante compromisso fica seriamente comprometido.

Conforme dados da Secretária de Administração do Estado da Bahia (SAEB), o orçamento do Governo do Estado, sofrerá os efeitos de um contingenciamento que segue a política de cortes do governo federal, a qual pretende suprimir das verbas do orçamento global de tal Estado R\$ 55 bilhões este ano.

Nessa pesquisa, perspectivamos colocar o objeto de estudos (a UESB) entre bias, procurando favorecer uma compreensão do fenômeno da precarização do trabalho nessa universidade, tendo em vista o entendimento do seu papel frente à sociedade capitalista.

A precarização do trabalho na UESB

a) PIBID e PARFOR e a precarização do trabalho docente

Nesse tópico buscamos compreender um pouco mais acerca da exigência para a alta performance e flexibilidade do contrato de trabalho, que subordina os docentes. Que novo contrato de trabalho é esse e quais novas exigências ele traz, de modo a reforçar a precarização do trabalho na UESB? Será essa uma das questões que pretendemos responder.

A fim de realizar um investimento mais seguro naquilo que é de fato objeto de nosso trabalho, isto é, o estudo da precarização do trabalho docente na UESB buscamos explicitar o caráter paradoxal de programas institucionais, a exemplo do PARFOR e PIBID, um paradoxismo duro, que se expressa alias, via de regra, por meio do embate entre nossos princípios éticos e morais e a necessidade de assegurar as condições materiais de nossa sobrevivência.

Programas de qualificação do trabalho docente evidenciam a realidade da precarização do trabalho, de modo que, em vista dos mecanismos de contrapartida estabelecidos pelas agências financiadoras nos já combalidos orçamentos das universidades públicas, a adesão a esses projetos e programas se tornou comum.

Baseado no objetivo de dar conhecimento sobre a relevância desses programas, em julho de 2012, na UESB de Vitória da Conquista foi realizado o *Fórum dos Cursos de Graduação. Licenciatura e Bacharelados*, com a temática: *Avaliando as políticas acadêmicas para o Ensino Superior na UESB*. O encontro propiciou ricas discussões sobre a política educacional de ensino superior no cenário do Plano Nacional de Educação (PNE) permitindo-nos também, a tomada de conhecimento sobre alguns programas nos cursos de licenciaturas da UESB, a exemplo da Plataforma Freire (PARFOR).

Decorrente da necessidade de complementação salarial – pois, o Estado da Bahia infelizmente ocupa o último lugar em termos de remuneração aos docentes universitários em todo o nordeste, ressalte-se, apesar desse mesmo Estado ter o 5º maior PIB entre os outros 25 estados do Brasil – muitos professores da UESB se inserem em programas como PARFOR em vista do incremento da bolsa do pesquisador.

Mas o que é a PARFOR? A PARFOR é um sistema eletrônico, criado em 2009 pelo Ministério da Educação (MEC) com a finalidade de realizar a gestão e acompanhamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Escola Básica.

Em maio de 2012, o sistema passou a ser gerido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e está sendo reestruturado para incluir um conjunto de funcionalidades que permitirão informatizar todo o processo de gestão, acompanhamento e revisão, planejamento da formação inicial dos professores da educação básica. Nesse sistema, a CAPES atualmente publica a relação de cursos superiores ofertados pelas instituições de ensino superior para os professores da rede pública da educação básica.

Atualmente, a UESB tem matriculados especificamente nesse programa, 991 professores em efetiva regência de classe. O quantitativo desses professores em regência – que são os alunos do PARFOR – matriculados diminuiu substantivamente período letivo 2012.1, em razão das conclusões de curso. A expectativa da gestão da UESB, no entanto, é estimular a criação de novos cursos fazendo, por conseguinte, o número de matrículas aumentar novamente, pois, no PDI está prevista a implantação de 10 novos cursos até o ano de 2017.

A UESB promove o PARFOR, no estrito atendimento dos marcos legais. Considera-se aí o Art.º 63 e 64 da LDBN – 9.394/96 que estabelece:

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Inquietações, no entanto, são instigadas em relação às finalidades contraditórias que estão por detrás da participação de docentes da UESB no PARFOR, pois, aqui não nos interessa, é bom esclarecer, fazer ilações sem que estejam baseadas na perspectiva do contraditório, por isso avaliamos que – as pesquisas realizadas até o presente momento demonstram isso – em boa parte das entrevistas que realizamos, o estímulo financeiro da bolsa torna-se razão fundante da vinculação tanto dos docentes quanto dos discentes, respectivamente, nos programas PARFOR e PIBID. Mais ainda, apesar do caráter reparador de ambos os programas, 38% dos docentes entrevistados não acreditam na proposta pedagógica do PARFOR e 85% reclamam da impossibilidade de realização de um trabalho que oportunize acompanhamento dos professores em exercício durante o processo de sua formação. Uma ausência sentida é também, a de uma política de formação continuada para que os docentes que dão aulas nesse programa possam sentir mais de perto os resultados da intervenção feita em cada uma das matérias ministradas.

b) IEL e a precarização do trabalho discente

Uma vez que consideramos o trabalho uma categoria ontológica, e por isso mesmo irrevocavelmente ligada a ‘natureza do humano’, não podemos alijar o estudante de também realiza-lo e sob as mesmas condições precárias que todas as outras classes que compõem a universidade. Objetivamente tal precarização ocorre, porque em vista da necessidade de se sustentar, o discente atropela sua formação, procurando associar, estudo e trabalho.

Tendo em vista a precarização do trabalho discente, vale destacar ainda, a participação das bolsistas do projeto no *Fórum Estágios, Ensino Superior e Mercado de Trabalho: Perspectiva para o futuro* que discutiu algumas nuances da participação discente no estágio do Instituto Euvaldo Lodi – Departamento Regional da Bahia (IEL/BA). Tal momento proporcionou muita riqueza de conhecimentos, além da possibilidade de esclarecermos várias dúvidas.

Mas o que é o IEL? O Instituto Euvaldo Lodi – Núcleo Regional na Bahia (IEL/BA) foi criado em 09 de setembro de 1969 pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), pelo Serviço Social da Indústria (SESI-BA) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-BA), tendo na sua origem, como atividade principal, o Projeto de Estágio Supervisionado.

É constituído como uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada ao Sistema FIEB (FIEB, SESI, SENAI e IEL).

Desde 1994, para o cumprimento da sua Missão, o IEL/BA atua através de 3 áreas de negócios: Interação Universidade Empresa, Capacitação Empresarial e Tecnologia e Inovação.

O discurso recorrente para 64% dos discentes entrevistados é que por meio da participação no IEL, ele aluno tem a oportunidade de colocar em prática o que aprende de forma teórica na Academia, porém, ao serem questionados sobre se acham que a participação nesse programa ajuda na precarização do trabalho, 91% alegaram que sim, a participação no estágio do IEL contribui para a precarização, tanto do trabalho de estagiário quanto para a precarização do trabalho do professor regente da classe, na medida em que, apesar do contrato não prever a regência, a realidade da escola impõe que esse efetivamente assuma todas as funções do professor e para isso, nunca é bom esquecer o aluno universitário não recebe tal qual o professor.

Um outro aspecto importante e grave a ser destacado é que o estágio do IEL tem sido utilizado como mecanismo protelatório pelo Estado, para adiar a realização de

concursos públicos. Ora, se o estagiário ocupa o lugar do professor e se esse estagiário tem um custo de manutenção bem mais baixo para o Estado, do que o custo de manutenção de um professor concursado, então, vamos manter as escolas cheias de estagiários para não concursar o professor.

Algumas inquietações foram esclarecidas pela coordenadora do IEL, a respeito da supervisão. Nesse debate, pôde ser observado que um dos aspectos fundamentais para o bom desempenho do Programa consiste na preparação dos supervisores de estágio que compõe o corpo de funcionários da instituição. O discente, quando é contratado pelo IEL, precisa de uma assinatura-orientador da instituição responsável pela sua graduação, passando este a responder pelo desempenho do aluno em seu estágio extracurricular. Mas isso efetivamente não acontece, pois, na planilha financeira do IEL não há remuneração prevista para o pagamento do professor-orientador.

De acordo com relatos fornecidos por estagiários do IEL, os aconselhamentos proporcionados pelo instrutor trazem enriquecimentos e são de fundamental importância, já que pelo fato de encontrarem-se em processo de iniciação à docência, nem sempre é possível saber a maneira operar teoria e prática.

No calor das discussões, foi retomada a questão de que dentro dos direitos do discente nos estágios proporcionados por essa instituição, deveria estar incluído o direito de prestação de auxílio e preservação da integralidade da proposta do IEL que não implica em assumir a sala de aula, mas implica, sobremaneira, numa oportunidade de qualificação muito mais pela observação e co-regência do que outra coisa.

A representante IEL, no entanto, não concorda conosco e reforça a necessidade do discente assumir a sala de aula. Em sua compreensão “[...] essa seria a maneira mais eficaz de aprender...o estagiário assumindo a sala de aula e sendo capaz de adotar o cargo de substituto do professor em momentos de necessidade [...]”.

Novamente o paradoxo se impõe, pois, apesar do IEL não se constituir enquanto estágio obrigatório, apesar de reconhecermos que esse se embasa fortemente na precarização. Tanto do trabalho do discente universitário, quanto do trabalho do professor-orientador, a grande realidade é que ele acaba assumindo o caráter de programa de fundamental importância para própria permanência no aluno na/da Universidade. O que força a essa alienação é o pagamento da bolsa que gira em torno de R\$ 540,00. É pela via da precarização, portanto, que o estudante de Pedagogia da UESB, passa a receber um auxílio financeiro para condução, xerox, dentre outras necessidades.

O indivíduo se vê obrigado a atuar no IEL para receber o auxílio da bolsa, se submetendo a situações de desgaste, uma vez que as condições que o induziram à procura desse estágio não foram motivos educacionais. Tal circunstância pode também levar à precarização de seu trabalho. É importante frisar ainda, que a bolsa do IEL não é regular, ou seja, os estagiários não recebem seu auxílio dentro do período e prazo determinados. Recentemente, inclusive, os estagiários contavam com quase 90 dias sem receber a bolsa.

Não há dúvidas quanto a isso: é preciso repensar a prática do IEL, uma vez que, a instituição incumbe-se, apenas do remanejamento dos estudantes para as vagas que precisam ser preenchidas e, segundo a mesma, não tem a competência de avaliar o aluno e de dar o suporte necessário. O professor seria no caso, além de supervisor, orientador, não recebendo, contudo, remunerações para exercer esse cargo, o que adquire também uma conotação de precarização do trabalho docente.

Conforme o Art. 7º da Lei 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio, algumas regras devem ser respeitadas no que tange ao cumprimento do deveres das instituições parceiras. Dentre estas, destaca-se:

- I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
 - II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
 - III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
 - IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
 - V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
 - VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
 - VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.
- Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante

Conforme Mészáros (2005) “[...] a educação significa o processo de “interiorização” das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-los à sua aceitação passiva [...]” (p.7). O estágio do IEL, sem sombra de dúvidas, significa isso.

O sistema educacional se estrutura por meio do trabalho. Os homens só se constituem homens na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalho é agir sobre a realidade e a natureza, transformando-as em objetos da necessidade humana, tornando-se a base da existência humana. Porém o conceito de trabalho se modificou sob a lógica do capitalismo, pois, perdeu a extensão original, que seria satisfazer as necessidades humanas para acatar as necessidades do capital, comprando e vendendo mercadorias com o objetivo de, ao fim do processo, obter mais dinheiro (mais valia) em relação àquele inicial. O capitalista compra a força do trabalhador, e este tem se tornado um produto mais barato do que aquele que é criado por ele.

De acordo com Lima (2011, p.344).

O objeto produzido se torna algo estranho e hostil a quem o produziu, e, quanto mais o trabalhador produz, mais aumenta esse antagonismo, pois aumenta a quantidade de objetos estranhos a ele. O trabalho perde seu sentido emancipador e o trabalhador torna-se vazio; o produto do trabalho torna-se estranho ao trabalhador.

Enquanto os seres humanos viverem sobre o escudo do capitalismo e de seu modo de produção, o trabalho com a educação não poderá ser considerado como algo que aspire a emancipação do sujeito e, infelizmente, o que se vê é que tal trabalho, regulado e subordinado pelo capital, regido pela mão pesada da produtividade se espraia na universidade pública.

O caráter subordinado das práticas educativas é moldado pelo interesse do capital, já que o trabalho é o princípio educativo e fundamental de todo ser humano. Porém o caráter subordinado da educação se encontra mais presente na qualificação das classes trabalhadoras, ligadas à necessidade imediatista da produção, enquanto os filhos das classes dirigentes são preparados para governar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenrolar os fios alinhavados que dão os contornos da “nova” dinâmica do trabalho na universidade pública tem sido difícil, principalmente, porque a realidade concreta coloca a todos que a integram diante do conflito que se estabelece entre os nossos princípios éticos e morais e o assegurar das condições materiais de nossa

sobrevivência. O que não se pode abrir mão de realizar, no entanto, é de realizar a crítica a nossa produção, ao modo como construímos e precarizamos as nossas relações dentro do trabalho.

A crítica realizada acerca do sistema produtivista que opera à base da precarização do trabalho tem sido implementada, principalmente, por meio de uma análise crítica aos órgãos de fomento e de avaliação (como CAPES, CNPq e seus congêneres estaduais) que tende a ver todos os docentes e discentes que estão presos aos cordões da produtividade acadêmica como agentes conscientes do sistema e, conseqüentemente, como produtores de suas próprias experiências em condições escolhidas por eles mesmos. Esquece-se que as circunstâncias em que muitos docentes e discentes estão escolhendo o produtivismo são historicamente determinadas, obviedade que deveria desmistificar tal escolha como espontânea. Em grande medida, a produtividade (recompensada monetária e simbolicamente) representa a perda da autonomia intelectual, a perda do controle sobre o processo de trabalho, a forma atual da subsunção do trabalho intelectual à lógica do capital. Como os primeiros trabalhadores que internalizaram uma prática econômica com base na frugalidade, poupança e sentimento de compensação espiritual nos começos do capitalismo, enfrentamos hoje com uma dinâmica muito semelhante. Por isso, o risco de não decifrarmos essa realidade e desenvolvermos os melhores instrumentos de luta.

Nesse sentido, podemos estabelecer uma correlação com os docentes do ensino superior, uma vez que estes autores desenvolvem basicamente as mesmas atividades e possuem rotinas parecidas com as do trabalho escolar. Cabe, entretanto, ressaltar que essas tarefas tornam-se ainda mais complexas, visto que a educação superior necessita de conhecimentos mais precisos e da implementação de técnicas mais específicas.

Corroborando a análise de Saviani (2007) pode-se dizer que:

Assim, se nas sociedades primitivas, caracterizadas pelo modo coletivo de produção da existência humana, a educação consistia numa ação espontânea, não diferenciada das outras formas de ação desenvolvidas pelo homem, coincidindo inteiramente com o processo de trabalho que era comum a todos os membros da comunidade, com a divisão dos homens em classes a educação também resulta dividida; diferencia-se, em consequência, a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada. E é aí que se localiza a origem da escola. A educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho.

Mediante as transformações do processo de trabalho tem ocorrido um crescente aumento do processo de precarização. Estamos todos envolvidos nesse processo porque, trata-se como dissemos acima, do duro embate entre o assegurar das condições básicas de nossa sobrevivência e mantermos nossos princípios éticos. É terrível admitir, mas, tanto para o docente quanto para o discente, a grande questão que se coloca é neutralizar a descrença da eficiência de nossa ação pedagógica em prol do ganhar algum dinheiro.

Lima (2011), por isso mesmo destaca

O conceito de força de trabalho revela uma dupla face. A força de trabalho é, num primeiro momento, uma mercadoria igual a qualquer outra, pois tem seu valor de uso – sua utilidade, porque é capaz de produzir algo – e seu valor – para ser trocada por outra coisa que tenha o mesmo valor. Entretanto, num segundo momento mostra sua peculiaridade, que é a de aumentar o valor das mercadorias. Isso ocorre porque o valor que é pago pela força de trabalho (potência) é menor do que o valor do trabalho extraído (ato) dessa força de trabalho (LIMA, 2011).

Bosi (2007) revela a pressão sofrida pelos docentes e discentes para o aumento da produção de seu trabalho dentro de uma jornada de 40h, não se prende exclusivamente, ao ambiente da universidade. É válido ressaltar que tanto o trabalho docente quanto o trabalho discente, simplesmente não finda ao término da aula, mas perdura, inclusive, no domicílio, tendo em vista a necessidade de renovação constante do aprendizado que já temos e daquele que pretendemos renovar ou adquirir.

Uma profissão que exige esforço mental e emocional, pois nos dias atuais, tudo se ver em sala de aula. Apesar de ter uma carga muito alta em suas atividades e que muitas vezes são desenvolvidas em diferentes instituições, os docentes ainda passa por problemas em relação ao comportamento dos discentes. São duas categorias que volta e meia entram em conflito em decorrência a aplicabilidade do ensino e a falta de respeito de um para com o outro.

Tendo em vista que estamos apenas no início das pesquisas, onde nos encontramos em fase de construção teórica, em levantamento de dados bibliográficos e documentais, não fomos ainda a campo para ter uma conclusão concreta do projeto, mas nossas pesquisas e participações em eventos que retratam a temática, como o exemplo que foi citado do fórum de graduação realizado na UESB, estão sendo de grande importância para obtermos uma conclusão acerca da precarização do trabalho. Possibilitando uma maior compreensão da realidade acadêmica dando-nos subsídios para aplicar na pesquisa.

Os resultados esperados em curto prazo, ou seja, durante o período de vigência do projeto consistem em:

1. Realizar publicações de autoria dos participantes do projeto nos eventos científicos internos e externos da instituição;
2. Preparar artigos de pesquisa para submissão em periódicos;
3. Desenvolvimento e divulgação de informações que apoiem a gestão da UESB tendo em vista a melhoria das condições de trabalho na instituição.

Esperamos que através do projeto consigamos o entrosamento de pesquisadores e doutores, colaborando para a consolidação e ampliação das nossas pesquisas sobre precarização do trabalho. Esse seria o resultado vindo de médio ou longo prazo.

Outro aspecto através do qual esperamos obter proveito, é o do reconhecimento dos centros de pesquisa brasileiros a nível internacional. É importante mostrar ao estudante brasileiro que está se formando no exterior que é possível e viável se fazer pesquisa de qualidade no Brasil. Com isso esperamos diminuir a taxa de evasão" de recém-doutores, ou seja, daqueles que decidem não voltar ao país por acharem que não terão condições de progredir profissionalmente. Além disso, poderemos formar um polo potencial de atração de pesquisadores.

Concluindo, em detrimento das mudanças ocorridas no sistema de ensino superior, pôde ser observado que as questões referentes à precarização do trabalho tanto docente quanto discente são pouco abordadas e constituem temáticas que devem ser avaliadas constantemente e enfatizadas. Sua relevância surge na materialidade das relações sociais, nas contradições intrínsecas dos processos sociais. Portanto, com o exemplo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) foi destacado que é preciso que ocorra a divulgação de informações que possam contribuir interventivamente na melhoria das condições de trabalho, favorecendo as atividades e o correto desempenho das funções dos docentes e dos discentes.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, J.R.M. **Globalização: a retórica do velho imperialismo** (uma abordagem do imperialismo dos séculos XX e XXI. 2009. 432f. (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2009.

BAHIA. Decreto n.º 12.583 de 9 de fevereiro de 2011. Estabelece procedimentos específicos sobre a execução orçamentária e financeira no âmbito da Administração Direta, suas autarquias, fundos, fundações e empresas estatais dependentes para o exercício de 2011. **DOE**. Diário Oficial do Estado da Bahia, Bahia.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação & Sociedade**. Campinas. vol.28,n. 101. 2007. Disponível em:< <http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em: 16 de ago. 2012.

BRASIL, Presidência da República. Lei Complementar n.º 101, de 4 de Maio de 2000. Brasília, 2000. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em : 17 de ago. 2012.

BRASIL, Presidência da República. Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em 17 de ago.2012.

BRASIL, Presidência da República. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 17 de ago.2012.

LEITE LOPES, J.S. Notas sobre a precarização do trabalho no Brasil. **Revista RET – Rede de Estudos do Trabalho**. São Paulo, v. 8, n.º 8, 2011. Disponível em http://www.estudosdotrabalho.org/8_%208%20Articulo%20Leite%20Lopes.pdf. Acesso em 20 de ago. 2012.

LIMA, Alexandre. Trabalho e ação política em Marx. **Revista Athic@**. Florianópolis, v. 1, n.º 2 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/index>. Acesso em: 17 de ago. 2012.

MÉSZÁROS, IATVÁN. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. Campinas. Vol.12, n. 34. 2007.

UESB. Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2012 – 2017). Vitória da Conquista: PDI/UESB, 2012, 76p.

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA EM ILÍCITOS AMBIENTAIS

Napoleão Miranda¹

INTRODUÇÃO.

Em setembro de 2009 o Ministério Público Federal no Estado do Pará e o IBAMA ajuizaram, perante a Justiça Federal daquele estado, um conjunto de Ações Cíveis Públicas Ambientais tornando solidários, para fins de responsabilidade civil, os diversos agentes econômicos que se encontram vinculados à cadeia produtiva da carne e do couro no Pará. Dessa forma, fazendeiros, frigoríficos, curtumes e agroindústrias envolvidos com esta cadeia produtiva, foram incluídos nestas ações em razão de participarem de um processo econômico cuja base encontra-se relacionada a vários ilícitos ambientais e sociais como desmatamento, invasão de terras indígenas, trabalho escravo, destruição de áreas protegidas ambientalmente, entre outros.

A postura adotada pelo MPF/PA e pelo IBAMA abre uma perspectiva muito interessante, do ponto de vista jurídico, político e social, para o combate aos diversos crimes ambientais que, apesar da crescente legislação existente a respeito, continuam a ser cotidianamente praticados no país.

Embora esta autuação do Ministério Público Federal torne solidários somente os agentes econômicos privados da cadeia produtiva mencionada, a idéia de que a responsabilidade solidária também atinge os agentes públicos não só por suas ações diretamente relacionadas a ilícitos ambientais, como também por sua omissão no combate a tais práticas, é de grande alcance jurídico e social, podendo significar o estabelecimento de um novo paradigma para o combate aos crimes ambientais no Brasil. Não é outra a razão que levou o MPF/PA a propor a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ao Governo do Estado do Pará.

¹ Professor Associado III do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense, Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD), e Vice-Diretor do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF). O presente artigo tem por base a monografia de final de curso para obtenção do título de Bacharel em Direito pela UCAM/2010.

Considerando, neste sentido, a ampla repercussão que a medida representou e os debates que suscitou, este artigo pretende analisar os fundamentos jurídicos do instituto da Responsabilidade Solidária e sua aplicação aos ilícitos ambientais, com o propósito de aprofundar o estudo deste instituto jurídico, bastante presente na legislação brasileira, para determinar seu potencial como instrumento de combate aos crimes ambientais.

1 – A Judicialização dos Crimes Ambientais no Brasil.

Muitas têm sido as tentativas de se fazer frente aos diversos problemas ambientais gerados pela atividade antrópica no mundo. Elas são de ordem distinta, visando alcançar diferentes resultados e buscando redirecionar, reprimir, ou reorientar a conduta humana em relação ao meio ambiente. Elas também têm assumido orientações diferentes, sejam de caráter positivo, incentivando a adoção de determinadas condutas consideradas positivas, sejam de caráter negativo, desestimulando a continuidade de certos comportamentos tidos como prejudiciais aos ecossistemas e à continuidade da prestação de serviços ambientais dos quais a humanidade necessita para viver.

Dentre as medidas adotadas nos últimos anos para enfrentar a crise ambiental em que estamos mergulhados, cabe destacar aquelas de caráter jurídico que têm por objetivo penalizar as condutas consideradas como criminosas em relação a uma atitude saudável para com o meio ambiente no nosso país. Seja participando de diversos tratados ou convenções internacionais que têm por objeto a proteção do meio ambiente – como é o caso, por exemplo, da Convenção da Biodiversidade, o Tratado de Kyoto ou a Agenda 21, todos eles originários da Eco-92, Conferência Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro -; seja editando uma ampla e complexa legislação ambiental – tidas por muitos como das mais avançadas em termos mundiais -, com destaque para a **Lei 9.605**, de 1998, conhecida como **Lei dos Crimes Ambientais**; seja, por fim, criando nas três esferas de poder uma sofisticada estrutura institucional voltada para a regulação das relações da sociedade e dos indivíduos com a natureza no nosso país, destacando-se o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, e demais órgãos de regulação ambiental, é fato que a sociedade brasileira tem avançado muito nos últimos 20 anos em termos de um enfrentamento mais bem aparelhado e instrumentalizado às práticas sociais que ameaçam o meio ambiente do país.

Considerando-se todo o conflito de interesses relacionado ao uso dos recursos naturais, além da inexistência de uma perspectiva ideológica, política e cultural dominante que tenha a proteção e preservação do meio ambiente como um dos seus pilares fundamentais, não chega a surpreender que toda esta estrutura jurídica e institucional não tenha tido muito sucesso em alcançar os objetivos para os quais foi criada.

Esta dinâmica, entretanto, pode estar prestes a passar por uma mudança importante de paradigma, em razão da adoção pelo Ministério Público Federal, no âmbito do combate aos ilícitos ambientais, da perspectiva da “**Responsabilidade Solidária**” entre todos os agentes privados e públicos, que, de forma direta ou indireta, participam das diversas cadeias produtivas que têm na utilização de recursos naturais a sua fonte primária de geração de riquezas, e que produzem como externalidade, na exploração destes recursos, um impacto ambiental significativo. Dessa forma, tais agentes podem, em nome da preservação do meio ambiente, ser responsabilizados civilmente – e também penal e administrativamente -, e ser obrigados a pagar uma indenização ambiental, mesmo que, tomados cada um deles individualmente, não seja o responsável direto pela ameaça ou degradação da natureza. Por outro lado, a adoção da perspectiva da responsabilidade solidária, pode fazer com que cada agente se torne também, em nome do seu próprio interesse financeiro, um fiscal do comportamento ambiental correto de todos aqueles aos quais se encontra vinculado na sua cadeia produtiva de referência.

A fim de se entender o sentido desta responsabilidade civil, objetiva e solidária, pelo dano ambiental, pode-se destacar dois elementos essenciais para a sua determinação, que são, por um lado, a caracterização do dano ambiental verificado, e, por outro, a definição, em cada caso concreto, da existência de vínculo entre a ação ou omissão do(s) responsável(eis), que, efetivamente, se constitua em causa eficiente para o surgimento daquele dano, de forma a estabelecer o necessário nexos causal entre a ação/omissão do agente e o resultado ambiental.

Dessa forma, uma vez estabelecido o nexos causal entre a ação e o seu impacto ambiental, e definido que, mesmo indiretamente, um agente qualquer se beneficiou, econômica e financeiramente, do dano ambiental causado, cabe o ajuizamento de uma ação de responsabilidade solidária entre estes agentes econômicos, de forma a

conseguir, com esta ação, modificar seu comportamento ambiental e contribuir para a preservação do meio ambiente.

Esta possibilidade jurídica, prevista na Constituição Federal (**Artigo 225, §3º**), no Código Civil (**Art. 186 e ss., e Art. 928 e ss.**), e na Lei 9605/98 (**Artigo 2º**), entre outros, representa um instrumento de grande alcance na luta pela preservação ambiental. Sua aplicação diligente pode vir a representar uma verdadeira revolução na forma como têm sido combatidos os crimes ambientais no país, pois, na medida em que todos os agentes de uma determinada cadeia produtiva podem vir a ser responsabilizados pelos crimes ambientais cometidos por qualquer um deles, é muito provável que, em nome da defesa de seus próprios interesses, tais agentes comecem a controlar mutuamente o comportamento ambiental de cada um, ou que, sentindo-se prejudicados econômica ou financeiramente, eles terminem por mudar de cadeia produtiva, buscando integrar-se a uma cadeia onde o comportamento ambiental de seus integrantes ofereça menos riscos para cada um dos mesmos.

1.1 – A Constitucionalização da Proteção ao Meio Ambiente.

A recepção da proteção do meio ambiente como um tema que merece ser tratado em nível constitucional é recente no Brasil, sendo obra da Constituição Federal de 1988 tê-lo previsto explicitamente, dedicando-lhe o Artigo 225 com este objetivo.

Embora diversos diplomas legais tratassem do tema anteriormente à elaboração da Constituição – como, por exemplo, a Lei 6.902/81 que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental; e a Lei 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente -, é com o advento da Constituição de 1988 que o tema passará a ter a importância adequada às novas preocupações mundiais com o meio ambiente.

A consagração mundial das preocupações com o meio ambiente ocorrerá com a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a ECO 92 – ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, naquele ano, a qual se transformou em um divisor de águas em termos do interesse, mobilização, e elaboração de políticas públicas voltadas para o meio ambiente em todo o mundo. Neste sentido, o Artigo 225 da Constituição Federal (2009) declara, expressamente:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

O texto do artigo consagra de forma clara e objetiva a obrigação do Poder Público com a defesa, a preservação e também com a garantia de efetividade para o direito fundamental a um ambiente ecologicamente equilibrado. Mas, como afirmado anteriormente, esse é também um dever da coletividade, co-responsável por um bem que é direito de todos, sem distinções quaisquer, o qual irá demandar a edição de uma norma capaz de qualificar o comportamento danoso ao meio ambiente, por parte das pessoas físicas e também das pessoas jurídicas². A normatização dos crimes ambientais foi realizada pela Lei 9.605/98, que disciplina os ilícitos ambientais e define as penas e multas a que estão sujeitos os agressores do meio ambiente, tendo como base os diversos incisos e parágrafos do Artigo 225 CF/88.

Merece destaque aqui a proteção a alguns biomas brasileiros prevista no Artigo 225, § 4º:

“A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.³

É preciso ressaltar que o § 4º, transcrito acima, não impede o uso das áreas nele relacionadas, mas obriga os interessados a observarem o que dispõe a lei acerca da proteção destes ecossistemas, sujeitando-os às penalidades previstas no Artigo 225, § 3º. Ora, a produção agropecuária na região amazônica tem sido um dos principais fatores de destruição daquele bioma, não só por inobservância da legislação de proteção ao meio ambiente, como também por desprezar as próprias características naturais do mesmo, em geral inadequado para a produção agrícola e pecuária em razão da pobreza do seu solo – a sua camada de húmus é pouco profunda, sendo rápida e facilmente

² No Ordenamento Jurídico brasileiro, os crimes ou ilícitos ambientais são os únicos capazes de levar uma pessoa jurídica a uma condenação penal, conforme previsto no Artigo 225, § 3º, CF/88.

³ **Constituição da República Federativa do Brasil**, op. cit. Cabe chamar a atenção para o fato de que os biomas Caatinga e Pampa não foram objeto de proteção especial por parte da Constituição, e que o bioma Cerrado teve somente parte da sua área – aquela ocupada pelo Pantanal – incluída na proteção prevista pelo § 4º. Este lapso talvez se deva ao relativo desconhecimento, à época da elaboração da Constituição, da riqueza da biodiversidade e da importância destes biomas para o meio ambiente do país, situação já superada atualmente.

destruída pelo caminhar dos animais – o que requer uma constante ampliação da área de floresta desmatada para permitir a expansão da produção agropecuária. Dessa forma, este bioma encontra-se em um processo de permanente ameaça e risco de destruição, comprometendo a sua capacidade de cumprir com seus processos biológicos essenciais e com a sua capacidade de suporte para a manutenção da vida dos seres vivos que dela dependem, incluídos os seres humanos da região.

1.2 – A Interpretação Constitucional da Responsabilidade pela Proteção ao Meio Ambiente.

Apesar de expresso na Constituição do país, é com base em uma interpretação constitucional específica que se pode derivar uma definição mais abrangente da responsabilidade civil por agressões ao meio ambiente, ou seja, de uma responsabilidade objetiva e solidária em casos de infrações à legislação ambiental.

O caráter difuso do direito relacionado ao meio ambiente – o direito a um meio ambiente não poluído, preservado, capaz de dar suporte aos processos vitais necessários à nossa qualidade de vida, é direito de *todos e cada um de nós*, e, ao mesmo tempo, de *ninguém em particular* – demanda que a aplicação dos preceitos constitucionais previstos no Artigo 225, CF/88, seja objeto de uma interpretação cuidadosa e voltada para ampliação do rol de responsáveis pela proteção ao meio ambiente, tanto aqueles que se beneficiam diretamente pela exploração dos recursos naturais, como também daqueles que, indiretamente, auferem benefícios do uso destes recursos feito por terceiros.

Tal parece ter sido a perspectiva do Ministério Público Federal no Pará ao incorporar, na ação movida contra os produtores de carne do Estado, todos os membros da cadeia produtiva que são beneficiários, direta ou indiretamente, da destruição da floresta amazônica para fins de produção pecuária, tornando-os **responsáveis solidários** pelas práticas lesivas ao meio ambiente.

2 – Da Responsabilidade Civil nos Ilícitos Ambientais.

O tema da Responsabilidade Civil vem assumindo também uma crescente importância social em razão da consciência cada vez mais significativa acerca dos

direitos individuais e coletivos, e da necessidade de usufruí-los e salvaguardá-los adequadamente.

2.1 – Conceito de Responsabilidade Civil.

Para efeitos do presente artigo, o conceito de Responsabilidade refere-se, para Sérgio Cavalieri Filho (2010, pg. 2), ao “dever que alguém tem de reparar o prejuízo decorrente da violação de outro dever jurídico”. Ou seja, do ponto de vista jurídico, a Responsabilidade se configura como um “*dever jurídico sucessivo*” (ou “*secundário*”) vinculado à noção de indenização ou reparação de um prejuízo causado a um Terceiro – seja um indivíduo, a coletividade ou o Poder Público. Neste sentido, a responsabilidade se estabelece a partir do momento em que uma Obrigação – considerada aqui como o “*dever jurídico originário*” (ou “*primário*”) – deixa de ser cumprida de forma satisfatória, gerando o direito daquele que foi lesado em seu direito a exigir uma compensação pelo prejuízo sofrido em razão da *inadimplência* ou *inobservância do dever de cuidado* daquele que é o responsável pelo cumprimento desta obrigação. Assim, configurado o ilícito pelo descumprimento da obrigação, surge a responsabilidade, para aquele que incorreu neste descumprimento, de reparar o dano causado a outrem, configurando, dessa forma, a responsabilidade civil no plano jurídico.

Portanto, sempre que houver violação a um direito ou dever jurídico pré-existente – a Obrigação -, pode-se falar no surgimento de outro dever jurídico: a responsabilidade de reparar o dano causado. Daí a definição sugerida por Sergio Cavalieri Filho (*op. cit*, pg. 2), de que,

“responsabilidade civil é um dever jurídico sucessivo que surge para recompor o dano decorrente da violação de um dever jurídico originário.

Só se cogita, destarte, de responsabilidade civil onde houver violação de um dever jurídico e dano. Em outras palavras, responsável é a pessoa que deve ressarcir o prejuízo decorrente da violação de um precedente dever jurídico. E assim é porque a responsabilidade pressupõe um dever jurídico preexistente, uma obrigação descumprida.”.

2.2 - Componentes da Responsabilidade Civil.

O objetivo buscado na responsabilidade civil não é o de punir aquele que descumpra uma obrigação, mas o de indenizar ou reparar o dano sofrido pela vítima do comportamento inadequado do agente, ao contrário do que ocorre no âmbito da responsabilidade penal, onde o que se pretende é punir o transgressor de uma regra de comportamento legitimada pela sociedade. Ou seja, o que se busca é, na medida do possível, restabelecer o *status quo ante* vigente no relacionamento entre distintos sujeitos de direito por ocasião do descumprimento de uma obrigação que deu origem à responsabilidade civil de um ou mais destes sujeitos.

Portanto, os fundamentos da responsabilidade civil encontram-se também alicerçados em outros componentes que não a culpa *stricto sensu*, isto é, em uma conduta marcada pela imprudência, pela negligência, por ação ou omissão voluntária⁴, ou pelo simples descumprimento de um contrato entre as partes. Neste caso, a responsabilidade poderá estar também fundada em elementos como o fato da coisa e no próprio exercício de uma atividade de risco e ou perigosa, os quais dão origem a responsabilidades fundadas no risco-proveito, no risco criado, no risco profissional, no risco econômico, no risco derivado da prestação de um serviço (Gonçalves, 2008, *op. cit.*, pg. 8), e que têm, entre outras, ampla aplicação no âmbito do Direito do Consumidor⁵. Trata-se da denominada responsabilidade *objetiva*.

2.3 - Das Espécies de Responsabilidade.

Conformada pela complexidade das ações humanas e aos diferentes âmbitos de atuação do sujeito nas sociedades contemporâneas, a responsabilidade civil pode ser classificada em diferentes espécies, podendo-se, em termos gerais, distinguir quatro grandes espécies de responsabilidade: a contratual, a extracontratual, a subjetiva e a objetiva.

2.3.1 - Responsabilidade Contratual e Extracontratual.

⁴ Conforme definição prevista no Art. 186, Código Civil de 2002.

⁵ O Código de Defesa do Consumidor (CDC) abraçou, como norma, a perspectiva da “responsabilidade objetiva”, que independe da existência e/ou da comprovação de culpa por parte do agente econômico para ser caracterizada e servir de base à defesa do consumidor. Cf, especialmente, os Arts. 12 e 14, CDC.

Estas duas formas de responsabilidade civil derivam das condições em que entram em relação os sujeitos do negócio jurídico, remetendo, portanto, à **qualidade** da responsabilidade que pode daí surgir.

A responsabilidade **contratual** é aquela derivada de um contrato, ou seja, de uma manifestação explícita de vontade de um ou mais agentes, desde que tal contrato obedeça, no que couber, às normas jurídicas em vigor para lhe conferir validade. Nesta forma da responsabilidade civil, o inadimplemento do contrato presume-se *culposo*, isto é, a parte inadimplente é considerada culpada, bastando à parte lesada demonstrar o descumprimento da obrigação contratada para que possa exigir, da contraparte, a responsabilidade correspondente em juízo.

Por sua vez, a responsabilidade **extracontratual** é aquela que tem sua origem na inobservância do dever geral de não lesar a terceiros (*neminem laedere*; Gonçalves, 2010, pg. 22) e que incumbe a todos os membros da sociedade, ainda que matizadas pelas ressalvas relacionadas à plena capacidade civil destes membros. Dessa forma, todo aquele que causa um dano a terceiros fica obrigado a repará-lo, seja este dano originado de culpa, em sentido estrito – imprudência, negligência ou imperícia -, ou de dolo por parte do responsável. Aqui, no entanto, a culpa não é presumida, obrigando-se o lesado a provar a culpa ou dolo do causador do dano reclamado para que faça jus à reparação pretendida.

Neste sentido, pontua Sérgio Cavalieri (*op. cit.*, pg.: 15)

“se esse dever [de indenizar] surge em virtude de lesão a direito subjetivo, sem que entre o ofensor e a vítima preexista qualquer relação jurídica que o possibilite, temos a responsabilidade extracontratual, também chamada de ilícito aquiliano ou absoluto”.

Dessa forma, o ilícito que dá origem à responsabilidade extracontratual é definido por lei, devendo estar tanto o dever jurídico como o direito violado previstos na norma jurídica, independente da expressão de vontade dos sujeitos envolvidos, isto é, da existência de um contrato entre as partes em conflito.

2.3.2 - Responsabilidade Subjetiva e Responsabilidade Objetiva.

Um dos aspectos mais relevantes da responsabilidade civil tem a ver com a determinação de **quem** tem a obrigação de reparar o dano causado e **por que**, ou seja, se

a responsabilidade deriva de culpa subjetiva do agente ou se ela é derivada de alguma determinação **independente** da culpa, isto é, derivada do ordenamento jurídico. Esta distinção dá origem à responsabilidade **subjetiva**, quando fundada na culpa, e à responsabilidade **objetiva**, quando o seu fundamento **prescinde da existência de culpa do agente**, devendo esta, no entanto, estar prevista na norma jurídica, pois é nela que se encontra sua razão de existir.

2.3.2.1 – Componentes da Responsabilidade Subjetiva.

Embora a responsabilidade subjetiva se fundamente na culpa do agente – entendida em sentido amplo, já que abrange também o **dolo**, ou a vontade consciente de provocar a lesão a direito alheio -, ela se estrutura em torno a uma tríade:

- um elemento **formal**, representado pela violação de um dever jurídico previamente estabelecido no ordenamento jurídico;

- um elemento **subjetivo**, expresso no comportamento culposo ou doloso do agente; e,

- um componente **causal-material**, manifesto na existência de um dano comprovável e na respectiva relação ou nexos de causalidade entre o comportamento do agente e o dano existente (Idem, *ibidem*, pgs. 17-18).

Estes componentes se aplicam tanto à responsabilidade contratual, quanto à extracontratual, com a diferença de que, no primeiro caso, basta àquele que tem seu direito violado demonstrar o descumprimento ou inadimplência do que foi contratado para reivindicar seus direitos, ao passo que, no segundo caso, aquele que teve seu direito violado deverá demonstrar o nexos de causalidade existente entre o comportamento do agente e o dano causado a seu(s) direito(s).

A responsabilidade **subjetiva**, portanto, de acordo com a Teoria da Culpa, demanda que a obrigação de reparar o dano somente surge se o agente agiu com dolo ou culpa, sendo necessária a prova da culpa, pela vítima, para que o dano se torne indenizável.

2.3.2.2 – Responsabilidade Objetiva.

Entretanto, nem toda obrigação de indenizar, ou seja, **nem toda responsabilidade civil deriva, necessariamente, da culpa do agente.**

O ordenamento jurídico impõe, em certas situações, a obrigação de indenizar mesmo àquele que não é diretamente responsável pelo dano reclamado pela vítima. Nestas situações, estamos diante da responsabilidade objetiva ou *legal*, isto é, de uma obrigação de indenizar que prescinde da noção de culpa, tão importante para a responsabilidade subjetiva, mas que, aqui, deixa de ser o fundamento desta obrigação, podendo ser satisfeita somente com a demonstração do nexo de causalidade existente entre determinada conduta e o dano causado. Nestes casos, não é necessária a prova de culpa do agente, porque ou ela é **presumida** por lei, ou esta prova é **prescindível** (Gonçalves, 2008, pg. 30), ocorrendo a **inversão do ônus da prova**, ou seja, cabe ao agente imputado, e não mais à vítima, provar que não é dele a culpa ou responsabilidade pelo dano, de forma a evitar a obrigação de indenizar, como ocorre, no caso brasileiro, no âmbito do Direito do Consumidor ou no caso dos ilícitos ambientais.

Dessa forma, cabe à vítima provar somente a ação ou omissão do agente e o dano resultante de qualquer destas condutas, pois a culpa do agente é, nestes casos, presumida. O agente imputado, no entanto, pode argüir, para livrar-se desta responsabilidade, a **culpa exclusiva da vítima**, a **força maior**, e o **caso fortuito**, ou seja, lançar mão das **excludentes de responsabilidade**, cabendo a ele provar não ser o responsável pelo dano causado, mas sim a vítima, ou mesmo ter o dano ocorrido em razão de forças não previstas ou controláveis pela vontade humana, como no caso dos fenômenos naturais extremos (enchentes, maremotos, raios, etc.).

Na moderna doutrina sobre o tema, a responsabilidade objetiva encontra seu fundamento na assim chamada ***Teoria do Risco***, pela qual, segundo Carlos Roberto Gonçalves (Ibidem, pg. 31),

“...toda pessoa que exerce uma atividade cria um risco de dano para terceiros. E deve ser obrigada a repará-lo, ainda que sua conduta seja isenta de culpa. [Neste caso] a responsabilidade civil desloca-se da noção de culpa para a idéia de risco, ora encarada como ‘risco-proveito’ que se funda no princípio segundo o qual é reparável o dano causado a outrem em consequência de uma atividade realizada em benefício do responsável (*ubi emolumentum, ubi onus*); ora, mais genericamente, como ‘risco criado’, a que subordina todo aquele que, sem indagação de culpa, expuser alguém a suportá-lo”.

De qualquer forma, cabe destacar, na análise da Teoria do Risco como fundamento da Responsabilidade Objetiva, a vinculação que ela estabelece entre o risco da atividade e o *dever de segurança* estabelecido por lei para aquele que desenvolve uma atividade que cria, de forma implícita ou explícita, risco para terceiros. O dever de segurança seria, nesta leitura, o *dever jurídico violado* nos casos de responsabilidade objetiva, como preleciona Sérgio Cavalieri Filho:

“Risco e segurança andam juntos, são fatores que atuam reciprocamente na vida moderna, cuja atividade primordial é **driblar riscos**. Onde há risco tem que haver segurança; há íntima relação entre esses dois fatores, como vasos comunicantes. Quanto maior o risco, maior será o dever de segurança.

A responsabilidade objetiva exsurge quando a atividade perigosa causa dano a outrem, o que evidencia ter sido ela exercida com violação do *dever de segurança*, que se contrapõe ao risco.”(Ibidem, pg. 145-146)

Embora a teoria do risco tenha aplicação em vários ramos da atividade humana, ela é particularmente importante para o estudo dos ilícitos ambientais e a responsabilização dos agentes envolvidos, com ou sem culpa direta pelo fato, como teremos oportunidade de desenvolver neste artigo.

2.3.2.3 – Responsabilidade por Ato Próprio e Responsabilidade por Ato de Terceiro.

Por último, é importante fazer menção à manifestação da responsabilidade em sua relação com o agente ou autor do fato causador de lesão ao direito de terceiros. Referimo-nos à *responsabilidade por ato próprio e à responsabilidade por ato de terceiro*, tema central para nossa análise.

A responsabilidade civil é, inicialmente, uma consequência – um “*dever jurídico sucessivo*” – decorrente da inobservância, por parte do agente responsável, de uma obrigação derivada de um contrato, ou do devido cuidado com um direito alheio, dando origem à obrigação de indenizar o dano causado a terceiros. Ela é, portanto, na sua origem, vinculada a uma ação ou omissão de um agente determinado, ou seja, a um *ato próprio* deste, que pode ser de natureza **legal** (avanço de sinal vermelho com conseqüente abalroamento ou atropelamento), **contratual** (venda de mercadoria defeituosa, entrega de mercadoria fora do prazo convencionado, etc.), ou **social**

(resultante do abuso de um direito: denúncia caluniosa, por ex.) de acordo com Carlos Roberto Gonçalves (2010, pg. 30).

Por sua vez, a responsabilidade por ato de terceiro deriva, não de uma ação ou omissão própria do agente que é responsabilizado, mas de um terceiro agente que se encontra sob a guarda, a responsabilidade ou o cuidado daquele que é chamado a assumir o ônus de indenizar o dano causado. Enquadram-se, nesta categoria, por exemplo, a responsabilidade dos *pais* pelos atos dos filhos menores ou incapazes; dos *tutores* e *curadores* por aqueles sob seu cuidado; dos *empregadores* pelos atos dos seus empregados enquanto no exercício da atividade correspondente; dos *donos de hotéis, hospedarias e albergues* onde se hospede por dinheiro, entre outros, como acima mencionado. Nestes casos, vige a *presunção de culpa* por parte destes agentes, obrigando-os a indenizar o dano causado pelos terceiros aqui mencionados.

Vinculada à responsabilidade por ato de terceiros, é importante mencionar ainda a **responsabilidade solidária** que se apresenta sempre que houver **concurso de agentes na prática do ato ilícito**. Embora a responsabilidade do pai pelos atos do filho menor possa ser considerada como responsabilidade solidária (*culpa in vigilando*), ela não traz, necessariamente, um benefício para ele. Por essa razão, interessa-nos aqui a responsabilidade que deriva do fato de diferentes agentes produzirem o dano que demanda indenização, ou, embora não participando diretamente da sua produção, dele se beneficiarem. Neste caso, havendo concurso de agentes uma ação de indenização pode ser ajuizada em face de qualquer um dos mesmos, já que, em razão da responsabilidade solidária existente entre eles, a ação permite que seus efeitos sejam estendidos aos demais.

O ordenamento jurídico brasileiro adota, essencialmente, a teoria da *Responsabilidade Civil Subjetiva*, embora também incorpore, em alguns de seus códigos e leis, a noção da *Responsabilidade Civil Objetiva* como fundamento para a demanda de indenização por danos causados a terceiros, como no caso da legislação ambiental.

2.4 - Responsabilidade Civil por Dano Ambiental: Da Teoria Subjetiva à Teoria Objetiva.

No tocante às questões ambientais, a evolução dos fatos demonstrou não ser ela suficiente para tratar dos casos específicos relativos a danos ecológicos, os quais, dadas

suas peculiaridades de difícil e custosa comprovação, aliadas à gravidade e extensão dos prejuízos causados, não podem ficar restritos, no seu enfrentamento, a tal modalidade de responsabilidade. A Teoria Subjetiva representa, desta forma, um limite à tutela ambiental, sobretudo pela dificuldade de produzir-se a prova da culpabilidade do agente, a qual depende dos resultados de complexas perícias, além do fato de que é habitual que o dano venha a se concretizar no futuro e seja causado por diversos fatores.

Desta forma, como afirma Édis Milaré (2005, pg. 826),

“A expansão das atividades econômicas da chamada sociedade de risco – marcada pelo consumo de massa e pela desenfreada utilização dos recursos naturais - haveria de exigir um tratamento da matéria com o viés de um novo Direito, e não pelos limites da ótica privada tradicional”.

Passou-se então a adotar a Teoria Objetiva no caso de ajuizamento de ações de responsabilidade civil no âmbito da proteção ao meio ambiente, atribuindo-se a responsabilidade ao agente que causa a degradação ambiental, sem que, nonexo causal, fosse preciso aferir-se a existência de ato ou omissão culposa. Esta teoria foi adotada, no Direito brasileiro, originalmente, pelo Dec. 79.347/77, que promulgou a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, e pela Lei 6.453/77, em seu art. 4.º, que tratava da responsabilidade civil por acidentes nucleares, Posteriormente, foi consagrada pela Lei 6.938/81, no corpo do art. 14, § 1.º, que estabelece:

"Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente".⁶

Com a adoção da responsabilidade objetiva nestes casos, fica o agente prejudicado desobrigado da obrigação de comprovar a culpa do responsável pelo dano ambiental. Bastam à configuração da hipótese indenizatória a ocorrência do dano e a demonstração da existência de um nexode causalidade entre este dano e a atividade do responsável pelo mesmo.

⁶ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Lei 6.938/81, disponível na página: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>; acesso em 06/07/12.

2.4.1 - O Princípio Poluidor–Pagador

Advindo, sobretudo, da influência francesa, temos o princípio do "poluidor-pagador", adotado em diversos países após a Declaração de Estocolmo de 1972. Este princípio consiste, basicamente, na idéia de que o dano deve ser ressarcido por aquele que foi beneficiado pela atividade causadora deste, ou seja, quem de alguma forma contribuiu para a degradação ambiental, deve responder por ela na exata proporção de sua contribuição.

Neste sentido argumenta Édís Milaré (*op. cit.*, pg. 829) , quando afirma que,

“... o princípio ‘poluidor-pagador’ que está sendo introduzido no Direito Internacional não visa a coonestar a poluição, mas evitar que o dano ecológico fique sem reparação, [impondo] a internalização dos custos decorrentes das externalidades negativas ambientais”.

Este princípio é utilizado, especialmente, nos casos em que o responsável pelo dano ecológico é o industrial, quando esse dano será imputado ao produtor que o inserirá como custo de produção, o que acabará por elevar o preço final do produto ao consumidor, e, por conseqüência, implicará em uma diminuição da demanda, podendo constituir-se, também por esta via, em mais uma penalização ao agressor.

2.4.2 Outros Princípios da Responsabilidade Ambiental

De acordo com a doutrina aceita hoje no país (Machado, 2007, pgs. 315 e ss.), outros princípios estão também associados à responsabilidade civil no âmbito da proteção ao meio ambiente, cabendo destacar:

- **Princípio da reparação integral**
- **Princípio da prevenção**
- **Princípio da precaução**
- **Princípio da função socioambiental da propriedade**

2.5 - Conseqüências da Adoção da Responsabilidade Objetiva para a Tutela Ambiental

A adoção do fundamento da responsabilidade civil, por dano ecológico de natureza objetiva, acarretou algumas conseqüências básicas no enfrentamento dos Ilícitos Ambientais.

Em primeiro lugar, torna-se irrelevante a subjetividade da conduta, não havendo mais a necessidade de intenção danosa ou de verificação de culpa por parte do agente, bastando a mera configuração de um prejuízo ao meio ambiente para aplicação da sanção correspondente.

Em segundo lugar, também se torna irrelevante a mensuração do subjetivismo, com a existência ou não de muitos agentes passíveis de responsabilização. Desde que algum deles seja alcançado pela responsabilização, não há porque não efetuar-se a reparação, não importando o montante de sua contribuição ou benefício auferido com o evento danoso.

Em terceiro lugar, de particular importância para a definição da responsabilidade pelo dano ambiental, ocorre a inversão do ônus da prova, partindo-se de uma presunção de causalidade entre a atividade do agente e o prejuízo; sendo sua a incumbência de desfazer esta presunção. Dessa forma, demonstrado que houve o dano ecológico, presumida está a causalidade e o dever de indenizar, cabendo ao acusado providenciar, na produção de prova negativa, a excludente de sua responsabilização, não sendo aceitos como tal os eventos da natureza, caso fortuito e força-maior, a ação de terceiros ou a licitude da atividade, isto é, sua conformação às normas gerais estabelecidas pelo Poder Público.

Por último, ocorreu uma atenuação da importância atribuída ao nexo de causalidade, bastando definir a potencialidade da atividade do agente para produzir o dano para que se presuma a responsabilidade deste, invertendo-se o ônus probatório.

2.5.1 - Solidariedade dos Responsáveis por Ilícitos Ambientais.

Desta forma, e considerando-se o caráter de ordem pública de que goza a proteção do meio ambiente, foi instituída a solidariedade passiva pela reparação do dano ecológico, com duplo significado: por um lado, em um distrito industrial onde seja impossível individualizar-se o responsável pelo dano ambiental, todos poderão ser solidariamente responsáveis; por outro, em uma determinada cadeia produtiva, todos aqueles que se beneficiarem das atividades que causam danos ambientais, poderão ser responsabilizados solidariamente pelo dano causado.

Neste sentido, a definição da responsabilidade passiva solidária procura tornar possível a reparação integral do prejuízo causado pelo dano ambiental, em atenção ao

interesse público, constituindo-se em uma faculdade da vítima da poluição – seja ela um indivíduo, uma comunidade ou a sociedade como um todo -, a escolha de mover o processo contra este ou aquele devedor, podendo escolher todos ou aquele que goza de melhor situação financeira para tal. Portanto, a delimitação da proporção da responsabilidade de cada um dos devedores solidários correrá "à revelia" do credor, já que isso não lhe importa, devendo os devedores "brigarem entre si" para fixar qual a sua real responsabilidade pela condenação. É, sobretudo, o interesse público que faz com que haja a solidariedade entre os degradadores do ambiente, a fim de garantir uma reparação integral do dano real, mais eficaz e mais rápida. É esse o sentido das normas que tratam da proteção do meio ambiente e da punição aos danos causados, em especial o Art. 14, §1º, da Lei 6.938/81, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente (Machado, 2007, *op. cit.*, pgs. 325-328).

3: A Proteção ao Meio Ambiente e a Responsabilidade Solidária: As Ações do Ministério Público Federal do Pará em Face da Cadeia Produtiva da Carne e do Couro.

Nas páginas anteriores, buscou-se delimitar, do ponto de vista dos referenciais jurídicos e mesmo filosóficos, o fundamento para que, no tocante à proteção ao meio ambiente, se possa ampliar o alcance da responsabilização de todos os agentes envolvidos com práticas que degradam e colocam em risco os recursos naturais, o ecossistema e as funções vitais proporcionadas pelo meio ambiente.

Iremos nos deter aqui, a título de exemplo acerca da análise anterior, sobre a experiência representada, neste sentido, pelo conjunto de ações encabeçadas pelo Ministério Público Federal no Estado do Pará em face de diversos agentes econômicos que integram a cadeia produtiva da carne e do couro no estado, incluindo desde as fazendas, no início da cadeia produtiva, até os supermercados, no fim dela, passando pelos grandes frigoríficos, nacionais e internacionais, que são os responsáveis pela intermediação entre o produtor e o consumidor final, no Brasil e no exterior.

A partir da constatação de que esta cadeia produtiva se estrutura com base em uma permanente agressão ao meio ambiente da Amazônia, utilizando-se especialmente do desmatamento para ampliação das terras a serem incorporadas à pecuária extensiva, o MPF/PA ajuizou várias ações civis públicas ambientais, procedimentos

administrativos e Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) com o propósito de, por um lado, forçar a ruptura deste círculo vicioso de exploração predatória do meio ambiente, e, por outro, cobrar indenizações vultuosas como forma de compensação ambiental por parte do conjunto de agentes que se beneficiam economicamente de tais práticas predatórias, deixando para a sociedade e para o Poder Público o custo de remediar o impacto ecológico e social negativo de tais práticas.

3.1 – Ações do Ministério Público Federal no Pará contra os Ilícitos Ambientais na Atividade Pecuária.

Os levantamentos realizados a respeito do desmatamento na região foram de tal forma reveladores das práticas adotadas pela atividade pecuária no Pará, que o Ministério Público Federal e o IBAMA ajuizaram, em junho de 2009, várias ações com o propósito de obrigar os agentes da cadeia produtiva da carne e do couro a observar os preceitos legais atinentes às atividades econômicas que podem ter impacto ambiental.

No presente estudo tomaremos esta ação civil pública como referência, embora seus fundamentos de fato e de Direito estejam presentes, igualmente, nas várias outras ações civis públicas propostas pelo MPF/PA em face, seja da mesma Agropecuária Santa Bárbara Xinguara e seus diversos sócios, seja em face de outros agentes econômicos da cadeia produtiva da carne.

Dessa forma,

“através de pesquisa nos registros de compra e venda de bois, foi possível comprovar quem comercializa os rebanhos criados em áreas desmatadas ilegalmente.

O trabalho mapeia desde a fazenda que engorda o gado em pastagens ilegais, passando pelo frigorífico que abate, processa e revende subprodutos bovinos, chegando até as indústrias de materiais de limpeza, de calçados, de couros, de laticínios e supermercados que utilizam e comercializam os bois da devastação.

Como primeiro resultado, o MPF iniciou 21 processos judiciais contra fazendas e frigoríficos, pedindo o pagamento de R\$ 2,1 bilhões em indenizações pelos danos ambientais à sociedade brasileira. 69 empresas que compraram os subprodutos dos frigoríficos receberam, por enquanto, notificações, em que são informadas oficialmente da compra de insumos obtidos com desmatamento ilegal na Amazônia. A partir da notificação, devem parar a aquisição desse tipo de produto, ou passarão à condição de *co-responsáveis* [grifo nosso] pelos danos ambientais.

Por terem comprado bois criados ilegalmente, à custa da devastação florestal, os frigoríficos [e grandes cadeias varejistas como Pão de

Açúcar, Wal Mart, Bom Preço e Carrefour], também são réus na ação. “Sabemos que a principal fonte impulsionadora do desmatamento na Amazônia é a criação de pastos. Por isso, queremos a aplicação da lei para que todas as empresas que participam dessa cadeia econômica de devastação paguem pelos danos ambientais”, diz o procurador Daniel César Avelino, responsável pelos processos.”⁷

A Ação Civil Pública ambiental correspondente, que tem como antecedente um Inquérito Civil Público do próprio MPF/PA (ICP 1.23.000.000573/2008-49), foi proposta em face de um amplo conjunto de agentes da cadeia produtiva da carne e do couro no Estado do Pará

Para entendermos as razões que fundamentam a decisão de propor uma ação civil pública ambiental em face de um conjunto tão diverso de agentes econômicos, vale a pena relacionarmos os argumentos do MPF/PA e do IBAMA que constam da ação em questão:

- DOS FATOS PRATICADOS NA FAZENDA CARACOL

Como se é possível verificar pelos Autos de Infração de nº. 460458-D, 460457-D, os réus AGROPECURIA SANTA BÁRBARA XINGUARA e TARLEY HELVECIO ALVES, proprietários/usufrutuário da Fazenda CARACOL, deixaram de cumprir a legislação ambiental no que concerne à preservação da reserva legal, incorrendo em diversas infrações ambientais. Vejamos o que apontam os autos:

[...]

Como apontado pelos fiscais do IBAMA que realizaram a fiscalização *in loco* na fazenda, foi detectado que **não há cobertura vegetal em 1.500,00 ha, onde se constatou que houve impedimento de regeneração natural da vegetação nativa pela prática da atividade de pecuária de gado bovino de corte.**

Em virtude de tal ilícito, foi efetuado embargo da área e da atividade pecuarista, com o objetivo de cessar a ação ambiental delitativa, sendo ordenada a retirada do gado.

Ademais, como informado pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente, ..., a FAZENDA CARACOL não possui licenciamento ambiental, não podendo, portanto, exercer qualquer atividade produtiva.

Resta comprovada, portanto, a conduta infratora por parte dos réus AGROPECURIA SANTA BÁRBARA XINGUARA e TARLEY HELVECIO ALVES, que, na qualidade de proprietários ou usufrutuários da FAZENDA CARACOL como demonstrado nos

⁷ Disponível em: <http://www.prpa.mpf.gov.br/noticias/mpf-e-ibama-processam-empresas-que-lucram-com-os-bois-da-devastacao/>; acesso em: 11.05.10

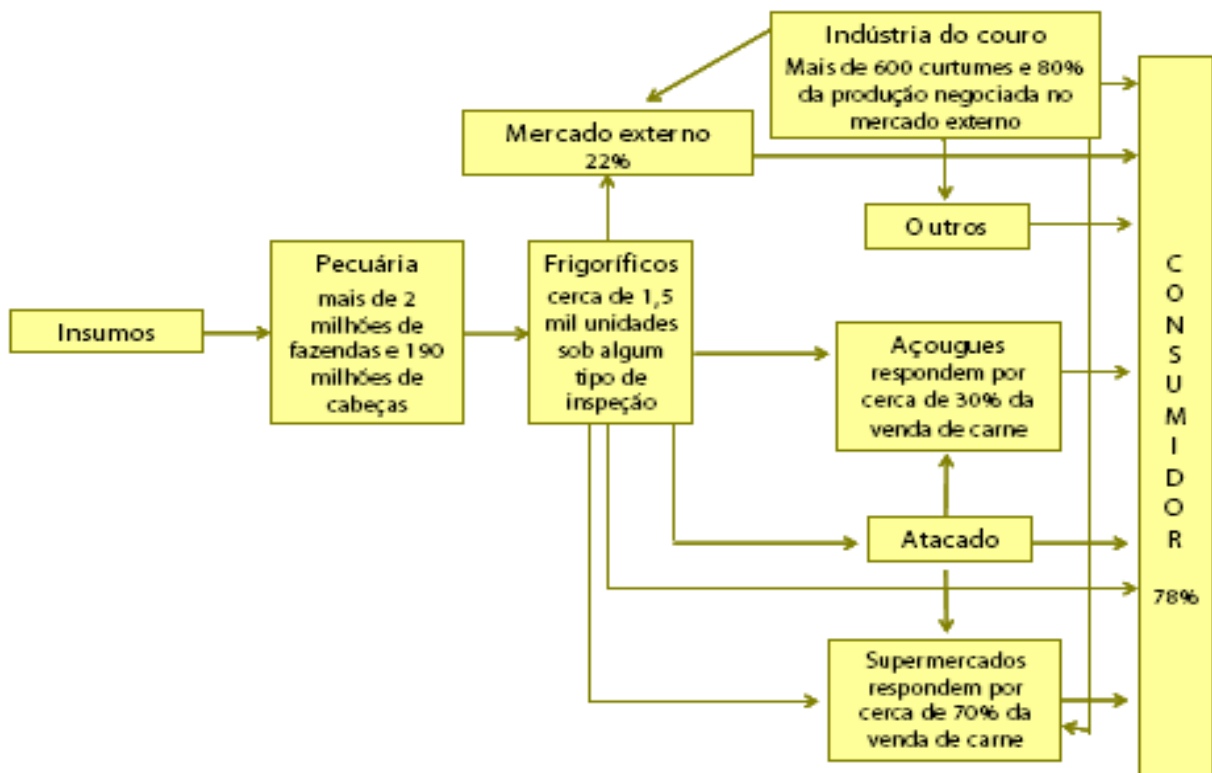
autos, incorreram nas infrações previstas nos dispositivos normativos a seguir demonstrados:

[...]

No que concerne à ré AGROPECUÁRIA SANTA BÁRBARA XINGUARA, apesar de não constar nos documentos de propriedade definitivos dos referidos imóveis rurais, são eles que aparecem realizando transações comerciais de gado de acordo com as informações colhidas in loco pelos fiscais do IBAMA. Caracterizada a propriedade do imóvel rural no qual foram perpetradas as ilegalidades, ou sua mera utilização por parte dos réus, fica demonstrada sua legitimidade para figurar no pólo passivo da presente demanda.

Como salientado no próprio corpo da ação civil pública em tela, os resultados deste modelo de exploração da região amazônica para a produção de carne e os demais subprodutos da pecuária, incluem não somente a devastação da floresta, a perda da biodiversidade, e os efeitos sobre a qualidade de vida da população da região, como também uma grande contribuição para o processo de mudanças climáticas em curso no mundo, ao lançar na atmosfera um volume de gases de efeito estufa da ordem de 9 a 12 bilhões de toneladas de CO₂-equivalente, tornando o Brasil um dos grandes responsáveis pela emissão destes gases e seus efeitos climáticos já claramente perceptíveis em várias partes do planeta.

O fluxograma a seguir ilustra o caminho percorrido pela carne desde a sua produção até o consumidor final, inclusive no mercado exterior, e demonstra o vínculo existente entre os diversos agentes da cadeia produtiva da carne no Estado do Pará, ao mesmo tempo que mostra o acertado da abordagem proposta pelo MPF/PA ao considerá-los solidários na responsabilidade pelo dano ambiental causado na Amazônia.



Fonte: Fonte: Amigos da Terra. *A hora da conta*. São Paulo, 2009. p. 36⁸.

A repercussão das medidas tomadas pelo Ministério Público Federal contra este amplo conjunto de agentes econômicos, na qualidade de *litisconsortes passivos em função da sua co-responsabilidade*, foi enorme, gerando, inicialmente, resistências por parte destes agentes, mas, em pouco tempo, uma importante adesão às medidas que foram tomadas, como, por exemplo, o embargo à compra da carne e do couro produzidos em tais fazendas. A resistência às medidas propostas, apesar da adesão de várias empresas, foi, no entanto, significativa, como seria de se esperar, considerando-se a tradição de impunidade destes agentes no estado:

“Todos os pontos propostos pelo MPF para efetivas mudanças no controle da atividade pecuária – geo-referenciamento, licenciamento ambiental, regularização fundiária e recuperação de áreas degradadas - foram listados pelos frigoríficos como responsabilidade do governo do Pará.

Essas questões já são responsabilidade legal do Estado, não há nenhuma novidade nisso. [A] novidade seria o setor produtivo reconhecer o ônus de sua atividade e se comprometer com esses controles, garantir que as compras serão interrompidas se os

⁸ Citado na ação civil pública em comento, e disponível em: ACP Caracol.pdf, disponível em: <http://www.prpa.mpf.gov.br/noticias/Acoes.zip>, acesso em 17/05/10.

fornecedores não obtiverem a regularização”, explica o procurador da República Daniel César Azeredo Avelino, um dos responsáveis pela negociação.”⁹

O componente relativo à *solidariedade* na responsabilidade civil por infrações ambientais decorre do conteúdo do Artigo 2º da Lei 9.605/98, o qual dispõe que:

“quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade [...]”.

Ao consagrar este princípio no caso da responsabilidade civil por danos ambientais, o legislador deixou clara sua intenção de sinalizar, para todos aqueles que de alguma forma incorrem na geração de agressões ao meio ambiente, que a responsabilização por tais condutas não se restringe somente àqueles que são os responsáveis diretos ou que são os principais beneficiários de tais práticas lesivas. Ao contrário, como previsto na Lei 9.605/98 e também nas ações impetradas pelo Ministério Público Federal no Pará, no caso da cadeia produtiva da carne, mesmo aqueles que de forma indireta contribuem para os danos ambientais – seja por omissão, seja por se beneficiarem das agressões ao meio ambiente estimulando a sua continuidade, seja por contribuírem de alguma forma para a continuidade de tais agressões –, podem ser, da mesma forma, alcançados por ações judiciais tendentes a determinação da reparação pelo dano causado ao meio ambiente.

Neste caso, tais agentes entram no pólo passivo na qualidade de *litisconsortes*, conforme prevê o Artigo 46, II, do Código de Processo Civil:

“Duas ou mais pessoas podem litigar no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente quando:
I – [...]
II – os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito”.

Esta abordagem foi utilizada pelo Ministério Público Federal no Pará, no caso em comento - **Ação Civil Pública 2009.39.00.005140-5**, em curso na Seção Judiciária Federal do Pará –, na qual são denunciados cerca de 35 diferentes litisconsortes, entre

⁹ Disponível em: <http://www.prpa.mpf.gov.br/noticias/frigorificos-recusam-acordo-para-combate-ao-desmatamento/>; acesso em 26.08.12.

fazendeiros, cooperativas, frigoríficos, e outros participantes da cadeia produtiva da carne no estado.

Tal estratégia representou uma novidade importante nas ações relacionadas aos ilícitos ambientais, na medida em que responsabilizou não só os agentes diretamente responsáveis pelos danos ao meio ambiente – no caso, os fazendeiros envolvidos com o desmatamento da floresta amazônica -, mas também todos aqueles que, ao integrarem esta cadeia produtiva, se beneficiam indiretamente com tal agressão ambiental comprando e revendendo a carne e os demais subprodutos da pecuária local. Desta forma, eles são partes de uma atividade econômica que traz, desde a sua origem, um vício ou uma ilicitude relativa ao desmatamento da floresta, objeto de proteção explícita no próprio texto constitucional, em particular pela via do seu Artigo 225, § 4º.

Daí que, consoante o que dispõe a Lei 6.938/81, no seu Artigo 14, §1º, supracitado, a natureza da responsabilidade civil em causa na ação movida pelo MPF/PA em face destes agentes econômicos é a de **responsabilidade objetiva e solidária**, conforme atesta o próprio texto da ação civil pública.

3.2 - Da Extensão da Responsabilidade Civil Objetiva aos demais Integrantes da Cadeia Produtiva

Considerando que a devastação provocada na floresta amazônica alimenta uma cadeia produtiva diversa, que inclui não somente os que produzem e comercializam o gado em si mesmo, mas também todos aqueles agentes econômicos que têm na carne e nos subprodutos do gado a matéria-prima para sua produção, e que tal cadeia tem ramificações nacionais e internacionais importantes, a extensão da responsabilidade pelos danos ambientais a todos eles representa um passo importante, do ponto de vista jurídico, mas também político e social, para frear o processo de degradação ambiental da região, seriamente afetada pela expansão da pecuária nos últimos anos.

Neste sentido, argumenta o MPF/PA:

“Ao adotarem este tipo de conduta, adquirindo gado de fazendas que não respeitam a necessidade de proteção ambiental, essas empresas – em geral, frigoríficos e curtumes – tornam-se cúmplices das ilegalidades por elas perpetradas, e, tratando-se de matéria ambiental, co-responsáveis objetivamente pelo dano, em virtude de não terem tomado as medidas necessárias de cuidado para com o meio ambiente inerentes a este tipo de atividade. [...]

No que concerne à cadeia produtiva da atividade pecuária, o risco produzido pelas empresas que nela atuam reside no fato de não tomarem as providências necessárias à certificação de que seus fornecedores de matéria prima animal estejam a respeitar às necessidades de proteção do meio ambiente, adquirindo gado de propriedades que realizam desmatamentos ilegais e, dessa forma, tanto fomentando tal espécie de atividade quanto incorrendo nos mesmos ilícitos que eles. [...]

Ao escolherem seus fornecedores de gado, as empresas integrantes da cadeia produtiva são obrigadas a perquirir se estas fazendas respeitam ou não as normas de proteção ambiental, como forma de minimizar os riscos de que ocorram danos ao meio ambiente. Apresentando, um fornecedor específico, indícios de que esteja desmatando ilegalmente para a criação de gado, ou simplesmente não podendo comprovar que respeita os cuidados inerentes ao meio ambiente, não deve a empresa manter relações comerciais com ela. Mantendo, independentemente de estar ciente ou não dos danos por aquela causados, deverá ser co-responsabilizada por eles, justamente por não ter tomado o cuidado devido na escolha de seu fornecedor.¹⁰ [grifos no original]

3.3 - Os Termos de Ajustamento de Conduta como Mecanismo de Responsabilização Solidária.

Paralelamente à propositura das ações, o Ministério Público Federal propôs o estabelecimento de Termos de Ajustamento de Conduta aos diversos agentes envolvidos na cadeia produtiva da carne e do couro no estado, inclusive, ainda que por razões diversas, ao Governo do Estado, com o propósito de cobrar uma participação mais ativa e acorde do Poder Público com o que determina a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional, no tocante à sua responsabilidade com a proteção do meio ambiente.

Os Termos de Ajustamento de Conduta¹¹ têm sido amplamente utilizados na prática jurídica brasileira, como forma de, evitando-se um processo judicial longo e

¹⁰ ACP Caracol.pdf, disponível em: <http://www.prpa.mpf.gov.br/noticias/Acoes.zip>, acesso em 17/05/10.

¹¹ **Termo de ajustamento de conduta ambiental:** trata-se de um instrumento administrativo, utilizado pelos órgãos públicos, em especial o Ministério Público, para realizar acordos entre este, órgão fiscalizador e garantidor da preservação de conservação do direito trans-individual, e aquele que está causando algum prejuízo ou na iminência de causar contra o meio ambiente. Este termo de conduta será considerado um título executivo extrajudicial, de forma que o agente causador do dano estará admitindo ter consciência da ofensa que está praticando contra o meio ambiente, e se comprometendo a, num espaço de tempo pré-estabelecido no próprio termo, deixar de causar dano ou recuperar o meio ambiente à sua forma original, de maneira que aquilo que está determinado no artigo 225, da Constituição Federal atual, "todo cidadão tem direito a um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado", seja perfeitamente cumprido. Caso o agente provocador do dano não venha a cumprir ao que fora determinado no termo de ajustamento, o órgão público responsável terá o dever de executar diretamente o ofensor, de modo que não se faz mais necessário o reconhecimento do direito, pelo processo de conhecimento, para poder exigir o cumprimento do acordo, uma vez que o termo de ajustamento possui a característica de

custoso, alcançar os objetivos mais amplos perseguidos pelo ordenamento jurídico. Eles têm, em princípio, a grande vantagem de ser objeto de um ajuste e de um acordo de vontades entre as partes envolvidas, ainda que referenciadas na legislação em vigor. Por serem pactuados, representam também uma espécie de compromisso ético e político por parte dos que dele participam. Neste sentido, podem ser um importante instrumento a ser utilizado também em outros casos existentes no país para o combate aos ilícitos ambientais, possibilitando uma pactuação entre os diversos segmentos geralmente envolvidos nas práticas predatórias do meio ambiente.

3.3.1 – Os Fundamentos para a Assinatura do TAC com o Governo do Estado do Pará.

O Governo do Estado do Pará também foi incluído como parte do processo de negociação de uma solução para o problema, na medida em que, por um lado, não somente a sua responsabilidade com o licenciamento ambiental das atividades e a regularização fundiária foi utilizada como argumento para que alguns agentes econômicos não aceitassem submeter-se às exigências legais colocadas pelo Ministério Público Federal, como, por outro, em decorrência da paralisação da atividade de compra-venda da carne e dos demais subprodutos da atividade pecuária, o Governo do Estado viu-se envolvido em um grande problema político em razão dos prejuízos que esta paralisação representou para empresários, trabalhadores e também para o erário público, conforme amplamente noticiado à época em vários periódicos de circulação nacional como O Globo e a Folha de São Paulo. Dessa forma, o Governo do Estado do Pará – ainda que não conste como parte nas ações civis públicas ambientais impetradas pelo MPF/PA - foi chamado a assinar, assim como os demais segmentos envolvidos – fazendeiros, frigoríficos, supermercados, etc. -, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) objetivando estabelecer os parâmetros a serem observados por todos os agentes no tocante à adequação da atividade da cadeia produtiva da carne às exigências da legislação ambiental vigente no país. As razões para a inclusão do Governo do Estado

título executivo. O agente provocador então será submetido a penalidades dispostas tanto no próprio termo de acordo, quanto penalidades previstas pelo Juiz. Desta forma, o tempo que demoraria para que o ofensor ao meio ambiente deixasse de agredir o bem ambiental foi praticamente reduzido pela metade, garantindo, assim, maior possibilidade de recuperação do ecossistema à sua forma original.

Definição disponível em: <http://pt.shvoong.com/law-and-politics/enviromental-law/1727065-termo-ajustamento-conduta/>; acesso em 11/05/10.

do Pará como parte dos Termos de Ajustamento de Conduta propostos pelo MPF/PA, encontram-se também relacionadas na ação em comento, em especial a deficiência estrutural dos órgãos ambientais no estado.

Com base nestes argumentos, O MPF/PA procurou demonstrar que é necessário e urgente que o governo do estado assuma para si a responsabilidade que a própria Constituição Federal, no seu Artigo 225, *caput*, lhe atribui, como parte da tarefa inadiável de proteção ao meio ambiente da Floresta Amazônica, um patrimônio não só do Brasil, mas da humanidade como um todo, em razão da sua contribuição às condições climáticas e à biodiversidade que garantem a vida no planeta.

3.3.3 – Exemplos de Compromissos Firmados nos TACS.

Para finalizar, destacamos alguns dos principais compromissos assinados pelos Frigoríficos e pelo Governo do Estado nos Termos de Ajustamento de Conduta propostos pelo MPF/PA, mostrando sua articulação com os fundamentos das ações civis públicas que viemos de comentar.

1. Frigoríficos.

Para estes agentes, algumas exigências são bem específicas, como:

CLAUSULA SEGUNDA - DOS COMPROMISSOS DO FRIGORIFICO:

2.1 DAS HIPÓTESES DE SUSPENSÃO IMEDIATA DE COMPRA DE GADO BOVINO:

2.1.1 MINERVA S.A. compromete-se a não adquirir gado bovino de fazendas que:

a) figurem nas listas de áreas embargadas e de trabalho escravo divulgadas na *internet* pelo IBAMA e pelo Ministério do Trabalho, respectivamente, ou que venham a ser comunicadas ao MINERVA S.A. pelo Ministério Público Federal;

b) estejam localizadas no Estado do Pará nas quais ocorreram fatos geradores de ações judiciais criminais ou civis oferecidas pelo Ministério Público Federal e/ou Ministério Público Estadual contra seus respectivos proprietários, gestores e empregados pela prática de trabalho escravo;

[...]

e) tenha ocorrido desmatamento ilegal de novas áreas a partir da data de assinatura deste TAC;

f) tenha ocorrido desmatamento de novas áreas a partir da data de assinatura deste TAC, salvo plano de manejo aprovado com autorização pelo órgão ambiental competente. Esta vedação deixará de

ter efeito após 02 (dois) anos da assinatura deste TAC, ou até que a respectiva propriedade tenha obtido a Licença Ambiental;

§1' Nas hipóteses das alíneas "b;" "c"; "d", "e" e "T", a exclusão do fornecedor far-se-á imediatamente após a comunicação do Ministério Público Federal a MINERVA S.A.;

§ 2º A exclusão dos fornecedores deveser comunicada ao Ministério Público Federal.

2.2 DA REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA E AMBIENTAL DOS FORNECEDORES DE GADO BOVINO:

2.2.1 MINERVA S.A. compromete-se a adquirir gado bovino tão-somente de fornecedores que:

a) Apresentem à MINERVA S.A., em até 6 (seis) meses, o comprovante de que deram entrada no pedido de obtenção do Cadastro Ambiental Rural (CAR) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) incluindo, no mínimo, mapa que contenha o polígono do imóvel, obtido com GPS de navegação;

b) Apresentem, no prazo de 12 meses contados da assinatura deste termo, o pedido de licenciamento ambiental junto a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, ressalvadas as hipóteses em que o CAR não foi efetivado por culpa exclusiva do órgão público competente. [...]

c) No prazo de 24 meses da data da assinatura deste Termo de Compromisso, tenham obtido a licença ambiental, ressalvadas as hipóteses em que o licenciamento não for efetivado por culpa exclusiva do órgão público competente; [...]

§ 1º Após cada prazo estabelecido acima, MINERVA S.A. deveser deixar de manter relações comerciais com os fornecedores que não tiverem se adequadado as exigências: [...] [grifos no original]

2. Governo do Estado.

Neste caso, o MPF/PA faz exigências voltadas, por exemplo, para a conclusão do Zoneamento Ecológico Econômico da Calha Norte e Zona Leste do Estado em 1 ano (Cláusula 1.3); para a estruturação dos órgãos de controle e fiscalização do meio ambiente e das atividades agropecuárias, além daqueles envolvidos com a regularização fundiária (Cláusula 1.6); para o investimento de recursos em assistência técnica e extensão rural, para o uso de áreas degradadas por meio de manejo florestal sustentável (Cláusula 1.7); implantar cadastro informatizado de propriedades rurais e Guia de Trânsito Animal Eletrônica no prazo de 1 ano (Cláusula 1.8); a emissão de nota fiscal de comercialização do gado somente para as propriedades devidamente cadastradas (Cláusula 1.9); e, por último, a alocação de recursos para o Fundo Estadual de Meio Ambiente para a contratação de empresa para auditoria independente do cumprimento dos acordos firmados no TAC, principalmente acerca da vedação ao desmatamento

ilegal nos imóveis dos fornecedores de carne da cadeia produtiva em questão (Cláusula 2.3).

Desta forma, o Governo do Estado do Pará deverá tornar-se agente ativo no combate ao desmatamento ilegal no estado e na proteção ao meio ambiente da floresta amazônica, cumprindo, portanto, com o disposto na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional pertinente.

CONCLUSÃO.

Ao longo do presente artigo foi dada especial atenção ao tema da responsabilidade civil por danos ambientais, considerado um instituto da maior importância na tarefa cotidiana e profundamente complexa de não só se fazer cumprir a lei, mas, especialmente, de se atuar no sentido de adequar as diversas atividades dos membros da sociedade às exigências contemporâneas de um uso sustentável dos recursos naturais que, ao mesmo tempo, proteja o meio ambiente e assegure qualidade de vida para a população. A análise de caso realizada buscou exatamente mostrar como estes elementos podem e devem se combinar com este propósito.

Gostaríamos, no entanto, para finalizar este artigo, de destacar o significado potencial contido na postura adotada pelo Ministério Público Federal no Para, assim como do IBAMA, de responsabilizar solidariamente todos os agentes da cadeia produtiva da carne e do couro no estado, em razão dos danos ambientais que se encontram na base da sua atividade econômica. No nosso entender, e conforme já mencionado na **Introdução** a este estudo, ela traz em si a possibilidade de se tornar um divisor de águas no tocante ao combate às agressões ao meio ambiente diariamente perpetradas no país.

Ao tornar solidários na responsabilidade por estes danos tanto aqueles que são diretamente os seus causadores, como aqueles que indiretamente os estimulam, incentivando a continuidade de práticas lesivas ao meio ambiente, o MPF/PA utilizou-se, em nossa opinião, de forma bastante criativa dos recursos legais disponibilizados pelo ordenamento jurídico em vários diplomas relacionados ao tema do meio ambiente, a começar pela Constituição Federal, estabelecendo um modelo ou referencial de atuação que, se seguido por outros atores legitimados para a propositura de ações civis públicas semelhantes, poderá, finalmente, começar a fazer com que a correlação de

forças penda para o lado da proteção ao meio ambiente, à natureza e, em última instância, à vida.

O resultado desta postura, neste sentido, transcende o seu significado legal ou jurídico imediato, para situar-se no plano da contribuição para uma mudança de paradigma e de posturas da sociedade, do Poder Público e dos diversos agentes privados, no que concerne aos cuidados necessários com o meio ambiente, fonte primária do bem-estar de todos. Dessa forma, utilizando-se de recursos legais já existentes e de uma interpretação constitucional e infraconstitucional mais adequada às exigências atuais de proteção ao meio ambiente, o MPF/PA, em nossa opinião, responde aos reclamos mundiais e também nacionais por um uso sustentável dos recursos que a natureza disponibiliza.

O alcance desta medida, no entanto, não pára na resposta adequada às preocupações atuais com o destino da vida no planeta, ameaçada de forma significativa pelo processo de mudanças climáticas em curso. Ela poderá repercutir também, por outro lado, em algo que adquiriu, na última década, uma expressão essencialmente importante para as empresas, em particular aquelas que atuam no mercado mundial: referimos-nos ao marketing associado às posturas de responsabilidade socioambiental que faz com que as empresas busquem se distanciar, rápida e radicalmente, de qualquer vínculo com posturas, atividades ou atores que possam ser associados à degradação ambiental. O custo financeiro, de um lado, e de desgaste na imagem das empresas, por outro, pode ser tão relevante que elas evitam a todo custo esta associação. Muitos exemplos em todo o mundo demonstram a preocupação das empresas com esta questão, e, não à toa, várias empresas vinculadas à cadeia produtiva da carne no Pará resolveram aceitar as determinações previstas nos Termos de Ajustamento de Conduta propostos pelo MPF/PA sem grandes questionamentos, como é o caso dos Frigoríficos Bertin, JBS-Friboi, Marfrig e Minerva - segundo notícia da imprensa internacional¹² -, certas de que, a resistência aos mesmos, poderia ter repercussões bastante negativas na sua imagem, aqui e no exterior, gerando impactos financeiros importantes para elas.

Todos estes elementos nos fazem concluir que a abordagem da responsabilização solidária realizada pelo MPF/PA em face dos agentes econômicos da cadeia produtiva de carne e couro no Pará, terá, provavelmente, vida longa e estabelecerá um marco no campo das lutas travadas, em âmbito judicial, contra as

¹² The New York Times, disponível em <http://www.uol.com.br/noticias>, acesso em 07/10/2009.

práticas lesivas e predatórias do meio ambiente no país, com ampla repercussão em outras esferas de ação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **“Direito Ambiental”**. Rio de Janeiro, Lumen Juris Editora, 2006, 9ª Edição.

BARROSO, Luís Roberto. **“Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. Os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo”**, São Paulo, Editora Saraiva, 2009a, 1ª Edição.

BARROSO, Luís Roberto. **“Interpretação e Aplicação da Constituição”**, São Paulo, Editora Saraiva, 2009b, 7ª Edição revista.

BENJAMIN, Antonio Herman V. **“Responsabilidade Civil pelo Dano Ambiental”**, São Paulo, Revista de Direito Ambiental, n° 9, 1998.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **“Direito Constitucional e Teoria da Constituição”**, Coimbra, Almedina, 5ª ed., 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **“Cidadania no Brasil. O Longo Caminho”**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FILHO, Sérgio Cavalieri. **“Programa de Responsabilidade Civil”**, São Paulo, Editora Atlas, 2010, 9ª edição.

GOMES, Orlando. **“Introdução ao Direito”**, Rio de Janeiro, Editora Forense.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **“Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil”**, Vol. IV, São Paulo, Editora Saraiva, 3ª edição, 2008.

_____. **“Direito Civil. Parte Geral”**, São Paulo, Editora Saraiva, Sinopses Jurídicas, 14ª Ed., 2007.

_____. **“Direito das Obrigações. Parte Especial: Responsabilidade Civil”**, Rio de Janeiro, Editora Saraiva, Sinopses Jurídicas, Vol. 6, Tomo II, 2010.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **“Direito Ambiental Brasileiro”**. 10 Edição. São Paulo, Malheiros Editores, 2007.

MENDES, Gilmar Ferreira *et alli*. **“Curso de Direito Constitucional”**. São Paulo, Editora Saraiva, 3ª Edição, 2007.

MILARÉ, Edis. **“Direito Ambiental”**, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, 4ª Edição.

MORAES, Alexandre de. **“Direito Constitucional”**, São Paulo, Editora Atlas, 20 Edição, 2006.

PIOVESAN, Flávia. “**Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**”, São Paulo, Max Limonad, 5ª edição, 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang. “**A Eficácia dos direitos fundamentais**”. 6ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2006.

SILVA, José Afonso da. “**Curso de Direito Constitucional Positivo**”, São Paulo, Malheiros Editores, 15ª Edição Revista, 1998.

VIANNA, Luiz Werneck, *et alli*. “**A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil**”. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1999.

- LEGISLAÇÃO:

Código Civil Brasileiro. Lei 10.406/02. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais. “**Vademecum 2009**”.

Código de Defesa do Consumidor. Lei 8.078/90. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais. “**Vade-mécum 2009**”.

Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, Vade Mecum Universitário, 2009.

Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais). São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, Vade Mecum Universitário, 2009.

Lei 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), disponível na página:
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>.

Lei Complementar 75/1993, disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp75.htm

Lei 7.347/85, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7347orig.htm>.

- DOCUMENTOS VIRTUAIS:

ACP Caracol.pdf, disponível em: <http://www.prpa.mpf.gov.br/noticias/Acoes.zip>

GREENPEACE. “**A Farra do Boi na Amazônia**”, disponível em:

<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Documentos/Farra-do-Boi-na-Amazonia/>

Disponível em: <http://www.prpa.mpf.gov.br/noticias/mpf-e-ibama-processam-empresas-que-lucram-com-os-bois-da-devastacao/>

Disponível em: <http://www.prpa.mpf.gov.br/noticias/frigorificos-recusam-acordo-para-combate-ao-desmatamento/>

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. Definição disponível em:
<http://pt.shvoong.com/law-and-politics/enviromental-law/1727065-termo-ajustamento-conduta/>

TAC FRIGORÍFICOS:

http://www.prpa.mpf.gov.br/noticias/PARA_DIVULGAR_termo_ajuste_condutas_frigorificos_assinado.pdf

The New York Times, disponível em: <http://www.uol.com.br/noticias>.

SOLO SAGRADO: ENTRE O ESTADO E A IGREJA.

Carina Gomes de Oliveira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Email: carinagomes.ciso@gmail.com

Rodrigo da Costa Caetano

Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense

Email: ديو.caetano@ig.com.br

Resumo

A separação entre Estado e Igreja teve um transcurso complexo e geralmente tempestuoso, ocorrendo de forma peculiar em cada nação. O presente trabalho pretende fazer uma discussão sobre a relação entre Estado e Igreja, do Brasil à cidade de Campos dos Goytacazes, onde se preconiza o estudo com a finalidade de mostrar como as relações de poder vêm se desenvolvendo para apropriação e pelo uso dos territórios em áreas centrais.

Palavras chaves: Políticas Sociais, Estado, Igreja, Território.

Summary

The separation of church and state was a complex and often stormy course, occurring in a particular way in each nation. This work intends to make a discussion about the relationship between Church and State, Brazil to the city of Campos dos Goytacazes,

which advocates the study in order to show how power relations have been developing for appropriation and use of the territories central areas.

Keywords: Social Policy, State, Church, Territory.

Introdução

Estado e Igreja são instituições poderosas e seculares que nortearam o desenvolvimento da sociedade, tiveram suas funções definidas e redefinidas através do tempo, cada nação enfrentou de forma particular esse processo de constante reconstrução e adaptação entre ambas.

Um dos primeiros autores a tratar da separação entre Estado e Igreja foi Maquiavel, considerado pai da ciência política, discute as relações de poder entre o príncipe e a sociedade e como fazer para manter-se no poder. Uma de suas propostas é a separação entre moral pública, religiosa e privada; assim, ele propõe que, apesar de fundamentais à sociedade de sua época, ambas constituíam-se como instituições distintas e que por isso deveriam inserir-se de forma diferenciada dentro do jogo político-econômico e social.

Outro teórico que tratou da relação entre Estado e Igreja foi Hobbes. Em sua concepção, o Estado seria a figura forte e dominadora que traria a paz ao caos e a barbárie humana no seu estado de natureza. A Igreja e a Religião, sobre qualquer forma, serviriam como mecanismos de manipulação, respondendo às crises e desastres da humanidade ao longo dos séculos. Seu principal problema é a suposta submissão do rei a “Deus”, porque isso implicaria em uma possível submissão aos seus discípulos na terra; o poder do príncipe, que deveria ser ilimitado para que trouxesse a paz e a harmonia aos homens, poderia ter um contraponto Divino, e isso causaria caos.

Como as relações sociais e econômicas se alteram ao mudar o modo de produção que estrutura a forma como as sociedades produzem os meios de sua subsistência, as relações entre Estado e Igreja alteraram-se com a troca do modelo econômico feudal para o mercantilista. A igreja, que havia sido um dos pilares sociais ao ungir reis, punir revolucionários e estrangeiros, além de condenar a usura, deixa de ser reguladora e perde espaço para um novo Estado onde a liberdade e a garantia da propriedade privada passam a

ser os valores mais importantes a um novo cidadão. Desse modo, o catolicismo perde espaço para a ideologia político-social burguesa mercantil, que abre portas para um cidadão com liberdade política, econômica e religiosa, um Estado “funcionário” da maioria e as verdades religiosas transformam-se em entraves para o progresso econômico.

O Brasil teve uma forte influência católica em função de sua colonização ibérica. Nesse processo, as relações entre Estado e Igreja dentro da colônia eram complexas e instáveis, pois as ordens religiosas que buscavam catequizar impediam por vezes a caça dos nativos. Durante todas as etapas do desenvolvimento histórico-social brasileiro a Igreja constituiu-se como um importante agente, operando tanto em consonância com o Estado, quanto em discordância a partir de seus propósitos.

A cidade de Campos dos Goytacazes foi um das mais importantes capitânicas do país, e como era comum a Igreja recebeu terras onde estabeleceu cedês religiosas responsáveis pela catequização e, mais tarde, pelo ensino. Entretanto, as relações não permanecem estáticas através do tempo e do espaço, muito menos quando envolvem os conflitos pela posse de terras. Assim, o presente trabalho pretende fazer uma discussão sobre a relação entre Estado e Igreja, do Brasil à cidade de Campos dos Goytacazes, onde se preconiza o estudo com a finalidade de mostrar como as relações de poder vêm se desenvolvendo para apropriação e pelo uso dos territórios em áreas centrais. Esses processos em sua história demonstram como a força e a influência dessas instituições incidu sobre a construção territorial do município e a forma como essas terras foram apropriadas.

Objetivos

O trabalho tem como objetivo subsidiar uma reflexão sobre as relações entre Estado e Igreja com vistas às suas respectivas territorializações, para, futuramente, mapear as áreas pertencentes à ordem beneditina dentro da cidade de Campos dos Goytacazes e discutir sua funcionalidade social. O trabalho tem um caráter fundamental no estudo do urbano dentro da cidade, porque discute a construção do espaço a partir das relações de poder político religioso, um aspecto fundamental que faz parte do modelo de colonização portuguesa. É

que aborda as especificidades do local, sem desconsiderar os processos que envolvem as transições e conflitos dentro de um quadro mais amplo.

Metodologia

A pesquisa fundamenta-se na metodologia de análise de conteúdo como fonte de obtenção de dados. Em um primeiro momento realizaremos uma abordagem histórica das relações entre Estado e Igreja, buscando entender quais enlaces sociais conectavam essas duas fortes instituições. Discutiremos a teoria dos jogos políticos de Maquiavel que, apesar de propor a separação entre “moral” religiosa e a política, não faz uma separação entre a Igreja e o Estado.

Em Hobbes (1974) a discussão teórica é sobre sua concepção de Estado e o rompimento com a Igreja. Com esse autor há um importante corte, pois ele irá dar início a uma nova concepção de Estado e alterando o seu significado de uma figura submissa ao divino para uma entidade forte e superior. O autor promove uma das primeiras teorias que propõe uma ruptura formal entre as duas instituições e um fortalecimento do poder político. Hobbes adota uma postura contra a religião, não somente a católica, mas qualquer forma que transfira o poder de decisão do terreno para um poder superior.

Na mesma chave, que propõe uma ruptura em prol do Estado, está Locke (1973). Entretanto, em sua teoria esse corte é motivado por questões econômico-estruturais, que caracterizam o período de transição político econômica em que vive e escreve o autor. Sua teoria é caracterizada pela separação entre Estado e Igreja como instituições distintas, mas não opostas; ela é reflexo da queda dos paradigmas feudais e o surgimento de um novo modo de produção da vida.

Essa nova realidade capitalista não admite mais o antigo Estado e o ser religioso que acompanhou o feudalismo. Para explicar esse processo de transição feudalismo-capitalismo utilizaremos Karl Marx (1999) e sua teoria do materialismo histórico, onde condiciona as diferenciações e alterações das relações sociais aos modelos de produção da vida de cada

época e sociedade. Em Weber (1996) obtemos o referencial teórico que explica com o catolicismo perde poder político com a vinda do capitalismo.

Após a análise histórica da relação entre Estado e Igreja, somada a uma discussão teórico-conceitual, com suas bases acima apresentadas, a pesquisa terá uma fase com caráter exploratório e sua base será a pesquisa documental dos processos de litígios, testamentos e documentos oficiais que se encontram no arquivo público municipal no Solar do Colégio, registros da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, além de entrevistas com os membros da Ordem Beneditina.

O objetivo dessa fase da pesquisa é trazer a discussão para o local, ambientando a situação de conflito entre o poder político e religioso pela posse da terra ao contexto da cidade e sua evolução no tempo. Para a realização da análise dos processos será feita uma ficha para catalogar os processos e agrupá-los segundo as categorias escolhidas: ano e local em que o processo foi iniciado, quem abriu o processo, contra quem, e qual é o objeto (no caso a unidade do território) que está sendo disputado e o motivo. Essa análise prévia subsidiará uma categorização fundamental para que possamos separar os processos que envolvem a disputa dos territórios rurais dos que abrangem as disputas urbanas, que são o foco desse estudo.

Assim, nas etapas finais da pesquisa, pretende-se utilizar programa de mapeamento para identificação dos territórios em possível disputa dentro do município. Dividindo-os segundo o ano em que foram iniciados e por quem para que possamos ver as áreas nas quais se concentram as disputas dentro do perímetro urbano da cidade. Então, como fase final do trabalho, discutiremos a questão da função social da propriedade, por uma perspectiva sociológica.

Estado e Religião.

Estado e Igreja mantiveram durante séculos uma relação de troca de interesses, o modelo de colonização ibérico foi um dos quais se utilizou da Igreja como pilar de sua colonização, deixando latentes as tensões provocadas pela convergência de interesses.

Durante o fim da Baixa Idade Média e o Iluminismo, vários teóricos discutiram sobre a relação entre as duas entidades e sob os mais variados pontos de vista sempre tentando solucionar a equação Estado + Igreja e descobrir como solucionar os conflitos resultantes dela.

O primeiro é Maquiavel que propõe uma separação não tão clara devido a seu contexto histórico, com Hobbes o Estado é o Rei ressaltando o modelo feudal do apogeu francês que presencia, exilado por causa da Guerra Civil Inglesa buscou um Estado que pudesse por termo ao conflito. Locke escreve no processo de transição entre dois modelos econômicos do pós guerra. Marx com o materialismo histórico discute como esse processo de transição ocorre e Weber demonstra em sua sociologia da religião como os processos econômicos iram influir também sobre a Igreja “forçando” uma nova estrutura que atenda a nova sociedade.

Maquiavel: o Estado e a Igreja.

Maquiavel (1992) escreve em meio a uma Itália dividida e em guerra, o país encontrava-se a mercê das disputas internacionais sobre seu território, além das disputas internas entre seus príncipes e o pontificado. O autor não propõe uma teoria sobre o que é ou deva ser o Estado, mas mostra como através dos jogos políticos o “príncipe” deve manter o seu poder. Em seus próprios termos, ele busca discutir a verdade efetiva das coisas.

A parte de sua teoria política relevante para esse trabalho é a proposição de separação entre o agir e a moral, política e religiosa. Deste modo, Maquiavel propõe uma primeira separação entre o Estado e a Igreja em seus escritos, sem, no entanto, fazê-la de forma clara dadas as condições políticas do tempo em que escreve. O autor supracitado também propõe a separação entre o agir dentro de casa e o na rua. Maquiavel lança as importantes sementes que desdobraram na separação entre Estado e Igreja, e entre o público e o privado, mostrando que os espaços possuem lógicas de condução diferentes e exigem do indivíduo respostas diferenciadas.

No seu trabalho não contesta o poder da Igreja, em realidade se abstém de discutir a funcionalidade ou relevância da religião propriamente dita como realiza os outros autores. Em seu livro *O Príncipe* dedica apenas um capítulo, curto, a tratar dos ditos Estados Eclesiásticos, nele o autor mostra claramente sua posição sobre a Igreja.

Em relação a estes, as dificuldades só existem antes de se entrar na sua posse, pois se conquistam pelo mérito ou boa sorte, mas sem um ou outra se matem. É que eles são sustentados pelas instituições antigas da religião, as quais são tão poderosas e qualificadas que asseguram o poder aos seus príncipes aos seus príncipes seja qual for sua maneira de viver e proceder [...] Sendo eles dirigidos pro razões superiores, às quais somente a mente humana não tem acesso, deixarei de falar deles, eis que sendo abençoados e mantidos por Deus, seria ato de homem presunçoso e temerário discorrer a seu respeito. (MAQUIAVEL, p.83, 1992)

A Igreja, como nos mostra o autor, historicamente teve acesso a terra sem empecilhos ou o controle do Estado, além de ter muita influência nas decisões políticas. O seu poder sobre o território não era contestado sob qualquer forma. Entretanto, Maquiavel chama atenção, sutilmente, que, mesmo sem ser contestado o poder da Igreja, ele deveria ser levado em consideração dentro dos jogos políticos, pois é um elemento que pode alterar contextos e pesar sobre resultados. O príncipe que deseja manter o poder não deve agir em seu gabinete com a moral religiosa, mas jamais deve esquecer-se da Igreja e suas tradições. Ele deve saber escolher os seus aliados dentro dela sabiamente para não perder o poder, porque este é respaldado pela espada e pela Bíblia.

Hobbes: Estado acima da Igreja.

Em sua abordagem Hobbes idealiza um Estado que vai ao encontro das necessidades da natureza humana que ele concebe. O homem para Hobbes é um ser em constante conflito em sua busca por reconhecimento e por sobrevivência. Ele não é classificado como igual ou melhor do que o outro, mas ignorante das intenções do outro, o que o torna belicoso para todos que lutam para garantir a vida e os instrumentos necessários para mantê-la.

Assinalo assim, em primeiro lugar, como tendência geral de todos os homens, um perpétuo e inquieto desejo de poder e mais poder que cessa apenas com a morte. E a causa disso nem sempre é que se espere um prazer mais intenso do que aquele que já se alcançou, ou que cada um não possa contentar-se com um pó der moderado, mas do fato de não se poder garantir o poder e os meios para viver bem que atualmente se possuem sem adquirir mais ainda [...] A competição pela riqueza, a honra, o mando e outros poderes leva à luta, à inimizade e à guerra, porque o caminho seguido pelo competidor para realizar seu desejo consiste em matar subjugar, suplantar ou repelir o outro. (HOBBS, p.64, 1974)

Hobbes, como Maquiavel, atém-se na realidade não somente condicionada pela prática efetiva, mas, também, pela natureza humana. O homem de ambos os autores busca a glória, a fortuna e o reconhecimento, todos os desejos precisam do testemunho de outrem. De certa forma Hobbes dá seguimento às idéias de Maquiavel ao propor uma ciência política que se dedique a estudar como construir e manter Estados; essa nova ciência não estaria ligada de forma alguma a preceitos morais ou religiosos, retomando a diferenciação maquiavélica de moral política, religiosa e social.

O Estado que o autor propõe é forte e surge a partir de um pacto de submissão em prol do controle dos desejos, a fim de impedir que a busca desenfreada pela honra e o reconhecimento de seus valores, alterem o estado da ordem e a harmonia, suprimindo o estado de natureza.¹ O poder do soberano deveria ser pleno e capaz de por termo a qualquer conflito, o que o mundo medieval não conhecia, já que os poderes dos reis eram contrabalanceados pelo dos nobres, das cidades, dos Parlamentos e da Igreja.

O autor desenvolve essa concepção sobre a qual monta um Estado, que é condição primária para que a sociedade exista, porquanto nasce em conjunto com o Estado. Sob essa perspectiva a Igreja e a religião sobre qualquer forma tornam-se um problema, um óbice ao poder do soberano.

¹ “O estado de natureza é uma condição de guerra, porque cada um se imagina (com razão) poderoso, perseguido e traído” (WEFFORT, p.59, 200). Hobbes com essa concepção busca combater a idéia de que o homem é sociável por natureza na busca de tornar claras as condições de convivência do homem para que os conflitos possam ser percebidos.

E aqueles que pouca ou nenhuma investigação fazem das causas naturais das coisas, todavia, devido ao medo da própria ignorância, daquilo que tem o poder de lhes ocasionar grande bem ou mal, tendem a supor, e a imaginar por si mesmos, várias espécies de poderes invisíveis, e a se encherem de admiração e respeito por suas próprias fantasias [...] Este medo das coisas invisíveis é a semente natural daquilo a que cada um em si mesmo chama *religião*, e naqueles que veneram e temem esse poder de maneira diferente da sua, *superstição* [...] E tendo esta semente da religião sido observada por muitos, alguns dos que a observaram tenderam a alimentá-la, revesti-la e conformá-la às leis, e a acrescentar-lhe sua própria invenção, qualquer opinião sobre as causas dos eventos futuros que melhor parecesse capaz de lhes permitir governar os outros, fazendo o máximo uso de seus poderes” (HOBBS, p.68, 1974)

Assim, percebemos que a religião para Hobbes é um mecanismo de controle que explica o “inexplicável”. Para o autor é preciso pesquisar a origem das coisas, propondo uma ciência política com posicionamentos mais críticos. A ausência de ciência que fornecesse explicações claras e lógicas dos acontecimentos favorecia o aparecimento da religião e a manipulação, pela ignorância do povo. Desse modo, a religião era um entrave por poder torna-se uma força capaz de fazer frente ao soberano, o que impossibilitaria a paz e a harmonia dentro da sociedade.

Locke: Estado individual e a Igreja.

Locke escreve em meio a uma Inglaterra em guerra, a coroa e os antigos paradigmas do período medieval contra o Parlamento e um novo modelo econômico. Essa guerra trazia em si também as disputas ideológicas religiosas entre católicos, anglicanos, presbiterianos e puritanos. Em 1640, inicia-se a Guerra Civil que termina em 1649 com a vitória do Parlamento e a execução de Carlos I. Depois disso instaura-se o Protetorado Crownwell, que, aliado a burguesia, transforma a Inglaterra em uma grande potência naval e comercial. Nessa mesma época Hobbes refugia-se na França monárquica dos Bourbon e publica *Leviatã*.

Em 1660 morre o lorde protetor e surge outra crise política, com moldes parecidos com os de 1640. O Parlamento se divide em uma nova versão do conflito coroa x burguesia, com a disputa entre conservadores Tories, que apoiavam o rei Carlos II, e os

Wings liberais. Em 1688 ocorre a Revolução Gloriosa, com a deposição do monarca católico Jaime II, e a coroação de Guilherme de Orange pelo Parlamento e a aprovação da Bill of Rights, em 1689, que garantia a soberania do Parlamento.

Esse é o contexto em que Locke escreve, dentro de um processo de mudança dos paradigmas sociais pela inserção de um novo modelo econômico. Durante todo o processo percebe-se a disputa político-ideológica respaldada por religiões divergentes, que “representam” modelos econômicos distintos. No resultado das disputas entre feudalismo católico e o liberalismo protestante, o último saiu vencedor, “enterrando” o Estado submisso ao pontificado e separando definitivamente as duas instituições.

O Estado de Locke também parte de um pacto, mas diferencia-se de Hobbes ao propor o consentimento e não a submissão ao rei. Em seus escritos vai tratar da origem, da extensão e do objetivo do governo civil, trazendo para a discussão as questões individualistas e liberais dentro de um novo modelo de Estado. Seu trabalho instituiu-se como marco teórico nas discussões sobre o Estado, influenciando as revoluções liberais modernas e lançando as bases teóricas que influenciam ainda hoje as Constituições das nações.

O autor usa um modelo semelhante ao de Hobbes, que parte do estado de natureza e a criação do Estado a partir do contrato. Entretanto, em seu trabalho, o homem em estado de natureza não é o caos, mas um estágio pré-social e político onde todos vivem em paz e igualdades. Os indivíduos são dotados de razão e já desfrutavam da propriedade privada, fator inovador dentro da sua teoria.

Para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar em que estado todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as posses e as pessoas conforme acharem convenientes, dentro dos limites da lei² da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem [...] Estado também de igualdade, no qual é recíproco qualquer poder e jurisdição, ninguém tendo mais que qualquer outro; nada havendo de mais evidente que criaturas da mesma espécie e da mesma ordem, nascidas promiscuamente a todas

² Quando Locke fala sobre lei refere-se a razão que é a lei do estado de natureza. “Contudo, embora seja estes um estado de liberdade, não o é de licenciosidade [...] O estado de natureza tem uma lei de natureza para governá-los, que a todos obriga; e a razão, que é essa lei [...]”(LOCKE, p.42, 1973)

as mesmas vantagens da natureza e ao uso das mesmas faculdades, terão também que ser iguais umas as outras sem subordinação ou sujeição [...] (LOCKE, p.41, 1973)

A propriedade privada e a sua defesa tornam esse novo Estado tão diferente dos outros planejados e discutidos pelos predecessores de Locke. Para ele a propriedade existe no estado de natureza e é anterior ao Estado, logo este não tem o poder aliená-la, como propunha Hobbes onde em última instância tudo pertenceria ao soberano. O homem é naturalmente livre e proprietário de si e do seu trabalho, e é por meio do labor que adquire seus bens. A terra e os bens naturais foram dados por Deus livremente a todos os homens, que ao incorporarem a força de trabalho à natureza, tornam seus fragmentos territoriais (nesse caso, quantidade métrica de terra – área dominada) suas propriedades privadas, excluindo os outros homens do seu acesso e controle.

O Estado Civil, que surge a partir da unanimidade dos indivíduos, cede lugar para o princípio da maioria na escolha das formas de governo e do legislativo, do executivo e do federativo. O poder legislativo esta acima dos outros dois, mas submete-se ao povo pois sua função é garantir que os direitos do estado de natureza não se percam. Esse novo Estado surge do livre consentimento do povo, trabalha para ele com a finalidade do direito da liberdade e da propriedade, sendo juiz imparcial e reconhecido capaz de resolver qualquer conflito. Nesse novo modelo o individuo é a figura principal, reduzindo o espaço dentro do governo para a igreja e às paixões, observando-se, majoritariamente, a lógica.

Marx e Weber: uma nova Igreja para um novo Estado.

Marx (1999) usa como método de análise social o materialismo histórico, ele aponta que a história de todas as sociedades é composta pela luta de classes correspondente a cada modelo socioeconômico. Em sua concepção “o governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns da classe burguesa.” (MARX, p. 10, 1999). Esse novo estado que surgiu após a queda do feudalismo é marcadamente individualista e mais empenhado com o bem estar do capital, não se apega a qualquer valor social ou ideológico que possa ser um entrave ao seu desenvolvimento.

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calçou os pés as relações feudais, patriarcais e idílicas. Todos os complexos e variados laços que prendiam ao homem feudal aos seus ‘superiores naturais’ ela os despedaçou sem piedade, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do ‘pagamento à vista’. Afogou os fervores sagrados do êxtase religioso [...] substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica, direta e brutal.” (MARX, p. 11, 1999)

A burguesia adota um caráter expansionista, revolucionário e dinâmico, sempre em movimentos de ruptura e reconstrução. Assim, altera as formas de relacionamento social por toda a face da terra, provocando, na sua esteira do “desenvolvimento”, uma reestruturação também na religião. Weber em seu livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo” mostra como a nova religião surgiu para o novo Estado idealizado por Locke e comprovado por Marx. As doutrinas religiosas surgidas a partir da contra revolução englobam o caráter capitalista em sua doutrina, derrubando os dogmas que atrasam e atrapalham o desenvolvimento do capitalismo.

É verdade que a atitude de uma vocação, e sua conseqüente aprovação por Deus, é orientada primeiramente por critérios morais e depois pela escala de importância dos bens produzidos para a ‘coletividade’, colocando-se, porém, logo em seguida, um terceiro ponto de vista prático, mais importante critério: a ‘lucratividade’ individual do empreendimento. Com efeito, quando Deus, em cujas disposições o puritano via todos os acontecimentos da vida, aponta, para um de Seus eleitos, uma oportunidade de lucro, este deve aproveitá-la com um propósito, e conseqüentemente, o cristão autêntico deve aproveitar a oportunidade que se lhe apresenta. (WEBER, p.116, 1996)

A salvação não esta mais no porvir , mas está refletida na Terra no trabalho diário do cristão, na dedicação a sua profissão, não mais somente no espírito caritativo cristão, mas na adaptação ao contexto do espírito do trabalho cujo asceticismo religioso guia a acumulação em prol do sistema capitalista. A “nova religião” propõe um estilo de vida que

se embasa e reveste-se em uma ética que preconiza as relações comerciais como virtudes que diferenciam aqueles que professam a fé cristã. Assim, cria-se uma ética que corrobora com as práticas e com a dinâmica do novo modelo de reprodução da vida.

História de Campos dos Goytacazes

Campos dos Goytacazes foi uma das mais ricas vilas da colônia, sua história é marcada por importantes passagens como a primeira cidade a receber luz elétrica e a construção do canal Campos – Macaé. Para discutir como foi a construção e apropriação do território da cidade através do tempo utilizaremos Feydit em sua obra Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes (2004), para mostrar como os conflitos marcaram os processos de obtenção de terras e os conflitos a partir da apropriação.

O fundador da capitania de Campos foi Pedro Góes, que tendo andado pela costa pediu a *El Rey* que lhe desse a terra. Seu pedido foi atendido e chegou a estabelecer-se com uma considerável frota de navios e homens nas terras fundando um povoado às margens do Rio Paraíba do Sul . O povoado obteve relativa paz durante dois anos quando iniciou uma guerra com os nativos, ela perdurou por aproximadamente seis anos quando não foi mais capaz de combater sendo obrigado a abrigar-se na capitania do Espírito Santo.

Os índios Goitacá eram conhecidos por serem guerreiros e exímios pescadores e nadadores, mesmo nos tempos de paz as relações ocorriam entre tensões de ambos os lados. Knivet apud Feydit (2004) relata que “a extrema barbaria desses selvagens, tem impedido de os induzir a um comércio regular com os europeus” (KNIVET apud FEYDIT, p.18, 2004). Isso demonstra a difícil e instável relação entre os colonos e os habitantes nativos da capitania, além da falta de confiança estava o fato de serem *canibais*. Entretanto, não diminuiu o interesse pelas terras, que já foram comparadas em alguns escritos com os campos Elíseos por possuírem abundância natural e a saída para o rio facilitando o comércio.

Em 19 de Agosto de 1627, o Governador do Rio de Janeiro Martin Sá concedeu as terras do sul Paraíba que pertenciam a Gil de Góes e a João Gomes Leitão aos sete capitães: Gonçalo Correa, Duarte Correa, Miguel Ayres Maldonado, Antonio Pinto, João de Castilho, Manoel Correa e Miguel Riscado. Foi somente em 19 de Abril de 1629 que os capitães tomaram posse das sesmarias. (FEYDIT, 2004)

As famílias responsáveis pelas sesmarias iniciaram então o trato com a terra que se provou prospero, com abundancia de gado e criação de cavalos que abasteciam a capital. Alem disso, os capitães fizeram inúmeras narrativas sobre os índios da região mostrando que dos Goytacaz que viviam as margens do Paraíba os que ficavam próximos a vila eram pacíficos e amistosos. Isso despertou o interesse das ordens eclesiásticas jesuítas, beneditinas e carmelitas.

Não podendo por meio da hipocrisia entrarem em arranjos e se apossarem das terras dos sete capitães, propuseram ao General Salvador Correa de Sá e Benavides [...] de se associarem para, sob o pretexto de catequizarem os gentios e salvarem as almas perdidas, se apoderarem daquele imenso território dos Campos dos Goytacazes. Se por um lado eles previam as riquezas que ai poderiam obter, por outro não se temiam nem um pouco a oposição que lhes fariam os sete aguerridos capitães.

[...] Os frades (leigos algures) não só encontravam sempre nos diferentes governos proteção, mas ate foram considerados por eles os melhores sustentáculos do despotismo. (FEYDIT, p. 40, 2004)

Os conflitos de terras envolvendo a Igreja e a Câmara Municipal são bastante antigos. Ele inicia-se com as petições de apropriação de território dos sete capitães pelas ordens eclesiásticas. A presença da Igreja na região era forte, como foi nas demais colônias portuguesas e espanholas. Na região havia presença de varias ordens os beneditinos, os jesuítas, e capuchinhos que fundaram vilas onde estabeleciam os mosteiros e as criações que os mantinham além dos dízimos dos colonos.

A construção do território dentro das vilas era demarcada, cada ordem tinha a sua igreja e buscava sempre ganhar mais poder e mais espaço. Feydit (2004) em seu trabalho mostra como foi o transcurso do processo de apropriação de terras pela igreja dentro do

município e como isso afetou a região. As “batalhas pelas terras” eram constantes e poderiam usar de qualquer artifício, desde palavras dúbias em textos ambíguos que prenunciam o conflito até a falsificação de assinaturas em petições, cartas de concessão, escrituras e afins.

A posse da terra pela Igreja não era contestada, e não o foi durante muito tempo o que provocou, segundo Feydit, um atraso para o desenvolvimento econômico da região. Dentro da cidade as ordens disputavam espaço entre si na busca por mais poder e influência. O autor reúne documentos da Câmara Municipal da cidade, onde eram registrados pedidos de embargo, como o feito pela ordem beneditina à Câmara solicitando que proibisse a entrada de padres de ordens diferentes na Igreja Matriz de São Francisco sob sua guarda.

Assim, podemos perceber que a Igreja esteve fortemente envolvida nos processos de construção do território em Campos, sempre se colocando como um importante agente. O seu poder provinha da tradição e do respaldo concedido pelo Estado, isso lhes proporcionava um enorme alcance sociopolítico e territorial. Entretanto, o uso da terra não era diferente do que fazia o capitão e o colono, visto que ela buscava também um poder econômico. A tradição possibilitava que tivesse forte influência não somente pelas inúmeras obrigações que lhe devia o povo, como também no poder econômico dentro do espaço gerando tensões e disputas.

Resultados esperados

A construção do espaço dentro da cidade foi marcada pelo conflito entre os interesses religiosos na terra em oposição aos econômicos e sociais do povo. As Ordens possuíam grande poder devido ao modelo de colonização Ibérica que a utilizou como um dos sustentáculos de seu poder “além mar”. Entretanto, com a diferenciação dos interesses entre as ordens e o Estado isso gerou tensões e disputas na apropriação do território.

O trabalho busca conseguir mapear os territórios em conflito pertencente aos beneditinos e discutir o cumprimento ou não de sua função social dentro da dinâmica

urbana. Priorizando a conformação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes por meio dos referidos agentes abrangentes, Estado e Igreja, em suas escalas de intervenção, pensando na utilização da propriedade em termos de políticas sociais.

Referências Bibliográficas

- FEYDIT, Julio. **Subsídios para a história dos Campos dos Goytacazes**. São João da Barra: Gráfica Luartson, 2004.
- HOBBS, Thomas. **Dos Diferentes Objetos do Conhecimento – Das Causas, Geração e Definição de um Estado**. In:____. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores, 14).
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo – Ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, 18).
- LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo e a Revolução de 1688 & Locke e Hobbes. Dois tratados sobre o governo**. Tradução de Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 2ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1992.
- MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Edição Eletrônica Ed. Ridendo Castigat Moraes, 1999. Disponível em < WWW.jahr.org >
- RIBEIRO, Renato Janine. **Hobbes: o medo e a esperança**. In: WEFFORT, Francisco C. (org.) *Os clássicos da política vol. 1*, São Paulo, Ed Ática, 2000.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi & Tomás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 11ª Ed, 1996.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES

Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

**TRILHOS E TRILHAS:
ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DOS COLETIVOS RURAIS EM
AÇAILÂNDIA (MA) NO ENTORNO DA DUPLICAÇÃO DA
ESTRADA DE FERRO CARAJÁS-SÃO LUIZ**

Wilson Madeira Filho

Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da UFF.

wilsonmadeirafilho@hotmail.com

Eduardo Castelo Branco e Silva

Mestrando PPGSD-UFF

educastelob@gmail.com

Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa

Mestrando PPGSD-UFF

rodolfolobato@hotmail.com

Deborah Zambrotti Pinaud

Mestranda PPGSD-UFF

deborahzambrotti@yahoo.com.br

*[...] o estudo das singularidades do colonato, forma de trabalho livre que aqui nasceu socialmente das ruínas da escravidão, corroída pelas carências das próprias formas avançadas de multiplicação do capital, não é simplesmente, nem principalmente, um estudo de história social regional. É antes o retorno à dialética e o exame científico de um tema histórico banalizado, num caso denso de conteúdos reveladores. Suas determinações singulares, no entanto, o tornam objeto privilegiado de conhecimento e a rica referência dessa contribuição a uma teoria das transformações sociais. (MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Contexto: 2010, p. 14)*

Localizado no limite da zona demarcada como Amazônia Legal pelo governo brasileiro, o início da história do município de Açailândia repousa não no atual polo industrial, mas sim na exploração madeireira iniciada no fim dos anos 1950, com a

vinda de migrantes para abastecer de mão-de-obra a exploração dos recursos naturais da região. Vastas extensões de floresta foram derrubadas em uma exploração econômica calcada, a princípio, na expansão da fronteira agrícola. Com o exaurimento das florestas e dos recursos naturais que eram rentáveis ao extrativismo, a economia do então distrito de Imperatriz no estado do Maranhão se voltou para a agricultura mecanizada de soja, milho e arroz, caracterizada por uma grande concentração de terra, extensos campos de plantio e o emprego de máquinas. Tal concentração de terra e de rendas, nas décadas de 1970, 1980 e 1990 foi um dos principais motivos para os frequentes conflitos pela posse de terras e embates entre latifundiários e pequenos agricultores, resultando em conflitos e mortes na região.

O declínio econômico e a estagnação de Açailândia seriam revertidos a partir do final dos anos de 1970, com a implantação do projeto Grande Carajás que visava a exploração de recursos minerais no Sul do estado do Pará, em região relativamente próxima a do município pela então estatal Vale do Rio Doce. Açailândia se tornaria, então, um dos principais pontos de armazenamento e escoamento de minério de ferro e ferro-gusa para o porto de São Luís na capital do estado do Maranhão. O influxo econômico e o interesse industrial na região resultaram na emancipação do município de Imperatriz e promoveram uma verdadeira mudança nos paradigmas do território. A influência política e econômica dos latifundiários foi diminuída e/ou consorciada pelo surgimento de indústrias que prestavam serviços secundários, mas essenciais à Vale, e o foco econômico do nascente município transitou de suas origens rurais para orbitar em volta das atividades promovidas pela Vale. Atualmente, toda atividade econômica de médio ou grande porte no município serve direta ou indiretamente à Vale.

Tais mudanças também efeturaram metamorfoses profundas nos métodos dos atores que lutavam na região pelo acesso à terra. O grande ocupador das terras deixava de ser o tradicional latifundiário, membro de uma família que explorava as terras da região e usava de seu poderio econômico local para ditar a política, migrando para a constituição de um “feudo” industrial, em torno de uma grande empresa. Tratava-se de um poder econômico nunca antes visto no município e tendo seus interesses e seus objetivos confundidos com o próprio Estado a guisa de “interesse nacional”.

Estudos constantes no Plano de ação para a mesorregião do Bico de Papagaio realizado pelo Ministério da Integração Nacional voltados à aferição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na região sugerem um IDH considerado médio para a maioria da população. Há de se considerar, todavia, que as operações de mineração,

agora preponderantes na região, implicam em um grande fluxo de capital, o que eleva o PIB da região e tal elevação acarreta em um PIB per capita maior do que o ordinário. O mesmo relatório (BRASIL: 2009) ainda indica que, na região, a maior parte da população não tem acesso a serviços que seriam presumidos com tais índices de IDH e, ainda mais, a concentração de renda é uma das maiores do país.

A atividade agropecuária caracteriza-se pelo baixo nível de tecnologia empregada para a mesma, sendo expressiva a presença da agricultura familiar e a agricultura de médio-porte, mas há que se registrar a presença de um frigorífico no município. Em contrapartida, a extração mineral recebe grande influxo de capital e é caracterizada por um alto índice técnico, o que é compreensível dada a presença da Vale e os estudos da região que a apontam como uma área com grande potencial para a mineração, sendo a maior jazida de ferro de alto teor do planeta. Foi a presença da atividade mineradora na mesorregião do Bico do Papagaio (PA, MA, TO) que possibilitou o surgimento de projetos de grande porte como a Estrada de Ferro, rodovias federais e a Hidrelétrica de Tucuruí. A atividade mineradora exerce hoje um papel de força motriz na economia local em uma proporção quase absoluta.

Este artigo propõe analisar como os movimentos de articulação e organização dos trabalhadores de Açailândia se adaptou com a mudança dos métodos e da natureza de seu “adversário tradicional”, enfrentando diversos conflitos e impactos socioambientais, e iniciando estratégias associativistas.¹

1. Contexto institucional

A luta para consolidar as comunidades rurais em Açailândia tem raízes históricas recentes em dois processos simultâneos da expansão econômica brasileira, de um lado a

¹ A ida a campo ocorreu entre os meses de janeiro e fevereiro do ano de 2012, em Operação do Projeto Rondon, empreendida pela Universidade Federal Fluminense e o Ministério da Defesa. A equipe da universidade, coordenada pelo Prof. Dr. Wilson Madeira Filho e co-coordenada pela prof. Dr.a Ana Maria Motta Ribeiro, contou com a participação dos estudantes Janaina Tude Sevá, Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa, Eduardo Castelo Branco e Silva, Jamille Medeiros de Souza, Andréia de Mello Martins, Deborah Zambrotti Pinaud, Caio Barros Matos e Juliana Gomes Moreira, e visitou os assentamentos rurais denominados João do Vale, Francisco Romão, Novo Oriente, Planalto Um e Califórnia, objetivando realizar uma cartografia social com a participação dos moradores, estimular e responder dúvidas sobre a criação, manutenção e desenvolvimento de uma cooperativa de trabalhadores e coletar informações, através de conversas com os próprios moradores, sobre os problemas e questões locais relacionados à qualidade do trabalho, dinâmicas cotidianas dentro do assentamento e os impactos advindos da instalação do Parque Industrial.

descoberta da viabilidade econômica da exploração mineral no Sul do Pará, e, de outro lado, a expansão do agronegócio pelo Sul do Maranhão e Norte de Tocantins. Nesse encontro de frentes econômicas havia uma fronteira que não fora traçada, a floresta amazônica. A expansão da fronteira agrícola/econômica para a Amazônia Oriental trouxe migrantes e imigrantes num processo de colonização sob “gestão” de um Governo Militar.

A peculiaridade da ocupação/reocupação das terras públicas no território conhecido como Mesorregião do Bico do Papagaio (envolvendo municípios dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins)², pode ser trabalhada enquanto expansão da fronteira agrícola brasileira, ou, também, como um processo de expansão da fronteira econômica do próprio capitalismo (brasileiro e internacional).

Em 1964, ano em que se inicia a Ditadura Militar surge, também, o "Estatuto da Terra". Nesse ano são criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (INDA). Em 1970, através do Decreto-lei nº 1.110, de 09/07/1970, as atribuições do IBRA e do INDA são absorvidas pelo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No ano de 1977 o Decreto-lei nº 1.523 cria a Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins (Ceat), que fornece subsídios para a criação, em 1980 do Grupo Executivo do Araguaia-Tocantins (GETAT) - Decreto-lei nº 1.767. Por sua vez, o Decreto-lei nº 2.328, de 5 de maio de 1987, extingue o GETAT, órgão subordinado ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, fazendo do INCRA o sucessor institucional dos direitos e obrigações do órgão anterior (cfe. Bruno e Sevá, 2012).

Os militares perceberam que as lutas por terra questionavam o direito de propriedade instituído, diz Martins (1984:10-11). Em razão disso, se envolveram progressivamente na questão agrária. Em primeiro lugar, a tentativa de desmobilização de grupos locais que surgiam a partir dos conflitos. Seja, pela desapropriação por interesse social, das terras em litígio; seja por meio da titulação das terras mediante um acordo entre as partes. Em segundo, “a desmoralização das lideranças e, sobretudo, dos mediadores – sindicato, Igreja, grupos de apoio”. Seja pelo enquadramento na Lei de Segurança Nacional (LSN) ou prisões. Em terceiro, na disseminação de instituições e atividades de “intervenção direta do Estado e dos militares na vida civil das populações rurais, através da Operação Cívico-Social do Exército, do MOBREAL, do Projeto

² A Mesorregião do Bico do Papagaio compreende 66 municípios – 25 no Pará, 16 no Maranhão e 25 no Tocantins – distribuídos em oito microrregiões, com área total de 140.109,5 km² e com população de 1.436.788 habitantes. Fonte: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/bico_papagaio.pdf

Rondon ou do controle e administração dos recursos públicos para interferir nos vários níveis da ordem social não diretamente relacionados com a questão da terra. É o que acontece com o GETAT”.

O estudo de caso em pauta inicia sua configuração no período de vigência do GETAT e envolve formas peculiares de mediação entre trabalhadores rurais interessados no acesso à terra. No contexto geral, a presença de funcionários facilitadores, posteriormente acusados de corrupção, no interior do INCRA do Maranhão³.



Estação Ferroviária de Açailândia. Foto de Rodolfo B. de M. L. da Costa.

2. O primeiro assentamento

Em 1966 entrou em vigor a lei federal da incorporação de 100 km de cada lado das rodovias federais construídas, em construção ou planejadas. Em 1969, o então governador do Maranhão, José Sarney, institui a Lei nº 2.979⁴, que dispõe sobre as terras públicas do Maranhão, conhecida como “Lei Sarney”, quando houve a venda das terras devolutas, “sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas”.

³ Como no caso de dona Marli 30, funcionária de alto escalão que negociava com grileiros formas ilegais de ocupação de terras da união. Sugerindo ocupação por posseiros, usados como laranjas, e posterior indenização, retirada dos posseiros da área e emissão de título de propriedade para aquele que organizou essa suposta ocupação anterior. Esse sistema é recorrente nos depoimentos dos relatos colhidos em trabalho de campo.

⁴ “Essa política foi responsável direta pela expulsão de milhares de famílias que ocupavam tradicionalmente os territórios e biomas maranhenses, sob pretexto que eram terras devolutas, mas, posteriormente essas terras foram vendidas pelo mesmo governo para grupos empresariais [...] fortalecendo assim o aumento da concentração de terras” (CDVDH, 2011:29).

O aumento de concentração fundiária combinado com a intensificação do processo migratório de trabalhadores originados do Nordeste, “fugindo da seca e das cercas do latifúndio”, para grandes projetos que orbitaram o Projeto Grande Carajás (PGC) são apontados como fontes de conflitos e violências denunciadas por diversas entidades.

As estratégias utilizadas pelos diferentes sujeitos sociais, organizações do patronato rural, agricultores familiares e movimentos sociais, no enfrentamento para consolidar novas regras e normas legais do Estado é o que aproxima as duas situações, uma tentativa de entender e construir teoricamente o campesinato como classe recriada pelo capitalismo que se constitui objeto de análise desse trabalho.

O sonho de ser dono de terras ou mesmo a busca por trabalho nas serrarias e frentes de trabalho trouxe milhares de migrantes para o Sul do Maranhão no final da década de 1970 e início da década de 1980. Momento em que ainda não se iniciou o processo de industrialização do município de Açailândia, onde predominava a atividade extrativa de madeira nobre para as serrarias, desmatamento alimentado pelo avanço da agricultura mecanizada, principalmente soja, milho e arroz.

Em conversa com o líder e assentado de Novo Oriente, primeiro Assentamento de Reforma Agrária do município de Açailândia, conhecido pelo apelido de Capivara, que chegou na década de 1980 na região, antes da instalação do Parque Industrial, este revela a transformação da economia local, da extração de madeira como atividade econômica principal do município para a transformação do minério de ferro em gusa. O início de um processo que inverteu a população economicamente ativa do estado do Maranhão dedicada à agricultura de 69,9% (em 1985) para 44,6% (em 2006): *“foi em 81 que eu vim parar aqui, o cara me trouxe pagando passagem e tudo pra cortar arroz [...] aí surge uma terra através do sindicato e fomos pra cima, pelejando pra arrumar um pedaço”*.

A primeira experiência de ocupação de terras foi acompanhada por uma grande violência e repressão pelos órgãos policiais: *“a polícia federal batia e nego corria. Até que em 83 nós conseguimos fazer a primeira roça na área e ficamos aqui perto da Nova Vida. Quando em 84 veio do despejo mesmo, a gente tinha que sair, a polícia Federal tinha que tirar todo mundo. Aí nós brigamos com o GETAT, ainda foi gente presa”* (Capivara).

Essa ocupação ficou conhecida na região como Brejo Social, hoje município de Bom Jardim - que na época era região de Açailândia. A relação íntima entre posseiros e

GETAT é expressa na seguinte passagem da entrevista: *"o pai da X⁵ foi preso porque o cara do GETAT pediu a madeira para fazer a sede do GETAT, nós concedemos pra ele tirar madeira. Quando vemos, tinha mais de 300 toras de Ipê empilhadas [...] aí privamos os caminhões deles de entrar [...] e com isso ele prendeu muita gente lá [...] não achou nem eu nem XX que era cunhado dele lá.... como o pai dela não era muito influente para discutir e ele estava na beira da estrada passaram e pegaram ele [...] aí nós viemos, quando prendeu ele, reunimos muita gente, mais de 300 homens [...] viemos pra quebrar o GETAT e confinamos a secretária que estava lá dentro [...] quando já era quase uma hora conseguimos liberar quem estava preso..."*



Capivara (Manuel Ribeiro). Foto de Rodolfo B. de M. L. da Costa

Em 1983 o acampamento é ameaçado novamente pela polícia, que pretendia derrubar todas as casas. Com o clima tenso os acampados se organizam para enviar lideranças ao GETAT para "amenizar" a situação. A negociação termina com a promessa de profissionais do GETAT para vistoriar e calcular valores de produção e benfeitorias construídas para futura indenização. Nesse sentido se inicia um longo percurso que inclui negociações coletivas e individuais entre o GETAT e os acampados.

⁵ Os nomes citados foram retirados da transcrição.

Questionado sobre a ação do Sindicato e outras organizações na região em apoio a ocupação Capivara diz que: “*O Sindicato deu um apoio lá, mas quando a coisa imprensava, o Sindicato sumia [...] ficava a Igreja*”, que também não apontava soluções que interessavam os acampados.

O receio de abandonar a ocupação antes da indenização faz com que os acampados busquem suporte entre agentes sociais que, no resto do país, são quase que automaticamente identificados como forças utilizadas pelos latifundiários e como negação do processo de reforma agrária, trata-se: “*de um grupo de gente que se chamava “Franga”, matador de gente pra grileiro de terra [...] aí os “Frangas” disseram pro [...] que tinha que falar com fulano de tal, que esqueci o nome, no Buriticupu, que levo vocês até o deputado Davi [...] e se o deputado Davi apoiar vocês, vocês não perde*”.

O apoio do Deputado dependia de um pagamento alto para os acampados, que resolvem da seguinte forma: “*aí conversemos, chamamos todo mundo, uns tinha galinha, outros tinha outras coisas [...] aí tinha um cara lá que queria tirar a madeira roubando e nós proibimos [...] aí peguemos essa madeira, vendemos essa madeira [...] fizemos esse dinheiro, inteiremos, e fomos falar com esse homem no Buriti [...] aí começamos a conversar com o Davi [...] daí conseguimos a vistoria pra calcular o preço das nossas áreas e indenizar*”.

A aproximação do deputado fez com que o grupo mobilizado para a reforma agrária fosse identificado como "grupo do Davi", protegendo-os de novas ações da polícia e, também, abrindo portas para um diálogo direto com o "chefe" do GETAT. “*O GETAT atrasou mas pagou todo mundo [...] aí ficou todo mundo pra vir pra cá [...] todo mundo tinha que sair do Córrego da Água Limpa [...] aí o GETAT fez a mudança direitinho, trouxe até o pilão [...] depois que nós começamos a ser conhecidos do Davi tudo mudou*”.

Uma vez acampados, necessitaram de uma forma de organização formal para obter recursos de políticas públicas, através da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), uma Organização Não Governamental, com sede no Rio de Janeiro, que tinha um projeto no Maranhão. Naquele momento resolveram se aproximar do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) por necessidade.

Em 1992 “tomemos o sindicato”, informa Capivara. O recurso captado através da FASE quita as dívidas dos associados do STTR de Açailândia, o que permite que a oposição sindical se organizasse no município para assumir a direção do sindicato.

Depois de assumir o sindicato, a nova direção começa uma série de ocupações de terras na região, de 1997 até 2004, com ocupações também para além dos limites do município e da região, e, então, a "*FETAEMA veio pra cima de nós [...] Nós não tinha poder de intervir nos outros municípios... nós não tava intervindo, tava colaborando [...] mas a FETAEMA veio pra cima [...] Em 1998 ela expulsou o sindicato dos quadro social do MSTTR [...] Começou um processo de expulsão que se consolidou em 1999 [...] fiquemos fora da Federação e da Confederação, de 1999 até 2004*”

A intensa mobilização fez com que os dirigentes da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA) criassem um apelido para o sindicato de Açailândia: “MST”. O sindicato entra na Justiça, pois a FETAEMA havia bloqueado os recursos do Sindicato. Em fevereiro de 2004, depois de passar pelas instâncias de julgamento na Justiça do Trabalho de Açailândia, São Luiz e Brasília o Sindicato finalmente vence a ação contra a FETAEMA, reintegrando-os à Federação - colocando uma representante de Açailândia na Federação.

3. Conflitos socioambientais como desafios para a consolidação de comunidades rurais

Hoje são cerca de três dezenas de Assentamentos de Reforma Agrária em Açailândia que lutam diariamente por visibilidade e por melhoria das políticas públicas para a agricultura familiar. A invisibilidade não surge apenas da omissão do Estado, mas de um projeto de desenvolvimento territorial que prioriza a duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), o aumento da produção siderúrgica com a instalação de uma aciaria e a produção rural nos moldes do agronegócio – grandes extensões de terra produzindo *commodities*. Um desenvolvimento marcado por conflitos e danos ambientais, como a poluição do ar, da terra e dos recursos hídricos, além das denúncias de trabalho infantil e regime de trabalho análogo à escravidão.

Além dos conflitos derivados da vizinhança com a EFC, a proximidade de grandes áreas de plantio de eucalipto e, portanto, de produção de carvão gera uma série de impactos, como: pulverização de “venenos”, fertilização do solo com resíduos das

siderúrgicas e o acesso à água para a produção de celulose. Esses “venenos”, que são agrotóxicos que fazem com que a fertilidade do solo diminua, são interpretados pelo Xerife, uma das lideranças do Assentamento João do Vale, não como efeitos exclusivos da devastação anterior, mas, principalmente, como efeito dos materiais utilizados como fertilizante das grandes plantações de eucalipto, que cerca os assentamentos.

O fertilizante utilizado pelas plantações de eucalipto é chamado “farinha de rocha”⁶ ou “pó de rocha”. Uma Agenda do Produtor Rural 2012, patrocinada pelo Banco do Nordeste e distribuída pela Secretaria de Agricultura de Açaíândia informa a respeito: “é o nome dado às rochas moídas ou trituradas para uso agrícola; recupera os solos empobrecidos, desequilibrados e que perderam seus constituintes minerais”. Conflito de interpretação sobre o cuidado com a terra, que acontece no momento em que as Siderúrgicas querem transformar um resíduo em mercadoria, mercadoria essa que, segundo a própria empresa Vale, é uma forma de diversificação e ampliação de mercado.

Além da poluição do solo houve denúncias de poluição do ar. O Assentamento Califórnia fica ao lado da fazenda “Monte Líbano”, empreendimento da Ferro Gusa Carajás (FGC, pertencente à Vale), que se dedica à produção de carvão vegetal para alimentar a Siderúrgica da Vale em Marabá.

O assentamento Califórnia foi um dos mais significativamente atingidos pela alteração do modelo de desenvolvimento.

Califórnia está situada às margens da BR 010, a primeira grande rodovia aberta pelo governo federal (em 1958), em esforço por incrementar a ocupação no interior brasileiro. Portanto, aquele pedaço de chão é testemunha de todas as contradições no processo de ocupação da Amazônia: a) ele foi fruto do incentivo à colonização da região (a abertura da rodovia); b) acompanhou o processo de concentração de terras na mão de poucos latifundiários que especulavam com o preço das terras (o período em que Califórnia foi “improdutiva”); c) foi atravessada pela dinâmica da redemocratização brasileira, testemunhando a emergência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este movimento pressionaria pela incorporação de Califórnia na política nacional de Reforma Agrária. Uma década depois da formalização do assentamento, Califórnia seria objeto de uma nova conjuntura: a segunda onda de alta “valorização” do território Amazônico como base de exportação de *commodities* de base mineral (a primeira ocorreu na década de 1980) e florestal. Cronologicamente, observa-se que foi nesse contexto que a Vale entrou diretamente na produção do

⁶ "A Embrapa aponta as vantagens da utilização regional das reservas minerais para reduzir custos de transporte e dinamizar a agricultura local". Notícia da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, em 07/02/2012. <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/02/07/po-de-rocha-como-fertilizante-e-saida-para-agricultura-dizem-especialistas> .

ferro-gusa e, paralelamente, na produção do carvão vegetal (FIDH: 2011, pp. 38-39).

Com o apoio da organização Justiça nos Trilhos⁷ muitos moradores de Açailândia denunciam que “o ‘cercamento’ por grandes plantios de eucalipto, submetidos a riscos associados a despejos significativos de veneno e a alteração no solo e na escassez de recursos hídricos. A Vale vendeu para a Suzano Papel e Celulose o equivalente a 84,7 mil hectares de terras por 235 milhões de reais, sendo que “a Vale vai transportar celulose das novas instalações da Suzano no Maranhão, por via ferroviária até a região portuária de São Luis, até 2043”⁸.

A própria presença do “trem da vale” representa um impacto social significativo por toda a extensão da Estrada de Ferro Carajás. Originalmente criada pelo governo federal e inaugurada em 1985, a função da EFC sempre foi escoar a produção de Carajás, no Pará para o porto de São Luís. Com a privatização da Vale, esta estabeleceu um contrato de concessão com o Governo Federal que encarregava a Vale da ampliação, manutenção e implementação de medidas de segurança para a população que morava na proximidade da via férrea. Também como contrapartida da Vale, esta foi encarregada de prover um trem de passageiros que percorresse a Estrada de Ferro em seus dois extremos.

Os trilhos da EFC não são gradeados, nem tem qualquer espécie de construção ou armação para evitar a circulação de pessoas na linha férrea. Relatos de amputações, atropelamentos de moradores do entorno e, até mesmo, de cabeças de gado atropeladas, o que representa um risco até mesmo para a integridade física do veículo, são numerosas. Para os moradores, viver perto da linha do trem é um fator de risco ambiental, econômico, de vida e de bem-estar.

A passagem do “trem da Vale” representa para muitos jovens uma oportunidade de quebrar o ciclo em que veem presos seus pais, e buscar uma oportunidade para uma

⁷ No final de 2007 uma coordenação de movimentos, associações e cidadãos começou a interrogar-se sobre a maneira mais eficaz e justa para cobrar da Vale do Rio Doce uma justa compensação pelos danos causados ao meio-ambiente e à população que vive nas áreas atravessadas pela sua ferrovia. Através de muito diálogo, estudo e confrontação de idéias, nasceu a campanha internacional “Justiça nos Trilhos”, cujos objetivos estão resumidos no texto-base anexado abaixo. A coordenação da campanha é composta pelas seguintes entidades: Missionários Combonianos; Fórum Carajás; Fórum ‘Reage São Luís’; Sindicato dos Ferroviários de Maranhão, Tocantins e Pará; GEDMMA (Grupo de Estudo Modernidade e Meio Ambiente - UFMA); MST”. Download do site: <http://www.justicanostrilhos.org/quem-somos>, no dia 20 de agosto de 2012.

⁸ Notícia de Alberto Alerigi Jr, publicado em <http://oglobo.globo.com/economia/vale-vende-ativos-florestais-suzano-por-r235-mi-3200014> acessado em 13 de agosto de 2012.

vida mais próspera, seduzidos pelo célebre e sedutor chamado das luzes da cidade. Todo o ano, dezenas de crianças e adolescentes viajam clandestinamente no trem de transporte de minérios, oriundos de todas as cidades e povoados que acompanham a linha do trem com o objetivo de chegar até São Luís, e daí, estes viajantes clandestinos seguem os mais diversos destinos.

Tais viagens por si só já representam um enorme risco para estes menores viajantes. Como o trem não é equipado para o transporte de passageiros, estes viajam escondidos, geralmente nas locomotivas automatizadas e estão sujeitos a lesões, tanto temporárias quanto permanentes, e a toda a sorte de infelicidades. Também estão inadequadamente abrigados contra intempéries e condições climáticas adversas.

Fora o risco do próprio ambiente, ainda foram recolhidos relatos de truculência por parte de alguns seguranças da Vale quando estes pegam clandestinos nos trens. Espancamentos, ameaças de morte, e truculência são comuns nesses depoimentos. Regularmente, quando pegas, as crianças são encaminhadas ao conselho tutelar da cidade em que são descobertas, via de regra as mesmas são pegas somente em alguma parada do trem, registradas e é feito, então, o esforço de localizar a família do menor em sua cidade de origem. Até a descoberta, o menor então fica alojado em uma casa-abrigo da prefeitura.

Alguns relatos da ONG Justiça nos Trilhos, todavia, indicam ocorrências muito mais nefastas, com agressões físicas e verbais contra “clandestinos reincidentes”, ameaças de morte e, em pelo menos um caso registrado em Açailândia, a efetiva criminalização dos menores, levando estes para a delegacia e registrando uma ocorrência de ato infracional.

Desde o ano de 2005 há uma investigação por parte da Promotoria de Infância e Juventude do Estado por conta destes viajantes clandestinos. Segundo informações colhidas com os agentes, a Vale provê a assistência aos viajantes, mas nunca admite a culpa pelo ocorrido, mesmo sendo ela a responsável pela segurança na ferrovia. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) foi acionada justamente sob a alegação de descumprimento da referida cláusula contratual, mas a posição da Agência é a de que as providências tomadas pela Vale seriam suficientes. Alega ainda a responsabilidade por coibir a entrada dos menores nos trens de minério seria do Poder Público e alega que age ativamente para a diminuição do problema através de contribuições a fundos municipais para apoio a crianças e adolescentes, ignorando que o

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que os contribuintes em tais fundos são merecedores de benefícios fiscais.

As obras de duplicação da EFC, portanto, estão gerando impactos conflitos e trazendo à tona conflitos subsumidos pelos modelos de colonização anterior. A duplicação está sendo executada pela empresa Odebrecht, que construiu um pátio para equipamentos e trabalhadores numa área comum do Assentamento Novo Oriente, sem a autorização de todos os assentados. Houve a construção de uma pauta de reivindicações indicando os pontos de compensação pelas atividades realizadas pelas empresas Vale e Odebrecht.

As visitas da equipe aos assentamentos reforçavam esta impressão. Todos faziam fronteira com eucaliptais ou com a linha do trem. Os assentamentos João do Vale, Francisco Romão, Novo Oriente, Planalto Um apontavam a linha do trem como um fator de risco e prejuízo econômico para os moradores, com casos de animais atropelados pelo trem de carga, morte e amputação de adultos e crianças, estas últimas por conta de brincarem perto da linha de ferro.

Além de realizar trabalhos relativos à composição de uma cartografia social local e coletar informações sobre o impacto que as indústrias tiveram sobre os trabalhadores, a equipe de campo também realizou oficinas sobre o tema “cooperativa e associação de pequenos produtores agrários”. Assim podemos identificar um conjunto de organizações criadas nos Assentamentos rurais que ajudam a exemplificar o acúmulo dos trabalhadores rurais na luta para assegurar o acesso à terra⁹.

⁹ “Associação dos Pequenos Agricultores da Região de Novo Oriente”; “Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores da Vila Agroplanalto”; “Associação Pequenos Produtores Rurais do Planalto I”; “Associação Verde Esperança de Pequenos Hortifruticultores de Açailândia”; “Associação dos Pequenos Agricultores do Planalto II”; “Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Acampamento Boa Esperança”; “Associação dos Criadores de Frangos e Hortifrutigranjeiros de Açailândia”; “Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Terra Nova”; “Associação dos Moradores do Assentamento Nova Conquista”; “Associação das Agricultoras da Agrovila Terra Nova”; “Associação dos Pequenos Agricultores Santo Antônio do Assentamento Califórnia”; “Associação dos Agricultores do Assentamento Nova Vitória”; “Associação das Mães Carentes do Assentamento Açai Setor Macauba”; “Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Santa Clara”; “Assentamento Comunitário dos Moradores do Assentamento Conquista da Lagoa”; “Associação dos Moradores do Assentamento Nova Vitória”; “Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agrovila Planalto I”; “Associação das Mães Agricultoras e Produtoras do Assentamento Conquista da Lagoa”; “Associação de Moradores do Assentamento Santa Clara”; “Associação dos Agricultores do Assentamento Califórnia”; “Associação Agrícola Maranhão do Sul”; “Associação Clube Mães do Assentamento Nova Vitória”; “Associação dos Moradores do Assentamento Setor Macaúba”; “Associação dos Pequenos Produtores do Planalto II”; “Associação de Moradores da Vila Sudelândia”; “Associação Jovem do Assentamento Nova Vitória”; “Associação Boa Esperança do Assentamento Califórnia”; “Associação dos Pequenos Produtores da Conquista da Lagoa”; “Associação Agro Industrial

A organização e a liderança dos trabalhadores dos assentamentos são orientadas por movimentos sociais de alcance nacional como o MST. Todas as lideranças identificaram-se como militantes ou relacionadas aos movimentos rurais, demonstrando uma significativa consciência política e uma articulação tanto de discurso quanto de esforços mais sólida que a inicialmente esperada pela equipe.

Os trabalhadores mostraram-se conscientes da função de uma associação e predispostos a formação da mesma, em sua maioria já efetuado os trâmites burocráticos ou já em estado avançado na burocracia necessária. Ainda assim, não há um plano de ação ou uma organização para aumento da produção dos participantes. Os trabalhadores reconhecem a importância da Associação para alcançar uma maior prosperidade econômica de todos, mas não foi exposta, em nenhuma reunião, a maneira que utilizariam para alcançar este objetivo. Demonstraram ainda desconhecimento de programas de incentivo ao trabalhador rural como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e interessaram-se pelos meios de participação e cadastramento para passarem a vender sua produção para o município.

Sobre as dificuldades e problemas enfrentados, apresentou-se uma unanimidade a dificuldade de acesso a serviços públicos básicos como educação, saúde, transporte e saneamento básico. Os trabalhadores do assentamento Francisco Romão, por exemplo, para apontar uma demanda mais enfática, informaram que a escola primária que se localizava dentro do assentamento fora desativada recentemente e as crianças encontravam dificuldade em deslocar-se até a mais próxima.

Quanto a trabalho e renda, duas questões principais foram levantadas. A primeira, sobre a dificuldade de escoar a produção dos agricultores, dependendo de intermediários que pagavam preços mais baixos que o mercado, e a degradação do ambiente devido à alta emissão de partículas no ar. A grande concentração de guserias, carvoarias e depósitos de minério de ferro no município bem como a alta poluição atmosférica teriam levado a uma progressiva diminuição da produtividade das colheitas, tal ponto indicado principalmente pelos agricultores mais velhos. Dois outros pontos indicados foram o êxodo rural, que alguns apontaram como o motivo para a dificuldade da subsistência, pela “sedução das luzes da cidade” e problemas de saúde decorrentes

do Vale de Açailândia”; “Associação das Mães Carentes do Assentamento Califórnia”; “Associação Comunitária de Lavradores da Vila Bom Jesus”; “Associação de Moradores da Gleba Boa Esperança”; “Cooperativa do Assentamento Califórnia”

dos altos índices de emissão das indústrias da região em especial das carvoarias que ficavam mais próximas dos assentamentos.



Oficina de Cartografia Social no Assentamento João do Vale. Foto de Deborah Z. Pinaud

Quando indagados sobre como agentes externos influenciam nas dinâmicas dos assentamentos, uma das questões mais levantadas foi a dificuldade que os pequenos agricultores têm de aproveitar a área de suas propriedades que fora designada como área de Reserva Legal, confundindo a noção de área protegida com área economicamente inexplorável.

A presença da Vale também é vista com certo alarme por parte dos agricultores, não só pelo efeito danoso a agricultura que sua presença implica, como também pela “não ortodoxia” da postura da mesma. A mentalidade de combate e luta incutida dentro das lideranças é a de uma família de latifundiários específica, com um modo de agir tanto econômico e político que não encontra paralelos claros com a postura da Vale e suas subsidiárias. Os trabalhadores não informaram em nenhum momento de casos de subutilização da terra ou de projetos de novas ocupações. A maneira de utilizar a terra das carvoarias e guserias é otimizado, sem dar espaço para a tradicional reivindicação dos trabalhadores pelas terras subutilizadas.

Os problemas averiguados são característicos da mudança de foco econômico que o município efetuou, com o resquício da antiga vocação econômica ainda a resistir a sua assimilação, aparentemente, definitiva. As políticas públicas são voltadas como um todo para a expansão e consolidação da atividade industrial. O tradicional “inimigo” dos

trabalhadores rurais, o latifundiário poderoso, mas personificado, foi substituído por uma corporação uma corporação que assume várias formas e dinâmicas, com incontáveis tentáculos que se estendem por todos os aspectos da cidade e sem uma face discernível. Os problemas acarretados não são mais diretamente provocados, como um desvio de um curso d'água, a grilagem, a expulsão dos trabalhadores, mas sim indiretamente, como poluição, degradação ambiental, precariedade de serviços, manipulação dos focos de investimentos em infraestrutura. O Grande Capital adaptou sua face e mudou suas táticas naquela região, deixando as tradicionais formas de luta menos eficientes. O desafio para os pequenos agricultores de Açailândia é adaptar a estas mudanças e prosperar frente a tais adversidades.

Nesse sentido, no bojo das reivindicações dos assentados alguns pontos específicos são listados como fundamentais: 1) estação ferroviária para os assentados, incluindo a logística para transporte da produção; 2) Construção de viadutos para passagem de veículos e pedestres por cima da linha do trem; 3) construção de cercas, protegendo os assentados e suas famílias da linha férrea; 4) recuperação e manutenção de estradas vicinais internas nos assentamentos; 5) Posto de saúde; 6) apoio da Secretaria de Agricultura, disponibilizando 300 horas de trator de esteira; 7) campo de futebol na área própria (ocupada pela empresa Oldbrecht, pelo intermédio de um posseiro; 8) recuperação e ampliação da distribuição de água; 9) quadra poliesportiva e construção de área de lazer; 10) reforma e ampliação da escola.

4. Judicialização do conflito

Por entender que não houve estudos de impactos socioambientais suficientes, uma decisão liminar, decorrente de uma ação que denuncia a ocorrência de vícios no processo de licenciamento ambiental referente à duplicação da Estrada de Ferro Carajás, interrompeu as obras de duplicação da EFC.

O juiz federal da 8ª Vara Federal de São Luís (MA), no dia 27 de julho de 2012, em face de Ação Civil Pública¹⁰ que questiona os licenciamentos da obra de duplicação

¹⁰ Ação Civil Pública nº 26295-47.2012.4.01.3700, tendo com Autores a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, o Conselho Indigenista Missionário – CMI e o Centro da Cultura Negra do Maranhão CC-N. E réus a Vale S/A e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

da EFC, ao analisar os requisitos necessários à concessão da antecipação dos efeitos da sentença, concluiu que:

[...] ao menos a princípio, na medida em que parte da prova documental produzida indica que os réus, mediante conduta contrária à preservação ambiental, violaram as exigências legais ao permitir o prosseguimento de projeto de duplicação da estrada de ferro sem a realização prévia de Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Os documentos que instruem a petição inicial sugerem que o processo de Licenciamento Ambiental para a duplicação da Estrada de Ferro Carajás desconsiderou a relevância dos impactos ambientais decorrentes, permitindo sua divisão em seguimentos e sujeição a procedimentos simplificados, em hipótese não prevista na Resolução CONAMA 349/2004.

Ressalte-se, ainda, que a divisão em seguimentos possibilita distorcer as informações apresentadas, conforme constatado pelo próprio IBAMA, que identificou a desconsideração de mais de dez Unidades de Conservação no Estudo Ambiental e Plano Básico Ambiental – EA/PBA do empreendimento “Duplicação da Estrada de Ferro Carajás” apresentada pela Vale em 31.10.2011.

(...) Constatada, pois, a interferência do empreendimento em áreas de preservação permanente (unidades de conservação) e em espaços territoriais especialmente protegidos (comunidades quilombolas), forçoso concluir, ao menos a princípio, pela impossibilidade de procedimento simplificado de licenciamento ambiental.

Longe de se tratar de exercício da discricionariedade, como alega a autarquia demandada, os vícios apontados sugerem a existência de irregularidades que comprometem a própria validade do processo de licenciamento ambiental.

A esse propósito cumpre esclarecer que os estudos prévios que antecedem a concessão das licenças ambientais devem ser sérios, completos e exaustivos, pois somente assim pode ser possível conhecer e compreender as condições ambientais preexistentes, a dimensão do dano possível ou provável e, sobretudo, a eficácia das medidas preventivas ou reparadoras propostas.

(...) Assim não considero desarrazoado antever-se que a continuidade da atividade de duplicação da Estrada de Ferro Carajás (objeto deste processo) pode servir à consolidação de uma situação de gravíssima degradação ambiental.

Por isso, havendo risco de manutenção de atividade degradante, com a ampliação do panorama de devastação já constituído, é necessária a concessão de antecipação de tutela, a fim de resguardar, durante a discussão regular do litígio, o direito ao meio ambiente sadio, nisso reside a urgência da tutela.

Com tais considerações, DEFIRO o pedido de antecipação parcial dos efeitos da tutela jurisdicional para DETERMINAR a SUSPENSÃO do processo de licenciamento ambiental n. 02001.007241/2004-37, bem como todos os efeitos das Licenças Ambientais dele decorrentes e dos efeitos das “reuniões públicas” realizadas nos dias 09, 10, 12 e 13 de julho.

FICA, portanto, proibida, qualquer forma de atividade para a continuidade da duplicação da Estrada de Ferro Carajás.”

A decisão determinou ainda que a Vale S/A realize Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da obra de duplicação, obrigando-a a analisar os pormenores de todas as comunidades remanescentes de

quilombos e povos indígenas existentes ao longo da EFC, assim como sua divulgação à todas as comunidades impactadas pelo empreendimento e em linguagem acessível; a realização de audiências públicas em todos os municípios afetados; e realização de consulta às comunidades impactadas, afim de averiguar sobre seu consentimento prévio, livre e informado a respeito das obras.

Uma decisão, que, para alegria dos movimentos sociais da região, estaria a contrariar um ditado latino: *Lex est araneae tela, si in eam inciderit quid debile, retinetur; grave autem pertransit tela rescissa* (A lei é como uma teia de aranha: se nela cai alguma coisa leve, ela retém; o que é pesado rompe-a e escapa).

Todavia, após a concessão da suspensão das obras de duplicação até que os estudos de impactos sociais e ambientais se efetivem correta e amplamente, ainda assim, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou em comunicado que “aprovou um financiamento de R\$ 3,9 bilhões para a mineradora Vale realizar investimentos em logística nos estados de Maranhão e Pará. De acordo com o BNDES, os recursos serão destinados à implantação do projeto Capacitação Logística Norte (CLN), cujo objetivo é ampliar em 30,4% a capacidade de transporte e embarque de minério de ferro do sistema logístico da Vale”¹¹.

REFERÊNCIAS

BRUNO, Regina Angela Landim e SEVÁ, Janaina Tude. *O grupo executivo das terras do Araguaia-Tocantins (GETAT). Memória documental e oral*. Projeto de pesquisa CPDA/UFRRJ e REDES. Abril de 2012.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. *Brasil – quanto valem os direitos humanos? Impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia*. Paris- França: FIDH: 2011. Disponível em www.fidh.org.

¹¹ Fonte: <http://oglobo.globo.com/economia/bndes-empresta-39-bilhoes-vale-para-investimento-em-logistica-5873078>, acesso em 23/08/2012.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Contexto: 2010

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil. Terra e poder: o problema da terra na crise política*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

UNIDADE PARANÁ SEGURO: uma abordagem inicial.

RESUMO: Este artigo propõe analisar as modificações iniciais que a Primeira Unidade Paraná Seguro (UPS Uberaba) trouxe para o atual processo de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial de Curitiba, em particular, observando as mudanças na comunidade do Uberaba. Na realização deste estudo é adotada a pesquisa através de coleta de relatos jornalísticos sobre a instalação da UPS Uberaba, documentos da Seção de Planejamento da Polícia Militar do Paraná, bem como de dados estatísticos fornecidos ao autor pela Secretaria de Segurança Pública, para realizar um estudo de caso preliminar. Trata-se de investigação exploratória e de pesquisa-meio, que visa também proporcionar fundamentos para novos questionamentos.

Palavras-chave: Política pública de segurança. Polícia. Controle do crime.

INTRODUÇÃO

As Unidades Paraná Seguro (UPS) refletem uma nova política de segurança pública implantada pelo governo estadual paranaense e objetiva tornar regiões com altos índices de criminalidade em espaços sustentáveis de segurança, nos quais, num planejamento de longo prazo, não haja necessidade de “intervenções agudas” da polícia¹.

Para analisar esse objeto de estudo é adotada a pesquisa através de coleta de relatos jornalísticos sobre a instalação da UPS Uberaba. Conforme preconizam diversos dos “elitistas democráticos” (BEALEY, 1996, p. 326) a mídia é o veículo através do qual grande parte das informações sobre sociedade, na economia e política é difundida. Ela apresenta uma massa de

¹ É o que se verifica expresso nas linhas gerais da Ordem de Operações n° 005/2012 da Seção de Planejamento da Polícia Militar do Paraná consultada pelo autor. O que se deve buscar é um nível de segurança no qual não seja necessária a execução de operações repressivas cotidianas, sendo suficiente o emprego de policiamento comunitário para a preservação da ordem pública, integrando a comunidade nos assuntos pertinentes ao bem estar social local de forma sustentável.

críticas sobre aspectos de diversas áreas da ação humana. Ela não é, portanto sempre popular com os governos, embora possam funcionar como um veículo de informação ao público. Seus recursos são os de conhecimento e poder de persuasão, o que pode dar-lhes um poder político considerável.

UPS: A busca de um projeto de segurança sustentável

Parece evidente que as grandes cidades brasileiras passam por um processo de fragmentação social e espacial, com a classe média “protegida” nos condomínios fechados, os espaços públicos cada vez mais apáticos e esquecidos causando sensação de insegurança aos que os freqüentam (a exemplo do Carnaval de Rua de Curitiba deste ano, realizado no Largo da Ordem) e as favelas dominadas por traficantes que formam verdadeiras fortalezas do tráfico, nas quais os índices de homicídios são alarmantes.

Luiz Flávio GOMES (2012) informa que nenhuma nação matou mais em 2009 que o Brasil em números absolutos, alcançando 51.434 homicídios dolosos (dados do Datasus — Ministério da Saúde). Com esse montante (26,6 pessoas a cada 100 mil habitantes), o Brasil conquistou a posição de 3º país mais homicida da América Latina e o 6º do mundo. Em 1979 tínhamos 9,6 mortes para cada 100 mil habitantes. Em 2009 pulamos para 26,6.

A Carta Magna expressa em seu artigo 144: “*A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, (...)*”.

Conforme o preceito constitucional (artigo 144, § 5º), a preservação da ordem pública e o policiamento ostensivo são competências atribuídas às polícias militares estaduais. Segundo Álvaro LAZZARINI (1998, p. 10), considera-se ordem pública, objeto da segurança pública, a situação de convivência pacífica e harmoniosa da população, fundada em princípios de natureza ética dotados de eficácia.

A ordem pública se exterioriza quando as instituições policiais, principalmente através de ações ostensivas e predominantemente preventivas, garantem os direitos dos cidadãos à vida harmônica e pacífica em sociedade.

O discurso principal dos governantes é sempre implementar políticas públicas no sentido de diminuir esses efeitos perversos, mas ao mesmo tempo em que é recebido com grande otimismo por parte da população e da imprensa, vem sofrendo críticas pontuais de moradores e pesquisadores.

A implantação da primeira Unidade Paraná Seguro no Bairro Uberaba (fls. 16) de Curitiba pelo Governo Beto Richa (01 de março de 2012) reflete o sucesso midiático das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Estado do Rio de Janeiro. Conforme preleciona Luiz Antonio Machado da SILVA (2012), os meios de comunicação referem-se às melhorias no controle do crime e ao que seria uma aprovação maciça da população, moradora ou não das localidades onde as UPPs estão instaladas.

BAUMAN (2005, p. 68) reflete que para pessoas inseguras, desorientadas, confusas e assustadas pela instabilidade e transitoriedade do mundo que habitam, a “comunidade” parece uma alternativa tentadora. É um sonho agradável, uma visão do paraíso: de tranqüilidade, segurança física e paz espiritual.

Porém faz uma indagação retórica que nos faz refletir acerca de certas políticas públicas atuais:

Você quer segurança? Abra mão de sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela. Você quer poder confiar? Não confie em ninguém de fora da comunidade. Você quer entendimento mútuo? Não fale com estranhos, nem fale línguas estrangeiras. Você quer essa sensação aconchegante do lar? Ponha alarmes em sua porta e câmeras de TV no acesso. Você quer proteção? Não acolha estranhos e abstenha-se de agir de modo esquisito ou de ter pensamentos bizarros. Você quer aconchego? Não chegue perto da janela e jamais a abra. O nó da questão é que se você seguir esse conselho e mantiver as janelas fechadas, o ambiente logo ficará abafado e, no limite, opressivo. (BAUMAN, 2003, p. 10)

As UPPs e UPS parecem rememorar a campanha de policiamento conhecida por "Tolerância Zero", que no início da década de 1990, conforme infere Loïc WACQUANT (2012), foi introduzida pelo prefeito republicano da cidade de Nova York, Rudolph Giuliani, voltada para o combate das desordens de rua e dos pequenos infratores, admirada e imitada por outras cidades nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.

Conforme preleciona Jean Carlos Gomes CAMARGO (2012), sob esse suposto aumento de segurança, essa política pública de saturação do aparelho repressor na verdade atualiza idéias higienistas e reafirma preconceitos.

De acordo com o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, a “missão” das UPPs é a de “recuperar territórios empobrecidos dominados há décadas por traficantes e pelas milícias armadas” e “levar paz às comunidade” (CUNHA e MELLO, 2011, p. 373).

A valorização imobiliária e a facilitação de acesso aos serviços públicos e/ou privados nas áreas de implantação das UPPs parece ser uma realidade, ficando patente inclusive em decisões exaradas pelo Poder Judiciário do Rio de Janeiro e reforçando as discussões sociais²:

*1. Agravo de Instrumento. 2. Decisão que indeferiu nova avaliação do imóvel penhorado. 3. O valor encontrado no laudo deve ser atualizado de maneira a aproximar a avaliação do valor de mercado do bem e evitar que o imóvel seja alienado a preço vil, nos termos do artigo 683, II do C.P.C. 4. Observância aos princípios da boa-fé processual e da menor onerosidade para o devedor. 5. **Imóvel localizado em área próxima à instalação de Unidade de Polícia Pacificadora, que notadamente contribuiu para a valorização dos imóveis da região.** 6. Recurso manifestamente procedente, ao qual se dá provimento, na forma do Art.557, § 1º - A, do C.P.C. (0005369-53.2012.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO; DES. MARIO DOS SANTOS PAULO - Julgamento: 20/03/2012 - QUARTA CAMARA CIVEL) **grifos nossos***

*AGRAVO INTERNO Ação indenizatória c/c obrigação de fazer. Serviço de telefonia. Escusa da concessionária em reparar o ramal telefônico, ao argumento de que "o endereço designado localiza-se em área de constante confronto urbano, integrante do Complexo do Alemão". Ausência de prova, a demonstrar a persistência de situação fática que impossibilite a reparação técnica da linha telefônica. É notório o esforço empreendido pelas Forças Armadas e as polícias deste Estado em ocupar o conjunto daquelas comunidades, inclusive com a previsão de instalação de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), bem como a presença de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No mesmo sentido devem caminhar os serviços públicos essenciais prestados pelas concessionárias. A recusa em restabelecer o serviço de telefonia ofende direitos da personalidade, configurando dano moral indenizável. Aplicação da parte final do verbete 75, da Súmula do TJRJ. Recurso a que se nega provimento. (0009410-20.2009.8.19.0210 – APELACAO; DES. JESSE TORRES - Julgamento: 14/03/2012 - SEGUNDA CAMARA CIVEL) **grifos nossos***

² Ementas acessadas no site do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: <http://www.tjrj.jus.br/scripts/weblink.mgw>. Acesso em: 20 ago. 2012.

*Agravo Interno. Decisão Monocrática ementada como a seguir: Agravo de Instrumento. Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenizatória em Fase de Execução. Decisão que negou a conversão da obrigação de fazer, consistente no reparo da linha telefônica da parte autora, em perdas e danos. Alegação de impossibilidade por estar a residência localizada em área de risco. É fato público que a área de instalação da linha (complexo do alemão) está pacificada desde novembro de 2010, contando, inclusive, com uma **unidade de polícia pacificadora, o que possibilita o acesso da agravante àquela comunidade para prestação de serviços. impossibilidade de cumprimento da obrigação não demonstrada.** Negado seguimento ao recurso, na forma do art. 557, caput, do CPC. Parcial provimento do recurso. (0059220-41.2011.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO; DES. HELENA CANDIDA LISBOA GAEDE - Julgamento: 31/01/2012 - DECIMA OITAVA CAMARA CIVEL) **grifos nossos***

Para a economia, inclusive, a quantificação dos custos do crime surge como uma das formas utilizadas de se verificar como a criminalidade compromete o desenvolvimento econômico de uma dada sociedade. No âmbito microeconômico, a violência, entre outros efeitos, impede que os governos invistam em educação e saúde, setores carentes em recursos e que deveriam ser prioritários, para que seja reforçada a segurança (BUVINIC, MORRISON e SHIFTER, 1999, p. 8).

Esta investigação buscará analisar a implantação inicial das UPS no Paraná, buscando evidenciar os eventuais conflitos gerados. Em data de 05 de janeiro 2012, através da imprensa oficial, o governador do Estado do Paraná anunciou a implantação, ainda no primeiro semestre de 2012, de unidades policiais de interação denominadas “Unidades Paraná Seguro” (UPS) em áreas do Estado que apresentem altos índices de criminalidade.

É realmente necessária a ocupação e saturação pelos órgãos policiais de uma determinada região, aumentando-se o policiamento (o vigiar), para depois de alcançada certa estabilidade (social) deixar o cidadão tomar parte do processo decisório?

Estabelece-se um quase “estado de exceção³” para depois tender a um liberalismo? Parece uma questão a ser investigada e combatida. O que deve ser buscado pela agenda estatal e construído pela sociedade é, conforme preleciona Juarez FREITAS (2011, p. 41), o direito

³ Aproxima-se da compreensão de Giorgio Agambem (2010, p. 35): “La hipótesis aquí es que, desde el momento en que el régimen democrático, con su complejo equilibrio de poderes, es concebido para funcionar en circunstancias normales, en tiempos de crisis, el gobierno constitucional debe ser alterado en la medida en que sea necesario para neutralizar el peligro y restaurar la situación normal. Esta alteración implica inevitablemente um gobierno más fuerte: es decir, el gobierno tendrá más poder y los ciudadanos menos derechos’ (Rossiter, 1948, p.5).”

fundamental à sustentabilidade multidimensional, incluso nesse conceito o direito à segurança pública de qualidade.

Para o referido autor (Idem, p. 56) o princípio da sustentabilidade é princípio constitucional implícito e deve regular o poder estatal de forma cogente:

...trata-se do princípio constitucional que determina, independentemente de regulamentação legal, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo produtivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar físico, psíquico e espiritual, em consonância homeostática com o bem de todos.

A dimensão social da sustentabilidade se expressa através dos direitos fundamentais sociais, com os correspondentes programas relacionados à saúde, à educação, e à segurança (serviços públicos por excelência), que precisam obrigatoriamente ser universalizados com eficiência e eficácia, sob pena de o modelo de gestão ser autofágico, ou seja, insustentável.

A sustentabilidade contempla, ainda, capacidade inclusiva insuprimível e forte preocupação com os menos favorecidos, mesmo que isso represente uma guinada no pensamento econômico.

UPS Uberaba: primeiras reflexões

A Ordem de Operações n° 005/2012 da Seção de Planejamento da PMPR⁴ estabeleceu os procedimentos relativos às ações administrativas e operacionais preliminares para a implantação e atuação da 1ª Unidade Paraná Seguro (UPS), “projeto piloto” que frisa como principal característica a atuação através do policiamento comunitário e que visa o restabelecimento da segurança e da tranquilidade pública em áreas com elevados índices de criminalidade e de vulnerabilidade social.

⁴ Consulta realizada pelo autor aos documentos disponíveis na Seção de Planejamento da Polícia Militar do Paraná.

Roberson Luiz BONDARUK (2012), comandante da força policial militar paranaense desde o ano de 2011, infere que para a Polícia Comunitária o fundamental é o exercício da cidadania ampla pelos integrantes da sociedade.

O cidadão, consciente de seus direitos e obrigações dentro da comunidade, buscará por si mesmo a realização destes, cobrando dos órgãos públicos ou da própria comunidade em que vive, a tomada das medidas necessárias para tanto ou se empenhando pessoalmente para isso, bem como participando ativamente deste processo. Isto fará com que muitos problemas locais se resolvam sem a necessidade de intervenção da polícia.

Alguns fatos e circunstâncias, porém, marcam o início da instalação da UPS Uberaba, conforme relato da mídia local e chamam a atenção para a discussão científica: 1) dez dias depois de ser ocupada pela polícia a região registrou seu primeiro homicídio (SIMAS, 2012); 2) passados dez dias da intervenção policial no bairro mais de 90% dos curitibanos (dados do Instituto Paraná Pesquisas – fls. 17) se mostram satisfeitos com a operação deflagrada em um dos bairros mais violentos da cidade; apesar disso, a maior parte da população ainda desconhece o programa que é apresentado como um dos carros-chefes do governo do estado para a melhoria da segurança pública (GONÇALVES, 2012); 3) seis dias depois da ocupação no Uberaba, algumas situações de abuso de poder têm incomodado comerciantes e moradores. Segundo a comunidade, em vez de cumprirem o papel para o qual foram designados, que é conter o tráfico e os homicídios, os policiais têm agido de forma truculenta na abordagem, assustando a todos (FAVRETO, 2012); 4) na data de implantação foi denunciado à Ordem dos Advogados do Brasil um caso de tortura policial no bairro (LEITOLES, 2012).

Para o sociólogo Lindomar Wessler Boneti (*apud* SIMAS, 2012), professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), a ocorrência de um homicídio na fase de implantação da UPS no Uberaba não significa um fracasso do projeto. “O processo de ocupação é lento e demora tempo para a comunidade se acostumar com o policiamento e se aliar a ele. Sem contar que um trabalho de combate ao crime não se concretiza a curto prazo. São necessárias muitas ações sociais para que a criminalidade efetivamente diminua no local”.

Porém, a prática de tortura evidenciada na fase inicial da instalação da primeira UPS põe em cheque a consonância democrática da instituição policial:

La violencia estructural, donde las fuerzas policiales y grupos paramilitares se transforman en agentes de violencia perpetrada a ciertos grupos, especialmente a niños de la calle, menoscaba la democracia y genera más violencia. Además, las instituciones democráticas enfrentan nuevas demandas y desafíos creados por la inseguridad colectiva que no sólo afecta el desarrollo económico, sino que también deja serias dudas respecto a su habilidad para tratar efectivamente el crimen. (BUVINIC, MORRISON e SHIFTER, 1999, p. 14)

Assevera Don L. Kooker (*apud* VALLA, 2003, p. 120): “O fato de um serviço ser respeitado ou condenado depende do que o público pensa dos indivíduos que executam tal serviço e, muito frequentemente, a reação ante qualquer descortesia de um policial torna-se o critério sob o qual todo o departamento é julgado.

O progresso do serviço público só é possível quando se torna aparente a força interna da organização; cada membro deve conduzir sua vida funcional e privada de forma a inspirar confiança ao público.

A UPS do Uberaba deverá contar com efetivo de 62 policiais, que estarão sob o comando da Tenente Caroline Costa, com supervisão da Tenente-Coronel Karin Krasinski, Comandante do 20º Batalhão da PMPR (KASPCHAK, 2012). Até a construção de uma sede definitiva, a operação da UPS será no módulo móvel, constituído de cinco viaturas, duas motos e bicicletas. O Coronel Cesar Alberto Souza, Subcomandante-Geral da PMPR, (*apud* KASPCHAK, 2012) divulgou a linha de ação: "O atendimento é 24 horas. Os policiais tiveram treinamento em policiamento comunitário, que dá ênfase à resolução pacífica dos conflitos, e também noções de direitos humanos. O importante é que esta ação integre os serviços públicos e sociais do Estado, Prefeitura e Governo Federal".

Como já explanado, o projeto visa inicialmente a contenção dos índices de violência e criminalidade, a prisão de marginais foragidos da justiça ou em flagrante delito (cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão) a retirada de circulação de armas de fogo ilegais ou irregulares, e que tem como destino o aporte para a realização de ações criminosas, colocando em risco a sociedade paranaense, e o combate ao tráfico de substâncias entorpecentes, autuações nos veículos em situação contrária à legislação de trânsito vigente.

A Ordem de Operações da PMPR esclarece, resumidamente, que a Unidade tem como objetivos mediatos:

1) Transmitir à comunidade maior segurança e tranqüilidade, através de ações voltadas à preservação da ordem pública, por meio de forças-tarefa, constituídas pelas unidades policiais integradas com outros órgãos estaduais e municipais, promovendo ações policiais preventivas e repressiva na UPS;

2) Fortalecer a malha protetiva da comunidade, diminuindo a pressão da manifestação do crime contra o convívio social, envidando esforços no sentido de bem cumprir o princípio constitucional da eficiência;

3) Diminuir a incidência de crimes violentos contra a pessoa (homicídios, latrocínios e lesões corporais), e reprimir as contravenções e crimes, com especial atenção a apreensão de armas, substâncias entorpecentes, máquinas caça-níquel (jogos de azar) e o cumprimento de mandados de prisão expedidos pela justiça, de forma a proporcionar uma redução dos índices de criminalidade e violência;

4) Diminuir a incidência de crimes contra o patrimônio (furtos e roubos), tanto às pessoas (transeuntes) quanto em residências e casas comerciais (farmácias, lotéricas, pequenos e grandes mercados, postos de combustível, lojas de conveniência, caixas eletrônicos);

5) Otimizar o policiamento e os efetivos empregados, concentrando esforço pela “ação de presença real”, particularmente nos locais onde a degradação social é mais intensa (favelas, áreas de invasão, áreas de loteamento irregulares);

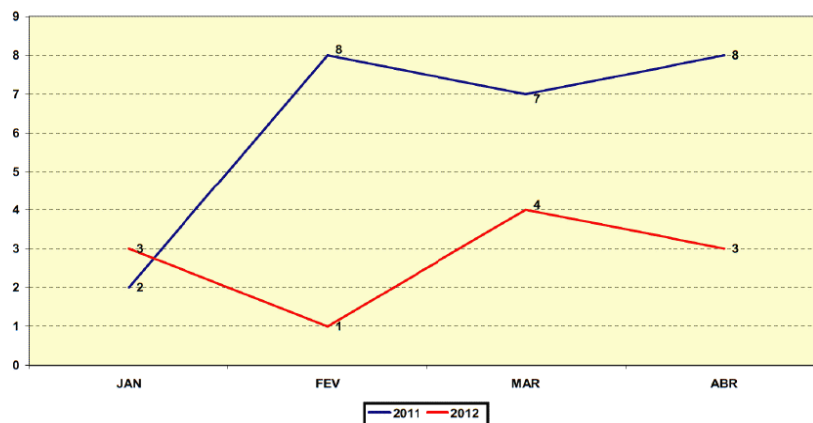
6) Em relação ao ambiente, identificar comunidades em situação de vulnerabilidade social, usando como parâmetros os índices socioeconômicos e criminais, despertando na comunidade a importância de organização preventiva em prol da cultura da paz, reduzindo barreiras corporativistas e burocráticas;

7) Implantar boas práticas que possibilitem a transformação da realidade do ambiente e da comunidade, e criar métodos de garantia da sustentabilidade do trabalho desenvolvido pela UPS, bem como monitorar resultados através da fiscalização do ambiente de atuação.

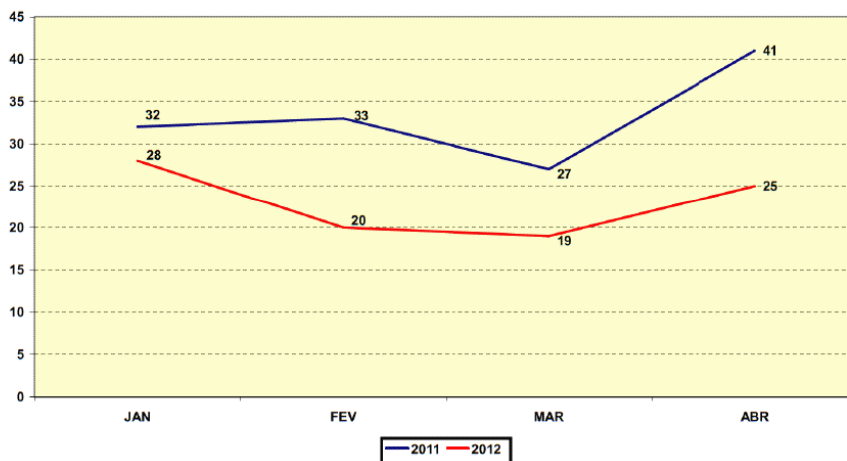
Dados fornecidos pela Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (CAPE) da Secretaria de Estado da Segurança Pública⁵ comparam o primeiro quadrimestre do ano de 2011 com o de 2012, e embora pouco conclusivos, demonstram uma elevação de alguns crimes contra a vida após a implantação da UPS que chama a atenção e devem ser investigados com maior profundidade:

⁵ Dados comparativos solicitados pelo autor à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná via protocolo.

COMPARATIVO DO 1º QUADRIMESTRE DE 2011 COM 2012 REFERENTE A HOMICÍDIOS DOLOSOS DO BAIRRO UBERABA

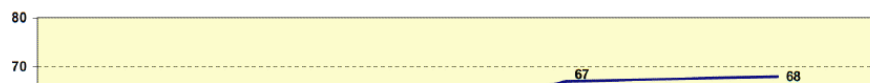


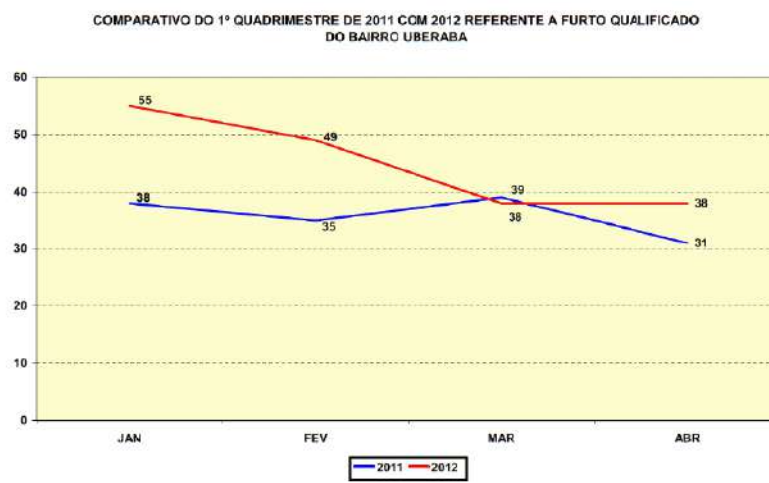
COMPARATIVO DO 1º QUADRIMESTRE DE 2011 COM 2012 REFERENTE A LESÃO CORPORAL DO BAIRRO UBERABA



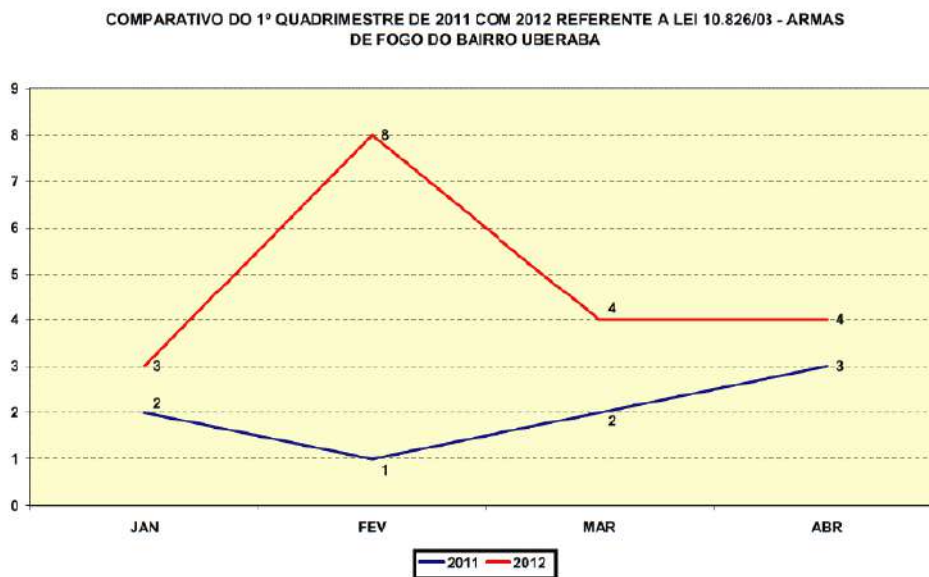
Os crimes contra o patrimônio também não tiveram queda expressiva, revelando inclusive, em alguns meses, a mesma tendência de elevação:

COMPARATIVO DO 1º QUADRIMESTRE DE 2011 COM 2012 REFERENTE A ROUBO DO BAIRRO UBERABA





Outra evidência que a priori se revela é a efetividade do policiamento ostensivo no crime de porte ilegal de armas, carecendo de análise, porém, se esta delinquência não migrou para áreas no entorno da UPS:



O governo estadual, além das medidas na área de segurança, anunciou a adoção de outras medidas sociais na região (BUCHI, 2012): (1) a construção de uma nova escola estadual na Vila Audi/União (Uberaba), para atender 1.200 alunos; (2) a atuação da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social na UPS oferecendo programas de capacitação e fazendo cadastramento de famílias que precisam ser apoiadas por programas de transferência de renda, que fortalecem a sustentabilidade do projeto.

A Prefeitura de Curitiba informou que ampliará as ações, serviços e obras na região. O prefeito Luciano Ducci anunciou (Idem, 2012): "Somente na região das vilas Audi e União, estamos investindo mais de R\$ 50 milhões em obras, mudando o perfil socioeconômico do que antes era um bolsão".

Em Curitiba a meta é instalar mais 10 UPS e todos os 75 bairros terão módulos móveis, que poderão ter entre 18 e 36 policiais (KASPCHAK, op. cit.). As primeiras ações prevêem cadastro do comércio e visita aos moradores do bairro, necessário, portanto, aprofundar esse objeto de análise.

CONCLUSÃO

O trabalho visa apenas fomentar a discussão e trazer alguns relatos midiáticos e dados estatísticos precoces, devido à recente e embrionária política pública de segurança no Estado do Paraná, que certamente se espalhará pelo Estado.

O que espanta é que, sem qualquer análise profunda de efetividade da política pública implementada, o governo estadual já esteja partindo para a instalação de mais Unidades Paraná Seguro pela capital. Em véspera de eleição municipal, na qual o prefeito atual é apoiado pelo governo do Estado, inflama-se a indagação: o fim do projeto é meramente eleitoreiro?

UNIT PARANÁ INSURANCE: initial approach.

ABSTRACT: This article propose to analyze the initial changes that the first Unit Paraná Insurance (UPS Uberaba) brought to the current process of fragmentation of the sociopolitical of Curitiba, in particular, observing the changes in the community of Uberaba. In this search through the collection of newspaper reports about the installation of UPS Uberaba, documents the Planning Section of the Military Police of Paraná, as well as statistics provided by the Department of Public Safety, to conduct a case study precursor. This is exploratory research and research environment, which also provide foundations for new questions.

Keywords: public policy for security, police, crime control.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. *Estado de excepción*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2010.

LAZZARINI, Álvaro. *Direito administrativo da ordem pública*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevistas a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2005.

_____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BONDARUK, Roberson Luiz. *Polícia Comunitária e Cidadania*. Curitiba, [200?]. Disponível em: <http://www.antidelito.net/?arquivo=texto_policia_comunitaria.htm>. Acesso em: 05 abr. 2012.

BUCHI, Maria Eduarda. *Implantação de Unidade do Paraná Seguro é aprovada por 92,2% dos curitibanos*. Agência Estadual de Notícias, Curitiba, 13 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=68058>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

BUVINIC, M.; MORRISON, A.; SHIFTER, M. *Violencia en América Latina y el Caribe: un marco de referencia para la acción*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 1999.

CAMARGO, Jean Carlos Gomes. *Ecolimites ou Sócio-Limites? Da “preservação ambiental” à segregação sócio-espacial*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodasmegacidades.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=147%3Aecolimites-ou-socio-limites%3F&Itemid=165&lang=pt>. Acesso em: 04 abr. 2012.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da Silva. *Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização da favela*. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 4, n. 3, jul/ago/set. 2011.

FAVRETO, Angélica. *Pessoas reclamam de abordagens truculentas*. Gazeta do Povo, Curitiba, 7 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1230826>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade: Direito ao Futuro*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

GONÇALVES, Anderson. *Curitibano aprova ação no Uberaba, mas desconhece UPS*. Gazeta do Povo, Curitiba, 13 mar. 2012. Pesquisa. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1232877>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

GOMES, Luiz Flávio. *Mais juízes, mais prisões e mais violência*. Consultor Jurídico: São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2011-dez-08/coluna-lfg-juizes-prisoas-violencia>. Acesso em: 04 de abr. 2012.

KASPCHAK, Carlos. *Uberaba tem zero de criminalidade com UPS*. Metro Curitiba, Curitiba, 9 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.band.com.br/curitiba/conteudo.asp?ID=577780>>. Acesso em: 5 abr. 2012.

LEITÓLES, Fernanda. *UPS: caso de suspeita de tortura no Uberaba é denunciado pela OAB*. Gazeta do Povo, Curitiba, 5 mar. 2012. Curitiba. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1230232>>. Acesso em: 6 mar. 2012.

SILVA, Luiz Antonio Machado da Silva. *Afinal qual é das UPPs?* Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2012.

SIMAS, Anna. *Área de UPS registra primeira morte*. Gazeta do Povo, Curitiba, 12 mar. 2012. Segurança. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1232531>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

VALLA, Wilson Odirley Valla. *Deontologia Policial Militar*. 3. ed. Curitiba: AVM, 2003, v. 2.

WACQUANT, Loïc. *A tempestade global da lei e ordem: sobre punição e neoliberalismo*. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, vol.20, n.41, fev. 2012.

ONDE FICA

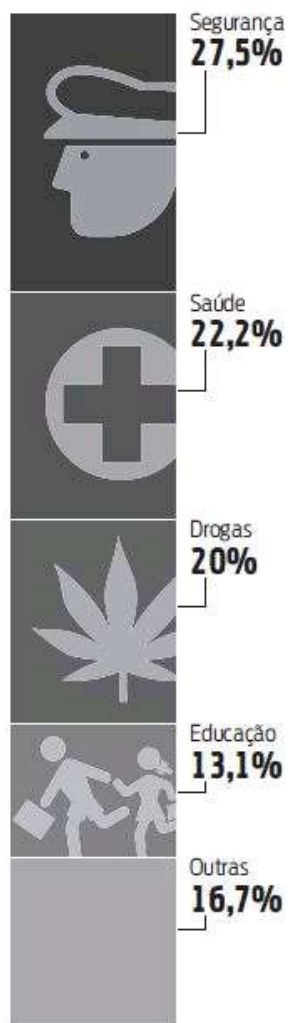
Doze comunidades formam o perímetro ocupado pela polícia no bairro Uberaba, em Curitiba.



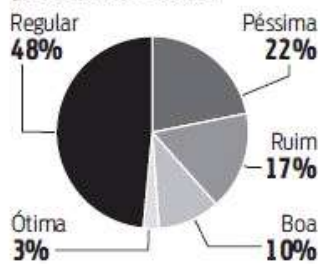
INTERVENÇÃO POLICIAL

A maioria dos curitibanos aprova a operação no bairro Uberaba, mas ainda desconhece o programa Paraná Seguro e o policiamento comunitário. Confira os números da pesquisa:

Qual desses problemas precisa de mais atenção da administração pública?



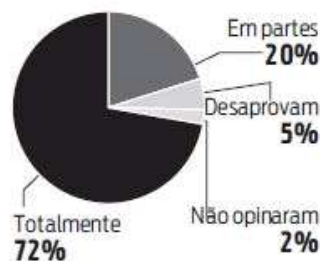
Como você avalia a segurança pública em Curitiba?



Percepção



Você aprova a operação policial que ocorreu no bairro Uberaba?



Conhecimento



Metodologia: Foram entrevistados 410 habitantes de Curitiba entre os dias 7 e 8 de março de 2012. Grau de confiança de 95% e margem de erro de 5%.

Fonte: Paraná Pesquisas

Infografia: Gazeta do Povo

GT 15 - Pensamento social contemporâneo

A CRISE DE 2008 NO PENSAMENTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

Leonardo de Araújo e Mota

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
E-mail: la-mota@uol.com.br

RESUMO: O capitalismo é um sistema econômico inerentemente contraditório e instável, com variações que se processam no tempo e no espaço. Após a derrocada do socialismo real, o capital assumiu uma missão civilizatória cada vez mais ampla, distribuindo suas benesses e contradições em nível global. Este texto pretende expor as mudanças no capitalismo contemporâneo a partir do fordismo até a atual crise de 2008, relacionando esses episódios com as desigualdades econômicas e sociais. Tais acontecimentos fomentaram várias reflexões no âmbito do pensamento social contemporâneo, partindo de teóricos de diversas áreas das ciências sociais. Embora a recente crise aponte para um cenário pessimista no futuro, alguns mecanismos presentes nas democracias modernas e nos movimentos sociais podem reverter essa tendência.

Palavras-Chave: Capitalismo, Crise, Democracia.

THE 2008's CRISIS IN CONTEMPORARY SOCIAL THOUGHT

ABSTRACT: Capitalism is an economic system inherently contradictory and unstable, with variations that occur in time and space along. After the collapse of real socialism in many countries, the free marked ideology assumed a civilizing mission ever wider, spreading its goods and contradictions at global level. This paper seeks to explain the changes in contemporary capitalism from Fordism to the current financial crisis of 2008, relating these episodes with the economic and social inequalities around the globe. Such events promoted several reflections within the contemporary social thought, from various areas of social sciences. Although the recent crisis might point to a pessimistic scenario in the future of mankind, some mechanisms within modern democracies and alternative social movements can reverse this trend to a better world.

Keywords: Capitalism, Crisis, Democracy.

Introdução

Embora o capitalismo seja inerentemente contraditório e instável, é necessário admitir também que existem vários “tipos de capitalismo”, cuja dinâmica própria irá depender da presença deste sistema econômico no tempo e espaço.

O capitalismo do século XIX, capitaneado pela Revolução Industrial na Inglaterra e baseado no liberalismo econômico clássico, era caracterizado por sua profunda lógica de exploração e precários ou inexistentes sistemas de proteção social.

Na era do Estado do Bem-Estar social, o capitalismo vai adquirir uma face mais humana, na medida em que o Estado irá distribuir parte de suas benesses aos trabalhadores através de políticas de *welfare*. A partir da crise do petróleo de 1973, as políticas keynesianas de intervenção estatal na economia irão sofrer um revés, fazendo com que, nos anos 1980, os princípios do liberalismo, agora sob a insígnia do Estado mínimo ou neoliberalismo, ditem os novos rumos das políticas econômicas e sociais de muitos países, sobretudo após a Queda do Muro de Berlim, em 1989.

Em 2008, a crise do setor imobiliário (*subprime*) nos Estados Unidos contagia o mercado financeiro mundial, lançando o mundo em mais uma onda recessiva.

Neste sentido, este artigo pretende expor, resumidamente, as mudanças no capitalismo contemporâneo a partir do fordismo até a atual crise de 2008, relacionando tais episódios com o incremento das desigualdades econômicas.

O Fordismo e a Era de Ouro do Capitalismo

O fordismo, cuja data inicial simbólica remete ao ano de 1914, quando Henry Ford estabeleceu a jornada de oito horas de trabalho e salários de 5 dólares ao dia, representou um sistema que conciliava uma produtividade crescente com o barateamento de bens de salário, tornando-se dominante após a II Guerra Mundial. Dessa forma, o padrão de vida da classe operária industrial melhorou significativamente nos países desenvolvidos, apesar da exploração da força de trabalho. Com o aumento do consumo social - consolidado por intermédio de mecanismos institucionais, como a ampla sindicalização e a negociação coletiva legalizada, houve um equilíbrio entre o setor de bens de produção e o setor de bens de consumo durante um período que ficou conhecido como a Era de Ouro do capitalismo (1945-1973).

Esse modo de regulação do capitalismo, gerado após os traumas da recessão de 1929, buscava a generalização da industrialização, o pleno emprego e a diminuição das desigualdades, com o objetivo final de alcançar um desenvolvimento harmônico, progressivo e ilimitado (FRIGOTTO, 2011). Nos anos compreendidos entre 1950 e 1973, a economia mundial vivenciou um espetacular desenvolvimento, com o PIB mundial crescendo a uma média anual de 4,9%, representando uma fase que não ocorria desde 1820 (GENTILI, 2011).

Nos Estados Unidos, esse modelo propiciou vários benefícios aos *blue color*, ou seja, operários sindicalizados de macacão azul que passaram usufruir de um nível de vida de fazer inveja à classe média brasileira, com suas casas de subúrbio com cercas baixas, carros de grande potência, vários eletrodomésticos, aposentadorias seguras e bons serviços públicos. As mulheres e os afrodescendentes, via de regra, estavam fora deste “paraíso”, que, na realidade, veio a beneficiar totalmente apenas uns 20 países no mundo. Ser muito rico nesta época não era algo proveitoso, pois os impostos eram altíssimos.

Um ingrediente desagradável deste sistema era a rotina e o embrutecimento mental gerado pelas funções repetitivas desempenhadas nas fábricas. Em grande medida, é importante também lembrar que as políticas de *welfare* nos países capitalistas tinham como objetivo barganhar com os trabalhadores visando a contenção da ameaça soviética e seu modelo revolucionário de “solucionar” as demandas das classes trabalhadoras.

No Brasil, esse modelo de intervenção estatal dentro do capitalismo teve suas similaridades com aquilo que se denominou de Era Vargas. As circunstâncias de nossa industrialização, em virtude da condição periférica da economia brasileira, não ofereciam aos trabalhadores brasileiros as mesmas vantagens de seus colegas americanos e europeus. No entanto, para a classe média letrada, os bons empregos eram o funcionário público estável e bem remunerado, como também o afluente funcionário de uma multinacional, desfrutando de vários benefícios.

Tais empregos estavam disponíveis para quem tinha uma boa educação e as jornadas de trabalho não costumavam estafantes. Para o restante da população, reinava a iniquidade social, com baixas taxas de escolaridade e salário mínimo com reduzido poder de compra. Mesmo assim, em meados dos anos sessenta os índices de

desemprego eram baixíssimos quando comparados ao cenário atual: 1,5% na Europa Ocidental, 1,3% no Japão e 3,4% na América Latina (GENTILI, 1998).

A Decadência do Fordismo e o Neoliberalismo

Em meados da década de 1960, o ciclo de crescimento do fordismo (que também pode ser compreendido por Estado do Bem Estar) começa a declinar. A queda da produtividade e lucratividade corporativas nos Estados Unidos depois de 1966 marcou o início de um problema fiscal naquele país, com consequências sobre suas políticas sociais. As fábricas instaladas em países do Terceiro Mundo conseguiam os maiores lucros, em virtude da precariedade das condições de trabalho e dos baixos salários. Mas a decisão dos países da OPEP de aumentar o preço do petróleo, elevando o preço do barril de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 em apenas três meses, em 1973, teve efeito catastrófico sobre a economia mundial. A partir de então, foi quebrada a “rigidez” do fordismo, fato que levou as empresas a adotar novas estratégias de sobrevivência. Nas palavras de David Harvey:

A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e as medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação. A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. (2000, p. 139-140)

O processo denominado de acumulação flexível, toytismo ou reestruturação produtiva, que coaduna elementos tecnológicos (automação, microeletrônica), econômicos (no período 1973-1992 o crescimento do PIB mundial foi de 3,0%, em 1950-1973 havia sido de 4,9% - e choque do petróleo) e sociais (perda do poder dos sindicatos ante a crise e desemprego) finda por desembocar naquilo que denominamos de globalização neoliberal.

Para sobreviver, o fordismo necessitava de uma economia pungente, que não existia mais. Na América Latina, no início da década de 1980, o desemprego urbano chegava a 6,7%, passando a 10,1% em 1985, enquanto a taxa média de inflação atingiu, em 1989, a casa de 1.205% (GENTILLI, 2011). Foi justamente neste período em que o

Brasil ganhou “título” de campeão mundial em desigualdade social, fase somente superada anos após o plano real e a consequente estabilização da moeda.

A partir desse quadro econômico, a explicação hegemônica atribuiu a culpa do aumento das desigualdades à inflação. Para os neoliberais, os mercados da época fordista eram extremamente rígidos, os custos trabalhistas altos, os sindicatos poderosos e corporativos, o Estado irresponsável e as instituições do bem-estar generosas demais. Em poucas palavras, o problema não era a lógica acumulativa e contraditória do capital, mas um Estado grande, ineficaz e paternalista.

A partir daí, termos como desregulamentação, flexibilização, qualidade total, reengenharia, *downsizing*, políticas de ajuste estrutural, fusões, mercados de capitais, fundos de pensões, Wall Street, terceirizações, desestatização, privatização, corporações transacionais, produtividade, competitividade e tantas outras povoaram o linguajar dos *experts* em administração e finanças, ao passo que também se multiplicaram as análises sociológicas sobre a globalização e suas desigualdades (Cf. IANNI, 2000; HELD; Mc GREW, 2001).

O desemprego estrutural tornou-se um fato incontestado e indissociável da lógica da globalização neoliberal, condicionado, tanto pela crise, como pelas mudanças tecnológicas. A título de exemplificação, entre 1998 e 2002, a *Sprint Corporation* aumentou a produtividade em 15%, elevando sua renda em 4,3%, ao mesmo tempo em que demitia 11.500 trabalhadores. Entre 1982 e 2002, a produção de aço nos Estados Unidos aumentou de 75 milhões de toneladas para 102 milhões de toneladas, na mesma medida em que o número de operários metalúrgicos caía de 289.000 para 74.000, tudo isso graças à revolução na informática, na microeletrônica e na automação industrial (SENNETT, 2006).

Nos Estados Unidos, país com a economia mais pungente do hemisfério norte, as desigualdades sociais multiplicaram-se. A diferença entre os salários totais pagos aos executivos de grandes corporações e salários pagos ao trabalhador comum saltou de um coeficiente de 44,8 em 1973 para 172,5 em 1995. Homens com educação de nível superior, contando com um a cinco anos de experiência no mercado viram seus salários por hora cair em média 10,7%, no período 1979-1995. Entre 1973 e 1993, o número de crianças brancas vivendo na pobreza nos Estados Unidos aumentou 52,6%, de crianças hispânicas, 116% e de crianças negras, 26,9%. Vale aqui lembrar que, uma vez que a pobreza conduz a um quadro de miséria e exclusão social, o estigma se instaura, e a

destruição da personalidade e das redes sociais só faz agravar ainda mais o sofrimento (CASTELLS, 1999).

O Relatório das Nações Unidas de 1999 também revelou à humanidade, no crepúsculo do século XX, a exacerbação das desigualdades sociais na globalização. Somente os ativos dos três maiores multimilionários do mundo eram superiores ao Produto Nacional Bruto (PNB) conjunto de todos os países menos desenvolvidos e dos seus 600 milhões de habitantes. Ao mesmo tempo, aumentou o acesso ao desenvolvimento, tecnologia, industrialização e consumo a milhões de chineses, coreanos, indianos, malaios, tailandeses, chilenos, brasileiros e outros grupos de menor porte em vários países (ONU, 1999).

Mais recentemente, observou-se também um deslocamento de poder do Ocidente para o Oriente e para alguns países do Sul. Embora embrionário, o aumento da riqueza nos países emergentes (BRICs) pode significar um *turning point* na economia mundial, pois cerca de metade do crescimento anual do PIB mundial advém hoje dessas economias emergentes (CARDOSO, 2010).

Entretanto, mesmo com alguns ganhos para determinadas classes que não tinham acesso ao consumo, como no caso da ascensão da “Classe C” no Brasil a bens e serviços antes disponíveis somente à classe média tradicional, não seria prudente afirmar que as desigualdades globais estejam diminuindo. Segundo dados de 2010, 0,5% da elite global possui 35,6% de toda a riqueza do planeta (CREDIT SUISSE, 2011).

A Crise de 2008: Financeirização e Desigualdades Sociais

A crise econômica de 2008, que impulsionou a atual recessão global, é um desdobramento da crise financeira internacional precipitada pela falência do tradicional banco de investimento estadunidense Lehman Brothers, fundado em 1850. Em efeito dominó, outras grandes instituições financeiras quebraram, através de um processo também conhecido como “crise dos *subprimes*”, que teve como epicentro o mercado imobiliário norteamericano.

Esta crise foi mais uma “bolha” criada pelo mercado financeiro, que desta vez utilizou títulos de hipoteca de casas vendidas a pessoas que geralmente não tinham condições de pagar por esses bens, para dinamizar a especulação financeira em torno desses títulos, que passavam a múltiplas mãos. Em poucas palavras, embora as

hipotecas *subprimes* fossem vendidas à opinião pública dos Estados Unidos como um meio de solucionar o problema dos sem-teto, tratava-se de “transformar em devedores indivíduos desprovidos dos requisitos necessários à concessão de um empréstimo”. (BAUMAN, 2010, p.9). Ou seja, o objetivo era conseguir atrair os clientes *Ninja* (*No Income, no Jobs, no Savings*) para a realização do “sonho da casa própria”.

Neste sentido, a lógica da atual crise está pautada em um processo que Bresser Pereira irá denominar de *financeirização*, que se constitui em “um arranjo financeiro distorcido, baseado na criação de riqueza artificial, ou seja, de riqueza financeira desligada da riqueza real ou da produção de bens e serviços”. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 52). Em grande medida, o maior fluxo de capitais da economia mundial está vinculado a este setor, representando uma verdadeira ruptura entre a economia financeira e a real, entre os recursos destinados à produção e geração de empregos e àqueles meramente especulativos que cria capital através de transações bancárias envolvendo empréstimos e cobranças de juros.

Zygmunt Bauman (2010) denominará este processo de expansão contínua do crédito de *capitalismo parasitário*, no qual o mais importante é manter os indivíduos em um permanente estado de endividamento. Em grande medida, o capital busca sempre novas “terras virgens” para renovar-se e transformar as dívidas contraídas em permanentes fontes de lucro, seja através de cartões de crédito ou do crédito fácil, como no caso das hipotecas *subprimes*.

Mas quando a capacidade das pessoas de pagar suas dívidas se esgota, fato hoje bastante comum hoje em virtude da estagnação dos salários e do desemprego, a crise irrompe. As consequências sociais desses episódios são dramáticas; algo muito além da simples mensuração dos índices das bolsas de valores. Quando os bancos vão à falência, as empresas não têm como financiar a produção, sendo obrigadas a demitir em massa, o que acaba gerando um ciclo perverso de desemprego e pobreza. Segundo dados da Organização Mundial do Trabalho, a crise financeira de 2008 elevou o número de desempregados de cerca de 20 milhões para 50 milhões ao final de 2009. Segundo a FAO, o número de pessoas subnutridas no mundo, por sua vez, aumentou em 11% em 2009, superando, pela primeira vez, a casa de 1 bilhão de indivíduos famintos (BRESSER-PEREIRA, 2010).

O processo de *financeirização* da economia mundial teve seu início nos anos 1980, como parte da crença neoliberal nos mercados auto-regulados e eficientes que,

supostamente, deviriam resolver os problemas oriundos da crise do Estado do bem-estar social, desmantelando-o. Os pressupostos keynianos/fordistas de regulação da economia pelo Estado, que surgiram como consequência da crise de 1929, foram contestados e acusados de retrógrados ou ineficazes.

Nos sistemas desregulados, os profissionais de finanças trabalham com um tipo de ativo fictício que demanda convenções e confiança, ao passo que os demais empreendedores se envolvem em transações com produtos, mercadorias e serviços reais. Assim, os primeiros lidam com dígitos e gráficos complexos na tela de um computador (capital virtual), enquanto os segundos lidam com as pessoas e suas famílias, os produtos que produzem e seus empregos.

Mas na medida em que a economia virtual suplanta a economia real, a segunda pode ser desmontada rapidamente. Qualquer “inovação” ousada dos homens de finanças fazem sumir milhares de empregos e também abalam muitas instituições políticas. Um dos produtos mais conhecidos dessa economia fictícia são os derivativos, que praticamente não existiam até a década de 1990. Esses produtos financeiros alcançaram o valor de 20 trilhões de dólares em 2001 e de 38 trilhões em 2006. Por fim, o conjunto de variados serviços financeiros cresceu de 220 trilhões em 2001 para alcançar a cifra de 380 trilhões em 2006, o que equivale a mais de cinco vezes o PIB mundial (CARDOSO, 2010). Assim, o grosso da economia mundial torna-se mais virtual que real.

A parte trágica desse cassino global está no recrudescimento das desigualdades sociais e na intensificação das crises cíclicas do capitalismo, trazendo uma série de infortúnios a milhares de indivíduos e suas famílias, enquanto são pagas enormes bonificações aos operadores financeiros por sua habilidade de incrementar as rendas capitalistas.

A financeirização da economia também está relacionada ao desenvolvimento tecnológico, com seus potentes computadores e *softwares* inteligentes, dispostos a circular rapidamente grandes somas de capital e calcular eventuais riscos. No entanto, apesar de toda a tecnologia implicada nesse processo, as crises aumentaram significativamente nas últimas décadas. Enquanto entre os anos de 1945 e 1971, o mundo passou por 38 crises financeiras, entre 1973 e 1997, houve 139 crises. Verificou-se apenas uma crise bancária de 1947 a 1975, mas irromperam 31 delas entre 1976 a 2008 (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Política e Sociedade em Tempos de Crise Sistêmica

As análises socioeconômicas são instrumentos importantes para qualquer análise social, mas raramente são suficientes para diagnosticar a angústia que é produzida por um cenário de intensa injustiça provocada pelas desigualdades sociais, pelo desemprego e todas as formas de opressão física e psicológica que acompanham esses processos sociais. Pobreza, desigualdades e desemprego tem sido o foco de muitas análises sociológicas, como também a preocupação de muitos psicanalistas. Trata-se, portanto, tanto de um fenômeno sociológico, quanto psicológico e existencial (Cf. MOTA, 2004).

Em *Contrafogos*, Pierre Bourdieu (1998) irá fazer uma análise crítica da hegemonia neoliberal, sobretudo naquilo que ele conceituou como a *mão esquerda* e a *mão direita* do Estado. A mão esquerda seria composta pelos “trabalhadores sociais”, como assistentes sociais, médicos, educadores etc. No que se refere à mão direita do Estado, estão incluídos nesta categoria os burocratas do ministério das Finanças, dos bancos públicos e privados e dos gabinetes ministeriais. Os trabalhadores sociais pertencem aos ministérios “gastadores”, enquanto os tecnocratas ligados às finanças representariam o setor dinâmico e avançado do Estado. A palavra flexibilização, por exemplo, que pretende denotar ser flexível com relação ao trabalho, na verdade representa apenas redução de conquistas trabalhistas. A dominação neoliberal não é apenas econômica, mas também simbólica.

Com relação à recente crise de 2008, Alain Touraine (2011) irá chamar atenção para o grande custo social da crise, que finda por atingir duramente os trabalhadores que, como classe, se fragmentam cada vez mais. Este autor irá denunciar o silêncio e a apatia de assalariados, sindicatos, militantes e intelectuais perante a crise como o sinal de um permanente estado de desespero diante do inevitável e suas consequências desastrosas para todo o tecido social. Os trabalhadores não se representam mais enquanto categoria social. Nas suas palavras:

[...] a sede de consumo impulsionou os pobres a desdenhar dos extremamente pobres, sobretudo para diferenciar-se deles [...] a crise econômica, o aumento do desemprego, a não adaptação do ensino geral e profissional mostram a vida social como um terreno bombardeado pela pobreza e pela impotência, que se instala no coração de muitos sistemas políticos, tanto de esquerda quanto de direita. *A sociedade não existe mais* [...] as relações entre grupos não permitem mais perceber estes grandes

conjuntos que até então denominávamos classes sociais, e que correspondiam a modos de vida e relações sociais específicas (TOURAINÉ, 2011, p. 68-69).

Partindo de um sociólogo como Alain Touraine, conhecido outrora como grande entusiasta dos Movimentos Sociais, uma frase como “a sociedade não existe mais” representa um alerta. Na realidade, o que o autor pretende destacar é o enorme fosso que existe atualmente entre os agentes que controlam o sistema financeiro global e as instituições que deveriam proteger os indivíduos dos efeitos das crises econômicas. Em uma sociedade onde os laços sociais e profissionais tornaram-se extremamente fragmentados, persiste a sensação de que a política institucional pouco pode fazer pelos cidadãos, pois nem mesmo a eleição de Barack Obama nos Estados Unidos conseguiu reduzir significativamente os privilégios dos especuladores, apesar da ajuda bilionária do Estado para contornar a crise do sistema.

A insegurança no trabalho e a estagnação dos salários, as mudanças tecnológicas contínuas e o enfraquecimento das instituições públicas ante as forças do mercado, entre outros fatores, despejam sobre o conjunto da população uma sobrecarga emocional que também têm levado a um aumento significativo das patologias mentais. Na França, a depressão aumentou em 60% entre 1980 e 1990 (PERES, 2003). Somente no ano de 2001 foram consumidas 33,7 bilhões de doses de tranquilizantes no mundo (CEBRID, 2003) e no Brasil os casos de suicídio aumentaram quase 30% entre 1980 e 2006 (LOVISI et. al., 2009). Nos países mais afetados pela crise, redes sociais de proteção como a família converteram-se em redutos de intensa insegurança. Em muitos lares, a maioria de seus membros encontra-se em condições de endividamento severo, desemprego e trabalho precário, não podendo servir como base de apoio para as outras partes (SANTOS, 2011).

A partir de condições econômicas anômicas geradas pela Depressão de 1929 surgiram os regimes totalitários na Europa, mais especificamente o fascismo e o nazismo. Na atualidade, esse perigo persiste e existem fortes evidências de que uma democracia meramente formal, incapaz ou ineficiente em proteger seus cidadãos dos efeitos negativos das crises econômicas, pode servir de combustível para a política reacionária. Neste sentido, Santos alerta para a disseminação do *fascismo social*, que difere do fascismo dos anos 1930-1940, mantendo a mesma essência opressiva. Segundo este autor:

O meu propósito é, pois, o de mostrar que os perigos que a democracia enfrenta não estão no regresso do fascismo na forma histórica que conhecemos. Estão antes na emergência de relações sociais que geram desigualdades tão acentuadas entre os cidadãos ou os grupos sociais que as salvaguardas da democracia pouco valem para defender os cidadãos ou grupos oprimidos no seio dessas relações. Esses cidadãos ou grupos vivem sob microditaduras no seu quotidiano e nas relações sociais, apesar de no plano político serem cidadãos livres e iguais no pleno exercício formal (mas não real) dos seus direitos democráticos [...] não se trata de um regime político mas antes de um regime social e civilizacional. Em vez de sacrificar a democracia às exigências do capitalismo, promove a democracia até o ponto de não ser necessário, nem sequer conveniente, sacrificar a democracia para promover o capitalismo. (SANTOS, 2011, p. 118)

O fascismo social não necessita de um líder carismático de massas, tampouco de uma polícia secreta ou supressão de direitos políticos. Esse poder é exercido cotidianamente através de formas variadas de assédio moral em empresas públicas ou privadas, através de companhias de cartões de crédito ou outros tipos fáceis de empréstimos que são oferecidos a pessoas com necessidades urgentes e salários comprimidos. O fascismo social se nutre da atual precariedade da existência civil em tempos de economia financeirizada, na era do capital volátil e densamente concentrado nas mãos de poucos. O medo e a ansiedade generalizados são os principais motivadores do fascismo social.

Uma vez que os indivíduos se identificam cada vez mais como consumidores do que como cidadãos, o espaço público também vai perdendo a sua função. No mundo do trabalho, a *indivíduoação* erode os vínculos com os sindicatos e as profissões perdem seu caráter de categoria. A política trona-se serva da economia, com sua lógica individualista e calculista, perpassando todas as relações sociais, incluindo as mais íntimas. Como bem salienta Alain Touraine, “a globalização econômica não engendrou uma globalização política [...] a luta pelo aprofundamento da democracia é necessariamente uma luta anticapitalista” (2011, p. 84). Em síntese, a mera existência de “eleições livres” não garante a melhoria das condições de vida e trabalho das populações, uma vez que a democracia pode facilmente transformar-se em uma farsa midiática de forte apelo emocional e publicitário, mas sem tocar o âmago dos problemas.

É tentador para qualquer analista exercer o dom da “futorologia”, pois em virtude da rapidez das mudanças que caracterizam nossa época, tais empreitadas

tornam-se cada vez mais arriscadas. O declínio da atividade econômica mundial é um fato incontestável. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), a partir da recente crise, a economia presenciou uma desaceleração do patamar de 5% ao ano, entre 2006 e 2007, para 2,2 % em 2009. O comércio internacional, por sua vez, caiu de 7,2% em 2007, para 2,1% em 2009 (MAZZUCHELLI, 2008).

Neste sentido, vários países terão que lidar com esse declínio da atividade econômica, o que implicará em um aumento da precariedade no trabalho, do desemprego e da fome nos países mais pobres¹. Na Europa, os sistemas de proteção social e redução das desigualdades estão sendo desmantelados em virtude da aplicação das medidas de austeridade para conter o endividamento do Estado que, por sua vez, foi gerado pelas políticas de auxílio ao sistema financeiro. O Fundo Monetário Internacional (FMI) aplica agora aos países europeus o receituário que a América Latina experimentou nas décadas de 1980 e 1990. Em poucas palavras, o Consenso de Washington desembarcou no continente europeu.

Considerações Finais

As desigualdades sociais deixaram de ser uma característica dos países do antigo Terceiro Mundo e hoje assumem caráter global. Por outro lado, nunca é tarde para lembrar que alguns grupos sociais antes marginalizados tiveram a oportunidade de ingressar no mundo do consumo. As mulheres possuem mais acesso ao mercado de trabalho que nas décadas anteriores e a informação tornou-se mais disponível a amplas parcelas da população mundial.

Para buscar compreender o papel da democracia no atual contexto é importante refletir sobre um recente evento ocorrido em uma ilha gelada situada no extremo norte da Europa, a Islândia.

¹ Sobre a atual crise de alimentos, Zizek (2011, p. 75) comenta: “A crise financeira tornou impossível ignorar a irracionalidade gritante do capitalismo global. Comparem-se os 700 bilhões de dólares gastos somente pelos Estados Unidos para estabilizar o sistema bancário com o fato de que até agora, dos 22 bilhões de dólares prometidos pelos países mais ricos para ajudar o desenvolvimento da agricultura nos países mais pobres diante da crise de alimentos, só 2,2 bilhões foram liberados”.

Em 2009, os principais bancos privados islandeses foram à falência, como consequência da especulação financeira. Como o Estado islandês não assumiu a dívida, países credores como Inglaterra e Holanda pagaram 3.900 milhões de euros e pediram reembolso. O parlamento cogitou em pagar a conta, mas o presidente da Islândia vetou a lei. Os cidadãos daquela ilha, inconformados com o sequestro da democracia e a pilhagem do país por parte dos especuladores, então decidiram organizar um referendo para resolver a questão. O resultado foi que 93% dos islandeses votaram contra o pagamento da dívida, que seria apenas mais uma medida de “socialização das perdas” em favor dos banqueiros.

Posteriormente, o parlamento islandês conseguiu negociar a dívida, reduzindo os juros de 5,5% para 3%, passando o prazo de pagamento de 8 para 30 anos. Inconformadas, as agências de *rating* usaram as mesmas táticas de terror que aplicam a outros países, ameaçando baixar a nota da Islândia com o objetivo de debilitar ainda mais a sua economia e favorecer o mercado financeiro. Mas essa estratégia de intimidação não surtiu efeito. No momento, o caso está nos tribunais, mas o bolso dos islandeses ficou mais aliviado. Essa não seria uma lição a ser aprendida pelas modernas democracias?

A crise de 2008 também propiciou o surgimento de uma série de manifestações e rebeliões em todo o mundo, como as revoltas da “Primavera Árabe” nos países do Oriente Médio e nos subúrbios de Londres, os Indignados na Espanha, a ocupação da praça Syntagma na Grécia, o movimento Ocupe Wall Street nos Estados Unidos, entre outros (Cf. HARVEY et. al., 2012). Tais iniciativas não possuem uma ideologia unificada, tampouco uma “carta de intenções” como ocorria entre os militantes comunistas de outrora. Mas todos eles se insurgem contra um inimigo comum: a força do grande capital sob o controle de banqueiros que conseguem lucrar bilhões de dólares ao mesmo tempo em que milhares de indivíduos ao redor do mundo são condenados a uma existência material, social e psíquica cada vez mais precária.

Os recentes movimentos de contestação da atual ordem econômica e social ocorreram de forma espontânea e cosmopolita, utilizando-se, sobretudo, das novas mídias sociais. Embora o discurso de tais grupos seja algumas vezes “nebuloso” com relação a propostas concretas de mudança, com certeza eles representam o início de uma

mudança social que não pode ser desprezada e certamente terá significativo impacto sobre as gerações vindouras.

A guisa de conclusão, conforme alguns autores do pensamento social contemporâneo, os possíveis desdobramentos e/ou soluções para a Crise de 2008 incluem: (1) a possível edificação de uma nova era de regulação do capital em nível global, ou seja, a criação de um *Global New Deal*, a partir de instituições já existentes (CARDOSO, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2010); (2) ao surgimento de novas perspectivas de transformação social por intermédio de movimentos sociais de variadas tendências e composições, os quais ainda apresentam algumas dificuldades de aglutinação (HARVEY, 2011, 2012); (3) a renovação da utopia comunista, em um molde diverso daquele experimentando pelo socialismo real no século XX (ZIZEK, 2011); (3) a renegociação das dívidas dos países mais afetados, juntamente com a renovação da democracia para evitar novas crises e coibir o fascismo social (SANTOS, 2011); (4) a necessidade de abandonar o domínio estrito da economia no entendimento da crise para resgatar as ciências sociais, uma vez que o futuro da humanidade depende da confiança que os membros de uma sociedade têm nela própria e em si mesmos (TOURAINÉ, 2011); (5) com o deslocamento da fonte de acumulação capitalista da indústria para o consumo, o crédito tornou-se o dispositivo mágico para a sustentação do sistema capitalista, o que gerou uma imensa “hipoteca” para as futuras gerações. As instituições financeiras e os governos têm dificuldade em pensar seriamente sobre a raiz dessa crise ao formular suas tentativas de retorno à “normalidade” (BAUMAN, 2010).

Compreende-se que o pensamento social contemporâneo pode fornecer importantes subsídios para a análise da atual crise, uma vez que estabelece um diálogo profícuo entre sociologia e economia, que pode subsidiar discussões futuras e orientar caminhos práticos de mudança social.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BOAVENTURA, Sousa Santos de. **Portugal**: ensaio contra a autoflagelação. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos Estudos**, CEBRAP, 86, março 2010, pp. 51-72.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Xadrez internacional e social-democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. 3 ed. São Paulo: Terra e Paz, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 3)

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS - CEBRID. **Boletim nº 47**. Secretaria Nacional Antidrogas: Janeiro/Fevereiro/Março, 2003.

CREDIT SUISSE. **Credit Suisse: Global wealth is expected to increase 61% by 2015; middle segment of wealth pyramid holds one-sixth of global wealth, to become emerging consumers and drive economic growth**. Press Release. Disponível em: http://www.credit-suisse.com/news/en/media_release.jsp?ns=41610. Acesso em mar. 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: ____ (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 10 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 10 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 9 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____ et. al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

HELD, David; Mc GREW. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOVISI, Giovanni Marcos et.al. Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 31(Supl II): 86-93, 2009.

MAZZUCHELLI, Frederico. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. **Novos Estudos**, CEBRAP, 82, novembro 2008, pp. 57-66.

MOTA, Leonardo de Araújo e. Aflição e ajuda mútua em tempos de globalização. **Estudos de Sociologia**. Recife, v.10, p.155 - 184, 2004.

PERES, Urania Tourinho. **Depressão e melancolia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. (1999). **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Globalização com uma face humana. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/rdh99/index.php>. Acesso em: mar. 2011.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

TOURAINÉ, Alain. **Após a crise**: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL NA AMAZÔNIA NO CONTEXTO DA OBRA “VIAGEM DAS IDEIAS”

Alessandra Rufino Santos

Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM)

e-mail: alessandra_rufino@oi.com.br

Resumo

Este artigo apresenta uma discussão sobre a formação do pensamento social na Amazônia a partir do que é exposto na obra “Viagem das idéias”, escrita por Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto. Tal discussão visa facilitar o entendimento da Amazônia, apontando as distintas representações sobre esta região. O modelo que orientou o processo metodológico deste trabalho baseou-se na pesquisa bibliográfica, que delimitou a estrutura do pensamento social sobre a Amazônia, possibilitando assim a compreensão de que o processo de ocupação e apropriação da Amazônia nas últimas décadas esteve pautado na crença da modernização como a única força capaz de “desenvolver” a região, não importando o seu custo social, cultural e político.

Palavras-chave: Amazônia; Pensamento social; Viagem das idéias.

Abstract

This article presents a discussion on the formation of social thought from the Amazon that is exposed in the book "Journey of ideas," written by Ernest Renan Melo Pinto de Freitas. This discussion is intended to facilitate the understanding of the Amazon, pointing distinct representations on this region. The model that guided the methodological process of this work was based on the literature review, which delineated the structure of social thought on the Amazon, thus enabling the realization that the process of occupation and ownership of the Amazon in recent decades has been guided by the belief of modernization as the only force able to "develop" the region, regardless of its cost social, cultural and political.

Keywords: Amazon; Social Thought; Travel of ideas.

Notas introdutórias: Uma contextualização da obra “Viagem das idéias”

Conhecida por sua dimensão territorial e por ser uma região extremamente complexa e diversificada, a Amazônia destaca-se como uma região estratégica para o Brasil, embora sua integração ao desenvolvimento sócio-econômico nacional ainda seja considerada problemática e conflituosa.

Diante desse contexto, desenvolver uma discussão em torno do debate acerca do processo de formação do pensamento social que se construiu na Amazônia é tarefa fundamental para expressar a complexidade das representações negativas que foram elaboradas sobre o processo de desenvolvimento econômico, político, social e cultural dessa região.

De acordo com Cruz (2006, p.63), o modelo que orientou o processo de ocupação e apropriação da Amazônia nas últimas décadas esteve pautado na crença da modernização como a única força capaz de “desenvolver” a região, não importando o seu custo social, cultural e político. Essa ideologia pautada numa espécie de “fundamentalismo do progresso” justificou um conjunto de práticas e representações marcadas pelo colonialismo que serviam e ainda servem para justificar a subalternização dos povos considerados tradicionais.

Conforme sustenta Rocha (2006, p.146) não é possível entender a Amazônia sem conhecer no passado e no presente da região o genocídio dos povos indígenas, a exploração da mão de obra escrava e a devastação para gerar a riqueza que tem sido apropriada por tão poucos. Soma-se a isso a necessidade de desconstruir a idéia de que a Amazônia se tornou uma região atrasada e subdesenvolvida.

Em decorrência dessas preocupações, Oliveira (2008, p.07) argumenta que a obra “Viagem das idéias”¹, escrita por Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto², é extremamente importante para proporcionar uma interpretação crítica sobre a Amazônia. A referida obra resgata artigos publicados pela imprensa entre os anos de 1997 a 1999 e transforma-os em livro com a finalidade de apresentar reflexões em torno da história das idéias e da formação do pensamento social na Amazônia.

Oliveira (2008, p.07) complementa afirmando que a obra de Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto está agrupada em quatro partes: Na primeira, os ensaios têm como tema a discussão universal articulada à interpretação do Novo Mundo, tendo como base de análise autores clássicos como Hegel, Montaigne, Buffon, Montesquieu. Na segunda parte, são recuperados os relatos de Acuña, La Condamine, Avé-Lallemant, Alfred Wallace, Louis e Elizabeth Agassiz. Na terceira são analisadas as interpretações sobre a Amazônia. E, finalmente, na quarta parte, são discutidas as obras de autores que nasceram ou viveram na Amazônia, tais como: Araújo Lima, Eduardo Galvão, Djalma Batista e Arthur Reis.

De um modo geral, os escritos analisados na obra correspondem aos seguintes aspectos: De um lado, a projeção sobre o desconhecido, os símbolos, os contos e as fábulas.

¹ Obra publicada no ano de 2006 pela Editora Valer.

² Doutor em Ciências Sociais e professor titular da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

De outro, a observação direta e a objetividade contida em descrições geográficas na forma cartográfica. Isso demonstra que “Viagem das idéias” não é somente um livro de análise do pensamento sobre a Amazônia, mas contém também uma análise importante sobre o que a Amazônia foi e o que ela é.

Pinto (2008, p.13) sustenta que a presente obra sugere que as idéias, ao percorrerem espaços próximos e distantes, conectam homens e épocas. Além do mais, possuem a capacidade de se impor como o sistema de pensamento predominante, a partir do qual se passa a sentir, a agir e a perceber o mundo das coisas e dos homens.

Nessa perspectiva, a obra, em estudo, sugere que o processo de formação do pensamento que se construiu na Amazônia, como um espaço natural e cultural, vem ao longo desses cinco séculos produzindo e continuamente reinventando, a partir de um conjunto relativamente limitado de idéias, as percepções que se tornaram as mais persistentes, dentro do quadro mais amplo e diversificado da geografia do Novo Mundo. Um outro aspecto ressaltado por Pinto (2008, p.13) é que embora a história das idéias sobre a Amazônia tenha envolvido uma gama bastante diferenciada de campos da ciência e do pensamento, a mesma tem se concentrado de forma especial em áreas como a da história natural, geografia e antropologia.

Para Pinto (2008, p.15) fica evidente, portanto, que a Amazônia como um dos espaços mais característicos do Novo Mundo esteve, desde o início da construção da filosofia do mundo moderno, presente nas reflexões em torno de temas como o surgimento da sociedade e do Estado, do reconhecimento da desigualdade entre os homens e os povos, das novas geografias, e continua a fornecer alimento para a recriação de novas polarizações, como a recriação do bom selvagem em idéias como a de “povos da floresta” e de “ribeirinhos”.

Dessa maneira, investigar a história das idéias que dão forma ao pensamento social sobre a Amazônia implica ressaltarmos que o desenvolvimento das matrizes do pensamento ocidental, que se aproximam e se envolvem com o conjunto das idéias que constituem o pensamento social sobre a Amazônia, em alguns casos se refere a pensadores que não trataram diretamente da região, mas que se envolveram com questões que se relacionam profundamente com as idéias centrais que têm sido utilizadas para descrevê-la, pensá-la, interpretá-la.

Sendo assim, é importante reconhecermos a Amazônia não apenas como um ambiente ecológico, mas também como um ambiente humano, que possui uma história social, política e

econômica que se inicia antes mesmo do surgimento da própria palavra Amazônia³. Em decorrência disso, devemos reconhecer que não há uma visão verdadeira do que seja a Amazônia, pois a verdade do colonizador não é a mesma que a colonizado. Muitas vezes os diferentes agentes que atuam na região tentam impor sua verdade. Por isso, que quando se fala em Amazônia precisamos estar atentos para sabermos de que Amazônia estamos nos referindo. Nessa conjuntura, o eixo condutor do presente artigo é a formação do pensamento social a partir da organização do espaço amazônico. Para facilitar a compreensão de tal pensamento buscaremos suporte na visão dos estudiosos que são analisados em “Viagem das idéias”.

A formação do pensamento social a partir da organização do espaço amazônico

As imagens atuais do espaço amazônico retratam as tendências de novas configurações relacionadas às estratégias de ordem política, econômica e social. Nesse sentido, para Gonçalves (2010, p.20), a imagem mais comum do que seja a Amazônia é a de que se trata de uma imensa extensão de terras, onde o principal elemento de identificação é a natureza, praticamente incontrolável, que a história nos legou intocada. Nessa perspectiva, a visão que se tem do espaço amazônico refere-se a representação que a cultura dominante ocidental construiu a partir de sua realidade, tornando-se fundamental na discussão sobre o futuro da humanidade e do próprio sentido da vida.

É importante salientar que essa representação dominante que se tem sobre a Amazônia é uma visão imposta pelo colonizador, podendo ser considerada uma visão de quem não vive na região, além de fortalecer a idéia de que a Amazônia é uma região periférica, que está a margem do contexto nacional.

Diante desses fatos, Gonçalves (2010, p.35), defende a concepção de que as pessoas que se propuseram a dominar o espaço amazônico tenham acentuado a mão-de-obra, a idéia de vazio demográfico. Isso justifica a concepção de que desde o período colonial, a Amazônia tem sido objeto de um debate voltado para a internacionalização. Em outras palavras, Becker (2001, p.139) assegura que a ocupação da Amazônia se fez em surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, seguidos de longos períodos de estagnação.

³De acordo com Gondim (2007) a Amazônia não foi descoberta e sequer foi construída. Foi inventada pelos europeus, já que os primeiros viajantes construíram narrativas que caem na cegueira da confirmação das verdades científicas.

A tentativa de derrubar florestas para implantar sistemas agropastoris com base em tecnologia elaboradas para outros ecossistemas é, para Campos (2004, p.02) catastrófica e reforça que o Estado controla aquilo que deve ser distribuído ou integrado, tornando-se elemento fundamental no processo de organização do espaço amazônico, através de planos e projetos de infra-estrutura.

Pinto (2008, p.45) evidencia que fatores são capazes de explicar por que certos povos e regiões do mundo se transformaram em palco de importantes mudanças. O mesmo reconhece que ao longo dos três últimos séculos tem se produzido em torno da Amazônia um considerável acervo de pensamento sobre o homem, a sociedade e suas relações com a natureza. Entretanto, é necessário admitir que o conhecimento atual sobre tais temas pode ser considerado bastante fragmentado e incompleto. Por isso, que a obra *Viagem das idéias* destaca a necessidade de reconstruir pacientemente o pensamento social sobre a Amazônia tal como ele tem sido concebido no âmbito da filosofia, dando destaque ao processo de elaboração e representação de dados oferecidos ao pensamento.

Desse modo, para Pinto (2008, p.34) reconstruir o pensamento social significa, além de compreender os movimentos de seleção, elaboração e interpretação dos dados e dos objetos que se transformaram nas diferentes representações do universo social da Amazônia, restabelecer a possibilidade de uma “história das idéias” e de uma sociologia de novas bases.

A sugestão para facilitar a reconstrução do pensamento social é reconhecermos que a Amazônia despertou a curiosidade de muitos estudiosos que em busca pela compreensão dos processos de inter-relação entre o homem e a natureza, produziram discursos determinantes para a construção da sociedade e cultura amazônica.

Costa (2007) esclarece que a Amazônia primeiramente foi revelada pelo olhar dos viajantes, missionários e naturalistas, que se prendiam ao fascínio do estranho. No decorrer dos anos, passou a ser interpretada por outros pensadores que foram capazes de elaborar obras que se tornaram símbolos de rupturas e de novos cursos em busca de um pensamento social amazônico.

Sob essa perspectiva, Pinto (2008, p.199) enfatiza que existe hoje o reconhecimento de que no grande e variado conjunto de obras que tem se acumulado sobre a Amazônia, sobretudo nos últimos 250 anos, alguns momentos privilegiados se destacaram e ajudaram a construir o que podemos denominar de “pensamento social”. É o caso dos autores que, além do cuidado com o relato da natureza, das riquezas, da paisagem, da descrição de vilas e cidades, da produção extrativa e da multiplicidade dos povos indígenas, observaram, mesmo que de pontos de vistas unilaterais, aspectos relacionados com processos sociais e culturais

que pudessem de algum modo contribuir para a compreensão da gênese e desenvolvimento de um novo universo humano na Amazônia.

Pinto (2008, p.200) enfatiza ainda que se não custa muito reconhecer quanto a Amazônia está ligada aos processos de instituição de campos das ciências humanas, mas difícil tem sido determinar com precisão a contribuição real de vários autores que sobre ela realizaram empreendimentos investigativos. Batista (2006, p.21), por sua vez, complementa argumentando que entre os interpretes da Amazônia sobressai um nome que ocupa a primeira plana das letras nacionais: Euclides da Cunha. Foi ele que deu nexos à formação do pensamento social sobre a Amazônia, traçando diretrizes seguras aos estudos amazônicos. Depois dele se inaugurou um novo modo de pensar a Amazônia, já que sua obra foi elaborada com a finalidade de reconstruir o pensamento produzido sobre a região.

Em relação às idéias políticas de Euclides da Cunha, Pinto (2008, p.203) sugere que sua interpretação da Amazônia pode ser aproximada às suas idéias de socialista, examinando-se, por exemplo, o conteúdo do manifesto socialista que redigiu e que na verdade os seus estudiosos parece não terem levado em consideração como um possível elemento esclarecedor de seu modo de compreender e idealizar a sociedade amazônica. Isso justifica porque Euclides da Cunha buscou entender a Amazônia através de sua face primitiva, rústica e atrasada, insistindo na idéia de que essa é uma parte da terra ainda em formação, portanto, ainda em desordem e assim não preparada para receber a civilização.

Dentro desse raciocínio, Tocantins (2001, p.278) nos informa que até meados do século XX foi em torno dos rios que se organizou a vida das populações amazônicas. Para o mesmo, os rios contribuíram para o progresso da Amazônia, pois tornaram possível a sua conquista ao assegurarem a presença humana na região. Desse modo, podemos dar ênfase a seguinte concepção: os rios serviram para diferentes atividades que foram desenvolvidas com a finalidade de explorar a floresta, os campos e as várzeas.

Entretanto, Gonçalves (2010, p.79) afirma que a partir da década de 1960 os rios deixaram de ter tanta influência na vida dos povos amazônicos, já que os interesses se deslocaram para as riquezas minerais da região que poderiam ser encontradas no subsolo. Além do mais, gestores territoriais civis e militares passaram a defender um discurso político interessado em integrar o espaço amazônico ao resto do país. Para isso, o regime ditatorial ofereceu as condições necessárias para atrair os grandes capitais do centro-sul do país e internacionais. Porém não se atentou para as conseqüências desse processo, visto que os diversos sentidos de valorização dos recursos naturais da Amazônia passou a ser razão de intensos conflitos dos seres humanos com a natureza.

A exploração da natureza amazônica pelos seres humanos permitiu a apropriação da Amazônia por uma lógica capitalista explícita. Rampazzo (1997, p.24) argumenta essa inferência pode nos ajudar a entender que a exploração da natureza está intimamente ligada ao avanço do complexo desenvolvimento tecnológico, científico e econômico que, muitas vezes, tem alterado de modo irreversível o cenário do planeta, através da erosão e a perda da fertilidade dos solos; destruição da floresta; dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, do homem do campo e dos alimentos.

Como as diferentes fases de modernização têm como base o sistema capitalista, o novo padrão de organização do espaço amazônico, que se instaurou a partir dos anos 1960, tem na construção de rodovias seu eixo de estruturação. Esse contexto nos estimula reconhecer que para Gonçalves (1998, p.103) a abertura de estradas e o barramento dos rios, para fornecer mais energia, foram tarefas assumidas pelo Estado. Nessa mesma perspectiva, o mesmo autor alerta que embora as estradas estejam abertas a todos, nem todos dispõem das mesmas condições sociais e do mesmo poder econômico e político para tirar proveito dessa acessibilidade.

Fica evidente, portanto, que o conflito protagonizado pelos diferentes sujeitos que organizaram o espaço amazônico é intenso e desigual, principalmente para os povos tradicionais da região e para as famílias de trabalhadores migrantes que se deslocaram para a região atraídos pela forte motivação que traduz o desejo de encontrar uma nova terra, na qual todas as suas aspirações poderão ser concretizadas.

Embora a imagem da Amazônia esteja sempre associada à floresta e aos rios, sua geografia humana tornou-se essencialmente urbana. Dentro de uma ótica global, a configuração da paisagem social urbana passou a ser dotada de contradições geradas pelo modelo de desenvolvimento capitalista, que, sem dúvida, proporcionou a desestruturação do espaço amazônico por meio da “desordem ecológica e social”.

Conforme argumenta Freitas (2007, p.34) refletir sobre a formação do pensamento social na Amazônia tem a ver com a compreensão dos caminhos assumidos pela intervenção política nessa área. Significa ainda buscar explicações para a rotinização das interpretações que se transformaram em senso comum e que acabam por “justificar” as medidas políticas assumidas.

Assim, torna-se possível reconhecer que o pensamento se materializa por intermédio das idéias e dos conceitos estruturados. Nesse sentido, para Freitas (2010, p.26) o ato de pensar constitui uma dimensão importante da condição humana, configurando-se como o

agente-motor da história universal. É nesse universo sistêmico que se insere a contribuição da obra “Viagem das idéias” para a reconstituição do pensamento social tal como um processo de elaboração e representação das idéias.

A Amazônia e suas representações: O espaço amazônico sob o olhar de distintos autores

A Amazônia possui uma complexidade que abriga uma extraordinária diversidade de ecossistema, de grupos sociais e peculiaridades locais. Gonçalves (2010, p.17) complementa afirmando que aparentemente parece ser fácil caracterizar essa região, que está associada a imagem de uma grande área localizada na porção centro-oriental da América do sul, cortada pela linha do Equador, com um clima quente e úmido, coberta por uma densa floresta tropical úmida, banhada por uma extensa bacia hidrográfica, habitada por uma população constituída basicamente por populações indígenas e que abriga riquezas naturais incalculáveis. Sem dúvida, é essa imagem, que foi contraditoriamente construída ao longo da História, que está praticamente consagrada na literatura - seja ela didática, científica e artística - e nos meios de comunicação.

O diálogo entre diferentes culturas e saberes reforça a representação de que existem várias amazônias na Amazônia. Conforme assegura Gonçalves (2010, p.09-10), há a Amazônia da várzea e da terra firme. Há a Amazônia dos rios de água branca e a dos rios de águas pretas. Há a Amazônia dos serrados e dos manguezais. Há uma Amazônia da mata e uma Amazônia desmatada. Há uma Amazônia do latifúndio e uma Amazônia do camponês que planta. Tantas amazônias acabam remetendo a uma nova imagem sobre a Amazônia: A que denuncia o desmatamento e o perigo para o equilíbrio do planeta, ressaltando o conflito e a violência.

Diante de tantas amazônias devemos optar por aquelas que proporcionam uma vida melhor, não só para os seus habitantes, mas também para o planeta. Poucas são as regiões do mundo que nos coloca diante dessa escolha. Também devemos reconhecer que na obra “Viagem das idéias”, seu autor faz questão de deixar claro que no caso da Amazônia, a construção da nação brasileira a tomava como um vazio e um vazio complicado a ser incorporado ao todo nacional, que na realidade não chegou a existir.

Essa idéia de Amazônia como vazio indica, para Pinto (2008, p.232), que a identidade nacional não admitia, para sua conformação, que existissem agrupamentos e populações com a vida cultural própria. Naturalmente sabia-se que na Amazônia havia gente vivendo. Mas na formulação do vazio, essa gente não representava uma existência histórica capaz de integrar a

idéia de nação. De um modo geral, essas idéias estão impressas no inconsciente coletivo das pessoas que vivem ou não na região e aparecem no conjunto de representações reais e imaginárias que denominam a presença da natureza despovoada, da paisagem sem homens e do colorido das formas naturais sem as tensões.

As questões que já foram expostas só reforçam a idéia de que a região amazônica vem sendo construída desde a chegada do colonizador europeu ao novo mundo. A obra “Viagem das idéias” complementa essa concepção, deixando transparecer em seu discurso introdutório que crônicas, relatos de viagens, relatórios de expedições, além da cartografia, têm contribuído para a formação de uma visão sobre a Amazônia.

De acordo com Cruz (2011) a Amazônia tem sido representada como região natural, inferno verde, vazio demográfico, vazio cultural, fonte incomensurável de riquezas e região do futuro. Apesar das características preponderantemente associadas à região terem se transformado bastante no decorrer dos séculos, alguns elementos permanecem em torno dessas representações. Bueno (2008, p.78) destaca que se a expressão “inferno verde” foi originalmente atribuída à região devido ao calor, aos insetos, à dificuldade de penetração na densa floresta e pode ser hoje uma alusão às freqüentes queimadas que nela ocorrem.

Bueno (2008, p.79) justifica ainda que essas representações expressas em relação a Amazônia são também constitutivas da própria região. Isso significa que a Amazônia é continuamente reconstruída de maneira a manter-se consistente com o sistema de avaliação utilizado pelos indivíduos em relação a ela.

Diante dessas questões acerca das representações sobre a Amazônia, a obra “Viagem das idéias” torna-se extremamente importante para a compreensão das representações que distintos autores elaboram sobre o espaço amazônico. Pinto (2008, p.16) contribui com essa constatação ao enfatizar que existem leituras de obras necessárias para que possamos reconstruir o quadro de representações sobre a Amazônia. Entre essas obras é possível destacar a importância de “Os canibais”, ensaio de Montaigne sobre a vida dos indígenas que os europeus encontraram na América. Embora a referida obra tenha ajudado a fundar uma das vertentes da antropologia assentada em um ponto de vista relativista, as idéias antropológicas de Montaigne foram idéias derrotadas e ficaram relativamente esquecidas até o presente.

Buffon, por sua vez, foi um pensador que teve suas idéias largamente aceitas sobre o Novo Mundo. O mesmo caracteriza a Amazônia como um experimento da natureza ainda em formação, mas que apresenta condições desfavoráveis ao pleno desenvolvimento das formas de vida naturais e humanas. É importante destacar que Pinto (2008, p.20) associa as idéias de Buffon às idéias de Hegel, pois este último utiliza, em “As Lições sobre a Filosofia da história

universal”, exemplificações próximas às de Buffon, principalmente no que diz respeito à relação entre a geografia e a civilização. Alexandre Rodrigues Ferreira, autor da obra “Viagem filosófica”, também utiliza argumentos e exemplos inspirados nas idéias de Buffon, defendendo a caracterização negativa das terras e gentes da Amazônia, propondo o estudo dos povos indígenas como um ramo da história natural.

Samuel Fritz também contribuiu de forma decisiva para construir a idéia de Amazônia que tem estado presente na atualidade. Segundo Pinto (2008, p.23), sua obra “Diário de Viagem” constitui um momento inaugural do pensamento social sobre a Amazônia e em particular sobre o pensamento antropológico, uma vez que além de nos oferecer informações sobre a ocupação da Amazônia por espanhóis e portugueses, é considerada como uma das expressões da literatura de revelação do vale amazônico.

Entre esses primeiros autores que elaboram diferentes representações sobre a Amazônia, Pinto (2008, p.24) menciona a importância do padre João Daniel, autor da obra “Tesouro descoberto no rio das Amazonas”. O referido autor que institui o que poderíamos reconhecer como um novo padrão científico de interpretação da Amazônia, via essa região não apenas como uma das regiões mais ricas do mundo do ponto de vista de seus recursos naturais, mas também procurava alertar sobre a necessidade do fim da escravidão indígena, que para ele constituía a maior evidência do atraso social e político do vale amazônico.

Outro padre, Cristóvão de Açuña, autor de o “Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas”, também se tornou uma grande referência para a compreensão da Formação do Pensamento Social na Amazônia. Um exemplo disso é que seu relato constituiu um dos documentos fundadores do pensamento sobre essa região, já que tratou de um mundo que até então era mal conhecido e que, por isso, possuía o valor de verdadeira fonte de revelação.

O discurso de La Condamine não é diferente do discurso dos autores citados anteriormente. Constitui, na verdade, um momento decisivo da história da ciência do século XVIII. O mesmo reconhecia e julgava fundamental o conhecimento indígena para a realização do inventário do Novo Mundo. Entretanto, apesar ter reconhecido a existência de um vasto conhecimento indígena sobre o meio natural e de técnicas apropriadas para a sua exploração, La Condamine expressou uma atitude etnocêntrica em relação aos povos indígenas.

Robert Avé-Lallemant, autor do livro de viagem “No Rio Amazonas”, também registrou suas impressões sobre o Novo Mundo. Seu relato voltou-se para a Geografia e história social do cotidiano do século XIX na Amazônia e era dotado dos juízos de valor e dos preconceitos correntes no século em torno das populações amazônicas. Tais preconceitos eram relacionados com a preguiça, a licenciosidade moral, a sensualidade, o primitivismo

técnico e econômico, a ausência de interesses por atividades ligadas ao lucro e ao enriquecimento, etc. Contudo, é necessário reconhecer que seu texto possui significado etnográfico e sociológico e é constituído de elementos substanciais para os pesquisadores da história social do século XIX na Amazônia.

O livro “Viagem ao Brasil”, de Louis e Elizabeth Agassiz é outra obra essencial para conhecermos a Amazônia dos meados do século XIX, em particular no que diz respeito à história da organização familiar e das relações culturais entre os índios e brancos no horizonte limitado de uma sociedade marcada por valores rurais. Pinto (2008, p.191) reconhece que sua marca principal é ser um livro escrito de um ponto claramente feminino e é exatamente esse olhar particular que o diferencia como percepção da paisagem e dos fatos humanos presenciados no decorrer do século XIX.

O livro “Viagens pelos rios Amazonas e Negro”, de Alfred Wallace, também merece ser destacado como uma obra que contribui para o conhecimento dos paradigmas da ciência do século XIX e seus desdobramentos até o século XX. Seu autor foi um dos que ajudou a desconstruir o mito da Amazônia como lugar de clima infernal e impróprio para o desenvolvimento da civilização. Defendia a região como um espaço potencial para a expansão do progresso. Viu nos povos nativos da região uma superioridade em relação aos demais povos nativos do Brasil e mesmo do resto da América do Sul, comparando-os com povos do noroeste norte-americano.

As abordagens sobre a Amazônia e suas interpretações destacadas na obra “Viagem das idéias” não escapam de questões relacionadas com o racismo, o exotismo e o progresso. Em cada abordagem, em cada autor, tais questões podem se completar em diferentes gradações. Do ponto de vista da construção de uma identidade nacional brasileira, a Amazônia tem sido mobilizada como a representação mais acentuada e contrastada do atraso nacional, do primitivismo dos moldes de vida e da dificuldade maior da integração nacional. Pinto (2008, p.109), reforça que a idéia de pobreza durante muito tempo não apareceu associada às populações da Amazônia. Essa era a idéia de seus primeiros observadores e intérpretes. A pobreza, portanto, e as representações do povo como um povo pobre são conseqüências dos processos recentes de dominação.

Pinto (2008, p.151) lembra no decorrer das suas análises que existe na Amazônia uma longa tradição de ciência e que os cientistas que contribuíram para construir essa tradição caracterizam seu modo de investigar, atuando simultaneamente em diferentes campos. Essa é a característica do trabalho científico de pioneiros como João Daniel, Alexandre Rodrigues Ferreira e que se reflete na obra de poucos cientistas do presente como Araújo Lima, Arthur

Cézar Ferreira Reis e Djalma Batista. As obras de ambos representam um momento privilegiado e rico do pensamento social sobre a Amazônia, pois além de contribuem com o processo de desenvolvimento regional, demonstram que as representações realizadas sobre a Amazônia desempenham um papel fundamental na dinâmica das relações sociais.

Notas conclusivas: Uma atualização da obra “Viagem das idéias” a partir dos pressupostos da teoria crítica

A construção do presente artigo, que tomou como referência a obra “Viagem das idéias”, proporcionou o surgimento de diferentes questionamentos e interpretações sobre a Amazônia. Ficou evidente que a contradição do espaço amazônico pode ser facilmente percebida dentro de diversos âmbitos. Do ponto de vista sócio-econômico, por exemplo, para Fleicshfresser (2006) o patrimônio natural amazônico está na origem de uma série de conflitos pela posse de seu uso, uma vez que a Amazônia tornou-se uma fronteira de expansão para as atividades produtivas que dependem de recursos naturais.

Dentro desse cenário, o discurso de Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto, autor da obra “Viagem das idéias”, tornou-se fundamental para a formulação de uma teoria crítica consistente para a região. Na concepção de Adorno e Horkheim (1985), a teoria crítica, é uma teoria fundamentada epistemologicamente na necessidade de superar o dualismo entre o cientista individual, produtor autônomo do conhecimento, e a totalidade da atividade que o rodeia.

Dentro dessa análise cabe a ressalva de que Pinto (2008, p.241) preocupa-se em articular uma aproximação entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional. O mesmo toma como princípio básico a concepção de que o mundo natural molda fortemente as sociedades e os agrupamentos humanos.

Nesse sentido, não podemos esquecer que é a partir do mundo natural que se esboçaram as primeiras teorias que buscavam os elementos possíveis para estabelecer as causas das diferenças entre os homens e sua vida material e espiritual. Em decorrência disso, Pinto (2008, p.242) expressa que uma boa parte do que conhecemos hoje como etnociências, isto é, ciências que se fundamentam no conhecimento produzido pelas sociedades indígenas e locais, foi praticada no Brasil e na Amazônia.

A principal tendência da obra “Viagem das idéias” é nos ajudar a reconhecer que a teoria crítica é aquela que não se reduz somente a uma realidade, mas sim a um campo de possibilidades. Dessa maneira, podemos considerar que a tarefa dos pensadores que estudam a

Amazônia é definir e avaliar a natureza e o âmbito das alternativas que possam dar ênfase à análise crítica das lutas políticas, sociais e culturais.

Tudo o que foi exposto até aqui nos estimula a compreender que interpretar a Amazônia de forma crítica é o novo desafio para uma nova forma de pensar. Sem dúvida, a leitura de “Viagem das idéias” facilita o entendimento de que a teoria crítica engloba um conjunto disciplinado de práticas, mas também representa de forma considerável o corpo de conhecimento acumulado ao longo da história da humanidade.

Pensar de forma crítica nos ajuda, de um modo geral, olhar para o passado da Amazônia com a finalidade de encontrar possíveis soluções para o seu futuro. Nos motiva a corrigir nossas impressões e desafiar nossas opiniões, além de reconhecer que nossas ações podem ser descritas e explicitadas em diferentes planos da experiência.

O cenário da situação atual da Amazônia consiste na persistência da condição de periferia, dependência e destruição gradual da floresta, fortalecida pela constante disputa pela terra. Como cenário alternativo podemos mencionar a valorização da prática de uma economia sustentável, que minimize a desigualdade social e a destruição acelerada da floresta.

Por fim, diante do quadro de desigualdade social presente na Amazônia, a teoria crítica nos conduz a uma série de problemas fundamentais do destino humano. Nos estimula a desenvolver a habilidade de compreender nossos problemas essenciais, através da capacidade de enfrentar as incertezas e de encontrar os meios que nos ajudam a ter consciência da existência de um futuro incerto que, ao mesmo tempo, nos incentiva a ter coragem e esperança para facilitar o diálogo entre todos os grupos sociais com o intuito de transformar as estruturas de dominação, exploração e exclusão.

Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BATISTA, Djalma. **Amazônia: Cultura e Sociedade**. 3 ed. Manaus: Valer, 2006.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1998.

BUENO, Magali Franco. Natureza como representação da Amazônia. In: **Revista Espaço e Cultura**. N. 23. Rio de Janeiro: UERJ, jan/jun de 2008.

CAMPOS, Simone Martinoli Madeira. **O Estado Brasileiro e o processo de produção do espaço no Acre**. Rio Branco: 2004.

COSTA, Selda Vale. **Por rios amazônicos:** conversas epistolares com Nunes Pereira. In: BASTOS, E. R.; PINTO, R. (Orgs.). *Voices da Amazônia: investigação sobre pensamento social brasileiro*. Manaus: EDUA, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Estado, planejamento e produção do espaço amazônico:** Crítica, autocrítica e perspectiva para o futuro (Palestra proferida ao Ciclo de Palestras do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: UFAM, 2011.

CRUZ, Valter do Carmo. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. In: **Revista Terra Livre**. Ano 22, v.1, n.26. Goiânia: Jan-Jun/2006. (ISSN 0102-8030).

FLEICSHFRESSER, Vanessa. **Amazônia:** Estado e Sociedade. Campinas: Armazém do Ipê (autores associados), 2006.

FREITAS, M.C. A Amazônia e o pensamento social brasileiro contemporâneo. In: BASTOS, E. R.; PINTO, R. (Orgs.). **Voices da Amazônia:** investigação sobre o pensamento social brasileiro. Manaus: EDUA, 2007.

_____. Einstein e a Amazônia diálogos com a estética de vida. In: FREITAS, Marcílio de; SILVA, Marilene Côrrea de; BASTOS, Marcus (Orgs.). **Diálogos com a Amazônia**. Manaus: Valer, 2010.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando:** nos varadouros do mundo – da territorialidade seringalista a territorialidade seringueira ou do seringal a reserva extrativista. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

_____. **Amazônia, Amazônias**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Valer, 2007.

OLIVEIRA, José Aldemir. Mil e uma viagens. In: PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas. **Viagens das idéias**. 2.ed. Manaus: Valer, 2008.

PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas. **Viagens das idéias**. 2.ed. Manaus: Valer, 2008.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. O ensino de geografia e a construção de representações sociais sobre a Amazônia. In: **Revista Terra Livre**. Ano 22, v.1, n.26. Goiânia: Jan-Jun/2006. (ISSN 0102-8030).

RAMPAZZO, S. E. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In: BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável:** Necessidade e/ou possibilidade?. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. Manaus: Valer, 2001.

A PARTICIPAÇÃO SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E O SEU SIGNIFICADO ENTRE OS INTEGRANTES DA REDE SOCIAL TAUBATÉ*

Josinára Ribeiro de Alencar

Mestranda em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais. Programa de Pós Graduação da Universidade de Taubaté. Email: josinara.alencar@uol.com.br

André Luiz da Silva

Professor Dr. do PPG em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais. Universidade de Taubaté. Email: interiworld@gmail.com

(VERSÃO PROVISÓRIA – CITAÇÃO NÃO AUTORIZADA)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar qual o significado de participação para integrantes de uma rede social comunitária no município de Taubaté/SP e compreender como os contextos diretos e indiretos que permeiam a trajetória dos indivíduos interferem neste significado. A pesquisa foi exploratória e utilizou como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas e questionários. As respostas foram submetidas a análise de conteúdo, tendo como referência o debate sobre participação presente na Psicologia Social Comunitária. Como resultado encontrou-se que a Rede Social Taubaté passou por uma alteração em seu formato inicial, constituindo-se hoje numa rede autônoma e com relações horizontalmente distribuídas. Acredita-se que a mudança ocorreu por que a dinâmica de funcionamento das redes sociais requer além do fluxo livre de informações, a horizontalidade das relações, para que ocorra a motivação para a participação.

Palavras chaves: Participação. Redes sociais comunitárias. Desenvolvimento humano.

ABSTRACT

This study aims to investigate the participation's meaning for members of a community social network in the municipality of Taubaté / SP, Brasil. And understand how direct and indirect contexts that underlie the trajectory of people affect this meaning. The research was exploratory and employed semi-structured interviews and questionnaires how data collection instrument. The responses were submitted to content analysis, with reference to the present debate on participation in Community Social Psychology. As a result it was found that the *Rede Social Taubaté* underwent a change in its initial format, becoming today an autonomous network and relationships with horizontally distributed. It is believed that the change occurred because of the dynamics of social networks operation requires beyond free flow of information, the horizontality of relationships to occur motivation for participation.

Keywords: Participation. Community Social Networks. Human Development

* Esse texto origina-se da dissertação de mestrado “Desenvolvimento humano e participação em redes sociais comunitárias” a ser defendida em setembro de 2012 por J. R. de Alencar, sob a orientação de A. L. da Silva, no PPG em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté

A PARTICIPAÇÃO SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E O SEU SIGNIFICADO ENTRE OS INTEGRANTES DA REDE SOCIAL TAUBATÉ

1. INTRODUÇÃO

Esse estudo foi motivado pelo interesse em investigar qual o significado de “participação” para um grupo que atua em rede social comunitária na cidade de Taubaté/SP¹ e que se denomina “Rede Social Taubaté”. Este interesse fundamenta-se na perspectiva da psicologia social comunitária e em questionamentos provenientes de observações da participação realizada por pessoas nas ações para a promoção do desenvolvimento social e humano em suas localidades. A partir do conhecimento dos contextos socio-históricos e os contextos diretos e indiretos das trajetórias dos indivíduos, Busca-se pesquisar também, como estes contextos influenciam ou não o significado que emprestam á sua participação social.

A rede social propicia uma articulação entre as várias esferas da sociedade civil e potencializa a capacidade de mobilização coletiva para a realização de ações conjuntas. Em geral, na Psicologia Social Comunitária é representada por valores de igualdade, democracia, solidariedade, cooperação e construção coletiva. O trabalho da psicologia social comunitária compartilha, assim, um significado com os agentes que integram as redes sociais. Conforme Almeida e Cunha (2003), esses significados são compreendidos como constituídos pela e constitutivos da realidade social, sendo, portanto, explicativos e promotores desta realidade. Deste modo, interessa-nos saber qual o significado de participação para este grupo em questão que atua na Rede Social Taubaté.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 As Redes Sociais

Nas últimas décadas, a sociedade civil organizada passou a orientar suas ações coletivas de forma diferenciada dos pressupostos ideológicos e políticos dos anos de 1970 e 1980. Demandas de movimentos reivindicatórios articularam-se com os objetivos de organizações filantrópicas, ligadas ou não aos setores empresariais. Dessas articulações surgem as redes sociais que compõem o novo quadro do associativismo brasileiro. As redes têm aparecido como um modo de organização das instituições e entidades do Terceiro Setor. São também modos organizativos compatíveis com as noções de criatividade e inovação, na medida em que atributos tais como a autonomia, a impermanência da ordem, a indeterminação e a flexibilidade são elementos associados a ideia de constituição das redes (MARTINHO, 2002). Todavia, o conceito

¹ Município com cerca de 280.000 habitantes, localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba.

de rede é amplo e tem sido utilizado nas esferas econômica e política e nas perspectivas organizacional e social (MINHOTO; MARTINS, 2001).

Na perspectiva sociológica contemporânea (BAUMAN, 2001; GIDDENS, 1991), as redes surgem como uma moderna (ou pós-moderna) forma de interação social caracterizada por relações sociais desencaixadas. A abordagem antropológica (BARNES, 1987) aborda as redes sociais enquanto interações e laços pessoais e de amizade, processos em que os indivíduos e grupos buscam mobilizar apoios para seus propósitos, sobretudo em âmbito local e nas mais diferentes esferas da vida social.

Na esfera econômica, a globalização gera uma competição aberta que cria a necessidade de redução de custos para manter a viabilidade econômica das empresas e produtos. As redes são tomadas como recursos que podem minimizar custos e capital imobilizado, compartilhar recursos e informações e estabelecer parcerias estratégicas, minimizando os efeitos da economia globalizada (LOIOLA; MOURA, 1996; CASTELLS, 2000; MINHOTO; MARTINS, 2001). Na perspectiva organizacional, o conceito de rede tem sido utilizado para descrever o ambiente de atuação das organizações contemporâneas que se encontram separadas geograficamente.

Na esfera política, Minhoto e Martins (2001) e Castells (2000) comentam que a rede parece constituir uma resposta à crise fiscal e a erosão da soberania do Estado contemporâneo como estratégia para enfrentar algumas questões, entre elas as situações geradas pelo desmonte do *Welfare State*. Na perspectiva sociopolítica, a rede tende a aparecer como ferramenta capaz de construir novas formas de agregação de interesses e reivindicação de demandas destinadas prioritariamente a auxiliar na construção de uma sociabilidade solidária e responsável (WHITAKER, 1993; INOJOSA, 1999; MINHOTO; MARTINS, 2001; FRANCO, 2004; SCHERER-WARREN, 2005; MACHADO, 2007). Nessa perspectiva, o conceito de rede alcança o sentido de redes de pessoas e organizações que procuram a melhoria da qualidade de vida da população e seu desenvolvimento humano e social: uma rede de compromisso social, no sentido de compromisso de defesa dos direitos sociais e de cidadania. É nesse sentido que o conceito mais se apresenta nesse estudo.

Inojosa (1999) comenta que em princípio rede é parceria e essa parceria pode articular famílias, estados, organizações públicas e/ou organizações privadas, pessoas físicas, pessoas jurídicas ou ambas. Pode, portanto, envolver e promover relações interpessoais, interorganizacionais, intergovernamentais e intersetoriais. Numa visão utópica, a autora entende que a rede social é constituída por entes autônomos, com objetivos específicos próprios e que passam a se articular em função de uma ideia coletiva. A rede social seria uma estrutura horizontal, democrática, participativa, aberta e presencial que une indivíduos e/ou organizações

em torno de valores e objetivos compartilhados sem que as partes percam autonomia e identidade (INOJOSA, 1999).

Para Whitaker (1993), a definição de rede social está voltada para as redes formadas por indivíduos, ONGs, empresas e/ou equipamentos públicos, que de alguma forma se vinculam em torno de valores ou de uma causa em prol do interesse público ou da comunidade. São fundamentais para a configuração das redes, segundo o autor, a democracia, a circulação de informação, a não representação e a participação livre (WHITAKER, 1993). Castells (2000), reforça a noção de rede enquanto vínculos tecidos entre diferentes atores, como uma forma contemporânea de agir, descentralizada, flexível e global, que pode ser definida, entre outras coisas, pelo “estar em rede”, sendo esse um dos traços que marcam esta época:

Redes são instrumentos apropriados pela economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e a adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e a invalidação do tempo (CASTELLS, 2000, p.497).

Para Castells (2000), as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Pode-se, portanto, embasado em Castells (2000), levantar a hipótese sobre as ações dos sujeitos desta pesquisa como um fazer coletivo, condizente com o novo tecido e organização social contemporâneo.

Observam-se, segundo Machado (2007), alianças e trocas de informações e apoio entre as diferentes redes de coletivos sociais, explorando seus elementos comuns. Atualmente falamos, portanto, de redes que incluem centenas de entidades, que trocam informações, formam grupos de pressão e se apoiam mutuamente.

As redes podem ser também de diferentes tamanhos – de uma equipe que trabalhe em rede a uma rede de bairro ou de sala de aula, até uma rede internacional. Podem existir igualmente redes de redes. E dentro de uma rede podem se formar sub redes, com objetivos específicos. A interligação em rede, de pessoas e/ou entidades, se estabelece a partir da identificação de finalidades comuns e/ou complementares cuja realização melhor se assegurará com a formação da rede.

A ideia coletiva mencionada anteriormente por Inojosa (1999) supõe a definição conjunta de um objetivo comum, a ser realizado com a preservação da identidade original de cada participante. Esta definição se dará no próprio processo de compartilhamento dessa ideia e na

explicitação do propósito de sua existência, que vai configurando a sua atuação. Parece que esse marco tem sido a tônica atualmente adotada para trabalhar as questões sociais.

Porém, segundo Inojosa (1999), para alcançar os objetivos comuns o tempo de permanência dos parceiros em uma rede deve corresponder ao tempo necessário para se realizar as ações planejadas: “É isso que dá estabilidade à rede, que se manifesta na sua capacidade de manter o propósito comum e realizar os objetivos” (INOJOSA, 1999, p. 25).

Quando se propõe, numa rede, uma ação conjunta, esta não precisará ser necessariamente assumida por todos os seus integrantes, mas somente por aqueles que livre e autonomamente decidirem participar. Porém, alerta Inojosa (1999), além das motivações que levam indivíduos e instituições a integrar a rede, estão presentes interesses que modulam as condições de cooperação. Ainda que abraçando uma ideia comum e compartilhando objetivos, a singularidade de cada parceiro far-se-á presente em todos os momentos de decisão e de ação, de forma cooperativa ou de forma competitiva, quer por recursos financeiros quer por recursos de poder.

O fluxo de informações em rede está associado ao modo como o poder é distribuído entre seus integrantes e a pressão por eles sofrida. Assim, o poder e suas buscas podem tanto viabilizar as ações em rede, quanto serem geradores de conflitos e inércias nas redes (CASTELLS, 2000; INOJOSA, 1999; MACHADO, 2007).

Inojosa (1999) sugere que se deve então, para atingir os propósitos comuns, recorrer à mobilização para a participação e para a ação consciente. Sobre mobilização entende-se que é a convocação de voluntários a um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados. Deste modo, fortalece-se a identidade e o objetivo comum. “A resistência do tecido das redes de compromisso social parece estar relacionado à capacidade de mobilização da ideia e à constância de seu reforço.” (INOJOSA, 1999, p. 30).

O conceito de rede social, neste ponto de vista, colabora para a compreensão do funcionamento de uma rede. Ela pode interligar tanto unicamente pessoas, como unicamente entidades, como pessoas e entidades. As pessoas e/ou entidades interligadas numa rede podem ser do mesmo tipo ou inteiramente heterogêneas. Tudo depende dos objetivos que a rede se propõe alcançar.

2.2 A Participação

A referência genérica que usualmente empregamos quando dizemos “participação”, tem como pressuposto um comportamento oposto à apatia ou à situação de alienação social do indivíduo. Entretanto, mesmo a participação apática, alienada ou blasé ainda é um tipo de participação. Mas não é delas que se trata nesse estudo. Na verdade, tem-se em mente um comportamento antagônico à apatia. Assim, o sentido de participação que se emprega é o de

participação engajada, o ato de o indivíduo participar das questões sociais e das demandas de direitos na esfera local, em suma, uma participação engajada em uma causa ou finalidade. Enfim, uma participação com compromisso social, no sentido que apontamos anteriormente. Dessa forma, os conceitos sobre participação auxiliaram-nos na compreensão da representação de participação para os sujeitos desta pesquisa. Percebeu-se que a participação é processo social que existe independente da interferência provocada por um ou outro agente externo e que é comum a todo ser humano. Souza (1991) comenta que a participação é “o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado.” (SOUZA, 1991, p. 81). Pode-se inferir que a participação é inerente ao homem. Ela supõe a criação do homem para o enfrentamento dos desafios sociais e é requisito de realização do próprio ser humano. O compartilhamento e a afetividade associados à noção de ser humano também estão presentes nas questões relacionadas à participação. Sobre esta afetividade Bordenave (2002) comenta que a participação tem uma base afetiva e uma base instrumental que se complementam. A base afetiva de uma participação é proveniente do prazer que possuímos em fazer coisas com outros. A base instrumental, por sua vez, nos mostra que participamos porque fazer coisas com os outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos. O prazer na relação com o outro agrega as pessoas e fortalece o sentimento de pertença que é facilmente encontrado quando existe qualquer tipo de participação.

A respeito do compartilhamento, entende-se que a participação passa pelo objetivo comum e se este objetivo excluir alguém, este alguém não vai se comprometer e participar. Muñoz (2004) por sua vez comenta que a confiança, o comprometimento e a competência para participar devem ser adquiridas gradativamente com a prática. A participação não consegue ser ensinada e aprendida como abstração.

No senso-comum, a “participação” parece remeter a esses critérios, e mais especificamente à utopia do protagonismo social e solidariedade. Esse último sentido é evidenciado por autores engajados em projetos de formação para a cidadania popular, como no caso do comunicador paraguaio Juan Díaz Bordenave. E do educador social espanhol César Muñoz. Sobre a palavra participação, Muñoz (2004) comenta que é composta por: *Pars* (raiz latina) que significa parte; *ceps* que significa o que toma. Ou seja, o que toma parte, o que compartilha. Como resultado de seus estudos sobre participação, Muñoz (2004), elenca alguns significados sobre participação. Entre eles: fazer parte de alguma coisa; organizar-se com outros para ser responsável conjuntamente; sentir-se soberano; é algo político, um jogo democrático; é um meio que contribui com nossa tomada de consciência da realidade; é ser protagonista e solidário; mudança a partir do compartilhamento; envio de mensagem e acompanhamento com ação; entre outros. O autor complementa com a ideia de que participação deve ser cidadã e que é

sinônimo de partilha das decisões que afetam a própria vida do indivíduo e do local. Bordenave (2002) concorda com Muñoz no que tange a epistemologia da participação. Daí, participar é 1) *fazer parte*, 2) *tomar parte* ou 3) *ter parte*. Estas três formas de entender o “participar” abrem caminhos para pensar as várias maneiras de participação de sujeitos em grupos e movimentos sociais, pois apontam para a qualidade ou nível de envolvimento na participação.

Demo (2001) também discute e aprofunda o tema da participação, entendida como um processo de conquistas e *autopromoção*, que precisa ser forjada cotidianamente, refeita e recriada. Quanto à dinâmica da relação de participação, Lima (1983) afirma que o indivíduo não deve ser entendido simplesmente como objeto; deve ser visto como sujeito de ação e não apenas como sujeito de reprodução do sistema.

Uma importante observação crítica sobre participação é apresentada por Sposati (1982), que considera que o significado primeiro da participação pode ser *estar presente* e não necessariamente ter *consciência política*. A autora critica aquelas formas de se trabalhar a participação como abstração, a partir de categorias a-históricas, pensadas de forma estática e reificada, e que ignoram o movimento histórico dos homens. Sposati (1982) parte da análise das forças que mobilizam o homem a se colocar em movimento e desenvolve uma formulação da participação como o pôr-se em movimento. Os estudos da participação sobre a ótica da Psicologia social comunitária seguem a meio termo entre as vertentes acima.

2.3 A Psicologia Social Comunitária e a Participação

A psicologia social comunitária, que enfatiza a participação como vetor de desenvolvimento humano e de autonomia grupal, compreende o homem como sendo socio-historicamente construído e ao mesmo tempo construtor das concepções de si, dos outros e do contexto social e por isso mesmo apresentando diferenças significativas. A psicologia social comunitária privilegia o trabalho com os grupos e visa colaborar para a formação da consciência crítica das pessoas. Ela é um campo teórico que emerge de uma psicologia preocupada com a cidadania. Esse campo estaria, segundo Vasconcelos (1985), comprometido com os processos e movimentos que reivindicam direitos civis, políticos e sociais a todos os indivíduos para que, enquanto pessoas humanas, sejam tratadas em condições de igualdade perante a lei e o Estado. Os trabalhos da psicologia comunitária por meio de métodos e processos de conscientização procuram trabalhar com os grupos populares para que eles assumam progressivamente “seu papel de sujeitos de sua própria história, conscientes dos determinantes sócio-políticos de sua situação e ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados” (CAMPOS, 2010, p.10). Já os objetivos do trabalho do psicólogo comunitário seriam “favorecer a 'tomada de consciência'

(expressão fundamental da psicologia comunitária) da exploração e da alienação e a organização da população em movimentos de resistência e de reivindicação” (SAWAIA, 2010, p.46).

A propósito do fenômeno da alienação, Lane (2001, p.42) afirma que ela “se caracteriza, ontologicamente, pela atribuição de ‘naturalidade’ aos fatos sociais.” Isso se caracteriza como uma inversão do humano, do social e do histórico. A ausência de reflexão sobre as ações e as contradições sociais se evidencia por uma resposta pronta, já elaborada pelo grupo, tida como “verdadeira”, mantendo a alienação em relação ao que ele é como pessoa e ao que ele é socialmente. Deste modo, a psicologia comunitária, visando promover a consciência e minimizar a alienação, procura promover a participação reflexiva dos grupos com os quais trabalha na definição das prioridades de atuação, planejamento, execução e avaliação de suas atividades. Ou seja, participação comunitária integral.

[...] a psicologia comunitária é uma área da psicologia social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade; estuda o sistema de relações e representações, identidade, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos ao lugar/comunidade e aos grupos comunitários, através de um esforço interdisciplinar que perpassa o desenvolvimento dos grupos e da comunidade. Seu objetivo é a transformação do indivíduo em sujeito. (GÓIS, 1993, p.11)

Faz-se necessário discutir a dimensão comunitária constitutiva desse campo intelectual. Comunidade na teoria social clássica é definida como lócus que representaria atributos de continuidade, intimidade e engajamento em crenças comuns. De certo modo, tais atributos seriam contraditórios aos estilos de vida característicos da contemporaneidade, associados, por sua vez, aos atributos de egoísmo, exclusão e fluidez das relações humanas (SCARPARO; GUARESCHI, 2007). Nesse mesmo sentido, classicamente, os espaços comunitários foram percebidos como espaços de resistência aos projetos de modernização econômica e societária que estaria nos legando um tipo de “sociedade na qual parceiros são adotados ou descartados, de acordo com sua utilidade e funcionalidade” (SCARPARO; GUARESCHI, 2007, p. 103). No entanto, o conceito de comunidade como qualquer outro é polissêmico e assim deve ser interpretado e usado em contexto, afastando suas polaridades antagônicas. Essa perspectiva tem sido adotada pelos autores da psicologia social comunitária. Scarparo e Guareschi (2007, p. 103), por exemplo, concebem as comunidades contemporâneas como “um lugar imprevisível, no qual as pessoas vivem seu cotidiano e se relacionam, tanto na fragmentação e naturalização da vida quanto na possibilidade de desejar, conviver e curar”.

Sawaia (2010) também acredita que os estudos sobre comunidade devem retornar a sua gênese, para “recuperar seu substrato ético-simbólico, como categoria de integração e também de autonomia” (SAWAIA, 2010, p.47). Complementa dizendo que a comunidade no escopo da psicologia comunitária é entendida como unidade consensual, sujeito único, lugar de

gerenciamento de conflito e de mudança de atitudes. Para Pedrinho Guareschi (2010, p.95) “a comunidade é uma associação que se dá na linha do ser, isto é, por uma participação profunda dos membros no grupo”. Neste lugar, são colocadas em comum a própria vida, o conhecimento mútuo, a amizade, os sentimentos. Na comunidade, os integrantes têm voz e vez exercitando sua vocação de animal político social. O autor defende que a questão de que uma sociedade só será democrática se houver, em sua base, uma rede de comunidades, onde os cidadãos exercitam seus direitos de participação e são respeitados como pessoas, pois nesse nível básico é que acontece a vida e a vivência democrática.

Nos anos de 1970, período em que o conceito de comunidade passou a ser utilizado como categoria de análise pelas ciências psicológicas, a noção de comunidade, no campo popular brasileiro, foi uma ideia chave que atuou como princípio político organizativo das camadas classes populares na luta por seus direitos sociais e econômicos (GOHN, 2008). A comunidade representava a unidade básica para a organização do “povo”. Desenvolver a comunidade significava lutar pela igualdade de direitos sociais e pelo acesso aos serviços sociais. “A força social do povo advinha da comunidade organizada” (GOHN, 2008, p.52). A autora diz que os anos 1980 foram o ápice da visão da comunidade como base de forças sociais organizadas. A partir deste período, em decorrência de várias mudanças nas conjunturas sociais, econômicas e políticas, nacional e internacional, surgiu outro significado para comunidade: “Trata-se de um campo multifacetado, constitutivo de uma esfera pública em que articulam diferentes atores sociais que desenvolvem programas sociais criando redes societárias e um novo tipo de associativismo civil comunitário” (GOHN, 2008, p.53). Porém, o termo comunidade tem retomado o sentido de comunidade como um grupo de pessoas que ocupam um espaço comum, onde estas pessoas interagem em seus diversos papéis, institucionais ou não, e criam laços de identidade a partir dessa interação. A psicologia social comunitária evidencia-se como contribuinte na produção de conhecimento sobre esta temática. “A comunidade, é aqui, essencialmente, um sistema de interação social e a psicologia social é o campo de produção dos significados desta corrente.” (GOHN, 2008, p.54).

Para Vasconcelos (1985), a psicologia social comunitária, embasada na compreensão supracitada de comunidade, busca empreender práticas e produzir conhecimento adotando a abordagem interdisciplinar e trabalhando em equipes multiprofissionais. A ênfase da disciplina estaria nas pessoas enquanto seres sociais, onde o conteúdo psicológico tem conotações também institucionais, sociais, culturais e políticas. Trata-se de uma abordagem articulada a uma visão totalizante do social que busca a explicitação de um compromisso político-social intervencionista.

Segundo Martín-Baró (1996), existem várias perspectivas sobre a intervenção social, conforme os referenciais teóricos de quem as formula. No entanto, a intervenção é entendida consensualmente como um processo intencional de interferência ou influência e que tem como objetivo provocar uma mudança. Para Martín-Baró (1996), o resultado imediato da intervenção social é a mudança social e em última instância a mudança individual. Por isso, parece-nos pertinente estabelecer aqui o conceito de participação na intervenção comunitária que assume uma esfera de ação específica ao realçar a importância do papel ativo dos sujeitos. Esta participação ativa, porém, vem permeada de diversidade de saberes e de comportamentos. Faria-se necessário na intervenção comunitária, na atuação do psicólogo comunitário e para participação em rede um saber e um agir interdisciplinar.

2.4 A família, a escola e a comunidade como contextos que influenciam na participação e no desenvolvimento humano

Em uma perspectiva sistêmica do desenvolvimento, a pessoa encontra-se integrada e em relação com sistemas organizados e dinâmicos. Porém, para compreender o processo de desenvolvimento no curso da vida, deve-se enfatizar o impacto das interações e das mudanças sociais na trajetória das pessoas.

Nesta perspectiva, os sistemas são vistos como estruturas organizadas hierarquicamente que devem ser analisadas em sua totalidade: desde os aspectos macro, como a ordem social, passando por níveis intermediários, como culturas das comunidades locais, até atingir um nível mais proximal (ou de microanálise), como as escolas e a família (SIFUENTES et al, 2007, p.381).

A escola e a família constituem contextos de desenvolvimento fundamentais na trajetória das pessoas. Ambas são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado. Podem, porém, atuar não só como propulsoras, mas como inibidoras do desenvolvimento individual e coletivo.

A família também é responsável pela transmissão das crenças e valores da sociedade. Ela tem uma influência significativa no comportamento das pessoas, especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais. “Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva” (POLONIA, 2007, p.22)

É por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações futuras, “caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membro familiares e os diferentes que compõem

os sistemas sociais” (POLONIA, 2007, p. 22). Portanto, ela é a principal responsável por incorporar as transformações sociais e inter-geracionais ocorridas ao longo do tempo. No ambiente familiar, a criança aprende as habilidades sociais com as quais irá interagir. Para isto as famílias podem contar com uma rede social de apoio nas transições do desenvolvimento, porém, a principal rede de apoio familiar é oriunda das próprias interações entre seus membros. Segundo Moreira e Oliveira (2000) as redes de relações podem ser ativadas em momentos críticos, fomentando o sentimento de pertença, a busca de soluções e atividades compartilhadas.

Costa Jr. (2005) comenta que devem se estimular a formação de redes de apoio social, seja na própria comunidade ou nos centros de atendimento à população, ou na escola, já que esta ocupa um lugar de destaque nas sociedades contemporâneas. A escola, por sua vez, constitui um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem que é permeado por conflitos, problemas e diferenças. É nesse espaço físico, psicológico, social e cultural que os indivíduos processam o seu desenvolvimento global. “Trata-se de um ambiente multicultural que abrange também a construção de laços afetivos e preparo para inserção na sociedade” (MOREIRA; OLIVEIRA, 2000, p. 25).

A escola como um microsistema da sociedade deveria refletir as transformações atuais e contribuir na preparação da comunidade onde esta inserida para viver e superar as dificuldades contribuindo para os processos de desenvolvimento do indivíduo e do grupo. Marques (2001) destaca o que deveria ser a função da escola no século XXI:

[...] (a) estimular e fomentar o desenvolvimento em níveis físico, afetivo, moral, cognitivo, de personalidade; (b) desenvolver a consciência cidadã e a capacidade de intervenção no âmbito social; (c) promover uma aprendizagem de forma contínua, propiciando ao aluno, formas diversificadas de aprender e condições de inserção no mercado de trabalho (MARQUES, 2001, p. 27).

Os conhecimentos vindos da vivência familiar e comunitária podem ser empregados como mediadores para a construção de conhecimentos científicos trabalhados na escola. A família, a escola e suas redes de relações na comunidade, enquanto microsistema, constituem um dos principais ambientes de desenvolvimento humano nas sociedades ocidentais contemporâneas. “Assim, é fundamental que sejam implementadas políticas que assegurem a aproximação entre os contextos, de maneira a reconhecer suas peculiaridades e também similaridades, sobretudo no tocante aos processos de desenvolvimento [...]” (POLONIA, 2007, p.29).

Deste modo, pode-se embasar a reflexão sobre quais circunstâncias a família, a escola e a comunidade são contextos promotores ou inibidores de desenvolvimento. Esta relação neste estudo se constitui pelo fato do grupo de sujeitos da pesquisa, integrantes da rede social

comunitária, atuarem em prol do desenvolvimento nos contextos familiares, escolares e comunitários. Outro fator que deve ser ressaltado neste momento sobre este estudo é o fato de os sujeitos desta pesquisa receberem a orientação da área de desenvolvimento social de uma instituição de ensino do “Sistema S”,² ambiente educacional, que busca fomentar o desenvolvimento por meio da participação em ações em rede social.

Esse grupo atua em rede por diversos motivos que visam propiciar melhorias para as demandas sociais que o mobiliza. Seus integrantes buscam o desenvolvimento humano e social a partir dos movimentos em redes sociais comunitárias.

Para o prosseguimento deste trabalho, faz-se necessário a partir deste momento iniciarmos a explanação dos procedimentos realizados para a investigação do significado de participação para a Rede Social Taubaté, bem como, das influências ambientais neste significado. As teorias até então estudadas respaldam as discussões que se realizarão no momento da análise do dados coletados.

3. METODOLOGIA

O grupo estudado participa de uma rede social comunitária na cidade de Taubaté / SP, e denomina-se Rede Social Taubaté. Os participantes da pesquisa foram selecionados por acessibilidade. Num total de 42 integrantes em junho de 2011, foram convidados dezesseis sujeitos para a realização de uma entrevista, segundo o critério de participação superior a dois anos na rede. Três sujeitos se recusaram a participar perfazendo uma amostra final de treze sujeitos para o estudo. A amostra foi formada por integrantes de ambos os sexos, com idade a partir de dezoito anos e que residem nesse município. Podemos aceitar a amostra por acessibilidade quando o “pesquisador seleciona os elementos a que tem cesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos.” (GIL, 2002, p.122).

Houve um contato prévio com alguns sujeitos da pesquisa durante um encontro do grupo. Nesse encontro foi explicado os objetivos da pesquisa e a forma de coleta de dados.³ Houve uma solicitação dos sujeitos para que as perguntas fossem enviadas por e-mail para que eles respondessem por este meio. Essa solicitação foi justificada pelo fato de ser esta a forma de comunicação usualmente utilizada pelo grupo. Apesar de não ser a proposta inicial para a coleta de dados, foi respeitado a solicitação do grupo para viabilizar a participação do maior número de

² Nomenclatura dada ao conjunto de entidades de serviços mantidas pelas confederações classistas empresariais do Brasil. SENAI, SENAC, SENAT, SENAR e SESCOOP são os braços educacionais (“de aprendizagem”) do sistema S, segundo os respectivos setores da economia nacional.

³ Antes de iniciar a coleta de dados, este trabalho foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de Taubaté, sob o nº 469/10.

peessoas no estudo. Somente três entrevistados aceitaram se encontrar com a pesquisadora para responder as perguntas por meio da entrevista face a face.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de junho e dezembro do ano de 2011. O tempo das entrevistas foi de aproximadamente vinte minutos. Para os dez integrantes do grupo que solicitaram que as perguntas fossem enviadas por e-mail, foi encaminhado um questionário com dez perguntas abertas, dando a liberdade de criarem seu próprio tempo e modo de responderem. Esse questionário foi semelhante ao roteiro de entrevista seguido pelo pesquisador nas entrevistas face a face.

A análise dos dados foi realizada por meio de categorização e codificação das informações obtidas nas entrevistas e questionários. Os dados, após o tratamento que possibilitou a categorização em cinco temas,⁴ passaram por análise de conteúdo. Madeira (2005) pontua que a linguagem, na análise do conteúdo, proporciona compreender que o sujeito cria uma espécie de ‘filtro interpretativo’, ou seja, traduz o significado de um dado objeto dentro de suas significações. É através desse filtro que se consegue integrar novos saberes ao já existente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As cinco categorias ou temas de discursos foram nomeadas após análise de seus conteúdos, conforme segue.

A Categoria 1 refere-se a participação devido ao sentimento de melhorar a situação em que se encontra, tanto individual quanto coletiva. Ela agrupa algumas respostas sobre o que este grupo busca com a participação. Encontrou-se alguns dados sobre os interesses e objetivos dos entrevistados relacionados a mudança, a mudar para melhor. Esta categoria possibilitou uma reflexão sobre os as relações nos sistemas desde o microssistema até o macrosistema.

A Categoria 2 trouxe a motivação para a participação proveniente das experiências e exemplos familiares, das atividades direcionadas ao desenvolvimento de crianças e adolescentes que compõem o grupo familiar-comunitário, denotando sentimentos de pertencimento e confiança. Esta categoria possibilitou uma análise das influências no significado de participação por meio das relações do micro e do mesossistema, segundo a teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (BRONFENBRENNER, 2011). Na categoria de discurso Família esta se apresenta como uma forte influência no significado que os integrantes da Rede Social Taubaté possuem em relação à participação, pois foi considerado pelos sujeitos o aprendizado proveniente das relações desse contexto. Esses processos comunicativos ocorrem de forma direta

⁴ Utilizamos apenas cinco das seis categorias consideradas na dissertação da qual origina-se esse trabalho.

nas interações de parentesco e por isso encontraram-se as influências dessas relações de forma mais intensa.

No discurso dos sujeitos encontra-se a menção de que a participação é oriunda da vivência familiar e do sentimento de pertença. As experiências vividas no âmbito familiar, demarcaram a forma como os componentes do grupo representam e atuam na sociedade. A família é responsável pela transmissão das crenças e valores da sociedade. Ela tem uma influência significativa no comportamento das pessoas, “especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais” (POLONIA, 2007, p. 22). Esse fato ficou claro no discurso dos sujeitos desta pesquisa, tanto em relação as suas vivências enquanto crianças, quanto nas suas atuações em prol da contribuição ao desenvolvimento das crianças pertencentes ao grupo comunitário. Isso se verificou pela caracterização que os sujeitos trouxeram em seu discurso da família-comunitária, confirmando também o significado que construíram socialmente para explicar suas ações cotidianas e suas participações.

Na Categoria 3 a motivação evidenciada foi a referência à comunidade, o comunitário, tendo o objetivo e o interesse em participar focado naquilo que os entrevistados definiram como causa comum. Encontrou-se dados sobre a participação relacionada à organização e ao planejamento para a ação, possibilitando um paralelo também com as formas associativas e as organizações do terceiro setor. A identidade grupal e a diversidade colaborativa são encontrados nos conteúdos dos discursos desta categoria que também inclui um olhar para as relações tecidas nos meso, exo e macrossistemas da teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

A categoria de discurso Comunidade apresentou a identidade grupal, que para a Rede Social Taubaté trouxe, conforme seus integrantes, a caracterização da diversidade, dos talentos, do individual em prol do coletivo. Essas características acompanham as conceituações e descrições estudadas sobre as redes sociais e suas relações comunitárias (INOJOSA, 1999; FRANCO, 2004). Outro fator apontado na identidade grupal é o sentimento de pertença a esse grupo que possui uma nova forma de atuar socialmente. Desse modo, o sentimento de pertença é outra vez retomado nos resultados, porém agora com um olhar focado no tecido comunitário. Guareschi (2010) comenta a dinâmica do grupo comunitário como um grupo no qual as pessoas se conhecem, se estimam e se articulam. Remete ao pensamento de que a comunidade é uma associação que se dá na linha do ser, isso é, por uma participação profunda dos membros no grupo, nos quais são colocadas, em comum, relações primárias.

Nessa perspectiva de pertencimento, os relacionamentos do grupo trazem os laços tecidos por meio de ajuda mútua e dos símbolos e valores que compartilham. Nessa visão, a comunidade é uma entidade simbólica que proporciona um senso de identidade a seus membros (SAWAIA,

2010; GUARESCHI, 2010; CAMPOS, 2010). Esses aspectos também são confirmados por Lifschitz (2011), que em seus estudos sobre neocomunidades relata a força entre o comunitário e o identitário. “Neste sentido, o identitário, enquanto forma de representação dos que se reconhecem como iguais, se realiza, sobretudo nas comunidades [...] como uma peculiar forma de intersubjetividade entre os mesmos” (LIFSCHITZ, 2011, p. 28).

Quanto aos sujeitos, pontua-se também que colaboram exatamente com o seu conhecimento, com seu saber. Composto por uma diversidade profissional, o grupo que integra a Rede Social Taubaté cotidianamente exercita a realização do consenso e de seus projetos comuns, a participação de forma interdisciplinar. Para alcançar os objetivos comuns, o tempo de permanência dos parceiros em rede está em relação com o tempo necessário para realizar as ações para as quais a sua participação é essencial, uma vez que o que dá estabilidade à rede são a manutenção do propósito comum e a realização dos objetivos.

Verificou-se esse fato nos discursos dos sujeitos que demonstram a necessidade do planejamento de forma participativa para o cumprimento das ações. Em outras palavras, um vislumbre de divisão de poder. Planejar significa intervir na realidade, e o planejamento participativo é um modo de intervenção que se espera ser alternativo. Essa colocação é um alerta para que o planejamento participativo, especificamente desse grupo, não se transforme em uma farsa do poder. Segundo Demo (2001, p.44) “mesmo o planejamento participativo pode tornar-se mera legitimação do poder, à medida que reproduzir apenas uma farsa participativa”. Esse é o cuidado que o grupo deve tomar frente às orientações passadas pela Instituição de Ensino que fornece a metodologia para atuação em rede. Souza (1991), também compartilha com o alerta às farsas participativas.

A Categoria 4 possui os conteúdos relacionados aos motivos e formas de participação dos entrevistados no grupo da Rede Social Taubaté. Nesta categoria caracteriza-se a atuação em rede social, a atuação profissional e a atuação voluntária. Conforme os entrevistados esta atuação objetiva o bem estar social e possibilita um olhar que engloba as relações do exo e do macrosistema.

Finalizando, na Categoria 5 encontrou-se informações oferecidas pelos entrevistados com relação à questão sociopolítica. É enfatizada a temática da educação dentro de uma abordagem de direitos, políticas públicas e sociais, cidadania entre outros temas. Outra questão que se evidenciou foi a dos serviços e intervenções nos equipamentos públicos. Nessa categoria encontrou-se no discurso dos sujeitos a preocupação com o bem-estar coletivo que eles pretendem sanar por meio de uma pedagogia ativa, uma educação participativa e reflexiva sobre política, direitos, cidadania e sustentabilidade. No discurso dos informantes, surge uma

concepção de participação pela organização popular para influenciar as políticas públicas e garantir direitos.

Atualmente se vê, com frequência, o uso indiscriminado do conceito de abordagem participativa nos discursos, tanto governamental, como de ONGs e de agências internacionais de desenvolvimento humano e social. Na maioria desses casos, a participação é vista como uma tábua de salvação, ao permitir a criação de novos canais e mecanismos de relação entre a sociedade civil e a esfera pública. A participação social pode ser considerada um processo de redefinição entre o público e o privado, dentro da perspectiva de redistribuir o poder e visando à tomada de decisões e à gestão local. (PERUZZO, 1995; DEMO, 2001; MUÑOZ, 2004; GOHN, 2008; CAMPOS, 2010). Em escala mundial, conforme influência das relações do macrosistema, organizações envolvidas com a área de desenvolvimento passaram a incluir a participação social como parte fundamental de seus processos. Em decorrência disso, os organismos internacionais de financiamento reforçaram o incentivo à participação comunitária como o meio de alcance do desenvolvimento socioeconômico, porém “numa visão transformadora da sociedade que disfarça relações de poder” (SAYAGO, 2000, p.47).

Cabe um alerta sobre como tais organismos incentivam os países em desenvolvimento a implementar a participação que, em muitas ocasiões, funciona como substituição de responsabilidades. A interferência de agentes externos na orientação das ações coletivas locais é evidente, transformando a chamada participação em estratégia de dominação, e não um caminho ao exercício pleno da cidadania.

Ainda em relação ao poder, Peruzzo (1995) afirma que a participação pode ser controlada, e que ocorre muitas vezes oriunda de pressões sociais, sendo conquistada pelos grupos ou oferecida pelos detentores do poder de uma maneira vertical, de cima para baixo. Nesse caso, é preciso lembrar tanto do apoio educacional da Instituição proponente como dos discursos sobre a educação e a intervenção pública nos serviços oferecidos pelo Estado. Essa participação é oferecida somente até o limite que as instâncias detentoras do poder permitem: até o ponto que não ameace as estruturas de poder vigente. A participação pode ser manipulada e visar a adaptação às demandas e interesses de quem possui o poder. (FOUCAULT, 1979; PERUZZO, 1995; DEMO, 2001; MUÑOZ, 2004; GOHN, 2008; CAMPOS, 2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o objetivo proposto neste estudo que foi o de investigar o significado de participação para os integrantes da Rede Social Taubaté e compreender como os contextos

influenciam neste significado, faremos, neste momento uma discussão geral dos resultados aqui apresentados.

Verificamos que no grupo a participação se efetiva de forma atuante, no sentido de quem age. Esta ação ocorre na coletividade, mas não é visando o coletivo e sim o individual, ainda que seja velado. Assim, pode-se compreender o objetivo e interesse destas pessoas com a participação. No coletivo elas ganham forças, porém de operacionalização, ampliando suas ferramentas e as potencialidades de atendimentos de suas demandas. Porém, a reflexão, a autonomia e as questões sociopolíticas, têm importâncias minimizadas para este grupo, contempladas por poucos sujeitos, aqueles que são conselheiros municipais. É relevante citar que a maioria dos integrantes da Rede Social Taubaté possui nível superior em áreas que visam promover a autonomia e a emancipação. Pôde-se confirmar a força das influências das relações do microsistema, neste estudo, prioritariamente, a família.

Os integrantes da Rede Social Taubaté agem, ou melhor, participam buscando melhorias, conforme visto anteriormente, porém, estas melhorias estão relacionadas aos seus próximos. A intenção de melhoria é para os contextos locais. Os sujeitos pesquisados participam prioritariamente por influências oriundas da família e em prol dela. Uma minoria dos sujeitos tem em sua participação uma intenção de interferência em políticas públicas ou na sociedade como um todo. Quando ocorre, não foi por planejamento ou intenção, mas por mera consequência. Pode-se argumentar que devido à indissociabilidade entre o individual do coletivo, o individual, ou seja, a família, possui, implicitamente, uma força maior, para os sujeitos pesquisados.

Sobre o coletivo, a comunidade e a rede, confirmando então a explanação supracitada, percebeu-se que os sujeitos participam no coletivo, mas não para o coletivo. Avritzer (2010) confirma esta questão quando comenta em seus estudos sobre a dinâmica da participação local no Brasil que desde 1980 se apontava para algumas características de uma participação horizontal, porém, conforme comentado por Fischer (1996) e Landim (2000), com influências da igreja nas formas participativas, que não possui como objetivo, a participação local e social para interferência em políticas públicas e sim para as questões emergenciais, caritativas e locais.

Este estudo teve como proposta contribuir para a ampliação teórica sobre o significado de participação em redes sociais comunitárias e os estudos relacionados as redes sociais. Propôs também, possibilitar as reflexões dos profissionais envolvidos no fomento ao desenvolvimento humano, social e local. Desse modo, em razão das diferenças entre as relações societárias, tecidas na sociedade, sem vínculos estreitos ou presença constante; e as relações comunitárias, tecidas nas comunidades, com vínculos estreitos e presença constante (BAUMAN, 2001), foi

importante a definição de rede social comunitária que foi feito no início deste estudo. Esta menção se fez retomando as reflexões sobre as diferenças das relações sociais características de cidade de pequeno porte e com cultura política provinciana como é o caso da cidade em questão. Nos encontros promovidos pela instituição do sistema S, entre os profissionais que atuam em seus programas institucionais, para trocas de experiências e atualizações, já ocorreram debates que possuíam exatamente este enfoque. Os profissionais que atuam na região da grande São Paulo ou de município do estado de São Paulo que possuem mais de trezentos mil habitantes, tinham experiências em redes sociais que ocorriam em bairros, devido as relações comunitárias só ocorrem nestes contextos. Em contraposição, os profissionais que atuam em municípios que possuem menos de trezentos mil habitantes, como é o caso de Taubaté/SP, as redes sociais não possuem os bairros como limites. A relação com vínculos estreitos ocorre por toda a cidade devido ao cotidiano compartilhado nos mesmos ambientes.

Sobre a questão da psicologia social comunitária, entende-se que ela é um campo do conhecimento que promove a participação para a tomada de consciência em relação aos fenômenos e às relações sociais, bem como o fortalecimento dos vínculos comunitários. Nesse sentido, a questão de saber a serviço de quem e para quê o profissional de psicologia atua, é fundamental para a consecução dos objetivos propostos pela disciplina. Adentrando então a questão da atuação, ligada também as questões sociopolíticas e do poder, Avritzer (2010), comenta sobre a relação de autonomia e dependência que as organizações possuem, também, em relação ao Estado e que se expressa pela maneira como realizam demandas por bens público e ao mesmo tempo defendem suas autonomias organizacionais. Esta relação de poder/autonomia afeta a sua ação e o significado de sua participação. Este autor complementa que a pluralização da participação local e social começa a se firmar nos anos de 1990 e 2000 em função do surgimento das legislações locais sobre conselhos. Este fator, também passa a influenciar a participação e seu significado para os integrantes da Rede Social Taubaté (este grupo possui conselheiros municipais).

Finalizando esta discussão, trazemos a pauta um alerta sobre a questão da participação, que possibilita iniciar novos estudos sobre a efetividade deliberativa no significado de participação. Assim, tornou-se clara a necessidade de avançar na direção de refinar o marco analítico nos estudos sobre participação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.M.O; CUNHA, G.G. Representação Social do Desenvolvimento Humano. **Psicologia e Reflexão**, v. 16, n. 1, p. 147-155, 2003.
- AVRITZER, L. (org). **A Dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010
- BARNES, J.A. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987, p. 159-193.
- BAUMAN, Z., **Modernidade Líquida**. Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2002.
- BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CAMPOS, R.H.F. **Psicologia comunitária, cultura e consciência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- COSTA JR, A.L; DESSEN, M.A. **A Ciência do Desenvolvimento Humano: Tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- CRUZ, M.H.S.. **Formação profissional, representações de gênero de trabalhadores assistentes sociais**. Aracaju: UFS, 2000.
- DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: FISCHER, T. (org). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, p.13-23, 1996.
- FRANCO, A.de. **O Lugar mais desenvolvido do mundo: Investindo no Capital Social**. Projeto DLIS – Agência AED. Edição 2004.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOHN, M.G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- GUARESCHI, P. **Relações comunitárias: Relações de dominação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- INOJOSA, R.M. Redes de Compromisso Social. **Revista de Administração Pública**, FGV, v. 33, n. 5, p. : 115-141, set./out. 1999.
- LANDIM, L. **Doações e trabalho voluntário no Brasil:– uma pesquisa**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.
- LANE, S.T.M. (Org). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- LIFSCHITZ, J.A. **Comunidades tradicionais e neocomunidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- LIMA, L. C. (Org.). **Teoria da cultura de massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- LOIOLA, E; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, T. (org). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.53-68.

MACHADO, J. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, v. 9, n. 18, p. 248-285, jul./dez. 2007.

MADEIRA, M. C. Representações sociais e processo discursivo. In: MOREIRA, A.S. P.(Org.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: UFPB, 2005, p. 459-469.

MARQUES, R. **Professores, família e projeto educativo**. Porto: Asa Editores, 2001.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. In: BOCK, A.M.B. et al. **Estudos de Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1996.

MARTINHO, C. **Algumas palavras sobre redes**. Rede DLIS, 2002. Disponível em: http://www.rededlis.org.br/textos_download.asp?action+lista/ordena=autor>. Acesso em 02 maio 2010.

MINHOTO, L.D.; MARTINS, C.E. As redes e o desenvolvimento social. **Caderno FUNDAP**, n. 22, p.81-101, 2001.

MOREIRA, A.S.P; OLIVEIRA, D.C.(orgs). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2.ed. Goiânia: AB, 2000.

MUÑOZ, C. **Pedagogia da vida cotidiana e participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2004.

PERUZZO, C., M., K. **Relações públicas com a comunidade: uma agenda para o século XXI**. 1995. Disponível em: <<http://www.portalrp.com.br/bibliotecavirtual/comunidade/terceirosetor/0145.pdf>> Acesso em: 12 maio 2011.

POLONIA, A.C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia: cadernos de psicologia e educação**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

SAYAGO, Doris A. V. A invenção burocrática da participação: Discursos e Práticas no Ceará. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

SAWAIA, B.B. **Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SCARPARO, H.; GUARESCHI, N. Psicologia Social Comunitária e Formação Profissional. **Psicologia & Sociedade**, n. 19, Ed. Espec. 2, p. 100-106, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe2/a2519ns2.pdf>>. Acesso em: 15 ago 2012.

SIFUENTES, T.R. et al. Desenvolvimento Humano: desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol.23, n.4, pp. 379-386 2007.

SCHERER-WARREN, I. **Rede de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2005.

SOUZA, M.L. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo: Cortez, 1991

SPOSATI, A. O. A participação e o pôr-se em movimento. **Serviço Social & Sociedade**, v. 3, n. 9, p. 43-56, 1982.

VASCONCELOS, E.M. **O que é Psicologia Comunitária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WHITAKER, F. **Rede: uma estrutura alternativa de organização**. Revista Mutações Sociais. Rio de Janeiro, CEDAC, mar/abr/maio, 1993.

**DA PRODUÇÃO `A COMUNICAÇÃO:
como alguns conceitos perdem a supremacia na abordagem da atual crise
ecológica pelas ciências sociais.**

João Júlio Vitral Amaro

Professor no Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – MACPS

Escola de Arquitetura da UFMG

Arquiteto, Mestre em Economia pelo CEDEPLAR-UFMG

Dr. pela Technische Universitaet-Berlin, Alemanha.

juliovitral@yahoo.com.br

Resumo

O texto trata de alguns conceitos em diferentes contextos e procura abordar questões propostas por alguns autores sobre a estreita relação entre teoria social e ecologia. Para este propósito são examinados os principais conceitos de Karl Marx, Georgescu-Roegen e Niklas Luhmann, respectivamente “produção”, “entropia” e “comunicação”: são incompatíveis os conceitos de produção em Marx e o de entropia. Georgescu-Roegen usou o conceito de entropia para construir a quarta lei da termodinâmica na qual ele amplia o conceito para a matéria e este fato mostra o limite da teoria de Marx. Toda comunicação no interior de um sistema opera pela seleção e processamento de apenas uma quantidade limitada de informações disponíveis de fora. Cada sistema trabalha estritamente em seus próprios códigos e sem acordo sobre os modos como outros sistemas percebem seu ambiente. Niklas Luhmann desenvolve um programa teórico para exame desta questão.

PALAVRAS CHAVE: teoria de Marx, teoria de sistema, meio ambiente.

Abstract

The paper deals with some concepts in different contexts and seeks to focus questions proposed by some authors about the close link between social theory and ecology. For this purpose the main concepts of Karl Marx, Georgescu-Roegen and Niklas Luhmann are examined, respectively, “production”, “entropy” and “communication”: the Marxian concept of production and entropy are incompatible. Georgescu-Roegen has used the entropy concept to construct a fourth law of thermodynamics in which he extended the entropy concept to matter and this fact shows the limits of Marx`s theory. All communication within a system operates by to its very own code and has no understanding at all for the way other systems perceive their environment. Niklas Luhmann develops a theoretical program for such research.

KEY WORDS: marxian theory, system theory, environment

Quanto mais se tornam conhecidas as graves conseqüências das transformações físicas ocorridas no planeta pela ação humana, mais as ciências sociais se vêem desafiadas a oferecer respostas aos problemas detectados pelas chamadas ciências da natureza. Mais permeáveis às emanções culturais de cada lugar, as ciências sociais dificilmente apresentariam alguma unidade de caráter global no trato da questão ambiental ainda que possam ser detectadas algumas idéias básicas com algum poder de radiação. A teoria marxista, por exemplo, comparece entre nós, desde a década de 1970, com bastante vigor nas abordagens sobre as questões sociais envolvidas na urbanização ou nos processos relacionados com o redimensionamento das classes ou frações de classe e impulsionados pelas diversas modalidades de uso do território nacional. O problema ambiental, no entanto, tal como colocado hoje, não se deixa abordar pelo exclusivismo de alguns conceitos próprios da teoria de Marx e que eram usuais quando o tema era sociedade-território, pois, como será demonstrado, o “recorte” oferecido por esta teoria tem como pressuposto uma idéia de natureza insuficiente para tratar a atual crise ecológica.

A “objetividade” das ciências da natureza permite que as pesquisas se restrinjam a um nítido encadeamento de perguntas e respostas, levando os cientistas desta área a uma situação confortável quanto à aferição certo-errado. As ciências da natureza são aquelas que mais se aproximam do processamento binário “verdadeiro-falso” que a teoria de sistemas de Niklas Luhmann atribui às ciências em geral. Uma equipe de químicos e biólogos pode estabelecer com precisão a capacidade de um tipo de solo em garantir o desenvolvimento de determinadas plantas. Não há como tergiversar: o solo é apto ou não. O mesmo já não acontece com a economia, por exemplo, quando aborda a “fertilidade natural”. Não é pela insuficiência de conhecimentos de química ou biologia dos economistas que a economia apresenta um déficit no trato da questão das coisas da natureza. O conceito de “fertilidade” é “traduzido” para o sistema conceitual da economia (e assim subordinado ao conceito de produtividade) e nesta tradução é ofuscada ou relativizada a natureza química ou biológica dos solos. A “fertilidade”, conjunto de características físico-químicas de um solo, é para a economia aquela fertilidade apta a ser explorada economicamente, encontrando, pois sua mensuração no âmbito de um processo social (a concorrência econômica) onde atributos naturais não se apresentam como grandezas absolutas ou, pelo menos, não como definidoras do maior desempenho econômico. Isso se coloca com bastante clareza quando é examinada atentamente a “lei das vantagens comparativas” de David Ricardo, já no nascimento desta disciplina que veio a ser chamada de economia. Assim, vamos recorrer ao desenvolvimento do pensamento econômico (tomando assim a economia como caso exemplar para os impasses da

teoria social) para identificar já em sua gênese a precariedade da abordagem do mundo natural ou daquilo que Karl Marx chamou de “metabolismo do homem com a natureza”.

Na obra de Marx há uma abordagem da natureza que envolve uma dimensão teórica inapreensível se a consideração sobre os valores fica restrita à consideração deles como quantum de trabalho tão somente. Vê-se ali que expressões como “matéria natural” (Naturstoff), “substrato material” (materielle Substrat) ou simplesmente “natureza” (Natur) são expressões equivalentes, quando Marx se refere ao que não é “filtrado pelo trabalho”. A “natureza”, por ser a provedora originária da matéria que será objeto de trabalho, é o pressuposto da atividade produtiva humana. É desse modo que os dois elementos que se combinam nos valores de uso – o trabalho e o substrato natural - são tratados por Marx, respectivamente, como atividade formativa e componente material (Marx, 1977, p.239, v.I). No resultado reificado do trabalho (ou seja, na mercadoria) esconde-se o movimento que o produziu, e, na medida em que esse resultado se incorpora a processos mais amplos, degrada-se novamente à coisa sensível, ao “modo de existência material” (sinnliche Existenzweise), ao objeto, que ao ser consumido, impõe ainda as suas determinações naturais. Tais determinações impostas pela natureza deverão encontrar expressão como categorias econômicas (Marx, 1981, p.163, v.II).

Observando mais de perto essa polarização constitutiva dos valores de uso, é possível relacionar a natureza com a produção no plano material e o trabalho com a produção no plano formal onde, então, as leis naturais persistem sob a atividade formativa do trabalho. Aqui é interessante apontar a aproximação possível entre os conceitos aristotélicos de "forma" e "matéria". Forma é o princípio de ordem, é a escultura que preexiste na cabeça do escultor, matéria é o substrato passivo, o bloco de mármore: princípio masculino e princípio feminino. De fato, nesse contexto, ocorre a Marx lembrar de Willian Petty, para quem a “terra é a mãe e o trabalho é o pai”. A matéria natural, por possuir suas próprias leis - e os propósitos humanos se realizam através dos processos naturais - faz com que os conteúdos da atividade humana não sejam apenas sócio-históricos, mas também limitados pela própria estrutura material (Marx:1981.v.I.pg.51).

Lembrando que Karl Marx tem como propósito reconstituir os movimentos essenciais do capital, sua ênfase é a “reificação” ou o processo de “desligamento” a que somos levados na imersão das relações capitalistas. Assim é que, independente de os valores de uso terem sido produzidos ou não pela intervenção humana, pelo trabalho, eles são situados na teoria de acordo com o pretense poder autônomo que adquirem. Eles adquirem o poder de coisas que se defrontam com os homens como uma existência independente, como a da “substância natural”

ainda não conformada pelo trabalho. Marx observa que o trabalho materializado dos operários aparece como “uma potência que se sobrepõe àqueles que o produziram”. O mundo das mercadorias aparece como se proviesse da “coisa”-capital, o aumento dos lucros, da produtividade etc., e finalmente, o valor aparece como propriedade natural das coisas, não se distinguindo mais a capacidade da “natureza” ou do trabalho em prover os bens a serem consumidos. A fertilidade natural da terra, mais evidente em sociedades agrárias, perde em inteligibilidade nas sociedades onde o capital é a potência que tudo organiza.

Marx considera possível que, na agricultura, o aumento da força produtiva social “apenas compense ou nem sequer compense a diminuição da força natural”. Vale dizer, a produtividade social, que significa o aumento nos outros ramos produtivos do número de unidades produzidas com determinado quantum de valor, atua na agricultura para repor a perda da fertilidade natural da terra. O decréscimo da quantidade de produtos que a terra, pelas suas propriedades naturais, é capaz de produzir se evidencia no decorrer do tempo, fazendo com que o capital constante aplicado na agricultura não se traduza em um aumento da produtividade. (Marx, 1975, p.16, 79, v.II). Marx observa que, no decorrer do desenvolvimento capitalista, a produtividade na agricultura não se desenvolveu com a mesma velocidade que na indústria, quer dizer, o trabalho na agricultura tornou-se relativamente menos produtivo que o trabalho industrial. Este é um fenômeno histórico que não necessariamente tem razão em se manter e que Ricardo, segundo Marx, converteu em lei eterna. O fato de a agricultura sob o capitalismo, embora mais produtiva em termos absolutos, se tornar relativamente menos produtiva, leva a que o produto agrícola tenha um maior valor relativo se comparado com os produtos industriais. Esta elevação relativa dos valores dos produtos agrícolas eleva também a renda fundiária, mostrando assim uma “contradição inerente” à produção capitalista: a agricultura, por desenvolver a produtividade com menor velocidade, permite ao proprietário fundiário maior apropriação da renda. Isso quer dizer que paradoxalmente os latifundiários se beneficiam da progressiva perda daquilo que lhes é dado possuir pela regulamentação jurídica da propriedade. Eles se apropriam legalmente das forças da natureza e, contraditoriamente, ganham mais com a perda da capacidade natural da terra em produzir. É interessante observar, no âmbito do estudo da Renda Absoluta (onde n`O Capital é tratada a forma de renda derivada das diferenças de produtividade entre indústria e agricultura) que Marx chega a conclusões tão “pessimistas” e tão condenatórias à propriedade fundiária quanto as de Ricardo. Nos capítulos sobre a Renda Diferencial, no entanto, Marx vê, depois de cinquenta anos das observações de Ricardo, o avanço da tecnologia sobre a agricultura, sobretudo como consequência da aplicação de fertilizantes químicos, a partir das pesquisas de Justus Liebig (Marx, 1981, p. 778, 787, v.III).

Ricardo que, de acordo com Marx, pretendeu denunciar a imposição da propriedade fundiária como forma específica do consumo dos bens naturais, não consegue fundamentar teoricamente sua posição contrária aos rentistas. Marx considera que Ricardo, por não ter identificado a formação da Renda Absoluta, deixou de reconhecer o “efeito econômico” da propriedade do solo. Mas a maior diferença que entre ambos - que a teoria da Renda Absoluta vem tornar patente - é que Ricardo propõe uma teoria que, embora não sendo assumidamente uma teoria “fisiológica” do valor, deixa lugar a uma “naturalização” da investigação sobre o valor: Ricardo procura a “coisa” valor, quer em suas mãos, como todo empirismo, a expressão tangível da teoria. Ao fazer da “medida invariável do valor” a sua pedra filosofal, Ricardo apreende apenas de modo incompleto a forma social subjacente ao valor. Ironicamente a teoria ricardiana transforma o valor em “coisa”, em “natureza”; e, por isso mesmo, deixa de apreender o consumo dos bens naturais quando da submissão da natureza às relações sociais determinadas pelo capital. Vale lembrar aqui das conseqüências da teoria de Ricardo para o alvorecer do pensamento socialista moderno quando, então, Owen e seus seguidores propõem os “certificados de trabalho” como meio de assegurar a justa remuneração dos trabalhadores. Estes certificados, por expressarem exatamente a quantidade de trabalho, eliminariam a exploração da mais-valia. Que esses “ricardianos de esquerda” se iludiam foi demonstrado por Marx em suas considerações sobre as oscilações de valor de qualquer meio que também pudesse servir de moeda (Marx, 1981, p.109, v.I).

O pensamento econômico que prevalece após a idade heróica da Economia Política é marcado pela recusa da teoria do valor-trabalho. São outras as questões colocadas pela economia mainstream para abordar em termos mais teóricos a questão ambiental. Herdeira dos neoclássicos, os modelos utilizados para tentar reproduzir conceitualmente a realidade econômica pecam por adotar princípios explicativos que pouco contribuem para atenuar as agressões ao meio ambiente. Para as atuais vertentes teóricas hegemônicas é sempre pressuposta a substituição entre bens produzidos pelo homem (capital) e bens naturais, ao mesmo tempo em que se confia à inovação tecnológica a capacidade de sempre oferecer uma resposta à escassez dos recursos naturais. Como conseqüência, essas teorias afirmam a possibilidade de sempre se manter os atuais modelos de crescimento econômico, mesmo com recursos escassos, na condição de que esses possam ser substituídos pelo capital, seja pela inovação tecnológica, seja pela reciclagem completa. Essa perfeita substituição de fatores comumente pressuposta pelos neoclássicos revela uma concepção subjacente de “reversibilidade” da qual nem Marx nem os clássicos da Economia Política teriam escapado já que estão envolvidas aí representações que o senso comum aceita e que, dado o domínio das representações sobre o tempo da física clássica, são difíceis de serem neutralizadas (Georgescu-Roegen, 1999).

Para Georgescu-Roegen, é surpreendente que a teoria neoclássica tenha adotado o modelo mecanicista quando a mecânica clássica não tinha mais o domínio absoluto na física. A evidência dos modelos mecanicistas é a representação, comum nos livros de economia, do processo econômico como um diagrama circular, um movimento pendular entre a produção e o consumo em um sistema completamente fechado. Georgescu-Roegen, físico e economista, convida a um olhar crítico aos paradigmas da economia a partir da segunda lei da termodinâmica, já que este princípio tem uma extensão teórica e prática que vai muito além do domínio das máquinas a vapor e muito tem a indicar sobre o consumo energético nas sociedades industriais. O segundo princípio da termodinâmica introduz o conceito de “qualidade” de energia, uma medida da capacidade de um sistema de transformar o calor em energia mecânica. Esta segunda lei foi estabelecida quando Clausius distinguiu processos reversíveis de processos irreversíveis, introduzindo o conceito de “entropia”: uma grandeza que aumenta com a dissipação e atinge o seu valor máximo quando todo o potencial de executar trabalho está esgotado. De acordo com essa versão da segunda lei, num processo reversível a variação de entropia é nula, ao passo que nos processos irreversíveis a entropia sempre aumenta (Coveney, 1993, p.130). Com o enunciado do segundo princípio mostra-se que o problema com o qual a humanidade se confronta não é o da conservação da energia, mas o da conservação de certa qualidade de seu dote energético, ou seja, de sua capacidade de fornecer trabalho útil (Hémery, 1993, p.17).

A energia existe em dois estados qualitativos: a energia disponível e a energia não disponível. Essa distinção, assumidamente antropomórfica, diz que a energia química contida em um pedaço de carvão, por exemplo, é energia disponível porque o homem pode transformá-la em calor e assim em trabalho mecânico. A imensa energia calorífica do mar é energia não disponível. A energia disponível implica uma estrutura ordenada. Desse modo, pode-se dizer que a entropia se define também como uma medida de ordem/desordem. De acordo com Georgescu-Roegen, para quem os princípios da termodinâmica devem se aplicar na consideração econômica da transformação material, uma lâmina de cobre apresenta menor entropia que o mineral que o produziu (Georgescu-Roegen, 1989, p. 63). Para este autor, a dissipação ou degradação da matéria/energia (dos elementos dispostos pela natureza) segue uma rota de irreversibilidade que é acelerada pela produção humana: uma folha de papel apresenta uma entropia mais baixa do que a massa de celulose, com a qual a sua produção se iniciou. Esse aumento de ordem (a baixa entropia da folha de papel) só foi possível porque em algum lugar a entropia (desordem) aumentou na forma de dispersão de energia dos trabalhadores e das máquinas e de dejetos líquidos, de gases na atmosfera. A constatação de que a entropia proporciona uma “flecha do tempo” explícita - ou seja, a

entropia crescente coincide com o movimento do tempo para frente (Coveney, 1993, p. 130) - vem fazer com que os modelos reversíveis da economia sejam questionados como modelos que possam apreender a degradação ou dissipação da matéria-energia presentes em todas dimensões do processo econômico em geral (produção, transporte, consumo etc.).

A partir da perspectiva adotada por Georgescu-Roegen, Elmar Altvater mostra que, se considerada pela lei da termodinâmica, “a produção não é nada mais que transformação de energia e matéria, pela qual um input de que nós dispomos se transforma em um output de que nós necessitamos” (Altvater, 1987). Para os agentes econômicos (empresários, capitalistas) essa transformação é indiferente, desde que possa ser criado o excedente que brota do processo de transformação. Entenda-se excedente aqui como categoria econômica; ou seja, como acréscimo ao capital adiantado. O processo de produção é, portanto, o processo de trabalho, no qual a transformação de matéria e energia age segundo as leis da natureza, e o processo (social) de valorização, cujo percurso faz gerar um acréscimo ao capital (Altvater, 1987). Considerando essas duas lógicas superpostas, Altvater aponta a dificuldade de se “ecologizar” a economia. Considerando que há “igualdade entre inputs e outputs na termodinâmica (ecologia) e produção de excedente na economia” observa-se então uma dificuldade intransponível e “esta contradição estrutura as relações entre economia e ecologia no modo de produção capitalista” (Altvater, 1987). De fato, os materiais transformados em valor de uso (matéria transformada e degradada de acordo com a termodinâmica) são, ao mesmo tempo, valores de troca. Isso quer dizer que eles (os valores de troca, ou matéria transformada) são subsumidos à forma-valor e, com isso, à forma-dinheiro. Submetida ao fluxo das trocas mercantis, toda transformação qualitativa de matéria-energia (com todos os percalços impostos pelo princípio da entropia) é trazida para uma unidade igual de medida (o dinheiro) e “a partir daí só podem se distinguir quantitativamente” (Altvater:1987). Para a mercadoria, submetida à forma-valor, fica perdida, na representação social, a natureza modificada da qual ela se origina.

Como foi mostrado atrás, Karl Marx critica a iniciativa dos primeiros representantes modernos do pensamento socialista em propor uma moeda que representasse imediatamente a quantidade de trabalho (os “certificados de trabalho”). O ataque a Owen faz parte da crítica que Marx faz de Ricardo, em particular, e do empirismo dos economistas, em geral, e, assim, numa consideração mais ampla, pode também ser trazida para refletir sobre a questão ecológica. O núcleo conceitual no qual se baseia a crítica aos “certificados de trabalho” é a teoria monetária de Marx da qual podemos também concluir, como Altvater, que toda transformação qualitativa de matéria e energia gasta nos processos econômicos só podem se expressar

quantitativamente pela única unidade de medida possível no capitalismo, o dinheiro. Desse modo, ao depararmos com propostas de criação de uma “moeda” que representaria o quantum energético de uma mercadoria no intuito de trazer para a realidade social as conseqüências do processo natural implícito na produção material (capitalista), não poderia deixar de nos ocorrer a crítica de Marx à “coisa”-valor dos economistas.

A partir da crítica de Marx aos pensadores sociais de seu tempo, é possível abordar a questão ecológica nas representações e práticas sociais. Grande parte das representações que a sociedade faz de si mesma baseia-se no predomínio do discurso da economia: a economia é o grande reservatório semântico das sociedades que avançaram mais nos processos de transformação material e produção de resíduos (industrialização). No entanto, como mostra Georgescu-Roegen, a economia mainstream é tributária de modelos que desconsideram tempo e espaço; e, por isso, são deficitários exatamente na possibilidade de apreensão da transformação material, física, nas sociedades industrializadas. Em seu texto seminal (“Ökologische und Ökonomische Modalitäten von Zeit und Raum”) Altvater (1987) apresenta a base teórica que vai orientar seus escritos posteriores, afirmando, logo de início, que a economia “sem tempo e sem espaço” existe apenas nos modelos neoclássicos da “economia pura”; e como para confirmar, logo a seguir, a fonte inspiradora para suas reflexões, nosso autor cita Georgescu-Roegen: “the neoclassical mode of representing the production function ignores the time factor”. São enormes as conseqüências desse pensamento que se expressa em frases tão curtas.

Trazer o aparato conceitual elaborado na crítica à economia política por Karl Marx e juntar a ele a contribuição de Georgescu-Roegen para examinar a crise ecológica tem conseqüências talvez ainda não completamente previsíveis para a renovação da teoria social. Poderia parecer à primeira vista que buscar os desdobramentos da produção industrial nos seus inevitáveis desdobramentos materiais, físicos (como em Georgescu-Roegen, que acentua a produção de dejetos) seria dar continuidade ao pensamento subjacente à crítica de Marx à economia política no que diz respeito à apropriação da natureza. Para Marx, pelo menos naquilo que se deixa deprender do texto de *O Capital*, a prática social (com suas representações, ideologias, ciência econômica etc.) apenas pode “processar a natureza” (reter suas determinações, elaborar, calcular) como categoria econômica: a “fertilidade natural” só é inteligível como “fertilidade econômica”.

Assim, o conceito de produção em Karl Marx é prioritariamente relacionado com a transformação material (processamento social da natureza) e diz respeito à possibilidade de se plasmar a coesão social através da estabilidade relativa ou garantia de certa regularidade das

práticas sociais (“modo de produção”), embora instável (“luta de classes”); e ainda anunciar novas formas sociais quando se mostra viável as possibilidades materiais de uma outra distribuição do produto gerado pela relação homem-natureza (“contradição entre forças produtivas e relações de produção”). Esta abordagem da natureza de Marx é, no entanto, unilateral na medida em que não considera a outra face da natureza, a entropia. Como poderá ser pensada agora a coesão social (embora instável) quando esta não é mais garantida pelo modo “produtivo” da relação homem natureza?

Num contexto de crise ecológica, quando a palavra chave é entropia (que Georgescu-Roegen liga a seus fenômenos correlatos como dejetos, radiação térmica, toxidade, ineficiência energética), pode-se dizer que Karl Marx, ao reproduzir conceitualmente a sociedade capitalista, tivesse retido “apenas” o esquema binário “produção-consumo”: as classes sociais se definem (se “estabilizam” ou se reproduzem) na específica repartição do produto social possível sob a égide do capitalismo. A mais-valia (trabalho não pago ou sobre-trabalho) se reparte pelas regularidades impostas pelas determinações formais de cada “setor”: lucro para o industrial, juros para o banqueiro e renda fundiária para o proprietário da terra. A renda da terra resulta da propriedade privada de atributos naturais, mas estes são os atributos “consumíveis” que entram no circuito produção-consumo e não mostram a outra face: os dejetos.

Marx ao notar que os capitalistas já haviam se “territorializado”, deixa entrever uma específica “produção” social da natureza em que se “legitima” uma das fontes dos ganhos capitalistas, quando a regulação do acesso à natureza se cumpre pelas categorias fundamentais próprias do capitalismo: concorrência, produtividade e preço. Isso quer dizer que este acesso à natureza se viabiliza apenas como uma projeção antropomórfica muito específica: selecionar da natureza os atributos que se “resolvem” como preço. Daí os insistentes ataques de Marx às recaídas empiristas dos economistas que relutavam em ver que é social o único modo de se “processar” a natureza. O problema agora surge quando “natureza” mostra a outra face não asseguradora de uma repartição “estabilizadora” dos produtos. Não se trata mais da já regulamentada luta pela repartição do produto a ser consumido (seja consumo produtivo ou improdutivo). Trata-se agora da degradação material e energética que se manifesta também como “natureza”, mas só que agora não mais como fonte que assegura a distribuição “funcional” entre as classes sociais.

Algumas dessas considerações sobre temas que se encontram basicamente n`O Capital podem se estender para asserções mais difundidas do pensamento de Karl Marx. É

flagrante no pensamento de Marx a afirmação da “materialidade” da vida social em contraposição ao idealismo que imperava na Alemanha no seu tempo. Embora retendo grande parte das conquistas intelectuais de Hegel – o que se patenteia, sobretudo no “método” de *O Capital* –, Marx recusa a idéia de um “espírito absoluto” que presidiria o desdobrar da História e contrapõe a ele a luta pelo domínio material como motor das transformações sociais. É o metabolismo do homem com a terra que, condicionado pelo acervo de recursos técnicos, promove a divisão social. Fica implícita, em Marx, a esperança que se deposita nos avanços do conhecimento científico que, ao impulsionarem as “forças produtivas”, farão eclodir os modos até então mais estáveis da “injusta” divisão do produto social. Para uma sociedade determinada, entra em questão a sua específica divisão de classes quando, no entender de Marx, as condições materiais para uma outra repartição do produto já estão presentes; ou, no jargão do marxismo, quando as forças produtivas entram em contradição com a divisão social do trabalho. Como sugerido acima, Marx faz a leitura do capitalismo exclusivamente pela dualidade produção-consumo e assim não pensa que a produção, além de propiciar o consumo (produtivo e improdutivo) também produz dejetos (e os correlatos da entropia como radiação térmica, degradação energética, perda da biodiversidade). Diante disso fica para o marxismo a questão - irrecusável no contexto do debate sobre a crise ecológica - de como se estruturariam as classes sociais quando a produção não seria mais exclusivamente fonte de estabilização ou não poderia mais ser enaltecida por si só como garantia de um mundo melhor, anunciando para as classes hoje subalternas melhores resultados nesse metabolismo do homem com a natureza.

A estrutura de exposição da obra *O Capital* (*Das Kapital*) é inspirada em Hegel. Este fato é o que se depreende da idéia de capital como “totalidade”, justificando assim não apenas a recusa de Marx à abordagem descritiva dos economistas, mas ainda a concepção de capital como entidade provida de capacidade de auto-produção, como “organismo que cria os órgãos que lhe faltam” (Marx, 1977, p.220). O próprio Marx deixa que se insinuem passagens bastante significativas do próprio Hegel no decorrer de sua exposição, como aquela em que se evidencia a analogia entre capital e a “astúcia da razão” (*List der Vernunft*) hegeliana, da qual se atribui a capacidade fazer com que as coisas trabalhem para ela própria, a razão (Marx, 1983, p. 150). Há uma ordem teleológica a presidir o desenvolvimento lógico-histórico do capital. Esta ordem se manifesta, assim como na concepção de *Lógica* em Hegel, no desenvolvimento da exposição de *O Capital*, permitindo a Marx a superação de uma questão decisiva e insolúvel nos termos em que foi deixada pelos economistas clássicos. Trata-se da questão da crescente introdução no capitalismo de tecnologia poupadora de “trabalho vivo”.

Evitando a abordagem empírica que levaria a crer que o desenvolvimento do capitalismo apontaria para uma crescente substituição de homens por máquinas, Marx concebe a técnica como “negação” do trabalho vivo, sem precisar jogar por terra a afirmação de que a fonte de vida do capitalismo jorra da extração do “mais trabalho” ou mais-valia (Mehrwert). A “negação” do trabalho pela técnica é uma negação nos moldes de Hegel, como “superação” e manutenção (Aufhebung) da primeira afirmação (o fundamento do valor é o trabalho vivo). Não é uma simples coincidência o fato de a estrutura da exposição de *O Capital* estar organizada em três livros com atributos análogos aos três livros da Grande Lógica de Hegel (Wissenschaft der Logik). No entanto, Marx tem outras referências estranhas ao universo hegeliano como, por exemplo, o evolucionismo de Darwin. Nesse sentido, é revelador a absorção por Marx de outras influências, a observação apontada acima de que a chave explicativa das sociedades menos desenvolvidas é a sociedade capitalista, “assim como a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”. Ora, estamos aqui diante de duas teses oriundas de dois ambientes antípodas: teleologia e evolucionismo. Assim, fica difícil aceitar que a demonstração de um processo teleológico venha a ser ilustrado com uma afirmação do evolucionismo.

O confronto de Marx com os economistas ingleses, no fundo, expõe diferenças marcadas por diferentes culturas científicas. Quando a inglesa Joan Robinson (1903-1983) diz que “não há nada que é dito em termos de valor que não possa ser dito em termos de preço” fica evidenciada sua recusa em aceitar a “essência” (valor) que na teoria de Marx presidiria a formação dos preços e, assim, a afirmação do vínculo dos ingleses com uma formulação mais marcada pelo empirismo. Nesse sentido pode-se afirmar que a teoria de Niklas Luhmann (1927-1998) tem mais afinidade com Joan Robinson do que por uma observação da sociedade que vise mais a “essência”. A teoria de sistemas de Luhmann é funcionalista.

Em geral quando se fala em “sistema” apela-se a uma imagem de coordenação entre partes onde cada uma desempenha funções distintas, mas submetida a uma ordem acima dos elementos. No entanto, esta é a imagem que deve logo ser evitada para examinar melhor a teoria de Luhmann. A teoria de Luhmann é centrada na diferença entre “sistema” e “ambiente”. Embora diferentes, sistema e ambiente, são conceitos correlatos. A diferença entre os dois é uma diferença “em operação”, onde o sistema distingue de si mesmo o ambiente. Aqui pode ser trazida uma analogia com o conceito de “consciência” para a fenomenologia: a consciência é consciência de algo. Não há uma consciência “em si” e outra em operação. Assim é o sistema: o processar do entorno. Vale lembrar aqui que a palavra usada por Luhmann para designar o entorno de um sistema é a palavra alemã Umwelt, que também é traduzida entre nós por “meio-ambiente”,

mas seu significado não se restringe ao significado da tradução portuguesa. O entorno, se levado em conta o sistema, é, comparado com o sistema, mais complexo, mais amplo em suas possibilidades de arranjo de seus elementos. Diríamos que o entorno tem mais informação que precisa ser “reduzida” para poder ser “digerida” pelo sistema. Redução de complexidade significa a permanência seletiva num conjunto de possibilidades em bases estruturais. São as estruturas que determinam quanta complexidade interna um sistema pode criar e tolerar. O conceito de estrutura indica, portanto, a seleção das relações entre elementos admitidos em um sistema.

Sendo assim, são sistemas os sistemas nervosos, os sistemas psíquicos ou sistemas sociais que, diferentes, mantêm entre si a relação de ambiente, entorno, uns para os outros. Frente à alta complexidade do conjunto dos sistemas psíquicos (entorno) a sociedade (sistema) consegue (ou necessita) filtrar (processar) apenas aquele conjunto que se presta à sua própria coesão interna, deixando de lado grande parte dos sistemas psíquicos “não sociais”: nem todos os desejos, fantasias, ou humores de qualquer espécie se prestam ou comparecem junto ao processar interno do sistema social. Do mesmo modo o sistema psíquico (sistema) frente ao seu entorno (sistema nervoso) “aproveita” uma ínfima possibilidade do disponível pelas células, nervos, neurônios. Redução de complexidade significa que uma estrutura de relações entre elementos (de um sistema ou do entorno) se reconstrói em um número menor de relações em um sistema particular. A complexidade se realiza e se mantém em um sistema só mediante reduções. Sendo assim, redução e manutenção da complexidade se necessitam mutuamente.

Maturana (2002), biólogo chileno, adotou o neologismo “autopoiesis” ao examinar processos cognitivos a partir do funcionamento do cérebro. O cérebro funciona em regime de “clausura operacional”; quer dizer, não é “programável” de fora e suas operações são uma “auto-produção”. Isso ocorre nos sistemas biológicos em geral e pode ser ilustrado pela vida de uma célula. Pode-se entender que uma célula é o menor sistema vivo; isto é, uma organização que preserva a si mesma como resultado de sua organização. Isso quer dizer que ela produz componentes que produzem componentes que produzem componentes: enzimas produzem enzimas. Do mesmo modo que os sistemas vivos são caracterizados pela autopoiesis, também os sistemas psíquicos e os sistemas sociais se individualizam na sua auto-referência: nos processos psíquicos, pensamentos são feitos de pensamentos e nos processos sociais comunicação é feita de comunicação.

A comunicação é a operação específica que identifica os sistemas sociais: não existe sistema social que não tenha como operação própria a comunicação, e não existe

comunicação fora dos sistemas sociais. Toda comunicação no interior de um sistema opera pela seleção e processamento de uma quantidade limitada de informações disponíveis de fora. Sistema e meio se diferenciam no processar interno do sistema. Essa operação simultânea de demarcação e distinção, levada a efeito pela diferença, encontra sua forma mais pura na cibernética. A diferença é o âmago da cibernética: “a difference which makes a difference” (Bateson, 2000). Para a teoria de sistemas a cibernética não é apenas uma analogia, mas a possibilidade de se teorizar sobre a formação de sistemas complexos a partir de regras simples. Isto vale tanto para os processos psíquicos quanto para os sociais, para os neurônios quanto para organizações. Pelas correntes elétricas de um aparato cibernético permite-se um só comando: ligado ou desligado, positivo ou negativo, sim ou não. As interdições se dão uma a uma e, de cada vez, a inevitabilidade de uma única escolha se impõe. A primeira escolha (diferença) empurra para e segunda, da segunda para a terceira, criando-se a alta complexidade que assim fica definida como “emergência”.

Com origem na cibernética e na teoria construtivista, o conceito de observação é um dos conceitos centrais na teoria de sistemas. Bastante à vontade para colocar em questão até mesmo a realidade do chão em que pisam, os construtivistas estão antes interessados na criação da realidade mesma pelos processos psíquicos: “tudo que é dito, é dito por um observador” (Maturana, 2002). Até mesmo o tempo, esse conceito filosófico arredo, tão facetado de Aristóteles a Santo Agostinho, é definido por diferenças trazidas pela observação. “As representações sobre o tempo não têm objeto independente da observação. Elas, como observações e descrições de relações temporais, são observações e descrições no tempo. Daí poder-se concluir que elas são dependentes da sociedade que comunica sobre o tempo e desenvolve formas apropriadas para isso” (Luhmann, 2003, p.41). Há que se fazer seleção sobre aquilo (e não aquilo outro) que se quer. Na própria idéia de tempo há que se fazer uma seleção: de que tempo falamos? Do tempo que se nos oferece pela distinção passado-presente ou pela distinção imóvel-móvel? São duas semânticas do tempo. Semânticas sociais das quais a última (imóvel-móvel) é própria das sociedades nobiliárquicas, por exemplo, onde se distingue aquilo que permanece (os títulos, os privilégios) frente ao efêmero, ou seja, ao restante da sociedade.

O horizonte temporal das sociedades pré-modernas ocidentais ligava-se à concepção de movimento, fundamentalmente, pela distinção tempo-eternidade. A eternidade indicava a posição divina, da qual emanava o tempo, e garantia a origem de tudo. Daí distinguia-se o tempo finito da criação, aquele que tem um começo e um fim e cujo sentido só se encontra na eternidade. Para as sociedades funcionalmente diferenciadas (modernas, não mais estratificadas ou diferenciadas por títulos), o movimento é substituído pela idéia de presente, onde o passado e o

futuro incerto, contingente e aberto se projetam, onde o passado é a seleção feita de acordo com uma recombinação pelo endereçamento ao futuro. Assim, partir do século XVIII, a História (Geschichtsschreibung) é entendida como auto-referencial, a recombinação de dados e fatos, dependendo de quais princípios teóricos são adotados. A História torna-se histórica (Luhmann, 1987, p.216).

Se a sociedade, na sua representação de tempo, se faz histórica, concebendo o passado como o pressuposto do presente, o futuro torna-se o peso do presente, como risco. O conceito de risco se distingue do conceito de perigo. Risco relaciona-se com a decisão de se precaver contra possíveis danos futuros. É uma forma de vinculação com o tempo (Zeitbindung, time binding) que a sociedade assume ao decidir, no presente, o controle de suas próprias mudanças, de seu fluxo passado-presente-futuro. As decisões no presente condicionam aquilo que acontecerá no futuro sem que se saiba ao certo como isso vai acontecer. As decisões têm de ser tomadas sem conhecimento suficiente do futuro, fazendo, assim, que não se tenha nenhuma proteção de eventuais danos causados pela própria decisão. O comportamento de risco é caracterizado pela inevitabilidade da decisão: não se pode deixar de decidir (Luhmann, 1987, p.161).

As sociedades estão tão entranhadas pela alta tecnologia que o simples fato de se renunciar a uma decisão é também uma decisão. A técnica significa para Luhmann “a simplificação funcional num dado conjunto de relações causais”. Toda decisão relacionada à alta tecnologia envolve risco. A decisão sobre geração de energia por usinas nucleares leva o problema da atividade radioativa dos dejetos para, no mínimo, mil anos à frente. A decisão em não se ter usina nuclear entrega também ao futuro o problema da escassez de recursos para a geração de energia. A alta tecnologia diz respeito ao emaranhamento da tecnologia no interior dos sistemas sociais que torna obrigatória sempre a decisão sobre a tecnologia, mas já no interior das possibilidades prescritas pela própria tecnologia (Luhmann, 2003). Não há caminho de volta. Uma vez tendo-se iniciada a redução da complexidade (na escala elevada exigida pela alta complexidade social), pela baixa entropia da matéria organizada e dirigida a fins específicos, menos chance haverá para caminhos alternativos.

A partir da exploração dos conceitos desenvolvidos por Luhmann, é possível considerar de novos ângulos a questão do risco ambiental. A rigor, Luhmann não especifica o tipo de risco tratado em sua teoria como risco ambiental exclusivamente. Mas como a caracterização do risco não é exclusiva de um conjunto de fatos assemelhados que são interpretados

como ameaça, mas se estende à consideração do entorno (ambiente) da vida social, os conceitos aí elaborados podem ser trazidos para o exame da questão ambiental em suas várias dimensões. Como já foi mostrado, risco relaciona-se com a decisão de se precaver contra possíveis danos futuros. É uma forma de vinculação com o tempo, que a sociedade assume ao decidir, no presente, o controle de suas próprias mudanças (Luhmann, 2003).

Do mesmo modo, tematizadas como risco, estão outras formas de controle de mudanças que a sociedade exerce em vista de um futuro improvável. As normas e normatizações, veiculadas pelo sistema jurídico, estabilizam expectativas. Não conduzem nem garantem comportamentos, mas exercem um poder limitador daquilo que, no correr do tempo, pode ser esperado; quer dizer, limitam e discriminam aquilo que se deve esperar daquilo que a sociedade não pode tolerar. Com normatizações, procura-se garantir uma estabilidade frente à insegurança inerente ao futuro. Junto com os procedimentos (jurídicos), as normas são, na linguagem de Luhmann, programas que permitem a operatividade do código binário do sistema do direito, lícito-ilícito (Luhmann, 1987, p.148). Nesta base de operação, estão possíveis riscos já que são colocadas limitações de futuras possibilidades de comportamentos (com descriminalização e criminalização) sem que se saiba, de antemão, a futura tolerância social para determinados comportamentos. O sistema do direito, por exemplo, discrimina e decide a favor de um, contra o outro, e sua decisão se estende para um futuro ainda não visível (Luhmann, 1987, p.147).

Considerações finais

Para considerar as duas principais teorias aqui tratadas – Marx e Luhmann - nas suas aptidões para considerar a questão ambiental temos de considerar que a teoria marxista tem por base a filosofia de Hegel e a de Luhmann busca no desenvolvimento da cibernética e da teoria da informação seus principais elementos constitutivos. Há em Marx a motivação iluminista em trazer à luz da ciência os processos sociais vividos, mas não compreendidos por quem os vive. Em Luhmann há um puro processar dos sistemas sociais sem um fundo essencial de onde se extrairia a recondução desse processar.

Ao tentar cumprir o programa hegeliano de conhecimento da história explicitando seu destino não manifesto e a sua posse pela razão, Karl Marx também tem de indicar a metamorfose dos conceitos da filosofia idealista para adequá-los à constituição da época histórica específica, o capitalismo, contra a qual ele se insurge. Assim, a distinção entre “superfície” e “essência” requer uma ascese ao mundo tal como ele realmente é, já que o mundo vivido não é ele

próprio. As conseqüências dessa distinção são enormes: o trabalho social (materializado nas mercadorias) se erige em valor (econômico) e se faz estranho aos agentes sociais envolvidos no processo de produção, mas toda sociabilidade se pauta pelos valores econômicos. Quer dizer, o monolismo da economia dessa época histórica tudo explica e, como a Razão ardilosa de Hegel, transforma tudo em si mesmo, fazendo dos agentes sociais (sejam capitalistas ou operários) meros cumpridores de uma ordem acima deles, já que o sujeito agora é o capital. Para a consideração da crise ambiental, a uma teoria cujo mundo social é formado por um dinamismo implacável (o aumento do lucro) resta esperar por duas alternativas: que esta ordem social (o capitalismo) seja abolida ou que a própria economia venha a introjetar valores (não econômicos) mais próprios de um consumo menos danoso dos bens naturais. Como a teoria é marcada pelo otimismo iluminista, não há nela nada que indique uma idéia de confronto final homem natureza e uma saída possível. Sendo assim, a teoria é desarmada para oferecer os valores (não econômicos) que, embora preservando o funcionamento (econômico) da regularidade social (já que a segunda alternativa aqui considerada não é a abolição do capitalismo), lance para o futuro o ajuste de uma possível contabilidade econômico-ambiental; ou, em outras palavras, a teoria é inapta para fazer crer que os lucros amanhã podem diminuir e que este fato seria afinal de contas a catártica superação dessa forma social.

Para Luhmann toda sociedade se dissolve em sistemas que operam com códigos e programas e, a partir deles, podem ser examinadas, dentre outras, as questões ambientais e as representações que as várias formas sociais fazem delas. A comunicação no interior de um sistema opera pela seleção e processamento de apenas uma quantidade limitada de informações disponíveis de fora, mas esse processar em códigos e seus sistemas (jurídico, econômico, religioso, artístico, etc.) afastam a possibilidade de uma visão coesa que uma sociedade possa ter da chamada crise ambiental. Não há uma crise ambiental, mas “crises” de acordo com a objetividade construída por cada sistema. Para a teoria de sistemas, o sistema econômico, ao contrário do que pretende a teoria marxista, não é a base a partir da qual todos os outros seriam explicados. Não há um ponto central a partir do qual a sociedade possa observar e descrever a si mesma. Exatamente por essa dispersão do processar social a questão ambiental ganha em importância na teoria de sistema se forem examinadas como partes da sociedade (sistemas técnicos, políticos, científicos, etc.) tomam decisões com conseqüências irreversíveis, absolutamente à margem da capacidade da sociedade decidir democraticamente (entendido aqui como democracia o amplo conhecimento e capacidade de decisão de todos).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTVATER, E. Ökologische und Ökonomische Modalitäten von Zeit und Raum. In: PROKLA - Probleme des Klassenkampfes. Berlin: 1987.
- ALTVATER, E. Der Preis des Wohlstands. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1992.
- COVENEY, P. A Flecha do Tempo. São Paulo, 1993.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. The entropy law and the economic process. London: Harvard University Press, 1999.
- HÉMERY, D. Uma História da Energia. Brasília: UNB, 1993.
- LUHMANN, N. Ökologische Kommunikation. Wiesbaden: Verlag fuer Sozialwissenschaften, 2004.
- LUHMANN, N. Soziologie des Risikos. Walter de Gruyter: Berlin, 2003.
- LUHMANN, N. Die Wissenschaft der Gesellschaft. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1992.
- LUHMANN, N. Soziale Systeme. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1987.
- MARX, K. Theorien über den Mehrwert. Berlin: Dietz Verlag, 1959.
- MARX, K..Teorias de la Plusvalia. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1975.
- MARX, K..Elementos Fundamentales para la critica de la Economia Política (Grundrisse). México: Siglo Veintiuno, 1977
- MARX, K.. Das Kapital. Berlin: Dietz Verlag, 1981.
- MATURANA, H. A Ontologia da Realidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ENTRE CAOS E CRONOS: SOMOS MODERNOS OU PÓS-MODERNOS?

Patricia Fabiola Scandolara

Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina /UDESC

Bolsista Capes/CNPq.

Patymorales2005@yahoo.com.br

Resumo:

O presente artigo tem a pretensão de analisar o tempo vivido, partindo de uma indagação inicial, Somos Modernos ou Pós-Modernos? Vista como uma situação de crise apresentada pelos teóricos *Marshall Berman* em seu livro *O mal Estar na Pós-Modernidade* e o sociólogo *Zygmunt Bauman* com sua obra *Modernidade Líquida*. Este trabalho busca revisitar ou recriar o que se supõe ser a origem de tal crise social, partindo para uma aproximação dos novos fundamentos nos quais se acredita que a vida agora se diluí. Inicialmente apresenta-se uma genealogia das palavras, *moderno* e *crise*. Seguida de uma análise do tempo, através dos teóricos como *Sigmund Freud*, com sua obra *O Mal Estar da Civilização*, priorizando aspectos sobre a sexualidade humana, contrapondo com o conceito *scientia sexualis* de *Michel Foucault*, presente em seu livro *História da Sexualidade*. Trazendo para discussões temporais o sociólogo *Michel Maffesoli*, *A Dialética do Esclarecimento de Adorno e Horkheimer*, o conceito de *niilismo* de *Nietzsche* e de *liberdade* de *Sartre*.

Palavras Chave: Modernidade Pós-Modernidade Contemporâneo

Abstract:

This article purports to analyze the time spent, leaving an initial inquiry, we are Modern or Postmodern? Seen as a crisis situation presented by theorists Marshall Berman in his book *Evil Being in Post-Modernity* and the sociologist Zygmunt Bauman in his book *Liquid Modernity*. This paper seeks to revisit or re-create what is supposed to be the origin of this social crisis, leaving for a new approach of the grounds on which it is believed that life is now diluted. Initially we present a genealogy of words, and modern crisis. Followed by an analysis of the time, through theorists such as Sigmund Freud, his work with *The Evil Being of Civilization*, prioritizing aspects of human sexuality, in contrast with the concept of *scientia sexualis* Michel Foucault, this in his book *History*

of Sexuality. Bringing discussions temporal sociologist Michel Maffesoli, The Dialectic of Enlightenment Adorno and Horkheimer, the concept of nihilism of Nietzsche and Sartre's freedom.

Keywords: Modernity Post modernity Contemporary



1

“Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro,

¹ Instalação de Tim Kent, releitura da obra de Paul Klee “Angelus Novus.”

ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.”²

A indagação inicial deste artigo reflete uma perplexidade diante da confiança e do orgulho implícitos na idéia de sermos contemporâneos ao próprio tempo, de onde é possível constatar uma falência dos caminhos do mundo. Uma situação de crise, que propõe que se busque saídas e soluções. Para Bauman, “É inteiramente diferente viver com a consciência pós-moderna de que não há nenhuma saída certa para a incerteza; de que a fuga à contingência é tão contingente quanto à condição da qual se busca fugir”. O homem ao qual se refere Baumann vive na incerteza. A velocidade e a fragmentação do tempo, as variações nas formas de produção e de consumo e os alarmes acerca da deterioração do meio ambiente, justificam a ele suas instáveis relações com o tempo vivido, e o leva a detectar uma familiar sensação de incompletude. Nesse sentido a falta produz um sentimento de não pertencimento, gerando a necessidade de afirmarmos para nós mesmos que somos contemporâneos de um tempo estático, que perceptivelmente nos escapa, mas que desejamos que não nos escape mais. Como na saudação do anjo de Gerhard Scholem: “Minhas asas estão prontas para o vôo, se pudesse eu retrocederia, pois eu seria menos feliz se permanecesse imerso no tempo vivo” (SCHOLEM, 2006:43).

Partindo do pressuposto de que o mundo atravessa uma crise, parece-me inevitável tratar da crise antes de buscarmos sua superação, visitar ou recriar o que supomos ser a sua origem, para que assim possamos nos aproximar dos novos fundamentos nos quais a vida agora se diluí.

A palavra crise tem suas raízes no latim “crisis” e no grego “krisis”, entendidas como julgamento, seleção, resultado de uma avaliação. Alguns teóricos acreditam que vivemos hoje uma crise que conceituam como “pós-modernidade”. Seu início se dá com o saturamento ou esgotamento das características de um tempo que classificam como “moderno”.

Moderno, do latim “modernu”, significa algo que é recente, novo ou do tempo presente. Neste sentido ser moderno é também ser contemporâneo. Mas, sabendo da

²Walter Benjamin, O Conceito de história (1940). *Obras Escolhidas magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994:28.

resignificação temporal que atingem as palavras, pois se, os indivíduos que delas se utilizam para comunicar-se, explicar-se, ou numa idéia mais extrema, (mas nem por isso menos válida), aqueles que delas se utilizam para “existirem” mudam constantemente, os significados de seus símbolos comunicacionais acompanham, logicamente, tais transformações.

Sendo assim, na contemporaneidade³o sentido da palavra moderno ou modernidade é constantemente compreendido como um período histórico que se faz existir através de um conjunto de características percebidas e divulgadas pelos pensadores de um tempo linear.

Para o pensador moderno Sigmund Freud, a sexualidade é o ponto chave dos processos civilizatórios, a principal geradora dos conflitos entre as pulsões internas e individuais e os limites civilizatórios. No contexto de Freud, os tabus e repressões sexuais reverberavam em sentimentos que ele classifica como mal-estar da civilização. “A civilização está obedecendo às leis da necessidade econômica, visto que uma grande quantidade de energia psíquica que ela utiliza para seus próprios fins tem de ser retirada da sexualidade.” (FREUD, 1998:56). Se em tal contexto Freud percebe valores estabelecidos, hoje se tem dificuldade em percebê-los.

Foucault (1993), em seu livro *História da Sexualidade*, joga luz sobre várias possibilidades de perspectiva através de um conceito que chamou *scientia sexualis*. Tal conceito configurou-se no ocidente, tendo a confissão como centro da produção de saberes sobre sexo. Para Foucault os ocidentais se propõem a confessar e expor tudo sobre seus prazeres. A confissão estabelece uma relação de poder onde aquele que confessa se expõe, produzindo discursos sobre si, enquanto aquele que ouve interpreta o discurso, redime, condena, domina. Sendo de maneira transposta para o campo do normal e patológico, onde os médicos, neste sentido, são por excelência os intérpretes da verdade sobre o sexo. “(...) nossa sociedade constituiu uma *scientia sexualis*. Mais precisamente, atribuiu-se a tarefa de produzir discursos verdadeiros sobre o sexo, e isto tentando ajustar, não sem dificuldade, o antigo procedimento da confissão às regras do discurso científico.” (FOUCAULT, 1993:66).

O alerta do sociólogo francês Michel Maffesoli (2010) conhecido como responsável pela popularização do conceito de *tribo urbana*⁴, é, o sentido precisa ser “invaginado”. É preciso denunciar os conformismos do pensamento sociológico, das fórmulas

³ Contemporaneidade no sentido de “algo que esta com o tempo, sendo acessado por indivíduos neste tempo”.

⁴ Conceito presente no livro *Saturação* de Michel Maffesoli e que não será aprofundado neste artigo.

politicamente corretas que repetem como papagaios opiniões velhas de 200 anos ou mais⁵, o pensamento sobre o social e o cultural está saturado, até mesmo no sentido vulgar da palavra, com velhas fórmulas e ideias pré-concebidas. Para ele é preciso levar a sério a “orgia”, não como um trivial excesso sexual, mas, como uma energia inegável que percorre o corpo social por redes subterrâneas. É essa vitalidade irreprimível que a elite burguesa se põe a negar; “O jogo das paixões, a importância das emoções, a pregnância dos sonhos como cimento coletivo. É isso a orgia dionisíaca. É melhor, em seu sentido pleno, acomodar-se ao que existe. (...) Ajustar-se ao espírito do tempo para fazer com que ele renda o máximo que puder”. (MAFFESOLI,2010:92).

O conceito de “família”, como mãe, pai e filhos, tão intrínseco na teoria freudiana e em vários aspectos relacionada às originais pulsões, nos parece hoje uma complexidade de combinações entre indivíduos que extrapolam os papéis de gênero e laços sanguíneos, já não tendo o papel central de formadora da subjetividade, outros espaços dividem e fragmentam este papel. A escola, a televisão e a internet ensinam e propagam padrões de comportamentos variados.

“A expressão-chave que se declina a mais não poder é a de "vida comunitária". E é nisso que se vê que o medo do comunitarismo é bem o fantasma de outra época e está totalmente defasado em relação ao mundo real daqueles que formam a sociedade hoje.” (MAFFESOLI, 2020:58). De fato, graças à Internet, instala-se uma nova ordem de comunicação, que favorece os encontros, o fenômeno em que, em relação a coisas fúteis ou sérias, mobilizações formam-se e se desfazem no espaço urbano e virtual, permitindo que, nas grandes cidades contemporâneas, os indivíduos ao se conectarem através da Internet se encontrem, conheçam-se, possibilitando uma nova maneira de estar junto, a partir da experiência comum da criatividade, navegando para uma sociabilidade específica, onde o lúdico substitui a funcionalidade, o que Maffesoli descreve como uma nova perspectiva da sociedade moderna que está possibilitando às pessoas outro relacionamento com a vida e o mundo, considerada mais estimulante e mais propensa a fazer da existência uma obra de arte.

Marshall Berman (1986) se dedica a detectar elementos que ampliem o senso sobre o que é, ou que possa ser a modernidade. Para ele a modernidade foi capaz de desfazer o que até então era “eterno”, a partir de um cenário perigoso que une, mas paradoxalmente gera um estado de permanente desintegração.

⁵ Observação do escritor Teixeira Coelho em texto de apresentação do livro *Saturação* de Michel Maffesoli.

No final do século XIX foi a vez de Nietzsche (2007) abordar os problemas da modernidade. Cercado pela euforia moderna de que a ciência resolveria os problemas e as dores do mundo, ele escreve:

Se a ciência produz cada vez menos alegrias em si mesma, gera cada vez mais alegria colocando sob suspeita os confortos da metafísica e da arte, então a maior fonte de prazer a qual a humanidade deve quase toda a sua qualidade humana fica empobrecida. Uma cultura elevada, portanto, deve dar ao homem um cérebro duplo, duas câmaras cerebrais, por assim dizer, uma para experimentar a ciência e outra para experimentar a não-ciência. (NIETZSCHE, 2007:97).

No turbilhão em que vive, Nietzsche empreende uma batalha para compreender com maior distanciamento e amplitude uma possível saída, encontra nos pensadores pré-socráticos um modelo de pensamento diferente do modelo instaurado por Platão (linear: começo, meio e fim), Platão considera que o tempo (*chrónos*) “é a imagem móvel da eternidade (*aión*) movida segundo o número”. (PLATÃO, 2010:21) O pensamento pré-socrático é baseado na idéia do “devir”, a vida como processo, num fluxo de transformação constante.

O encontro com o pensamento arcaico deu a Nietzsche uma visão crítica e bastante ácida do pensamento moderno vigente. Do choque entre os dois elementos, surge um pensamento afirmativo da vida, que se colocava, na visão do filósofo, como uma alternativa para as ilusões criadas pela ciência.

Berman considera perigoso desprezar teóricos como Nietzsche, Marx, Baudelaire e Dostoievski que, segundo ele, vivenciaram uma eufórica e pesada modernidade, afirmando que olhar com atenção para esses pensadores pode ajudar na compreensão da modernidade hoje, ampliando as perspectivas de renovação e enfrentamento do que “esta por vir”.

Ao modo dos pintores renascentistas a ciência moderna usa seu conhecimento e sua imaginação para criar no plano a ilusão da realidade. Portanto, sua estratégia é a de um prestidigitador que tem a capacidade de nos iludir através de um domínio técnico que o capacita para criar a sensação da profundidade no plano, replicando a sensação que temos no mundo, que é tridimensional.

Ao desconstruir o esquema da representação do que seria a verdade da realidade que se apresenta, volta-se para uma experiência de um discurso que se dobra sobre si

mesmo, o que Adorno e Horkheimer (1985) discutem em sua produção conjunta *Dialética do Esclarecimento*, entendido como um circular desdobramento de discursos, baseados em afirmações que geram negações e se estabelecem continuamente.

No “Conceito de Esclarecimento”, primeira parte da *Dialética*, já definem a crítica, pois para eles “no sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal”. (ADORNO e HORKHEIMER, 1985:46).

Adorno e Horkheimer, assim como Nietzsche havia feito, voltam à Antiguidade clássica para encontrar as origens da “racionalização” do mundo, procurando deste modo um conceito muito mais amplo e profundo de esclarecimento, encontrando no processo de dominação da natureza das coisas, do objeto, em prol de uma libertação do sujeito, intrinsecamente, um processo de dominação do próprio sujeito.

O que talvez explique o ritmo vertiginoso do início do século XX, é a busca cada vez mais acentuada e frenética de algum ponto de irredutibilidade nesta circularidade, que remetesse o processo cognitivo a uma nova linearidade. Tal busca se dá de maneira tão alucinante que, o que se produz é um esgotamento, característica que para alguns seria um dos pontos chaves para a conceitualização de um período que classificam como pós-moderno. Gostaria de observar que os processos sociais e individuais, neles incluídos os processos artísticos de um modo geral, são movidos pelo paradoxo. O paradoxo é a chave de acesso que temos para entender o intrincado desenvolvimento dos processos sociais, que já há algum tempo se percebe não ser de forma linear, mas de maneira trançada, o que possibilita uma estrutura de múltiplos sentidos. Como as águas de um rio que alimentam outro rio, e assim sucessivamente. Tal analogia, Baumann (2001) classifica como “modernidade líquida”. Diante disso, pode-se concluir que os caminhos processuais da história retornam a si, percepção que Nietzsche ainda no séc. XIX nos apresenta com o *mito do eterno retorno* (NIETZSCHE, 2001:82), onde aponta questões que foram semeadas anteriormente e que podem ser paradoxais.

A morte do eterno transcendente implica que poderá acender-se no mundo do devir, na terra, a chama da eternidade. Para ele desvalorar o sagrado humano é devolver à terra todo o seu valor, um valor absoluto, eis a função desta inversão, a afirmação total da vida e do devir, o pensamento do eterno retorno é a forma de ultrapassar o niilismo, o desencanto perante a ausência de sentido a que a morte das verdades sagradas parecia condenar o homem.

Cito este esquema de pensamento porque me parece ser útil para entendermos a situação atual, da mesma forma que me refiro à arte renascentista como analogia aos ideais modernos, no sentido de estabelecer um campo crescentemente autônomo para o ser humano, mesmo que isto nos tenha levado à desconstrução da idéia de verdade e realidade única, por descortinar-lhe como apenas a ilusão de uma representação.

Arthur Danto (2009), não aborda essa questão da mesma maneira, mas faz uma análise que acrescenta para o entendimento do novo patamar no qual a vida e a ciência se encontram hoje.

Para mim, uma vez que a própria filosofia destacou a verdadeira forma da questão filosófica – isto é, a questão da diferença entre vida e pensamento, ou vida e conhecimento, a história chegou ao fim. O momento filosófico havia sido atingido. As questões podem ser exploradas pelos que nelas estão interessados, e pelos próprios filósofos, que agora podem começar a fazer a filosofia de um modo que produzirá respostas. Dizer que a história acabou é dizer que não há mais um limite da história além do qual se possa cair. Tudo é possível. Qualquer coisa pode vir a ser. E em razão da situação presente ser essencialmente desestruturada, a ela não se pode adequar mais uma narrativa mestra. Greenberg está certo: nada aconteceu durante 30 anos. Essa é talvez a coisa mais importante a ser dita sobre a ciência dos últimos 30 anos. Mas a situação está longe de ser desoladora, como implicava o grito “decadência!” de Greenberg. Em vez disso, ela inaugura a mais ampla era da liberdade que a história do conhecimento já conheceu. (DANTO, 2009:97)

Danto demonstra que a idéia de aproximar a história do pensamento com a vida, introduzida por Nietzsche e desenvolvida por filósofos conhecidos como pós-modernos, fez com que se atingisse o que ele chama de “momento filosófico”. Para ele o que importa é mais a capacidade de articulação de sentido e menos o que é possível fazer com o limite da matéria. É evidente que ainda há produção de sentido, mas a diferença é que o sentido é uma decorrência que sustenta a proposição de um momento e de outro, e não a sua razão de ser.

Ao contrário do que mais comumente é aceito hoje, o rompimento do limite entre ciência e vida não foi um caminho de mão única, a internet e as realidades virtuais impregnaram o real concreto com uma dimensão ficcional, neste sentido a 4ª dimensão, o ciberespaço ou o não-lugar⁶, passam a fazer parte do cotidiano material. Para fechar esse raciocínio, gostaria de destacar que na visão do paradoxo como a estrutura insidiosa do movimento social, cultural e individual, estamos vivendo a consumação dos avanços científicos, principalmente através das tecnologias computacionais, mas ao

⁶ Conceitos que pela profundidade que apresentam não serão desenvolvidos neste artigo.

mesmo tempo, estamos descobrindo um sentido radical de liberdade nunca antes imaginado ou vivenciado, cuja consumação se deu no momento em que a ciência rompeu com os limites entre pensamento/idéia/conhecimento e vida.

O nosso drama não é escolher, mas nos defrontar com um mundo que trouxe para a superfície do real a liberdade e a indeterminação que o funda. E isso se tornou possível porque a virtualidade deixou de ser um espectro, para ser parte da nossa realidade.

Acredito que o pensamento moderno na sua essência tenha se esgotado, mas não acredito que o que estamos vivendo seja necessariamente um esvaziamento. A vida nunca para. Vislumbro uma possibilidade platônica de ver nascer do fundo do abismo as mais velhas e altas montanhas, com o cuidado de não abordar essa ideia de maneira isoladamente romântica, mas mantendo no horizonte a lembrança de que o ideal romântico e o ideal realista andam lado a lado.

De outra perspectiva, pode-se acreditar que não estejamos atravessando uma crise, mas sim que a existência humana se dá através de uma crise contínua, e o que percebemos hoje como “crise” é antes de tudo, a sua inseparável companhia, a “resistência” humana à percepção de que a vida é inconstante e mutável, e o que motiva tal insatisfação humana é uma força que se pode entender como “vontade de permanência”, resultante da dificuldade em se relacionar com a vida e o mundo como ele se apresenta. Através de Zaratustra, Nietzsche (2001) nos ensina que a dor e o sofrimento são parte integral da vida e que viver é um processo contínuo de libertação.

Na Grécia arcaica os filósofos buscavam olhar para o mundo, e tirar desta relação imediata alguma interpretação, encontrar uma síntese do seria o mundo e a vida. Os filósofos pré-socráticos chegam ao consenso de que a síntese do mundo é o “devenir”, o “tempo”. A vida é um “vir a ser” constante, um processo de transformação contínuo, no qual estamos inseridos e que desconhecemos, porque ele não tem princípio, nem fim. O tempo nunca começou e nunca vai acabar, ele é um fluxo que se retroalimenta. Os seres nascem, se transformam e morrem, mas o tempo não tem começo, nem fim. Ninguém criou o mundo no pensamento grego arcaico, não tem a figura de um criador. Como não existe um princípio originário para o mundo, também não existe “verdade”. A verdade para Nietzsche não é produto da curiosidade humana em descobrir o que as coisas são. A verdade é produto do nosso medo da morte, é a necessidade psicológica de estabelecer no mundo a duração, e nasce da incapacidade de lidar com a vida como ela é, por não sermos fortes o suficiente para afirmar a vida como processo de nascimento, transformação e morte, construímos então a verdade. A história do conhecimento

humano é a história da criação e cristalização da idéia de verdade. Sendo assim, o mal-estar e a crise na civilização talvez sejam a condição existencial do homem, é o destino a que todos temos de compartilhar.

Talvez seja interessante não descartarmos esta idéia e sim usá-la a favor de nosso pensamento no sentido de que a radicalidade de real, que o moderno desejava conquistar, só foi possível graças ao ideal romântico de se atingir um mundo mais sublime. Foi essa pulsão que moveu os pensadores modernos, na tentativa de potencializar suas idéias a ponto de transformar as relações da própria vida, exercitando assim o ideal romântico. Como pensa o personagem poeta do filme *O Ponto de Mutação*⁷, “por trás de todo político há um inocente”.

Minha reflexão me encaminha a acreditar que toda ditadura se caracteriza e se iguala na incompreensão da diferença, da mesma forma que o consumo e a economia estabelecida, hoje, buscam a identidade do que não se difere, na produção da repetição do mesmo, para tornar-se mais eficiente e lucrativo. Mas isso também já está sendo posto em questão pela insatisfação que o modelo atual está impondo às pessoas na ordem do tempo e do trabalho.

Somos contemporâneos de nós mesmos, ou somos mentes muito sagazes, que acreditam terem criado uma estrutura técnico-científica muito sólida que nos protege de nós mesmos e dos outros, mas que nos torna indefesos diante da imensidão da planície desértica em que ela nos remete, sem limites ou fronteiras. Tanto o abismo quanto o deserto nos põem frente a frente com a nossa condição atual: a precipitação do desconhecido e do que escapa ao nosso controle. “Talvez o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser.” (FOUCAULT, 1995:62).

Acredito ser importante neste momento perceber que, de fato tudo é possível. Entretanto, essa possibilidade de possíveis não é descolada da realidade, no sentido de que haja um diletantismo que experimenta por experimentar. Essa é uma maneira de lidar com a realidade que ainda não conseguimos absorver tranquilamente porque não estamos habituados a conviver com a consciência radical da existência caótica da diferença, apesar de ter sido sempre assim. A diferença é que estamos vivendo a consciência dessa experiência.

⁷ Filme baseado no livro de Fritjof Kapra, *O Ponto de Mutação*. http://youtu.be/USOeu0_q4J8. Acesso: 25/05/2012

O erro das doutrinas – bem raras na história da filosofia – que souberam abrir espaço para a indeterminação e para a liberdade no mundo foi o de não terem visto aquilo que sua afirmação implicava. Quando falavam de indeterminação e liberdade, entendiam por indeterminação uma competição entre possíveis, liberdade como uma escolha entre possíveis – como se a possibilidade não fosse criada pela própria liberdade. Como se toda outra hipótese, pondo uma ideal preexistência do possível ao real, não reduzisse o novo a ser apenas um rearranjo de elementos antigos. Como se não devesse ser levada assim, cedo ou tarde, a tomá-lo por calculável e previsível. Aceitando o postulado da teoria adversa, introduzia o inimigo no reduto. É preciso aceitá-lo: é o real que se faz possível e não o possível que se torna real. (BERGSON, 2006:17).

A inversão proposta por Bergson (2006), que determina a causa pelo efeito, é uma revolução libertadora no sentido mais promissor da palavra, criando uma realidade possível, que lida com a liberdade do indeterminado como fundamento do real, como uma proposição de exercício de liberdade. Por isso vê a crise na estrutura de nossa sociedade, na política e na economia pautada pelas incapacidades de lidar com o indeterminado. A importância desta idéia não é o fato de ser pós-histórica ou que se pretenda realizar de novo tudo que já foi realizado, o importante é que ela se propõe a entender os mecanismos da realidade a partir de uma experiência radical de liberdade, como fundamento e não como escolha.

Se entendermos “contemporâneo” como uma questão temporal não perceberemos que o fulcro da questão, é que, o que se vive hoje inverte os termos tradicionais de que, só se transforma em ato aquilo que já é em potência, evidenciando que não há uma condição de pré-existência para o “vir a ser”, que ser (se tornar presente) é tão radical que determina a sua atualidade dispensando sua genealogia passada ou sua projeção futura, fulgurando na sua contemporaneidade. Neste sentido, é mais válido decodificar a questão. Como define poeticamente Agamben:

Perceber no escuro do presente essa luz que procura nos alcançar e não pode fazê-lo, isso significa ser contemporâneo (...) significa ser capaz não apenas de manter fixo o olhar no escuro da época, mas também de perceber nesse escuro uma luz que, dirigida para nós, distancia-se infinitamente de nós. Ou ainda: ser pontual num compromisso ao qual se pode apenas faltar. (AGAMBEN, 2009:25).

Viver na pura atualidade, na explosão do momento, é se permitir a experiência radical da liberdade, que se faz exercitando a experiência da liberdade. Dessa forma, deixa de ser um livre arbítrio e passa a ser condição de existência. Viver a experiência radical da liberdade é ameaçador porque é lidar com a imprevisibilidade como condição

do real. Nunca sabemos, de fato, o que nos espera, só depois de termos vivido é que sabemos o que nos esperava. Jamais saberemos como teria sido o que não foi. Portanto, colocar-se na posição radical do momento que nos é contemporâneo é colocar-se na posição do exercício experimental da liberdade.

Difícil seria para mim, falar da liberdade sem falar do existencialismo de Sartre. Para ele antes de tudo o homem é livre, e não há nada além de otimismo nesta afirmação, para ele a existência vem antes da essência, portanto não há planos divinos ou leis morais, que não foram constituídos a partir da existência, ou seja, não foram projetados e elaborados pelo próprio homem. “(...) não existe determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade. (...) se Deus não existe, não encontramos, já prontos, valores ou ordens que possam legitimar a nossa conduta. Assim, não teremos nem atrás de nós, nem na nossa frente, o reino luminoso dos valores pré-concebidos.” (SARTRE, 1970:4).

Afirmar que o homem é livre, não é pessimismo, nem sugere um imobilismo contemplativo. Afirmar que o homem não é capaz de ser *ético*⁸ por sua escolha e decisão, isto é pessimismo. Não há permissividade porque se aceita a liberdade como fundamento do que existe. A importância dessa inversão de termos faz com que a liberdade deixe de ser um valor abstrato e transcendente para experimentá-la como valor real e imanente. Não concordo que estejamos depois do fim da história, como quer a pós-modernidade. Não se trata de atingir um estado posterior, mas de perceber um mecanismo que sempre esteve presente e que nossa inteligência acobertava pela necessidade de extrair um sentido de constância e estabilidade para uma realidade da natureza que se apresenta inconstante e instável. O momento atual faz emergir a possibilidade da multiplicidade não porque tudo já foi realizado, ao contrário, essa possibilidade existe porque estamos experimentando a consciência e não a inteligência de que a liberdade e a indeterminação são elementos constitutivos do real e não uma opção entre possibilidades.

⁸ *Ético* neste ensaio, entendido como a capacidade de refletir sobre a valoração das ações sociais, tanto no âmbito individual, quanto no coletivo.

O Tempo

*Quem tem olhos para ver o tempo soprando sulcos na pele?
Sulcos na pele, sulcos...
Quem tem olhos para ver o tempo soprando sulcos na pele?*

*O tempo andou riscando meu rosto com uma navalha fina,
sem raiva, nem rancor
O tempo riscou meu rosto com calma*

*Eu parei de lutar contra o tempo, ando exercendo “instante”
Eu acho que ganhei presença
Eu acho que a vida anda passando a mão em mim
Eu acho que a vida anda passando
Eu acho que a vida anda
Em mim a vida anda
Eu acho que há vida em mim
Eu acho que a vida anda passando a mão em mim*

*E por falar em sexo...
Eu acho que quem anda me comendo é o tempo
Se bem que faz tempo...
Mas eu escondia, porque ele me pegava a força
E por trás*

*Um dia resolvi encará-lo de frente
E disse:
Tempo, se você tem que me comer
Que seja com o meu consentimento
E me olhando nos olhos*

*Eu acho que ganhei o tempo
De lá pra cá, ele tem sido bom comigo
Dizem que ando até remoçando...*

Viviane Mosé

Referências Bibliográficas:

ADORNO, T. HORKHEIMER. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: 1985.

AGAMBEN, G. *O que é o Contemporâneo? E Outros Ensaio*s. Chapecó: Argos, 2009.

BAUMAN, Z. *O Mal Estar na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____ *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENJAMIN, W. *O Conceito de História (1940)*. *Obras Escolhidas Magia e Técnica, Arte e Política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

BERGSON, H. *O Possível e o Real*. O Pensamento e o Movente. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERMAN, M. *Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

DANTO, A.C. *Após o Fim da Arte – A arte contemporânea e os Limites da História*. Tradução de Saulo Krieger. São Paulo: Ed. Edusp, 2005.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____ *O Sujeito e o Poder*. H. Dreyfuss & P. Rabinow (Orgs.), 1995.

FREUD, S. *O Mal Estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

MAFFESOLI, M. *Saturação*. São Paulo, 2010

NIETZSCHE, F. *O Nascimento da Tragédia*. Tradução de Jacó Guinsburg. São Paulo: Cia da Letras, 2007.

_____ *Assim falou Zaratustra*. Tradução Pietro Nassetti. Ed. Martin Claret. São Paulo, 2001.

_____ *A Gaia Ciência*. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2001.

PLATÃO. *Timeu-Crítias Tradução Rodolfo Lopes*. Edt. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos; Universidade de Coimbra, 2011.

SARTRE, J.P. *L'Existentialisme est un Humanisme*. Les Éditions Nagel, Paris, 1970.

SCHOLEM, G. *Correspondência*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2006.

IMAGENS DA VIOLÊNCIA: A DINÂMICA DO CONTROLE SOCIAL CONTEMPORÂNEO NOS PROGRAMAS POLICIAIS DA TELEVISÃO BRASILEIRA

Poliana Sales Alves mestranda do Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade da UFMA. polianasales@gmail.com

Silvano Alves Bezerra da Silva Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade da UFMA. silvano@ufma.br

RESUMO

Este estudo visa compreender as atuais configurações das imagens da violência veiculadas nos programas policiais da televisão aberta para explicar que sentidos essa violência carrega e quais suas relações com as dinâmicas contemporâneas de controle social. Por dar visibilidade a assassinatos, roubos, acidentes, sequestros, diariamente, o nosso referencial de estudo são os programas policiais da televisão brasileira, em especial o *Brasil Urgente*, da TV Band. O objetivo é mostrar como o enquadramento dado à reportagem e alguns aspectos específicos do *Brasil Urgente* respondem à nova dinâmica de controle social do crime. Também nos dedicamos a explicar o desenvolvimento das atuais medidas de controle da criminalidade e o sentido que adquire a punição a partir dos investimentos no quadro do neoliberalismo.

Palavras-chave: Violência. Mídia. Controle social

ABSTRACT

This study aims to understand the current settings of the images of police violence conveyed in the programs from broadcast television to explain that this violence senses and which carries its relations with the contemporary dynamics of social control. By giving visibility to murders, robberies, accidents, kidnappings, daily, our benchmark study are the cop shows on Brazilian television, especially *Brazil Urgent*, Band from

TV. The aim is to show how the framework given to the entry and some specific aspects of Brazil Urgent respond to the new dynamics of social control of crime. We also dedicate ourselves to explain the development of current measures of crime control and direction that takes the punishment from investments within the framework of neoliberalism.

Keywords: Violence. Media. social control

1 INTRODUÇÃO

A presença da violência na televisão corresponde ao que podemos denominar de expansão das competências de guerra no espaço das sociedades hodiernas. De acordo com Enzensberger, se não havia câmeras de televisão para flagrar o Holocausto, atualmente, os assassinos se prestam com satisfação a dar entrevistas e a mídia se orgulha de estar presente na hora e no local do crime. “A guerra civil se tornou uma série de televisão” (ENZENSBERGER, 1995, p. 52).

Antes de supor, porém, que a televisão produz muitas imagens de violência porque as sociedades são mais violentas, é importante acompanhar a interrogação de Mongin. Uns acreditam que a causa desse fenômeno esteja no fato de que nossas sociedades, por serem violentas, expõem através dos *media* aquilo que elas mesmas produzem. Mongin, pensa diferente: se admitimos que exista um novo imaginário da violência que reforça as novas formas tomadas hoje por ela será preciso ceder à tentação tautológica? E afirmar logo em seguida que há cada vez mais imagens de violência porque as nossas sociedades são cada vez mais violentas? (MONGIN, 1998, p. 18).

É impreciso afirmar que a produção das imagens é meramente estimulada pela violência das sociedades; é um erro ceder à tautologia. Durante a reabertura democrática brasileira, por exemplo, nos anos 80, a violência passou a ocupar crescente espaço no campo político e jornalístico. Debates sobre reformas partidárias e eleitorais davam atenção à questão do aumento da criminalidade violenta¹ no país, motivados pelo interesse nas eleições previstas para novembro de 1982. O aumento da criminalidade se

¹ Adorno estabeleceu o conceito de “criminalidade urbana violenta”, que se presta, entre outras coisas, de indicador para avaliar níveis de violência nas cidades brasileiras. Dentre os diversos delitos ocorridos nos espaços urbanos que se utilizam do expediente da força física, encontram-se incluídos na definição de criminalidade urbana violenta: homicídio doloso; roubo; estupro; seqüestro; tráfico de drogas (ADORNO, 2000, p. 43).

tornou um problema nacional e os noticiários ilustravam a situação com cenas aterrorizantes.

Conforme Teixeira, os noticiários lançaram um olhar sobre a violência que contribuiu para firmar a imagem que ela é, um produto essencialmente urbano, e vinculada diretamente às classes baixas, fazendo desaparecer, por sua vez, a violência promovida pelo Estado, a violência no campo, a violência doméstica etc. (TEIXEIRA, 2002, p. 44). Se o aumento da violência no país gerou, também, mais imagens de violência nos noticiários, a violência urbana e a criminalidade apareceram em detrimento das ditas não-violências², e as imagens geradas pelos meios de massa contribuíram para a ideia que temos sobre o problema no Brasil.

A questão, então, não incide sobre as causas ou sobre os limites das imagens de violência, mas sobre o seu sentido, sua justificação coletiva, que é o sentido social da violência conforme construído e difundido pelos tentáculos dos *media* massivos, especialmente através da TV. Conforme Mongin, a própria afirmação que as imagens são violentas é, de *per se*, apressada, pois nem todas as imagens têm a mesma ambição (MONGIN, 1998, p. 136).

Para se compreender o porquê da violência ter um lugar tão privilegiado na sociedade contemporânea e na cultura de massa – alimentada, principalmente, pela televisão, nos noticiários e programas específicos como os de polícia – se faz necessário, antes, entender configurações típicas dos meios massivos e o sentido dessa da violência que se vê.

Assim, iniciaremos este estudo falando sobre a configuração da violência que aparece na televisão e o sentido social que os *media* lhe atribuem. Alguns autores fornecem lastros indispensáveis a este trabalho. Bauman (1999) é o primeiro deles, ao identificar, e explicar, a relação entre a mudança do sentido da punição, em meados da década de 70, com a globalização. Já Daudon (1998) Mongin (1998) e Sodré (2006) dão-nos alguns esteios interpretativos sobre o fenômeno em questão, extraíveis de suas análises sobre a questão da violência e das imagens da violência nas sociedades.

Importante contribuição ao campo da criminologia deu David Garland, com sua obra *The Culture of control* (2001), na qual explica que o novo sentido da punição e o

² A não-violência é mencionada por Sodré como ‘violência ignorada’. Que é a violência dos poderes instituídos: dos órgãos burocráticos, dos Estados, do serviço público. É uma violência invisível que deriva de uma condição contínua, estrutural e irremediável (SODRÉ, 2006, p. 16).

endurecimento das políticas penais são responsáveis pela constituição de uma nova ordem cultural, cuja essência é o controle social.

Após apresentar as novas percepções em torno do crime e das políticas penais, refletiremos sobre o fenômeno dos telejornais policiais, cuja origem remonta a movimentos de lei e ordem iniciados em países como a Inglaterra e Estados Unidos, reproduzidos em países como o Brasil. Veremos que os programas policiais – criados em parceria com os movimentos de lei e ordem – influenciaram a produção brasileira deste modelo de noticiário.

Em seguida, passamos à caracterização do programa policial *Brasil Urgente*, e dele transcrevemos trechos de uma reportagem apresentada no dia 18 de agosto de 2012, bem como um comentário do apresentador publicado no canal “Fala Datena” da *homepage* do programa. O objetivo é mostrar como o enquadramento dado à reportagem, a opinião do apresentador e alguns aspectos específicos do *Brasil Urgente* respondem à nova dinâmica de controle social do crime e quais as implicações deste comportamento.

2. A VIOLÊNCIA QUE SE VÊ

As análises de Daudon sobre os regimes totalitários e democráticos contemporâneos podem nos ajudar a compreender as novas formas tomadas hoje pela violência. Este autor faz a seguinte observação: nos regimes totalitários, o exercício do poder se faz pela prática organizada, constante e generalizada da violência, pois o sistema totalitário é estruturado pela e para a violência; na democracia, o poder depende de um desafio que é conter a violência que reside de forma múltipla nas instituições e agências formais de poder e controle, como o sistema penal (DAUDON, 1998, p. 84).

O desafio é ainda fazer o uso da força sem perder o limite sobre o qual se encerra o abandono ao sistema totalitário, principalmente para a polícia que “é a única agência que responde à violência pela violência” (1998, p. 99). Contudo, Daudon adverte que a democracia expõe-se neste desafio tendo a certeza que o equilíbrio é falso, por estar sempre ameaçada pela lâmina afiada da própria violência (1998, p. 100). Se a violência é um desafio para a democracia, o crítico francês Olivier Mongin diz que a violência é também a parte má, maldita e escondida das sociedades democráticas. Nas palavras do crítico:

Nunca nos desembaraçamos totalmente da violência, eis o que devem admitir as sociedades democráticas durante muito tempo convencidas da sua pacificação congênita, e mais ainda depois que elas creem, erroneamente, libertas das miragens totalitárias (MONGIN, 1998, p. 16).

Para Wieviorka (1997) no plano das representações, o emprego da violência perde legitimidade nas discussões públicas das democracias ocidentais e toda referência positiva à violência é abolida. Tendo em vista essas concepções, podemos dizer que o lugar da violência nas sociedades democráticas é para além da ordem, e isto justifica o esforço constante para desprender-se dela.

É fato que a abertura democrática dos países eliminou a violência politicamente instituída dos estados totalitários, dos esquemas paramilitares, dos holocaustos e das ditaduras militares, mas, por outro lado, “continuou a se constatar graves violações dos direitos humanos, decorrentes de violência endêmica, enraizada nos costumes e disseminada nos mais diferentes espaços da vida social” (TEIXEIRA, 2002, p. 44).

André Gaio se detém sobre a violência entre nós, no seu artigo *Crime e controle social no Brasil contemporâneo*, e destaca que existe a tendência de associar o aumento da criminalidade ao início da transição democrática brasileira, principalmente quando são sublinhados temas como: “a crise do Estado desenvolvimentista; a desorganização da economia, a inflação, a baixa legitimidade dos partidos políticos e a explosão das demandas sociais” (GAIO, 2007, p. 2).

Ele observa, ainda, que a reincidência de aspectos característicos do período militar como a promoção de um modelo de desenvolvimento econômico concentrador de renda, o processo de urbanização desorganizado e segregado e a criação de um aparelho policial destinado à repressão, prejudicaram a adequação ao período democrático (GAIO, 2007, p. 24).

Muniz Sodré também assim interpreta. Para ele, o retorno dos militares aos quartéis não trouxe de volta, automaticamente, a democracia tradicional. Trouxe, sim, aparências democráticas de um liberalismo desordenado, que não conseguem esconder a desregulagem da sociedade civil. Por trás delas, mantém-se o Estado autoritário³ (SODRÉ, 2006, p. 54).

³ O que o autor chama de “autoritarismo” é o predomínio da vontade de um indivíduo (governante ou simplesmente o burocrata) a partir da presumida delegação de poder que o cidadão dá ao Estado – sobre os dispositivos de regulação democrática da vida social.

No Brasil, o que vale, segundo Sodré, é no fundo a velha doutrina *comtiana* do progresso que promove relações entre elites civis e militares. A ação militar e a constituição da polícia brasileira carregam velhos resquícios da ideologia do progresso. “O *slogan* segurança e desenvolvimento difundido duramente no regime militar era uma atualização retórica do lema ordem e progresso” (SODRÉ, 2006, p. 50).

Assim, de um lado, alguns autores acreditam que as atuais configurações da violência e das imagens da violência nas sociedades democráticas, alimentadas principalmente pela televisão, correspondem à expansão das competências da guerra e dos regimes totalitários, enraizados na sociedade por meio das elites militares.

Outros autores, no entanto, compreendem que esse novo paradigma da violência e de suas imagens é resultado de uma conjuntura muito mais complexa, articulada a fenômenos como a globalização e a crise do estado de bem-estar social e nas consequentes mudanças das práticas punitivas e das políticas de segurança pública.

Salla, Gauro e Alvarez (2006) observam que a partir de meados da década de 70 ocorrem mudanças na maior parte dos países ocidentais nas formas de como as sociedades modernas tratam os crimes e os criminosos. Com base nessa nova percepção do mundo do crime, as leis foram criadas e as instituições da justiça criminal, especialmente, as policiais e prisionais, passaram por processos profundos de recomposição.

A punição por crimes assumiu novo rumo com a emergência de leis associadas ao *Three strikes and you are out*⁴ que se disseminaram em diversos estados norte-americanos e fizeram aumentar estrondosamente a população carcerária. Programas de policiamento urbano, conhecidos como “tolerância zero”, começaram a servir de paradigma para o que passou a ser entendido como boa ordem (SALLA; GAURO; ALVAREZ, 2006, p. 330).

A consequência pelo endurecimento penal foi tanto o aumento da população carcerária como a mudança no próprio sentido da punição. Os ideais de reabilitação são abandonados em favor de punição essencialmente segregadora. Exemplo disso é a criação das cadeias americanas de segurança máxima, as *specials units supermax*, sendo

⁴ Lei criada em diversos Estados americanos para punir com prisão perpétua criminosos reincidentes. O nome curioso dado à lei é inspirada na regra de beisebol que permite ao jogador bater apenas duas vezes antes de bater para fora na terceira. Segundo essa lei, cabe sentença perpétua aos condenados por três ou mais crimes violentos. Os estados do Texas, Colorado, Kansas, Nevada, Louisiana, Arkansas, Georgia, Maryland, Montana, Nova Jersey, Novo México, Carolina do Norte, Pensilvânia, Carolina do Sul, Utah, Vermont, Wisconsin, Flórida, Tennessee e Virgínia também aderiram à lei.

a *Pelican Bay*, construída no estado da Califórnia, a experiência mais bem sucedida desse novo modelo de encarceramento. A prisão de segurança máxima foi criada para executar uma política severa de controle dos presos ⁵. De acordo com Bauman, há subversão do sentido da punição e do controle nas *supermax* americanas, se toda a questão da suprema vigilância e dos dispositivos panópticos era a disciplina sobre os corpos e imposição de uma função útil a eles, na *Pelican Bay* “o que os internos fazem em suas celas solitárias não importa. O que importa é que fiquem ali” (BAUMAN, 1999, p. 121).

Bauman (1999) percebe a estreita relação entre a mudança do sentido social da punição e as políticas de segurança com a globalização e as mudanças econômicas. Em sua obra *Globalização: as consequências humanas* ele explica que o perfil fortemente globalizado da economia, a partir dos anos 1970, provocou a reorganização do Estado por meio de práticas de controle da violência, aplicação punições e políticas de segurança segregacionistas.

Para Bauman, ao mesmo tempo em que a globalização é sinônimo de ampla mobilidade do capital e dos capitalistas é também a imobilidade das massas excluídas desse processo. “A marca dos excluídos na era da compressão espaço-temporal é a imobilidade. O que a prisão de Pelican Bay leva quase à perfeição é a técnica da imobilização. A Pelican Bay é um laboratório da sociedade globalizada” (BAUMAN, 1999, p. 121).

O Estado de bem-estar ⁶, implantado, sobretudo, depois da II Guerra Mundial, é alvo dos investimentos neoliberais, que vem seguida de políticas de redução dos custos de operação e de assistência, de modo a dar-lhe as dimensões mínimas necessárias. É esse Estado que irá paulatinamente abdicar de sua capacidade de proporcionar os requisitos básicos necessários à existência das populações, para assumir o perfil de Estado policial (SALLA; GAURO; ALVAREZ, 2006, p. 333).

⁵ Os presos de Pelican Bay passam 23h encarcerados, sem nenhuma atividade laboral ou de lazer, em celas isoladas e sem janelas, que medem 2,5 por 3,5 metros. A única hora reservada para o banho de sol, também individual, é passada em um solário de concreto com paredes de 6 metros de altura, o lugar possui apenas uma pequena abertura no teto, por onde é possível ver um pedaço do céu. Em 20 anos de existência não há casos de fugas ou rebeliões (Informações da *Revista Veja*, edição 1990, de 10 de janeiro de 2007).

⁶ De acordo com Hobsbawm, no Estado de bem-estar social as instituições tinham funcionamento regular. O controle social formal, composto pelas polícias, sistema judiciário, prisões etc., se direcionava à correção e reabilitação dos criminosos e, portanto, tinham função ressocializadora. Para desempenhar esta função, as instituições de controle social informal como a família, as escolas, as associações e os movimentos sociais funcionavam regularmente para reproduzir os valores e definir normas de conduta que colaboravam com os ideais do sistema de controle social formal (HOBSBAWM apud SANTOS, 2004, p. 6).

3. *THE CULTURE OF CONTROL* E A DINÂMICA DO CONTROLE SOCIAL

David Garland, autor de *The culture of control*, referência no campo da criminologia, explica a relação entre o novo sentido da punição e a constituição de uma nova ordem cultural, cuja essência é o controle sobre os indivíduos. Garland observa duas tendências contraditórias no desenvolvimento das teorias criminológicas que vão influenciar sobremaneira a definição das novas políticas penais.

De acordo com o sociólogo, ao analisar a políticas de segurança da Inglaterra e dos EUA entre 1950 a 1970, ele observa que, ao mesmo tempo em que se desenvolve uma nova “criminologia da vida cotidiana” que considera a criminalidade um fato corriqueiro, e o criminoso uma pessoa como qualquer outra, ainda prevalece a “criminologia do outro”, de influência lombrosiana, na qual a criminalidade é vista como um fato isolado cometido por indivíduos delinquentes. “A primeira é invocada a banalizar o crime e promover a ação preventiva, ao passo que a segunda tende a satanizar o criminoso, a provocar medos e hostilidades populares, e a sustentar que o Estado deve punir mais” (GARLAND, 2008, p. 75).

A partir da década de 70, como outros autores já sublinharam, abandona-se o sentido ressocializador da punição e a ideia de que é preciso intervenção social para a prevenção do crime e para o tratamento dos criminosos. O criminoso deixa de ser o foco da atenção das políticas e a vítima passa ser o principal interlocutor da criminalidade. As políticas criminais tornam-se mais severas e a criminologia converte-se em teoria do controle social.

O Estado policial que emerge da crise do Estado de bem estar é que vai definir a dinâmica contemporânea do controle social, caracterizada pelo crescimento da repressão aos pequenos delitos, pelo apelo sistemático ao uso da violência ilegal e ilegítima; pela produção social do sentimento de insegurança pública; pelo controle social do crime realizado também por polícias e serviços privados de segurança.

Na nova dinâmica do controle social predominam também debates favoráveis ao aumento do aprisionamento, às restrições à defesa, à pena privativa de liberdade a adolescentes, à publicização dos condenados, à intolerância e, se observa constante instrumentalização da insegurança para fins políticos (GARLAND apud GAIO, 2007, p. 6).

Rondelli (2000) chama atenção para o fato de que esse modelo de controle social do crime precisou de apoio popular. Para a autora, a construção dos sentidos sobre o crime, a violência, a punição e a definição da ordem social, necessitaram da mídia para se tornarem públicos e ganharem adeptos ou adversários. Foi então que os movimentos de lei e ordem desencadearam processos políticos de mobilização da população para a nova dinâmica de controle, e a mídia agiu aí como legitimadora deste processo.

A constante exposição de imagens de violência nas sociedades contemporâneas, enquadradas quase sempre como resultantes da criminalidade, desempenha papel legitimador tanto das políticas de controle social quanto da própria imprensa, que se alimenta da velha retórica do quarto poder. Com a função de vigiar e controlar os outros poderes⁷ e se tornar um meio de expor injustiças, apurar casos e fornecer informações para garantir a defesa dos direitos dos cidadãos, a identidade da imprensa ainda hoje se apoia nesse dever de denunciar “os problemas sociais”.

Uma vez que a questão da violência é posta como desafio à democracia, e neste desafio a criminalidade aparece nos noticiários como um dos problemas mais significativos da sociedade contemporânea. Então, o gosto particular pela criminalidade tem um viés legitimador, faz cumprir o suposto dever de mostrar a realidade. Além de também desempenhar papel fundamental na nova dinâmica do controle social do crime.

Como confirma Rondelli (2000), as agências ligadas à lei e ordem se articulam às instituições de notícias para privilegiar significados particulares e promover interesses políticos. Os principais expoentes gerados desta relação foram os noticiários e os programas policiais.

4. LAW AND ORDER E A EXPERIÊNCIA DOS PROGRAMAS POLICIAIS

De acordo com Teixeira (2002), o programa *Crimewatch Uk* é considerado um marco na tendência de misturar divulgação de notícias sobre o crime a reconstituições dramatizadas, acrescentando interatividade com a audiência por meio de denúncias. *Crimewatch UK* surge, não por acaso, no governo de Margareth Thatcher, a ‘Dama de

⁷ A imprensa precisava justificar seu crescente lugar na sociedade e, então, conforme Traquina, ela buscou legitimação nas teorias democráticas do século XIX. Na democracia, a imprensa seria um quarto poder em relação aos outros três: o poder executivo, o legislativo e o judicial (TRAQUINA, 2005, p. 46).

Ferro’, como ficou conhecida a primeira ministra, por causa das medidas de repressão social da campanha *Lei e Ordem*⁸ promovida por seu governo.

A Inglaterra de Margareth Thatcher implantou princípios neoliberais através de reformas políticas e econômicas que pretenderam, entre outros objetivos, enfraquecer o Estado social mantenedor de políticas de assistência e fortalecer o Estado penal de controle. Em síntese, evidenciou-se um Estado mínimo social e um Estado máximo policial.

O programa *Crimewatch UK* responde a tal dinâmica de reorganização das políticas criminais, pois carrega nos seus discursos as transformações ocorridas durante a campanha de lei e ordem de Margareth Thatcher e se torna um dos programas mais assistidos da Inglaterra (TEIXEIRA, 2002, p. 8).

Nos Estados Unidos, as reformas neoliberais iniciam-se com o presidente Ronald Reagan, aliado de Margareth Thatcher. O Estado mínimo americano reduz o investimento no programa de habitações populares e o Estado máximo policial responde ao controle dos conflitos, em sua maioria, raciais. A tática policial era realizar ‘batidas’ nos subúrbios para flagrar vadios, bêbados e desordeiros e coibir suas ações. Em resposta a esse processo e a exemplo da Inglaterra, surgem os programas *America’s most wanted* (FOX), que influenciou o *Linha direta*, da Rede Globo no Brasil, e *48 Hours* (CBC). Os dois programas transformaram crimes em espetáculo e legitimaram o novo desenho das políticas de controle neoliberais.

Os programas mostraram imagens colhidas de helicópteros, câmeras em movimento de perseguição, reportagens que demonstravam a eficiência dos policiais no combate ao crime, retratos-falados e se utilizaram de gráficos e outros recursos técnicos, todos aliados a um modo de fazer jornalístico. No Brasil, é o programa *Linha direta* que mais responde aos investimentos políticos neoliberais no âmbito do controle criminal. Não por acaso, o programa retorna à programação da TV Globo durante o primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, cujo plano de governo⁹ reflete os movimentos de Lei e Ordem já realizados na Inglaterra e Estados Unidos.

⁸ O movimento fundamenta-se no princípio da legalidade e defende a utilização de penas severas em qualquer incidência infracional, pois a ideia de crime remete ao contratualismo de Rosseau, porque representa a quebra de ‘contrato’.

⁹ No domínio da segurança, o plano de governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) partiu de um diagnóstico que identificava um cenário de insegurança no Brasil. O diagnóstico registrou, entre outros problemas, o descrédito nas instituições públicas, a influência crescente do tráfico e uso de drogas em outros crimes (como homicídios, roubos e sequestros), o ciclo crescente de impunidade, a sistemática violação de direitos humanos, a ação de grupos privados de extermínio e de grupos

Como afirma Adorno, o ex-presidente Fernando Henrique teve por objetivo a retomada do controle da criminalidade mediante rigoroso cumprimento da lei. “Em outras palavras, um programa que insistia em lei e ordem” (ADORNO, 2000, p. 130).

Para Batista, o *Linha direta* era uma instância processual de julgamento público, que não devia satisfação à Constituição ou às leis. “O programa *Linha direta* iniciou suas caçadas humanas três anos após o processo penal brasileiro assumir o princípio de que o acusado tem o direito de conhecer a acusação para defender-se, lei 9.271, de 17.04.96” (BATISTA, 2002, p. 19).

Ainda de acordo com Batista, a mídia foi responsável por dar certa legitimidade ao neoliberalismo. “O compromisso da imprensa, cujos órgãos informativos se inscrevem, de regra, em grupos econômicos que exploram os bons negócios das telecomunicações com o empreendimento neoliberal, é a chave da compreensão dessa vinculação mídia e sistema penal, incondicionalmente legitimante” (BATISTA, 2002, p. 3). Para que a legitimação ocorra, os programas policiais se encarregam de alimentar o consenso de que a criminalidade é o problema mais significativo da sociedade contemporânea, logo precisa ser eliminada.

A empreitada televisiva de programas policiais nacionais em TV aberta no Brasil não se encerra no *Linha Direta* da Rede Globo ou no *Aqui Agora*, que marcou os anos 90. Ela prossegue, com algumas diferenças, na produção dos programas *190 Urgente*, na GNT Gazeta, na *Rota do crime*, na *Manchete*, *Cidade alerta*, na Rede Record, *Brasil Urgente*, na Band, este último ainda no ar.

O *Brasil Urgente* é descrito na *homepage* do programa como um informativo de linguagem coloquial e opinativa, que dá prioridade para temas do cotidiano de cada cidadão. O foco é a segurança, a saúde, o trabalho, a mobilidade, o comportamento. Nas emissoras do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Brasília, Fortaleza, Recife, Campinas, São Luís, Goiânia e Belém o programa abre com a edição regional e depois segue com a edição nacional. No Estado de São Paulo, o *Brasil Urgente* segue até a entrada do *Jornal da Band*. São mais 30 minutos de notícias sobre a cidade paulista.

Em geral, o *Brasil Urgente* faz cobertura do trabalho da polícia. Suas reportagens são produzidas com poucos cortes, não possuem um tempo padrão para

paraestatais. Fator que contribui para que problemas de segurança pública e de justiça penal viessem a ocupar certa centralidade nas políticas governamentais de seu mandato (ADORNO, 2000, p. 130).

terminar, um apresentador narra e comenta as notícias no estúdio, há *links* ao vivo, o apresentador interpela a audiência através de comentários críticos sobre os fatos e, por vezes, faz intervenções ao vivo através de entrevistas com o público.

A ancoragem é também experimentada de modo usual: o apresentador fica de pé à frente do estúdio de onde acompanha a exibição das imagens, movimenta-se, gesticula e dá intensidade às notícias que em sua maioria são de incêndios, atropelamentos, rebeliões, crimes de sequestro, assaltos, latrocínios, engarrafamentos, enchentes ou qualquer outro flagrante dramático nos centros urbanos brasileiros, o destaque é sempre a cidade de São Paulo.

O *Brasil Urgente* é exibido diariamente desde dezembro de 2001, em rede nacional, pela TV Band. Nestes anos em que está no ar, o programa *Brasil Urgente* não hesita em mostrar o trabalho da polícia. Cinco vezes por semana o programa convida o espectador para conhecer melhor o trabalho destes “heróis brasileiros” e dos comandantes, subcomandantes e a elite da polícia militar do Brasil.

Além de fazer coberturas sobre rebeliões em presídios, sequestros, assaltos, estupros e crimes em geral, o programa também mostra problemas relacionados aos grandes centros urbanos, tal como uma prestação de serviços. Os repórteres, quase sempre em helicópteros ou *motolinks*, informam ‘ao vivo’ sobre condições do trânsito e relatam flagrantes da cidade de São Paulo ou das praças importantes no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Brasília.

O *Brasil Urgente* é apresentado por José Luiz Datena, paulista de Ribeirão Preto, com carreira iniciada no rádio. A função do Datena é conduzir o programa e emitir opiniões sobre os assuntos em destaque, a personalidade do apresentador é exaltada na *homepage* do programa, no espaço “Fala Datena”, onde o apresentador emite sua opinião em textos entremeados de denúncias e insatisfação diante da violência. O apresentador emprega credibilidade às narrativas e ao tom denunciante do *Brasil Urgente*.

Para Szpacenkopf, as estratégias que participam da construção de notícias são de difícil detecção, mas é certo que qualquer enunciação, seja sob a forma de comentário ou não, mesmo sendo a mais fiel à brutalidade do fato, provoca uma projeção mais ou menos importante do imaginário social sobre o fato relatado (SZPACENCKOPF, 2003, p. 172). É por isso que a identidade jornalística também é constituída pela figura do apresentador, que empresta credibilidade ao relato, conforme

já mencionamos, pois cabe ao âncora construir o ideal de confiança sobre o qual se estabelece a confiabilidade das notícias.

Outras características do *Brasil Urgente* são: uso de trilha sonora em algumas reportagens, recursos visuais, infográficos e linguagem coloquial marcada por gírias e clichês. Além de um modo diferenciado de captação das imagens, que ajuda a construir o sensacionalismo do programa. Imagens diretas com grandes *closes*, imagens chocantes ao vivo, imagens brutas (sem edição) de circuitos internos de vigilância, imagens de vídeos de baixa resolução gravados em dispositivos de comunicação móveis são usadas para conferir mais realismo aos fatos.

Ramonet (1999) chama atenção para esse tipo de programação na qual os eventos produtores de imagens fortes – violências, guerras, catástrofes, sofrimentos de todo tipo – se impõem aos outros assuntos, mesmo que, em termos absolutos, sua importância seja secundária. Para ele, a consequência desta nova situação, deste fascínio pelo direto, pelo "ao vivo", pelo tempo real é a mudança do modelo de representação do telejornal que passa a concentrar um relato dramático no qual “se sucedem uma miscelânea de gêneros, lances de teatro e mudanças de tom em torno de três registros centrais: morte, amor, humor – e que repousa na atração principal de uma estrela, o apresentador único” (Ramonet, 1999, p. 13).

De todas as características citadas, as que mais nos interessam no *Brasil Urgente* são: o enquadramento dado às notícias e aos personagens que a narrativa jornalística constrói e a proposta de interação delatora com a audiência. Isto porque esses dois aspectos nos ajudam a compreender como o uso de certos operadores textuais, certas escolhas e edições de imagens se relacionam com a dinâmica de controle social contemporânea.

No dia 18 de agosto de 2012, o programa *Brasil Urgente*, exibe reportagem que apresenta novas informações sobre o assassinato de uma vendedora em São Paulo. Suspeita-se que o crime seja de execução ou latrocínio, e o caso foi exibido pelo programa no início do ano. A reportagem intitulada “Testemunhas ajudam no caso de vendedora morta” é feita com trechos da entrevista concedida pelo delegado responsável pelo caso, que destaca a importância das testemunhas na elucidação do crime, intercalados com trechos da primeira matéria veiculada sobre o caso no programa. A exibição da reportagem é interrompida por uma entrevista ao vivo com a mãe da vítima, chamada Eliane, conduzida pelo apresentador Datena. Seguem abaixo trechos da reportagem e da entrevista.

Repórter: A vendedora Alcione Pacheco Borges, de 36 anos, morreu com um tiro disparado a menos de dois metros. Testemunhas prestam depoimento e ajudam a polícia na investigação.

Datena: A senhora acha que sua filha foi executada?

Mãe da vítima: Só pode ser, ela não ia segurar nada. Ela já tinha sido roubada várias vezes e esse negócio de bens [...] Ela lutava para ter as coisinhas dela, mas não tinha esse apego. Ele [o assassino] levou a coisa mais linda do mundo, acabou com minha vida, levou a vida da minha filha. Pelo amor de Deus, Datena! Eu sempre assisto seu programa. Não achei que eu estaria aqui.

Repórter: A vendedora foi assassinada com tiros dados a menos de dois metros de distância. O assassino deixou pra trás a bolsa, as fotos, o celular e as joias da vendedora vaidosa, alegre, mãe de uma filha de 10 anos.

Irmão da vítima: Eu tô acabado. Minha irmã virou papel, porque ela não tá mais com a gente, não tem mais a alegria na minha casa.

Repórter: A última imagem que a dona Eliane vai ter da filha foram gravadas por câmeras de vigilância.

A mãe e o irmão da vítima falam emocionados sobre a dor e o sofrimento de perder um ente querido. A narrativa do repórter endossa a vitimização, ao absorver uma espécie de texto “perito policial” que indica que o crime foi feito por encomenda. A vítima é caracterizada como vaidosa, feliz, mãe, que deixa uma filha de 10 anos. Uma pessoa normal, comum, boa cidadã que morre vítima da violência. Outro aspecto interessante da construção de sentidos em torno da vítima é o fato do repórter se referir a ela como vendedora.

O crime ocorreu em uma rua do centro de São Paulo durante a noite, e a vítima, aparentemente sozinha, estava dentro do carro estacionado na rua. Portanto, é evidente que o crime não ocorreu durante o seu horário de trabalho ou no seu local de trabalho, ainda assim a vítima é a “vendedora”, não uma mulher ou somente vítima, o que demonstra a intenção do repórter de caracterizá-la como trabalhadora.

Os operadores textuais usados na narrativa e destacados nos trechos antes transcritos dão especial conformação à perspectiva de vitimização e de hostilização do criminoso. De acordo com Rondelli (2000), a ambiguidade dada pelas narrativas jornalísticas e pelas imagens da violência não está presente apenas nas dicotomias culpado/inocente, irrecoverável/ recuperável, perverso/ boa gente, como também na própria noção de ‘justiça’. Tal justiça consiste, na maior parte das vezes, em critérios de

punição física: o criminoso deve pagar pelo que fez. Com apelos explícitos ou velados, a mídia explora sentimentos de vingança ou castigo divino.

Para Gaio, a publicização das vítimas reais também serve como metonímia para o problema da segurança. “A representação operada pela mídia sob a forma de uma nova inflexão emocional de nossa experiência do crime, sem dúvida, jogou um papel importante para a construção da nova estratégia punitiva” (GAIO, 2007, p. 13).

O reforço dado ao endurecimento das políticas penais é evidente nos comentários do apresentador Datena, feitos a cada reportagem. Após os repórteres mostrarem os constantes requintes de crueldade, a frieza e a ação imoral dos criminosos, o apresentador se enche de indignação e clama por mais firmeza da justiça e dos governantes no combate ao crime. Além dos comentários usuais durante a apresentação, Datena também tem um espaço no *site* do programa destinado a sua opinião. Segue abaixo, texto extraído do canal “Fala Datena”, em que o apresentador comenta os casos apresentados no programa e/ou de repercussão nacional.

Fala, Datena!
segunda-feira, 19 de março de 2012 - 08h41

O menino estava de mãos dadas com o pai. Esperava a perua que o levaria para a escola. João Gabriel tinha 9 anos, gostava de bichos e por isso queria ser biólogo ou veterinário. Mas João Gabriel não vai poder realizar o sonho. Não vai poder nem tentar realizar o sonho.

O menino que gostava de animais morreu ali mesmo, na calçada, abraçado ao pai, atingido por uma bala perdida que, na verdade, está mais para uma roleta russa perversa que não escolhe vítimas.

Poderia ter sido o pai dele, o rapaz que estava ao lado, a dona de casa que esperava a condução, eu, você, qualquer um. João foi vítima da escalada da violência cada vez mais irracional e letal, impulsionada pela multiplicação de armas a cada dia mais poderosas, mais assustadoras e fatais.

O pai do garoto, também João, ainda tentou proteger o corpo frágil do filho abraçando-o, se jogando na frente dos disparos, mas não conseguiu. Acontece que os assassinos frios e covardes não deram aviso, não possibilitaram nenhuma defesa porque simplesmente chegaram ao lugar disparando.

Não se sabe se atiraram para assaltar um caminhão que entregava cerveja, se foi um acerto de contas ou ainda uma execução encomendada, mas nada disso tem importância. O que importa é que mais um brasileiro, um brasileiro inocente e cheio de planos, está morto graças à facilidade com que se encontram pistolas automáticas, fuzis, metralhadoras, granadas e uma infinidade das tais “armas pesadas” que fazem o flagelo do cidadão de bem. E como chegamos até esse ponto? Pois bem: chegamos porque deixamos. Porque facilitamos a vida dos bandidos com um conjunto de leis fracas, de punições brandas, de incentivo ao crime.

Qualquer bandidinho de quinta categoria sabe que pode virar um bandidão porque, além de ser fácil se armar, também é fácil se livrar da cadeia mesmo no caso de ser preso e condenado. Afinal, estão aí pra quem quiser aproveitar as tais progressões de pena e as políticas de

esvaziamento dos presídios. Enquanto isso, do lado de cá, dramas como o do menino João se multiplicam. Até quando?

Conforme já mencionamos, a dinâmica do controle social contemporâneo suscita debates favoráveis ao aumento do aprisionamento e às restrições à defesa, à pena privativa de liberdade: prisão perpétua e pena de morte. Não por acaso, o apresentador do *Brasil Urgente* se ergue como agente de defesa dessas medidas. Em passagens como *Qualquer bandidinho de quinta categoria sabe que pode virar um bandidão porque, além de ser fácil se armar, também é fácil se livrar da cadeia mesmo no caso de ser preso e condenado* e *Afinal, estão aí pra quem quiser aproveitar as tais progressões de pena e as políticas de esvaziamento dos presídios. Enquanto isso, do lado de cá, dramas como o do menino João se multiplicam. Até quando?*, Datena crítica o Judiciário brasileiro que dá progressões e benefícios para bandidos, o que para ele tanto incentiva a ação dos criminosos como favorece a impunidade.

Para justificar a crítica e seu posicionamento, Datena apela para a vitimização dos cidadãos de bem, das crianças, que estão à mercê da criminalidade, de um lado, e os bandidos que estão do lado de lá, livres e impunes.

Ressaltando-se as diferenças entre as políticas de controle criminal de países como a Inglaterra e Estados Unidos, estudados por Garland (2001), o Brasil reproduz as tendências apontadas pelo sociólogo no que dizem respeito ao combate ao crime e ao controle social, principalmente, fora nas agências penais, como é o caso da mídia que se apresenta como porta-voz da punição diante da ineficiência do governo e da fragilidade das políticas de segurança brasileiras em comparação as *Three strikes and you are out* americanas, as *supermax* e a tolerância zero ao crime.

Outro aspecto que evidencia esta tendência no programa *Brasil Urgente* é a proposta de interação delatora com a audiência. O apresentador incentiva o telespectador a delatar os acusados foragidos. O programa exhibe, por exemplo, o retrato falado dos suspeitos e oferece os serviços de disque-denúncias, *e-mail* e contato através do *site*, por meio do qual a audiência pode colaborar com a polícia para prendê-los. Integra-se ao programa quem tem algo a denunciar, o *Brasil Urgente* também garante sigilo sobre a identidade do informante, caso necessário.

O programa interpela a audiência com uma proposta clara de interação através do apelo à participação delatora, que busca mobilizar o espectador para que ele coopere

com a polícia e a justiça na prisão dos acusados. Além de incentivá-lo a comentar sobre os casos apresentados e denunciar problemas sociais dos centros urbanos.

Para Bucci (2004), a televisão tem a particular capacidade de mediar cooperações entre o poder público e a ação voluntária (ou aparentemente voluntária) das massas. O que não significa que a televisão deva ser entendida como ferramenta de manipulação, que os telespectadores sejam passivos. Significa, sim, que a televisão tem servido de campo em que os sujeitos se reconhecem entre si como pertencentes a uma unidade e que, diante dela, participar de campanhas mobilizadoras é um modo de constituir-se parte de um todo (BUCCI, 2004, p. 121).

Ainda segundo Bucci (2004, p. 122) “a delação, por sua vez, corresponde ao ato de se armar no estado natural de uma guerra”¹⁰.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas policiais foram estimulados por contextos políticos específicos, os movimentos de lei e ordem, que visaram o endurecimento das políticas penais, como parte dos investimentos neoliberais notados na Inglaterra, nos Estados Unidos e reproduzidos em países como o Brasil. Desde os movimentos de Lei e Ordem, os noticiários policiais, então, buscaram legitimar a dinâmica do controle social do crime, que apresenta, atualmente, duas linhas distintas de ação governamental: uma que estimula a prevenção e a parceria da sociedade civil no combate ao crime, e a outra em que o Estado prioriza o aumento do controle e da punição.

Na dinâmica do controle social, os programas policiais da televisão atuam principalmente na produção social do sentimento de insegurança pública e na promoção de políticas de encarceramento e de punição, vez que as imagens da violência exibidas nos programas policiais da televisão brasileira tanto produzem esse sentimento quanto enaltecem o debate em torno do endurecimento da punição e da execução de políticas de controle mais rígidas. Além de estimular a prática do vigilantismo, pedindo aos telespectadores sua colaboração (delação) para ajudar a solucionar e registrar crimes.

Sodré (2006) afirma ser este apelo implícito à proteção dos que detêm o monopólio da violência legítima – ou seja, o Estado com seus dispositivos armados –

¹⁰ Em regimes de tipo nazista ou fascista, o estado natural de guerra converte todos em agentes de poder, pois cada um vive por sua própria defesa, é comum pais delatarem filhos e filhos delatarem pais, que se opõem ao regime. Na lógica nazista, a delação é ato de armar e de se defender (BUCCI, 2004, p. 121).

que acaba ensejando o desenvolvimento, na vida real, de uma ideologia policialesca de vigilância e segurança pública. Por tais motivos, os programas policiais elevam a televisão à condição de autoridade moral e a identificam como um dispositivo de controle social na dinâmica contemporânea do controle social do crime.

Referências

ADORNO, Sérgio. Insegurança *versus* direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social: Rev. Sociol. USP*, São Paulo, p. 19, out. 2000.

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. *Discursos sediciosos*, Rio de Janeiro, nº 12, p.1, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BUCCI, Eugênio. *Linha direta. Com quem*. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias*. 1º edição. São Paulo: Boitempo, 2004.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Guerra civil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GAIO, André. *Crime e controle social no Brasil Contemporâneo*. Brasil, 2007.

GARLAND, David. *A Cultura do Controle*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MONGIN, Olivier. *A violência das imagens: ou como eliminá-la*. Lisboa: Bizâncio, 1998.

RAMONET, Ignácio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

RONDELLI, Elizabeth. *Imagens da violência e práticas discursivas*. In: PEREIRA, Carlos Alberto M. (org.) *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SODRÉ, Muniz. *Sociedade, mídia e violência*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

SZPACENKOPF, Maria Izabel Oliveira. *O olhar do poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TEIXEIRA, Alex Niche. *A espetacularização do crime violento pela televisão: o caso do programa Linha Direta*. 2002. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SALLA, Fernando; GAUTO, Maitê; ALVAREZ, Marcos Cesár. *A contribuição de David Garland: a sociologia da punição*. In: Tempo Social. Revista de sociologia da USP. São Paulo, 2006.

SANTOS, José Vicente TAVARES DOS. *Violências e dilemas do controle social nas sociedades da "modernidade tardia"*. São Paulo Perspec. 2004, vol.18, n.1, pp. 3-12.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo – porque as notícias são como são*. nº 2. edição. Florianópolis: Insular, 2005.

WIEVIORKA, Michel. *O novo paradigma da violência*. In: Tempo Social. Revista de sociologia da USP. São Paulo, 1997.

INDIVÍDUO E SOCIEDADE NO PENSAMENTO SOCIAL DA ESCOLA DE CHICAGO

Fernando Farias Valentin¹
Ana Keila Mosca Pinezi²

Resumo

O presente artigo procura analisar a contribuição da escola sociológica de Chicago para a redefinição dos conceitos de indivíduo e sociedade, através da reelaboração das clássicas visões da sociedade proposta pelos funcionalistas e estruturalistas. Examinando a influência do pragmatismo sobre a ação dos indivíduos, e identificando a trajetória do pensamento social da escola na primeira e na segunda geração de pesquisadores, o artigo conclui que o desenvolvimento do interacionismo simbólico foi decisivo para a formulação de um pensamento social que conseguiu unir, isto é, fez interagir indivíduo e sociedade, sem sobrepujar um ou outro.

Palavras-chave: Escola de Chicago, pragmatismo, interacionismo simbólico, indivíduo e sociedade

Abstract

This paper analyzes the contribution of sociological Chicago School to redefine the concepts of individual and society, through the reworking of the classic visions of society proposed by functionalists and structuralists. Examining the influence of pragmatism on the actions of individuals, and identifying the trajectory of social thought of the school on the first and second generation of researchers, the article concludes that development of symbolic interactionism was decisive for formulation of a social thinking that managed to unite individual and society with equal importance.

Keywords: Chicago School, pragmatism, symbolic interactionism, individual and society

¹ Sociólogo. Mestrando em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC).

² Profa. Dra. Coordenadora do Mestrado em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC).

Introdução

Na história da teoria social contemporânea, a Escola de Chicago pode ser considerada um marco, pois conseguiu ultrapassar amplamente os clássicos paradigmas funcionalista e estruturalista concebidos pelos pensadores europeus, e, em boa medida, até mesmo, o culturalismo³ norte-americano.

Nascida sob a égide do pragmatismo, ela inaugurou um novo campo na pesquisa sociológica focado nos estudos dos fenômenos urbanos e nas noções de cultura urbana e ecologia humana. Porém, não se limitou a ser exclusivamente um novo modo de fazer pesquisa, apesar de sua grande contribuição em termos de métodos e abordagens sobre os objetos de análise. Foi muito mais além, dedicando um lugar significativo ao estudo das formas como os indivíduos elaboram e interagem com os grupos sociais aos quais pertencem, e como criam sua identidade social.

Em termos metodológicos, a Escola de Chicago deixou um importante legado ao realizar a crítica radical da fenomenologia sociológica, isto é, do objetivismo da ciência racional-funcionalista, e pela seminal contribuição na formulação do interacionismo simbólico e da etnometodologia que viriam a se tornar duas importantes correntes sociológicas de caráter compreensivo após os anos 1960.

Este artigo tem como eixo central apresentar as principais contribuições da Escola de Chicago para o entendimento da clássica dicotomia sociológica: indivíduo e sociedade. Para tanto, o texto a seguir está dividido quatro partes. Na primeira seção, será discutido o papel central que a filosofia pragmática possui no pensamento social norte-americano e na formação da escola de Chicago. Na segunda seção, discutiremos a *práxis* da escola em termos do olhar, dos métodos e da escolha dos objetos de pesquisa. A terceira seção é dedicada a apresentar um dos principais frutos teóricos da segunda geração da escola: o interacionismo simbólico e a mudança na concepção de ação. Na parte final do trabalho são apresentadas as conclusões que procuram demonstrar a relevância da construção teórico-metodológica empreendida pela escola para uma melhor compreensão da dicotomia entre indivíduo e sociedade, bem como apontar o legado e as contribuições desse pensamento para a teoria social.

³ A universidade de Columbia é muitas vezes designada como o lar intelectual do culturalismo que se desenvolveu nos Estados Unidos a partir dos anos 1930. Essa abordagem sociológica recebeu influências da antropologia cultural anglo-saxã e da psicanálise freudiana. (LALLEMENT, M. História das idéias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2008, p.75-78.

Pragmatismo e teoria social

O pragmatismo cumpre duas funções(...). Em primeiro lugar, desembaraçar-nos ativamente de todas as idéias pouco claras. Em segundo lugar, deve apoiar, e tornar distintas, idéias em si, claras, mas de apreensão mais ou menos difícil; e, em particular, assumir sua atitude satisfatória em relação ao elemento da terceiridade. (PEIRCE, C. Escritos coligidos. In: Os pensadores, vol. XXXVI. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p.64).

O pragmatismo não foi a primeira corrente filosófica a se implantar nos Estados Unidos da América. No entanto, segundo Wall (2007), foi verdadeiramente uma escola americana de pensamento. Surgido nos primeiros anos de 1870 e formado por um grupo de rapazes de Cambridge, Massachussets, interessados em discutir filosofia que se auto-intitulavam como pertencentes ao “Clube Metafísico”, o pensamento pragmático teve como principais expoentes os pensadores Willian James e Charles Sanders Peirce.

O primeiro texto que expõe claramente as idéias do pragmatismo é de 1878, de autoria de Charles Peirce, intitulado “How to make our ideas clear”. Nele o autor apresenta a definição do que seria uma idéia clara:

A clear idea is defined as one which is so apprehended that it will be recognized wherever it is met with, and so that no other will be mistaken for it. If it fails of this clearness, it is said to be obscure. This is rather a neat bit of philosophical terminology; yet, since it is clearness that they were defining, I wish the logicians had made their definition a little more plain. Never to fail to recognize an idea, and under no circumstances to mistake another for it, let it come in how recondite a form it may, would indeed imply such prodigious force and clearness of intellect as is seldom met with in this world. On the other hand, merely to have such an acquaintance with the idea as to have become familiar with it, and to have lost all hesitancy in recognizing it in ordinary cases, hardly seems to deserve the name of clearness of apprehension, since after all it only amounts to a subjective feeling of mastery which may be entirely mistaken. I take it, however, that when the logicians speak of "clearness," they mean nothing more than such a familiarity with an idea, since they regard the quality as but a small merit, which needs to be supplemented by another, which they call *distinctness*. (PEIRCE, C. 1878, p. 286-302)

Para Peirce (1878), o fundamental da doutrina pragmatista é a relação que ela desenha entre a teoria e a prática. Isto é, ela se constitui somente em um critério de significação que afirma ser o significado de algo, ou de um conceito, nada mais, do que a soma total das conseqüências práticas concebíveis. Por esse raciocínio, conceitos que não tenham conseqüências práticas concebíveis não têm significado. O ponto central da reflexão de Peirce sobre o significado dos conceitos foi fortemente influenciado pela definição de crença de Alexander Bain, que afirmava ser esta hábito de ação. Bain propunha que nos afastássemos da concepção de que as crenças são puramente

intelectuais e passássemos a tomá-las como sendo oriundas de nossas vontades e tendências para agir (NASCIMENTO, 2011).

Peirce concebia a filosofia mais como um método auxiliar na compreensão dos problemas científicos e filosóficos, do que como uma teoria da verdade. Sua teorização sobre o pragmatismo surge como um esforço para vencer as contendas metafísicas, e tentar adotar medidas práticas que consigam efetivamente captar a concepção total de um objeto.

Outro nome de destaque no pragmatismo foi o de Willian James. Em 26 de agosto de 1898, James proferiu uma conferência na União Filosófica da Universidade de Berkeley e utilizou a palavra pragmatismo pela primeira vez de modo impresso. Nessa ocasião, James apresentou uma interpretação das idéias de Peirce dizendo:

Para atingir a clareza perfeita em nossos pensamentos de um objeto [...] precisamos somente considerar quais efeitos de uma espécie concebivelmente prática o objeto pode envolver - quais sensações devemos esperar dele, e quais reações devemos preparar. Nessa concepção desses efeitos, então, é para nós o todo de nossa concepção do objeto, na medida em que essa concepção tem alguma significância positiva. (JAMES, 1898 *apud* Wall, 2007, p. 52)

A concepção de Peirce sobre o pragmatismo foi expandida por James com a introdução da noção dos efeitos que um objeto pode envolver. Isto é, na idéia original de Peirce o significado ou a idéia que temos de um objeto é produto dos efeitos que julgamos ter esse objeto. Willian James adicionou nesses efeitos as sensações que devemos esperar e as reações que devemos preparar a partir do objeto. Em outras palavras, o pragmatismo para James está interessado nos efeitos diretos, práticos e particulares de um objeto ou idéia. Ele reivindica uma filosofia que não somente exercite os poderes da abstração intelectual, mas que faça conexões com o mundo real. O método pragmático seria, então, uma atitude, uma orientação. A atitude de olhar além das primeiras coisas, dos princípios, das “categorias”, da supostas necessidades e de procurar pelas últimas coisas, ou seja, seus frutos, as suas conseqüências, os fatos (JAMES, 1985).

Na opinião de Hans Boas (1999), o pragmatismo é uma filosofia da ação, mas que não chegou a desenvolver um modelo da ação como fez Talcott Parsons⁴. Boas procurou desenvolver o conceito de ação com vistas a superar a dualidade cartesiana. Isso levou a uma compreensão da intencionalidade e da sociabilidade de modo diferente

⁴ Para maiores detalhes vide PARSONS, T. A estrutura da ação social. Petrópolis: Vozes, 2010.

do proposto pelos utilitaristas⁵, em que a ordem social é orientada pela concepção do controle social em termos de auto-regulação e solução de problemas.

A relação e a influência entre o pragmatismo e a teoria social, especificamente no caso da Sociologia, segundo Boas, se deu com John Dewey e George Herbert Mead. Num primeiro estágio, o pragmatismo assumiu contornos de uma psicologia funcionalista. Buscava-se interpretar os processos e operações psíquicas em termos de sua eficácia para a solução dos problemas encontrados pelas pessoas no dia-a-dia, isto é, em sua conduta. Um documento típico dessa visão foi produzido por John Dewey e intitulado de “The Reflex Arc Concept in Psychology”, de 1896, no qual o autor criticava a concepção de uma psicologia causal que buscava estabelecer vínculos determinísticos entre estímulos ambientais e relações orgânicas. Esse modelo para Dewey opunha a totalidade da ação e as doutrinas que reduziam a ação a uma conduta determinada pelo meio. Ele acreditava que qualquer ideia, valor e instituição social tinham origem nas circunstâncias práticas da vida humana. As crenças, vistas em seus respectivos contextos, deveriam ser testadas quanto à contribuição que poderiam dar para o bem comum e pessoal (PALMER, 2005).

Esse mesmo entendimento foi gradativamente compartilhado por Herbert Mead. Em meados de 1910, Mead havia escrito um livro de ensaios que mostrava a evolução de seu pensamento de um modelo biológico, individual e funcionalista, para uma concepção mais social e racional, de ligação entre os indivíduos e os grupos. Por razões desconhecidas, essa obra nunca chegou a ser completada. No entanto, juntamente com os trabalhos “Play, School, and Society” e “The individual and the Social Self” elas marcaram a passagem de uma concepção psicológica, individual e emocional da pessoa em sociedade, com ênfase na infância, para outra, em que o sujeito é explicado como produto das interações sociais e de significados humanamente gerados (SCOTT, 2008). Em “Mind, Self and Society”, Mead apresenta um modelo de origem do eu e do outro, no qual a sociedade e o “eu” seriam mutuamente dependentes e dinâmicos. A mente, a consciência, a inteligência e a capacidade de assumir o papel do outro também surgiram desse processo.

É importante frisar que o pragmatismo é um método de se fazer filosofia e não uma teoria filosófica. Nasce com o objetivo de mostrar que muitos termos filosóficos

⁵ O princípio da utilidade foi sistematizado por Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873). Uma das principais exposições sobre a filosofia utilitarista pode ser encontrada em BENTHAM, J. “Uma introdução aos princípios da moral e da legislação”. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

não tinham significado e que muitos problemas filosóficos eram gerados por falta de clareza terminológica. Como críticas imputam a ele certa redução do conceito de ação a um modo muito instrumentalista, a ideia de que a consciência se encontra orientada para o momento presente e a um alto grau de generalidade do modelo não permitindo a distinção entre agente e objeto.

Vejamos na próxima seção como a Escola de Chicago trabalha com as influências do pensamento pragmático, e qual a repercussão, a importância e o papel dele nos métodos, estudos e nas teorias sociais desenvolvidas.

A práxis da Escola de Chicago

No período compreendido entre os anos de 1912 e 1922, o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago foi caracterizado, segundo Mário Eufrásio (2008), por uma série de propostas de pesquisas, por um conjunto de linhas de interesse, de orientações teóricas e linhas de investigação que se concentraram nos estudos da sociologia urbana e do imigrante, nas relações raciais e no problema das populações negras nos Estados Unidos. Os pesquisadores desse departamento e suas produções entraram posteriormente para o rol das tradições sociológicas, como os criadores da “Escola de Chicago”, termo cunhado por Luther Bernard somente nos 1930 (COULON, 1995).

Em termos práticos, a preocupação dos pais fundadores da escola sociológica de Chicago estava em “emphasized science and the importance of understanding social problems in terms of the process and forces that produce them” (BULMER, 1984, p.89).

Durante 37 anos, trabalharam juntos profissionais que estavam interessados pelos temas e assuntos da sociedade moderna e contemporânea, além das sociedades tribais e tradicionais. Grande parte dessa preocupação adveio da influência do pensamento social alemão de Georg Simmel que destacou que os conteúdos da vida humana guardam estreita relação com a vida social, e que a realidade não pode ser apreendida em sua imediatividade (FRANÇA, 2006). No fundo, Simmel buscava um conceito de sociedade que não a reduzisse a um mero agregado de indivíduos, mas que também não a tornasse uma entidade transcendente em relação aos sujeitos. A identificação da sociedade e das relações recíprocas conduz ao estudo das relações sociais pelas quais os indivíduos e os grupos sociais de um determinado território se

comprometem entre si (RIUTORT, 2008). Essa noção será exaustivamente explorada pelos pesquisadores da Escola de Chicago.

Ao se realizar-se progressivamente, a sociedade indica sempre que os indivíduos estão ligados por influências e determinações recíprocas. E conseqüentemente, ela é alguma coisa de funcional, algo que os indivíduos ao mesmo tempo fazem e sofrem. Contudo, devido a sua característica fundamental, não se deveria falar em sociedade, mas sim de socialização. A “sociedade”, neste caso, seria apenas o nome dado a um conjunto de indivíduos, ligados entre si por ações recíprocas [...] (SIMMEL, 1918 *apud* RIUTORT, 2008, p. 353).

As condições da sociedade americana do início da década de 1890, na opinião de Hans Boas, fizeram com que o pragmatismo fosse transformado em sociologia. A rápida industrialização da nação, os elevados contingentes de imigrantes que lá chegavam mudaram a estrutura de classe da sociedade americana. Até a Primeira Guerra Mundial, o pensamento social nos Estados Unidos esteve voltado para o estudo dos “problemas sociais”, estes entendidos como: caridade pública, recuperação de pessoas “desencaminhadas”, questões ligadas à economia doméstica, delinquência, falta de moradias. Posteriormente, os pesquisadores norte-americanos focaram-se nas investigações sobre o crescimento das camadas populares marginalizadas e nos aspectos patológicos da sociedade, que o ideário religioso protestante via apenas sob o prisma das condições de saúde físicas e mentais e de probidade moral. Essa trajetória levou a introduzir, nos estudos sociológicos nos Estados Unidos, uma disciplina voltada para a ação e a reforma social, e a consolidar os múltiplos ferramentais utilizados pela Escola de Chicago para realizar seus trabalhos de campo.

O departamento de Sociologia criado por Albion Small, em 1892, em Chicago, permaneceu na atmosfera intelectual do século XIX por quase duas décadas. Apesar do departamento também congregar antropólogos, por lá passaram poucos deles. Os mais conhecidos foram Ralph Linton, Fay Cooper-Cole, Edward Sapir e Robert Redfield (EUFRÁSIO, 1995). No entanto, o modo antropológico de fazer pesquisa parece ter deixado importantes marcas nas gerações iniciais de Chicago. Em 1929, com a criação do novo prédio que reunia os departamentos de ciências sociais foi criado um departamento de antropologia autônomo. O desejo fundamental de Small era criar uma sociologia acadêmica mais sensível às questões de natureza social e moral, e de fazer de Chicago o primeiro departamento de Sociologia do mundo de alto padrão em graduação e pós-graduação.

A vontade de construir uma Sociologia própria nos Estados Unidos, diferentemente das teorizações européias, muito mais focada nos trabalhos empíricos do que na construção de grandes teorias é, na opinião de Howard Becker, um dos grandes méritos da escola de Chicago. Isso fez de Chicago uma escola de atividade, um local onde, independentemente de todos compartilharem as mesmas ideias, o que de fato importava era que todos trabalhavam juntos (BECKER, 1996).

Os trabalhos de pesquisa encontraram em Robert Erza Park o estímulo inicial⁶. Assim que chegou a Chicago, Park escreveu um texto apontando que a cidade poderia ser um grande laboratório de pesquisa social. Logo em seguida, passou a buscar estudantes interessados em sair a campo. Park influenciou pelo menos duas gerações de estudantes de Chicago. Seu método de pesquisa não era predominantemente qualitativo ou quantitativo. Seu ecletismo no modo de fazer pesquisa se materializou na concepção de que o espaço físico, material, refletia o espaço social. Esse pensamento, essa metáfora, levou ao desenvolvimento da noção de ecologia humana⁷. Valendo-se do modelo de Charles Darwin de seleção natural, ele resolve elaborar a hipótese segundo a qual o meio no qual os indivíduos e grupos evoluem exerce influência sobre seu comportamento.

Em campo, Park e seus alunos procuravam entender como os diferentes grupos sociais se espalhavam pela cidade, como se adaptavam as condições sociais existentes e como coexistiam uns com os outros em mesmos espaços. Em última instância, Park e seus alunos nos trabalhos de campo procuraram descrever a posição particular dos indivíduos e dos grupos na sociedade. Os resultados dos levantamentos eram sumarizados em mapas que mostravam as áreas e regiões da cidade de Chicago habitadas pelas diferentes populações de imigrantes, suas atividades econômicas, e áreas de conflito. Porções do território onde determinadas populações se separavam das outras foram caracterizadas por Park como regiões morais.

Em paralelo aos estudos empíricos de Park, Willian Isaac Thomas foi outro importante expoente que se dedicou mais aos trabalhos teóricos. Seu pensamento foi influenciado pelas idéias de John Dewey, de George Herbert Mead e por Charles Horton Cooley, que notadamente assinalaram o papel exercido pelos grupos primários na formação da identidade social. Thomas desenvolve a noção de desorganização social

⁶ Em 1925 Park inaugura o campo da sociologia urbana com a publicação da obra “The city: suggestions for the study of human nature in urban environment”

⁷ Vide PIERSON, Donald. Teoria e pesquisa em sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

para se referir à ruptura da influência das regras de comportamento entre os membros de um grupo. A desorganização social marca um período de desligamento progressivo do grupo primário, sem que ainda se possa falar em transição para outro grupo.

A definição de situação talvez seja o mais importante conceito formulado por William Thomas. O chamado “teorema de Thomas”⁸ diz respeito à definição da situação e é definido por ele como a fase de exame e de deliberação que precede uma conduta autodeterminada. Thomas está preocupado com a maneira pela qual o indivíduo, a partir de uma visão da realidade, é levado a mudar seu comportamento, e quais as conseqüências disso. Essa interrogação de natureza teórica levantada por Thomas diz respeito às crenças individuais e coletivas no âmbito das quais os indivíduos estão inseridos e sobre o papel que estas podem produzir sobre a própria realidade. Essa noção acaba ensejando uma etapa vital da vida em sociedade uma vez que coloca nas mãos do indivíduo a escolha por linhas de ações a serem seguidas. Esse “cálculo” é feito com base nas múltiplas possibilidades existentes.

Dentre os inúmeros expoentes da Escola de Chicago, Park e Thomas foram os representantes da primeira geração que definiram e moldaram os contornos, o *modus operandis* de investigação social, e grande parte do pensamento social da escola. Com William Thomas, o pensamento social de Chicago ficou marcado por um caráter cultural manifestado nos hábitos e nos comportamento dos indivíduos. Metodologicamente a contribuição desse raciocínio foi reconstruir a dinâmica da resposta subjetiva ligada aos problemas da ação. Com Robert Park, o comportamento coletivo passou a ser o objeto da sociologia e não mais o fato social como definido por Durkheim. No entanto, a ação individual não foi excluída dos domínios da sociologia. Conforme a concepção de Park, ela tem de ser vista como algo coletivamente construído em sua orientação. Nessa visão, fica bastante evidente que a sociedade não se apresenta ao homem como um meio de repressão e de coerção, ela também possui uma dimensão de libertação do eu de cada um de nós. Isso será mais facilmente compreendido como a formulação do interacionismo simbólico que veremos a seguir.

⁸ Assim designado e popularizado pelo sociólogo americano Robert Merton.

Interacionismo simbólico: o fruto da segunda geração de Chicago

O interacionismo simbólico foi teorizado fundamentalmente por Herbert George Blumer e se inscreveu no ambiente da sociologia norte-americana como uma doutrina oposta a outros paradigmas em vigor após 1945. Até meados dos anos 1960, os promotores dessa corrente de pensamento foram duramente criticados por transmitir uma imagem particularmente passiva ou hiperssocializada da ação social (WRONG, 1961).

A relação entre teoria e pesquisa empírica nas ciências sociais tornou-se objeto de grande interesse para Blumer, indo fortemente de encontro à tradição em voga à época da pesquisa descritiva. Diferentemente de Park, os estudos de Blumer não tinham uma orientação evolucionista. Ao contrário, ele privilegiava a inclusão de questões subjetivas nas pesquisas sociológicas. Segundo Blumer (1975), a interpretação que os indivíduos dão às suas ações está fortemente carregada pelos conteúdos simbólicos da realidade. Qualquer que seja o ator, um indivíduo, uma família, uma escola, uma igreja, uma empresa, toda ação particular é formada em função da situação na qual ela se situa. Isto é, a ação é concebida ou construída interpretando a situação. O ator social deve necessariamente identificar os elementos que deve levar em consideração nesse processo.

A análise da sociedade nessa perspectiva parte do estudo do comportamento do indivíduo, mas se distingue do individualismo metodológico⁹ na medida em que destaca não a busca do interesse, mas a dimensão cognitiva da ação e os significados que os indivíduos conferem a essa ação. Nesse sentido, as interpretações da realidade são estreitamente dependentes das situações nas quais os indivíduos estão imersos, e no modo como interagem uns com os outros. Para Blumer, diferentemente de Parsons, não existiria eficácia na aplicação das normas sociais fora de determinados contextos concretos, pois sendo assim, elas não seriam objeto de interpretações por parte dos atores em situação. O ponto central para os interacionistas simbólicos está na margem de manobra que os indivíduos dispõem (*agency*) no exato momento em que estão vivenciando determinada situação.

Surge com o interacionismo simbólico uma nova concepção teórica em sociologia que se afasta diametralmente do funcionalismo, pois coloca a ação social

⁹ Vide uma discussão mais elaborada sobre o conceito consulte BOTTOMORE, T. & OUTHWAITE, W. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

como algo intrínseco ao indivíduo, e transforma a interação em objeto da sociologia. A partir de então, o conceito de interação pode dar lugar a análises de grandeza micro ou macrossociológicas, ainda que, frequentemente, os autores dessa corrente tenham preferido observar pequenos grupos de indivíduos nessas situações.

Diferentemente dos funcionalistas e estruturalistas que reservavam lugar de destaque ao conceito de ordem social no estudo da vida em sociedade, para os interacionistas ela é vista como frágil e, em certos casos, até como precária. A ordem social está assentada agora nas interações entre os indivíduos e no modo como cada um desempenha seu papel social. Ela é uma espécie de ordem negociada, fruto não da imposição ou da coerção de fatores externos, mas produto de uma mediação entre sujeitos.

Nos processos de interação entre indivíduos do tipo frente a frente é que a ordem social manifesta suas implicações por meio dos gestos e contatos costumeiros que realizamos. Na obra “A representação do eu na vida cotidiana”, Erving Goffman (1985, p.11-12) irá destacar:

[...] Durante o período em que o indivíduo está na presença imediata dos outros, podem ocorrer poucas coisas que dêem diretamente a estes a informação conclusiva de que precisarão para dirigir inteligentemente sua própria atividade. Muitos fatos decisivos estão além do tempo e do lugar de interação, ou dissimulados nela. Por exemplo, as atividades “verdadeiras” ou “reais”, as crenças, as emoções do indivíduo só podem ser verificadas indiretamente, através de confissões ou do que parece ser um comportamento expressivo involuntário. Igualmente, se o indivíduo oferece a outros um produto ou presta um serviço, eles freqüentemente acharão que durante a interação não haverá tempo nem lugar imediatamente disponível para apreciar o prato no qual a prova pode ser encontrada. Serão forçados a aceitar alguns conhecimentos como sinais convencionais ou naturais de algo não diretamente acessível aos sentidos. Usando palavras de Ichheiser¹⁰, o indivíduo terá de agir de tal modo que, com ou sem intenção, *expresse* a si mesmo, e os outros por sua vez terão de ser de algum modo *impressionados* por ele.

É preciso, então, presumir, que nas interações cotidianas existam formas de se evitar os erros de interpretação e os defeitos nos papéis. Para isso, é necessário estabelecer regras ou rituais que “enquadrem” a ação. Estes, por sua vez, se configuram nos ritos de apresentação (saudações, cumprimentos, convites, etc) que tem por objetivo informar ao outro sobre a intencionalidade de nossa ação. Quando um sujeito interpreta um papel ele almeja que seus parceiros o levem a sério. Goffman vai mais a fundo dizendo ser necessário muitas vezes examinar em que medida o próprio ator crê naquele papel que ele está desempenhando. Em outras palavras, ele está tentando sublinhar que

¹⁰ Nota conforme o original. Gustav Ichheiser, “Misunderstanding in Human Relations”, suplemento do The American Journal of Sociology, LV (setembro de 1949), p.6-7.

um ator jamais se confunde totalmente com o papel que desempenha porque ele possui capacidade de reflexão sobre suas ações. Na vida social, em sociedade, o sujeito está quase que permanentemente em representação. Aqueles que experimentam dificuldades para desempenhar seu papel correm o risco de ser considerados desviantes da norma e acabarem como estigmatizados. Esse indivíduo aprende desde cedo a controlar parte significativa da informação sobre sua própria identidade.

Para Michel Lallement (2008), Goffman pensa as relações entre os indivíduos conforme a pauta do sagrado e do ritual. O conjunto das relações entre os atores sociais é regulado por ritos e estes organizam a coerência da ação. A relação social de base, que nada mais é do que a interação, no mundo social, é bastante vulnerável. No final das contas, a interação é sempre uma aposta de risco, em função do indivíduo nunca ter realmente certeza de como será interpretado e recepcionado pelo outro. Em termos concretos, os homens vivem com base em hipóteses.

A ligação entre um evento, uma interação e seu pano de fundo físico e social faz com que o sentido dos objetos seja elaborado e particularizado pelos contextos em que eles aparecem. Essa idéia se tornou pelas mãos de Harold Garfinkel um dos preceitos fundamentais da etnometodologia, que busca enfatizar o caráter ativo racional e cognitivo da conduta humana, e também entender como os agentes sociais compartilham o conhecimento. Nessa concepção, os etnometodólogos se interessam pelas ações mais corriqueiras da vida cotidiana, pois elas contêm as propriedades de indexicalidade, de reflexividade e *accountability* (GARFINKEL, 1967) que conferem o grande dinamismo da vida em sociedade.

Com o interacionismo simbólico, o caráter determinista do sistema social foi superado e foi reservado um lugar especial para a interação dos membros em sociedade. O indivíduo, antes isolado, passível de influência por parte das inúmeras instituições sociais, agora, juntamente com outros, interage e elabora suas ações segundo suas motivações e interesses, e interpreta a realidade ao seu redor.

Considerações finais

Por cerca de 40 anos, até meados de 1930, a escola sociológica de Chicago deteve, em termos teóricos, a hegemonia absoluta na sociologia americana. Herdeira da história recente da disciplina em terras norte-americanas, essa escola preconizou por

todo esse período um engajamento moral de seus pesquisadores e de seus estudos, com vistas a ajudar a sociedade a trilhar rumos mais promissores. Indiscutivelmente, essa é uma característica oriunda da forte influência da doutrina pragmática sobre a forma de se fazer ciência nos Estados Unidos, que se manifestou claramente nas pesquisas da primeira geração de Chicago na busca por práticas (métodos, técnicas, recortes metodológicos) que permitissem efetivamente captar a concepção de um objeto (problema social).

Assumindo muitas vezes contornos funcionalistas, tendo como o centro de suas preocupações as conseqüências de um dado conjunto de fenômenos empíricos, e não suas causas, o pragmatismo da primeira geração, que segundo alguns teóricos restringia a totalidade da ação e as condicionava ao meio social, foi gradativamente reformulado por uma concepção que dava maior ênfase à ligação entre os indivíduos e os grupos e os modos de interação entre eles. Para esse ramo da sociologia norte-americana, o interacionismo simbólico, as relações sociais não surgem como determinadas, ao contrário, são abertas e dependentes das relações entre indivíduo e indivíduo, e entre indivíduo e grupos.

A preocupação pela qual um sujeito a partir de uma determinada visão da realidade, ou de um modo de interação com esta, muda seu comportamento, passa a ser o cerne da teorização social da segunda geração da escola. A partir de então, o pensamento sociológico passa a pensar as escolhas individuais pelas ações a serem empreendidas, e não mais como determinadas ou condicionadas pelo meio social ou pelas estruturas sociais. O elemento subjetivo é, então, considerado um elemento constitutivo da ação, e a interpretação das ações é sempre eivada dos conteúdos simbólicos da realidade e subjacentes a ela.

Em termos comparativos, no estruturalismo, as ações conscientes dos indivíduos e grupos sociais são excluídas da análise e suas próprias proposições explanatórias são concebidas em termos de causalidades estruturais. O indivíduo desaparece na análise estrutural, embora de forma diferente que na teoria durkheimiana. O nexos nessa corrente de pensamento está entre a noção de estrutura e a de coerência social. Não existe uma preocupação com a apreensão imediata do mundo e nem com o processo histórico. As bases do estruturalismo evidenciam uma espécie de ordem oculta que estrutura nosso inconsciente e que procura explicar as inter-relações através das quais o significado é produzido dentro de um ambiente cultural.

No funcionalismo ou na “teoria do consenso”, como alguns o designaram, a sociedade forma um todo cujas partes desempenham uma função necessária ao equilíbrio de todo o conjunto. Os indivíduos são uma espécie de produto da estrutura social, estando plenamente inseridos nela e garantindo a ela solidariedade e estabilidade. Essas duas correntes de pensamento, são, pela Escola de Chicago, criticadas e uma nova forma de pensar o indivíduo e a sociedade é formulada por seus expoentes.

Em síntese, é possível dizer que a Escola de Chicago foi capaz de dotar a ação humana de significado ou de dar espaço para análise do sentido da ação humana num contexto social específico. Mesmo num primeiro momento, em que as pesquisas e estudos continham muitos elementos do pensamento evolucionista, positivista e determinista dos teóricos europeus, ao escolher a cidade como um de seus laboratórios privilegiados de estudo, já ficava evidente a intencionalidade dos estudiosos de Chicago em “significar” ou “pragmatizar” suas ações e pensamentos objetivando promover benefícios à sociedade. Nesse sentido, a compreensão do sentido da ação na Escola de Chicago e do Interacionismo simbólico distancia-se da sociologia compreensiva de Weber, que pretende compreender esse sentido como um dos fundamentos de uma ação tipificada.

Com o acúmulo gerado por inúmeras pesquisas sobre “patologias sociais” e percebendo que explicar os fenômenos sociais de fora para dentro já não mais fazia sentido, Chicago, por meio do interacionismo simbólico, deu talvez sua maior contribuição à teoria social. A clássica dicotomia indivíduo e sociedade, inaugurada pelo pensamento de Durkheim e reforçada pelos funcionalistas das gerações subsequentes da sociologia e da antropologia, dava lugar agora à construção de uma microsociologia na qual o papel do atores sociais e suas relações são os elementos constituintes da sociedade. Em suma, os indivíduos não sofrem os fatos sociais, ao contrário, não param de produzi-los.

Referências Bibliográficas

BECKER, Haword. Conferência a escola de Chicago. In: *Mana* 2(2), 1996, pp. 177-188.

BLUMER, Herbert. *Symbolic interacionismo: perspective and method*. Chicago: The University of Chicago Press, 1975.

BOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, A. Teoria social hoje. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

BULMER, Martin. The Chicago school of sociology. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

COULON, Alain. A escola de Chicago. Campinas: Papyrus, 1995.

EUFRÁSIO, Mário. A escola de Chicago de Sociologia: perfil e atualidade. In: LUCENA, C.T; CAMPOS, M. C. S. (Orgs.) Práticas e representações . São Paulo: Humanitas / CERU, 2008.

EUFRÁSIO, Mário. A. A formação da escola sociológica de Chicago. Plural, São Paulo, n.2, p.37-60, 1995.

GARFINKEL, Harold. Studies in Ethnomethodology. New Jersey: Prentice-Hall, 1967.
GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

JAMES, William. Pragmatismo e outros textos. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

LALLEMENT, Michael. História das idéias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

NASCIMENTO, Edna. M. M. do. Pragmatismo: uma filosofia da ação. In: Revista Redescrições, n.1, ano 3, 2011, pp. 42-57.

OUTHWAITE, William. BOTTOMORE, Tom. & Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PALMER, Joy. A. 50 grandes educadores. São Paulo: Contexto, 2005.

PEIRCE, Charles S. How to make our ideas clear. Popular Science Monthly 12, January 1878, p. 286-302. Disponível em: < <http://www.peirce.org/writings/p119.html>>. Acesso em: 20 abril 2012.

PEIRCE, C. How to make our ideas clear. Popular Science Monthly 12, janeiro, 1878, p. 286-302.

PEIRCE, C. Escritos coligidos. In: Os pensadores, vol. XXXVI. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p.64

PIERSON, Donald. Teoria e pesquisa em sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

RIUTORT, Philippe. Compêndio de sociologia. São Paulo: Paulus, 2008.

SCOTT, John. 50 grandes sociólogos fundamentais. São Paulo: Contexto, 2008

SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. Resenha de: FRANÇA, J. Estudos de Sociologia, v.13, n.2, pp.207-211

WALL, Cornelis de. Sobre o pragmatismo. São Paulo: Edições Loyola, 2007

WRONG, Denis. The oversocialized conception of man in modern sociology. American Sociological Review, 1961.

O IMPERIALCAPITALISMO E A “GLOBALIZAÇÃO”: PARA UMA ABORDAGEM DO IMPERIALISMO DOS SÉCULOS XX/XXI (PRIMEIRA GERAÇÃO)

José Rubens Mascarenhas de Almeida
Docente do Programa do PPGMLS/UESB
joserubensmascarenhas@yahoo.com.br

Resumo

Ainda que se trate de um fenômeno de há quase século e meio, a abordagem do imperialcapitalismo continua a ser um empreendimento ousado e polêmica, por constituir-se, ainda hoje, um tema complexo e em trânsito num terreno ideologicamente movediço. Pela importante categoria em que se constituiu para a compreensão do sistema capitalista moderno e contemporâneo, tornou-se um centro de gravitação a atrair interpretações diversas. Este artigo intenta contribuir nesse debate aparentemente anacrônico, mas vívido, buscando traçar os fios da construção teórico-analítica do conceito num enfoque conceitual e histórico a partir do referencial aqui sistematizado e definido por “primeira geração” de pensadores que contribuíram para tal processo no início do século XX.

Palavras-chave: imperialismo, globalização, imperialcapitalismo

Abstract

Although it is a phenomenon for nearly a century and a half, the approach of imperial capitalism remains to be a bold and controversial, constitute for themselves, even today, a theme complex and transits through an ideologically shaky ground. For the important category in which it was to understand the contemporary and modern capitalist system, has become a center of gravity to attract different interpretations. This article intends to contribute to this debate seem anachronistic, but vivid, seeking to trace the strands of the theoretical-analytical approach of the concept in a conceptual and historical references from the systematic and defined here as "first generation" of thinkers who contributed to this process at the beginning twentieth century.

Keywords: imperialism, globalization, imperialcapitalism

O alvorecer do século XXI foi saudado pelo retorno a um velho debate que remontou inícios do século XX. Referimo-nos à obra de duas provocadoras personagens responsáveis pela revisita ao imperialismo: Michael Hardt e Antonio Negri (Império, 2001). Paradoxal arquitetura acerca do imperialismo, a publicação causou frissons na mídia mundial, assim como nos espaços políticos e acadêmicos num instigante retorno ao tema, já ofuscado pelo modismo globalizacionista. A densa obra chamou a atenção

principalmente pela profícua e abundante crítica que lhe seguiu. Mas, por mais que os autores de “Império” tenham apresentado dissonâncias de caráter diverso – muitas vezes equivocados, como o indicou Borón (2002) – acabou por provocar um retorno à secular discussão acerca do imperialcapitalismo. Não sendo propósito deste trabalho se ocupar de tal polêmica, sigamos na trilha dos percalços e percursos da categoria imperialismo sob a ótica do que aqui denominamos Primeira Geração de pensadores.

Propor tal abordagem nesses tempos “globalizacionistas” pode representar um ato complexo pelo agravante de tratar-se de um fenômeno que coincide com a biografia de nosso tempo que, no entendimento de Hobsbawm (1995), encerrava nos idos dos anos 1990. A empreitada proposta é mais presunçosa ainda por entendermos que a biografia do século XX não se encerra na circunscrição prognosticada por nosso grande historiador, indo até os dias de hoje. Assim, a tarefa de levar a cabo tal empreendimento, pensamos, implica lançar mão de uma disciplina de análise histórico-analítica contextualizada capaz de traçar uma ponte entre os aspectos socioculturais e político-econômicos do fenômeno em questão. Para tanto elegemos, como referencial teórico-metodológico, o Materialismo Histórico, com o intuito de explicitar as vinculações do elemento estudado com a sua realidade concreta. No percurso, elegemos categorias analíticas julgadas indispensáveis à constituição do conceito de imperialcapitalismo, ponderando, do ponto de vista teórico-analítico, uma aproximação do objeto sob o prisma dos enfoques de formuladores que se detiveram nos estudos do imperialismo no primeiro quartel do século XX até a contemporaneidade. Nesse sentido, dividimos tal trajetória em três etapas históricas e nomeamos as contribuições que se destacaram nesse processo em gerações, de forma a coincidir com as etapas do desenvolvimento conceitual tanto quanto do fenômeno em sua historicidade, entendendo que é impossível separar a compreensão do objeto que se estuda do próprio fazer teórico. Neste artigo, por questões óbvias, não enfocaremos a problemática geral, mas nos restringiremos, sucintamente, à abordagem da primeira geração.

Da primeira geração de pensadores que contribuíram para a construção da categoria analítica imperialismo, sem sombra de dúvidas o ponto de partida é John Atkinson Hobson. Inda que mesmo não se inscrevesse na tradição marxista, influenciou cientistas sociais desta escola, como Lênin, Hilferding, Kautsky, Trotsky, Rosa Luxemburgo e Bukhárin, passagens obrigatórias na construção da categoria imperialismo, compondo o rol dos que aqui nomeamos “primeira geração”.

O imperialismo moderno, por suas características intrínsecas, impunha grandes novidades, marcadas por um distanciamento das práticas competitivas do *laissez faire* e pela aproximação da competitividade industrial capitalista entre as grandes nações, sob o signo do capital financeiro e das grandes corporações.

Surgido na Inglaterra por volta dos anos 70 do século XIX, o termo imperialismo só passou a constar do vocabulário político e jornalístico europeu nos anos 90 daquele século (HOBSBAWM, 1988, p. 92), sendo amplamente usado para glorificar o expansionismo britânico do período. À época, tanto conservadores quanto liberais concordavam na justeza e na necessidade da sociedade britânica em relação ao imperialismo, dando a sua cota de contribuição ‘civilizacional’ ao mundo que desconhecia os benefícios de uma sociedade ordenada naquela racionalidade. É nesse sentido, que a versão rhodesiana de imperialismo social é bastante eloquente, afirmando que era preferível agredir um país “atrasado” a ter que enfrentar uma guerra civil no seio do próprio império (acerca ver LÊNIN, 1986, p. 634). Para a burguesia de então, o imperialismo consistia numa imposição social.

Porém, se por um lado Rhodes oportunamente se equivocara quanto às causas da fome dos desempregados britânicos sob o capitalismo, assim como ao atribuir a necessidade da guerra a motivos populacionais (como o criticava Hobson) – o que pode ser compreendido pela conjuntura em que viveu – acertava no que se referia ao imperativo capitalista: a ação imperialista era uma necessária atividade concentradora de capitais no processo de acumulação sistêmica por representar a abertura de mercados como fator antidepressivo industrial e atenuador dos efeitos das crises econômicas.

No contexto rhodesiano, as concepções que se tinha de imperialismo partiam de preceitos sociológicos muitas vezes questionáveis, pautando-se em pressupostos mais empíricos que científicos, envolvendo desde atribuições a questões políticas e militares até às morais. Assim, a prática imperialista buscava justificação, principalmente, por uma suposta contribuição na melhoria das condições das ‘raças inferiores’, como uma responsabilidade do homem branco (Inglaterra); da empresa civilizatória inglesa que levou à fundação das 13 Colônias; até da doutrina do Destino Manifesto (Inglaterra, França e EUA).

Hobson: o empedernido idealista

A primeira tentativa de abordagem crítica e sistemática do imperialismo, em sua acepção moderna, foi realizada por Hobson. Escreveu *Estudio del imperialismo*

(publicado em 1902), contribuição teórico-analítica de um dos mais importantes pilares da acumulação, concentração e centralização capitalistas no âmbito das relações internacionais: os monopólios.

Em linhas gerais, a leitura hobsoniana tinha origem no debate social-reformista fabiano travado no seio do protestantismo inglês. O posicionamento de Hobson compunha uma crítica mais geral do liberalismo que atribuía à economia a responsabilidade da promoção do bem-estar geral da sociedade, de modo que pregava reformas na economia capitalista, com o intuito de humanizá-la. Para ele, a motivação fundamental do imperialismo, diferentemente das concepções então em voga, era a econômica, embora não se encerrasse somente nesta.

Sendo o principal crítico britânico da Guerra dos Boers, seu posicionamento expressou uma contundente crítica ao imperialismo, para quem os argumentos justificadores da expansão imperial britânica não se sustentavam se expostos a uma análise sistemática. Assim, a justificativa da ação imperialista como saída para o suposto excesso populacional da Inglaterra, fundada na teoria de Thomas Malthus (1776-1834), deveria ser negada por diversos motivos: não havia estudos científicos que provassem que o número de habitantes crescia mais que os meios de sua subsistência; a emigração não representava um percentual alto da população, tendo diminuído perceptivelmente durante os anos de expansão econômica; e, por último, porque, “como criador de emprego, o novo imperialismo é um fator insignificante” (1981, p. 58), não se tratando de uma atividade lucrativa para a economia inglesa. Mas, se perguntava Hobson, se o novo imperialismo era, na realidade, um mau negócio para o conjunto da Inglaterra, por que esta levava a cabo tão pesado e custoso fardo? Sua resposta apontava para interesses econômicos de determinados “grupos privados que usurpam o controle dos recursos nacionais e os utilizam para seu benefício pessoal” (HOBSON, 1981, p. 65). Esses grupos a que se referia, eram os industriais (do ramo bélico), comerciantes, exportadores, detentores do capital financeiro, profissionais (diplomatas, pessoal da marinha, do exército e da aeronáutica), denominados por ele parasitas econômicos.

Ao referir-se às grandes corporações capitalistas, dizia que elas se beneficiavam da expansão imperial britânica para exportar o excedente de capital poupado que não podia mais ser investido lucrativamente no próprio país, onde o consumo não mais atendia à capacidade produtiva atingida pelas indústrias com os incrementos técnicos empregados. Sua percepção já dava conta de uma incompatibilidade entre a produção e o consumo na sociedade britânica de então, entendendo que não havia demanda que

garantisse a realização do excedente de sua produção de forma rentável, evidenciando-se, assim, uma crise de “subconsumo”, ou de “superprodução”. Assim, atribuía à ação imperialista a necessidade prática de realização dos lucros que não podiam ser auferidos no interior da sociedade inglesa. Daí concluir que as grandes corporações apelavam para o imperialismo como forma de realização da sua produção, fomentando mercados em sociedades nas quais as relações capitalistas ainda não haviam se desenvolvido.

Nessa perspectiva, o novo imperialismo era uma saída equivocada da condição subconsumista em que se encontrava a Grã-Bretanha, pelo simples fato de que o problema do subconsumo exigia uma solução economicamente racional e não a adoção de uma política cujos rendimentos não compensavam os custos. Para ele, a solução para o problema apresentado seria a implementação de reformas sociais capazes de melhor distribuir as riquezas, contornando, deste modo, o modelo de acumulação adotado por seu país, que, concentrador de capitais, provocava, conseqüentemente, uma má distribuição de rendas. Isso levava, fatalmente, à incapacidade das massas consumirem no mesmo ritmo em que a sociedade produzia, levando a indústria a diminuir a produção, provocando desemprego, estancamento e depressão econômica.

Apesar da aparente ingenuidade do diagnóstico – a história o mostraria – Hobson conseguiu perceber a concentração da produção nas mãos de grandes empresas cuja pujança demarcava o ritmo mundial da acumulação capitalista, dominando ramos industriais inteiros. Percebeu que as grandes companhias – para ele o fator mais importante do imperialismo – exigiam do Estado medidas de segurança no exterior para as suas inversões. Entendeu que a dívida pública contraída pelo Estado com o fito de inversão nas colônias e protetorados britânicos, representava, em sua maior parte, empréstimos para aplicação em infraestrutura, servindo de fomento aos proprietários do grande capital. Por extensão, apreendia daí que as instituições estatais – destaque para as forças armadas – eram, por convicção e por conveniência, imperialistas, inclusive porque tudo o que dizia respeito à ampliação do exército, da marinha ou da aeronáutica supunha o fortalecimento do poder político das grandes corporações (1981, p. 69). Nesse processo, o imperialismo era uma anomalia, certamente superável, do capitalismo em seu processo ‘civilizatório’, constituindo-se mera política de Estado. Esta instituição, por sua vez, era a representante dos interesses do grande capital parasitário, sendo corresponsável no processo de transferência de renda e centralização capitalista.

Apesar das limitações das formulações de Hobson, como teórico suas formulações subsidiaram livre-pensantes, estudiosos e críticos do sistema capitalista, economistas,

cientistas sociais e políticos que se interessaram pelo tema, apropriando-se de suas análises. Suas apreciações acerca da categoria monopólio, juntamente com as formulações hilferdingianas acerca do capital financeiro, caracterizaram-se como os primeiros – e fundamentais – passos no sentido de uma formulação conceitual realmente científica do imperialismo moderno.

A escola neomarxista

Quando, no último quartel do século XIX, a sociedade ocidental passava por uma reestruturação capitalista provocada por uma crise sistêmica de grandes proporções, o termo imperialismo ainda continuava impreciso, permeado de conotação positivista, não havendo sido sistematizado e consubstanciado dos preceitos econômicos que viria a ter. Foi sob o olhar de formuladores da escola neomarxista de início do século XX (destaque para Otto Bauer, Hilferding, Lênin, Rosa Luxemburg, Kautsky e Bukhárin), que a busca por compreensão das relações internacionais caracterizadoras daqueles tempos vislumbrou novos horizontes. O fruto desses olhares traduziu-se num modelo teórico cujos traços mais gerais apontaram o imperialismo como produto da necessidade das economias centrais do capitalismo em absorver sua produção no âmbito interno sem sofrer uma pressão decrescente da taxa de lucros da burguesia. Segundo esse modelo, a ferrenha busca por espaços teria gerado atritos entre as nações centrais do capitalismo que culminaram em contendas interimperialistas envolvendo quase todo o planeta.

Hilferding: O imperialismo como política central do capital financeiro

Quando Hilferding escreveu *O capital financeiro*, a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista já havia se consolidado. Nesse contexto, diferentemente da luta competitiva, onde antes existia uma “concentração de propriedade sem concentração de empresas, sucede agora na indústria uma concentração de empresas sem concentração de propriedades, expressão patente de que, cada vez mais, a função da propriedade é desligada da função da produção” (HILFERDING, 1985, pp. 191-195). Esse novo ciclo invertera a situação, e a mediação desse processo significou para os bancos: primeiro, maior segurança nos investimentos de seu capital; e, segundo, possibilidade de transações rendosas, assumindo sua condição de instituição financeira por excelência.

Segundo o autor, o capitalismo do início do século XX tinha particularidades, como o grau de concentração atingido pela produção industrial que, ao encetar um incremento tecnológico, acabou elevando a composição orgânica do capital, alterando a sua proporção constante em detrimento da variável. Concebendo que, tecnicamente, a elevação da composição orgânica do capital supõe a melhoria da mecanização – cujo salto tecnológico implica, por sua vez, a ampliação e o aumento da complexidade da maquinaria; e que, dentro do primeiro (capital constante), a parcela de capital fixo cresce mais velozmente que a circulante, tal fato sugere a aplicação de investimentos cada vez maiores para qualquer empresa que queira implantar ou ampliar um determinado ramo da produção. Daí a indústria necessitar, cada vez mais, de maiores volumes de capital líquido para investimento no processo produtivo, criando, ao mesmo tempo e no mesmo ritmo, o imperativo de desdobramentos técnicos posteriores que envolvem cada vez mais um maior investimento de capital constante. Tal processo, inevitável e paralelamente, leva à queda na taxa de lucros e ao aumento da dependência da indústria em relação aos bancos.

Se os formuladores da economia política que se dedicaram a estudar o fenômeno imperialista adversamente partiram das premissas marxianas, não foi diferente com Hilferding. Quando lançou *O capital financeiro* seus aportes basearam-se nas análises de Marx (especialmente no que se refere ao ciclo do capital e a seu tempo de rotação), atualizando a teoria marxista no que respeita a uma análise do crédito, das sociedades anônimas por ações, do aumento da importância e influência dos bancos, dos cartéis e trustes na economia capitalista.

A preocupação que acompanhou Hilferding na construção da categoria *imperialismo* dizia respeito ao papel dos bancos como uma das principais particularidades do capitalismo de novo tipo (monopólico). Somente depois de acercar-se às questões do dinheiro e do crédito é que ele passou à abordagem dos principais temas de seu estudo: a concentração e a centralização do capital, cujo desfecho o levou aos grandes conglomerados. Assim, o imperialismo moderno, na concepção hilferdinguiana, constitui-se uma necessária política do capital financeiro no desenvolvimento do capitalismo em sua luta pela concentração/centralização de capitais designados a gerar o mais-valor no exterior, estabelecendo o processo de mundialização capitalista. Por meio da exportação de capitais é possível aos grandes conglomerados superar os entraves que representa o protecionismo sobre a taxa de lucro. Em síntese,

para Hilferding (1985, p. 306), o capital financeiro¹ se expandia mesmo quando do estabelecimento da crise, organizando-se através da imposição de uma política fundamentada em três objetivos: criação de território econômico; afastamento da concorrência estrangeira através do protecionismo; e conversão do território econômico em área de exploração dos monopólios nacionais.

Hilferding chegara à conclusão de que o surgimento das empresas monopolistas do setor industrial era fruto da concentração e centralização capitalistas que, impulsionadas pela ascensão de um moderno sistema de crédito concentrara nas mãos dos bancos as poupanças de toda a sociedade; que a fusão dos dois capitais (industrial e bancário) foi o resultado da falta de fontes de financiamento das empresas monopolistas em sua necessidade de vultosos investimentos que o mercado impunha no incremento do processo produtivo. No entender de Hilferding, este processo implicou recursos volumosos que só os bancos – não mais na condição de modestas empresas mediadoras, mas monopolistas do capital financeiro – dispunham, através da realização do ciclo de capital monetário individual pelo crédito. Assim, o que explica, no decurso do desenvolvimento do sistema capitalista, a cessão de espaço da fração burguesa industrial ao domínio da fração financeira é o surgimento do capital financeiro, que passou a impor suas condições no processo de concentração/centralização capitalista. O surgimento do capital financeiro equivaleria ao impulso no sentido de desenvolvimento de outros monopólios, na medida em que, por imposição destes, o capital bancário controlava a concorrência.

Nesse processo, por motivos óbvios, o papel do Estado foi essencial, dizendo respeito: primeiro, à aquisição das – e manutenção do controle sobre – zonas anexadas; segundo, pela essencialidade do poder político tanto na luta competitiva de caráter econômico, quanto na extração do lucro do capital financeiro. Estas características teriam facultado ao capital uma concentração cada vez mais predominantemente internacional (HILFERDING, 1985, pp. 288-291). Nesse sentido, é apenas aparente a contradição de interesses que se esboça no interior da classe burguesa entre suas frações industrial e financeira. É ilusória, como o é a pretensa autonomia entre os capitais monetário, produtivo e na forma mercadoria, já que a historicidade do processo de concentração do capital industrial combina com o movimento homólogo do capital bancário, numa coincidência que não se faz por mero acaso. A relação simbiótica entre

¹ Afirmava Hilferding: “Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto, o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial” (1985, p. 219).

os interesses dos cartéis, dos trustes e os dos bancos confluem em direção à monopolização.

Em suma, a perspectiva hilferdinguiana de imperialismo enquanto política do capital financeiro ressalta três peculiaridades centrais, cujo conjunto define o fim de um ciclo do capitalismo e o início de outro: 1) o desbaratamento das retóricas burguesas do livre-comércio e da livre-concorrência, na prática desbancada pelo desenvolvimento dos monopólios, que passaram a estratificar, entre si, o mercado; 2) o surgimento do capital financeiro, através da estreita integração entre o capital de financiamento – nas mãos dos bancos – e o industrial; 3) esse conjunto de fenômenos se dá numa etapa definida do capitalismo, marcada pela substituição de sua fase concorrencial (pautada na competitividade entre empresas de pequeno e médio porte) pela monopolista (domínio das grandes corporações nacionais e transnacionais).

Pode-se afirmar, sem risco de equívocos, que os aportes de Hilferding são contribuições essenciais ao entendimento do fenômeno imperialista, preenchendo uma lacuna até aquele momento em aberto, e se tornaram indispensáveis à leitura da atual etapa de desenvolvimento capitalista. Juntados num todo sistemático, as contribuições marxianas acerca da acumulação/concentração/centralização; os subsídios de Hobson referentes ao capital monopólico; mais a teoria de capital financeiro, de Hilferding, estão dadas as principais bases para a formulação do conceito leniniano de imperialismo. Bastava a Lênin sistematizá-las, resgatar seus aspectos sociais e políticos e aplicar tais conhecimentos em favor da luta revolucionária, que era o que se propunha ao publicar “Imperialismo, fase superior do capitalismo”.

Lênin e a “fase superior do capitalismo”

A referência a Lênin, quando se fala da mais sistematizada compreensão teórico-analítica do imperialismo, é lugar comum, tendo ele inaugurado e sistematizado uma concepção desta categoria analítica que se tornou crucial ponto de partida para qualquer um que se aventure a entender o capitalismo em sua fase monopolista. Sua singular obra – insistentemente vista por ele como um ensaio popular – *O imperialismo...*, publicada em 1916, tornou-se não só referência obrigatória a quem se aventure pelo tema, mas também a mais decisiva e conseqüente tentativa de compreensão do fenômeno imperialista tal qual concebido na modernidade, sendo a mais destacada contribuição nesse campo. Trata-se de uma arquitetura teórica derivada, em linha direta, da teoria marxiana da acumulação, marcada por uma análise econômico-social que vê no

imperialismo não uma política – como o fizera Hobson e, posteriormente, Kautsky – mas um processo intrínseco ao sistema, uma etapa do capitalismo cuja origem teria se dado em torno do último quartel do século XIX. Esta obra representa uma profícua sistematização das preocupações evidenciadas naquela conjuntura de polêmicas discussões marcadas por análises condicionadas pelo calor da I Guerra Mundial, no seio da socialdemocracia de então, dividindo ao meio a Internacional Comunista.

O imperialismo concebido nos padrões da compreensão leniniana é, por definição, moderno, caracterizado pelas relações de produção capitalistas na fase de predomínio do capital financeiro, dos monopólios e de sobreposição da exportação de capitais sobre a de mercadorias, cuja ação levou à partilha do mundo entre as grandes potências capitalistas. Lênin (1986) distinguia a política colonial do capitalismo da fase anterior ao imperialismo moderno. Para ele, teria havido distintas formas de imperialismo, sendo o moderno caracteristicamente capitalista, não se tratando de apenas um dos problemas fundamentais no domínio da ciência econômica, mas da questão essencial na perspectiva das transformações contemporâneas. Em sua concepção, o capitalismo, enquanto sistema mundial rege as relações interpaíses de forma que a aproximação econômica entre si não é feita em cooperação, como faz crer o discurso burguês. Trata-se de relações nas quais predominam uma encarniçada luta entre Estados pela submissão de povos às condições coloniais e semicoloniais com o intuito à sua pilhagem. Em suma, para Lênin, o imperialismo constitui-se um estágio distinto do capitalismo, marcado por peculiaridades circunscritas ao tempo e espaço históricos por ele claramente definidos.

Para além da leitura hobsoniana, Lênin entende esta etapa como definida não só pela necessidade sistêmica de espaço de absorção do excesso de capital e supressão da escassez de oportunidade de investimento. Para ele, esses elementos eram coadjuvados por outros dentre os quais o impulso por controlar exclusivamente fontes de materiais-primários e mercados estrangeiros, condição da mundialização das relações típicas do capitalismo monopolista. Referendando-se, teoricamente, na literatura engelsmarxiana (de quem se apropriou do conceito de luta de classes e da teoria da reprodução do capital) e aplicando suas formulações ao processo de constituição, desenvolvimento e declínio do capitalismo; absorvendo, criticamente², parte das formulações de Hobson

2 Tanto Hobson quanto Hilferding são constantemente citados no decorrer da obra aqui dissecada. No entanto, a absorção dos conceitos hobsonianos, por parte de Lênin, é feita de forma crítica, a exemplo da concepção subconsumista.

(principalmente seu conceito de monopólio); e, apropriando-se dos aportes de Hilferding (conceito de capital financeiro), Lênin teve como ponto de partida de suas análises os elementos constitutivos do modo de produção no contexto das sociedades de formação social capitalista naquele estágio de desenvolvimento, o que implica sob a crise capitalista dos últimos vinte anos do século XIX e os anseios imperialistas presentes na I Guerra Mundial. É nesse contexto histórico que se insere a obra intelectual – se é possível separá-la de sua prática política – de Lênin, para quem o imperialismo consiste num estágio distinto do capitalismo no qual domina o capital financeiro sobre todas as demais formas do capital.

Ao elaborar profunda análise científica do cerne político e econômico do imperialismo, Lênin chega à conclusão de que o processo produtivo – impulsionado pela tendência histórica do capitalismo à concentração –, por um lado acentuou seu desenvolvimento através dos avanços tecnológicos, levando a produção a atingir seu mais alto grau de socialização até então; por outro, a sua apropriação mantinha-se na forma privada e cada vez mais restrita a um diminuto grupo de capitalistas. Com o desenvolvimento das forças produtivas, a condição de continuidade da expansão capitalista enquanto investimento lucrativo passou a ser a exportação de capitais, criando possibilidades para o domínio monopólico que, por sua vez, buscava eliminar a queima de capital característica da prática competitiva. A consolidação do capital monopólico acelerara o processo de concentração no interior da acumulação global, gerando um excedente de poupança em níveis que dificultavam a reprodução através do reinvestimento rentável tradicional do processo produtivo no âmbito da esfera nacional.

Esse processo expansionista, intrinsecamente ligado à fusão de capitais tivera, no capital financeiro, uma modalidade de monopólio, impulsionando a Europa à partilha do mundo ainda não colonizado, num expansionismo cuja consequência foi a apropriação de recursos naturais que acabou por levar ao aprofundamento de uma interdependência econômica. Em outras palavras, a produção de excedentes de capitais nos centros capitalistas, em sua fase monopólica, determinara o processo de acumulação através da exportação de capitais, o que significou, em última instância, a exportação da exploração da mais-valia.

Destarte, a periferia sistêmica, em seu aspecto geoeconômico, atuou como receptora de – por sua característica escassez de – capitais externos, distinguindo-se enquanto área de concentração dos principais elementos de interesse da acumulação e

constitutivos da produção capitalista: predomínio de relações pré-capitalistas, mão de obra e matérias-primas em abundância e desregulamentadas.

Nessa divisão internacional do trabalho, a periferia participa como mercado aonde se realiza – e se reproduz – a crescente acumulação do capitalismo do centro do sistema. Mas não só na periferia o fluxo de capitais reproduz a acumulação capitalista. Nos países centrais, onde tais relações se encontram desenvolvidas, novas formas de exploração e novas necessidades são criadas a partir dos ampliados investimentos ali despendidos. A diferença básica entre os investimentos na periferia e nos centros é que, naquela se dá, predominantemente, na esfera dos bens de consumo, enquanto nos centros eles se dão mais na esfera produtiva de bens de capital. Assim sendo, a exportação de capitais tem como *conditio sine qua non* o espraiamento das relações de produção capitalistas – garantia da reprodução do processo acumulativo – através dos lucros extraordinários advindos do retorno dos investimentos. O resultado desse processo foi a concomitante exportação das relações sociais típicas do capital em sua dinâmica de extração de mais-valia segundo os interesses dos monopólios, que se circunscrevem à ocupação de espaços geoeconômicos de escoamento do excedente de produção no âmbito da produção capitalista.

A partir dessas reflexões, Lênin sistematizou o conceito de imperialismo enquanto categoria econômica, partindo de cinco aspectos essenciais, característicos daquela fase: 1) Concentração elevada da produção e do capital; 2) Surgimento do monopólio como produto da acerba concentração; 3) Surgimento do capital financeiro como fruto do processo de fusão entre os capitais bancário e industrial, que fez surgir uma nova fração de classe burguesa: a oligarquia financeira; 4) Predomínio da exportação de capitais sobre a de mercadorias, como fruto da produção de excedentes; 5) Fim da partilha territorial do planeta entre os países centrais do capitalismo e início da divisão do mundo pelos portadores do capital monopolista (LÊNIN, 1986, pp. 641-642). Articulando este conjunto, Lênin conformou uma unidade analítica dos aspectos econômicos do imperialismo, definido como a fase monopolista do capital.

Uma releitura dos textos de Lênin convence-nos de que suas teses referentes ao imperialismo continuam passagens obrigatórias, apesar do tempo decorrido desde suas análises – e das mudanças sofridas pelo imperialismo na história. Elas, no que concerne ao aspecto econômico do capitalismo, resistiram à prova do tempo e das mudanças de perfil do sistema durante todo o século XX e início do XXI.

Rosa Luxemburg: o papel da guerra e do imperialismo predatório

Ao se apropriar de uma biografia da magnitude da de Rosa Luxemburg, marcada pela singularidade de uma vida literalmente entregue aos ideais revolucionários, é comum confundir suas construções teóricas com sua prática política, por terem uma característica peculiar de associar produção teórica e ação política. Em *A acumulação...*, Rosa entendia que o fim da expansão capitalista não estava na esfera econômica, mas na social e política, ou seja, na eliminação das esferas não capitalistas de produção, resultado da completa penetração das relações capitalistas no mercado mundial, entendimento que acabou por levar Rosa a cultivar dissonâncias com o austromarxismo tanto quanto com leninistas de seu tempo.

Mas, essas dissonâncias tinham suas raízes fincadas em discordâncias mais profundas no seio da concepção marxiana de reprodução. Para Rosa, a crise capitalista não estava ligada à incapacidade de absorção dos bens de consumo por parte dos trabalhadores (como o entendia Hobson), mas à falta de perspectiva de lucros melhores. Assim, aventava três possibilidades através das quais a aplicação de tal teoria poderia ser validada, ‘escapes’ que apontavam saídas para as crises capitalistas de subconsumo/superprodução. O primeiro deles dizia respeito à possibilidade de absorção da produção por sociedades pré-capitalistas que, por sua vez, negava o esquema marxista dos dois Departamentos; o segundo seria através dos gastos militares, principalmente com armamentos (financiados pelo Estado através de tributação ou empréstimos bancários de uso improdutivo), resolvendo, assim, o problema da realização; por último, o consumo de luxo como nova fonte de demanda total de bens de consumo.

Na lógica de sua análise, a desproporcionalidade entre produção e consumo era um importante ponto de partida para a análise marxista das crises, reforçando a teoria do subconsumo como possível saída para o problema da realização do mais-valor. Partindo do entendimento de que, nos modos de produção pré-capitalistas, a determinante do processo da reprodução é consumo da sociedade e que esse momento se dá na realização da mais-valia. Afirmava que a crise da economia capitalista – principal fator que levava à anexação de um número crescente de ambientes ainda não capitalistas à esfera destas relações – estava diretamente vinculada a dificuldades na realização daquela. Daí concluir que as grandes corporações apelavam para o imperialismo como forma de realização da sua produção, fomentando mercados em sociedades nas quais as relações capitalistas ainda não haviam se desenvolvido. Em síntese, a acumulação

capitalista estava efetivamente vinculada – no que toca aos elementos materiais – aos círculos de produção não capitalistas por meio do capital constante, do capital variável e da mais-valia. Mas, essa apropriação está longe de ser explicada pela forma material do mais-valor, pois, para “o emprego produtivo da mais-valia realizada é necessário que o capital disponha, cada vez mais, do globo terrestre todo a fim de ter uma oferta qualitativa e quantitativamente ilimitada no condizente aos respectivos meios de produção” (LUXEMBURG, 1984, p. 24). Procedimento semelhante ocorre em relação ao capital variável que, no processo de acumulação ampliada, tende a crescer. Mas, para que a acumulação se dê regularmente, o capitalista necessita de uma oferta cada vez maior de mão de obra que lhe garanta liberdade de movimento. Se tal necessidade não é satisfeita, o sistema necessita de novos “reservatórios sociais” dos quais afluam a força de trabalho que não se encontra sob o comando do capital, ou seja, sob regimes de trabalho em processo de decomposição dos países não capitalistas.

Diferentemente de Lênin, Rosa não dava muita importância ao problema da exportação de capitais. Para ela, a motivação desta atividade era a promoção da dominação nas áreas não capitalistas, tratando-se de um movimento inerente ao processo próprio de acumulação. Nesse sentido, a definição luxemburguiana de imperialismo constitui a “expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital”, pois o imperialismo é, paradoxalmente, tanto “um método histórico de prolongar a existência do capital, quanto o meio mais seguro de pôr objetivamente um ponto final em sua existência” (LUXEMBURG, 1984, p. 83).

Kautsky e o superimperialismo

Apesar das contundentes críticas acerca do posicionamento teórico e político de Kautsky, é inegável sua condição de vulto emblemático da história do marxismo. Construtor de trajetória intelectual e política controversa, tendo sua história se confundido com a história mesma da II Internacional (1889-1914) e do movimento operário mundial, tem sido reconhecido até mesmo por seus arquirríticos e detratores.

Ao analisar, mesmo que sucintamente, sua obra, vê-se que uma de suas principais características foi a pluralidade de temas e enfoques que abordou. No tocante à sua concepção de imperialismo – aspecto que nos interessa diretamente aqui – o artigo *O*

*imperialismo e a guerra*³ é nosso objeto de análise. Esta fonte mostra que as formulações kautskianas acerca do tema não inovaram muito, exceto no que diz respeito ao *superimperialismo*⁴. Seguindo a mesma linha de raciocínio da socialdemocracia do século XIX, concebia o imperialismo como a política de expansão capitalista, substituidora do “livre comércio” do período colonial. Para Kautsky, no capitalismo, uma dupla relação envolve a indústria e a agricultura: suprimentos e mercado consumidor. Esta afinidade, sendo de suma importância para a continuidade do processo de acumulação, pode sofrer rupturas que, por sua vez, pode se manifestar de duas formas:

De um lado, se o mercado para os produtos da indústria nos distritos rurais não se ampliarem na mesma velocidade de sua produção, teremos a chamada super-produção. De outro, se a agricultura não der conta de produzir uma quantidade suficiente de matérias-primas e alimentos, então sofreremos um aumento do custo de vida. Qualquer um dos dois pode rapidamente levar ao outro. O aumento dos preços gera pânico, que é apenas um outro nome para super-produção, e o pânico leva à queda de preços (2008, p. 75).

Tal condição a que se submete o capitalismo leva sua esfera industrial a desprender um contínuo esforço para ampliar a sua região agrária como necessidade de sobrevivência. Ao exportar capitais, os centros capitalistas obtinham a lealdade das classes dominantes locais, facilitando a manutenção da subserviência regional ao projeto imperialista em escala internacional, criando um clima de dependência política nas regiões agrícolas. Assim, Kautsky concordava com seus pares quanto à inexorabilidade do imperialismo para a sobrevivência do capitalismo. As controvérsias, no entanto, diziam respeito, particularmente, a três pontos: a) ser o domínio dos territórios agrários a principal característica do imperialismo; b) negação dos conflitos interimperialistas enquanto *conditio sine qua non* do sistema capitalista; e c) negativa do imperialismo enquanto última fase do capitalismo – seguido a ele viria o superimperialismo, uma espécie de Santa Aliança entre imperialistas (KAUTSKY, 2008, p. 77).

Nessa lógica, concebia a guerra imperialista como uma anomalia capitalista típica do processo civilizatório próprio do sistema, e não algo ‘congenito’, podendo ser

3 Intitulado, originalmente, *Der Imperialismus*, foi republicado pela *International Socialist Review*, em setembro de 1914, sob o título de *Imperialism and the War*. Esse artigo foi traduzido e publicado pela Revista História e Luta de Classes, em sua edição nº 06, de novembro de 2008, sob o título O imperialismo e a guerra.

4 A tese do superimperialismo foi defendida originalmente por Karl Kautsky, especialmente em artigo publicado no *Die Neue Zeit*, em 11 de setembro de 1914, quando a Primeira Guerra já havia sido deflagrada. Em 30 de abril de 1915, Kautsky ratificava sua teoria num artigo publicado no nº. 5 da revista, intitulado “Zwei Schriften zum Umlernen” (apud Lênin in: Bukhárin, 1984, p. 12).

contornada no seio da própria ordem burguesa, tratando-se apenas de uma das consequências dos interesses conflitantes dos setores agrícolas parasitários e burgueses a eles vinculados. Numa posição oposta a Lênin e a Rosa Luxemburg, Kautsky resgatava Hobson em sua compreensão de imperialismo como uma das políticas possíveis do capital. Seu principal teorema e ponto de discórdia entre os marxistas seus contemporâneos, ao aventar possibilidades outras defendendo uma formulação cujos pressupostos continham juízos que negavam: a) o caráter distinto da etapa imperialista; b) a identidade entre o capitalismo contemporâneo e o imperialismo; c) a inexorabilidade da guerra imperialista sob o capitalismo, justificando que esta não era de interesse no espriamento das relações capitalistas.

Ao antever probabilidades de existência de uma nova fase histórica no desenvolvimento do capitalismo, marcada por possíveis acordos entre grandes conglomerados pelo monopólio do mercado mundial, prenúncios de uma regulação pacífica das disputas pela partilha do mundo, constituindo uma espécie de associação internacional de imperialismos nacionais, combinando a exploração financeira conjunta do mundo, Kautsky rompia com uma linha lógica até então imperante no marxismo, provocando um contundente debate em meados da segunda década do século XX.

Para Lênin, Kautsky ressaltava, arbitrariamente e unilateralmente, apenas o caráter nacional do imperialismo, relacionando-o com o capital industrial e seu interesse na anexação das regiões agrárias. Resguardada a importância da questão nacional, o que distingue o imperialismo não é o capital industrial, mas o financeiro que, ao contrário da atenuação das contradições, acentua a diferença entre o ritmo de crescimento dos diferentes elementos da economia mundial (1986, pp. 644-647). Nesse sentido, Lênin acusava Kautsky de dar passos atrás à própria contribuição hobsoniana, que concebia a proeminência dos interesses financeiros sobre os comerciais (negando a essencialidade destes nos processos de anexação das regiões agrárias) e o caráter da rivalidade entre os imperialistas na expansão política do imperialismo.

Dito isto, e desta maneira, vê-se o quanto plural haviam se tornado as concepções marxistas de então e como esta multiplicidade detonara uma ruptura na pretensa unidade de percepções marxistas, tendo todas essas divergências ericadas na II Internacional. Com esta trajetória, o pivô de tal dilaceramento entre marxistas, o *kautskismo*, deixou um legado herdado por parte da geração que pensou o imperialismo no pós-II Guerra, como foi o caso dos teóricos da Teoria da Dependência. Apesar dos percalços políticoideológicos de Kautsky e de sua obra, a história – em geral e particularmente do

marxismo – não pode prescindir da importância desse convulsivo personagem, tanto para o socialismo quanto para o movimento operário mundial.

Bukhárin e o Estado imperialista

Nikolai Ivanovich Bukhárin foi mais um personagem emblemático da história do movimento operário russo. Durante a sua vida política foi estigmatizado, recebendo nomeações que iam desde revolucionário até direitista, mas muito contribuiu na construção e sistematização da categoria analítica *imperialismo*, principalmente no que se refere a seu aspecto teóricopolítico – singularmente em relação ao Estado nesta fase. Para além das controvérsias, partindo das premissas marxianas de concentração/centralização, e dos pressupostos hilferdingianos do capital financeiro – tal qual o fizera Lênin – Bukhárin acompanhava Hobson ao entender o monopólio como força motriz e a principal característica a definir o imperialismo – juntamente com o capital financeiro – sendo sua criação processo inseparável da internacionalização do capital. Numa acepção intermediária, original, estranha a Kautsky e não dedutível dos escritos de Lênin, Bukhárin dizia que, nos limites

das economias nacionais, a concorrência reduz-se ao mínimo, para avultar fora desses limites, em proporções fantásticas, desconhecidas em épocas anteriores. Sem dúvida, a concorrência entre as economias nacionais, isto é, entre suas classes dominantes, já existia antes. Tinha, entretanto, caráter inteiramente diverso, visto que era bem diferente a estrutura interna das economias nacionais (1984, p. 112).

Ao voltar a atenção para as mudanças no âmbito da concorrência no mercado mundial, ocorridas sob a hegemonia do capital financeiro, acusava este de ter subvertido a antiga lógica da liberdade concorrencial do *laissez faire*. Para ele, os preços baixos existentes quando a economia nacional exercitava-se a toque da concorrência entre as pequenas empresas, foram substituídos por altos preços sob o monopólio, quando a solidez da economia interna permitia aos capitalistas travarem sua luta por fatia ou domínio no mercado mundial, de forma a consentir aos conglomerados fazer uso do *dumping* no mercado externo.

Com isso, Bukhárin chamava a atenção para a importância do papel do Estado, assim como para a sua singular funcionalidade sob o imperialismo. Para ele, havia se desenvolvido, concomitante ao adensamento do processo de concentração capitalista, uma notável interrelação entre Estado e economia que limitava a concorrência ao

âmbito dos países capitalistas centrais, tendo como agentes as grandes corporações multinacionais, fruto da centralização de capitais e filhas da convergência de interesses burguesia/Estado. Em suma, sob o imperialismo, o Estado constituía-se uma instituição mundial única, subordinada ao capital financeiro, que encampava a luta concorrencial entre as grandes organizações capitalistas da economia planetária (BUKHÁRIN, 1984, pp. 112 e seguintes).

Se, nesse processo, o domínio do capital financeiro criara laços orgânicos entre seus possuidores e o Estado, em sua origem a internacionalização foi pautada numa crescente desarmonia entre a base da economia mundial e a estrutura de classe da sociedade. O resultado disso foi um paradoxal choque no seio da própria classe dirigente, dividida em grupos nacionais, cujos interesses econômicos discordantes contrapunham-se, acirrando a concorrência entre si pela partilha da mais-valia produzida em escala mundial. Isso indicava que as contradições estavam pautadas na esfera da própria classe proprietária. De tal modo, a divisão internacional do trabalho fazia da organização da produção nacional uma integrante do processo geral da produção mundial, protagonizado pelos distintos grupos burgueses “nacionais”, que intensificaram os antagonismos. Afirmava Bukhárin que

a expansão do território econômico entrega aos cartéis nacionais regiões agrárias e, por conseguinte, mercados de matérias-primas, e aumenta os mercados e a esfera de investimento do capital. A política aduaneira permite esmagar a concorrência estrangeira, obter mais-valia e pôr em movimento o aríete do ‘dumping’. Todo o conjunto do sistema contribui para o aumento da taxa de lucro dos monopólios. Ora, essa política do capital financeiro é o imperialismo (1984, p. 98).

Sem sombra de dúvidas, a mais importante contribuição *bukhariniana* para a formulação do conceito de imperialismo circunscreve-se à esfera da política de Estado. Em 1926, Bukhárin já salientava que tal instituição, sob o imperialismo, deixava de ser apenas um elemento da superestrutura, tornando-se também, em ritmo acelerado, força econômica que se encadeava aos monopólios privados, não podendo ser reduzido a mero fenômeno superestrutural, como parte dos marxistas entendiam. Para Bukhárin, o capital financeiro havia produzido profundas mudanças em parte das funções estatais, principalmente àquelas a ele ligadas. Raciocinando a partir da premissa hilferdinguiana de que o imperialismo é a política do capital financeiro, entendia como uma convergência, plausivelmente lógica, a relação Estado/capital, que se traduzia na

proeminência do Estado frente à sociedade, ressaltando a tendência à militarização.

Dizia Bukhárin que,

a capacidade de combate no mercado mundial depende da força e da coesão da nação, de seus recursos financeiros e militares. Uma unidade econômica e nacional que não baste a si mesmo e que estenda infinitamente sua força imensa até governar o mundo num império universal, tal é o ideal sonhado pelo capital financeiro (1984, p. 99).

O que seria, nesse sentido, esta unidade de coesão, senão o Estado? Para Bukhárin, tratava-se de um capitalismo de Estado, já que o controle de sua direção dava-se a partir da base econômica, expressando uma nova relação a integrar o desenvolvimento econômico assimetricamente, de acordo com os interesses dos países mais centrais onde se localizavam os maiores capitais. Tratava-se de um contexto em que a característica principal era a atuação do Estado na administração dos instrumentos econômicos em benefício dos capitalistas, num processo em que a economia passa a ceder às decisões planejadas. Essa constatação levou Bukhárin a atribuir aos trustes um poder de Estado dentro do Estado, revelação, a um só tempo, da sua simbiose e grandiosidade que mantinha com o aparelho estatal. Para ele, o Estado sempre foi um parceiro das classes dominantes, mas nunca tão considerável como sob o predomínio do capital financeiro, que fizera emergir um novo modelo de capitalismo que se constituía na organização de um único truste capitalista estatal. Nesse processo, o Estado já não tinha as mesmas características da fase concorrencial do capitalismo, passando a representar não somente os interesses das classes dominantes, como também a sua vontade coletivamente determinada (BUKHÁRIN, 1984, pp. 115-121).

Através de sua parceria com o Estado, o capital monopólico fazia uso de expedientes que lhe permitiam competir na arena internacional, tais como: regulação de taxas aduaneiras, tarifas de transporte e preços de energia; controle do acesso a produtos primários e a mercados; corte de créditos, etc., numa relação na qual o governo passa a ser, de fato, “um “comitê” eleito pelos representantes das organizações patronais, bem como o mais alto diretor do truste capitalista nacional” (BUKHÁRIN, 1984, p. 121).

Considerações finais

Retornar à literatura neoclássica da economia política marxista não constituiu, aqui, um esforço meramente erudito. Toda a atualidade do pensamento marxiano e marxista acerca do imperialismo impõe concordar com Borón quando afirma que, apesar dos limites da teorização clássica do imperialismo, não se pode entendê-lo, em

sua versão século XXI, com leituras de Hilferding, Lênin, Bukhárin e Rosa Luxemburg, mas também não se pode compreendê-lo sem eles (2002, p. 12). Esses autores, em seus esforços por tornar compreensível a fase monopolista do capital, proporcionaram muito do que hoje se conhece sobre o funcionamento do sistema capitalista como um todo. Sem dúvidas, seria impossível dimensionar o fenômeno imperialista atual sem retomar essa herança teórica. As contribuições que esses autores legaram à construção da categoria imperialismo, pela profundidade de suas análises, respondem, ainda hoje, a questões fundamentais da atual sociedade burguesa, por mais ‘pós-modernidade’ que alguns nela deparem.

Um sucinto balanço dessas contribuições reporta às atuais formulações referentes ao tema central deste trabalho pela contribuição que deixaram à posteridade. Esta geração de pensadores, composta por agentes sociais muito maiores que simples intelectuais, homens e mulheres de seu tempo e de sua ação. Mais do que escolas de pensamento, conduziram movimentos políticos historicamente circunscritos à sociedade capitalista de finais do século XIX e das duas primeiras décadas do XX. Essa geração de formuladores da economia política contribuiu, de forma indispensável, para que hoje se possa ter uma visão mais clara da política do capital financeiro – o imperialismo – como forma de acumulação. Presente na ação das lutas sociais e políticas nas quais pautaram sua construção teórica e, sendo agentes daqueles processos, compreenderam de forma particular seu desenvolver, interferindo concretamente nas suas lutas intestinas. A ausência de alguns nos é sentida (destaque para Trotsky e Mariátegui), mas se explica pelas condições de abordagem de um tema tão amplo e complexo num artigo.

REFERÊNCIAS

- BORÓN, Atílio. *Império e Imperialismo (uma leitura crítica de Michael Hardt e Antônio Negri)*. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- BUKHÁRIN, N. *A economia mundial e o imperialismo*. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSON, John A. *Estudio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.
- KAUTSKY, Karl. O imperialismo e a guerra. In: *Revista História e Lutas de Classes*, ano 4, Novembro de 2008.

- LÊNIN, V. I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 3ª edição. **Obras Escolhidas**, Tomo I. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo; Anticrítica*. Vol. I e II (Seções I, II e III). Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

OS JOVENS E O VOTO: DESPOLITIZAÇÃO OU PARTICIPAÇÃO EM NOVOS MOLDES?

Arnaldo Lucas Pires Junior¹; Caroline Trapp de Queiroz²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa que buscou verificar se o afastamento dos jovens do processo eleitoral, no contexto do voto, configura a despolitização dessa nova geração ou uma nova forma de participação política. Além do debate sobre a concepção do voto, nossa pesquisa girou em torno da problematização dos motivos pelos quais a participação política destes jovens é vista como despolitização – principalmente pelas outras gerações, como por exemplo, a que viveu sua juventude na década de 1980, período que abrange o processo de redemocratização brasileira. A compreensão das formas alternativas de sua participação também foi cerne de nossa análise.

ABSTRACT

This paper aims to present the results of one research which that sought verify if the removal of young people in the electoral process, in the context of voting, characterizes the depoliticization of this new generation or another way of political participation. Beyond the debate about the design of voting, our research worked around the questioning of why the political participation of young people nowadays is seen as depoliticization – mainly by other generations, for example, that one who lived our youth in the 80`s decade, period that covers the process of democratization in Brazil. The understanding of this alternative kinds of participations also was the core of our analysis.

¹Licenciado e bacharel em História pela Universidade Gama Filho (UGF-RJ). Pós-graduando em Ensino de História e Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). saadlucas@gmail.com

²Licenciada e bacharel em História pela Universidade Gama Filho (UGF-RJ). Graduanda em Pedagogia e pós-graduanda em Dificuldades de Aprendizagem, ambas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). caroline.queiroz@yahoo.com.br

Palavras-chave: voto; despolitização; participação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa que buscou verificar se o afastamento dos jovens do processo eleitoral, no contexto do voto, configura uma despolitização dessa nova geração ou uma nova forma de participação política. Além do debate sobre a concepção do voto, nossa pesquisa girou em torno da problematização dos motivos pelos quais a participação política destes jovens é vista como despolitização – principalmente pelas outras gerações, como por exemplo, a que viveu sua juventude na década de 1980, período que abrange o processo de redemocratização brasileira – e da compreensão das formas alternativas de sua participação.

Nossa pesquisa se encaminhou através do mapeamento das principais mobilizações engendradas por meio virtual, mais especificamente pela rede social *Facebook*. Sabe-se que muitos empecilhos podem ser colocados a uma pesquisa que tenha como fonte de informações uma rede de relacionamentos virtual, entretanto, devemos destacar que:

O "campo virtual" é composto, além dos sites especializados, acadêmicos ou paralelos, por milhões de páginas criadas por grupos de interesse e de identidade, que se apresentam e se comunicam globalmente através da Net. Grupos religiosos (budistas, evangélicos, católicos, islamitas, afro-brasileiros, afro-cubanos, protestantes históricos e outros), por exemplo, têm seus sites na Internet e dialogam com seus fiéis e outros, mundialmente, através da rede, que se tornou, deste modo, um novo campo e novo meio de proselitismo, atestando a modernidade sendo absorvida até mesmo pelas religiões mais tradicionais. Esportistas, artistas, gays, lésbicas e bissexuais, deficientes, negros, mulheres, capoeiristas, punks, darks, skin-heads, neonazistas, torcidas de futebol, sambistas, roqueiros, góticos, adolescentes, naturalistas e nudistas, idosos, pacifistas, comunistas, necrófilos, pedófilos, sadomasoquistas, índios americanos, rastafaris, motoqueiros, corredores, e toda a infinidade de categorias que se possa imaginar são encontráveis na Net. (AMARAL, s/d).

Nesse sentido, acreditamos ser legítima a pesquisa que busque no meio virtual os dados com os quais se construirá a argumentação não só por se constituir um campo eminentemente “grupacional”, mas principalmente por se tratar de um espaço no qual julgamos haver menos “filtros” no que se refere à sua expressão. Isso porque:

As comunidades virtuais são feitas de pessoas e do que elas realmente querem, daquilo que realmente lhes interessa, sem constrangimentos prévios ou póstumos [...]. As novas tecnologias dão a cada um de nós um poder sem precedentes de construir o nosso próprio mundo de referência, de encontrar as pessoas que realmente nos interessam, estejam onde estiverem, de aprender e ensinar sobre aquilo que realmente queremos que faça parte da nossa vida (SOARES,1999, p.75).

Para nós, a internet é um espaço (virtual) para o qual os símbolos e as relações do espaço físico e social são transferidos. Assim, “tal como os lugares antropológicos são produtores de social orgânico, os não-lugares criam uma contratualidade solitária” (AUGÉ,1994, p. 99). A internet é, portanto, um novo espaço antropológico, pois compreendemos que ela constitui “um sistema de proximidade (espaço) próprio do mundo humano (antropológico) e, portanto, dependente das técnicas, dos significados, da linguagem, da cultura, das convenções, das representações e das emoções humanas.” (LÉVY, 1997, p. 28).

Endossamos, neste sentido, que as modificações advindas da revolução tecnológica que ocasionou o *boom* da “virtualidade” provocaram toda uma reorganização sociocultural de modo que assistimos, hoje, “a um dos raros momentos em que, a partir de uma nova configuração técnica, isto é, de um novo relacionamento com o cosmos, inventa-se um estilo de humanidade.” (AUTHIER e LÉVY,1998, p. 129). Ora, tal constatação corrobora nossa justificativa. Ademais, tratando-se dos jovens, deve-se atentar ao fato de que a maioria mantém, no mundo virtual, grande parte de suas relações e expressões.

Entretanto, devemos ressaltar que nossa pesquisa segue critérios científicos para análise do material coletado no *Facebook*. Assim, através do mapeamento das principais mobilizações engendradas pelo *Facebook*, coletamos fontes de análise por meio da observação estruturada, porém não participante (ANDER-EGG, 1978, p.96), de páginas, grupos, comunidades, publicações e comentários da rede social que tiveram seu discurso interno examinado, seja em forma de texto ou imagem.

Foram aplicados, ainda, métodos voltados ao “estudo dos sinais” do processo de significação e representação cultural, ou seja, semiótica (SANTAELLA, 1983, p.7), o que nos levou a aproximação não integral com a chamada “Teoria do Discurso estético”, ou seja, do discurso por imagens, e da percepção de determinados valores ideológicos através de traços específicos na análise de determinados condicionantes visuais.

Tendo em vista o exposto, cabe-nos agora o exame das fontes coletadas na rede social *Facebook*. A princípio, devemos nos ater ao modo como o voto é concebido pela nova geração:



Imagem 1 - Fonte: <<http://www.facebook.com/OccupyBrazil>>.

A página *Occupy Brazil* (Occupy Brazil. Facebook. Disponível em: <http://www.facebook.com/OccupyBrazil/info>. Acesso em: 27 jun. 2012), criada a fim de “informar, divulgar e mostrar suporte ao ocupantes da Wall St e aos Protestos Contra a Corrupcao em todo o Brasil e contra um inimigo em comum: a corrupcao gerada por um sistema falho” conta com 12.789 “curtidas” e na imagem acima traz uma mensagem que julgamos apropriada para o início de nossa análise. Podemos perceber que o voto já começa a ser desmistificado. Primeiramente, é interessante observarmos a crítica a uma falsa democracia, já que essencialmente, o voto deveria ser facultativo, passível, portanto, do livre arbítrio do eleitor. Mais interessante ainda são os comentários que se seguem à postagem:



Imagem 2 - Fonte: <<http://www.facebook.com/OccupyBrazil>>.

Os comentários nos trazem meios alternativos de participação política. Enquanto o primeiro comentarista afirma que a participação política se inicia através do voto, o segundo o afirma como meio, mas destaca a questão da obrigatoriedade, deixando nas entrelinhas a ideia de que sua legitimidade é prejudicada por isso. O terceiro comentarista, por sua vez, sugere uma forma de participação inusitada ao propor que os eleitores justifiquem seu voto argumentando corrupção, descrença e “falência do estado de direito”. Segundo ele, o impacto de tal ação seria superior ao de votos nulos, outro recurso bastante difundido entre os jovens.

Embora não seja visto como expoente de mudanças concretas, o voto, mais nos comentários do que na imagem acima, ainda é considerado como um meio capaz de iniciar determinadas modificações e abalar a confiança dos governantes. Na imagem a seguir, o caso se inverte. O voto é contestado na imagem, como também acontece acima, sendo seguido de comentários que corroboram sua ineficácia:

facebook

Retornar ao álbum Fotos de Anonymous Rio Página de Anonymous Rio

Anterior Próxima

VOTE
E TRABALHE

VOTE
E NÃO QUESTIONE O SISTEMA

VOTE
E OBEDEÇA

VOTE
E CONSUMA

VOTE
E ASSISTA TV

VOTE
E NÃO SE PREOCUPE

VOTE
E NÃO PENSE

VOTE
E NÃO QUESTIONE AS AUTORIDADES

WWW.FACEBOOK.COM/ANONYMOUSRIO

Curtir Comentar

Anonymous Rio
O seu voto é seu maior cabresto. Eles usam contra nós. Autogestão, Democracia Real JÁ!

Álbum: Fotos do mural
Compartilhado com: Público

Fazer download
Denunciar esta foto

Curtir · Comentar · Compartilhar · Targa

44 pessoas curtiram isto.

159 compartilhamentos

isso incentiva o voto branco, e voto nulo ou a definitivamente não ir votar?
terça às 00:07 · Curtir · 1

incentiva a contestação de tudo isso
terça às 00:08 · Curtir · 5

Este e' o maior exemplo da opressividade coletiva por parte de um sistema corrupto e manipulador! Boa observação Anonymous Rio.
terça às 00:46 · Curtir · 3

hahaha! Isto é seriamente cômico, se não fosse trágico! Viva a democracia ilusória opressora! /p/
terça às 15:00 · Curtir · 2

Imagem 3 - Fonte: <<http://www.facebook.com/anonymousrio>>.

A comunidade *Anonymous Rio*, curtida por 7.271 pessoas, cuja filosofia é “Unidos como UM, divididos por ZERO!” (Anonymous Rio. *Facebook*. Disponível em: <http://www.facebook.com/anonymousrio/info?ref=ts>. Acesso em: 27 jun. 2012) apresenta nesta postagem o retrato do voto como mecanismo de alienação. A descrição da imagem, ao afirmar que o voto é usado contra nós deixa clara a sensação de que trata-se de disputa que gira em seu torno. E aqui, novamente a questão da falência do Estado nos dizeres “democracia real JÁ!”, aferindo sua gestão ao povo. Uma terceira imagem ilustra novas formas de resistência, como o pagamento da multa e o voto nulo:

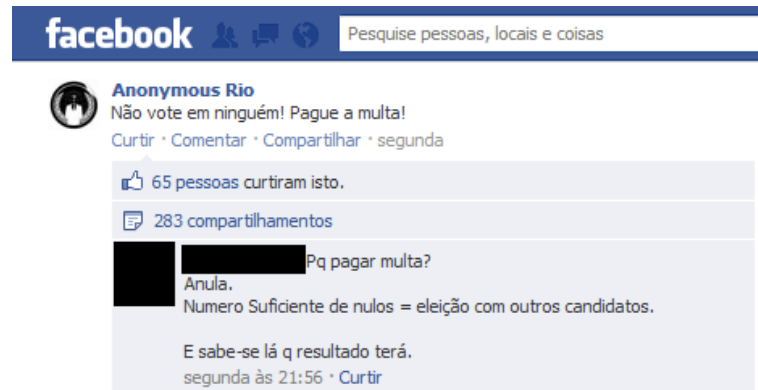


Imagem 4 - Fonte: <<http://www.facebook.com/anonymousrio>>.

É interessante percebermos que as postagens trazem discursos que se referem à corrupção. Em dois comentários correspondentes à primeira imagem, temos a menção à “fraude” que constitui o voto e à corrupção que acarreta falência do estado de direito, e no terceiro comentário da segunda imagem aparece a frase “sistema corrupto e manipulador”. Tendo em vista este panorama inicial, podemos arriscar uma hipótese sobre o desprestígio do voto para os jovens. Ao eleger-se a corrupção como o principal problema do país, imagina-se que o caminho é a retirada dos políticos de seus cargos e não a eleição de novos representantes. Mais do que escolher bons representantes, deve-se expurgar os ruins do governo. Essa impossibilidade de crer em bons políticos aliada aos escândalos cada vez mais recorrentes envolvendo parlamentares faz com que o voto perca sua importância.

Como resultado disso temos que, no lugar do voto, surgem novos espaços e formas de reivindicação, mobilização, engajamento e participação políticos. Nos últimos dois anos, segundo nosso mapeamento, o *Facebook* recheou-se de convocações para eventos, protestos e passeatas que visavam trazer o povo às ruas. Um dos eventos mais divulgados foi o Occupy Rio, segundo os organizadores, um movimento que visava alertar para os modos de vida através de um acampamento de ocupação na Cinelândia, coração do Rio de Janeiro:



Imagem 5 - Fonte:

<<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=189269404495755&set=a.189269084495787.44565.159576054131757&type=3&theater>>.

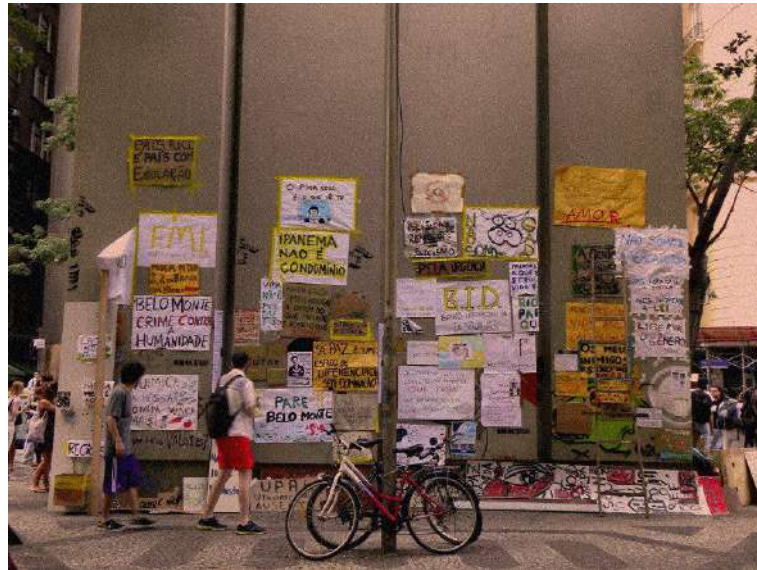


Imagem 6 - Fonte:

<<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=189269464495749&set=a.189269084495787.44565.159576054131757&type=3&theater>>.

Outro movimento, o Dia do Basta à Corrupção, foi amplamente divulgado pela comunidade *Quero o Fim da Corrupção* (Quero o Fim da Corrupção. *Facebook*. Disponível em: <http://www.facebook.com/queroofimdacorrupcao>. Acesso em: 27 jun. 2012), que conta com 108.153 “curtidas” e tem como objetivo “mostrar que todo cidadão pode e deve participar da política”, e conseguiu levar às ruas das principais capitais do país milhares de pessoas que proclamavam em uma só voz: Queremos o fim da corrupção!



Imagem 7 - Fonte:
 <<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=227639504000755&set=a.227625590668813.46870.183441948420511&type=3&theater>>.



Imagem 8 - Fonte: <<http://www.facebook.com/queroofimdacorrupcao>>.

Mobilização em âmbito nacional, o Dia do Basta foi um sucesso em todo o país, ganhando repercussão e destaque na imprensa. E seu início se deu pelo *Facebook*, pela livre iniciativa de uns e o comprometimento e participação de outros. A próxima imagem traz, por sua vez, um fator novo à nossa análise: a aliança entre as redes sociais em prol das mobilizações. Pelo Facebook é organizado um movimento chamado de “twittaço”, ou seja, lançar, em determinado horário, a *hashtag* (palavra-chave precedida do símbolo # que designa o assunto o qual está se discutindo em tempo real no Twitter, outra rede de relacionamentos semelhante ao Facebook) “#codigoflorestalreferendoja”. O resultado quando tal movimento ocorre é o destaque internacional dos assuntos mais comentados pelo Twitter dando visibilidade, neste caso, à resistência quanto ao Novo Código Florestal Brasileiro:



Imagem 9 - Fonte:

<<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=421731157844771&set=a.373392472678640.92191.299594380058450&type=3&theater>>.

Divulgado pela comunidade MJ – *Mudança Já* (Mudança Já. Facebook. Disponível em: <http://www.facebook.com/mudancaja>. Acesso em: 27 jun. 2012), que soma um total de 1.008 “curtidas” e tem como bandeira ser um “MOVIMENTO APARTIDÁRIO por uma gestão pública decente, educação e cidadania”, o “twittaço” não alcançou a visibilidade esperada, mas serviu para dar destaque a mais uma ferramenta de resistência e atuação políticas. Diferente do movimento referido, a imagem a seguir nos chama atenção à formação de uma concepção errônea, para dizer o mínimo:

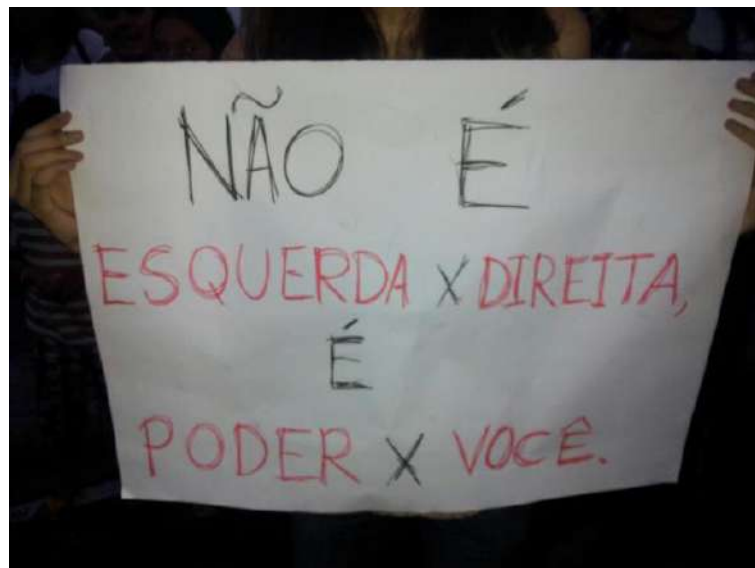


Imagem 10 - Fonte:

<<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=365748670142154&set=a.365746266809061.125143.231139103603112&type=3>>.

A oposição entre direita e esquerda nos parece evidente num período em que verificamos a ausência de partidos oposicionistas quanto à posicionamento político em nosso país. O antagonismo que nos salta aos olhos é entre o poder e o povo. Julgamos forte esta imagem exatamente por retratar de forma ácida a alienação a que fomos submetidos ao sairmos do lugar de povo ativo e adentrarmos calmamente à uma sensação de passividade cuja reversão soa distante. Ora, viemos demonstrando até então que a juventude procura novos meios de inserção e participação nos caminhos da política brasileira. Ao analisarmos a imagem acima, o pessimismo que permeia grande parte da população se faz evidentemente justificável devido ao fato de separarem em dois opostos, poder de povo.

O regime democrático por excelência diz que o poder emana do povo. Teríamos, portanto, encontrado a raiz de nossa eficácia política? Se quisermos aprofundar nossa análise, podemos recorrer ao contexto da pós-modernidade, no qual vivemos. A ascensão do paradigma pós-moderno marca o ponto de partida das demandas formuladas por muitos grupos distintos. Grandes movimentos sociais se afirmam nesse período, marcando a formação de identidades próprias a cada coletividade. De maneira geral, a década de 1960 é indicada como o momento no qual surge a pós-modernidade. Os debates que permeiam a temática dizem respeito à sua relação com o capitalismo e à naturalização de algumas de suas feições. Duas posições ante esse “novo tempo” são relevantes no contexto de tal debate, a que o vê como uma adaptação às novas realidades da segunda metade do século XX e a que critica a ideia de “novo”, pois vê a pós-modernidade como uma tentativa de justificar a nova fase do capitalismo a partir das ideias de antigos pensadores.

Devemos ter em mente que o capitalismo ocidental sofreu um revés com a demolição das teorias que fundamentavam a ideia de progresso liberal. Deparando-se com as duas Grandes Guerras Mundiais, as crises econômicas, os regimes totalitários, as críticas tecidas por Gramsci e Althusser, os movimentos sociais, etc., o capitalismo teve de se reafirmar recorrendo, para isso, às forças de mercado. A escolha do consumidor trouxe consigo um relativismo que influenciou inclusive a ética e a moral da sociedade. Desta forma, “nenhum absoluto moral transcende o cotidiano” (JENKINS, 2004, p. 97). Como consequência imediata desta mudança do sistema capitalista quando da ascensão do paradigma pós-moderno temos, segundo Hall (1998, p. 67):

Um complexo de processos e forças de mudança, que, por conveniência, pode ser sintetizado sob o termo “globalização”. (...) a “globalização” se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de

espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. (...) Essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compreensão de distâncias e de escalas temporais, estão entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito sobre as identidades culturais.

Não nos referimos aqui a uma globalização que pressuponha uma sistematização do mundo de forma igualitária. A globalização não significa que todos têm o mesmo alcance ou as mesmas possibilidades em relação às condições de vida. As disparidades sociais continuam a existir. A globalização aparece aqui como um termo que designa a extensão alcançada pelo capitalismo a partir da década de 1950. Entretanto, Wallerstein afirma que esta globalização não é algo recente, pois o capitalismo “foi, desde o início, um elemento de economia mundial e não dos estados-nação. O capital nunca permitiu que suas aspirações fossem determinadas por fronteiras nacionais” (WALLERSTEIN, 1979, p. 19). Contudo, não se pode negar que na segunda metade do século XX, “tanto o alcance quanto o ritmo da integração global aumentaram enormemente, acelerando os fluxos e os laços entre as nações” (HALL, 1998, p. 69), e também entre as sociedades.

Um exemplo que pode nos ajudar a compreender este novo “capitalismo globalizante” é a questão da fragmentação das identidades. As identidades nacionais, construídas a partir da construção dos Estados nacionais dos séculos XVIII e XIX, se desintegram “como resultado do crescimento da homogeneização cultural” (HALL, 1998, p. 69). Tal homogeneização nada tem de contraditória à multiplicidade cultural da pós-modernidade. Ocorre que:

(...) o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma, mas de várias identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (HALL, 1998, p. 12).

Desta forma, a identidade pessoal passou a ser definida historicamente. Dependendo do momento, a identidade assumida se modificava. Exemplificando, Maria é mulher. É também mãe, filha e professora. Se quisermos definir Maria historicamente, podemos dizer que nasceu como mulher e filha. Tornou-se professora e anos depois, mãe. O sujeito deixa, assim:

(...) de ser visto como uma totalidade fechada e fundante das ações e representações, para ser pensado como uma produção histórica, como um lugar que diferentes pessoas vêm ocupar sucessivamente ou como a produção de uma identidade, em que vários fluxos de subjetivação e forças de sujeição se encontram. A sociedade da

serialização e do indivíduo obriga a que os indivíduos assumam uma série de papéis, de identidades, fragmentando-se (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 58).

Carregamos, neste sentido, uma infinidade de identidades dentro de nós, por vezes contraditórias, de maneira que uma “identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 1998, p. 12). O “eu” torna-se, portanto, múltiplo. E da mesma forma acontece com os grupos sociais que, cada vez, se compartimentam segundo especificidades próprias. Entretanto, o beneficiário desta fragmentação é o próprio Estado que se mantém no poder através da lógica do “dividir para enfraquecer”.

O resultado direto de todo o processo acima explicitado, leva a nova geração a proclamar que:



Imagem 11 - Fonte:

<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=380328242017530&set=a.380327302017624.127660.231139103603112&type=3&theater>.

Sem personagens políticos que configurem a representação necessária ao regime democrático e tendo como obrigatório um sistema eleitoral muitas vezes fraudulento e gerador de corrupção, a saída é a conscientização da população. E quando se fala em consciências, nada parece mais adequado à nova geração do que a educação:

EDUCAÇÃO de baixa
 qualidade =
CORRUPÇÃO de alta
 eficiência!



Imagem 12 - Fonte:

<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=269858759778829&set=a.183865888378117.37349.183441948420511&type=3>.

Verificamos, portanto, que como meio de ação e participação políticas, o *Facebook* constitui uma via alternativa de inserção e mobilização sociais. Tanto é verdade que já há iniciativas que visam transformar seguidores das paginas e grupos aqui analisados em eleitores, na contrapartida dos movimentos espontâneos, apartidários e sociais que eles mobilizam:

Imagem 13 - Fonte:

<<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=337105496365661&set=o.159063747520105&type=3&theater>>.

Imagem 14 - Fonte:

<<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=252455508191762&set=o.159063747520105&type=3&theater>>.

No decorrer de nossa pesquisa, encontramos imagens de dois anúncios (acima) inusitados que oferecem os serviços de criação e manutenção de perfis em diversas redes sociais para políticos nas eleições de 2012. Trata-se de pessoas que trabalham de forma a transformar a rede social em palanque político que crie projeção e alcance “públicos-alvo” específicos. Portanto, negar a potencialidade constituída pelas redes sociais é incabível, de maneira que até mesmo os atores políticos reconhecem e se preocupam com a mobilização virtual. Acreditamos, assim, que esta é uma mídia que chegou para modificar a relação que os

jovens têm com a política, se configurando como um novo meio no qual sua expressão é livre e sua opinião levada a sério. O resultado disso podemos ver se, e apenas se, abandonamos a crença de que a juventude é apática e nos ativermos ao seu mundo, pois a virtualidade constitui sua área de atuação.

CONCLUSÃO

Procuramos, com esta pesquisa, problematizar a inserção da juventude atual na política, a questão de sua dita despolitização, suas concepções sobre o voto, e suas formas alternativas de participação. Constatamos, após a análise feita, que o afastamento dos jovens do processo eleitoral não configura uma despolitização dessa nova geração, mas sim uma nova forma de fazer, pensar e manejar a política. Nesse sentido, pudemos verificar que as redes sociais desempenham papel fundamental na articulação de diversos movimentos, influenciando novos grupos e gerando novas mobilizações. O voto, nesse contexto, perde um pouco seu sentido tradicional, mas permanece como um instrumento fundamental, mesmo porque obrigatório. Reafirmamos, pois que a relação entre estes jovens e a política se dá de formas inusitadas, não constituindo, o voto, elemento tão determinante no processo. Entretanto, seus estilos de inserção configuram, à sua maneira, ação e participação políticas.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaio de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.

AMARAL, Rita. Antropologia e Internet: Pesquisa e Campo no meio virtual. *Monografias.com*. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/antropologia-internet-festas-brasileiras-rede/antropologia-internet-festas-brasileiras-rede.shtml>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

ANDER-EGG, Ezequiel. “Capítulo 1”. In: **Introducción a las técnicas de investigación social**: para trabajadores sociales. 7.ed. Buenos Aires Humanitas, 1978.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares* – Introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Venda Nova: Bertrand Editora, 2004.

AUTIER, Michel e LÉVY, Pierre. *As Árvores do Conhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2004.

LÉVY, Pierre. *A Inteligência Colectiva* – para uma antropologia do ciberespaço. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOARES, Luís (1999), “Contra a Corrente: Sete premissas para construir uma comunidade virtual”. In: ALVES, José Augusto, CAMPOS, Pedro e BRITO, Pedro Quelhas (Coord.). *O Futuro da Internet* – Estado da arte e tendências de evolução, Lisboa: Centro Atlântico, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

A PARTICIPAÇÃO SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E O SEU SIGNIFICADO ENTRE OS INTEGRANTES DA REDE SOCIAL TAUBATÉ*

Josinára Ribeiro de Alencar

Mestranda em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais. Programa de Pós Graduação da Universidade de Taubaté. Email: josinara.alencar@uol.com.br

André Luiz da Silva

Professor Dr. do PPG em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais. Universidade de Taubaté. Email: interiworld@gmail.com

(VERSÃO PROVISÓRIA – CITAÇÃO NÃO AUTORIZADA)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar qual o significado de participação para integrantes de uma rede social comunitária no município de Taubaté/SP e compreender como os contextos diretos e indiretos que permeiam a trajetória dos indivíduos interferem neste significado. A pesquisa foi exploratória e utilizou como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas e questionários. As respostas foram submetidas a análise de conteúdo, tendo como referência o debate sobre participação presente na Psicologia Social Comunitária. Como resultado encontrou-se que a Rede Social Taubaté passou por uma alteração em seu formato inicial, constituindo-se hoje numa rede autônoma e com relações horizontalmente distribuídas. Acredita-se que a mudança ocorreu por que a dinâmica de funcionamento das redes sociais requer além do fluxo livre de informações, a horizontalidade das relações, para que ocorra a motivação para a participação.

Palavras chaves: Participação. Redes sociais comunitárias. Desenvolvimento humano.

ABSTRACT

This study aims to investigate the participation's meaning for members of a community social network in the municipality of Taubaté / SP, Brasil. And understand how direct and indirect contexts that underlie the trajectory of people affect this meaning. The research was exploratory and employed semi-structured interviews and questionnaires how data collection instrument. The responses were submitted to content analysis, with reference to the present debate on participation in Community Social Psychology. As a result it was found that the *Rede Social Taubaté* underwent a change in its initial format, becoming today an autonomous network and relationships with horizontally distributed. It is believed that the change occurred because of the dynamics of social networks operation requires beyond free flow of information, the horizontality of relationships to occur motivation for participation.

Keywords: Participation. Community Social Networks. Human Development

* Esse texto origina-se da dissertação de mestrado “Desenvolvimento humano e participação em redes sociais comunitárias” a ser defendida em setembro de 2012 por J. R. de Alencar, sob a orientação de A. L. da Silva, no PPG em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté

A PARTICIPAÇÃO SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E O SEU SIGNIFICADO ENTRE OS INTEGRANTES DA REDE SOCIAL TAUBATÉ

1. INTRODUÇÃO

Esse estudo foi motivado pelo interesse em investigar qual o significado de “participação” para um grupo que atua em rede social comunitária na cidade de Taubaté/SP¹ e que se denomina “Rede Social Taubaté”. Este interesse fundamenta-se na perspectiva da psicologia social comunitária e em questionamentos provenientes de observações da participação realizada por pessoas nas ações para a promoção do desenvolvimento social e humano em suas localidades. A partir do conhecimento dos contextos socio-históricos e os contextos diretos e indiretos das trajetórias dos indivíduos, Busca-se pesquisar também, como estes contextos influenciam ou não o significado que emprestam á sua participação social.

A rede social propicia uma articulação entre as várias esferas da sociedade civil e potencializa a capacidade de mobilização coletiva para a realização de ações conjuntas. Em geral, na Psicologia Social Comunitária é representada por valores de igualdade, democracia, solidariedade, cooperação e construção coletiva. O trabalho da psicologia social comunitária compartilha, assim, um significado com os agentes que integram as redes sociais. Conforme Almeida e Cunha (2003), esses significados são compreendidos como constituídos pela e constitutivos da realidade social, sendo, portanto, explicativos e promotores desta realidade. Deste modo, interessa-nos saber qual o significado de participação para este grupo em questão que atua na Rede Social Taubaté.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 As Redes Sociais

Nas últimas décadas, a sociedade civil organizada passou a orientar suas ações coletivas de forma diferenciada dos pressupostos ideológicos e políticos dos anos de 1970 e 1980. Demandas de movimentos reivindicatórios articularam-se com os objetivos de organizações filantrópicas, ligadas ou não aos setores empresariais. Dessas articulações surgem as redes sociais que compõem o novo quadro do associativismo brasileiro. As redes têm aparecido como um modo de organização das instituições e entidades do Terceiro Setor. São também modos organizativos compatíveis com as

¹ Município com cerca de 280.000 habitantes, localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba.

noções de criatividade e inovação, na medida em que atributos tais como a autonomia, a impermanência da ordem, a indeterminação e a flexibilidade são elementos associados a ideia de constituição das redes (MARTINHO, 2002). Todavia, o conceito de rede é amplo e tem sido utilizado nas esferas econômica e política e nas perspectivas organizacional e social (MINHOTO; MARTINS, 2001).

Na perspectiva sociológica contemporânea (BAUMAN, 2001; GIDDENS, 1991), as redes surgem como uma moderna (ou pós-moderna) forma de interação social caracterizada por relações sociais desencaixadas. A abordagem antropológica (BARNES, 1987) aborda as redes sociais enquanto interações e laços pessoais e de amizade, processos em que os indivíduos e grupos buscam mobilizar apoios para seus propósitos, sobretudo em âmbito local e nas mais diferentes esferas da vida social.

Na esfera econômica, a globalização gera uma competição aberta que cria a necessidade de redução de custos para manter a viabilidade econômica das empresas e produtos. As redes são tomadas como recursos que podem minimizar custos e capital imobilizado, compartilhar recursos e informações e estabelecer parcerias estratégicas, minimizando os efeitos da economia globalizada (LOIOLA; MOURA, 1996; CASTELLS, 2000; MINHOTO; MARTINS, 2001). Na perspectiva organizacional, o conceito de rede tem sido utilizado para descrever o ambiente de atuação das organizações contemporâneas que se encontram separadas geograficamente.

Na esfera política, Minhoto e Martins (2001) e Castells (2000) comentam que a rede parece constituir uma resposta à crise fiscal e a erosão da soberania do Estado contemporâneo como estratégia para enfrentar algumas questões, entre elas as situações geradas pelo desmonte do *Welfare State*. Na perspectiva sociopolítica, a rede tende a aparecer como ferramenta capaz de construir novas formas de agregação de interesses e reivindicação de demandas destinadas prioritariamente a auxiliar na construção de uma sociabilidade solidária e responsável (WHITAKER, 1993; INOJOSA, 1999; MINHOTO; MARTINS, 2001; FRANCO, 2004; SCHERER-WARREN, 2005; MACHADO, 2007). Nessa perspectiva, o conceito de rede alcança o sentido de redes de pessoas e organizações que procuram a melhoria da qualidade de vida da população e seu desenvolvimento humano e social: uma rede de compromisso social, no sentido de compromisso de defesa dos direitos sociais e de cidadania. É nesse sentido que o conceito mais se apresenta nesse estudo.

Inojosa (1999) comenta que em princípio rede é parceria e essa parceria pode articular famílias, estados, organizações públicas e/ou organizações privadas, pessoas físicas, pessoas jurídicas ou ambas. Pode, portanto, envolver e promover relações interpessoais, interorganizacionais, intergovernamentais e intersetoriais. Numa visão utópica, a autora entende que a rede social é constituída por entes autônomos, com objetivos específicos próprios e que passam a se articular em função de uma ideia coletiva. A rede social seria uma estrutura horizontal,

democrática, participativa, aberta e presencial que une indivíduos e/ou organizações em torno de valores e objetivos compartilhados sem que as partes percam autonomia e identidade (INOJOSA, 1999).

Para Whitaker (1993), a definição de rede social está voltada para as redes formadas por indivíduos, ONGs, empresas e/ou equipamentos públicos, que de alguma forma se vinculam em torno de valores ou de uma causa em prol do interesse público ou da comunidade. São fundamentais para a configuração das redes, segundo o autor, a democracia, a circulação de informação, a não representação e a participação livre (WHITAKER, 1993). Castells (2000), reforça a noção de rede enquanto vínculos tecidos entre diferentes atores, como uma forma contemporânea de agir, descentralizada, flexível e global, que pode ser definida, entre outras coisas, pelo “estar em rede”, sendo esse um dos traços que marcam esta época:

Redes são instrumentos apropriados pela economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e a adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e a invalidação do tempo (CASTELLS, 2000, p.497).

Para Castells (2000), as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Pode-se, portanto, embasado em Castells (2000), levantar a hipótese sobre as ações dos sujeitos desta pesquisa como um fazer coletivo, condizente com o novo tecido e organização social contemporâneo.

Observam-se, segundo Machado (2007), alianças e trocas de informações e apoio entre as diferentes redes de coletivos sociais, explorando seus elementos comuns. Atualmente falamos, portanto, de redes que incluem centenas de entidades, que trocam informações, formam grupos de pressão e se apoiam mutuamente.

As redes podem ser também de diferentes tamanhos – de uma equipe que trabalhe em rede a uma rede de bairro ou de sala de aula, até uma rede internacional. Podem existir igualmente redes de redes. E dentro de uma rede podem se formar sub redes, com objetivos específicos. A interligação em rede, de pessoas e/ou entidades, se estabelece a partir da identificação de finalidades comuns e/ou complementares cuja realização melhor se assegurará com a formação da rede.

A ideia coletiva mencionada anteriormente por Inojosa (1999) supõe a definição conjunta de um objetivo comum, a ser realizado com a preservação da identidade original de cada participante. Esta definição se dará no próprio processo de compartilhamento dessa ideia e na explicitação do

propósito de sua existência, que vai configurando a sua atuação. Parece que esse marco tem sido a tônica atualmente adotada para trabalhar as questões sociais.

Porém, segundo Inojosa (1999), para alcançar os objetivos comuns o tempo de permanência dos parceiros em uma rede deve corresponder ao tempo necessário para se realizar as ações planejadas: “É isso que dá estabilidade à rede, que se manifesta na sua capacidade de manter o propósito comum e realizar os objetivos” (INOJOSA, 1999, p. 25).

Quando se propõe, numa rede, uma ação conjunta, esta não precisará ser necessariamente assumida por todos os seus integrantes, mas somente por aqueles que livre e autonomamente decidirem participar. Porém, alerta Inojosa (1999), além das motivações que levam indivíduos e instituições a integrar a rede, estão presentes interesses que modulam as condições de cooperação. Ainda que abraçando uma ideia comum e compartilhando objetivos, a singularidade de cada parceiro far-se-á presente em todos os momentos de decisão e de ação, de forma cooperativa ou de forma competitiva, quer por recursos financeiros quer por recursos de poder.

O fluxo de informações em rede está associado ao modo como o poder é distribuído entre seus integrantes e a pressão por eles sofrida. Assim, o poder e suas buscas podem tanto viabilizar as ações em rede, quanto serem geradores de conflitos e inércias nas redes (CASTELLS, 2000; INOJOSA, 1999; MACHADO, 2007).

Inojosa (1999) sugere que se deve então, para atingir os propósitos comuns, recorrer à mobilização para a participação e para a ação consciente. Sobre mobilização entende-se que é a convocação de voluntários a um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados. Deste modo, fortalece-se a identidade e o objetivo comum. “A resistência do tecido das redes de compromisso social parece estar relacionado à capacidade de mobilização da ideia e à constância de seu reforço.” (INOJOSA, 1999, p. 30).

O conceito de rede social, neste ponto de vista, colabora para a compreensão do funcionamento de uma rede. Ela pode interligar tanto unicamente pessoas, como unicamente entidades, como pessoas e entidades. As pessoas e/ou entidades interligadas numa rede podem ser do mesmo tipo ou inteiramente heterogêneas. Tudo depende dos objetivos que a rede se propõe alcançar.

2.2 A Participação

A referência genérica que usualmente empregamos quando dizemos “participação”, tem como pressuposto um comportamento oposto à apatia ou à situação de alienação social do indivíduo. Entretanto, mesmo a participação apática, alienada ou blasé ainda é um tipo de

participação. Mas não é delas que se trata nesse estudo. Na verdade, tem-se em mente um comportamento antagônico à apatia. Assim, o sentido de participação que se emprega é o de participação engajada, o ato de o indivíduo participar das questões sociais e das demandas de direitos na esfera local, em suma, uma participação engajada em uma causa ou finalidade. Enfim, uma participação com compromisso social, no sentido que apontamos anteriormente. Dessa forma, os conceitos sobre participação auxiliaram-nos na compreensão da representação de participação para os sujeitos desta pesquisa. Percebeu-se que a participação é processo social que existe independente da interferência provocada por um ou outro agente externo e que é comum a todo ser humano. Souza (1991) comenta que a participação é “o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado.” (SOUZA, 1991, p. 81). Pode-se inferir que a participação é inerente ao homem. Ela supõe a criação do homem para o enfrentamento dos desafios sociais e é requisito de realização do próprio ser humano. O compartilhamento e a afetividade associados à noção de ser humano também estão presentes nas questões relacionadas à participação. Sobre esta afetividade Bordenave (2002) comenta que a participação tem uma base afetiva e uma base instrumental que se complementam. A base afetiva de uma participação é proveniente do prazer que possuímos em fazer coisas com outros. A base instrumental, por sua vez, nos mostra que participamos porque fazer coisas com os outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos. O prazer na relação com o outro agrega as pessoas e fortalece o sentimento de pertença que é facilmente encontrado quando existe qualquer tipo de participação.

A respeito do compartilhamento, entende-se que a participação passa pelo objetivo comum e se este objetivo excluir alguém, este alguém não vai se comprometer e participar. Muñoz (2004) por sua vez comenta que a confiança, o comprometimento e a competência para participar devem ser adquiridas gradativamente com a prática. A participação não consegue ser ensinada e aprendida como abstração.

No senso-comum, a “participação” parece remeter a esses critérios, e mais especificamente à utopia do protagonismo social e solidariedade. Esse último sentido é evidenciado por autores engajados em projetos de formação para a cidadania popular, como no caso do comunicador paraguaio Juan Díaz Bordenave. E do educador social espanhol César Muñoz. Sobre a palavra participação, Muñoz (2004) comenta que é composta por: *Pars* (raiz latina) que significa parte; *ceps* que significa o que toma. Ou seja, o que toma parte, o que compartilha. Como resultado de seus estudos sobre participação, Muñoz (2004), elenca alguns significados sobre participação. Entre eles: fazer parte de alguma coisa; organizar-se com outros para ser responsável conjuntamente; sentir-se soberano; é algo político, um jogo democrático; é um meio que contribui com nossa tomada de consciência da realidade; é ser protagonista e solidário; mudança a partir do

compartilhamento; envio de mensagem e acompanhamento com ação; entre outros. O autor complementa com a ideia de que participação deve ser cidadã e que é sinônimo de partilha das decisões que afetam a própria vida do indivíduo e do local. Bordenave (2002) concorda com Muñoz no que tange a epistemologia da participação. Daí, participar é 1) *fazer parte*, 2) *tomar parte* ou 3) *ter parte*. Estas três formas de entender o “participar” abrem caminhos para pensar as várias maneiras de participação de sujeitos em grupos e movimentos sociais, pois apontam para a qualidade ou nível de envolvimento na participação.

Demo (1996) também discute e aprofunda o tema da participação, entendida como um processo de conquistas e *autopromoção*, que precisa ser forjada cotidianamente, refeita e recriada. Quanto à dinâmica da relação de participação, Lima (1983) afirma que o indivíduo não deve ser entendido simplesmente como objeto; deve ser visto como sujeito de ação e não apenas como sujeito de reprodução do sistema.

Uma importante observação crítica sobre participação é apresentada por Sposati (1982), que considera que o significado primeiro da participação pode ser *estar presente* e não necessariamente ter *consciência política*. A autora critica aquelas formas de se trabalhar a participação como abstração, a partir de categorias a-históricas, pensadas de forma estática e reificada, e que ignoram o movimento histórico dos homens. Sposati (1982) parte da análise das forças que mobilizam o homem a se colocar em movimento e desenvolve uma formulação da participação como o pôr-se em movimento. Os estudos da participação sobre a ótica da Psicologia social comunitária seguem a meio termo entre as vertentes acima.

2.3 A Psicologia Social Comunitária e a Participação

A psicologia social comunitária, que enfatiza a participação como vetor de desenvolvimento humano e de autonomia grupal, compreende o homem como sendo sócio-historicamente construído e ao mesmo tempo construtor das concepções de si, dos outros e do contexto social e por isso mesmo apresentando diferenças significativas. A psicologia social comunitária privilegia o trabalho com os grupos e visa colaborar para a formação da consciência crítica das pessoas. Ela é um campo teórico que emerge de uma psicologia preocupada com a cidadania. Esse campo estaria, segundo Vasconcelos (1985), comprometido com os processos e movimentos que reivindicam direitos civis, políticos e sociais a todos os indivíduos para que, enquanto pessoas humanas, sejam tratadas em condições de igualdade perante a lei e o Estado. Os trabalhos da psicologia comunitária por meio de métodos e processos de conscientização procuram trabalhar com os grupos populares para que eles assumam progressivamente “seu papel de sujeitos de sua própria história, conscientes dos

determinantes sócio-políticos de sua situação e ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados” (CAMPOS, 2010, p.10). Já os objetivos do trabalho do psicólogo comunitário seriam “favorecer a 'tomada de consciência' (expressão fundamental da psicologia comunitária) da exploração e da alienação e a organização da população em movimentos de resistência e de reivindicação” (SAWAIA, 2010, p.46).

A propósito do fenômeno da alienação, Lane (2001, p.42) afirma que ela “se caracteriza, ontologicamente, pela atribuição de ‘naturalidade’ aos fatos sociais.” Isso se caracteriza como uma inversão do humano, do social e do histórico. A ausência de reflexão sobre as ações e as contradições sociais se evidencia por uma resposta pronta, já elaborada pelo grupo, tida como “verdadeira”, mantendo a alienação em relação ao que ele é como pessoa e ao que ele é socialmente. Deste modo, a psicologia comunitária, visando promover a consciência e minimizar a alienação, procura promover a participação reflexiva dos grupos com os quais trabalha na definição das prioridades de atuação, planejamento, execução e avaliação de suas atividades. Ou seja, participação comunitária integral.

[...] a psicologia comunitária é uma área da psicologia social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade; estuda o sistema de relações e representações, identidade, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos ao lugar/comunidade e aos grupos comunitários, através de um esforço interdisciplinar que perpassa o desenvolvimento dos grupos e da comunidade. Seu objetivo é a transformação do indivíduo em sujeito. (GÓIS, 1993, p.11)

Faz-se necessário discutir a dimensão comunitária constitutiva desse campo intelectual. Comunidade na teoria social clássica é definida como lócus que representaria atributos de continuidade, intimidade e engajamento em crenças comuns. De certo modo, tais atributos seriam contraditórios aos estilos de vida característicos da contemporaneidade, associados, por sua vez, aos atributos de egoísmo, exclusão e fluidez das relações humanas (SCARPARO; GUARESCHI, 2007). Nesse mesmo sentido, classicamente, os espaços comunitários foram percebidos como espaços de resistência aos projetos de modernização econômica e societária que estaria nos legando um tipo de “sociedade na qual parceiros são adotados ou descartados, de acordo com sua utilidade e funcionalidade” (SCARPARO; GUARESCHI, 2007, p. 103). No entanto, o conceito de comunidade como qualquer outro é polissêmico e assim deve ser interpretado e usado em contexto, afastando suas polaridades antagônicas. Essa perspectiva tem sido adotada pelos autores da psicologia social comunitária. Scarparo e Guareschi (2007, p. 103), por exemplo, concebem as comunidades contemporâneas como “um lugar imprevisível, no qual as pessoas vivem seu cotidiano e se relacionam”.

Sobre comunidade versaremos também focando o campo de atuação do psicólogo social comunitário. Sawaia (2010) diz que os estudos sobre comunidade devem retornar a sua gênese, para “recuperar seu substrato ético-simbólico, como categoria de integração e também de autonomia” (SAWAIA, 2010, p.47). Complementa dizendo que a comunidade no escopo da psicologia comunitária é entendida como unidade consensual, sujeito único, lugar de gerenciamento de conflito e de mudança de atitudes. Para Guareschi (2010, p.95) “a comunidade é uma associação que se dá na linha do ser, isto é, por uma participação profunda dos membros no grupo”. Neste lugar, são colocadas em comum a própria vida, o conhecimento mútuo, a amizade, os sentimentos. Na comunidade, os integrantes têm voz e vez exercitando sua vocação de animal político social. Levanta-se a questão de que uma sociedade só será democrática se houver, em sua base, uma rede de comunidades, onde os cidadãos exercitam seus direitos de participação e são respeitados como pessoas. É nesse nível básico que acontece a vida e a vivência democrática. Para Guareschi (2010, p.95) “os seres humanos participam, pois da comunidade não pelo que tem, mas pelo que são”.

Para Gohn (2008), nos anos de 1970, no campo popular, a noção de comunidade foi no Brasil, uma ideia chave que atuou como princípio político organizativo das camadas populares na luta por seus direitos sociais e econômicos. A comunidade representava a unidade básica para a organização do povo. Desenvolver a comunidade significava lutar pela igualdade de direitos sociais e pelo acesso aos serviços sociais. “A força social do povo advinha da comunidade organizada” (GOHN, 2008, p.52). Complementando o pensamento de Gohn (2008) sobre comunidade, ela diz que os anos de 1980 foram o ápice da visão da comunidade como base de forças sociais organizadas. A partir deste período e decorrente de várias mudanças nas conjunturas sociais, econômicas e políticas, nacional e internacional, surge outro significado para comunidade. “Trata-se de um campo multifacetado, constitutivo de uma esfera pública em que articulam diferentes atores sociais que desenvolvem programas sociais criando redes societárias e um novo tipo de associativismo civil comunitário”. (GOHN, 2008, p.53). Porém, o termo comunidade tem retomado o sentido de comunidade como um grupo de pessoas que ocupam um espaço comum, onde estas pessoas interagem em seus diversos papéis, institucionais ou não, e criam laços de identidade a partir dessa interação. Deste modo, a psicologia social comunitária evidencia-se como contribuinte na produção de conhecimento sobre esta temática. “A comunidade, é aqui, essencialmente, um sistema de interação social e a psicologia social é o campo de produção dos significados desta corrente.” (GOHN, 2008, p.54).

Para Vasconcelos (1985), a psicologia social comunitária, embasada na compreensão supracitada de comunidade, busca empreender práticas conforme as que seguem: a abordagem é interdisciplinar e o trabalho é feito em equipes multiprofissionais. A ênfase está nas pessoas enquanto seres sociais, onde o conteúdo psicológico tem conotações também institucionais, sociais,

culturais e políticas. É uma abordagem articulada a uma visão totalizante do social e busca a explicitação de um compromisso político e social.

Existem, porém segundo Martín-Baró (1996), várias perspectivas sobre a intervenção social, conforme os referenciais teóricos de quem as formula, no entanto, a intervenção é entendida consensualmente como um processo intencional de interferência ou influência e que tem como objetivo provocar uma mudança. Para Martín-Baró (1996), o resultado imediato da intervenção social é a mudança social e em última instância a mudança individual. Por isso, parece-nos pertinente estabelecer aqui o conceito de participação na intervenção comunitária que assume uma esfera de ação específica ao realçar a importância do papel ativo dos sujeitos, que no caso deste estudo ocorre em rede. Esta participação ativa, porém, vem permeada de diversidade de saberes e de comportamentos. Faz-se necessário na intervenção comunitária, na atuação do psicólogo comunitário e para participação em rede um saber e um agir interdisciplinar.

2.4 A família, a escola e a comunidade como contextos que influenciam na participação e no desenvolvimento humano

Em uma perspectiva sistêmica do desenvolvimento, a pessoa encontra-se integrada e em relação com sistemas organizados e dinâmicos. Porém, para compreender o processo de desenvolvimento no curso da vida, deve-se enfatizar o impacto das interações e das mudanças sociais na trajetória das pessoas.

Nesta perspectiva, os sistemas são vistos como estruturas organizadas hierarquicamente que devem ser analisadas em sua totalidade: desde os aspectos macro, como a ordem social, passando por níveis intermediários, como culturas das comunidades locais, até atingir um nível mais proximal (ou de microanálise), como as escolas e a família (SIFUENTES et al, 2007, p.381).

A escola e a família constituem contextos de desenvolvimento fundamentais na trajetória das pessoas. Ambas são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado. Podem, porém, atuar não só como propulsoras, mas como inibidoras do desenvolvimento individual e coletivo.

A família também é responsável pela transmissão das crenças e valores da sociedade. Ela tem uma influência significativa no comportamento das pessoas, especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais. “Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram

modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva” (POLONIA, 2007, p.22)

É por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações futuras, “caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membro familiares e os diferentes que compõem os sistemas sociais” (POLONIA, 2007, p. 22). Portanto, ela é a principal responsável por incorporar as transformações sociais e inter-geracionais ocorridas ao longo do tempo. No ambiente familiar, a criança aprende as habilidades sociais com as quais irá interagir. Para isto as famílias podem contar com uma rede social de apoio nas transições do desenvolvimento, porém, a principal rede de apoio familiar é oriunda das próprias interações entre seus membros. Segundo Moreira e Oliveira (2000) as redes de relações podem ser ativadas em momentos críticos, fomentando o sentimento de pertença, a busca de soluções e atividades compartilhadas.

Costa Jr. (2005) comenta que devem se estimular a formação de redes de apoio social, seja na própria comunidade ou nos centros de atendimento à população, ou na escola, já que esta ocupa um lugar de destaque nas sociedades contemporâneas. A escola, por sua vez, constitui um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem que é permeado por conflitos problemas e diferenças. É nesse espaço físico, psicológico, social e cultural que os indivíduos processam o seu desenvolvimento global. “Trata-se de um ambiente multicultural que abrange também a construção de laços afetivos e preparo para inserção na sociedade”. (MOREIRA; OLIVEIRA, 2000, p.25)

A escola como um microsistema da sociedade deveria refletir as transformações atuais e contribuir na preparação da comunidade onde esta inserida para viver e superar as dificuldades contribuindo para os processos de desenvolvimento do indivíduo e do grupo. Marques (2001) destaca o que deveria ser a função da escola no século XXI:

[...] (a) estimular e fomentar o desenvolvimento em níveis físico, afetivo, moral, cognitivo, de personalidade; (b) desenvolver a consciência cidadã e a capacidade de intervenção no âmbito social; (c) promover uma aprendizagem de forma contínua, propiciando ao aluno, formas diversificadas de aprender e condições de inserção no mercado de trabalho. (MARQUES, 2001, p.27)

Os conhecimentos vindos da vivência familiar e comunitária podem ser empregados como mediadores para a construção de conhecimentos científicos trabalhados na escola. A família, a escola e suas redes de relações na comunidade, enquanto microsistema, constituem um dos principais ambientes de desenvolvimento humano nas sociedades ocidentais contemporâneas. “Assim, é fundamental que sejam implementadas políticas que assegurem a aproximação entre os contextos, de maneira a reconhecer suas peculiaridades e também similaridades, sobretudo no tocante aos processos de desenvolvimento [...]” (POLÔNIA, 2005, p.29).

Deste modo, pode-se e embasar a reflexão sobre quais circunstâncias a família, a escola e a comunidade são contextos promotores ou inibidores de desenvolvimento. Esta relação neste estudo se constitui pelo fato dos sujeitos da pesquisa, integrantes da rede social comunitária, atuarem em redes que participam em prol do desenvolvimento nos contextos supracitados. Outro fator que deve ser ressaltado neste momento sobre este estudo é o fato de que os sujeitos desta pesquisa recebem a orientação da área de desenvolvimento social de uma instituição de ensino, ambiente escolar, que declara fomentar o desenvolvimento por meio da participação em ações em rede social.

Este grupo atua em rede por diversos motivos que propiciem melhorias para as suas demandas sociais. Buscam o desenvolvimento humano e social a partir dos movimentos em redes sociais comunitárias. “No curso do desenvolvimento, os indivíduos inevitavelmente crescem, amadurecem e mudam. Ao mesmo tempo, mudanças ocorrem em suas sociedades, comunidades e rede social.” (KOLLER et al, 2008, p.162).

Para o prosseguimento deste trabalho, faz-se necessário a partir deste momento iniciarmos a explanação dos procedimentos realizados em campo para a investigação do significado de participação para a Rede Social Taubaté, bem como, das influências ambientais neste significado. As teorias até então estudadas respaldam as discussões que só poderão realizar-se após o tratamento e a análise do dados coletados. Assim sendo, passa-se à explanação da metodologia utilizada nesta pesquisa afim de atingir os objetivos propostos.

3. METODOLOGIA

A população estudada foi um grupo que atua em rede social comunitária na cidade de Taubaté na região do Vale do Paraíba/SP e denomina-se Rede Social Taubaté. Deste modo, o grupo de participantes da pesquisa foi composta por acessibilidade, visto que foram encontrados nos critérios dezesseis sujeitos para a entrevista da pesquisa. Houve recusas por parte de três sujeitos perfazendo uma amostra de treze sujeitos. Na inclusão tivemos integrantes da Rede Social Taubaté, de ambos os sexos, com idade a partir de dezoito anos e que residem neste município. Podemos compreender a amostra por acessibilidade quando o “pesquisador seleciona os elementos a que tem cesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos.” (GIL, 2002, p.122).

Antes de iniciar a coleta de dados, este trabalho foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de Taubaté, sob o nº 469/10 (anexo A).

Houve um contato prévio com alguns sujeitos da pesquisa durante uma participação da

pesquisadora em um encontro do grupo. Neste encontro foi explicado os objetivos da pesquisa e a forma de coleta de dados. Houve uma solicitação dos sujeitos para que as perguntas fossem enviadas por e-mail para que eles respondessem por este meio. Esta solicitação se deu devido ao fato de ser esta a forma de comunicação usualmente utilizada pelo grupo. Apesar de não ser a proposta inicial para a coleta de dados, foi respeitado a solicitação do grupo. Somente três entrevistados aceitaram se encontrar com a pesquisadora para responder as perguntas por meio da entrevista face a face.

Foi utilizada a mídia digital “mp4”[©] para gravar as entrevistas. As entrevistas se realizaram individualmente em local escolhido pelo entrevistado. O tempo das entrevistas foi de aproximadamente vinte minutos. Para os dez integrantes do grupo que solicitaram que as perguntas fossem enviadas por e-mail, foi encaminhado um questionário com dez perguntas abertas para que eles pudessem responder, dando-lhe liberdade de criar seu próprio tempo e modo de conduzir-se. Este questionário foi similar ao roteiro de entrevista seguido pelo pesquisador nas entrevistas face a face.

A análise dos dados foi realizada por meio de categorização e codificação das informações obtidas nas entrevistas e questionários, possibilitadas pelo software ALCESTE (Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto). O *software* identifica “classes” e “subclasses” de temas que podem indicar representações acerca do objeto em questão. O ALCESTE, conforme Camargo (2005), é um *software* elaborado por M.Reinert que tem por objetivo realizar análises de textos por meio de técnicas de classificação de palavras, permitindo uma análise lexicográfica e oferecendo classes lexicais que são representadas por vocábulo e partes do texto que têm esse vocábulo em comum.

Os dados após o tratamento do *software* que possibilitou a categorização em seis classes de discursos, passaram por análise de conteúdo. Madeira (2005) pontua que a linguagem, na análise do conteúdo, proporciona compreender que o sujeito cria uma espécie de ‘filtro interpretativo’, ou seja, traduz o significado de um dado objeto dentro de suas significações. É através desse filtro que se consegue integrar novos saberes ao já existente.

4. RESULTADOS

Após a identificação dos sujeitos, prossegue a análise relativa às seis classes de discurso definidas pelo *software* ALCESTE. Estas classes de discursos e/ou temas foram nomeadas após análise de seus conteúdos, conforme segue:

A Classe 1 refere-se a participação devido ao sentimento de melhorar a situação em que se

encontra, tanto individual quanto coletiva. Ela agrupa algumas respostas sobre o que este grupo busca com a participação. Encontrou-se alguns dados sobre os interesses e objetivos dos entrevistados relacionados a mudança, a mudar para melhor. Esta classe possibilitou uma reflexão sobre os as relações nos sistemas desse o microssistema até o macrossistema.

A Classe 2 trouxe a motivação para a participação proveniente das experiências e exemplos familiares, das atividades direcionadas ao desenvolvimento de crianças e adolescentes que compõem o grupo familiar-comunitário, denotando sentimentos de pertencimento e confiança. Esta classe possibilitou uma análise das influências no significado de participação por meio das relações do micro e do mesossistema, segundo a teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

Na Classe 3 a motivação evidenciada foi a referência à comunidade, o comunitário, tendo o objetivo e o interesse em participar focado naquilo que os entrevistados definiram como causa comum. Encontrou-se dados sobre a participação relacionada à organização e ao planejamento para a ação, possibilitando um paralelo também com as formas associativas e as organizações do terceiro setor. A identidade grupal e a diversidade colaborativa são encontrados nos conteúdos dos discursos desta classe que também inclui um olhar para as relações tecidas nos meso, exo e macrossistemas da teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

Na Classe 4 os conteúdos se relacionam ao tempo dedicado à participação e a compreensão do tempo no processo do desenvolvimento humano e social. Nesta classe as questões sobre o tempo destinado ao voluntariado, a aquisição de conhecimento e a execução de atividades relacionadas a projetos sociais são revelados nos conteúdos das entrevistas. As informações sobre o cronossistema contribuíram com a análise desta classe/conjunto.

A Classe 5 possui os conteúdos relacionados aos motivos e formas de participação dos entrevistados no grupo da Rede Social Taubaté. Nesta classe caracteriza-se a atuação em rede social, a atuação profissional e a atuação voluntária. Conforme os entrevistados esta atuação objetiva o bem estar social e possibilita um olhar que engloba as relações do exo e do macrossistema.

Finalizando, na Classe 6 encontrou-se informações oferecidas pelos entrevistados com relação à questão sociopolítica. É enfatizada a temática da educação dentro de uma abordagem de direitos, políticas públicas e sociais, cidadania entre outros temas. Outra questão que se evidenciou foi a dos serviços e intervenções nos equipamentos públicos e, por fim, a questão do poder e da distribuição do poder obtida por meio da participação para influenciar políticas públicas e obter recursos, controle social, organização popular e empoderamento. Neste grupo também se evidenciam as relações do exossistema e do macrossistema.

5. DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o objetivo proposto neste trabalho que foi, investigar o significado de participação para os integrantes da Rede Social Taubaté e compreender como os contextos influenciam neste significado, faremos, neste momento uma discussão geral dos resultados aqui apresentados.

Percebeu-se que para os sujeitos pesquisados o significado de participação remete a uma “ação” participativa, ou seja, após o conhecimento do que os une enquanto objetivo comum, após as reflexões sobre as demandas que se apresentam e os debates que os encaminham a um consenso, deve haver uma ação para ser considerado por eles, participação.

Agem, ou melhor, participam buscando melhorias, conforme visto anteriormente, porém, estas melhorias estão relacionadas aos seus próximos. A intenção de melhoria é para o microsistema e mesossistema. Os sujeitos pesquisados, participam prioritariamente por influências oriundas da família e em prol dela. Uma minoria dos sujeitos tem em sua participação uma intenção de interferência em políticas públicas ou na sociedade como um todo (exo e macrosistema). Quando ocorre, não foi por planejamento ou intenção, mas por mera consequência. Pode-se levantar a hipótese que na dificuldade de dissociar o individual do coletivo, comentada anteriormente, o individual, ou seja, a família, possui, implicitamente, uma força maior, para os sujeitos pesquisados.

Sobre o coletivo, a comunidade, a rede, confirmando então a explanação supracitada, percebeu-se que os sujeitos participam no coletivo, mas não para o coletivo. Avritzer (2010), confirma esta questão quando comenta em seus estudos sobre a dinâmica da participação local no Brasil que desde 1980 se apontava para algumas características de uma participação horizontal, porém, conforme comentado por Fischer (1996) e Landim (2000), com influências da igreja nas formas participativas, que não possui como objetivo, a participação local e social para interferência em políticas públicas e sim para as questões emergenciais, caritativas e locais.

A atuação da psicologia social comunitária por sua vez, frente a esta questão, é posta como uma área do conhecimento que promove a participação do coletivo para a tomada de consciência sobre os fenômenos e as relações sociais, bem como o fortalecimento dos vínculos comunitários. Neste sentido, cabe a pergunta sobre a atuação do profissional de psicologia neste grupo: está a serviço de quem? E para o quê?

Adentrando então a questão da atuação, ligada também as questões sociopolíticas e do

poder, Avritzer (2010), comenta sobre a relação de autonomia e dependência que as organizações possuem, também, em relação ao Estado e que se expressa pela maneira como realizam demandas por bens público e ao mesmo tempo defendem suas autonomias organizacionais. Esta relação de poder/autonomia afeta a sua ação e o significado de sua participação. Este autor complementa que a pluralização da participação local e social começa a se firmar nos anos de 1990 e 2000 em função do surgimento das legislações locais sobre conselhos. Este fator, também passa a influenciar a participação e seu significado para os integrantes da Rede Social Taubaté (este grupo possui conselheiros municipais).

Finalizando esta discussão, trazemos a pauta um alerta sobre a questão da participação, que possibilita iniciar novos estudos sobre a efetividade deliberativa no significado de participação. Assim, tornou-se clara a necessidade de avançar na direção de refinar o marco analítico nos estudos sobre participação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.M.O; CUNHA, G.G. Representação Social do Desenvolvimento Humano. **Psicologia e Reflexão**, v. 16, n. 1, p. 147-155, 2003.

AVRITZER, L. (org). **A Dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010

BARNES, J.A. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987, p. 159-193.

BAUMAN, Z., **Modernidade Líquida**. Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2002.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CAMPOS, R.H.F. **Psicologia comunitária, cultura e consciência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COSTA JR, A.L; DESSEN, M.A. **A Ciência do Desenvolvimento Humano: Tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CRUZ, M.H.S. **Formação profissional, representações de gênero de trabalhadores assistentes sociais**. Aracaju: UFS, 2000.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 2001.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: FISCHER, T. (org). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, p.13-23, 1996.

FRANCO, A.de. **O Lugar mais desenvolvido do mundo: Investindo no Capital Social**. Projeto DLIS –

Agencia AED. Edição 2004.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOHN, M.G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GUARESCHI, P. **Relações comunitárias: Relações de dominação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

INOJOSA, R.M. Redes de Compromisso Social. **Revista de Administração Pública**, FGV, v. 33, n. 5, p. : 115-141, set./out. 1999.

KOLLER, S.H. et al. Revisando a Inserção Ecológica: Uma Proposta de Sistematização. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 1, p. 160-169, 2008.

LANDIM, L. **Doações e trabalho voluntário no Brasil**:– uma pesquisa. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

LANE, S.T.M. (Org). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LIFSCHITZ, J.A. **Comunidades tradicionais e neocomunidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

LOIOLA, E; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, T. (org). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.53-68.

MACHADO, J. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, v. 9, n. 18, p. 248-285, jul./dez. 2007.

MARQUES, R. **Professores, família e projeto educativo**. Porto: Asa Editores, 2001.

MARTINHO, C. **Algumas palavras sobre redes**. Rede DLIS, 2002. Disponível em: http://www.rededlis.org.br/textos_download.asp?action+lista/ordena=autor>. Acesso em 02 maio 2010.

MINHOTO, L.D.; MARTINS, C.E. As redes e o desenvolvimento social. **Caderno FUNDAP**, n. 22, p.81-101, 2001.

MUÑOZ, C. **Pedagogia da vida cotidiana e participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2004.

POLONIA, A.C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia: cadernos de psicologia e educação**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

SAWAIA, B.B. **Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SCARPARO, H.; GUARESCHI, N. Psicologia Social Comunitária e Formação Profissional. **Psicologia & Sociedade**, n. 19, Ed. Espec. 2, p. 100-106, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe2/a2519ns2.pdf>>. Acesso em: 15 ago 2012.

SIFUENTES, T.R. et al. Desenvolvimento Humano: desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol.23, n.4, pp. 379-386 2007.

SCHERER-WARREN, I. **Rede de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2005.

SOUZA, M.L. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo: Cortez, 1991

VASCONCELOS, E.M. **O que é Psicologia Comunitária**. São Paulo: Brasiliense,1985.

WHITAKER, F. **Rede: uma estrutura alternativa de organização**. Revista Mutações Sociais. Rio de Janeiro, CEDAC, mar/abr/maio,1993.

GT 16 - Estudos de gênero, feminismo e sexualidades

A CONSERVAÇÃO PREVENTIVA NO MUSEU E SUA AÇÃO INTERDISCIPLINAR

Ana Ramos Rodrigues

Mestranda do Programa de Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel

email: anarrodrigues@gmail.com

Co-autora: Prof^a Dr^a *Juliane Conceição Primon Serres*

email: julianeserres@gmail.com

Professora do Programa de Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel

Resumo: O presente texto tem a pretensão de analisar, a problemática do uso da memória e sua forma de manifestação nos museus e a ação interdisciplinar da conservação preventiva nas referidas instituições. O artigo partirá do estudo de caso do projeto *Memória Visual de Porto Alegre (1880-1960)* realizado no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC), localizado em Porto Alegre no Rio Grande do Sul. O museu como um evocador do passado acaba operando como um instrumento de representação da legitimação e ação pública da identidade coletiva. Com a finalidade de garantir o sucesso da preservação do patrimônio cultural para futuras gerações conhecerem parte da sua história, os museus selecionam objetos que irão representar a sociedade dentro da política de preservação que é instituída. Estas serão as discussões o qual este artigo pretende abordar.

Palavras chave: museu, conservação preventiva, memória

Abstract: This paper pretends to analyze the problem of memory usage and its manifestation in museums and interdisciplinary approach of preventive conservation in those institutions. The paper will start from the case study project Visual Memory of Porto Alegre (1880-1960) held at the Museum of Media Hipólito José da Costa (MCSHJC), located in Porto Alegre in Rio Grande do Sul. The museum as a evocative of the past just operating as an instrument of representation and legitimacy of public action of collective identity. In order to ensure the success of the preservation of cultural heritage for future generations to know of its history,

the museums will select objects that represent the company within the conservation policy is instituted. These are the discussions which this article intends to address.

Key-words: museum, preventive conservation, memory

Museus: memória e esquecimentos

Os museus apresentam uma representação do passado através de suportes de memória de forma organizada, contrariando a ordem do tempo, criando um “tempo museal” através de vestígios do passado. Ou melhor, um passado construído conforme determinado grupo acredita ser a sua história, uma representação de um tempo, porque “o passado está além de nosso alcance” (Lowenthal, 1998, p.67).

No passado os museus abrigaram coleções principescas fechadas. Depois serviram como gabinetes de curiosidades e também foram instrumentos para criação de identidade dos Estados Nacionais. Hoje ressurgem como focos locais de identidade e memória.

O museu hoje é visto como o “manda-chuva” da indústria cultural, não sendo mais considerado apenas como um local da elite cultural (Huysen, 1994, p.40). Assim sendo, o museu na contemporaneidade é estimulado a servir a indústria de turismo e trazer benefícios à economia urbana.

Para Andreas Huysen (1994, p.35), na passagem da modernidade para a pós-modernidade, o próprio museu sofreu uma transformação. Isto poderia explicar o *boom* de museus na sociedade atual. Essa transformação requereu uma reflexão, uma vez que pareceu causar um impacto profundo na política de exhibir e ver.

Segundo Huysen o museu existe dentro de um novo cenário:

como explicar o sucesso do passado museológico numa época em que se apontou constantemente a perda do sentido da história, a deficiência da memória e uma amnésia degeneralizada? A velha crítica sociológica do museu como um reforço “do sentimento de pertencimento para alguns e para outros, do sentimento de exclusão”, não nos parece mais pertinente. No atual cenário do museu, a ideia de um templo com musas foi enterrada, surgindo no lugar um espaço híbrido, entre a diversão pública e uma loja de departamento (1994, p.36).

Dentro desta turistificação que o museu atua hoje, e levando em conta que em diversas ocasiões observamos uma banalização da memória diante da proliferação de exposições e um público cada vez maior em busca de espetáculos, como as representações de identidades podem ser analisadas? Com a proliferação de museus na contemporaneidade fica difícil estabelecermos uma identidade. Para Huysen (1994) o medo da perda da identidade

acaba criando mecanismos para não esquecermos de quem somos.

Segundo Joël Candau, (2012, p.158) este medo da perda da identidade se traduz como um imenso desejo de memória, requerendo-se, assim, um gigantesco esforço de inventário, salvaguarda, conservação e valorização dos supostos indícios de seu próprio passado, a ponto de fazer do país inteiro um imenso museu, configurando-se, portanto, em um exemplo de um dos efeitos do excesso de preservação anteriormente apontado.

O discurso museal evidencia sua intervenção nos processos da memória coletiva (Castro, 2009, p.130). A memória representada através da musealização apresenta a memória de forma gerenciada e controlada, pois no museu mecanismos são criados para manejar as memórias.

Para entender esta necessidade da sociedade atual de tudo musealizar, o primeiro passo é compreender o que significa musealização no seu sentido bruto.

Huyssem (1994, p.46) recupera o conceito, tratando a musealização como o sintoma-chave da nossa cultura pós-moderna. O autor conceitua musealização a partir da ideia original iniciada por Hermann Lübbe¹, como central para a sensibilidade temporal das mudanças. Para Lübbe a musealização não se encontra ligada a instituição museu, pois ela estaria infiltrada em todas as áreas da vida cotidiana. O diagnóstico de Lübbe que Huyssem (1994, p.46) apresenta pressupõe um historicismo expansivo de nossa cultura contemporânea e, segundo ele, jamais uma cultura foi tão obcecada pelo passado como a nossa.

De forma resumida podemos apresentar a musealização em museus como uma forma de preservação, pela mudança do objeto de seu local (original) para um espaço museológico, atribuído de novos significados estes objetos perdem seu valor de uso e passam a ter um valor documental, representando uma memória coletiva.

Segundo Jeffrey Barash, a função pública da memória coletiva apresenta-se sob formas de comemorações ou de museus (2012, p.64). Dentro desta concepção, o museu, denominado como uma instituição de memória e também de esquecimento, apresenta suas ações museológicas como coletar, registrar, catalogar, classificar, registrar e salvaguardar objetos que representam testemunhos históricos que contextualizam uma época, fatos, vidas e cotidianos, refletindo, dessa forma, a sociedade do período.

Que sociedade compõe os testemunhos históricos representados nos museus? A representação de uma memória institucionalizada, uma vez, esta instituída como patrimônio, adquire um caráter de “verdade”, a ser reproduzida para toda sociedade.

¹ Filósofo alemão neoconservador, no meio de debates sobre a crise da modernidade e pós-modernidade descreveu a “musealização”.

Para Roger Chartier existe uma manipulação nas representações do mundo social:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza [...]. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (1990, p.17).

Discutir o território da memória no museu implica questionar a extensão e o objeto de sua construção e discurso. Conforme Castro o discurso da imagem museal é preenchido ideologicamente de conteúdo ritualístico, decifrativo e enigmático (2009, p.131). Os objetos ao adentrar aos museus perdem seu valor de uso e se transformam em *semióforos*².

Neste contexto, cabe aos museus não serem instituições voltadas para os objetos históricos e sim para os problemas históricos. Para Meneses (1992, p.4), os problemas históricos devem ser entendidos como aquelas propostas de articulação de fenômenos que permitem conhecer a estruturação, funcionamento e, sobretudo, a mudança de uma sociedade.

Compactuando com as ideias de turistificação e teatralização das instituições museológicas propostas por, Henri Pierri Jeudy e Jean Baudrillard (Huysen, 1994), Meneses diagnosticou que o grande problema da proliferação de museus é o consumo. As pessoas buscam espetáculos de grandes sucesso e não pensam na apropriação do conhecimento cultural (2000, p.96).

Conforme Meneses (2012, p.18-19) o conceito de representar significa apresentar de novo. Representar significa, ao mesmo tempo, tornar presente o que está ausente, mas, pela própria presença da ausência, acentuar a ausência. O autor refere-se às exposições dos museus e questiona porque sentimos necessidade de representar.

A grande questão é como cada grupo quer representar sua história e sua cultura. As duas são construídas de forma ideológica, que muitas vezes acabam criando uma banalização do patrimônio, este último constituído em “um aparelho ideológico da memória” (Guillaume apud Candau, 2009, p. 43).

Dentro dos museus, esta questão *do que* representar está sempre presente, pois,

² Expressão utilizada por Pomian Krzstof para diferenciar os objetos úteis dos que não tem utilidade, no sentido que representam o invisível, são dotados de um significado.

conforme a política de aquisição da instituição e a sua missão, ocorre uma seleção do que estará presente no museu e o que será descartado.

Para Paul Connerton (2008) o *lembrar* é sempre uma virtude, visto que o esquecimento passa a ser representado como uma falha. Em função disso, este autor distingue sete formas diferentes de atos que se agrupam ao termo “esquecer”: o apagamento repressivo; o esquecimento prescritivo; o esquecimento enquanto constitutivo de uma nova identidade; a amnésia estrutural; a anulação de paradigmas; o esquecimento como obsolescência planejada; e, por fim, o esquecimento como silêncio do humilhado. O autor demonstra que o esquecimento não é um defeito ou fracasso e não devemos nos sentir culpados por esquecer, pois isso pode ser útil em determinados momentos.

Johann Michel (2010, p.15-23) questiona se a política de esquecimento seria o negativo de uma política de memória. Para responder a esta questão, primeiro ele tenta distinguir as categorias de esquecimento. A primeira categoria seria o *esquecimento omissão* e o *esquecimento negação*. Neste caso o *omissão* é de ordem natural esquecermos de alguma coisa, ou seja, a memória de forma seletiva. No caso do *negação*, seria uma expressão patológica da memória, referindo-se as cargas traumáticas. A segunda categoria seria o esquecimento-manipulação e o esquecimento-direcionamento. Esta categoria está direcionada aos atores públicos encarregados de elaborar e transmitir a memória pública oficial, sendo estas as formas de esquecimento institucionalizada. A terceira categoria seria o *esquecimento-destruição*. Está é a forma mais violenta, pois vincula-se à ação sistemática de aniquilação (destruição de documentos públicos, autos de fé...), encontrando-se nas ações de extermínio étnico ou genocídios. Para este autor o *esquecimento-manipulação*, o *esquecimento-comando* e o *esquecimento-destruição* podem estar vinculados a uma política pública de esquecimento, pois, os fatos do passado são evacuados, se não da memória coletiva, pelo menos da memória oficial.

Ao visitarmos um local patrimonial, estamos compactuando com os patrimônios presentes e os esquecidos, e conforme Candau, nos apropriamos de formas diferentes de cada objeto que encontra-se exposto, realizando, portanto, nosso próprio ato de seleção. Segundo o seu raciocínio o autor que apresentamos dois tipos de comportamento nas visitas aos museus:

I- ratificamos o objeto patrimonial e o esforço patrimonial e o esforço de transmissão; II- nos tornamos nós mesmos produtores desse patrimônio. Incontestavelmente, manifestamos pela visita uma vontade de adesão a isso que é dito e transmitido. A visita vale o reconhecimento do que foi

patrimonialização. Mas, aliás, o ritual da visita patrimonial é também produtor do patrimônio. Os objetos, monumentos, imagens que nós vemos ali e que são todos sociotransmissores, provocam emoções compartilhadas, solicitam um imaginário comum (2009, p.53).

Para alguns autores como Baudrillard e Jeudy, a musealização é precisamente o oposto da preservação: é o mesmo que matar, congelar, esterilizar, “de-historicizar” e “de-contextualizar” (Huysen, 1994, p.50).

Dentro da teoria da simulação e da catástrofe, desenvolvida pelos franceses Baudrillard e Jeudy, o museu nada mais é do que uma máquina de simulação. Para estes autores o museu, enquanto cultura de massa e máquina de simulação, não é em nada distinguível da televisão. Huysen entende a questão dessa forma igualmente ao mencionar que,

Jeudy fala da musealização de áreas industriais inteiras, de restauração de cidades do interior, do sonho de proporcionar a cada pessoa o seu próprio museu através da coleção, preservação e das câmeras de vídeo. Baudrillard, por outro lado, analisa várias estratégias de musealização que vão desde o congelamento etnográfico de uma tribo (cita como exemplo o Tasaday nas Filipinas), ou de uma cidade (Creusot), através da duplicação de um espaço museico original (as cavernas de Lascaux), até a exumação, a repartição como uma reconstrução do estado original e, por último, a hiperrealidade da Disneylândia, essa estranha obsessão de tantos teóricos europeus (Huysen, 1994, p.50).

Nesse sentido, Candau nos fala que “a museologia, como também a etnologia, pode ser fábrica de identidade” (2012, p. 162).

Para Huyssem os museus devem continuar a trabalhar com mudanças, convertendo seu espaço em um lugar de contestação e negociação cultural:

as atividades do museu para serem julgadas precisariam determinar até que ponto ele ajuda a superar, no espaço e no tempo, a ideologia insidiosa da superioridade de uma cultura sobre todas as outras. Até que ponto e de que maneira ele se abre para outras representações e como ele será capaz de lidar com os problemas de representação, narrativa e memória nas suas exposições e no seu projeto (1994, p.54).

Essas visões dos autores Baudrillard e Jeudy, são classificadas como a velha crítica que considera o museu uma câmara mortuária, eles seguem a linha da teoria da simulação e catástrofe da musealização, estes teóricos partiram do princípio da musealização como o oposto da preservação.

Conservação Preventiva

Em oposição aos autores que trabalham com a ideia do museu como um local de morte ao patrimônio, este texto apresenta o museu como um local de guarda dos vestígios da

dimensão cultural da sociedade. Dessa forma, se possibilita pesquisas que busquem o entendimento sobre o perfil das sociedades que os produziram. O patrimônio, sendo uma dimensão da memória quando preservado, passa a ser considerado herança patrimonial e contribui para a construção das identidades.

Esta contribuição só será possível se os objetos e coleções dos museus receberem um cuidado específico na sua preservação, caso isto não aconteça, muitos bens patrimoniais acabarão não representando uma determinada identidade pelo fato de se deteriorarem. Antigamente os objetos eram conservados de forma individual, mas atualmente, conforme as exigências de conservação, não se pode realizar desta forma este modo de trabalho.

Segundo Milagros Callol uma mudança está acontecendo na preservação do patrimônio cultural:

Há vinte anos estamos testemunhando uma mudança de mentalidade, que se traduz em um novo uso das coleções, que se tornaram uma parte ativa da cultura, que por sua vez levou a uma nova atitude em relação a preservação do patrimônio cultural. Uma prova desta mudança é conservação preventiva. Por tudo o exposto, o conceito de conservação mudou, a aquisição de uma abordagem mais ampla, onde cada dia é para o cuidado preventivo de grandes coleções. Isto significa criar novas formas de prevenir e / ou retardar a deterioração através de controle ambiental, que é a base da conservação preventiva (2003, p.13).

Neste estudo de caso a conservação preventiva é utilizada como uma forma atual de pensar projetos para a preservação dos acervos museológicos. São medidas aplicadas de forma direta sobre as coleções e sobre seu entorno, destinada a evitar as possíveis causas de danos.

A conservação preventiva requer o envolvimento de áreas variadas, ou seja, exige interdisciplinaridade. Diversos autores têm ressaltado os benefícios do trabalho interdisciplinar em museus, e alguns entendem ser esse um dos fatores de sucesso das ações de conservação preventiva (BRUNO,1996), (LOUREIRO, 2009), (LOPES, 2011). O sucesso das ações de conservação preventiva depende, também, de uma 'mudança de mentalidade' (GUICHEN,1999). Dentro desta mudança de processo de conscientização, o trabalho interdisciplinar faz-se necessário, pois deve-se pensar na realidade financeira da instituição, no clima e a própria história do museu e tudo isto ligado a compatibilidade e a tipologia do acervo e o edifício onde encontra-se.

Diversas são as notícias vinculadas na mídia em que acervos museológicos sofrem as mais variadas formas de violência: fogos, roubos, enchentes, vandalismos ou simplesmente

omissão dos agentes públicos. Tudo isso, ou pelo menos um aspecto disso, acarreta um prejuízo inestimável não só ao patrimônio histórico, artístico e cultural, mas também um grave prejuízo financeiro aos cofres públicos.

O Brasil não é o único país a passar dificuldade em manter seus acervos. Segundo estimativas da UNESCO e do Centro Internacional de Estudo para Preservação e Restauração da Propriedade Cultural (ICCROM) 60% das coleções em reserva nos museus do mundo encontram-se inacessível ou deterioram-se rapidamente.

Apesar de haver uma legislação específica para o campo museal, a realidade brasileira está muito distante da sonhada: diversos museus ou espaços de memória ainda sofrem com a degradação e descaso com seus acervos. Porém, a promulgação da Lei n.º 11.904 de 2009 é uma esperançosa tentativa de se criar uma política pública coerente para o patrimônio e para os museus. Em dita legislação, do artigo 21 ao artigo 27 ficou instituído a seção “Da preservação, da restauração e da segurança”, onde se detalhou mais especificamente o papel dos museus no processo de conservação e preservação.

Estabelecendo-se o prazo de cinco anos para as instituições se adequarem às premissas da referida Lei, algumas entidades estão buscando adequarem-se à legislação brasileira e se ajustarem às propostas da UNESCO, expressada pelas Cartas Patrimoniais, para desenvolverem projetos para a preservação de seus bens culturais.

Desenvolver um projeto de conservação preventiva não é fácil. Nele, deve ser pensada a articulação de várias competências. Especificamente em se tratando na preservação de acervos, James Bourdeau (2008. p.210 e 211) elenca nove agentes de deterioração dos objetos: forças físicas; ladrões e vandalismos; fogo; água; peste; contaminadores; raios UV e luz visível; temperatura incorreta; e umidade relativa incorreta³. Porém, o mesmo afirma que é possível prevenirmos os ataques dos agentes através de cinco estratégias de controle: evitar, bloquear, detectar, responder, e remover e tratar.

Estas ações são de responsabilidade do corpo técnico do museu e não podem ser realizadas de qualquer forma, como já alertava Cesare Brandi em 1963.⁴ O fato de um objeto estar no museu não significa que esteja protegido, pois os profissionais necessariamente devem possuir conhecimentos específicos e técnicos sobre o trabalho que desenvolvem. Há técnicas específicas que devem ser observadas nas ações de conservação e preservação dos

³ Além destes agentes que agem diretamente na condição física de um objeto, o autor afirma que as pressões *internas* (governança, pessoas e infra-estrutura) e *externas* (risco financeiro, contabilidade e relevância) contribuem para o agravamento da situação. Já para o pesquisador canadense David Grattan essas pressões internas e externas formam o décimo agente de deteriorização: a *dissociation* (que pode ser entendida como ‘negligência da conservação’.

⁴ O autor afirmava que o material humano deve ser qualificado, pois existem técnicos, produtos e materiais importados.

objetos nos museus, pois como já mencionou Garry Thonson “um mau restaurador pode destruir uma obra, um mau conservador pode destruir uma coleção inteira”⁵ Para evitar problemas dessa ordem, Gael de Guichen garante que o sucesso das ações de conservação preventiva depende, também, de uma mudança de mentalidade.

Conforme o autor:

“Onde ontem se viam objetos, hoje devem ser vistas coleções. Onde se viam depósitos, devem ser vistos edifícios. Onde se pensava em dias, agora se deve pensar em anos. Onde se via uma pessoa, devem ser vistas equipes. Onde se via uma despesa de curto prazo, deve-se ser visto programas e prioridades” (1999, p.5)

Porém, em um país carente de recursos financeiros para os campos da cultura e educação, diversas ações conservativas buscam financiamento para a execução desses projetos em entidades privadas ou em empresas públicas com capital aberto.

Essas financiadoras têm um limite de verba para a execução dos projetos, e por isso em diversas instituições museológicas com acervos numerosos os projetos devem ser, necessariamente, pensados para a conservação de uma parte de seu acervo. Outros, com acervos menores, mas nem por isso insignificantes, logram colocar a totalidade de seu acervo dentro de um projeto de preservação.

Projeto *Memória Visual de Porto Alegre 1880 -1960*

Como forma de ilustrar esta realidade das seleções das coleções nas instituições, apresenta-se o estudo de caso do projeto *Memória Visual de Porto Alegre 1880-1960*, financiado pela Caixa Econômica Federal, através do Programa de Apoio ao Patrimônio Cultural Brasileiro (período de 2005-2006).

Este acervo encontra-se sob a salvaguarda do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, localizado em Porto Alegre no Rio Grande do Sul, está ligado ao órgão da Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC), foi criado em 1974 e o prédio é tombado como Patrimônio Histórico do Estado, pela Portaria de nº 06/82, de 23 de julho de 1982, que abrigou um dos mais importantes jornais de Porto Alegre, “A Federação” de 1922 a 1937. O acervo fotográfico do museu está vinculado à área de Imagem e Som, inaugurado em 1980.

O prédio do museu apresenta o estilo eclético, próprio da arquitetura positivista, no qual se expressam várias tendências artísticas. Abaixo segue a imagem da fachada do

⁵ Embora este texto não vise o tema da restauração, essa frase é ilustrativa dos perigos que a criação sem critérios de políticas conservacionistas podem produzir nas instituições museológicas.

MCSHJC. No alto o detalhe prédio destaca-se a escultura alegórica representando a imprensa, esta escultura tem como autoria o artista veneziano Luiz Sanguin. Em 1995, a escultura foi restaurada pelo escultor João Carlos Ferreira, da equipe da Brigada Militar, acompanhada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), pois estava danificada há mais de 40 anos, perdendo a mão e a respectiva tocha.



Imagem 1- Fachada do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa
 Fonte: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/default.php?p_secao=59
 Autor da fotografia: Delourdes Bressiani

Diante de um acervo composto por mais de 400.000 imagens em diversos formatos e suportes, a equipe deste museu teve que estabelecer uma 'tomada de decisão' e selecionar 2.000 imagens para serem incluídas no projeto. Diante do problema de se ter um grande volume de material a conservar e possuir escassos recursos disponíveis.

O acervo selecionado para este projeto contemplado foram: imagens do arquivo do Palácio Piratini (período de 1947 a 1970); a coleção Brasil Telecom (à extinta Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações-CRT) com imagens da década de 1920 e 1930 e imagens de arquivos privados de diversos fotógrafos atuantes na cidade de Porto Alegre.

Neste artigo será introduzido apenas, a coleção do Arquivo do Palácio Piratini, pois este projeto encontra-se em andamento, as outras coleções precisam de um aprofundamento na pesquisa.

A coleção do Arquivo do Palácio Piratini, mostram os registros oficiais dos atos dos governadores, primeiras-damas e Secretarias de Estado, organizados em ordem cronológica dos períodos dos mandatos desde 1947 até a atualidade, mas foi realizado um recorte neste projeto até 1970. Estas imagens apresentam o patrimônio do Estado, como prédios históricos e vários locais de cidades do Rio Grande do Sul, as principais obras públicas realizadas nos diversos grupos sociais, entidades de classe e sindicatos fornecendo importantes fontes da memória política do Rio Grande do Sul para futuras pesquisas.

Segue uma das imagens pertencentes ao acervo contemplado no projeto, do Palácio Piratini sede do governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Podemos apresentar aqui algumas problematizações, porque este período (1947-1970) foi selecionado dentro dos registros da história da política brasileira, o que pode-se evidenciar com este recorte? Este acervo evidencia uma forte influencia da história oficial do governo do estado em detrimento de outras, este período contempla e reforça uma memória oficial, da qual a Assessoria de Imprensa dos Governadores do Estado do RS produziram seu próprios recortes, a partir do que registraram.



Imagem 2 – Visita do Presidente Emílio Garrastazu Médici ao Palácio Piratini pelo Governador Walter Peracchi Barcelos em 20/01/1970
Fonte: Catálogo Memória Visual de Porto Alegre p.61-Acervo MCSHJC

O problema da pesquisa que encontra-se em processo centra-se em: Qual a importância desse acervo (conservado) para a história do Brasil e memória social da região de abrangência do museu? As seleções são determinadas por intenções e se baseiam em

ideologias, neste estudo de caso as hipóteses são preliminares e ainda não nos permitem desenvolver ideias de quais seriam esses valores aqui estabelecidos nestes recortes temáticos contemplados neste projeto.

O projeto *Memória Visual de Porto Alegre* buscou recursos para proceder a higienização, inventário, recuperação, preservação e digitalização do acervo para, em seguida, ser posta à disposição do público. Na medida que o constante manuseio dessas coleções estariam colocando estas fontes de pesquisa em perigo, foi preciso pensar em uma ação que contemplasse a conservação deste acervo e ao mesmo tempo que fosse desenvolvido um meio de acesso a este material. Pois, apresenta constantes pesquisas por parte do público gerando dissertações, livros, matérias jornalísticas e outros.

Este acervo encontra-se em um museu, e segundo Meneses (1992), esta instituição é um local com potencial para estabelecer um diálogo na construção do conhecimento histórico a partir memória .

Por sua vez, a memória evocada nos museus provém dos objetos expostos, que por seu turno, são selecionados pelos responsáveis pela exposição. Duas questões que devem ser levadas em conta: que memórias são preservadas no museu? e quais se pretende preservar? (MENESES, 1992). A memória evocada em museus também é um assunto amplamente discutido por (RAMOS, 2004) e (GUIMARÃES, 2003). A seleção de bens patrimoniais participa do fenômeno geral de fragmentação das memórias (CANDAUI, 2012).

É importante pensarmos que Porto Alegre está sendo apresentada pelo museu, a partir destas coleções selecionadas neste projeto *Memória Visual de Porto Alegre 1880-1960*.

O museu como uma ferramenta na construção de conhecimento opera de várias maneiras, aqui nos propomos a falar da fotografia como “um resíduo do passado, um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente (Kossoy,2001, p.45).

Para Boris Kossoy existe formas diferentes de uso da fotografia:

O objeto-imagem de primeira geração – o original- é essencialmente um objeto museológico, e como tal tem sua importância específica para a história da técnica fotográfica, além, de seu valor histórico intrínseco, enquanto o de segunda geração- a reprodução sob os mais diferentes meios - é, em função da multiplicação do conteúdo (particularmente quando publicado), fundamentalmente um instrumento de disseminação da informação histórico-cultural. Daí a importância da organização de arquivos sistematizados de imagens: iconotecas destinadas a preservar e difundir a memória histórica. É em função dessa multiplicação que a fotografia alcança sua função social maior (2001, p.42).

Para Kossoy (2001,p.131) a fotografia é, ao mesmo tempo, uma forma de expressão

e um meio de informação e comunicação a partir do real, portanto, um documento da vida histórica. E como um documento é importante sua organização em forma de coleções, sua conservação, seu inventário, sua documentação para futuros pesquisadores terem acesso a este material, assim o museu cumpre seu papel social.

Considerações finais

Através do estudo das ações de conservação preventiva do museu escolhido, reitera-se a importância de se desenvolver e aplicar uma política de conservação preventiva às instituições museológicas. Esse tipo de ação reduz os custos das instituições, tornando-se uma aliada poderosa na gestão dos recursos financeiros destinados ao setor cultural no Brasil.

É importante problematizar a questão da preservação nos museus neste estudo para contribuir para que no momento de realizar as ações para selecionar determinada coleção dentro dos projetos, os museus possam fazer de forma mais crítica.

O museu como um lugar de preservação, acaba sendo um importante mecanismo de consagração da memória e de estratégia para afirmar as identidades em crise. Porém, ao mesmo tempo em que preserva as 'identidades', os museus acabam legitimando-as em detrimento de outras, não representando determinados grupos de memória.

Neste sentido, a demonstração dos benefícios dos métodos preventivos de conservação pode servir como um incentivo para que as instituições que já possuem alguma política de preservação busquem a aplicação de um plano de conservação mais eficaz. Para as que não possuem, que, através de uma profunda reflexão sobre as situações críticas em que se encontrem, pensem as melhores alternativas para preservarem suas coleções e, assim, seguirem uma política conservacionista cada vez mais apurada.

O acervo contemplado no projeto *Memória Visual de Porto Alegre 1880-1960*, faz parte da pesquisa que encontra-se em processo no curso de Pós-Graduação do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel e tem a orientação da professora Dr^a Juliane Serres, seus conhecimentos na área da museologia e da história serão fundamentais para desenvolvimento futuro desta investigação, que insere-se na linha de pesquisa *Gestão de Acervos e Patrimônio*.

Quando nos referimos a determinada coleção, podemos pensar que a própria seleção apresentada pode partir do que a instituição quer que seja preservada, implicando na representação de determinadas identidades. Mas, não pensar em meios de conservação do

patrimônio cultural, é colocar em risco a própria memória das identidades de uma sociedade.

Neste caso apresentou-se a coleção fotográfica de um museu, que num plano maior está se preservando a memória social de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, existindo uma maior responsabilidade, pois implica em uma memória não mais individual e sim coletiva. No momento em que estas imagens são doadas a uma instituição, elas passam para uma outra dimensão dentro da sua representatividade.

Referências

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia – Sp: Ateliê, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museu. Brasília, DF, 14 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 10 julho 2012.

BOURDEAU, James. **Avanços em conservação preventiva: pesquisa científica aplicada, estratégias de risco, estruturas e governo**. In. CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues de et. All. (Org.). Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material. Rio de Janeiro: MHN, 2008. pp. 210 e 211.

BRUNO, Cristina. **“Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar”**. In. RUNO, Cristina. *Museologia e comunicação*. Lisboa: ULHT, 1996. (Cadernos de Sociomuseologia, nº 9). pp. (01-37)

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990, 248 p.

CONNERTON, Paul. Seven types of forgetting, **Memory Studies**, 2008, 59-71.

GRATTAN, David. **Mise à jour du plan de préservation des collections de musées**. In. Réflexions sur la conservation. Institut Canadien de Conservation. 2011.

GUICHEN, Gael de. **La conservacion preventiva: simple moda pasajera o cambio transcendental?** Boletim da UNESCO, nº 201 (Vol. 51, nº 1, 1999).

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Memória, história e historiografia**. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel (org). História representada: o dilema dos museus. Livro do Seminário Internacional. RJ: Museu Histórico Nacional, 2003.

HUYSSSEN, Andreas. **Escapando da amnésia**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. V. 23. Rio de Janeiro: IPHAN/ MinC, 1994: 35-57.

JEUDY, Henri Pierre. **Memórias do social**. Tradução de Márcia Cavalcanti.- Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 1990.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2ª ed. Rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LOPES, Ana Andréia Alberto. **Conservação preventiva: construção de uma ‘checklist’ aplicada às áreas e reservas**. Dissertação de mestrado para a obtenção do grau de Mestre em Museologia apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanismo, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2011.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus **Museus, Museologia e Informação Científica: uma abordagem interdisciplinar**. p. 99 – 111. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST Museu e Museologia: Interfaces e perspectivas. - Organização de: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia de N. M. Loureiro- Rio de Janeiro : MAST, 2009.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. In: Trabalhos da Memória, Projeto da Revista do Programa de Pós- graduados em História da PUC/SP, nº 17, São Paulo, nov/1998, p.63-201.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista: USP, 1992.

Memória Visual de Porto Alegre 1880-1960: acesso às imagens do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Org. STUMVOLL, Denise e MENEZES, Naida. Porto Alegre: Pallotti. 2007.

MICHEL, Johann. **Podemos falar de uma política de esquecimento?** Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 2, n.3, ago-nov.2010.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó:Argos, 2004.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria Estadual de Educação e Cultura. **Museu de Comunicação Hipólito José da Costa: 30 anos**. Porto Alegre: CORAG, 2005.

VAILLANT, M., DOMÉNECH, M.T., VALENTÍN, N. **Una mirada hacia la conservación preventiva del patrimonio cultural**. Ed.Universidad Politécnica de Valencia. Valencia 2003.

A FAMÍLIA HOMOPARENTAL: UMA ADAPTAÇÃO OU UMA CONTRAPOSIÇÃO À NORMA?

*Cláudia Moraes e Silva Pereira*¹ – Mestranda do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG – claudiamoraesuepg@gmail.com

Édina Schimanski – Professora do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG – edinaschi@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo apresenta algumas considerações teórico-analíticas sobre a família homoparental na atualidade. Nesse sentido, apresenta pesquisa bibliográfica apontando uma reflexão conceitual sobre duas importantes teorias sobre a temática: a teoria *queer* e os estudos sobre *gays* e lésbicas e sua expressão na análise sobre as relações familiares tradicionais..

Palavras-chave: família, homoparentalidade, gênero.

ABSTRACT

This paper aims at showing some considerations with regards to the theoretical framework concerning homoparental relationships at present time. In this sense, it presents a bibliographical research pointing out a conceptual reflection taken into consideration two important theories about the theme: queer theory and gays and lesbians' theory and its main ideas in relation to the established (traditionalist) family relationships.

Key-words: family, homoparental relationships, gender

1 Bolsista da Fundação Araucária

HISTÓRIA DA FAMÍLIA

A palavra família tem sido utilizada, em diferentes momentos históricos, por pessoas de culturas diversas para designar agrupamentos sociais e instituições com estrutura e funções bastante diferenciadas. Pensar sobre a família é pensar que esta é fruto de relações sociais presentes em diferentes culturas, e acompanha interesses e necessidades de determinados momentos.

A palavra família, nos diferentes dicionários, relaciona-se a pessoas aparentadas que vivem em uma mesma casa, ou a laços sanguíneos e ascendência. Contudo, o que é de costume se encontrar quando se trata de família é a denominada “família nuclear” ou “normal”. (PRADO, 1989). Foram diversas as transformações sofridas pela família durante a história até se consolidar na formação comum e dependeu do desenvolvimento de diferentes culturas e constituição de diversos valores até se consolidar na concepção europeia de família existente como modelo dominante.

Pela perspectiva de Engels (1997), em seu livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, o autor relata sobre as diversas formas de famílias que existiram no percurso da história. Expõe sobre as famílias grupais, as quais existiram na época primitiva, que tinha como modelo a relação entre grupos, na qual cada mulher pertencia igualmente a todos os homens e cada homem pertencia igualmente a todas as mulheres. Nessas famílias também era permitido o casamento entre irmãos e primos de todos os graus.

Logo depois, existiu a família punaluana, ainda com uma característica grupal, porém com um elemento importante: a certeza da descendência materna. Nesse caso, Engels (1997) coloca que “em todas as formas de famílias por grupos, não se pode saber com certeza quem é o pai de uma criança, mas sabe-se quem é a mãe”. Esse fato valorizou o papel da mulher na família onde, nesse caso, a linhagem feminina se sobrepõe. Encontramos o que determinamos de família matrilinear, onde a mulher é determinante para a constituição da família comum. De acordo com Prado “denomina-se família matrilinear aquela que identifica o indivíduo através de sua origem materna, somente” (PRADO, 1982, p. 54), ou seja, as mulheres eram responsáveis pelas principais técnicas de sobrevivência e por isso detinham grande poder.

Por conseguinte, iniciou-se a formação por pares na família sindiásmica, excluindo qualquer formação familiar por grupos. Samara (1983) complementa:

(...) sua composição apresentava de uma forma simplificada uma estrutura dupla: um núcleo central acrescido de membros subsidiários. O núcleo central era composto pelo chefe da família, esposa e legítimos descendentes (filhos e netos por linha materna e paterna). A estrutura da camada periférica era menos delineada, pois a absorção de membros subsidiários (parentes, filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, amigos, serviçais, agregados e escravos) é que tornava esse modelo complexo, já que uma mesma unidade domiciliar agrupava componentes de várias origens. (SAMARA, 1983, p. 13)

Essa formação familiar acrescidos de fatores externos desenvolvidos nesse período, como: a domesticação de animais, a agricultura, a divisão do trabalho entre homem e mulher e a herança, marcam a passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia. Essa transição vem em conjunto com a aquisição da propriedade privada, a qual coloca a família como um núcleo forte que obtém determinadas riquezas que essa conquistou. Esses bens conquistados são passados de pai para filho, ou seja, não são comunitários, mais sim privado a uma família.

Juntamente com o desenvolvimento histórico da família, podemos visualizar relações de gênero incorporadas a essa estrutura social. Como a responsabilidade da produção e arrecadação de dinheiro era da figura masculina, este detinha um valor importante diante dessa aquisição de riquezas, e a certeza da paternidade se tornava essencial na manutenção dos bens familiares, por isso a composição da família nuclear composta por pai, mãe e filhos(as). Nesse sentido, de acordo com Engels (1997), a monogamia se caracteriza “no domínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai.” (ENGELS, 1997, p. 66).

Foi necessário, então, romper com o direito materno – única garantia que, nesse momento, dava um grau de importância às mulheres – e incentivar a ascensão do direito paterno e da monogamia. (TOLEDO, 2001) Conseguimos perceber, portanto, que o principal elemento utilizado para justificar a monogamia é um elemento econômico, relacionado a herança passada de pai para filho, afirmando que toda a posse que seu pai conquistou com seu trabalho passará a ser de seu filho, inclusive a sua mãe.

Define-se, assim, a família patriarcal, monogâmica, símbolo das características do poder do pai no controle do ambiente familiar. Nesse tipo de família, não só a mulher e os filhos fazem parte do domínio do pai, mas também os escravos que só depois deixaram de ser propriedade do homem.

Sobre a família patriarcal, Samara expõe que

A anexação de outros elementos, como filhos ilegítimos ou de criação, parentes, afilhados, expostos, serviçais, amigos, agregados e escravos, é que conferia a família patriarcal uma forma específica de organização, já que a historiografia utilizava o conceito de família patriarcal como sinônimo de família extensa. (SAMARA, 1983, p. 11)

A mulher viu-se como propriedade familiar, na qual “o desmoronamento do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa, a mulher viu-se desgradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução” (ENGELS, 1997, p. 61). A mulher, portanto, é colocada como propriedade única e exclusiva de um único homem, que serve apenas para garantir a reprodução de seus filhos.

As teóricas feministas materialistas, tais como M. Witting, Christine Delphy, Nicole Mathieu, Collete Guillaumim foram a primeira corrente a introduzir categoria de gênero, ferramenta crítica que acabava por desnaturalizar o gênero. Defendiam que o gênero cria o sexo (DELPHY, 1995), uma concepção ideológica e política em que as diferenças fazem parte de uma construção histórica, combatendo portanto as visões naturalistas e simbólicas na relação homem-mulher. As mulheres são entendidas como uma classe oprimida e explorada dentro de um sistema de classes patriarcal, na qual os homens são a classe dominante. Assim, pode-se entender as mulheres formadoras de uma classe que lutam contra um inimigo comum que buscam a sua libertação, nesse caso o patriarcado.

Portanto, podemos verificar que a consolidação da família e suas transformações não está deslocada de um macrossistemas e seus interesses. Ou seja, a família se constrói em base a interesses de uma determinada sociedade, assim como suas próprias modificações. (PRADO, 1982, p. 61). Portanto, para tratarmos de família não basta olhar apenas para sua formação, mas sim para vários elementos que se encontram envoltos a ela.

Para além da formação da família podemos abrir uma breve discussão sobre os papéis sociais dentro da família e a questão de gênero. Podemos afirmar que a divisão dos papéis no ambiente familiar, principalmente educacionais, da década de 30 até 80, era determinada pela relação de gênero. (WAGNER et al, 2005, p. 181)

Tomamos como ponto de partida a definição construída por Louro (1996) que considera que gênero

não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto o sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como

sujeito feminino ou masculino (...) não se trata mais de focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas, sim, os processos de formação da feminilidade e da masculinidade, ou os sujeitos femininos e masculinos. O conceito parece acenar também imediatamente para a ideia de relação; os sujeitos se reproduzem em relação e na relação. (LOURO, 1996, p.9-10).

A utilização do gênero como categoria de análise implica conhecer a fundo as diferenças sexuais. Compreender como são construídas as relações entre homens e mulheres e, conseqüentemente, como culturalmente se constroem essas relações dentro do universo familiar, buscando compreender o papel da mulher na família tradicional.

De acordo com Saffioti (1994)

Conceber gênero como uma relação entre sujeitos historicamente situados é fundamental para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário. Nestas circunstâncias, o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante da relação de gênero. (...) A adequada compreensão deste fenômeno responderá pela formulação de estratégias de luta com maior potencial de êxito, enquanto a singularização do inimigo pode fazer perder de vista o nó constituído pelas três contradições sociais básicas: gênero, raça/etnia, classe social. (SAFFIOTI, 1994, s/p).

A visão de gênero como construção cultural e histórica implica em que se considere o sistema social de gênero, ou seja, o conjunto de categorias e arranjos simbólicos através dos quais a sociedade transforma um macho em homem e uma fêmea em mulher, em como transforma a biologia sexual em produto de atividade humana, fazendo com que diferentes papéis sociais sejam pré-definidos e implementados como algo não naturalizado, mas sim construído socialmente. (STREY, 2001, apud SIMIONATO e OLIVEIRA, 2003)

A concepção tradicional de família se construiu com base no sistema patriarcal, em que o homem ocupa um valor superior sexualmente e socialmente, desde o momento que se consolida a propriedade privada e a família monogâmica. Dentro do universo familiar, coube ao homem o papel de alavancar a produção fora de casa, no espaço público, enquanto à mulher ocupou o espaço privado da família e da casa, espaço de propriedade masculina. (TOLEDO, 2001).

Cabia a mulher, portanto, a manutenção da espécie e procriação. Isso fez com que ela fosse impedida de participar do campo social, político e econômico, que ficou destinado somente para os homens. Para justificar esse processo, Aristóteles explicava que “A fêmea é fêmea em virtude de certa falta de qualidades”², A importância das mulheres que, nas sociedades primitivas, existia foi gradativamente privando-a e afunilando-a na ocupação de restritos espaços e funções

² NEOTTI, Ana. A mulher no mundo em conflito. Ponta Grossa: Sidic, 1973.

na sociedade. Foi se tornando propriedade do homem, característica que muitas vezes se encontra presente atualmente, principalmente no âmbito familiar.

A mulher, por ser considerada um ser-instrumento e sem qualidades, não era um ser incluso na sociedade, mas sim era um objeto de posse ou uma propriedade do homem, tanto do pai quanto do esposo. A figura feminina era completamente dominada. Não possuía direito e era submetida a diversas ordens impostas, isto é, era oprimida.

A ideia de propriedade inviolável do esposo foi cultivada com todo o esmero pelo código moral da classe burguesa, com sua família individualista encerrada em si mesma, construída totalmente sobre as bases da propriedade privada. A burguesia conseguiu com perfeição inocular essa ideia na psicologia humana. O conceito de propriedade dentro do matrimônio vai hoje em dia muito além do que ia o conceito de propriedade nas relações sexuais do código aristocrático. No curso do longo período histórico que transcorreu sobre o signo do princípio de casta, a ideia da posse da mulher pelo marido (a mulher carecia de direitos de propriedade sobre o marido) não se estendia além da posse física, mas sua personalidade lhe pertencia completamente. (KOLONTAI, 2000, p.58/59).

Gera-se uma concepção da mulher “ser menos” que o homem, tal qual argumenta a luta entre o sexo forte e o sexo frágil, a qual a mulher é colocada em um patamar secundário na sociedade. Müller coloca bem a desvalorização da mulher na visão da sociedade:

a mulher, junto com todos os qualificativos que lhe dedicam, é menos, começando por ser o sexo frágil, a beleza supérflua contrapondo a inteligência masculina, o papel de mãe em casa cuidando dos filhos, dependente do marido que trabalha fora de casa e é responsável pelo sustento econômico da família. (MÜLLER, 2006, p.70).

Se voltarmos para analisar alguns elementos que encontramos no ambiente familiar, neste caso o modelo tradicional, podemos encontrar diversas manifestações de determinados papéis para homens e para mulheres, ou seja, valores que se construíram para colocar sua responsabilidade na construção de uma família. O exemplo mais comum é que enquanto o homem sai para trabalhar e trazer o dinheiro para casa, a mulher fica incumbida de deixar a casa limpa, as roupas lavadas, educar e cuidar dos filhos. A mulher dá todas as condições para o homem cumprir a sua função de provedor, isto é, de chefe de família.

Da mesma forma podemos visualizar a construção de valores nas crianças pelos pais que reproduzem os valores sexistas. Desde a infância, a concepção de mãe é imposta à menina. Enquanto meninos brincam de bola, carros, pipas, damas, xadrez, brinquedos ao ar livre desenvolvendo a inteligência, várias meninas, inconscientemente, aprendem a “ser mãe”, pois são colocadas em suas mãos bonecas, roupas, fogão, jogos de chá e panelinhas, direcionando as brincadeiras a atividades caseiras e domésticas, sem desenvolver a liberdade e o raciocínio

lógico, somente delimitando a aprendizagem da subordinação e do seu “verdadeiro” papel na sociedade. (MORGADO, 1986).

Nesse sentido, as meninas são educadas para exercer seu papel de inferioridade, sendo responsabilizadas por cuidar da família ou exercer funções específicas dentro da sociedade, através da demarcação de profissões, como cozinheira, enfermeira, costureira, dentre outras.

Por isso é que a discussão sobre o gênero, como diz Louro (1996), não é somente uma discussão provinda do biológico, mas sim é uma discussão política e social, vinculada ao processo de desenvolvimento da sociedade capitalista e da cultura de cada povo.

Ao se pensar família é necessário entender que a concepção da mesma muda de acordo com a história, localizando seu contexto histórico e os elementos que a circundam de acordo com determinada época. Isso acontece porque a família é resultado das relações sociais presentes na sociedade, que acompanha sua transformação e modificação de acordo com os interesses e necessidades do momento.

DO TRADICIONAL AO MODERNO

O modelo tradicional de família, nuclear e patriarcal, começa a ser questionado e alterado conforme o interesse da família se torna outro, não mais somente a procriação e a hereditariedade. Hoje, podemos afirmar que não há um modelo ideal e correto de família, mas sim que existem diversas constituições familiares.

Neder (2000) explica:

parte-se, portanto, da ideia de que não existe, histórica e antropológicamente falando, um modelo-padrão de organização familiar; não existe a família regular. Menos ainda que o padrão europeu de família patriarcal, do qual deriva a família nuclear burguesa (que a moral vitoriana da sociedade inglesa no século XIX atualizou historicamente para os tempos modernos), seja a única possibilidade histórica de organização familiar a orientar a vida cotidiana no caminho do progresso e da modernidade. Pensar as famílias de forma plural pode significar uma construção democrática baseado na tolerância com as diferenças, com o Outro.” (NEDER, 2000, p. 28)

Esse questionamento apareceu em meados dos anos 70, quando começou a se perguntar se a família estava morrendo, pois sua estrutura hegemônica (família nuclear) estava desaparecendo. A família nuclear moderna urge como um tipo ideal, um exemplo a ser seguido, o que se coloca como modelo de família a ser alcançado, a família “boa”, “certa”, “estruturada”, esta que se apresenta com pai, mãe e filhos. Alguns relatos e estudos caracterizam que as famílias que não se enquadram nos moldes tradicionais e idealizados são consideradas famílias

“desorganizadas” e ou “desestruturadas”, ou seja, as que são compostas de outras formas, como por exemplo mãe *ou* pai *ou* responsável e filhos. Isso aconteceu porque a família, com o passar dos tempos, foi se organizando e reorganizando de acordo com determinados momentos históricos, através de elementos culturais, políticos, econômicos e sociais.

É importante dizer que o modelo ideal e hegemônico da família não deixou de existir por completo, pois cometeria-se um erro de desconsiderar a base da constituição familiar em sua construção histórica. Contudo, outros modelos de família começam a surgir e, atualmente, a família nuclear não é o único modelo existente.

De acordo com Bourdieu (1996, p. 93)

E, com efeito, a família que tendemos a considerar *natural*, porque se apresenta com a aparência do sempre-assim, é uma invenção recente (como mostram, nomeadamente, os trabalhos de Ariès e de Anderson sobre a gênese do privado ou de Shorter sobre a invenção do sentimento familiar) e talvez votada a um desaparecimento mais ou menos rápido (como tenderiam a fazer crer o aumento da taxa de coabitação fora do casamento e as novas formas de laços familiares inventadas diante dos nossos olhos) (BOURDIEU, 1996, p.93).

Algumas características sócio-históricas contribuíram para o avanço nas formas de constituição de famílias. No final do século XIX, com a abertura e necessidade da entrada da mulher no mercado de trabalho para o aumento da produção, possibilitou uma maior autonomia da mulher, fazendo com que esta assumisse um papel que era destinado ao homem somente.

Outro elemento foi o rompimento do fim básico do casamento – a procriação. Essa concepção da Igreja contribuiu muito para a consolidação do modelo de família tradicional que estava sendo construído pela sociedade. “A pressão das religiões foi em geral a estratégia utilizada para impor a nova e 'verdadeira moral familiar'. (...) Assim os missionários católicos impuseram o fim da poligamia, do infanticídio, a exigência da virgindade” (PRADO, 1982, p. 62), reforçando a família nuclear como única constituição aceita moralmente.

Contudo, Simionato e Oliveira (2003) comenta,

Em todo o mundo, o conceito da família nuclear, e a instituição casamento intimamente ligada à família, passaram por transformações. A expressão mais marcante dessas transformações ocorreu no final da década de 60: cresceu o número de separações e divórcios, a religião foi perdendo sua força, não mais conseguindo segurar casamentos com relações insatisfatórias. A igualdade passou a ser um pressuposto em muitas relações matrimoniais. (SIMIONATO e OLIVERA, 2003, p. 60).

A partir do momento em que a concepção da Igreja começa a ser questionada e a finalidade do casamento não se resume mais na procriação, a primeira mudança na constituição

familiar acontece. Os interesses do matrimônio se voltam ao prazer, a construção de uma vida em conjunto.

Juntamente a isso, outro elemento contribuiu para a existência das novas constituições familiares, tal qual o surgimento da pílula anticoncepcional e, conseqüentemente, a separação da sexualidade e da reprodução. A partir disso, a mulher pôde desvincular a sexualidade da maternidade, a qual se torna uma opção e não um “destino”. A mulher pode, portanto, utilizar o sexo para sentir prazer, sem ter a obrigação de ter a relação sexual para ter filhos.

Em 1980, o avanço da medicina alavancou as possibilidades de inseminações artificiais e fertilizações “in vitro”, o que dissociou por completo a gravidez da relação sexual entre homens e mulheres. Em 1990, o exame de DNA permite a identificação da paternidade.

Casamentos tardios, maternidade após os 30 anos, redução do número de filhos, aumento da contracepção em idade precoce, socialização dos filhos transferida também para serviços públicos e privados, aumento da união estável, aumento significativo das famílias monoparentais (chefiadas por pai ou mãe), aumento de famílias recompostas (separação/divórcios), aumento da população mais velha, aumento de pessoas que vivem só, união de homossexuais e acolhimento de agregados são outros fatores sócio-históricos que acabam por influenciar na constituição dessas novas configurações familiares e quebram a concepção tradicional de família.

Na configuração naturalizada ou biológica aparece a dualidade pai e mãe reconhecidos, a concepção heterossexual de filiação e a definição clara de maternidade e paternidade. Atualmente podemos visualizar famílias recompostas, relações de parentesco não consanguíneas, reconhecimento de outras pessoas como familiares, tais como padastros e madrastas, etc. (MARTIAL, 2012)

A partir daí, surgem inúmeras organizações familiares alternativas: casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de diferentes uniões; casais homossexuais adotando filhos legalmente; casais com filhos ou parceiros isolados ou mesmo cada um vivendo com uma das famílias de origem; as chamadas 'produções independentes' tornam-se mais frequentes, e mais ultimamente, duplas de mães solteiras ou já separadas compartilham a criação de seus filhos. (SIMIONATO e OLIVEIRA, 2003, p. 60)

Compreendendo que a família é resultado das transformações sociais decorrentes do desenvolvimento das diferentes culturas, podemos visualizar as novas configurações familiares que tornam-se visíveis recentemente, dentre elas a família homoparental³, compostas por casais

³ Na falta de conceitos e de terminologia aceita socialmente no Brasil sobre a questão da filiação e da parentalidade homoerótica, muitas vezes utiliza-se o termo *homoparentalidade*, que foi cunhado na França, em meados dos anos

do mesmo sexo. Assim, levanta-se problemas como “as uniões homoparentais constituem famílias?” “Que tipo de família?” “Podemos incorporar as famílias homoparentais em algum tipo de família reconhecida pela Constituição ou seria uma nova constituição familiar, diferente das existentes?” Nesse sentido, apresentaremos a seguir o início do debate em torno à problemática, parte do referencial teórico da pesquisa em construção.

A FAMÍLIA HOMOPARENTAL: ADEQUAÇÃO OU CONTRAPOSIÇÃO?

Atualmente, novas configurações familiares estão presentes e passíveis de visibilidade na nossa sociedade. A modernidade é um importante período que traz um panorama diversificado do que diz respeito a contextualização dessa instituição social que é a família. Não é por acaso que debates sobre estruturação familiar, diferentes tipos de famílias, recomposição familiar, dentre outros estão sendo levantados e discutidos.

A respeito disso aparece a família homoparental. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são mais de 60 mil a população a conviver com cônjuges do mesmo sexo. Só no Paraná as estatísticas apontam para o total de 2361 casais homoafetivos (IBGE, 2010). As famílias homoparentais fazem parte das novas configurações familiares que surgem na modernidade, caracterizadas como “atípicas: famílias formadas por relações homoafetivas (com ou sem cuidado de filhos, sobrinhos ou adoção)” (SOUSA E RIZINI, 2001).

Muitas vertentes teóricas discutem a temática o que faz com que apareçam contradições e diferenças ao mesmo tempo que possibilidades comuns de dialogar sobre uniões de pessoas do mesmo sexo. E um desses questionamento é justamente o ponto de partida dessa pesquisa: *A família homoparental é uma contraposição ao sistema tradicional de família ou é uma adaptação a esse sistema?*

Podemos iniciar esse debate contrapondo duas vertentes teóricas importantes. Uma é a teoria moderna dos gays e lésbicas que debatem a união civil e o reconhecimento dos casais homoafetivos, a extensão de direitos aos homossexuais e a consolidação dos casais homoafetivos enquanto novas configurações familiares. Outra é a teoria *queer*, que debate o rompimento das normas hegemônicas heterossexuais, se colocando contra a heteronormatividade compulsória e

1990, por integrantes da Associação de Pais e Mães Gays e Lésbicas (APGL). Ainda que careça de uma definição mais específica, essa noção parece remeter-se à homossexualidade dos pais, mesmo reconhecendo que este é um universo bastante diversificado – pais/mães que se revelam homossexuais, homossexuais que decidem ser pais/mães, casais, pessoas solteiras. O termo tem sido incorporado por vários pesquisadores que se debruçam sobre a temática no Brasil atualmente. (GROSSI et al, p.4, 2006).

defensora de uma outra forma de relação social, do respeito às diferenças e a visibilidade dessas diferenças.

Os debates sobre gênero e sexualidade tem início há mais de meio século, com discussões essencialistas e biologistas. Os Estudos Gays e Lésbicos mais convencionais aparecem para debater novas formas de sexualidade, como gays e lésbicas que, como cidadãos, possuem direitos como os heterossexuais. A partir dos anos 90, surgem os Estudos *queer*, como tentativa de abarcar outras questões que os Estudos Gays e Lésbicos não abarcavam, tais como desconstrução de padrões e mudança social, além de incorporar outras especificidades de orientação sexual e identidade de gênero. (SANTOS, 2005)

Em um primeiro momento, essas duas vertentes nos parecem complementares, contudo, se nos aprofundarmos no debate, podemos ver que há grandes distanciamentos entre elas, ao mesmo tempo que podemos encontrar complementaridades. Miskolci (2012) em seu livro *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*, nos mostra um quadro interessante e claro sobre as principais diferenças entre essas duas correntes teóricas. A primeira delas é em relação ao regime de verdade. Para os homossexuais, o debate é realizado no binário hetero-homo enquanto para os *queer* o debate é realizado na relação normal-anormal. Além disso, traz que a luta política dos teóricos homossexuais é a defesa da homossexualidade, enquanto que para os teóricos *queer* o grande embate é a crítica aos regimes de normalização. O autor também expõe que a teoria homossexual tem a perspectivas da diversidade dentro de um sistema repressor enquanto a teoria *queer* perspectiva a diferença em um sistema de disciplinar e controlador de corpos e normas a serem seguidas. (MISKOLCI, 2012, p. 27)

As relações homoafetivas já existem, o que não existe ainda é a garantia de direitos pelos quais os teóricos homossexuais estudam e reivindicam o debate, por isso a busca na ampliação do jurídico. Maria Berenice Dias é uma das grandes debatedoras na parte da garantia de direitos como adoção, herança, planos de saúde, dentre outros para os casais de mesmo sexo. “Exigir a diferenciação de sexos no casal para haver a proteção do Estado é fazer distinção odiosa, postura nitidamente discriminatória que contraria o princípio da igualdade, ignorando a existência de vedação de diferenciar pessoas em razão de seu sexo (DIAS, 2008, p.172 *apud* BARANOSKI, 2011, p.73).”

Quando se trata de direito de família brasileira, com a Constituição Federal de 1988 aponta para “o reconhecimento dos novos valores e das novas formas de convívio constituintes

das concretas formações familiares contemporâneas” (RIOS, p.114). Assuntos como a dignidade humana, princípios de igualdade, princípio da sociabilidade e o respeito ao pluralismo são elementos auxiliares nos debates em torno a efetivação dos direitos das famílias homoparentais.

Com a aprovação da união estável para casais do mesmo sexo, garantiu-se legislativamente direitos aos casais homoafetivos, contudo se mostra insuficiente no que diz respeito ao reconhecimento afetivos dessas relações. O casamento civil também é um tema importante debatido pela vertente dos direitos aos casais homoafetivos. Maria Berenice Dias esclarece que, muito embora a Constituição da República de 1988 elenque o casamento antes da união estável e da família monoparental no artigo 226, não há qualquer distinção entre elas, visto que a união estável equipara-se à condição de unidade familiar, estando sustentada pelo vínculo do afeto. (DIAS, 2010)

Em relação ao tema da adoção, muitas dificuldades para os casais homossexuais são colocadas. A instância jurídica é acionada na maioria dos casos, o que pode causar constrangimento frente a juízes e psicólogos que defendem a constituição familiar nuclear, tradicional.

(...) em discursos de psicólogos do judiciário envolvidos em casos de adoção, do uso de algumas teorias psicanalíticas e de modelação social que justificariam ressalvas em relação às famílias monoparentais e/ou de casais homossexuais. “A naturalização da família composta por pai, mãe e filhos, defendida inclusive em suas raízes biológicas, não abre espaço para outras configurações” (UZIEL, 2004, p.96-97 *apud* ALFANO, 2007, p.8).

A professora Maria Cristina Baranoski, em seu livro “A adoção em relações homoafetivas” coloca a importância do reconhecimento desses casais no sentido de auxiliar na problemática da adoção, já que o número de crianças em abrigos é elevado. A autora afirma que o reconhecimento de uma família homoafetiva perpassa pelo entendimento de que a família se constitui em base a afetividade e não mais nas relações de reprodução e econômicas, por isso a possibilidade de um casal homoafetivo poder vir a ser um caminho para a cidadania e a possibilidade de uma convivência familiar de crianças e adolescentes em situação de abandono. (BARANOSKI, 2011).

A importância do reconhecimento legal e social dos relacionamentos homossexuais, pode ajudar a reduzir a discriminação, aumentar a estabilidade destes relacionamentos e levar a uma melhora na saúde física e mental deste setor da população (KING e BARTLETT, 2006, *apud*,

NUMAN, 2007, p.50), ao mesmo tempo que pode contribuir com um avanço em outros espaços da sociedade.

Para os teóricos *queer* a problemática da luta pelos direitos pode alcançar uma adaptação dessas conjugalidades a um regime de normas e convenções culturais que são impostas aos sujeitos. Para eles, o debate vai além da homossexualidade e incorpora setores que estão além das letras compostas pela sigla LGBT, ou seja, o *queer* é o anormal, o estranho, o não aceito, o repudiado.

Na perspectiva *queer*, a ideia seria trazer ao discurso as experiências do estigma e da humilhação social daquelas pessoas que são frequentemente xingadas, humilhadas por causa da sua não normatividade de gênero. Isso tudo com o objetivo de modificar os aspectos da educação e que ainda impõe, compulsoriamente, as identidades.”(MISKOLCI, 2012, p.17)

A teoria *queer* levanta uma crítica ao multiculturalismo e a diversidade, termos que representam a tolerância, o respeito ao lugar do Outro. Nessa perspectiva, o termo trabalhado é a diferença que coloca em debate o subalterno, buscando no Outro uma parte de nós mesmos e a problemática trabalhada pelo *queer* é o questionamento do normal e a defesa pelo abjeto⁴. O movimento homossexual denuncia a heterossexualidade compulsória em contraposição a defesa da homossexualidade, aceitando valores hegemônicos, enquanto que o *queer* critica a heteronormatividade, na qual gays e lésbicas também podem ser aceitos a partir do momento que assumem as normas e convenções culturais do modelo heterorreprodutivo, defendendo aqueles e aquelas considerados estranhos e anormais por deslocarem o gênero do seu “natural”. (MISKOLCI, 2012)

Quando nos voltamos à família homoparental e a consolidação dos direitos dessas famílias, Rios (2007) levanta três preocupações. O primeiro seria o perigo das uniões homoafetivas lutarem por um modelo fusional, absorvendo conceitos machistas e heterossexuais que apresentam as uniões estáveis, bem como seus papéis heterossexistas incorporados a instituição familiar tradicional. Um segundo ponto seria a preocupação em incluir as famílias homoparentais como terceira classe de união, ou seja, primeiro temos o casamento (ideal), depois a união estável e em terceiro lugar as uniões homossexual. E a última preocupação seria na possibilidade de proceder uma naturalização do modelo de família heterossexual pequeno-burguês procedendo uma domesticação heterossexista. (RIOS, 2007).

⁴ Seres abjetos: “maus sujeitos”, bixas, bolachas, transgêneros, negros. (PRECIADO, Beatriz, 2011, p.15)

Para Miskolci (2012), “a sociedade ainda exige o cumprimento das expectativas com relação ao gênero e a um estilo de vida que mantêm a heterossexualidade como um modelo inquestionável para todos/as”, por isso se compreende a busca de casais homossexuais adotar um padrão heterossexual em seus relacionamentos. Para o autor

Isso é a clara expressão da vigência da heteronormatividade, dentro da qual uma relação só é reconhecida socialmente se seguir o antigo modelo do casal heterossexual reprodutivo. A demanda recente pelo casamento gay, adoção de crianças e reconhecimento dessas relações como modelo familiar corroboram esse novo momento histórico marcado mais pela heteronormatividade de que pela heterossexualidade compulsória. (MISKOLCI, 2012, p.42).

Assim também aparece nos processos de filiação. Na filiação naturalizada ou biológica aparece a dualidade pai e mãe reconhecidos, naturalizando a concepção heterossexual de filiação, ou seja, a ampla associação do biológico ao jurídico aprofundava a naturalização das relações familiares, a busca pelo genético e a definição de maternidade e paternidade. Com os casais homoafetivos, para os casais homens, há menor legitimidade do que para casais de mulheres em obter um filho. A filiação está vinculada a mãe, o que dificulta os processos de adoção em casais homoafetivos formados por homens. Em Quebec, onde a legislação encontra-se avançada em certo sentido, nos processos de adoção, há possibilidade de existência da “co-mãe”, ou seja, automaticamente a criança é adotada pelo casal. Para os homens, essa possibilidade não existe, a criança deve ser adotada pelos dois pais. Nesse sentido, a reprodução e filiação de casais homoafetivos encontra-se reforçando a dicotomia masculino e feminino. (MARTIAL, 2012)

Nesse sentido, quando ouvimos perguntas como: “*quem é o homem da relação?*”, pressupõe-se que necessariamente exista um determinado papel a ser cumprido na relação homossexual. Ou, por exemplo: “*quando vocês tiverem um filho, quem vai ser o pai da relação?*”. Nesse caso, pressupõe-se que tenha alguém que dê as ordens na família, mesmo essa sendo uma família composta por duas mulheres (MEDEIROS, 2006).

Mas o debate sobre esse tema deve ser aprofundado. Grossi (2003) afirma que as famílias homoparentais não seguem o modelo heterossexual de famílias, pois não são reconhecidos como “verdadeiros” pai e mãe, como nos processos de adoção e inseminação artificial, geralmente realizada por apenas uma das partes do casal.

Seguindo a literatura internacional sobre a temática no campo das relações de aliança, a filiação de pais gays e mães lésbicas se mostram diferentes das relações heterossexuais, uma vez que os companheiros dos “verdadeiros” pais e mães não têm um lugar socialmente reconhecido (GROSSI, 2003, p. 278).

Isso pode acontecer não somente aos processos de filiação mas também em toda a problemática que envolve a configuração da família homoparental. Diferenças e semelhanças que necessitam ser esmiuçadas para que se possa garantir o lugar das famílias homoparentais na sociedade atual.

Esse debate tem extrema relevância pois coloca em questão formações e instituições tradicionais, ampliando o campo de visão dos sujeitos para o que ainda encontra-se oculto ou excluído da sociedade. Pensar novas manifestações e como elas estão sendo encaradas por nós pode ser um caminho para a busca do respeito e cidadania àqueles que não estão satisfeitos com as desigualdades encontradas. É um processo de questionamento e intenso debate frente a um sistema simbólico formado por padrões ideais, no qual estamos inseridos.

REFERENCIAS

ALFANO, B. Homoparentalidades: Gênero e Reprodução na Contemporaneidade. In: **Actual Psicologia**, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.actualpsicologia.com.br/artigos.html> Acesso em 10 set 2011.

ANJOS, G. Dos. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305.

BARANOSKI, Maria Cristina Rauch. *A Adoção em Relações Homoafetivas*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011. 170p.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria e a ação. Tradução de Mariza Cortês. Campinas: Papyrus, 1996

DELPHY, C. El concepto de genero. In: Iniciativa Socialista, nº36, 1995. Disponível em: <http://www.inisoc.org/>

DIAS, M. B. **Manual de Direito das Famílias**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 6ª edição, 2010.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**; Tradução de Leandro Konder. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

GROSSI, M. P. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. In: **Cadernos Pagu**, n.21, p. 261-280, 2003.

GROSSI, M. P. Conjugalidades e Parentalidades de Gays, Lésbicas e Transgêneros no Brasil. In: **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto/2006.

IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2010.

KOLONTAI, A. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular LTDA, 2000.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In LOPES M.J.M., MEYER D. e WALDOW V.R. (orgs) **Gênero e Saúde**. Artes Médicas, Porto Alegre, 1996

MARTIAL, A. **De l'étud de la parenté à l'analyse des rapports de genre dans les formes familiales contemporaines** (Dos estudos de parentesco à análise das relações de gênero nas formas familiares contemporâneas). Palestra proferida na disciplina de Seminários Avançados em Teoria Antropológica I- PPGAS/UFSC. Santa Catarina – SC, em 25 de junho de 2012

MEDEIROS, C.P. “Uma Família De Mulheres”: Ensaio Etnográfico Sobre Homoparentalidade Na Periferia De São Paulo. In: **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto, 2006.

MISKOLCI, R. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. In: **Série Cadernos da Diversidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

MORGADO, B. **A solidão da mulher bem-casada: um estudo sobre a mulher brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MÜLLER, V.R. **História de crianças e infâncias: registros, narrativas e vida privada**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In **Família Brasileira a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 2000.

NEOTTI, Ana. **A mulher no mundo em conflito**. Ponta Grossa: Sidic, 1973

PRADO, D. O que é família? In: **Coleção Primeiros Passos**, 2ed. São Paulo: Ed Brasileira, 1982.

PRECIADO, B. Multidões Queer: nota para uma política dos “anormais”. Universidade de Paris VIII. In **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19 nº 1 jan-abril, 2011.

NUNAN, A. Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina. In: **Conjugalidades, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis**. Org. Miriam Grossi, Anna Paula Uziel, Luiz Mello. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

RIOS, R.R. Uniões homossexuais: Adaptar-se ao direito de família ou transformá-lo? Por uma nova modalidade de comunidade familiar. In: **Conjugalidades, Parentalidades e Identidades**

Lésbicas, Gays e Travestis. Org. Miriam Grossi, Anna Paula Uziel, Luiz Mello. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SAFFIOTI, H.I.B e Muñoz-Vargas, N. Posfácio: Conceituando o gênero. In: **Mulher Brasileira é assim.** Brasília:UNICEF/Rosa dos Tempos, 1994.

SAMARA, E.M. **A Família Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1983

SANTOS, A.C. **Heteroqueers contra a heteronormatividade: Notas para uma teoria queer inclusiva.** Comunicação apresentada no congresso Heteronormativity: A Fruitful Concept?, Trondheim, Noruega, 2005.

SIMIONATO, M. A. W. e OLIVEIRA, R. G.. Funções e transformações da família ao longo da história. **Anais do I Encontro Paranaense de Psicopedagogia – ABPppr – nov. 2003.** Disponível em: <www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a07Simionato03.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2011

SOUSA, S. M. e RIZZINI, I. **Desenhos de Família. Criando os Filhos: A Família Goianiense e os Elos Parentais.** Goiânia: Cãnone Editorial, 2001

TOLEDO, Cecília. **Mulheres o gênero nos une, a classe nos divide.** Cadernos Marxistas. São Paulo, editora Xamã, 2001

WAGNER, A., PREDEBON, J., MOSMANN, C., & VERZA, F. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pais e mães na família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa, 21(2)**, 181-186. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ptp/v21n2/a08v21n2.pdf> Acesso em: 01 jul. 2011

AS FRONTEIRAS INTERDISCIPLINARES DO PENSAMENTO DE FOUCAULT

Prof. Dr. José Euclimar Xavier de Menezes

Professor do Programa em Família na Sociedade Contemporânea da UCSal

menezesjex@hotmail.com

RESUMO:

Proponho aqui que a família seja uma noção interdisciplinar em Foucault. Seus traços são delineados a partir do manejo de sujeitos que “habitam” o manicômio, a prisão, o consultório. A presença da família comparece de um modo multifacetado nestes cenários, fato que cria a exigência de diagnose, mapeamento, definição do papel que a mesma exerce para fortalecer, consolidar, estruturar as formas de subjetivação do louco, do preso e do paciente. Como esses tipos dissociativos estariam ameaçando a ordem familiar e como esta instituição age e reage à eles?

Palavras-Chave: Interdisciplinaridade, Família, Foucault

ABSTRACT:

I propose here that the family is an interdisciplinary notion in Foucault. His features are delineated from the management of subjects who "inhabit" the asylum, the prison, the psychological office. The family's presence attends to the multifaceted way in these scenarios, fact that creates the demand for diagnosis, mapping, defining the role that it plays to strengthen, consolidate, organize forms of subjectivation of the crazy, the prisoner and the patient. How would these dissociatives types threatening the family order and how this institution acts and reacts to them?

Key words: Interdisciplinarity, family, Foucault.

Talvez seja impossível pretender que a família se constitua em uma categoria epistêmica em torno da qual possam emergir reflexões centrais e sistemáticas no seio dos autores canônicos dos saberes que investigam este objeto. No máximo, à guisa de uma reflexão central se possa, pelas bordas, encontrar laivos dispersos ou fragmentos de pensamentos

sobre esta 'rede de relatividade'¹. Pode ser que, assim, possamos iniciar nosso diálogo a respeito da utilização do método epistemológico no tratamento deste objeto que é tão, por assim dizer, fugidio, como se fôsse uma enguia que escorrega pelas mãos. Mais fugidio ainda se comparece em certos discursos históricos, contornados sob um *modo muito esquisito de fazer história*. Me refiro àquele utilizado por Foucault, a quem Paul Veyne (1982) comete o elogio que lhe atribui competências imaginativas inovadoras para contar histórias.

As histórias contadas por Foucault são dotadas de realismos bem concreto: a do silenciamento do louco; a da privação de liberdade do preso, a das práticas sexuais (DREYFUS & RABINOSW, 1995). O *Modus Narrandi* instituído por nosso autor, segundo Veyne, é que me interessa: recorrendo às evidências as mais desprezadas pela história linear, Foucault reconstitui o tratamento dispensado a esses sujeitos incômodos da história: o louco, o criminoso, o sujeito sexual. se quisermos: em que consiste o método de análise histórica empreendido por Michel Foucault? Para responder, gostaria de efetivar duas digressões: uma primeira que se pergunta “que história”? E uma segunda que inquirir o aplicativo direto dessa história.

Vamos ao primeiro passo atrás que nos ajuda a ensaiar galopes mais à frente:

A História, de modo geral, e a história das revoluções, em particular, é sempre de conteúdo mais rico, mais variada, mais multiforme, mais viva e sutil do que o melhor historiador e o melhor metodologista poderiam imaginar. A História está repleta de 'acidentes e conjunturas e curiosas justaposições de eventos' e patenteia a nossos olhos a 'complexidade das mudanças humanas e o caráter imprevisível das conseqüências últimas de qualquer ato ou decisão do homem'. Devemos realmente acreditar que as regras ingênuas e simplistas que os metodologistas adotam como

¹ . É útil lembrar que a definição de família é muito plástica, para dizer o mínimo: 1. Espaço social: é nele que os seus membros participam e atribuem significado a eventos que lhes conferem identidade (Lévi-Strauss, 1956); 2. Fato social pleno: é a partir de suas fronteiras que os indivíduos estabelecem intercâmbios constitutivos das mediações entre grupos sociais (Mauss, 1968); 3. A família é considerada espaço de vivência das ocorrências elementares constitutivas da vida (Sarti, 2004); 4. É reputada como lugar de estruturação psíquica que oferece aporte ao desenvolvimento dos sujeitos (Mizhari, 2004); 5. É entidade promotora do desenvolvimento da cidadania (Pereira, 1995); 6. Possui estatuto de fundamento social (Giddens, 2004; Therborn, 2006); 7. Tem como atribuição o estabelecimento das normas basilares de conduta (Braganholo, 2004); 8. Rede de relações que tem significado concreto e simbólico através da qual é formada a identidade, a solidariedade e a conexão com o contexto social (Donati, 2008); 9. É constructo social, mediante o qual o imaginário acerca do parentesco consubstancia sentido de vida (Piscitelli, 2006), etc. Aqui estou usando um truque da psicanálise para sugerir modestamente uma outra possibilidade reflexiva: rede de relatividades. Uso, como sabem, o conceito freudiano de condensação (Cf. LAPLANCHE & PONTALIS, 1986, pp. 129/30).

guia são capazes de explicar esse ‘labirinto de interações’? Não é claro que, em se tratando de um processo dessa espécie, só pode ter participação bem sucedida um oportunista brutal que não se prenda a filosofia alguma e que adote a diretriz que a ocasião pareça indicar?

FEYREBEND, 1977, p. 19.

Começo por este autor controverso de propósito. O que ele nos diz nessa citação?²

1. Que o fenômeno histórico ultrapassa as competências técnicas de quem a deseja apreender, por mais aparelhado que este esteja; 2. Que este fenômeno é dotado de uma complexidade, sobremaneira de ocorrências que escapam a sistematizações as mais rigorosas; 3. Que todo constructo metodológico é carregado de limitações; 4. Que o risco narcísico a quem faz ciência é sempre aquele de se achar “o rei da cocada preta”, isto é, que uma vez selecionado o método, é recomendável que o pesquisador sempre se assegure de DUVIDAR (DESCARTES, 1983)³ de sua eficácia, mesmo extraindo dele resultados bem plausíveis; de FALSEÁ-LO (POPPER, S/D) para conferir o quanto resiste todo o constructo realizado até aquele estágio de execução da pesquisa; de testá-lo (POPPER, 1982) continuamente para conferir a consistência do que se está produzindo.

O que esses fios reflexivos estendidos nesta primeira digressão nos propõe é o desenvolvimento de uma saudável postura crítica para com o nosso jeito de trabalhar com o objeto ao qual decidimos dedicar tempo e energia vitais. Invés das posturas impertigadas (eu quase ia dizer impostura, adjetivação muito apressada destinada à Freud (ONFRAY, 2010) e à Foucault (MANDOSIO, 2010) por badalados professores universitários contemporâneos, na pretensão de reinventar movimentos iconoclastas...),

² . Os leitores da escolástica conhecem bem o sentido de se alocar criteriosamente dentro de um texto uma citação, assim como conhecem bem a arte e a técnica, que hoje diríamos “estratégia” de construção de um texto com material alheio. Parece que os antigos já pressentiam uma espécie de gatunagem, típica dos tempos da internet, e dele se vacinavam com a recomendação minuciosa de recolhimento de um enunciado significativo re-alocado criteriosamente em um novo ambiente textual. Deram nome a isso de ARGUMENTO DE AUTORIDADE. Quer dizer, por mais que se festeje a própria genialidade, reconhe-se que o esforço intelectual se sustenta nos antecessores, que AUTORIZAM a dizer o que se diz, mesmo quando é contra lá eles (MENEZES, 1998). Neste artigo, resultado de um estudo epistêmico comparativo entre as teorias do prazer sexual nos antigos e nos modernos realizado durante meu mestrado/UNICAMP, coloco em evidência essa conquista quase milenar de composição da escrita que se propõe à demonstração efetivada por Tomás de Aquino. O estado da arte no qual se aporta o meu exercício está disponibilizado naquela superfície.

³ . Gostaria de sugerir uma leitura reverente desse texto que inaugura o modo de fazer ciência moderna. Considero inadequadas certas posturas empertigadas que se recusam ao exercício intelectual mais serenado, mais reverente, mais cauteloso com a produção de antanho.

uma atitude de reverência que busca o aprofundamento, sobretudo pela ancoragem do trabalho em um consistente *estado da arte*, que em muitos esforços sucessivos será ampliado, redimensionado, escandido.

Vamos à segunda digressão para pensar a questão que coloquei: que sentido Foucault confere à história? Vocês sabem o quanto é controverso no ambiente especializado a classificação do trabalho de Foucault, sobretudo a inscrição de suas pesquisa no âmbito da história (ROUDINESCO, 1994). Uma busca nas bases de dados da produção científica pode facilmente mostrar para vocês as reservas quanto ao trabalho de Foucault, cujos argumentos aponto somente para deixar um rastro: inconsequente por não recorrer ao canônico conhecimento já estabelecido pela tradição do saber em que se mete (Por que construir uma história do silenciamento dos loucos e não a já consolidada história do saber psiquiátrico sobre a loucura?); esquizofrênico por utilizar ‘material duvidoso’, marginal, indiferente à história oficial e aceita (sejam autores, sejam documentos, sejam arquivos, dizem os seus críticos, se constituem em material periférico); irresponsável na promoção de uma iconoclastia que não se sustenta (basta lembrar a irritação de Miller, em *Microfísica do Poder*, quando acusa Foucault (1985) de desqualificar o pensamento de Marx e Freud).

Das duas digressões, tiro uma espécie de nozes fora, problematizando: Foucault historiador? Não é exagero de Veyne essa atribuição não?

Meu esforço para o encaminhamento desses dois problemas é propositadamente fragmentário. O único fio que perpassa os três fragmentos que aqui construo é frágil, reconheço. Mas ao menos me permite agarrar possibilidades reflexivas, com as quais tenho pautado meu *Passeio ao Léu* (LEBURN: 1983.) por sua obra tão inquietante. Minha trajetória pretende realizar três “paradas pontuais” na obra do autor, quase pinçando territórios textuais para efetivar o exercício de escavação da lógica implicada no debate ali realizado. Aqui, efetivo uma “parada” em *História da Loucura* (1972): Projeto para uma sequencia futura de pesquisa a visita a outras estações-textuais utilizando o mesmo método que aqui manejo. Por exemplo, projeto escrutinar nessa mesma perspectiva, *O Poder Psiquiátrico* (2006); *Segurança, Território, População* (2008); *História da sexualidade* (1986). Desejo demonstrar, com o garimpo de conjuntos discursivos, os movimentos reflexivos do autor matizando o tema família, compondo o seu *modus narrandi*.

Começo pela cautela do procedimento por três razões muito precisas: primeiramente, reconheço que os trabalhos de FOUCAULT se debruçam sobre o tema da subjetividade, o que, no caso do autor, implica levar em consideração a singularidade. A comunidade dos estudiosos que se acerca da letra foucaultiana acorda em reconhecê-lo como um autor que privilegia as formas de subjetivação (destaque para: VEYNE, 1982; GIRAD, 1989; TRONCA, 1987). Vale dizer: suas preocupações se centram no louco, no preso, no histérico, estes *homens concretos* que povoam, sob condições muito específicas, os cenários históricos. Quer dizer, FOUCAULT debate de modo objetivo sobre um tema que perpassa necessariamente a família: o sujeito, a afirmação de sua identidade, a relação que estabelece com os seus pares, os conflitos inerentes a esta relação que influenciam as formas de subjetivação (HAN, 1989; FONSECA, 1995). Em outros termos: aparentemente, a família pode ser tomada como uma abstração que suas lentes recusam priorizar de ante mão e metodologicamente em privilégio do sujeito concreto sobre o qual se debruça.

Em segundo lugar: a tendência reflexiva do autor confere um realce bem mais acentuado aos efeitos dos dispositivos sócio-históricos sobre o indivíduo. Ou seja: a instituição familiar interessa subsidiariamente à Foucault para melhor pensar os efeitos de poder realizados historicamente sobre este sujeito concreto.

Por último, parece que a reflexão foucauldiana trabalha sempre de viés, possui um interesse furtivo, e não direto sobre o tema da família. Trata-se de um mero acidente, um ponto tangenciado sorrateiramente, roçado à guisa dos relevos implicados no debate acerca das questões subjetivas?

Ademais, Foucault não se ocupa do conceito, da episteme, mas da experiência enraizada do sujeito, experiência que o torna necessariamente um *sub-jectum*, poroso às influências, às variantes, às determinações às quais responde. Como ele mesmo refere em *O que é um autor?* (1992, p. 83), ao enfatizar que a atuação dos “indivíduos” não resulta da vontade consciente ou do exercício autônomo da liberdade, mas de um “conjunto de condições que [os] possibilitam cumprir uma função de sujeito”.

Fato é que os indicadores da letra do autor sugerem que família parece um incidente em sua reflexão, tanto no plano conceitual e teórico (“corpo”, “disciplina”, “dispositivo”, “governamentalidade”, “soberania”, “norma”, “sexualidade”), quanto no plano dos objetos de análise (“loucura”, “prisão”, “onanismo”, “liberalismo”).

Contudo, cabe a indagação: as coisas se passam efetivamente deste modo? Sopesar esta questão é o propósito deste ensaio, que recupera, na sua tese doutoral, sentidos possíveis para a remissão ao tema da família. Minha hipótese de trabalho é a seguinte: se a família não é o alvo direto de foco e de tratamento, o é transversalmente, e isso não se pode negligenciar num autor que prioriza as margens da história, os eventos aparentemente os mais insignificantes. Em outros termos, suponho que este objeto seja capturado pelas teias discursivas do autor quando o seu olhar contempla e atravessa o sujeito e as tramas que inflexionam a sua constituição. Mais simplesmente ainda: suspeito que família, mesmo não sendo uma categoria, comparece na obra do autor como nós que amarra certas redes semânticas no seu discurso.

Em decorrência da extensão da sua obra do autor, bem como da natureza ensaística deste trabalho (ADORNO: 2003, p. 9), elegi 1961 para desencadear esse debate de natureza metodológica. À maneira de exercícios reflexivos, esses pontos da teia discursiva promove, de maneira reiterada – quase digo, obsessiva – a relevância do problema da família no pensamento do autor que, pelo simples aparecimento em variados períodos, e quase que como uma constante, motivam a que eu proponha uma desconfiança, uma quase hipótese, de que essa dispersão da família na obra de Foucault seja um **evento reflexivo**⁴ no autor.

Passo a tratar do o papel atribuído à família na letra de Foucault. Ele somente roça, raspa, toca ‘suavemente’, refere-se sub-repticiamente, aponta aleatoriamente o tema da família? Vejamos o que ocorre em sua *História da Loucura*.

São quase 50 remissões à família efetivadas por Foucault em *História da Loucura*. 47, para ser bem preciso. Todas elas emolduradas pela seguinte questão: de que maneira a família tratou os seus ensandecidos no correr da história? De logo é constatado que não existe, em quaisquer destas remissões, uma definição, um conceito, uma noção bem desenhada de família. Tratam-se, antes, de menções à guisa das descrições do contexto histórico que situa um dado tratamento do louco, bem como da explicitação de micro-engrenagens de poder que lidam com o insano. Em outros termos, a família emerge na *História da Loucura* como como elemento institucional que corrobora para criar as *condições de possibilidade* que tornam o louco um sujeito que demanda

⁴ . Não nos esqueçamos de que Foucault é apaixonado pela fenomenologia, e que portanto evento, tem um sentido muito especial para o autor: não é mera ocorrência, mas um ponto de precipitação de muitas necessidades (FOUCAULT, 1994).

intervenção, controle, manejo. Uma espécie de balança ‘regula’ o surgimento da família na letra de Foucault: há momentos nos quais ela comparece como modelo institucional para tornar as técnicas utilizadas durante o internamento; em outros, ela surge como cúmplice da constituição do poder médico na sociedade; e em outros ainda, ela é indicada como cúmplice do Estado no internamento do louco.

Por exemplo: no cenário da *Grande Internação*, Foucault refere a família como mecanismo de controle social, como uma ligação imperceptível entre a política de internamento e a política mercantil da Europa moderna, e como a consciência médica da loucura. Em outros termos: no ambiente que inaugura a ordenação da sociedade burguesa, a família é indicada como o elemento regulador e decisório da internação.

De fato, semelhante análise pressuporia a persistência imóvel de uma loucura já dotada de seu eterno equipamento psicológico, mas cuja verdade exigiria um longo tempo para ser isolada. Ignorada há séculos, ou pelo menos mal conhecida, a era clássica teria começado a apreendê-la de modo obscuro como desorganização da família, desordem social, perigo para o Estado. E aos poucos esta primeira percepção se teria organizado, e finalmente aperfeiçoado, numa consciência médica que teria formulado como doença da natureza aquilo que até então era reconhecido apenas como mal-estar da sociedade (FOUCAULT, 2004, p. 80 {grifo meu}).

Esta citação parece oferecer certos contornos, mesmo que descontínuos, que apontam a instituição familiar como o germe mesmo do que logo se constituirá enquanto poder médico, que por sua vez efetivará um *golpe de força* sobre a loucura no afã de torná-la doença mental. Como objeto antecedente da psicopatologia, ainda sob os auspícios do pátrio poder, o louco, sob a tutela da família, parece oportunizar a que se institucionalize uma espécie de sistematização de tratamento médico dos sujeitos considerados anômalos. A família, como uma das instituições responsáveis pela situação do louco, será tomada como modeladora da definição da assistência e dos cuidados médicos a serem desenvolvidos em sua lide.

A família irá também figurar nesse texto como articuladora, gestora e aplicadora de técnica utilizada no tratamento da loucura: “*Na grande reorganização das relações entre loucura e razão, a família, ao final do século XVIII, representa um papel decisivo – ao mesmo tempo paisagem imaginária e estrutura social real*” (FOUCAULT, 2004, p. 484). E o que me autoriza a afirmar isso? Os indicadores da própria citação. Deles

descataco o que ganha força no trecho: *paisagem imaginária e estrutura social real*. O que Foucault sustenta é que a família torna-se um fator decisivo para estabelecer uma mentalidade a respeito da loucura (paisagem imaginária), bem como constrói uma cimentação que dispõe o louco em um dado lugar sócio-familiar, ou se quiserem, que aloca-o na estrutura social real.

O que pode ser conferido na performance de Tuke na instalação e estruturação funcional do asilo. Ele desenvolve uma técnica que consistia em construir um modelo artificializado de família no interior do asilo. Mediante a simulação da estrutura de uma casa, Tuke propôs um tipo de intervenção `terapêutica` da loucura tomando o modelo ideal de família livre. Tal modelo serviria de base para toda a sociedade que doravante iria buscar viver sem conflitos. Contrariamente ao que se propunha, adotava os valores vigentes da sociedade burguesa no tratamento do louco: “*Relações Família-Filhos, ao redor do tema da autoridade paterna; relações Falta-Castigo, ao redor do tema da justiça imediata; relações Loucura-Desordem, ao redor do tema da ordem social e moral*” (FOUCAULT, 2004, p. 500). Ao louco é dado o direito de reconhecer o erro e introjetar o arrependimento, sinalizando a necessidade de obediência à autoridade familiar. A vontade e a expressão deste continuam sendo negadas, pois essas estão alienadas ao querer familiar, agora em transferência para o poder médico.

Ademais, a aliança da família com o Estado é outro ponto abordado pelo autor:

Num certo sentido, o internamento e todo regime policial que o envolve servem para controlar uma certa ordem na estrutura familiar, que vale ao mesmo tempo como regra social e norma da razão. A família, com suas exigências, torna-se um dos critérios essenciais da razão; e é ela, sobretudo, que pede e obtém o internamento (FOUCAULT, 2004b, p. 90).

Aqui, a família é apresentada como detentora de dispositivos que regulam a conduta moral do indivíduo na sociedade, e o Estado, com os mecanismos jurídicos que lhe são próprios, se coloca como seu sustentáculo nas decisões que necessitam da coerção das leis.

Esses elementos permitem colocar em relevo os pontos cintilantes nos quais a família comparece efetivando o decalque, a delimitação, circunscrevendo, delineando, permeando, constituindo o sujeito, de modo particular o sujeito louco. Como a família responde às demandas internas e externas que visam ao controle das condutas

consideradas inadequadas de seus membros? Qual é a sua função na constituição/desconstituição da subjetividade do louco?

Na leitura que aqui cometo, *História da Loucura* parece fornecer elementos para a compreensão de como se efetivam as relações de poder no contexto familiar, e como o sujeito participa dessas relações, dado que para Foucault o poder ocorre nas relações, e o indivíduo não só circula nas suas malhas, mas está sempre em posição de o exercer e de sofrer sua ação. Poder, saber e subjetividade se implicam numa mesma teia, apesar de terem conteúdos heterogêneos, e apesar de o poder ter uma ascendência sobre o saber e a subjetividade. Ademais, como buscar entender a interação entre família e subjetividade sem levar em conta a questão do poder, dado que a instituição familiar é um lugar privilegiado de circulação desse poder?

História da Loucura parece desenhar o modo mediante o qual ocorrem as relações de poder inter-institucionais, a exemplo da instituição familiar e das instituições de saúde, com os seus mecanismos de controle que visam a normalização do indivíduo na sociedade, o que não quer dizer que o poder seja simplesmente uma relação entre parceiros coletivos ou individuais.

Um outro elemento que desperta o meu olhar sobre este ponto sobre o qual me debruço é o fato de que, a rigor, em todos os seus textos, o autor reúna os discursos derivados de múltiplas ciências do homem, seja no uso singular de alguns conceitos, seja na crítica dirigida aos resultados que tais saberes esboçam nas suas investigações acerca do humano. Para o bem da clareza, tendo sob o seu olhar a figura do louco, Foucault arrola os saberes que se apropriaram deste objeto, a saber, psicologia, psiquiatria, medicina, psicanálise, direito, pedagogia, etc. Este fato metodológico, precisamente, o recurso de convidar múltiplas disciplinas para o debate em torno de determinado objeto influencia a construção de um olhar acrisolador que recua para detrás do saber que discursa sobre o objeto. Portanto, não se trata de investigar as verdades sobre o objeto, derivadas de aplicações metodológicas determinadas por uma dada ciência, mas sim de inquirir os modos pelos quais tais ciências elaboram as verdades imputadas ao objeto mirado em suas lentes. De todo modo, o procedimento foucaultiano é a um só tempo crítico e multidisciplinar dadas a extensão, a complexidade, a verticalidade e as perspectivas reunidas pelo autor em suas análises.

Enfim, Foucault constrói um discurso fino que propicia antever a modelagem realizada pelo saber e pelo poder sobre o objeto *homem*. Se existe consistência no

discurso que se erige sobre o sujeito humano e seu meio, bem como sobre a família na qual ele se insere, tal consistência não advém, com exclusividade, da metodologia aplicada pelos saberes na investigação de seus objetos. A esse delírio onipotente Foucault recusa. O que suas reflexões encaminham é a construção de um olhar que suspeita não do sujeito ou da família diretamente, mas dos discursos dos saberes que se pretendem construtores das redes conceituais que se apossam desses “objetos”.

Portanto, não faz qualquer sentido indagar acerca do significado que determinada categoria como a *Família* possui em seu discurso. O que aí é significativo é questionar como o seu pensamento acrisolador propõe analisar os resultados que advêm do esforço que as ciências humanas realizam em torno deste elemento. Foucault rejeita qualquer que seja o empreendimento epistemológico quando se trata de examinar a elaboração dos saberes e dos seus produtos, convocando-nos para uma tarefa bem mais complexa e, ao seu ver, bem mais produtora. Ele nos convida a reconstituir uma arqueologia das ciências humanas. Como elas elaboram as verdades sobre o sujeito e sobre a família? Eis a questão que a mim parece mais relevante com a qual iniciei este texto, que me permito recordar ao leitor do seguinte modo: a família pode ser uma categoria reflexiva, um índice epistemológico, ou o ponto de encruzilhada de uma rede epistêmica no interior dos textos de Michel Foucault? Nesse ponto de minha proposta convido o leitor a efetivar um deslocamento: para quem e para além dos debates encetados pelo autor, não se confere um movimento que bascula o tema da família, movimento que parece indicar, ou mesmo insinuar que esta instituição colabora fortemente para construir uma reflexão acerca da subjetividade?

Esse é o ponto de partida mediante o qual aqui se propõe a leitura pontual da *História da Loucura*. Qual é a interlocução que Foucault constitui, com quem realiza o seu debate, considerando o cenário sobre o qual o texto se descortina, realizando uma discussão sobre os modos de tratamento do louco na história? O modo pelo qual leio *História da Loucura*, tentando flagrar o papel da família em suas teias, propõe que Foucault investiga nela as condições pelas quais a sociedade moderna toma como parâmetros de avaliação da conduta social de seus membros a busca de uma normalização, baseada num processo de cientificismo que vem se consolidando desde os primórdios da Idade Moderna. Este processo permite que as Ciências do Homem se apossam do sujeito como dependente de sua tutela para sobreviver às agruras de um meio que lhe é hostil e que o transforma em seu objeto; tem como agentes as instituições que

operacionalizam as redes do poder, exatamente por excitarem a produção de saber no próprio exercício das relações de poder.

Nessa perspectiva, o sistema familiar funciona como um desses agentes que podem se manifestar através de alianças expressas, operando sob diversas modalidades tais como consentimento, negação, omissão. Ela se ordena por influxos internos e externos, construindo um jogo microfísico de poder.

De que modo Foucault examina esse enquadramento da família enquanto *locus* privilegiado para o estabelecimento das relações de poder? Como essa instituição responde às demandas internas e externas que visam o controle das condutas consideradas inadequadas de seus membros?

Efetivamente, na *Nau dos Loucos*, na *Grande Internação*, e mais à frente no Hospital de Esquirol, o personagem do médico ganha ares de taumaturgo através de nomes como Pinel e Kraepelin. A era de Jean-Martin Charcot (1825-1839) reforça ainda mais o poder médico e fica marcada pelo que se denominou *produção da verdade* quando ele perfila a histeria como doença. Com o desenvolvimento desse novo diagnóstico e tratamento de um fenômeno que atordoava a família burguesa, a medicina angariou para sua prática poderes que propiciaram ao profissional médico a aura de taumaturgo, que operava verdadeiros “milagres” com o uso de técnicas oriundas do saber médico operadas no tratamento das histéricas. O método consistia em dar voz à doente de histeria, estimular a reprodução do ambiente familiar no hospital, diante do médico que se colocava a postos para a escuta do desatino; o médico tem, a partir de suas manifestações, o poder de fazê-la recobrar a lucidez, e assim retornar para o convívio familiar posto que o processo de cura não consiste mais no movimento pelo qual a verdade aparece de novo, mas

[...] o desejo de rever seus amigos, seus filhos, as lágrimas da sensibilidade, a necessidade de confiar seu coração, de se encontrar em meio à família, de retomar seus hábitos. [...] As doentes do serviço de Charcot puseram-se a reproduzir a pedido do poder-saber médico, uma sintomatologia normatizada pela epilepsia, ou seja, suscetível de ser decifrada, conhecida e reconhecida nos termos de uma doença orgânica [...]. O poder do médico lhe permite produzir a partir de então a realidade de uma doença mental cuja propriedade é reproduzir os fenômenos inteiramente acessíveis ao conhecimento (FOUCAULT, 1997, p. 48; 50).

Nos índices textuais de Foucault, os representantes da medicina e da psiquiatria se afinam em seus projetos que lidam com a subjetividade do louco a partir do suporte institucional familiar. O que se supõe ocorrer, no que concerne ao papel da família frente ao médico, que agora já não necessita de sua permissão para a lide com o doente, é que o paciente, ao dar o seu consentimento para a intervenção médica, não esteja abdicando da tutela familiar; pelo contrário, ao mudar-se o conceito de cura doravante associada às condições ideais para o convívio familiar o doente se entrega dócil ao tratamento, pois sabe que de sua adesão dependerá o atestado de que está curado. O que não quer dizer, segundo o autor, que o poder seja da ordem do consentimento.

[...] ele não é, em si mesmo, renúncia a uma liberdade, transferência de direito, poder de todos e de cada um delegado a alguns (o que não impede que o consentimento possa ser uma condição para que a relação de poder exista e se mantenha); a relação de poder pode ser o efeito de um consentimento anterior ou permanente; ela não é em sua própria natureza, a manifestação de um consenso (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Desse modo, a família se manterá coesa com as decisões que não mais dependem de uma autorização sua; aquietar-se e emprestar para o psiquiatra a gerência de sua subjetividade, pois o seu adestramento é o que mais lhe convém; da cura dele depende o presumido equilíbrio interno da própria família, que exercita a sua função de agente normatizador frente ao normatizável. Para isso ela conta com o poder da ciência representado na figura respeitada do médico com seus feitos que assegurarão benefícios para todos. O poder é, pois, produtor de gestos, atitudes e saberes que “[...] não aplica seu saber, suas investigações, suas técnicas ao universal, mas ao indivíduo como objeto e efeito de um entrecruzamento do poder e do saber” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 176).

A estratégia do autor é procurar localizar a constituição material e histórica da sujeição; ele expressa claramente em seus escritos esse seu desejo, que fora iniciado nesta sua fase arqueológica quando expõe diversas formas de subjetivação do indivíduo, iniciadas com o advento das ciências empíricas, no qual o saber penetra no domínio das coisas e passa a ser analisado não mais a partir dos signos como os seres vivos, as riquezas e as palavras e sim pelos objetos empíricos do conhecimento: a linguagem, o

trabalho, a vida (MACHADO, 2004). Análise que seria assim traduzida por Deleuze (1998) com três perguntas representativas do sujeito historicamente constituído. “*Que sei eu? Que posso eu? Que sou eu?*” (DELEUZE, 1998, p. 154).

Na perspectiva de Foucault, as instituições são fontes para alavancarem a constituição do sujeito, possuidoras de mecanismos de saber-poder como são. A família é notadamente uma instituição alinhada historicamente à essa perspectiva. Não obstante esse seu interesse, Foucault não realiza uma história das instituições. Segundo Deleuze (1998) o que a letra de Foucault propicia é a análise das “[...] *condições sob as quais elas integram relacionamentos diferenciais de forças, no horizonte de um campo social. Ele não fez uma história da vida privada, mas das condições sob as quais o relacionamento a si constitui uma vida privada*” (DELEUZE, 1998, p. 156).

Pode a família ser um dos elementos constitutivos dessas condições? A subjetividade do louco produzida pela psiquiatria teria como avatar as funções familiares concentradas sobre o indivíduo louco? Para Foucault (1989), existem em qualquer sociedade relações múltiplas de poder que atravessam, caracterizam e constituem todo o corpo social. A família, como instituição, aparece em seus escritos como micro-estrutura de poder e se constitui como elemento da capilaridade que envolve toda e qualquer relação humana.

Compreende-se que a família seja uma instituição fundamental na vida do indivíduo e em sua constituição como sujeito, que se utiliza da combinatória de dispositivos tradicionais, estruturas jurídicas, fenômenos de hábito ou de moda (FOUCAULT, 1995). Ela não passa incólume às mudanças da sociedade. E mudanças internas se armam nesta estrutura para se conservar enquanto nicho de micro-relação na qual o poder circula. Portanto, família é instância de subjetivação, porque investida da dinâmica de poder.

As instituições são percebidas pelo homem como algo que tem uma misteriosa capacidade coercitiva e repressora, existentes como que naturalmente; Delas ele se sente escravo; sente-se um alienado de suas vontades. A instituição familiar se alinha ao exercício de força precipitado sobre esse homem que se sente alienado de sua natureza, sustém Foucault. Afinal, sua vida é originada dela, sua linguagem aprende com ela, os valores lhe são passados desde a mais tenra idade por ela, seu equipamento emocional-

afetivo funciona a partir de suas motivações. E mais, em seus primeiros tempos de vida, se não tiver a sua assistência, sua vida não se sustentará.

As referências foucaultianas à família na *História da Loucura* mostram a importância que essa instituição tem na constituição da subjetividade. Tais referências indicam como a família age em circunstâncias dadas e contextos específicos, como aqueles apresentados no decorrer das épocas, estudados na obra que revolucionou o pensamento construído até então sobre a psiquiatria, em sua relação com a loucura.

O cenário está posto: século XVIII, Era Moderna, Classicismo: ali, novas relações se instauram entre o amor e o Desatino. Verifica-se que o amor racional e o amor desatinado se precipitam sobre a homossexualidade, mais um dos estratos que consubstancia a loucura. Nessa época, a polícia era investida de poderes para efetuar o internamento dos desatinados, contanto que o fosse solicitado pela família, ao perceber que seus interesses estavam comprometidos, a exemplo do risco de dispersão do patrimônio por um dos seus membros. A moral da família confisca a ética sexual e o amor é dessacralizado em função do contrato que passará doravante a prevalecer diante da moral burguesa. A devassidão, o casamento vergonhoso, a prodigalidade são motivos de internamento e significam uma nova ordem na moral da instituição familiar.

As velhas formas do amor ocidental são substituídas por uma nova sensibilidade: a que nasce da família e na família; ela exclui, como pertencendo à ordem do desatino, tudo aquilo que não é conforme à sua ordem ou ao seu interesse. [...] Este poder de repressão, que não pertence inteiramente ao domínio da justiça nem exatamente ao da religião, este poder arrancado diretamente à autoridade real não representa, no fundo, a arbitrariedade do despotismo, mas sim o caráter doravante rigoroso das exigências familiares (FOUCAULT, 2004b, p. 91).

Pois bem, a análise que o autor faz a respeito da instauração de uma nova ordem conjugal na família, repercutirá doravante para excitar a que sejam construídos na sociedade novos padrões morais baseados no contrato que ditará novas regras do matrimônio, avalizadas pela sociedade burguesa, e buscada pela família atingida pelo desatino da homossexualidade. O contrato visará garantir a preservação dos bens materiais, e a herança da família continuará sob seu domínio. A aliança selada pela família com a monarquia dessacraliza o casamento criando as bases para um novo modo de família, buscada no Retiro de Tuke, para se reverter a loucura no asilo e na sociedade:

eis aqui a associação do contrato que trazia à família as garantias materiais e a afeição natural que supriria as carências emocionais do doente. A idéia de Tuke é a de adotar tal modelo de família baseado nos dois grandes mitos que tentaram explicar a sociedade no século XVIII:

[...] a origem das sociedades e a verdade do homem social. Ele é ao mesmo tempo o interesse individual que renuncia a si mesmo para se reencontrar e a afeição espontânea que a natureza faz surgir nos membros de uma família, propondo assim uma espécie de modelo afetivo e imediato para toda a sociedade (FOUCAULT, 2004, p. 470).

A família resulta uma forma de organização primária, na qual o sujeito se insere, sendo-lhe antecedente, com a sua materialidade inabalável, ‘impassível’ à vontade do indivíduo, estimuladora de seu equipamento afetivo, diapasão de normatividade, reguladora de condutas; é a partir de certas relações de poder que os indivíduos são constituídos como louco, delinqüente, doente, transformados pelo mesmo jogo de poder em sujeitos que devem ser normalizados. Segundo Foucault é uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. “*Sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a*” (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Com efeito, as páginas da *História da Loucura* que abordam a questão da família na lide com o louco, em seus diversos contextos, a partir do século XVII, o fazem tendendo a considerá-la polimorfa quando se trata de identificar e moldar o indivíduo. Numa das passagens, Michel Foucault menciona o papel decisivo que a família representa no século XVIII na grande reorganização das relações entre loucura e razão. “*É dela que parte, é na direção dela que se encaminha a obra de Tuke*” (FOUCAULT, 2004b, p. 484). É a família que encaminha o louco para o internamento, disponibilizando-o ao saber médico, que o trará de volta à razão. Faz-se uma aliança entre o médico e a família do louco que, mesmo negada e rechaçada pelo novo modelo desenvolvido no asilo, consente com o tratamento originado do saber médico pela promessa de preservação do seu equilíbrio. Ao resgatar o louco para um modo de família inspirado na natureza, o médico alcançará a cura não apenas do louco; seu modelo de família será seguido pela sociedade, pois a idéia que vigorava sobre loucura no século XVIII era de que a doença não advém da natureza, mas da sociedade com sua ordenação artificial, com sua agitação, e sua incerteza. O princípio do asilo, porém, permanecerá ancorado no

modelo de família patriarcal, no qual a figura de um intendente imporá sua autoridade ao louco quando se fizer necessário.

O sujeito da *História da Loucura* é o sujeito louco que surge nas primeiras páginas ainda pleno. Aos poucos, ele vai sendo despido de sua consistência própria e assumindo uma nova consistência a partir do confronto com a Razão. Não se pretende sugerir que a passagem da loucura em seu estado bruto, genuíno, para o novo estado marcado pela psiquiatrização signifique a vitimização do louco por uma sociedade hostil e cruel, reforçada por uma medicina perversa, e por uma instituição familiar que flutua sob os imperativos das mudanças históricas que estão sendo processadas.

As relações de poder contornadas por Foucault ocorrem em instituições bem determinadas. A instituição familiar, compreendida como instituição primária na vida do indivíduo, é a referência na constituição/desconstituição da subjetividade do louco, é uma superfície legítima para receber a projeção desses problemas.

Vocês vêm aqui demonstrado o efeito de Foucault no seu *modus narrandi*: invés de operar em níveis de abstração, sua letra convida a pensar a instituição familiar nas próprias franjas da constituição do sujeito, qual *sub-jectum*: aquele que subjaz nas tramas do poder, cujo decalque inevitavelmente é reforçado pelo **poder familiar**.

Ainda um óbice posto à leitura que aqui cometo: Não estaria eu incorrendo em anacronismos? O tema do poder, tal qual burilado neste ensaio, não estaria melhor assentado na fase de maturidade de Foucault, quando do desenvolvimento de seu método o mais calibrado para analisar as tramas sociais, o método genealógico? Não é uma *petitio principii* o que acabo de cometer, algo como colocar o carro na frente dos bois, pois que o foco do autor sobre os temas da sujeição nascem mais além da década de 60 do século passado?

Minha postura, modesta, mas firme, é a de que, desde os primeiros escritos, aqueles relativos à sua formação em psicologia (anos 50), o autor faz latejar os elementos que aqui manejei. Mesmo que a enunciação ainda não esteja em relevo, como mais tarde estará, lateja com grande pertinência o tema do poder, subsumido na reflexão que ele entabula sobre a constituição dos saberes. Quer dizer: os próprios germes do debate sobre o tema do poder, associado aos saberes construídos pelas ciências humanas já estão lá, pululando nos textos do *Foucault Primer* (MCHOUL, 1993). Neste ensaio tentei dar contornos a este debate, tão fecundo desde o começo na obra do autor. O método que aqui utilizei, ao menos nos arranjos promovidos neste texto, possibilitou o

reconhecimento do lugar de margem ocupado pela família no discurso do autor, e, exatamente por isso, pela constante presença, pelas modalidades de tratamento, pela função que cumpre na ordem discursiva, posso sugerir que ela comparece sob a forma de marca d'água no pensamento do autor. E esse fato discursivo, a meu aviso, faz toda diferença na compreensão de sua analítica.

Referências Bibliográficas:

- ABRAHAM, T. *Foucault y la Ética* Buenos Aires: Editorial Biblos 1988
- ADORNO, T., *O Ensaio como forma*, In: ADORNO, W. T., *Notas de Literatura I, SP*: Editora 34, Coleção Espírito Crítico, 2003, p9. 15/45.
- ANZIEU, D. *A auto análise de Freud e a descoberta da psicanálise* P. Alegre: Artes Médicas, 1989
- ÀRIES, P. *História da vida Privada* Sao Paulo: Cia das Letras 1992
- BACHELARD, G. *A psicanálise do fogo* Sao Paulo: P. Litoral Edições 1989
- BERNAUER, J. e RASMUSSEN, D. *The final Foucault* London: The Mit Press 1987
- BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana* Sao Paulo: Ed. Cultrix 1984
- BISWANGER, L. *Discurs, Parcours et Freud* Paris: Gallimard Ed. 1970.
- BLANCHOT, M. *Foucault como o imagino* Lisboa: Relógio D'água Ed. 1988
- BRAGANHOLO, B. H. *Algumas reflexões acerca da evolução, crise e constitucionalidade da família*. In: Revista Justiça do Direito, v. 18 n. 1 Curitiba: UFP editora: 2004.
- BROSSAT, A. *Michel Foucault, Lês jeux de la Verité e du Pouvoir* Paris: PUN 1994
- CHAVES, E. *Foucault e a Psicanálise* Sao Paulo: Ed. Forense Universitária 1988
- CHEBILI, S. *Figure de L'Animalité dans L'oeuvre de Michel Foucault* Paris: Ed. L'Harmattan 1999
- DECAMPS, C. *Interrogations philosophiques contemporaines en France*, Paris: Ed. PLON 1987
- DEKENS, O. *L'Épaisseur Humaine* Paris: Éditions Kimé 2000
- DELEUZE, G. *Foucault* Buenos Aires: Ediciones Paidós 1986
- DESCARTES, R., *Meditações, Coleção Os Pensadores*, SP: Abril Cultural, 1983.
- DONATI, P. *Família XXI: abordagem relacional*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- DOSSE, F. *História do estruturalismo* Vol.II Rio de Janeiro: Ed Ensaio 1994
- DREYFUS, H. RABINOW, P., *Michel Foucault: um trajeto filosófico para além do estruturalismo e da hermenêutica*, Forense Universitária, 1995.
- DURIN, S. *Foucault and Literature: towards a genealogie of writing* London: Simon During 1992
- ELLENBERG, H.F. *Histoire de La découverte de l'inconscient* Paris: Ed. Fayard 1994.
- ERIBON, D. *L'infréquentable Michel Foucault* Paris: Ed. Epel 2001
- ERIBON, D. *Michel Foucault, Uma Biografia* Sao Paulo: Cia das Letras 1990
- ESCOBAR, C.H. *A História e os Discursos* in: TB N. 36/7 Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro 1974
- ESCOBAR, C.H. *Epistemologia das ciências hoje* Salvador: Pallas s/a Ed e Dist. 1975
- ESCOBAR, C.H. *O Dossier. Últimas Entrevistas* Rio de Janeiro: Livraria Taurus Ed. 1984
- FERRY, L. e RENAUT, A. *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*, Rio de Janeiro: Ed. Ensaio 1988
- FEYREBEND, P., *Contra o método*, RJ: Francisco Alves, 1977
- FONSECA, M. *Michel Foucault e a Constituição do Sujeito* Sao Paulo: Educ 1995
- FORRESTER, J. *A linguagem nas origens da psicanálise* Rio de Janeiro: Imago Ed. Ltda 1983
- FOUCAULT, M. *Dits et Écrits* Vls. 1, 2, 3 e 4 Paris: Ed. Gallimard 1994
- FOUCAULT, M. *Doença Mental e Psicologia* Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro 1975.
- FOUCAULT, M. *Histoire de la Folie* Paris: Ed. Gallimard Collection Tel 1972
- FOUCAULT, M. *História da Loucura* Sao Paulo: Ed. Perspectiva 1997
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: a vontade de Saber* VI. 1 Sao Paulo: Ed. Graal 1985
- FOUCAULT, M. *Maladie Mentale et Personalité* Paris: PUF 1954
- FOUCAULT, M., *História da Sexualidade*, Vols I, II, III, SP: Ed. Graal, 1986.
- FOUCAULT, M., *Microfísica do poder*, RJ: Ed. Graal, 1985.
- FOUCAULT, M., *O Poder Psiquiátrico*, Martins Fontes: São Paulo, 2006.
- FOUCAULT, M., *O que é um autor*, Lisboa: Ed. Passagens, 1992.

- FOUCAULT, M., *Rever des sés Plaisirs. Sur l'<onoricritique>' <Artemidoro>*, in Dits et Écrits, VI. IV, Ed Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, M., *Segurança, Território, População*, SP: Martins Fontes, 2008
- FREUD, S. *21a. Conferência: Desenvolvimento libidinal e organizações sexuais* SE Vol. XVI Buenos Aires: Amorrortu Ed. 1990
- FREUD, S. *A Interpretação dos Sonhos* SE Vls. IV e V Amorrortu Ed. 1990
- FREUD, S. *A moral sexual <<cultural>>e o nervosismo moderno*, SE. Vol. III, Buenos Aires: Amorrortu Ed., 1990
- FREUD, S. *O tabu da virgindade (Contribuições à psicologia do amor III)* Vol. XI Buenos Aires: Amorrortu Ed. 1990
- FREUD, S. *Três Ensaio de Uma Teoria Sexual* SE Vol. VII Buenos Aires: Amorrortu Ed. 1990
- FROMM, E. *A missão de Freud* Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1989
- GABBI Jr., O. F. *A origem da moral em psicanálise* In Cadernos de História e Filosofia da Ciência Série 3 Vol. 1 N.2 Campinas: Ed. da Unicamp Julho/Dezembro 1991
- GIARD, L. *Michel Foucault, lire l'oeuvre* Paris: Ed. J. Millon 1992
- GIDDENS, A., *Sociologia*, Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004
- GONZALEZ, J. S. *Michel Foucault: uma filosofia da ação*, Madrid: C. de Estudios Costitucionales 1989
- GUEDEZ, A. *Lo racional y lo irracional: introducción al pensamiento de M. Foucault* Buenos Aires: Ed. Paidós, 1992
- GUIBERT, H. *Para Um amigo que não me salvou a vida* Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 1995
- GUTTING, G. *The Cambridge Companion to Foucault* UK: Cambridge Un. Press 1995
- HAN, B. *L'Ontologie Manquée de Michel Foucault* Paris: Ed. J. Millon Collection Krisis 1998
- HOY, D.C. *Foucault: a Critical Reader* NY: Basil Blackwell Ltda 1987
- JALÓN, M. *El Laboratorio de Foucault, Decifrar y Ordenar* Buenos Aires: Antrophos Ed. 1994
- KAUFMANN, P. *Freud e a teoria da cultura. in História da filosofia: Idéias e Doutrinas*, Vol. 8, Zahar Ed, 1974
- LAPLANCHE & PONTALIS, *Vocabulário de Psicanálise*, SP: Ed. Martins Fontes, 1986
- LAPLANCHE, J., *Vida e morte na Psicanálise*, Porto Alegre: Artes Médicas, 1985
- LEBURN: G., *Passeios ao Léu*, SP: Ed. Brasiliense, 1983
- LÉVI-STRAUSS, C., *A família*, in: SHAPIRO, H., *Homem, cultura e sociedade*, Ed. F. de Cultura, 1956
- MACHADO, R. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de M. Foucault*, SP: Graal Ed, 1981
- MALLEA, G. *Foucault y la Ética* Buenos Aires: Ed. Biblos 1988
- MANDOSIO, J.M., *Longevité d'une imposture*, Paris: Ed. De L'encyclopedie des Nuisances, 2010
- MAUSS, M. *Sociologie et Anthropologie*. Paris: Quadrige/Puf, 1968
- MCHOUL, A., GRACE, W. A F. *Primer: Discours, Power and the Subject* London: UCL Press, 1993
- MENEZES, JEX, *Entre a marginalização e a diabolização: a alternativa de Santo Tomás de Aquino pra o prazer*. SP, Ed. Unimarco, v. 2, n. 2, p. 25-38, 1998
- MERQUIOR, J.G. *Michel Foucault ou o Nilismo de Cátedra* Rio de Janeiro: Ed Nova Fronteira 1985
- MILLER, J. *La Passion Foucault* Paris: Plon Ed. 1993
- MIZHARI, B. G., *A relação de pais e filhos hoje*, RJ: Ed. PUC/RJ, 2004.
- MONZANI, L. R. *Freud, o movimento de um pensamento* Campinas: Ed. Unicamp 1989
- MOSCOVICI, S. *A máquina de fazer deuses* Rio de Janeiro: Imago Ed. 1990
- MOSCOVICI, S. *Sociedade contra natureza* Petropolis: Ed. Vozes 1975
- ONFRAY, M., *Le crépuscule d'une idole: l'affabulation freudienne*, Edition Grasset e Fresquelle, 2010
- PEREIRA, P. A., *Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a Família*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 48, Ano XVI. SP: Cortez, 1995
- PISCITELLI, A. G. . *Jóias de Família, gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006
- POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*, SP: Cultrix/Editora da USP, S/D
- POPPER, K., *Conjecturas e refutações*, Bvrasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982
- QUEIROZ, A. *Foucault, o Paradoxo das Paisagens* Rio de Janeiro: Pazulin 1999
- RACEVSKIS, K. *Michel Foucault and the subversion of intellect* London: Cornell Uni. Press 1983
- RAJCHMAN, J. *Foucault e a liberdade da filosofia* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1987
- REVUE CRITIQUE *Michel Foucault du monde entier* N. 471/2 Paris: Éditions de Minuit 1986
- RIBEIRO, RJ. *Recordar Foucault* Sao Paulo: Ed. Brasiliense 1985
- RICOEUR, P. *Da interpretação* Rio de Janeiro: Imago Ed. 1977
- RIEFF, P. *Freud, o triunfo da terapêutica* Sao Paulo: Ed. Brasiliense 1990
- RIEFF, P. *Freud, the mind of the moralist* Chicago: Ed. Chicago University Press, 1979
- RIZA, S. *Michel Foucault* Paris: Editions Josette Lyon 1997

- ROUDINESCO, E. et tal, *Foucault: leituras da História da Loucura* Sao Paulo: Relume Dumará 1994
- ROUDINESCO, E. et tal, *Foucault: leituras da História da Loucura*, Relume Dumará, 1994
- ROUDINESCO, E. *Os 100 anos de psicanálise na França* Vols. Ie II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1989
- ROUDINESCO, E. *Penser La Folie* Paris: Éditions Galilée 1992
- ROUSSEL, E. *Michel Foucault* Buenos Aires: Argentina Ed.SA 1967
- SARTI, C. A., *A família como ordem simbólica*. In: *Psicologia USP*, 2004, 15(3), 11-28
- SAZBÓN, J., et tal *Estructuralismo y Psicoanálisis* Paris: Éditions Galilée 1970
- SHERIDAN, A. *Discurs, Sexualité et Pouvoir* Bruxelas: Pierre Mardaga Editeur 1982
- SHERIDAN, A. *Foucault: the Will to Truth* NY: Tavistock Publications 1980
- THERBORN, G., *Sexo e poder: a família no mundo de 1900 a 2000*, SP: Ed. Contexto, 2006
- TRONCA, I. *Foucault Vivo* Campinas: Pontes Ed. 1987
- VERÓN, E. *Analisis de Michel Foucault* Buenos Aires: Ed. Tiempo Contemporáneo 1996
- VEYNE, P. *Como se Escreve a História. Foucault Revoluciona a História* Brasília: Ed. UNB 1982
- VEYNE, P., *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*, Brasília: Ed. UNB, 1982

Cenários da liderança feminina no trabalho em municípios do Vale do Itajaí em Santa Catarina

Rosa Maria Corrêa da Costa – Psicóloga e mestre em educação

rosa_costa@terra.com.br

Resumo

A percepção do lugar da mulher nos espaços sociais e de trabalho depende, entre outras coisas, da diversidade cultural prevalente nas regiões brasileiras. Sendo um país de distâncias continentais, o Brasil apresenta similaridades e disparidades em relação à forma como a mulher é percebida no mercado de trabalho e como ela mesma percebe-se. Determinar características de liderança da mulher trabalhadora em alguns municípios do litoral norte de Santa Catarina permite-nos lançar olhos sobre característica da cultura, família, educação formal e mercado de trabalho no âmbito regional. As vivências de mulheres para ascender profissionalmente ou conquistarem respeito como empreendedoras assemelha-se às de outras mulheres pelo país. No entanto, alguns dados diferenciam-se nos relatos criando cenários locais próprios da história de vida de mulheres em pequenas cidades da região sul.

Palavras-chaves; Liderança Feminina, Trabalho, Gênero.

Abstract

The perception of women's place in social spaces and work depends, among other things, cultural diversity prevalent in the Brazilian regions. Being a country of continental distances, Brazil presents similarities and differences in relationship to how women are perceived in the job market and how she is perceived. Ascertain leadership characteristics of female workers in some counties of the north coast of Santa Catarina allows us to launch feature eye on culture, family, formal education and labor market in the regional scope. The experiences women to ascend professionally or as entrepreneurs win respect resembles ace of other women by parents. However, some data in the reports differ creating scenarios sites own life history of women in small towns in the south.

Keywords - Female Leadership, Work, Gender.

Introdução

O estudo da liderança, enquanto comportamento, no exercício de cargos vem de longa data. Da aplicação de pressupostos científicos da psicologia social, sociologia e antropologia à prática da administração de empresas tenta-se identificar características que diferenciam

alguns trabalhadores de outros na capacidade de influenciar através de habilidades pessoais que se transformam em diferencial competitivo profissional e organizacional.

Pesquisas sobre liderança tendem a apresentar características do líder como forma de determinar a qualidade da relação e os resultados, tanto na condição profissional quanto organizacional. Nas pesquisas sobre o tema consegue-se estudar liderança a partir dos comportamentos das pessoas que ocupam lugar de líderes, já que, a liderança é o ato manifesto de liderar.

Para Robbins (2005) a liderança pode ser definida como “a capacidade de influenciar um grupo para alcançar metas” (ROBBINS 2005, p.258). A relação de influência em relação a um caminho determinado pelos membros de um grupo parece ser a característica mais básica da liderança. No entanto, existem também referências às diferenças no comportamento que influenciam e nos motivos para este comportamento.

O mesmo autor (idem, 2005, p. 258) ainda enfatiza que “a origem dessa influência pode ser formal, como a que é conferida por alto cargo na organização ou informal quando é conferida pela posição de status que a pessoa ocupa no grupo”. Na opinião de Robbins uma pessoa pode assumir um papel de liderança apenas em função do cargo que ocupa, mas, nem todos os líderes são executivos e nem todos os executivos são líderes. O fato de a organização conferir a seus executivos alguns direitos formais não lhes assegura a capacidade de liderança eficaz.

Neste sentido podemos afirmar que, o fato de ocupar o cargo não garante ao gestor a habilidade de influenciar e tampouco de criar vínculo de compromisso entre si e seus subordinados. Esse é o desafio contemporâneo da liderança, tornar-se um ícone diante dos trabalhadores e construir vínculos de identidade que permitam a consecução dos objetivos maiores da organização.

O modelo de liderança coercitiva e autocrática, comum às pequenas empresas familiares e de serviços perde, cada vez mais, espaço nas grandes organizações. No entanto mantém forte correlação com a tendência à confusão dos papéis familiares e de gestão e a não profissionalização dos proprietários dessas empresas. Um desafio que aguça a curiosidade científica é tentar descobrir por que caminho, nesse ambiente adverso, algumas mulheres chegaram a cargos de comando e qual a percepção da trajetória por parte dessas mulheres.

Em função da necessidade de estabelecer vínculos identitários diferentes dos modelos da chefia, que valorizavam o poder do cargo através de relações de recompensa pelo reconhecimento da liderança e pela tendência a construir vínculos com o chefe e através deste,

com a organização o modelo de relacionamento superior – subordinado que se busca atualmente é a parceria colaborativa que se vincule com a organização e através desta com o gestor.

Durante muito tempo estabeleceu-se nas organizações um movimento de controle dos comportamentos mediante a concepção de que os homens estariam mais bem preparados para controlar as ações produtivas. Essa tendência deveu-se, principalmente, ao fato de haver nas linhas de produção, majoritariamente, homens e a idéia de que, para controlá-los, um outro homem seria mais adequando.

No final do século XX e começo do XXI, com novas estruturas e relações produtivas, a liderança passa a caracterizar-se por um relacionamento mais empático, humanizado, cuidadoso e ético com o trabalhador. Essa nova característica de relacionamento gestor-subordinado exige ações de gestão que atendam á necessidade de suporte emocional aos trabalhadores e seus familiares em função das pressões relacionadas á manutenção de trabalho e sobrevivência.

Esse movimento amplia-se e fortalece a liderança participativa e democrática. As grandes organizações imprimem modelos de gestão compatíveis com a chamada Escola de relações Humanas e esses modelos implantados e testados nas grandes corporações acaba por criar modelos adaptados á realidade das médias e pequenas empresas brasileiras. Nesse cenário a mulher conquista espaço pelo reconhecimento de habilidades que nelas são mais desenvolvidas em função das características culturais de sua criação.

No Brasil, instituições de pesquisa como o IBGE e o IPEA¹ lançam dados acerca da condição de trabalho feminino em comparação com o masculino relativos à remuneração, valorização e ascensão desde a década de 60. Nessas publicações permanece um dado relevante, as mulheres são maioria nos cargos intermediários do administrativo, algumas estão conquistando espaço no comando de equipes, mas, mesmo essas ganham menos que os homens exercendo igual função e com mesmo nível de qualificação.

Dados relacionadas á liderança feminina começam a surgir em estudos publicados na década de 90 no Brasil. Apesar de grandes expoentes femininos participando do sucesso de organizações ainda temos as questões ligadas ao feminino no trabalho atreladas á indicadores de diferença entre salários, oportunidades e classes sociais. No país mulheres negras e pobres têm menos oportunidades de ascender profissionalmente. Em contrapartida, números do IBGE mostram que elas são maioria nas instituições de ensino superior.

A cultura patriarcal brasileira ainda é responsabilizada pela ausência de número expressivo de mulheres em cargos de liderança ou poder. Com o recente destaque de mulheres em cargos políticos desencadeou-se um movimento que trás á tona a valorização feminina no mundo do trabalho. Pesquisas e publicações acerca das habilidades femininas para o comando de empresas, departamentos, equipe aumentam quantitativa e gradualmente.

Dados do IBGE continuam demonstrando que, mesmo tendo igual qualificação, a mulher continua ganhando menos que o homem em cargos de igual nível. Não se consegue outra explicação para esse fenômeno que a cultura patriarcal e machista ainda muito forte no país. Mas, mesmo nesse cenário encontramos exemplos de ruptura de uma cultura historicamente machista. Na região sul do país estudos que tentam comparar as características femininas ás suas habilidades de aprendizagem e relacionamento são poucas.

As publicações a respeito da liderança feminina ainda localizam-se em resultados nos grandes centros, onde o percentual de participação feminina é maior em função de quantitativos populacionais que mostram, na maioria dos estados brasileiros, presença numérica de mulheres. No entanto, estudos mostram a diferença na condição de ascensão profissional por parte das mulheres, mesmo que tenham iguais, ou melhor, qualificação.

House, apud ROBBINS (2005, p. 268) identifica quatro comportamentos de liderança:

O líder diretivo faz com que os liderados saibam o que espera deles, organiza o trabalho a ser feito e fornece instruções precisas como as sobre tarefas devem ser realizadas as tarefas; O líder apoiador é amigável e demonstra sensibilidade às necessidades de seus subordinados; O líder participativo consulta os liderados e utiliza suas sugestões antes de tomar uma decisão; O líder orientado para a conquista estabelece metas desafiadoras e espera que os liderados ofereçam o melhor desempenho possível.

Inferese-se que, mulheres gestoras tendem a assumir características de liderança apoiadora e participativa, se compararmos comportamentos aos tipos propostos por House (ibdem). Interessante ressaltar que é exatamente a tendência feminina por tornar-se empática e apoiadora que a leva a assumir a liderança de uma forma mais amigável. Essa tendência está provocando maior interesse pela mulher em grandes corporações e modificando uma cultura empresarial resistente á mudanças nas medias e pequenas.

Outras classificações da liderança apontam para a liderança carismática, própria de políticos e religiosos e, dentre estas destacam-se, no país, algumas mulheres. No estado de Santa Catarina nasceu uma líder carismática reconhecida mundialmente e que faleceu há pouco tempo, Zilda Arns, representante da missão católica de auxílio humanitário em todo o mundo.

Além dela, madre Tereza de Calcutá, também deve ser lembrada como líder carismática. Parece que, nos trabalhos humanitários, a participação destacada de mulheres é percebida quase como “natural”, ou seja, um prolongamento das atribuições próximas às atividades domésticas das mães e esposas, ou seja, o cuidado, a educação, a pré-ocupação com as camadas populares e carentes.

No estado de Santa Catarina as características culturais mostram que o lugar da mulher ainda é submisso ao homem, apesar de haver maioria de mulheres eleitoras no estado essas mulheres não atingiram um patamar de qualificação profissional que as coloque em pé de igualdade na competição por cargos de chefia. Dentro do estado, lançando olhares para uma região específica os quatro maiores municípios do chamado Vale do Itajaí, e desta retirando uma amostra, pode-se encontrar dados sobre a trajetória de mulheres na conquista de liderança profissional que confirmam análises globais, mas, identificou-se, também, outros fatores que diferenciam a realidade local.

Na capital do estado existem movimentos de valorização do trabalho feminino nas grandes empresas e destaque às características femininas de gestão expressos por programas televisivos de entrevista a mulheres gestoras e, ainda, a apresentação de práticas femininas de gestão de sucessoⁱⁱ. Mas, essa tendência não se repete nos pequenos municípios do Vale do Itajaí. Os destaques na mídia dado á mulheres reforçam o lugar social da cuidadora ou, ainda, a mulher fútil, pois, a maioria dos programas para o publico feminino apresentam práticas de auxilio á população carente ou á associação para defesa de interesses da camada mais pobre da população e programas com forte apelo para a culinária ou interesses relacionados á moda e estética.

Sobre a tendência a um aumento da visibilidade do trabalho feminino a partir da segunda metade do século XX segundo Sullerot (1970), isso deve-se ao fato de ele vir assumindo características mais próximas do trabalho masculino, ou seja, o trabalho feminino passa a ser mais profissional. No entanto, os valores quanto ao trabalho feminino variaram historicamente entre grupos sociais. Entre a chamada classe média a primeira profissão feminina considerada digna, em fins do século XIX, foi a de professora.

Outras atividades, consideradas aceitáveis para as mulheres, ligava-se á cuidados com a saúde. A profissão de enfermeira é mais antiga que a de professora. Sabe-se que outras atividades, como a de vendedora e costureira, já era comum antes do final do século XIX,

mas, vale lembrar que as mulheres que trabalhassem fora corriam o risco de serem difamadas (NOGUEIRA, 1962).

Hirata (2001) aponta essa tendência de divisão do trabalho comum a homens e mulheres,

Duas tendências recentes da evolução do trabalho feminino podem ser apontadas: (1) a bi-polarização do trabalho assalariado feminino, ao lado de uma maior diversificação de tarefas e funções e de um crescimento da minoria significativa de mulheres pertencentes à categoria estatística “profissões executivas e intelectuais”; (2) o desenvolvimento do setor de serviços e o impacto de novas profissões também polarizadas em termos de relações de gênero, classe e raça/etnia (HIRATA, H. 2001, p. 147).

Ao abrir espaço para pesquisar o tema liderança feminina dentro da faculdade localizada em Balneário Camboriúⁱⁱⁱ encontrou-se reações das mais diversas. Já na apresentação do tema aos alunos enfrentou-se gracejo e piadinhas. Ao pontuar que a idéia não era criar conflito ou reforçar a distanciamento entre gêneros e sim, destacar habilidades e competências femininas valorizadas nos ambientes de trabalho atualmente conseguiu-se interesse por parte das mulheres. Mas, observou-se reação de distanciamento e desinteresse por parte dos homens. Ao chamar a atenção destes para o fato de que o tema era importante e estaria ligado á habilidades para comandar a diversidade no trabalho futuro, não se percebeu interesse maior.

A região caracteriza-se por atividades onde predominam o comércio e serviços. A cidade de Itajaí possui indústrias no segmento pesqueiro, mas, Balneário Camboriú, Camboriú e Itapema, são municípios que tem como foco, predominantemente, os serviços voltados ao turismo. Grande parte das lojas de vestuário, calçados e utilidades domésticas são geridas por mulheres. Algumas lojas de móveis e decoração possuem homens na gestão. É característica da região a pequena empresa familiar de serviços comandada pelo patriarca.

O município de Balneário Camboriú possui 97 mil habitantes, Camboriú 70 mil habitantes, Itajaí 190 mil e Itapema 28 mil habitantes^{iv}. É importante ressaltar que a população nos municípios de Balneário Camboriú e Itapema aumenta de três a quatro vezes nas temporadas de verão havendo um destaque singular para as belezas, tanto geográficas quanto do povo, principalmente, do corpo feminino.

O destaque á beleza feminina manifesta-se em eventos como o concurso “Garota Verão” e outros concurso menores e locais. Concursos de beleza que reforçam sonhos juvenis de carreira como modelo ou atriz. A mercantilização e a exposição, como valor, do corpo feminino é patente nos municípios com tendência turística. O fenômeno que parece reforçar a busca pelo “corpo perfeito” envolvido, tanto na exposição demasiada, quanto no excesso

muscular que se traduz em modelos de corpos “sarados”, lembra as colocações de Marcuse quanto á coisificação dos corpos,

Nas relações sociais, a coisificação produzir-se-ia á medida que a divisão do trabalho se reorientasse para a gratificação de necessidades individuais desenvolvendo-se livremente; ao passo que, na esfera das relações libidinais, o tabu sobre a coisificação do corpo seria atenuado. Tendo deixado de ser usado como instrumento de trabalho em tempo integral, o corpo seria ressexualizado. MARCUSE, H. (1966, p. 177).

O uso dos corpos femininos como veiculo de diferenciação e de conquista de patamares de inserção social através da beleza de sua anatomia nos remete a tempos primitivos e nos leva a uma viagem ao passado que parece não ser de domínio consciente das jovens mulheres nas comunidades analisadas. Mostram-se felizes e envolvidas com o “árduo trabalho” de tornarem-se corpos “malhados” para a conquista social através do status de poder que é do homem, enquanto detentor da riqueza financeira. Sobre esse comportamento, comparativamente, lembramos Corbain (1989) relatando a experiências das mulheres burguesas ao exporem seus corpos em passeios á praia,

O código estrito do pudor, que começa então a reinar, deixa pressentir a intensidade da sensação, penosa ou agradável. Para uma mulher da burguesia, há algo de extraordinário em deixar a privacy, ainda que seja em uma carruagem de banho, e deparar-se no espaço público, os cabelos soltos, os pés descalços, os quadris à mostra, ou seja, em trajes que se reserva para aquele com quem se escolheu partilhar a intimidade. Para compreender bem isso, é preciso pensar na intensa carga erótica dos tornozelos e da cabeleira femininos. O simples contato dos pés descalços com a areia já representa uma solicitação sensual, um substitutivo não muito consciente da masturbação. Para as burguesas condenadas ao lar, mais que para as aristocratas habituadas à vida mundana, a prescrição médica possibilita uma liberdade inesperada, reserva de insólitos prazeres (CORBAIN, A. 1989).

A absoluta e total exposição dos corpos femininos, seu uso para estabelecer relacionamento com grupamentos sociais e poder em relação, tanto ás outras mulheres quanto em relação aos homens, parece reavivar uma estratégia feminina de simbolização avesso ás lutas feministas de meados do século XX.

Ao compararmos os comportamentos de homens e mulheres nos espaços de interação social nas cidades pesquisadas percebemos que permanece no imaginário destes a construção de uma sociedade organizada por burgueses e campesinato. Rose Marie Muraro tratando da organização da sociedade pela vertente das classes relata a “fabricação da sexualidade” e a organização da família como componentes importantes desta estrutura, para ela,

Tanto na família burguesa quanto na camponesa revela-se que a família tem um papel mais determinante na sociedade de classes do que se pensou até hoje, pois, é

dentro dela que homens e mulheres se enraízam em sua classe social. É também na família que a sociedade patriarcal e a sociedade de classes se articulam no conceito cotidiano de nossas vidas, a cada momento e em cada gesto nosso: tanto na família camponesa quanto na burguesa ou em qualquer classe social, o status da mulher dentro da família é inferior em relação ao homem. (MURARO, 1991, p.97)

Esse cenário parece apontar para uma realidade local diferente em relação ao país como um todo. Enquanto dados estatísticos globais parecem apontar para a estruturação de famílias camponesas ou de baixa renda, com mulheres sozinhas ou como as que detém maiores salários, responsabilizando-se pela manutenção da casa e sustento dos filhos. Nos municípios estudados ainda é o homem quem ocupa esse lugar.

É grande o número de jovens que trabalham nas pequenas boutiques ou lojas cujo produto está relacionado à beleza feminina. Empiricamente, o que percebe-se é que essas jovens não se interessam pela formação acadêmica por não vislumbrarem possibilidades de ganho maior do que já possuem, nem de salários e nem de status. Nos relatos de jovens atendentes nas lojas do maior shopping Center da região destaca-se que a maneira pensada de ascenderem socialmente e ocuparem lugar de poder de consumo e valorização ancora-se na expectativa do casamento com um homem de posses.

Quando perguntadas sobre o desejo por seguir alguma carreira profissional não aparece em seus relatos um desejo específico quanto a isso. Mesmo algumas que estão nas faculdades mostram que lá estão apenas “cumprindo etapa”, sem grande motivação. Nas cidades do litoral, em períodos de temporada, é comum o esvaziamento das salas de aula por volta das vinte e duas horas. Na região as aulas começam as dezenove e terminam as vinte e duas e trinta. É queixa recorrente dos professores tanto o desinteresse das jovens estudantes, o esvaziamento ou, ainda, o uso dos espaços das faculdades para o “esquentar” antes da balada.

A partir dos relatos de jovens estudantes percebe-se que algumas se mantêm conectadas à permanência futura nas cidades de origem e têm o casamento como objetivo de vida. O modelo de relação mentenedor-mantida ainda é forte. Apesar de haver a possibilidade de conquistar trabalho em grandes empresas nacionais e multinacionais, com suas sedes na região de entorno e bastante próximas, parece não haver interesse, e assim, não mostram visão de futuro com possibilidades diversas das vividas pelas mães ou vivenciadas nas pequenas empresas familiares de serviço. Muitas destas jovens não expressam vontade por conquistar status através do lugar profissional destacado pelo investimento em carreira própria.

Os municípios de Itajaí e Camboriu têm vocação para atividades de comércio e são encaradas como cidades dormitórias, principalmente, nas temporadas. Na cultura da região é o município de Itajaí, cidade portuária com indústria tanto na produção de embarcações quanto na produção de pescado, quem determinou as características de produção, trabalho e vida da população de entorno. Por este motivo a população desta cidade não se percebe como de turismo e sim, como cidade universitária e de trabalho. A característica de relacionamento comunitário em Itajaí é mais familiar.

A população de Balneário e Itapema, na sua história de criação, foi composta por pessoas de outras localidades que buscaram esses municípios para investimento da riqueza conquistada através do trabalho nas indústrias existentes em Blumenau e depois, através deste contato, a moradia definitiva, ou para viver o segundo ciclo de vida, pois, é grande o número de aposentados morando na região. Em Balneário Camboriu e Itapema o segmento da construção civil, historicamente domínio de homens, é um dos mais fortes ramos de negócio.

Uma característica interessante da relação entre a população de Itajaí e Balneário Camboriú é que, os moradores de Itajaí que conquistam riqueza tendem a mudar-se para Balneário, pois, morar ali significa conquistar status social. Balneário Camboriú passa a ocupar, no imaginário dos trabalhadores da pesca ou das indústrias próximas, o simbólico da ascensão de classe social. Muraro (1991) lembra ainda *“a dominação da mulher vem antes da sociedade de classes e é uma precondição essencial para esta, isto é, a primeira condição para que se aceite a relação de opressão econômica”*.

Historicamente, Itajaí, como cidade portuária, possui característica *sui generis* em relação a Balneário Camboriú: trabalhando na pesca os homens conquistam melhores condições econômicas^v, mas, vivem e desfrutam pouco da cidade em função do tempo que vivem ao mar. Deixam em terra suas mulheres e filhos. Assim, é comum a abertura de um empreendimento no ramo da confecção, calçado, acessórios, para que as esposas administrem, dando-lhes uma ocupação, enquanto esperam seus parceiros e, também, como forma de aplicar os ganhos ligados ao trabalho masculino. Muitos empreendimentos imobiliários são voltados ao público flutuante que trabalha nas grandes empresas com filiais na região, são construídos para aluguel e geridos por famílias de empresários ou trabalhadores da pesca.

Esse modelo de relação com a cidade e entre os casais gerou uma forma de negócio em que, as mulheres gerenciam os empreendimentos, mas, os recursos para manutenção destes e as decisões em relação a riqueza produzida fica, ainda, a cargo dos homens. Dessa forma torna-

se corriqueiro encontrar mulheres na direção das pequenas empresas de serviço, principalmente em Balneário Camboriú, mas, o fato de estar á frente do negócio não confere á mulher autonomia nas decisões relativas a ele.

Essa condição gera diferentes realidades entre as mulheres, esposas que tomam conta de negócios de família e aquelas que conquistaram ascensão profissional em função da formação acadêmica e profissionalização. A percepção do mundo do trabalho é diversa. As mulheres nascidas no estado que ocupam cargos de liderança e nele chegaram por seguirem carreiras e conquistarem seu espaço por características femininas valorizadas na gestão são mais raras. Estas enfrentaram a discriminação e a desqualificação de sua competência pelo fato de serem mulheres.

Percebe-se ainda que, nas comunidades estudadas, a valorização do trabalho qualificado pela formação acadêmica ainda é incipiente. Este fato é identificado por alguns fatores de observação simples, dentre eles, a pouca presença dos jovens moradores destas comunidades em cursos de pós-graduação ou mesmo nas graduações. É mais comum perceber estudantes de outros municípios distantes do circuito Itajaí, Balneário Camboriú, Camboriú e Itapema, com foco na indústria, que os jovens dessas localidades nas instituições de ensino de entorno.

Empiricamente percebe-se que existe uma tendência por parte de empresários locais, oriundos dos estados de São Paulo, Porto Alegre e Curitiba em discriminar o trabalhador nascido nessas comunidades. Parece haver um consenso de que estes rendem menos e se comprometem menos com os objetivos das empresas que têm suas missão e visão gerada por culturas distantes. Estes empresários em seus discursos associam o comportamento descompromissado do trabalhador ao fato de terem nascido no litoral e possuem um comportamento menos preocupado com os resultados.^{vi}

Quanto a estes modelos de relação entre trabalho e gênero, Muraro ainda aponta,

A pequena burguesia é a camada dos pequenos proprietários dos meios de produção, sejam eles rurais ou urbanos, e que têm aspirações a crescer e tornar-se uma burguesia mais solida. Esta classe média conservadora é muito numerosa na América Latina, especialmente nas cidades de médio porte. [...] as mulheres da classe média, inclusive as mais jovens, gostam do casamento (MURARO, 1991, p. 103).

Nessas comunidades os preceitos do feminismo e os estudos acerca do lugar da mulher na ocupação dos espaços sociais e na manutenção da sociedade de classes parece nunca terem existido. Os direitos reservados ás mulheres em relação ás decisões de interesses quanto á consumo, economia, casamento, relacionamentos sexuais, trabalho, parecem ainda ancorados

nas relações de dominação patriarcal. Não parece haver consciência das diferenças em relação á salários, profissões, status e lugar social. Permanece entre as mulheres uma atitude passiva própria dos períodos anteriores ás lutas femininas por direitos iguais.

Infere-se que esse comportamento e consciência feminino na região está relacionado á uma prática religiosa numericamente superior para as doutrinas chamadas neo-pentecostais. Nos municípios de Itajaí e Camboriú é expressiva a supremacia do pensamento religiosos ligado á cultura protestante, o que pode ser fator determinante de comportamentos, tanto de homens quanto de mulheres, em relação a trabalho, casamento e profissão. No entanto, essa pesquisa não tem o objetivo de focar nesses dados, por exigirem análise mais ampla.

Buscar entender circunstancia e características da ascensão profissional de mulheres nascidas na região e, através de seus relatos, identificar as semelhanças com as características femininas que levam outras mulheres de outros estados a serem escolhidas para cargos de gestão permite-nos, tanto encontrar correlação, quanto disparidades, nos comportamentos quanto e, também, nos fatores que motivam as escolhas profissionais.

A pesquisa pretende-se continuada, assim, mantemos o olhar questionador e as análises comportamentais, mesmo depois de encerrada etapas acadêmicas com alunas.^{vii} Á principio direcionou-se para as pesquisas de conclusão de curso e valeu-se de diferentes instrumentos de análise. Alguns trabalhos utilizaram questionário fechado para identificar a forma como as mulheres de empresas locais, geridas também por mulheres, percebem a questão da liderança feminina. Outros utilizaram a entrevista semi-estruturada para determinar a percepção, através do relato das próprias gestoras, sobre sua história de ascensão.^{viii}

As empresas, campo de pesquisa são de segmentos diferentes. Entrevistas foram feitas com líderes de equipe em empresa de grande porte, contratada para serviços terceirizados de limpeza urbana das cidades de Balneário Camboriú e Itapema, cuja matriz localiza-se no município de Joinville/SC.

A outra empresa está na cidade de Itajaí, também atua como terceirizada e presta serviço no ramo de limpeza e higienização empresarial. E a ultima organização é uma agencia bancária localizada na cidade de Camboriú. Além destas entrevistou-se uma mulher empresária do ramo de serviços Contábeis, universo predominantemente masculino e mulheres trabalhadoras de uma rede calçadista com lojas nos municípios campo da pesquisa.

O questionário fechado foi aplicado em loja de médio porte, no ramo calçadista, com mais de 200 trabalhadores. Com filiais espalhadas pelos municípios de Balneário, Itajaí e Itapema com

maioria feminina nos quadros de trabalho ocupando cargos e funções como vendedoras e atendentes.

As entrevistas, semi-estruturadas com perguntas dirigidas e abertas, foram feitas em horários previamente marcados, após o envio de correspondência onde as entrevistadas ficavam cientes do assunto a ser tratado e de posse das perguntas, preparavam-se para a entrevista. Essa foi uma condição colocada pelas mulheres. O contato com algumas dessas mulheres, sua identificação e escolha foi feito através do Núcleo de Mulheres Empreendedoras do CDL de Balneário Camboriú. Também houve a participação de empresários e estudantes locais a quem se solicitou a indicação de nomes que preenchessem os critérios de recorte da pesquisa,^{ix} e ainda, da indicação de alunos das faculdades onde a pesquisadora atua.

Os questionários fechados foram respondidos pelas mulheres trabalhadoras da rede de lojas de venda de calçados mediante aproximação de uma das alunas envolvidas com a pesquisa. Percebeu-se que nesta loja a maioria era de trabalhadoras e decidiu-se analisar a percepção dessas mulheres com relação ao tema da liderança feminina. Perguntou-se sobre o conhecimento que essas mulheres tinham das diferenças de ganho por parte de mulheres gestoras, sobre o que pensavam acerca da liderança feminina, sobre como percebiam o comportamento das gestoras em relação á liderança e comando de equipes.

Os resultados apresentados nesse trabalho são preliminares, pois se pretende continuar pesquisando e identificando mulheres que preencham o perfil e os critérios determinados pela pesquisa. A correlação com a Teoria das Inteligências Múltiplas de Howard Gardner se deve ao fato de que, para esse neurologista, as mulheres apresentam predominância de características na maioria dos tipos de inteligência classificados por ele e, dentre esse tipos observa-se que, predominam nas mulheres as caracteristicamente relacionais de liderança

As inteligências classificadas por Gardner como predominantes nas mulheres são, pictórica, intra, inter e transpessoal, social, espiritual, verbal, naturalista, existencial. A característica predominante nessas inteligências classificadas é o componente relacional. O interessante nessa discussão é perceber que, características de comportamento consideradas tipicamente femininos e que, até a década de 80, para falar do Brasil, provocavam a desvalorização e a desconsideração de competência em mulheres para ocupar cargos de comando, em função de mudanças significativas nos valores culturais e na ética nos negócios, passam a ser valorizados e, a partir disso, as mulheres se destacam por possuírem habilidades culturalmente construídas na sua educação tanto no lar quanto na escola.

Gardner conceitua inteligência como “A capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos valorizados em um ambiente cultural ou comunitário” (GARDNER, 2000)^x. Essa característica associada á habilidades femininas desenvolvidas em função da maneira como as crianças do sexo feminino são tratadas e educadas nos ambientes sociais acaba por provocar destaque em algumas competências consideradas femininas. As organizações de trabalho atuais valorizam habilidade para o trabalho em equipe, a empatia, a capacidade para lidar com conflitos, por falar de si mesmo, por procurar compreender os motivos dos outros, por uma condição mais ética de resolver e decidir e ainda, por uma visão mais coletiva, tanto do trabalho, quanto do trabalhador.

Acredita-se que a mulher, por uma condição cultural, é condicionada a agir de acordo com características apontadas por Gardner. Infere-se que as características que hoje destacam a mulher nos ambientes corporativos como uma possibilidade mais adequada e alinhada com as expectativas da gestão humanizada relacionam-se á forma como a sociedade patriarcal pressupõe os comportamentos aceitos como comuns á mulheres e homens. No entanto, já aparecem em discursos de consultores e coachings de altos executivos, alusões á possibilidade de homens aprenderem a desenvolver essas características para manterem-se competitivos no mercado de trabalho.

O fato gerador da escolha da amostra, mulheres nascidas no estado em cargo de gestão, colocado como condição na pesquisa acaba trazendo dificuldades, pois, percebeu-se que existem poucas mulheres nascidas no estado em cargos de gestão. No entanto, esse dado reforça a importância da proposta da pesquisa: valorizar a trajetória de mulheres nascidas no estado e identificar nestas as características apontadas por Gardner, além de identificar no relato dos superiores que escolhem essas mulheres o reconhecimento das características que Gardner aponta como tipicamente femininas e que são valorizadas no mundo do trabalho já apontadas acima.

As entrevistadas coincidem na faixa etária de 31 a 40 anos, a empresária está na faixa de 41 a 50 anos. Um fator a ser destacado é que nenhuma das mulheres empregadas e gestoras iniciaram suas carreiras profissionais já assumindo cargo de liderança. Todas têm mais de 10 anos de trabalho em cargos administrativo, quando são convidadas para a liderança de suas equipes. No caso da gestora em agencia bancária há um diferencial no processo de escolha, pois, bancos possuem uma estrutura de promoção em que, a condição de gênero não parece ser importante, mas, sabe-se que, nos momentos de escolha, esse item é levado em consideração e, em algumas situações, considerado negativo. Já a empresária relata que

passou por três empregos como funcionária antes de encontrar o caminho de sua carreira. Como mulher empresária abriu seu próprio negócio, nele permanecendo há 23 anos.

Os questionários da entrevista foram iguais para as três gestoras, sendo diferenciado para a empresária entrevistada que atua como sócio-proprietária. O motivo para a escolha de empregadas e empreendedoras foi tentar verificar se as opiniões de mulheres que ascendem ao cargo e aquelas que são donas de suas empresas se diferenciam na percepção do lugar feminino no mercado de trabalho e os desafios que enfrentam. A empresária escolheu um ramo de negócio tipicamente masculino, enfrentou a descrença e estigma dos colegas de profissão, mas, conquistou sucesso e respeito em seu ramo.

As perguntas tiveram como objetivo a identificação pessoal e seus resultados são: quanto ao estado civil: uma é separada, uma é casada, uma é solteira e uma vive um relacionamento estável. Quanto à casada, perguntada se o marido trabalha no mesmo ramo de negócio, a resposta foi negativa. Quanto à naturalidade, critério utilizado na pesquisa por haver interesse em identificar as mulheres naturais do estado, três das entrevistadas são nascidas em Santa Catarina e uma em outro estado, mas, mudou-se ainda criança para Santa Catarina, portanto, estudou e se profissionalizou na região. Quanto ao tamanho da família de origem, todas são de famílias de três a cinco filhos. Quanto à origem, são nascidas em Imbituba, Itajaí e Chapecó.

Quanto às características femininas valorizadas no trabalho, Morais (2009, *apud*, KETS DE VRIES, 1997) apontam algumas que reforçam os motivos da escolha de mulheres para a liderança elencados por Gardner,

As habilidades das mulheres começam muito cedo. A mulher vai analisando o comportamento de sua mãe, e começa a adquirir conceitos sobre a vida, modo de agir, pensar, e conseqüentemente desenvolve muito mais cedo um talento maior de relacionamento. Com o desenvolvimento interpessoal na infância, a sensibilidade, a empatia, o compartilhamento e a vontade de ajudar fazem com que a mulher assuma um papel central no mundo interior .

Grandes empresas têm revelado em publicações e entrevistas que escolhem mulheres para cargos de gestão exatamente por suas habilidades relacionais. Esse fator torna a mulher mais apta para gerir equipes conforme as pretensões de liderança e gestão atuais. Olhar para essa nova realidade no mundo dos negócios oferece informações que transformaram as relações interpessoais e as características predisponentes da produção.

Quando enfraquece a valorização do braço forte do trabalho e passa-se a valorizar as habilidades de aprendizagem e as competências relacionais para que as organizações sejam competitivas no mundo global, os olhares se voltam para a mulher trabalhadora como alguém que já apresenta as características desejadas, evitando assim, o tempo perdido com a necessidade de aprender e treinar necessária aos homens.

Quanto á existência e número de filhos e suas idades, as entrevistadas apontam: a mais jovem delas, a bancária, não tem filhos as outras têm um cada, com idades entre seis e 18 anos. Perguntadas sobre a composição familiar de origem percebemos que as mulheres, ao contrário de suas mães que tiveram, em média, de três a cinco filhos, hoje possuem um filho e, segundo elas, a decisão quanto a tê-los ou não foi mais delas que dos parceiros. Esse dado reforça resultados de pesquisas globais que apontam que a mulher contemporânea tende a escolher a carreira profissional e, por esse motivo, ter menos filhos, decidir por tê-los mais tarde ou simplesmente, não os ter.

Segundo Natalie Itaboraí essa é uma questão importante a se refletir:

Uma pergunta antiga se coloca: as mulheres não querem ou não encontram condições para ter filhos? Todavia, no contexto atual, por poder ter filhos entende-se não apenas as condições materiais, mas as possibilidades afetivas de se sentir segura para investir em tal responsabilidade. Aí a autonomia de decisão feminina é muito mais do que ter trabalho ou renda suficiente. Isto aparece no fato de sua experiência familiar precedente e atual ter um efeito mais significativo do que as variáveis socioeconômicas quando a questão é o desejo de ter filhos. Ao mesmo tempo, é sugestivo notar que as mulheres recasadas e em união consensual apresentam maior desejo de ter filhos, o que indica que as transformações nos arranjos conjugais não implicam o desprestígio social da maternidade (ITABORAI, N. 2009).

Como apontado anteriormente, apesar de parecer que, no coletivo, as mulheres não identificam-se com as lutas feministas e tampouco apresentam comportamentos relacionados às lutas femininas por melhores condições de vida e trabalho, as mulheres entrevistadas como amostra daquelas que ascendem socialmente por intermédio de sua qualificação profissional parecem demonstrar certo nível de consciência em relação às decisões que permearam essas lutas, como por exemplo, a decisão quanto a ter filhos e em que numero.

Três das entrevistadas possuem curso superior, uma delas está cursando. A que está cursando entende que sua ascensão deveu-se á qualidade de seu trabalho e determinação. A empresária possui formação superior e pós-graduações e, ainda, é atuante na comunidade sendo representante máxima de sindicatos e associações na sua área e na região. Relata que a sua escolha para cargos de representação deve-se, também, á dedicação e cuidados éticos com a profissão.

A empresaria relata ainda que, em sua trajetória, experimentou desafios para consolidar sua empresa, pois além de começar muito cedo, aos 18 anos^{xi}, começou em um tempo em que, na sua percepção, as mulheres locais não possuíam essa ousadia.

Quanto aos relatos das mulheres entrevistadas e suas percepções acerca dos motivos que levaram às suas escolhas para os cargos algumas características são comuns. Todas apontam para a percepção diferenciada de sua performance profissional associada à sua condição feminina, mas, relatam também que, os fatores que levaram à escolha também ancoram-se nas características femininas impressas no comportamento profissional, ou seja, qualidades como comunicação empática, habilidade para trabalho em grupo, percepção dos humores das pessoas do grupo, habilidade para influenciar, ética nas decisões e escolhas, resolução de conflitos, democracia e participação nas decisões coletivas.

Um exemplo dessa realidade sentida e mantida no discurso é o relato de uma das mulheres entrevistada, que chamaremos MF ao contar por que não foi aprovada para um cargo de chefia em uma empresa, mesmo sendo conhecida e respeitada por seu profissionalismo, segundo ela: [...] *Ele falou (o dono da empresa), ele é muito meu amigo hoje, mas, ele foi direto. Eu gostei da atitude dele porque eu não saí com aquela ilusão que ia conseguir o emprego. Simplesmente ele disse: olha, a pessoa que está no cargo ta(sic) saindo agora no final do mês, eu não tenho ninguém, mas, não te contrataria; perguntei por quê? Ele falou assim: por um motivo só: você ser mulher, aqui a gente trabalha 99% com homens e eu não gosto de trabalhar com mulher [...]*”. a empresa em questão é do ramo de transportes pesado, outro domínio masculino. No entanto, o cargo era para gerencia de pessoal e não para operacional.

Parece existir, ainda, na região, uma tendência por separar os universos de trabalho sexo. Quanto a isso Helena Hirata aponta,

[...] Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos em todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Isso não significa, no entanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, ela tem inclusive uma incrível plasticidade: suas modalidades concretas variam bastante no tempo e no espaço, como demonstram fartamente etnólogos e historiadores. O que é estável não são as situações, e sim a distância entre os grupos de sexo. (2008, p. 266-7)

É exatamente a plasticidade nas possibilidades de reconhecimento e inserção do trabalho feminino como igualmente valoroso, ou ainda, as possibilidades de se reverterem crenças

conservadoras quanto ao lugar da mulher no mercado de trabalho e nas sociedades e, o interesse por demonstrar, em escala de amostragem, as disparidades de práticas e conhecimentos acerca das diferenças de gênero, que, como aponta Rose Marie Muraro (1991), “*estão na base da estratificação de classes*”, que nos move.

A realidade de participação nos espaços produtivos de mulheres, tanto como empregadas quanto como empreendedoras perpassa a exigência de “provar duplamente” sua capacitação. Experiências segregadoras, em função do gênero, são relatadas também pela mulher empreendedora, a quem chamaremos MB. Segundo seu relato ao ser questionada em relação à forma como percebe a aceitação da mulher na profissão, lembra: “*Hoje essa realidade dentro da área contábil está um pouquinho diferente. Está meio que se invertendo o quadro, mas se você considerar em nível de liderança dentro da área contábil a presença masculina ainda é grande, muito grande mesmo, então, a gente ainda tem algumas dificuldades de compartilhar, porque por mais que você saiba se posicionar é muito difícil de você lidar com isso, com ciúme sabe, com má interpretação de situações*”.

Em relação às exigências de comportamentos femininos nas relações de trabalho percebe-se que a mulher precisa provar que seu sucesso deve-se à sua competência e não aos dotes físicos ou sua habilidade de sedução enquanto mulher. Percebe-se também que, mesmo entre mulheres, dúvida e preconceito podem advir das relações de gênero envolvidas nos ambientes produtivos. A mulher precisa lidar com preconceitos próprios, com os colegas de trabalho e ainda com seus companheiros, que, por vezes, associam sua condição de mulher às possibilidades de conquista de sucesso profissional.

Para além das celeumas sexistas, o que pretendemos mostrar é que, na sociedade atual, em que o conhecimento e a aplicação destes são os principais fatores de poder e riqueza, tanto mulheres quanto homens são competentes e estão em perfeitas condições de gerar riqueza e melhor qualidade e desempenho produtivo. Na transição histórica em que o trabalho era o mais importante dos fatores produtivos, a força masculina determinava a direção da riqueza. Os mais fortes e resistentes fisicamente tinham poder, hoje, quem detém maior conhecimento e habilidades relacionais são os mais poderosos.

O capital, como fator produtivo, consagrou a supremacia decisória masculina não mais por questões anatômicas ou fisiológicas e sim, por questões culturais. Atualmente, quando transitamos da força do capital para a força da economia do conhecimento, mulheres podem e devem ser valorizadas. Não há mais lugar para a segregação sexista nos novos arranjos

produtivos. Afinal, mulheres são maioria nas instituições de ensino e também enquanto população atualmente. Os desafios, portanto, permeiam a quebra de paradigmas e a consolidação de novos modelos mentais que acolham homens e mulheres.

Evoluindo na percepção das competências em novos arranjos produtivos. Não mais de segunda categoria, não mais submetidas ao comando masculino, apenas por serem mulheres, não mais subjugadas a exigências de produção através da força e conquistando qualificação profissional através do conhecimento as mulheres conquistam espaço social e profissional por condições intelectuais que as livra dos estigmas da força física ou da força do capital, antes reservada aos homens.

Nas sociedades cuja economia se constitui pelo conhecimento torna-se desnecessária a separação do que seja trabalho de homens e mulheres e eles, na interlocução com elas terão a oportunidade de aprender e desenvolver características mais amorosas e femininas de relação mantendo a excelência produtiva.

Referencia Bibliográfica

CORBIN, Alain. O território do vazio: A praia e o imaginário ocidental. São Paulo. Cia. das Letras, 1989.

GARDNER, Howard. Inteligências Múltiplas: a teoria na prática. Artmed. Porto Alegre, 1995.

ITABORAI, Natalie. Atravessando as fronteiras entre público e privado: relações de gênero no trabalho e na família. ANAIS ABEP/UNICAMP. São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/gtgenero_2009/itaborai.pdf

MORAIS Gisele Negretti de; *et. al.* **Liderança Feminina:** Um Olhar Diferenciado das Organizações. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/1>.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. In: Cadernos Pagu. (17/18) 2001/02: pp.139-156. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a06.pdf>

MURARO, Rose Marie. Os seis meses em que fui homem. 2º Ed. Rosa dos Ventos. Rio de Janeiro, 1991.

NOGUEIRA, O. Família e comunidade. Rio de Janeiro: INEP, 1962.

ROBBINS. Stephen, P.; Comportamento organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. Cap. 12 p. 275 - 296.

SULLEROT, E. História e sociologia da mulher no trabalho. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970.

Notas

-
- ⁱ Boletim Mulher e Trabalho edição especial em parceria com a secretaria especial de políticas para as mulheres.
- ⁱⁱ O programa ligado á revista Contemporânea veicula práticas de sucesso e formas de gerir de mulheres empresárias da cidade de Florianópolis.
- ⁱⁱⁱ Trata-se da Faculdade do Litoral Catarinense – FLC, nucleada da rede SOCIESC de educação.
- ^{iv} Dados populacionais IBGE 2010
- ^v Um prático, trabalhador do porto, ganha entre 60 e 100 mil reais. Um pescador com barco ganha, em média, de 40 a 60 mil reais por mês.
- ^{vi} Em palestra na faculdade um empresário de grande empresa na área de transportes e logística, com 1.400 trabalhadores relata que uma maneira de selecionar seus trabalhadores é pedir-lhes que conte de 1 a 10, aqueles que falam o numero dois ou três com um som característico ao linguajar local, é dispensado, mesmo que tenha competências técnicas para o trabalho.
- ^{vii} Esse trabalho de pesquisa começa na Faculdade do Litoral Catarinense, nucleada da rede SOCIESC de educação em 2009, mas, estendeu-se para outros espaços sociais. A pesquisadora manteve a temática principal e buscou novos relatos e informações com mulheres membros de grupos sociais inseridos nos municípios de Itajaí e Balneário Camboriú durante os anos de 2010, 2011 e ainda, 2012. Em 2009 duas alunas de graduação participaram da pesquisa. Optou-se por metodologias diferentes, uma utilizou entrevista aberta e outra questionário fechado. Em 2010 manteve-se a proposta de pesquisa e outras alunas participaram usando as mesmas metodologias. A Pesquisadora utilizou-se de encontros com mulheres empreendedoras e entrevistas abertas para buscar novos dados. Créditos devem ser dados á aluna de graduação do curso de Administração da FLC, Joelma Guimarães por sua participação na primeira etapa dessa pesquisa.
- ^{viii} Sendo fruto de trabalhos de conclusão de curso é importante dar créditos á aluna Joelma Gonçalves de Oliveira, que executou as entrevistas e contribuiu com as análises deste trabalho.
- ^{ix} O recorte da pesquisa é localizar mulheres nascidas e que estudaram em Santa Catarina e que possuem empresas ou ocupam cargos de gestão em empresas nos municípios escolhidos.
- ^x Howard Gardner cria a teoria das Inteligências Múltiplas em 1983. Sua teoria vem quebrar um paradigma de coeficiente intelectual amplamente utilizado nos ambientes educacionais, mas, no começo dos anos 2000, Gardner passa a ser convidado para palestras e cursos nos ambientes empresariais. O interesse por sua teoria nas empresas estava mais ligado á tentativas de identificar os trabalhadores mais inteligentes nas seleções, no entanto, seu destaque ás características femininas de comportamento e cognição acaba por mudar o uso de seus pressupostos em alguns setores organizacionais. Como Psicóloga e mestre em educação e atuando em cursos nas áreas das ciências sociais esta pesquisadora acaba por utilizar-se do que está aparente para um debate sobre as diferenças de gênero tentando distanciar-se das lutas feministas e aproximar-se do reconhecimento do diferente como algo que faz parte do contexto dos gêneros.
- ^{xi} Esta empresária, a quem chamaremos M. relata que, seu primeiro desafio foi convencer os pais a emancipá-la para que pudesse abrir sua primeira empresa.

COMO ENSINAR IGUALDADE? POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTITUIÇÃO DA DIFERENÇA

HOW TO TEACH EQUALITY? PUBLIC POLICIES AND CONSTITUTION OF DIFFERENCE

Eliana Teresinha Quartiero

Professora da Universidade Estadual de Santa Catarina UDESC. Mestra em Psicologia Social e Institucional. Doutoranda em Psicologia Social e Institucional – UFRGS, Membro do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero NUPSEX.

CV: <http://lattes.cnpq.br/1896289305396728>

Priscila Pavan Detoni

Mestra em Psicologia Social e Institucional. Doutoranda em Psicologia Social e Institucional – UFRGS. Membro do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero NUPSEX.

CV: <http://lattes.cnpq.br/9818967247146714>

Henrique Caetano Nardi

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero NUPSEX.

CV: <http://lattes.cnpq.br/9591044257330893>

Resumo: Problematizamos uma série de práticas presentes nas capacitações e ações vindas das políticas públicas que, ao abordar a discussão da sexualidade na escola, a colocam como do âmbito do “proibido”, e que deveríamos trazer a tona, estimular a discussão, pois esta não estaria presente no currículo escolar. Estaria se colocando neste âmbito de desconhecimento e invisibilidade um grande número de pessoas e práticas que “saltam aos olhos”, pois é ali que se configura a marca do desvio, do reprovável e do que necessita ser educado. Esta abordagem se apresenta conjuntamente com a reivindicação de visibilidade para o tema da diversidade sexual e visibilidade para os/as indivíduos que se afastariam do ideal heteronormativo. Vamos discutir que a discursividade em torno da sexualidade e não o seu silêncio constituiu-se como fator importante no discurso educacional brasileiro.

Palavras chaves: sexualidade, formação de professores, políticas públicas

Abstract: We problematize a number of present practices in the training and actions coming from public policies that, when addressing the discussion of sexuality in school, pose it as falling within the "prohibited" and that we should bring it to light, stimulate discussion, as it would not be present in the school curriculum. This would be putting in an area of unknown and invisibility a large number of people and practices that "leap to the eye" because it is there that is configured the brand of deviation, of reproachable and of what needs to be educated. This approach is presented in conjunction with the claim for visibility for the theme of sexual diversity and visibility for individuals who would deviate from the heteronormative ideal. We believe that discursivity around sexuality and not its silence constituted an important factor in the Brazilian educational discourse.

Keywords: sexuality, teacher training, public policy

Neste texto se busca dialogar com os debates das sexualidades no campo da educação e questões envolvendo políticas públicas e seus locais de implantação; pensar as práticas buscando propostas de mudança e referenciais teóricos que propiciem tal tarefa. Nesta pesquisa está presente uma preocupação com a produção de conhecimento para dar suporte às propostas de intervenção em um cotidiano escolar que se configura como produtor de desigualdades. No Brasil, nos últimos anos, tem acontecido uma série de ações oficiais no sentido da defesa de direitos de "populações vulneráveis". (BRASIL, 2002, 2004, 2007, 2010) Nas propostas de políticas públicas a escola tem sido citada como um espaço de aplicação, local de implementar "novas atitudes e novas formas de convivência social", local a ser transformado. O debate sobre formação de professores para que estes abordem a sexualidade é extenso e com posições muito diferenciadas, tanto em relação à necessidade de abordar este tema na escola, de formar professores de maneira específica, quanto aos conteúdos e formas de abordagem. Diferentes filiações teóricas tem reivindicado o aval do estado para assumir esta tarefa.

A proposta do governo federal de formação continuada para professores que aborda a diversidade sexual iniciou em 2005, quando foram lançados, anualmente editais do MEC, com exceção do ano de 2008, e segue até os dias atuais, mas passou por diversas modificações em sua trajetória. A primeira edição do processo de licitação chamava-se - Formação de profissionais da educação para a cidadania e diversidade sexual. A edição seguinte chamou-se - Formação de profissionais da educação da rede pública de educação básica voltados para a promoção, no contexto escolar, da igualdade de gênero, da

diversidade sexual, o enfrentamento ao sexismo e à homofobia. A realizada em 2009, foi denominada - Projeto educação para promoção do reconhecimento da diversidade sexual e enfrentamento ao sexismo e à homofobia.

Em um primeiro momento, as ONGs são consideradas as principais parceiras por serem identificadas como os agentes com maior experiência sobre diversidade sexual. Até o edital de 2006 podiam participar da concorrência: prefeituras municipais, governos estaduais ou do Distrito Federal, universidades públicas ou privadas comunitárias sem fins lucrativos, escolas públicas e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. A partir do edital lançado no final de 2007, houve uma mudança que causou impactos na política de formação, a licitação passou a ser restrita às instituições públicas de ensino superior e instituições federais de educação profissional e tecnológica (IES).

Como pesquisadora, acompanhei como observadora/participante formações direcionadas a professores/as da rede pública de ensino que tinham como objetivo capacitá-las/os para o trabalho pedagógico abordando a diversidade sexual, ações inseridas e financiadas pelo Programa Brasil Sem Homofobia. A partir deste campo um aspecto que desafia a pensar é uma série de discursos/práticas presentes nas capacitações e ações vindas das políticas públicas que ao abordar a discussão do tema das sexualidades o colocam como um assunto “proibido”, um “tabu” ou algo que devemos trazer a tona, estimular a discussão, pois ele não estaria presente no currículo escolar. Para Foucault (1988, p. 15): “A questão não é por que somos reprimidos, mas, por que dizemos, com tanta paixão, tanto rancor contra nosso passado mais próximo, contra nosso presente e contra nós mesmos, que somos reprimidos?” Rechaçando a hipótese repressiva¹, ele afirmou que o século 19 não indicava a proibição de falar sobre sexo, mas ao contrário, se produziu uma vasta proliferação de discursos sobre sexualidade.

Mesmo que inseridos dentro de uma ótica de que devem ser abolidos os silêncios, os “mitos”, as invisibilidades, partir-se de uma abordagem do âmbito da repressão pode se mostrar insuficiente para uma abordagem pedagógica que visa o combate aos preconceitos ligados às práticas sexuais. Da mesma maneira se estabelece um desafio na reflexão acerca

¹ Abordagem teórica que parte de um entendimento em que todos os discursos sobre a sexualidade tem como objetivo a repressão ao sexo.

das variadas expressões de identidade de gênero, pois uma lógica desencadeada por esta abordagem coloca o sexo dos indivíduos como da ordem do natural e de uma essência que buscaria instintivamente uma expressão prazerosa. Parece se constituir um movimento, onde há constante afirmação do desvio e seus mapeamentos e sua “invisibilidade”. Estamos colocando neste âmbito de desconhecimento e invisibilidade um grande número de pessoas e práticas que “saltam aos olhos”, pois é ali que se configura a marca do desvio, do reprovável e do que necessita ser educado. Nas pesquisas que envolvem de alguma maneira o tema da sexualidade o livro de Michel Foucault: *História da Sexualidade* tornou-se presença obrigatória, geralmente ele consta na bibliografia, das mais diversas metodologias ou suportes teóricos. Porém sua maneira de olhar não se alastra a análise desenvolvida por todas as nossas pesquisas, e em projetos que abordem os direitos sexuais tem resultado em metodologias de “esclarecimento” e informação.

Estamos falando de sexualidade no contexto escolar contemporâneo? Sim e muito. O entendimento de que nos últimos quatro séculos a sexualidade se constituiu com uma dinâmica que não é a da repressão e sim a de uma permanente indução a transformar o sexo em discurso é fator fundamental para o entendimento que estamos buscando. Segundo Foucault, a sexualidade não foi ocultada, proibida ou condenada. Ela foi produzida através de múltiplos discursos para atuar “como um ponto de passagem particularmente denso para as relações de poder entre homens e mulheres, jovens e velhos, pais e filhos, educadores e alunos, administradores e população” (CASTRO, 2004, p. 326).

Vamos pensar que a discursividade em torno da sexualidade e não o seu silêncio constituiu-se como fator importante no discurso educacional brasileiro. Se relacionarmos o processo de escolarização à disciplinarização dos corpos de crianças e jovens, veremos que a educação do sexo encontrou seu lugar privilegiado na escola desde muito cedo. Assim, o “sexo bem educado” se apresentou como parte fundamental do processo de escolarização, mesmo que este não tenha sido abordado como uma disciplina específica, pois a regulação do sexo de crianças e jovens nas escolas foi uma tônica na conformação da pedagogia moderna (COSTA, 1983). O controle e a vigilância não são impostos, baseando-se na proibição ou negação, mas sim enredados em um discurso de otimização da vida, onde é aconselhada a população às formas mais “apropriadas” de se fazer isto ou aquilo (a norma).

Foucault denomina estes processos como *Bio-Poder* (processos de normatização), que instaura uma *Bio-Política* das populações, uma regulação do poder sobre a vida.

Desde o século XVIII o sexo não cessou de provocar uma espécie de erotismo discursivo generalizado. E tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele se exercia e como meio para seu exercício; criaram-se em todo o canto incitações a falar; em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular. Desenfurnam-no e obrigam-no a uma existência discursiva. Do singular imperativo, que impõe a cada um fazer de sua sexualidade um discurso permanente, aos múltiplos mecanismos que, na ordem da economia, da pedagogia, da medicina e da justiça incitam, extraem, organizam e institucionalizam o discurso do sexo, foi imensa a prolixidade que nossa civilização exigiu e organizou. (FOUCAULT, 1988, p. 34)

Invertendo o que chama de hipótese repressiva, ou seja, a idéia de um sexo natural, anterior ao social e aprisionada em um processo de coerção, Foucault analisa como, historicamente, começou-se a falar de sexo; como as disciplinas científicas produziram a verdade do sexo e como as instituições médicas, pedagógicas e outras substituíram-nas, por meio de procedimentos destinados a normalizar os corpos sexuados; como o sexo tornou-se uma questão política, como o Estado investiu o sexo dos cidadãos para gerir as populações no contexto de um capitalismo ascendente, isto é, como os sujeitos foram, ao mesmo tempo, constituídos e assujeitados em um movimento de produção de seu ser sexuado. Foucault nos fala de produção da sexualidade, se afasta do entendimento do poder como meramente opressor e de que a sexualidade é reprimida, procurando mostrar que não existe silêncio e o que aconteceu foi uma explosão discursiva da sexualidade, a produção da sexualidade está inserida em contextos de poder.

[...] a hipótese de um poder de repressão que nossa sociedade exerceria sobre o sexo e por motivos econômicos, revela-se insuficiente se for preciso considerar toda uma série de reforços e de intensificações que uma primeira abordagem manifesta: proliferação de discursos, e discursos cuidadosamente inscritos em exigências de poder; solidificação do despropósito sexual e constituição de dispositivos suscetíveis, não somente de isolá-lo, mas de solicitá-lo, suscitá-lo, constituí-lo em foco de atenção, de discursos e de prazeres (...) de processos que o disseminam na superfície das coisas e dos corpos, que o excitam, manifestam-no, fazem-no falar, implantam-no no real e lhe ordenam dizer a verdade. (FOUCAULT, 1988, p.70).

Outro argumento apresentado por Foucault foi o que ele denominou de benefício do locutor, que seria a gratificação em formular relações de sexo e poder em termos de repressão, pois se o sexo é reprimido o simples fato de falar dele e de sua repressão representaria uma transgressão. (1997b, p.12).

A instituição escolar se transformou ao longo do século XX. A partir dos anos de 1960, os movimentos pelos direitos civis, as lutas feministas, os movimentos gays e lésbicos, as reivindicações étnico-raciais e, na América Latina, as lutas contra os regimes ditatoriais, produziram marcas no discurso sobre a escola. Embora os modelos a serem seguidos se modifiquem no transcorrer do século XX, eles permanecem como base de uma pedagogia que transita entre o “não deve” e o “deve fazer isto ou aquilo”,

Positividade do poder

Para pensar as construções de identidades sexuais e de gênero utilizamos o entendimento do poder como seu aspecto positivo, de poder enquanto produtor de conhecimento, como sugere Foucault:

O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1979, p. 8).

O poder produz, modifica a cada momento e em cada lugar a si mesmo e a cada coisa com a qual se relacione em uma rede múltipla, móvel, dinâmica. O poder é produção em ato, e o poder está em estreita relação com o saber. Poder e saber se produzem e auto-reproduzem, estabelecem uma relação de mútua dependência.

“Não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes (...). Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder: reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo... Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro, contraposto.” (FOUCAULT, 1988, p. 95).

Para Foucault os saberes, compreendidos como materialidade, práticas e acontecimentos, integram dispositivos políticos articulados com as diferentes formações sociais inscrevendo-se, portanto, em suas condições políticas. Daí, afirmar que não há saber neutro: todo saber é político. Para ele a análise do saber implica necessariamente na análise do poder, visto não haver relação de poder sem a constituição de um campo de saber. Da

mesma forma, todo saber constitui novas relações de poder, pois onde se exercita o poder, ao mesmo tempo, formam-se saberes e estes, em contrapartida, asseguram o exercício de novos poderes. Dessa forma, cada formação social tem seus regimes de verdade.

Muitas políticas públicas desenvolvidas hoje no campo da diversidade sexual e ações de intervenção nas escolas têm como base identidades pré-estabelecidas – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – e a promoção do seu reconhecimento. Alguns trabalhos produzidos a partir de experiências de formação de profissionais de educação, segundo Regina Fachini (2008), trazem uma perspectiva que coloca os sujeitos em oposição: de um lado, os LGBTs ou aliados; de outro, os(as) homofóbicos(as). Buscamos uma abordagem onde seja possível perceber a mútua implicação/constituição dos opostos e questionar os processos pelos quais uma forma de sexualidade (a heterossexualidade) tornou-se a norma, e mais do que isso, passou a ser concebida como “natural”. Tomaz Tadeu da Silva enfatiza: “(...) a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir”. (SILVA, 2000, p. 82). Este ‘incluir’ e ‘excluir’ são situações que entram no jogo do poder, classificando os sujeitos nesse processo de construção das identidades e também das diferenças.

Apesar destas propostas de políticas públicas que se situam no âmbito dos direitos humanos não serem consenso ou necessitem de lutas e reivindicações de movimentos sociais na busca de se tornarem ações, quando da sua implantação estas se colocam da ordem de biopolíticas e de governo de condutas (Foucault, 1999) e conjuntamente acionam resistências e contracondutas. Apesar de muitos/as de nós não considerarmos legítimas algumas destas reações e classificá-las da ordem do conservadorismo e alinhadas à norma, porém, se coloca a questão de refletir: como se configuram os processos de negociações das maneiras de viver? Considerando uma tensão presente de legitimidades em torno de quem pode falar e de que maneira.

As normas que nos permitem sermos reconhecidos como humanos são articuladas socialmente e com variações. E, em certas ocasiões, as mesmas normas que conferem a qualidade de “humano” a certos indivíduos são aquelas que privam os outros da possibilidade de conseguir o mesmo status, produzindo assim um diferencial entre os “humanos” e os “menos humanos”. Estas normas têm amplas conseqüências sobre a nossa

concepção do modelo de humano com direitos e do humano que se inclui na esfera na participação da deliberação política (BUTLER, 2006, p. 14).

Judith Butler considera que as regulações de gênero não são apenas mais um exemplo das formas de regulamentação de um poder mais extenso, mas constituem uma modalidade de regulação específica que tem efeitos constitutivos sobre a subjetividade. As regras que governam a identidade inteligível são estruturadas a partir de uma matriz que estabelece a um só tempo uma hierarquia entre masculino e feminino e uma heterossexualidade compulsória. Nestes termos o gênero não é nem a expressão de uma essência interna, nem mesmo um simples artefato de uma construção social. O sujeito gendrado seria, antes, o resultado de repetições constitutivas que impõem efeitos substancializantes. Com base nestas definições, a autora chega a afirmar que o gênero é ele próprio uma norma (Butler, 2006, p.58)

Segundo Foucault buscamos pensar que a repressão se inscreve sempre em uma estratégia política muito mais complexa, que visa à sexualidade. Há, no dispositivo da sexualidade, um grande número de prescrições imperfeitas, no interior dos quais se colocam discursos da ordem da inibição e da ordem da estimulação.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 1988, p. 67).

Este trabalho parte de uma análise genealógica, segundo Michel Foucault, cuja perspectiva implica na priorização das práticas sociais, questionadas em seus vários sentidos e configurações, em detrimento de uma análise contemplativa de discursos. O método genealógico abrange a análise da constituição dos saberes, discursos e domínios do objeto. Na experiência de campo com capacitações de professores/as, sobre os temas de gênero e diversidade sexual, pode-se perceber presente nas aulas, palestras, e nos materiais produzidos, a recorrência em tratar o assunto com uma abordagem do desconhecimento. A lógica mais recorrente é o que Foucault (1999) denomina de hipótese repressiva do poder. O poder como um grande “Não”, uma instância negadora das potencialidades, sejam elas as da natureza, dos homens, de uma classe, dos instintos, etc. Ou seja, o poder como um exercício de limitação de forças, uma barreira que se impõe à verdade, seu radical oposto.

Às relações de poder caberia o papel de suprimir o desejo, promovendo a ignorância e falsa consciência ao utilizar-se de uma série de outros artifícios. Perceber esta lógica colocada em ação por políticas públicas convoca refletir sobre estar se produzindo um lugar para as práticas eróticas que, acredito, deve ser problematizado: que discursos/verdades estamos “implantando”?

Esta abordagem se apresenta conjuntamente com a reivindicação de visibilidade para o tema da diversidade sexual e visibilidade para os/as indivíduos que se afastariam do ideal heteronormativo. Porém, poderíamos argumentar que a conformação de identidades sexuais e o regramento de práticas eróticas tornou-se central nas constituições do que é humano. O “outro” aparece e se destaca, aqueles/as que estão em conformidade com a norma não precisam falar de si.

A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação outras marcas instituídas por relações de poder promovem um processo de incluir/excluir, demarcando fronteiras entre o "nós" e "eles"; classificando: desenvolvidos/primitivos; racionais/irracionais; normais;/anormais. A identidade normal dispensa teorizações, ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade, são as outras identidades que são marcadas como categorias. É a sexualidade homossexual que é sexualizada, não a heterossexual. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade. Na medida em que é uma operação de diferenciação, de produção de diferença, o anormal é inteiramente constitutivo do normal. Assim como a definição da identidade depende da diferença, a definição do normal depende da definição do anormal. (SILVA, 2000, p. 81)

Ao receber a inscrição de diferente, a homossexualidade foi indispensável para estabelecer a norma predominante. Norma esta que, mesmo considerada como natural e normal, necessitou da “mais meticulosa, continuada e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento” (LOURO, 2001, p. 17). Estas normas têm conseqüências de largo alcance sobre a nossa concepção do modelo de humano com direitos e do humano que se inclui na esfera na participação da deliberação política (BUTLER, 2006, p. 14).

A principal característica atribuída à sexualidade pelo discurso científico foi a sua capacidade eminentemente patológica. O sexo foi considerado como algo que, por suas

características inerentes poderia ser acometido por doenças. Passou a ser vigiado por diversas instâncias, desde a sexualidade da criança, observada de perto pelos pais, pedagogos, pediatras. “[...] as técnicas de poder exercidas sobre o sexo não obedeceram a um princípio de seleção rigorosa mas, ao contrário, de disseminação e implantação das sexualidades polimorfas (...)” (FOUCAULT, 1988, p. 17)

O conceito de sexualidade que pertence a nossa história nasceu como a justa medida de separação entre normalidade e anormalidade (FOUCAULT, 1988). A fronteira bem marcada para a heterossexualidade constituiu-se como o oposto à homossexualidade, onde se localizou uma série de comportamentos ditos perversos, excessivos, anormais.

Porém cabe salientar que não somente os/as que demonstram ou ficam sobre a suspeita de ter uma sexualidade diferente serão vigiados, criticados, mas que a norma se instala para todos/as e em sua referência que todos/as nós iremos viver e dar valor a nossas experiências afetivas, amorosas e sexuais. Neste processo, a marcação do outro se constitui como fronteira e exterioridade que vai conformando a norma, segundo Butler:

[...] ainda não são ‘sujeitos’, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas, cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. (BUTLER, 1999, p. 155)

A teoria feminista, os estudos queer e o pensamento pós-colonial tem trazido o entendimento de que todo estudo de “alteridades” é na realidade um elemento central na definição e conformação dos corpos dos que “não-são-os-outros”, quer dizer, de aqueles cujas características físicas e sua produção de conhecimento são supostamente neutros, objetivos e não marcados pela outredade: todos aqueles homens brancos, ocidentais heterossexuais, de classe média-alta, etc. A masculinidade é construída como um contraponto à feminilidade, como salienta Werner-Lang (2001), o construir-se como homem requer necessariamente sempre se distinguir dos fracos, das femeazinhas, dos "veados", ou seja, daqueles que podem ser considerados como não-homens. O masculino, e as relações entre os homens são estruturadas dentro de uma lógica hierarquizada das relações homens/mulheres, e aqueles que não podem provar sua masculinidade sem dúvidas estão sujeitos a serem desclassificados e tratados como as mulheres. O feminino se torna o pólo de rejeição central associado a toda uma série de desclassificações, na socialização

masculina, para ser um homem, é necessário não ser associado a uma identidade-mulher. “Uma abordagem desconstrutiva permitiria compreender a heterossexualidade e a homossexualidade como interdependentes, como mutuamente necessárias e como integrantes de um mesmo quadro de referências.” (LOURO, 2008,p. 45)

Nesta direção, para o desenvolvimento desta reflexão se busca pensar os corpos como elementos que constituem uma rede de interesses políticos, corpos políticos. Judith Butler afirma que a diferença sexual (algo que nós podemos estender a os outros tipos de diferenciações corporais encarregadas de marcar a “alteridade”) nunca será só uma questão de diferenças materiais, ao contrário, sempre estará determinada pelas práticas discursivas - sem que isto implique que o discurso seja a causa última da diferença sexual, étnica, racial, ou social em um sentido mais amplo. Temos presente a tese foucaultiana que considera o sexo como uma prática reguladora capaz de produzir os próprios corpos que governa, neste sentido a homossexualidade é pensada como parte de um regime de poder/saber (mais do que como uma identidade social minoritária).

O direito a expressão da sexualidade e a luta por conquistá-lo apresenta um desafio de, em uma análise de pesquisa, não tomarmos o sujeito que tem seus direitos restringidos como “invisível”, mas como coloca Judith Butler, esta pessoa não tem a mesma legitimidade como ser humano do que as que estão conformadas dentro da norma, porém a falta de direitos, a inexistência como cidadão não resulta que em sua vida cotidiana este indivíduo seja invisível, ao contrário representa a borda e sinalizador da norma. Esta pessoa é percebida e é alvo de desconfianças e preconceito. Para as outras pessoas “normais”esta seria uma fronteira a não transpor e muito menos habitar, sendo este perigo sempre presente e sinalizado.

Considerações finais

A demarcação de uma identidade, e a afirmação da diferença estão presentes nas reivindicações de direitos de diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso aos bens sociais. A biopolítica da sexualidade constituiu-se em um processo meticuloso que institucionalizou a maneira de pensar o exercício de certa sexualidade e negar as *outras*. Aqui é importante salientar que quando falamos negar estamos nos remetendo a uma hierarquização de práticas, são negados direitos e

legitimidade e não sua existência. A prática que se constitui um desvio ou derivação mostra-se, aparece, como abjeção e essencializada, mas passível de intervenções e valorações. Como estabelecer uma busca de direitos igualitários e não destacar ainda mais esta figura do “outro”? Como desconstruir o lugar de “outro”?

Quando se pretende formar pessoas ou ensiná-las, se mostra a importância de repensar metodologias, estamos comprometidos demais com um processo informativo, onde a ignorância se “combate com informações”, juntamos dados e lhes damos lógica. A experiência acontece, um processo está em curso nas escolas e ali também estão as contracondutas, pois nos afirma Foucault, as contracondutas acontecem conjuntamente com o governo das condutas, seguem e estão inseridas dentro da mesma lógica, não é possível uma exterioridade às verdades, à lógica do poder. Neste sentido Jorge Larossa pode nos auxiliar, explicitando a dificuldade de perceber que os processos de formação, todos os movimentos presentes na escola e no exercício de educar são processos constitutivos de sujeitos, produtores de subjetividade, que propõem formas de viver e significar a vida.

“A segunda ocultação da própria pedagogia como uma operação constitutiva, isto é, como produtora de pessoas, e a crença arraigada de que as práticas educativas são meras “mediadoras”, onde se dispõem os “recursos” para o “desenvolvimento” dos indivíduos. Estamos lidando com inércias, nas quais o papel produtivo da pedagogia na fabricação ativa dos indivíduos - neste caso, dos indivíduos enquanto dotados de uma certa experiência de si - fica sistematicamente elidido.” (JORGE LAROSSA,

O normal se converte em um critério que julga e que valoriza negativa ou positivamente, descritivo que se torna normativo. Um conjunto de práticas de normalização cujo objetivo é a produção do normal, tem um caráter produtivo. Assim, da divisão simples e binária da inclusão-exclusão, do lícito e do ilícito, se passa às complexas formas de categorização do normal e do patológico, do anormal e do desviado, do normal ou do que excede ou não chega à norma. Este se mostra como um critério sustentado por um conjunto de saberes e presente nas regras de funcionamento das instituições escolares.

Neste sentido, propomos a partir das discussões aqui apresentadas, buscando não perder de vista a complexidade, um questionamento: como ações de políticas públicas tem contribuído para o debate do que se coloca como uma hierarquização do humano? Surge a necessidade de rever propostas de implantação de projetos que não apresentam uma coerência entre um criterioso estudo teórico e a ação sugerida pela política pública, Estamos aqui mapeando dificuldades de traduzir discursos igualitários em ações

pedagógicas, pois se apresenta o risco de um funcionamento acrítico dentro do dispositivo da sexualidade e a implantação somente se estabelecer como mais um mecanismo de uma incitação ao discurso do sexo. (FOUCAULT, 1988)

Referências Bibliográficas

BRASIL. (2004) Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

_____. (2002) Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos II**. Brasília: Ministério da Justiça.

_____. (2007) Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Cadernos Secad 4. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**, Brasília: SECAD.

_____. (2010) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)** / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília. SEDH/PR.

BUTLER, Judith. (2003) **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. (1999) **Corpos que pesam**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, p. 153-172.

CASTRO, Edgardo. (2004) **El vocabulario de Michel Foucault: un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores**. Buenos Aires: Prometeo.

COSTA, Jurandir Freire. (1983) **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal.

FACCHINI, Regina. (2008) “Entre Compassos e Descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do Movimento LGBT brasileiro”. In: *Revista Bagoas*, n. 04. Natal: UFRN, p. 131-158.

FOUCAULT, Michel. (1988) **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (1999) **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo : Martins Fontes,

_____ (1979). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 295 p.

FOUCAULT, Michel. (1988.) História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal.

FOUCAULT, M. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994. p. 525-538,

LAROSSA, Jorge. (1994) “Tecnologias do eu e educação”. In: Silva, Tomaz Tadeu. *O sujeito da educação*. Petrópolis: Vozes, p.35-86.

CONSEQUÊNCIAS SÓCIO-TRABALHISTAS DA GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA PARA AS MULHERES NA ESFERA TRANSNACIONAL

Renata Guimarães Reynaldo, doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço eletrônico: renatareynaldo@gmail.com.

RESUMO

O presente estudo visa oferecer elementos teóricos para se compreender, a partir de uma análise em pequena escala destinada a abordar grandes e amplos fenômenos, as consequências sócio-trabalhistas do modelo atualmente dominante de globalização, denominada hegemônica ou neoliberal, para as mulheres na esfera transnacional. Com este intuito, faz-se necessário observar como as políticas neoliberais e os programas de ajuste estrutural afetaram e afetam a questão do trabalho feminino, o que será feito em duas etapas, por meio da investigação da mão-de-obra feminina manufatureira e das “contrageografias da globalização”. Em momento final serão então analisadas estas consequências sócio-trabalhistas do fenômeno global para as mulheres e sua paradoxal influência na recente crise de dominação masculina.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização hegemônica. Consequências sócio-trabalhistas. Mulheres.

ABSTRACT

The present study aims to provide theoretical elements to understand, from a small-scale analysis proper to address large phenomena, the social and labor consequences of the currently dominant model of globalization, called hegemonic neoliberal, for women in transnational scope. For this purpose, it is necessary to observe how neoliberal policies and structural adjustment programs affect and affected the issue of women's work, which will be done in two steps, through the investigation of the female labor in manufacturing and of the so called "counter-geographies of

globalization". In the final moment will then be analyzed these social and labor consequences of the global phenomenon to women and their paradoxical influence on the recent crisis of male domination.

KEY WORDS: Globalization. Social and labor consequences. Women.

1. A GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA E A ESFERA TRANSNACIONAL

O fenômeno da globalização, além de ocorrer nas mais diversas esferas — religiosa, política, comercial e econômica — não apresenta evolução histórica progressiva e linear, manifestando-se historicamente sob a forma de processos globais com efeitos de avanços e retrocessos, também chamados ondas (OLIVEIRA, 2005).

O último, polêmico e atual processo globalizante, denominado quarta onda global, consiste em um fenômeno em construção, sobre o qual são esboçados conceitos vagos e ambíguos (OLIVEIRA, 2005), e se apresenta como o resultado de profundas e aceleradas mudanças observadas nas últimas décadas, sendo elas tecnológicas, políticas (liberalização e desregulamentação do mercado por meio de decisões governamentais de ajuste estrutural), geopolíticas (fim do comunismo), microeconômicas (aumento da competição em escala mundial), macroeconômicas (crescimento do número de países industrializados) e ideológicas (hegemonia neoliberal) (VIEIRA, 2001).

A globalização contemporânea – e daí decorre a dificuldade de conceituação — , se mostra um “fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo” (SANTOS, 2005, p. 26). Este modelo contemporâneo de globalização, caracterizado pela preeminência da esfera econômica, se desenvolveu associado ao neoliberalismo, com base no qual, em fins dos anos 60 do século XX, foram tomadas medidas de reestruturação em escala global, dentre as quais se destacam a instauração dos programas de ajuste estrutural nos países endividados que recorriam a empréstimos do Fundo Monetário Internacional, o declínio do papel do Estado, o declínio do Estado de bem-estar social, a produção voltada à exportação nos países em desenvolvimento¹ e a instalação de fábricas de

¹ De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) datado de 2011, utiliza-se para avaliar o desenvolvimento dos países o IDH, um índice que mede as conquistas médias de um país em três dimensões básicas de desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, acesso a conhecimento e um padrão de vida decente. O Relatório divide os países do mundo quanto ao IDH, e os países com nível muito alto de desenvolvimento humano

multinacionais nos países do Sul² (PYLE; WARD, 2003, tradução nossa).

O modelo de globalização prevalecente na atualidade, portanto, corresponde à globalização econômica neoliberal, a que Richard Falk (1999) chamou globalização de cima ou depredadora e Boaventura de Sousa Santos (2005) intitula Globalização Hegemônica — termo adotado pelo presente trabalho.

O aspecto negativo da dinâmica de reestruturação econômica global atualmente em curso, associada ao neoliberalismo, reside no fato de que as dimensões da globalização acabam por ser afetadas ou até mesmo determinadas pelas características dominantes do fenômeno — pertencentes a sua dimensão econômica. De fato, não se pode tratar a economia como uma entidade fechada da vida social, uma vez que esta instância autônoma depende de outras, como a sociológica, cultural, política, também dependentes umas com relação às outras. Ocorre que a economia mundial, tal qual observada atualmente, se mostra bastante desregulada, restabelecendo regulações parciais às custas de prejuízos humanos, culturais, morais e sociais (MORIN; KERN, 2005).

Dado o exposto, resta claro que, assim como a globalização acontece em dimensões variadas, seus efeitos são por óbvio igualmente variados, atingindo igual multidimensionalidade. Torna-se possível, portanto, falar em dimensões e efeitos, não só econômicos, mas também — e como decorrência deste — políticos, sociais e culturais da globalização hegemônica.

Desta feita, presencia-se atualmente uma realidade social complexa, um mundo paradoxalmente unificado e dividido em decorrência do fenômeno global. Neste atual contexto histórico, a globalização, associada a fatores conjunturais como a emergência de uma ampla gama de atores internacionais, fez com que as Relações Internacionais passassem a ser conformadas por uma nova esfera de interações transnacionais³, em um

são aqueles que possuem IDH igual ou superior a 0,793. In: UNITED NATIONS DEVELOPMENT REPORT. **Human Development Report 2011**. New York, 2011, p. 127; 168.

² A expressão “Sul global” ou “países do Sul” se refere aos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, enquanto a expressão “Norte global” ou “países do Norte”, diz respeito aos países desenvolvidos. As expressões decorrem da relação entre o grau de desenvolvimento dos países e sua posição geográfica, uma vez que os países mais desenvolvidos do mundo se situam no hemisfério norte, enquanto os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos se localizam, em grande maioria, no hemisfério sul. A dicotomia entre desenvolvimento/subdesenvolvimento remonta ao final da década de 40 nos Estados Unidos, em que eram entendidas como desenvolvidas as sociedades industrializadas e com economia voltada ao mercado, de acordo com o modelo estadunidense. O resto do mundo era definido como subdesenvolvido. HANNIS, Mike. What is Development? **The Land**, n. 09, 2010. Disponível em: <<http://www.thelandmagazine.org.uk/articles/what-development>>. Acesso em: 16 dez. 2011.

³ Para Joana Stelzer, “a transnacionalização pode ser compreendida como fenômeno reflexivo da globalização, que se evidencia pela desterritorialização dos relacionamentos político-sociais, fomentado

mundo crescentemente interdependente. Surgiu assim um panorama global em que os fluxos de capital, as empresas, os movimentos feministas e noções como desigualdade social, cultura e direitos fundamentais, dentre outros, ultrapassaram as antigas barreiras nacionais.

Este amplo cenário, temporalmente situado na segunda metade do século XX e espacialmente focado na esfera transnacional, consiste no universo do presente artigo, que apresenta como tema o atual fenômeno global e as relações de gênero, tendo por objeto analisar as consequências sócio-trabalhistas da chamada globalização hegemônica para as mulheres na esfera transnacional.

A pesquisa ora desenvolvida apresenta abordagem qualitativa, que, de acordo com Denzin e Lincoln (2006), apresenta como qualidade inerente a interdisciplinaridade e se caracteriza por situar o observador no mundo, evidenciado a realidade social enquanto construção dentro da qual se encontra o pesquisador, condicionado pelo momento histórico e pelo meio que o cercam. Com vistas a realizar a pesquisa qualitativa pretendida utilizar-se-á o método científico indutivo e o método de procedimento monográfico (LAKATOS; MARCONI, 1992), por meio dos quais alguns casos específicos e situações serão estudados de forma aprofundada, com vistas a obter uma verdade geral, qual seja, uma conclusão sobre os efeitos da globalização hegemônica para as mulheres, na esfera transnacional e no âmbito sócio-trabalhista (LAKATOS; MARCONI, 1992).

2. CONSEQUÊNCIAS SÓCIO-TRABALHISTAS PARA AS MULHERES NA ESFERA TRANSNACIONAL

Os efeitos do fenômeno global hegemônico, devido à preeminência de sua dimensão econômica e adequação à cartilha neoliberal, se fazem sentir de forma mais

por sistema econômico capitalista ultravalorizado [...]. A transnacionalidade insere-se no contexto da globalização e liga-se fortemente à concepção do transpasse estatal. Enquanto globalização remete à idéia de conjunto, de globo, enfim, o mundo sintetizado como único; transnacionalização está atada à referência do Estado permeável, mas tem na figura estatal a referência do ente em declínio. [...] [Sendo assim,] transnacional é concebido como aquilo que atravessa o nacional, que perpassa o Estado, que está além da concepção soberana do Estado. [...] O fenômeno da transnacionalização é multifacetado, complexo, polêmico e encontra resistências para ser aceito como realidade cotidiana. Algumas características, contudo, podem ser evidenciadas para avaliar o fenômeno, a exemplo da desterritorialização das relações humanas e de produção, do fato da economia transnacionalizada ser capitalista ao extremo e do abalo na soberania dos Estados, motivando a emergência de novos sujeitos no palco mundial". In: STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. In: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (orgs.). **Direito e transnacionalidade**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 21; 24-25.

imediate para as mulheres na esfera social-trabalhista, destacadamente nos países em desenvolvimento.

A globalização hegemônica, cumpre reiterar, de acordo com Jean Pyle e Kathryn Ward (2003, tradução nossa), se desenvolveu associada à uma reestruturação global relacionada a processos e ideologias capitalistas e neoliberais, a partir dos anos 60 do século XX. Primeiro, com a redução do papel do Estado e a desregulamentação da economia, o mercado passou a agir livremente na determinação de resultados econômicos, sem envolvimento dos governos. Esta tendência foi observada em um grande número de países. Em segundo lugar, desde o final dos anos 1970, a globalização também tem envolvido programas de ajuste estrutural, impostos pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial como condição para concessão de empréstimos. Os PAE obrigaram os governos a abrir ainda mais suas economias ao comércio e fluxos financeiros – e frequentemente minaram o desenvolvimento sustentável e causaram instabilidade financeira – bem como a reduzir os empregos no setor público e realizar cortes nos programas sociais, medidas que recaíram pesadamente sobre os pobres, particularmente as mulheres. Em terceiro lugar, as empresas transnacionais nos setores de fabricação, serviço e finanças mudaram-se para grupos sucessivos de países ao longo das últimas três décadas e criaram redes crescentes de subempregados. Em quarto lugar, muitos países em desenvolvimento mudaram para uma produção voltada ao comércio externo, mais aberta, orientada para a exportação. Anteriormente muitos focavam em substituição de importações, a produção de bens essenciais para o mercado interno. Em quinto lugar, as estruturas globais de poder mudaram, e instituições focadas no mercado, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), ganharam poder em relação àquelas centradas em pessoas e desenvolvimento humano sustentável, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Assim, desde seu surgimento, segundo Marie France Labrecque (2010), os programas de ajuste estrutural impuseram sérias consequências sociais e trabalhistas aos países da África, América Latina e Ásia, com a restrição de gastos sociais e aumento do desemprego - consequências estas que recaíram mais pesadamente sobre as mulheres. Como aponta Marta Kolárová (2006, tradução nossa), enquanto as elites políticas e corporativas globais, que dominam o comércio e finanças em sua esfera desregulamentada, são na sua maioria homens, os mercados de trabalho, cujo fluxo se

mostra restrito, estão se tornando crescentemente feminizados pela grande inclusão de mulheres do Sul como provedoras de serviços – sexuais, domésticos e como trabalhadoras na produção para exportação – e com baixa remuneração. Assim, conforme Pyle e Ward (2003, tradução nossa), destaca-se no cenário internacional contemporâneo o aumento de mulheres nas redes de produção, particularmente redes que envolvem o trabalho no setor informal⁴, salários baixos e níveis mais altos de migração feminina, conforme será minuciado na sequência.

De modo geral, no momento inicial da instauração das medidas neoliberais hoje disseminadas, o fechamento, nos países do Sul global, de um número considerável de pequenas e médias empresas voltadas ao mercado nacional, e o crescimento do desemprego, tanto feminino quanto masculino, exerceram sobre as mulheres pressão para que encontrassem modos de assegurar a sobrevivência doméstica, e assim a produção alimentícia de subsistência, o trabalho informal, a emigração e a prostituição adquiriram uma importância muito maior como opção de sobrevivência para as mulheres. São lançadas, portanto, as condições para o crescimento de circuitos alternativos de sobrevivência com a produção de renda e obtenção de divisas.

A partir de uma perspectiva de gênero⁵, aduz Marta Kolárová (2006, tradução nossa), são então criadas no mundo lapidado pela globalização hegemônica duas áreas dicotômicas, quais sejam, o mundo da finança global e individualismo pós-moderno associados à masculinidade⁶ capitalista ocidental, por um lado, e por outro, a mão-de-obra mal paga e não especializada associada às mulheres. Estas esferas são

⁴ O trabalho ou emprego informal é aquele não coberto por proteção legal ou social. UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **The World's Women 2010** - Trends and Statistics. New York, 2010, p. 88.

⁵ Segundo Rosa Cobo Bedia, o gênero se refere à existência de uma normatividade feminina, que foi construída sobre o sexo como fato anatômico e tem por base um sistema social, no qual o gênero é um princípio de hierarquização que atribui espaços e distribui recursos a homens e mulheres. Portanto, o gênero consiste em uma construção cultural que demonstra a grande desigualdade entre homens e mulheres. In: BEDIA, Rosa Cobo. *El género en las ciencias sociales*. Cuadernos de Trabajo Social, Madrid, v. 18, p. 249-258, nov. 2005. No entender de Joan Scott, sendo o gênero um conceito relacional, homens e mulheres são socialmente definidos em termos recíprocos e sua compreensão não pode acontecer separadamente. In: SCOTT, Joan Wallach. **Género e Historia**. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

⁶ A forma hegemônica de masculinidade na atual ordem de gênero é a masculinidade associada aos homens que controlam as instituições dominantes do mundo, os executivos que operam nos mercados globais e os dirigentes políticos que interagem em vários contextos. As masculinidades globais hegemônicas dos homens de negócios e políticos são caracterizadas por um egocentrismo flexível e calculista, nenhum senso de responsabilidade pelos outros, ausência de comprometer-se estáveis, racionalidade técnica e sexualidade aberta. Esta descrição baseada no gênero não se aplica apenas a um grupo específico de homens, mas também às instituições na arena internacional, como mercados e comércio, política e neoliberalismo. In: CONNELL, Raewyn Wood. *Masculinities and Globalization*. Men and Masculinities, v. 1, n. 1, 1998, p. 18.

independentes e o domínio masculinizado da alta política e finança global está atrelado à mão-de-obra barata feminizada. Resta claro, portanto, que o projeto de globalização neoliberal tira partido dos estereótipos de gênero e se beneficia da mão-de-obra feminina.

2.1 Exploração da Mão-de-Obra Feminina Manufatureira

Sophie Bessis (2003, tradução nossa) ressalta que durante os anos dolorosos em que se estabeleceram os programas de ajuste estrutural, os únicos recursos disponíveis pelos Estados eram usados para pagar a dívida, em detrimento dos serviços sociais e dos setores de saúde. Conforme Rosa Cobo Bedia, as mulheres, enquanto responsáveis pelo cuidado da família de acordo com o modelo familiar então predominante, baseado na dominação masculina e no poder patriarcal, foram então as mais prejudicadas (FEMINISMO de la Segunda Ola y Globalización, 2004, tradução nossa).

De modo geral o que se observou com os PAE – e se observa ainda atualmente – foi uma valorização e superposição do econômico sobre o social, e a partir daí, a atribuição às mulheres da responsabilidade por suprir as necessidades sociais que o Estado não mais provê. Esta sobrecarga imposta ao mundo feminino inexoravelmente influencia em seu papel e participação no mercado de trabalho formal.

Ocorre que a reestruturação econômica promovida pelas políticas neoliberais e os ajustes estruturais daí decorrentes alteraram as posições que as mulheres ocupam no mercado de trabalho, que passa a ser, para elas, menor, segregado e desigual. Isto porque as mulheres não chegam ao mercado de trabalho com os mesmos recursos e mesma mobilidade que os homens e, portanto, não podem competir em igualdade de condições. Seu acesso ao mercado é influenciado pelo denominado “imposto reprodutivo” (FEMINISMO de la Segunda Ola y Globalización, 2004, tradução nossa).

Imposto reprodutivo pode ser definido como uma contribuição não-financeira das mulheres ao bem-estar da família⁷ por meio de atos zelosos, que permitem a economia de gastos com saúde, cuidados com crianças e pessoas de terceira idade, entre

⁷ A vida familiar repousa solidamente sobre os ombros das mulheres em todas as áreas do mundo. Como cônjuges, mães e cuidadoras, elas assumem a responsabilidade de garantir o bom funcionamento das famílias e a prestação de cuidados e manutenção diários. Preparar as refeições da família, manter os cuidados com a higiene, cuidar de outros membros da família e uma infinidade de outras tarefas relacionadas com as crianças consomem uma boa parte do dia para as mulheres no mundo. Embora os homens estejam cada vez mais envolvidos no funcionamento diário das famílias, ele ainda é predominantemente responsabilidade das mulheres. In: UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **The World's Women 2010** - Trends and Statistics. New York, 2010, tradução nossa.

outros. Acontece que este imposto reprodutivo acarreta desvantagens às mulheres quanto a sua inserção no mercado de trabalho e autonomia econômica, especialmente no caso de mulheres que possuem cônjuge e filhos pequenos para cuidar, que precisam adiar sua capacitação e acesso ao mundo do trabalho, renunciando à proteção social por ele proporcionada (CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 2007).

Para Bedia, são principalmente as mulheres que suportam o fardo maior que resulta da diminuição do papel estatal, da liberalização da economia, e das demais tendências da globalização hegemônica ao terem que substituir os serviços sociais quando os benefícios do Estado de bem-estar são cortados. Portanto, os cortes nos gastos sociais têm como efeito o aumento do trabalho gratuito que realizam as mulheres no âmbito familiar (FEMINISMO de la Segunda Ola y Globalización, 2004, tradução nossa).

Desta feita, pode-se concluir que, em decorrência das políticas neoliberais que reduziram os gastos sociais dos Estados, houve um aumento do imposto reprodutivo, fazendo com que a mão-de-obra feminina tenha se tornado menos qualificada e ainda mais desvalorizada.

A globalização econômica neoliberal resultou também, como mencionado anteriormente e conforme Marta Kolárová (2006, tradução nossa), na abertura de mercados nos países em desenvolvimento, o que encorajou as corporações transnacionais a construir lá suas fabricas, especialmente na América Latina e Sudeste da Ásia, fazendo com que o crescimento da indústria de exportação nestas regiões, especialmente nos setores têxtil e eletrônico, promovesse o desenvolvimento de suas economias. Assim surgiram as Zonas Francas, áreas de produção livres das tarifas alfandegárias normalmente aplicadas, muitas delas instituídas em países empobrecidos, que se tornaram os novos palanques para inserção das economias em desenvolvimento no processo neoliberal. Portanto, uma das ferramentas da economia neoliberal globalizada é deslocar suas empresas e indústrias e levá-las a outros países que apresentem mão-de-obra barata e flexível (FEMINISMO de la Segunda Ola y Globalización, 2004, tradução nossa).

Na lição de Kolárová (2006, tradução nossa), a primeira zona franca foi aberta no México nos anos 60 do século XX – eram as maquiladoras⁸. Mais tarde, as

⁸ As maquiladoras são indústrias destinadas à exportação que operam sob o regime fiscal de exceção, utilizando tarifas reduzidas de importação e exportação, decorrentes de leis flexíveis referentes a

corporações começaram a se mover destas maquiladoras de fronteira para o México central e outros países, especialmente na América Central e Caribe, e então para os *sweatshops*⁹ nas cidades globais (mesmo nos países desenvolvidos) e até mesmo para o setor informal de subcontratação, deixando inclusive mulheres desempregadas em algumas das antigas zonas francas. As corporações transnacionais passaram então a transferir seu capital para lugares onde os salários possam ser bem reduzidos. Assim, por exemplo, várias fábricas da indústria têxtil norte-americana foram transferidas para o México nos anos 90 do século XX, deixando, nos Estados Unidos, vários trabalhadores desempregados.

Este intenso processo de reestruturação produtiva desencadeado com o neoliberalismo e a decorrente redução do papel do Estado e o aumento dos fluxos comerciais e financeiros transnacionais, além de fazer surgir esta forma de produção globalizada voltada para a exportação, resultou ainda na flexibilização do trabalho¹⁰.

A flexibilização, no entender de Bila Sorj (2004) gera empregos a tempo parcial, temporários e em horários flexíveis, políticas que, embora se digam neutras com relação ao gênero, segundo pesquisas afetam diretamente as mulheres, principais alvos nos novos arranjos laborais, uma vez que a demanda por trabalho barato e flexível foi então encontrada na mão-de-obra feminina, desvalorizada pelo aumento do imposto reprodutivo. Portanto, nas palavras de Sorj (2004) “a maior parte dos postos de trabalho reestruturados nas empresas é ocupada por mulheres e se caracteriza por oferecer menor salário, poucas perspectivas de carreira, baixos investimentos em treinamento profissional e alta rotatividade” (p. 145).

Observa-se, em suma, que as medidas advindas da globalização hegemônica apresentadas se influenciam mutuamente, e enquanto o crescimento da indústria de

incentivos fiscais e contratação de mão-de-obra. Surgiram nos anos 60 no México como resultado de um programa firmado com os Estados Unidos que pretendia, por meio da instalação de maquiladoras nas fronteiras entre os países pretendia controlar a entrada de mexicanos nos EUA. In: REZERA, Danielle; LOZANO, Lina Giraldo. Transformações do trabalho, marginalização social e perspectivas na América Latina. **Revista UniABC**, v. 1, n.1, 2010, p. 162.

⁹ loja ou fábrica que explora os empregados com horas excessivas de trabalho por baixos salários e em más condições ambientais. MICHAELIS online. **Moderno dicionário de inglês**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

¹⁰ A flexibilização do trabalho consiste no estabelecimento, por parte das empresas e com a aquiescência e atuação por parte dos Estados, de novas condições de trabalho que impliquem na sua desregulação, o que significa um retrocesso no que tange aos direitos sociais trabalhistas obtidos por meio de lutas coletivas no decorrer do século XX. As empresas, enquanto polos mais dinâmicos das transformações econômicas, organizacionais e tecnológicas, se consolidam como o locus gerador de novas relações de trabalho que tragam vantagens competitivas. ARBIX, Glauco. Trabalho: dois modelos de flexibilização. **Lua Nova**, São Paulo, n. 37, p. 171-253, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n37/a09n37.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2011, p, 172;174.

exportação no Sul global fez surgir a flexibilização do trabalho, o aumento do imposto reprodutivo e do desemprego nos primeiros anos de ajuste estrutural transformou as mulheres na mão-de-obra ideal para preencher as novas oportunidades de empregos com condições flexíveis. Assim, ressalta Bila Sorj (2004), se por um lado a flexibilização do emprego instaurou novas oportunidades no mercado de trabalho para mulheres com filhos dependentes, por outro, a diferença de posições entre homens e mulheres no espaço doméstico determina a inferioridade das mulheres neste mesmo mercado, influenciando em suas chances, carreiras, posto de trabalho e salários no mercado.

Muitas mulheres são empregadas nas fábricas e zonas francas em virtude de poderem receber menos que os homens, uma vez que mulheres em países pobres, pela falta de qualificação e necessidade de dedicação à família, têm menos opções para ganhar dinheiro. De acordo com Marta Kolárová (2006, tradução nossa), existem quatro milhões de pessoas trabalhando nas fábricas de exportação em cinquenta países do mundo e a maioria delas são jovens mulheres.

Richa Nagar, Victoria Lawson, Linda McDowell e Susan Hanson (2002, tradução nossa), apontam empresas transnacionais têm buscado um grande número de mulheres, que são ainda consideradas mão-de-obra temporária, e enquanto discursivamente construídas como tal, não recebem investimentos por parte das empresas em sua educação, treinamento e promoção. Seus resultantes baixos salários e empregos sem perspectiva de crescimento, – justificados por meio da ideologia de gênero segundo a qual elas trabalham apenas para sua própria diversão e poderão deixar em breve o trabalho por motivos de família –, reforçam a noção de que elas são mulheres descartáveis e, no processo, justificam seus baixos salários no serviço global de acumulação de capital.

As indústrias de exportação e as zonas francas oferecem, portanto, novas possibilidades de trabalho para as mulheres, mas, ressalta Bedia, muito frequentemente sob condições de trabalho só vistas no século XIX, como contratos temporários, expulsão por não cumprimento das taxas de produtividade, cenário que Marx criticava no século XIX. O emprego é de baixa qualidade, com salários baixos, jornadas longas, turnos, supervisão estrita, proibição de falar e ir ao banheiro em horários de trabalho, alta rotação e demissão por gravidez (FEMINISMO de la Segunda Ola y Globalización, 2004, tradução nossa).

Além disso, ainda na senda de Rosa Bedia, a globalização é um processo que está intensificando cada vez mais a segregação do mercado laboral entre as mulheres,

entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. As mulheres em países desenvolvidos têm educação e qualificação e por isso fazem trabalhos mais qualificados. Nos países em desenvolvimento a maior parte das mulheres não têm educação e qualificação¹¹ e, portanto, seu destino social é o das zonas francas. Portanto, para entender a globalização neoliberal é importante saber que existem duas segregações, uma entre homens e mulheres, e outra entre as próprias mulheres e dentro dos dois mundos, o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento (FEMINISMO de la Segunda Ola y Globalización, 2004, tradução nossa).

2.2 Contrageografias da Globalização (Saskia Sassen)

Ainda no que se refere aos efeitos da globalização hegemônica no mundo do trabalho feminino, além das mencionadas consequências trazidas às mulheres em decorrência da produção globalizada, imposto reprodutivo, flexibilização do trabalho e programas de ajuste estrutural, outros resultados nocivos em áreas distintas são também observados, como o expressivo aumento, nos últimos anos, de circuitos transnacionais alternativos, ou “contrageografias da globalização”, que incorporam um número crescente de mulheres.

De acordo com os estudos de Saskia Sassen (2003, tradução nossa), observou-se na última década, como consequência das condições estruturais mais amplas decorrentes da globalização, uma presença crescente de mulheres em uma grande variedade de circuitos¹² transfronteiriços – que a autora intitula “contrageografias da globalização”¹³ – os quais, embora bastante diversos, possuem uma característica em

¹¹ Enquanto na América do Norte, Europa Central e oeste europeu a educação primária universal foi atingida, inexistindo homens ou mulheres sem qualquer nível de escolaridade, nas demais regiões do mundo os níveis de mulheres sem qualquer escolaridade chegam a atingir 50% no sul da Ásia, mais de 40% na África e quase 20% na América Central. In: UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **The World's Women 2010** - Trends and Statistics. New York, 2010, p. 50.

¹² Ao usar o conceito de circuitos, a autora quer sublinhar que existe um certo grau de institucionalização nestas dinâmicas; e fala de dinâmicas porque não se trata simplesmente de conjuntos de ações individuais. In: SASSEN, Saskia. **Contrageografías de la globalización**. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Traducción de Amanda Pastrana Izquierdo; Claudia Laudano; Amaia Pérez Orozco e Luis Antonio Núñez. Madri: Traficantes de Sueños, 2003.

¹³ Sassen denomina estes circuitos “contrageografías da globalização” porque estão associados com alguns programas e condições que se encontram no coração da economia global, mas na realidade operam com frequência contra as leis e tratados, como no caso do comércio ilegal de droga. Nas palavras da autora: “Chamo a estes circuitos contrageografías da globalização porque estão: i) direta ou indiretamente associadas com alguns dos programas e condições centrais que se encontram no coração da economia global, mas: ii) são circuitos não representados de forma suficiente, escassamente considerados em suas conexões com a globalização, circuitos que, em realidade, com frequência, operam fora e contra as leis e tratados, sem que estejam exclusivamente envolvidos em operações criminais, como é o caso do comércio

comum, qual seja, são rentáveis e geram benefícios às custas de quem está em condições desvantajosas.

Estas contrageografias estão profundamente relacionadas à desigualdade social entre Estados e a alguns processos constitutivos da globalização, como a intensificação de redes transnacionais e translocais, a formação de um mercado global, o desenvolvimento de tecnologias de informação que permitem fugir às práticas tradicionais de controle, a criação de um sistema econômico global e os suportes institucionais daí decorrentes para o traslado transfronteiriço de dinheiro. Destaca-se aqui um ponto importante levantado por Sassen (2003, tradução nossa): as contrageografias são dinâmicas e mutáveis em suas características de localização, ou seja, fazem parte da economia submersa, mas também utilizam a infraestrutura institucional da economia regular.

Alguns destes circuitos operam, parcial ou totalmente de forma ilegal. Dentre os circuitos globais destacam-se, para a Autora, as exportações ou migrações organizadas de mulheres como cuidadoras, enfermeiras e assistentes de serviços domésticos e o tráfico de mulheres para prostituição (SASSEN, 2003, tradução nossa).

Os circuitos transnacionais ora versados deixam clara, aduz Teresa Kleba Lisboa (2007), a existência de um novo tipo de economia que atravessa fronteiras, conecta diferentes lugares do planeta e forma assim uma rede informal e submersa que desregulamenta e precariza as relações trabalhistas, caracterizando outra consequência nociva da globalização hegemônica para as mulheres no mundo.

a) Migrações

Os fatores-chave que levam à migração¹⁴ são a desigualdade salarial e as diferenças de riqueza entre regiões – as mulheres migram em virtude da pobreza no seu país de origem. Este fator, somado ao déficit de cuidado causado pelo aumento dos índices de emprego na população feminina de classe média em países desenvolvidos, reside na base da migração de mulheres para trabalhos domésticos (KOLÁROVÁ, 2006, tradução nossa).

ilegal de droga. Mais ainda, o crescimento da economia global tem produzido uma infraestrutura institucional que facilita os deslocamentos através das fronteiras e representa, deste modo, um meio ambiente propício para estes circuitos alternativos”. In: SASSEN, Saskia, op. cit., p. 66.

¹⁴ Atualmente, estima-se que 105 milhões de mulheres compõem 49% cento do total de migrantes internacionais em geral. UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **The World's Women 2010** - Trends and Statistics. New York, 2010, p. 13.

O avanço do neoliberalismo e o conseqüente declínio do Estado de bem-estar social da Europa, com a diminuição dos serviços públicos e coletivos, trouxeram questões do cotidiano de volta à esfera privada. Neste cenário, aponta Lisboa (2007), mesmo com as mulheres ocupando crescentemente cargos no espaço público, ao invés de se observar um movimento de complementaridade com a participação dos homens no espaço privado para auxiliar nas tarefas domésticas e cuidado com os filhos e idosos, o que se observa de fato são as “novas servas”, e não os “homens novos”.

Desta forma, o trabalho de assistência e a migração, dois fenômenos interconectados, são feminizados em escala global¹⁵. Mulheres imigrantes, Marta Kolárová (2006, tradução nossa) afirma, algumas ilegais, são preferidas em detrimento das mulheres locais nestes trabalhos porque elas podem receber menores salários e ser exploradas.

Com estas migrações específicas de mulheres forma-se, segundo Teresa Kleba Lisboa (2007), uma “cadeia global de cuidado”, na qual as mulheres mais pobres criam os filhos das mais ricas, que são então “liberadas” para trabalhar na força de trabalho paga. Esta cadeia, na maioria das vezes, destaca a Autora, liga três grupos de cuidadoras, quais sejam, a migrante que cuida dos filhos das mulheres trabalhadoras dos países desenvolvidos, a mulher que no país de origem cuida dos filhos da migrante e, por fim, a que cuida dos filhos da cuidadora dos filhos da migrante, geralmente da própria família.

Sassen (2003, tradução nossa) destaca que o valor dos envios de dinheiro das mulheres migrantes para seus países de origem são muito significativos para as economias em desenvolvimento ou em dificuldades; assim, a exportação de trabalhadoras e as remessas de dinheiro são instrumentos à disposição dos governos para diminuir o desemprego e a dívida externa.

Conforme Lisboa (2007), uma complexa rede de relações sócio-econômicas e culturais é responsável por estes processos [ou circuitos] migratórios, tanto nos países de origem – por meio do financiamento pelos governos locais que se beneficiam da entrada no país do dinheiro enviado por estas mulheres migrantes a suas famílias em moeda estrangeira – quanto nos países de destino – mediante a flexibilização das

¹⁵ O número total de migrantes internacionais tem aumentado significativamente e a composição do total de migrantes mudou ao longo do tempo. Como as sociedades têm sido modernizadas e como educação e mobilidade, bem como as oportunidades de emprego, se tornaram mais acessíveis às mulheres, a migração internacional atingiu mais equilíbrio entre os sexos. Atualmente, reitera-se, 49% dos migrantes internacionais são mulheres. UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **The World's Women 2010** - Trends and Statistics. New York, 2010, p. 12-13.

condições de trabalho para suprir demandas de trabalhos domésticos e de cuidados surgidas com o declínio do Estado de bem-estar social. Saskia Sassen (2006, tradução nossa) afirma então que são duas as formas pelas quais os governos podem conseguir benefícios com estes circuitos: como subproduto do processo de migração ou de uma forma altamente formalizada.

Quanto à situação destas trabalhadoras no país de origem, Teresa Kleba Lisboa (2007) menciona que muitas são autorizadas a exercer o trabalho de domésticas, sem, contudo, serem reconhecidas como cidadãs, enquanto outras sequer recebem visto ou autorização para entrada, permanecendo de forma clandestina com a ajuda dos patrões. Dentre os problemas que enfrentam as domésticas e cuidadoras que migram estão, para a Autora, a ausência de direitos e garantias civis, políticos e trabalhistas decorrente da informalidade, o excesso de trabalho e a dificuldade de adaptação a fatores como cultura, língua, clima, além de, segundo Marta Kolárová (2006, tradução nossa), longas horas de trabalho, baixo rendimento – geralmente abaixo do salário mínimo – e alto nível de abuso e assédio sexual.

Ao traçar um breve paralelo do perfil das mulheres migrantes em questão, Lisboa (2007) afirma que se encontram na faixa etária de 19 a 40 anos, e muitas possuem formação universitária em seus países de origem, onde não encontraram emprego ou consideram os salários insuficientes para sobreviver.

Observa-se ainda predominantemente no processo migratório das cuidadoras, no entender de Teresa Kleba Lisboa (2007) um fluxo de determinados países a outros, dinâmica que se explica em parte pelos processos seculares de colonização. Assim, conforme a Autora, mulheres norte-africanas geralmente migram para trabalhar na França, Espanha ou Itália; as peruanas, brasileiras e latinoamericanas em geral vão para a Espanha, Itália, Portugal ou Estados Unidos; as filipinas e indonésias rumam para a Alemanha, Inglaterra e Canadá; as albanesas, as da Eritreia ou as da Etiópia viajam a trabalho para a Grécia e Itália; já as polonesas e russas vão crescentemente para a França, Itália, Alemanha e Espanha.

Por todo o exposto se conclui que o crescimento da economia globalizada tem produzido condições impulsionadoras das cadeias globais de cuidado, quais sejam, uma infraestrutura institucional que facilita os deslocamentos através das fronteiras e o aumento, tanto do desemprego nos países em desenvolvimento quanto da demanda por serviços domésticos nos países desenvolvidos em virtude da crescente participação das mulheres destes países no mercado de trabalho formal. Assim, as mulheres são o

veículo por meio do qual se operam estes circuitos, que representam formas de sobrevivência e o aumento das rendas governamentais.

b) Tráfico de Mulheres

Segundo o relatório das Nações Unidas de violência contra a mulher, o tráfico de mulheres¹⁶ compreende o transporte e captação de pessoas dentro ou fora do país, e pode ocorrer mediante o recurso à necessidade de trabalho, ou sob a promessa de cumprir alguns serviços, mas sempre compreende certa coerção por parte dos captores (UNITED NATIONS, 2000, tradução nossa).

No núcleo de qualquer acepção de tráfico deve estar o reconhecimento de que ele nunca é consensual, e justamente sua natureza não-consensual o distingue de outras formas de migração. A falta de consentimento informado não deve ser confundida com a ilegalidade de certas formas de migração. Enquanto todo o tráfico é, ou deveria ser ilegal, nem toda a migração ilegal é tráfico. É importante não confundir os conceitos de tráfico e migração ilegal. No centro desta distinção está a questão do consentimento (UNITED NATIONS, 2000, tradução nossa).

Os elementos comuns encontrados em todos os padrões de tráfico são: (i) a falta de consentimento; (ii) o agenciamento de seres humanos, (iii) o transporte, e (iv) a exploração ou as condições servis e exploratórias do trabalho ou relacionamento. Assim, qualquer definição de tráfico deve apresentar esses elementos (UNITED NATIONS, 2000, tradução nossa).

Documentos e pesquisas mostram que, de modo geral, o tráfico ocorre para uma infinidade de fins exploratórios para os quais suas vítimas não consentiram, incluindo, mas não limitado a trabalho forçado, como o comércio sexual, casamento forçado e outras práticas análogas à escravidão. Contudo, por ser considerado particularmente pernicioso – as Nações Unidas estimam que 80% das vítimas sejam traficadas para fins sexuais -, figurará como centro desta análise o tráfico para exploração ou comércio sexual (UNITED NATIONS, 2000, tradução nossa).

¹⁶ O tráfico de pessoas viola os direitos humanos, civis e políticos e está relacionado à indústria do sexo, ao trabalho coacionado e à imigração ilegal. Várias leis, tratados e resoluções da ONU, além da criação de vários organismos e comissões, têm sido elaborados para evitá-lo. Sem mencionar a atuação de ONGs, que desempenham um papel cada vez mais importante no trato da questão. In: SASSEN, Saskia. **Contrageografías de la globalización**. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Traducción de Amanda Pastrana Izquierdo; Claudia Laudano; Amaia Pérez Orozco e Luis Antonio Núñez. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003, p. 56.

Monica O'Connor e Grainne Healy (2006, tradução nossa) definem a indústria do sexo global como um empreendimento com fins lucrativos baseado na comercialização de mulheres e meninas, cuja exploração sexual nas redes internacionais de prostituição e tráfico se tornou um dos principais aspectos do crime organizado transnacional. Mulheres e crianças podem ser vendidas várias vezes e de várias maneiras para o lucro, e os criminosos recebem menos punição e menores sentenças. A Organização das Nações Unidas estima que aproximadamente quatro milhões de indivíduos, principalmente garotas e mulheres são transportadas anualmente, no interior dos países e entre eles, para o propósito do tráfico.

Ainda conforme O'Connor e Healy (2006, tradução nossa), uma das atividades ilícitas que cresce mais rapidamente ao longo das últimas duas décadas tem sido o tráfico de mulheres e meninas, principalmente para a indústria do sexo na Europa Ocidental (Holanda, Itália, Bélgica, Alemanha e Reino Unido) e os Estados Unidos. De acordo com várias estimativas – aduzem -, mais de 80% das mulheres e meninas traficadas do Centro e Leste europeu e dos países da antiga União Soviética para a Europa Ocidental são destinadas para o mercado de serviços sexuais. Além disso, o total de receitas anuais dos traficantes são estimados entre cinco e nove bilhões de dólares e a indústria do sexo nos Estados membros da União Européia tornou-se um dos negócios mais lucrativos. Na Holanda, onde a prostituição é legal, a indústria do sexo gera quase um bilhão de dólares por ano, o que mostra o quão lucrativa ela é para traficantes e proprietários de estabelecimentos de entretenimento adulto.

Dentre os acontecimentos responsáveis pelo aumento do tráfico sexual global - e pelas contrageografias da globalização de modo geral - destacam-se, duas decorrências da globalização hegemônica: os problemas econômico-sociais e os desenvolvimentos tecnológicos e institucionais.

A globalização hegemônica, como demonstrado nas linhas acima e no entender de Jean Pyle e Kathryn Ward (2003, tradução nossa), apresentou impactos importantes nas economias em desenvolvimento, e seus programas de ajuste estrutural apresentaram um impacto particularmente severo sobre as mulheres, empurrando muitas delas para o setor informal de atividades (incluindo o trabalho sexual) para sobreviver – muitas das mais vulneráveis são vítimas de tráfico, especialmente dos Estados recentemente independentes e em muitos países em desenvolvimento. Portanto, a exploração sexual vitimiza mulheres e crianças tornadas vulneráveis pela pobreza e pelas políticas e

práticas de desenvolvimento econômico. A crise econômica no Leste da Ásia¹⁷, por exemplo, segundo o relatório das Nações Unidas sobre violência contra a mulher, resultou em muitas mulheres sendo traficadas para escapar da pobreza súbita. Em virtude deste fator, o movimento das rotas de tráfico tem sido tradicionalmente do Sul para o Norte, e assim como rotas de migração, as rotas de tráfico e os países de origem, trânsito e destino podem mudar rapidamente devido a mudanças políticas e econômicas (UNITED NATIONS, 2000, tradução nossa). Porém, o tráfico enquanto circuito global não teria sido possível se não fossem também os desenvolvimentos tecnológicos, informacionais e institucionais que facilitaram a ultrapassagem de informações, capital e pessoas por entre fronteiras nacionais, proporcionando condições materiais para a existência de fluxos transfronteiriços.

Além destes, outro fator, mais específico, alegam O'Connor e Healy (2006, tradução nossa), levou ao aumento de tráfico sexual global: há uma grande demanda masculina para serviços sexuais que permeia muitas sociedades civis, que muitas vezes é agravada por mitos raciais e estereótipos que consideram as mulheres de outros países mais exóticas e desejáveis.

Há que se ressaltar, ainda, como conclui Saskia Sassen (2003, tradução nossa), que as políticas de imigração fazem com que as mulheres vítimas do tráfico não estejam respaldadas pela lei, sendo tratadas como transgressoras das leis de imigração e não como vítimas de um abuso. Além disso, o maior controle sobre a imigração e o tráfico ilegal nas fronteiras dos países faz com que as mulheres utilizem os traficantes, dentre eles organizações criminais para indústria do sexo, para ultrapassar as fronteiras. As mulheres vítimas do tráfico sexual, ressalta a pesquisadora, sofrem com condições semelhantes à escravidão, o que inclui cativeiro, violência sexual, maus tratos físicos e má remuneração. São ainda proibidas de usar métodos contraceptivos para evitar contaminações pela AIDS e normalmente sequer possuem direito a assistência médica. Se recorrerem à polícia podem ser detidas por serem imigrantes ilegais e por uso de documentação falsa (SASSEN, 2003, tradução nossa).

Explicitadas as principais consequências sócio-trabalhistas da globalização neoliberal contemporânea às mulheres, torna-se possível concluir que o fenômeno global, especialmente nos países em desenvolvimento, gerou dificuldades específicas

¹⁷ Crise iniciada em julho de 1997 na Tailândia, decorrente da retirada súbita de grande quantidade de capital especulativo do país, e posteriormente alastrada a outros países do Leste Asiático, gerando consequências prejudiciais no mundo todo, como o aumento de desemprego. In: STIGLITZ, Joseph. O que eu aprendi com a crise mundial. **Revista de Economia Política**, v. 2, n. 3, jul./set. 2000, p. 169-170.

para elas, sujeitando-as a condições vis de trabalho, seja como mão-de-obra barata na indústria de exportação, como migrantes ou ainda como vítimas do tráfico sexual internacional. Contudo, apesar de fazer surgir uma classe de trabalhadoras invisíveis a serviço dos setores estratégicos que conformam o centro da economia global, por outro lado, a globalização criou condições para o enfraquecimento das estruturas de dominação masculina.

3. O OUTRO LADO DA MOEDA

Os processos globais são enraizados em uma realidade e ideologia baseadas no gênero e, portanto, nas percepções socialmente construídas acerca dos papéis considerados apropriados para homens e mulheres, reforçadas por instituições econômicas, políticas, sociais, culturais e religiosas.

Para Manuela Tavares e Almerinda Bento (2011), as consequências da globalização neoliberal sobre a vida das mulheres reforçam aspectos significativos da dominação masculina, como a separação entre público e privado, a “naturalização” da mulher como base dos cuidados com a família, diante da redução dos serviços públicos e o crescente desemprego, a mercantilização ascendente de todos os aspectos da vida, com especial ênfase para o tráfico de mulheres que apoia fortes redes financeiras internacionais.

Contudo, cumpre ressaltar que, embora sejam observados a continuação de antigas e o surgimento de novas consequências nocivas às mulheres, destacadamente nos países do Sul, na esfera transnacional como decorrência da globalização hegemônica, o fenômeno global e suas decorrências possibilitaram também, de acordo com entendimento de Pyle e Ward (2003, tradução nossa) algumas mudanças favoráveis às mulheres, alterando os sistemas, papéis e relações de gênero. Em outras palavras, apesar de reforçar a dominação masculina em alguns pontos, o fenômeno global contemporâneo também a contesta em outros, pelo que se conclui que, tanto o gênero influencia a globalização quanto a globalização afeta as formações de gênero.

Conforme explicitado anteriormente, a exploração de mão-de-obra manufatureira feminina e as contrageografias da globalização demonstram, de formas diferentes, as dificuldades experimentadas pelas mulheres do Sul na esfera sócio-trabalhista, transnacionalmente. Sujeitas a condições precárias de trabalho, baixos salários, precariedade nas garantias trabalhistas e civis, choques culturais, exploração

sexual, dentre outras consequências, elas arcam com diversos ônus provenientes do fenômeno global hegemônico. Porém, sua inserção no mercado de trabalho, somada à informalização crescente da economia, tem resultado em mudanças nas relações de gênero, com o aumento da importância econômica – e conseqüentemente social – da mulher no âmbito familiar.

Isto porque, alega Saskia Sassen (2003, tradução nossa), com o acesso a um trabalho assalariado regular e a outros espaços públicos, as mulheres ganham maior autonomia pessoal e maior controle sobre a administração do lar e outras decisões domésticas, enquanto os homens perdem terreno. Além disso, reflete a estudiosa, além do relativo fortalecimento da mulher no lar, associado com o emprego assalariado, se produz um importante segundo resultado: uma maior participação na esfera pública e uma possível emergência como atrizes públicas.

Portanto, se por um lado as mulheres, seja nas fábricas ou nos circuitos transfronteiriços, se configuram como uma classe de trabalhadoras invisíveis a serviço dos setores estratégicos que conformam o centro da economia global, por outro lado, percebe Sassen (2003, tradução nossa) o acesso ao salário ou a outras formas de renda – ainda que seja reduzido – e a crescente feminização da oferta de trabalho e das oportunidades de negócio que acarreta a informalização alteram as hierarquias de gênero e contribuem para uma maior igualdade social entre homens e mulheres.

Há que se ressaltar, no entanto, que o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho não leva automaticamente ao empoderamento social ou igualdade de gênero e nem sempre garante a elas um *status* mais elevado no âmbito privado. Estas alterações nas identidades de gênero são, aduz Marta Kolárová (2006, tradução nossa) uma fonte de ansiedade para homens e mulheres, pelo que se conclui que estas mudanças de nada adiantam se não vierem acompanhadas das mudanças de mentalidade e percepção proporcionadas pelo histórico de lutas dos movimentos feministas.

De modo geral, pode-se afirmar, conforme a Autora, que o processo de globalização contemporâneo – somado à conscientização social decorrente das lutas feministas – contribui para alterar os sistemas de gênero, reduzindo as dicotomias entre o mundo masculino e feminino ao trazer mais mulheres para as antigas esferas anteriores de dominação masculina, em especial a produção e a migração. Como consequência, ser mulher passa a não ser mais definido apenas pela maternidade ou trabalho doméstico (KOLÁROVÁ, 2006, tradução nossa).

Observa-se, portanto, que a globalização gerou dificuldades sócio-trabalhistas

específicas para as mulheres na esfera transnacional, mas, por outro lado, trouxe mudanças que se reverteram em benefícios para elas ao criar condições para o enfraquecimento das estruturas de dominação masculina, ajudando assim a empoderá-las econômica e socialmente.

5. REFERÊNCIAS

ARBIX, Glauco. Trabalho: dois modelos de flexibilização. **Lua Nova**, São Paulo, n. 37, p. 171-253, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n37/a09n37.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

BEDIA, Rosa Cobo. **El género en las ciencias sociales**. Cuadernos de Trabajo Social, Madrid, v. 18, p. 249-258, nov. 2005.

BESSIS, Sophie. International Organizations and Gender: New Paradigms and Old Habits. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 29, n. 2, p. 633-647, 2003.

CONNEL, Raewyn Wood. Masculinities and Globalization. **Men and Masculinities**, v. 1, n. 1, 1998.

CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 10, 2007, Quito. **A contribuição das mulheres para a igualdade na América Latina e no Caribe**. Quito: Cepal, 2007.

DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna. 2006. Introdução. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª ed. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. pp. 15-41.

FALK, Richard. **Globalización Depredadora**. Cambridge: Polity, 1999.

FEMINISMO de la Segunda Ola y Globalización. Rosa Cobo. Realização Angélica Ley e Victor Manuel Méndez. Produção de Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades. Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. 1 DVD (x min.): DVD, son., color. Ciclo de conferências “feminismo, desarrollo y democracia”.

HANNIS, Mike. What is Development? **The Land**, n. 09, 2010. Disponível em: <<http://www.thelandmagazine.org.uk/articles/what-development>>. Acesso em: 16 dez. 2011.

KOLÁŘOVÁ, Marta. Gender and Globalisation: Labour Changes in the Global Economy. **Sociologický časopis/Czech Sociological Review**, Praga, v. 42, n. 6, p. 1241–1257, 2006.

LABRECQUE, Marie France. Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p.

901-912, set./dez. 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 805-821, set./dez. 2007.

MICHAELIS online. **Moderno dicionário de inglês**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NAGAR, Richa; LAWSON, Victoria; McDOWELL, Linda; HANSON, Susan. Locating Globalization: Feminist (Re)readings of the Subjects and Spaces of Globalization. **Economic Geography**, v. 78, n. 3, p. 257-284, jul. 2002.

O'CONNOR, Monica; HEALY, Grainne. **The Links between Prostitution and Sex Trafficking: A Briefing Handbook**. Joint Project: Coalition Against Trafficking in Women (CATW) and European Women's Lobby (EWL), 2006.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias globais: elementos e estruturas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. v. 1.

PYLE, Jean L.; WARD, Kathryn B. Recasting our Understanding of Gender and Work during Global Restructuring. **International Sociology**, London, v. 18, n. 3, p. 461-489, set. 2003.

REZERA, Danielle; LOZANO, Lina Giraldo. Transformações do trabalho, marginalização social e perspectivas na América Latina. **Revista UniABC**, v. 1, n.1, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SASSEN, Saskia. **Contrageografías de la globalización**. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Traducción de Amanda Pastrana Izquierdo; Claudia Laudano; Amaia Pérez Orozco e Luis Antonio Núñez. Madri: Traficantes de Sueños, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. **Género e Historia**. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SORJ, Bila. Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais? In: GODINHO, Tatau (org.); SILVEIRA, Maria Lúcia da (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. In: CRUZ,

Paulo Márcio; STELZER, Joana (orgs.). **Direito e transnacionalidade**. Curitiba: Juruá, 2009.

STIGLITZ, Joseph. O que eu aprendi com a crise mundial. **Revista de Economia Política**, v. 2, n. 3, jul./set. 2000.

TAVARES, Manuela; BENTO, Almerinda. **Feminismos e movimentos sociais em tempos de globalização**: o caso da MMM. Disponível em: <<http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/feminmovsocfinal.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2011, p. 15.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **The World's Women 2010 - Trends and Statistics**. New York, 2010, p. 45.

_____, Economic and Social Council, Commission on Human Rights. **Violence Against Women**. Report E/CN.4/2000/68. Special Rapporteur Radhika Coomaraswamy. 29 fev. 2000.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT REPORT. **Human Development Report 2011**. New York, 2011.

VIEIRA, Liszt. Cidadania Global e Estado Nacional. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em fev. 2011. doi: 10.1590/S0011-52581999000300001.

DIREITOS HUMANOS AMBIENTAIS, RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS E ECOPELAGOGIA

Monica Paraguassu¹

Professor do Programa de Pós-graduação de Direito Constitucional
monica.paraguassu.uff@gmail.com

RESUMO: Para além do contexto de preconceitos e crenças no qual se insere a questão do binômio relação sexual-afetiva e a transmissão do Hiv/Aids, buscamos fazer uma reflexão sobre a forma de proteção dos bens jurídicos pela sociedade do risco em que vivemos. A disciplina da política criminal é a base de análise, considerando o modelo Estado-sociedade liberal como suporte das garantias de direitos e liberdades individuais forjadas pelo Estado Democrático de Direito. Nesse sentido consideramos refletir sobre os bens jurídicos que podem ser protegidos dentro de uma perspectiva de paz social, bem como sobre o discurso de universalização dos direitos humanos ambientais em meio aos particularismos e as diferenças culturais e comportamentais.

Palavras-chave: direitos humanos ambientais – políticas públicas de saúde – ecopedagogia

ABSTRACT: Beyond of prejudices and beliefs, context where we can find of the binomial affective sexual relationship and Aids transmission, we research about the juridical protection in the risk society. The criminal policy is the base for the present analysis about, considering the state liberal society model as individual free and right warranties holder in the democracies. In any case, we are taking as object the possibility of protection in terms of social peace as well as the universal environmental human right protection, however allowing for the particularities and the cultural differences.

Key words: environmental human rights – health public policy – ecopedagogy

¹ Monica Paraguassu. (Curriculum Lattes: Paraguassu, Monica). Doutor em Direito (*École Doctorale de Droit Comparé*) e Mestre em Direito Penal e Política Criminal na Europa (*Master - DEA - Diplôme d'Études Approfondies*), ambos pela Universidade de Paris I - Panthéon – Sorbonne _ (Bolsa CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior). Professora do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, UFF. Professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, PPGRI/UFF. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, PPGCA/UFF. Atualmente é Professora do Programa de Pós-graduação em Direito Constitucional/UFF de Direito Internacional dos Direitos Humanos e de Direito Ambiental Internacional. Este artigo sintetiza nosso trabalho recente intitulado “A transmissão do Hiv/Aids: legislação e jurisprudência”, em forma de livro, que foi entregue à editora para publicação. Email: monica.paraguassu.uff@gmail.com

INTRODUÇÃO

A universalização dos direitos humanos não significa uniformidade de valores, culturas ou tradições, mas sim a condição de sujeito de direitos inerente a todo o gênero humano. A universalização dos direitos humanos dentro de uma perspectiva qualitativa de unicidade, representaria a preponderância dos interesses dos países hegemônicos com seus valores sobre os dos países periféricos, valores, portanto, com caráter absoluto, que sufocariam os relativismos culturais. A universalização dos direitos humanos é hoje, por conta disso, uma temática bastante explorada pelos discursos jurídicos, não obstante pairarem dúvidas quanto à sua efetivação. Isto porque, se de um lado existe um discurso de universalidade dos direitos humanos, de outro, é preciso que este não se torne uma realidade que discrimine os particularismos e as diferenças. É preciso que o discurso universalista não se forje como um discurso fascista por estabelecer a ditadura de direitos humanos, mas que seja capaz de entender-se como necessário e essencialmente, um discurso que engloba as diferenças naturais e inerentes ao próprio ser humano, independentemente de gênero ou orientação sexual. Neste sentido, o presente trabalho busca tratar da questão da experiência de relações afetivo-sexuais num contexto que valoriza a proteção do homem e da sua qualidade de vida num meio ambiente sadio, tomando como referência para a análise a problemática da transmissão do HIV/AIDS.

A pesquisa que origina o presente trabalho consiste do estudo teórico a partir de textos jurídicos, no que concerne às políticas públicas tangenciadas pelo aporte jurídico-internacional-constitucional-penal-ambiental e pelo da saúde pública, bem como a partir da observação participante junto a grupos sociais.

É considerável verificar se e como a sociedade encara os comportamentos que fogem a seus padrões. A doença HIV/AIDS ainda não é suficientemente objeto de publicidade, necessitando da ruptura das variantes que a encobrem, tais como a de um certo medo na sociedade, o que induz a não suficiente precaução, tanto em termos estatais quanto da sociedade civil, tanto entre heterossexuais quanto entre homossexuais e conseqüentemente, dos indivíduos em suas relações inter-pessoais. O medo da discriminação de certos grupos sociais, já marginalizados ou identificados a portadores de estereótipos a-sociais, leva, por sua vez, ao não enfrentamento da problemática da transmissão fragilizando a democracia, pois que fragiliza o acesso à informação e da conseqüente prevenção. Esse tema é rico em complexidade, mormente em se

considerando a abordagem do campo jurídico em face à realidade da sociedade sobre a qual deve ele contribuir para a efetivação das políticas públicas. E nesse sentido, estas, como o direito, devem incidir preventivamente contra as causas da doença que extrapolam o vírus, isto é, sobre o comportamento da sociedade contemporânea em diversas dimensões, drogas, remédios, irradiações, poluição, estresse e fome.

1 – DIREITO HUMANO AMBIENTAL E TRANSMISSÃO DO HIV/AIDS

Se os modelos de política criminal totalitários confundem marginalidade e infração, os democráticos fazem distinção entre eles. Todas as sociedades de qualquer forma instituem infração e marginalidade dispondo-os de forma antagônica às normas e aos valores. O Estado Democrático de Direito, no que concerne ao modelo de política criminal Estado-sociedade liberal, define as infrações deixando à sociedade civil a definição da marginalidade ou do desvio, e é nesse estado que se pode compreender a condição do direito humano ambiental.² Infração e marginalidade são definidos como condutas de não conformidade aos padrões, seja de normatização, seja de normalização do corpo social, conforme leciona Delmas-Marty³. O tratamento dado pelo direito nacional à transmissão do Hiv/Aids tem tido nuances diferentes no tocante à dimensão do reconhecimento enquanto infração quanto ao grau do injusto, já nos espaços de formação do direito internacional há demandas pela consideração no nível de marginalidade, do desvio, e assim buscando a descriminalização da conduta, conforme sugere a ONU. É preciso observar que há descompassos históricos e econômicos que impedem o enquadramento da perspectiva nacional ao internacional, que aliás não pode ser algo mecânico nem obrigatório, o que seria uma perspectiva hegemônica etnocêntrica de imposição de uma cultura sobre outra, uma contradição estrutural em relação ao que se pretende como processo de universalização dos direitos humanos.⁴

² Vide a este propósito PARAGUASSU, Monica. “Escola e evolução das penas e escolas penais”, In: Rafael Medina (org). “*Direito Penal Acadêmico*”.RJ: Ferreira&Morgado, 2008.

³ DELMAS-MARTY, Mireille. “*Modelos e movimentos de política criminal*”. RJ:Revan,1992. DELMAS-MARTY. “*Le flou du droit*”.RJ:Puf, 1986.

⁴ Informações adicionais em UNO, UNITED NATIONS ORGANIZATION/ ONU, Organização das Nações Unidas:www.uno.org -WORLD HEALTH ORGANIZATION, www.who.int -UNAIDS: www.unaids.org. -International Guidelines on HIV/AIDS and human rights, 2006. Consolidated Version.http://data.unaids.org/Publications/IRC-pub07/jc1252_interguidelines_en.pdf. -UNAIDS, Criminal Law, Public Health and HIV Transmission: A Policy Options Paper. Geneva, 2002. Available at www.unaids.org. - Declaração do Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992. -UNAIDS Recomendação das Nações Unidas de 2002, Diretriz 4, estabelece as Diretrizes Internacionais sobre HIV/AIDS e Direitos Humanos. -Office of the United Nations High Commissioner for Human rights and

1.1 – A TRANSMISSÃO DO HIV/AIDS EM POLÍTICA CRIMINAL

A ideologia dominante hoje é a dos direitos humanos, usados por todos e para todas as questões, de forma a atender ao enquadramento ao politicamente correto. Neste sentido os direitos humanos, de forma mal compreendida, aparecem para estabelecer verdades absolutas, valores absolutos, o que na prática torna inviável a defesa de qualquer direito, pois quando todos são absolutos, os particularismos estão exterminados e assim todos os detentores dos mesmos. Nesse contexto estariam extintas as diferenças da humanidade em função de standards totalizantes, totalitários, defensores de uma uniformidade. Se a imposição da compreensão da homossexualidade como um valor absoluto ignora a complexidade da alma humana e suas dimensões ainda desconhecidas, deve ser encarada como fascista, deve se dizer o mesmo da perspectiva impositiva da homossexualidade como um comportamento a ser entendido como algo incontornável, a ponto de ser massificado e orientado como referência desde a tenra idade. O mesmo se diga sobre a perspectiva de imposição de conteúdos de tratados internacionais ou outros documentos do gênero de organismos internacionais na ordem interna nacional como uma necessária obrigação, como se estivéssemos diante do poder da igreja católica da Idade Média que tinha pretensões internacionalistas.

Considerando tal perspectiva dos particularismos, ressaltamos a importância de que a compreensão dos problemas seja tomada como relativa, portanto como verdade relativa. Sendo assim, buscamos refletir sobre a questão da transmissão do Hiv/Aids junto à evolução científica médica a ela pertinente, de modo a servir de parâmetro para o direito. Infere-se que a dimensão do problema passa por um processo de interpretação não estático, já que está em constante evolução devido o compasso da própria ciência médica. As respostas jurídicas só podem ser vistas como momentâneas, e por isso o emprego dos princípios de direito, tal como o da razoabilidade na interpretação dos casos é desejável.

Se há algumas décadas grupos sociais eram assimilados como principais vetores da transmissão do Hiv/Aids, principalmente os homossexuais e os drogados⁵, hoje a ciência médica assim como outros saberes desenvolveram estudos que melhor explicam

UNAIDS (2006), International Guidelines on HIV/AIDS and Human Rights:2006 Consolidated Version. Disponível em http://data.unaids.org/Publications/RC-pub07/jc1252-interguidelines_en.pdf.

⁵ Sobre a crise sacrificial que se utiliza de vítimas expiatórias para aplacar a violência do grupo vide GIRARD, René. *“A violência e o sagrado”*. SP:São Paulo, 1990.

a dita transmissão. Pode-se considerar que haja mais tolerância ou menos estigmatização dos grupos sociais, na medida em que já se sabe sobre a possibilidade de vulnerabilidade a que todos estão sujeitos, pelo número de informações passíveis de acesso. Não obstante, a realidade evidencia uma manutenção dos mesmos grupos sociais como os mais vulneráveis, ao mesmo tempo em que tal percepção por parte da sociedade faz com que outros membros dela não se sintam atingidos. Isto abre espaço para redimensionamento do problema, pela abertura à maior contaminação.

Malgrado todo avanço científico relativo ao enfrentamento ao vírus, bem como toda a possibilidade de informação a que os indivíduos têm acesso, a desinformação permanece um vetor da transmissão. Os veículos de informação de massa dão dois tipos de tratamento à questão da transmissão, isto é, de um lado, vemos aqueles que receosos de não reincidir no erro do passado da estigmatização dos grupos sociais, optam por não chamarem a atenção para os riscos de transmissão a que estão todos passíveis, mormente os que têm práticas sexuais com parceiros diversos e os usuários de certas drogas, porém por outro lado, disso resulta o silêncio, não havendo assim a reflexão aprofundada do problema de forma realística, tendo como consequência uma maior possibilidade de contaminação.

Neste último aspecto há a agravante da informação vulgarizada da existência de um coquetel antirretroviral, que, se melhora a qualidade de vida do doente, não lhe traz a cura. Tal aspecto quando contextualizado na sociedade moderna do risco em que vivemos, ganha uma compreensão quase surrealista, posto que os que ressaltam os avanços de tal medicamento para a enfermidade relacionam-no a uma possibilidade de vida de cerca de quinze anos para o doente, previsibilidade maior do que à de vida diante dos perigos e riscos existente nas nossas cidades.

Os estudos em política criminal da transmissão do Hiv/Aids tem sido orientados por duas linhas de raciocínio. Uma delas é o da perspectiva de se enfrentar uma epidemia e para tanto a necessidade de repressão e a outra, preocupa-se em marcar uma posição moralista vinculando o enfrentamento do problema pelo reforço ao estigma a certos grupos sociais. O que se observa é que não se tem como pilar de sustentação para a prevenção da transmissão a consideração da necessidade de maior informação-educação da população, fazendo incidir os maiores esforços junto a políticas públicas preventivas sobre as causas efetivas de transmissão, mas o contrário, o olhar sobre os resultados.

1.2 – O RISCO NA SOCIEDADE MODERNA

A utilização da referência da sociedade de risco deve ser considerada de forma a se fazer uma escolha de ultrapassagem da política pública penal para uma de política pública de saúde, no que concerne à questão da transmissão do Hiv/Aids. Aponta tal referência a necessidade de se buscar a compreensão da ética em face de uma sociedade tecnológica pós-industrial e o contexto ambiental no qual se insere o homem.

A sociedade tecnológica pós-industrial é uma sociedade de risco, colocando o homem em constante ameaça, e a contrapartida é a de se buscar uma ética do respeito, segundo a perspectiva do princípio responsabilidade tratado, por Hans Jonas⁶. Nesse diapasão, a sociedade moderna é concebida em crise de valores e o caminho que deve ser buscado pelo homem para superá-la em nome de sua sobrevivência, não só física, mas enquanto civilização, da própria humanidade é o da previsão do perigo. Perigo este disposto por todos, portanto contra todos, uma vez que as vidas estão em relação direta umas com as outras, logo comportamentos que repercutem uns sobre os outros. O homem ao colocar-se em perigo com suas ações coloca o outro na mesma condição e para a perspectiva da ética do princípio responsabilidade não tem o direito de ameaçar o outro.

A preocupação com os riscos da sociedade moderna e a necessidade de ser adotada uma postura preventiva, antecipando-se aos acontecimentos, é a componente da base teoria do meio ambiente sadio, extensão dos fundamentos dos direitos humanos, enquanto direitos humanos ambientais. Encontramos tal aporte teórico nos instrumentos de direito internacional do meio ambiente-desenvolvimento, como por exemplo, na medida do princípio da precaução e do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, indicados na Convenção de Stockholm, de 1972, assim como do paradigma da sustentabilidade na Eco-92, descrição do princípio da satisfação das necessidades do presente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

A identificação da sociedade de risco em suas causas está âmbito do conflito entre penúria e riqueza, conflito que incita o medo que ultrapassa os velhos medos historicamente conhecidos, que tinham uma abrangência espacial local e visíveis ou concretos, isto porque o medo vivido na sociedade tecnológica pós-industrial tem dimensões imensuráveis espacialmente por serem globais, transpondo fronteiras e não

⁶ JONAS, Hans. *“O princípio responsabilidade”*. RJ:Contraponto, 2006, p84.

claramente identificáveis, ou visíveis, ou óbvios pela simples visibilidade. Neles se inscrevem os riscos da radioatividade, da poluição atmosférica de toda ordem, das pesquisas de transgênicos, segundo observa Ulrich Beck.⁷

Não bastassem tais problemas, a sociedade moderna depara-se diante de problemas sociais da ordem do desemprego, do individualismo, do materialismo, das desigualdades, imersos em outros tantos como os das drogas, da fome, remédios, e estresses diversos em razão problemas decorrentes das relações internacionais, mescladas por crises políticas diversas. E nesse sentido, a crise da sociedade moderna para ser superada precisaria se voltar para a construção de uma nova ordem mundial. Não obstante, vejamos os caminhos dentro de uma ordem micro das relações individuais.

2 – A PREVENÇÃO COMO ECOPEDAGOGIA

As escolhas de política criminal sofrem influência, não só dos movimentos sociais, mas principalmente dos órgãos político-científicos, que as impulsionam segundo a influência da realidade, das pesquisas científicas, do corpo social em sentido geral, que estejam relacionadas ao fenômeno criminal. Dentre as principais escolhas estão as de caráter repressivo e punitivo, reveladas pela inflação legislativa, que representa o nível de atraso em termos de civilidade que a sociedade brasileira se encontra, a demonstrar o atraso do âmbito educacional que se encontra.

O caminho para a superação de tal questão seria o da resposta a uma política pública de vícios criminal punitivo através de política pública de saúde, de caráter preventivo. Chamamos a esta de ecopedagogia, identificando o homem como protagonista do seu próprio meio, no sentido de maior consciência sobre as situações que o atingem, consciência de ser ele o próprio responsável por sua vida, mormente em se tratando de ser o sexo ou as relações afetivo-sexuais o principal vetor⁸ da transmissão do vírus.

2.1 – ECOPEDAGOGIA COMO POLÍTICA CRIMINAL

⁷ Sobre os riscos criados pela sociedade moderna industrial-tecnológica vide BECK, Ulrich. *“La société du risque sur la voie d’une autre modernité”*. Paris: Flammarion, 2001.

⁸ Vide importantes informações sobre o tem em ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS. www.abiaids.org.br. Comissão Suíça para Questões Ligadas à Aids (CFS, Commission Fédérale pour les problèmes liés au Sida). Swiss National AIDS Commission, www.bag.admin.ch/hiv_aids

O caminho para reconversão do olhar sobre o fato de que a questão da transmissão do Hiv/Aids é uma questão de saúde pública, permitirá enfrentar uma questão pragmática de que a vulnerabilidade a que todos estão submetidos na sociedade moderna pelas exposições ao risco, ou seja, o fato de que sendo a relação afetivo-sexual o principal vetor da transmissão, e daí estamos a um pulo de reconhecer que estamos diante de uma epidemia. A universalização dos direitos humanos é componente de um discurso que vem sendo ideologicamente utilizado nos âmbitos internacionais por parte de países hegemônicos desejosos de fazer com que o mundo periférico assimile suas idéias como próprias, mas nem sempre consegue por falta de percepção clara dos proveitos universais, mas em se tratando de práticas de transmissão do vírus, decerto que são práticas universalizantes, já que o principal vetor é universal.

Assim sendo, perde-se o sentido de se buscar responsáveis por transmissão em casos específicos, já que é urgente que a prevenção seja atingida. Considerando que a resposta de política criminal de caráter penal é historicamente associada a sofrimento, principalmente dos grupos sociais mais fragilizados, é preciso que se leve em conta as modernas correntes que preconizam que o direito penal é instrumento de *ultima ratio*. Infere-se que, a política criminal punitiva é uma perspectiva pública subsidiária das outras políticas públicas que devem atender às garantias legais. A política criminal é uma política pública de proteção da sociedade contra o crime, o que fica difícil de ser percebido ao se considerar a punição de um indivíduo doente, já marginalizado por outros fatores, inclusive por seu comportamento social e sexual. Tomemos o exemplo de um indivíduo doente, usuário de drogas, desempregado e homossexual, que é alguém que pode ser considerado como incapacitado em termos de ausência de pleno controle sobre os seus atos, numa situação de precariedade que induz à proteção da sociedade. Trata-se de uma situação de estresse. Uma outra hipótese é a ignorância misturada à displicência oportunista presente na ausência do uso de preservativo, que demanda uma política pública preventiva de fortalecimento sobre a educação-informação que deve atingir os indivíduos por parte de toda a sociedade e aqui não se busca responsabilizar apenas o Estado, mas chamar a atenção para a responsabilidade de toda a sociedade.

Decerto que se deve combater a impunidade, inclusive, por ser talvez o principal fator criminógeno, mas é exatamente por isso que se faz necessária uma política preventiva educacional. E esta se efetiva pela informação, que deve ser no nível mais midiático possível, mormente em se considerando os gastos governamentais para sua

auto-propaganda, que seriam muito mais úteis e importantes se fossem orientados à propaganda anti-transmissão do vírus Hiv/Aids.

O medicamento antirretroviral também necessita ser melhor colocado no âmbito da informação. Há uma expectativa sobre esse medicamento depositada pelo portador do Hiv/Aids, no sentido de que uma vez sendo ele tomado, está o portador possuído por uma idéia equivocada quanto ao sucesso do tratamento.⁹ Isto porque ele possibilita uma espécie de controle, mas não a cura, continuando o indivíduo, inclusive, vulnerável a um vírus mais forte que sofra mutação. Não obstante tal problema, a qualidade de vida propiciada pelo coquetel antirretroviral favorece ao indivíduo um bem viver que pode ser algo permissivo a que o mesmo continue uma prática afetivo-sexual transmissível do vírus, pela percepção de si mesmo equivocada, ou seja, retornando aos antigos padrões de comportamento que o levaram a se contaminar. Na esteira de tal falsa visão da realidade está a indústria da beleza e a indústria da pornografia, que supervalorizam o corpo humano, os desejos e o consumismo até do tempo.

A falta de informação decorre da lógica da sociedade de risco que inculca o medo. Há nela a solidariedade no medo que reforça o risco, por reforçar o desconhecimento sobre a verdade dos fatos. A hipótese do aquecimento global se insere nessa reflexão sobre a sociedade do risco que leva à solidariedade no medo, posto que há forte propaganda sobre sua existência endossada pelo medo, implicando no impedimento de acesso à informação de outros estudos científicos que não consideram a existência do aquecimento, levando à manutenção do risco do desconhecimento sobre os interesses políticos existentes nas relações internacionais que estão na origem da hipótese.

2.2 – RELAÇÃO AFETIVO-SEXUAL, VÍTIMA E RISCO

⁹ Ministério da Saúde: -Recomendações para terapia Antirretroviral em Adultos Infectados pelo HIV, 2008. Ministério da Saúde, Brasil.

-Ministério da Saúde. Prevenção Positiva. Brasília, 2007. -Criminalization of HIV Transmission Policy Brief, 2008

http://data.unaids.org/pub/BaseDocument/2008/20080731_jc1513_policy_criminalization_en.pdf. In: Nota 350 do Ministério da Saúde. -Guibu IA, Barros MBA, Cordeiro MRD et al. Estudo de Sobrevida de Pacientes de AIDS no Brasil, Fase I – 1998-1999 – Região Sul e Sudeste. In Boletim Epidemiológico DST/AIDS, ano V, no 01 – 27ª à 52ª semanas epidemiológicas _ julho a dezembro de 2007 e 01ª à 26ª semanas epidemiológicas _ janeiro a junho de 2008. Ministério de Saúde. SVS.PN DST-AIDS. ISSN 1517 1159 In: Nota 350 do Ministério da Saúde. -EGGERA, Attia S, M, Muller M et al., 2009. Sexual transmission of HIV according to viral load and antiretroviral therapy: systematic review and meta-analysis. AIDS, 23(11):1397-1404. In: Nota 350 do Ministério da Saúde.

Considerando a necessidade de políticas públicas preventivas, com acesso efetivo à informação sobre a transmissão do Hiv/Aids, dentro de um processo pedagógico que fomente a consciência do indivíduo sobre o meio em que vive, a participação da vítima torna-se fundamental para compreensão do problema da responsabilidade penal. A partir da perspectiva do risco a que todos devem ter consciência, aquele que envolve as relações sexual-afetivas torna-se um dentre um conjunto de situações de risco a que o indivíduo deve ter consciência. E nesse sentido, a participação da vítima, em termos de relações inter-individuais, deve descaracterizar a tipicidade penal da conduta do perigo de transmissão, excluindo a ilicitude segundo a teoria da imputação objetiva¹⁰, diante de relações afetivo-sexuais consentidas, seja pela auto-colocação em risco, seja pelo consentimento em si. Se desejo não é ordem¹¹, em se tratando de relações consentidas, deve-se considerar o perfeito entendimento sobre a situação em que cada indivíduo se coloca, e, portanto, responsável sobre a condução dos seus atos conseqüentes da manifestação de seu livre arbítrio.

O portador do vírus é um autor peculiar em termos de direito penal, porque é alguém que está na condição de vítima de uma doença de caráter epidêmico, portanto trata-se de uma questão, antes de tudo, de saúde pública, que demanda uma resposta da sociedade em esfera macro-política, não podendo restringir-se o olhar sobre ela a um tratamento de meramente individual do caso concreto.¹² Esta é uma questão que nos foi apresentada em seminário sobre a criminalização da transmissão do vírus por um portador do vírus de orientação homossexual, que embora afirmando conhecer sobre o processo da doença e de mutação do vírus, identificava os seus iguais como pessoas fragilizadas pela doença e que reivindicavam o direito de amar.¹³ Neste argumento buscam a compreensão de que precisam omitir sua condição nos relacionamentos afetivo-sexuais. A primeira hipótese que se coloca tem um cunho moralista, decerto,

¹⁰ BONET ESTEVA, Margarita. "La víctima del delito: la autopuesta en peligro como causa de exclusión del tipo de injusto". Prólogo de Winfried Hassemer. Trad. Alfredo Chirino Sánchez. Madrid: Ciências Jurídicas/ McGraw Hill, 1999, p201 Apud GRECO, Alessandra Orcesi Pedro. "*A autocolocação da vítima em risco*". SP: RT,2004. ROXIN, Claus. "*Estudos de Direito Penal*". RJ: Renovar, 2006. Teoria da Imputação Objetiva, capítulo Que comportamentos pode o Estado proibir sob ameaça de pena? Sobre legitimação das proibições penais e o capítulo Tem futuro o direito penal?.

¹¹ Segundo GIKOVATE, Flávio. "*Sexo*". SP:MG, 2010, p 27.

¹² PARAGUASSU, Monica. "A transmissão do HIV/AIDS: legislação e jurisprudência", 2011, na editora para publicação. PRAÇA, Neide de Souza & GUALDA, Dulce Maria Rosa Gualda, "A cuidadora e o (ser)cuidado: uma relação de dependência no enfrentamento da AIDS" apresentada. Texto apresentado no XII Congresso Latino-Americano de DST e VI Conferência Pan-Americana de AIDS (1999). Revista Latino-am Enfermagem 2003 janeiro-fevereiro; 11(1):14-20 www.eerp.usp.br/rlaenf Tese de Doutorado à Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

¹³ Argumento expressado em Seminário de 2010 do Grupo Pela Vidda. www.grupopelavidda.org.br

posto que visa colocar em questão o mencionado direito de amar, sob o argumento de que quem ama não quer ver o mal do outro, e assim não submeteria com seu ato o outro à transmissão. Não obstante, é preciso penetrar na perspectiva do direito de amar reivindicado por tais grupos, qual seja o da estrutura de tal direito, ou seja, o aspecto da compreensão como uma via de mão única, uma via apenas do direito, sem considerar a figura deôntica do dever. Vemos que há na reivindicação de um tal direito de amar a visão de mundo contemporânea, isto é, uma visão individualista, imediatista e consumista, do tudo muito rápido para atender os desejos momentâneo, posto que as pessoas não admitem mais qualquer forma de rejeição, de dor ou de sofrimento. E nessa esteira segue a incapacidade da perspectiva da alteridade, da percepção do outro¹⁴, no qual o próprio se identificaria, o que reflete o sinal dos tempos que se afasta da visão originária do status de sujeito de direitos no pensamento de Rousseau, que compreendia que é na relação com o outro que o indivíduo se torna sujeito de direitos, e assim, não há o que falar sobre direitos do homem sem a contrapartida dos deveres do homem.

De todo modo, há também outras causas da transmissão do Hiv/Aids, que contextualizam tal problema, sobre as quais devem incidir as políticas públicas. A sociedade pós-industrial em que vivemos, malgrado os avanços tecnológicos e científicos ainda depara-se com questões de dimensão global, tais como o das drogas, remédios usados indiscriminadamente, irradiações, poluição, estresse e fome, todos elementos que atingem o campo imunológico dos indivíduos. Sendo assim, os esforços contra a transmissão do vírus deveriam ser em maior escala e melhor empreendidos sobre os organismos imunodeficientes, de modo a transformá-los em ineficientes, de forma a evitar que sejam os organismos campo de proliferação de tumores e infecções. No sentido inverso, a manutenção do foco na questão individual de buscar responsabilizar penalmente o autor da transmissão não resolve a questão da transmissão e beneficia os fabricantes dos grandes laboratórios internacionais de reagentes, aparelhagens e remédios para a doença.¹⁵

¹⁴ BERNHEIM, Gilles. *“Le souci des autres: au fondement de la loi juive”*. Paris: Calmann-Lévy, 2002.

¹⁵ AQUINO, Ulisses da Mota. *“AIDS toda a verdade”*. RJ:Record, 1986. FARMER, Paul. PATNERS IN HEALTH, www.pih.org. DOZON, Jean Pierre e FASSIN, Didier Paris: Ed. Balland, 2001, *“Critique de la santé publique – une approche anthropologique”* (Org). DOZON, Jean Pierre capítulo 7 Le culturalisme pratique de la santé publique – critique d’un sens commun e D. FASSIN capítulo 8 Le sida et l’Afrique ou la causalité culturelle en question. FARMER, Paul. *“Anthropologie et Sida – bilan et perspectives”*. Paris: Ed. Karthala, 1996, chapitre L’anthropologue face à la pauvreté et au sida dans un contexte rural. FASSIN, Didier. *“Le journal du sida & de la démocratie sanitaire”*, n° 140-141, novembre/décembre, 2001, “Le sida en Afrique du Sud: entre étiologie virale et causalité sociale”.

Uma política pública preventiva é o caminho mais coerente para o enfrentamento de tais questões, propiciando um meio ambiente sadio, com nutrição adequada e a profilaxia no indivíduo sadio de defesas para bloquear vírus por meio de vacinação, com o objetivo de tornar os indivíduos imunodeficientes, e paralelamente a eliminação de problemas sociais graves que estão no germe da imunodeficiência, ou seja, a fome, o desemprego, a miséria, a falta de estrutura familiar, a falta de perspectiva de vida e o desperdício. Juntem-se a isso os demais males da sociedade de risco como a falta de esperança e de alta auto-estima. Isto, inclusive, é o evidente na sociedade do Haiti¹⁶, caso emblemático da violência estrutural e da materialidade do social, que vinculam a epidemia do Hiv/Aids à pobreza, à desigualdade, às doenças infecciosas, à injustiça social e ao simbolismo religioso.

A questão da transmissão do Hiv/Aids em política criminal é um exemplo que lançamos mão para tratar de um problema que bem se enquadra à perspectiva do pensamento complexo ambientalista. Para tanto, a análise deve valer-se da bandeira do ambientalismo que é a do pensar global e agir local, pensar local agir global, ultrapassando o ineficiente processo de individualização da responsabilidade penal por meio da consideração de todos os agentes concorrentes, sejam os parceiros nas relações consentidas que devem ser responsáveis por sua conduta de auto colocarem-se em risco, ou em consentirem no risco, seja a falta de um processo ecopedagógico de informação-educação por parte da sociedade, seja o sistema macro político que fomenta todas as situações da sociedade moderna pós-industrial, que coloca os indivíduos em constante risco.

PARA UMA CONCLUSÃO

Nesse sentido, buscamos testar a perspectiva dos direitos humanos, valendo-nos do estudo de caso da problemática do HIV/AIDS, que afeta a todos os gêneros e a todas as práticas sexuais, posto que aqueles são direitos normatizados como universais, mas na prática das relações inter-pessoais é preciso verificar como tal universalização ocorre. As respostas ou os resultados que são abordados no trabalho refletem a teoria da

¹⁶ FARMER,P. “*Cultural and sexual risk – anthropological perspectives on AIDS*”. Amsterdam: Gordon and Breach Publishers, 1995, Chapter 1 Cultural, poverty, and the dynamics of HIV transmission in rural Haiti. FARMER,P. “*Sida en Haiti – la victime accusée*”.Paris; Karthala, 1996, chapitre Dieudonné. TESSIER, Stéphane. “Épidémie à VIH et institutions sócio-sanitaires: quelle réorganisation de l’espace médical?”, In: Jean Benoist et Alice Desclaux (sous la dir.) Paris: Karthala, 1996, “*Anthropologie et Sida*”.

imputação objetiva, posto que se inscrevem no caminho da responsabilidade-prevenção entre portador do vírus e vítima de contaminação, e valorizam o papel preventivo da educação-informação sobre o meio ambiente sadio, como ecopedagogia. Esta é aqui identificada como expressão da cidadania quanto ao acesso à educação do indivíduo de forma a fazê-lo tornar-se um verdadeiro cidadão, consciente do meio ambiente que o cerca e, portanto, de seus direitos e deveres, de sua liberdade, da extensão e da dimensão do seu livre arbítrio. E neste sentido, pode-se pensar na efetivação da perspectiva do direito à diferença, no que concerne aos particularismos próprios às relações afetivo-sexuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

- AQUINO, Ulisses da Mota. *“AIDS toda a verdade”*. RJ:Record, 1986.
- BECK, Ulrich. *“La société du risque – sur la voie d’une autre modernité”*. Paris: Flammarion, 2001.
- BERNHEIM, Gilles. *“Le souci des autres: au fondement de la loi juive”*, Paris: Calmann-Lévy, 2002.
- DELMAS-MARTY, Mireille. *“Modelos e movimentos de política criminal”*. RJ:Revan,1992.
- DELMAS-MARTY. *“Le flou du droit”*.RJ:Puf, 1986.
- GIKOVATE, Flávio. *“Sexo”*. SP:MG, 2010.
- GIRARD, René. *“A violência e o sagrado.”* SP:São Paulo, 1990.
- GRECO, Alessandra Orcesi Pedro. *“A autocolocação da vítima em risco”*. SP: RT,2004.
- JONAS, Hans. *“ O princípio responsabilidade”*. RJ:contraponto, 2006.
- PARAGUASSU, Monica. *“A transmissão do HIV/AIDS: legislação e jurisprudência”*, 2011, trabalho resultado de pesquisa, tendo sido encaminhado à editora - aprovado para publicação.
- TAVARES, Juarez. *“Teoria do Injusto Penal”*.Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

Capítulos de livros:

- DOZON, Jean Pierre e FASSIN, Didier Paris: Ed.Balland, 2001, *“Critique de la santé publique – une approche anthropologique”*(Org). DOZON, Jean Pierre capítulo 7

- Le culturalisme pratique de la santé publique – critique d’un sens commun e D. FASSIN capítulo 8 Le sida et l’Afrique ou la causalité culturelle en question.
- FARMER, Paul. “*Anthropologie et Sida – bilan et perspectives*”. Paris:Ed.Karthala, 1996, chapitre L’anthropologue face à la pauvreté et au sida dans un contexte rural.
- FARMER,P. “*Cultural and sexual risk – anthropological perspectives on AIDS*”. Amsterdam: Gordon and Breach Publishers, 1995, Chapter 1 Cultural, poverty, and the dynamics of HIV transmission in rural Haiti.
- FARMER,P. “*Sida en Haiti – la victime accusée*”.Paris; Karthala, 1996, chapitre Dieudonné.
- FASSIN, Didier. “*Le journal du sida & de la démocratie sanitaire*”, n° 140-141, novembre/décembre , 2001, “Le sida en Afrique du Sud: entre étiologie virale et causalité sociale”.
- PARAGUASSU, Monica. “Evolução das penas e escolas penais”, In: Rafael Medina (org). “*Direito Penal Acadêmico*”.RJ: Ferreira&Morgado, 2008.
- ROXIN, Claus. “*Estudos de Direito Penal*”. RJ: Renovar, 2006. Teoria da Imputação Objetiva, capítulo Que comportamentos pode o Estado proibir sob ameaça de pena? Sobre legitimação das proibições penais e o capítulo Tem futuro o direito penal?.
- TESSIER, Stéphane. “Épidémie à VIH et institutions socio-sanitaires: quelle réorganisation de l’espace médical?”, In: Jean Benoist et Alice Desclaux (sous la dir.) Paris: Karthala, 1996, “*Anthropologie et Sida*”.

Sites web:

- FARMER,Paul. PATNERS IN HEALTH , www.pih.org.
- Grupo Pela Vidda. www.grupopelavidda.org.br.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS. www.abiaids.org.br.
- Comissão Suíça para Questões Ligadas à Aids (CFS, Commission Fédérale pour les problèmes liés au Sida). Swiss National AIDS Commission, www.bag.admin.ch/hiv_aids
- MINISTÉRIO DA SAÚDE:
- Recomendações para terapia Antirretroviral em Adultos Infectados pelo HIV, 2008. Ministério da Saúde, Brasil.
 - Ministério da Saúde. Prevenção Posithiva. Brasília, 2007.

- Criminalization of HIV Transmission Policy Brief, 2008
http://data.unaids.org/pub/BaseDocument/2008/20080731_jc1513_policy_criminalization_en.pdf. In: Nota 350 do Ministério da Saúde
- Guibu IA, Barros MBA, Cordeiro MRD et al. Estudo de Sobrevida de Pacientes de AIDS no Brasil, Fase I – 1998-1999 – Região Sul e Sudeste. In Boletim Epidemiológico DST/AIDS, ano V, no 01 – 27ª à 52ª semanas epidemiológicas _ julho a dezembro de 2007 e 01ª à 26ª semanas epidemiológicas _ janeiro a junho de 2008. Ministério de Saúde. SVS.PN DST-AIDS. ISSN 1517 1159 In: Nota 350 do Ministério da Saúde.
- EGGERA, Attia S, M, Muller M et al., 2009. Sexual transmission of HIV according to viral load and antiretroviral therapy:systematic review and meta-analysis. AIDS, 23(11):1397-1404. In: Nota 350 do Ministério da Saúde.
- UNO, UNITED NATIONS ORGANIZATION/ ONU, Organização das Nações Unidas:www.uno.org.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION, www.who.int.
- UNAIDS: www.unaids.org.
- International Guidelines on HIV/AIDS and human rights, 2006. Consolidated Version.http://data.unaids.org/Publications/IRC-pub07/jc1252interguidelines_en.pdf.
- UNAIDS, Criminal Law, Public Health and HIV Transmission: A Policy Options Paper. Geneva, 2002. Available at www.unaids.org.
- Declaração do Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992.
- UNAIDS Recomendação das Nações Unidas de 2002, Diretriz 4, estabelece as Diretrizes Internacionais sobre HIV/AIDS e Direitos Humanos.
- Office of the United Nations High Commissioner for Human rights and UNAIDS (2006), International Guidelines on HIV/AIDS and Human Rights:2006 Consolidated Version. Disponível em http://data.unaids.org/Publications/RC-pub07/jc1252-interguidelines_en.pdf.

Tese de doutorado:

PRAÇA, Neide de Souza & GUALDA,Dulce Maria Rosa Gualda, “*A cuidadora e o (ser)cuidado: uma relação de dependência no enfrentamento da AIDS*” apresentada. Texto apresentado no XII Congresso Latino-Americano de DST e VI Conferência Pan-Americana de AIDS (1999). Revista Latino-am Enfermagem 2003

janeiro-fevereiro; 11(1):14-20 www.eerp.usp.br/rlaenf Tese de Doutorado à Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Direitos, igualdade e democracia sexual: a união entre pessoas do mesmo sexo na Argentina e no Brasil.

Autoras: Claudia Regina Nichnig – Doutoranda – Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFSC (e-mail: claudianichnig@hotmail.com)

Caterina Rea – Pós doutoranda - Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFSC (e-mail: caterina.rea@neuf.fr)

Resumo: Neste artigo iremos confrontar os embates existentes em torno das políticas igualitárias e de reconhecimentos por direitos sexuais, travadas na Argentina, a partir da legislação que disciplinou o casamento civil igualitário; e no Brasil através da decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu que as uniões formadas por pessoas do mesmo sexo podem ser consideradas como uniões estáveis, mas ainda não reconhecido o direito as pessoas do mesmo sexo ao casamento. Analisamos o processo que levou ao reconhecimento da lei de matrimônio igualitário na Argentina e ao reconhecimento do Supremo Tribunal no Brasil como parte de um processo de retomada à democracia destes dois países, marcado por trajetórias reformistas e do marcante envolvimento dos movimentos sociais, especialmente LGBT, nas políticas públicas.

Palavras-chave: Casamento entre pessoas do mesmo sexo, igualdade e democracia sexual.

Abstract: in this article, we will compare the debates on egalitarian politics and politics of sexual rights recognition in Argentina, through a legislation instituting same sex marriage, and in Brazil, through the decision of the Supreme Federal Court. This decision implies the recognition of same sex unions as civil unions, but it does not imply the right to same sex marriage. We will analyze the process conducting to the recognition of the so called egalitarian marriage, in Argentina, and to the Supreme Federal Court Decision, in Brazil, as part of a process of re-democratization of these two countries. Such a process was characterized by reformist trajectories and by the engagement of social movements, especially LGBT movements, in the public politics.

Keywords: Same-sex marriage, equality and sexual democracy.

Neste artigo iremos confrontar os embates existentes em torno das políticas igualitárias e de reconhecimentos por direitos sexuais, travadas na Argentina, a partir da legislação que disciplinou o casamento civil igualitário; e no Brasil através da decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu que as uniões formadas por pessoas do mesmo sexo podem ser consideradas como uniões estáveis, mas ainda não reconhecido o direito as pessoas do mesmo sexo ao casamento.

Já uma primeira consideração sobre a terminologia utilizada se impõe. Na Argentina foi utilizado o termo “matrimonio igualitario” para enfatizar que o que estava

em questão era a igualdade dos direitos: “os mesmos direitos com os mesmos nomes”, foi o slogan proclamado por la FALGBT, enquanto tratava-se de deslegitimar as práticas discriminatórias do Estado ante o fato mesmo de defender e de reclamar pela própria instituição do casamento (R. Hiller, 2010). Desde o início, no pedido por casamento se afirmou o pedido pela igualdade e pela extensão dos direitos humanos à grupos até então tratado de maneira diferente como a população LGBT. Nesse sentido, a demanda pelo casamento tornou-se uma ferramenta da luta pela igualdade que não podia aceitar soluções de compromisso, alternativas ou vias medianas. O pedido ia pelo “tudo ou nada; não se podia pedir ou reconhecer um meio-direito” (C. Figari, 2012). Por isso, foi necessária uma nova legislação que mudou o Código Civil a respeito da conjugalidade e que, em lugar da referência sexuada a “homem e mulher”, colocou o termo neutro de *contrayentes*.

Ao contrário do que ocorreu na Argentina, em que o movimento LGBT definiu como estratégia de luta a reivindicação pelo matrimônio civil igualitário, mesmo que houvesse grupos mais radicais dentro do próprio movimento que entendiam ser este um termo um tanto quanto conservador, no Brasil não se pode falar em consenso. Como mostraremos a seguir, na esfera legislativa iniciou-se uma reivindicação por “união civil”, seguido de “parceria civil”, ficando claro que neste momento qualquer reivindicação que utilizasse a terminologia ligada a família não seria uma boa estratégia. Posteriormente, já nos anos 2000, podemos observar a utilização de termos diversos nos projetos de lei que tramitaram a partir deste período - *união entre duas pessoas do mesmo sexo*, *contrato civil de união homoafetiva* e *união estável de pessoas do mesmo sexo* foram as terminologias usadas nos projetos de lei que tramitaram neste período (e ainda encontram-se em tramitação). Já as propostas de iniciativa popular que estão atualmente em discussão no Brasil os termos utilizados são casamento e união estável, não restrito ao casal heterossexual, e casamento civil igualitário, demonstrando, mais uma vez, que não existe um consenso entre os termos. Entretanto, apesar de não existir consenso a respeito do termo a ser utilizado no Brasil, pelos diferentes projetos de lei e proposta de emenda constitucional ainda sem aprovação, o respeito a estas famílias e o acesso aos mesmos direitos já concedidos as famílias formadas por casais heterossexuais é uma reivindicação dos movimentos sociais como um direito ao acesso

pleno à cidadania, inserido num contexto de respeito aos direitos das pessoas LGBT como direitos humanos.¹

1. *A luz das críticas queer internacionais*

Do ponto de vista metodológico, trataremos de analisar os discursos sociais que possibilitaram, nos dois contextos, a realização destas importantes mudanças sociais. As noções de direitos sexuais e de cidadania inclusiva, mobilizados nestes debates, serão problematizadas à luz das críticas *queer* das agendas LGBT internacionais. Estas seriam suspeitas de introduzir novos modelos homonormativos e de legitimar novas hegemonias dentro da própria comunidade LGBT. Porém, a legitimidade destas críticas deve ser contextualizada dentro da especificidade das realidades históricas e sociais latino-americanas e dos processos de democratização que atravessaram países como a Argentina e o Brasil.

Pretendemos estabelecer pontos de aproximação e diferenças entre o Brasil e a Argentina ao tratar do direito ao reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo e o acesso ao casamento, problematizando a partir das discussões propostas pela teoria *queer*. Esta surge como uma forma de contestação da heteronormatividade e se tornou recentemente como um instrumento de crítica presente em nova normatividade identificada em vários pedidos das agendas LGBT internacionais: casamento gay, homoparentalidade, que buscam uma “igualdade de direitos”, que exprime uma vontade de normalização e uma assimilação de critérios de uma sociedade burguesa, consumista, conservadora e heteronormativa.

Segundo varios teóricos *queer*, estas políticas terminariam reduzindo a igualdade de direitos a uma nova forma de conformismo das pessoas LGBT, com as exigências da heteronormatividade vigente. O resultado de tais políticas seria o ocultamento de outras

¹ Após a primeira conferência nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, realizada em 2008, foi aprovado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - PNPCDH-LGBT, que estabelece em várias de seus eixos estratégicos o reconhecimento das famílias formadas por pessoas do mesmo sexo (Estratégia 1.1.25 - Ampliar os conceitos de família, de modo a contemplar os arranjos familiares LGBT; Estratégia 2 - 1.2.19 Reconhecer e incluir nos sistemas de informação do SUS e no planejamento familiar, todas as configurações familiares protagonizadas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; Estratégia 3 - 1.3.1 Inserir nos livros didáticos a temática das famílias compostas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, considerando recortes de raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero e socioeconômica, os novos modelos de famílias homoafetivas, com ênfase nos recortes de raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero).

formas de desigualdade, em termos de raça, classe ou nacionalidade, dentro da própria comunidade LGBT, ou seja, a marginalização de outras formas de vida, irredutíveis as regras do casamento civil. “A atenção excessiva ao casamento gay e a homoparentalidade”, afirmam Cervulle e Ress-Roberts – “tende a ocultar a questão das desigualdades sociais dentro da comunidade LGBT” (M. CERVULLE-N. REES-ROBERTS, 2010, p. 23), identificando as prioridades da luta no eixo único da sexualidade em detrimento de outros fatores de discriminação². Enquanto expressão do “hetero-capitalismo” (FLORES, 2010, p. 9), o matrimônio incarnaria a forma mais natural e imediata de reforçar certas “seguridades sociais, econômicas e simbólicas” (FLORES, 2010, p. 10) ao preço de uma regulação estadual que nem todos e todas estão disponíveis a aceitar.

Assim, as críticas à homonormatividade e ao homonacionalismo destacam a dimensão normativa dos conceitos de democracia sexual, de liberdade e de igualdade que aparecem como critérios rígidos e universais para decidir quais formas culturais e quais expressões identitárias marcaram a modernidade e a civilização e quais ficaram de fora. Neste quadro, os modelos euro-americanos da modernidade sexual e da democracia serão os únicos critérios reconhecidos e impostos como universalmente válidos. “A epistemologia sexual ocidental é instrumentalizada para significar a ‘modernidade’, limitando em consequência outros tipos de racionalização do sexual à pré-modernidade” (FLORES, 2010, p. 40). A sexualidade se apresentaria hoje, muitas vezes na Europa como nos Estados Unidos, como uma nova fronteira cultural destinada a definir as limites da civilização. As diversas práticas e expressões sexuais encontram-se etnicizadas e racializadas. Deste modo, estas críticas problematizam a imediata identificação da cidadania com a inclusão, mostrando como por traz dos pedidos por

² No contexto argentino não foram muitas as vozes na comunidade LGBT, que se opuseram ao matrimônio. Entre estas, assinalamos o texto da militante lésbica e feminista Valeria Flores de Neuquén, que propõe um exercício crítico de dúvida e de suspeita frente ao discurso dominante e politicamente correto (FLORES, 2010). Este texto retoma os temas fundamentais do debate *queer* internacional a respeito do casamento gay: a ideia de regulação da sexualidade pelo Estado, através das políticas e direitos sexuais, bem como da introdução de novas hierarquias e desigualdades, não somente em termos socio-econômicos, mas também de reconhecimento de outras formas de vida e arranjos afetivos. Enfim, afirma Valeria Flores, mais que desconstruir a divisão hetero/homo, os discursos sobre o casamento gay “a restitui em termos de identidades essencializadas. Fica longe a proclama *queer* de colapsar a ordem de gênero, a través da confusão e da proliferação de gêneros, sua paródia e desnaturalização” (FLORES, 2010, p. 8).

direitos sexuais chegam talvez a se esconder novas formas de discriminação e de exclusão³.

É possível pensar que as críticas dos teóricos queer repercutiram nos países da América latina? Será que a política igualitária se sobrepõe a uma política libertária neste contexto?

A resposta a estas perguntas nos permitirão problematizar as bases das discussões presentes nos dois países, buscando a partir dos contextos específicos e da experiência social e histórica quais estratégias e discursos repercutiram e levaram à aprovação da Lei de Igualdade de Casamento na Argentina e a decisão proferida no Brasil.

2. O caso Brasileiro

As reivindicações dos gays e lésbicas constituíram-se no Brasil em torno do reconhecimento civil da conjugalidade homossexual, principalmente a partir do final da década de 1990, “questionando os modelos ocidentais modernos de parentesco, marcados pelo modelo de um conjunto formado pela díade do casal heterossexual com sua prole” (GROSSI, 2003, p. 265).

Neste país, o projeto de lei de parceria civil, de autoria de Marta Suplicy, inaugura a discussão sobre o direito do casamento homossexual no Legislativo. Esse acirrado debate foi acompanhado pelo sociólogo Luiz Mello, que mostra as tensões entre as/os parlamentares, tanto em uma Comissão Especial, que existiu no período de 13 de junho a 10 de dezembro de 1996, formada para a discussão da temática. É importante destacar que, nesse primeiro projeto de lei, o termo utilizado foi *união civil*, sendo que o substituto desse projeto, de autoria do então deputado Roberto Jeferson, substituiu o termo por *parceria civil*. Mello destaca a fala da legisladora Marta Suplicy que, naquele momento, ressalta que o projeto “não se refere à constituição de família... não dará direito ao casal homossexual de adotar uma família” (MELLO, 2005).

É importante destacar que, nesse primeiro projeto de lei, o termo utilizado foi *união civil*, sendo que o substituto desse projeto, de autoria do então deputado Roberto Jeferson, substituiu o termo por *parceria civil*. Mello destaca a fala da legisladora Marta

³ Cfr. E. Fassin, “From Criticism to Critique”, en *History of the Present*, Vol. 1, No. 2 (Fall 2011). Este texto de Fassin descreve claramente estas logicas de racialização das questões sexuais adentro do modelo homonacionalista.

Suplicy que, naquele momento, ressalta que o projeto “não se refere à constituição de família... não dará direito ao casal homossexual de adotar uma família” (MELLO, 2005, p. 97). Também no mesmo sentido é o depoimento do relator do substituto: “o Projeto de Lei em exame não pretende instituir um casamento ou união estável entre pessoas do mesmo sexo. [...] não se cria nenhuma entidade familiar para efeitos de proteção do Estado” (MELLO, 2005, p. 68).

Atualmente, encontram-se em trâmite no Brasil os seguintes projetos: o Projeto de Lei nº 2.285/2007, apresentado pelo deputado Sérgio Barradas Carneiro, que inclui o reconhecimento jurídico da união entre duas pessoas do mesmo sexo, aplicando-se as mesmas regras da união estável; o Projeto de Lei nº 580/2007, de autoria do então deputado Clodovil Hernandes, que trata do contrato civil de união homoafetiva, e o Projeto de Lei nº 4.914/2009, de autoria do deputado José Genoíno, que trata da união estável de pessoas do mesmo sexo. O que se percebe dos projetos de lei que iniciaram sua tramitação nos anos 2000 é a utilização do termo *família* ou *entidade familiar*,⁴ o que foi totalmente repellido e tido como inaceitável no primeiro projeto, datado de 1995. Nos anos 2010 e 2011 duas novas propostas legislativas tratam do assunto: uma proposta denominada Estatuto da Diversidade Sexual, encabeçada pela Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, e a outra proposta de emenda constitucional que demanda pelo casamento civil igualitário.⁵

O anteprojeto chamado Estatuto da Diversidade Sexual⁶, que segundo sua exposição de motivos “foi elaborado a muitas mãos, e contou com a efetiva participação das Comissões da Diversidade Sexual das Seccionais e Subseções da Ordem dos

⁴ Anteriormente a Constituição de 1988, a família somente era aquela constituída pelo casamento civil. O artigo 226 da Carta Magna enumera as formas de entidades familiares: a união estável entre o homem e a mulher (parágrafo 3º), a chamada família monoparental, que é a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (parágrafo 4º) e, no caput, a família decorrente do casamento. Ao buscar o reconhecimento das relações homoafetivas no Judiciário brasileiro, postula-se sua identificação como entidades familiares. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>> Acesso em: 10 jul. 2012.

⁵ Ver: <http://casamentociviligualitario.com.br>

⁶ O Estatuto da Diversidade Sexual foi apresentado pela Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, mas tem como sua principal articuladora a advogada Maria Berenice Dias. Maria Berenice Dias é autora de muitas obras de direito que tratam da temática da família e é desembargadora aposentada do Estado do Rio Grande do Sul. Maria Berenice Dias cunhou o termo “homoafetividade” para se referir as relações entre pessoas do mesmo sexo, dando ênfase a afetividade. O termo foi utilizado na decisão do Supremo Tribunal Federal e em muitas outras decisões judiciais do país que reconhecem ou não o direito das pessoas do mesmo sexo que vivem em conjugalidade.

Advogados do Brasil – OAB e em que foram ouvidos os movimentos sociais”⁷ utiliza os termos do *casamento entre duas pessoas* e a *união estável*, retirando a exigência destes serem restrito a o casal formado por um homem e uma mulher, utilizando o termo « pessoas » no lugar de *um homem e uma mulher*.⁸

Por outro lado, a proposta de emenda constitucional proposta pelo deputado Jean Willes⁹ prevê a mudança da constituição, no artigo 226 que trata da família, acrescentando que no parágrafo que trata do casamento civil “*ele será realizado entre duas pessoas e, em qualquer caso, terá os mesmos requisitos e efeitos sejam os cônjuges do mesmo ou de diferente sexo*”. Já no parágrafo que trata da união estável a proposta do deputado é o reconhecimento da união estável “*entre duas pessoas, sejam do mesmo ou de diferente sexo, como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento*”. A campanha pelo Casamento Civil igualitário tem um site na internet e o apoio de atrizes e atores, cantores e cantoras brasileiras que autorizam o uso de suas fotografias no site, utilizando uma camiseta com slogan “casamento civil igualitário”¹⁰.

Ao lado das propostas legislativas, no Brasil a estratégia judicial está sendo a mola propulsora para importantes mudanças na temática do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Assim mesmo que ainda não exista uma legislação, foi na esfera judicial que podemos pensar em efetivas transformações até o presente momento. O que podemos concluir é que enquanto a possibilidade de reconhecimento destas uniões não avança no Congresso brasileiro, a Justiça tem sido a principal alternativa para o de reconhecimento destas uniões.

Tais direitos são embasados, sobretudo nos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana, previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, que garante “que todos são iguais perante a lei”. Segundo a legislação brasileira, gays e lésbicas, quando mantêm relações afetivo-conjugais, não possuem os mesmos

⁷ Disponível em: www.direitohomoafetivo.com.br.

⁸ Para maiores informações consultar : www.direitohomoafetivo.com.br.

⁹ Jean Willes foi vencedor do programa de televisão Big Brother transmitido pela Rede Globo de Televisão no ano de 2005, ocasião em que foi conhecido pelo grande público brasileiro, como sendo um participante assumidamente gay. Atualmente é deputado federal pelo PSOL-RJ para o mandato 2011-2015. é coordenador da Frente Parlamentar mista pela Cidadania LGBT. Disponível em : [www.http://jeanwyllys.com.br](http://www.jeanwyllys.com.br). Acesso em 17.08.2012.

¹⁰ Para maiores informações consultar : <http://casamentociviligualitario.com.br>

direitos de um casal heterossexual, pois ainda essas uniões ainda não são reconhecidas como família na legislação atualmente em vigor no Brasil. Por não se enquadrarem na norma heterocêntrica ou escaparem dos papéis de gênero estabelecidos socialmente, esses sujeitos são discriminados por diversos setores sociais, principalmente pela Justiça, que não os considera igualmente detentores de direitos.

Ao se debruçar sobre o projeto de lei de autoria de Marta Suplicy, Luiz Mello percebe as “resistências dos parlamentares para apreciar o Projeto de Lei nº 1.151/95”, afirmando que “o Judiciário é a instância que, na ausência da lei, normatizara o amparo legal às relações entre pessoas do mesmo sexo, da mesma forma como procedeu em relação às uniões concubinárias” (MELLO, 2005, p. 22). O sociólogo faz coro a autores do direito, como Luiz Edson Fachin, que compara a inexistência de legislação que reconheça as uniões entre pessoas do mesmo sexo, e o reconhecimento por meio do Judiciário dos direitos, ao que aconteceu com o reconhecimento das uniões chamadas concubinárias, que antes de terem seus direitos constitucionalmente reconhecidos em 1988, passando ao *status* de união estável, tinham os direitos advindos daquelas relações reconhecidos através do Judiciário (FACHIN, 2003).

No Judiciário a busca pelo reconhecimento das uniões se dá nos dias atuais principalmente no âmbito do direito de família, equiparando-se à união estável, sendo que anteriormente as decisões reconheciam que se tratava de sociedades de fato, o que resultava, na melhor das hipóteses, na divisão dos bens que adquiriu o casal. A Constituição Federal conferiu a mesma proteção jurídica concedida às entidades familiares constituídas através do casamento à união estável, sendo esta também reconhecida como entidade familiar. O artigo 1º da Lei nº 9.278/1996 disciplina sobre a união estável, estabelecendo o seguinte: “é reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família.”

Para a advogada Maria Berenice Dias, as uniões entre pessoas do mesmo sexo constituem “uma unidade familiar que em nada se diferencia da nominada de união estável” (DIAS, 2000, p. 84). Considerar as uniões entre pessoas do mesmo sexo como união estável enquadrou-as no direito de família, possibilitando o julgamento em varas especializadas, fazendo com que não fossem mais consideradas como simples negócios, com objetivo exclusivamente comercial. Maria Berenice Dias esclarece que “As uniões homoafetivas são uma realidade que se impõe e não pode ser negada, estando a

reclamar tutela jurídica, cabendo ao Judiciário solver os conflitos trazidos. (DIAS, 2005, p. 17). Segundo a advogada, foi através de uma decisão proferida em uma ação de reconhecimento de sociedade de fato que a matéria foi enquadrada como pertinente ao ramo do direito de família, pois “A nenhuma espécie de vínculo que tenha por base o afeto se pode deixar de conferir status de família, merecedora da proteção do Estado, pois a Constituição Federal (art. 1º, III) consagra, em norma pétreia, o respeito à dignidade da pessoa humana (DIAS, 2005, p. 45).

Rosa Maria Rodrigues de Oliveira, em sua tese de doutoramento, pesquisou decisões relativas ao reconhecimento de conjugalidades homoeróticas provenientes de doze tribunais de justiça brasileiros, tendo no percurso da análise eleito quatro Estados para realizar a sua pesquisa de campo: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Dentre os 187 processos analisados, as ações originárias tratavam de processos de inventário (85 casos), dissolução de união estável, sociedade de fato ou união ou sociedade homoafetiva (59 casos) e pedidos previdenciários de pensão por morte, plano de saúde privado ou público (32 casos). Além disso, onze casos foram catalogados pela pesquisadora como *outros* (OLIVEIRA, 2009, p. 133-134).

Diferentemente de países como EUA e alguns países da Europa, nos quais “o reconhecimento dos direitos sexuais LGBT começaram (e continuam a se desenvolver) na base de reivindicações que invocam o direito à privacidade e o direito à não-discriminação” (RIOS, 2008, p. 106), pugnando pela não-intrusão do Estado ou de terceiros nas escolhas e práticas individuais, no caso brasileiro o reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo através dos direitos sociais traduz-se em uma importante alternativa. Os direitos sociais, conforme dispõe o artigo 6º da Constituição Federal, incluem os direitos à “educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção a maternidade e à infância e assistência aos desamparados”. Estão aí englobados os direitos à cobertura da seguridade e previdência social e o direito à saúde, tanto concedida pelo Estado como por instituições privadas (estão incluídas aqui as discussões sobre inclusão de companheiros nos planos de saúde).

Consideradas não mais uniões de fato, mas sim uniões estáveis, as uniões entre pessoas do mesmo sexo passaram a ser definitivamente entendidas como família ou *entidade familiar*, a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal, que ao julgar dois processos propostos pela definiu a situação de todos os processos em trâmite no Judiciário Brasileiro.

Após a decisão de 05 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal – STF definiu que a união contínua, pública e duradoura entre duas pessoas do mesmo sexo pode ser considerada entidade familiar, considerada como união estável, nos termos do artigo 226 da Constituição Federal e do artigo 1273 do Código Civil. Na prática, a presente decisão tem efeito vinculante, ou seja, todos os processos judiciais que tramitam na Justiça brasileira, que discutem direitos advindos de um casal do mesmo sexo, podem ser reconhecidos como união estável. Estrategicamente estes casais, após reconhecida a união estável, que é realizada em cartório, podem ir ao judiciário pedir que seja convertida a união estável em casamento civil, pois este direito está reconhecido constitucionalmente àqueles que vivem em união estável. Portanto, como não há diferenciação entre os que vivem sob regime da união estável, se são heterossexuais ou homossexuais, os casais homossexuais podem pedir judicialmente a conversão da união estável em casamento civil, utilizando, mais uma vez, a via judicial.

A decisão do Supremo Tribunal gerou inúmeras interpretações: enquanto alguns entendem que a decisão permitiu o casamento civil, o que já vem sendo efetuado por alguns cartório brasileiros, outros interpretam que a decisão apenas permite o registro da união estável, e portanto para que seja possível o casamento, é preciso requerer judicialmente a conversão da união estável em casamento civil.

O que podemos concluir é que a decisão da mais alta corte do Brasil foi muito importante neste processo de reconhecimento dos direitos dos homossexuais e principalmente daqueles que vivem em conjugalidade; entretanto tal decisão não tem o poder de legislar, ou seja, ainda não existe lei no Brasil que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

3. O caso Argentino

Em julho de 2010 o Parlamento argentino votou a lei que permitiu o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, através da defesa do princípio da igualdade e a oposição a qualquer forma de discriminação. Foi utilizado o termo de casamento igualitário. A lei foi aprovada na noite entre o dia 14 e 15 de julho pelo Senado que ratificou a meia sanção votada pela Câmara dos Deputados no mês de maio de 2010. Com esta lei foi alterado o Código Civil a respeito do casamento e da conjugalidade, com a introdução do termo de contraentes, no qual desaparece a referência aos papéis e às posições de gênero diferenciadas de homens e de mulheres. Afirma-se no artigo

segundo do Código Civil argentino (Lei 26.218), relativo às modificações promulgadas no dia 21 de julho 2012: “o matrimônio terá os mesmos requisitos e efeitos, independentemente que os contratantes sejam do mesmo ou de diferente sexo”.

O processo que levou à aprovação da lei seguiu um duplo caminho: através da via judicial e da via política, permitindo que o debate se instalasse na mídia e na opinião pública. A estratégia judicial foi o primeiro passo, promovida pela FALGBT, a qual estimulou vários casais de mesmo sexo a solicitarem o pedido nos cartórios de registros civis para que fossem realizados os casamentos. Esta estratégia iniciou-se no ano de 2008, quando o casal Maria Rachid e Claudia Castro solicitaram o casamento diante do Registro Civil da cidade de Buenos Aires. Depois desta iniciativa outros casais seguiram a mesma estratégia. Ao negar o direito ao casamento civil aos parceiros do mesmo sexo, estes realizaram estrategicamente pedidos judiciais solicitando que fosse aplicado o princípio da igualdade declarado na Constituição Argentina.

Nos julgamentos destes processos surgiram alegações a respeito da declaração da inconstitucionalidade de velho Código Civil argentino em materia de casamento e permitiam a realização dos casamentos solicitados nos cartórios de registro civil. Assim, começou a se alegar que os artigos 172 e 188 do Código Civil, que se referiam ao casamento enquanto uniao entre homem e mulher, eram discriminatórios e, portanto, incompatíveis com os princípios constitucionais argentinos.

Apesar de intervenções de advogadas e advogados, juízas e juízes conservadores que objetivavam anular ou suspender os casamentos, vários puderam ser celebrados nos meses que procederam a promulgação da lei do “matrimônio igualitário”¹¹. Assim, o casamento das pessoas de mesmo sexo tornou-se uma questão social amplamente debatida que necessitava de uma nova legislação (FIGARI, 2012; HILLER, 2010). A aliança entre os coletivos sociais, estado e política possibilitou esta articulação de estratégias permitindo a inscrição de um projeto de lei que modificasse o Código Civil nas agendas parlamentarias.

O processo argentino seguiu então uma dupla estratégia, judicial e parlamentar e entre estas duas estratégias esteve o debate público, a ampla discussão popular que se

¹¹ O primeiro casamento entre pessoas de mesmo sexo que se realizou ante da lei foi o casal formado por Alex Freire e José Maria Di Bello, que conseguiram se casar no dia 28 de dezembro 2009 no cartório de registro civil de Ushuaia, graças à intervenção da governadora da Provincia de Tierra del Fuego, uma das governadoras e governadores favoráveis ao casamento igualitario.

conseguiu instalar em diversos âmbitos da sociedade, trazendo à tona a categoria da igualdade como uma significação histórica e social fundamental dentro do próprio contexto argentino. Na Argentina, como em muitos contextos latino-americanos que vivenciaram a experiência da ditadura e da repressão em sua história recente, as questões sexuais e de gênero não se opõem fora do marco dos direitos humanos. Elas se operam como uma extensão destes direitos básicos. Na Argentina, as reivindicações em favor dos direitos sexuais e da igualdade entre as sexualidades não se buscam fora de um passado recente, ou seja, fora da referência à violência da ditadura e da repressão que permanecem um referente fundamental. “O tema de gênero e da sexualidade está ligado ao que aconteceu na Argentina e que marcou profundamente a sociedade”, afirma o periodista Osvaldo Bazán na entrevista que me concedeu no Café Brioché Dorée em Buenos Aires no dia 13 de julho 2012.

As lutas feministas tiveram uma trajetória semelhante. Como destaca Joana Maria Pedro, o feminismo latino-americano é um feminismo plural cuja história está profundamente relacionada ao passado das ditaduras nos países do Cone Sul: “nos países que enfrentaram ditaduras, muitas vezes, foi à resistência às ditaduras e a luta pelos direitos humanos que acabaram por reunir mulheres, cujos grupos, mais tarde e nem sempre, assumiram algumas das bandeiras feministas” (PEDRO, 2010, p. 136).

Conforme afirma Renata Hiller o debate argentino sobre casamento igualitário verteu especialmente sobre a laicidade da instituição matrimonial, a igualdade política e a diversidade dos arranjos familiares (HILLER, 2011). Além disso, este debate teve, sobretudo, o papel fundamental de possibilitar uma nova definição do espaço público, da arena coletiva enquanto lugar de discussão, deliberação, interrogação, contestação em que não se reconhecem normas evidentes ou princípios naturais e incontestáveis. Neste sentido, o processo que levou a aprovação desta lei foi reconhecido como uma etapa significativa na restauração democrática na Argentina e na difícil liberação desta sociedade, ainda profundamente marcada por uma cultura católica e conservadora, das referências autoritárias e transcendentais do espaço político da deliberação¹². E isso não somente devido à ampliação de direitos para grupos antes excluídos, senão também pela riqueza do mesmo debate que permitiu reelaborar constantemente o estatuto das próprias regras e limites, bem como dos sujeitos presentes nesta discussão. Afirma Renata Hiller:

¹² Como destaca Osvaldo Bazán, uma das heranças mais profundas e sutis dos anos da ditadura na sociedade argentina foi “o espírito autoritário de grandes franjas da população”, (BAZAN, 2010, p; 393).

La politización de un asunto generalmente desestimado de la arena política (como son los temas vinculados a la sexualidad) permitió poner en discusión las propias características del espacio en que tal asunto se discutiría: qué actores serían llamados a debatir, bajo qué reglas, cuáles serían los espacios habilitados para que transcurra un debate y cuáles aquellos autorizados para dirimir la cuestión. Así, hablaremos de un espacio público “mutante”, que redefine sus límites y procedimientos en distintas etapas del proceso (Hiller, 2010, p. 82).

Assim, continua Renata Hiller, “esta nueva ley de matrimonio puede considerarse más “democrática” que sus versiones anteriores no sólo por aquella incorporación de sujetos antes excluidos, sino también por los procedimientos mediante los cuales se arribó a ella. ¿Cuáles son esos procedimientos más democráticos? Aquellos que puedan ser puestos, a su vez, bajo debate” (*ibid*).

O termo de *democracia sexual* ou *democratização sexual* poderiam servir para definir o contexto do debate argentino enquanto processo de sexualização do espaço público e de politização das questões sexuais que subtraídas da suposta esfera do privado e do natural, se tornam assuntos fundamentais deste espaço de discussão coletiva. O sociólogo francês Eric Fassin definiu este termo de maneira clara: “a democracia sexual é a extensão do domínio democrático às questões sexuais, ou seja da introdução dos valores da liberdade e da igualdade num domínio antes relegado à esfera privada, mantido ao abrigo da história e da política, numa cultura e mesmo numa natureza, imutável” (FASSIN, 2009). E aqui os valores da liberdade e da igualdade não aparecem como princípios abstratos, mas como valores inscritos na realidade histórica e no contexto social da Argentina. Estos valores exigem assim uma apreensão crítica da sociedade e das regras que a guiam e mesmo das normas sexuais nas quais se insinuam as lógicas do poder. A democracia sexual implica então que o que aparecia até agora como normal e evidente seja apreendido como normado, ou seja como instituído, como produto histórico mutável. Deste ponto de vista, pensamos a democracia sexual como “um projeto crítico que interroga sem fim a ordem sexual” (FASSIN, 2009).

Como então as dinâmicas próprias da chamada democracia sexual atuou em contextos como o da sociedade argentina e como se introduziu nos mais profundos tecidos sociais? Como operaram os valores da *igualdade* e *liberdade* como significantes concretos de histórias que experimentaram de forma trágica os seus contrários?

Entendemos que estes se operaram não como conceitos abstratos e normativos senão como significantes do processo de democratização destes países. Em relação ao contexto argentino, o jornalista Osvaldo Bazán afirma que o debate pode se instalar em todos os setores da sociedade, nas mídias, nas casas, nas ruas, nas lojas tocando até as províncias mais tradicionalmente conservadoras do interior do país. Assim quando em varias pequenas cidades do interior chegaram a organizar-se encontros para a diversidade sexual, “comenzou a perceber-se a formação dum movimento espontaneo que recorreria toda Argentina e que ia a convirter-se num revés incontestavel da estratégia do ‘interior profundo, catolico e conservador’” (BAZAN, 2010, p. 522)¹³. Os temas da sexualidade, do gênero, da homossexualidade, dos novos arranjos parentais foram objeto de discussões públicas e de “rondas de charlas”, tanto a favor como contra a aprovação da lei, nos pontos mais remotos onde nunca estas temáticas puderam ser discutidas antes. Apesar da oposição violenta e reacionária de certos grupos católicos e conservadores, todas as forças em jogo tiveram que se encontrar na mesma arena política, no mesmo espaço público, aceitando, de uma forma ou de outra, as suas regras de debate. (HILLER, 2010; VIAGGIONE, 2009).

Neste contexto, o pedido para o matrimônio igualitário não foi considerado como a reivindicação de uma minoria, senão como uma conquista em termos de direitos básicos e de igualdade que envolve toda a sociedade argentina. Não se tratou de conceder um direito mais a um grupo separado, mas de lutar contra a realidade concreta da discriminação. “Haver planteado o tema como uma questão de igualdade reposicionou todo o debate. Ja’ não era um asunto de reconhecimento de uma minoria, sino o aceso igualitario ao mesmo direito de todos/as: um argumento planteado em termos de direitos humanos universais” (C. FIGARI, 2012).

4. Aproximações e diferenças entre os dois contextos

Mostramos até aqui a importância da dupla estratégia, através do poder judiciário e do poder legislativo, no caso da trajetória argentina. O recurso a estratégia jurídica pode levar a uma possível interrogação quanto aos efeitos despolitizantes, tendo em vista uma prioridade ao indivíduo e ao risco de uma tecnicização do discurso, tendo em vista a

¹³ A “estratégia do interior profundo, católico e conservador” foi defendida pela oposição à lei que sustentava que o discurso libertário não encontraria apoio fora de Buenos Aires, afirmando que o interior não aceitaria a proposição da lei do casamento igualitário.

tradução para a linguagem própria do direito. Segundo destacam Mario Pecheny e Rafael da Defesa a respeito do contexto argentino: “judicialização refere-se à noção de que os reclamos devem ser levados antes aos juizes em casos individuais, que as injustiças deverían resolver-se em términos de reparações individuais” (PECHENY, 2010, p. 44). A ambiguidade do discurso da reparaçãO consistiria na eliminaçãO do caráter coletivo e político dos sujeitos dos pedidos pela igualdade fazendo deles puras vítimas individuais que procuram uma indenizaçãO. Porém, esta estratégia possibilitou, por outra parte, a participaçãO dos cidadãos e cidadãs, bem como dos movimentos sociais na vida política democrática. Conforme destaca Renata Hiller a

(...) apelación ante el poder judicial permite a los ciudadanos y a las organizaciones de la sociedad civil proteger sus derechos, plantear demandas y eventualmente usar los poderes coactivos del Estado para perseguir sus intereses. De allí que algunos autores consideren esta estrategia como una “forma paradigmática de participación política ciudadana en democracia”. Además, la judicialización de los conflictos puede resultar una vía efectiva para los movimientos sociales en pos de legitimar y obtener reconocimiento institucional de sus reclamos. (Hiller, 2010, p. 95-96).

O sociólogo argentino Carlos Figari, que acompanhou o processo do matrimônio igualitário no seu país¹⁴, identificou que esta demanda considerada normalizadora tornou-se uma luta progressista naquele contexto, em busca da igualdade, em reforço as demandas por direitos humanos. Assim, o casamento civil associado tradicionalmente a uma lógica normalizadora, transformou-se em uma demanda progressista, em que a igualdade não aparece tanto como um ponto de chegada, mas uma estratégia incessantemente utilizada para resgatar novos direitos para os excluídos (FIGARI, 2012).

Em relação ao contexto brasileiro, é possível perceber que existe uma forte demanda por igualdade de direitos, principalmente uma demanda pela laicização do Estado brasileiro, sendo que o não respeito ao princípio do estado laico impossibilitaria o avanço das demandas e dos projetos de lei em tramitação no Brasil, a respeito do direito ao reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo no Brasil como famílias.

¹⁴ Carlos Figari foi o diretor do informe do CONICET sobre casamento igualitario na Argentina, (FIGARI, 2010).

Não entendemos que o fato do Supremo Tribunal Federal ter decidido e reconhecido as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiares, pode ter ofuscado o debate pela sociedade civil, como foi o caso argentino. Ao contrário, a decisão proferida pelo STF além de ter sido fruto de demandas impulsionadas pelos próprios movimentos sociais brasileiros, provocou, da mesma forma que no caso argentino quando da promulgação da lei, um intenso debate na sociedade brasileira.

Enquanto que na Argentina a estratégia jurídica apesar de estar presente, acompanhou o processo de deliberação política, no Brasil apesar de ambas estarem sempre presentes neste contexto, ainda não foi possível a aprovação de uma lei. Uma das possíveis causas da não aprovação de uma lei no caso brasileiro, tenha sido porque os próprios projetos de lei que se encontram em tramitação já perderam o seu objeto diante da aprovação da decisão pelo STF, pois no Brasil nenhum dos projetos em tramitação atualmente objetivam diretamente o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, mas sim o reconhecimento destes casais como família, o que já foi reconhecido pela decisão Supremo Tribunal Federal. Mas também não podemos perder de vista a forte oposição conservadora através das bancadas religiosas no legislativo brasileiro que impedem a discussão de temáticas relativas a sexualidade, como é o caso do casamento entre pessoas do mesmo sexo e do aborto.

Entretanto, a atual demanda por casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, através de uma emenda constitucional que retira a obrigatoriedade do casal ser formado por um homem e uma mulher, que visa através de emenda à constituição permitir que seja possível o casamento entre pessoas do mesmo sexo é uma demanda ainda a ser perseguida. Ao contrário do que aconteceu com os projetos de lei que se encontram há 17 anos em tramitação, como é o caso do projeto de lei que inaugurou a discussão no Brasil¹⁵, as demandas atuais buscam a alteração do texto constitucional e o reconhecimento destes casais como família, a possibilidade não só do reconhecimento como união estável, mas também a possibilidade do casamento civil.

¹⁵ Como já explicado naquele contexto, se buscava o reconhecimento de uma parceira civil, depois união civil, mas ainda não era objeto do projeto de lei o reconhecimento das uniões de pessoas do mesmo sexo como família, o que naquele contexto se entendia que não seria possível e impediria a aprovação do projeto.

Considerações finais

“É só agora que podemos ter o luxo de discutir e até de colocar críticas ao casamento enquanto instituição, mas porque temos este direito reconhecido, porque a igualdade está reconhecida”. Assim comentou o jornalista periodista Osvaldo Bazán, ao ser perguntado a respeito do papel dos movimentos *queer* neste país, os quais tiveram recentemente posições críticas a respeito das lutas para o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo e dos direitos sexuais na cena internacional¹⁶. Na Argentina, estas críticas não apareceram com a mesma força e esta tem uma explicação a partir da historia recente deste país. Segundo Bazan: “Na realidade argentina se considerou o tema dos direitos humanos que é muito sensível neste pais que vivenciou a ditadura militar e uma repressão muito violenta. No debate sobre o casamento do mesmo sexo, o discurso fundamental foi o discurso da igualdade independentemente das formas de sexualidade”. Foi assim utilizada a categoria de cidadania sexual enquanto extensão dos direitos a grupos que eram antes excluídos. Ao mobilizar estas categorias de igualdade, de direitos humanos, como uma de inclusão e cidadania, o movimento LGBT argentino conseguiu uma unidade e uma estratégia coerente, possibilitando a convergência dos grupos mais radicais, inicialmente disidentes, como a mesma CHA (Comunidad Homosexual Argentina)¹⁷.

O processo que levou ao reconhecimento da lei de matrimônio igualitário na Argentina e ao reconhecimento do Supremo Tribunal no Brasil deve ser entendida dentro de um processo de retomada à democracia destes dois países, de trajetórias reformistas e do marcante envolvimento dos movimentos sociais, especialmente LGBT, nas políticas públicas. “Politicamente, os movimentos para direitos sexuais na região reemergem num paradoxico momento historico de democratização politica e de reformas liberais. Esto produziu uma reorientação da oposição frontal antes ao Estado, ao trabalhar com e adentro do Estado” (M. PECHENY – R. de la DEHESA, 2011, p.

¹⁶ Entrevista realizada pela pesquisadora Caterina Rea em 13 de julho de 2012, no café “Brioche Dorée” em Buenos Aires.

¹⁷ Inicialmente a CHA apoiou o projeto da União Civil com o argumento que esta instituição implicava uma menor injerência do Estado na regulação da vida dos casais. Porém, logo que tornou-se impossível sustener este projeto desde uma perspectiva democratica e progressista, a mesma CHA militou em apoio à lei do casamento igualitario. Nesta logica, de fato, a União Civil passou a ser a controproposta conservadora propiciada até pela Igreja catolica, e o casamento e só o casamento passou a simbolizar o verdadeiro avanze na promoção da igualdade e dos principios democraticos da não discriminação.

54). Com a volta à democracia, a sexualidade se apresenta como um novo campo da afirmação dos direitos humanos, como um novo território das tensões, das controvérsias políticas e, com certeza, também das ambivalências e das contradições sociais que este novo panorama apresenta. Mas por isso ela encarna uma nova fronteira do debate democrático.

Além destas ambivalências e paradoxos que implica o compromisso com os estados e suas políticas liberais (M. PECHENY – R. de la DEHESA, 2011), a noção de democracia sexual parece ter ainda, neste contexto histórico e social, uma importância fundamental como um fator de promoção de direitos e de luta contra as discriminações. Ela nos pareceu presente na experiência concreta destes países latino-americanos e nos processos de re-organização democrática e de transformação dos costumes hoje em ato nestes dois contextos.

Concluimos com a ideia que o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a conquista de direitos sexuais são uma etapa de um processo mais amplo que permite novas formas de inclusão, a concessão de novos direitos, e principalmente o respeito ao princípio de igualdade previsto na constituição de ambos os países. Como lembra Carlos Figari a propósito da aprovação da lei do casamento igualitário na Argentina, sempre precisamos estar conscientes das limitações que cada direito comporta “assumir o gesto crítico para aqueles que sempre pensarmos quem deixamos de fora e quais são os limites fixados e aquilo que a política reifica como reconhecimento de qualquer demanda” (FIGARI, 2012). Nesta perspectiva, a conquista do direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo pode ser entendida como mais uma estratégia política, em que ao ser atingida mais um etapa esta pode possibilitar a concessão de novos direitos e alargar as fronteiras da inclusão social dos sujeitos gays e lésbicas nos contextos sociais do Brasil e da Argentina.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BAZAN, Osvaldo, Historia de la homosexualidad en Argentina, Nueva edición actualizada, Marea Editorial, 2010.

CERVULLE, Maxime e REES-ROBERTS, Nicks, Homo Exoticus. Race, class et critique queer, Armand Collin, 2010.

DIAS, Maria Berenice. União homossexual: o preconceito e a justiça. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

_____. União homossexual, o preconceito e a justiça. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. Cadernos Pagu, Campinas, n. 21, p. 261-280, 2003.

_____; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (orgs.) Dossiê: Conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 2, v. 14, mai/set. 2006, p. 481-547.

_____. (orgs.). Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FACHIN, Luiz Edson. Direito de família: elementos críticos à luz do novo código civil brasileiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

FASSIN, Eric, La démocratie sexuelle contre elle-même, em Vacarmes, 48, 2009, versão eletrônica.

FASSIN, Eric, From Criticism to Critique, em History of the Present, Vol. 1, No. 2 (Fall 2011).

FIGARI, Carlos, *Per scientiam ad iustitiam*. Matrimonio igualitario en Argentina, em Direitos Humanos – Diversos Olhares, junho, 2010, pp. 125-145.

FIGARI, Carlos, Gay Marriage/Matrimonio Igualitario in Argentine : from conservative claim to progressive demand” prepared for delivery at the 2012 Congress of Latin American Studies Association, San Francisco, California, May, 2012.

FLORES, Valeria, Entre capturas y clausuras, los limites del reconocimiento. Reflexiones en torno al matrimonio gay, em Escritos Heréticos, julio, 2010, versão eletrônica

HILLER, Renata, Matrimonio igualitario y espacio publico en Argentina, em ALDAO, Martin e CLERICO Laura, Matrimonio igualitario en la Argentina. Perspectivas sociales, políticas y jurídicas, Buenos Aires, Eudeba, 2010.

HILLER, Renata, Parlamentos. Tensiones en torno a la representación en el debate sobre el matrimonio gay-lésbico, em GUTIERREZ, Maria, Alicia, Voces polifónicas; Itinerarios de los géneros y las sexualidades, Ediciones Godot, Buenos Aires, 2011.

PEDRO, Joana, Maria, “Narrativas do feminismo em países do Cono Sul (1960-199)”, em PEDRO, Joana, Maria e SCHEIBE WOLFF, Cristina, Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul, Editora Mulheres, Ilha Santa Catarina, 2010.

MELLO, Luiz. Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. “Isto é contra a natureza...”: acórdãos judiciais e entrevistas com magistrados sobre conjugalidade homoeróticas em quatro estados brasileiros. In: GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. (orgs.) **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 131-152.

_____. Isto é contra a natureza? Decisões e discursos sobre conjugalidades homoeróticas em tribunais brasileiros. Tese de Doutorado. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. 250f.

VIAGGIONE, Juan Marco, Sexualidad, religión y política en América latina, em Trabajo preparado para los Diálogos Regionales, Río de Janeiro, agosto 2009.

PECHENY, Mario – De la DEHESA, Rafael, Sexualidades y políticas en América Latina: el matrimonio igualitario en contexto, em ALDAO, Martin e CLERICO Laura, Matrimonio igualitario en la Argentina. Perspectivas sociales, políticas y jurídicas, Buenos Aires, Eudeba, 2010.

PECHENY Mario – De la DEHESA, Rafael, sexualidades, Política y Estado en América Latina: elementos críticos a partir de un debate Sur-Sur, em Revista Psique e Polis, Vol. 1, Ed. Especial, 2011, pp. 26-64.

ESTUDOS DE GÊNERO NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UMA ABORDAGEM POSSIVEL

José Alejandro Barrios¹

Prof. Dr. Julie Schmied²

RESUMO

O artigo transita pelo campo dos estudos de gênero e das relações internacionais, articulando a análise proposta na perspectiva do feminismo histórico e apresenta uma reflexão da história e da prática da cooperação internacional para o desenvolvimento, destacando o papel do gênero como categoria de análise e como inspiração epistemológica para repensar a relação entre os atores no sistema internacional. No texto busca-se relacionar teoricamente o campo de estudos de gênero com a cooperação internacional, que apesar de bases epistemológicas diferentes, propõe o trinômio gênero-poder-política para abordar a cooperação. A ideia é utilizar o debate feminista sobre a mulher como ator social e histórico, enfatizar sua dimensão como agente de desenvolvimento, sublinhando a importância deste olhar para produzir resultados orientados pelo gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; relações internacionais; cooperação internacional.

ABSTRACT

¹ Mestrando bolsista no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multilaterais da Universidade de Brasília, contato em ale.ri.barrios@gmail.com

² Professora adjunta do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e Catedrática Jean Monnet da União Européia no Centro de Estudos Avançados Multilaterais, contato em schmied@unb.br

This article transit through the fields of gender studies and international relations, articulating the proposed analysis through the perspective of historic feminism and presents a reflection of the history and practice of international cooperation for development, highlighting the role of gender as a category of analysis and as an epistemological inspiration for rethinking the relations among the actors in the international system. The article seeks to theoretically link the fields of gender studies and international cooperation, and, despite its epistemological differences, propose a trinomial gender-power-policy approach to international cooperation. The idea is to use the feminist debate regarding the woman as a social and historical actor, emphasizing their dimension as an agent of development and it also stresses the importance of this approach to produce gender-oriented results.

KEY-WORDS: Gender; international relations; international cooperation

1. Introdução

O presente artigo é uma reflexão, inspirada pela epistemologia feminista, particularmente na perspectiva do gênero como categoria de análise, sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento. No texto busca-se relacionar teoricamente o campo de estudos de gênero com a cooperação internacional, propondo o trinômio gênero-poder-política para abordar a cooperação.

Os conceitos utilizados neste artigo permitem o debate pela via interdisciplinar, mas considerando a polissemia presente nas ciências sociais um dos desafios metodológicos da pesquisa é a delimitação dos conceitos utilizados. Nesse sentido gênero é entendido como uma categoria de análise, o poder como um instrumento de interpretação e a política como uma dimensão da vida social na qual se inserem as relações internacionais e a cooperação internacional.

O que motivou a fazer este exercício foi certo incomodo encontrado pelo autor nas abordagens convencionais das relações internacionais, guarda-chuva proposto para pensar a cooperação internacional, fundadas em uma pressuposta neutralidade em relação às questões de gênero (*gender free*). Por sua vez, os estudos de gênero não operam sobre a mesma base epistemológica e ontológica das teorias de relações internacionais e, portanto, podem contribuir e produzir uma visão diferente, ou expandida dos eventos internacionais.

A ideia é utilizar o debate feminista sobre a mulher como sujeito universal, como ator social e histórico, enfatizando a dimensão da mulher como agente do desenvolvimento. Inspirada por esta linha de pensamento, a relação entre gênero e desenvolvimento também é utilizada no trabalho para sublinhar a importância da perspectiva do gênero em ações de cooperação internacional.

A metodologia utilizada neste artigo foi do tipo exploratória e descritiva, que por sua vez assumiu também um caráter explicativo, na medida em que se coloca gênero como categoria de análise para intervir na realidade de uma prática internacional. A pesquisa foi definida como bibliográfica, e utilizou o método indutivo e discursivo, iniciando-se pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca do campo de gênero e cooperação internacional em termos de teoria.

O texto foi dividido em três partes. Esta primeira parte é introdutória e visa apresentar a proposta de análise, situar o gênero como um instrumento de desenvolvimento e oferece um breve resumo da questão da mulher nas relações internacionais. A segunda parte apresenta o marco teórico e conceitual do artigo, desenvolve, define e problematiza os conceitos que fundamentam a análise proposta, no quadro de suas respectivas escolas de pensamento. A parte final conclui, sem finalizar, a linha de pensamento desenvolvida ao longo do texto.

1.1 Um breve olhar sobre a questão da mulher nas relações internacionais

É interessante notar que a questão da mulher não é um tema excluído pelos Estados na agenda política global, pelo menos desde a segunda metade do século XX, tornando-se este um espaço importante de articulação entre os vários atores.

No plano internacional existem diversos instrumentos multilaterais como a Carta das Nações Unidas de 1945, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, CEDAW (Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher) de 1979, as Conferências Mundiais sobre a Mulher, a Declaração do Milênio das Nações Unidas e ainda os objetivos de Desenvolvimento do Milênio, dos quais a terceira meta é a igualdade entre os gêneros e autonomia da mulher (WORLD BANK, 2012).

Conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003, a igualdade de gênero é um instrumento importante para a consecução dos objetivos do milênio, os quais

incluem questões de saúde, erradicação de pobreza e fome, expansão da educação, e outras metas sociais (PNUD, 2003). Não é difícil perceber que as questões levantadas pelos estudiosos da desigualdade entre os sexos fazem parte do discurso oficial de instituições e países. Há um espaço na agenda internacional para trabalhar a dimensão do gênero nas políticas. Não é apenas uma questão de transversalizar essa abordagem, mas de operacionalizar políticas públicas, tanto internacionais quanto nacionais, que produzam resultados orientados pela perspectiva do gênero.

Podemos nos perguntar qual a importância de estudar o gênero na cooperação internacional, já que a cooperação seria uma política focada em uma população específica, em um quadro de referências neutras em termos de gênero? Busca-se enfatizar neste artigo como o campo de estudos da cooperação internacional, na perspectiva das teorias das relações internacionais, não considera os conflitos de gênero em seu *mainstream*, justificando a necessidade de dialogar com os estudos de gênero.

Como colocado pelas Nações Unidas (UNIFEM, 2003), a superação da desigualdade de gênero contribui bastante para o problema da pobreza. As mulheres, enquanto excluídas da educação primária, secundária, universitária e do próprio mercado de trabalho formal não participam do processo de desenvolvimento da sociedade.

Por outro lado, é importante considerar que o crescimento econômico, por si mesmo, não significa uma superação das desigualdades de gênero. É necessário assegurar a autonomia econômica das mulheres. Na perspectiva do desenvolvimento como liberdade, a mulher é vista como um “agente do desenvolvimento”, a partir do reconhecimento da participação e liderança política, econômica e social das mulheres como atores importantes no processo de mudança social (SEN, 2010).

Entretanto, mesmo com os instrumentos internacionais e os avanços recentemente alcançados no campo da desigualdade dos sexos, as mulheres ainda ficam atrás em termos de salários e produtividade e na força de sua voz na sociedade. Ou seja, os padrões de desigualdades de gênero continuam sendo reproduzidos, fortalecendo a necessidade de sua superação como um objetivo que importa no desenvolvimento (WORLD BANK, 2012). Esta é a principal argumentação para institucionalizar o gênero como categoria de análise dentro da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Dados do Relatório de Desenvolvimento Global (2012) ilustram que em termos de produtividade as mulheres representam 40% da força global de trabalho, sendo 43% da força de trabalho na agricultura e mais da metade dos estudantes universitários. Qual seria o impacto do aumento de suas habilidades? Exemplos em Gana ou Malauí, nos quais se as mulheres tivessem o mesmo acesso a fertilizantes e outros insumos que os homens, a plantação de milho cresceria quase seis vezes em termos de produção (WORLD BANK, 2012) ilustram a necessidade de produzir resultados no orientados pelo viés do gênero.

Outro dado importante é a taxa de mortalidade de meninas e mulheres, que em relação aos homens é maior em países de baixa-renda e renda-média do que em países de alta-renda. Tal excesso de mortalidade é conhecido na literatura como “*missing girls*” (ou mulheres faltantes), ou seja, mulheres que não morreriam se estivessem morando em um país de alta-renda (SEN, 2010). O Banco Mundial (2012) estima um total de 3.9 milhões de mortes ao ano, de mulheres abaixo dos 60 anos de idade, dentro de essa categoria.

Partindo da premissa de que o gênero molda o comportamento da sociedade, economia ou política, pergunto-me como tentar inserir estudos de gênero, em sua dimensão de categoria de análise e de instrumento para o desenvolvimento, enfatizando sua especificidade epistemológica e teórica, no campo de estudos da cooperação internacional para o desenvolvimento?

O trinômio gênero-poder-política (internacional) aproxima as disciplinas ao objeto de estudo proposto, e abre possibilidades para outras maneiras de se pensar as relações sociais, relação sociedade/Estado, o próprio sistema internacional e outros conceitos centrais às disciplinas aqui estudadas.

A cooperação internacional, entendida como uma estratégia de política internacional, vinculada às relações de poder do Estado e da sociedade, não deixa de ser uma política pública. Neste ponto o gênero, como proposto pelo feminismo histórico (SCOTT, 1990), também situado no âmbito das relações de poder, coloca desafios à cooperação internacional bastante específicos.

2. Marco teórico e conceitual

Devido à natureza interdisciplinar do artigo, optou-se por enfatizar a descrição dos conceitos utilizados no texto e por apresentar ao público, nesta segunda parte do artigo, como tem sido trabalhado os estudos feministas nas relações internacionais, as principais dificuldades dessa aproximação, bem como a definição do marco teórico sobre gênero e cooperação internacional.

2.1 Os feminismos nas relações internacionais

Em relações internacionais o impacto de estudos feministas foi mais tardio do que nas demais ciências sociais (NOGUEIRA & MESSARI, 2005), mas com o fim da Guerra Fria (1989-1991) e o resurgimento de conflitos de limpeza étnica, onde o estupro de mulher se tornava instrumento de guerra, a disciplina teve que lidar com a relevância da categoria de gênero na política internacional.

Um dos principais motivos para a falta de diálogos entre as perspectivas feministas contemporâneas e as teorias relações internacionais são as epistemologias e ontologias diferentes. Muitas vezes tais perspectivas feministas não se encaixam na visão tradicional centrada no Estado, e não podem ser sequer compreendidas pelas relações internacionais convencionais como uma proposta teórica (IDEM).

Já no final dos anos 1980 começam a aparecer abordagens feministas nas relações internacionais (TICKNER, 1997). Esse movimento foi bastante problemático e pouco reconhecido e não entraram no *mainstream* da disciplina, ficando marginalizada dos grandes debates.

Tickner (1997) identifica três tipos de mal-entendidos nas questões colocadas quando se dialoga o gênero e as relações internacionais: (i) sem entendimento do significado de gênero, (ii) as diferentes realidades e ontologias nas quais ambas as abordagens teorizam a política internacional e (iii) a questão epistemológica que questiona a produção teórica feminista como a-teórica. Neste sentido este estudo visa contribuir com a promoção do significado de gênero nas relações internacionais e ilustrar algumas das diferenças epistemológicas colocadas pela autora.

Continuando com a mesma autora, abordagem de gênero nas relações internacionais é, portanto, ameaçadora, pois coloca desafios epistemológicos que não conseguem ser compreendidos pelas teorias convencionais, centradas em uma epistemologia positivista

e humanista. Será que as relações de gênero ficam restritas às relações interpessoais, ou seja, apenas nas relações sociais e não nas relações internacionais?

O feminismo define o gênero, no nível simbólico, como um conjunto de variáveis cultural e socialmente construídas – como poder, autonomia, racionalidade, público – relacionadas ao masculino. Seus opostos, fraqueza, dependência, emoção, privado, são associadas com o feminino. Não há dúvidas sobre quais valores está fundada a prática das relações internacionais em geral e da cooperação internacional em particular. Guerras, tratados, reuniões de cúpula, forças armadas, são todas instituições dominadas pelo universo masculino.

As relações internacionais estão fundamentadas em uma ontologia baseada no Estado unitário operando em um ambiente internacional anárquico (NOGUEIRA & MESSARI, 2005), enquanto o feminismo coloca o Estado como um valor ligado ao masculino, patriarcal (TICKNER, 1997). O que será da cooperação, enquanto prática de política externa de esse Estado patriarcal? Seria mais razoável usar o termo assistência internacional para as políticas internacionais dos países desenvolvidos?

O feminismo em relações internacionais concebe a tradição filosófica ocidental como profundamente enraizada em assunções masculinas e propõe o reexame dos textos fundadores das relações internacionais para evidenciar o viés presente de gênero (IDEM). Neste sentido, todas as formas de teorização feminista também são normativas, por ajudar a questionar significados e interpretações das teorias de relações internacionais. Além disso, as teorias feministas são céticas quanto às metodologias empiristas que clamam a neutralidade dos fatos.

A influência do debate pós-estruturalista e pós-moderno nos feminismos é importante para compreender a base epistemológica do feminismo, por apontar que o conhecimento é social, cultural e historicamente construído. O sujeito do conhecimento nunca é um indivíduo capaz de transcender sua localização histórica. Quer dizer que não existe uma perspectiva neutra e imparcial e o conhecimento tem consequências políticas (SORJ, 1992).

Logo as perguntas que são feitas pela perspectiva do gênero sobre o sistema internacional são bem diferentes daqueles que investigam a interação dos Estados em uma perspectiva realista ou funcionalista/institucionalista, pois o fazem na perspectiva

de quem está de fora do sistema, vozes marginalizadas, as quais se tornam essenciais para uma visão expandida da cooperação (TICKNER, 1997).

Um exemplo interessante das perguntas colocadas pelo feminismo nas relações internacionais é o questionamento do papel do Estado como provedor de segurança e a análise das capacidades militares de maneira diferente ou não convencional. Para Tickner (1997), os militares são vistos como a própria fonte de insegurança, ao invés de uma garantia contra ataque externo. Também enfatizam a questão dos estupros em situação de guerra. O estupro não é apenas um acidente de guerra, podendo ser também uma estratégia militar sistemática (TICKNER, 1997).

As inseguranças particulares da mulher não podem ser entendidas sem a perspectiva histórica do gênero. No tempo da consolidação do Estado moderno, e do próprio capitalismo, as mulheres não foram colocadas como cidadãs, sendo restringidas ao espaço privado do domicílio, excluídas da esfera pública da política e da esfera econômica da produção. A consequência disso foi uma perda de autonomia da mulher. Outra pergunta interessante e qual é o país onde as mulheres estão tão bem quanto os homens, ou qual país, fora aqueles que já eram desenvolvidos antes da Segunda Guerra Mundial, tornaram-se desenvolvidos de fato com recursos de cooperação internacional?

Nesta linha de pensamento, o foco da análise da cooperação internacional não seria necessariamente os Estados membros de um determinado programa, ou o próprio programa em si, seus financiadores, doadores ou receptores, mas a população alvo e a análise de essa população na perspectiva do gênero.

2.2 O conceito de gênero

Optou-se por trabalhar o gênero na perspectiva do feminismo histórico e utilizar o conceito de Joan Scott (1990), pois está articulado com as relações de poder presente nas sociedades. Busca-se enfatizar a relação gênero-cooperação internacional na medida em que ambos os campos constituem relações de poder que produzem resultados em termos de gênero.

Assim, por meio da política, na sua concepção moderna, entendida como uma luta por poder, poder que pertence à categoria de “poder um homem sobre outro homem” (BOBBIO & PASQUINO, 1997), que se expressa de várias maneiras, como na relação entre o masculino e o feminino ou um Estado e outro, gênero e cooperação se

encontram como práticas socialmente construídas. Para Bobbio, o poder político é um instrumento pelo qual se exerce a força física, é o poder de coerção, que fundamenta e mantém uma sociedade de desiguais, dividida entre inferiores e superiores (BOBBIO & PASQUINO, 1997). Nesse sentido o poder está na capacidade de condicionar comportamento.

Na tradição que vem de Hobbes, um dos pilares da moderna teoria geral do Estado, a passagem do estado de natureza ao estado civil ocorre quando os indivíduos renunciam ao direito de usar sua própria força, através de um contrato social (IDEM). Na perspectiva do gênero, o mundo masculino tem sido violento e usado força contra o mundo feminino. Não é a exclusão uma forma de violência? E não é a capacidade de excluir uma forma de força? Essa desigualdade é uma consequência direta da monopolização da força?

Continuando com Bobbio (1997), o que diferencia o poder político dos outros poderes, e o que parece contribuir com a desigualdade entre os sexos, são as características de exclusividade, universalidade e inclusividade do poder político, das quais decorrem, respectivamente, outras como legalidade, legitimidade e intervenção. A política não tem um fim específico, existem tantos fins quanto podem existir metas (BOBBIO & PASQUINO, 1997).

Neste sentido, a perspectiva de gênero na política é importante porque a equidade de gênero busca igualar o terreno das oportunidades para homens e mulheres (COSTA, 2000). É um instrumento essencial no desenvolvimento de políticas, sejam elas nacionais ou internacionais (IDEM).

O primeiro ganho do feminismo em relação ao gênero na academia foi a superação da equivalência dos termos sexo e gênero (MACHADO, 1992). O gênero é essa construção social e histórica, que é simbólica e subjetiva, mas também objetiva e material. Os sexos são as características biologicamente determinadas, a parte fisiológica, resultado da composição dos cromossomos 46 XX ou 46XY (OPAS, 2011).

Podemos nos perguntar quais as influências materiais, reais do gênero na vida das pessoas? Por exemplo, por razões genéticas e de conduta, as mulheres vivem mais tempo que os homens – nos índices de expectativa de vida, as mulheres geralmente vivem mais (OPAS, 2011). No geral, a mortalidade masculina tende a exceder a

feminina em qualquer idade, inclusive no útero. Mesmo assim, a vantagem da sobrevivência feminina não tem se materializado, e em alguns contextos (principalmente dos países em desenvolvimento, como o nosso) a vantagem biológica tem sido superada pelas condições de exclusão das mulheres (IDEM).

Neste sentido, o enfoque de gênero é uma contribuição importante para desnaturalizar e problematizar fenômenos e eventos políticos, ao questionar a assimetria das relações sociais (TICKNER, 1997). Foi um conceito que nasceu de um debate interdisciplinar, de pesquisadoras insatisfeitas com a questão da mulher na sociedade, da incapacidade de lidar com essas desigualdades em termos teóricos. Foi um movimento intelectual, que influenciado pelos feminismos dos movimentos sociais das mulheres, dos Estados Unidos e Europa, lançou um projeto acadêmico.

É importante sublinhar o ambiente filosófico, no qual a produção acadêmica inicial buscava uma inovação epistemológica, onde os sexos não fossem tratados como variáveis naturalizadas, e o conceito de gênero foi resultado dessa produção. A ideia de gênero está ligada a ideia de diferença e de desconstrução de hierarquias, centrais à epistemologia pós-estruturalista francesa, pelas quais a noção de gênero foi sendo reconstituída e passando por diferentes áreas como antropologia, sociologia, história linguística, psicanálise, dentre outras (SORJ, 2000).

Para Joan Scott (1990), o conceito foi proposto com o objetivo de sustentar que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares: acrescentaria novos temas e imporá um reexame crítico das premissas e critérios dos trabalhos científicos, como por exemplo, a necessidade de estudar não só a história dos homens, mas das mulheres também, criando uma nova história.

No entanto, as primeiras tentativas de historiadores teorizarem gênero estiveram presas aos quadros de referência tradicional das ciências sociais, baseado em explicações causas universais, colocando todas as mulheres juntas, de todas as sociedades, classes, inclusive de diferentes períodos históricos, em um conceito que se pretendia universal (SCOTT, 1990).

Para a mesma autora, isso aconteceu por causa de uma visão funcionalista da ciência em geral, fundamentada em última análise na biologia e na perpetuação da ideia do homem e mulher como domínios separados (SCOTT, 1990).

O foco do conceito utilizado neste trabalho está em uma definição que se fundamenta na intersecção entre as duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder. As relações internacionais, como disciplina acadêmica, foram construídas para lidar com essas relações de poder das diversas sociedades. Que neutralidade existe, portanto, nessa disciplina acadêmica e nas teorias produzidas nesse campo em termos de gênero?

Assim sendo, a política é um objeto de estudo interessante para questões de gênero, pois é um lugar no qual não apenas atores diferentes lutam por interesses diferentes, mas onde significados diferentes também lutam entre si para assegurar o controle (DIAS, 1992). As próprias relações internacionais, em uma visão realista, são definidas por Morgenthau (apud VIOTTI & KAUPPI, 1997) como uma esfera autônoma de luta por poder.

Para as feministas a história política tem sido jogada no terreno do gênero, sendo um terreno que parece fixo, mas é fluido. A autora (SCOTT, 1990) coloca um exemplo romântico, dos anarquistas europeus do século XIX, que conceberam um sonho de um indivíduo social, que seria a união do homem e da mulher e visão de mundo na qual a diferença sexual não implicava hierarquia. Mas a pergunta que fica é será que o antagonismo entre os sexos é o único padrão de relacionamento entre homens e mulheres?

Não podemos perder de vista, nem mesmo nos projetos de cooperação que são preparados em locais distantes de onde serão executados, que todo corpo é sexuado, e que o gênero é um papel imposto para esse corpo, que tem excluído social e historicamente as mulheres do processo de desenvolvimento.

Esta seção buscou ilustrar o panorama da construção de um caráter historicamente definido da oposição entre masculino e feminino. Daí a rejeição por esse caráter fixo e permanente dessa oposição binária, da necessidade de uma desconstrução da diferença sexual, que significa reverter e deslocar a construção hierárquica da realidade, ao invés de aceitá-la como real ou autoevidente e naturalizá-la. A seguir uma parte que se dedica ao estudo da cooperação internacional na perspectiva das relações internacionais.

2.3 A Cooperação internacional para o desenvolvimento

Em primeiro lugar cooperação internacional para o desenvolvimento neste trabalho é pensada como um instrumento que tem o potencial de transformar uma determinada realidade social. Essa possibilidade de intervenção acontece pela natureza político dessa prática, pois cooperação, quando exercida por Estados, não deixa de ser uma política pública.

Como foi dito, a cooperação é pensada no campo das relações internacionais, por ser um guarda-chuva para estudar e indagar sobre essa prática. As relações internacionais como disciplina científica data do começo do século XX, nasce engajada em estudos de guerra e paz, no período que sucedeu à Primeira Guerra Mundial (CARR, 2001), mas o seu desenvolvimento a colocou como um saber capaz de articular Estados, governos, organizações da sociedade civil, empresas e outros atores em torno do discurso da ajuda e da solidariedade internacional (SOTILLO, 2011).

Neste sentido, cooperação internacional é entendida como uma modalidade de relação entre países que perseguem um benefício mútuo, neste caso, o desenvolvimento. É estabelecida por países com níveis diferentes de desenvolvimento, e não deve ser confundida com a ajuda humanitária, pois exige um esforço de todas as partes, mesmo que não seja o mesmo (IDEM).

Mas não é possível deixar de problematizar essa definição, pois não há um conceito ajustado e completo, válido para todo o tempo e espaço da cooperação. Um elemento fundamental da definição é quais são as prioridades do desenvolvimento. As políticas desenvolvimentistas fizeram da cooperação um instrumento dependente das estratégias econômicas, então é uma questão de determinar prioridades (CORRÊA, 2010).

O que existe é uma definição da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), colocada pelo CAD (Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento), da OCDE (Organização para a Cooperação Desenvolvimento Econômico), definida como “os fluxos dirigidos aos países que figuram na Parte I da lista do CAD e as instituições multilaterais com destino aos receptores da ajuda da Parte II” (OCDE, 2012).

Para facilitar e ampliar a discussão, no presente artigo a ajuda oficial ao desenvolvimento é inserida dentro do termo cooperação internacional para o desenvolvimento, incluindo todas as categorias de cooperação existentes, como a cooperação técnica, cooperação sul-sul (entre países em desenvolvimento), cooperação

triangular (entre três ou mais países ou organizações), podendo ser exercida por Estados, organismos internacionais e mesmo organizações não governamentais.

Um olhar histórico sobre as relações internacionais permite ilustrar como alguns dos elementos mais importantes do sistema internacional atual se consolidaram nos anos do pós-Segunda Guerra Mundial e no começo da Guerra Fria, o que concede uma lógica estratégica a esses elementos.

Nesse sentido, o mundo tem tratado a questão da diferença de forma inaceitável e a cooperação é um reflexo disso, pois contribui para criar (ou manter) situações de marginalidade (LOPES, 2005). Não existe um choque de civilizações, mas uma civilização humana, diversa e plural.

Embora o discurso da cooperação seja o do desenvolvimento, qual tem sido o resultado do crescimento econômico dos últimos 50 anos para os países pobres? A cooperação internacional, nos moldes que tem sido praticada não alcançou o desenvolvimento internacional.

Essa prática não é um fenômeno isolado no sistema internacional, está atrelada à ordem mundial, às relações de poder que se formam no sistema internacional, questões de hegemonia, disputas, conflitos. De acordo com Corrêa (2010), esse vínculo com o sistema internacional e com o campo de estudos de relações internacionais concede o caráter estratégico às ações de cooperação. Neste sentido, a cooperação se torna um instrumento de política externa dos Estados e são orientadas (e legitimadas) de acordo com um cálculo do interesse nacional (CORRÊA, 2010).

Não parece ser coincidência, mas o gênero e a cooperação internacional estão marcados por claras divisões binárias, fixas e congeladas. A cooperação internacional está marcada por categorias cristalizadas como doador ou receptor, desenvolvimento ou subdesenvolvimento, na mesma racionalidade que foi construída a diferença entre os sexos. Essa fixidez com que as categorias são pensadas consolida uma realidade hierarquizada, em termos simbólicos e objetivos, que afetam a sociedade como um todo.

Outro termo pensado na mesma racionalidade foi o discurso do desenvolvimento, baseado no modelo econômico ocidental (SOTILLO, 2011). Tal modelo é baseado na sociedade de consumo e de recursos inesgotáveis (outra categoria fixa), na busca por progresso constante, no humanismo do século das luzes (categoria fixa do sujeito

universal Kantiano) e na técnica (modelo de pensamento). Será que nesta perspectiva podemos ver o determinismo no qual está construída a busca pelo desenvolvimento? A ideia do progresso/crescimento/desenvolvimento, como uma profecia para o futuro, pode ser enganosa, já que nem sempre existe um aperfeiçoamento crescente dos fatos históricos (HEIDEMANN, 2010).

Como prática política, a cooperação para o desenvolvimento surge no final da IIGM, com os programas regulares de assistência técnica mantida pelas potenciais coloniais europeias e depois pelos Estados Unidos no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e a reconstrução da Europa (CORRÊA, 2010).

Neste sentido a primeira medida no campo do desenvolvimento internacional foi o plano Marshall de 1947 (CORRÊA, 2010), com o objetivo de promover recursos para a reconstrução e revitalização econômica dos países europeus. Paralelamente, questões de desenvolvimento na configuração da ordem mundial também tiveram reflexo na agenda internacional, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, vinculando direitos humanos e desenvolvimento (LOPES, 2005).

A cooperação internacional continua uma prática cristalizada nos termos colocados acima. Ainda não foi inserida no marco da globalização e suas contradições e assimetrias, desigualdades entre e dentro dos países, bem como entre suas populações e menos ainda, entre os sexos.

Estamos falando do desenvolvimento de quem? Do Estado que recebe? De sua estrutura institucional ou da população que ele representa? E dentro dessa população específica, como se dá a relação entre os sexos? Uma perspectiva orientada pelo gênero, na cooperação internacional, considera esses fatores na formulação dos projetos e também na produção dos resultados.

3. Conclusão

Optou-se por uma conclusão não finalizada, justamente pela problemática desenvolvida ao longo do texto. Os resultados alcançados estão ainda no nível bastante reflexivo, em no nível teórico-conceitual, na medida em que é feito um esforço de contribuir com um olhar diferente sobre o objeto de estudo proposto.

Esse olhar crítico, inspirado pela epistemologia feminista, associado a um olhar crítico pós-estruturalista permite desconstruir categorias cristalizadas na cooperação internacional, articulando diferentes saberes em uma estratégia para construir novas visões sobre o fenômeno.

Os desafios sugeridos por esta análise não são facilmente superados, dado o caráter histórico social, enfatizado ao longo do texto. Nas relações internacionais, podemos pensar que a nacionalidade (naturalidade) é uma forma primária de dar significado às relações de poder que atuam no sistema internacional.

As pesquisas de gênero dão forte ênfase à reflexão sobre a construção de identidades e os sujeitos modernos, propondo o abandono de categorias fixas de análise, totalizantes e universalizantes (MARQUES, 2004), que por sua vez podem ter implicações importantes na cooperação internacional.

Acredito que os desafios que surgem ao se pensar a cooperação internacional na perspectiva do gênero mostram que esse conceito realmente é importante como um instrumento de desenvolvimento. É uma perspectiva teórica que lutou primeiro para legitimar-se como uma linha de pesquisa no meio acadêmico e que, com o passar dos anos e dos esforços, pôde se institucionalizar como instrumento para formulação de políticas públicas.

O gênero atualmente é considerado um eixo transversal às políticas de desenvolvimento, no sentido de que deveria estar presente em vários programas (OPAS, 2011). A cooperação internacional por ser uma política pública também tem a urgência em incorporar as desigualdades de gênero as suas propostas. Na Declaração de Paris de 2005, (OCDE, 2005) acordo sobre a eficácia da ajuda do desenvolvimento, questões de gênero não aparecem mencionadas nem sequer uma única vez, nem quando se fala em harmonização e responsabilidade mútua da ajuda ao desenvolvimento.

Quero dizer que apesar da diferença epistemológica e ontológica entre as duas abordagens é razoável pensar em um modelo de possibilidade como enfoque na cooperação internacional. Em uma abordagem filosófica sobre as políticas públicas e as diversas possibilidades, Heidemann (2010) apresenta o conceito de ilusão do fato consumado, no qual as pessoas se tornam vítimas por considerar o passado, a história,

tudo aquilo que aconteceu como a única coisa que poderia ter acontecido e o presente como o único resultado possível.

Por um modelo de possibilidade quero dizer que existem possibilidades objetivas de trabalhar de maneira conjunta os dois campos de estudos aqui descritos. O trinômio proposto para aproximar tais abordagens representa um modelo de possibilidade na medida em que visa aproximar teoricamente dois campos construídos em epistemologias diferentes, mas vinculados mesmas às relações reais de poder, que se materializam de várias formas nas diversas sociedades.

Bibliografia

BOBBIO, Norberto & PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política, vol.2. Editora Universidade de Brasília, décima edição. Bsb, 1997.

CARR, E. Vinte anos de Crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das relações internacionais. UnB, Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 2º ed. 2001.

COSTA, A. & BRUSCHINI, C (org.). Uma questão de Gênero. SP: Fundação Carlos Chagas. RJ: Rosa dos Tempos, 1992.

COSTA, A. HAMANN, E. TAJER, D (org.). Saúde Equidade e Gênero: Um desafio para as políticas públicas. ABRASCO, UnB, 2000.

CORRÊA, M. Prática Comentada da Cooperação Internacional: Entre a hegemonia e a busca de autonomia. Edição do autor, Bsb, 2010.

DIAS, Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano. In COSTA, A. & BRUSCHINI, C (org.). Uma questão de Gênero. SP: Fundação Carlos Chagas. RJ: Rosa dos Tempos, 1992.

HEIDEMANN, Francisco. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise, Heidemann & Salm (org). Editora UnB. Bsb, 2ed. 2010.

LOPES, Carlos. Cooperação e Desenvolvimento Humano: a agenda emergente para o novo milênio. UNESP, 2005.

NOGUEIRA, J. & MESSARI, N. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MARQUES, Siomara. O sujeito sociológico e a crítica feminista. In : Gênero, cultura e poder. Lisbôa & Maluf (org.). Ed. Mulheres, SC, 2004.

MACHADO, L. Feminismo, Academia e Interdisciplinariedade. In: COSTA, A. & BRUSCHINI, C (org.). Uma questão de Gênero. SP: Fundação Carlos Chagas. RJ: Rosa dos Tempos, 1992.

OCDE. Organization for Cooperation and Economic Development. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/21/21/34086975.pdf> acessado em 19 de junho de 2012.

OCDE. Organization for Cooperation and Economic Development. Paris Declaration of Aid Effectiveness, 2005.

OPAS. Organização Panamericana da Saúde. Curso virtual Género y Salud. Oficina de Género, Diversidad y Derechos Humanos, 2011.x

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Um pacto entre as nações para eliminar a pobreza humana. PNUD, 2003.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SORJ, B. O Feminismo na Encruzilhada da Modernidade e Pós-Modernidade. In: COSTA, A. & BRUSCHINI, C (org.). Uma questão de Gênero. SP: Fundação Carlos Chagas. RJ: Rosa dos Tempos, 1992.

SOTILLO, J.A. El sistema de cooperación para el desarrollo: actores, formas y procesos. Catarata, Universidad Complutense de Madri, Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación, 2011.

TICKNER, Anne. You Just don't understand: troubled engagements between feminists and international relations theorists. International Studies Quarterly, Vol. 40, n4, 1997.

UNIFEM. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Rumo à Igualdade de Gênero: CEDAW, Pequim e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 2003.

VIOTTI, P. & KAUPPI, M. International Relations Theory: realism, pluralism, globalism and beyond. Boston: 1997.

WORLD BANK. World Development Report 2012: gender equality and development. The World Bank Group, 2012.

ESTUDOS SOBRE MULHERES NO CAMPO DA MEDICINA: PERFIS E TRAJETÓRIAS NAS INTERSEÇÕES?

Luzinete Simões Minella

Profa. do PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC

(luzinete@matrix.com.br)

Trabalho incluído na quarta sessão do GT 16A (Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades)

Resumo

Este trabalho se insere no campo das relações entre gênero e ciências e sintetiza os resultados de pesquisas sobre as trajetórias das pioneiras na área da medicina no Brasil, ponderando até que ponto as análises recuperam as interseções entre gênero, classes, gerações e etnia. A metodologia se baseou num levantamento bibliográfico que incluiu publicações divulgadas a partir dos anos noventa. A análise, inspirada nos avanços do debate sobre a participação das mulheres no campo científico, revela que as pesquisas privilegiaram o enfoque histórico, baseando-se em variadas fontes. Destaca-se a atuação profissional e política das pioneiras, suas origens de classe, as especificidades do contexto da sua formação e de sua inserção profissional, sua capacidade de romper com as estereótipos relativas aos papéis de gênero.

Palavras chave: gênero, ciências, medicina

Abstract

STUDIES ON WOMEN IN THE MEDICINE FIELD: PROFILES AND TRAJECTORIES IN THE INTERSECCIONS?

This work is inserted in the field of the relations between gender and the sciences, and summarizes the results of the researches on the trajectories of the pioneer women in the medicine field in Brazil, considering to which extent the analyses recover the intersections between gender, classes, generations and ethnicity. The methodology was based on a bibliographic study which included publications as from the 1990s. The analysis, inspired on the advances of the debate on the women's participation in the scientific field, reveals that the researches privileged the historical focus, based on several sources. A distinction is given to the professional and political action of the pioneers, their original class, the specificities of the context in their professional formation and insertion and their capacity to break with the stereotypes in relation to the gender roles.

Keywords: gender, sciences, medicine

Introdução

Este trabalho se insere no campo das relações entre gênero e ciências e sintetiza os resultados das pesquisas sobre as trajetórias das pioneiras na área da medicina no Brasil, ponderando até que ponto as análises recuperam as interseções entre gênero, classes, gerações e etnia. Sua realização constitui parte de um projeto mais amplo, em andamento, que objetiva analisar o perfil das estudantes dos cursos de graduação em medicina no Nordeste e no Sul do Brasil, focalizando as desigualdades de gênero em seus entrelaçamentos com as de classe, gerações e raça/etnia¹.

O estudo dá continuidade a uma pesquisa anterior, fundamentada num levantamento bibliográfico mais amplo, que identificou três temáticas prioritárias sobre gênero e ciências no Brasil: análises sobre a participação das mulheres na academia, acesso ao ensino superior, às carreiras científicas, à produção científica e às associações; críticas à ciência, reflexões sobre o gênero na ciência, análises sobre os impactos da

* Dra. em Sociologia, profa. do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero da mesma instituição.

¹ O projeto se intitula "Mulheres no campo da Medicina no Nordeste e no Sul do Brasil: interseções de gênero, gerações, classe e etnia" e conta com financiamento do CNPq.

ciência e das tecnologias sobre o trabalho e a saúde das mulheres; história e trajetórias de cientistas e viajantes².

A análise dos resultados do levantamento bibliográfico levado a cabo até o momento, se inspira em várias contribuições relevantes do campo de gênero e ciências, entre as quais destacamos algumas obras de Margaret Rossiter (1982), Sandra Harding (1996) e Londa Schiebinger (2001).

Parto do pressuposto de que a participação das mulheres vem aumentando gradativamente, sendo bastante expressiva em muitas áreas científicas, inclusive na medicina. O enfoque adotado considerar ainda, que a ciência tem se constituído ao longo do tempo como um campo de disputas que extrapola a questão geracional destacada por Pierre Bourdieu (1983). Por isso mesmo e, na tentativa de ampliar o potencial explicativo da análise, recorreremos à noção de interseccionalidade para referir, de acordo com Kimberlé Creenshaw, o entrelaçamento e a superposição de diferentes “eixos de subordinação” (2002) ou “eixos de diferenciação”, conforme prefere Avtar Brah (2006).

A metodologia se baseou num levantamento bibliográfico que pretende ser representativo, embora não exaustivo. Incluiu, até o momento, artigos publicados em periódicos científicos e coletâneas, anais de eventos científicos, teses e dissertações, todos publicados e/ou divulgados a partir dos anos noventa que abordam a trajetória das pioneiras que ingressaram na área da medicina no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

I – Estudos sobre as pioneiras no campo da medicina no Brasil

Os estudos sobre a trajetória das pioneiras na área da medicina analisados neste trabalho, foram elaboradas a partir dos anos noventa, se inserem no campo de Gênero e Ciências e foram construídas através do enfoque histórico. Seus resultados tanto revelam as dificuldades que elas enfrentaram para ingressar e continuar na carreira, quanto apontam para o papel transformador que desempenharam no sentido de abalar os valores tradicionais sobre a entrada das mulheres na Academia, mesmo não sendo feministas, como é o caso de algumas delas.

² Trata-se do artigo intitulado “Temáticas prioritárias no campo de Gênero e Ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna?”, aprovado em abril de 2012 para publicação nos *Cadernos Pagu*.

Nessa revisão da literatura, serão sintetizados os resultados desses estudos, destacando-se as origens das pioneiras, as instituições nas quais se formaram, suas áreas de atuação, bem como algumas das dificuldades que enfrentaram ao longo das suas trajetórias³.

Serão referidas as contribuições de June Hahner, Maria Lúcia de Barros Mott e Monica Raisa Schpun, cujas pesquisas remontam aos anos noventa e se estendem pela década seguinte. E os estudos de Elisabeth Jukiska Rago, Iole Macedo Vanin, Márcia Aparecida de Lima Vieira, Hildete Pereira de Melo em parceria com Maria Carolina Casemiro, autoras cujas publicações encontradas foram publicadas na primeira década do milênio.

No livro *Emancipating the Female Sex – the struggle for women’s rights in Brasil (1850-1940)*, publicado em 1990, e editado no Brasil em 2003, a historiadora e brasilianista norte-americana June Hahner⁴, analisa o contexto mais geral da luta das mulheres brasileiras pela emancipação, ressaltando entre outros aspectos, o forte vínculo do sistema escolar brasileiro do período considerado, especialmente dos finais do século XIX, com uma visão tradicional sobre o papel da mulher. A partir dessa data, várias mudanças vão ocorrendo paulatinamente e nas primeiras décadas do século XX, amplia-se o número de mulheres também no magistério, setor que se tornou muito atraente para as mulheres das camadas médias:

“apesar dos poucos rendimentos e das difíceis condições de trabalho, o ensino deu a algumas mulheres maior independência econômica do que qualquer outra coisa que tivessem feito” (Hahner: 2003, p. 81), tornando-se por isso mesmo, um canal de ascensão social, um signo de um certo status, e, em alguns casos, um caminho para a realização de outras carreiras.

A autora aborda as pioneiras que atuaram na defesa dos direitos da mulher, nas lutas por educação, emprego e voto, destacando a trajetória de algumas delas, inclusive a de Maria Augusta Generoso Estrela, considerada por alguns como a primeira médica brasileira diplomada pelo New York Medical College Women em 1877, numa época em

³ Lembramos que uma revisão crítica detalhada sobre a exclusão das mulheres do campo das ciências médicas, que prevaleceu do século XII, quando foram criadas as universidades na Europa Ocidental, até o século XIX, pode ser encontrada na tese de doutorado de VANIN, Iole, em particular no primeiro capítulo intitulado “Gênero, Poder (es) e Conhecimento: a exclusão das mulheres das ciências biomédicas (p. 25-85).

⁴ HAHNER, June. *Emancipating the Female Sex – the struggle for women’s rights in Brasil (1850-1940)*. Duke University Press, 1990. Edição brasileira: HAHNER, June. *Emancipação do Sexo Feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

que as mulheres não podiam realizar cursos superiores no Brasil. Segundo Hahner, Maria Augusta “fez mais do que ajudar a pavimentar o caminho para a disposição na legislação da Reforma Educacional de 1879, que abria as escolas de medicina para as mulheres”, tendo inspirado, também outras brasileiras a seguir os estudos médicos fora do país, por exemplo, Josefa Águeda Felisbella Mercedes de Oliveira, pernambucana, filha de advogado, que também estudou na mesma instituição norte-americana (2003, p. 141). A autora ressalta que ambas defenderam, inclusive através do jornal que criaram, intitulado *A Mulher*, o respeito e a valorização das mulheres, em termos gerais e suas competências para atuar no campo científico (2003, p. 144).

Duas outras médicas pioneiras são também citadas por Hahner: Rita Lobato e Ermelinda Lopes de Vasconcelos. Rita Lobato, gaúcha que se graduou pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1887, foi a primeira mulher a receber um diploma de medicina expedido por uma instituição acadêmica brasileira. A autora ressalta que esta conquista coincide com a obtenção dos primeiros diplomas de medicina por parte de mulheres no Chile e no México. O exercício da medicina não excluiu o casamento e a constituição da prole, pois

“Rita Lobato casou-se e praticou medicina por muitos anos. Em 1888, Ermelinda Lopes de Vasconcelos, normalista graduada, recebeu seu título na escola de medicina do Rio. Ela também se casou com Alberto Xavier de Sá, um professor com quem teve dois filhos, e, por quase cinquenta anos, manteve a prática médica, especializada no atendimento a mulheres e crianças” (Hahner, 2003, p. 149).

De acordo com a autora, à luz desses exemplos, outras mulheres das elites e das camadas médias se sentiriam estimuladas a tentar a mesma carreira. Hahner exemplifica também as reações conservadoras e irônicas por parte da imprensa e da intelectualidade da época, contra a entrada das “mulheres honradas” no campo da medicina (2003, p. 152-154).

Poucos anos depois da publicação da obra de Hahner, Maria Lúcia de Barros Mott divulgou os resultados de várias pesquisas sobre as pioneiras das práticas médicas no país. Entre os principais, destacamos três estudos publicados nos anos noventa (1994, 1998 e 1999) e dois divulgados em 2005 e 2008.

Destacamos inicialmente, o artigo publicado pela autora na *Revista Estudos Feministas* sobre Madame Durocher, nascida na França em 1809 de uma família modesta que se estabeleceu no Brasil no ramo do comércio de tecidos e roupas. Segundo as fontes consultadas pela autora, Marie Josephine Mathilde Durocher exerceu funções comerciais na loja da família, em seguida trabalhou como modista e em seguida

realizou o curso de parto na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1832 e 1834. Completando sua formação com aulas particulares, ela tornou-se a

“primeira mulher educada no Brasil, que se tem notícia até o momento, a publicar textos com o seu próprio nome na área da medicina (1848) e a única mulher a ser admitida como sócia, no século passado, na Academia Imperial de Medicina” em 1871, tendo falecido em 1893 após um longo período de prática profissional (Mott: 1994, p. 102).

Entre outros aspectos, o artigo analisa sua formação educacional e profissional, relacionando-a ao contexto da educação proporcionada às mulheres nas primeiras décadas do século XIX. A autora assinala que até o início do século XIX o seu ofício

“era exercido principalmente por parteiras práticas, em geral negras e mulatas livres. Médicos e cirurgiões apenas excepcionalmente participavam da parturição, em geral nos casos de partos laboriosos e difíceis. As primeiras parteiras diplomadas que exerceram o ofício no Brasil eram estrangeiras e chegaram por volta de 1828. Os cursos de partos das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia formaram, no período, poucas alunas” (Mott: 1994, p. 115).

Posteriormente, em sua tese de doutorado, mediante uma pesquisa historiográfica ainda mais minuciosa, Maria Lúcia Mott explora os detalhes da trajetória profissional de Madame Durocher, destacando seus conhecimentos sobre as práticas obstétricas (1998). Remetendo-se às contribuições dessa autora, Hildete Pereira de Melo e Maria Carolina Casemiro assinalam que Madame Durocher, “frequentou a Academia (Nacional) de Medicina por 24 anos, tendo sido nomeada por D. Pedro II em 1971” (2004, p. 130). Referências sobre o pioneirismo dessa famosa parteira, entre as citadas neste artigo, também são encontradas em Hahner que observa:

“embora a profissão de parteira pudesse ter sido bem mais considerada, somente uma mulher excepcional como Marie Josephine Mathilde Durocher, nascida francesa, parteira da família imperial, autora de várias obras sobre obstetrícia, assim como de um tratado sobre a abolição da escravatura, com sua roupa característica e sessenta anos de serviço no Rio de Janeiro, poderia exigir algum respeito da profissão médica” (Hahner: 2003, p. 151).

Depois de colocar em discussão, num outro artigo, publicado na mesma Revista, os estereótipos médicos sobre as parteiras (1999), além de ter realizado uma série de outras pesquisas significativas para o campo da História da Ciência, Maria Lúcia Mott divulga no periódico *Cadernos Pagu*, os resultados do seu estudo sobre a médica belga Maria Renotte “que em 1878 mudou-se para o Brasil, onde trabalhou como preceptora, professora e médica”. A autora observa que através dos seus escritos e da sua prática social, a médica se envolveu nas lutas do seu contexto, lutando “pelos direitos das mulheres a uma melhor educação, ao acesso a diferentes tipos de trabalho, à obtenção de um corpo mais saudável, à

cidadania política. Pregou a participação das mulheres em entidades assistenciais, e fundou uma filial da Cruz Vermelha na capital paulista” (Mott: 2005, p. 41).

Ressaltando o pioneirismo das múltiplas atividades de Maria Renotte, a autora assinala que ela formou-se pelo Woman's Medical College of Pennsylvania, Estados Unidos, em 1892 e “foi admitida como sócia de sociedade científica, trabalhou nos mais importantes hospitais da cidade e apresentou trabalhos em congressos médicos. Frequentou, praticamente desde a fundação em 1895, a Sociedade de Medicina e Cirurgia em São Paulo. Assistiu às reuniões, integrou comissões, fez comunicações, deu sugestões e apertes que foram acatados, elogiados e também criticados. Por um certo período, atendeu no Hospital Samaritano, criado pela comunidade evangélica, mas devido a desentendimentos com a diretoria deixou de atuar naquele estabelecimento.” (Mott:2005, p. 44).

Além disso, entre outras funções, colaborou para o avanço do conhecimento científico, trabalhando no início do século XX, na Clínica Cirúrgica da Enfermaria de Mulheres da Santa Casa de Misericórdia, onde “realizou operações durante as quais aplicava clorofórmio quente na anestesia para diminuir os efeitos colaterais - tema, aliás, de seu trabalho apresentado em 1910 para admissão como sócia titular da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo” (2005, p. 51).

Nesse período, ela ampliaria ainda mais sua área de atuação, tendo visitado a Europa onde se familiarizou com a dinâmica das entidades filantrópicas; também “participou de Congressos Médicos (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), quando apresentou trabalhos referentes à especialidade médica, como sobre outros temas que se dedicou com afinco: o da criação de uma filial da Cruz Vermelha em São Paulo e da necessidade de organizar na cidade uma melhor assistência à saúde da população mais pobre” (Mott: 2005, p. 52).

Mais recentemente um novo estudo realizado pela autora, em parceria com outras pesquisadoras, foi publicado pela revista *Ciência & Saúde Coletiva*, desta vez sobre médicos e médicas em São Paulo, mediante análise das informações contidas nos Livros de Registros do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional, entre 1892 e 1932 disponíveis no Centro de Memória da Saúde Pública (SES/SP). O artigo analisa “o perfil (naturalidade, nacionalidade e sexo), a formação e a inserção profissional dos médicos no mercado de trabalho em São Paulo, entre 1892–1932” (2008, p.853)⁵.

Nesse estudo, as autoras afirmam que “as duas primeiras médicas que conseguiram romper as barreiras de acesso ao masculino e prestigiado campo da medicina em São Paulo eram estrangeiras e formadas no exterior: a belga Maria Renotte e a italiana Olga Caporali” (2008, p. 860). Após sintetizar a trajetória profissional de Maria Renotte, cujo diploma obtido na Pensilvânia foi revalidado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1895, as

⁵ Esse artigo foi publicado em 2008, poucos anos antes do falecimento de Maria Lúcia de Barros Mott, ocorrido em junho de 2011 em São Paulo.

autoras constatarem que “somente vinte anos depois, em 1915, Olga Caporali, italiana, formada em 1911 pela Universidade de Turim, requereu autorização para o exercício profissional” (2008, p. 860).

O levantamento de dados evidenciou que o número de médicas registradas no período foi muito baixo, correspondendo a apenas 1% do total e revelando uma tendência de alta a partir de 1927 (2008, p. 861). Identificou-se um número considerável de imigrantes pois “das 33 médicas registradas entre 1892 e 1932, 24% eram estrangeiras, 76% eram brasileiras, sendo a maioria, nascida em São Paulo (76%). As duas primeiras médicas nascidas no Brasil que se inscreveram no Serviço Sanitário em São Paulo eram naturais do Estado e registraram-se em 1917. A inscrição de egressas da FMCSPP inicia em 1921” (Mott et alii, 2008, p. 861).

As autoras lembram que em 1929, registrou-se Carlota Pereira de Queiroz, que “havia iniciado o curso na FMCSPP e se transferido para o Rio de Janeiro, onde obteve a titulação” (2008, p. 861). A trajetória de Carlota tem sido objeto de pesquisa de Monica Raisa Schpun, conforme será visto mais adiante. Os dados mostraram ainda, que “as estudantes paulistas buscaram formação acadêmica na FMCSPP e na FMRJ em igual número (nove). Ângela Mesquita, nascida em São Paulo, foi exceção: formou-se na Universidade de Boston, Estados Unidos” (Mott et alii: 2008, p. 861).

O artigo de Elisabeth Juliska Rago, publicado em 2000 na revista *Cadernos Pagu*, também focaliza o contexto da inserção das primeiras mulheres brasileiras que ingressaram na carreira médica na virada do século XIX para o século XX, tentando revelar “como as pioneiras foram capazes de reverter as pressões políticas e sociais, criando as condições de ruptura do mundo masculino da medicina” (2000, p. 199).

Inicialmente, recorrendo ao citado livro de June Hahner, a autora esboça a trajetória de Maria Augusta Generoso Estrela (1860-1943), filha de Albino Augusto Generoso Estrela, “um abastado português ligado ao ramo farmacêutico no Rio de Janeiro”, formada nos Estados Unidos, quando as mulheres não podiam realizar cursos superiores no Brasil, considerada a primeira médica brasileira (2000, p. 201).

A autora lembra também que Josefa Águeda Felisbella Mercedes de Oliveira, pernambucana, filha de advogado que se formaria em medicina na mesma instituição norte-americana, tendo ali conhecido Maria Augusta. Ambas se formaram em 1881. Também refere Ermelinda Lopes de Vasconcellos, carioca que estudou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e viveu em Niterói atendendo senhoras e crianças durante décadas.

Sintetizando, Rago afirma que seguindo a atitude vanguardista de Maria Augusta e Josefa, “destacam-se Rita Lobato Velho Lopes, Ermelinda Lopes de Vasconcelos, Antonieta César Dias, Francisca Barreto Prager, Amélia Pedroso Benebian, Maria Renotte, para citar alguns nomes dessas pioneiras que lutaram, viveram e praticaram a medicina na virada do século XIX e nas décadas iniciais do século XX no Brasil” (2000, p. 224). A autora assinala que, além de colaborarem para mudar valores tradicionais sobre o papel da mulher, todas tiveram em comum as origens sociais, sendo provenientes de famílias com independência econômica.

A mesma autora publicaria poucos anos depois sua tese de doutorado, uma investigação minuciosa, apoiada em inúmeras fontes históricas, sobre a trajetória de Francisca Prager Froés, médica baiana que se formou na Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia em 1893, aos 21 anos, sendo a única mulher da turma, em meio a vinte e quatro homens. A primeira parte do livro recupera o pioneirismo da mãe desta médica, Francisca Rosa Barreto Prager (1836-1909), “mulher de letras e feminista”, oriunda de uma família com independência econômica, que viveu no Recôncavo Baiano, mudou-se para Salvador, onde “teve uma participação ativa na vida pública, questionando o conservadorismo da época e vislumbrando, na educação superior, a saída para a libertação feminina, como muitas outras mulheres do período” (2007, p.108).

Atenta simultaneamente, aos dois contextos, o familiar e o cenário mais geral da sociedade baiana, muito tradicional, mas com uma certa abertura influenciada pelos processos de modernização mais amplos, a autora explora em seguida, o contexto da formação de Francisca Prager Froés na área de Ginecologia e Obstetrícia, os meandros da sua atuação profissional e seus compromissos políticos. Entre outros aspectos relevantes, Rago chama a atenção para a participação de Francisca na Federação Baiana pelo Progresso Feminino e na União Universitária Feminina, da qual foi presidente, destacando sua participação no debate científico, sua preocupação constante em defender os direitos civis e a saúde das mulheres, sua postura crítica em relação à dominação masculina. Uma de suas atitudes inovadoras, está representada pela discussão pública de questões ligadas à moral e ao sexo, divulgando nos seus artigos e no exercício das suas atividades profissionais, práticas higiênicas ligadas à saúde das mulheres com vistas a combater as doenças sexualmente transmissíveis, “sempre sob uma ótica feminista” (2007, p. 256).

Em 2006, Márcia Aparecida de Lima Vieira defende sua dissertação de mestrado na área de educação sobre a presença e a trajetória das mulheres que se formaram nos primeiros cursos de Medicina paulistas durante as primeiras décadas do século XX: o

curso implantado pela Universidade Livre de São Paulo - instituição privada, criada em 1912, que funcionou até 1917 – e o curso da Faculdade de Medicina e Cirurgia, instituição pública, criada em 1912, primeira do estado a permitir o acesso de mulheres, para onde migraram os alunos da primeira.

A autora analisa a entrada das pioneiras no ensino médico, suas possibilidades, perspectivas e expectativas de inserção no mundo da ciência, a partir de uma reflexão sobre três aspectos: o processo de higienização que caracteriza as políticas de saúde implantadas no período, a entrada das mulheres nos cursos de nível superior e a influência dos movimentos feministas.

Pesquisando vários documentos sobre a Universidade Livre, a autora encontrou apenas oito alunas no período considerado, sendo que apenas duas concluíram o Curso de Medicina e Cirurgia. Acredita que as demais podem ter abandonado o curso em função do casamento, dos filhos, etc. Sobre a condição sócio-econômica, afirma que eram oriundas, “provavelmente, de classes privilegiadas da sociedade paulista, do meio rural e urbano, já que em alguns registros relativos aos pais constam títulos como coronel e doutor”. Seguindo uma tradição da época e que persistiria ainda por várias décadas, “algumas tinham cursado o Normal e eram professoras formadas” (2006, p. 76).

De acordo com a documentação consultada, a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo implantou a primeira turma em 1913, com apenas duas mulheres: Odete Nóra Azevedo e Délia Ferro Fávero, diplomadas em 1918. Foi incorporada à USP em 1934. A autora encontrou 12 históricos escolares de mulheres entre 1913 e 1932, entre elas apenas sete se formaram (2006, p. 58-70).

Vieira conclui que todas elas se formaram na instituição pública e sintetiza a trajetória de cinco delas, sobre as quais encontrou informações: a) Mariângela Matarazzo, filha de prósperos industriais que formou-se em 1920 aos 21 anos em obstetrícia e pediatria (2006, p. 79-80); b) Odette Nóra de Azevedo Antunes, filha de médico, casou-se com um colega. Iniciou sua formação em 1913 e se graduou em 1918, escreveu uma tese sobre pneumonia, trabalhou por pouco tempo e abandonou a carreira para cuidar da família (2006, p. 80); c) Carmen Escobar Pires, única mulher que se formou na sua turma em 1920, na área de cirurgia obstétrica. Construiu uma carreira exitosa, foi presidente da Associação Paulista de Medicina e do Colégio de Cirurgiões do Brasil, sendo uma das primeiras deputadas estaduais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (2006, p.85); d) Jandyra Planet do Amaral, graduada em 1931,

“trabalhou por 45 anos no Instituto Butantã” onde era a única mulher de nível universitário quando começou suas atividades como pesquisadora. Casou-se e teve filhos, paralelamente construiu uma carreira científica na área de vacinação contra epidemias e sorologia, participou de congressos, ministrou palestras (2006, p. 87).

Concluindo, a autora afirma que embora elas não tenham participado de organizações feministas, nem defendido suas bandeiras, essas mulheres colaboraram para transformar valores, servindo certamente de exemplo para as novas gerações que aspiravam o ensino superior na área (p. 79).

A tese de doutorado de Iole Macedo Vanin, defendida na UFBA em 2008, analisa as peculiaridades da formação das primeiras médicas, farmacêuticas e odontólogas formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia entre 1879, quando teve início a entrada das mulheres nos cursos superiores no país, até 1949, quando ocorre a separação dos cursos de Farmácia e Odontologia. A pesquisa rastreia as relações entre o contexto da sua formação e a expansão do ideário feminista. Portanto, o recorte temporal, segundo a autora, se justifica também porque 1949 é a data provável do final da atuação da Federação Baiana pelo Progresso Feminino.

Através de um enfoque que articula os avanços do campo da história das mulheres com os estudos feministas e de gênero, o estudo busca verificar em que medida teria ocorrido uma ruptura com os papéis tradicionais de gênero a partir do acesso das mulheres a esses cursos, redutos exclusivamente masculinos até pouco antes de 1843, quando se formou a primeira parteira. A autora afirma que o curso de parteira não possuía o mesmo status dos demais: Farmácia, Odontologia e Medicina. Estes, “continuaram reservados aos homens até a década de setenta do século XIX quando se forma em Cirurgia Dentária, Balbina Rosa de Souza, poucos meses após a instalação do curso de Odontologia e da obtenção do direito feminino de frequentar instituições de ensino superior no Brasil” (VANIN: 2008, s/n).

As fontes utilizadas se destacam pela sua riqueza, visto que Vanin se ampara na documentação institucional, em artigos e anúncios de jornais, teses de doutoramento feitas pelas médicas, livros de Atas da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, etc. Inspirada nos achados de Margaret Rossiter, a autora constata “a existência de segregação hierárquica e territorial, nos setores que constituem o “mundo biomédico” da Bahia”, concluindo que “não houve rompimento, mas sim um acomodamento, regido por linhas de atuação patriarcais, da presença feminina em atividades em espaços específicos” (2008, s/n).

Os resultados principais dessa pesquisa, foram sintetizados em um artigo publicado em 2010, no qual a autora ressalta que o incremento da participação das mulheres deu-

se mais nos cursos de farmácia e odontologia e menos em medicina, pois entre 1879 e 1949, formaram-se 168 mulheres em farmácia, 160 em Odontologia e 84 em Medicina. Além disso, a maior parte das médicas se concentrava nas especialidades menos prestigiadas e mais ligadas aos cuidados com outras mulheres e com as crianças (ginecologia e obstetrícia), confirmando-se assim a tese da segregação territorial e da segregação hierárquica, de acordo com os estereótipos de gênero. Além disso, não costumavam alcançar postos do alto escalão, sempre ocupados pelos homens. Ou seja, havia mais mulheres nas áreas menos prestigiadas (2010^a).

Considerando o perfil sócio-econômico dessas mulheres, Vanin adverte que elas provinham das classes médias e das elites: “é evidente que os exercícios profissionais eram perpassados pela classe, associada à raça/etnia; ou seja, as damas baianas não iriam exercer atividades não condizentes com a sua posição social. Elas se dirigem para as profissões de prestígio que dessem ou sedimentassem o *status quo*, e talvez, por isso optaram pelos cursos da Faculdade de Medicina da Bahia” no período considerado (2010a, p56).

Levando em conta o impacto dos debates feministas que caracterizaram o contexto da capital baiana naquele período, Vanin ressalta que

“a elevação do número de mulheres nos cursos superiores da Faculdade de Medicina da Bahia a partir de 1920, encontra-se relacionada com a divulgação das idéias feministas, em um primeiro momento, e depois, precisamente a partir da década de 1930, com a atuação das filiais da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, através das ações realizadas pela *União Universitária* e a *Ala Moça*, uma vez que em todos os estados de origem das alunas havia uma filial e muitas delas faziam parte dessas instituições. Não podemos ignorar, no entanto, a influência das novas relações de trabalho que foram sendo instituídas onde a presença de mulheres brancas não pobres tornou-se mais evidente” (2010a, p.57).

Num trabalho posterior, a mesma autora destaca a importância da médica Ítala da Silva Oliveira “professora que atuava em Aracaju nas primeiras décadas do século XX, em defesa dos direitos das mulheres, formou-se em Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia em 1927, após ter o título de parteira em 1922” (2010^a, p. 7).

Os vínculos desta médica com o feminismo são assumidos não apenas nos fóruns de debates públicos, mas na própria tese de formatura, intitulada “*Da sexualidade e da Educação Sexual*”. Nesta tese, ela argumenta que “os avanços do feminismo demandavam a inclusão do ensino de educação sexual nos currículos, pois as conquistas femininas, principalmente no mercado de trabalho, colocavam as mulheres em contato permanente com os homens, tornando necessária sua formação “sem falso e mal entendido pudor” (Vanin, 2010: p. 3). Segundo a autora, a tese de Ítala “não estava

desvinculada da sua condição de feminista, tanto que dedica capítulo específico para defender o feminismo, demonstrando que o mesmo não representava perigo de desestruturar a sociedade, ao contrário: era uma ferramenta útil para o desenvolvimento da nação e fortalecimento da família” (2010b, p.07).

Mônica Raisa Schpun tem pesquisado a trajetória de outra pioneira célebre na área: Carlota Pereira de Queiróz, nascida em 1892 e falecida em 1982. Mencionamos aqui apenas dois dos estudos que publicou sobre o tema em 1999 e em 2010. Em artigo publicado no *Cadernos Pagu* em 1999, a autora aborda a primeira etapa da carreira política de Carlota Pereira de Queiróz (1932-1937), quando ela se candidata à Assembléia Constituinte, exercendo seu mandato como primeira Deputada Federal do país. Respalhada numa pesquisa criteriosa, que incluiu a consulta à correspondência de Carlota, a autora examina detalhadamente, as seguintes questões: “as relações de Carlota com seus colegas homens, sua política e suas relações com as feministas, especialmente Bertha Lutz e a FBPF”, ressaltando a misoginia dos homens e as tensões entre as posições de Bertha, feminista convicta, defensora dos direitos das mulheres e sufragista combativa, e de Carlota sobre o feminismo (Schpun, 1999: p. 331). Sobre tais diferenças entre as duas, a autora assinala que, ao contrário de Bertha, “apesar de toda e qualquer dificuldade enfrentada por Carlota ao longo da sua carreira política, causada pelo fato de ser mulher, em nenhum momento ela se declara feminista, nem se alia politicamente às líderes desse movimento, que lhe dão apoio e rendem-lhe múltiplas homenagens”. Tal atitude provocaria o desapontamento das feministas e seu conseqüente afastamento de Carlota (1999, p. 346).

Aprofundando suas pesquisas sobre o tema, Schpun publica numa coletânea em 2010, os resultados de uma pesquisa que investiga as relações profissionais de Carlota com colegas homens. Inicialmente a autora destaca que ela provinha de “uma prestigiosa família das elites paulistas”. Observa que Carlota foi educadora na primeira década do século XX, passou a exercer a medicina desde 1926, tendo sido a primeira deputada federal do País entre 1933 e 1937, assinando a Constituição de 1934 junto aos demais 252 deputados, “todos homens”(2010, p. 239). Schpun analisa vários aspectos da sua longa carreira profissional, observando que “Carlota seria médica até bem tarde em sua vida, ocupando diversos cargos e funções, a começar pelo Laboratório de Clínica pediátrica da Santa casa, que chefiou até 1947, quando se transferiu, sempre como “chefe”, ao Serviço de Hematologia da Clínica de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina da USP, ali permanecendo até 1952, ano da sua aposentadoria”. Suas filiações institucionais dão conta da sua importância no âmbito do campo científico, pois, “tornou-se membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1941) e seria a primeira médica brasileira a se integrar, no ano seguinte, à Academia Nacional de Medicina – pertencendo tb, a partir do mesmo ano, à Academia Argentina”. (Schpun: 2010, p. 255).

A autora conclui que “além de ter alcançado um destaque social indiscutível, ocupando espaços de poder, ela atravessou fronteiras separando o masculino do feminino, penetrando em campos sociais quase ou totalmente ocupados por homens, como a Medicina e política, e meados por uma cultura masculina expressa em códigos de comportamento e de linguagem, de cumplicidade e de rivalidade” (2010, p. 239).

A pesquisa de Hildete Pereira de Melo e Maria Carolina Casemiro, sobre a composição da Academia Nacional de Medicina e a Academia Brasileira de Ciências, publicada na *Revista Rio de Janeiro*, revela a baixa participação das mulheres nos anos noventa, apesar da feminização de alguns cursos, evidenciando as resistências à sua absorção em foros institucionais de peso. As autoras destacam que “nos 173 anos vividos pela Academia Nacional de Medicina só cinco mulheres foram eleitas para membro titular, enquanto existiram 612 sócios titulares do sexo masculino” (2004:125).

Mencionam ainda, que a primeira mulher associada a essa instituição foi Madame Durocher. A segunda, Madame Curie, integrada na qualidade de membro honorária estrangeira em 1926, quando visitou o Brasil, sendo a terceira, Carlota Pereira de Queiroz.

Observam ainda, que na Academia Brasileira de Ciências, embora o quadro incluísse 571 sócios, apenas 56 eram mulheres, representando 9,8%. “Os membros mais importantes do ponto de vista do reconhecimento científico são os titulares, estes são 334, correspondendo a 58% dos acadêmicos, mas a taxa de participação feminina cai para 7,8%, abaixo da participação na própria academia.” (Melo e Casemiro, 2004:131).

Considerações finais

Algumas considerações finais podem ser feitas provisoriamente em torno desse significativo conjunto de estudos. Inicialmente observo que as análises se sustentaram claramente num enfoque histórico, inclusive cinco entre as autoras principais tem formação acadêmica no campo da história e apenas duas delas em outras áreas fronteiriças: Maria Aparecida Vieira em Pedagogia e Hildete Pereira de Melo em Economia. Os estudos focalizam o período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, explorando as relações entre a formação das pioneiras e o contexto das possibilidades de educação formal das mulheres. Quanto à metodologia, chama a atenção a riqueza das fontes consultadas, que incluem cartas, relatos, fotografias, registros em Anais das instituições, livros de atas, teses, depoimentos, artigos em jornais e revistas, entrevistas com familiares, consulta a acervos pessoais, etc. Do total dos quinze trabalhos analisados, apenas dois foram feitos em parceria,

prevalecendo claramente a autoria individual (Melo e Casemiro, 2004 e Mott et alii, 2008)

De um modo geral, pode-se dizer que as autoras analisaram com mais detalhe as médicas que exerceram a profissão e se destacaram pela sua atuação dentro e fora da Academia. Os resultados das pesquisas enfatizam que, salvo poucas exceções, em geral elas conjugaram as idéias avançadas com o desempenho dos papéis tradicionais: mães e esposas.

No que se refere às interseccionalidades, observa-se vários avanços, percebendo-se uma preocupação freqüente por parte das autoras, em assinalar os condicionantes de classe e sócio-culturais que, apesar dos preconceitos e das assimetrias de gênero, favoreceram a entrada das pioneiras no campo da medicina. Em termos gerais, ressalta-se que elas provinham de famílias da elite ou das camadas médias, setores que embora tivessem, em alguns casos, vínculos originários com o meio rural, se estabeleceram nas grandes cidades. Também são encontradas freqüentes menções à condição de migrantes dos pais de várias pioneiras, em geral provenientes de países da Europa ocidental.

Referências mais explícitas às questões étnicas são encontradas nas pesquisas de Vanin (2008, 2010^a, 2010b). Nas demais, essas questões ou são rapidamente mencionadas ou permanecem mais subentendidas do que explicitadas, talvez porque as autoras esclarecem não só a filiação de classe das pioneiras, mas ressaltam que algumas delas entraram na Academia durante a vigência da escravidão, enquanto outras logo após sua proibição. Portanto, num período marcado por uma forte discriminação de classe e de raça/etnia, quando nem se cogitava a presença de mulheres negras na academia.

No que se refere aos entrelaçamentos gênero e gerações, esses resultados destacam também que a maioria delas iniciou os estudos muito jovens, tendo se formado com vinte e poucos anos, sendo que algumas se dedicaram às suas atividades profissionais por várias décadas.

Vale a pena lembrar que estes estudos se inserem no marco mais amplo de uma das tendências mais importantes do debate do campo Gênero e Ciências: as análises sobre histórias e trajetórias das cientistas pioneiras em várias áreas, que objetivam visibilizar sua atuação profissional e política, as especificidades da sua inserção profissional, sua capacidade de romper com as estereotípias relativas aos papéis de gênero, algumas das quais infelizmente persistem apesar dos avanços observados nas últimas décadas.

Entre essas análises, especificamente sobre a atuação das mulheres brasileiras, se incluem por exemplo, as pesquisas de Maria Margaret Lopes sobre a trajetória política e científica da bióloga Bertha Lutz (2006b e 2008); de Mariza Corrêa sobre pioneiras que se destacaram no campo da Antropologia (2003); de Nara Azevedo et alii sobre a carreira científica de Aída Hassón-Voloch na área da química (2004); de Eva Blay sobre as pioneiras do Instituto Biológico de São Paulo (2010); as biografias de dezenove cientistas que atuaram em vários campos do conhecimento na primeira metade do século XX, elaboradas por Hildete Pereira de Melo, em parceria com Lígia Maria Rodrigues (2006), etc.

Finalmente, a respeito da inserção profissional, os resultados dos estudos confirmam os argumentos de Margaret Rossiter sobre segregação hierárquica e segregação territorial no campo científico (1982), haja vista que as médicas analisadas em sua maioria, atuou no reduto representado pela ginecologia e obstetrícia, onde a presença delas era mais facilmente assimilada. Ao mesmo tempo, poucas entre as pioneiras atingiram postos mais relevantes do ponto de vista hierárquico (1982). Entendo que esses tipos de segregação corroboram também os argumentos de Sandra Harding sobre os dualismos de gênero como instrumentos que colaboram para organizar desigualmente as atividades sociais entre homens e mulheres a partir de percepções estereotipadas sobre as diferenças sexuais (1996).

Diante desses resultados, caberia retomar a questão elaborada Londa Schiebinger, autora que focaliza o gênero no cerne da medicina, da primatologia, arqueologia, biologia, física e matemática: em que medida o crescente número de mulheres atuantes nas profissões médicas teria promovido mudanças no conhecimento das especificidades, por exemplo, da saúde da mulher? (2001, p. 233).

Referências

- AZEVEDO, Nara; CORTES, Bianca Antunes; FERRERA, Luiz Otavio e SÁ, Magali Romero. Gênero e Ciência: a carreira científica de Aída Hassón-Voloch. *Cadernos Pagu* (23), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 2004, pp. 356-387.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* 26, p.329-365, 2006.

- BLAY, Eva Alterman. Mulheres cientistas: aspectos da vida e obra de Khäte Schwarz. *Revista Estudos Feministas* (18: 2), Florianópolis-SC, pp. 473-489, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org) *Pierre Bourdieu*. São Paulo, Ática, 1983, pp. 122-155. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39.
- CORRÊA, Mariza. *Antropólogas e antropologia*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003, 278 p.
- CREENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas* (10:1), Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão/UFSC, 2002, pp. 171-188.
- HAHNER, June. *Emancipating the Female Sex – the struggle for women’s rights in Brasil (1850-1940)*. Duke University Press, 1990.
- HAHNER, June. *Emancipação do Sexo Feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- HARDING, Sandra. *Ciencia y Feminismo*. Madrid, Morata, 1996, 239 p.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. Madame Durocher: modista e parteira. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1º. sem. 1994, pp. 101-116.
- LOPES, Maria Margaret. “Aventureiras” nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. *Cadernos Pagu* (10), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 1998, pp. 345-368.
- LOPES, Maria Margaret. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. *Cadernos Pagu* (27), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 2006a, pp. 35-61.
- LOPES, Maria Margaret. “Vencer barreiras”, até quando? Aspectos da trajetória científico-política de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). In: SANTOS, Lucy Woellner dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie e CARGANO, Doralice de Fátima (orgs.) *Ciência, Tecnologia e Gênero. Desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Londrina, IAPAR, 2006b, pp. 203-232.
- LOPES, Maria Margaret. Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 15, p. 73-95, 2008.

- MELO, Hildete Pereira de & CASEMIRO, Maria Carolina Pereira. A Ciência no Feminino: uma análise da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciência. *Revista Rio de Janeiro* (11), Rio de Janeiro, UERJ/Fiocruz, 2004, pp. 117-134.
- MELO, Hildete Pereira de e RODRIGUES, Lígia Maria. *Pioneiras das Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: SBPC, 2006, 47 p.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. Parto, parteiras, parturientes: Mme. Durocher e sua época. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1998. 331 p.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico? *Revista Estudos Feministas*, IFCS/UFRJ-CFH/UFSC, v. 7, 1999, ns. 1 e 2, p. 25-36.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. Gênero, medicina e filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu*, n. 24, 2005, p.41-67.
- MOTT, M. L. B. ; MUNIZ, M. A. ; ALVES, Olga Sofia Fabergé ; MAESTRINI, KARLA ; Santos, Taís . Médicos e médicas em São Paulo e os Livros de Registros do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional (1892-1932). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, n. 3, p. 853-868, 2008.
- RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. *Cadernos Pagu*, Campinas, 2000, p. 199-225.
- RAGO, Elisabeth Juliska. *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.
- ROSSITER, Margaret. *Women Scientists in America: Struggles and Strategies to 1940*. Baltimore: John Press, 1982.
- SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP, EDUSC, 2001. 382 p.
- SCHPUN, Mônica Raisa. Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiróz. *Cadernos Pagu*, n. 12, 1999, pp. 331-377.
- SCHPUN, Monica Raisa. A médica Carlota Pereira de Queiróz e seus colegas: amizade e relações profissionais em meio predominantemente masculino. In: MONTEIRO, Yara Nogueira. (Org.). **História da saúde: olhares e veredas**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010, p. 239-250.
- VANIN, Iole Macedo. *As damas de branco na biomedicina da Bahia (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2008.

VANIN, Iole Macedo. A participação feminina nos cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia na Bahia. *Historien – Revista de História*, n. 2, Petrolina, janeiro/março de 2010a, p. 36-59.

VANIN, Iole Macedo. A produção intelectual das médicas formadas na Bahia: o feminismo na tese de Ítala de Oliveira. Seminário Internacional Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010 (b).

VIEIRA, Márcia Aparecida de Lima. Mulheres na Medicina: construindo espaços na São Paulo do início do século XX. Dissertação de Mestrado, PPG em Educação, Universidade São Francisco, 2006.

FAMÍLIA E SEXUALIDADE: sob a teia do entrelace entre os contratos.

*Marlene Brito de Jesus Pereira¹
e José Euclimar X. de Menezes²*

RESUMO

A idéia de contrato é nomeada como um paradigma do livre acordo que estrutura as relações sociais (THERRY, 2010; ROUSSEAU, 2006; HOBBS, 1974). Contrato, tanto no que se refere a constituição de relações, tanto como símbolo e instrumento político, revela como as principais instituições sociais podem ser compreendidas: as relações nas famílias, o casamento, as relações de trabalho, o sentido de cidadania e de indivíduo são todos contratuais (THERRY, 2010; PATEMAN & MILLS, 2007; PRECIADO, 2002). Este artigo coloca em debate o atributo próprio aos “contratos” que imprimem força sobre as ações dos sujeitos humanos em suas relações privadas no que concerne à noção de indivíduo e sexualidade. Trata-se de uma investigação de tese doutoral que combina revisão de literatura com pesquisa qualitativa, em que os dados foram auferidos através dos relatos de experiências de vida de pais e filhos. Nos relatos dos participantes a sexualidade vincula-se a história pessoal de cada sujeito, em suas referências individuais e sociais.

Palavras Chave: contratos, família, sexualidade.

ABSTRACT

The idea of contract is named as a paradigm of free agreement that structure social relations (THERRY, 2010; ROUSSEAU, 2006; HOBBS, 1974). Agreement, both as regards the formation of relationships, both as a symbol and political tool, reveals how the major social institutions can be understood: the relationships in families, marriage, labor relations, the meaning of citizenship and individual are all contractual (THERRY, 2010; Pateman & Mills 2007; PRECIADO, 2002). This article debates the attribute itself to "contracts" that print power over the actions of human subjects in their private relationships regarding the notion of individual and sexuality. This is a research doctoral thesis combining literature review with qualitative research in which data were received through the accounts of the life experiences of parents and children. In the reports of

¹ Psicóloga. Mestre em Família na Sociedade Contemporânea. Doutoranda do PPG em Família na Sociedade Contemporânea da UCSal e L'École des Hautes Études em Sciences Sociales-Paris/França. Pesquisadora bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. Pesquisadora do grupo de pesquisa Epistemes a da Subjetividade e da Família. CNPQ –UCSal. Estudos em famílias, gênero e sexualidade. email: marlene.britop@uol.com.br

² Pós doutor/Pontificia Università Lateranensi/Itália. Mestre e doutor em filosofia/UNICAMP. Professor e pesquisador do Programa de mestrado e doutorado da UCSal/Família na Sociedade Contemporânea. Professor em Psicologia das FSSS e FSBa. Líder do GP/CNPq Epistemes da subjetividade. menezesjex@uol.com.br

participants to sexuality is linked to the personal history of each subject, in their individual and social references.

Keywords: Contracts, family, sexuality

PROBLEMATIZAÇÃO

A pesquisa doutoral em desenvolvimento analisa o conceito de “contrato” e as relações de interdependência com famílias e gerações, e é desenvolvida em perspectiva interdisciplinar, sobretudo no recurso às teorias sociológicas, psicológicas e das ciências políticas. São problematizadas as relações de poder ancoradas no contrato social e o contrato sexual que se projetam sobre as características das famílias contemporâneas e que delimitam em seu interior as questões de gênero, sexualidade e de autonomia do indivíduo.

O CENÁRIO INTERNACIONAL

O que pode o indivíduo no ethos familiar de uma dada sociedade como a baiana? É a questão de pesquisa que se formula a partir da leitura de clássicos e de especialistas da contemporaneidade (Rousseau, 2006; Hobbes, 1974; Tourraine, 2001; Elias, 1994). Esta questão se impõe ao trabalho em razão de o ideal de indivíduo, considerado sujeito livre e autônomo, prevalece como regente fundamental na ordenação das relações sociais (ELIAS, 1994), concepção apoiada no decalque de atributos da personalidade ou da biografia pessoal. Contudo, o significado de indivíduo, indica a literatura especializada sobre o tema, assim como as relações cotidianas no interior da família, subsume-o à existência de acordos e de contratos, fundamentalmente o contrato social (ELIAS 1994; PATEMAN, 1993).

Em latim, *contractu* significa juntar, reunir. O verbo se forma com o prefixo “con”, que significa junto, adicionado à “tractu”, que denota puxar³. Designa o sentido de “um esforço conjunto”. Fazer contrato indica implicar indivíduos de outro modo isolados, traze-los para estarem juntos. É um ato que invoca relação, que exige a ação

³ Dicionário weckeriano disponível em www.weckeriano.com.br

de um indivíduo com o outro e/ou com uma comunidade. Ou seja, se trata de ação que somente se efetiva em um constructo relacional, em âmbito comunitário.

Outro sentido atribuído ao contrato social está ligado essencialmente a uma ficção política (THERRY 2010; PATEMAN,1993). Tal ficção consiste no pressuposto que pessoas se reúnem e resolvem criar um instrumento de concordância coletiva. Do ponto de vista político, o contrato é o paradigma de uma obrigação estabelecida voluntariamente pelos indivíduos implicados. O contrato é nomeado como um paradigma do livre acordo que estrutura as relações sociais (ROUSSEAU, 2006; HOBBS, 1974). Num dos clássicos das ciências políticas, o *Leviatã* (1974), contrato é definido como “*A transferência mútua de direitos...*” (HOBBS, p.115). Os sujeitos que o pactuam, entram em acordo recíproco de interesses, celebram uma mútua aceitação, sobretudo em razão de garantias protetivas, conquistadas conjuntamente contra o estado de natureza, e contra a violência recíproca. Nessa perspectiva, o contrato é um artifício da razão em ação contentora das paixões, para gerar a ordem política. “*Portanto, inobservar o contrato é agir em desconformidade com a razão, é agir meramente segundo as paixões, conseqüentemente, é agir irracionalmente, pois é a razão que propicia o gozo da paz e seus benefícios*” (HOBBS, p.124). O contrato social e a legislação civil oferecem algumas garantias ao pacto social, ao assegurar que os sujeitos podem confiar uns nos outros. O estado de natureza hobbesiano resulta da análise das paixões a partir dos fatos supostos ou observados na natureza humana, quando hipoteticamente é removido o medo imposto pelo poder público por meio da prescrição e imposição das leis. Ou seja, o estado de natureza não se refere própria ou exclusivamente a um suposto estágio primitivo da humanidade, mas a estados de tensões ameaçadores no seio de uma sociedade.

Nessa perspectiva, a ideia do contrato se avizinha das *prescrições sociais* das normas da *ordem familiar* contemporâneas. Seja como referência à constituição de relações, seja como símbolo e instrumento político, o contrato revela como as principais instituições sociais podem ser compreendidas: a família em suas tensas relações, o casamento, as relações de trabalho, o sentido de cidadania, os limites e possibilidades do indivíduo (THERRY, 2010; SINGLY, 2007; PATEMAN & MILLS, 2007; PRECIADO, 2002, LÉVI-STRAUSS et al, 1972).

Pretende-se colocar em debate esse atributo próprio aos “contratos” que imprimem força sobre as ações dos sujeitos humanos em suas relações privadas. Como estes sujeitos estruturaram suas relações interpessoais ancoradas numa dinâmica

familiar, e como a ordem familiar se altera a partir das demandas dos sujeitos que lhe constituem?

Essa questão cobra o entendimento da separação do privado e do público a partir do contrato sexual, que evidencia como a diferença sexual (o que é ser homem, e o que é ser mulher), bem como a construção da diferença sexual enquanto diferença política, são essenciais para o ordenamento da sociedade civil. Mesmo que o contrato sexual não seja tomado como regulador das relações de convivência ou estruturante no ordenamento familiar e das relações privadas, nele repouso, sustêm os especialistas, certos elementos relevantes para a compreensão do convívio e do funcionamento da família. Pode-se supor que o contrato sexual seja o instrumento que valida as ações de poder e atribui práticas valorativas sustentadas na diferença sexual. Cabe, pois indagar acerca dos problemas implicados no contrato sexual, particularmente acerca do estatuto de indivíduo autônomo. Ao que tudo indica, as idéias de autonomia e de liberdade se contrapõem à família, comumente interpretada como o fundamento natural da vida civil (PATEMAN, 1993). A vida civil ordenada a partir do contrato social, em certa medida depende do contrato sexual, que é constituído por um conjunto de práticas tecidas continuamente pela significação dos vínculos e pela mediação dos afetos: *“Os indivíduos compreendem o que significa “contratar” somente porque todo contrato é parte da prática mais ampla de fazer contratos, e a prática é constituída porque contratos são vínculos”* (PATEMAN, 1993, p. 259).

O que está por trás da teoria dos contratos? Pode-se supor que os contratos social e sexual sejam os meios pelos quais os sujeitos tecem suas relações, que sejam formas de organização do convívio. Nessa medida, o contrato emerge como instrumento propiciador da ordem das relações interpessoais e sociais, bem como instrumento de mediação das relações públicas. Nos clássicos esse elemento recebe tratamento epistêmico bem preciso: o *homem* de Hobbes, o *indivíduo* livre de Rousseau, e o indivíduo autônomo de Locke, são definidos para que se possa pensar acerca das relações interpessoais, bem como se possa compreender a ordem pública. Em Hobbes e Rousseau o Estado e a Lei são as garantias da vida em sociedade. Mas qual é a garantia das relações familiares? O contrato social atravessa tal organização e lhe confere a cesura necessária? Seja pela evitação de conflitos, seja pela contenção das paixões, seja pela força dos vínculos, o problema se legitima em decorrência de se estar cobrando aqui a compreensão do próprio fundamento da ordem familiar: afinal, o que justifica a relação entre os contratos social e sexual? Ela parece evidenciar que a associação entre

os sujeitos na esfera familiar também é de ordem política, porque impõe negociações e acordos para que possa haver convivência.

O contrato sexual é da ordem ‘da política da intimidade’ e como tal, instrumento de reciprocidade de forças, de disputas de interesses, de exercícios de poder no próprio emaranhado por afetos. O contrato sexual é, com legitimidade, sustêm os especialistas, o instrumento da ordem da família. É a associação entre os sujeitos, o “puxar para junto” que dá fundamento às organizações sociais e familiares.

A história do contrato sexual é a própria história das relações heterossexuais hierarquizadas (THERRY, 2010; PRECIADO, 2002, PATEMAN,1993). No contrato sexual há a compulsoriedade da “condição natural” de homem e de mulher, vinculados a todo privilégio e obrigação, seja econômico, patrimonial e reprodutivo. Tanto os privilégios, assim como as obrigações, são derivados da condição sexual dos sujeitos no interior do sistema da ‘heterossexualidade compulsória. Os laços de filiação, de conjugalidade, ou de parentalidade têm como base fundamental tal sistema. Muito embora esses laços estejam em constante movimento de transformação, e novos laços de filiação de parentesco surjam. Nesse sentido, as famílias contemporâneas são caracterizadas pelas diferentes formas que se apresentam e organizam as relações entre pai, mãe e filhos. As transformações ou mudanças que envolvem a infância, a juventude, a sexualidade, o casamento, as práticas laborais e a família, fundamentalmente no que tange às mudanças sociais se referem às questões entre as gerações (MACHADO & LINS DE BARROS, 2009).

Tais mudanças convivem com práticas tradicionais e realidades atuais, não raro opostas. Há emergência de novos contratos em que não há um padrão definido ou modelo familiar: as obrigações entre pais e filhos, a divisão sexual de funções em casa; as condutas sexuais; os direitos, deveres e questões de autoridade familiar, tornaram-se objeto de mudanças que requer um constante manejo de negociações e conciliações, portanto, a realização de novos contratos. (THERRY,2010, SINGLY, 2007, BOUZON, 2003, PRECIADO, 2002). O contrato sexual tornou-se o elemento de emergência de novos “contratos”. As práticas tradicionais estão sendo contestadas em seus sistemas heterocentros e de gênero.

Em sua análise crítica, Preciado (2002) propõe o rompimento de todas as práticas de convivência, sustentadas pelos determinismos biológicos e

heterocentros que prescrevem condutas sociais. Tal rompimento sustenta-se no que a autora nomeia de “Contrato Contrassexual”. Este instrumento visa a negação e desarticulação do sistema heterossexual compulsório e das determinações sociais de gênero. O que se faz relevante, na proposta de desarticulação de PRECIADO é exatamente o questionamento sobre leis imperativas que determinam as formas de ser de cada sujeito. Há uma negação fundamental sobre as formas de união, sejam estas heterossexual, homossexual ou transexual. Propõe-se a neutralização das relações de gênero. Interessa apenas os sujeitos em seus corpos – corpos que falam (PRECIADO,2002). O *Manifesto contrassexual* proposto por Preciado, cria “a contrassexualidade: uma análise crítica das diferenças de gênero e de sexo, que é produto do contrato social e do contrato sexual heterocentrosado:

A contrassexualidade tem por objeto de estudo as transformações tecnológicas dos corpos sexuados e “generizados”. Não afirma as hipóteses das construções sociais e psicológicas do gênero, mas as restituiem como mecanismos, estratégias e usos em um sistema tecnológico mais amplo. A contrassexualidade supõe que o sexo e a sexualidade devem ser compreendidos como tecnologias sociopolíticas completas (p. 16).

A contrassexualidade reclama fundamentalmente sobre as instâncias do contrato sexual. Das imposições sobre como ‘os corpos’ dos sujeitos devem ser interpretados, nas suas amarrações biológicas e em sua filosofia positivista. O gênero é interpretado como mecanismo que serve aos diferentes sistemas: não respondem por um única ordem de poder, mas estão em constante manejo na arregimentação de velhas e novas políticas. Tais questionamentos remetem a família para uma análise das suas relações pela vertente do político, dos privilégios e obrigações nas condutas familiares e na maneira como estes são transmitidos entre as gerações. Qualquer modificação ou permanência de mecanismos que envolve gênero e sexualidade, remete a relações entre as gerações e a dinâmica familiar.

A sexualidade se mostra como fenômeno imerso em uma práxis cultural. Apresenta-se de maneira específica em consonância com os códigos morais e pessoais. A sexualidade não deriva dos instintos. A busca do prazer e da satisfação vincula-se à história pessoal de cada sujeito, em suas referências individuais e sociais, ultrapassando as necessidades primárias que delimitam a existência humana (FREUD, 1905). Significa que a sexualidade não se encerra no prazer associado a um lugar fixado no corpo, mas a toda uma série de excitações e de ações que se

apresentam para os sujeitos desde do nascimento⁴, sofrendo transformações de acordo com o processo de desenvolvimento de cada um, em suas referências parentais e praxis sociais.

A teoria freudiana atribui a sexualidade fundamental significado no desenvolvimento e na vida psíquica do ser humano. Se a sexualidade se inicia quando é nomeada a anatomia sexual dos sujeitos, sua apropriação depende de um longo processo de formação da subjetividade.

Para Freud, a civilização e a sociedade se dá as custas de uma ordem repressiva da sexualidade. Uma vinculação entre sexualidade e produção de neuroses (MARCUSE, 2010). A sexualidade é canalizada para atividades artísticas e culturais via processo sublimatório, exerce-se através da repressão e do recalque (FREUD, 1905).

A teoria freudiana tem o mérito de ressaltar as questões da sexualidade sem o viés anatômico positivista, vendo a sexualidade além das fronteiras das funções reprodutivas. Em os *"Três ensaios de sexualidade"* (1905) Freud destaca o processo de desenvolvimento psicosssexual do humano. O sujeito encontra o prazer no próprio corpo, desde os primeiros tempos de vida. O corpo é erotizado, isto é, as excitações sexuais estão localizadas em todo o corpo.

Sennett (1988) destaca que a sexualidade é um estado expressivo, o sujeito se expressa, ele é o que expressa, ao invés de um ato expressivo. “Tudo quanto experimentamos toca necessariamente a nossa sexualidade, mas a sexualidade é. Nós a devendamos, a descobrimos, chegamos a um acordo com ela, mas não a dominamos” (SENNETT, 1988). A não dominação da sexualidade suscita tensões e medos, de tal maneira que gerou no esteio social, práticas de controle, como vias de barrar o próprio instrumento criado: ela mesma a sexualidade.

De acordo com Sennett (1988) a erosão da uma vida pública, alterou as relações da vida íntima chegando até ao amor físico:

Nas últimas quatro gerações, o amor físico vem sendo redefinido, passando dos termos do erotismo para os termos da sexualidade. O erotismo vitoriano envolvia relacionamentos sociais, enquanto que a sexualidade envolve identidade pessoal. O erotismo significava que a expressão sexual transpirava por meio de ações. – de escolha, repressão, interação. A sexualidade não é

⁴Freud (1905) enuncia que “a criança traz consigo ao mundo germes da atividade sexual, e que já ao se alimentar goza de uma satisfação sexual., que então busca reiteradamente proporcionadamente através da atividade de ‘CHUCAR’. Todavia a atividade na criança não se desenvolve como as demais funções, mas sim após um breve período de florescência e latência. A excitação sexual da criança, é poliforma, provém de uma multiplicidade de fontes. Na infância a pulsão sexual é desprovida de objeto, é auto-erótica(p.219).

uma ação, mas um estado no qual o ato físico do amor decorre quase como uma consequência passiva, como um resultado natural do sentimento de intimidade entre duas pessoas (SENNETT, 1988, p. 19).

Ressalta-se que o amor físico vem sendo redefinido, passando dos termos do erotismo para os termos da sexualidade. O erotismo vitoriano envolvia relacionamentos sociais, enquanto que a sexualidade envolve identidade pessoal. O erotismo significava que a expressão sexual transpirava por meio de ações. – de escolha, repressão, interação. “A sexualidade não é uma ação, mas um estado no qual o ato físico do amor decorre quase como uma consequência passiva, como um resultado natural do sentimento de intimidade entre duas pessoas (SENNETT, 1988, p. 19). Tal hermenêutica da sexualidade, nasce em concomitância com o ideal de ‘indivíduo’, supostamente livre; das amarrações de condutas, do nascimento dos scripts sociais, onde fortalece-se prescrições e experiências específicas ligadas à conduta sexual conforme o gênero.

De acordo com Gagnon (2006), nas sociedades ocidentais, a conduta sexual e a conduta dos gêneros estão até certo ponto ligadas, ou seja, o que homens e mulheres fazem sexualmente costuma diferir. Essas diferenças de gênero são frequentemente tratadas como de ordem ontológica, em seus determinismos biológicos. Toma-se as diferenças na conduta sexual dos dois gêneros como tendo raízes biológicas similares. Há interpretações confusas entre o fenômeno da reprodução, das condutas de gênero e da conduta sexual. “Os padrões apropriados de conduta reprodutiva, sexual e de gênero são produto, todos eles, de culturas específicas, e todos podem ser vistos como exemplos de condutas socialmente roteirizadas”(GAGNON, 2006, p.64). A sociedade ocidental tem hoje um sistema de aprendizagem sexual e de gênero em que roteiros diferenciados conforme o gênero são aprendidos antes dos roteiros sexuais.

No entanto, pode-se supor que a aproximação de um ideal que ordena as sexualidades masculinas e femininas nunca é de fato completo, e que os corpos nunca obedecem totalmente ou exatamente às normas pelas quais sua materialização é fabricada. Os roteiros podem ser os mecanismos pelo quais as sexualidades masculinas e femininas são produzidas e naturalizadas, mas não eliminam a apropriação de diferentes vias de prazer. Por tal entendimento, o homem e a mulher, sujeitados por dispositivos sexuais e técnicas de saber, nem precede, nem estão aprisionados ao processo de criação dessas sexualidades. Essa tensão paradoxal permite compreender

que se a sexualidade é construída pela e por prescrições normativas, tal como questiona Foucault (1988), por isso mesmo, permite, que os sujeitos escapem à ordenação de tais dispositivos e vivenciem práticas sexuais e sexualidades que suplantem as prescrições.

Tal possibilidade é destacada por Gagnon (2006) ao enfatizar que a sexualidade não é uma função exemplar, muito menos um fenômeno universal que tenha práticas idênticas em todas as épocas históricas e espaços culturais. Significa considerar que os arranjos sociais e culturais em torno das sexualidades não podem explicar a noção de sexo ou o sexo pelo viés biológico/ anatômico (GAGNON, 2006). Implica na rejeição de constructos teóricos que sustentam a condição humana pela definição da luta inevitável entre as necessidades individuais e as proibições sociais, em contraposição as sexualidades marcadas pelo naturalismo que pretende definir as práticas sexuais de homens e mulheres. “Supõe-se que a vida sexual é tal como a vida social, em outras palavras, apresenta-se de formas distintas das realidades históricas, “ou difere de uma era histórica pra outra ou de uma cultura para outra” (GAGNON, 2006, p.215). Pode-se compreender que o significado de sexualidade para o contexto social e para os sujeitos homens e mulheres das culturas ocidentais resulta da maneira como tais sociedades lidam com o prazer, sendo a sexualidade uma das vias de interpretação do sexo para a consolidação do prazer. De tal maneira, que práticas sexuais e a noção de sexualidade devem ser entendidas como fenômenos imersos em sua práxis culturais, com sentidos e propósitos específicos em contextos cultural-históricos particulares. Cito Gagnon:

Seja qual for a semelhança na disposição dos sexos e de seus órgãos genitais, é patente que o sexo entre homens e mulheres, entre homens e homens e entre mulheres e mulheres não é o mesmo nas diferentes culturas, ou em diferentes momentos da história. Mais especificamente, nem a sexualidade entre homens e mulheres casados, nem a sexualidade de homens mais velhos com homens jovens “(GAGNON, 2006).

A sexualidade mostra-se como fenômeno imerso em cada cultura. Apresenta-se de maneira específica em consonância com os códigos morais e pessoas entrelaçados na convivência entre os sujeitos. No que concerne à realidade brasileira, Heilborn, (2004) salienta que a sexualidade no Brasil vem sendo compreendida como produto de diferentes cenários, e não apenas como derivada do funcionamento bio-psíquico dos sujeitos. A ênfase sobre cenários socioculturais alude à premissa de que, se há características distintas entre homens e mulheres no tocante à vida sexual e na interface desta com a esfera reprodutiva, elas devem-se a uma combinação de fenômenos que reverberam nos corpos como efeito de processos

complexos de socialização dos gêneros. A família é um dos cenários socioculturais fortemente relacionado as distinções entre homem e mulher. As prescrições ou regras de como se conduzir em sociedade; as obrigações entre pais e filhos, a divisão sexual de funções em casa e no espaço público; as condutas sexuais; os direitos, deveres e questões de autoridade familiar, tornaram-se objeto de mudanças que requer um constante manejo de negociações e conciliações.

O CENÁRIO BRASILEIRO-BAIANO, MARCA D'ÁGUA DESTA INVESTIGAÇÃO

No que concerne à realidade brasileira, Heilborn, (2004) salienta que a sexualidade no Brasil vem sendo compreendida como produto de diferentes cenários, e não apenas como derivada do funcionamento bio-psíquico dos sujeitos. A ênfase sobre cenários socioculturais alude à premissa de que, se há características distintas entre homens e mulheres no tocante à vida sexual e na interface desta com a esfera reprodutiva, elas devem-se a uma combinação de fenômenos que reverberam nos corpos como efeito de processos complexos de socialização dos gêneros. A família é um dos cenários socioculturais fortemente relacionado as distinções entre homem e mulher. As prescrições ou regras de como se conduzir em sociedade; as obrigações entre pais e filhos, a divisão sexual de funções em casa e no espaço público; as condutas sexuais; os direitos, deveres e questões de autoridade familiar, tornaram-se objeto de mudanças que requer um constante manejo de negociações e conciliações.

Pesquisas realizadas por Heilborn et al (2006) na cidade de Salvador- Bahia⁵, ressaltam que o papel da família, como lugar de troca de informação sobre as relações sexuais é pouco relevante: o papel da mãe não é tão preponderante, enquanto o pai é inexistente no que diz respeito às meninas, e pouco presente no que se refere aos meninos (HEILBORN, 2006, p.158). Há entre a família e a sexualidade fronteiras

⁵ Esta pesquisa é analisada no livro *O aprendizado da sexualidade (2006)*, que “ reúne os resultados de uma investigação sobre sexualidade e reprodução de jovens brasileiros entre 18 e 24 anos, numa perspectiva biográfica. Buscou-se explorar as formas pelas quais os comportamentos sexuais-afetivos e reprodutivos interagem com eventos referentes às esferas escolar, profissional e conjugais dos jovens, considerando as distinta condições de vida. A pesquisa foi realizada em três grandes capitais, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador.” (HEILBORN, 2006, pp.43/45).

enraizadas sob a ordenação de tabus. As pesquisas que tomam como objeto o tema sexualidade, via de regra, não abrangem os discursos ‘da família’, razão justificadora da presente investigação.

Nesse sentido, busca-se descrever o cotidiano, os relacionamentos e representações geracionais, identificando as similaridades e diferenças com o passar do tempo, no que evidencia o entrelace entre os contratos social e sexual. A presente investigação visa problematizar o sentido de indivíduo, sexualidade e famílias contemporâneas como produtos erigidos pelo entrelace entre o contrato social e o contrato sexual. Toma-se o contrato social naquilo que se pretende ressaltar sobre liberdade. Já o contrato sexual a ênfase recai sobre as relações privadas, sobre a ordem das intimidades nas relações familiares. A relação entre os contratos que estou interessada é sobre o impacto destes, sobre os sujeitos na forma como concebem sua sexualidade no esteio das relações familiares: as concepções sobre si mesmo, sobre família, sobre namoro, sobre sexualidade e como tais concepções evidenciam as formas de convivência e afetam as relações entre os sujeitos (pais, filhos); como constroem suas identidades pessoais tomando como referência os parâmetros entre o contrato social (público) e o contrato sexual (privado). Interessa-me conhecer e descrever as relações de convivência, a maneira como ocorre o “*puxar o outro para junto*” nas famílias. A ênfase é ressaltar que as relações entre os sujeitos, tem como base contratos, representante simbólico das normas de convivência que constituem o sentido de indivíduo, de constituição familiar e em recorte aprofundado o sentido de sexualidade. Promove-se um aprofundamento sobre o termo sexualidade e as diferentes formas de interpretação deste fenômeno: sexualidade como desejo, sexualidade como pulsão através de uma perspectiva psicanalítica (Freud, 1905, 1908, 1930), sexualidade como ação prática e comportamento (Gagon, 2006); corpo e sexualidade (Grosz, 1994); sexualidade e identidades. Procura-se conhecer uma outra vertente da noção de sexualidade pelo discurso das famílias (Foucault, 1988; Heilborn, 2004).

Com tal propósito, e em movimento que busca convergências e estabelecimento de pontos de tensionamento com o estado da arte arrolado, serão analisados os relatos de experiência de vida de 06 (seis) famílias, com participantes de 02 (duas) gerações (pais e filhos), residentes na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Tal pesquisa justifica-se no propósito de evidenciar que os estudos e análises sobre os impactos do emaranhamento dos contratos sobre os indivíduos e famílias não se concentram em questões abstratas e universais, mas tomam como eixo norteador questões particulares

que ocorrem em tipos específicos de situações (lastro argumentativo do pensamento crítico dos teóricos contemporâneos como Pateman e Mills, 2007; Therry, Irene (2010) em análises críticas sobre a teoria dos contratos. Foucault, M. (1988; 2002), Gagnon, John (2006), Bouzon, Michel & Heilborn, Maria Luiza Heilborn (2006) e Preciado, Beatriz (2002) acerca das questões sobre a sexualidade. Objetiva-se conhecer uma amostra dos sistemas familiares locais, as práticas e as experiências no contexto em que estão inseridas as tradições e os modos de vida dos participantes (FLICK, 2009; MELUCCI & COLOMBO, 2005; HAGUETTE, 1987).

As hipóteses propõem que:

- 1 - O entrelace entre o contrato sexual e contrato social possibilitou a constituição da noção de indivíduo em seus ideais de liberdade, fundamentada na assimetria de gênero, sendo o contrato sexual seu componente essencial e basilar.
2. O entrelace entre o contrato sexual e contrato social permite ressaltar que as relações entre homens e mulheres na família estão pautadas em estereótipos de gênero que determinam o modo como a sexualidade é nomeada e exercida, mas os sujeitos não agem estritamente sob o desígnio de estereótipos e padrões sociais. Os roteiros podem ser os mecanismos pelo quais as sexualidades masculinas e femininas são produzidas e naturalizadas na relação familiar, mas não eliminam a apropriação de diferentes vias de prazer. Por tal entendimento, o homem e a mulher, sujeitados por dispositivos sexuais e técnicas de saber, nem precede, nem estão aprisionados ao processo de criação de sua sexualidade. Essa tensão paradoxal permite compreender que se a sexualidade é construída pela e por prescrições normativas, tal como questiona Foucault (1988), por isso mesmo, permite, que os sujeitos escapem à ordenação de tais dispositivos e vivenciem práticas sexuais e sexualidade que suplantam as prescrições.

METODOLOGIA

Trata-se de uma investigação de tese doutoral que combina revisão de literatura com estudo qualitativo, em que os dados foram auferidos através dos relatos de experiências de vida, coletados a partir de entrevistas semi-estruturadas e abertas, em que se busca descrever o cotidiano, os relacionamentos e representações sobre indivíduo, contratos, sexualidade e famílias de grupos familiares constituído por 06 (seis) famílias e suas gerações (pais e filhos), residentes na cidade de Salvador, estado da Bahia com renda familiar de R\$ 3.500,00 para a 1ª geração (pais), nível

educacional com escolaridade superior completa pelo menos por uma geração participante. E idade de 15 a 35 anos para a 2ª geração (filhos). Como critérios de exclusão: indivíduos solteiros, indivíduos sem filhos. Os critérios de escolha dos participantes ancora-se nos objetivos da investigação deste doutoramento, fundamentalmente no que se refere aos “discursos da família” e aos elementos que estes podem revelar sobre as relações de convivência, similaridades e diferenças entre as gerações (HEILBORN, 2004).

As entrevistas serão delineadas pelo tema indivíduo, contrato (relatos sobre infância, juventude) e sexualidade (relatos sobre namoro, casamento, sexualidade, nascimento de filhos, relação com os filhos). As respostas das entrevistas indivíduo, contratos e sexualidade segundo o procedimento de análise de conteúdo de Bardin (1977). Esses agrupamentos permitem conhecer as igualdades e as diferenças observadas nas categorias obtidas em sua variação por gerações.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Através dos dados auferidos ser indivíduo é tido como “ser único” e está associado ao ideal de liberdade e autonomia. Os participantes relatam a crença na determinação do próprio destino. Ser indivíduo está vinculado aos sentimentos positivos, negativos ou emocionais, como se tal fosse um atributo da personalidade ou biografia pessoal. Mas, o significado de indivíduo está atrelado a existência de acordos e contratos – fundamentalmente ao contrato social (ELIAS, 1994).

De acordo com Elias (1994) o nascimento do indivíduo é advento da sociedade civil moderna. Mas, os ideais de liberdade e autonomia oitocentista atuam veementemente em tempos atuais como se pertencessem aos sujeitos humanos, desde os primórdios da humanidade. (ELIAS, 1994)⁶.

Ser indivíduo na contemporaneidade significa que todo ser humano é ou deve ser uma entidade autônoma e, ao mesmo tempo, de que cada ser humano é, em aspectos,

⁶ De acordo com Elias, o “substantivo indivíduo data de uma época relativamente recente. No latim medieval a palavra indivíduo era usada para se referir ao que era indivisível, referindo a qualquer espécie, não apenas a humana. Os ‘individua’, portanto, eram considerados indefinidos o vagos”. O uso do termo indivíduo ganha características humanas, durante a elevação do desenvolvimento social a um nível em que as pessoas, talvez em grupos específicos, sentiram uma necessidade mais intensa de se comunicar umas com as outras a respeito de suas singularidades – e, em termos mais gerais, a respeito da singularidade de cada pessoa, da qualidade especial de sua existência, compara a de todas as demais” (ELIAS, 1994, pp.131/132).

diferente de todos os demais (ELIAS, 1994). Significa, portanto, que as diferenças entre as pessoas sejam mais valorativas que as semelhanças:

É característica da estrutura das sociedades mais desenvolvidas da nossa época que as diferenças entre as pessoas, sua identidade-eu, sejam mais altamente valorizadas do que aquilo que elas têm em comum, sua identidade-nós. A primeira suplanta a segunda” (ELIAS, 1994, p. 130).

O ideal de indivíduo, como sujeitos livres prevalece como regente fundamental na ordenação das relações sociais. Nesse sentido, Elias (1994) ressalta que na contemporaneidade o que entende por indivíduo ainda depende da forma assumida pelo que as pessoas desejam ou temem. Ou seja, ser indivíduo esta vinculado aos sentimentos positivos, negativos ou emocionais, como se tal fosse um atributo da personalidade ou biografia pessoal. Mas, o significado de indivíduo esta atrelado a existência de acordos e contratos – fundamentalmente o contrato social. Nasce na sociedade civil moderna fundamentado na premissa que muitos indivíduos reuniram-se e fizeram acordos. Cito Elias:

No Ocidente, as pessoas não se reuniram, num determinado momento, como que vindas de uma situação desprovida de relações para, através de uma votação expressando a vontade da maioria, decidirem distribuir, de acordo com o esquema atual, funções como as de comerciante, diretor de fabrica e operário. Ao contrário, a votações e as eleições, as provas não sangrentas de força entre diferentes grupos funcionais, só se tornaram possíveis, enquanto instituições permanentes de controle social quando aliadas a uma estrutura muito específica de funções sociais (ELIAS, 1994, p.22).

Isso significa que ser indivíduo está relacionado às prescrições ou normas de conduzir-se em sociedade. Representa uma visão de mundo que estabelece regras e padrões morais que são reguladas pela noção de contratos, como se de fato, homens e mulheres selassem acordos em posição de equivalência e igualdade. Compreende-se, que a análise sociológica de Elias (1994) ressalta o significado de indivíduo essencialmente vinculado ao significado de sociedade e as características fundamentais que a constitui.

No que se refere à sexualidade, os participantes relatam que é sentido *no corpo*: como o sujeito se mostra e como o sujeito dá prazer e sente prazer. Envolve o sexo, mas não se constitui apenas pelo sexo:

“Acho que tem a ver com que você sente no seu corpo. Como você se permite em relação ao seu corpo, como você se mostra. Tem a ver com a maneira que você também se dá prazer e sente prazer. Envolve o sexo, mas não é só o sexo. Envolve tudo o que tem a ver com você, com agente mesmo. É a maneira que agente vive a coisa do prazer”.(G.40 anos).

Há uma relação com os sentimentos e com o próprio sujeito. A sexualidade pode ser expressada na maneira de andar, de vestir, no jeito que o sujeito fala no que diz, não há uma separação entre o que é o sujeito e a sua sexualidade. Não há um lugar determinado para expressar a sexualidade, embora o sexo como ação deva ter um lugar adequado. A ‘sexualidade prazerosa’ é mais que o ato de fazer sexo, é sentir bem, está na maneira que o sujeito cuida de si e de seu corpo *“Sexualidade prazerosa é se entregar mesmo, sem medo, curtir a pessoa e curtir você. Não é uma coisa muito fácil de dizer, envolve muitas coisas, mas é de viver... (A. 19 anos).*

Sennett (1988) destaca que a sexualidade é um estado expressivo, o sujeito se expressa, ele é o que expressa, ao invés de um ato. “Tudo quanto experimentamos toca necessariamente a nossa sexualidade, mas a sexualidade é. Nós a desvendamos, a descobrimos, chegamos a um acordo com ela, mas não a dominamos” (SENNETT, 1988).

Em *A história da Sexualidade* (1988) a hermenêutica foucaultiana questiona a constituição da categoria sexualidade em seus códigos morais compreendendo a sexualidade a partir das relações de poder que a conformam na sociedade civil moderna em cada contexto sócio econômico e cultural.

A história da sexualidade – a vontade de saber (1988) – é germinativa das Jóias indiscretas de Diderot (1700)⁷. O propósito foucaultiano é ressaltar a sexualidade como produto erigido nos primórdios do Século XIX, sendo utilizado em decorrência do desenvolvimento de diversos campos de saber a exemplo da psiquiatria,

⁷ As Jóias indiscretas é uma metáfora em forma de história, que tem como personagem central um Sultão. Este após um dia entediado, resolve procurar um genio a fim de lhe mostrar uma solução ou trazer-lhe coisas novas. Cucufá o gênio, encontra um anel de prata, quase perdido num bolso velho. Este anel tem o poder de revelar todos os segredos das mulheres, em que sua parte mais escondida do corpo, falaria, como se tal fosse uma boca. O sultão acha tão formidável a idéia e passa a usar o anel pelo seu reino. O sultão quer saber sobre todos os segredos que guardam as mulheres. Em analogia as jóias indiscretas, Foucault sugere que assim como o Sultão, a sociedade quer saber sobre todos os segredos, em questão fundamental dos segredos do sexo.

pedagogia e psicologia. Saberes que atuam como sultões a investigar e agir sobre a ação, práticas e comportamentos dos sujeitos, em suas intimidades. Com tal finalidade são instaurados um conjunto de regras e de normas, que já eram praticadas como condutas morais⁸ e outras novas que passam a orientar os comportamentos de ordem sexual. Nessa nova ordem apóiam-se instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas e fundamentalmente a família. O dispositivo da sexualidade quer estabelecer o domínio sobre formas de controle sobre os corpos (FOUCAULT, 1988,). Tem-se então um instrumento que visa penetrar nos modos de subjetivação do sujeito. Atingindo-os em seus elementos morais, nos códigos que determinam as suas condutas e na forma pela qual tais sujeitos aceitam negam ou ignoram os códigos. De maneira que para compreender sexualidade faz-se necessário a compreensão do significado de moral que está vinculado a um conjunto de regras, valores e normatizações impostas pela família, escola, igreja, estado⁹, mas também está vinculada com o comportamento real do indivíduo; a maneira pela qual estes se submetem às regras, obedecem ou resistem a uma interdição, respeitam ou negligenciam um conjunto de valores.

Para ser dita moral uma ação não deve se reduzir a um ato ou a uma serie de atos conforme uma regra, lei ou valor, implica também um certa relação em si, essa relação não é simplesmente consciência de si, mas constituição de si enquanto sujeito moral, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo. Parte que constitui o objeto da prática moral, estabelece para si um determinado modo de ser, que valerá como realização moral de si mesmo (FOUCAULT, 1988). Assim, não existe conduta moral particular que não se refira à unidade de uma conduta mora social; nem conduta moral que não implique a constituição de si mesmo como sujeito moral; nem tampouco constituição do sujeito moral sem modos de subjetivação, ou seja, sem a mediação social e as praticas de si que as apõem. A ação moral é indissociável dessas formas de atividades sobre si. Foucault destaca:

Toda moral comporta os códigos de comportamento e os da formas de subjetivação. A subjetivação se efetua no essencial de uma forma quase jurídica em que o sujeito moral se refere a uma lei ou

⁸ A proibição da cúpula no período menstrual da mulher , etc

⁹ A moral sexual do Cristianismo consiste na proibição do incesto (heterossexualidade compulsória), dominação masculina, sujeição da mulher; o valor do próprio ato sexual associado ao pecado e a morte. O alto valor moral espiritual é atribuído a abstinência rigorosa, a castidade permanente e a virgindade (FOUCAULT, 1988).

conjunto de leis as quais ele deve se submeter sob pena de incorrer em falas que o expõem ao castigo (Foucault, 1988, p.29).

Aqui, tem-se o paradigma da liberdade controlada. O modo de subjetivação do sujeito está vinculado aos elementos morais, aos códigos que determinam as suas condutas e a forma pela qual tais sujeitos aceitam negam ou ignoram os códigos. Porém na sociedade moderna os códigos não podem ser caracterizados como uma moral de código, no sentido prescritivo ou jurídico, que vigia em uma moral cristã. Foucault (1988) observa que, nas sociedades modernas, “a relação do prazer com a verdade (*scientia sexualis*) orienta a subjetivação em torno de uma forma de poder-saber que instaura procedimentos voltados para que o indivíduo diga a verdade sobre o sexo” (Foucault, 1988, p.57). O modo de subjetivação moderno, portanto, pode ser compreendido como práticas de si reguladas por um dispositivo disciplinar, onde emerge a noção de sexualidade como constitutiva da subjetivação moderna. Nesse sentido, a sexualidade, como modo de subjetivação, articula-se com a questão da relação entre o corpo-prazer e a verdade sobre o sexo e a sexualidade: “o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar libertar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, mas nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga” (FOUCAULT, 1995, p.239). Por tal assertiva a crítica foucaultiana opõe-se em tratar as formas hegemônicas dos códigos morais como verdades absolutas que devam ser seguidas pelos indivíduos, em contraposição busca identificar as formas que regulam as condutas e negam as práticas de liberdade. Porém em que medida os padrões que determinam as condutas dos indivíduos na sociedade civil moderna se fazem pertinentes nas famílias contemporâneas

“Se é verdade que a “sexualidade” é o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa, deve-se reconhecer que esse dispositivo não funciona simetricamente lá e cá, e não produz, portanto, os mesmos efeitos”. (FOUCAULT, 1988, p. 139).E ainda, os corpos dos homens e mulheres são instrumentos que só se fazem representar por via de sexualidades prescritas? Ou, se a sexualidade é um aparato social regulador das práticas sexuais e condutas dos sujeitos, via dispositivos de controle, estes estão marcados por uma ordem sexual determinística,

tal qual a natureza está para os sexos, assim como os gêneros para a cultura? Estão a família e os sujeitos que a constituem aprisionados em seus códigos morais?

Num exercício reflexivo de concordância em que se toma a sexualidade como um constructo forjado nas relações sociais e práticas interpessoais dos sujeitos homem e mulher, pode-se admitir que tal sexualidade estrutura-se por um devir de prescrições normativas, embora não repressivas, mas sob a ordenação de interdições e permissões. E, que portanto, não pode ser interpretada como um desígnio, pode ser desarticulada por ações que transgridem tal ordem. Nesse sentido pode-se considerar, sexos e sexualidades em suas diferentes manifestações.

No entanto, muito embora a “civilização” possa remeter aos ideais de liberdade e a possibilidade de tornar-se indivíduo, isso não se dá sem o custo de imposições, padrões de conduta e normas morais. O crivo foucaultiano ressalta que na sociedade moderna, os acordos que estabelecem as proibições e prescrições passam a funcionar concomitantes com um novo dispositivo: o controle da sexualidade. Tal dispositivo torna-se o regente das ações dos indivíduos e são utilizados para estabelecer fronteiras entre o permitido e o proibido, entre o saber e o fazer (FOUCAULT, 1988). Por tal perspectiva na trajetória ocidental, a sexualidade passou a significar uma dimensão do indivíduo, ou seja, constituído por um ideal de liberdade que já nasce comprometido com dispositivos de controle, condição fundamental para a definição de sujeito pela lente foucaultiana. A partir da modernidade, cria-se um conjunto de discursos sobre o sexo, codificados em termos do caráter do desejo sexual, definido pelas noções de masculinidade e feminilidade. Nesse sentido a sociedade moderna indica ser tributária do entrelace entre o contrato sexual e o contrato social, favorecendo a criação de um ideal de masculinidade e feminilidade que indica sobreviver aos tempos contemporâneos. Foucault (1988) ressalta que o termo sexualidade surgiu no início do Século XIX, sendo utilizado em decorrência do desenvolvimento de diversos campos do conhecimento como a psiquiatria, a pedagogia; pela instauração de um conjunto de regras e de normas, “em que se apóiam instituições religiosas, judiciárias; como também pelas mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor a sua conduta, seus deveres, seus prazeres, sentimentos, sensações, sonhos” (FOUCAULT, 1988, p.09). Isso significa que os indivíduos são levados a reconhecerem-se como sujeitos de uma sexualidade que abre campos de conhecimento

bastante diversos. A sexualidade, como modo de subjetivação, articula-se na relação do corpo com o prazer.

Nos relatos dos participantes à busca do prazer e da satisfação vincula-se a história pessoal de cada sujeito, em suas referências individuais e sociais. Significa que a sexualidade não se encerra no prazer associado ao um lugar fixado no corpo, mas a toda uma série de excitações e de ações que se apresentam para os sujeitos em suas referências parentais e práxis sociais.

Pode-se compreender que o significado de sexualidade para o contexto social e para os participantes, resulta da maneira como as gerações vêm sofrendo mudanças num processo de transmissão e adaptação de novos valores e crenças. A sexualidade vem sendo compreendida como uma das vias de interpretação do sexo para a consolidação do prazer (GAGNON, 2006). A sexualidade mostra-se como fenômeno imerso em cada cultura. Apresenta-se de maneira específica em consonância com os códigos morais e pessoais ancorados no entrelace entre os contratos na convivência entre os sujeitos

REFERÊNCIAS

BOZON, Michel. **Sexualidade e Conjugalidade. A redefinição das relações de gênero na França contemporânea.** Cadernos pagu (20) 2003: pp.131-156.

BUTLER, Judith: **Problemas de Gênero.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2008.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora, 1994.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**, 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984.

_____. **O Sujeito e o Poder**, In: H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREUD, S (1930) **O mal-estar na civilização.** *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.* Rio de Janeiro: Imago, 1996. Volume XXI.

_____(1905) **Os Três Ensaio da Sexualidade** (1905). Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Volume VII, Rio de Janeiro: Imago Editora,1996.

GROSZ, Elizabeth. **Volatile Bodies**. Toward a corporeal feminism. Bloomington e Indianapolis, Indiana University Press, 1994. Capítulo I, pp.3-24.

GAGNON, John H. **Uma Interpretação do Desejo. Ensaio sobre o Estudo da Sexualidade**. Garamond, Rio de Janeiro, 2006

HAGUETTE, T. **Metodologias Qualitativas em Sociologia**. Petrópolis, Vozes, 1987.

HEILBORN, Maria Luiza.(org.). **Família e sexualidade**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2004.

HEILBORN et al. O aprendizado da sexualidade, Rio de Janeiro, Garamond,2006.

HOBBS. T. 1974. **Leviatã**. In : *Os Pensadores*. São Paulo: Abril.

MACHADO , Maria das D. C. e LINS DE BARROS, Myriam. **De Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro**. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(2): 369-393, maio-agosto/2009.

PATEMAN, C. **O contrato Sexual**,São Paulo, Editora Paz e Terra, 1993.

PATEMAN, C & MILLS, C. **Contract & Domination**, Malden, USA, Cambridge,Polity Press, 2007.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. Barcelona. Anagrama. 2002.

ROUSSEAU, J. Jacques. **Do contrato Social**.(1757).São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SENNET, Ricardo. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SINGLY, François. **Sociologia da Família Contemporânea**, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2007.

THERRY, Irène. **La Distinction de sexe, une nouvelle approche de l'égalité**, Odile Jacob, 2010.

TOURRAINE, Alain. "**Crítica da modernidade**", Petrópolis, Editora Vozes, 2001

JULIE ENGELL-GÜNTHER: UM PERFIL FEMINISTA ENTRE A EUROPA E O BRASIL DO SÉCULO 19

Izabela Liz Schlindwein, doutoranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pesquisadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS). E-mail: izabela.liz@posgrad.ufsc.br.

Miriam Pillar Grossi, professora associada do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1989, atua nos Programas de Pós-graduação em Antropologia Social e Interdisciplinar em Ciências Humanas e no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: miriamgrossi@gmail.com.

Resumo

Busco neste artigo propor momentos de reflexão sobre os contextos sociais vividos por uma jornalista alemã do século 19 – acontecimentos e convicções que ajudaram na construção de epistemologias feministas em percursos entre a Europa e o Brasil. Durante toda a vida, Julie Engell-Günther (1819-1910), revolucionária de 1848, esteve ligada à rede de livres pensadoras na Europa, decidindo migrar no outono deste mesmo ano com um desiludido grupo de professores, pesquisadores, naturalistas, artistas plásticos e músicos de Berlim. Depois de passar pela Austrália, Engell-Günther viaja ao Brasil, vivendo e inscrevendo os processos sociais e de imigração na imprensa alemã. O texto aqui apresentado é composto pelos primeiros olhares que ajudarão na qualificação da tese do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas – ênfase em Gênero – da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Palavras-chaves

Epistemologias feministas – século 19 – Europa/Brasil

Introdução

Este artigo apresenta as lutas pelos direitos da mulher no século 19 pela voz de uma jornalista livre pensadora alemã que passou pelo Brasil e escreveu sobre a própria experiência nos dois países. Mais do que isso, este texto ainda procura relacionar esses eventos com as conquistas dos muitos feminismos e as construções de epistemologias dos movimentos.

Ciente de que os pensamentos feministas são fruto da expressão de ideias e que estão relacionados a teorias e práticas políticas, não é possível neste texto dar conta das inúmeras paisagens que se apresentaram ao longo dos anos, até a constituição atual – embora muitas manifestações ainda persistam.

Os contextos sociais vividos por Julie Engell-Günther (1819-1910), por exemplo, estão ligados à Revolução de 1848¹ e à rede de livres pensadoras² na Europa. São preocupações o lugar da mulher nas políticas de imigração e como esta presença esteve apagada nos meios de divulgação do conhecimento – por muitas vezes, os textos desta jornalista não eram bem recebidos pelos editores europeus³.

É pela perspectiva da interdisciplinaridade que esta pesquisa se desenvolve enquanto mais escritos de Julie Engell-Günther são traduzidos por Elke Dislich⁴, que trabalha neste momento com os dois livros da autora: “Noites de Natal no Brasil”⁵, publicado em

¹ A época era marcada pelo abalo à monarquia e luta pelo fim de regimes autocráticos. Enquanto a classe média estava comprometida com princípios liberais, os trabalhadores buscavam melhores condições de trabalho e de vida.

² Os livres pensadores estavam ligados à ideologia do espírito livre, defendendo a igualdade, tolerância, não-violência e independência religiosa.

³ Na dissertação de mestrado, a presente autora analisou o primeiro texto sobre Joinville-SC publicado em jornal alemão pela jornalista Julie Engell-Günther em 3 de maio de 1851. O artigo era voltado para alemães interessados em emigrar. Julie chegou às terras da futura Joinville vestida como um “pobre homem” – já que mulheres não poderiam viajar sem suas famílias. Por ter vindo em companhia do diretor da Colonizadora de Hamburgo, Hermann Günther, foi descrita pela historiografia como “amásia” deste agrimensor e acusada de ter feito uma propaganda enganosa para os imigrantes – o que não se confirmou na análise do artigo.

⁴ Elke Dislich é tradutora e mestranda em letras/alemão da Universidade de São Paulo (USP).

⁵ Este livro trata de histórias de brasileiras e portuguesas, indígenas, negras, imigrantes, animais, paisagens, micro histórias pitorescas do cotidiano, fábulas...

1862; e 18 cartas trocadas com Karl Kautsky⁶ (1854-1938), enviadas pelo Museu de Amsterdam ao Brasil. O conteúdo será material de análise para a escrita de uma tese no doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Memórias registradas em cartas, dados sociológicos, historiografias e noções pós-coloniais do gênero ajudam a compreender a construção dessas epistemologias feministas que são interesse da tese.

Na primeira carta enviada por Julie Engell-Günther a Karl Kautsky, na época um editor do semanário socialista “Die Neue Zeit” saindo de lua de mel, a articulista se mostra satisfeita por encontrar em Kautsky um editor aberto a ideias de uma mulher. Era assim que Engell-Günther, ou Frau Gê, como era conhecida entre suas alunas de francês no Brasil, conseguia refletir sobre sua experiência com o ensino de meninas em diferentes países.

Nesta mesma carta, a autora percorre outros assuntos, como casamento e direitos das mulheres – pontos de vistas também analisados hoje pela pesquisadora da área do Direito da Universidade de Hamburgo Tanja-Carina Riedel. No conteúdo, Engell-Günther relata que, na Inglaterra, havia sido concedida às mulheres a propriedade irrestrita também no casamento.

Permita-me dizer que é devido a essa enorme tolice de afirmar-se para as meninas que é somente o casamento sua única profissão, que decorre uma imensa desgraça. – A prostituição que aumenta de forma desenfreada finalmente conseguiu chamar a atenção também das classes mais elevadas; porém – também lá “não se enxerga a floresta pelo excesso de árvores”!* Enquanto o casamento for considerado uma instituição provedora, não se poderá falar de virtude e de pureza. Por outro lado, porque uma mulher deveria trabalhar e receber salário, se ela será somente alvo de zombaria e escárnio, como acontece frequentemente? (ENGELL-GÜNTHER, carta de 19 de janeiro de 1883, p. 2)

Ao falar sobre si, já na segunda correspondência, Engell-Günther coloca que é uma *self made woman* como poucas. Na infância, não tinha frequentado a escola. Como a mais velha de 11 irmãos, tinha de ensiná-los o que sabia e trabalhar como professora em casas de família. Essas mesmas convicções empurraram-na à rede de livres pensadoras e

⁶ O político alemão que viveu entre 1854 e 1938 foi um dos fundadores da ideologia social-democrata, tendo editado o quarto volume de "O Capital", de Karl Marx, e as Teorias de Mais-Valia, avaliação crítica de Marx a teorias econômicas.

ao título de autora do maior número de trabalhos publicados no jornal “Freidenker” (periódico dos livres pensadores), de Milwaukee/Wisconsin, nos Estados Unidos.

Após a passagem pelo Brasil, na década de 1850, Engell-Günther vivia sozinha. É quando perde o filho mais velho Arthur (1859-1881), na Inglaterra, onde terminava seus estudos, que o marido Hermann obriga-a a se divorciar para que possa casar-se com uma mulher 40 anos mais jovem. Mesmo sem direitos financeiros garantidos depois do divórcio, Engell-Günther luta para dar estudo do filho mais novo Reinhold, fazendo bordados para vender e administrando com dificuldade metade dos negócios do marido, um comércio de pólvora e munições.

Mas muito antes disso, as subjetividades da jornalista já eram forjadas nas discussões da Revolução de 1848, quando, ao lado de nomes como Louise Otto-Peters – considerada uma das primeiras feministas alemãs –, participou do Manifesto pela Liberdade. O envolvimento de Engell-Günther com os protestos vinha também do contato com Wilhelm Loewe (1814- 1886), o liberal médico e político alemão, seu cunhado e com quem rompeu por ter aderido à monarquia mais tarde.

Importante aqui é entender os motivos da desilusão do grupo de pensadores de Engell-Günther e a decisão por migrar justamente em 1848. O fato de ter participado do movimento fez com que fosse chamada de heroína das barricadas por Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, capitão prussiano e membro da Sociedade Hamburguesa.

O engenheiro-geógrafo escreveu em 1853 o livro “Die Colonie Dona Francisca”, no qual Engell-Günther era descrita como a amásia do agrimensor Hermann Günther, que teria chegado às terras onde seria instalada a Colônia Dona Francisca – Joinville/SC – como uma aventureira disfarçada de “pobre criado”, por estar viajando desacompanhada da família.

Para Rodowicz, a jornalista construiu uma propaganda enganosa da Colônia para estimular novas levas colonizatórias – o que não se confirmou na análise do primeiro texto sobre Joinville-SC escrito por Engell-Günther no “Leipziger illustrierte Zeitung”, objeto de análise da dissertação do mestrado em patrimônio cultural e sociedade defendida pela presente autora na Universidade da Região de Joinville (Univille).

O fato é que os regimes autocráticos fizeram eclodir em 1848, tempo da migração de Engell-Günther, uma série de revoluções na Europa. Crises econômicas e a falta de

representação política das classes médias e do nacionalismo abalaram as monarquias e suas tentativas de reformas políticas e econômicas.

A Primavera dos Povos, como foi chamada a cadeia de reivindicações, é considerada por historiadores como a primeira revolução potencialmente global. Em Berlim, os acontecimentos se repetiam, os preços dos alimentos subiam porque a safra tinha sido ruim. A população exigia de Frederico Guilherme IV o apoio ao liberalismo e a convocação de uma assembleia eleita pelo sufrágio universal. Em algumas semanas, as manifestações e os comícios tornaram-se diários, quando os liberais exigiam uma Constituição. Surgiram barricadas por toda a cidade, pequeno-burgueses e operários lutavam contra as tropas reais burgueses.

Ao fim de 1848, a Assembleia Nacional de Frankfurt é dissolvida pela Prússia, o sufrágio universal é eliminado e os privilégios da nobreza recuperados. O sonho da unificação estava fracassado. Os radicais continuaram a lutar, mas foram impedidos pelo exército prussiano. A burguesia liberal alemã sentia-se frustrada. No fim das contas, a unificação começa a se concretizar pela Prússia e não pelo caminho das revoluções.

Influências literárias e políticas na vida de Julie Engell-Günther

Os feminismos são demarcados a partir do século 18. Algumas autoras defendem que esta fase, chamada de primeira onda, terminou depois da Segunda Guerra Mundial, quando homens morrem em combate, as mulheres assumem a casa e as gerações mais novas ajudam no lar ou entram no mercado de trabalho porque as mães já são consideradas velhas para conseguir emprego.

Autoras como Lúcia Amâncio (1992) escrevem que tanto a Revolução Francesa quanto a Revolução Industrial foram marcos para os feminismos. A Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã, em contraposição ao documento dos direitos humanos, é outro passo importante, quando as mulheres reagem à subordinação dos pais e maridos, pregando o direito à justiça e à propriedade.

A Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã foi escrita em 1791, durante a Revolução Francesa (1789-1799), por Olympe de Gouges, que acabou

guilhotinada em 1793, condenada como contra-revolucionária e considerada mulher desnaturada.

No artigo primeiro, coloca que “a mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum”. No segundo parágrafo, destaca: “O objeto de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão”.

O texto também enfatizava que ninguém deveria ser molestado por suas opiniões, mesmo de princípio. “A mulher tem o direito de subir no patíbulo, deve ter também o de subir ao pódio desde que as suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida pela lei”. Sobre a paternidade, reitera que toda cidadã deve dizer livremente: “Sou mãe de um filho seu”, sem que seja preciso esconder esta informação ou ser vítima de preconceito e violência.

Durante a Revolução de 1848, além da feminista Louise Otto-Petters e de Wilhelm Loewe, membro do partido de extrema democracia, outros personagens cruzam a história de Engell-Günther; como Ricarda Huch (1864-1947), uma das primeiras mulheres alemãs a receber o título de doutora e chamada por Thomas Mann de “primeira mulher da Alemanha”; Fanny Lewald (1811-1889), autora de ensaios sobre os direitos das mulheres; e Bettina Von Arnim (1785-1859), também escritora alemã da área.

Em 1883, aos 64 anos, Engell-Günther deixa a Alemanha do seu tão odiado Bismarck⁷ para dar aulas em um colégio internacional para meninos em Zurique, na Suíça, onde escreve para jornais e revistas na Alemanha, Áustria, Suíça e Estados Unidos.

Pelas correspondências, é possível perceber que ainda influenciaram o pensamento de Engell-Günther leituras como ensaios da britânica que escreveu sobre os direitos das mulheres Mary Wollstonecraft (1759-1797). Assim como outros autores e autoras da Europa, como a iluminista Madame de Staël (1766-1817, de “Delphine” e “Corinna”); o

⁷ Conhecido com Napoleão da Alemanha, Otto von Bismarck lançou as bases do Segundo Império, ou 2º Reich (1871-1918).

socialista Saint-Simon (1760-1825); George Sand, pseudônimo da feminista Amandine Aurore Lucile Dupin (1804-1876); o pensador liberal Stuart Mill (1806-1873); o crítico dinamarquês Georg-Brandes (1842-1927), o escritor Alexandre Dumas Filho (1824-1895) e o jornalista e político Èmile de Girardin (1806-1881). Sobre este último, ela destaca a obra sobre “filhos ilegítimos”, livro que gostaria de traduzir do francês para o alemão.

Ao mesmo tempo, Engell-Günther critica em carta “A história das mulheres”, de G. Jung, que diz “iluminar de forma mal-humorada a forma indigna e injusta, com a qual a mulher sempre foi tratada”. No momento em que se correspondia com Kautsky, ela conta que estava lendo o livro de August Bebel (1840-1913). “A mulher” trata da emancipação da mulher no socialismo.

São nessas lutas políticas que acabam nascendo linguagens feministas, epistemologias que ajudam a construir o conhecimento científico. Assim, torna-se importante descobrir como a historiografia tem sido incluída nos deslocamentos teóricos construídos pelos feminismos e vice-versa. Neste processo, devem estar previstas também as visões de autoras que nos fazem acreditar na morte do feminismo para o surgimento de outros. São elas Butler (1990), Haraway (1995) e Spivak (1994).

Como era ser livre pensadora no século 19

Grande parte do movimento de livres pensadores apoiava os ideais liberais, como a igualdade racial, social e sexual, a abolição da escravatura e o fim da tirania política. Os imigrantes alemães levaram o movimento a Wisconsin, nos Estados Unidos, em 1850. Nesta época, os chamados *forty-eighthers* fugiam dos regimes autocráticos alemães depois das revoltas que fracassaram em 1848, como Julie Engell-Günther.

O movimento organizava conferências, debates, concertos, danças e outros eventos sociais. Além disso, os livres pensadores publicavam artigos em seus próprios jornais, que circularam de 1855 a 1880, como o “Freidenker”, periódico onde Engell-Günther

era dona do maior número de trabalhos publicados por não encontrar abertura na imprensa europeia.

As posições extremistas contra a religião e as divergências internas levaram os ideais ao enfraquecimento. No início do século 20, a maioria dos grupos já havia se dissolvido.

Com o aniversário dos 150 anos da Revolução de 1848, lembrado em 1998, os Estados Unidos refletiram sobre a influência dos *48ers* na vida social, cultural e política do país. O historiador da imigração Carl Wittke (1892-1971) lembrou de que os livres pensadores assumiram posições na vida política, econômica, cultural e da educação do século 20, na perspectiva dos ideais da tradição liberal de Immanuel Kant; Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), um dos criadores do idealismo alemão; e Johann Friedrich von Schiller (1759-1805), representante do romantismo alemão conhecido pelas cartas trocadas com Goethe. Nas universidades, contribuíram para as pesquisas, trabalhando também nos serviços públicos e atuando na mídia.

Na Alemanha, os livres pensadores ainda hoje dizem defender os interesses materiais e de maternidade das mulheres, pensando que merecem realizar-se como esposa e mãe em plena igualdade e aceitação, sem perda financeira ou outra desvantagem. Igualmente, voltam-se para as questões de opressão na velhice e de exploração das mulheres, considerando os efeitos de sua eliminação quase completa da história. Da mesma forma, o texto do movimento diz procurar evitar fraudes científicas, culturais e sociais, sendo a favor da descriminalização do aborto.

A associação dos livres pensadores na Alemanha, chamada de Deutschen Freidenker Verband (DFV) reúne hoje sua comunidade em encontros, guiados pelos ideais de Karl Marx. Em <http://www.freidenker.org/cms/dfv/> ou edição impressa, eles expressam opiniões sobre as situações políticas da Líbia, Síria e Irã, assumindo posições antiguerra e de solidariedade internacional.

Esta associação existe desde 1991, com sede em Dortmund, denominando-se como uma comunidade ideológica baseada na experiência histórica de lutas pela liberdade. Seus membros se manifestam contra a violência abusiva de autoridade nas esferas religiosa e política e o privilégio de capital.

Mas depois da unificação alemã, novas perguntas passaram a ser feitas, como as relacionadas à sobrevivência da espécie humana no planeta, cultura política democrática e convivência entre diferentes. Problemas que são pensados também pela rede de livres pensadores no Brasil – grupos que mantêm sites: <http://www.livrespensadorespb.org/>, <http://livrespensadores.ning.com/>, <http://www.livrespensadores.com.br/>; promovem fóruns e publicam textos em revista sobre assuntos como ateísmo, ciência, filosofia, meio ambiente e contextos políticos e econômicos brasileiros. Muitos deles são jovens, professores e estudantes – alguns também ligados à maçonaria – que expressam suas ideias nas redes sociais, opinando sobre fatos recentes.

Este ano, a associação alemã organizou uma conferência internacional em memória a Rosa Luxemburgo, em Berlim. O público do encontro foi formado por representantes da América Latina, países árabes e europeus. De acordo com a organização, cerca de dois mil participantes discutiram sobre as contribuições de Rosa Luxemburgo para a esquerda na teoria e política, a história e a presença de movimentos anti-imperialistas e perspectivas de mudança social.

Ainda não foram encontradas provas concretas de que Julie Engell-Günther teve contato com Rosa Luxemburgo, mas como eram contemporâneas e compartilhavam do mesmo sentimento ideológico, devem ter trocado influências e inspirações. Até mesmo porque Rosa foi uma revolucionária polonesa que esteve no centro do debate da social democracia alemã em 1900, quando escreveu “Reforma ou Revolução?”.

Na obra – uma crítica ao revisionismo da teoria escrita por Marx feita por Eduard Bernstein – Rosa explica que “A teoria dele tende a nos aconselhar a renunciar à transformação social, a meta final da social-democracia e, inversamente, fazer das reformas sociais, os meios da luta de classes, seu objetivo”. Para ela, reformas ininterruptas do capitalismo se refletiria no apoio permanente à burguesia, afastando-se da possibilidade de construção de uma sociedade socialista.

Rosa desejava que os revisionistas fossem expulsos do partido, o que não ocorreu, mas Karl Kautsky manteve a teoria marxista no programa do partido. Logo depois da edição deste livro, em 1904, Rosa ficou presa por quase dois meses, acusada de insultar o imperador Guilherme II em discurso público.

Durante a Revolução Russa de 1905, Rosa defendeu a teoria marxista, apoiando os Bolcheviques. Ela também defendia a greve como forma de lutar, pensamento que a manteve em oposição a August Bebel e Kautsky, no Partido Social Democrata da Alemanha. Logo depois, romperia com Kautsky por ele não apoiar sua campanha a favor do fim da monarquia e criação de uma República.

Em 1919, Rosa Luxemburgo e os outros dois líderes do partido comunista da Alemanha foram executados. O jipe militar onde era levada virou. Ela foi baleada e jogada semi-morta nas águas geladas de janeiro do Landwerkanal. O corpo só foi encontrado seis meses depois, mas seus assassinos jamais foram condenados.

Só em 1999 que uma investigação do governo alemão concluiu que as tropas haviam recebido ordens e dinheiro dos governantes social-democratas para matar Rosa. O corpo dela, enterrado em Berlim, é visitado todos os anos por socialistas e comunistas que se reúnem no local na segunda segunda-feira de janeiro para homenageá-la.

Em um contexto mais amplo, é importante situar, ainda, o pensamento iluminista no qual livres pensadoras como Julie Engell-Günther permaneciam imersas, mesmo no século 19. O Iluminismo, movimento cultural da elite de intelectuais do século 18 que passou longe das realidades vividas no Brasil, tinha como crença o uso da razão para reformar a sociedade e o conhecimento, em contextos de dogmatismos da Igreja e abusos do Estado e eminência da Revolução Francesa. Lembrando que o Iluminismo é uma criação protestante, e que é nesta fase que Immanuel Kant rompe com o movimento medieval.⁸

Kant procura a diferença entre o hoje e o ontem, acreditando que as formas de interpretação de verdades correspondem a formas de interpretações históricas. Isto porque é no Iluminismo que surge a necessidade de uma memória, quando são criados os museus como espaço de exposição de dominação entre os povos. Neste sentido, a aposta do Iluminismo é:

- No paradoxo das relações de capacidade e poder: como desvincular o crescimento das capacidades e a intensificação das relações de poder?

⁸ Mais tarde, o romantismo vai retomar o medieval com as histórias dos cavaleiros e das damas, diferentemente do Iluminismo, que só enxergava o futuro.

- Homogeneidade: o que fazemos e de que forma fazemos, enquanto conjuntos práticos. A homogeneidade das análises histórico-críticas é assegurada com sua versão tecnológica e estratégica.
- Sistematização: possui três grandes domínios: com as coisas (eixo do saber), sobre os outros (eixo do poder) e sobre si (eixo da ética).
- Generalidade: forma de analisar de maneira historicamente singular as questões de abrangência geral.

Considerações finais

Depois de descritos os contextos sociais vividos pela jornalista Julie Engell-Günther, são preocupações as influências destes meios na construção de epistemologias feministas, ciência na qual o sujeito do conhecimento deve ser considerado como efeito das determinações culturais, inserido em um campo complexo de relações sociais, sexuais e étnicas. É com a intensificação de estudos como os feministas que o conhecimento deixa de ser fruto da neutralidade herdada do positivismo para considerar a dimensão subjetiva.

Em um contexto mais atual, as assimetrias de poder que colocam as mulheres em desvantagens vêm sendo analisadas ao longo dos anos a partir de categorias articuladas. Abordagens atuais, como as que atuam com as interseccionalidades, oferecem alternativas de compreensão.

Nos ambientes migratórios, como o vivido por Julie Engell-Günther, estão relacionadas categorias como gênero, sexualidade, raça e etnicidade/nacionalidade. Se, por um lado, as categorizações podem limitar, também abrem possibilidades para a agência (BRAH, 2006).

Neste caso, as categorias oferecem ferramentas de análise para o entendimento das diferenças. Diferenças e poder são utilizadas por muitos campos do conhecimento, divergindo de acordo com as agências que são dadas aos sujeitos, ou seja, com as possibilidades de ação que são mediadas de forma cultural e social.

Para a autora Lia Zanotta Machado (1992), as tendências atuais das pesquisas feministas são os estudos de gênero. “Julia Kristeva entendia que a produção feminina e acadêmica sobre sexo/gênero tendia a deixar correr paralelas ou misturadamente três gerações: isto é, a do igualitarismo, a da especificidade e/ou diferença radical e a da multiplicidade de diferenças e alteridades”.

A partir destas questões surgem muitas outras perguntas: “qual é o modo feminista de pensar? Seria preciso encontrar o próprio assunto, o próprio sistema, a própria teoria, a própria voz”, diz Showalter (1994). Já para Helen Longino (1990), o pensamento feminista trouxe a subjetividade como forma de conhecimento. Uma nova relação entre teoria e prática e um tipo de conhecimento situado.

Na reconstrução destes percursos, como entender as contribuições do passado feminista sem considerar as desestabilizações e as rupturas da entrada desses temas em campos epistemológicos masculinos? “Para quê necessitamos de uma nova ordem explicativa do mundo?”, pergunta Sandra Harding (1996), ao lado de muitas outras feministas. Ela questiona se não estaríamos correndo o risco de repor o tipo de relação poder-saber que tanto criticamos: “Como o feminismo pode redefinir a relação entre saber e poder se ele está criando uma nova epistemologia, mais um conjunto de regras para controlar o pensamento?”

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Lígia. **As assimetrias nas representações de gênero. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).** Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES). Revista Crítica de Ciências Sociais, fevereiro de 1992.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação.** Cad. Pagu, Jun. 2006, no.26, p.329-376. ISSN 0104-8333.

BUTLER, Judith (1990). **Gender Trouble: feminism and the subversion of identity.** New York: Routledge.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial** (1995). In: Cadernos Pagu (7-41).

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo.** Tradução de Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata, S.L., 1996.

HÉRITIER, Françoise. Valencia Diferencial dos Sexos (La Valence differentielle des sexes). In: **Masculin, Feminin.** Paris: Odile Jacob, 1996, pp 15 a 29.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789-1848.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009. 25a. edição.

LONGINO, Helen. **The fate of knowledge.** New Haven: Princeton University Press, 2001.

LONGINO, Helen. **Science as social knowledge. Values and Objectivity in Social Inquiry.** New Haven: Princeton University Press, 1990.

LONGINO, Helen. **Can there be a feminist science?** New Haven: Princeton Univ. Press, 1986.

MACHADO ZANOTTA, Lia. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 24-38.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? IN: ROSALDO, Michelle Z; LAMPHERE, Louise (Orgs.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979, p. 95-120.

Primeira minuta para um novo Código Civil de 1888 e sua repercussão no Movimento Feminino Burguês. Capítulo 21, 1889: Dr. Löwenfeld e Julie Engell-Günther. In: RIEDEL, Tanja-Carina: **Gleiches Recht für Frau und Mann, die bürgerliche Frauengbewegung und die Entstehung des BGB**. Köln, Böhlau, 2008, p. 148, 149, 150, 151, 155, 156, 157,159, 160, 162, 164, 166, 167 e 168.

RAGO, Margareth. ‘Epistemologia Feminista, Gênero e História’. In: Joana M. PEDRO e Miriam P. GROSSI (orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, p.: 21-42.

REITER, Rayna R. Introduction. In: **Toward an anthropology of women**. New York and London: Monthly Review Press, 1975, p. 11-16.

SCHNEIDER, Liane. **Contando estórias feministas e a reconstrução do feminismo recente**. In: Revista de Estudos Feministas (jan./abr. 2009).

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 23-57.

SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica a alteridade?. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1994. pp 187/205.

STRATHERN, Marilyn. Um lugar no debate feminista. In: **O gênero da dádiva**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 53-77.

Imagens:



*Cabeçalho do jornal de
livres pensadores que
circulava em Wisconsin,
nos Estados Unidos.
Julie Engell-Günther
aparece à direita*



*Trabalho de campo em SP:
entrevista da pesquisadora
com a tradutora Elke Dislich*



Capa do livro “Noites de Natal no Brasil”, escrito por Engell-Günther em 1862



Uma das cartas escritas por Engell-Günther a Karl Kautsky

Assinatura de Engell-Günther ao final de uma das cartas enviadas a Karl Kautsky

LUTAS INTERSECCIONAIS? DISCUTINDO CATEGORIAS DE ARTICULAÇÃO NO MST

Pedro Rosas Magrini¹
Mara Coelho de Souza Lago²

Resumo

O MST é um movimento social de luta pela terra que tem apresentado várias propostas e discussões avançadas em diversas temáticas emergentes na sociedade. O movimento tomou grandes dimensões no Brasil, tanto em termos numéricos quanto em termos de demandas e reivindicações. Seus objetivos vêm sendo ampliados no processo de sua organização e consolidação histórica e várias outras lutas foram e estão sendo incorporadas, como, por exemplo, a luta pela igualdade de gênero e a valorização da diversidade étnico-racial. Nosso objetivo é compreender os processos que levaram o MST a incorporar linhas políticas de gênero e diversidade, e a concepção que o movimento tem sobre essa discussão, através da análise de documentos que disponibiliza em seu site bem como em cartilhas, livros e apostilas de formação. Os primeiros apontamentos indicam que temáticas transversais de gênero, sexualidade, raça e etnia tem status bem diferenciados e não acontecem de forma articulada, poucas vezes sendo utilizadas numa perspectiva interseccional. Além disso, a discussão sobre sexualidade é praticamente inexistente e assuntos fundamentais que emergem em toda a sociedade, como a AIDS, o aborto e a homossexualidade têm sido negligenciados.

Palavras-chave: MST. Interseccionalidades. Movimentos sociais. Gênero. Raça.

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos movimentos sociais brasileiros que tem gerado maior atenção nos últimos 30 anos, contando com simpatizantes e admiradores que defendem e apóiam as ações de ocupação, mas também com opositores que discordam e criminalizam suas ações. Mais do que isso, o MST e as experiências coletivas em assentamentos e acampamentos tem sido objeto de reportagens, documentários e filmes, além de estudos das mais diversas áreas do conhecimento no Brasil e

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC.

² Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, atuando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGP e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH.

no mundo. Inúmeras teses, dissertações e artigos foram/são feitos a cada ano na tentativa de compreender um pouco melhor esse importante ator social³.

Em 27 anos de história, o movimento alcançou grandes dimensões, tanto em termos numéricos quanto em termos de demandas e reivindicações que vem alcançando. Hoje, ele está organizado em quase todos os estados brasileiros, nas cinco regiões do país, abrangendo mais de 350 mil famílias. Existe hoje uma ampla estrutura que organiza desde as famílias acampadas e assentadas e a direção nacional. Configura-se, portanto, uma estrutura burocrática que abrange desde a base até as instâncias superiores. (OLIVEIRA, 2008). Além disso, o MST se articula com diversas organizações brasileiras e internacionais, sendo hoje, o movimento mais abrangente e impactante no Brasil (SCHERE-WARREN, 2012)⁴. Seus objetivos vêm sendo ampliados, sendo que os focos que se baseavam, inicialmente, em uma luta de natureza mais econômico-corporativa, no processo de sua organização e consolidação histórica vêm se modificando e várias outras bandeiras foram e estão sendo incorporadas.

Essa transversalidade de ações pode ser observada no site do MST que apresenta uma pauta multidimensional, representada por nove bandeiras de luta: cultura, reforma agrária, combate a violência sexista, democratização da comunicação, saúde pública, desenvolvimento, diversidade étnica, sistema político, soberania nacional e popular. Duas delas nos chamaram especial atenção: combate a violência sexista e diversidade étnica, por se tratarem de categorias que extrapolam a questão de classe, subentendida e hegemônica nas outras bandeiras.

Constatando que o MST vem adotando e incorporando essa pauta multidimensional, institucionalizando discussões transversais, produzindo cartilhas, organizando eventos, participando de marchas reivindicatórias e articulações com outros movimentos sociais, surgem-nos algumas questões: quais as principais características do MST enquanto movimento social? O que significa incorporar bandeiras de luta interseccionais? Podemos dizer mesmo que as bandeiras de luta do MST são ações interseccionais? Quais são os significados que o MST atribui às categorias “gênero”, “diversidade”, “etnia”, “raça”, “sexualidade”? Quais são as lutas mais valorizadas/prioritárias e as negligenciadas/invisibilizadas pelo movimento?

³ Em sintética pesquisa feita no Banco de teses da CAPES, utilizando a palavra-chave “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” encontramos quase 500 trabalhos, entre teses e dissertações escritas entre 1987 e 2010.

⁴ Em pesquisa feita por Scherer-Warren (2012, p. 77-80), após ampla análise da composição de redes articulatórias da sociedade civil organizada no Brasil, constatou que o MST é o ator coletivo mais relevante, devido a sua capacidade de articulação e visibilidade pública.

Este estudo não pretende responder a todas essas perguntas, mas tenta desenvolver algumas idéias que podem contribuir para refletir sobre essas novas ações do MST. Para isso, nesse trabalho, a partir da análise de documentos que o movimento disponibiliza em seu site, assim como em cartilhas, livros e apostilas de formação, tentaremos compreender os processos que levaram o MST a incorporar linhas políticas de gênero e diversidade étnica, e a concepção que o movimento tem sobre essa discussão.

O trabalho está dividido, além dessa introdução, em um referencial teórico que distingue as nuances dos movimentos sociais latino-americanos, as novas configurações pós-globalização e onde o MST se enquadra com base nessa teorização. Além disso, para entender o que estamos chamando de lutas interseccionais, faremos uma discussão do conceito de interseccionalidade, como, também, um resgate histórico sobre a incorporação da discussão de gênero, sexualidade, raça e etnia pelo MST. Encerramos com alguns apontamentos que podem servir como estímulo para futuras pesquisas.

Teorizando movimentos sociais (MS), onde o MST se enquadra?

Nesse tópico apresentaremos uma reflexão sobre alguns conceitos a respeito dos movimentos sociais (MS) fundamentados em Maria da Gloria Gohn (1997) e Ilse Sheren-Warren (2006) para compreender os processos que levaram o MST a diversificar sua pauta de lutas recentemente. Além de se configurar como um típico movimento social latino americano, o processo de globalização influenciou as bases de luta, antes mais locais. Será fundamental expor alguns enquadramentos feitos na teoria dos movimentos sociais, pois há inúmeras teorias e cada uma tem sido objeto de variados entendimentos sobre o que são e a que tipo de manifestação social se refere, evidenciando a amplitude de conceitos.

Maria da Glória Gohn (1997) faz uma divisão explicativa dentre os diversos paradigmas das teorias que estudam os movimentos sociais, destacando três: o norte-americano, o europeu e o latino-americano, cada qual em seus contextos históricos específicos de lutas e movimentos sociais correspondentes. Para chegar a essa tipificação, a autora utilizou um critério geográfico-espacial, como recurso pedagógico, localizando assim, as correntes teórico-metodológicas sobre os movimentos sociais.

Segundo a autora, as abordagens clássicas predominaram tanto na América do Norte quanto na Europa. O paradigma norte americano centrou-se na estrutura das organizações e o paradigma marxista, influenciado primordialmente pelas obras de Karl Marx, foi hegemônico na Europa e em grande parte do mundo até a metade do século XX. Não se tratava apenas de

uma teoria que orientava estudos acadêmicos, mas diretamente os próprios movimentos sociais:

O marxismo não é apenas uma teoria explicativa, mas é também uma teoria orientadora para os próprios movimentos. Por isso muitas vezes suas análises se assemelham a uma guia de ação, porque estão voltadas não apenas para o entendimento analítico dos problemas envolvidos, mas refletindo a prática que se tornará práxis histórica. (GOHN, 1997, p. 173).

Essa influência não se deu de forma linear e vários outros autores que se inspiraram em Marx difundiram sua obra e criaram a matriz referencial dos movimentos sociais marxistas, como Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Gramsci e, no pós-guerra, os estudos neomarxistas iniciados pela influente Escola de Frankfurt. Na década de 1960 difundiram-se severas críticas a essas concepções marxistas, principalmente as mais ortodoxas, o que gerou revisões críticas, culminando na proposição de uma nova abordagem, a dos “Novos Movimentos Sociais” (GOHN, 1997).

O paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS) surgiu a partir da crítica à abordagem ortodoxa marxista e da aproximação com as teorias norte-americanas. A preocupação central consistia em analisar os movimentos sociais que surgiram a partir de 1960, como o movimento ambientalista, pacifista, o feminismo e o movimento negro. Segundo Gohn (1997, p. 121-124), a preocupação desse novo paradigma seria: (1) construção de um modelo teórico baseado na cultura; (2) negação do campo teórico marxista como campo da explicação da ação dos indivíduos e da ação coletiva da sociedade contemporânea; (3) eliminação no sujeito histórico redutor da humanidade, aquele que detém uma consciência autêntica; (4) a política ganha centralidade na análise e é totalmente redefinida; (5) atores sociais analisados por dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo.

Conforme se percebe por esta rápida exposição não é possível reduzir a multiplicidade de vertentes teóricas que se propõem a conceituar movimentos sociais num modelo geral, ainda mais em uma sociedade globalizada, multicultural e complexa, onde os movimentos sociais contemporâneos tem uma grande capacidade de adaptação, fugindo facilmente de uma tipificação estanque.

Na América Latina, por exemplo, apesar de grande influência dos paradigmas europeus, os movimentos sociais possuem características específicas e um pluralismo que dificilmente se enquadraria nas categorias supracitadas. O que existe é um paradigma bem

diferenciado de lutas e movimentos sociais, compreendendo, hegemonicamente, movimentos sociais libertários ou emancipatórios populares nas áreas rurais e urbanas (GOHN, 1997).

Segundo Gohn (1997), na Europa os NMS lutam por questões identitárias como raça, gênero e sexo, e também por questões ambientais, focalizando principalmente direitos sociais e culturais. Na América Latina essa distinção ocorre de forma diferente e os direitos econômicos continuam sendo prioritários. Os NMS lutam por terra, moradia e comida. Sejam eles, sem-terras, sem-tetos, quilombolas e/ou indígenas, a luta é pela sobrevivência e pelas necessidades básicas. Os movimentos sociais latino americanos se formaram e foram marcados em sua origem pela associação à grupos comunitários onde imperavam práticas de cunho populista e clientelista com imbricações com movimentos religiosos e étnicos, promovendo a defesa e a afirmação de uma identidade popular. Além de uma forte relação com a igreja, os sindicatos e os partidos políticos sempre tiveram grande influência.

No Brasil, essas características também são latentes e os movimentos populares nas áreas rurais têm importância significativa e representam o que há de mais icônico na luta por direitos libertários. Atualmente, um importante agente reivindicatório é o MST. Criado no final da década de 1970 espalhou-se por todo o território brasileiro, por meio de ocupações de propriedades públicas e privadas, montando e mantendo acampamentos e, sobretudo, buscando legitimação e reconhecimento por parte de agentes do Estado. Suas reivindicações requalificaram a questão agrária brasileira.

Apesar do movimento se pautar pela luta por reforma agrária, várias outras discussões atravessam a questão, mas que nem sempre foram/são valorizadas ou priorizadas. Segundo GOHN (1997, p. 237):

Na América Latina a articulação entre diferentes lutas e movimentos sociais é um fato bastante recente. Nos anos 70 e em boa parte dos anos 80, embora existissem pessoas que participassem de vários movimentos sociais ao mesmo tempo, a articulação só ocorria em grandes eventos ou por acontecimentos excepcionais, como na solidariedade diante da morte. O movimento era composto basicamente por negros, o dos índios contava com o apoio já clássico do clero e de algumas ONG's (...) o das mulheres junto a movimentos feministas. A fase de redemocratização levou à institucionalização de alguns movimentos em secretarias governamentais ou em setores e secretarias de sindicatos etc. Mas os movimentos populares mais combativos criaram estruturas nacionais próprias.

Os processos de globalização em escala mundial forçaram mudanças nas ações de movimentos sociais em todo mundo. Para Octavio Ianni (1999) a globalização na América Latina resultou em um processo de dissociação entre sociedade civil e o Estado, onde os movimentos sociais, bem como partidos políticos e sindicatos, perderam grande espaço para tudo o que é transnacional relativo ao mercado, ou como o autor denomina, para a

“globalização pelo alto”. A alternativa a esse processo globalizante pelo alto seria uma “globalização por baixo”, onde classes e grupos sociais subalternos de diferentes localidades se organizassem para formular e construir práticas hegemônicas alternativas, combatendo a “globalização pelo alto”.

De certa forma essa “globalização por baixo” também vem acontecendo, mesmo que de forma desigual frente aos processos hegemônicos. Segundo Ilse Scherer-Warren (2006), com a globalização os movimentos sociais se diversificaram e se complexificaram e as explicações paradigmáticas precisaram de revisões frente à emergência de novos sujeitos sociais e aos cenários políticos. Para a autora,

as identidades tendem a ser cada vez mais plurais e as lutas pela cidadania incluem, freqüentemente, múltiplas dimensões do *self*: de gênero, étnica, de classe, regional, mas, também dimensões de afinidades ou de opções políticas e de valores: pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo ecologicamente correto, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade e às diferenças culturais, etc. (SCHERER-WARREN, 2006, p.115).

O MST é um grande exemplo disso, nos últimos anos o movimento vem ampliando suas ações numa transversalidade de lutas, partilhando membros e líderes com outros movimentos sociais, oferecendo possibilidades de fortalecimento em lutas comuns e se aliando a lutas diversas. Essa coalizão, no entanto, pode gerar conflitos e divergências quanto aos fins e aos meios, gerando conflitos com outros movimentos e também dentro do próprio MST.

Interseccionalidades

Para compreender melhor o que estamos chamando de lutas interseccionais desenvolveremos brevemente a ideia de interseccionalidades ou categorias de articulação. A discussão em torno da categoria ‘interseccionalidades’ está vinculada diretamente ao pensamento feminista, por isso, torna-se necessário resgatar um pouco das discussões feministas que culminaram numa proposta que alude à multiplicidade das diferenciações. Depois disso resgataremos algumas das principais autoras feministas que discutem a temática.

Segundo Nancy Leys Stepan (1994), há séculos utiliza-se a analogia entre categorias sociais no intuito de legitimar determinadas diferenças humanas. Na Grécia antiga, por exemplo, Aristóteles associava as mulheres aos escravos como seres naturalmente inferiores. Na Idade Média, a binarização entre brancura e negritude criou um estigma até hoje presente, onde o primeiro é relacionado à beleza, pureza, paz e clareza e o segundo a feiúra, impureza,

violência e culpa. A partir do século XVIII, gênero e raça foram usadas como categorias análogas em explicações científicas que legitimavam o modelo de ciência então emergente. Mais do que apenas raça e gênero, essas associações entre categorias serviam para legitimar e distinguir um grupo humano superior e outro inferior. Segundo Stepan (1994, p. 75):

Por meio de uma série de analogias entrelaçadas e sobrepostas, envolvendo frequentemente comparações totalmente complexas e inter-relacionadas, associações identificadoras, uma variedade de ‘diferenças’ – físicas, psíquicas, de classe e de nacionalidade, foi trazida à tona junto com uma ciência biossocial de variação humana. Analogicamente às raças inferiores, a mulher, o desviante sexual, o criminoso, os pobres da cidade e os insanos eram, de um modo ou outro, considerados ‘raça à parte’, cujas semelhanças entre si e as diferenças com o homem branco ‘explicavam’ suas posições inferiores e diferentes na hierarquia social.

Os questionamentos quanto à inferioridade de certas “raças” se iniciaram de forma dispersa, sem que as associações utilizadas para inferiorizá-las fossem usadas analiticamente como ferramentas de combate aos preconceitos. Ao contrário, muitas vezes as lutas de movimentos se concentraram especificamente em uma questão central, subsumindo outras categorias. O feminismo centrava-se na luta contra o patriarcado, os movimentos operários contra a burguesia, e o movimento negro contra a hegemonia branca. Focaremos aqui nossa discussão no feminismo, berço da discussão sobre interseccionalidades.

A condição subalterna da mulher, por exemplo, emerge com mais intensidade ainda no século XIX com a luta pelo sufrágio universal, mas foi com a publicação do livro *O segundo Sexo* de Simone de Beauvoir que os movimentos feministas adquiriram notoriedade e conseguiram enorme visibilização política, tornando-se, segundo Arán (2003), uma das revoluções mais importantes do século XX. Até o final da década de 1970, a tendência universal ou igualitarista, estava empenhada em combater o patriarcado, na verdade o homem/macho, sem considerar que havia diferenças entre as próprias mulheres, universalizando uma identidade feminina, essencializando e vitimizando o sujeito mulher (BENTO, 2006).

Na década de 1980, começam a aparecer exigências dentro do próprio movimento feminista contra a universalização dessa categoria ‘mulher’. Para Butler (2003, p. 20), “o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente e consistente nos diferentes contextos históricos (...) gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”.

Segundo Pierucci (1999), apesar da força das feministas de esquerda, foram as feministas negras advindas dos movimentos negros que mais influenciaram na inserção de

variáveis interseccionais na categoria gênero: “O fator raça no nicho intelectual das escritoras e pesquisadoras feministas [foi] um evento de efeitos mais salientes e conseqüentemente na produção intelectual e na agenda política do movimento feminista do que na defesa filomarxista do fator classe”. (PIERUCCI, 1999, p. 134).

Para Piscitelli (2008), apesar de ganhar espaço nas discussões feministas ainda na década de 1980, a articulação de categorias ganha espaço internacional e um corpo teórico mais consistente somente no final da década de 1990. Segundo a autora, duas autoras em especial trazem essa discussão sobre categorias interseccionais associando gênero e raça: Kimberlé Crenshaw e Avtar Brah.

Kimberlé Crenshaw, em seu artigo *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*, apresenta-nos a necessidade de se compreender a diferença intra-grupos e as várias formas de discriminação interativa. Adotando uma postura feminista, a autora busca associar como as experiências de gênero e raça convergem. Para isso, se utiliza de uma metáfora que define a categoria “interseccionalidades” como avenidas ou ruas que se entrecruzam e se sobrepõem criando complexas intersecções entre mais de dois eixos de subordinação, como raça, etnia, gênero e classe, entre tantas outros. Para Crenshaw,

a associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A outra autora em questão que discute interseccionalidades, sem, no entanto, utilizar a nomenclatura é Avtar Brah. Ela é uma feminista britânica e em seu artigo *Diferença, diversidade, diferenciação*, busca analisar como as questões de diferença, diversidade, pluralismo e hibridismo podem ajudar a compreender a racialização do gênero. Ou seja, como a diferença racial se liga a diferenças e antagonismos organizados em torno a outros marcadores como “gênero”, “classe” e outros modos de desigualdade. Ao contrário de Kimberlé Crenshaw, Avtar Brah busca compreender como a diferença “racial” se liga a diferenças e antagonismos organizados em torno de marcadores como gênero. Segundo a

autora, “tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da raça” (BRAH, 2006, p. 345).

Piscitelli (2008) distingue nas autoras duas abordagens sobre a interseccionalidades. Kimberlé Crenshaw representa uma abordagem sistêmica onde as relações de poder são tratadas como dominação, onde uns têm poder e outros não. Avtar Brah se enquadra em uma abordagem construcionista, onde o poder é visto numa perspectiva relacional, se alterando constantemente, marcada por conflitos e resistências. Segundo ela,

A proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos (PISCITELLI, 2008, p. 266).

Todas essas abordagens não se resumem simplesmente em agrupar as múltiplas opressões ou simplesmente adicioná-las de maneira linear, hierarquizando e supervalorizando uma delas. Isso está se tornando corriqueiro e politicamente correto, contudo, segundo Brah (2006, p. 351) “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela”.

MST, muito além da questão de classe

Nesse tópico resgataremos um pouco da trajetória de incorporação de lutas identitárias pelo MST, principalmente as questões de gênero e de raça/etnia. Como a questão de gênero está muito mais avançada, trataremos dela primeiramente, resgatando algumas associações entre a trajetória do MST e a incorporação institucional da discussão em suas políticas de ação. Discussão esta que é pautada por um setor específico do movimento que se responsabiliza por uma política nacional de formação. Posteriormente, falaremos um pouco da questão étnico-racial, nova enquanto abordagem assumida pelo MST, pelo menos em suas bandeiras de luta. Faremos algumas considerações sobre a posição do MST, a partir de conteúdos que o próprio movimento disponibiliza em cartilhas de formação e em documentos em seu site na internet, principalmente aqueles documentos oriundos dos Congressos⁵ realizados pelo movimento, pois são nesses eventos que novas políticas e estratégias de ação são traçadas.

⁵ Em 27 anos de história o MST organizou cinco Congressos nacionais.

Segundo Paulilo e Silva (2010), a discussão sobre a questão de gênero no MST está presente desde sua formação, na década de 1980, e foi fortemente influenciada pelo Movimento de Mulheres Agricultoras⁶ (MMA). Inicialmente no sul do país, lutas como: preço mínimo de produtos; ocupações de terras; luta contra barragens e recuperação de terras indígenas pautavam as reivindicações de camponeses organizados e o MMA começou a estabelecer uma relação dessas lutas no campo com questões feministas, principalmente no que tange à aposentadoria para mulheres agricultoras. Símbolo da luta de mulheres camponesas, Luci Choinaski⁷, foi, talvez, a principal liderança desse processo de reivindicação do direito das mulheres no campo. Naquele período, tanto o MST quanto o Partido dos trabalhadores (PT) e a CUT (Central única dos Trabalhadores) passaram a incorporar questões de gênero como pauta de luta⁸.

Dentro do MST, a primeira atitude formal frente à questão de gênero foi tomada ainda no 1º Congresso Nacional, realizado em 1985, onde membros do movimento mostraram certa preocupação em relação à participação feminina, tendo como critério a participação mínima de 30% de mulheres⁹ nas instâncias organizativas do movimento. (MAGRINI, 2010).

Após alguns anos, em 1990, no 2º Congresso Nacional do MST, novas políticas apareceram, mostrando alguns avanços na discussão. As mulheres se organizaram e se firmaram como grupo que reivindicava o direito de associação nas associações, cooperativas e sindicatos, inclusive nas diretorias. Para conquistar um maior espaço institucional, assumiram um compromisso das mulheres votarem somente em mulheres. Outra conquista fundamental foi a assunção da profissão de trabalhadora rural nos documentos, anteriormente constava a denominação “do lar”. (MAGRINI, 2010).

Na realização do 3º Congresso Nacional em 1996, o MST revelou uma nova postura diante da situação da mulher e da busca por relações igualitárias no interior do movimento. Entre os objetivos gerais¹⁰, um deles demonstrava uma preocupação que até então não havia

⁶ A partir de 2004, o MMA/SC se unificou com os demais movimentos de mulheres no Brasil criando o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), de organização nacional. Conferir em SALVARO (2004).

⁷ Luci Choinaski é uma importante líder camponesa de Santa Catarina que iniciou sua militância nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no início da década de 1980 até se tornar deputada estadual e federal, o segundo cargo sendo exercido até hoje.

⁸ Outros fatores contribuíram para abertura maior nos espaços de participação das mulheres, como a influência do debate acadêmico, a pressão de agências financiadoras internacionais que solicitavam a contemplação da categoria gênero, tanto na reflexão teórica, como nos programas de ação dos movimentos, como condição de aprovação dos financiamentos e também os diversos convites para a participação em congressos e encontros internacionais.

⁹ A lei de cotas para mulheres (Lei 9100/95) surgiu somente em 1995, determinando que 30% da representação no legislativo sejam disponibilizadas para mulheres.

¹⁰ No 4º Congresso Nacional do MST, realizado em 2000, novos objetivos gerais do movimento foram traçados, entre eles a preocupação com o debate de gênero foi ampliada: “**Garantir a participação igualitária das**

sido discutida, associando discriminação com a questão da mulher: “combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher” (FERNANDES, 1996, p. 81). Nesse mesmo ano aconteceu o 1º Encontro de Mulheres Militantes do MST, e como fruto desse encontro, foram aprovados alguns encaminhamentos e a elaboração de um plano de trabalho, impresso numa espécie de cartilha intitulada A Questão da Mulher no MST, como documento não só para as mulheres, mas para todo o movimento, servindo de roteiro para estudo e reflexão dos grupos de base (FURLIN, 2009).

A partir de 1998, vários movimentos sociais passaram a dar maior atenção à questão dos direitos da mulher à terra na reforma agrária. Esse processo ocorreu devido à aceleração do ritmo da reforma agrária em resposta às ocupações e, em parte, devido a uma atenção maior dispensada às questões de gênero nas organizações mistas¹¹. Assim, nesse período, o MST adotou a exigência da distribuição e titulação conjunta de terra para os casais e também a meta de 50% de mulheres nas lideranças de acampamentos e assentamentos (DEERE & LEÓN, 2002).

Até então, o discurso de gênero do movimento centrava-se na participação das mulheres nas atividades dos acampamentos e assentamentos, bem como em suas instâncias organizativas. Sem dúvida, a paridade na representação nos espaços políticos institucionais do movimento representava um grande avanço para a organização. Contudo, essa paridade ainda se mostrava limitada, levando-se em consideração que a questão de gênero se mostra muito mais ampla do que a igualdade numérica.

Em 1999, surge pela primeira vez uma proposta mais ampla e que vigora até hoje. O movimento criou um Setor de Gênero¹² definindo objetivos e a primeira linha política de ação em âmbito nacional (MST, 2003, p. 25). As metas assumidas pelo MST, após esta nova compreensão, são:

1. garantir que o cadastro e o documento de concessão do uso da terra seja em nome do homem e da mulher;
2. assegurar que os recursos e os projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham) e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família;
3. incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados;

mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso a terra, na produção e gestão, buscando superar a opressão histórica imposta às mulheres (grifo meu)” (MST, 2006, p. 21).

¹¹ Considera-se uma organização mista aquela composta por homens e mulheres.

¹² Atualmente, existem quatorze setores organizados: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Formação, Frente de Massa, Gênero, Juventude, Produção, Projetos e Finanças, Relações Internacionais e Saúde.

4. em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres;
5. garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos haja um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordenem as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participem de todas as atividades como representantes da instância;
6. garantir que, em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher);
7. assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional;
8. garantir a participação das mulheres na frente de massa e SCA (Sistema Cooperativista dos Assentamentos) para incentivá-las a ir para o acampamento, participar das atividades do processo de luta e serem ativas no assentamento;
9. realizar discussões de cooperação ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios e lavanderias, comunitários etc.;
10. garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica;
11. combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças, que são as maiores vítimas de violência no capitalismo.

No site oficial¹³ do movimento, são apresentadas diversas bandeiras¹⁴ de luta. Entre elas, podemos destacar a bandeira Combate à violência sexista.

Ano após ano temos acompanhado a **violência de gênero** que se impõe numa sociedade de modelo **patriarcal** como a nossa. Diversas são as formas de **opressão de gênero** que se projetam, sobretudo, sobre as **mulheres**. As mulheres continuam sendo mais mal remuneradas no mercado de trabalho, continuam tendo dupla, às vezes, tripla jornada de trabalho e continuam sofrendo com o **assédio sexual** e a **violência física** por parte dos homens. Dados do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) revelam que no Brasil a cada 15 segundos uma mulher é agredida fisicamente por um homem; 70% delas sofrem a agressão do próprio parceiro (marido, namorado, companheiro etc). Lutamos para transformar a sociedade e entendemos que a organização das mulheres é fundamental para a **superação do modelo capitalista** e para por fim a violência sexista enraizada neste modelo. [**grifo nosso**]. (MST, 2011).

Além das metas de paridade nas divisões político-organizativas¹⁵ que permanecem vigorando, quais os aspectos que podemos constatar sobre a perspectiva de gênero adotada pelo MST? Esse dois documentos nos fornecem vários indícios nesse sentido.

Primeiro, parece que a palavra gênero auxilia as reflexões dentro do MST, porém, está sendo utilizada como sinônimo de mulher. Uma mulher camponesa universal (MAGRINI, 2011). Mesmo que se admita, no plano discursivo, a intersecção entre classe e gênero (ver no item 7) , as observações e consultas aos documentos realizadas até o momento, bem como as

¹⁴ As bandeiras de luta são: Cultura, reforma agrária, combate à violência sexista, democratização da comunicação, desenvolvimento, diversidade étnica, sistema político e soberania nacional e popular.

¹⁵ Entendem-se como divisões político-organizativas (DPOs) os setores de organização interna, a coordenação da área (Assentamento ou acampamento), os núcleos de base e as associações e ou cooperativas.

visitas a acampamentos, observação de encontros e congressos, etc., sugerem que as práticas não se fundamentam numa perspectiva interseccional, à medida que não estão sendo incorporadas outras categorias, como raça e sexualidade e os homens tem sido colocados e/ou permanecido à margem das discussões. Essa hipótese, no entanto, precisa ser melhor verificada em análises mais profundas.

Segundo, fica evidente também que o MST concebe a família camponesa como sendo sempre heterossexual, mesmo já havendo casos de famílias homossexuais assentadas. Quando o MST no primeiro ponto “busca garantir que o cadastro e o documento de concessão do uso da terra sejam em nome do homem e da mulher”, ele garante a participação formal da mulher como proprietária e evita diversos problemas ocorrentes de opressão contras a mulheres, no entanto, pressupõe uma família nuclear e heterossexual, onde necessariamente o casal deva ser composto por um homem e uma mulher. Nesse caso, cabe indagar: o que aconteceria com casais homoafetivos? Outro ponto reforça o ideal de uma família nuclear: “assegurar que os recursos e os projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham) e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família”. Mais uma vez a heteronormatividade fica evidente.

Terceiro, quando se fala em violência, a política de gênero adota um conteúdo bastante avançado, mas que exclui formas de violência simbólicas e principalmente aquelas motivadas pela homofobia. Ao combater o “assédio sexual e a violência física por parte dos homens” concebem-se dois tipos de violência: a física e a sexual, contudo exclui-se a violência psicológica, talvez a mais comum. E mais, ao “combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças, que são as maiores vítimas de violência no capitalismo”, o movimento exclui a homofobia como violência de gênero.

No documento do site que assume o compromisso de Combate à violência sexista há várias palavras-chave que demonstram a postura, às vezes contraditória, adotada pelo movimento. Ao levantar a bandeira, o MST privilegia uma linguagem binária de sexo como sinônimo do termo “violência de gênero”, utilizada, como veremos a seguir, de forma reducionista, pois coloca a mulher como única a sofrer esse tipo de opressão. E ainda, apesar de citar o modelo patriarcal e estimular a organização das mulheres, sobrepõe que essa superação do sistema patriarcal só ocorrerá com a derrocada do modelo capitalista. Como se as questões de gênero, especificamente a opressão contra a mulher, estivesse necessariamente associada à superação e à ruína do capitalismo, através do surgimento de uma sociedade socialista. Vemos nesse conteúdo uma clara aproximação com a tradição feminista marxista.

Por último, ao contrário da questão de gênero, que vem adquirindo espaço dentro das políticas internas do MST, a discussão sobre raça e etnia ainda é embrionária. Enquanto as desigualdades de gênero, mais especificamente a questão da mulher, tem uma jornada de lutas anual, com a participação das assentadas e acampadas do MST em reivindicações em todo o país, seja nos dias 08 de março, na Marcha das Margaridas¹⁶ e no Movimento de Mulheres Camponesas¹⁷ entre tantas outras datas e convergência de lutas, a questão de raça e etnia se resume a algumas campanhas das quais o movimento participa, como a Campanha pela demarcação das terras indígenas, ou seja, como solidariedade pela questão da terra. Poucas vezes a semana da consciência negra, por exemplo, é tratada como um período de reivindicação. Ainda não encontramos nenhuma convergência ou aproximação de lutas com redes como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), nem nenhum outro movimento negro ou remanescente quilombola.

No mesmo documento onde as bandeiras de luta são elencadas, encontramos o único documento que coloca a questão étnico/racial como questão relevante. Dentre as nove bandeiras de luta, a diversidade étnica é colocada como fundamental para o MST.

Queremos ser uma sociedade que viva harmonicamente, com sua diversidade étnica e cultural, com oportunidades iguais para todos os brasileiros, com democracia econômica, social, política e cultural, como já determinou a Constituição Brasileira, mas é ignorada na realidade da economia e na prática dos três poderes constituídos. No Brasil sabemos que existe um histórico de ampla discriminação baseada em tipos físicos, cores e cultura. Os casos mais candentes são em relação ao povo negro e ao povo indígena. Por isso é essencial a existência de políticas públicas que garantam, por exemplo, a demarcação dos territórios indígenas e quilombolas. Também entendemos ser fundamental a existência de ações de combate aos preconceitos e as discriminações relacionadas às diferenças de cor, etnia, cultura e crenças religiosas e que promovam a valorização e o respeito à diversidade cultural. Para nós é fundamental a existência de políticas afirmativas que garantam a inclusão dos grupos historicamente excluídos. (MST, 2012)

Ao assumir a bandeira de diversidade étnica o MST coloca a questão em termos amplos levando em consideração os tipos físicos, cores e cultura, ou seja, parece haver clareza que há hierarquias étnico-raciais e outras práticas baseadas no grupo. A demarcação dos territórios indígenas e quilombolas estão colocadas como necessidade de políticas pública, levando em consideração que esta população também tem direito a terra, sendo também eles sem-terras. Outra política colocada como necessidade são as políticas afirmativas.

¹⁶ A Marcha das Margaridas é uma estratégia de mobilização realizada por um conjunto de movimentos de mulheres de várias identidades de todas as regiões brasileiras.

¹⁷ Movimento de Mulheres Camponesas - MMC é um movimento de mulheres rurais que surgiu em 1995 como Movimento de Mulheres Agricultora s- MMA. Está organizado em vários estados do país e apesar de ter uma organização autônoma, está fortemente ligado à outros movimentos de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB e o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA (MMC, 2012).

O trecho em questão, apesar de sucinto, parece abarcar várias temáticas recorrentes na discussão sobre raça/etnia, mostrando que dentro da perspectiva histórica que o movimento se pauta, há uma subordinação relacional entre os sem-terra, os povos indígenas e quilombolas e a população negra em geral.

Apontamentos finais

Nesse item final, faremos alguns apontamentos e não conclusões, pois este trabalho representa um start inicial nessa trajetória que pretende ser longa. No MST, entendemos as temáticas transversais de gênero, sexualidade, raça e etnia tem status bem diferenciados e não acontecem de forma articulada, poucas vezes sendo utilizadas numa perspectiva interseccional. Além disso, parece haver disparidade entre os discursos sobre as questões de raça/etnia e as de gênero. A institucionalização de ações políticas com base no gênero parecem estar muito mais avançadas do que as com base na raça/etnia. Há um Setor Nacional de gênero, inúmeras cartilhas, grande participação em datas reivindicatórias e pouca associação quanto à questão sobre raça/etnia. Além das bandeiras de luta, não encontramos muitos documentos que falem sobre a questão racial e étnica, e quando estão disponibilizados centram-se na questão da terra. A adoção de uma política de incorporação da perspectiva étnico-racial enquanto linha política parece eminente, pois a bandeira de luta já foi levantada.

Outra questão que nos parece extremamente relevante, é a exclusão da discussão de temas como a AIDS, o aborto e a homossexualidade. Sabemos que o silêncio e a invisibilização representam muita coisa. É impossível estancar essas questões, não há como ignorar 'novas' práticas, 'novos' sujeitos e as 'novas' contestações ao estabelecido. As ciências, o Estado, as igrejas, os movimentos sociais, grupos progressistas, grupos conservadores e a sociedade como um todo estão atribuindo a esses sujeitos e a suas práticas distintos sentidos. Onde está o MST nesse quadro? Qual a posição do movimento?

Essas constatações preliminares não nos surpreendem, afinal, o MST, apesar de ser uma organização complexa e que vem assumindo uma postura de lutas diversificadas, norteia-se prioritariamente pela busca da reforma agrária, pautada pela luta de classes, apoiada em um corpo teórico que alia os princípios da teologia da libertação a um arcabouço teórico mais amplo, formado majoritariamente por autores marxistas. Além disso, a influência de grupos progressistas da igreja, no processo de consolidação histórica, favoreceu uma forte conotação religiosa.

Algumas dessas características podem responder várias de nossas dúvidas, seja na concepção ideológica do próprio movimento, que prioriza determinadas lutas em detrimento

de outras, ou na própria limitação de se debater temas que ainda são tabus na sociedade. Assim, podemos perceber que, não obstante os inúmeros avanços que o MST representa em termos das lutas por uma sociedade mais justa, esse movimento ainda pode adotar uma perspectiva interseccional de luta.

Referências

ARÁN, M. e JÚNIOR, C. A. P. “Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler”. In: **Cadernos PAGU**, vol.28. SP: Campinas, NEG/Unicamp, 2007.

BENTO, B. **A Reinvenção do Corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual**. RJ: Garamond, 2006.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação, **Cadernos Pagu** 26, p.329-365, 2006.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Vol.10, n.1, 2002, p.171-188.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. 501 p.

FURLIN, N. **A questão de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação da mulher**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/publicacoes_listar>. Acesso em: 15 jan. 2012.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997. 343 p.

IANNI, O. O Estado-Nação na época da globalização. In: **Econômica: Revista da Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 105-118, jun. 1999.

MAGRINI, P. R. **Cruzando Fronteiras Invisíveis: desvendando relações de gênero em um assentamento rural organizado pelo MST no Sul de Minas Gerais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras/MG.

_____. **Discutindo gênero e sexualidade no MST**. In: **Desafios da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Florianópolis 2011.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **História**. 2012. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/historia.html>>. Acessado em: 19 de Fevereiro de 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Construindo novas relações de gênero, desafiando relações de poder**. São Paulo, 2003. (Setor de Gênero).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Nossas bandeiras**. 2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>>. Acessado em: 02 de Dezembro de 2011.

OLIVEIRA, L. A. A. de. **A forma política do MST**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

PAULILO, M. I.; SILVA, C. B. da. Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.) **Gênero e gerações em contextos rurais**. Florianópolis/SC: Editora Mulheres, 2010.

PIERUCCI, A. F. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileira. **Sociedade e Cultura**. V. 11, nº2, jul/dez.2008.p.263 a 274.

SALVARO, G. I. J. **“Ainda precisamos avançar”**: os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) em SC. 2004. 183 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos**. Curitiba: Editora Appris, 2012.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, UNB, v. 21, n. 1, 2006, p. 109 – 130.

SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: **Revista Educação e Realidade**. Vol. 16(2). Porto Alegre, 1990.

SCOTT, P.; RODRIGUES, A. C; SARAIVA, J. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.) **Gênero e gerações em contextos rurais**. Florianópolis/SC: Editora Mulheres, 2010.

STEPAN, N. L. Raça e Gênero: o papel da analogia na ciência. In: BUARQUE de HOLLANDA, H. (org.) **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES

Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

MEMÓRIAS DE MULHERES PROFESSORAS ASSENTADAS – UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR¹.

Elisângela Santos de Amorim

Professora Mestre da Universidade Federal do Maranhão e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, área de concentração em Estudos de Gênero – PPGICH/UFSC.
E-mail: lysamorim@yahoo.com.br

Joana Maria Pedro

Professora Doutora, Titular em História Social da Universidade Federal de Santa Catarina, professora do PPGICH, pesquisadora do LEGH –laboratório de Estudos em Gênero e História e pesquisadora do IEG – Instituto de Estudos de Gênero. E-mail: joanamaria.pedro@gmail.com

Resumo

Este artigo tem a pretensão de discutir memórias de mulheres professoras assentadas, numa abordagem interdisciplinar. Para isto faremos uma reflexão que leva em conta o ponto de vista da História oral e Memória, da Etnografia e da Observação direta, buscando seus fundamentos nas linhagens da História, da Antropologia e da Sociologia. Na primeira parte deste artigo faremos uma descrição do contexto social e educacional de onde essas mulheres professoras se inserem, os assentamentos da Reforma Agrária, na região Tocantina no Estado do Maranhão. Na segunda parte estaremos dando ênfase às narrativas destas mulheres, recolhidas em momentos distintos, durante os anos de 2005, 2006 e 2009, 2010. Na última parte, tentaremos articular ao nosso objeto de estudo a etnografia, no sentido de compreender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento, e ainda à sociologia da prática buscando uma autosocianálise enquanto pesquisadora.

Palavras-Chave: Mulheres-Professoras – Memória – História oral

Abstract

¹ Para este artigo fizemos uso das narrativas, de uma mulher camponesa e alfabetizadora, recolhidas por ocasião da Pesquisa de Mestrado, no período 2005 a 2007. Como também utilizamos as narrativas de uma professora graduada, de assentamento, recolhida durante o Projeto de Pesquisa, *A mulher-professora em Assentamentos da Reforma Agrária: uma escrita que se faz história*, no período de 2008 a 2010, financiado pelo CNPQ e coordenada pelo Prof.Dr.José Fernando Manzke. Nosso intuito é refletir essas narrativas a partir das contribuições das Aulas da disciplina Epistemologia e Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar exercitando o diálogo com nosso objeto de estudo do Projeto de Doutorado: Mulheres-Professoras de Assentamentos da Reforma Agrária: Culturas e Práticas Escolares.

This article purports to discuss memories of women teachers agreed, an approach interdisciplinary. For this we will do a reflection that takes into account the view of the History Oral and Memory, Ethnography and observation direct, seeking its roots in the lines of history, anthropology and sociology. In the first part of this article we will make a description of the educational and social context of these women teachers where they belong, settlements reform agrarian in the region Tocantina in the state of Maranhão. In the second part we will be emphasizing the narratives of these women, collected at different times during the years 2005, 2006 and 2009, 2010. In the last section, we articulate our object of study ethnography, the feeling of understanding what is the analysis anthropological as a form of knowledge, and still the sociology of the practice seeking a autosocianálise as a researcher.

Words- Key:-Women Teachers - Memory - History Oral

INTRODUÇÃO

Dar visibilidade às mulheres-professoras em assentamentos da Reforma Agrária, tem se constituído a centralidade de nossos estudos e pesquisas, desde 2005. Inicialmente com ênfase em seus protagonismos, o foco estava na reconstituição da trajetória educacional das mulheres sujeitos, realizada com ênfase nas implicações de gênero, na busca de escolarização e na atividade desenvolvida como alfabetizadoras. Posteriormente, centramos nossa discussão na construção social de gênero, no modo como se comportam e como usam seus discursos: sejam eles informais, em casa; na roda com amigos, ou formais, como em sala de aula e a interferência na sua trajetória docente.

Em que pese o avanço representado para a compreensão do papel social das mulheres professoras da Reforma Agrária com as investigações citadas anteriormente, necessitamos de um maior número de estudos que clarifiquem esta questão. A educação na Reforma Agrária e o papel social das mulheres professoras são fatores de suma importância para a compreensão científica destes processos e a sinalização de políticas públicas que favoreçam seu desenvolvimento.

Discutir *Memórias de mulheres professoras: culturas e práticas escolares em assentamentos da Reforma Agrária*, a partir de uma abordagem interdisciplinar é um grande desafio. Para enfrentá-lo pretendemos fazer uma reflexão que leva em conta o ponto de vista da História oral e Memória, da Etnografia e da Observação direta, buscando seus fundamentos nas linhagens da História, da Antropologia e da Sociologia.

Na primeira parte deste artigo faremos uma descrição do contexto social e educacional de onde essas mulheres professoras se inserem, os assentamentos da Reforma Agrária, na região Tocantina no Estado do Maranhão. Enfatizamos suas vivências naquele

contexto social, e as implicações de sua atividade profissionais nas relações sociais de gênero. As reflexões estarão pautadas teórica e metodologicamente na história oral e na história das mulheres que trouxeram a tona questões pertinentes à memória, significados e representações, numa perspectiva de gênero.

Na segunda parte estaremos dando ênfase às narrativas destas mulheres, recolhidas em momentos distintos, durante os anos de 2005, 2006 e 2009, 2010. O primeiro se refere ao período da pesquisa de campo para a dissertação de Mestrado e o segundo, diz respeito à continuidade da pesquisa, em outros assentamentos. Retomamos estas narrativas, no intuito de compreender as razões que fizeram essas mulheres construírem suas memórias, percebendo como o processo de relembrar torna-se meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida, como também a natureza da memória coletiva e individual.

Na última parte, tentaremos articular ao nosso objeto de estudo a etnografia, no sentido de compreender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Apoiamos-nos em Clifford Geertz, para quem a etnografia não é uma questão de método. O que a define, para este autor, é o tipo de esforço intelectual que ela representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”. E, ainda, tentaremos pela sociologia da prática buscar uma autosocianálise enquanto pesquisadora, na perspectiva de Bourdieu, que leva em conta a relação com o objeto, o lugar que ocupamos no campo intelectual e nosso próprio percurso social.

MULHERES E EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA

O movimento das mulheres rurais surgiu no contexto de abertura democrática do País, na década de 1980, com os trabalhos desenvolvidos pelas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e grupo de mulheres, organizados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT. Na sua uniformidade souberam expressar para além da crítica divisão sexual do trabalho e evoluir em suas reivindicações em clara confluência com o ideário feminista, questionando a injustiça social e questões ligadas à saúde e a educação.

As principais reivindicações, naquele momento, estavam ligadas à relação sindicato/mulheres; e como discussão, a incorporação de mulheres nos sindicatos, como também, a extensão dos benefícios de seguridade social: licença-maternidade e aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais, em reconhecimento da categoria mulher trabalhadora rural.

A participação política, econômica e social das mulheres trabalhadoras rurais começou a ganhar força no IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, ocorrido em 1985, onde denunciaram a resistência do movimento sindical em aceitar a presença de mulheres e propuseram uma moção de apoio à sindicalização feminina. A condição de historicamente discriminadas, exploradas e oprimidas começou a ser rompida, abrindo caminhos para a autonomia política e econômica das mulheres, diante do marido, da família, da igreja, do movimento sindical e do Estado.

O final da década de 1980 consolida a luta em prol da educação como direito humano e como dever do Estado, expresso na nova Constituição (SAVIANI, 1999). A luta pela terra possibilitou a formação de uma concepção democrática de educação, em que seus protagonistas propuseram e levaram a cabo o direito de ter uma escola que contribuísse de fato para o desenvolvimento do campo. Homens, mulheres, jovens, adolescentes, crianças não estavam excluídos dessas reivindicações, no entanto, não foram contemplados em suas especificidades.

Nessa luta destacaram-se as mulheres dos movimentos sociais do campo, notadamente do MST, que foram as primeiras a mobilizar, na década de 80, como mães, professoras e depois pais e lideranças do Movimento. A condição marginal da educação do campo passou a ser questionada pelos movimentos sociais e sindicais no início dos anos 1990.

Nos anos que antecederam a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, embates e contradições permearam sua aprovação, principalmente sobre a responsabilidade do Estado com a educação. Houve mobilização de vários segmentos da sociedade e movimentos sociais preocupados com os rumos da educação. No entanto, na letra de Lei, persistiu o tratamento da educação rural como uma adequação dos currículos das escolas urbanas e, embora considerem as peculiaridades, não há uma preocupação com um tratamento direcionado especificamente para esse público, uma educação que seja para a população do campo, com um currículo próprio.

Os movimentos sociais, representado principalmente pelo MST e pela CONTAG, passaram a lutar por um lugar social no País, construindo alternativas de resistência econômica, política e cultural, incluindo iniciativas no campo da educação e em torno de reconhecimento da identidade dos povos do campo. Surgiram no sentido de reagir ao processo de exclusão, forçar políticas públicas que garantissem o acesso à educação, como possibilidade de construir uma identidade própria das escolas do campo.

As iniciativas em torno da educação do campo como política pública nasceram em julho de 1997, quando foi realizado o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da

Reforma Agrária – ENERA, no campus da Universidade de Brasília, como resultado de uma parceria entre o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília – GT-RA/UNB, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, representado pelo seu Setor de Educação, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. (BRASIL, 2004). O resultado desse encontro foi a criação em 16 de abril de 1998 do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

A criação do PRONERA teve como objetivo o atendimento educacional de jovens e de adultos em Projetos de Assentamentos – PAs, da Reforma Agrária. Representou um avanço para milhões de pessoas analfabetas e semi-analfabetas abandonadas pelas políticas públicas oficiais. Inovou em sua gestão ao estabelecer um modelo tripartite, com a participação: do governo federal do Brasil, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; e este por sua agência, o Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária – INCRA, como financiador dos movimentos sociais, representados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT (ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, da Igreja Católica), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG (representando os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs, dos municípios brasileiros), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, e outros movimentos de camponeses sem-terra, como demandantes das ações educacionais; e pelas universidades, instituições de ensino superior – IES, como executoras pedagógicas. (MANZKE, 2006).

Nas últimas décadas, os debates sobre a educação do campo possibilitaram aglutinar um conjunto representativo de movimentos sociais e sindicais; de pesquisadores e pesquisadoras de órgãos de governo, nas três esferas de poder. As experiências construídas pelos movimentos e, especialmente por meio do PRONERA, dimensionaram a ideia e o conceito de educação do campo, interagindo com as outras dimensões da vida do campo. Esse processo aconteceu com a participação do MST, da CONTAG, da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil – UNEFAB e da Associação Regional das Casas Familiares Rurais – ARCAFAR, como protagonistas do desenvolvimento de projetos de educação em todos os níveis.

A situação educacional na Reforma Agrária ainda é dramática, mas apresenta avanços, que variam de assentamento para assentamento, pois estão ligados ao tratamento reservado pelo poder público local, como a oferta da Educação Infantil e Ensino Fundamental e da efetivação das condições básicas para que a educação aconteça: professores qualificados, infraestrutura, material didático, merenda escolar e outros. Os programas de Formação de Professores e de elevação da Escolaridade dos assentados têm de certa forma contribuído para

a afirmação da existência de uma Educação no e para o Campo. Algumas Mulheres que fizeram parte destes Programas deram sequência aos seus estudos e hoje tornaram-se professoras de suas comunidades, através de concursos públicos. Questão que será tratada na segunda parte deste artigo.

A situação do meio rural no Maranhão é muito difícil, a grande maioria dos assentamentos se localiza a mais de 80 km das sedes municipais e possuem estradas carroçáveis, intrafegáveis no período chuvoso. As famílias vivem, ou sobrevivem, num total abandono por parte do poder público. As muitas lutas e reivindicações alcançam parcialmente resultados para as necessidades que enfrentam, principalmente em relação à produção e assistência técnica: problemas que estão relacionados ao esgotamento da terra. Cabe ressaltar que quando acontece à legalização destas terras por parte do INCRA, são terras que vem de um longo processo de exploração, seja da madeira ou do uso intensivo do solo para a monocultura, ou pecuária. Devido a estas questões, não produzem o suficiente para a sua subsistência e as culturas tradicionais do arroz e da mandioca se desorganizam ante as relações capitalistas de produção.

Em estudos anteriores constatamos que as famílias enfrentam grandes problemas: por um lado o campo vem se tornando alternativa para homens e mulheres adultos do campo; por outro, vem se constituindo numa rota de saída dos mais jovens, especialmente as mulheres. Optam por sair para os centros urbanos em busca de trabalhos mais qualificados e estudos, porque não vêem perspectiva de sucesso e sobrevivência no trabalho do campo. Outros saem de casa movidos também pela necessidade de romper com a hierarquia familiar patriarcal, que concentra no pai todo o poder de decisão sobre a propriedade e o destino da família. (AMORIM, 2009)

Mais recentemente temos observado um novo fenômeno, a permanência de homens e mulheres jovens no assentamento. Nas últimas décadas, tem havido uma regularidade na oferta escolar para crianças e jovens, e estes tem permanecido no assentamento até o Ensino Médio. Quando não há Ensino Médio, em seu próprio assentamento, há nas proximidades, em outro povoado, ou sede do município. E com regularidade há transporte escolar, embora nem sempre adequados, para o deslocamento desses jovens para a escola. No entanto, esta não é uma situação comum em todos os assentamentos. Temos comprovado que onde há uma organização social firme e ligada a movimentos sociais do campo, como o MST isto se torna uma prática frequente, outro indício diz respeito à relação do poder público local com o próprio assentamento.

Uma destas permanências é de mulheres jovens e adultas que abraçam o magistério, como profissão. Muitas já exerciam o trabalho educacional como leigas e voluntárias e, por seu envolvimento, decidem estudar magistério, cursar pedagogia, ou outras licenciaturas e decidem serem professoras em seus locais de origem. Daí também o interesse em saber quem são essas mulheres, suas motivações e conseqüentemente como se percebem frente a esses processos educacionais, que também são sociais e trazem impactos para o desenvolvimento dos assentamentos. Estas questões serão analisadas a partir de uma perspectiva de gênero².

A maioria das escolas em funcionamento no meio rural pertence aos municípios, atendendo principalmente a Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental. De acordo com a pesquisa realizada pelo Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PNERA (2005), estas escolas apresentam um quadro de enormes dificuldades, sejam físicas, organizacionais ou pedagógicas. Em razão disto, o Estado do Maranhão assumiu o compromisso de viabilizar as condições para o funcionamento da educação do campo. As discussões foram ampliadas e somadas aos movimentos sociais, sindicais, instituições de ensino, para juntos promoverem a construção coletiva de uma política pública que atenda à população camponesa do Estado. (AMORIM, 2009)

MEMÓRIAS DE MULHERES-PROFESSORAS ASSENTADAS

O protagonismo feminino nas lutas sindicais das trabalhadoras rurais da região Tocantina, da mesma forma que o trabalho das educadoras camponesas, é um fenômeno recente naquele contexto sócio-educativo. Adquiriu expressão na década de 1980, com o ingresso de mulheres no movimento sindical e com a agudização das lutas por Reforma Agrária: pela obtenção da terra e das condições de vida e de trabalho necessárias ao seu sucesso. (AMORIM, 2009).

² A definição de gênero, como uma categoria de análise, se baseia em um núcleo que se compõe de duas partes, de acordo com Scott (1995, p.86): “(1) gênero como elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e (2) gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Este núcleo explicita que as mudanças que ocorrem na organização das relações sociais correspondem às mudanças nas representações de poder, entendendo que homens e mulheres se constituem a partir de um processo amplo e continuado, através de práticas sociais masculinizantes e feminizantes, e que isso ocorre numa dinâmica de inter-relações.

Para este artigo destacamos parcialmente a trajetória³ educacional e profissional de duas mulheres-professoras assentadas, que trabalham em assentamentos de municípios diferentes. A primeira, **Heliconia**, atuou junto ao PRONERA, convênio EJA Tocantins, no período de 2003 a 2005, como alfabetizadora no assentamento onde reside, Alvorada I, município de Senador La Rocque. Participou de nossa pesquisa para a Dissertação de Mestrado, durante os anos de 2005 a 2007. Da pesquisa realizada durante os anos 2008 a 2010, daremos ênfase a **Angel**, professora de assentamento João Palmeira, município de São Francisco do Brejão – MA. As entrevistas foram realizadas em 2009 e 2010.

Cabe ressaltar que este estudo só é possível teoricamente pelo campo da História das Mulheres e, metodologicamente, pela História oral, pois convergem no sentido de “dar voz aos excluídos” da história. Ambas partem da ideia de resgate de uma história oculta: os historiadores buscaram inserir vozes “vindas de baixo” e as feministas em dar visibilidade para a participação das mulheres ao longo da história, por meio de uma reconstrução do passado. A pretensão da escrita desta história é a de identificar a intersecção da história de vida com a história da sociedade, buscando esclarecer as escolhas, contingências e opções com que se deparam nossos sujeitos.

A narrativa da trajetória de mulheres-professoras de assentamentos tem constituído a centralidade de nossos estudos e pesquisas sobre a mulher, a mulher professora e, em particular, da mulher professora de assentamentos e a falta informações e produção científica a respeito. Estas são mais imaginadas do que descritas ou contadas (Perrot, 2008). Logo, fazer a sua história é ir de encontro às representações que as encobrem, tornando-se indispensável analisarmos e sabermos de suas vivências e experiências, contrapondo o que era dito sobre elas, de caráter masculino e sem a sua participação, bem como de como elas se viam nestas produções (AMORIM, 2009).

O lugar da memória neste estudo constitui-se como fonte informativa e como substrato da identidade, refere-se aos comportamentos e às mentalidades coletivas, na medida em que o relembrar individual encontra-se relacionado à inserção histórica de cada indivíduo (NEVES, 1998). No processar da memória estão presentes as dimensões do tempo individual e do tempo coletivo. Os sinais exteriores são referenciais e estímulos para o afloramento de lembranças e recordações individuais que constituem o substrato do ato de recordar relacionados com os quadros sociais da memória. (HALBWACHS, 2004).

³ Definem-se trajetórias como “[...] a série das posições sucessivamente ocupadas [...] [por elas] em espaços sucessivos[...]” podendo ser compreendida como uma forma singular de percorrer o espaço social. (Bourdieu, 1996, p.292)

Desde que historiadores orais passaram a se preocupar com os processos subjetivos da memória, foram criados métodos de análise e de entrevista que se fundamentam num entendimento mais complexo da memória e da identidade, e que sugerem meios novos e estimulantes para tirar o maior proveito das memórias para fins de pesquisa histórica e sociológica. Nesta dimensão se inserem as pesquisas realizadas pelas autoras deste artigo. Sem deixar de serem rigorosas e científicas, o desejo está não de buscar a verdade, mas escutar e observar as diferentes verdades. É neste cenário que a subjetividade de fontes orais passou a ser vista como um sinal de força vital para a modificação da consciência histórica.

Apoiamo-nos também em Portelli (1996), para quem a subjetividade, ou seja, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e a própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Enquanto pesquisadores, nossa tarefa é a de distinguir as regras e os procedimentos que nos permitam em alguma medida compreendê-la e utilizá-la. “Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais”. (1996, p.2). A história oral e as memórias não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias, mas genuínas.

Outras questões pertinentes ao lugar da memória (Nora, 1993) são imprescindíveis nas nossas análises. Baseamo-nos em Halbwachs (2004), para quem as memórias são individuais e coletivas e se constroem a partir de um tempo e de um lugar situados: “há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”. Isto nos impõe compreender o contexto social dessas memórias e do seu processo de elaboração para torná-las inteligíveis. Aqui as narrativas não serão tomadas como evidências factuais, mas sim, como portadoras de significados, portanto subjetivas, sujeitas a versões e interpretações feitas de lembranças, simulações, esquecimentos e ocultações.

Para dar voz a elas

Heliconia, 51 anos, casada, três filhos e três filhas, trabalhadora rural, oriunda do interior do Estado do Tocantins. Reside no Assentamento Alvorada I, município de Senador La Rocque, estado do Maranhão. Teve uma entrada tardia na escola, que ocorreu por morar no campo desde que nasceu. Começou a estudar com 11 anos de idade e relembra que foi uma boa aluna que, apesar das grandes interrupções, nunca ficou reprovada: “[...] me criei entre

três Estados, [...] a gente mudava de cidade e cidade, mas sempre meu pai procurava nos botar no colégio. Eu terminei em 1973 a 4ª série”.⁴

A sua luta, a partir daí, para dar sequência aos estudos foi bastante complicada. Chegou a fazer todas as etapas por correspondência do supletivo de 5ª a 8ª série, mas por uma adversidade não conseguiu concluir, lembra com pesar: “[...] pedi por correspondência o curso do ginásio [...], aí estudei, estudei, fiz todas as provas ótimas, mas no final do curso, o correio deu fim nas provas, prova final [...], aí eu abandonei”.⁵

Passou alguns anos sem frequentar a escola e somente em 1986, em Tucuruí – PA, ingressou no supletivo referente à 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, não conseguindo concluir, pois, mais uma vez, tiveram que mudar de estado:

[...] eu me lembro que eu passei uns 8 meses fazendo justamente 7ª e 8ª série supletivo, mas aí, quando foi em agosto de 1992, tive que parar, a gente veio embora. Quando foi em 1993, eu vim parar bem aqui na Nova Brasília, povoado no Maranhão.⁶

A chegada de **Heliconia** no povoado de Nova Brasília, município de Senador La Rocque, possibilitou a sua atuação como professora na escola do povoado. Mesmo com a pouca escolaridade, o que já tinha estudado a colocava numa situação de nível educacional mais elevado em relação às outras pessoas da comunidade:

[...] fui pra sala de aula trabalhar como professora. Quando foi em 1995 surgiu a 5ª série, aí eu comecei a estudar de novo a 5ª série, repetindo [...] para conseguir os documentos, aí só fiz até a 7ª série, vim embora pra cá em 1998 e parei.⁷

O funcionamento de uma turma do PRONERA no assentamento de **Heliconia** possibilitou o retorno à escolarização e ao mesmo tempo a oportunidade de trabalhar na educação, como alfabetizadora de pessoas jovens e adultas. Ela lembra que teve o apoio e incentivo da família:

[...] Aí voltei a estudar com vocês no PRONERA, para fazer a 7ª e 8ª. Eu não tive dificuldade de participar do PRONERA, recebia incentivo do meu marido. A dificuldade como professora era de manter os alunos em sala de aula, é uma profissão que eu gosto, eu sempre tive a vocação para ensinar.⁸

⁴ Informação verbal.

⁵ Informação verbal.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

⁸ Ibidem.

A trajetória educacional desta mulher camponesa, bastante acidentada, apresenta elementos importantes para uma política pública de escolarização desta parcela da população. Apesar dos esforços governamentais de atender especificamente esta população, as iniciativas se mostraram insignificantes para a educação do campo e de pessoas jovens e adultas. A situação marginal perdura há mais de setenta anos, desde a primeira Campanha Nacional de Alfabetização da década de 1940, onde o analfabetismo era visto como chaga social e herança do atraso econômico. As campanhas de alfabetização desde então, foram caracterizadas pela fragilidade teórica - metodológica e por escassez de recursos. (MOURA, 2001).

Apesar de a educação ser vista como uma possibilidade de melhoria nas condições de vida apresenta-se para muitas como um sonho de difícil realização. Historicamente, as mulheres rurais vivenciaram questões ligadas às idas e vindas de um lugar para outro, em busca de melhores condições de vida e de trabalho e se viram privadas de frequentar a escola.

A organização dos movimentos do campo fez surgir algumas iniciativas como reação a este processo de exclusão e como pressão no sentido de forçar políticas públicas para garantir o acesso à educação. O PRONERA surgiu desta pressão dos movimentos sociais e sindicais com o objetivo de escolarizar pessoas jovens e adultas em PAs da Reforma Agrária.

O relato seguinte evidencia os significados que sustentam a luta pela escolarização e também os sonhos que se encontram à espera de realização. **Heliconia** revela que,

Ah, é ótimo frequentar a escola. Hoje em dia, se a pessoa não souber e não tiver o documento de reconhecimento, a gente não consegue nada, fica uma pessoa que não tem prestígio na alta sociedade, não é bem reconhecida, eu sempre pensei assim.⁹

Outro significado vincula-se ao valor social atribuído à educação. Vontade que tem origem no reconhecimento da condição de inferioridade intrínseca ao analfabeto e o desejo de construir uma imagem positiva de si mesma.

A maioria das turmas de alfabetização nos assentamentos da região Tocantina era composta de homens trabalhadores rurais e mulheres trabalhadoras rurais, residentes muitas vezes no próprio lote¹⁰ ou na vila do assentamento. Muitas mulheres adultas, com idade entre 45 e 65 anos, dentre elas aposentadas e extrativistas, enfrentavam muitas dificuldades em frequentar as aulas, ligadas principalmente aos afazeres domésticos e a autorização do marido ou do companheiro.

⁹ Informação verbal.

¹⁰ Porção de terra correspondente a cada família assentada, varia entre 20 e 35 ha.

Na sala de aula de **Heliconia** não havia mulheres, todos os alunos eram homens. Os motivos pelos quais as mulheres assentadas não participaram das aulas de alfabetização, de acordo com seu depoimento, eram os afazeres de casa e cuidados com os filhos e com as filhas, abriam mão de ir à escola e a cediam aos maridos, que frequentavam as aulas: [...] a dificuldade como professora era de manter os alunos em sala de aula, só eram homens, as mulheres ficavam cuidando da casa e dos filhos. Os alunos vinham cansados do trabalho na roça, o dia inteiro.¹¹

No meio rural, o domínio doméstico é tido como o espaço da mulher, que a submete a uma condição de vida que não lhe permite conhecer alternativas de exercício de papéis que não sejam os tradicionais. Segundo estudos de Samara (1997, p.14), o espaço doméstico é o local por excelência onde se instala a “cultura da opressão feminina”. As situações vivenciadas por estas mulheres caracterizam esta opressão, tornando-as limitadas ao desenvolvimento daquelas atividades. Todavia, as relações de gênero são construídas socialmente, e por isso, passíveis de mudanças.

Constatamos em outras turmas que, as mulheres que frequentavam as turmas de alfabetização do PRONERA alimentavam sonhos, um deles se tornou possível pela materialização da escola em seus assentamentos, como o lugar privilegiado para obtenção daquilo que lhes faltava para conseguir realizá-los. As relações de gênero vivenciadas na família, no convívio social, entre outros, influenciaram as escolhas de vida destas mulheres. Ser mãe, dona-de-casa, esposa e trabalhadora rural, mesmo não reconhecida como tal, nada tem de natural, mas foram construções sociais que definiram o lugar e os papéis exercidos pelos homens e pelas mulheres.

Nossos estudos demonstram que as mulheres camponesas da região Tocantina enfrentam muitas dificuldades em torno da sua condição, ser mulher e camponesa, por limitações impostas pela sociedade. Sua atuação como companheira de luta dentro dos movimentos e na comunidade, como produtora e em outras atividades realizadas dentro do assentamento, vem favorecendo uma mudança nas relações de gênero e uma desconstrução dos estereótipos reproduzidos socialmente. Quando entra na vida pública (assumindo funções em sindicatos e outros), não abandona o espaço privado, ela continua, sendo a responsável pela vida do lar, o que leva à manutenção e reprodução das relações familiares já estabelecidas. No entanto, as lutas trazem em si vivências de novas relações construídas,

¹¹ Informação verbal.

deixando suas marcas e significações, podendo ser mantidas ou restabelecidas em situações concomitantes ou posteriores. (AMORIM, 2009)

Através de mais variadas formas de organizações, as mulheres trabalhadoras rurais estão criando espaços a fim de reduzir a sua invisibilidade. Atualmente, ocupam diversas funções dentro dos assentamentos, nos sindicatos e movimentos sociais, como presidentes, assessoras, tesoureiras, diretoras de escolas, professoras, como é o caso das mulheres referenciadas neste trabalho.

A trajetória educacional de Heliconia representa uma geração de mulheres rurais que foram excluídas do processo de educação formal. Sendo pertencente ao campo não mediu esforços para, dentre tantas adversidades, estudar. No PRONERA, conseguiu concluir o Ensino Fundamental, com êxito. Parte de sua história é a história velada e sua memória subterrânea (POLLAK, 1989), inexistente para uma grande maioria. Ao relembrar o vivido, com as pausas, os esquecimentos, sua memória tornou-se história e esta como forma de denúncia. O ato de lembrar, evocar, recapitular, fazer presente, trazer à vista as lembranças, o passado longínquo ou próximo, se traduz em armas primordiais contra o esquecimento, nesse esforço fundamental de lutar contra os espectros que sustentam a memória impedida (Meyer 2009). Assim, a memória torna-se presente e viva, construindo histórias diversas e plurais.

Angel, 30 anos, casada, três filhos, professora, maranhense. Iniciou seu processo de escolarização no município de Grajaú – MA, então com sete anos de idade quando migrou com a família para Açailândia, onde estudou até a 8ª série. Filha de trabalhadores rurais, seus pais ficaram preocupados com os estudos dos filhos, mantendo-os na cidade enquanto trabalhavam e viviam do que plantavam no lote, localizado no município de São Francisco do Brejão, a 20 km de Açailândia, no assentamento João Palmeira. Em 1997, recebeu o convite do pai para ir morar no assentamento para trabalhar com crianças, jovens e adultos. **Angel** relembra o vivido:

[...] em 1997, cheguei ao assentamento Vila João Palmeira. Com apenas 17 anos de idade e muitos planos. Fui apresentada a Vânia, Leide Iraceli, Francinalva, Marlon e Linda. Linda seria a secretária da escola e os outros, professores. Fomos para uma semana pedagógica em São Francisco do Brejão. Ficamos durante a semana em uma casa alugada pela Prefeitura e fazíamos as refeições na casa da prefeita. Assim pudemos nos conhecer melhor. Francinalva e Leide nem chegaram a lecionar, pois não queriam morar em lugar que não tivesse energia e apesar dos esforços dos pais desistiram.

A sua narrativa expressa já no primeiro momento à falta de infraestrutura do assentamento. Nessa época buscavam a regularização do assentamento junto aos órgãos competentes e para isto tiveram apoio da Prefeitura da cidade de São Francisco do Brejão.

Uma das primeiras medidas do presidente da associação do assentamento, José Audírio de Castro, com apoio da secretaria de educação, foi de organizar uma escola para as crianças no assentamento. Juntamente com Angel, outras filhas de trabalhadores com maior escolaridade foram convidadas a permanecer no assentamento para trabalharem como professoras. No entanto, nem todas levaram a cabo o desafio. Angel aceitou, e logo percebeu que precisaria dar sequência aos estudos.

Ao chegar ao assentamento João Palmeira para lecionar, percebeu que não havia transporte para dar sequência ao Ensino Médio, fora do Projeto de Assentamento - PA. Ficou um ano sem estudar e, depois disto, com muita persistência de professores e alunos que também precisavam estudar, conseguiram junto à prefeitura um transporte, embora muito ruim: [...] *tive que ir estudar fora. Às vezes íamos em caminhões abertos e até num trator, pois diversas vezes fomos a pé de um povoado a outro.*¹².

As adversidades não limitaram Angel a buscar realizar seus sonhos, principalmente em relação a uma formação para o exercício da docência: *Hoje sou formada em Pedagogia e faço pós-graduação em Psicopedagogia*¹³.

Atualmente Angel é concursada pelo município de São Francisco do Brejão e faz parte do corpo docente da Escola Airton Senna do Brasil. Reconhece e valoriza cada saber apreendido neste processo de formação, que para ela continua no dia-a-dia da escola, nas conversas com os colegas, com os pais, com os responsáveis pelas crianças e adolescentes, como também na experiência de vida de si mesmas e da própria comunidade. E não hesita em afirmar que:

[...] aprender nunca é demais, que o conhecimento é sempre importante seja ele o mais simples ou o mais complexo.¹⁴

Os processos de formação e escolarização das professoras do assentamento João Palmeira trazem em si as marcas da vida dos camponeses e pobres que não se diferenciam muito do restante do Nordeste brasileiro. No entanto, percebemos que a trajetória de Angel apresenta características particulares, por possuir formação superior, o que representa um grande avanço para as condições sociais dos assentados e seus professores (AMORIM, 2009).

A decisão pessoal e familiar de ingressar no magistério deve-se a ausência de alternativas econômicas superiores no assentamento a partir da instrução. A condição feminina favoreceu suas inserções ou reinserções nas comunidades a partir da atividade

¹² Informação verbal

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

docente. Inicialmente como leigas e posteriormente como professoras concursadas dos municípios. Não houve política pública que contemplasse sua formação: custeou com recursos próprios seu curso superior.

Angel, embora não tivesse vivido toda sua infância e adolescência no campo, junto com seus pais, a relação com a cultura do campo era subjacente à sua vida, por isso não hesitou em retornar ao campo para trabalhar no magistério e contribuir com seu desenvolvimento.

Apesar da melhora ocorrida nos últimos anos no funcionamento das escolas rurais no Estado do Maranhão, as dificuldades ainda são muito grandes para a oferta de uma educação de qualidade. A maioria das escolas, como ressaltado anteriormente, não possui prédios próprios, com infraestrutura física e pedagógica. Houve muitos concursos públicos que fixaram nos assentamentos professores com formação superior identificados com estas comunidades, no entanto, mantém sua atividade de forma muito isolada. Há casos de laboratórios de informática sem uso pela falta de formação técnica e didática dos professores para operacionalizá-los.

Encontramos na narrativa de **Angel**, professora do assentamento João Palmeira, município de São Francisco do Brejão, conexões entre os vários espaços da vida, *percebo que a minha família e até mesmo a sociedade em que vivo sentem orgulho de mim, porque muitos se foram e eles me viram lutar e crescer e ainda estou aqui*¹⁵.

A narrativa desta professora expressa bem a importância que estas mulheres adquiriram em suas comunidades. O fato de terem se instruído com formação superior e, através de concurso público, terem ingressado na rede municipal de educação de São Francisco do Brejão, autoriza-as junto à comunidade. Em que pese o machismo predominante, de mulheres e de homens de uma forma geral, conseguiram vencer esta barreira e se apresentam como referência de progresso pessoal para a comunidade em geral e para as mulheres e jovens de maneira específica. Angel tem consciência da importância de seu exemplo pessoal e profissional para os alunos e seus pais. A representação que faz de sua trajetória como mulher e professora é de sucesso pessoal e social em relação a sua origem e dificuldades enfrentadas.

As diferentes trajetórias dessas duas mulheres professoras de assentamentos da Reforma Agrária revelam a diversidade de representações que estes atores sociais fazem de si mesmos e dos processos nos quais estão inseridos. As dificuldades de sobrevivência e de

¹⁵ Informação verbal

instrução forjaram-lhes uma identidade profundamente associada ao ambiente social e cultural em que vivem. São sobreviventes de um macro-modelo político e econômico excludente e discriminador. A educação surgiu em suas vidas como uma das poucas possibilidades de ruptura de um círculo vicioso reprodutivo de suas precárias existências.

Cabe mencionar que estas mulheres professoras assentadas apresentam uma incipiente participação no movimento sindical e nas reuniões organizadas pela coordenação de mulheres da região. Percebemos nas entrelinhas do que foi dito e do não dito que as discussões sobre a condição feminina e a luta em torno de sua emancipação econômica e social estão voltadas para a sindicalização e conseqüente garantia de direitos. As questões em torno das relações de gênero como uma construção social e histórica e a necessidade de modificações destas relações permanecem restritas a um pequeno número de mulheres que encabeçam o movimento.

As narrativas das mulheres professoras dos assentamentos da Reforma Agrária resgatam, em parte, as relações de gênero vividas por esta parcela da população. A condição de mulher e de camponesa tem de alguma forma interferido na busca por escolarização. Os discursos destas mulheres não expressam claramente as dificuldades encontradas e suas resistências neste processo. Isto se deu nas longas pausas de silêncios e nos olhares “perdidos”, como em busca de autorização para falar ou não. Apenas o óbvio ficou explícito nas narrativas, restando à sensibilidade da entrevistadora em atentar para todos os detalhes, que ocorreram em meio às entrevistas.

No entanto outras questões ligadas às mulheres escolarizadas foram tomando o alcance de uma visão diferenciada de mundo, uma aproximação e familiarização com os novos conhecimentos que aspiravam para a construção de uma igualdade entre homens e mulheres. Daí o apoio do marido, do companheiro em conciliar as atividades para que elas pudessem frequentar as aulas e concluir seus cursos. Podemos dizer então que houve mudanças nas relações entre homens e mulheres, como também entre mulheres e mulheres. Antes vistas com desconfiança, hoje se tornaram referências de superação de uma condição dada.

A história destas mulheres é também parte da história das mulheres camponesas, da vida no campo, dos movimentos sociais de luta pela terra e dos direitos das mulheres. Faz parte da história das políticas públicas do Brasil, sobre outro ângulo, que com muito enfrentamento vem sendo construída em outras bases, ou pelo menos vem se tentando construir. São essas mulheres e também estes homens que estão, ainda com limitações, reinventando o campo.

EXERCÍCIO ETNOGRÁFICO E OBJETIVAÇÃO PARTICIPANTE

O convívio com as mulheres e homens assentadas/os permitiu-nos a observação e o registro de suas vivências naquele contexto, período 2003 a 2005. E foram muitos diálogos, nos intervalos das aulas, durante as atividades culturais e recreativas, como também nas oficinas. Fizemos, portanto, com limitações, Etnografia. A Antropologia também foi ausente em nossa formação, não tínhamos clareza do que realmente estava sendo feito, mas observamos tudo e anotamos tudo, praticamente, ou, pelo menos aquilo que nos era informado. Isto lembra-nos Geertz, para quem o etnógrafo, escreve, observa, registra e analisa. E o que ele inscreve não é o discurso social bruto no qual não somos atores, mas uma parte das informações que os sujeitos da pesquisa nos permitem ter acesso, ou seja, através do que os informantes nos levam a compreender.

Durante esse processo foi observado e registrado como era visto por elas¹⁶ ser professora. O seu papel de alfabetizadoras era visto com expectativas e receios. As que possuíam alguma experiência eram mais confiantes, enquanto a maioria, inexperiente no magistério, tinha muitas dúvidas e medos. Sabiam, por experiência própria, as dificuldades que enfrentariam em salas improvisadas e com um público com tantas dificuldades.

Durante as oficinas reagiram com firmeza a provocações, tipo: “papagaio velho não aprende a falar” e “cachorro velho não aprende truque novo”. Associavam rapidamente o dito popular ao processo ensino aprendizagem e o repudiavam. Criticavam duramente as experiências de EJA que tinham vivido por seu caráter mecânico, até infantil, desligado da vida do alfabetizando. (AMORIM, 2009).

As expectativas individuais e coletivas quanto à escolarização, concluindo a 8ª série do Ensino Fundamental, orientavam-se para a continuidade de estudos e a realização do Ensino Médio. Algumas chegavam mesmo a nutrir expectativas com o Ensino Superior. Associavam esta possibilidade ao sucesso do Projeto e sua continuidade num nível formativo mais elevado. A carreira do magistério fascinava a todas, pelas possibilidades profissionais e o vínculo no município como professor de crianças e de adultos em seu assentamento, o que veio a ocorrer em alguns casos.

¹⁶ Utilizando no feminino em função da maioria dos alfabetizadores serem mulheres.

Hoje outra questão merece ser incluída no contexto de análise das vivências como pesquisadoras, nas observações e nas entrevistas realizadas, inclusive as que aqui foram evidenciadas. O nosso lugar nesse processo. Onde nos situamos e como se dá essa relação observadora e observada. São novos elementos que começam a ser refletidos, na perspectiva da Sociologia da Prática de Bourdieu (2011), que introduziu a questão da reflexividade do agente e a do sociólogo.

Diante das lições deste autor entendemos que é pelo movimento de reflexividade – retorno sobre si e sobre sua atividade – que o pesquisador pode evitar os erros ligados ao intelectualismo, ou seja, deveremos colocar na prática analisada (memórias de mulheres assentadas) a nossa relação com o mundo social, por meio das representações construídas para explicá-las como as regras e modelos.

O desafio consiste em considerar nossa própria relação intelectual com o objeto de análise como sendo a relação do agente com sua ação. Isto significa que a capacidade do sociólogo de levar em conta a relação que ele mantém com seu objeto constitui um dos meios para melhorar a qualidade científica de seu trabalho; o que Bourdieu denominou de *objetivação participante* (objetivação no sentido de conhecimento científico) da relação subjetiva do sociólogo com seu objeto (sua participação no objeto que ele analisa) faz parte das condições da cientificidade de sua análise.

Isto amplia a compreensão dos fenômenos, pois não se limita a descrição das atitudes e das aspirações individuais, insuficientes quando se pretender avançar no princípio explicativo do funcionamento de uma organização, neste caso, “o mundo social” das mulheres professoras assentado. Bourdieu parte do princípio de que é a apreensão da lógica objetiva da organização que conduz ao princípio capaz de explicar, por acréscimo, as atitudes, opiniões e aspirações.

O desafio desta postura está em escapar ao realismo da estrutura ao qual o objetivismo, momento necessário da ruptura com a experiência primeira e da construção das relações objetivas, conduz necessariamente quando hipostasia¹⁷ essas relações ao tratá-las como realidades já constituídas fora da história do indivíduo e do grupo, sem recair, no entanto, no subjetivismo, que para Bourdieu é totalmente incapaz de dar conta da necessidade do mundo social. O que ele defende é que para isso, é preciso retornar à prática, lugar da

¹⁷ Considerar algo não concreto (ideia, conceito, ficção etc.) como sendo real. (Dicionário Aulete, 2011)

dialética, dos produtos objetivados e dos produtos incorporados da prática histórica, das estruturas e dos *habitus*¹⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indícios apresentados servirão para o aprofundamento analítico do mundo social das mulheres professoras assentadas, através de suas memórias e, também de suas práticas escolares, pelo viés da etnografia e da sociologia da prática.

Iniciamos este artigo com a pretensão de demonstrar nas narrativas recolhidas em pesquisas anteriores, como as mulheres professoras vivenciaram as questões de gênero nas suas trajetórias educacionais. E de certa forma o que elas têm conseguido alçar enquanto mulheres e profissionais no contexto dos assentamentos da Reforma Agrária.

Constatamos nas trajetórias femininas de emancipação obstáculos os mais diversos: alguns mais ostensivos, onde a subalternização anda bem próxima da violência física; e outros mais sutis, reconstruídos ideologicamente no cotidiano da dominação. Os avanços e conquistas alcançados pela universalização da instrução não modificaram significativamente o caráter da dominação, remeteram-na para um patamar superior de complexidade, incorporando os novos elementos advindos da escolarização. As observações, durante a realização das entrevistas na qual esta investigação se concretizou, revelaram que é preciso ampliar as discussões sobre a construção social e histórica dos sexos dentro do movimento sindical, na região Tocantina e nos assentamentos.

As trajetórias dessas mulheres apresentam fatores objetivos e subjetivos, que precisam ser levados em consideração quando se pensar em educação para essa parcela da população. A mulher camponesa ter acesso à educação não significa alcançar um nível de entendimento que eleve sua consciência sobre a condição de subordinação histórica vivida pelo sexo feminino. No entanto, suas trajetórias, lançam luzes no potencial de seu desenvolvimento pessoal e social. Nascidas e criadas em um ambiente familiar nem sempre possível de priorizar a educação, souberam superar estas dificuldades e tornarem-se

¹⁸ Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposição duradouros e transponíveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a visada consciente de fins e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente “reguladas” e “regulares”, sem ser em nada o produto da obediência a regras e sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro. (O senso Prático, 2011, p. 87)

referências em suas comunidades, projetando o potencial de desenvolvimento nas novas gerações.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Elisângela Santos. *Trajatória educacional de mulheres em assentamentos de Reforma Agrária na região Tocantina – MA*. Florianópolis: Mulheres; São Luís: Edufma, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. 2ª ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA). Brasília: INEP/PRONERA/INCRA, 2005

BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, 1992.

GEERTZ, Clifford. *Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da Cultura*. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. Pp 13-44

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. por Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004

MANZKE, José. *Propuesta Curricular para la Educación de Jóvenes y Adultos Campesinos em Asentamientos de la Reforma Agrária*. 2006. 169f. Tese.(Doutorado em Educação) - ICCP, Havana - Cuba, 2006

MANZKE, José Fernando; AMORIM, Elisângela Santos de. Relatório final da pesquisa ‘A mulher-professora em assentamentos da Reforma Agrária: Uma escrita que se faz história’. São Luís: CNPQ, 2010.

MEYER, Eugenia. *O Fim da Memória. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009.

MOURA, Tânia Maria de Melo. *A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygostky*. Maceió: EDUFAL, 2001

NORA, Pierre. Entre memória e História: A problemática dos lugares. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, n.10, p. 7-40, dez./1993

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 59-72

SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *As idéias e os números do gênero: Argentina, Brasil e Chile no século XIX*. São Paulo: Editora HUCITEC: CEDHAL/FFLCH-USP: Fundação VITAE, 1997

SAVIANI, Dermeval. *Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional*. 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez.1995.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES

Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

MÍDIA E GÊNERO: JORNALISTAS NA MÍDIA IMPRESSA CAMPINENSE NA DÉCADA DE 1980

Leidiane Alves de Farias

Graduada em Comunicação Social pela, UEPB. Especialista em Jornalismo e Mídias Regionais, pela FURNE. Vinculada ao Grupo de Pesquisa Gênero, Tecnologia Digital e Cultura – GIG@, Pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA); e ao Grupo de Pesquisa Ciência,

Gênero e Educação, pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinar Sobre a Mulher (UFBA). Email:

leidianealvesj@gmail.com

RESUMO

O estudo tem como objetivo pesquisar a atuação de mulheres jornalistas na mídia impressa de Campina Grande, Paraíba, na década de 1980. O trabalho traz uma temática que contribui com as pesquisas acadêmicas sobre a mulher, a partir das transformações e participação feminina ocorridas no cenário jornalístico local. Nossa hipótese parte do pressuposto de que estas mulheres enfrentaram dificuldades até a inserção, num mercado, marcado pela significativa presença masculina. A análise permitiu identificar também as principais dificuldades enfrentadas pelas jornalistas no processo de consolidação na carreira. A metodologia foi construída através do levantamento e estudo da bibliografia específica com base nas pesquisas de Scott (1995) e Harding (1996) acerca do gênero feminino enquanto categoria de análise, bem como, da pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas junto a sete jornalistas campinenses que atuaram nos jornais Gazeta do Sertão, Diário da Borborema, A União e Jornal da Paraíba.

Palavras-chave: Gênero. Mulheres Jornalistas. Campina Grande.

ABSTRACT

The study aims to investigate the role of women journalists in print media of Campina Grande, Paraíba, in the 1980s. The paper presents a theme that contributes to the academic research on women, as female participation and the transformations occurring

in the local newspaper scene. Our hypothesis assumes that these women have struggled to insertion in a market marked by significant male presence. The analysis also identified the main difficulties faced by journalists in the consolidation process in his career. The methodology was built through the survey and study of specific bibliography based on research by Scott (1995) and Harding (1996) about the female gender as a category of analysis, as well as field research, and application of structured interviews with the campinenses seven journalists who worked in newspapers at *Gazeta do Sertão*, *Jornal da Borborema* and *Jornal da Paraíba*, all newspapers of Campina Grande.

Keywords: Gender. Women Journalists. Campina Grande.

Introdução

Desde o final da década de 1980, as pesquisas desenvolvidas e influenciadas pelo movimento feminista têm evidenciado a mulher nos estudos acadêmicos nos âmbitos político, social, cultural e científico, a exemplo das pesquisadoras Scott (1995) e Harding (1996). No contexto midiático, este cenário não é diferente, seja enquanto análise das publicações destinadas ao gênero feminino ou na participação delas no processo de produção jornalística, conforme demonstram as pesquisas de Buitoni (1990), Ramos (2010) e Souza (2009).

Nesse processo de produção acadêmica, o recorte dessa pesquisa busca contribuir com as análises já existentes, dando destaque às transformações ocorridas no processo gradativo de conquista da mulher jornalista na mídia impressa campinense na década de 1980. Para tal, apontaremos alguns indicadores que partem das influências sociais, culturais, política e econômica vivenciados por mulheres na história global, que possibilitará nossa compreensão no contexto local.

O levantamento de tais questões parte da atuação de sete jornalistas na década de 1980: Adelma Irineu (Diário da Borborema/Jornal da Paraíba), Deusarina Vidal (Jornal A União), Francinete Silva (Jornal da Paraíba), Ionete Oliveira (Diário da Borborema), Jaldete Soares (Jornal da Paraíba/Diário da Borborema), Lourdinha Dantas (Diário da Borborema/Jornal da Paraíba) e Narriman Roseno (Gazeta do Sertão/Diário da Borborema), com o objetivo de estudar a inserção, ascensão e dificuldades enfrentadas por elas; além de compreender a dinâmica da relação de gênero nos jornais impressos local.

Adotamos como procedimentos teórico-metodológicos para a coleta de dados, a pesquisa bibliográfica, com base nos estudos das pesquisadoras Scott (1995) e Harding

(1996) sobre a temática de gênero; a pesquisa documental, bem como, a pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas junto às jornalistas citadas durante o ano de 2010. Apesar de não direcionar a uma pesquisa quantitativa, têm-se como base alguns números levantados na Universidade Estadual da Paraíba que indicam um gradativo aumento de mulheres concluintes do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, no final da década de 1970 e durante os anos de 1980, o que pode ter influenciado no processo de conquista da mulher no jornalismo local.

Subdividido em quatro partes, o artigo será iniciado com uma abordagem de como o uso do conceito de gênero transformou os paradigmas dos estudos acerca das mulheres, possibilitando novas perspectivas da temática, incluindo-as na história. Na segunda, serão apresentadas as transformações que influenciaram na inserção das mulheres no mercado de trabalho. Na parte três, abordaremos a inserção do contingente feminino no jornalismo. Já a atuação dessas profissionais no cenário local, deixaremos para a quarta e última parte.

1. Reflexões sobre Gênero com ênfase no feminino

Antes de partirmos para os estudos diretamente ligados ao processo que marcou a inserção das mulheres no mercado de trabalho, precisamos compreender as modificações ocorridas na inclusão do termo “gênero” em substituição do termo “mulheres” pelas (os) teóricas (os) feministas, abdicando das teorias baseadas unicamente no determinismo biológico (SCOTT, 1995) e passando a designar as relações sociais entre os sexos num contexto histórico.

Mas afinal o que significa a palavra gênero em meio a estas utilizações?

Do ponto de vista linguístico, como nos propõe Ferreira (2000, p.345) este termo pode remeter a um agrupamento de indivíduos e objetos que possuem características semelhantes, ou ainda, como se manifesta culturalmente e socialmente a identidade sexual dos indivíduos. Partindo desta definição teríamos apenas as espécies homem e mulher. No entanto, as discussões acadêmicas feministas ampliaram a significação da palavra gênero, enfatizando aspectos culturais e sociais na tentativa de romper com explicações que reservavam as mulheres um espaço de inferioridade e marginalização social e histórica partindo de explicações biológicas e deterministas. Dentre estas definições vemos que

o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” e “diferença sexual”. O termo “gênero” enfatiza igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico (SCOTT, 1995, p. 72).

Este uso, além de entender a importância “dos sexos” inseridos no contexto histórico, descobre “o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, e de encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la” (DAVIS *apud* SCOTT, 1995, p. 72).

A introdução do gênero como categoria de análise histórica destaca-se também como um importante contributo para os questionamentos nas pesquisas científicas acerca da posição das mulheres seja nos cenários político, social ou cultural. Nesse sentido, Harding (1996) argumenta que

el género es una categoría fundamental en cuyo ámbito se asignan significado y valor a todas las cosas, una forma de organizar las relaciones sociales humanas. Si considerásemos la ciencia como una actividad plenamente social, empezariamos a comprender las múltiples formas en las que, también ella, se estructura, de acuerdo con las expresiones de género. Todo lo que media entre nosotros y ese proyecto son las teorías del género inadecuadas, los dogmas del empirismo y una importante proporción de lucha política (HARDING, 1996, p. 57).

Nesse contexto, o gênero como categoria refere-se a uma construção intelectual e conceptual na forma de estudar a sociedade; além de ser um instrumento analítico que contribui com as áreas negligenciadas pela história, naquilo que poderíamos chamar de cegueira sexual da historiografia tradicional (BOCK, 1989, p. 166)

Sendo assim, o conceito de gênero possibilitou entender os processos históricos de “construção/reconstrução das práticas das relações sociais, que homens e mulheres desenvolvem/vivenciam no social” (BANDEIRA; OLIVEIRA *apud* GUEDES 1995, p.8), marcou um novo sentido ao analisar e inserir as mulheres na história. Neste sentido,

“gênero” era um termo proposto por aquelas [feministas] que sustentavam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares. As pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o

estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor uma reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente [...] A maneira pela qual esta nova história iria, por sua vez, incluir a experiência das mulheres e dela dar conta dependia da maneira na qual o gênero podia ser desenvolvido como uma categoria de análise (SCOTT, 1995, p. 73).

Essa modificação dos paradigmas, possibilitada pela utilização do termo gênero, colocou as pesquisas acerca da mulher numa perspectiva mais neutra e objetiva. As relações entre as experiências masculinas e femininas passaram a assumir a mesma importância dentro das análises da construção social.

É importante ressaltar que Harding (1996) também aponta a atividade social como condição importante e necessária para superar os discursos generalistas sobre gênero e da posição de verdades absolutas dentro do viés científico, seja na idealização da postura paradigmática da física e da matemática pura, no processo epistemológico feminista ou nas considerações da ciência. Para ela, o gênero é uma categoria fundamental dentro das relações humanas, a qual dentro das considerações científicas poderíamos começar a entender as expressões de gênero sobre um leque de possibilidades.

Pero sus limitaciones [investigación tradicional] llevaron a las feministas a considerar la necesidad de formular el género como categoría teórica, como la herramienta analítica mediante la cual la división de la experiencia social en consonancia con el género tiende a dar a los hombres y a las mujeres unas concepciones diferentes de sí mismos, de sus actividades y creencias y del mundo que los rodea a ellos y ellas (HARDING, 1996, p. 29)

Desse modo, os questionamentos e compreensões implícitos na utilização da palavra gênero fazem emergir uma história onde as mulheres se tornam mais participantes, redefinindo as pesquisas a partir da inclusão do termo gênero e alargando as possibilidades de “incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas” (SCOTT, 1995, p.73).

Portanto, o uso do conceito de gênero transformou os estudos acerca da mulher, possibilitando novas perspectivas às questões femininas e incluindo-as na história, tendo como eixo as [inter]relações sociais de homens e mulheres e seus “papéis” dentro da sociedade.

2. Ascensão das mulheres no mercado de trabalho jornalístico

2.1 O crescimento do gênero feminino em áreas profissionais

O contexto histórico vivido pelas mulheres brasileiras no final da década de 1970 com os movimentos feministas; e início da década de 1980, com as sucessivas crises econômicas vivenciadas no Brasil, foi o alicerce para o crescimento das mulheres em diversos espaços profissionais. Alguns dos indicadores dessas transformações partem das influências sociais, culturais, políticas e principalmente econômicas: crescimento da mulher no mercado de trabalho, expansão do acesso à escolaridade, a conquista do divórcio, a diferença salarial, a dupla jornada de trabalho, e conseqüentemente os novos valores relativos ao papel da mulher na sociedade.

A reformulação dos movimentos feministas, que indiscutivelmente progrediram juntamente com a reorganização feminina no contexto político, educacional e profissional, deixou profundas mudanças no cotidiano da mulher brasileira a partir do final dos anos de 1970. Nesse período, os movimentos de mulheres que saíram pelas ruas queimando sutiãs, deram espaço à reflexão do feminismo.

Hay que subrayar que la relación entre la militancia feminista y la academia ha sido muy estrecha; tan pronto como las mujeres historiadoras se percataron de que los silencios de la historia eran una forma de pérdida de identidad, comenzaron a desarrollar la curiosidad por buscar un pasado colectivo [...] Este impulso permitió descifrar textos ocultos, reunir textos inéditos y recoger un saber oral, coleccionando, para su análisis, en historias de vida (JAIVEN, 1998, p. 187)

Esta inquietação das militantes e acadêmicas desencadeou questionamentos do que teria determinado a diferenciação observada na história entre a posição ocupada por homens e mulheres em diferentes contextos e conjunturas sociais (ALMEIDA *et al*, 2002, p. 325).

Mediante essa realidade, os grupos feministas e o surgimento do movimento de mulheres no Brasil (mesmo com a vigência de um regime militar ainda em plena efervescência) continuaram as articulações em prol da conquista de gênero, que culminou, dentre várias aquisições, no ‘ponta pé’ inicial para inserção da força de trabalho feminina.

É nesse cenário, de luta e de uma nova compreensão dos papéis das mulheres na sociedade, que o gênero feminino conquistou o direito ao divórcio. No que se refere a este aspecto vemos que

a luta pelo divórcio foi longa no Brasil. Em 1934, o então Deputado Nelson Carneiro iniciou sua caminhada para derrubar o dispositivo constitucional que estabelecia a indissolubilidade do matrimônio. Foi vencido cerca de uma dezena de vezes, para, em 1977 conseguir sua aprovação com a Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977. No mesmo ano foi aprovada a Lei do Divórcio (Lei 6.515/1977), do mesmo autor da Emenda (RODRIGUES; CORTÊS, 2006, p. 17).

Com a institucionalização da separação os padrões culturais e valores relativos a posição social das mulheres sofreu transformações. A formação familiar antes moldada pelo patriarcalismo deu espaço (ainda que pequeno) a mudança na chefia familiar. O que impulsionou ainda mais, por parte da mão de obra feminina, a necessidade de outras atividades remuneradas para o sustento da casa. Como destaca a jornalista Deusarina Vidal:

“Não vou dizer que foi fácil conciliar a dupla jornada de trabalho, era muito complicado porque mesmo com a ajuda de uma prima, não tínhamos as facilidades que temos hoje; tinha que cumprir as pautas e os horários que ocupavam grande parte do meu tempo. Pra ter ideia, minha primeira filha deixou de amamentar com três meses, porque eu tinha que ficar muito tempo fora e como a alimentação é estímulo, quando eu chegava, ela já tinha comido e não queria mais”

Concomitantemente a essas mudanças, a expansão do acesso à escola e as universidades viabilizaram ainda mais a inserção das mulheres às novas oportunidades de emprego. Se no campo da ação política o Brasil continuava limitado, no âmbito da educação, uma nova contribuição às lutas femininas começava a surgir através dos estudos sobre gênero, que apesar das limitações de compreensão das atividades femininas desencadeou um avanço nas lutas de equidade de gênero.

Las investigadoras feministas tentaron primero “sumar o agregar a las mujeres” a esos análisis. Tres clases de mujeres parecían candidatas obvias a ser incorporadas al análisis: las científicas, las mujeres que participaban en la vida pública – a las que las científicas sociales ya estaban estudiando – y las mujeres que habían sido víctimas de las formas más brutales de dominación masculina (HARDING, 1998, p. 15).

Estas pesquisas acadêmicas que ocuparam grande espaço no final dos anos de 1970 tiveram seu auge no Brasil na década de 1980, quando o tema alcançou maior evidência. Assim,

num primeiro momento (1980/85), os estudos estiveram mais voltados à mulher e sua participação e representação política nas esferas macro do poder. Nos seguintes (1985/87), a pesquisa voltou-se mais para a mulher enquanto sujeito de sua identidade no cotidiano. No final da década de 1980 (1987/89) a incorporação do feminino e masculino e o início da incorporação da categoria gênero (BANDEIRA; OLIVEIRA *apud* CORAZZA, 2005, p. 85).

Além dos ganhos obtidos através das lutas femininas no que se refere aos espaços ocupados por elas no mercado de trabalho e no maior acesso das mulheres ao campo educacional, o cenário feminino apresentou no decorrer das décadas uma nova relação de poder no que se refere às desigualdades salariais entre os sexos. Segundo Ionete Oliveira, que durante toda a década de 1980 exerceu a profissão de jornalista no Diário da Borborema comandada apenas por homens, a diferença salarial existiu dentro da redação de jornal, apesar da formação acadêmica, como nos fala nesse depoimento:

“Sempre teve diferença salarial, e a década de 80 não fugiu desse contexto. Os homens ganhavam mais que as mulheres mesmo exercendo a mesma função. Variava um pouco, mas existia! Eu recebia quatro mil cruzeiros e os homens, por exemplo, recebiam quatro mil e quinhentos cruzeiros.”

Essas transformações no âmbito sociocultural e políticos vivenciados no final da década de 1970 impulsionaram as modificações a partir dos anos 1980. Nesse período de reorganização política pós-ditadura, os movimentos feministas passam a dividir espaço com as sucessivas crises econômicas (particularmente perturbado entre 1986 e 1994, período em que o Brasil conviveu com seis planos de estabilização), que intensificaram ainda mais as mudanças na vida da mulher brasileira. Transformações na organização do trabalho e no cenário mundial que começava a ser marcado pela globalização.

Além da redemocratização do País, das crises econômicas, e da necessidade de mais componentes familiares responsáveis pela renda, as mulheres ainda contaram com os avanços expressivos no que tange a igualdade jurídica através da Constituinte de 1988 (BRASIL, 1988) na qual a mulher teve seus direitos reconhecidos, possibilitando a equidade de gênero perante a lei.

Historicamente diversas mudanças no âmbito social, cultural, político e econômico em relação ao papel da mulher na sociedade influenciaram no ingresso das trabalhadoras em diversos nichos ocupacionais. Nesse período, as mulheres começaram a ampliar seu espaço em diversas profissões, a exemplo do jornalismo.

É no interior do grupo das ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas [entre 1980 e 1991] que ocorrem as principais mudanças; as mulheres ampliaram significativamente, sua presença em inúmeras ocupações e profissões de prestígio, entre as quais vale ressaltar: a arquitetura e a odontologia, ambas com um aumento relativo de 170%, a medicina, 137%, e o jornalismo, com aumento de 146% do percentual feminino (BRUCHINI, 2000, p. 35).

São nessas atividades compreendidas como de prestígio que um silencioso processo de mudança começa a aparecer diante da construção da identidade das mulheres como seres autônomos e protagonistas de suas histórias nos anos de 1980. Um gradativo avanço que impulsionou, dentre várias conquistas do gênero feminino, na inserção de inúmeras mulheres na profissão de jornalismo.

2.2. As mulheres no jornalismo brasileiro

O processo de inserção feminina no jornalismo brasileiro não foi um movimento isolado. Como já vimos, a inclusão da mulher na área jornalística está inserida no contexto de transformação e introdução da mulher no mercado de trabalho, consequência das modificações econômicas e políticas do país, bem como, as mudanças sociais de valores e costumes vivenciados pela mulher num processo que se intensificou no Brasil nos anos 80.

De acordo com a Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados levantados sobre a atividade por sexo no Brasil nos períodos que vão de 1981 a 1990, evidenciam a tendência histórica desse crescimento da participação feminina no mercado de trabalho durante a década de 1980, em comparação a estagnação da participação masculina.

Tabela 1

TAXAS DE ATIVIDADES POR SEXO (EM %)

Brasil – 1981/90 (IBGE, Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios)

1981	1985	1989	1990
------	------	------	------

Mulheres	32,87	36,87	38,74	39,18
Homens	74,63	76,04	75,75	75,29

Fonte: WAJNMAN; RIOS-NETO, 2000, p. 67

De fato, as taxas mostram que mesmo com um espaço menor, no qual o nível de atividade masculina em 1981 era de 41,76% a mais que a feminina, as mulheres apresentou uma significativa elevação de 6,31% entre 1981 (32,87%) e 1990 (39,18%), enquanto a população masculina registrou um aumento de apenas 0,66% no mesmo período.

Diante do processo de distribuição ocupacional, a chegada das trabalhadoras em determinadas profissões como medicina, advocacia e odontologia, simultaneamente com o surgimento da nova geração de mulheres no jornalismo, se acentua durante os anos de 1980 (Tabela 2).

Tabela 2
PARTICIPAÇÃO FEMININA EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS
Brasil – 1980/1991(FIBGE, Censo Demográfico/Mão de Obra)

	Mulheres (1980)			Mulheres (1991)		
	Total de ocupados (milhões)	Total	%	Total de ocupados (milhões)	Total	%
Advogado e Defensores	85.716	18.573	21,7	148.871	45.266	30,4
Médicos	97.100	20.963	21,6	150.390	49.582	33,0
Jornalistas e Escritores	28.623	7.160	25,0	46.503	17.638	37,9
Odontologia	56.015	15.839	28,6	100.775	42.719	42,4

Fonte: BRUCHINI, 2000, p 34 - 41

Os dados revelam que ocupações que exigem maior escolaridade e qualificação sofreram um significativo salto. Além das funções, nas quais a presença feminina já era marcante, como Medicina e Odontologia, os números mostram ainda o avanço de 12,9% nas áreas de Jornalismo e Escritores, no final da década de 80.

A elevação da mão de obra feminina no jornalismo, assim como noutras profissões que antes eram desvinculadas à participação da mulher, foi marcada pelo surgimento dos cursos superiores e a demanda do próprio mercado por um profissional mais qualificado, com mais titulação, que possibilitou o crescimento feminino nessa carreira.

Portanto, apesar da vulnerabilidade do jornalismo à lógica do mercado capitalista, que exige extensas jornadas de trabalho, plantões em feriados e finais de semana, além de possuir uma alta competitividade entre os sexos, as mulheres encontraram espaço na carreira.

4. Presença feminina no jornalismo impresso – o caso de Campina Grande

Hoje, o espaço ocupado pelas mulheres no mercado de trabalho de jornalismo em Campina Grande atesta a adaptação do gênero feminino num universo que na década de 1980 era dominado pelos homens. No entanto, este avanço da presença feminina requereu das mulheres jornalistas dos anos 80 um enfrentamento quanto a “ousadia” em assumir a profissão; e vivenciaram preconceitos e dificuldades. Como ressalta a jornalista Adelma Irineu:

“Nós pagamos um preço alto, porque nós éramos vistas com muito atrevimento, com muita ousadia. A mulher que entrasse na imprensa naquela época, ela não era vista como uma mulher que tinha a intenção de ser uma cidadã de bem, ela era um objeto sexual disponível, era assim que liam a vida da gente. Isso para profissão de jornalismo ou qualquer outra que não fosse pedagoga”.

Além das modificações no que tange a inclusão do contingente feminino no mercado jornalístico, influenciadas pelos fatores econômicos, políticos e socioculturais, a imprensa de Campina Grande dispôs de alguns fatores locais que intervieram na inserção da mulher no jornalismo impresso: a interiorização de jornais diários e a chegada do primeiro curso superior de jornalismo na cidade.

Entre as décadas de 1970 e 1980 Campina Grande recebeu dois importantes diários, o Jornal da Paraíba (JP) em 1971 e o Gazeta do Sertão (GS), em 1981, além de já contar com a circulação do Diário da Borborema (DB) desde 1957. Esse processo de

interiorização dos diários possibilitou as mulheres interioranas uma nova perspectiva quanto à oportunidade no mercado jornalístico local.

Outro contribuinte para ascensão do gênero feminino no jornalismo campinense veio com a chegada do curso superior de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Regional do Nordeste (URNe) em 1974, hoje Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Cujas primeiras turmas formou-se no final da década de 1970.

Tabela 3
NÚMERO DE MULHERES E HOMENS FORMADOS NO CURSO DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL PELA URNe/UEPB
Campina Grande – 1977/1989

	Homens	%	Mulheres	%
1977	11		13	
1978	4		17	
1979	8		33	
1980*	4		25	
1981*	11		21	
1982	10		50	
1983*	6		29	
1984	18		47	
1985	16		54	
1986	13		52	
1987*	10		8	
1988	23		38	
1989	24		32	
Total	158	27,38	419	72,61

Fonte: levantamento feito a partir das placas de formatura entre os anos 1977 (1ª turma a se formar) e 1979, sabendo que anualmente são formadas 2 turmas. Quanto aos anos 80.1; 81.1; 83.2; 87.1, não obtivemos referência do número de formandos, pois as placas não estavam disponíveis.

Obs: O levantamento solicitado não estava disponível nos arquivos da Universidade Estadual da Paraíba.

De acordo com os dados apresentados, observamos que 72,61% dos concluintes do Curso de Comunicação Social (URNe/UEPB) entre os anos de 77 e 89, eram do gênero feminino, enquanto que o número de homens foi de apenas 27,38%, o que representou para o mercado jornalístico local um ganho de 45,23% de mulheres a mais que o número de homens.

Nesse sentido, o estudo confirma que a formação e qualificação das mulheres interioranas acompanharam o cenário nacional no que tange a expansão do acesso ao ensino superior por parte das mulheres, bem como a contribuição, parte do espaço aberto no mercado jornalístico local com a interiorização da mídia impressa paraibana.

5. O processo de profissionalização e feminização na mídia impressa campinense nos anos 80

Apesar do grande número de mulheres disponíveis no mercado jornalístico campinense durante os anos de 80 (Tabela 3), observamos que o grupo feminino contratado pelo jornal impresso local foi inferior ao número de homens. De acordo com Araújo (1986), os jornais Diário da Borborema, Gazeta do Sertão e Jornal da Paraíba, até 1986, tinham entre colaboradores, repórteres, chefes de reportagem, editores, subeditores e fotógrafos, 17 profissionais mulheres e 99 homens. Nesse contexto, ressalta a jornalista Ionete Oliveira:

“Quem comandava as chefias de editorias na década de 1980 no DB eram todos homens. Eram poucas jornalistas naquela época. Eu fui a um congresso interno em Belo Horizonte, Minas Gerais, da rede do Diário Associados do Brasil (final de 1989). De 22 órgãos, a única mulher era eu. A única mulher que ocupava cargo de chefia de reportagem na época nos associados era eu.”

Embora os números apontem para uma disparidade no cenário do jornalismo local, nossa pesquisa sobre a atuação de mulheres jornalistas tomou como base a vivência profissional e pessoal de sete jornalistas: Adelma Irineu, Deusarina Vidal (única que atuou na sucursal A União¹), Francinete Silva, Ionete Oliveira, Jaldete Soares, Lourdinha

¹ Jornal oficial do estado da Paraíba

Dantas e Narriman Roseno, que atuaram durante a década de 1980, além de dois jornalistas homens, Apolinário Pimentel e Luiz Aguiar Barbosa. Estes dois últimos, com o propósito de ilustrar, a partir do ponto de vista masculino, a relação profissional do gênero feminino dentro das redações.

Nesse recorte do jornalismo impresso de Campina Grande constatamos que duas das jornalistas entrevistadas atuaram em apenas um dos jornais impressos: Francinete Silva e Ionete Oliveira, respectivamente nos diários Jornal da Paraíba e Diário da Borborema. Já as outras quatro passaram em pelo menos dois jornais.

“Eu comecei a minha trajetória profissional em 1974 no Diário da Borborema, lá eu fui responsável por duas revistas especiais dominicais: a Revista Criança e a revista feminina Ella [...] Depois disso eu fui trabalhar em João Pessoa (passei um ano lá), muito rapidamente trabalhei no jornal O Norte como publicitária (1976), e 1977 eu trabalhei no Jornal Correio da Paraíba. Em 1989, onde trabalhei nos dois jornais de Feira de Santana (Feira Hoje e Folha do Norte) – não existem mais estes jornais. Não foi difícil conseguir estes trabalhos por causa da minha experiência que eu levava (eu tinha encadernadas todas as minhas revistas e considerava um excelente trabalho que fiz no Diário da Borborema). Fiz assessoria de imprensa para prefeitura de Feira de Santana. Já em 1983 eu volto para Campina Grande [...], e trabalhei num projeto que era uma revista especial chamada Painel para o jornal da Paraíba (caderno dominical). Essa revista Painel teve uma repercussão muito grande” (ADELMA IRINEU).

A jornalista Deusarina Vidal que atuou nos jornais Gazeta do Sertão e no Jornal A União, falou como foi o início da sua experiência profissional na área jornalística. “Iniciei minha carreira em junho de 1982 no Gazeta do Sertão, onde fiz breve estágio de seis meses. Só depois ingressei na União onde estou até hoje²”. Já as jornalistas Lourdinha Dantas e Jaldete Soares atuaram nos jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba.

Grande parte de minha carreira profissional foi no Jornal da Paraíba, mas aí teve um pequeno período que saí e fiquei 30 dias como repórter no Diário da Borborema. Depois de 30 dias eu deixei o jornal, pois recebi uma notícia que o curso de Comunicação Social e outros cursos da universidade estadual estavam sem professores há mais de 2 meses [...] Mas apesar de pouco tempo no DB, fizemos uma série de reportagens; muita delas numa sequência muito grande sobre a história de Campina Grande num suplemento semanal que tinha no Diário da Borborema (JALDETE SOARES).

² Demitida em 2011

O discurso da jornalista Narriman Roseno ilustra a dificuldade enfrentada logo no início da carreira, quando atuou apenas como repórter. Segundo ela, sua Carteira Profissional não foi assinada como jornalista:

“Comecei em outubro de 1981 no Jornal Gazeta do Sertão onde atuava como repórter e escrevia para o caderno de Cidades, mas com a carteira assinada como auxiliar de serviços gerais até novembro do mesmo ano, quando houve um aumento no salário dos jornalistas. Em 1985 fui para o Diário da Borborema, onde fiquei até 1989 [...] Estava pronta pra tudo: fazia reportagem local e policial. Política nunca fiz. Reportagem de economia vim fazer no DB – porque não tinha um repórter específico. Lá fui interina na página dos Municípios, na coluna social, arquivista e ajudei a montar o jornal”.

Outro ponto observado foi uma unanimidade entre as entrevistadas com relação às dificuldades enfrentadas durante a atuação no mercado jornalístico: dupla jornada de trabalho e infraestrutura das redações. Como destaca a jornalista Adelma Irineu:

“No meu caso era tripla jornada de trabalho, porque eu tinha a prefeitura, tinha o jornal e tinha minha casa e meus filhos. Era mais que triplo, porque eu tinha que ser pai e mãe, que eu estava separada do marido [...] Eu morava numa casa muito humilde, não tinha muita coisa. Eu não tinha tempo de fazer todas as faxinas que eu gostaria de fazer e nem tinha dinheiro pra pagar naquela época, mas eu tinha os melhores livros que se pudesse ter dentro das minhas limitações financeiras, pra mim e pra meus filhos. E fiz com que meus filhos estudassem nos colégios mais caros. Eu nunca permiti que um filho trabalhasse os dois expedientes, ele trabalhava um e estudava dois (um repousava e outro estudava). Eu paguei um preço muito alto, eu trabalhei muito para que eles estudassem”.

É importante constatar que apesar de optarem por não falar sobre assédio moral e sexual, a maioria das jornalistas admitiram a existência dentro e fora das redações enquanto profissional de jornalismo. No entanto, todas disseram que nunca sentiram algum tipo de discriminação por parte dos colegas de trabalho. Apenas a jornalista Deusarina Vidal relatou um caso de assédio por um entrevistado:

“Houve um fato em que eu senti que um determinado senhor, que na época ocupava um cargo de alto escalão, que se dizia muito meu amigo, mas no fundo tinha segundas intenções. Como tinha com várias outras colegas minhas, que depois a gente soube [...] Mas não passou de uma mera ‘cantadinha’, nessa época eu já era casada, mãe de família. Na hora eu tive um pouco de raiva, mas depois deixei pra lá”.

Embora a introdução da profissional jornalística também tenha sido impulsionada pela formação acadêmica, uma das profissionais não é formada em jornalismo e exerceu a função de repórter e editora de duas revistas especiais dominicais: a revista Criança (Diário da Borborema) e a revista feminina Ella (Jornal da Paraíba):

“Jornalismo foi uma coincidência, eu não pensei em ser jornalista. Eu era uma professora e queria fazer uma homenagem a meu pai, e por isso, fui saber quanto que era pra botar uma crônica no Diário da Borborema sobre meu pai [...] Então o superintendente Doutor Aécio viu, se encantou pela crônica e me chamou. Mas eu era professora primária e nem tinha passado pelo curso de jornalismo” (ADELMA IRINEU).

No que se refere a diferença salarial entre jornalistas homens e mulheres, Ionete Oliveira afirmou haver desigualdade entre os profissionais que exerciam a mesma função. Todavia, para Lourdinha Dantas o piso do jornalista assegurou os salários equiparados: *“Havia um piso salarial a ser cumprido. O que podia haver era a negociação de aumento para um determinado profissional, em função do seu desempenho”*.

Outras observações regem sobre o dia a dia nas redações de jornais: não foi identificada nenhuma fotógrafa nas redações dos três jornais na década de 1980; nenhuma jornalista escreveu para a editoria de Esporte. Apenas a jornalista Deusarina Vidal escreveu para o caderno de Política, como afirma:

“Passei seis meses na Gazeta do Sertão (experiência válida): eu trabalhava fazendo mais free-lance, as vezes ia fazer signos. Mas a minha história mesmo foi toda no Jornal A União. Só não escrevi pra esporte. Quando eu fui jornalista durante muitos e muitos anos – de 1982 a 1996 – a minha área era política, inclusive eu cobri a Câmara durante muitos anos.

Na pesquisa constatamos que todas exerceram a função de repórter e apenas as jornalistas Jaldete Soares e Lourdinha Dantas foram editoras chefes de redação.

“Eu entrei na universidade e paralelamente fiquei trabalhando no Jornal da Paraíba, com a função de repórter por muitos anos, até chegar a ser editora do jornal, por um período não muito longo, acredito que foram apenas três meses. Entrei depois de Machado Bittencourt, eu era assessora dele no jornal, daí quando ele saiu me indicou. Fiquei sendo editora por apenas três meses porque recebi muitas provocações por isso optei por sair” (JALDETE SOARES).

Apesar das dificuldades pontuadas pelas jornalistas entrevistadas, todas destacaram a importância de enveredar por esta área, que até então era

predominantemente masculina. Para a jornalista Lourdinha Dantas, a inserção da mulher no mercado trabalho parte da necessidade econômica:

“A mão de obra feminina passou a ser aceita e até procurada quando começou a faltar a mão de obra masculina, principalmente nos períodos de guerra. Depois é que vieram outros tipos de necessidade, como separações, viuvez, e, por fim, o desejo de independência financeira. E aí os valores culturais já haviam mudado. Embora até hoje ainda haja homens que não aceitam que "sua" mulher trabalhe fora de casa”.

Outra unanimidade diz respeito ao motivo da escolha da profissão: o interesse pela escrita e pela leitura. A maioria destacou ainda, o pequeno número de mulheres nas redações dos jornais da época, mas acrescentaram que as poucas que tinham, ajudavam umas as outras, mesmo quando eram de empresas diferentes.

Desse modo, podemos perceber a relação direta da inserção dessas mulheres na área do jornalismo, com o processo gradativo de conquista do gênero feminino no mercado de trabalho, bem como os desafios enfrentados por elas, mas que contrariamente não as excluiu da profissão.

Considerações finais

Uma das discussões mais presentes no universo acadêmico nos dias de hoje é a temática de gênero, que apesar de ser um tema obsoleto em algumas áreas científicas, encontra destaque na sociologia, antropologia, comunicação social, até mesmo no campo das ciências biológicas. Essa ampliação que vem ocorrendo nas duas últimas décadas tem possibilitado compreender as relações de gênero numa variedade de tópicos que abarcam desde o trabalho, a política, a subjetividade ou a vida cotidiana de mulheres.

Na argumentação teórica sobre as relações de gênero e a dominação masculina em determinadas profissões, apresentamos duas teóricas acerca dos estudos feministas: o processo de inserção do termo gênero enquanto categoria de análise da autora Scott, e no campo das análises feministas a filósofa Harding. Na discussão sobre a profissionalização tomamos como referencial Bruchini.

Nosso objetivo foi estudar a atuação profissional das mulheres na carreira de jornalista, identificando-as na área e como estas estabeleceram suas relações profissionais e familiares, a partir dos depoimentos das mesmas.

Desse modo, nos debates relativos ao feminino, discutimos a respeito da presença das mulheres no mundo do trabalho, dentro de uma perspectiva particular, para compreendermos o processo de transformações que culminou na inserção desse público. Neste estudo, destacamos a participação destas, no processo de produção jornalística nos anos de 1980 nos jornais impressos de Campina Grande.

Este recorte da profissionalização e feminização no jornalismo local colocam as mulheres dentro de uma existência histórica individual, incluindo-as no processo social, a partir da elaboração do conhecimento sobre o passado. Esse fato possibilita compreendê-las num contexto global, não mais potencializando as diferenças sexuais, mas sim, como uma categoria de análise enquanto sujeitos históricos.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o registro da história das mulheres emergiu entre algumas teóricas (os) e pesquisadoras (es), em meados dos anos de 1970 diante da necessidade de estudar e compreender o gênero a respeito de suas relações culturais e sociais. As mulheres passaram a ser pensadas além das explicações que as colocavam num espaço de inferioridade e marginalização social e histórica.

Dentro dessa nova perspectiva de incluir o gênero feminino na história, identificamos e entrevistamos sete jornalistas que atuaram nos jornais impressos campinense na década de 1980. Desse processo investigativo compreendemos as transformações ocorridas no cenário político, econômico, social e cultural brasileiro que influenciaram na inclusão da mulher na área do jornalismo. Uma análise centrada no gênero feminino dentro de uma concepção global, mas que considerou não apenas as estruturas econômicas, sociais e políticas, como também as dimensões da esfera privada e familiar, na perspectiva de estabelecer uma visão do conjunto da experiência histórica dessas mulheres dentro da complexidade das relações de gênero, das modificações no contexto profissional e no processo de formação da consciência das mulheres.

A partir das falas das entrevistadas percebemos que a dupla jornada de trabalho e a conquista do divórcio foram consequências da inserção destas mulheres no mercado de trabalho jornalístico, como destacaram todas as que se enquadraram neste perfil. Quando questionadas quanto a questão salarial, apenas uma das jornalistas citou a diferença salarial nas redações de jornais no período estudado.

Os discursos das entrevistas mostram que as mulheres quando não excluídas do meio jornalístico eram submetidas a discriminação através do assédio sexual e moral diante das fontes e entrevistados, como pontificaram todas as jornalistas. No entanto, o assunto mostrou-se sigiloso na fala da maioria.

Na constituição de um novo espaço para a mulher percebemos a partir das entrevistas, que a expansão do acesso a escolaridade foi um dos fatores que influenciaram na inclusão das jornalistas na mídia impressa campinense. Isto foi perceptível quando vemos que todas as entrevistadas possuem nível superior, sendo seis formadas em Comunicação Social e uma na área de pedagogia.

Esta profissionalização do gênero feminino trouxe ainda consequências no que tange os novos valores relativos ao papel da mulher na sociedade. A mulher que outrora era responsável pelos afazeres domésticos e educação moral dos filhos passa a assumir um espaço importante na renda da família. Outra contribuição partiu da igualdade jurídica, mediante as modificações da Constituição de 1988.

A inserção das jornalistas de Campina Grande dispôs ainda da influência da interiorização de jornais diários: Jornal da Paraíba em 1971, e uma década depois, o Gazeta do Sertão em 1981. Constatamos também que a chegada do primeiro curso superior de jornalismo na cidade, em meados de 1970, colocou no mercado de trabalho local 45, 23% de mulheres a mais do que o número de homens, que foi de apenas 27, 38%. No entanto, a absorção do contingente feminino na área foi menor que a masculina, no qual identificamos entre colaboradores, chefes de reportagem, editores, subeditores, repórteres e fotógrafos, até 1986, 99 homens e 17 mulheres.

Esse processo de profissionalização desencadeou ainda uma nova distribuição ocupacional nacional e local, que possibilitou o ‘ponta pé’ inicial para o processo de inserção da mulher no mercado jornalístico. A partir dessa observação constatamos um número inferior de mulheres em comparação aos homens dentro do cenário da mídia impressa campinense no período analisado.

Nesse sentido, a análise dos depoimentos relatados nesta pesquisa nos permitiu compreender a dinâmica das relações de gênero no cenário jornalístico local, tomando como base as experiências dessas jornalistas na cidade de Campina Grande. O estudo possibilitou ainda observarmos a partir da experiência individual que apesar das dificuldades enfrentadas por elas, atualmente nenhuma exerce a profissão de jornalista numa mídia impressa, o que nos leva ao questionamento de que o processo de profissionalização do jornalismo ainda não está sedimentado.

Referências

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba**: imprensa e vida. Campina Grande, PB: Editora Ilustrada. 1986.

BRASIL, Constituição (1988). **Título I - Dos Princípios Fundamentais**. In: BRASIL, Constituição (1988). Constituição 1988: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 23/99 e Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Ed. atual, em 1999. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999, p. 15-16.

BRUSCHINI, Cristina. **Gênero e trabalho no Brasil**: novas conquistas ou persistências da discriminação? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: ABEP, NEP/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000, p. 13 - 58.

BOCK, Gisela. **História, História das mulheres, História do Gênero**. Disponível em: <http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_04/04_09_GBock.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2011.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Ática, 1990.

CORAZZA, Helena. **Questão de gênero**: inclusão/exclusão da mulher no complexo midiático. In: MELO, J. M; GOBBI, M. C; SATHLER, L. (Org). Mídia Cidadã: utopia brasileira. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006, p.83 - 96

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI Escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GUEDES, M^a Eunice Figueiredo. **Gênero**: o que é isso? Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v15n1-3/02.pdf>> Acesso em 08 de Maio de 2011.

HARDING, Sandra. **Ciencia y Feminismo**. Tradução de Pablo Manzano. Madrid: Morata, 1996.

_____. **Existe un método feminista?** In: BARTRA, Eli (Comp.). Debates en torno a una metodología feminista. México, D.F: Universidad Autónoma Metropolitana. 1998. p. 9-34.

JAIVEN, Ana Lau. **Cuando hablan las Mujeres**. In: BARTRA, Eli (Comp.). Debates en torno a una metodología feminista. México, D.F: Universidad Autónoma Metropolitana. 1998. p. 185-197.

RAMOS, Regina Helena de Paiva. **Mulheres jornalistas**: a grande invasão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Faculdade Cásper Líbero, 2010.

RODRIGUES, Almira; CORTÊS, Iáris R. **Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituinte**. Brasília: Letras Livres, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero como categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Educação & Realidade. 1995, p. 71 –99.

SOUZA, Ana Fernanda Campos. **Mulheres Jornalistas**: percursos e percalços. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19152.pdf>> Acesso em 26 de jan. de 2011.

WAJNMAN, Simone; RIOS-NETO, Eduardo L. G. **Quantas serão as mulheres**: cenário para a atividade feminina. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: ABEP, NEP/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000, p. 59 – 84.

MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA DOS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO¹

Márcia dos Santos Macêdo²

RESUMO

O presente trabalho aborda a contribuição da crítica feminista para os estudos sobre mulheres chefes de família – com foco especial para o fenômeno da feminização da pobreza –, enfatizando como a utilização da categoria gênero tem possibilitado o descortinar de “outros olhares” sobre este cenário tão explorado e, paradoxalmente, ainda campo fértil e desafiador para a reavaliação de explicações correntes da vida social. Portanto, a utilização de gênero como ferramenta analítica justifica-se pela sua natureza ontológica enquanto relação social que permite captar a fluidez de certos fenômenos e instituições sociais como socialização, linguagem, a cultura ou mesmo o universo familiar.

Palavras-chave: Gênero, mulheres chefes de família; feminização da pobreza;

ABSTRACT

This paper discusses the critical contribution of feminist studies about female heads of households – with special focus to the phenomenon of the feminization of poverty –, emphasizing how the use of the gender as a category has made possible the unveiling of "other viewpoints" about this scenario so exploited and, paradoxically, still fertile and challenging field for re-evaluation of current explanations of social life. Therefore, the use of gender as an analytical tool is justified by its ontological nature while social relation that allows to capture the

¹ Trata-se da apresentação de resultados parciais da pesquisa “Mulheres chefes de família e a crítica feminista: novas leituras acerca da pauperização, desamparo e isolamento social”, financiada pelo CNPq (2011-2013).

² Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/NEIM e professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - PPGNEIM/UFBA. E-mail: msmacedo@ufba.br

fluidity of certain phenomena and social institutions like socialization, language, culture or even the family universe.

Key-words: gender; female heads of households; feminization of poverty

I – Apresentação

Em primeiro lugar, importa afirmar que o presente trabalho se propõe a refletir uma proposta de pesquisa que prioriza a utilização de ferramentas analíticas e operacionais que permitam o desvelamento das mudanças e permanências nos processos sociais e nas formas de sociabilidade em torno do fenômeno da chefia familiar feminina, a partir da adesão a uma epistemologia feminista – o que significa trabalhar com gênero como uma categoria política, como relações de poder, logicamente que articulada a outras dimensões como classe, raça ou etnia e idade ou geração. Portanto, o esforço do feminismo de reavaliação das explicações correntes da vida social permite, entre outras possibilidades, uma crítica aos estereótipos unidimensionais de gênero que ainda influenciam os estudos sobre as famílias – como a denúncia à naturalização de atribuições e papéis sexuais ou a desconstrução de modelos pretensamente ideais de masculinidade/ feminilidade baseados numa lógica heteronormativa –, ampliando a possibilidade de novas estruturas interpretativas, principalmente, por admitir que o conhecimento é sempre parcial e situado, já que ninguém “fala” fora de seu contexto (HARAWAY, 1995). Em segundo lugar, reconhece a necessidade da articulação entre as dimensões objetivas e subjetivas da vida social que terminam por produzir uma pluralidade experiências no universo da chefia domiciliar. Assim, proponho pensar hoje o contexto plural dos arranjos familiares com chefia feminina, a partir de uma lógica interseccional (CRENSHAW, 2002), pois nos possibilita a percepção do modo como os marcadores de gênero, raça/etnia, classe social e idade/geração, vão, a partir de múltiplas combinações, produzir diferentes experiências entre esses sujeitos, sempre marcados por escolhas e constrangimentos.

Assim, de um lado, o trabalho resulta de uma investigação que está assentada na realização de uma criteriosa revisão bibliográfica sobre o tema mulheres chefes de família, visando reconstituir o “estado da arte” sobre essa questão que tem se tornado cada vez mais frequente no discurso de atores sociais plurais, tais como cientistas sociais, agências internacionais, diferentes esferas da ação governamental, entre outros. De outro lado, a pesquisa optou por uma abordagem que evite, na medida do possível, uma representação fragmentada dessas experiências e, nesse sentido, deliberou por uma metodologia de trabalho eminentemente qualitativa, através da realização de entrevistas em profundidade. O campo de investigação é a

cidade de Salvador e as entrevistadas estão sendo realizadas com 50 (cinquenta) mulheres chefes de família conviventes com filho em fase escolar ou em situação de dependência socioeconômica, pertencentes a diferentes grupos étnico-raciais, idade/geração, classe social, visando assegurar uma maior aproximação da multiplicidade de significados da chefia feminina em diferentes segmentos sociais, variação no tamanho da prole, profissão/ocupação, renda, escolaridade, fase do ciclo de vida e situação conjugal.

II- A categoria gênero e suas interseccionalidades na análise da trama familiar

Acredito que a possibilidade de compreensão de uma pluralidade de questões contemporâneas como é o caso dos estudos sobre mulheres chefes de família, demanda de qualquer pesquisador/a a busca do entendimento dos elementos fundamentais que estruturam as relações dos sujeitos nos contextos estudados. Refiro-me, assim, à utilização de categorias de análise e, simultaneamente, ao entendimento de eixos fundantes da vida dos sujeitos sociais, como as dimensões de gênero, classe, raça/etnia, sexualidade e idade/geração. Estas dimensões vão ganhar maior ou menor relevância a depender das formações histórico-culturais onde os sujeitos se inserem, configurando identidades e, simultaneamente, alteridades que, como lembra Britto da Motta (1999, p.193) “expressam diferenças, oposições, conflitos e hierarquias provisórias (...), porque na dialética da vida os lugares sociais se alternam, as situações sociais desestruturam-se e reconstroem-se em outros moldes.”

Assim, gênero, classe, raça/etnia, sexualidade e idade/geração permitem a qualquer analista social uma infinidade de inter cruzamentos pela riqueza que essa articulação enseja vislumbrar na configuração da vida social. É uma importante “chave” de leitura das múltiplas dimensões constitutivas do sujeito e, vale destacar, não podem, sob nenhum argumento, “ser percebidas como se fossem ‘camadas’ que se sobrepõem umas às outras como se o sujeito fosse se fazendo ‘somando-as’ ou agregando-as” (LOURO, 1997, p. 51). Como lembra Collins (2000, p. 18), não se trata de adicionar modelos de opressão, como se pensou no início dos anos 80 – ainda nas primeiras formulações do *Black Feminist Thought* – com a ideia de “dupla” ou “tripla discriminação”, mas de “um trabalho que explora as interconexões entre sistemas de opressão”.

A percepção da dinâmica e da articulação destas categorias relacionais não prescinde de uma reflexão de cada um desses eixos de *per si* – para que se entenda o funcionamento de suas lógicas específicas – mas, inicialmente precisam ser analisadas no seu entrelace e, mais que isso, na sua potencialidade de se interceptarem, redefinindo-se mutuamente, como é claramente expressa através da noção de *interseccionalidades* (CRENSHAW, 2002). Esse conceito vem

auxiliar a realização de estudos e pesquisas em diferentes áreas da vida social, ao oferecer uma importante ferramenta analítica para a compreensão da interação dinâmica destas múltiplas discriminações. Crenshaw (op.cit, p.177) formula uma definição bastante elucidativa para *interseccionalidades*, buscando apresentar não apenas uma conceituação, mas simultaneamente, uma explicitação de seu *modus operandi*:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desemperramento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Ao possibilitar perceber como as relações sociais se estruturam e circulam em eixos de poder “distintos e mutuamente excludentes”, mas que “frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando interseções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam” (op. cit), Crenshaw recorre a um exercício – que ela vai chamar de “conceituação metafórica” –, apresentando os eixos de poder através da imagem de avenidas transversais e sobrepostas, cujo volume e velocidade do tráfego serão determinantes para o dimensionamento das negociações de conflitos e choques de identidades marcadas por múltiplas opressões.

A adoção de perspectivas de análise interseccionais permite a identificação das relações de dominação que estruturam o contexto sócio histórico como um sistema que interconecta as opressões de raça, classe e gênero, expandindo o foco de análise para além de uma mera descrição de similaridades e diferenças entre estes sistemas de opressão, focalizando, prioritariamente, as formas como eles se entrelaçam (COLLINS, 2000).

Faz-se necessário, no entanto, afirmar que, a despeito da importância da categoria ontológica gênero para o entendimento da realidade de certos grupos e contextos sociais, “nem tudo é uma questão de gênero” (SORJ, 1993). A vida das pessoas é marcada por outras dimensões e é preciso ter cuidado com a ênfase excessiva na dimensão de gênero e o grande “salto” que esta reflexão possibilita é a noção de que os pertencimentos dos sujeitos são “mutuamente reconfigurados” a depender da combinação de diferentes sistemas de opressão. Então, a experiência de ser negro, por exemplo, passa a ser resignificada “através” do gênero e a experiência de ser mulher passa vivida “através” da raça (BAIROS, 1995) ou ainda da classe, da orientação sexual ou idade/geração. Isso porque não podemos esquecer que numa sociedade ainda tão desigual e com um passado escravagista como a brasileira, o racismo persiste estabelecendo códigos de exclusão que, ao serem reconfigurados pela dimensão de gênero, vão

definir diferentes possibilidades de escolarização, acesso ao mercado de trabalho, nupcialidade ou até mesmo expectativa de vida entre homens e mulheres, brancas/os e negras/os.

Coerente com uma perspectiva ontológica de crítica des/construcionista do conhecimento e de defesa da dimensão relacional dos objetos no campo das Ciências Sociais, acredito que, no caso dos estudos sobre a família, o primeiro desafio é romper com qualquer tentação de tratar este objeto (tão conhecido de todos nós) de forma naturalizada e ideologizada pelos padrões historicamente estabelecidos em torno *do que é uma família*. Como nos lembra Bourdieu (1997), o discurso familiarista que todos nós incorporamos, não apenas descreve uma realidade social, “mas também prescreve um modo de existência, a vida de família”, com algumas características reconhecidas como “normais” e “específicas” deste grupo – o que significa pensar, por exemplo, no “modelo prototípico” da família conjugal nuclear, heterossexual, com chefia masculina e prole reduzida.

Portanto, é o próprio Bourdieu (1989) quem sugere saídas para “as armadilhas da familiaridade” que envolvem o tema, quando propõe a ruptura com o objeto pré-construído, isto é, segundo ele, tomamos como nossa problemática, um “problema social exprimido por agentes fora do campo científico”. Portanto, a primeira tarefa na investigação social, inclusive naquelas *sobre e com famílias*, é o “trabalho de desconstrução/ reconstrução” do objeto que permita tomar a família como uma categoria política, o que nos permite apreender o fato de “que esta interessa ao poder que contribuiu para defini-la, enquadrá-la, normatizá-la e, finalmente, naturalizá-la” (BONNEWITZ, 2003, p.48).

A adoção desta perspectiva significa, logicamente, entender a importância dos estudos de gênero como ferramenta de análise e releitura crítica do contexto familiar, permitindo questionar todo um modelo tradicional de família (ARRIAGADA, 2002) que estaria assentado sobre as seguintes premissas: i) é visto como um modelo único e estático (sem mudanças: isto é, conjugal e nuclear); ii) portanto, harmônico, isto, é sem conflitos e hierarquias; iii) ocupando, desta forma, exclusivamente o âmbito privado; iv) o que leva, assim, à ideia de grupos independentes, isto é, autônomos e auto mantidos.

Bruschini, em um instigante trabalho intitulado “Fazendo as perguntas certas” (1996, p. 5), vai apontar a importância da reflexão teórica iniciada nos anos 70 e aprofundada nos anos 80 sobre as mulheres e as relações entre os sexos e, principalmente, com o amadurecimento dos marcos teóricos de gênero, pois estes, na sua opinião:

viabilizaram o levantamento de questões pertinentes, assim como a elaboração de hipóteses e a definição de conceitos, orientando a busca de estatísticas. A invisibilidade da atividade econômica realizada pelas mulheres, o aumento do número de famílias

chefiadas por mulheres, a violência doméstica, o assédio sexual são apenas alguns dos temas levantados pelo feminismo e pelos estudos de gênero, provocando a procura de dados. (BRUSCHINI, 1996, p.7)

Considero bastante pertinente a avaliação desta autora, pois o tratamento de informações estatísticas, antes de se referir a números, “se constitui em um enunciado que reflete a representação que a sociedade tem sobre si mesma” (OLIVEIRA, 2005, p.5). Desse modo, os “filtros de gênero” podem ser claramente identificados a partir da forma como os dados são articulados e interpretados pelos analistas, daí a tendência histórica da reprodução de estatísticas “sem gênero”, baseadas numa neutralidade relativa e expressa pela ideia de um “homem médio ideal” e que dificilmente pode ser representativo dos sujeitos reais, homens e mulheres, de diferentes idades, classes sociais e grupos etnicorraciais.

Destarte, a crítica realizada pelos estudos de gênero vem provocando uma significativa alteração na sistemática de coleta, processamento e análise de dados, possibilitando, assim, uma releitura das explicações correntes em torno de um sem número de questões. Esses “achados” vão permitir que se perceba que por trás das idealizações em torno de um modelo de família, há um conjunto de “estruturas reais” que nos obriga a admitir, em primeiro lugar, que é preciso tratar de *famílias* (no plural), pois há uma diversidade quando se fala deste grupo social – e estas estão em constante mudança (e também os domicílios); em segundo lugar, admitir que, embora haja solidariedade, também há hierarquia – o que significa reconhecer o conflito e a violência intrafamiliar; e, por último, assimilar a existência de uma forte permeabilidade da família ao âmbito público, pois “borram-se”, cada vez mais, as fronteiras entre o público e o privado e a família, nesse contexto, vem se tornando objeto de intervenção das políticas públicas.

Algumas análises (GONZÁLEZ DE LA ROCHA, 1998; GOLDANI, 2000 e 2002; ARRIAGADA, 2002), ao defenderem o caráter transversal da perspectiva de gênero nas investigações sobre as diferentes afiliações institucionais de homens e mulheres, apontam a família como um dos mais relevantes contextos organizacionais responsáveis, simultaneamente, pela perpetuação e também pela transformação nas relações sociais entre os sexos. Por outro lado, porquanto denunciam desigualdades, estes estudos também avaliam para além das permanências, ao evidenciarem a ocorrência de um conjunto mudanças nesse contexto. Uma das primeiras constatações, entre outros fatores, é a percepção da coexistência de uma diversidade de modelos de famílias e estilos de vida, superando uma visão conservadora em torno de uma suposta “crise da família” ou mesmo de sua extinção (GOLDANI, 1994). Este novo olhar só é possível porque realiza uma leitura da articulação dinâmica de diferentes fatores que vão dar base a um conjunto transformações demográficas – como fecundidade, nupcialidade,

envelhecimento populacional, processos de individualização dos sujeitos sociais, etc. –, permitindo que se possam entender melhor as novas formas de convivência entre as pessoas, como o crescimento das uniões consensuais e dos domicílios unipessoais, as novas famílias reconstituídas ou com prole reduzida, as uniões entre pessoas do mesmo sexo e, em especial, o significativo crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres.

III - As “lentes” de gênero e a chefia feminina: um novo olhar sobre a feminização da pobreza?

O fenômeno da chefia de domicílios por mulheres não se trata de uma “nova realidade” como insistem em afirmar as manchetes de jornais e programas de televisão, mas, certamente, sua existência tem sido ocultada por um retrato uniforme das formas de organização familiar no Brasil, favorecido, por muito tempo, pela universalização do protótipo da família conjugal nuclear (CORRÊA, 1982). O que pode ser considerado como “novo” nesse contexto? Por certo que é a sua expansão entre as chamadas camadas médias brasileiras, o que, do ponto de vista ideológico, vem se chocando com o modelo dominante neste universo, imposto pelas ideologias de gênero – que preveem uma distribuição de papéis e responsabilidades segundo hierarquias baseadas em fatores como sexo e idade dos membros, atribuindo ao homem, e aos de mais idade, maiores poderes e prerrogativas no interior do grupo doméstico. Mas, a “grande novidade” da expansão de seu interesse no campo das pesquisas, dirão Woortmann e Woortmann (2002), baseia-se no fato de que

tendo o fenômeno penetrado na própria camada social dos pesquisadores (ou melhor dizendo, das pesquisadoras), foi ele como que redescoberto e revalorizado, na medida em que deixou de ser algo característico de um “outro”, para se tornar presente entre “nós”. (WOORTMANN & WOORTMANN, 2002, p.2)

Assim, as últimas décadas testemunharam uma significativa expansão do fenômeno em todos os estratos sociais e, conseqüentemente, o crescimento de sua visibilidade social. Revisitando a literatura sobre a temática no Brasil – o que foi confirmado por um amplo levantamento realizado em torno dos estudos sobre o tema (SCOTT, 2002) – e na América Latina (GONZALEZ DE LA ROCHA, 1999; ARRIAGADA, 2002), tenho me dado conta da amplitude das questões que envolvem os estudos sobre os chamados “novos arranjos familiares” e, particularmente, aqueles em torno da situação de chefia domiciliar feminina, apresentando reflexões que vão desde questões mais elementares como a discussão mais sociológica quanto à adequação da terminologia utilizada – responsabilidade, chefia, gerência ou provisão? – e dos

significados atribuídos a estes termos – manutenção econômica, autoridade e prerrogativas, atribuições e deveres? –, passando pelas reflexões mais antropológicas sobre monoparentalidade e matrifocalidade, até às análises mais complexas em torno de questões estruturais como processos de precarização laboral, desemprego e pauperização e sua relação com o aumento destes domicílios chefiados por mulheres.

Nessa perspectiva, portanto, parece ser bastante plausível afirmar que o que vai assegurar relevância e visibilidade social aos estudos sobre as famílias chefiadas por mulheres, ou ainda ao “vetor” *mulheres chefes de família*, não parece ser apenas o relativo crescimento estatístico deste tipo de arranjo (SCOTT, 2002, p.2), mas a complexidade de uma pluralidade de fatores que se articulam para a constituição desta problemática. O que significa dizer que é preciso entender como a precarização das condições de vida da população e a ampliação da participação feminina na população economicamente ativa, articulada a outros fatores demográficos – como a ocorrência de novos fluxos migratórios, a redução da fecundidade, o aumento do número de divórcios, a ampliação da expectativa de vida (associada à manutenção das taxas de sobrevivência masculina) e o crescimento relativo das uniões consensuais e das chamadas “produções independentes” –, vêm resultando em novos arranjos familiares, em especial aqueles do tipo monoparental feminino.

Portanto, as famílias chefiadas por mulheres precisam ser vistas como o resultado, como lembra Berquó (2001, p. 2), de um conjunto de “transformações econômicas, sociais, culturais e comportamentais que vão se sucedendo ao longo do tempo” e que produzem variações nas trajetórias das mulheres, fazendo que esta “chefia” possa ter múltiplos significados, tais como: a situação da mulher solteira, viúva ou separada com filhos, ou daquela que pode ser casada e estar coabitando com companheiro e filhos; ou encontrar-se nessas mesmas condições e ainda estar vivendo com parentes e outros agregados.

A despeito dessa complexidade, a grande maioria dos/as estudiosos/as do tema vai enfatizar a questão da vulnerabilidade socioeconômica como elemento chave para entender a situação vivenciada pelas mulheres chefes de família, denunciando suas “estreitas margens de viabilidade” (BUVINIC et al., 1983; BARROS et al., 1994; NOVELLINO, 2004). Esse tipo de generalização termina por reforçar “estereótipos de vulnerabilidade e pobreza” e vão demandar uma análise que reconheça a existência de uma complexidade que não pode ser contida em modelos estereotipados do tipo “mais pobre entre os pobres” (LAVINAS, 1996; GONZALEZ DE LA ROCHA, 1999).

Nessa perspectiva, portanto, em que pese a importância da ênfase na questão das desigualdades sociais como vetor da expansão do fenômeno da chefia de domicílio por mulheres,

começam a ganhar espaço “outras vozes” que enfatizam a necessidade de entendimento de que este fenômeno, por estar sujeito igualmente a outros condicionantes, “deve ser visto como uma configuração histórica e social” (CARVALHO, 1998, p.7). Nos estudos sobre domicílios com chefia feminina, não se pode negar que adoção do viés de gênero vai ser um dos fatores determinantes na discussão e na reorientação destas análises acerca da problemática. Em primeiro lugar, por permitir uma releitura da matriz cultural dominante, “atravessada” fortemente pelas hierarquias de gênero, que marcam a tônica dos discursos em torno destes sujeitos. Isso ocorre porque a mulher, nesta condição, é vista quase sempre como um contraponto ao modelo da chefia domiciliar masculina – ainda assentado no referencial dominante da unidade nuclear, composta pelo casal heterossexual, unido legalmente e com filhos. Assim, a crítica que se pode fazer é que as unidades domiciliares com chefia feminina, longe de representarem uma exceção, tratam-se de “formas não nucleares [que] devem ser vistas e entendidas como parte de uma complexa reconfiguração que as famílias (no plural) experimentam (...) no mundo inteiro” (GONZALEZ DE LA ROCHA, 1999, p. 127).

Em segundo lugar, as análises de gênero, permitem entender, o que faz com que nove entre cada dez famílias do tipo monoparental seja chefiada por uma mulher. A referida crítica à matriz cultural dominante, possibilitada pelas “lentes de gênero”, evidencia que ainda são preservados modelos mais ou menos rígidos em torno das expectativas acerca da maternidade/maternagem e paternidade/paternagem, onde a “ética do cuidado” (SCAVONE, 1995) é supervalorizada, o que faz com que o filho ainda seja, prioritariamente, objeto de cuidados da mãe. Assim, as ideologias de gênero são a base para entender o que vai definir a identidade primeira desse grupo – “mulher”, depois, “chefe de família” – inclusive, é o principal fator que lhes define um “lugar” no mundo: tornam-se chefes de família porque são *mães*, num contexto social que prevê um modelo de maternidade/maternagem, socialmente construído, baseado na hipertrofia de suas responsabilidades parentais (op.cit).

Do mesmo modo, retomando as conexões entre famílias e desigualdades sociais, as análises de gênero, a partir dos anos 80, vão fornecer ferramentas para a realização de uma série de estudos que, ao proceder a uma avaliação de um conjunto de indicadores estatísticos sobre o crescimento da pobreza no mundo, terminaram por identificar um amplo contingente de mulheres entre a população mais pauperizada nos países pobres. O clássico trabalho organizado por Buvinic et al. (1983), intitulado *Women and poverty in the Third World*, tornou-se uma referência obrigatória nos trabalhos sobre a situação das mulheres e seu difícil acesso aos recursos existentes nos países do chamado Terceiro Mundo. A divulgação de pesquisas desta natureza, vai inspirar um conjunto de políticas que irá dar forma ao que mais tarde passou a ser

chamado de *Programas de Gênero e Desenvolvimento*, implementados por agências internacionais, que atribuem a um processo de *feminização da pobreza* a identificação das mulheres como “a grande massa da pobreza mundial”.

Com relação a este processo, Chant (2004) vai comentar que se criou, a partir daí, um “tema ortodoxo”, pois, desde então, formou-se um grande consenso entre os pesquisadores da área que serviu para fornecer “combustível para uma ampla agenda de programas” e políticas públicas que terminou por levar a uma segunda constatação: de que, entre as populações pauperizadas, as mulheres chefes de família formariam a maior parte do seu contingente mais vulnerável, isto é, estas se tornaram “as mais pobres entre os pobres”.

Portanto, não custa lembrar, mais uma vez, o quanto tem sido importante o amplo reconhecimento da transversalidade de gênero como uma categoria de grande valor heurístico para a análise de uma série de desigualdades que atravessam a vida de homens e mulheres, enquanto, relações de poder, o que vai evidenciar as desvantagens vivenciadas pelas mulheres em todo mundo, especialmente quando intersectadas por fatores como classe, raça/etnia e idade/geração. Mas, por outro lado, faz-se ainda necessário ressaltar que os “usos de gênero” – especialmente quando utilizado simplificada e como sinônimo de “mulher” –, como qualquer ferramenta de análise, ao apresentarem um sem número de possibilidades, também trazem no seu bojo alguns riscos de se naturalizarem as desigualdades em torno de algumas populações, como se esta condição lhes fossem intrínsecas em decorrência de um conjunto de características particulares desfavoráveis, o que vai significar, em última instância, responsabilizá-las pelo “seu” *gap*.

Em que pese todo um conjunto de esforços envidados para se entender a situação dos domicílios chefiados por mulher, permitindo a consolidação de uma nova legitimidade em torno do fenômeno, tal perspectiva termina por reforçar uma ênfase excessiva nos aspectos sócio-econômicos e tornando incontestável o dado sobre a “maior pobreza das mulheres chefes de família”. Acredito que, a despeito das possibilidades abertas pela discussão realizada em torno da *feminização da pobreza*, no tocante à ampliação da visibilidade social destes domicílios e à abertura de espaço para estes sujeitos tornarem-se “pauta” dentro da agenda dos programas de desenvolvimento e políticas públicas, não se pode deixar de considerar “o outro lado da moeda” apresentado por este enfoque: a associação negativa entre chefia feminina e pobreza como se o crescimento desses domicílios fosse “símbolo de quebra dos valores familiares e da desorganização familiar”, portanto de uma situação de retrocesso no “ciclo ideal” de desenvolvimento da família. A este respeito diz Safa:

A visão negativa das unidades domésticas chefiadas por mulheres é em parte conceitual, devido a nossa ênfase eurocêntrica na família nuclear como a norma e a encarnação da

modernidade e do progresso (...). Esta visão patológica das unidades domésticas chefiadas por mulheres contribui para a crença de que estas geram pobreza; em lugar de vê-las como um resultado dela, e um resultado, por acréscimo, em que as políticas neoliberais têm desempenhado um papel destacado. (SAFA, 1999, p.9, minha tradução)

Observe-se, porém, que qualquer esforço de problematização da questão da chamada *feminização da pobreza*, vai requerer da/o analista uma abordagem extremamente cuidadosa e equilibrada. Em primeiro lugar porque esta noção está assentada em dados objetivos, pois como lembra Moghadam (1997), as mulheres efetivamente estão em situação de desvantagem em relação aos homens, tanto no que se refere ao usufruto de direitos, quanto em relação à carga de trabalho e nível de remuneração e ainda com relação à possibilidade de mobilidade socioeconômica, já que enfrentam barreiras culturais, legais, obstáculos no mercado de trabalho, entre outras limitações. Portanto, a desigualdade de gênero não é fictícia, o que faz com as mulheres chefes de família enfrentem dificuldades suplementares, ao terem que administrar sua dupla participação nas esferas da produção e da reprodução em condições desfavoráveis em relação aos homens que também são chefes de domicílio – e que na sua grande maioria contam com a participação, cada vez maior, das esposas, tanto na tradicional esfera dos cuidados domésticos como no mundo da produção.

Em segundo lugar, um dos raciocínios mais óbvios para explicar a vulnerabilidade dos domicílios com chefia feminina é, na maioria deles, a ausência da figura do esposo-pai que, como lembra Agier (1990, p. 49), “é uma força de trabalho que não é exatamente substituível pela força de trabalho feminina”. Assim, a premissa de que a perda da figura do principal provedor, reconhecido hipoteticamente como portador mais provável de características socialmente mais valorizadas na relação com o mercado de trabalho, leva, conseqüentemente, à lógica conclusão da impossibilidade das mulheres de cumprirem satisfatoriamente as obrigações do chefe da família, já que se trata da transferência deste papel para alguém destituído dos atributos desejáveis ao enfrentamento da dupla condição de provedor e responsável pelo domicílio.

Portanto, nesta linha de raciocínio, a chefia feminina vai significar, quase sempre, para os grupos domésticos uma agudização das suas condições de subsistência, pois pressupõe uma impossibilidade das mulheres de oferecer condições adequadas à manutenção dos seus domicílios – e, nesse contexto, esta situação de privação vai ser transferida para as crianças e outros membros, já que estas não apresentam condições de poder garantir os mesmos níveis de subsistência da chefia masculina. Nessa perspectiva, portanto, “famílias monoparentais femininas e pobreza acabam, de um lado, por construir outro estigma, o de que as mulheres são

menos ‘capazes’ para cuidar de suas famílias ou para administrá-las do que um homem...” (VITALE, 2002, p.51). Observe-se, porém, que a crítica realizada por Castro (2001, p. 92) é bastante elucidativa acerca dos reais motivos das “desvantagens sociais” enfrentadas pelas mulheres, nesse contexto:

As mulheres de famílias monoparentais (...) foram esposas, ou seja, empobrecem não porque se tornam chefe de família, porque deixaram de ter um provedor, mas, com a maior probabilidade, porque foram esposas antes e, assim, não tiveram as mesmas oportunidades dos homens, casados ou vivendo sós, ou das mulheres sós, de investir em carreira, de socializar-se com as regras do e no mercado.

Em que pese uma série de argumentos contrários, não há como negar que a ênfase excessiva na vulnerabilidade dos domicílios com chefia feminina, contida na perspectiva de análise da *feminização da pobreza*, termina por reforçar estereótipos e por provocar um alto nível de estigmatização das unidades domiciliares e dos sujeitos que se encontram nesta situação. O próprio movimento feminista realiza uma crítica a esta perspectiva e propõe a adoção da expressão ‘pauperização das mulheres’, questionando-se: por que “associar 'feminização', palavra culturalmente desvalorizada, à palavra 'pobreza', também socialmente depreciativa? Por que não falar [...] em 'pauperização das mulheres'?” (BRUSCHINI et al. *apud* FARAH, 2004, p.55).

Gonzalez de la Rocha (1999, p.33) vai possibilitar uma leitura mais crítica desta alegada “inviabilidade” ao defender a necessidade de “entender a complexidade destes domicílios e a diversidade de respostas ante às dificuldades econômicas”, principalmente porque o processo de diversificação das estruturas familiares vai provocar a construção de novos “cenários sociais onde se podem observar mudanças nas relações sociais, nos padrões de socialização e nos padrões de geração e uso dos recursos” (op. cit, p.34) e também na distribuição de responsabilidades. Tal perspectiva se coaduna com constatações de alguns estudos junto a famílias das classes trabalhadoras no Brasil, pois há diferenças nas prioridades de alocação de recursos entre os chefes de diferentes sexos, sendo que a chefia feminina é muito mais democrática em relação às necessidades do conjunto de seu grupo doméstico (CARVALHO, 1998; MACÊDO, 1999 e 2008) – o que permite inferir que o montante de recursos percebido pelo chefe pode não ser o fator determinante do nível de vida do grupo, mas muito mais a forma de alocação destes recursos.

Note-se, entretanto, que é sempre arriscada a explicitação de certas formulações, à primeira vista quase que essencialistas, por parecerem cair na análise simplista de defesa do “altruísmo das mulheres” em oposição ao “egoísmo masculino”, mas, o que se constatou – em estudos como os realizados por Carvalho (1998), Arriagada (2002) e Oliveira e Garcia (2004) – é

que, em muitas situações, os rendimentos dos homens são direcionados para dispêndio pessoal, reduzindo-se inclusive “os níveis de regularidade dos recursos e trazendo vulnerabilidade e ‘pobreza secundária’ para mulheres e crianças” (CHANT, 2004, p.21). Assim, estes estudos, ao discutirem as diferenças na distribuição de recursos nos domicílios com chefia masculina e feminina, vão apontar que as mulheres chefes investem a grande maioria do seu ganho (quando não todo) na manutenção do domicílio, o que, ao contrário do que se pensa, traz efeitos altamente positivos para fatores como a melhoria dos níveis nutricionais, dos cuidados de saúde e de educação dos membros da família – mesmo que esses ganhos sejam mais reduzidos que aqueles da chefia masculina. Assim, é fundamental que, as análises em torno da relação entre chefia feminina e pobreza, levem em consideração outros indicadores de bem estar para dimensionar os níveis de qualidade de vida destes domicílios chefiados por mulheres (OLIVEIRA & GARCIA, 2004).

IV - Alguns Achados da pesquisa e uma breve conclusão

Assim, o reconhecimento da importância de uma crítica possibilitada pela perspectiva dos estudos feministas e de gênero na compreensão de instituições sociais como a família – e, nela o fenômeno da chefia feminina –, elucida sua estruturação dentro de uma “matriz de dominação”, pois permitem entender, para além da coexistência de uma pluralidade de opressões, as maneiras *como* estas opressões interseccionais são efetivamente organizadas e reaparecem nos domínios do poder sob diferentes formas e de como os sujeitos constroem estratégias de resistência e empoderamento. O que desejo sinteticamente enfatizar neste trabalho é que a expansão do fenômeno da chefia de núcleos doméstico-familiares por mulheres é o resultado da complexa articulação de uma pluralidade de fatores de natureza econômica, social, cultural e comportamental, portanto, implica pensar na articulação entre as dimensões objetivas e subjetivas da existência dos sujeitos particulares e dos grupos e classes sociais.

Nessa direção, uma das principais questões que se tentou evidenciar é que é de extrema relevância a dissociação da ocorrência e expansão desse fenômeno das análises que insistem em relacioná-lo, prioritariamente, aos processos de *feminização da pobreza* e que terminam por reforçar uma leitura simplista da realidade, invertendo a lógica explicativa da verdadeira natureza geradora desse fenômeno. Nesse sentido, a reflexão em torno das hierarquias de gênero vai ser uma importante chave de desmistificação desse fenômeno e vai permitir compreender que (i) se muitas mulheres chefes de família estão entre os mais pobres é porque estas, pelas

hierarquias de gênero, são tornadas mais pobres pelo baixo acesso à renda e à propriedade; (ii) associar pobreza à chefia feminina termina por estigmatizar a mulher, numa visão essencialista que lhe atribui uma incapacidade de cuidar das suas famílias na ausência de um homem, como se fosse um estado perene e não uma questão circunstancialmente produzida; (iii) por outro lado, generalizar a ideia de bem-estar à família com chefia masculina é ignorar que há uma vulnerabilidade camuflada pelo modelo ideológico da chamada “família completa” e, assim, (iv) ainda significa perpetuar uma visão que termina por ignorar a diversidade que existe naquelas famílias com chefia feminina, pois fica a cada dia mais evidente que “nem todas são pobres”.

Com essa discussão quero reiterar um dos aspectos centrais defendidos nesse trabalho: ainda que o aumento do contingente de mulheres como chefes de domicílio envolva a articulação de desigualdades de classe, gênero, raça/etnia, idade/geração e até de contexto geográfico – o que pode ser fortemente evidenciado na concentração de precários níveis de subsistência entre mulheres chefes de família de áreas geográficas de baixo desenvolvimento econômico, pretas e pardas e, em especial, aquelas mais jovens que possuem filhos ainda em idade pré-escolar –, o crescimento desse fenômeno, especialmente entre as classes médias, é, principalmente, um indicativo de que há uma melhoria significativa nas *condições de sobrevivência e existência* dessas mulheres e não o contrário, como a lógica da *feminização da pobreza* insiste em apregoar. Trocando em miúdos: tanto do ponto de vista objetivo – da *sobrevivência* em termos de significativa melhoria nos níveis de escolarização, de sua posição relativa no mercado de trabalho e de equivalentes níveis de remuneração – quanto do ponto de vista subjetivo – da *existência* no que se refere aos crescentes graus de autonomia e protagonismo sociais e em face ao grande investimento dessas mulheres em termos dos processos de individualização contemporâneos –, as mulheres têm exercitado a possibilidade de fazer escolhas que muitas vezes têm passado pela decisão de ruptura de relações conjugais insatisfatórias, pela opção de levar adiante ou mesmo iniciar uma gestação sem parceiro, pela firme decisão de permanecer sozinha com filhos e não repetir histórias de insucesso conjugal, entre outras possibilidades de tornarem-se chefes de seus domicílios. E mais: em todos esses casos, vêm obtendo um considerável êxito na tarefa de assegurar a manutenção econômica e a administração da autoridade junto a seu grupo doméstico, num trabalho de mediação e de representação deste perante a sociedade.

A investigação levada a termo com mulheres de classe média³ possibilitou entender quais os caminhos que as levaram à condição de chefes de seus domicílios, através da reconstrução de

³ Trata-se da minha tese de doutoramento (MACEDO, 2008), agora retomada em projeto de pesquisa financiado pelo CNPQ (2011-2013).

suas trajetórias familiares, educacionais, afetivo-sexuais e conjugais, trabalhando de forma articulada a perceber como cada um desses níveis da existência foi sendo articulado à esfera da sobrevivência através da relação com o mercado de trabalho para a construção de suas carreiras profissionais. Na outra ponta, buscou mergulhar nas experiências atuais das entrevistadas em torno do triplo pertencimento à condição de mãe, trabalhadora e chefe de família. A ideia, portanto, foi a de perceber como seus pertencimentos sociais de gênero, raça/etnia, classe social e idade/geração, sempre articulados ao contexto social, vão, na tessitura das interseccionalidades, definindo-lhes divergências e convergências em seus cursos de vida e que, muitas vezes, são habilmente reconfigurados por um conjunto de estratégias que podem decorrer das escolhas desses sujeitos, sempre definidas no encontro entre volição e oportunidade, representadas pelas dimensões objetivas e subjetivas do mundo social.

Destarte, espero não ter corrido esse risco em vão e que no esforço de apresentar o universo simbólico articulado à dimensão da vida objetiva desses sujeitos, tenha podido oferecer alguma luz para se compreender *melhor o que é ser mulher chefe de família de classe média hoje*, sem tomar o “lugar social” desses sujeitos numa perspectiva imobilizada do tipo “elas são assim” ou mesmo próxima de qualquer tentativa de definir-lhes uma visão de mundo específica ou particular. O desafio de compreender a emergência de uma nova identidade entre essas mulheres – que precisa se situar face à complexa problemática das relações hierarquizadas onde se encontram inseridas –, requer desvendar os processos de estruturação, determinados por uma base objetiva e subjetiva de sua experiência e que através das respostas produzidas por esses sujeitos, vai se materializar em um novo *habitus* de gênero⁴. Isso significa dizer que passa principalmente pela experimentação de muitas e novas maneiras de ser mulher, mãe, trabalhadora, chefe de família e sujeito de sua história. Por outro lado, é muito importante explicitar ainda que não se trata aqui de pensar um único *habitus* de gênero dentro de um esquema de simplificação das relações sociais aí existentes. Isso porque elas estão sendo desafiadas cotidianamente perante certas práticas, discursos e representações sociais que são estruturadas por outros eixos hierarquizantes das relações sociais, também igualmente relevantes, em termos de classe social, idade/geração, raça/etnia, orientação sexual.

Portanto, arrisco a pensar que, nesse contexto de articulação dinâmica de dimensões fundantes da vida social, essas mulheres chefes de família estão sendo produzidas *por* e ao mesmo tempo produtoras *de* novas possibilidades de viver a dimensão de gênero segundo sua

⁴ Adoto aqui a formulação de *habitus* proposta por Pierre Bourdieu (1994, p. 60) como um processo de construção de práticas e representações enquanto um duplo movimento de “interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade”.

classe social, sua idade/geração e raça/etnia. No caso em reflexão neste estudo, retomo uma proposição apresentada anteriormente neste trabalho, de que, ao falar de mulher chefe de família de classe média estou me referindo à construção de um *habitus* de gênero conforme a classe, pois é possível visualizar diferenças significativas nas práticas e representações entre mulheres chefes de família de diferentes classes sociais. Mas o processo não pára por aí, pois esse *habitus* de gênero conforme a classe se apresentará de maneira distinta ainda conforme a idade/geração dentro de um grupo de mulheres chefes de família da mesma classe social, mas pertencentes a diferentes grupos geracionais – e aí por diante –, sempre tecidos nas tramas das relações interseccionais de seus outros pertencimentos sociais.

Por outro lado, me sinto na obrigação de explicitar que, quando falo em *habitus* de classe conforme o gênero, não pretendo defender aqui nenhuma espécie de *ethos* particular ou homogêneo compartilhado por esse grupo de classe média ou pelas mulheres de classes populares. Bourdieu (1994, p. 59-60) já alertava a esse respeito, para o perigo da “personificação de coletivos” que terminam por atribuir “aos grupos ou às instituições disposições que só podem constituir-se nas consciências individuais, ainda que sejam o produto de condições coletivas”. Daí que a opção por falar em *habitus* não é uma escolha meramente arbitrária, mas implica o reconhecimento de que é através de uma análise que compreenda o processo de “engendramento das práticas” desses sujeitos, que se torna possível dar conta desse duplo movimento do real, isto é, de “interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade”.

Assim, finalizo, apontando que a proposição desse trabalho de considerar que as mulheres chefes de família, ainda que inseridas em um contexto social cuja orientação dominante não previa esse lugar para elas – não podemos esquecer que o inusitado da situação aqui é termos mulheres em uma posição que historicamente nas sociedades ocidentais é atribuída ao *pater familias*, portanto, um lugar que se constitui basicamente como um “não lugar”, visto ser fortemente marcado pelas hierarquias de gênero –, são forçadas a enfrentar “a lógica das coisas” estruturadas por um sistema de relações objetivas e, simultaneamente, nesse processo de engendramento das práticas, acionam estratégias de enfrentamento – por exemplo, através da elevação do seu investimento em escolarização visando acumular capital cultural e melhorar sua posição no mercado de trabalho, pela adoção de práticas objetivas de resistência a modelos tradicionais de relações entre os sexos – e terminam por demonstrar possibilidades de exercício de alguma autonomia e capacidade de resistência face aos constrangimentos impostos pelo mundo das relações objetivas. E, nessa direção, vão descobrindo novas maneiras de se tornarem cada vez mais protagonistas de suas histórias, criando novas e surpreendentes formas de serem mulheres, num vir a ser que não pôde, nem poderia ser completamente compreendido e nem

expressado pelo discurso – igualmente intelectualizado e psicanalizado – desta investigadora que, na sua perplexidade, se descobre também construindo um *habitus* não muito diferente daquele que desejou ardentemente conhecer.

Referências:

AGIER, Michel. O sexo da Pobreza: homens, mulheres e família numa “avenida” em Salvador da Bahia. **Tempo Social**, Revista Sociologia USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 35-60, 2.sem. 1990.

ARRIAGADA, Irma. As Famílias e as Políticas Públicas na América Latina. In: PRÉ-EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: CRESCIMENTO, DIVERSIDADE E POLÍTICAS. Ouro Preto: CNPD, FNUAP e ABEP, 2002, 29p.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ, p.458-463, 1995.

BARROS, Ricardo; FOX, Louise; MENDONÇA, Rosane. Pobreza e domicílios chefiados por mulheres. In: II SEMINÁRIO NACIONAL POLÍTICAS ECONÔMICAS, POBREZA E TRABALHO. Rio de Janeiro: IPEA, 1994, P.79-85.

BERQUÓ, Elza. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: SEMINÁRIO ESTUDOS DE GÊNERO FACE AOS DILEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA. Itu, SP: III Programa de Gênero na Sociedade Brasileira, Fundação Carlos Chagas, 2001, 23p. (mimeo)

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, p.46-81. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Ed. Papyrus, 1997.

BRITTO DA MOTTA, Alda. "**Não tá morto quem peleia**": a pedagogia inesperada nos grupos de idosos. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? II CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO. Águas de Lindóia, dez. 1996, 15p.

BUVINIC, Mayra; LYCETTE, Margaret; MCGREEVEY, William P. **Women and poverty in the Third World**. Baltimore/London: The John Hopkins University Presss, 1983.

CARVALHO, Maria Luiza S. A mulher trabalhadora na dinâmica da chefia familiar. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 6, n.1, p.7-33,1998.

CASTRO, Mary G. Feminização da pobreza: um cenário neoliberal. In: GALEAZZI, I. (Org). **Mulher e trabalho**. Porto Alegre: FEE, p. 89-96, 2001.

CHANT, Sylvia. Dangerous equations? How female-headed households became the poorest of poor: causes, consequences and cautions. **IDS Bulletin** – Institute of Development Studies, v. 35, n.4, p. 19-25. oct. 2004.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. 2nd ed. New York: Routledge, 2000.

CORRÊA, Marisa. Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil). In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.13-38.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão/ UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n.12, p.171-188, 2002.

FARAH, Marta F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão/ UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, v. 12, n.1, p. 47-71, 2004.

GOLDANI, Ana Maria. Retratos da família em tempos de crise. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, n. esp., p. 303-335, 1994.

_____. Famílias e gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Caxambu, MG 2000, 20p. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais_/pdf/2000/Todos/gent2_1.pdf Acesso em 15 set. 2006.

_____. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.1 , p 29-48, jan./jun. 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n1_2002/vol19_n1_2002_2artigo_29_48.pdf Acesso:15 set. 2006.

GONZÁLEZ DE LA ROCHA, Mercedes. [Gênero e Pobreza Urbana: observações para uma discussão](#). SEMINÁRIO SOBRE POBREZA URBANA. Rio de Janeiro: ALOP and The World Bank, May 14-16, 1998, 11p. Disponível em: http://wbln0018.worldbank.org/LAC/LACInfoClient.nsf/d296849511749_75c85256735007fef12/31e7e4f5a6cc34b285256804004b90fe?OpenDocument Acesso em: 20 ago. 2006.

_____. A manera de introducción: cambio social, transformación de la familia y divergências del modelo tradicional. In: _____. (coord). **Divergências del modelo tradicional: hogares de jefatura feminina em América Latina**. México: CIESAS, 1999, p.19-36.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-42, 1995.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 2, p. 464-479, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACÊDO, Márcia S. **Tecendo os fios e segurando as pontas**: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999, 185p.

_____. **Na trama das interseccionalidades**: mulheres chefes de família em Salvador. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008, 247p.

MOGHADAM, Valentine. **The feminization of poverty**: notes on concept and trend. Normal: Illinois State University, 1997. (Womens' Studies Occasional Paper, n. 2)

NOVELLINO, Maria Salet. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, MG, 2004, 12p. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf Acesso em 15 set. 2006.

OLIVEIRA, Orlandina; GARCÍA, Brígida. Mujeres jefas de hogar y su dinámica familiar. In: I CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO – ALAP. Caxambu-MG, Brasil, set. 2004, 18p.

OLIVEIRA, Zuleica L. C. Política de informação na área de gênero. In: V ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Salvador: Instituto de Ciência da Informação/ Programa de Pós-Graduação/UFBA, jun.2004, 14p. Disponível em: http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/zuleica_cavalcante.html Acesso em 23 dez.2005.

SAFA, Helen. Prólogo. In: GONZÁLEZ DE LA ROCHA, Mercedes (coord). **Divergencias del modelo tradicional**: hogares de jefatura feminina en América Latina. México: CIESAS, 1999, p.9-17.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. In: XIX REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS. (GT Família e Sociedade) Caxambu, MG, 1995, p. 47- 60.

SCOTT, Russell Parry. Mulheres chefes de família: estudos apresentados em associações acadêmicas nacionais. In: PRÉ-EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: CRESCIMENTO, DIVERSIDADE E POLÍTICAS. Ouro Preto: CNPD, FNUAP e ABEP, 2002, 30p.

SORJ, Bila. Relações de gênero e teoria social. In: XVII REUNIÃO DA ANPOCS, Caxambu, MG, 1993, (mimeo.)

VITALE, Maria Amália F. Famílias monoparentais: indagações. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 71. Ed. especial, p.45-62, set. 2002.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen F. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. In: PRÉ – EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: CRESCIMENTO, DIVERSIDADE E POLÍTICAS. Ouro Preto: ABEP, 2002, 99p.

MULHERES TRANÇADEIRAS; GÊNERO, IDENTIDADE E CULTURA AFRO-BRASILEIRA.

Ciranilia Cardoso da Silva - Mestranda em Ciências Sociais: cultura, desigualdade e desenvolvimento pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: cirancardoso@hotmail.com.

RESUMO

O artigo discute sobre a prática das trançadeiras do Centro Histórico de Salvador como manifestação cultural fortalecedora das identidades locais, ressaltando a condição feminina como fator relevante na produção dos penteados afro-brasileiros, uma vez que a mulher sempre teve uma função importante na preservação e dinamização de expressões culturais de origens africanas em vários aspectos, bem como diversas atividades de algum modo também referenciavam papéis sociais femininos. Nesta perspectiva esta abordagem tem como campo para suas inferências o Centro Histórico de Salvador que se configura como um dos principais centros de produção dos referidos penteados, local de trabalho de mulheres que geram renda, sustentam suas famílias e ostentam suas identidades de gênero e etnia.

Palavras-chave: trançadeiras; gênero; identidade.

ABSTRACT

The article discusses the practice makes of braids Historic Centre of Salvador as a cultural manifestation empowering local identities, highlighting the female condition as a relevant factor in the production of hairstyles african-Brazilian, since the woman has always had an important role in the preservation and promotion cultural expressions of African origins in several aspects, as well as various activities somehow also referenciavam female social roles. From this perspective this approach has the field for his inferences the historic center of Salvador which constitutes one of the main production centers of these hairstyles, women's workplace that generate income, support their families and boast their gender identities and ethnicity.

Keywords: trançadeiras, gender, identity.

INTRODUÇÃO

A cultura do povo afro-brasileiro, durante muito tempo, permaneceu estigmatizada com adjetivos de inferioridade. Entretanto, os movimentos organizados de valorização da cultura africana têm se mantido firmes na conservação de práticas que, ao aproximar os sujeitos de suas raízes culturais, tendem a superação dessa visão reducionista. Entre as práticas mais expressivas destacam-se as tranças afro-brasileiras, as quais elaboradas predominantemente por mulheres se constituem um ponto de reflexão sobre a condição feminina como posicionamento importante para a dinamização e disseminação da cultura afro-brasileira. Nesta perspectiva esta abordagem tem como objetivo discutir a condição feminina das trançadeiras, refletindo sobre a influência dessa identidade na experiência da cultura simbólica afro como elemento fundamental de sua sobrevivência, afirmação social e etno-cultural.

Esses penteados cujo principal centro de produção é o Centro Histórico de Salvador - BA tem sua origem em diversas nações do continente africano, sobretudo na Nigéria, país em que a valorização esteve e ainda hoje se encontra voltada para simbologias ritualísticas, religiosas e cotidianas, sendo traços diacríticos representativos quanto ao papel das pessoas em seus respectivos grupos sociais, inclusive a religiosidade e condição de gênero da mulher, a este exemplo os penteados de mulheres virgens, viúvas, solteiras, casadas, religiosas, obedientes aos seus maridos, independentes, etc. No entanto a partir do contexto da diáspora africana em que povos de diferentes regiões do continente migraram para o Brasil, essas simbologias passam por um processo de reconstrução de significados se adaptando a dinâmica cultural de outra realidade.

Neste sentido o palco de observação para o referido objeto de estudo é o universo das mulheres trançadeiras do Centro Histórico lugar de expressão diaspórica da cultura afro-brasileira reconhecida em várias partes do mundo, estas buscam se organizar através da Associação das Trançadeiras de Salvador (ASSOTRANS), desenvolvendo tais atividades que geram renda e apesar de com suas lutas ainda não terem conseguido reconhecimento profissional, lá os penteados são artes de mulheres que com suas mãos tecem sua cultura, sustentam suas famílias revitalizando permanentemente sua dignidade e identidades de gênero e etnia.

MANIFESTAÇÕES DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Sabemos que as relações entre o Brasil e o continente africano foram marcadas pelo lamentável contexto da escravidão no novo mundo, e apesar da notável contribuição desse povo africano para nossa formação cultural, este povo ao longo de sua trajetória nas terras brasileiras, mesmo após a abolição da escravidão tem sofrido estigmas de racismo e inferioridade. Mas através de uma cultura dinâmica e fortalecida pela memória de suas raízes e ancestralidade o povo negro a partir dessas referências tem recriado e reformulado uma diaspórica cultura afro-brasileira.

Portanto diversas manifestações culturais relacionadas à língua, a dança, a ciência, a arte, a culinária, os costumes, a visualidade a religiosidade, tem se configurando enquanto práticas de resistência e afirmação identitária, que tem buscado reconhecimento no escopo da cultura nacional brasileira. Portanto podemos pensar para nossa realidade a seguinte proposição:

“... Entre nós, a identidade é irrevogavelmente uma questão histórica. Nossas sociedades são compostas não de uma, mas de muitos povos. suas origens não são únicas, mas diversas.” (Hall, 2003. P. 30).

Bahia, terra onde se reconhece as heranças africanas ao simples ato de andar nas ruas. Sabe-se que a referida terra é facilmente relacionada a referências de ancestralidade africana, por conta da forte presença de africanos em tempos de colonização, diversas formas de manifestações culturais que acentuam as identidades locais, sublevando as já ditas, visões reducionistas.

Wieveorka (2002) sublinha que existem identidades de toda ordem, e em alguns casos as diferenças acabam sendo transformadas em vantagens para seus processos de afirmações e essas identidades culturais podem estar relacionadas e reprodução ou perpetuação de uma tradição cultural, bem como sua ressignificação.

Os indícios da presença africana na região tornam-se mais evidentes quando deslocamos a atenção para Salvador, capital do Estado. E é justamente aí que se registra a maior concentração de produção de penteados e tranças afro-brasileiras. Embora presente em diversos bairros da cidade de Salvador/BA, esse tipo de produção tem como principal centro de produção e dispersão o Centro Histórico de Salvador,

reconhecidamente o espaço que, na região, melhor expressa e mantém viva a memória da participação dos grupos negros na ventura da formação da sociedade brasileira.

AS ORIGENS NIGERIANAS DOS PENTEADOS AFRO-BRASILEIROS; GÊNERO E SIMBOLOGIAS.

Raul Lody (2001) sustenta que é de costume atribuir generalizadamente a região ioruba todas às heranças culturais que o Brasil recebeu do continente africano ao longo da história, isto por que a visualidade, elemento marcante da população afro, de fato descende em maior parte dessas regiões. Lody, novamente nos explica as razões:

“É comum iorubanizar os estudos sobre a África no Brasil, e talvez por isso supervalorizem-se os testemunhos das culturas milenares de Benim, Ifé, Óio, que integram o sistema iorubá, assumindo-se assim em espaço brasileiro, uma quase exclusividade de atestação do que é africano.” (LODY, 2001).

Diante disso, é importante reiterar que de acordo com Raul Lody (20012), a indumentária e visualidade africana, usadas pelo negro na Bahia tem procedência angolana e nigeriana, a este exemplo cita os trajes típicos da Bahia. Aliás, como tratamos dos penteados que compõem essa imagem do que é afro-brasileiro este tema ocupa um lugar relevante em nosso debate.

De acordo com Raul Lody (2001) uma dessas raízes da visualidade africana que costuma ser geralmente iorubanizadas são os penteados que eram e são muito utilizados na Nigéria. Lá eles possuem significados. No livro “cabeças de axé” de Lody (2004) que escreve sobre os penteados africanos e suas simbologias abrangendo aspectos ligados a crenças, temporalidade, relações sociais, de ordem econômica e de gênero, ritos de passagem presentes em penteados que significam e identificam mulheres em luto, mulheres solteiras, mulheres virgens, mulheres casadas, etc., Tratando também da importância da cabeça para o povo negro enquanto espaço de expressão étnica e identitária, na medida em que cada desenho dos penteados traduz reconhecimento social, a identificação de uma festa, de um ritual religioso, da condição social, econômica e também sexual. Novamente nos explica o autor;

“a karoba - tranças típicas da cultura Fulani; são bem fininhas e altas e pode formar uma série de desenhos significantes. Patwo – um estilo que lembra Oni Xangô, filhos do orixá Xangô. Koju soco – que significa “olhando para o marido”, é um penteado de casamento. Kolese – penteado fúnebre composto por duas tranças soltas, etc.” (Lody, 2004).

Os símbolos são Símbolos são apontados por Cunha como caracteres distintivos integrados a um universo de comunicação aos que compreendem os seus códigos, e também no que se refere à identidade dos grupos étnicos que estes sejam inteligíveis, exclusivos e conseqüentemente reconhecidos como símbolos distintivos por outros grupos que compõem o sistema de interação.

A escolha dos traços diacríticos, conforme Cunha em sua argumentação, esta diretamente relacionada às particularidades do mesmo tipo utilizado por outros grupos para que sejam contrapostos e eficientes nas fronteiras de identidades, ou seja, como já dissemos antes a cultura é dinâmica e signos e símbolos são usados para alimentar esse dinamismo e são esses símbolos que constroem a identidade étnica emerge da tradição e se dinamiza com a cultura. Neste sentido podemos pensar o uso das tranças como um sinal diacrítico, pois dentro de um senso comum o uso do penteado, identifica a pessoa a um possível pertencimento ou identificação geral com a estética e a cultura.

Sublinhamos em outra parte deste trabalho, que Barth destaca a identidade dos grupos étnicos como elemento que caracteriza as redes de relações sociais em atividade, indicando sexo, posições sociais em ações diversas. Aplicando aos nossos estudos a inferência do autor, podemos pensar os penteados produzidos por grupos étnicos nigerianos, a partir da declaração de Lola akalani ao afirmar que na Nigéria os penteados eram e ainda são utilizados para manifestar a identidade étnica, diferenciando os papéis sociais, sexo, posições sociais em atividades diversas, se constitui como um distintivo social e por isso favorece a manutenção da diversidade.

Através do processo da diáspora esse penteado passa por uma renovação das funcionalizações de seus significados no Brasil, mas preservando alguns caracteres. A autora Manuela Carneiro da Cunha (1987) ao escrever sobre os retornados, africanos que regressavam a África, argumenta que em relação identidade que se construiu, na maneira pela qual eles preservaram festas típicas, religiões, ou seja, elementos da tradição adaptados a suas realidades, pois como assegura a autora, a cultura é dinâmica e os signos e símbolos são usados para alimentar esse dinamismo, do mesmo modo podemos estabelecer uma comparação reflexiva ressaltando as tranças e penteados afro-

brasileiros, como sinais diacríticos de indivíduos e grupos que afirma sua negritude também através da visualidade, sobretudo a população baiana ainda é ligada a ideia de África quanto à estética, religiosidade e outros elementos que permanecem em seus modos de vida, embora o grau de parentesco e descendência tenha se distanciado no tempo, tradições africanas como a citada anteriormente, quando sobrevivem, representam heranças que fortalecem esse elo.

A EXPERIÊNCIA DAS TRANÇADEIRAS DO CENTRO HISTÓRICO

No contexto do Centro Histórico de Salvador, a produção de penteados e tranças se dá de maneira diversificada em termos de locais de realização, mão de obra, finalidade de uso, público, modelos, etc.

Essa prática de trançar os cabelos na Bahia tem como palco de localização o bairro do Pelourinho, centro Histórico de Salvador, lá encontramos trançadeiras representativas do cenário estético afro-brasileiro em Salvador entre elas Rasidat Lola Akanni popularmente conhecida como Lola, e Valdemira Telma de Jesus Sacramento, que atende pelo nome artístico Negra Jhô.

Lola é responsável pela administração e também pela produção de penteados junto à loja de artigos africanos Abitoks Ewamoda, enquanto Negra Jhô atua no Salão de Beleza Negra Jhô Penteados Afro. Ou seja, Lola e Negra Jhô não apenas fazem uso das práticas e da estética africanas com fins comerciais, mas também compreendem a simbologia que as envolve, em particular, aquela reservada aos desenhos dos penteados desenhos que, aliás, oscilam entre a reprodução e a atualização de seus padrões, compreensão inclusive, já citada em algumas publicações que enveredaram pelo tema em questão, como Cabeças de Axé: identidade e resistência (2004), de autoria de Raul Giovanni da M. Lody, e Cabelos e cabeças de mulheres negras (2001), de Fábria Calazans.

Lola Akanni reside em Salvador, trabalha no Pelourinho. Ela é nigeriana, lugar de fortes tradições ancestrais dos penteados, faz tranças desde muito pequena, pois esta é uma tradição da sua família que inclusive, faz um tipo de trança diferente com duas partes apenas. Ela hoje não trança por questões de saúde, mas lecionou muitos cursos dos penteados e tem diversas “discípulas” espalhadas pela cidade. Hoje ainda trabalha com a estética africana, pois tem uma loja que vende artigos africanos de diversas naturezas,

joias, roupas... Quando trançava reproduzia os modelos nigerianos como também os recriava e afirma que os trançados que são feitos aqui são em sua maioria trançados descendentes dos penteados nigerianos, afirma que as tranças possuem diversos nomes e significados na cultura nigeriana e materiais utilizados, mas já as tranças feitas em Salvador, revelam uma preocupação maior com a estética africana, a beleza, a afirmação ao invés do significado do penteado em si. Seus saberes e vivências culturais ainda lhe conferem destaque no contexto da produção dos penteados afros na Bahia.

Negra Jhô também representa uma referência no que se refere à produção das tranças e penteados afros em Salvador. Quando criança sempre gostou do diferente, tinha bonecas, quando tinha cabelos trançava, quando era de plástico e fazia nos cabelos das vizinhas e amigas e enfeitava com búzios do mar. A família não a compreendia, afirma que não tinha cabelo e recebia o apelido de Joãozinho, os estigmas de masculinização e o negativismo em casa deixou sua autoestima abalada, no entanto procurou ressignificar à experiência fazendo penteados nas pessoas conferindo beleza e identidade. Para Jhô a trança é uma afirmação étnica, cultural, resistência, é uma vitória dessa afirmação, quando começou a trançar cabelos nas ruas do pelourinho, atividade informal da qual é precursora, os brancos fotografavam e valorizavam e o próprio movimento negro unificado a discriminava por ela trançar nas ruas do pelourinho, como se na época não considerasse uma atividade digna, tensão esta, que se dissolveu ao passar do tempo.

As tranças longe de permanecer na formalidade, são verdadeiros espetáculos de visualidade afros nas ruas do pelourinho em Salvador, produzidas por trançadeiras que tecem suas vidas, trançam seus cabelos e perpetuam sua cultura e identidade de raça e de gênero. São dúzias de mulheres trançadeiras no centro histórico com exceção de um homem, mas que ainda assim assume uma identidade feminina, como veremos mais adiante.



Figura1- Trançadeira e suas instalações no Centro Histórico de Salvador – Terreiro de Jesus

Fonte: Arquivo pessoal

Hoje essas trançadeiras, mulheres de diversas idades, que em sua maioria aprendeu a arte das tranças na família, nas ruas e treinavam em suas bonecas, elas se sentem pessoas valorizadoras da cultura afro-brasileira através da referida prática, se sentem apreciadas quando reconhecem o seu trabalho e desvalorizadas quando não são devidamente remuneradas ou sofrem excesso de exigência por parte dos clientes.

A maioria as trançadeiras exerce esse ofício a mais de uma década, muitas relatam que aprenderam com as suas mães ou com outras mulheres da comunidade, sua condição feminina aparenta ter influenciado para suas profissões, pois na maioria das entrevistas afirma que aperfeiçoaram suas técnicas nas bonecas, brinquedo este, socialmente convencionado para o uso de crianças do sexo feminino.



Figura 2 e 3 – Modelos de penteados em cabeças de bonecas, pertencentes às trançadeiras do Centro Histórico. Fonte; Arquivo Pessoal.

Outra questão de gênero interessante para nossas reflexões já apontada anteriormente é o caso de Cris que exerce o ofício de trançar como todas as trançadeiras, trança há seis anos e aprendeu com mulheres de sua comunidade, suas amigas, Cris é o único homem encontrado em campo que trança cabelos nas ruas do pelourinho, no entanto o mesmo assume uma identidade feminina, compartilha do cotidiano junto com as trançadeiras vivendo as mesmas experiências. Não tem ninguém em sua família com a mesma profissão, sente que existe um preconceito não exatamente pela profissão, mas pelo fato de ser gay, no entanto sua condição homossexual favorece suas atividades no que diz respeito à relação das tranças com as questões religiosas, pois tem cliente que não gosta que mulher toque na cabeça por causa da menstruação.

Buscando melhorar das condições de trabalho, as trançadeiras desde 2005 com a contribuição de consultoria do SEBRAE tentam se organizar através da ASSOTRAN (Associação das trançadeiras de Salvador), mas as divergências de objetivos e opiniões tem dificultado o êxito da organização que aspira pela regulamentação da profissão que há tempos tem garantido a renda de várias famílias em Salvador, mas que não tem recebido recursos ou investimentos significativos merecidos, afinal os penteados afro

ante de serem atividades comerciais, são manifestações culturais e cartões postais da Bahia.

Segundo Sonia presidente da ASSOTRAN elas trabalham geralmente das oito às dezoito horas dependendo do movimento e trançam cabelos de baianos e turistas do Brasil e do mundo, não tendo preferência pela origem da clientela. Apesar de com suas lutas ainda não terem conseguido reconhecimento profissional, lá os penteados são artes de mulheres que com suas mãos tecem sua cultura, sustentam suas famílias revitalizando permanentemente sua dignidade e identidades de gênero e etnia.

Nem todas as trançadeiras estão integradas a proposta de organização da associação, mas todas afirmam ter conhecimento do seu andamento. É unanimidade nas entrevistas a opinião de que a associação a qual elas pertencem não obter melhor resultado por conta da falta de união e afirma também que sobrevivem da produção das tranças, o que tona a luta necessária. Uma delas afirma que percebe uma discriminação dos comerciantes do pelourinho com as trançadeiras e que se sente desvalorizada quanto à situação do trabalho autônomo e informal que compromete suas atividades econômicas. Um dos fatores que influenciam os horários de algumas das trançadeiras no seu trabalho é o horário dos navios, que intensificam a presença dos turistas, aumentando sua clientela e conseqüentemente sua renda com suas atividades, pois em baixa estação o movimento diminui muito.

Embora algumas trançadeiras como Margarida e Fernanda afirmem se orgulhar quando trançam os cabelos das pessoas da terra por fortalecerem a cultura local, outras dizem perceber uma valorização maior dos turistas, mas a maioria afirma orgulho em serem mulheres trançadeiras, e que tem transmitido seus conhecimentos para suas filhas que na maioria das vezes não prosseguem com a função.

Sendo as trançadeiras um grupo dinâmico, sempre criam modelos novos, a estética dos penteados em parte mantém uma tradição, no entanto variam quanto às formas e modelos, algumas contam ter uma relação de troca entre elas, outras negam essa interação com as colegas. São diversos os modelos de tranças, entre eles tranças tiara, tranças nagôs ou coqueirinho, dred, têtêrê, pinauna, com flores, zig-zag, rastafári, trança moicano... Assim como os materiais como lã, cordão, miçanga, linha, búzios, palha da costa.



Figuras 4 e 5 – Painéis demonstrativos de modelos dos penteados exibidos pelas trançadeiras em seus locais de trabalhos. Fonte: arquivo pessoal.

Segundo uma das trançadeiras, houve transformações nos modelos das trança desde o tempo de suas mães, como afirmou uma delas, hoje a trança é raiz, antes parecia o modelo do casco do cágado, porém diferente, essa mudança modificou a estética das tranças, sendo o trançado para dentro chamado calda de peixe, para fora cebola. Outra observação feita pelas trançadeiras em relação à diferença técnica e visual das tranças de hoje para as de antigamente, conforme seus relatos no começo as tranças eram queimadas com velas (fibra) agora se usa elásticos, as fibras eram ruins, agora é fibra 100%, os modelos também, pois hoje já não há mais especificação de tranças para homens e para mulheres, antes só homens faziam moicanos.

Elas se afirmam negras, e se sentem valorizadoras da cultura afro-brasileira através de suas atividades, a presidenta da ASSOTRANS diz que trançar o cabelo é uma forma de assumir a negritude.

As elaborações dos penteados produzidos também com finalidades comerciais, costumam estar condicionadas mais ao gosto do público consumidor do que às preferências de quem o efetua. Apesar disso, a produção dos penteados continua

mantendo em sua elaboração qualidade plástica reformulada e recriada a partir dos modelos de tranças nigerianas, como também, uma espessa camada de significados que interagem com o universo cultural afro-brasileiro em uma relação dialógica dos indivíduos que tem seus cabelos trançados com as crenças e valores que contribuem de certa forma, para a afirmação de sua etnicidade.

Analisando os relatos das entrevistas parece que cada trançadeira tem uma predominância de perfis de clientes diferentes, algumas trançam mais mulheres, outras mais homens, mais turistas, mais pessoas da terra, outras com diversidade em proporções mais equilibradas, sendo que a época do ano também altera esse perfil de clientela. Diversos clientes perguntam sobre os penteados, no entanto as perguntas se referem aos aspectos técnicos e biográficos, exprimindo curiosidade de como o penteado é feito, como aprenderam, se dói, como faz para lavar, se estraga os cabelos, quanto tempo fica, pedem sugestão, os nomes dos penteados, etc., e não sobre suas histórias e importâncias culturais, raramente perguntam os seus significados. Ainda assim uma delas afirmam “eu me sinto uma cultura dentro do centro histórico”

As trançadeiras gostam, quando os clientes já sabem o que querem ou lhes permitem o uso da criatividade ficando satisfeitos com o trabalho, no entanto se sentem desvalorizados quando os mesmos são assaz exigentes, marcam hora e não aparecem, pedem que refaçam as tranças ou não querem pagar o preço proposto.

Todos apontam a diversidade de motivos pelos quais as pessoas trançam suas cabeças, por moda, beleza, identidade, religiosidade, praticidade, etc. e quanto aos significados dos penteados às colocações são convergentes ao afirmarem que aqui na Bahia as tranças não possui um significado o simbologia em si, os significados são atribuídos pelas pessoas que usam. Mas segundo elas as tranças representam a África.

Alguns fazem por valorização da cultura, outros por fetiche turístico, a visualidade considerada exótica e valorização da estética, há uma diversidade de interesses, é a cultura negra e os brancos querem se Embora algumas trançadeiras como Margarida e Fernanda afirmem se orgulhar quando trançam os cabelos das pessoas da terra por fortalecerem a cultura local, outras dizem perceber uma valorização maior dos turistas, mas a maioria afirma orgulho em serem mulheres trançadeiras, e que tem transmitido seus conhecimentos para suas filhas que em geral não prosseguem com a função.

Muitas trançadeiras relataram terem clientes fieis pertencentes ao povo de santo (adeptos do Candomblé) que por conta da religião não permitem que qualquer pessoa toque em suas cabeças, outros que trançam para afirmar sua identidade negra, além de diversos outros motivos. Naturalmente, tais valores transcendem os limites dos espaços comerciais formais e os trançados desenvolvidos nas ruas do pelourinho, por profissionais que atendem em locais improvisados em guetos da cidade, pois as tranças tem um lugar privilegiado na estética visual afro-brasileira, sendo também utilizados por grupos militantes e ou artísticos, a exemplo do Ilê Aiyê e Malê de Balê, ou ainda os ambientes prioritariamente religiosos, tais como os terreiros de candomblé. Nesse sentido, os penteados manteriam resguardada, parte daqueles conteúdos simbólicos estabelecidos na ocasião de sua origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os penteados tem sua origem no continente africano, foram transportados para o Brasil junto com a história do seu povo, imigrantes forçados que aqui vieram como escravos e que apesar de subjugados tiveram a sua cultura e simbologia como alicerce de resistência, contexto anteriormente apresentado, no qual a elaboração dos penteados estão inseridos, represente uma configuração deste exemplo. Os cabelos afros têm as tranças como um dos seus penteados mais tradicionais, que expressam simbologias e atuam como manifestação visual de identidade e resistência, no sentido de se configurar enquanto um discurso positivo de afirmação étnica da população afro-brasileira.

Como argumenta Raul Lody (2001) “retornar a África culturalmente é um conflito permanente diante de uma dinâmica realidade afro-brasileira” e podemos afirmar que a força plástica e simbólica encontrou nos penteados e materiais utilizados um canal de comunicação estética, religiosa, política e social que revela um elo entre a população negra e a África metafórica e imaginada que paira em nossas identidades.

A tradição das tranças sobrevive a cada geração entre figuras femininas que aprenderam com suas mães, tias e outras mulheres da família e da comunidade penteados, que ainda preservam alguns valores da sua produção de origem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACELAR, Jeferson. Etnicidade. Ser Negro em Salvador. Salvador: Ianamá; Programa de Estudos do Negro na Bahia (PENBA), 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo, Editora Brasiliense. 1986.
- CALASANS, Fábila. Cabelos e Cabeças de Mulheres Negras. Projeto experimental (TCC) Orientadora Lindinalva Rubin. Faculdade de Comunicação / Universidade Federal da Bahia. Salvador- Bahia, fevereiro/2001.
- CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Trad. Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil: Mito, história e etnicidade. São Paulo. Ed Brasiliense. 1997.
- ENTREVISTAS. Realizada com catorze trançadeiras do centro histórico de Salvador-BA, em seus espaços formais e informais de trabalho, durante o mês de Janeiro de 2012, com perguntas semiestruturadas, textualizadas e autorizadas por elas.
- FAGUNDES, Raphaela M. Penteados Afro: Cultura, identidade de profissão. Fundação Cultural Palmares. 2007. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=281 acesso em 20 /05/ 2010.
- FERREIRA, Edson Dias. Desenho Conhecimento: em direção à construção de sua epistemologia. In: Graphica: Congresso Internacional de Engenharia Gráfica nas Artes e no Desenho, 3, 2000, Ouro Preto, MG. Anais. Ouro Preto, 2000.
- FERREIRA, Edson Dias. Desenho e Antropologia: Influências da Cultura na produção autoral. In: Graphica: Congresso Internacional de Engenharia Gráfica nas Artes e no Desenho, 7. 2005, Recife, PE.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, RJ: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.
- GOMES, Luis Vidal Negreiros. Desenhismo. Santa Maria, Rio Grande do Sul: Editora UFSM, 1996.
- GILROY, Paul. Entre campos: Noções, cultura e o fascínio da raça. São Paulo. Ed Annablume. 2007.
- HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte. Editora da UFMG. 2003.
- POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol. 5, Nº 10, 1992.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 18 ed., 2005.

LODY, Raul Giovanni da Motta. Cabeças de Axé: identidade e resistência. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional. 2004.

LODY, Raul. Jóias de axé: fios-de-contas e outros adornos do corpo: a joalheria afro-brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade, seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. Tradução de Elcio Fernandes; São Paulo: UNESP, 1998.

SODRÉ, Muniz. A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Francisco Alves Editora, 1983.

THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna. São Paulo, Ed. Vozes, 2001.

WIEVIORKA, Michel. Racismo: Uma introdução. São Paulo, Editora Fenda. 2002.

NEGRA E TRAVESTI: REALIDADE E ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

Patricia Gabrielle Oliveira Rodrigues (mestranda em Geografia e Geociências da UFSM, patirodrigues_85@hotmail.com)

Resumo:

Este artigo se propõe analisar a situação das travestis negras na sociedade, com foco no mercado de trabalho, considerando as bases racistas da sociedade brasileira que sustentam também o machismo e o sexismo por meio do olhar branco ocidental. Neste sentido, será feito um breve estudo sobre cor e gênero, buscando compreender a realidade deste grupo que sofre a todo momento inúmeras formas de violência. Assim, buscar-se-á identificar a realidade das travestis negras, que têm, segundo estatísticas, os mais baixos níveis de escolaridade e possibilidades de acesso ao mercado de trabalho formal.

Palavras-chave: racismo, travetis, gênero

Abstract:

This article aims to analyze the situation of black transvestites in society with a focus on labor market considering the racist foundations of Brazilian society that also support the machism and sexism through white Western. In this sense, there will be a brief study on color and gender trying to understand the reality of this group that suffers

every moment many forms of violence. So it will look indentifying the reality of black transvestites, who have, according to statistics, the lowest levels of education and opportunities to access the formal labor market.

Key words: racism, transgender , gender

Introdução

Vivemos numa sociedade que se arquiteta por meio de múltiplas relações que se dão cotidianamente entre as pessoas. A cultura é inseparável do homem que por sua vez, é concomitantemente, reflexo e produtor social. Os padrões que ainda hoje são considerados legítimos constituem-se por meio dos contextos históricos, que ao mediar os atos em constância proporcionam a estes costumes e, conseqüentemente, modelos.

Tudo o que na sociedade considera-se fora da normalidade e até mesmo dentro dos estudos acadêmicos deve passar pela (des)construção e ser (re)pensado. Especialmente por compreendermos que, na maioria dos casos, o que é atribuído à “normalidade” é também mascarado e hierarquizado, tornando-se algo comum, assim como todos os problemas gerados pelas relações de poder.

Os estudos denominados Queer buscam abarcar as práticas sociais que arranjam a sociedade, onde são questionadas as ações normatizadoras que criam classificações e que, por sua vez, acendem a fantasia de que há estabilidade humana. Assim, ergue-se a necessidade de focar não mais no que é considerado desviado, fora do normal, mas no que é naturalizado, seja em termos de significados ou relações.

Para abranger a complexidade que o tema desta pesquisa, ainda em andamento, propõe, foi fundamental buscar uma metodologia capaz de atender aos desígnios exigidos pelo estudo do cotidiano. Tedesco (2003), ao arranjar uma releitura do tema, afirma que o significado da originalidade da etnometodologia é a percepção teórica dada aos fenômenos sociais. É uma ferramenta para avaliar os diversos processos que os indivíduos utilizam para consolidar seu agir cotidiano.

O método etnográfico tem como característica principal introduzir os agentes sociais com sua participação intensa e ativa capaz de alterar composições sociais. Neste sentido, André (1995) confere um realce aos feitos subjetivos do comportamento

humano. Recomenda pois, a precisão de penetrar no mundo conceitual das pessoas para abarcar quais são os sentidos dados por estes aos acontecimentos e às influências recíprocas que se edificam no cotidiano.

Neste trabalho há fundamentalmente um contato direto da pesquisadora com a conjuntura em análise, o que tornará possível a restauração dos atos que se dão a partir da ensaio diário. Entre os procedimentos metodológicos destaca-se a observação participante, que é uma técnica composta, à proporção que o observador, além de analisar, participa das diversas atividades do grupo.

Para este estudo é essencial além dos constantes encontros, um levantamento bibliográfico relacionado a temática, assim como a busca por dados. Sendo assim valiosa a utilização de documentos afim de explicar, contextualizar e aperfeiçoar informações.

Algumas reflexões sobre o sistema racista

Ainda que perante a lei os direitos da população negra estejam assegurados, nos encontramos numa eterna luta para que esta garantia seja real e positiva, permitindo que a sociedade brasileira se desligue desta cidadania paralela onde a população branca, classe média, vive mais de privilégios do que direitos. Ao contrário, a realidade da população negra continua com a sua cidadania comprometida em relação ao acesso às infraestruturas básicas e necessárias a uma vida com dignidade.

A alocação de superioridade então abarcava idéias como a de que eram as mulheres e homens negros, inferiores no que se refere à moral e ao intelecto devido a sua genética. Ainda que o conceito de raça não tenha valor científico, o racismo e o pensamento construído se mantêm nas suas diversas formas. É a partir deste pensamento que se reinventa, se reestrutura e se mantêm vivo ainda que comumente negado nos falsos discursos de igualdade e democracia.

Facilmente observado nas ausências negras dos lugares onde a elite branca apresenta-se em maioria ou totalidade e/ou a sua presença em massa nos ambientes considerados hierarquicamente rebaixados pela tipologia dos lugares. Com isso, ser negro em nosso país é ser discriminado, num sistema falso de uma democracia que o

abandona e que é desvantajosa por si e mais ainda para quem carrega na pele e nos traços físicos a cor negra. É possível observar nos apontadores oficiais do Estado

Neste sentido, tem o discurso de raça um valor totalmente ideológico. Quijano (1997) afirma que a idéia de raça na América foi uma forma de conceder legalidade as relações de dominação atribuídas pela conquista após a América e a dilatação do colonialismo europeu as outras partes do mundo que levaram a preparação de uma forma de olhar eurocêntrica do saber e com ela a concepção de raça como algo natural dessas relações de domínio colonial. De acordo com a história isso expressou uma inovada maneira de autenticar as práticas de relações coloniais há muito tempo existentes entre quem domina e quem é dominado.

Assim propõe Santos (1999), uma lista de situações onde é possível observar como a mutilação dos negros é intrincada e viva apesar de ser um evento desastroso no que se refere ao valor da própria cidadania, ocorrendo diariamente. O autor lista as oportunidades de emprego, a remuneração inferior, a desigualdade das oportunidades sejam estas de ordem social, profissional e econômica.

O fato de ser o racismo um sistema e não uma ideologia e, este, encontrar-se impregnado em todas as esferas e instituições da sociedade, torna impossível a aplicação destas pedagogias, uma vez que não compreendem as dimensões do mesmo. Há uma discussão sobre incentivo à diversidade ainda que, em algumas leituras, observe-se a postura de combate ao preconceito e intolerância.

Apesar disso, os mecanismos são fracos, pois não conseguem identificar um significativo e complexo sistema intrincado nas bases mais profundas da sociedade branca, ocidental, machista e sexista. Racismo não é preconceito, reduzi-lo apenas ao “preconceito” é não considerá-lo como um sistema portanto caminhar para nunca resolvê-lo. Neste sentido observa-se que:

Basicamente, postulamos que o racismo não é uma simples tecedura de preconceitos aberrantes, nem uma confabulação ideológica descartável, tampouco uma realidade oportunista surgida há pouco. Nossa hipótese de base é que se trata de uma forma de consciência/estrutura de origem histórica, que desempenharia funções multifórmes, totalmente benéficas para o grupo, que, por meio dela, constrói e mantém um poder hegemônico em relação ao restante da sociedade. Tal grupo instrumentaliza o racismo institucionalmente e por meio do imaginário social para organizar uma teia de práticas de exclusão que lhe garante um acesso monopólico aos recursos da sociedade. Desse modo, preserva e amplia os privilégios sociais, o poder político e a supremacia total adquiridos historicamente e transferidos de geração a geração. Por sua vez, essa supremacia concreta adquirida ao longo de séculos de dominação, que alimenta o ego narcisista (individual e coletivo) do

segmento racial dominante, permite que este se projete como geneticamente superior. (MOORE, 2011 p. 4)

Um outro modo de escapar do debate sobre o racismo, é considerar que este é uma doença contraída por algumas pessoas que podem a qualquer momento curar-se. A justificativa da diversidade como elemento natural e essencial para a vida relacionando-a a própria necessidade da natureza também costuma reduzir a intensidade e complexidade deste na vida do negro. Tudo porque essa diversidade natural é o que vai fazer com que mulheres e homens negros sejam analisados pelo seu fenótipo.

De acordo com Moore (2011), o racismo teria surgido como uma consciência grupal totalizante que teria como função reservar o monopólio sobre os recursos da fração fenotípica-racial dominante. Neste viés, articula as estruturas de comando da sociedade (jurídica, econômica e política), o imaginário social que, por sua vez, domina, e os indicadores de comportamento que regem a vida. Com isso é possível constatar que:5

O racismo é um sistema em si. Em todos os casos, consiste no outorgamento de vantagens automáticas e sistêmicas a um segmento populacional específico, em virtude de suas características fenotípicas, relacionadas ao controle e monopólio dos recursos. Como corolário, trata-se de uma ordem sistêmica que veda de maneira automática o acesso a esses recursos por parte do segmento subalternizado, por causa de suas características fenotípicas. Dependendo da sociedade em questão, aos critérios baseados no fenótipo podem juntar-se ainda outros, menos evidentes, como o da ascendência, do pertencimento étnico ou cultural etc. A sofisticação sistêmica do racismo contemporâneo reside, precisamente, no fato de que se fundamenta no fenótipo, porém estabelece sua legitimidade com base em argumentos *desracializados*, que lhe conferem maior cobertura e tenacidade. (Idem, p.16)

A partir daí constata-se que é uma ordem sistêmica, eficaz e complexa. Tais condições jamais se repetirão, assim, jamais poderão ter suas lógicas invertidas bem como é incoerente falar em “racismo negro”. Tudo isso porque, segundo o autor, tais referências seriam uma incompreensão cabal do que é consciência racista e sua função ao longo dos tempos. Esse sistema é reproduzido nos mais diversos setores da sociedade sendo incorporado, justificado e (re)produzido na academia através da história pelos, considerados, “grandes pensadores”.

Em outras palavras, racismo não é apenas o preconceito em si e o imaginário racista, ele une os arranjos em que se estrutura, os exercícios institucionais, as ações constituídas e firmadas no preconceito racial, a conduta discriminatória. Junto a esses

fatores a falsa, porém forte concepção de que existe naturalidade nesta prática tornando quem vai de encontro a essa realidade, lutando a fim de enegrecer-se é desaprovado- um dos inúmeros entraves das vítimas do racismo.

Tomamos o racismo como uma doutrina, uma ideologia ou um sistema sobre o qual se apóia um segmento populacional considerado superior, por causa de características fenotípicas ou culturais, a fim de conduzir e subjugar um outro, tido como inferior. Além de todos os aspectos presentes na definição, destacamos expressamente o caráter desumanizador inscrito na concepção de racismo. Em última instância, o racismo serve como forma de catalogação dos indivíduos, afastando-os ou aproximando-os do sentido de humanidade de acordo com suas características raciais. Essa peculiaridade faz dele uma das justificativas mais recorrentes nos episódios de genocídio e em toda sorte de vilipêndios materiais e simbólicos que tenham por objetivo violar a integridade dos seres humanos. (FLAUSINA, 2008 p.16)

Foi o “mito da diferenciação genética” arruinado, entretanto seus efeitos não foram abolidos. As ciências biológicas não afirmam mais que há raças humanas distintas, todavia são aparelhos historicamente usados para dominar um grupo de pessoas. “No livro *corpo negro caído no chão*”, FLAUSINA (2008) retrata o plano genocida do Estado brasileiro e afirma:

Sim, o racismo existe. Existe e produz efeitos; cria assimetrias sociais; delimita expectativas e potencialidades; define os espaços a serem ocupados pelos indivíduos; fratura identidades; é o fiel da balança que determina a continuidade da vida e morte das pessoas.

No Brasil, país que forja uma imagem de harmonia racial tão descolada da realidade que toma por referência, o racismo sempre foi uma variável decisiva. O discurso racista conferiu as bases de sustento do processo colonizador, da exploração da mão-de-obra dos africanos escravizados, da concentração de poder nas mãos das elites brancas locais no pós independência, da existência de um povo superexplorado pelas intransigências do capital. Em suma, o racismo foi o amparo ideológico em que o país se apoiou e se apóia para se fazer viável. Viável, obviamente, nos termos de um pacto social racialmente fundamentado, do qual as elites nunca abriram mão. (Idem, p.17)

Essa falsa harmonia também chamada de “racismo cordial” pode ser entendida e definida como uma forma de discriminação contra mulheres e homens negros, ou seja, os não brancos, que se caracteriza por uma cortesia aparente e cobre uma conduta

discriminatória que se anuncia de inúmeras formas em lugares e momentos. Algo que existe e atua sem parar, mas que se esconde no sentido implícito das palavras ditas, das atitudes, do imaginário. Tal “cordialidade”, contudo, se perde em meio ao projeto genocida do Estado brasileiro que nada tem de cordial, aos assaltos diários aos corpos negros, a violência simbólica, física e moral deste grupo.

Somos o nosso corpo: cor, gênero e sexualidade.

É inegável que a sociedade no Brasil seja em suas bases: classista, racista e sexista. Assim, a população branca, classe média, vive uma “pseudo-cidadania” onde tem mais privilégios que direitos, enquanto a realidade da população negra continua com a sua cidadania comprometida em relação ao acesso às infra-estruturas básicas e necessárias a uma vida com dignidade (ainda que a abolição tenha ocorrido há muito tempo).

Neste sentido, Santos (1999) propõe uma lista de situações na qual é fácil observar como a mutilação dos negros é, não só, um evento desastroso, no que se refere ao valor da própria cidadania, como também, diário. O autor lista as oportunidades de emprego, a remuneração inferior, a desigualdade das oportunidades sejam estas de ordem social, profissional e econômica.

Considerando que o racismo se dá a partir do fenótipo no qual o negro é visto como desigual, as marcas desta discriminação estão, de fato, presentes no nosso corpo e, segundo SANTOS (2002, p. 160), “o homem é seu corpo”. Neste sentido é correto afirmar que as pessoas de pele preta trazem as marcas da discriminação sofrida seja ela de modo individual ou coletivo. Assim:

Falamos, também, com o nosso corpo, pois eles portam os saberes nos gestos. Um negro no Brasil não entra numa agência bancária de cabeça erguida, olhando de um lado para outro, procurando um amigo. Ele sabe, com seu corpo, o racismo que quase sempre vê como um ladrão, o que pode lhe ser fatal, ou lhe proporcionar mais um momento de humilhação. Esse negro pode até falar sobre racismo ou ter participado do movimento negro, mas ele, com certeza, sabe o racismo. O negro sabe que tem que entrar de cabeça baixa porque a sociedade é racista. (GONÇALVES 2002, p. 278)

Ratts (2004) ressalta que nossos corpos possuem marcas tanto objetivas como subjetivas que são ideologicamente usadas para determinar os lugares que necessitam

ser tomados por cada fração social. Neste sentido, tais espaços são vividos de modo diferente por negros e brancos, hegemonicamente. Isso vale para os espaços públicos também visto que há sempre um código de conduta que o determina juridicamente. Assim, tudo que se assemelha à negritude é inferiorizado e tal desigualdade dentro do Brasil, que se força a manter o racismo em sua estrutura, é colocada como um mero problema econômico, de classe.

Neste contexto, pensemos a realidade da mulher negra que, por sua vez, sofre o racismo e é diminuída por fazer parte de uma sociedade não apenas de bases racistas, mas que carrega em seu íntimo fortemente o machismo e o sexismo, por exemplo. De acordo com Silva (2003), a mulher negra se encontra atualmente vivendo basicamente a realidade vivida no período referente ao processo de escravidão no Brasil. É ela que fora posicionada na última escala social.

Ela não somente apresenta um baixo nível de escolaridade e rendimento, como a pobreza contribui para que tal realidade seja a condição para que este grupo não consiga ir de encontro à sua realidade. Além disso, ainda que haja uma ascensão deste grupo de mulheres, ao se comparar, por exemplo, o salário numa mesma função, é possível constatar as diferenças entre negras e brancas no quesito salário e possibilidade de crescimento.

Não menos importante, outro grupo estigmatizado pelas diversas faces do racismo e da sociedade branca, racista, ocidental, machista e sexista na qual vivemos, uma pseudo cidadania, são as travestis negras. Estas não somente sofrem assaltos a sua corporalidade pelo seu fenótipo, todavia por questões relacionadas ao gênero e sexualidade, por exemplo, como encontram-se, em linhas gerais, expostas a todo e qualquer tipo de violência, não encontrando para elas, nem os piores lugares reservados em termos de trabalho formal.

Não há representação positiva por parte da mídia, escola e outros meios de comunicação e instituições assim como não possuem representatividade nos espaços de disputa, o que torna cada vez mais difícil a inserção destas no que se refere aos direitos a uma cidadania eficaz e verdadeira.

Segundo Silva (2009), o aspecto atribuído a categoria “mulher”, que fora considerado em 70 devido à sua relação com o biológico, necessitou ser rapidamente repensado. Ao compreender que há uma construção cultural que rotula os corpos, Butler

(2003) alega ser questionável a simplicidade com que são consideradas as características físicas que edificam a complexa e forte heteronormatividade.

A partir das leituras será utilizado o termo travesti de acordo com Silva (2009) que o avalia da seguinte maneira:

O termo “travesti”, aqui utilizado, significa e nomeia seres humanos que possuem um corpo biologicamente masculino e identidade de gênero feminina. Para atingir o ideal da aparência do gênero adotado e representar sua identidade, essas pessoas tomam hormônios femininos, usam silicone e realizam várias outras transformações corporais. O termo “travesti” é compreendido de diferentes formas em distintos contextos espaciais. Há um problema semântico que envolve associações do termo “travesti” a transgênero e transexual para nomear pessoas que apresentam uma dissonância entre o corpo biológico e a identidade de gênero. A tradução de travesti para o inglês seria *transvestite*. Contudo, o termo em inglês não se coaduna com os sujeitos aqui enfocados, já que ele é utilizado para nomear homens que se vestem “eventualmente” como mulheres. (p. 135)

Complementa a autora que o grupo estudado é nomeado de modo mais relevante na língua inglesa através da palavra “transgender”. Nesta perspectiva, a mesma ressalta que a palavra “transexual” ao referir-se a uma pessoa que deseja e/ou realiza cirurgia fazendo a mudança de sexo e o grupo ao qual se refere e que faz parte da avaliação deste trabalho são as que não desejam a mudança e permanecem com o órgão masculino. É um grupo que possui uma identidade própria, o que desconsidera qualquer associação preconceituosa e que pretende, intencionalmente, inferiorizar o grupo comparando-as a uma falsificação feminina. Ou seja:

As travestis são seres que desafiam a ordem binária de organização do sexo, gênero e desejo, instituindo complexas relações espaciais. Em geral, as travestis são representadas pela beleza dos corpos, transformados por hormônios e silicones, e pela exuberância de seu gestual e *performance* corporal. (Id. p. 136)

Butler (2003) ao considerar a existência de uma identidade que se edifica na vivência, na qual se considera as experiências as ações múltiplas mostra-se contra a concepção estável do tema que, por sua vez, propõe uma identidade única. Ao desconstruir a suposta naturalidade (sexo, gênero, desejo) a autora alega a existência de uma construção cultural que atribui aos corpos características fêmea ou macho.

A autora propõe, neste sentido, outras possibilidades de combinações e, dentre essas, as travestis. O grupo das travestis vai de encontro a qualquer concepção que

ordena o mundo heteronormativo sendo, assim, mulheres que lidam cotidianamente com o mundo, mas que não a são em sua fisiologia.

Essas práticas se dão no cotidiano e é nele também que edifica a consciência no que se refere a ser ou não mulher e homem. Examina-se, pois, a existência da constituição de um campo unidimensional que as travestis confrontam e tornam-se produto ao mesmo tempo o constroem e (re)constroem.

Sendo assim, tudo que se refere às experiências do indivíduo precisa ser essencialmente considerado, pois é avaliando as formas culturais e de feições diversas que trazemos a tona possibilidades maiores que os discursos dominantes. A lógica da dominação é vista muitas vezes de maneira nítida, entretanto criar caminhos de libertação não é tão simples, já que a capacidade incide justamente nessa visibilidade prolixa, nesta limpidez fortemente controladora.

As reflexões de Butler (2003) indicam empenho no que se refere a desconstrução do que entendemos como “gênero, sexo e mulher”. Tudo isso para que possamos (re)pensar o próprio sentido de mulher na sociedade. Ao alegar a existência de um contexto histórico, a autora afirma ser tal construção influente sobre o sexo biológico. Ao pôr em questionamento as categorias pode-se afirmar que:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado. (BUTLER, 2003, ps. 24-25)

Em outras palavras, é o gênero uma construção e não um resultado do biológico antecipadamente oferecido. Há pois, nesta perspectiva a possibilidade de questionamento não somente dos discursos todavia da prática a estes integrada. A liquidez destas categorias passam a todo tempo por negociação, na existência e nos fazeres cotidianos das travestis.

Fazem, as travestis, a modificação para tornar seus corpos mais femininos em contrato com o que este concebe de acordo com as regras (sociais e culturais). Para Benedetti (2005), por meio das tranformações do corpo, é a construção da feição feminina a maior aquisição de uma travesti onde se edifica também o feminino.

Os valores permitem as instituições elementos que ordenam funções e ao instituir uma realidade prática há estruturas para estes conservar. A partir do momento em que uma pessoa ou um grupo busca subverter busca-se a correção destes, como se a não integração ao que deve ser a todos comum seja reflexo de alguma anomalia.

Assim o diferente, é apontado como anormal e segundo Berger & Luckmann (2006) caso não haja a possibilidade de alinhamento, buscar-se-á o extermínio. Por não se emoldurarem nas preceitos de gênero indicados pela sociedade as travestis são apagadas da mesma.

Educação, acesso e permanência.

No que se refere aos grupos no qual nos inserimos ao longo da vida, depois da família, a escola é a instituição responsável pelas relações de sociabilidade tanto de crianças quanto de jovens. É de extrema importância compreender que os primeiros ensaios práticos para descobrir são capazes de determinar o alicerce da trajetória escolar tornando-a complicada ou serena. Compreender o processo de identidade negra travesti é, ao mesmo tempo, trazer para os nossos dias a discussão de uma identidade negada e violentada.

Ao ser um direito de todos precisa respeitar – a todos. Apesar disso, se mantem como fonte reprodutora das desigualdades acirrando-as cada vez mais. Assim mantem o racismo, o machismo o sexismo dentre outros fatores que fazem com que determinados grupos não permaneçam do ambiente escolar.

Recusando o conceito de evasão, assim como Freire (1991), uma vez que esta não é uma alternativa justa entre optar pelo estudo ou não e sim um reflexo da atual conjuntura. Para o autor as crianças pobres brasileiras não abandonam a escola porque assim desejam, mas são expulsas da mesma, por uma estrutura da própria sociedade que impõe obstáculos dentro e fora da escola.

Neste sentido, educar não é transmitir conhecimentos, mas criar possibilidades para a produção do saber. Não é uma ação que dispensa outras, mas que trabalha em conjunto

e ordena outros fatores como método, no qual o educador orientado por este saber precisa fortalecer a competência crítica do educando dando-lhe assistência.

O racismo no Brasil se dá em três extensões: moral, intelectual e estética. Sobre a forma como se aprende e apreende o racismo propõe Boris (2004), que este é um episódio privado pertinente à dimensão psicológica do indivíduo. Para a autora, reside no âmbito da subjetividade sendo aprendido com outras pessoas através da convivência empilhando-se em todos os contatos a partir da primeira infância. Segundo Valle Silva e Hasenbalg (1999), é no procedimento de obtenção de educação que reside o núcleo das desvantagens que indivíduos negros ou pardos sofrem na sociedade brasileira.

Complementando a relação para as travestis negras a escola é, segundo Silva (2009), um ambiente de sofrimento diário à sua autoestima que torna nula as possibilidades porvindouras de conquistas materiais e sociais. Ela reproduz a hegemonia heteronormativa sendo um ambiente em que este grupo é obrigado a conviver, o que se torna um enorme sofrimento.

A maioria das travestis entrevistadas afirmam, ter sido, o ambiente escolar o espaço de maior sofrimento e não aceitação. Esta última vinha acompanhada de risos, de piadas tanto dos alunos quanto do corpo docente e outros funcionários. Todas relacionadas a cor, aparência e orientação sexual. As dificuldades que inicia na escola não acaba nos portões desta.

A impossibilidade de uma educação formal capaz de proporcionar respeito e dignidade aos seus educandos é um fator que dificulta a permanência da população negra, quando a esta, adiciona-se o fator sexualidade e gênero concebido dentro dos padrões ocidentais as estatísticas são mais agravantes.

O indicador universalista europeu converteu-se numa forma alienante a proporção que fez-se calar a argumentação sobre o exercício também escondido, porém ordenado e generalizado, da discriminação. De forma hipócrita e superficial, esta discriminação é protegida pelo discurso do mérito passando a se desvincular de qualquer princípio em virtude do qual os efeitos se ligam às causas sociais e de manter-se à superfície de vazio histórico.

Como se uma pessoa adversa às privações sofridas ao longo de seu caminho na conclusão da disputa ajusta-se a altura a todos os seus adversários de melhor posição social. Não foram as condições para competir que se universalizaram, contudo a

concorrência. Em momento algum é posto em conta o valor do caminho percorrido, apenas a conjecturada recompensa.

Em geral, no imaginário, na TV, no cotidiano, nos livros didáticos, o negro ocupa um lugar que é (pré) definido, ou seja, bandido, escravo, empregado e se, por algum motivo, este tiver sido representado de forma contrária a estas mencionadas há uma aproximação do fenótipo branco. Ora é subestimado ora anulado, em ambos os casos são validados o racismo e, por conseqüência, a sua invisibilidade

A negra travesti não se encontra representada por ninguém de seu grupo em instância alguma. Para ela não há nem os piores lugares reservados na sociedade. Esta última trata como defeito a cor e, posteriormente, as relações relacionadas ao que concebe por gênero, a forma como se veste e age. Este grupo encontra-se exposto a todo tipo de violência, principalmente a de não ser respeitado como se identifica começando pelo nome na carteira de identidade.

Assim como melhoria na escola, é essencial a urgência de políticas públicas para este grupo que é criticado por não ter trabalho formal, mas a este não é conferida possibilidade alguma. Identificar as trajetórias de vida permite observar quais são as questões mais difíceis e onde estão as bases para a dificuldade de acesso no mercado de trabalho formal. O problema de acordo com as entrevistas inicia-se nas escolas e passa após a maioridade, a ser a aceitação no trabalho formal. Muitas afirmam ser desde pequenas chamadas de prostitutas.

Ainda que no início do trabalho foi possível observar a capacidade que este grupo tem de criar possibilidades. Contudo, estas devem ter, assim como todos os seres humanos a oportunidade de escolhas e de uma vida onde seus direitos estejam garantidos não somente perante as leis, mas garantidos no cotidiano.

Foi observado ainda que a busca pela homogeneização apenas segrega, visto que este grupo possui suas especificidades e o amparo ao mesmo precisa considerar tais diferenças. O resguardo vai desde o auxílio as mudanças físicas até mesmo a inserção e permanência deste grupo no ambiente escolar e conseqüentemente no mercado de trabalho. Ao ter alternativas diversas em relação a carreira, é fundamental que sejam respeitadas e tenham a prostituição como uma escolha e não como a única possibilidade de se manter.

Referências Bibliográficas:

- BENEDETTI, Marcos. *Toda feita*. Rio de Janeiro: GARAMOND/CLAM, 2005.
- Berger, T. & Luckmann, P. *Construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2006
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 236 p.
- DA SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- FERRAROTTI, Franco. *Industrialización e Historias de Vida*. Revista Historia y Fuente Oral, n.º 09, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1.993.
- FLAUSINA, Ana Luiza Pinheiro. “Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *Educação como prática da liberdade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *A invenção de novas geografias*. In: **Territórios**. Programa de pós-graduação em geografia. UFF/AGB. Niterói, 2002, p. 257-284.
- HASENBALG, C., SILVA, N. do V. *Raça e oportunidades educacionais no Brasil*. In: SILVA, N. do V., HASENBALG, C. *Relações raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- _____. *Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil*. Cor e estratificação social. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.
- _____. HASENBALG, Carlos A.; VALLE SILVA, Nelson do. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- LUCAS, R. E. A. *Educação formal/rural permeando as relações do campo: um estudo de caso na Escola de Ensino Fundamental Cândida Silveira Hauban- Tempo Integral-Arroio Grande/ RS*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pelotas 2008.
- MOORE, Carlos. *A Humanidade contra si mesma para uma nova interpretação epistemológica do racismo e de seu papel estruturante na história do mundo*

contemporâneo. In: II Fórum Internacional Afro-colombiano”. Bogotá, 18 de Maio de 2011.

RATTS, Alecsandro J. P. As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, nº 17-18, jan/dez.2004, p. 77-88.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.

REIS, Elisa Maria Pereira. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. In.: Revista Estudos Históricos – CPDOC, Rio de Janeiro, nº 2, sem.2, 1988.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho de; ECKERT, Cornélia. O tempo e a cidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005

SANTOS, H. Políticas públicas para a população negra no Brasil. ONU, 1999

SANTOS, Milton. As exclusões da globalização: pobres e negros. In: FERREIRA, Antônio Mário (Org.). **Na própria pele**: os negros no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, CORAG/Secretaria de estado da Cultura 1999

_____. Ser negro no Brasil hoje. In: **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002, p. 157-161.

SILVA, Joseli Maria (Org.) Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade. Ponta Grossa PR: Todapalavra, 2009

SILVA, Maria Nilza da. A Mulher Negra. **Revista Espaço Acadêmico**. Março de 2003, ano II n. 22.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. “Chegou à hora de darmos a luz a nós mesmas: Situando-nos enquanto mulheres e negras”. **Cad. CEDES**, julho 1998, vol. 19 n. 45, p. 7 – 43.

SCHUMACHER, Scuma; VITAL BRAZIL, Érico. Mulheres Negras do Brasil. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral (Tradução Lólio Lourenço de Oliveira). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

O DEFICIENTE INTELECTUAL E SUA SEXUALIDADE, UM ESTUDO PSICANALÍTICO CONTRIBUINDO PARA A AÇÃO PEDAGÓGICA

Giseli Monteiro Gagliotto (Doutora em Educação. Professora Adjunta–
Pedagogia/UNIOESTE/Francisco. Líder do GEDUS. giseligagliotto@ig.com.br) *Tatiane Faust* (Acadêmica do 4º ano de Pedagogia/UNIOESTE/Francisco Beltrão. Bolsista PICV. Membro do GEDUS. tatianefaust@yahoo.com.br) *Aline Bruna dos Santos* (Acadêmica do 2º ano de Pedagogia/UNIOESTE/Francisco Beltrão. Bolsista do Projeto USF e ICV. Membro do GEDUS. alinebrunaped@gmail.com).

RESUMO: O artigo tem como objetivo elucidar a temática sexualidade do deficiente intelectual com aporte psicanalítico. Os estudos decorrem da vinculação entre projeto de pesquisa e um projeto de extensão em que foram realizadas pesquisas e bibliográficas e de campo. A sexualidade e a deficiência intelectual são conceitos carregados de preconceitos, mitos e tabus. Nossos estudos querem contribuir para a quebra destes. A consequência explicada pela psicanálise do desvio da energia reprimida e as possibilidades de sublimação desta energia para a criatividade apresenta-se como tarefa pedagógica e mediação para a Educação Sexual do deficiente intelectual; é isso o que impulsionou o presente estudo.

ABSTRACT: The article aims to elucidate the theme of sexuality poor intellectual contribution to psychoanalysis. The studies stem from the link between the research project and an extension project in which they were held and bibliographic research and field. Sexuality and intellectual disability concepts are loaded with prejudices, myths and taboos. Our studies contribute to want to break these. The result explained by psychoanalysis deviation of repressed energy and potential energy for sublimation of this creativity is presented as pedagogical task and mediation for Sexual Education of poor intellectual that is what prompted this study.

PALAVRAS-CHAVE: deficiência intelectual, sexualidade, psicanálise

Muitas foram as concepções dadas aos deficientes intelectuais através da história, de sub-humanos a enviados de Deus, os deficientes intelectuais costumam ser um assunto que interessa somente aos especialistas, aos familiares e às pessoas de seu convívio diário, pois muitas vezes nos remete aos aspectos imperfeitos do indivíduo, o que gera um imenso desprazer. Esta crença contribui para o isolamento e ausência de conhecimento dos deficientes para com os aspectos que envolvem a sexualidade.

Sabemos que há uma escassez de estudos a esse respeito, especialmente na literatura nacional, mas não é difícil levantarmos hipóteses em torno da questão. O ser humano prefere olhar o seu lado forte e sem faltas e falhas a deparar-se com sua exacerbada fragilidade. A deficiência, em particular a mental, incomoda muito por levar o homem a ver seus aspectos imperfeitos, o que gera um imenso desprazer. (SILVA, 2005, p.134)

Na antiguidade os indivíduos com deficiência física ou intelectual eram abandonados ou até mesmo eliminados, pois naquele momento o ideal de homem que prevalecia era a perfeição e culto do corpo e a valorização da sua eugenia. Os deficientes físicos ou intelectuais eram considerados sub-humanos, assim sua eliminação ou abandono eram naturalmente aceito.

(...) os filhos dos melhores e os levarão ao orfanato, pondo-os ao cuidado de algumas aias que viverão isoladamente, em certo bairro da cidade; quanto aos dos seres inferiores – e igualmente se algum dos outros nasce aleijado – escondê-lo-ão, como é devido, num lugar secreto e oculto (A República, 460c)

Na Idade Média com a influência da era cristã, era atribuído o conceito de enviados de Deus ou como sendo seres demoníacos. A partir desse momento, então os deficientes passaram a serem possuidores de alma e assim dignos da vida, mas não com real valor de aceitação, essas pessoas eram acolhidas e institucionalizadas, mas ainda se tinha muito sofrimento, já que se usavam métodos de castigos/punições como meio de curá-los ou livrá-los do mal.

Com as transformações na sociedade, a entrada do capitalismo, a evolução da medicina, muda-se também as concepções de homem e o deficiente intelectual está mais ligado a este modelo de sociedade, mas considerado como um ser não participante, fugindo do que era normal e aceito pela sociedade, mas que está ali presente e precisa ser visto. Assim, as concepções religiosas passam a ficar de lado e as referências

médicas se voltam para as explicações da deficiência intelectual, trazendo em foco definições do como e por que eles são assim, e tentam a busca incansável da cura.

Define-se por deficiente intelectual, como se esclarece no site da APAE de São Paulo, aquele que tem um funcionamento intelectual inferior a média (QI), associado a limitações adaptativas em pelo menos duas áreas de habilidades (comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho), que ocorrem antes dos 18 (dezoito) anos de idade.

Sendo assim esses indivíduos tem dificuldade para realizar atividades rotineiras, não conseguem aprender de forma satisfatória; seus resultados são comparados aos de pessoas com idade inferior a sua, pois estes têm uma redução da capacidade do cérebro.

A deficiência intelectual pode ser provocada no período pré-natal, perinatal e pós-natal. Durante o período pré-natal alguns fatores que podem levar o bebê a sofrer alterações são: tabagismo, alcoolismo, uso de drogas ou alguns medicamentos, algumas doenças maternas, desnutrição e também alterações genéticas e cromossômicas. No período perinatal podem ser: hipóxia ou anoxia, prematuridade ou baixo peso e icterícia grave do recém nascido. No período pós-natal diversos são os fatores: desnutrição, desidratação grave, carência de estimulação global, infecções, intoxicações e por acidentes.

Hoje os deficientes intelectuais estão aos poucos ganhando mais espaço; novas pesquisas são feitas em decorrência da evolução da medicina e mais pessoas passaram a se interessar por esse grupo. Busca-se a inclusão dos deficientes intelectuais na sociedade, nas escolas, no mercado de trabalho e na vida sócio-afetiva.

A inclusão social exige uma nova postura em relação à pessoa com deficiência intelectual, ponderando suas potencialidades e respeitando seus direitos. A inclusão é mais do que a inserção destes sujeitos na sociedade, mas sim uma postura de aceitação e respeito para com as diferenças, oportunizando a vivência plena em diversos contextos, permitindo um acesso a todas as instituições e aos papéis sociais. Isso inclui também o vivenciar sua sexualidade.

A sexualidade do deficiente intelectual é o que está em foco nesse trabalho, tendo sido necessário buscar conhecimentos no âmbito das definições de conceitos relevantes à deficiência intelectual para que pudéssemos abordar o assunto sexualidade destes, pois há um todo envolvido.

A quebra de tabus não é apenas restrita à deficiência intelectual, mas, também é necessário à sexualidade. Assunto que para muitos ainda é algo desconfigurado, e que vem, assim como os deficientes tomando mais espaço.

Para compreender questões da sexualidade como marca única do homem, ou seja, como dimensão desenvolvida em sua condição cultural e histórica, é preciso apresentar as principais concepções referentes às Ciências Humanas, Sociais e Biológicas, lembrando como foi se construindo o processo histórico das questões da sexualidade.

Os estudos sobre o tema da Sexualidade e suas características sempre estiveram presentes no corolário das discussões científicas e políticas deste século, em muitas das áreas e campos das Ciências Humanas, Ciências Sociais e das Ciências Biológicas. Questões como a natureza especial da Sexualidade Humana, suas marcas históricas e condicionamentos idiossincráticos, a possibilidade de realização ontológica de cada existência, a relação entre poder e sexualidade, a dicotomia entre realidade e prazer, instinto e civilização, natureza e cultura, libertação, emancipação e repressão sexual, todos estes temas aparecem como contrastes entre os diversos campos de produção científica contemporânea (SILVA, 2001, p. 26).

Também é digna de nota a definição de Nunes (2006):

O sexo e a sexualidade, diferentes conceitos de diversificadas abrangências, pontuam quase todas as expressões da vida cotidiana atual. Mas, a despeito desta exposição discursiva, para uma boa filosofia, o primeiro passo para uma reflexão sobre a questão da sexualidade consiste em buscar definir seu estatuto e sua identidade, trata-se de procurar explicitar sua natureza epistemológica, seu alcance político, sua circunscrição polissêmica e articular sua plurívoca concepção ou seus possíveis limites. Significa empreender um esforço inicial de apresentar o conteúdo, a pertinência e a abrangência do tema, suas associações e alcances num esforço para circunscrever o campo temático e sua potencialidade epistemológica e política emancipatória. Pois não vamos ao campo da investigação teórica sobre sexualidade como expectadores de um fenômeno externo a nós, trata-se de nossa própria identidade ontológica, como seres humanos e seres socialmente produzidos (NUNES, 2006, p. 3).

As ciências biológicas estão estritamente ligadas ao ser humano e, sua visão da sexualidade se resume à reprodução, informações, conhecimentos fisiológicos e anatômicos dos órgãos sexuais, em uma abordagem higienista. Esse processo foi carregado de leituras deturpadas da sexualidade humana que acabaram por desencadear posturas tímidas, repressoras e cômicas.

Passando então a ser abordada como conjunto de noções biológicas, uma etiologia de doenças sexualmente transmissíveis, que não produzia comportamentos emancipados, com referenciais éticos. O discurso da sexualidade foi descontextualizado,

com preconceitos estereotipados, sem reflexão continuou com uma prática consumista, extremamente desumanizada.

A sexualidade é compreendida como sexo, por isso uma implicação necessária é o entendimento do que é sexo e sexualidade. Sexualidade é a significação ética, estética, religiosa, política. O sexo é marca biológica e a sexualidade é marca humana, um conceito cultural constituído pela qualidade, pela significação do sexo.

...a sexualidade não é uma parte ou complemento da condição humana. Não se trata de uma dimensão secundária, vinculada as demais habilidades e potencialidades humanas. “Ao contrário, entendemos que a sexualidade é uma marca única do homem, uma característica somente desenvolvida e presente na condição cultural e histórica do homem” (NUNES e SILVA; 2006, p.73)

Por isso, a sexualidade não pode ser reduzida a uma manifestação instintiva, mas deve-se ter uma concepção científica e humanista, compreendendo o desenvolvimento psicosssexual do indivíduo, superando o senso comum, que a reduz a uma consideração meramente biológica e manifestação instintiva.

A sexualidade está em tudo, é necessário aprofundar o conhecimento da sexualidade considerando que esta não é somente uma questão física, biológica. Ainda persiste a ideia de homem fragmentado e é a partir dela que, muitas vezes, entendemos a sexualidade humana como restrita aos nossos genitais, ocupando uma pequena parcela do corpo biológico, desvinculada das emoções e descontextualizada das relações sociais.

É importante observarmos que a ciência médica, ao estabelecer a correlação entre sexualidade e reprodução, contribuiu fortemente para o distanciamento entre a sexualidade e a subjetividade. E é por isso que, ainda hoje, em pleno século XXI, no senso comum, é corrente pensar a sexualidade associada aos órgãos genitais, ao coito e às informações biológicas do nosso corpo, desvinculadas do desejo, do amor e do prazer. (GAGLIOTTO, 2009, p.36).

As Ciências Naturais tratam a sexualidade como algo apenas relativa da espécie humana, dado pela natureza e com fins reprodutivos. Tais ciências partem de uma visão da sexualidade atrelada especificamente à questão corporal, e vista como algo de adulto “normal”, já que a criança e o idoso, via de regra não possuem condições para a reprodução e há um discurso do senso comum sobre o deficiente intelectual em que lhe furtam tal possibilidade procriativa. O discurso médico-científico nega a sexualidade infantil assim como a sexualidade senil por estar ancorado na ciência positivista

emergente na segunda metade do século XIX e por tratar o sexo e a sexualidade como sinônimos.

A posição das Ciências Naturais difere completamente das Ciências Humanas. As naturais em dado contexto, entendem a Sexualidade como fenômeno ligado ao funcionamento orgânico do aparelho reprodutor, submissa às leis do corpo, sujeita à comparação com o sexo dos animais. Afirmam que o instinto sexual é proveniente da natureza, surgindo como um comportamento isolado, padronizado e transmitido hereditariamente. Nessa concepção, a manifestação do instinto sexual que não tiver por objetivo a reprodução, colocará em perigo a perpetuação da espécie. Dessa forma, toda a atividade sexual sem fins reprodutivos ficaria caracterizada como desviante, antinatural, doença e/ou aberração da natureza.

Nossos estudos decorem de um projeto de pesquisa juntamente com um projeto de extensão, o primeiro intitulado-se *Desvendando a sexualidade do deficiente intelectual: contribuições psicanalíticas e perspectivas para a ação pedagógica* e o segundo *A sexualidade da criança deficiente intelectual e a formação do professor em educação sexual na APAE de Francisco Beltrão*.

Com base em estudos bibliográficos buscamos conhecer melhor sobre a temática então partimos da teoria à prática, o que nos possibilitou um melhor entendimento do assunto, pois a realidade sobre a sexualidade do deficiente intelectual obtida naquele momento estava muito presente no processo educativo e corroborou de forma significativa para nossa pesquisa. Assim, desenvolveram-se atividades de intervenção pedagógica relacionadas à sexualidade com os professores envolvidos no projeto. Os dados coletados através de entrevistas semi-estruturadas tornaram possível diagnosticar o conhecimento dos professores de educação especial sobre a sexualidade do deficiente intelectual, buscando retratar os problemas, medos, preconceitos, tabus e as dúvidas presentes em suas vivências. Durante as entrevistas cada professor relatou o seu entendimento sobre sexo e sexualidade e a sua visão desses temas frente ao deficiente intelectual. A análise das entrevistas deu-se através das técnicas de Análise de Conteúdo e Análise Documental que possibilitaram a compreensão da relação entre a sexualidade, a educação sexual do deficiente intelectual e a psicanálise.

O objetivo das entrevistas era o de conhecer o que os profissionais da educação especial entendiam por sexualidade, sexualidade do deficiente intelectual e demais relações ao conteúdo e a partir das análises feitas por contribuir para o processo de qualificação profissional e humano.

Os professores entrevistados relataram durante as entrevistas qual era o seu entendimento sobre sexo, sexualidade e as suas concepções desse tema frente ao deficiente intelectual. Grande parte dos professores entrevistados mencionou não estar preparado para trabalhar sobre esse assunto com seus alunos e admitiram a falta de um melhor preparo e apontaram para a necessidade de realizar novos estudos.

Alguns professores afirmaram estar preparados para falar de sexualidade com seus alunos, mas pudemos perceber um despreparo, um preconceito não admitido e grandes equívocos com relação às suas concepções. Percebemos tais equívocos em suas falas: *... passei por várias situações, desde situações mais a vontade ou de fala, não sei o que é mais difícil se é você ver o fato, e tomar alguma atitude com o ato ou com a fala, por que na fala tem que argumenta, até todo o contexto histórico familiar, já o ato teve situações de o aluno se masturbar , que levantei e o levei ao banheiro, achei mais fácil do que falar, tem situação do aluno que fala que vai casar, vai usar camisinha, coisas que escutam em casa, coisas que muitas vezes não são reais, falam que vão para a festa , que vão beijar, que vão “transar”. Pergunto a eles se sabem o que é; eles dizem que sabem, que usam camisinha, e então os outros que não tem essa vivência, ficam apavorados, ai tem que começar todo um processo, fala que não é bem assim, pede se eles tem dinheiro para se sustentar se sua namorada engravidar, e eles respondem, mas eu vou usar camisinha.*

Ao apresentarem uma concepção equivocada sobre o que é sexualidade e sexualidade do deficiente intelectual, foi possível perceber as contradições em suas falas. Enquanto alguns citavam sexualidade referindo-se apenas ao sexo, ao coito; outros deram exemplos de manifestações da sexualidade em acreditavam que estas apenas acontecessem em espaços como APAE e com deficientes. Esta fala é de uma professora da instituição: *...a sexualidade na escola é muito raro de acontecer, é muito difícil de acontecer, nunca vai acontecer pode-se dizer, a não ser que seja num lugar em que ninguém veja.* Nas suas concepções limitadas não viam tais manifestações como natural do ser humano; e sim, como uma problemática presente nos alunos com deficiência intelectual.

Os professores falaram sobre as questões afetivas de seus alunos, as curiosidades de cada um, os desejos inculcados e as manifestações que ocorrem no ambiente da APAE. Trouxeram à tona questões dos alunos que são casados, que têm filhos, outros que querem ter, dos que querem namorar, do desejo de ter filhos e o quanto eles admitem estarem apaixonados. Relataram que os alunos questionam sobre sexualidade e

apresentam muitas curiosidades, assim como qualquer outro indivíduo considerado normal.

Uma das questões que nos chamou bastante a atenção dentre as falas da grande maioria é a de como falar sobre isso com eles, sem demonstrar um preconceito de que para constituírem família é preciso ser “normal”; é preciso ter condições financeiras? Esta foi uma das questões levantadas por alguns dos professores. Como constituírem família se não trabalham para sustentá-las? Não é discutida por exemplo a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho, apenas são considerados como um elemento a mais na sociedade. As condições psicológicas para a formação de uma família não são levadas em conta. Não é feita uma análise; não existe preocupação com o afetivo; nem com o emocional dos deficientes intelectuais; apenas os aspectos materiais e econômicos são considerados importantes e ainda assim, são impeditivos para a realização deste desejo de constituírem família.

Apesar de apontarem a questão econômica como um impeditivo primário para que esses indivíduos constituam suas famílias, nada é feito para a promoção destes no mercado de trabalho. Não lhes é incumbido valores que proporcionem o aprendizado de meios que garantam sua sobrevivência; muitas vezes não lhes é ensinado o básico para que aprendam a tomar decisões, para que tenham responsabilidade, isto é; para que sejam auto-suficientes, autônomos, independentes, responsáveis pelos seus atos e assim assumam as consequências de suas atitudes.

Outro fator que as professoras tornaram relevante é que concordam que os deficientes intelectuais para constituírem família precisam de supervisão/auxílio de suas famílias. A fala de uma professora nos mostrou muito bem a questão levantada sobre casamento e métodos anticoncepcionais: *... apenas se tiver apoio familiar; sozinhos é bem complicado. Você tem que mostrar até como lavar roupas, será que eles têm condições de cuidar de uma família? Os mais comprometidos deveriam usar métodos anticoncepcionais, inclusive vasectomia. Mas talvez em casos menos comprometidos, pode ser possível... se for ver nenhum deles tem condições de ter filhos, eles estão aqui por que precisam de ajuda, imagine mais uma criança na vida deles?!*

Muitas vezes os deficientes intelectuais são considerados assexuados, muito embora apresentem várias manifestações da sexualidade no âmbito da escola e em tantos outros lugares e mesmo assim a sexualidade lhes é negada.

Perante a dificuldade em se trabalhar com esse assunto, os professores acabam que por coibir os seus alunos. Diante de tal aflição querem finalizar logo com estes

momentos, e assim professores agem de forma inesperada, como relatou uma professora durante a entrevista: *É bem complicado falar dessas coisa. Como é APAE, acontece muitas coisas; às vezes tem quem gosta de se masturbar. Teve uma festa de carnaval, fazia pouco tempo que eu estava ali, não conhecia bem os vícios e manias, eu tinha mais ou menos 10 alunos, até que bem comprometidos. Enquanto eu levava um cadeirante e voltava buscar os outros alunos, um aluno (adulto) se masturbou, gozou, eu não tinha reparado, na hora que vi me assustei. Eles não pensam que nem nós; fiquei apavorada. Não sabia o que fazer, não sei se fiz certo; mandei o aluno levantar as calças. Então, ele saiu correndo para fora. Pensei em vomitar, depois disso comecei a pensar, estava acostumada em outra escola.* Os relatos dessa professora reproduzem o abandono e a falta de conhecimento a que estão submetidas. Dentre os professores entrevistados a maioria considera que outro profissional deva falar sobre sexualidade com os alunos. Percebe-se neste pequeno fragmento de uma entrevista com uma das professoras a sua concepção: *“... Quando ocorrem casos de namoros ou masturbações, geralmente conversamos com a psicóloga. Se não resolver, levamos o caso para a direção, coordenação e equipe pedagógica, são eles que conversam com os pais”.* Mantendo-se assim acomodados frente à educação sexual de seus alunos.

Outra preocupação trazida pelos professores é a questão do abuso sexual, pois por serem mais ingênuos se deixam influenciar ou são enganados por outros. Assim nos diz as educadoras falando sobre anticoncepcionais e vasectomia: *... Acredito ser muito válido. Pela questão da prevenção, pela inocência das meninas, por que tem pessoas muito aproveitadoras. É importante estar fazendo uma prevenção; ... acho que devem tomar, se não as meninas se deixam levar pela ingenuidade.*

Mediante as verbalizações informais dos participantes, notou-se que muitos professores apontaram como impeditivos para o trabalho *“a dificuldade de compreensão dos alunos”* e por não se sentirem a vontade em falar sobre sexualidade. Identificou-se também, que a sexualidade aparece desarticulada do processo educativo, já que a maioria considera que outro profissional deva falar sobre o tema.

A sexualidade é uma das questões que mais tem causado dificuldades, problemas e desafios aos professores, no seu trabalho diário de ensinar, nota-se que não estão tendo a preparação adequada para atuarem na área da sexualidade humana. O entendimento de muitos profissionais sobre a sexualidade costuma ser: por um lado, são considerados sexualmente infantis ou assexuados e, por outro, sexualmente agressivos e

sem controle, mas apesar destes dois ângulos visionários, há um fundamento único, que é a negação da sexualidade.

O funcionamento intelectual subnormal não significa que os indivíduos com deficiência intelectual não são capazes de uma conduta sexual ajustada com as exigências sociais. Desde que sejam orientados de forma que seu nível cognitivo possa assimilar o conhecimento, podem demonstrar seu desejo de uma forma socialmente aceita. O que lhes falta é um processo efetivo de educação e também orientação sexual. Se não recebem orientações adequadas, acabam tendo poucas oportunidades para aprendê-las, pois não têm as mesmas oportunidades para descobrir sobre sexualidade com seus pares, falar livremente com os amigos sobre sexo e acabam assim, não podendo aprender sobre este aspecto do desenvolvimento.

Considerando as reais necessidades encontradas nesse âmbito escolar foi realizado um curso de formação em Educação Sexual e Direitos Humanos em parceria com a UDESC. O objetivo esteve em resgatar aspectos centrais da sexualidade que vêm se apresentando como necessárias para a prática desses profissionais no cotidiano da escola. Buscou-se construir junto aos professores a consciência da sua importância enquanto autores e atores na construção do espaço coletivo que é a escola. O intuito foi o de provocar nos professores um olhar mais crítico sobre o próprio trabalho, sobre suas concepções de desenvolvimento humano e sobre as relações destes processos com o meio socioeconômico e político que os cerca. Considerando os aspectos psicanalíticos de resignificação da sexualidade, a partir da revisão histórica das demandas religiosas, políticas, culturais e sociais, a educação sexual liberta-se das relações de poder moralizantes que reprimem as questões sexuais na escola.

Este curso em andamento tem avaliado, ainda em forma qualitativa, a educação sexual no âmbito da instituição escolar. Mantêm-se centrado nas temáticas que se referem à sexualidade, ao gênero, à orientação sexual, à condição física, à raça-etnia, ao pertencimento religioso, à classe social e à geração, com ênfase na Educação Sexual, considerando que a sexualidade é uma dimensão humana que vai além de sua determinação biológica por ser culturalmente determinada.

Uma educação sexual emancipatória deve questionar os fundamentos dos estereótipos sexuais, a rotulação que passa para o imaginário social a naturalização e a normatização que representam homens e mulheres, ou seja, é superar o sexismo. É nesse sentido que trabalhamos na educação, na construção do que Nunes (1996) defende

como uma *Educação Sexual Emancipatória*, que nada mais é que uma utopia ético-política e uma intervenção institucional significativa na escola.

... a emancipação pode ser entendida como a formação para a compreensão plena, integral, histórica, ética, estética e psicossocialmente significativa e consciente das potencialidades sexuais humanas e sua vivência subjetiva e socialmente responsável e realizadora. Trata-se da qualificação ontológica da sexualidade humana e sua construção ético-social (NUNES; SILVA, 2000, p. 17).

Afirmamos também:

A Educação Emancipatória que defendemos é, ao mesmo tempo, processo e produto, nascido e conquistado num projeto de muita determinação participativa e coletiva, resultante de muitas e densas lutas de educadores e educadoras. Enquanto processo é a ação diária, nas escolas, nas aulas, nas reuniões, para fazer valer os princípios da igualdade, da convivência fraterna, da reciprocidade, da solidariedade ativa, da significação gratificante da necessidade e do desejo, do amor e da solidariedade, para a promoção de um mundo mais justo, mais igualitário, portanto, mais humano. Enquanto produto é o espaço do novo da educação do homem e da mulher emancipados, altruístas, ativos que aprenderam e sempre aprendem a viver junto aos seus semelhantes, na empreitada da formação da produção social, da cultura à economia (NUNES; FEITOZA, 2008 apud GAGLIOTTO, 2009).

Na realidade muitos pais e educadores, diante de tantas situações da sexualidade fingem que não vêem, ou entendem que sua ação deve ser apenas a de interferir momentaneamente, coibindo e reprimindo tal episódio. Percebemos que a informação, o conhecimento e o saber sobre a sexualidade ainda é limitado, e por isso, pais e professores devem fornecer as informações carregadas de afetividade, ética e valorativa, dando referências com representações de identidades, construções de referências humanas e para isso precisam estudar a sexualidade. Precisamos tratar de forma humana e didática da sexualidade sendo que, o bom termo é desenvolver critérios para a formação.

O papel do educador consciente em transmitir conhecimentos sobre sexualidade, tem uma decisiva importância na mudança dos valores que discriminam os papéis sociais e sexuais de homens e de mulheres. Os professores precisam ter conhecimento destes assuntos para poder pensar e repensar se os padrões estabelecidos são realmente naturais, ou podem ser desconstruídos/reconstruídos. Grande parte dos problemas ligados à vivência da sexualidade tem origem na falta de informação e na ansiedade, o que faz com que o indivíduo sinta baixa auto-estima, culpa e medo.

Os professores desempenham um papel de fundamental importância, pois podem e devem contribuir para a formação de crianças, jovens e futuros adultos com mais

capacidade de se sentirem bem consigo próprios, de amar, de se sentirem realizados e felizes. Nosso papel de educador é de interferir, no limite de nossa competência, na crítica aos modelos repressivos/permisivos para a construção de uma sexualidade humana, erótica e lúdica, só possível numa relação de confiança e afeto (NUNES; SILVA; 2006, p. 83)

O professor deve, então, entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto dos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo, portanto, um espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual (BRASIL, 2000, p.123 apud GAGLIOTTO, 2009).

A sexualidade não é um tabu, nem deve se restringir a uma questão religiosa, médica, ou de mercado. Assim sendo, educadores responsáveis com uma educação emancipatória, devem ver a sexualidade como uma orientação ética, com um desenvolvimento estético, com um compromisso participativo e comunitário, propondo diálogos francos, proporcionando materiais didáticos que retratem o corpo e a sexualidade de maneira adequada, com ética, coerência e serenidade.

Entre os vários conceitos elaborados e sugeridos pela psicanálise é relevante para o entendimento da deficiência no processo de desenvolvimento do indivíduo e outros são de muito valor sobre as formas de intervenção mais favorecedoras do pleno desenvolvimento e ajustamento social das pessoas.

Embora, de acordo com minha percepção, a psicanálise tivesse trazido muitas contribuições para essa área, várias questões permaneciam ainda sem uma solução que pudesse ser considerada satisfatória. As propostas de Winnicott, sua visão de desenvolvimento e constituição do ser humano, que indicam, segundo Loparic (1996), um "novo paradigma" para a psicanálise, surgiram como a luz no fim do túnel, esclarecendo as dúvidas levantadas, acalmando as insatisfações sentidas e trazendo a solução para inúmeros entraves que se percebiam nas discussões sobre esse tema. Esses conceitos, quando aplicados à compreensão e intervenção dessas pessoas, proporcionam, realmente, um novo olhar sobre elas, considerando-as em relação à deficiência. (AMIRALIANDO, 2003, p. 04).

Considerando os aspectos psicanalíticos de ressignificação da sexualidade, apontamos que o aporte teórico psicanalítico tem se mostrado eficiente para o trabalho de educação sexual, uma vez que instrumentaliza os professores da instituição a lançarem um olhar cuidadoso e uma escuta privilegiada sobre e de seus alunos. Ao repensar a educação sexual à luz da psicanálise, a escola assume uma postura política de

articulação e integração entre as teorias psicanalíticas sobre o desenvolvimento psicosexual e as teorias educativas de aprendizagem. A psicanálise não surge como solução para receitar como educar sexualmente, mas como uma possibilidade fundamentada para compreender as dimensões da prática educativa escolar no complexo desenvolvimento sexual destes indivíduos.

A psicanálise é um conjunto teórico no qual encontra-se suporte para o entendimento dos seres humanos, até mesmo daqueles com alguma deficiência, seja orgânica ou funcional, como homens totais e integrados. Seus postulados podem ser utilizados, também, em procedimentos educacionais, de orientação e aconselhamento. Hoje é bem aceito esse referencial não apenas como uma técnica de tratamento psicológico, mas também como um corpo de conhecimentos teóricos a respeito da constituição do ser humano, que pressupõe uma postura atitudinal diante da vida e de seus problemas. (AMIRALIANDO, 2003, p. 04).

A psicanálise reestrutura a concepção de sexualidade; a subjetividade simbólica do inconsciente psicanalítico subsidia uma linguagem capaz de revisar a educação sexual desenvolvidas nas escolas. A psicanálise concede à educação sexual legitimada nas escolas, elementos teóricos fundamentais para elaboração pedagógica de uma necessária revitalização no processo educativo, quanto ao desenvolvimento sexual. A psicanálise não traz respostas prontas e nem modelos de como educar sexualmente; e sim, apresenta-se como possibilidade fundamentada para compreender as dimensões da prática educativa escolar no complexo desenvolvimento sexual dos indivíduos.

Com base em diferentes referenciais bibliográficos de estudos psicanalíticos usados para a compreensão da deficiência intelectual, pudemos compreender que a psicanálise pode ser considerada como um conceito que atende de maneira satisfatória aos objetivos de compreensão do desenvolvimento, aprendizagem e ajustamento desses indivíduos.

Compreendemos, então, que a leitura que a Psicanálise faz sobre a deficiência intelectual relaciona-se com um ser sem o saber intelectual, numa relação de evidência de nada compreender, mas que é apoiado por um saber, denominado saber inconsciente. Deve-se haver a preocupação com o desenvolvimento de novas formas de agir com as pessoas com deficiência para que assim facilite a conquista de um desenvolvimento pleno de suas capacidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIRALIAN, Maria Lucia de Toledo Moraes. **Deficiências: Um novo olhar. Contribuições a partir da psicanálise winnicottiana.** Estilos clin. São Paulo, v. 8, n. 15, jun. 2003. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282003000200008&lng=pt&nrm=iso. acessos em 27 ago. 2012.

GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. **A Educação Sexual da Criança e a Pedagogia da Infância:** matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e perspectivas emancipatórias. 2009. 260 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MAIA, Ana Claudia Bertolozzi (2001a). Reflexões sobre a educação sexual da pessoa com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial* 7(1), p.35-46.

MOREIRA, Lília Maria de Azevedo [et. al.]. **Algumas abordagens da educação sexual na deficiência mental.** Salvador: EDUFBA, 2007 147p.: il.

JERUSALINSKY, Alfredo. **Psicanálise e desenvolvimento infantil: um enfoque transdisciplinar.** 5ª edição, Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2010.

MISKOLCI, Richard. Reflexões sobre Normalidade e Desvio Social. In: **Revista Estudos de Sociologia.** Araraquara-SP, v. 13, 2003, p. 109-126.

MORAES, Sylvana Carpes. **As representações dos professores sobre a sexualidade dos alunos com Síndrome de Down.** 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2006.

MOREIRA, Lília Maria de Azevedo [et. al.]. **Algumas abordagens da educação sexual na deficiência mental.** Salvador: EDUFBA, 2007 147p.: il.

NUNES, César Aparecido; SILVA, Edna. **A educação sexual das crianças.** Campinas, Autores Associados, 2000. (Polêmicas do nosso tempo; 72).

NUNES, César Aparecido. **Platão e a dialética entre a filosofia do amor e o amor da filosofia:** um estudo pedagógico de ética sexual. 2006. 214 p. Tese (Livre docência em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVA, Edna Aparecida da. **Filosofia, Educação e Educação Sexual:** matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de Freud, Reich e Foucault para a abordagem educacional da Sexualidade Humana. 2001. 300 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Chistiano de. Sexo é uma coisa natural? A contribuição da Psicanálise para o debate sexualidade/escola. In: AQUINO, J. G. (org.). **Sexualidade na Escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997. p 11-23.

VITÓRIO, Judimar. **Repensando a sexualidade na psicanálise:** Uma contribuição para educação sexual na infância. 2010. 80 p. Monografia (conclusão do curso de pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2010.

RELAÇÕES DE GÊNERO E O FEMINISMO NOS CAMINHOS DA MEDICINA LEGAL NA BAHIA: MARIA THERESA DE MEDEIROS PACHECO.

Sabrina Guerra Guimarães¹
Lina Maria Brandão de Aras²

RESUMO:

A presente comunicação objetiva analisar, utilizando a teoria feminista, a trajetória de vida da primeira médica legista do Brasil e primeira diretora de um Instituto Médico Legal no mundo, a Dra. Maria Theresa de Medeiros Pacheco e de como ela sendo mulher numa sociedade de discurso androcêntrico, numa área dominada pelos homens, conseguiu ascender na profissão, dando uma roupagem feminina a Medicina Legal na Bahia, onde ficou conhecida por sua competência e solidariedade. Portanto, escrever sobre esta história de vida é um compromisso com a história das mulheres, onde não podemos perder de vista a importância e a necessidade de fazer uma discussão historiográfica sobre onde às mulheres estão inseridas, retirando-as do estado de invisibilidade que a história tradicional as manteve.

Palavras-chave: Medicina Legal - Feminismo - Biografia

ABSTRACT:

Using feminist theory, this paper aims at analyzing the life of Brazil's first female legal medical doctor and the world's first female director of an Institute for Legal Medicine, Dr. Maria Theresa de Medeiros Pacheco. The current work discusses how Dr. Pacheco managed to rise in her profession, despite being a woman in a male-dominated field, living in a society of androcentric discourse, thus contributing to female inclusion in the field of Legal Medicine in Bahia, where she became known for her competence and solidarity. Writing about Dr. Pacheco's life story is a commitment to women's history in that it is an engagement with historiographical discussions of women as active agents - thus challenging the common state of invisibility that women maintain in traditional history.

¹ Autora: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPG-NEIM - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em História. brinaguerra@hotmail.com

² Co-autora e orientadora: Doutora em História pela USP, é professora dos Programas de Pós-Graduação em História e em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). laras@ufba.br

Key words: Legal Medicine - Feminism - Biography

INTRODUÇÃO

Maria Theresa de Medeiros Pacheco, mulher, “branca” (apesar de saber que essa denominação não se aplica ao Brasil, país muito bem demarcado pela miscigenação), nascida em Atalaia- Alagoas, em dois de setembro de 1928, às margens da Usina Rio-Branco, ou seja, herdeira de uma família de posses, filha de José Pacheco Filho “considerado como coronel de usina de cana-de-açúcar”³ e de Carolina de Medeiros Pacheco. Segunda filha de cinco irmãos, desde cedo se mostrou uma criança determinada. Seu pai logo percebeu que a sua personalidade era forte. Aos 20 anos informou a sua família que queria ser médica e decidiu prestar exames na Faculdade de Medicina da Bahia, o que deixou a sua mãe preocupada, porém seu pai (para estranheza da sociedade da época) lhe deu total apoio.

Podemos indicar, logo de início, duas questões cruciais nesse estudo: a raça e a classe e para além delas a geração, levando-se em consideração a tese de doutoramento da Prof.^a Iole Macedo Vanin (2008), cuja pesquisa evidencia que a faixa etária das mulheres ao se formarem na Faculdade de Medicina da Bahia nas décadas de 1920 a 1940 era de 24 anos, o que nos prova que as mulheres que ultrapassavam essas idades não arriscavam a estudar num curso de nível superior, o que já nos aponta para as relações de ordem de gênero patriarcal, onde propaga que o único espaço reservado às mulheres é o lar, cuidando da prole e do marido. Por isso é importante à consonância entre o nosso objeto de pesquisa - Dra. Maria Theresa de Medeiros Pacheco, com a teoria feminista em articulação com os “feminismos” será pertinente para percebermos as relações de gênero, raça, classe e geração. Cunhamos aqui o termo feminismos, por concordarmos com Ella Shohat que acredita que ao utilizá-lo no plural, acaba por:

...Ver o feminismo como área de pesquisa de genealogias múltiplas. Essa formulação vai a contrapelo de uma narrativa feminista eurocêntrica que simplesmente situa a emergência do feminismo na Europa e nos Estados Unidos. Também vai a contrapelo de uma narrativa difusionista iluminista que só consegue ver o feminismo no interior do projeto de modernidade. (MALUF E COSTA, 2001: 159).

Nesse sentido não iremos descaracterizar o movimento feminista enquanto pensamento ou de primeira, segunda e terceira onda, pelo contrário, poderemos perceber o

³ Raul Coelho Barreto Filho. Entrevistado em 09 de abril de 2012.

quanto estes influenciaram as mulheres a saírem do estágio de subjugação. As fontes documentais e a amplitude da metodologia da história oral nos abrirão inúmeras possibilidades de visualizar como Dra. Maria Theresa burlou a prática machista para se sobressair numa profissão genuinamente masculina e se tornar um ícone na medicina legal brasileira.

Para chegarmos até a trajetória de vida desta notável médica, não podemos isolá-la do contexto histórico da luta das mulheres que antecedeu a sua época, por acreditarmos que a história não é linear e sim um processo dinâmico e interconectado, por isso, escolhemos alguns pontos para situar a epistemologia que rege essa pesquisa.

O FEMINISMO: PENSAMENTO E MOVIMENTO INFLUENCIANDO AS MULHERES.

É preciso contextualizar a dinâmica do pensamento feminista até tomar a forma de movimento para compreendermos como ele influenciou as mulheres e a saída destas do espaço privado para ocupar o espaço público. Essa trajetória nos ajudará a perceber como Dra. Maria Theresa e outras mulheres se inserem nesse contexto de luta e empoderamento.

Existe uma longa genealogia do pensamento feminista que pode se identificar com a chamada “reclamação das damas”, escritos que se remontam desde a Idade Média que, formulam um pensamento crítico com relação à situação das mulheres. (Nash, 2004:69). Daí em diante as mulheres começaram a escrever sobre o que pensavam da desigualdade feminina, mas o feminismo enquanto pensamento se fortaleceu no século XVIII onde as mulheres discutem a necessidade de garantir direitos na sociedade de forma mais articulada, influenciadas pela Revolução Francesa e pautadas nos mesmos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, porém o objetivo da revolução foi alcançado e, como sendo um movimento burguês, que não tardou a mostrar o seu cunho conservador cuja herança filosófica nos comprovam tais pensamentos.

Rousseau, o grande democrata, entrava em pormenores sobre a natureza feminina que sujeita as mulheres à autoridade masculina. As mulheres, sentenciava ele, são naturalmente mais fracas, apropriadas para a reprodução, mas não para a vida pública. (NYE, 1995:20).

A Revolução Francesa (1789) e as demais revoluções liberais burguesas tinham como objetivo central buscar a igualdade jurídica, liberdade e direitos políticos. Surgindo, assim, a grande contradição pelo fato de excluir as mulheres que tanto lutaram acreditando nesses

ideais. “Os Direitos do Homem e do cidadão” foi proferido pela revolução no sentido literal da palavra, pois só contemplava os homens e as mulheres continuavam exclusas.

Nessa caminhada, podemos observar que as mulheres foram utilizadas por essa revolução como “massa de manobra”, o que foi percebido por Olympia de Gouges que apresentou na França à Assembléia Nacional reformadora a sua “Déclaration des Droits de la femme et de la Citoyenne”. (NYE, 1995:23). Na busca de igualdade para as mulheres, ela indagava sobre que vantagens estas obtiveram com a revolução? Pensamentos que a levaram a ser guilhotinada em 1793.

O advento do mundo moderno sob a égide do capitalismo e industrialismo não modificou o universo feminino, mas as feministas se organizaram e as reivindicações se tornaram constantes. Mary Wollstonecraft (1759-1797) foi reconhecida como uma das vozes mais importantes do novo feminismo moderno liberal e escreveu a “Reivindicação dos Direitos das Mulheres” (1792). Uma obra avançada para o contexto de sua época, criando uma série de dissabores, dentre eles com Rousseau. Para ela a chave para superar a subordinação das mulheres seria o acesso à educação.

A recomendação de Wollstonecraft era simples: as mulheres devem ser educadas como os homens. Devem ler filosofia, lógica e matemática. Devem ser estimuladas à ginástica; qualquer fragilidade física que tenham deve ser superada e não agravada. Quando tiverem medo, não devem ser afagadas, mas chamadas de covardes. Desse modo, as mulheres se tornarão economicamente independentes e plenamente capazes de participação política. (NYE, 1995:26).

A partir do século XIX o feminismo ganhou forma de movimento, porém ainda não era chamado de “movimento feminista”, mas movimento de mulheres que atraía aqueles homens preocupados com a condição feminina, dentre eles John Stuart Mill que em parceria com Harriet Taylor emitiram suas opiniões.

Mill e Taylor descobriram a justificação para uma correspondente revolução feminista. Esses argumentos forneceriam a agenda para 200 anos de feminismo liberal. As mulheres deveriam ser dotadas de todos os privilégios políticos, inclusive o voto e o direito de concorrer a cargos públicos. Devia também lhes ser facultada a escolha de uma profissão em vez de casar e a educação necessária para a realização dessa ambição. De acordo com os princípios da teoria democrática, tais reformas levariam finalmente à igualdade. (NYE, 1995:27-28).

Tais pensamentos percorreram o mundo e as mulheres se uniram pelo direito ao sufrágio e pela educação, no Brasil ainda no século XIX o pensamento feminista é “introduzido por Nísia Floresta Brasileira Augusta, cujas obras... marcam o despertar de uma consciência crítica da condição feminina na nossa sociedade.” (SARDENBERG E COSTA,

1993:15). Pensamentos estes que pretendiam garantir as mulheres o direito a educação e a sua profissionalização. Uma grande conquista foi observada na Constituição que liberou o acesso feminino ao ensino superior que começou a ser discutida em 1823, pelo Deputado paulista José Bonifácio de Andrada e Silva, porém em 19 de abril de 1879, fora outorgado o Decreto 7.247, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho, que permitia a inscrição das mulheres nas universidades do Brasil.

Nas agitações pela Proclamação da República e após ela, a pauta pelo sufrágio foi fortalecida e, assim, adentramos o século XX com a fundação do Partido Republicano Feminino, “tendo à frente Leolinda Daltro, que desenvolveria campanhas de pressão mais próxima ao estilo violento das sufragistas inglesas, chegando mesmo a organizar uma passeata de mulheres, em 1917, no Rio de Janeiro.” (SARDENBERG E COSTA, 1993: 17). Reforçado pela “criação da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919, transformada em Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) em 1922, que a luta pelo sufrágio feminino ganharia maior força.” (ID. IBIDEM).

Na Bahia, a intensificação do movimento feminista começava a despontar na década de 20, mas foi nos anos 30 que ele toma maior impulso, atendendo a demanda da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Na década de 1930 a FBPF conseguiu ampliar-se e congregar 12 associações de mulheres em vários Estados. Na Bahia, a Federação Baiana Pelo Progresso Feminino foi criada em 1931. Imediatamente o feminismo ganhou espaço nos jornais e em eventos culturais da capital. Senhoras importantes, moças de famílias de bem (para escândalo dos conservadores), a exemplo de Amélia Rodrigues, Lili Tosta, Edith Gama Abreu, Dra. Prager Fróes, declaram-se publicamente como feministas em uma pesquisa realizada pelo jornal “A Tarde”. (COSTA. 1994 [a]). Um feminismo essencialmente sufragista, bem comportado, católico. Um feminismo “feminino”, como se costumava identificá-lo. (COSTA, 1998:96).

É nesse contexto que, sem dúvida, as mulheres conquistaram o seu espaço no campo da medicina, porém, esta ainda era em sua maioria exercida pelos homens, devido aos ditames machistas que demarcava os espaços a serem ocupados pelas mulheres como reprodutoras e organizadoras do lar e os homens produtores no âmbito da esfera pública.

Os “anti-feministas”, ao contrário do “feminista”, tentavam convencer que a mulher ao assumir funções tradicionais masculinas, a exemplo das profissões médicas e jurídicas, seria uma figura que traria ou desenvolveria características impróprias e incompatíveis com a função primeira da mulher: a maternidade; uma vez que estas mulheres tornar-se-iam frias, mundanas, imorais, além de irem de encontro ao estabelecido pela natureza. (VANIN, 2008:122).

Este trabalho está epistemologicamente pautado na teoria feminista, por confiarmos que ela busca responder as nossas indagações e inquietações. Apesar de sabermos que dentro desta ocorrem discussões tensas entre as feministas.

Sem dúvida, essa tarefa seria bem menos problemática para todas nós se o pensamento feminista não fosse uma arena de tensões, onde se embatem posicionamentos plurais e polêmicos, quando não conflitantes. É claro que essa diversidade de olhares e de posturas certamente enriquece nossos discursos críticos sobre a sociedade e a ciência, como uma de suas expressões; contudo, as divergências entre feministas tornam impossível falarmos de “epistemologia feminista” no singular. (SARDENBERG, 2002:98).

O interesse não é apresentar as divergências entre as teóricas feministas, mas compreender de que forma desenvolveremos a nossa pesquisa baseada nas construções mais aproximadas da nossa proposta e vale salientar que toda caminhada que discorreremos sobre o movimento feminista reconhecemos ser de um feminismo branco, eurocêntrico, conservador, eivado de inúmeras e pertinentes críticas das novas análises feministas, porém eles foram de fundamental importância para a conquista e empoderamento das mulheres da época que citamos.

Termos pontuado o tom da pele do nosso objeto de estudo, demarca o país de que estamos falando: o Brasil e seu já histórico multifacetado de racismo. Para tanto é necessário tratarmos de racismo, porque precisamos entender que as mulheres que se inseriram nas profissões médicas eram em sua maioria brancas, como a própria Dra. Maria Theresa, logo precisamos desse olhar, para compreender as tramas sociais que envolvem a nossa discussão.

Desde a era colonial, as mulheres foram diferenciadas por práticas patriarcais que associaram matrimônio as mulheres brancas e relações sexuais mais ilícitas a não brancas. Enquanto as brancas eram designadas para o reino de sexualidade legítima e honrada, nos papéis de esposas e mães, mulheres africanas escravizadas e depois as mulatas, eram associadas a práticas sexuais ilegítimas e desonradas. Em grande parte por causa de sua relação privilegiada com o patriarcado e com a hegemonia racial, mulheres brancas se tornaram o ponto de referência para construções idealizadas de mulher e de identidade feminina no Brasil. (CALDWELL, 2000: 103).

Apesar de estarmos falando de uma mulher branca reconhecemos que para uma mulher negra isso seria extremamente mais difícil, por isso a pertinência da fala de Sueli Carneiro no que diz respeito à mulher no mercado de trabalho no Brasil.

É sobejamente conhecido a distância que separa negros e brancos no país no que diz respeito à posição ocupacional. O movimento de mulheres negras vem pondo em relevo essa distância, que assume proporções ainda maiores quando o tópico de gênero e raça é levado em consideração. Nesse sentido, é mister que os ganhos obtidos pela luta feminista no mercado de trabalho. Malgrado se constituírem em

grandes avanços, não conseguirem dirimir as desigualdades raciais que obstaculizam maiores avanços para as mulheres negras nessa esfera. Sendo assim, as propostas universalistas da luta das mulheres não só mostram a sua fragilidade, como a impossibilidade de as reivindicações que daí advém, tornarem-se viáveis para enfrentar as especificidades do racismo brasileiro. (CARNEIRO, 2003:120-121).

Por sua vez, Matilde Ribeiro faz uma análise do movimento feminista negro e toda a sua luta e critica o feminismo branco, eurocêntrico e hegemônico.

Nesta viagem pelo processo de organização das mulheres negras e pelos debates e diálogos travados com o movimento feminista, verifica-se que o saldo é bastante positivo. Na busca de um basta à invisibilidade, muitos são os desafios, muitos são os encontros e desencontros, muitas são as possibilidades. Torna-se importante alimentar a utopia de uma sociedade onde caibamos todas, com as nossas diferenças e semelhanças. (RIBEIRO, 1995: 457).

Logo, temos a nítida consciência das problemáticas que envolvem a teoria feminista, as questões de gênero e do discurso androcêntrico que tentou manter as mulheres distantes das construções intelectuais e práticas científicas, das questões de raça, onde esse espaço do intelecto e científico é bem demarcado pelas mulheres de cor branca e não negra, e das questões de classe, onde esta ascensão se deu pela e para a elite, principalmente com as constantes necessidades do sistema capitalista do aumento da sua produção e das relações de poder que demarcam todas essas assertivas.

Nas discussões formuladas acerca do poder, Saffioti explana alguns conceitos apresentados por Marx, Engels e Weber e declarou que acreditava que a análise de poder para Foucault é a mais eficiente, pois “o de constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente em campos sociais de força. Esta concepção de poder permite a análise do fenômeno em pauta quer a nível macro, quer a nível micro. Eis porque a sua utilização é vantajosa.” (SAFFIOTTI, 1992: 185). Esse conceito nos ajudará a perceber as demarcações de espaços masculinos e femininos dentro deste estudo, dos discursos construídos para manter as mulheres na posição de subalternas e legitimando o poder do macho sobre elas, construindo uma rede de significados culturais que permitem toda prática androcêntrica, ou seja, o homem no centro e também acima das mulheres, transformando-a no “outro”, sem autonomia, dominada e explorada.

Optamos aqui pelo termo gênero, por acreditarmos que esse conceito é abrangente:

É relacional, quer enquanto categoria analítica quer enquanto processo social, o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama esta na qual as relações de gênero tem lugar. (SAFFIOTTI, 1992: 187).

Pensar em gênero é pensar nas relações de ordem de gênero patriarcal e implodi-la, não é a busca por origens da dominação e exploração do homem sobre a mulher, mas saber como se deu e ainda se dão essas relações.

A MEDICINA LEGAL NA BAHIA: HISTÓRIA E ENSINO

Para compreensão do acesso das mulheres as faculdades no Brasil, traçamos em linhas gerais o surgimento da Medicina enquanto ensino superior e como a fundação do curso está relacionada à transferência de D. João com a Corte para o Brasil, devido à invasão de Napoleão na Península Ibérica no início do século XIX. Havia a necessidade de se criar escolas de cirurgia para suprir a falta dos profissionais diplomados que ficaram impossibilitados de virem de Coimbra para o Brasil, portanto, como a cidade da Bahia e o Rio de Janeiro eram as cidades mais prósperas do período colonial e com a influência do pernambucano José Corrêa Picanço, o Barão de Goyana⁴, que intercedeu pela Bahia junto ao Príncipe Regente e foi atendido, fundando o ensino superior entre 1808 e 1809, através da Escola Médica que se chamou Escola de Cirurgia da Bahia, dirigida pelo próprio Barão de Goyana.

Em 1815 passou por uma reforma passando a se chamar Colégio Médico Cirúrgico da Bahia que foi instalada na Santa Casa de Misericórdia e, em 1832, passou a se chamar Faculdade de Medicina da Bahia. Logo depois, em 02 de julho de 1833, a Faculdade de Medicina da Bahia, foi transferida para o prédio do Terreiro de Jesus. Neste período, o poder público não compreendia a importância da Medicina Judiciária, além da desorganização e despreparo dos professores e os estudos da Medicina Legal estavam voltados para a discussão sobre alienação e doenças mentais.⁵

A Medicina Legal abraçou a teoria evolucionista que repudiava a hibridação e abrindo o século XX com diversas dissertações de doutorado defendidas, “nesse local, portanto, a nação foi antes pensada em termos raciais do que entendida a partir de critérios econômicos e culturais”. (SCHWARCZ, 1993:209). Nesse tipo de investigação dá-se mais importância ao criminoso do que ao crime e se começava a verificar os perfis afirmando que havia a

⁴ Médico pernambucano, nascido na então vila de Goyana, José Corrêa Picanço, figura de maior expressão junto à Corte lusa, cirurgião-mor do Reino, amigo pessoal do Rei D.João VI e membro de alto nível das mais conceituadas entidades governamentais portuguesas, títulos estes conservados com a vinda para o Brasil. <http://www.sbh.org.br/index.asp?p=noticias&codigo=133>

⁵ Pouco se produziu a nível bibliográfico, em compensação, cresceu o jornalismo científico e as revistas, dentre elas a Gazeta Médica da Bahia que, com alguma interrupção, se mantém até os nossos dias com artigos, monografias, relatórios, palestras e conferências sobre a medicina.

degeneração racial, ou seja, a mistura entre brancos e negros formando a mestiçagem no Brasil, era a causa maior de todos os males que sofria a nação. “As raças, por outro lado, serão entendidas como passíveis de mutação, sujeitas a um processo contínuo de saneamento. É o discurso da eugenia que ganha novos adeptos, até mesmo nas radicais fileiras da Faculdade de Medicina da Bahia”. (ID. IBIDEM: 215).

Regeneração era a palavra de ordem nas décadas de 20 e 30 e a repugnância era o sentimento exposto a população miscigenada e isso era notório como também foi escrito em muitas revistas, inclusive a Gazeta Médica que expressou o seu pensamento:

A mestiçagem deve ser até certo ponto encarada psicologicamente como factor de degeneração. Entre nós, é constituída de elementos de várias procedências portadores de caracteres étnicos diversos e condições especiaes que sob as influências mesológicas devem trazer uma perturbação inevitavel na organização do equilíbrio inobstavel. A mestiçagem extremada aqui encontrada... Retarda ou dificulta a unificação dos typos, ora perturbando traços essenciaes, ora fazendo reviver nas populações caracteres atávicos de indivíduos mergulhados na noite dos tempos. É preciso mudar as raças... (GMB, 1923:256).

A Medicina Legal na Bahia considerada conceituada por avançar nos estudos para importantes contribuições a sociedade e tradicional por seguir uma lógica comum e mundial contra a mestiçagem, elevou o nome de seus mestres, tendo a Faculdade de Medicina da Bahia como o principal reduto para formar esses profissionais, portanto, desde Virgílio Clímaco Damásio (1838-1913) que viajou em busca de avanços na área de conhecimento, passando por Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906), o Professor Oscar Freire de Carvalho (1882-1923) e o Professor Estácio Luiz Valente de Lima (1897-1984), que contribuiu para a formação de muitos legistas, tendo sob a sua orientação diversos alunos assistentes, dentre eles Dra. Maria Theresa de Medeiros Pacheco.

A BIOGRAFADA: DRA. MARIA THERESA DE MEDEIROS PACHECO.

Antes mesmo de começar a datar sobre os pontos mais importantes da vida profissional da Dra. Maria Theresa estamos conscientes de que ainda temos muito a pesquisar, não só nos documentos oficiais como nas fontes orais. Nessa última, encontramos sempre pontos em comum no depoimento dos entrevistados de que a nossa pesquisada era uma pessoa extremamente humana e sabia como exercer a sua autoridade.

O seu relacionamento social e profissional com os seus colegas era o melhor possível, agradabilíssima e sem perder a sua autoridade, não era uma mulher autoritária, era uma mulher que tinha e mantinha a sua autoridade que é diferente,

não era uma ditadora e nem uma tirana, era uma mulher que tinha compostura, absolutamente condigna e que no exercício da profissão, tanto quanto na vida profissional era muito afável.⁶

O viés de autoridade registrada sobre a biografada ficou nítida e foi uma característica adquirida pelo fato de ter chegado sozinha em Salvador, por ser uma mulher que era constantemente assediada na sua época de estudante, conforme ela confessou a sua sobrinha Teresa Cristina de que o “ar” autoritário dela era para se defender desses assédios, pois não foi nada fácil chegar a uma faculdade onde sua grande maioria era de homens e ela tendo que provar a todo instante a sua competência e que não estava ali a passeio e tinha objetivos.

Maria Theresa de Medeiros Pacheco chegou a Salvador em 1948 e foi aprovada no vestibular para a Faculdade de Medicina da Bahia e como aspirante interna por concurso, começou a prestar serviços na Maternidade Climério de Oliveira, mais tarde tornou-se assistente voluntária. “Era defensora das mães pobres baianas, ela sempre dava um jeito de resolver os problemas de todas as mulheres na maternidade”.⁷ Atuou também como interna na Maternidade Nita Costa, no Serviço da Ginecologia do professor Aristides Maltez no Hospital Santa Isabel e foi residente no Hospital Aristides Maltez no 5º ano médico. Concluiu o curso em 1953 e, em 1954, foi convidada pelo Prof. Estácio de Lima, “que foi quem orientou toda a formação científica e cultural da Dra. Maria Theresa”⁸, para atender no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues⁹, com base no seu aprendizado obtido nos serviços de ginecologia e obstetrícia, atendendo as vítimas de atentados sexuais, às crianças, adolescentes e mulheres na especialidade da Sexologia Forense.¹⁰

⁶ Lamartine de Andrade Lima. Entrevistado em 05 de maio de 2011.

⁷ Iracy Silva Costa. Entrevistada em 16 de setembro de 2010.

⁸ Lamartine de Andrade Lima. Entrevista citada.

⁹ O Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (IMLNR) é o mais antigo dos cinco Institutos que compõem a estrutura do Departamento de Polícia Técnica. Criado em 1905 pelo Prof. Oscar Freire, recebeu o nome Nina Rodrigues da Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia, em homenagem ao Professor catedrático de Medicina-Legal, Raimundo Nina Rodrigues, falecido naquele mesmo ano. http://www.dpt.ba.gov.br/index.php?site=1&modulo=eva_conteudo&co_cod=25

¹⁰ Ramo da Medicina Legal que estuda a atividade sexual humana relacionada às questões jurídicas, cíveis e criminais, ou seja, estuda os fenômenos relacionados com a reprodução humana, da concepção até o puerpério (período compreendido entre o parto e o retorno do útero ao seu estado normal que tem duração média de 45 dias) e por ser uma área extremamente ampla precisou ser dividida para atender as necessidades periciais como: *Himeneologia forense*- estuda toda questão médico-legal voltada para o casamento, desde o seu estabelecimento (momento do ato), suas finalidades (proteção à família, o dever de consumir as relações sexuais, procriação, proteção e educação da prole, fidelidade e outros). Impedimentos matrimoniais que podem anular casamentos como: parentesco consanguíneo, adultério, bigamia, crime e impotência masculina e feminina. *Obstetrícia forense*- estuda toda questão médico-legal voltada para a mulher no período gestacional, do parto até o puerpério. Como também a investigação da paternidade através do DNA. *Erotologia forense*- estuda os distúrbios do instinto sexual, **crimes sexuais** (campo de atuação da Dra. Maria Theresa), a prostituição, o perigo e contágio.

É uma maneira de ver, que a entrada da Dra. Maria Theresa no IMLNR tenha modificado a forma de tratamento as vítimas de violência sexual, porque as mulheres eram atendidas por homens, os médicos legistas da época atendiam às senhoras, às moças, e lembremos que na década de 1950 a sociedade ainda tinha e vivia com muitos tabus e a mulher era muito constrangida quando depois de sofrer um atentado sexual ser examinada por homem, embora médico, embora ético, embora fosse um tratamento extremamente delicado para com elas, mas não deixaria de ser uma figura masculina, e a Profa. Maria Theresa foi ali colocada no setor de sexologia forense pelo Prof. Estácio de Lima justamente por isso, ele precisava de uma mulher especialista, competente, para atender aquelas vítimas feminina, realmente nesse sentido modificou uma presença feminina pela primeira vez fazendo perícia¹¹.

A partir daí Dra. Maria Theresa se propõe a aperfeiçoar os seus conhecimentos na área e em 1965 se inscreveu no concurso de Docência Livre da Faculdade de Medicina da Bahia¹². Para reforçar sua formação profissional, em 1969, foi a Paris fazer um ano de Medicina Legal, o que hoje corresponde ao doutorado, se dedicando ao estudo para obtenção do título de assistente estrangeira com a tese: “Alterações dos grupos sanguíneos em sangue de cadáveres putrefeitos e congelados”, com o título original em francês, "De l'evolution post-mortem des groupes sanguins: mémoire pour le titre d'Assistant Etranger". (PACHECO, 1969).

Na Faculdade de Medicina da Bahia ela ministrava as aulas práticas, mas enfrentou, com dificuldades, as aulas teóricas, devido à reforma da Faculdade. Além das aulas serem ministradas em locais fora da Universidade, Maria Theresa manifestou sua decepção com a falta de estrutura e organização da universidade quando assinou o termo de posse da disciplina de Medicina Legal e Deontologia Médica como catedrática, nos porões da secretaria da Faculdade de Medicina da Bahia, nas dependências do Hospital das Clínicas, na presença apenas de uma secretária. Mesmo diante de toda a simplicidade da posse, foi à primeira mulher professora Catedrática da Faculdade de Medicina da Bahia, na cadeira de Medicina Legal e Deontologia Médica, defendendo a tese "Normas de conduta profissional médica" (PACHECO, 1974).

Em 1974, já na direção do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, (desde 1972), trabalhou e estudou para transformar essa instituição, dotando-a com equipamentos modernos para prestar serviços à sociedade baiana. Em 1977 começou um movimento reivindicatório para disponibilização de um espaço que comportasse as novas tecnologias científicas, para atender de forma eficiente a população. O governador Roberto Santos e seu Secretário de

¹¹ Lamartine de Andrade Lima. Entrevista citada.

¹² A Docência Livre exigia concursos semelhantes aos que se pretendiam catedráticos, por serem exigidas oito provas: de títulos, prova clínica de psiquiatria forense, de laboratório médico-legal, de sexologia forense, prova escrita de seis horas de duração, prova no cadáver-necropsia completa, exame no vivo em clínica forense, prova oral ou didática com o posto sorteado na hora, dentre os sessenta assuntos do programa. A prova escrita também constava de pontos sorteados na hora da prova, frente à comissão examinadora.

Segurança, o Coronel Luiz Artur de Carvalho, começaram a procurar uma área que pudesse ser dedicada a Medicina Legal, e com os grupos de técnicos em engenharia e arquitetura, Maria Theresa trabalhou incessantemente para que seu projeto saísse da planta e, em 1979, a nova edificação no bairro Vale dos Barris se concretizou¹³.

Maria Theresa de Medeiros Pacheco não deixou filhos, mas criou, como sua filha, a sobrinha Tereza Cristina de Araújo Pacheco e seus demais sobrinhos a chamavam de “Dinda”. Ela foi noiva duas vezes, “mas quando um deles lhe disse que ela teria que ficar cuidando de casa e filhos, ela desistiu”¹⁴. Esse discurso do noivo tem toda a proteção do sistema de ordem de gênero patriarcal, que lutava contra a inserção da mulher no mercado de trabalho, o que nos reporta ao contexto do processo androcêntrico e ao embate feminista em prol das mulheres.

Neste sentido, que Dra. Maria Theresa optou por não seguir o caminho que era considerado “natural” destinado às mulheres. “Dra. Maria Theresa, tinha absoluta consciência da formação cultural da mulher e pugnava, para que estas se quisessem e almejassem, saíssem daquele estado patriarcal, para progredirem e mudarem a sociedade [...]”¹⁵ E mesmo com o pensamento vigente de que a mulher é a personificação da fragilidade, Dra. Maria Theresa não se intimidava e enfrentou com firmeza e critica alguns governantes quando se tratava da restauração da Faculdade de Medicina (complexo arquitetônico do Terreiro de Jesus). Onde ela presidia reuniões semanais para tratar desse assunto, essa luta perdurou por 12 anos.

A professora era realmente de uma grande ação e graças a ela a faculdade não diluiu, as coisas foram muito difíceis, nós não tivemos facilidades, a nossa comissão pegou tempos duríssimos, houve descrença externa, falta de apoio, descaso, nós apelamos da Presidência da República até a Prefeitura Municipal... Depois de uma longa luta a faculdade conseguiu ter a restauração do seu prédio o que ainda não está concluída... E eu faço uma comparação como a Dra. Maria Theresa fazia, ela dizia: para o carnaval o governo gasta uma fortuna, para um único artista ou um bloco, mas para a cultura, para a educação, para o ensino, para o preparo intelectual da nossa juventude não dá nada.¹⁶

A frente da direção do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues ela era uma referência não só nas perícias destinadas a sexologia forense, como também em necropsias para identificar a causa mortis, dentre eles um caso famoso que muito chamou a atenção do Brasil, a morte de Paulo César Farias (PC) e sua namorada Suzana Marcolino. Naquela oportunidade,

¹³“Para a história do Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues antigo, situado no Pelourinho, na sede da Faculdade de Medicina da Bahia, no Terreiro de Jesus, e também para a sua nova sede, cf. Lima (1979).”

¹⁴ Tereza Cristina de Araújo Pacheco. Entrevistada em 29 de abril de 2011.

¹⁵ Lamartine de Andrade Lima. Entrevista citada.

¹⁶ Id. Ibidem.

fora convidada pelo Secretário de Segurança Pública do Estado de Alagoas Antônio Azevêdo Amaral para fazer exames técnicos nas vísceras do casal.

Sem querer adiantar quaisquer das hipóteses sobre as mortes de PC Farias e sua namorada, Suzana Marcolino, Maria Theresa disse que o convite do Secretário de Segurança Pública de Alagoas deve-se basicamente à credibilidade que o Departamento de Polícia Técnica da Bahia do qual faz parte o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, tem junto aos estados do Norte e Nordeste do País. Totalmente reformulado desde dezembro do ano passado e considerado um dos melhores do País... (JORNAL A TARDE, 25 de junho 1996: 12).

Durante a sua gestão no Departamento de Polícia Técnica, ela investiu em tecnologia e equipamentos modernos e até após a sua saída deste, ela era constantemente chamada até lá por seu entendimento profundo daquela instituição. Nesse sentido, ela possuía dois projetos: o primeiro era a fundação de um laboratório de Medicina Molecular; e, o segundo, de escrever um Tratado da Medicina Legal, o que não foi possível, devido ao seu falecimento no dia 12 de maio de 2010.

AS FONTES

A metodologia da História Oral nos reportará, através dos depoimentos a trajetória da pesquisada, partindo do seu nascimento, a sua infância, adolescência, a fase adulta, especialmente quando decidiu ser uma estudante de medicina, a sua labuta para enfrentar o discurso de uma sociedade patriarcal e se sobressair na carreira ganhando notoriamente e respeito de seus colegas de profissão.

Seguindo o raciocínio de Michael Pollack, “se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral”. (POLLAK, 1992:8). Partindo desse pressuposto, a análise realizada por ele trará uma discussão sobre o trabalho do pesquisador e a sensibilidade epistemológica que precisa ter para a tomada dos depoimentos, pois pode haver a multiplicação de objetos que poderão ser útil a história, porém, é necessário realizar uma crítica rigorosa e metodológica para filtrar as informações pertinentes coletadas da fonte oral.

Outro ponto importante são os cuidados com as fontes orais, pois “sua grande riqueza está em ser um terreno propício para o estudo da subjetividade e das representações do passado tomados como dados objetivos, capazes de incidir (de agir, portanto) sobre a realidade e sobre o nosso entendimento do passado.” (ALBERTI, 2004:22). Portanto,

acreditamos na eficácia da história oral para firmar a sua cumplicidade e compromisso com a subjetividade.

Os documentos de história oral são sempre resultado de um relacionamento, de um projeto compartilhado no qual ambos, o entrevistador e o entrevistado, são envolvidos, mesmo se não harmoniosamente. Documentos escritos são fixos, eles existem tenhamos ou não ciência deles, e não mudam uma vez que os tenhamos encontrado. Testemunho oral é apenas um recurso potencial até que pesquisas o chamem para a existência. A condição para a existência da fonte escrita é a emissão; para as fontes orais é a transmissão... (PORTELLI, 1997: 35).

No que tange as relações entre a biografia e os estudos de gênero não podem passar despercebidas, pois, a crítica realizada pelas feministas sobre as biografias são baseadas em mulheres que tiveram grande notoriedade dentro da sociedade, seja no campo político, cultural ou religioso, analisada por sua condição financeira ou pela beleza que possuíam. A proposta adotada não só por feministas como também por historiadores é: biografar e apresentar mulheres que não necessariamente precisem de atributos e feitos grandiosos para merecerem um detalhamento da sua história, pois a memória destas mulheres pode evidenciar dados importantes dentro de uma construção patriarcal que sempre deixou as mulheres à margem dos homens e, sem a documentação escrita, a história oral torna-se essencial para dar voz à memória dessas mulheres.

Pode-se escrever a vida de um indivíduo? Essa questão, que levanta pontos importantes para a historiografia, geralmente se esvazia em meio a certas simplificações que tomam como pretexto a falta de fontes. Meu intento é mostrar que essa não é a única e nem mesmo a principal dificuldade. Em muitos casos, as distorções mais gritantes se deve ao fato de que nós, como historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas. (LEVI, 2006: 169).

Seguindo este raciocínio, Bourdieu chama a atenção para que não se cometa o erro de seguir uma definição linear.

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem o outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre diferentes estações. (BOURDIEU, 1996:13).

As fontes documentais escritas, como os periódicos, nos norteiam no sentido de analisar os casos que envolveram o nome da Dra. Maria Theresa, desde o seu primeiro momento de atuação no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues em 1954. As revistas, dentre

elas a Gazeta Médica da Bahia, nos permite analisar o discurso da área médica o que nos possibilita identificar facilmente as relações de ordem de gênero patriarcal, além de contextualizar o quão foi difícil à inserção das mulheres na Faculdade de Medicina da Bahia.

Os processos-crime servem para mapear, quantificar e mensurar os laudos de Dra. Maria Theresa e mais: se na confecção destes há diferença na escrita feminina para a masculina e se houve uma sensibilidade da parte dela como fica claro nos depoimentos orais que ela se incomodava profundamente com as mulheres violentadas.

HISTÓRIA DAS MULHERES

Michele Perrot em “Escrever a história das mulheres” (PERROT, 2007) analisa o silêncio rompido dessa história, da invisibilidade ao seu nascimento, das representações das mulheres: os discursos e imagens. Ela nos dá uma compreensão da emergência não só dela, mas clama os historiadores e pesquisadores que percebam a necessidade de inserir as mulheres na história e das mudanças que devemos perceber ao escrever esta.

A história das mulheres mudou em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas e culturais. (PERROT, 2007:15-16).

Portanto, escrever sobre a trajetória da Dra. Maria Theresa de Medeiros Pacheco é um compromisso com a história das mulheres, onde não podemos perder de vista a importância e necessidade de continuar fazendo uma discussão historiográfica onde as mulheres estejam inseridas e com enfoque nas questões de gênero.

Para que serve a história das mulheres? E a resposta viria simples: para fazê-las existir, viver e ser. Esta é, afinal, uma das funções potenciais da história. Acreditamos que não interessa ao historiador fazer a história das mulheres em termos de erros ou de acertos sobre o seu passado, contar a saga de heroínas ou mártires, o que seria um terrível anacronismo. Sua função maior deve ser a de enfocá-las através da submissão, da negociação das tensões e das contradições que se estabeleceram, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo; entre elas e a sociedade nas quais estavam inseridas. Trata-se de desvendar as intrincadas relações entre a mulher, a sociedade e o fato, mostrando como o ser social que ela é articula-se com o fato social que ela mesma fabrica e do qual faz parte integrante. Trata-se, igualmente, de um desafio no sentido de fazer a história total da mulher, na qual se contemplem as grandes evoluções, profundas e silenciosas, dos comportamentos, aquelas, dos sentimentos religiosos ou das mentalidades, as demográficas e as técnicas. Mas história da qual não esteja ausente os pequenos gestos, as práticas

miúdas e repetitivas do cotidiano, as furtivas formas de consentimento e interiorização das pressões simbólicas ou concretas, exercidas contra as mulheres. (DEL PRIORE, 1998:235).

Não basta apenas descrever a história das mulheres, em especial desta mulher que fez o seu nome na história da medicina baiana, mas, também, analisar todo o contexto e suas implicações dentro desta sociedade.

A definição do objeto é particularmente decisiva para esta discussão. Marc Bloch deu uma definição simples e acessível da história como “ciência dos homens no tempo”. Esta fórmula pode ser transposta e ajustada ao sexo, definindo a história das mulheres como “a ciência das mulheres no tempo”. (TILLY, 1994:30).

Com esta análise de Tilly, podemos transportá-la para a escrita de uma biografia, onde não podemos perder o foco do que propõe Scott, que é fundamental utilizar a categoria gênero (SCOTT, 1996) para compreender o processo histórico não só do passado como também do presente e ao percebermos que em todas as situações a história foi masculinizada, nos dá ânimo para escrever a história presente com a tão real participação feminina em todos os setores da sociedade e no nosso caso, em especial, a medicina.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1996.
- CALDWELL, Kia Lilly. *Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil*. Revista Estudos Feministas. Ano 8, 2000.
- CARNEIRO, Suely. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v.17, n. 49, 2003.
- COSTA, Ana Alice A. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA-ALBA, 1998.
- DEL PRIORE, M. *História das Mulheres: as vozes do silêncio*. In.: FREITAS, M.C. de. (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes., AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro. Ed. FVG, 2006.
- LIMA, Estácio de. *Velho e novo "Nina"*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1979.

MALUF, Sonia; COSTA, Claudia. Feminismo fora do centro: Entrevista com Ella Sohat. *Estudos Feministas*, N. 01, 2001.

NASH, Mary. Transgresoras, visionárias y luchadoras. Movimiento de mujeres e propuestas feministas. In.: NASH, Mary. *Mujeres en el mundo. História, retos e movimientos*. Madrid: Alianza Editorial. 2004.

NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

PACHECO, Maria Theresa M. *De l'evolution [sic] post-mortem des groupes sanguins: mémoire pour le titre d'Assistant Etranger*. Paris: L'Unite [sic] d'enseignement et de recherche de medecine [sic] legale de Paris, 1969.

_____. *Normas de conduta profissional médica*. Tese de concurso para professor titular de Medicina Legal e Deontologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Salvador: Escola Gráfica N. S. de Loreto, 1974.

PERROT, M. Escrever a história das mulheres. In.: _____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, vol. 5 n. 10. 1992.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História-14. São Paulo. 1997.

RIBEIRO, Matilde. “Mulheres negras brasileiras, de Bertioga a Beijing”. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1995. Dossiê Mulheres Negras.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Wallach Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1996, 3º edição.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Rearticulando Gênero e Classe Social*. In: COSTA, A. O & BRUSCHINI, C. (orgs). Uma questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992.

SARDENBERG, Cecília M. B., COSTA, Ana Alice A. *Feminismos e Feministas*. Revista Baiana de Enfermagem. Salvador, v. 6. N. 2. Out. 1993.

_____. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: Sardenberg, Cecília Maria. Bacellar. *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: Redor. (Coleção Bahiana). 2002.

TILLY, Louise A. *Gênero, História das Mulheres e História Social*. Cadernos Pagu (3), 1994.

VANIN, Iole Macedo. *As damas de branco na biomedicina baiana (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. Salvador: UFBA, 2008. (Tese de Doutorado em História).

FONTES ORAIS

Iracy Silva Costa: ex-administradora da Maternidade Climério de Oliveira.

Lamartine de Andrade Lima: médico legista.

Raul Coelho Barreto Filho: médico legista e ex-diretor do Departamento de Polícia Técnica.

Tereza Cristina de Araújo Pacheco: médica e sobrinha da Dra. Maria Theresa.

PERIÓDICO

JORNAL A TARDE - 25 de junho 1996.

REVISTA

GAZETA MÉDICA DA BAHIA – 1923.

SITES

<http://www.sbm.org.br/index.asp?p=noticias&codigo=133>

http://www.dpt.ba.gov.br/index.php?site=1&modulo=eva_conteudo&co_cod=25

REPRESENTAÇÕES DA SEXUALIDADE DE MULHERES DAS CAMADAS POPULARES DE BELÉM NO SÉCULO XIX.

Lina Brandão de Aras¹
Elainne Cristina Mesquita²

RESUMO

No presente artigo procurou-se demonstrar como as representações da sexualidade de mulheres das camadas populares da cidade de Belém foram forjadas no final do século XIX, em um recorte histórico específico, delimitado nos primeiros anos republicanos entre 1890 e 1894. Para análise de como se forjaram tais representações partimos dos paradigmáticos discursos científicos impressos nas obras de Raimundo Nina Rodrigues, José Veríssimo, Louis e Elizabeth Agassis. Para o debate foram utilizadas fontes primárias de importante jornal que circulou na cidade, *O Correio Paraense*, com a finalidade de evidenciar a articulação do discurso científico com o político através dos periódicos.

PALAVRAS-CHAVES: Gênero. Representação. Ciência.

ABSTRACT

In this paper tried to demonstrate how representations of sexuality class women of the city of Belém were forged in the late nineteenth century, in a historical specific, delimited in the early Republican years between 1890 and 1894. To analyze how these representations were forged we have made the paradigmatic scientific discourse in the works printed by Raimundo Nina Rodrigues, José Veríssimo and Louis and Elizabeth Agassis. For the debate were used as primary sources of important newspaper that

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e Pós-doutorada pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher da Universidade Federal da Bahia. E-mail: lina.aras60@gmail.com e laras@ufba.br

² Mestranda do Programa de Pós Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher da Universidade Federal da Bahia. E-mail: enymesquita@hotmail.com

circulated in the city, *O Correio Paraense*, in order to evidence the articulation of scientific discourse with the political through the journals.

KEYWORDS: Gender. Representation. Science.

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Por volta do século XVIII, com os avanços da ciência instalou-se no Ocidente uma necessidade em se falar de sexo, as pesquisas embrionárias, o desenvolvimento de técnicas de investigação, exigiram uma maior preocupação com o assunto e começou a colocá-lo no campo dos interesses institucionais, da medicina, do sistema jurídico e político, “[...] tornando-se caso de polícia no sentido de majoração ordenada das forças coletivas e individuais”. Técnicas elaboradas e diferenciadas de poder passaram a regulamentar o comportamento humano, relações econômicas, de trabalho, acúmulo de riquezas, passaram a se configurar de forma diferenciada, com o sexo não foi diferente, novos códigos se forjaram a partir de questionamentos sobre a natalidade, a função sexual do casamento e o celibato (NASCIMENTO, 2005, p. 67).

A partir da Era Vitoriana alguns estudos antes improváveis ganharam novos contornos, porém, não se deu sem causas, as profundas mudanças culturais, os abalos nas estruturas religiosas, o avanço da medicina, da ciência como “verdade absoluta” e da psicologia trouxeram ao centro das atenções assuntos antes encarados como tabus, obscuros e proibidos, dentre eles, o sexo. O Vitorianismo se estabeleceu como um período de recrudescimento sobre as práticas sexuais, trazendo, de acordo com Foucault, novos dispositivos de repressão sobre o corpo e a sexualidade, em contraposição a um período clássico que se estendeu até o século XVII, que percebia a sexualidade como algo divino, no campo das práticas sagradas sem nenhuma ligação com o profano (FOUCAULT, 2001).

As instituições científicas, educacionais e jurídicas, passaram a apropriar-se do sexo de forma a subordiná-lo, domá-lo, de definir sua existência a partir de seus discursos reguladores e dispositivos específicos de uma ordem discursiva, codificando práticas e disseminando uma espécie de “educação sexual” moralizadora de comportamentos “impróprios”. Pedagogias se encarregavam do sexo dirigido à infância, a medicina cuidava da reprodução das mulheres, a psiquiatria, de uma possível esterilização relacionada a prováveis distúrbios da sexualidade humana como perversões, procriação etc. (FOUCAULT, 2001, p. 32).

Toda esta problematização do sexo e da sexualidade humana tiveram suas heranças desde os escritos gregos e com os preceitos aristotélicos que deram os primeiros enunciados sobre a sexologia no Ocidente, dentre eles um que postulava a irrelevante contribuição da mulher na procriação, identificando o sangue menstrual como a mera substância necessária para o desenvolvimento do embrião. Hipócrates, porém, postulou que as secreções vaginais teriam propriedades equivalentes ao sêmen masculino e que os fluídos femininos contribuiriam para a formação do embrião (GREGERSEN, 1983, p. 30). Estas ideias auxiliaram na problematização do sexo e da sexualidade humana, enraizando desde as primeiras formulações gregas papéis distintos da função sexual de “machos” e “fêmeas”, subordinando mulheres ao papel de coadjuvantes.

Para Foucault o sexo como discurso já estaria implícito muito antes de sua explicitação, antes que se tratasse como expoente os comportamentos e práticas sexuais, uma penumbra sobre o assunto, um discurso que sussurrava já pairava sobre os corpos de homens e mulheres. As escolas do século XVIII podem servir de exemplo, pois, mascaravam o sexo como discurso atuante, dando a impressão de que nestes espaços um silêncio profundo se imporia diante do tema, um segundo olhar mais minucioso, porém, pode nos revelar vozes uníssonas falando sobre sexo nestes espaços, retirando máscaras, bastaria atentar para “os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo” (FOUCAULT, 2001, p. 34).

Os reguladores disciplinares das escolas do século XVIII foram forjados também a partir de possíveis sistemas de controle da sexualidade infantil, precoce, ativa, permanente. Salas, pátios recreativos, dormitórios enfim, todos os espaços físicos da escola falavam de uma sexualidade infantil que carecia de ordenamento e controle institucionalizado. Família, escola, poderes públicos deveriam agir de forma correlata afim de, estabelecer um controle específico sobre os corpos de meninos e meninas em formação física e psíquica (FOUCAULT, 2001, p. 30).

Meninos e meninas, homens e mulheres, nascem, crescem, reproduzem-se (ou não) e morrem fadados e/ou aprisionados aos seus corpos, seus sexos e as relações que complexamente derivam destes signos. O “reconhecimento” seja ele por si ou pelo outro, do ser “macho” ou ser “fêmea” acaba por construir sexualidades estabelecendo relações de poder que (re)significam constantemente o campo das relações humanas e sociais.

Reflexões pretéritas auxiliaram na construção e significação do corpo e do sexo, em postulados de Diderot, D'Alembert, Roussel e Cabanis, a maternidade como função e essência do sexo feminino, o corpo masculino como superior, os papéis sociais atribuídos a homem e mulher, e as relações com a biologia foram bem articuladas e seguiram sendo reformuladas ao longo dos séculos. Médicos e cientistas do século XIX auxiliaram na disseminação destas teorias, colocando a biologia como fornecedora de “provas” do estatuto biológico do sexo, colocando a sexualidade feminina intimamente ligada à função reprodutiva, e toda e qualquer prática sexual que não se conectasse a esta função era considerada “desvio”.

A partir destas considerações percebemos que a Ciência Moderna seguiu auxiliando na “objetificação” das mulheres, de seus corpos e de sua sexualidade, “desigualdades de gênero, incorporadas nas instituições da ciência, influenciaram o conhecimento saído destas instituições.” O conhecimento inadequado do corpo das mulheres foi reproduzido por vários capítulos, elaborados a partir de estudos que postularam uma suposta “ciência da mulher”, que pretensamente se debruçou no caráter físico, moral e intelectual do chamado “o sexo”. Uma formulação de “ciência sexual” que pretendia “o exame minucioso da diferença sexual” auxiliou para determinar papéis entre os sexos e resolver debates “acerca do papel adequado das mulheres na sociedade e nas profissões” (SCHIENBINGER, 2001, p. 207).

A sexualidade feminina começou a sofrer sanções de maneira mais complexa a partir do século XIX, quando os “homens de ciência” começaram a ocupar determinadas funções antes femininas, tradicionais e passadas através de gerações, como a função de parteira. Os primeiros homens parteiros, ou obstetras, passaram a dominar as artes da reprodutividade, cientificizando um saber tradicional e milenar das mulheres, causando prejuízos ao controle da natalidade feminina, a compreensão e trato com o corpo, além de influenciar no exercício da sexualidade.

Segundo Schiebinger (2001, p. 210) na Europa moderna o desaparecimento das parteiras causou problemas para a saúde das mulheres, pois as mesmas acabaram por perder o controle de sua fertilidade. Aquelas mulheres tinham acesso a aproximadamente 200 métodos contraceptivos, entre tantos outros produtos abortivos de natureza mecânica ou vegetal, o desaparecimento das parteiras e de seus saberes tradicionais de contracepção passados “através da rede de relações entre as mulheres, de mãe para filha e de parteira para vizinha”, conseqüentemente deu mais filhos as mulheres europeias do século XIX.

Juliet Michel nos esclarece que o papel reprodutivo da mulher foi “santificado” a partir do avanço do capitalismo, o que auxiliou na delimitação de papéis sexuais entre homens e mulheres, excluindo as mulheres dos setores de produção, estes por sua vez designados aos homens invariavelmente. A sexualidade haveria sido colocada para as mulheres como exercício de prazer proibido, definido pelas instâncias do matrimônio formal capaz de espiritualizar o “instinto sexual” através da moralidade, da exclusividade conjugal dos vínculos emocionais (MICHEL, 1967).

No vocabulário sexual contemporâneo podem-se localizar testemunhos eloquentes da apropriação e objetificação da mulher enquanto progenitoras e produtoras através da história, a “relação sexual foi assimilada ao regime de posse bem mais fácil e completamente do que o relacionamento produtivo e reprodutivo” (MICHEL, 1967, p. 214). A problematização da sexualidade por teóricos comunistas, socialistas e liberais, ao longo de densos processos históricos, não resolveram as complexas tramas que envolvem o tema e não aprofundaram a localização das mulheres no que tange estas relações. Para Michel, muitos debates sobre a sexualidade feminina não elegeram como foco importante a “posição e a dignidade das mulheres em diferentes sociedades e recortes históricos” (MITCHEL, 1967; p. 22).

A rejeição dos estudos sobre os papéis sexuais das mulheres como elemento primordial para se entender as relações de gênero construídas através da história perpassam pela escolha dos objetos de pesquisa, pela eleição, “do que?”, “de como?”, “para onde?”, “porque?”, estudar algo tão complexo e delicado, que mesmo em uma sociedade ocidental dita “liberal” e “moderna” ainda enfrenta preconceitos e silêncios que se estendem. Desconstruir uma ciência pré-estabelecida, que auxiliou a forjar no corpo e no “sexo” das mulheres, uma certeza “universal” e “absoluta” sobre nossa “biologia reprodutiva”, nosso papel sexual “passivo” e nossa “natureza inferior”, de certo não é tarefa simples, porém os estudos feministas vêm através dos anos demonstrando que é possível e acima de tudo, deve ser feito.

De acordo com Sardenberg (2002), os estudos e as teorias feministas auxiliaram e possibilitaram a dissolução de muitos impasses no campo do conhecimento, a partir de dois pontos distintos, porém, que se interligam, “o primeiro diz respeito aos avanços teórico-metodológicos no interior do próprio pensamento feminista com a construção e teorização em torno das relações de gênero”, o que propiciou às construções e reflexões sobre gênero como um objeto teórico importante para investigações e reflexões a partir de uma epistemologia feminista. O segundo seria a crítica feminista à ciência, que

trouxe novo fôlego e pistas importantes para novas abordagens “à epistemologia histórica e suas contribuições para a desmistificação da ciência moderna” (SARDENBERG, 2002, p. 93).³

Se a teoria e a crítica feminista nos apresentam novas possibilidades e novos olhares sobre as relações entre os sexos e nos permitem através da utilização da categoria gênero reencontrar as mulheres e seus papéis no mundo, devemos então nos apropriar desta epistemologia para analisar “novos” e “velhos” objetos, construídos a partir de uma ciência moderna, “preche da razão dualista, cartesiana, característica do pensamento iluminista”, estruturada por uma lógica binária de opostos (sujeito/objeto, mente/corpo, razão/emoção, objetividade/subjetividade, transcendente/imanente, cultura/natureza, ativo/passivo) e impregnada de uma “estruturação conceitual do mundo que incorporou, no seu vértice, ideologias de gênero historicamente específicas, ainda hoje evidentes na cultura e nas práticas das ciências naturais” (SARDENBERG, 2002, p. 95).

Se em sua construção a sexualidade das mulheres teve auxílio de uma ciência dualista, androcêntrica, sexista, moldada em pré-supostos de lógicas binárias devemos nos apropriar das ferramentas possíveis para criticar este fato e tentar (re)construir novos caminhos que nos permitam enfrentar e problematizar o tema, de modo incluyente, visando reconfigurar o sexo, o corpo e o exercício da sexualidade das mulheres na história.

No presente artigo procurou-se debater como as representações da sexualidade de mulheres das camadas populares de Belém foram tecidas no final do século XIX, a partir dos discursos científicos de dois “homens de ciência”, Raimundo Nina Rodrigues, observado a partir de sua obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brazil*, e José Veríssimo em *Estudos Amazônicos*. Para o debate foram utilizadas fontes primárias retiradas de periódico que circulou na cidade, intitulado, *O Correio Paraense*, com a finalidade de evidenciar os discursos articulados e reproduzidos pela ciência sobre sexualidade, higiene, progresso e moralidade.

Neste texto tentamos (re)encontrar em um recorte histórico específico as mulheres em pleno exercício de sua sexualidade, porém em maior evidência debater as representações construídas em seu entorno e observar possíveis implicações que auxiliaram nas representações desses comportamentos por um pensamento cientificista,

³ Cf.: FLAX, Jane. *Thinking Fragments: psychoanalysis, feminism, and postmodernism in the contemporary west*. Berkley: University of California Press. 1990.

burguês, delimitador de discursos sobre higiene e salubridade. O recorte delimitado entre os anos de 1890 e 1894, foi proposto para tentar evidenciar como se (re)construíram representações da sexualidade de mulheres populares nos anos que se seguiram ao advento republicano em Belém (1889). Este recorte na temporalidade histórica foi escolhido como ensaio sobre os primeiros debates pretensos para o trabalho de dissertação de mestrado.

2 - ATRAVÉS DO DISCURSO CIENTÍFICO

A República no Brasil (1889) nasceu sob o paradigma da manutenção da “ordem” e da ascensão ao “progresso” e subordinados aos interesses da pátria, políticos, intelectuais e “homens de ciência” aliavam-se para combater os movimentos sociais, os levantes operários e qualquer “desordem” popular que representasse “perigo” iminente para a sociedade. Nesta corrida progressista agir com sutilezas para garantir a ordem pública não fazia parte dos discursos que alardeavam mudanças do sistema político a bem dos novos padrões sociais que se pretendiam estabelecer (PATTO, 1999, p. 02-05).

A expansão econômica da cidade de Belém e os interesses republicanos aliados as mudanças no pensamento científico, auxiliaram no crescimento das preocupações com o controle da população, com a moral e com os bons costumes, fazendo com que o pensamento social se constituísse e se incorporasse no debate intelectual local, partindo de um conjunto extremamente variado de ideias científicas importadas, sobretudo da Europa (ALVAREZ, 2005). Este elaborado conjunto de ideias auxiliaram as elites dominantes a pensar as possíveis mudanças estruturais, políticas e sociais, e ainda a incorporação de “tais teorias foram utilizadas para tentar demonstrar a inferioridade do povo e estabeleciam argumentos para explicar o dito atraso da nação, e bem como ditar propostas para a cura de um país ‘enfermo’ e ‘doente’” (ARAÚJO, 2007, p.110).

Nestes discursos científicas do século XIX o comportamento feminino foi diversas vezes evidenciado e as mulheres dentro destes debates consideradas peças fundamentais para o controle da higiene e da criminalidade assim como para a ascensão ao progresso. Tendo na maioria das vezes como pano de fundo a prostituição e o caráter frágil da natureza feminina estes discursos dispunham do “respaldo da ciência, o paradigma do momento e da medicina social” que asseguravam como características femininas por razões biológicas “a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade e a vocação maternal.” Em

contraposição “o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios” (SOIHET, 1989, p. 123).

Ideias europeias de controle da criminalidade envolvendo a mulher puderam ser percebidas também na Belém de fins do século XIX, muito conceituadas nos debates oitocentistas saltaram das notas dos periódicos pesquisados tendo como um de seus fieis representantes o jurista Cesare Lombroso, italiano famoso por seus debates sobre raça e criminalidade.⁴ Suas ideias circulavam nos periódicos:

A Sicilia e o Professor Lombroso.

O Professor Cesar Lombroso em uma entrevista que teve últimamente sobre a agitação na Sicilia, disse o seguinte:

<<A cousa é gravíssima. Quando a mulher participa como na Scicilia do movimento de rebelião é prova certa que a agitação revolucionaria vai muito adiantada. O que se dá na Scicilia actualmente confirma perfeitamente a theoria que expus no <<Delicto Politico>> que as populações nos paizes quentes e os povos mixtos são os que mais estão sujeitos a revolução. (CORREIO PARAENSE, 10 de março de 1894, p. 02).

O discurso de Lombroso demonstra a negação às mulheres dos espaços públicos coadunando-se com as ideias científicas propaladas também na cidade de Belém, criando representações específicas a partir do pensamento positivista sobre o comportamento feminino e a “criminalidade”, teorizando que o individuo criminoso apresentaria comportamentos desviantes “porque seriam portadores de taras hereditárias” (BARROS, 1997). A participação das mulheres em movimentos de *rebelião* deixa-nos entrever as características dos papéis femininos no século XIX, onde a participação da mulher em qualquer tipo de manifestação, movimentos revolucionários ou no mundo do trabalho não seriam bem vistos. Às mulheres estariam destinados os espaços referentes ao lar, ao doméstico ao privado e a construção historiográfica reafirmou durante longo período estes espaços como sendo os únicos possíveis para se localizar as mulheres e suas práticas cotidianas (PERROT, 1995, p. 14).

Se a ciência no país era influenciada por argumentos europeus para qualificar o comportamento feminino como mais propenso ao “desvio”, as mulheres pobres acabaram por se transformar em alvos fáceis e constantes dos ideais civilizadores que

⁴Sobre o jurista Cesare Lombroso Cf.: BORELLI, Andréa. *Da privação dos sentidos a legitima defesa da honra: consideração sobre o direito e a violência contra as mulheres*. Disponível em: <http://sisnet.aduaneiras.com.br/lexdoutrinas/arquivos/141106v.pdf>. Acesso em: 05 set. 2007.

viam em tais teorias as possíveis soluções para o entendimento da criminalidade e da sexualidade.

Estes argumentos cientificistas auxiliaram na construção social dos papéis de homens e mulheres quando localizaram a mulher em linhas delimitadas pelo espaço doméstico. De acordo com Tania Swain o sexo nada mais é do que uma construção social que estabelece sua importância através de “papéis generizados”, que naturalizaram as relações de heterossexualidade baseadas na reprodução, o que acarreta às mulheres a responsabilidade sobre a maternidade como condição significativa, esta condição cria os deveres, a imagem, os desejos e a função do que deveria ser uma “verdadeira mulher” (SWAIN, 2000, p. 69).

Trabalhos de importantes estudiosos como o médico Raimundo Nina Rodrigues (na Bahia) e José Veríssimo (no Pará) beberam nas teorias positivistas e foram influenciados pelo cientificismo de Cesare Lombroso. Nina Rodrigues em publicação intitulada *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, de 1894, reforçou sua tese sobre a “degenerescência das raças” buscando em análises de Veríssimo, feitas a respeito do comportamento das populações mestiças da Amazônia, subsídios importantes para sua reflexão. De maneira reveladora suas representações demonstram o entendimento científico sobre os corpos e os comportamentos de mulheres das camadas populares da região norte do Brasil.

Nina Rodrigues (1894) discorre em sua obra que da “raça selvagem” ou “inferior”, entenda-se indígena e negra, mestiçada com a “raça superior” portuguesa estabeleceu-se na Amazônia uma “raça inferior” e “defeituosa”, desprovida de qualidades, a feição dominante e o caráter das populações amazônicas seria deficiente por sua falta de energia e de ação e todos os defeitos de uma “raça” inferior poderiam ser resumidas nesse exemplo.

As análises de José Veríssimo (1970) ganharam destaque na obra de Nina Rodrigues pois o mesmo foi conhecedor dos hábitos e costumes amazônicos, nascido na cidade de Óbidos, na então província do Pará em 1857, filho de José Veríssimo de Matos e Ana Flora Dias de Matos, teve o privilegio dos bem nascidos, estudou as primeiras letras em Manaus e Belém. Mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1869, para continuar os estudos. Em Belém, Veríssimo foi colaborador de diversos jornais, além de exercer o magistério, fez diversas viagens a Europa, proferindo palestras sobre a civilização marajoara e as riquezas da Amazônia. Em 1891 era diretor de instrução do

Pará (cargo hoje equivalente a Secretário de Educação), estudioso do Naturalismo, foi um dos expoentes das críticas literárias e da historiografia das letras no Brasil.

Veríssimo (1970) em sua obra *Estudos Amazônicos*, a mesma citada por Nina Rodrigues, descreveu um pouco das “práticas amorosas” que seriam “comuns” a população da região norte pautando seu discurso no corpo da virgem tapuia ou mameluca desnuda, que mal se cobria a vista de um estranho. Veríssimo relatou que o concubinato seria uma coisa natural, fácil, consentida e de regra geral, sendo o adultério vulgar e tolerado. Nas famílias amazônicas, de acordo com seu pensamento de “homem da ciência” faltaria “o sentimento delicado do pudor, como o respeito mútuo”. De acordo com o autor:

Não se afrontam os pais se as filhas se não casam, conquanto preferissem que casassem. Muitas vezes a única cerimônia das uniões entre os dois sexos é, como entre alguns selvagens, o mútuo consenso das duas partes, por isso, nos lugares onde vivem em grupos mais numerosos, a prostituição, disfarçada sob a forma do concubinato, é geral. As mulheres banham-se nuas em lugares públicos, nas praias das cidades do interior, como terão visto quantos hajam subido o Amazonas do Pará a Manaus, lavam roupa nas margens dos seus rios e lagos com uma saia por tanga e prostituem-se precocemente (VERÍSSIMO, 1970, p. 72 - 73).

O discurso de Veríssimo nos possibilita conhecer um pouco do cotidiano das mulheres das camadas populares na região amazônica e dos desdobramentos de conjugalidade, demonstrando uma ampla flexibilidade no que se instituía como “práticas amorosas” o que auxiliou na produção de discursos que invalidavam as mesmas práticas ou as aproximavam a prostituição e ao *desvio*.

De acordo com Veríssimo a ausência do casamento não era motivo para que os pais interviessem diretamente nas “práticas amorosas” de suas filhas, condenando amores passageiros ou os prováveis amasiamentos, para os grupos mais pobres para a existência de uma união bastava o consentimento dos envolvidos dispensando-se os tramites emergentes do casamento legalmente constituído ou ainda a tradicionalidade das cerimônias religiosas. O pensamento cientificista do autor aproxima os concubinatos a prostituição e a degenerescência racial, em seu entendimento os amasiamentos seriam semelhantes às práticas indígenas, ou como convencionou chamar “selvagens”.

As relações amorosas das mulheres das camadas populares nem sempre se pautavam nos discursos do casamento, indo muito além das cerimônias religiosas e da

tutela masculina, as mulheres exerciam seu direito a escolha, mesmo que contrariando as normas sociais vigentes, escolhendo ou recusando amantes, brigando com rivais, e tornando-se alvo de disputas entre os homens contrariando o que deveria se configurar no “bom comportamento”.

Dentro do discurso científico sobre o comportamento das populações amazônicas os debates sobre raça, mestiçagem e embranquecimento apareciam como pauta importante para justificar as práticas e vivências, sempre utilizando uma linguagem de depreciação dos elementos negros e indígenas e exaltando a colonização branca da região. José Veríssimo deixa claras suas impressões sobre a população pobre das regiões amazônicas declarando que:

É entre os mais humildes, porém mais genuínos representantes das raças mestiças, do branco com índio, e do tapuio, dessa gente para quem a civilização foi madrasta e que, na profunda miséria do seu triste viver, parece ainda guardar as marcas indeléveis dos sofrimentos por que passaram seus avôs; dessa gente que vive da sua primitiva e mesquinha lavoura de maniva, pescando ou caçando nas águas piscosas dos nossos rios imensos e quase inumeráveis, ou nos fartos e infintos bosques da nossa terra firme, remando a canoa do audacioso regatão ou reunida nas épocas e lugares próprios da extração da seringa e da castanha [...] (VERÍSSIMO, 1970, p. 70).

Os debates sobre raça e miscigenação permeavam os olhares dos “homens de ciência” sobre a população pobre da região, sobrecarregados de adjetivos davam ao discurso de Veríssimo um tom quase paternal de piedade que marcava seu entendimento a respeito da condição de pobreza e do modo de vida ribeirinha. Sobre as mulheres amazônicas os discursos cientificistas de José Veríssimo afirmavam uma natureza predeterminada a prostituição, concubinato e adultério, condições estabelecidas no século XIX como degenerativas da família, da natureza biológica da mulher assim como do bem estar da população. Estas “inclinações” impediam o progresso e a civilização, e as ações higienizadoras e moralizadoras em torno do amor e da sexualidade feminina voltavam-se para o controle de determinados comportamentos que encontravam-se enraizados na cultura local.

Veríssimo (1970) ao observar a obra dos naturalistas Louis e Elizabeth Agassiz definiu que as impressões de Madame Agassiz sobre a mulher amazônica teriam sido imprescindíveis para se esboçar o retrato de uma família “desmantelada” em que a mulher estaria desprovida dos direitos existentes dentro da composição de uma família bem constituída, ou seja, legalmente constituída a partir dos modelos burgueses

emergentes. Ainda de acordo com Veríssimo seria impossível perceber a opinião que as mulheres teriam de si mesmas, pois sempre resignadas aos serviços domésticos, de plantio e de cultivo, sem ação direta sobre a família ou sobre a instrução dos filhos, seriam tratadas pelos maridos como se servas fossem ou concubinas. Deste modo:

Sem a noção positiva do pudor, sem o forte e insubstituível laço do casamento, a família mameluca, como a tapuia, está, por assim dizer, em plena decomposição, esfacela-se; concorrendo assim, pela sua influencia numérica, para a desmoralização dos costumes de ambas províncias. Aqui na capital do Pará ve-se a cada passo mulheres seminuas a lavarem roupa em algumas praças publicas, ou apenas de saia e decotadíssima camisa de mangas curtas, servindo em nossas casas, no seio das nossas famílias. (VERÍSSIMO, 1970, p. 73 - 74).

Às mulheres estava reservado o espaço doméstico, o casamento e a criação dos filhos e o trabalho fora do lar, nas condições específicas das ruas, significava uma ameaça à constituição familiar. Segundo Sidney Chalhoub, (2001, p. 204) apesar de serem encontradas mulheres trabalhando em casas de comércio ou como operárias o serviço doméstico era o principal reduto ocupacional das mulheres pobres. O trabalho remunerado da mulher pobre, portanto, deveria ser em geral uma extensão das suas funções domésticas, sendo realizadas dentro de sua própria casa ou na casa da família que a empregava, a partir desta perspectiva as mulheres que circulavam nas ruas ou desenvolviam atividade fora do espaço privado de seus lares poderiam facilmente ser reprimidas e representadas em meados do século XIX como um problema de ordem social, ou associadas ao mundo do crime.

Elizabeth Agassiz mostrou-se muito impressionada com os costumes da região e assim como José Veríssimo, escreveu sobre os hábitos das mulheres também relacionando os mesmos com a miscigenação e a permanência de costumes indígenas.

A obra *Viagem ao Brasil*⁵, citada por José Veríssimo foi publicada em 1868 por Louis e Elizabeth Agassiz, este trabalho foi apresentado como resultado de longa expedição científica denominada, “Expedição Tayer”, que visitou, entre 1865 e 1866, o Rio de Janeiro, Minas Gerais, nordeste do Brasil, terminando na Amazônia. Esta expedição teve apoio de Dom Pedro II, porém na verdade é o diário de campo de Elizabeth Agassiz tendo seu marido, Louis Agassiz, apenas uma participação em sua

⁵ AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil* (1865-1866). Tradução e notas de Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2000. Coleção: O Brasil visto por estrangeiros.

composição. A Amazônia representou para o casal Agassiz um campo de observação científica vasto no que diz respeito a miscigenação e sua obra retrata as ideias racistas da ciência emergente.

O que torna a obra mais interessante são as impressões de Elizabeth Agassiz sobre as populações amazônicas, ou seja, a representação de uma mulher branca, norte americana, sobre uma população inegavelmente mestiça e culturalmente diversa, que apresentava outras lógicas para a condição feminina e para a constituição da família.

Sobre suas impressões relativas a sua estada no alto Amazonas, acolhida por família local⁶, Elizabeth Agassiz declarou, que estaria diante de “pessoas de boa condição, embora de sangue índio, muito longe de serem necessitadas, vivendo com certa facilidade e relativamente ao seu meio, quase ricas” (AGASSIZ, 2000, p. 258). Pessoas que de acordo com a autora se esperaria encontrar o conhecimento das leis morais, porém a partir de quais leis morais Elizabeth Agassiz estaria representando o que via sobre a condição da mulher amazônica? Com certeza a partir da compreensão burguesa e colonizadora que representava outras culturas como fadadas a assimilação e propensas ao não progresso por sua típica “primitividade” herdada da sua miscigenação indígena e negra. Agassiz observou:

[...] pessoas entre as quais, por conseguinte, se esperaria encontrar o conhecimento das leis mais rudimentares da moral. Pois bem: quando me apresentaram à moça, como eu lhe pedisse notícias de seu pai, pensando que fosse o capitão ausente, a mãe me respondeu sorrindo e com a maior simplicidade: “Não tem pai; é filha da fortuna.” Por sua vez a moça me mostra os seus dois filhinhos, duas criaturinhas um pouco menos escuras que a mãe, e, à minha pergunta se o pai estava também no exército, deu a mesma resposta ingênua: “Não tem pai.” É comum nas mulheres índias de sangue mestiço falarem a cada instante de seus filhos sem pai; isso num tom sem queixa nem tristeza, e, pelo menos na aparência, sem nenhuma consciência, da vergonha e de falta, como se o marido estivesse morto ou ausente (AGASSIZ, 2000, p. 257).

Em toda a região amazônica eram comuns os filhos naturais das relações de amasiamentos, estes conviviam entre as famílias que sem nenhuma distinção ou

⁶ “Recorreu-se, para formar um exército, ao voluntariado, depois às requisições, o serviço militar só devendo durar até o fim da guerra. Improvisaram-se oficiais que receberam, por todo o prazo da campanha, uma *comissão*, cujos efeitos naturalmente cessarão com a volta aos lares. É na residência de um desses oficiais temporários que se encontra a Senhora Agassiz. (Nota da trad. francesa.)”. Nota retirada da obra original que referencia onde Elizabeth Agassiz estava hospedada durante sua passagem pela região Amazônica. Cf.: AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Op. Cit.* pp. 257

problemas mais específicos os tratavam como simples frutos de relacionamentos amorosos que não necessitavam de maiores justificativas. A não existência de um pai ou de um marido que compusesse uma família dita “correta” ou “higiênica” como alguns homens de ciência desejavam, por vezes, não representava vergonha ou falta de consciência sobre os aspectos da conjugalidade, antes apresentavam outros entendimentos sobre a constituição familiar que podemos considerar dentro de uma especificidade atribuída ao exercício da sexualidade das mulheres das classes populares.

O pensamento cientificista forjou variadas representações sobre o comportamento feminino que por sua vez também refletiu sobre as medidas republicanas de ordenamento dos espaços públicos da cidade de Belém. Através dos jornais podemos perceber algumas das ações do governo para inibir hábitos comuns das mulheres das camadas populares, por exemplo, lavar roupas em locais ditos públicos. O jornal *Correio Paraense* em 13 de Agosto de 1892 em chamada específica intitulada “Mizeria e Opressão”, publicou extensa nota na tentativa de denunciar determinadas sanções sofridas pelas mulheres lavadeiras do Bairro da Pratinha. O periódico insulta a República e questiona as diversas medidas *arbitrarias* tomadas contra as mulheres populares:

Cada dia que o tempo volve, volve-se uma pagina de nossa historia cheia de registro de violências dos agentes do poder ou de injustiças da autoridade. Nem as lavadeiras da Pratinha escapam a longa serie de vexames com que a ditadura republicana persegue o povo brasileiro. Deram nos uma republica caricata e redicula, que mente a cada um de seus compromissos.[...]
 Ë isto que é Republica com certeza não!
 A Republica virá com a liberdade, a justiça, a razão e a igualdade.
 Falamos em lavadeiras da Pratinha.
 Pobres mulheres que ganham o pão com o rude trabalho da lavagem de roupa, expostas a um sol ardente e as consequencias de perigosas constipações: a pneumonia e o pleurir.
 Parece que há um instinto de perseguir.
 A abundancia de dinheiro extorquido do povo permite ter uma multidão de desocupados fiscaes, que, não tendo trabalho em que gastem o tempo, já foram impedir o trabalho das infelizes mulheres!
 Nem as mulheres são poupadas...
 Prisões iníquas, persiguições inqualificáveis, uma multidão de termos de bem viver, cuja verdadeira causa a decência proíbe dizer![...] (CORREIO PARAENSE, 13 de agosto de 1892, p.02).

O pensamento científico e político coadunavam-se nas representações sobre as mulheres das camadas populares e, mas além, podemos considerar que a cientificidade auxiliou a política republicana a forjar medidas de repressão justificadas no discurso

higienista e progressista. Os interesses comuns da comunidade política e científica brasileira se estreitaram no século XIX, o que contribuiu para o crescimento do controle do Estado sobre a vida pública e privada, neste momento “os médicos passaram progressivamente a definir os modernos códigos da conduta sexual a serem adotados por mulheres e homens, jovens, adultos, velhos ou crianças, ricos e pobres, numa escala nacional” (RAGO, 2005, p. 96).

Ressaltemos que o *Correio Paraense* era um dos periódicos que criticava ferrenhamente a República e que a todo o momento destacava em suas colunas a “república caricata” e “redicula” que se fazia presente no país, nos permitindo diante da sua posição política perceber as variações nas representatividades sobre a figura feminina em Belém no final do século XIX. Se por um lado o periódico destacava a criminalidade em suas notas, também criticava a ação repressora feita, segundo o jornal, de forma arbitrária acentuando a possível inoperância política como agente ordenador.

O discurso do periódico nos mostra o que seria, segundo os seus redatores, o cotidiano de mulheres pobres do subúrbio da cidade, trabalhadoras empenhadas nos seus ganhos diários formadas por brancas, mestiças, negras, e que eram alvo dos desmandos das autoridades paraenses e de uma “ditadura republicana”, que trabalhando como lavadeiras para garantir seu próprio sustento, burlavam mais uma vez com os ideais propostos para o bom comportamento feminino. Não temos maiores detalhes sobre este embate que tem de um lado as lavadeiras e de outro as “injustiças das autoridades” sabemos, porém que um dos alvos da repressão foi a lavadeira Joanna Izidora Procopia, moradora da rua da Industria entre as travessas da Princesa e Gloria, levada a assinar Termo de Bem Viver pelas autoridades por negar-se a obedecer a “certas exigências”, que não sabemos quais.

É pertinente pensarmos quais exigências teriam sido feitas a Joanna que a mesma negou-se a cumprir? As mulheres pobres de Belém enfrentavam as novas normatizações das políticas republicanas que de muitas maneiras atingiam seu cotidiano provocando enfrentamentos muitas vezes pouco pacíficos, que as levavam algumas vezes a adquirirem os rótulos de “perigosas” por criarem seus próprios mecanismos de resistências às normas estabelecidas e por trabalharem e circularem livremente na cidade. A descrição de José Veríssimo (1970) sobre as mulheres que lavavam suas roupas nas praças públicas, “seminuas” “ou apenas de saia e decotadíssima camisa de mangas curtas” é bem diferente da representação dada pelo periódico, enquanto o autor privilegia em sua representação a pouca beleza neste tipo de costume, enfatizando a

nudez e um “certo” comportamento “desregrado” e lascivo, o periódico em contrapartida exalta o trabalho cotidiano das mulheres pobres que tinham na maioria das vezes como único sustento seu trabalho incorporado nas ocupações da domesticidade.

Os paradigmas que se desejavam impor a sociedade belenense “compreendidos como o da boa moralidade, disciplinarização, normatização, muitas das vezes não eram apreendidos por aquelas agentes sociais que, com suas vivências particulares, tencionaram relações” possibilitando a flexibilização e o rompimento de laços e fronteiras que procuravam estabelecer caminhos para fazer uma sociedade tranquila e moralizada (CAMPOS, 2004, p. 67).⁷ As relações amorosas das mulheres das camadas populares nem sempre se pautavam nos discursos do casamento, indo muito além das cerimônias religiosas e da tutela masculina, as mulheres exerciam seu direito a escolha, mesmo que contrariando as normas sociais vigentes, escolhendo ou recusando amantes, brigando com rivais, e tornando-se alvo de disputas entre os homens contrariando o que deveria se configurar no “bom comportamento”.

As representações sociais sobre a sexualidade “desviante” das mulheres amazônicas no século XIX pode ser traduzida a partir de suas relações nômades e de concubinato, localizadas através de linguagens e imagens que vislumbraram seus corpos sexuados e suas relações de gênero. Estas representações e seu “desnudamento” permite um debate que inverte as polaridades do sistema sexo/gênero. Trabalhar as representações do corpo da mulher permite-nos perceber o sexo biológico não mais como “significante” que abriga o binário sexual, mas como um “signo produzido no próprio seio do agenciamento social” (SWAIN, 2000, p.69).

⁷ Trabalhos como o de Cristina Cancela também debatem a disciplinarização dos comportamentos femininos em Belém no século XIX a partir da problematização da sexualidade, defloramentos e práticas amorosas. Cf: CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX*. 173 f. 1997. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 1997.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou a partir das notas do periódico e de debates científicos entender um pouco mais sobre as representações da sexualidade feminina a partir das relações tecidas entre as mulheres das camadas populares de Belém nos primeiros anos da constituição da República. As fontes consultadas apresentam-se ricas para levantar questionamentos sobre o assunto, tendo em vista que o cotidiano destas mulheres ainda se reflete em campo a ser investigado. Lacunas podem ser preenchidas através de trabalhos que priorizem uma perspectiva histórica social, voltada para a reconstrução do cotidiano das mulheres das camadas populares e para os mecanismos de dominação e resistência que se definiram em meio ao processo de estruturação do poder.

As relações amorosas das mulheres das camadas populares nem sempre se pautavam nos discursos do casamento, indo muito além das cerimônias religiosas e da tutela masculina. As mulheres exerciam seu direito a escolha, mesmo que contrariando as normas sociais vigentes, escolhendo ou recusando amantes, brigando com rivais, e tornando-se alvo de disputas entre os homens contrariando o que deveria se configurar no *bom comportamento*. A partir desta perspectiva percebemos através das fontes que as “práticas amorosas”, compreendidas como *ilícitas* pela articulação da ciência oitocentista, poderiam ser facilmente criminalizadas se envolvessem questões que de alguma maneira representassem a desagregação de uma suposta *ordem e moral* almejados.

As fontes utilizadas confirmam que a partir da constituição republicana a disciplinarização do comportamento feminino tornou-se preocupação eminente tanto dos discursos científicos quanto dos órgãos de governo da cidade de Belém que se encarregaram da manutenção da moralidade e da segurança pública e privada.

Mulheres populares foram duramente atingidas por suas “práticas amorosas” e tiveram seu padrão de vida e suas vivências cotidianas postas em detrimento diante de um modelo feminino delineado para as mulheres das camadas dominantes. Seus comportamentos chocaram-se, inúmeras vezes, com o desejado pela sociedade burguesa oitocentista, efetivando conflitos e propiciando tensões. Estas representações sociais sobre as relações tecidas pelas mulheres das camadas populares, não formaram de maneira nenhuma um discurso neutro, mais produziram no século XIX estratégias e práticas de imposição de uma autoridade sobre uma população pobre que era menosprezada e que sobre os olhares da elite oitocentista paraense necessitava de

projetos legitimados que regulassem suas condutas de acordo com justificativas que muitas vezes as criminalizavam.

As “práticas amorosas” das mulheres populares representadas pelos discursos científicos como intimamente ligadas aos signos do desviante precisam ser debatidos a partir de uma perspectiva de gênero para que possamos entender um pouco mais da história e da construção dos modelos sociais que forjaram os comportamentos de mulheres, para que possamos empreender possíveis reflexões, rearranjos e novas descobertas.

A prostituição, a violência física, o comportamento desviante, os amantes, todos esses elementos misturavam-se entre as mulheres do século XIX, e agiam sutilmente em seus mundos periféricos, influenciando em suas decisões, ações, e relações, transformando as representações sobre a sexualidade. Para elas talvez as constantes brigas amorosas, os filhos naturais e a ausência do casamento ou ainda os defloramentos não fossem vistos como “crimes” desordenadores da família e da sociedade, como pregavam os “homens e mulheres de ciência” e a “regeneradora” República. Estampar as páginas dos jornais tendo suas vidas devassadas pelos folhetins diários talvez não fosse tão vergonhoso para estas mulheres, pois seu cotidiano transpassado por suas relações e vivências poderiam lhes dar uma outra representação de si mesmas e de suas relações.

Talvez crime para as mulheres populares não fossem seus vários amantes que com permissão se envolviam em seu cotidiano amoroso, ou a frequência em botequins, proferir palavras indecorosa ou brigar por seus eleitos, crimes para as mesmas talvez fosse a invasão de seu mundo “privado” sem a devida autorização, ou serem levadas a revelia aos tribunais sendo questionadas por possíveis vivências e comportamentos entendidos como impróprios pela sociedade oitocentista. Crime talvez perpassasse pelo fato de serem proibidas do direito de circularem livremente nos espaços públicos, senhoras de si e capazes de conduzirem seus destinos sem medos da reprimenda e da discriminação social.

REFERENCIAS

ALVAREZ, Marcos Cesar. O Homem delinqüente e o social naturalizado: apontamentos para uma história da criminologia no Brasil. *Teoria & Pesquisa*, n.47, jul.-dez. 2005.

ARAÚJO, Telmo Renato da Silva. Sob a luz do livre arbítrio: raça, mestiçagem e criminalidade. In: ARAÚJO, Sonia Maria da Silva (Org.). *José Veríssimo: raça, cultura e educação*. Belém: EDUFPA. 2007.

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Tradução e notas de Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2000. Coleção: O Brasil visto por estrangeiros.

BARROS, Pedro Motta de. *Alvorecer de uma nova ciência: a medicina tropicalista Baiana. Manguinhos-História, Ciência e Saúde*, São Paulo, v. 4, n. 3, nov. 1997.

BORELLI, Andréa. *Da privação dos sentidos a legítima defesa da honra: consideração sobre o direito e a violência contra as mulheres*. Disponível em: <http://sisnet.aduaneiras.com.br/lexdoutrinas/arquivos/141106v.pdf>. Acesso em: 05 set. 2007.

CAMPOS, Ipojucan Dias. *Casamento, Divórcio e Meretrício em Belém no final do século XIX (1890-1900)*. 324f., 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX*. 173 f. 1997. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Unicamp. 2001.

D'INCAO, Maria Ângela; ALVARES, Maria Luzia Miranda. *A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero da Amazônia*. Belém: GEPEM, 1995.

FOULCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro. Graal. 2001

FLAX, Jane. *Thinking Fragments: psychoanalysis, feminism, and postmodernism in the contemporary west*. Berkley: University of California Press. 1990.

GREGERSEN, Edgar. *Práticas sexuais: a história da sexualidade humana*. Tradução de Antonio Alberto de Toledo Serra e Edson Ferreira. São Paulo: Livraria Roca, 1983.

MITCHEL, Juliet. A Mais Longa Revolução. *Revista Civilização Brasileira*, ano 3, n. 14, Julho, 1967

NASCIMENTO, Renan Custódio do. Noções conceituais da sexualidade humana num recorte foucaultiano. *Universitas Ciências da Saúde* - vol.03 n.01; 2005 - pp. 65-72. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/cienciasaude/article/viewFile/546/366> Acesso: 20 ago. 2011.

NINA RODRIGUES, Raimundo. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Editora Guanabara. Waissman Koogan Ltda. p. 89. Disponível em: http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/9989/As_racas_humanas_e_a_responsabilidade_penal_no_Brazil.pdf?sequence=5 Acesso em: 4 out.2010.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, [São Paulo], v. 13, n. 35, 1999.

PERROT, Michelle. Escrever uma História das mulheres: relato de uma experiência. IN: *Cadernos Pagu*. n 04, 1995.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAGO, Margareth. Amores Lícitos e Ilícitos na Modernidade Paulistana ou no Bordel de Madame Pommery. *Teoria & Pesquisa*, n. 47. jul/dez. 2005.

SCHIENBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a Ciência?* Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar, Da Crítica Feminista à Ciência. Uma Ciência Feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara & SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: Coleção Bahianas, 2002. p. 89-120.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do Corpo Feminino. In: SWAIN, Tânia Navarro(org.) *Textos de História - Dossiê: Feminismo, teorias e perspectivas*. Brasília: UnB, 2000, v. 8.

VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Coleção Amazônica. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. (Reedição da obra escrita em 1885)

SER OU NÃO SER; EIS A QUESTÃO?

Algumas reflexões nas encruzilhadas da constituição da sexualidade dos adolescentes numa Escola Estadual situada em um bairro periférico de Salvador.

Elisângela Silva Lopes

Relações Públicas, CONRERP 2126. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Lopes_75hotmail.com

RESUMO

As discussões que emergem deste artigo está articulada ao recorte de pesquisa de Mestrado em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade/PPGEduC-UNEB. O texto tem como objetivo socializar algumas reflexões a respeito do conjunto das vivências ligadas à constituição da identidade sexual dos jovens alunos (as) do 1º ano do Curso de Técnico em Gestão Logística, com faixa etária entre 15 a 17 anos pertencentes a uma Escola Estadual situada num bairro periférico da cidade de Salvador - Bahia. Abordagem metodológica consistiu na pesquisa qualitativa na pesquisa qualitativa de abordagem participante Ludke e André (1986); Brandão (2001) tendo como recurso o uso da observação participante junto ao caderno de campo e o grupo focal com as aproximações de Gatti (2005).

Palavras Chaves: Sexualidade; educação e contemporaneidade.

ABSTRACT

The discussions that emerge this article is hinged to cut research Masters in development under the Graduate Program in Education and Contemporary / PPGEduC-UNEB. The text aims to socialize some thoughts about all the experiences related to the constitution of the sexual identity of young students (as) the 1st year of the Course Technician Logistics Management, aged between 15 and 17 years belonging to a State School located in a suburb of the city of Salvador - Bahia. Methodological approach consisted of qualitative research approaches in qualitative research participant and Andrew Ludke (1986); Brandão (2001) as having resource use participant observation

field notebook with the focus group and with the approximations of Gatti (2005).

Key Words: Sexuality, education and contemporary

1.0 INTRODUÇÃO

O debate acerca das identidades sexuais, tem se mostrado, um campo urgente na prática cotidiana dos espaços educativos, religiosos e familiares. Os diversos conceitos de identidades na pós-modernidade, são experimentados nas vivências sociais dos indivíduos de maneira coletiva e individual, aliada ao consenso e ao conflito. As diferentes perspectivas espaciais: local, regional e nacional, demarcam as identidades sexuais dos sujeitos, e desse modo à mesma, apresenta o caráter móvel instituindo indagações, dúvidas e deslocamentos no território identitário.

Conforme Giddens (1991), apesar da noção de perigo, desconforto e descontrole que sinalizam o fim da modernidade, a mesma vem marcada, por uma emergência de modos de vida e identidades sufocadas pela ciência e pelas antigas instituições “A perspectiva pós-moderna vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem um lugar privilegiado” (GIDDENS, 1991, p. 09). Nesta reflexão, temos uma análise de como a sociedade foi constituída na modernidade, abastecida por uma crise da subjetividade, em que a liberdade e o respeito às diferenças alojadas no outro, são apenas ilusões.

Foucault (1987) salienta que o ordenamento social pré-estabelecido nos indivíduos na modernidade se caracteriza por um grande “mal estar”, pois, os seus corpos precisam ser controlados e as suas identidades sexuais, necessitam estar contidas. A exigência da normatividade de forças disciplinares e coercitivas que predominou o projeto moderno, não cedeu lugar para a liberdade e escolha de comportamentos; assim: “A inspeção funciona constantemente. O olhar está alerta em toda parte. “Um corpo de milícia considerável, comandado por bons oficiais e gente de bem”, corpos de guarda nas portas...” (FOUCAULT, 1987; p. 162).

Os padrões burgueses instituídos a partir do século XVIII, momento histórico na polarização das representações dos gêneros masculino e feminino e das sexualidades, estabelecem uma conformação de comportamentos, atrelados ao determinismo

biológico. As instituições escolares,¹ médicas e militares eram responsáveis pela adequação moral e autoritária dos sujeitos e dos seus corpos. Os corpos femininos são marcados pela docilidade, fragilidade e submissão enquanto os masculinos são caracterizados pelo vigor, autoridade e força. Assim, esta naturalidade imposta pautava-se na constituição de identidades sexuais modeladas por um padrão disciplinador.

O funcionamento social dos indivíduos e de suas identidades sexuais são marcados pela polarização masculino e feminino. A construção de uma modelagem representativa de identidade sexual como única e possível de ser concebida e imaginada privatiza as condutas, desejos, prazeres, imaginações e emoções individuais, impondo nos sujeitos a prática da autodissimulação e disfarce.

A crise da subjetividade impõe aos indivíduos tornarem-se inseguros de si mesmos e anulados de suas singularidades. Desse modo, as agências sociais como a escola é responsabilizada em colocá-los dentro de um ordenamento social pré-estabelecido que segundo Melo (2008) se caracteriza pelas disciplinas e técnicas científicas aplicadas nestes ambientes escolares “Aqueles corpos que não se adéquam/adaptam às ordenações arbitrárias são expostos como desviados, anormais, e transgressores.” (MELO, 2008, p.129)

Neste contexto as identidades sexuais suprimidas pelos dispositivos de controle e na garantia do bem estar social, como evidenciam Foucault (2003); Miskolci (2005) delimitam os sujeitos. Não há lugar para a alteridade e nem mesmo para as diferenças e sim para uma heterogeneidade compulsória². A imposição de um comportamento programado e de base heterossexista que diz aos indivíduos como tem que se comportarem ou parecer, tumultua o processo de afirmação identitária deste sujeito e a construção de sua autoestima. “O processo educativo tenta restringir essas possibilidades reforçando visões hegemônicas sobre o que é ser masculino ou feminino.” (MISKOLCI, 2005, p.15).

¹ Segundo Gondra (2000); Louro (2004) a escola foi um espaço privilegiado para a construção e controle dos corpos infantis principalmente no Brasil no século XIX, cujos temas os temas discorriam sobre o espaço escolar e as práticas de higiene.

² Segundo Junqueira em uma cultura totalmente heterossexista condutas sociais individuais e coletivas e dinâmicas institucionais, formais e não formais reproduzem o tempo todo o modo não intencional e despercebido o parâmetro da heterossexualidade hegemônica como norma social e cultural. A naturalização da heterossexualidade acaba por distinguir, restringir, excluir ou preferir, com a consequente anulação ou lesão, o reconhecimento, o gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais de tantos quantos não se moldem ao parâmetro heterossexista. (Junqueira, 2009, p.73). A heterossexualidade compulsória é também um conceito trabalhado por Judith Butler (1999) que consiste na análise das relações de poder entre homens e mulheres e homossexualidade e heterossexualidade nas relações sociais.

Segundo Bourdieu (2005) as desigualdades presentes no campo escolar se caracterizam pela manutenção das relações de dominação do masculino sobre o feminino. E pela reprodução dos padrões arbitrários da heterossexualidade que determinam a feminilidade e a masculinidade operantes pelo poder simbólico. Neste sentido “[...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmos que o exercem.” (BOURDIEU, 2005, p.7). Como o poder simbólico constrói a realidade e a mesma como uma representação social amplamente difundida nas instituições sociais, a escola com a sua ação pedagógica, produz e reproduz a inculcação de normas e sanções. Seja na seleção das brincadeiras nos intervalos, nas escolhas de personagens nas festas e datas cívicas ou na seleção de atividades físicas.

Na prática diária do cotidiano escolar, os valores, signos e costumes associados à feminilidade e à masculinidade são reproduzidos, construindo a imagem de que homens e mulheres pertencessem a mundos separados, porém complementares. A naturalização deste condicionante gera uma crise nos papéis sociais, interpretados por aqueles que não se adéquam a esta classificação.

Os indivíduos portadores de características físicas, orientação sexual ou comportamentos e escolhas divergentes, são estigmatizados, marcados pela violência simbólica e física. O outro que é “diferente” a esta categoria é rechaçado tendo os seus comportamentos e atitudes tomados como degradante. Dentre outras situações de controle e policiamento das identidades sexuais geradas pela escola, nota-se uma identidade calcificada pela modernidade, e indiferente aos novos paradigmas do direito a diferença.

A identidade sexual não é algo dado, mas está em constante construção e é vivenciada nas interações, onde os indivíduos circulam, estudam, negociam e se renegociam. Quem questiona sobre sua identidade está questionando o seu lugar no mundo e o lugar dos outros. Essa é uma indagação que interessa a contemporaneidade, pois, estamos tratando de uma sociedade reflexiva, marcada pelos modelos da projeção masculina ocidental.

Tratando-se de uma sociedade caracterizada pelos sinais que despontam à contemporaneidade, as percepções da identidade sexual ainda continuam marcadas por esquemas classificatórios que opõem masculino/feminino. As oposições se apresentam homologas e relacionadas a outras como: forte/fraco; grande/pequeno; dominante e dominado, desencadeando uma primazia do que é bom e positivo e o que é descartável.

“A divisão entre os sexos parece na ordem das coisas [...] ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado [...] em todo mundo social, e em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 2005, p. 17)

Com essa característica marcada por Bourdieu, o corpo, o desejo, o erotismo, o sexo e o amor revelam a sexualidade de cada um, mas que é coordenada pelas sanções antigas e modernas. As práticas heterossexuais e monogâmicas consolidadas pelo matrimônio, as atitudes de masculinidade e feminilidade esperadas pela família e a escolha de brincadeiras e brinquedos coerentes ao gênero são consideradas sadias, e quanto às *outras*, devem ocupar o lugar dos desvios, e das configurações do homossexual, da histeria da deformidade.

2.0 As *encruzilhadas*³ na configuração das identidades sexuais: os “lugares” contemporâneos de onde falamos.

Partindo do princípio de que as identidades são elaboradas em correspondência aos diversos trânsitos discursivos da contemporaneidade as quais se configuram como “uma celebração móvel” Hall (2005, p. 13) percebe-se que esse movimento identitário está presente na dinâmica da sexualidade. Esse novo teto contemporâneo é marcado por mudanças em que as identidades estão sempre em processo de construção nas diversas fases da vida dos sujeitos como no nascimento, na adolescência e na maturidade. “As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação” (Louro, 1997, p. 27).

Nesta perspectiva é possível perceber que as experiências ligadas à sexualidade dos jovens são atravessadas por interações entre si e estão em constantes interpelações com os sistemas culturais que os envolvem, modulando novas formas de ser e de estar no mundo. Partindo deste pressuposto os jovens encontram na escola, como em outras

³ A metáfora constituída de *encruzilhadas* referem-se às angústias, pressões, curiosidades e descobertas dos jovens, implicadas a composição das suas identidades sexuais. Entendendo que na contemporaneidade ou pós-modernidade as identidades não é algo dado ou imutável mas construído, resultando em uma tradução dos diversos(*des*)encontros que produzem sentidos e significados nas relações. As *encruzilhadas* emergem ponto de encontros e desencontros, mas também ao início de qualquer caminho ou decisão ou escolhas. (HALL, 2005, p.13); (MARTINS, 2000, p. 64).

instituições, um lugar de disciplinamento e normatização que opera na intenção de padronizá-los no campo das suas experiências sexuais.

Nesta movimentação integram também o jogo de uma modelagem que ao pressionar as identidades dos jovens em relação as suas experiências postulam aquilo que eles devem ser e seguir. Conforme Louro (2004a: 27) a escola brasileira foi historicamente concebida e organizada segundo os padrões da heteronormatividade, valorizando e edificando como padrão um único componente, neste caso temos: o adulto, masculino, branco, heterossexual.

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO, 2004a: 27).

Segundo esta autora os estudos direcionados às relações de gênero, homossexuais, transgêneros, orientação sexual, métodos contraceptivos etc. se entrelaçam e envolvem todos os campos da vida. Assim, o aprofundamento da compreensão do papel sexual na construção do conhecimento na contemporaneidade abrange plurais situações e faz com que os indivíduos possam, através destas experiências sexuais, assumirem permanentemente identidades diversas em que, sob efeito de algumas instituições como a escola, são normatizadas pelo disciplinamento e ajustamento heteronormativo dos seus corpos, mentes e desejos.

Neste caso a família, a religião e outros seguimentos sociais dos nossos sujeitos da pesquisa constroem um ideal de representações sociais internas e externas aos contextos desses jovens, postulando o que eles devem ser ou aceitar.

Apesar das instituições escolares, religiosas, judiciais contribuírem para a dissipação desta condição e controle do poder, a instituição familiar também desempenha este papel por meio da imposição de desejos, discursos de valores desvinculados do diálogo e negociações entre os indivíduos, sobretudo com os jovens. Nesta perspectiva não há lugar para a soma das diferenças sociais, culturais, religiosas, étnicas, de gênero ou sexualidade sendo, portanto, constantemente negadas.

A atitude dos que compõem cada núcleo familiar ainda é de extrema importância nestas localidades. A menina deve se comportar como a sociedade (os vizinhos, amigos, o pastor/padre, sua turma) espera. Mas, se esse adolescente quiser ter um comportamento diferenciado, experimentar outro modo de ser, quais as implicações que essa atitude trará? São estas inquietações que estão inseridas no nosso objeto de estudo as quais tecem os primeiros fios condutores da pesquisa, pois a sexualidade se apresenta como uma característica importante na identidade dos adolescentes.

Tendo como partilha as bases teóricas que forneceram os primeiros suportes para o desdobramento da presente pesquisa passamos a apresentar o contexto que se insere nossa investigação. O lócus da pesquisa, o Centro Estadual de Educação Profissional Luiz Pinto de Carvalho, está situado em um bairro periférico na cidade de Salvador denominado de São Caetano. Este bairro compõe o conjunto dos núcleos habitacionais que concentram grande parte da população negra da cidade de Salvador.

A minha atuação como professora no Centro Estadual, possibilitou a proximidade com os adolescentes bem como o conhecimento de algumas de suas angústias e a organização do lugar onde a escola está inserida. A sociedade convive com novos arranjos familiares e com os diversos grupos religiosos. E o bairro apresenta, de maneira muito forte, como os papéis dos indivíduos nesta sociedade devem ser.

Há uma vigilância não só da família, em relação a esta conduta, mas também, dos vizinhos e de outros grupos. Estes regulam a conduta não só dos adolescentes, mas de todas as pessoas do núcleo familiar, sobretudo as do gênero feminino. Essa, talvez seja uma característica muito forte dos bairros periféricos de Salvador.

3.0 O percurso metodológico: *Os sujeitos, instrumentos e os dados dialogados na pesquisa.*

O aporte metodológico em desenvolvimento consiste na pesquisa qualitativa de abordagem participante Ludke e André (1986); Brandão (2001) tendo como recurso o uso da observação, André (2005) junto ao caderno de campo e o grupo focal com as aproximações de Gatti (2005). Estes instrumentos garantiram um lugar assegurado na análise dos dados “A observação participante e as entrevistas aprofundadas são os meios mais eficazes para que o pesquisador aproxime-se dos sistemas de representação, classificação e organização do universo estudado” (ANDRÉ, 2005, p. 45).

Nesta primeira etapa da pesquisa tivemos a participação de oito adolescentes: quatro do gênero masculino e quatro do gênero feminino com faixa etária de 15 a 17 anos de idade.

Os nomes verdadeiros dos participantes da investigação não foram revelados a fim de resguardá-los conforme princípios éticos de toda pesquisa, assim mantemos nomes fictícios para identificá-los conforme suas posições e atividades por eles realizadas. Esta prática garantiu a privacidade e o caráter sigiloso das informações.

Após algumas observações e contatos prévios realizados com os adolescentes nos diversos momentos do cotidiano escolar, os mesmos foram convidados a participar das atividades do grupo focal. De início foram realizadas algumas conversas introdutórias a respeito da temática aventada com a apresentação dos objetivos da pesquisa em andamento explicando como seriam desenvolvidas as atividades.

As questões discutidas entre os jovens giraram em torno de quais informações que eles tinham acerca da sexualidade. Desse modo várias posições emergiram levando em consideração as experiências e conhecimentos dos adolescentes sobre a sexualidade.

Nas primeiras abordagens o grupo trouxe nas suas falas posições diversificadas sobre a sexualidade, correspondendo pontos bem divergentes sobre o que pensam ao seu respeito enquanto uma experiência humana. Por um lado a sexualidade é entendida de forma preconceituosa, limitada ao medo de contrair doenças sexualmente transmissíveis e informações sobre reprodução e relacionamento amoroso. Mas, também houve considerações que apontam um entendimento de sexualidade ligada ao relacionamento de casais heterossexuais e que envolvem companheirismo, sexo, amor etc.

É possível perceber que as diferentes posições que os adolescentes trazem estão atreladas as suas subjetividades, fruto da convivência com seus familiares e entre os seus colegas. Vejamos:

“É algo muito bom pelo que eu sei! E também é muito perigoso, pois se não for com proteção é bastante perigoso! É uma coisa bastante legal; é um relacionamento entre homem e mulher que vão se envolvendo o clima vai esquentando e acaba em um grande relacionamento amoroso e sexo!”
(Nielly, 15 anos)

“Eu penso que sexualidade é um assunto às vezes muito complicado de serem discutidas pelas pessoas da sociedade, escolas e até mesmo pelas famílias!” (Agripino, 15 anos)

Eu entendo que sexualidade não é só sexo, também é higiene pessoal do seu corpo. Sexualidade tem vários conceitos, como gênero, sentimento e prazer. É o que eu acho. (Bryant 16 anos)

Mediante as posições dos adolescentes entendemos que não é mais possível ocultar ou descartar estas discussões no interior da escola. Bem como, oportunizando os jovens de falar o que sentem, sem amarras ou recriminações providas de um estado de vigilância. As suas falas demonstraram valores e informações interiorizadas a partir de suas vivências sociais na família, na escola e na comunidade.

As questões trazidas pelos adolescentes estão imbricadas com os seus contextos vividos e entre as mudanças sociais e a vivência pessoal e singular. A sexualidade vivida por eles também passa por um processo de transformação contínua, decorrente das relações humanas, valores, normas sociais vigentes e do conhecimento científico como pontua (Caridade, 1991, p.206) “plasmada pela linguagem e pelos valores vigentes nessa época.” Na sequência outros posicionamentos foram levantados pelos jovens acerca de tabus, preconceitos e relacionamentos e práticas sexuais. Vejamos:

“Hoje em dia é um dos assuntos mais presentes na vida de um adolescente! Pois o que se mais vê hoje em dia são adolescentes de 13,14 anos grávidas...! Não é? E esse assunto também desperta curiosidade! Para mim sexo é compartilhar uma certa intimidade com uma outra pessoa que você confie! Acontecendo assim um prazer de estar com a pessoa.” (Sheine,16 anos)

“Tudo que tem a ver com o ser humano, como a opção sexual do pessoal e se é homem ou mulher e tudo que ele (a) faz com o seu corpo.” (Habih 16 anos)

“Ato entre um homem e uma mulher, tipo troca de carinhos, que também pode ser trocado ente mulheres com mulheres e homem com homem. Não tenho preconceito! Mais acho nojento mulheres com mulheres e homens com homens trocarem carícias”
(Lais\Pipokinha, 15 anos)

“É um assunto que deve ser trabalhado em lugares específicos, como escola, faculdades. Enfim esse assunto pode ser trabalhado em todas as idades e é fundamental para o cuidado das pessoas.”
(Kratos, 17 anos)

“É uma coisa que acontece entre um casal!”
(Paulo Ricardo 16 anos)

Durante décadas a sexualidade foi interpretada unicamente pela biologia associada à reprodução ou aos órgãos genitais influenciando o comportamento dos indivíduos. Como um fenômeno contemporâneo e global a sexualidade envolve hoje outros departamentos da vida humana inserida nas palavras, nos sonhos, nas atividades sociais dialogando com o mundo. Desse modo, cada indivíduo a vivencia e interpreta a partir das várias influências que recebe ao longo da vida.

Algumas posições confusas a respeito dos sentimentos, práticas e conhecimento do seu corpo correspondente à sexualidade, são difundidas em diversas instituições mantidas pelas amaras e normas tradicionais do positivismo. Estas instituições são responsáveis em trazer mensagens que contribuem para produção de tabus, temores e preconceitos no que diz respeito ao corpo, aos sentimentos, aos valores e às práticas sexuais.

Estes processos em ocultar e omitir a sexualidade trazem conflitos, vergonha, culpa e dificuldade para a sua compreensão no comportamento de adultos e adolescentes. Nos depoimentos, os jovens revelam conhecer a sexualidade e a importância dela em suas vivências, mas, também trazem dúvidas, preconceitos, expressões de rejeições a outras identidades sexuais que convivem entre eles.

Alguns relatos espelharam que as informações, assim como as vivências dos jovens a respeito da identidade sexual se apresentam destituídas de padrões e preconceitos, mas por um lado estão contidas de um modelo patriarcal tradicional.

Posições relacionadas com a homossexualidade, doenças transmissíveis foram vistas de forma estereotipada, inseridas em um enquadre conceitual modelador e visões deterministas. Muitos destes discursos ou formas estereotipadas dos jovens entenderem as identidades sexuais dos outros, fazem parte do enquadramento discursivo, controlador de práticas sexuais da abordagem normativa institucional.

Com a distribuição de cartões coloridos os adolescentes esboçaram algumas posições de como compreendem a sexualidade, do ponto de vista da importância de se conhecerem. A abordagem das questões levantadas pelo grupo foi relacionada à autoestima, preconceitos e considerações sobre a gravidez na adolescência, sexualidade.

Diante das respostas do grupo destacamos a receptividade e interesse em se posicionarem em relação ao que pensam sobre o seu corpo, saúde, gravidez, dúvidas e curiosidades das suas identidades sexuais.

Sexualidade é um assunto que deve ser trabalhado em lugares específicos, como escola, faculdades. Em fim esse assunto pode ser trabalhado em todas as idades e é fundamental para a vida das pessoas

O que é, eu acho que é sexualidade?
 é um assunto que fala sobre sexo, formas de como é feito as forma que o adolescente vir. formas de pre-
 vência resumindo tudo que envolve o sexo sobre as pessoas

Posições dos adolescentes sobre a sexualidade.

Com base nas representações que os jovens trouxeram é possível refletir que, na contemporaneidade a urgência de se pensar uma educação sexual que faça parte do currículo escolar é uma necessidade urgente. Pois a mesma é uma realidade presente em todas as estâncias sociais. A sexualidade está expressa nas instituições escolares por que faz parte da vida dos sujeitos que nela estão inseridos. A sexualidade como uma construção social “fabrica” os sujeitos e está manifestada na infância, na adolescência, na vida adulta como também na terceira idade.

“Essa presença da sexualidade [na escola] independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos da existência ou não de uma disciplina de “educação sexual”, da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir” (LOURO, 1997, p. 81).

Desse modo a escola deve abordar a sexualidade comprometida com a vida dos sujeitos e não inserida numa visão limitada baseada em concepções hegemônicas reprodutoras das desigualdades. As representações de alguns componentes do grupo pesquisado estão calcadas na educação escolar cristalizada nos parâmetros hegemônicos de classificação binária de masculinidade e feminilidade. Mas, há também outras visões que demarcam diferentes vivências, expectativas e comportamentos em relação sexualidade. Vejamos:

LUNA
15 ANOS
SÃO CAETANO

EU ENTENDO ENTENDO POR SEXUALIDADE É QUE ELA REALMENTE NÃO TEM NADA A VER COM SEXO, MAS EU LITERALMENTE NÃO SEI DEFINIR COM PALAVRAS, MAS, EU ACHO QUE SEXUALIDADE TEM A VER COM A SUA VIDA PESSOAL. COM AS SUAS ESCOLHAS MEDIANTE A UM NAMORO, A FICAR, A CASAR E COMO QUE VOCÊ CONVERSA COM SUAS/SEUS AMIGOS/AMIGAS.

Posições dos adolescentes sobre a sexualidade.

Nesta perspectiva, conforme o exposto acima, percebemos que o sexo, o gênero, o sentimento pelo outro, os desejos e as escolhas tecem a sexualidade. E esta como produto de interações com os outros. Assim, o mesmo ocorre com a etnia, a classe social, a religião que compõem as identidades culturais que “costuram” os sujeitos determinando sua interação social. Todas estas interações merecem serem discutidas no espaço escolar, compondo conhecimentos imprescindíveis à formação integral da criança e do jovem.

Neste contexto as discussões focadas na sexualidade no campo escolar deverão contemplar as diversas singularidades dos alunos respeitando os seus valores, sentimentos e princípios. O fazer pedagógico deve se ater a criar momentos de formações específicas com os professores possibilitando a trabalhar com essas questões.

4.0 Algumas conclusões parciais: *o diálogo que não se encerra, mas se reinicia.*

O trabalho em desenvolvimento vem oferecendo grandes resultados, pois é possível perceber nos primeiros contornos da pesquisa a emergência da escola com os seus educadores e educadoras perceberem que a sexualidade é responsável pela definição das identidades dos jovens. A realização de uma pesquisa no espaço escolar com os adolescentes permitiu entender/compreender o que eles pensam a respeito da sexualidade e como suas identidades sexuais interagem mediante aos seus contextos vividos.

As aprendizagens não-oficiais dos adolescentes em momentos dos intervalos ou na sala de aula, integram de forma explícita a troca de informações sobre sexualidade. A partir disto percebo a necessidade de continuar essa discussão tão presente no cotidiano das suas relações.

Não pretendemos esgotar todas as possibilidades de pensar sobre a emergência de tratar a sexualidade com o caráter pedagógico e instituída como uma disciplina específica obedecendo cada realidade escolar. Sendo imprescindível pensá-la como desafio educacional contemporâneo. Ao suscitar esta possibilidade sobre a educação sexual na escola, abre-se também perspectivas de inaugurar lugares de fala até então sufocadas pelas normas da modernidade.

Partindo da premissa de que a escola é um lugar heterogêneo e dinâmico, a educação sexual neste espaço pode ser o ponto de partida para reconstrução de significados, desejos e prazeres e novos discursos.

Outro motivo que justifica a relevância deste estudo é a necessidade de ampliar essa discussão para a sociedade. Pois, o tratamento pedagógico dado à sexualidade tem que considerar as reproduções sociais elaboradas na escola baseadas na uniformidade e que merecem serem desconstruídas.

As reproduções de uma sociedade heteronormativa e que perpetuam relações de poder e subjugação de gêneros, se dão mediante o “silenciamento” destas questões nos âmbitos familiares e escolares. Construída historicamente pela sociedade, difundida na família e nas práticas religiosas, estas reproduções forjam uma realidade social que, mesmo sendo experienciada pelos sujeitos, negam os seus discursos, vivenciados nas suas relações consigo mesmo e com seus pares.

4.0 REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.) **Pesquisa participante 2**. Reimpressão. SP: Brasiliense, 2001.

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

_____. **O poder simbólico**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, J. **Corpos que pesam**. In: LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica 1999.

CARIDADE, Amparo. **O adolescente e a sexualidade**. In. N. SCHOR, Maria S. F. Tabosa. Mota e CASTELO, Viviane (Orgs). **Cadernos, Juventude, Saúde e Desenvolvimento Brasília: Ministério da Saúde, Secretária das políticas de saúde, 1999.p.206-212**.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade** /Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991. 5ª Edição.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial**. Universidade de São Paulo: FEUSP. Tese de doutorado, 2000. (mimeo)

COSTA, L. A. Fialho . **Notas sobre formas contemporâneas de vida familiar e seus impactos na educação dos filhos**. In: HETKOWSKI, T. e DIAS, A.. (Org.). **Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. DF. Liber Livros, 2005.

GOMES, Carlos, ENNES, Marcelo (Orgs). **Identidades: teoria e prática**. São Cristovão: Editora UFS, 2008. 174 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3ª Ed. Rio de Janeiro DP&A, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004a (1. ed.:1997).

MISKOLCI, Richard. **Um corpo estranho na sala de aula**. In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Orgs) **Afirmando diferenças: montando o quebra cabeça da diversidade na escola**. Campinas: Papyrus, 2005. P. 13-26

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES

Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: AÇÃO E LINGUAGEM NA CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA DO SUJEITO NA PSICANÁLISE DE FRANÇOISE DOLTO

Aline Malagi¹

Giseli Monteiro Gagliotto²

Simaia Lazzarin Huguenin da Silveira³

Resumo: O artigo consiste em um estudo bibliográfico tomando por base os escritos da psicanálise, a partir do pensamento de Françoise Dolto, que demanda o conhecimento de conceitos próprios do seu trabalho, que partem dos estudos de Freud e de Lacan. Sua teoria funda a visão de criança enquanto sujeito da mais tenra idade e parte da concepção de que desde muito pequena a criança é capaz de nos compreender. Através da linguagem corporal, a criança manifesta tudo o que lhe afeta. A criança passa por estágios de castrações simbologênicas como rupturas que confirmam o fim do estágio de desenvolvimento. Essas rupturas são essenciais para as futuras relações do sujeito com o outro durante toda a vida, e neste processo a mãe tem papel central. Dolto desenvolve, sobretudo, sua teoria das castrações simbologênicas. No desenvolvimento de cada criança afirma que há etapas naturais comuns a todas elas. São provas que a ajudam a crescer, e isto segundo um esquema que se repete.

¹ALINE MALAGI, Acadêmica do 4º ano do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão – PR. Bolsista de Iniciação Científica (PICV) e Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade GEDUS-UNIOESTE. E-mail: alinemalagi@gmail.com.

²GISELI MONTEIRO GAGLIOTTO, Pedagoga, Psicóloga e Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp – SP, é professora Adjunta Nível B do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão – PR. Pesquisadora do Grupo Educação e Sociedade GEDUS-UNIOESTE. Email: giseligagliotto@ig.com.br.

³SIMAIA LAZZARIN HUGUENIN DA SILVEIRA, Acadêmica do 4º ano do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão – PR. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC) e Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade GEDUS-UNIOESTE. E-mail: simaia23@bol.com.br.

Palavras-chave: Psicanálise; Educação; Sexualidade.

Abstract: The article consists of a bibliographical study building on the writings of psychoanalysis, from the thought of Françoise Dolto, which requires knowledge of the concepts of his own work, leaving the studies of Freud and Lacan. His theory establishes the vision of children as subjects of early childhood and part of the view that from a very small child can understand us. Through body language, the child expresses everything that affects you. The child passes through stages of castration as breaks simbologênicas confirming the end of the stage of development. These disruptions are essential for the future relations of the subject with others throughout life, and in this case the mother plays a central role. Dolto develops, especially his theory of castration simbologênicas. In developing each child says there are natural steps common to them all. They are evidence that help to grow, and this according to a schedule that repeats.

Keywords: Psychoanalysis, Education, Sexuality.

A psicanalista Françoise Dolto

Dar a infância o lugar de indivíduo como um todo ocupou um espaço central na vida de Françoise Dolto. Mas de onde veio sua incrível determinação como apareceu sua audácia constante para dar à criança sua verdadeira categoria de sujeito? Como e quando se inscreveu este desejo militante pela criança, na pequena Françoise Marrete? Foi no seu nascimento... e sobretudo no início de sua vida.

Françoise Dolto nasceu no ano de 1908 numa família tradicional e de classe média parisiense. Filha de Henri e Suzanne Marrete a pequena Vava é a quarta numa família de 7 filhos, duas meninas e cinco meninos. Sob cuidados de uma babá irlandesa, a menina Marrete foi muita amada por ela, porém a babá levava a menina a lugares impróprios para um bebê e usava cocaína. Quando os pais de Dolto descobriram mandaram-na embora causando a Françoise uma grande tristeza e sofrimento, que encadeou uma broncopneumonia, Françoise foi salva graças aos cuidados de sua mãe que ficava todo tempo com ela.

Quando Françoise tinha doze anos no ano de 1920, sua irmã Jacqueline de 18 anos, que era linda e muito admirada pelos pais morre de câncer. Dias antes Françoise

passa a primeira comunhão e sua mãe pede-lhe que reze, pois a oração de uma criança é pura e somente isto poderia trazer um milagre a família de Marrete. Após dois meses sua irmã Jacqueline falece. Durante 2 semanas a mãe de Françoise se recusa a vê-la, para ela Françoise não soube rezar e não suportava que das 2 filhas não fosse Vavá a morta. Depois da morte de sua irmã, sua mãe transformasse numa mulher amarga e rancorosa passando a culpar Françoise pela morte de Jacqueline. Foi esta perda que despertou em Françoise o desejo de ajudar crianças que eram abaladas desde muito pequenas.

Em 1931 com 24 anos Françoise entra para curso de medicina, mas a culpa pela morte da irmã ainda lhe perturba muito e por conselhos de seu pai que a protegia e a amava muito, diferente de sua mãe, Françoise começa uma psicanálise.

No ano de 1934 ela inicia um tratamento psicanalítico com René Leforgue que durou por 3 anos, pela psicanálise Françoise consegue libertar-se de seus sofrimentos, continuando a estudar e a fazer estágios nos Hospitais infantis e psiquiátricos descobrindo o que se fazia com as crianças que tinham distúrbios de comportamento e que sofriam. Desde estes estágios Françoise se propôs a ouvir as crianças que eram hospitalizadas por serem bagunceiros violentos e sendo um tempo de muito estudo e pesquisas e com pouco tratamento ela da continuidade aos estágios. Em 1935 vai trabalhar num hospital para mulheres de Maisons Blanches, a dificuldade em se trabalhar com adultos afetados é percebida por Françoise que considera a importância de trabalhar com as crianças para a prevenção de distúrbios.

No hospital de Vaugirard no ano de 1936 ela inicia estágio no serviço de psiquiatria para crianças com o professor Georges Heuyer. É nas suas experiências que Dolto muito horrorizada toma conhecimento de como eram tratados os pequenos loucos e que nada podia se fazer-se na visão dos médicos.

Em 1938 renuncia um futuro no hospital por preferir tornar-se médica de crianças. Em 11 de julho de 1939 ela defende sua tese e torna-se a grande médica da educação e psicanalista de crianças.

Entre os anos de 1976 e 1978 trabalhou em vários programas na rádio francesa em que respondia perguntas de pais, sobre como deveriam proceder diante das interpelações e situações da vida das crianças.

À luz da psicanálise de Françoise Dolto

O estudo de sua obra toma um caráter especial, devido ao seu interesse pela criança pequena, mais especificamente o bebê. Ao tornar-se pediatra, tinha como método de trabalho a necessidade de interpretar as manifestações no corpo da criança para além da doença aparente.

Ou seja, a doença somática podia ter outras causas, que não se reduziam ao funcionamento puro e simples, ou mecânico, do corpo. Durante a Segunda Guerra, por exemplo, o *boom* de enurese que os meninos apresentaram foi lido por ela como uma manifestação edípica, fruto da ausência repentina dos pais que eles agora teriam, na fantasia, de substituir para suas mães (DOLTO, *apud* KUPFER, 2006, p. 566).

A aproximação dos fundamentos psicanalíticos veio contribuir com o seu desejo inicial de estudo relativo à leitura do corpo, sendo que durante seus atendimentos tanto aos pacientes adultos quanto às crianças, agregava a palavra falada às questões do corpo. “Assim, ser uma médica de educação era, no fim das contas, ser uma psicanalista que cuidava das doenças do corpo libidinal que uma criança enfrentava no decorrer de seu desenvolvimento ou, para usar o termo de Dolto, no curso de sua educação.” (KUPFER, 2006, p. 566).

No plano da psicanálise, o aporte essencial de Françoise Dolto foi o de dizer que a criança estava em pé de igualdade com um adulto, e assim sendo ela era um analisando completo. E isto é verdadeiramente uma ruptura em relação a tudo que se disse antes. O que ela diz é que não há diferença entre uma criança e um adulto. Claro, que haverá uma diferença no modo pelo qual eles vão se expressar. É muito raro pedir-se a um adulto para se fazer modelagem ou desenhos, porque simplesmente é mais fácil para uma criança expressar-se pela modelagem ou desenho do que exprimir-se através de uma narração. Isto, claro, é uma diferença, igualmente há uma diferença, a de que o adulto fala do seu passado, fala muito de sua infância, e que a criança o vive no presente. Mas, não há diferença no sentido em que o tratamento, na sua ética é o mesmo, a criança tem direito ao mesmo respeito, não podemos mais dirigi-lo, levá-lo a

algum lugar, a querer seu bem, a impor-lhe coisas, devemos ter o mesmo rigor, respeitá-lo, deixá-lo fazer o seu caminho, tanto quanto um adulto.

Desta forma o ser humano, já desde sua infância, é um ser de linguagem e de comunicação, a criança pequena tem uma voracidade de linguagem, isto é, que esta criança que dizemos nascer, ser um tubo digestivo, que somente tem o apetite de abrir a boca e engolir as coisas, devemos interpretar seu abrir a boca também como comunicação. Ele demanda tanto linguagem como leite, ou linguagem através do leite que lhe é dado (primeira forma de comunicação com o mundo). É no corpo ou através do corpo que a criança exprime, ou deixa de exprimir aquilo que não pode exprimir de outra maneira.

Desenvolve sobre tudo, sua teoria das castrações simbologênicas. No desenvolvimento de uma criança, explica ela, que há etapas naturais, comuns a todas elas. São provas que a ajudam a crescer, e isto segundo um esquema que se repete.

Assim,

A função simbólica é fundadora do ser humano, e é ela que permite aos homenzinhos, nascidos impotentes para sobreviver sem a tutela parental, desenvolverem uma relação inter-humana de dependência fundamental primeira em relação àqueles que desempenham, por seu lado, o papel de provisão, e depois, de tutela. (DOLTO, p.215, 1984).

Sendo, “as castrações provas mutantes às vezes não superadas, às vezes realizadas, tendo efeitos simbólicos progressistas ou efeitos patogênicos” (DOLTO, p. 31, 2008). Contudo, tudo o que acontece no ser humano é função simbólica.

São castrações no sentido em que os desejos das crianças lhes são proibidos, como, por exemplo, continuar a mamar, mas são substituídas por propostas mais interessantes que a torna mais cresci e lhe dá prazeres mais importantes. No nosso exemplo, não mais mamar para começar a falar. Portanto, a castração simbologênica é dada com uma fala correta, se consuma e é superada.

Contudo,

A castração simbologênica libera o desejo humano do objeto imaginário em que a simples repetição do prazer não pode senão esconder-se, impedindo-o de finalmente surgir à luz da palavra e do que chamamos essa encruzilhada original do sujeito ao outro e ao Outro. A castração levada por uma palavra verdadeira permite à criança “sair da armadilha do seu desejo” (VASSE, p.2010,1989).

O fato é, quando se diz alguma coisa à uma criança que se orienta no sentido do seu desejo, por meio desta interdição é que lhe proporciona crescimento, pois, a criança sempre entende. As interdições feitas pelo adulto estruturam na criança o valor do seu desejo, desejo este de ir mais longe do que a ação imediata desejada. Pois castração em psicanálise, nada mais é que uma interdição em relação a certas modalidades de obtenção de prazer.

Portanto,

Trata-se de ajudar a criança a satisfazer o seu desejo suas necessidades, e quanto à satisfação de seus desejos, não ajudá-la, mas lhe dar autonomia. Não satisfazer seu desejo mas lhe falar de seus desejos, que sempre são justificáveis, mesmo que não se deseje ajudá-la, ou se não tem condições para dar o que ela pede (DOLTO, p.57, 1999).

Assim, o ideal seria conversar com a criança sobre seu desejo, nessa oportunidade, abrir o mundo de palavras, de representações, um mundo de linguagem, de promessas e prazeres. Pois, para Dolto, “[...] tudo o que é vivo e ainda vivo na linguagem continua a viver sempre porque é uma linguagem de sujeito, e não de um indivíduo num corpo” (DOLTO, p.53, 1999).

É um extraordinário mundo de seres humanos que, às voltas com suas diversas funções simbólicas, não encontram, e formam uma espécie de colcha de retalhos extraordinária, fascinante para as pessoas que não os conhecem, e que respeitam o humano que há neles, fascinante porque cada um é um mundo todo próprio. Mas é terrível porque são pessoas que não serão livres, e não saberão defender a sua autonomia (DOLTO, p. 22, 1999).

Ainda, concordamos com Dolto (1986), ao afirmar que “(...) o ser humano é acima de tudo um ser de linguagem. Essa linguagem exprime seu desejo inestimável de encontrar um outro, semelhante ou diferente dele, e de estabelecer com este outro uma comunicação” (p. XVI). Ou seja, o desejo é mais consciente do inconsciente e, que a linguagem falada é também desejo e que, diversas vezes, a linguagem falada desvia da verdade da mensagem, com intencionalidade ou não. Sendo assim,

[...] A linguagem, portanto, está presente no decurso da vida fetal, ao menos auditivamente, para o filho do homem, com sensações de bem estar e mal-estar. Depois, a partir de seu nascimento, o lactante fica submetido, ao

mesmo tempo às satisfações e insatisfações corporais, ao banho sonoro do grupo em que é educado e que faz encarnar, se assim podemos dizer, a linguagem no dia-a-dia, com as sensações moduladas de prazer e desprazer de viver seu corpo físico, cujas percepções transformam-se para ele em linguagem passiva agradável ou desagradável (DOLTO, p.216, 194).

Ela considerava, “a palavra é um bom modo de tratamento”, para ela todo agir é linguagem, como por exemplo, um bebê, se falamos dele, daquilo que se passou com ele, do que lhe diz respeito, com o desejo de comunicar-lhe o conhecimento que temos, ele compreende, não sabemos como.

Como diz Dolto (1999),

Para uma criança, tudo é linguagem significativa, tudo o que se passa à sua volta e que ela observa. Ela reflete sobre essas coisas. Uma criança reflete e escuta melhor quanto menos olha a pessoa que está falando. E esse é um dado muito importante (p.10).

Vê-se todos os dias a diminuição dos sintomas de uma criança que sofre de alguma coisa que lhe aconteceu no parto ou depois, que não lhe foi explicada, e que lhe angustia e não é dita. Se não lhe explicamos, ele conserva sua angustia, que desaparece quando lhe é explicada. “Nós, médicos e crianças, observamos todos esses distúrbios de desenvolvimento afetivo das crianças envolvidas nesses conflitos sobre os quais elas achavam que deviam calar” (DOLTO, p. 8, 1999). Para ela, no fundo a psicanálise consiste em buscar a origem da pane, nada mais complicado do que isso. Acreditava que a conversa era um instrumento de recuperação que proporcionava a melhoria das crianças.

Para tanto,

Graças a um banho de palavras sempre asseguradoras em relação com as experiências físicas e que venham assim a apoiar suas iniciativas motoras, a criança escapa aos sentimentos inconscientes precoces de culpa que, quando presentes, não podem senão retirar-lhe o ritmo e entrar o acesso eufórico ao conhecimento de sua identidade, às características naturais de seu sexo, ao domínio autônomo de seu dizer e de seu agir, ao exercício de sua inteligência observadora, discriminadora e criadora, ao exercício de sua imaginação inventiva e de sua autonomia responsável – todas elas coisas que devem desenvolver-se fora qualquer culpa de ordem mágica ou mórbida, passível de sobrecarregar com a neurose o caráter e a saúde dos mais dotados e dos mais precoces, psiquicamente, dentre os seres humanos (DOLTO, p.51, 1984).

Era alguém que escutava as crianças, que daí reiterava conclusões, que aprendia na verdade com as crianças. Não era uma fórmula, ela aprendia com as crianças e servia-se com as outras crianças, deste ensinamento que as crianças lhe traziam. Dizia, que por trás de um sintoma, há uma razão, que produz estes sintomas e, que a psicanálise é como o encanamento ou eletricidade: se há em algum lugar um fusível que queima, existem efetivamente duas soluções: ou bem substitui-se eternamente o fusível, que vai eternamente queimar; e se ele resiste, vai queimar em outro lugar, ou bem se procura a origem da pane.

Geralmente, o que permite à criança de se estruturar, inicialmente, é ser uma pessoa, para seus pais. Porém quando dizemos isto, parece abstrato. Mas é ser verdadeiramente alguém, e não um pedaço do pai ou um pedaço da mãe, uma pessoa verdadeira; isto se traduz simplesmente pelo fato de que quando se está em uma peça, coloca-se o bebê na peça e em seguida se fala com ele, conta-se para ele o que se fez, dirigimo-nos a ele, ele conta como uma pessoa, não está lá como uma coisa que se coloca em seu quarto, e fecha-se a porta.

Eis como podemos entender que tudo é linguagem, e que a linguagem, em palavras, é o que há de mais germinativo, mais fecundante, no coração e na simbólica do ser humano que acaba de nascer. El só pode se desenvolver num corpo de homem ou de mulher, se estiver relacionado com uma voz de homem ou de mulher com uma outra voz associada à de sua mãe (DOLTO, p.20, 1999).

A partir, desta estrutura Dolto afirma que todo ser humano é, a partir de sua origem, na sua concepção, ele mesmo, fonte autônoma de desejo. E que sua aparição viva no mundo (no nascimento) é simbólica nela mesma, do desejo autônomo de assumir-se.

E é com isso que a educação deve se preocupar o tempo todo, em sustentar sempre o desejo do novo, e, em contrapartida, não satisfazer os desejos que, tão logo satisfeitos, entram na escala das necessidades que vai ser preciso repetir, e com uma sensação de cada vez mais forte, porque a necessidade é um hábito e o hábito não nos interessa mais, é uma coisa mortífera (DOLTO, p.27, 1999).

A criança exprime o que ela tem para dizer por um tipo de linguagem que poderíamos qualificar de pré-verbal, isto é, tudo deve ser interpretado: o olhar, a

mímica, a posição, a mudança de posição, o choro, os distúrbios que não são obrigatoriamente distúrbios, mas as manifestações corporais, a tosse, um movimento de cabeça, um grito mais forte neste momento do que no outro. Tudo deve ser interpretado, não se pode interpretar tudo, porque não compreendemos tudo, mas ao menos tudo deve ser comentado.

Pois para Dolto, “...elas não tem linguagem verbal para se exprimirem, mas têm uma linguagem, pois sem isso não se poderia fazer psicanálise com crianças” (DOLTO, p.113, 1999).

É isto que a criança pede, é o desejo de comunicar-se a respeito de algo sobre o que ela alertou, e o que ela alerta é de não ser como um outro. As regras sugerem que todos devem ser educados da mesma forma. Existem etapas sucessivas no desenvolvimento de uma criança e não se deve queimar etapas. Se uma mãe compara normas para uma criança, em tal idade deve ter um dente, dois dentes, três dentes, etc., isto não é absolutamente verdade. O importante é estar o tempo todo na comunicação, o tempo todo na descoberta do novo, isto é a vida. É não estar numa norma. Assim como há vegetais com flores tardias, frutos tardios, frutos precoces, flores precoces, é a mesma coisa com seres humanos.

Assim,

Quando se trata de bebês precocemente perturbados, é preciso cuidar desde cedo. É preciso falar ao bebê do drama no qual foi gestado. E a partir em que se diz a uma criança com palavras, o que perturbou a relação entre sua mãe e ela, ou entre ela e ela mesma, prevenimos um agravamento de seu estado de sofrimento e às vezes evitamos sua entrada nesse caso (DOLTO, p. 26, 1999).

Pois, o que destrói uma criança é sempre o que não é dito. Podemos dizer tudo a uma criança, sem destruí-la. Podemos explicar a uma criança porque seu pai está preso, dizer-lhe absolutamente a verdade, é algo que não vai jamais traumatizá-la. O que ela diz é verdade, não pode traumatizar. Poderá ser doloroso, dar muita angústia, poderá fazer chorar, porque é difícil... Porque dizer a uma criança que seu avô morreu é provocar nele muito sofrimento, mas não pode destruí-la. Ao contrário, esconder de uma criança que seu avô morreu, explicar-lhe que ele viajou, mentir, é algo terrível, Françoise diz, porque a criança, ela sabe sempre intuitivamente a verdade. É tão difícil

de falar a verdade, pois foi a verdade que construiu esta criança. Só temos que dizer-lhe a verdade... É tão fácil que é desconcertante...

Isto não quer dizer que se deva, entretanto dizer tudo, o tempo todo, não importa quando. Comentar a vida cotidiana o tempo todo não faz nenhum sentido. É preciso também às vezes saber esperar as perguntas da criança.

O que é importante em um ser humano é o que o faz vibrar, o que interessa, o que o emociona, aquilo que ela não vê, que o faz viver e que dá sentido à sua vida. É isto que deve ser dito às crianças, a todos, como o mais importante nas suas personalidades. Pois, [...] o desejo brota de dentro, e tem a necessidade imperiosa de se exprimir externamente. E é isto que devemos apoiar, ainda que não seja uma coisa fácil, e justificar, proporcionando os meios, se for possível [...] (DOLTO, p. 66, 1999).

E é isto o que importa na linguagem utilizada com a criança, a veracidade dos fatos, como afirma Dolto, “é importante na linguagem que usamos com o bebê, por menor que seja, assim como as crianças maiores: é de sermos verdadeiros no que diz respeito ao que sentimos, qualquer que seja essa verdade – o verdadeiro, não o imaginário (p. 18, 1999).

A palavra estará sempre presente para ajudar a criança em suas experiências cotidianas. Nos jogos, não se fara coisas no lugar da criança, mas se dirá a ela como fazê-las. Assim a criança aprende a se “outo-maternisar”, isto é, a assegurar, sozinha a satisfação das suas necessidades.

Portanto,

Tudo o que é vivo e ainda vive na linguagem continua a viver sempre porque é uma linguagem de sujeito, e não de um indivíduo num corpo; é verdade que aquilo foi mediatizado por alguém, pela mediação de um corpo, em um dado momento da existência humana, mas o sujeito criativo é atual, ainda e sempre, através de uma sutil mediação que é a obra. E toda obra é linguagem de amor e de desejo (DOLTO, p. 52, 1999).

Os desejos distinguissem das necessidades pelo fato de que podem ser falados e satisfeitos de forma imaginária, já as necessidades são necessárias/indispensáveis para a sobrevivência. Com a criança tudo deve ser dito por meio de palavras verdadeiras, para que o agir seja educativo, sendo o resto uma fraqueza momentânea.

Françoise Dolto tem um pensamento próprio, sim ela está na esteira do pensamento freudiano, do pensamento lacaniano, mas ela tem uma maneira de abordar

muito própria, e é uma maneira de abordar muito própria, porque uma das grades características de Françoise Dolto é a sua clínica. Dolto entre um grupo que se originou de Lacan, é aquela que tem uma clínica das mais fecundas e que sempre tornou visível o seu trabalho.

Ela trabalha sempre a partir de uma perspectiva, em que a situação triangular é fundamental, portanto um dos referentes básicos da sua clínica é a dimensão edípica, mas a maior contribuição de Dolto ao pensamento psicanalítico, à clínica psicanalítica é o seu conceito de imagem de corpo. Que conceito é esse? Imagem do corpo nada tem haver com esquema corporal, esse esquema corporal seria um tipo de apreensão da corporeidade, é muito mais relacionado há uma compreensão do corpo experimental representativa que possibilita o indivíduo ter uma noção do seu lugar do corpo em termo das suas relações espaciais e temporais.

Mas quando Dolto aborda a questão da imagem do corpo, ela está falando na verdade de um corpo imaginário, este corpo imaginário estaria fundado no lugar em que a criança está situada em meio à situação edípica.

Então, para Dolto, a imagem do corpo é o elemento que aparece com maior clareza no jogo da criança, no desenho da criança. Trata-se então, do analista poder fazer a leitura da imagem do corpo que a criança apresenta por meio do seu jogo, a fim de poder compreender os lugares que a criança está marcada e a maneira como a corporeidade da criança foi marcada de um ponto de vista libidinal.

Por essa razão, Dolto trabalhava fundamentalmente com argila ou plastilina, às vezes com desenhos, disponibilizava esse material a fim de que a criança pudesse modelar algo. A primeira modelagem que a criança realiza em meio a situação transferencial, permite à Dolto poder compreender como que a criança está marcada do ponto de vista libidinal e, desta forma, poder fazer uma intervenção por meio da fala, por meio de uma interpretação, para assinalar a situação da criança.

Sendo esta,

[...] uma linguagem diferente da falada. O desenho é uma estrutura do corpo que a criança projeta com a qual articula sua relação com o mundo. [...] através do desenho a criança espaço-temporaliza sua relação com o mundo. Um desenho é mais que o equivalente de um sonho. O desenho faz existir concretamente a imagem do insciente do corpo em sua função mediadora (DOLTO, p. 30, 2008).

O importante não é o desenho como elemento figurativo, mas sim, a forma como os fundos do desenho são feitos que revela verdadeiramente as imagens inconscientes do corpo.

A imagem corporal tem um eixo que se desenvolve pelos aspectos libidinais que vão sofrendo uma maturação ao longo do tempo, ela também vai sofrendo influências pela maneira, pelas falas, pelo lugar em que os pais colocam a criança, ou seja, pelo lugar que ocupa no triângulo edípico. Dolto está preocupada como apreender o corpo libidinal, o corpo imaginário da criança.

Ela tem nesse sentido, contribuições como, por exemplo, no momento oral, onde a criança então estaria relacionada a mãe pela necessidade de receber, a criança tem uma imagem de si ligada ao mundo vegetal, ela é como uma planta, ela recolhe do mundo os elementos simbólicos que de alguma forma represente a sua situação.

A criança no momento que começa a ganhar domínio da musculatura estriar, momento em que passa a ter o controle dos esfíncteres, ela é um ser que pode se mover, a criança bebe só pode ser regado, a criança que estaria na etapa anal do desenvolvimento poderia se mover, então, Dolto vai mostrar como nesta etapa a criança se identifica mais claramente com o modo de se dos animais do que dos seres humanos, questão que leva as crianças a um certo fascínio pelos animais e pelos desenhos que reproduzem de uma forma geral são animais que falam. Até que essa imagem corporal vai ganhando facetas, que revela o ponto que a criança se encontra dentro a situação edípica, que implica então por reconhecimento da própria sexualidade, e isto vai aparecer também na imagem corporal.

A imagem corporal tem um eixo que se desenvolve pelos aspectos libidinais que vão sofrendo uma maturação ao longo do tempo, quanto ela também vai sofrendo influências pela maneira, pelas falas, pelo lugar em que os pais colocam a criança, ou seja, pelo lugar que ocupa no triângulo edípico. Faz a leitura do jogo da criança simbólico, de objetos parciais, preocupada como apreender o corpo libidinal, o corpo imaginário da criança.

Dolto percebe que determinados pacientes, adultos ou crianças, que em decorrência de sua biografia não puderam constituir uma imagem do corpo libidinal frente às demandas da oralidade, percebe que para fazer um tipo de intervenção, ela vai precisar fazer um tipo de intervenção plástica, por um objeto não por uma palavra.

Tinha uma clareza, de que uma pessoa poderia não ter constituído um corpo libidinal, se ela não tivesse constituído.

Ela tinha clareza daquilo que era o registro constitutivo e daquilo que era o registro da simbolização. Ou seja, aquilo que é da ordem do constitutivo não é desejo é uma necessidade, então desejo se interpreta, necessidade se satisfaz. Necessidade é tudo aquilo que busca constituição, primeiro precisa ter boca, corpo, para depois a experiencia simbolizadora poder ocorrer.

Para tanto,

O trabalho psicanalítico nos coloca diante do fato de que, se as necessidades tem que ser satisfeitas na realidade por uma consumação, há uma outra coisa no ser humano, a que Freud chamou de libido, o que é o desejo. O desejo que, em sua origem, é sempre inconsciente, tal como a necessidade, pede também o apaziguamento da sua tensão numa realização, numa consumação para o prazer; mas a característica do desejo é suportar a não-realização imediata e pode, por esse fato, sofrer transformações contínuas, até satisfazer-se de um modo ou de outro. O desejo não satisfeito, que assim permanece em estado de tensão, pode aí reforçar-se e precisar-se. Assim, cada um de nós se torna capaz de inventar e criar inconscientemente meios de brincar com nosso desejo e trazer-lhe apaziguamento, quando não há resposta no ambiente (DOLTO, p. 215, 1984).

Por isso, nosso recurso à teoria psicanalítica de Françoise Dolto, justificou-se por sua especial atenção destinada às crianças buscando com precisão as origens dos problemas enfrentados além das causas aparentes. Também no que se refere às ações e às palavras dirigidas pelos adultos às crianças. Os estudos desenvolvidos por Dolto permitem a construção de relações saudáveis nas instituições e nos processos educativos.

Françoise Dolto reconhecia a criança como sujeito de si mesma em consonância com a psicanálise que considera os indivíduos como sujeitos de seu inconsciente. Desenvolveu para além da teoria psicanalítica uma teoria pessoal em que considerava a criança e o adulto a partir de tais aspectos: sujeito, linguagem, desejo e corpo. Sua concepção de sujeito passa por determinadas categorias: ser de alteridade, onde alteridade leva à tolerância, direitos da criança e direitos dos adultos. Conforme se desenvolve, a criança passa por experiências, como estágios necessários para sua formação e evolução, o que denominou “castrações”.

No sentido que aborda, a denominação castração difere do conceito utilizado por Freud e se refere a uma espécie de provação, que representa a forma como o desejo vai

se organizando e que deve se dar de forma diferente, ou seja, o desejo deve mudar de objeto. E, para tanto, é necessária e especial a ação do adulto no sentido de fazer com que a criança conheça a resistência diante do choque dos seus desejos com outros desejos diferentes, e com outras idades diferentes da sua.

Buscamos responder, em que medida os estudos psicanalíticos fundamentados no trabalho de Françoise Dolto, se aproximam dos apontamentos freudianos no que se refere ao desejo de saber e contribuem para uma prática educativa consciente e enriquecedora acerca da sexualidade da criança e do adolescente e a educação? Identificamos que a aproximação dos fundamentos psicanalíticos veio contribuir com o seu desejo inicial de estudo relativo à leitura do corpo, sendo que durante seus atendimentos tanto aos pacientes adultos quanto às crianças, Dolto agregava a palavra falada às questões do corpo.

Os trabalhos de Françoise Dolto, apresentam um pensamento próprio da autora, que caracterizam a sua clínica. Para ela, o ser humano, já desde sua infância é um ser de linguagem e de comunicação; a criança pequena tem uma voracidade de linguagem. No plano da psicanálise, o aporte essencial de Françoise Dolto é o de dizer que a criança está em pé de igualdade com o adulto, e que dessa forma ela era um analisando completo. E isto é verdadeiramente uma ruptura em relação a tudo que se disse antes.

Podemos dizer que Françoise Dolto, nesta matéria, foi pioneira, na época em que ela começou a dizer que se poderia falar com as crianças pequenas, por exemplo, incluídas aí aquelas que não possuíam a palavra, pois, todo ser humano é, a partir de sua origem, na sua concepção, ele mesmo, fonte autônoma de desejo. Sua aparição viva no mundo (no nascimento) é simbólica nela mesma, do desejo autônomo de assumir-se.

Referências

AUBRY, Jenny; *et al.* Seguindo os passos de Françoise Dolto. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

DOLTO, Françoise. Tudo é linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. No jogo do desejo – ensaios clínicos. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1984.

_____. A Imagem Inconsciente do Corpo. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DOLTO, Françoise; NASIO, J.-D. A criança do espelho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

KUPFER, Maria Cristina Machado. Françoise Dolto: uma médica de educação. In **Revista Mal-Estar e Subjetividade** [online]. 2006, vol.6, n.2, pp. 561-574. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482006000200013&script=sci_abstract – Acesso bv em 01/05/2011.

RASSIAL, Jean-Jacques. Da imagens inconsciente do corpo. In: AUBRY, Jenny; *et al.* Seguindo os passos de Françoise Dolto. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

VASSE, Denis. O evangelho e o inconsciente. In: AUBRY, Jenny; *et al.* Seguindo os passos de Françoise Dolto. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

TERRITÓRIO DA PROSTITUIÇÃO DE TRAVESTIS: MARCAS, CORPOS E SIGNOS.

Ivan Ignácio Pimentel – Geógrafo pela UFRJ, Mestre em Sociologia e Direito pela UFF e Doutorando do Programa de Pós – Graduação em Geografia da UERJ.

INTRODUÇÃO

A prostituição de travestis no bairro da Glória, Zona Sul do município do Rio de Janeiro, permite abordar a questão da identidade na pós-modernidade e os conflitos na sociedade contemporânea. A construção de um espaço pela prostituição de travestis revela que o reconhecimento da identidade torna-se a espinha dorsal de um processo de territorialização.

Analisando o espaço geográfico como espaço fragmentado e articulado, observamos que este se caracteriza por ser um lugar de violência e da abjeção experimentadas pelas travestis e, de forma sincrônica, lugar de criação de novas solidariedades e de redes que corroboram para o aprendizado e a perpetuação dos códigos lingüísticos e gestuais presentes no território da prostituição. Dessa forma, esse território passa a ter singularidades, que serão explicitadas ao longo do trabalho.

Estudar a prostituição na Rua Augusto Severo, que está ao mesmo tempo inserida dentro do contexto da prostituição de travestis no Rio de Janeiro, mas que traz aspectos peculiares inerentes a esta área, traz questões que devem ser alvo de investigação empírica, tendo em vista que a construção do “ser” está diretamente relacionada ao espaço em que é construída, a ainda aos símbolos pertencentes a esse espaço e a interação entre o indivíduo e o meio.

Assim, o conceito de território é utilizado nesta pesquisa enquanto condição *sine qua non* para a construção da identidade do grupo focal escolhido, além de ter por objetivo abarcar as relações sócio-territoriais que se materializam no recorte, através das disputas e sentimentos envolvidos, visto que no universo da prostituição a

meta diária é a sobrevivência, pois a rua caracteriza-se por ser um local cheio de incertezas e armadilhas.

A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO: A MANUTENÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER.

A construção de um território é de vital importância para que um determinado grupo possa exercer um controle, de modo a permitir a manutenção da atividade e inevitavelmente realizar o exercício do poder e coesão interna, como forma de manter a ordem e a perpetuação da atividade, além de defender o território de possíveis “invasores. Para Ornatⁱ, o território da prostituição travesti tem como um de seus elementos estruturantes a comunicação, tanto entre travestis, como entre travestis e clientes, policiais, moradores e demais grupos sociais.

O conceito de território é utilizado por Ribeiroⁱⁱ, em seu estudo da prostituição na cidade do Rio de Janeiro, onde considera que a prática da prostituição tem como um de seus rebatimentos a formação de territórios, mais precisamente territórios móveisⁱⁱⁱ.

Um dos autores pioneiros na abordagem do território foi Claude Raffestin^{iv}. Merece destaque na sua obra o caráter político do território, bem como a sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, pois o entende como substrato, um palco, preexistente ao território^v. Dentro da concepção enfatizada pelo autor, o território é tratado, principalmente, com uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. Segundo o mesmo autor, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço^{vi}.

Na análise de Raffestin, a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

Quando se trata da questão territorial, necessariamente refere-se ao exercício de poder sobre o espaço. Como aponta Becker^{vii}, o território é um produto “produzido” pela prática social, e também um produto “consumido”, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto a prática social. Nesse sentido, quando se propõe pesquisar processos de desenvolvimento territorial, foco deste artigo, trata-se de investigar e compreender como os atores exercem seu poder sobre o território e como fazem uso deste, política e economicamente, ao longo do tempo. Trata-se, não de estudar unicamente o território em si, mas o território vivido e usado, como enfatiza Milton Santos^{viii}:

Esta concepção^{ix} dá ênfase aos atores que agem sobre o território. Desse modo o trabalho e as ações serão motores de transformações decorrentes do exercício de poder destes sobre o espaço. Por sua vez, por poder entende-se a capacidade dos atores de agir, realizar ações e produzir efeitos, ou seja, de fazer uso do território e de transformá-lo, respondendo aos interesses e às demandas dos atores pertencentes a este território. Ou ainda, é a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. É a gama das ações que se sabe praticar para modificar o meio, explorá-lo e dele retirar o necessário à vida.

A prática da prostituição, não diferente de outras atividades precisa de um espaço para que a atividade seja desenvolvida. Assim como qualquer grupo que exerce o domínio sobre uma determinada porção do espaço a atividade em destaque. São esses atores que produzem o território, composto por malhas, nós e redes, partindo da realidade inicial dada que é o espaço, passando à implantação de novos recortes e ligações. Pode-se considerar, assim, que a malha é a base, ou o substrato do território. É o que há de mais concreto e enraizado. Os limites da malha são definidos pela ação dos nós ou dos pontos, os quais estabelecem redes ou fluxos, reforçando os limites ou as fronteiras dessa malha e dando dinamicidade ao território. Segundo o autor em questão. Os pontos simbolizam a posição dos atores, representando locais de poder e referência, lembrando que existe uma multiplicidade destes agindo sobre o mesmo^x.

Os nós relacionam-se entre si e estabelecem redes, reforçando o poder dos atores sobre seu território. Estes atores e estas redes relacionam-se ainda com nós externos à malha, tornando este território mais dinâmico e fluido. Esta dinamicidade, por sua vez, possibilita aos atores locais um melhor atendimento de suas demandas e necessidades.

A construção de espaços voltados para a prostituição nas grandes cidades, no nosso caso a prostituição de travestis, tem se concentrado principalmente em locais próximos aos *Central Business District* (CBD)^{xi}, proporcionando possíveis conflitos, além de proporcionar um processo de fluabilidade territorial^{xii}, os territórios da prostituição feminina ou masculina (prostitutas, travestis, michês). Os “outros”, atores do conflito, tanto podem estar no mundo exterior em geral (de onde vêm clientes em potencial) quanto, em muitos casos, em um grupo concorrente (prostitutas *versus* travestis), com os quais de pode entrar em conflito.

Esses territórios, comumente encontrados em locais próximos ao *Central Business District* (CBD), que se convencionou chamar de *blighted áreas*, áreas de obsolescência ou “espaços deteriorados”, muitas vezes (a não ser no caso de um *bas fond* como a decadente Vila Mimosa, na cidade do Rio de Janeiro, que foi o que restou da antiga e famosa “Zona do Mangue”)^{xiii} são “apropriados” pelo respectivo grupo apenas à noite. Durante o dia as ruas são tomadas por outro tipo de paisagem humana, típico do movimento diurno das áreas de obsolescência: pessoas trabalhando ou fazendo compras em estabelecimentos comerciais, escritórios de baixo status e pequenas oficinas, além de moradores nas imediações. Quando a noite chega, porém, as lojas, com exceção dos bares e *night clubs*, estão fechadas, e os transeuntes diurnos, como trabalhadores “normais”, pessoas fazendo compras do tipo que amoral dominante costuma identificar como “decentes”, cedem lugar a outra categoria de freqüentadores, como prostitutas (ou travestis, ou ainda rapazes de programa) fazendo *trottoir* nas calçadas e entretendo seus clientes em hotéis de alta rotatividade.

Os territórios da prostituição são bastante “flutuantes” ou “móveis”^{xiv}. Os limites tendem a ser instáveis, com as áreas de influência deslizando sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças. Para o autor, a criação de identidade territorial pode ser tanto funcional, quanto afetiva. O que não significa, em absoluto, que “pontos” não sejam às vezes intensamente disputados, podendo a disputa desembocar em choques entre grupos rivais.

A identidade territorial, todavia, não se resume à identidade construída, em um espaço tido como “funcional”. Há que se considerar que um determinado grupo (atores sociais) ao constituírem um território, criam símbolos e signos que representam essa ocupação, manifesta na construção simbólica do espaço. Cabe ressaltar que um território precisa de constante manutenção, pois além de fruto de uma nítida relação de

poder, constitui uma “base espacial” para atores sociais desenvolverem suas atividades, de modo que é possível ver esse território enquanto uma fronteira-poder.

No entendimento de Bourdieu^{xv}, podemos representar o mundo social em forma de um espaço, construído na base de princípios de diferenciações ou de distribuição, constituído pelo mundo das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas para conferir força ou poder nesse universo. Os agentes ou grupos de agentes são definidos por suas posições relativas nesse espaço. Esse poder pode ser definido como lugar onde permite que indivíduos se associem tendo em vista a realização de um objeto em comum. Tal objeto comum permite posições e práticas sociais que fundamentam a formação de grupos, podem ter natureza econômica, política, cultural ou social e se referem aos vínculos que os homens podem tecer entre si, por meio de unificar para atingir o mesmo objetivo e desenvolver a ação comum.

Pode-se entender que o território se forma a partir do espaço, sendo constituído no processo da transformação da natureza pelo homem, que envolve aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais e assim se definem os territórios conforme as ações.

TERRITÓRIO “FRAGMENTADO”: A RUA COMO UMA VITRINI

Este ambiente que os travestis denominam “a rua” pode ser considerado o lugar multifacetado. Pode ser o lugar da “ferveção”, da “batalha” ou da “boiação”. Ao primeiro termo entende-se como o lugar da diversão, onde se faz amigos – e inimigos – e desfruta-se coletivamente de determinados prazeres; lugar de socialização. Ao segundo, aplica-se a significação de prostituir-se. E o último refere-se às práticas sexuais sem compromisso financeiro ou afetivo. O que não significa que essas experiências necessariamente separadas.

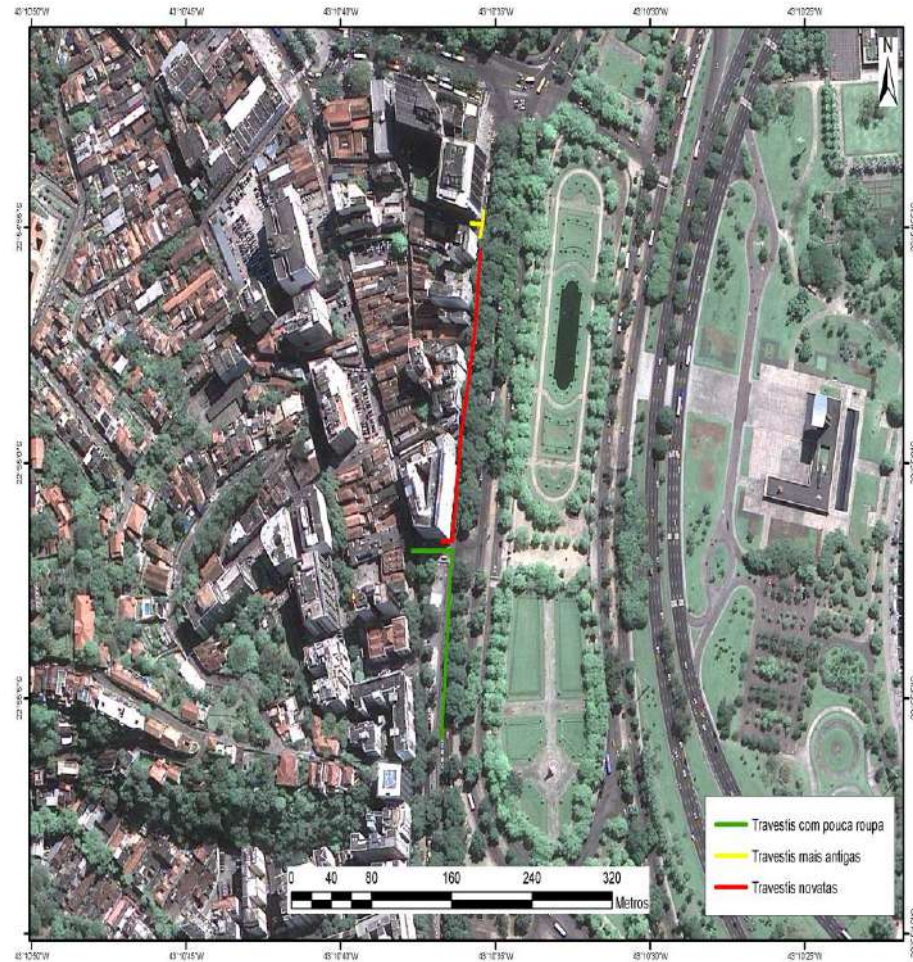
Para isso faz-se necessário a construção de uma vitrine marcada por microterritorialidades (MAPA 02), de acordo com o perfil de cada travesti, onde ocorre a construção de verdadeiras “lojas a céu aberto” onde as travestis exibirão seus corpos cheios de curvas, prontos a satisfazer os mais diversos tipos de desejos^{xvi}. Assim, o uso do território da cidade revela a segregação baseada nas desigualdades dos atos de uso e formas de apropriação. Aqui, o gueto pode significar a liberdade através da

possibilidade de atuar e de reivindicar, pois são elementos de construção de identidades que lhe permite lutar contra o preconceito latente.

Simmel^{xvii} propõe uma tipologia das relações na qual a prostituição é uma modalidade básica. O autor elabora um estudo sociológico esclarecedor sobre o sistema de trocas simbólicas que a prostituição envolve: a transferência da impessoalidade do dinheiro para o corpo feminino. Assim, observamos que dinheiro se transformou em nossa sociedade no mediador por excelência das relações de prostituição. Ele está tão fortemente ligado a tais práticas que há uma forma específica de se referir às prostitutas em nossa cultura que remete a sua presença. Diz-se que elas vão “rodar a bolsinha”. Tal forma de representá-las não está distante da realidade. A bolsa é o local em que se guardam os valores, no caso das prostitutas refere-se ao sexo e ao dinheiro. Os dois valores em jogo e que marcam as relações travadas em seu dia-a-dia.

A manutenção das relações de poder no universo da prostituição constantemente envolvem relações conflituosas, fazendo-se muitas vezes o uso da violência, podendo ela ser entre travestis ou envolvendo travestis e outros atores sociais^{xviii}. A implantação e a disseminação da prostituição na cidade dependem diretamente das circunstâncias encontradas para o exercício das atividades, tanto no que se refere às relações das “trabalhadoras sexuais” com sua clientela, com a cafetina e com as autoridades policiais, quanto das relações que travestis estabelecem entre si no momento da ocupação e do uso dos territórios, pois mesmo sendo um território de prostituição de travestis, podemos observar que estas se categorizam de forma diferenciada conforme o MAPA 02.

MAPA 02



Microterritórios da prostituição de Travestis Elaborado por Ivan Pimentel

Esta territorialidade dividida em “trechos”, demarcada a partir de relações de força física e intimidação e do tempo em que cada travesti se prostitui na Avenida Augusto Severo, termina por se constituir num lugar onde as regulações se fazem pelas próprias travestis.

Para Pelúcio, a demarcação espacial é também moral e passa por jogos de poder pelos quais se determina quem pode ficar onde e os significados dessa fixação. Fixação que não pode ser confundida com imobilização/sedentarização, mas com aceitação e compartilhamentos de códigos que circulam e informam, mas que são fluidos. Não só porque a transformação é uma marca da travestilidade, fazendo do *gayzinho* de hoje a *bela* de amanhã que, por sua vez, pode ser, simultaneamente, a *bandida* e a *européia*; mas também pela reconfiguração permanente dos espaços, provocada pela dinâmica das relações entre poder público e espaço urbano.

Dependendo da espacialidade vivida pela travesti, seus corpos podem ser aceitos, tolerados ou rejeitados. Dependendo do território onde o corpo se encontra, a travesti pode estar no centro, correspondendo ao padrão esperado de seu corpo, ou na

periferia das relações de poder, sendo motivo de chacotas, gargalhadas, insultos e até atos violentos. Logo, os corpos não correspondem com o que é esperado para o corpo no território, também sofre sanções como em qualquer outra espacialidade, pois da mesma forma que o espaço constitui relações de poder, é por ele composto, posicionando corpos em centro e margem, compondo e sendo composto por espaços paradoxais.

O controle do território é visto com violência, pois além de estar relacionado ao uso e adoção de códigos, ações discursivas e corporais, esta se faz a partir da utilização da violência explícita, verbal ou física. No conjunto de evocações, a predominante se referia à utilização da violência como mecanismo de controle do território, como relatou Fabrícia:

“No meu pedaço só fica quem eu quero. As novinhas chegam aqui achando que são as donas da rua, até entendendo a vontade de brilhar, mas se ficar de marra eu ponho pra correr. Quando eu cheguei aqui há mais de quinze anos eu tinha que respeitar as mais antigas. Porquê uma novinha vai chegar e me desrespeitar? Eu não deixo! Ponho logo pra correr e se ficar de graça acaba saindo por mal^{xix}.”

A violência praticada entre as travestis sempre cumpre a função de reforçar a condição de abjeção, geralmente incidindo diretamente sobre os signos de sua diferença: as marcas corporais e subjetivas que atestam a recusa da norma. Assim, a garantia do controle e do ordenamento do espaço se dá pela eliminação das impurezas que o ocupam, “contaminando” a sua paisagem. A violência vem, aqui, restituir a pureza de um espaço maculado, assegurando seu valor (não apenas imobiliário, mas também simbólico).

Hellen, entrevistada em junho de 2009, enxerga a rua de forma bem negativa, sem notar a constituição de um espaço simbólico. Segundo ela, é impossível estabelecer uma relação de amizade num local que tem como foco a sobrevivência através da disputa por clientes. Acredita que a competitividade do mundo contemporâneo não permite que haja uma relação de solidariedade, lealdade e compromisso mútuo. Em outras palavras, as relações entre os “operários” do sexo que trabalham no local deve ser baseada na “falsidade”, pois tudo não passa de um jogo de

interesses. Para ela, cada travesti está sujeita a “tomar uma punhalada pelas costas”, ou seja, está constantemente sujeita a ser traída, de modo que se torna mais fácil ser falso com todos e esperar o pior. De acordo com a visão da entrevistada, ninguém possui vínculo com o local, sendo este encarado apenas como meio de sobrevivência, tendo em vista que este só lhe trouxe mágoa e decepção, mesmo estando somente há duas semanas na rua. As experiências anteriores não permitem que ela estabeleça vínculo com um local que por ela é considerado como sujo, imundo e hipócrita.

Já as travestis mais antigas mantêm uma relação de amizade com a vizinhança. Fabrícia, uma das mais antigas, chegou a dizer que ganha presentes dos moradores e que estes reconhecem a importância das travestis para a segurança do local, haja vista que o nível de assaltos a transeuntes é bastante elevado no bairro, diferentemente da avenida que possui um número de furtos reduzido devido à presença das travestis, que chegam a estimular o comércio “noturno”, como o funcionamento de bares. Ao mesmo tempo a travesti reconhece a importância de manter o diálogo e o respeito com a população que mora na região, para a manutenção dessa ordem. Fabrícia “permite”^{xx} que apenas suas afilhadas e amigas “batalhem” no “seu” território. Para isso faz-se necessário que as travestis que estão nesse ponto da rua não fiquem nuas ou com os seios a mostra, pois tal fato resultaria em conflitos com os síndicos e possivelmente numa intervenção policial, afetando o comércio local.

Embora exista um domínio territorial noturno pelas travestis, como muitas alegaram, elas “pisam em ovos” a todo instante, pois embora não haja conflitos diretos no território da prostituição, este se caracteriza por possuir uma grande instabilidade, onde, a qualquer momento, tudo pode ficar tenso e ameaçar a tranquilidade e o exercício do “ofício”. Sendo assim, até pegar a “manha” da rua, o medo e a insegurança são situações de ameaça enfrentadas pelas travestis que se prostituem. Mesmo as veteranas não estão isentas de sofrerem violência.

Para Dos Santos^{xxi}, face à cultura heteronormativa a vida da travesti e o seu entorno encontram-se na ilegalidade jurídica: prostituição, cafetinagem, drogradição e alteração do corpo masculino. Desta maneira, as travestis vivenciam cotidianamente formas variadas de constrangimentos e violências, pois não se sentem protegidas pela ordem pública. As violências sofridas estão intimamente ligadas ao lugar social em que se encontram os sujeitos envolvidos nas situações concretas. Por esta razão, a violência dirigida às travestis tem agressores difusos e são vivenciadas em situações também relativamente obscuras, sendo suas motivações e causas difíceis de serem apontadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas sexuais comerciais levam a ocupação e delimitação de uma determinada porção do espaço urbano para a realização de tal atividade, para isso, a construção de um território é de vital importância para que um determinado grupo possa exercer um controle. Esses “territórios marginais”, construídos em espaços públicos são locais em que atração e rejeição se desafiam (suas proporções são variáveis, sujeitas a mudanças rápidas, incessantes). Trata-se, portanto de locais vulneráveis, expostos a ataques, mas são também os únicos lugares em que o comércio sexual travesti tem alguma possibilidade de superar e neutralizar a rejeição, visto não ser ainda significativo o papel desse modelo de prostituição em estabelecimentos privados.

Longe de esgotar o debate sobre a temática da questão da criação de territórios e conflitos existentes no meio urbano com populações classificadas como invisíveis, é necessário e importante que as vozes da desses *outsiders*, sejam ouvidas, para que os atuais meios utilizados pelo Estado para exercício da cidadania sejam questionados, visando oferecer facticidade de soluções coletivas, com variadas gamas e níveis de expectativas e práticas sociais.

Notas:

i

ii RIBEIRO. Miguel Ângelo Campos (Org.). **Território e prostituição na metrópole carioca**. Rio de Janeiro, Ecomuseu Fluminense, 2002. 160 p.

iii [...] apropriação, durante um certo período de tempo, de uma rua ou um conjunto de logradouros por um determinado grupo de prostitutas, “michês” e travestis, que através de uma rede de relações, da adoção de códigos de fala, expressões, gestos e passos, garantem e legitimam essas áreas como territórios para a prática de tal atividade. Por outro lado, a especificidade do espaço condiciona sua apropriação e transformação em territórios fortemente e não fortemente controlados. (RIBEIRO, 2002 p.117).

iv RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

v “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).”

vi “[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

vii BEKCEK, Berta. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem B.; (orgs.) **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

^{viii} SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção.** 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1997

_____. **Território e Dinheiros. In: Território e territórios.** Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGEO-UFF/AGB, 2002.

^{ix} O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p.10)

^x(...) agem e, em conseqüência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles. Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A idéia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação (...) (RAFFESTIN, 1993, p.156).

^{xi} O termo CBD, Central Business District ou Distrito de Negócios Central, refere-se a um ponto em uma cidade dotado de escritórios, centro comercial, sendo características também haver centros de lazer e uma rede de transportes. CBD não é necessariamente a área central de uma cidade, ao pé da letra, os distritos centrais de negócios se desenvolvem em pontos que favoreçam o fluxo e o escoamento da mercadoria, daí a importância de se localizarem ao longo de rodovias e ferrovias. CBD se diferenciam das áreas de comércio comuns pela variedade de serviços que oferecem. Em centros comuns são características apenas as relações comerciais enquanto nos distritos de negócios há um mix de comércio varejista, escritórios e transporte, lazer, cinema, casa de shows fazendo com que essas áreas estejam em movimentação constante e não apenas nos horários comerciais. Os distritos centrais logo são identificados pela quantidade de pessoas nas ruas que se misturam entre aqueles que vão comprar e os trabalhadores. Há escassez de residências. Os edifícios onde se localizam os escritórios e a falta de estacionamentos também denunciam a presença de um Central Business District.

Esse novo jeito de pensar as cidades e realocar os espaços contribui para o melhor aproveitamento dos espaços. As formas tradicionais de região central e comercial aos poucos vêm perdendo espaço para a instalação do CBD onde há possibilidades de haver entretenimento para aqueles que ali trabalham sem que precisem se deslocar para outros pontos da cidade assim como permite que a região não esvazie por completo com o fim do horário comercial como é comum nos centros comerciais, já que ali permanecem bares, restaurantes, teatros e cinemas.

^{xii} SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-115.

^{xiii} Existente há mais de 80 anos, a “Vila” foi removida diversas vezes até chegar à Rua Sotero dos Reis, na Praça da Bandeira, seu atual endereço. Conhecida inicialmente por Zona do Mangue, a área de prostituição ocupava um espaço que ia da Praça Onze ao Estácio. Na penúltima remoção ela passou a funcionar na Travessa Guedes/Rua Miguel de Frias, onde já existia uma vila chamada Mimosa. O nome acabou “pegando” e é utilizado até hoje.

^{xiv} A expressão “território móvel” (*mavable territory*) é retirada de SACK (1986:20), o qual corretamente já discernia que “most territories tend to be fixed in geographical space, but some can move”.

^{xv} Bourdieu, Pierre. **O poder simbólico**, Bertrand, Rio de Janeiro. 1998

^{xvi} Falar em território da prostituição pressupõe falar de controle de área, notadamente a área que foi definida e apropriada, ou seja, uma área onde a normalidade é um conjunto de comportamentos “desviados, aberrantes e transgressores”. O controle do território pressupõe uma certa união das travestis envolvidas com a atividade da prostituição, na reprodução cotidiana do território. (ORNAT, Márcio José, **Território da Prostituição Travesti e a Institucionalização do Sujeito Travesti na Cidade de Ponta Grossa – Paraná.** Dissertação de Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. 2008:70)

^{xvii} SIMMEL, Georg. *On individuality and social forms. Selected writings.* Edited by Donald N. Levine. Chicago/Londres, The University of Chicago Press. 1971.

^{xviii} É possível verificar como as várias culturas e sociedades definiram e definem a violência de maneiras particulares segundo concepções e conceitos estabelecidos historicamente. Entretanto, apesar das diferenças, certos aspectos da violência são percebidos da mesma maneira, independente do tempo, do

lugar, das culturas e sociedades, formando o fundo comum contra o qual os valores éticos são erguidos. Em essência, a violência é percebida como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa que contrarie a si, aos interesses e desejos, ao seu corpo e a sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão aos outros. (CHAUÍ 1995)

^{xix} A violência, notadamente ativada no controle do território, representa uma forma de expressão, uma forma de enunciação, a mobilização de atitudes que afirmam a presença da travesti frente às outras (ORNAT 2008:95)

^{xx} Durante o campo ela informou que as travestis podem circular tranquilamente por toda a rua, mas que cada “microterritório” possui suas regras próprias. No caso do ponto em que ela é a “mais antiga”, quando “meninas” chegam com pouquíssimas roupas com os seios a mostra, ela pede que estas desloquem-se para outro ponto, pois tal imagem poderia causar um “mal estar” com as famílias que moram próximas ao “ponto de batalha”.

^{xxi} DOS SANTOS, Paulo Reis. Ambiguidades no corpo e na alma: problematizando os limites dos gêneros. In: *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2), 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEKCER, Berta. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem B.; (orgs.) **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, Bertrand, Rio de Janeiro. 1998

CARRARA, Sérgio e VIANNA, Adriana R. B. “**Tá lá o corpo estendido no chão...**”: **a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro**. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16(2):233-249, 2006

CATONNÉ, Jean-Philippe. **A sexualidade Ontem e Hoje** (Coleção Questões da Nossa Época, Vol. 40) (2ª ed). São Paulo: Cortez, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual: Essa Nossa (Des)conhecida**. 3ª edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 1984

COSGROVE, Denis. **A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny. Paisagem, tempo e cultura. 2ª Edição, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 92 – 122.

DOS SANTOS, Paulo Reis. **Ambiguidades no corpo e na alma: problematizando os limites dos gêneros**. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2), 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: Uso dos prazeres**. Rio de Janeiro Graal, 1990.

FRY, Peter. **Para inglês ver**. Identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. 2007. **“Dragões”: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda**. Tese de Doutorado em Psicologia Social, USP, São Paulo.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006. 186 p.

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., 2005, **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p 6774-6792.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. 2002.

OLIVEIRA, Marcelo José . **Jogo de Cintura: Uma etnografia sobre Travestis em Florianópolis**. UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Depto de Ciências Sociais. Florianópolis, 1994.

ORNAT, Márcio José. **Território da Prostituição Travesti e a Institucionalização do Sujeito Travesti na Cidade de Ponta Grossa – Paraná**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. 2008. 159 p.

_____. Território e Prostituição travesti: uma proposta de discussão. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.2, n.1, p. 41-56, jan. / jun. 2008.

PELÚCIO, Larissa Maués. Travestis, a (re)construção do feminino:gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, [Pernambuco], v.15, n.1, p.123-154, 2004.

_____ "Toda Quebrada na Plástica": Corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. **Campos - Revista de Antropologia Social**, [Paraná], v.6, n.1-2, 2005.

_____ **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia travesti sobre o modelopreventivo de aids**. Tese de Doutorado. São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007.

_____ **Experiências plurais em categorias singulares: problematizando a materialização das travestilidades**, Anpocs, 2008

PERES, Wilian Siqueira. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em saúde coletiva, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado) 2005.

PIMENTEL, Ivan Ignácio e Barbosa, Ana Carolina Santos . **A Invisibilidade do Ser e a Visibilidade do Prazer: A Identidade Travesti e a Formação do Espaço Simbólico no Bairro da Glória - RJ**. In: 2º Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2010, Belém. Anais do 2º Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia Norte, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London:Pion, 1980.

RIBEIRO. Miguel Ângelo Campos (Org.). **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. Rio de Janeiro, Ecomuseu Fluminense, 2002. 160 p.

SACK, R. D. **Human territoriality: its teory and history**. Cambridge University Press, 1986

SAMPAIO, Juarez Oliveira. **Redes sociais engendradas: Notas sobre o caráter associativo entre travestis em São Luís**. In: Encontro Internacional Fazendo Gênero 8, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1997

_____. **Território e Dinheiros. In: Território e territórios.** Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGEO-UFF/AGB, 2002.

SIMMEL, Georg. **On individuality and social forms. Selected writings.** Edited by Donald N. Levine. Chicago/Londres, The University of Chicago Press. 1971

_____. **Philosophie de la modernité.** Paris: Payot, 2004.

SILVA, Hélio R.S. *Travesti: a invenção do feminino*, Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1993

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/438.htm>>

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-115.

_____ “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, MARCOS Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: Teoria, Processos e Conflitos.** São Paulo: Expressão Popular. 2009. p. 57 – 73. 365p.

Abstract

The transvestite prostitutes in the neighborhood of Glory, in the south of the city of Rio de Janeiro, lets address the issue of identity in post-modernity and conflict in contemporary society. The construction of a transvestite prostitution reveals that the recognition of identity becomes the backbone of a process of territorialization.

Studying prostitution in street Augusto Severo, who is simultaneously inserted into the context of prostitution, transvestites in Rio de Janeiro, but it brings unique aspects inherent in this area, raises issues that must be investigated empirically, given that the construction of "being" is directly related to the space that is built, even the

symbols belong to this space and the interaction between the individual and the environment.

Thus, the concept of territory is used in this study as a condition sine qua non for the construction of the identity of the chosen focus group, and aim to encompass the socio-territorial relations that are materialized in cutting through the disputes and feelings involved, since that the world of prostitution daily goal is survival, because the street is characterized by being a place full of uncertainties and pitfalls.

Trabalho Doméstico Infantil e Relações de Gênero Um olhar mais amplo

Claudia Veronese/GEERGE/FACED/UFRGS
Clau.veronese@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar como meninas de classes populares percebem o trabalho doméstico e qual a influência que essa atividade promove na constituição do lazer dessas meninas, com ênfase na relação com a cultura, gênero, lazer e trabalho infantil. A metodologia que guiou este trabalho se utilizou de uma entrevista semiestruturada. Foi organizada a partir de duas oficinas: a primeira abordou o trabalho doméstico e a segunda o contexto de lazer, momento de nossa entrada no campo e que tivemos contato com cinco meninas de uma escola pública na cidade Viamão/RS. Este trabalho sinaliza que muitas mães constroem um cenário de desigualdades para as meninas, possibilitando muitos privilégios aos meninos. Muitas mulheres reforçam o poder masculino, não para elas, mas para aqueles que controlam o poder: os homens.

Palavras-chave: Cultura – Gênero – Lazer – Trabalho infantil

Summary

This monograph specialization in Education, Sexuality and Gender Relations, aims to examine how girls perceive classes of domestic work and what influence this activity promotes the formation of leisure these girls, with emphasis on the relationship with culture, gender, leisure and child labor. The methodology that guided this work was used a semistructured interview and were organized through two workshops: the first dealt with the housework and the second the context of leisure time of our entry into the field and we had contact with five girls at a public school the city Viamão / RS. This study indicates that many mothers construct scenario inequalities for girls, enabling many privileges to boys. Many women reinforce male power, not for them but for those who control power: men.

Keywords: Culture - Gender - Leisure - Child labor

Introdução

Este artigo é fruto da monografia apresentada para obtenção do Grau de Especialista em Educação, Sexualidade e Relações de Gênero/GEERGE/FACED/UFRGS e tem por objetivo analisar como as meninas das classes populares percebem o trabalho doméstico, e qual a relação que esta atividade promove na constituição do lazer com ênfase nas questões de cultura, de gênero, de trabalho infantil e de lazer.

Segundo Tomaz da Silva (1999), cultura é um campo de luta e contestação em que se produzem tanto os sentidos, quanto os sujeitos que constituem os diferentes grupos sociais em sua singularidade. Por uma perspectiva pós-estruturalista, a cultura operaria num campo conflituoso, sustentando-se sobre diferentes olhares e significações. Contudo, no contexto estudado as meninas estão posicionadas numa formação mais tradicional e localizadas no centro da esfera doméstica, assumindo responsabilidades pelo cuidado com a casa e com a maternagem (cuidado dos irmãos) desde muito cedo.

Recorremos à Joan Scott (1995) para descrever que gênero tem sido uma forma persistente e recorrente de estabelecer determinadas relações de poder, quando a diferença sexual foi concebida em termos de dominação e de controle das mulheres de forma a garantir seu papel de subalternidade.

Segundo Sônia Rocha (2003) e Ana Kassouf (2007) trabalho infantil pode ser considerado aquela atividade exercida por crianças, mesmo não remunerado, que exija pelo menos uma hora ou mais por semana. O trabalho infantil pode ser qualificado a partir de duas perspectivas distintas, uma econômica e outra cultural.

Para Marcellino (2002, p. 40) lazer seria uma “possibilidade privilegiada, enfatizada, para vivência (em conteúdo e forma, enquanto produto e processo) de valores que embasem mudanças, ou abram perspectivas para mudanças de ordem moral e cultural, necessária para a implantação de uma nova ordem social”.

A minha experiência profissional como Assistente Social em camadas populares me levou a indagar as relações de desigualdade entre o gênero em diversos contextos familiares, principalmente entre meninos e meninas, mais especificamente no que se refere à distribuição das tarefas domésticas, entendendo o trabalho doméstico como um produto cultural existente em todas as sociedades variando de acordo com sua época.

Ser mulher ou ser homem são direcionamentos determinantes no destino de cada gênero. Contudo, o mais relevante é o fato de que estes direcionamentos são culturais e, ao mesmo tempo, desiguais, onde a sua abrangência é mais percebida e estão mais vinculadas às meninas.

Pensando no meu foco de investigação, as famílias reproduzem estes significados tratando a desigualdade entre os gêneros com certa “naturalidade”. Assim, o núcleo familiar é um produto de um sistema social e que irá refletir o estado dessa cultura. O propósito deste estudo é fazer uma leitura do trabalho doméstico infantil com base na representação deste contexto para as meninas, a partir de um padrão cultural que

em diferentes momentos e circunstâncias reafirmam estas desigualdades entre meninos e meninas. Este estudo se faz em torno das seguintes questões: - Como as meninas pobres concebem o trabalho doméstico, ou seja, os afazeres domésticos em sua própria residência?- Em que medida o desempenho deste trabalho impacta a constituição do lazer dessas meninas?

A metodologia que guiou este trabalho se utilizou de uma entrevista semiestruturada, que foi organizada duas oficinas, uma oficina sobre o trabalho doméstico e outra oficina sobre o contexto de lazer.

Este trabalho foi estruturada em três momentos: o primeiro, intitulado “A Expressão da Pobreza”, pontua algumas reflexões em torno de como a pobreza contribui para a vulnerabilidade feminina, sugerindo-se algumas estratégias, principalmente aquelas relacionadas às políticas públicas para o enfrentamento da pobreza, mas com enfoque relacionado ao gênero. No segundo, intitulado “O Trabalho Infantil”, sublinho duas perspectivas: a econômica e a cultural, e ainda proponho uma reflexão sobre como a construção social dos gêneros feminino e masculino constitui relações de desigualdade que iniciam desde a infância, estendendo-se até a vida adulta. Por fim, o terceiro momento, “o processo investigativo”, constitui-se no delineamento e na análise da pesquisa empírica com base, sobretudo nos conceitos de gênero, trabalho infantil e lazer.

A EXPRESSÃO DA POBREZA

A pobreza é decorrente de vários fatores, podendo-se afirmar que os principais deles são os processos de globalização, a modernização dos meios de produção e a desigual distribuição da renda.

Alguns trabalhos indicam que a política econômica assumida pelos países em desenvolvimento, durante a segunda metade dos anos 1980 e anos 1990, acentuou o empobrecimento de certos setores da sociedade. A modernização tem reduzido os postos do mercado de trabalho colocando um contingente cada vez maior de trabalhadores no mercado informal (precarização). A distribuição de renda, por sua vez, amplifica a distância entre ricos e pobres em um cenário que aumenta ainda mais a exclusão.

Associado aos problemas do mercado de trabalho, está o papel a ser desempenhado pelo Estado na garantia do pacto social. A elevação do número de excluídos fez aumentar as pressões sobre o Estado, assim, as políticas de proteção social

se tornaram cada vez mais necessárias como meio de diminuir o impacto perverso desse contexto junto às populações pobres, como o aumento da violência, do tráfico de drogas, da prostituição infantil e do trabalho infantil, como ressalta os estudos de Rocha (2003).

POBREZA E FAMÍLIA

O empobrecimento do trabalhador reflete-se negativamente na vida de todos os membros do grupo familiar, assim como a precarização da força laboral, com redução dos postos de trabalho – que desloca o homem do seu papel de provedor – produz um efeito que impacta diretamente na dinâmica familiar. O empobrecimento das famílias muda todo o padrão da incorporação da força de trabalho.

Essa realidade repercute numa progressiva inserção da mulher em um mercado de trabalho que remunera diferenciadamente homens e mulheres. Essa inserção, porém, não diminui a vulnerabilidade das famílias, como revela Bilac (2006, p. 58):

[...] as famílias vivenciam de forma ampliada, todas as crises, mudanças em outras esferas da vida social: os efeitos das políticas econômicas, as vicissitudes do emprego, a situação do sistema escolar. As grandes mudanças históricas na instituição familiar tiveram causas exógenas em resposta às mudanças sociais mais profundas, a movimentos estruturais.

Essas famílias estão suscetíveis a todas as mudanças no mercado de trabalho que influenciam negativamente o bem-estar de seus membros. Montali (2006) acrescenta que existe um maior partilhamento de responsabilidades entre os membros pela manutenção da família. Quanto maior for o número de membros nas famílias, maior será a participação das crianças na força de trabalho. Essa realidade é apontada diferentemente no estudo de Kassouf (2007), que mostra que, nas famílias mais ricas, as crianças frequentam a escola e não trabalham.

São as famílias pobres que têm maior dificuldade para garantir a permanência de seus filhos no colégio; que constituem o grupo social em que os adultos acumulam uma baixa escolaridade que os impede de assumir postos mais qualificados no mercado de trabalho; que, por morarem em zonas de exclusão, estão mais próximas da violência urbana causada pelo tráfico de drogas, além de não disporem de espaços de lazer qualificados que contassem com a presença mais ampla do Estado a fim de diminuir essa vulnerabilidade.

Conforme Montali (2003; 2006), o impacto da pobreza alterou os arranjos familiares, fato pelo qual mulheres ingressam no mundo do trabalho, rompendo com a figura do provedor homem, expressando possíveis transformações nas relações de hierarquia e de poder.

Já o estudo de Macedo (2008) faz referência ao fato de que, diante da redução do poder econômico do homem, em meio à crise do mercado de trabalho, sua responsabilidade e sua autoridade modificam-se, o que, entre outros fatores, pode aumentar a ocorrência da violência intrafamiliar. Observa-se que, mesmo alterando a hierarquia e o poder nos contextos familiares, são as mulheres as mais vulneráveis, a violência e ainda são elas que mantêm o compromisso no cuidado com as atividades domésticas.

Diante dessa realidade, há que se considerar que, muito embora tenham ocorrido alterações nas relações de poder e de hierarquia, a responsabilidade pelo trabalho doméstico ainda é pontuada como compromisso da mulher. No momento em que amplia sua participação como trabalhadora assalariada, e conseqüentemente sua participação na sobrevivência econômica da família, gera-se uma dupla responsabilidade para as mulheres.

Elas executam um amplo trabalho não só no espaço privado, no cuidado da casa e da família quanto no espaço público, o que lhes impõe uma supressão do tempo para realização de outras atividades.

Azeredo (2010) complementa que as mulheres são mais vulneráveis às condições de pobreza, devido tanto a restrições de oportunidades de ampliar seus rendimentos, quanto a limitações de interações que propiciem o aumento de seu patrimônio cultural. Considera-se que a dupla jornada de trabalho restringe sua participação em cursos profissionalizantes, bem como no processo de escolarização.

Segundo Bruschini (2006, p. 351), em seu estudo sobre o tempo das mulheres,

[...] são aquelas que mais trabalham atualmente na atividade produtiva, as que mais consomem seu tempo, no domicílio, na atividade reprodutiva, enfrentando enorme sobrecarga de trabalho e dificuldades de conciliação entre as responsabilidades familiares e as profissionais.

A dupla jornada de trabalho ainda é um desafio para as mulheres. A necessidade de autonomia e reconhecimento profissional é suprimida pelo compromisso que as mulheres têm com o universo da casa e dos filhos. O trabalho doméstico se sobrepõe a

todos os outros espaços de tempo. Ele limita o desenvolvimento profissional das mulheres, fragilizando-as com carreiras descontínuas, salários mais baixos e empregos de menor qualidade. Em razão disso, muitas vezes, a mulher prioriza trabalhar na esfera privada ou como autônoma, conforme a descrição encontrada no estudo de Bruschini (2006).

Brito (2000) menciona que essa precariedade está associada ao trabalho feminino, podendo considerar que as famílias que vivenciam situação de pobreza extrema estão suscetíveis a ingressarem no mercado de trabalho informalmente, sendo esse o caso de muitas faxineiras.

Há que considerar que as necessidades de famílias cuja mulher é a única responsável pelos filhos diferenciam-se daquelas chefiadas por casais. As famílias chefiadas por mulheres estão mais vulneráveis e mais suscetíveis a incluírem seus filhos precocemente no mercado de trabalho ou nos afazeres domésticos devido às restrições orçamentárias. Assim, a mãe se disponibiliza a ingressar no mercado de trabalho e manter a subsistência do núcleo familiar.

Enquanto as famílias que são chefiadas pelo casal podem obter ganhos econômicos superiores, estão também menos suscetíveis a inserir seus filhos precocemente nos afazeres domésticos e/ou no trabalho, porque, com os ganhos relativos, podem contratar uma pessoa para realização do trabalho doméstico.

Diante dessa realidade, há que se considerar que, muito embora tenham ocorrido alterações nas relações de poder e de hierarquia, a responsabilidade pelo trabalho doméstico ainda é pontuada como compromisso da mulher. No momento em que amplia sua participação como trabalhadora assalariada, e conseqüentemente sua participação na sobrevivência econômica da família, gera-se uma dupla responsabilidade para as mulheres. Elas executam um amplo trabalho não só no espaço privado, no cuidado da casa e da família quanto no espaço público, o que lhes impõe uma supressão do tempo para realização de outras atividades.

Azeredo (2010) complementa que as mulheres são mais vulneráveis às condições de pobreza, devido tanto a restrições de oportunidades de ampliar seus rendimentos, quanto a limitações de interações que propiciem o aumento de seu patrimônio cultural. Considera-se que a dupla jornada de trabalho restringe sua participação em cursos profissionalizantes, bem como no processo de escolarização.

Segundo Bruschini (2006, p. 351), em seu estudo sobre o tempo das mulheres,

[...] são aquelas que mais trabalham atualmente na atividade produtiva, as que mais consomem seu tempo, no domicílio, na atividade reprodutiva, enfrentando enorme sobrecarga de trabalho e dificuldades de conciliação entre as responsabilidades familiares e as profissionais.

A dupla jornada de trabalho ainda é um desafio para as mulheres. A necessidade de autonomia e reconhecimento profissional é suprimida pelo compromisso que as mulheres têm com o universo da casa e dos filhos. O trabalho doméstico se sobrepõe a todos os outros espaços de tempo. Ele limita o desenvolvimento profissional das mulheres, fragilizando-as com carreiras descontínuas, salários mais baixos e empregos de menor qualidade. Em razão disso, muitas vezes, a mulher prioriza trabalhar na esfera privada ou como autônoma, conforme a descrição encontrada no estudo de Bruschini (2006).

Brito (2000) menciona que essa precariedade está associada ao trabalho feminino, podendo considerar que as famílias que vivenciam situação de pobreza extrema estão suscetíveis a ingressarem no mercado de trabalho informalmente, sendo esse o caso de muitas faxineiras.

Há que considerar que as necessidades de famílias cuja mulher é a única responsável pelos filhos diferenciam-se daquelas chefiadas por casais. As famílias chefiadas por mulheres estão mais vulneráveis e mais suscetíveis a incluírem seus filhos precocemente no mercado de trabalho ou nos afazeres domésticos devido às restrições orçamentárias. Assim, a mãe insere-se no mercado de trabalho, e mantém a subsistência do núcleo familiar.

Enquanto as famílias que são chefiadas pelo casal podem obter ganho econômico superior, e estão menos suscetíveis a inserir seus filhos precocemente nos afazeres domésticos e/ou no trabalho, porque, com os ganhos relativos, podem contratar uma pessoa para realização do trabalho doméstico.

A ESCASSEZ DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

As expressões da pobreza potencializam uma pluralidade na maneira de ser e viver das famílias, que afetam diretamente as mulheres, conforme o estudo de Azeredo (2010), afirmar principalmente as mais pobres. É necessário enfatizar que as vulnerabilidades econômicas e de gênero se ampliam devido a redução do impacto das políticas públicas

e a ausência de articulação com diversos setores sociais, como educação, emprego e renda, saúde, habitação, saneamento e urbanização.

Isso acaba por tecer um cenário dramático, vivido pelas mulheres. Enquanto figura central das famílias são elas que criam estratégias para superar as inseguranças sociais. Diante da vulnerabilidade econômica, acabam construindo redes de apoio com outras mulheres pobres: “[...] e por meio dessas relações sociais com as mais próximas ocupam o lugar onde o estado e o mercado não chegam, prestando serviços relevantes no enfrentamento das condições de pobreza” (AZEREDO, 2010, p. 577).

As redes que se estabelecem nas comunidades mais vulneráveis economicamente têm um caráter solidário entre as mulheres, principalmente no cuidado dos filhos, porque nem sempre as políticas sociais estão ao acesso de todos(as) e acabam por envolver outras redes, enquanto responsabilidade ainda das mulheres, como, por exemplo, as creches quanto ao cuidado dos filhos.

Para que as mulheres possam inserir-se no mercado de trabalho, a fim de garantir subsistência e ou ampliar os rendimentos do grupo familiar, muitas famílias inserem suas filhas nos afazeres domésticos. Salienta-se que essa estratégia utilizada por essas famílias de camadas populares propicia o surgimento de novas vulnerabilidades, porque o trabalho precoce é uma violação aos direitos das crianças e dos adolescentes.

Diante desse cenário de desigualdades para as mulheres e conseqüentemente para suas filhas, há que considerar que essa perversidade se intensifica nos contextos de pobreza, tratando-se de privações materiais e simbólicas. A pobreza assume dinâmicas de se viver pelas meninas diferentemente das dos meninos. É possível perceber em muitos estudos (DUQUE-ARRAZOLA, 1997; SARTORI, 2006; KASSOUF, 2007) que quanto maior o grau de pobreza, maiores são as dificuldades que as mulheres têm de modificar seu destino de gênero, pois necessitam do aproveitamento precoce das meninas para o cuidado com a casa, questão que será aprofundada na próxima análise

O estudo de Bilac (2006) aponta que mulheres de baixa renda são as que mais apresentam laços comunitários e de parentesco e, com frequência, estão engajadas em atividades de ajuda mútua, por intermédio das redes informais. As redes informais podem ser formadas pelas meninas que auxiliam no cuidado dos irmãos e/ou de outras crianças da comunidade, bem como no auxílio de outros afazeres domésticos.

Em resposta ao empobrecimento e à deteriorização das condições de vida resultante da política econômica, essas redes passam a desempenhar um papel fundamental na sobrevivência da família. Arma-se uma rede de demandas em torno das

meninas que desde cedo devem ser responsáveis pela casa e pela maternagem, conforme destacado no estudo de Heilborn (1997).

Culturalmente, naturaliza-se a centralidade das mulheres no cuidado e na proteção de seus familiares, além da transmissão de oportunidades e perspectivas na vida destes. Essa condição tem sido apropriada por todas as instituições, e já há algumas décadas o Estado brasileiro tem centrado seus programas sociais na figura das mulheres, para o recebimento dos benefícios e a administração destes (por exemplo, o programa Bolsa Família¹), acreditando que as mulheres aplicam melhor que os homens os rendimentos financeiros na proteção familiar.

Dessa forma, os programas sociais têm impacto para as mulheres, mas não no enfrentamento das desigualdades de gênero. Isso aponta para a emergência de políticas públicas na perspectiva de gênero, conforme reforça Azeredo (2010, pp. 586-7):

O que poderia gerar impacto na perspectiva de gênero e no enfrentamento das condições de pobreza, sobretudo nas famílias cuja responsabilidade econômica não é compartilhada, é o acesso a equipamentos sociais de qualidade, como creches, escolas em tempo integral, serviço de saúde, entre outros que poderiam aliviar a carga de trabalhos domésticos, e gerar melhores oportunidades de vida, emprego e rendimentos.

A escassez do papel do Estado na formulação, na execução e, principalmente, no comprometimento com políticas públicas e sociais tem efeitos perversos, fortalecendo um cenário culturalmente hegemônico de desigualdades e discriminações, que afeta diretamente as mulheres e as meninas que vivenciam contextos familiares e sociais de relações assimétricas. Esse contexto naturaliza a submissão feminina e, sobretudo, não problematiza, para uma reflexão mais crítica da sua condição de mulher e de transformação dessa realidade que precisa ser modificada.

¹ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda com condicionalidades criado pelo Governo Lula em 2003, para integrar-se e unificar-se ao Fome Zero, os antigos programas implantados no Governo FHC: o "Bolsa Escola", o "Auxílio Gás" e o "Cartão Alimentação". O PBF é

¹ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda com condicionalidades criado pelo Governo Lula em 2003, para integrar-se e unificar-se ao Fome Zero, os antigos programas implantados no Governo FHC: o "Bolsa Escola", o "Auxílio Gás" e o "Cartão Alimentação". O PBF é tecnicamente chamado de mecanismo condicional de transferência de recursos. Consiste na ajuda financeira às famílias pobres, definidas como aquelas que possuem renda *per capita* de R\$ 10,00 até 140,00, e extremamente pobres, com renda *per capita* até R\$ 10,00. A contrapartida é que as famílias beneficiárias mantenham seus filhos e/ou dependentes com frequência na escola e vacinados. O programa visa a reduzir a pobreza a curto e a longo prazo através de transferências condicionadas de capital, o que, por sua vez, visa a quebrar o ciclo geracional da pobreza de geração em geração. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 26 out. 2011.

As políticas públicas, mesmo tomando como preferencial as mulheres, não têm um direcionamento na perspectiva de gênero. Isso aponta para a necessidade de políticas públicas nessa direção, o que certamente daria maior qualidade de vida para as mulheres e para as meninas.

Em linhas gerais, é evidente a articulação entre pobreza, trabalho precoce e gênero, necessitando assim ser problematizada tamanha importância que assume nas relações sociais, e principalmente quanto aos Estudos de Gênero.

TRABALHO INFANTIL

Apesar de o Brasil ter uma legislação considerada uma das mais avançadas do mundo no que se refere ao trabalho infantil, ainda visualizamos esse drama social em diversos espaços. É possível encontrá-lo nas ruas, vendendo produtos ilegais, ou em atividades extremamente desumanas, como nas carvoarias.

Ao contrário do que se pode imaginar, essa realidade não está associada estritamente a questões econômicas. Crianças também trabalham por questões culturais. Em algumas áreas rurais e no ambiente doméstico, é possível encontrar o trabalho infantil com um viés pretensamente formador. São crianças aprendendo a manusear a terra que um dia irão herdar ou despendendo horas com o cuidado com a casa.

Existe uma associação muito forte entre pobreza e trabalho infantil, porque não costuma haver crianças ricas exercendo algum tipo de trabalho precocemente. A pobreza traz inúmeros impactos na qualidade de vida das pessoas, principalmente nas mais frágeis, as crianças. Elas estão em processo de desenvolvimento e necessitam de uma rede de proteção estabelecida pela família, pela sociedade ou pelo Estado, ou seja, ela é dependente de um ambiente acolhedor capaz de garantir sua subsistência social e afetiva.

Evidencia-se, nas últimas décadas, um acentuado empobrecimento das famílias por conta da precarização no mercado de trabalho. A competição, em escala global, por mão de obra mais barata, com intuito de aumentar a competitividade dos produtos no mercado internacional pressionou os salários, as garantias e as condições de trabalho para baixo. Essa realidade ainda sofreu impacto do aumento do desemprego por conta das revoluções tecnológicas, que levou à produção de um elevado número de excluídos. Nesse cenário, conforme Sartori (2006), o trabalho infantil intensifica-se.

Quanto mais o contexto empurra as famílias para condições de vida cada vez mais periféricas, mais vulneráveis elas ficam ao trabalho infantil. A literatura aponta

que a pobreza é um dos fatores determinantes para o ingresso das crianças nas atividades laborais (CARVALHO, 2008; KASSOUF, 2007; SARTORI, 2006; ROCHA, 2003; PARENTE, 2003; BARROS *et al.*, 2001; GÓMEZ e MEIRELLES, 1997; DAUSTER, 1992).

Essas famílias incorporaram a oferta da mão de obra dos (as) filhos (as) menores de idade na economia informal, na possibilidade de ganhar seu próprio sustento e de sua família. No caso das meninas, é comum a utilização de sua mão de obra na casa de terceiros e de parentes inclusive com atividades que visam a dar suporte à dinâmica de subsistência das famílias. Elas e não os meninos assumem responsabilidades desde muito cedo restando pouco tempo para atividades formadoras.

O serviço doméstico se aprende desde pequena, segundo Parente (2003). A menina inicia ajudando a mãe, cuidando de um bebê de uma tia e logo vai trabalhar na casa da vizinha. Os dados do IBGE/PNAD² (2009) comprovam essa realidade ao apontar que 95,6% do trabalho doméstico no Brasil são realizados por mulheres; 45% delas são menores de 16 anos e quase um terço começou a trabalhar entre 5 e 11 anos.

Outro fator importante a ser considerado é a escolaridade das famílias, já que, conforme Kassouf (2007), a escolaridade dos pais influenciará tendo impacto significativo no trabalho infantil. O nível de escolaridade é uma possibilidade de ascensão socioeconômica.

Essas famílias, por conta das pressões econômicas, acabam garantindo menos tempo dedicado ao estudo que tende a realimentar o quadro de vulnerabilidade das crianças: menos estudo aumenta as pressões para atividades laborais e o aumento da atividade laboral leva a um menor tempo dedicado ao estudo. Nesse sentido, qualquer atividade laboral acaba legitimando o abandono escolar (por isso, a pressão do Programa Bolsa Família em manter as crianças na escola).

Como a pobreza no Brasil sofre um impacto muito grande do viés racial, será esse público que sofrerá de forma mais intensa os problemas associados à pobreza. Como aponta Davis (2001), no Brasil, a pobreza tem cor e atinge a população negra de forma acentuada. Por conta disso, as periferias acabam tendo um maior volume proporcional de famílias negras. Essa realidade tem um impacto importante na garantia do bem-estar. Nesses lugares, há oferta de serviços e equipamentos públicos de menor qualidade que acabam aumentando ainda mais a vulnerabilidade das famílias que lá residem.

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2009.

Se o Estado fosse mais presente nessas comunidades, a desigualdade de acesso ao bem público seria menor. A oferta de creches e escolas de tempo integral poderia diminuir a vulnerabilidade do público infantil e as pressões que fazem com que sua mão de obra seja utilizada para garantir à dinâmica familiar (Rocha, 2003). Crianças cuidam de irmãos porque as famílias não possuem condições financeiras para contratar pessoas para realizar essas atividades e porque há uma baixa oferta de serviços do Estado para diminuir as pressões pelo envolvimento das crianças com essas atividades.

Como se pode observar, a pobreza interfere decisivamente na garantia de direitos das crianças, incluindo aqui o direito à igualdade de tratamento no que diz respeito às relações de gênero. São as meninas e não os meninos que são pressionadas a realizar aquelas atividades domésticas que interferem de maneira desigual no tempo disponível para os estudos e o lazer.

São afazeres que estão associados à subsistência familiar que vão desde lavar a louça até cuidar do irmão menor (uma criança cuidando de outra criança). Essas atividades deveriam estar sendo oferecidas pelos adultos de forma a garantir melhores condições para o desenvolvimento infantil.

Se avaliarmos que as atividades domésticas, enquanto obrigações das meninas pobres, principalmente as negras, ocupam um lugar na subsistência das famílias (cuidado com a casa e com os irmãos) e que essas atividades diminuem o tempo disponível com o bem-estar dessa população, é preciso repensar (ou generificar) o conceito usual de trabalho infantil.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho infantil está associado a duas questões: trabalho executado por menores de 15 anos, o qual serve para sustento próprio ou da família. Quando a atividade da criança é parte real do processo de socialização e constitui um meio de transmissão de conhecimentos e experiências de geração para geração, faz pouco sentido falar em trabalho infantil.

Esse conceito não vislumbra outros tipos de trabalhos que, sem dúvidas, configuram a exploração da força de trabalho de crianças e adolescentes, aquele trabalho não remunerado. Com isso, as atividades exercidas quase que exclusivamente pelas meninas de forma compulsória são reconhecidas pela sociedade como compondo o quadro de atividades criadoras e formadoras.

Há abordagens menos reféns desse modelo, conforme Rocha (2003) e Kassouf (2007), em que o tempo dedicado no desempenho de algum trabalho é algo a ser considerado, além de ressaltar o trabalho sem fins econômicos. Segundo Kassouf (2007,

p. 328) “considera-se trabalho infantil aquela atividade exercida por crianças, mesmo não remunerada, que exija pelo menos uma hora ou mais por semana”.

Parente (2003, p. 5) refere que:

o trabalho infantil se configura quando sua prática prejudica o desenvolvimento das crianças restringindo o tempo para estudo e lazer e fere os direitos que foram assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente: ao serem transformadas em força de trabalho, crianças e adolescentes deixam de ser tratadas como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, ou seja, pessoas em formação, cujas únicas atividades deveriam ser o estudo e o lazer.

Na mesma direção, Carvalho (2008), Sartori (2006), Pinho (2006), Rocha (2003), Barros *et al.* (2001), Heilborn (1997), Madeira (1997), Gómez (1997), Dauster (1992) colocam o tempo disponível com o estudo e o lazer como um vetor importante para análise dessa realidade. Nesse caso, a remuneração ou o local de trabalho não são variáveis determinantes da análise, mas sim o tempo dedicado ao estudo e ao lazer.

O estudo e o lazer são direitos de que todas as crianças e adolescentes necessitam e dos quais deveriam usufruir para uma melhor transição para a vida adulta. Com isso, o “trabalho infantil não pode ser necessariamente vinculado à insuficiência de renda e o lazer das crianças qualificado como um bem de luxo” (BARROS *et al.*, 2001, p. 63).

Um conceito de trabalho infantil que exclui o ambiente familiar e o tempo com atividades como o cuidado com a casa e com os irmãos menores de sua configuração, acaba por reforçar a naturalização das mulheres como responsáveis por este papel. Um conceito estritamente econômico tende a garantir invisibilidade àqueles serviços obrigatórios realizados no interior das residências (DUQUE-ARRAZOLA, 1997). Ao garantir sua invisibilidade, eliminou-se qualquer possibilidade de incorporá-lo ao debate sobre o trabalho infantil. Como destaca Rocha (2003), é a natureza diversa do trabalho desempenhado pelas meninas que faz com que não se reconheça as tarefas domésticas como sendo trabalho.

Para Barros (2001), essa realidade se deve porque essa modalidade de trabalho ocorre fora do sistema econômico e tem um impacto diferente sobre a socialização para o trabalho. Para muitos, o trabalho doméstico contribui menos para a experiência do trabalhador, como se o recrutamento das empregadas domésticas não fosse realizado justamente nas áreas mais pobres e selecionassem de forma prioritária as meninas.

Outro fator destacado pelo autor é que esse contexto acaba por naturalizar certos abusos como a longa jornada de trabalho.

Na mesma direção e de forma esclarecedora, Parente (2003, p. 8) identifica que “existem mais de 3 mil meninas de 5 a 9 anos que trabalham até 21 horas por semana, e a jornada aumenta com o passar da idade. Meninas de 10 a 14 anos chegam a trabalhar 36 horas semanais e aos 15 anos trabalham mais que as domésticas adultas”.

Para Parente (2003), o que interessa no trabalho doméstico é que ele seja feito, portanto, não se enquadra na lei de aprendizagem (art. 60 do ECA³).

A autora acredita que interpretar o trabalho doméstico como um espaço de aprendizagem para a vida adulta reforça o não reconhecimento das obrigações a ela associada como sendo trabalho. Conseqüentemente, esse entendimento reforça também o componente ideológico de sua socialização ao vê-lo como um simples produto da coesão familiar (tarefas importantes para garantir a dinâmica familiar).

O trabalho doméstico, praticado como resposta solidária à dinâmica familiar, não escapa a uma discussão em torno das relações de gênero. Nela, a divisão sexual do trabalho, distribuição diferencial e desigual de ocupação entre homens e mulheres, aparece como algo associado à visibilidade da exposição às características físicas dos sujeitos.

A sociedade reconhece que a mulher possui qualidades e capacidades específicas à maternagem. Sua condição biológica de gerar uma vida a coloca como principal provedora do cuidado com as crianças. Portanto, há uma expectativa de que as atividades realizadas no interior das residências, principalmente associadas à garantia de um ambiente sadio de crescimento infantil, seja uma atividade que deva ser executada preferencialmente pelas mulheres.

Apenas por questões culturais as atividades domésticas não podem ser executadas pelos homens, o que acontece na classe média. Associar a maternagem às mulheres faz parte de uma política que transforma o ambiente doméstico e o trabalho nele envolvido em um espaço específico delas. Salienta-se que isso sempre atuou como um elemento de desigualdade na medida em que a maternidade sempre foi socialmente uma responsabilidade da mulher.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO

³ Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (art. 60 – É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos. (Nova redação conforme Emenda Constitucional n.º. 20, de 16/12/1996).

Para um melhor entendimento dessa relação desigual sobre o comportamento do homem e da mulher, é necessário compreender a construção social dos sujeitos feminino e masculino. O estudo de Louro (1995, p. 173) refere que “os pais educam diferentemente seus filhos e filhas. É preciso ensinar-lhes comportamentos, saberes, gestos, de acordo com o que a sociedade admite, aceita, e valoriza”. É nessa dupla formação que se ancoram as desigualdades de gêneros.

Na infância, a construção do gênero feminino alia os jogos e as brincadeiras, como, por exemplo, as brincadeiras de bonecas, casinhas, comidinhas direcionadas para o cuidado da casa e a maternagem, como preparação para a fase adulta, sendo agenciado o envolvimento emocional da mulher e das meninas no espaço da casa de forma muito mais intensa que o dos homens e dos meninos.

O cotidiano da família e as pedagogias que envolvem a socialização feminina, como destacado por Heilborn (1997, p. 311), refere que as meninas “são socializadas para lidarem com tarefas envolvidas no cuidado com o lar, e, sobretudo, repreendidas se não responderem positivamente a tais demandas”.

No estudo realizado por Meyer (2008), ao analisar os discursos das mães integrantes dos grupos, percebe-se que desde muito cedo, as meninas são inseridas em redes de saber e poder que as eduque para prepará-las a assumirem a maternidade, e assim, multiplicar capacidades e atributos de como viver a sua vida como mulher e como mãe. Para Duque-Arrazola (1997, p. 351), “é na vivência cotidiana, no ambiente familiar, na vizinhança, na rua e na escola que meninos e menina aprendem e internalizam seu gênero, de acordo com aquilo que a ‘sociedade local’ exija que sejam”.

Segundo Meyer (2003, p. 16), “ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos como homens e como mulheres, num processo que não é linear, progressivo e harmônico e que também nunca está completo”.

Diversas práticas culturais se encarregam de exercer uma ação formadora para conduzir os sujeitos a caminhos seguros e “certos” na conformação de suas identidades de gênero e, para isso, uma série de artefatos culturais são acionados no sentido de produzir significados que garantam a normalização desejada. Observa-se um investimento da sociedade para exercer uma cultura normalizadora sobre os sujeitos.

Com relação à construção do gênero masculino, Heilborn (1997, p. 331) refere que “os meninos são socializados para o trabalho exterior, e identificação da virilidade (força física), eles estão mais livres de responsabilidades para o serviço doméstico”. Seu espaço natural e inquestionável é o da rua.

Dessa forma, o gênero é entendido como uma construção social. Mulheres e meninas foram socializadas diferentemente do que homens e meninos. Essa diferenciação pode explicar o envolvimento maior que as mulheres têm com o âmbito doméstico.

Percebo, portanto, que a cultura atribui um modo de ser mulher, de ser menina, de ser homem e de ser menino, e assim, define comportamentos “esperados” para ambos os sexos. É por meio da cultura que se organizam, se orientam, se modificam, se ressaltam ou se suprimem características que possuem uma base de fundamentação biológica. E a cultura atribui que as atividades a serem realizadas no ambiente doméstico sejam preferencialmente das mulheres.

O PROCESSO INVESTIGATIVO

Esta análise foi realizada em uma escola municipal localizada no município de Viamão (RS), que serviu de lócus para a pesquisa. A localidade onde se situa a escola se caracteriza por apresentar insuficiência de infraestrutura, como ruas sem pavimentação, que também dificultam o acesso para chegar até o bairro, bastante afastado do centro da cidade. É carente de vários recursos, apresentando alto índice de violência e criminalidade. Essas características de vulnerabilidade social e econômica estimularam-me a realizar este estudo nesse local. O período de desenvolvimento da pesquisa se estendeu entre os meses de abril a maio de 2011.

Os critérios de seleção para participação na pesquisa consistiram nos seguintes aspectos: meninas, na faixa etária entre 11 e 14 anos, que tivessem irmãos mais velhos e ou menores de idade, na possibilidade de verificar se há desigualdade na distribuição das tarefas domésticas entre as crianças/adolescentes que compõem o mesmo grupo familiar, bem como perceber se há interferência das tarefas domésticas no usufruto do lazer para aqueles/as que já as desempenham. Dessa forma, a direção da escola selecionou 6 meninas que estivessem dentro do perfil a ser investigado. Na etapa seguinte, ocorreu a primeira oficina, onde levei revistas e iniciei uma conversa com as meninas, com o propósito de que elas refletissem sobre o que fazem quando não estão na escola e quais são as atividades que realizam no seu dia-a-dia. Orientei-as para que recortassem gravuras representativas das atividades com o objetivo de montarem um painel.

Utilizei um MP4 para gravação das oficinas, formulei algumas perguntas para orientar-me durante o processo de investigação, procurando a melhor concepção do que

é trabalho doméstico para essas meninas. Nessa primeira oficina, o que chamou muita atenção foi que todas as meninas recortavam e colavam gravuras correspondentes ao trabalho doméstico, tais como produtos de limpeza, como sabão em pó, louça em geral, alimentos e comidas, além de gravuras relacionadas aos espaços interiores da casa como, por exemplo, quartos, roupeiros, também utensílios domésticos, como máquina de lavar roupa, refrigerador, fogão e micro-ondas.

Cabe ressaltar que o painel montado a partir das gravuras escolhidas relacionou-se mais a equipamentos generificados com atividades domésticas e menos representação ao lazer ou do entretenimento. Analisando suas falas, durante a apresentação do cartaz, percebe-se a naturalidade com que expõem e se autorepresentam no espaço da casa. Todas as meninas participantes da pesquisa montaram minicasas com destaque para a escolha de equipamentos cujo sentido fosse uma atribuição reconhecida das suas atividades cotidianas vinculadas ao trabalho doméstico. Contudo, além de reconhecerem suas atividades nas figuras dos equipamentos, nas falas, estava presente o reconhecimento do compromisso específico com a realização de cada tarefa, o que sugere o aspecto cultural do trabalho infantil.

Nessa direção, Dauster (1992) refere que a existência do trabalho infantil não se caracteriza apenas pela exploração capitalista da força de trabalho, mas, culturalmente, impõe às meninas o trabalho doméstico, preponderante nas camadas pobres. As meninas salientaram a importância de desenvolver essas atividades domésticas como um caráter importante para a contribuição na dinâmica familiar, pois seus pais trabalham fora. Conforme os estudos de Vieira (2005, p. 533), “[...] apesar de as razões dessa prática não decorrem das necessidades de sobrevivência econômicas restrita, o desempenho de atividades de trabalho por parte de menores não deixa de se realizar e de lhe ser conferido um elevado valor formati Outro apontamento deste estudo é a distribuição desigual dos afazeres domésticos, pois são as meninas as responsáveis no cuidado da casa, enquanto seus irmãos não possuem esses compromissos. Percebe-se, no contexto analisado, que as relações de gênero estão fortemente estabelecidas a partir de um modelo tradicional, conferindo primazia aos meninos e situando nas falas das meninas a naturalização dessa realidade.

Podemos destacar também que quanto maior o grau de pobreza, maiores são as dificuldades que as mulheres têm de modificar seu destino de gênero, pois o componente solidário da manutenção da casa impõe-se como uma necessidade. Essa realidade tem se evidenciado com mais frequência, principalmente quando o grupo

familiar é chefiado pela mulher. Mesmo consciente da opressão e da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, são as mulheres que reproduzem esse cenário (YÉPEZ e PINHEIRO, 2005; HIRATA e KERGOAT, 2007).

Segunda oficina: o contexto do lazer, um dos temas investigados nessa oficina foi conhecer o que meninas de classes populares fazem no seu momento de lazer. Assim, entendemos que o conceito de lazer é amplo, variado e vem se modificando através dos tempos, acrescido dos conceitos de qualidade de vida, saúde e cidadania.

O lazer, neste trabalho, não é visto apenas como uma ocupação das horas livres para as meninas com algo que lhes dê prazer, mas também como tempo de participação em outros espaços sociais, como a socialização fora do espaço da casa, por exemplo.

No presente estudo, fica muito claro o quanto meninas em condições econômicas menos favorecidas estão inseridas em contextos que permitem uma gama de experiências e vivências que restringem o tempo dedicado ao lazer, ao estudo, ao cuidado de si, inclusive, em virtude da realização do trabalho doméstico.

Considera-se que a população investigada, as meninas, só usufrui do lazer depois de desempenhar o trabalho doméstico nas suas residências, ou seja, primeiro, o “dever”. A sensação que tive ao escutá-las era de que o lazer estava atribuído como uma forma de compensação, ainda que restrita, e não como um direito importante para sua formação e para seu desenvolvimento. Só depois dos afazeres domésticos elas podem fazer o que gostam, entende-se aqui que o trabalho realizado não é algo que lhes dê prazer, ou algo que gostem de realizar. Portanto, esse trabalho passa a ser considerado como uma forma de obrigação. Isso se torna mais preocupante ainda pelo fato de ser exercido diariamente. Outro fator de análise, é que nem sempre elas tem permissão para realizar atividades de lazer e, quando é permitido, dependem ou concorrem com outros membros da família (os irmãos) na disponibilidades de acesso a aparelhos eletrônicos, internet, brinquedos, por exemplo.

Quando a família restringe a prática de lazer priorizando os afazeres domésticos, ela nega o valor atribuído aos significados que essa prática proporciona para a experiência das meninas. Para elas, o lazer está imerso em uma satisfação pessoal e, quando necessita ser permitido, passa-se a representar uma súbita violência. Sua infância já se encontra marcada por múltiplas desigualdades, sobretudo se considerar que isso fica mais dramático quando comparado ao tempo de lazer dos seus irmãos. Estes possuem um tempo de lazer mais abrangente do que elas, o qual não se restringe

apenas ao espaço da casa ou a seu entorno, frequentam a casa de amigos e, inclusive, fora da comunidade.

Pela análise dos dados, é possível verificar que a prática do lazer para elas, quando permitido, se limita a momentos dentro de casa ou nas proximidades. Além disso, a escola é um espaço de possibilidades, onde a prática do lazer é garantida. Seja pela realização de esportes, pela socialização com amigos/as, pelo namoro, enfim, pelo entretenimento e, mesmo assim, referem que o tempo de lazer precisa ser negociado com os responsáveis. Ao problematizar essas realidades vividas por elas aqui explicitadas, em suas falas interpreto que as desigualdades são consideradas como algo natural pelo fato de serem meninas. A justificativa refere-se que elas necessitam ser mais cuidadas e precisam ser “protegidas”. Também justificam tais restrições pelo fato de que o local de moradia ser violento. Para Duque-Arrazola (1997, p. 395), o espaço da rua é proibido às meninas, pois existe um cuidado maior com elas, mas é permitindo aos meninos, pois “é o lugar definidor de si, onde se constrói sua identidade masculina”.

Neste estudo, é possível perceber que existe uma desigualdade entre o gênero desde a infância. As meninas estão mais suscetíveis a opressão do que os meninos. Eles podem passar o maior tempo na rua para jogar, ficar com amigos e socializar com outros grupos fora da comunidade, inclusive. Às meninas, resta o controle dos pais e ou do responsável sobre seu corpo e sua sexualidade. Salienta-se que, com o aumento da idade, esse controle tende a aumentar, o que é possível encontrar no estudo de Pinho (2006). A realidade é totalmente contraditória. Existe uma distribuição desigual entre os gêneros. Nessa dinâmica, percebem-se as relações de poder existente. Para entender melhor essas relações, baseio-me no conceito de poder de Michel Foucault, em que define o poder como sendo exercido sempre em relações. É um modo de ação de alguns sobre outros, que só existe em ato. Para o autor, “o que define uma relação de poder é o modo de ação que não age diretamente ou imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação” (1987, pp. 242-243).

Nessa perspectiva, este estudo evidencia uma desigualdade entre meninos e meninas quanto ao usufruto do lazer. Para as meninas, as restrições são evidentes havendo um controle absoluto. Portanto, nesse contexto, o poder está sobre o tempo e no controle de seus corpos, o que garante um cenário de privilégios aos meninos.

Cabe salientar que não é só nos contextos familiares que se evidencia o poder. O poder está em todas as partes da sociedade por meio das instituições, das culturas e das crenças, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual e social, do trabalho e da mídia, sendo que todos esses espaços constroem mulheres e homens como sujeitos

opostos e assimétricos. O feminino e o masculino na população da classe pesquisada estão envolvidos em uma relação de domínio e, em todos esses espaços, há um reforço da subalternidade da condição feminina.

Neste trabalho, ainda é necessário enfatizar que todas as meninas que participaram da pesquisa verbalizaram que suas mães que determinam as regras a respeito do lazer, tanto sobre a permissão quanto sobre o tempo e o lugar onde se pode dele usufruir. Constata-se aqui que as próprias mulheres/mães ensinam esses padrões sexistas de socialização, contribuindo com as relações desiguais entre os gêneros, conforme já aponta o estudo de Yépez e Pinheiro (2005). Muitas mulheres reforçam as relações culturais de poder não ao seu favor, mas a favor daqueles que o controlam: os homens.

CONCLUSÕES

Consideramos que os afazeres domésticos realizados prioritariamente pelas meninas participantes deste estudo é uma das expressões do trabalho infantil. Conforme destaca a pesquisa, essa modalidade de trabalho apresentou uma complexa ligação com as variáveis etárias, de gênero, raça e da situação socioeconômica (aferida a partir do local de moradia). Nesse sentido, quanto maior o grau de pobreza da família, maiores são as imposições para que o trabalho doméstico se realize, restringindo às meninas as possibilidades de usufruto do lazer. Pais que tiveram experiência com trabalho infantil percebem esse trabalho com mais naturalidade. O contexto estudado parece revelar um discurso em prol do trabalho como forma de auxílio na dinâmica familiar sendo realizado principalmente por parte das meninas. Observamos que essas atribuições, associadas ao empobrecimento das famílias e somadas à desigualdade de gênero, estimulam e reforçam o trabalho doméstico infantil. Muitas mulheres se doam em função da maternagem e experimentam desde cedo contextos marcados por vulnerabilidade numa prática e numa subjetividade que compromete a formação das meninas, pois é nos contextos mais empobrecidos que o trabalho doméstico está mais presente. O estudo revelou que são as meninas as mais suscetíveis a desempenharem as tarefas domésticas. Como produto das relações de gênero, as imagens produzidas vão em duas direções: para as meninas, sedimenta-se uma posição de subalternidade ao doméstico; para os meninos, “naturalizam-se” muitos privilégios. As desigualdades de gênero, associadas ao contexto de limitações econômicas, educacionais e de bens culturais, limitam a perspectiva de formação das meninas para uma futura reflexão crítica sobre sua condição de mulher. Essas privações criam restrições para o

rompimento dessas desigualdades e ainda tencionam muitos dos valores culturais atribuídos ao sexo feminino.

Considero relevante, neste ponto, questionar as relações de poder existentes: as que legitimam o domínio dos homens ao espaço público, por um lado, e as que restringem às mulheres o espaço privado. Por outro, vale refletir e indagar os diferentes sistemas que ainda reforçam e legitimam as mulheres no espaço da casa.

Os discursos e as práticas sociais que são vinculados à imagem da mulher considerada ideal, de boa mãe e dedicada aos afazeres domésticos, é uma imagem ainda arraigada e naturalizada. Esta pesquisa põe em cheque o determinismo biológico como sendo o próprio destino, ao mesmo tempo em que mostra como papéis sexuais são constituídos pela cultura ou resultantes da ordem familiar e social. Questionar a identidade cultural permite que as relações entre o gênero sigam na direção da igualdade social sem diferenciação e hierarquia. Além disso, maior divisão entre as tarefas, incluindo a maternagem, e tomadas de decisões coletivas entre o gênero possibilitam reconhecimento, valorização e partilhamento do trabalho doméstico. Isso poderá ampliar a participação da mulher no espaço público, garantindo maior participação social em espaços políticos. Além desses questionamentos, acredito que as políticas públicas exerçam um papel fundamental não só no enfrentamento da pobreza, mas também – sobretudo se direcionadas para a equidade nas relações de gênero – como possibilidade de garantir maior igualdade entre as mulheres e os homens. Isso também refletiria positivamente na realidade das meninas, que foi o foco deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. In: **Revista Serviço Social**. nº. 103, jul./set. São Paulo: 2010. pp. 576-590.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, Rosane; DELIBERALLI, Priscila; BAHIA, Mônica. O trabalho doméstico infanto-juvenil no Brasil. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise** (IPEA), nº. 17. IPEA, 2001.
- BILAC, Elisabete Doria. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. In: Cunha, J. M. P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. pp. 51-65.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA**. Lei nº. 8.069/1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 26 jul. 2011.
- BRASIL. **Programa bolsa família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 26 out. 2011.
- BRITO, Jussara Cruz. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtivo e precarização do trabalho. In: **Caderno Saúde Pública**. vol. 16, nº. 1, jan./mar. Rio de Janeiro: 2000. pp. 195-204.

- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? In: **Revista Brasileira de Estudos da População**. vol. 23, nº. 2, jul./dez. São Paulo: 2006. pp. 331-353.
- _____. Trabalho domiciliar masculino. In: **Revista de Estudos Feministas**. vol. 38, nº. 2, jul./dez. São Paulo: 1995. pp. 363-392.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. O trabalho infantil no Brasil contemporâneo. In: **Caderno CRH**. vol. 21, nº. 54, set./dez. Salvador: 2008.
- DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DAUSTER, Tânia. Uma infância de curta duração: trabalho e escola. In: **Caderno de Pesquisa**. nº. 82, ago. São Paulo:1992. pp. 31-36.
- DUQUE-ARRAZOLA, Laura Suzana. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, Felícia Reicher. (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres do Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. pp. 347-402.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- GÓMEZ, Carlos Minayo.; MEIRELLES, Zilah Vieira. Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para saúde coletiva. In: **Caderno Saúde Pública**. vol. 13, (Sup. 2). Rio de Janeiro: 1997. pp. 135-140.
- HEILBORN, Maria Luíza. O traçado da vida: gênero, idade em dois bairros populares no Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia Reicher. (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres do Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. pp. 291-342.
- HIRATA, Helena.; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**. vol. 37, nº. 32, set./dez. SP, 2007. pp. 595-609.
- KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre trabalho infantil? In: **Revista Nova Economia**. vol. 17, nº. 2, mai./ago. Belo Horizonte: 2007. pp. 323-350.
- LOURO, Guacira Lopes. Educação e gênero: a escola e a produção do feminino e do masculino. In: SILVA, Luiz Heron da; AZEVEDO, José Clovis de. (Orgs.). **Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola**. Petrópolis: Vozes, 1995. pp. 172-182
- MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. In: **Caderno CRH**. vol. 21, nº. 53, mai./ago, Salvador: 2008. pp. 389-404. -
- MADEIRA, Felícia Reicher. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou reclusão. In: MADEIRA, Felícia Reicher.(Org.).**Quem mandou nascer mulher?**Estudos sobre crianças e adolescentes pobres do Brasil. Rio de Janeiro:Rosa dos Tempos,1997.pp.45-133.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2002.
- MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. **Corpo, gênero e sexualidade**. Um debate contemporâneo na Educação. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane, GOLLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. pp. 9-27.
- MONTALI, Lília. Provedoras e co-provedoras: mulheres cônjuges e mulheres chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. In: **Revista Brasileira de Estudos da População**. vol. 23, nº. 2, jul./dez. São Paulo, 2006, p. 223-245.
- _____. Relação família-trabalho, reestruturação produtiva e desemprego. In: **São Paulo em Perspectiva**. vol. 17, nº. 2. São Paulo: 2003, pp. 123-135.
- PARENTE, Maria. **Neste município criança não trabalha: o que os prefeitos podem fazer para eliminar o trabalho infantil doméstico e proteger os jovens trabalhadores**. Brasília: OIT/Fundação Abriq/Andi, 2003.
- PINHO, Osmundo de Araújo. A vida em que vivemos: raça, gênero e modernidade em São Gonçalo. In: **Estudos Feministas**. vol. 14, nº. 1, jan./abr. Florianópolis: 2006. pp. 169-198.

ROCHA, Sônia. Trabalho precoce: realidade social e desafio de política pública. In: **Revista Nova Economia**. vol. 13, nº. 2, jul./dez. Belo Horizonte: 2003. pp. 61-80.

-SARTORI, Elisiane. Trabalho infantil em Franca: um laboratório das lutas sociais em defesa da criança e do adolescente. In: **Cadernos Pagu**. vol. 26. Campinas: 2006. pp. 253-278.

-SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e realidade**. vol. 20, nº. 2, jul./dez. Porto Alegre, 1995, pp. 71-99.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, -- Tomaz Tadeu. (Org. e Trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 73-102.

-YÉPEZ, Martha A. Traverso.; PINHEIRO, Verônica de Souza. Socialização de gênero e adolescência. In: **Estudos Feministas**. vol. 13, nº. 1, jan./abr. Florianópolis: 2005. pp. 147-162.

GT 17 - Estudos de família e gerações

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES
Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

I CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E
HUMANIDADES (CONINTER)

“AS RELAÇÕES FAMILIARES NA CONTEMPORANEIDADE:
CONFLITOS E SOLUÇÕES”

- Autor(es): *Juliana Barbosa Torres*¹ - Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (jubarbosatorres@yahoo.com.br)
*Giselle Picorelli Yacoub*² - Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (gisellepicorelli@hotmail.com)

Resumo: A família, dentro das mais diversas configurações da convivência humana, obteve sempre papel de destaque na organização do sistema social. Em grande parte das sociedades tradicionais estudadas por antropólogos, a família era a sua própria estrutura, onde o membro mais velho, o patriarca, exercia poder total sobre os demais. Com o fortalecimento do poder Estatal, o domínio familiar passou a se restringir mais à vida íntima do cidadão. Com a modernidade avançada, a configuração familiar tende cada vez mais a se diferenciar da configuração tradicional. O objetivo de nosso estudo é, dentro desse panorama geral da sociedade ocidental contemporânea, fazer um paralelo da transformação dos laços familiares e a judicialização da sociedade, através do viés da resolução de conflitos.

Abstract: The family, in the most diverse configurations of human acquaintanceship, always got a prominent role in organizing the social system. In most traditional societies studied by anthropologists, the family was the structure itself, where the oldest member, the patriarch, exercised total power over others. With the strengthening of State power, the family domain started to be restricted to intimate life of the citizen. With advanced modern societies, the family configuration tends increasingly to differentiate from the traditional configuration. In our analysis, considering the actual picture of contemporary occidental society, we made a

¹Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense PPGSD/UFF, linha de pesquisa: *Acesso à Justiça e crítica das instituições político-jurídicas*, bolsista CAPES. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Pesquisadora do Laboratório Fluminense de Estudos Processuais (LAFEP/UFF).

² Professora assistente do departamento de Direito Privado da Universidade Federal Fluminense. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense PPGSD/UFF, linha de pesquisa: *Acesso à Justiça e crítica das instituições político-jurídicas*; bolsista CAPES. Pesquisadora do Laboratório Fluminense de Estudos Processuais (LAFEP/UFF).

parallel about the transformation of the family and the “judicialization” of society through the view of conflict resolution.

Palavras-chave: Família; relações sociais; conflitos.

Introdução

O advento da modernidade marcou profundamente a história humana, pois trouxe um jeito “todo novo” de experimentar o mundo. A sociedade moderna se diferencia completamente de suas precedentes pré-modernas nas suas instituições, relações sociais e etc. Porém, vivenciamos na contemporaneidade uma nova ordem social que já se diferencia da moderna quando esta foi estudada pelos clássicos da sociologia como Marx, Weber e Durkheim.

Muitos autores falam em “fim da modernidade”, muitos falam em “pós-modernidade” e outros trabalham com a “modernidade avançada”, que seria uma modernidade ainda mais moderna. É nesse último conceito que vamos nos ater para explicar como a primeira instituição social humana conhecida, a família, se modificou até aparecer nos dias de hoje em um formato completamente diferente da noção que se tinha nas sociedades pré-modernas e início da modernidade. O nome família continua o mesmo, mas em seu interior, a família se modificou completamente.

E, paralelamente, como todas as instituições sociais passaram por radicais transformações na modernidade avançada, não foi diferente com o Direito, que é o responsável por “organizar a sociedade” e administrar seus conflitos.

Com essa constante modificação das relações sociais, o Direito precisou e ainda precisa, se transformar para poder atender toda uma demanda social. Nesse artigo, após debater a noção do conceito de família na contemporaneidade através da análise de autores que estão trabalhando incessantemente esse tema, abordaremos a transformação jurídica ocorrida paralelamente e como esta pode se transformar para poder atender às necessidades dessa nova organização familiar que está se formando e transformando constantemente.

1. As transformações sociais na modernidade avançada

A modernidade começa a surgir na Idade Média e início do Renascimento. Até os dias atuais, foram inúmeras transformações sem precedentes históricos. Podemos dizer que hoje, vivemos em uma época de constante transformação em praticamente todos os âmbitos da vida social e institucional. Da sociedade tradicional para a sociedade industrial ocorreram rupturas que demarcaram essa mudança e fizeram com que os indivíduos transformassem praticamente

toda sua forma de ação e seu olhar sobre o mundo a sua volta, transformando completamente suas narrativas de vida.

Krishan Kumar, ao analisar o surgimento da modernidade, coloca que esta se iniciou como uma invenção da Idade Média cristã, destacando o mundo moderno cristão do mundo antigo pagão. Na renascença ocorreu uma espécie de retorno ao tempo cíclico antigo, através da grande valorização que foi da a Idade de Ouro da Antiguidade, o que estava por vir era um passado reformado, renascido”. (KUMAR, Krishan, *passim*, 2006).

De acordo com Kumar, o que a Renascença trouxe para a visão de mundo moderno foi a capacidade de formular novos padrões críticos e racionais que poderiam ser usados contra qualquer forma da autoridade intelectual.

Porém, foi no século XVIII que, de acordo com o autor, os tempos modernos finalmente ganharam vida. A modernidade deixou de significar a cópia inferior de uma época antiga gloriosa ou o último estágio empobrecido da existência humano e passou a significar uma ruptura: “um rompimento completo com o passado, um novo começo baseado em princípios radicalmente novos” (KUMAR, Krishan, 2006, p.18). O moderno passou a significar mudança, quanto mais recente no tempo maior é a mudança.

O moderno é revolucionário em si, a modernidade é uma revolução constante de idéias e instituições, características essas, que de acordo com Kumar, levaria a modernidade a um relativismo sem objeto. Porém, em seu surgimento, os profetas da modernidade acreditavam em seu significado, a era moderna era vista como um ponto culminante do desenvolvimento humano.

Ulrich Beck, como os demais teóricos da sociologia contemporânea, busca encontrar termos chaves para diferenciar as formas de vidas sociais que se configuram na atualidade, das vividas no início da chamada era moderna. O autor observa que não se cabe mais a ideia de uma sociedade industrial, sendo assim, explica que estamos caminhando para a denominada “sociedade de risco”.

Na modernidade tardia, a produção social de riquezas é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos. Consequentemente, aos problemas e conflitos distributivos da sociedade de escassez sobrepõem-se os problemas e conflitos surgidos a partir da produção, definição e distribuição de riscos científico-tecnologicamente produzidos. (BECK, 2010, p.23)

Na sociedade que “distribuía riquezas”, os riscos eram pessoais, na sociedade que “distribui risco”, estes passam a ser de ordem global. Nesse sentido, a palavra risco atualmente perdeu seu “tom de aventura” e passou a significar um perigo muito maior.

A modernidade tardia trouxe consigo um processo de individualização social, as pessoas são “libertadas” das formas sociais anteriores como classe, estrato, família, estatuto de gêneros e etc. Essa situação gerou, sobre tudo no mundo ocidental, um “impulso social individualizatório”. Isso dissociou as pessoas, através da ruptura de continuidade da história, dos condicionamentos ligados à classe e família.

Nesse sentido, de acordo com Beck, o processo de individualização é concebido teoricamente como processo de reflexividade. O autor, vê a questão da reflexividade moderna por duas óticas, de um lado a toma como uma libertação do indivíduo das formas de vida ditadas pela sociedade industrial, o indivíduo ligado às questões de classe, gênero e família. Ao mesmo tempo o coloca em um estado de insegurança que antes era substituído pelas “formas de controle do medo e da insegurança em ambientes sociomorais”. Agora é o indivíduo que tem o controle e as instituições sociais se deparam com uma nova demanda em relação à educação, política, família e etc.

A família entrou para o que Beck chama de “instituições zumbis”, são as instituições que estão “mortas e ainda vivas”.

Pergunte-se o que é realmente uma família hoje em dia? O que significa? É claro que há crianças, meus filhos, nosso filhos. Mas, mesmo a paternidade e a maternidade, o núcleo da vida familiar, estão começando a se desintegrar no divorcio (...) Avós e avôs são incluídos e excluídos sem meios de participar nas decisões de seus filhos e filha. Do ponto de vista de seus netos, o significado das avós e dos avôs são incluídos e excluídos tem que ser determinado por decisões e escolhas individuais. (BAUMAN, Zygmunt, 1999 p. 13 *apud* BECK, Ulrich)

2. As relações sociais e a transformação da família na sociedade contemporânea

Para Giddens, o desenvolvimento das instituições sociais modernas criou oportunidades bem maiores para os seres humanos desfrutarem de uma existência mais segura e gratificante que qualquer tipo de sistema pós-moderno.

A radicalização da modernidade, a modernidade em sua forma potencializada, como analisada aqui, é vista por Giddens sobre vários aspectos, um é o lado sombrio que essa radicalização da modernidade trouxe. Como consequência do desenvolvimento industrial, a natureza foi modificada de forma intensa, “talvez tenhamos alterado o clima do mundo, além de ter danificado uma parte muito maior de nosso habitat terrestre” (GIDDENS, 2003, p.31). Esse fato traz sim a noção de risco que não existia nas culturas tradicionais.

Outro importante ponto analisado pelo autor dentro de seus estudos sobre a modernidade radicalizada é questão das relações afetivas humanas:

Há uma revolução global em curso no modo como pensamos nós mesmos e no modo como formamos laços e ligações com os outros. É uma revolução que avança de maneira desigual em diferentes regiões e culturas, encontrando muitas resistências. (GIDDENS, 1993, p.61)

O autor ao analisar as transformações ocorridas nas relações sociais na modernidade, utiliza como palco dessas transformações a família. “A família é um local para as lutas entre tradição e modernidade, mas também uma metáfora para elas”. (1993 p.63)

A família e o casamento se encaixam, para Giddens, dentro das “instituições-casca”, instituições essas que por dentro se transformaram radicalmente. De acordo com o autor, um casal hoje baseia seu relacionamento na comunicação e na intimidade emocional, nunca antes o casamento se baseou na intimidade. A ideia do relacionamento superou na importância a ideia do casamento. Para o autor as três áreas principais onde a intimidade está substituindo os velhos laços que antes uniam as pessoas são: relacionamentos sexuais e de amor, os relacionamentos pais-filhos e a amizade.

O autor analisa que os relacionamentos atuais que são tidos como bons relacionamentos são os que se aproximam da democracia pública. Giddens coloca que o princípio da democracia também é ideal dentro da noção atual de um “bom relacionamento”, isso não quer dizer que todos os relacionamentos atuais se dão dessa forma. Mas o princípio de um bom relacionamento atualmente é o que se estabelece entre iguais, onde procura-se ter confiança mútua e esta tem que ser trabalhada, “o bom relacionamento é aquele isento de poder arbitrário, coerção e violência.” (1993, p.71).

O também sociólogo da contemporaneidade Zygmunt Bauman, enxerga a questão da intimidade e do relacionamento humano dentro da modernidade radicalizada, de forma mais inquietante que Giddens. Para Bauman, as redes de parentesco se sentem frágeis e ameaçadas frente a uma ordem social que carece de pontes estáveis.

Suas fronteiras se tornaram embaçadas e contestadas, e as redes se dissolveram num terreno sem título de posse nem propriedade hereditárias. (...) Às vezes um campo de batalha, outras vezes o objeto de pendengas judiciais não menos amargas. As redes de parentesco não podem estar seguras de suas chances de sobrevivência, muito menos calcular suas expectativas de vida. Sua fragilidade as torna ainda mais preciosas. (BAUMAN, 2004, p.47)

Em seus estudos sobre a sociedade contemporânea, chamada por Bauman de sociedade *liquido-moderna*, o autor coloca que vivemos em uma vida de incertezas, é nesse sentido que ele afirma que vivemos uma vida líquida. A sociedade líquido-moderna é aquela “em que as condições sob as quais agem seus membros, mudam em um tempo mais curto do que o necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir”(BAUMAN,

2001, p.7). Sendo assim, as realizações em posse que os indivíduos conquistam são a todo momento passíveis de se transformarem: trata-se de uma vida mergulhada em incertezas.

Para Zygmunt Bauman, vivemos em uma sociedade de consumidores, ninguém está livre do mercado, estamos todos inseridos dentro deste e temos que agir de acordo com suas regras. Sendo assim, nessa forma diluída da sociedade contemporânea, as relações sociais também estão “misturadas” com as relações de consumo. É nesse sentido que o autor coloca que na sociedade de consumidores, somos todos consumidores e mercadorias ao mesmo tempo. Não importa o meio em que vivemos, temos que constantemente nos tornar atraentes e desejáveis como mercadoria, seja para conseguir um emprego ou reconhecimento social.

Perante essas análises, de acordo com Bauman, em nossa sociedade o consumo é um investimento em qualquer coisa que sirva para o valor social e a auto-estima do indivíduo. O autor coloca que na sociedade de consumidores seus próprios membros são mercadorias de consumo e é justamente essa característica, ser uma mercadoria de consumo, que os torna membro dessa sociedade. Dentro dessa circunstância, tornar-se e continuar sendo uma mercadoria consumível é a principal preocupação do consumidor, geralmente de forma inconsciente. Essa necessidade está pautada no medo da inadequação, que a maioria dos indivíduos enfrenta na sociedade de consumidores.

Para Bauman, sobre determinada ótica, a passagem da sociedade de produtores para a sociedade de consumidores é vista como uma passagem do mundo das restrições para o mundo da liberdade e da individualidade. Outra visão apresentada por Bauman, sobre essa mesma transição, é a de que a passagem de uma sociedade para outra se deu através da aquisição da vida pelo mercado de bens de consumo.

Entre as maneiras como o consumidor enfrenta as suas frustrações na sociedade de consumo está descartar os objetos que causam essa frustração. Para Bauman a sociedade de consumidores desvaloriza o que é durável, considerando o que está “velho” como destinado ao lixo. “Não se espera dos consumidores que jurem lealdade aos objetos que obtém com a intenção de consumir”. (BAUMAN, 2007)

Sendo assim, Bauman destaca que essa ênfase no descarte das coisas e não na aquisição, se encaixa de forma perfeita na lógica da nossa economia orientada para o consumo. E isso traz uma crescente insegurança. A vida dos eliminados do jogo do consumismo é de rebelião esporádica, mais comumente destaca no uso das drogas.

Bauman coloca que a possibilidade de se tornar outra pessoa é o atual substantivo da salvação por redenção. Sendo assim, o sonho de tornar a incerteza menos assustadora e garantir uma certa felicidade mudando o próprio ego, e mudar o ego “trocando de vestido”, é

para Bauman, a utopia dos caçadores. “Uma versão ‘desregulamentada’, ‘privatizada’ e ‘individualizada’ das antigas visões de boa sociedade, uma sociedade hospitaleira à humanidade e seus membros” (BAUMAN, 2007b)

É essa crescente individualidade em voga na sociedade de consumidores, que de acordo com Bauman, faz com que os relacionamentos sejam também uma espécie de relação de consumo, onde se busca o prazer imediato e onde se pode “descartar” o relacionamento quando este parecer “pesado demais” para o indivíduo.

Enquanto para Giddens a modernidade avançada trouxe uma possibilidade a mais de escolha e liberdade, onde estamos livres para formar laços e desfazê-los sem precisar de estarmos presos a estes eternamente se não quisermos, para Bauman essa situação trouxe um sentimento de insegurança para as pessoas que estão constantemente colocando seus relacionamentos como objeto de reflexão, sabendo que estão “impelidas” a abandoná-los caso apareça qualquer insatisfação.

Todas essas modificações de ordem afetiva, além de transformarem as relações sociais, trazem um acarretamento jurídico muito grande, o direito de família cada vez mais se torna objeto amplo de investigações no meio acadêmico, e é nesse sentido que passaremos a analisar a questão da família dentro do judiciário e as formas de acesso à Justiça concomitantes a essa.

3. A tutela jurídica da família

No atual cenário social, conforme demonstrado, a família vem passando por transformações expressivas. A chamada judicialização das relações familiares esta calcada no avanço da regulamentação das relações particulares, por meio de uma “regulação da sociabilidade e das práticas sociais, inclusive daquelas tidas, tradicionalmente, como de natureza estritamente privada e, portanto, impermeáveis ao Estado” (VIANNA; CARVALHO; MELO; BURGOS, 1999, p.149).

Sob a ótica jurídica, estas transformações possuem o condão de alterar também a tutela das relações familiares, tendo em vista a expansão da normatização, intervenção do Estado nesta seara e meios adequados de abordagem das questões decorrentes destas relações.

Neste sentido, alguns princípios merecem destaque.

Possui a família uma função de solidariedade³, não apenas de cunho institucional, sendo mais que núcleo de formação da personalidade, mas também meio de proteção do próprio ser humano⁴.

Outrossim, a afetividade, não como dever de amar, mas sim como finalidade e fundamento, e porque não um princípio jurídico, das relações de família, gerando o compromisso de cuidado recíproco entre os entes familiares. “Este princípio logrou primazia sobre os aspectos de caráter patrimonial e biológico que envolviam o modelo anterior de família, redefinindo os contornos de diversos dos seus institutos jurídicos, como a paternidade, a adoção etc.” (BARROSO, 2010, p.127).

Diante de tal questão, a dignidade passa a ser elemento essencial nas relações familiares, devendo estar vinculada à tutela da vida da pessoa humana, como um direito fundamental. “Na esfera da família isso conduz ao papel instrumental que esta tem a realizar na consecução do livre e pleno desenvolvimento da personalidade de seus membros (...)” (BARROSO, 2010, p.126).

No que tange o Direito de Família, importante destacar que o primado da dignidade da pessoa humana⁵, como fundamento da República Federativa do Brasil e do Estado Democrático de Direito - artigo 1º, III da Constituição Federal de 1988, também possui guarida no denominado Estatuto das Famílias⁶, prevendo em seu artigo 5º que “*Constituem princípios fundamentais para a interpretação e aplicação deste Estatuto a dignidade da pessoa humana, a solidariedade familiar, a igualdade de gêneros, de filhos e das entidades familiares, a convivência familiar, o melhor interesse da criança e do adolescente e a afetividade*”.

Assim, a dignidade da pessoa humana, como princípio informador do sistema jurídico pátrio e, *in casu*, dos direitos de família, incide diretamente sobre a conceituação contemporânea de família e seus desdobramentos.

³ Solidariedade familiar, decorrente da solidariedade social, elencada em nossa Constituição Federal de 1988 como objetivo fundamental da República, no art. 3º, I.

⁴ Em relação à família, afirma Gustavo Tepedino: “ponto de referência central do indivíduo na sociedade; uma espécie de aspiração à solidariedade e à segurança que dificilmente pode ser substituída por qualquer outra forma de convivência social”, in: *Temas de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 326.

⁵ “A dignidade da pessoa humana, um valor do homem como um fim em si mesmo, é um axioma da civilização ocidental. (...) Terá respeitada a sua dignidade o indivíduo cujos direitos fundamentais forem observados e realizados, ainda que a dignidade não se esgote neles”, in BARCELLOS, Ana Paula. *A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p.103.

⁶ Projeto de Lei nº 2.285, de 25 de outubro de 2007. Disponível em www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=373935.

E, diante das transformações decorrentes da modernidade, importante ressaltar o fenômeno de “desreferencialização do sujeito”⁷, no momento em que há um afastamento entre sujeito e cidadão, estando o individualismo muito presente na vida do homem. Contudo, a família também é núcleo de direitos e deveres e, como resultado deste afastamento, os conflitos são inevitáveis.

Assim, o litígio, como elemento integrante da sociedade, sempre permeou a vida humana, sendo o Poder Judiciário, órgão responsável por apresentar respostas aos conflitos. Por meio de decisões judiciais, que determinam de quem é o direito em disputa, nem sempre é possível abarcar e dissolver todos os litígios decorrentes das relações interpessoais.

Na atualidade estamos diante do fenômeno chamado por Kazuo Watanabe de “cultura da sentença. Os juízes preferem proferir sentença ao invés de tentar conciliar as partes para a obtenção da solução amigável dos conflitos. Sentenciar, em muitos casos, é mais fácil e mais cômodo do que pacificar os litigantes e obter, por via de consequência, a solução dos conflitos” (WATANABE, 2007, p. 07).

Ademais, junto a esta cultura da sentença, o judiciário vivencia aguda crise e apresenta contumaz ineficácia da tutela prestada.

Enquanto visão patrimonialista do Código Civil de 1916, a tutela das relações familiares tinha a finalidade principal de assegurar soluções para conflitos pontuais, de cunho material e financeiro. Hoje, em um direito civil erigido sobre o fundamento da proteção existencial, as relações decorrentes da convivência familiar devem ser abordadas com intuito de preservar as relações sociais resultantes daquele núcleo, assegurando uma tutela adequada aos anseios do cidadão, não apenas do sujeito de direitos.

Nesta direção, quando se trata da tutela jurídica da família, necessária uma adequação direcionada para um procedimento que respeite e promova o diálogo, estando diretamente relacionado ao respeito à dignidade do homem, levando em consideração o indivíduo como sujeito social, dentro de suas perspectivas e peculiaridades.

4. Conflitos nas relações de família: uma abordagem alternativa

Conforme demonstrado anteriormente, as relações familiares se encontram cada vez mais judicializadas, sendo os conflitos decorrentes de tais relações levados à apreciação do

⁷ Expressão de Lucas Abreu Barroso ao tratar da perda de referências pelo homem na atualidade. “A humanidade perde suas crenças e ideologias, refletindo, no espaço social, na gradual destruição dos valores fundamentais que serviam de referenciais comunitários, como a família. Uma ética econômica surge para substituí-los, trazendo consigo novas situações sociais subjetivas, que constituem retrocessos diante das conquistas democráticas.” (BARROSO, 2010, p.128).

Poder Judiciário. Contudo, nem sempre as soluções encontradas pelas partes são suficientes para esvaziar os conflitos e restabelecer o tecido social.

Neste passo, a mediação surge como um mecanismo de desconstrução de conflitos, uma forma de heterocomposição, possibilitando o diálogo e ampliação da compreensão das partes em dissonância com a transformação da situação adversarial em uma situação de cooperação, promovendo, assim, o empoderamento das partes e exercício da cidadania na sua forma mais eficaz, por meio do gerenciamento e, possível, solução efetiva do conflito, resposta tão almejada pela sociedade e pelo próprio Direito.

Na sociedade, como na família⁸, (considerada célula *mater*), os conflitos também são inerentes, e os assuntos que envolvem a tutela familiar estão diretamente relacionados à pessoa e sua dignidade, exigindo, assim, um tratamento em conformidade com essa característica, um procedimento adequado que alcance o conflito real e permita a dissolução da litigiosidade contida neste. O laço que antes se revestia de afeto, pode se transformar em algema de rancor e desafeto nos momentos de crise.⁹

O impasse familiar precisa ser abordado de maneira a esvaziar qualquer possibilidade de cronicidade, pois as relações persistem após o procedimento de abordagem de tal demanda. Como a crise na família é situação regular, precisa ser dissolvida por completo, seja ela simples ou complexa. Caso contrário, a cristalização e o acúmulo de tais peijas latentes podem gerar “patologias” psicológicas e sociais, atingindo toda a estrutura familiar e os elementos do tecido social, gerando danos e sofrimentos profundos àqueles envolvidos.

Com isso, tendo em vista sua natureza e sua fundamentação no afeto, os conflitos decorrentes das relações de família tendem a retornar ao judiciário quando não são efetivamente desfeitos¹⁰. Isto porque o modelo paternalista que circunda a decisão proferida pelo juiz de direito não dissolve o conflito interpessoal existente, não desconstrói o conflito real, apenas regulamenta um conflito aparente, seja uma disputa de guarda, crédito alimentar

⁸ No tocante à noção de família, aduz Roselaine dos Santos Sarmiento (2005, p.289), que “*a família constitui o alicerce mais sólido em que se assenta toda a organização social, estando a merecer, por isso, a proteção especial do Estado: é a base da sociedade. Além disso, é a própria sementeira da democracia, pois o lar é o lugar de onde tiramos as nossas primeiras idéias sobre nós mesmos, nossas atitudes para com as outras pessoas, nossos hábitos e nossas estratégias para enfrentar e resolver problemas.*”

⁹ De acordo com Gergen, citado pela psicóloga Denise Maria Perissini da Silva, “*a família é um lugar de enfrentamento, em que os problemas se estabelecem facilmente e as soluções são mais difíceis de serem encontradas. Essa situação sugere um acúmulo de crises quando ocorre a ruptura familiar, justamente porque às crises cotidianas somam-se a desestabilização do sistema e a fragilização das relações que tendem a se agravar*” (SILVA, 2011, p.36/37).

¹⁰ Em relação a possível ineficácia de decisões judiciais perante os conflitos familiares, afirma Eliene Ferreira Bastos que “*temos em mente que a crise familiar pode perdurar mesmo com a decisão judicial que põe fim ao conflito jurídico. Pois, no procedimento judicial, o aspecto subjetivo, emocional, psíquico dos envolvidos, em muitos casos, não são devidamente enfrentados e examinados*” (BASTOS, 2005, p.144).

ou um divórcio, acirrando, em muitos casos, a disputa e a litigiosidade existente naquela relação social.

Na jurisdição estatal, quando o juiz decide, o que se expressa é uma linguagem binária, apresentando única alternativa – vencedor e vencido. Neste modelo, um terceiro, supostamente com mais poder e conhecimento, tem a função de dirimir um conflito entre pessoas que, supostamente, não têm condição de fazê-lo. Na decisão judicial não há consenso, nem espaço de comunicação, o que há é imposição de uma regra a ser seguida. Todavia, nas relações de família, nem sempre, a solução é tão cartesiana. Por envolver subjetividades diversas a solução deve surgir da transformação do conflito, sendo a mediação uma alternativa eficaz, pois permite uma relação ternária, através da presença do mediador, aberta ao diálogo, superando este binômio cartesiano de certo e errado. É possível um redimensionamento das responsabilidades, com a compreensão do litígio e a criação de possíveis soluções.

Neste passo, os conflitos familiares vão além de um simples conflito jurídico – que pode ser desfeito através da aplicação de norma cogente – e merecem uma atenção especial, pois estão diretamente relacionados ao desenvolvimento do ser, da pessoa humana, de sua personalidade e relações sociais. Com isso, o Direito sozinho não é capaz de abordar tais demandas, sendo a interdisciplinaridade essencial, através da articulação entre profissionais de diversas áreas das ciências humanas – ciências sociais, jurídicas e da saúde mental –, viabilizando a colaboração para uma melhor leitura do conflito em questão.

A busca pela eficiência, por meio das reformas padronizadas e burocratizantes, como uma medida de política judiciária nem sempre é capaz de atender às necessidades e expectativas decorrentes de um conflito familiar, que possui natureza artesanal e peculiar, demandando tutela adequada e especializada, possuindo a mediação, na maioria dos casos, as técnicas necessárias e adequadas a este tipo de conflito.

A *FENAMEF – Fédération Nationale de La Médiation Familiale*¹¹ expressa excelente e atual conceito de mediação familiar:

A mediação familiar é um procedimento de construção ou de reconstrução do vínculo familiar norteado pela autonomia e responsabilidade das pessoas concernentes em situação de ruptura ou de separação na qual um terceiro imparcial, independente, qualificado e sem poder de decisão – o mediador familiar – favorece, por meio da organização de sessões confidenciais, a comunicação, a gestão de seu conflito no domínio familiar compreendido em sua diversidade e na sua evolução.¹²

¹¹ www.mediation-familiale.org

¹² Tradução livre do conceito de mediação da *FENAMEF* (BARBOSA, 2010, p. 388).

A mediação, tendo em vista seu caráter conciliador e seu objetivo – desconstruir o conflito, permitindo a compreensão dos fatos que levaram à disputa – tem lugar especial quando o embate envolve relações continuadas, que irão subsistir após o fim da demanda, como nos casos de família. O entendimento gerado pela mediação poderá levar à real pacificação do conflito, permitindo um acordo legitimado pelos mediandos, inexistindo a figura do vencedor e do vencido, com a possibilidade de uma relação social equilibrada posteriormente. O processo de mediação como instrumento transformador de relação adversarial em relação colaborativa, facilitando o descortinar de soluções criativas e proporcionando aprendizado e esclarecimento das partes para, inclusive, prevenção de futuros conflitos.

Neste sentido, afirma Humberto Dalla Pinho (2011, p.13) que

Normalmente, ao fim de um procedimento exitoso de mediação, as partes compreendem que a manutenção do vínculo que as une é mais importante do que um problema circunstancial e, por vezes, temporário. A mediação é o método de solução de controvérsias ideal para as relações duradouras, como é o caso de cônjuges, familiares, vizinhos e colegas de trabalho, entre outros.

Com isso, a mediação familiar tende a gerar resultados positivos, uma vez que possui a técnica ideal para a abordagem dos conflitos de relações continuadas, preservando os possíveis laços abalados pelo conflito, ou restaurando estes vínculos desfeitos pelo litígio. Contudo, isto não significa que as partes irão se amar ou reatar laços profundos de afeto. A reconstrução de relações proposta pela mediação familiar significa relação social de respeito e cordialidade, desprovida de rivalidade e disputa.

A mediação familiar possibilita, ainda, a definição dos papéis sociais, evitando que conflitos de caráter emocional sejam transformados em conflitos judiciais, quase sempre sem solução jurídica adequada. A compreensão dos próprios conflitos internos dos envolvidos, gerada pelo procedimento da mediação, permite identificar os “gatilhos” que geraram e podem gerar conflitos – influenciando até mesmo como forma de prevenção destes. A manutenção da voz ativa das partes, num ambiente de liberdade comunicativa¹³, de diálogo e respeito, promove a construção de um consenso responsável e legitimado pelos envolvidos, fazendo com que o conflito real seja dissolvido de forma eficaz.

¹³ Explica Jürgen Habermas: “*eu entendo a ‘liberdade comunicativa’ como a possibilidade – pressuposta no agir que se orienta pelo entendimento – de tomar posição frente aos proferimentos de um oponente e às pretensões de validade aí levantadas, que dependem de um reconhecimento intersubjetivo. (...) Liberdade comunicativa só existe entre atores que desejam entender-se entre si sobre algo num enfoque performativo e que contam com tomadas de posição perante pretensões de validade reciprocamente levantadas*” (HABERMAS, 2010, p.155/156).

Vale ressaltar que a mediação familiar é uma tarefa artesanal, que demanda paciência, compreensão e esforço dos participantes – mediandos, mediador e, por ventura, advogados, psicólogos, assistentes sociais ou outro profissional participante. Cada caso exige atenção, estudo e tratamento adequado, visando atingir o real interesse das partes, destacando cada particularidade do conflito para que este possa ser “desmontado” e compreendido de forma legítima pelas próprias partes. Na maioria das vezes requer diversas sessões, não estando baseada no fator tempo, permitindo as partes uma reflexão responsável, avaliando a repercussão de atitudes e decisões a serem tomadas. O consenso só será possível quando os interesses verdadeiros¹⁴, as motivações ocultas dos mediandos forem expostas com boa-fé e debatidas, sem nenhum tipo de imposição ou determinação, sendo a solução produto deste consenso após a reflexão e articulação do dissenso.¹⁵

Assim, seguindo na busca pelo acesso à Justiça com a concretização de direitos e a pacificação social, através do exercício da cidadania com compreensão de direitos e deveres,

A mediação familiar apresenta-se como instrumento à concretização dos ideais de distribuição da justiça, privilegiando as diferenças, pelo acolhimento e reconhecimento do conflito – sem negá-lo, como ocorre na lógica do litígio – em sua mais ampla concepção, visto como natural ao humano, interpretado como oportunidade de mudança que alça a família ao pleno desenvolvimento da personalidade. (BARBOSA, 2010, p. 386).

Isto significa dizer que o sistema jurídico, numa perspectiva mais ampla¹⁶, precisa proporcionar muito mais do que o acesso formal do cidadão ao Poder Judiciário, tal sistema

¹⁴ Simples e excelente exemplo da busca pelos interesses: “*Em uma casa havia apenas uma laranja. A mãe é procurada pelos seus dois filhos que desejam a mesma laranja. Ela pergunta a um e, a seguir, a outro. ‘O que você quer?’ A resposta é a mesma: ‘quero esta laranja!’.* O conflito é, aparentemente, insolúvel: apenas uma unidade da fruta, sem possibilidades de obter outras unidades ou mudar a intenção de um dos filhos. Esta é a posição. Então a mãe faz a pergunta mágica: ‘para que você quer a laranja?’. Responde o primeiro filho: ‘quero fazer um suco!’; renovada a pergunta ao outro, ele diz: ‘quero a casca da laranja para enfeitar um prato!’. Esses são os interesses. Nesta dimensão visualiza-se, tranqüilamente, a possibilidade de acordo”, (PINHO, 2005, p.122).

¹⁵ Fazendo um paralelo com os ensinamentos de Jürgen Habermas é possível entender como a mediação e seu processo se estruturam: as partes envolvidas são os autores do acordo, sendo este resultante de uma comunicação aberta, esclarecida e com o assentimento dos participantes, de forma racional e fundada na responsabilidade. Por tudo isso, se torna legítimo e conscientemente aceitável pelos interessados. Nas palavras de Habermas: “*São válidas as normas de ação às quais todos os possíveis atingidos poderiam dar o seu assentimento, na qualidade de participantes de discursos racionais. (...) Eu entendo por ‘normas de ação’ expectativas de comportamento generalizadas temporal, social e objetivamente. Para mim, ‘atingido’ é todo aquele cujos interesses serão afetados pelas prováveis conseqüências provocadas pela regulamentação de uma prática geral através das normas. E ‘discurso racional’ é toda a tentativa de entendimento sobre pretensões de validade problemáticas, na medida em que ele se realiza sob condições da comunicação que permitem o movimento livre de temas e contribuições, informações e argumentos no interior de um espaço público constituído através de obrigações ilocucionárias. Indiretamente a expressão refere-se também a negociações, na medida em que estas são reguladas através de procedimentos fundamentados discursivamente.*” (grifos do autor), (HABERMAS, 2010, p.142).

¹⁶ Vale ressaltar que quando falamos em sistema jurídico não nos referimos minimamente ao Poder Judiciário, à instituição estatal. Sistema jurídico, nesta perspectiva mais ampliada, comporta todo o arcabouço normativo das

deve também gerar resultados direcionados às demandas apresentadas, oferecendo meios adequados de abordagem das relações conflituosas, permitindo um acesso com efetividade, promovendo a dissolução do embate e a pacificação social, em especial nas relações que envolvam laços afetivos e continuados como na seara familiarista.

Os assuntos que envolvem o Direito de Família estão diretamente relacionados à pessoa e sua dignidade¹⁷, exigindo, assim, um procedimento em conformidade com essa característica, um procedimento adequado¹⁸ que alcance o conflito real e permita a dissolução da litigiosidade contida neste. Nesta direção, um procedimento que respeite e promova o diálogo, devolvendo às partes envolvidas na disputa o protagonismo sobre suas decisões, está diretamente relacionado ao respeito à dignidade do homem, pois leva em consideração o indivíduo como sujeito social, dentro de suas perspectivas e peculiaridades.

Assim, a expressão *acesso à justiça* deve possuir dupla finalidade, não apenas de acesso ao sistema jurídico, como também produzir resultados socialmente justos (CAPPELLETTI e GARTH, 1988, p.08). É nesta última finalidade que a mediação¹⁹ tem ação direta, pois proporciona um resultado que atende à demanda social de restabelecimento do equilíbrio das relações familiares.

Conclusão

As intensas transformações sociais que ocorreram em especial nas últimas décadas tiveram grande impacto na transformação da noção de família.

Através de análises sobre individualismo, democracia e acesso à Justiça, buscamos compreender um conceito de família contemporâneo que difere de forma considerável da família tradicional e da família no início da modernidade.

relações sociais dentro de determinada coletividade, incluindo a normatização, judicial e extrajudicial, do balizamento das relações sociais.

¹⁷ Ao tratar do tema Rolf Madaleno afirma que *“a dignidade humana atua na órbita constitucional na condição de princípio fundamental do Estado Democrático de Direito, e como princípio constitucional consagra os valores mais importantes da ordem jurídica, gozando de plena eficácia e efetividade, porque de alta hierarquia e fundamental prevalência, conciliando a segurança jurídica com a busca da justiça”* (MADALENO, 2009, p. 18).

¹⁸ O *I Encontro Nacional de Psicologia – Mediação e Conciliação* (Brasília – DF, dezembro de 2006) considerou que *“a mediação pertence à terceira onda do movimento universal de acesso à Justiça e produz resultados qualitativamente melhores por se chegar a um acordo de vontades, sendo que, implementada pela mobilização de diversos segmentos do Poder Judiciário, deu-se início ao processo de descentralização e humanização da Justiça, no qual as figuras do cidadão participante e do cidadão protegido passam a coexistir, trazendo à mediação características predominantemente reformistas”* (SILVA, 2011, p.90).

¹⁹ Neste ponto importante destaque: a mediação como meio de gerenciamento de conflitos sociais inserida no sistema jurídico não significa um procedimento judicial. A mediação pode e deve ser utilizada, principalmente, fora dos tribunais, como instrumento extrajudicial de dissolução de litígios, como um procedimento a ser realizado antes mesmo do processo judicial. Porém, nada impede sua aplicação durante o curso do processo, como um procedimento intrajudicial integrante do sistema jurídico.

Em decorrência dessas reflexões, e observando-se a existência dos conflitos decorrentes das relações sociais, buscar a tutela mais adequada de tais conflitos se justifica na medida em que a compreensão da família na contemporaneidade deve se pautar na participação efetiva, na colaboração mútua, no diálogo esclarecido e honesto dos envolvidos, proporcionando uma abordagem adequada do embate social.

Vale ressaltar que um consenso, fruto da composição amigável, tem mais chance de ser cumprido pelas partes do que uma decisão judicial imposta. Isto porque no acordo construído pelas partes, cada um tem consciência e aceita sua parcela de responsabilidade legitimamente. Não há perdedor e vencedor, a litigiosidade foi desfeita através do diálogo e cooperação, da ação comunicativa - restaurada pela mediação.

Assim, diante desse contexto, foi possível observar como se estabelecem hoje as relações sociais e jurídicas na família e qual seria a abordagem mais adequada dos conflitos dentro desta.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Águeda Arruda. *Mediação Familiar: instrumentos para a reforma do judiciário; in: Leituras Complementares de Direito Civil*. Marcos Ehrhardt Júnior e Leonardo Barreto Moreira Alves (Org.), Salvador: Editora Jus Podivm, 2010.

BARROSO, Lucas Abreu. *Desmitificando as relações de família no novo Direito Civil, in: Famílias no Direito Contemporâneo*. Fabíola Santos Albuquerque, Marcos Ehrhardt Jr. e Catarina Almeida de Oliveira (coord.). Salvador: Jus Podivm, 2010.

BASTOS, Eliene Ferreira. *Uma visão de mediação familiar; in: Família e Jurisdição*. Eliene Ferreira Bastos e Asiel Henrique de Souza (coord.) Belo Horizonte: DelRey, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco*. São Paulo: Editora 34, 2011.

CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

EHRHARDT JÚNIOR, Marco. *Desafios do Direito de Família contemporâneo: em busca de uma nova compreensão para o conceito de família, in: Leituras Complementares de Direito Civil*. Marcos Ehrhardt Júnior e Leonardo Barreto Moreira Alves (Org.), Salvador: Editora Jus Podivm, 2010.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

_____. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Vol. I. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010;

KUMAR, Krishan. *Da Sociedade pós-industrial à pós-moderna: Novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MADALENO, Rolf. *Curso de Direito de Família*. 3.ed., ver., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *Mediação: A redescoberta de um velho aliado na solução de conflitos; in: Acesso à Justiça e efetividade do Processo*. Geraldo Luiz Mascarenhas Prado (coord.). Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

_____. *A mediação no direito brasileiro: evolução, atualidades e possibilidades no projeto do novo código de processo civil*. 2010. Disponível em <http://www.humbertodalla.pro.br/artigos.htm>. Acesso em 01/07/2012.

SARMENTO, Roselaine dos Santos. *Mediação Familiar: um meio altamente eficaz de acesso à justiça, in: Família e Jurisdição*. Eliene Ferreira Bastos e Asiel Henrique de Souza (coord.) Belo Horizonte: DelRey, 2005.

SILVA, Denise Maria Perssini da. *Mediação e Guarda Compartilhada: conquistas para a família*. Curitiba: Juruá, 2011.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Resende de; MELO, Manuela Pallacios Cunha; BURGOS, Marcelo Baumann. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Renavan, 1999.

WATANABE, Kazuo. *A mentalidade e os meios de solução de conflitos no Brasil, in: Mediação e Gerenciamento do Processo*. Ada Pellegrini Grinover; Kazuo Watanabe e Caetano Lagrasta Neto (coord.) São Paulo: Atlas, 2007.

A ABERTURA DO CONCEITO DE FAMÍLIA NO DIREITO BRASILEIRO: DA FAMÍLIA MATRIMONIALIZADA À PROTEÇÃO DOS ARRANJOS FAMILIARES PLURAIS

Marcela Rodrigues Souza Figueiredo - Mestranda em Ciências Sociais e Jurídicas do
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal
Fluminense – PPGSD/UFF - marcelafigg@hotmail.com

Fabiana Alves Mascarenhas - Mestranda em Ciências Sociais e Jurídicas do Programa
de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense –
PPGSD/UFF - famascarenhas@live.com

RESUMO:

O presente trabalho visa fazer uma análise da passagem do modelo tradicional de família, baseada no casamento, com conotação patrimonial e na proeminência da figura do homem (pai), para uma nova compreensão de família, baseada na afetividade, de onde surgem novas representações sociais familiares. Para tanto, analisar-se-á a evolução histórica do conceito de família, impulsionada por fatores sociais, e como essa mudança conceitual vem sendo tratada pelo Direito Brasileiro, partindo-se assim da inter-relação entre Direito e Sociedade, uma vez que o Direito está em constante e eterno diálogo com o meio social, seu tempo e seu espaço.

PALAVRAS CHAVE: família; direito de família; evolução.

ABSTRACT:

The present study aims to analyze the passage from the traditional model of family, based on marriage, with patrimonial connotation and the prominence of the man's figure (father), to a renewed understanding of family, based on affection, from which emerge new social representations of the family. For this purpose, will examine the

historical evolution of the family concepts, driven by social factors, and how this conceptual change has been treated by Brazilian laws, starting from the inter-relationship between law and society, because law is in constant and eternal dialogue with the social environment, their time and space.

KEY WORDS: family; family law; evolution.

INTRODUÇÃO - UM NOVO DESENHO PARA AS RELAÇÕES FAMILIARES:

O conceito de família é uma construção social, cultural e histórica, sendo que

(...) em cada sociedade, a partir dos mais diversificados valores, a família assume diferentes funções, influenciada pelas circunstâncias do tempo e do lugar. Isto implica reconhecer ao fenômeno familiar um permanente processo de mudança, evolução.¹

Tal conceito está intimamente ligado à sociedade de uma dada época e espaço, servindo a família de instrumento para variados fins, de acordo com um específico momento histórico. Assim,

(...) No Direito de Família, o tradicional modelo familiar que instrumentalizava as relações sociais enquanto instituição erigida sobre o matrimônio, o patrimônio e o pátrio poder dá lugar à família nuclear, com foco sobre os sujeitos que nela encontram afetivamente envolvidos. Assim, não seria exagero afirmar que ‘a família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental.’²

No conceito tradicional de família, a mesma só seria reconhecida juridicamente se baseada no casamento civil. O casamento, por sua vez, servia para fins patrimonialistas, e não para a realização dos sujeitos enquanto pessoas. Qualquer outro arranjo familiar não tinha proteção legal. Era a proteção da família pela família (família-instituição).

No entanto, no mundo dos fatos, as pessoas mantinham relações amorosas e constituíam entidades familiares à margem da lei, sem qualquer tipo de tutela pelo Estado. Novas configurações familiares foram surgindo por conta da revolução

¹ FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Direito das Famílias. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

² FACHIN, Luiz Edson. Famílias: entre o Público e o Privado. Problematizando Espacialidades à Luz da Fenomenologia Paralela. in Revista de Direito das Famílias e Sucessões. v. 23 Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte: IBDFAM, 2007 Bimestral

industrial, com a inclusão da mulher no mercado de trabalho e a invenção de métodos contraceptivos, o que fez com que o homem deixasse de ser o centro e a única fonte de subsistência da família, tornando a mulher mais independente das amarras da ditadura do casamento.

Por outro lado, a migração da família para as cidades fez com que seus membros vivessem em espaços menores, levando, conseqüentemente, à aproximação entre eles, e à valorização do afeto, necessário para a manutenção de relações harmônicas. Da mesma forma, quando se superou a ideia de família tradicional, na qual a sexualidade era aceita, encarada e incentivada para fins reprodutivos, abriu-se terreno para separação entre sexualidade e reprodução, o que permitiu a configuração e a aceitação de arranjos familiares homoafetivos. Daí,

(...) A sexualidade, que costumava ser definida tão estritamente em relação ao casamento e à legitimidade, agora pouca conexão tem com eles. Deveríamos ver a crescente aceitação da homossexualidade não apenas como um tributo à tolerância liberal. Ela é um resultado lógico da separação entre sexualidade e reprodução.”³

Diante de todas essas mudanças, surge então a ideia de família como lugar privilegiado para a autodeterminação de seus membros, de forma que a família só receberia proteção do Estado na medida em que servisse de instrumento para a proteção das pessoas que dela fazem parte. O conceito de família-instituição assim é substituída pela ideia de família-instrumento, “ou seja, ela existe e contribui tanto para o desenvolvimento da personalidade de seus integrantes como para o crescimento e formação da própria sociedade, justificando, com isso, a proteção pelo Estado.”⁴

Antes de qualquer análise, é preciso considerar as intensas evoluções acerca do desenho das estruturas familiares através dos tempos, estas não obedecendo mais aos padrões da família hierarquizada, devido às mudanças nos papéis sociais de homens e mulheres, à mudança da concepção de pátrio poder para poder familiar, onde tal poder se torna efetivamente compartilhado entre pais e mães, o advento da guarda compartilhada, a expansão do divórcio e as novas formas de arranjos familiares e uniões conjugais.

³ GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrole. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 66.

⁴ DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. p. 39

A CONSTITUIÇÃO DE 1988 COMO MARCO REVOLUCIONÁRIO DO DIREITO DE FAMÍLIA

O grande marco revolucionário do direito de família, no Brasil, foi, sem sombra de dúvidas, a Constituição Federal de 1988, extrapolando o clamor social por um tratamento humanístico e igualitário para os limites das relações de família, oxigenando-as, além de proporcionar uma expressiva valorização de seus entes.

Assim, o que se vê atualmente, no cenário jurídico brasileiro, é uma ampliação do conceito de família, principalmente, a partir do advento da Carta Constitucional de 1988, mais notadamente em seu artigo 226, a qual albergou

(...) no plano jurídico a marcante realidade sociológica das uniões informais largamente instituída no mundo dos fatos, e paulatinamente protegidas pela decisiva e histórica contribuição da jurisprudência.⁵

Através deste novo escopo de relações, tornam-se necessários cada vez mais acordos e flexibilizações entre os membros da família, com a inevitável transição de um modelo de relações preso à normatização para uma parceria que naturalmente impõe o protagonismo dos sujeitos. Nesta esteira, segundo Malvina Muszkat (2008, p.36):

(...) A passagem de um sistema de organização de família normatizado e hierárquico para um sistema de vínculos mais igualitários marca um passo em direção à democratização da família, contribuindo para a promoção da igualdade de direitos e responsabilidades.

Diante de tantas transformações decorrentes das modificações dos núcleos familiares, caminha-se, cada vez mais, para estruturas baseadas no sentimento e na afeição mútuos, vistas de modo a promover a satisfação pessoal de seus indivíduos, e não como mera formalização de padrões, que refletem uma visão patrimonialista e ultrapassada.

Para esta nova tendência de identificar a família pelo seu envolvimento afetivo, deu-se a nomenclatura de família eudemonista, assim sendo, aquela que busca a felicidade individual, promovendo um processo de emancipação de seus membros. Maria Berenice Dias (2010, p.45) relata que:

⁵ MADALENO, Rolf. Curso de Direito de família. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 28

(...) Cada vez mais se reconhece que é no âmbito das relações afetivas que se estrutura a personalidade da pessoa. É a afetividade, e não a vontade, o elemento constitutivo dos vínculos interpessoais: o afeto entre as pessoas organiza e orienta o seu desenvolvimento. A busca da felicidade, a supremacia do amor, a vitória da solidariedade ensejam o reconhecimento do afeto como único modo eficaz de desenvolvimento da família e de preservação da vida. Esse, dos novos vértices sociais, é o mais inovador. Surgiu um nome para essa nova tendência de identificar a família pelo seu envolvimento afetivo: família eudemonista.

O afeto, no tocante ao escopo dessa nova família, não pode ser entendido como aquele presente no modelo de família romano, presumido e condicionado à situação jurídica do casamento. Ao contrário, hoje se traduz como valor sócio-afetivo base de uma sociedade conjugal, proveniente do matrimônio ou não, pois como preleciona Paulo Luiz Netto Lobo (2005, p.47):

(...) a afetividade, sob o ponto de vista jurídico, não se confunde com o afeto, como fato psicológico ou anímico, este de ocorrência real necessária. A afetividade é o princípio jurídico que peculiariza, no âmbito da família, o princípio da solidariedade.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 226, inovou à época de sua promulgação, quando reconheceu, além do casamento civil, a união estável e a família monoparental como entidades familiares. Também revolucionou quando consagrou a igualdade entre homens e mulheres e a igualdade no tratamento jurídico da filiação, até então cheia de preconceitos.

O Código Civil de 2002 também reproduziu o entendimento da Constituição, através da qual se ampara o Direito de Família Brasileiro.

O artigo da Constituição Federal em comento assim reconheceu para além do casamento civil, outros arranjos familiares com idêntico direito à proteção estatal. No entanto, a doutrina e a jurisprudência têm defendido a não taxatividade do rol constitucional, através de uma leitura axiológica da constituição que tem entre seus princípios a dignidade da pessoa humana, conforme art. 1º, III, permitindo-se o reconhecimento de outros arranjos familiares que merecem a mesma proteção estatal, uma vez que a exclusão destas entidades familiares “refletiria nas pessoas que as

integram por opção ou por circunstâncias da vida, comprometendo a realização do princípio da dignidade humana.”⁶

Muitas foram as mudanças por que passou a sociedade mundial, principalmente na esfera das relações familiares e como elas se constituem. O amor e o prazer sexual passaram a ser as razões pelas quais as pessoas se relacionavam e constituíam famílias, ou seja, as pessoas começaram a se unir com a finalidade de realizarem-se afetiva e sexualmente, de sorte que o aumento no número de separações deveria ser analisado sob uma perspectiva menos conservadora, se se considerar a busca da felicidade como sua motivação. De acordo com a psicanalista Regina Navarro Lins,

(...) As separações só começaram a acontecer quando o amor entrou no casamento (a partir do século XIX). Antes, enquanto o homem fizesse seu papel de provedor e bom pai de família e a mulher fosse considerada boa esposa e boa mãe, o casamento se mantinha. (...) Hoje as pessoas buscam o casamento para a realização afetiva e prazer sexual, como essas pessoas mudam ao longo da vida, é natural que procurem novos parceiros que se ajustem aos novos interesses ⁷.

Da mesma forma, o advento da pílula anticoncepcional quebra com o modelo patriarcal a partir do momento em que coloca nas mãos das mulheres a decisão sobre suas escolhas relacionadas à natalidade e tira do casamento seu cunho meramente reprodutivo. Assim, com a dissociação da sexualidade da procriação, abre-se espaço para a aceitação de relacionamentos homoafetivos, motivada também pela exaustão de modelo patriarcal.

No mundo dos fatos, independentemente dos arranjos familiares até então reconhecidos e protegidos pela Lei, as pessoas relacionavam-se nas mais diversas formas de família, na busca da satisfação pessoal e da felicidade.

A sociedade começou, através da provocação do Poder Judiciário, a exigir tutela a esses novos arranjos familiares que surgiam na pós-modernidade. No Brasil, apesar da Constituição ter reconhecido como entidade familiar, além daquela surgida do

⁶ LÔBO, Paulo Luiz Netto. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do numerus clausus. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 53, 1 jan. 2002. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/2552>>. Acesso em: 7 jul. 2012.

⁷ Livre escolha redesenha relacionamento do futuro. Boletim IBDFAM. N.º 75. Ano 12. Julho/agosto de 2012.

casamento civil, a União Estável e a Família Monoparental, não se poderia deixar sem proteção à pluralidade familiar que se descortinava para quem quisesse ver.

O movimento de constitucionalização do direito civil permitiu uma releitura de todo ordenamento a partir de uma interpretação axiológica da constituição, tendo como norte hermenêutico basilar o princípio da dignidade da pessoa humana. Essa nova perspectiva hermenêutica, que permitiu a prevalência dos interesses existenciais sobre os patrimoniais, fez com que vários institutos jurídicos fossem instrumentalizados, ou seja, servissem de instrumento para a promoção da dignidade das pessoas. Daí surge o conceito de família-instrumento, um conceito de família ligado à ideia de que a mesma deve ser protegida na medida em que serve de instrumento de realização pessoal, um espaço privilegiado onde seus membros possam se desenvolver e se autodeterminar como indivíduos. Assim, assevera Tepedino⁸ que

(...) a admissão crescente de novas entidades familiares autônomas em relação à formação familiar construída em torno do casamento configura exemplo eloquente da constitucionalização do Direito Civil, na medida em que demonstra a perspectiva instrumental da família como formação social dirigida à plena realização da pessoa; confere-se assim, maior efetividade à cláusula geral de tutela da dignidade humana, consagrada pela Constituição de 1988. A atribuição à autonomia existencial do indivíduo da escolha do próprio modelo familiar representa a releitura do Código Civil à luz dos princípios constitucionais.

Neste sentido, a dignidade da pessoa também se liga à possibilidade de escolhas que se pode fazer no interato de ser feliz, sem, contudo, ofender direito alheio. É a chamada autonomia de vontade, que não significa apenas capacidade de estabelecer acordos eminentes judiciais, mas exercício pleno da liberdade⁹, principalmente no âmbito das relações familiares, quando o Direito tutela escolhas existenciais traduzidas na liberdade de formação de vínculos familiares diversos.

Por estas razões, balizadas doutrina e Jurisprudência dos nossos tribunais superiores, conforme será exposto, afirmam que o rol do art. 226 da Constituição Federal não é taxativo, mas apenas exemplificativo, abarcando outras entidades familiares, além daquelas previstas (casamento civil, união estável e família

⁸ Famílias e Constituição. Boletim IBDFAM. N.º 75. Ano 12. Julho/agosto de 2012.

⁹ MADALENO, Rolf. Curso de Direito de Família. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 88.

monoparental). Nas palavras de Farias e Resenvald¹⁰, “Trata-se, em verdade, de problema hermenêutico, uma vez que a interpretação sistemática e teleológica dos preceitos constitucionais conduz, com mão segura, à ideia da inclusão de outros modelos familiares”. Da mesma forma, assevera Rodrigo da Cunha Pereira¹¹, segundo o qual

(...) Alguns doutrinadores defendem que o art. 226 da Constituição é uma ‘norma de clausura’, na medida em que ela elenca as entidades familiares que são objeto de proteção do Estado. Não se figura adequada tal argumentação, pois várias outras entidades familiares existem além daquelas ali previstas, e independentemente do Direito. A vida como ela é vem antes da lei jurídica. Jacques Lacan, 1938, demonstrou em seu texto *A família* (publicado no Brasil com o nome *Complexos Familiares*), a dissociação entre família como fato da natureza e como um fato cultural, concluindo por essa última vertente. Ela não se constitui apenas de pai, mãe e filho, mas é antes uma estruturação psíquica em que cada um dos seus membros ocupa um lugar, uma função, sem estarem necessariamente ligados biologicamente. Desfez-se a ideia de que a família se constituiu, unicamente para fins de reprodução e de legitimidade para o livre exercício da sexualidade.

(...)

É, portanto, da Constituição da República que se extrai o sustentáculo para a aplicabilidade do princípio da pluralidade de família, uma vez que, em seu preâmbulo, além de instituir o Estado Democrático de Direito, estabelece que deve ser assegurado o exercício dos direitos sociais e individuais, bem como a liberdade, o bem-estar, a igualdade e a justiça como valores supremos da sociedade. Sobretudo da liberdade e da igualdade, sustentadas pelo macrop princípio da dignidade, é que se extrai a aceitação da família plural, que vai além daquelas previstas constitucionalmente e, principalmente, diante da falta de previsão legal.

Assim, a própria constituição, em seu art. 1º, III, consagra a dignidade da pessoa como princípio fundamental da República da onde se conclui que todo o normativo constitucional deve a ele se conformar, contextualizada no seu preâmbulo que diz que o Estado Democrático se destina a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, o bem estar, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma

¹⁰ FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. **Direito das famílias**. 2ª Ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010. p. 40.

¹¹ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores do Direito de Família**. 1. Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. p. 165-168 *apud* VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti; MARTA, Tais Nader. Direito Fundamental à Família e à Legitimação de suas Espécies Materiais. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**. v. 22 (jun/jul. 2011). Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte:IBDFAM, 2007. p. 16.

sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Afastar da tutela estatal outros arranjos familiares é retirar da pessoa dos seus membros a proteção de sua dignidade e o direito de ser feliz de acordo com suas próprias escolhas. É atentar contra a própria Constituição e contra o próprio Estado democrático, pluralista, sem preconceitos e igualitário, que se pretendeu instituir com sua promulgação.

Resta agora saber quais os arranjos familiares que têm recebido tutela jurídica para além do rol do art. 226 da Constituição Federal que indica a abertura do conceito de família no Direito Brasileiro. Para tanto, serão analisados os entendimentos do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, além de algumas inovações legislativas e práticas cartorárias.

REQUISITOS IDENTIFICADORES DA FAMÍLIA

Inicialmente, para a identificação de uma entidade familiar, necessário a presença de elementos previstos no art. 1.723 do Código Civil, como convivência pública, contínua e duradoura, com o objetivo de constituição de família. Mas para denominarmos um agrupamento de pessoas como família, precisamos de um “toque identificador”, que está na afetividade existente entre seus membros. De acordo com Maria Berenice Dias,

(...) Faz-se necessário ter uma visão pluralista da família, abrigando os mais diversos arranjos familiares, devendo-se buscar a identificação do elemento que permita enlaçar no conceito de entidade familiar todos os relacionamentos que têm origem em um elo de afetividade, independentemente de sua conformação. O desafio dos dias de hoje é achar o toque identificador das estruturas interpessoais que permita nominá-las como família. Esse referencial só pode ser identificado na afetividade. É o envolvimento emocional que leva a subtrair um relacionamento do âmbito do direito obrigacional- cujo núcleo é a vontade – para inseri-lo no direito das famílias, que tem como elemento estruturante o sentimento de amor que funde as almas e confunde patrimônios, gera responsabilidades e comprometimentos mútuos.¹²

¹² DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. p. 39.

Vecchiatti e Marta¹³ informam que Paulo Lôbo, em seu livro “Direito Civil: Famílias”, analisou os dados da Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e verificou que esta pesquisa apurou a existência das seguintes entidades familiares: (i) homem e mulher casados e com filhos biológicos”; (ii) homem e mulher casados, com filhos biológicos e não biológicos, ou só com filhos não biológicos; (iii) homem e mulher não casados, mas com filhos biológicos (união estável); (iv) homem e mulher não casados, com filhos biológicos ou não biológicos, ou só com filhos não biológicos (união estável); pai ou mãe com filhos biológicos (família monoparental); (v) pai ou mãe, e filhos biológicos ou não biológicos, ou só com filhos não biológicos (família monoparental); (vi) união de parentes e pessoas que convivem em interdependência afetiva, sem pai ou mãe que a chefie (grupos de irmãos, avós com netos ou tios com sobrinhos); (vii) pessoas sem laços de parentesco que passam a conviver em caráter permanente, com laços de afetividade e de ajuda mútua, sem finalidade sexual ou econômica; (viii) uniões homoafetivas; (ix) comunidade afetiva formada com “filhos de criação”, segundo generosa tradição solidária brasileira, incluindo as famílias recompostas (possuidoras de padrastos/madrastas com os respectivos enteados), além dos casos de posse do estado de filiação.

Assim, concluiu o autor, após análise dos referidos dados que as entidades familiares possuíam as seguintes características comuns:

(...) (i) afetividade, como fundamento e finalidade da entidade, com desconsideração do intuito econômico e escopo indiscutível de constituição de uma família; (ii) a estabilidade, o que exclui relacionamentos casuais, episódicos ou descompromissados, sem comunhão de vida; e (iii) a convivência pública e ostensiva, o que pressupõe uma unidade familiar que assim se apresenta publicamente.¹⁴

Assim, conclui-se que para identificarmos uma entidade familiar e a diferenciarmos das relações de amizade, camaradagem entre pessoas que participam de um mesmo grupo, seja religioso, político ou social, ou namoro, é necessário que o afeto que liga

¹³VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti; MARTA, Tais Nader. Direito Fundamental à Família e à Legitimação de suas Espécies Materiais. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**. v. 22 (jun/jul. 2011). Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte:IBDFAM, 2007. p. 10.

¹⁴ *Ibidem*. p. 10.

seus membros exista numa relação pública, contínua e duradoura e com a finalidade de comunhão plena de vida e interesses.

1.1 A FAMÍLIA HOMOAFETIVA

Há muito a doutrina e a jurisprudência vinham concedendo direitos e obrigações análogos às uniões estáveis aos casais homoafetivos, desde que apresentassem os mesmos requisitos identificadores do art. 1.723, do Código Civil, através de uma leitura axiológica e sistemática da constituição, com aplicação do princípio da dignidade da pessoa. Mas nem todos os juízes faziam esse trabalho hermenêutico, e muitos casais ficavam sem tutela estatal e injustiças eram praticadas, principalmente quando um dos consortes falecia, ficando para a família, que não raras vezes rejeitara em vida o *de cujos*, todo patrimônio construído em comunhão plena de vida com o companheiro sobrevivente.

Apesar da jurisprudência recalcitrante, em 2010, foi editada Portaria 513/2010 assinada pelo então ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, com base no parecer da Advocacia Geral da União (AGU), determinado que o INSS adotasse as providências necessárias para que a legislação previdenciária abrangesse o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, concedendo benefícios previdenciários aos casais homoafetivos.

Mas essa situação mudou quando o STF, em 05 de maio de 2011, em decisão histórica, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132, julgou procedente as ações, com eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, para dar ao art. 1.723 do Código Civil interpretação conforme à Constituição, nos termos da ementa do acórdão a seguir transcrita na íntegra:

(...) Ementa: 1. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF). PERDA PARCIAL DE OBJETO. RECEBIMENTO, NA PARTE REMANESCENTE, COMO AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. UNIÃO HOMOAFETIVA E SEU RECONHECIMENTO COMO INSTITUTO JURÍDICO. CONVERGÊNCIA DE OBJETOS ENTRE AÇÕES DE NATUREZA ABSTRATA. JULGAMENTO CONJUNTO. Encampação dos fundamentos da ADPF nº 132-RJ pela ADI nº 4.277-DF, com a finalidade de conferir “interpretação conforme à Constituição” ao art. 1.723 do Código Civil. Atendimento das condições da ação. 2.

PROIBIÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO DAS PESSOAS EM RAZÃO DO SEXO, SEJA NO PLANO DA DICOTOMIA HOMEM/MULHER (GÊNERO), SEJA NO PLANO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL DE CADA QUAL DELES. A PROIBIÇÃO DO PRECONCEITO COMO CAPÍTULO DO CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL. HOMENAGEM AO PLURALISMO COMO VALOR SÓCIO-POLÍTICO-CULTURAL. LIBERDADE PARA DISPOR DA PRÓPRIA SEXUALIDADE, INSERIDA NA CATEGORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO INDIVÍDUO, EXPRESSÃO QUE É DA AUTONOMIA DE VONTADE. DIREITO À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA. CLÁUSULA PÉTREA. O sexo das pessoas, salvo disposição constitucional expressa ou implícita em sentido contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica. Proibição de preconceito, à luz do inciso IV do art. 3º da Constituição Federal, por colidir frontalmente com o objetivo constitucional de “promover o bem de todos”. Silêncio normativo da Carta Magna a respeito do concreto uso do sexo dos indivíduos como saque da kelseniana “norma geral negativa”, segundo a qual “o que não estiver juridicamente proibido, ou obrigado, está juridicamente permitido”. Reconhecimento do direito à preferência sexual como direta emanção do princípio da “dignidade da pessoa humana”: direito a auto-estima no mais elevado ponto da consciência do indivíduo. Direito à busca da felicidade. Salto normativo da proibição do preconceito para a proclamação do direito à liberdade sexual. O concreto uso da sexualidade faz parte da autonomia da vontade das pessoas naturais. Empírico uso da sexualidade nos planos da intimidade e da privacidade constitucionalmente tuteladas. Autonomia da vontade. Cláusula pétrea. 3. TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DA INSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA. RECONHECIMENTO DE QUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO EMPRESTA AO SUBSTANTIVO “FAMÍLIA” NENHUM SIGNIFICADO ORTODOXO OU DA PRÓPRIA TÉCNICA JURÍDICA. A FAMÍLIA COMO CATEGORIA SÓCIO-CULTURAL E PRINCÍPIO ESPIRITUAL. DIREITO SUBJETIVO DE CONSTITUIR FAMÍLIA. INTERPRETAÇÃO NÃO-REDUACIONISTA. O caput do art. 226 confere à família, base da sociedade, especial proteção do Estado. Ênfase constitucional à instituição da família. Família em seu coloquial ou proverbial significado de núcleo doméstico, pouco importando se formal ou informalmente constituída, ou se integrada por casais heteroafetivos ou por pares homoafetivos. A Constituição de 1988, ao utilizar-se da expressão “família”, não limita sua formação a casais heteroafetivos nem a formalidade cartorária, celebração civil ou liturgia religiosa. Família como instituição privada que, voluntariamente constituída entre pessoas adultas, mantém com o Estado e a sociedade civil uma necessária relação tricotômica. Núcleo familiar que é o principal lócus institucional de concreção dos direitos fundamentais que a própria Constituição designa por “intimidade e vida privada” (inciso X do art. 5º). Isonomia entre casais heteroafetivos e pares homoafetivos que somente ganha plenitude de sentido se desembocar no igual direito subjetivo à formação de uma autonomizada família. Família como figura central ou continente, de que tudo o mais é conteúdo. Imperiosidade da interpretação não-reducionista do conceito de família como instituição que também se forma por vias distintas do casamento civil. Avanço da Constituição Federal de 1988 no plano

dos costumes. Caminhada na direção do pluralismo como categoria sócio-político-cultural. Competência do Supremo Tribunal Federal para manter, interpretativamente, o Texto Magno na posse do seu fundamental atributo da coerência, o que passa pela eliminação de preconceito quanto à orientação sexual das pessoas.

4. UNIÃO ESTÁVEL. NORMAÇÃO CONSTITUCIONAL REFERIDA A HOMEM E MULHER, MAS APENAS PARA ESPECIAL PROTEÇÃO DESTA ÚLTIMA. FOCADO PROPÓSITO CONSTITUCIONAL DE ESTABELECEER RELAÇÕES JURÍDICAS HORIZONTAIS OU SEM HIERARQUIA ENTRE AS DUAS TIPOLOGIAS DO GÊNERO HUMANO. IDENTIDADE CONSTITUCIONAL DOS CONCEITOS DE “ENTIDADE FAMILIAR” E “FAMÍLIA”. A referência constitucional à dualidade básica homem/mulher, no §3º do seu art. 226, deve-se ao centrado intuito de não se perder a menor oportunidade para favorecer relações jurídicas horizontais ou sem hierarquia no âmbito das sociedades domésticas. Reforço normativo a um mais eficiente combate à renitência patriarcal dos costumes brasileiros. Impossibilidade de uso da letra da Constituição para ressuscitar o art. 175 da Carta de 1967/1969. Não há como fazer rolar a cabeça do art. 226 no patíbulo do seu parágrafo terceiro. Dispositivo que, ao utilizar da terminologia “entidade familiar”, não pretendeu diferenciá-la da “família”. Inexistência de hierarquia ou diferença de qualidade jurídica entre as duas formas de constituição de um novo e autonomizado núcleo doméstico. Emprego do fraseado “entidade familiar” como sinônimo perfeito de família. A Constituição não interdita a formação de família por pessoas do mesmo sexo. Consagração do juízo de que não se proíbe nada a ninguém senão em face de um direito ou de proteção de um legítimo interesse de outrem, ou de toda a sociedade, o que não se dá na hipótese sub iudice. Inexistência do direito dos indivíduos heteroafetivos à sua não-equivalência jurídica com os indivíduos homoafetivos. Aplicabilidade do §2º do art. 5º da Constituição Federal, a evidenciar que outros direitos e garantias, não expressamente listados na Constituição, emergem “do regime e dos princípios por ela adotados”, verbis: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”.

5. DIVERGÊNCIAS LATERAIS QUANTO À FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. Anotação de que os Ministros Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Cezar Peluso convergiram no particular entendimento da impossibilidade de ortodoxo enquadramento da união homoafetiva nas espécies de família constitucionalmente estabelecidas. Sem embargo, reconheceram a união entre parceiros do mesmo sexo como uma nova forma de entidade familiar. Matéria aberta à conformação legislativa, sem prejuízo do reconhecimento da imediata auto-aplicabilidade da Constituição.

6. INTERPRETAÇÃO DO ART. 1.723 DO CÓDIGO CIVIL EM CONFORMIDADE COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (TÉCNICA DA “INTERPRETAÇÃO CONFORME”). RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA COMO FAMÍLIA. PROCEDÊNCIA DAS AÇÕES. Ante a possibilidade de interpretação em sentido preconceituoso ou discriminatório do art. 1.723 do Código Civil, não resolúvel à luz dele próprio, faz-se necessária a utilização da técnica de “interpretação conforme à Constituição”. Isso para excluir do dispositivo em causa qualquer

significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família. Reconhecimento que é de ser feito segundo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva.

Tal decisão abriu caminho para que os casais homoafetivos pudessem casar civilmente, independentemente de previsão legislativa, uma vez que, se tinham os mesmos direitos e obrigações análogos aos casais heterossexuais que viviam em união estável, poderiam, conforme art. 1.726 do Código Civil, converter a união em casamento, bastando para tanto, que fizessem pedido ao juiz. Assim entendeu o STJ, extrapolando o que decidiu o STF, em decisão de 25 de outubro de 2011, no julgamento do Recurso Especial n.º 1.183.378 – RS, ser possível o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, uma vez que os artigos 1.514, 1.521, 1.523, 1535 e 1.565 do Código Civil não continham vedação expressa a que se habilitassem para o casamento pessoas do mesmo sexo, concluindo a ementa do acórdão que

(...) se é verdade que o casamento civil é a forma pela qual o Estado melhor protege a família, se sendo múltiplos os arranjos familiares reconhecidos pela Carta Magna, não há de ser negada essa via a nenhuma família que por ela optar, independentemente de orientação sexual dos partícipes, uma vez que as famílias constituídas por pares homoafetivos possuem os mesmos núcleos axiológicos daquelas constituídas por casais heteroafetivos, quais sejam, a dignidade das pessoas dos seus membros e o afeto.

De qualquer forma, apesar do entendimento do STJ a permitir o casamento civil de pessoas do mesmo sexo, tal decisão não tem efeito vinculante e os cartórios não estão obrigados a habilitar casais homoafetivos para o casamento assim como os juízes não estão a ela vinculados.

1.2 A FAMÍLIA ANAPARENTAL

Entende-se por família anaparental “a convivência entre parentes ou entre pessoas, ainda que não parentes, dentro de uma estruturação com identidade de propósito”¹⁵, sem a existência de conotação de ordem sexual. Assim, tal arranjo familiar configura-se pela horizontalidade das relações, pois não existe a figura do “pai”, pela qual se caracteriza as relações ditas verticais, de forma que não seria a verticalidade uma

¹⁵ DIAS, op. cit. p. 44.

característica imprescindível de uma entidade conceituada como família, mas o afeto e o ânimo de constituição de família entre os seus membros.

O STJ, em recente julgado de 19 de junho de 2012, reconheceu direitos à família anaparental, quando possibilitou que dois irmãos pudessem adotar conjuntamente, concluindo assim a ementa do acórdão que

(...) O primado da família socioafetiva tem que romper os ainda existentes liames que atrelam o grupo familiar a uma diversidade de gênero e fins reprodutivos, não em um processo de extrusão, mas sim de evolução, onde as novas situações se acomodam ao lado de tantas outras, já existentes, como possibilidades de grupos familiares. **O fim expressamente assentado pelo texto legal - colocação do adotando em família estável - foi plenamente cumprido, pois os irmãos, que viveram sob o mesmo teto, até o óbito de um deles, agiam como família que eram**, tanto entre si, como para o então infante, e naquele grupo familiar o adotado se deparou com relações de afeto, construiu - nos limites de suas possibilidades - seus valores sociais, teve amparo nas horas de necessidade físicas e emocionais, em suma, encontrou naqueles que o adotaram, a referência necessária para crescer, desenvolver-se e inserir-se no grupo social que hoje faz parte. **Nessa senda, a chamada família anaparental - sem a presença de um ascendente -, quando constatado os vínculos subjetivos que remetem à família, merece o reconhecimento e igual status daqueles grupos familiares descritos no art. 42, §2, do ECA.**¹⁶ (Grifos nossos)

1.3 A FAMÍLIA RECOMPOSTA

Entende-se por família recomposta aquela que é constituída a partir da união com outra pessoa que tem filhos de uma união anterior. As relações familiares assim são constituídas levando em consideração os vínculos socioafetivos que dali surgem entre os padrastos e madrastas e seus enteados.

Noticia-nos o site do IBDFAM¹⁷ que a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba garantiu a madrasta a guarda unilateral, com direito de visitação, do filho de seu ex-marido, com quem criou vínculos muitos fortes de afeto, sendo que manifesta nos autos a vontade da criança em ficar com a ex-mulher de seu pai após a separação.

¹⁶ Resp n.º 1.217.415 - RS

¹⁷ **Madrasta consegue guarda de enteado.** Disponível em <http://www.ibdfam.org.br/novosite/imprensa/noticias-do-ibdfam/detalhe/4849>. Acesso em 21 ago 2012

No campo legislativo, a Lei n.º 11.924 de 2009 alterou o art. 57 da Lei 6.015/73 para autorizar o enteado ou a enteada a adotar o nome de família do padrasto ou madrasta, em evidente reconhecimento dos vínculos socioafetivos que se estabelecem entre essas pessoas.

1.5 A FAMÍLIA PARALELA

O Direito Civil brasileiro no art. 1.566 prevê a fidelidade como um dos deveres do casamento, não podendo constituir matrimônio as pessoas casadas, nos termos do art. 1.521, inciso IV. O mesmo impedimento acontece na união estável, de acordo com o art. 1.723, § 1º, o que demonstra ser da nossa cultura relações monogâmicas. Assim, regra geral, não se admite a possibilidade de efeitos jurídicos às relações paralelas a um casamento válido ou a união estável, a não ser nos casos de casamento putativo, dos quais os efeitos jurídicos ao cônjuge de boa-fé se estendem ao companheiro por analogia. O caso aqui é outro. É a possibilidade de reconhecimento jurídico do próprio concubinato, dando ao cúmplice do consorte direitos patrimoniais e previdenciários. No entanto,

(...) Tem sido cada vez mais frequente deparar com decisões judiciais reconhecendo direitos às uniões paralelas ao casamento ou correlata a outra união afetiva, perfilhando todos os direitos pertinentes ao casamento, como se fosse possível manter dois casamentos em tempo integral, para conferir com sua ruptura a divisão do patrimônio conjugal entre três pessoas (triação), à razão de um terço dos bens para cada partícipe estável triângulo amoroso, além de ordenar a divisão da previdência social entre a esposa e companheira, ou ordenar o duplo pagamento da pensão alimentícia.¹⁸

Nesta nova tendência de arranjos familiares, foi recentemente noticiado que foi lavrado escritura pública reconhecendo união poliafetiva constituída de um homem e duas mulheres. A matéria foi assim noticiada em 21 de agosto de 2012 no site do IBDFAM¹⁹:

(...) Foi divulgada essa semana uma Escritura Pública de União Poliafetiva que, de acordo com a tabeliã de notas e protestos da cidade de Tupã, interior de São Paulo, Cláudia do Nascimento Domingues, pode ser considerada a primeira que trata sobre uniões poliafetivas no Brasil. Ela, tabeliã responsável pelo caso, explica que os três

¹⁸ MADALENO, op. cit. p. 16

¹⁹ **Escritura reconhece união afetiva a três.** Disponível em <http://www.ibdfam.org.br/novosite/imprensa/noticias-do-ibdfam/detalhe/4862>. Acesso em 23 ago 2012.

indivíduos: duas mulheres e um homem, viviam em união estável e desejavam declarar essa situação publicamente para a garantia de seus direitos. Os três procuraram diversos tabeliães que se recusaram a lavrar a declaração de convivência pública. “Quando eles entraram em contato comigo, eu fui averiguar se existia algum impedimento legal e verifiquei que não havia. Eu não poderia me recusar a lavrar a declaração. O tabelião tem a função pública de dar garantia jurídica ao conhecimento de fato”, afirma.

Ela conta também que se sentiu bastante a vontade para tornar pública essa união envolvendo três pessoas, já que havia um desejo comum entre as partes, se tratava de pessoas capazes, sem envolvimento de nenhum menor e sem litígio. “Internamente não havia dúvida de que as três pessoas consideravam viver como entidade familiar e desejavam garantir alguns direitos. Minha dúvida é com as questões externas à relação. Não há legislação que trate sobre o assunto. A aceitação envolve a maturação do direito. Nesse caso, foi preciso atribuir o direito a partir de um fato concreto. Será que haverá algum questionamento?” reflete.

De qualquer sorte, o STJ não tem admitido o reconhecimento de uniões paralelas, conforme se observa em decisão recente de 18 de maio de 2010, cuja ementa se transcreve:

(...) Direito civil. Família. Paralelismo de uniões afetivas. Recurso especial. Ações de reconhecimento de uniões estáveis concomitantes. Casamento válido dissolvido. Peculiaridades.

- Sob a tónica dos arts. 1.723 e 1.724 do CC/02, para a configuração da união estável como entidade familiar, devem estar presentes, na relação afetiva, os seguintes requisitos: (i) dualidade de sexos; (ii) publicidade; (iii) continuidade; (iv) durabilidade; (v) objetivo de constituição de família; (vi) ausência de impedimentos para o casamento, ressalvadas as hipóteses de separação de fato ou judicial; (vii) observância dos deveres de lealdade, respeito e assistência, bem como de guarda, sustento e educação dos filhos.

- A análise dos requisitos ínsitos à união estável deve centrar-se na conjunção de fatores presente em cada hipótese, como a affectio societatis familiar, a participação de esforços, a posse do estado de casado, a continuidade da união, a fidelidade, entre outros.

- A despeito do reconhecimento – na dicção do acórdão recorrido – da “união estável” entre o falecido e sua ex-mulher, em concomitância com união estável preexistente, por ele mantida com a recorrente, certo é que já havia se operado – entre os ex-cônjuges – a dissolução do casamento válido pelo divórcio, nos termos do art. 1.571, § 1º, do CC/02, rompendo-se, em definitivo, os laços matrimoniais outrora existentes entre ambos. A continuidade da relação, sob a roupagem de união estável, não se enquadra nos moldes da norma civil vigente – art. 1.724 do CC/02 –, porquanto esse relacionamento encontra obstáculo intransponível no dever de lealdade a ser observado entre os companheiros.

- O dever de lealdade “implica franqueza, consideração, sinceridade, informação e, sem dúvida, fidelidade. Numa relação afetiva entre homem e mulher, necessariamente monogâmica, constitutiva de

família, além de um dever jurídico, a fidelidade é requisito natural” (Veloso, Zeno apud Ponzoni, Laura de Toledo. Famílias simultâneas: união estável e concubinato. Disponível em <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=461>. Acesso em abril de 2010).

- Uma sociedade que apresenta como elemento estrutural a monogamia não pode atenuar o dever de fidelidade – que integra o conceito de lealdade – para o fim de inserir no âmbito do Direito de Família relações afetivas paralelas e, por consequência, desleais, sem descuidar que o núcleo familiar contemporâneo tem como escopo a busca da realização de seus integrantes, vale dizer, a busca da felicidade.

- As uniões afetivas plúrimas, múltiplas, simultâneas e paralelas têm ornado o cenário fático dos processos de família, com os mais inusitados arranjos, entre eles, aqueles em que um sujeito direciona seu afeto para um, dois, ou mais outros sujeitos, formando núcleos distintos e concomitantes, muitas vezes colidentes em seus interesses.

- Ao analisar as lides que apresentam paralelismo afetivo, deve o juiz, atento às peculiaridades multifacetadas apresentadas em cada caso, decidir com base na dignidade da pessoa humana, na solidariedade, na afetividade, na busca da felicidade, na liberdade, na igualdade, bem assim, com redobrada atenção ao primado da monogamia, com os pés fincados no princípio da eticidade.

- Emprestar aos novos arranjos familiares, de uma forma linear, os efeitos jurídicos inerentes à união estável, implicaria julgar contra o que dispõe a lei; isso porque o art. 1.727 do CC/02 regulou, em sua esfera de abrangência, as relações afetivas não eventuais em que se fazem presentes impedimentos para casar, de forma que só podem constituir concubinato os relacionamentos paralelos a casamento ou união estável pré e coexistente. Recurso especial provido. (Grifos nosso)²⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A partir da análise da doutrina e jurisprudência pátrias, observou-se que efetivamente houve uma ampliação do conceito de família, que não se limitou à enumeração das entidades familiares previstas na Constituição Federal de 1988, que, de toda sorte, já evidenciava um grande salto paradigmático no Direito de Família. A maioria dos doutrinadores estudados defende a não taxatividade do rol de entidades familiares do art. 226 da Constituição. Este mesmo entendimento foi observado na jurisprudência dos nossos Tribunais Superiores, principalmente nos últimos julgados emblemáticos referentes ao reconhecimento de uniões homoafetivas pelo Supremo

²⁰ Recurso Especial n.º 1.157.273 - RN

Tribunal Federal, e a possibilidade de conversão da união homoafetiva em casamento civil pelo Superior Tribunal de Justiça. Também foram analisados julgados que reconheciam uniões simultâneas, a possibilidade de união estável putativa, e a já balizada paternidade socioafetiva a criar vínculos familiares para além dos vínculos biológicos.

REFERÊNCIAS:

BRITO, Rodrigo Toscano de. Conceito atual de família e suas repercussões patrimoniais. In *Direito das Famílias*. DIAS, Maria Berenice (org.). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2010.

FACHIN, Luiz Edson. Famílias: entre o Público e o Privado. Problematizando Espacialidades à Luz da Fenomenologia Paralática. in *Revista de Direito das Famílias e Sucessões*. v. 23 Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte: IBDFAM, 2007 Bimestral

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Direito das Famílias. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

FIGUEIREDO, Luciano, L. Monogamia: Princípio Jurídico? in *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*. v. 23 (ago/set.2011). Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte:IBDFAM, 2007.

GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrolado. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007

GIORGIS, José Carlos Teixeira. Arqueologia das famílias: da ginecocracia aos arranjos plurais. In *Direito das Famílias*. DIAS, Maria Berenice (org.). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

LOBO, Paulo Luiz Netto. *Paternidade socioafetiva e o retrocesso da Súmula 301 do STJ*. Revista Jurídica. Porto Alegre. n.388. janeiro. 2005.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do *numerus clausus*. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 53, 1 jan. 2002. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/2552>>. Acesso em: 7 jul. 2012.

MADALENO, Rolf. Curso de Direito de família. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MUSZKAT, Malvina E.; OLIVEIRA, Maria Coleta; UNBEHAUM, Sandra; MUSZKAT, Susana. *Mediação familiar transdisciplinar*. São Paulo: Summus Editorial. 2008.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. O Direito de Família Pós-Moderno: Breves Apontamentos. in *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*. v. 3 (abr./maio 2008). Porto Alegre, Magister; Belo Horizonte: IBDFAM, 2007.

A CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE PAIS DE CRIANÇAS SURDAS E ESCOLA

Cláudia Paranhos de Jesus Portela¹

RESUMO

Este estudo analisa as relações entre pais² de crianças com necessidades educativas especiais (NEE)³ e escola a partir da influência exercida pelo seu nível de escolaridade e o significado que atribuem à escolarização dos filhos com NEE. Este estudo tem o propósito de inserir-se no conjunto de investigações que procuram fornecer subsídios para a melhoria da relação entre família de crianças com NEE e escola, partindo de uma contribuição específica sobre a caracterização das relações que os pais estabelecem com a instituição escolar. Para tanto, procurou-se analisar como o nível de escolaridade dos pais e o significado por estes atribuído ao processo de escolarização dos filhos com NEE interferem nas relações com a escola. As bases teóricas deste trabalho encontram-se na Teoria da Reprodução e demais teorias que lhe apontaram limites, bem como na Teoria Sócio-Histórico-Cultural.

Palavras-chave: Educação Especial, Família, Escola.

ABSTRACT

This study analyzes the relationships between the parents of children with special educational needs (SEN) and the school institution, focussing on the influence played by education level and the significance parents attribute to scholarship of their children with special educational needs. This study is made in a context of global research in the field that aims to supply data towards the improvement of the relationship between the family of those children with special educational needs and their school institution, with a specific contribution about the characterization of the relationships the parents establish with the school institution. Thus, it was attempted to analyze how the parents' education level and the significance they attribute to the scholarship process of their children with special education needs, interfere with the relationships with the school.

¹ Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade /UNEB. E-mail: claudiaparanhos3@gmail.com

² O termo “pais” encontra-se, neste estudo, representando o casal: progenitor e progenitora das crianças com NEE.

³ O termo necessidades educativas especiais (NEE) é empregado segundo a definição constante na Declaração de Salamanca (1994, p. 18): “[...] refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de suas capacidades ou de suas dificuldades de aprendizagem.”

The theoretical bases of this work are to be found in the theory of reproduction and other theories that have shown its limits, as well as the socio-historical-cultural theory

Key words: Special Education, Family, School

A escassez de estudos na área da relação entre família e escola de crianças com NEE, sobretudo com relação à interferência causada pelo nível de escolaridade dos pais e pelo significado que eles atribuem à escolarização desses filhos, fez nascer o interesse pela pesquisa.

Seja, pois, este trabalho entendido como uma reflexão que, sem a pretensão da exaustividade, quer ser provocativo e ampliar o círculo daqueles que se vêm dedicando ao estudo da temática família e escola de crianças com NEE.

Não se pode deixar de reconhecer que, entre os fatores que exercem influência educativa na formação da personalidade do indivíduo, a família e a escola ocupam um lugar imprescindível e indissociável. Apesar de possuírem características e possibilidades diferenciadas, essas instituições, com bastante frequência, superpõem-se e se complementam, atingindo ambas a conduta do indivíduo de tal modo que não se pode abordar o seu desenvolvimento e a sua educação sem tê-las em conta. As influências educativas da escola fazem parte do grupo de normas institucionalizadas, uma vez que são orientadas por regulamentos e atividades programadas, transcendendo, assim, os marcos da interação espontânea. Já as influências da família se exercem por vias não sistematizadas, ou seja, informalmente.

Sobre esse aspecto, os postulados da Teoria Sócio-histórico-cultural, cujo fundador é Lev Semionovich Vygotsky, oportunizam uma compreensão dialética acerca do papel dessas duas instituições no desenvolvimento psíquico do indivíduo. Segundo esse autor, é por meio das relações sociais, das interações e das trocas dos indivíduos com os seus semelhantes e com o meio – processo de mediação – que se originam as funções psíquicas superiores. Nesse sentido, a família – como contexto cultural e de práticas educativas – ocupa um lugar privilegiado por preceder a escola e estar normalmente imbuída de sentimentos e afetos na transmissão de elementos para a formação, isto é, na transmissão dos padrões de moral e convivência social que influenciam na personalidade do indivíduo. A escola, por sua vez, é considerada, por Vygotsky (1987), como um âmbito cultural e educativo imprescindível na transmissão da experiência cultural acumulada, visto tratar-se de uma transmissão sistemática e planejada, que ocorre através

do processo de mediação. Esta experiência é, então, concebida como a fonte de desenvolvimento pleno do indivíduo.

O envolvimento dos pais com a escola vem sendo considerado, atualmente, como um elemento importante para o êxito escolar dos filhos, sobretudo para aqueles que possuem necessidades educativas especiais, como também para o desempenho satisfatório das escolas, por isso esta temática vem sendo tratada por estudiosos com uma significativa e especial atenção.

Os pais – mais especificamente as mães – passaram a integrar os elementos-chave que colaboram para a obtenção de melhores resultados na escola e até mesmo em termos comportamentais. Como apontam Bhering e Siraj-Blatchford (1999), num texto que trata do envolvimento dos pais com a escola dos filhos, os progenitores estão incluídos numa relação de doze variáveis organizacionais como elemento fundamental numa escola que tem como meta maximizar o sucesso escolar.

Assim, conforme o que observaram Bhering e Siraj-Blatchford (1999, p.192):

[...] o envolvimento de pais não só contribui com todo o processo escolar (tudo o que isso implica) como também contribui para uma melhoria dos ambientes familiares (no sentido de provocar uma maior compreensão do processo de crescimento e, portanto, da aprendizagem das crianças) e eventualmente poderá influenciar positivamente o curso do desenvolvimento das crianças, como o rendimento escolar.

Essas informações levam à constatação de que, tendo sido o envolvimento de pais com a escola tomado nos últimos anos como uma preocupação indispensável e legítima, este não deve ser hoje mais uma opção suplementar que as escolas podem ou não considerar no trabalho que executa.

Entretanto, mesmo tendo como referenciais tais constatações sobre a importância do papel da família junto à escola, tem-se verificado, no meio acadêmico, um insuficiente número de estudos sobre o tema da relação entre família de crianças com NEE e a escola. Um levantamento da produção discente de dissertações no curso de pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), apresentado pela professora Terezinha Miranda⁴, oferece alguns indicadores quantitativos. Dos 114 trabalhos realizados no período de 1984 a 1997, apenas 12, ou seja, 10,5%, estão relacionados com as famílias de crianças com necessidades educativas especiais, um dos menores percentuais. Com esses dados, verifica-se a escassez de um referencial teórico consistente sobre o tema em discussão, embora se saiba que

⁴ Palestra proferida na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) para o curso de Mestrado em Educação Especial, no dia 20 de agosto de 1999.

existe um trabalho voltado para a família, com abordagem psicológica, especificamente centrado na relação mãe-filho⁵.

Com a carência de pesquisas nessa área, percebe-se que a produção científica contemporânea não reconhece a importância do tema para o desenvolvimento de uma excelência na educação. Entretanto, se a comunidade científica dispõe de poucas pesquisas sobre as relações entre os pais de crianças com NEE e a escola, há algumas pesquisas sobre as relações das famílias de crianças ditas “normais” com a escola. Marília Spósito⁶ (apud NOGUEIRA; ROMANELLI; ZAGO, 2000) reconhece que, sobre esse tema, a pesquisa educacional brasileira não concedeu, até então, atenção suficiente, voltando-se para os processos mais gerais das ações educativas e para as políticas estatais. Ela também destaca que, embora pressuposta nas análises, a categoria família teria sido absorvida pelo conceito de comunidade. Nogueira, Romanelli e Zago mostram – num levantamento da produção discente de teses e dissertações nos cursos de pós-graduação em Educação, no período de 1982-1991 – que, dos 19 grupos temáticos incluídos nesse levantamento, o que se refere a “família e educação/mulher”, apesar de uma variação de temas (educação e família, mãe, mulher, mulher/professora), ocupa, no total, um percentual muito baixo: 1,77%. Este dado evidencia a grande dispersão que envolve a temática família e escola, fato que vem dificultar a organização da produção, impossibilitando um levantamento, ou melhor, um estado da arte das várias tendências temáticas e teórico-metodológicas dos estudos que enfocam as relações entre as famílias e a educação escolar, no Brasil.

No entanto, é importante lembrar-se, que a temática “família” não esteve distante dos estudos educacionais, como também das ações escolares. Não são desconhecidas “[...] as teses ambientalistas e deterministas do *handicap* sócio-cultural, que produziram uma verdadeira ‘desqualificação das famílias’, teses essas já bastante denunciadas por seu caráter discriminatório e excludente.” (NOGUEIRA; ROMANELLI; ZAGO, 2000, p. 9). É também importante destacar-se que a relação entre família e escola, que, de início, pode parecer somente uma discussão de conteúdos escolares, tem por trás uma complexidade de relações culturais, sociais e ideológicas. Tal é, por exemplo, o resultado apresentado pelos estudos de Marini e Mello (2000,

⁵ LOMBARD-PLATET, Vera L. V. Relação Mãe e Filho: considerações sobre o apego. **Revista Integração: ensino, pesquisa, extensão**, ano 2, n 7, p. 270-275, nov 1996.

⁶ SPÓSITO, M. **Família e Educação**: uma questão em aberto. *Psicologia*, São Paulo: USP, v.3, n.1/2, p 9-12, 1994.

p. 7), da Universidade Federal de São Carlos, sobre as relações entre a escola e as famílias de classes populares. As pesquisadoras constataam que:

[...] a escola age de forma preconceituosa com as crianças de classes populares, uma vez que julga a elas e a suas famílias a partir da proximidade ou não do padrão dominante de modelo de família conjugal nuclear e de infância, dentre tantos outros, e não procura ouvi-las. As relações entre o eu e o outro (enquanto grupos, classes, etc.) são estabelecidas com base na idéia de superioridade de um padrão sobre muitos outros e justificadas pela boa intenção de ‘elevar’ o outro ao padrão superior (Grifos das autoras).

Percebe-se que, ao não conceber os indivíduos, suas formas de vida, seus motivos e suas concepções como legítimos, a escola deixa de notar as diferenças existentes entre o eu e o outro, eximindo-se, assim, de dialogar com quem a frequenta. Nesse aspecto, cabe aqui considerar a interdependência entre as condições sociais de origem dos pais de crianças com NEE e as formas de relação que estabelecem com a escola, uma vez que a família e a escola não podem ser consideradas abstratamente, ou seja, dissociadas de suas condições históricas e socioculturais. Segundo a Teoria Sócio-histórico-cultural, “[...] o homem constitui-se como tal através de suas interações sociais, portanto é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em uma determinada cultura” (REGO, 1995, p. 93).

Registra-se, na literatura, um consenso quanto à influência exercida pelas condições sociais das famílias na relação com a escola. Esse fato não foi negado até então, mesmo em pesquisas recentes.

Dentre os estudos sobre a família, destaca-se a Teoria da Reprodução de Bourdieu e Passeron (1982), cujo enfoque central volta-se para o contexto sociocultural das famílias e sua influência na determinação das relações com a escola. Para tratar dessa relação, os autores utilizam os conceitos de *ethos* de classe, capital cultural, *habitus* e estratégias parentais, os quais serão tomados, nesta pesquisa, como fonte de estudo.

Essa teoria representa um marco de renovação no âmbito das teorias de ação educacional, pois se distancia das correntes funcionalistas e marxistas no que diz respeito à ênfase na determinação dos processos escolares a partir das características da produção econômica capitalista (Althusser, 1970; Baudelot; Establet, 1971; Bowles; Gentis, 1976), na qual o papel da escola consiste em transmitir a ideologia dominante. A excelência da obra de Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron está em revelar a relação entre o sistema de ensino e a estrutura de classes sociais, na qual a educação é considerada como um instrumento de manutenção da desigualdade social, ou seja, como um mecanismo de reprodução social. Percebe-se, assim, que as instituições

educacionais, embora favorecidas pelo papel tradicional de transmitir para as gerações a cultura herdada do passado, na verdade, desempenham uma função social ainda mais profunda e encoberta: colaboram para a reprodução da estrutura de classes sociais, intensificando a divisão cultural e de *status* entre elas.

Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no conteúdo do ensino transmitido, os métodos e técnicas de transmissão e, nos critérios de julgamento, as desigualdades culturais entre as crianças de diferentes classes sociais; dito de outra forma, tratando todos os alunos tão desiguais como são de fato, como iguais em direitos e em deveres, o sistema escolar é levado a dar de fato sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. (BOURDIEU, 1966⁷, apud ANDRÉ, 1999, p. 15).

Constata-se, portanto, nessa teoria, que o processo de reprodução social direciona-se para a reprodução das relações de força entre as classes cujo objeto, segundo Silva (1992), não se constitui na diferenciação de bens materiais, mas nas desigualdades simbólicas, as quais servem de legitimação para as demais desigualdades. Para Bourdieu e Passeron (1998), numa estrutura social estratificada, as classes sociais dominantes controlam os significados culturais mais valorizados, à medida que os legitimam. E, quando inculcados através da educação – processo de inculcação pedagógica –, tais significados normalmente são aceitos e respeitados pelos grupos subordinados na estrutura social. Dessa maneira, as relações de poder entre as classes sociais são intercedidas por significados simbólicos, nos quais a cultura, impregnada de sentido político, é uma autêntica expressão desse poder.

Nessa dimensão, Silva (1992) afirma que o êxito funcional da escola está no processo de exclusão cultural que realiza, o que acaba por contribuir para a reprodução das classes sociais. Para explicar esse processo de exclusão por que passam as classes populares, Bourdieu e Passeron se ampararam nos conceitos de *ethos* de classe e capital cultural, os quais se encontram relacionados. Segundo eles, a família procura transmitir a seus filhos um *ethos* de classe, ou seja, “[...] um sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar.” (BOURDIEU, 1998, p. 42).

De maneira geral, as crianças e suas famílias se orientam sempre em referência às forças que as determinam. Até mesmo quando suas escolhas lhes parecem obedecer à

⁷ BOURDIEU, P. L'école conservatrice. L' inégalité sociale devant l'école e devant la culture. **Revue Française de Sociologie** n. 3, 1966, p. 325-347.

inspiração irredutível do gosto ou da vocação, elas trazem a ação transfigurada das condições objetivas. Em outros termos, a estrutura das oportunidades objetivas de ascensão social e, mais precisamente, das oportunidades de ascensão pela escola, condicionam as atitudes frente à escola e à ascensão pela escola – atitudes que contribuem, por uma parte determinante, para definir as oportunidades de se chegar à escola, de aderir a seus valores ou a suas normas e de nela ter êxito; de realizar, portanto, uma ascensão social – e isso por intermédio de esperanças subjetivas (partilhadas por todos os indivíduos definidos pelo mesmo futuro objetivo e reforçadas pelos apelos à ordem do grupo), que não são senão as oportunidades objetivas intuitivamente apreendidas e progressivamente interiorizadas. (BOURDIEU, 1998, p. 49)

Com isso, os autores enfatizam a auto-seleção dos indivíduos, que se processa através da correlação existente entre “[...] esperanças subjetivas e oportunidades objetivas” (BOURDIEU, 1974⁸, apud SWARTZ, 1997, p. 44).

Assim, as expectativas que apresentam os pais diante da educação dos filhos são o resultado da sua experiência como indivíduo pertencente a um grupo cultural determinado. Destaca-se, porém, que esse processo de exclusão não acontece por imposição explícita ou violência física, mas pela ausência de condição de alguns vencerem a corrida meritocrática da carreira escolar, a qual é concebida como justa e igualitária.

É oportuno esclarecer que, por uma condição arbitrária, dada pela posição de força na relação entre as classes, a cultura dominante é definida como a cultura legítima, o que a transforma, por si mesma, em capital cultural. Ressalta-se que o nível de escolaridade foi utilizado por Bourdieu e Passeron como um meio para medir o referido capital cultural.

A noção de capital cultural impôs-se [...] como uma hipótese para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais relacionando o ‘sucesso escolar’, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe. Este ponto de partida implica em uma ruptura com os pressupostos inerentes, tanto à visão comum que considera o sucesso ou fracasso escolar como efeito das ‘aptidões’ naturais, quanto às teorias do ‘capital humano’. (BOURDIEU, 1998, p. 73).

Assim, confere-se valiosa vantagem ao possuidor desse capital junto às classes sociais, sendo que tais vantagens se configuram basicamente no domínio prático e informal da cultura e da linguagem, de um modo geral, no poder de abstração, no domínio da expressão escrita e falada, entre outras. Assim, reflete-se: as crianças das classes subordinadas encontram-se à margem desse processo?

⁸ BOURDIEU, P.; SAINT-MARTIN, M. de. The School as a Conservative Force. In: EGGLELESTON, J. (Org) **Contemporary research in the Sociology of Education**. Nova York: Harper e Row, 1974.

Para Bourdieu e Passeron (1982), elas não estão alheias a tal situação. Contudo, a diferença consiste na inculcação a que são submetidas. Esta inculcação, ao não se referir a propriedades culturais da classe dominante, não apresenta valor no mercado do capital cultural. E a função da escola nesse processo, embora contribua para reforçar a inculcação e a transmissão cultural, é secundária, pois, efetivamente, sua função reside em legitimar as desigualdades produzidas no contexto da família, transmutando-as em diferenças nos esforços de aquisição da cultura escolar.

Diante desse quadro, Silva (1992) aponta para a essência do processo de reprodução social, o qual se encontra direcionado para a maneira como o capital cultural é transmitido entre as gerações. Entretanto, lembra-se que essa transmissão não acontece de forma tranqüila, visto ser o resultado de uma inculcação pedagógica da escola, que exerce sua “violência simbólica”⁹.

Ressalta-se, porém, que, para que essa mesma transmissão seja eficaz, é necessário que as propriedades culturais transmitidas se transformem em disposições duradouras, ou seja, em *habitus*, “[...] o que só se realiza sob condição de uma longa imersão num ambiente em que estejam presentes esses itens culturais [...]” (SILVA, 1992, p. 33), no caso a família.

O *habitus* é, portanto, o que faz com que seja possível reconhecer que somos da mesma grande escola, da mesma classe social e do mesmo meio [...] No fundo, o *habitus* é o princípio silencioso de cooptação e reconhecimento que opera as classificações, em primeiro lugar, escolares e depois sociais (COULON, 1995, p. 151).

Nota-se que, como tal, o *habitus* configura-se como um gerador de estratégias de investimento educacional, ou seja, estratégias de reprodução de classe, através das quais os grupos tentam manter ou melhorar sua posição na estrutura das relações de classe, salvaguardando ou aumentando seu capital cultural. Para essa teoria, à escola cabe o papel de confirmação do *habitus* dominante, da estrutura interiorizada, limitando-se, assim, a “[...] usar um código de transmissão no qual apenas as crianças e os jovens da classe dominante, que já foram iniciados no ambiente da família, a permitir a continuação desses no jogo da cultura e a confirmar a exclusão dos filhos de pais das classes subordinadas” (SILVA, 1992, p. 18).

Nessa perspectiva, segundo os postulados da Teoria da Reprodução, as famílias se diferenciam umas das outras pela estrutura e pelo volume do seu patrimônio (capitais) acumulado (background), que lhes assegura uma posição na estrutura social, forjando *ethos* e *habitus*

⁹ Para Bourdieu e Passeron (1982, p. 19), violência simbólica é o “[...] poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescentando sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força”.

específicos que, por sua vez, geram estratégias expressas em práticas. As estratégias familiares refletem, portanto, um cálculo (que não é puramente racional) a partir das chances de ascensão que cada grupo é capaz de antever e de atrair para si. A escola, como instituição que confere títulos legítimos e legitimadores, representa possibilidades diferentes para cada grupo de agentes, ocupando um lugar mais ou menos central no projeto familiar e, conseqüentemente, mobilizando investimentos (reais e simbólicos) na escolarização dos filhos de acordo com sua importância na manutenção ou aquisição de privilégios de classe.

As Ciências Sociais e da Educação, dos anos 60 aos anos 80, ocuparam-se basicamente com estudos voltados para a questão das desigualdades de acesso e de desempenho escolar, mostrando correlações estatísticas entre a origem social das famílias e o sucesso ou fracasso escolar dos alunos, numa perspectiva macroestrutural. Só a partir dos anos 80, depois de constatado o pouco conhecimento acumulado sobre os processos por meio dos quais se desenvolvem as relações família-escola, é que começaram a se desenvolver pesquisas que visavam a penetrar nos enigmas da socialização familiar e na sua relação com as trajetórias escolares das camadas sociais, em especial, das camadas populares¹⁰. Por isso, apesar de toda a contribuição trazida pela Teoria da Reprodução, cabe salientar que alguns autores lhe apontaram limites, dentre eles Coulon (1995). Numa análise crítica, esse autor se refere à onipresença do *habitus* da teoria de Bourdieu e Passeron, afirmando que o ator social de Bourdieu não é influenciado pelas diferentes aprendizagens a que é submetido, tendo seu destino traçado, então, pelo *habitus* inicial. Nessa perspectiva, vê que deixa de ser considerada a intervenção consciente e voluntária do ator, não se levando em conta suas estratégias pessoais.

Também Petitat (1994) aponta limitação nessa teoria, observando que, apesar de ser dito que sua estrutura é supostamente universal e aplicável a qualquer ação pedagógica, existe a ressalva de que, durante o período de luta pela posição dominante, a legitimidade da autoridade pedagógica é questionada, assim como a própria classe dominante, uma vez que a legitimação das instituições pedagógicas nunca é completa, partindo-se do princípio das contradições na sociedade capitalista. Dito de outra forma, sua perspectiva de reprodução estrutural elimina a consideração da contradição como um gerador de ação humana e transformação social. No entanto, Petitat (1994) ressalta que tais considerações vêm apenas limitar a área de aplicação da teoria da violência simbólica, e não negar completamente sua validade.

¹⁰ Ver a esse respeito: Forquin (1995) e Petitat (1994).

Autores como Nogueira, Romanelli e Zago, na obra *Família e Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares* (2000), apontam para a relevância dada pela Teoria da Reprodução aos aspectos macroestruturais da relação entre família e escola, ao tempo que omitiu os fatores microestruturais concernentes a essa relação. Com isso, Bourdieu e Passeron não tomaram em conta os processos e as dinâmicas intrafamiliares, as práticas socializatórias e as estratégias educativas internas no microcosmo familiar, cujos elementos, analisados intrinsecamente, põem sob questionamento o pressuposto da atuação positiva do capital cultural e escolar da família nos resultados escolares dos descendentes.

Em torno dessa problemática, Swartz (1997) mostra que, embora essa abordagem ilumine os mecanismos culturais e pedagógicos mais sutis que contribuem para a permanência da estratificação social, ela omite da análise a relação da escolarização com o Estado e o processo de trabalho.

Defende-se a idéia de que a escolarização é entendida como um conjunto de interações, relações e papéis produzidos de forma dialética e complexa, dentro de um quadro configurado de fatores em interdependência. Com isso, procura-se adotar uma postura que vai de encontro à lógica de fatores tomados isoladamente, numa relação de causa e efeito. Esse procedimento permite observar, além dos fatores básicos como a renda, a ocupação e a escolaridade dos pais, outros elementos mediadores, como as trajetórias sociais, as quais produzem diferenças nas experiências de vida e visão de mundo, nos significados e nas práticas de escolarização, entre outros fatores centrais e periféricos concernentes às questões da escolarização de crianças com NEE. O estudo de Lahire (1997) oferece elementos significativos para a compreensão dessa abordagem. O autor registra que as variáveis, tomadas isoladamente, não agem de maneira mecânica, mas dizem respeito a um dentre outros possíveis fatores sociais. Tomando como referencia o debate apresentado, neste estudo se buscar-se-á compreender, nas relações microssociais, as relações que os pais de crianças com NEE estabelecem com a escola, a partir do significado por eles atribuído ao processo de escolarização dos filhos. Com isso, procurar-se-á apreender os elementos que permitam dar visibilidade às complexas mediações constitutivas das relações entre pais de crianças com NEE e escola.

Essa definição se justifica por ser a família um conjunto de complexas relações, composta de indivíduos diferenciados por idade, que interagem diariamente, dando origem a uma dinâmica e complexa rede de sentimentos. Dessa maneira, ela não se configura como uma simples soma de indivíduos, mas como um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com

individualidade e personalidade próprias, não podendo ser, assim, considerada tão-somente pelo aspecto do capital cultural que lhe é concernente.

Nessa dimensão, o presente estudo busca fazer parte de uma tendência que procura superar as análises deterministas da relação entre as condições sociais e escolares, abrindo “olhares” para se perceber a capacidade de ação dos sujeitos.

As questões norteadoras deste estudo definem uma pesquisa, centrada na produção dos discursos dos sujeitos pesquisados e na obtenção de dados em profundidade. Nesse sentido a entrevista semi-estruturada e a observação se constituíram nos principais instrumentos de coleta de dados.

A amostra se compôs de 14 mães¹¹ de crianças com NEE entre 6 e 13 anos de idade. A opção pela referida população se justifica, a princípio, por ser famílias de pessoas com deficiência: apóia-se no fato de pretender-se homogeneizar a amostra. Quanto à definição de estudar os casos de alunos numa determinada faixa etária, procurou-se levar em consideração que as relações que os pais mantêm com a escola dos filhos variam segundo a idade destes; por isso, a opção por apenas um grupo etário com idade situada entre 6 e 13 anos. Também se considerou que, na fase infantil em que se encontram os referidos alunos, pela sua baixa autonomia, a família exerce uma maior influência sobre a criança.

No processo de análise, procurou-se levar em consideração os aspectos elencados neste estudo, os quais se encontram direcionados para as relações que os pais de crianças com NEE estabelecem com a escola.

Em face dos resultados obtidos, constatou-se que as relações estabelecidas entre os pais de crianças com NEE e a escola expressam-se em três perfis: envolvimento passivo, envolvimento moderado e envolvimento ativo.

¹¹ Buscou-se, neste estudo trabalhar com casais com filhos por ser o tipo de composição familiar mais numeroso do País, cujo percentual, segundo dados do Censo/91, equivale a 70,92%. Para a escolha das famílias, utilizou-se o critério da diversidade cultural. Assim, ao levantar-se os níveis de escolaridade tanto das mães quanto dos pais, o fato de eles terem-se mostrado muito parecidos provocou a escolha pelo nível de escolaridade das mães constituindo-as como sujeitos focos da entrevista, uma vez que, na realidade cultural brasileira, como apontam várias pesquisas (NOGUEIRA; ROMANELLI; ZAGO 2000; MARINI; MELLO, 2000; BREGANHOLI; MELLO, 2000) são as mães as principais responsáveis pela educação dos filhos, tanto nas classes populares quanto nas classes médias e altas, por serem consideradas mais próximas e mais presentes no cotidiano dos filhos. Destaca-se que a impossibilidade de obtenção de uma base de sondagem com relação ao número de mães de crianças com NEE, em Feira de Santana-BA, impediu o estabelecimento de um percentual representativo da amostra. As mães encontram-se identificadas nesse estudo por uma numeração cardinal correspondente de 1 a 14. Esta numeração corresponde à ordem em que foram entrevistadas.

No envolvimento passivo, encontram-se pais que não questionam o trabalho desenvolvido pela escola. No envolvimento moderado, encontram-se pais que, apesar de questionarem o trabalho que a escola desenvolve, não chegam a nele intervir. Por sua vez, no perfil caracterizado como envolvimento ativo, estão os pais que interferem constantemente no trabalho desenvolvido pela escola, além de apresentarem sugestões.

Ao cruzar os perfis de relações com os níveis de escolaridade dos pais das crianças com NEE, verificou-se que, quanto maior a escolaridade dos pais, maior é a sua influência no envolvimento deles com a escola.

Os pais de crianças com NEE, com baixa escolaridade, revelaram desconhecer as particularidades inerentes às necessidades educativas do(a) filho(a), em consequência disso, mostraram dificuldades para criar condições favoráveis ao estímulo da zona de desenvolvimento proximal¹².

Quanto aos significados que os pais atribuem à escolarização dos filhos com NEE, percebem-se dois padrões de expectativas: pais que possuem expectativas reduzidas sobre o processo de escolarização e pais que nutrem expectativas elevadas sobre esse mesmo processo.

Ao buscar verificar a influência que esses significados exercem sobre os perfis de relações, notou-se que pais que apresentam expectativas reduzidas sobre o processo de escolarização dos filhos com NEE, apresentam um perfil de relação caracterizado como envolvimento passivo. A expectativa desses pais de a escola oferecer ao filho com NEE, apenas a instrução básica necessária faz com que assumam, perante ela, um envolvimento passivo, uma vez que acreditam ter encontrado a escola adequada para os filhos estudarem – por ser especializada – e confiam plenamente no trabalho desenvolvido por ela. Ou seja, para as expectativas formuladas por esse grupo de pais com relação à escolarização dos filhos com NEE, a escola em que se encontram atende satisfatoriamente às suas expectativas.

Outrossim, ao se fazer referência ao segundo tipo de significado, nota-se estreita relação com os perfis moderado e ativo de relação. Esses pais buscam um envolvimento com a escola de moderado a ativo, diferenciando-se apenas nas intervenções que fazem junto ao trabalho desenvolvido por ela, mas apresentando, por outro lado, a perspectiva de desenvolvimento

¹² Denomina-se de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), “[...] la distancia entre el nivel de desarrollo actual, según determinado por la solución independiente de problemas, y el nivel de desarrollo potencial, según determinado por medio de la solución de problemas bajo la orientación de un adulto o en colaboración con pares más.” (VYGOTSKY, 1978, apud RODRIGUEZ, 1997, p. 56).

integral dos filhos com NEE como ponto comum entre eles. Dessa forma, no segundo tipo de significado, têm-se pais que almejam, da escolarização dos filhos com NEE, além da instrução básica, o desenvolvimento de todo o potencial apresentado por eles. Assim, esses pais procuram não deixar o sucesso escolar dos filhos entregue unicamente aos cuidados da escola, mas buscam, juntamente com ela, construir esse sucesso. Dessa forma, encontram-se constantemente em contato com a escola para inteirar-se sobre a forma do trabalho desenvolvido e/ou para intervir nele, apresentando sugestões, visando, dessa forma, obter melhor êxito no desempenho escolar dos filhos.

Constatou-se também que, diante da possibilidade de o significado ser explicado a partir da escolaridade apresentada pelos pais de crianças com NEE, apesar de este ser determinado em parte pela escolarização, exerce também seu efeito próprio sobre as relações estabelecidas entre pais e escola.

Percebeu-se que a mãe é o membro do casal que apresenta maior atuação ante a escolarização dos filhos, sobretudo dos filhos com NEE. Nesse aspecto, observou-se que a escolaridade dos pais não é fator preponderante, visto que este fato ocorreu nos dois grupos de pais analisados.

Com base nessas evidências, verifica-se o quanto a escolaridade dos pais e os significados que eles atribuem ao processo de escolarização dos filhos com NEE exercem influência no que diz respeito a uma interação acompanhada de intervenção sobre as relações que estabelecem com a escola dos filhos.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli. **Pedagogias das diferenças na sala de aula**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1999.
- BEKER, Daniel. **O que é adolescência**. São Pulo: Brasiliense, 1994.
- BERING, E.; SIRAJ-BLATCHFORD, I. A relação escola-pais: um modelo de trocas e colaboração. **Cadernos de pesquisa**, n. 106, p. 191-216, mar./1999.
- BOURDIEU, P. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura. In: NOGUEIRA, A. L.; CATANI, A.(Org) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 39-64.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, A. L.; CATANI, A.(Org). **Escritos de Educação**. Petrópolis:Vozes, 1998. p. 71-79.
- BOURDIEU, P. Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento. In: NOGUEIRA, A. L.; CATANI, A.(Org).**Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- BRASIL. Ministério da Ação Social. Coordenadoria Nacional para Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: MAS/CORDE, 1994.
- BREGANHOLI, Vânia C.; MELLO, Roseli R. **Crianças de bairro popular e escola**: encontro e desencontro. UFSCAR, 2000. Disponível em: <<http://www.projeto-fa-ecole0603t.htm>. Acesso: em: 5 out, 2000.
- COULON, Alain. Reprodução e filiação. In: **Etnometodologia e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 149-166.
- FORQUIN, J. C. (org). **Sociologia da Educação**: dez anos de pesquisa. Tradução de Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. Tradução Ramon Américo Vasques e Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática, 1997.

LOMBARD-PLATET, Vera L. V. Relação Mãe e Filho: considerações sobre o apego.: **Revista Integração: ensino, pesquisa, extensão**, ano 2, n. 7, p.270-275, nov. 1996.

MARINI, Fabiana; MELLO, R. Rodrigues de. **Relação entre a escola e família de classes populares**: desconhecimento e desencontro. UFSCAR, 2000. Disponível em: <http://www.projeto-fa-ecole\0603t.htm. Acesso: em: 5 out, 2000.

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (org). **Família e escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, 2000.

PETITAT, André. **Produção da escola/ produção da sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

REGO, C. T. **Vigotski**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

RODRIGUEZ, M. C. Rafael Bell. **Educación especial**: razones, visión actual y desafíos. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

SCHNEIDER, D. “Alunos Excepcionais”: um estudo de caso de desvio. In: VELHO, G.(Org). **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. 7 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999 p. 53- 81.

SILVA, Tomáz Tadeu. A dialética de uma tradição: produção e reprodução em Sociologia da Educação. In:_____.**O que produz e o que reproduz em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. Parte I, p.13-71.

SWARTZ, David. Pierre Bourdieu: a transmissão cultural da desigualdade social. In: PATTO, Maria Helena Souza (Org.). **Introdução à Psicologia Escolar**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. Cap. 3, p. 35-49.

VIGOTSKI, L. S. **Obras completas**. Traducción Lic. Ma. Del Carmen P. Fernandez. Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1989, v. 5.

VIGOTSKI, L. S. **Historia de las funciones psíquicas superiores**. Habana: Ed. Científico-Técnica, 1987.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES
Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

A CONJUGALIDADE EM PAUTA: UMA ANÁLISE DA LITERATURA PUBLICADA NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS.

Mônica Maria Costa Morais Pereira (autora)

<http://lattes.cnpq.br/9876626110394785>

Email: monica.psic@terra.com.br

Rosana Salles Raymundo (co-autora)

<http://lattes.cnpq.br/3741289873429489>

Mestrandas em Desenvolvimento Humano: Formação

Políticas e Práticas Sociais – PRPPG – Universidade

de Taubaté – SP

Email: rosalles2011@hotmail.com

Resumo: Este estudo buscou identificar e classificar as temáticas relacionadas à conjugalidade nos últimos dez anos. Considerando-a como núcleo da estruturação familiar e esta como base de toda sociedade e sendo, portanto, matriz de todo o desenvolvimento humano, na medida que é promotora e organizadora de grande parte da vida afetiva, social e econômica de seus membros, é um sistema que constrói suas próprias dinâmicas relacionais, determinadas pelas questões históricas, econômicas e sociais nas quais está inserida, transformando a realidade e sendo transformada pela mesma. Nas investigações realizadas sobre o tema as questões apresentadas versam sobre o modo pós-moderno de se relacionar que traz implícito em sua dinâmica o embate entre a individualidade e a conjugalidade.

Palavras-chave: Conjugalidade, Resiliência, Desenvolvimento Humano.

Abstract: This study sought to identify and classify the topics related to conjugality over the last 10 years. Considering it as the core of family structure and this as the basis of the whole society and being, therefore, the bases for all the human development it is the promoter and the organizer of much of the affective, social and economic life of its members; it is a system that builds their own relational dynamics, determined by historical, economic and social issues in which it is inserted, transforming reality and being transformed by it. In investigations carried out on the subject, the questions deal with

the postmodern way to relate that brings implicit in its dynamics the clash between individuality and conjugality.

Key-words: Conjugality, Resilience, Human Development.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como proposta central investigar a resiliência na conjugabilidade, ou seja, quais os fatores de proteção com os quais contam os casais a seu favor na superação das crises. Utilizou-se como metodologia o levantamento bibliográfico sobre o assunto. Para tal é necessário identificar os desafios pelos quais passam os casais ao longo de seu ciclo vital, verificando a partir de uma análise da inserção ecológica as variáveis dos contextos, recursos pessoais, processo e tempo aos quais os casais estão inseridos e como todos interagem entre si como produtores do desenvolvimento humano destes. Analisar a conjugabilidade é poder pensar desde uma perspectiva histórica de como as uniões aconteciam antigamente, onde os parceiros eram escolhidos não pelos envolvidos, mas, pelas famílias de origem de acordo com múltiplos interesses e sem nenhuma perspectiva de sentimentos ou ruptura desta situação. Com o passar do tempo, fatores como a independência da mulher, somada as questões de ordem socioeconômicas, descobertas científicas etc. foram surgindo e a prevalência dos sentimentos como motor da conjugabilidade rouba a cena e passa a ser a razão pela qual a conjugabilidade passa a existir. O que significou que sobre esta mesma conjugabilidade passaram a ser depositadas várias expectativas pessoais de completude e atendimento a níveis de realização que quando não atendidas são descartadas em buscas de novos pares que o preencham. Surgindo na pós-modernidade o grande paradigma das individualidades versos a conjugabilidade.

Muitas são as teorias que ao longo do tempo serviram de suporte para a compreensão sobre o tema sendo as mais reconhecidas pelas pesquisas a Teoria do Apego, que valoriza as primeiras relações do bebê como base para as demais relações; a Teoria da crise que foca mais no modo como os casais superam as crises; a Teoria da Troca Social que analisa a superação do obstáculo, mas também as recompensas e por último a Teoria Interacionista que foca nos Sistemas da família. Enfim, o que todas têm em comum e para onde também convergem as pesquisas nessa área é o fato de sempre incluir em suas análises os contextos, dos recursos e os processos adaptativos.

O conceito de resiliência foi sendo alterado ao longo do tempo e sofrendo evoluções. Inicialmente pensado como característica inata que acompanhava a pessoa por toda sua vida tornando-a invulnerável. Depois sob a influência da Teoria Cognitivo-Comportamental adquiriu o foco de aprendizagem, onde pela vivência há um fortalecimento e aprender-se-ia a ser mais resiliente, e finalmente uma terceira perspectiva mais interacionista. (BARLACH, 2005). O termo resiliência é entendido com “propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa tensão, causadora dessa deformação elástica” (DICIONÁRIO AURÉLIO, 1999), que transpostos para a ciência da saúde, foi relacionado à competência humana de adaptação e flexibilidade.

A resiliência no âmbito familiar, considerando [...] em sua totalidade, submetida a desafios próprios do ciclo vital e a outros inesperados. É um processo de adaptação aos eventos estressores que ultrapassa o simples ajustamento, pois envolve a mudança de crenças e de visão do mundo. [...] este processo passa pelos recursos internos da família e os externos da comunidade, levando-se em conta ainda o fator espiritual. (THOMPSON e McCUBBIM, 1996 apud SOUZA E CERVENY p. 119)

O que é fundamental na percepção da evolução do conceito é que deixa de ser considerado como um atributo do intrapsíquico, mas que se relaciona com outras redes de apoio sociais aos quais o indivíduo pertença.

Situações históricas como guerras, conflitos sociais ou qualquer vivência de crise do próprio desenvolvimento humano implicam em desafios e em um nível de resiliência. Para os casais, quesitos como flexibilidade, boa autoestima, tolerância, capacidade de suportar frustração vem sendo apontados como fatores de proteção ao vínculo. E finalmente como isto irá contribuir para o desenvolvimento destes considerando que:

O desenvolvimento humano por sua vez é um conceito extremamente amplo que pode ser definido como todo o progresso alcançado por uma pessoa em toda e qualquer área de sua vida e em qualquer dos aspectos biológicos, psíquicos, sociais e históricos, é compreender o homem em todos os seus aspectos, englobando desde o nascimento até a morte. (DESSEN et al, 2007 p. 381)

A compreensão deste desenvolvimento trouxe a criação de várias teorias que procuram reconstituir; a partir de diferentes metodologias a várias, produções e representações de mundo e de suas vinculações com o momento histórico da sociedade. Para a análise do desenvolvimento com suas múltiplas facetas a Teoria da Inserção Ecológica de Urie Bronfenbrenner permite abarcar o fenômeno da conjugalidade em todas as suas dimensões, pois:

O entendimento do desenvolvimento humano exige mais do que a observação direta do comportamento por parte de uma ou mais duas pessoas no mesmo local; ele requer o exame de sistemas de interação de múltiplas pessoas, não limitado a um único ambiente, e deve levar em conta aspectos do meio ambiente além da situação imediata que contém o sujeito (Bronfenbrenner, 1996, p.18)

Pensar a resiliência na conjugalidade é pensar de modo interdisciplinar todos os vieses: sociais, afetivos, históricos e econômicos que perpassam estes casais e nos novos arranjos pelos quais eles vão respondendo a estas demandas modificando a realidade e sendo modificados por esta.

Por isto estudar como alguns casais lidam com as suas dificuldades, retirando deste crescimento pessoal e conjugal é a proposta central desta pesquisa. Acredita-se que ao conhecer as dificuldades e as razões pelas quais elas surgem assim como os recursos de proteção usados pelos casais pesquisados possa este trabalho contribuir somando-se as pesquisas já existentes sobre o assunto com o foco não nas dificuldades em que concentram a maioria das investigações, mas sim, nas suas estratégias de superação.

DESENVOLVIMENTO

Investiga-se nesta pesquisa quais as questões existentes hoje pelas quais passa a conjugalidade. Considerou-se as recentes mudanças instauradas nos últimos tempos em partes com as transformações tecnológicas e em partes pelas necessidades advindas de novas demandas do mundo pós-moderno que trouxeram profundas mudanças ao processo de conjugalidade, novas respostas e novos modos de operacionalização foram sendo estabelecidos. Dentre elas, podemos citar o que as pesquisas na área apontam como mais frequente que são: A conjugalidade acontecendo cada vez mais tardiamente, o reduzido número de filhos, a supervalorização da paixão como principal força propulsora na manutenção dos vínculos, a idealização dos sentimentos, a apologia à individualidade, as alterações na Lei do divórcio, a emancipação da mulher, controle de reprodução, a longevidade e tantos outros, que com seu efeito vêm tornando as relações descartáveis trazendo muitas indefinições nos caminhos a serem escolhido.

Observa-se de um modo geral que com novas indagações surgem novos paradigmas de como lidar com tudo isto de modo relativamente rápido, sem perder o foco daquilo que verdadeiramente é importante para o processo do desenvolvimento humano. (DIEHEL, 2002)

Nesta pesquisa conjugalidade se define:

Um neologismo da palavra conjugar, que dá a ideia de união, de ligação entre duas pessoas, sem necessariamente a existência de um contrato formal entre elas. O surgimento de neologismos como conjugalidade se deve, em partes, às amplas e profundas transformações sociais e culturais pelas quais vem passando a família na atualidade. (Diehel- 2002. p.138).

Falar de conjugalidade é necessariamente falar de gênero e do modo como esta foi sendo redefinida pelas questões econômicas, históricas e políticas.

O movimento feminista, desencadeado nos E.U.A e alguns países da Europa teve início no Brasil no final dos anos 70 e início dos 80 (período que coincide com o processo de redemocratização do país) [...] E o movimento feminista, ao discutir o feminino, conseqüentemente ,acabou por rediscutir o masculino (Jornal O Globo 2004 p. 17).

E segundo Jablosnki (1995) a mudança nos papeis exercidas pela mulher leva os homens a “um sentimento de perplexidade e confusão”. (p. 156), uma oportunidade para repensarem seu papel seja para reforçá-lo seja para reformulá-lo.

Falar das transformações que a conjugalidade vem atravessando é necessariamente entender as mudanças do casamento no Brasil e nelas o papel da mulher. Biasoli Alves (2000) nos esclarece sobre as motivações para o casamento no século passado, onde nas duas primeiras décadas eram as famílias de origem que decidiam quando e com quem as filhas se casariam. Já nos anos 30 e 40, as mulheres tinham escolhas, mas precisavam passar pelo crivo do que os pais consideravam um bom casamento. Só nos anos 50 e 60, os pares passam a ter direito de se conhecer fora do domínio da família de origem surgindo um movimento inverso onde cabe aos pais aceitarem a escolha dos filhos. Já com relação à parte legal dos casamentos, Berquó (1998) informa que na época do Império o que determinava o vínculo conjugal era o vínculo religioso, católico e indissolúvel e a partir de 1870, deu-se a organização do registro civil documentado tendo a igreja que informar ao Estado todos os registros matrimoniais. Foi somente no ano de 1890 que se deu a criação da lei do casamento civil, passando a se desvincular totalmente do religioso e ganhou status de validade família e civil. Só mais de meio século depois, em 1942, no artigo 315 do Código Civil é que se estabeleceu o desquite, onde se separavam os bens com a quebra do vínculo matrimonial. E em 1977 com a instituição do divórcio, que se permitiu aos então divorciados, contraírem novo matrimônio e com estes, surgiram inúmeros recasamentos e novas formas de conceber a conjugalidade, surgidas da necessidade de se responder as emergências sociais, sendo uma das mudanças o fato das famílias serem mais nucleares e pelo papel da mulher que vem crescendo no interior desta família. Embora o número de casamentos seja significativo no Brasil, as uniões informais ganharam grande espaço. A união consensual surge como uma alternativa de experimentar a vivência conjugal sem maiores comprometimentos; sendo a questão em geral o surgimento de novas formas de conjugalidade como resposta às necessidades pessoais, sociais e econômicas. Hoje os casais optam por 1 ou 2 filhos pelas dificuldades econômicas que implicam os custos de cuidar de um filho com escola, saúde etc.

O que se observa pela prática clínica e se confirmam pelas pesquisas é que a conjugalidade não deixou de ser uma fonte de felicidade para o homem moderno mas que:

Os indivíduos tem se divorciado, não por considerarem o casamento menos importante, mas, justamente porque sua importância é tão grande que eles não aceitam que a vida conjugal não corresponda as suas expectativas. Com o aumento das separações, crescem também em número e em diversidade, as novas configurações familiares (Féres-Carneiro, 2002, p. 14).

Para ilustrar esta análise, os dados do IBGE indicam que o “número de recasamentos passou de 47 mil em 1984 para 95 mil em 2002, aumento de 102%” o que vai na mesma direção apontada pelas pesquisas. Os índices de recasamentos abrem também o seguinte dilema: se por um lado deseja-se manter o casamento, por outro o que se espera da conjugalidade?

A família não morreu, mas está sendo reinventada no cotidiano. [...] Ela é ainda amada, sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças, em todas as idades, orientações sexuais e condições sociais (Roudinesco, 2003).

A conjugalidade é ainda um lugar que se deposita projetos e vista como fonte de vida e realização do ser humano, mas como tudo, vem sofrendo mudanças nos últimos anos. Para a mulher vem se mostrando como fonte de insatisfação na medida em que 70% dos processos de separação saem deflagrados por estas, enquanto que os homens são também contribuintes das separações, na medida em que trazem a questão da infidelidade como ponto alto. A primeira pesquisa sobre conjugalidade foi realizada por Terman et all em 1938, que utilizou apenas uma pergunta para avaliar a felicidade e a satisfação dos cônjuges: o que basicamente diferencia os casais felizes dos infelizes? Já se passaram oito décadas e não existe um consenso com relação aos teóricos; visto que a felicidade conjugal é multidimensional e muito subjetiva e sobre as quais variam as teorias utilizadas para embasar as pesquisas. Porém as mais utilizadas, segundo Diehel e Wagner (2002) são a Teoria da Troca Social que afirma serem os comportamentos dos casais mediados pela quantidade de obstáculos existente e o ganho a ultrapassá-los. A Teoria da Crise pede que analisem o modo como lidam com as situações adversas e valorizem os obstáculos vencidos. A terceira é a teoria do Apego que valoriza as primeiras interações e a quarta é a dos Sistemas Familiares que pressupõe a ideia de família como criadora de um sistema próprio e com dinâmicas específicas. Estas teorias têm em comum a valorização do contexto, a capacidade de auto avaliação e a de superar problemas como fundamentais na delimitação de que se possa chamar de qualidade conjugal, colaborando com a manutenção da relação.

E nas últimas décadas, Karney e Bradbury (1995) trouxeram como união de três teorias: do apego, da crise, e comportamental criaram um modelo de adaptação da

vulnerabilidade ao estresse, que se integrem as teorias ao considerar como sendo o fundamental na conjugalidade: O contexto, os recursos pessoais e os processos adaptativos. Pode-se concluir dos vários autores e das pesquisas realizadas, que o fenômeno da conjugalidade é multidimensional e que os estudos nesta área deve ser interdisciplinar para uma compreensão o mais próximo da realidade.

Ressaltando ainda o que muitas pesquisas de autores como Jablonski (1995); Aboim (2009); Oltramari (2009); Goldenberg (2005) e Féres-Carneiro (1998, 2010) para citar os que mais se alinham ao tema pesquisado, apontam de modo geral que o maior impacto da modernidade sobre a conjugalidade seja o fenômeno do excesso de individualismo que começa historicamente quando o homem se tornou o centro do universo e a partir do que os seus quereres também ocuparam o primeiro plano, caminhando do iluminismo até a pós-modernidade este grande "EU" vem ocupando cada vez mais a cena. Hoje se questiona os efeitos desta construção subjetiva, mas, *"a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dívida e da incerteza"* (HALL, 2006)

O que se constata na literatura pesquisada é que a conjugalidade só se mantém enquanto responde a estes anseios narcísicos, de que os cônjuges sejam exatamente como se deseja, implicando isto em esperar dos parceiros (as) a completude (que não existe), o que abre espaço para a frustração e para as separações ao verificar que os parceiros (as) não podem ocupar este lugar idealizado.

Reafirma Calligaris essa ideia ao mostrar que:

O drama dos relacionamentos contemporâneos é que desde que o amor e o desejo passaram a fazer parte do quadro da conjugalidade, as pessoas tornaram-se intolerantes ao fato de que eles podem não se realizar plenamente (CALLIGARIS apud FUJIOKA, 2009, p. 41).

Outro conceito trazido pelos teóricos da conjugalidade é o de afetividade líquida, trazido pelo sociólogo Zygmunt Bauman (2005) para explicar a dificuldade de solidez das relações na atualidade, produzindo não só laços muito frágeis, mas profundas angústias ao não poderem crer em mais nada. Em sua definição de amor líquido aponta que hoje, os relacionamentos são de "bolso"; só servem se posso carregar de modo fácil e sem esforço algum e esclarece que já existem condições prévias para se travar um relacionamento a *"Primeira- condição deve-se entrar no relacionamento plenamente consciente e totalmente sóbrio. Lembre-se: nada de amor à primeira vista aqui."* (Bauman, 2003 p.37) Tudo isto fruto desta demanda de que cada um seja atendido imediatamente, não permitindo a permanência para a construção de uma identidade do casal e nem o amadurecimento de cada parceiro para

aprender a conviver com as faltas e com os limites. A rapidez com que os relacionamentos afetivos, nascem e são descartados está diretamente ligado à dificuldade de sair do mundo imaginário onde tudo é possível de toda gama de valores líquidos da sociedade pós-moderna, tornando os sentimentos como mercadorias que só se mantêm enquanto servem para mim. Neste sentido existe toda uma estruturação construída na sociedade e vendida nas mídias de que existe “a perfeição”, “a completude”. Para ilustrar esta ideia cito a música do grupo Engenheiros do Hawaii diz:

*“Vender, comprar, vender os olhos
Jogar a rede... contra a parede
Querem te deixar com sede
Quem são eles?
Quem eles pensam que são?”
3º Pessoa do Plural*

*Acústico MTV
Engenheiros da Hawaii
Gravadora Universal*

Saiu-se da posição romântica onde todos eram príncipes e princesas para estabelecer um contato direto com o real, sem nenhuma intermediação com a esperança construtiva, obtendo disto outros fenômenos sociais como o encurtamento cada vez maior da infância, relacionamentos exclusivamente virtuais sem comprometimentos verdadeiros, podendo “encomendar” nos vários sites a pessoa com quem quer se relacionar; em que o outro só existe em função de um auto abastecimento ou como extensão de mim mesmo e não como possibilidade de alteridade e diferenciação. Também sobre isto é possível pensar que parte destas atitudes se deve como mostram as pesquisas de Féres-Carneiro (1997) e Rosset (2005) que dentre as mudanças vividas pela conjugalidade é o fato de sair desde movimento idealizado e estabelecer um contato maior com a realidade que permitiria um processo de aprendizagem e crescimento para os envolvidos. Mas, como todo processo de mudança não é linear o que se observa na realidade ainda é um “traumatismo” vivido no real e a pendência para atitudes de descrença como foi apontado acima.

Para demonstrar a temática pesquisada foram encontrados 75 artigos nas seguintes bases de dados: SCIELO (Scientific Electronic Library), PEPSIC (Periódico Eletrônico de Psicologia), REDALYC (Redação de Revistas Científicas da América Latina y el Caribe, Espanha y Portugal) e Bancos de dados esparsos: divulgação científica da UNIDAVI (Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí), Editora Escuta, Biblioteca

Digital UNISINOS (Universidade do Rio dos Sinos), Revista PUCSP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Biblioteca da UCG (Universidade Católica de Goiás), Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Educação Superior de Brasília, site pessoal de Bernardo Jablonski e no Google Books.

O objetivo foi buscar artigos e teses publicados nos últimos 10 anos sob o descritor “conjugalidade“, a fim de verificar temas que se apresentam relacionados ao mesmo e o que se concluiu através destes. A classificação foi feita com base na leitura no título dos artigos e teses. Na grande maioria dos títulos foi possível identificar os temas relacionados. Nos artigos e teses em que a classificação era duvidosa realizou-se a leitura dos resumos, visto que a natureza do tema pesquisado tem várias interfaces. O objetivo desse levantamento foi classificar os temas e aspectos mais relacionados com a conjugalidade na atualidade, como pode-se observar no quadro abaixo, que se refere ao levantamento das pesquisas sobre a Conjugalidade.

NÚMERO TOTAL DE PUBLICAÇÕES SOBRE CONJUGALIDADE DIVIDIDO POR TEMÁTICA

TEMAS	SCIELO	PEPSIC	REDALYC	ESPARÇOS	TOTAL
Conjugalidade/Violência	01	06	00	00	07
Conjugalidade/Homossexuais	00	03	00	00	03
Conjugalidade/Doenças	02	05	00	00	07
Conjugalidade/Separação	02	04	01	00	07
Conjugalidade/Família	07	10	00	01	18
Conjugalidade/Terapia de Casal(Construção e Teoria)	07	08	01	00	16
Conjugalidade/Individualidade	00	06	01	03	10
Conjugalidade/Satisfação Conjugal	00	01	01	03	05
Conjugalidade/Internet	00	00	01	00	01
Conjugalidade/Envelhecimento	00	00	00	01	01
				TOTAL GERAL	75

Observa-se que o maior número de pesquisas versa sobre o tema Conjugalidade e família, Conjugalidade e Terapia de Casal (construção teórica e método/técnicas) e

Conjugalidade e Individualidade, que embora não seja o tema diretamente apontado, mas que nas leituras dos textos ficam claras. Como por exemplo na questão da conjugalidade e satisfação conjugal, onde o que é definido como satisfação, está implicitamente ligado ao que é considerado importante para cada um dos envolvidos. Verifica-se assim que a preocupação com a conjugalidade está diretamente ligada ao alcance da mesma num campo social maior, no caso a família, em seguida aparecem as várias pesquisas que buscam teorizar sobre a conjugalidade a partir das escutas clínicas em suas múltiplas abordagens resultando no desenvolvimento de variadas técnicas e finalmente o que foi apontado na grande maioria das pesquisas, mas priorizado em título com exclusividade apenas por um grupo de pesquisas, a grande questão da atualidade: o fenômeno do excesso de individualidade do mundo pós-moderno, apontado como um dos maiores empecilhos na manutenção do vínculo conjugal na contemporaneidade. Das 75 pesquisas encontradas, somente 30 trazem na discussão a questão aqui investigada da conjugalidade com foco na compreensão da crise e em especial na sua superação. Optou-se por uma análise mais pormenorizada apenas desta pesquisas dentre as 75 pesquisadas, que mostraram em algum momento a preocupação com a superação das dificuldades. Embora o foco das buscas se concentre nos últimos 10 anos, foram catalogadas 4 pesquisas sobre o tema nos anos 90, especificamente a partir de 1994, e aqui lançadas por apresentarem dados que contribuem para a compreensão da pesquisa na medida que inauguram novas visões sobre o tema.

De 1994 a 2000 temos, iniciando-se no ano de 1994 com a questão que envolve a ruptura ou a manutenção do casamento Féres-Carneiro (1994); seguido em 1995 pela mesma temática da crise na contemporaneidade e novamente com Féres-Carneiro (1998) apontando a grande questão da individualidade *versus* conjugalidade que se mantém como um dos temas centrais ainda na atualidade como consequências das formas de conjugalidade na pós-modernidade; e nesta pesquisa a autora esclarece: “o que facilita e o que dificulta a construção de um casal é o fato de ter implícito em sua dinâmica, duas individualidades e uma conjugalidade” (FÉRES-CARNEIRO, 1998); e Bernardo Jablonski (1998) traz entre outras coisas a discussão do processo de idealização e da paixão e como estas podem minar a relação; por isto a aceitação das diferenças é ponto fundamental.

Nos anos de 2001 a 2005, foram apresentadas 7 pesquisas, que apresentam em geral uma preocupação com os aspectos mais saudáveis das relações tratando de reinvenções do vínculo amoroso, sexualidade (que curiosamente só aparece como temática nesta pesquisa que não é Brasileira mas Francesa); a satisfação como possível numa relação duradoura e uma

proposta de superação dos obstáculos com uma visão mais realista do que é amor por Rosset. E Jablosnski em 2003 lança sua tese com a pergunta: Afinal, o que quer um casal? E responde que estes quererem são antagônicos, o homem traz em seu comportamento uma dupla moral com uma regra para si e outra para sua companheira, existe diferenças nos padrões de conduta: a mulher acha que evoluiu, mas, na prática tem condutas morais bem mais rígidas consigo mesmas já o homem se percebe mais moralista, mas na prática é bem mais benevolente com suas traições, mas não com as das parceiras; aponta ainda que a igualdade dos sexos é uma utopia hoje e que os casais recebem estímulos sociais ambivalentes o que os atrapalha bastante. Seguindo sua linha de pesquisa Féres-Carneiro (2003) é quem nos apresenta uma possibilidade de experiência positiva onde a conjugalidade auxiliaria uma transformação do eu pela via da identificação ao outro e fechando este pequeno bloco temos Mirian Goldenberg (2005) tratando dos aspectos das mudanças na relação devido ao impacto alcançado pela mulher na atualidade.

Em 2007, para quebrar o grande vazio que se segue, há uma única pesquisa em que retoma o tema da satisfação e insatisfação como possibilidades de serem nutridas a partir a partir do próprio “EU”.

Faz-se então um grande silêncio nas pesquisas que se ascendem de modo mais intenso no ano de 2009 com a produção de 8 pesquisas no mesmo ano que têm como temáticas repensar as questões da contemporaneidade e as várias formas de manifestação da afetividade que é atravessada pelos valores, crenças da culturas na qual se está inserida. Dentre elas os casais que escolhem não ter filhos, a continuidade dos vínculos surgidos na internet, a percepção que os casais tem sobre seus próprios vínculos e no fim deste ciclo a questão do sentimento de solidão na conjugalidade, que para tratar o tema, utilizando do referencial teórico da Fenomenologia articula o construto de estruturas universais presentes em toda conjugalidade, que operam tanto para a construção ou seu oposto, a destruição da vivência amorosa. São elas: Tolerância, Solidariedade, Estima Respeito, Amor conjugal, Amizade e Amor ágape ou seus opostos a Intolerância, Falta de estima, Falta de solidariedade, Proteção individualista, Falta de amor conjugal, Solidão individual (Fujioka, 2009).

No ano de 2010 surge, como um ano de várias pesquisas, 5 num total ,onde as temáticas se repetem entre como se constrói ou destrói a relação, a individualidade x conjugalidade na modernidade e a necessidade que tem os casais de ajudas específicas para primeiramente se conhecer e aprender a lidar de modo saudável com a conjugalidade independente do destino do casamento. E um item que novamente Féres-Carneiro nos

presente que é sobre um olhar para a compreensão sobre os litígios intermináveis como uma forma às avessas de manter o vínculo e da extensão disto para outras áreas.

E para finalizar, no ano de 2011 o número de pesquisas se manteve em 5, sendo duas dentro de uma perspectiva positiva em que se analisam fatores que facilitam e dificultam a conjugalidade como já havia sido apontado antes e uma terceira que aponta dentro das novas formas de conjugalidade para uma nova e real categoria o “Namorado”, que surge como alternativa a um compromisso “líquido” em que se é um pouco marido mas não por inteiro, pois se é também eterno namorado mas não no sentido romântico que isto pudesse ter; mas sim da não vinculação total comum nos dias de hoje. Uma quarta trata das influências da família de origem na constituição das novas conjugalidades, tanto a nível interno como externo quando se tem que compartilhar o mesmo espaço físico e por fim uma pesquisa de um tema que em breve será muito importante de ser pensado já que o Brasil irá se tornar um país de idosos; repensar quais as mudanças que isto trará para o ciclo vital da família, em que contextos e quais os desafios que se tem pela frente. Esta pesquisa aponta como o casal se vê diante do envelhecimento e os desafios a serem vencidos por estes enquanto base de toda estrutura familiar. Ressaltando ainda que estes sejam apenas alguns universos pesquisados não esgotando sua amplitude dentre os vários bancos de dados existentes, mas acredita-se ser uma amostra representativa de qual o cenário seguido nos últimos anos pelas pesquisas na área da conjugalidade e superação.

Para ampliar esta análise recorreu-se a compreensão deste fenômeno através da análise bioecológica de Urie Bronfenbrenner que traz como diferencial a análise dos processos psicológicos que passam a ser propriedade de sistemas; o foco da teoria esta nos processos e nas interações rompendo com a ideia dicotômica entre mente-corpo, pessoa-meio; influenciado pelas ideias de Kurt Lewin e entende que “*O desenvolvimento consiste em um processo de interação recíproca entre a pessoa e o seu contexto através do tempo*” (Narvaz e Koller, 2004, p. 53). Conceito que evoluiu e passou a dar ênfase ao processo que é definido como “relação entre o ambiente e as características da pessoa em desenvolvimento: Propondo o novo modelo que o desenvolvimento humano seja estudado através da interação sinérgica de 4 núcleos inter-relacionados: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo” (Narvaz e Koller, 2004, p. 54). O Processo que ganhou destaque foram os processos “proximais considerados motores para o desenvolvimento” (Bronfenbrenner e Morris, 1998, p. 996). Continuando o autor nos esclarece que estes processos ocorrem a partir de 5 premissas que são:

- 1) A pessoa estar inserida em uma atividade;

- 2) Esta interação deve ocorrer em base regular de tempo;
- 3) Ir se complexando ao longo do tempo;
- 4) Para que sejam efetivos deve existir reciprocidade das partes envolvidas;
- 5) O entorno, objetos, símbolos no ambiente devem buscar estimular a atenção, a exploração, a manipulação e a imaginação da pessoa em desenvolvimento.

A análise da conjugalidade como um processo e o foco nos processos proximais foi fundamental para a compreensão do que ocorre na estruturação das conjugalidades. A pessoa como segundo componente envolve *“tanto as características determinadas biopsicologicamente enquanto aquelas que foram construídas na interação com o ambiente: o desenvolvimento está relacionado, ainda, com a estabilidade e a mudança nas características biopsicológicas da pessoa durante o ciclo vital”* (Bonfenbrenner & Morris, 1998. citado por Narvaz e Koller p. 55). Neste sentido pode-se pensar o quanto a conjugalidade é atravessada pelas características de cada parceiro que compõe a dupla e que irá conduzir esta conjugalidade com seu referencial interno de expectativas, experiências vividas na família de origem, empenho, dúvidas, medos. Assim como com suas determinações biológicas ou predisposições genéticas que marcaram seus graus de impulsividade, etc... Pode-se pensar aqui nas mudanças sofridas pelo ciclo vital da conjugalidade e que trarão mudanças na forma como o casal se relaciona em cada fase da vida repleta de nuances próprias; como, por exemplo, a fase dos filhos pequenos que tem características próprias e todas as outras subsequentes.

Dentro da pessoa atuam três características que são a força, recursos e as demandas que iram favorecer ou obstaculizar a relação de casal dependendo de como sejam e da interação que estabelecem entre si as partes. Já o terceiro componente do modelo bioecológico refere-se ao contexto que compreende a *“interação de 4 níveis ambientais (micro, meso, exo e macrosistema). Tais níveis estão articuladas na forma de estruturas concêntricas inseridas uma na outras, formando o meio ambiente ecológico”* (Navaz e Koller 2004 p. 57)

O microsistema é o contexto no qual existem relações interpessoais experienciados (no sentido de como a pessoa percebe a realidade); sendo aqui que ocorrem os processos proximais, que produzem e sustentam o desenvolvimento. Aqui também entraram os aspectos dinâmicos de força, recursos e demanda de cada pessoa e das interações de seus vários aspectos físicos, sociais e simbólicos. Assim como pela interação com *“outros significativos*

que vão atuar a partir de seu modo de funcionar e contribuir como ativadores das relações de reciprocidade para a pessoa em desenvolvimento”. (Bronfenbrenner, 1995).

O mesossistema é o conjunto de microsistemas que a pessoa ao crescer vai ampliando como escola, igreja enfim pequenos grupos que passam a compor a vida de uma pessoa. O exossistema é formado pelos ambientes que tem participação indireta na vida da pessoa, mas que, a influenciam, por exemplo, o trabalho dos pais, vida social, comunidade que a família se encontra. E por ultimo o macrossistema que é formado por influências não mensuráveis diretamente como crenças, culturas, governos e subculturas. (Bronfenbrenner, 1996). E por fim o quarto componente do modelo é o tempo que nos permite verificar os efeitos de continuidade e mudanças, para o desenvolvimento humano e que também se subdividem em micro, meso e macrotempo.

Considerando que a Teoria Bioecológica propõe estudos destacando a dimensão cultural e transcultural para ratificar o conceito de inserção ecológica que é a compreensão do fenômeno de modo, participativo para seu melhor entendimento. Bronfrenbrenner (1986) também aborda as influências que a família tem ao cuidar e aponta vários estudos de famílias em relação a outros microsistemas como escola, rede social que também se deixam alterar, mas também alteram a estrutura da conjugalidade. Porém essa análise se processará depois.

CONCLUSÃO

Neste estudo, pela análise das pesquisas em questão pode-se compreender que a conjugalidade é para todos uma fonte de vida, felicidade e carrega em si grande investimento afetivo, por isto esta longe de deixar de existir como fenômeno das relações humanas. O que se verifica na atualidade é a busca por relacionamentos que propiciem melhores condições para a manutenção das identidades, de modo a permitir o desenvolvimento psicológico e emocional dos parceiros e certos níveis de tolerância para que haja também o crescimento da conjugalidade como um terceiro elemento.

Considerou-se, também, que a era da pós-modernidade está historicamente marcada pelos excessos de individualidade, sendo este modo operante um entrave à construção da conjugalidade.

Faz-se fundamental entendê-la como um processo que requer desenvolvidos: tempo, investimento emocional e maturidade.

REFERÊNCIAS

- ABOIM, S. **Da pluralidade dos afetos: trajetórias e orientações amorosas nas conjugalidades contemporâneas.** *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun 2009, vol. 24, no.70, p.107-122
link:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092009000200007&lng=pt&nrm=iso - acesso em: 28 de maio de 2012 às 10h00min
- AURÉLIO, Dicionário.
- BARLACH, L. **O que é resiliência humana? Uma contribuição para a constituição do conceito** - Biblioteca Digital. USP. 2005
- BAUMAN, Z. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Zahar. 2005
- BENGHOZI, P. **Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços.** *Psicologia Clinica.* Vol. 17 nº 2 Rio de Janeiro, 2005
- BERQUÓ E. S. **Arranjos Familiares no Brasil: Uma visão demográfica** in: LILIAN SCHWARCZ (org). **Historia da vida privada no Brasil 4. Contrastes da intimidade contemporânea.** São Paulo: Companhia da Letras, v. IV, 1998.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M. **Continuidades e Rupturas no papel da Mulher Brasileira no Século XX. Psicologia: Teoria e Pesquisa-** vol. 16 n.03 pp 233-239, 2000
- BOZON, Michel. **Sexualidade e conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França contemporânea.** *Cad. Pagu,* 2003, no.20, p.131-156. – link http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000100005&lng=pt&nrm=iso – acesso em: 28 de maio de 2012 às 12h23min
- BOWLBY, J. **Cuidados Maternos e Saúde Mental.** Editora WMF Martins Fontes, 2ª edição, 2006
- BRONFENBRENNER, U. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados.** Porto Alegre: Editora - Artes Médicas. 1996
- _____. **Bioecologia do Desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos.** Porto Alegre: ArtMed, 2011.
- CEZIMBRA, M. **Desordem na família.** In **Jornal O Globo,** Rio de Janeiro, 23 mar. 2003, *Jornal da Família,* p.1
- CYRULNIK, B. **“O murmúrio dos Fantasmas”** - Editora Martins Fontes São Paulo: 1ª edição :2005
- DESSEN, M. A. & JUNIOR, A. L. C. **A ciência do Desenvolvimento Humano Tendências Atuais e Perspectivas Futuras** - Editora Artmed. 2008
- DICIONÁRIO AURÉLIO eletrônico; século XXI. Rio de Janeiro, Nova Fronteira e Lexicon Informática, 1999, CD-rom, versão 3.0.
- DIEHEL, J. A. & WAGNER, A. **A família em cena.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. **Qualidade Conjugal: Mapeando Conceitos. Revista. USP.** sib.usp.br Ribeirão Preto – vol. 16 – nº.35 – 2006

- DONNAMARIA, C. P; Terzis, A. **Sobre a Evolução de Vínculos Conjugais originados na Internet**. Arquivo Brasileiro de Psicologia. v.61. no.3, dezembro de 2009. Rio de Janeiro. – link http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672009000300009&script=sci_arttext&lng=es – acesso em: 30 de maio de 2012 às 15h09min
- DUARTE, Juliana Puppim; Rocha-Coutinho, Maria Lúcia **"Namorido": uma forma contemporânea de conjugalidade?** *Psicologia Clínica* 2011, vol.23, no. 2, p.117-135. – link http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652011000200008&lng=pt&nrm=iso – acesso em: 28 de maio de 2012 às 10h47min
- FÉRES-CARNEIRO, T; Diniz Neto, **Terapia de Casal: Ruptura ou manutenção do Casamento?** *Temas Psicológicos*. Vol.2 nº 2, agosto de 1994. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 1994 – link - http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X1994000200005&script=sci_arttext – acesso em: 30 de maio de 2012 às 14h57min
- _____. **Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade.** *Psicol. Reflex. Crit.*, 1998, vol.11, no.2, p.379-394. – link http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000200014&lng=pt&nrm=iso – acesso em: 28 de maio de 2012 às 11h18min
- _____. **Família e Casal: arranjos e demandas contemporâneas** – Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio; São Paulo: Loyola, 2003.
- _____. **Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais.** *Paidéia (Ribeirão Preto)*, Ago 2010, vol.20, no.46 p.269-278 – link http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000200014&lng=pt&nrm=iso – acesso em: 28 de maio de 2012 às 11h56min
- FREUD, S. **Introdução ao Narcisismo. Obras Completas de Sigmund Freud.** Imago Editoras, 1914
- FUJIOKA, T. R **Solidão na Relação Conjugal: Um Estudo Fenomenológico.** Dissertação de Mestrado não publicada em Psicologia (Universidade Católica de Goiás), 2009.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós- Modernidade**, DP & A Editora: 11 ed Rio de Janeiro - 2006
- GOLDENBERG, M. **Dois é par: uma referência fundamental nos estudos de gênero e conjugalidade nas camadas médias urbanas brasileiras.** *Physis*, 2005, vol.15, no.2, p.359-363. – link http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312005000200010&lng=pt&nrm=iso – acesso em: 28 de maio de 2012 às 11h48min

GOMES, I. C; Levy, L. **Indicações para uma terapia de casal.** *Vínculo*, Jun 2010, vol.7, no.1, p.13-21 – link http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902010000100003&lng=pt&nrm=iso – acesso em: 29 de maio de 2012 às 10:17

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JABLONSKI, B. A difícil extinção do Boçalossauro, em NOLASCO, S. (org.) **A desconstrução do Masculino.** Rio de Janeiro: Rocco.

_____. (org.) **Afinal, o que quer um casal?** _Programa de Pós-Graduação PUC Rio de Janeiro Ed: Loyola – 2003 <http://bernardojablonski.com/pdfs/producao/afinal.pdf>

_____. **Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo** - 2º Edição Rio de Janeiro: Ed Agir – 1998 http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X1994000200007&script=sci_arttext

KARNEY, B. R. & BRADBURY, T. N. **Assessing Longitudinal change in marriage: An introduction to the analysis of growth curves.** *Journal of Marriage and the Family*. - 1995.

KOLLER, S. H. & NARVAZ, M. G O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano. Citado em **A Marginalização dos estudos Feminista e de Gênero na Psicologia Acadêmica Contemporânea.** *Revista Psicologia- V-38 – N 3 pp 216-223- 2007*

KOLLER, Silvia H. Org. **Conversando com Bronfenbrenner Ecologia do Desenvolvimento Humano.** - Universidade Federal do RG do Sul, 2004

MACHADO, L. M. **Satisfação e Insatisfação no Casamento: os dois lados de uma mesma moeda?** UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado Área de Concentração: Psicologia Aplicada. UBERLÂNDIA, Minas Gerais. 2007 – link http://www.webposgrad.propp.ufu.br/ppg/producao_anexos/014_Dissertacao%20LUCIANE%20MEDeiros%20MACHADO.pdf – acesso em 30 de maio de 2012 às 16h45min

MAGALHÃES, A. S; Féres-Carneiro, T. **A Conjugalidade na Série Identificatória: experiência amorosa e recriação do eu.** *Pulsional, Revista de Psicanálise*, pág. 41-50, ano XVI, no. 176 dezembro de 2003. – link http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/176_05.pdf - acesso em: 30 de maio de 2012 às 16h23min

MARINÔMIO, de Paula Antunes, A. L; Seixas Magalhães, A.; Féres-Carneiro, T. **Litígios Intermináveis: uma perpetuação do vínculo conjugal?** *Aletheia*, no. 31 fevereiro-abril 2010, pág. 199-211. Universidade Luterana do Brasil, Canoas, Brasil–link

<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=115016959016> acesso em: 30 de maio de 2012 às 14h03min

MORAES, M. C. J.; et al. **Influência das percepções maritais/parentais sobre relacionamentos de conjugalidade: método ADI/TIP.** *Psic.: Teor. e Pesq.*, Dez 2009, vol.25, no.4, p.647-655. – link http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722009000400021&lng=pt&nrm=iso – acesso em: 28 de maio de 2012 às 10h30min

NEVEZ, T. et al Pequena historia da família brasileira. **O GLOBO**. Rio de Janeiro. 25 de jul. 2004, *Jornal da Família*, p. 1

OLTRAMARI, L. C. **Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura.** *Psicol. Estud.*, Dez 2009, vol.14, no.4, p.669-677. – link http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000400007&lng=pt&nrm=iso – acesso em: 28 de maio de 2012 às 11h07min

PAES NORGREN, M. B. et al. **Satisfação Conjugal em Casamentos de Longa Duração: Uma Construção Possível.** *Estudos de Psicologia*, pág. 575-584, setembro-dezembro, ano 2003, vol. 9, no. 2003. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal, Brasil. – link <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=26190320> – acesso em 30 de maio de 2012 às 12h15min

PIRANI, D. **Resenha de “Reinvenções do Vínculo Amoroso” de Marlise Matos.** *Revista Estudos Feministas*, segundo semestre de 2001, vol. 9, no 001, pág. 314-316. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil. – link <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=38109123> – acesso em: 30 de maio de 2012 às 14h48min

PRATI, L. E; Koller, S. H. **Relacionamento conjugal e transição para a coparentalidade: perspectiva da psicologia positiva.** *Psicol. Clin.*, 2011, vol.23, no.1, p.103-118 – link http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652011000100007&lng=pt&nrm=iso – acesso em: 28 de maio de 2012 às 11h35min

QUALIDADE CONJUGAL: MAPEANDO CONCEITOS. **Revista USP**. Sibi USP. Br. Ribeirão Preto. Vol. 16 – n. 35 – 2006

RIOS, M. G; Gomes, I. C. **Estigmatização e conjugalidade em casais sem filhos por opção.** *Psicol. Estud.*, Jun 2009, vol.14, no.2, p.311-319 – link

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000200012&lng=pt&nrm=iso)

[73722009000200012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000200012&lng=pt&nrm=iso) – acesso em: 28 de maio de 2012 às 11h23min

ROSSET, S. M. **Relação de Casal: Tempo, Mudanças e Práticas Terapêuticas**. Curitiba: Editora: Sol p. 39-63

Rosset, S . M . **O Casal nosso de cada dia** – Curitiba – Editora : Sol – 2004

ROUDINESCO, Elisabeth. Entrevista. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, em 23 de março de 2003, caderno Jornal da Família.

SANTOS, Z. A. **Relações entre concessões e individualidade em relacionamentos amorosos**. Instituto de Educação Superior de Brasília. – link http://www.iesb.br/repiesb/resumos/2010_01/psic_repiesb_zenilda.pdf - acesso em: 30 de maio de 2012 às 12h57min

SBICIGO, J. B; Lisbôa, C. S. M. **Habilidades sociais e satisfação conjugal: um estudo correlacional**. *Rev. bras.ter. cogn.*, Nov 2009, vol.5, no.2, p.73-81. – link http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872009000200008&lng=pt&nrm=iso – acesso em: 29 de maio de 2012 às 10:28

SCORSOLINI-COMIN F.; Santos, M. A. dos. **Ajustamento Didático e satisfação conjugal: Correlação entre os domínios de duas escalas de avaliação da conjugalidade**. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, no. 24, ano 3, pág. 439-447, 1993. Acesso em: 05 de junho de 2012 às 09h00min <http://www.scielo.br/pdf/prc/v24n3/a07v24n3.pdf>

SILVA FIGUEIREDO, M. H. J; et al. **Ciclo vital da família e envelhecimento: contextos e desafios**. *Revista Temática Kairós Gerontologia*, pág. 11-22, junho 2011, São Paulo – link <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/6483/4700> - acesso em: 30 de maio de 2012 às 14h25min

SOUZA, M. T. S; CERVENY, C. M. O. **Família e resiliência**. In: *Família org* São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, pág. 53-84, 2004

TEIXEIRA, M. L. et al. **Estratégia de enfrentamento do cotidiano conjugal** *Psicologia e Reflexão*, no 14, ano 3 pág. 635-642, 2010. Acesso em 05 de junho de 2012 as 09:56. <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=18814319>

VENTURINI, J. N. **Conjugalidade nos Anos Iniciais do Casamento: Experiências na Família de Origem**. Dissertação de Mestrado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2011. – link http://bdtd.unisinos.br/tde_arquivos/14/TDE-2011-11-09T161400Z-1587/Publico/JoseleNadinVenturini.pdf - acesso em: 30 de maio de 2012 às 13h15min

VIDEO SOBRE CASAMENTO: http://minhavidu.uol.com.br/bem-estar/videos/10023_casamento_saudavel_5_dias_para_manter_o_relacionamento_feliz acesso em: 10/02/2012 às 15:00

VIEIRA, E. D; Stengel, M. **Os nós do individualismo e da conjugalidade na Pós-Modernidade**. Aletheia, Ago 2010, no.32, p.147-160. – link http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000200012&lng=pt&nrm=iso – acesso em: 29 de maio de 2012 às 11h15min

WALSH, F. **Fortalecendo a Resiliência Familiar** Editora Roca 1ª edição: – São Paulo -2005

A FAMÍLIA E A RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA COM A ESCOLA BÁSICA

Márcia Maria Dias Reis Pacheco

Doutora em Educação pelo Programa de Psicologia
da Educação da Pontifícia Universidade Católica –
PUC-SP . E-mail : marreispacheco@ig.com.br

Meire Vana Pavani

Mestranda em Desenvolvimento Humano:
Formação, Políticas e Práticas Sociais
mv.pavani@hotmail.com

RESUMO

A composição familiar vem sofrendo alterações ao longo da história o que vem interferindo no acompanhamento escolar e no desenvolvimento da criança, demandando da escola ações que busquem suprir esse novo contexto, para que possa cumprir sua função social. O objetivo deste artigo é analisar a influência da composição familiar e suas práticas educativas no processo de aprendizagem da criança e as intervenções que a escola vem procurando efetivar, focando a realidade brasileira e trazendo definições conceituais do que sejam práticas educativas e acompanhamento familiar. Quanto à metodologia, esta pesquisa se apresenta quanto à forma de abordagem da temática, como qualitativa, do ponto de vista de seus objetivos, exploratória e com relação aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como bibliográfica.

Palavras-chave: Práticas Educativas. Direitos. Desenvolvimento Humano.

ABSTRACT

The familiar composition comes suffering alterations throughout history what it comes intervening with the pertaining to school accompaniment and the development of the child, demanding of the school action that they search to supply this new context, so that it can fulfill its function social. The objective of this article is to analyze the influence of educative practical the familiar composition and its in the process of learning of the child and the interventions that the school comes looking for to accomplish, focando the Brazilian reality and bringing conceptual definitions of what they are practical educative and familiar accompaniment. How much to the methodology, this research if presents how much to the form of thematic boarding of, as the qualitative one, of the point of view of its objectives, exploratória and with regard to the procedures technician, it is characterized as bibliographical.

Word-key: Practical Educative. Rights. Human Development.

INTRODUÇÃO

A família vem sendo foco dos olhares dos pesquisadores das ciências sociais, devido a grande transformação que vem sofrendo desde a década de 60 e pela interferência que essa mudança promove na sociedade.

Isso foi constatado no levantamento do Estado do Conhecimento realizado para a elaboração deste artigo. Utilizando os descritores família, relações e escola, as bases Scielo e Capes serviram como referencial para a pesquisa bibliográfica, que teve como recorte de 2007 a 2012, contando com relevante material de pesquisa.

Desde a década de 60 arranjos familiares foram se estabelecendo, sua estrutura se modificando. Mudança sociocultural, necessidades financeiras, satisfação pessoal, a mulher adentrou o mercado de trabalho, deixando filhos em tenra idade sob o cuidado de agregados da família ou nas creches.

Szymansky (2006) contribui com a reflexão sobre o processo de socialização da criança pontuando que o papel de socializadora primária da família, por vezes centrada na figura da mãe, que não é a única responsável pelo processo, mas é a que exerce influência preponderante sobre a criança, foi terceirizado para avós, irmãos mais velhos, agregados ou creches.

As práticas educativas das mães que permaneciam em casa e tinham como prioridade os cuidados com o lar e com os filhos, também sofreram alterações, passaram a conflitar com o acúmulo de papéis sociais que a mulher exerce atualmente.

A escola também vem sofrendo mudanças em sua estrutura e função. Para desenhar o contexto político educacional onde todas essas variantes se relacionam, Gatti, Barreto e André (2011), contribuem com o relatório elaborado com base em dados coletados na Organização das Nações Unidas (UNESCO). Apontam que há uma demanda mundial desencadeada por diversos grupos sociais em pressionar por resultados educacionais, que estão diretamente ligados na formação do professor e nas condições de trabalho.

No Brasil há diversas ações articuladas que podem dar indícios da importância social e política que o governo dá à educação, porém um longo caminho ainda a ser

percorrido no que se refere a formação inicial e continuada, valorização profissional expressa em salário e plano de carreira.

A escola busca na família a parceria, a divisão de responsabilidade nos acompanhamentos e nos resultados obtidos, que nem sempre são satisfatórios. Para Polonia e Dessen (2005), a escola nem sempre encontra o apoio esperado e sozinha acaba assumindo, além do seu papel formador, o papel afetivo que anteriormente cabia à família.

Dessa forma, sofre as influências que os novos arranjos familiares promovem nas relações escolares entre alunos, alunos e equipe escolar, família e equipe escolar. Anseia que a família tenha uma participação efetiva no acompanhamento escolar do filho, o que nem sempre ocorre na proporção desejada.

É neste contexto sócio educacional que trataremos de conceituações de prática e acompanhamento educacional, a influência da composição familiar e suas práticas educativas no processo de aprendizagem da criança e as intervenções que a escola vem procurando efetivar, focando a realidade brasileira.

METODOLOGIA

Para atingir a finalidade proposta, o levantamento de dados foi realizado por meio de pesquisa exploratória, que tem o objetivo de proporcionar visão geral, que possibilitará descrever a organização e estrutura das famílias contemporâneas, a influência sobre as práticas educativas e o processo de acompanhamento da aprendizagem dos filhos, baseado na pesquisa bibliográfica.

O Estado do Conhecimento objetiva proporcionar um panorama de publicações científicas, contemplando tema, conteúdo, metodologia e resultados já obtidos, o que possibilita uma variação de aspectos para reflexões sobre o que já foi pesquisado, encontrar teóricos que dialogam ou divergem, possibilitando que lacunas sejam encontradas, abrindo possibilidade de novos estudos.

O principal critério estabelecido para a busca das publicações científicas foi o período da publicação, de 2007 à 2010, com exceções que se fizeram importantes para o estudo, considerando que nesse recorte de tempo novas pesquisas foram realizadas que possibilitaram fluxo de informações.

Optou-se pelos descritores “família, relações e escola” pela importância que as relações entre família e escola têm no processo de desenvolvimento humano, a busca foi realizada nas bases Scielo e Capes, considerando a credibilidade das mesmas.

Os dados levantados nos artigos, teses e dissertações serviu para ampliar o conhecimento sobre as relações entre família e escola. O material foi organizado em um quadro comparativo das posições de diferentes autores com o objetivo de favorecer o conhecimento sobre a temática, indicar os aspectos convergentes ou divergentes das pesquisas, e ainda ampliar as possibilidades de estudos sobre o tema. Segundo Moroz (2002, p.43) com a utilização desse tipo de quadro “ [...] clarificam-se os pontos concordantes entre autores, os específicos a cada autor, os que podem ser complementares, os que são discordantes, os itens não referidos pelos autores.

Assim, organizou-se um quadro com os principais tópicos da pesquisa realizada: referência bibliográfica, objetivo, abordagem, enfoque, método e resultados. Essas categorias foram definidas por serem referentes aos componentes fundamentais para a elaboração e divulgação de uma pesquisa científica.

FAMÍLIA

As políticas educacionais preconizam a gestão participativa nas escolas, propondo parceria, o que pressupõe também o acompanhamento da vida escolar dos filhos, seja por meio das tarefas para casa ou na presença nas reuniões de pais. Pressupõe que essa família está organizada com tempo e espaço físico e a mãe, disponível em casa para os acompanhamentos.

Desconsidera que muitas dessas famílias têm composições diferentes das nucleares (SZYMANSKY, 2006) como no tempo da colonização portuguesa. Hoje são reconhecidas como monoparentais (BERTHOUD, 2003), formadas por um adulto, que não necessariamente o pai ou a mãe, e filhos.

Szymansky (2006) descreve a família nuclear como composta por pai, mãe e filhos, vivendo numa casa, modelo que a sociedade e a mídia se utilizam como referência, popularizando esse desenho a ser seguido e, quem não se enquadra, vive como alguém que se desviou do modelo.

As famílias monoparentais (BERTHOUD, 2003) são aquelas formadas por ascendente e um adulto que pode ser o pai ou a mãe. Essas famílias se formam à partir

da dissolução dos casamentos ou pela opção da mulher em ter filhos sozinhas, sem o reconhecimento paterno.

Historicamente, no período colonial, as famílias brasileiras eram compostas de pai, mãe e filhos, sendo que a figura paterna constituía-se de autoritarismo e distanciamento da esposa e da prole. Enquanto que à mulher cabia o papel de procriadora e mantenedora do bem precioso que era o nome da família, herdado de seu pai e adquirido pelo marido.

Segundo Oliveira (2002), essa relação familiar sofreu alterações com a chegada da Corte no Brasil, interesses políticos inserem o conceito de cidadania nas famílias com o propósito de manutenção da família real. Entende-se aqui cidadania como conceito simples de trabalho para proteção ao rei, não o conceito de apropriação de direitos.

Ainda em seus escritos, Oliveira afirma que a partir da década de 60 com movimentos culturais, tecnológicos e o pós guerra, coloca-se em dúvida normas rígidas familiares, principalmente sobre a mulher, que, em nome da liberdade ou necessidade financeira, sai do contexto de submissão familiar para o mercado de trabalho.

A lei do divórcio¹ também exerceu influências na liberação do vínculo matrimonial, muitas famílias nucleares tornarem-se monoparentais, centrando na figura da mulher a manutenção afetiva e, muitas vezes, financeira.

Há reconhecimento da responsabilidade familiar pela tarefa de socialização, coerente com um sistema de crenças e valores. A presença quase exclusiva das mulheres indicou como o papel de educadora era assumido pelas mães, que se escudavam na autoridade masculina refratária a mudanças, para implementação de seus métodos educacionais (SZYMANSKY, 2006, p. 89).

Desta forma, é possível inferir que qualquer reflexão que possa ser realizada sobre a família e sua inter relação com a escola parta do pressuposto de que a família mudou em estrutura e dinâmica, não pode ser idealizada. É preciso que sobre ela se coloque foco para entender a dinâmica e as práticas educativas, para que assim se estabeleça o entendimento quanto a sua complexidade e os meandros da relação entre ela e a escola, de parceria e não de culpabilização.

Na análise da literatura que versa sobre a família e escola encontrou-se divergência entre autores quanto à definição de família, porém a que mais se aproxima

¹ Lei nº 6515 de 1977.

dos objetivos deste artigo é a de Dessen e Polonia (2007), que caracterizam a família como a primeira mediadora entre a criança e a sociedade.

Seria por meio das interações afetivas, cognitivas e pelos signos que se processa a socialização primária da criança. Essas interações não são estáticas, variam e são estabelecidas pelas condições materiais, da construção histórica e cultural, ou seja, o que é transmitido pela família de geração em geração, no que a avó foi modelo para a mãe, o que internalizou e transmitiu para a criança. É no estabelecimento da comunicação e interpretação dos signos a família gera modelos de relação interpessoal, repertoriando o comportamento, as ações e estratégias de resolução de conflitos.

São essas vivências que, segundo Dessen e Polonia (2007), são influenciados e influenciam as relações sociais e, numa dimensão maior, mudam a sociedade e influenciam as famílias futuras, propiciando que o desenvolvimento humano ocorra.

Para além da transmissão de regras e valores sociais, a segurança é outro fator preponderante nesse processo. Szymansky (2006), Dessen e Polonia (2007) ao tratar do contexto familiar convergem no que se refere ao papel socializador, mas Szymansky (2006) assevera que, por vezes, é a própria família o núcleo gerador de insegurança e violência, influenciando o processo cognitivo da criança.

A instabilidade afetiva presente nas relações familiares reflete nos domínios escolares, espelha relações tumultuadas, intensifica a dificuldade de resolver pequenos conflitos que tomam grande dimensão, interferindo na aprendizagem. A escola que têm em si seu cartel de dificuldades acaba por invadir o papel que, anteriormente, cabia somente à família, o afeto.

Viver em família remete a um modo de se tratar mutuamente, de cuidar de cada um e da própria vida familiar, carregado de afetividade, com sentido nem sempre explicitado e sob o peso de tradições passadas de geração em geração (SZYMANSKY, 2006, p.82).

A discussão sobre as questões relacionais não é recente, inquieta o íntimo daqueles que se incomodam com as dificuldades do outro, mobilizando pessoas a buscarem respostas.

Dubar (2005) é trazido para essa reflexão pela pertinência dos seus estudos, assim como Szymansky, aprofundam o olhar sobre a família dissecando as variantes que a envolve. Não se detém na superficialidade rotulando, inserem-se em suas particularidades para entender suas razões.

Dubar (2005) se valendo da teoria piagetiana, aponta que a educação moral e as regras de cooperação endossam as práticas educativas das famílias. Entende-se que essas regras de cooperação compreendem ações participativas, de indivíduos autônomos e atuantes, sem medo de punição pelos erros.

Discorre sobre as diferenças de estruturas ambientais das famílias e como influenciam no processo de aprendizagem. Aponta que o processo de socialização acontece por meio da interação do sujeito com o objeto, que o capacita a realizar operações racionais, ao mesmo tempo em que essa construção o torna apto à cooperação, ou seja, a construção e validação das regras e normas que regulam a sociedade. (DUBAR, 2005)

Essa interação é propiciada pela família, na figura do cuidador², e o objeto que se apresenta são as regras de convívio. Como lidar com o outro, com os anseios, os limites, como agir nos conflitos, inerentes ao ser humano, mas que não precisa ser fonte de violência.

Cada família circula num modo particular de emocionar-se, criando uma 'cultura' familiar própria, com seus códigos, com uma sintaxe própria para comunicar-se e interpretar comunicações, com suas regras, ritos e jogos. Além disso, há o emocionar pessoal e o universo pessoal de significados (SZYMANSKY, 2006, p. 25).

No entanto, a maneira como esse cuidador lida com a sua própria socialização darão o tom às práticas que utilizará na socialização da criança. A forma como lida com a conformação às regras às quais está sujeito, propiciará a escolha das estratégias com as quais atuará na socialização da criança. Ressaltam-se a responsabilidade dos pais ao delegar a terceiros, mesmo que pessoas de sua confiança, as implicações desse processo.

Os conhecimentos construídos permitem ao sujeito entender o que o cerca e aos outros, levando-o à cooperação. Ou seja, construindo conhecimentos referentes ao mundo e ao outro que integra o(s) grupo(s) do(s) qual(is) participa, o indivíduo vai se socializando e participando da validação ou construção de novas regras sociais.

Como contribuição a essa discussão apresenta-se as pesquisas mencionadas nos estudos de Dubar (2005), sobre os mecanismos responsáveis pela desigualdade social e fracasso escolar realizadas por Lautray (1984), Bernstein (1971) e Estabelet, (1971).

Lautray (1984) trabalha com a hipótese de que as condições de vida e de trabalho ligados ao estatuto socioeconômico dos pais determinam as práticas educativas

² Cuidador é um termo utilizado em literatura específica, pessoa da família ou agregado, figura importante no processo de socialização da criança, além da mãe.

que, por sua vez, influenciam o desenvolvimento intelectual da criança (LAUTRAY, 1984 apud DUBAR, 2005).

Na concepção de Lautray (1984) a estrutura familiar pode ser organizada em fraca, rígida e flexível enquanto a determinação de regras, valores e práticas educativas que propiciem aprendizagem. A estrutura fraca compreende uma família que não possui regras de convivência claras e possui poucos estímulos internos para proporcionar à criança oportunidade de desenvolvimento cognitivo e autonomia. A rígida possui regras fixas e baseadas em punição diante do erro e, do ponto de vista de aprendizagem, é pouco favorável para o processo de construção da aprendizagem. A flexível possui regras condicionais e simultaneamente possui oportunidades de desequilíbrio e estruturação que estimule o processo de aprendizagem da criança. (LAUTRAY, 1984 apud DUBAR, 2005).

Os resultados apresentados Lautray (1984) indicam que do ponto de vista do estágio de desenvolvimento operatório, crianças educadas em ambiente flexível estão em avanço em relação aos outros dois grupos. Ele estabelece uma correlação entre a profissão do pai e as regras estabelecidas na família. Considera que quanto mais elevada a profissão do pai do ponto de vista social, mais flexível a estruturação familiar, ao passo que o contrário também é verdadeiro. Ou seja, as vivências profissionais não estão dissociadas da construção do indivíduo, são construções que o levam a se modificar e reproduzir ações, estratégias e conceitos. (LAUTRAY, 1984 apud DUBAR, 2005).

Já Bernstein (1971) questiona se o sucesso escolar se mede pelo estágio de desenvolvimento mental ou pelo grau de adequação das regras, valores e signos do universo familiar e escolar. A pesquisa aponta que o código lingüístico que rege as comunicações, principalmente entre a mãe e a criança, é de grande importância para o sucesso escolar. Famílias que têm um vocabulário restrito as crianças tendem a ter rendimento diferente da criança que tem em casa pais com vocabulário mais rico. (BERNSTEIN, 1971 apud DUBAR, 2005)

Estabelet (1971) em sua pesquisa assinala a influência do nível de instrução e da origem social das mães sobre o sucesso escolar dos filhos. O autor afirma que é forte a influência da mudança biográfica e cultural de gerações sobre o rendimento escolar da criança. (ESTABELET, 1971 apud DUBAR, 2005).

Nesse sentido Dubar (2005) aborda a importância da socialização, realizando uma distinção entre socialização primária e socialização secundária. Pela socialização

primária, a criança é imersa no mundo social, um mundo simbólico e cultural; no entanto, ela não apreende esse mundo como uma possibilidade, como um universo possível entre todos, mas como “[...] o único mundo existente e concebível, o mundo *tout court*³.” (DUBAR, 2005,p.120) Essa imersão se faz a partir de um conhecimento de base que serve de referência para que ela consiga objetivar o mundo exterior, ordená-lo por intermédio da linguagem, bem como refletir e projetar ações passadas e futuras. É a “incorporação desse “saber básico” no e com o aprendizado “primário” da linguagem (falar,depois ler e escrever) que constitui o processo fundamental da socialização primária, já que assegura simultaneamente “a posse subjetiva de um eu e de um mundo” e, portanto, a consolidação dos papéis sociais [...]” (DUBAR, 2005, p.120-121). Os saberes básicos incorporados pelas crianças dependerão, não somente das relações entre a família e o universo escolar, mas também de sua própria relação com os adultos responsáveis pela socialização.

Assim, destaca-se a importância da socialização primária, do papel da que a família desempenha para a criança. Entretanto, Berger e Luckman (1996, p. 184) advertem que “[...] a socialização nunca é total nem está jamais acabada”. Para eles, é preciso investigar como é mantida na consciência a realidade interiorizada na socialização primária e como ocorrem as interiorizações da socialização secundária. Sobressai assim a importância da socialização que ocorre na escola.

ESCOLA

Segundo Szymansky (2010) a escola, assim como a família, tem como função preparar os jovens para a inserção social, possui regras de convivência, articulando conhecimentos produzidos socialmente. Difere da família por realizar o processo de socialização por meio do currículo, considerando os aspectos cognitivos, afetivos e procedimentais.

Dessa forma, o foco central da escola é a apreensão do conhecimento, partindo do currículo e das práticas pedagógicas que lhe são próprias, priorizando as atividades educativas formais. Para Dessen e Polonia (2007) a escola é um espaço adequado ao

³ *tout court* 'tal qual, sem nada a acrescentar' –tradução: <http://www.dicionarioinformal.com.br>

desenvolvimento da aprendizagem, pois considera os aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos na formação do indivíduo.

Como um microsistema da sociedade, ela não apenas reflete as transformações atuais como também tem que lidar com as diferentes demandas do mundo globalizado. Uma de suas tarefas mais importantes embora difícil de ser implementada, é preparar tanto alunos como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo (DESSEN, POLONIA, 2007, p. 25).

A educação formal não pode ser realizada sem estar contextualizada em seu tempo e espaço. O desenvolvimento da criticidade, por exemplo, nem sempre foi o objetivo da educação brasileira. Oliveira (2002) apresenta um rápido panorama histórico brasileiro da evolução da educação e mostra que esta sempre foi utilizada por minorias com interesses próprios.

No período da colonização brasileira a educação, a cargo da Companhia de Jesus, esteve a serviço da igreja católica, utilizando-se de instrumentos de coerção. Com a chegada da família real, Marquês de Pombal expulsa os jesuítas e assume a educação formal, colocando-a a disposição para a manutenção e proteção da família real com o objetivo de formar uma elite de dirigentes. Esse é o panorama de Oliveira (2002) que permitiu esse retrospecto da escolarização no período colonial do país.

Em 1824 surge a idéia de escola pública, mas somente após a Revolução de 30 que ocorrem transformações no país com um ideal libertário de que a escola deveria formar indivíduos esclarecidos e cientes da cidadania.

Apesar de vigorar por muito tempo apenas nas camadas sociais mais abastadas, e só se estender às meninas no final do séc. VXIII e início do séc. XIX, a escolarização foi fundamental para a construção da civilização moderna (BERTHOULD, 2003, p. 28).

E na Constituição (BRASIL, 1988) que se estabelecem com clareza os papéis da família e do poder público e a natureza do ensino público e gratuito, esclarecendo que o ensino é direito de todos e dever da família e do Estado. O § 3º do artigo 208 assinala a responsabilização dos pais quanto ao acompanhamento e da frequência escolar dos filhos.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

No mesmo sentido o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, em art. 4º assevera:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Segundo Szymansky (2006) a família vê na educação formal oferecida pela escola a possibilidade de inserção social e profissional do filho e a ele transfere a expectativa de inserção social que não teve acesso. A família de classe social menos favorecida acredita que a educação formal é a saída para suas dificuldades socioeconômicas, estabelecendo uma expectativa de vida sobre a instituição.

A vivência que a criança traz carregada da prática educativa familiar é o ponto de partida para a aprendizagem escolar e Paro (2008), assim como Szymansky (2010), fazem diferenciação entre a prática educativa da escola e da família. Concordam que há particularidades que não cabem à família, pois a escola é quem provê a sistematização dos conteúdos específicos, fundamentais para a manutenção do saber construídos pela sociedade.

RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA

Se a prática escolar é sistematizada por currículo, como se definiria a prática educativa familiar e como se dá sua sistematização? Segundo Szymansky (2006), a prática educativa familiar é o processo de socialização que tem os membros mais velhos da família como agente e os mais jovens como receptores. Nesse processo é transmitido a cultura familiar, seus valores e afetos, por meio das quais se fundamenta a constituição identitária desse microsistema.

Esse processo se constrói ao longo da existência dessa família, não tem um tempo fixo, se constitui da troca contínua de sentimentos, relações e conhecimentos, possibilitando a cada membro a internalização do sentimento de pertencimento.

O mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo. Desconsiderar isso é ter a vã pretensão de colocar essa multiplicidade de manifestações sob a camisa - de - força de uma única forma de emocionar, interpretar, comunicar (SZYMANSKY, 2006, p. 27).

O desenvolvimento dessa prática está diretamente ligado a escolaridade dos pais/cuidadores, o que não descarta excelentes práticas educativas entre pessoas de nível socioeconômico desfavorável.

Como já foi apontado por Dubar (2005) o sucesso dos resultados das boas práticas não está diretamente ligada à estrutura socioeconômico da família, mas às regras flexíveis e as possibilidades de estímulo à aprendizagem, assim para tratar das relações, faz-se necessário analisar os dois contextos formativos em que o sujeito está inserido, considerando a interdependência existente.

Dessen e Polonia (2007) discorrem quanto à força que a escola tem que desenvolver para levar o aluno a superação, afirmam que, se o trabalho pedagógico for inovador e estimulante, o aluno poderá superar a negatividade do meio. Considerando a negatividade como a desestrutura socializadora da família.

O desenvolvimento ocorrerá mais plenamente se contar com a participação da família. Assim, estudar a influencia dos diversos contextos e sua inter relação no desenvolvimento da criança pode levar a identificação dos aspectos dificultadores que interferem e que impedem que as ações sejam colaborativas.

Aqui se encontra o ponto de convergência do estudo, as práticas educativas da escola e da família, que dividem a responsabilidade, têm a função de socialização e formação do indivíduo, porém diferem em estratégia e estrutura e se complementam. Essa relação poderia ser harmônica, porém há algumas divergências.

Dessen e Polonia (2007) afirmam que há uma crescente preocupação da parte das famílias em investirem no acompanhamento escolar dos filhos, utilizando-se de estratégias e controle das atividades escolares.

E a escola que cobra a participação da família, segundo Paro (2008) tem uma idéia fixa de que não há participação dos pais na gestão pública, de que a comunidade nem cogita a idéia de participar.

São pontos contraditórios, ambos têm ações que compartilham o mesmo objetivo, possuem estratégias que convergem, no entanto, não dialogam, mantêm-se cada qual no seu espaço.

Entretanto, os estudos de Paro (2008) apontam para hipóteses que tentam aproximar família e escola. Sugere que, do ponto de vista da família, há um "medo" do desconhecido, a maioria dos pais não tem noção das particularidades que envolvem as questões pedagógicas, assim não sabem até onde ou em que podem participar. Têm medo das represálias que supostamente a criança pode sofrer, caso ocorra algum atrito entre os pais e o pessoal da escola. As pessoas, principalmente das camadas sociais mais baixas, têm receio da instituição escolar.

É possível inferir neste ponto da reflexão que, se há certo receio da família em participar da escola, também há uma grande necessidade da parte da escola que os pais estejam presentes na gestão e no acompanhamento da vida escolar do filho.

Bordenave (1989) oferece grande contribuição nos estudos sobre a importância da participação.

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, bem como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros (BORDENAVE, 1989, p.16).

Se a participação oferece benefícios a todos os envolvidos no processo, para Bordenave (1989) há vários níveis de participação que depende das condições internas e externas que favorecem ou desfavoreça o envolvimento.

Para Szymansky (2010) a relação de parceria acontecerá quando houver um respeito mútuo entre os parceiros, despidos de preconceitos aceitando o que pode ser oferecido, na proporção que é possível.

O "fechamento" que a escola adotaria segundo Paro (2008), em sentido de qualquer participação, estaria ligado ao constrangimento que pessoas de camadas sociais menos favorecidas de se relacionar com pessoas com nível de escolaridade, nível econômico e status social acima dos seus. Aqui não ficou claro se a escola é quem fecha ou os pais sentem-se constrangidos. Talvez tenha que reestruturar o parágrafo .. Paro (2008) sinaliza que há um "fechamento" a participação das famílias na escola...

A respeito do distanciamento entre escola e família Szymansky (2006) afirma que ocorrem embates e lutas internas para estabelecimento de regras e ocupação de espaços, relações e processos visíveis e invisíveis, papéis instituídos e disciplinadores.

Os melindres dessa relação também são citados por Silveira e Wagner (2012) quando relatam o fato da família saber que seus filhos não têm um comportamento desejável pela escola e que, a equipe escolar identifica isso como ineficiência do papel socializador da família.

Havendo divergências entre as regras e valores propostos pela escola e pela família será difícil estabelecer o diálogo e por extensão a parceria. As cobranças efetivadas pela escola precisam encontrar eco na família, pois se a família não validar a tomada de decisão da escola, o distanciamento será inevitável, dificultando ou rompendo o entendimento entre ambas.

A escola precisa olhar para si mesma e estender o olhar para a comunidade onde está inserida, Bezerra e Sena (2010) asseveram que desta forma a família vai olhar para a escola, reconhecer-se e estabelecer um sentimento de pertencimento. Dessa forma, a família passaria a participar nos momentos em que é convocada, e sentir-se-ia segura para estabelecer parceria com a escola.

Entedemos que encontrar o caminho para relações de parceria pode ser uma experiência significativa, resultando em melhorias nas interações humanas, no ensino, na preservação das instalações físicas e combate da violência dentro e fora da escola.

Pode ser a luz de um novo tempo na educação: aproveitamento das experiências familiares na construção do saber e das ações da escola. (BEZERRA, SENA, et al, 2010, p. 289).

Essa parceira na construção do saber e das ações da escola poderá assegurar não somente a melhoria da relação, tornando-a mais saudável, como atingir a melhoria na aprendizagem da criança, atingir melhores resultados no sistema educacional e interferir nas políticas educacionais.

CONSIDERAÇÕES

O homem não vive em isolamento, direta ou indiretamente, precisa do convívio social, de sentir-se pertencente a um grupo, seja familiar, profissional ou social.

Necessita de regras, normas e valores que dêem o direcionamento de como agir, garantindo a sua continuidade.

Os agentes de socialização que se inicia com a mãe, se ampliam aos demais integrantes da família, ampliando também o contato com o sistema social. É nesse início de processo socializador que a família passa a contar com a escola, considerando suas especificidades quanto a ser aquele que proporcionará à criança o contato com a produção de conhecimento da sociedade na qual está inserida.

Família e escola passam a partilhar o processo de socialização da criança, cada qual com seu conjunto de regras, normas e valores, aos quais também têm correspondência aos mecanismos punitivos.

A família idealizada pela escola, hoje, está reestruturada, recomposta, monoparental, conta com um adulto cuidador de quem é cobrada a participação das reuniões de pais, conselhos escolares, a acompanhar tarefas escolares. Pode-se inferir que as características familiares não estão levadas em consideração pela escola, que espera uma prática educativa da família que promova sucesso escolar.

A escola idealiza a família como se ainda fossem constituídas de pai, mãe e filhos, com tempo disponível para todas as vezes que esta os convocarem. Ressente-se pelo afastamento, tem que enfrentar sozinha as questões sociais que dentro da instituição se traduz com ações de enfrentamento e violência.

Os pais quando percebem as ações de transgressão praticadas pelos filhos sofrem e, por vezes, discordam das decisões da escola. Há distinção entre os valores das práticas educativas da família e da escola, são dissonantes, gerando pontos de tensão.

Uma relação difícil de estabelecer-se enquanto não olharem para si e para o outro. Encontrarão harmonia quando se vendo, perceberem o quanto são semelhantes e interdependentes.

Cabe à escola receber a comunidade para juntas estabelecerem ações conjuntas partindo do projeto educativo, propiciando momentos de reflexão para que a família se sinta pertencente ao contexto escolar, convidá-los a frequentar a escola em momentos agradáveis e não apenas para comunicar atos indisciplinados praticados pelos filhos.

A relação será harmoniosa quando estabelecerem limites objetivos e valores consistentes para as práticas educativas que cada uma tem como função.

A parceria possível entre a família e a escola poderá ser estabelecida quando houver da parte da escola um olhar particularizado para a família, considerando sua dinâmica e o nível de parceria que esta pode oferecer. Entre ambas o estabelecimento de

relação harmoniosa, dividindo o papel de socializadora, cabendo à família a segurança e o afeto e à escola espaço de possibilidades para a aprendizagem cognitiva, afetiva e social, propiciando o desenvolvimento integral do indivíduo.

REFERÊNCIAS:

AQUINO, J.M. **O efeito da família sobre o desempenho educacional da criança: uma análise do ensino fundamental brasileiro**. 2008. 76 f. Dissertação (Mestre em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, S.P. 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../96/...28042008.../JulianaMariaAquino.pdf>

Acesso em 26 mai 2012.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999,

BERTHOUD. C.M.E. (Org.). A Parentalidade ontem e hoje. In: _____ **Re-significando a Parentalidade: os desafios de ser pais na atualidade**. Taubaté, São Paulo: Cabral, 2003.

BEZERRA, Z.F.; SENA, F. A.; et al. Comunidade e Escola: reflexões sobre uma integração necessária. **Educar**. Curitiba, PR., v. 43, n. 37, p. 279 - 291, maio - ago 2010. Disponível em:

<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewArticle/12695>>

Acesso em 26 mai 2012.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação?** 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. Lei nº 6515, Brasília, D.F., 1977.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm>

Acesso em: 16 abr 2012.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF., 1988.

Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>

Acesso em: 16 abr 2012.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069/90. Brasília, DF., 1090.

Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>

Acesso em: 16 abr 2012.

CARVALHO, M.E. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, SP. n. 110, p. 143 – 155.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a06.pdf>
Acesso em 02 abr 2012.

DESSEN, M.A.; POLONIA, A.C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**. Brasília, Distrito Federal, 2007, v. 17 , n. 36, p.21-32. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>>
Acesso em 21 mai 2012.

DUBAR, C. **A Socialização: Construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GATTI, B.A.; BARRETO, E.S.S.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte**. UNESCO. Brasília, D. F.: set 20011.

MOROZ, M. ;GIANFALDONI, M. Helena. et all. O processo de pesquisa : iniciação. Brasília : Plano, 2002. (Série Pesquisa em Educação v. 2).

OLIVEIRA, L.C.F. **Escola e Família numa rede de (des)encontros: um estudo das representações de pais e professores**. Taubaté, SP: Cabral, 2002.

PARO, V.H. **Gestão Democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2008.

POLONIA, A.C.; DESSEN, M.A. em Busca de uma Compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar e Educacional**. Maringá, PR. v.9,n.2, p. 303-312, out 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf>>
Acesso em 02 abr 2012.

SILVEIRA, L.M.O.B.; WAGNER, A. Relação família - escola: práticas educativas utilizadas por pais e professores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. Itatiba, SP., (ABRAPEE). v.13, n. 2, p. 283 - 291, jul - dez 2009. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/pee/v13n2/v13n2a11.pdf >
Acesso em 26 mai 2012.

SZYMANSKY, H. Teorias e "Teorias" de Famílias. In: CARVALHO, M.C.B.C. (Org.) **A Família Contemporânea em Debate**. 7 ed. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2003, p. 23 - 27.

SZYMANSKY, H. **A Relação Família/Escola: desafios e perspectivas**. 2 ed. Brasília, DF: Liber, 2010

SZYMANSKY, H. Práticas Educativas Familiares e o Sentido da Constituição Identitária. **Paidéia**. Ribeirão Preto: SP, 2006, v. 16, n. 33, p. 81 - 90, jun 2006.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n33/11.pdf>>
Acesso em 14 mai 2012.

A FAMÍLIA NAS POLÍTICAS SOCIAIS: considerações sobre o Programa Bolsa Família

Marcelo Couto Dias

Licenciado em Ciências Sociais pela UFBA e mestrando do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da UCSAL. E-mail: mcoutodias@gmail.com

RESUMO

O presente artigo discute a escolha da família como referencial e parceira nas políticas sociais. Na primeira parte é feita uma revisão da literatura que trata do tema família e políticas sociais. Na segunda parte, procede-se uma descrição do Programa Bolsa Família, apoiada nas publicações do Ministério do Desenvolvimento Social. Por fim, as implicações do programa são analisadas a partir dos resultados de estudos de avaliação, e das considerações recolhidas da literatura sobre família e políticas sociais. Conclui-se que, apesar de constituir-se um avanço no enfrentamento das situações de pobreza, considerando que o objetivo é colaborar na proteção contra os riscos sociais que afetam as famílias, é preciso que o programa contemple ações voltadas para a consolidação tanto dos vínculos familiares que promovem os bens relacionais, quanto das redes de solidariedade tão comuns entre as famílias pobres.

PALAVRAS-CHAVE: família; políticas sociais; Bolsa Família

ABSTRACT

This paper discusses the choice of the family as a benchmark and partner in social policies. The first part is a revision of the literature that deals with the topic of family and social policies. In the second part, it's done a description of the Bolsa Família Program, supported in the publications of the Ministry of Social Development. Finally, the implications of the program are analyzed from the results of evaluation studies, and considerations taken from the literature on family and social policies. We conclude that, although it is a step up in facing

poverty, considering that the goal is to collaborate in the protection against social risks affecting families, it is necessary that the program contemplates actions for both the consolidation of ties family that promote relational goods, as networks of solidarity, common among poor families.

KEY-WORDS: family; social policies; Bolsa Família program

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tanto as pesquisas quanto os processos de formulação de políticas sociais, têm chamado atenção para a necessidade de se reconsiderar o papel da família na proteção dos indivíduos. Isso acontece, entre outros motivos, em razão da necessidade de se encontrar alternativas mais eficazes no que se refere à superação da pobreza e demais situações de vulnerabilidade, num contexto marcado pela inexistência ou insuficiência dos sistemas de proteção social (IVO, 2008; BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

Entre os esforços empreendidos neste sentido, ganhou destaque no cenário brasileiro a criação de alguns programas de transfêrencia de renda com condicionalidades que em 2003 foram unificados por meio do Programa Bolsa Família.

Considerando a relevância e a abrangência desse programa, o presente artigo, na primeira parte, faz uma breve revisão das considerações feitas pela literatura especializada acerca da relação família e políticas sociais. Em seguida, é feita uma breve descrição do Programa Bolsa Família e, por fim, discute-se os seus impactos e limitações a partir de alguns estudos de avaliação elaborados no Brasil a partir da criação do referido programa.

FAMÍLIA E POLÍTICAS SOCIAIS

Já no início da década de 90, Lopes e Gottschalk (1990) chamavam a atenção para a relação entre as situações de pobreza e os tipos familiares. Para estes autores, as características das famílias determinam oportunidades diferentes no que se refere à satisfação das necessidades sociais básicas e às chances de superarem o círculo de reprodução intergeracional da pobreza.

Alguns autores (SOUZA, 2000; SARTI, 2004; SUNKEL, 2006; PETRINI, 2007) já têm chamado atenção para a necessidade de se conhecer melhor as famílias e os impactos das políticas sociais sobre elas, como condição para o aperfeiçoamento do processo de elaboração das políticas de enfrentamento da pobreza na América Latina.

Esse mesmo chamado de atenção tem aparecido nas publicações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Cepal, especialmente no *Panorama Social da América Latina*. Já em 1996, ao tratar do aumento da delinquência, sugeria-se como alternativa a reforma do processo educativo e o reforço do núcleo familiar (CEPAL, 1996). Em período mais recente, enfrentando a questão da proteção social dos indivíduos no contexto da crise internacional, a mesma Cepal destacava a importância de medidas para “ajustar o regime de bem-estar às grandes transformações das famílias, à mudança no papel das mulheres e preparar-se para os desafios das dinâmicas demográficas” (2009, p. 61).

Não é nova esta discussão sobre a relação entre políticas sociais e família. A necessidade de compreendê-la já pode ser encontrada nas principais análises sobre os regimes de *Welfare state*. O próprio Esping-Andersen, autor que ganhou destaque no cenário acadêmico internacional por suas análises acerca dos regimes de bem-estar, afirma que “o *welfare state* não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias. Também precisamos considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social” (1991, p. 101). Uma boa síntese desta relação pode ser encontrada no *Texto para Discussão n. 699* do IPEA, onde se lê:

Há uma certa dependência mútua entre padrões de *Welfare State* e organizações familiares. Por um lado, as políticas sociais afetam a composição e a organização dos arranjos familiares. Por outro lado, a promoção do bem estar dos indivíduos depende da existência de determinados tipos de arranjo familiar. A influência recíproca faz com que mudanças de um lado demandem ajustes do outro (SOUZA, 2000, p. 5).

Assim, as políticas que objetivam enfrentar as situações de vulnerabilidade vivenciada pelos indivíduos, especialmente a pobreza, devem tomar a unidade familiar como base, a fim de que a função protetiva da família não seja prejudicada, mas sim reforçada pela ação do Estado. É o que já sugeriam alguns autores quando propunham um reforço da proteção à família.

De fato, a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independente das múltiplas formas e desenhos que a família

contemporânea presente, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais (CARVALHO, 1994).

Não são nem as razões ideológicas nem mesmo as sociológicas as que nos parecem mais adequadas para justificar a tomada da família como referência de programas sociais para a pobreza [...] são, sobretudo as dimensões captadas pela antropologia e, eventualmente pela economia, as que sustentam, a nosso ver, suposições sobre a maior eficácia e efetividade do referencial empírico familiar (DRAIBE, 1994).

Quando Draibe fala das “dimensões captadas pela antropologia”, está chamando atenção para os estudos sobre famílias pobres que captaram o modo integrado com que agem, visando otimizar o acesso e a distribuição dos recursos. Estes comportamentos, se forem reconhecidos e valorizados, podem favorecer a consecução do objetivo das políticas sociais, qual seja, a proteção dos indivíduos.

Nesta mesma linha argumenta Sarti (2004, p. 202) ao afirmar que “a primeira característica a ressaltar sobre as famílias pobres é a sua configuração em rede” e não em núcleo, como se afirma comumente, e Souza (2002, p. 2) ao relatar que estudos antropológicos “entendem famílias como grupos de parentes que se relacionam com certa intensidade e regularidade e, portanto, não são limitados pelas fronteiras do domicílio”. Esta constatação tem implicações diretas sobre as ações com famílias que, na maioria das vezes, confundem família com unidade doméstica “desconsiderando a rede de relações na qual se movem os sujeitos em família e que provê os recursos materiais e afetivos com que podem contar” (SARTI, 2004, p. 202). Por isso, é importante avaliar os impactos das políticas sociais sobre a realidade familiar, a fim de que esta rede de relações seja preservada e continue favorecendo o bem-estar dos indivíduos.

Considerando que entre família e política social os efeitos e impactos são mútuos, é nessa perspectiva que a relação entre elas deve ser analisada (DRAIBE, 2007). As políticas sociais podem, por exemplo, alterar o papel da mulher na família, mesmo que este não seja o seu objetivo. Draibe (2007) mostra que os seus efeitos podem ir tanto no sentido de uma maior participação da mulher no mercado de trabalho, quanto no sentido de reforçar a sua permanência junto à família e no desempenho dos cuidados domésticos. Nesta perspectiva, programas de renda mínima podem ser entendidos como uma espécie de remuneração pelo trabalho de cuidados (com as crianças, os enfermos, os idosos).

Outro ponto considerado pela literatura é a existência de arranjos familiares mais vulneráveis à pobreza. Considerando o mercado, o Estado e a família como pilares de sustentação dos indivíduos, Souza (2000, p. 4) argumenta que “o Estado acionaria políticas de proteção quando os indivíduos não pudessem contar com o mercado para garantir o seu bem-estar” e as lacunas não preenchidas pelo mercado nem pelo Estado ficariam sob a responsabilidade das famílias. Por isso, é importante que as políticas sociais considerem aquelas formas de organização familiar que compõem os grupos mais vulneráveis à pobreza da sociedade. Um exemplo importante é dado por Esping-Andersen ao afirmar que “the new, ‘a-typical’ family forms (especially single parent) are often highly vulnerable to poverty; in contrast, two-income households are a vastly superior hedge against poverty”¹ (*apud* SOUZA, 2000, p. 5). Sarti (2004), diante da mesma constatação, argumenta que é necessário promover ações no sentido de prevenir este quadro

Entretanto, se a vulnerabilidade maior se encontra nas famílias chefiadas por mulheres, situação que torna frágeis mãe e filhos, trata-se de promover condições que permitam reverter essa situação, pelo fortalecimento tanto do lugar social da mulher, quanto do lugar do homem na família. As crianças serão seguramente beneficiadas (2004, p. 209).

É também importante frisar que as políticas sociais em favor das famílias devem reconhecer que alguns bens não podem ser adquiridos pela via do mercado, mesmo que o indivíduo esteja plenamente inserido nele. Carvalho (2003, p. 268) ressalta que para algumas destas necessidades os indivíduos “dependem dos serviços públicos ofertados pelo Estado; outros bens e serviços dependem da família, pela via de sua condição de provedora de afeto, socialização, apoio mútuo e proteção”. Estes bens ofertados exclusivamente pelas famílias são os que Donati citado por Petrini (2010a) define como bens relacionais.

A família pode oferecer alguns bens que dependem dos vínculos que se estabelecem entre os seus membros por causa da natureza específica de suas relações – os bens relacionais: a paternidade, a maternidade, a filiação, que vão além do afeto, do apoio mútuo e da proteção e constituem bens que somente a família pode proporcionar (2010a, p. 221)

Assim, considerando o capital social como o conjunto de recursos que um indivíduo ou grupo pode obter a partir de sua posição em uma rede de relações sociais estáveis (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; COLEMAN, 1990), poderíamos falar de uma “capital social familiar”. Este seria constituído de bens relacionais gerados em modo não competitivo entre os familiares. Nas relações familiares de plena reciprocidade e de cooperação entre os

¹ Tradução livre: “As novas, ‘atípicas’ formas familiares (especialmente a monoparental) são muito mais vulneráveis à pobreza; ao contrário, duas pessoas, ambas com renda, vivendo juntas, representa uma cobertura muito superior contra a pobreza.”

sexos e entre as gerações cria-se o ambiente micro-social necessário para a geração e o aprendizado de recursos emotivos, cognitivos, normativos e valorativos que estão na base da construção de vínculos sociais (PRANDINI, 1998).

Podemos identificar no capital social familiar uma dimensão interna às relações familiares, como recurso que beneficia diretamente os membros da família e uma dimensão social, na medida em que os recursos apropriados pelas pessoas são, ao mesmo tempo, relevantes para o bom desenvolvimento da convivência em sociedade (PETRINI; FONSECA; PORRECA, 2010b). Os mesmos autores chamam atenção para o fato de que se trata de uma propriedade da relação e não dos indivíduos. A família é o lugar onde o capital social familiar é gerado para seus membros e para a sociedade, por criar vínculos intersubjetivos e sociais. No entanto, este capital depende de como a família está organizada e da qualidade de relações que são vividas. Nesse sentido, pode-se gerar mais ou menos capital, de acordo com suas características estruturais, podendo-se observar diferenças significativas nas famílias conjugais, nas parentais, nos vínculos temporários e nas diversas etapas do ciclo da vida familiar. As relações familiares podem também apresentar um déficit de bens relacionais e, nos casos de violência intra-familiar e de outros problemas, podem originar um capital social negativo.

O tempo é uma variável que influencia a geração e a forma do capital social familiar. Devem ser observados o contexto histórico cultural e o tempo do ciclo familiar juntamente com as interações entre seus membros, além de eventos especiais que porventura tenham ocorrido. A temporalização do capital social familiar é fundamental para evitar considerar esse conjunto de recursos como um estoque fixo de bens, sem dar-se conta que ele se modifica com o passar do tempo e com a variação de outras circunstâncias.

A compreensão do capital social familiar abre caminho para políticas públicas de tipo subsidiário que apresentem de modo explícito a finalidade de sustentar as relações familiares, quando que fragilizadas ou em situação de risco, para que as famílias sejam ajudadas a realizar suas tarefas próprias e não substituídas por órgãos públicos. Assim, é interessante lançar um olhar sobre as políticas dirigidas às famílias, a fim de verificar em que medida elas colaboram ou não para o fortalecimento das relações familiares.

Essas políticas que visam sustentar as relações são chamadas de “políticas familiares”, expressão muito usada nos ambientes acadêmicos e políticos da Europa, mas ainda com pequenas ocorrências na publicações brasileiras. Basta aqui recordar dois livros dedicados às políticas familiares, com a observação de que, na bibliografia que eles trazem, são referidos diversos textos que usam a mesma expressão já no título. *Le politiche familiari oggi* (Campanini, 1999); *Sociologia delle Politiche Familiari* (Donati, 2003).

Quando se fala em “políticas familiares”, opera-se uma distinção de outras políticas sociais que, mesmo quando elegem a família como parceira de suas propostas, não possuem as características próprias das políticas familiares. Nesse sentido, distinguem-se as políticas familiares das políticas de combate à pobreza ou de erradicação da violência, ou outras. Não se questionam as políticas sociais de combate à pobreza e outras, nem o fato de que elegem a família como uma parceira preferencial. Trata-se de definir melhor o que caracteriza a política familiar e a distingue de outras políticas sociais.

Um critério sintético para caracterizar uma política social como “familiar”, não é tanto o objeto de sua atenção, a família, mas o fato de estar orientada a sustentar as relações familiares, fortalecendo-as e tornando as famílias mais capazes de agir com responsabilidade diante das próprias circunstâncias de vida.

Porém, para se fala de política familiar é preciso enfrentar, de alguma maneira, a questão da definição de família. Alguns autores (Petrini, 2010a; Donati, 2008), assumem como núcleo do conceito uma característica que pode ser encontrada, em alguma medida, em todo e qualquer tipo de família, nas diferentes feições que vai assumindo atualmente: a cooperação entre os sexos e entre as gerações. São justamente estes aspectos que veem sendo postos em questão pela vulnerabilidade dos vínculos familiares e pelo individualismo da sociedade contemporânea.

O estudo de Pierpaolo Donati (2008) sobre as políticas familiares apresenta uma contribuição na definição de conceitos e de critérios de grande utilidade operativa para o estudo das políticas sociais dirigidas à família. O critério da delimitação das políticas familiares depende do modo segundo o qual, diferentes temas da vida social são considerados em função da família, das relações que seus membros vivem. É a orientação da ação que define uma política social como familiar (DONATI, 2008). Uma política é familiar se a

decisão política é tomada em função da família e não de outros objetivos, mesmo nobres e socialmente úteis. Uma política familiar reconhece a subjetividade social da família e a considera como titular de direitos e de deveres enquanto família, ou seja, reconhece a cidadania da família. Isto implica no reconhecimento de que os bens relacionais próprios da família, merecem proteção. Nesse sentido, “as políticas familiares chamam em causa a família como sujeito ativo, livre e responsável e não como mero destinatário passivo do programa de intervenção” (PETRINI, 2010). As políticas familiares estendem um olhar amplo às relações familiares e às redes que elas constituem para responder a suas necessidades, para fortalecer sua capacidade de ação positiva.

Outro ponto considerado por Donati (2008) e Petrini (2010) é o fato de que quando um governo realiza políticas familiares, não se move no horizonte do Estado assistencial, mas no de Estado subsidiário, que considera as famílias como ator responsável no plano público. Dizer que o Estado é subsidiário significa que tem o dever de intervir para fortalecer a família, mas tem, simultaneamente, o dever de valorizar e promover a própria família para que seja protagonista de sua vida, nunca se substituindo a ela em suas tarefas e responsabilidades (DONATI apud PETRINI 2010). O princípio da subsidiariedade entra sempre mais na definição de políticas sociais, pela capacidade que tem reorientar a ação pública. Evita o *lassaiz faire* do neoliberalismo, que se desinteressa dos problemas sociais mais agudos, e passa ao largo do estatismo, que sempre corre o perigo de tomar conta e definir o que cabe aos organismos intermediários, nesse caso, à família (PETRINI, 2010).

Estas considerações nos permitem compreender melhor o fato da família vir aparecendo cada vez mais nos programas e nas políticas sociais. Além disso, deixam evidente que não basta utilizar o termo família, é preciso estar atento ao bem que ela representa a fim de fortalecê-la.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Entre as políticas de fortalecimento da função protetiva das famílias estão os programas de transferência direta de renda que elegem a unidade familiar como foco. No caso brasileiro, temos o Programa Bolsa Família criado em 2003, como resultado da unificação de outros programas do mesmo tipo. Atualmente, o programa atende mais de 13 milhões de famílias com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais. Este programa tem sido considerado o carro-chefe da política social do governo federal que o considera um

importante instrumento para combater a miséria e a exclusão social e promover a emancipação das famílias mais pobres. A sua proposta tem sido elogiada, entre outros motivos, por ter conseguido atacar um grave problema brasileiro: a fome.

O Ministério de Desenvolvimento Social define o Bolsa Família como um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa visa contribuir para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Os valores dos benefícios pagos pelo PBF variam de acordo com as características de cada família - considerando a renda mensal da família por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, de gestantes, nutrizes e de componentes da família. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza (BRASIL, 2010a).

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2012a).

Esses programas complementares são ações que visam promover às famílias beneficiárias oportunidades e condições para superar a pobreza de forma sustentável. Abrange diferentes áreas como educação, trabalho, cultura, microcrédito, capacitação e melhoria das condições habitacionais (BRASIL, 2012b).

OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Diversos estudos têm analisado as características e as implicações deste programa na realidade das famílias beneficiárias. Sem a pretensão de esgotar o tema, esta seção do artigo pretende expor algumas considerações relevantes apresentadas nestas pesquisas.

Apesar do valor transferido ser muito baixo, uma pesquisa do Ibase, citada por Carvalho e Fernandes (2009), mostra um impacto positivo do Bolsa Família no que tange à garantia de melhores condições de alimentação a muitas famílias pobres.

É importante também ressaltar a relevância deste programa no que se refere à cobertura que, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, em 2012 ultrapassou o número de 13 milhões de famílias atendidas (BRASIL, 2012a). Mesmo assim, parte da população elegível continua não assistida (CARVALHO e FERNANDES, 2009). Além disso, muitas vezes são as mais necessitadas, que vivem na mais extrema pobreza, as excluídas, como relatam Sawaya e Solymos (2011) a partir de trabalhos realizados com famílias moradoras em favelas. Por isso, seria necessário envolver, no horizonte da subsidiariedade, outros agentes comunitários que teriam como tarefa identificar, visitar e acompanhar estas famílias mais vulneráveis, possibilitando que as mesmas se tornassem beneficiárias do programa, mas também tivessem acesso a outros serviços e informações relevantes.

Uma outra constatação importante mas pouco estudada é a redução da jornada de trabalho das mães beneficiárias, constatada por uma pesquisa empírica realizada por Tavares (2008). Se considerarmos a importância do contato da mãe com os filhos, sobretudo nos primeiros anos de vida, este seria um efeito indireto bastante positivo.

Na literatura sobre o Bolsa Família tem-se discutido bastante a existência de condicionalidades. Um bom mapeamento da discussão teórica sobre este tema pode ser encontrado no artigo de Monnerat *et al* (2007). Zimmermann (2009) reconhece a importância do Bolsa Família como instrumento de combate à fome, mas aponta uma série de limites ao analisar o Programa sob a ótica dos direitos humanos. Entre os pontos criticados pelo autor está a existência de contrapartidas que, se não forem cumpridas, podem implicar na perda do benefício. O autor argumenta que as condicionalidades ferem o direito incondicional de cidadania.

Ao propor as condicionalidades, o objetivo do governo era superar o processo de reprodução intergeracional da pobreza, à medida que fosse ampliado o acesso aos serviços públicos de educação e saúde. Porém, o fato é que o governo pouco tem feito no sentido de melhorar a oferta destes serviços, o que compromete a consecução do referido objetivo (CARVALHO e FERNANDES, 2009; IVO, 2011). Além disso, no caso da educação, a frequência não garante que o estudante esteja fazendo um percurso formativo capaz de produzir reflexos positivos no sentido da superação da pobreza.

Há ainda estudos que relacionam a política social do governo Lula com a política econômica herdada e mantida por este governo. Druck & Filgueiras (2007) concordam com Marques & Mendes (2007) ao afirmarem que as políticas sociais focalizadas e de natureza flexível, como é o caso do Bolsa Família, estão em total acordo com a política econômica que privilegia o capital financeiro. Druck & Filgueiras (2007) ainda acrescentam que o Programa, por estas mesmas características, enfraquece as lutas e a organização dos trabalhadores.

Entretanto, os impactos do Programa Bolsa Família sobre as relações familiares parece que ainda não recebeu tratamento adequado nos estudos de avaliação desta política, o que indica um caminho a ser percorrido pelas pesquisas em políticas sociais.

A superação das situações de vulnerabilidade vivenciadas por parte da população está intimamente relacionada à consolidação das relações de cooperação entre os membros da família e desta com o contexto comunitário, à medida que a cooperação nas famílias e entre famílias favorecem a construção de opções mais coletivas e eficazes na proteção dos indivíduos. É sabido que as políticas sociais afetam a composição e a organização dos arranjos familiares. Assim, a depender dos efeitos das políticas sociais sobre as relações familiares é possível que surjam novos riscos para os indivíduos o que demandaria novas iniciativas do Estado. Por isso, faz-se necessário um estudo detalhado das implicações das políticas sociais de combate à pobreza sobre as relações familiares e comunitárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente, numa análise mais detalhada do Programa Bolsa Família, a inconsistência tanto das posturas que o supervalorizam e depositam nele a solução para o problema da pobreza e demais vulnerabilidades das famílias brasileiras, quanto aquelas que o desqualificam, considerando-o simplesmente uma arma político-eleitoral.

A partir daquilo que foi exposto neste artigo fica claro que são necessárias pesquisas que avaliem as implicações do Bolsa Família e demais políticas sociais nas relações familiares. Pois, se há um consenso acerca da relevância da família na proteção e bem-estar das pessoas, é importante promover políticas que fortaleçam e promovam essas relações: não só aquela entre mãe e filho, mas também entre marido e mulher, e da família com as redes de solidariedade na qual estão inseridas e que muitas vezes chegam até a serem confundidas com

a própria família. Assim teríamos verdadeiramente políticas familiares e não só políticas dirigidas às famílias.

Considerando a relevância dos bens relacionais e o nexo destes com as relações de plena reciprocidade e cooperação entre os sexos e entre as gerações, em que consiste a família, são reconhecidas como políticas familiares aquelas orientações, medidas ou decisões de um sistema social cujo objetivo seja fortalecer as relações familiares e o protagonismo das famílias frente às circunstâncias da vida.

No que se refere especificamente ao programa, se o seu objetivo é colaborar na proteção contra os riscos sociais que afetam as famílias e seus membros, mais do que a transferência de renda e as condicionalidades, é preciso que contemple ações voltadas para a consolidação tanto dos vínculos familiares que promovem os bens relacionais, quanto das redes de solidariedade tão comuns entre as famílias pobres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Bolsa Família*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: jul. 2012a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Bolsa Família: programas complementares*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/programascomplementares>> Acesso em jul. 2012b.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: University of Chicago Press. 1992.

CAMPANINI, G. *Le politiche familiari oggi*. Milano: San Paolo, 1999.

CARVALHO, I. M. M. de; FERNANDES, C. M. Algumas considerações sobre o Bolsa Família. *Serviço social e sociedade*. São Paulo, n. 98, p. 362-387, abr./jun. 2009.

CARVALHO, M. C. B. de. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUTIAN, S. M. (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994.

CARVALHO, M. C. B. de. Família e políticas públicas. In: ACOSTA, A. R; VITALE, M. A. F. (Org.). *Família: rede, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2003. p. 267-274.

CEPAL. *Panorama social de América Latina*. Santiago, 1996.

CEPAL. *Panorama social de América Latina*. Santiago, 2009. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/37859/PSP2009-Sintesis-lanzamiento.pdf>>

COLEMAN, James. *Foundations of social theory*. Cambridge, Mass: Harvard University Press. 1990.

DONATI, Pierpaolo. *Sociologia delle politiche familiari*. Roma: Carocci, 2003.

DONATI, Pierpaolo. *Família no século XXI: abordagem relacional*. São Paulo: Paulinas, 2008.

DRAIBE, S. M. Por um reforço da proteção à família: contribuição à reforma dos programas de assistência social do Brasil. In: KALOUTIAN, S. M. (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994.

- DRAIBE, S. M. Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 27-64.
- DRUCK, G; FILGUEIRAS, L. Política focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. *Revista Katálysis*. Florianópolis. v. 10 n. 1 p. 24-34 jan./jun. 2007.
- ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do *welfare state*. *Lua Nova*. n. 24; set. 1991. p. 85-116.
- IVO, A. B. L. *Viver por um fio: pobreza e política social*. São Paulo: Anablume, Salvador: CRH/UFBA, 2008.
- _____. Os efeitos dos programas de transferência de renda sobre as desigualdades sociais no Brasil. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso da ALAS. Recife, 2011.
- LOPES, J. B.; GOTTSCHALK, A. Recessão, pobreza e família: a década pior do que perdida. *São Paulo em Perspectiva*, 4 (1), jan./mar. 1990.
- MARQUES, R. M; MENDES, A. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. *Revista Katálysis*. Florianópolis. v. 10 n. 1 p. 15-23 jan./jun. 2007.
- MONNERAT, G. L.; SENNA M. de C. M.; SCHOTTZ, V. *et. al.* Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. *Ciência & saúde coletiva*. vol.12 no.6 Rio de Janeiro: nov./dec. 2007.
- PETRINI, G. *Pós modernidade e família: um itinerário de compreensão*. Barú, SP: Edusc, 2003.
- PETRINI, G. Políticas sociais dirigidas à família. In: BORGES, A; CASTRO, M. G. (Orgs.) *Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2010a. p. 207-231.
- PETRINI, G.; FONSECA, R.; PORRECA, W. Pobreza, capital humano, capital social e familiar. *Memoradum*, 19, 184-197 out. 2010b.
- SARTI, C. Algumas questões sobre família e políticas sociais. In: JACQUET, C; COSTA, L. F. (Orgs.). *Família em mudança*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004.
- SAWAYA, A. L; SOLYMOS, G. M. B. A aventura do conhecimento. In: SAWAYA, A. L. (org.) *Desnutrição, pobreza e sofrimento psíquico*. São Paulo: Edusp, 2011.
- SOARES, F. V; RIBAS, R. P; OSÓRIO, R. G. Avaliando o impacto do Programa Bolsa Família: uma comparação com programas de transferência condicionada de renda de outros países. *Nota de avaliação*. n. 1. Brasília: Centro Internacional de Pobreza, 2007.

SOUZA, M. M. C. de. *A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, IPEA, 2000. (Textos para a discussão, n. 699).

SOUZA, M. M. C. de. *Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1978 e 1998*. Brasília: IPEA, 2002 (Textos para a discussão, n. 886).

SUNKEL, G. *El papel de la familia en la protección social en América Latina*. (Serie Políticas Sociales n. 120) Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

TAVARES, P. A. *Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

A PARENTALIDADE NAS FAMÍLIAS NEOCONFIGURADAS

Hilda Ledoux Vargas de Araujo¹

RESUMO: Esse artigo pretende analisar a parentalidade nas famílias *neoconfiguradas*, a partir da Constituição Federal de 1988. As famílias neoconfiguradas são aquelas formadas pelo casamento ou pela união estável, com filhos de um ou de ambos os membros do casal, provenientes de vínculos anteriormente desfeitos. Essas famílias estão presentes na sociedade contemporânea e a escassez de estudos jurídicos a respeito das relações de parentalidade, que nela, se estabelecem justificam a pesquisa. Para o desenvolvimento do artigo, foi utilizado o método dedutivo, com abordagem qualitativa, tendo como técnicas, a revisão de literatura e legislativa para estudar as relações de parentalidade que se estabelecem nas famílias neoconfiguradas, ambiente propício para manifestações de afeto e solidariedade, que extrapolam os laços da consanguinidade.

PALAVRAS-CHAVE: Parentalidade, famílias neoconfiguradas, filiação.

ABSTRACT: *This article analyzes the parenting in newconfigured families from the 1988 Federal Constitution. Newconfigured families are those formed by marriage or by stable union, with children of one or both members of the couple, from previously broken links. These families are present in contemporary society and the lack of legal studies on the relationship of parenting, which it, settle justify the search. For the development of the article, we used the deductive method with a qualitative approach, with the techniques, the legislative and literature review to study the relationship of parenting that are established in newconfigured families, environment for demonstrations of affection and solidarity which transcend ties of consanguinity.*

¹ Advogada, professora assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana, Ba. – UEFS, coordenadora do curso de Direito da Faculdade Anísio Teixeira, em Feira de Santana, Ba., mestre pela Universidade de Brasília - UnB e aluna regular do Doutorado pelo Programa de Pós Graduação *Strictu Sensu* em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador – UCSAL. E-mail: hildalvargas@hotmail.com

KEY WORDS: Parenting, nexconfigured families, filiation.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo apresenta os resultados parciais das pesquisas realizadas pela autora para o doutorado em Família na Sociedade Contemporânea, na Universidade Católica da Salvador – UCSAL e tem como tema a família contemporânea, delimitada para circunscrever-se ao exame da parentalidade nas famílias neoconfiguradas brasileiras, a partir da Constituição Federal de 1988.

A expressão família neoconfigurada foi cunhada pela autora, para tratar das famílias reconstituídas², também denominadas recompostas, reconstruídas, mosaico, tentaculares ou heterogêneas ou ensambladas, formadas pelo casamento ou pela união estável, com filhos de um ou de ambos os membros do casal, provenientes de vínculo(s) anterior(es)³, desfeitos, pela separação, divórcio ou viuvez.

Apesar de já ter recebido várias denominações, faltava, ainda, uma que retratasse, de forma mais adequada, essa configuração familiar. O prefixo *re* dá ao substantivo que o acompanha o sentido de “repetição, movimento para trás⁴”. Dessa forma, as denominações recasadas, reconstituídas, reconstruídas⁵ e recompostas podem inferir a ideia de reorganização de uma configuração familiar anteriormente desfeita, pelos membros que a integravam anteriormente. Tome-se o exemplo de um casal que se divorciou e depois de algum tempo, reconciliados, casaram-se novamente. Entende-se, então, que essa seria uma família recasada. Da mesma forma, poder-se-ia usar qualquer uma das demais expressões trazidas nesse parágrafo, caso a reconciliação se desse sem casamento, mas pela união estável entre os conviventes.

² GRISSARDI FILHO (2003, p. 261) prefere essa expressão, “por ser a expressão *constituir* a mais corrente na doutrina (constituir uma família, constituir o estado de casado)., no sentido de ser a base de uma nova família, pela dissolução da precedente. Não no ato de conciliar, como denota o verbo *compor*, do qual deriva palavra recomposta, menos própria, O prefixo *re*, da expressão eleita, embora possa sugerir a repetição da família anterior, significa antes, uma mudança de estado, o que, evidentemente, não é o mesmo que estabelecer outra vez a situação prévia, na medida em que novos membros a ela se integram, com desapareço ao cônjuge ou companheiro anterior.” (os grifos são do autor).

³ GRISARDI FILHO, 2003, p. 256.

⁴ PATROCÍNIO, 2011, p. 185.

⁵ Embora GRISSARDI FILHO (2003, p. 261) adote a expressão majoritariamente usada pela literatura especializada, por entender que ela se refere à constituição de uma família, ou do estado de casado, considero a expressão inadequada porque pode sugerir a reconstituição da mesma família anteriormente desfeita.

Nem mesmo as denominações até então aplicadas são capazes de trazer uma significação própria para as famílias neoconfiguradas porque confundem essa configuração familiar com um arranjo de peças isoladas (como sugere o termo família mosaico) ou ainda com aquela que *estende seus tentáculos*⁶ para abarcar outros entes além daqueles que compõem o núcleo familiar, como por exemplo, avós, netos(as), sobrinhos(as), tios(as), confundindo-a, dessa forma, com a família extensa⁷ ou extensiva.

Enfrentando a imprecisão denominativa para essas famílias a autora sugere e adota a qualificação *neoconfigurada*, considerando-a a mais adequada para denominar essas famílias porque expressa uma *nova configuração* familiar diferente da anterior. A escolha dessa nomenclatura encontra substrato no dicionário que confere à palavra *configuração* o significado de “forma exterior de um corpo; aspecto, figura, feitiço⁸”. O prefixo *neo* atribui o sentido de novo à palavra que integra⁹. Portanto, o adjetivo *neoconfigurada* nos remete à compreensão de um novo *status* familiar, com uma nova configuração (ou seja, com uma nova forma exterior).

É essa configuração familiar nova que compõe o objeto de estudo desse artigo. O exame do tema far-se-á tomando-se por referência temporal, a Constituição Federal de 1988, para se buscar identificar o tratamento jurídico conferido pelo direito brasileiro, às relações de parentalidade, nas famílias neoconfiguradas.

A relevância social e jurídica desse estudo revela-se, sobretudo, pela expressividade das famílias neoconfiguradas na sociedade brasileira contemporânea e pela escassez de estudos jurídicos a respeito das relações que, nela, se estabelecem.

Para o desenvolvimento do artigo, foi utilizado o método dedutivo de abordagem qualitativa, partindo “do geral para o particular, isto é, através de uma cadeia de raciocínio descendente com base em teorias ou leis, chegando-se a uma conclusão”. (FIGUEIREDO, SOUZA, 2005, p. 67).

Adotaram-se como métodos de procedimento, os métodos: histórico e funcionalista aplicado às ciências sociais, aliados aos métodos teleológico e sociológico, ou de inspiração sociológica, específicos da Metodologia Jurídica. Essa combinação de métodos é necessária porque “na busca por soluções para problemas na ciência do Direito não é bastante que se

⁶ Figura de linguagem usada para aproximar-se da família tentacular.

⁷ A família extensa ou ampliada é conceituada pelo parágrafo único do art. 25 do Estatuto da Criança e do Adolescente como “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”. (Lei 8.069/90. In: SARAIVA, 2011, p. 4 em 1, p. 972).

⁸ ROCHA, PIRES, 2005, p.187.

⁹ ROCHA, PIRES, 2005, P. 491.

utilize um desses métodos. No Direito exige-se o sincretismo metodológico que consiste na reunião artificial de vários métodos diferentes, de origens diversas”. (VIEIRA, 2005, p.99).

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se como técnicas: a revisão de literatura nas áreas do Direito e da Psicologia, tomando-se por referência livros e artigos científicos, assim como a revisão legislativa. As decisões judiciais apresentadas nesse artigo foram coletadas por meio de consulta a fontes secundárias, durante a revisão de literatura.

As conclusões apontam resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento.

2 AS FAMÍLIAS E O DIREITO NA CONTEMPORANEIDADE

O tema família “é, ao mesmo tempo, atraente e perigoso”, no dizer do historiador Casey (1992, prefácio), justificando sua afirmação no fato de que a popularidade do tema já fez com que se tornasse explorado por muitas áreas do conhecimento, como a História, a Antropologia, a Sociologia e a Psicanálise. Entretanto, por mais que se explore essa temática, será sempre atual e desafiadora, uma vez que a família se modifica, reestrutura-se, mas permanece viva no seio da sociedade, como forma de relação social constitutiva da espécie humana (PETRINI, 2004).

A conceituação de família apresenta dificuldades. Na Sociologia, essa conceituação é considerada “um quebra-cabeça”, uma vez que “cada cultura tem a sua própria representação da família”, nas palavras de Donati (2008, p.49), o que permite variadas conceituações. O conceito de família não é estático, mas dinâmico e reflete o contexto histórico e social de cada época, modificando-se à medida que se alteram as relações sociais, culturais, geração para geração¹⁰.

O contexto histórico, econômico, social e cultural do final do século XX e início desse século registrou profundas alterações no modo de vida das famílias, a exemplo do crescimento da longevidade humana, a participação da mulher no mercado de trabalho, o divórcio, o controle da natalidade, as tecnologias de inseminação artificial e fertilização *in vitro*, o reconhecimento jurídico das uniões homoparentais, dentre outras. Esses fatores propiciaram ambiente favorável para uma nova realidade: a multiplicidade de formas que pode assumir a família hoje. (AMAZONAS, BRAGA, 2006, p. 177-178)

¹⁰ GROENINGA (2003, p.9).

Sensível a essas mudanças socioculturais, a Constituição Federal de 1988 implantou um novo sistema jurídico em relação à família, estabelecendo, por força do art. 226¹¹ e seus parágrafos, um novo paradigma para o Direito de Família brasileiro, lastreado na igualdade, no afeto e na solidariedade.

A Carta Federal de 1988, ao promover a igualdade entre os cônjuges, assim como a igualdade entre os filhos do casal e aqueles havidos fora do casamento, proibindo a discriminação entre eles; reconheceu outras modalidades de entidades familiares, como a união estável e família monoparental (entendida como a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes), atribuindo a todas elas o *status* de família, acolhendo-as, sob sua proteção.

Permitiu, portanto, a Carta Magna, o surgimento da “nova família” ou da “família moderna”, “calcada muito mais no suporte emocional do indivíduo que no formalismo dos cartórios”, no dizer de LUZ (2002, p. 25) e implantou no Direito Brasileiro Contemporâneo, um novo paradigma para o Direito de Família.

Além do caráter eudemonista que marca a família contemporânea, não se pode olvidar o aspecto de pluralidade ou multiplicidade que assumem, as relações parentais e familiares, levando os estudiosos a afirmarem que “Nunca existiu ‘a família’ e, hoje, principalmente, o que há são ‘famílias¹²’”.

Em razão dessas mudanças paradigmáticas, elaboram-se novas e variadas entidades familiares, além daquela conceituada como nuclear, constituída pelas “pessoas que habitam o mesmo teto, em regra, o casal e os filhos, economicamente dependentes dos pais¹³.” Em suas pesquisas, Féres-Carneiro e Magalhães (2011, p. 119) identificaram, na atualidade, oito arranjos conjugais entre homens e mulheres hetero e homossexuais que dão origem a

¹¹ Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º - O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º - O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º - Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

§ 7º - Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. (Constituição Federal de 1988, In: SARAIVA, 2011, p. 79).

¹² AMAZONAS, BRAGA, 2006, p. 217

¹³ BRAUNER, 2001, p. 10.

configurações familiares que não estão previstas expressamente, no ordenamento jurídico nacional. São eles: “‘ficar com’, namoro, noivado, união estável, primeiro casamento, recasamento, casamento em casas separadas e poliamor”.

2.1 AS FAMÍLIAS NEOCONFIGURADAS

Dentre essas novas configurações familiares, encontra-se a família neoconfigurada. A psicanalista Kehl (2003) ressalta que “as separações e as novas uniões efetuadas ao longo da vida dos adultos foram formando, aos poucos, um novo tipo de família”, que ela chama de “tentacular” para se referir à família neoconfigurada. A psicanalista entende que a família tentacular contemporânea é “menos endogâmica e mais arejada que a família estável no padrão oitocentista” (2003, p. 169).

Entretanto, a configuração da parentalidade nesse contexto familiar não é simples. Por vezes, a parentalidade socioafetiva decorrente do convívio em família e da elaboração de laços e vínculos de afeto, se sobrepõe à natural, outras vezes, ao inverso, a natural se sobrepõe à socioafetiva e outras vezes, ainda, as parentalidades socioafetiva e natural convivem harmonicamente, como no caso de multiparentalidade, narrado por Arreguy (2010), que ela denomina de “adoção contingente”.

O Direito de Família não cuidou especificamente das relações de parentesco nas famílias neoconfiguradas, embora contidas no art. 1.593, caracterizadas como de “outra origem¹⁴”. Nessas famílias, a princípio, os filhos de um dos membros do casal, havidos de união anterior, não estabelecem relações de parentesco com o outro membro do casal. Destaca Dias (2009, p. 49) que “a tendência é considerar ainda como monoparental o vínculo do genitor com seu filho, até porque o novo casamento dos pais não importa em restrições aos direitos e deveres com relação aos filhos.”.

Na realidade das famílias neoconfiguradas, pode-se verificar o confronto entre a parentalidade afetiva e a natural ou a coexistência pacífica entre elas. Nesse sentido, Valadares (2010, p. 116) levanta os seguintes questionamentos: “Qual será o vínculo entre os meus, os seus e os nossos filhos? Poderia existir um vínculo paterno-filial entre seus membros capaz de repercutir efeitos no mundo jurídico?”.

¹⁴ Na ausência de uma nomenclatura adequada e específica para os membros dessa família, os filhos, em uma família reconstituída, adquirem *status* de filho ou filha “afim” em relação a um dos membros do casal e o marido da mãe ou a esposa do pai são denominados de pai ou mãe “afim”, em substituição às expressões enteado ou enteada, madrasta ou padrasto, carregadas das marcas de crueldade e opressão, dos contos infantis. (GRISARDI FILHO, 2003, p. 262.)

É possível um(a) filho(a) ter dois pais ou dois mães, em razão dos vínculos biológicos e socioafetivos? É possível, o reconhecimento da parentalidade socioafetiva entre padrasto/madrasta e seus enteados(as), lado a lado com a parentalidade natural ou biológica? Como se constrói e como se manifesta a parentalidade nas famílias neoconfiguradas? Para responder a essa pergunta é preciso compreender, inicialmente, o que se entende por parentalidade.

3 A PARENTALIDADE

A nomenclatura parentalidade é usada como um meio de nomear um *parent*, que, em francês, diz respeito ao pai e mãe (pais), aos ascendentes de uma pessoa ou a qualquer pessoa com quem se estabeleça uma relação de parentesco. É também usada como “um meio de desenvolver um discurso de ordem pública” dirigido à proteção dos direitos das crianças e às competências atribuídas aos pais¹⁵.

O psiquiatra e psicanalista francês Paul-Claude Racamier usou a nomenclatura em francês *parentalité*, traduzida, no Brasil, como parentalidade pela primeira vez, em 1961, nos trabalhos de pesquisa sobre psicose materna. A expressão foi esquecida por cerca de vinte anos e retomada, nos anos 1980 por René Clement, no estudo das psicoses puerperais (patologias da parentalidade) e por Didier Houzel, em pesquisas sobre crianças separadas de seus pais. Depois disso, a expressão passou a ser usada de forma generalizada, nos projetos dirigidos a subsidiar políticas de proteção à família¹⁶.

Teperman (2011, p.160) entende que a introdução dessa nova terminologia justifica-se, como “meio de dar conta das transformações da família”.

A Parentalidade assume três dimensões, que, segundo Houzel (1997; *apud* ALGARVIO & LEAL; 2004) são: o Exercício (dimensão da parentalidade que identifica os agentes da parentalidade, titulares de direitos e obrigações decorrentes dessa relação); a experiência (compreende as funções da parentalidade e aos aspectos subjetivos do processo de parentalização) e a Prática da Parentalidade (que envolve as qualidades e o desempenho da parentalidade como um processo).

No mesmo sentido, ampliando a análise acerca das dimensões da parentalidade, Hoghughi (2004) construiu um modelo, apresentado por Barroso e Machado (2011), onde

¹⁵ MARTIN,2006, *apud* TEPERMAN, 2011, P. 160.

¹⁶ FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; MAGALHÃES, Andrea, 2011, p.117 e TEPERMAN, Daniela, 2011, p.161.

apresenta onze dimensões da parentalidade, agrupadas em três grupos: *Atividades parentais* (conjunto de atividades necessárias para uma parentalidade suficientemente adequada), *áreas funcionais* (principais aspectos do funcionamento da criança) e *Pré-requisitos* (conjunto de especificidades necessárias para o desenvolvimento da atividade parental). (BARROSO, MACHADO, 2011, p. 212-213).

O modelo de Hoghughi, conhecido, pela Psicologia, como modelo dimensional, oferece a indicação e descrição dos elementos que compõem a atividade parental. Parece, entretanto, que o modelo dimensional de Hoghughi apesar de analisar as dimensões da parentalidade não é suficiente para a compreensão dessa relação de forma plena. É preciso compreender, também, quais os fatores determinantes dessa relação. Para isso, Barroso e Machado (2011) apresentam o modelo de Belsky (1984, 2005, 2006; Belsky & Vondra, 1989) que estuda a influência dos aspectos sociais, históricos e individuais sobre as relações de parentalidade.

O estudo dos fatores determinantes da parentalidade, pelo modelo de Belsky busca compreender por que algumas pessoas parecem “mais adequadas na realização efetiva da parentalidade¹⁷” que outras. De acordo com esse modelo, múltiplas circunstâncias individuais ou relativas ao contexto histórico e social combinadas podem exercer influência sobre o “funcionamento parental¹⁸”, refletindo-se na relação de parentalidade.

O modelo de Belsky presume que a parentalidade é diretamente influenciada por três fatores determinantes: os fatores individuais dos pais (personalidade e psicopatologia); as características individuais da criança (temperamento) e pelo contexto social (relações maritais, ocupação profissional parental, redes de suporte social). (BARROSO, MACHADO, 2011, p.218).

Além dos modelos de Hoghughi e Belsky, um outro, desenvolvido por Kotchick e Forehand (2002) apud Barroso e Machado (2011, p.221), examina os fatores que exercem influencia sobre a parentalidade. Dentre eles, há que se destacar a importância do contexto social onde a família atua, no processo de parentalidade, “em particular os efeitos da etnicidade e da cultura, do estatuto socioeconômico e do ambiente comunitário e de vizinhança”. (Barroso, Machado, 2011, p. 221). É o modelo ecológico.

Como se pode observar, a parentalidade é mais complexa que o que se possa imaginar. Seu estudo requer a análise de vários fatores biológicos, culturais, sociais e econômicos. No Brasil, ainda são poucos, os estudos sobre a parentalidade. A ciência jurídica restringe sua

¹⁷ Barroso e Machado (2011, p. 217).

¹⁸ Barroso e Machado, 2011, p. 217).

análise à relação entre pais e filhos, estudando a filiação e os direitos e deveres dela decorrentes.

4 A PARENTALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO

A Convenção dos Direitos da Criança elaborada, em 20 de novembro de 1989, pela Assembleia Geral das Nações Unidas – ONU, como Carta Magna para as crianças de todo o mundo e oficializada como lei internacional no ano de 1990 (ONU, 1989) preconiza, no seu artigo 27¹⁹, a responsabilidade dos pais e de “outras pessoas encarregadas”, por “propiciar, de acordo com as possibilidades e meios financeiros, as condições de vida necessária ao desenvolvimento da criança”. (ONU, Convenção dos Direitos das Crianças, 1989, art. 27, item 1).

É nessa perspectiva que a comunidade jurídica aborda o conceito de parentalidade.

O Código Civil brasileiro não utiliza a nomenclatura parentalidade. Para cuidar dessa relação, cuida de prescrever regras acerca das relações de parentesco e define como parentes em linha reta, “as pessoas que estão umas para com as outras na relação de ascendentes e descendentes²⁰” e como parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, “as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra²¹”.

Para tratar das relações de parentesco entre pais e filhos, o Código Civil brasileiro fixa a abordagem a partir da Filiação, dedicando-lhe o capítulo II, do Subtítulo II (que trata das relações de parentesco), ao lado do subtítulo I que versa sobre o casamento, ambos inseridos

¹⁹ Estabelece o art. 27 da Convenção: “ Art. 27 –

1 -Os Estados Partes reconhecem o direito de toda criança a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social.

2 – Cabe aos pais, ou a outras pessoas encarregadas, a responsabilidade primordial de propiciar, de acordo com as possibilidades e meios financeiros, as condições de vida necessária ao desenvolvimento da criança.

3 – Os Estados Partes, de acordo com as condições nacionais e dentro de suas possibilidades, adotarão medidas apropriadas a fim de ajudar os pais e outras pessoas responsáveis pela criança a tornar efetivo esse direito e, caso necessário, proporcionarão assistência material e programas de apoio, especialmente no que diz respeito à nutrição, ao vestuário e à habitação.

4 – Os Estados Partes tomarão todas as medidas adequadas para assegurar o pagamento da pensão alimentícia por parte dos pais ou de outras pessoas financeiramente responsáveis pela criança, quer residam no Estado Parte, quer no exterior. Nesse sentido, quando a pessoa que detém responsabilidade financeira pela criança, os Estados Partes promoverão a adesão a acordos, bem como a adoção de outras medidas apropriadas”. (ONU, 1989).

²⁰ Código Civil , art; 1.591. (SARAIVA, 2011, 299).

²¹ Código Civil , art; 1.592.(SARAIVA, 2011, p. 299).

no Título I que aborda o direito pessoal dentro do Direito de Família, ao qual dedica o Livro IV.

Com base nessa estruturação, o Direito de Família toma por base a filiação, para estudar as relações de parentesco entre pais e filhos, imprimindo a um e a outro, direitos e responsabilidades, a exemplo do dever recíproco a alimentos, do direito ao poder familiar, entre outros.

A raiz da palavra filiação encontra-se no vocábulo latino *filiatio* que, segundo Fujita (2011, p. 9), tem o “significado de descendência de pais a filhos”. Filiação, nas palavras de Lobo (2010, p. 52) “é conceito relacional; é a relação que se estabelece entre duas pessoas, uma das quais é considerada filha da outra (mãe ou pai)”.

Analisando, a filiação, também como um conceito relacional, Fujita (2011, p.10) a compreende em virtude da adoção ou de uma relação socioafetiva resultante da posse do estado de filho. (Fujita, 2011,p.10).

:

[...] o vínculo que se estabelece entre pais e filhos, decorrente da fecundação natural ou da técnica de reprodução assistida homóloga (sêmen do marido ou do companheiro; óvulo da mulher ou da companheira) ou heteróloga (Sêmen de doutro homem, porém com o consentimento do esposo ou companheiro; ou o óvulo de outra mulher, com anuência da esposa ou companheira), assim como em virtude da adoção ou de uma relação socioafetiva resultante da posse do estado de filho. (Fujita, 2011,p.10).

Enquanto relação de parentesco que une pais e filhos, estabelecendo, entre eles, reciprocamente, direitos e obrigações, a filiação assume denominações distintas, de acordo com a ótica da análise que sobre ela recai. Se é analisada, sob o ponto de vista da mãe ou do pai, denomina-se maternidade ou paternidade, respectivamente. Se o objeto de análise é o filho, denomina-se filiação propriamente dita, ou simplesmente, filiação.

Analisando o aspecto relacional da parentalidade, “o filho é titular do estado de filiação, da mesma forma que o pai e a mãe são titulares dos estados de paternidade e maternidade, em relação a ele²²”.

Já se denomina de Direito Parental²³ ao ramo do Direito de Família que estuda as relações de parentalidade. No Brasil, ele ainda se funda nos vínculos biológicos e nas presunções de filiação/paternidade/maternidade insculpidas no art. 1.597 do Código Civil.

²² LOBO, 2010, p.53.

²³ Maria Helena Diniz e Arnaldo Wald, por exemplo, utilizam essa expressão para tratar do ramos do Direito das Famílias que cuida das relações entre pais e filhos.

Entretanto, novas tecnologias, a exemplo da reprodução humana assistida e da determinação da paternidade/maternidade, por meio de exames de DNA, assim como novas formas de as pessoas se relacionarem em família “fizeram irromper no seio da família, uma nova realidade, que o Direito tem chamado de socioafetividade”. (TEIXEIRA; RODRIGES, 2010, p.171).

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PARENTALIDADE

Desde a Constituição de 1988 não se permite o uso das expressões filiação ilegítima, natural, espúria, adulterina ou incestuosa para se referir à filiação decorrente de relações não regidas pelo casamento. Apenas a expressão filiação deve ser usada, por força do art. 227, § 6º da Carta Constitucional brasileira.

Apenas para efeitos classificatórios, sem qualquer intenção de estabelecer diferenças ou discriminações entre os filhos, respeitando o princípio constitucional, insculpido no art. 227, §6º²⁴, que estabelece a igualdade entre os filhos, em matéria de direitos e deveres, o presente estudo propõe uma classificação da parentalidade, a partir da análise do Código Civil vigente.

A parentalidade é classificada, pelo Código Civil de 2012, como natural, civil ou de outra origem. Será natural quando resultante da consanguinidade, nos termos do art. 1.593 do Código Civil. Será classificada como civil, quando a lei civil assim a previr (a adoção, por exemplo) ou quando tiver “outra origem” diversa da consanguínea. Para esse trabalho, chamar-se-á de socioafetiva, a relação de parentalidade que tenha “outra origem” diversa da natural e da civil.

4.1.1 A PARENTALIDADE NATURAL

A parentalidade será considerada natural quando decorrente da consanguinidade.

4.1.2 A PARENTALIDADE CIVIL

A parentalidade é classificada como civil quando a lei civil a reconhecer como tal. A parentalidade civil pode advir do vínculo conjugal ou não. Será, então casamentária²⁵, ou extra casamentária, tomando-se por referência, os “filhos havidos ou não da relação de

²⁴“Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”. (Constituição Federal, art. 227, § 6º. In: SARAIVA, 2011, p.. 80).

²⁵ Adotou-se, nesse trabalho, as expressões casamentária e extra casamentária ou não casamentária em substituição às expressões matrimonial e extramatrimonial por entender-se que as primeiras estão mais adequadas para referir-se ao casamento civil, enquanto que as segundas possuem conotação de cunho religioso, derivadas da palavra matrimônio que não se confunde conceitualmente com o casamento civil.

casamento”, nos termos do art. 1.596 do Código Civil²⁶. É casamentária se decorre de um casamento válido. Extra casamentária ou não casamentária, por outro lado, é aquela decorrente de relações entre pessoas não casadas (viúvas, divorciadas, solteiras, companheiras, por exemplo) ou entre aquelas impedidas de casar, nos termos do Código Civil.

Para que um casamento seja válido é necessário que se realize, sem que se verifiquem hipóteses de impedimento ou qualquer das causas de nulidade ou anulação do casamento, nos termos do Código Civil, na forma do art. 1.521.

Pela leitura do artigo 1.521 do Código Civil observa-se que os impedimentos previstos entre os incisos I e V dizem respeito a vínculos de parentesco consanguíneo, por afinidade ou por adoção. O inciso VI do mesmo artigo refere-se ao impedimento que decorre do vínculo de casamento e o inciso VII prevê o impedimento pela prática de ação criminosa.

Além das hipóteses de impedimento para a realização do casamento, outras são tratadas como causas de nulidade do casamento e estão previstas no art. 1.548 do Código Civil.

Assim como o casamento realizado entre aqueles que estão impedidos de casar civilmente, por força do art. 1.521 do Código Civil brasileiro é considerado nulo, as circunstâncias apontadas pelo art. 1.548 do Código Civil maculam de vício o casamento, tornando-o, igualmente nulo, portanto, sem que haja, em nenhuma das duas hipóteses apresentadas, a possibilidade de convalidação do ato jurídico.

Entretanto, o casamento pode ser anulado, diante de uma das hipóteses previstas no art.1.550 do Código Civil. e para elas há a possibilidade de ulterior convalidação, devendo, a anulação, com base nessas hipóteses ser requerida por qualquer interessado, nos prazos definidos pelo art. 1.560 do mesmo diploma legal. O casamento realizado nessas circunstâncias somente será inválido, se assim for declarado, pela autoridade competente.

Todavia, mesmo considerado nulo, o casamento, a filiação dele decorrente será mantida como filiação casamentária, nos termos do art. 1.617 do Código Civil, que assim dispõe: “A filiação materna ou paterna pode resultar de casamento declarado nulo, ainda mesmo sem as condições do putativo²⁷”.

²⁶ “Art. 1.596. Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”. (Código Civil – Lei 10.406/2002. In: SARAIVA, 2011, p. 299).

²⁷ “Considera-se casamento putativo (do latim *puto, putare*: pensar) o que foi constituído com infringência dos impedimentos matrimoniais, portanto, nulo, ou das causas suspensivas, portanto anulável, quando um ou ambos os cônjuges desconheciam o fato obstativo”. (LOBO: 2011, p. 134).

Será também, considerada casamentária, a parentalidade decorrente da filiação presumida pela lei civil, nas hipóteses dos art. 1.597 e 1.598²⁸. O artigo 1.597 do Código Civil prestigia a presunção *juris tantum*²⁹ da paternidade e da maternidade, traduzida pelas expressões latinas *mate semper certa est* e *pater is est quem iustae nuptiae demonstrat*, simplificada para *pater is est*. A única hipótese em que a presunção é absoluta, destaca Teixeira e Rodrigues (2010, p. 172) refere-se “ao embrião fecundado utilizando-se de técnicas de reprodução heteróloga, desde que o marido tenha consentido”.

De igual forma, também será considerada casamentária, a parentalidade advinda da filiação presumida, nas hipóteses do art. 1.598 do mesmo Código³⁰.

A parentalidade civil decorrente da união estável entre os pais deve ser classificada como extra casamentária, porque a ela não são atribuídos os mesmos efeitos da filiação decorrente do casamento. Embora a união estável tenha sido equiparada ao casamento, por força do art. 226, § 3º da Constituição Federal³¹, o Código Civil, em seus arts. 1.597 e 1.598 não estendeu à parentalidade decorrente da união estável, a presunção *pater is est*, para eximir do ônus da prova, pai e filho, havidos em decorrência da união estável, em ação investigatória ou negatória da paternidade.

Embora, o Código Civil não tenha observado o que dispõe o §3º do art. 226 da Constituição Federal, no que se refere à aplicação da presunção da filiação aos filhos oriundos da união estável entre seus pais, Lobo (2011, p. 226) compreende que “a presunção de concepção do filho aplica-se a qualquer entidade familiar. A referência na lei à convivência conjugal deve ser entendida como abrangente da convivência em união estável”.

²⁸ **Art. 1.597.** Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos:

- I - nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal;
 - II - nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento;
 - III - havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;
 - IV - havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga;
 - V - havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.
- (Código Civil – Lei 10.406/2002. In: SARAIVA, 2011, p.295).

²⁹ Que admite prova em contrário.

³⁰ **Art. 1.598.** Salvo prova em contrário, se, antes de decorrido o prazo previsto no inciso II do art. 1.523, a mulher contrair novas núpcias e lhe nascer algum filho, este se presume do primeiro marido, se nascido dentro dos trezentos dias a contar da data do falecimento deste e, do segundo, se o nascimento ocorrer após esse período e já decorrido o prazo a que se refere o inciso I do art. 1597. (Código Civil – Lei 10.406/2002. In: SARAIVA, 2011,, p.295).

³¹ **§ 3º-** Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (art.226, § 3º da Constituição Federal/88. In: SARAIVA, 2011, – p. 79).

Situação diferente se verifica com a parentalidade resultante da adoção³². A adoção é classificada como civil, por estar prevista e tutelada na lei, e pode ser classificada como casamentária ou extra casamentária, uma vez que independe do casamento entre os adotantes para que se concretize, podendo realizar-se por um casal casado, convivente ou por pessoa solteira³³.

4.1.3 – PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA

O Código Civil de 2002 reconhece a parentalidade natural, a civil e a adotiva (também civil), sem fazer menção específica a outros vínculos afetivos capazes de caracterizar relações de filiação e parentalidade. Entretanto, permitiu o enquadramento de outras formas de parentesco, ao prescrever, no art. 1.593, que “o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou **outra origem**³⁴”.

Para Vencelau (2004, p. 56), o Código Civil trata, assim, “de uma hipótese de parentesco civil diverso da adoção, onde se prestigia o critério sócio-afetivo a distinção entre ser genitor e ser pai”.

As primeiras linhas escritas sobre a parentalidade socioafetiva³⁵ tiveram como fundamento o trabalho de João Baptista Vilela, intitulado Desbiologização da Paternidade. Em seu estudo, o autor conclui que:

A paternidade em si mesma não é um fato da natureza, mas um fato cultural. Embora a coabitação sexual, da qual pode resultar gravidez, seja fonte de responsabilidade civil, a paternidade, enquanto tal, só nasce de uma decisão espontânea. Tanto no registro histórico como no tendencial, a paternidade reside antes no serviço e no amor que na procriação. (VILELA, 2010).

A paternidade socioafetiva é conceituada por Madaleno (2010, p.270) como “a real paternidade do afeto e da solidariedade; são gestos de amor que registraram a colidência de interesse entre o filho registral e o seu pai de afeto.” O autor entende o parentesco socioafetivo como advindo de “outra origem”, nos termos do art. 1.593 do Código Civil,

³² A adoção é regulada pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e “atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais”, de acordo com o art. 41 do ECA.

³³ Art. 42 do ECA.

³⁴ Grifos da autora.

³⁵ Entendendo que a afetividade como elemento ensejador do reconhecimento do parentesco civil também atinge a mãe, e não somente o pai, Tartuce (2010, p. 100) prefere utilizar a expressão parentalidade socioafetiva em sentido amplo, em lugar de paternidade socioafetiva, em sentido estrito.

adversa do parentesco natural ou civil, conforme resulte ou não da consanguinidade. Para DIAS (2009, p.338) “a filiação socioafetiva constitui modalidade de parentesco civil ‘de outra origem’, isto é, de origem afetiva”.

Tartuce (2010, p. 100) informa que, na III Jornada de Direito Civil, foi aprovado o Enunciado n. 256 que dispõe: “A posse do estado de filho (parentalidade socioafetiva) constitui modalidade de parentesco civil.”.

A posse do estado de filiação, para Lobo (2010, p. 55), constitui-se “quando alguém assume o papel de filho em face daquele ou daqueles que assumem os papéis ou lugares de pai ou mãe ou de pais, tendo ou não, entre si, vínculos biológicos.”.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, exarada na Assembleia da Organização das Nações Unidas – ONU, em 20 de novembro de 1989, foi adotada pelo Brasil, por meio do Decreto Legislativo nº 28, de 24 de setembro de 1990, e do Decreto Executivo nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, e estabeleceu que, para a solução do conflito entre a paternidade biológica e não biológica, deve-se adotar o princípio do melhor interesse do filho.

O Código Civil Brasileiro não prevê os elementos que fazem presumir o estado de filiação socioafetiva, como o faz, o Código Civil Francês, no art. 311-2, ao relacionar hipóteses que, reunidas ou não, podem caracterizar o estado de filiação, a saber:

- a) quando o indivíduo porta o nome de seus pais;
- b) quando os pais o tratam como seu filho, e este àqueles como seus pais;
- c) quando os pais provêem sua educação e seu sustento;
- d) quando ele é assim reconhecido pela sociedade e pela família;
- e) quando a autoridade pública o considere como tal (LOBO, 2010, p. 56).

Seguindo a orientação do Código Civil Francês, a doutrina brasileira, representada por Dias (2009, p. 338), refere-se a três aspectos, na tentativa de estabelecer critérios para o reconhecimento da filiação socioafetiva. São eles:

- a) *Tractatus* - quando o filho é tratado como tal, criado, educado e apresentado como filho, pelo pai e pela mãe;
- b) *Nominatio* - quando usa o nome da família e assim se apresenta³⁶;
- c) *Reputatio* – é conhecido pela opinião pública como pertencente à família de seus pais.

³⁶ A Lei 11.924, de 27 de abril de 2009, conhecida como Lei Clodovil, trouxe às famílias reconstituídas a possibilidade de identificação de seus membros, a partir do nome de família, permitindo ao filho de um dos cônjuges ou companheiros, adotar o nome de família do padrasto ou madrasta, com sua permissão, sem prejuízo do nome do pai biológico. Com esse permissivo legal, os integrantes de uma família reconstituída ganharam um forte elemento de identificação, entre si, assim como no meio social em que estão inseridos, reforçando a idéia de pertencimento.

Nesse novo contexto social e cultural, em que se reconhecem novas e variadas formas de famílias, foram abolidas as distinções entre os filhos. Pelo que dispõe o art. 1.596 do Código Civil de 2002³⁷, “pode-se afirmar que, em face da filiação, há um único *status*, o de filho, sem quaisquer outras designações³⁸.”. Esse *status* é adquirido pela presunção de paternidade (*pater is est*)³⁹, pelo reconhecimento da parentalidade biológica ou socioafetiva, forçado ou voluntário⁴⁰, e pela adoção⁴¹, na forma do Código Civil, constituindo-se em um direito da personalidade⁴².

5 PERSPECTIVAS DA PARENTALIDADE NAS FAMÍLIAS NEOCONFIGURADAS

Nas famílias neoconfiguradas, as relações de parentalidade assumem certa complexidade por envolverem filhos de ambos ou de apenas um dos cônjuges trazidos de relações anteriores, com a paternidade biológica reconhecida ou não. Independentemente do parentesco biológico, pode haver, entre os membros intergeracionais dessa família, parentesco de “outra origem”, nos termos do Código Civil, marcado pela socioafetividade. Assim, encontram-se expressões criativas para nomear padrastos/madrastas e enteados/enteadas, identificadas na prática da advocacia na área de família, ou mesmo empiricamente, no convívio social, como por exemplo: mãe/filha emprestada, pai/filho do coração, mãe/filha postiça, segundo pai, quase filho/pai⁴³.

³⁷ Código Civil de 2002, art. 1.596. “Os filhos havidos ou não da relação de casamento ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.”

³⁸ VENCELAU, (2004, p. 66)

³⁹ Código Civil de 2002, art. 1.597. “Presumem-se concebidos na constância do casamento, os filhos:

- I- nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal;
- II- nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento;
- III- havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido, o marido;
- IV- havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga;
- V- havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.”

⁴⁰ Código Civil de 2002. Art. 1.607. “O filho havido fora do casamento pode ser reconhecido pelos pais, conjunta ou separadamente.”

⁴¹ A adoção de crianças e adolescentes será deferida na forma prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei 8.069/90. A adoção de maiores de 18 anos dependerá da assistência efetiva do poder público, aplicando-se, no que couber, as regras gerais do ECA. – (arts. 1.618 e 1.619 do Código Civil de 2002).

⁴² VENCELAU (2004, p.67).

⁴³ Algumas dessas expressões foram percebidas empiricamente, na vivência da advocacia na área de família, da profissional que desenvolve esse estudo, assim como mencionadas por Féres-Carneiro e Magalhães (2011, p. 124) como encontradas na clínica, que desenvolvem profissionalmente, com famílias recasadas

Na análise de Kehl (2003, p. 20), as relações de parentalidade nas famílias neoconfiguradas são caracterizadas pelo estabelecimento de laços afetivos profundos entre seus membros. Segundo, ela:

Na confusa árvore genealógica da família tentacular, irmãos não consanguíneos convivem com “padrastos” ou “madrastas” (na falta de termos melhores), às vezes já de uma segunda ou terceira união de um de seus pais, acumulando vínculos profundos com pessoas que não fazem parte do núcleo original de suas vidas. (KEHL, 2003, p.21.)

Nessa estrutura familiar, as relações de parentalidade se constroem no convívio familiar, abrindo espaço para a construção da parentalidade socioafetiva entre o cônjuge ou companheiro e os filhos do outro cônjuge ou companheiro. Essa realidade social é tratada por Bunazar (2009), ao analisar a parentalidade socioafetiva nas famílias neoconfiguradas:

É nas famílias neoconfiguradas, assim como nas uniões estáveis entre hetero ou homossexuais que o afeto se consagra como valor social e jurídico. “Tal como aconteceu com a entidade familiar, agora também a filiação passou a ser identificada pela presença de um vínculo afetivo paterno-filial⁴⁴”.

Apesar de o Código Civil de 2002 não haver previsto expressamente a possibilidade de se estabelecerem relações de parentesco entre os membros de uma família reconfigurada, acolheu essa possibilidade ao entender que os vínculos de parentesco pode ter “outra origem”, nos termos do art. 1.593 do referido Código.

A literatura jurídica aponta a tendência da jurisprudência, que vem se manifestando no sentido de acolher a parentalidade socioafetiva em detrimento da parentalidade biológica, desde que comprovada a relação de afeto. Algumas decisões, inclusive, reconhecem a relação de multi ou pluriparentalidade para garantir que o filho possa ter um pai biológico e um pai socioafetivo, inclusive, com alteração do registro de nascimento para que assim se concretiza a multiparentalidade, distribuindo-se entre os membros dessa relação os encargos e direitos dela decorrentes.

Em contraponto, Dias (2009) ressalta a resistência da jurisprudência em atribuir encargos ao padrasto⁴⁵, assim como o direito a alimentos ao filho do cônjuge ou companheiro, ainda que comprovada a existência de vínculo afetivo entre eles e mesmo que o cônjuge ou companheiro tenha lhe assegurado a manutenção durante o período em que viveu com seu

⁴⁴ Dias, 2004, p. 66

⁴⁵ O autor usa essa denominação, segundo ele próprio, na ausência de ,melhor nome.

genitor. Contudo, vem admitindo, em nome do princípio da solidariedade, o direito de visitas⁴⁶.

Assim como os vínculos afetivos não podem ser regulados por lei, a parentalidade nas famílias neoconfiguradas também não o podem, porque tem o afeto como substrato das suas relações. A parentalidade socioafetiva nas famílias neoconfiguradas não pode ser regulada numa norma *erga omnes*, mas analisada a cada caso concreto que se apresente para exame do Judiciário.

Somente o juiz, diante do caso concreto, analisando as dimensões e os fatores determinantes da parentalidade pode reconhecer a existência da relação paterno/materno/filial de origem socioafetiva, levando em consideração os elementos objetivos (nome, trato e fama) e subjetivos (circunstâncias culturais, sociais, econômicas, dentre outras) que a caracterizam. Somente ele, também, diante da análise dos fatos que se lhes apresentam, poderá reconhecer a preponderância da parentalidade socioafetiva sobre a parentalidade natural ou biológica ou mesmo a coexistência de ambas (a multi ou pluriparentalidade) numa relação de parentalidade plúrima ou plural.

A família reconfigurada é o *locus* apropriado para a manifestação de formas diversas entre si, da parentalidade: a biológica e a socioafetiva. É o ambiente propício para manifestações de afeto e solidariedade, que extrapolam os laços da consanguinidade, entre pessoas que desejam constituir uma família, assumindo responsabilidades entre si e compartilhando experiências pessoais, na busca pela felicidade individual e coletiva.

REFERÊNCIAS :

ALGARVIO, Susana; LEAL, Isabel. Preocupações Parentais: Validação de um Instrumento de Medida. *In: Psicologia, Saúde & Doenças*. Vol. 5. N.º 2. Nov. 2004. Pp.: 145-158. ISBN:

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida, BRAGA, Maria da Graça Reis. Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *In: Ágora*, v. IX, n.2, Rio de Janeiro, jul/dez 2006, p. 177-191

BRAUNER, Maria Cláudia Crespo. As novas orientações do direito de família. *In: BRAUNER, Maria Cláudia Crespo (org.). O direito de família: descobrindo novos caminhos*. São Leopoldo: Edição da Autora, 2001.

⁴⁶ DIAS, 2009, p.50.

BUNAZAR, Maurício. Pelas portas de Villela: Um ensaio sobre a pluriparentalidade como realidade sócio-jurídica. Disponível em: <http://www.memesjuridico.com.br/jportal/portal.jsf?post=20377>. Acesso em 18 de maio de 2012.

CASEY, James. *A história da família*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1992.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 5ed. rev., atual. e ampl. 2ª tiragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. Investigado a parentalidade. In: *R. CEJ*, Brasília, n. 27, p. 64-68, out./dez. 2004.

DONATI, Pierpaolo. Família no século XXI: abordagem relacional. Tradução de João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha, MAGALHÃES, Andrea Seixas. A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas. In: CAMPOS, Maria Lúcia Vaz de. , RABINOVICH, Elaine Pedreira.(Orgs.). *Família e parentalidade: olhares da psicologia e da história*. Curitiba: Juruá, 2011, p.117-133.

FERREIRA, Breezy Myazato Vizeu, ESPOLADOR, Rita de Cássia Resquetti Tarifa. O papel do afeto na formação das famílias recompostas no Brasil. In: DIAS, Maria Berenice, BASTOS, Eliene Ferreira, MORAES, Naime Márcio Martins (coords.). *Afeto e estruturas familiares*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

FIGUEIREDO, Antonio Macena, SOUZA, Soraiva Riva. Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

FUJITA, Jorge Shiguemitsu. *Filiação*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GRISARDI FILHO, Waldyr. Famílias reconstituídas: breve introdução ao seu estudo. In: GROENINGA, Giselle Câmara, PEREIRA, Rodrigo da Cunha. (coords.). *Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia*. Rio de Janeiro: Imago, 2003, p. 255- 267.

GROENINGA, Giselle Câmara. Família: um caleidoscópio de relações. In: GROENINGA, Giselle Câmara, PEREIRA, Rodrigo da Cunha. (coords.). *Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia*. Rio de Janeiro: Imago, 2003, p. 125-176.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. In: GROENINGA, Giselle Câmara, PEREIRA, Rodrigo da Cunha. (coords.). *Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia*. Rio de Janeiro: Imago, 2003, p.163-176.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do *numerus clausulus*. In: FARIAS, Cristiano Chaves de. (coord.). *Temas atuais de direito e processo da família*. Primeira série. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, p.01-17.

LOBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. In: EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; ALVES, Leonardo Barreto Moreira. (coords.). *Direito das Famílias*. Série: leituras Complementares. Salvador: Jus Podium, 2010, p. 51 – 71.

LUZ, Valdemar P. da. *Curso de direito de família*. 2 ed. rev. e ampl. e com remissões ao novo código civil. São Paulo:LTr, 2002.

MADALENO, Rolf. Paternidade alimentar. In: EHRHARDT JUNIOR, Marcos, ALVES, Leonardo Barreto Moreira. (orgs.). *Leituras complementares de direito civil: direito das famílias*. Salvador: Editora Juspodium, 2010, p. 265-280.

ONU (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Retirado de: <http://www.unicef.org.br/>. Acesso em 16 de maio de 2012.

PATROCÍNIO, Mauro Ferreira do. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: FTD, 2011.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Reconhecimento de paternidade e seus efeitos. Lucia Maria Teixeira Ferreira (atualizadora). 6 ed. Rio de janeiro: Forense, 2006.

PEREIRA. Rodrigo da Cunha. *Direito de Família: uma abordagem psicanalítica*. 2 ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

PETRINI, João Carlos. Notas para uma antropologia da família. In: FARIAS, Cristiano Chaves de. (coord.). *Temas atuais de direito e processo da família*. Primeira série. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, p.41-64.

ROCHA, Ruth, PIRES, Hindenburg da Silva Pires. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2005.

EDITORA SARAIVA, TOLEDO, Antonio Luiz de, SANTOS, Márcia Cristina Vaz dos., CÉSPEDES, Líva. (col.) *Vade Mecum Compacto*. São Paulo: Editora Saraiva, 5. ed., 2011.

TARTUCE, Flávio. As verdades parentais e a ação vindicatória de filho. In: EHRHARDT JUNIOR, Marcos, ALVES, Leonardo Barreto Moreira. (orgs.). *Leituras complementares de direito civil: direito das famílias*. Salvador: Editora Juspodium, 2010, p. 91-114.

VALADARES, Maria Goreth. Os meus, os seus e os nossos: as famílias mosaico e seus efeitos jurídicos. In: EHRHARDT JUNIOR, Marcos, ALVES, Leonardo Barreto Moreira. (orgs.). *Leituras complementares de direito civil: direito das famílias*. Salvador: Editora Juspodium, 2010, p. 115-140.

VENCELAU, Rose Melo. *O elo perdido da filiação: entre a verdade jurídica, biológica e afetiva no estabelecimento do vínculo paterno-filial*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

VIEIRA, Liliane dos Santos. *Pesquisa e monografia jurídica na era da informática*. 2 ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2005.

VILELA, João Baptista. *Desbiologização da paternidade*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.com.br/artigos.aspx?codigo=150>> Acesso em 24 out.2010.

TEPERMAN, Daniela. Família, parentalidade e época: articulações possíveis. In: CAMPOS, Maria Lúcia Vaz de. , RABINOVICH, Elaine Pedreira. (orgs.). *Família e parentalidade: olhares da psicologia e da história*. Curitiba: Juruá, 2011, p. 157-167.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES
Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

A PESSOA IDOSA E O CONTEXTO FAMILIAR: UMA ABORDAGEM SOCIOJURÍDICA

THE ELDERLY AND THE FAMILY BACKGROUND: A SOCIO-LEGAL APPROACH

Sheila Marta Carregosa Rocha¹
Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima²

Resumo

Este artigo analisa a relação dos idosos com seus contextos familiares identificando, em particular, o seu relacionamento com outras gerações. Adotou-se uma abordagem de natureza qualitativa. Foram realizadas revisão de literatura, revisão legislativa e a técnica do grupo focal. Este grupo composto de sete idosos, sendo seis do gênero feminino e um do gênero masculino, entre 60 e 76 anos, que exercem uma atividade laborativa e são residentes da área urbana do município de Salvador no Estado da Bahia. A revisão de literatura transitou pelas áreas da Sociologia e do Direito, numa abordagem interdisciplinar sobre o direito ao convívio familiar, que inclui a atenção, o cuidado, o afeto, os alimentos e as divergências. A revisão legislativa facultou a discussão do papel do Estado na garantia do direito do idoso ao convívio familiar.

Palavras-Chave: Família; Idoso; Convívio.

Abstract

This article examines the relationship between the elderly and their family contexts, particularly by identifying their relationship with different generations. A qualitative approach was adopted. Literature and legislative reviews were used, as well as the focus-group technique. The group consists of seven elderly, of which six are females and one is male, between 60 and 76 years of age, all of whom still perform work activities, and reside within the urban area of the city of Salvador, in Bahia State. The literature review journeyed through

¹ Autora. Mestre em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL). Especialista em Direito Civil (Fundação Faculdade de Direito – UFBA). Especialista em Psicopedagogia(UFRJ). Especialista em Metodologia do Ensino Superior com ênfase em Novas Tecnologias pela FBB. Bacharela em Direito(Estácio/FIB) e Licenciada em Letras Vernáculas (UCSAL). Professora de Direito Constitucional, Direito Processual Penal e Direito do Idoso do Centro Universitário Estácio da Bahia/FIB. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPq/UCSal). E-mail: sheilamarta@ig.com.br.

² Co-autora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Juíza de Direito. Doutora em Saúde Pública (ISC-UFBA). Pós-Doutoranda em Direitos Humanos (Fulbright/Universidade de Notre Dame). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPq/UCSal). E-mail: isabelmsol@gmail.com.

the fields of Sociology and Law, under an interdisciplinary approach regarding the right to family life, which includes attention, care, affection, food and divergence. The legislative review provided a discussion on the role of the State in guaranteeing the elderly's right to family life.

Keywords: Family; Elderly; Life together.

Introdução

A Síntese de Indicadores Sociais da População Brasileira (SIS) de 2010, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que, entre 1999 e 2009, a média da composição familiar reduziu de 3,4 para 3,1. Já entre as famílias mais pobres, consideradas pelo respectivo órgão como aquelas cuja renda mensal *per capita seja* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o número médio de pessoas por contexto familiar aumentou e chega a 4,2. Constatou-se também no conjunto desses contextos familiares neste período que na família tradicional houve um aumento na proporção de casais sem filhos (de 13,3% para 17,0%) e, conseqüentemente, uma redução de casais com filhos, passando de 55,0% para 47,0% (IBGE, PNAD, 2009).

A redução do número de componentes familiares apresenta algumas variáveis como possíveis causas que influenciaram na mudança da constituição da entidade familiar, a saída da mulher para o mercado de trabalho e a redução do índice de natalidade. Com menos filhos e com a redução do tempo dispensado pela mulher aos afazeres domésticos, a família é resignificada ensejando novos enfoques de pesquisas. Este artigo empreendeu o recorte de geração com a pesquisa voltada para o convívio familiar.

Idosos provedores da família constituem um percentual de 64,1% do total de 11,3% de pessoas idosas no Brasil, segundo o PNAD (IBGE, 2009). Esse percentual representa os idosos mantenedores econômicos de suas famílias e percebem as seguintes variáveis de renda: de até um salário mínimo são 43,2%; entre um e dois salários mínimos são 29%; e mais de dois salários mínimos 22,9%. Na perspectiva de gênero, desses idosos, 55,8% são idosas e 44,2% são idosos. Quanto à origem da renda, 57,9% são aposentados, 11,4% são pensionistas, 8,1% são aposentados e pensionistas (IBGE, PNAD, 2009).

Esta pesquisa objetiva analisar o convívio do idoso com seus entes familiares, filhos, netos e outros, a fim de identificar a extensão familiar identificando se o fato de o idoso trabalhar contribui para a redução dos conflitos. Busca-se apreender se o idoso é tratado dignamente pela família, seu primeiro *locus* de convivência.

Constatou-se também a multiplicidade de nomenclaturas para designar “família” como “arranjos familiares” ou “contextos familiares”. Ainda que a pessoa idosa habite sozinha, esse núcleo equipara-se juridicamente à família na sua concepção *lato sensu*. Logo, a concepção do termo família mitiga a relação de convivência com os outros, numa dimensão social, mas também coaduna com a relação intimista, consigo própria.

Outro ponto fundamental é questão do gênero como variável, para que se possam identificar as diferenças e/ou semelhanças nos papéis desempenhados pelos idosos e pelas idosas nas suas constituições e relações familiares. Componente de análise histórica, o gênero é definido por Scott (1990, p. 14) como “categoria social imposta sobre um corpo sexuado[...]; é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos[...]; é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. A velhice existe como categoria, assim como o infante, o adulto. “A velhice, como categoria universal não existe isoladamente”(LOPES, 2005,85). Este é um dos recortes desta pesquisa.

Esse convívio do idoso com seus entes familiares consubstancia-se nas relações de poder e de afeto. Ao distinguir entre as relações de gênero, de gerações e relações intergeracionais; Brito da Motta (1998, p. 3) comenta que as relações entre marido e mulher estariam caracterizadas como relações de gênero; quanto às relações entre pais e filhos e avós e netos, seriam relações de gerações e entre irmãos seriam as relações intergeracionais.

Nesse contexto familiar o idoso é observado numa perspectiva interdisciplinar, revisitando subtemas como o da conjugalidade, parentalidade, subjetividade e intersubjetividade com base numa revisão legislativa dessas questões, tanto em nível constitucional quanto infraconstitucional.

Para a análise do convívio, este artigo está estruturado em seis etapas. Na primeira, analisa-se o idoso na família, nos arranjos familiares e nos contextos familiares; num segundo momento, discute-se esse espaço criado e onde convivem gerações, gêneros e relação intergeracional; num terceiro momento, buscou-se políticas públicas voltadas para a manutenção do idoso na família e, por fim, a exposição da metodologia, a descrição da experiência do grupo focal de idosos, a análise dos resultados e as considerações finais sobre o recorte da temática.

4.1 O idoso na família, nos arranjos familiares e nos contextos familiares

Etimologicamente família é um “termo proveniente do latim *famulus*, que significa o conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor” (ROCHA-COUTINHO, 2006,p.

91). A concepção de relação através de uma hierarquia e não de afetividade que marcou bem mais tarde os laços familiares, no sentido de estreitamento de elos, de ligações baseadas no afeto.

Muito tempo depois, a família torna-se uma instituição que tem na sua base a consanguinidade e na autoridade do *pater familias*. A concepção de hierarquia ainda está impregnada no conceito de família tanto quanto a ideia da procriação, segundo princípios cristãos. O conceito de família está ligado, originalmente, a um conjunto e na relação de subordinação, para justificar o poder de um ser humano em relação a outro. Assim, esse espaço de convivência também representa, historicamente, um exercício de supremacia.

A família que se baseava numa relação de autoridade, vai modificando a sua essência e elege a cooperação e a democracia como elementos fundamentais a essa nova relação. A família democrática é aquela em que seus componentes participam da sua estrutura, não como subordinados ao poder econômico do “chefe”, mas enquanto membros que pertencem aquele espaço de convivência mútua, cuja opinião é levada à discussão. E o idoso transita por essas duas realidades, criado num ambiente no qual a concepção de que o respeito provém da autoridade, e, num segundo momento, precisa abrir o espaço de discussão com os seus filhos. Em um terceiro momento, enfrenta o idoso a circunstância de vir a educar os netos e respeitá-los como pessoas com quem convivem.

Segundo a Psicologia Social, o conceito de família é entendido como “uma organização complexa de relações de parentesco, que tem uma história, um passado, e que dá continuidade a essa história num presente que se dirige para o futuro.” (BISOLI-ALVES, MOREIRA, 2007, p. 196). O recorte temporal de família empreendido pela psicologia demarca o tempo pretérito, o presente e o futuro estabelecidos em laços de consanguinidade, sem ainda apontar uma mudança significativa na relação parental. A história de uma família não se encerra num capítulo final, reinventa-se nos extremos das pontas dos segmentos da conjugalidade ou do espaço solitário da convivência.

A psicologia percebe a família como um “grupo, que tem características próprias, possui habilidade e competência para dar forma e significado às interações entre seus membros, além de se prolongar no tempo, construindo uma história que tem sequência a cada geração.” (BISOLI-ALVES, 2004, 2007, 197). A geração é compreendida como uma marca forte de identidade familiar e na transmissão da cultura, como responsável pela transmissão da tradição familiar.

A família identifica um determinado grupo social, mas com identidade própria influenciada pela cultura local, assim, num mesmo espaço cultural há “uma multiplicidade de

tipos de estrutura do grupo, sempre dentro dos padrões delimitados pelo contexto cultural em que se encontra”. (BISOLI-ALVES, MOREIRA, 2007, 196-7)

A família é um microsistema social, por isto está em permanente mudança, “que mantém um processo constante de interação com os diferentes níveis do ambiente social em que se insere.” (BISOLI-ALVES, MOREIRA, 2007, p. 198-9). A pessoa idosa ou se encontra nesse ambiente ou num espaço de convivência com seus pares. O brasileiro não tem cultura de colocar o idoso numa família substituta como espaço de convívio, cuidado e afeto. A cultura brasileira considera a responsabilidade dos mais velhos cuidar dos mais novos mediante, inclusive, encargos financeiros que venha a assumir, embora a recíproca não é verdadeira.

Numa perspectiva social, Petrini (2003) entende a família como um grupo social, percebida em toda sua constituição e durabilidade como fenômeno universal multifacetado nos costumes sociais de cada realidade social.

A relação familiar, segundo a perspectiva legislativa brasileira, baseava-se no poder patriarcal até o início do século XXI, logo a autoridade do pai era exercida com supremacia, e quanto à questão de gênero, cabia às mulheres as prendas domésticas, a educação dos filhos, a casa. O gênero masculino era o centro do poder e símbolo da absoluta autoridade, inspirado no sistema europeu de império. O pai detinha o poder de decidir, em todas as esferas, sobre os interesses da instituição “família”.

O comportamento social vai se modificando face ao desenvolvimento científico-tecnológico e a partir do século XIX, com várias descobertas científicas, a dinâmica do mundo vai ganhando outro contorno, o crescente número de trabalhadores assalariados, o aumento de imigrantes europeus e o aumento de profissionais liberais. A política econômica, desta forma, favorece a transformação da relação familiar. Anteriormente a base da família era escolhida pelo pai quando o casamento se baseava numa relação de negócio e o regime de bens escolhido no casamento era dotal. A família sempre absorveu a ideia de conjunto e de relação entre as pessoas desse conjunto.

Só que os vários modelos ou formatos de estrutura familiar ensejam reflexões que ultrapassam os muros da tradição cultural da família patriarcal, e quando a hegemonia masculina foi ameaçada pela feminina, que passou a trabalhar fora do ambiente doméstico, outro era o contexto familiar. Na modernidade há diversos modelos de família; na pós-modernidade, Dulce Whitaker (2007) prevê o desaparecimento do território familiar. Os arranjos familiares se diferenciam, segundo Motta (1998), cada vez menos com base nas classes sociais, e sim com fundamento nas características observadas pela pluralidade de

famílias. A autora elenca a família nuclear, constituída pelo pai, mãe e filhos; família ampliada, que abrange uma ou mais unidades domésticas vizinhas, em geral organizadas em torno de uma chefia monoparental; o indivíduo que mora sozinho, mas que mantém uma rede de relações – apoio afetivo, serviços e até apoio econômico – com filhos adultos, inclusive casados, e netos; há uma nova divisão de trabalho e de papéis intrafamiliares se processando; tanto geracionais quanto de gênero; a exemplo da troca de bens e serviços dentro ou fora da unidade doméstica, e da mudança de posições de poder e de chefia.

Numa construção teórica mais simplista de família, Novaes (2006) considera outro tipo de classificação de família: tradicional, moderna ou emergente. Sendo a família moderna, caracterizada por sua mobilidade, pelo espírito individualista; a família emergente denominada de pluralista ou pós-moderna, cuja principal característica é a aceitação e convivência de vários arranjos não tradicionais, menos permanentes e mais flexíveis. É permitir o novo e respeitar a diversidade social no núcleo familiar.

As famílias também podem ser reconstituídas, segundo Farias (2010). Os argentinos chamam de famílias *ensambladas*, *stepfamily* em vernáculo inglês ou, ainda, na linguagem francesa, *famille recomposée*, que são entidades familiares decorrentes de uma recomposição afetiva, nas quais, pelo menos, um dos cônjuges traz filhos decorrentes de situações jurídicas de um relacionamento anterior.

O idoso da contemporaneidade era o adulto desse tempo em que as relações familiares eram estabelecidas com base no pátrio poder, o dono das terras coabitava com uma família extensa: filhos, filhas, genros e noras, em que os filhos só assumiam o poder depois que o idoso morresse. Hoje, esse contexto diminuiu pelas escolhas que as pessoas fazem, quer pela conjugalidade ou pela parentalidade reduzida e mantida à distância.

Com a flexibilidade dos papéis sociais desempenhados pelos gêneros masculino e feminino, a família foi sendo redesenhada, ganhando novos contornos. A mulher, na década de 40 do século XX, conquista o direito ao voto como forma de participação nas decisões políticas; a partir daí, com a industrialização no país, a mulher operária passa a contribuir com a economia doméstica. É fato que a relação entre os gêneros vai empreendendo novos e diferentes contornos. Nos anos 70, a pílula anticoncepcional feminina diminuiu consideravelmente a taxa de fertilidade e de natalidade, reduzindo o número de entes familiares. Por fim, a lei do Divórcio, publicada em 1977, possibilita a prestação de alimentos de forma indiscriminada ao cônjuge que necessitar, mudando definitivamente a família.

No mundo pós-guerra, as pessoas ficaram mais individualistas e as escolhas passaram a ser pessoais. Na modernidade, Bauman (2001) afirma que as relações são fluidas, líquidas,

porque perderam a sua densidade, empreendidas pela unidade familiar dos seus componentes. Na pós-modernidade, as pessoas vivem sozinhas e, mesmo neste cenário, são consideradas entidades familiares.

O conflito sempre foi a base das separações e o egoísmo, a base do conflito. O conflito de natureza econômica e emocional é a motivação para as permanentes mudanças. Além disso, o mundo pós-industrial e uma sociedade de consumo não poderiam sustentar uma família tão numerosa cheia de obrigações e sem “certificado de garantia”.

Alguns indicadores irão definir o quadro da estrutura familiar: a renda vai influenciar na autoridade e no número de dependentes, quanto menor a renda, maior o número de dependentes, e, conseqüentemente, maior será a autoridade; quando maior a renda, menor o número de dependentes, menor será a autoridade, e a relação será mais cooperativa e democrática.

Há na pesquisa de Féres-Carneiro e Magalhães (2010) outras disposições de contextos familiares: as famílias casadas constituem a primeira experiência conjugal dos pais ou a primeira união estável. Se estiverem numa segunda relação, a nomenclatura muda, para famílias separadas, onde há um ajuste, uma recuperação da confiança na previsibilidade da vida, e um reequilíbrio entre o relacionamento dos mesmos com os pais. As famílias recasadas compreendem um espaço familiar reconstituído após a separação dos pais e a nova união de um deles ou de ambos; ou após a viuvez de um deles e sua nova união conjugal. As famílias monoparentais são constituídas por um dos pais (pai ou mãe) e seus filhos cujo contato com o outro pai (mãe ou pai) é inexistente ou esporádico. E quanto às famílias homoparentais há um vínculo conjugal entre pessoas do mesmo sexo. Nesses novos contextos familiares os idosos estão como protagonistas das histórias de famílias.

A relação familiar está traduzida no afeto entre os seus componentes, quer pelo laço consanguíneo ou pela afinidade. Contudo, também essa relação está estruturada num viés econômico, em que bem-estar e a distribuição de recursos são alicerces para essa relação recíproca de distribuição e redistribuição (CAMARANO, KANSO e MELLO, 2004). Tal perfil se consolida quando se percebeu uma alta porcentagem de idosos provedores das suas micro-famílias.

Já na conjugalidade, percebe-se a cumplicidade que norteia o casal durante o convívio, mas também se constata que os papéis são bem definidos e não se invertem, misturam ou conflitam, porque a convivência já lhes ensinou o espaço territorial que o outro pode ou deve transitar.

Os recortes empreendidos foram o de conjugalidade e de parentalidade, devido ao perfil da pessoa idosa analisada, advinda do século XX, concebida na sociedade de 50, cuja concepção de família era num modelo patriarcal, de conjugalidade verticalizada e de parentalidade consanguineamente definida. O idoso analisado neste trabalho não é aquele que dependente economicamente da família e que tem um benefício do Estado, mas aquele que detém o poder econômico e que trabalha ainda que aposentado.

As características da imagem do idoso são identificadas por Beauvoir (1970), Debert (1998) e Motta (1998), que apontam para um perfil do declínio, da decadência, pois seria inservível para o trabalho e dependente da família e do Estado. Os autores, contudo, já sinalizam a existência factual de um idoso em plena capacidade laborativa e provedor ou contribuinte da família. Em uma de suas pesquisas, Brito da Motta (1998) constata que o idoso é o provedor, onde os filhos, quiçá os netos e agregados moram em sua casa.

Para além de sua estrutura, segundo Petrini (2003), a família é o local de transmissão de valores éticos que orientam a vida do indivíduo – com sentido inicial de acolhimento, depois de pertença, culminando com a reciprocidade – e o insere em ciclos maiores de convivência, como a comunidade e a sociedade. É o espaço público de trânsito das relações privadas. É espaço de experiências com o outro, é um protótipo de um espaço maior – o social.

Em épocas anteriores à sociedade contemporânea, pertencer a uma linhagem familiar era sinônimo de ocupação de uma classe social prestigiada e de desempenho de papel relevante nesse contexto. Com o tempo, as relações tornam-se complexas e fluidas e assim vão sendo modificadas pela própria autonomia dos indivíduos. A autoridade que os membros de uma família exerciam sobre outros foi e vem sendo substituída, segundo Petrini (2003), na atualidade, por uma relação mais democrática. Mantém-se o vínculo de pertencimento ao núcleo familiar, mas de uma forma diferente.

A edificação moral dos idosos de hoje remonta à época de autoridade na família, de respeito aos mais velhos, do cultivo de valores e da difusão da tradição e dos costumes. Com as mudanças nos contextos familiares, o trabalho desenvolvido pelo idoso fora do espaço da casa revela-se como forma de preencher um espaço de autoridade que ele teve de ceder, não por vontade própria, mas pelas circunstâncias, porque seus filhos, integrantes da geração-pivô, constituíram suas próprias famílias ou porque optaram por morar sozinhos.

Da mesma forma que a família é um espaço de afeto, é também de conflito. Coutrim (2007) aponta que a convivência irá demarcar as diferentes zonas de apoio, de solidariedade e de segurança, ao mesmo tempo de disputa pelo poder marcada pelo autoritarismo e

imposição, de invasão de privacidade, de aumento de gastos que causam frequentes desentendimentos.

Uma relação conflituosa é característica do espaço democrático de convivência que a família compartilha com o idoso. É um espaço de discordância, de divergência, de descontinuidade. Esse espaço de trocas, ora é contínuo, ora descontínuo, é nesta dialética da harmonia que valores tradicionais e modernos coexistem (MARAGONI & OLIVEIRA, 2010). Nesse espaço democrático, na visão de Coutrim (2007), ampliou-se a discussão sobre os papéis desempenhados pelos entes familiares no grupo familiar. A dinâmica da convivência familiar constitui uma alternância entre autonomia e cessão, de modo que, entre os entes familiares, desenvolve-se um pacto, pouco a pouco e a todo instante, além da troca recíproca de afetividade. Contudo, segundo Petrini (2003), não deixam de ocorrer conflitos, disputas, ausências, escassez de recursos econômicos, culminando na agressividade.

No espaço familiar de convivência do idoso com os netos, eles assumem as funções dos pais e são co-responsáveis pela educação dos netos. A representação antiga do avô de pijama ou da avó de cabelos brancos fazendo tricô em cadeira de balanço está ultrapassada. Os cabelos brancos identificam a idade, mas a presença nas redes sociais da internet comprovam que os avós estão pertencendo mais à modernidade (MARAGONI & OLIVEIRA, 2010, ATTIAS-DONFUT e SEGALEN, 2002; LOPES, NERI e PARK, 2005; MORAGAS, 1997).

Ao longo do exercício da função de co-responsável pela educação dos netos são ensinados e transmitidos os valores de como o indivíduo pautará sua conduta. Valores como respeito, honra e dignidade são passados através do exemplo e da palavra. É dessa forma, acredita Petrini (2003), que o indivíduo relaciona-se com seus familiares e com a sociedade, tendo como base o que lhe foi ensinado durante o processo familiar.

A nomenclatura “parentalidade” foi utilizada em 1961 por Paul-Claude Recamier, reaparecendo em 1985 com René Clement, nas pesquisas sobre as patologias de psicoses puerperais. O neologismo do francês *parentalité* consolidou-se no Brasil a partir da década de 80 (FÉRES-CARNEIRO, MAGALHÃES, 2010). A princípio significa o parentesco biológico do ser pai e mãe. Mais do que isso, a relação de parentalidade pode ser conceituada, segundo Berthoud (2003), como uma experiência de relação, de significado psicológico, vivenciada nas relações familiares, mas que naturalmente se transformam ao longo da vida, sendo resignificada nos ciclos de desenvolvimento familiar, bem como por fatores inesperados a esse desenvolvimento.

Numa micro-perspectiva jurídica, a parentalidade, segundo Uchôa (2008), significa o fato de ser pai ou mãe e essa definição baseia-se na relação de consanguinidade. Admite-se que o seu surgimento ocorreu com o tradicional casamento e pautado no critério nupcialista. Na marcha desse entendimento, o legislador brasileiro prelecionou no art. 229 da CRFB(BRASIL, 1988), o direito à convivência familiar e para isto concebe a possibilidade de amparo dos filhos maiores aos pais na enfermidade, carência e velhice.

A parentalidade, aqui revisitada, mostra a instabilidade emocional do indivíduo que gera a solidão ou a troca permanente de parceiros, assim, demonstra a construção e reconstrução familiar, de forma que dois, três ou quatro contextos familiares são feitos, refeitos, construídos e destruídos, nos termos de Alves (2007).

Os idosos na contemporaneidade não podem mais contar com uma família tão extensa para a garantia de seu bem-estar, como se constatou na experiência do grupo focal, que convive com o cônjuge ou filho ou um parente próximo. As famílias estão mais econômicas e mais independentes.

A nomenclatura “contextos familiares” sugere a inclusão das novas modalidades de composições familiares, portanto mais próxima da realidade dos novos formatos familiares.

A instituição família fora legalizada no Código Civil de 1916 (BRASIL, 1916), e substituída pelo Código Civil de 2002(BRASIL, 2002), em decorrência da mudança de comportamento social.

Assim como a sociedade e o Estado, a instituição família é uma construção social, apreendida em sua complexidade, no exercício de suas funções econômicas, reprodutivas, ideológicas e de suas relações interpessoais.

Idosos que assumem, com seu trabalho ou aposentadoria ou pensão, o sustento da família. Assim, não se pode mais caracterizar a velhice como uma idade de perdas e declínios, os “novos avós” assumem, ativamente, responsabilidades perante a família, o que possibilita a construção de experiências de envelhecimento inovadoras, tanto para o idoso quanto para os demais entes familiares (MARAGONI & OLIVEIRA, 2010).

4.2 Espaços de convivência do idoso com outras gerações, gênero e relações intergeracionais

Família também envolve os direitos e as obrigações entre os seus entes. Forma-se, constrói-se e desconstrói-se essa relação, que se traduz em relações múltiplas que são sendo delimitadas conforme a dinâmica de vida de cada um, num verdadeiro jogo de poder entre os sexos, a idade e a posição social. Essa tríade de - geração, relação intergeracional e relação

econômica - vai se transformando, não se baseando apenas na relação de afeto, como costumeiramente se percebe a família (ROCHA-COUTINHO, 2007).

O conceito de geração é revisitado com fundamento no ideário de (DEBERT, 1998, p. 60), que assimila uma proposta sobre geração, como “um conjunto de mudanças percebido de forma singular devido ao contexto dos costumes e dos comportamentos determinados em cada geração”. Isto significa que o momento histórico, com toda a sua carga sociocultural é quem delimita esse comportamento traçando trajetórias futuras e explicando as pretéritas.

Em sendo assim, ainda que conservada a subjetividade do indivíduo, mas concebendo esse mesmo indivíduo como partícipe social que compõe uma época e retrata costumes e valores, a atual geração de idosos não pode ser concebida tão somente no âmbito familiar, mas também, segundo Alves (2006), como expressão de uma consciência coletiva produtora de uma memória coletiva revisitada e refletida por gerações futuras.

A geração de idosos ainda comporta subdivisões, quer seja pela lucidez e pelo papel desempenhado. A denominação “Idosos jovens” constitui um indicador recentemente inserido na categoria idoso, ou pela própria existência prolongada garantida pela longa saúde, são os “idosos mais velhos” os centenários, cada vez mais crescente este número (Brito da Motta, 2010).

Perceber cada contexto geracional identificado nessa memória coletiva é analisar a tradição familiar brasileira e constatar as suas permanentes mudanças. A geração-pivô (Brito da Motta, 2010) identificada como a geração intermediária entre as mais antigas e as mais novas, revela o homem provedor e a mulher “cuidadora”. Mas também admite outra dinâmica do mundo capitalista apontando para nova direção. Os mitos vão sendo desmistificados pela natureza da evolução, porque os papéis de gênero já não são tão bem definidos; os gêneros compactuam mais os papéis desempenhados e redimensionam as tarefas.

A família é um espaço de convivência e aprendizagem, das quais a autonomia e a cooperação colaboram para esse redimensionamento dos papéis, além de outros espaços sociais. O idoso e a idosa, muitas vezes, assumem papéis de provedores ou contribuintes sob a perspectiva econômica, contudo permitem que os outros entes familiares integrem a família de forma mais participativa e democrática.

A relação intergeracional ou multigeracional no espaço familiar reclama uma complexidade cuja interveniência depende da autonomia, da liberdade, quer seja de gênero, de idade ou de grau de parentesco. A geração-pivô, os filhos, são os que mais entram em conflito com os idosos, revelado pela disputa e da substituição natural da supremacia do poder do idoso pelo filho (BRITTO DA MOTTA, 2010, PETRINI, 2003, ROCHA-COUTINHO, 2006).

As relações intergeracionais constituem um sistema complexo, pois são influenciadas pelo mundo social e discutidas dentro do mundo familiar, que acabam transformando a forma de pensar e de agir. Na realidade, o homem é um ser em permanente construção e reconstrução, que pertence à família, convive em sociedade e é moldado pelos limites impostos pelo estado.

O pensar e o sentir são diferentes nas fases da vida humana. Quando mais jovem se é mais incosequente, o importante é passar pela experiência que pode vir a ser exitosa ou não; ultrapassada esta etapa, constitui-se um aprendizado para uma diferente fase. Já na “terceira idade”, o idoso, para Novaes (2006), encontra-se uma maior dificuldade em se permitir errar, pois os anos de vida e de experiência seriam suficientes para desenvolver com sabedoria como lidar com a vida e com os outros. E para mediar esse conflito de incompreensões, a geração-pivô tem essa missão de mediar esse diálogo entre os mais idosos e os mais jovens, descobrindo as zonas de conflitos e estabelecendo os momentos de paz, quando não forem os antagonistas dos conflitos com os idosos.

Um significativo número de idosos apresenta-se como mantenedor ou contribuinte numa família, com sua aposentadoria, pensão ou salário. E a família, para Pettrini (2003), constitui essa rede de solidariedade para amparar os idosos em quaisquer circunstâncias. Esse amparo não significa que seja econômico, mas também emocional. Também para Peixoto (2007), essa solidariedade é importante e diversificada, os apoios se efetuam em função da situação social dos doadores e recebedores. As consequências, para Peixoto (2007), a exemplo do desemprego, divórcio, viuvez, filhos que não saem nunca de casa: estas são as razões que explicam porque, no Brasil, as gerações mais velhas coabitam cada vez mais com as gerações mais jovens – fenômeno que é ainda mais comum nas famílias das camadas populares.

Nos anos 60, justifica-se a expansão feminina no mercado de trabalho, atrelada ao processo de industrialização brasileira, à desconstituição familiar e à sua reestruturação. Esses fatores exigiram que a mulher assumisse o papel de “provedora”, que terminou acumulando papéis, cuja sobrecarga justifica a legislação acerca da redução de tempo de serviço com fins para aposentadoria. E essas mudanças sociopolíticas fizeram surgir novos modelos familiares e os fatores que contribuíram para isso foram: a baixa taxa de fecundidade, o aumento da expectativa de vida, o declínio da instituição do casamento, a aceitação social do divórcio, as transformações nas relações de gênero.

A sociedade contemporânea empreendeu outro comportamento relativamente ao papel do pai na família. Anteriormente ditador central, ele passa a um negociador da família. Essa tendência pode ser verificada na redação do artigo 226 da Constituição da República

(BRASIL, 1988) e, mais tarde, no Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002), onde o poder familiar é revisitado com outra roupagem. Ainda que se tenham resquícios da época do autoritarismo paterno, foi modificada sua estrutura de poder também pelas novas configurações familiares, dando vazão, segundo Petrini (2003), ao diálogo, às escolhas, à negociação, à tolerância e ao pluralismo ético e religioso.

É na intersubjetividade dos entes familiares que se faz com que se estabeleçam limites entre eles, pautados no respeito, garantindo a autonomia de cada um. Ainda na percepção de Petrini (2003), a realidade particularizada interage com o papel social que a família exerce, como expressão de afeto, emoções e sentimentos, ainda que irrelevante para os atores sociais. A característica da individualidade é um traço marcante na família manifestada pela liberdade de escolher, de adotar uma postura e de ter atitude. Conforme (Coutrim, 2010, p. 153) “É o idoso se permitindo a escolher o convívio com a família consanguínea ou com a família por afinidade”.

Com o reconhecimento dessa subjetividade da família, o Estado objetiva preservá-la através de políticas públicas voltadas para o espaço da convivência comunitária, revelada na implantação de instituições de longa permanência e em outros programas que viabilizem a preservação desse sujeito plural que é a família na locução de Siqueira (2007).

É através de negociações e acordos que garantem a convivência mais flexível no espaço social assevera Coutrim (2010). As mudanças ocorridas ao longo do tempo que culminaram em diferentes modelos de família também apontam para uma relação “fluida” Bauman (2010), no sentido de pouco consistente, os valores também se tornaram mais instáveis e se transformaram em elos “finos” e “curtos”, na sua consistência e extensão, respectivamente. A pessoa idosa vive esse choque entre épocas: quando jovens, suas famílias eram numerosas e perenes; quando idosos, as famílias são mínimas, quando não convive sozinho, conclui Petrini (2003).

A convivência familiar se constrói e se reconstrói depois de conflitos. A reorganização desse contexto faz com que o idoso também participe dessa configuração, adaptando-se aos novos formatos, que se estabeleceram na base da cooperação entre as diferenças entre homens e mulheres e as intergeracionais. Surge uma gama variada de arranjos familiares segundo a nomenclatura nos escritos de Camarano et al (2004).

Para a possibilidade desse convívio, o idoso pode ser fonte geradora de riqueza para a família. Além disso, afirma Maragoni & Oliveira (2010), há uma considerável e renitente ocorrência de que os idosos assumem na integralidade o cuidado com os netos, com uma

significativa parcela das despesas domésticas, colaborando na construção de estratégias de enfrentar o fenômeno da pobreza.

Sérgio Beladinelli (2010) lembra que a nossa cultura não privilegia este ou aquele estilo de vida. E numa crítica aos discursos sobre família, ficou convencido que de forma subliminar, esses discursos valoram a liberdade, o pluralismo, a tolerância, como valores principais da atual civilização. Quanto aos vínculos familiares, o referido autor percebe que há um déficit tanto gerativo quanto cultural. Isto significa dizer que de um lado, há dificuldade da família em sociabilizar o seu membro, de outro, à sociedade de reconhecê-lo. A família é o primeiro local de convivência, portanto de sociabilidade, e conseqüentemente proporciona segurança ao indivíduo. Quanto mais numerosa, maior será a capacidade de reforçar essa sociabilidade; quanto menor, mais complexa e individualizada essa sociabilidade. Na mesma linha de pensamento, Brito da Motta (2010) se refere à diminuição dos entes familiares e da família ampliada que exige novas formas de apoio e solidariedade entre as gerações, num mundo de pessoas mais longevas, da precariedade de emprego, de desemprego. Brito da Motta (2010) estabelece uma comparação com as famílias recompostas, pelas estruturas monoparentais, arranjos domésticos unipessoais, e das novas relações de parentesco.

Britto da Motta (2010) afirma em seus escritos o que também foi constatado nesta pesquisa de que o idoso é provedor de sua família; bem como o número crescente de mulheres idosas assumindo esse papel, seja como viúvas ou descasadas. Afirma ainda a referida autora que esse comportamento social já vem sendo sinalizado por pesquisadores desde a década de 90. Ressaltam também a reinserção ou a permanência dos idosos no mercado de trabalho, que geralmente são “idosos jovens” que encontram oportunidade e conciliam com a motivação, diferenciando-se no gênero e na classe social.

4.3 Políticas públicas voltadas para a manutenção do idoso na família

O direito de família encontra amparo na Constituição brasileira de 1988, em seu art. 226, que dispõe: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. Fortalecendo a instituição familiar como primeiro espaço de convívio, sob a proteção do Estado.

Mais tarde, o legislador do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) criou outro espaço de convivência para a pessoa idosa, a “família substituta”, para uma sociedade plural, editou uma lei democrática que possibilitasse escolhas, em decorrência das divergências e de conflitos éticos. Assenhorou-se, portanto, de mais uma possibilidade de pertencimento.

Essa convivência requer a manutenção da própria vida e admitiu a possibilidade da prestação de alimentos aos pais idosos pelos filhos maiores. Consolidando-a em seu art. 229, que traz em seu bojo o princípio da reciprocidade, quanto ao amparo obrigacional de alimentos dos pais em relação aos filhos quando menores, e destes, quando maiores, em relação aos pais na enfermidade, pobreza e velhice. Estabeleceu uma forma compensatória de retribuição ao acolhimento e manutenção da instituição familiar.

Em termos infraconstitucionais, no Estatuto do Idoso, em seu art. 12, torna a obrigação alimentícia, numa obrigação de natureza solidária, sendo objeto de discussões. Em apertada síntese, os filhos maiores têm o dever de amparar os pais na velhice, não elegendo quem ou atribuindo o direito de regresso de um em relação ao outro filho numa questão meramente econômica.

No art. 3º. da Lei 10.741/03, o legislador responsabilizou a família, a comunidade, a sociedade e o Poder Público para cumprir efetivamente os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária; além da garantia da prioridade absoluta a ser tratado pelos órgãos públicos e privados para garantir todos esses direitos.

O legislador do CC/02 em seu inciso II do art. 1.641 impõe aos maiores de setenta anos a obrigatoriedade do regime de separação total de bens para consolidar o matrimônio ou admitir um novo matrimônio, o quê por sua vez, em discordância, obriga o idoso a optar pela união estável, preservando mais uma vez a instituição familiar e admitiu a possibilidade da conjugalidade na terceira idade.

Esse espaço de convivência familiar também é “palco” de muitos conflitos, pensando nisso, o legislador do Estatuto do Idoso em seu §2º. do art. 10 previu o direito ao respeito e protegeu a sua integridade física, psíquica e moral.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) prevê para o idoso, acima de sessenta e cinco anos, que não recebe aposentadoria ou pensão, e que convive com uma família cuja renda mensal seja até um quarto do salário mínimo, um benefício de prestação continuada, que significa um salário mínimo prestado pelo Estado, para possibilitar um mínimo existencial, num espaço familiar.

Metodologia

A abordagem desta pesquisa foi de natureza qualitativa, com base na revisão de literatura aproximando as áreas do conhecimento da Sociologia e do Direito, na revisão

legislativa, tendo como parâmetros a Constituição da República de 1988, o Código Civil de 2002, a LOAS de 1993, a Lei 8.842/94 e o Estatuto do Idoso de 2003, e como técnica de pesquisa social, o grupo focal.

Os critérios para seleção dos participantes do grupo focal foram: a idade, entre 60 a 80 anos, a experiência laborativa anterior, os vínculos afetivos ou a experiência anterior de vida em família, a residência em área urbana e o tipo de dependência econômica do idoso em relação à família. Estabelecido um roteiro prévio de perguntas para o grupo focal, foi ajustado o roteiro mediante o desenvolvimento do procedimento de pesquisa. Diante das respostas dos sete idosos escolhidos, foi realizada análise do conteúdo, com interpretação semântica das falas desses idosos.

Os participantes das sete sessões de grupo focal organizadas em 2011 em Salvador tinham entre 60 e 76 anos; sendo seis idosas e um idoso, todos aposentados e que também exerciam, naquele momento, outra atividade laborativa. Os encontros foram na Sociedade Unificada de Professores, espaço habitual de convivência profissional.

O grupo focal convive mais tempo com seus pares do que com os seus familiares, pois estão juntos sempre oito horas por dia. Desenvolvem atividades que já têm afinidades, e por isto complementam a aposentadoria, para que possam viajar e realizar despesas extras, financiando o estudo de uma sobrinha ou ainda sustentando financeiramente um filho, que não constituiu família ou que retornou para a casa dos pais. Esses idosos são provedores ou contribuintes de suas famílias.

O número reduzido de familiares se atribui ao fato de seus filhos já terem constituído suas respectivas famílias, por isto vivem a conjugalidade; ou se reduz a uma família monoparental, tia e sobrinha; mãe e filha; avó e neta.

Os idosos que compuseram o Grupo Focal e que convivem na conjugalidade são contribuintes com as despesas domésticas e não recebem ajuda financeira de seus filhos, ou porque não necessitam ou porque os filhos não têm possibilidades de prestar.

Os idosos que convivem com um parente são mantenedores exclusivos da família. Convivem num espaço que foi adquirido pelo idoso ao longo do exercício de sua atividade laborativa.

E nesses espaços, existem muitos conflitos de natureza econômica, quando são os mantenedores, porque poderiam utilizar esse dinheiro em uma viagem ou para comprar outra casa, para “melhorar de vida”, mas ainda têm que dividir a aposentadoria com quem ainda não conseguiu se estabelecer, então permanece no mercado de trabalho para complementar a renda oriunda da aposentadoria.

Outra fonte de grande conflito é a de natureza emocional. Os idosos ficaram muito consternados em perceber que já passaram por aquela experiência que o parente está passando, e, ao tentar protegê-lo, ele não aceita o “conselho”. Neste momento se falou em obediência ao outro, porque é mais velho e mais experiente. Enquanto o mais novo quer passar por uma experiência, sem obediência ao idoso, este quer lhe proteger. O tensionamento gera um conflito familiar por vezes constante.

Os participantes do Grupo Focal reclamaram da atenção não dispensada pelos seus familiares. Não se queixaram de seus cônjuges, mas sim dos filhos, netos e outros parentes. As ponderações transitaram, primeiramente, pelo ouvir, depois pela sensibilidade em perceber o que estão sentindo ou querendo; por fim de efetivamente realizarem os seus desejos. O que ficou latente é que os idosos e os parentes vivem em tempo e ritmos diferentes. E por conta disso, o conflito é uma forma de chamar atenção para as suas necessidades.

Ficou constatado que no grupo focal, o cuidado do idoso em relação à família é maior, do que o inverso, percebendo-se uma questão cultural.

Quando se questionou sobre o afeto em relação à família, as observações foram diferentes. Alguns consideram que doam mais sentimento que os familiares; para outros, há um equilíbrio nas relações de afeto. Perguntados se a família está baseada na relação afetiva, as respostas também foram variadas, uns percebem que a consanguinidade é um fator delimitador do espaço de convivência familiar; para outros, o afeto convive com outros sentimentos, de perda, de tristeza, de angústia; para outros, além do afeto é uma relação de amor, em que convivem esses sentimentos positivos ou não, mas que todos fazem parte do gênero maior que é o amor, que suplanta tudo.

Resultados Alcançados

Constatou-se que os idosos precisam conviver socialmente para continuar pertencendo à sociedade, para contribuir financeiramente com as despesas domésticas e para não conviver em permanente conflito com os entes familiares. Identificou-se que em decorrência da inserção da mulher no mercado de trabalho as famílias diminuíram, porque não tiveram filhos ou porque tiveram menos filhos.

A família tradicional baseada na tríade – pai, mãe e filho – na idade idosa não foi constatada, seja porque o idoso não constituiu família ou porque o filho constituiu sua própria família. Então a entidade familiar do idoso está restrita ao cônjuge ou a um parente.

Conviver com uma pessoa idosa é acima de tudo respeitar a sua vontade, o que ficou evidenciado na pesquisa é que o idoso impõe o respeito pela autoridade, pela experiência de uma pessoa mais “vívda” e por isto tem mais conhecimento.

O viés econômico também é preponderante para possibilitar a convivência familiar. Mas também se percebe que muitos conflitos tem origem na economia da família, onde só o idoso contribui, porque lhe foi exigido durante toda a sua existência, prover o seu próprio sustento. Mas não se tem a cultura da retribuição, da gratidão ao que a pessoa idosa fez pela entidade familiar, cumprindo com o seu papel social de sustento da família.

O respeito advém, muitas vezes, porque o idoso é provedor. Ao tempo em que constitui espaço de grandes conflitos.

O idoso está ficando sozinho com as suas lembranças e convicções. Num ritmo mais peculiar, o idoso convive distante no tempo e no espaço com os seus entes familiares. Esta é uma constatação da pós-modernidade identificada no grupo de idosos entrevistados, representando uma amostra de uma realidade e uma tendência social.

Conclusões

A “casa” não constitui mais o único espaço familiar da pessoa idosa. O convívio profissional possibilita outro espaço de convivência social por afinidades e muito mais prazerosa que a família.

A diminuição do número de entes familiares é fato e a família se ressignifica. Reinventar o espaço familiar para evitar conflitos de natureza emocional e econômica constitui uma tendência apontada pela pesquisa diante da experiência do grupo focal.

A relação de afeto que o direito construiu como tese jurídica que embasa as relações familiares não corresponde com a realidade social. A obrigatoriedade da convivência e da manutenção econômica está na legislação, mas que as pessoas resistem em cumpri-la. Logo, é preciso rever a legislação neste sentido, de possibilitar maior autonomia, como liberdade de escolha dos seus ambientes de convivência. Mesmo que esta convivência seja consigo próprio, na dimensão interativa do *self*.

Os idosos, protagonistas nesta pesquisa, sofrem com as novas relações na qual alguns valores considerados próprios da família tenham se diluído na liquidez contemporânea das relações (Bauman). Segundo os depoimentos no Grupo Focal, a superficialidade das relações, o descompromisso e a falta de respeito estão substituindo os valores éticos eleitos outrora.

O Estado brasileiro assistencialista provê tão somente uma manutenção básica e simples. Não se constatou políticas voltadas para aproximar as pessoas nas suas relações interpessoais, a fim de se conservar os valores éticos transmitidos na essência da cultura brasileira.

Referências

ALVES, Andrea Moraes. Os Idosos, as redes de relações sociais e as relações familiares. In: NERI, Anita Liberalesso (org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **BAUMAN sobre BAUMAN: diálogos com Keith Tester**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BEAUVOIR, Simone De. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 5ª.ed., 1990.

BELARDINELLI, Sérgio. **A pluralidade das formas familiares e a família como insubstituível “capital social”**. In.: Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais. Orgs. Ângela Borges e Mary Garcia Castro. 2ª. Ed. Capítulo 3. São Paulo: Paulinas, 2010.

BISOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. & MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. **Repensando as questões da tolerância e dos direitos humanos vinculados à família**. In.: Família, subjetividade, vínculos. Ana M. A. Carvalho, Lúcia Vaz de Campos Moreira, organizadoras. São Paulo: Paulinas, 2007.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado, 1988.

BRITO DA MOTTA, Alda. **Família e Gerações: atuação dos idosos hoje**. In.: Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais. Orgs. Ângela Borges e Mary Garcia Castro. 2ª. Ed. Capítulo 3. São Paulo: Paulinas, 2010.

_____. **Reinventando Fases: a Família do Idoso**. Caderno CRH, Salvador, n. 29, p. 69-87, jul./dez., 1998.

_____. **A família multigeracional e seus personagens**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 111, p. 435-458, abr.-jun. 2010.

_____. **A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento.** Revista Sociedade e Estado - Volume 25 Número 2 Maio / Agosto 2010.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão e. **Como Vive o Idoso Brasileiro?** In: Os Novos Idosos Brasileiros muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação et Al. O que os Avós Ensinam aos Netos? A influência da Relação Intergeracional na Educação Formal e Informal. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, GT12: Gerações - Entre Solidariedades e Conflitos, UFPE, 29 de maio a 1º. de junho de 2007.

DEBERT, Guita Grin. **A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade.** In.: Velhice ou Terceira Idade? Org. Myriam Moraes Lins de Barros. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FARIAS, Cristiano Chaves de & ROSENVALD, Nelson. **Direito das Famílias.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; & MAGALHÃES, Andrea Seixas. **A Parentalidade nas Múltiplas Configurações Familiares Contemporâneas.** Família e Parentalidade: Olhares da Psicologia e da História. Lúcia Vaz de Campos Moreira, Elaine Pedreira Rabinovich. Curitiba:Juruá, 2011.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios 2008-2009. Tabela 1.1 - População residente, por Grandes Regiões, segundo o sexo e os grupos de idade - 2008-2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/tabelas_pdf/sintese_ind_1_1.pdf. Acesso em: 01 mar. 2012.

LOPES, Ruth Gelehrter da Costa. Velhice, Envelhecimento, Complexidade: **Século XXI: os velhos ainda precisam ser “indignos”?** Beltrina Côrte. Elisabeth Frohlich Mercadante. & Irene Gaeta Arcuri.(orgs)1ª. Ed. São Paulo:Vetor, 2005.

MARANGONI, Jacqueline. & OLIVEIRA, Maria Claudia Santos Lopes de. **A Família e o Idoso:**Desafios da Contemporaneidade. Relacionamentos intergeracionais: avós e netos na família contemporânea. Deusivania Vieira da Silva FALCÃO.(org) Campinas,SP:PAPIRUS, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social.** Petrópolis:Editora Vozes. 29ª.ed.,2010.

MORAGAS, Ricardo Moragas. **Gerontologia Social:** envelhecimento e qualidade de vida. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

NERI, Anita Liberalesso.(org) **Idosos no Brasil: Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC, SP, 2007.

NOVAES, Maria Helena Novaes. A Convivência entre as Gerações e o Contexto Sociocultural. In: PEREIRA, Tânia da Silva & PEREIRA, Rodrigo da Cunha (orgs.). **A Ética da convivência familiar e sua efetividade no cotidiano dos tribunais**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade...** In.: Velhice ou Terceira Idade? Org. Myriam Moraes Lins de Barros. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PETRINI, João Carlos. **Notas para uma Antropologia da Família**. Pós-Modernidade e Família: um itinerário de compreensão. Bauru: EDUSC, 2003.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Transmissão Geracional e Família na Contemporaneidade**. In: **Família e Gerações**. Org. Myriam Lins de Barros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SARTI, Chynthia Andersen. **Algumas questões sobre família e políticas sociais**. In.: Família em Mudança. Chistiane Jacquet, Livia Fialho Costa (Organizadoras). São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre. Vol. 16, n.2, p.14, 1990.

SIQUEIRA, Maria Eliane Catunda de. Velhice e Políticas Públicas. In: NERI, Anita Liberalesso (org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **O idoso na contemporaneidade: a necessidade de se educar a sociedade para as exigências desse “novo” ator social, titular de direitos**. In.: Envelhecimento e Poder. Campinas, SP: Alínea, 2007.

ADOÇÃO: DA IDEALIZAÇÃO AO FRACASSO

Juliana Castelo Branco e Silva

Pós-graduanda do curso de Especialização em Psicologia Jurídica da UERJ.

Email: julianacbs@gmail.com

Eduardo Castelo Branco e Silva

Mestrando em Sociologia e Direito na Universidade Federal Fluminense

e-mail: educastelob@gmail.com

RESUMO

O presente estudo buscou entender diversos fatores de risco ligados à adoção como os preconceitos e esteriótipos ligados ao filho adotivo e o excesso idealizações e expectativas postas sobre a criança, entre outros, que podem culminar na devolução da mesma à Justiça. Procurou também ilustrar como se dá o trabalho dos profissionais que atuam no judiciário em processos em que há algum obstáculo na construção da identificação e na formação dos laços afetivos entre os requerentes e a criança.

Através da análise das entrevistas feitas com profissionais da Vara da Infância e Juventude constatou-se a importância de um maior acompanhamento psicológico dos requerentes tanto antes, quanto após o processo de adoção, além da necessidade de uma maior conscientização e responsabilização destes pelos seus atos em relação à criança.

Palavras-chave: adoção, devolução, responsabilização.

ABSTRACT

The present essay sought to understand the multiple risk factors associated to adoption as the preconceptions and stereotypes connected to the adopted son and the excess of idealizations and expectations that placed over the child may result in the return of the same to the judicial system. Also this search shows how is the work of the professionals that work in the judiciary in cases where there is some obstacle in the construction of identification and on the formation of emotional bonds between the adopters and the child.

Though the analysis of interviews with professionals that works in Vara da Infância e Juventude was of note the importance of psychological counseling to

adopters before and after the adoption process and the need of awareness and accountability for their actions with the child.

Keywords: adoption, return, accountability.

INTRODUÇÃO

A adoção é um ato jurídico no qual se cria um vínculo de parentesco por opção entre pessoas que não possuem laços biológicos. Em 1965, foi promulgada a Lei 4.655 que definiu a adoção como irrevogável. As crianças e adolescentes adotados passaram a ter os mesmos direitos e deveres dos filhos naturais, sendo rompido qualquer laço com a família biológica.

Hoje em dia, no Brasil, as leis mais atuais visam os interesses da criança como prioridade, diferentemente de como era feito no passado onde os desejos e interesses dos adotantes eram postos em primeiro lugar. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, tem como principal objetivo a proteção integral da criança e do adolescente. Sendo assim, o interesse da criança torna-se central.

A escolha pela colocação em família substituta ocorre quando a família biológica da criança ou adolescente, por algum motivo, não pode dar continuidade à relação familiar. O art. 28 declara que a colocação em família substituta pode ocorrer de três formas: guarda, tutela ou adoção.

Dessa forma, a adoção tem como um de seus objetivos buscar uma família que garanta a re-inserção do menor em um núcleo familiar e ofereça condições para que a criança cresça e se desenvolva da melhor forma possível. A adoção é uma outra possibilidade de se constituir uma família, que pode trazer resultados tão satisfatórios quanto a filiação biológica.

Apesar da adoção ser irrevogável, a devolução ou “restituição” pode ocorrer durante o estágio de convivência, período anterior à sentença de adoção em que o adotante está com a guarda da criança. Durante este período, os candidatos a adoção que encontram dificuldades na relação com a criança podem desistir de sua adoção. Nestes casos, o judiciário segue o mesmo procedimento de situações de abandono ou entrega da criança. A guarda da criança é cancelada e esta é colocada em um abrigo. Essas medidas são tomadas visando evitar a permanência da criança em um ambiente que a hostilize, rejeite, abuse ou humilhe.

Segundo Ghirardi (2008), a clínica mostra que o sofrimento experimentado pelos adotantes, que pode resultar na devolução, é consequência de expectativas extremadas depositadas na adoção e na criança. Como consequência, os adotantes que não têm sua

expectativa cumprida pela criança experimentam sentimentos ligados ao fracasso, como se a adoção houvesse “falhado”. A dificuldade dos adotantes de lidarem com esse sentimento pode fazer com que vejam a devolução da criança à Justiça como a única saída possível.

No entanto, a devolução, apesar de ser sentida como um alívio pelos pais adotivos a princípio, gera um grande sofrimento para ambos, pais e criança. O adotado se vê rejeitado mais uma vez e, de volta a instituição, passa a ter que lidar com o luto pelo abandono. Pode haver um comprometimento da identidade, da auto-estima e da sociabilidade, além de um comportamento agressivo e baixo rendimento escolar. O adulto passa a lidar com o sentimento de fracasso e perda pelo insucesso da adoção.

Todos os envolvidos no processo (pais, criança e profissionais), de alguma forma, acabam por experimentar sentimentos ligados a frustração, rejeição e fracasso, o que pode provocar a procura por culpados. Na maioria das vezes essa culpa é direcionada à criança por apresentar um comportamento “inadequado”, sendo assim considerada a responsável pela devolução. Os profissionais passam a ser vistos como aqueles que omitiram informações sobre a criança visando a sua colocação na família. A família passa a ser vista como perversa por estar devolvendo a criança.

Questões a serem consideradas antes de um casal se candidatar a adotar uma criança como suas motivações e expectativas, os fatores de risco envolvidos, os mitos e preconceitos existentes no imaginário da sociedade que podem contribuir para a devolução e, por fim, as implicações que a devolução pode ter para a criança e para os adotantes, como a frustração e os sentimento de fracasso e rejeição, serão abordadas ao longo deste trabalho, de modo a propiciar um melhor entendimento do que leva os adotantes a tomarem a decisão de devolver uma criança à Justiça.

Conflitos existem em qualquer relação entre pais e filhos, independentemente de serem adotivos. Através de sua intervenção, os profissionais que atuam na área podem procurar reverter o quadro apresentado buscando evitar ao máximo que os fatores de risco e preconceitos existentes influenciem e resultem em uma devolução. Sendo assim, seu trabalho torna-se fundamental para a compreensão dos fatores psíquicos envolvidos na relação entre pais e filhos adotivos e da maneira pela qual esses fatores se manifestam dificultando, em determinados casos, a consolidação de um vínculo mais forte com a criança, além de ajudar os adotantes a elaborarem da melhor forma os conflitos que podem aparecer durante o processo.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Frassão (2000), bebês e crianças pequenas abandonadas pela pessoa responsável pelos seus cuidados podem ter o seu desenvolvimento emocional afetado. A psicanálise dá importância às primeiras interações mãe-bebê e as suas consequências para o desenvolvimento do indivíduo. Nesse momento da vida do sujeito, se formam as primeiras relações que são especialmente importantes para a construção do funcionamento psíquico do indivíduo. A mudança de um ambiente familiar para um não familiar causa desconforto, sofrimento, atraso na orientação do bebê e na sua adaptação com o meio ambiente. Quanto menor a criança, mais abaladas poderão ficar as suas ligações emocionais futuras devido as separações sofridas. O abandono pelo pai ou pela mãe pode causar dor e ansiedade ao bebê ou criança pequena, além de afetar a qualidade das suas ligações emocionais seguintes, gerando dificuldades na aquisição de confiança. Quanto mais rupturas os relacionamentos da criança pequena tiverem, mais superficiais serão as suas ligações emocionais.

Frequentemente, pessoas que tiveram uma infância desestruturada, na qual houve perda de ligações afetivas, apresentam problemas no desenvolvimento da auto-estima, o que pode afetar o seu relacionamento com o outro e com o mundo. A interrupção das relações em crianças pequenas, em alguns casos, acarretam atrasos no desenvolvimento e na habilidade de se comunicar. Já crianças maiores, muitas vezes, são consideradas com desvios comportamentais por se encontrarem fora do alcance da influência educacional (Frassão, 2000).

Nas instituições em que as crianças abandonadas são abrigadas as oportunidades para a criação de vínculos afetivos mais fortes costumam ser escassas, apesar de muitas dessas instituições tentarem se aproximar ao máximo da constituição familiar. Esse fato costuma agravar os sentimentos de rejeição e abandono já experimentados. Por não encontrarem lugar para o atendimento de suas necessidades individuais, essas crianças experimentam dificuldades no desenvolvimento de sua integridade e identidade. Frequentemente se sentem perdidas, desprotegidas e angustiadas.

Sendo assim, a adoção deve ser vista como uma forma de acolhimento da criança que já sofreu grandes rupturas em seus vínculos primários. A criança apresenta marcas que representam a sua rejeição, abandono ou acolhimento. Essas marcas

exercerão influência no processo de desenvolvimento dos vínculos que são estabelecidos com a família adotiva.

Algumas questões devem ser consideradas antes da colocação de uma criança em adoção como, por exemplo, a sua condição de adotabilidade. Muitas vezes, a criança já passou por situações tão traumáticas com sua família biológica que pode ser desestruturante para ela ser inserida novamente em um contexto familiar. Crianças que foram severamente maltradas quando eram pequenas apresentam maiores dificuldades de estabelecerem relações afetivas e de confiança. Nesses casos, uma avaliação psicológica seria fundamental como meio de se verificar a sua condição de adotabilidade e garantir o sucesso da adoção.

As crianças abandonadas que são colocadas em famílias substitutas frequentemente experimentam sentimentos de medo, raiva, desespero e culpa que podem ser expressos de diversas formas. Sendo assim, é fundamental que a nova família entenda e ajude a criança nesse período difícil para que ela tenha a chance de conviver em família. Oferecer um ambiente confiável e seguro é fundamental para que a criança tenha condições favoráveis à reconstrução do seu psiquismo que se encontra fragilizado. Esse acolhimento é pré-condição para que a criança possa se reestruturar.

Crianças institucionalizadas por longos períodos, abandonadas ou retiradas da família tardiamente precisarão reconstruir vínculos primários e reorganizar sua imagem, considerando os novos modelos de identificação. Em outras palavras, a criança deve poder adotar aqueles que desejam adotá-la. Algumas crianças apresentam dificuldade de criar novos vínculos sendo assim fundamental que os pais adotivos acolham as suas necessidades emocionais. Os esforços feitos pela criança durante o processo de adaptação permitem perceber uma urgência por parte da criança de alcançar uma imagem positiva de si mesma, que possa ser valorizada por aqueles com quem passou a conviver (Levy, 2007).

No trabalho de filiação que tem como objetivo fazer a criança incorporar a nova família e ser aceita por ela, o momento inicial pode ser seguido por uma fase onde a criança pode desenvolver certa agressividade em relação aos pais adotivos. Estes deverão conter e fazer o possível para facilitar a regressão necessária que precede a retomada do processo de desenvolvimento. A história anterior da criança, quando marcada pela negligência e maus-tratos, pode ter seu efeito traumático e desorganizador agravado caso os pais adotivos não consigam lidar com as dificuldades e angústias apresentadas pela criança.

Algumas crianças expressam uma resistência diante dos pais adotivos como uma tentativa de preservar os laços com sua história de origem. Outras, ao contrário, assumem precipitadamente uma nova identidade pelo medo de não serem aceitas. No entanto, a elaboração da perda de pessoas, objetos, lugares, cultura, hábitos, é fundamental para que o estabelecimento da identidade e da auto-imagem construída ao longo da vida não seja prejudicada. Ao final de um processo de luto pela família biológica é esperado que a representação dos pais de origem possa conviver com a dos pais adotivos. Junto com a necessidade de se elaborar perdas ligadas às recordações e afetos é preciso que se invista em novos objetos e se estabeleça novos vínculos.

Muitos são os obstáculos experimentados pelos requerentes no processo de adoção. A construção da identidade parental exige do casal um processo de identificação com o filho real, abrindo mão assim do filho imaginado e idealizado. Essa pode ser encarada como uma das primeiras dificuldades com as quais os requerentes se deparam em um processo de adoção.

Segundo Bydlowski (apud Trindade-Salavert, 2010), no caso da mulher ser estéril é fundamental a elaboração da “cicatriz psíquica” pelo fato de não ter sido fecundada e não ter parido. A falha na identificação com a criança pode resultar na não assimilação desta como filho. Nessa situação, os pais não se apropriam da criança como filho, o que pode causar um sentimento de estranheza, reservando para a criança um lugar de exterioridade.

Muitas vezes, a confirmação da esterelidade provoca uma ferida narcísica no casal que não é elaborada de forma fácil e sem sofrimento. Ocorrem alterações no sentimento de identidade do casal que é obrigado a renunciar de um dos seus projetos pessoais de vida. A adoção pode vir acompanhada de sentimentos de desqualificação dos adotantes e desvalorização da adoção em si. Nesse caso, o desejo de filho pode não satisfazer o narcisismo parental, interferindo assim na aceitação do filho adotivo como parte da família. No lugar da criança que vem para satisfazer sonhos e desejos de seus pais, surge aquela que revela a infertilidade.

Uma das questões que têm ganhado espaço nas discussões entre os profissionais que atuam nesta área diz respeito aos pareceres liberados rapidamente que acabam por dar o direito a pais inadaptados psicologicamente de adotar. A existência de determinados tipos de carências e traumas precoces podem ser irreversíveis e influenciar de tal forma na construção da parentalidade que esses candidatos a pais adotivos seriam incapazes de

se identificar com a criança e, assim, de se tornarem verdadeiramente pais, do ponto de vista afetivo, se enquadrando no conceito de “inadotabilidade psíquica”.

Segundo Diniz (2001), a família a ser formada é uma fantasia fortemente idealizada, principalmente pelas meninas, que evolui a medida que se cresce e amadurece. Dessa forma, este projeto, que se torna realista e realizável com o tempo, acaba sendo sempre idealizado, necessitando assim que haja uma negociação entre a realidade e a fantasia.

Essa idealização, no entanto, pode ser muito perigosa, principalmente no caso de uma adoção. As relações familiares formadas com a adoção são um compromisso para o resto da vida e a adoção não deve ser encarada de forma fantasiosa. Sendo assim, o excesso de idealização, que muitas vezes leva a pessoa ter dificuldades em aceitar a realidade, e o peso da história da criança, que frequentemente gera mitos e preconceitos, podem ser considerados como duas das dificuldades para que uma adoção obtenha sucesso (Diniz, 2001).

Hoje, uma das maiores preocupações das equipes que realizam as entrevistas dos candidatos a pais adotivos é avaliar os reais motivos que estão escondidos por trás do desejo aparente do casal que procura uma criança para adotar. Muitas vezes, esses motivos não são o que aparentam e a motivação verdadeira pode ser desconhecida até pelos próprios candidatos. A inflexibilidade quanto ao perfil da criança pode acobertar resistências relacionadas à idéia da adoção. Sendo assim, uma maior flexibilidade no perfil e capacidade de encarar a verdade, que faz com que os pais não precisem se agarrar a fantasia, inconsciente ou não, de que a criança foi gerada por eles, são qualidades desejadas para que os pais possam exercer a parentalidade da melhor maneira possível.

Muitas vezes, por trás das expectativas e motivações dos adotantes está o desejo de satisfazer a seus próprios interesses. Nesses casos a adoção teria a objetivo de resolver um problema, preencher uma lacuna ou contribuir para a resolução de um luto. Nestas situações mais do que a criança precisar de uma família, a família precisa de uma criança. Os motivos que estão ligados a adoção estão vinculados a satisfação da família e não da criança.

A adoção tem uma trajetória própria e existem diferenças entre a parentalidade e a filiação adotiva que precisam ser compreendidas, elaboradas, assumidas e integradas pelos requerentes. Na sociedade há uma tendência de constituir a adoção como algo natural. No entanto, apesar de usarem termos em relação à “gestação” e ao

“nascimento” da criança adotada na família, ela chegou por um caminho diferente do usual. Para que as famílias possam construir uma visão mais favorável em relação a adoção, é preciso que se assumam as especificidades do processo e que estas sejam trabalhadas junto aos adotantes. É preciso que os requerentes estejam conscientes de que a criança adotada possuirá dois casais parentais e trará uma história anterior a adoção que não pode ser negada.

Segundo Ghirardi (2008), muitas vezes as famílias a serem constituídas por meio da adoção tendem a imitar um modelo de família biológica tido como o modelo ideal, visando uma identificação com estas. Em geral, nesses casos, os pais desejam um filho que tenha os seus traços físicos e de personalidade. Isso se dá, provavelmente, como uma forma de recompensa pelo dano sofrido pela infertilidade e como meio de amenizar a ferida aberta no narcisismo. Os casais se sentem impotentes e frustrados por não poderem gerar seus próprios filhos. Acreditam que buscando crianças com características que se encaixem com o ideal pretendido, se aproximam do que acreditam ser uma “boa família”. Dessa forma, a adoção acaba sendo vista como um meio de “solucionar” o problema da infertilidade.

A decisão pela adoção de uma criança é um processo complexo que exige inúmeras mudanças na identidade pessoal e nas relações do casal. Uma das tarefas principais para quem quer se candidatar a adoção é abandonar a identidade ligada a parentalidade biológica e preparar-se para uma identidade de pai adotivo. Caso os futuros requerentes não consigam concluir esse processo de formação de uma nova identidade parental de forma correta, as chances de aparecerem dificuldades com relação aos sentimentos e reconhecimento do filho e no estabelecimento de um ambiente que apoie as relações que estão se formando aumentará, podendo por em risco o projeto da adoção.

Cada um dos parceiros tem a sua história individual, desejos e fantasias em relação ao filho esperado. A elaboração do luto pela infertilidade é diferente em cada um dos membros do casal. A infertilidade pode ser uma experiência estressante para o casal que precisa redefinir a sua relação e a sua identidade pessoal. Além disso, um dos parceiros acaba tendo que abrir mão da sua fertilidade, renunciando a possibilidade de gerar um filho natural e abandonando as fantasias projetadas sobre ele. Dessa forma, poderia se pensar na importância de se haver acompanhamentos individuais em conjunto com o acompanhamento do casal quando este se encontra requerendo a adoção.

É comum os adotantes viverem a fase de espera pela criança de forma tensa, cheios de expectativas, preocupações e esperanças. A maneira como esses sentimentos serão encarados será fundamental para a construção da parentalidade e de atitudes acolhedoras ou defensivas e de evitação em relação a adoção por parte dos requerentes. É importante que os candidatos a pais possam ter suporte psicológico durante esse período de espera. Receber orientação e enfrentar os medos e angústias presentes neste momento possibilita que eles flexibilizem as características da criança fantasiada como filho, permitindo assim uma maior aceitação da criança real.

Em geral, os adotantes costumam superestimar a criança que será adotada e o ato da adoção, ambos frequentemente vistos como saídas e soluções para suas perdas e problemas. Esse excesso de idealização tende a desencadear inúmeras frustrações tanto nos adotantes quanto nos adotados, criando assim sentimentos ligados ao fracasso.

Diferenças ligadas aos traços físicos e comportamentos encarados pelos pais como não sendo os ideais vindos dos filhos constituirão na família outro fator que risco que possibilitaria a devolução. A dificuldade dos adotantes de lidarem com a alteridade da criança pode se tornar insuportável a ponto da única saída vista como possível ser a devolução da criança para o judiciário.

É necessário que os pais renunciem a idealização em relação ao filho sonhado e o aceitem com suas singularidades para viverem a experiência da paternidade/maternidade de forma plena. Assim, o filho adotivo deixará de ser visto como aquele que tem a função de ocupar o vazio deixado pela infertilidade, amenizando a ferida aberta no narcisismo, ou aquele que lembra a todo tempo os pais sobre a sua impossibilidade de gerarem o seu próprio filho. Dessa forma, o filho adotivo pode ser aceito em sua alteridade. Caso contrário, o filho ocupará um lugar de exterioridade em relação à família, interferindo na construção dos laços afetivos e acentuando as dificuldades e conflitos existentes, o que pode acarretar sua rejeição e a decisão pela devolução.

Para que uma adoção nesses casos obtenha êxito se torna necessário um trabalho de luto pelas pessoas que irão adotar. Para que os adotantes consigam abrir mão do filho desejado e passem a aceitar o filho adotado e sua singularidade, é necessário que se percorra um longo caminho de trabalho psíquico marcado por conflitos e angústias. Caso contrário, a adoção pode fazer renascer essas experiências dolorosas para muitos dos candidatos. Nesses casos, a devolução seria então uma forma de se ressaltar as diferenças entre o filho desejado e o filho real e um meio de se “livrar” do problema

(Renzi, 2001). É preciso que o casal tenha elaborado de modo correto o luto pela impossibilidade de gerar o próprio filho, se necessário, recorrendo a ajuda terapêutica. Apenas através da elaboração bem sucedida é que o casal verá a adoção como um meio de formar a sonhada família.

Podemos também destacar a importância dos adotantes terem um acompanhamento psicológico no período pós-adoção, como forma de oferecer um respaldo aos requerentes neste momento de adaptação em que algumas dificuldades que podem surgir.

No caso de uma adoção cuja motivação principal foi a presença de um sentimento altruísta, os adotantes não imaginam que irão encontrar dificuldades no relacionamento com a criança, assim como em qualquer relação humana. Nesses casos, os adotantes frequentemente acreditam que a criança deva ter um bom comportamento e demonstrar gratidão aos pais adotivos por estes a terem “salvo” do destino que seria imposto pela sua origem desqualificada. Estabelecem assim uma relação de “favor” com a criança, ao invés de uma relação familiar. Quando não encontram a retribuição esperada, se sentem frustrados e frequentemente põem por a criança em um lugar de exterioridade em relação a família. A desobediência da criança passar então a ser vista pelos pais como uma forma de atingi-los. No entanto, esse sentimento de altruísmo muitas vezes esconde certas frustrações internas dos adotantes e baixa auto-estima. Essas condições podem acabar interferindo no futuro na relação com a criança, intensificando os conflitos.

A devolução pode passar a ser cogitada quando há dificuldades por parte dos adotantes de lidarem com eventuais conflitos que surgem com a convivência. Em geral, os pais ficam perdidos quando a criança antes calma e dócil se transforma em rebelde e questionadora. Frequentemente, atribuem este fato a sua origem o que acaba intensificando o conflito ao invés de contorná-lo. É normal que a criança queira testar os pais desobedecendo-os ou questionando-os como uma forma de se reafirmar como membro da família. Caso os pais não tenham feito a adoção de forma clara, tranquila e pensada e não tenham o desejo legítimo de amar, cuidar e aceitar o filho como ele é, poderão haver problemas nessa fase que, muitas vezes, resultarão na devolução.

Os pais adotivos devem ter em mente que os conflitos existem em qualquer relação de pais e filhos, sejam eles adotivos ou não. Não existe também uma época específica para estes conflitos ocorrerem. Podem acontecer tanto no início da

convivência, na fase de adaptação inicial, como quando o adotado entra na adolescência.

Um outro fator de risco que resulta, muitas vezes, na devolução é a dificuldade dos pais adotivos de lidarem com as origens da criança. Berthoud (apud Levy e Jonathan, 2004), observou que entre os preconceitos e esteriótipos existentes em relação à adoção, o mais forte se refere à herança genética da criança que será adotada. Esse mito atribui grande importância à herança genética na estruturação da personalidade do indivíduo e que, independente do ambiente proporcionado pelos pais adotivos, a criança manifestaria características herdadas de seus pais biológicos.

A origem, por ser tratar de algo muitas vezes desconhecido, pode gerar angústias aos adotantes, fazendo com que passem a crer na possibilidade da criança ser ameaçadora à família. O desconhecimento do histórico familiar pode gerar o medo de que a criança desenvolva uma má índole (atribuída à herança genética dos pais biológicos) e represente perigo para a família que a adotou. A origem, por diversos motivos, é usada como “desculpa” para os comportamentos indesejáveis que a criança pode vir a ter. Culpam a má índole dos pais biológicos pelas dificuldades de lidar com um comportamento visto como rebelde ou que se desvia do ideal, transmitindo à criança e sua herança genética as responsabilidades pelos conflitos.

Muitas vezes, o medo e a insegurança apresentados pelos pais adotivos diante das dificuldades escondem preconceitos que podem estar atrapalhando a construção do vínculo entre adotante e adotado. É necessário que haja uma desconstrução dos esteriótipos e preconceitos presentes na sociedade relativos a criança adotiva para que esta possa ser incluída na família e na sociedade de forma integral.

METODOLOGIA

Como forma de elucidar o que foi abordado nos capítulos anteriores, buscou-se profissionais que trabalham na Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital que pudessem relatar casos em que tenha ocorrido alguma dificuldade na adaptação dos adotantes com a criança durante o estágio de convivência, mas que tenham sido contornados, e casos em que tenha ocorrido a devolução.

Foram feitas entrevistas semi-estruturadas com uma psicóloga e uma assistente social que atuam em processos relativos à adoção que contaram um pouco sobre o seu trabalho na Vara da Infância e Juventude, em especial, casos de devolução que servirão para ilustrar o que foi dito anteriormente. Pretende-se com as entrevistas compreender

alguns pontos da adoção e da devolução, sob o ponto de vista de profissionais que atuam na área.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Foram destacados das entrevistas realizadas alguns temas que corroboram com a bibliografia consultada.

Criança ideal X criança real

A parentalidade adotiva será válida quando for bem aceita, planejada e executada com responsabilidade pelos adotantes. Não existe um perfil de pai ou mãe ideal. No entanto, os candidatos devem ficar atentos para que suas expectativas e fantasias individuais não influenciem de forma negativa no processo. Podemos citar a fala de uma assistente social da Vara da Infância e Juventude ilustrativa da dificuldade dos adotantes de lidarem com a criança real no lugar da criança idealizada na qual depositaram expectativas que, muitas vezes, não conseguirão ser satisfeitas pela criança:

“Eles pegam uma criança hoje e... Ai vem o filho real, que não preenche ali, que é muito maior do que aquele seu recorte...e ai? Alguns conseguem, alguns não. A grande maioria consegue”.

Dificuldades na adaptação

A preferência de muitos adotantes por crianças menores, de até 4 ou 5 anos, pode ser explicada pelo mito de que essas crianças teriam uma adaptação mais tranquila a rotina da casa e da família, tornando assim a convivência mais saudável.

Muitos dos requerentes apresentam dificuldades para lidarem com suas inseguranças frente a obstáculos para uma boa convivência impostos pela criança, podendo ser por um comportamento inadequado, birras, entre outros. Essas dificuldades podem ser contornadas pelos requerentes com a ajuda da equipe de profissionais da Vara, como exemplifica, através de um caso contado, a psicóloga entrevistada:

“Teve um caso recente aqui que a pessoa veio, me ligou falando que queria entregar a criança...Ao longo do atendimento, eu vi que era uma total imaturidade dela, uma insegurança dela, né? Quando a gente deu umas orientações sobre o desenvolvimento da criança...marcamos um outro

atendimento e até então, isso já tem um tempo, parece que as coisas estão bem.”

A entrada da criança no meio mexe não só com a rotina, mas com toda a organização e espaço familiar. É necessário que o adotante tenha amadurecido a ideia e se apresente de forma segura de modo a poder lidar da melhor maneira possível com os obstáculos que podem surgir.

Culpabilização da criança

Sobre o ato da devolução, tanto a assistente social, quanto a psicóloga confirmam que são raros os casos em que os adotantes não transferem totalmente a culpa do insucesso da adoção para a criança.

A psicóloga afirma que apesar de, em alguns casos, os requerentes afirmarem que não têm condições de cuidar da criança ou lidar com as dificuldades apresentadas e demonstrarem algum sofrimento com isso, a tendência maior é transferir a culpa para o adotado, muitas vezes como forma de aliviar a imagem perante os profissionais do judiciário.

A assistente social expõe que, apesar dos profissionais que atuam no judiciário frisarem que trabalham para que a criança não se sinta responsável pela devolução, o que aumenta ainda mais o seu sofrimento, muitos adotantes conseguem fazer com que a criança introjete a culpa pelo insucesso da adoção:

“Eu já escutei fala de criança tipo assim: “Eu sou mauzinho e por isso que minha mãe não quer ficar comigo. Mas eu vou melhorar, eu vou ficar bonzinho.” “Eu sou mauzinho. Se eu fosse melhor ela iria querer ficar, então eu vou melhorar e vou ficar”...Ele introjeta a culpa. A culpa pelo não sucesso eles conseguem passar para a criança”.

Motivações para as devoluções

Em geral, a maior parte das justificativas dadas pelos requerentes que procuram a Vara da Infância e da Juventude para devolver se referem a um mau comportamento da criança. Grande parte dos casos em que os requerentes devolvem a criança ao judiciário alegando mau comportamento, pode ser entendido como uma dificuldade

destes de lidarem com a criança diferente da que foi idealizada por eles, conforme exemplificado pela psicóloga:

“É uma dificuldade para lidar com os comportamentos que são apresentados pela criança e eu acho que é porque, assim, no fundo, no fundo, tem a ver com a expectativa de que a criança venha a ser grata, né, pela adoção. Venha a ser uma criança dócil, meiga, educada...que acho que a maioria dos pais quer isso dos filhos né..”

A assistente social afirma ser cada vez mais comum requerentes, que procuram o judiciário para devolver, alegarem motivos banais para tal fato:

“As vezes a criança é colocada naquela casa e se comporta na condição de criança. Um filho biológico, pela via biológica, ele também faz “N” coisas. É o comportamento. Um comportamento que a gente entende como sendo normal. O que a gente percebe é que, na verdade, fica muito a nível de discurso. As famílias dizem que estão habilitadas para adoção, que vão aceitar o que acontecer e cada vez mais a gente vê banalidades, posso dizer né? É devolução sem justificativa plausível”.

A devolução

É comum a ideia de devolução surgir quando os obstáculos existentes para uma boa convivência se tornam insuportáveis para adotantes e adotados. Questões referentes ao passado ou ao comportamento da criança ganham um peso que se torna praticamente impossível de ser ultrapassado pelos requerentes. Muitas vezes, quando a devolução ocorre motivada pelos que os postulantes acreditam ser um mau comportamento da criança, esta se dá após um período frequentemente curto de convivência, quando a criança deixa de ser vista como dócil e passa a impor algumas vontades diante dos pais, como exemplifica a assistente social:

“Mas o que eles querem dizer é que aquela criança é meio robzinho né? Que criança questiona sim, criança irrita sim, o adulto também irrita, somos humanos e os humanos têm reações. Querer que uma criança não reaja a nada, não te

cobre nada? Gente, isso não existe. Ela é humana, ela interage. (...) Isso aí que as pessoas começam a questionar. Coisas normais que qualquer criança faz só que como eles estão naquele nível da perfeição, eles não admitem. Mas eles não admitem não é que a criança faça, é que eles não conseguem dar conta de conviver com isso, né?”

Segundo os profissionais que atuam na Vara da Infância e da Juventude, é comum que os requerentes não digam de forma explícita à criança que a convivência não está dando certo e que pretendem devolvê-la ao judiciário. Apesar de não ser falado de forma clara, muitas vezes, a criança percebe que há algo errado pelo clima pesado que se instala na família. Em geral, a criança se sente adaptada mesmo que ocorram algumas dificuldades na convivência que os pais encaram como insuportáveis.

O sucesso da adoção

Para os profissionais que atuam na Vara da Infância e Juventude, o pré-requisito fundamental para que uma adoção dê certo é a disponibilidade dos requerentes para aceitarem a criança tal como ela é. A pessoa precisa ter a vontade, o desejo e a disposição de fazer com que aquela criança, antes desconhecida, venha a ser seu filho, abandonando todas as expectativas e idealizações feitas ao longo dos anos. Podemos citar uma fala da assistente social e uma fala da psicóloga que exemplificam o que foi dito:

“A palavra chave de adoção, que garante uma não devolução, eu traduzo em disponibilidade. Você tem que ter uma disponibilidade afetiva. Não é ser messiânica, não é ser irmã de caridade. É ter disponibilidade de aceitar a criança que você foi buscar. De aceitar seu filho que veio por uma via diferente da biológica. Isso a gente já viu muito acontecer aqui”.

“É a capacidade de oferecer à criança o lugar de filho. Na hora que tá falando da criança, falar assim: “Ah, meu filho”. A pessoa já tá planejando, já tá colocando, já tá incluindo essa criança nos planos futuros. Tem gente que vem e muito

rapidamente nas entrevistas já chama a criança de filho. Tem gente que só chama a criança, o menor...”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo refletir sobre algumas questões recorrentes em casos de adoção em que tenham ocorrido uma dificuldade na identificação e formação dos vínculos afetivos entre os requerentes e a criança.

Duas das principais causas da devolução podem ser consideradas a idealização da criança e do ato de adotar por parte dos postulantes e as altas expectativas depositadas no adotado. Ao se confrontarem com a situação real, que está longe de ser um conto de fadas, muitos requerentes acabam desistindo da adoção por não conseguirem dar conta de todas as particularidades e dificuldades que o processo tem risco de apresentar.

Os profissionais envolvidos nesses processos devem conseguir identificar, nos candidatos a pais, os principais fatores de risco que podem resultar em uma devolução, como a presença de um luto mal elaborado sobre a impossibilidade de se gerar o filho biológico, os preconceitos existentes no imaginário social, entre outros. Psicólogos e assistentes sociais deverão observar as angústias e preocupações dos candidatos reveladas nos discursos dos mesmos e procurar oferecer um suporte para o esclarecimento e solução de tais questões, e, caso necessário, um encaminhamento para um acompanhamento mais efetivo.

Diversos estudos têm mostrado a importância de um acompanhamento psicológico após a adoção, tanto para os requerentes, quanto para a criança, principalmente em adoções tardias,. Os pais podem necessitar de um apoio para conseguirem lidar com todas as questões e conflitos emocionais que, frequentemente, surgem no decorrer do processo. Já a criança pode precisar de ajuda para reconstruir a sua capacidade de estabelecer vínculos afetivos.

Através da análise das entrevistas feitas com os profissionais que trabalham na Vara da Infância e da Juventude observa-se a necessidade de um trabalho preventivo quanto a questões que costumam a surgir no decorrer do processo, como a motivação para a adoção, as dificuldades de adaptação e aceitação da criança real.

Não se garantirá o sucesso ou o fracasso de uma adoção através do encontro com os requerentes, pois não existe um modelo de pai ou mãe ideal. No entanto, acredita-se que por meio de um trabalho profilático com os mesmos se consegue prevenir alguns

casos que apresentem riscos de fracasso. Nesse sentido, pensa-se que a participação dos requerentes em grupos de apoio a candidatos e a pais adotivos é de extrema importância, pois auxilia na prevenção de algumas das dificuldades que podem ocorrer, além de colaborar com o alívio da ansiedade vivida pelos adotantes durante o processo.

A análise das entrevistas também nos mostra a necessidade de conscientização dos candidatos a adoção sobre o processo e suas implicações na estruturação da família e, principalmente, para a criança. É preciso que os requerentes ajam de forma responsável diante do ato de adotar evitando um sofrimento ainda maior à criança.

A formação de um vínculo afetivo entre criança e adulto só será possível com o correr do tempo. É preciso que ambos apresentem uma disponibilidade afetiva estando abertos para o processo permeado por conquistas, transformações, semelhanças e aceitação das diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTHOUD, C. M. E. **Filhos do Coração**. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 1997. Apud in LEVY, L. e JONATHAN, E. G. **A Criança Adotada no Imaginário Social**. Psico, Porto Alegre, v.35, n.1, p. 61-68, jan./jun. 2004.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

BYDLOWSKI, M. **Je rêve un enfant**. Paris : Odile Jacob, 2010. Apud in TRINDADE-SALAVERT, I.(org). **Os novos desafios da adoção – Interações psíquicas, familiares e sociais**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010.

DINIZ, J.S. A Adoção como vivência Afetiva - IN Freire, Fernando **Abandono e Adoção**. p 67 - 76, Curitiba: Vicentina Gráfica e Editora, 2001.

FRASSÃO, M. C. G. O. Dissertação de Mestrado. **Devolução de crianças colocadas em famílias substitutas: uma compreensão dos aspectos psicológicos, através dos procedimentos legais**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

GHIRARDI, M. L. A. M. Dissertação de Mestrado. **A devolução de crianças e adolescentes adotivos sob a ótica psicanalítica: reedição de histórias de abandono**. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LEVY, L. Adoção internacional: filiação e processo de luto. Em FÉRES-CARNEIRO, T. (Org). **Casal e família: trabalho, saúde e modos de vinculação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

RENZI, C. A Devolução - IN Freire, Fernando **Abandono e Adoção**. P. 205-209, Curitiba: Vicentina Gráfica e Editora, 2001.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES

Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

BIOLÓGICOS OU AFETIVOS: O SIGNIFICADO DA FILIAÇÃO PARA HOMENS GAYS

Selma Reis Magalhães
Doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL); e-mail reisselma@yahoo.com.br.

RESUMO:

O artigo propõe uma discussão sobre o significado do filho na vida do homem gay, a partir do debate entre os novos arranjos familiares. Perceber as peculiares do universo estabelecido para a relação pai-filho quanto à construção de identidade. A simbologia do pai-mãe-filho biológico representa o modelo perpétuo dos personagens que compõe o núcleo familiar no construto social. Essa representação opera com carga emocional que proporciona instaurar uma relação segura no mundo das representações e do afeto. É preciso reconhecer dentro de uma estrutura complexa, o sentido do filho na vida do homem gay, como se estabelece o vínculo sentimental que se sobrepõe as sexualidades e às relações de consanguinidade, isto porque o desejo de ser pai pode ou não é um anseio natural ou uma construção social para qualquer homem, independente da sua opção sexual.

Palavras-chaves: Paternidade. Masculinidade. Parentalidade**ABSTRACT:**

This article propose a discussion about the meaning of a son in a gay man life, starting the debate between the newest familiarly arrangements. Realize the peculiarly established universe in a father-son relation as the identity construction. The biological symbolism of father-mother-son represents a perpetual character model that compose the nuclear family in a social construct. That representation operates with emotional charge that provides a secure relation in the world of representations and affects. It must be recognize within a complex structure, the meaning of a son in a gay man life, as it establish a sentimental link that overlaps sexuality and consanguinity relationships, that because be a father desire may or

may not be a natural desire or a social construction for any man, regardless of their sexual orientation..

Keywords: Fatherhood. Masculinity. Parenthood.

INTRODUÇÃO

Estudo sobre família amplia vários debates nas mais diversas áreas do conhecimento, isto porque como núcleo de convivência, ela atinge as esferas públicas e privadas da sociedade. A estrutura familiar é pensada a partir dos laços de afeto e consanguinidade. Belardinrlli (2007), Petrini (2004), Roudinesco(2003), abordam a família como um fenômeno universal que supõe uma aliança entre as partes e filiação como processo sobre qual repousa a concepção naturalista da diferença entre os sexos, por conseguinte darão continuidade ao processo social das aliança, transformando a família em um tecido relacional social.

A paternidade, por exemplo, é considerada divina e natural que sacralizava a masculinidade e o casamento. Roudinesco (2005) coloca que nas sociedades pós-industriais sem a ordem paterna, a família é mutilada, pervertida em sua própria função de célula de base social. A virilidade e a reprodução, apesar de ter um lugar simbólico dentro do imaginário social, são naturalizadas e geraram relações de poder para a constituição familiar.

Entretanto, Bruschini (1990) enfatiza que a família pode ser entendida no seu sentido mais geral, como um agrupamento de indivíduos ligados por elos de consanguinidade, adoção ou aliança (casamento) socialmente reconhecidos e organizados em núcleos de reprodução social. O modelo nuclear burguês que a sacralizou na reprodução, no consumo e na divisão sexual do trabalho, gerou no ambiente familiar os diferentes papéis, previamente definidos, os sexos distintos e as funções paternas e maternas.

Segundo Sousa Filho (1995), um discurso ideológico construído produz assimetrias entre os atores e atenta-se para uma arena discursiva de significados ou significações de ordem simbólica. O papel do pai atende a essa ordem simbólica de poder quando evidencia a soberania divina e o lugar central que ele ocupa na família e no universo do filho. Naturalmente ao homem foi conferido o status de identificador da família, ocupando hierarquicamente o poder sobre a mulher e os filhos, como o “provedor”.

"Homem, masculino e pai são qualificações que definem um modo de inserção do sujeito na cultura da qual ele faz parte [...] juntas definem um padrão de comportamento a ser seguido pelos homens" (NOLASCO, 1995, p. 151). Evidencia-se a constituição social na

distinção dos papéis que são atribuídos ao homem e a mulher, por meio de construções sociais de gênero no que tange às atribuições do masculino e do feminino, a partir da concepção das diferenças sexuais. As construções de gênero, baseadas no modelo patriarcal, concedem ao homem heterossexual o poder de ser pai e ocupar um lugar de respeito e de autoridade sobre a família. Entretanto, Badinter (1996) lembra que nas famílias marcadas pelo patriarcado a criança tornava-se propriedade exclusiva da mãe, cabendo-lhe a educação e a manutenção da harmonia nas relações parentais do lar.

No imaginário social, o discurso comum se apropria do fator biológico para as funções do homem e da mulher na vida da criança, além de criar representações de gênero como verdades absolutas. Dentro dessa concepção, a criança precisa da imagem do pai e da mãe para o seu bom desenvolvimento físico e psicológico; ou a figura do pai e da mãe é imprescindível para que a criança tenha em si o sentido de família e pertencimento. São discursos construídos e que vem ratificar a disputa de poder na organização simbólica da família.

A partir daí, surge o paradoxo em torno das famílias monoparentais, homoparentais e reconstituídas e as funções paternas. Qual a imagem que o novo companheiro da mãe ou do pai reflete na criança ou adolescente? Que papel o novo companheiro da mãe ou do pai assume nesse cenário familiar? “Os laços contraídos pelos indivíduos entre si atestam as dificuldades de construção da identidade em um mundo marcado pela pluralidade e por alterações significativas na institucionalidade” (FRIDMAN, 2000, p. 63).

A identidade, portanto, pode ser pensada a partir de um conjunto de referências de identificação dos indivíduos, podendo ser cristalizada ou remodelada pelas relações sociais e inseridas num contexto grupal, tornando-se sujeita de tal construção coletiva. Se o próprio grupo social pertence à categoria do outro, é necessário ter a percepção das diferenças através das trocas e mediações que se estabelecem com o outro, que também possui identidade própria.

[...] a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja ela da natureza, seja da cultura. [...] A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato formativo. [...] A identidade está ligada a sistemas de representações. A identidade tem estreita conexão com relações de poder. (SILVA, 1999, p. 96-97).

Um aspecto importante a ser observado é a identidade masculina que está sempre apoiada na posição heterossexual, em que, segundo Badinter (1996), está associada à penetração, dominação e afirmação da virilidade. Entretanto, Tadeu Silva (2000) considera

que a questão da identidade é um problema social de um mundo hegemônico em que o problema central é a rejeição por incapacidade de conviver com a diferença, gerando sentimentos de discriminação, preconceitos, crenças distorcidas e estereótipos.

As diferentes composições familiares, hoje, tem como foco de atenção o indivíduo. Como qualquer processo de identidade, se constrói no plano simbólico no contato com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo. A multiplicação das formas familiares atuais na sociedade traduz a ideia de um indivíduo que se relaciona consigo e estabelece um diálogo a partir da nova realidade que se formam no interior da sua família e das novas relações sociais que esta constitui com o espaço público.

O QUE É SER PAI?

A família que caracterizava um Brasil rural, colonial, era tida como uma espécie de alicerce da sociedade brasileira. Um modelo que regulamentava as relações entre os sexos e as relações de parentesco (PETRINI, 2004). Período em que é observada a extrema dependência da família sobre a figura do pai, visto como autoridade, domínio ou como garantia da defesa da propriedade e da família. A passagem do modelo patriarcal para a família nuclear urbana marca um início de transformações sociais, culturais e econômicas que atende às exigências da sociedade moderna e burguesa.

Com a intensificação dos movimentos sociais na segunda década do século XX, são intensificados os debates quanto às relações sociais de gênero, as novas configurações familiares e o cuidado com as crianças. “O pai provedor” cede espaço para os debates em relação ao papel do “pai novo”, aquele que compartilha com a mãe os cuidados com os filhos e filhas. Segundo Goldani (1994), as famílias brasileiras passam, a partir do início dos anos 90, por um processo de modernidade em que há uma diminuição do tamanho da família e uma diversificação dos arranjos domésticos e familiares.

O “novo pai”, nas pesquisas de Garcia (1998) torna-se objeto de novos estudos sobre as masculinidades e a pluralidade de significados até então naturalizados nos discursos dominantes para as funções do homem-pai. Segundo o autor, os pais dos anos 80, por exemplo, principalmente os de escolaridade superior, apresentam relações afetivas mais intensas nas relações com os filhos. Outras pesquisas como a Hurstel (1999, p. 216) indicam que “os pais dos anos 80, casados, concubinas ou tendo vivido um ciclo de recomposição familiar, testemunham uma ruptura voluntária com a herança familiar.”.

Do ponto de vista sociológico, é importante pensar também o lugar social e simbólico dos homossexuais, sua identidade social com suas múltiplas incorporações, imagens e personificações. Uma trajetória histórico-social que trafega desde a construção demoníaca, anormal, doentia, viciada do homem-homossexual até chegar a debates que começam a visualizar esse mesmo indivíduo como parte de uma sociedade que pleiteia por direito em relação a sua construção de vida, dentre as quais está o projeto de paternidade, numa sociedade marcada pela ortodoxia da dominação, procriação, educação e cuidados como funções básicas do par homem-mulher na constituição familiar.

De acordo com Tarnovski (2002), a sociedade não pode mais pensar que homem que gosta de homem não possa ter tido incursões pela paternidade, nem os indivíduos, ao reconhecerem-se homossexuais, atribuam o sinônimo de vida sem filho. Hoje, as posições sociais atribuídas à paternidade permitem novas possibilidades de agenciamento do gênero, abrindo outros caminhos no trânsito das hierarquias sociais. Na análise do processo histórico-social e dos contextos políticos e nexos simbólicos, busca-se, na contemporaneidade, compreender a lógica da oposição entre as condições reais de cuidado, formação e educação entre os pais heterossexuais e homossexuais.

A realidade social nos incita a problematizar as novas configurações de famílias, desvinculadas de seus paradigmas originários - casamento, sexo, procriação – e atreladas às relações de afetividade, carinho e amor como bases para se chegar à definição de núcleo familiar. “Hoje o desafio parece outro. Manter um relacionamento e compor uma família exige decisões, disponibilidade, projeto comum” (UZIEL, 2007, p. 13). Os desafios ocorrem em decorrência da evolução dos valores culturais que operam nos sistemas histórico-sociais e impõe que os ditames comportamentais sejam alterados. O vínculo afetivo talvez seja um dos fatores para esse novo repensar a família. Segundo a desembargadora do Rio Grande do Sul Maria Berenice Dias, o afeto é o elemento norteador da relação e independente da capacidade reprodutiva, a relação tem assegurado o direito de constituir uma família.

Para muitos pais gays é um absurdo atribuir somente aos heterossexuais os atributos de pais zelosos, afetuosos, responsáveis, se entre eles também existem a violência, a pedofilia, o abandono e o desafeto. É preciso que a sociedade procure responder afirmativamente às questões urgentes, visíveis e preocupantes da sociedade, como foi retratado anteriormente. A família é o porto do qual se quer afastar, mas ao qual simbolicamente se pode voltar. Isso equilibra as referências, ainda que pesem as violências cotidianas que comportam mescladas a afetos, dádivas e sacrifícios por parte dos seus integrantes. (CASTRO; MIRANDA;

ALMEIDA, 2007, p. 60). O desejo de ser pai é um anseio natural para qualquer homem, independente se ele é homo ou heterossexual.

A paternidade responsável se expressa através do vínculo sentimental entre pais e filhos que pode, muitas vezes, se sobrepôr às relações de consanguinidade, transformando a família em um núcleo socioafetivo que transcende a todas as formalidades. Estudos etnográficos mostram que existem sociedades em que grupo doméstico coincide com a unidade de reprodução, mas não com a unidade de parentesco; outras sociedades, o grupo formado por marido, mulher e filhos é uma unidade de reprodução, herança e descendência, mas não de produção, residencial, pois imperam na aldeia de habitações coletivas.

De acordo com Singly (2000), as mudanças observadas na família ao longo da segunda metade do século XX, sobretudo nos países ocidentais, se caracterizou na centralidade da lógica do grupo familiar em torno do amor e da afeição, grupo estruturado na conjugalidade (com atribuições diferenciais por sexo) e na filiação que se estrutura em torno de um casamento e das funções que as partes exercem no seu interior. Na família pós 60 o seu elemento central não é mais o grupo, o seu espaço privado está a serviço do indivíduo. Chega-se ao século XXI com a família pluralista, como tem sido chamada, pelos novos arranjos familiares, onde se insere a “família gay”.

SER PAI E SER GAY, EIS A QUESTÃO.

A paternidade gay é pensada a partir da construção social da sexualidade, como é produzida, considerando a dicotomia cultura-natureza e o papel da produção do paradigma heterossexual na conjuntura social. Segundo Carrara (2005), as transformações sociais que atravessam o Brasil atualmente, os processos de importantes redefinições da ética social e da política sexual, a crescente organização e o aumento da visibilidade das “comunidades homossexuais brasileiras” começam a colocar mais incisivamente inúmeros desafios institucionais.

Uziel (2007), por exemplo, ao pesquisar sobre homossexualidade e adoção, esclarece que a ideia de rede em relação às novas constituições familiares parece inovadora, por articular novas conjugalidades, relação de filiação e de parentesco. Os novos arranjos familiares, incluindo aqueles que são compostos por pais gays, adquiriram visibilidade com o crescimento e a força que o movimento vem ganhando nos últimos anos. A autora enfatiza que: “hoje são três possibilidades de um/a homossexual ser pai/mães: os filhos de uma união heterossexual anterior, pela adoção ou através da tecnologia” (UZIEL, 2007, p. 16).

O pai gay aparece nesse cenário como estudo das representações sociais dos novos arranjos familiares que tem por base o afeto e/ou o vínculo biológico.

Segundo, “a construção teórica destes objetos e o estudo empírico dos fenômenos que lhes correspondem não deixa de levantar uma interrogação sobre sua relação com as representações individuais e sobre o estatuto concedido ao sujeito enunciador e produtor das representações, seja ele individual ou social.” (JODELET, 2009, p. 680)

A singularidade do objeto está na construção das identidades em relação à dicotomia entre paternidade e a condição homossexual do homem. O vínculo familiar que liga o adulto (pai) à criança, e ultrapassa o fator biológico e a ação jurídica da adoção, porque paira sobre uma dimensão mais ampla, quando atinge a natureza afetiva.

Observa-se que a paternidade e a filiação, na natureza socioafetiva, passam a ser entendidas a partir do pressuposto que pai não é aquele que gera somente, mas também o que cria, dá amor, carinho e afeto. O fator biológico pode estar presente, quando se defende a normatividade da heterossexualidade, entretanto, há de convir que mesmo dentro dos relacionamentos sexuais entre pessoas de sexos opostos, existe a fecundação sem planejamento da concepção, onde muitas crianças não são reconhecidas pela paternidade, salvo quando são solicitados exames de DNA. Portanto, o significado de ser pai vai muito além do provimento de alimentos ou outras necessidades materiais. Envolve valores, sentimentos, troca entre eu e o outro e a singularidade da pessoa.

METODOLOGIA

A pesquisa não apontou outro caminho senão uma abordagem de natureza qualitativa, com o intuito de perceber as particularidades do universo homossexual, captar os significados produzidos nas relações de forma mais profunda a alcançar mais que seus aspectos visíveis e quantitativos. Segundo Minayo (1999), no mundo das ações humanas, existem situações não percebíveis ou captadas pelas estatísticas. A diferença entre qualitativo e o quantitativo é de natureza, pois enquanto a estatística apresenta os fenômenos das regiões visíveis, a abordagem qualitativa aprofunda no mundo das significações as ações e relações humanas.

Reconhecer mudanças no modo de abordar a sexualidade na sociedade ocidental contemporânea não implica endossar à ideia de uma total transformação nos padrões de comportamento condicionada às demarcações sociais e culturais, principalmente no que diz respeito às diferenças sexuais. Entre as várias vertentes sobre sexualidade é importante compreender a pluralidade que o termo homossexualidade traz nas suas entranhas. De acordo com Zambrano (2006), por exemplo, o homossexual gay ou lésbico, apesar de se sentirem

atraídos sexualmente por pessoas do mesmo sexo, não deixam de ser homem e mulher. Entretanto, para os travestis e os transexuais a identidade feminina é mais acentuada. Para eles, são vítimas de um “erro da natureza”, tendo nascido com um corpo trocado: alma de mulher em corpo de homem. Os transexuais têm a necessidade permanente de provar que a sua “alma de mulher” provém desde o nascimento, legitimando as suas demandas frente às instituições médicas e jurídicas (cirurgia de transgenitalização e troca de documentação).

Diante da pluralidade de categorias que compõe o universo homossexual, o gay chama mais atenção para os construtos sociais da paternidade e filiação em relação à homossexualidade, isto porque o homem *gay* não se torna mulher por ter o seu desejo sexual orientado para a pessoa do mesmo sexo. No processo de filiação, ele é o pai (biológico ou adotivo) reconhecido por lei.

Metodologicamente, a pesquisa apoia-se em entrevista semiestruturada com intuito de identificar elementos qualitativos sobre a paternidade *gay*; os valores heteronormativos que organizam e modelam esses sujeitos.

A entrevista, por ser uma técnica que parte de questionamentos básicos, está apoiada em teorias e hipóteses, oferecendo ao trabalho amplo campo de possibilidades de confirmar ou negar as hipóteses formuladas durante a fase de elaboração do projeto de pesquisa.

"Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar da elaboração do conteúdo da pesquisa". (TRIVIÑOS, 1987, p.146)

As entrevistas semiestruturadas, por serem muito utilizadas quando se deseja obter um direcionamento maior para o tema, possibilitam maior proximidade entre entrevistador e entrevistado, além de permitir ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados. “Pesquisas qualitativas na Sociologia trabalham com significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois que, respondem a noções muito particulares”. (BONI; QUARESMA, 2005, p.70)

As entrevistas com os pais homossexuais constituíram-se numa etapa bastante trabalhosa, por requerer tempo e alguns cuidados, como a escolha dos entrevistados, a disponibilidade deles em fornecer a entrevista e a preparação dos roteiros, tendo em vista os objetivos a serem alcançados. Por fim, para participar da pesquisa, os sujeitos deveriam se identificar como homossexuais, terem filhos biológicos, guarda consentida ou filhos adotivos.

Para captação dos sujeitos foram utilizados como critérios o que na linguagem popular costuma-se chamar “bola de neve”. Através de um amigo homossexual, com uma vida estável com o companheiro a mais de dez anos, apesar de não terem filhos, os primeiros contatos com os pais gays foram mantidos. Primeiro com um pai biológico, que tinha dois filhos, precisamente um casal; depois uma com pai de guarda consentida, com um filho. Os demais contatos aconteceram no ambiente de trabalho, ou seja, nas escolas públicas e particulares em Salvador onde leciono e em cursos de extensão sobre diversidade sexual, direitos humanos. Contatos também foram mantidos no centro religioso e no salão de beleza

As entrevistas foram realizadas individualmente, a partir do conhecimento prévio dos entrevistados. Foi utilizado um roteiro de entrevista, o termo de consentimento livre e esclarecido em duas vias, assinadas ao término da entrevista, tornando-se conscientes da possibilidade de publicação da pesquisa.

Alguns entrevistados homossexuais solicitaram que não fossem divulgados os seus nomes publicamente para preservar a sua identidade e a do filho, por isso, na produção textual foram utilizadas as iniciais dos nomes dos participantes, com pequenas alterações na ordem. Segundo Gauthier (2004), ao realizar uma pesquisa de cunho sociológico, a neutralidade não existe e a objetividade é relativa. As maneiras como produzem o sentido de suas palavras em complexos processos de lucidez, negociação e identificação precisam ser mediadas pelo pesquisador na escrita final, cuja existência não teria sido possível sem a participação e colaboração na pesquisa.

A pesquisa é um mergulho no universo desconhecido pela pesquisadora, exigindo uma aproximação baseada na simpatia, confiança, afeto, amizade e empatia, tornando-se um grande desafio, porque quebra estereótipos produzidos quanto à possibilidade da existência de um filho no universo de um homem gay.

DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir das entrevistas, pode-se traçar um perfil parcial do significado do filho para um homem gay. Isto porque, mesmo pertencendo à mesma categoria de análise, ou seja, são pais gays com filhos, e indo buscar esses atores nos debates sobre direitos de filiação e parentalidade entre pessoas do mesmo sexo, nas ciências e na sociedade pelo senso comum, os participantes da pesquisa divergem sobre a problemática e elucidam as diversas perspectivas quanto ao significado do filho em suas vidas.

Leva-se em consideração que no imaginário social a masculinidade está atrelada à construção da identidade que envolve, na dinâmica paterna, a “figura do macho”. Durante a pesquisa, encontrei homens que tiveram experiência conjugal com o sexo oposto e os filhos dessa união nasceram em virtude da necessidade de prestar contas aos pais da sua masculinidade e não deixar a família passar pelo constrangimento perante amigos, parente e vizinho por ter um filho homossexual. E.M.P, 53 anos, pai de dois filhos naturais, afirma que a representação de “ser pai” partiu dessa necessidade:

[...] a questão do optar pelo casamento formal era evidente, por que você mesmo dizia para você, que você precisava casar, por que você tinha uma mãe para dar satisfação, uma irmã que precisava se vista na sociedade, como uma menina normal que não é irmã de um homossexual. Ah... Seus pais precisavam conviver com a vizinhança, sobretudo que o seu filho, o primogênito casou lhe deu netos e que tudo poderia sentar-se à porta de casa na cidade do interior, e dizer: meu filho casou, meu filho tem filhos, porque era isso que todo o mundo esperava que seus filhos fossem. (E.M.P, 53 anos)¹

Observa-se, entretanto, no discurso real do senso comum, que o sentido de família é sancionado, conforme esclarece Roudinesco(2003), na reciprocidade dos sentimento e desejos carniais por intermédio do casamento. O medo pela rejeição da família define no âmbito social a postura, os tabus, valores e reflexos que serão estabelecidos àqueles (as) sujeito (as), sem levar em consideração a baixa estima e as dificuldades nas relações interpessoais.

O antropólogo Luiz Mott, em vários artigos sobre homossexualidade, aponta que a discriminação e o preconceito que verificamos através das nomenclaturas de “viado”, “bicha”, entre outros que são proferidas aos homossexuais, são frutos da educação familiar, principalmente quando o pai descobre que o filho é gay ou lésbica e o insulta, espanca, expulsa de casa, cria uma situação problema dramática.

O mesmo entrevistado, quando questionado sobre a presença do filho na vida de um casal homossexual, demonstrou na sua fala receio, apesar de ter filhos de um casamento heterossexual, por acreditar na extrema responsabilidade, por estar incluso o sentimento de família, a construção simbólica da presença de um homem e uma mulher na vida dessa criança, nos cuidados e afetos com aquele novo indivíduo que é o filho.

¹ Pai homossexual, com dois filhos biológicos. Entrevista dia 25 de outubro de 2008.

[...] trazer para um relacionamento uma criança, não é uma coisa tão simples, é uma atitude de grande responsabilidade e o casal precisa ter realmente consciência do que eles dois representam um para outro e se sentimento de família é necessário, se precisa realmente existir, eu digo família no caso de não apenas dois, mas um terceiro ser.” (E.M.P, 53 anos)²

Há também a preocupação com o sentimento de pertença da família, principalmente porque esse filho advindo da relação com o companheiro, no caso filho adotivo, para ele, ocupa e compartilha os espaços físicos e subjetivos antes reduzidos à intimidade dos dois.

Essa questão vai ao encontro ao que aponta Mello (2005) sobre o mito do complemento dos sexos. Nas entrelinhas das expressões e fala, restringe aos pares distintos a competência moral e social no desempenho das funções atribuídas para a presença e os cuidados de um filho em sua vida. Na relação anterior esse processo se dá de forma naturalizada e é um atributo que evidencia a virilidade e a figura do macho perante a família de origem. A mãe nesse cenário é de extrema importância, ratifica as atribuições familiares como tarefas domésticas e cuidados dos filhos enquanto tarefas exclusivamente femininas.

É preciso observar na fala que a sexualidade transita pelos espaços familiares como parte constituinte das identidades tradicionais. Os indivíduos aprendem desde infância que sexo e sexualidade são a mesma coisa. As duas palavras são definidas através dos órgãos sexuais do homem e da mulher. O mesmo acontece quando se projeta ser pai ou mãe: há o difícil processo de decodificar as funções e perceber as múltiplas possibilidades nas relações humanas para se viver os papéis de homem e de mulher, incluindo as uniões entre pessoas do mesmo sexo com parentalidades.

Na maioria das entrevistas com os pais homossexuais biológicos ficou evidente que não existia, para eles, projeto íntimo de ter filhos, mas sabiam que poderiam se tornar pais mediante as circunstâncias que os levaram a assumir perante as famílias de origem e a sociedade o casamento. A imagem da paternidade foi mencionada como uma experiência negativa para o indivíduo. A presença de um filho na sua vida representava uma invasão de privacidade e uma vinculação maior com a necessidade de ter maior responsabilidade.

“Porque no meu caso, o filho não estava dentro da minha relação” (M.C.,40 anos)³

² Pai homossexual, com dois filhos biológicos. Entrevista dia 25 de outubro de 2008.

³ Pai homossexual com um filho biológico. Entrevista 08 de novembro de 2008.

A chegada de um filho não foi festejada, mas recebida como resultado de um ato arbitrário, isto porque houve um corte nos seus projetos de vida pessoal. Ser pai representou naquele primeiro instante do recebimento da notícia a perda que desencadeou uma crise de identidade, simbolizando a oposição a sua condição sexual e a função paternal.

O mesmo discurso foi mantido pelos pais homossexuais adotivos. Sentir-se “pai”, pensar um filho para eles, no início gerou uma série de conflitos interiores e busca de si mesmo. Assumir uma criança em suas vidas foi para A.N.C, 39 anos uma representação negativa, carregada de preconceitos. Pensava nos problemas que recaem sobre a imagem do homossexual e a figura paterna, os estereótipos criados de abusos sexuais e a transmissão de sua sexualidade ou orientação sexual ao filho(a).

“Essa é uma historia assim muito engraçada, porque eu sempre dizia que eu nunca iria ser pai, é...[...]” (A N.C. 39 anos)⁴

É preciso também construir estratégias que vão de encontro com a especificidade da questão. Mello (2005, p. 19) “evidencia que os confrontos entre sujeitos sociais que possuem distintas concepções de família, emergem também como a materialização ideológica entre visões de mundo excludente e includente”. A chegada de uma criança na vida dos atores que dentro do construto social, por serem gays, não era concebível, torna-se excludente até do ponto de vista pessoal. A função paternal não tem espaços em suas vidas e chega a ser assustador e desgastante quando a presença de uma criança, na condição de filho, passa a ser real:

Não tinha projeto nenhum! Eu peguei acidentalmente, e aí complicou minha vida. Eu corria pro trabalho, eu corria pra escola, eu corria pro...pra...pro trabalho de novo, pra pegar na escola. Aí começou esse processo.de...na verdade, no início foi um desgaste pra mim. [...].(M.V., 60 anos)⁵

Esse primeiro momento na vida dos depoentes é um momento de desconstrução, inquietação e sofrimento. A experiência de serem pais para vários sujeitos aparece como uma “provação”. Entretanto, após a acomodação da realidade, o sentido do filho em suas vidas representou uma naturalização da paternidade. O novo indivíduo passou a ser visto como uma

⁴ Pai homossexual com um filho adotivo. Entrevista 12 de fevereiro de 2009.

⁵ Pai homossexual com um filho guarda consentida. Entrevista 07 de fevereiro de 2009.

construção afetiva para se sentirem família. Sem uma real necessidade do fator biológico ou orientação sexual o vínculo entre pai-filho modificou seus conceitos quanto às representações de “ser pai”.

Ressalta-se que o afeto não decorre da genética, mas dos laços de afeto que derivam da convivência. A paternidade para os depoentes começou a envolver a constituição de valores e singularidades da pessoa e de sua dignidade humana, adquirida pelos laços que unem a relação paterno-filial. Para cada um deles, a experiência começou a ser uma conquista e ganhou grandeza nos detalhes.

[...] A história com meu filho aconteceu: Eu trabalhava na (...), ele era habitante da (...), e começou assim, por um cuidado especial, por ele ter um problema de visão, e desse cuidado a gente foi se vinculando, se vinculando e quando chegou um determinado momento, a assistente social virou pra mim e disse: Você tem intenção de adotar? [...] E aí foi quando eu parei e na época assim, eu fiz uma viagem pra fora do Brasil, passei três meses fora do Brasil e senti muita falta (A N.C. 39 anos)⁶

Eu levei três meses sem conseguir dormir direito, porque ele dormia segurando aqui em mim. Na cueca...ou na...no com o que eu tivesse dormindo, de short, ele ficava ali agarrado, não largava com medo de tirarem. Quando o rapaz foi buscar ele na segunda-feira, ele deu o maior escândalo, eu não tou maltratando, ele deu o maior escândalo. Não quis sair de jeito nenhum. Quer dizer, ele eu acho, eu acho que ele me escolheu na verdade, né? [...] Hoje, vai fazer vinte e cinco. [...] (...) é meu filho. E ele sabe que tem essa referência. (...), a preocupação dele sou eu.” (M.V., 60 anos)⁷

Raríssimos foram os entrevistados da pesquisa que apresentaram nas suas construções de vida a presença de um filho. Alguns sinalizaram não somente o desejo de ser pai adotivo, por não desejarem uma relação sexual hetero, como assumiram o desejo da função que recai sobre o papel da mãe. Como existe uma série de representações sobre paternidade, buscam nas suas falas viver a função de pai separadamente das experiências sexuais. Ligam a tentativa de ter um filho a uma posição de normalidade na sociedade se encarada como os mesmos problemas enfrentados pelas famílias monoparentais e reconstituídas.

⁶ Pai homossexual com um filho adotivo. Entrevista 12 de fevereiro de 2009.

⁷ Pai homossexual com um filho guarda consentida. Entrevista 07 de fevereiro de 2009.

O surgimento dessa ideia de ser pai vem bem antes de relações com homens, porque eu já tive relações com mulheres. E desde adolescente, eu sempre tive vontade, não é?! No entanto, eu via que não era com aquelas pessoas que eu estava que eu poderia então, é... É então compartilhar esse sentimento, né?! Essa vontade, esse projeto de vida. [...]já tem mais ou menos dois anos que eu preparo o enxoval da criança, já ta pronto, já ta preparado o enxoval, já tem as roupinhas dele, já tem o berço. O berço todo personalizado, com nome, tudo mais, brinquedinhos feitos por mim. Cós...eu costurei todo o enxoval, lençóis, bem. Carrinho de bebê, tenho tudo, né?![...] Em suma, eu me preparei pra ser pai. Ou pãe que eu falo logo, que é pai e mãe ao mesmo tempo. (R.M. C,47 anos.)⁸

Ser gay não é obstáculo para se tornar pai. Os discursos construídos é que levam aos obstáculos. Nos cuidados da criança, a função “materna” para determinados homens gays é indispensável, serve apenas como ajuda. Pensam-se no modelo feminino para a criança como apoio, e este está na empregada, na avó, irmãs e até amigas. A partir do depoimento, pode-se pensar que o desejo aproximou os sujeitos culminando com uma estrutura familiar de identidade de pai e mãe para o adulto, vinculado aos parentes e afins no cuidado do filho. Uziel(2007) chama atenção para o aspecto da criança que mora apenas com um dos pais ter uma configuração familiar próxima a multiparentalidade, logo, o vínculo afetivo se construir com a rede em torno dessa criança.

O ato de assumir consiste na manutenção do contato com a criança, na proximidade afetiva e na manutenção financeira. Em três dos entrevistados, as crianças permaneceram morando com as mães, mas procuraram assegurar regularidade na convivência com os filhos, indo buscá-los todos os finais de semana, cuidá-los e saber das dificuldades cognitivas e emocionais que estavam enfrentando na escola, em casa e com os amiguinhos na rua. Além do suporte material e financeiro, precisavam fazer investimentos afetivos na relação pai-filho.

CONCLUSÃO

As análises contidas neste artigo são recortes de entrevistas realizadas durante o mestrado, e evidenciam, através das narrativas, como a filiação para os homens gays se constitui em objeto de debate para a acadêmica, levando em consideração a análise sobre os

⁸ Pai homossexual com um filho adotivo. Entrevista 07 de fevereiro de 2009.

rígidos esquemas classificatórios dos quais a sociedade decodifica o significado de filiação e paternidade.

As falas dos entrevistados são marcadas de conservadorismo mediante a complexa rede social nos processos de identidade para o homossexual. Não projetar o filho na sua vida ou desejar-lo no papel de pai e de mãe, marcadas na fala dos entrevistados, representa repensar novas maneiras de viver a sexualidade e constituir família, mesmo dentro de uma sociedade marcada por normas heterossexuais de conduta.

Ao contrário do que parecem, os sujeitos da pesquisa preferem ser inseridos no processo classificatório de família, em que o sistema de parentesco lhes dá o verdadeiro sentido de identidade social. O filho aparece nas suas vidas como em qualquer experiência humana, um modelado criado por contextos socioculturais e simbólicos. Sendo assim, tornar-se pai, biológico ou adotivo, acompanha todas as normas e valores marcados pela heterogeneidade constitutiva da sociedade brasileira, mesmo que afirmem em determinados momentos que as condições psicológicas de seus filhos sejam melhores do que as condições psicológicas de filhos de muitos homens considerados “normais”, quando fazem referência aos heterossexuais.

REFERÊNCIAS

BADINTER, E. . **Um é o Outro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

BADINTER, E.. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BELARDINELLI, S. A pluralidade das formas familiares e a família como insubstituível “capital social”. In: BORGES, A. CASTRO, M.G.(Org.). **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Paulinas, 2007.

BONI, V.; QUARESMA, S J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a11.pdf>> Acesso: 4/ mar/2009

CARRARA, S. O centro latino-americano em sexualidades e direitos humanos e o “lugar” da homossexualidade. In: GROSSI, M. PBECKER, S; LOSSO, J.C. M.; PORTO, R.M.; MULLER, R de C. (Org.) **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CASTRO M. G.; MIRANDA, M. B. S.; ALMEIDA, N. O. G. L. de. Juventude, gênero, família e sexualidade. Combinando tradição e modernidade. In: BORGES, Â.; CASTRO M.

G. (Org.). **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Paulinas, 2007.

FRIDMAN, L. C.. Vertigens pós-modernas: a subjetividade contemporânea. In: **Vertigens pós-modernas: configurações institucionais contemporâneas**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2000.

GARCIA, S. M. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B. (Orgs.). **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 1998.

GAUTHIER, J. Z.. **A questão da metáfora, da referência e do sentido em pesquisas qualitativas: o aporte da sociopoética**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2004, n. 25, p. 127-142.

GOLDANI, A. M.. **As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas**. Caderno de Pesquisa, n.72, p.7-22, 1994.

HURSTEL, F.. **As Novas Fronteiras da Paternidade**. Campinas, São Paulo: Papyrus Editora, 1999.

JODELET, D. **O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais**. *Soc. estado*. [online]. 2009, vol.24, n.3, pp. 679-712.

MELLO, L. **Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NOLASCO, S.. A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: Nolasco, S.(org.). **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PETRINI, J.C. A relação nupcial no contexto das mudanças familiares. In: JACQUET, C; COSTA, L F (Org.) **Família em mudanças**. São Paulo: Cia. Ilimitada, 2004

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. RJ: Jorge Zahar Editor, 2003.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidades: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, T. T. da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. SILVA, T. T. da. (Org.), Stuart Haal, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: vozes, 2000.

SINGLY, F. de. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOUZA FILHO, E.A.de Análise de Representações Sociais. IN: SPINK, M.J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

TARNOVSK, F. L. **Pais assumidos: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UZIEL, A.P. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ZAMBRANO, E. **Direito à homoparentalidade**: Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre: Vênus, 2006.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES
Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

DINÂMICAS CONJUGAIS E INDIVIDUALIDADES: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES CASADAS COM MILITAR

Ester Nunes Praça da Silva Mestre em Estudos de Família na Sociedade Contemporânea –
PPGFSC - Universidade Católica do Salvador - UCSAL, Salvador-Ba.
Orientadora: Prof^ª Dr^ª *Lívia Alessandra Fialho Costa*
E-mail: esterearru@yahoo.com.br

RESUMO

Esta comunicação apresenta resultados de uma pesquisa qualitativa desenvolvida em Salvador, Bahia, Brasil, sobre dinâmicas conjugais e individualidades. O foco da nossa pesquisa foi mulheres casadas com homens que trabalham numa Organização militar. Argumentou-se que no cotidiano de mulheres casadas com militares, os arranjos das dinâmicas conjugais e o campo de possibilidades de exercício de suas individualidades estão vinculados à profissão de seus maridos e esta condição pode contribuir para enredos específicos de dinâmicas internas de conjugalidade. Isso significa dizer que o casal e a experiência de família se formatam através de um arranjo cotidiano, e não a partir de um 'papal' previamente construído, visto que a conjugalidade e a individualidade são afetadas por questões relacionadas ao trabalho/sobrevivência, gerando tensões e regulações.

Palavras-chave: Dinâmicas conjugais, Mulheres, Família.

ABSTRACT

This communication presents the results of a qualitative research developed in Salvador, Bahia, Brazil, on marital dynamics and individuality. The focus of our research was married women with men working in a military Organization. It was argued that in the everyday life of married women with military, the arrangements of marital dynamics and possibilities to exercise their individuality are linked to the occupation of their husbands and this condition may contribute to internal dynamic specific plots conjugality. This means that the couple and the family experience if format through an everyday arrangement, and not from a 'paper' previously built, since conjugality and individuality are affected by work-related issues/survival, generating tensions and regulations.

Keywords: Dynamics Marriage, Women, Family.

1. Introdução

O objetivo desta comunicação é identificar formas específicas de construir a autonomia/individualidade na vida a dois, a partir da análise qualitativa de 06 (seis) entrevistas semiestruturadas¹ realizadas com mulheres, entre trinta e quarenta e cinco anos, vivendo em conjugalidade com maridos cuja profissão é a de militar das Forças Armadas, mães de filhos em idade escolar, moradoras da cidade de Salvador/Ba.

Com a concepção de que a vida conjugal é feita tanto de afetos como de rotinas face às obrigações maternais e conjugais, supõe-se que existe uma articulação entre as orientações amorosas femininas e as maneiras como as mulheres concebem e delineiam, na prática, as margens de suas autonomias frente à relação conjugal - face ao nós-casal.

Sobre essa questão, pretende-se aferir, afinal, aquilo que alguns autores consideram ser um dos aparentes paradoxos da contemporaneidade, os quais progressivamente se imporiam às conjugalidades contemporâneas, divididas entre um ideal de fusão afetiva e o investimento na individualidade. Nesse sentido, fabrica-se um imaginário variado sobre o casal, habitado por dimensões aparentemente contraditórias ao aproximarem-se da busca pela autonomia, gratificações e realizações pessoais e da aspiração de intimidade e proximidade afetiva fusional na relação a dois (ABOIM, 2010 p.146).

Em vista de uma compreensão da família contemporânea, exige-se uma incursão em diversas qualidades que a caracterizam. Assim, falava-se de uma família conjugal com papéis bem definidos até os anos 1960; a partir daí e por várias razões, fala-se da *individualização* na família, conceito importante na sociologia da família contemporânea - compreendido como “busca de gratificação pessoal e autodeterminação do self, por um lado, e realização afetiva através de uma relação de alteridade, em que, em última instância, o sentimento para a própria individualidade existe porque o outro existe” (ABOIM, 2006, p.146) -, constituindo-se em um marco diferencial nas mudanças históricas dos últimos séculos.

Há, na contemporaneidade uma família conjugal relacional e individualista que não teria sido possível sem que um processo de individualização tivesse lugar, mas acaba esse

¹ A ordem de emergência dos tópicos, em grande parte, foi determinada pelo fluxo da conversa, cuja tentativa foi reconstituir histórias de vida.

mesmo processo tornando-a campo mais fácil de tensões e rupturas, evidenciado pela tensão entre a fusão amorosa e a individualidade. Dela são exigidas mudanças estruturais nos seus fundamentos, sem que se neguem suas outras funções.

Logo, ao propor que a família contemporânea é individualista e relacional², Singly (2000, p.15) afirma que, na sociedade contemporânea, se exige do indivíduo a busca da sua autenticidade, mas que só pode ser construída através da relação com o outro, especificamente, o outro conjugal; ainda, percebemos que o autor encontra, na busca individual de identidade, a função central da família contemporânea, sendo esta, por sua vez, concebida pelos laços afetivos.

Como o eu reclama cada vez mais o primeiro papel, homens e mulheres sentem-se obrigados a mudarem sua maneira de conceber a vida em comum. Nessa medida, vive-se o pluralismo familiar, fruto das transformações vivenciadas nas relações entre homens e mulheres, entre gêneros e gerações, as quais impõem a necessidade de uma nova equação na relação entre individualização e pertencimento familiar.

O casal convive com a difícil tarefa de ser dois, e, nessa troca de (re)conhecimentos, presume-se a transformação do eu (FÉRES-CARNEIRO,1998) – não devendo ser, no entanto, uma transformação de mutilação, mas, um eu que corresponde a um interesse em aprender novas possibilidades de ser outra pessoa, mas que não perde a identidade.

Assim, paradoxalmente, a família pode parecer frágil e forte; frágil, pois são poucos aqueles que sabem se incluir na tarefa de co-elaborar com o outro – o cônjuge ou o seu equivalente –, ajudando-o a ser ele próprio, a desenvolver as suas capacidades pessoais; forte, porque a vida privada, com uma ou várias pessoas, é desejada pela grande maioria das pessoas, pois verificamos que, embora o número de lares constituídos por uma única pessoa só tenha aumentado nos últimos anos, as pessoas ainda continuam casando, descasando e recasando, o que demonstra um desejo de estarem ‘juntas’.

A família pode, assim, ser bem definida em termos de uma *família em mudança*, uma vez que é nesse campo de tensão entre os dois polos que se constroem e se renovam as famílias contemporâneas. Portanto, não se pode traduzir, necessariamente, a compreensão da

² Na perspectiva “relacional e individualista”, perspectiva de Singly, a análise da família contemporânea passa pela compreensão do processo que ele chama de “individualização”, onde, segundo ele, diferencia-se do individualismo, uma vez que este último promulga a independência total e irrestrita dos sujeitos. Para uma melhor compreensão desta abordagem, ver a produção de François de Singly, em particular, suas obras *Uns com os Outros – quando o individualismo cria laços* (2003), *O eu, o casal e a família* (2000), *Família e Individualização* (2000), *Livres Juntos* (2001), *Sociologia da Família Contemporânea* (2007).

existência de uma lógica homogênea quanto às expectativas ou às modalidades de encarar e de viver as experiências conjugais.

Tentando encontrar algumas respostas para o problema colocado, quer-se, enfim, perceber quais as diferentes estruturas e seus significados que pode assumir a autonomia/individualidade de mulheres entre o eu e o nós-casal, numa relação conjugal marcada pelo contexto do trabalho militar – porque, nessa trama complexa, a identidade pessoal pode ser percebida no sentido de pertença ao casal, ou à família, ou, ainda, pode ser construída em função de uma história pessoal com inclusão noutros “círculos sociais”.

Ao investigar a questão da individualidade na vida conjugal marcada pela relação com o contexto militar, procuramos, por meio das entrevistas, encontrar, sobretudo, respostas para duas perguntas-chave: que desafios enfrentam essas mulheres no seu fazer cotidiano, na família, na relação conjugal, face as suas respectivas individualidades? Ou seja, que paradoxos estão colocados para essas famílias, considerando o que a literatura atual debate sobre o chamado “paradoxo das conjugalidades contemporâneas”? Ainda, buscamos conhecer que expressões e manifestações podem assumir as gratificações e realizações pessoais de mulheres em conjugalidades marcadas pelas prerrogativas e exigências da carreira de militar. Para tanto, tipificaremos a dinâmica interna da conjugalidade, ou seja, a relação entre o eu e o nós-casal no cotidiano do fazer conjugal, “posto que a vida conjugal e em família é feita de tempos pessoais e tempos compartilhados” (PEIXOTO, 2007, p.20).

É sob a ótica da coesão e da integração externa – elementos da interação -, bem como do tipo de afeto discursivamente valorizado, que descobrimos o que une e o que separa o casal no jogo entre o eu e o nós-casal, ou seja, o peso e as circunstâncias dadas ao eu e ao nós-casal no fazer cotidiano conjugal, buscando compreender como se relacionam os indivíduos em diversas áreas da vida conjugal (isto é, as dinâmicas desta relação, quais sejam, intimidade afetiva, produção da vida material conjugal e familiar) e, especialmente, a natureza desta relação (complementariedade de papéis ou procura da igualdade), porquanto o modo e o caráter do vínculo conjugal são aspectos sobre os quais se fundamentam as conjugalidades, em outras palavras, o caráter e dinâmica da relação conjugal explicam a própria razão do que une e do que separa o casal, ou seja, exprimem a tensão existente entre o eu e o nós-casal.

Em seguida, objetivamos conhecer a expressão em que se manifesta o “eu” de mulheres cujo cônjuge segue a carreira de militar. Neste aspecto, buscamos conceber a situação da questão profissional dessas mulheres frente às prerrogativas e exigências da carreira de militar de seus cônjuges, especialmente, no que tange às transferências entre cidades. Contudo, ressaltamos que procuramos saber qual o significado atribuído ao trabalho

profissional por essas mulheres (se estratégia de sobrevivência, no sentido de fonte de independência, ou fonte de gratificação, no sentido de projeto forte de individualidade), pois, mediante o sentido que conferem aos seus trabalhos profissionais, tentaremos compreender em que medida elas valorizam a individualidade autônoma e as recompensas afetivas, isto é, o peso dos aspectos afetivos, identitários, materiais e econômicos.

A apresentação dos resultados levará em consideração a pré-suposição de que existe uma relação de articulação entre orientações amorosas femininas e as maneiras como as mulheres concebem e vivem na prática a sua individualidade face à instância conjugal - face ao nós casal.

2. Perspectivas teórico-metodológicas: Do geral ao particular da pesquisa

Por conseguinte, para perceber a dinâmica do laço que une internamente a família, analisamos, preliminarmente, a interação sob a perspectiva da coesão em três planos. Então, o primeiro plano de tratamento da coesão está caracterizado pelos modos de *práticas de coesão*, pelos quais procuramos saber quem faz o que com quem em três momentos do cotidiano: trabalho doméstico, lazer e conversas. Esta análise nos permitiu saber se no cotidiano predominam práticas fusionais centradas no nós-casal, nós-família, ou práticas marcadas pela autonomia, onde o nós tem fraca expressão.

As formas de *práticas de coesão* podem ser classificadas da seguinte maneira: a) *separação forte*, quando há ausência de práticas feitas em casal, predominando atividades feitas individualmente por cada um dos cônjuges; b) *separação atenuada*, quando há ausência de práticas realizadas em casal no que tange ao trabalho doméstico e conversas, mas com algumas atividades de lazer realizadas em casal ou em família; c) *fusão expressiva*, quando há o exercício de práticas realizadas pelo casal ou pela família em torno das atividades lúdicas e conversas, e, de certa forma, nas realizações das atividades domésticas; d) *fusão instrumental e expressiva*, quando há práticas de lazer e conversas realizadas em casal, e, em certa medida, com maior predominância na maioria das atividades e assuntos do que na *fusão expressiva*, contudo, nas atividades do trabalho doméstico, vivam-se práticas individuais; e) *polivalente expressiva*, quando, tanto em casal ou individualmente, os sujeitos realizam as atividades de lazer, e, de um modo pouco mais individual, as atividades domésticas; e f) *polivalente expressiva e instrumental*, quando, tanto em casal ou individualmente, os sujeitos realizam as atividades domésticas e de lazer. Procuramos, dessa forma, saber qual o tipo de prática de coesão que é produzido - se fusão, centrado no nós-casal/nós-família, ou autonomia.

O segundo plano de investigação da coesão é a *coesão interna*, pela qual se busca conhecer se há coerência nas divisões conjugais dos trabalhos doméstico e profissional, bem como na forma de viver os lazeres, convocando para a investigação a questão da igualdade de gênero na conjugalidade. Assim, caracterizamos os casais sob a perspectiva do modelo de *indiferenciação* - aquele no qual predomina a partilha conjugal dos trabalhos domésticos, a dupla profissão e um equilíbrio na autonomia individual em relação ao lazer -, ou pelo paradigma de *diferenciação* das tarefas e das atividades; nesse sentido, podem se manifestar pelo aspecto de *ganha-pão* no masculino - onde o homem trabalha remunerado e a mulher toma conta dos afazeres domésticos -, ou, ainda, pelo aspecto do *desequilíbrio* no feminino - onde ambos têm profissão, mas só a mulher se encarrega das tarefas domésticas, além da forte autonomia masculina para o lazer em contraponto a fraca individualização no feminino para o lazer. Assim, buscamos, por esse prisma, conhecer se existe uma complementariedade de papéis ou busca de igualdade de gênero.

O último plano de exame da coesão é a *regra de coesão*, mediante a qual é possível analisar o controle de recursos essenciais pelo casal, como o tempo livre e os gostos. Trata-se de um mecanismo que permite identificar, de maneira mais explícita, a construção da individualidade dos cônjuges, ou melhor, a circunstância da fusão ou da autonomia que é produzida dentro da vida conjugal. Nesse sentido, distribuímos a *regra de coesão*: a) em *bolsa comum*, quando os cônjuges desejam partilhar todos os momentos e amizades e se vive uma espécie de erosão dos recursos pessoais; b) e em *autonomia relativa*, quando os cônjuges reservam um pouco dos seus recursos pessoais e vivem seu tempo livre ou amizade, um independente do outro - em certa medida, combinam fusão e autonomia. Assim, conhecemos as características da individualidade face ao nós-casal, bem como a percepção que a mulher faz da sua própria autonomia pessoal.

Finalmente, lançamos mão do conceito de interação sob a ótica da *integração externa*, pois com esse recurso queremos aferir se o casal tem contato com as questões do mundo exterior à sua vida privada, observando o tipo de atividade que predomina na vida familiar, ou seja, se existe uma diversidade de atividades e lazeres do casal e, também, de convívio com outras pessoas, em outras palavras, trata-se do universo da sociabilidade do casal - aqui, atividade significa sair de casa para fazer qualquer coisa. Com efeito, ordenamos a *integração externa*, considerando uma gradação que relaciona convívio social e atividades de lazer realizadas externamente ao âmbito da residência: a) em *fechada*, quando o convívio social do casal se desenvolve com baixa intensidade e a margem de atividades de lazer realizadas fora de casa é restrita - até três tipos; b) em *abertura fraca*, quando o convívio

social se desenvolve com média intensidade e a margem das atividades de lazer realizadas fora de casa é relativamente mais ampla - entre quatro e seis; c) e em *abertura forte*, quando ocorre uma rotina mais frequente do convívio social e uma variação maior de atividades de lazer realizadas fora de casa – sete em diante.

Ademais, descrevemos as seguintes ancoragens sociais das mulheres: os capitais escolares e a existência de redes de apoio familiar. Isso porque acreditamos que os capitais escolares delimitam um campo de possibilidades objetivas para a construção da dinâmica da família conjugal, mesmo que saibamos que existe um estatuto de autonomia relativa à conjugalidade. Segundo Aboim (2006, p.249), as escolaridades femininas e masculinas, quando cruzadas com os tipos de interação, “apresentam um padrão semelhante de variações significativas”, que quer dizer que a escolaridade dos sujeitos poderá imprimir diferentes especificidades às conjugalidades. Por exemplo, segundo a mesma autora, a ótica da teoria dos recursos - proposta por Blood e Wolfe (1960) e igualmente utilizada por Singly (1990a) - diz que “os desequilíbrios conjugais em matéria de capitais escolares podem agilizar dinâmicas de desigualdade de gênero”.

Quanto às redes de apoio e dinâmica conjugal, nossa intenção foi descobrir quais conjugalidades estão em contato com a família extensa do casal, procurando perceber em que medida ter ou não ter uma rede de apoio familiar se articula às determinadas formas específicas de interação. “As pesquisas sobre este tópico remontam, sobretudo, aos anos 50 e 60, sendo referência o clássico estudo de Elizabeth Bott (1976) ou as pesquisas de Reiss e Oliveira (1983) e Lee (1979 e 1980)” (ABOIM, 2005, p.252). Ainda, destacamos que levamos em consideração os valores pessoais e normativas sociais - pertencentes ao arcabouço cultural dessas mulheres - já que, em certa medida, essas categorias contribuem para os contornos da conjugalidade.

Em seguida, buscamos, através dos relatos femininos, investigar as orientações afetivas, demarcadas pelo sentimento discursivamente valorizado pelas mulheres, bem como pelo lugar que este ocupa na dinâmica conjugal. Aqui, nosso principal interesse foi conhecer as delimitações que os sentimentos imprimem às dinâmicas internas na construção das rotinas do casal, iniciando por relatar o tipo de sentimento valorizado e o caráter mutável dos afetos nos percursos conjugais, bem como a relação destes com outras componentes elaboradas no interior das conjugalidades, a saber, a formação da família e criação dos filhos; então, a partir daí, pretendemos captar com maior minúcia o jogo entre o “eu” e o “nós” na vida do casal, agora, em face do discurso dos afetos, visto que se vive num “contexto histórico em que o

amor se estabeleceu como principal elemento de legitimação da união conjugal” (ABOIM, 2006, p.169).

Ao apresentar as rotinas expressas por meio da articulação das interações e afetos - duas dimensões inseparáveis do laço conjugal³ -, pensamos poder entrar numa esfera importante para a compreensão, propriamente, das dinâmicas das conjugalidades, a partir de uma tipologia que abarcará tantos os achados das interações quanto os dados obtidos sobre as orientações afetivas, e, dessa forma, construiremos uma descrição do tipo de dinâmica interna dos casais em questão. Procuramos unir interação e afetos, utilizando as tipologias construídas por Aboim (2006, p.280), para denominar a dinâmica interna dos casais estudados.

Logo após, discorreremos, também, mediante a necessidade do tema abordado, sobre o exercício do trabalho de militar em contraponto com os projetos de vida das mulheres casadas com militar, a fim de investigar sobre os significados e a contextura que podem assumir as gratificações e a (ir)realização pessoal de mulheres em conjugalidades, marcadas pelas prerrogativas e exigências da carreira de militar, particularmente, a transferência entre cidades, ou seja, as vantagens e desvantagens em ser casada com militar para a vida pessoal dessas mulheres.

3. No compósito da interação com o afeto: uma dinâmica conjugal contextualizada

Face ao conjunto de variáveis, referidas na metodologia e balizadas pelas questões norteadoras - interação, orientação normativa, capital escolar e profissional, rede de apoio e orientação afetiva, todas subjacentes à dinâmica conjugal de mulheres casadas com militar -, apresentaremos a seguir os resultados obtidos na pesquisa⁴. Antes, faz-se necessário ter em conta que as mulheres, que participaram da investigação, têm até vinte anos de união conjugal e seus maridos têm mais de dez anos de carreira militar, tendo adquirido estabilidade profissional; ainda, todas elas, como, também, seus cônjuges não são naturais da cidade de Salvador – Bahia; por fim, carregam a experiência de morarem em cidades diferentes e distantes da sua terra natal e de suas famílias nucleares por mais de cinco anos.

Nessa medida, segue abaixo um quadro com algumas informações pertinentes para a presente comunicação, vejamos:

³A análise dos diferentes perfis de orientação afetiva, dimensão que analisamos revelou-se, afinal, fundamental para a compreensão das dinâmicas internas.

⁴Dissertação de Mestrado intitulada: Mulheres-esposas: Dinâmicas conjugais e individualidades a partir da experiência de mulheres casadas com militar (SILVA, 2012).

Nomes (fictício) ⁵	Idade	Tempo de conjugalidade	Nº de filhos/filhas	Naturalidade	Capital escolar
Ada	33 anos	15 anos	01	Rio de Janeiro – RJ	Superior Completo
Frida	43 anos	15 anos	03	Rio de Janeiro – RJ	Superior Completo
Capitu	44 anos	20 anos	02	Rio de Janeiro – RJ	Nível Técnico
Dorothy	33 anos	12 anos	02	Interior nordestino	Nível Médio
Clarice	40 anos	19 anos	02	Rio de Janeiro – RJ	Superior incompleto
Coralina	Não revelada	19 anos	02	Manaus – AM	Superior Completo

O funcionamento interno dos casais emerge dentro do contexto representado pelo trabalho militar de um dos cônjuges e pela forte incorporação da diferenciação de papéis a partir do gênero. Desse ponto de vista, foi possível identificar, como tipo de interação, o estilo *bastião*⁶, ou seja, integrado por regras de funcionamento fusionais e por práticas com propensões fusionais na rotina do fazer conjugal, organizadas sob a figura de um nós-família - no qual se dissolve o casal propriamente dito; ainda, o modelo *bastião* é marcado por papéis de gênero diferenciados. Consideremos que a regra fusional ora apresenta uma natureza institucionalista – “paralelo familiar e estilo bastião” -, ora é caracterizada por uma intensidade inferior de institucionalidade – “fusão companheirista”. Com efeito, em nossa pesquisa, um casal apresentou um estilo do tipo companheirista, porém, com evidências escassas, e, dessa forma, preferimos, também, enquadrá-lo entre aqueles de cunho institucional, especificamente, do paradigma *bastião*, como os demais (ABOIM, 2006, pp. 346-348).

Constatamos, na análise dos dados concernentes à interação, que as conjugalidades investigadas comportam um estilo *fusional expressivo* - quando há o exercício de práticas realizadas pelo casal ou pela família em torno das atividades lúdicas e conversas, e, de certa forma, nas realizações das atividades domésticas externas ao domínio do espaço da

⁵ Todas as interlocutoras desta pesquisa, bem como os nomes de familiares citados por elas, tiveram seus nomes reais substituídos por nomes fictícios para preservar suas identidades. Os nomes substitutos escolhidos são de mulheres de apreço pela pesquisadora no mundo das artes e ciência, tendo sido alguns personagens de histórias literárias, mas, em nada se relacionam com o objeto da pesquisa, e especialmente com a personalidade das informantes, tendo sido aleatório a escolha de nome para a entrevistada.

⁶ Nomenclatura utilizada por Aboim (2006, p.228) no estudo sobre conjugalidade em Portugal.

casa. Foi observado, entre os casais, que a *coesão interna* assume um modelo no qual os homens trabalham e sustentam a família e as mulheres se responsabilizam pelas questões maternais e domésticas - tudo aquilo relativo aos cuidados da família -, mesmo quando a mulher trabalha remunerada e é a responsável direta pelas atribuições domésticas.

Podemos, inclusive, destacar que estes modelos se assemelham ao de família patriarcal, reatualizada, que, segundo Freire (1933[1958]), caracteriza-se pela divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres o domínio doméstico, enquanto aos homens, o papel de provedor do lar. De acordo com tal arranjo, a divisão sexual do trabalho é hierarquizada e reserva às mulheres o domínio doméstico, enquanto aos homens, o papel de mantenedor do lar.

Nesse paradigma patriarcal, as esposas não trabalham fora de casa, sendo-lhes delegada a tarefa de cuidar do lar e dos filhos. Muitas vezes, segundo a concepção desse paradigma, as mulheres que trabalham fora de casa sofrem preconceito e são estigmatizadas, porque as responsabilidades domésticas, que lhes são prescritas, são, supostamente, prejudicadas por suas atividades profissionais. Segundo Silva (2008, p.21), no Brasil do século XX, para algumas mulheres de classe média, era socialmente autorizado o trabalho como professoras de crianças, senão como voluntárias sociais, atividades consideradas como tipicamente femininas, valendo-se da compreensão do papel de cuidadora/mãe. Vale ressaltar um fato histórico, interessante ao nosso estudo, que, segundo a citada autora (2008, p.22), existiu um tempo no qual “era, inclusive, bastante comum o casamento entre militares e as chamadas ‘normalistas’”⁷.

Soma-se a esses resultados, o fato segundo o qual, na gestão do tempo disponível e dos gostos, o nós-casal se estabelece como regra de funcionamento, onde as mulheres cedem espaços e procuram conciliar suas necessidades às de seus cônjuges – bolsa comum. Logo, não se trata apenas de diferenças encontradas em nível de divisão conjugal do trabalho doméstico – que, como já sabemos, segue a linha da diferenciação de gênero, cabendo às mulheres as responsabilidades do trabalho doméstico -, mas, de diferenças profundamente incorporadas ao cotidiano, pois, como diria Sarti (2000, p.115), trata-se de uma diferença de gêneros que, embora seja socialmente construída, se naturalizou e, nesse sentido, legitima

⁷Silva (2008, p.22) diz que Barros (1978:109) aponta os motivos dessa comum associação, entre eles, o fato de que a atividade de professora era considerada ‘decente’ para jovens moças da classe média; o fato de compartilharem mais ou menos dos mesmos valores culturais e tenderem a ter origens socioeconômicas similares. O autor observa ainda que boa parte das interações sociais entre cadetes e ‘normalistas’ eram estimuladas através de programas organizados em conjunto pela Academia Militar e o Instituto de Educação, ou se davam nas viagens de trem para o subúrbio carioca, onde eles serviam e elas estudavam.

uma concepção de casal como resultado da união entre duas naturezas diferentes e particulares, porém, complementares.

Ainda, uma terceira conclusão, à qual damos relevo nas análises sobre as interações, é precisamente a da integração externa, que foi identificada como fraca, visto que não existe uma interface vultosa entre o casal e a vida social externa, especialmente, no que tange às atividades de lazer e convívio social. Os casais dispõem de um conjunto mediano de espaços de lazer e cultura para diversificar a socialização e os mecanismos de socialização, que detém, são acessados timidamente e de forma pouco expressiva, quando comparados com casais em outras *integrações externas*, acima referidas.

Nessa perspectiva, em continuidade a análise da interação interna do casal, que configuramos como fusional, sobressai, ainda, duas importantes observações. A primeira diz respeito aos achados das orientações normativas, tendo sido delimitadas como institucionalizadas, seja pela forte diferenciação de gênero, seja porque o casamento é concebido como perene, sobretudo porque as relações familiares são rigidamente apoiadas pela concepção naturalizada da família e dos papéis de gênero. A segunda concerne aos contextos socioeconômicos dos casais; nossa contribuição, nesse sentido, evidencia uma coloração fusional mesmo em casais cujas mulheres têm nível superior, bem como seus maridos; assim, inferimos que a fusão conjugal está posta para um grupo de casais qualificado quanto à esfera acadêmica e profissional.

Aprendemos, também, que a ausência de uma rede de apoio tem um impacto muito forte no domínio das interações desses casais, independente do nível escolar e profissional, isto é, quer se tenha nível médio, quer se tenha nível superior, experiência profissional ou não. A falta de uma rede de apoio se associa a formas conjugais mais diferenciadas quanto à matéria de divisão de gênero e caracterizadas no contexto do trabalho militar. Ficou atestado que a inexistência – no lugar para o qual foram transferidos - de uma rede de apoio obstaculiza, ainda mais, as chances da mulher de construir uma história profissional, dado o trabalho doméstico, qual lhe cabe como responsabilidade, indiferentemente do grau escolar e da situação profissional. Podemos, assim, corroborar, com um novo achado, o fato de que a coesão fusional das conjugalidades e o efeito negativo da ausência da rede de apoio, em face da divisão do trabalho doméstico, para a vida dessas mulheres, manifestam-se frente à relativa alta escolarização.

Nessa linha de ideias, constatamos a importância das relações de gênero na estruturação das interações familiares - dimensão central para que a abordagem de matriz

interacionista, apoiada nos eixos da dinâmica interna de grupo, seja, efetivamente, capaz de tornar inteligíveis as interações internas das famílias.

Com efeito, a fusão, a autonomia e a abertura/fechamento - vividos na conjugalidade e na família - não se produzem à margem das relações sociais de gênero, fato que as análises da coesão interna, nas divisões conjugais das atribuições domésticas e do trabalho e nos lazeres, demonstraram tão bem, pois, indiscutivelmente, existe uma desigualdade na divisão das atividades domésticas e na esfera do lazer que nos permite perceber, ao se tratar dos homens, condutas mais autônomas nas esferas da vida social e familiar, enquanto com relação às mulheres, a autonomia está enquadrada no âmbito da maternidade e da casa. Em resumo, pelo lado de dentro da vida conjugal desses casais, a coesão é fusional e a integração externa, fraca.

Outra conclusão é a que articula o afeto às interações, conferindo inegável importância à sentimentalização na vida privada, porque o afeto, designado pelas mulheres como amor, gostar, paixão, etc., é um valor socialmente transversal na legitimação da conjugalidade contemporânea, revelando os contornos específicos dos casais da pesquisa.

Portanto, percebemos que, nos casos analisados, existe uma *aliança de gênero romântica* a pressupor diferenças de deveres e direitos, mas, também, de identidades e projetos, as quais configuram papéis sociais bastante diferenciados e que, por isso mesmo, se completam e desenvolvem o sentimento, argumento que sustenta a versão institucionalista do romantismo nesses casais e, até, justifica a natureza espiritual da união a dois.

Assim, aferimos que os aspectos afetivos conjugais e a produção e reprodução da vida cotidiana estão fincados na diferenciação sexual de papéis e no amor romântico. Inclusive, aquela forte dependência instrumental - demonstrada pelos relatos do cotidiano da vida dessas mulheres -, que pode decorrer da existência do intenso discurso sentimental de romantismo excludente da ideia de autonomia individual, é beneficiada ainda mais pelas margens da naturalização das diferenças de gênero - instituída na orientação normativa dos casais.

Vale ressaltar que, embora institucionalista, este modelo de conjugalidade, observado entre os casais, está além do ideal tipo de casamento instituição, por um lado, em razão da tônica que os afetos sinalizam na concepção do casal, numa espécie de amor institucionalizado, e, por outro lado, em virtude da incessante retórica da busca de identidade, ou, nos termos de Singly (2000, p.14), “do verdadeiro eu” presente na interioridade de cada um. De fato, nenhuma das entrevistadas pareceu alheia a esta “invenção da intimidade romântica” e do “eu” - instaurada nas sociedades atuais - mesmo diante das outras funções

presentes na família e que são consideradas prioridades no cotidiano e no projeto de vida conjugal das mulheres entrevistadas.

A estratégia de apresentação dos resultados foi realizada de forma a evidenciar a relação de cumplicidade entre interação conjugal, orientações normativas, capital escolar e profissional, orientações amorosas, em contextos de trabalho específicos. Todas as análises, ainda, levaram em conta outras variáveis, determinantes para este estudo sobre conjugalidade, como a idade dos filhos e a naturalidade das mulheres, visando considerar o peso destas dimensões, no seio do casal, para a construção das interações e do campo de possibilidades de configuração da individualidade dessas mulheres, no contexto do trabalho de militar de seus maridos.

4. O projeto pessoal das mulheres: Vantagens e desvantagens do casamento com cônjuge militar.

Face ao discurso comum de que a transferência entre cidades é um aspecto que interfere na vida dessas mulheres - isto porque, ao acompanharem seus maridos nessas mudanças entre cidades, muitos constrangimentos lhes são acometidos, como a perda da rede de apoio, os óbices de progressão ou continuação da escolarização e os obstáculos para cuidar dos filhos, ou seja, a pouca familiaridade com a “nova” cidade provoca um desgaste e ansiedades na busca pelo acesso às redes de serviços de saúde, de supermercado, de ensino, etc., disponíveis e que estejam de acordo com seus critérios, vivendo-se num circular processo de adaptação -, observamos o limite dessa intervenção, em comparação a outras dificuldades que, na mesma medida, demandam seus esforços para serem superadas. Com efeito, o aspecto de maior relevo da interferência decorrente das transferências diz respeito ao campo das possibilidades dos projetos individuais, notadamente, a questão profissional.

Portanto, é ponto pacífico - segundo os relatos - que as transferências entre cidades, para fins do trabalho dos maridos, comprometem o projeto profissional dessas mulheres, quando compreendidas em dinâmicas conjugais - fusionais, institucionais e românticas - inscritas em papéis de gênero, em face dos quais, o trabalho de seus maridos se constitui como o meio de prover a renda familiar e a responsabilidade familiar, enquanto o trabalho doméstico, a educação e os cuidados com as crianças se vinculam às mulheres. Nesse quadro, a família é concebida como uma instituição naturalizada, uma unidade biológica de reprodução (pai, mãe e filhos), como diria Sarti (2000, p.115), e, por isso, ininterrupta e com tarefas naturalmente definidas.

Nossa questão, agora, é saber se há vantagens, resultantes do trabalho de militar de seus maridos, na vida e para o projeto pessoal dessas mulheres. A primeira observação foi no sentido de que as mulheres entrevistadas revelaram se perceberem importantes na carreira militar dos maridos, seja pela tarefa que desempenham na vida doméstica em face das dificuldades impostas pela logística das mudanças, seja pelo apoio afetivo e emocional que os estimula a seguir quando as situações se apresentam adversas.

Ademais, descobrimos que as exigências do trabalho de seus maridos - missões alongadas por dias e até meses, serviços mensais de mais de vinte quatro horas de duração e/ou expedientes com jornadas extraordinárias, todas, entre outras, são exigências pertinentes à carreira militar - consomem parte do tempo de convívio destes com a própria família, fazendo com que essas mulheres assumam decisões e responsabilidades muitas vezes sozinhas no que tange às obrigações com os filhos e ao cotidiano da casa, até porque, quando ocorrem mudanças entre cidades, de imediato, não existe uma rede de apoio consolidada e as incertezas, causadas pela adaptação nas novas cidades – para onde foram transferidos seus maridos -, causam-lhes ansiedades que não abrigam espaço para fragilidades, exigindo-lhes uma postura madura.

Ora, foi a partir de respostas como essa que constatamos a existência de outras questões importantes para o contexto da vida dessas mulheres, levando-nos a perceber que casar com militar não é, de toda forma, uma erosão de suas individualidades, tampouco, apenas sacrifícios pessoais. Nesse sentido, ainda que a realização profissional delas, propriamente dita, algumas vezes, seja relegada a um segundo plano, em nome da maternidade e do trabalho doméstico, por vezes, por ter acompanhado os maridos nas transferências entre cidades, ou ainda, pelo acúmulo de responsabilidades na família, essas mulheres mobilizam, através do trabalho de militar de seus maridos, gratidões que lhes dão sentido e identidade.

Como vimos, elas acreditam que o sucesso profissional de seus maridos tem a ver com o apoio delas e, por isso, todos aqueles benefícios resultantes da condição de militar lhes são próprios, fazendo com que cada um enxergue a si própria.

Até mesmo a problemática questão das transferências, muitas vezes, é vista como positiva para a vida do casal; nesse momento, há um sentimento de renovação, uma expectativa de mudança nas relações, ou, no mínimo, de esperança de melhoras financeiras, bem como é concebida como uma oportunidade de conhecer outros lugares e outras culturas. Há, portanto, um benefício imaterial, inerente a esta necessidade de transferência, que faz a dificuldade, quase sempre, de se estabelecer profissionalmente não seja considerada como

uma perda tão avassaladora no projeto pessoal e de futuro, constituindo, também, uma situação de troca entre equivalentes concernentes aos projetos pessoais dessas mulheres.

Assim, ao invés de enfatizarmos uma expectativa conjugal frustrada, na qual as mulheres vivem uma situação de abdicação total de suas individualidades ou uma circunstância quase artificial de suas interioridades, podemos afirmar que elas não estão ao todo⁸ refém de uma situação. Consideramos a ideia de que essas mulheres trabalham para construir o avanço da carreira do esposo, conhecida, na literatura internacional, como casais “*two person career couples*, que significa dizer que duas pessoas investem numa carreira única” (DINIZ, 1999, p.33). Nestes termos, trata-se de quando a mulher investe na profissão do marido, ou ainda, o que, conforme Silva (2008, p.36), Guerreiros (1996) chamou de *carreira a dois*, ou seja, as mulheres têm a “carreira de seus maridos como algo que não lhes é paralelo, mas da qual são parte intrínseca, quase em termos de igualdade”.

Por isso, podemos dizer que se trata do ‘preço que se paga’ pelo lugar e pelo modo de conduzir a relação, que de certa forma, requer, invariavelmente, a perda de identidade profissional. Na medida em que existem ganhos pessoais, por sua vez, não avaliamos como uma conduta altruísta e despropositada, mas, sobretudo, como um condicionante - denominado, outrora, por *carreira a dois* - resultante de todo um investimento planejado como estratégia de vida. Logo, a carreira a dois comporta a capacidade de construção do “eu”, que desejou e se realiza profissionalmente, mesmo que, de forma indireta e direta, pelas interfaces que esse tipo de trabalho lhes confere, como morar em diversos lugares do país, entre outras.

Além do mais, as entrevistas mostraram, também, que o papel feminino, historicamente valorizado, é uma retórica que lhes concede uma satisfação, até mesmo a questão da transferência - pedra de toque dos insucessos profissionais para algumas delas - esteve presente, no início do relacionamento, como um elemento motivador para viver em conjugalidade com militar. Portanto, as transferências podem constituir um elemento cambiante de novidades e esperanças, às vezes, tão necessárias ao convívio conjugal e familiar.

Nesse viés de realizações, outras questões integram a ideia de que vale a pena, ou de que não é de todo mal, perder a autonomia profissional, quando colocada à margem como artifício, em face das prerrogativas e exigências do trabalho de militar dos respectivos maridos, para a construção de uma história original.

⁸Dissemos ao todo, porque consideramos que o aspecto total dos quartéis de certo modo é uma questão que aprisionam os indivíduos que neles estão inseridos.

No fabrico do laço conjugal, além dos afetos ou da procura de si mesmo, outras dimensões de contingências e de contextos sociais são igualmente importantes; logo, as funções instrumentais de produção econômica, de educação e de apoio material convivem com o afeto, produzindo e dando sentido à conjugalidade. Com efeito, as “perdas” profissionais - expressão maior de autonomia e individualidade - se reconfiguram em formato de conquistas e gratificações, quando não, “status” social, na vida dessas mulheres casadas com militar.

Assim, verificamos que as mulheres podem, em certa medida, ter suas individualidades interferidas, mas, em outro aspecto, percebemos que algumas das suas aspirações e projetos de vida só lhes foram possíveis em virtude das condições da carreira militar de seus maridos. Assim, ressaltamos que a espécie de trabalho de seus cônjuges não pode ser compreendida em termos opostos, nem complementares para a vida pessoal dessas mulheres, mas, trata-se de reconhecer nele a existência dos fundamentos de constituição de investimento pessoal.

Logo, a principal e decisiva escolha dessas mulheres – no que tange ao investimento pessoal- foi casar com alguém da carreira militar, pois as suas histórias são delineadas em razão desse fato. Decisão esta que nos pareceu consciente frente às características intrínsecas ao ofício militar. Então, ainda que, no cotidiano conjugal, os assuntos do mister de seu cônjuge sejam, discursivamente, os grilhões do desenvolvimento de seu trabalho profissional, é, sobretudo, através daquela carreira que elas têm proporcionados outros recursos e benefícios – particularmente conhecidos e valorizados, que lhes concedem autoestima, sentido e identidade - tão importantes quanto às suas questões profissionais⁹.

5. Considerações finais

Ao longo do artigo, argumentamos que as tensões, na vida conjugal de mulheres esposas de militares, bem como na dinâmica de suas vidas pessoais, estão, em certo sentido, vinculados às exigências da profissão de seus maridos, como, por exemplo, as transferências e a disponibilidade intrínseca à carreira militar, e, sobretudo, as entrevistas mostraram, também, que o papel feminino, historicamente valorizado, é uma retórica que lhes concede uma

⁹Curiosamente, com relação àquelas que demonstraram ao aspecto profissional um sentido mais constitutivo do seu eu, bem como às outras que concederam ao trabalho profissional um entendimento mais instrumental, concluímos que os benefícios advindos do trabalho de militar de seus maridos se sobrepõem a perda profissional. Assunto que sugerimos, posteriormente, maior aprofundamento.

satisfação, qual seja, ser mulher-esposa, num esforço para o equilíbrio identitário entre o *self* íntimo e o *self* estatutário.

Um conceito importante para nossa pesquisa é o da *individualização* na família, compreendido como “busca de gratificação pessoal e autodeterminação do *self*, por um lado, e realização afetiva através de uma relação de alteridade, em que, em última instância, o sentimento para a própria individualidade existe porque o outro existe” (ABOIM, 2006, p.01). Assim, a *individualização* se constituiu como uma categoria relevante para nosso estudo sobre conjugalidade de mulheres casadas com militar, a partir das exigências da carreira militar.

Nesse sentido, cremos ser pertinente afirmar que, nos casos estudados, as dimensões da vida privada e profissional estão vinculadas e reciprocamente influenciadas; dessa maneira, procuramos mostrar como a dinâmica conjugal e algumas exigências do trabalho de militar influenciam nos projetos individuais das mulheres de militares, dificultando a construção de uma história mais individual, notadamente, a vida profissional.

Mas, consideramos, também, que os projetos de vida dessas mulheres podem abarcar outras questões, que lhes despertam o interesse por essa condição. Afirmamos que essas mulheres podem até não ter ou não ver realizada uma história tão autêntica ou original - como se presume que desejem os indivíduos na contemporaneidade, especialmente, o discurso da atualidade sobre a mulher independente financeiramente - ao acompanharem seus maridos nas jornadas de suas carreiras, por se dedicarem integralmente, durante uma fase, ou por toda a vida conjugal, à família e ao casamento.

Entretanto, observamos a existência de um conjunto de concretizações dessas esposas de militares - tão importantes quanto à independência financeira - que despertaram seu interesse em conviver com seus maridos, a fim de lograrem objetivos pessoais de natureza material, possíveis pelas garantias relacionadas ao trabalho de seus cônjuges, como residência, estabilidade financeira, plano de saúde, etc., bem como - paradoxalmente, no contexto conjugal, elaborado segundo o paradigma da divisão de gênero – encontramos uma margem de individualização pela maternidade.

Além disso, é necessário esclarecer que, dadas às possibilidades da pesquisa de campo, na qual as entrevistas foram fundamentais, optamos por uma abordagem que enfatiza as declarações como uma realidade apreendida - delimitadoras do universo de observação. Mesmo que, frente à dinamicidade da vida concreta, as falas das mulheres entrevistadas possam nem sempre corresponder aos fatos do seu dia a dia, escolhemos enquadrar seus discursos como dados da pesquisa, pois acreditamos que a apreensão do objeto delimitado por

esta pesquisa só possa ser adquirida, de modo viável para pesquisador e pesquisado, a partir das suas falas.

Nessa perspectiva, entendemos a importância de privilegiar esses dados como “verdades autobiográficas”, pensadas ao longo da pesquisa como uma forma de ‘descrição de si’ que não perde de vista as relações estabelecidas entre a experiência em si e a leitura/interpretação cotidiana dessa experiência. É na (re)leitura e na (re)escrita narrativa da experiência que os sujeitos olham suas recordações e referências e pensam/articulam suas vidas (SOUZA, 2008).

Nesse sentido, tecemos uma análise necessariamente esquemática e metodológica, procurando destacar a unicidade nas vozes dessas mulheres, mas, ao mesmo tempo, respeitando a singularidade de cada entrevistada, ou o universo particular de cada casal, tomando, por isso, o devido cuidado de não produzir generalizações - opinião construída por um único argumento sem considerar as especificidades de cada caso -, uma vez que são sempre um risco ao estudo de família e conjugalidade, bem como à ciência.

6. Referências

ABOIM, Sofia. **Conjugalidades em mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois**. Editora ICS, Lisboa, 2006.

_____. **Emoções e rotinas: a construção da autonomia na vida conjugal**. In: *Sociedades Contemporâneas: reflexividade e ação*. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 21 mai. 2010.

COSTA, Livia Fialho. “Notas sobre formas contemporâneas de vida familiar e seus impactos na educação dos filhos”. In: NASCIMENTO, A.D. e HETKOWSKI, T. (orgs.) **Educação e contemporaneidade – pesquisas científicas e tecnológicas**. Salvador: edufba, pp.355-371, 2009.

DINIZ, G. **O casamento contemporâneo em revista**. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) *Casal e família: permanências e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 135-155, 2009.

_____. **Homens e mulheres frente à interação casamento-trabalho: aspectos da realidade brasileira**. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) *Casal e família: entre a tradição e a transformação*. Rio de Janeiro: NAU, pp. 31-54, 1999.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Horizonte do indivíduo e da ética no crepúsculo da família**. In: Ribeiro, I. e Torres Ribeiro, A. C. (Org.). *Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira*. Editora: Loyola, São Paulo, pp. 27-41, 1995.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Editora Dom Quixote, Lisboa, 1993.

FÉRES-CARNEIRO, T. **Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade**. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 13 jul. 2010.

FONSECA, Cláudia. **De família, reprodução e parentesco: algumas considerações**. In: *Cadernos Pagu* (29), pp. 9-35, julho-dezembro de 2007.

_____. **Política, gênero e sujeito:** afinidades com consequências In: Cadernos Pagu (21), pp. 317-325, 2003.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 10 ed. Editora: Vozes, Rio de Janeiro, 2005.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par:** gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Editora: Gramond, Rio de Janeiro, 2004.

JABLONSKI, B. **Afinal, o que quer um casal?** algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas. São Paulo: Ed. PUC-RIO e Loyola, pp. 141-168, 2003.

_____. **O cotidiano do casamento contemporâneo:** a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 203-225, 2007.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **De volta ao lar:** as mulheres que se afastaram de uma carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. Retrocessos ou “novo” modelo de família? In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) Casal e família: permanências e rupturas. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 219-235, 2009.

_____. **Variações sobre um antigo tema:** a maternidade para mulheres com uma carreira profissional bem-sucedida. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) Família e casal: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, pp. 122-137, 2005.

RABINOVICH, Elaine. **Família e cidade:** um estudo sobre trajetórias e *self*. In: Moreira, L. e Carvalho, A. M. A. (Org.). Família, Subjetividades, vínculos. Editora: Paulinas, São Paulo, pp. 141-145, 2005.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem.** Editora: Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2003.

SEGALEN, Martine. **Sociologia da família.** Editora: Terramar, Lisboa, pp. 5-20, 1996.

SALEM, TÂNIA. **A trajetória do “casal grávido”:** de sua contribuição à revisão de seu projeto. In: Figueira, S. A. (Org.). Cultura da Psicanálise. Editora: Brasiliense, pp. 35-61, 1985.

SARTI, Cinthia Andersn. **O jovem na família:** o outro necessário. In: Novaes e Vannuchi (Org.). Juventude e Sociedade. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, pp. 115-129, 2004.

SARTI, Cinthia Andersn. **O jovem na família:** o outro necessário. In: Novaes e Vannuchi (Org.). Juventude e Sociedade. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, pp. 115-129, 2004.

_____. **Algumas questões sobre família e políticas sociais.** In: Jacquet, C. e Costa, L. F. (Org.). Família em mudança. Editora Companhia ilimitada, São Paulo, pp.193-211, 2004.

_____. **Deixarás pai e mãe:** notas sobre Lévi-Strauss e a família. In: Revista Antropológicas, ano 9, volume 16(1), pp. 31-52, 2005.

_____. **Famílias enredadas.** In: Acosta A. R. e Vitale, M. A. F. (Org.). Família: redes, laços e políticas públicas. 5ª Ed. Editora Cortez, São Paulo, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** Editora Cortez, São Paulo, 2007.

SILVA, Célia Nunes Silva & ANASTÁCIO, Maria Guerra. **O descompasso entre a função parental e a dupla carreira dos pais.** In: Moreira, L. e Carvalho, A. M. A. (Org.). Família e educação: olhares da psicologia. Editora: Paulinas, São Paulo, pp. 197-208, 2008.

SILVA, Fernanda Chinelli Machado da. **Mulheres de militares:** família, sociabilidade e controle social. Dissertação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2008.

SINGLY, François. **Uns com os outros:** quando o individualismo cria laços. Editora: Instituto Piaget, Lisboa, 2003.

_____. **Sociologia da família contemporânea.** Editora: FGV, Rio de Janeiro, 2007.

_____. **O eu, o casal e a família.** Editora: Dom Quixote, Lisboa, 2000.

_____. **Livres juntos.** Editora Piaget, Lisboa, 2001.

_____. **O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar.** In: Peixoto, C. E., Singly, F. e Cicchelli, V. (Org.). Família e Individualização. Editora: FGV, Rio de Janeiro, pp.13-19, 2000.

SOUZA, Elizeu C. **(Auto)Biografia, identidades e alteridade:** modos de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação. Revista Forum Identidades, ano 2, vol. 4, pp. 37-50, julho-dezembro de 2008.

TORRES, Anália Cardoso. **Casamento:** conversa a duas vozes e em três andamentos. Disponível em: <[http:// www.analiatorres.net](http://www.analiatorres.net)>. Acesso em: 04 out. 2010.

_____. **Vida conjugal e trabalho:** uma perspectiva sociológica. Editora: Celta, Lisboa, 2004.

_____. **Sociologia do casamento:** a família e a questão feminina. Editora: Celta, Lisboa, 2001.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 3 ed. Editora: Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Projeto e metamorfose.** Editora: Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1994.

Entre a intenção e o gesto ou quão interdisciplinar somos? Ensaio sobre a perspectiva interdisciplinar e estudo de caso sobre uma produção de estudos no campo de Família

Mary Garcia Castro

Resumo

O texto decola de aula inaugural que pronunciei em 2011 no Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea-Universidade Católica de Salvador, que teve como objeto a produção acadêmica dos docentes do Programa para discutir a propriedade de práticas e enfoques interdisciplinares no estudo sobre família, gênero e geração. A primeira seção passar por referências a autores que modelam o debate sobre interdisciplinaridade. Na segunda seção por análise documental, discuto peças da produção de colegas e vivência nas ambiências citadas no âmbito da UCSAL, enfatizando a propriedade de enfoques interdisciplinares no estudo de um fenômeno multifacetado como família, a importância dos nexos entre tal campo e os estudos sobre gênero e geração, e refletindo sobre simplificações e obstáculos na relação entre a intenção de ser interdisciplinar e as práticas para tal construção. Como ser interdisciplinar e não ser generalista e simplificar debates conceituais? Em seção que discuto o lugar do disciplinar no interdisciplinar, ilustro tal preocupação, com o debate sobre o conceito de gênero, seu uso corrente em autores das mais diversas formações em humanidades e posições político-ideológicas inclusive no âmbito de estudos feministas. A experiência do Projeto Cuidar (pesquisa realizada pelo Programa de Família da UCSAL sobre cuidados com filhos pequenos, financiado pelo CNPq, que coordenei e que contou, com participação de todo o corpo docente e vários mestrandos) é revisitada. Termina com reflexões sobre limites institucionais acadêmicos que regulam a pós graduação no país para que de fato o processo de implantação de uma perspectiva epistemológica interdisciplinar se realize, além das boas intenções.

Palavras-chaves – interdisciplinaridade, família, gênero

Abstract

The text takes off from inaugural lecture I gave in 2011 in the Post Graduate Program on Family in Contemporary Society, Catholic University of Salvador, with focus on the production of academic faculty of the Program. The objective was to discuss practices related to interdisciplinary approaches in the study of family, gender and generation. The first section of this work makes references to authors who shape the debate on interdisciplinarity. In the second section, I discuss the production of the Program on Family members, taking into account the goal of interdisciplinary approaches in the study of a multifaceted phenomenon as family, and the importance of links between this field and the studies on gender and generation. How to be interdisciplinary and not simplify conceptual debates? This question is part of a section on the importance of a

sound discipline formation when interested in interdisciplinary perspective or work. I illustrate such concern, with the debate about the concept of gender and its current use by authors of diverse backgrounds in the humanities and with different political-ideological positions, including in feminist studies. I highlight the experience in a research we called “Cuidar” (it was based in a survey conducted by the Family Program UCSAL about parents care of small children. This was funded by the CNPq. I co-ordinated it and the research counted with participation of all faculty and several master degree students). I conclude with reflections on institutional limits governing the academic graduate programs in the country and challenges to an interdisciplinary epistemological perspective, despite good intentions.

Key words: interdisciplinary perspective, family, gender

INTRODUÇÃO

Este ensaio,¹ um livre pensar sobre quão e como interdisciplinar somos no campo de estudos de família, em particular no Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da UCSAL, indiretamente questiona para que serve a interdisciplinaridade em estudos sobre família, com que fins, e como pouco nos detemos quando nos declaramos ‘interdisciplinares’, o que se está convertendo em um modismo nos trabalhos na área de família, em explicitar o que entendemos por tal postura.

Reitero posição sobre o debate relativo à interdisciplinaridade que faz parte de outro texto,² quando observo:

Muito se tem escrito no Brasil e no exterior, em particular a partir dos finais dos anos 70, ainda que este não seja um marco rígido, sobre interdisciplinaridade (Fazenda 1994, Alvarenga 2007)³.

Já então se advertia para o risco de modismo de um conhecimento que no justo afã contra a fragmentação do real, poderia ser interpretado como contrário às necessidades de saber especializado e assim fragilizaria a evolução de disciplinas específicas, quando possivelmente o que mais necessitemos, minha posição nesta apresentação é de investimento em uma

¹ Sobre ensaio ver Adorno (1986). Segundo Adorno o ensaio não tem compromisso com a empiria, com demonstrações, e se modela por questões em aberto inclusive para o ensaísta.

² In CASTRO, Mary Garcia – “Por uma epistemologia interdisciplinar no campo das humanidades.” a ser publicado pela FAPESB, org. Terezinha Fróes, 2012

³ “A Interdisciplinaridade apresenta-se nos anos 1960 como uma importante precursora não somente na crítica, mas sobretudo na busca de respostas aos limites do conhecimento simplificador, dicotômico e disciplinar. Sua proposta nega o pressuposto básico do conhecimento “objetivo” do pensamento simplificador de que existe um “vazio” entre as fronteiras disciplinares, conforme assinala Kuhn (1975). É secundada, nesse processo: 1º. Pelo avanço das Ciências Naturais – a física quântica e a biologia – que atestam a necessidade das trocas entre diferentes disciplinas, assim como a adoção de uma nova relação sujeito observador – objeto observado no processo de conhecimento; 2º. Secundada também pela publicação de obras com reflexões epistemológicas como a de Karl Popper, A lógica da Investigação Científica, em 1959, na Inglaterra, que introduz o princípio da incerteza na ciência pela sua proposta não de uma “confirmação” de proposições científicas, para a verificação da verdade do conhecimento, mas de “falseabilidade” das teorias, como busca de verdades provisórias.” Alvarenga, 2007.

epistemologia que priorizando problemas sociais, existenciais, ecológicos, via construção de objetos de pesquisa, principalmente desenvolvido em equipes de pesquisadores de distintas formações disciplinares; debates constantes pautados pela alteridade, ou seja exposições ao outro, a outra, não somente de disciplinas diferentes, mas de cosmo visões, lugares político ideológicos diferenciados, ou seja pelo exercício da dialética discursiva, o enfrentamento dialógico de idéias, e o questionamento da hierarquia burocrática que divide papéis entre alunos e professores não por conhecimento ou criatividade, mas pelo posto formal institucional e estimula competitividades, isolamentos e o não exercício da solidariedade entre pesquisadores, principal motor de um trabalho intelectual prazeroso. Portanto advoga-se uma epistemologia, uma postura que questione hegemonias, sem descuidar da equação saber/poder, o que necessariamente pede perspectiva tanto multi quanto interdisciplinar e não só entre ciências exatas, biológicas e humanas, mas também entre humanas. Mas, a construção de tal epistemologia pede muito mais. Pede reflexão crítica sobre totalidades, e principalmente, ambiência institucional de fomento ao trabalho intelectual, crítico e criativo. Uma ambiência positiva ao trabalho intelectual não necessariamente segue cânones da academia de hoje, uma ambiência mais preocupada com resultados imediatos, preenchimento de relatórios e observância irrestrita de manuais e regulamentos.

Não existe consenso sobre o que seria uma postura interdisciplinar na produção de conhecimentos. Segundo Hector Ricardo Leis, em artigo intitulado “Sobre o conceito de interdisciplinaridade”⁴:

A interdisciplinaridade pode ser entendida como uma condição fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade contemporânea. No entanto, o conceito de interdisciplinaridade tem sofrido usos excessivos que podem gerar sua banalização. Por isto, parece prudente evitar os debates teórico-ideológicos sobre o que é a interdisciplinaridade, sendo preferível partir da pergunta sobre como esta atividade se apresenta no campo acadêmico atual. A partir das dinâmicas existentes o autor afirma que a interdisciplinaridade pode ser definida como um ponto de cruzamento entre atividades (disciplinares e interdisciplinares) com lógicas diferentes. **Ela tem a ver com a procura de um equilíbrio entre a análise fragmentada e a síntese simplificadora, assim como entre as visões marcadas pela lógica racional, instrumental e subjetiva.** (Meu destaque)

Já outros autores, como Pablo Casanova (2006), sugerem que há que investir em debates teórico-ideológicos, já que interdisciplinaridade é construído de um processo de busca por um novo conhecimento, o chamado ‘conhecimento complexo’, quando se destaca a preocupação com totalidades, com projetos sociais, e com processos de elaboração de conhecimentos, enfatizando o legado construtivista, os trabalhos de Piaget. Assim segundo Casanova (2006: 54 in CASTRO, ver nota 2):

A ‘busca de estruturas que são comuns a duas ou mais disciplinas’ podia ser muito limitada e conservadora, por exemplo, quando se fazia apenas entre a economia política e o direito, ou apenas entre a lingüística e a história, ou

⁴ In CADERNOS DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIENCIAS HUMANAS - http://cmapspublic2.ihmc.us/rid=1181318845890_1252767148_7539/CadPesIDCieHum_2005_73_1.pdf - CONSULTADO 1.2.2011

apenas entre a psicologia e a ciência ou a filosofia, como um ou disjuntivo e excludente. As interações conservadoras e tranquilizadoras (*rassurantes*) podiam respeitar ‘ignorâncias recíprocas’ e frear a pesquisa de ‘estruturas comuns’ que só um profundo trabalho interdisciplinar chegaria a compreender. Essa preocupação, e a mais geral de vincular a interdisciplina à epistemologia, levaram Piaget a expor de maneira mais profunda o problema **da construção do conhecimento e da totalidade** (de ambos). Disciplina e interdisciplina não ficaram apenas no ‘rol’ dos signos e dos desígnios, dos saberes e das ciências. Buscaram também construir vínculos de **causalidade** (b de a) e outros de **implicação** (para b é necessário a) e outros de **insuficiência**. Causalidade, implicação, insuficiência apareceram relacionados com a intenção de explicar, ou de alcançar objetivos e valores, ou de destacar o que faltava na explicação, ou o que era necessário encontrar ou construir para alcançar determinados objetivos e valores. Causalidade, implicação e insuficiência apareceram, assim tanto nos conceitos quanto nas operações. (ênfase do Autor).

Este texto tem objetivos mais modestos, que retrazar os debates teórico-epistemológicos sobre interdisciplinaridade (ver nota 2 - sobre texto em que tal exercício é iniciado), ainda que os considere necessários.

Este ensaio, foi enriquecido por leituras de alguma produção de vários colegas e alguns alunos do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, UCSAL⁵, e em especial sobre a prática do Projeto **Gênero e Família em Mudança: Participação de Pais no Cuidado Cotidiano de Filhos Pequenos**, correntemente referido como o **Projeto Cuidar** - pesquisa, com financiamento do CNPq, sobre paternidade e maternidade em famílias com filhos pequenos em Salvador, que foi desenvolvida entre 2009 a 2011 (na gráfica, a ser publicada pela EDUFBA em 2012) e que envolveu a maioria do corpo docente e muitos alunos do Programa.

Mas por limitações várias não necessariamente explicito as autorias de tais contribuições, nem recorro aos trabalhos consultados, contudo é de leituras próprias de textos de colegas que modelo as questões que aqui comparto. Portanto, insisto, são questões sugeridas por leituras próprias, apropriações, que correm o risco de serem indevidas.

No Programa de Pós-graduação em Família da UCSAL a convivência acadêmica mais próxima com colegas de formações disciplinares variadas e que buscam enfoques interdisciplinares, por exemplo com a Prof. Vanessa Cavalcanti, coordenadora comigo do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventude, Identidade, Cultura e

⁵ Agradecimentos especiais às doutorandas Claudia Barbosa e Maria de Fátima Di Gregori, ambas do NPEJI, pelos textos enviados como subsídios para o debate sobre interdisciplinaridade e família. Também muito devo às colegas Ana Carvalho, Vanessa Cavalcanti, Lucia Moreira e Elaine Rabinovich pelas trocas de idéias por emails sobre o tema. Ana Carvalho vem acompanhando angústias e colaborou com reflexões básicas para a formatação das questões aqui apresentadas.

Cidadania-NPEJI, e os alunos que dele participam; com a Prof. Ana Carvalho (co-coordenadora do projeto Cuidar, e uma de suas idealizadoras) com quem há muito discuto no virtual, e com o Prof. Menezes, com quem comparti uma rica experiência, qual seja ministrar juntos um curso sobre Sexualidade, Gênero e Família, buscando contra pontos e interfaces entre autores de diferentes disciplinas, muitos com posições divergentes, e nós mesmos, ele e eu, assumindo debates em sala de aula, sem apresentar aos alunos idéias consensuais. Essas foram práticas que colaboram na defesa da ideia de que interdisciplinaridade é um processo de redesenhar formas de conhecer e se acercar criticamente das nossas verdades. Tais práticas de relações sociais no Programa colaboram implicitamente para algumas teses nucleares deste texto, que adianto e que não assumo que as desenvolverei exaustivamente. São teses questões, que navegam em um ensaio, ou melhor, questões para teses, para um processo de possivelmente longo redesenhar do conhecimento.

QUESTAO 1: IMPORTÂNCIA DE ENFOQUES INTERDISCIPLINARES SOBRE FAMÍLIA

É consenso de que se faz necessário mais investir em trabalhos interdisciplinares, pois nem uma disciplina ou perspectiva intelectual dá conta não só da totalidade família, nem se aproxima parcialmente desse constructo pelo mesmo caminho teórico-metodológico-político.

Segundo a Prof. Ana Cecília de SOUSA BASTOS, psicóloga, colaboradora do Programa, na apresentação do livro “Pos modernidade e Família. Um itinerário de compreensão” (2003:12) do colega sociólogo, Prof. João Carlos Petrini:

O campo de estudos sobre família, marcado inicialmente pela interdisciplinaridade, sofreu ao longo das últimas décadas do século 20, um processo de fragmentação. Se, por um lado esse processo permitiu uma abordagem mais aprofundada de aspectos específicos (antropológicos, sociológicos, psicológicos, educacionais etc.) implicou por outro lado em certo esvaziamento do próprio objeto família, tendência que só muito recentemente começa a se reverter. É necessária maior amplitude no estudo da família, até mesmo pela magnitude dos problemas sociais cuja compreensão e cujo equacionamento exigem, com urgência crescente, uma atenção e uma valorização adequada à sua condição.

Vários outros professores integrantes do Programa, por raciocínios e vetores diversos, frisam também em seus trabalhos, a importância de transitar por disciplinas, já que nenhuma seria suficiente para apreender a diversidade de tipos de famílias, suas realizações culturais e históricas, como frisa a antropóloga, Prof. Lívia FIALHO

COSTA (in JACQUET E FIALHO COSTA 2004); ou os sentidos simbólicos e ativação de subjetividades, resiliências, constituição de redes de afeto e cuidados, como sugerem os textos de colegas tais como os/ as Professoras Elaine Pedreira RABINOVICH, Ana CARVALHO, Lucia Vaz de Campos MOREIRA e Jose Euclimar Xavier de MENEZES, por exemplo.

A interdisciplinaridade seria acionada para melhor compreender como a família é a um tempo uma relação social singular e está inserida e modelada por várias relações sociais que compõem sistemas como os de gênero, geração, raça/etnicidade e classe social.

Ou seja, para nos afastarmos de lugares comuns, idealizações sobre a instituição família, haveria que contextualizá-la historicamente, e não ocultar violências, conflitos, negociações, por exemplo entre cônjuges e entre pais e filhos, e principalmente divisões sexuais de trabalho, poder e prazer e silenciamentos de culturas, códigos geracionais, como sugerem textos das Professoras, também do Programa, Vanessa CAVALCANTI e de Mary CASTRO, assim como outros autores.

A relação entre pobreza, violências e famílias é também explorada recorrendo a vários saberes por colegas, e.g., PETRINI, Miriã ALCANTARA, Lucia MOREIRA e Vanessa CAVALCANTI.

A preocupação de um saber de intervenção, e que tende a tutela normativa, como o direito, vem contribuindo para ampliação do acervo de estudos críticos sobre tal conhecimento, por parâmetros de outros, das ciências sociais. Tal preocupação seria uma das razões básicas para que autores do campo do direito busquem apreender vivências e representações de pessoas no concreto real, lógicas de famílias no concreto real, em um afã de que as leis se humanizem e fiquem atentas a diversidades, obstáculos estruturais e limitações sociais à vida em família. Ou seja, reconhece-se que a lei do Pai, não necessariamente expressa a vontade da família, e muito menos de identidades tuteladas. É quando, por exemplo, se passa a discutir direitos das crianças, dos idosos, das mulheres, dos jovens, a partir do princípio da corresponsabilidade Estado e família, evitando as comuns inculpações a tal instituição pelo que se consideraria ‘desvios’ de uma normalidade idealizada e não elementos de uma sociedade de mercado, ou de uma cultura que potencializa violências.

Essa é uma preocupação, que leio, por exemplo, em textos da colega juíza de direito, Prof. Isabel Sampaio OLIVEIRA LIMA, em suas chamadas para que em direito

de família mais se recorra à história, à sociologia, à antropologia e outras ciências humanas e sociais.

Em muitos estudos sobre família, a consideração de que a família é ao mesmo tempo uma construção social, uma rede de relações, que se modela e remodela em diferentes tempos históricos. Que seria não somente um construto de ordem simbólica, a nível molecular, na micropolítica, mas subjacente, a um inconsciente coletivo, molar, para uns sustentado na materialidade de processos históricos, pedindo, portanto, entrelaçamento de conhecimentos pautados por paradigmas do materialismo histórico.

Mas, para outros autores, a interdisciplinaridade na análise da família pediria outra epistemologia, em que a crítica não seria propriamente ao disciplinar, mas a paradigmas, como da razão iluminista. É sugestivo o título de capítulo de livro do Prof. PETRINI, sobre o conhecimento relativo à família, qual seja “Causas da crise da razão: o descolamento entre razão e senso religioso” (Petrini 2003: 49). Autores de orientação teológica, em textos produzidos no âmbito do “Seminário Família: um dialogo interdisciplinar”, promoção do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, quando parte do Instituto da Família-em 2004, que deu origem ao livro “Família em Mudança” (org. Christine Jacquet e Livia Fialho Costa) há referencias a importância do interdisciplinar, destacando o debate sobre transcendência, afirmando a propriedade de um conhecimento próprio, uma “leitura teológica”, referindo-se a uma ‘antropologia bíblica’, a uma “antropologia cristã” (expressões in textos dos teólogos Genival Machado e Josafa Menezes da Silva, na publicação citada). Segundo Genival Machado (in Jacquet e Fialho da Costa 2004:311 e 312):

Na busca do dialogo multidisciplinar, a contribuição da filosofia e da Teologia marca um modo de ordenar e dar significação ao mundo.....Na correspondência interdisciplinar, a Filosofia, a Teologia e a Antropologia realizam uma interação originaria e de modo completo, recíproco e complementar, debruçam-se sobre o corpo e a corporeidade humanas para conferir o significado e a expressividade habitual que fazem residir em si os mais variados valores, e, com seu movimento, revelar-se ‘(...) como elemento integrador na comunicação com o sobre-humano’ (Santos 2002, p 38). Corpo e corporeidade se abrem também à transcendência, são fatores de transcendência.

Ou seja, por diferentes argumentos, nortes quanto a saberes/poderes, vários colegas no Programa advogam a propriedade da interdisciplinaridade, do trânsito entre saberes, o que questiona a idéia de que interdisciplinaridade leva ao ‘equilíbrio’, à harmonia.

Coloca-se também em suspenso, o princípio que advoga Casanova (2006 in Castro, 2011-a ser publicado), de que através de caminhos interdisciplinares se chegaria, a um conhecimento complexo com um projeto emancipador. Segundo CASANOVA 2006: 41 in Castro, op cit.):

A criação do novo implica uma série de conhecimentos ‘necessariamente interdisciplinares’. Supõe uma nova divisão de trabalho, uma nova divisão interdisciplinar da pesquisa, da docência e da difusão. Essa nova divisão requer a superação da disciplina sem descuidar da especialidade. Exige também a atualização da educação científica, a reformulação dos conceitos de cultura geral e o fomento à cooperação multidisciplinar, enquanto se criam e fortalecem conhecimentos interdisciplinares.

Segundo Piaget: ‘O problema científico da ‘criação de novidades’ significa uma nova divisão de trabalho em que um especialista registra no trabalho do outro o que lhe interessa’. Obriga a estudar as partes e o todo de um modo estrito, mas distinto. Supõe novos perigos, como ler alguns livros de maneira não linear.

Autores que entrelaçam sociologia e teologia, como Petrini também sugerem que a permanência, o apelo da família para o ser humano, na história, requer reflexões resgatando a transcendência, no caso mais relacionada ao criacionismo. Minha leitura, como tudo que aqui cito, de forma simplificada, sobre orientações de trabalhos de colegas.

Em estudos sobre família, por mais que nos consideremos interdisciplinares, parece que correm em paralelo os estudos voltados a estratégias de sobrevivência, resiliências, adaptações, constituição de redes, vínculos, relações sociais como as de gênero e geração no âmbito da família, arranjos dos grupos familiares na cotidianidade, ou seja aqueles voltados a estratégias da imanência, no plano da micro política, e aqueles que indagam sobre estratégias da transcendência, sentidos que em tempos de inseguranças e impotências mais ganham força.

Será que é absurdo que seja propriamente um autor que se alinha ao estruturalismo crítico, à crítica materialista, à crítica ao ethos cultural e organização político social do capitalismo, aos tempos de tirania do mercado sobre desejos e afetos, ou do que chama ‘amor liquido’ e relações fluidas, narcísicas, quem observe que a perenidade da instituição família, vai além da sua funcionalidade empírica? Ou há também várias epistemologias sobre transcendência?

Bauman sugere que a filosofia tem muito a dizer sobre permanências da família, em tempos de “disfuncionalidade” instrumental de tal instituição. Em tempos de “amor livre”, dissociação entre reprodução e sexualidade, mercantilização do afeto, descompromissos nas relações afetivo sexuais, emancipação da mulher, autonomia dos

jovens, economia de cuidados pelos Estados de bemestar social e dominância do publico, do jurídico, da lei, normatizando o privado, abrindo este para o publico, enquadrando em leis a intimidade. Mas quem precisa ainda de família? Por que ainda sobrevive a família? Para alguns porque aqueles processos de modernização, individualização, ainda estão incompletos ou porque a família ainda seria funcional à vida gregária, ao enfrentamento da hostilidade da res publica, da coisa publica. Para alguns autores a família ainda é básica para a reprodução capitalista, em particular em países em desenvolvimento, em que o Estado de bem-estar é uma utopia. Pierpaolo DONATI, em “Família no século XXI,” enfatiza a propriedade da família pelos “bens relacionais”, subjetivos e objetivos que essa forma de vida e só essa conseguiriam prover.

Transcrevo texto que juntamente com Menezes escrevemos para introdução do livro “Família, População, Sexo e Poder”, publicado pelo Programa, para defender o princípio de que o conhecimento interdisciplinar deve tentar também transitar por diferentes altitudes analíticas, resgatando a preocupação sobre sentidos da família além das representações discursivas, veiculadas em falas individualizadas:

Segundo Bauman (2000) tanto a nação como a família são totalidades que se encaixam na estratégia da transcendência, procurando conferir sentido à vida, desafiando a morte pessoal, promovendo a imortalidade coletiva. Perdura-se na família, e na família se é. Nesse espaço íntimo e concreto vivenciam-se alegrias, afetos, vínculos, generosidades e violências. Para Bauman:

A família utiliza ainda mais claramente do que a nação jamais usou a dialética tipicamente moderna entre transitoriedade e durabilidade, entre mortalidade individual e mortalidade coletiva. É na instituição da família que todos os aspectos assombrosamente contraditórios da existência humana – mortalidade e imortalidade, fazer e sofrer, determinar e ser determinado, criar e ser criado – encontram-se de maneira mais viva e entram num jogo interminável de mútua sustentação e fortalecimento. Todo mundo nasce em uma família e todo mundo pode (e deveria ser chamado a participar do surgimento de uma família) A família de que somos frutos e a família que criamos são elos de uma longa cadeia de parentescos e afinidades que precede o nascimento e sobreviverá à morte de todo indivíduo nela incluído. Mas para durar, ela precisa da zelosa contribuição de cada um. Na família, o drama da imortalidade constituído pelos feitos dos mortais é encenado para todos assistirem e representarem (Bauman 200, p 44-in Castro e Menezes, Apresentação-in MENEZES E CASTRO, org., 2009:13)

A interdisciplinaridade é uma perspectiva que potencializa saltos paradigmáticos, mas depende das perguntas, dos interesses e dos tipos de saberes que são combinados. Em si não é fórmula mágica para novos conhecimentos. Os estudos sobre família vêm progressivamente privilegiando poderes de intervenção, como políticas publicas, importante norte, mas os trabalhos compreensivo-reflexivos sobre sentidos na história, de um sistema social, de um tempo, de uma geração que preza,

mesmo que a remodele, simbolicamente, a família, são perguntas que estão pedindo mais investimentos e a concorrência de múltiplos saberes.

Alguns colegas no Programa, veem desenvolvendo análises comparativas, combinando saberes, como sugere trabalho da Prof. Ana CARVALHO, no âmbito do Projeto Cuidar, a ser publicado, intitulado “Família e cuidado parental no ser humano: um olhar biopsicossocial “. O resumo desse trabalho, elaborado pela autora, por si indica um tipo de perspectiva interdisciplinar em uso, do qual destaco duas propriedades importantes ,para tal perspectiva, quais sejam: o domínio do disciplinar e a filiação a uma corrente de pensamento, a uma epistemologia, mais que a uma disciplina, o que mais permite trânsitos e nexos entre saberes, pois resgata estruturas comuns de conhecimento. Ou seja, não basta que um trabalho se auto intitule de interdisciplinar porque recorre a conceitos de distintas áreas do conhecimento, alguma teoria mais ampla, é necessária para dar chão a trânsitos, permitir as migrações conceituais e , disciplinares, que no caso do trabalho de Ana Carvalho, seria uma concepção evolutiva, de corte histórico materialista sobre a vida. Segundo CARVALHO (a ser publicado):

Esta apresentação explora a literatura visando examinar possíveis contribuições da perspectiva psicoetológica para a compreensão da família e das formas de cuidado parental, considerando a lógica da evolução, aspectos psicobiológicos e as complexas interações da natureza humana com contextos de desenvolvimento. Com esse objetivo, reexamina a concepção de família como instituição culturalmente arbitrária, sem qualquer fundamento biológico, procurando: situar comparativamente a parentalidade humana no campo da evolução dos primatas e as funções adaptativas do grupo familiar no processo evolutivo humano, na história e nas diferentes configurações das sociedades humanas, e buscar os nexos entre variabilidade de configurações familiares e modos de vida.

Insisto que me identifico com a preocupação dos colegas do Programa na busca de perspectivas interdisciplinares, mas também preocupa, como afirmam outros autores, a banalização do uso do conceito de interdisciplinaridade e sua operacionalização simplificada, ou seja, como combinação de enfoques disciplinares nos estudos de um objeto, no caso família, sem considerar fronteiras axiológicas, estruturas, quadros conceituais e tipos de poderes advogados explicita ou implicitamente por diversos saberes.

QUESTAO 2: INTERDISCIPLINARIDADE E DISPUTAS DISCURSIVAS

Considero que interdisciplinaridade mais que combinar disciplinas, ou discutir a família por diferentes olhares, e projetos políticos, sociais, é um conhecimento complexo que envolve uma disputa discursiva e um projeto cognitivo, daí sugiro outra questão.

Discordo de autor antes mencionado, Hector Ricardo Leis, quando advoga que a interdisciplinaridade seria uma forma de conseguir equilíbrio entre saberes, ‘sínteses’. Entendo que interdisciplinaridade não se constrói apenas içando pontes entre disciplinas, mas principalmente por um processo de debates entre posturas, projetos, cosmovisões, inclusive entre razão científica e razão teológica, e o que os pós modernos, de forma pejorativa chamam, “as grandes narrativas”, como as perspectivas do materialismo científico sobre mudanças de sistema sócio político cultural e micro política, e os questionamentos sobre essências do humano, assim como o ideário de políticas de identidade, orientações que modelam olhares sobre a família.

Disputas discursivas não implicam necessariamente em pugilatos, extermínio do outro, mas reconhecer campos de alianças possíveis, comunalidades e colaborações, mesmo que relativas e estratégicas, e demarcações de fronteiras, projetos de vir a ser, códigos e estruturas, respeitando a identidade do outro conhecimento, mas principalmente por uma razão crítica do discurso disciplinar.

Contribui muito para tal tese, a meu juízo, a reflexão do Prof. Menezes sobre Foucault. MENEZES (2004) no texto “Usos Foucaultianos da Categoria Família” (na antologia “Família em Mudança”- JACQUET e FIALHO COSTA) nos sugere contribuição de Foucault para um enfoque interdisciplinar: entender que todo saber se entrelaça com a afirmação de um poder. Cabe, portanto recorrer a um texto não somente pelo que esse pode contribuir a um tema, mas proceder primeiro a sua exegese, à crítica, em particular dos conceitos usados. Segundo MENEZES (2004:292):

Um outro elemento que desperta o olhar do leitor é o fato de que, a rigor, em todos os textos do autor de “Historia da Sexualidade” (Foucault, 1985), estejam reunidos os discursos derivados de múltiplas ciências do homem, seja no uso singular que Foucault faz de alguns conceitos, seja na crítica que o autor dirige aos resultados que tais saberes esboçam nas suas investigações acerca do humano. Para o bem da clareza, tendo sob seu olhar, as figuras do louco, do perverso, do presidiário, do educando etc., Foucault arrola os saberes que se apropriam destes objetos, a saber, psicologia, psiquiatria, medicina, psicanálise, direito, pedagogia, etc...Portanto não se trata de investigar as verdades sobre o objeto, derivadas de aplicações metodológicas determinadas por uma dada ciência, mas sim de inquirir os modos pelos quais tais ciências elaboram as verdades imputadas ao objeto mirado em suas lentes

Ora, considero que é fundamental para a busca de um trabalho interdisciplinar, a reflexão de Menezes, de separação entre *doxa* e realidades sociais, ao destacar que Foucault não se interroga se tal conhecimento serve para descrever e compreender um tipo de família específica, uma realidade social dada. Recorre à arqueologia do conhecimento em foco.

Caberia portando mais discutir por que conceitos, por que idealizações, por que visões de mundo, da história, se faz referência à família? Ou seja, que família, ‘cara pálida’? A família burguesa, na época vitoriana, sobre a qual decolou a psicanálise Freudiana, por exemplo (como bem discute a psicóloga e doutoranda Marlene Brito de J. Pereira, em sua tese de mestrado defendida em 2008, no Programa, “Gênero como variante do micro poder familiar”)?

Insisto, hoje mais nos perigos da banalização, do que se entende por interdisciplinar-bricolage de textos ou ‘fiscgada’ de conceitos de outras áreas, desde que sirvam aos argumentos do pesquisador, que propriamente à arqueologia do conceito, investigação epistemológica quanto a estruturação de um conhecimento e principalmente o poder difundido na *doxa*, em um conhecimento.

Uma ilustração, de ‘fiscgada’ conceitual complicada, em nome da interdisciplinaridade: o uso do conceito de gênero em estudos sobre família

Uma ilustração dos perigos da simplificação ou omissão da análise conceitual, em alguns estudos sobre família, é o uso que em vários textos vem se fazendo do conceito de gênero. É comum considerar que gênero e sexo se referem ao mesmo objeto. Chega-se a se referir a gênero como ‘variável’.-heresia estatística, já que variável pede recorrência a escala, como por exemplo de intervalos. Em outros textos, gênero seria subentendido como um tipo de relação social, pautada pela heteronormatividade (entre conjugues, se a referência é a família), confundindo, portanto, gênero com espécie de gênero. Muitas vezes se maneja o termo gênero com uma orientação estrutural funcionalista, destacando-se “papeis “- femininos e masculinos. Ora nem todas as autoras feministas conceituam gênero pelos mesmos constructos teóricos, ou se filiam a uma mesma corrente de pensamento, ainda que várias usem o conceito de gênero, o que não se leva em conta quando se pinça de texto da outra área, o conceito. Algumas correntes no debate feminista enfatizam diferenças, outras complementaridades, outras condicionantes estruturais, sendo que algumas destacam a sexualidade., e outras, mais relacionadas a debates Lacanianos, enfatizam a linguagem,

por exemplo ⁶ Sem se discutir antes o que entende por relações de gênero e relações intergeracionais; que autores estão subsidiando tal uso, podem se realizar combinações estranhas, ou o que se chama em epistemologia, “reificação conceitual” ou “falácia de níveis equivocados”.

Não ao azar defendem muito teólogos o que chamam “Antropologia bíblica”, ou “Antropologia cristã”, explicitando o seu lugar de fala. Já os antropólogos se apresentam, por exemplo, como culturalistas, estruturalistas, pós estruturalistas, entre outros DNAs E os sociólogos também nunca deixam de apresentar seu sobrenome, sua família de pensamento: somos alguns, interacionistas simbólicos, outros funcionalistas, outros marxistas, estruturalistas, pós estruturalistas, etc. Será que todos recorrem à gênero com uma idêntica modelagem conceitual?

De fato alguns estudiosos tentam casamentos entre orientações, por exemplo, a filósofa Judith Butler (2005) fala em uma aproximação crítica a gênero via a combinação do marxismo e o pós estruturalismo. Mas insisto, são casamentos que pedem ir para o divã, ou seja, proceder à crítica de cada doxa, como insiste Menezes se remetendo a Foucault.

Assim há que ter cuidado, por exemplo, com o uso de conceito de gênero e de geração no âmbito da família. São múltiplas as concepções tanto no feminismo, como na sociologia, para citar alguns casos, e usar gênero para uma perspectiva de complementaridade de ‘papeis femininos e masculinos na família, harmonia do casal, seria uma heresia segundo vários autores feministas, como da antropologia, da sociologia e da psicologia, por exemplo, que apostam na dialética, considerando que gênero implica conflitos e negociações e nem sempre por vontade dos atores e atrizes envolvidos na trama, assim como relações intergeracionais. E para autores pós estruturalistas, como Judith Butler (op cit.) e outros, gênero não é relação entre os sexos, não diz respeito ao ser homem ou ser mulher. Questionando Beauvoir, o celebre “não se nasce homem, nem se nasce mulher”, Butler (op. cit) discute o querer ser, o poder ser, homem ou mulher, ou poder não se fixar, mas transitar por tais referências, em

⁶ Para uma discussão sobre polemicas em relação ao conceito de gênero, por autores no feminismo, ver Castro, Mary Gênero e Poder. Leituras Transculturais --Quando o Sertão é Mar, mas o Olhar Estranha, Encalha em Recife, Revista “PAGÚ”, 1/2002

diferentes momentos. As produções simbólicas sobre tais construtos, performáticas que decolam de materialidades de vida, que transitam por combinações, mas tem como núcleo definidor, construções e representações sobre a sexualidade, sua vivência ou idealização podem modelar tipos de família, vivências de/em tal instituição.

Esses são debates contemporâneos que não precisam estar presentes em todos os trabalhos sobre família, mas não devem ser ignorados.

Construção da Interdisciplinaridade, e a importância do disciplinar e o multidisciplinar.

O meu argumento é simples: Para um trabalho interdisciplinar sólido, ou mesmo disciplinar, há que tomar muito cuidado com os conceitos usados, e discutir o que se entende por esse ou aquele conceito. E, desculpem a provocação: todos no campo de família, cada vez mais nos gabamos de ser ‘interdisciplinares’ mas comumente capturamos um termo de outra área, de outra corrente, um termo muitas vezes em disputa nesses campos, e o integramos a nossa análise, silenciando tais instabilidades, que além de disciplinar, corre por uma doxa de poder específico.

Nossa aproximação ao tema família, mesmo embasado por múltiplas leituras, é uma aproximação à uma totalidade complexa. Quanto mais exercemos o conhecimento dialógico, que não busca a complementaridade ou a harmonia, impossível e indesejável, mas a disputa discursiva, o se aproximar e criticar o outro conhecimento, outra proposta de poder, mais nos afinamos disciplinarmente, mais nos aproximamos do ideal de transdisciplinaridade, onde o tema, a vida, ou um projeto de vida, e a finalidade do estudo, mais que as disciplinas nos orientem.

Negociações são possíveis, mas sem jogar por debaixo do pano incompatibilidades de projetos. A maioria dos textos sobre família, sugerem um consenso implícito, considerando a família como “uma relação social.” Mas o que se entende por relação social? Que construtos entram em tal relação? Ai começam as divergências, então o mais importante em família, insisto é evitar ‘vaguezas’, ou, desculpem a expressão, ‘comunhões conceituais’.

Foucault, anda segundo o texto de MENEZES (2004), refere-se à família como locus privilegiado de controle da sexualidade, por exercício de um poder que não necessariamente, ao contrario, cada vez menos ,apela para a repressão implícita. E esse foi por muito tempo um erro de algumas de nós feministas nos anos 70, ao considerar a família como antítese da individuação, em especial, feminina, já que concebíamos as

relações de gênero como pautadas em um contrato sexual de subjugação da mulher. Por muito tempo não entendemos então porque a mulher tanto valoriza a figura da mãe, se ela muitas vezes se antepõe à realização da busca do ser mulher, se tal busca pode se “desidentificar” (Butler, 2005) de padrões socialmente convencionados como próprios de uma relação de gênero, como a mulher cuidadora versus o homem provedor.

Hoje muitas pesquisadoras feministas, e em nosso Programa, temos ilustrações ricas, como os trabalhos de Vanessa Cavalcanti com orientandas, como Barbara Caldeira, Maria de Fátima Di Gregori, e Claudia de Faria Barbosa investigam que poderes estão em pauta na relação familiar, construções simbólicas, e a sedução e gratificação que se pode adquirir de estar em relações de poder, que externamente são classificadas como opressivas, mas que se alimentam de uma ‘ética do cuidar’.

TERCEIRA QUESTAO PARA A CONSTRUCAO DE UM CONHECIMENTO POR CAMINHOS INTERDISCIPLINARES- A AMBIENCIA INSTITUCIONAL

O terceiro juízo que destaco, é que a interdisciplinaridade no campo de estudos sobre família, construída por debates sobre projetos de família, na ambiência acadêmica, é ainda uma vontade reprimida, desejo de muitos de nós, mas não é uma prática. Inclusive porque a academia cada vez menos é um lugar de debate, de disputas de idéias e mais uma fábrica de produção de mercadorias, como artigos que quando muito são apresentados e debatidos em congressos ou em uma aula, mas não entre pares de uma mesma instituição, na comunidade de pertença intelectual, a academia, a escola, que segundo Hanna Arendt, seria a “casa da razão”. Ora razão é debate, analisar doxas, tornar transparente e ter a capacidade democrática de estimular disputas entre saberes/poderes, friso.

De fato, não sei se somos interdisciplinares, mas tentamos. E a questão está fora de lugar, uma vez que mais do que indagar se um autor, uma obra é ou não é interdisciplinar, a questão seria: há condições, ambiência institucional para um saber que se pretenda interdisciplinar? Não há diálogo, disputa, debate intelectual possível em uma academia, que vem se estruturando pelo princípio capitalista da competição, da produção em serie, do “publique ou lhe devoro”, separando cada vez mais o intelectual, o critico, o ensaísta, do acadêmico e do analista de estudos de caso. Deixo essa questão em aberto, como tantas outras, o que é próprio de um ensaio, mas esses são os portos de decolagem das questões que abordo neste texto.

Estudos de caráter histórico, voltado a análise de estruturas sociais, e filosóficos, sobre sentidos coletivos, elaborações teórico conceituais sobre família e outros que pedem perspectiva longitudinal e reflexiva, ou seja trabalhos de fôlego, a longo prazo, vêm sendo sacrificados na atual ambiência acadêmica.

O trabalho de Goran Therborn (2006) “Sexo e Poder, a Família no Mundo, 1900-2000”, explora três temas em profundidade, ou seja, por ampla pesquisa bibliográfica de diferentes tipos de fontes-o patriarcado, o papel do casamento e do não casamento na regulação do comportamento sexual e nas ligações sexuais, e a fecundidade - para entender regimes familiares em diferentes regiões. Foi publicado em 2006, foi iniciado em 1993 e segundo Prefacio do autor, teve sua elaboração enriquecida por debates em cursos dados em distintas universidades européias. Teríamos acadêmicos no Brasil, condições institucionais de desenvolver um trabalho de tal envergadura?

O Programa de Pós-Graduação em Família da UCSAL vem se destacando por permitir estudos diversos quanto a diapasão cognitiva, assim vários de nós nos enveredamos por pesquisas empíricas, alguns combinando caminhos quantitativos e qualitativos e outros por ensaios, buscando, como sugere o sub título de livro de Petrini, “Pós modernidade e Família. Um itinerário de compreensão”, análise da doxa, de saberes/poderes, no seu caso modernidade, pós-modernidade e como nesses se constrói saberes sobre a família. Há, portanto que ter espaço institucional para a reflexão compreensiva que envolve entre outros saberes, a filosofia, a sociologia do conhecimento, a psicanálise e o direito, o que mais uma vez deixa em aberto a questão sobre os ritmos, tempos de maturação que são necessários para tal empreendimento, percorrer itinerários de conhecimentos e o limitado tempo acadêmico.

A Interdisciplinaridade em se fazendo, na área Do Programa de Pos Graduação em Família na Sociedade Contemporanea-UCSAL: O Projeto Cuidar

Em dezembro de 2008 foi aprovado pelo CNPq, projeto apresentado em conjunto por professores do Programa de Pós-Graduação em Família, intitulado GÊNERO E FAMÍLIA EM MUDANÇA: PARTICIPAÇÃO DE PAIS NO CUIDADO COTIDIANO DE FILHOS PEQUENOS⁷ e que ficou conhecido como o PROJETO CUIDAR. Em março de 2011 entregamos o Relatório dessa pesquisa ao CNPq, que foi

⁷ **Cocoordenação:** Mary Garcia Castro (socióloga) e Ana M. A. Carvalho (psicóloga). Pesquisadores participantes da elaboração do Projeto original: Elaine Pedreira Rabinovich (psicóloga); Vanessa R.S. Cavalcanti(historiadora) Livia A. Fialho da Costa (antropóloga); Anamélia L.S. Franco (psicóloga); Lúcia V.C. Moreira (psicóloga); Giancarlo Petrini (sociólogo) e José E. X. Menezes (filósofo).

aprovado pela Universidade Federal da Bahia para publicação (prevista para final de 2012). Além do grupo participe do Projeto original, foram agregados outros professores e alunos do Programa, tendo-se produzido vários textos, alguns já publicados. Há muito apresentamos a proposta, ainda não materializada, de que tal experiência fosse objeto de seminários avançados, para que de um trabalho multidisciplinar de fato, por debates viesse a ser um trabalho interdisciplinar. As agendas próprias de cada professor/pesquisador condicionaram que tal ideia ainda que bem recebida fosse implicitamente arquivada no inventário de boas intenções, que a dinâmica institucional, ou seja acadêmica, vai minando.

A seguir faço referências a vôo de pássaro ao Projeto Cuidar, para melhor modelar a tese de que a interdisciplinaridade se nutre da multidisciplinaridade-intenção explícita no Projeto apresentado ao CNPq - e que essa em si tem uma identidade própria, não devendo ser referida como um tipo situado na mais baixa escala da cadeia de conhecimento que almeja o transdisciplinar, ou o mais além das disciplinas. O multidisciplinar pede tanto profissionais que manejem e bem os códigos de suas disciplinas, como se lance à alteridade, buscando compreender os códigos das outras disciplinas referidas ao objeto de estudo., mesmo que não se proceda o diálogo, a comunicação critica-o que de fato não se teve ainda na experiência do Cuidar.

Note-se que a propriedade de explorar uma transversalidade discursiva seria dada pelo *corpus*, família, lendo-se no Projeto enviado ao CNPq (ver nota 8):

Por sua complexidade e caráter multidisciplinar, a família, enquanto objeto de estudo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, exige transversalidade no tratamento de trânsitos entre o micro e o molecular, sendo ao mesmo tempo um agregado (construção) de unidades (construtos) que se relacionam⁸ e palco de identificações e des-identificações de unidades como o pai, a mãe e os filhos. A transversalidade aplicada à família indica que esta é objeto de diversos olhares que a atravessam, reconhecendo nela, para citar alguns indicadores teóricos: a. seu caráter de espaço social, no qual os membros que a constituem são instados à participação em eventos que lhes conferem identidade (Lévi-Strauss, 1976); b. sua denominação de fato social, a partir do que os indivíduos vivenciam as ocorrências constitutivas da vida (Sarti, 2003); c. a condição de lugar de estruturação psíquica em que o sujeito tem o aporte para desenvolver-se psicologicamente (Mizhari, 2004); d. o papel de incitadora do desenvolvimento de relações de cidadania (Pereira, 2004; Donati, 2003); e. seu estatuto de fundação e fundamento social (Giddens, 2005); f. sua atribuição de promotora de normas de conduta (Braganholo, 2005); g. sua construção social, quando imaginário sobre parentesco consubstancia divisões de poder e sentidos, condicionando e sendo condicionada por sistema de gênero (Piscitelli, 2006).

.....

⁸ Sobre a relação entre construto e construção, ver Butler, 1995.

Privilegiar apenas um olhar disciplinar quando o tema é família pode resultar num estreitamento de horizontes empírico-conceituais que pouco informa sobre as múltiplas dimensões e implicações de uma realidade. Como objeto da investigação científica, a família vem exigindo, portanto, a participação de disciplinas e conhecimentos diversos, o que implica transitar por bases epistemológicas e metodológicas variadas. Partindo dessa premissa, a compreensão da realidade familiar no Brasil requer uma reflexão aprofundada mediante uma **construção multidisciplinar**. Nessa perspectiva, este projeto, a ser desenvolvido no contexto privilegiado de um **programa multidisciplinar de pós-graduação**, integra diversas abordagens, tentando promover uma interlocução entre teorias e métodos capazes de clarificar dados coletados em campo junto a famílias baianas de nível socioeconômico médio alto e baixo, com foco na participação de pais no cuidado cotidiano da criança pequena.

Minha reflexão é que a equipe do Cuidar muito avançou em tais nortes, da multidisciplinaridade, se a referência é o trabalho coletivo, e que muito se enveredou por orientação inter disciplinar na elaboração de vários textos individualizados, ou seja, que compõe o Cuidar. Mas muito falta para que de fato com o Projeto Cuidar tenhamos institucionalmente uma prática interdisciplinar, já que essa exige debates ampliados, públicos, críticas conceituais e de marcos cognitivos.

Fica a questão mais ampla: em uma estrutura, como a universidade, que estimula a competição, as demarcações disciplinares, já que essas orientações corporativas traduzem poderes ou zonas de conforto, verdades autocontidas, como avançar além da multidisciplinaridade?

A interdisciplinaridade é uma epistemologia em construção, que envolve uma práxis combinatória de pesquisas e debates, aportada, portanto, em uma dialógica de estudo ampliado. Traduzindo para o institucional, a academia no caso, a interdisciplinaridade se constrói na combinação de análises e ensaios com a docência e, ideal maior, também com a extensão ou o ativismo, ou a proposição/avaliação de políticas - o chamado por alguns 'o saber para intervenções' e por outros 'para transformações'.

FECHANDO, OU MELHOR, ABRINDO QUESTÕES

Sugere Weber que ao político cabe afirmar para convencer, e ao intelectual, duvidar e questionar, inclusive de suas verdades epistêmicas, intenções messiânicas, e principalmente do senso comum, como sugere Bourdieu,--três vícios que muito contaminam abordagens sobre família, já que como se refere a antropóloga Cintia Sarti, o problema dos estudos de família, é que todos sabem tudo sobre tal relação/instituição e, subliminarmente, temos uma família idealizada como parte de um subconsciente

coletivo. Essa pode ser, a nossa, a melhor de todas, ou a pior, o que nos faz idealizar outra família como a ideal. É comum no acervo de estudos sobre família se defender mantras como: as uniões que não se encaixam em um modelo X, comumente nuclear, convivente, monogâmico, sustentado por divisões sexuais de trabalho, poder e prazer, são “famílias desestruturadas” ou “disfuncionais”; ou, outro mantra comum em estudos sobre família: as famílias são diversas, vale todo tipo de união para ser chamada família, desde que heterossexual, voltada para a reprodução biológica, a domesticação da sexualidade e bem desempenhe o papel de reprodução ampliada do sistema social vigente, via socialização para valores do “bem”, educação, disciplinamento das novas gerações, ou, o que também vem se constituindo em outro mantra do saber pos moderno: não existe família, existe famílias entendidas como ajuntamento de pessoas que se gostam, comumente por um tempo, e pronto ou que por um tempo tenham um projeto em comum, o que pode ser um coito prazeroso ou a compra de um apartamento.

O princípio de neutralidade axiológica dificilmente pode ser aplicado aos estudos sobre família. E ótimo que assim o seja, mas por outro lado uma postura crítica e autocrítica sobre o que se escreve sobre família nem sempre é exercida no nosso campo.

Claro que tendo à paródia quando me refiro a certos valores sobre família, repetidos *ad nauseam* ou o que antes me referi como mantras. Essa é uma leitura caricatural de uma área que no Brasil, estudos sobre família, e em particular no nosso Programa de Pós- Graduação em Família na UCSAL conta com um capital cultural de alto nível acadêmico, reconhecido por pares a nível internacional.

Adianto que nos trabalhos dos colegas do Programa, leitura básica para elaboração dessas reflexões que comparto neste texto. Conta-se hoje no Programa com uma literatura de ponta e diversificada quanto a quadros teóricos, metodologias e, interesses de intervenção. Recomendo em particular para um conhecimento da nossa comunidade, e aí o pretendido exercício de aproximações interdisciplinares sobre família, intenção comumente explícita na maioria dos textos, a coleção “Família na Sociedade Contemporânea.” que já conta com vários títulos.

Cito, algumas das publicações dessa coleção, destacando tropos que a meu juízo bem ilustram a preocupação com uma multifocalidade do tema família, o que defendo deve ser cultivado e possivelmente mais ou tão importante como a chamada interdisciplinaridade: “Família em Mudança” (organizado pelas antropólogas Cristine JACQUET e Livia FIALHO); “Família, gênero e gerações. Desafios para as políticas

sociais” (organizado pelas sociólogas Ângela BORGES e Mary Garcia CASTRO); “Família, subjetividade, vínculos (organizado pelas psicólogas Lucia MOREIRA e Ana M. A. CARVALHO); “Família e educação, olhares da psicologia” (organizado por Lucia MOREIRA e Ana M.A. CARVALHO); “Família, População, Sexo e Poder. Entre saberes e polemicas” (organizado Jose MENEZES e Mary Garcia CASTRO, o primeiro originalmente dos campos da filosofia e psicanálise). Também são publicações de autores do Programa: “Família XXI. Entre pós-modernidade e cristianismo” (organizado por João Carlos PETRINI, Lucia MOREIRA e Miriã de ALCANTARA, o primeiro sociólogo, Moreira e Alcântara, psicólogas). A maioria dos livros citados são antologias, ai estão trabalhos de outros membros do Programa, como os de Elaine RABINOVICH, psicóloga (autora de “Resiliência e Brasilidade” em “Família em Mudança”); Isabel Sampaio OLIVEIRA LIMA, juíza de direito (autora de “A família, na proteção integral ao adolescente em conflito com a lei, também no livro “Família em Mudança”) e Vanessa Ribeiro Simon CAVALCANTI (historiadora, que em colaboração com o doutorando em direito Ulisses Campos de ARAUJO, elaborou o texto “A Família como primeira Opção: abordagens teóricas e interdisciplinares sobre pobreza e políticas públicas” in “Família, População, Sexo e Poder. Entre saberes e polemicas”

Esta é uma amostra não representativa da produção dos autores citados, e não exaustiva da produção dos professores do Programa, já que outros não foram referidos, mas ilustrativa de que todo saber se move no interesse de domesticar por um quadro próprio, o objeto que focaliza.

Em resumo, de fato a complexidade do tema família não comporta abordagens disciplinares exclusivas, já que se relaciona a temas que não são propriedades de uma área de saber, e que podem ser abordados em cada área de conhecimento, por paradigmas teórico-metodológicos em disputa, com diferentes e divergentes conjugações saber/poder. Assim nem todos os sociólogos, psicólogas e membros docentes do Programa se alinham a uma mesma corrente ou conceituam de igual forma temas como, mudanças sociais, gênero, gerações, políticas sociais, educação, sexualidade, proteção integral do adolescente em conflito com a lei, pobreza, pós-modernidade e - bom aí já sou leiga - quem sabe, até transcendência, quando se tem como referencia, o estudo da família.

Coerente com o princípio sugerido por Weber, de que ao intelectual cabe duvidar, o fecho deste texto é provisório. Procurei mais que respostas compartilhar

questões, que espero frutifiquem em muitos debates futuros, já que uma das propostas capilares do saber interdisciplinar, insisto, é a polemica, a disputa de interpretações e não necessariamente, como muitos parecem advogar implicitamente e praticar em seus trabalhos, uma bricolagem de saberes para apreensão de uma totalidade, a família, que se considera “multifacetica” (termo que está na introdução de vários estudos sobre família) e que então pode “ser lida por vários enfoques” (outra comum reflexão).

Fica então como últimas questões: Existe só uma forma de ser interdisciplinar? E o tema família, pede que tipo ou tipos de interdisciplinaridades? É interdisciplinar ler textos de autores de outras áreas que não da nossa formação original ou de exercício profissional e se apropriar de conceitos elaborados com códigos teóricos próprios, interesses próprios e encaixar no nosso marco de referência? Ou buscar em outras praias do saber/poder, saberes que reafirmem os nossos poderes, nossas propostas para o estudo da família? Ou, de fato, como sugere CASANOVA (2006, cit in Castro 2011) a interdisciplinaridade poderia vir a colaborar não só na crítica ao outro conhecimento, à outra disciplina, mas também às nossas referências, considerando projetos de intervenção que mais aproximem o ser e o saber?

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W “O Ensaio como Forma” in COHN, Gabriel e FERNANDES, Florestan **Theodor W. Adorno. Sociologia**, Ed Ática, São Paulo, 1986

ALVARENGA, Augusta Thereza de **A importância e Desafio da Interdisciplinaridade para o Avanço da Ciência e Tecnologia no Mundo Contemporâneo**-Faculdade de Saúde Pública, USP. Apresentado na Reunião de Coordenadores dos Programas de Pós Graduação da Área Multidisciplinar da CAPES, Brasília, 2007-*power point*

BORGES, Ângela e CASTRO, Mary Garcia (org.) **Família, gênero e gerações. Desafios para as Políticas Sociais**. Ed Paulinas, São Paulo, 2007

BRITO DE J. PEREIRA, Marlene “Gênero como variante do micro poder familiar”, dissertação de Mestrado, Programa Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea/UCSAL, Salvador, 2008)

BUTLER, Judith **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade Rio de Janeiro**: Editora Civilização Brasileira, 2005

CASTRO, Mary Gênero e Poder. Leituras Transculturais --Quando o Sertão é Mar, mas o Olhar Estranha, Encalha em Recifes, **Revista PAGÚ**, 1/2002

CARVALHO, Ana in Carvalho, Ana e Castro, Mary Garcia (org.) **Gênero e Família em Mudança: Participação de Pais no Cuidado Cotidiano de Filhos Pequenos**, (Xerox- a ser publicado EDUFBA, 2012)

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon e Ulisses Campos de ARAUJO “A Família como primeira Opção: abordagens teóricas e interdisciplinares sobre pobreza e políticas públicas” in Menezes, Jose, E.X. e Castro, Mary Garcia **Família, População, Sexo e Poder. Entre saberes e polemicas** Ed Paulinas, São Paulo, 2009

CAVALCANTI, Vanessa Barbara CALDEIRA . Maria de Fátima DI GREGORI, e Claudia de Faria BARBOSA in Carvalho, Ana e Castro, Mary Garcia (org.) **Gênero e Família em Mudança: Participação de Pais no Cuidado Cotidiano de Filhos Pequenos**, (Xerox- a ser publicado EDUFBA, 2012)

CASANOVA , Pablo **As Novas Ciências e as Humanidades**. Da Academia à Política. Ed Boi Tempo, São Paulo, 2006

CASTRO, Mary Garcia – “Por uma epistemologia interdisciplinar no campo das humanidades.”-a ser publicado pela FAPESB, org. Terezinha Froes, 2011

CASTRO, Mary Garcia e MENEZES, Jose E.X., Apresentação - in Menezes e Castro, org., 2009:13) **Família, População, Sexo e Poder. Entre saberes e polemicas** Ed Paulinas, São Paulo, 2009

DONATI, Pierpaolo **Família no século XXI. Abordagem relacional**. Ed Paulinas, São Paulo, 2008

JACQUET, Christine e FIALHO COSTA, Livia **Família em Mudança** Cia Ilimitada, São Paulo, 2004

LEIS, Hector Ricardo In CADERNOS DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIENCIAS HUMANAS -

http://cmapspublic2.ihmc.us/rid=1181318845890_1252767148_7539/CadPesID CieHum_2005_73_1.pdf - CONSULTADO 1.2.2011

MACHADO, Genival in Jacquet e Fialho da Costa **Família em Mudança** Cia Ilimitada, São Paulo, 2004:p311 e 312

MENEZES, Jose E.X. “Usos Foucaultianos da Categoria Família” in JACQUET, Christine e FIALHO COSTA, Livia **Família em Mudança** Cia Ilimitada, São Paulo, 2004

MENEZES, José E.X; e CASTRO, Mary Garcia (org) **Família, População, Sexo e Poder. Entre saberes e polemicas** Ed Paulinas, São Paulo, 2009

MOREIRA, Lucia e e CARVALHO, Ana Maria in MOREIRA, Lucia e Ana M.A. CARVALHO (orgs) “**Família e educação, olhares da psicologia**”. Ed Paulinas, São Paulo, 2009

OLIVEIRA LIMA, Isabel Sampaio “A família, na proteção integral ao adolescente em conflito com a lei, in JACQUET, Christine e FIALHO COSTA, Livia **Família em Mudança** Cia Ilimitada, São Paulo, 2004

PETRINI, JOAO Carlos; MOREIRA, LUCIA Vaz de Campos e ALCANTARA, Miriã Alves Ramos **Família XXI. Entre Pos modernidade e cristianismo**. Cia Ilimitada, São Paulo, 2003

PETRINI, João Carlos **Pos Modernidade e Família. Um itinerário de compreensão**. Ciências da Família, EDUSC, São Paulo, 2003

RABINOVICH, Elaine Resiliencia e Brasilidade in JACQUET, Christine e FIALHO COSTA, Livia **Família em Mudança** Cia Ilimitada, São Paulo, 2004

SOUSA BASTOS, Ana Cecília, Apresentação in PETRINI, João Carlos **Pos modernidade e Família. Um itinerário de compreensão**, EDUSC, São Paulo, 2003

THERBORN, G **Sexo e Poder, a Família no Mundo, 1900-2000**, São Paulo, Contexto, 2006

**FAMÍLIA E TRABALHO:
O (DES)COMPASSO ENTRE CONVIVÊNCIA CONJUGAL,
CUIDADOS COM OS FILHOS PEQUENOS E ATIVIDADES
PROFISSIONAIS¹**

Cinthia Barreto Santos Souza²

Mestre em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal),

e-mail: cinthia.familia@yahoo.com.br

Lúcia Vaz de Campos Moreira³

Professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea

(UCSal), e-mail: luciavcm@oi.com.br

Resumo: Esta pesquisa objetivou identificar como os casais com filhos pequenos estão organizando-se para conciliar família, vida conjugal, cuidados com os filhos e realização profissional. Caracteriza-se por ser um estudo quantitativo que teve como participantes 30 pais e 30 mães, totalizando 30 casais que convivem juntos e têm filho(s) com idades entre dois e cinco anos. Foi realizado em Santo Antonio de Jesus, cidade do interior da Bahia, com os pais de uma escola particular. O instrumento foi um questionário adaptado a partir do roteiro construído no Projeto *FAMWORK*. Os dados obtidos foram analisados utilizando o programa *Satistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Obteve-se como resultados: existe um esforço real entre os casais e profissionais para conciliar família e trabalho. Diante disso, verifica-se a necessidade de outros estudos que aprofundem e ampliem os resultados aqui obtidos.

Palavras-chave: Família. Trabalho. Conciliação família-trabalho.

Abstract: This research aimed to identify how couples with little children organize themselves to conciliate family, marriage life, care with the sons and professional fulfillment. It is characterized for being a quantitative study that has 30 (thirty) fathers and 30 (thirty) mothers as participants of the research. It was developed in Santo Antonio de Jesus, an interior city of Bahia with parents from a private school. The method consisted of a questionnaire adapted from the schedule of the *FAMWORK* Project. The data were analyzed by the *Statistical Package for*

¹ O presente trabalho constitui parte da dissertação de mestrado da primeira autora orientada pela segunda. O título da dissertação é DE CASA PARA A RUA E DA RUA PARA CASA: IMPLICAÇÕES E INTERAÇÕES FAMÍLIA E TRABALHO. Tal pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal) e apresentada em 2012.

² Mestre em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

³ Doutora em Psicologia (USP) e professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

the Social Sciences (SPSS). The results were: there is a real effort among couples and professionals to combine family and work. This verifies the necessity of other studies to become deep and extend the results obtained in this work.

Keywords: Family. Work. Family and work conciliation.

Introdução

Família e trabalho são esferas da vida que ocupam, cada vez mais, um lugar de importância para realização humana. Elas são desejadas como fonte de efetivação pessoal e social. Neste sentido, a interação entre ambas é muito relevante para o indivíduo situado no mundo contemporâneo.

Diante disso, a presente pesquisa objetivou identificar como os casais com filhos pequenos estão organizando-se para conciliar família, vida conjugal, cuidados com os filhos e realização profissional.

Revisão da Literatura

As novas formas de famílias emparelhadas às mudanças atuais do mercado de trabalho potencializam os estudos que aproximam as contingências familiares das profissionais, na contemporaneidade.

As interações entre trabalho e família têm despertado o interesse de muitos pesquisadores nos últimos anos, pois sua compreensão é importante para as famílias, as organizações e a sociedade como um todo (EDWARDS; ROTHBARD, 2000).

A família vem apresentando mudanças caracterizado-se pela redução do número de filhos, mobilidade conjugal, uniões consensuais, obrigações recíprocas entre cônjuges, busca por realização profissional, aumento de famílias monoparentais, entre outras. Tais fatores acentuam a diversidade de suas formas, bem como, estimulam a elaboração de estratégias relacionais de sobrevivência.

O fato é que os modelos de comportamento que regulavam as relações patriarcais, estudadas amplamente por Freyre (1992), não atendem mais às necessidades do mundo atual. O formato estável do exercício da autoridade do adulto/varão foi enfraquecido (CASTELL, 2003). Também perdeu força o modelo nuclear onde a rígida divisão do trabalho e do cuidado com os filhos não vigora mais.

Tradicionalmente, as famílias funcionavam segundo normas estabelecidas de forma clara e objetiva. Os ensinamentos eram transmitidos por meio do diálogo intergeracional, de pais para filhos, no espaço privado da casa. Afinal, afirma Donati (1998), a família nasce para regular interações e trocas de maneira não casual.

Atualmente, a dinâmica familiar enaltece aspectos mais subjetivos da convivência, tornando as relações mais instáveis e flutuantes. Desse modo, a família encontra-se no contexto da contemporaneidade, em mudança. Inserida nas dinâmicas das relações sociais, empenha-se em reorganizar aspectos de sua própria realidade alterada continuamente, pelo ambiente sociocultural em transformação.

Novos valores relacionais são incorporados. Féres-Carneiro (1999; 2003) anuncia que as mudanças concentram-se nas relações estabelecidas entre o casal e entre pais e filhos.

O perfil da família no cenário atual desenha-se a partir da inserção da mulher no mercado de trabalho. Tal configuração eleva a expectativa feminina por um espaço de realização profissional, relativa autonomia de consumo, e convivência conjugal mais ajustada, no que se refere à divisão de tarefas familiares. Embora as promessas de igualdade de funções sejam evidenciadas, elas ainda se constituem numa disparidade entre homens e mulheres (JABLONSKI, 2003).

Na relação pais e filhos, cresce o investimento destinado à educação, saúde física e emocional. Para Campanini (1989), há um aumento de gratificação emocional e afetiva dos pais para com os filhos.

O desafio das famílias contemporâneas está na capacidade de adaptar-se às permanentes e progressivas variações as quais estão suscetíveis. O movimento é de esforço para garantir o bem estar das relações intersubjetivas, objetivo maior da família que coopera continuamente na construção, organização e reorganização da convivência entre seus membros.

O fato das mudanças familiares é uma realidade do contexto contemporâneo. Isto implica em estudos investigativos sobre os arranjos e relacionamentos nas estruturas familiares, evidenciando as relações de trabalho, conjugalidade e parentalidade.

Petrini (2004) afirma que algumas mudanças são irrenunciáveis conquistas porque ampliam a liberdade, estimulam relações igualitárias, respondem exigências pessoais e humanas. Outras advêm do interesse político em redesenhar o perfil populacional para atender a demandas econômicas e sociais de produção de recursos para o mercado.

Adentrando o espaço da produção por meio do trabalho, a família contemporânea comprova, cada vez mais, a presença ativa da mulher no mercado de trabalho. Tal acontecimento contraria a lógica tradicional da divisão do trabalho que há pouco tempo, concentrava a responsabilidade das tarefas domésticas nas mulheres, enquanto os homens destinavam-se ao mercado.

A nova configuração demanda um ajuste na dinâmica familiar a fim de atender a conciliação entre trabalho e relações familiares. Neste contexto, as interações parentais e de conjugalidade carecem de esforço para equilibrar variados papéis nos espaços do particular e do compartilhado.

Sobre tais papéis, Silva (2007) em dissertação de mestrado intitulada “Vida profissional e familiar: padrões de conflito e facilitação na gestão de múltiplos papéis”, realizada na Universidade do Porto, analisa as relações entre os papéis profissionais e familiares, numa amostra de casais de duplo rendimento com filho(s) em idade pré-escolar, enfatizando as condições potencializadoras de conflito e também as condições facilitadoras da relação entre as duas esferas.

O objetivo fundamental do trabalho da autora foi testar uma estrutura multidimensional da interface trabalho-família que compreende os aspectos positivos e negativos, em ambas, bem como, os valores de influência do trabalho para a família e da família para o trabalho (direções de *spillover*).

Como resultado, a pesquisadora verificou que o *spillover* negativo trabalho-família é mais frequente que o *spillover* negativo família-trabalho; contudo, para o processo de *spillover* positivo a família parece menos permeável às influências do trabalho, embora seja a origem destas influências. Isto quer dizer que o trabalho é mais

influyente na família que o contrário e que tais interferências são mais positivas, apesar da família ser a motivação para o trabalho.

Como estratégias de interação positiva, os dados da mesma pesquisa sugerem: (a) flexibilidade de tempo para realizar atividades no trabalho, o que gera autonomia e satisfação; (b) implementação de medidas de suporte para a família; (c) divisão de tarefas familiares que resulta na diminuição de sobrecarga e satisfação conjugal; (d) reconhecimento obtido pelo parceiro.

Os resultados apontam, ainda, que as mulheres continuam as principais responsáveis pelo trabalho familiar, sentindo-se sobrecarregadas e sofrendo maior conflito entre o seu papel familiar e profissional. Homens e mulheres percebem as relações entre os dois papéis de forma distinta, havendo um grau de abertura, nos homens, para uma mudança nos padrões tradicionais relativos aos sexos. Enfim, pais e mães estão em busca de opções mais flexíveis e fluidas de trabalho que permitam integrar as duas esferas: trabalho e família.

Diante das informações, a questão maior é: como desenvolver estratégias de conciliação que satisfaçam as exigências do trabalho, o crescimento individual e as relações afetivas em família e no trabalho? A família precisa desenvolver competência para usufruir das vantagens conjugais e parentais integrando vida familiar e trabalho de forma conciliadora.

Na tentativa de promover tal integração entre família e trabalho, os estudos de Diniz (1996) apontam para os diferentes arranjos conjugais para explicar prováveis dificuldades e facilidades experienciadas na prática do cotidiano familiar.

O arranjo denominado tradicional ou normativo foi o modelo ideal durante décadas, escreve Diniz (1996). Nesse, havia uma clara determinação de papéis. O homem aparece como provedor e a mulher como cuidadora dos filhos e responsável pelas tarefas domésticas.

Numa situação de posição intermediária, estão os casais em que a mulher trabalha em tempo parcial ou em situação temporária. Já os casais em que os dois trabalham fora em tempo integral, esses, segundo Diniz (1996), devem ser categorizados em três grupos: os casais de duplo trabalho, os de dupla carreira e os mistos.

Duplo trabalho corresponde à configuração em que as atividades executadas por ambos, não exigem alto grau de instrução tão pouco pressupõe progressão e durabilidade.

Os casais de dupla carreira ocupam posições que exigem alto investimento e constante trabalho de capacitação. Segundo Gilbert e Rachlin (1987), esses estariam em frequente zona de conflito gerada pela exigência da carreira, estilo de vida acelerado e em progressão. Muitos casais inseridos nesse contexto podem enfrentar dificuldades relativas à distância física, quando residem em lugares diferentes um do outro.

Os casais ditos mistos são assim designados porque agregam as duas formas de ocupação onde um pode ser profissional de carreira e outro de trabalho. Tais estilos de arranjos conjugais em consonância com as formas de inserção no trabalho podem influenciar as relações familiares afetando positivamente ou não, na conciliação entre família e trabalho profissional.

Entender a realidade da inserção dos casais no mercado de trabalho, a interação deles com as atividades profissionais, os esforços de conciliação do trabalho com a família e suas relações afetivas interessa, na medida em que a necessidade de adaptação da família à sociedade contemporânea emerge progressivamente e em velocidade rápida. Além disso, é imprescindível para a família atual proteger e usufruir das relações interpessoais e afetivas de forma prazerosa e satisfatória.

Questões relativas a valores e ideais também carecem de investigação e motivam perguntas que identificam desejos, ideais, aspirações de casais, pais e famílias circunscritas no mercado de trabalho atual. Frente à ânsia por desempenho financeiro e posição social confortável, estão as preocupações relativas à qualidade dos relacionamentos no âmbito da família, no convívio conjugal e na atenção e cuidados destinados aos filhos.

A família nuclear contemporânea absorve com facilidade os estímulos de consumo do mercado, enquanto luta insistentemente por condições supostamente indispensáveis à vida em sociedade. Entretanto, a tarefa da família para assegurar bem estar físico e emocional a seus membros, agregou mudanças significativas ao convívio familiar na contemporaneidade.

No que se refere às condições econômicas, Jablonski (1999) sugere que tal esforço tem sido ameaçado face às exigências por obtenção de sobrevivência e qualidade de vida. Quanto às demandas afetivas e emocionais, o autor revela que a

ausência de ambos os pais tem gerado desconforto emocional, fragilidade na transmissão de valores, bem como inversão deles.

Ainda, a transferência de cultura compartilhada pela escola, mídia, entre outros impacta sobre os valores oriundos da família que ocupa um espaço relativamente tímido na companhia dos filhos. A quantidade de tempo em companhia dos pais é cada vez mais reduzida agravando a sensação de ausência do casal que busca insistentemente agregar vantagens à qualidade do tempo dispensado à prole.

Assim, o desafio dos estudos sobre família é conhecer a medida das transformações vividas por ela, a partir das mudanças que ocorreram na sociedade ao longo do século XX. A ruptura com o modelo tradicional de família e a flexibilização para explorar novos modelos relacionais deve ser uma tendência para tais estudos, neste momento atual. A relação trabalho e família aparece, então, como eixo significativo da transformação vigente acessível à investigação.

Sobre a criação de filhos, Hoffnung (1995, apud ROCHA-COUTINHO, 2009) justifica que esse é um trabalho social extremamente necessário para a continuidade das sociedades, gratificante para os humanos e altamente valorizado pelas mulheres. Por outro lado, Rocha-Coutinho (2009) pondera que o trabalho constitui-se numa realização pessoal para a mulher inserida no mundo das exigências contemporâneas.

A interação família e trabalho passa, então, a ser um desafio para o exercício da parentalidade, conjugalidade e divisão de tarefas entre os cônjuges. A complexidade dessa interação pode provocar alterações consideráveis para o arranjo conjugal em funcionamento, adverte Diniz (2009).

Ainda, sobre casamento, trabalho e aspectos da realidade brasileira, Nicholson (1987) retrata o paradoxo instalado em uma nova ordem social onde a mulher encontra-se inserida no mercado de trabalho, porém não há mudanças de valores e de normas na gestão da vida familiar e do trabalho.

Gilbert e Rachlin (1987) entendem que o apoio ao outro e a capacidade de empatia com os desafios enfrentados pelo parceiro são fatores importantes para a saúde e qualidade da vida conjugal. Entretanto, a experiência de casais brasileiros aponta para os dilemas que os casais enfrentam para implementar um estilo de vida de duplo trabalho. Eis então a problemática de real relevância neste estudo.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se por ser quantitativo e teve como participantes 30 pais e 30 mães, totalizando 30 casais que convivem juntos e têm filho(s) com idades entre dois e cinco anos. Foi realizado em Santo Antonio de Jesus, cidade do interior da Bahia, com os pais de uma escola particular.

O instrumento foi um questionário adaptado a partir do roteiro construído no Projeto *FAMWORK*. Foram focadas as interações e conciliações família e trabalho, a partir dos segmentos: (a) profissão: realização, satisfação, organização e influências família e trabalho; (b) divisão de tarefas: conflitos e negociações para conciliar demandas familiares e profissionais; (c) vida familiar: relações do casal e entre pais e filhos; (d) conciliação: estratégias orientadas para a vida comum e vida pessoal.

Houve aprovação do trabalho por Comitê de Ética em Pesquisa. Após isso, ocorreu o sorteio de 20,0% dos alunos matriculados na Educação Infantil da referida escola. Foi então entregue aos pais desses alunos os questionários a serem respondidos, juntamente com o termo de consentimento livre e esclarecido.

Os dados obtidos foram analisados utilizando o programa *Satistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Para as questões abertas foram estabelecidas categorias a partir das respostas encontradas.

Resultados e discussão

No que se refere à realização profissional, 66,4% dos participantes dizem estar muito ou totalmente realizados. Eles alimentam expectativa de evolução profissional, sendo que nos pais, isto é mais intenso. Pais e mães acreditam poder colocar em prática capacidades e habilidades pessoais enquanto trabalham.

Sobre isso, Hackman e Oldhan (1975), defendem que um trabalho realizador é importante para promover a satisfação desejada. Ele garante a possibilidade de uso de competências múltiplas, gerando identificação. Ainda, deve gerar um retorno no que se refere ao desempenho de atividades e ajustes necessários à performance do indivíduo.

Na perspectiva da valorização do trabalho, Borges e Yamamoto (2004), entendem o como possibilidade de aplicação das capacidades humanas por meio do empenho, portanto, de alta centralidade na vida.

Quanto à afirmativa: no final de um dia, sinto-me exausto(a), 64,3% dos pais e 60,0% das mães, tendem a concordar. A soma das alternativas: aplica-se, aplica-se muito e aplica-se totalmente, revelam o cansaço decorrente do trabalho diário, em ambos. O dado remete à reflexão sobre a drenagem de recursos na relação família e trabalho (EDWARDS; ROTHBARD, 2000; FRONE, 2003).

Outro componente avaliado foi o trabalho caracterizado como cansativo. Os pais consideraram um pouco mais cansativo o trabalho que realizam, que as mães. São 33,3% deles, afetados muitas vezes. As mães, 30,0% sentem-se afetadas muitas vezes ou algumas vezes.

Comparando os dados desta pesquisa com o estudo realizado por Rocha, Almeida, Silva e Cezar-Vaz (2011), em artigo publicado sobre influência recíproca entre atividade profissional e vida familiar, verifica-se uma aproximação nos resultados que salientam o cansaço físico e mental relacionado ao trabalho, influenciando nas tarefas familiares e causando desânimo e irritabilidade. Os homens apresentaram maior preocupação com o pouco tempo disponível em família em razão da profissão, asseguram as autoras, o que também é encontrado nesta pesquisa.

No que se refere à remuneração indevida, 21,7% dos genitores sentem-se muitas vezes afetados. Os pais, 23,3%, dizem sentirem-se afetados algumas vezes, as mães, 23,3% sempre. Os índices são, portanto, coerentes com os resultados sobre faixa de rendimento mensal, apresentados anteriormente, bem como, sobre a remuneração feminina.

Sobre ameaça de perda do emprego, 69,5% do total, nunca se sente ameaçado. São 65,5% de pais e 73,3% de mães. Vale salientar que 30,0% da amostra trabalham no setor público, o que garante uma maior sensação de estabilidade no contexto brasileiro. Entre as mães, 33,3% são funcionárias públicas.

Acerca das implicações imbricadas na relação trabalho e família, um percentual de 53,3% de pais e mães confia na possibilidade de distribuir os turnos do dia, entre trabalho e família, caso exista uma demanda familiar. A propósito, 61,7% dos genitores acreditam conseguir flexibilizar os horários de trabalho. Entretanto, as possibilidades de acordos para mães são menores que para os pais. São 70,0% de pais mais disponíveis, e 53,3% de mães. Vale lembrar que boa parte delas trabalha na Educação, o que pode implicar em horários específicos para aulas, entre outras atividades.

A propósito de possibilidades de dispensa, verifica-se que 86,7%, das mães, confirmam poder obtê-la. Apesar de menor flexibilidade no trabalho, elas são afirmativas no que diz respeito à concessão. Em porcentagem menor do que a delas, 70,0% dos pais acham que podem ser dispensados.

Rocha-Coutinho (2009), em pesquisa realizada com mulheres, constata que para atender os filhos, as mulheres são capazes de afastarem-se da carreira profissional. A autora conclui que o nascimento dos filhos de executivas com alto grau de investimento na carreira, fez com que elas, oscilassem no momento de voltar ao trabalho.

A esse respeito, pais e mães pesquisados afirmam não sofrerem prejuízos na profissão por conta das obrigações familiares: 57,6% do total, 62,1% dos pais e 53,3% das mães, mas cabe destacar que elas, mais do que eles afirmam sofrer prejuízos.

Acerca dos apoios disponíveis pelo empregador, 73,3% dos consultados disseram não obtê-los. Desse total, 80,0% são pais e 66,7% mães. Petrini e Alcântara (2003) argumentam a favor da família quando afirma: a vida familiar para ser efetiva e eficaz depende de condições para sua sustentação e manutenção de seus vínculos. Portanto, o apoio às famílias é uma carência para os participantes.

De acordo com Vêras (2003), vive-se no País em que a estrutura de poder vigente é focada em um modelo econômico que gera crescente riqueza para poucos, que garante e privilegia o crescimento da economia, sem uma política de renda justa e de atendimento às necessidades básicas do cidadão.

Apesar disso, a respeito das formas de apoio para assistência aos filhos, à compreensão dos chefes em relação às pendências familiares e à compreensão advinda do emprego em geral, a tendência dos participantes é de sentirem-se apoiados, entretanto, as mães demonstram maior satisfação que os pais.

Sobre a influência da profissão na vida familiar: a atividade profissional deixa os pais ligeiramente mais cansados para realizarem atividades em casa, que as mães. São: 46,7% dos pais e 43,3% das mães.

Quanto ao uso de capacidades profissionais nas tarefas de casa, verifica-se que ela tende a usar mais as habilidades profissionais em casa, que os pais. No que se refere à disponibilidade para as atividades de casa em proporção às profissionais, nota-se que as mães dedicam mais tempo que os pais. Após um dia estressante de trabalho, os pais sentem-se irritados: muitas vezes ou na metade das vezes.

Do mesmo modo, pesquisas atuais indicam que o trabalho doméstico continua sendo executado pelas mulheres, mesmo quando elas participam ativamente na economia familiar (IBGE, 2006; 2008; MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2008; SOARES; SABÓIA, 2007). Araújo e Escalon (2005) escrevem que os homens são coadjuvantes das mulheres nas atividades domésticas.

A propósito da permanência de preocupações profissionais mesmo depois do expediente de trabalho, os pais conseguem dispersar melhor as preocupações que as mães.

As interações entre trabalho e família constituem-se num importante conflito entre papéis profissionais e familiares. Apesar de tudo isso, não é possível negar que os relacionamentos passam por tensas e rápidas mudanças e as decisões na família resultam cada vez mais de negociações, pontua Goldani (1993).

Polasky e Holahan (1998) justificam que a literatura demonstra o quanto é importante para a saúde e bem-estar do indivíduo, desempenhar-se nos diversos papéis dentro e fora de casa. Tais atividades aumentam a autoestima e oferecem maiores oportunidades de apoio social.

Os resultados sobre as influências da vida familiar na atividade profissional indicam que a vida em família ressoa positivamente sobre as atividades profissionais. O afeto e confiança recebidos promovem autoconfiança para 60,0% dos participantes. O diálogo com o companheiro auxilia na resolução de problemas profissionais, na opinião de 56,7% dos respondentes. Portanto, a repercussão adversa das atividades familiares no trabalho, é mínima. Ainda assim, os dados indicam a presença de alguma preocupação familiar durante a jornada de trabalho, chega-se a: 61,7% de concordância dos participantes.

As redes sociais de apoios usadas pelos genitores no cuidado dos filhos são: babá: 77,5%, avós: 68,2%, amigos: 75,0%, vizinhos 74,4% e outros familiares 69,2%. Os outros familiares: 28% de tios, 10,0% irmãos e 03,2% sobrinhos. Pagam pelos serviços da babá: 88,1%.

Rede social, segundo Lewis (1987, p. 443-444), “é um sistema composto por objetos sociais: pessoas, suas funções e situações que oferecem apoio instrumental e emocional à pessoa, em suas diferentes necessidades”.

A família abarca vários subsistemas a exemplo das relações pai-mãe, irmão-irmão, genitores-filhos, que em constante interação, influenciam e são influenciados uns

pelos outros (DESSEN, 1994, 1997; FEIRING; LEWIS, 1978; MINUCHIN, 1985, 1988; TROST, 1995). A dinâmica de funcionamento interno da família está vinculada a outros sistemas fora dela. A escola, o trabalho, os vizinhos, as comunidades e toda a rede social, impactam sobre os intercâmbios entre os sujeitos e influenciam o desenvolvimento dos membros familiares.

Diante de tal concepção, Bronfenbrenner (1996) defende a necessidade de estudar a interdependência e a mútua influência dos processos intra e extrafamiliares no cotidiano das relações em família.

Sendo assim, a Educação Infantil, em um turno, é o apoio externo mais utilizado: 87,8% e a maior parte dos participantes paga por esse serviço educacional. Apenas 11,0% usam dois turnos. Os participantes disseram usar as atividades alternativas (85,0%) e os parques e praças (54,5%). Pagam pelo apoio 82,9% e 23,5% respectivamente.

Sintetizando, as babás e a Educação Infantil são apoios disponíveis e usados pelos genitores, há ressalvas quanto à confiança na babá. Sobre instituição de Educação Infantil, os pais consideram o benefício importante para o desenvolvimento dos filhos.

Tais dados indicam a preocupação dos adultos com a educação dos filhos, refletida por Moreira e Biasoli-Alves (2008). Segundo as autoras, os pais e as mães sentem-se protagonistas da educação da prole.

Comparando os achados desse estudo com outros também pensados a partir do Projeto *Famwork*, vale identificar resultados comuns como: o estresse físico e mental relacionado ao trabalho, influenciando nas tarefas familiares e causando apatia; importância de redes de apoio familiar como recorrência, diante da resolução dos problemas profissionais e na criação de um ambiente propício ao enfrentamento dos desafios impostos pelo trabalho; percepção positiva dos participantes quanto à vida familiar, consciência de que ela não prejudica a atividade profissional, entretanto, consideram a influência do pensamento familiar no trabalho. Discernimento de que tais influências não anulam a conciliação entre vida familiar e atividade profissional; compreensão da necessidade de adaptar comportamentos para lidar com as demandas da interação família/trabalho: dividir tarefas domésticas muito embora as mulheres ainda sintam-se sobrecarregadas, maior inclinação dos pais para cuidar dos filhos; busca constante por atividades profissionais flexíveis e sensíveis às atividades familiares a fim de gerar mais satisfação, autonomia profissional e produtividade.

Finalmente, os casais pesquisados apresentam mais semelhanças que diferenças de concepções e práticas na relação família-trabalho. O modelo conjugal delineado e indicado para denominar o tipo do relacionamento da maioria: casais mistos (profissionais de carreira ou de trabalho em turno integral) coincide com a realidade vivida pelos casais atuais, no contexto da contemporaneidade e das demandas advindas desse momento social, econômico e histórico.

A fim de desenhar a diversidade dos novos modelos conjugais na relação com o trabalho, Giddens (2005), escreve que a globalização econômica vem afetando as relações familiares, afinal, o empreendimento econômico representa um índice de sucesso nas relações contemporâneas. Homens e mulheres trabalham juntos e duramente para produzir um patrimônio familiar confortável. Tal perspectiva quebra o pacto da vida pública para o homem e privada para a mulher. A relação é intensamente balizada pela parceria econômica, além da afetiva.

Conforme o autor, o lugar do masculino e do feminino constituídos culturalmente deforma-se. O homem compreende a desmistificação relativa às tarefas domésticas e cuidados com os filhos, antes recomendado às mulheres e mães, apesar de nem sempre, mostrar-se pronto e disposto para isto.

O tempo é de viver uma transição e flexibilização de papéis relativizados entre sexos em prol do fortalecimento e satisfação das relações. Neste contexto, a conjugalidade é um espaço de aquisição amorosa em que os sujeitos se reconhecem complementares e dividem desejos pessoais relativos também à profissionalização. Fala-se de uma afinidade de clara significação na vida de cada cônjuge mediante alto grau de intimidade entre os pares e legitimidade entre os adultos.

Mesmo assim, Singly (2007) atenta para as marcas da individualidade do casal contemporâneo. O autor realça a cautela dispensada à qualidade das relações conjugais no espaço familiar em conformidade com as particularidades do casal. Tais relacionamentos constituem-se a partir das identidades desvalorizando a dependência e estimulando o reconhecimento da identidade pessoal.

Considerações finais

Contemplado o conjunto de dados obtidos, em síntese os resultados revelam: os casais trabalham em turno integral, vivenciam relações conjugais, parentais e

profissionais e reconhecem interesses individuais, enquanto desenvolvem estratégias de conciliação entre trabalho e família. Os participantes reconhecem as implicações e interações entre as duas esferas: família e trabalho, bem como, a centralidade delas na vida pessoal. Neste sentido, pais e mães buscam dividir tarefas familiares, apoiar-se em familiares e apoios externos (babás, escola/instituição de educação infantil), como principais estratégias de conciliação. Fazem revezamento de horários entre os pares, procuram redução de carga horária de trabalho, planejam e organizam horários, agendas e tarefas, distribuindo obrigações.

Finalmente, conclui-se que existe um esforço real entre os casais e profissionais para conciliar família e trabalho. Verifica-se a necessidade de outros estudos que aprofundem e ampliem os resultados aqui apresentados.

Referências

- ARAÚJO, C.; ESCALON, C. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. RJ: FGV, 2005.
- BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. O significado do trabalho para psicólogos brasileiros. In: BASTOS, A. V. B. e GONDIM, S. M. G. (Orgs). *O trabalho do psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- BRONFENBRENNER, U. *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- CAMPANINI, G. *Realtà e problemi della famiglia contemporânea*. Milano: Paoline, 1989.
- CASTELLS, M. *Il potere delle identità*. Tradução: PANNOFINO, G. Milano: Università Bocconi Editore, 2003.(Original publicado em 1997).
- CLARK, S. C. Work/family border theory: a new theory of work/family balance. *Human Relations*, 53, 6, 2000, p. 747-770.
- DESSEN, M. A. Interações e relações no contexto familiar: questões teóricas e metodológicas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 10, 1994, p. 213-220.

DESSEN, M. A. Desenvolvimento familiar: transição de um sistema triádico para poliádico. *Temas em Psicologia*, v. 3, 1997, p. 51-61.

Diniz, G. Dilemas de trabalho, papel de gênero e matrimônio em casais que trabalham fora em tempo integral. Em Féres-Carneiro, T. (Org.). *Coletâneas da ANPEPP*, 1996.

DINIZ, G. R. S. Homens e mulheres frente à interação casamento-trabalho: aspectos da realidade brasileira. Em: Féres-Carneiro, T. (org). *Casal e família: entre a tradição e a transformação*. Rio de Janeiro: NAU, 1999.

DONATI, P. *Manuale di sociologia della famiglia*. Bari: Laterza, 1998.

EBY, L. T.; MAHER, C. P.; BUTTS, M. M. The Intersection of Work and Family life: the role of affect. *Annu Rev Psychol.* 61, 2010, p. 599-622.

EDWARDS, J. R.; ROTHBARD, N. P. Mechanisms linking work and family: clarifying the relationship between work and family constructs. *The Academy of Management Review*, 25, 2000, p. 178-199.

FEIRING, LEWIS. The child as a member of the family system. *Behavioral Science*, 23, 1978, p. 225-233.

FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. São Paulo: Loyola, 2003.

FERES-CARNEIRO, T. *Casal e família: entre a tradição e a transformação*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

FERES-CARNEIRO, T.; PONCIANO, E. L. T.; MAGALHÃES, A. S. Família e casal: da tradição à modernidade. Em: CERVENY, C. M. O. (Org.). *Família em movimento*. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 23-36.

FREYRE, G. *Casa Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

FRONE, M. R. Work-family balance. In: QUICK, J. C.; TETRICK, L. E. (Orgs.). *Handbook of Occupational Health Psychology*. Washignton: American Psychological Association, 2003.

GILBERT, L. A.; RACHLIN, V. *Mental health end Psychological Functioning of Dual-Career families*. The Counseling Psychologist, 1987.

GIDDENS, A. *Mundo em Descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GILBERT, L. A.; RACHLIN, V. *Mental health end Psychological Functioning of Dual-Career families*. The Counseling Psychologist, 1987.

GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. Em: *Caderno PAGU* n. 1 – publicação IFCH/UNICAMP – Campinas, 2003.

HACKMAN, J.; OLDHAN, G. Development of job diagnostic survey. *Journal of Applied Psychology*, 60(2), 159-170, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estudos e pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 19, Síntese dos indicadores sociais, 2006. Recuperado em 23 jan. 2010, em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2006/indic_sociais2006.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2008. Acesso em 23 jan. 2010.

JABLONSKI, B. Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. Em Féres-Carneiro, T. *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 141-168.

JABLONSKI, B. Identidade masculina e o exercício da paternidade: de onde viemos e para onde vamos. In: T. Féres-Carneiro (Org.). *Casal e família: entre a tradição e transformação*. Rio de Janeiro: NAU, 1999, p. 55-69.

LEWIS, M. Social development in infancy and early childhood. Em J.D. Osofsky (Org.). *Handbook of infant development*. New York: Wiley, 1987, p. 419-493.

MADALOZZO, R. C; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação do Mercado e no Trabalho Doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? *Revista Estudos Feministas* (impresso). UFSC, 2008.

MOREIRA, L. V. C.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. O olhar dos pais de camada média sobre educação dos filhos. Em MOREIRA, L.; CARVALHO A (Org.). *Família e Educação: Olhares de Psicologia*. São Paulo: Paulinas, 2008.

NAMASIVAYAM, K.; ZHAO, X. An investigation of the moderating effects of organizational commitment on the relationships between work-family conflict and job satisfaction among hospitality employees in India. *Tourism Management*, 28, 2007, p. 1212-1223.

NICHOLSON, Linda, Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, CFH/CCE/UFSC, vol. 8, nº 2, Brasil, Santa Catarina, 2000, p.8-41.

PETRINI, G.; ALCÂNTARA, M. A família em mudança. *Revista Veritati*, v. 2, n.2, 2003, p.79-93.

PETRINI, J. C. A relação nupcial no contexto das mudanças familiares. In: JACQUET, C.; COSTA, L. F. (Orgs.) *Família em Mudança*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004.

POLASKY, L. J.; HOLAHAN, C. K. Maternal self-discrepancies, inter-role conflict, and negative affect among married professional women with children. *Journal of Family Psychology*, 12(3), 388-401. 1998.

ROCHA, L. P.; ALMEIDA, M. C. V.; SILVA, M. R. S.; CEZAR-VAZ, M. R. Influência recíproca entre atividade profissional e vida familiar: percepção de pais/mães. *Acta Paul Enferm*, 24 (3), 2011, p. 373-80.

ROCHA-COUTINHO, M. L.. De volta ao lar: mulheres que se afastaram de uma carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. Retrocesso ou um "novo" modelo de família. Em: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Casal e família: permanências e rupturas*. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

SILVA, M.. Vida profissional e familiar: padrões de conflito e facilitação na gestão de múltiplos papéis. *Dissertação de Mestrado*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Porto, 2007

SINGLY, F. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SOARES, C.; SABOIA, A. L. *Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

TROST, J. O processo de formação da família. Em GOMES-PEDRO, J.; PATRÍCIO, M. F. (Orgs.), *Bebé XXI: criança e família na viragem do século*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 55-67.

VÉRAS, M. P. B. Prefácio à edição brasileira. Em PAUGAM, S. *Desqualificação social – ensaio sobre a nova pobreza*. Trad. de C. Giorgetti e T. Lourenço. Ed. São Paulo: Cortez/Educ, 2003, p. 13-29.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES
Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

**FAMÍLIA, LUGAR DE VIVER E ÉTICA DO CUIDAR: Quando a deficiência
segrega mulheres, mães e cuidadoras.**

Maria Angélica Gonçalves Coutinho¹
Instituto Pestalozzi da Bahia

Bárbara Maria Santos Caldeira²
Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea- Universidade
Católica do Salvador
Faculdade Ruy Barbosa – Devry Brasil

RESUMO

Interações e experiências fazem despir “verdades absolutas” e sua relação com o cotidiano da ética do cuidar e avançar no conhecimento acerca da segregação indireta que a deficiência impõe, mediante o diálogo envolvendo mulheres, mães e cuidadoras vulnerabilizadas historicamente. Objetiva-se analisar as relações, subjetividades e vivências cotidianas dessas mulheres que se tornam tão segregadas quanto, na lida com a educação e cuidado e luta pela sobrevivência, dignidade e cidadania própria e dos portadores de necessidades especiais, em função de “contingências geradas por deficiências, como também de fatores relacionais e do convívio humano desde o núcleo familiar até o societário”. Recorre-se à revisão teórica, procedendo ao resgate de episódios profissionais que reclamaram postura crítica e a “escuta das vozes”.

Palavras-chave: Famílias. Mulheres Cuidadoras. Ética do Cuidar. Deficiência.

“...Não tenho nem tempo de pensar no que eu quero fazer, tenho cinco filhos....”

INTRODUÇÃO

¹ Mestra em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da Bahia. Especialização em Gestão Escolar (UNEB). Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Bahia. Docente da Educação Especial, Instituto Pestalozzi da Bahia. Pesquisadora do Núcleo de pesquisa e estudos sobre juventudes, identidades, cidadania e cultura (NPEJI - UCSAL)/Diretório CNPq. E-mail: angelicocoutinho@yahoo.com.br

² Historiadora. Mestre em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea – Universidade Católica do Salvador. Pesquisadora do Núcleo de pesquisa e estudos sobre juventudes, identidades, cidadania e cultura (NPEJI - UCSAL)/Diretório CNPq. Professora da Faculdade Ruy Barbosa. E-mail: barbaracaldeira@yahoo.com.br

Estudos realizados no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional – UNEB 2009/2010, com o título “Programa Benefício de Prestação Continuada na Escola como Instrumento de Promoção da Educação Inclusiva em Salvador: impasses ou perspectivas?” trazem na conclusão, algumas ponderações de Coutinho (2010), indicativas da necessidade de análise e/ou aprofundamento dos questionamentos em novo olhar de investigação.

O Programa de Benefício de Prestação Continuada BPC na escola foi objeto de recente estudo desenvolvido no Programa de Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (PGDR) da Universidade do Estado da Bahia e este trabalho traz significativas reflexões e resultados acerca de tal política pública e suas interfaces interdisciplinares com outras categorias sociológicas de análise, a citar a família e as relações de gênero.

A referida pesquisa relativa à implementação do Programa BPC na escola no município de Salvador (BA), reconhece que inegavelmente o programa de transferência direta de renda, pago pelo governo federal às pessoas com deficiência e cujo objetivo é a promoção da cidadania e inclusão educacional de seus beneficiários, em idade de zero a dezoito anos, é uma garantia de renda fundamental à sobrevivência desse grupo específico, senão a única. Todavia, ainda que não se tenha comprovado cientificamente, nessa pesquisa, essa renda é compartilhada por todo um grupo familiar, no sentido de unidade básica de proteção. Nosso recorte espacial é, portanto, o Centro de Atendimento Educacional Especializado Pestalozzi da Bahia (CAEEPB), com particularidade de apoio e orientação à família, cuidadores e pessoa autista, haja vista que tal instituição foi umas das primeiras, no Estado, a receber tal política.

A pesquisa relativa à implementação do Programa BPC na escola, reconhece que inegavelmente o programa de transferência direta de renda, pago pelo governo federal às pessoas com deficiência e cujo objetivo é a promoção da cidadania e inclusão educacional de seus beneficiários, em idade de zero a dezoito anos, é uma garantia de renda fundamental à sobrevivência desse grupo específico, senão a única. Todavia:

- Ainda que não se tenha comprovado cientificamente, nessa pesquisa, essa renda é compartilhada por todo um grupo familiar, no sentido de unidade básica de proteção;

- Mesmo com essa garantia de renda a situação de pobreza e risco social permanecem em função da insuficiente e ineficiente rede de serviços de atendimento aos portadores de necessidades especiais que possibilite à mãe e cuidadores(as) as condições para ingresso no mercado de trabalho;
- Se por outro lado essa responsabilidade do cuidar pode ser compartilhada com outro membro da família, o despreparo, a falta de qualificação impede-as do acesso ao mercado ou ao mundo do trabalho;
- Na hipótese desse ingresso e conseqüente aumento na renda, cria-se a dependência por um cuidador o que fraciona a renda;
- Além disso, são as mães as grandes responsáveis pelo gerenciamento da renda, acompanhamento e cuidado dos filhos portadores de necessidades especiais, uma vez que, os pais abandonam a família por não admitirem a “acusação” de fracasso na geração de filhos “normais”. (COUTINHO, 2010, p. 139).

Assim, confirmar ou refutar estes considerandos implica retornar ao local de trabalho, escola de educação especial, transformada por intermédio de ato normativo em Centro de Atendimento Educacional Especializado Pestalozzi da Bahia (CAEEPB), com particularidade de apoio e orientação à família, cuidadores e pessoa autista por compartilhar da opinião de que

Entre nós, homens e mulheres, a inconclusão que se reconhece a si mesma implica necessariamente a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca. Histórico-sócio-culturais, mulheres e homens nos tornamos seres em que a curiosidade, ultrapassando os limites que lhe são peculiares no domínio vital, se torna fundante da produção do conhecimento. (FREIRE, 1997, p. 61).

É nesse contexto de reconhecimento da condição de inacabamento que se recorre à prática, alimento para a teoria e vice-versa para refletir, tocar experiências, compreender e fundamentalmente ouvir mulheres, mães e cuidadores (as) sobre o cuidar, do ponto de vista do lugar onde estes se encontram, como também sob a ética profissional, do exercício da docência, que busca analisar o sujeito que acerta e erra, aprende, desaprende, torna a aprender por meio da formação técnica, política e social que possibilita o agir crítico e a intervenção competente sobre a realidade.

Nesse contexto, faz-se salutar lembrar que a Constituição Federal (CF) de 1988 determina:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 229 - Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência e enfermidade.

Particularizando-se a deficiência, nesta Constituição Cidadã, o Brasil a reconheceu como fator de desigualdade e injustiça entre as pessoas com e sem deficiência, questão social que implicou a criação da política de assistência social BPC (1996) como mecanismo à sua proteção e direitos, ampliada para BPC na escola em 2007, objetivando promover a dignidade, cidadania e acesso de educandos e beneficiários (zero a dezoito anos) na escola comum.

Tais marcos normativos, ainda insuficientes de acordo com Coutinho (2010), como sugere título e ponderações, trazem implícita neste artigo, uma “discriminação por motivo de deficiência – diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência”, Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (2009), mesmo que indireta devido a implicação dos envolvidos - mães e cuidadores (as), e se relacionam com o cuidar Diniz e Santos (2010), “um dos grandes desafios de justiça impostos pela deficiência é sobre como deslocar o cuidado da esfera doméstica como um atributo do feminino para uma questão de ética pública”.

O programa BPC na escola conceitua e elege para recebimento de um salário mínimo a família como sendo “o grupo de pessoas coabitando em um mesmo domicílio formado pelo requerente ou beneficiário, o cônjuge ou companheiro (a), os pais, os filhos menores de 21 anos ou inválidos e os equiparados, inclusive o enteado e o menor tutelado, e os irmãos menores de 21 anos ou inválidos. (IPEA, 2009, p. 8).

Essa visão, critério à concessão do benefício, enquadra a família na condição de “renda familiar per capita, isto é, como unidade econômica, esquecendo ou tornando secundário seu exame como unidade de vínculos sociais” (SPOSATI, 2008, p. 22) além

de conter ranço de exclusão ao deixar desprotegidos (filhos, irmãos maiores de 21 anos, avós, sogros e netos).

Outra interpretação é dada pelo Grupo Familiar Doméstico (GFD) “o grupo de pessoas vivendo em um domicílio formado por todos os parentes e eventuais não-parentes agregados à família”. (IPEA, 2009, p. 8). Este princípio, adicionado à lacuna evidenciada acima, originou um estudo propondo mudança no conceito de família para fins do BPC que considere família como “o grupo de moradores de um mesmo domicílio que constituem uma unidade de consumo” IPEA (2009). Esses estudos objetivam analisar os impactos distributivos, bem como os resultados agregados com a mudança.

Tal objetivo diverge do pretendido neste trabalho, servindo apenas para clarificar que, circunstâncias relacionais conferem em tempos e espaços, diferentes configurações familiares cada vez mais amplas e diversas. Por isso, longe de se fazer uma opção conceitual, infere-se que há uma distância entre estes conceitos e o clássico, no qual a família é “o grupo social originado do casamento, constituído por marido, esposa e pelos filhos provenientes de sua união, com membros devidamente unidos por laços legais, direitos e obrigações econômicas, religiosas e outras, com uma variedade de sentimentos psicológicos, tais como amor, afeto, respeito e medo (LÉVI-STRAUSS *apud* BORSA; FEIL, 2008, p. 2).

Essas transformações históricas e sociais são apreendidas como recortes nas relações familiares que fizeram emergir novos modelos e configurações, subjetividades, vivências e experiências cotidianas nas casas e nas vidas de beneficiários BPC na escola, que potencializam ou inibem a política pública de inclusão social e, assim sendo, merecem ser analisadas.

A temática recomenda cuidado, coloca o estudioso de frente com sua identificação, refletido no espelho, misturando ideal e real. “Abordar a família exige um esforço de estranhamento, nem sempre fácil, quando estão em jogo pontos de vista diferentes de nossas próprias referências culturais e sociais”. (SARTI, 2004, p. 1).

Para a autora, “a tendência a projetar a família com a qual nos identificamos – como idealização ou como realidade vivida – no que é ou deve ser a família, impede de olhar e ver o que se passa a partir de outros pontos de vista o que resulta num discurso etnocêntrico”. Estranhar-se é, dessa forma, entendido como critério e condição para

abrir portas e adentrar a realidade social em busca do saber, do conhecimento de família em suas multifaces de interação.

A “escuta das vozes” nesse sentido, não é mero acaso ou coincidência, mas uma “bússola” que indica o norte do trabalho, orientado para perceber, no diálogo, sutilezas que contam episódios ocorridos no interior das famílias beneficiárias BPC.

“O processo de análise dos fatos sociais envolve questões não apenas de ordem cognitiva e racional, mas também emocional, a expressiva proximidade afetiva do tema da família requer um cuidado especial” (SARTI, 2004, p.1) de modo que estranhar, des(naturalizar) correlacionam-se com a relativização necessária das relações sociais.

Pensando-se dessa forma, a capacidade de estranhar a si e aos fatos possibilita encarar as relações sociais na dimensão, modo, espaço e tempo em que acontecem desprovidas de julgamento de valor, de como deveriam ser. Por opção, argumenta-se em favor da teoria que o cuidar envolve uma ética sob a qual “abordar a família exige um esforço de estranhamento, nem sempre fácil, quando estão em jogo pontos de vista diferentes de nossas próprias referências culturais e sociais”. (SARTI, 2004, p. 1). Implicaria perder a identificação e a idealização para avançar sobre a realidade, a fim de se conhecer a família em suas multifaces de interação. Para tanto e nesse particular admite-se em Sarti (1999, 2003c).

Uma abordagem de família como um universo de relações, que se delimita pela história que se conta aos indivíduos desde que nascem, ao longo do tempo, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios e que será por eles, reproduzida e re-significada, à sua maneira, dados os distintos lugares e momentos dos indivíduos na família. (SARTI, 2004, p. 2).

Aproximando-se família e escola encarregadas do cuidar, a contextualização de tal abordagem é expressa na forma como esses ensinamentos são concebidos, processados, ultrapassa os “muros” familiares, penetram a escola, configura-se em valores que sobrevivem e são perpetuados na vida em sociedade, nem sempre reconhecidos pela educação escolar, embora haja

A necessidade de repensarmos a educação que praticamos, as relações humanas na sua cotidianidade prática da economia e da vida privada, as posturas políticas e as relações sociais delas resultantes e a produção do conhecimento técnico-científico, que está na base da reprodução dos sistemas hegemônicos da sociedade. Em suma, um projeto humanista e libertador da sociedade exige de nós, hoje, que

repensemos a cultura que cultivamos e os modelos de racionalidade intrínsecos à mesma. (ZITKOSKI, 2006, p. 16).

Fonseca (2007), com base na "teoria da prática", de autoria de Pierre Bourdieu (1972), acentua a mobilidade dos valores, constantemente reconstruídos – modificados ou reatualizados, investidos de novo significado – através da prática de atores sociais agindo dentro de um contexto específico.

Relacionando-se as crianças e jovens com deficiência a especificidade da política de inclusão educacional, uma possível demonstração da re-significação e reatualização de valores caminhará na direção de se criar uma rede de apoio à garantia do acesso e permanência desses educandos na escola regular (escolas inclusivas, equipe multiprofissional, qualificação...) ou seja, cuidadores em permanente e contínuo cuidado.

Quer-se dizer, cuidadores para além da provisão de sustento, uma “rede de ajuda mútua” (SARTI 1995), estendidas a um contexto interdisciplinar do cuidar. Dir-se-ia “novas solidariedades” extrapoladas do âmago da família nuclear para os “novos arranjos conjugais” que entre si colaborem e cooperem no enfrentamento de difíceis situações rotineiras e cotidianas, pertinentes às famílias populares conceituadas por Luís Fernando Duarte (1994, s.p.), antropólogo, “[...] grupos populares seria associada uma forma familiar ancorada nas atividades domésticas do dia-a-dia, e as redes de ajuda mútua”.

[...] qualquer intervenção (especialmente em grupos populares), seria fundamental verificar como as atividades do dia-a-dia envolvem uma rede que se estende no espaço para outras casas e até mesmo para outros bairros. Traçando as linhas de ajuda mútua, podemos melhor refletir sobre o que é, nessa instância, a "família" pertinente. (FONSECA, 2007, p. 28).

Partilhando-se da idéia que pertencer abriga e enlaça afetividade, aceite de subjetividades intrínsecas às diferenças e a diversidade

O laço familiar (antes do que o modelo familiar) como uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuos. Essa identificação pode ter origem em fatos alheios à vontade da pessoa (laços biológicos, territoriais), em alianças conscientes e desejadas (casamento, compadrio, adoção) ou em atividades

realizadas em comum (compartilhar o cuidado de uma criança ou um ancião, por exemplo). (FONSECA, 2007, p. 30).

Sobre laços familiares e as relações de pertencimento Fonseca e Petrini dialogam em consentimento

Serviço recíproco, acolhimento gratuito e incondicional caracterizam as relações familiares. Somente na família a pessoa é acolhida na sua totalidade e não em alguma sua parte, como acontece em todas as outras relações sociais. Quando a família não vive uma relação de reciprocidade plena e, em lugar de fortalecer a solidariedade favorece o individualismo, quando a cooperação entre os sexos e entre as gerações não é valorizada pelas políticas públicas, a coletividade deve assumir como suas tarefas possíveis problemas dos membros vulneráveis dessas famílias, aumentando consideravelmente a despesa pública. (PETRINI, 2009, p. 112).

De maneira que alguns questionamentos são inevitáveis: As diretrizes normativas do Programa BPC na escola contribuem para reforçar valores solidários, cooperativos entre os Familiares de educandos com necessidades especiais? Há uma nova reconfiguração da solidariedade pensada, planejada e organizada por meio de uma rede de apoio família-escola-comunidade local, tendo a política BPC na escola como elemento central articulador? Ou, “será a solidariedade uma sobrevivência do passado, destinada a desaparecer à medida que a sociedade se torna mais moderna e escolarizada? (PETRINI, 2009, p. 114).

Petrini afirma que:

Em circunstâncias nas quais solidariedade e cooperação são valorizadas e promovidas, as famílias dão conta, de maneira mais positiva e com menor custo para a sociedade, da educação das novas gerações, do cuidado com seus membros desempregados ou portadores de deficiências física ou mental, dos idosos não mais auto-suficientes. (PETRINI, 2009, p. 114)

Se acatada tal citação como hipótese, a classificação de família na qual se apóia o BPC na escola proporciona o exercício desses valores humanizantes? Concorde-se que,

Cabe ao Estado regulamentar, sustentar, estimular as intervenções a favor da família, garantindo que suas necessidades sociais sejam efetivamente enfrentadas e resolvidas, sem substituir-se às pessoas e aos grupos familiares, sempre que estes possam desenvolver autonomamente suas funções. (PETRINI, 2009, p. 118)

Ao mesmo tempo, entende-se que “os riscos e as vulnerabilidades sociais decorrem de contingências humanas, do próprio ciclo de vida, de contingências geradas por deficiências, como também de fatores relacionais e do convívio humano desde o núcleo familiar até o societário”. (SPOSATI, 2008, p.12).

Assim percebe-se a escola como espaço de problematização de questões como as referidas. Influencia e sofre influências, lócus privilegiado de discussão do processo formação e dos modelos de relações humanas criados, vivenciados no seu interior.

Em um cenário ideal, as políticas referidas à família, e podemos assim caracterizar o BPC na Escola, tipologia predominante na maioria dos países latino-americanos, deveriam ser suficientes para a garantia da proteção social e bem-estar dessa instituição e de seus integrantes. No entanto, observa-se que tais políticas não acompanharam o ritmo das mudanças sofridas pelo mundo de trabalho e pelas configurações familiares, caindo em um contexto de fragmentação e expansão desenfreada. As conseqüências mais visíveis destes dois aspectos são as distorções presentes no reconhecimento do conceito de família pelos programas sociais em detrimento à realidade e a fragilização da estrutura sócioadministrativa da política.

A produção bibliográfica acerca das ferramentas descentralização, relações intergovernamentais e federalismo destaca que em sua grande maioria a tensão se faz presente entre os padrões de governo, seja nos estados unitários ou em estados federais. Souza afirma que tal tensão assumiu a tendência de privilegiar as unidades subnacionais, à proporção que as várias nações com seus diferentes e diversos aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos vêm adquirindo dispositivos que objetivam à maior descentralização de seus governos e instituições e à maior participação da comunidade local nos processos decisórios. (ARRETCHE, 2000).

No entanto, ao lado do projeto de independência pretendido por tal estrutura, são observados contextos e fatores econômicos que dificultam a concretização do princípio descentralizador: considerável parcela dos municípios localizados na região nordeste, ainda sobrevive sob a égide dos repasses financeiros das instâncias federais e estaduais, ilustrando que um número razoável das gestões locais não ostentam grau individual de independência política e financeira por meio da adoção da descentralização como artifício, o que compromete, de fato, a autonomia das práticas gerenciais e, conseqüentemente, o desenvolvimento de ações para além dos programas sociais

criados pelo governo federal e abraçados pelas prefeituras ao longo do país. “Não faltam a esses municípios apenas a capacidade de reinventar o governo”, mas, principalmente, “condições mínimas para o exercício do próprio governo”. (OSBORNE; GAEBLER, 1995, p.43).

Os estudos de J.R. Afonso (1994) e Arretche (2000) revelam que se identifica, cada vez mais, a substituição do papel dos estados pelos municípios para algumas funções, “enquanto outras estão sem nenhum apoio financeiro governamental devido à política de controle fiscal do governo federal”, repercutindo em um quadro de heterogeneidade local. (SOUZA, 2002, p.433).

Um dos fatores para justificar a aproximação dos resultados dessa pesquisa a tal idéia é o fato de que o BPC na Escola, considerando a transversalidade para as relações de gênero, faz uso das condições desiguais das relações de gênero e das marcas sociais que as mulheres acumularam ao largo da história, a exemplo do pensamento que elas se constituem como opção fundamental para a garantia do melhor aproveitamento dos recursos financeiros transferidos. Não por menos, o programa se apóia, acima de tudo, no papel estereotipado da mulher cuidadora que trata das crianças e mantém em dia as condicionalidades.

Soma-se a esse fator, os sentimentos de culpa e não-compromisso que recaem sob as mães quando não conseguem cumprir as condicionalidades, simbolicamente lidas como “obrigações” para o mundo materno.

Os índices preocupantes desenvolvidos pelas gestões não representam somente estatísticas que vão refletir os baixos montantes a serem repassados pelo governo federal às prefeituras: arrisca-se, principalmente, o efetivo acompanhamento das famílias e põe-se em risco o projeto de matricialidade sociofamiliar, ou seja, a “concepção de que a família é o núcleo protetivo intergeracional, presente no cotidiano e que opera tanto o circuito de relações afetivas, como de acessos a bens materiais e sociais”. (SPOSATI, 2008, p.21).

Outra interpretação a ser feita é a reflexão trazida por Lavinias acerca do gasto social brasileiro em que a autora analisa os programas de transferência de renda em contraste com o investimento social - para demonstrar que a existência de tais programas, condicionados pela comprovação da insuficiência de renda das famílias candidatas, estipulam tais critérios com objetivo de reduzir a demanda, dificultando o

acesso, criando situações de inconveniências (a autora define como custos elevados para obtenção do benefício), ao passo que fomentam o nascimento de marcas, pois estas, levariam as famílias em potencial a dispensar o “auxílio monetário”. (LAVINAS, 2007).

Por isso mesmo a imagem mais usada quando o assunto é programas de transferência de renda focalizados é a da “organização da fila”. A metáfora sugere ganhos de eficiência, já que ao pôr ordem na fila se estaria estruturando o caos e identificando aqueles verdadeiramente merecedores da ajuda pública, que costumam ser os não-cidadãos ou os cidadãos de segunda classe. Só que não se trata propriamente de um direito de cidadania, mas da escolha “menos pior”. Esse é o princípio da autofocalização: aceitam-se os custos que são impostos porque seria pior, mais custoso, não aceitar. (LAVINAS, 2007, p.1469).

Lançamos mão aos resultados investigados por Lavinias para a importância do investimento social na elevação da renda do trabalho das mulheres mais pobres, em que a pesquisadora conclui que:

- Em um contexto que apresente baixa taxa de fecundidade, a existência de crianças não é fator inviabilizador para o desempenho das mulheres em situação de pobreza no mercado de trabalho quando estas possuem acesso a serviços de creches e pré-escola para as crianças pequenas e utensílios (eletrodomésticos) que reduzam a carga das tarefas domésticas – em contraposição à restrição temporal. Esses elementos aumentam as chances de inserção no mercado de trabalho, fomentando a lógica de que autonomia é “bom para elevar os salários”.
- Por sua vez, quando em posição de referencial na família, as mulheres tendem a obter lucros mais altos por meio das atividades remuneradas em comparação à condição de cônjuge. Trata-se, novamente, de uma questão de autonomia, que ao final de contas, é o aspecto mais restritivo das perspectivas do aumento dos “rendimentos ocupacionais femininos”.

Portanto, sempre que for possível a conciliação, ou melhor, a redução dos trade-offs (conflitos de escolha) entre família e trabalho, pode-se concluir que a externalização dos conflitos de gêneros – em geral oriundos das alterações relativas à “alocação do tempo de trabalho doméstico, reduzindo-o para todos os membros embora se trate de um tempo ainda e consistentemente assumido pelas mulheres –, mediante a provisão de serviços públicos”, contribuirá para o alavanque das potencialidades produtivas das mulheres, em particular daquelas em posição de subordinação. (LAVINAS; NICOLL, 2006).

Regina Miotto (2004) chama atenção para o fato de que existem duas leituras possíveis de interpretação acerca da relação entre Estado e família: a invasão do Estado no que concerne à coibição em parte da legitimidade e valores privados, em parte pela sua constituição como instrumental de emancipação dos indivíduos. Miotto analisa que, da interação entre controle e sustentação, ou mesmo do seu equilíbrio, ou ainda, entre o direito à proteção e à privacidade, podem aparecer políticas que garantam direitos individuais às mulheres, aos idosos e às crianças, em atitude de correção das vulnerabilidades sociais que se diferenciam, não sendo obrigatório o rompimento com os princípios da solidariedade familiar.

Para além das políticas de transferência de renda monetária conclui-se que a retomada do investimento público necessita ser direcionada à escola de tempo integral e ampliação do número de creches, por meio da preconização de uma educação com qualidade. Acredita-se que a universalização do acesso e de parâmetros de eficiência “dos serviços desmercantilizados” serão os elementos-chave para a redução e transformação concretas dos sistemas de valores estigmatizados, dos diferenciais de gênero e das desigualdades sociais no país.

No que diz respeito aos novos paradigmas da gestão pública, os municípios baianos em questão precisam acompanhar na prática os lemas da administração pública que vem sendo desenhado pelas últimas décadas: a transferência de responsabilidades, o gerenciamento por participação e o próprio conceito de governo empreendedor. Tais prerrogativas, por sua vez, implicam a adoção de estratégias calcadas pela liderança e sua continuidade; confiança; visão e objetivos compartilhados e, finalmente, a construção de uma infra-estrutura cívica sadia, que nas palavras do historiador Thomas Kuhn (2003), a configuração de uma rede informal de compromisso cívico em que os cidadãos, as organizações comunitárias, as empresas e os órgãos de comunicação social estão comprometidos com o bem-estar do público.

Envereda-se, portanto, não para a discussão exclusiva de programas, mas para a compreensão de uma ordem social, como analisa Ivo (2004). A idéia de reconversão social trabalhada por Anete Ivo (2004) analisa o caráter dessa agenda internacional com base na pobreza, demonstrando um movimento de hegemonia e contrahegemonia nos quais os “sentidos” da política passam a ser deslocados, o que geraria uma “suposta convergência entre os contrários”. Para a autora, a “retórica da pobreza” representaria o

“mecanismo de consentimento ampliado que atende à agenda neoliberal, traduzindo-se em ações técnicas focalizadas, de caráter gerencialista, comunitária e mitigadora da pobreza”. (IVO, 2006, p.62).

Ao mesmo tempo, Irma Arriagada contribui de forma preliminar para nossas considerações sobre o temário da presente pesquisa: A família como instituição complexa e dinâmica enfrenta outro paradoxo: por um lado,

é refúgio e apoio frente a condições mutantes que geram insegurança no âmbito trabalhista (desemprego, baixos salários); da saúde (drogadição, doença e morte); da educação (exclusão) e da violência(delictual). Ao mesmo tempo, as modificações das famílias no tempo e o efeito que provocam nelas tanto as tensões externas como as relações em seu próprio seio podem ativar fontes importantes de insegurança interna, como mudanças de estado civil (separação, divórcio), migrações e violência intrafamiliar. Desde esta perspectiva, a família é muito vulnerável às crises, ainda que ao mesmo tempo constitui a instituição mais socorrida de proteção frente a elas. (ARRIAGADA, 2002, p.144).

Responder às questões construídas tem como propósito social e científico o fomento ao debate acerca do paradoxo democrático trazido pelos princípios de um Estado de bem-estar social (incompleto), sobretudo no que diz respeito ao exercício dos direitos sociais e a dimensão efetiva da emancipação social (prevista em normativa da política) diante de um contexto marcado pela segmentação da condição de vulnerabilidade social das famílias beneficiárias e, sobretudo, de suas cuidadoras.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, J.R. *Descentralização fiscal na América Latina: estudo de caso do Brasil*. Santiago: Ed. das Naciones Unidas Comision Economica para America Latina y el Caribe, 128p, 1994.
- ARRETCHE, M. *Estado federativo e políticas sociais*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- ARRIAGADA, Irma. Cambios y desigualdad en las familias latinoamericanas. *Revista de la CEPAL*, División de Desarrollo Social, n.77, agosto de 2002.
- BORSA, Juliane Callegaro. FEIL, Christiane Friedrich. *Diferentes definições de família* disponível em: <<http://www.psicologia.compt/artigos/textos/A0419.pdf>> acesso em: 23 nov. 2010.
- Constituição da República Federativa do Brasil* de 05/10/1988. São Paulo: Saraiva. 19. ed. atualizada e ampliada, 1998.
- DINIZ, Débora; SANTOS, Wederson (orgs). *Deficiência e Direitos Humanos: desafios e respostas à discriminação*. Brasília: Letras Livres, 2010.
- DUARTE, L.F.D.1994. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, Ivete (org.). *Família e Sociedade Brasileira: Desafios nos Processos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Fundação João XXIII, 1994.
- FONSECA, Cláudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Revista Saúde e Sociedade*. V. 14, n. 2, maio – ago 2005, p. 50-59.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 3. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975.
- IVO, Anete B. L. A Reconversão do Social - dilemas da redistribuição no tratamento focalizado. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, n. 18, v.2, 2004, p.57-67.
- KUHN, Tomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- LAVINAS, Lena. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v.12, n.6, p.1463-1476, 2007.
- LAVINAS, Lena.; NICOLL, Marcelo. Atividade e Vulnerabilidade: Quais os Arranjos Familiares em Risco?. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 49, n.1, p. 67-97, 2006.

- MEDEIROS, Marcelo. et. al. *Mudança do conceito de família do Benefício de Prestação Continuada*. Ipea. Texto para discussão 1411. Rio de Janeiro. Jul. 2009.
- MIOTO, Regina Célia Tomaso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (Orgs.) *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- OSBORNE, D; GAEBLER, T. *Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. Brasília: Ed. MH Comunicação, 153pp, 1995.
- PETRINI, Giancarlo. *Significado social da família*. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.16, n.18+19, 2009.
- SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SPOSATI, Aldaíza. *Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva: Concepções Fundantes*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública – Curso Gestão Pública/MDS, 2008.
- ZITKOSKI, Jaime José. *Paulo Freire & educação*. Belo Horizonte: ed. Autêntica, 2006.

Família, vulnerabilidade e habitação: uma reflexão.

Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco¹

Professora Dra. Jussara Ayres Bourguignon²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados preliminares do diagnóstico socioeconômico das famílias usuárias da Secretaria Municipal de Assistência Social de Sengés-PR, enfatizando a questão habitacional e a condição de vulnerabilidade das famílias pesquisadas. Para tanto utilizaremos elementos do diagnóstico municipal de Sengés-Pr através da pesquisa desenvolvida no Núcleo de Estudos e Pesquisas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Estadual de Ponta Grossa-Pr. O universo de pesquisa foi delimitado pelas famílias usuárias dos programas sociais desenvolvidos pelo Município de Sengés. Os dados foram obtidos através de instituições oficiais e de entrevistas com roteiro estruturado de questões, sendo que foram entrevistadas 889 famílias com participação voluntária.

Palavras-chave: Habitação, vulnerabilidade, família.

Abstract

This article aims to present the preliminary results of the socioeconomic diagnosis of household's users of Social Municipal Assistance of Sengés-PR, emphasizing the habitational question and the condition of vulnerability of families surveyed. To do this, we will use elements of municipal diagnostic from Sengés-Pr through the research developed in the Nucleus of Studies and Research: State, Public Policies and Social practices of the Applied Social Sciences Post Graduation Program in State University of Ponta Grossa-Pr. The research universe was delimited by households that use social programs developed by the municipality of Sengés. The data were obtained through official institutions and interviews with structured questions scripts, and that were interviewed 889 families with voluntary participation.

¹ Bacharel em Geografia, mestranda no Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - UEPG, bolsista CAPES, pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais. julianathaisa@hotmail.com

² Professora Doutora em Serviço Social (PUC/SP), docente e coordenadora do Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas e pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

Keywords: Habitation, vulnerability, Family.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados preliminares do diagnóstico socioeconômico das famílias usuárias da Secretaria Municipal de Sengés-PR, bem como compreender a habitação como possibilidade de superação da vulnerabilidade das famílias de Sengés. Para tanto utilizaremos elementos do diagnóstico municipal de Sengés-Pr da pesquisa desenvolvida no Núcleo de Estudos e Pesquisas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais, vinculado ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas promove e articula pesquisas de caráter multidisciplinar das áreas de Direito, Geografia e Serviço Social; produzindo e socializando os conhecimentos desenvolvidos de maneira sistemática. Envolvendo esta perspectiva, por solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Sengés, realiza uma pesquisa de sistematização do perfil das famílias usuárias desta secretaria, a partir de diagnóstico socioeconômico; delimitando a partir desta metodologia, indicativos de vulnerabilidade familiar que auxiliem a equipe gestora da SMAS/ Sengés na avaliação e planejamento de políticas públicas que atendam a esta demanda. (NEPEPPS, Projeto de Pesquisa...2011)

O município de Sengés localiza-se na região dos Campos Gerais na divisa com São Paulo, está a 269 km de Curitiba, capital do Estado do Paraná. Segundo IPARDES³ (2012) possui população estimada de 18.463 habitantes, dos quais, 1.620 famílias encontram-se em situação de pobreza, totalizando 7.006 pessoas nesta situação, com taxa de pobreza em 32, 72%.

No decorrer das mudanças ocorridas no plano social, econômico e culturais, derivadas do processo de globalização da economia e das inovações tecnológicas observam-se alterações no padrão tradicional de organização e da dinâmica das relações familiares. Deste modo, a concepção de família amplia-se, extrapolando os limites dos laços consanguíneos e a convivência em uma mesma casa.

Para ParaKaloustian e Ferrari:

³ Instituto Paranaense de desenvolvimento econômico e social

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. (1994, p.11)

Sendo a família uma construção social, é marcada por experiências de vida e dificuldades enfrentadas. Na família pobre essas dificuldades são acentuadas pelo desemprego, baixa escolaridade e falta de oportunidades; que submetem as famílias a um contexto de vulnerabilidade social e econômica.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social, vulnerabilidades sociais decorrem:

[...] da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outros). (BRASIL, 2009)

A demanda por habitação está presente em todas as classes sociais e a busca pela moradia é inerente à sociedade. A habitação deve ser reconhecida não só pela estrutura, mas pela sua representação social, pois a habitação é um bem caro na sociedade capitalista. E sem as condições básicas de sobrevivência como alimentação e moradia a família se torna excluída socialmente. Deve-se discutir políticas voltadas à inserção das famílias em situação de vulnerabilidade na sociedade, sendo que o Estado aparece como mediador dessa relação.

A cidade é a concretização espacial das lutas e desigualdades de classes, pois o indivíduo está subordinado a viver dentro de suas possibilidades financeiras e as condições em que ele vive dependem do acesso a que esse indivíduo tem com os serviços coletivos: habitação, saúde e transporte, entre outros. Segundo Santos (1987), ser cidadão é ter três tipos de direitos: os políticos individuais, os coletivos e os sociais que “garantiriam ao indivíduo um padrão de vida decente, uma proteção mínima contra a pobreza e a doença, assim como uma participação na herança social” (SANTOS, 1987, p. 12).

Metodologia

Para esse trabalho, o Núcleo Temático em Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais utiliza como procedimentos a pesquisa documental, a bibliográfica, além do emprego de instrumentos para elaboração do diagnóstico municipal, com a realização de um diagnóstico socioeconômico das famílias atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social – Sengés/Pr. O projeto de pesquisa intitula-se “Estudo das condições sócio-econômicas das famílias usuárias da Secretaria Municipal de Assistência Social de Sengés – Paraná”, com início no primeiro semestre de 2011 e atualmente está em fase de sistematização e análise dos dados empíricos.

A base para o desenvolvimento da pesquisa foi o estudo já desenvolvido pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM) - Diagnóstico Municipal uma metodologia. (Disponível em: http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/Diagnostico_Municipal/diagnostico_municipal_TR.pdf)

O universo de pesquisa foi delimitado pelas famílias usuárias dos programas sociais desenvolvidos pelo Município de Sengés – Pr. Os dados foram obtidos através de instituições oficiais e de entrevistas com roteiros semiestruturados, onde foram entrevistadas 889 famílias com participação voluntária. Os dados foram sistematizados pelo Centro de Estudos Miguel Roger Vargas – UEPG e pelo Núcleo Temático em Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais.

Foram contempladas as seguintes áreas nos formulários: economia, trabalho, assistência social, educação, saúde, habitação, infraestrutura, esporte e lazer; que serão consolidadas através da análise de conteúdo.

Os resultados obtidos serão divulgados ao município de Sengés para subsidiarem avaliação dos programas sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Vale ressaltar que o projeto e o formulário foram submetidos à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (COEP-UEPG), sendo aprovado, considerando que o público da pesquisa são famílias em condição de vulnerabilidade social.

Habitação

A moradia é fruto de um longo processo histórico que assume diversas formas. No período Paleolítico o homem buscava locais como a caverna, abrigos fixos onde encontravam segurança. Na Idade Média as concentrações das cidades e de moradias eram em pequenos espaços de produção e de troca. (BRUMES, 2000). Com o passar do tempo as cidades foram se organizando de maneira complexa, estabelecendo uma sociedade de classes, formada entre a dominação e a exploração da população.

Com a Revolução Industrial, houve um grande processo de urbanização, pois com o desenvolvimento da industrialização ocorreu um grande movimento migratório do campo para a cidade buscando melhores condições de vida, isto provocou transformações sociais, econômicas e culturais na sociedade. Conforme Sposito (2000, p.51),

a indústria provoca um impacto sobre o urbano. As cidades, como formas espaciais produzidas socialmente, mudam efetivamente, recebendo reflexos e dando sustentação a essas transformações estruturais que estavam ocorrendo a nível do modo de produção capitalista.

Com o processo de industrialização, com o crescimento das cidades surgem problemas sociais vinculados a questão habitacional, tais como: acelerada aglomeração da população na área urbana, valorização da terra – propriedade privada, necessidade a serviços públicos como: saúde, educação, transporte, infra - estrutura e inadequação das moradias.

Com a urbanização surgem diversas características presentes em uma sociedade dividida em classe, onde quem possui recursos financeiros tem acesso aos bens e serviços, quem vive em situações de pobreza vive com a falta de condições necessárias para viver, morando em locais impróprios como periferias.

Desta forma, com o aumento de favelas, pessoas residindo em áreas irregulares, em casas alugadas ou cedidas se acarretam os problemas habitacionais, surgindo a necessidade de políticas públicas que visem a melhoria desta situação. No Brasil as primeiras ações relativas à habitação foram entre os anos de 1882 e 1885, onde compreendiam dois conteúdos básicos: a saúde pública e as concessões de incentivo. Nos anos de 1889 e 1902, houve o incentivo às empresas para que construíssem Vilas Operárias aliadas à isenção de impostos. (GONÇALVES, 2000).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe uma nova concepção de direitos sociais, reconhecendo os cidadãos como portadores de direito.

Com relação à habitação, a Constituição traz os artigos 182 e 183, os quais tratam da Política Urbana que, após treze anos de discussão, vão ser regulamentados no Estatuto da Cidade. Porém a habitação só foi considerada um direito social a partir de 2000, quando a moradia foi inserida no texto constitucional, alterando a redação do artigo 6º do capítulo II da Constituição Federal, passando a vigorar: “ Artigo 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 2003).

Em 2003, com o governo de Luís Inácio Lula da Silva, objetivando combater as desigualdades sociais, transformar as cidades em espaços mais humanizados e ampliar o acesso da população à moradia, saneamento básico e ao transporte. Para tanto, foi criado o Ministério das Cidades, o qual é composto pelas Secretarias Nacionais de Habitação, Projetos Urbanos, Saneamento Ambiental, Transportes e Mobilidade Urbana. No ano de 2004, entra em vigor a Política Nacional de Habitação, que tem como prioridade o acesso a uma moradia digna para toda a população, sobretudo a população de baixa renda. No seu segundo mandato, sua gestão foi implementado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual visa incentivar mais investimentos no Brasil, através do desenvolvimento de projetos de infraestrutura a partir de três eixos: Infraestrutura Logística, Infraestrutura Energética e Infraestrutura Social Urbana. (PAC, 2008).

Em 2010, foi lançado a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que incorpora mais ações nas áreas social e urbana, os investimentos do PAC estão organizados em seis eixos: transporte; energia; cidade melhor; comunidade cidadã; minha casa, minha vida; água e luz para todos. (PAC, 2010).

Observamos que a Política Habitacional está inserida num contexto de contradições de interesses, se analisarmos a trajetória da política habitacional na sociedade brasileira, analisamos que o desafio para que a população tenha acesso a uma moradia digna é grande, a demanda brasileira que necessita de um local para morar está crescendo a cada dia, bem como o número de pessoas que vivem em situações precárias.

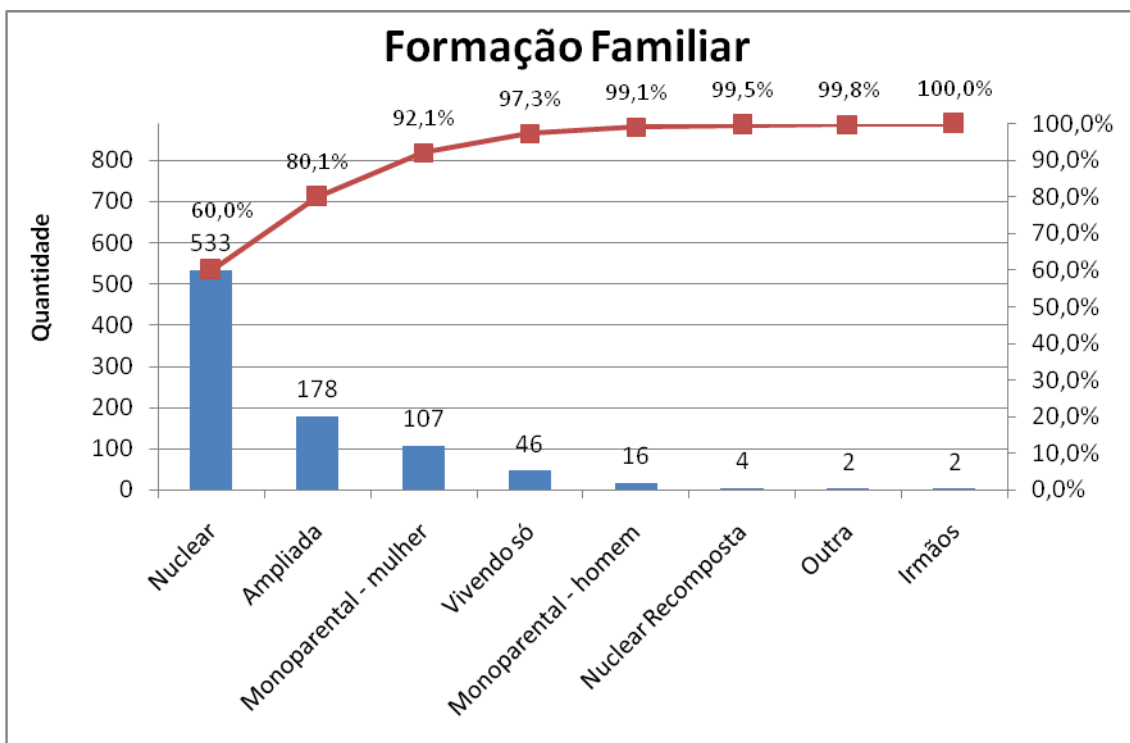
De acordo com o IBGE 2000, a população de baixa renda não tendo recursos necessários pra obter uma moradia no mercado imobiliário legal, busca formas irregulares para obter a mesma. O governo lança programas de financiamento de

morádias para acesso a casa pr3pria, por3m a popula33o n3o possui recursos para custear o financiamento e assim obrigam-se a recorrer a formas irregulares de morádias.

Em rela33o 3 habita33o o munic3pio de Seng3s possui uma Secretaria de Habita33o, mas os cadastros e as pol3ticas desenvolvidas no munic3pio s3o de responsabilidade da Cohapar (Companhia de Habita33o do Paran3). Segundo a Cohapar, S3nges possui 1000 fam3lias cadastradas 3 espera de uma casa.

Resultados Alcan3ados:

Na composi33o familiar das 889 fam3lias entrevistadas, h3 predomin3o de fam3lias nucleares, correspondendo a 60,0% do total; 20,0% s3o ampliadas e 12,0% das fam3lias t3m a mulher na condi33o de chefe de domic3lio, sendo a participa33o dos homens nesta mesma condi33o de 1,8%.



Gr3fico 1: Forma33o Familiar

Fonte: Diagn3stico das fam3lias usu3rias

Organiza33o: NEPEPPS

Um indicador significativo observado na pesquisa 3 em rela33o 3 renda familiar, que das 889 fam3lias 87,6% possuem renda entre R\$ 275,00 3 R\$ 1100,00, dessas 10,8% possuem renda inferior a R\$ 275,00;64,4% encontram-se entre

R\$ 275,00 à R\$800,00; 12,3% entre R\$ 800,00 àR\$1100,00; 9,4% das famílias possuem renda superior àR\$1100,00; dessas apenas 3,3 com mais de R\$ 1400,00.

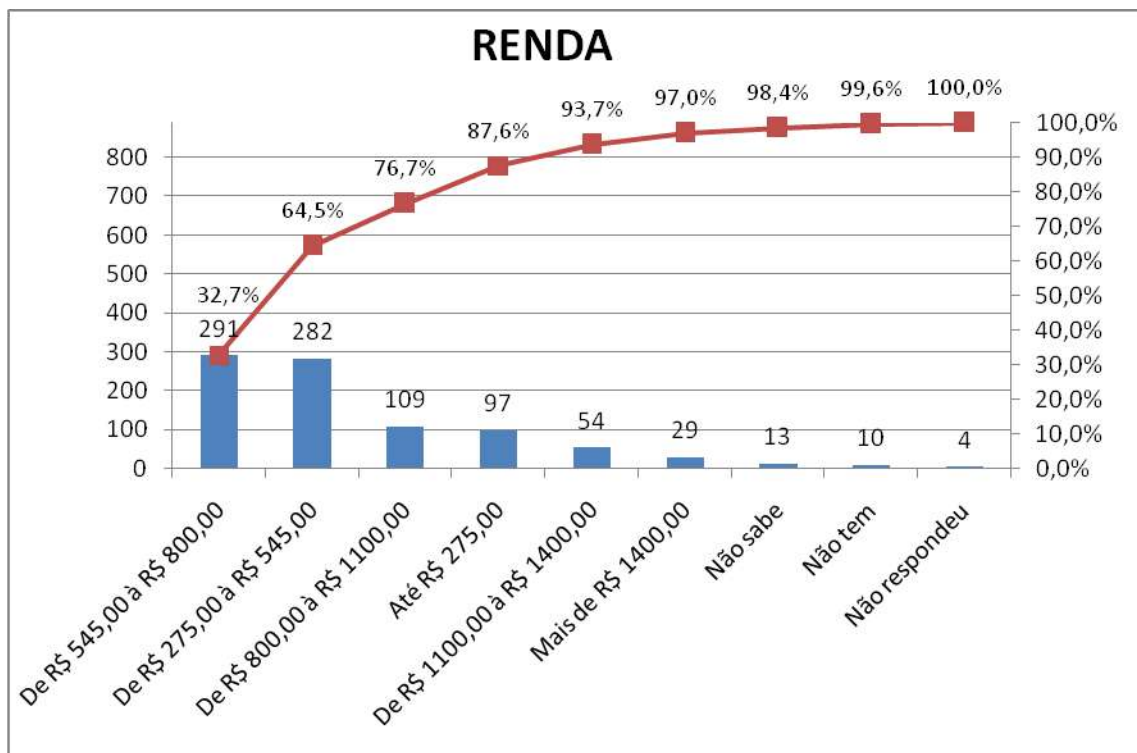


Gráfico 2: Renda

Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias

Organização: NEPEPPS

Observa-se que das 889 famílias entrevistadas 78,7% possuem casa própria; 11,2% cedida por parentes ou amigos; 8,3% são alugadas; 0,9% são financiadas e 0,4% não responderam. Verifica-se que dos 889 domicílios entrevistados, apenas 31,4% das famílias possuem documentação regularizando sua moradia.

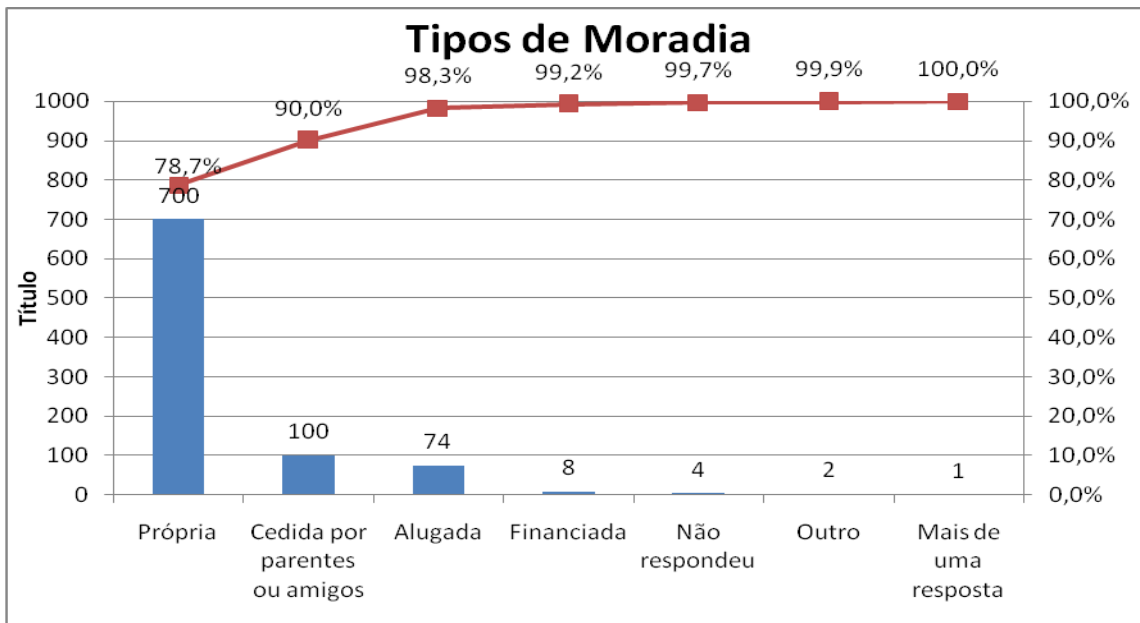


Gráfico 3: Tipos de moradia

Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias

Organização: NEPEPPS

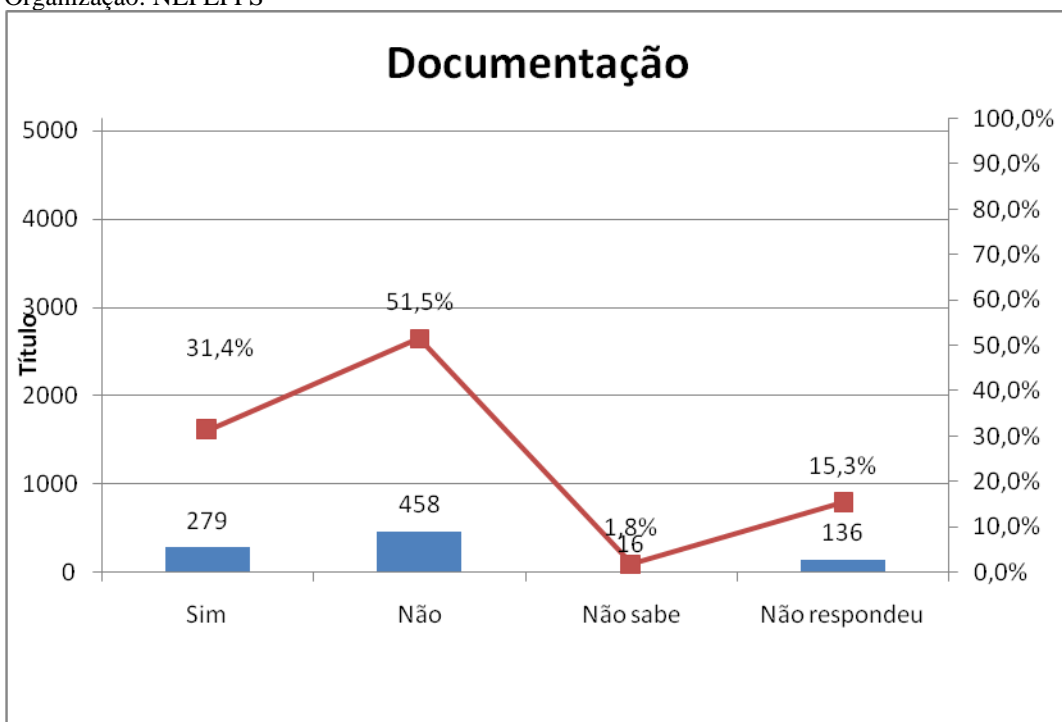


Gráfico 4: Documentação

Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias

Organização: NEPEPPS

Quanto a características das moradias a maioria é construída em alvenaria, sendo 58,9% com essa característica; 31,8% construídas em madeira, 4,6% em construção mista (madeira e alvenaria); 2,6% em compensado; 1,2% em costaneira.

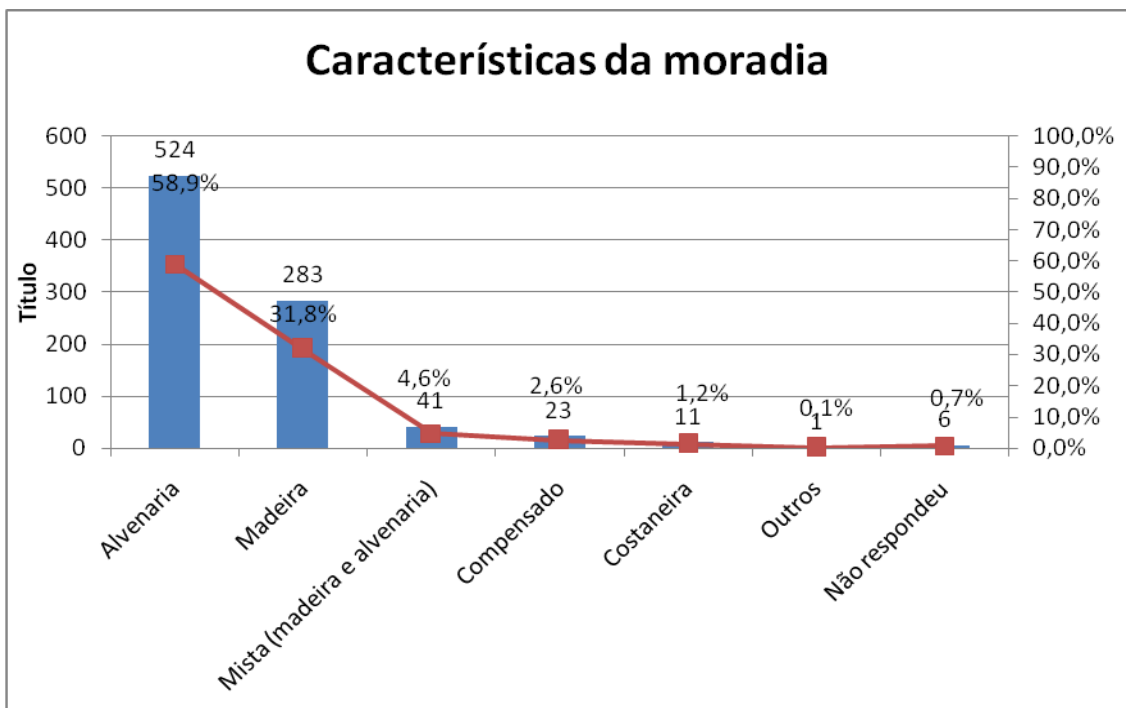


Gráfico 5: Características da moradia

Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias

Organização: NEPEPPS

Das 889 famílias entrevistadas 82,0% possuem até 5 cômodos, dessas 36,9% possuem moradia com 5 cômodos, 24,0% possuem moradia com 4 cômodos, 15,4% possuem moradia 3 cômodos, 5,5% possuem moradia com 2 cômodos.

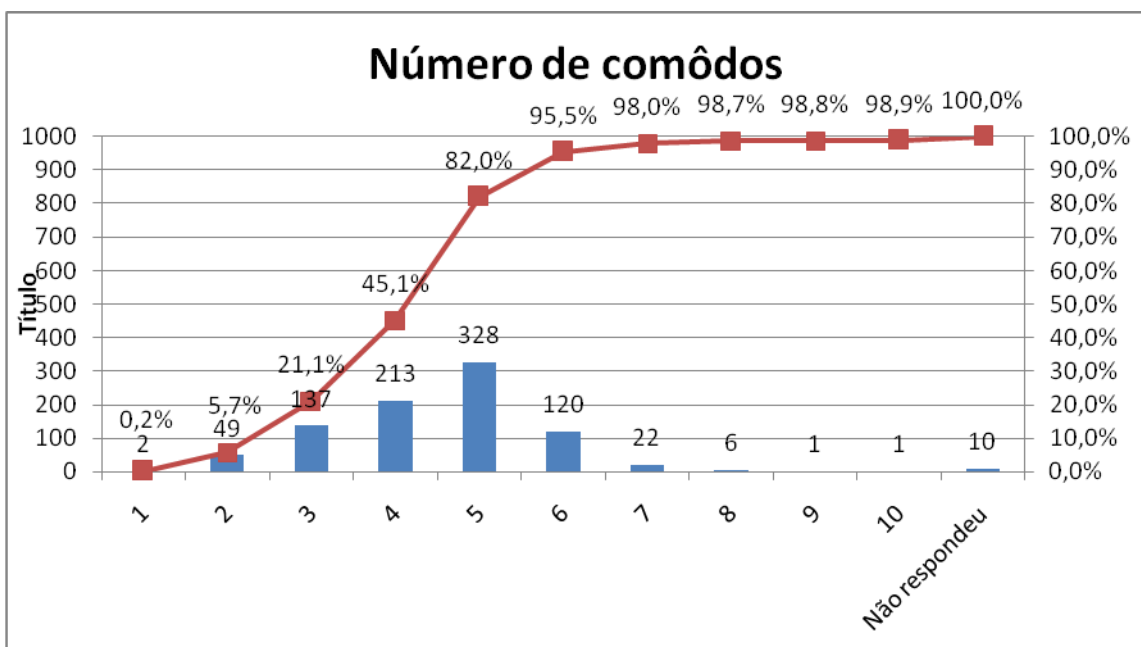


Gráfico 6: Número de cômodos

Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias

Organização: NEPEPPS

Das 889 famílias entrevistadas 94,3% das famílias informaram que possuem banheiro, sendo que destas: 98,3% possuem 1 banheiro em casa, 1,2% possuem 2 banheiros, 4,7% das famílias não responderam e 1% das famílias não possuem banheiro. Foi informado que 10,0% das famílias possuem casinha externa, o que demonstra que mesmo possuindo banheiro alguns ainda possuem casinha externa.

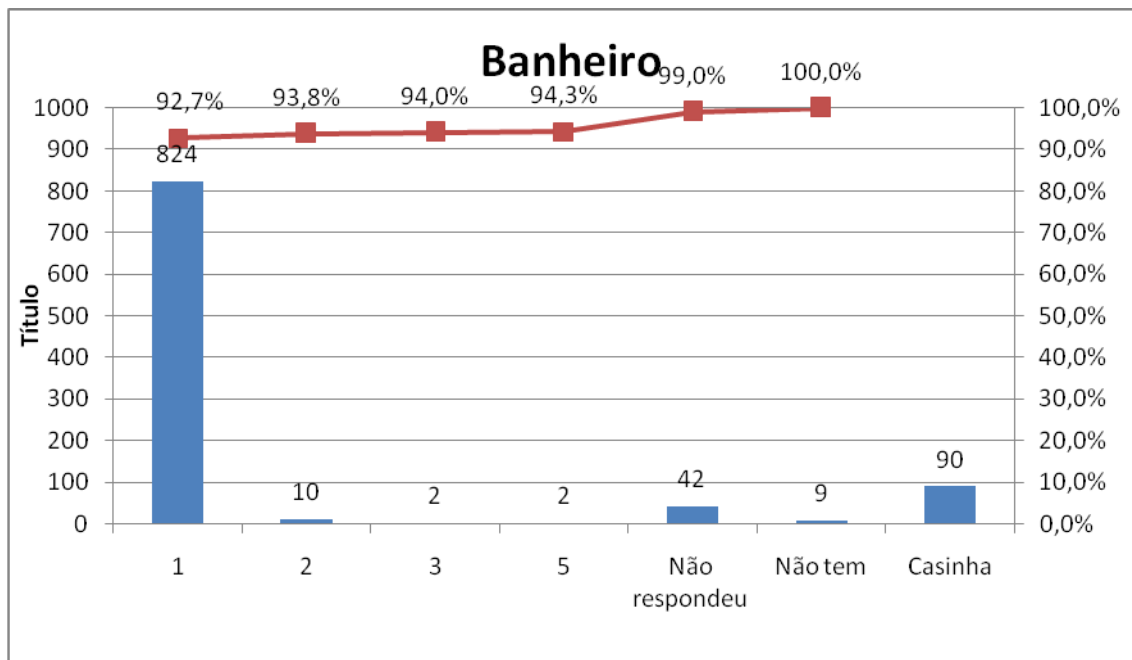


Gráfico 7: Banheiro

Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias

Organização: NEPEPPS

Observa-se que entre as 889 famílias, 66,7% têm como pavimento de suas moradias ruas de terra; 24,9% têm pavimentação asfáltica; 5,5% famílias têm como pavimentação ruas de paralelepípedo; 1,9% estão em carreiros.

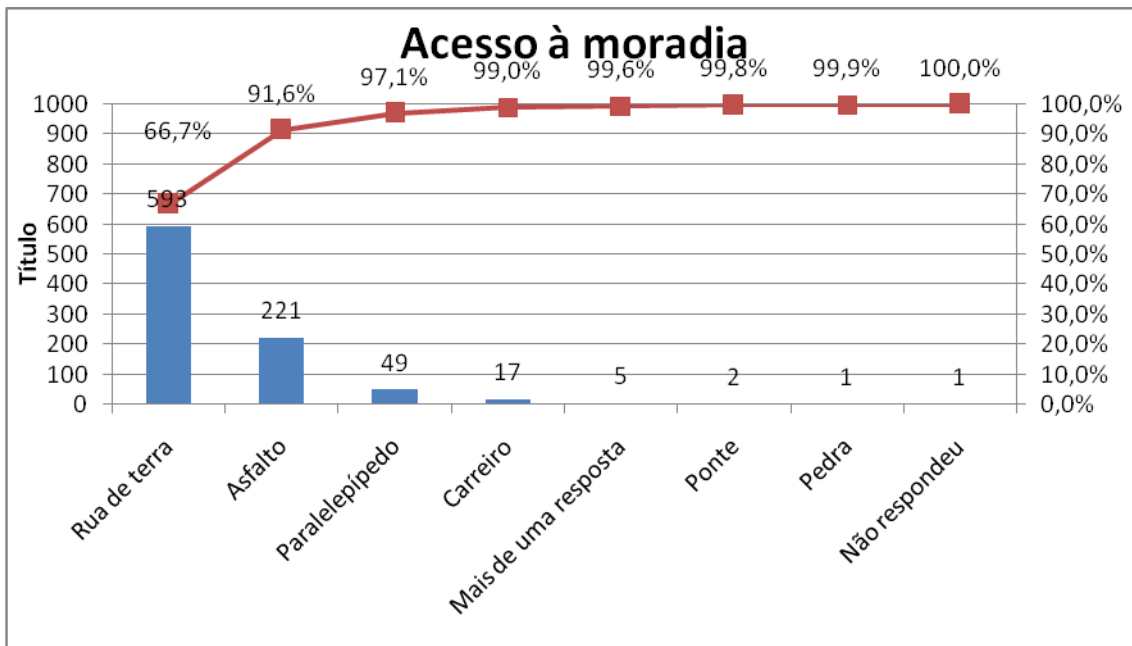


Gráfico 8: Acesso à moradia

Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias

Organização: NEPEPPS

Em relação ao saneamento básico percebemos que 39,2% possui rede de esgoto, mas 60,8% das residências não possui rede de esgoto e utiliza meios inadequados para o descarte do esgoto, como: 32,2% das famílias despeja o esgoto direto no rio, 21,5% utiliza fossa, 5,2% despeja em céu aberto, entre outros.

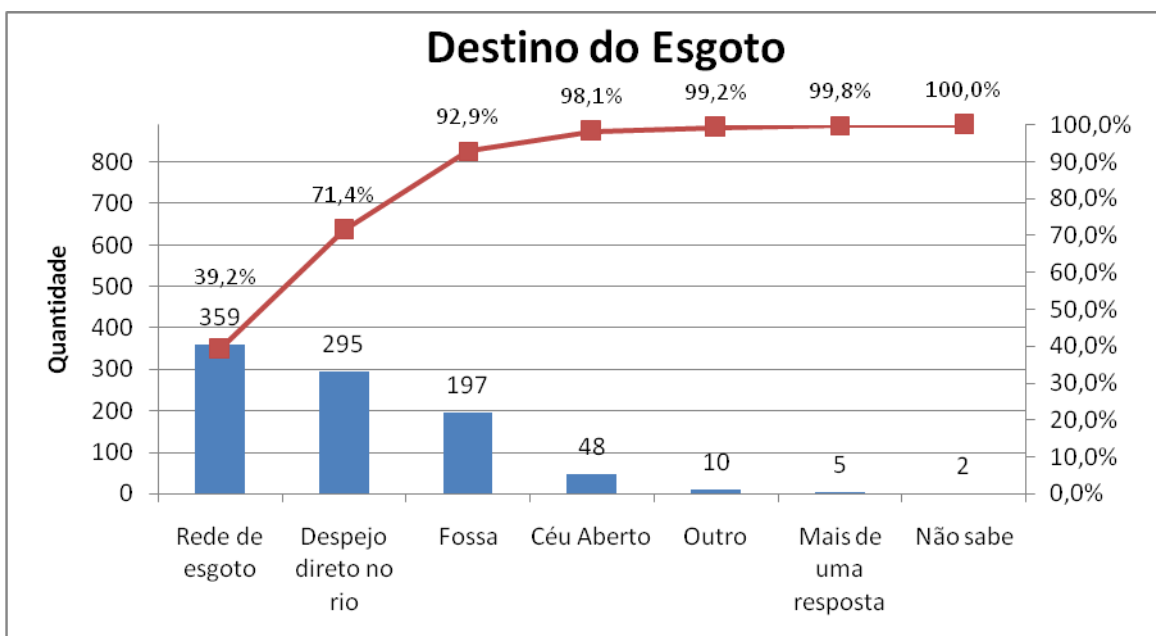


Gráfico 9: Destino do esgoto

Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias

Organização: NEPEPPS

A maioria das famílias tem acesso a rede de abastecimento de água, 92,5% das moradias recebe água tratada, mas 7,5% das moradias captam água de olho d'água, poço, rio, mina.

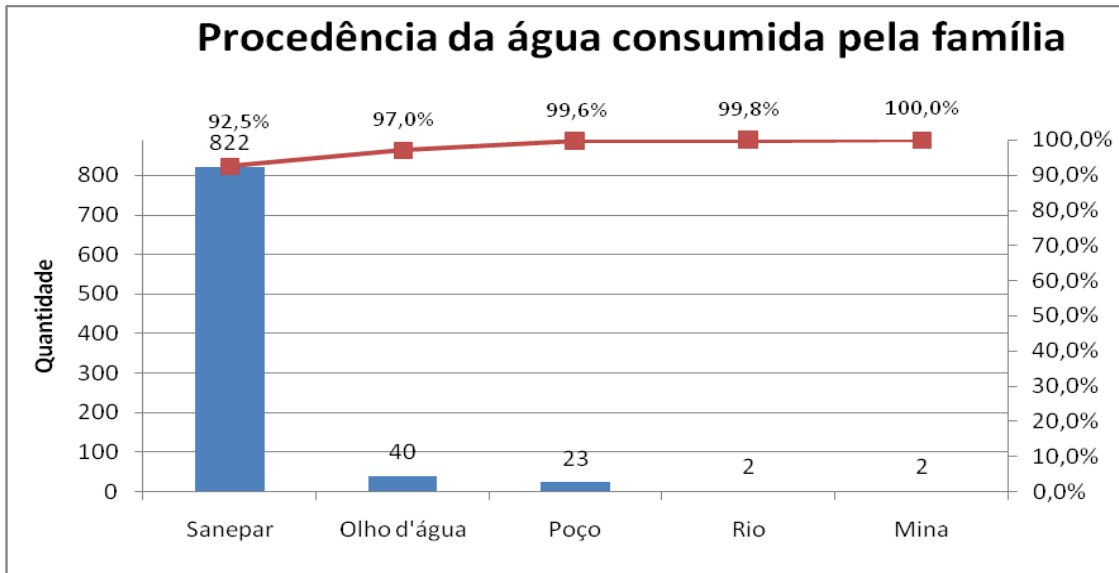


Gráfico 10: Procedência da água consumida pela família

Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias

Organização: NEPEPPS

Os formulários de entrevista levantaram informações sobre as enchentes ocorridas em Sengés, tendo em vista que em janeiro de 2010 o município foi atingido, causando muitos estragos e prejuízos na cidade, tais como: as rodovias de acesso a Sengés foram interditadas, o Município ficou ilhado e sem comunicação, a chuva derrubou postes e a cidade ficou sem energia por algum tempo e o abastecimento de água também ficou comprometido.

Em Sengés foram 223 famílias e cerca de 929 pessoas atingidas em suas casas, o centro comercial também foi atingido pela enchente causando muitos danos aos proprietários e foram registradas cinco mortes pela enchente.

Conforme o relatório da Defesa Civil do Paraná 732 pessoas desalojadas, 120 desabrigadas e 5 pessoas falecidas, considerando como afetadas pela enchentes cerca de 14.035 pessoas. Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social, aproximadamente 60 famílias perderam suas casas, mas quatro famílias estão recebendo auxílio com aluguel social até o presente momento. Atualmente o município encontra-se em processo de reestruturação.

Das 889 famílias entrevistadas 22% das famílias foram afetadas pela enchente, dessas 55,7% das famílias tiveram suas moradias afetadas, 26,8% tiveram o trabalho afetado pelas enchentes.

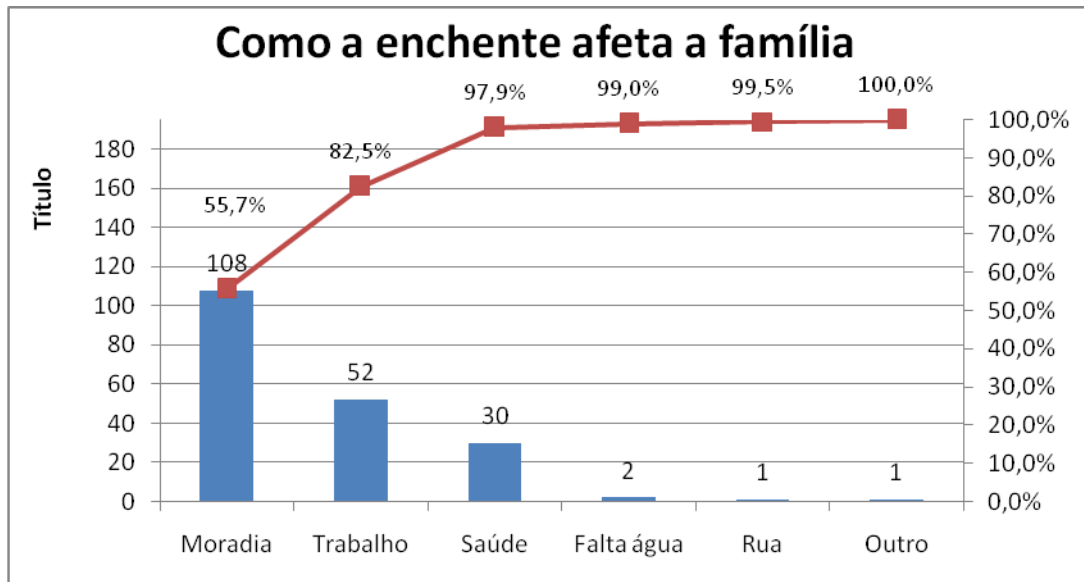


Gráfico 11: Como a enchente afeta a família

Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias

Organização: NEPEPPS

O trabalho com famílias e a sistematização dos possibilita a reflexão sobre a realidade das famílias atendidas pela Secretária Municipal de Assistência Social-Sengés-Pr. e a elaboração do diagnóstico municipal.

Tendo em vista esses indicativos, percebemos que as famílias atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social apresentam semelhanças entre elas. São famílias em situação de vulnerabilidade, apresentam baixa renda, que apesar de muitas famílias possuírem casa própria, há muitas em situação de irregularidade, o que causa insegurança.

Considerações Finais:

No âmbito da proteção social, as políticas sociais têm importante papel de “[...] construção das condições de protagonismo e de autonomia das classes subalternas.”(BATTINI e COSTA, 2007, p. 50).. Neste sentido a habitação se constitui importante demanda para garantir segurança à família. A partir da habitação se estabelecem relações comunitárias e de pertencimento, se garantem, também qualidade

de vida e acesso a bens e serviços na rede de serviços socioassistenciais de um dado município.

A pesquisa desenvolvida em Sengés, poderá gerar indicadores em torno da questão habitacional, subsidiando aos gestores das políticas públicas local repensar as ações que possam garantir acesso aos direitos fundamentais dos cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade sócio-econômica.

Referências

BATTINI, O. e COSTA, L.C. SUAS: conquistas sociais e desafios. In BATTINI, O. (org.). **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. Curitiba: CIPEC; São Paulo: Veras Ed, 2007.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2009. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf> Acesso 10/07/2012.

BRUMES, Karla Rosário. **Cidades: (RE) definindo seus papéis ao longo da história**. Mestranda pela FCT/UNESP - Campus de Presidente Prudente. 2000.

CEPAM. Construindo o Diagnóstico Municipal: uma metodologia. Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal. , 2012. Disponível em

http://www.cepam.sp.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=381 Acesso em 10/07/2012.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 2003. Disponível em :http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.771.htm

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **Habitação**. In. Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais. 2000. Módulo 3. Brasília. UMB. p. 247- 259.

IPARDES, Disponível em:

http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=84220&btOk=ok Acesso em 10/07/2012.

IBGE Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/habitacao/ocupacao_marginal.html Acesso em 10/07/2012.

KALOUSTIAN, S.M. e FERRARI M. Introdução, p. 11-15. In KALOUSTIAN, S. M. (org.). **Família brasileira, a base de tudo**. Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília, 1994.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SENGÉS, 2012.

SPOSITO, Maria da Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. 10 ed. São Paulo: Contexto 2000.

NEPEPPS – Núcleo de Estudos e Pesquisas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/UEPG. Pr. **Estudo das condições sócio-econômicas das famílias usuárias da Secretaria Municipal de Assistência Social de Sengés – Paraná** (Protocolo de Pesquisa). 2011.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) 2008-2010. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br> > Acesso: 17 de novembro de 2011.

O ALUNO-TRABALHADOR E A ESCOLA NOTURNA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA MEMÓRIA SOCIAL

Roney Gusmão do Carmo (Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e professor da Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC, guzmao@hotmail.com).

Ana Elizabeth Santos Alves (Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Memória Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB).

Resumo: As mudanças acionadas pela economia global, especialmente a partir da década de 90, aportaram nas escolas bem como em torno da sua vinculação com o mundo do trabalho. A função desempenhada pela educação sofreu incrementos proporcionados por uma nova roupagem aplicada à teoria do capital humano e tais mudanças reforçaram a ideia de que a escola se ancora num contexto amplo de trâmites socioeconômicos capazes de promover inferências à prática pedagógica e sua difusa relação com o trabalho. Se, por um lado, o sistema educacional parece acompanhar as metamorfoses suggestionadas pelo sistema, por outro, as representações sociais esboçadas pelos trabalhadores que nela insistem, transportam elementos construídos em contextos anteriores, gerando assimetrias entre os significados assumidos pela escolarização para o aluno-trabalhador e as reais possibilidades assentadas na educação no contexto contemporâneo.

Palavras-chave: aluno-trabalhador, memória social, representações sociais.

Abstract: The changes triggered by the global economy, especially from the 90s, arrived at school and at their relationship to the world of work. The role played by education suffered increments provided by a new dressing applied to the human capital theory and such changes have reinforced the idea that the school is grounded in a context that promote socioeconomic

inferences to pedagogical practice and its relationship to diffuse the work . If, on the one hand, the educational system seems to accompany the metamorphoses suggested by system, on the other hand, social representations outlined by workers who insist on it, carrying elements built in previous contexts, generating asymmetries between the meanings given by the school for the student-worker settled and the real possibilities in education in the contemporary context.

Key-words: Worker-student, social memory, social representations.

Em virtude da necessidade de conciliar trabalho diurno e o estudo durante a noite, verifica-se a frequência quase exclusiva de alunos-trabalhadores durante o período noturno. Tal fato ocorre, tanto por que o ensino noturno surge a partir de reivindicação dos trabalhadores pelo direito de se manterem estudando, como também por que esta foi vista pela classe trabalhadora como a oportunidade de adequação às demandas do mercado de trabalho.

O percurso assumido pela escola noturna desde sua instauração, como é típico da prática pedagógica, vai assumindo funções, objetivos e pretensões que oscilam muito em conformidade com as próprias trajetórias do sistema capitalista. Quando a escola adquiriu a função tecnicista¹, por exemplo, havia todo um contexto socioeconômico em tramitação que muito requeriam da instituição escolar algumas características propositalmente concebidas enquanto tecnicistas. É um grave equívoco negligenciar o quanto o espaço escolar importa paradigmas que são sugestionados pela conjuntura social que lhe contém. Assim, a escola não é concebida como um elemento desagregado de todo curso assumido pela própria sociedade global, mas como parte desse *corpus* político, econômico e cultural.

A escola, como de resto qualquer instituição social, não pode ser pensada como se existisse autônoma e independentemente da realidade histórico-social da qual é parte. Não pode ser pensada como se estivesse isolada por uma “muralha” do conjunto das demais práticas sociais, mesmo quando os saberes transmitidos são vagos, abstratos, assumindo a aparência de independência ante os condicionantes sociais. Ao contrário, a escola é parte integrante e inseparável do conjunto dos demais fenômenos que compõem a totalidade social. (FRANCO, 1991, p. 54).

¹ É denominada escola tecnicista, o modelo pedagógico submisso às exigências do mercado de trabalho industrial. O emprego é, nesse paradigma, elemento orientador do currículo, capaz de estruturar toda a função da escola no interior da sociedade. Essa prática sujeitou toda a educação sistematizada às urgentes necessidades de formar mão-de-obra habilitada para o trabalho fabril. (SAVIANI, 2010)

Havendo admitido esta constatação, ao propormos uma análise sobre a escola noturna fica clara a percepção de que esse espaço é capaz de reproduzir as relações díspares do sistema e incorporar caracteres capazes de sinalizarem para uma investigação mais avolumada pelo alargamento dos conflitos que permeiam a estrutura capitalista. Dessa forma, os alunos aqui estudados trazem para o interior da escola um conjunto de representações bastante impregnadas pela ideologia estruturante da prática social na atualidade. Esta verificação inspirou a pergunta de partida nesta análise: Qual é o sentido assumido pela escola noturna para o trabalhador que nela insiste?

Este questionamento muito se relaciona com nosso trajeto profissional como docente inserido no ensino noturno, fato este que nos fez conhecer muito proximamente as limitações que se tornam tão nítidas no cotidiano da educação praticada no período da noite. Como já mencionado, é a proximidade com o mercado de trabalho que se manifesta na mais substancial característica que distingue a escola noturna das demais modalidades de ensino, uma vez que esses alunos não conhecem a realidade da exploração do trabalho por ouvirem dos pais ou amigos, mas, eles mesmos, vivenciam tais perversidades e transportam para o dentro da escola elementos deste cotidiano de exclusão. A maioria dos alunos é composta por trabalhadores e tem esta segunda condição como prioridade, uma vez que o contexto social que lhe é típico reafirma sua iminente necessidade de se manter na busca instantânea pela remuneração que, mesmo de forma precária, lhe permite construir minimamente seu espaço de existência (ABDALA, 2004). Não se trata de alunos que apenas estudam e ainda pensam na profissão que terão quando adultos, mas trata-se de adultos que outrora abandonaram a escola, impelidos pela necessidade de trabalharem e que agora a reconhecem como espaço de construção e, por efeito, mobilidade social.

É nítida a constatação de que a escola noturna se organiza em função das características impostas pela realidade do trabalho remunerado. A estrutura do calendário, a flexibilidade na entrega de atividades, a tolerância quanto ao horário de ingresso na escola, o programa de provas se materializam como aspectos que são estruturados sob a verificação de que este aluno é, sobretudo, um trabalhador e, ao negligenciar essa característica, a escola contribui com a ampliação do fracasso escolar, seja pela evasão ou pela repetência.

O trabalho, embora seja a característica mais sobressaliente deste perfil de aluno, entra na escola noturna basicamente como mecanismo ordenador de atividades, fato este que muito equivocadamente é interpretado como suficiente em si mesmo. Como se pretende debater muito brevemente, o trabalho poderia ingressar no espaço escolar como objeto de análise e mecanismo de fomento à consciência.

A pergunta de pesquisa anteriormente formulada foi construída a partir de hipóteses que também norteiam esta investigação. As hipóteses foram esboçadas a partir, tanto da experiência enquanto docente do ensino noturno, como também por intermédio das investigações bibliográficas acerca dos temas que tangenciam o objeto de pesquisa deste trabalho.

O primeiro pressuposto básico a orientar esta investigação é que existe uma distância abissal entre os objetivos de vida e de trabalho do aluno-trabalhador e o projeto político pedagógico da escola, construído segundo os princípios do (atual) projeto capitalista de sociedade. No último quartel do século XX vivenciamos um conjunto de transformações políticas, sociais e econômicas em âmbito mundial e especificamente, no que diz respeito à esfera do trabalho observamos o ajuste da economia por meio das privatizações, flexibilização, aumento do desemprego e desregulamentação. Essas mudanças repercutiram de forma direta e indireta na escola média regular, exemplificado a partir de noções como empregabilidade, competências, competitividade, habilidades e qualidade total. (GENTILI, 2008).

Para decompor melhor a primeira hipótese aqui erigida, torna-se pertinente realizar uma breve contextualização histórica sobre o que se chamou de reestruturação produtiva e suas implicações no Brasil.

Os primórdios da industrialização brasileira se inscrevem num período denominado fordismo, quando imperava uma produção em larga escala e voltada para um mercado consumidor previsível (PINTO, 2010). A industrialização tardia se tornara o aparelho mais presente nos discursos políticos, pois, por este meio, concebia-se um novo Brasil inserido num diferenciado patamar econômico na Divisão Internacional do Trabalho. Demandava-se mão-de-obra para indústria numa escala surpreendente e a escola insurgia dentro deste olhar, cabendo-lhe a função de formar trabalhadores instantaneamente para as requisições deste mercado de trabalho em exponencial dilatação. Neste sentido, a escola absorvia esta demanda e se estruturava para atender com imediatismo as requisições de um novo modelo de desenvolvimento econômico.

Em linha paralela, observavam-se também incrementos realizados nas relações de trabalho, pois, pioneiramente, edificava-se o parque industrial que tinha por principal função substituir as importações. Largos contingentes de imigrantes aportavam nas cidades, eram trabalhadores, em grande parte, braços oriundos de regiões rurais e que não apresentavam qualificação mínima diante das novas requisições do mercado. A escola, portanto, se tornara

o organismo supremo capaz de compatibilizar os trabalhadores ao novo modelo de desenvolvimento nacional. (FREITAG, 1979).

Também aliado a este processo, salienta-se o componente ideológico dessa empreitada, pois havia a necessidade de romper com o paradigma sobre trabalho enquanto meio degradante. Fazia-se imperativo conceber o trabalho como caminho único para alcance da dignidade, honra e construção do bem comum. A escola se configura também como ferramenta de convencimento a este respeito, tanto para formar o trabalhador qualificado, como para formar o cidadão moralmente de acordo com os objetivos auspiciosos das elites capitalistas nacionais. (SAVIANI, 2010)

No decorrer da década de 90, grandes transformações no capitalismo global impactam o cenário nacional. Os incrementos sugeridos pela política neoliberal, sincronizados com as privatizações na busca por minimizar a interferência estatal na economia, repercutiram no mundo capitalista, seduzindo empreendimentos em todo o globo a reorganizarem o formato da produção aos moldes da chamada “empresa enxuta”².

Concomitantemente a este processo, emerge com grande ferocidade a ideologia neoliberal, que aliado à proposta da produção *just-in-time*³ sustentou os rearranjos na produção, tornando-se elemento decisivo para os reajustes aplicados às relações trabalhistas (ALVES, 2005).

O afrouxamento dos vínculos trabalhistas que tanto fragilizam conquistas salariais, a debilitação da organização sindical, flexibilização da carga horária no trabalho são alguns dos elementos que insurgiram simultaneamente com a reestruturação produtiva e o advento do neoliberalismo. Tal fato, evidentemente, repercute diretamente no tipo de relação que o

² O adjetivo “enxuta” decorre da chamada desterritorialização vivenciada por grande parte das grandes multinacionais. Se antes, no período fordista, fazia-se conveniente manter grandes unidades produtivas centralizadas em determinados espaços, a necessidade de redução nos custos da produção altera substancialmente esta situação (PINTO, 2010). As empresas conciliam estratégias eficientes na redução de custos e maximização de lucros, pois, pela dispersão das unidades produtivas, desmantela-se a ordem sindical, o que certamente reduzirá o valor da mão-de-obra, além de rastrear novos nichos do mercado consumidor, proveito de distintas fontes de matéria-prima, além de suprimir o elevado valor tributário decorrente da centralização em grandes complexos industriais. Portanto, ao lançar menores unidades produtivas, as multinacionais usufruem de vantagens extremas à custa da exploração extensa da mão-de-obra e total falta de compromisso sócio-ambiental.

³ O modelo de produção fordista se fundamentava na produção de mercadorias standardizadas e em larga escala. O mercado consumidor, por sua vez, se adequava aos produtos disponibilizados no mercado, que na maior parte das vezes não contavam com diversificação de modelos e preços. Diferentemente deste processo, o modelo produtivo sugestionado pela reestruturação produtiva, visando combater o estoque e o desperdício, passou a produzir em proporção rigorosamente de acordo à demanda do mercado consumidor. Agora não se produz de modo a estocar e, em seguida repassar ao mercado; a produção ocorre equacionada aos requerimentos do mercado consumidor. A este modelo produtivo submisso às exigências efetuadas pelo perfil dinâmico do mercado, cuja produção é acionada no “exato tempo” do requerido pelo consumo, convencionou-se chamar de modelo *just-in-time*. (WOMACK, 2004).

trabalhador passa a ter com seu próprio espaço de trabalho, bem como no significado que o trabalho remunerado passa a adquirir. (FRIGOTTO, 2008)

A ideia central consistia em reduzir custos de produção pela pulverização das unidades produtivas e, quanto à esfera política, minimizar a interferência estatal nos encaminhamentos econômicos do sistema. O Estado, neste paradigma, cedia espaço para que a própria economia se gerisse mais autonomamente, reduzindo interferências como, por exemplo, pela permissividade quanto à supressão de leis trabalhistas em nome da maximização do lucro para os empregadores. O trabalhador, portanto, se torna mais vulnerável e tem seu poder de barganha asfixiado, tanto pelo extenso exército industrial de reserva como também por que a ideia consiste em produzir em nome do coletivo, em empenhar-se em prol do crescimento da empresa para que todos sejam, de alguma forma, beneficiados. Uma coerção brutal e sutilmente ideológica.

O crescimento do contingente de desempregados, especialmente em nações de desenvolvimento periférico, se torna elemento expoente na realidade nacional. O desemprego se tornara o efeito mais nefasto e escancarado do desenvolvimento tipicamente excludente proposto com a reestruturação produtiva que, aliado ao movido neoliberal, buscava extirpar a responsabilidade do Estado e transpô-la em outra esfera: os próprios cidadãos⁴ (GENTILI, 2005).

O debate acerca da empregabilidade se torna jargão na linguagem administrativa, pois, nesta ótica, caberia ao próprio indivíduo tornar-se empregável. Assim sendo, a função tecnicista da escola foi incisivamente superada, pois, a partir de agora, esta instituição não mais se volta à formação imediata segundo a ótica do mercado, mas apenas contribuía de forma mediata para o aumento dos requisitos agregados à empregabilidade do sujeito. Muda-se o discurso a respeito do emprego, por efeito, transforma-se o discurso sobre a função da escola, mas resta o questionamento: a concepção do trabalhador a respeito da função da escola acompanhou tais mudanças? O que restou da teoria do capital humano dentro do sentido assumido pela escolarização para o trabalhador?

⁴ O discurso da empregabilidade muito traz implícita esta ideologia, uma vez que, havendo reconhecido a incapacidade do sistema em absorver todo o contingente de mão-de-obra, mesmo qualificada, cria-se a ideia de que compete ao próprio sujeito buscar mecanismos para fazer valer seu próprio emprego. Trata-se de uma ideia meritocrática, cuja responsabilidade pelo fracasso é lançada sobre o próprio cidadão, o que, em tese, isentaria o Estado de qualquer compromisso social neste sentido. Tal ideologia, principalmente a partir da década de 90, foi intensamente disseminada por intermédio da mídia e em programas de capacitação empresarial em todo o país. A escola, por sua vez, deixa de ser elemento nuclear capaz de corroborar com a teoria de Theodor Shultz no que tange ao capital humano, para se tornar mais um componente nos pré-requisitos da empregabilidade. (SAVIANI, 2010).

Essas são outras perguntas que orientam a formulação de uma segunda hipótese nesta pesquisa. Partimos do pressuposto de que determinados valores, ideias, representações, sentidos têm a propriedade de transitarem em diferentes contextos históricos. Tais elementos podem apresentar a propriedade de carregarem consigo caracteres muito fieis àqueles dos quais apresentavam no momento de sua concepção. Logicamente, é importante compreender que as representações sociais⁵ contêm características que remetem ao contexto sócio-político condizente ao momento de sua elaboração.

Com isso queremos compreender que a desproporção entre as representações elaboradas pelo trabalhador a respeito do papel da escola na atualidade e as possibilidades verdadeiramente oferecidas por esta instituição, carrega elementos representativos de outro contexto histórico. O trabalhador, portanto, herda uma ideia de escola aos moldes mecanicistas, elaborada num diferenciado contexto, e que se alastrou aos dias atuais através das relações sociais.

Entendemos que, pelos vínculos sociais com familiares, colegas de trabalho, amigos, o trabalhador assume uma opinião a respeito de escola muito impregnada por memórias herdadas a despeito desta instituição. O trabalhador se sente coagido a buscar os estudos sem que se tenha uma reflexão mais centrada aos porquês de tais empenhos.

Na obra “Era dos extremos”, ao se referir ao breve século XX, Eric Hobsbawm faz uma menção bastante oportuna ao que se discute.

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vieram. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do segundo milênio. (HOBSBAWM, 1997, p. 13).

As palavras do autor, muito perspicazmente, inscrevem as experiências pessoais dos indivíduos no presente a um desenrolar de episódios e subsequência de contextos históricos que foram sequenciados, capazes de aportar na atual percepção pessoal. Dessa forma, as

⁵ Entendemos representações sociais como sendo o grupo de significações adquiridas para um grupo acerca de determinado objeto. As representações funcionam como interpretação da realidade que desenha a relação que o sujeito estabelece “com o seu meio físico e social, determinando seus comportamentos e suas práticas.” (ABRIC, 2000, p. 28). Funcionam como “guia para ação”, ancoradas em condições materiais, políticas, econômicas e culturais específicas, que exercem a vinculação entre o sujeito e o objeto representado (SÁ, 1998).

experiências pessoais e o senso comum, tão corriqueiramente transmitido nas relações sociais, estão ancorados num plano maior de trâmites históricos.

Como suporte teórico para esta discussão, fazemos uso da categoria memória herdada – ou memória por tabela – tratada por Pollak (1992). Para este autor, a memória tem um distintivo transformável, pois, quando requerida pelo presente, transporta-se impregnada de ideologias características do seu diálogo com o contexto histórico em que o objeto memorado foi concebido. Pollak salienta que, muito embora a memória seja uma reconstrução do passado segundo elementos incorporados ao presente, existem componentes que lhe parecem “invariáveis”, com pontos “imutáveis” capazes de garantir a percepção da trama de relações sociais historicamente situadas num dado contexto do passado.

Fazendo uso desta proposição, pode-se, portanto, conjecturar a hipótese de que o sentido assumido pela escola noturna para o trabalhador, que vivenciou esta realidade no auge da educação tecnicista, tem a propriedade de transitar pelos subseqüentes contextos históricos e adquirir contornos muito semelhantes ao cenário sociopolítico de onde fora concebida. Também partindo das prerrogativas de Pollak a este respeito, deduzimos que o grau de incorporação desta memória foi proeminente ao ponto de ter neutralizado adulterações significativas ao seu estado originário.

De fato - e eu gostaria de remeter aí ao livro de Philippe Joutard sobre os *camisards* -, podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação. (POLLAK, 1992, p. 3).

A memória, neste sentido, transporta as representações, disseminando significados ancorados a contextos históricos do passado. Trata-se de uma trama difusa que permite situar a ideia que o trabalhador hoje tem a respeito da escola, e da formação que por ela é proposta, a um corolário de significações esboçado no tramitar natural da história humana.

No decorrer da nossa breve experiência enquanto professor da escola noturna, observamos que existe um discurso generalizado por parte do aluno, que foi ratificado no decorrer da aplicação dos instrumentos de pesquisa empírica. Quando indagados sobre o porquê estudar, os alunos costumam reproduzir o discurso “para ser alguém na vida” ou “para ser alguém, tem de frequentar a escola” e mais, “sem educação, não somos ninguém”. Se dialogarmos estas opiniões com os encaminhamentos sociais que a elas vinculam, atribuindo-lhes valor em função do caráter ideológico que elas denotam, temos intrigantes reflexões a ser levantadas. É importante compreender o sentido de “alguém” ou, adversamente,

“ninguém” ao papel que, para o trabalhador, a escola se volta. Efetivamente, existe a ideia de que a educação lhe permita existir socialmente e que, sem a mesma, o indivíduo se mantém despossuído de relevância no cenário social. Mas, qual é a noção de existir aqui presente?

Em Marx (1985), é oportuno utilizar o conceito de trabalho⁶ e as suposições assentadas no mesmo a respeito da condição para existência humana. Marx afirma que é pelo trabalho que o homem se constitui, é por este meio que ocorre a “humanização do homem”, sendo-lhe permitido de construir seu espaço de atuação. Dentro desta base teórica, Saviani (2007) propõe interessante análise sobre a identidade estabelecida entre escola e trabalho. O autor lembra que “a essência do homem é o trabalho”, isso por que, segundo ele, ao contrário dos demais animais que se adaptam às características impostas pela natureza, nós adaptamos a natureza às nossas necessidades. Este processo só é possível por meio do trabalho. Nesse sentido, o homem não nasce pronto para atuar como homem, ele constrói-se homem por meio do trabalho. Para aprender a constituir-se quanto homem, torna-se vital o processo educativo; o que nos permite afirmar, então que “o ponto de partida entre trabalho e educação é a relação de identidade” (SAVIANI, 2007, p.5).

Transpondo esta observação para o conteúdo dos discursos verbalizados pelos alunos anteriormente mencionados, observa-se que materializar-se como “alguém” por intermédio da escola, certamente oneram, na ótica do trabalhador, as instituições educativas com o papel de formar para o trabalho, quando, na verdade, as reformulações especialmente derivadas da reestruturação produtiva, redesenharam este quadro. Ao ambicionar fazer-se “alguém na vida”, o aluno intenciona materializar-se como cidadão que se insere ativamente no processo produtivo, atuando no mundo do trabalho e ingresso no público consumidor capaz de fazer circular o fluxo de capital. O contexto cotidiano, reforçado por todo aparato midiático, permanentemente ostentam um padrão de vida supostamente conquistado por intermédio do trabalho e, reposicionando a ideologia neoliberal, aqueles que estão excluídos deste padrão bem sucedido de vida, o são por incompetência própria, porque não se esforçam suficientemente. A escola, embora não mais assuma a função de formar para o trabalho, deixa

⁶ É imprescindível sublinhar a ambivalência contida na expressão trabalho. Embora a perspectiva marxista aborde a categoria trabalho sob um ponto de vista ontológico, como essência do próprio ser humano, o senso comum, extraído do universo de pesquisa, aborda trabalho meramente como emprego, como labor passível de remuneração. Esta distorção de sentidos é fruto da própria sociedade de classes, que tem relegado o trabalho à condição de sobrevivência material dos sujeitos, como labor agonizante em que, os menos favorecidos, necessitam submeterem-se precariamente de modo a garantir a sobrevivência. Para os sujeitos entrevistados, falar de trabalho é falar de obrigação e renda. Por este motivo, utilizaremos a expressão “emprego” ou “mercado” como forma de diferenciação entre o sentido ontológico do trabalho e o sentido corrompido que o mesmo adquiriu na prática social dentro do sistema capitalista.

implícita sua utilidade ambígua, onde os agentes motivadores desta instituição mais parecem ser meramente ideológicos, movidos pela tentativa de alienar em prol da aceitação da perversidade de um sistema voltado ao favorecimento das elites em detrimento das maiorias.

Assim sendo, o objetivo desta pesquisa incide em analisar a memória presente no trabalhador a respeito da escola noturna, vislumbrando as prováveis desproporções entre o sentido assumido pela instituição escolar para o trabalhador e os debates acerca do papel da educação no cenário atual. Intenta-se observar representações sociais elaboradas pelo trabalhador a respeito desta instituição, inscrevendo-as num contexto histórico mais amplo que, por sua vez, se demonstra conectado a uma trama de contextos históricos que, ordenados, desaguaram na atual configuração que aporta o objeto ora investigado.

Referências

- ABDALA, V. **O que pensam os alunos sobre a escola noturna**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época; vol. 110).
- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P. & OLIVEIRA, D. C. de (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2ª edição. Goiânia: AB, 2000. (pp. 27-38).
- ALVES, A. E. S. **Qualificação e trabalho bancário no contexto da reestruturação produtiva**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2005.
- FRANCO, L. A. de C. **A escola do trabalho e o trabalho da escola**. 3ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; Vol. 22).
- FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. 3ª edição. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. (Coleção educação universitária).
- FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: _____ (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 9ª edição. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008. (pp. 25-54). (Coleção Estudos Culturais em Educação).
- GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora In: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 9ª edição. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008. (pp. 76-99). (Coleção Estudos Culturais em Educação).
- GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, C. L. et. al. (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3ª edição. Campinas – SP: Autores Associados, 2005. (pp. 45-59)

- HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita. 2ª edição. São Paulo: Editora Schwarcz, 1997.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Volume 1. Tradução: Regis Barbosa & Flávio Kothe. 2ª edição. São Paulo: Nova cultural, 1985.
- PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social: Estudos Históricos**. Tradução: Monique Augras. Rio de Janeiro, vol. 05, nº. 10, 1992.
- SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ª edição. Autores Associados: Campinas – SP, 2010.
- SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da Educação. In: _____. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 8ªed.Campinas, SP: Autores Associados, 2003. pp. 11-22.
- WOMACK, J. P., A mentalidade enxuta nas empresas. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.

OS ANOS 1960: AS RELAÇÕES PRIVADAS, AUTONOMIA, INDIVIDUALISMO E DIVÓRCIO.

Fabricio de Barros Seraphim Dias, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
Direito – UFF. fabriciobsdias@gmail.com

Yan Navarro da Fonseca Paixão, professor do Colégio Pedro II e doutorando do Programa de Pós-
Graduação em Geografia – UERJ.
yannavarro@gmail.com

Resumo

A década de 1960 trouxe grandes transformações para a sociedade ocidental. Este trabalho tem como objetivo analisar como essas transformações modificaram as relações entre os indivíduos, principalmente no tocante à busca pela autonomia que houve nesse período que, ao longo das últimas décadas, se transmutou na busca de um extremo individualismo, que em nossa análise é um dos fatores que levou ao aumento do número de divórcios nas sociedades ocidentais.

Palavras-chave: Anos 1960 – individualismo - divórcio

Abstract

The 1960's decade brought wide changes to the Western civilizations. This study pursues the analysis of the transformations that have altered the relations between the individuals, mainly regarding the search for autonomy that occurred in this period that, through the last decades, have changed in a search for extreme individualism, becoming in our analysis, one of the factors that had led to the increasing of the divorces in the Western society.

Keywords: The 1960's – individualism - divorces

1. Introdução.

Decorrente da imensa e incontestável importância dos acontecimentos que ganharam corpo no seio dos anos 60, e os consequentes desdobramentos desses acontecimentos na contemporaneidade que se traduziram e se constituíram como ponto de partida para a compreensão das grandes mudanças institucionais, sociais, culturais e políticas, influenciando gravemente as atuais configurações sociais, toma forma o presente trabalho.

O debate acerca das novas configurações das relações sociais desenvolvidas a partir da década de 60, principalmente no que diz respeito às relações privadas, é o ponto gravitacional da presente discussão. Por aqui transitarão algumas considerações que acenam para o mote central deste trabalho: o divórcio e a relação estreita que este instituto mantém com o individualismo que se apresenta como característica inerente das relações no atual cenário mundial.

Um breve panorama histórico buscará indicar quais foram as principais demandas da época em destaque e a suas motivações. Assim, apontaremos as causas das mudanças experimentadas que se consolidaram e ganharam corpo em razão das revoltas, do pensamento libertador incipiente que se deflagrava nas músicas, na literatura, na arte e principalmente, na prática social que se encontrava enclausurada pela tradição conservadora que não admitia o óbvio: o mundo havia mudado.

Para tanto abordaremos o pensamento e as obras de Anthony Giddens e Zygmunt Bauman, passando ainda por algumas breves considerações de Eric Hobsbawn e outros autores, afim de estabelecer convergências e divergências entre as ideias suscitadas por estes, de modo a conseguir fixar um cenário amplo que possibilite expandir o debate aqui proposto. Tentaremos assim, evidenciar os motivos que apontam para o sensível aumento estatístico dos divórcios nas sociedades ocidentais modernas, relacionado diretamente com estas transformações ensejadas pela década de 60.

A juventude que se rebelava nas ruas, nas casas, nas universidades, em todos os lugares não poderia nunca imaginar o quão profundo seria o corte que eles estavam propondo. Mal sabiam esses jovens a intensidade das suas reivindicações, e o quanto suas demandas afetavam as configurações mundiais da sociedade moderna.

2. Breve panorama sobre os anos 1960.

Nos anos 1960 as mudanças estavam rondando a esquina, mas grande parte do mundo não queria enxergar. As exigências sociais que se consolidaram como o combustível da máquina revolucionária desta juventude não obtinham o aceite das tradições e por isso mesmo, se consumavam em pretensões resistidas, encontrando obstáculos inicialmente intransponíveis.

Sentimentos de mudanças já eram percebidos nas décadas anteriores aos anos em destaque. Os presságios de mudanças que esses ecos traziam, foram ignorados pelas forças

conservadoras que despendiam energia imensa para “manter as coisas nos seus devidos lugares”, para passar a impressão de que nada havia mudado e que as instituições e valores sociais ainda se mantinham com a mesma força que eles apresentavam no início do século XX.

Essa urgência de mudanças, guiada pela juventude dos anos 60 foi embalada pelo Rock 'n Roll, a voz da rebeldia que representava fielmente esta geração de jovens que buscavam a libertação das prisões sociais antiquadas que se apresentavam como as únicas soluções para seus problemas, anseios, angústias. Assim, “a música, principalmente o rock, tornou-se um dos meios fundamentais para os jovens expressarem suas alegrias e tristezas, angústias e revolta, protesto e esperança no futuro. Janis Joplin, Jimi Hendrix, Beatles, Jim Morrison, Bob Dylan” (Zappa, 2008, p. 15). A música popular se tornou o veículo para a politização da vida pessoal, que atendia e trazia algumas respostas ou alívios para conjunto de demandas do mal-estar contemporâneo.

As revoltas, os ecos de libertação dos anos 60, assumiam uma forma que nunca fora vista em qualquer época da história do mundo ocidental. Era o começo do desmembramento de um organismo que em nada se assemelhava aos desejos pretendidos e resistidos, por conta das tradições antiquadas e ultrapassadas.

Assim, se observava uma constata desintegração das eternas rotinas que nada mais eram do que senão “o pesado legado do puritanismo do século XVI”. Representava assim “uma revolução da vida cotidiana mediante a transformação das relações pessoais”, que encontraria uma repercussão talvez jamais vista na sociedade moderna. (Hobsbawn, 2002, p. 277)

A ideia de utopia proposta pela geração em debate, estes jovens que transformaram o mundo de uma vez por todas, residia no fato de não haver um planejamento coletivo direcionado unicamente para uma única frente de ataque. Não havia, absolutamente, um único ideal social, um isolado objetivo de mudança mas apenas (sem que isso importe em diminuição de importância do movimento), uma transformação total das atitudes. Um movimento de revolta que apontava a mira para todos. Não existia um alvo apenas. Era tudo, todos, ao mesmo tempo.

Observa Hobsbawn que esses jovens, não buscavam alcançar ideais revolucionários anteriormente tidos como metas ou até mesmo almejados por outras revoluções, mas pelo contrário, queriam precisamente “a destruição dos padrões tradicionais de relacionamento entre pessoas e comportamento pessoal dentro da sociedade existente”. (Hobsbawn, 2002, p. 279).

A clara vontade de liberar das amarras as mudanças que já ocorriam no interior das sociedades ocidentais, de apontar o dedo na cara da falência generalizada das estruturas arcaicas que suprimiam as vontades e as conseqüentes demandas de vozes que se encontravam encarceradas pelo conservadorismo, trouxeram à tona desejos que iam além da produção intelectual política. Trouxeram, enfim, uma certa publicidade para um panorama de debates acerca das relações privadas, até então, assunto escondido em algum recôndito moral, com vergonha de ser evidenciado pelo mundo todo.

Tudo que era pessoal, tinha a obrigatoriedade de ser tornar político. As relações privadas eram parte integrante desse corpo pessoal, que não se distingue do político, quando demanda por mudanças que envolvem seu corpo, suas vontades, suas liberdades de escolha e de consentimento. Traduzindo, “o que é pessoal, é político”. O corpo que almeja legitimidade, respeito, que demanda por vontades legítimas inerentes à sua condição de ser humano social, tem a obrigação de ser político.

Talvez aí esteja o principal ponto de abordagem do presente trabalho: o clamor pela mudança nas relações pessoais, privadas. Porque há de se ressaltar que esse movimento social dos anos 60, essas rebeliões/revoltas não buscavam a derrocada de algum poder constituído. Não se banhavam unicamente e tampouco exclusivamente nas turbulentas águas da política - entendida no seu sentido estrito, como poder de decisão estatal- pelo contrário, os slogans eternizados em fotos, escritos por tintas de spray, buscavam “derrubar a sociedade e não simplesmente escapar dela” e não “simplesmente” derrubar os poderes constituídos. (Hobsbawn, 2002, p. 277)

As “pequenas coisas”, entendidas como as aspirações sociais e culturais dessa nova geração que ali surgia, eram tão políticas e tinham tanta importância quanto a “política tradicional”, no seu sentido mais restrito, constatação que leva à indagação construtiva de Hobsbawn, explicitando os objetivos principais dessas revoltas:

“Mas e se as ‘grandes coisas’ não fossem a derrubada do capitalismo, ou mesmo de alguns regimes opressores ou corruptos, porém, precisamente, a destruição dos padrões tradicionais de relacionamento entre pessoas e comportamento pessoal dentro da sociedade existente?” (Hobsbawn, 2002, p. 279)

Se tudo em volta havia mudado, se as relações pessoais não se fixavam mais nas máscaras que a sociedade lhes tinha fornecido no passado não muito distante, algo havia de ser feito. E foi feito. Nada mais seria como antes.

3. Consequências dos movimentos sociais dos anos 1960.

O fenômeno da “politização do pessoal”, entendido como uma necessidade indispensável quando do debate das relações pessoais, da reconstrução do presente, utilizado massivamente pelos movimentos sociais dos anos 60, desembocou em mudanças estruturais no tocante aos contemporâneos relacionamentos privados, entre cônjuges, pais e filhos, adultos e crianças. Não precisamos ir longe para ver a realidade concreta dessas modificações nos modos em que as relações são estabelecidas e conduzidas atualmente.

Antes de iniciar a análise sobre o divórcio nas atuais configurações mundiais e as causas de seu aumento percentual com o passar dos anos, se faz necessário esclarecer alguns pontos indispensáveis ao pleno entendimento destes acontecimentos, dessas mudanças relacionais, que graças às transformações pretendidas nos anos 60, se reconfiguraram de modo que temos hoje o quadro que se desenhará no decorrer do trabalho.

Os anos 60 trouxeram para o espaço da vida pública, como resultado de suas demandas sociais e da evidente política emancipatória introdutora, a “promoção da democracia do domínio público”, de modo que, se o caráter político passou a ser parte essencial e inerente do caráter pessoal, observa-se nitidamente uma democratização da vida privada, asseguradas deste modo “as relações livres e iguais entre os indivíduos”. (Giddens, 1993, p. 202)

Passa a ser parte inexorável do processo democrático, a ideia de autonomia que determina a capacidade de autodeterminação e autorreflexão dos indivíduos postos em uma sociedade que os permite exercer essas capacidades, que lhes confere oportunidades de escolhas, oportunidades de vida, antes não vislumbradas, dada a rigidez das relações pré-anos 60 e ainda reconfigura os modos e maneiras como os “indivíduos podem melhor determinar e regulamentar as condições de sua associação” com os outros. (Giddens, 1993, p. 203).

Sobre a autonomia, esclarece Giddens que esta

“não poderia ser desenvolvida enquanto os direitos e as obrigações estivessem intimamente vinculados à tradição e a prerrogativas estabelecidas da propriedade. Entretanto, uma vez que essas fossem dissolvidas, um movimento em direção à autonomia tornava-se ao mesmo tempo possível e visto como necessário”. (Giddens, 1993, pg 202)

A condição de desmantelamento das tradições a que Giddens se refere, encontra lugar histórico exato nos anos 60.

Dissolvidas as tradições que acorrentavam as liberdades pessoais e encarceravam a autonomia que dá contorno à democracia política, cai por terra, finalmente, a estrutura anterior que limitava a geração de oportunidades disponíveis aos indivíduos. De todo modo, “a autoridade só se justifica até o ponto em que possam ser apresentadas razões defensáveis quanto aos motivos por que a condescendência aumenta a autonomia, seja agora ou no futuro”. (Giddens, 1993, p. 203)

Nesse espaço democrático, direitos e deveres são negociados constantemente, em que pese não haver desequilíbrios que possam causar supressões indesejáveis. O princípio da autonomia, assim entendido, encontra seus limites na autonomia do outro. São limitações recíprocas que procuram estabelecer a igualdade entre os indivíduos, a isonomia social, sexual e cultural buscada por aqueles jovens rebeldes.

Nada mais é a autonomia, e a autodeterminação e autorreflexão que a acompanham, do que a realização de uma condição de relacionamentos baseados na igualdade, onde as vontades nestes relacionamentos tenham peso idêntico (em tese), sem quaisquer distinções relacionadas à sexo, raça, condição social, e que principalmente haja respeito no que tange às capacidades do “outro”, tendo como base principal o respeito mútuo à esta autonomia, se baseando principalmente na igualdade. Há portanto a procura pelo “relacionamento puro”, que encontra como condição essencial para sua existência a obrigatoriedade de comunicação livre e aberta entre os indivíduos que polarizam determinada relação.

Nota-se a necessidade de haver nos relacionamentos democráticos as mesmas características que a democracia política demanda, precisamente no que tange à capacidade de debater o relacionamento, de forma igualitária e equânime, com peso distribuído igualmente para as partes envolvidas, se concretizando na máxima democrática “cada pessoa, um voto”, além da participação efetiva nos indivíduos nestas relações.

Fica claro que as mudanças ocasionadas pelos movimentos sociais dos anos 60 e a superação da tradição (é necessário neste ponto ressaltar que nem todas as tradições foram superadas) trouxeram novos limites para a intimidade, ou seja, a autonomia conquistada resta por configurar os “limites pessoais necessários à administração bem-sucedida dos relacionamentos”. (Giddens, 1993, p. 206)

Esses limites pessoais são delineados pelas manifestações de vontades genuínas dos que estão envolvidos em dada relação, e quando esta vontade genuína (também conhecida como “escolha”) cessa, ou apenas é corrompida, nada pode impedir que o vínculo estabelecido se rompa, no caso de casamentos, o divórcio, assunto que se desenvolverá mais a frente.

Nada mais é a autonomia, e a autodeterminação e autorreflexão que a acompanham, do que a realização de uma condição de relacionamentos baseados na igualdade, onde as vontades nestes relacionamentos tenham peso idêntico (em tese), sem quaisquer distinções relacionadas à sexo, raça, condição social, e que principalmente haja respeito no que tange às capacidades do “outro”, tendo como base principal o respeito mútuo à esta autonomia, se baseando principalmente na igualdade. Há portanto a procura pelo “relacionamento puro”, que encontra como condição essencial para sua existência a obrigatoriedade de comunicação livre e aberta entre os indivíduos que polarizam determinada relação.

Nota-se a necessidade de haver nos relacionamentos democráticos as mesmas características que a democracia política demanda, precisamente no que tange à capacidade de debater o relacionamento, de forma igualitária e equânime, com peso distribuído igualmente para as partes envolvidas, se concretizando na máxima democrática “cada pessoa, um voto”, além da participação efetiva nos indivíduos nestas relações.

Esses limites pessoais são delineados pelas manifestações de vontades genuínas dos que estão envolvidos em dada relação, e quando esta vontade genuína (também conhecida como “escolha”) cessa, ou apenas é corrompida, nada pode impedir que o vínculo estabelecido se rompa, no caso de casamentos, o divórcio, assunto que se desenvolverá mais a frente.

Essas vontades são guiadas e entendidas como parte do processo de reflexividade que é característica principal da modernidade de Giddens, tal qual ela se apresenta atualmente. Ou seja, para o início, dissolução ou continuação de qualquer relação, as determinações das condições de associação que são frutos indissociáveis da vontade dos indivíduos são balizas indispensáveis quando do envolvimento desses indivíduos com os outros. Isso demonstra claramente o poder da escolha da associação pretendida e o seu desenrolar é atrelado do mesmo modo à esta escolha. Assim tem-se que “os direitos e deveres têm de ser um foco de atenção reflexiva contínua”, sofre reavaliações o tempo todo, e sua condição pode se modificar conforme o interesse individual. (Giddens, 1993, p. 207)

Assim tem-se que “os direitos e deveres têm de ser um foco de atenção reflexiva contínua”, sofre reavaliações o tempo todo, e sua condição pode se modificar conforme o interesse individual. (Giddens, 1993, p. 207)

É importante ressaltar que o “projeto reflexivo do eu” e o seu entrelaçamento direto a “atenção reflexiva contínua” acima mencionada, se constrói a partir de sucessivas questões (incorporação contínua de informações) que são reiteradamente postas em confronto com o

eu. Como consequência, essas reflexões incessantes trazem uma maior autonomia para o indivíduo e sucessivos desmantelamentos da tradição.

O princípio da autonomia é portanto a mola propulsora para que os ideais de justiça, igualdade e participação possam ser alcançados e concretizados na prática social e cotidiana, através da anterior implementação de “políticas emancipatórias” que são orientadas no sentido de “libertar os grupos não-privilegiados de sua condição negativa ou eliminar as diferenças relativas entre os grupos na sociedade”. (Giddens, 1993, p. 193)

É importante esclarecer que essas políticas emancipatórias são disputas em torno das desigualdades de distribuição de poder e assim, visam libertar os indivíduos e os grupos de interferências que possam atingir a autonomia que lhes é indispensável para o exercício de suas liberdades.

Torna possível, assim, o projeto reflexivo do eu, “o indivíduo é libertado de limitações impostas a seu comportamento como resultado de condições exploradoras, desiguais ou opressivas” (Giddens 2002, p. 196), reconhecendo sempre o outro como uma parte que compartilha da mesma autonomia que ele, se regendo esta relação, pelo respeito mútuo entre os polos de determinada relação. A mutualidade é indispensável.

Enquanto as políticas emancipatórias se estabelecem como disputas em torno das oportunidades da vida, que trazem como efeito o rompimento com um passado regido pela dominação, através de hierarquias de poder, existe ainda uma outra política que é dependente desta primeira, produto do desmantelamento das tradições usurpadoras de liberdades, que se mostra de vital importância para o presente estudo. A política-vida.

A auto-realização, a adaptação dos desejos e costumes para as práticas aceitas socialmente, a internalização destas práticas sociais de modo que estas se incluam legitimamente no meio social e observem a sua tutela através de normas garantidoras das conquistas pretéritas, as escolhas do estilo de vida; todas essas parcelas compõem a política-vida.

Ou seja, a política-vida envolve as decisões da vida e

“refere-se a questões políticas que fluem a partir dos processos de auto-realização em contextos pós-tradicionais, onde influências globalizantes penetram profundamente no projeto reflexivo do eu e, inversamente, onde os processos de auto-realização influenciam as estratégias globais”.(Giddens, 2002, p. 197)

Uma vez emancipadas as liberdades humanas, a política-vida, tal qual entendida por Giddens, possibilita a concretização da auto-identidade dos indivíduos, viabilizando assim a

“criação de formas moralmente justificáveis de vida que promovem a auto-realização” dos indivíduos”(Giddens, 2002, p. 202). A autodeterminação e auto-realização, peças fundamentais da autonomia do indivíduo, constituem assim o espectro igualitário em que as relações privadas devem se assentar. É no bojo dessa discussão, que o divórcio se apresenta como uma realização concreta desta autonomia, e os movimentos sociais dos anos 60 e seu caráter contestador tiveram importância principal para seu debate no espaço público e sua concretização em forma de regularização através de normas jurídicas.

Tem-se assim que a democratização e a politização da vida privada são ao mesmo tempo causa e consequência dos avanços da vida pública, vinculando-se o indivíduo ao espaço público, como forma de garantir o acesso a seus direitos e consolidação de suas escolhas pessoais, a fim de realizar a promoção do projeto reflexivo do eu, uma vez que os valores e ideias (democracia, cidadania, família, educação, sexo, lazer, etc) já estão estabelecidas em áreas de conforto, havendo a possibilidade de concretização da autonomia.

4. O divórcio e a autonomia do indivíduo.

A possibilidade do divórcio bilateral (uma novidade da modernidade) é uma das consequências jurídicas diretas da autonomia do indivíduo. A liberdade na associação é fundamental para o envolvimento dos indivíduos entre si, do mesmo modo que o fim deste vínculo relacional o é também. A democratização das relações, tal qual se observa na modernidade, principalmente no pós-anos 1960, traz a observância de direitos e deveres como condição essencial para o estabelecimento de relações, de modo diverso ao que se tinha no passado recente, onde as relações eram compostas na sua maioria por relações hierárquicas de poder, cuja balança da igualdade se encontrava totalmente desequilibrada.

A democratização das relações, tal qual se observa na modernidade, principalmente no pós-anos 60, traz, assim, entendida como uma extensão, como um espelho da democracia política, a observância de direitos e deveres como condição essencial para o estabelecimento de relações, de modo diverso ao que se tinha no passado recente, onde as relações eram compostas na sua maioria por relações hierárquicas de poder, cuja balança da igualdade se encontrava totalmente desequilibrada.

Obtém-se - com esse equilíbrio entre direitos e deveres acumulados com a exigência de uma comunicação igualitária que pressupõem isonomias e confiança entre os indivíduos inseridos em dado relacionamento - o quadro atual que aponta para radicais transformações na

intimidade e o conseqüente aparecimento dos denominados “relacionamentos puros” (Giddens, 1993, p. 211) que tiveram grande parte de sua origem, nos movimentos de emancipação debatidos neste trabalho.

A importância da confiança, peça fundamental do relacionamento puro, se reflete no fato de que

“Ser considerado confiável por um parceiro é um reconhecimento de integridade pessoal, mas em um ambiente igualitário tal integridade significa também revelar, quando solicitado, os motivos para as ações – e na verdade ter boas razões para quaisquer ações que afetem a vida do outro”.(Giddens, 1993, p.209)

Relacionamentos puros se consolidam como o perfeito exemplo de democratização da vida privada. E assim como a democracia política, os direitos e deveres que gravitam em torno de dada relação podem e devem ser revistos a qualquer tempo, negociados, assim como um contrato, que possibilita a discussão das cláusulas. Assim, “o imperativo da comunicação aberta é o *sine qua non* do relacionamento puro; o relacionamento é o seu próprio fórum”, o debate aberto acena diretamente para as necessidades precípuas dos envolvidos na relação. (Giddens, 1993, pg 211)

Logo, a possibilidade de discussão de “cláusulas contratuais”, e a própria rescisão desse contrato, vinculado não mais à uma hierarquia de poder e sim à capacidade de escolha do indivíduo na incessante procura da construção do projeto do eu-reflexivo, de sua auto-realização, constitui o objeto da instituição do divórcio.

A perda da confiança entre indivíduos relacionados entre si, o desequilíbrio na balança entre direitos e deveres, a falta de interesse em progredir naquela relação, e a concreta possibilidade jurídica constituída em normas que se impuseram graças uma política que positivou esse direito derivado de vontades coletivas que já se encontravam introjetados no meio social, como uma prática aceita, como uma prática moral, torna possível o divórcio, uma vez disponibilizado como opção de escolha a ser tomada pelo indivíduo.

O que se discute, afinal, é o sensível aumento estatístico mundial do número de divórcios que tomam parte no tecido social da modernidade. Esse crescimento exponencial teria raízes somente nas políticas emancipatórias que tiveram seu boom em meados dos anos 60 e a política-vida que Giddens evidencia? E ainda, raízes na auto-realização e na auto-determinação dos indivíduos, na disponibilidade da escolha, sendo assim, um movimento esperado, dado o incansável afluente de escolhas a serem tomadas, ou se relacionaria do mesmo modo com o fenômeno da hiperindividualização nas sociedades de consumo, que

Bauman propõe? Seria uma consequência do nascimento das utopias privatizadas em detrimento das utopias públicas? Ou seria do mesmo modo uma consequência direta do construção do eu, uma consequência do projeto reflexivo do eu, a saber, a própria democratização do privado, a politização do cotidiano?

5. O divórcio e o individualismo.

Em primeiro lugar, para uma análise mais acertada é preciso apontar os diferentes tipos e momentos de utopia com que Bauman trabalha e com isso demonstrar o atual momento em que estas utopias se encontram e as consequências e efeitos que essa opção traz, passando é claro, pelo sentido de utopia conferido àquela em meados dos anos 60, uma vez que que parecem se diferenciar da atual direção tomada.

Conforme observa Bauman, a correta ideia de utopia escapa do significado atribuído a esta em momentos anteriores na história por outros autores. Desse modo, ao discordar dos sentidos e significados conferidos a esta anteriormente, afirma que a utopia não se trata de um “lugar” (eutopia, “lugar bom” e outopia, “em lugar nenhum”) mas sim um objetivo a ser perseguido.

Ainda, afirma, não seria adequado ao progresso se aproximar de algum objetivo, mas ao contrário, o progresso tem a missão de buscar afastamento daquilo que já havia sido experimentado e se tinha conhecimento que não era bom, uma espécie de “aversão ao que já tinha sido feito em lugar da atração do que ainda se poderia fazer”.(Bauman, 2007, p. 101).

Seria a utopia então, a “imagem de outro universo” e a sua existência, a possibilidade do desejo utópico se ligaria intrinsecamente às condições trazidas pela era moderna, em última análise, “era necessária a confiança de que, sob a administração humana, o mundo poderia ser colocado numa forma mais adequada à satisfação das necessidades do homem”. (Bauman, 2007, p. 102)

Os movimentos sociais e a confiança no coletivo que ocupava lugar de destaque nas frentes de lutas travadas na década de 60, buscavam construir um mundo onde a igualdade fosse a peça fundamental de encaixe das relações sociais. Esse planejamento coletivo, esse objetivo a ser perseguido, se constituiu como uma utopia de caráter coletivo, uma utopia pública, que visava o bem comum, a adequação do mundo às necessidades individuais postas em grupo. As individualidades eram uma parte do processo, é claro, mas era preponderante o papel do coletivo, do bem estar comum como condição de progresso a ser seguido.

Como bem observa Bauman, esse período na história seria relativo à utopia dos jardineiros, uma vez que as contestações e os debates nascidos nos anos 1960 buscavam uma nova ordem mundial social, livre dos conceitos de não-liberdade que trafegavam na órbita das relações sociais se impondo sem qualquer debate ou discussão. Eram desejos de mudança que buscavam atingir precisamente o interesse coletivo, o bem comum, “o jardineiro primeiro desenvolve na sua cabeça o arranjo desejável, depois cuida para que essa imagem seja gravada no terreno” (Bauman, 2007, p. 104).

Seria a utopia então, a “imagem de outro universo” e a sua existência, a possibilidade do desejo utópico se ligaria intrinsecamente às condições trazidas pela era moderna, em última análise, “era necessária a confiança de que, sob a administração humana, o mundo poderia ser colocado numa forma mais adequada à satisfação das necessidades do homem”. (Bauman, 2007, p. 102)

Os movimentos sociais e a confiança no coletivo que ocupava lugar de destaque nas frentes de lutas travadas na década de 60, buscavam construir um mundo onde a igualdade fosse a peça fundamental de encaixe das relações sociais. Esse planejamento coletivo, esse objetivo a ser perseguido, se constituiu como uma utopia de caráter coletivo, uma utopia pública, que visava o bem comum, a adequação do mundo às necessidades individuais postas em grupo. As individualidades eram uma parte do processo, é claro, mas era preponderante o papel do coletivo, do bem estar comum como condição de progresso a ser seguido.

Mas a partir das conquistas, alcançadas através de políticas emancipatórias pertinentes à época, traça-se uma curva descendente em relação a esses interesses coletivos, e a utopia se transmuta em outro estágio, “utopia dos caçadores”, se confundindo com uma individualização extrema, sendo denominada do mesmo modo de utopias privatizadas, guiadas pela hiperindividualização.

Os vocábulos utopia e progresso, que num momento anterior se uniam numa relação de causa e efeito, onde o primeiro buscava o segundo - visando o bem comum, o planejamento coletivo - passam a ser encarados apenas como uma questão de “sobrevivência individual” (Bauman, 2007, p. 108), e assim, os sonhos individuais apartados de qualquer noção de coletivo, hiperindividualizados, passam a figurar apenas na relação estreita do individual, na sua própria sobrevivência e nada mais, mesmo que esta custe a sobrevivência do outro.

A utopia e o progresso adquirem, assim, novos significados: a utopia passa a ser entendida como satisfação individual e fuga individual apenas, excluídas as possibilidades de planejamento coletivo, e o progresso que seria a guia para a utopia, ao invés de se referir a

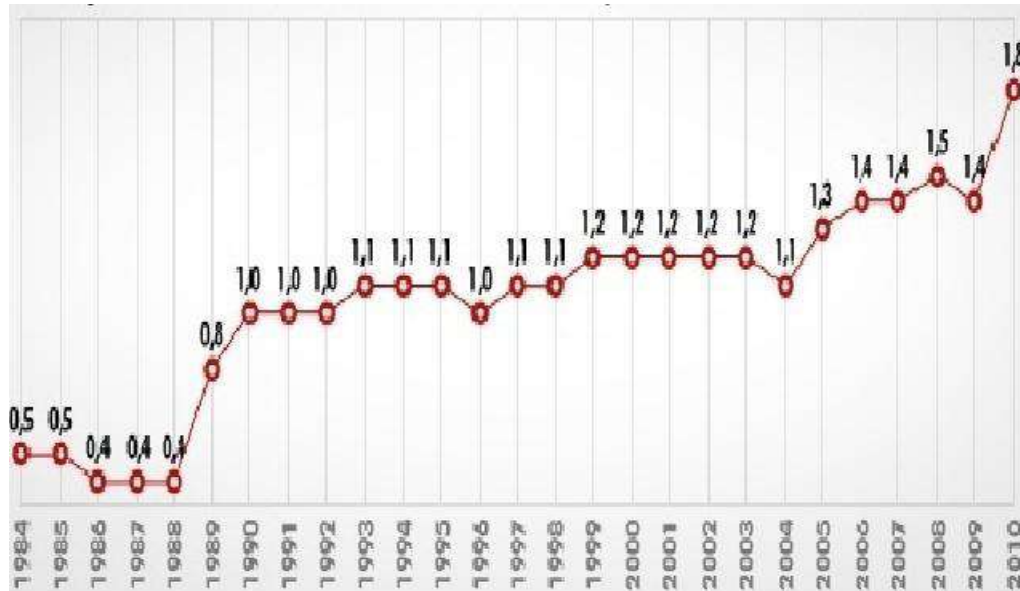
“um impulso à frente”, parece se referir apenas a um “impulso de fugir de um desastre que bafeja em seu pescoço”. (Bauman, 2007, p. 107)

Nota-se então que, talvez, o individualismo trazido na carona desse projeto vazio de utopia, isento de objetivos comuns, se conecta diretamente à autonomia do indivíduo, ou seja, o individualismo adere à capacidade de escolha dentre as opções disponibilizadas - políticas emancipatórias e a política-vida - de modo que contemplará a sua autorrealização.

Nas atuais configurações sociais, as liberdades de escolha pressupõem cada vez mais escolhas individualizadas, que não vislumbram qualquer planejamento coletivo. As utopias se concentram cada vez mais no indivíduo solitário, individualismo este que se apresenta como produto inexorável do processo de globalização atual.

Em relação à estatística referente ao aumento do número de divórcios nos grandes centros urbanos (Jablonski, 2001, p. 1) ressalta que efetivamente em todo o mundo ocidental encontramos um aumento no número de divórcios. No Brasil dados recentes do IBGE mostram que a taxa geral de divórcio atingiu, em 2010, o seu maior valor, 1,8% (1,8 divórcios para cada mil pessoas de 20 anos ou mais) desde o início da série histórica das Estatísticas do Registro Civil, em 1984, um acréscimo de 36,8% no número de divórcios em relação a 2009.

Gráfico 1: Evolução na Taxa de divórcios a cada 1.000 pessoas no Brasil



Fonte: IBGE Censo 2010

O aumento sensível no número de divórcios parece ser efeito direto do individualismo persistente nas relações sociais vigentes à modernidade, observadas, sem prejuízo, as insatisfações existentes no âmbito da instituição do casamento. Sua condição de existência no mundo material se deve ao fato do aumento da autonomia dos indivíduos e a necessidade de

auto-realização e autodeterminação dos indivíduos, e a disponibilidade de escolha. Foi produto de um processo de construção das identidades, que por conta da reflexividade excessiva do mundo globalizado, encontrou desvios na sua finalidade precípua, graças à hiperindividualização.

Desse modo a política-vida apontada por Giddens, encontra complicações na sua implementação efetiva e coerente em decorrência dos entraves estruturais intensos que o individualismo traz, muito embora tal afirmação possa se estabelecer como uma contradição em si. A explicação para tal contradição é desvendada por Bauman, quando este afirma que “o aumento da liberdade individual pode coincidir com o aumento da impotência coletiva na medida em que as pontes entre a vida pública e privada são destruídas ou, para começar, nem foram construídas”. (Bauman, 2000, p. 10)

Conclui desse modo, Bauman, que “a liberdade individual só poder ser produto do trabalho coletivo (só pode ser assegurada e garantida coletivamente)”. Todavia o caminho escolhido para ser trilhado pela sociedade ocidental parece ser outro, o oposto, a saber, “a privatização dos meios de garantir/assegurar/firmar a liberdade individual” (Bauman, 2000, p.15). O afastamento e o distanciamento são inevitáveis. A solidão parece ser o único destino certo, o porto-seguro desmantelado por essas individualidades modernas.

6. Considerações Finais.

A máxima “o que é pessoal, é político”, um dos principais lemas dos movimentos sociais dos anos 60, uma vez introjetado nas relações do cotidiano revela uma evidente democratização das relações privadas, apontando para a ocorrência do fenômeno que Giddens convencionou denominar de transformação da intimidade.

A emancipação dos indivíduos, o reconhecimento da autonomia do indivíduo no que toca às suas escolhas, decisões, direções a serem tomadas, ou seja, a conquista de liberdades que antes se encontravam amarradas pela força da tradição puritana, trouxe consequências importantíssimas para a atual configuração mundial, e as pertinentes relações que dão forma a este novo mundo.

Todavia, o projeto de sociedade consolidado pelas mudanças trazidas no bojo das transformações sociais que tomaram forma na debatida década começa a tomar um caminho que acaba por trazer distorções e deturpações nas transformações conquistadas, no momento que aqui denominamos “curva descendente dos anos 60”.

A inevitável transmutação dos ideais conquistados pela juventude protagonista do processo aqui explicitado, desemboca no início incipiente da atual sociedade de consumo que iniciou seu caminhar inadiável no fim desses anos rebeldes, trazendo a tiracolo um individualismo que obstaculiza a total percepção das conquistas, que acabam por mudar o rumo dessa mudanças, e atraem desse modo, interpretações e utilizações um pouco díspares do projeto inicialmente proposto.

O planejamento coletivo, o alcance do bem comum é posto de lado em favorecimento de um processo hiperindividualizante, que afasta os indivíduos, se configurando estes fossem meros produtos, como simples mercadorias. A conexão desse individualismo com a autonomia individual é parte da problemática que se apresenta nas atuais configurações sociais.

Não sobra desse modo muito espaço para projetos e planejamentos coletivos, fato este que parece explicar (não que seja o único fator, mas o principal) o número de divórcios nos principais centros urbanos. Num mundo hiperindividualizado, não resta espaço para o “nós”. O “eu” é a única possibilidade concreta de realização do social. O “eu” é a ordem do dia. O “eu” é o produto melancólico da modernidade, onde até mesmo a solidão se encontra a venda nas prateleiras dos mercados.

7. Bibliografia.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da Política**. Tradução Marcus Penchet. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2000

EHRENREICH, Barbara. **Dançando nas ruas: uma história do êxtase coletivo**. Tradução Julián Fuks. Rio de Janeiro: Record Editora, 2010

GIDDENS, Antony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: FUNESP Editora, 1993

_____. **Modernidade e Identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HOBBSAWM, Eric J.. **Tempos interessantes: Uma vida no século XX.** Trad. Angela Noronha. 6ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras Editora, 2002

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do registro civil 2010.** Brasil.

JABLONSKI, B. (2001). **Atitudes frente à Crise do Casamento.** Em T. Féres Carneiro (org.), Casamento e Família: do Social à Clínica. P. 81-95; Rio de Janeiro: ed. NAU.

ZAPPA, Regina e Ernesto Soto. **1968: Eles só queriam mudar o mundo.** Rio de Janeiro: Zahar, p.14

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES
Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA PROPOSTA EXTENSIONISTA

Cristiane Sonego

Professora Ms. do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste E-mail:
cristianesonego@gmail.com

Andressa Kolody

Professora Ms. do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste. E-mail:
andressakolody@yahoo.com.br

RESUMO:

No Projeto de Extensão “Prevenção da violência contra crianças e adolescentes: estudos e articulações da rede de atendimento no município de Guarapuava-PR”, propõe-se trabalhar com os profissionais que atuam junto às famílias, crianças e adolescentes; com pais e/ou responsáveis, bem como junto as próprias crianças e adolescentes. O objetivo central é reconhecer a violência contra estes sujeitos no âmbito do município, buscando capacitar multiplicadores sociais para identificar e intervir na problemática, numa perspectiva de trabalho em rede. Para tanto, faz-se necessário realizar estudos na área, bem como desenvolver projetos de intervenção compatíveis com as demandas apresentadas nas realidades abordadas. As ações desenvolvidas buscam capacitar os sujeitos envolvidos para alteração dessa realidade e, também, afirmar o trabalho em rede enquanto estratégia potencial na construção de uma cultura de valorização da infância e da adolescência e fortalecimento do papel da sociedade no combate à violência.

PALAVRAS-CHAVE: Criança e Adolescente, Prevenção, Violência, Extensão.

ABSTRACT: In the University Extension Project: “Prevention of violence against children and adolescents: studies and articulations of the network of attendance in municipality of Guarapuava-PR”, the purpose is to work with professionals who labor with families, children and adolescents; with parents and/ or guardians, as well as with children and adolescents. The central aim is to recognize the violence against such subjects in the scope of municipality, seeking to train social multipliers to identify and intervene in problematic from the perspective of networking. Therefore, it’s necessary to accomplish studies in theme and also to develop projects of intervention compatible with the demands present in the approached realities. The developed actions seek to empower the involved subjects to change of this reality and, also, to assert the network while potential strategy in the construction of a culture of valorization of the childhood and of the adolescence and in the strengthening of the role of society to combat violence.

KEYWORDS: Child and Adolescent; Prevention; Violence; Extension.

APRESENTAÇÃO

A violência revela-se, atualmente, como um fenômeno que se dissemina no meio social, em suas variadas formas, atingindo um número expressivo de pessoas, sem distinção de sexo, raça/etnia, condição socioeconômica, religião ou idade. Contudo, são as crianças e os adolescentes as vítimas mais frequentes das expressões da violência, isso justificado, entre outros aspectos, pela fragilidade desses sujeitos.

Enquanto expressão da questão social, as diversas manifestações da violência têm exigido ações que intervenham nos casos denunciados, e, sobretudo, ações que se proponham a prevenir a problemática – em suas dimensões primária, secundária e terciária.

Nestes termos, este artigo objetiva socializar e refletir sobre a experiência do Projeto de Extensão “Prevenção da violência contra crianças e adolescentes: estudos e articulações da rede de atendimento no município de Guarapuava - PR”, desenvolvido junto ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste - PR.

Frente a multicausalidade da violência dirigida às crianças e adolescentes, bem como seu caráter multifacetado, o objetivo central de ação no Projeto de Extensão é reconhecer a violência contra crianças e adolescentes no município, buscando capacitar multiplicadores sociais para identificar e intervir na problemática, numa perspectiva de trabalho em rede, fortalecendo o atendimento integral a esses sujeitos na realidade local.

Em se tratando dos objetivos específicos, pretende-se: diagnosticar, através dos espaços de atenção a crianças e adolescentes, as configurações da violência, suas causas e consequências; elaborar subprojetos de prevenção à violência contra crianças e adolescentes numa perspectiva de fortalecimento da rede e de continuidade do atendimento; capacitar profissionais das instituições que atendem crianças e adolescentes para identificar e desenvolver ações de prevenção e intervenção nos casos de violência constatados; desenvolver atividades com as crianças e os adolescentes, assim como com seus familiares, buscando reafirmar a importância do convívio familiar e a superação dos atos de violência; promover a integração de instituições, famílias e comunidades, com estímulo à participação no combate à violência, promoção da construção coletiva de conhecimentos e, promoção de espaços de discussão e reflexão aos acadêmicos, com a construção de conhecimentos e de ações numa perspectiva multiprofissional e interdisciplinar.

Os fundamentos dos objetivos mencionados se constituem a partir da Doutrina de Proteção Integral.

A Doutrina da Proteção Integral apresenta três pontos principais. Em primeiro lugar, as crianças são vistas como cidadãos e cidadãs completos, com os mesmos direitos que os adultos e ainda, alguns outros, referentes às peculiaridades dessa fase do desenvolvimento. Em segundo lugar, a atenção às necessidades da criança deve ser dada de uma forma integral, levando-se em conta aspectos físicos, mentais, culturais, espirituais etc. Em terceiro lugar, é colocado, que a proteção das crianças e adolescentes, bem como a garantia dos seus direitos, não é responsabilidade apenas da família, mas também do Estado e da sociedade como um todo (NEPOMUCENO, 2002, p. 145).

No lastro destes fundamentos, as ações propostas no âmbito do Projeto, se constituem e se configuram a partir das demandas por estratégias de enfrentamento à violência no bojo de suas particularidades. Entende-se que a composição de estratégias a partir da concretude das particularidades que cercam o fenômeno se torna possível através da formação de redes sociais.

Na área da infância e da adolescência, a rede representa o “[...] conjunto integrado de instituições governamentais, não governamentais e informais, ações, informações, profissionais, serviços e programas que priorizem o atendimento integral à criança e adolescente na realidade local de forma descentralizada e participativa” (HOFFMANN et al, 2000, p. 6).

Entende-se que ações desenvolvidas através do Projeto de Extensão podem contribuir para valorização da capacidade dos sujeitos em modificar sua realidade e, também, para o desenvolvimento de trabalhos intersetoriais, com vistas à construção de uma cultura de valorização e proteção da infância e da adolescência.

O eixo orientador das ações desenvolvidas pela equipe do projeto parte da compreensão do conhecimento como construção histórica e social e que a relevância da teoria ocorre a partir da sua validação em contato com a prática.

Assim, a extensão universitária, revela-se como espaço privilegiado de diálogo com a sociedade e configurador da práxis, pois possibilita a reflexão teórica, o planejamento e a execução de estratégias de ação nesta realidade e, assim, a consecução de ações que caminhem para a afirmação de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, com a efetivação de seus direitos constitucional e legalmente garantidos.

De forma geral, o posicionamento que orienta o desenvolvimento das ações no projeto em tela compreende que assim como a violência é construída socialmente, ela pode ser também “desconstruída”. Essa desconstrução torna-se possível com estratégias que viabilizem e fortaleçam o trabalho em rede.

METODOLOGIA

A metodologia proposta pelo projeto pretende desvelar a realidade, captando as suas múltiplas determinações que a configuram.

Para tanto, se constituem como princípios fundamentais: o respeito à realidade de cada universo a ser abordado e, também, o conhecimento dos sujeitos envolvidos; trabalho cooperativo entre a equipe do projeto de extensão e os participantes da comunidade/instituições/sujeitos, que contribua para um processo dialógico de enriquecimento da dinâmica das relações sociais e também, especificamente, da formação profissional e pessoal dos acadêmicos e professores envolvidos, bem como para à articulação entre as diferentes políticas sociais que envolvam o atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

Em outros termos, o projeto de extensão possuiu duas etapas inter-relacionadas: a produção de conhecimentos e a intervenção social.

Em se tratando da produção de conhecimento, a equipe do Projeto realiza estudos, participa de eventos, bem como produz artigos referentes ao campo específico. As atividades iniciam-se com a discussão dos múltiplos determinantes que envolvem a problemática da violência contra crianças e adolescentes. De forma que, as discussões consideram os estudos já elaborados sobre o tema, abordando seu conceito, suas faces, suas características e possíveis causas e consequências. Consideram, ainda, os documentos legais que orientam as argumentações, os espaços e estratégias de intervenção, entre outros elementos que devem ser considerados.

Munidos teoricamente, os acadêmicos se lançam ao desafio de reconhecer as demandas presentes no cotidiano das instituições e da comunidade e, a partir delas, construir as ações necessárias pautados na proposta do projeto de extensão: a prevenção da violência contra crianças e adolescentes.

De modo geral, a produção de conhecimento possibilita a ampliação das ações profissionais e estimula a equipe na promoção da troca de conhecimentos e experiências entre

a população abordada e a equipe durante o desenvolvimento do projeto, o que é fundamental para viabilizar as diretrizes da Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente.

No que se refere à intervenção social, tem-se como proposta a realização de oficinas, palestras, encontros, capacitações entre outras atividades que surgirem de cada demanda social. Estas atividades são desenvolvidas através de projetos de intervenção.

É a partir do entendimento de que as ações extensionistas devem partir das demandas apresentadas pela sociedade, que o Projeto de Extensão em tela constituiu-se. Ou seja, as demandas são levantadas na realidade da sociedade e das instituições; estas demandas são problematizadas e estas problematizações devem levar a uma intervenção. Por esta característica temos na extensão um campo fértil de formação profissional, haja vista que ela solicita uma constante relação entre teoria e prática (BRASIL, 2000/2001).

Através da extensão, o acadêmico tem a possibilidade de estabelecer a relação entre teoria e prática, uma vez que ao reconhecer as demandas advindas da violência contra crianças e adolescentes em Guarapuava, apresentadas na realidade – das instituições de intervenção ou da própria comunidade – Este tem na teoria os elementos que lhe possibilita apreender o seu objeto de ação, o movimento e a direção deste objeto, as contradições em presença e as possibilidades de intervenção (SANTOS, 2010).

O projeto de extensão visa desenvolver atividades de caráter socioeducativo, pois se propõe a desenvolver ações que, através da informação, da reflexão ou da relação, visam provocar mudanças na realidade abordada (MIOTO, 2004). No Projeto estas ações são desenvolvidas com vistas a prevenir a violência contra crianças e adolescentes, através da promoção de seus direitos e da notificação de situações de suspeita ou de confirmação de violação destes direitos.

DESENVOLVIMENTO

A violência revela-se, atualmente, como um fenômeno que se dissemina no meio social, em suas variadas formas, atingindo um número expressivo de pessoas, principalmente as crianças e os adolescentes. Muitos são os relatos de meninos e meninas que são, cotidianamente, submetidos às mais diversas e dolorosas manifestações de violência – física, psíquica e emocional – em todo o cenário do mundo.

No Brasil, ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, p. 2) prescreva no artigo 5º que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”, o fato constatado é que:

O espectro da violência tem pairado sobre a sociedade brasileira, atingindo, de forma injusta e cruel, crianças e adolescentes indiscriminadamente, seja nas ruas ou nos logradouros públicos durante a calada da noite, seja em seus lares na forma de maus-tratos, espancamentos, torturas e abusos sexuais, seja nas escolas ou instituições em que, estigmatizados e marginalizados, constroem-se na revolta e resistência ao sistema que os prostitui (ROURE, 1996, p.15).

Fica evidente nessa afirmação a amplitude com que a violência permanece na vida dos meninos e meninas em nossa sociedade. Do mesmo modo, verifica-se como são vastas as formas com que pode se manifestar a violência dirigida a esses sujeitos, refletindo aspectos históricos, culturais, estruturais e conjunturais.

Diante dessa realidade, as crianças e os adolescentes podem ser vitimados pelas condições socioeconômicas apresentadas em nossa conjuntura atual ou, ainda, vitimizados nas relações interpessoais – onde prevalece o abuso de poder do adulto sobre esses sujeitos, podendo ocorrer independentemente da situação socioeconômica vivida, como afirmam Azevedo e Guerra (2000).

Enquanto expressão da questão social, as diversas manifestações da violência exigem ações que intervenham nos casos denunciados, e, sobretudo, ações que se proponham a prevenir a problemática em suas dimensões primária, secundária e terciária.

Por prevenção primária compreendemos as “[...] estratégias dirigidas ao conjunto da população num esforço para reduzir incidência ou o índice de ocorrência de novos casos” (GUERRA, 2004, p. 3).

Em se tratando da prevenção secundária, esta “[...] envolve a identificação precoce da assim chamada *população de risco*” (GUERRA, 2004, p. 3 – grifo do autor).

A prevenção terciária é “[...] dirigida aos indivíduos que já são agressores ou vítimas no sentido de reduzir as consequências adversas do fenômeno ou de evitar que o indivíduo sofra o processo de incapacidade permanente” (GUERRA, 2004, p. 3).

Dentro da nova proposta de atenção a crianças e adolescentes, assevera-se a necessidade de criar estratégias de enfrentamento do fenômeno a partir da consideração de

suas particularidades na realidade municipal. Isso se torna possível por meio da articulação de redes sociais. A construção de rede de atendimento mostra-se como “[...] alternativa necessária de enfrentamento das manifestações da exclusão social” (BOURGUIGNON, 2007, p. 246).

A rede representa a agregação de várias instituições em torno de um interesse comum; deve ser pensada em sintonia com a realidade local, com a cultura de organização social, com a sociedade civil organizada (ativa e participativa). Sendo assim, ela sugere a ideia de articulação, conexão, vínculo, ações complementares, relações horizontais entre os parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulneráveis ou em situação de risco social ou pessoal.

Na área da criança e do adolescente, a rede representa o “[...] conjunto integrado de instituições governamentais, não-governamentais e informais, ações, informações, profissionais, serviços e programas que priorizem o atendimento integral à criança e adolescente na realidade local de forma descentralizada e participativa” (HOFFMANN et al, 2000, p. 6).

Para a intervenção em rede é essencial

[...] repensar o direcionamento das ações das políticas públicas destinadas à família, criança e adolescente exige enfrentar o desafio de, a partir do princípio de intersetorialidade, construir redes intersetoriais capazes de responder as demandas sociais numa perspectiva de garantia dos direitos fundamentais destes segmentos cada vez mais empobrecidos material e culturalmente pelo processo sócio histórico de exclusão social (BOURGUIGNON, 2007, p. 251).

A intervenção integrada entre os profissionais é fundamental. Além disso, é importante que as ações desenvolvidas sejam multiprofissionais, interdisciplinares e intersetoriais, criando uma rede de proteção às vítimas de violência.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Partindo da proposta adotada pela equipe do Projeto referenciado, esclarece-se que as ações desenvolvidas têm como eixo basilar a Doutrina de Proteção Integral, afirmada na Constituição de 1988 e reafirmada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990.

A afirmação desta Doutrina permite que as crianças e os adolescentes tenham garantidos os princípios da dignidade, da igualdade de direitos e do respeito às diferenças.

A dignidade representa estender aos meninos e às meninas, integralmente, o valor de ser pessoa humana e, assim, o direito a ter direitos, salvo os limites impostos pela legislação.

A igualdade surge na universalização de direitos a toda e qualquer criança, da mesma forma, entre crianças e adultos, pois ambos são titulares dos mesmos direitos.

O respeito evidencia que crianças e adolescentes estão em uma fase diferenciada de desenvolvimento, que esta fase é vivenciada de modo peculiar no que se refere à sua formação moral, de personalidade e a sua condição de fragilidade, porém, esta diferenciação não o inferioriza diante do adulto.

Nesta perspectiva, esses sujeitos se constituem como pessoas em condição especial de desenvolvimento, como sujeitos de direitos, destinatários de proteção integral e prioridade absoluta, o que responsabiliza poder público, sociedade, comunidade e família pelo pleno atendimento de seus direitos.

Contudo, as crianças e os adolescentes compõem uma parcela da população constantemente renegada em relação à efetivação dos direitos humanos e, assim, em sua condição de cidadania, haja vista que eles têm seus direitos violados diariamente – violação que apresenta diferentes nuances. Estas violações

Evidenciam o distanciamento entre a vida cotidiana e os marcos legais, pondo em questão o que está previsto na Constituição Federal de 1988 sobre a proteção integral e a prioridade absoluta, como responsabilidade do Estado, da família e da sociedade (SOUZA, 2010, p.17).

É justamente na compreensão de que as problemáticas que envolvem crianças e adolescentes no contexto atual são complexas e que, por isso, exigem o posicionamento dos diferentes atores sociais em prol da garantia dos seus direitos, que a equipe do Projeto de Extensão busca construir suas ações.

Entende-se que as violações dos direitos das crianças e dos adolescentes assumem características específicas em cada localidade, desta forma a equipe do projeto busca reconhecer esta realidade, desvelando suas características e suas potencialidades de superação da problemática, reconhecendo nos sujeitos envolvidos os agentes de transformação.

A aproximação da equipe com a realidade, somada a leitura de bases teóricas e legais, proporcionaram a constante e necessária relação entre teoria e prática, proporcionando que os trabalhos se tornem mais coerente com a realidade em foco.

As primeiras atividades desenvolvidas junto à comunidade referem-se à abordagem do dia 18 de maio, instituído pela Lei Federal nº. 9970/00 como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Esta forma de violência representa o emprego

[...] de atos sexuais de qualquer natureza, mediante promessa ou efetivação de troca de vantagens ou segurança material entre o agente e a criança/adolescente. Engloba, entre outras, a realização de práticas sexuais mediante pagamento, a pornografia infantil, o tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais e o turismo sexual infantil (BRASIL, 2008, p. 32)

A importância de combater esta forma de violência está evidenciada no contexto do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, promulgado em 2002. Este plano aponta como eixos estratégicos de ação, a Defesa e Responsabilização (objetiva defender direitos ameaçados ou violados), a Mobilização e Articulação (que busca, entre outros aspectos, comprometer a sociedade civil no enfrentamento dessa problemática) e a Prevenção (que enfatiza a realização de ações preventivas contra a violência sexual) (BRASIL, 2002).

A mobilização e a articulação criam possibilidades reais de combater a problemática em questão, fortalecendo a rede de proteção às crianças e aos adolescentes. Vale ressaltar que a sociedade civil assume papel importante no combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, pois torna possível um processo de comunicação e interação, fortalecendo o poder da sociedade neste combate.

A prevenção garante a sensibilização da comunidade em geral e das próprias crianças e adolescentes para este problema. Para tanto, torna-se necessário à desconstrução de conhecimentos de senso comum que, por vezes, justificam e/ou reforçam a violência sexual contra meninos e meninas.

Esta desconstrução precisa acontecer no contexto da opinião pública e do imaginário da população, o que “[...] requer estratégias que fortaleçam a superação das barreiras sociais, do preconceito, do estigma, da naturalização da violência, da impunidade e da desarticulação das oportunidades de ocorrência da violência sexual” (LEAL, 2000, p. 62).

Registra-se a importante contribuição das campanhas de combate à violência sexual de crianças e adolescentes, que auxiliam na visualização do problema e dos canais de

denúncia, bem como, convocam as instituições governamentais e não governamentais para a construção de estratégias coletivas de combate e enfrentamento dessa problemática.

Como forma de combate a esta face da violência, a equipe do Projeto de Extensão desenvolveu projeto de intervenção com o objetivo de divulgar e criar espaços de discussão e reflexão sobre o tema violência contra criança e adolescente, destacando a exploração sexual contra esses sujeitos. Essa ação ocorreu no Colégio Estadual Dulce Maschio, onde participaram alunos do ensino fundamental do 5^a e 6^a ano. Esta ação envolveu 180 alunos, entre 09 e 12 anos de idade.

A partir das características deste grupo de alunos, foram desenvolvidas atividades lúcidas para divulgação dos direitos das crianças e dos adolescentes, para discussão sobre possíveis situações de violações de seus direitos, bem como para refletir sobre a violência, em especial, a sexual. A aproximação da equipe junto aos alunos, através do subprojeto de intervenção, constituiu um momento de sensibilização à temática.

O desconhecimento da intensidade e abrangência do fenômeno pode estar inclusive, contribuindo para o ciclo da violência diante da impunidade, por isso, a sensibilização das crianças e adolescentes se constitui como estratégia potencial para que se possa combater os casos de violência e promover a efetivação dos direitos previstos no ECA.

Os processos de mobilização exigem a socialização de informações a respeito do fenômeno violência, na tentativa de esclarecer a problemática da violência contra crianças e adolescentes, a equipe do Projeto desenvolveu uma ação junto à Sociedade São Vicente de Paulo. O objetivo foi capacitar pessoas da comunidade para a identificação da violência contra meninos e meninas.

A ação ocorreu através da palestra: “A violência contra criança e adolescente”, utilizando slides que continham os conceitos de violência, suas formas, as possibilidades de denúncia de casos identificados, etc.; exibição de vídeos para melhor esclarecimento dos conceitos apresentados e como forma de descontração das pessoas presentes. Tendo esta atividade explorado o diálogo e a problematização dos conceitos a partir dos relatos dos presentes, considerando que a violência é sempre difícil de ser tratada.

Por fim, foi distribuída uma cartilha que continha os conceitos de violência, as formas, os números e endereços para denúncias dos casos identificados, além de *links* de *sites* onde se podem obter maiores informações a respeito da violência contra criança e adolescente.

A palestra foi realizada para 25 pessoas, vários adolescentes, pais e responsáveis se fizeram presentes. Estes se mostraram interessados no tema e contribuíram com a discussão relatando suas experiências e apresentando dúvidas, possibilitando à equipe do Projeto não apenas responder, mas estabelecer um diálogo com os participantes, no sentido de desconstruir atitudes de violência que são encaradas como naturais e normais pela maioria da sociedade.

Tratar a violência contra criança e adolescente numa sociedade que está ainda em processo lento de desconstrução da imagem da criança destituída de direitos, torna-se um desafio latente e difícil. Um conceito demora para ser construído e se faz mediante as relações familiares, com a sociedade, com as leis, etc.

Segundo Odália (1985, p. 23), “Razões, costumes, tradições, leis explícitas ou implícitas, que encobrem certas práticas violentas normais na vida em sociedade, dificultam de imediato compreender seu caráter [...]” e não é possível combater uma prática violenta se ela não é reconhecida como tal.

Se o ECA prevê, em seu artigo 4º, que é dever de todos garantir os direitos de crianças e adolescentes (BRASIL, 1990) e se no entender de autores como Guerra (2004), a violência é uma negação de tais direitos, impõe-se a necessidade de discutir o que é violência hoje, no entendimento não apenas dos profissionais que atuam nesta área, mas, principalmente dos pais/responsáveis pelas crianças e adolescentes e da sociedade de forma geral.

Entende-se que discutir a problemática em todas as esferas possibilita a construção de novos conceitos sobre infância e adolescência e, só assim, é possível combater atitudes de violência. A discussão sobre o assunto, neste aspecto, configura um exercício de prevenção à problemática, pois como afirma Nepomuceno (2002, p.171), a informação, somada a sua necessária reflexão, pode “[...] levar a uma mudança no imaginário social quanto ao tratamento a ser dispensado aos meninos e às meninas”.

Outra estratégia com este viés foi desenvolvida no Colégio Estadual Newton Felipe Albach. A proposta de discutir a problemática da violência foi levada através de um projeto de intervenção que tinha como questão central refletir sobre o *bullying*.

Destaca-se que as crianças e os adolescentes continuam recebendo atenção especial nas ações propostas, haja vista a compreensão de que eles são protagonistas nessa luta. Desta forma, foi realizado um projeto de intervenção sobre *bullying* junto às crianças e os adolescentes desta escola.

O ambiente escolar é um local de aprendizagem, de participação e de conhecimento dos direitos humanos, por isso, afirma-se como um espaço de exercício da cidadania. Contudo, é neste espaço também que se manifestam diferentes expressões da violência contra meninos e meninas, entre elas o *bullying*.

Pode-se caracterizar o *bullying* como:

[...] todas as formas de atitudes agressivas, realizadas de forma voluntária e repetitiva, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro (os), causando dor e angústia e realizada dentro de uma relação desigual de poder (ABRÁPIA, 2007, p. 2).

Embora na escola possam ocorrer situações de violência, como o *bullying*, trata-se também de um espaço de socialização de conhecimentos e vivências, e desta forma, local privilegiado para desenvolver ações de prevenção à problemática.

As ações preventivas podem sensibilizar e mobilizar as próprias crianças e os adolescentes sobre as manifestações de violação de seus direitos. Pautada nesta compreensão, que a equipe do Projeto de Extensão, através do projeto “BULLYING: Brincadeira que machuca não é brincadeira”, discutiu, junto aos alunos do 5º ano, a violência contra crianças e adolescentes exercida através do *bullying*.

A ação envolveu 56 alunos que participaram ativamente das discussões e relataram situações de *bullying* vivenciadas no espaço escolar, assim como apontaram, segundo suas compreensões, as formas de ocorrência de violência.

Outra ação realizada junto a crianças e adolescentes foi o projeto desenvolvido com crianças, filhos de egressos atendidos pelo Pró-Egresso. Ao considerarmos a realidade das famílias atendidas neste programa é possível visualizar as dificuldades vivenciadas no âmbito familiar, num primeiro momento, pela situação da ausência de um dos seus membros e, posteriormente, pelo estigma de “criminalidade” que se estende para todos os membros do grupo familiar.

Por isso, esta ação se pautou na compreensão de que, em muitas situações, as crianças e os adolescentes sofrem com diversas formas de discriminação, tanto no convívio em comunidade ou nas instituições, quanto dentro da própria família, sendo assim, restringidos de sua plena vivência nos diferentes grupos sociais. Este fato afirma a exclusão que a sociedade emprega aos apenados e também às suas famílias.

Os reflexos desta situação na vida das crianças e dos adolescentes se manifesta como uma forma de violação de seus direitos. Nesse sentido, torna-se importante proporcionar um

ambiente de construção de conhecimento sobre direitos e deveres, a partir do previstos no ECA.

Nesta perspectiva, a equipe do projeto desenvolveu o plano de ação: “Entre Crianças: uma brincadeira com o ECA”, junto a estes sujeitos, tendo como objetivo central promover reflexões sobre o ECA através de atividades pedagógicas acerca do tema.

Para atingir o objetivo proposto, foram realizadas três oficinas: na primeira, foi distribuída a cartilha “Zeca em: Conhecendo o ECA!”, que foi lida e, enquanto ela era colorida foi estabelecido um diálogo entre as crianças e a equipe executora; na segunda, foram distribuídas folhas para que as crianças pudessem retratar, através de desenhos e frases, alguns dos direitos previstos no ECA, que foram discutidos entre o grupo e, na terceira, as crianças confeccionaram um mural onde elas expusessem como entendem um “mundo feliz”, retomando a discussão acerca dos direitos fundamentais, como o direito a “liberdade, ao respeito e a dignidade” e o direito a “educação, a cultura e ao esporte”.

As atividades, conduzidas em forma de diálogo, possibilitaram uma maior interação entre as crianças e a equipe executora, além de haver um esclarecimento sobre o ECA ao mesmo tempo em que elas relatavam situações cotidianas onde se pode identificar situações de violência.

Da mesma maneira, elas contribuíram de forma significativa no aprendizado e na compreensão dessas crianças sobre os seus direitos, pois a todo o momento elas estavam sendo estimuladas a repensá-los e identificá-los no seu cotidiano.

Ainda, na perspectiva de refletir a problemática junto aos futuros profissionais que atenderam esta parcela da população, foi realizada a mesa redonda: “O combate à violência contra crianças e adolescentes numa perspectiva interdisciplinar”. Esta ação teve como objetivo discutir as ações desenvolvidas no combate à violência contra crianças e adolescentes, no município de Guarapuava – PR pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social. E possibilitou espaço para socialização das práticas do psicólogo e do assistente social no âmbito do CREAS.

Outra atividade iniciada em 2011 foi a identificação da Rede Municipal de Proteção a Criança e ao Adolescente. Esta atividade tem como objetivo elaborar uma cartilha com informações gerais sobre as instituições que compõe a rede. O projeto foi apresentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo este parceiro nesta ação. A parceria consiste na impressão de 500 exemplares e na distribuição do material.

Em 2012, o projeto desenvolveu a oficina: “Trabalhando com o Centro de Referência da Assistência Social Morro Alto e a rede de abrangência, o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes no município de Guarapuava – PR”. Esta ação foi desenvolvida em parceria com o CREAS, no CRAS e contou com a participação de 21 profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social.

No mês de agosto foram realizadas diversas atividades através do projeto de intervenção “Conhecer direitos e discutir deveres: O Eca vai à Escola”. Este projeto teve como objetivo divulgar e discutir os Direitos e deveres de crianças e adolescentes, bem como, a violação destes direitos, junto aos alunos do 7º, 8º e 9º ano do Colégio Estadual Newton Felipe Albach no Bairro Santa Cruz do Município de Guarapuava – PR.

A ação vem ao encontro com o que está preconizado na Lei 11.525 de 25 de Setembro de 2007, sobretudo § 5º ao art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a respeito da inclusão de “[...] conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental”.

Nestes termos, entende-se que a escola possui papel estratégico na efetivação dos direitos previstos pelo ECA. Para isso, as escolas e os educadores precisam conhecer essa legislação, assim como os educandos e os órgãos de apoio presentes na comunidade.

Na condição de sujeitos de direitos, é de fundamental importância que os educandos, conheçam amplamente o Estatuto, defendam e exijam a proteção de seus direitos, bem como reconheçam e exerçam seus deveres. Para isso, são necessárias ações preventivas capazes de sensibilizar e, sobretudo mobilizar a sociedade em geral para o enfrentamento da violação de direitos.

Assim, a escola torna-se espaço potencial de socialização e construção da cidadania, lugar propício para exercitar a aprendizagem, a participação e o respeito aos Direitos Humanos. Além do mais, a escola está inserida em uma rede de proteção integral em que se destaca como “[...] possuidora de responsabilidade social ampliada” (BRASIL, 2008, p. 07).

Estes elementos constituem-se fundamentos para o desenvolvimento da ação em tela. Com vistas a atender o objetivo proposto, foram desenvolvidas oficinas lúdico-educativas, que contextualizavam os direitos fundamentais definidos pelo ECA bem como deveres das crianças e dos adolescentes; foram disponibilizados 200 exemplares da cartilha: “Crianças e Adolescentes Primeiro!”, cedidas pela Associação Nacional dos Defensores Públicos, Governo do Estado do Ceará e Secretaria de Direitos Humanos; desenvolveu-se atividades

recreativas, considerando as especificidades de cada ano, para reforçar a reflexão sobre os direitos e deveres; bem como publicizou-se as atividades desenvolvidas, bem como a importância da garantia dos direitos de crianças e adolescentes, por meio de jornal local e meio eletrônico.

De forma geral, as ações desenvolvidas reafirmam a necessária intervenção e a construção de saberes sobre o assunto. Ao formar espaços de repasse de informações e de discussão, o Projeto busca levar os sujeitos a refletirem sobre seus papéis na luta contra a problemática, sobre as possíveis formas de ação e as bases de apoio, bem como busca instrumentalizar os sujeitos, principalmente às crianças e aos adolescentes, fortalecendo-os enquanto sujeitos de direitos, protagonistas sociais, enquanto cidadãos capazes de pensar e recriar a realidade.

REFERÊNCIAS

ABRÁPIA. Bullying. Disponível em: <<http://www.bullying.org.br>>. Acesso em: maio 2007.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. As políticas sociais e a violência doméstica contra crianças e adolescentes: um desafio recusado em São Paulo? In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (orgs). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Fortalecimento da Rede de Proteção e Assistência a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

_____. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. 3 ed. Brasília: SEDH/DCA, 2002.

_____. MEC. Plano Nacional de Extensão Universitária. Edição Atualizada, Brasil: MEC, 2001.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.criancanoparlamento.org.br/sites/default/files/eca.pdf>

BOURGUIGNON, J. A. Concepção de Rede Intersetorial de Atendimento à Criança e Adolescente. In: LAVORATTI, Cleide (org). *Programa de Capacitação Permanente na Área da Infância e da Adolescência: o germinar de uma experiência coletiva*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2007. p. 245-251.

GUERRA, V. N. de A. Prevenção da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (Palestra). In: *I Seminário Regional de Combate à Violência Doméstica e Exploração Sexual*

Contra Criança e Adolescentes – Ação em Debate. Uberaba (MG), USP, 2004. Disponível em: <www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/uberaba.doc>. Acesso em: 05 jul. 2012.

HOFFMANN, C. et al. Reflexões sobre rede de atendimento à criança e ao adolescente. Ponta Grossa: UEPG, 2000.

LEAL, M. L. P. A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe (Relatório Final – Brasil). Brasília: CECRIA/ IIN/ Ministério da Justiça/ UNICEF/ CESE, 2000.

MIOTO, R. C. T. Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais: Revista Virtual Textos & Contextos, nº 3, ano III: EdiPUCRS, dez. 2004.

NEPOMUCENO, V. O mau-trato infantil e o Estatuto da Criança e do Adolescente: os caminhos da prevenção, da proteção e da responsabilização. In: SILVA, Lygia Maria Pereira da (org). Violência doméstica contra a criança e o adolescente. Recife: EDUPE, 2002. p. 139-180.

ODALIA, N. O que é violência. São Paulo: Nova Cultural/ Brasiliense, 1985.

ROURE, G. Q. de. Vidas silenciadas: a violência com crianças e adolescentes. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

SANTOS, C. M. dos. Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas nas relações entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SOUZA, R. de O. Abertura. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção. Brasília: CFP, 2010.

RELAÇÕES DE CASAMENTO NUM MUNICÍPIO DO INTERIOR PAULISTA (1890-1939)

Silvano da Conceição

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de
São Carlos/ PPGS-UFSCar

Professor do Departamento de Ciências Humanas e Letras de Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia/UESB

silvano_cso@hotmail.com

RESUMO

Neste trabalho estudamos os padrões de nupcialidade entre brasileiros, imigrantes e seus descendentes durante o período de 1890 a 1939 num município típico da economia cafeeira, a saber, São Carlos/SP. O período selecionado para a pesquisa relaciona-se ao fato do mesmo se constituir no mais significativo, em termos de recepção de imigrantes internacionais, em boa parte do chamado "oeste paulista". O principal corpus documental da pesquisa foram as Habilitações de Casamentos. Utilizamos ainda os recenseamentos: municipal (1907); estadual (1934); nacionais (1890, 1920 e 1940). A variação do comportamento matrimonial representava os mais variados níveis de integração dos imigrantes e seus descendentes na sociedade brasileira da época.

Palavras-chave: imigração; grupos étnicos; casamentos.

ABSTRACT

Here we study the patterns of marriage between Brazilian, immigrants and their descendants during the period from 1890 to 1939 in a typical city of the coffee economy, namely São Carlos / SP. The period selected for the research relates to the fact that the same constitute the most significant in terms of international reception of immigrants, largely of the "west of São Paulo." The main documentary corpus of research were the Habilitations of Marriages. We also use the censuses: municipal (1907), state (1934), national (1890, 1920 and 1940). The change in marital behavior represented the various levels of integration of immigrants and their descendants in Brazilian society of the time.

Keywords: immigration, ethnic groups, marriages.

1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E SUA RELEVÂNCIA CIENTÍFICA

O tema nupcialidade é, sem sombra de dúvida, um tema instigante para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, pois permite lidar com o cotidiano das pessoas em diferentes épocas, além de permitir compreender a maneira como grupos de diferentes níveis sociais e nacionalidades se envolvem nas relações matrimoniais. Numa palavra, estudos sobre a nupcialidade permitem ao pesquisador problematizar as diferentes estratégias que as pessoas, pertencentes a diversos grupos sociais, utilizam para efetivar suas uniões matrimoniais, uma vez que isso sugere maior ou menor aproximação dos mesmos no espaço social, constituído por intensas lutas simbólicas, culturais, sociais, políticas e econômicas.

Afora essa fascinação que os estudos sobre casamentos nos trazem ainda é necessário destacar outro fator. O tema da imigração internacional readquiriu importância na atualidade, em parte devido a novos enfoques que reorientaram as percepções acerca do que deve ser examinado. Os estudos mais recentes sobre imigração internacional no Brasil, influenciados pela crítica à assimilação, pelo advento da valorização do pluralismo étnico (SEYFERTH, 1988), aliado ao interesse de gerações mais jovens em vasculhar suas origens, passaram a ser retomados no sentido de "se emancipar" da problemática assimilacionista, tão característica antes dos anos 50. Não propriamente os temas que mudaram, mas o modo como foram empreendidos os estudos, transitando de um caráter mais instrumental-político para outro mais histórico-compreensivo. Nesse sentido, justifica-

se o presente estudo por propiciar um maior conhecimento da formação social paulista, tão marcada pela experiência imigratória.

No texto apresentamos alguns dados da pesquisa “*Imigração e Nupcialidade: o caso de São Carlos 1890-1939*” desenvolvida sobre o município de São Carlos/SP, na qual buscamos compreender as relações matrimoniais para o período¹. Em particular, optou-se por iniciar a análise da pauta matrimonial do município de São Carlos a partir de 1890 por esta data marcar o início do Registro Civil de Casamento no Brasil. Tal como se pode notar na história brasileira, foi somente a partir da Proclamação da República, que se passou a contar com o registro civil de casamentos². Este período (1890 a 1939) também se constitui como mais significativo, em termos de recepção de imigrantes internacionais, em boa parte do chamado “oeste paulista”. O município de São Carlos foi um dos mais característicos do período, perfeitamente integrado à economia cafeeira prevalecente, que demandava um grande volume de braços estrangeiros.

Ressalta-se que, por imposição do tipo de fonte utilizada, trabalhou-se somente com os casamentos legais ocorridos no período de 1890 a 1939, reconhecendo assim, a existência de casamentos informais (uniões consensuais) no município de São Carlos³.

As principais fontes de pesquisa utilizadas neste trabalho foram: as Habilitações de Casamentos e os recenseamentos (no período que comporta essa pesquisa foram realizados cinco recenseamentos: municipal: 1907; estadual: 1934; nacional: 1890, 1920 e 1940.). As Habilitações de Casamentos estão localizadas na Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos (FPMSPC). Esta fonte permitiu constatar como estavam se realizando os casamentos entre brasileiros e grupos de diferentes nacionalidades⁴.

Para o período de 1890 a 1939 existem 14.129 Habilitações de Casamentos e foi feita a opção por uma *amostra sistemática com início aleatório*, na qual seria trabalhada

¹ A pesquisa referida fez parte do projeto temático “*Imigrantes, Elites e Sociedade em São Paulo*”, financiado pela FAPESP e coordenado pelos professores Maria do Carmo Carvalho Campello de Souza (IDESP) e Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar).

² Já no governo do Mal Deodoro da Fonseca (1889 a 1891) existiram alguns decretos e, entre eles, o que regulamentava o Casamento Civil na República (Decreto nº. 181 de 24/01/1890, pg 168 a 184). Anteriormente ao referido Decreto os registros de casamentos eram feitos pela Paróquias locais e remetidos às Cúrias.

³ Não será feita uma análise das uniões consensuais, porém, cabe ressaltar que, em geral, elas tinham maior tendência de ocorrer entre as camadas menos favorecidas da população.

⁴ A princípio iria ser utilizada a base de dados, relativa às Habilitações de Casamentos, existente na FPMSPC. Como essa base de dados não dispunha da nacionalidade até o ano de 1950, optou-se pela leitura de cada uma das Habilitações selecionadas na amostra.

uma Habilitação a cada cinco existentes⁵. No total, trabalhou-se com uma quantidade de 2.826 Habilitações, o que corresponde, em termos percentuais, a 20% do universo de Habilitações existentes. As principais informações contidas neste *corpus documental* são: nome dos cônjuges, nome dos pais dos cônjuges (em alguns casos), ocupação, local de moradia, naturalidade, nacionalidade (com mais frequência dos nubentes do que dos seus pais), cor, estado civil, sexo e instrução (se sabe ler e escrever). Em alguns casos, foram encontrados alguns outros documentos no interior das Habilitações, tais como certidão de batismo dos nubentes e passaportes (ou dos pais ou dos próprios nubentes).

Os recenseamentos, outra importante fonte para realização desse trabalho, constituem importante instrumento de pesquisa, pois é por meio deles que temos uma noção exata do quadro populacional da época – com especial atenção ao número de homens e mulheres (tanto estrangeiros como nacionais) para a data em que foi realizado, assim como do desenvolvimento urbano-industrial no interior paulista.

2. PADRÃO DO MERCADO MATRIMONIAL SÃO-CARLENSE: PLURALIDADE ÉTNICA E INTEGRAÇÃO

Dentro da tradição sociológica clássica, Max Weber, em sua obra *Economia e Sociedade*, nos afirma que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu. Ao propor essa discussão, o referido autor enfatizou a importância de se compreender os motivos e sentidos que as pessoas atribuem às coisas para entender mais claramente o significado de suas ações.

No tocante aos estudos sobre casamentos essa teia de significados apontada por Weber nos permite problematizar como são feitas as escolhas matrimoniais, tanto no interior como fora do grupo de origem (casamentos endogâmicos ou exogâmicos, respectivamente), pois no momento de seleção entre os cônjuges entra em cena um conjunto de fatores de ordem cultural, social, religiosa, econômica, étnica, familiar e demográfica, que interferem sobremaneira no movimento do mercado matrimonial⁶.

⁵ Este tipo de amostragem aleatória foi a escolhida por permitir a utilização das técnicas clássicas de inferência estatística, facilitando a análise dos dados e fornecendo maior segurança ao generalizar resultados da amostra para a população.

⁶ Por imposição da limitação de páginas ao texto, estarão sendo apresentados os cruzamentos sobre a idade ao casar, local de moradia (urbano ou rural), e nacionalidade dos nubentes.

Bourdieu (1992) é outro importante autor que nos permite realizar a problematização das escolhas matrimoniais no interior paulista no período de 1890 a 1939, na medida em que para este autor, o espaço da interação é pré-construído e, sendo assim, para saber o que pode e o que não pode ser dito ou feito, é preciso conhecer as leis de formação do grupo dos locutores – é preciso saber quem é excluído e quem se exclui. Nesse sentido, as categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social. Em certa medida é isso que faz as pessoas aceitarem o mundo como ele é, como natural, sem se rebelarem contra ele, pois os princípios estruturantes da visão do mundo radicam nas estruturas objetivas do mundo social e porque as relações de força estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção dessas relações.

Ao longo do texto estaremos fazendo várias incursões deste autor na tentativa de, ao nos apropriarmos de seus conceitos e elaborações teóricas, possamos compreender melhor as pautas matrimoniais do município em questão.

2.1 Idade dos nubentes ao casar

Estudar padrões de nupcialidade no interior do período selecionado (1890 a 1939), certamente tem como importância poder conhecer a possível variação que pode haver na idade média ao casar, tanto ao longo do tempo como segundo as diferentes nacionalidades dos indivíduos. Porém, outra importância deve ser creditada à esta variável no estudo dos padrões de nupcialidade de uma sociedade, importância esta que, aliada à duração média e à intensidade (quantidade de casamentos ao longo do tempo) com que ocorrem as uniões, influenciam os índices de natalidade.

Ao analisarmos a idade média dos casamentos dos nubentes estrangeiros é possível fazermos a suposição de que o processo de emigração e de inserção à nova terra implicaria em alterações nos padrões de idade para casamento, ou que uma imigração seletiva tivesse canalizado para o estado de São Paulo pessoas que já possuíam um padrão diferente no país de origem, ou ainda as duas situações juntas.

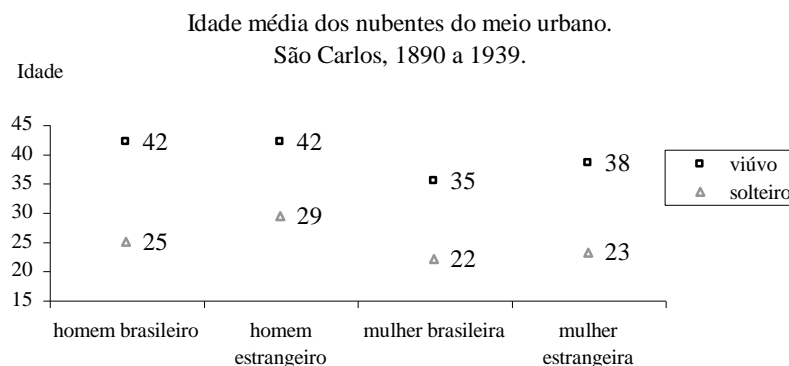
No município de São Carlos o homem seguia a tendência de se casar com mulheres mais jovens, ou seja, de casamentos para baixo. Porém, antes de ser feita uma

discussão acerca da idade média dos nubentes ao casar, será feita uma incursão acerca da faixa etária preferencial de casamento entre os nubentes que se casaram neste município.

Entre os homens solteiros, a faixa etária que mais agrupava casos era a que ia dos 20 aos 24 anos, tanto no meio rural como no meio urbano, com uma porcentagem de 57,4% dos solteiros (rural e urbano). Destes, o meio rural era o que agrupava a maioria dos homens solteiros, com uma porcentagem de 63,7%. Para as mulheres, tem-se alguma variação na faixa etária mais representativa segundo o local de moradia, visto que a que vai dos 15 aos 19 anos e a que vai dos 20 aos 24 anos possuem 43,1% e 43,8% respectivamente, sendo que a primeira faixa concentra mais mulheres do meio rural (54,4%) ao passo que a segunda faixa concentra mais mulheres do meio urbano (48,8%) (CONCEIÇÃO, 2004).

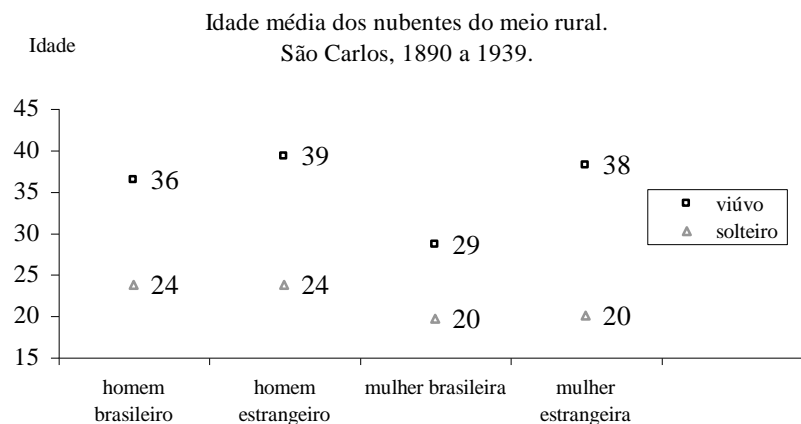
Conhecida a faixa de idade mais representativa dos nubentes, passar-se-á agora a verificar a idade média dos nubentes brasileiros e estrangeiros do meio urbano e rural ao longo do período de 1890 a 1939.

Gráfico 1



Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Gráfico 1



Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

De modo geral, estes dois gráficos evidenciam que a idade média à primeira união variava quanto ao local de moradia e quanto a ser brasileiro ou estrangeiro. No meio urbano, a idade média para os brasileiros solteiros ficou em 25 anos para homens e 22 anos para mulheres, o que resulta numa diferença média de 3 anos entre homens e mulheres para o período. Para os estrangeiros solteiros desse meio, a idade média ficou em 29 anos para homens e 23 anos para mulheres, com uma diferença entre as idades, de 6 anos. Portanto, pode-se afirmar que, de maneira geral, os estrangeiros solteiros do meio urbano se casam mais tardiamente que os brasileiros.

Já no meio rural o comportamento da idade média dos nubentes brasileiros solteiros ficou em 24 anos para homens e 20 anos para mulheres, com uma diferença de 4 anos. Com relação aos estrangeiros solteiros desse meio foi notado que a idade média ao casar é exatamente a mesma notada para os brasileiros solteiros. Disso tudo, concluímos: 1) que entre os nubentes brasileiros e estrangeiros do meio rural não existe diferença de idade média ao contrair casamento no período; 2) que estes nubentes se casam mais jovens do que os solteiros do meio urbano; 3) que entre os solteiros estrangeiros do meio urbano a diferença entre as idades de homens e mulheres é maior do que a observada para todos os outros solteiros, tanto do meio urbano como do meio rural.

A análise desses dados indica a forma como o casamento é tratado na sociedade, além de nos mostrar seus mecanismos para regular o crescimento da população, incentivando ou não os matrimônios. A idade com que homens e mulheres se casavam no período, além de estar ligada às possibilidades fisiológicas do indivíduo, reflete padrões socioeconômicos, culturais e demográficos dos grupos nos quais os cônjuges estão

inseridos. A idade média de casamento pode variar no tempo e no espaço e ainda influenciar os fenômenos demográficos e diversos aspectos da vida socioeconômica. A idade com que homens e mulheres se casam, além de estar ligada às possibilidades fisiológicas do indivíduo, reflete padrões sócio-econômicos, culturais e demográficos dos grupos nos quais os cônjuges estão inseridos. Como no meio rural o trabalho é desenvolvido no contato com a terra, em cuidar da roça familiar ou da colheita do café, as famílias compreendiam que novas uniões matrimoniais que gerassem mais descendentes poderiam contribuir sobremaneira para ampliar a capacidade produtiva da família como um todo. Ou seja, o fato das uniões matrimoniais do meio rural ocorrerem mais precocemente, em relação ao meio urbano, está diretamente relacionada à própria dinâmica do meio rural. No município de São Carlos, os casamentos ocorriam em maior volume, no meio rural, entre os meses de setembro a novembro. Estes meses juntos correspondiam a 39,2% dos casamentos ocorridos entre 1890 a 1939. A distribuição do maior volume de casamentos entre estes meses está ligada ao fim da colheita do café – que poderia sofrer atraso ou antecipação – e ao pagamento aos trabalhadores (CONCEIÇÃO, 2004).

Entre os nubentes brasileiros viúvos do meio urbano o re-casamento ocorria numa idade média, para homens e mulheres, de 42 anos e 35 anos, respectivamente, com uma diferença média de 7 anos. Entre os estrangeiros, a idade média de re-casamento para homens é exatamente a mesma notada para os brasileiros. As mulheres estrangeiras se recasam mais tardiamente que as brasileiras, numa idade média de 38 anos.

Já os viúvos brasileiros do meio rural se recasavam com uma idade média, para homens e mulheres, de 36 anos e 29 anos, respectivamente, com uma diferença média de 7 anos. Os viúvos estrangeiros se recasavam com uma idade média, para homens e mulheres, de 39 anos e 38 anos, respectivamente, com uma diferença de idade entre eles de apenas 1 ano. Concluí-se daí que as viúvas estrangeiras, em média, se recasavam com uma idade significativamente mais avançada que as brasileiras. É possível que parte dessa explicação esteja no fato de que as mulheres estrangeiras enviuvavam mais tardiamente do que as brasileiras, pois permanecer por muito tempo no estado de viuvez não era algo tão desejado à essas mulheres, que muitas vezes encontravam enormes dificuldades em alimentar sua prole do primeira união matrimonial. A família – mais precisamente dos dois últimos séculos – possuía basicamente dois universos distintos. Primeiro, o universo da casa, no qual a mulher tinha papel de destaque, pois se encarregava de zelar pelo marido, pela

educação dos filhos e pela casa, e segundo, o universo da rua, território predominantemente masculino, no qual o homem buscava o sustento da família e onde mantinha seus contatos extra-familiares. É de se imaginar que os recasamentos atendiam aos interesses tanto de homens como de mulheres, pois se por um lado as mulheres necessitavam de um companheiro para criar a prole da primeira união, por outro, essa nova união também atendia aos interesses dos homens por conta da divisão de papéis sociais, que permitiam afirmar que a mulher cabia a educação e zelo da família e ao homem cabia buscar, fora de casa, o sustento da família e a expansão dos contatos extra-familiares. Nesse sentido, pode-se afirmar que os papéis sociais sempre estiveram muito bem delineados na sociedade, não só brasileira, como também na européia e qualquer mulher, seja ela solteira ou casada, que se dispusesse a desrespeitar esse modelo de sociedade certamente enfrentaria o preconceito e a discriminação desta mesma sociedade, principalmente por parte da igreja e da polícia, reconhecidamente fortes instituições de controle social da época.

É interessante também notar que, tanto para os nubentes solteiros como para os viúvos, a idade média ao casar era maior no meio urbano do que no meio rural, sendo ainda a diferença média, nas idades de homens e mulheres, maior no meio urbano do que no meio rural. A tabela 1 evidencia que, no período, apenas indivíduos de outras nacionalidades e os portugueses destoam, casando-se numa idade média mais avançada do que os brasileiros, italianos e espanhóis. A seguir é apresentada uma tabela na qual são apresentadas a idade média dos nubentes ao casar se comporta segundo as diferentes nacionalidades. Bassanezi (1990) também notou que entre os estrangeiros, os italianos e os espanhóis uniam-se em matrimônio mais cedo que os portugueses, alemães, austríacos e indivíduos de outras nacionalidades. Ao longo do tempo, podemos afirmar que houve uma pequena variação de idade média entre os principais contingentes (brasileiros, italianos, portugueses e espanhóis), tanto para homens como para mulheres. No caso de homens de outras nacionalidades, excluindo-se as principais, houve uma tendência a se casar com mais idade, aumentando a diferença entre as idades do homem e da mulher.

Tabela 1: Idade média e mediana dos nubentes solteiros ao casar segundo a nacionalidade, o sexo e o período. São Carlos, 1890 a 1939.

Nacionalidade	Média		Diferença entre H e M	Mediana		Diferença entre H e M
	Homem	Mulher		Homem	Mulher	
Brasileira	24,6 (1563)	21,0 (1780)	3,6	23,0	19,0	4,0

Italiana	24,6 (517)	20,3 (399)	4,4	23,0	19,0	4,0
Portuguesa	25,4 (121)	21,2 (78)	4,2	24,0	20,0	4,0
Espanhola	24,2 (92)	20,3 (88)	3,9	23,0	19,0	4,0
Outras ⁷	28,7 (56)	20,7 (42)	8,0	28,0	20,0	8,0

Fonte: Conceição, 2004, p. 64.

Obs: a quantidade de casos em cada célula está entre parênteses.

Rettaroli⁸ (1990 apud BASSANEZZI, 1996, p. 277) notou que, na Itália, para o ano de 1881, a idade média ao casamento era de 28,1 anos para homens e 24,1 anos para mulheres e em 1901 era de 27,7 anos e 24,1 anos para homens e mulheres, respectivamente. Em relação a idade média ao casamento dos homens e mulheres na Itália, notamos que no município de São Carlos ela sofreu uma forte redução, visto que a média de idade (para solteiros e viúvos) não passou de 26,2 anos para homens e 22,6 anos para as mulheres na primeira década e de 23,9 anos para homens e 20,2 anos para mulheres na segunda década. Portanto, apesar de ser notada, historicamente, uma diminuição na idade média ao casar tanto na Itália como no município de São Carlos, nota-se que em São Carlos a idade média ao casamento era bem menor do que a notada na Itália.

Resta lembrar ainda que a diferença média entre as idades daqueles que se casaram na Itália e os que se casaram em São Carlos ficou bastante próxima, demonstrando então que, mesmo residindo em um lugar bastante diferente do país de origem, os italianos mantinham uma diferença média de idade ao casar, entre homens e mulheres, bastante próxima da notada na Itália.

No caso dos brasileiros filhos de italianos, a variação na idade média ao casar ocorreu somente entre as mulheres, visto que a idade média ao casamento para estas foi de 21,1 anos, contra 20,3 anos das italianas nascidas na Itália. Entre os brasileiros filhos de portugueses a idade média para a primeira união (homens e mulheres), acabou sendo menor do que a notada para os portugueses⁹ nascidos em Portugal. Já para os homens brasileiros filhos de espanhóis, a idade média ao primeiro casamento foi menor do que a notada para

⁷ Esta categoria faz referência às seguintes nacionalidades: alemã, austríaca, francesa, norte da Europa, dinamarquesa, turca, sírio/libanesa, outro árabe (do império turco), outros países do Oriente Médio e norte da África, polonesa, russa, outro leste europeu (Letônia, Lituânia, Estônia, etc.), argentina, uruguaia, norte-americana ou canadense. Entre todas estas, as mais numerosas são: austríaca (10 homens e 11 mulheres), alemã (13 homens e 8 mulheres) e sírio/libanesa (12 homens e 11 mulheres).

⁸ A obra citada por Bassanezi é: RETTAROLI, R. (1990), Age at Marriage in nineteenth century Italy. *Journal of Family History*. Vol. 15, nº 4, p. 409-425.

⁹ Na amostra, não há homens brasileiros viúvos filhos de portugueses se recasando, ocorrendo o mesmo para homens e mulheres filhos de espanhóis e de outras nacionalidades.

os espanhóis nascidos na Espanha, sendo que o mesmo não ocorreu para as mulheres, quando a média das idades foi praticamente a mesma. Para os brasileiros filhos de pais de outras nacionalidades, a idade média do homem solteiro foi menor do que a notada entre os nascidos em outras países, o mesmo não ocorrendo para as mulheres, quando a idade média das brasileiras filhas de estrangeiros foi maior do que a verificada para as mulheres nascidas em outros países.

A variação na idade média dos nubentes solteiros segundo as décadas do período nos evidenciam duas situações. A primeira é que a diferença de idade entre os nubentes (homens e mulheres) tende a diminuir, de modo geral. Já a segunda nos indica que, também de um modo geral, a idade média à primeira união entre os nubentes estrangeiros tende a aumentar, sendo o maior aumento notado para os nubentes de origem italiana. É importante ser notado que, estas idades, quando desagregadas segundo o local de moradia dos nubentes, apresentam alguma variação entre os diferentes meios (rural/urbano). De uma maneira geral, as idades médias notadas para todos os homens e mulheres (solteiros e viúvos) de diferentes nacionalidades são maiores no meio urbano. Contudo, as variações na idade média da primeira união (para qualquer etnia) não são grandes, ao menos nas três primeiras décadas. Isso se deve ao fato de nas duas últimas décadas, especialmente, os imigrantes de modo geral já se encontrarem distantes da época em que migraram, sobretudo no caso dos italianos.

A variação na idade média dos nubentes italianos foi pequena até 1919 – ficando em torno de 24 e 25 anos para os homens e de 19 e 20 anos para as mulheres. Já na década de 1920-1929 a média de idade salta para quase 28 anos para homens e para pouco mais de 23 anos para as mulheres. Portanto, essa elevação na idade média dos nubentes italianos ao casar se deve ao fato de que nesta época já não havia mais tantos jovens italianos no município de São Carlos, visto que a imigração há tempos havia se reduzido.

Sabe-se que uma parcela importante da imigração italiana para o Brasil foi feita em unidades familiares e isto certamente contribuiu para diminuir o desequilíbrio entre os sexos, o que favoreceu que os homens se casassem com mulheres do seu grupo com maior facilidade e em idades mais precoces – especialmente aqueles do meio rural, onde o casamento pode estar sendo realizado para unir força de trabalho, não havendo motivos para adiá-lo (Bassanezi, 1994). O Censo municipal de 1907 permite perceber que neste ano havia 11.316 italianos morando no município de São Carlos e destes, cerca de 86,2% moravam no meio rural.

2.2 As escolhas matrimoniais frente à filiação e à nacionalidade dos nubentes

Neste item, foram analisados os casamentos ocorridos no município de São Carlos segundo as diferentes nacionalidades e ao longo das décadas do período.

Sendo assim, julgou-se que seria necessário fazer uma apresentação do contingente migratório que se fixou em São Paulo e também no município de São Carlos: porcentagem de homens e mulheres. De acordo com os Censos de 1920 e 1940, para o estado de São Paulo, nota-se que o número de homens imigrantes era superior ao de mulheres imigrantes. Isto certamente dificultava o matrimônio entre indivíduos de um mesmo grupo étnico pela carência de mulheres. Em muitos casos, os imigrantes economizavam dinheiro e buscavam ou mandavam buscar uma noiva do seu país de origem, porém nem todos conseguiam tal feito e, para não permanecerem no estado de celibato - ficar solteiro não era prática comum - optavam por contrair matrimônio com mulheres brasileiras ou de outras etnias.

No município de São Carlos, essa discrepância numérica também pode ser notada, principalmente, pelos Censos de 1907 e 1920 – tal como aponta a tabela 3 –, nos quais a qualidade dos dados quanto à divisão por sexo é boa¹⁰. Para conhecermos a real desproporção entre os sexos segundo as diferentes etnias, optamos por calcular os índices de masculinidade para cada um dos principais grupos do nosso estudo (brasileiros, italianos, portugueses e espanhóis)¹¹.

Quadro 1: Índices de masculinidade no município de São Carlos nos Censos de 1907 e 1920.

	Censo de 1907	Censo de 1920
Brasileiros	1,03	1,04
Italianos	1,21	1,13
Espanhóis	1,13	1,24

¹⁰ A afirmação neste sentido deve-se ao fato de que algumas variáveis do Censo de 1907, que se encontram na base de dados de FPMPC, estão com muitos erros de digitação. A variável sexo possuía uma quantidade pequena de erros desta natureza, que pudemos corrigir levando em consideração o nome das pessoas.

¹¹ O cálculo desses índices de masculinidade foi feito a partir dos dados (para homens e mulheres) contidos dos Censos de 1907 e 1920. Os índices de masculinidade foram calculados da seguinte forma: dividiu-se a quantidade de homens pela quantidade de mulheres (segundo cada uma das principais nacionalidades).

Portugueses	1,54	1,54
-------------	------	------

Fonte: Conceição, 2004, p. 69.

De modo geral, os dados apontados no quadro 1 evidenciam que os portugueses possuem os mais altos índices de masculinidade dentre as principais nacionalidades do estudo. Em tese, isso significa então que a pressão sofrida pelos portugueses, no momento de contrair matrimônio é maior, tendo uma maior probabilidade que os homens deste grupo se casem com moças ou brasileiras ou pertencentes a outros grupos étnicos. Este mesmo tipo de raciocínio pode ser feito para as outras etnias, porém, a medida que os índices de masculinidade diminuem, a pressão também faz o mesmo. Por exemplo, a probabilidade de um homem espanhol, em 1907, se casar dentro do seu grupo seria, a princípio, maior do que aquela notada para portugueses e italianos. Em contrapartida, em 1920, os índices apontam que a probabilidade de um homem italiano se casar com uma mulher italiana passa, a princípio, a ser maior do que a notada para os espanhóis e portugueses.

A tabela 2 traz importantes informações sobre como se comportaram os casamentos entre nubentes das mais diferentes nacionalidades para todo o período em análise (1890 a 1939).

Esta tabela, apesar de conter muitas células em branco, foi de extrema importância para o trabalho, especialmente porque nela foi possível desagregar os dados referentes aos brasileiros, ou seja, ela nos permitiu verificar a maneira como os brasileiros filhos de estrangeiros se casaram no período.

Tabela 2: Casamentos segundo a filiação e nacionalidade dos nubentes.
São Carlos, 1890 a 1939.

Nacionalidade do noivo	Nacionalidade da noiva										
	bras. filha de italianos (*)	bras. filha de portugueses (*)	bras. filha de espanhóis (*)	bras. filha de outros estr. (*)	bras. filha de brasileiro	bras. com pais indeterminados (#)	italianos	portuguesas	espanholas	outras	Total
bras. filho de italianos (*)	93 (5,5)	8 (3,2)	5 (4,5)	5 (3,3)	-	70 (0,7)	2 (0,1)	1 (0,2)	3 (0,4)	1 (0,3)	188
bras. filho de portugueses (*)	7 (3,0)	2 (5,0)	2 (10,0)	1 (5,0)	-	14 (1,0)	-	1 (1,1)	1 (1,0)	-	28
bras. filho de espanhóis (*)	9 (5,3)	-	-	2 (10,0)	-	7 (0,7)	1 (0,3)	-	-	-	19
bras. filho de outros estr. (*)	7 (4,0)	2 (7,0)	1 (10,0)	1 (5,0)	1 (0,7)	9 (1,0)	-	-	-	-	21
bras. filho de brasileiros	-	-	-	-	152 (10,1)	48 (0,4)	3 (0,1)	3 (0,4)	2 (0,3)	-	208
bras. com pais indeterminados (#)	75 (1,0)	15 (1,0)	1 (0,1)	6 (1,0)	17 (0,2)	969 (1,5)	49 (0,2)	20 (0,5)	24 (0,5)	7 (0,4)	1183
italianos	19 (0,4)	2 (0,3)	1 (0,5)	2 (0,5)	4 (0,1)	130 (0,4)	357 (4,0)	5 (0,3)	16 (1,0)	8 (1,0)	544
Portugueses	2 (0,2)	3 (2,0)	-	-	3 (0,3)	56 (1,0)	12 (0,5)	48 (11,0)	8 (2,0)	-	132
Espanhóis	8 (1,0)	1 (1,0)	3 (5,0)	1 (1,3)	-	35 (1,0)	5 (0,3)	5 (1,5)	41 (11,0)	-	99
Outros	2 (0,4)	-	1 (3,3)	2 (4,0)	2 (0,5)	18 (0,5)	11 (1,0)	-	-	24 (24,0)	60
Total	222	33	14	20	179	1356	440	83	95	40	2482

Fonte: Conceição, 2004, pp. 75.

Obs: o número entre parênteses está indicando a razão entre o número observado e o esperado em condições de aleatoriedade.

(*) incluem também os casos em que um dos pais é brasileiro e o outro desta nacionalidade

(#) inclui todos os casos em que não foi possível identificar a nacionalidade de nenhum dos pais.

De modo geral, pode-se afirmar que a endogamia esteve presente em todo o período de estudo, visto que a razão entre o número observado e o esperado (para nubentes de uma mesma nacionalidade) sempre foi maior do que 1, embora deva ser notado que os nubentes brasileiros com pais indeterminados possuem a menor tendência a realizarem casamentos endogâmicos.

Em todo o período, o grupo de estrangeiros de outras nacionalidades é o que apresenta, de longe, maior tendência endogâmica, vindo em seguida os portugueses, os espanhóis e os brasileiros filhos de brasileiros. Os italianos, ainda que endogâmicos, apresentam a menor tendência entre todas os estrangeiros.

Outra questão interessante a ser notada é que tanto para homens como para mulheres de origem portuguesa ou espanhola, a tendência apresentada na tabela acima nos indica que, quando não se casavam no interior do próprio grupo de origem, esses nubentes tinham nítida preferência por homens e mulheres ibéricas (ou de origem portuguesa ou de origem espanhola). Afora a tendência endogâmica de casamentos intra e inter grupo para portugueses e espanhóis, a tendência indica que os nubentes italianos eram os próximos candidatos a contrair casamento com homens ou mulheres de origem portuguesa ou espanhola, visto que não encontramos nenhum caso de portugueses ou espanhóis, de ambos os sexos, casando-se com estrangeiros que não fossem, ou destes dois grupos, ou italianos.

A baixa propensão de italianas a se casarem com brasileiros pode refletir o maior controle (e receio) das famílias italianas em dispor suas filhas para se casarem com brasileiros. De modo geral, as italianas pouco se casavam fora do grupo, sobretudo porque eram poucas e, por isso mesmo, muito disputadas pelos homens italianos. O mesmo pode ser dito para as mulheres de outras nacionalidades.

Levy e Scarano (1999), estudando os casamentos em São Paulo, notaram que a baixa porcentagem de matrimônios de mulheres italianas com homens brasileiros (7% no ano de 1917) certamente demonstra a resistência do grupo em aceitar que mulheres italianas contraíssem matrimônio fora do seu grupo étnico. Até 1923 a proporção de casamentos, em São Paulo, de italianos com brasileiras foi o dobro de italianos com italianas. Porém, devemos atentar para a possibilidade de que as brasileiras casadas com os italianos poderiam ser filhas de italianos, consideradas brasileiras (pelos Censos do período) porque nasceram no Brasil.

Em se tratando de brasileiros filhos de estrangeiros (homens e mulheres), notou-se que entre estes a maior tendência de casamento dentro deste mesmo grupo se concentra

entre os filhos de italianos (com razão de 5,5). É interessante ainda ser notado neste caso que, diferentemente do que se poderia supor ou esperar, a quantidade de casamentos de brasileiros filhos de italianos (homens e mulheres) com aqueles nascidos na Itália foi pequena. Porém, apesar da razão notada, tanto para homens como para mulheres, ter sido pequena, podemos afirmar que as mulheres brasileiras filhas de italianos se casaram muito mais com homens nascidos na Itália do que o contrário.

Em relação aos homens brasileiros filhos de estrangeiros, as mulheres brasileiras filhas de estrangeiros possuem uma tendência maior de se casar com homens nascidos no estrangeiro, sejam eles italianos, portugueses, espanhóis ou de outras nacionalidades. No caso das brasileiras filhas de portugueses, de espanhóis ou de outras nacionalidades, quando não se casavam com homens brasileiros filhos de pais estrangeiros, tinham uma nítida tendência em buscar casamento com homens cujas nacionalidades fossem iguais a dos seus pais, o que demonstra que as mulheres deste grupo possuíam uma certo nível de endogamia por etnia, visto que se casaram com homens pertencentes ao mesmo grupo étnico que seus pais. Portanto, conclui-se que as brasileiras filhas de estrangeiros eram mais endogâmicas, em relação à etnia dos pais, do que os homens brasileiros filhos de estrangeiros.

Resta lembrar ainda que, na amostra não houve um só casamento de pessoas identificadas como filhas de estrangeiros com homens cujos pais eram brasileiros, ocorrendo quase que o mesmo movimento para os homens, exceto para os brasileiros filhos de outros estrangeiros. Porém, este dado deve ser olhado com extremo cuidado por dois motivos: 1) foram poucos os nubentes brasileiros que declararam a nacionalidade dos pais como brasileira, pois dos 1643 homens brasileiros e das 1814 mulheres brasileiras da amostra cerca de 12,5% dos homens e 10,0% das mulheres declararam a nacionalidade dos pais como sendo brasileira; 2) houve uma considerável quantidade de casamentos de nubentes brasileiros filhos de estrangeiros com nubentes brasileiros que não declararam a nacionalidade dos pais. Neste grupo de brasileiros que não declararam a nacionalidade dos pais é possível que tenha uma razoável quantidade de filhos de brasileiros, além, é claro, de ainda poder ter vários indivíduos cuja nacionalidade dos pais fosse estrangeira. Portanto, a prudência nos informa que generalização para este caso deve ser feita a luz de muitas ressalvas.

3. Considerações finais

A compreensão dos padrões de nupcialidade no município de São Carlos não foi, e nem poderia deixar de ser pautado pelo crescente desenvolvimento urbano e industrial que o município conheceu desde o seu surgimento até a década de 1940, uma vez que este processo está intimamente ligado à maneira como as pessoas fazem as escolhas de seus parceiros.

Sobre a idade média dos nubentes solteiros, percebe-se que, ao longo das décadas, os estrangeiros passaram a se casar mais tardiamente. Em São Carlos, no tocante às idades ao casar, podemos afirmar que os homens tendiam a se casar mais entre 20 e 24 anos, com mulheres mais jovens, sobretudo no meio rural. No meio urbano, a diferença de idades entre os nubentes estrangeiros era significativamente maior que entre brasileiros, o mesmo não ocorrendo no meio rural, onde as diferenças de idades se equivaliam entre casamentos de brasileiros e de estrangeiros. Observamos ainda que, entre viúvos, no meio urbano e mais ainda no rural, as mulheres estrangeiras se casam mais tardiamente que as brasileiras.

Quanto à nacionalidade, os homens de outras nacionalidades e os portugueses tendem a se casar em idade um pouco mais avançada que brasileiros, italianos e espanhóis. De modo geral, pode-se ainda afirmar que há uma certa continuidade, de uma geração para outra, quando analisada a idade média dos nubentes brasileiros filhos de estrangeiros. Cronologicamente, isto é, ao longo das décadas, a diferença de idade entre os nubentes tende, de modo geral, a diminuir, ao mesmo tempo em que a idade média da primeira união entre os estrangeiros tende a aumentar, sobretudo à medida em que nos afastamos do auge da imigração.

Em uma sociedade em que os homens predominavam numericamente entre os estrangeiros, as mulheres estrangeiras tinham pouca disponibilidade de se casar com homens fora de seu grupo étnico, o mesmo acontecendo para brasileiras filhas de estrangeiros. A idéia de que quanto maior a desproporção entre os sexos, no interior de cada grupo étnico, menor a taxa de endogamia, não parece se verificar de modo tão direto, visto que não há relação observável entre índices de masculinidade nos grupos e razão endogâmica. De fato, os portugueses apresentam os maiores índices de masculinidade (quadro 1), ao mesmo tempo em que são bastante endogâmicos. No entanto, é preciso salientar que a tabela de razão endogâmica engloba todo o período da pesquisa e o quadro

que traz os índices de masculinidade apresenta pontos fixos no tempo, trazendo os índices para os anos de 1907 e 1920.

Ao longo do tempo, os estrangeiros mostraram-se mais endogâmicos que os brasileiros, o que confirma a tese de que as resistências ao casamento misto (entre estrangeiros e brasileiros) eram maiores por parte dos estrangeiros que por parte dos brasileiros. E, nesse caso, há uma resistência um pouco maior em brasileiros se casarem com estrangeiras que brasileiras com estrangeiros.

Bibliografia Bibliográfias

- BASSANEZI, M. S. C. B. “Nascimento, vida e morte na fazenda: alguns aspectos do cotidiano do imigrante italiano e seus descendentes”, in *A Presença Italiana no Brasil*, Luis A. De Boni (org). Porto Alegre-BR e Torino- IT: Escola Superior de Teologia/Fundazione Giovanni Agnelli, 1990, v. II, p. 337-356.
- _____ “A nupcialidade no período do café: o caso de Rio Claro”, in *NEPO*. Unicamp-Campinas, junho, Relatório de pesquisa, CNPq, 1990.
- _____ “O casamento na colônia no tempo do café”, in *VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Vol. 1. Olinda - PE. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: ABEP, 1988. v. 1. p. 109-154.
- _____ “Sposarsi nel Brasile: Alguns aspectos da nupcialidade entre imigrantes italianos em terras paulistas”, in *A Presença Italiana no Brasil*, Luis A. De Boni (org.). 1. ed. Porto Alegre: Edições EST, 1996, v. III, p. 267-280.
- _____ “Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro”, in *IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1994, Caxambu-MG. Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte-MG: ABEP, 1994. v. 1. p. 381-396.
- _____ *Estrangeiros no estado de São Paulo: dados censitários 1854 – 1950* (CD rom), 2002.
- CONCEIÇÃO, S. da. *Imigração e casamentos: o caso de São Carlos (1890 a 1939)*, São Carlos, dissertação, UFSCar, 2004 (119 pp).
- DEAN, W. *A Industrialização de São Paulo (1890 – 1945)*. Tradução de Octávio Mendes Cajado. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil S.A, 1991.
- Decreto do Governo Provisório de República dos Estado Unidos do Brasil – 1º fascículo (de 1º a 31 de janeiro de 1890). Rio de Janeiro – Imprensa Nacional, 1891.
- DEVESCOVI, R. C. B. *Urbanização e Acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos*. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea, UFSCar, 1987.
- DURHAM, E. R. *Assimilação e mobilidade: história do imigrante italiano em um município paulista*. São Paulo: IEB/USP, 1960.
- FAUSTO, B. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. Série Imigração. São Paulo: Sumaré: Fapesp, 1991.
- HALL, M. M. “Imigrantes”, in *Trabalhadores*, n.º 3. Publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura da Prefeitura Municipal de Campinas, 1989.
- HOLLOWAY, T. *Imigrantes para o Café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- KUZNESOF, E. A. “A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700 – 1980)”, in *Família e Grupo de Convívio*. Organizadora Eni de Mesquita Samara. Revista Brasileira de História (ANPUH). Ed. Marco Zero, volume 9, nº 17, setembro de 1988/fevereiro.
- LAZO, A. C. G. V. “Os estudos contemporâneos sobre nupcialidade: uma revisão crítica”, in *NEPO* nº 32, maio de 1996. Unicamp-Campinas, 1996.
- LEVY, M. S. F., SCARANO, J. “O Imigrante em São Paulo: casamento e nupcialidade”, in *População e Família 2*, Centro de Estudos de Demografia América Latina - CEDHAL, Editora Humanitas Publicações FFLH/USP, 1999.
- MACHADO, C. da S. “A Família e o Impacto da Imigração (Curitiba, 1854-1991)”, in *Revista brasileira de História, Órgão Oficial da Associação Nacional de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, 1997, vol. 17, n.º 34.
- MÍGUEZ, E. J. et al. “Hasta que la Argentina nos una: reconsiderando las pautas matrimoniales de los inmigrantes, el crisol de razas y el pluralismo cultural”, in *Hispanic American Historical Review (HAHR)*, 1991, volume 71, number 4.
- MONSMA, K. M., TRUZZI, O., CONCEIÇÃO, S. “Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, 1895-1898” in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 2003, vol. 18: pp. 71-96.
- POUTGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo. Fundação Editora da Unesp, 1998.
- SAMARA, E. de M. “A história da família no Brasil”, in *Família e Grupo de Convívio*. Organizadora Eni de Mesquita Samara. Revista Brasileira de História (ANPUH). Volume 9, nº 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989. Ed. Marco Zero.
- Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. *Estatística Agrícola e Zootécnica de São Carlos do Pinhal no ano agrícola de 1904-1905*. São Paulo: Typ. Brazil, 1907.
- SEYFERTH, G. “Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia”, in *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, 1988, n. 25.
- SILVA, T. T. da (org), STUART, H. e WOODWARD, K. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos Culturais*. Traduções Tomaz Tadeu de Silva. Petrópolis: Vozes, 2000.

SE A SUA VELHICE FOR DEPENDENTE – QUEM CUIDARÁ DE VOCÊ?

Prof. Dr. Carlos Eugênio Soares de Lemos (Professor da Universidade Federal Fluminense - Polo Campos dos Goytacazes (UFF-PUCG), Coordenador da Universidade da Terceira Idade - PUCG). Email: eugenioleamos@hotmail.com

Prof. Dra. Cecília Souza Oliveira (Professora da Universidade Federal Fluminense - Polo Campos dos Goytacazes (UFF-PUCG)). Email: ceci_souzaoliveira@yahoo.com.br

Prof. Ms. Luiz Cláudio Carvalho de Almeida (Promotor do Ministério Público Estadual). Email: luizc@mp.rj.gov.br

Resumo

Uma análise do papel do poder público no processo de transferência de apoio para idosos pobres em situação de dependência. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória em um programa de atenção integral a idosos que possuem dificuldades para realização das Atividades de Vida Diária. Verificou-se, então, o perfil geral dos usuários, as limitações dos serviços oferecidos e a responsabilidade do cuidado na esfera doméstica.

Palavras-Chave: Centro Dia, Família, Dependência, Envelhecimento, Poder Público

Abstract

An analysis of the role of government in the process of transfer of support for the poor elderly who are dependent. Therefore, we carried out an exploratory to a comprehensive care program for the elderly who have difficulty carrying out activities of daily living. There was, then, the general profile of users, the limitations of the services offered care and responsibility in the domestic sphere.

Keyword: Day Center, Family, Addiction, Aging, Public Power.

Introdução

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa exploratória sobre o processo de transferência de apoio a idosos em situação de dependência e semidependência num Centro Dia, ou seja, num complexo geriátrico de atendimento público. Deste modo, procura caracterizar o perfil social do usuário e o tipo do apoio recebido. Contudo, é importante destacar que, embora se reconheça, como o faz o Estatuto do idoso, a importância da família nessa transferência de apoio, a análise pretende discorrer sobre a natureza do apoio do poder público àquelas famílias que não possuem estrutura para cuidarem de seus idosos dependentes.

De forma secundária, também se pretende chamar atenção para o fato de que a dependência e a autonomia são partes constitutivas da experiência de viver em sociedade. Essa equação se modifica ao longo do curso de vida e de acordo com os condicionantes sócio-econômicos e a biografia das famílias em questão. Muito embora a velhice e a infância sejam fases em que a dependência parece estar mais presente, os estudos atuais apontam para o fato de que em toda e qualquer fase do desenvolvimento humano, o equilíbrio entre esses dois fatores, dependência e autonomia, tem sido primordial para o bem estar do indivíduo (BALTES & SILVERBERG, 1995; HAMILTON, 2002; LEMOS, 2010).

Aspectos Metodológicos

Da rede de assistência ao idoso que existe no município de Campos dos Goytacazes, centro produtor de açúcar e petróleo, situado no norte do Estado do Rio de Janeiro, utilizou-se para este trabalho um estudo de caso sobre a experiência dos usuários do Centro-dia – um complexo geriátrico público de acompanhamento diurno do idoso “semi” dependente. Foi realizada uma análise das fichas funcionais dos usuários do Programa no ano de 2012, de modo a produzir uma tipologia básica sobre o perfil social do idoso, levando em consideração informações como gênero, idade, estado civil, renda, nível de instrução, cor, tempo na instituição, configuração familiar, estado de saúde e condições habitacionais.

Por outro lado, empreendeu-se também um estudo do relatório institucional do Inquérito Civil de 2010 e do Termo de Ajustamento de Conduta do Centro Dia, ambos levados a cabo pelo Ministério Público Estadual a partir de denúncias feitas pelos

familiares dos usuários. Concomitante ao trabalho documental, foram realizadas entrevistas informais com os profissionais da área de saúde, ou seja, psicólogos e assistentes sociais que lidam diretamente com os usuários. E, num futuro próximo, tendo em vista a ampliação do projeto, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com os idosos e os seus familiares.

Assim, mesmo reconhecendo as especificidades do recorte proposto e o seu alcance limitado, é possível falar das demandas da aldeia consciente de que se trata de uma realidade global (ELIAS, 2000). Os dilemas aqui retratados também são encontrados em outras configurações urbanas. Nestes termos, a narrativa da experiência caracterizada poderá servir de complemento, analogia, contraponto, indicativos para análises efetuadas em outros lugares em que a pergunta título se mostra pertinente.

A Experiência do Centro Dia

O envelhecimento com dependência é um dos sérios desafios com o qual a família brasileira e o poder público vêm se deparando. O adiamento dessa discussão e da busca de soluções para enfrentá-lo poderá num futuro próximo ser desastroso, pois a mudança na pirâmide etária do país é algo alardeado há anos – a projeção é a de que em 2030 seremos mais de trinta milhões de idosos.¹ Embora a tônica dos discursos em geral e o da mídia em particular seja o da gestão bem sucedida do envelhecimento, a situação de fragilidade apresenta-se como uma realidade constante nos asilos, nos hospitais e nos espaços domésticos (DEBERT, 1999).

Dentre as poucas iniciativas do poder público municipal para a família que enfrenta o problema da velhice dependente encontra-se a do Centro Dia,

É um programa de atenção integral às pessoas idosas que por suas carências familiares e funcionais não podem ser atendidas em seus próprios domicílios ou por serviços comunitários. Caracteriza-se por ser um espaço para atender idosos que possuem limitações para realização das Atividades de Vida Diária (AVD), que convivem com suas famílias, porém, não dispõem de atendimento de tempo integral no domicílio. (PORTARIA N. 73, de 10 de maio de 2001, DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL).

Trata-se de um centro geriátrico público que, de acordo com o proposto pelo Estatuto do Idoso, busca resgatar os vínculos dos usuários para com os seus familiares, de forma que a situação de abandono não chegue a ocorrer. Nesse sentido, oferece uma

¹ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estudos e Pesquisas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 20 de mar. 2012.

rede de serviços profissionais para recuperar a saúde do idoso e diminuir o seu nível de dependência. Estes serviços são oferecidos em horários diferenciados e cada idoso tem o tratamento personalizado de acordo com o seu quadro.

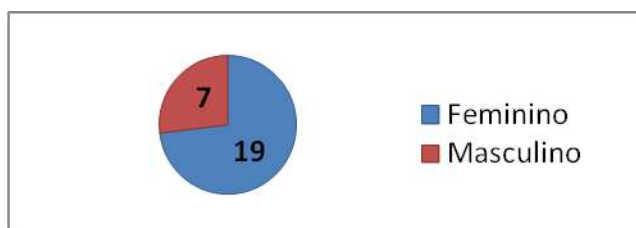
O vínculo do atendimento é temporário, pois assim que o idoso se recupera, gradativamente vai diminuindo a sua frequência ao Centro – dando lugar a outros que também precisam. Mesmo assim, o seu ambulatório geriátrico continua a atender a todos, tanto os usuários do projeto quanto os não usuários. Apelidado de “creche dos idosos”, a instituição se percebe mais como um centro de reabilitação e resgate da autonomia do que uma mera instituição de cuidado formal do usuário. Uma preocupação que parece evidente é a de não ser identificada com uma espécie de asilo diurno.

O Centro Dia funciona das 07h00min às 19h00min horas, de segunda a sexta-feira. Não há funcionamento nos finais de semana e nos feriados, o que casa com a idéia de que nesses dias os idosos estarão em casa, acompanhados dos seus familiares. Os usuários do programa têm direito a três refeições, o café da manhã às 08h00min h, o almoço às 12h00minh e o lanche às 15h30minh. Os horários podem ser modificados de acordo com as recomendações médicas. Um veículo da prefeitura vai buscá-los em casa pela manhã e, quando chega à noite, levá-los de volta para casa.

O perfil do usuário

O Centro Dia atende atualmente a 26 idosos com níveis diferenciados de dependência e que podem ser caracterizados do seguinte modo:

Sexo



Fonte: Fichas funcionais do Centro Dia

A população atendida é majoritariamente feminina, pois a sua longevidade é superior à masculina, havendo um número maior de usuárias dependentes de ajuda especializada para enfrentar as limitações decorrentes de doenças que são regulares em tal fase da vida. A maioria, nascida nas décadas de 30 e 40 do século XX, tem entre 62 e 80 anos, sendo 56% de viúvos, 12% de separados, 20% de casados e 12% de solteiros.

Esses aspectos estão em sintonia com as pesquisas que já foram realizadas sobre o perfil da população idosa no Sudeste e\ou atendida pelo Centro Dia (RAMOS, 1987; SANTOS et al, 1993; BARBOSA, 2008) . Elas apontam para o fato de que a velhice é feminina, oriunda dos setores de baixa renda e possui uma história pregressa ligada à migração da zona rural.

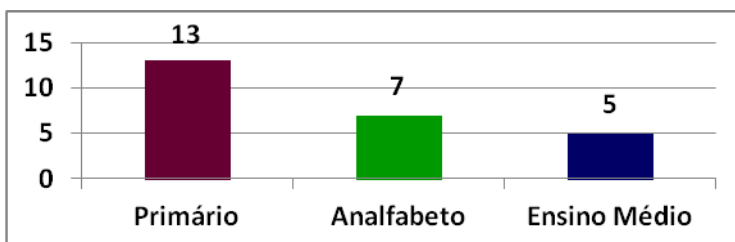
Cor



Fonte: Fichas funcionais do Centro Dia.

Em relação ao critério cor dos usuários atendidos, verificou-se que 46% foram identificados como brancos, 27% de pardos, 24% de negros e cerca de 3% sem registro. Os dados encontrados são corroborados por pesquisas que, partindo de questões estruturais da sociedade brasileira, destacam o fato da expectativa de vidas dos negros e do acesso de qualidade aos serviços de saúde se situarem em desvantagem em relação aos demais (VIANNA et al, 2001; LOPES, 2005; TELLES, 2003). Os dados do Censo do IBGE 2010 para a cor da população seguem uma proporção similar à verificada no atendimento, ou seja, 48,5% de brancos, 36,6% de pardos e 14,1% de pretos e o restante para as demais cores.

Nível de Instrução

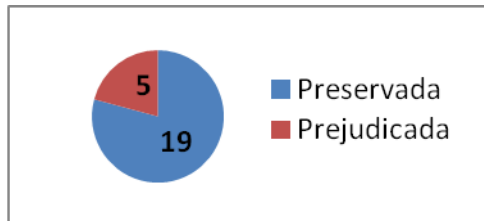


Fonte: Fichas funcionais do Centro Dia.

Os dados coletados para a escolaridade demonstram que aproximadamente 50% dos atendidos possuem apenas o primário, 27% de analfabetos, 20% com Ensino Médio e 3% sem registro. Todos são oriundos de classe baixa, recebendo uma aposentadoria de salário mínimo e, ao longo da vida, desenvolveram atividades como as de faxineiro, cozinheiro, motorista, pedreiro, entre outras de status similar. Cabe destacar que o

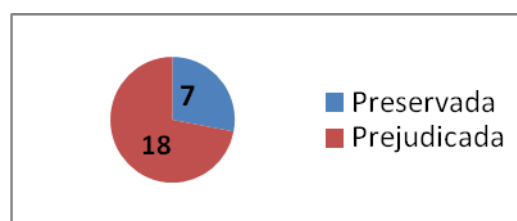
período em que foram crianças e jovens o acesso a educação no país era restrita e a expansão da escolaridade popular ainda lenta (RIBEIRO, 1978; ROMANELLI, 1980; SAVIANI, 1988). Estudos demonstram que o nível de instrução é uma importante variável que se relaciona com o cuidado que uma pessoa tem para com a sua própria saúde (LIMA_COSTA, 2004; ALVES & RODRIGUES, 2005).

AVD Básica



Fonte: Fichas funcionais do Centro Dia

AVD Instrumental



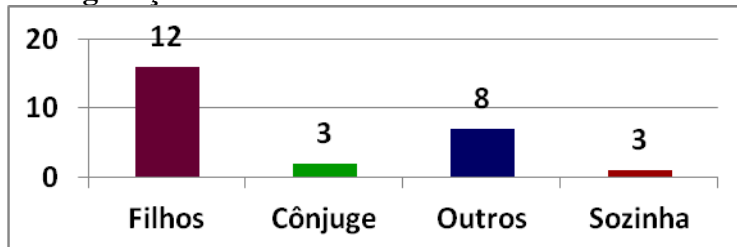
Fonte: Fichas funcionais do Centro Dia.

Os usuários que utilizam os serviços do Centro Dia possuem algum tipo de dependência, decorrente de doenças como acidente vascular cerebral, diabetes, infarto, depressão e alcoolismo. Do ponto de vista geriátrico, o conceito de dependência está associado à idéia de vulnerabilidade aos condicionantes do meio externo. Para avaliar o seu grau, que pode ser leve, parcial e total, recorre-se ao método de avaliação funcional, relacionada à execução das atividades básicas da vida diária (AVD básica) e atividades instrumentais da vida diária (AVD instrumental). No caso das AVDs básicas, são levados em consideração ações como tomar banho, vestir-se, higiene pessoal, locomoção, continências das necessidades fisiológicas e alimentar-se. Nas AVDs instrumentais, ações como conseguir atender telefone, fazer compras, usar transportes, preparar as refeições, passar roupas, tomar os remédios na dose e na hora certa, entre outras.

Pela natureza das doenças de que foram acometidos, os usuários apresentaram um comprometimento maior nas atividades instrumentais da vida diária. Essa limitação tem um impacto importante na rotina da família e do cuidador informal, tendo em vista que o idoso precisará de uma atenção redobrada, principalmente porque a manutenção de sua saúde dependerá de que outros possam assisti-lo ao longo do dia. Contudo, deve-se levar em consideração que a dependência é processual e pode sofrer modificação ao longo do tempo. De qualquer modo, o poder público precisa estar solidário, pois o idoso pode ser incluído no perfil de alta necessidade, alta predisposição e baixa capacidade, o

que chama a atenção para a necessidade de intervenções governamentais que dêem conta desse grupo que concentra alta morbidade e importantes limitações e tem na saúde e no seu adequado acompanhamento numa das principais aspirações para o alcance de uma velhice digna. (LEBRÃO & DUARTE, 2007).

Configuração Familiar



Fonte: Fichas funcionais do Centro Dia

A maioria dos usuários mora com os familiares. Cabe destacar que os “outros” do gráfico são os enteados, noras e sobrinhos. Os que vivem sozinhos moram no mesmo quintal dos filhos. Em todos os casos, ainda que os homens estejam presentes, são esposas, filhas, irmãs, sobrinhas e noras que cuidam dos idosos semidependentes ou dependentes. Contudo, a situação vem se tornando insustentável já que a dedicação aos estudos, ao trabalho e à busca da realização profissional empurrou a mulher para o espaço público, restando-lhe pouco tempo para uma obrigação que lhe vem sendo imposta ao longo da história. Nestes termos, elas enfrentam uma tripla jornada de trabalho, tendo em vista o emprego, o cuidado com a casa e os familiares.

O Centro Dia sob o olhar do MPE

Em 2009, no âmbito do Ministério Público, foi instaurado o inquérito civil nº 2008.00196381 para apurar notícia de irregularidades no Centro Dia de Campos de Goytacazes, encaminhada pela Ouvidoria Geral do próprio MP. A referida investigação foi conduzida pela Promotoria de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência do Núcleo Campos dos Goytacazes, sendo detectada a procedência do informe inicial, sobretudo em razão de dois aspectos. Em primeiro plano, observou-se que o Centro Dia de Campos dos Goytacazes não era coordenado por pessoa tecnicamente capacitada em desacordo com o previsto pela Portaria nº 73, de 10 de maio de 2001, do então Ministério da Previdência e Assistência Social. Além disso,

verificou-se que a equipe técnica precisava ser ampliada para fazer frente às necessidades dos idosos atendidos no Centro Dia. Em segundo lugar, verificou-se um número reduzido de vagas oferecidas em comparação com o número da população idosa local.

É importante salientar que no curso do inquérito civil ficou claro que historicamente a administração do Centro Dia de Campos dos Goytacazes dava-se à revelia das normativas existentes sobre o tema, funcionando de maneira improvisada e sem parâmetros técnicos. A gerência do Centro sempre foi conduzida por coordenador indicado por critérios puramente políticos e sem qualquer formação técnica na área de saúde ou de gerontologia. Detectou-se que tal forma de administração do órgão em questão criou vícios que em última análise causavam prejuízos para a proteção dos direitos da população idosa.

Salienta-se que o Centro Dia disponibilizava pouco mais de 20 (vinte) vagas, o que diante da demanda bem superior à oferta gerava um grande poder para o administrador em função da discricionariedade na indicação das pessoas acolhidas. Outra consequência do número reduzido de vagas era a necessidade de desligamento periódico de idosos para permitir a abertura de novas vagas, o que gerava questionamentos da família sobre as razões do desligamento do familiar idoso. Feito o diagnóstico do problema, o Ministério Público iniciou as tratativas no intuito de celebrar um termo de ajustamento de conduta visando a buscar uma solução extrajudicial para a questão, nos moldes do que autoriza o art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985².

Em linhas gerais, o termo ou compromisso de ajustamento de conduta pode ser considerado “um acordo firmado entre o órgão público legitimado para a ação civil pública e aquele que está vulnerando o interesse difuso ou coletivo protegido pela lei” (CARVALHO, 1995). Após algumas tratativas, o acordo foi pactuado em 08 de julho de 2009 por meio de termo de ajustamento de conduta no qual foram previstas 16 cláusulas divididas em três grupos, referentes a critérios para atendimento, recursos humanos e estrutura física.

O objetivo fundamental do compromisso era, de forma inédita em Campos dos Goytacazes, adequar o funcionamento do Centro Dia aos atos normativos reguladores

² § 6º. Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

da matéria, que são a Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, o Decreto nº 1.948, 03 de julho de 1996, a Portaria nº 810, de 22 de setembro de 1989, do Ministério da Saúde, e a Portaria nº 73, de 10 de maio de 2001, do então Ministério da Previdência e Assistência Social.

Além de fixar alguns conceitos extraídos dos atos normativos acima elencados e definir o horário de funcionamento, o compromisso de ajustamento de conduta estabeleceu, em sua cláusula segunda, um rol de atividades a serem desenvolvidas, quais sejam: I - Atendimento e apoio individual e sociofamiliar; II - Atendimento biopsicossocial aos idosos, de acordo com suas necessidades; III - Atividades lúdicas, sociais, esportivas, laborativas, produtivas, e de integração social; IV - Atividades terapêuticas; e V - Atividades de atenção médico-sanitário.

Houve ainda a preocupação de se registrar o dever do Município de planejar as atividades elencadas em parceria e com a participação efetiva dos idosos, respeitando suas demandas e aspectos socioculturais do próprio idoso e da região onde está inserido. Exigiu-se, ainda, do Município a lotação de servidores capacitados tecnicamente e criação de estrutura adequada para o oferecimento do serviço em tela. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ³previu a obrigação da duplicação de vagas no Centro Dia já existente em Campos dos Goytacazes e da criação de outro Centro Dia com capacidade mínima para atendimento de 20 (vinte) vagas.

A ampliação da rede foi detectada como uma necessidade urgente dentro do Município, devendo ser lembrado que, segundo as normativas em vigor, o Centro Dia deve ser localizado dentro da malha urbana, com facilidade de acesso ao transporte coletivo e, preferencialmente, próximo à rede de saúde, comércio e demais serviços. Registra-se que Campos dos Goytacazes é o município de maior extensão territorial do Estado do Rio de Janeiro o que acentua o problema da centralização do serviço. Na realidade, o ideal seria a disseminação de vários Centros Dias no Município permitindo o atendimento da população idosa o mais próximo possível de suas residências. O termo de ajustamento de conduta não teve a pretensão de resolver o problema, mas tão-

³ O TAC é um mecanismo extrajudicial através do qual as partes assumem o compromisso, diante dos promotores de justiça e procuradores da República, de executarem determinadas condições, sobre um assunto específico. Está previsto na Lei de Ação Civil Pública, n. 7347, de 24-07-1985, no artigo 5º, parágrafo 6º.

somente deflagrar o processo de descentralização, nada impedindo novas ações do Ministério Público no sentido de dar continuidade ao processo de expansão da rede.

No que se refere ao aumento das vagas foram estabelecidos os seguintes prazos: 1) 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura do TAC para a duplicação das vagas no Centro Dia já existente; 2) até 31 de dezembro de 2010 para inauguração de novo Centro Dia em local diverso do centro já existente e com oferta mínima de 20 (vinte) vagas.

Tão logo assinado o TAC, foi promovida a mudança na Coordenação do Centro Dia em atenção ao que previa a cláusula sétima que exigia que o Coordenador fosse obrigatoriamente graduado em curso de nível superior na área de saúde, cuja definição foi remetida ao art. 11, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Todavia, os prazos estabelecidos para ampliação da rede não foram cumpridos o que levou o Ministério Público a executar judicialmente o termo de ajustamento de conduta assinado. A execução foi distribuída para a 5ª Vara Cível de Campos dos Goytacazes recebendo o processo o nº 0019136-53.2011.8.19.0014.

A judicialização da demanda traz em si todas as dificuldades intrínsecas ao desenvolvimento de processos judiciais, mormente quando o réu é um ente público. Notoriamente as execuções das chamadas obrigações de fazer geram, por si só, dificuldades já diagnosticadas no campo do direito processual. Nesse ponto, mostra-se pertinente a observação de Marcos Maselli Gouvêa: “Importância maiúscula deve ser atribuída ao tema da execução das obrigações de fazer. A efetividade do processo procura desenvolver meios processuais que permitam ao titular do direito material fruição mais próxima possível àquela que adviria da entrega espontânea do bem-da-vida. De nada adianta tutela coletiva, tutela antecipatória e termos de ajustamento de conduta se, diante de administradores refratários, a obrigação reconhecida como devida vier a se tornar letra morta” (GOUVÊA, 2003).

Contudo, apesar de suas limitações, a execução dos títulos executivos assinados pelo gestor público tem se apresentado como o caminho adequado à concretização dos direitos coletivos e difusos da população idosa. Assim sendo, aguarda-se que, de posse dos mecanismos processuais disponíveis, o Ministério Público obtenha sucesso na execução proposta, conseguindo a extensão da rede de atendimento da população idosa no Município de Campos dos Goytacazes.

O cuidador informal e a velhice fragilizada

O envelhecimento com dependência é um dos sérios desafios com o qual a família brasileira e o poder público vêm se deparando. O adiamento dessa discussão e da busca de soluções para enfrentá-lo poderá num futuro próximo ser desastrosos, pois a mudança na pirâmide etária do país é algo alardeado há anos – a projeção é a de que em 2030 somaremos mais de trinta milhões de idosos.⁴ Embora a tônica dos discursos em geral e o da mídia seja o da gestão bem sucedida do envelhecimento, a situação de fragilidade apresenta-se como uma realidade constante nos asilos, nos hospitais e nos espaços domésticos. Não há uma política pública sistemática voltada para responder aos problemas decorrentes dessa situação de dependência. E essa ausência pode colaborar para tornar a situação do cuidador muito estressante. Muito embora, deva se tomar cuidado para não fazer uma associação direta entre as condições de saúde do cuidador informal e o idoso em situação de dependência (NERI, 2002). Mas de qualquer forma,

A relação entre o cuidador e o idoso dependente é complexa e, dependendo do perfil psicológico de ambos, poderá ser muito difícil, principalmente em relação à autonomia do idoso que, apesar de estar dependente e frágil, muitas vezes tem expectativas de exercitá-la tão plenamente quanto em seu passado (FLORIANI; FERMIN, 2004, p.3/4).

Estar em companhia de seus familiares não garante, necessariamente, que os idosos dependentes terão mais conforto e apoio para a realização de suas atividades básicas. É de conhecimento das delegacias dos idosos que as violências de que estes se queixam são, na maioria das vezes, praticadas por familiares, vizinhos e conhecidos⁵. No caso dos idosos dependentes e fragilizados, o Estatuto do Idoso estabelece que, antes de qualquer instituição, a família deva arcar com os seus cuidados, fazendo prevalecer a solidariedade entre gerações dentro do âmbito privado,

⁴ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estudos e Pesquisas, Perfil dos Idosos Responsáveis por domicílios no Brasil, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 20 dez. 2006.

⁵ Num trabalho de pesquisa no disque denúncia, Alves (2001) analisa a construção social da violência doméstica contra os idosos, destacando os vários tipos de crimes e os seus executores. Via de regra, as pessoas do círculo íntimo são sobre quem pesam as acusações de maus tratos físicos e psicológicos para com as vítimas idosas.

Em países como o Brasil, que oferecem poucas alternativas de apoio formal, o amparo oferecido pela família e por outros membros da rede informal é de fundamental importância. As dificuldades e a sobrecarga do cuidador familiar acontecem em parte porque as famílias têm poucos filhos e porque há cada vez mais mulheres que trabalham; em parte por causa das mudanças nos valores familiares e sociais, incluindo-se os relativos à solidariedade para com os idosos (NERI; CARVALHO, 2002, p. 779).

Estudos, como os realizados pelo IBGE e Camarano (1999), colocam em cheque a antiga visão que apresentava os idosos como dependentes financeiros. Isso é um dado que pode tornar mais amena a situação de um idoso fragilizado ou, então, torná-la dramática. Na condição de dependente, a família pode se posicionar de forma solidária ou se aproveitar da situação para uma apropriação indébita. Não se esquecendo que a Constituição Federal também estabelece que os idosos desprovidos de renda possam reivindicar alimento de seus filhos. Isso abre espaço para muitas querelas, que vão dos filhos que não ganham o suficiente para si mesmo e protestam, aos pais que foram negligentes e omissos com a família e ameaçam com a lei, o que muitos numa análise pouco emocional não lhe dariam por justiça.

Aqui, do ponto de vista sociológico, o interesse em torno da dependência recai sobre a questão da reciprocidade, dos conflitos que se estabelecem na transferência de apoio entre os envolvidos e sobre quem deve assumir a responsabilidade para com o idoso fragilizado. Neste processo, embora não se perca de vista o fato de que as agressões contra os idosos partem de familiares e conhecidos, é preciso tomar o devido cuidado para não demonizar os cuidadores informais, esquecendo de que eles são obrigados a enfrentarem sob duras condições um desafio que não escolheram. E quem cuidará da saúde e da dignidade deles?

Podemos imaginar o ônus desta árdua e desgastante tarefa, forjada numa repetitividade diária incessante, muitas vezes durante anos, com sobrecarga de atividades no seu cotidiano, sendo quase sempre uma atividade solitária e sem descanso, que pode levá-lo a um isolamento afetivo e social (...) quem arcará com os potenciais danos físicos, emocionais, sociais e existenciais do cuidador? (FLORIANI & FERMIN, 2004, p.2/8)

Hoyert (1991 apud SAAD, 1999), mesmo considerando os diferentes padrões de suporte familiar, considera que aqueles idosos com o número maior de filhos aumentam substancialmente a sua possibilidade de receber apoio no momento de necessidade. Em termos quantitativos é bem provável que sim, porém, numa análise mais qualitativa o

número de filhos não é necessariamente uma garantia, tendo em vista que há uma tendência de um filho esperar que o outro assuma a responsabilidade, principalmente quando as relações entre eles estão marcadas por conflitos e disputas. De forma geral, as condições materiais e o curso de vida dos idosos e de sua relação com os filhos é que vão determinar a natureza da transferência de apoio.

Considerações Finais

Como na maioria dos casos são famílias pobres ou remediadas, sem uma estrutura pública de apoio não há como enfrentarem eficazmente o desafio da velhice dependente. Nota-se que em todos os casos, os idosos são portadores de doenças crônicas ou vivenciam algum tipo de situação em que as atividades funcionais do dia-a-dia ficam parcialmente comprometidas. De acordo com a doença, demanda tratamentos sistemáticos, remédios caros, acompanhamento médico, terapias físicas e cognitivas, entre outros. Sem falar que esse desafio pode ter um alto custo físico e emocional para o cuidador informal – geralmente uma mulher que se vê obrigada a cumprir dupla jornada de trabalho.

A partir da lógica sustentada pela busca da autonomia do idoso com algum nível de dependência, o Centro Dia é pensado como uma possibilidade de manutenção dos vínculos familiares e não institucionalização dos idosos nos asilos, tendo em vista o investimento feito em sua saúde física e mental. A ideia é positiva, porém, esbarra em questões que serão apontadas para o caso de Campos dos Goytacazes, mas que, respeitando as especificidades de cada configuração, podem ser problematizadas para outros lugares também.

A primeira delas diz respeito à estrutura de atendimento. Dentro de uma cidade em que a população de idosos soma mais de 40 mil⁶ pessoas, e deste montante o segmento de baixa renda é o mais expressivo, o público alvo prioritário do programa são aqueles idosos com algum tipo de dependência. O que torna pertinente perguntar se numa perspectiva de política social o efeito é tão abrangente quanto é propagado pelo poder público municipal. A questão não é porque atende apenas a vinte e seis pessoas. O problema é que existe apenas um Centro-Dia para uma cidade de quase 500 mil

⁶ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estudos e Pesquisas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 20 de mar. 2012.

habitantes. Não perigaria de a pressão exercida pelos que precisam de uma vaga no centro levar a soluções apressadas para o problema dos que já estão?

A segunda questão é referente ao fato de que os cuidadores informais precisam de uma formação para lidar com os seus idosos dependentes. Algumas dessas doenças são complexas e requerem um tratamento minucioso. O desconhecimento acerca do seu desenvolvimento, de suas características e de como atingem o modo de ser do idoso pode piorar o quadro clínico deste. Cuidar para que os familiares compreendam do que se trata a doença, dos seus aspectos psicológicos, sociais e dos melhores procedimentos a serem adotados em relação a ela, é também uma tarefa dos que detêm o poder e a informação.

Isso nos leva a terceira questão. Uma relativa autonomia do idoso pode ser recuperada, mas também ser novamente perdida. Entre os pólos da dependência e da autonomia existe uma gama de condições que variará de pessoa para pessoa e das interações familiares. De qualquer forma, para alguns mais cedo, para outros mais tarde, o nível de dependência (atividades funcionais e/ou atividades instrumentais) certamente tende a aumentar. Empurrar a fragilidade para idades cada vez mais distantes não significa que um dia ela não chegará.

REFERÊNCIAS

ALVES, LS; RODRIGUES, RN. **Determinantes da autopercepção de saúde entre idosos do Município de São Paulo, Brasil.** São Paulo: Rev Panam Salud Publica. 2005; 17(5/6): 333–41.

BALTES, MM; SILVERBERG, S. **A dinâmica dependência-autonomia no curso de vida.** In: NERI, Anita Liberalesso (org.). Psicologia do envelhecimento. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BOAS, MAV. **Estatuto do Idoso comentado.** Rio de Janeiro: Forense, 2005.

CAMARANO, AA. **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Ação Civil Pública: comentários por artigo.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 1995

DEBERT, GG. **A reinvenção da velhice.** São Paulo: Edusp, Fapesp, 1999.

ELIAS, N; SCOTSON, JL. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GOUVÊA. Marcos Maselli. **O Controle Judicial das Omissões Administrativas: novas perspectivas de implementação dos direitos prestacionais**. Rio de Janeiro: Forense. 2003.

LEBRÃO, ML. **Saúde e independência: aspirações centrais para os idosos. Como estão sendo satisfeitas?** In: NERI, Anita Liberalesso. *Idosos no Brasil – vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC, 2007.

LEMOS, CES. **A solidão judicializada e a solidariedade intergeracional**. VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 12, n. 2, p. 29-54, maio/ago. 2010.

LIMA-COSTA, MF. **A escolaridade afeta, igualmente, comportamentos prejudiciais à saúde de idosos e adultos mais jovens?** Inquérito de Saúde da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 13, n. 4, dez. 2004.

LOPES, F. **Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde**. *Cad. Saúde de Pública*, v.21, n.5, p.1595-601, 2005.

NERI, AL. **Cuidar do idoso em família – questões psicológicas e sociais**. São Paulo: Alínea Editora, 2002.

STUART-HAMILTON, I. **A psicologia do envelhecimento: uma introdução**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.

RAMOS, LR; VERAS, RP; KALACHE, A. **Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira**. *Rev. Saúde Pública*, 21: 211-24, 1987.

RAMOS, LRR; ROSA, TEC; OLIVEIRA, ZM; MEDINA, M; SANTOS, FRG. **Perfil do idoso em área metropolitana na região sudeste do Brasil: resultados de inquérito domiciliar**. São Paulo: *Rev. Saúde Pública*, 27 (2), p. 87-94, 1993.

TELLES, E. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 2003.

RIBEIRO, MLS. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

ROMANELLI, OO. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**, Petrópolis: Vozes, 1980.

SAVIANI, D. **Política e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

VIANNA, SM. et al. **Medindo as desigualdades em saúde no Brasil. Brasília: Organização Panamericana de Saúde**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

SOBRE AUTOBIOGRAFIA E INFÂNCIA

Elaine Pedreira Rabinovich¹

Maura Espinheira Avena²

Maria Angélica Vitoriano da Silva³

Teresa Cristina Merhy Leal⁴

Resumo: Este estudo objetivou compreender a autobiografia como método de “recoletados” elementos nas trajetórias de vida a partir da visão infantil e assim transcender as narrativas em geral elaboradas consciente e racionalmente. Nessa perspectiva, o relato autobiográfico pode ser um caminho metodológico para explorar a condição humana visto que dimensões do ser não teriam alcançado uma forma articulada se o projeto de uma compreensão autobiográfica não tivesse ocorrido. Portanto, ao submergimos nas lembranças da infância, da perspectiva do adulto, é possível perceber os caminhos percorridos e as escolhas que nos tornaram quem somos hoje, o que de outra maneira estaria perdido devido à nossa própria tendência para o esquecimento.

Palavras-chave: Autobiografia; Experiências pessoais; Infância.

Abstract: This study aimed to understand autobiography as a method for “recollecting” elements in life trajectories from a childish point of view and so to transcend the usually conscious and rationally elaborated narratives. From this perspective, an autobiographical report can be a methodological resource to explore human condition because dimensions of being would not reached an articulated form if the project of an autobiographical comprehension would not be existed. Therefore, merging into child remembering from an adult perspective may turn possible to view our journey and the

¹Elaine Pedreira Rabinovich, Psicóloga, Doutorado em Psicologia Social/IPUSP, professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea/UCSAL. E-mail: elainepr@brasmil.com.br

²Maria Angélica Vitoriano da Silva, Psicóloga, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea/UCSAL. E-mail: marvitoriano@gmail.com

³Maura Espinheira Avena, Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea/UCSAL, professora universitária. E-mail: mauravena@bol.com.br

⁴Teresa Cristina Merhy Leal, Pedagoga, Mestre em Família na Sociedade Contemporânea/UCSAL, professora e coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade Dom Pedro II (FDPII). E-mail: teresa.leal@gmail.com

choices that made us be what we are now, and that otherwise would be lost due to our own tendency to forget.

Key words: Autobiography; personal experiences; infancy.

A autobiografia tem sido apontada como um caminho metodológico para explorar a condição humana, ao mesmo tempo em que o relato autobiográfico é visto como impedindo um “verdadeiro” conhecimento científico. Freeman (2007) sugere que esta questão pode ser associada à sua dimensão poética na medida em que tal relato se aproxima da literatura imaginativa. No entanto, este autor argumenta que é esta mesma dimensão que pode abrir o caminho em direção a uma compreensão mais plena da narrativa e de sua promessa de compreender a condição humana e da condição da ciência em si.

Verena (1991) discute como a literatura, com base em uma sociedade que se individualiza, concomitantemente desenvolve um interesse pela autobiografia – que se diferenciaria das narrativas tradicionais por não serem contadas em voz alta – mas que implica em uma contradição na medida em que o que caracterizava a sociedade anterior, a hierarquia fundamentada no valor como elementos de diferenciação entre grupos e pessoas – acabou por criar o seu contrário, ou seja, um indivíduo como “compensação totalizadora à fragmentação e ao nivelamento de todos os domínios, o lugar da unidade, do todo e do valor” (p. 72). Verena aponta que a “energia constitutiva” da autobiografia não seria o imaginário, mas o significado visando uma síntese totalizadora, “uma procura do tempo perdido” (p. 77), mítico, onde “sua possível explicação seria elaborar uma explicação para o passado, na qual o tempo finalmente pára” (p. 78). Contudo, aponta que se trata de uma ilusão de unidade do eu devido à distância entre “o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação, a pluralidade de perspectivas da voz narrativa e as divisões internas do eu que se proclama único” (p. 79).

Freeman (2007) sustenta que, pela narrativa autobiográfica, um novo *self* é moldado: dimensões do ser são reveladas que literalmente não teriam existido, não teriam alcançado uma forma articulada, se o projeto de uma compreensão autobiográfica não tivesse ocorrido. A vida recontada toma uma perspectiva inacessível à percepção comum e marca uma extrapolação poética que remodela nossas relações com relação ao mundo. Assim, há uma dupla *poiesis* neste processo: a síntese de elementos heterogêneos de uma vida e a reconstrução do *self* em sua imagem (Freeman, 2007, p. 32). Paz (1973, apud Freeman, 2007) diz que a experiência poética deve ser

compreendida como uma revelação de nossa condição original, que emerge sempre como a criação de nós mesmos.

É nesta direção que acreditamos que relatos, imersos em uma profundidade subjetiva de uma re-criação de um olhar infantil, podem olhar para e perceber um momento datado de suas vidas que permita ordenar retrospectivamente as escolhas que levaram à opção profissional/ temática da pessoa. Com isto, estamos supondo que há “verdades” que se mantêm, “uma espécie de tradição entre eu próprio e mim que estabelece uma antiga e nova fidelidade, pois o passado elaborado no presente é também uma promessa e uma profecia do futuro” (Gustorf, 1980, apud Freeman, 2007, p. 148). Além disto, como Freeman mesmo enfatiza ao final de seu texto, a tendência das autobiografias é serem convencionais, sem diferenciar datas de reais acontecimentos, sem a capacidade de mergulhar na “noite selvagem” exigida para que se extrapole o que já dito e já sabido. Aponta, ainda, a questão do uso da linguagem como um impedimento para a algo de novo seja revelado. Neste sentido, embora seu texto se baseie na *poiesis*, não alcança o significado pleno da poética que é o de revelar a condição humana a cada humano, em certa medida além da linguagem.

Neste sentido, estamos valorizando o modo como as experiências informam a auto-compreensão mais do que “a multiplicidade, estrutura e valência destas auto-compreensões” (Pasupathi, Mansour, Brubaker, 2007, p. 108), ou seja, mais do que as próprias narrativas autobiográficas. Segundo estes autores, estaríamos mais à busca de revelações do que de relações causais orientadas para o futuro na medida em que as revelações “apontam para um *self* passado que não estava reconhecido” (p. 12).

Infância e desenvolvimento, poética e historicidade, termos aparentemente dissociados, talvez devido às inúmeras reduções ocorridas através dos tempos, reaparecem, então, como intimamente relacionados. Concreto *quer dizer, precisamente: o que cresceu junto* (Bosi, 2000, p. 134). Crescer junto pode ser compreendido como o principal significado de desenvolvimento: o de que a criança se torna o humano co-produzindo em/por sua cultura.

“A instância poética parece tirar do passado e da memória o direito à existência; não de um passado cronológico puro – o dos tempos já mortos – mas de um passado presente cujas dimensões míticas se atualizam no modo de ser da infância e do inconsciente” (Bosi, 2000, p. 131/2).

Agamben (2000) concebe a possibilidade da historicidade humana a partir da infância, ou seja, de um momento anterior à linguagem, associado à origem etimológica do termo infância: *in/fans*: o que ainda não fala. Para este autor, se não houvesse este momento, não haveria história no sentido de haver mudança e transformação, social e individualmente.

As histórias autobiográficas que tentam recuperar um passado presente no modo de ser da infância não estariam lidando com aspectos inconscientes, mas com aspectos que foram deixados à sombra. Pensamos que sua revivescência pode trazer elementos que transcendem as narrativas em geral, elaboradas consciente e racionalmente.

Na busca da significação de lembranças, que implica em ativarmos as nossas memórias e de dialogarmos com o passado presente, nos debruçamos na literatura, mobilizados por um desejo individual e coletivo, que nos tem apontado caminhos sobre a importância do ato e da arte de lembrar, a partir dos registros autobiográficos de experiências pessoais significativas sobre o olhar infância.

Louise Chawla (1985), estudando a vida de dois gênios, William Wordsworth e William Carlos Williams, observou que eles pareceram reter, quando adultos, a capacidade de ver o mundo de um modo infantil, sem moralismos ou prisão em hábitos. Para ambos os poetas, o mundo era visto com um sentido de um potencial do que poderia ser. Criança e poeta também se assemelham quanto à sensualidade de seu encontro com o mundo. Ambos os poetas viam a linguagem como incorporando a relação das pessoas ao seu meio, para desenvolver um novo uso da linguagem para tornar possível uma nova relação. Para essa autora, indivíduo, ambiente e cultura, cada um imprime a sua forma sobre o outro. No processo de mudança, uma obra de arte atinge o equilíbrio momentâneo embora durável entre o conservadorismo da história pessoal, incorporado na memória, e o impulso da história, meio-criando e meio-percebendo, em resposta a uma realidade que é a sua circunstância de vida.

Hesse, em *A Infância do Mago* (2010), descreve de forma poética sua infância, da perda desta e, conseqüentemente, dos sonhos e das fantasias desta fase para ele tão mágica e importante. Neste itinerário retrata não só os personagens/pessoas que o fizeram viver e vibrar, como também seu vínculo com cheiros, objetos, animais, plantas, imagens e todas as coisas que faziam parte do seu mundo, estabelecendo um paralelo com o que ele levou para sua vida adulta e o que se perdeu com o tempo. Em seu poético relato, descreve situações e pessoas que exerceram influência na sua vida futura – das figuras parentais, às pessoas do seu ambiente familiar, bem como, àquelas tidas

como “mágicas” que a fantasia da infância alcançava e que, por certo, exerceram importância na construção do seu *self*, orientaram o curso da sua vida e marcaram de forma indelével seu trabalho.

Já o escritor Amós Oz (2005, p. 35), em sua autobiografia, escreve:

E a verdade é que esta estranha vontade que eu tinha quando pequeno – a de dar uma segunda chance ao que não tem nem vai ter segunda chance – é uma das coisas que impelem a minha mão também agora – toda vez que me sento para escrever uma história.

Para Chawla (1995), porque as memórias são reconstruídas dentro de histórias culturais, há algumas tradições que enquadram o que é conhecido em dado momento e, em geral, empregamos estas histórias sem conscientemente prestar atenção a elas. Ela acredita que, contudo, com a modernidade, a experiência da infância passou a ser contradita e negada, donde tais memórias poderiam não se atualizar no encontro com o presente e com o futuro.

Os relatos acima enfatizam a possibilidade de algo na infância dirigir aspectos da vida adulta e ser recordado.

No entanto, foi Graciliano Ramos quem mais se aprofundou neste tema. Escreveu, no final de sua vida, um texto autobiográfico, *Infância* (ano), no qual a sua infância se apresenta como a época decisiva na qual se formaram suas convicções éticas, que marcaram a sua existência como escritor, provocaram sua resistência ante qualquer autoridade e fundaram seu ateísmo (Nitschack, 2009, p. 287). Para ele, a escrita da infância busca abrir espaços para a liberdade individual, e como o sujeito individual pode escapar às fatalidades históricas e sociais às quais está submetido (p. 238). Para Graciliano Ramos, o fundamento do narrar é sempre a experiência, sendo essa experiência do sujeito individual que legitima a narrativa (Nitschack, 2009). Pelo sofrimento, aparecem as contradições, as imperfeições, as fissuras do sistema totalizador e repressor nas quais se instala o sujeito individual. O sofrimento permite descobrir o lugar da subjetividade possível, i.e., o lugar da liberdade que se abre para o sujeito no encontro da palavra com o mundo e assim constrói uma coerência necessária entre a sua infância e a vida atual de escritor (Nitschack, 2009, p. 242).

Para Graciliano Ramos, o sujeito se confirma como tal no entre-lugar entre linguagem e mundo, nessa fissura que se instaura entre essas duas forças ou realidades objetivas (Nitschack, 2009, p. 244). Somente um ato de rebeldia, seja contra a

linguagem, seja contra o mundo, pode fundar a liberdade subjetiva. Na sua visão, o sujeito não está preso neste mundo sem saída. Desde a fissura onde ele se constitui, ele tem a oportunidade da intervenção criativa, seja um ato de significar, i.e., em um ato poético, seja em um ato prático, concreto. Nos dois casos, trata-se de um processo transformativo: a dor que é indispensável para a formação do sujeito, converte-se em uma energia que busca acabar com o sofrimento, a injustiça e a repressão. (Nitschack, 2009, p. 246).

Portanto, alguns escritores afirmam que, durante a sua infância, algumas experiências pelas quais passaram, segundo Graciliano Ramos, as de dor, tornam-se como que guias para sua atividade adulta.

De acordo com Portelli (1997, p. 17) “as lembranças jamais deixam de ser profundamente pessoais [...] a memória jamais é exatamente igual” o que de certa forma nos reporta ao nosso propósito, que de acordo com Freeman (2007) e Chawla (1995), pode ser considerado como uma *re-coleção* ética e moral, no sentido de que também existe algo para além do pessoal de que “não podemos nos esquecer de que também acalentamos um sonho de compartilhar, de participar, de comunicarmos-nos e de dialogar” nossas semelhanças e diferenças, tendo como objetivo ampliarmos a nossa consciência (Portelli, 1997, p.19). Portanto, acredita-se que, ao submergimos nas lembranças da infância, torna-se possível vislumbrar na perspectiva do adulto os caminhos percorridos que implicam nas escolhas que nos tornaram quem somos hoje.

Nesse sentido, Portelli (1997) trata da memória como arte não só daquilo que aconteceu, como também daquilo que deixou de acontecer, poderia ter acontecido ou deveria ter acontecido, pois segundo o autor a memória acompanha a mudança, contudo também resiste as mudanças que optamos por não fazer.

Para Portelli (1997) a história é vista como a um mosaico e/ou uma colcha de retalhos que, apesar de serem compostas por pedaços diferentes, quando unidos formam um todo coerente. E nesse contexto pode emergir através de registros autobiográficos o reconhecimento da liberdade que se dá no encontro, justamente, não só das diferenças mais também das igualdades, pois aquilo que criamos torna-se um “texto dialógico de múltiplas vozes e múltiplas interpretações”, por tratar-se da subjetividade, da memória, do discurso e do diálogo. (Portelli, p. 27).

Tanto Chawla (1995) termina o seu livro com um capítulo denominado “A recollective psychology” (Uma psicologia re-colectiva) quanto Freeman (2007) usa o

mesmo termo no mesmo sentido, qual seja, de que a autobiografia pode levar a um novo e mais profundo sentido de verdade.

“A compreensão autobiográfica assim emerge como um instrumento fundamental para a *re-coleção* ética e moral, tomada aqui no sentido clássico de juntar o que de outra maneira estaria perdido devido a nossa própria tendência para o esquecimento”. (Freeman, 2007, p. 21).

Assim, foi nosso propósito, na pergunta a nós próprios dirigida, “recoletar” em nossas trajetórias existências as histórias não totalmente ditas e que passam a ser ditas num relato autobiográfico.

Portanto, o que os membros do grupo Família, (Auto)Biografia e Poética da Universidade católica do Salvador (FABEP/UCSAL) pretendem é resgatar em suas histórias de vida experiências que os tornaram outros, e como estas experiências moldaram o seu destino.

Este modo de proceder caminha na direção oposta aos cânones da ciência, não apenas em função da autobiografia não ser aceita como ciência, como abre uma porta para que se revejam tais possibilidades e a própria noção de subjetividade.

Finalizamos com uma poesia de Fernando Pessoa, uma pessoa, ou várias, sempre capaz de ultrapassar as palavras para dizer os acontecimentos.

Não sei quantas almas tenho

Não sei quantas almas tenho.
Cada momento mudei.
Continuamente me estranho.
Nunca me vi nem acabei.
De tanto ser, só tenho alma.
Quem tem alma não tem calma.
Quem vê é só o que vê,
Quem sente não é quem é,

Atento ao que sou e vejo,
Torno-me eles e não eu.
Cada meu sonho ou desejo
É do que nasce e não meu.
Sou minha própria paisagem;
Assisto à minha passagem

Diverso, móbil e só,
Não sei sentir-me onde estou.

Por isso, alheio, vou lendo
Como páginas, meu ser.
O que segue não prevendo,
O que passou a esquecer.

Noto à margem do que li
 O que julguei que senti.
 Releio e digo : "Fui eu ?"
 Deus sabe, porque o escreveu

Fernando Pessoa

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Enfance et histoire*. Trad. Yves Hersault. Paris: Eds Payot et Rivages, 2000. (Original 1978).
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Trad. Antonio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal. In: SÃO PAULO : ABRIL CULTURAL, 1978. (Os pensadores). (Original 1957).
- BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. 6ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CHAWLA, Louise. The place of poetry. *Children´s Environments Quaterly*, 2(2): 01-13, 1985.
- CHAWLA, Louise. In the first country of places: nature, poetry and childhood memory. *Children´s Environments*, v. 12, n. 4, dec., 1995. (CYE Book Review). Acesso em 21/03/2012. <mhtml:file://C:/Users/Elaine/Desktop/Documents/CYE Book Review.mht>
- FREEMAN, Mark. Narrative inquiry and autobiographical understanding. In: Clandinin, Jean. *Handbook of narrative inquiry. Mapping a methodology* (pp. 120-145). Alberta: Sage Publish., 2007.
- HESSE, Hermann. *A infância do mago*. (Trad. Samuel Titan Junior). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Original 1973).
- NITSCHACK, Horst. A escrita autobiográfica de Graciliano Ramos: buscando o espaço da subjetividade. In: Helmut Galle, Ana Cecília Olmos, Adriana Kanzepolsky, Laura Zuntini Izarra (Orgs.). *Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria autobiográfica* (pp. 287 – 247). São Paulo: AnnaBlume; FFLCH; USP; FAPESP, 2009.
- OZ, Amós. *De amor e trevas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (trad. Milton Lando). (1ª Ed. Original. 2002).
- PASUPATHI, Monisha, MANSOUR, Emma., BRUBAKER, Jed R. Developing a life story: constructing relations between self an experience in autobiographical narratives. *Human development*, vol. 50, p. 85-110, 2007.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. PROJETO HISTÓRIA: Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo. SP-Brasil, nº15, p. 13-50, 1997.
- VERENA, Alberti. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 7, p. 66-81, 1991.

GT 18 - Acesso à justiça, direitos humanos e cidadania

“ACESSO À JUSTIÇA, REFORMAS PROCESSUAIS E MEDIAÇÃO: UMA BUSCA PELA CIDADANIA”

*Delton R. Soares Meirelles*¹

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (delton@vm.uff.br)

*Giselle Picorelli Yacoub*²

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (gisellepicorelli@hotmail.com)

Resumo: O presente artigo trata de uma pesquisa em andamento, sobre a efetividade das reformas processuais no sistema brasileiro vigente e no futuro Código de Processo Civil (Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 8046/2010 e Projeto de Lei do Senado nº 166/2010). Dentro de uma perspectiva de promoção da cidadania através do acesso à Justiça, verificaremos a importância da adequação procedimental como mecanismo de eficácia da legislação. Neste passo, o acesso à Justiça como forma de efetivação de direitos possibilita a utilização de meios adequados para tal. O Estado, detentor do *poder-dever* da tutela dos direitos do cidadão, ao utilizar a mediação como meio de abordagem do conflito, poderá proporcionar a retomada, pelo cidadão, da responsabilidade por suas próprias decisões, a dissolução do conflito com ganhos mútuos e a manutenção da relação entre as partes.

Abstract: This article deals with an ongoing research on the effectiveness of procedural reforms in the Brazilian current and future Code of Civil Procedure (Bill House of Representatives nº 8046/2010 and Bill in the Senate nº 166/2010). Within a perspective of promoting citizenship through access to justice, we find the importance of procedural adequacy as a mechanism for effective legislation. In this step, access to Justice as way of effectivation of rights enables the use of appropriate means for this purpose. The state, which has the power and duty of safeguarding the rights of the citizen, by using mediation as a means of approach to the conflict, could provide a recapture, by the citizen, the responsibility for their own decisions, the dissolution of the conflict with mutual gains and maintenance of relationship between the parties.

Palavras-chave: Reformas processuais, efetividade, acesso à Justiça.

¹ Coordenador de graduação e professor adjunto do departamento de Direito Processual da Universidade Federal Fluminense (SPP/UFF). Coordenador do Laboratório Fluminense de Estudos Processuais (LAFEP/UFF). Doutor em Direito (UERJ).

² Professora assistente do departamento de Direito Privado da Universidade Federal Fluminense. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense PPGSD/UFF, linha de pesquisa: *Acesso à Justiça e crítica das instituições político-jurídicas*; bolsista CAPES. Pesquisadora do Laboratório Fluminense de Estudos Processuais (LAFEP/UFF).

Introdução

A busca pela efetividade da tutela dos direitos tem sido um desafio para os operadores do sistema jurídico. Assim como a efetivação dos direitos, o acesso à Justiça também tem sido incansavelmente perseguido por aqueles que acreditam no aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e na essência do termo Justiça.

Contudo, barreiras existem e têm sido combatidas há algum tempo através das reformas e propostas de mudança quando da atuação e tutela do Direito.

A preocupação com a real fruição dos direitos - não apenas sob o enfoque formal - levou à redefinição do direito do acesso à Justiça, cujo conteúdo superou a mera possibilidade de estar em juízo, acrescentando-se outros importantes aspectos, orientados à garantia de uma resposta efetiva. O Estado com o dever de apresentar resultado útil ao conflito social posto em juízo, através de meios adequados e eficazes, permeado sempre pela efetividade.

As modificações pelas quais o sistema jurídico brasileiro vem passando sinaliza, na maioria das vezes, nesta direção³, com reformas da legislação, buscando o aperfeiçoamento legal diante dos anseios da sociedade.

1- Breve confronto entre perspectiva formal e perspectiva efetiva de acesso à Justiça

Quando tratamos do tema acesso à Justiça, encontramos dificuldade no que se refere à idéia e significado, uma vez que estes podem variar conforme o ponto de vista do observador e a influência de diversas áreas do conhecimento.

Todavia, a despeito de tais dificuldades, temos que, de acordo com os ensinamentos de Mauro Cappelletti e Bryant Garth (1988, p.8), a referida expressão se presta para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico atual: primeiramente, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, deve o mesmo produzir resultados que sejam individual e socialmente justos.

Ainda na obra de Cappelletti e Garth, apreendemos que o conceito de acesso à Justiça vem sofrendo transformações com o decorrer do tempo. Até meados do século passado, era possível uma identificação com o próprio direito ação ou de defesa, já que se cuidava da mera possibilidade de se estar em juízo, de promover a demanda ou dela se defender⁴. Não havia a preocupação com os eventuais obstáculos que poderiam excluir da oferta de tutela

³ A necessidade de nova interpretação, de renovação, com adequação entre normas e realidade social, levando-se em conta dados históricos e sociais, é premente. Nesta direção afirma Bourdieu (2008, p.223): “A interpretação opera a *historicização da norma*, adaptando as fontes a circunstâncias novas, descobrindo nelas possibilidades inéditas, deixando de lado o que está ultrapassado ou o que é caduco”.

⁴ Neste sentido, afirmam Cappelletti e Garth (1988, p. 9): “Direito ao acesso à proteção judicial significava essencialmente o direito *formal* do indivíduo agravado de propor ou contestar uma ação.” (grifo no original)

jurisdicional razoável parcela da sociedade, tendo em vista a noção de igualdade formal então prevalecente, possibilitando a todos, de forma igual, a provocação do órgão jurisdicional; não havendo, ainda, qualquer atenção à qualidade da prestação fornecida pelo Estado.

Vale lembrar que no Brasil, a partir de 1988⁵, com a Constituição Federal, passou-se a assegurar, expressamente - através do Princípio da Inafastabilidade ou Princípio do Direito de Ação -, a proteção de direitos, sejam eles privados, públicos ou transindividuais (difusos, coletivos ou individuais homogêneos), de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XXXV⁶.

A respeito deste valioso princípio, nos ensina Nelson Nery Júnior (2004, p.132), que

Pelo princípio constitucional do direito de ação, todos têm o direito de obter do Poder Judiciário a *tutela jurisdicional adequada*. Não é suficiente o direito à tutela jurisdicional. É preciso que essa tutela seja a *adequada*, sem o que estaria vazio de sentido o princípio. (grifos do autor)

Diante deste paradigma, necessária a identificação dos possíveis problemas que poderiam impedir a prestação jurisdicional adequada, e, por conseguinte, o acesso à Justiça.⁷ Nessa direção, ao analisarem o tema, Cappelletti e Garth notaram que o processo relacionado à tentativa de superação dos obstáculos à efetividade do acesso à Justiça se assenta em três grandes movimentos, denominados ondas renovatórias do acesso à Justiça.

A primeira delas teve início na década de 1960, com a temática assistência judiciária, visando a facilitação do acesso ao judiciário daquele que sofre de carência econômica. Neste momento, buscava-se empreender esforços para superar as dificuldades da admissão em juízo dos pobres, dificuldades estas causadas pela inadequação dos sistemas de assistência judiciária até então experimentados.

Uma das tentativas de resposta a este obstáculo econômico, entre nós, foi dada através da *assistência jurídica gratuita*, estampada no art. 5º, LXXIV da Constituição Federal/88 - devendo o Estado prestar assistência jurídica integral e gratuita aos insuficientes de recursos -; além da implantação dos juizados, nos âmbitos federal e estadual.

⁵ Os estudos da temática do acesso à Justiça, surgiram no Brasil a partir do início dos anos 80 e tiveram como maior fundamento a “exclusão da grande maioria da população de direitos sociais básicos, entre os quais o direito à moradia e à saúde.” (JUNQUEIRA, 1996, p.02).

⁶ Constituição Federal/88 - art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

⁷ Neste ponto, importante ressaltar a valiosa contribuição da sociologia quando da investigação, especialmente empírica, dos obstáculos ao efetivo acesso à Justiça por parte das classes populares. Descreve Boaventura de Sousa Santos que, após as pesquisas, foi possível “concluir que eram três tipos de obstáculos: econômicos, sociais e culturais.” A questão econômica encontra ressonância com a primeira onda renovatória, proposta por Cappelletti e Garth. Já os demais obstáculos, sociais e culturais, são “resultantes de processos de socialização e de interiorização de valores dominantes muito difíceis de transformar.” (SANTOS, 2008, p. 168 e 171).

A segunda onda renovatória refere-se às reformas tendentes a proporcionar representação jurídica para os interesses difusos, especialmente nas áreas da proteção ambiental e dos direitos do consumidor. Surgiu da necessidade de se conferir uma proteção coerente com a solução de conflitos de conotação coletiva, gerada pelo estágio de desenvolvimento da sociedade atual, podendo ser definida como uma sociedade de massa, ensejando, por sua vez, conflitos de massa. O foco, neste íterim, encontrava-se na representatividade adequada dos direitos difusos, tornando-se imprescindível a otimização do desempenho dos legitimados para a ação civil pública, assim como para todo tipo de processo coletivo.

No Brasil, de acordo com Eliane B. Junqueira, sob a análise das pesquisas de Joaquim Falcão, as demandas coletivas que surgiram no início dos anos 80, não puderam ser levadas à apreciação do Poder Judiciário, apesar da preocupação com a democratização do acesso à Justiça. Isto porque, tendo em vista o caráter individualista do sistema, o acesso aos tribunais era negado, sendo os conflitos solucionados por vias diversas, alternativas, informais.⁸

Atualmente, este problema da representação em juízo dos interesses difusos encontra resposta, em nosso ordenamento jurídico, no sistema integrado pela Constituição Federal, Lei da Ação Civil Pública, Código de Defesa do Consumidor - dentre outras leis que regulam os processos coletivos - fornecendo tal legislação, por enquanto, os fundamentos do “processo civil coletivo pátrio”.

Durante a terceira onda renovatória, denominada por Cappelletti e Garth de “o enfoque do acesso à Justiça”⁹, buscou-se correlacionar o processo à espécie de litígio posto sob análise, de modo a promover uma efetiva adequação entre procedimento e realidade social, o que poderia contribuir para a diminuição das desigualdades verificadas entre litigantes.

Neste contexto, identificou-se a necessidade de um novo enfoque a esta garantia, partindo do acesso à representação em juízo para uma concepção mais ampla de acesso à Justiça, vista sob a ótica do consumidor da justiça, onde se faz presente a preocupação com a garantia de satisfação do jurisdicionado com a prestação da tutela jurisdicional.

Entre os aspectos relevantes em meio esta terceira onda renovatória do direito de acesso à Justiça está a constatação da necessidade de que o processo seja adequado ao direito material que se pretende tutelar, a fim de que a tutela a ser conseguida por meio dele possa se

⁸ Análise decorrente dos estudos a partir de Boaventura de Sousa Santos e Joaquim Falcão, demonstrando que as formas não legais de solução de conflitos estão diretamente relacionada à questão da inacessibilidade não apenas à Justiça, mas inicialmente ao próprio Poder Judiciário. (JUNQUEIRA, 1996, p.04-06).

⁹ “Seu método não consiste em abandonar as técnicas das duas primeiras ondas de reforma, mas em tratá-las como apenas algumas de uma série de possibilidades para melhorar o acesso”. (CAPPELLETTI e GARTH, 1988, p.68).

mostrar satisfatória. Defende-se, assim, uma reaproximação entre direito processual e o material, ressaltando a dependência recíproca entre estes, sendo o processo, como um sistema de garantias, o responsável por assegurar a tutela do direito material. (PASSOS, 2001, p. 19)

Nesta mesma linha, Boaventura de Sousa Santos descreve tais obstáculos como sociais, econômicos e culturais, afirmando ser a temática do acesso à Justiça aquela

que mais diretamente equaciona as relações entre as relações entre o processo civil e a justiça social, entre igualdade jurídico formal e desigualdade sócio-econômica. (...) a consagração constitucional dos novos direitos econômicos e sociais e a sua expansão paralela À do Estado de bem-estar transformou o direito ao acesso efetivo à Justiça num direito cherneiro, um direito cuja denegação acarretaria a de todos os demais.¹⁰

No presente estudo, esta perspectiva possui relevância particular. Isto porque o direito – como o sistema jurídico, deveria atender às necessidades dos leigos conforme o que foi prometido, tutelando direitos e garantias, e para isto necessário um procedimento em conformidade com essa característica de efetividade e eficácia exigidas pela sociedade moderna.

Ao abordar essa temática, também, Cappelletti e Garth (1988, p.69) afirmam que

São as regras de procedimento que insuflam vida nos direitos substantivos, são elas que os ativam, para torná-los efetivos. Cada vez mais se reconhece que, embora não possamos negligenciar as virtudes da representação judicial, o movimento de acesso à Justiça exige uma abordagem muito mais compreensiva da reforma.

Outrossim, essa necessidade de aperfeiçoamento do processo a fim de que se possa tornar efetivo meio de acesso à resposta jurisdicional adequada, à atuação do direito material posto em juízo, permanece premente, sendo de Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 167) a seguinte lição: “o tema acesso à justiça é aquele que mais directamente equaciona as relações entre processo civil e a justiça social, entre igualdade jurídico-formal e desigualdade sócio-económica.”

Imprescindível uma interpretação teleológica e à luz dos princípios constitucionais decorrentes do teor do art. 5º, XXXV CF/88, possibilitando ao cidadão não somente acorrer às cortes de justiça toda vez que se sentir lesado ou ameaçado em seus direitos, mas que essa busca de proteção venha acompanhada de efetivação, concretização real da determinação legal. Caso contrário, a confiança depositada no sistema jurídico restaria quebrada pela ineficácia de tal sistema e pela deficiência do acesso à Justiça.

Na prática, não basta uma sentença favorável, expedida por um juiz de Direito. É preciso que esta sentença atue na realidade fática dos demandantes, atingindo de forma

¹⁰ Trecho de Boaventura de Sousa Santos citado na obra de Eliane B. Junqueira, *Acesso à Justiça: um olhar retrospectivo*, in Revista Estudos Históricos. Número 18, 1996, p.08.

concreta a esfera pessoal e/ou patrimonial dos litigantes. E tal só ocorrerá quando as partes estiverem diante de um processo que permita o acesso real e concreto ao bem tutelado.

Assim, restou demonstrado que o direito ao acesso à ordem jurídica justa é indispensável não apenas para viabilizar a concretização de outros direitos, mas também, para o cumprimento do preceito constitucional que consagra a República Federativa do Brasil como um Estado Democrático de Direito. “Não há democracia em um Estado incapaz de garantir o acesso à justiça. Sem a observância desse direito um Estado não tem a mínima possibilidade de assegurar a democracia”. (MARINONI, 2007, p. 518)

Verificamos que a produção de um resultado socialmente justo depende desse novo enfoque do acesso à Justiça, de uma interpretação abrangente do sistema jurídico, realmente focada na busca por uma tutela justa, célere e efetiva do bem posto sob o pálio do Estado. O sistema jurídico, diante da sociedade atual, precisa atender a demanda e fornecer meios adequados e efetivos quando da entrega daquilo que foi prometido à comunidade através da legislação vigente.

2. Reformas processuais e a sociedade

Na busca por aprimorar o enfoque do acesso à Justiça, as reformas processuais tem sido sucessivas, em regra, pautadas na celeridade, efetividade (ou seria eficiência?) e segurança jurídica.

Contudo, necessário observar quais os impactos que cada uma destas reformas podem gerar no sistema jurídico como um todo, interligado e dependente entre si. As reformas precisam estar para além das consequências do problema, devendo ser eficaz na abordagem das causas do problema.¹¹

O fortalecimento do discurso de um direito universal, satisfatório para o mercado mundial, encontraria seu campo fértil na formulação de princípios gerais comuns. Alguns exemplos poderiam ser citados para mostrar a influencia das organizações internacionais nas recentes reformas processuais. A Unidroit (*International Institute for the unification of Private Law*) e a ALI (*American Law Institute*), p. ex., lançaram um documento chamado “*Principles of Transnational Civil Procedure*”, a fim de estabelecer critérios normativos aplicáveis na maioria dos litígios civis, além de servir como base para as iniciativas de

¹¹ “Ao saudar o surgimento de novas e ousadas reformas, não podemos ignorar seus riscos e limitações. Podemos ser cétricos, por exemplo, a respeito do potencial das reformas tendentes ao acesso à justiça em sistemas sociais fundamentalmente injustos. É preciso que se reconheça, que as reformas judiciais e processuais não são substitutos suficientes para as reformas políticas e sociais”. (CAPPELLETTI e GARTH, 1988, p.161).

reforma. Na última década do século XX, o Banco Mundial elaborou um parecer sobre América Latina e Caribe, recomendando diversas reformas judiciais em consonância com a cartilha do Consenso de Washington (MEIRELLES, 2007; BERIZONCE, 2008).

No caso brasileiro, pode-se destacar uma série de reformas legislativas no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) as quais, a despeito de nossa Constituição assegurar um Estado social-democrático com a incorporação de diversos direitos sociais e políticas providenciais, acabou por se adaptar à agenda neoliberal de então. Foi o ocorrido nas emendas constitucionais nº 19/99 e 20/99 (Administração pública), 24/00 e 45/04 (Judiciário), cujas finalidades foram a de aumentar a eficiência administrativa do setor público, com a inclusão de novos princípios como os da eficiência e da duração razoável do processo.

Conseqüentemente, o direito processual civil não tinha como ficar imune a esta nova realidade global e constitucional. A literatura jurídica correspondente assinala três grandes movimentos de reformas legislativas, nos anos 1994/1995, 2001/2002 e 2005/2006, as quais modificaram substancialmente o código processual e diversas outras leis especiais. Tantos remendos justificaram a criação, pelo Senado, de uma comissão de juristas para elaborar um projeto de novo código.

A anterior excessiva preocupação com a segurança jurídica, comum às normas processuais, passou a dar vez a uma crescente busca por proporcionar ao jurisdicionado uma efetiva entrega da prestação jurisdicional, do modo mais racional e rápido possível de acordo com o princípio do acesso à Justiça. A duração do processo apesar de levar razoável período de tempo, deve ser condizente com a expectativa daqueles que buscam no Judiciário a tutela de seus direitos.

Contudo, a percepção temporal é relativa, não apenas em virtude do atual cenário oferecido pela pós-modernidade (BAUMAN, 2003; SANTOS, 2005), como principalmente pela contínua e crescente influência da economia nas relações jurídicas. Com isto, surge a tensão entre a rapidez exigida pelo mercado (*time is Money*) e as exigências de maturação de ideias e respeito a uma série de garantias processuais, as quais demandam maior tempo de reflexão e contraditório. O Direito, na medida em que deve acompanhar a realidade social, torna-se cada vez mais complexo, e os conflitos eventualmente levados à apreciação jurisdicional, dentro de um Estado Democrático de Direito, demandam um processo orientado por uma série de garantias fundamentais para preservar as partes de arbítrios judiciais.

Tais modificações tiveram início com a própria Constituição Federal de 1988, com uma paulatina constitucionalização dos procedimentos, passando o Direito Constitucional a

ser considerado a base fundante de todo o sistema legislativo do País¹². Neste sentido, afirma Nelson Nery Júnior (2004, p.25) que “o intérprete deve buscar a aplicação do direito ao caso concreto, sempre tendo como pressuposto o exame da Constituição Federal. Depois, sim, deve ser consultada a legislação infraconstitucional a respeito do tema”. Ainda no art. 5º, XXXV, a Constituição Federal/88 assegura o princípio da inafastabilidade ou princípio do direito de ação, garantindo ao cidadão a apreciação de lesão ou ameaça a direito pelo Poder Judiciário¹³, que aliado ao princípio da celeridade¹⁴, contribuiu de forma determinante para mudança na visão do processo civil, reforçando a atenção destinada ao conteúdo e qualidade da prestação jurisdicional.¹⁵

Neste momento, importante lição nos oferece Ada Pellegrini Grinover, Antônio Carlos de Araújo Cintra e Cândido Rangel Dinamarco (2009, p. 33), no tocante à influência direta dos princípios constitucionais no tema acesso à Justiça

O acesso à justiça é pois, a idéia central a que converge toda a oferta constitucional e legal desses princípios e garantias. Assim, (a) oferece-se a mais ampla *admissão de pessoas e causas* ao processo (universalidade da jurisdição), depois (b) garante-se a todas elas (no cível e no criminal) a observância das regras que consubstanciam o *devido processo legal*, para que (c) possam participar intensamente da formação do convencimento do juiz que irá julgar a causa (*princípio do contraditório*), podendo exigir dele a (d) efetividade de uma *participação em diálogo* -, tudo isso com vistas a preparar uma solução que seja justa, seja capaz de eliminar todo resíduo de insatisfação. Eis a dinâmica dos princípios e garantias do processo, na sua interação teleológica apontada para a *pacificação com justiça*.

¹² Alguns princípios que permeiam o processo civil estão elencados pela nossa Constituição Federal, dentre eles: o Princípio da Isonomia (art. 5º, caput) - “a isonomia (ou igualdade) está intimamente ligada à idéia de processo justo – isto é, de devido processo legal -, eis que este exige necessariamente um tratamento equilibrado entre as partes” -; o Princípio do Juiz e Promotor Natural (art. 5º, XXXVII e LIII); o Princípio do Contraditório (art. 5º, LV); o Princípio da Publicidade dos Atos Processuais (art 5º, LX e art. 93, IX); o Princípio da Motivação das Decisões (art. 93, IX); o Princípio do Devido Processo Legal (art. 5º, LIV) - “a possibilidade efetiva de a parte ter acesso à justiça, deduzindo pretensão e defendendo-se do modo mais amplo possível” -, do qual derivam muitos dos princípios processuais constitucionais.

¹³ No entender de Nelson Nery Júnior (2004, p.132-133), o Princípio da Inafastabilidade “*quer dizer que todos têm acesso à justiça para postular tutela jurisdicional preventiva ou reparatória relativamente a um direito. Estão aqui contemplados não só os direitos individuais, como também os difusos e coletivos. [...] a essência do princípio: o jurisdicionado tem direito de obter do Poder Judiciário a tutela jurisdicional adequada. A lei infraconstitucional que impedir a concessão da tutela adequada será ofensiva ao princípio constitucional do direito de ação*”.

¹⁴ Princípio constante do art. 5º, LXXVIII, inserido na Constituição Federal de 1988 através da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004.

¹⁵ Assevera Marcelo Novelino (2008, p. 345) que “*esse princípio, apesar de dirigido também ao juiz, tem como principal destinatário o legislador, impondo-lhe a tarefa de aperfeiçoar a legislação processual com o escopo de assegurar uma razoável duração do processo. A reforma de estatutos processuais com esta finalidade representa um fenômeno universal*”.

2.1 - Sistema Jurídico; reforma e efetividade: uma transformação necessária

A sociedade¹⁶, considerada como um sistema social, mantém relações com os demais sistemas, e o desenvolvimento social gera transformações nas demandas apresentadas ao Direito no decorrer do tempo, exigindo também uma evolução por parte do sistema jurídico. A positividade do Direito passa a ser questionada a partir do momento que a resposta oferecida não atende mais a demanda exigida pela sociedade.

Tendo em vista ser o sistema jurídico caracterizado como um sistema perito - na perspectiva de Giddens - e um sistema parcial - na concepção de Luhmann -, gerando a confiança¹⁷ dos leigos quando da busca por uma resposta efetiva diante do conflito, importante analisar quais as conseqüências advindas da quebra desta confiança quando o acesso à Justiça, através da efetividade da norma, não é alcançado.

O direito não é determinado por si próprio ou a partir de normas ou princípios superiores, mas por sua referência à sociedade. Essa referência não é interpretada no sentido tradicional de uma hierarquia de fontes do direito – isto é, a sociedade não substitui o direito natural, se bem que o jurista *Ehrlich* aproxima-se perigosamente desse raciocínio – mas é compreendida como uma correlação sujeitas a modificações evolutivas, e que pode ser verificada empiricamente como uma relação de causa e efeito. A evolução é sempre concebida como elevação da complexidade social (ou pelo menos suposta não explicitamente), podendo acentuar aqui o papel da dissolução das comunidades tribais e a passagem para a diferenciação funcional, da complexidade do moderno processo econômico, ou das condições de comportamento objetivo-racional em escala mundial. O direito surge então como elemento codeterminante e codeterminado desse processo de desenvolvimento. *Ele o fomenta ao adaptar-se a suas necessidades*. Essas necessidades, porém apontam para uma maior complexidade e variabilidade social: *a sociedade torna-se mais rica em possibilidades; com isso seu direito tem que ser estruturalmente compatível com um número maior de possíveis situações e eventos*. (LUHMANN, 1983, p.33-34.) (grifo nosso)

Nesse passo, diante do elevado grau de complexidade social encontrada na trajetória evolutiva do sistema, e com isso as novas demandas decorrentes de tais transformações, necessária uma observação atenta do alcance das possibilidades do sistema jurídico. As alterações na estrutura da sociedade, conseqüência natural do desenrolar cronológico, geram diferentes possibilidades de conflitos, exigindo do direito respostas adequadas a estas novas

¹⁶ Dentro da teoria de Luhmann (1983, p.168), a sociedade possui papel essencial, quase numa dinâmica reguladora do sistema social, impelindo a transformação dos sistemas parciais, acompanhando a evolução da própria sociedade. “*A sociedade é aquele sistema social cuja estrutura regula as últimas reduções básicas, às quais os outros sistemas sociais podem referir-se. Ela transforma o indeterminado em determinado, ou pelo menos em uma complexidade determinável para outros sistemas . (...) Nesse sentido, a estrutura da sociedade possui uma função de desafoço para os sistemas parciais formados na sociedade*”.

¹⁷ A confiança, assim como em Anthony Giddens, também é elemento constante da teoria de Luhmann, que permite reduzir a complexidade da convivência social e o gerenciamento dos riscos. “*A confiança cria um espaço de segurança necessário, mesmo que este seja fictício, possuindo assim uma operacionalidade que possibilita o enfrentamento do que é incerto ou que tangencia eventuais possibilidades de riscos. Confiança sistêmica é uma confiança altamente compartilhada através da comunicação social, que acentua o seu lado da forma ‘positivo’*”, (FLORES; BARRETO, 2011, p.253).

realidades. Com isso, o sistema social afeta diretamente a trajetória progressiva do sistema jurídico, impelindo-o a acompanhar a evolução da sociedade. A influência, e porque não dizer a pressão, exercida pela sociedade sobre o direito – sistema parcial – tem a condição de transformar e exigir novas respostas a estas novas possibilidades resultantes da evolução social.

O sistema jurídico, não obstante sua autonomia, possui uma relação de dependência recíproca com os demais sistemas, em especial a sociedade, tendo seu passo evolutivo acelerado pela pressão¹⁸ que recebe da própria transformação social. Tal interdependência, direito e sociedade, se faz vital, pois “sem o direito, nenhuma esfera da vida encontra um ordenamento social duradouro (...). A convivência social sempre está pré-sujeita a regras normativas que excluem outros possíveis ordenamentos, e que pretendem ser impositivos, de forma suficientemente efetiva.” (LUHMANN, 1983, p.07)

Neste viés, podemos relacionar a questão da efetividade do arcabouço jurídico a esta pressão social por respostas adequadas aos conflitos levados à apreciação do direito. Retomando a idéia proposta por Cappelletti e Garth na 3ª onda renovatória, necessário que o procedimento seja adequado ao litígio proposto, gerando a efetividade almejada pela sociedade, efetividade esta que deve, invariavelmente, atingir não apenas o mundo do *dever-ser* (*expectativa normativa*), mas também o mundo do *ser* (*expectativa cognitiva*), possuindo o condão de transformar a realidade fática daquele que busca a tutela jurídica.

2.2 – Expectativas e as respostas do sistema jurídico

Quando o leigo busca o sistema jurídico e deposita neste suas expectativas, confiando em sua efetividade na solução de controvérsias jurídicas, aguarda uma resposta de acordo com aquilo que foi prometido. Contudo, se esta resposta vem apenas no mundo do *dever-ser*, através de uma decisão que não transforme o mundo fático do sujeito, estando vazia de efetividade fática, a confiança antes depositada no sistema fica prejudicada pela frustração da expectativa inicial. Tal situação gera, por muitas vezes, uma pressão social pela evolução do sistema jurídico de forma a se adequar às necessidades e complexidades da sociedade em que ele se encontra vigente, de forma a atender às expectativas, uma vez que o direito é também um sistema parcial, capaz de influenciar e ser influenciado pelos demais sistemas parciais, na concepção autopoietica luhmanniana.

¹⁸ Tal pressão não é exercida pelo indivíduo considerado na sua subjetividade, mas sim através da comunicação decorrente da transformação social. No estudo em tela, tal pressão surge da ineficácia apresentada pelo sistema jurídico diante dos litígios apresentados pela sociedade e a quebra da expectativa existente.

Esta adequação tem sido perseguida, mesmo que de forma pouco consistente, através das reformas legislativas pelas quais o arcabouço jurídico tem passado no decorrer do tempo, sendo o tema acesso à Justiça um dos pilares destas reformas.

Na busca por recursos que possibilitassem uma resposta efetiva às expectativas sociais, e conseqüente acesso à Justiça, proporcionando instrumentos para uma resposta mais rápida e efetiva às demandas institucionalizadas, cada vez mais numerosas, vem o sistema processual do direito pátrio sofrendo diversas mudanças, dentre elas vale citar a Lei nº 11.232/05 que alterou, de forma significativa, o procedimento da execução e a proposta de um Novo Código de Processo Civil - Projeto de Lei do Senado nº 166/2010¹⁹ - que tramita em nossas casas legislativas.

Inicialmente, as modificações trazidas pela Lei nº. 11.232/05 alteraram determinados aspectos da estrutura do processo de execução numa tentativa de entregar o bem jurídico já reconhecido por sentença judicial de forma mais rápida e objetiva possível, buscando, dessa forma, um processo mais célere e efetivo.

Em regra, a nova lei implementou o processo sincrético²⁰, criando a “fase de execução” em substituição ao “processo de execução”, evitando a abertura de um novo processo, com a desnecessidade da citação do devedor, bastando a intimação da parte, na pessoa de seu advogado. Implantou-se com isso, uma nova forma executiva integrada ao processo de conhecimento.

Ademais, a proposta de um novo Código de Processo Civil vai muito além de uma reforma localizada. Pretende a renovação de muitos institutos do sistema processual, com o intuito de se buscar a efetividade, celeridade e segurança jurídica, tentando maximizar o acesso à Justiça e atendimento às expectativas sociais. Contudo, necessário cautela e olhar crítico diante da proposta, pois nem sempre uma reforma de cunho meramente formal atinge o objetivo almejado. Deve-se buscar abordar as causas para modificar as conseqüências.

Desse modo, analisando qual seria a função do direito dentro do sistema social, afirma Celso Fernandes Campilongo que “no caso do sistema jurídico, sua função é garantir expectativas normativas. (...) o sistema jurídico reproduz a si próprio garantindo expectativas normativas. Leis, contratos e decisões judiciais são as formas e instrumentos do desempenho dessa função.” (CAMPILONGO, 2002, p.155)

¹⁹ Disponível em <http://www.senado.gov.br>.

²⁰ Processo Sincrético é aquele no qual existe a unificação das etapas processuais – cognição e execução – em um único processo. “A execução é um prolongamento do processo, que não é mais nem puramente cognitivo nem puramente executivo, mas um processo misto, sincrético, em que as duas atividades se fundem.” (CÂMARA, 2006, p.159).

3. Mediação: uma abordagem adequada

Conforme demonstrado anteriormente, barreiras existem e têm sido combatidas há algum tempo através das reformas e propostas de mudança quando da atuação e aplicação do Direito.

Neste passo, a mediação surge como um mecanismo de desconstrução de conflitos, uma forma de heterocomposição, possibilitando o diálogo e ampliação da compreensão das partes em dissonância com a transformação da situação adversarial em uma situação de cooperação, promovendo assim, o acesso à Justiça na sua forma mais eficaz, que é o gerenciamento e, possível, solução efetiva do conflito, resposta tão almejada pela sociedade e pelo próprio Direito.

Na atualidade estamos diante do fenômeno chamado por Kazuo Watanabe (2007, p.07) de “cultura da sentença. Os juízes preferem proferir sentença ao invés de tentar conciliar as partes para a obtenção da solução amigável dos conflitos. Sentenciar, em muitos casos, é mais fácil e mais cômodo do que pacificar os litigantes e obter, por via de consequência, a solução dos conflitos”.

Ademais, junto a esta cultura da sentença, o judiciário vivencia aguda crise e apresenta contumaz ineficácia da tutela prestada. A mudança de mentalidade é premente, devendo-se buscar outros meios de abordagem dos conflitos, sejam estes meios extra ou intrajudiciais.

Nesta direção, o ordenamento pátrio permite, em algumas situações, a utilização²¹ de meios alternativos de solução de conflitos²² – um sistema multiportas²³ de acesso à Justiça -

²¹ Vale ressaltar que tal reestruturação precisa ir além de simples modificação das leis materiais. Implica também uma mudança de mentalidade por parte de legisladores, magistrados, aplicadores do direito, mas em especial dos próprios jurisdicionados. A solução eficaz se dará quando a mudança de mentalidade for no sentido de solucionar em definitivo o conflito real, sendo este abordado e compreendido em profundidade, devendo o Direito servir como instrumento para desconstrução da litigiosidade da demanda, alcançando assim o tão almejado equilíbrio das relações sociais. *“O grande desafio é resgatar, perante a sociedade, a autocompreensão dos cidadãos acerca da possibilidade que estes trazem em si de resolver seus próprios conflitos, sem necessitar de alguém que, de forma coercitiva e ostensiva, diga a eles o que é o direito, o que é o justo, o que é que eles devem crer ou esperar, o que eles querem para si próprios”*, (HANSEN, 2011, p.115).

²² A opção pelo termo “meios alternativos de solução de conflitos” é decorrente da própria finalidade dos instrumentos utilizados, da alternatividade à atuação tradicional do Poder Judiciário e da busca pela dissolução da litigiosidade existente naquela relação. Contudo, existe divergência quanto à nomenclatura mais apropriada, sendo utilizado “meios alternativos de resolução de controvérsias”, “métodos alternativos”, mais recentemente “meios adequados de solução de conflitos”, e “métodos consensuais de resolução de conflitos”, conforme o nome do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos – NUPEMEC, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

²³ O termo sistema multiportas foi cunhado por Frank Sander (Multi-door Courthouse) em 1985, para designar a possibilidade de oferta e escolha de diferentes métodos de resolução de conflitos integrados ao Judiciário, (ALMEIDA, 2009, p.94). Insta salientar que tal termo, apesar de, originariamente, ser utilizado ao se tratar de métodos judiciais, entendemos perfeitamente possível a utilização de uma interpretação mais ampla, permitindo o uso também ao tratarmos de métodos extrajudiciais de resolução de conflitos por permitir o acesso à Justiça como efetivação de direitos.

por entender tais meios mais eficazes em certas questões em debate.²⁴ Este sistema permite a utilização de variados métodos de resolução de conflitos, ampliando as possíveis vias para adequação na busca pelos direitos.

Dentre tais meios alternativos, a mediação tem se destacado como instrumento de gerenciamento de conflitos, pois objetiva o reconhecimento do litígio, sem negá-lo, e, a partir desta premissa, o desenvolver de um procedimento que poderá gerar uma solução e conseqüente dissolução do litígio. Vale destacar que tal consenso será idealizado e construído pelas partes envolvidas, através da comunicação e do diálogo esclarecido, com o auxílio de um terceiro imparcial – o mediador.

Contudo, a mediação não busca obrigatoriamente o acordo, a resolução do conflito. Seu objetivo é a transformação do impasse, sendo o resultado “acordo” simples conseqüência do esvaziamento da litigiosidade existente na relação e da compreensão advinda do diálogo e restabelecimento da comunicação. O desfecho se dará por meio da cooperação entre as partes e não por meio de qualquer tipo de imposição. O consenso só será possível quando os interesses verdadeiros, as motivações ocultas dos mediandos forem expostas com boa-fé e debatidas, sem nenhum tipo de imposição ou determinação, sendo a solução produto deste consenso após a reflexão e articulação do dissenso.²⁵

²⁴ Como exemplos podemos citar: a Lei de Arbitragem – nº 9.307 de 23/09/1996; a Lei dos Juizados Especiais – nº 9.099 de 26/09/1995 que instituiu a conciliação como regra; o projeto do novo Código de Processo Civil – PLS 166/10 que institucionaliza a mediação intrajudicial, permitindo a criação de setores especializados de autocomposição; dentre outras normas que incentivam a composição amigável. No âmbito administrativo também a proposta da mediação se faz presente: a Lei nº 9.427/96 que instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica e a Portaria nº 349/97 do Ministério de Minas e Energia estabelecem ações de competência da Superintendência de Mediação Administrativa Setorial – SMA/ANEEL para dirimir divergências entre os agentes do setor elétrico; existindo, inclusive, norma de organização da ANEEL (001), aprovada pela Resolução Normativa ANEEL nº 273/07, dispondo sobre os procedimentos – disponível em <http://www.aneel.gov.br/>. Na Argentina, importante exemplo do uso da mediação surgiu com a implementação da mediação obrigatória prévia nas ações judiciais – o Decreto 91/98 prevê a mediação oficial na Argentina, coexistindo a mediação oficial e privada. “*Essa medida ocasionou uma verdadeira revolução cultural*” (SARMENTO, 2005, p.302).

²⁵ Fazendo um paralelo com os ensinamentos de Jürgen Habermas é possível entender como a mediação e seu processo se estruturam: as partes envolvidas são os autores do acordo, sendo este resultante de uma comunicação aberta, esclarecida e com o assentimento dos participantes, de forma racional e fundada na responsabilidade. Por tudo isso, se torna legítimo e conscientemente aceitável pelos interessados. Nas palavras de Habermas: “*São válidas as normas de ação às quais todos os possíveis atingidos poderiam dar o seu assentimento, na qualidade de participantes de discursos racionais. (...) Eu entendo por ‘normas de ação’ expectativas de comportamento generalizadas temporal, social e objetivamente. Para mim, ‘atingido’ é todo aquele cujos interesses serão afetados pelas prováveis conseqüências provocadas pela regulamentação de uma prática geral através das normas. E ‘discurso racional’ é toda a tentativa de entendimento sobre pretensões de validade problemáticas, na medida em que ele se realiza sob condições da comunicação que permitem o movimento livre de temas e contribuições, informações e argumentos no interior de um espaço público constituído através de obrigações ilocucionárias. Indiretamente a expressão refere-se também a negociações, na medida em que estas são reguladas através de procedimentos fundamentados discursivamente.*” (grifos do autor), (HABERMAS, 2010, p.142).

A mediação permite aos adversários desenvolverem nova relação, baseada no respeito recíproco, mantendo cada qual sua identidade própria, permitindo “o aperfeiçoamento das relações, a superação de conflitos e a garantia de continuidade da sociedade humana”.²⁶

Neste mesmo eixo de compreensão, temos que

examinada sob a ótica da teoria da comunicação, a mediação é um método que tem como fundamento teórico e técnico uma lógica própria. Consiste em um processo que transcende o simples conteúdo do conflito em questão: tem como objetivo a resolução da controvérsia associada a uma transformação positiva dos relacionamentos envolvidos. (SARMENTO, 2005, p.294)

Vale ressaltar que um consenso, fruto da composição amigável, tem mais chance de ser cumprido pelas partes do que uma decisão judicial imposta. Isto porque no acordo construído pelas partes, cada um tem consciência e aceita sua parcela de responsabilidade legitimamente. Não há perdedor e vencedor, a litigiosidade foi desfeita através do diálogo e cooperação, da ação comunicativa - restaurada pela mediação.

A compreensão dos próprios conflitos internos dos envolvidos, gerada pelo procedimento da mediação, permite identificar os “gatilhos” que geraram e podem gerar conflitos – influenciando até mesmo como forma de prevenção destes. A manutenção da voz ativa das partes, num ambiente de liberdade comunicativa²⁷, de diálogo e respeito, promove a construção de um consenso responsável e legitimado pelos envolvidos, fazendo com que o conflito real seja dissolvido de forma eficaz. É neste sentido que a cidadania se faz presente.

Diante dessa conjuntura, a mudança de mentalidade, da cultura jurídica e judiciária ante os conflitos sociais tem se mostrado mais que necessária: urgente; devendo mesmo ser acompanhada de uma reforma legislativa baseada na efetividade²⁸. A cultura da sentença, aos poucos, vem possibilitando espaço à cultura da pacificação²⁹. Nesta perspectiva, a mediação possui papel fundamental e tende a funcionar como instrumento de promoção do acesso à Justiça por permitir, de forma real, a tão almejada efetivação dos direitos e restauração do equilíbrio social através da desconstrução do conflito e a possível dissolução da litigiosidade.

²⁶ Nas palavras de Gilvan Luiz Hansen (2011, p.102) doutor em Filosofia e professor da Universidade Federal Fluminense, que muito contribuiu para a reflexão e amadurecimento de nossa pesquisa e estudo.

²⁷ Explica Jürgen Habermas (2010, p.155/156) : “*eu entendo a ‘liberdade comunicativa’ como a possibilidade – pressuposta no agir que se orienta pelo entendimento – de tomar posição frente aos proferimentos de um oponente e às pretensões de validade aí levantadas, que dependem de um reconhecimento intersubjetivo. (...) Liberdade comunicativa só existe entre atores que desejam entender-se entre si sobre algo num enfoque performativo e que contam com tomadas de posição perante pretensões de validade reciprocamente levantadas*”.

²⁸ Quando se fala em efetividade o que se busca é a eficácia social da norma, os efeitos que esta geram no mundo fático. Para Luís Roberto Barroso (2001, p.85) “*a efetividade significa a realização do Direito, o desempenho concreto de sua função social. Ela representa a materialização, no mundo dos fatos, dos preceitos legais e simboliza a aproximação, tão íntima quanto possível, entre o dever-ser normativo e o ser da realidade social*”.

²⁹ Terminologia proposta por Kazuo Watanabe (2007, p.10).

3.1. A normatização da mediação no Brasil

Na busca pelo regramento do instituto da mediação no Brasil, alguns ordenamentos normativos³⁰ encontram-se em tramitação em nossas casas legislativas, dentre eles o Projeto de Lei do Senado nº 166/2010 - o projeto do Novo Código de Processo Civil - e o recente Projeto de Lei do Senado nº 517/11 de 25 de agosto de 2011.

O Projeto de Lei do Senado nº 517/11³¹, de 25 de agosto de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, em tramitação perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pretende instituir e disciplinar o uso da mediação como instrumento para prevenção e solução consensual de conflitos, conforme sua ementa.

Já o PLS nº 166/2010 – Novo Código de Processo Civil, cuida do tema da mediação de forma expressa, juntamente com o tema conciliação, inclusive na mesma seção. O projeto permite a criação de um setor de mediação e conciliação pelos Tribunais, regulamentando, ainda, o papel e as funções do mediador, sendo este considerado um auxiliar da justiça. Importante avanço de nosso legislador ao abordar tal tema no projeto do novo código processual. Entretanto, alguns pontos de tensão podem ser verificados.

Tendo em vista as características próprias da mediação, este instituto merecia maior atenção e cuidado, devendo ser tratado de forma específica e não em conjunto com a conciliação, pois tais institutos possuem especificidades e não se confundem, devendo ser tratados separadamente, e não como institutos sinônimos.³²

Outro ponto está calcado na questão do mediador. Assim como ocorreu na regulamentação dos juizados de pequenas causas, fruto de um acordo entre Ministério da Desburocratização e Judiciário, no qual a advocacia teve que se contentar com o uso de árbitro regulamente inscrito em seus quadros (MEIRELLES, 2010); na elaboração do anteprojeto previa-se como requisito necessário para ser mediador a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (PLS nº 166/2010, art. 137, § 1º).

³⁰ Importante destacar o Projeto de Lei nº 94/2002 (com origem no PL nº 4827/98) da Deputada Zulaiê Cobra que buscava institucionalizar e disciplinar a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.

³¹ Disponível em http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=82341.

³² Neste ponto vale registrar severa crítica ao legislador, pois, apesar da dificuldade prática encontrada na diferenciação dos institutos – conforme demonstramos anteriormente – a diferenciação teórica é possível e deve ser alimentada, permitindo o desenvolver do método da mediação, na prática, de forma autônoma e independente. O tratamento que o legislador concedeu à mediação e conciliação é de extremo perigo, pois facilita a contaminação do primeiro por todos os vícios existentes no segundo. Corremos o sério risco de perdemos um método eficaz, mas ainda novo em nosso ordenamento, por ter sido erroneamente classificado. A mediação, conforme é apresentada no PLS nº 166/2010 esta ameaçada, podendo ser desvirtuada e acabar caindo na mesma “vala” em que se encontra a conciliação.

Entre outros motivos, a OAB sustentava ser a mediação essencialmente uma atribuição dos advogados, visto se constituir um de seus deveres éticos (art. 2º, parágrafo único, do Código de Ética e Disciplina da OAB). Entretanto, nota-se claramente a preocupação em assegurar reserva de mercado, até mesmo para ampliar as opções de uma carreira já saturada. A resistência foi considerável, especialmente nas audiências públicas que se seguiram à apresentação do Projeto de Lei do Senado, o que levou seu relator, senador Valter Pereira, a apresentar substitutivo por entender “não ser necessário que os mediadores sejam advogados, flexibilizando, assim, o acesso ao desempenho daquele munus público a outras pessoas, mesmo que não habilitadas para o exercício da advocacia” (2010: 145). Com isto, o Projeto de Lei da Câmara nº 8046/2010 apenas exige como requisito “capacitação mínima, por meio de curso realizado por entidade credenciada” (art. 147, § 1º).

Com efeito, é bem mais razoável abrir a mediação para profissionais de outras áreas, até mesmo em razão de sua natureza interdisciplinar, sendo o processo da mediação é uma tarefa artesanal, que demanda paciência, compreensão e esforço dos participantes – mediandos, mediador e, por ventura, advogados, psicólogos, assistentes sociais ou outro profissional participante. Cada caso exige atenção, estudo e tratamento adequado, visando atingir o real interesse das partes, destacando cada particularidade do conflito para que este possa ser “desmontado” e compreendido de forma legítima pelas próprias partes. Na maioria das vezes requer diversas sessões, não estando baseada no fator tempo, permitindo as partes uma reflexão responsável, avaliando a repercussão de atitudes e decisões a serem tomadas.

Conclusão

Com base no estudo realizado, foi possível verificar a transformação do sistema jurídico e as etapas das reformas processuais, em regra, sempre através do viés da busca pelo acesso à Justiça.

Entre os aspectos relevantes em meio esta onda renovatória do direito de acesso à Justiça está a constatação da necessidade de que a legislação procedimental seja adequada ao direito material que se pretende tutelar, a fim de que a tutela a ser conseguida por meio dele possa se mostrar satisfatória.

Importante destacar que os assuntos que envolvem a resolução de conflitos estão diretamente relacionados à pessoa, sua dignidade e cidadania, exigindo, assim, uma legislação em conformidade com essa característica, um procedimento adequado que alcance o conflito real e permita a eficácia da tutela jurisdicional. Nesta direção, um procedimento que respeite a legalidade, mas com efetividade e celeridade está em total consonância com o

primado da dignidade humana, pois leva em consideração o indivíduo como sujeito social, proporcionando um resultado que atende à demanda social de pacificação e justiça.

O desfecho se dará por meio da cooperação entre as partes e não por meio de qualquer tipo de imposição. A mediação permite aos adversários desenvolverem nova relação, baseada no respeito recíproco, mantendo cada qual sua identidade própria, permitindo “o aperfeiçoamento das relações, a superação de conflitos e a garantia de continuidade da sociedade humana”.³³

Assim, vale ressaltar que mais do que regular procedimentos ou rituais, as reformas e um código de processo civil simbolizam um determinado ideal de poder sobre os jurisdicionados, os quais podem ser efetivos colabores de uma decisão justa ou marionetes regidos por um magistrado autoritário ou reféns da negociação liberal desequilibrada.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Tânia. “*Mediação e conciliação: dois paradigmas distintos, duas práticas diversas*”, in: *Mediação de conflitos*. Paulo Borba Casella e Luciane M. de Souza (coord.), Belo Horizonte: Fórum, 2009.

BARROSO, Luís Roberto. *O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual* (trad. Plínio Dentzien). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BERIZONCE, Roberto O. *El problema de la ineficiencia del sistema judicial: algunas propuestas de solución*, in *El proceso civil en transformación*. La Plata: Platense, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 11.ed. Tradução Fernando Tomaz, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil*. 13.ed. vol II. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Política, Sistema Jurídico e Decisão Judicial*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2002.

CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

FLORES, Luis Gustavo Gomes; BARRETO, Ricardo Menna. *Sociologia e direito: um diálogo a partir das teorias de Niklas Luhmann e Anthony Giddens*. In *Revista da ABraSD*. Número 01 –outubro de 2011. São Leopoldo: Editora Oikos, 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini; CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 20.ed., São Paulo: Malheiros, 2009.

³³ Nas palavras de Gilvan Luiz Hansen (2011, p.102), doutor em Filosofia e professor da Universidade Federal Fluminense.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Vol. I. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010;

HANSEN, Gilvan Luiz. *A resolução de conflitos no Estado Democrático de Direito: uma perspectiva Habermasiana*, in *Direito e Filosofia – Diálogos*. Zulmar Fachim e Clodomiro José Bannwart Júnior (coord.). Campinas: Editora Millennium, 2011.

HANSEN, Gilvan Luiz; PAUSEIRO, Sérgio G. de Mattos; SILVA, Cândido F. D. dos Santos e. *Meios alternativos a jurisdição estatal para solução de conflitos com a Administração Pública*. Artigo apresentado no II Seminário do LAFEP: Niterói, 2010.

JUNQUEIRA, Eliane B. *Acesso à Justiça: um olhar retrospectivo*, in *Revista Estudos Históricos*. Número 18, 1996.

LUHMANN, Niklas. *Sociologia do Direito I*. Tradução de Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Da teoria da relação jurídica processual ao processo civil do Estado Constitucional*. In: *A Constitucionalização do Direito*. Cláudio Pereira de Souza Neto e Daniel Sarmento (coord.). Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

MEIRELLES, Delton R. S. *Meios alternativos de resolução de conflitos: justiça coexistencial ou eficiência administrativa?*. In: *Revista Eletrônica de Direito Processual*. Disponível em <www.revistaprocessual.com>. 1ª Edição – Outubro/Dezembro de 2007, pp. 70/85.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Temas de Direito Processual*, 9ª série, SP: Saraiva, 2007.

MUÑOZ, Helena Soletto. *La Mediación: Método de Resolución Alternativa de Conflictos en el Proceso Civil Español*, in *Revista Eletrônica de Direito Processual*, ano 3, vol. 3, janeiro a junho de 2009, disponível no site <http://www.redp.com.br>.

NERY JÚNIOR, Nelson. *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*. 8. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

NOVELINO, Marcelo. *Direito Constitucional*. 2.ed. rev., atual., ampl. São Paulo: Editora Método, 2008.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *Mediação: A redescoberta de um velho aliado na solução de conflitos; in: Acesso à Justiça e efetividade do Processo*. Geraldo Luiz Mascarenhas Prado (coord.). Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

_____. *A mediação no direito brasileiro: evolução, atualidades e possibilidades no projeto do novo código de processo civil*. 2010. Disponível em <http://www.humbertodalla.pro.br/artigos.htm>. Acesso em 05/08/2012.

PASSOS, Calmon de. *Instrumentalidade do processo e devido processo sobre o tema*. In: *Temas atuais de direito Processual Civil*. César Fiúza, Maria Sá e Ronaldo Dias (coord.). Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma Revolução Democrática da Justiça*, São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SARMENTO, Roselaine dos Santos. *Mediação Familiar: um meio altamente eficaz de acesso à justiça*, in: *Família e Jurisdição*. Eliene Ferreira Bastos e Asiel Henrique de Souza (coord.) Belo Horizonte: DelRey, 2005.

SILVA, Denise Maria Perssini da. *Mediação e Guarda Compartilhada: conquistas para a família*. Curitiba: Juruá, 2011.

WATANABE, Kazuo. *A mentalidade e os meios de solução de conflitos no Brasil*, in: *Mediação e Gerenciamento do Processo*. Ada Pellegrini Grinover; Kazuo Watanabe e Caetano Lagrasta Neto (coord.) São Paulo: Atlas, 2007.

“POLÍTICAS JUDICIÁRIAS DEMOCRÁTICAS DE PROXIMIDADE EM UPPS: ENTRE A REGULAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO SOCIAL”

Vladimir Santos Vitovsky

Doutorando em Direito e Sociologia pela Universidade de Coimbra, no Programa “Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI”, Mestre em Direito pela UERJ, Bacharel em Direito pela UERJ e Bacharel em Economia pela UFRJ.

Professor da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região.

vladimirvitovsky@ig.com.br

https://www.cnpq.br/curriculoweb/pkg_menu.menu?f_cod=68ED3640B54D2E303944B19C7C41FA0A

RESUMO

O texto inicia a análise da efetividade e dos dilemas de duas políticas públicas judiciárias comunitárias, implementadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a saber, o projeto “Justiça Aqui” e “Casa de Direitos”, com base na metodologia qualitativa de observação participante. O artigo debate tais iniciativas a partir do marco teórico de Boaventura de Sousa Santos e sua dialética da regulação e a emancipação. Na primeira parte discuto o conceito de Justiça comunitária, e em seguida apresento a teoria de Boaventura de Sousa Santos que compõe o marco teórico deste trabalho. Na terceira parte contraponho a experiência de justiça comunitária no Brasil no Distrito Federal capitaneada pela Juíza Gláucia Falsarella Foley com os dois projetos do CNJ. Ao final, apresento os resultados preliminares da pesquisa de campo ainda em curso.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à justiça – Políticas judiciárias – Justiça Comunitária

ABSTRACT

The paper analyses the effectiveness and the dilemmas of two judicial public policies in two poor communities, implemented by the Judiciary National Council (CNJ), namely, the "Justiça Aqui" and "Casa dos Direitos", based on qualitative methods of observation participant. The article discusses such initiatives from the theoretical framework of Boaventura de Sousa Santos and his dialectic of regulation and emancipation. The first part discusses the concept of community justice, and then present the theory of Boaventura de Sousa Santos, who make up the theoretical framework of this work. In the third part, I compare the experience of community justice in the Federal District in Brazil led by Judge Gláucia Falsarella Foley with the two CNJ's projects. At the end, I present the preliminary results of field research in progress.

KEY-WORDS: Access to Justice – Judicial politics - Community Justice

INTRODUÇÃO

A discussão sobre políticas públicas de acesso à justiça centra-se em uma discussão sobre a inclusão do indivíduo no sistema judicial, negligenciando aspectos coletivos como os Direitos humanos e a cidadania. Nas três ondas cappellettianas (apoio jurídico aos pobres; proteção dos interesses difusos; e resolução alternativa de conflitos) a preocupação com a cidadania e os Direitos humanos, tratados coletivamente, somente se evidencia na proteção aos interesses difusos, e, com algumas ressalvas, na resolução alternativa de conflitos. É preciso correlacionar a discussão do acesso à justiça com a promoção da inclusão social da comunidade, mormente em um contexto de rearticulação do Estado e de suas políticas públicas judiciárias.

Todavia, as políticas judiciárias tradicionais de inclusão social estão centradas em instituições e são formatadas de cima para baixo, sendo inadequadas para lidar com a complexidade e as tensões das comunidades urbanas marginalizadas.

Com base em tais questões, inicio uma análise da efetividade e dos dilemas de duas políticas públicas judiciárias, implementadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a saber, o projeto “Justiça Aqui” e “Casa de Direitos”, discutindo suas possibilidades e limites como forma de promover o acesso à justiça e a efetiva inclusão social da comunidade em áreas de exclusão abrangidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), nas comunidades da Cidade de Deus e do Complexo do Alemão, com base na metodologia qualitativa de observação participante. Debato tais iniciativas a partir do marco teórico de Boaventura de Sousa Santos e sua dialética da regulação e a emancipação, bem como sua análise sobre o Direito e comunidade, apresentando os resultados preliminares da pesquisa de campo ainda em curso.

A pesquisa de campo tem se concentrado, neste primeiro momento, na observação participante dos dois projetos do CNJ (“Justiça Aqui” e “Casa de Direitos”) em localidades abrangidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), mormente nas comunidades de Cidade de Deus e do Complexo do Alemão. A escolha deste objeto de

estudo se justifica pela relevância social de tais comunidades, de dimensões geográfica e populacional expressivas, bem como da notoriedade da violência em tais áreas e sua ocupação por unidades de polícia pacificadoras.

A metodologia utilizada é qualitativa, e, nesta primeira fase da pesquisa de campo, do tipo exploratória, com a técnica da observação participante, que, inequivocamente, mais atende aos objetivos da pesquisa.

No projeto “Casa de Direitos”, o CNJ atua em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEASDH) e Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça. O projeto, desenvolvido por estes três órgãos e demais entidades que integram o Sistema Nacional de Justiça, tem o objetivo de garantir às comunidades acesso à Justiça por meio de diversas ações de cidadania. Este projeto foi implementado através do Acordo de Cooperação 01/2010, cujos signatários foram: Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal Regional federal da 2ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Reforma do Judiciário – MJ, Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos –RJ, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos Secretaria Estadual de Segurança Pública – RJ, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e o Instituto Innovare (instituto de premiação das melhores práticas relacionadas com a Justiça).

O objetivo do Acordo é a conjugação de esforços dos partícipes para a implementação de serviços públicos, especialmente aqueles relacionados ao sistema de justiça, nas localidades do Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, abrangidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora – UPP, com vistas a proporcionar o acesso à informação sobre direitos, à assistência jurídica gratuita e a mecanismos judiciais e extrajudiciais para a solução de conflitos.

O outro projeto do Conselho Nacional de Justiça é o “Justiça Aqui”, capitaneado por outro Conselheiro, com apoio do Ministério da Defesa. O projeto “Justiça Aqui” é o que consta explicitamente no site do CNJ. O “Justiça Aqui” é definido como prestador de serviços jurídicos e orientação para solução de conflitos. Os serviços prestados

são fornecer certidão de nascimento, cursos gratuitos, Denúncias sobre violação de direitos de crianças e adolescentes, atendimento para crianças e adolescentes em situação de risco, acionar a Defensoria Pública e o Conselho Tutelar, resolver conflitos através de mediação e conciliação, evitando processos judiciais, receber orientações sobre direitos trabalhistas e o funcionamento da justiça do trabalho, emitir título de eleitor e resolver outras pendências da justiça eleitoral, ser atendido pelo ônibus do projeto Justiça Itinerante, que, em um ônibus, terá um Juiz, um promotor e um defensor para fazer audiências no mesmo instante. O endereço do “Justiça Aqui” é na Força de Pacificação do Complexo do Alemão (Av. Itaoca), reforçando sua vinculação com o Ministério da Defesa.

Tais projetos têm por finalidade implantar definitivamente um núcleo físico para o atendimento e prestação dos serviços. Porém, iniciam-se com projetos de justiça itinerante.

A implementação de tais projetos permite discutir como uma política pública judiciária pode ser emancipatória, isto é, como pode ser resgatado este conteúdo emancipatório. Deste modo, a discussão de tais projetos, nas suas possibilidades e em seus limites, permite pensar uma justiça com uma articulação mais profunda entre comunidade e o sistema judicial.

Na primeira parte, discuto os conceitos de justiça comunitária, por estar relacionado com a implementação de políticas públicas de acesso à justiça na comunidade.

Em seguida, apresento a teoria de Boaventura de Sousa Santos utilizada como marco teórico da presente análise.

Por fim, contraponho a experiência de Justiça Comunitária implementada pela Juíza Gláucia Falsarella Foley com dois projetos implementados pelo CNJ.

1. JUSTIÇAS COMUNITÁRIAS

Quando se fala em políticas públicas de acesso à justiça, em comunidades marginalizadas, a primeira articulação que fazemos é com as Justiças Comunitárias.

Mas o que são justiças comunitárias? São somente aquelas produzidas pela própria comunidade ou também as de iniciativa do Estado? Esta dificuldade de definir e especificar o que seriam as justiças comunitárias bem como de construir um marco teórico foram objeto de discussão entre Edgar Ardila Amaya e João Pedroso (Pedroso, 2002,

Amaya, 1999).

De fato, o próprio termo “comunidade” tem sido utilizado como uma palavra maleta, isto é, na expressão utilizada por Dubar (2002), um termo amplo que pode definir tudo e qualquer coisa, e, deste modo, justiças comunitárias têm um amplo espectro.

Com efeito, as justiças comunitárias têm diversos nomes: justiça popular, justiça informal, justiça de proximidade, *neighborhood justice*, justiça doce, justiça restaurativa, justiça alternativa, meios alternativos de resolução de conflitos etc. (Foblets, 1996: 14-16).

Não obstante a indefinição de seu conceito, bem como suas variadas nomenclaturas, é possível extrair algumas de suas principais características, tais como as apontadas por Boaventura de Sousa Santos: 1) enfatizam-se resultados mutuamente acordados (consensual), preferindo-se decisões tomadas por meio de mediação ou conciliação, ao invés de decisões tomadas por um árbitro que estabelece uma dicotomia vencedor/vencido; 2) há o reconhecimento da capacidade das partes para proteger seus interesses e conduzir sua defesa de forma não-profissional e através de um processo conduzido em linguagem comum, 3) a escolha de um terceiro leigo (embora com alguma experiência legal) ou eleito pela comunidade, 4) reduzido ou quase nenhum poder coercitivo que o mecanismo pode mobilizar em seu nome (Santos, 1982: 17, 1990: 16).

Quanto a sua origem, as formas de justiça comunitária podem surgir a partir do próprio Estado, vêm dos movimentos sociais com certa autonomia do Estado, ou provenientes de grupos dissidentes que protestam contra o poder do Estado. Edgar Ardila Amaya (1999) constrói um modelo de análise segundo a qual, um modelo construtivo de justiça se opõe a um modelo adjudicatório. No modelo adjudicatório, deve-se aplicar apenas a lei, sem levar em conta os seus efeitos, suas conseqüências, independentemente de o futuro da vida coexistência ou comunidade. O modelo construtivo, por sua vez, desenvolve uma construção mútua da solução (Amaya, 1999: 13). O modelo construtivo é que fundamenta as experiências de abordagens de justiça da comunidade e os modelos alternativos de resolução de conflitos que postulam elementos de pluralismo jurídico. Mas ela pode ser construída pelo Estado ou pela comunidade.

Deste modo, a sua natureza informal tornou-se, no entanto, um processo ambivalente: por vezes é iniciada pelo Estado, às vezes tem sua origem na comunidade, às

vezes é uma justiça mais próxima dos cidadãos, por vezes, uma justiça de "segunda classe", às vezes promover a integração social, às vezes é apenas uma maneira de aliviar a sobrecarga dos tribunais (Pedroso, 2002: 37).

Em uma pesquisa sobre a justiça comunitária em Moçambique, como híbridos legais, Paula Meneses destaca a dialética entre a participação da comunidade e a manipulação/opressão. O caso de Moçambique vai apresentar formas antigas e novas formas de pluralismo jurídico, como os Tribunais Comunitários de Moçambique (Meneses, 2009: 11). Em sua análise, Paula Meneses articula os Tribunais Comunitários de Moçambique, com o desenvolvimento do Estado em contextos coloniais e pós-coloniais. Baseado em estudos de caso de acusação de feitiçaria, procura demonstrar que os sistemas legais tradicionais fazem parte de um sistema social bem estabelecido, cuja finalidade vai além da resolução de um caso concreto. Em seu trabalho, fica claro que esta é uma forma de manipulação e opressão do Estado moçambicano, que é fraco na maior parte do país, especialmente nas áreas rurais. Este vácuo de poder acabou por ser preenchido durante o período colonial através de um sistema de cooptação de autoridades locais, com um cruzamento completo entre as autoridades locais e o Estado colonial. Meneses (2004: 12) entende que esse modelo de justiça comunitária, que se caracteriza por uma entidade híbrida legal, que aceita o modelo moderno oficial legal, é caracterizado por uma sutil relação dialética entre tradição e modernidade que impulsiona as autoridades tradicionais e se desenvolve a partir de um outro símbolo complexo da modernidade.

Deste modo, como uma manifestação do pluralismo jurídico, a justiça comunitária não é simplesmente boa ou má. Ela apresenta ambigüidades (Merry, 2004), que podem ser vistas no fato de que os mecanismos de justiça comunitária são o resultado de diferentes dinâmicas sociais e também antagônicas, e que pode tornar-se fonte ou forma de aumento das desigualdades sociais.

Com efeito, a justiça comunitária deve ser contextualizada em um novo momento na administração da justiça, um momento extremamente ambíguo, caracterizado por estratégias de intervenção do Estado no conflito, como a diversificação e expansão dos mecanismos alternativos em que o Estado participa da regulação da justiça, mas também na retratação formal do estado em certas áreas de Administração da Justiça (Amaya, 2004: 76), utilizando-se o pluralismo jurídico, como forma adequada de manter o controle.

Como resultado, a expansão da comunidade é penetrada pelo Estado, que, por sua vez, é permeado pelo mercado, colocando limites para a comunidade. É por esta razão que a dinâmica de descentralização e participação, na opinião de Edgard Ardilla Amaya (2004: 83) acaba se tornando uma extensão das estruturas de regulação estatal, especialmente do aparelho de justiça estatal, o que Boaventura de Sousa Santos (1994: 115-134) chama para a expansão do Estado na forma de sociedade civil no livro *Pela Mão de Alice*.

Então, quando a justiça comunitária ou uma política pública judiciária comunitária é a comunitária de fato? Provavelmente não é quando implementada de cima para baixo (Nader, 2004: 447). No início, a justiça comunitária foi vista como libertadora, mas acabou voltar-se para explorar os recursos da comunidade e reduzir a sobrecarga do sistema oficial para fins da ordem original, tornando-se extensão do controle social (Marshall, 1988: 25).

Apresento a seguir a análise de Boaventura de Sousa Santos sobre o direito e a comunidade.

2. A ANÁLISE DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

Em dois artigos em que analisa a "justiça comunitária", um intitulado "O Direito e a Comunidade: Transformações recentes da Natureza do Poder do Estado nos países capitalistas avançados" (1982) e "O Estado e o Direito na Transição Pós-Moderna: Um novo senso comum sobre o poder e o Direito" (1990), Boaventura discute sua importância social e política ambígua, localizada no projeto da modernidade, sempre rica em dicotomias como formais x informais, permanentemente polarizadas, mas com uma oscilação frequente. Esta situação, que Boaventura chama de transição pós-moderna (Santos, 1990: 18), mostra seus sinais com a dicotomia entre Estado x sociedade civil e justiça formal x justiça comunitária. Neste sentido, a justiça comunitária é diagramada no processo de interpenetração entre o Estado e a comunidade que não se limita apenas a transformar a sociedade civil, mas também o estado expandindo para além do seu aparato burocrático, através de redes sociais informais, assumindo características da sociedade civil. Estes pólos dicotômicos vão expressar a tensão entre regulação e emancipação, em que esta seria absorvida por aquela (Santos, 1990: 25).

De acordo com a teoria de Boaventura, podemos destacar dois aspectos: a análise (diagnóstico) das justiças comunitárias (localizadas no projeto de modernidade e de transição pós-moderna) e sua proposta (prognóstico) da reinvenção da democracia e do Direito, adotando uma concepção de direito e da justiça compatível com a heterogeneidade e pluralidade, em suma, alternativas emancipatórias para os sistemas jurídicos e judiciários.

Em seu aspecto analítico, Boaventura analisa as justiças comunitárias a partir das três estruturas do direito (burocracia, retórica e violência) e suas articulações, como a covariação quantitativa, a combinação de geopolítica e interpenetração qualitativa ou estrutural.

Na covariação quantitativa, a justiça informal é aquela em que a retórica é a estrutura dominante, porque essas justiças usam um discurso argumentativo ou persuasivo, a fim de obter a aceitação das decisões por ambas as partes, e a burocracia e a violência aparecem como estruturas recessivas (Santos, 1982: 21).

Por seu turno, na combinação geopolítica, Boaventura mostra que nas áreas centrais, a burocracia é o foco principal, enquanto a retórica se expande sobre as áreas periféricas. Se por um lado é uma tentativa de conter a violência, por outro é também uma tentativa de trivializar o conflito (Santos, 1982: 22).

Na interpenetração qualitativa ou estrutural, o que se observa é que é possível detectar a presença de uma estrutura dentro da outra, isto é, uma contaminação estrutural onde a estrutura contaminada pode ser utilizada para assegurar a expansão da estrutura contaminante. Então, podemos ver na reforma da justiça sinais da expansão da burocracia e violência dentro e sob a máscara da retórica. Isso pode ser visível no uso de recursos não-profissionais como o juiz leigo, que, na verdade, é um profissional na burocracia estatal, que é homólogo a qualquer justiça burocracia. Ou, a violência presente na na máscara do discurso argumentativo e nas decisões acordadas mutuamente e nos processos informais. Ou seja, apesar da retórica tender a se expandir nas áreas periféricas, tende a ser uma estrutura recessiva infiltrada pela lógica da burocracia e da violência (Santos, 1982: 23).

Assim, tais ferramentas analíticas nos permitem questionar se a justiça comunitária informal é, em última análise um mecanismo para a desmobilização de movimentos sociais (Santos, 1982: 26). Com a justiça informal, o Estado se expande, sob a forma de sociedade civil, onde o controle social deve ser exercido na forma de participação

social (infiltrando burocracia na retórica, a violência na forma de consenso, o domínio na forma de ação comunitária). Assim, o que parece ser informalização para Boaventura é realmente uma *re-formalização* (Santos, 1982: 28-30) ou uma neo-formalização. E é por isso que devemos ter uma visão crítica dessas justiças, dessas políticas públicas judiciárias de proximidade: esta transferência de poder de instituições formais para as redes sociais informais se torna uma fonte de energia tão familiar tão remota (Santos, 1982: 31). Assim, o poder do Estado se insinua em múltiplas formas como no movimento de justiça informal, porque as reformas judiciais foram quase sempre iniciadas pelo próprio Estado, ou porque o poder do Estado encontrou formas de articulação informais, a fim de trazer os poderes locais para servir a um nova eficácia da ação estatal, por isso a justiça informal nunca deixaria de ser uma justiça formal (Santos, 1990: 26).

Assim, a crítica que Boaventura faz é que as reformas da justiça (as justiças informais) não foram destinadas a levar a justiça aos cidadãos ou trazer uma forma de justiça mais democrática. Os critérios foram a estabilização das relações sociais como uma função primária do estado (o que contribuiu para reproduzir a desigualdade das partes, do que como quando havia uma maior autoridade coercitiva capaz de neutralizar tais assimetrias). A conciliação informal assumiu uma forma repressiva de desarmar e desvalorizar socialmente grupos sociais subordinados (Santos, 1990: 27), que é ilustrado com a experiência dos juízes populares em Cabo Verde, onde houve um aumento da distância entre as partes e juízes, sendo observado o destaque dado aos símbolos oficiais, o uso de presença policial, o uso da técnica de linguagem popular e a aspiração de status de profissionalismo entre os juízes leigos, que visam reforçar os laços com os juízes togados. Deste modo, é clara a identificação da justiça popular como um aparelho de Estado, com o uso de procedimentos formas semelhantes às da justiça formal (Santos, 1984: 48; Santos, 1990: 29).

No entanto, mesmo com essa visão crítica, estas justiças comunitárias podem conter um potencial libertador (Santos, 1982: 32-33). Esta é a proposta de Boaventura: discutir como uma justiça comunitária, uma política pública judiciária comunitária, democrática, de proximidade, pode ser emancipadora, isto é, como podem ser resgatados os conteúdos emancipatórios. Assim, é possível vislumbrar uma justiça com uma conexão mais profunda entre a comunidade e o sistema judicial. A seguir, analiso a experiência de

justiça comunitária da juíza Gláucia Falsarella Foley no Distrito Federal, um projeto *bottom-up* contrapondo-o aos projetos do CNJ (Justiça Aqui e Cada dos Direitos) nas comunidades favelas da Cidade de Deus e Complexo do Alemão sob intervenção das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

3. A EXPERIÊNCIA DA JUSTIÇA COMUNITÁRIA DA JUÍZA GLÁUCIA FOLEY E OS PROJETOS DO CNJ

A forma de justiça comunitária mais conhecida no Brasil é um projeto coordenado pela juíza Gláucia Falsarella Foley (Foley, 2008). Seu objetivo é democratizar a própria realização da justiça, devolvendo aos cidadãos a capacidade de gerir e de resolver seus conflitos por si mesmas. É (a) desenvolvido por agentes comunitários que, após o treinamento na Escola de Justiça e Cidadania, passam a atuar nos conflitos da comunidade, realizando as atividades de consultoria jurídica, (b) promove a mediação para a resolução de conflitos, e (c) realiza a formação de redes associativas (Foley, 2010: 139). A iniciativa foi premiada, mas também foi criticada, como, por exemplo, por Veronese (2004), pelo fato de ser um projeto do Estado. O autor discute a tendência destes projetos judiciais de iniciativa do próprio Estado em absorver o que estava sendo construído pelo movimento civil, e que pode significar a esterilização de ações de organizações da sociedade civil. A crítica que Veronese (2004) é que essa iniciativa poderia resultar em uma expansão de regulação mais do que da emancipação, o que pode significar uma luta pelo controle e monopólio da lei por esses tribunais, sintetizado na indagação de Veronese (2004:1) *Estado vira ONG?* É que, tais projetos, conduzidos por Tribunais, parecem estar mais relacionados com atuação em um contexto de crise da legitimidade do Poder Judiciário no Brasil (Veronese, 2004:2). Em sua análise, Veronese levanta duas possíveis relações entre o Estado (com as iniciativas promovidas acesso à justiça pelo Poder Judiciário) e a sociedade civil: a cooperação (o que pode aumentar o âmbito de ação das organizações da sociedade civil) ou a concorrência (por espaços sociais), sugerindo a existência de uma relação de mais competição do que cooperação (Veronese, 2004:3), o que significa mais a esterilização das iniciativas sociais do que a pretensão de emancipação social que se propõem (Veronese, 2007: 30-31).

Apesar das críticas, a justiça comunitária do Distrito Federal tem

possibilidades, como é apontado por López (2000: 28-31), uma vez que visa tornar os cidadãos mais conscientes de suas responsabilidades na administração de suas diferenças, têm o mérito de reconstruir os mecanismos sociais de interação entre os indivíduos na comunidade possibilitando a participação efetiva dos cidadãos com respeito às diferenças e uma aceitação mais realista da divergência. Da mesma forma, González & Borges (2006: 173) defendem o projeto de justiça comunitária porque retrata um programa em que a comunidade atua e reconhece a existência de um código de valores e afetos própria comunidade, que deve ser respeitado, e no qual os membros da comunidade têm autonomia para agir como mediadores efetivos na resolução de conflitos.

Os dois projetos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), "Justiça Aqui" e "Casa dos Direitos" atuam na Cidade de Deus e Complexo do Alemão, comunidades onde existem as unidades de polícia pacificadora (UPP). De acordo com dados do Instituto Pereira Passos (IPP) de 2008, existem 968 favelas no Rio de Janeiro. Assim, o governo do Estado do Rio de Janeiro viu nas UPPs uma possibilidade de recuperar espaços perdidos para o tráfico e conduzir à inclusão social para as pessoas que moram nesses lugares.

Em 2009, a comunidade de Cidade de Deus foi ocupada por uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), a segunda a receber o modelo. Na Cidade de Deus, a comunidade tem 40.000 habitantes, e a UPP foi inaugurada em 16 de fevereiro de 2009, com 276 oficiais.

O Complexo do Alemão é composto por um conjunto de 13 favelas localizadas no norte da cidade, e foi considerada uma das regiões mais violentas, com uma área de cerca de três quilômetros quadrados e uma população de 66.000 habitantes, distribuídos em 18.000 domicílios. Pacificado em novembro de 2010, o Complexo do Alemão passa por uma total reformulação, onde o Estado tem ocupado o espaço.

Traçado esse panorama de ambas as comunidades, o objetivo é discutir a possibilidade e os limites de tais projetos em tais localidades. O que se observa não é realmente uma competição com os movimentos sociais, mas uma concorrência interna, uma sobreposição de projetos dentro dos próprios setores do Estado. O caso em que esta sobreposição é evidente é no caso dos projetos "Justiça Aqui" e "Casa dos Direitos", ambos feitos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas que provêm de diferentes suportes do Estado, o primeiro sendo articulado com o Ministério da Defesa e o segundo com o

Ministério da justiça. Ambos lidam com a ação da justiça em comunidades pacificadas (com UPPs), oferecendo vasto campo de pesquisa nessa correlação de forças dos movimentos de acesso e proximidade da justiça.

Na Casa de Direitos, o CNJ trabalha em parceria com a Secretaria de Estado da Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEASDH) e Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça. O projeto, desenvolvido por estas três agências e outras entidades que integram o Sistema Nacional de Justiça, visa garantir o acesso das comunidades à justiça através de diversas ações de cidadania. Este projecto foi implementado através do Acordo de Cooperação 01/2010, cujos signatários foram: Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Federal Regional Tribunal da 2ª Região, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Reforma do Judiciário - MJ, Secretaria de Estado da Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos e Defesa Humanos, Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Procurador do Departamento do Rio de Janeiro e do Instituto Innovare (prêmios instituto de melhores práticas relacionadas com a justiça).

O objetivo do acordo é o esforço conjunto dos participantes para a execução dos serviços públicos, especialmente aqueles relacionados ao sistema judicial, nas comunidades marginalizadas no Rio de Janeiro (favelas), cobertas pelas unidades de polícia pacificadora (UPP), a fim de proporcionar o acesso à informação, assistência jurídica gratuita e os mecanismos judiciais e extrajudiciais para a resolução de conflitos.

O outro projeto é a Justiça do CNJ é o “Justiça Aqui”, liderado por outro Conselheiro, com o apoio do Ministério da Defesa. Tal projeto é definido como um fornecedor de serviços jurídicos e de orientação para resolver conflitos. Os serviços prestados são expedição de certidão de nascimento, cursos livres, recebimento de queixas sobre violação dos direitos de crianças e adolescentes, atendimento para crianças e adolescentes em situação de risco, acionamento do Ministério Público e do Conselho Tutelar, resolver conflitos através de mediação e conciliação, ações judiciais, informações sobre direitos trabalhistas, recenseamento eleitoral e resolver outras questões pendentes na

Justiça Eleitoral. O endereço do “Justiça Aqui” é no mesmo local da UPP do Complexo do Alemão, fortalecendo seus vínculos com o Ministério da Defesa.

Dentro do projeto “Casa de Direitos” foram realizados projetos da justiça itinerante em um grande evento destinado a obter o divórcio, o casamento, a expedição de carteiras de identidade, serviços relacionados à saúde (medição de pressão, vacinação, atendimento odontológico, prevenção de problemas dentários) e de encaminhamento de emprego. Houve duas ações itinerantes que ocorreram na Cidade de Deus e é planejada para executar uma ação itinerante no Complexo do Alemão.

Na primeira ação itinerante na Cidade de Deus, dúvidas foram esclarecidas dos cidadãos sobre questões de jurisdição do tribunal federal, tais como aqueles que envolvem a prestação financiamento da casa própria, pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), entre muitos outros. Também foi lançado o projeto Conhecendo Federal Justiça criado pela primeira instância da justiça federal no Rio de Janeiro, para estudantes do ensino médio. Foram realizados 19 atendimentos. Um aspecto que foi revelado é que a questão não se refere à falta de conhecimento dos direitos, mas as dúvidas sobre sua concessão. As pessoas queriam certificar que não tinham direito a esse benefício. Muitas pessoas já tinham estado em contacto com ambas as esferas administrativa e judicial. Muitas pessoas queriam saber sobre o andamento de seus casos (processo judicial em curso). Eles sabiam sobre seus direitos, embora de forma incompleta. Outro aspecto das queixas foi sobre o valor do benefício previdenciário que recebiam.

A segunda ação na Cidade de Deus foi na região do Karate, em frente à sede da UPP. Houve 14 atendimentos. Da mesma forma, a maioria era sobre a obtenção de benefícios previdenciários. Muitos deles já tinham o benefício, mas queriam ter certeza do cálculo do benefício. Outros foram relacionados a informações sobre os processos em curso. Também foram relatadas ações relacionadas às questões de saúde. Todavia, a concessão ou a revisão de benefícios previdenciários foram os problemas mais comuns apresentados pelos cidadãos que vivem no local bem como dúvidas sobre os benefícios já concedidos, como podemos ver no discurso de um, que disse: "Mesmo que eu não tenha o direito de rever, eu estava satisfeito, porque foi esclarecida a dúvida. O que queremos é isso. É ter certeza. Estão de parabéns".

O que também foi interessante foi que, neste segundo evento, havia folhetos

explicativos dos direitos em cima da mesa. No entanto, tivemos que entregar porque eles estavam intimidados para pegar eles.

O que se observou também foi que os sentimentos da população são de muita suspeição: “o que é que o Estado quer? Vem mas não fica?”.

Em síntese, as distinções entre os projetos do CNJ e o da Justiça Comunitária do Distrito Federal da Juíza Gláucia Falsarella Foley podem ser assim diagramados:

	Justiça Comunitária do DF	Proposta de Justiça Federal Comunitária
Meios	Educação para os direitos, mediação e formação de redes sociais	Encontros, Justiça Itinerante (audiências, aconselhamento, <i>legal aid</i> , cartilhas), <i>Conhecendo a Justiça Federal</i> , Ethnodrama (audiências simuladas), mediação e formação de redes sociais
Onde	Distrito Federal (Ceilândia, Taguatinga, Samambaia)	Duas comunidades faveladas com presença das UPPs: Cidade de Deus e Complexo do Alemão
Quem	Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Juíza Gláucia	CNJ e Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Suporte	Ministério da Justiça	Ministério da Justiça e Ministério da Defesa – “Justiça Aqui” e “Casa dos Direitos”
Escalas	Local	Local e nacional
Estrutura	Retórica	Retórica, burocracia e violência
Combinações	Covariação quantitativa	Combinação geopolítica e interpenetração estrutural
Perfil de litigiosidade	Problemas familiares, conflitos de vizinhança: indivíduo x indivíduo	Questões de previdência e assistência social, direito à saúde: <i>Indivíduo/comunidade x Estado</i>

Contrapondo os dois projetos do CNJ, podemos construir o seguinte quadro:

	Casa dos Direitos	Justiça Aqui
<i>Objetivos</i>	Assegurar o acesso das comunidades à justiça através de diversas ações de cidadania. Implementação dos serviços públicos, especialmente aqueles relacionados ao sistema judicial em comunidades marginalizadas em favelas do Rio de Janeiro, cobertas por UPPs. Acesso aos direitos de informação, assistência jurídica gratuita e os mecanismos judiciais e extrajudiciais para a resolução de conflitos.	Prestar serviços jurídicos e de orientação para resolver conflitos. Os serviços prestados são expedição de certidão de nascimento, cursos livres, recebimento de queixas sobre violação dos direitos de crianças e adolescentes, resolver os conflitos através da mediação e conciliação, evitando ações judiciais, orientações sobre direitos trabalhistas, recenseamento eleitoral e resolver outras pendências com Justiça Eleitoral. Presença de ônibus da Justiça Itinerante.
<i>Parceiros</i>	CNJ, Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Assistência Social, Governo do Estado do RJ, TRF 2, TRT 1ª Região, TJ RJ, Defensoria Pública Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual	CNJ, TRF 2, TRT 1ª Região, TJ RJ, Cartório de Notas de Casamento, Nascimento e Óbito, TRE RJ, Defensoria Pública Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual
<i>Suporte</i>	Ministério da Justiça	Ministério da Defesa
<i>Estrutura</i>	Retórica (mediação)	Retórica (conciliação) e burocracia
<i>Combinações</i>	Covariação quantitativa	Combinação geopolítica, interpenetração estrutural

Conclusões

Mesmo diante de tais ambiguidades e críticas, as políticas públicas judiciárias comunitárias têm possibilidades. Por um lado podem segregar em uma justiça de primeira classe x segunda classe; por outro lado existem grandes contribuições que com ampla participação da comunidade, em espaços marcados pelo preconceito, estigmatização e privação, podem estabelecer um lugar responsável por práticas emancipatórias e superação da opressão (Antunes, 2008: 16).

Portanto, a justiça comunitária, e as políticas públicas judiciárias comunitárias

têm um potencial emancipatório para melhorar a administração da justiça. Os atores e movimentos sociais envolvidos no processo dialético de construção devem assegurar que esta iniciativa irá realizar a sua natureza emancipatória e que não seja usada para legitimar o Poder Judiciário ou como propaganda institucional. Assim, mesmo constituindo um modo de terceira via da ação do Judiciário, a justiça comunitária tem as suas possibilidades e limitações, e deve passar por constante re-avaliação de seus impactos no tempo e no espaço, para constituir uma "justiça de proximidade democrática" (Santos, 2008: 25), porque tem várias contribuições a dar a uma nova forma de acesso à justiça, substituindo a lógica impessoal de um tratamento comunitário (Wyvekens, 2000).

Dois aspectos devem sempre estar presentes: (1) não pode ser transportado para como uma importação acrítica de modelos de países desenvolvidos, por isso, ele deve passar por uma abordagem crítica à sua adoção, e (2), finalmente, os modelos devem estar sempre sujeitas para reanálise constante. Uma política pública judiciária comunitária democrática parece oferecer uma terceira via para alcançar uma alta intensidade de justiça participativa. É uma proposta que permite críticas, mas também pode destacar elementos consistentes com uma democracia mais dinâmica, participativa e emancipatória. Não só permite que o cidadão se aproximar da justiça, mas também permite que a justiça se aproxime do cidadão.

Referências bibliográficas:

Amaya, Edgar Ardila(1999). “Hacia um modelo de justicia desde la comunidad”. In. Justicia y desarrollo: Debates. Paz y Democracia: el aporte de la Justicia Comunitaria y de paz. Corporación de Excelencia en la Justicia. Año II, n. 10, Bogotá, Dic.

_____ (2004), “Justicia comunitaria como realidad contemporánea. Claves para el estudio de las políticas en justicia comunitaria”, Revista El Otro Derecho, 30. pp. 75-102.

Antunes, Fernando Luís Coelho (2008), A justiça comunitária e os modelos alternativos de administração da justiça. (Apresentação de Trabalho/Congresso). Artigo publicado nos Anais do Congresso latino-americano de direitos humanos e pluralismo jurídico. GT 5. Acesso à justiça. Mediação de conflitos e justiça comunitária. (1.,2008 AGO. 20-22: Florianópolis, SC) ISBN :978-85-99988-14-5. Disponível em

<http://www.nepe.ufsc.br/control/artigos/artigo55.pdf>.

Borda, Orlando Fals (2002), “Participatory (Action) Research in Social Theory: Origins and Challenges”, in. Reason, Peter & Bradbury, Hilary (org.), Handbook of Action Research. Participative Inquiry and Practice. Londres, SAGE, pp. 27-37.

Cappelletti, Mauro & Garth, Bryant (1988), Acesso à justiça. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris.

Chambers, Robert (2002), Participatory Workshops. A sourcebook of 21 sets of ideas & activities. New York: Earthscan.

Dubar, C. (2002). La crisis de las identidades. Barcelona: Edicions Bellaterra.

Foblets, Marie-Claire; Griffiths, Anne et. al, (1996), “A la recherche de une justice perdue”, Law, University of Bermingham. Journal of Legal Pluralism and Unofficial Law. Number 36, 1996.

Foley, Gláucia Falsarella (2008), justiça comunitária: uma experiência. Brasília: Ministério da justiça.

_____ (2010), justiça comunitária. Por uma justiça da emancipação. Belo Horizonte: Editora Fórum.

Freire, Paulo (1975), Pedagogia do oprimido. Porto: Afrontamento.

González, Elsa Ines Rumak & Borges, Marina Soares Vital (2006), “Tribunales de justicia en Brasil, nuevas prácticas de justicia participativa y justicia comunitária”, Revista El outro derecho, n. 35, diciembre de 2006, ILSA, Bogotá D.C. Colombia. pp. 167-186.

López, Manuel (2000). Justicia comunitaria y jueces de paz: las tecnicas de la paciencia. Medellín: IPC/Corporación Región.

Marshall, Tony F. (1988), “Out of Court: more or less justice?” in. Matthews Roger (1988). Informal justice? London: SAGE.

Meneses, Maria Paula (2004), “Toward intelegality? Traditional healers and the Law in postcolonial Mozambique”, Oficina do CES, 202.

_____ (2009), “Poderes, direito e cidadania: o ‘retorno’ das autoridades tradicionais em Moçambique”, in Santos, Boaventura de Sousa et al. (org) (2009), “Velhos e novos desafios ao direito e à justiça”, Revista Crítica de Ciências Sociais, 87. pp. 9-42

Merry, Sally Engle (2004), “Sorting out popular justice” in. Merry, Sally Engle & Milner, Neal (org) (2004), *The possibility of popular justice: a case study of community mediation in the United States*. Michigan: The University of Michigan Press, pp. 31-66.

Mienczakowski, Jim & Morgan, Stephen (2002), “Ethnodrama: constructing participatory, experiential and compelling action research through performance”, in. Reason, Peter & Bradbury, Hilary (org.), *Handbook of Action Research. Participative Inquiry and Practice*. Londres, SAGE, pp. 176-184.

Nader, Laura (2004), “When is popular justice popular?”, in. Merry, Sally Engle & Milner, Neal (org) (2004), *The possibility of popular justice: a case study of community mediation in the United States*. Michigan: The University of Michigan Press, pp. 435-452.

Pedroso, João (2002) «Percurso(s) da(s) reforma(s) da administração da justiça : uma nova relação entre o judicial e o não judicial», *Oficina do CES*, 171.

Reason, Peter & Bradbury, Hilary (org.) (2002), *Handbook of Action Research. Participative Inquiry and Practice*. Londres, SAGE.

Santos, Boaventura de Sousa (1982), “O Direito e a comunidade: as transformações recentes da natureza do poder do Estado nos países capitalistas avançados”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 10, 9-40.

_____ (1984), *A Justiça Popular em Cabo Verde*. Estudo Sociológico, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

_____ (1990), “O Estado e o Direito na Transição Pós-Moderna: para um Novo Senso Comum sobre o Poder e o Direito”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 30, 13-43.

_____ (1994), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.

_____ (2008), *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Editora Cortez, Coleção Questões da nossa época, volume 134, 2007.

Santos, Boaventura de Sousa et al. (org) (2009), “Velhos e novos desafios ao direito e à justiça”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 87.

Veronese, Alexandre (2004), *Estado vira ONG? Projetos de acesso à justiça*

geridos por tribunais. Trabalho apresentado no 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política, realizado em 21 a 24 julho 2004 no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br/EPP5-Alexandre%20Veronese.pdf>>.

_____ (2007), "Projetos judiciais de acesso à justiça: entre assistência social e serviços legais", *Revista Direito GV* 5, v. 3, n. 1, pp. 13-34.

Wyvekens, Anne (1996), "Justice de proximité et proximité de la justice. Les maisons de justice et du droit", *Revue Droit & Société*, 33, 363-388.

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA CULTURA ESCOLAR PRISIONAL

Elizabeth de Lima Gil Vieira
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: O presente trabalho intenciona refletir sobre a educação prisional, como uma das assistências ditadas pela Lei de Execução Penal, capaz de contribuir para a construção de políticas públicas mais eficazes no que se refere ao alarmante grupo de encarcerados. É também imprescindível conhecer os números que aludem ao sistema prisional brasileiro, visto que entendemos serem esses dados significativos para os estudos sobre o incremento da violência na contemporaneidade. Torna-se necessário desvendar as transformações possíveis que se (re)desenham em um lugar, a priori, marcado pelo controle e pelo fracasso em relação a seus objetivos: punir e reeducar.

INTRODUÇÃO

A educação tem sido cada vez mais percebida como instrumento de formação cidadã, transformação social e desenvolvimento das nações e cada vez mais se constitui como elemento indispensável à garantia dos direitos humanos. Em consonância à Constituição Federal brasileira, em seu artigo 205, que nos diz ser a educação direito de todos e dever do Estado, emergem os discursos de valorização da educação, seus espaços de produção e agentes. Além das leis de âmbito nacional, há no direito internacional as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos – 1957 (Regra 77), as Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça para os Menores – 1985 (Regra 26) e os Princípios Básicos Relativos ao Tratamento de Reclusos – 1990.

Nesse último, a Assembleia Geral da ONU foi enfática ao estabelecer no sexto princípio que “Todos os reclusos devem ter o direito de participar nas atividades culturais e de se beneficiar de uma educação visando o pleno desenvolvimento da personalidade humana”. A educação prisional regular, com a obrigatoriedade de oferecimento do ensino fundamental, é oferecida, no Estado do Rio de Janeiro desde 1967, por meio de um convênio entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Justiça. A então Secretaria de Justiça firmou convênio com a Secretaria de Estado de Educação para instalar escolas de ensino primário nas Penitenciárias Milton Dias Moreira, Lemos de Brito, Esmeraldino Bandeira e Talavera Bruce. A partir de 2000, algumas escolas passam a oferecer o ensino médio. Hoje, o sistema prisional conta com 15 escolas na

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e cinco no Departamento Geral de Ações Socioeducativas. A prisão, pouco acessível e visível, segundo Adorno (2003), como outras instituições de controle repressivo da ordem pública, não é transparente, ali se atravessam o visível e o invisível, o dizível e o silêncio, entre aquilo que se sabe e aquilo que circula, entre o “real” e a “fantasia” fazem com que qualquer situação seja passível de manipulação favorável ou desfavorável, pela estaticidade, mas que, a partir de um olhar mais apurado às experiências ali vividas, pode ser visto como fecundo a partir das práticas cotidianas dos sujeitos que fazem a escola da prisão. Embora, a educação nas prisões apresente interpretações e investimentos distintos, de acordo com as políticas e interesses dos diversos estados, a partir do mês de junho de 2011 está em vigor, no Brasil, a Lei 12.433 garantidora da remição da pena por estudo, um avanço na defesa dos direitos humanos e mais um instrumento para fortalecer a luta pela educação, que é um dos direitos humanos que devem ser garantidos a todos e todas. O presente trabalho, um estudo de caso de base etnográfica, tem como objeto a primeira escola prisional fluminense, o Colégio Mário Quintana, situado na Unidade prisional Lemos Brito. A pesquisa utilizará análise documental, observação participante e entrevistas a fim de caracterizar a cultura de uma escola prisional em sua complexidade e dinamicidade. A Lemos Brito e o Colégio estadual Mário Quintana sempre foram referenciados em pesquisas de diferentes áreas como um modelo a seguir no que se refere ao tratamento do detento e as atividades ali desenvolvidas. Pretende-se compreender a construção da memória da cultura escolar prisional a partir das práticas educativas e interações desenvolvidas na unidade escolar, atravessada pela cultura da prisão, tendo em vista que a unidade prisional e escolar foram transferidas do centro da cidade para o Complexo Penitenciário do Gerecinó, em Bangu, zona oeste da cidade. É sabido que a preocupação maior nesse complexo de prisões é a segurança. Sendo assim, em que medida as ações constituídas nesses espaços se alteram? Como se alteram? Como se constitui o cotidiano de uma escola da prisão, frente às mudanças sofridas? São essas algumas questões que norteiam a pesquisa. Ao entendermos a prisão como uma instituição social, e não mais como uma instituição total (Goffman, 1995), em que seus olhares e ações, mais permeáveis ao mundo exterior, estabelece novas relações entre seus atores e o meio social, intenciona-se refletir sobre o conceito de (re)socialização, no que tange a uma das funções da pena de prisão. Não podemos esquecer que em mundo cada vez mais globalizados, as barreiras impostas e “concretas” tendem a serem derrubadas, a fim de possibilitar novas configurações e interações. A

educação auxilia e possibilita a obtenção de outros objetivos para a reabilitação que incidem em resgate social e educação libertadora, numa dimensão de autonomia, sustentabilidade e minimização da discriminação social. A educação e o trabalho prisional assumem, portanto, função de extrema relevância, se assim pensados, possibilitando aos sujeitos privados de liberdade não somente a reabilitação, mas, sobretudo, a compreensão de sua realidade e o entendimento de seus direitos e deveres de cidadão, para que homens e mulheres apenados sejam capazes de construir uma vida digna e enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, conscientes de seu papel na sociedade. Não se pode confundir privação de liberdade com exclusão de outros direitos e garantias a que se faz jus como ser humano. Todas as potencialidades que a educação prisional representa para o desenvolvimento sócio-econômico, a inclusão social, a construção de identidades locais e regionais capazes de integrar os cidadãos a processos produtivos combatendo diferentes formas de violência, enfim, todas estas qualidades que estão na base do funcionamento perene das instituições escolares que funcionam no sistema prisional, são ainda pouco estudadas em nosso estado. Há no Estado do Rio de Janeiro 22 espaços educacionais no cárcere: 19 Colégios Estaduais, dois anexos e uma Naceja. Desses espaços, 17 ficam dentro dos espaços da Seap (Unidades Prisionais) e 5 dentro dos espaços do Degase. As escolas prisionais abrigam, em torno de, 998 alunos nas Unidades Escolares Socioeducativas e 4.067 alunos nas Unidades Prisionais, totalizando 5.605 alunos, segundo dados apresentados no site da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Conexão Professor. De acordo com os primeiros resultados da pesquisa, pode-se dizer que as potencialidades culturais, políticas e sociais da educação prisional para o Estado e, também para o país, são diversas e possíveis, no entanto o entendimento da prisão como espaço de contenção dos pobres e o fracasso de um de seus objetivos, a reinserção do apenado, são fatos que parecem desviar a atenção dos movimentos instituintes que emergem e se constituem no espaço da escola prisional. Mas, as interações e práticas ali construídas apontam como possibilidades para a formulação e implementação de políticas públicas que atendam com mais efetividade a esse grupo e que obtenham resultados diferentes do que se têm evidenciado.

A educação tem sido cada vez mais percebida como instrumento de formação cidadã, transformação social e desenvolvimento das nações. Cada vez mais a educação se constitui como elemento indispensável à garantia dos direitos humanos. Em

consonância à Constituição Federal brasileira, em seu artigo 205, que nos diz ser a educação direito de todos e dever do Estado, emergem os discursos de valorização da educação, seus espaços de produção e agentes. A Constituição também, no caput de seu artigo 5º, coloca a igualdade de tratamento perante a lei, juntamente com o direito a vida e a liberdade, como garantia fundamental do indivíduo. Sendo assim, a educação nos espaços privativos de liberdade precisa ser compreendida não como privilégio, mas direito, visto que a pena de prisão tem como objetivo não só a punição do infrator, com a perda da liberdade, mas também a ressocialização.

É sabido que as funções e a justificativa da atuação do sistema penal, no Estado moderno, se estruturam sobre esses (paradoxais) pilares. Sabe-se que a pena em sua função retributiva visa ao “pagamento” do sujeito, ao corpo social, pelo crime cometido; e em sua função preventiva, busca, através do cumprimento da pena, evitar que o sujeito cometa novos crimes. Além das leis de âmbito nacional, há no direito internacional as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos – 1957 (Regra 77), as Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça para os Menores – 1985 (Regra 26) e os Princípios Básicos Relativos ao Tratamento de Reclusos – 1990. Nesse último, a Assembleia Geral da ONU foi enfática ao estabelecer no sexto princípio que “Todos os reclusos devem ter o direito de participar nas atividades culturais e de se beneficiar de uma educação visando o pleno desenvolvimento da personalidade humana”.

A educação prisional regular, com a obrigatoriedade de oferecimento do ensino fundamental, é oferecida, no Estado do Rio de Janeiro desde 1967, por meio de um convênio entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Justiça. A então Secretaria de Justiça firmou convênio com a Secretaria de Estado de Educação para instalar escolas de ensino primário nas Penitenciárias Milton Dias Moreira, Lemos de Brito, Esmeraldino Bandeira e Talavera Bruce. A partir de 2000, algumas escolas passam a oferecer o ensino médio. Hoje, o sistema prisional conta com 15 escolas na Seap¹ e cinco no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase)²

¹ Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

² Degase – Departamento Geral de Ações Socioeducativas é um órgão vinculado a Secretaria de Estado de Educação, que tem a responsabilidade de acolher, cuidar, acompanhar, atender e tratar o adolescente em conflito com a lei, bem como seus familiares, objetivando sua reinserção na sociedade pela execução de medidas socioeducativas e o acompanhamento de egressos.

A educação prisional se constitui como uma das assistências oferecidas ao preso pela Lei de Execução Penal³. De acordo como Artigo 11 da LEP as formas de assistência aos detentos são: “material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa”. Em seu artigo 17, a LEP “assegura que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”. Segundo Julião (2007) a educação formal tem sido oferecida nas unidades prisionais do Estado do Rio de Janeiro desde 1967, por meio de convênio com a Secretaria de Educação do Estado. Embora, a educação nas prisões apresente interpretações e investimentos distintos, de acordo com as políticas e interesses dos diversos estados, a partir do mês de junho de 2011 está em vigor, no Brasil, a Lei 12.433 garantidora da remição da pena por estudo, um avanço na defesa dos direitos humanos e mais um instrumento para fortalecer a luta pela educação, que é um dos direitos humanos que devem ser garantidos a todos e todas. Essa medida legal torna evidente e necessária uma melhoria na oferta, organização e qualidade na educação oferecida nos presídios. Até então, a LEP oferecia a remição apenas pelo trabalho. A proporcionalidade estabelecida é a mesma referente ao trabalho (a cada doze horas de trabalho desconta-se um dia de pena), ou seja, a cada três dias de estudo, diminui-se um dia na pena, pois os dias de aula têm duração de quatro horas. Essa ação constitui importante avanço em relação à educação prisional, mas ainda não garante investimentos e ações que possibilitem a todos participação efetiva em atividades educacionais oferecidas no espaço prisional. Fato esse constatado pelo baixo índice de presos que participam das atividades educacionais formais e informais oferecidas no sistema prisional brasileiro. De acordo com a coordenadora geral de Reintegração Social e Ensino, da diretoria de Políticas Penitenciárias do Ministério da Justiça, Mara Fregapani, em um levantamento apresentado, apenas 8,3% dos presos participam das ações educativas nas prisões. Segundo ela, o Brasil possui Legislação, programas e verba, o que falta é “gestão e políticas públicas eficientes”.

Os dados da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação nos informam que 60% da população carcerária é formada por jovens, entre 18 e 30 anos; apenas 18% têm acesso as atividades educativas, formais ou não, oferecidas no espaço

³Lei de Execução Penal (LEP) - A Lei de Execução Penal n° 7.210 de 1984 (LEP) representou um avanço na legislação, quando criada, já que passou a reconhecer o respeito aos direitos dos presos, prevendo, então, tratamento individualizado.

prisional e somente 12% possui o ensino fundamental, enquanto ínfimos 6%, o ensino médio. A partir de um entendimento prévio sobre a educação em presídios e o perfil de escolaridade dos detentos, é preciso, então, substituímos o termo reinserção, evidenciado nos documentos oficiais sobre a função da prisão, por inserção.

Os dados de 2010 do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen), do Ministério da Justiça, contabilizam que 82% da população privada de liberdade possui até o ensino fundamental completo, e que 6% desse pessoal se declaram analfabeto. O crescimento no número de encarcerados, no Brasil, é alarmante. A população carcerária do país em 1990 contava com 90.000 presos. Em 2009 havia 473.622 pessoas cumprindo pena, sendo 174.372 em regime fechado (Sistema Penitenciário no Brasil, 2008). Em junho de 2011, de acordo com informações do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional), esse total chegou a 513.802 presos. Ou seja, **um crescimento na população carcerária do Brasil de 471% em aproximadamente 20 anos. Em contrapartida, segundo dados do IBGE⁴, quase no mesmo período, de 1990 até 2010, o crescimento da população nacional foi de 30%.** O Brasil é hoje o terceiro país, no mundo, em número de encarcerados atrás apenas dos Estados Unidos e da China, respectivamente. Assim, percebe-se que a população carcerária cresce desenfreadamente no país, superando em muito a população nacional, justificando estudos, pesquisas, ações políticas e medidas estruturais, inclusive de conscientização, que busquem a diminuição do quadro que por hora se apresenta.

As prisões, como projeto moderno, que deu lugar às práticas de aviltamento dos corpos em nome de penas mais humanas, têm se evidenciado como projetos fracassados, incapazes de cumprir os objetivos para que foram criadas. Em nome da organização dos Estados Nacionais, as prisões se encarregariam de controlar e transformar àqueles que “ameaçavam” os planos de progresso e civilidade; pois, seres sem trabalho, sem moral, sem condições de, naquele momento, participarem efetivamente do projeto de construção nacional, deveriam ser excluídos do convívio social até sua pronta “recuperação”.

Em um primeiro momento, a partir de 1850, quando se deu o início do funcionamento oficial da Casa de Correção, no Rio de Janeiro, então capital do Império, o trabalho era o ponto forte das práticas prisionais. Depois, entre 1870 e 1880, a

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

educação aparece como “redentora” daquele já cada vez mais numeroso grupo de desviantes.

Embora os discursos, que entendem a educação como aliada no processo de recuperação do apenado, façam eco junto a juristas, criminologistas, educadores, médicos e sociedade civil, é preciso evidenciar que a educação escolar só vai fazer parte, oficialmente, do espaço prisional, a partir de 1967.

A legislação penal institui como obrigatório o Ensino Fundamental e o Ensino Profissionalizante em nível de iniciação ou aperfeiçoamento para os sujeitos privados de liberdade, e o Estado do Rio de Janeiro é pioneiro no que diz respeito à oferta de educação no sistema penitenciário.

A prisão, pouco acessível e visível, segundo Adorno (1991), como outras instituições de controle repressivo da ordem pública, não é transparente, ali se atravessam o visível e o invisível, o dizível e o silêncio, entre aquilo que se sabe e aquilo que circula, entre o “real” e a “fantasia” fazem com que qualquer situação seja passível de manipulação favorável ou desfavorável. É fato que existe um nível muito baixo de investigações sobre a educação em prisões, uma real escassez de debates sobre o tema e mais particularmente sobre as formas como os programas educativos são concebidos, financiados e se fazem acessíveis à população carcerária.

Ao entendermos a prisão como uma instituição social, e não mais como uma instituição total (Goffman, 1995), em que seus olhares e ações, mais permeáveis ao mundo exterior, estabelece novas relações entre seus atores e o meio social, intenciona-se refletir sobre o conceito de (re)socialização, no que tange a uma das funções da pena de prisão. Não podemos esquecer que em mundo cada vez mais globalizados, as barreiras impostas e “concretas” tendem a serem derrubadas, a fim de possibilitar novas configurações e interações. Assim sendo, a educação prisional apresenta-se como uma possibilidade, mediante ao contexto de violência e de aumento incesante no número de encarcerados. Ampliam-se as redes de trocas capazes de contribuir para a construção de políticas públicas mais eficientes e eficazes para esse grupo, estigmatizados por identidades subalternas e marcados por experiências carcerárias, na maioria das vezes, aviltantes e que em nada contribuem para o cumprimento do objetivo, considerado utópico, de reinserção social através das práticas ali constituídas.

A Educação em prisões se enquadra nas modalidades e níveis até poucos anos menos contemplados pela Pedagogia e pelas políticas públicas em educação. A

iniciativa de criação da Coordenadoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas⁵, diretamente vinculada à Secretaria de Estado de Educação, através do Decreto 41.348 de 11/06/2008, publicado no do D.O. de 12/06/2008, hoje DIESP⁶, pode ser considerado um substancial avanço.

Alguns autores incluem a educação em prisões no âmbito da Pedagogia Social. Silva et al (2009, p. 289)⁷ afirmam que “não se devem conceber métodos e técnicas específicos para a educação de presos, sob pena de submetê-los a uma dupla estigmatização”. Para os autores a especificidade de tratamento deve ser atribuída à formação de educadores que atuam em prisões.

Os planos de transformar as prisões em centros para recuperação de delinquentes, no início do século XIX, fracassaram. As prisões não oferecem as condições humanas necessárias previstas em lei, a fim de atender a seus objetivos com eficiência. O tratamento desumano dispensado à população carcerária tem vínculos com as culturas religiosas e jurídicas.

Diante desses números e da Legislação mencionada, faz-se necessário a busca da garantia de dignidade e direitos sociais para os sujeitos privados de liberdade, o que não significa constituir privilégios, e sim, respeito. Caso contrário, não será possível construir uma sociedade mais justa e verdadeiramente democrática. A campanha contra os direitos humanos dos encarcerados, estigmatizados pelo conjunto da população, demonstra a incompreensão do que aqueles representam. A garantia de direitos interessa a todos que buscam uma sociedade mais humana e igualitária.

Além das dificuldades relacionadas à falta de professores qualificados e de investimentos na área, foi constatada também a falta de locais de aprendizagem seguros e estáveis e indiferença em relação às necessidades especiais dos estudantes.

A Educação Prisional precisa ser pensada no sentido de responder às necessidades e anseios da população atendida, através de propostas mais adequadas ao tipo de vida e às histórias passadas, presentes e perspectivas futuras dos apenados,

⁵ COESP – Coordenadoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas

⁶ DIESP – Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas – atua junto às Unidades Escolares em espaços de privação de liberdade, em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) e o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase). A DIESP tem como principal função, definir metas, diretrizes e dinâmicas no desenvolvimento da educação, através de programas e projetos que estabeleçam uma política pedagógico-administrativa que atenda as especificidades das Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas, zelando pelo cumprimento da legislação em vigor, em consonância com a política educacional promovida pela SEEDUC.

⁷ SILVA, Roberto da et al. **Pedagogia social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

entendendo que nesse sistema, a maioria dos sujeitos têm sua história marcada pela exclusão e o não-acesso a bens culturais e materiais que os tornou marginalizados e distanciados de uma trajetória escolar.

Neste sentido, a perda do direito de ir e vir não pode significar a destituição de todos os demais direitos. A especificidade dos sujeitos apenados traz um sentido de reinserção social e de reconstrução, mas, sobretudo, o de que a educação deve ser entendida como direito de todos.

A educação, como também o trabalho, oferecidos durante o tempo da prisão, podem favorecer aos internos o entendimento de sua realidade e a percepção das causas e consequências dos atos que os levaram à privação de liberdade.

Efetivar a Educação Básica e Profissionalizante dentro das Unidades prisionais é imprescindível no sentido de reverter um cenário no qual, segundo dados do Ministério da Justiça, 70% dos apenados estão em absoluto ócio e amenizar as consequências acarretadas pela privação da liberdade, uma vez que esses sujeitos têm, na sua condição de conflito com a lei, a geração da estigmatização, que produzirá inúmeras discriminações, mesmo quando já tiverem cumprido a pena e estiverem além dos muros e das grades da prisão. Um novo olhar sobre esses sujeitos e a garantia de ter como direito a possibilidade de reconstrução de suas vidas, depois de alcançada a liberdade, devem guiar as políticas, entendendo que não haverá resultados se não em processo construído por meio da educação no presídio, a fim de contribuir para a (re) inserção social e a reconstrução da vida dos apenados.

A relevância da educação prisional, como instrumento de desconstrução/reconstrução e de desenvolvimento da criticidade dos sujeitos, pode auxiliá-los a construir um futuro melhor durante e após o cumprimento da sentença. Os objetivos do encarceramento - custodiar, reeducar e reinserir - ultrapassam as ideias de punição e de isolamento que a detenção carrega.

A educação auxilia e possibilita a obtenção de outros objetivos para a reabilitação que incidem em resgate social e educação libertadora, numa dimensão de autonomia, sustentabilidade e minimização da discriminação social. A educação e o trabalho prisional assumem, portanto, função de extrema relevância, se assim pensados, possibilitando aos sujeitos privados de liberdade não somente a reabilitação, mas, sobretudo, a compreensão de sua realidade e o entendimento de seus direitos e deveres de cidadão, para que homens e mulheres apenados sejam capazes de construir uma vida

digna e enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, conscientes de seu papel na sociedade. Não se pode confundir privação de liberdade com exclusão de outros direitos e garantias a que se faz jus como ser humano.

Todas as potencialidades que a educação prisional representam para o desenvolvimento socioeconômico, a inclusão social, a construção de identidades locais e regionais capazes de integrar os cidadãos a processos produtivos combatendo diferentes formas de violência, enfim, todas estas qualidades que estão na base do funcionamento perene das instituições escolares que funcionam no sistema prisional, são ainda pouco estudadas em nosso estado.

Mesmo com forte representatividade no cenário nacional, no que se refere à educação prisional, quer pelo número de instituições, quer por sua importância, ações e diversidade, o Estado do Rio de Janeiro não possui um instrumento de documentação e de divulgação específico para a área da educação carcerária, embora muitos avanços possam ser registrados, principalmente após a criação da COESP, hoje DIESP. Este fato é alarmante, uma vez que muitas dessas escolas reúnem acervos preciosos tanto para o estado como para o país, no que tange à construção da memória da educação prisional no estado.

A preservação do patrimônio histórico e cultural é resultado da preocupação com o investimento em educação, cultura, e fortalecimento de autoestima dos diversos setores da população. Ela faz parte de políticas públicas que se voltem para o fortalecimento da cidadania paralelamente aos investimentos econômicos, compreendendo a íntima relação entre esses aspectos. É fundamental, portanto, que o estado do Rio de Janeiro, que é detentor de um acervo histórico importantíssimo, no que se refere à história da educação, uma vez que foi capital federal por longo período, se coloque na vanguarda de um movimento que perceba que a construção da autonomia de um povo está vinculada à emergência de um universo regulado por um aparato de legitimação e discurso próprio. Essa é uma possível vertente para as pesquisas das relações entre a importância da educação desenvolvida no sistema prisional e as demandas de preservação da memória referentes a essas ações que podem contribuir para novas reflexões e entendimentos sobre as políticas públicas que balizam o sistema prisional e a segurança pública no estado do Rio de Janeiro.

Sabemos, ainda, que há no Estado do Rio de Janeiro 22 espaços educacionais no cárcere: 19 Colégios Estaduais, dois anexos e uma Naceja. Desses espaços, 17 ficam

dentro dos espaços da Seap (Unidades Prisionais) e 5 dentro dos espaços do Degase. As escolas prisionais abrigam, em torno de, 998 alunos nas Unidades Escolares Socioeducativas e 4.067 alunos nas Unidades Prisionais, totalizando 5.605 alunos, segundo dados apresentados no site da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Conexão Professor.

As potencialidades culturais, políticas e sociais da educação prisional para o Estado e, também para o país, são diversas e precisam ser pesquisadas e ganhar visibilidade, frente ao desafio de construir e contribuir para políticas públicas que atendam com mais efetividade a esse grupo.

A investigação sobre as principais características, atividades e serviços da educação prisional tem a função de oferecer, tanto ao gestor público, as informações estatísticas necessárias ao estabelecimento de políticas públicas para o setor, como para o pesquisador, a possibilidade de análise do papel das escolas prisionais - cotidiano, cultura, currículo, material didático, histórias de vida, formação cidadã, profissionalização, profissão docente - no panorama cultural.

Desse modo, hoje temos condição de dar um passo adiante no estudo sobre o impacto da educação prisional, ao longo dos anos, no Estado do Rio de Janeiro, em relação aos altos índices de violência e aos alarmantes números de encarcerados, bem como de contribuir para a sistematização, documentação, divulgação e análise das instituições penais que oferecem a educação prisional, suas áreas de abrangência, seus acervos, suas trajetórias.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- ALVES, Nilda. **Cultura e Cotidiano Escolar**. In: **Cultura Culturas e Educação**. Revista Brasileira de educação, Autores Associados, no. 23, maio/junho/agosto, 2003, p.62-72.
- AZANHA, J. M. P. **Cultura escolar brasileira**. in: Revista USP, n. 8, p. 87, dez./jan./fev. 1991, Universidade de São Paulo. "A. LOVEJOY. Op. ch., p. 22.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. São Paulo; Vozes, 2009. VOL 1.

- FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: As Bases Sociais e Epistemológicas do Conhecimento Escolar**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.
- _____. **Vigiar e punir. História da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes Editora, 2005.
- FRAGO, A.V. e ESCOLANO. A. **Currículo, espaço e subjetividade: A arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.
- JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, 2001, nº 1. pp. 9-43.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, São Paulo, Editora UNICAMP, 2003, 5ª edição.
- PALMA, Alexandre. **A cor invisível: o caso do Colégio Mário Quintana**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005.
- PÉREZ GÓMEZ, Angel I. **A Cultura Escolar na Sociedade Neoliberal**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos dos Históricos, nº 3. Rio de Janeiro. CPDOC, 1992.
- VEIGA-NETO, A. **Incluir para excluir**. In: LARROSA, J.; SKILAR, C. Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.2, p. 243-254, maio/ago. 2008 249
- VIEIRA, Elizabeth de Lima Gil. **Trabalho Docente: de portas abertas para o cotidiano de uma escola prisional**. Dissertação de Mestrado em Educação. PUC/RJ. 2008

A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA À LUZ DA QUESTÃO SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO NA CONTEMPORANEIDADE (2006-2011)¹

Afonso Soares de Oliveira Sobrinho

SUMÁRIO: INTRODUÇÃO; 1 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS RELACIONADOS À INFORMALIDADE; 2 OS INFORMAIS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA DIANTE DAS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL; 3 HISTÓRIAS DE VIDA DOS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA; CONSIDERAÇÕES FINAIS; REFERÊNCIAS.

RESUMO: O presente artigo discute a questão social da pobreza a partir dos sujeitos que se encontram em maior vulnerabilidade social: os moradores em situação de rua na Cidade de São Paulo na contemporaneidade em especial no trato dispensado pela administração local. As políticas públicas saneadoras dos espaços e de disciplina da informalidade enquanto negação de políticas públicas que atendam a ética do humano.

Palavras- Chave: População em situação de rua; Saneamento; Disciplina; Informalidade; Pobreza.

ABSTRACT: This article discusses the social issue of poverty from the subjects that are more socially vulnerable: the people on the streets in São Paulo nowadays especially in the treatment accorded by the local administration. Public policies for remedial and disciplinary spaces of informality as denial of public policies that address the ethics of human.

Keywords: Population living on the streets; Sanitation; Discipline; Informality; Poverty.

INTRODUÇÃO

A pobreza é um tema que passa despercebida, enquanto fenômeno urbano, em especial nas grandes cidades, em especial quando falamos dos moradores em situação de rua, sujeitos que se encontram em situação de pobreza extrema, portanto se encontram em maior vulnerabilidade social. Casualmente na cidade cruzamos com eles todos os dias, embora não os vejamos ou não queiramos vê-los; porém, eles estão lá na rua, construindo e reconstruindo seus territórios cotidianamente. A proposta da pesquisa é identificar quem são esses atores, o que fazem para sobreviver no ambiente hostil do universo urbano do centro de São Paulo.

Para os gestores públicos, a cidade seria como um organismo doente – numa alusão à saúde e higiene, especialmente dos mais pobres, que precisariam de cuidados permanentes, sendo tratados como caso de polícia, e nega-lhes a cidadania e dignidade humana.

¹ Artigo apresentado a partir da Dissertação de mestrado em Políticas Sociais - UNICSUL

Nosso objetivo, na análise da pesquisa, é trabalhar a partir do uso da técnica, incluídos os discursos apresentados pelos gestores da municipalidade, e conteúdos dos jornais, um projeto de cidade utópica, revelada em ideologias e ações autoritárias, como a repressão policial no disciplinamento da informalidade.

Para fins metodológicos, foi feita a opção pelo estudo das políticas públicas norteadoras (de ampla divulgação na mídia) da administração de São Paulo no trato com a informalidade diante do universo de temas apresentados todos os dias nos impressos, incluindo leis, decretos e demais ações do poder público.

O presente artigo foi dividido em três capítulos. No primeiro discutimos os principais conceitos relacionados à informalidade. No segundo abordamos os informais moradores em situação de rua diante da situação de vulnerabilidade social. No terceiro as histórias dos moradores em situação de rua. Por fim concluímos apresentando possíveis propostas para a questão social dos moradores em situação de rua à luz da cidadania.

1 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS RELACIONADOS À INFORMALIDADE

Cabe então, de antemão, expor os significados que estamos aqui atribuindo às expressões: saneamento, pobreza, informalidade, disciplina, Cracolândia.

Utilizamos o termo saneamento para nos referir ao processo de limpeza social da cidade por meio de intervenções urbanas pela municipalidade no tratamento das “doenças sociais” associadas à pobreza e informalidade, como vícios que prejudicam a boa moral, ordem da cidade. Há, portanto, o caráter econômico, político e social a ser considerado nos sujeitos como produtivos, úteis, ordeiros e dentro da legalidade nessas ações como o “perigo de contágio” que esses sujeitos informais representam para o corpo social. Portanto, sanear como técnica administrativa em princípio está no campo das ideologias difundidas na cidade

(criação de leis, discursos, propaganda, projetos urbanísticos) e visa atender a uma utopia² da elite³.

Lena Lavinas (2003), em seu texto “Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática”, analisa a pobreza a partir de um viés social associada ao universo urbano e para além do aspecto meramente de renda ou condições básicas de sobrevivência; diz respeito à condição social, e vai além por ser um conceito ideológico que induz a

² “**Utopia 1.** Termo criado por Tomás Morus em sua obra *Utopia* (1516), significando literalmente ‘lugar nenhum’ (Gr. *ou*: negação, *topos*: lugar), para designar uma ilha perfeita onde existiria uma sociedade imaginária na qual todos os cidadãos seriam iguais e viveriam em harmonia. A alegoria de Tomás Morus serviu de contraponto através do qual ele criticou a sociedade de sua época, formulando um ideal político-social inspirado nos princípios do humanismo renascentista.

2. Em um sentido mais amplo, designa todo projeto de uma sociedade ideal perfeita. O termo adquire um sentido pejorativo ao se considerar esse ideal como irrealizável e portanto fantasioso. Por outro lado, possui um sentido positivo quando se defende que esse ideal contém o germe do progresso social e da transformação da sociedade [...]”. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 274)

³ “**Elite**, desde meados do S18, porém mais comumente desde princípios do S19, expressava principalmente uma distinção social por meio da posição, mas também podia ser utilizada para referir-se a distinções no interior de um grupo [...]”.

Não surpreende, portanto, que seu surgimento em um sentido moderno mais específico esteja relacionado aos debates conscientes sobre classe. Isso tem dois aspectos principais: o primeiro, o sentido de que houve uma ruptura nos velhos modos de distinguir pela oposição ou por hereditariedade aqueles mais aptos a governar ou exercer influência, e um fracasso na busca de novos modos de distinguir tais pessoas por meio de eleição formal (parlamentar ou democrática); segundo, em resposta aos argumentos socialistas sobre o governo de classes, ou sobre a política como conflito entre classes, o argumento de que as formações efetivas que governam e exercem influência não são as classes, mas as **elites**. O primeiro sentido, menos formal, está representado no S19 por muitas expressões alternativas – *os letrados [clerisy]* de Coleridge, *os mais sábios [the wisest]* de Mill, *os melhores e os restantes [the Best e the remnant]* de Arnold. A significação reside, em cada caso, na suposta distinção de tais agrupamentos em relação às poderosas formações sociais existentes. No uso geral do termo no S20, todos esses pressupostos se incorporam à **elite**, embora seja característico que muitas vezes ainda se evite a palavra por causa de algumas de suas associações (hoje se usam mais frequentemente as noções abstratas de *excelência* ou de PADRÕES [v] para exprimir ideias similares ou relacionais). O segundo sentido, mais formal, introduz-se efetivamente em uma tendência da teoria social que deriva de Pareto e de Mosca.” (WILLIANS, 2007, p. 150-151)

“**ELITE.** Minoria influente que toma as decisões no interior de uma classe ou grupo social. Distinguem-se várias elites, abrangendo os membros dos grupos ocupacionais que possuem *status* elevado no conjunto da sociedade: a *elite política*, a *elite intelectual*, a *elite empresarial* e a *elite militar* estão entre as mais poderosas. O conceito de elite nas ciências políticas e sociais foi particularmente estudado pelos sociólogos italianos Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, no início do século XX. Para eles, a elite seria formada por indivíduos superiores, socialmente bem organizados. Ambos se preocuparam especificamente com a análise das elites políticas, controladoras do poder e donas de todas as vantagens proporcionadas pela função. Opunham-se, dessa forma, às teorias que centralizavam a análise política e social no mecanismo das classes sociais e no conflito existente entre elas. Atualmente, o estudo das elites relaciona-se com a complexidade das chamadas sociedades de massa, que abrigam poderosas organizações burocráticas (empresas oligopólicas, partidos políticos, sindicatos, meios de comunicação de massa e organizações estatais). Todas essas organizações seriam dominadas por elites específicas. O sociólogo Wright Mills, analisando a sociedade norte-americana em seu livro *As Elites do Poder*, distingue três elites fundamentais — *dirigentes de empresas*, *líderes políticos* e *chefes militares* —, todas basicamente recrutadas no interior do mesmo estrato social e unificadas em torno de objetivos comuns. Outros sociólogos norte-americanos distinguem cinco tipos de elite que habitualmente assumiram a liderança do processo econômico: *elite dinástica*, proveniente da aristocracia agrária (caso do Japão); *elite de classe média*, composta de membros de uma nova classe empresarial (Inglaterra e Estados Unidos); *intelectuais revolucionários* de tendência socialista (ex-União Soviética, China, Cuba); *administradores coloniais*, representantes do poder metropolitano nas colônias (África e Ásia); e *líderes nacionalistas*, recrutados no interior das camadas superiores ou nas Forças Armadas de países em desenvolvimento (Egito, Líbia)”. (SANDRONI, 1999, p. 201)

estereótipos (gerando um sentimento de culpa no próprio sujeito por estar em alguma situação de vulnerabilidade) e resulta em preconceito, sendo uma forma de dominação que gera exclusão social. Na medida em que se constrói socialmente a ideia de ser pobre por um ou mais padrões de comportamento social. Seja por hábitos de banho, limpeza, higiene, simbolicamente se estabelecem modos de agir que acabam por isolar os sujeitos que não apresentam características compatíveis com aquelas socialmente aceitas em determinado ambiente. Daí embora a exclusão social tenha um viés econômico, na relação com a pobreza e classe social, em certa medida diz respeito à capacidade subjetiva em não se sentir parte de algo, um sentimento de rejeição, que pode levar à própria perda de identidade do sujeito como parte de um grupo social ou mesmo da própria sociedade, seja pela falta de integração das redes de sociabilidade e reciprocidade, havendo falta de solidariedade. No mundo globalizado, a dificuldade de acesso às redes de informação e de sociabilidade se configura num dos grandes dilemas atuais.

O disciplinamento da informalidade, por sua vez, ocorre pelas práticas da administração local impondo a ordem mediante deveres, padrões de comportamento, costumes, hábitos, aplicação de leis, atuação policial, repressão. Foucault (2008) entende a disciplina como:

[...] o conjunto das minúsculas invenções técnicas que permitiram fazer crescer a extensão útil das multiplicidades fazendo diminuir os inconvenientes do poder que, justamente para torná-las úteis, deve regê-las. Uma multiplicidade, seja uma oficina ou uma nação, um exército ou uma escola, atinge o limiar da disciplina quando a relação de uma para com a outra torna-se favorável[...]. (FOUCAULT, 2008, p. 181)

Entre as técnicas de disciplina, podemos situar a revitalização, regulação, modificação, fiscalização, repressão e controle dos espaços sejam públicos ou privados. A segregação, o isolamento e a violência também são formas de disciplina do corpo social. Entre as técnicas disciplinares, a mais utilizada é a lei como instrumento coercitivo a serviço das elites. Porém, o preconceito, a discriminação e os estereótipos são formas mais sutis de disciplina.

O termo informalidade para fins de estudo e análise foi utilizado para referir-se aos excluídos dos espaços da cidade, em especial: moradores em situação de rua, mendigos, flanelinhas, catadores de material para reciclagem, dependentes químicos, entre outros que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Esse termo, portanto, para fins metodológicos de pesquisa obedece um critério restritivo diante da complexidade do fenômeno social que o termo envolve e do universo de pessoas que se encontram em situação de pobreza em uma Cidade das dimensões estruturais e espaciais como São Paulo.

A informalidade, portanto, na pesquisa tem um viés sociológico em relação à análise, não se atém a estudar em detalhes cada um dos atores sociais, exceto o caso dos mais vulneráveis que são os moradores em situação de rua. Portanto, numa perspectiva saneadora da pobreza pela municipalidade, procurou-se abordar os territórios objeto dessas ações na região central da cidade. E para abordar a questão da disciplina da informalidade, utilizamos matérias dos jornais que identificam de maneira ampla o tratamento dado ao tema pelas gestões Serra/Kassab no período 2006-2011. Portanto, quando nos referimos ao Projeto Nova Luz, vislumbramos o olhar sobre os informais, como dependentes químicos, entre outros que lá sobrevivem.

A Cracolândia fica na região central da Cidade de São Paulo conhecida como Luz, objeto de operação urbana denominada Nova Luz (incluído tradicional centro de compras como Santa Ifigênia) em parceria entre governos municipal, estadual e a iniciativa privada que trabalham no sentido de retirada dos dependentes químicos da área pela idéia de revitalização incluída a desocupação de parte da área para realização do chamado Projeto Nova Luz. Essa área conhecida como Nova Luz tem sido objeto de especulação imobiliária por ser o centro de São Paulo um local privilegiado no acesso a bens e serviços, e que tem atraído os olhares da nova classe média por grandes projetos imobiliários para área. Em janeiro de 2012 teve início a operação centro legal uma parceria entre governo municipal, estadual e polícia militar para coibir o consumo de drogas por parte dos dependentes químicos em nome da defesa do direito à vida e à saúde, com forte repressão policial inclusive com uso de balas de borracha, sirenes 24 horas correndo atrás da multidão de usuários na chamada operação dor e sofrimento em que sempre que ocorre a aglomeração de viciados ocorre a dispersão policial.

2 OS INFORMAIS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA DIANTE DAS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL

A partir do documentário *À Margem da Imagem* (2003), com direção de Evaldo Mocarzel e roteiro da Profa. Dra. Maria Cecilia Loschiavo dos Santos, foi possível identificar uma abordagem entre outras temáticas do cotidiano de moradores em situação de rua e a complexa relação entre a vulnerabilidade social e o poder público municipal no trato com a questão social, a partir da visão dos próprios moradores de rua, e também como se formam redes de solidariedade social entre desempregados, alcoolizados, e as associações religiosas e/ou assistenciais entre outras formas de sobrevivência da população em situação de rua. Verifica-se que os espaços de convivências oferecidos pela municipalidade produzem espaços

desiguais, como no caso dos albergues da cidade onde o estabelecimento de horários para entrar, dormir, acordar, sair, é, na verdade, um serviço em que a disciplina sobre o corpo é exercida cotidianamente, como espaço de representação do poder público que age com ordem sobre a vida dos moradores de rua; portanto, não se configura num espaço de socialização, mas de exclusão, produzido por agentes públicos que acabam por estabelecer o saneamento *in loco* em nome do município e da própria sociedade autoritária como reprodutora de desigualdades entre os que possuem e os despossuídos, desvalidos de qualquer dignidade humana. Esquecidos à própria sorte.

Também no documentário verificamos como na nossa sociedade dita democrática se produz e reproduz imagens da pobreza por meio de estereótipos criados, associando-os a “vagabundos, imprestáveis, preguiçosos” e culpando-os por sua própria condição, ou mesmo pela origem migratória, ou pela procriação desenfreadas, mitos construídos para justificar a própria pobreza e naturalizá-la, torná-la banal. A partir desses estigmas construídos socialmente, é possível justificar medidas ditas “de correção” do corpo social, dos comportamentos sociais, dos hábitos e costumes das pessoas excluídas da sociedade, como o “toque de despertar” pela administração municipal.

O que não se faz é entender as causas reais que envolvem a própria dinâmica capitalista, onde do ponto de vista estrutural, a automação, e necessidade de qualificação profissional constante, competição, representa corte significativo de empregos, entre outros aspectos relacionados às condições de vida e trabalho, como a desigualdade social, a produção de espaços que incluem uns e excluem, aumentando o exército de reserva que alimenta o sistema globalizante atual, em especial a partir das políticas neoliberais nos países periféricos. Além de problemas conjunturais como crises econômicas, desemprego, inflação, e principalmente, falta de políticas públicas que promova uma rede de proteção social com os direitos básicos do cidadão. Programas que tratem os vícios e violência do cotidiano das cidades à luz da questão social.

Há, muitas vezes, uma linha tênue entre a família e/ou a perda do emprego e a rua, como separações, conflitos familiares, preconceitos, dependência química, problemas psíquicos, abandono entre outros motivos ignorados principalmente pelo poder público.

A partir de então, fomos analisar mais a fundo os sujeitos por meio de dados estatísticos como técnica sujeita a diversas interpretações, a partir do olhar social.

A partir dos principais resultados da pesquisa FIPE sobre o censo da população em situação de rua, 2009 e os principais resultados do perfil socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo, de 2010, é possível caracterizá-la

como sujeito/objeto do processo saneador. E ações disciplinares desenvolvidas nos territórios pesquisados.

A cidade de São Paulo, como metrópole urbana com alta densidade populacional, revela várias facetas que escondem muitas desigualdades sociais, entre as quais a exclusão dos habitantes informais, inclusive moradores que se encontram em situação de rua.

[...] Definição da população em situação de rua:

- ‘Moradores de rua’: pessoas que não têm moradia e que pernoitam nas ruas, praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viadutos, mocós, terrenos baldios e áreas externa de imóveis;
- ‘Acolhidos’: pessoas que, também sem moradia, pernoitam em albergues ou abrigos [...]. (SCHOR; VIEIRA, 2009, p. 2)

Conforme resultado do censo da população em situação de Rua da Cidade de São Paulo, 2009, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE⁴, seriam hoje 13.666 moradores em situação de rua (somados os moradores de rua e os acolhidos), e a grande maioria vive na área central da cidade. Embora a rede de proteção social não trate devidamente o morador de rua (informal) a partir de políticas de geração de emprego e renda que lhe dê cidadania. Bem como falta uma estrutura por parte do poder público para o real acolhimento com abrigos para tratamento, acompanhamento e reinserção social para a dependência química por exemplo.

Ainda que haja convênios com instituições particulares por meio da parceria com a Prefeitura como garantir que realmente há um acolhimento dessa população a partir de estatísticas apenas, portanto, nos parece muito questionável esse critério de divisão entre moradores em situação de rua a partir do critério acolhimento e de rua. Haja vista não há programas sociais que permitam uma inclusão social efetiva a ponto de justificar essa distinção, ambos continuam em vulnerabilidade social. Faltam políticas públicas que garantam dignidade a todos, como cidadãos.

A grande maioria dessa população é obrigada a migrar para outras áreas do entorno do centro para se protegerem das condições sociais adversas a que são submetidos. Agravada pelo ao fechamento de albergues no centro pelo próprio poder público. Portanto, considerar uma população “acolhida” diante da realidade em que vivem se torna questionável. Por

⁴ “[...] A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1973 para apoiar o Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), com destacada atuação nas áreas de pesquisa e ensino [...]” (Disponível em: <http://www.fipe.org.br/web/index.asp>. Acesso em: 21/01/2011 às 17h54)

cotidianamente serem expulsos de seus territórios pelas operações urbanas, como o caso dos dependentes químicos da região central do bairro da Luz, a partir do Projeto Nova Luz⁵.

QUADRO 1

Número de pessoas em situação de rua, 2009

População	Número	Total
Moradores de Rua	6.587	48,2
Acolhidos	7.079	51,8
Total	13.666	100,0

Fonte: FIPE – Principais resultados do censo da população em situação de Rua da Cidade de São Paulo, 2009 (in SCHOR; VIEIRA, p. 4).

Do total de 13.666 da população em situação de rua, se somados apenas os moradores de rua por distrito, de um total de 6.587, verifica-se que a grande maioria se encontra na área central da cidade 4.093, o que representa 62,1%. Porém, se considerado o número de “acolhidos” por distrito de um total de 7.079, mais da metade, 53,8%, estão na região central, ou seja, 3810 acolhidos. Assim, se considerarmos o total de população de moradores de rua mais a população de acolhidos que moram na região central (conforme consta na própria pesquisa seriam os bairros da Sé, República, Brás, Pari, Cambuci, Liberdade, Santa Cecília, Consolação, Bela Vista). Resultaria num total em 7.903, ou seja, 57,83% do total da população em situação de rua.

E pergunta-se haveria uma distinção considerável entre albergue e a rua? Resposta da pesquisa: “[...] Rua e albergue são faces da mesma moeda. São os lugares habitualmente utilizados pela população em situação de rua desde que perdeu a última morada [...]” (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 3).

QUADRO 2

Moradores de rua na Área Central, por distrito municipal, 2009

⁵ “O Nova Luz se insere no contexto de um ambicioso projeto de revitalização do centro da cidade que a Prefeitura de São Paulo, em parceria com o Governo do Estado, pretende realizar ao custo de um endividamento milionário com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que prevê ainda uma contrapartida de investimentos para requalificar o que chamam de ‘área degradada’. O poder público, em parceria com instituições financeiras, alguns setores da iniciativa privada e da sociedade civil, em que se destaca a Associação Viva o Centro, quer transformar o centro da cidade em um lugar ‘limpo’, ‘vigiado’ e ‘controlado’, livre do que considera ‘sujeira’: o comércio informal, a população em situação de rua, os catadores de materiais recicláveis, os movimentos por moradia, enfim. [...]” (Coletivo Política do Impossível. *Cidade Luz: Uma investigação-ação no Centro de São Paulo*. Editora PI, São Paulo. p. 23-24. Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/02/cidade_luz.pdf>. Acesso em: 23/04/2011 às 11h46).

Distritos Municipais	Número	%
República	1570	38,4
Sé	1195	29,2
Santa Cecília	309	7,5
Brás	249	6,1
Consolação	175	4,3
Bom retiro	165	4,0
Bela vista	138	3,4
Liberdade	128	3,1
Pari	111	2,7
Cambuci	53	1,3
Total	4093	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Censo da População em situação de Rua da cidade de São Paulo (in SCHOR; VIEIRA, 2009, p. 12).

A partir da pesquisa da FIPE numa perspectiva oficial, acredita-se que foi possível pela administração local conhecer um pouco mais da realidade desses informais e caso desejasse intervir por meio de ações de maior eficácia no trato com a questão social, assegurando-lhes o mínimo de dignidade. No entanto, temos observado o viés saneador pelas políticas públicas locais. Aliás a falta de programas sociais para essa população piorou a partir da gestão Serra/Kassab (2006/2011), em especial a partir do fechamento de albergues pela atual administração.

Algo que os dados não revelam, porém, fica implícito a partir da pesquisa é a falta de programas sociais pela prefeitura que trate da fixação dos moradores em situação de rua no centro, apenas sistemas provisórios que definem albergados ou não. Sujeitos que construíram suas vidas nesses territórios são deixados à própria sorte na rua. Ao invés se criam instrumentos para sua expulsão e disciplinamento, aonde pode ou não circular.

Há inclusive ações adotadas recentemente pela municipalidade que visam disciplinar territórios estudados pela pesquisa, em especial na área do Projeto Nova Luz, também ações como a internação compulsória tão questionada como medida que fere a liberdade individual dos sujeitos se locomoverem livremente em nome do direito à saúde e à vida dos dependentes químicos e em situação de rua. Porém, é importante atentar para os resultados apresentados na pesquisa como instrumento de análise sociológica como descaso da municipalidade com a questão da parcela mais vulnerável da informalidade.

Por outro lado, as estatísticas numa concepção social e crítica também servem para situar a forma como eles vivem em seus territórios e formas de sobrevivência, suas lutas e dilemas existenciais diante dos poderes constituídos.

A pesquisa descaracteriza o mito de que seriam os nordestinos a maioria que mora em situação de rua. Bem como nega a associação entre esses segmentos informais, a ociosidade e

a criminalidade comumente atribuída a quem se encontra nessa condição social. Entre outros aspectos analisados a seguir.

Outro ponto importante é a necessidade de pensar a população de rua como um todo como políticas públicas. E não apenas por bairro, haja vista haver uma mobilidade social dessa população de rua para o entorno do centro e outras áreas da cidade, como fartamente veiculado todos os dias pela mídia, em especial a partir das intervenções urbanas desenvolvidas pela municipalidade, que acaba por expulsar os mais vulneráveis para outras áreas do centro como Bela Vista, Santa Cecília e no entorno do centro como Ipiranga, Campo Belo.

Vejamos alguns dados extraídos a partir da seleção de quadros sobre caracterização demográfica, relativos à idade, escolaridade, local de origem, migração, tempo de moradia em São Paulo.

A partir do mapeamento das áreas centrais como maior concentração de moradores de rua, o poder público deveria atentar para a violência e o medo como constantes em suas vidas, em especial a partir de programas sociais de distribuição de renda, moradia e acompanhamento sistemático por meio de uma rede de proteção social. Em especial, pela atuação de grupos de extermínio nessa área, como estudado no capítulo anterior.

[...] CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

Os moradores de rua da Área Central da cidade de São Paulo são predominantemente do sexo masculino e têm, como média, 40 anos de idade. Na sua grande maioria são “não brancos”, incluindo-se aí os pretos, pardos, amarelos e indígenas, segundo classificação realizada pelos pesquisadores de campo. A porcentagem de analfabetos na população é superior à do Município de São Paulo e a maioria não chegou a completar o ensino fundamental.

Quanto à região de origem, predomina o Sudeste brasileiro, com forte concentração de paulistas, seguidos por migrantes da Bahia e de Minas Gerais que superam os demais estados brasileiros. Os migrantes que vieram para São Paulo uma única vez, e então permaneceram, estão na cidade há, em média, 18 anos, independentemente do seu estado ou município de origem. Os que vieram mais de uma vez estão, em média, há oito anos, desde a última vez que vieram para São Paulo [...]. (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 2)

Observa-se, entre outras características demográficas levantadas, a questão da cor, o que revela, em certa medida, como a pobreza está associado ao processo histórico-social do Brasil como discurso de uma sociedade dita “igualitária”, baseada no “mito da democracia racial” que escamoteia as desigualdades sociais.

Porém, identifica-se a questão da pobreza ainda muito ligada aos pobres não-brancos. E algo assustador em relação à negação da cidadania diz respeito à média de idade, devido a serem relativamente em idade economicamente ativa para estarem na informalidade e na rua.

Também há um percentual de mulheres de 15,5%, enquanto os homens seriam 79,7% do universo total de 6.587 moradores de rua, conforme dado da FIPE (2009).

A caracterização demográfica da FIPE tem algumas peculiaridades entre as quais a derrubada do mito do baiano como a maioria pobre que vive na rua e muito associada à “ignorância” pela cultura de massas.

QUADRO 3
Local de Origem
Região de Origem

Região de Origem	Frequência	%	% Válida
Norte	3	0,6	
Nordeste	174	33,1	33,1
Centro-Oeste	8	1,4	1,5
Sudeste	303	57,6	57,7
Sul	34	6,5	6,5
Outro país	3	0,6	0,6
Total	525	99,8	100
Sem informação	1	0,2	
Total	526	100	

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 10-11).

QUADRO 4

Estado de Origem

Estado de Origem	Frequência	%	% Válida
São Paulo	241	45,8	46,2
Bahia	66	12,5	12,6
Minas Gerais	43	8,2	8,2
Pernambuco	38	7,2	7,3
Ceará	27	5,1	5,2
Paraná	24	4,5	4,6
Alagoas	14	2,7	2,7
Rio de Janeiro	14	2,7	2,7

Demais Estados	55	10,5	10,5
Total	522	99,2	100
Outro país	3	0,6	
Sem informação	1	0,2	
Total	526	100	

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 11).

QUADRO 5

Migração

Migrantes e Paulistanos

Origem	Frequência	%
Migrantes	379	72,6
Paulistanos	143	27,4
Total	522	100

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 12).

No tocante à região de origem, prevalece fortemente o Sudeste, devido à expressiva quantidade de paulistas, como local de origem, seguidos por baianos, mineiros e demais estados.

QUADRO 6

Idade

Estatísticas da Idade

Idade média	40,2
Idade mínima	18
Idade máxima	85
Nº de entrevistados	526

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 9).

QUADRO 7

Faixas etárias

Faixas Etárias	Frequência	%
18 a 30	136	25,8
31 a 49	264	50,2
50 anos e mais	126	24,0
Total	526	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 9).

No critério de idade, foram definidos na condição de morador de rua homens e mulheres com mais de 17 anos a partir do critério da capacidade para responder às questões apresentadas. Os resultados do perfil socioeconômico desses moradores, situados na área central da FIPE, 2010, preocupa pelo fato de a maioria estar em plena capacidade para o exercício de atividades produtivas, com idade média de 40,2 anos. (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 9).

E se comparativamente a população de rua do centro tem uma percentagem de analfabetos superior à do município; porém, a grande maioria sabe ler e escrever embora não tenha concluído o ensino fundamental, conforme dados da FIPE (2010).

Faltam, no entanto, programas sociais que priorizem de modo integrado políticas de educação pra elevar a escolaridade e permitir uma melhor formação e qualificação para o trabalho. Aliado a programas de renda e moradia popular, acolhimento 24 horas com alimentação, repouso, apoio psicológico e de saúde para todos, inclusive os dependentes químicos.

QUADRO 8

Escolaridade Leitura e Escrita

Escolaridade	Feminino		Masculino		Total	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Analfabeto	5	6,9	44	9,9	49	9,5
Sabe ler e escrever	67	93,1	399	90,1	466	90,5
Total	72	100	443	100	515*	100

*Excluídos 11 casos sem informação.

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 10).

Além da questão demográfica, foram analisadas outras dimensões como: família e vínculos familiares atuais; alternativas de pernoite e última morada; trabalho e renda; saúde e serviços; cidadania e tempo de rua.

FAMÍLIA E VÍNCULOS FAMILIARES ATUAIS

A análise da dimensão “família e vínculos familiares” possibilita aferir que a maioria dos moradores de rua da área central de São Paulo vive sozinho. Bem como a maioria possui parentes que moram em São Paulo (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 3).

QUADRO 9

Vivem acompanhados ou sozinhos nas ruas

Com quem vive na rua	Frequência	%
Acompanhado	174	33,1
Sozinho	352	66,9
Total	526	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 14).

QUADRO 10

Moradores de rua com filhos e sem filhos

Moradores de rua	Frequência	%
Com filhos	311	59,1
Sem filhos	213	40,5
Não sabem sabe se têm filhos	2	0,4
Total	526	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 14).

QUADRO 11

Moradores de rua com parentes na cidade de São Paulo que não vivem com eles

Têm parentes na cidade de São Paulo	Frequência	%	% Válida

Sim	322	61,2	61,3
Não	203	38,6	38,7
Sem informação	1	0,2	
Total	526	100,0	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 14).

ALTERNATIVAS DE PERNOITE E ÚLTIMA MORADIA

Entre as alternativas de pernoite e última moradia, observa-se uma carência em especial quanto às poucas opções de pernoite, haja vista haver uma linha muito tênue entre o albergue e a rua. A deficiência de políticas públicas de moradia para população de baixa renda é algo desumano.

Verifica-se, nas estatísticas apresentadas, quanto aos que perderam a última moradia, que 36% dos entrevistados eram paulistanos, os demais migrantes, que, por diversos motivos, acabaram em situação de rua (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 3-4).

QUADRO 12

Onde tem dormido desde que está na rua (Resposta múltipla)

Locais em que tem dormido	N	%
Albergue	337	64,2%
Pensão/Vaga/Quarto	153	29,1%
Alojamento – Local de trabalho	45	8,6%
Instituição (Igreja, abrigo, hospital)	28	5,3%
Nenhum desses locais	151	28,8%
Respostas		
Respondentes	525	100,0%

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 15).

TRABALHO E RENDA

QUADRO 13

Ocupação Exercida Antes de Viver na Rua

Principal trabalho antes de viver na rua	Frequência	%	%
Construção Civil	146	27,8	28,3
Serviços domiciliares	71	13,5	13,8

limpeza			
Serviços técnicos e administrativos	67	12,8	12,9
Comércio Informal	65	12,4	12,5
Comércio formal	34	6,5	6,6
Ajudante geral	24	4,6	4,7
Indústria	22	4,2	4,3
Trabalho rural	19	3,6	3,7
Serviços na área de transporte	15	2,8	3
Serviços de segurança	14	2,6	2,8
Sem informação da ocupação	21	3,9	4
Nunca trabalhou	18	3,5	3,4
Total	516	98,2	100
Sem informação	3	0,5	
Sempre morou na rua	7	1,3	
Total	526	100	

Fonte: Tabela 3.2 FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 17).

QUADRO 14

Trabalhou com registro em Carteira, segundo Grupos Etários

Trabalhou registrado		Grupos etários			Total
		18 a 30	31 a 49	50 e mais	
Sim	Frequência	54	195	104	353
	%	40,0	74,1	83,9	67,6
Não	Frequência	81	68	20	169
	%	60,0	25,9	16,1	32,4
Total		135	26,3	124	522
		100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 17).

Na questão trabalho e renda, verifica-se um histórico de que a maioria na faixa etária entre 31 a 49 anos e 50 e mais estava inserida no mercado formal de trabalho e com registro em carteira antes de ir para a rua e entrar na informalidade. Portanto, tem experiência profissional e, mediante programas sociais de assistência e seguridade social, poderia voltar a

exercer atividades formais de trabalho. Também na faixa de 18 a 30 anos como maioria que não trabalhava registrada antes de ir para a rua, são importantes programas de qualificação profissional acompanhados de redes de proteção social, consideradas as habilidades profissionais desenvolvidas nas atividades informais antes e durante o dia a dia nas ruas. Em todos os casos, revela-se a falta de políticas públicas de educação, saúde, renda, moradia, lazer, entre outras para que possam exercer sua cidadania.

QUADRO 15

Fontes para obtenção de Dinheiro

Geralmente, o que fazem para ganhar	Frequência	%
Trabalho	351	66,9
Trabalho e esmola	80	15,2
Esmola	74	14,0
Não faz nada	21	3,9
Total	526	100,0

Fonte: Tabela 4.5 FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 18).

Segundo a pesquisa da FIPE, no dia da entrevista quase metade havia auferido renda monetária por meio de atividades típicas de rua, inclusive pela mendicância (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 4).

O trabalho acaba por ser uma opção significativa para os moradores da área central conforme dados da FIPE, dos quais, entre as fontes para obtenção de dinheiro, em geral estão: trabalho: 66,9%; trabalho e esmola 15,2%; esmola 14%; não faz nada 3,9%.

Entre as atividades de trabalho dos moradores em situação de rua para obtenção de renda, podemos destacar as atividades informais:

QUADRO 16

Atividade de Trabalho para Obtenção de Renda

Atividades	Frequência	%
Cata materiais recicláveis	268	62,1
Lava-guarda carros-flanelinha	56	12,9
Carga e descarga	47	10,9
Vendedor (doces, frutas, amendoim, flores, jornais)	37	8,5
Construção civil-pedreiro	30	6,9
Limpeza-Faxina	7	1,6
Distribui panfletos	4	0,9
Sem informação das atividades	80	18,5
Respostas	529	122,7
Respondentes	431*	100,0

Fonte: Tabela 4.6 FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 19).

A renda foi obtida mediante atividades informais, sendo os mais comuns a coleta de material reciclável, venda de alguns produtos de baixo custo, serviços de carga e descarga, guarda de carro, entre outros.

Entre os principais trabalhos exercidos pelos moradores da área central da cidade, antes de viver na rua, a partir dos dados sobre trabalho e renda (perfil socioeconômico) da FIPE estão: construção civil, serviços domiciliares de limpeza, serviços técnicos e administrativos, comércio informal, comércio formal, ajudante geral, indústria, trabalho rural, serviços na área de transporte, serviços de segurança, o que interpretamos a partir dos dados da FIPE como correspondente em seu conjunto a um percentual superior a 90% do total entrevistado. É importante destacar que, para fins de análise do perfil socioeconômico dos moradores de rua, foram considerados como ‘área central’ da cidade de São Paulo segundo dados fornecidos pela FIPE os seguintes distritos: Sé, República, Pari, Brás, Cambuci, Liberdade, Consolação, Bela Vista, Santa Cecília e Bom Retiro. E isso é devido à grande maioria dos moradores de rua da cidade, ou seja, 62%, estar concentrada nessa área.

Quanto à questão do saneamento dos espaços pela municipalidade, e nesse ponto há um dilema a ser enfrentado, no que diz respeito à informalidade, há uma preocupação muito mais em expulsá-los das áreas centrais pela disciplina imposta pelos aparelhos repressivos que realizar ações concretas para tratar a pobreza, configurando-se tais políticas em uma grande distorção de enfoque para algo tão preocupante que são as precárias condições de vida dos que se encontram em tal condição e que dificilmente conseguem sair dela sem ajuda governamental, pois embora mantenham vínculos afetivos, em sua maioria são pessoas solitárias e que necessitam encontrar oportunidades para uma trajetória de vida que lhes resgate a dignidade humana; por mais que existam redes sociais, movimentos cristãos de ordens diversas que prestem assistência com alimentos, vestuário e apoio espiritual ou moral, só as políticas públicas preocupadas com a gestão social seriam capazes de romper fronteiras sociais e espaciais para inserção no âmbito da cidadania. Portanto, os espaços saneados vão aumentando a distância social entre quem lá fica e quem é obrigado a circular no seu entorno. Há um abismo social em curso que dificilmente terá volta caso continue em curso os projetos em andamento pela prefeitura em parceria com a iniciativa privada. Vale destacar que essa população de rua é a mais vulnerável em todos os sentidos por não dispor de recursos próprios para se reerguer. São, portanto, extremamente carentes de políticas públicas urgentes.

[...] TRABALHO E RENDA

A população de rua tem um histórico de perdas e o emprego é uma das mais importantes; extingue-se, de imediato, a fonte de rendimentos podendo gerar instabilidade familiar/econômica que nem todos sabem, ou têm condições de enfrentar.

É importante constatar que a maioria de homens e mulheres entrevistados trabalhava antes de perder a moradia e chegar à vida de rua. O elenco de ocupações que exerciam abrange desde as categorias mais simples e de menor exigência de qualificação, até serviços técnicos e administrativos mais especializados.

Cabe ressaltar que a maioria estava inserida no mercado formal de trabalho com registro em carteira, situação quase inexistente na atual condição de rua. Há pessoas com mais de 10 anos sem trabalho registrado, sem qualquer direito trabalhista e cobertura previdenciária. Nessa condição, enquadram-se entre os que seriam alcançados pelos benefícios sociais criados pelo governo para inclusão da população de baixa renda. No entanto, quase a totalidade dos entrevistados informou não receber qualquer benefício.

Embora sobrevivam sem empregos regulares ou formais, geram renda monetária para satisfazer algumas de suas necessidades. No dia da entrevista, quase a metade tinha auferido pequena renda em atividades típicas de rua, incluindo a mendicância. E gastaram no mesmo dia para consumir o que consideram essencial: comida, cigarro, bebida e drogas. (SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 4)

O que nos chamou atenção na pesquisa é a relação muito tênue entre o morador de rua e a informalidade e as técnicas para sobreviver nas ruas. Haja vista que quem está hoje em situação de rua, como demonstram os dados, já esteve na formalidade e acabou por perder o emprego, passando à vulnerabilidade social, e o que ganha, acaba por não reverter em benefícios duradouros, mas para atender suas necessidades de emergência, de sobrevivência. Há mesmo que se discutir se a grande maioria não poderia obter uma mudança nas condições de vida e trabalho se as políticas públicas da municipalidade dessem condições mínimas para tal, como renda mínima e moradia para esses excluídos socialmente.

A partir dessas reflexões anteriores, observa-se que não existe efetivamente interesse social em combater a pobreza extrema de pessoas que se encontram na informalidade e em situação de vulnerabilidade social como mendigos, viciados, dependentes, moradores de rua, camelôs por parte da administração municipal, mas, sim, em aumentar a repressão policial e promover a limpeza social via exclusão, funcionando como uma espécie de *Panóptico*⁶ como

⁶ Refere-se à analogia ao termo usado por Michel Foucault: “[...] O *Panóptico* de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber a torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 165-166)

instrumento de disciplina e controle sobre suas ações, suas vidas, suas almas, seu corpo, sem que haja perspectivas de acolhimento. São literalmente segregados dos espaços para áreas distantes dos olhares da população, ou mesmo somem sem que se saiba qual foi o destino, estão jogados à própria sorte.

SAÚDE E SERVIÇOS

Pesquisa divulgada pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, revela o lado trágico das políticas sociais em São Paulo em relação ao morador em situação de rua, que transfere a questão da dependência de drogas por meio do sensacionalismo da mídia, sem apresentar políticas públicas efetivas para a questão social. A divulgação nos jornais de grande circulação visa muito mais sensibilizar a sociedade no sentido de legitimar medidas radicais por meio de intervenções urbanas que afastem os sujeitos das ruas, sem que se apresente um planejamento urbano para a área central da região da Luz objeto de ações exemplares como gestão preocupada em sanear a área. O conteúdo da matéria veiculada a seguir mostra um tratamento estereotipado do jovem morador de rua a partir de um problema que envolve toda a sociedade e não apenas quem mora na rua, bem como não traduz a realidade da maioria que vive em situação de rua. Mas parece formar opinião acerca do vínculo entre a dependência química e a rua.

Mais da metade dos jovens na rua é viciada em crack

[...] A principal mudança no cotidiano atual da população de rua é a presença do crack como droga principal, além de álcool e cigarro, em todas as faixas etárias pesquisadas. Usam crack 27,3% daqueles que vivem nas ruas da capital. Entre os jovens de 18 a 30 anos, esse índice sobe para 53,7%. ‘Essa foi uma das principais mudanças sentidas pelos coordenadores da pesquisa de campo, que viram um cenário diverso no começo da década’, explica a coordenadora da pesquisa, a economista Silvia Schor. ‘Isso causa uma transformação na maneira de se relacionar e torna a rua ambiente mais atraente.’

[...] Conforme dados da pesquisa, as pessoas que vivem nas ruas ganham em média R\$ 19,30 por dia por meio de trabalhos e esmola. Daquilo que recebem, 69% gastam com comida, 41,4% com bebida, 33,6% com cigarro e 19,6% com drogas. ‘O combate ao tráfico de drogas no centro é uma política pública fundamental’, defende a pesquisadora.

Outro dado importante é que 52,5% dos que vivem nas ruas passaram antes por internações em outras instituições, como Fundação Casa – a antiga Febem – (11,2%), clínica de álcool e droga (25%) e hospital psiquiátrico (8,2%). (MANSO, *O Estado de S. Paulo*, 01/06/2010)

Outro dado desalentador é o vício por parte da população em situação de rua, haja vista a grande maioria ser dependente de álcool e/ou drogas. Segundo dados da FIPE, seriam

74,4% dos entrevistados, o que seria um indício da convivência associada ao vício como prática social? Ou seja, o vício poderia estar associado com a própria sobrevivência na rua como espaço de socialização?

Cerca de 400 moradores de rua dormem no Triângulo Histórico de SP

[...] DROGAS

A pesquisa da Fipe mostrou que a maioria dos moradores de rua bebe e usa drogas. ‘A questão do uso de álcool e drogas é um grande desafio da modernidade em todas as camadas sociais, e ainda não temos abertura para intervenções inovadoras’, expõe o professor Walter Varanda. O que nos faz pensar que o problema dos usuários de substâncias psicoativas que moram na rua não tem solução, intensificando o processo de estigmatização contra elas.’

Dos entrevistados, 74% declara ser adepto do álcool, drogas ou ambos. Entre os 18 e 30 anos, a proporção atinge 80%. Mais da metade já foi internada em alguma instituição – casas de detenção e clínicas de recuperação. A droga mais consumida é o crack. Mais da metade declara utilizá-lo. Já os mais velhos preferem o álcool. ‘A discussão sobre internação compulsória, por exemplo, é uma forma de criminalização dos usuários, que, diga-se de passagem, indica o retrocesso na forma de encarar o problema’, opina Varanda [...].

(SPILLARI, *O Estado de S. Paulo*, 29/07/2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,cerca-de-400-moradores-de-rua-dormem-no-triangulo-historico-de-sp,587723,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 19h)

No trato com a questão social dos informais, um fator social importante a ser observado quanto à dependência (seja de drogas, álcool, etc.) é sua configuração espacial como lócus de socialização e sobrevivência na rua, haja vista a rua ser um ambiente que exige adaptação, ser uma luta diária pela sobrevivência, até mesmo dos conflitos, frio, fome. Deve-se observar a necessidade de se pensar políticas públicas que alcancem a temática da dependência levando-se em conta programas sociais que visem inserir socialmente as pessoas em situação de rua num ambiente onde se sinta parte cultural, social e economicamente.

CIDADANIA

Na parte relativa à cidadania, a pesquisa FIPE traz um resultado desalentador relacionado aos direitos humanos. Entre os autores da violência, a polícia aparece em segundo lugar, o que revela o despreparo e a falta de formação das autoridades constituídas no respeito ao morador em situação de rua; justamente por estar em situação de vulnerabilidade é que mais deveria ter assegurada a proteção do poder público.

QUADRO 17

Violência na rua

Sofreu violência na rua	Frequência	%	% válida
Sim	350	66,5	66,7
Não	175	33,3	33,3
Total	525	99,8	100,0
Sem informação	1	0,2	
Total	526	100,0	

Fonte: Tabela 6.2 FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 21).

QUADRO 18

Autores da violência sofrida (Respostas múltiplas)

Por parte de quem sofreu violência	Frequência	%
Moradores de rua	239	46,3
Polícia	144	27,9
Transeuntes	70	13,6
Comerciantes	23	4,5
Outro(s)	23	4,5
Respostas	499	
Respondentes que sofreram violência	341	66,1
Respondentes que não sofreram violência	175	33,9
Total de Respondentes (*)	516	100,0

*Excluídos os sem informação.

Fonte: Tabela 6.3 FIPE – Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo (in: SCHOR; VIEIRA, 2010, p. 21).

“[...] Quer seja total ou parcial, definitiva ou provisória, a exclusão, no sentido próprio da palavra, é sempre o desfecho de procedimentos oficiais e representa um verdadeiro *status*. É uma forma de discriminação negativa que obedece a regras estritas de construção [...]” (CASTEL, 2008, p. 46)

Também vale a pena considerar que a cidadania, como salienta Maria de Lourdes Cerquier-Manzini (2010, p. 12), se exerce pela “[...] prática da reivindicação, apropriação dos espaços, da pugna para fazer valer os direitos de cidadão [...]”.

Como prática constituidora de uma sociedade democrática e plural e não retirando e disciplinando os sujeitos informais que sempre lá estiveram, trabalharam, sobreviveram e construíram pela luta diária no frio e na fome, participação, solidariedade, uma identidade individual e social e não os segregando em outros espaços.

Disciplinar os espaços, retirando as pessoas indesejadas para tratamento forçado ou mesmo expulsando-as para outras áreas no entorno. Na medida em que a população que lá vive acaba tendo sua associação com a questão social, embora sejam um espaço complexo e que envolve políticas públicas, não exposição na mídia e tratamento de choque com acompanhamento da polícia. São sujeitos que trabalham, sobrevivem nas ruas, lutam pela dignidade, e o vício não é uma causa, mas consequência justamente da falta de gestão social.

Um dado que chamou atenção na pesquisa amostrada da FIPE, 2010, foi a exclusão do perfil socioeconômico dos considerados doentes mentais e alcoolizados em excesso.

E há que se considerar, para além da pesquisa, a necessidade de políticas de reabilitação e tratamento adequado, acompanhamento psicológico diante do universo de pessoas de rua ser a maior vítima de estereótipos e da própria desigualdade social.

O que seria uma política social da prefeitura para melhorar a vida dos moradores acaba por se chocar com a negação de direitos conquistados como liberdade de locomoção (dos moradores dessas áreas), diminuição dos espaços de convivência, com a retirada dos albergues nas áreas centrais, aumento da informalidade, controle policial sobre os moradores em situação de rua, dependentes químicos e mesmo a criminalização de movimentos sociais como os sem-teto nos espaços públicos da cidade.

3 HISTÓRIAS DE VIDA DOS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA

Há uma verdadeira operação de limpeza espacial e social das pessoas que vivem em áreas objeto das mudanças na cidade, ligadas às condições de vida, higiene, e uma ordem disciplinar, em que se passa aos poucos a se estabelecer uma personificação dos espaços e necessidade de sua regulação como projeto de revitalização da própria cidade, fazendo-a sair do estado terminal para uma sobrevida. Porém, o foco dessa intervenção espacial, em especial, são justamente os informais que dependem exclusivamente do espaço público para sobreviver.

É utopia pretender impedir que surjam moradores de rua

No caso dos moradores de rua, há a procura de respostas para duas questões centrais: o que leva as pessoas às ruas e o que fazer? Para a primeira, ainda não se conseguiu uma resposta consistente. Sabe-se que alguns fatores se encontram sempre associados. Assim, álcool, desemprego e rompimento de relações familiares surgem repetidamente nas histórias pessoais daqueles que foram viver nas ruas. Pobreza, dissolução dos vínculos familiares e desemprego são condições que muitas famílias, e pessoas, enfrentam. Nem todas, contudo, levam a perda das condições mínimas que impedem a chegada às ruas.

O que fazer? Como toda política de educação da pobreza, as intervenções junto aos moradores de rua devem ser multidimensionais.

Isso porque todas as dimensões de vida dessas pessoas se encontram atingidas: saúde, emprego, família, moradia, sociabilidade. Isoladamente, é possível identificar alguns fatores que podem tornar as políticas públicas dirigidas aos moradores de rua mais eficientes. Sem pretender uma enumeração exaustiva, pode-se apontar duas condições: a diversificação da rede de atendimento e a provisão de serviços de moradia social, notadamente para aqueles que estão chegando às ruas.

Duas observações finais. O consumo e a venda de drogas não são, certamente, a causa única que leva as pessoas às ruas. São, entretanto, um importante elemento da dinâmica das ruas que possibilita a geração de renda, reduz a eficácia das ações públicas, degrada as condições físicas e seduz jovens e adolescentes. E cabe observar que a questão dos moradores de rua não é uma “questão de polícia”, mas uma “questão social”. Há crescimento dessa população em todas as grandes cidades do mundo. Sempre houve pessoas vivendo nas ruas. Os moradores de rua hoje, entretanto, carregam as determinações da época em que vivemos. É utopia pretender, portanto, que políticas públicas possam reintegrar toda a população e impedir que novos moradores de rua surjam nos centros urbanos, e até mesmo em zonas rurais. É dever do Estado, contudo, dispensar atenção a essa população e procurar reduzir as condições que estão na origem desse processo. (SCHOR, *O Estado de S. Paulo*, 01/06/2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,e-utopia-pretender-impedir-que-surjam-moradores-de-rua,559677,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 20h)

Identificamos de início que a ordem num contexto atual como modelo de sociedade disciplinar significa repressão policial contra os informais e demais trabalhadores que reivindicam melhores condições de vida digna, e o progresso é o próprio sistema capitalista impulsionado pelo meio técnico-científico-informacional que potencializa a globalização atual, por meio da especulação imobiliária, segregação social e espacial. Porém, o poder local prefere aderir a essa lógica globalizante sem atentar para as questões dos mais pobres da cidade. E a função da gestão pública é justamente o oposto, cuidar da população como um todo, sem excluir os segmentos mais carentes. Certamente há fatores histórico-sociais nas medidas saneadoras da administração como sociedade autoritária e que privilegia a expulsão e marginalização ao associar moradores aos vícios, e estes apenas reproduzem o consumo da própria sociedade pertencente às variadas classes sociais. A dependência não é realidade apenas do informal que vive na rua, mas um problema de políticas públicas, haja vista os acidentes de trânsito constantemente serem associados ao uso do álcool pela própria mídia e em classes sociais com melhor poder aquisitivo que o morador de rua.

Por outro lado, a municipalidade em sintonia com a elite privilegia, pela arquitetura e urbanismo, design e engenharia, a organização e produção dos espaços que promovem mudanças como revitalização das áreas centrais como: mercado modelo, bairro da Luz, Vale do Anhangabaú, entre outros, solidificando as relações hegemônicas: políticas, econômicas e sociais. Como o trabalho morto, ou seja, imaterial, é representado por planejamentos, projetos, discursos, propaganda visando aumentar a desigualdade social e por consequência a situação de vulnerabilidade social dos informais. As medidas saneadoras representam por um lado a hegemonia da elite paulistana, por outro, potencializam o próprio capitalismo, como divisor das relações sociais de trabalho na cidade, modelo e símbolo da modernidade. A estética, o embelezamento são fortes impulsionadores desse projeto, criando uma falsa ilusão de melhorias para os mais pobres e enriquecendo a elite e potencializando possíveis e imaginários especuladores de plantão, classe média emergente. As imagens, paisagens projetadas por urbanistas (maquetes, projetos urbanísticos apresentados em alto estilo, discursos fascinantes projetados em equipamentos de última geração, entre outros artifícios da técnica) são fortes indutores de convencimento da “felicidade” quase sempre “alheia” e “elitista”.

A ordem permite o progresso capitalista como divisão e apropriação dos espaços, territórios, vidas, realidade. Permite a perversidade humana, por um sonho não realizável *a priori*. No entanto, outros territórios há. Outras possibilidades. A consciência e organização social, mudando o que deve ser mudado.

“[...] O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual. [...]” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 20)

A rua é sua moradia ou seu local de trabalho e objeto da política saneadora por parte da administração municipal que trata as questões sociais, como os informais dependentes químicos, como caso de polícia.

Porém, é relevante entender melhor a trajetória de vida desses atores sociais que compõem nossos territórios e que sobrevivem no dia a dia da rua.

História de Vida

EM SP HÁ 22 ANOS, BÓBI MORA NA RUA DESDE 2006

Ele foi comerciante, mas virou sem-teto depois de uma briga com a ex; agora, quer lançar um CD

Há 22 anos, o cantor e artista plástico Bóbi Neto, de 40 anos, saiu do interior da Bahia com o sonho de ficar famoso em São Paulo. Nascido Nelson Silva de Jesus, seu sonho era montar uma discoteca ou um bar e ‘ver no que dava’.

Trabalhou por cinco anos com construção e foi morar com a primeira das nove mulheres com quem viveu em São Paulo. ‘Brigamos feio uma noite. Deixei ela e a mãe dela lá e fui para a rua.’

Nessa primeira vez, Bóbi dormiu ao relento por 30 dias. Perdeu o emprego, mas logo se reergueu trabalhando como flanelinha em um cinema no centro. Depois, foi motorista em uma empresa de entregas e as coisas começaram a deslanchar. ‘Me casei, tive dois filhos e, em 1998, fiz um curso de canto popular e descobri que tinha uma vocação para a arte.’ Começou a tocar numa banda e fazer cover de Raul Seixas. ‘E eu cantava tão bem que cheguei a ir 29 vezes no programa do Leão Lobo.’

Bóbi começou a trabalhar com jardinagem, aprendeu a fazer cerâmica e abriu uma loja de artesanato em Mogi das Cruzes. Mas sua vida de empresário acabou logo. Primeiro, sua mulher fugiu de casa para morar com os filhos na Bahia, na casa de um primo por quem era apaixonada há anos. Depois, teve uma filha com outra mulher, que também o largou para voltar para a Bahia. E o golpe final veio quando uma briga com uma nova namorada acabou virando caso de polícia.

Isso foi em 2006. Desde então, Bóbi está na rua. Nos primeiros três anos, usou maconha, cocaína e, principalmente, crack. ‘Ficava o dia todo num quarto de hotel da cracolândia, e fazendo muita safadeza com as meninas que vendiam pedras.’ Hoje, ele conta que se recuperou sozinho.

A prova parece estar na retomada: ele vai lançar um disco de MPB com dois amigos e está terminando uma autobiografia.

Depois, Bóbi já sabe o que fazer. Primeiro, vai tentar sair da rua. E, depois, planeja uma viagem para o interior da Bahia, onde mora sua filha mais nova. ‘O que eu mais quero é mostrar para ela meu livro e meu CD para que ela veja que eu não estou aqui à toa.’

(BURGARELLI. *O Estado de S. Paulo*, 01/06/2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,em-sp-ha-22-anos-bobi-mora-na-rua-desde-2006,559678,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 20h)

A partir de depoimentos como o de Bóbi, é possível um outro olhar sobre a questão do morador de rua, como condição extrema, relacionada a perdas e superações ao longo da vida. Muitas vezes a rua é o único lugar que resta quando não há mais acolhimento social. E atendê-los por políticas sociais efetivas seria uma forma de resgatar sua dignidade como cidadão de fato e de direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algo marcante durante a análise dos discursos ao longo da pesquisa nos jornais foi justamente a utilização dos dados da FIPE sobre população de rua para fundamentar discursos estereotipados. Prefere-se dar ênfase a dados estratégicos da pesquisa quanto à dependência química diante do universo de informações pesquisadas. E por quê? Numa espécie de legitimação perante a população por meio de uma “base científica” para a questão desses informais do centro. Revela um discurso que traz consigo ideologias que estariam acima de quaisquer suspeitas e acima de possíveis questionamentos por sujeitos que não teriam o grau de conhecimento especializado.

Nesse aspecto, a cultura de massas se transforma em instrumento científico e tecnológico que tem como fonte de construção dos discursos a herança positivista no seio social e um viés autoritário pelo alinhamento da mídia ao discurso hegemônico e autoritário como matriz das nossas elites, na medida em que aqueles que estão com a “verdade” ditam as regras e impõem suas vontades ao corpo social. Na realidade, trata-se de uma deturpação de fatos. Vende-se a sociedade, em especial segmentos médios formadores de opinião, estereótipos quanto à questão do morador de rua associando-os as drogas, violência, caso de polícia e saúde pública. Que exige um tratamento rápido e eficiente, mediante ações firmes e enérgicas para o tratamento de uma espécie de crime que se alastra pela cidade, sendo necessária uma intervenção cirúrgica, via “limpeza social”, por se tratar de viciados, drogados, e não de cidadãos ditos de bem.

Portanto, pareceu-nos, a partir da pesquisa, que a mídia prioriza determinados fatos sociais da cidade associada à pobreza e à informalidade capazes de justificar a intervenção da municipalidade por meio dessas ações saneadoras e disciplinadoras como uma salvaguarda da própria moralidade e ordem no trato com a questão social do morador de rua, como ameaça ao corpo social sadio.

Alimenta-se o jogo de interesses corporativos locais, e, nesse discurso, há uma espécie de clamor público, como questão de segurança pública.

Para isso, ao longo dos anos, foi sedimentada a ideia de mudanças para a área, como necessárias aos reclames sociais; expressões como “Cracolândia”, “Crack”, “Internação compulsória” e Projeto Nova Luz são faces da mesma moeda, como realização utópica saneadora da elite paulistana. Ou seja, o desejo de exclusão social para quem mora na rua, nas áreas centrais.

Traduzidas em ações por meio de uma política municipal de segurança pública, inclusive fechando albergues no centro e expulsando moradores para outras áreas. Um instrumento que promove e legitima essas mudanças são as revitalizações do centro como técnica da arquitetura e engenharia no embelezamento de áreas estratégicas para outra classe social ocupar.

Também se verifica que essas políticas de saneamento por meio de projetos como Operação Delegada, Cidade Limpa, projetos de revitalização de áreas centrais, acabam por gerar mais segregação espacial e criação de estereótipos. Trata-se na verdade de um processo de exclusão social com o uso da repressão policial associada à especulação imobiliária crescente na cidade.

Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro*, chama atenção para a questão urbana e seu processo de deterioração por meio de um “olhar antropológico”, por meio de uma análise da pobreza como questão social. E não algo simplista que se resolve pela criminalização por parte do Estado.

Necessário seria um tratamento específico para os informais, em especial aos moradores em situação de rua. Para isso, propomos: a criação de núcleos profissionalizantes por subprefeituras; convênios entre a Prefeitura, universidades públicas e/ou privadas para a formação de grupos de pesquisa permanente da população informal, inclusive com a contratação pelo poder público municipal, via concurso público, de assistentes sociais, advogados, historiadores, psicólogos, médicos, cientistas sociais, visando trabalhar em parceria com as subprefeituras e as universidades no trato com a questão social; o estudo desse fenômeno social por meio de financiamento público visando ações efetivas para melhorar as condições de vida e trabalho desses atores sociais.

São importantes igualmente novas maneiras de agir por parte da municipalidade por meio de uma rede social para os sujeitos em maior vulnerabilidade social, uma gestão social que possibilite um programa permanente de distribuição de renda e salário (renda mínima) para pessoas que apresentem riscos de se tornarem futuros moradores em situação de rua, incluindo a contratação de novos assistentes sociais, as parcerias público/privado de geração de emprego e renda, aliadas à requalificação profissional e recolocação na formalidade, como contratação do poder público para serviços comunitários, acompanhado de tratamento em clínicas especializadas para os dependentes químicos.

Há também urgência da mudança na gestão das subprefeituras, em especial pela desmilitarização e eleição de representantes da própria comunidade.

Outro ponto relevante é a retomada da gestão democrática na cidade, a partir de políticas públicas locais em parcerias com as comunidades, na tomada de decisão de onde e como seriam gastos os recursos a partir de suas necessidades.

Há inclusive exemplos de associações e cooperativas de catadores de lixo que têm papel relevante com programa de renda mínima e melhoria de limpeza urbana da cidade. Exemplos que a própria prefeitura ignorou, restringindo esses espaços, fechando cursos de formação e cooperativas que desempenhavam papel relevante na formação para o trabalho, inclusive com reciclagem do lixo. Um exemplo positivo em vigor hoje na cidade é a Cooperativa dos Catadores da Baixada do Glicério (CooperGlicério) que desenvolve economia solidária entre seus membros na coleta de material reciclável. No entanto, esse caso não é regra. Ao contrário, constitui-se em exceção na cidade.

A grande questão é que as decisões da administração municipal são de gabinete e não levam em conta fatores socioeconômicos, de acompanhamento psicológico, de dependência química, de local adequado para essas pessoas conviverem com dignidade. Faltam políticas sociais que garantam moradia aos mais pobres, acompanhadas por uma política de emprego e renda, lazer, cultura, e melhores condições de vida, perspectivas de crescimento pessoal e profissional como os “cidadãos de bem” dessa cidade.

Vale ressaltar que, a partir da pesquisa realizada com moradores em situação de rua, verifica-se que fatores socioeconômicos contribuem para a vulnerabilidade social, incluídos: idade, escolaridade, rompimento de vínculos familiares e esses dados precisam ser utilizados para inclusão social, haja vista o próprio modelo capitalista de consumo excluir da formalidade por critérios extremamente preconceituosos pessoas com as características apontadas na pesquisa. Portanto, sem haver políticas públicas efetivas dificilmente essas pessoas voltarão a ser inseridas no mercado de trabalho ou terão acesso mínimo a bens públicos. Os dados da FIPE colaboram para uma interpretação cuidadosa do perfil do morador em situação de rua, e é a partir dessa análise que sugerimos algumas medidas, como as apontadas anteriormente.

No tocante aos jornais, quanto às políticas públicas do governo municipal, observa-se que a polícia, pela sua natureza, é repressiva, e estimula-se uma política de segurança pública em relação ao informal de repressão e exclusão social.

Uma política que favoreça mudanças do ponto de vista social como capacitação e criação de espaços para o trabalho dos informais, além de medidas que visem colocá-los na legalidade como cadastro e criação de uma área na região central destinada ao comércio desses informais. Que a memória nos revela sua importância histórica para a própria cidade como espaço social e cultural.

Observa-se que, entre outras causas das políticas públicas desastrosas, está o fato de a questão da cidadania no Brasil ter sempre sido um grande equívoco, uma verdadeira farsa. Diferentemente de garantir uma rede de proteção social que viabilize as necessidades básicas do cidadão como gestão pública preocupada com a pobreza alarmante, as pessoas são jogadas à própria sorte.

No Brasil, a democracia é defendida pelos economistas conservadores, bem como pela grande mídia e mesmo por políticos tradicionais como um sistema representativo que trabalha com restrições, ou seja, é uma democracia às avessas, já que ao invés do exercício da participação popular ser ampliado, ela é restringida e direcionada de cima para baixo. A classe média em sintonia com o pensamento dominante elitista não gosta de participação popular,

mas, sim, de privilégios. As decisões políticas passam por gabinetes em que alguns iluminados se acham preparados para governar o país em nome da democracia. Mesmo os movimentos sociais precisam de um líder que represente os anseios das massas como símbolo da luta pela democracia, não há uma cultura política no Brasil da democracia. O que há efetivamente são discursos seja pela mídia, seja pelo mercado, seja por políticos, de que existe ou não democracia no país em função de interesses de grupos, grandes corporações mundiais em sintonia com interesses elitistas nacionais, ou de empresas de comunicação ou de clãs que defendem um ideal de democracia, que é restritivo aos arautos da liberdade de expressão e sabedores do que é democracia. Embora formalmente tenhamos uma democracia mista: direta e indireta. O exercício da cidadania ativa ainda é mais formal que material. E fora dos sistemas partidários, de grupos de interesses elitistas e/ou comunicacionais, não se tornou uma cultura política. Embora a norma constitucional produza todos os efeitos que dela se espera do ponto de vista formal, teria, portanto, eficácia plena. No Brasil, está previsto na Constituição Federal de 1988 em seu art. 1º, incisos II e III, respectivamente entre os fundamentos do Estado Democrático de Direito a cidadania e a dignidade humana e sua associação com os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Falar em cidadania aqui é algo distante da nossa realidade, haja vista muitas pessoas não atingiram a condição de cidadãos, e não é por ignorância do povo, mas porque se busca criar estereótipos de todos os tipos para aqueles que ameacem os privilégios e interesses de grupos ou classes sociais abastadas. No Brasil, pobreza é associada à ignorância como forma de se manter desigualdades pela desqualificação social, é uma triste realidade presente em nossa sociedade autoritária desde sua concepção. Há, sim, uma constante criminalização dos movimentos sociais de luta por melhores condições de vida, ou dos que lutam por direitos. E São Paulo se revela como a síntese dessa cultura autoritária como constituidora da nossa formação colonial.

Faz-se mister, do ponto de vista social, mudanças concretas nas políticas governamentais, principalmente no município de São Paulo, no tratamento da informalidade, ao invés de usar do autoritarismo, mecanismos de maior eficiência.

Em especial no trato com a dependência química enquanto dilema humano que passa pela família, sociedade e acaba no abandono na rua, num ciclo perigoso em que se paga qualquer preço para a manutenção do vício.

As políticas públicas do Estado e Município deveriam dar condições de recuperação e reinserção social ao invés de criminalizá-los. Revela-se na própria falência do município

como instância mais próxima desse indivíduo, que teve sua cidadania negada, acabando por se tornar vítima dos traficantes.

Aumentar o investimento em políticas sociais de renda, emprego, moradia, aumento do número de albergues em áreas de maior vulnerabilidade social, como as áreas centrais polos naturais de atração da pobreza, onde há mais violência, acompanhadas por políticas de assistência social como acompanhamento jurídico, psicológico, assistencial, alimentar em caráter emergencial também se constitui em instrumento que ameniza os problemas sociais e da marginalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República federativa do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. 315p.

BURGARELLI, Rodrigo. Em SP há 22 anos, Bóbi mora na rua desde 2006. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 01/06/2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,em-sp-ha-22-anos-bobi-mora-na-rua-desde-2006,559678,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 20h.

CASTEL, Robert. *As armadilhas da exclusão* In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. (orgs.). *Desigualdade e a questão social*. 3ª ed. São Paulo: Educ, 2008. 271p.

CERQUIER-MANZINI, Maria Lourdes. *O que é Cidadania*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2010. Coleção Primeiros Passos.

COLETIVO POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL (vários autores). *Cidade Luz: Uma investigação-ação no Centro de São Paulo*. São Paulo: Editora PI. Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/02/cidade_luz.pdf>. Acesso em: 23/04/2011 às 11h46.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir (História da Violência nas prisões)*. Petrópolis: Vozes, 2008. 262p.

JAPIASSÚ, H. F. & MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 5ª med. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 309p.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão social: traduções regionais de duas categorias da prática. *Revista Econômica*, vol. 4, n.1. 2003.

MANSO, Bruno Paes. *Mais da metade dos jovens na rua é viciada em crack*. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Metrôpoles/Cidade C5, São Paulo, 01/06/2010.

MOCARZEL, Evaldo. (Direção). *À Margem da Imagem*. Produção SP Filmes de São Paulo. Documentário. 72'. 2003.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro (A formação e o sentido do Brasil)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 476 p.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 1ª ed. São Paulo: Best Seller, 1999. 650p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: Território e sociedade no século XXI*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473p.

SCHOR, Silvia. É utopia pretender impedir que surjam moradores de rua. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 01/06/2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,e-utopia-pretender-impedir-que-surjam-moradores-de-rua,559677,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 20h.

SCHOR, Silvia Maria; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *Principais resultados do Censo da População em Situação de rua da cidade de São Paulo, 2009*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2009.

_____. *Principais resultados do Perfil Socioeconômico da População de Moradores de rua da área central da cidade de São Paulo*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2010.

SPILLARI, Carolina. Cerca de 400 moradores de rua dormem no Triângulo Histórico de SP. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29/07/2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,cerca-de-400-moradores-de-rua-dormem-no-triangulo-historico-de-sp,587723,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2011 às 19h.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-Chave – um vocabulário de cultura e sociedade*. Trad. Sandra Guardini Vasconcelos. Prefácio Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Boitempo, 2007. 457p.

ZANCHETTA, Diego. Estudantes detidos após confronto com a PM. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Cidades/Metrópole C11, São Paulo, 14/01/2011.

A PRISÃO COMO ESCOLA TRANSMISSORA DE APARATOS INSTRUCCIONAIS VIOLENTOS: UM ESTUDO DE CASO

MARIA DE FÁTIMA SCAFFO

Doutoranda em Memória Social (UNIRIO), Mestre em Psicologia (UGF), Docente da Faculdade Internacional Signorelli – fatimascaffo@gmail.com

FRANCISCO RAMOS DE FARIAS

Doutor em Psicologia (UGF), Mestre em Psicologia (UGF), Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (UNIRIO) – frfarias@uol.com.br

Resumo:

A escola de prisão ou cultura prisional se caracteriza por teias de relações que promovem violência e despersonalização. As relações interpessoais ou intergrupais são delimitadas por um conjunto de valores que deve ser obedecido sem contestação. Sendo a escola da prisão marcada por graves violências físicas e psicológicas, estas experiências repercutem na necessidade da rápida assimilação da cultura carcerária, as quais, inicialmente, objetivam a sobrevivência. Neste artigo apresentamos um estudo de caso que destaca o aumento da periculosidade dos detentos, e consequente dificuldade de reinserção social a partir da aquisição dos aparatos instrucionais adquiridos no contexto prisional.

Palavras-Chave: Prisão, Escola, Violência.

Abstract:

The school of prison or prison culture is characterized by webs of relationships that promote violence and depersonalization. Interpersonal or intergroup relations are defined by a set of values that must be obeyed without question. As the school of prison marked by severe physical and psychological violence, these experiences are reflected on the need for the rapid assimilation of the prison culture, which initially aimed survival. This article presents a case study that highlights the increased danger of detainees, and the consequent difficulty of probation from the acquisition of instructional devices purchased in the prison context.

Keywords: Prison, School, Violence.

Este artigo evidencia através de um estudo de caso que, embora a prisão seja concebida, além de outras possibilidades, em termos de reeducação e ressocialização do sujeito, privado da liberdade pela transgressão às regras, na verdade vem se tornando um espaço de aquisição de aparatos instrucionais criminais, transmitidos de detento para detento, tornando-os violentos contumazes.

Toda vida social está baseada em regras e normas de conduta e o não cumprimento desses protocolos pré-estabelecidos é considerado um desvio social que será cobrado através de sanções e punições que variam das ações policiais, da justiça até das prisões. O sistema penal, criado para que comportamentos desviantes sejam punidos e corrigidos, deve ser baseado na valorização do ser humano e proporcionar a capacidade de interiorização de ações e atitudes que promovam a reinserção do indivíduo à sociedade. Porém, na realidade a prisão constitui uma sociedade específica, na qual os muros demarcam os mecanismos de confinamento e controle opressor sobre os egressos se afastando assim do propósito que lhe é destinado. “Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento” (FOUCAULT, 1994:158).

Como instrumento de combate à reincidência ao crime, as políticas de segurança pública, em sua essência teórica humanista, propõem que, durante o período de encarceramento, o sujeito, transgressor às normas sociais seja alvo de constante processo correção e conscientização de seu delito, tentando evitar assim a reincidência. Dessa forma, a pena não pode ser aplicada como uma vingança do Estado, mas somente como medida útil para a sociedade, voltada para o combate ao crime e diminuição da violência.

A aplicação de qualquer medida de punição ou mesmo a restrição total da liberdade deve obedecer a uma série de critérios, que comprovem a existência de indícios da prática de um crime e, conseqüentemente, a medida aplicada deve estar de acordo com o princípio de adequação e proporcionalidade.

Todas as leis, regulamentos e organizações, que são criadas para que tais comportamentos desviantes sejam prevenidos, punidos e corrigidos, devem proporcionar a capacidade de interiorização de comportamentos e atitudes, através da persuasão e da ação simbólica, a uma determinada forma de dominação (SANTOS 1999). A verdade é que a sociedade rotula negativamente os indivíduos que têm comportamentos desviantes e os penaliza.

O sistema penal na atualidade, como mais um instrumento de manutenção da ordem social deveria ser baseado na valorização do indivíduo, e, conseqüente, busca de reinserção a sociedade.

Em concordância com essa proposição, o Brasil em sua Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XLVII proíbe a pena de morte, os trabalhos forçados e as penas cruéis. Como medida útil à sociedade que se pretende fraterna e promotora de oportunidade e ressocialização, a privação da liberdade é qualificada como um instrumento de combate à criminalidade.

Contudo, com se sabe, tanto a sociedade marcada pelas desigualdades entre as classes, como o sistema prisional brasileiro apresentam sérias contradições, uma vez que a primeira exclui e a segunda funciona muito mais como uma escola de criminalidade, incompatível com a precípua função ressocializadora. Hoje não se ignora que a prisão não regenera nem ressocializa ninguém, perverte, corrompe, deforma, avilta, embrutece, é uma fábrica de reincidência, é uma universidade as avessas onde se diploma o profissional do crime (EVANDRO LINS E SILVA, 2001:19). O que na verdade se observa no interior do sistema prisional é muito mais uma especialização na prática relativa aos delitos já cometidos, como também a aprendizagem de novas estratégias de criminalidade.

Neste estudo objetivamos refletir sobre a transmissão de aparatos instrucionais na prisão, a aquisição de estratégias e técnicas de aperfeiçoamento de detento para detento que tornam as prisões mais um instrumento de promoção de comportamentos violentos e as conseqüências de tal aprendizagem para a vida futura do detento dentro e fora do sistema prisional.

As instituições penais originaram-se por exigência do próprio homem, pela necessidade de um ordenamento coercitivo que assegurasse a paz e a tranquilidade em sua convivência com os demais seres humanos. Trata-se de uma imposição do próprio relacionamento inerente ao contrato social (CANTO, 2000). As prisões no Brasil, salvo raros e breves momentos na sua história, sempre apresentaram condições deterioradas, com superlotação, privações materiais, violência e arbitrariedades.

Na atualidade as condições não são diferentes. O sistema penitenciário brasileiro continua apresentando-se bastante complexo, no que se refere a diferentes aspectos, cuja variação se instala desde a estrutura física até a própria dinâmica funcional.

Desde meados do século passado, as políticas penitenciárias continuam mantendo as mesmas diretrizes, sem nenhuma renovação. Na verdade, são concebidas como

respostas emergenciais resultantes do crescimento da criminalidade, e não como espaço promotor de ressocialização e conscientização no que tange ao delito cometido.

O fato é que as políticas penitenciárias estão imersas numa dinâmica em que persiste a herança de arbítrio e violência, autoritarismo em termos de gestão, naturalização da alta incidência de crimes no seu interior, convivência com a setorialização implantada pelos detentos e seus comandos, enfim, precárias condições de encarceramento, o que tem resultado em rebeliões, fugas e várias mortes entre os detentos.

Pesquisadores do sistema prisional tais como Coelho (2003), alertam que a nossa realidade é arcaica, os estabelecimentos prisionais, em sua maioria, representam para os reclusos um verdadeiro inferno em vida, onde o preso se amontoa a outros em celas (seria melhor dizer em jaulas) sujas, úmidas, anti-higiênicas e superlotadas, de tal forma que, em não raros exemplos, o preso deve dormir sentado, enquanto outros revezam em pé. A crise do sistema penitenciário brasileiro não é uma ocorrência da atualidade, ao contrário, é sim uma continuidade, fruto de um longo processo histórico permeado pela exclusão, marginalização e destituição dos direitos humanos mais básicos constitucionalmente garantidos. Há uma série de fatores que levam à marginalização dos indivíduos, nomeadamente: a miséria herdada, a guetização, a disfuncionalidade das famílias que se reproduzem disfuncionais, uma espécie de incapacidade para gerir recursos pessoais e sociais geradora de não integração social harmoniosa (Jardim, 1995). A marginalização é marcada por estereótipos historicamente construídos de criminalidade. “Na sua vida exterior, pelas práticas que determinam a sua pertença às várias subculturas marginalizadas, o indivíduo é objeto de uma rotulação negativa, alterada na prisão, onde acumula uma outra rotulação” (Carvalho, 2003). Em concordância com este autor acentuamos que, obrigado por circunstâncias multifatoriais, o detento ingressa no processo de aquisição de aparatos instrucionais da cultura prisional, os quais determinarão sua estada no sistema penitenciário, podendo se tornar traços mnêmicos norteadores do restante de sua vida. O sistema carcerário na realidade funciona a partir de três vertentes de controle. Podemos compará-lo a uma pirâmide de regras na qual o Estado apesar de ocupar um lugar de maior importância, o topo, também detém a menor parcela. O segundo patamar seria ocupado pela ação dos agentes penitenciários, que respaldados pelas leis do Estado executam o ordenamento da dinâmica prisional. A base da referida pirâmide é ocupada pela cultura dos detentos, a qual afeta diretamente o cotidiano de cada preso moldando a experiência prisional de cada um. A escola da prisão na verdade não é espaço físico, mas uma dinâmica

relacional composta das regras do Estado, das regras dos agentes penitenciários e as dos detentos. Quanto às regras do Estado temos a Constituição de 1988, que contém garantias explícitas para proteção da população encarcerada, entre essas garantias "é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral". Um detalhamento das normas prisionais brasileiras, ou pelo menos suas proposições para o sistema prisional pode ser encontrada na Lei de Execução Penal (LEP) adotada em 1984. Essa lei reconhece um respeito saudável aos direitos humanos dos presos, contendo várias provisões e ordenamento de tratamento individualizado, proteção aos direitos substantivos e processuais dos presos e garantia de assistência médica, jurídica, educacional, social, religiosa e material. O objetivo dessa lei não é a punição, mas, a "ressocialização das pessoas condenadas", como também a preocupação com a humanização do sistema prisional, e, incita os magistrados ao uso de penas alternativas como fianças, serviços comunitários e suspensão condicional. No Brasil as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso, RESOLUÇÃO Nº 14, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1994, Publicada no DOU de 2.12.1994, em seu Capítulo 1, Art. 1º, obedecem aos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem e daqueles inseridos nos Tratados, Convenções e Regras Internacionais de que o Brasil é signatário devendo ser aplicadas sem distinção de natureza racial, social, sexual, política, idiomática ou de qualquer outra ordem. Na prática, no entanto, o sistema carcerário passa longe das determinações legais. A falta de organização e estrutura tornam as penitenciárias cada vez mais superlotadas e os presos que cometeram crimes mais diversos, tais como latrocínio, extorsão, sequestro, formação de quadrilha, estupro, tráfico de drogas, homicídio, agressão, assalto, acabam por dividir o mesmo ambiente, salvo em condições especiais, quando considerados de alta periculosidade. Podemos também citar como uma das questões concorrentes para o mau funcionamento da dinâmica carcerária, nomeadamente as orientações administrativas e ideológicas recebidas pelos agentes penitenciários, protagonistas do ordenamento do sistema. A ausência de capacitação, valorização salarial, a exaustiva jornada de trabalho, a tensão diária, entre outros e a falta de fiscalização por parte do Estado torna o sistema penitenciário alvo fácil de funcionários inescrupulosos que estabelecem leis próprias, ou seja, um sistema disciplinar, quase sempre distante do que a lei estabelece. É comum no sistema penitenciário o uso da lei Talião, olho por olho, dente por dente, usada, por exemplo, para crime praticado contra os costumes (estupro, atentado violento ao pudor) que foi alterado pela L-012. O15-2009 para Crimes Contra a Liberdade Sexual. Nesse

enquadramento, costuma ser comunicado aos outros integrantes do espaço a condição do preso, fato considerado como uma permissão para uso sexual do mesmo. A verdade é que em nome da correção e da segurança os detentos são tratados com violência, o que pode provocar redução de sua humanidade, torná-lo mais perigoso e calculista. Sem sombra de dúvida o sistema penitenciário tem se tornado ao longo de sua história um local de horrores, de tormentos, físicos, morais e psicológicos, onde o detento passa fazer parte de uma verdadeira indústria do crime. Quanto à aprendizagem com os demais detentos, terceira vertente, base da pirâmide apontada anteriormente, podemos assegurar que a prisão é fundamentalmente uma escola de crimes que se comparada a uma escola de aplicação também contém em sua estrutura, estágios nos quais o detento é avaliado para sua progressão. A escola da prisão ou cultura prisional se caracteriza por teias de relações interpessoais violentas, que embora promovam o distanciamento da identidade anterior do egresso visam à proteção dos iguais, ou seja, os detentos considerados como fieis ao sistema imposto pelos dirigentes desta micro organização. Estruturada por um conjunto de conhecimentos entre os internos é mantida através da subordinação à hierarquia do poder prisional, a qual pode nos remeter a estrutura de uma organização privada do mercado convencional, com funcionários responsáveis pela escala de produção de produtos (bebida artesanal, drogas, armas, etc.), funcionários para treinamento e outros funcionários articuladores das metas a serem alcançadas (negociação com os agentes penitenciários, entrada de matéria prima, dentre outros) e é claro, a chefia a quem os demais se reportam. Este toma para si o controle e a aplicação de regras sobre os demais presos visando mate-los submissos a si e seu grupo. A aculturação prisional tem início com um interrogatório para identificação do novato na dinâmica prisional. O apelido, o artigo, ou seja, crime cometido, entre outros critérios de avaliação revelam a situação do egresso e conseqüentemente o processo a que ele será submetido. Como um rito de passagem precisará de resistência férrea para demonstrar sua masculinidade e a adesão como compromisso ao grupo que o “acolherá”, como por exemplo, raspar a cabeça, usar determinado tipo de identificação, entre outros símbolos de pertencimento. A partir desta etapa podem ocorrer dependendo de como o egresso for categorizado, várias sessões de tortura física, psicológica, moral e sexual ou a execução de tarefas consideradas inferiores, tais como: lavar roupas, limpar a cela, pagar somas em dinheiro, etc. As regras de convivência podem variar de um pavilhão ao outro e entre facções diferentes, porém, com a presença constante da violência para a introjeção dos aparatos necessários à sobrevivência. Contudo,

frequentemente, os lugares de liderança, consideradas as vozes ativas, são sempre ocupados pelos presos mais antigos ou os ligados às facções de maior periculosidade, os quais têm o poder de determinar as punições entre os presos em caso de desrespeito às regras, que variam de surras mais ou menos violentas até a execução. O desrespeito às regras pode fazer com que o preso passe à condição de condenado pelos membros do sistema prisional. As relações interpessoais ou intergrupais podem ser estabelecidas por raça, condição social anterior do detento, etnia, religião, pertencimento a uma determinada facção, etc. Porém, são totalmente delimitadas por um conjunto de valores que deve ser obedecido sem contestação. Entre as regras e códigos que devem ser obedecidos destacamos o respeito às visitas de outro detento, sendo a quebra da regra uma condenação à morte. Os presos que detém esse poder paralelo dentro da prisão, não são denunciados e, na maioria das vezes também permanecem impunes em relação às suas atitudes. Isso pelo fato de que, dentro da prisão, além da "lei do mais forte" também impera a "lei do silêncio". A vigência da lei do silêncio em relação às regras de convivência, execução de tarefas (vendas de drogas, prática de corretivos, homicídios, comercialização de bebidas artesanais, etc.) devem ser totalmente assimiladas, respeitadas e realizadas com êxito, uma vez que o comportamento de cada um é inspecionado pelos outros presos. Sendo a escola da prisão marcada por graves violências físicas e psicológicas, estas experiências repercutem na necessidade da rápida assimilação da cultura carcerária, a qual como foi mencionada inicialmente, objetiva a sobrevivência. Fenômeno estudado por diferentes áreas, a prisionalização ou institucionalização, revela como o ambiente institucional molda e transforma os detentos, o que decorre da assunção em maior ou menor grau de hábitos, costumes, valores e formas de pensar através da cultura penitenciária. Como uma sociedade dentro de outra sociedade, os membros do sistema carcerário reproduzem hierarquias e disputas de poder, e, com o alibi da convivência do aparato policial, estabelecem relações de dominador – dominado. Neste entendimento “a verdade é poder e é importante identificar-se qual o regime de verdade que se arranja em determinada instituição, ou ainda, o importante não é a verdade, mas quais são as regras que determinam a verdade e quem cria e controla essas regras (FOUCAULT, 1979). Os protocolos dessocializadores aplicados através da coerção subtraem dos detentos os vestígios de seu pertencimento a sociedade anterior, restando-lhe a sujeição aos novos parâmetros ditados pelas regras da comunidade prisional. Sentenciado e desvinculado da sociedade por ter se tornado indesejável a ela, o detento passa por outro julgamento que o colocará

entre os “desejáveis e indesejáveis ao sistema penitenciário”, desejável e indesejável à comunidade prisional. Retomamos a afirmação de Foucault para ratificar que o detento procurará se afiliar a parte que dita e controla as regras no sistema como um todo. Assim o detento aprenderá códigos não escritos, a quem obedecer, nunca delatar, ter cautela em todas as ações, ouvir e não ter conhecimento, silenciar e principalmente proteger-se, ora driblando as regras impostas pela instituição penal, ora se comportando de acordo com a cultura prisional, avessa ao que formalmente anuncia a instituição carcerária, adaptando-se a cultura que lhe é transmitida pelos outros detentos. Ressaltamos que essa adaptação não ocorre sem um enorme dispêndio de energia psíquica em função da ambivalência entre a ameaça visível e a invisível, entre o que pode ser dito e o impronunciável. Com todos os direitos civis extraídos desde a chegada ao sistema prisional, recebendo da instituição o que pode ser definido como um pouco acima do nível das necessidades mais básicas, o detento sofre deteriorização de sua identidade, para a qual receberá uma prótese a partir de seu aprendizado dos aparatos instrucionais e sua imersão na cultura carcerária. Esta máscara além de propiciar um refúgio de si mesmo e da percepção sensível de sua nova condição, lhe oferece uma certa duplicidade comportamental que varia entre resistência e socialização, “permitindo” ocultar possíveis temores e garantir sua participação perigosa, perversa e violenta. Sujeito às frequentes tensões buscará apadrinhamento, ser útil, másculo, violento, enfim, toda sorte de integração e pertencimento. Já totalmente despido de seus referenciais anteriores torna-se assujeitado às regras da cultura prisional das quais também pode ser futuramente um transmissor para os novos egressos. A junção de todos esses fatores deletérios mencionados, atrelados à falta de segurança nas prisões e o ócio dos detentos, leva à ocorrência de outro grave problema do sistema carcerário brasileiro: as rebeliões e as fugas de presos. As rebeliões são levantes organizados pelos presos de forma violenta que objetivam, em sua maioria, reivindicações de direitos, ou ainda, uma forma de chamar a atenção das autoridades quanto à situação desumana na qual os detentos são submetidos dentro das prisões, entre outras questões. Já em relação às fugas, podemos assinalar que sua ocorrência pode estar associada à falta de segurança dos estabelecimentos prisionais, aliada à atuação das organizações criminosas, como também por parte de policiais e de agentes corruptos da administração prisional. O fato é que o Estado não tem se imbuído efetivamente de sua responsabilidade de ordenamento do sistema penitenciário e muito menos do trabalho de reinserção social, previsto na Lei de Execuções Penais (LEP, 1984), ao contrário, tem contribuído para a

perda do sentido de dignidade que resta ao detento. Sobre essa questão Coelho (2003) assegura que o sistema carcerário “nada mais é do que um aparelho destruidor de sua personalidade, pelo qual não serve para o que diz servir, neutraliza a formação ou o desenvolvimento de valores; estigmatiza o ser humano; funciona como máquina de reprodução da carreira no crime; introduz na personalidade a prisionização da nefasta cultura carcerária; estimula o processo de despersonalização; legitima o desrespeito aos direitos humanos”. Como então ressocializar? Sabemos que o perfil sócio-econômico da população carcerária é em sua maioria pobre, portanto já excluídos socialmente antes mesmo de ingressarem no sistema penal. O nível baixo de escolaridade indica a ausência de oportunidade de inserção no mercado de trabalho anterior à detenção. Não tendo nenhuma modificação em termos de aquisição de habilidades formais durante o tempo de reclusão, o apenado mantido na ignorância, aliás, muito útil ao não questionamento das múltiplas violações de seus direitos, o ex-detento tende a retornar ao convívio social sem condições mínimas de sobrevivência digna, o que faz com ele lance mão dos aparatos instrucionais adquiridos durante o tempo de reclusão. O Estado ao não cumprir com as obrigações previstas em leis, tais como, assistência educacional e ensino profissional, muito menos aperfeiçoamento técnico das habilidades adquiridas pelo detento anterior a sua entrada no cárcere torna-se corresponsável pela reincidência à criminalidade. Desta forma o confinamento não promove condições para reinserção à sociedade que aprisionou, ao contrário, apenas favorece o desenvolvimento de habilidades adquiridas e aprimoradas a partir do ingresso no sistema penal, processo que se dá através da transmissão de aparatos instrucionais. A aquisição de estratégias de ação e técnicas de aperfeiçoamento no universo do crime, nas prisões, resulta em mais um instrumento de promoção da violência, pois sendo um aprendizado baseado na experiência, engloba aspectos como avaliar, reunir e utilizar o melhor possível os recursos para alcançar a excelência na produção de resultados. Assim as atividades criminosas vão sendo aperfeiçoadas em seu modus operandi, alcançando uma condição cada vez mais elaborada, complexa, polimorfa e difícil de ser combatida. O que se nota a partir deste aprendizado é que indivíduos que ingressam no sistema penal acabam por desenvolver comando, maior habilidade para liderança, maior conhecimento sobre a forma de realizar tráfico, roubo, escambo de drogas por armas, enfim, diferentes formas de obter vantagem econômica pela difusão do medo e insegurança no âmbito social. A pesquisa em tela foi realizada no presídio Hélio Gomes; município do Rio de Janeiro e faz parte do Núcleo de Investigação: O Ato Criminoso como modalidade de Gozo. Em

função da peculiaridade do tema, foi utilizado o estudo de caso, concebido como uma investigação sistemática de uma instância específica da realidade. A característica principal desse método é a ênfase na singularidade do objeto de estudo ou de poucos objetos, pressupondo-se que essa investigação possibilite a compreensão da generalidade do mesmo ou o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa. Assim, estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto ou sujeito, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico.

Desse modo, escolhemos como unidade de análise um detento de 25 anos, classe medida da zona sul do Rio de Janeiro, preso por sequestro, com pena de oito anos, que, por seus atos de violência, tornou-se conhecido como xerife; terminologia adotada para qualificar o detento que assume voz de comando na cela, a quem os demais prestam obediência, cumplicidade e serviços. Este tipo de funcionamento reproduz, de certa maneira, a estrutura hierárquica do sistema penal.

O processo de investigação em tela foi registrado em sete encontros, nos quais o detento consentiu na utilização dos dados para análise e publicação dos resultados da investigação, respondendo as questões com clareza sobre sua posição subjetiva frente aos crimes praticados. Em relação a sua entrada no mundo do crime, alega que foi sem querer: “comecei sem querer, mas não entrei enganado. Comecei a andar armado (...) a assaltar bancos e já fiz oito sequestros”. Quanto aos assassinatos cometidos, informa primeiramente que: “eu já matei bastante, uma média de dez a quinze pessoas”. A seguir, retoma a questão do quantitativo de mortes perpetradas e declara: “Agora você já sabe que mandei dez pro inferno”. Com aparente tranquilidade, embora apresentando dados contraditórios, acrescenta que as pessoas mortas não valem a pena: “Tudo bicho ruim”. Cabe salientar que não se sente responsável pelos crimes cometidos, ao contrário, os justifica, alegando que precisa ajudar a mãe, pois considera obrigação do filho fazer tudo pela mãe. “Se eu tiver que matar pra ajudar a minha mãe eu mato até a mãe dos meus filhos”. Depreendemos deste fragmento de discurso, uma tentativa de usar o sentimento que nutre pela mãe para mais uma vez justificar seu percurso nas atividades criminosas. Lembramos na esteira de Farias (2009: 45) que o motor e a estrutura das ações criminosas podem ser atribuídos ao ideal de que o estilo de vida rico, de quem detém o controle e posse de bens, é o melhor.

Sobre o seu modo de viver antes do cárcere, informa que tem dois carros, um bar, uma casa e que dirigir é seu fraco. “Dinheiro faz muitas coisas boas na vida. Com dinheiro se

tem a mulher que se quer, carros, comida boa e tudo mais”. Disso aludimos que o crime parece ser a forma de manter o status que considera ter total direito. “Quando eu sair daqui, eu vou voltar pra vida do crime. Eu vou voltar a sequestrar. (...) Tudo é uma questão de inteligência. Eu prefiro sequestro que assalto. No assalto, a pessoa corre e eu acabo matando. Em sequestro, é mais calmo”. Constatamos a partir do discurso do detento em questão, que o encarceramento não promoveu nenhum arrependimento dos crimes cometidos, ao contrário, reitera sua posição frente ao crime, colocando-a como uma questão de inteligência, optando claramente por se manter a marginalidade para retomar o status experimentado anteriormente. De forma arrogante critica os policiais, o sistema penal e a sociedade. Destaca a superlotação no presídio, a violência dos agentes na execução do ordenamento no cotidiano dos detentos e as condições insalubres representadas por pessoas amontoadas em condições subumanas. Justifica o comportamento violento de detentos como resultante da tortura física e moral a que são submetidos diariamente.

Ao dar continuidade ao seu relatar sobre seu percurso na criminalidade, apresenta baixo nível de implicação com os delitos cometidos e aponta a possibilidade reincidência. “Perdi muito tempo e dinheiro. Minha vida aqui dentro é muito ruim. Por isso tenho que sair logo”. Sua saída do sistema penal aponta para a tentativa de recuperação do tempo e dinheiro perdido em detrimento das possíveis consequências advindas de tal escolha.

É perceptível que a escalada de periculosidade alcançado em seu percurso produziu um significativo aumento de sua potência destrutiva que visa predominantemente à aquisição de lucros, estabilidade financeira para reaver os bens que antes possuía e manter prestígio e dominação no mundo do crime.

Encontramos em Farias (2009:45) a afirmação que ora usamos para ratificar nossa posição, quanto à mobilização do encarcerado para manter sua escolha pela criminalidade dentro e fora do sistema penal. “Seja num ou outro âmbito, o crime faz parte de um ciclo vicioso, uma vez que o criminoso tem que repeti-lo para ganhar e garantir prestígio, como também para obter bens, poder e dinheiro por um método mais rápido”.

No que concerne ao uso de arma, afirma que quando puxa o gatilho é para atirar, não para assustar. Fica claro que a violência é usada por ele de forma instrumental, como um fim em si mesma, diante da qual afirma saber como agir com eficiência e propriedade.

Esclarece que na unidade prisional ninguém sabe o que ele fez, uma vez que age de tal modo que cause a impressão de que tem um bom comportamento, como veremos a seguir. Este procedimento objetiva manter-se na condição de injustiçado socialmente, aliás, postura que é adotada pela maioria dos detentos. A não assunção do delito cometido pode ser interpretada como um mecanismo de projeção, no qual a sociedade é depositaria primeira das razões que o levaram ao cometimento da atividade criminosa.

Justifica que esse modo de proceder se deve a necessidade de produzir uma aparência de que não fez nada do que é acusado. Sinalizamos que a justificativa apresentada se assenta no binômio: virilidade e coragem, mesmo diante da injustiça quanto ao seu encarceramento.

A título de exemplo, utiliza o fato de trabalhar na prisão e ajudar aos presos quando estão feridos, além de mandar dar dinheiro para família de detentos que estão passando privação. Embora esta estratégia de manipulação vise como já aludimos, lograr vantagens pessoais, dentro e fora do sistema penal, consideramos oportuno lembrar que determinadas posturas estão previstas nos códigos estabelecidos pelo crime organizado, como por exemplo, o estatuto do PCC (Primeiro Partido da Capital) com 16 itens ou “artigos” que constitui o “código legal” do grupo (FOLHA DE SÃO PAULO, 02/03/2001). Portanto, considerando o código de auxílio mútuo entre os detentos, regra que não deve ser quebrada, o entrevistado adquire e preserva a confiança, aspecto fundamental para a sobrevivência e prestígio, como também a gratidão dos demais, fator extremamente valioso em sua permanência como detento, como também após sua saída do sistema carcerário.

O entrevistado sustenta, de forma categórica, que tem contatos lá fora e se mandar, a ação deve ser cumprida, mesmo porque não vai ficar na prisão a vida toda e no dia que sair quem vacilou já sabe o que espera.

Destaca a importância de seu trabalho na prisão pelo fato deste possibilitar a ligação da cantina com a galeria, ampliando assim, a sua rede de contatos. O que se observa é que motivado por circunstâncias múltiplas, o detento ingressa no processo de aquisição de aparatos instrucionais da cultura prisional, os quais determinarão sua estada no sistema penitenciário, podendo se tornar traços mnêmicos norteadores do restante de sua vida. Na sua vida exterior, pelas práticas que determinam a sua pertença às várias subculturas marginalizadas, o sujeito é objeto de uma rotulação negativa, alterada na prisão, onde acumula uma outra rotulação que o marcará para sempre: indivíduo portador de periculosidade.

“Se eu conseguir o que é meu eu deixo de lado a vida do crime, se não, não volto mais para cá”. Deprendemos desta afirmação que o não retorno ao sistema prisional faz parte da aprendizagem adquirida, não somente na rota do crime que o guiou até então, mas também nos aponta a escalada de saber experimentada no âmbito prisional.

Certamente movido pela crença de que a vida e a sociedade lhe devem algo, o detento em questão, delinea seu próximo percurso fora do sistema penal. Baseado na ideia de que algo que era seu lhe foi retirado, não vê outra prerrogativa se não recuperar o que acredita ser seu de direito. Observamos neste relato uma radical inversão de valores, onde a conquista de bens de consumo e reinserção no mundo do trabalho honesto não são cogitados, mas sim a apropriação, de qualquer forma, que garanta a posse do que considera seu.

É digno de registro que em sua fala, o não alcance do que supõe lhe pertencer, também não fará com que retorne ao sistema penal, ao contrário, não impedirá a busca das gratificações ligadas à prática do crime. É possível que a confiança na eficácia dos aparatos instrucionais, adquiridos em sua estada no cárcere, lhe proporcione tal segurança para escapar das sanções penais que ora lhe são impostas, que ele não cogite a possibilidade de ser preso outra vez. “(...) não volto mais pra cá. De qualquer jeito eles não vão mais me pegar. Já dei mole duas vezes. Agora basta”. Para evitar tal ocorrência não hesitará em utilizar todo conhecimento e empenho adquirido na escola do crime durante os anos de cárcere.

Indagado sobre a função da cadeia como solução para o crime, responde negativamente, acrescentando que depois de preso aprendeu muita coisa. “Depois que cheguei aqui aprendi muita coisa aqui dentro. Aqui quem não sabe aprende”.

A preocupação com a morte é um ponto pelo qual demonstra certa vulnerabilidade, que procura equacionar com certa modificação em seu comportamento frente ao crime. “Não venho mais preso, não vou morrer porque não sou olho grande. Só vou fazer mais uns dois sequestros”.

A presença de ambivalência e oscilação quanto ao autoconceito ficam evidentes ao relatar seus projetos após a saída do sistema penal, como também quando se refere as suas relações afetivas: “Eu sou muito nervoso, por isso é que não gosto de assaltar. (...) acredito que se eu sair daqui, arrumar uma mulher, minha vida vai mudar muito. (...) Uso minha inteligência. Não adianta força, sou frio e calculista”. Em relação aos pais apresenta admiração e proteção. Por exemplo, ao elogiar o fato do pai ser de família

favorecida economicamente e não pedir nada a ninguém, já em relação à mãe informa que a mesma pedia e roubava do pai para dar dinheiro a ele.

Levando-se em consideração a importância da família na transmissão de valores, crenças e comportamentos, podemos inferir que a existência de certa vulnerabilidade no que tange às questões de educação do entrevistado, quanto ao uso do dinheiro possa o ter levado a buscar adquirir dinheiro de forma fácil e não pela via do trabalho: “(...) meu pai não estava conseguindo se levantar, minha mãe chorando tendo que pagar as contas, eu dava dinheiro pra ela. (...) Comprei um carro pra mim e outro pro meu pai”. Quanto a este trecho de sua entrevista, percebemos que a inobservância do comportamento dos filhos pelos pais pode se tornar um fator facilitador e até estimulador da aquisição de bens de consumo de maneira fácil, ou ainda, associada à criminalidade. Entendemos que nas práticas educativas, a expressão da afetividade aliada à firmeza na transmissão dos valores, restrições e exigências, permitem o desenvolvimento da consciência ética e internalização sólida das normas sociais.

Sobre o sua condição atual alerta que ficou mais leve: “Fiquei muito mais inteligente, muito mais sagaz, muito mais esperto. (...) É só darem o que é meu que eu paro. (...) Mas se não me derem tenho que matar e sequestrar pra arrumar minhas coisas de volta”. Por estas afirmações podemos concluir que o detento em questão não vislumbra nenhuma possibilidade de ganhar o seu sustento honestamente e muito menos abandonar a criminalidade, cujo imediatismo do lucro se torna um dos fatores de maior atração para a continuidade nas atividades criminosas.

Considerações Finais:

A partir desta constatação, podemos afirmar que a escola da prisão ou cultura prisional se caracteriza por teias de relações interpessoais violentas, que embora promovam o distanciamento da identidade anterior do ingresso, visam à proteção e o aperfeiçoamento das atividades criminosas, principalmente dos detentos considerados fieis ao sistema imposto pelos dirigentes dessa micro organização. Estruturada por um conjunto de conhecimentos entre os internos, a cultura prisional é mantida por meio da subordinação à hierarquia de poder, a qual pode nos remeter à estrutura de uma organização privada do mercado convencional, com funcionários responsáveis pela escala de produção, funcionários para treinamento e outros articuladores das metas a serem alcançadas (negociação com os agentes penitenciários, entrada de matéria prima, dentre outros) e é claro, a chefia, a quem os demais se reportam.

Os chefes da cadeia tomam para si o controle e a aplicação de regras sobre os demais presos, visando mantê-los submissos a si e seu grupo. O sistema carcerário tem se tornado um aparelho cuja dinâmica neutraliza a formação ou o desenvolvimento de valores humanos, estigmatiza, funciona como máquina de reprodução da carreira no crime, introduz a nefasta cultura carcerária, estimula o processo de despersonalização e legitima o desrespeito aos direitos humanos.

Os protocolos dessocializadores aplicados mediante a coerção subtraem dos detentos os vestígios de seu pertencimento à sociedade, restando-lhes a sujeição aos novos parâmetros ditados pelas regras da comunidade prisional.

Ressaltamos que durante anos a privação da liberdade foi considerada como uma das formas mais eficazes para ressocialização dos presos. Porém, nos últimos anos verificou-se que a pena privativa de liberdade por si só não é condição suficiente para reeducar o indivíduo que delinuiu, ou seja, aquele que por diferentes razões transgrediu as normas sociais. O sistema prisional da atualidade, mesmo com todos os projetos voltados para reinserção, não tem sido capaz de reeducar, resgatar a cidadania e estimular a inserção no mundo do trabalho, uma vez que o sistema prisional se tornou ao longo dos anos, um espaço de ociosidade, de criminalidade, de terror constante e despersonalização dos apenados, obrigados a se filiar aos diferentes grupos que detêm o poder paralelo no espaço prisional.

O Estado ao não cumprir, adequadamente com o que é previsto em lei, como, assistência educacional, ensino profissional, aperfeiçoamento técnico das habilidades adquiridas pelo detento anterior a sua entrada no cárcere torna-se provavelmente corresponsável pela reincidência à criminalidade. Dessa forma, o confinamento não cria condições de reinserção à sociedade, apenas favorece o aprimoramento de habilidades adquiridas no que concerne à eficiência no campo das práticas criminais a partir do ingresso no sistema penal.

Referências:

CANTO, D. Á. Regime Inicial de Cumprimento de Pena Reclusiva ao Reincidente. (2000). Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC).

CARVALHO, M. C. B. A priorização da família na agenda da política social. In: K, S. M. de (arg.). Família brasileira a base de tudo. Brasília- DF: Ed. São Paulo-UNICEF, 1994.

COELHO, D. V. A Crise no Sistema Penitenciário Brasileiro. In: “A priori”, INTERNET. Disponível em: <http://neofito.com.br/artigos/penal.134.htm>>. Acesso: 11/04/2012

FARIAS, FRANCISCO R. Por que, afinal, matamos? Rio de Janeiro: 7 letras, 2010.

FOLHA DEVSÃO PAULO, São Paulo, 02 mar. 2001. Caderno 03.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Vigiar e punir. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

JARDIM, M. A. “A Cidadania difícil – Novas atitudes profissionais na reinserção social”, Instituto de Reinserção Social. Lisboa, 1995.

LEI DE EXECUÇÕES PENAIS: LEI Nº 7.210. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 11 de julho de 1984.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm

SANTOS, C. C. “O Crime de Colarinho Branco (da origem do conceito e a sua relevância criminológica à questão da desigualdade na administração da justiça penal)”. Faculdade de Direito de Coimbra. Instituto de Reinserção Social. Lisboa, 1999.

SILVA, E. Lins. Histórias das Penas. Revista Consulex. Brasília, Ano 5, n. 104, maio 2001

ACESSIBILIDADE: UM FATOR DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL

Cristiane Dieter

Apresentação

Existe um grupo considerável de pessoas que, por razões diversas necessitam de condições especiais para o deslocamento, permanência, utilização, manuseio, comunicação ou compreensão de informações. As pessoas com deficiência representam 14,5% da população brasileira. O Censo de 2010 desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que 23,9%, ou seja, 45,6 milhões de pessoas têm, pelo menos uma, das deficiências (adquirida ou congênita) que foram investigadas na pesquisa. Ao considerar que além das pessoas com deficiência, as mulheres gestantes, os obesos, pessoas com lesões transitórias são exemplos de pessoas que também necessitam de boas condições de acessibilidade física, esses números se ampliam.

Com relação aos conceitos e definição de deficiência, a noção desse conceito varia bastante. Para o senso comum, segundo Ribas (2005), a deficiência é algum problema visível no corpo, sendo que, na maioria das vezes, é um problema visível. A discussão que, a princípio parece tão pertinente, perde a razão de ser quando passamos a pensar a partir do conceito de inclusão que considera o modelo social de deficiência. Estes conceitos colocam a condição de deficiência no ambiente e na sociedade, que passam a ser considerados causadores de desvantagem no desempenho de papéis sociais. De acordo com estes conceitos, a diversidade humana deve ser valorizada em todos os setores, garantindo acesso a todos nos mais diversos ambientes (SASSAKI, 2006). Assim, todas as pessoas com as mais variadas características podem transitar com autonomia. A partir deste contexto,, fica claro que a deficiência é um conceito em evolução e que resulta da interação entre estas pessoas e as barreiras que impedem a sua

plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Em termos de percepção corporal das pessoas com deficiência, Barros (2005) expõe que, quando as reações orgânicas e fisiológicas que ocorrem em nosso corpo estão prejudicadas podem afetar a imagem que uma pessoa tem de si mesma. Estas mudanças podem ocasionar consequências na experiência do corpo, sendo que, as imagens corporais construídas influenciam também as pessoas que se encontram próximas, pois são definidas a partir das interferências sociais sofridas e dos hábitos de vida. Neste sentido pode-se afirmar que a experiência vivenciada na relação com o corpo influencia o modo como se percebe as pessoas e o mundo, e esta tende ter interferência no processo de inclusão/exclusão social.

Quanto ao aspecto social, Pastore (2001) destaca que as relações humanas costumam ser formadas pela primeira impressão e que chamam muito mais a atenção os atributos (as deformidades) do que os seres humanos. Partindo do princípio que esta pesquisa é voltada para a acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida e/ou cadeirantes, de acordo com Neri (2003), em termos de indicadores, no Brasil, 0,44% das pessoas com deficiência são representados por lesados medulares que apresentam tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia e que, se somados aos 2,3% daqueles que são incapazes de caminhar, totalizam mais de 650 mil pessoas. Todavia, se considerados possíveis cadeirantes de outros grupos de deficiências como da parcela de 5,32% que apresenta a falta de um membro ou parte dele, ou 22,7% que apresenta alguma dificuldade de caminhar, ou ainda 11,5% que apresenta alguma deficiência mental, pode-se atingir um total que facilmente ultrapassa um milhão de pessoas.

Tendo em vista esta parcela da população e, a partir do momento em que a inclusão de Pessoas com Deficiência passou a ser uma questão discutida com maior relevância na esfera social, a acessibilidade passou a ser vista de uma forma mais ampla, ou seja, não apenas pela perspectiva da arquitetura, mas também pela viabilização da comunicação e pela eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas entre tantas outras.

Neste sentido, considerando que o processo de exclusão/inclusão social das pessoas com mobilidade reduzida e ou cadeirantes tem relação direta com as condições de acessibilidade, quer seja no sentido físico estrutural, ou como uma condição para a cidadania e uma vida mais digna, propõe-se o problema de pesquisa: a acessibilidade nos espaços urbanos pode interferir no processo de inclusão/exclusão social das pessoas com mobilidade reduzida? Portanto, a partir do problema a ser investigado, têm-se

como objetivo neste estudo avaliar as condições de acessibilidade e identificar a interferência no processo de exclusão/inclusão social das pessoas com mobilidade reduzida em um loteamento popular no Vale do Sinos.

Metodologia

Esta pesquisa se caracterizou como uma pesquisa observacional descritiva e participante, com análise e discussão de dados sob os paradigmas qualitativo e quantitativo. Optou-se pela pesquisa descritiva a fim de expor as características da realidade de um determinado local a partir dos resultados de uma investigação elaborada com diferentes instrumentos (PRODANOV; FREITAS, 2009).

Com relação à pesquisa participante, devido à dificuldade de acesso aos moradores do loteamento foco do estudo, se fez oportuna uma maior proximidade da pesquisadora e dos sujeitos. Tendo em vista esta realidade, para que esta aproximação pudesse ocorrer de forma mais tranquila optou-se pela coleta de dados com características de pesquisa participante, onde os pesquisadores estiveram presentes e atuantes na vida dos pesquisados durante todo o processo de pesquisa. A fim de conquistar o público alvo para participação na pesquisa, foram realizadas oficinas de pintura, pois as dificuldades de acesso aos cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida foram um fator dificultador para este público alvo.

O campo do estudo foi o Loteamento Colina Verde, que é um loteamento popular situado no bairro Vargas na cidade de Sapucaia, onde foram alocadas famílias de baixa renda, provenientes de regiões de alto risco. O grupo de colaboradores foi composto por treze participantes.

Os instrumentos para coleta de dados foram constituídos de um roteiro de vistoria das estruturas urbanas, entrevistas com gestores das políticas públicas locais, levantamento fotográfico e análise de mapas urbanos do loteamento e da cidade foco do estudo. Foram coletados dados secundários em documentos fornecidos pela Prefeitura do município. Em termos éticos com relação à abordagem dos sujeitos, salienta-se que este projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Feevale, sob número de processo 7.02.02.10.1695.

Em termos de análise e discussão de dados, nessa pesquisa foi utilizada a triangulação por fontes, que permite a comparação entre os dados coletados a partir das entrevistas realizadas com os colaboradores, das anotações do diário de campo, das

observações realizadas pelo pesquisador e da pesquisa documental, utilizando também os suportes teóricos que envolvem a compreensão do estudo. Segundo Cauduro (2004), existem tipos distintos de triangulação, mas com a mesma finalidade, que é a de contrastar e interpretar dados, teorias e métodos.

Desenvolvimento

Apresenta-se neste sub título a revisão bibliográfica pertinente à temática central deste artigo que está relacionada à acessibilidade, processo de inclusão e exclusão social e a relação com as condições sócio econômico culturais das pessoas com deficiência.

Condições socioeconômico culturais das pessoas com deficiência

Nem todas as pessoas com deficiência são pobres, mas a pobreza aumenta muito as possibilidades de se adquirir esta condição devido às precárias condições em que estas pessoas vivem, estando, muitas vezes, distante de serviços médicos, de programas de prevenção e de reabilitação. De modo bastante simples, Monteiro (2003, p.7-8) define pobreza como “[...] a condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação assistência à saúde, entre várias outras”.

Ao desenvolver estudos pertinentes à deficiência e a relação com as condições socioeconômicas, Ciszewski (2005) percebeu que a proporção de pessoas com deficiência é mais elevada nas camadas mais carentes da sociedade. No Brasil, o Censo de 2000, desenvolvido pelo IBGE (2009), revela que a maior proporção de pessoas com deficiência encontra-se no Nordeste (16,8%) e a menor no Sudeste (13,1%). No Nordeste, segundo Monteiro (2003), também se encontra a proporção maior das pessoas pobres, apresentando um percentual de 48,8%, enquanto que 36,2% estão no Norte, e nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste estão respectivamente 17,0%, 18,3% e 22,3% deste grupo.

As práticas sociais relacionadas às minorias em condições atípicas passam por diversas fases, entretanto, não acontecem ao mesmo tempo em todas as sociedades. Segundo Sasaki (2006), todas as culturas já estiveram ou estão em alguma das seguintes fases: exclusão social, atendimento segregado dentro de instituições, integração social (em que a pessoa precisa se adaptar ao meio) e, mais recentemente, a

partir da segunda metade dos anos 1980, a filosofia da inclusão social, que surgiu, inicialmente, em países desenvolvidos e tem envolvido todos os países neste início do século XXI.

O conceito de inclusão está baseado no modelo social de deficiência, em que os problemas não estão na pessoa com deficiência e sim na sociedade, que cria dificuldades, causando-lhes incapacidade (ou desvantagem) no desempenho de papéis sociais. Cabe à sociedade eliminar todas as barreiras para que possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Sasaki (2006, p. 39-40) aponta a inclusão como “[...] um processo bilateral, no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos”.

A influência da acessibilidade na inclusão social de pessoas com deficiência

Ao discutir a acessibilidade como elemento essencial para a inclusão social, há que se considerar que existe um grupo significativo de pessoas que, por razões diversas, necessitam de condições adequadas para o deslocamento, permanência, utilização, manuseio, comunicação ou compreensão de informações. Se considerarmos que, além das pessoas com deficiência, que são 24,6 milhões no Brasil, as mulheres gestantes, pessoas obesas, pessoas com lesões transitórias são exemplos de pessoas que também necessitam de boas condições de acessibilidade em seu dia-a-dia, esses números se ampliam muito (PINHEIRO, 2005).

Com o advento da inclusão, a acessibilidade é entendida, atualmente, de uma forma mais ampla não apenas pela perspectiva da arquitetura, mas também pela viabilização da comunicação e pela eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas, entre tantas outras. A partir do conceito de inclusão, que prevê que os ambientes devem ser acessíveis a todos, entende-se que qualquer pessoa com deficiência ou não, deve ter a liberdade de ir e vir garantida, usufruindo de todos os espaços. Martins (2008) afirma que se os ambientes fossem pensados corretamente, as pessoas não teriam necessidades especiais.

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência aponta para o início de um novo momento no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência. A Convenção se refere à acessibilidade como ferramenta para que essas pessoas atinjam

sua autonomia em todos os aspectos da vida, o que demonstra uma visão atualizada das especificidades destas pessoas (RESENDE; VITAL, 2008).

No que concerne à acessibilidade arquitetônica, profissionais da área de engenharia, arquitetura, administradores públicos e privados têm se mobilizado em busca de soluções para a adaptação do meio físico. As normas de acessibilidade são definidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), pela NBR 9050/94. A acessibilidade possibilita a utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano. Atualmente, associa-se o termo Acessibilidade ao conceito de Desenho Universal ou Inclusivo. Entretanto, os produtos e ambientes feitos com desenho universal podem ser utilizados por qualquer pessoa, não são destinados especialmente a pessoas com deficiência (SASSAKI, 2006). Esta norma foi utilizada como referência nesse estudo, para avaliar as condições de acessibilidade de um loteamento popular, o Colina Verde, situado na cidade de Sapucaia do Sul/RS. A partir de um instrumento chamado Roteiro de Vistoria, foram identificadas no local tanto as barreiras quanto os acessos que estão adequados à norma existente.

Resultados Alcançados

Apresenta-se em termos de resultados as características da cidade de Sapucaia do Sul e do loteamento foco da pesquisa, sua infraestrutura e suas políticas públicas para inclusão social. Dados sociodemográficos dos participantes como idade, gênero, estado civil, nível de escolaridade também estarão representados neste capítulo através de gráficos de barras horizontais. Os dados qualitativos são apresentados através de descrição, análise e triangulação. Segundo Minayo (2010, p. 80), “[...] na descrição, a opinião dos participantes é apresentada da forma mais fiel possível”, e na análise, o propósito é ir além do escrito, buscando relações com outros dados coletados.

A Acessibilidade urbana do loteamento popular

O loteamento Colina Verde está localizado distante do centro da cidade com acesso restrito ao transporte público e outros serviços prioritários. Não há calçadas pavimentadas no local e os pisos são bastante irregulares, apresentando muitos ressaltos e depressões. Rebaixos de meio-fio inexistem e se encontram muitos obstáculos nos locais onde deveriam existir calçadas. Os acessos para a maioria das moradias

apresentam desníveis abruptos, criando degraus. Apesar de existir um grupo de trabalho que discuta as questões de acessibilidade ao local, não existe no loteamento Colina Verde qualquer indício de que estejam tentando suprir barreiras arquitetônicas presentes. Pelas fotos abaixo é possível observar a precariedade das ruas e calçadas.



Figura 1 - Rua Cardeal – Loteamento Colina Verde

Fonte: Autora, 2010.



Figura 2 - Rua dos Canários– Loteamento Colina Verde

Fonte: Autora, 2010.

Na área da saúde, os moradores dispõem de atendimento pelos agentes comunitários da Estratégia de Saúde da Família (ESF), que tem sede junto à Escola Municipal Professor Walmir dos Santos Martins. Na sede da ESF, o local destinado à

calçada não está pavimentada, o piso é bastante irregular e existem degraus na entrada do local, elementos que dificultam o acesso de pessoas com mobilidade reduzida.

Na sede da escola existe uma rampa que não atende as normas devido a sua inclinação ser maior do que a recomendada. A presença de degraus, tanto em seu início como no final desta, impossibilita o acesso de um cadeirante. Existe um elevador no local que foi desativado pelo mau dimensionamento das instalações elétricas. Há uma sobrecarga na rede elétrica da escola quando o elevador é utilizado, portanto, todas as pessoas precisam utilizar as escadas para acessarem os andares superiores, sendo que a escola tem três andares.

Quanto ao transporte público, as linhas de ônibus funcionam regularmente e circulam em uma área restrita do loteamento, entre as ruas dos Sabiás, Gralha Azul, dos Colibris e Caturrita. Alguns moradores, como os do final da Rua João de Barro, por exemplo, precisam se deslocar cerca de 500 metros por piso irregular e com muitos buracos para que possam utilizar o ônibus.

Nos poucos estabelecimentos comerciais de pequeno porte encontrados no local, como mercados, lojas de presentes e bares, mais da metade deles têm degraus na porta de entrada. Uma das lojas, em especial, chama a atenção pelo fato de o degrau que dá acesso ao estabelecimento ter mais de 30 centímetros de altura. Segundo a NBR9050/04, os degraus podem ter espelhos de, no máximo, 18 cm de altura (CREA-RS, 2007).

Em termos de estruturação da comunidade, uma associação de bairro começa a se constituir na Rua Martin Pescador, onde os moradores têm oportunidade de participar de oficinas de pintura em tela, cursos de capacitação, aulas de ginástica e musicoterapia. Dentre estes, foi formado um grupo exclusivamente para Pessoas com Deficiência (PcD) e familiares, para que possam usufruir destes serviços. Segundo Sasaki (2006), a inclusão é um processo no qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais os PcD, permitindo, desta forma, que as pessoas possam assumir seus papéis na sociedade. Neste sentido, torna-se relevante comentar que existem alguns casos em que a inclusão ainda está distante de ser alcançada, pois as PcD não conseguem participar de oficinas oferecidas pela prefeitura pela falta de acessibilidade. Para que pudessem participar das oficinas, foi necessário que um veículo buscasse em casa as pessoas com mobilidade reduzida e algumas delas, inclusive, eram carregadas no colo até a sede da associação.

O programa Emancipar oportuniza à comunidade definir suas prioridades para que sejam realizados os investimentos necessários. Para tal, foi realizada uma reunião com os gestores do programa, onde, nesse momento, a única solicitação dizia respeito à acessibilidade dos PcD. A solicitação feita pelo grupo foi que o loteamento tivesse mais ruas pavimentadas, permitindo, desta forma, a facilitação do ir e vir dos moradores. Esta solicitação, apesar de não ter sido feita especificamente para as pessoas com deficiência, também beneficia os cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. Neste sentido, o que ficou evidente é que as solicitações, em geral, refletiam necessidades individuais e não do grupo.

Esta situação se justifica na medida em que é possível perceber que os moradores da comunidade Colina Verde não estão organizados como grupo pelo fato de as pessoas se conhecerem pouco e por serem provenientes de áreas distintas da cidade. Como consequência, este grupo tem dificuldades de resolver seus problemas. Esta condição é preocupante na medida em que se pressupõe que uma ação política bem sucedida deve ser embasada fundamentalmente na união do grupo. Assim, torna-se importante atrair a sociedade para este debate. Segundo Carvalho (2008), a ausência de ampla organização da sociedade faz com que outros interesses prevaleçam. Neste caso, há dificuldade e preocupação dos gestores do programa com a participação dos moradores.

Percepção das condições de acesso e a relação com inclusão social

A partir das entrevistas foi possível perceber que 30,77% dos colaboradores apresentam inquietação por não estarem trabalhando. Os demais demonstraram um misto de desejo e medo. Desejo de terem mais autonomia e independência, medo do desconhecido mundo do trabalho.

Entre os entrevistados, 46,15% consideram ter dificuldade de acesso ao trabalho, considerando as condições de acessibilidade arquitetônica do loteamento e mencionaram que deveriam ser realizadas melhorias no local. Souza e Carneiro (2007) descrevem a relação entre a pobreza e a deficiência e colocam em evidência as consequências de uma política social incapaz de assegurar acesso universalizado a serviços essenciais à população. Segundo os autores, as políticas de atenção aos PcD não conseguem lhes assegurar condições mínimas de vida digna.

Percebeu-se no decorrer do estudo, que as barreiras atitudinais tendem a ceder, na medida em que se propõe a integração dos diversos atores sociais que acabam por conviver em harmonia com a diversidade. Neste sentido, ao conviver com a comunidade foi possível perceber que, em termos de prioridades em termos de foco de atenção, as pessoas com deficiência encontram-se em situação nada confortável em relação aos demais, principalmente no que diz respeito à acessibilidade.

A partir de todas as situações vivenciadas e expostas neste artigo, percebe-se que a articulação a mobilização coletiva, passam pela apropriação dos sujeitos que fazem parte desta comunidade, ao se “enxergar”, se perceber como cidadãos com os mesmos direitos dos demais. Embora este processo tenda a ser lento e gradual, pois depende também da aproximação e participação das discussões promovidas pelos órgãos públicos, é fundamentada na possibilidade de acesso universal e, não somente no acesso das estruturas físicas arquiteturais. O acesso às questões de segurança, saúde, trabalho reportam a uma vida mais digna e cidadã, portanto, devem permear a pauta das políticas públicas com enfoque para toda a comunidade e, não somente para as PcD.

Para que todas as pessoas possam ter, de forma igual, o direito de circularem livremente e conviver mais com a comunidade, os espaço de uso comum precisam ser projetados com base nos conceitos da Acessibilidade Universal. A partir de então, estará sendo oferecida a equiparação de oportunidades e a inclusão social que tanto se almeja. Neste sentido, a partir dos resultados deste estudo de caso do loteamento Colina Verde, visualiza-se a realidade de muitas comunidades brasileiras onde a inclusão social ainda é uma realidade muito distante, pois uma das condições mais básicas e primárias para a inclusão é a acessibilidade, e esta ainda é muito distante e deficitária.

Referências

BARROS, Daniela Dias. Imagem corporal: a descoberta de si mesmo. Manguinhos, RJ: **História, Ciências, Saúde**, v.12, n.2, p.547-54, maio-ago, 2005.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: O longo caminho. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAUDURO, Maria Teresa (Org.). **Investigação em educação física e esportes: um novo olhar pela pesquisa qualitativa**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2004, 112p.

CISZEWSKI, Ana Cláudia Vieira de Oliveira. **O trabalho da pessoa portadora de deficiência**. São Paulo: LTR, 2005.

IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em:
<http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=43>. Acesso em:
11 abr. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estud. av.** [online]. 2003, vol.17, n.48, PP.7-20. ISSN 0103-4014.

NERI, Marcelo. **Retratos da Deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

RIBAS, João Baptista Cintra. **Emprego e trabalho para portadores de deficiência. As Leis, os Debates e os Projetos de Ação no Ano 2000**. Globo. 2005. Disponível em:
<<http://www.lerparaver.com>>. Acesso em: 02 set.2009.

PASTORE, José. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. São Paulo; Editora LTr, 2001.

PINHEIRO, Humberto Lippo. Acessibilidade universal. In: **Sociologia textos e contextos**. 2.ed. Canoas, RS: ULBRA, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2009. 288 p.

RESENDE, Ana Paula Crossara de; VITAL, Flávia Maria Paiva (Coord.) **A convenção sobre as pessoas com deficiência comentada** - Brasília: Secretaria Especial dos

Direitos Humanos, 2008. Disponível em: <[www.governoeletronico.gov](http://www.governoeletronico.gov.br)>. Acesso em 02 dez. 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi, **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. 7 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

**ACESSO À JUSTIÇA DA PESSOA IDOSA NO BRASIL: ASPECTOS
SOCIOJURÍDICOS E DIREITOS HUMANOS**
**THE ELDERLY'S ACCESS TO JUSTICE IN BRAZIL: SOCIO-LEGAL
ASPECTS AND HUMAN RIGHTS**

Sheila Marta Carregosa Rocha¹

Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima²

Resumo

Este artigo discute as formas de acesso à justiça brasileira pela pessoa idosa, na perspectiva dos Direitos Humanos e efetividade da legislação na contemporaneidade. A metodologia adotada foi uma abordagem quanti-qualitativa dos dados levantados nos sites do STF das decisões prolatadas entre 2011-2012, com análise dos resultados. Foram utilizadas as revisões jurisprudencial e legislativa, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, do Texto Constitucional, do Código de Processo Civil, do Decreto Federal nº 1948/96, da Lei 8842/94 e da lei 10.741/03, e a bibliográfica. Está dividido em cinco partes: o acesso à justiça da pessoa idosa com base nos Direitos Humanos; a perspectiva constitucionalista; a questão processualista; a temática central desta pesquisa e a análise dos resultados sobre a efetividade dos direitos dos idosos na variável acesso à justiça.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Acesso à Justiça; Pessoa Idosa.

Abstract

¹ Autora. Mestre em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL). Especialista em Direito Civil (Fundação Faculdade de Direito – UFBA). Especialista em Psicopedagogia(UFRJ). Especialista em Metodologia do Ensino Superior com ênfase em Novas Tecnologias pela FBB. Bacharela em Direito(Estácio/FIB) e Licenciada em Letras Vernáculas (UCSAL). Professora de Direito Constitucional, Direito Processual Penal e Direito do Idoso do Centro Universitário Estácio da Bahia/FIB. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPq/UCSal). E-mail: sheilamarta@ig.com.br.

² Co-autora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Juíza de Direito. Doutora em Saúde Pública (ISC-UFBA). Pós-Doutoranda em Direitos Humanos (Fulbright/Universidade de Notre Dame). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPq/UCSal). E-mail: isabelmsol@gmail.com.

This article examines the forms of access to Brazilian justice by the elderly, from the perspective of Human Rights and the effectiveness of laws in the present day. The methodology adopted was a qualitative-quantitative approach on the data collected from the Brazilian Supreme Court websites for judgments rendered between 2011-2012, and results thereof were analyzed. Precedent and legislative reviews were used, based on the Universal Declaration of Human Rights (1948), the Brazilian Constitution, the Brazilian Code of Civil Procedure, the Brazilian Federal Decree No. 1948/96, Law 8,842/94 and Law 10,741/03, as well as literature. It is divided into five parts: the access to justice by the elderly, based on Human Rights; the constitutional perspective; the procedural issue; this research's central subject, and the analysis of the results on the efficacy of the elderly's rights concerning the access to justice.

Keywords: Human Rights; Access to Justice; Elderly.

INTRODUÇÃO

A população brasileira envelhece conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, coletados pelo Programa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD,2010) apontando que os idosos constituem 11,3%(IBGE,2010) dessa população e a estimativa é que em 2025 sejamos o sexto país com a população mais idosa do mundo. Por isto, as demandas relativas à saúde, moradia, trabalho, educação, dentre outras, da população idosa sofrem novos contornos.

As demandas judiciais deste segmento também acompanham o seu crescimento, o que ficou constatado no levantamento realizado entre os meses de janeiro a julho de 2012, nos sites do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, a princípio para mapear quanto tempo duraria uma ação proposta entre 2011 e 2012, que tem como parte ou interveniente a pessoa idosa, depois para verificar se essas demandas são assistidas pelos órgãos estatais: Ministério Público ou Defensoria Pública, para perceber a efetividade da prestação jurisdicional e estatal, respectivamente.

O estado democrático brasileiro, embasado através dos seus três pilares de sustentação, consolida-se no texto constitucional em seu art. 2º- Órgão Legislativo, Órgão Executivo e Órgão Judiciário. Esses órgãos, tratados pela Constituição como Poderes, têm a função constitucional de viabilizar o acesso à justiça da pessoa idosa, isto abrange outras formas de resolução de conflitos, não somente o acesso ao órgão judiciário ou à ordem jurídica justa.

O Legislativo, em sua função típica, o fez através das leis especiais 8.842/94(Política Nacional do Idoso) e 10.741/03(Estatuto do Idoso); e da lei geral CPC que foi alterado em seus arts. 1.211-A; 1.211-B e 1.211-C, garantindo o acesso à justiça de forma célere, com caráter preferencial.

O Executivo desenvolve políticas públicas para tornar esse acesso possível à pessoa idosa, através da criação de Delegacias especializadas, de Defensorias Públicas, dos Conselhos Federal, Estadual e Municipal de Proteção à pessoa Idosa, e do Ministério Público.

E o Judiciário também participa de forma ativa na criação de varas especializadas de proteção à pessoa idosa e na garantia do atendimento prioritário.

Foram levantados nesta pesquisa dados com recorte no acesso à justiça da pessoa idosa a partir de documentos internacionais e legislação nacional de previsão e proteção, além de pesquisa jurisprudencial nos sites do STF e STJ para constatar a garantia do atendimento preferencial à pessoa idosa e consequentemente à duração razoável do processo. Para isto foi traçada uma metodologia própria aproximando os campos do conhecimento: a pesquisa social e jurídica.

1. O acesso à justiça e os Direitos Humanos

A primeira parte concentra discussão embasada em normas internacionais e numa das contribuições mais substanciais que é a teoria de Mauro Capelletti sobre o acesso à justiça.

Refletir sobre o acesso à justiça num plano internacional tem como ponto de partida a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que materializou o acesso à ordem jurídica no seu artigo 8º, contextualizando uma longa jornada histórica de proteção à dignidade da pessoa humana. Isto significa que a proteção estatal em relação à sociedade quanto aos conflitos existentes em quaisquer áreas perpassa pelo crivo da apreciação do poder judiciário e tendo a competência final para aplicação da lei, dos princípios, da analogia e dos costumes num caso concreto.

Justiça, na concepção de (CAPELETTI,2002,p.93) “tem significado essencialmente a aplicação das regras corretas de direito aos fatos verdadeiros do caso”. Essa concepção de justiça está ultrapassada, pois o contexto social com repercussão no mundo jurídico precisa ser analisado numa visão macro da questão e não pode ser reduzido à mera formalidade da aplicação legal.

Pensar numa justiça é discutir as propostas de reformas principalmente num plano internacional, como analisou (CAPELETTI,2002,p.99) “a)promoção de acessibilidade geral; b)a tentativa de equalizar as partes; c)a alteração no estilo de tomada de decisão; d)a simplificação do direito aplicado.” A acessibilidade ao Poder Judiciário no sistema brasileiro é realizada de forma pontual, autorizada sempre pela legislação, e não constitui o único caminho para se resolver um conflito ainda que eminentemente se provoque o Estado para que ele possa dizer o direito através das “vozes” dos juízes nos processos ou nas lápides das

histórias de vida das pessoas que suplicam e clamam por uma chance de serem ouvidas e de que alguém perceba a verdade escondida pelas provas, pelos papéis e outras “súplicas”.

O legislador brasileiro atribuiu aos órgãos estatais a missão de proteger as pessoas idosas, através de políticas públicas específicas, a exemplo do atendimento prioritário no exercício do direito de ação. O que se verificou na prática nesta pesquisa, é propagado pelo senso comum, de que mesmo com a previsão legislativa da prioridade ao acesso, ainda não se desenvolveu a consciência voltada para o “alter”, num exercício de solidariedade. Assim, as tentativas de equalizar o processo foram adotadas com a assistência dos órgãos estatais no acompanhamento do processo pela pessoa idosa, a exemplo da Defensoria Pública e do Ministério Público; além disso, com a criação do processo eletrônico facilitou mais a comunicação entre os sujeitos processuais, mais um instrumento implantado a serviço da efetividade.

Outra experiência trazida por (CAPELETTI,2002,p.115) foi a americana, com a criação de instituições mais especializadas para as pessoas comuns, que envolve pequenas contendas, ou seja, de querelas locais, restaurando os relacionamentos permanentes e da harmonia da comunidade, afastando dos tribunais querelas menores. No Brasil, o legislador de 1988 também previu a possibilidade de implantação dos juizados especiais de natureza cível e criminal, exceto as causas que envolva o estado, a família, que continuam a tramitação nas varas dos tribunais, que foram efetivamente existir com a lei 9.099/1995 no âmbito estadual e mais tarde, com a lei 10.259/01, na esfera federal. Não há um juizado voltado para o atendimento da pessoa idosa, mas algumas experiências, ainda que muito incipientes, envolvendo Vara da Infância e Juventude e do Idoso no Rio de Janeiro.

A preocupação mundial com o envelhecimento institucionalizou-se a partir da primeira Assembleia Mundial em 1982 que elaborou o Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento considerando 63 itens que mereceram a atenção daquelas pessoas envolvidas com o evento e esses itens foram estruturados em sete grandes áreas, e uma delas é a proteção ao consumidor idoso, vislumbra-se com essa proteção o seu acesso à justiça.

Em 1991, a Assembleia Geral adotou o Princípio das Nações Unidas em Favor das Pessoas Idosas, enumerando 18 direitos das pessoas idosas, e, de forma mais expressiva e significativa, no item assistência há previsão da seguinte regra “Ter acesso a serviços sociais e jurídicos que lhe assegurem melhores níveis de autonomia, proteção e assistência.” Como uma vertente do acesso à justiça.

Em 2010 foi realizada a 2ª. Conferência de Proteção à pessoa idosa promovida pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos em Brasília, que traçou como um dos objetivos:

promover agilidade no judiciário e na tramitação de processos envolvendo idosos; e transformou numa proposta que foi criar e equipar centros integrados de proteção e defesa da pessoa idosa, compostos por ouvidoria, defensorias públicas, promotorias de justiça, Ordem dos Advogados do Brasil, delegacias de polícias, juizados e varas especializadas dotando-os de equipes multidisciplinares. E ainda, viabilizar o cumprimento do art. 71 da lei 10.741/03, que prioriza a tramitação dos processos e procedimentos na execução dos atos e diligências judiciais que o idoso figure como parte ou interveniente em qualquer instância. E o recorte desta pesquisa foi justamente constatar se esse objetivo foi alcançado ou não na esfera dos tribunais superiores tanto pelo Supremo Tribunal Federal e quanto pelo Superior Tribunal de Justiça.

Em abordagem social, a crítica de Boaventura Santos sobre o discurso utilizado pós-segunda guerra sobre o pleno desenvolvimento, vislumbra a possibilidade dos direitos humanos voltados para uma política emancipatória. Com isso ele identificou três pontos de tensão dialética: regulação social e emancipação social, presente na bandeira do “ordem e progresso”; a segunda, entre Estado e Sociedade Civil, numa concepção de estado minimalista, e garantidor dos direitos humanos; e a terceira entre o Estado-nação e globalização. Caminha-se para um governo global, uma sociedade civil global e equidade global. Pontos de tensão que aproximam e afastam as culturas, mesmo num mundo globalizado economicamente esses conflitos se justificam, mas não se justifica mais culturas isoladas viverem em permanente tensão religiosa, desviando a atenção dos direitos humanos para questões muito antigas, que não foram superadas, nem com a intervenção de organismos internacionais.

O idoso é visto por várias culturas de forma diferente, mas encontros internacionais discutem o envelhecimento dos povos, sinônimo de que consiste numa preocupação real e fática. Saúde, vida, aposentadoria, trabalho, consumo precisam dessa atenção e de foco nas discussões, que necessitam ser mais pragmáticas, deixa-las apenas como objetivos a serem alcançados é uma postura inerte diante de um mundo que se movimenta. A necessidade premente é de ações efetivas dos poderes públicos, que tenham como meta uma melhor qualidade de vida para a pessoa idosa.

2. Tratamento dispensado ao acesso à justiça pelos Direitos Humanos, Direitos do Homem e Direitos Fundamentais

Os direitos do homem tem um cunho mais jusnaturalista, de natureza ontológica do ser humano. Em sendo intrínseco à natureza do ser humano, basta existir como pessoa que naturalmente é sujeito de direitos. Para (TAVARES,2012,p.494), esses direitos foram positivados com a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia, nos Estados Unidos da América do Norte, influenciado por Samuel Pufendorf. Mais recente, a Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU, de 1948, que proclamou que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos...”. (TAVARES,2012,p.495). Um dos exemplos é o direito à vida, e, em relação ao idoso, o direito à vida na perspectiva do envelhecimento e da manutenção do direito à vida digna, e para isto, precisa recorrer à justiça para que tenha garantido o seu direito à saúde, quanto ao acesso aos medicamentos de uso controlado, à prótese, à órtese, à internação, ao acompanhante e ao tratamento.

Os direitos humanos (HENKIN apud PIOVESAN, 2006,p.3) “são concebidos de forma a incluir aquelas ‘reivindicações morais e políticas que, no consenso contemporâneo, todo ser humano tem ou deve ter perante sua sociedade ou governo’, reivindicações estas reconhecidas como ‘de direito’ e não apenas por amor, graça ou caridade”. Ainda que de forma indefinida o conceito de direitos humanos, há um viés de sua institucionalização internacionalizada, para que não fique ao alvedrio de cada um a sua garantia. Observa-se um movimento no sentido de preservar os valores do ser humano, numa perspectiva de coletividade, a liberdade, a igualdade e a fraternidade observadas em sua forma plural. Garantir o acesso à justiça interna e externamente ao contexto brasileiro, de maneira mais ampla possível sem ferir a soberania nacional. Assim culminou na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 que objetivou traçar uma ordem pública mundial embasada no respeito à dignidade humana, consagrando valores básicos universais.

Mais tarde, numa adesão maior entre os países, consagrou-se a Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993 que acolheu a corrente do universalismo. Boaventura de Sousa Santos defende uma concepção multicultural de direitos humanos, inspirada no diálogo entre as culturas, constituindo uma ressignificação do conceito de direitos humanos, observado sob a categoria cultura, percebe os múltiplos e incompletos conceitos, justificando a necessidade do diálogo intercultural.

Os direitos fundamentais na dicção de Fábio Konder Comparato(2005,p.57), influenciado pela doutrina alemã(*Grundrechte*) são os direitos humanos positivados nas Constituições, nas leis e nos tratados internacionais. especificamente em relação ao acesso à ordem jurídica justa em contraponto com o princípio da duração razoável do processo. SILVA(1999,p.163) prefere a nomenclatura “direitos fundamentais do homem”, e justifica

que “se referem a princípios e informam a concepção da ideologia política de cada ordenamento em garantias de convivência digna, livre e igual de todas as pessoas”.

Para (ALEXY,2011,p.520), “o significado das normas fundamentais para o sistema jurídico é o resultado da soma de dois fatores: da sua fundamentalidade formal e da sua fundamentalidade substancial.” Logo os textos constitucionais têm um mecanismo formal próprio de inserção dos direitos fundamentais em seu texto, bem como seleciona o seu conteúdo, de modo a positivizar valores importantes para aquela sociedade. Ainda que a liberdade, a igualdade e a fraternidade constituam a cabe de um ordenamento jurídico, outros valores, a exemplo da solidariedade também sofre influencia numa perspectiva de eficácia horizontalizada.

Quanto à aplicabilidade desses direitos fundamentais que estão constitucionalizados, não são ilimitados, pois lembra (MORAES,2007,p.28) que “uma vez que encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pela Carta Magna(Princípio da relatividade ou convivência das liberdades públicas)”. Cabe tanto ao poder judiciário quanto aos órgãos extrajudiciais no exercício de uma ordem jurídica justa, a escolha e a interpretação mais adequada ao caso concreto.

3. Revisitando a teoria processualista sobre o acesso à justiça

O direito de ação ou mais conhecido como o direito de acesso à justiça para a defesa dos direitos individuais violados foi ampliado pela Constituição de 1988, à via preventiva para englobar a ameaça. (GRINOVER; DINAMARCO; CINTRA, 2008,p.87) Referindo-se ao art. 5º, inciso XXXV, “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. E para efetivar essa garantia, o próprio Texto Constitucional viabilizou tanto a assistência judiciária aos que comprovarem a insuficiência de recursos, mas a estendeu à assistência jurídica pré-processual, obrigando o Estado a organizar a carreira jurídica do Defensor Público, estendendo algumas garantias ao Ministério Público, como se constatou mais tarde no Estatuto do Idoso. Para (BUENO,2009,p.104), a norma foi o grau de abertura ao processo civil empreendido pelo texto constitucional. Inclusive, não só o indivíduo tenha esse acesso, bem como permite às entidades associativas, representativas e institucionais, pleitear direitos de seus associados, como é o caso das associações de aposentados e pensionistas, que em sua maioria é idosa.

(NERY Jr.,2002,p.100) faz um desdobramento do direito ao acesso à justiça, com base na escolha da tutela jurisdicional adequada. Relembra também o acesso à justiça realizado

pela convenção de arbitragem dos direitos disponíveis, sendo os indisponíveis inerentes à tutela jurisdicional. (NERY Jr.,2002,p.101), o que não significa automaticamente o direito à gratuidade da ação, mas o texto constitucional, em seu art. 5º. inciso LXXIV, atribui essa assistência aos necessitados, logo o idoso que comprove a necessidade de obter a assistência jurídica gratuita, terá o seu pleito atendido, caso contrário, não há previsão legislativa da gratuidade somente pelo fato de ser idoso.

Para dar efetividade ao acesso à justiça, (CÂMARA,2002,p.3) lembra o papel fundamental exercido pelas Faculdades de Direito, através dos Núcleos de Práticas Jurídicas, cujo local é um verdadeiro laboratório para os acadêmicos em direito, ao tempo em que a IES cumpre a sua função social, proporcionando à sociedade mais uma possibilidade de conciliação e mediação dos conflitos de forma extrajudicial e judicial. Outro exemplo de instituição que contribui com a sociedade é a Ordem dos Advogados do Brasil, que viabiliza aos necessitados o acesso à justiça.

Além da prestação jurisdicional à pessoa idosa está a satisfação do seu interesse, que para (SOARES,2002,p.79) “que a resposta dada pelo Estado-Juiz produza os efeitos práticos desejados e satisfaça os interesses da parte lesada ou ameaçada de lesão.” A efetividade da prestação é a etapa final do acesso à justiça, pois houve durante a tramitação processual uma expectativa de direito, que será plenamente satisfeita com uma execução do que foi reconhecido juridicamente, caso contrário há uma frustração do direito da parte idosa e, conseqüentemente, um descrédito na atuação do poder judiciário.

A cultura pós-moderna das relações sociais fluídas, na dicção de Bauman, é caracterizada pelo consumo, inclusive o consumo da prestação jurisdicional, “A sociedade é ‘consumidora’ das normas processuais no afã de conferir eficácia forçada dos direitos subjetivos espontaneamente ineficazes” (PAULA,2002,p.208). Nem sempre o que se pretende é possível ou provável, mas se criou a cultura de consumir o judiciário como um produto.

4. O acesso à justiça da pessoa idosa

O acesso à justiça da pessoa idosa analisado na perspectiva da prioridade, da sua garantia e da obrigatoriedade institucional do Estado, da Sociedade e da Família em viabilizar as formas desse acesso traz normas específicas que tratam dessa proteção, através das instituições públicas e privadas que viabilizam esse acesso.

O Decreto Federal nº 1948/96, que regulamentou a Lei 8842/94, da Política Nacional do Idoso, em seu art. 17, materializou o acesso à justiça da pessoa idosa, com a criação de

varas especializadas para facilitar o acesso, contudo não obriga a sua criação, significando que outros mecanismos precisam ser criados para suprir essa demanda crescente.

A lei 10.741/03 influenciou a modificação dos artigos 1.211-A, 1.211-B, 1.211-C do CPC, com redação dada pela Lei 12.008, de julho de 2009, quanto à garantia do acesso à justiça em sua variável - atendimento prioritário, em razão da idade, cujo princípio norteador, de pensamento aristotélico, consiste em tratar os desiguais desigualmente na medida de sua desigualdade. O que efetivamente ocorre com a pessoa idosa.

E para que seja efetiva a prestação do serviço prioritário no acesso ao poder judiciário, a parte idosa precisa requerer consubstanciada em prova de sua idade, simplesmente fazendo juntada da cópia do registro geral. O legislador do Estatuto do Idoso estendeu a prioridade ao sucessor processual, mas não ao seu representante, advogado, se for idoso.

Outra discussão de natureza processual reside na esfera da tutela diferenciada, em que (GODINHO, p.63) afirma que o Estatuto do Idoso não é uma tutela diferenciada, mas que prevê e depende de tutelas diferenciadas para a efetiva proteção dos direitos dos idosos, a exemplo do atendimento prioritário, da celeridade processual e da legitimação do Ministério Público para sua defesa individual e coletiva.

Quanto ao direito individual, a tutela diferenciada tratada no Estatuto do Idoso foi permitir a substituição processual do idoso pelo Ministério Público. Causa de grande polêmica, quando se dá de forma individual, porque coletiva, não há o que se discutir, mas que foi pacificada por autorização constitucional na defesa dos direitos individuais homogêneos pelo referido órgão, numa interpretação extensiva da norma.

O Ministério Público tanto age extrajudicialmente quanto judicialmente, quando é legitimado para propor ação judicial para fornecimento de medicamentos, do tratamento adequado de saúde e da ação de alimentos, inclusive individualmente em favor dos idosos, registro tardio de nascimento, interdição, revogação do instrumento de procuração, anulação de negócio jurídico, afastamento do lar de parentes que causem maus-tratos aos idosos, ação para garantir internamento hospitalar contra planos e seguros de saúde, etc. (GODINHO,2007,129-0) Extrajudicialmente celebra acordos de alimentos, termo de ajustamento de conduta; apura o fato civil através de inquérito, em favor da pessoa idosa e mais, providencia junto ao poder público a efetividade dos direitos fundamentais, a exemplo de uma moradia digna em uma instituição de longa permanência, além de divulgar através de participação efetiva em eventos que envolvam a pessoa idosa para esclarecimentos sobre seus direitos.

A assistência jurídica é prestada pelos órgãos em defesa dos direitos dos idosos, provindos tanto do poder público quanto da iniciativa privada. Essa consultoria prestada no esclarecimento dos direitos dos idosos assume papel relevante em uma das vertentes da garantia do acesso à justiça. Uma das experiências de atendimento prioritário e duração razoável do processo é a Central Judicial do Idoso em Brasília, que conta com um grupo formado pela defensoria pública, promotoria de justiça e justiça estadual para atuar na defesa dos direitos da pessoa idosa. Tratamento com respeito que garante a dignidade da pessoa idosa através do encaminhamento ao campo socioassistencial através das redes governamental e não governamental, para inserção do idoso e/ou sua família em programas de assistência social (BPC, abrigo, casa-Lar, Centros de Convivência para Idosos, acompanhamento Familiar) e de saúde (home care, atendimento domiciliar para idosos com dificuldade de locomoção, prioridade na marcação de consultas, exames e cirurgias), delegacia de polícia (registro de ocorrência no caso de violência contra a pessoa idosa). Esta é uma política pública em execução voltada para o acesso à justiça em lato sensu.

Metodologia

A metodologia utilizada neste artigo seguiu uma abordagem quanti-qualitativa, na perspectiva da pesquisa social, baseada em Laurence Bardin e Maria Cecília Minayo, dos dados levantados no site do Supremo Tribunal Federal durante o mês de julho de 2012, a fim de analisar o acesso à justiça das demandas dos idosos, quais seriam as espécies de demandas, a duração razoável do processo e a aplicação do Estatuto do Idoso por aquele Tribunal.

Assim, com descritor “idoso” foram encontrados dezoito acórdãos, cento e noventa e uma decisões monocráticas, duas decisões da presidência e uma repercussão geral. Vale ressaltar que com descritor “velho”, não apareceu nenhuma decisão e como “terceira idade”, apenas uma que coincidiu com o descritor idoso. Com descritor “velhice” apresentaram-se dez decisões monocráticas, uma sobre serviço público, duas sobre o sistema previdenciário, três sobre o reconhecimento de imunidade tributária de asilo em sede de exceção de pré-executividade, uma pleiteando o Benefício de Prestação Continuada, uma sobre complementação de aposentadoria e outra sobre a produção antecipada de prova no caso de velhice.

Passa-se agora a parte descritiva da pesquisa realizada no site do STF sobre a natureza das demandas: as decisões colegiadas, as temáticas abordadas na pesquisa versaram a maioria sobre gratuidade em transporte coletivo; as demais, uma sobre consumidor; uma sobre infração administrativa a órgãos não-governamentais e uma sobre execução em precatório.

A repercussão geral tratou sobre consumidor referente aos aumentos abusivos dos planos de saúde e o STF reconheceu a repercussão geral na matéria: “plano de saúde. aumento da contribuição em razão de ingresso em faixa etária diferenciada. aplicação da lei 10.741/03 (estatuto do idoso) a contrato firmado antes da sua vigência. existência de repercussão geral”.

Especificamente, sobre a gratuidade nos transportes coletivos urbanos seis acórdãos trataram sobre a concessão do benefício a pessoas entre 60 e 65 anos de idade em meios de transporte coletivos.

Em matéria penal, foram encontrados quatro HC, em que um tratava sobre a não observância da norma constitucional da razoável duração do processo (art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República). Concedida ordem em parte, para o STJ julgar. Outro HC alegou que o paciente não está recolhido a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal não merece acolhida haja vista que o impetrante não logrou demonstrar que a instituição prisional não teria condições de prestar o atendimento médico necessário. III – Ordem denegada. Outro HC versou sobre questão processual, em que a jurisprudência do STF é no sentido da inadmissibilidade da impetração de habeas corpus, nas causas de sua competência originária, contra decisão denegatória de liminar, em ação de mesma natureza impetrada ao Tribunal Superior, antes do julgamento definitivo do writ. Esse entendimento está representado na Súmula nº 691/ STF, segundo a qual “não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar. Não conhecido”.

Na disciplina previdenciária, a execução de precatórios em face do INSS houve alegação de pagamento preferencial a idosos.

Em matéria administrativa, foi aplicada uma sanção do tipo multa, em decorrência da inobservância das obrigações por instituição não-governamental. Questionou-se a ausência de prequestionamento para apreciação de recurso extraordinário.

Em matéria de Direito do consumidor, a questão transitou pelo plano de saúde que majorou a contraprestação em razão da mudança da faixa etária.

Já nas Decisões Monocráticas, as matérias veiculadas foram cinco em relação ao transporte público por ter sido instituído por vício formal de iniciativa de lei municipal e vício material pelo desequilíbrio econômico. Continuando a discussão sobre o transporte, também foi questionado o benefício para o idoso no transporte semi-urbano. Outra questão na seara transporte, foi no tocante ao interestadual, em que se pleiteou a concessão aos idosos com sessenta anos. Também foi discutido sobre dano moral em virtude da falta de acesso ao transporte coletivo.

Alto índice de questionamento no STF foi a concessão de benefício assistencial do INSS em que se discute a renda mensal familiar, neste sentido foram encontradas trinta e nove decisões. Timidamente foram encontradas duas decisões sobre a suspensão do benefício com base no estudo técnico realizado pelo Tribunal de Contas da União, por falta de comprovação dos requisitos. A princípio, em vários julgados, o STF sustentou que não havia repercussão geral nas causas do benefício do INSS. Depois a Corte Constitucional reconsiderou.

O ingresso no programa bolsa família por ser idoso também transitou como temática no Supremo em que os ministros decidiram que não preenche os requisitos do programa.

Em duas ações distintas, a aposentadoria de trabalhador rural, por questão processual, não foi discutido o mérito, pois o STF reconheceu que se trata de matéria infraconstitucional.

Em sede de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, um idoso impetrou contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Contas da União, alegando o risco causado pela demora da prestação jurisdicional final. O STF concedeu os benefícios da justiça gratuita.

Tema de discussão em dois momentos distintos foi Lei municipal que regula tempo de espera na fila da instituição bancária e o atendimento prioritário ao idoso.

Também fora tratado pelo Tribunal Constitucional, o fato de o Servidor do Estado da Bahia pedir remoção tendo em vista o quadro clínico de seu pai que é idoso e inspire cuidados.

As questões que versam sobre o aumento abusivo dos Planos de saúde em virtude da mudança de faixa etária alegam que o contrato foi assinado anterior ao Estatuto do Idoso ocupou por quarenta e uma vezes o STF. Bem como duas decisões versaram sobre o fornecimento de medicamento; uma sobre o direito à moradia.

Na esfera penal, três Habeas Corpus pleitearam a redução da pena pela metade de réu que completou setenta anos depois da sentença, mas antes do seu trânsito em julgado. Também foi alegado em HC o cumprimento de pena em regime semiaberto, em prisão domiciliar em razão da idade. Ainda outro foi aventado sobre o cumprimento de pena em estabelecimento próprio.

Em sede de Mandado de Injunção houve o pedido de revisão de aposentadoria. O que foi indeferido, porque processualmente não seria o meio mais adequado, ou seja, não preencheu uma das condições da ação – interesse processual no requisito adequação.

De natureza processual foi discutido o conflito de atribuição entre MP estadual e Federal sobre transporte público intermunicipal. Sobre a Intervenção do MP quando da concessão do benefício do INSS. Seis decisões sobre Prioridade na tramitação processual e duas decisões sobre a legitimidade do MP para representar o idoso no direito à saúde. E sobre

a autotutela exercida pela pessoa idosa, que o legislador não previu a possibilidade de o Idoso ingressar com petição no STF alegando atendimento preferencial, contudo o fato existiu.

Em matéria tributária, em quatro recursos os asilos e um Hospital Municipal pleiteavam a imunidade tributária, contudo não provaram a atividade filantrópica.

Contra o idoso houve a execução de verba de natureza alimentar, o que foi cumprido pelo idoso.

Outra demanda do STF foi a incorporação de gratificações.

A execução de alimentos também foi pleiteada, “embargos à execução – execução – mandado de segurança – conta – não-impugnação – valores corretos – juros – inclusão nos cálculos – verba alimentar devida a idoso – requisito – pedido julgado improcedente.”

Uma jurisprudência sobre o atendimento prioritário em agência bancária.

A Defensoria pública pleiteou prazo em dobro por se tratar de pessoa idosa. Houve também o questionamento sobre a legitimidade do MP para representar o idoso contra o INSS. Houve também o pedido de intervenção de terceiros (Defensoria Pública da União) nas causas do INSS e questionada a legitimidade do MP para representar o idoso no direito à educação.

Duas jurisprudências encontradas sobre critério de desempate em promoção de servidor em decorrência da idade. e mais crime contra a idosa praticado pelos seus oito filhos com pedido de agravante.

Uma das decisões chamou a atenção em razão do óbito do paciente, que advogou em causa própria.

Resultados Alcançados

Após pesquisa jurisprudencial no site do STF verificou-se a inexistência de estatística específica em relação às demandas da pessoa idosa no respectivo tribunal superior, que consubstanciasse o princípio da duração razoável do processo, pois somente foi publicada a data do julgamento e da publicação o que ocorre em três dias e no máximo trinta dias.

Este dado foi trabalhado pela primeira pesquisadora de forma embrionária mediante acesso a cada julgado especificamente. Identificou-se que a maior demanda se concentra nas questões consumeristas e previdenciárias, ou seja, aquelas em relação ao direito à saúde, especificamente no tocante aos planos de saúde, internação e medicamento. Também há demandas relativas ao direito ao consumidor, quanto aos empréstimos consignados, que não

acordados, ou quando foram aos juros exorbitantes e impagáveis apenas com a aposentadoria ou pensão da pessoa idosa e ainda quanto aos estelionatos praticados contra os idosos, cobrados pelas operadoras de cartão de crédito. Entre estas, a discussão sobre a concessão ou suspensão do benefício de prestação continuada. Não há informação de dados para análise comparativa dos processos envolvendo interesses das pessoas idosos, ficando impossível constatar a garantia constitucional da celeridade. Constatou-se que tanto a Defensoria Pública quanto o Ministério Público são instituições que representam a pessoa idosa. Embora com legislação avançada, o Brasil ainda precisa de políticas públicas específicas para garantir o exercício da cidadania do idoso na perspectiva da sua dignidade.

As experiências de reunir pessoas qualificadas e específicas para o atendimento pronto e imediato à pessoa idosa ainda são muito tímidas. O Brasil ainda se encontra no plano das ideias quando se trata de acesso à ordem jurídica justa da pessoa idosa, não se faz o controle estatístico das demandas judiciais que iria auxiliar na implantação de políticas públicas voltadas para o acesso à justiça. Não empregamos essa metodologia para evitar a comprovação da morosidade da prestação do serviço público, e, conseqüentemente em onerar a folha de pagamento do estado com ações efetivas. Distante do multiculturalismo, vivemos voltados para nós mesmos, sem discutir as experiências efetivas de cada cultura. Conhecer novos modelos que sirvam para melhorar o acesso à justiça da pessoa idosa no Brasil está distante de ser uma prioridade.

Conclusão

O acesso à justiça para a pessoa idosa precisa ser tratado de forma diferenciada, a exemplo da Central Judicial de Brasília, onde as instituições estatais se reúnem em prol do bem-estar social, neste caso, tendo como beneficiário o idoso.

Distante de atingir a essência do acesso à justiça, a gratuidade deveria ser inerente à efetivação do acesso e não limitar, através da legislação, aos hipossuficientes, num eterno assistencialismo àqueles mais desprovidos de recursos financeiros.

Todos os órgãos públicos e privados continuam num exercício insustentável de promover o acesso à justiça da pessoa idosa, mas não se apercebem da sempre urgência e frequente necessidade.

Um grande óbice é gerir o atendimento prioritário, com o simples carimbo na capa da petição inicial, mas se precisa de mais ações efetivas do acesso à justiça.

Na Bahia, a Ordem dos Advogados do Brasil- Seção Bahia não tem uma secretaria, de âmbito interno, específica para o atendimento à pessoa idosa, nem os Núcleos de Prática

Jurídica. No Ministério Público, o idoso é espécie do gênero cidadania, para justificar a compartimentalização das promotorias; bem como a Defensoria Pública do Estado. Já a Defensoria Pública da União, ainda está se estruturando e bem distante do atendimento prioritário à pessoa idosa.

Como representante processual, constatou-se a presença mais efetiva do Ministério Público, mas também se percebeu que as demandas dos idosos são assistidas pelos advogados constituídos. A Defensoria Pública não tem cultura de enfrentar o tribunal superior.

A ínfima participação da sociedade civil neste contexto de acesso à justiça, percebida no sentido mais lato possível, também é uma questão cultural. E uma das medidas para que se ressignifique esse comportamento é o processo de conscientização social, no sentido de incentivar às representações coletivas.

A sociedade e o estado brasileiros estão bem distantes da essência do acesso à justiça, porque não se tem um modelo pré-definido de como fazer, a questão é mais administrativa e burocrática, pois ainda se está ‘aprisionado às portas fechadas de concreto’ das instituições. Eis mais uma incapacidade humana de se viver de uma forma simples, e de uma capacidade humana de complicar o que já está descomplicado. E o idoso é a síntese de que o homem não consegue se libertar das suas próprias “grades”.

Referências

- ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2ª. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro:Zahar, 2001.
- BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil**. 3ª. Ed. São Paulo:Saraiva, 2009.
- CÂMARA, Alexandre. **O Acesso à Justiça no Plano dos Direitos Humanos**. In.: Acesso à Justiça. Org. Raphael Augusto Sofiati de Queiroz. Rio de Janeiro:Lumen Juris, 2002.
- CAPPELLETTI, Mauro. GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre; Sergio Antonio Fabris Editor; 1988, reimpresso 2002; 168p.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 4ª. Ed. São Paulo:Saraiva, 2005.

GODINHO, Robson Renault. **A Proteção Processual dos Direitos dos Idosos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

GRINOVER, Ada Pelegrini. DINAMARCO, Cândido Rangel. CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. **Teoria Geral do Processo**. 24ª. Ed. Rio de Janeiro: Malheiros, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. Petrópolis:Editora Vozes. 28ª.ed.,2009.

_____. **O Desafio do Conhecimento**. 8ª. Ed. São Paulo:Hucitec, 2004.

PAULA, Jônatas Luiz Moreira de. **A Jurisdição como elemento de inclusão social**. 1ª. Ed. São Paulo:Manoele, 2002.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 7ª. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Uma concepção multicultural de Direitos Humanos**. Lua Nova n. 39. pp. 105 à 124.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 16. Ed. São Paulo:Malheiros, 1999.

SOUZA, Fábio Costa. **Acesso do Hipossuficiente à Justiça. A Defensoria Pública e a Tutela dos Interesses Coletivos Lato Sensu dos Necessitados**. In.: Acesso à Justiça. Org. Raphael Augusto Sofiati de Queiroz. Rio de Janeiro:Lumen Juris, 2002.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 10ª. Ed. São Paulo:Saraiva, 2012.

AS VIAS DE ACESSO E A JUDICIALIZAÇÃO NA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.

Manoela Magalhães Alves
Discente PPGPS/UENF-manumagalhaes.25@gmail.com
Vera Lucia Marques da Silva
Profa. PPGPS/UENF- veramarques@fmc.br

RESUMO

Com a Constituição Brasileira, nos anos 80, efetivou-se a conquista do direito à saúde. Um dos direitos envolve o controle e o tratamento adequado das doenças, o que significa a garantia da assistência farmacêutica. Esta implica, muitas vezes, na 'judicialização da saúde', por ser a única maneira, em alguns casos, dos medicamentos serem adquiridos. Este trabalho objetivou pesquisar as vias de acesso da assistência farmacêutica em Campos dos Goytacazes/RJ, tendo como pressuposto que um dos fatores do fenômeno da judicialização seria a ausência de logística programática na gestão da Assistência Farmacêutica no município em estudo, o que foi confirmado na pesquisa. Essa ausência se caracterizou por falta de informatização, de organização programática no abastecimento das farmácias, de cadastramento da população adscrito, de discurso e de prática com base de que o abastecimento seria na dependência da demanda e não do planejamento, entre outros.

Palavras-chave: Judicialização, Saúde e Assistência Farmacêutica.

ABSTRACT

With the Brazilian Constitution, in 80 years, was realized winning the right to health. One of rights involves the control and treatment of diseases, which means the assurance of pharmaceutical care. This implies, often in the 'judicialization of health', as the only way, in some cases, drugs are purchased. This study aimed to investigate the avenues of pharmaceutical care in Campos / RJ, with the assumption that a factor in the phenomenon of legalization would be the lack of logistic management in programmatic Pharmaceutical Care in the city under study, which was confirmed in research. This absence was characterized by lack of computerization, organization programmatic supply of pharmacies, registration of the population ascribed, discourse and practice on the basis that the supply would be dependent on demand and not planning, among others.

INTRODUÇÃO

Mediante o processo de democratização no Brasil, nos anos 80, que culminou com ampla e democrática reforma sanitária, efetivou-se, na Constituição Brasileira, a conquista do direito à saúde e o reconhecimento do caráter universal e integral das ações e dos serviços de saúde, regulamentados na Lei Orgânica da Saúde 8080/90.

Nessas três décadas, o Brasil implantou parte do projeto do Sistema Único de Saúde no que tange ao seu caráter universal, público, democrático, equânime, ético e solidário. De acordo com CARVALHO e BUSS (2008), a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) foi um movimento que contribuiu decisivamente para a inclusão, na Constituição de 1988, do reconhecimento da saúde como um direito de todo cidadão e um dever do Estado, criando o Sistema Único de Saúde, fundado nos princípios doutrinários de universalidade, integralidade e equidade.

O artigo 196 dessa Constituição expressa que as ações e serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao Poder Público dispor sobre sua regulamentação, sua fiscalização e sem controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou por meio de terceiros.

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1990: 91).

Segundo SCAFF (2011), é nítido que a Constituição determina um direito à saúde, por meio de políticas sociais e econômicas. Porém, a interpretação que vem sendo dada a esse preceito é a de que este é um direito individual, que pode ser gozado diretamente por cada indivíduo, e não com a implementação de uma política pública. Aprisiona-se o interesse social e concede-se realce ao direito individual.

Sendo assim, o direito à saúde como um direito fundamental, na Constituição de 1988, enseja avanços e novos desafios jurídicos, culturais, políticos, sociais e econômicos para sua efetivação. No campo jurídico, está presente a tensão inerente aos direitos sociais e, particularmente, ao direito à saúde. Essa dicotomia existe entre os direitos garantidos formalmente e os conflitos implícitos à sua efetivação no cotidiano das práticas dos atores sociais. Isso permite a inserção das instituições jurídicas nesse processo, seja na judicialização, seja na juridicização das relações sociais. Na juridicização, os conflitos são discutidos sob o ponto de vista jurídico, mas sem levá-los ao Judiciário; na judicialização, por sua vez, os conflitos são levados ao Judiciário (ASENSI, 2010).

Por conseguinte, e considerando o estado da arte (ASENSI, 2010; BARATA e CHIEFFI, 2009; MARQUES, 2008; VIEIRA e ZUCCHI, 2009), a ‘judicialização’, como um fenômeno polissêmico e multifacetado (PEPE, V. L. *et al.* 2010). O termo, ao ser polissêmico, como salienta CARVALHO (2004), pode ser abordado pela literatura jurídica e pela ciência política em variados sentidos, ora enfatizando o uso do poder judiciário como arena de disputas políticas,

ora destacando a migração de temas de natureza política que, abandonando a arena legislativa, passam a ser debatidos na arena judiciária.

Segundo Chieffi e Barata (2009), o direito à saúde é um direito social. De acordo com a Constituição Federal, a concretização de tais direitos depende de políticas públicas de saúde, cujo objetivo seja voltado para a melhoria das condições de vida da população e para a equalização das situações desiguais. Por sua vez, as políticas de saúde devem ser em escala coletiva, a fim de atender a esses preceitos legais. Necessitam ser bem elaboradas e implementadas para que atinjam o objetivo acima. Assim, a deficiência de uma logística programática no Departamento de Assistência Farmacêutica, constatada na gestão pública deste município, além de ocasionar transtornos ao acesso aos medicamentos, tem levado ao fenômeno da judicialização em casos desnecessários, a partir do entendimento do direito à saúde como um direito social.

Após os anos 90, a instância Judiciária passa a ser vista pela sociedade como espaço de vocalização dos seus direitos constituídos legalmente, a partir do entendimento de que esta instância seria o lócus de resolução de conflitos e de intervenção na gestão de políticas públicas, quando estas não atendem a sua demanda. Para Faria:

“A questão essencial no conflito de interesses entre o Executivo e o Legislativo com o Judiciário, desde o advento das políticas de ajuste fiscal, nos anos 90, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio financeiro do Estado. Neste caso, aumentou a esfera de atuação nos tribunais a ponto de levá-los a assumir funções políticas, bloqueando iniciativas do Executivo ou justapondo-se ao Legislativo, é porque a Constituição de 1988 o permitiu, na medida em que consagrou um extenso elenco de direitos, aumentou as garantias para proteção dos direitos fundamentais, por meio de transferências de recursos da União para estados e municípios” (FARIA, 2003).

De acordo com Appio (2003), existem inúmeras questões de natureza estritamente política, as quais recentemente eram resolvidas dentro do universo do sistema político, mas na atualidade estão sendo trazidas diariamente ao exame da instância jurídica, dada a complexidade das atividades desempenhadas pelo Estado e as colisões de tais atividades com os interesses de milhões de pessoas no Brasil. No contexto histórico brasileiro a jurisdição constitucional fortaleceu-se após 1988, na medida em que a Constituição Federal vigente teria canalizado demandas sociais reprimidas, constituindo-se como um documento de transformação social do país, de maneira à judicializar algumas das importantes questões políticas no Brasil.

Segundo Faria (2003), a judicialização significa processo pelo qual a negociação não judicial e os fóruns formuladores de decisões tornam-se dominados por regras e processos quase judiciais (legalísticos). Em outras palavras, tende-se à adesão, pelo campo político, do método judiciário como vetor de resolução de conflitos. Essa adesão fica explícita no caso de resolução de conflitos de classe e proteção de direitos difusos e coletivos frente ao poderio das grandes

corporações privadas. Com efeito, o judiciário consolida-se como principal instância nesses casos, inovando seus métodos de arbitragem de conflitos. Passa a operar não somente causas individuais, isto é, ações entre duas partes, mas também se torna capaz de atender as múltiplas partes por meio de ações coletivas. O judiciário, então, se fortalece como importante palco de reivindicações no contexto da sociedade de massa, emergindo como terceiro gigante a agir no contexto das grandes formações sociais e econômicas.

METODOLOGIA

É um trabalho descritivo, de natureza empírico-analítica e de abordagem qualitativa, tendo como unidades de análise os processos da Defensoria Pública do Estado Rio de Janeiro, da Secretaria Municipal de Saúde e os com caráter de mandado judicial, no período de março de 2011 até março 2012. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os operadores de saúde em 14.5% no universo total de 69 Unidades Básicas de Saúde. Este trabalho concentrou-se nas vias de acesso, fazendo parte da pesquisa maior, que tem como tema a judicialização da saúde na assistência farmacêutica, sendo coletados e analisados 100 processos da Defensoria e 20 com caráter de mandado judicial.

A proposta weberiana estabelecerá um viés metodológico, com possibilidade de clarificar e compreender o objeto de estudo em questão, a partir do entendimento de que a interpretação da ação deve tomar nota do fato fundamentalmente importante de que aquelas formações coletivas, que fazem parte tanto do pensamento do senso comum quanto do jurídico (ou de outras disciplinas), são representações de algo, que em parte existe e, em parte, pretende vigência, que se encontram na mente de pessoas reais (não apenas dos juízes e dos funcionários, mas também do “público”) e pelas quais se orientam suas ações. Como tais, têm importância causal enorme, muitas vezes até dominante, para desencadear as ações das pessoas reais. Isso se aplica especialmente às representações de algo que deve ter vigência (ou não deve ter) (WEBER, 1998).

As unidades de análise foram os discursos, as práticas, os agentes e os documentos normativos e judiciais, buscando o perfil e as demandas dos requerentes, dos operadores do direito (poder judiciário) e os da saúde (poder executivo). O período da coleta de dados foi compreendido entre março de 2011 e março de 2012. Nesse período, o município de Campos já se encontra em Gestão Plena do Sistema Municipal, o que envolve a dimensão de maior autonomia no direcionamento de suas políticas de saúde.

Buscou-se a interpretação do tipo racional, cujo fim é compreender, pela causalidade, as relações significativas entre os fenômenos ou os elementos de um mesmo fenômeno (FREUND, 2003). Dois tipos das unidades de análise acima apresentadas foram o material empírico mais investigado:

(a) Discursos e informações levantados por meio da técnica de pesquisa do tipo entrevistas (semi-estruturada). Nesse sentido, o entrevistador atua como um facilitador, sem forçar o respondente. Esse tipo de entrevista possibilitará que as questões que circundam o objeto de pesquisa sejam amplamente exploradas, com ênfase nas tomadas de decisões dos operadores de direito e de saúde.

(b) Informação contida em documentos levantados em instâncias do Judiciário ou em posse dos réus nos processos judiciais. Os dados selecionados para análise de cada processo foram os seguintes, além dos já considerados acima: número do processo judicial, advogado (caso exista), médico prescritor, medicamento selecionado e perfil dos requerentes.

De fato, a busca dos fatos empíricos levou em consideração a dimensão sociológica do tipo ideal da tríade universalidade/equidade/integralidade, buscando a ação racional da tomada de decisão dos operadores do direito e da saúde e considerando que ela se orienta conscientemente por um sentido e numa realidade concreta. Quanto à realidade concreta, considera-se a distância entre esta e a construção hipotética (o tipo ideal como instrumento metodológico), averiguando a natureza e a medida dessa distância. Ou seja, a relação do tipo ideal com a realidade empírica do imediatamente dado é, em cada caso particular, problemática, mas, ao mesmo tempo, um instrumento metodológico necessário.

PESQUISA DE CAMPO

Embora essa parte do trabalho tenha-se concentrado nas vias de acesso, o fenômeno da judicialização será o objeto norteador para o total da pesquisa, justificando a sua problematização neste artigo. Para entendimento das vias de acesso, far-se-á uma breve descrição da estruturação do acesso à assistência farmacêutica no município.

O município de Campos dos Goytacazes possui 69 Unidades Básicas de Saúde (UBS), compostas de farmácias que distribuem medicações básicas para os usuários que residem nos bairros e distritos. A aquisição de medicamentos, pela rede básica, está padronizada pela Remume (Relação de Medicamentos Municipais Essenciais). Os remédios contemplados fazem parte da rede básica; em outubro de 2011, foram inclusos, nessa listagem, outros tipos de medicações. Existe uma

Farmácia Básica Central, localizada próximo à Secretária Municipal de Saúde e ao Departamento de Assistência Farmacêutica, com distribuição de medicamentos de acordo com Remume.

Conforme as observações registradas no campo, percebe-se que o acesso é fácil. Mas enquanto se aguarda atendimento, o descontentamento dos usuários é geral. Faltam medicamentos essenciais e básicos na rede municipal tais como, dipirona e sinvastatina. Os atores envolvidos no processo são os farmacêuticos e os atendentes (operadores da saúde). Para requerer a medicação é preciso receita médica do SUS com validade de trinta dias (2ª via fica retida), e o documento de identidade. Os usuários ficam aguardando atendimento controlado por uma senha eletrônica. Geralmente são chamadas 1000 senhas em média e o tempo de espera gira em torno de uma hora.

Segundo relato da operadora de saúde, anteriormente, a falta de medicamentos nas farmácias das Unidades Básicas de Saúde, no início de 2012, gerou um aumento no atendimento da Farmácia Básica Central. No mês de maio de 2012, o atendimento regularizou-se devido ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde nos bairros. De acordo com as informações os medicamentos mais pedidos são: na categoria dos controlados, rivotril, diazepam; e na categoria dos básicos, os anti-hipertensivos e para tratamento de diabete mellitus.

O abastecimento geralmente é realizado duas vezes por semana, dependendo da demanda. Durante o início do ano 2012, ocorreu falta constante de remédios básicos na farmácia, devido ao atraso no processo do pregão para o fornecimento, cuja responsabilidade é da Secretária de Administração.

O usuário era orientado a procurar assistência farmacêutica do Programa da Farmácia Popular do Brasil do Governo Federal conveniada às drogarias do município. A operadora de saúde esclareceu que o usuário, ao escolher essa alternativa, não estava desvinculando a responsabilidade do poder público municipal, e transferindo apenas para o Governo Federal. De acordo com o relato anterior da operadora de saúde, ficou esclarecido que, no mês de maio/2012, as dificuldades no abastecimento das farmácias das Unidades Básicas de Saúde e da central foram sanadas.

Ainda segundo as informações obtidas e a referência do Programa Farmácia Popular do Brasil conveniada com diversas drogarias, no município de Campos dos Goytacazes, foi realizada, em abril/2012, uma pesquisa de campo em duas drogarias. Constatou-se que ambas aumentaram o seu movimento comercial. Ambos os farmacêuticos informaram que, para ter acesso gratuito aos anti-hipertensivos e tratamento de diabetes, são solicitados os seguintes documentos: receituário válido por 120 dias (SUS ou particular); identidade e CPF originais (são xerocados junto com o

receituário). Caso o paciente citado no receituário não possa comparecer pessoalmente à drogaria para retirar a sua medicação, ele deverá mandar uma procuração para que o procurador possa retirar. O sistema de informática está *linkado* pelo Datasus (Ministério da Saúde).

Não existem entre essas duas instâncias do governo municipal e federal qualquer link entre os sistemas de informatização, podendo o usuário requerer sua medicação pela via municipal e federal concomitantemente. Na farmácia básica central, a informatização é realizada pelo programa de informática, que é alugado. Segundo a opinião da operadora de saúde, ele controla parcialmente a movimentação, pois existem algumas intercorrências, entre elas, muitos atendimentos, sistema de informática lento e a falta de habilidade de alguns operadores de saúde para trabalhar nessa área. Esses fatores prejudicam a operacionalidade do sistema de informatização.

Conforme as entrevistas realizadas nas Unidades Básicas de Saúde com os operadores de saúde, que atuam nas farmácias de medicamentos básicos, o abastecimento está deficitário no momento. O Departamento de Assistência Farmacêutica está elaborando mecanismos para controlar melhor o seu estoque por meio da informatização que está sendo efetuada em algumas unidades básicas de saúde. Outro fator é a falta de profissionais tecnicamente capacitados para exercerem a função no setor, como o profissional farmacêutico e o técnico de farmácia.

Tabela Comparativa das Unidades Básicas de Saúde

UBS	Profissional Responsável	Período de Abastecimento	Medicamentos Demandados	Informatizado	Farmacêutico
(1) IPS- 12h	Aux. Adm Enfermeira	Mensal	-anti-hipertensivo -diabéticos - ambroxol	Não	Não
(2) Pq. Aurora 12h	Aux. Adm	Mensal	-anti-hipertensivo -diabéticos	Não	Não
(3) Tocos 24h	Aux. Adm Farmacêutica	Mensal	-anti-hipertensivo -diabéticos	Sim	Sim

(4) Pq. Eldorado 12h	Aux. Adm	Mensal	-anti-hipertensivo -diabéticos -dipirona	Não	Não
(5) Carvão 10h	Aux. Adm	Mensal	-anti-hipertensivo -diabéticos -xarope -dipirona	Sim	Não
(6) Penha 10h	Aux. Adm	Mensal	-anti-hipertensivo - losartana -dipirona - antialérgico	Sim	Não
(7) Pq Prazeres 12h	Aux. Enfermagem (desvio de Função)	Mensal	-anti-hipertensivo - diabético	Não	Não
(8) Alair Ferreira 10h	Atendente Consultório	Mensal	-anti-hipertensivo -metiformina	Não	Não
(9) U. Sta. Cruz 12h	Assistente Adm	Mensal	-anti-hipertensivo -diabético	Não	Não
(10) Turf 10h	Assistente Adm	Mensal	- antibiótico -anti-hipertensivo -diabético	Não	Não

Embora o objeto de estudo desta pesquisa sejam os processos que perpassam pela judicialização, foi relevante pesquisar nas UBS, já que um dos objetivos específicos serão as vias de acesso à Assistência Farmacêutica no município de Campos dos Goytacazes.

Outra via de acesso da Assistência Farmacêutica são aqueles medicamentos inclusos no processo administrativo. Em outubro 2011, foi instaurada a Câmara Técnica, incluindo novas medicações,

com publicação no Diário Oficial do município. São exigidos os seguintes documentos: cópia de comprovante de residência (últimos dois meses), cópia da carteira de identidade, cópia do CPF, cópia da certidão de nascimento (criança) e receita médica atualizada pelo SUS. O comprovante de residência deverá estar em nome do paciente ou de parente, mediante a comprovação. A receita é válida pelo tempo definido de tratamento para medicamentos controlados de acordo com a Portaria 344/98. A receita é válida por trinta dias para outros tipos de medicamentos. O tempo para autorização do processo administrativo gera em torno de 15 dias.

Segundo informações da farmacêutica, no início de 2009, foram cancelados os processos administrativos, o que ocasionou um aumento na demanda judicial. Por isso, em agosto de 2009, retornaram com o processo administrativo. A partir deste ano (2012), até abril, já foram encaminhados 200 processos administrativos para o gabinete do Secretário de Saúde, através do sistema de informatização PIM (Pedido Interno Medicamento), junto com o número do processo gerado pelo sistema de protocolo torna-se possível o rastreamento do andamento do processo. Em alguns casos, os usuários solicitam a medicação diretamente pela Defensoria; não entram inicialmente com o processo administrativo via Secretária Municipal de Saúde. Em abril 2012, as solicitações de medicação, via processo administrativo estão mais ágeis do que em 2011.

O fornecimento de medicamentos pelo Estado está incluído na LME (Lista de Medicamentos Excepcionais). Além disso, a medicação será fornecida mediante compatibilidade do CID (Código Internacional de Doenças) especificando a doença. Essa restrição não é feita pelo município, que acaba alocando mais tipos de medicações. Geralmente quando o usuário entra com processo pelo judicial e fica constatado que a medicação solicitada está inclusa na LME, cabendo ao Estado fornecer, o setor judicial entra em contato com os profissionais farmacêuticos vinculados ao Estado e encaminha a solicitação para agilizarem sua liberação.

A pesquisa de campo constatou que a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes realizou um acordo com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, para que os usuários que necessitem de medicações que não estão inclusas na Remume (Relação Municipal de Medicamentos Padronizados Especiais), acionem a instância judiciária por meio do termo de cooperação entre o município e a Defensoria desde 2009.

“Esta medida vem considerar o grande volume de ações judiciais para fornecimento pelo município de medicamentos, tratamentos e exames médicos; e considerando a necessidade de implementar medidas para imprimir maior efetividade aos serviços gerais de saúde à população hipossuficiente”. (Acordo de Cooperação na Área da Saúde- documento da Procuradoria/2009).

Nesse caso, o demandante será orientado a entregar os seguintes documentos: identidade, CPF, comprovante de residência, receita médica original (receituário do SUS preferencialmente com a descrição do princípio ativo do medicamento) e o formulário ou o laudo médico com indicação clínica. Para os menores de idade, necessita-se de cópia da certidão de nascimento, sendo o demandante, em qualquer das hipóteses, orientado a retornar até 10 dias para a retirada do medicamento na Farmácia Municipal.

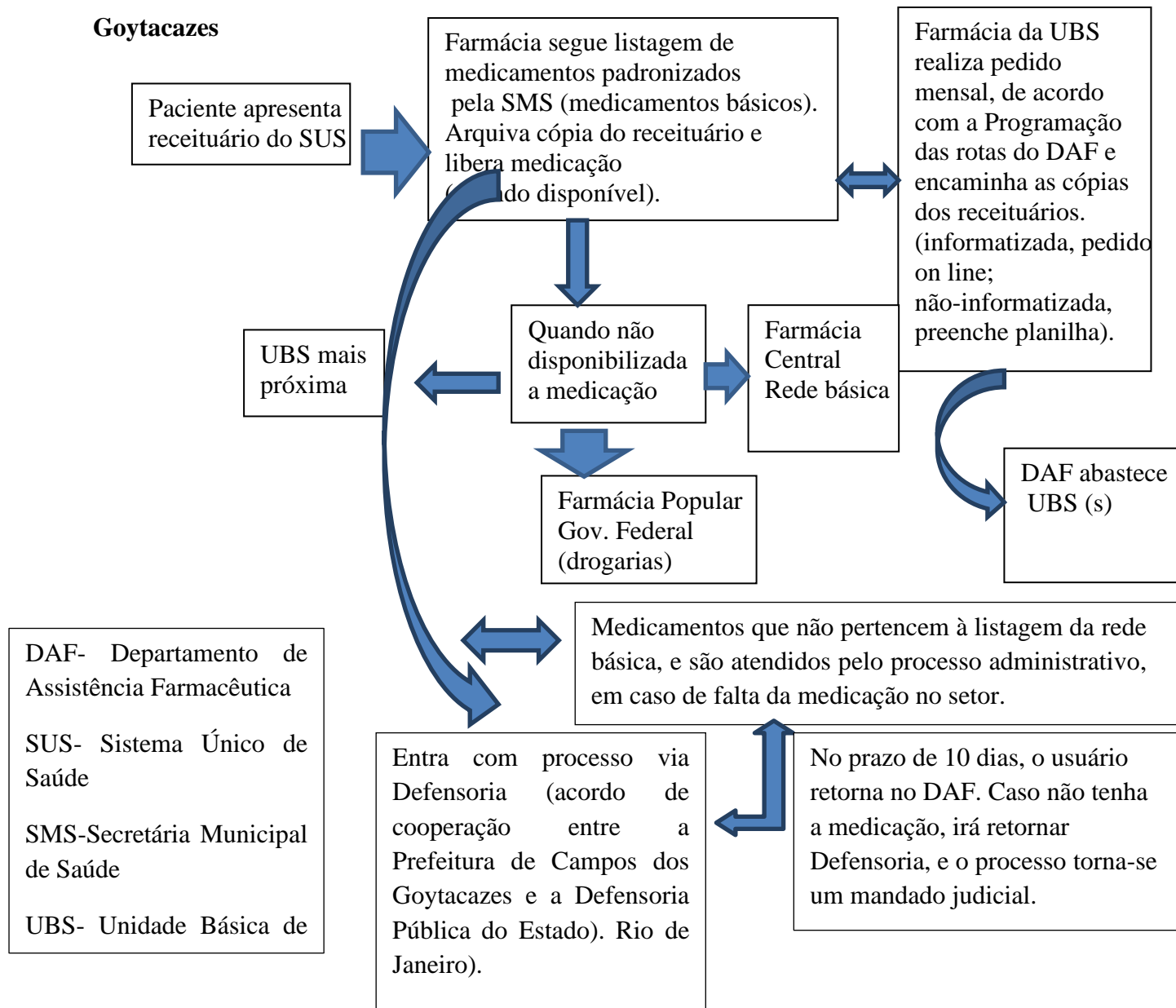
Na Defensoria Pública, existe uma farmacêutica vinculada à Secretária Municipal de Saúde que fica responsável pela averiguação de todos os casos (internação hospitalar, assistência farmacêutica, entre outros) que requerem intervenção dessa instância judiciária. Essa medida não caracteriza como uma demanda judicial, e, sim, como um primeiro momento do acordo, não sendo obrigatório à Secretaria Municipal de Saúde liberar a medicação. Mediante o quadro de urgência, o usuário busca, em sua segunda tentativa, entrar com um mandado judicial. Nesse caso, o operador de direito entra com um mandado de busca e apreensão e a compra da medicação é efetuada imediatamente pelo poder público municipal, não sendo necessário o processo licitatório.

A pesquisa de campo foi realizada em junho/2012, na Farmácia Judicial, localizada na Secretária de Saúde, onde são arquivados os processos provenientes da Defensoria Pública e aqueles com caráter de mandado judicial. Constatou-se que o setor possui, no total, seis armários, três para arquivarem os processos provenientes da Defensoria Pública, e os outros três para os processos de mandado judicial. São arquivados de acordo com a ordem alfabética e o sexo, masculino ou feminino.

Nesse setor, em pastas suspensas arquivam-se o termo de cooperação entre a Defensoria Pública e a PMCG e as receitas médicas. Em algumas dessas pastas, foram encontrados os documentos de identidade e o comprovante de residência. Os documentos de identificação não foram achados com frequência, dificultando obter uma amostragem favorável no aspecto da faixa etária dos requerentes. Os usuários comparecem no setor para buscarem a medicação solicitada pela Defensoria ou pelo Mandado Judicial. As instâncias judiciárias encaminham o termo de cooperação juntamente com os outros documentos para o Departamento Jurídico da Secretária Municipal de Saúde. Este, por sua vez, repassa posteriormente à Farmácia Judicial. O horário de atendimento dos operadores de saúde é das 8h às 17h. Antes de entregarem as medicações aos requerentes, eles buscam, nos arquivos, os processos dos usuários e registram a saída das medicações no computador. Além disso, os usuários assinam o recebimento da entrega que ficará arquivado na pasta suspensa.

Assim, no município de Campos Goytacazes é relevante o espaço judiciário, sendo atribuído ao usuário como um local de vocalização dos seus direitos garantidos legalmente pela Constituição, por meio da lei 8080/90, assegurando que todo cidadão tem direito à saúde. Cabe ao Estado promover ações e políticas públicas de saúde voltadas para os princípios de equidade, integralidade e universalidade.

Fluxograma das vias de acesso da Assistência Farmacêutica no município de Campos dos Goytacazes



CONSIDERAÇÕES GERAIS

O município de Campos dos Goytacazes possui, na atual gestão pública de saúde 69 unidades básicas de saúde, distribuídas entre os bairros da cidade. Em cada unidade, há uma farmácia que fornece os medicamentos básicos de acordo com o Remume, para população, com o objetivo de promover a assistência integral ao paciente atendido próximo a sua residência. Além disso,

promove a descentralização junto à Farmácia Central localizada na Secretária de Saúde e próximo ao Departamento de Assistência Farmacêutica. Tem como responsabilidade e atribuição solicitar e fornecer os medicamentos distribuídos entre as unidades básicas de saúde, as unidades de emergências e os hospitais públicos geridos pelo poder público municipal.

Por meio da pesquisa de campo, realizada nos departamentos que possibilitam as vias de acesso à Assistência Farmacêutica e às 10 UBS, por meio de relatos nas entrevistas com os operadores de saúde, constatou-se, que na atual coordenação do departamento, foram informatizadas algumas farmácias das UBS com o Sistema de Controle e Estoque que está *linkado* com o Departamento de Assistência Farmacêutica.

Esse sistema não está interligado com a informatização do Ministério da Saúde, e alugado pela Secretária Municipal de Saúde. A informatização da Assistência Farmacêutica, neste município, em relação ao abastecimento de medicação, encontra-se atualmente deficitário, necessitando de uma organização crescente e avançada através da informatização.

Foi constatado que a Assistência Farmacêutica necessita de uma logística para o abastecimento no estoque das medicações que fazem parte da listagem da Remume nas unidades básicas de saúde. Quando ocorre constantemente a falta dessas medicações, os usuários recorrem ao acordo com a Defensoria Pública do Estado Rio de Janeiro, que foi estabelecido desde 2009. Após dez dias, caso o Departamento de Assistência Farmacêutica não execute a compra do medicamento, o usuário recorre a outro acesso da instância judiciária e solicita um mandado judicial, justificando a urgência da compra, por meio do laudo médico. Nesse caso, o Departamento de Assistência Farmacêutica pode realizar a compra sem a obrigatoriedade do processo licitatório; nessas condições, o Ministério Público permite.

Segundo Chieffi e Barata (2009), o direito à saúde é um direito social. De acordo com a Constituição Federal, a concretização de tais direitos depende da elaboração e da implementação de políticas públicas de saúde, cujo objetivo seja voltado para a melhoria das condições de vida da população, realizando a equalização das situações desiguais. As políticas de saúde devem ser implantadas em escala coletiva, a fim de atender a esses preceitos legais.

De acordo com ASENSI (2010), a judicialização contextualiza a efetivação de direitos, na qual o direito à saúde envolve a preservação da continuidade das políticas públicas por meio do diálogo. Sua afirmação é decorrente do seu estudo nas instituições jurídicas, com especial destaque para o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Poder Judiciário. Para esse autor, os conflitos

políticos sofrem muito mais uma juridicização do que uma judicialização. Ou seja, as ações têm a intenção de evitar a via judicial e adotar múltiplas estratégias e pactuações extrajudiciais. A possibilidade de atuar de forma independente tem garantido o destaque político ao Ministério Público como mediador na saúde.

Portanto, o fenômeno da judicialização, no município de Campos dos Goytacazes, é uma consequência da falta de uma logística programática no Departamento de Assistência Farmacêutica. Além disto, a gestão pública municipal deve priorizar, em sua agenda política, a alocação de recursos orçamentários e cumprir com veemência o abastecimento dos medicamentos que fazem parte da listagem da Remume. Dessa forma, irá diminuir o fluxo de processos que são solicitados pelos usuários pelas vias de acesso às instâncias judiciárias.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

APPIO, Eduardo. **A judicialização da política em Dworkin**. Revista Sequência, Santa Catarina nº47, p.81-97. Dez. 2003. Disponível em: <http : www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 14 de Maio 2011.

ASENSI, Felipe D. **Judicialização ou juridicização? As instituições jurídicas e suas estratégias na saúde**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, p. 33-55, 2010. Disponível em: <http : www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 14 de Maio 2011.

BRASIL. Lei nº 8080. Brasília, 19 de setembro de 1990.

BARATA, Rita de Cássia Barradas e CHIEFFI, Ana Luiza. **Ações judiciais: estratégia da indústria farmacêutica para introdução de novos medicamentos**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, p. 421-429, 2009. Disponível em: <http : www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 14 de Maio 2011.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Diário Oficial do município. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ. Acordo de Cooperação entre a Defensoria Pública do Estado Rio de Janeiro e à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Disponível em: <<http://www.campos.rj.gov/diariooficial.php>>. Acesso em: 17 out. 2011.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Diário Oficial do município. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ. Disponível em: <<http://www.campos.rj.gov/diariooficial.php>>. Acesso em: 17 out. 2011.

CARVALHO, A. I. Buss, P. M. **Determinantes Sociais na Saúde, na doença e na Intervenção.** In: Giovanella, L. (org.) Políticas e sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

CARVALHO, E. R. **Em busca da judicialização da política no Brasil: apontamentos para uma nova abordagem.** Revista de Sociologia Política, Curitiba, n. 23, p. 115-126, 2004.

FARIA, José Eduardo. **Direito e Justiça no século XXI: a crise da Justiça no Brasil. Colóquio Internacional – Direito e Justiça no Século XXI.** Centro de Estudos Sociais. Coimbra, 2003. Disponível em: <http : www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 14 de Março 2012.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber.** Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2003.

MARQUES, Silvia Badim. **Judicialização do direito à saúde.** Revista de Direito Sanitário. São Paulo, p 65-72 Jul/Out.2008. Disponível em: <http: www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 14 de Maio 2011.

PEPE, Vera Lúcia e cols. **A judicialização da saúde e os novos desafios da gestão da assistência farmacêutica.** Revista Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, p 2405-2414, Maio 2010. Disponível em: <http : www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 14 de Maio 2011.

SCHÜTZ, Gabriel Eduardo e OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. **Pesquisa jurídica em saúde- uma proposta metodológica para o levantamento de dados primários.** RECIIS- R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.4, p.53-61,2010.

SCAFF, Fernando Facury e Nunes, Antônio José. **Os tribunais e o direito à saúde.** Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado,2011.

VIEIRA, Fabiola S. e Zucchi, Paola. **Distorções causadas pelas ações judiciais à política de medicamentos no Brasil.** Revista Saúde Pública, São Paulo, p 214-222, 2007. Disponível em: <http : www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 14 de Maio 2011.

WEBER, Max, **A Ciência como vocação.** In: WRIGHT MILLS, C. E GERTH, H.H. Org. *Ensaio de Sociologia.* 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

_____, *Economia e Sociedade.* 1ª ed. Brasília: Unb, 1998. Vol. 1.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES
Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

ENCARCERAMENTO E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Herbert Toledo Martins

(Doutor em Sociologia. Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Vice-Coordenador do Programa)

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7404757966009813>

E-mail: herbertoledo@yahoo.com.br

Priscila Rosa Guimarães Bomfim

(Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB)

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5550392379356914>

E-mail: priscillabomfim@yahoo.com.br

1. Introdução

É recorrente na literatura sobre o método APAC, a informação de que se trata de um método de encarceramento praticamente isento de rebeliões e fugas, além de certo ufanismo das qualidades e resultados do método (Morais & Silva, 2008; Silva, 2007). O que se diz em geral é que o método é um sucesso absoluto, sobretudo, quando comparado com o modelo tradicional de penitenciária¹. De acordo com dados oficiais, o custo médio de cada preso da APAC corresponde a um salário-mínimo e meio mensais, enquanto no sistema comum o custo médio é em torno de 4 salários. Além disso, que o método possui um baixíssimo índice de rebeliões e fugas, bem como de reincidência. Há uma escassez de estudos críticos sobre o método, poucos estudos comparativos. Por exemplo, há que se questionar o alegado baixo índice de reincidência do método, posto que não há estudos mais sistemáticos sobre os egressos do sistema, aqueles que deixaram a clausura. No entanto, até então é incontestável que o método apresenta baixos índices de rebeliões e fugas. Como isso é possível? O que tem no sistema disciplinar do método APAC que difere do sistema tradicional de prisão e assegura poucas rebeliões?

Nessa perspectiva, o artigo analisa a APAC do município de Itaúna/MG. Ao todo foram feitas 20 visitas diárias durante o mês de julho de 2010, e foram

¹ Para o efeito desse artigo, entende-se por modelo tradicional de prisão ou penitenciária aquele estudado por Coelho (2005) e Paixão (1987).

entrevistados 17 detentos. Por intermédio das visitas rotineiras e das entrevistas com os apenados, buscou-se deslindar os mecanismos de disciplina e controle desse modelo de aprisionamento, cuja característica principal é a ausência de armas ou de carcereiros armados na guarda dos presos, sendo a mesma realizada pelos próprios detentos. No roteiro de entrevista buscou-se o relato de vida do entrevistado com ênfase na sua inserção e trajetória no mundo do crime. Além disso, buscou-se compreender como que os detentos são disciplinados e por que não escolhem fugir da prisão, posto ser tão fácil a fuga em virtude de não haver guardas com a função de impedi-las. O objetivo mais amplo do artigo é compreender *como* que tal método articula a relação entre encarceramento e direitos fundamentais, contribuindo com a emergência de novas práticas de aprisionamento que rompem com os modelos tradicionais de ações na área.

2. Breve histórico do método APAC

A APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) é uma entidade civil de Direito Privado com personalidade jurídica própria dedicada à recuperação e reintegração social dos condenados a pena privativa de liberdade². Funciona como entidade auxiliar dos Poderes Judiciário e Executivo no cumprimento das penas privativas de liberdade nos três regimes de execução penal.³

O Método APAC surgiu no ano de 1972, na cidade de São José dos Campos (SP), idealizado pelo advogado paulista Mário Ottoboni e um grupo de amigos voluntários cristãos da Pastoral Carcerária, a qual pertencia a Igreja Católica. A princípio, pensou-se no desenvolvimento de trabalhos voltados para o fortalecimento espiritual e emocional dos condenados da única cadeia da cidade de São José dos Campos (SP), tendo como objetivo amenizar as aflições da população preocupada com as constantes rebeliões e manifestações dos presos inconformados que viviam amontoados na Cadeia Pública local.⁴

² Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Projeto Novos Rumos de execução penal, maio 2009, p. 17

³ Op. Cit.17

⁴ OTTOBONI, Mário. FERREIRA, Valdeci Antônio. Jornada de Libertação com Cristo e curso intensivo de conhecimento e aperfeiçoamento do Método APAC, especialmente para presos. São Paulo: Paulinas, 2004, pg.17.

Desde o início o grupo originário usa a sigla APAC, muito embora o significado estava ligado em suas origens a Pastoral carcerária, o qual era intitulado como “Amando o Próximo, Amarás a Cristo”.

Dois anos mais tarde, o grupo sob o direcionamento do Juiz de Execução Penal da Cidade de São José dos Campos, deliberou-se a criação de uma associação civil voltada para o trabalho de órgão auxiliar da justiça. Nesse momento surgiu a APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. Assim, em 1974 teve início uma experiência da APAC de São José dos Campos com cem presos pertencentes ao Presídio Humaitá.

O trabalho buscou inicialmente incitar algumas práticas como, por exemplo: palestras voltadas para a valorização humana, participação em atos religiosos, melhoria dos recursos disponíveis no presídio, estímulo a organização pessoal e das celas através de concursos de higiene e limpeza, estímulo a frequência na biblioteca, eleição de representantes dos presos. Juntamente com essas práticas, a experiência buscou o envolvimento entre os voluntários da APAC, o corpo técnico da direção, além dos familiares dos presos.

O trabalho desenvolvido pelos voluntários era basicamente organizar grupos de padrinhos responsáveis por acompanhar cada um dos condenados, e ajuda-los na resolução de problemas fora da unidade prisional ou na orientação através de diálogos. Além disso, os voluntários buscavam fazer com que os familiares mantivessem um contato com os presos, para que dessa forma fossem mantidos e fortalecidos os laços familiares.

Mesmo atuando durante aproximadamente dez anos no auxílio aos órgãos de execução penal do estado, foram identificados pelo idealizador do Método alguns problemas, na medida em que a APAC, até então, não administrava o presídio Humaitá, apenas desenvolvia a sua metodologia baseada na valorização humana dentro da prisão, a qual continuava com a presença de policiais, carcereiros armados e pessoas consideradas pela APAC como despreparadas, que iam de encontro com todas as atividades desenvolvidas na instituição. Só a partir de 1984 a APAC passou a administrar o Presídio Humaitá, sendo excluída a presença de policiais armados.

A APAC de Itaúna, que foi a primeira do Estado de Minas Gerais, surgiu no ano de 1986, fundada por um grupo de amigos da Pastoral Penitenciária. A partir dos resultados positivos, a APAC de Itaúna tornou-se referência tanto em âmbito nacional

quanto internacional no que diz respeito ao cumprimento da pena privativa de liberdade, sendo seguida por outras APACS.

Desde o surgimento da primeira APAC, a de São José dos Campos, existe hoje em todo território nacional cerca de 100 APACs juridicamente organizadas, em processo de implantação ou já funcionando. Além das nacionais, existem ainda APACs em alguns países como Alemanha, Bulgária, Cingapura, Chile, Equador, Eslováquia, Estados Unidos, Inglaterra, País de Gales, México, Namíbia, Nova Zelândia e Noruega. Vale destacar que a APAC localizada na Costa Rica segue na íntegra a metodologia da APAC de Itaúna.⁵

Em 1985 foi criada a FBAC (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), a qual tem por objetivo orientar, prestar cursos, assistência jurídica e, a cada três anos, promover um congresso com todas as filiadas com a intenção de estudar os problemas existentes e detectados pela APAC.

A APAC é filiada desde o ano de 1986 à Prision Fellowship Internacional – PFI, órgão consultivo da ONU para assuntos penitenciários. A partir deste ano o Método APAC começou a ser divulgado em vários países através de seminários e congressos.

A partir do ano de 1991 foram sancionados na cidade de Itaúna e no Estado de Minas Gerais, alguns atos administrativos do Juízo de Execução Penal, bem como algumas normas Estaduais que garantiam o funcionamento da APAC. No ano de 2001, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG, lançou o Projeto Novos Rumos na Execução Penal, regulamentado a partir da resolução nº 433/2004, o qual tem por objetivo incentivar a ampliação e a criação das APACS, de acordo com o exemplo de Itaúna. A adoção da metodologia “apaqueana” como política pública no que concerne a execução penal no Estado apresentou-se a partir do momento em que o Tribunal de Justiça identificou a APAC como uma parceira na execução penal e pelos resultados positivos apresentados.⁶

3. Marco teórico

As prisões são peças essenciais no conjunto das punições e, certamente, um momento importante da história da justiça penal: seu acesso à “humanidade”. As prisões

⁵ Op. Cit.18.

⁶ Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Projeto Novos Rumos de execução penal, maio 2009, p. 14

colocaram no esquecimento todas as outras formas de punição imaginadas desde o século XVIII. Com elas não são mais concebíveis as velhas e cruéis formas de punição que recaiam sobre o corpo do indivíduo por intermédio de mutilação de membros, forca, guilhotina e sofrimentos terríveis de dores em espetáculos públicos, típicos da Idade Média. Em pouco mais de um século, as prisões se tornam uma obviedade. Uma solução “detestável mas que não se pode abrir mão”, e que aparece como a forma mais imediata e mais civilizada de todas as penas (Foucault, 2005).

Com a mudança do suplício para a pena como meio de implementação de políticas públicas penais, alterou-se substancialmente a natureza das prisões. A prisão moderna é, antes de tudo, uma “empresa de modificações de indivíduos” (Foucault, 2005). A prisão operacionaliza a racionalização da justiça penal ao recolher igualmente infratores por um período de tempo formalmente prescrito, a prisão os isola da sociedade e de suas ações criminosas (Paixão, 1987: 20).

A prisão requer o isolamento dos indivíduos infratores, isto é, a privação da liberdade. Privar os indivíduos de sua liberdade é o primeiro fundamento da moderna concepção de prisão que passou a orientar os códigos criminais formulados ao longo do século XIX. Isolar indivíduos infratores implica em retirar os mesmos de circulação e, dessa maneira, “proteger” a sociedade da ação ilegal dos infratores. O segundo fundamento reside no fato de que as prisões são aparelhos para transformar os indivíduos. São máquinas correcionais onde “indivíduos moralmente deficientes redescobrirão, pela experimentação indécima de sofrimento, privação e, principalmente, de trabalho, um sentido não intuído de integridade moral” (Paixão, 1987: 20-21).

Na perspectiva de Foucault (2005), prisões são “observatórios da multiplicidade humana”, locais onde são aplicadas técnicas para sujeitar os indivíduos e processos para utilizá-los. A prisão é por excelência um modelo de instituição disciplinar. Dentro de cada uma delas operam um aparelho disciplinar e um olhar disciplinador específico sobre indivíduos. Em cada modelo de “observatório” se estabelece o poder disciplinar que se organiza por intermédio da vigilância, do poder da vigilância sobre indivíduos e deve funcionar como uma máquina.

Nesse sentido, a prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo, um “reformatório” integral que pretende disciplinar indivíduos, torna-los aptos para o trabalho e o convívio social. E como aparelho disciplinador as prisões enfrentam o desafio constante de exercer a disciplina sobre seus encarcerados. Além de manter os presos em isolamento, isto é, dentro do presídio, as prisões perseguem a recuperação do

indivíduo e, para isso, possuem um conjunto de normas disciplinares e de ideologias que precisam ser internalizados pelos presos.

De acordo com Foucault (2005: 149), na essência de todo sistema disciplinar funciona um pequeno mecanismo penal. Cada sistema disciplinar possui suas próprias normas, seus delitos tipificados, suas normas particulares de sanção, suas técnicas corretivas, suas instâncias de julgamento. A punição, na disciplina, é um elemento de um sistema duplo de gratificação-sanção. E é esse sistema que se torna operante no processo de treinamento e de correção dos indivíduos presos. Eis aqui, portanto, o olhar teórico sob o qual é analisada a engenharia disciplinadora do método da Associação de Proteção Aos Condenados - APAC.

Parte-se do pressuposto de que o método APAC é uma instituição especializada em disciplinar indivíduos, um sistema disciplinar. Um sistema

“onde os indivíduos são vigiados em todos os seus pontos, inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados (...) onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído – isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar (Foucault, 2005: 163).

Analicamente, argumenta-se aqui que como um sistema disciplinar e, portanto, carregado de um poder disciplinar o método APAC pretende fazer dos encarcerados fiscais cotidianamente fiscalizados. Por intermédio da sua disciplina, o método busca transformar ao mesmo tempo os detentos em objeto e instrumento da sua própria vigilância e do seu próprio exercício disciplinar. A vigilância está no olhar de cada um, onde “os detentos se encontram presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores” (Foucault, 2005: 166). Cada detento é responsável pela obediência à sua autodisciplina e por vigiar o comportamento de todos. “É preso vigiando preso”, como sagazmente afirma um detento entrevistado.

4. O sistema disciplinar do método APAC

Nos manuais do método APAC, sobretudo, nos livros de Ottoboni (2004; 2007) encontram-se os 12 (doze) elementos que sustentam o sistema disciplinador apaqueano.⁷

⁷ São os seguintes os elementos fundamentais do método APAC: 1. Participação na comunidade; 2. Recuperando ajudando recuperando; 3. Trabalho; 4. Religião; 5. Assistência Jurídica; 6. Assistência à saúde; 7. Valorização humana; 8. Família; 9. Curso de formação; 10. Centro de Reintegração Social; 11. Mérito, 12. Jornada de Libertação com Cristo.

Na verdade, tais elementos estabelecem um quadro de deveres e gratificações. Aquilo que se deseja do preso e, ao mesmo tempo, o que o sistema retribui em forma de benefícios, em troca da obediência às normas e ideologias do sistema.

Do ponto de vista ideológico, das ideias que circulam no cotidiano da APAC, o sistema disciplinar apaqueano sustenta-se na religião cristã, sobretudo, no catolicismo com a sua crença na reparação ou sofrimento pelo qual se expia uma culpa, ou seja, o preso deve se sentir culpado pelos crimes cometidos e, por intermédio de orações e de uma vida agora pautada nos ensinamentos religiosos irá buscar a remissão dos seus pecados e o perdão de Deus e da sociedade. “Aqui você tem que rezar todo dia”, diz um preso de 23 anos. A dicotomia católica do inferno/paraíso está presente no cotidiano dos presos: “é como se lá fosse o inferno e aqui o paraíso”. A ideia de que o sistema tradicional de prisão é o inferno e a APAC é o paraíso é recorrente nas entrevistas.

Além disso, paira o tempo todo no ambiente a ameaça do retorno ao sistema tradicional de prisão. Faz parte dos mecanismos disciplinares da APAC a lembrança constante do inferno das penitenciárias e presídios tradicionais. Assim, uma vez por mês a Direção promove o “dia de lembrar do sistema tradicional”, as celas permanecem fechadas por 24 horas e são servidas quentinhas no almoço e no jantar. A lembrança do sistema tradicional deve estar sempre presente na mente dos presos. Diz um entrevistado: “no sistema comum a gente é tratado como animal. A gente não é conhecido pelo nome e sim pelo número. Então a gente é um bicho para eles”.

O sistema disciplinar apaqueano baseia-se numa rotina severa. Os presos acordam às 06:00h da manhã todos os dias e devem arrumar a cama, escovar os dentes e em seguida devem participar do chamado ato socializador do dia que é a oração da manhã. Essa oração é realizada no auditório de cada regime e após uma breve “missa” realizada pelos próprios condenados é feita a chamada. Essa oração é realizada todas as manhãs às 7h e só após essa primeira atividade os condenados podem tomar o café da manhã. Após o café todos seguem para suas atividades diárias ou ocupações: lavar a sua própria roupa, limpar a cela, participar de atividades laborais de artesanato, padaria, cantina, cozinha, horta, pocilga, biblioteca, cursos de formação profissional, cursos regulares de ensino fundamental e básico. O almoço é servido às 12:00h. Após o almoço os presos devem escovar os dentes e em seguida retornar para os seus afazeres. No período noturno após o jantar que é servido às 18:00h os presos podem optar pela televisão ou participar de terços dos recuperandos. As 22:00h todos devem estar em suas celas quando as mesmas são trancadas e reabertas às 06:00h.

Durante a semana, todos tem horário de se recolher, onde é “passada a tranca”, momento da conferência noturna e fechamento das celas. Entretanto, em alguns dias da semana como as segundas, quartas e sextas são liberadas algumas programações na televisão, sendo permitido o recolhimento um pouco mais tarde, com exceções para os que estejam no castigo. As televisões ficam nos refeitórios e não podem ser ligadas durante o dia todo e sim em horários pré-estabelecidos pela administração.

Os regimes fechado e semi-aberto dispõem cada um de refeitório próprio, quadra poliesportiva, salas de oficinas de atividades, sala de aula, biblioteca, sala utilizada para gabinete médico-odontológico, além de um setor de guarda de medicamentos que permanece diariamente fechado e o acesso é restrito apenas a um recuperando autorizado e ao médico voluntário, garantindo que os medicamentos sejam utilizados apenas para tratamentos. Além disso, existe em cada um dos regimes um auditório para reuniões, celebrações religiosas e palestras, sendo utilizado no regime fechado também como sala de aula.

Vale destacar que durante o dia as celas permanecem abertas, possibilitando que o recuperando circule livremente dentro do regime a que pertence. Não é permitido que permaneçam dentro das celas durante todo o dia, com a exceção dos que cometem alguma falta, cada um tem que cumprir todas as suas atividades diárias. Enfim, o indivíduo não pode permanecer sem ocupação e o sistema deve funcionar como uma máquina, e como tal o preso percebe que:

“o setor de trabalho aqui é igual uma empresa. Isso aqui é uma empresa onde se dorme. Você tem uma rotina todos os dias. Se você se destacou no seu serviço, você é promovido. Se for não for bem, vai para outro cargo. É igual a uma empresa”.

De acordo com o Regimento disciplinar da APAC, todos os atos considerados pela instituição como indisciplina serão submetidos às seguintes sanções:

1. Advertência;
2. Repreensão;
3. Suspensão ou restrição de regalias;
4. Suspensão ou restrição de direitos;
5. Isolamento na própria cela ou em local adequado;
6. Transferência para o regime fechado pleno (penitenciária tradicional).

A aplicação das quatro primeiras sanções é de responsabilidade do Gerente administrativo da APAC. Já as duas últimas sanções serão aplicadas pelo Conselho Disciplinar, o qual é composto pelo Diretor Administrativo, Gerente Administrativo, Plantonistas e o Juiz de Execução Penal.

Caso a falta cometida seja considerada leve, os condenados serão submetidos à advertência, repreensão, suspensão ou restrição de regalias. Destacam-se algumas infrações consideradas leves: descumprir os horários do estabelecimento, retardar o cumprimento de ordem, simular doença, estender, lavar ou secar roupas em local não permitido, não estar devidamente trajado, não usar crachá, não acordar no horário, deixar cabelos e barba grandes, entre outros.

Na falta considerada média, a sanção será de suspensão ou restrição de regalias, suspensão ou restrição de direitos, isolamento na própria cela ou em local adequado. São algumas das infrações consideradas média: desobedecer às prescrições médicas, recusando tratamento necessário ou utilizando medicamentos não prescritos ou autorizados pelo médico competente, praticar ou contribuir para a prática de jogos proibidos, faltar com a verdade com o fim de obter vantagens, recusar-se a assistir aulas ou fazer deveres escolares sem razão justificada, dentre outras.

Já na falta considerada grave as sanções serão de isolamento na própria cela ou em outro local dentro da APAC; transferência para o regime fechado pleno (penitenciária). Dentre as infrações destacam-se: incitar ou participar de movimentos para subverter a ordem e disciplina, evadir, fugir ou abandonar o cumprimento do regime, negar-se a executar trabalhos, tarefas e ordens recebidas, introduzir drogas de qualquer natureza na APAC, introduzir celulares ou note books, aparelhos MP4, MP5 e similares, fazer uso de drogas ilícitas. As bebidas alcoólicas são proibidas em qualquer regime de cumprimento da pena.

No caso de falta grave o infrator será encaminhado para isolamento em local adequado, muitas vezes em celas individuais, pelo prazo de 10 dias para apuração da responsabilidade pela diretoria. Ao fim da apuração e a constatação da falta, a sanção será informada ao juiz da Execução Penal.

Vale destacar que tanto o isolamento celular quanto as restrições de direito não podem ser excedentes a 30 dias. Caso o isolamento seja superior a 10 dias a instituição deve comunicar ao Juiz de execução penal. Todo recuperando terá direito a recorrer da sanção disciplinar ao Presidente da Instituição. Antes da confirmação de qualquer

sanção o condenado terá direito a ampla defesa, terá o direito a se pronunciar e ainda pode indicar até três testemunhas.⁸

No caso específico do controle sobre drogas ilícitas e consumo de álcool, o método apaqueano é intransigente e, portanto, exerce rígido controle por intermédio de um mecanismo denominado Termo de Adesão, o qual prevê exames de sangue sistemáticos. Não é objetivo aqui discutir a constitucionalidade do referido Termo, mas de fato está previsto no Capítulo XVIII do Regulamento disciplinar que o preso deve assinar documento com os seguintes dispositivos:

Eu, fulano de tal consciente de que não estou autorizado a usar quaisquer drogas que causem dependência física ou psíquica no centro de Reintegração Social da APAC e, após tomar conhecimento da existência de um PACTO entre os recuperandos dos regimes fechado, semi-aberto e aberto, que diz que falar a verdade não será considerado como "caguetagem" na APAC, e que a falta será punida com rigor pela Direção, firmo o presente TERMO DE ADESÃO comprometendo-me, assim, a não usar drogas e a lutar por todos os meios possíveis para que outros recuperandos não usem, além de vigiar diariamente para que não entre drogas na APAC. Autorizo ainda, a realização periódica do uso do bafômetro e de exames toxicológicos, em caso de suspeita, em qualquer momento, durante o cumprimento de minha pena na APAC.

Concomitante ao conjunto de sanções organiza-se um Sistema de Pontuação que avalia o comportamento dos condenados dentro do método. Existe um quadro na parede de cada um dos regimes chamado de Quadro de Avaliação Disciplinar onde os condenados são avaliados quanto à limpeza e organização das celas e aos mesmos são atribuídos pontos de 1 a 5. Mensalmente é realizada uma eleição da cela mais organizada, a cela mais suja, recuperando modelo. A pontuação de cada preso é importante pois a mesma define o seu mérito, que por sua vez irá definir o acesso às gratificações do sistema: saída temporária, progressão de regime, livramento condicional, assistência jurídica, trabalho externo, visita íntima. Em outras palavras, um conjunto de direitos previstos na Lei de execução Penal.

Em contraste com o sistema tradicional, o método apaqueano garante o acesso aos direitos previstos na Lei de Execução Penal, em seu artigo 41, mas tal garantia é conquistada pelo mérito de cada indivíduo preso. Não é dada. Ou seja, é obedecendo às normas e pontuando positiva e constantemente que o indivíduo tem acesso aos seus direitos. Além disso, possui mecanismos definidos para avaliar se o condenado pode

⁸ Art. 32 do Regulamento Disciplinar.

receber tais benefícios. Diferentemente do sistema tradicional o método APAC estabelece critérios para esta avaliação. O Conselho Disciplinar define o mérito - conjunto de todas as tarefas exercidas, bem como as advertências, elogios, saídas, constantes da pasta-prontuário de cada preso. O preso é avaliado todos os dias e recebe uma pontuação disciplinar mensal.

Com relação às instâncias de julgamento comuns nos sistemas disciplinares, o método apaqueano possui o Conselho da Sinceridade e Solidariedade – CSS, órgão auxiliar da administração, cujo presidente é escolhido entre os presos pela Diretoria, com mandato por tempo indeterminado, o qual escolhe os demais membros que fará parte do Conselho livremente.

O CSS tem por finalidade apurar os fatos, investigar o que aconteceu e todos os envolvidos serão ouvidos. O CSS é responsável pela ressignificação do tradicional X-9 do sistema tradicional, cuja pena é invariavelmente a morte. Como o Termo de Adesão estabelece, existe um pacto de dizer a verdade dentro da APAC e que, portanto, delatar o outro não é caguetagem, é sim dizer a verdade. Para os membros do CSS o preso não pode esconder o erro do outro, caso aconteça, a pessoa que escondeu também pode ser punida, ou todos do regime podem ser punidos. Cada regime tem o seu CSS. Por intermédio desse mecanismo os presos são estimulados a sempre falar a verdade, independente do que o colega cometeu e dessa forma eles consideram que estarão “ajudando seu irmão”. O CSS é responsável em difundir a crença de que falar a verdade não é “caguetar”, eles não serão mal vistos pelos outros e nem pela instituição. Percebe-se que esse controle de um sobre o outro através do olhar, é muito forte, pois eles são fiscalizados todo momento, afinal, “é preso vigiando preso”.

5. Considerações finais

Ao longo desse artigo buscou-se analisar o método APAC como um sistema disciplinar, e ao mesmo tempo compreender *como* que tal método articula a relação entre prisão e direitos fundamentais. Ao final do trabalho, é possível afirmar que o método APAC pretende ser para os seus presos uma espécie de paraíso bíblico onde o indivíduo alcançará o perdão pelos pecados que cometeu por intermédio de sua sujeição às normas, ao sistema disciplinar apaqueano. Uma espécie de purgatório, posto que o inferno do sistema tradicional está na memória de parte significativa dos detentos entrevistados.

Em contraste com o sistema disciplinar do sistema tradicional, o método APAC estabelece um tipo de vigilância sobre os detentos que torna o poder invisível, na medida em que distribui o poder para cada um dos atores. Cada indivíduo é responsável pela manutenção do sistema, e todos sabem que o funcionamento do sistema é o objetivo a ser alcançado, pois só assim se tem acesso aos direitos e às regalias. Talvez, daí o baixo índice de rebeliões e fugas. Concordando com Foucault (2005: 148), a vigilância faz “funcionar” um poder entre os indivíduos que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e baseia-se no “jogo intermitentes dos olhares calculados”. Ao contrário, no sistema tradicional o poder está localizado em indivíduos e redes específicos, e o acesso a direitos fica à mercê de redes de corrupção, e a canais nem sempre institucionalizados.

Com relação à articulação entre direitos fundamentais e encarceramento, a diferença fundamental entre os métodos reside no fato de que o método APAC garante efetivamente os direitos dos presos, sobretudo, os estabelecidos no artigo 41 da LEP. Todos os entrevistados concordam com isso e talvez por isso mesmo aprovam por unanimidade o sistema. Daí, portanto, a pergunta que se impõe é a seguinte: se o modelo APAC é unanimemente reconhecido, por que não se torna o modelo oficial de encarceramento do Estado? Talvez, pelo simples fato de que o método APAC precise do modelo tradicional para existir. Dialeticamente é a contradição do modelo tradicional de prisão e, cuja síntese – ainda desconhecida – faria desaparecer ambos os sistemas. Na cabeça do preso é preferível o purgatório ao inferno.

6. Referências Bibliográficas

AGUIRRE, C. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800 – 1940 in *História das Prisões no Brasil*, 2009.

ARAGÃO, A.M.S. As Três Escolas Penais – clássica, antropológica e crítica, Rio de Janeiro, 1977.

BARBOSA, R.C.S. Da rua ao cárcere. Do cárcere à rua. Salvador, 2007.

BEATO, C. C. Políticas de Segurança e a Questão Policial. São Paulo em Perspectiva, São Paulo / Fundação SEADE, v. 13, p. 20-50, 1999.

- BITENCOURT, C.R. Falência da Pena de Prisão – Causas e Alternativas, 1993;
- COELHO, E. C. A oficina do diabo e outros estudos sobre a criminalidade. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- DURKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DURKHEIM, Emile. Da divisão do trabalho social. In: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FOUCAULT, M. História da Loucura na Época Clássica, 1995.
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GARLAND, D. A Cultura do Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- GOFFMAN, E. Manicômios, Prisões e Conventos. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- LEP – Lei de Execução Penal
- MAIA, C. [et al.]. História das Prisões no Brasil, Volume 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- MIRABETE, Julio, F. Execução Penal, 11 ed. São Paulo. Atlas, 2004.
- MISSE, Michel. Crime e Violência no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro – Editora Lúmen Júris, 2006.
- MORAIS, Marcio Eduardo da Silva Pedrosa; SILVA, Carolina Senra Nogueira da. O Método APAC e a Situação Prisional Brasileira: Realidade e Utopia. In: Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília – DF, 2008.
- OTTOBONI, M. Ninguém é irrecuperável: APAC – a revolução do sistema penitenciário. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1984.
- OTTOBONI, M. Vamos matar o Criminoso? Método APAC. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

OTTOBONI, M. FERREIRA, V.A. Parceiros da ressurreição. Jornada de Libertação com Cristo e curso intensivo de conhecimento e aperfeiçoamento do Método Apac, especialmente para presos. São Paulo: Paulinas, 2004.

PAIXÃO. A.L. Recuperar ou Punir? Como o Estado trata o criminoso. São Paulo: Cortez, 1987.

SILVA, A.M.C. Nos braços da lei: O uso da violência negociada no interior das prisões, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Fernando Laércio Alves da. Método APAC: modelo de justiça restaurativa aplicada à pena privativa de liberdade. Faculdade de Direito de Campos. (Dissertação de Mestrado). Campos dos Goitacazes, 2007.

THOMPSON, A.F.G. A Questão Penitenciária. Petrópolis: Vozes, 1976.

WACQUANT, Loic. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: 1999.

ÉTICA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO EM ARISTÓTELES

Lenilson Alves dos Santos

Universidade Estadual do Norte Fluminense

padrelenilson@bol.com.br

Julio Cesar Ramos Esteves

Universidade Estadual do Norte Fluminense

jesteves@msu.edu

Carolina Fragoso Gonçalves

Universidade Estadual do Norte Fluminense

carolinafragosogoncalves@hotmail.com

RESUMO

Para Aristóteles a Educação é um processo de melhoramento da natureza humana. Para ele o indivíduo não nasce pronto, ele se constrói na relação com o outro. As relações humanas devem ser orientadas pela Ética, a fim de que os indivíduos que convivem juntos sejam virtuosos. Nesse sentido, a Política norte a vida humana na dependência da Ética e da educação. O homem para Aristóteles, que é por natureza político, é um homem cultivado por meio de uma educação virtuosa. Ética, política e educação norteiam a vida humana para que ela seja feliz.

Palavras-chaves: Educação, Ética

ABSTRACT

For Aristotle Education is a process of improvement of human nature. For him the individual is not born ready, he builds the relationship with the other. Human relations should be guided by ethics, so that individuals who live together are virtuous. In this sense, the policy northea human life depending on the Ethics and education. The Man to Aristotle, that is political in nature, is a grown man through a virtuous education. Ethics, politics and education guide human life for her to be happy.

Key-words: Education, Ethics, Politics, Citizen, Happiness

1 - INTRODUÇÃO

A educação, sem dúvida nenhuma, é um tema de grande importância para a vida humana. Ela significa uma necessidade do humano em realizar-se, pois, o indivíduo não nasce pronto, num mundo acabado; ele se forma, se constitui num mundo que, por sua vez, encontra-se em constante construção. Dessa maneira, a educação é uma arte humana que visa formar esse indivíduo, de torná-lo sujeito cognitivo, moral e sociável.

Inerente ao tema da educação está a questão que se refere ao que podemos denominar de **ação pedagógica**, uma ação que consiga abarcar a necessidade de uma instrução, mas, ao mesmo tempo, valorizando a criatividade individual, uma criatividade não isolada, mas, ao contrário, que visa inserir o indivíduo no mundo social. Estamos assim, falando de uma educação nos moldes da antiguidade clássica. Esta educação foi chamada de *Paidéia*¹, que consistia no processo de formação integral do indivíduo para a vida coletiva.

Nas inúmeras concepções de pedagogia, a ação educativa sempre se apresentou como um tema em aberto, pois se sabe da necessidade da educação na formação do indivíduo, mas não se sabe qual a melhor ação pedagógica para se chegar a uma boa formação.

Aristóteles nasceu em Estagira, na Calcídia, no ano de 384 a.C., foi professor e fundador de uma escola, Liceu. Mas, sua teoria sobre a educação chegou-nos de maneira fragmentada, para compreendermos um pouco mais sobre sua pedagogia é fundamental que nos apoiemos em duas obras escritas por ele: a **Ética a Nicômacos** e a **Política**. Nestas duas obras encontraremos os princípios norteadores da formação para Aristóteles. De maneira geral, podemos dizer que o que é apresentado na **Ética a Nicômacos** nos possibilitará falar dos princípios pedagógicos para a virtude e na **Política**, poderemos encontrar as bases para um processo educativo de inserção do indivíduo na *polis*. Desse modo, essas duas obras oferecem, assim, os elementos pedagógicos de uma educação para o bem viver.

O processo educativo, para Aristóteles, pretende levar em conta as seguintes questões: de que maneira poderá o homem tornar-se virtuoso, contribuindo para a vida

¹ Este termo é difícil de ser definido, pois trata-se de um conceito de grande amplitude. Werner Jaeger, na sua obra intitulada *Paidéia*, na introdução, ressalta que este conceito não pode ser entendido nos moldes modernos como civilização, cultura, tradição, literatura ou educação. Na verdade, afirma Jaeger, este conceito abrange todos os outros designados pela modernidade. O termo *Paidéia* vem de *paidos* (crianças) e significa, literalmente, educação dos meninos. Porém, a partir do século V a.C. este termo começa a designar um ideal de educação para os gregos que envolvia a formação do indivíduo para tornar-se bom cidadão. “É então que o ideal educativo grego aparece como *Paideia*, formação geral que tem por tarefa construir o homem como homem e como cidadão. Platão define *Paideia* da seguinte forma "(...) a essência de toda a verdadeira educação ou *Paideia* é a que dá ao homem o desejo e a ânsia de se tornar um cidadão perfeito e o ensina a mandar e a obedecer, tendo a justiça como fundamento" (Jaeger, 1995, p147). Apesar desta complexidade semântica, o conceito *paidéia* será, por nós, compreendido como educação para cultivo do homem, e esta, não por meio de teorias abstratas, mas por meio de teorias que fundem-se com a vida, tornando-se atitude, ação, de um bom cidadão. Nesta hermenêutica conceitual, acreditamos que estamos em harmonia com a compreensão grega deste ideal educativo.

política de sua cidade? Como o homem poderá alcançar a felicidade neste mundo? Podemos antecipar que, Aristóteles, inserido na sua realidade, observou o comportamento de pessoas e grupos para desenvolver aquilo que seria, para ele, o melhor modelo educacional, isto é, um modelo humanitário que conduziria o indivíduo à felicidade. Neste modelo, a felicidade só pode ser atingida num Estado formado por indivíduos virtuosos. O seu modelo educacional não se destina apenas aos indivíduos, mas também ao Estado. Assim, o princípio geral norteador da formação poderia ser formulado do seguinte modo – uma boa ação se caracteriza em saber agir em conformidade com o que é bom para si e para o Estado. Este princípio está na base da ação pedagógica, cujo *télos* é a felicidade.

Antes de iniciar a investigação da nossa temática, achamos por bem, fazer uma apresentação sucinta das duas obras norteadoras desse trabalho e da visão aristotélica acerca do cidadão.

2 - A ÉTICA A NICÔMACOS

Aristóteles escreveu três grandes obras com temática ética, são elas: *Ética a Nicômacos*, *Ética a Eudemo* e a *Grande Moral*. A *Ética a Eudemo* teve por muito tempo sua autenticidade contestada. As duas *Éticas* são hoje consideradas escritos autênticos de Aristóteles, entretanto, foram escritas em fases distintas do pensamento do filósofo. Segundo Faria, A *Ética a Eudemo* constituiria uma redação primitiva, elaborada, provavelmente, no período de Assos e Mitilene. Uma parte dessa *Ética* foi, mais tarde, incorporada à *Ética a Nicômacos*, cuja redação corresponde já à época do Liceu. Quanto à *Grande Moral* existem fortes indicações, decorrentes tanto do estilo, da forma, como do conteúdo, que apontam sua inautenticidade e levam a supor que tenha sido escrita num período já posterior à morte do próprio filósofo².

A nossa investigação não pretende levar em conta o problema da autenticidade das *Éticas* atribuídas a Aristóteles. Além disso, não vamos mencionar, neste trabalho, a *Ética a Eudemo* nem a *Grande Moral*. Vamos focalizar a nossa investigação na *Ética a Nicômacos*, pois, acreditamos que ela nos fornecerá todos os elementos necessários para levar a cabo a nossa empreitada de apontar os fundamentos éticos e políticos presentes no projeto educativo de Aristóteles.

² Cf. FARIA, Maria do Carmo Bettencourt de. **A Liberdade esquecida: fundamentos ontológicos da liberdade no pensamento aristotélico**. São Paulo, Ed Loyola, 1995, p. 186.

No ano de 342 a.C., Aristóteles foi encarregado da educação de Alexandre, filho do Rei da Macedônia, que estava com 13 anos. No ano de 336, Alexandre sucedeu seu pai no reinado e iniciou suas conquistas. A relação entre mestre e discípulo mostrar-se-ia estável, pois, o rei Alexandre enviou a Aristóteles material para estudo e ajuda financeira. Depois que terminou a educação do Rei Alexandre, Aristóteles voltou a Atenas e iniciou uma escola nas proximidades de um templo dedicado ao deus Apolo, por isso, ela recebeu o nome de Liceu. Esta escola era organizada da seguinte maneira: havia disciplinas dirigidas aos discípulos, pela manhã. Estas disciplinas eram chamadas esotéricas. Havia, também, disciplinas voltadas para o público externo à escola, pela tarde. Estas disciplinas eram chamadas exotéricas. Sua escola também era chamada de peripatética³.

A *Ética a Nicômacos* que, faz parte do corpus aristotelicum, é uma obra esotérica, pois era destinada aos estudos internos do Liceu. Ela foi organizada em dez livros, em formato de notas de aula, provavelmente, dadas a Nicômacos, filho de Aristóteles. O conteúdo dessa *Ética*, em linhas gerais, é: apresentar o bem mais elevado para as criaturas humanas; apresentar a finalidade da vida humana; apresentar a necessidade de transformar a práxis humana em *eupraxia* (boa ação). Nessa *Ética* encontramos a preocupação com a ideia de finalismo, de teleologia da ação humana. Portanto, a investigação presente nessa ética é acerca da vida humana e esta é, primordialmente, ação, decisão, realização de um fim. A partir dessa ideia, abre-se para a filosofia ética de Aristóteles a problemática do *télos*, do fim, da vida humana.

Aristóteles é um filósofo tipicamente analítico e lógico, como podemos constatar na *Metafísica* e na *Lógica*. Na obra *Ética a Nicômacos* não encontramos esse Aristóteles analítico e lógico, mas um Aristóteles aporético, pouco preocupado com definições muito exatas, e que restaura a importância da doxa e do método dialético⁴. A grande aporia levantada por Aristóteles na *Ética a Nicômacos* é sobre a felicidade, pois, ele levanta a questão: o que é a felicidade? Porém, não está interessado numa definição exata de felicidade, já que, esta dependerá de cada comunidade. Sendo assim, cabe a *Política* dizer o que é felicidade, no sentido coletivo, e à *Ética* o como realizá-la.

³ A palavra peripatético (*περιπατητικός*), é uma palavra grega que significa: ambulante, itinerante ou passeio. Os discípulos de Aristóteles eram chamados de peripatéticos, pois as aulas eram administradas durante um passeio realizado pelo mestre e seus discípulos.

⁴ Cf. FARIA, Maria do Carmo Bettencourt de. Op cit, p. 186.

3 – A POLÍTICA

A obra **A Política** de Aristóteles que, também faz parte do corpus aristotelicum, tem o objetivo de criticar as formas de governos de seu tempo, baseando-se nos critérios de justiça e de injustiça. Nela, ele distingue a monarquia, aristocracia e a “politia” (democracia moderada) da tirania, da oligarquia e da democracia. Esta obra é, ao mesmo tempo, descritiva, comparativa e crítica. Trata-se de um texto que possui um ideal reformador, pois, ao avaliar os elementos que compõem o Estado que, o mantém conciso, que o legitima, ele irá propor um novo modelo de Estado, pautado não na expansão territorial, na glória das conquistas, mas na formação de indivíduos virtuosos.

Aristóteles analisa a natureza dos indivíduos e do Estado, procura formular quais os direitos e deveres dos indivíduos e qual é o papel do Estado. Encontramos na *A Política* um duplo *télos* para o Estado: primeiro - assegurar aos homens mais facilmente o que é necessário à vida; segundo – assegurar uma vida intelectual e moral na cidade.

Na *A Política* vamos investigar a relação entre indivíduo e Estado, buscando saber o como o Estado pode formar bons cidadãos? De modo geral, podemos perceber na *A Política* que, é por meio de uma educação para as virtudes que, o Estado forma bons cidadãos. É pela educação que o homem desenvolve a política, pois, por ela, ele se torna capaz de bem legislar, de bem governar a si mesmo, a família e a cidade. Assim, a mais alta ciência para Aristóteles tem o desenvolvimento atrelado à educação.

Salientamos que há uma ligação indissolúvel entre ética e política em Aristóteles e que, o processo educativo, processo de formação do homem, deve ser elaborado a partir dessa relação de interdependência. Ética e Política, amalgamadas, oferecem os princípios básicos para uma ação pedagógica que visa formar o indivíduo para viver em coletividade e ser feliz. A Política é para a Ética uma ciência arquitetônica e ambas constituem a ciência por excelência, ou seja, a ciência das coisas humanas, a ciência da sociedade. Essa ciência por excelência visa não só a beleza no governo do Estado, mais também, a beleza no governo da vida pessoal.

Há dois capítulos de grande importância, na *A Política*, para compreendermos a necessidade da educação na constituição de um Estado feliz. São eles: Capítulo V – Da finalidade do Estado; e o capítulo VI – Da eugenia e da Educação. Ambos pertencem ao Livro II, intitulado Do cidadão e da cidade. Eugenia é uma palavra grega formada da

junção do prefixo **éu** (belo, bom) com o substantivo feminino *genéia* (raça); daí significar melhoria da raça, raça boa, ou, melhor raça. Nestes dois capítulos é unificada a necessidade de melhoria da raça, com o meio para tal, a educação. Vamos encontrar nesses capítulos os elementos imprescindíveis para uma educação para a vida.

De modo geral, Aristóteles afirma, na *A Política*, que a naturalidade política dos seres humanos está fundada sobre a capacidade que só eles têm de ir além da simples expressão do prazer e da dor, comum a todos os animais dotados de voz e chega a servir-se da palavra para formular noções universais como o bem e o mal, o justo e o injusto, o útil e o danoso, cuja posse comum constitui a família e a cidade. A naturalidade do homem como ser racional e social permite que as suas ações sejam para além do prazer e da dor, pois, enquanto os animais que não possuem *logos* agem meramente pelo repúdio da dor e pela atração do prazer, os seres humanos são capazes de dar à ação uma intencionalidade, um fim nobre e elevado. Para tanto, eles devem ser instruídos para ofertar à sua ação este fim e, ao mesmo tempo, fazer desta ação, uma ação responsável, refletida e comprometida com bem comum.

Observando a vida dos gregos antigos, percebemos que eles eram guiados pelas condutas dos heróis recolhidas na poesia, sobretudo, as de Homero. Valorizavam os espetáculos teatrais, os jogos, o discurso retórico e a filosofia. Essas formas de expressão de racionalidade não eram, para os gregos, algo sem sentido, sem finalidade. Eles aprendiam, nessas formas de expressão de racionalidade, um modo de ser, um modo de viver, que salientava um modo peculiar de vida de uma determinada sociedade. A *areté*⁵ dos heróis homéricos era a *areté* almejada pelos homens dentro da cidade. Aristóteles, filho dessa Grécia cultural, pensou a vida humana como algo que se desenrola na *pólis*, como algo que está marcado pelo inacabamento e que, portanto, precisa ser orientada para a realização da sua finalidade, isto é, a *eudaimonia* (felicidade). A *areté* humana, nesse contexto, não será mais a dos heróis, mas a do próprio homem. O bem buscado não é mais o das epopeias gregas, mas o presente na vida do homem que, sabe bem orientar-se na rota do melhor, do melhor bem, da melhor ação, da melhor vida.

⁵ Vamos traduzir a palavra *areté* por virtude, mas chamamos atenção para o fato que o termo virtude está fortemente marcado pelo pensamento cristão. Entretanto, a virtude no sentido grego é uma excelência moral, uma disposição adquirida, seja pelo hábito (virtudes éticas), seja pelo ensino (virtudes dianoéticas).

Para compreendermos melhor esse homem social que vive e depende da sociedade, é preciso partir daquilo que é fundamental na A política, ou seja, o cidadão. Portanto, vamos investigar quem é o cidadão apontado na A Política.

4 – SOBRE O CIDADÃO

O Livro II da **A Política**, intitulado Do Cidadão e da Cidade, é uma investigação acerca do que é um cidadão, das diversas formas de cidadãos, e das virtudes que constituem o cidadão. Esta investigação encontra-se no capítulo IV, intitulado Do Cidadão. Já o capítulo V, do mesmo Livro, investiga a natureza e a finalidade do Estado. As temáticas abordadas nestes capítulos, IV e V, nos orientarão na busca de saber em que consiste ser um bom cidadão e, ao mesmo tempo, saber qual é a relação existente entre cidadãos e Estado?

Aristóteles, ao falar do Estado, faz uma afirmação de extrema importância para podermos compreender a necessidade do Estado para a vida feliz dos cidadãos. Eis a afirmação: “O Estado é o sujeito constante da política e do governo, a constituição política não é, senão, a ordem dos habitantes que o compõem”⁶. Ser sujeito significa ser ordenante, ser mais que aquilo que ele ordena. Assim, o Estado é mais que os cidadãos, vem antes deles. Dessa forma, os cidadãos estão para o Estado como parte necessitada. Já, o Estado está para os cidadãos como aquele que garante a vida. O Estado consiste numa multidão de partes, e estas são diferentes por natureza e, portanto, necessitam ser harmonizadas.

Saber quem é o cidadão exigiu de Aristóteles uma análise de diversos fatores que, influenciavam diretamente, na tentativa de encontrar uma resposta que pudesse satisfazer à indagação. Vamos a alguns fatores:

- Ser cidadão não pode estar em referência ao espaço habitado. Não basta habitar uma determinada cidade para ser considerado cidadão. “Não é residência que constitui o cidadão”⁷.

- As crianças e os velhos não podem ser considerados cidadãos, elas por não terem a idade da razão e, por isso, não podem participar das obrigações cívicas. Os

⁶ ARISTÓTELES, **A Política**, p. 41. A partir daqui vamos fazer a referência a essa obra da seguinte forma: A Política.

⁷ A Política, p.42.

velhos, porque não têm mais idade para os serviços cívicos⁸. Dessa afirmação compreendemos que ser cidadão é ter como participar da vida da sociedade. As crianças e os velhos são, assim, chamados de supranumerários⁹.

Partindo desses fatores, Aristóteles irá propor que o cidadão é aquele que tem participação na vida da cidade. É “aquele que tem direito a voto na assembleia e de participação no exercício do poder pública em sua pátria”¹⁰. É preciso, portanto, salientar que, cidadão é aquele que participa, aquele que tem uma vida ativa na sua cidade. Dessa maneira, o cidadão não herda esse título, não o recebe porque é naturalizado num determinado Estado, mas, porque é parte viva, atuante no Estado. “Ora chamamos de cidadão quem quer que seja admitido nessa participação e é por ela, principalmente, que o distinguimos de qualquer outro habitante”¹¹. Nesse sentido, as mulheres, os escravos, os velhos e as crianças são habitantes e não cidadãos, pois não são admitidos na participação da vida do Estado. Uns por condição natural, outros por falta de idade e outros pelo excesso de idade.

Aristóteles salienta que, o sentido de cidadão depende muito da constituição do Estado. Não são todas as formas de governos que valorizam a participação das suas partes. Assim, ele conclui: “O cidadão não pode ser o mesmo em todas as formas de governo”¹². Porém, a definição de cidadão parece ser clara para ele: “são aqueles que participam do poder público”¹³.

A definição de cidadão parece não concordar com a afirmação de que, depende da forma de governo o sentido de cidadão. Na verdade, a definição está em referência a outros fatores que constituem um cidadão: saber obedecer e saber mandar¹⁴. O cidadão precisa dessas duas capacidades, porque ele forma o Estado no sentido que, num momento é parte que obedece e, noutro, pode ser parte que manda. Isso é o que ele chama de participação. A definição concorda com a observação da dependência dela às formas de governos, pois, mesmo numa tirania há os que obedecem e os que mandam. Nesta forma de governo, por exemplo, os que mandam podem deixar de mandar pelo

⁸ Idem.

⁹ Essa palavra é a junção de supra+número e significa o que está a mais.

¹⁰ Idem.

¹¹ Ibidem, p. 43.

¹² Idem.

¹³ Ibidem, p. 44.

¹⁴ Cf. Ibidem, p. 50.

poder da força de outro que, toma para si, o papel de mando. Na Democracia a alternância é natural, já, na tirania é fruto da força, do conflito.

Seguiremos a definição de cidadão para podermos dizer o que faz um cidadão ser feliz na sociedade? E o que faz uma sociedade feliz? Partindo do princípio que cidadão e Estado formam uma só realidade, concluímos que deve ser a mesma coisa que faz cidadãos e Estado felizes. A causa de felicidade do cidadão e do Estado deve estar entrelaçada com a finalidade de cada um deles, ou seja, a causa da felicidade deve relacionar-se com o obedecer e com o mandar, legislar. A causa da felicidade, tanto no âmbito privado como público, é a virtude. Somente por meio de cidadãos virtuosos haverá um Estado virtuoso e, somente por meio de um Estado virtuoso haverá cidadãos virtuosos.

Aristóteles começa a delinear os limites de duas grandes ciências práticas: Ética e Política. Diz ele: “Não entra no plano da Política determinar o que pode convir a cada indivíduo, mas sim o que convém a pluralidade. Em nossa Ética, aliás, tratamos do primeiro ponto”¹⁵. A linha divisória dessas duas ciências é o campo privado e o campo público. Entretanto, o que está limitado não significa que tem vida independente, pois, Ética e Política possuem seus limites, mas, se articulam por meio de uma interdependência. Fazer o cidadão feliz e o Estado feliz é o objetivo da Ética e da Política. Nesse sentido, “o fim da sociedade civil é viver bem”¹⁶. Dai, tudo aquilo que compõe a sociedade, famílias, aldeias, instituições, corporações, devem estar comprometidas com esse ideal de vida feliz. É essa vida que caracteriza uma boa sociedade, que caracteriza os cidadãos e os Estados virtuosos. “A sociedade civil é, pois, menos uma sociedade de vida comum do que uma sociedade de honra e de virtude”¹⁷.

A sociedade não é, para Aristóteles, um aglomerado de pessoas com diversos interesses, ela é muito mais que isso. Há um *télos* na vida social que possibilita a sociedade ser mais que aglomeração de pessoas. “Não é apenas para viver juntos, mas sim para bem viver juntos que se faz o Estado”¹⁸. Eis o *télos* da sociedade: bem viver, em outras palavras, ser feliz. Esse *télos* é possível ser vislumbrado nas sociedades onde

¹⁵ Ibidem, p. 59.

¹⁶ Ibidem, p. 56

¹⁷ Idem.

¹⁸ Ibidem, p. 53.

os indivíduos são educados para uma virtude comum. O exemplo abaixo nos põe diante da necessidade de uma sociedade plural, mas convergente.

“Podemos comparar os cidadãos aos marinheiros: ambos são membros de uma comunidade. Ora, embora os marinheiros tenham funções diferentes, um empurrando o remo, outro segurando o leme, um terceiro vigiando a proa ou desempenando alguma outra função que também tem seu nome, é claro que as tarefas de cada têm sua virtude própria, mas sempre há uma que é comum a todos, dado que todos têm por objetivo a segurança da navegação, à qual aspiram e concorrem, cada um à sua maneira. De igual modo, embora as funções dos cidadãos sejam dessemelhantes, todos trabalham para a conservação de sua comunidade, ou seja, para a salvação do Estado”¹⁹.

A conservação do Estado é uma tarefa comum, porém, para que ela seja realizada, é necessária a formação virtuosa dos cidadãos, pois, por ela, os cidadãos comprometer-se-ão com a felicidade coletiva que, é o maior bem dentro da sociedade. Os interesses de cada indivíduo se subordinam ao interesse comum dentro de uma sociedade virtuosa. Nesse sentido, as leis veem ao encontro da necessidade de harmonizar o Estado, elas imperam sobre os interesses individuais visando o bem comum. Porém, não basta que os indivíduos cumpram as leis, é preciso que sejam preparados para ser virtuosos, pois, não é um Estado legalista que chegará a uma boa vida, mas um Estado de pessoas virtuosas que, se reconhecem nas leis. “As leis em si mesmas não produzem as virtudes, por isso, são incapazes de tornar os cidadãos bons e honestos”²⁰.

Além da tarefa comum da conservação do Estado, além da formação para as virtudes e além das leis, está a amizade como uma forma de aproximação, de comunicação entre os cidadãos. A amizade não nasce das leis, mas, ela é efeito de uma escolha recíproca. Na *Ética a Nicômacos*, no Livro VIII, Aristóteles fez uma investigação acerca da amizade, buscando saber se todos os homens são capazes de amizade ou se os homens maus são incapazes de ser amigos; e se há apenas um tipo de amizade ou vários. A amizade no corpo social será mais uma imprescindível virtude para a conservação do Estado. Os cidadãos virtuosos se aproximam por laços de amizade, daí, o Estado virtuoso é um Estado de amigos.

¹⁹ Ibidem, p. 48.

²⁰ Cf. Ibidem, p. 54.

Tendo exposto os princípios constituintes do cidadão na A Política, sobretudo, o princípio da participação na vida social, tendo em vista o bem comum, agora é necessário nos debruçarmos sobre o como cada cidadão pode ser formado para a virtude. Para tanto, vamos investigar o meio necessário para tornar o cidadão virtuoso, que é a Educação.

5 – FUNDAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO

A educação, em Aristóteles, é a maneira pela qual o homem pode se tornar aquilo que ele deve ser por natureza, ou seja, ser um ser racional, ser um ser social, um ser que pertence ao Estado. A teleologia da educação é, portanto, formar o indivíduo para viver em comunidade. Isso requer uma ação pedagógica que valorize o fato de que, todos pertencem ao Estado.

“É preciso, ademais, que todo cidadão se convença de que ninguém é de si mesmo, mas que todos pertencem ao Estado, de que cada um é parte e que, portanto, o governo de cada parte deve naturalmente ter como modelo o governo do todo”²¹.

Neste exposto, encontramos duas afirmações imprescindíveis para uma boa ação pedagógica, primeira: Somos partes de um todo; segunda: o governo do todo deve dirigir o governo das partes. Unindo as duas afirmações, podemos dizer que: a educação deve formar o indivíduo para se tornar cidadão; e este deve harmonizar-se com o todo. Como cada indivíduo é parte viva do todo, deve receber uma educação que seja pública, isto é, a mesma para todos, pois somente pela educação pública o indivíduo tornar-se-á um bom cidadão.

Aristóteles consagrou a educação como aquela que é capaz de preparar o indivíduo para ser feliz. Por isso, ninguém pode ignorar a importância da educação para o bem viver. “Não se deve ignorar o que é a educação, nem como ela se deve realizar”²². Não se deve ignorar a educação, porque ela é uma ação de responsabilidade do Estado. Este deve se ocupar com a formação da criança na sua mais tênue idade, ou seja, do começo. O começo da vida de uma criança deve receber as melhores impressões, pois “são as primeiras impressões que mais nos afetam”²³. A educação da criança deve ser um dos primeiros cuidados do legislador. A negligência na educação

²¹ A Política, p.78.

²² Idem.

²³ Ibidem, p.77.

causará um prejuízo ao corpo social, pois, este padecerá a ausência de bons cidadãos, por conseguinte, de bons legisladores. A teleologia da educação revela a sua importância e também o não poder negligenciá-la.

Para Aristóteles a importância da educação é algo claro, porém, o como fazer essa educação não é tão claro e objetivo, pois, cada ação pedagógica deve contemplar o que é bom para um determinado Estado. Assim, não há uma ação educativa que deve valer para todos os Estados. Mas deve haver em todos os Estados uma preocupação com a melhor ação pedagógica, e essa será, sem dúvida, aquela que formar, por bons costumes. os indivíduos.

“Em toda parte a educação deve tomar como modelo a forma do governo. Cada Estado tem costumes que lhe são próprios, de que depende sua conservação e até sua instituição. São os costumes democráticos que fazem a democracia e os costumes oligárquicos que fazem a oligarquia. Quanto mais os costumes são bons, mais o governo também o é”.²⁴

A educação é entendida, no exposto acima, não como obra de indivíduos e, sim da cidade, pois ela é verdadeiramente natural ao ser humano. Fora da cidade, o homem fica privado de alguns atributos essenciais ao ser humano, como por exemplo, a racionalidade, a poesia, a arte e, por que não, da própria felicidade. O homem age, constitui o seu caráter, no contexto da *polis*. Entretanto, a educação não pode deixar de considerar o *ethos* (hábitos, costumes) do Estado onde ela será uma ação. Nesse sentido, a educação põe o indivíduo em contato com um *ethos* histórico, conservado e transmitido pela tradição; reflete esse *ethos* e forma o *ethos* individual. O *ethos* a ser considerado pela educação é aquele que está em harmonia com um determinado Estado. Ele deve oferecer à vida social a virtude necessária à sua conservação, e à conquista da vida feliz. Cada forma de governa gera *ethos* que o identifica.

Considerando que todo indivíduo nasce num *ethos* histórico e social, como diz Lima Vaz, “o *ethos* é a casa do homem”²⁵. A educação prepara o indivíduo para ser um bom hospede dessa casa, ela acrescenta à natureza social do indivíduo, uma disposição para agir segundo o melhor fim (a *eudaimonia*). O processo educativo comprometido com a formação para o bem viver (eu zen), em sociedade, uni necessariamente ética e política, indivíduo e sociedade, ação e responsabilidade, exercício das virtudes e vida feliz.

²⁴ Ibidem, p. 77.

²⁵ LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. **Escritos de Filosofia II: Ética e Cultura**, p.12.

A vida social, harmonizada pela educação, é organizada por meio das leis (*nomos*). Na compreensão aristotélica, as leis não apenas organizavam a sociedade, mas também apresentava um determinado *ethos* social. Mas, esse *ethos* só poderá contribuir para a felicidade, se ele for um *ethos* virtuoso, ou seja, se for expressão da união de ética e política. Na política o *ethos* se apresenta sob a forma de lei e, na ética, ele se apresenta sob a forma de virtude. Dessa maneira, o *ethos (nomos)* apresenta o bem final, para o qual todas as ações individuais devem tender – a *eudaimonia* – e na ética apresenta os meios necessários para o alcance desse bem – as virtudes. Daí, a *práxis* (ação) humana será mais humana, quando for resultado da unidade entre ética e política. Em outras palavras, a *práxis* humana só será *eupraxia* (boa ação) quando os indivíduos forem educados para amalgamar o *ethos* indivíduo com o *ethos* social. A lapidação dessa capacidade natural humana é possível num Estado virtuoso e que, portanto, se ocupa de formar seus cidadãos para a virtude.

A educação para Aristóteles é um processo que aprimora a natureza do indivíduo²⁶, pois, a sua ação o conduz do estado natural ao raciocínio, e este processo se dá por meio de uma ação pedagógica que valoriza o **hábito**, ou seja, a prática. O esquema educacional aristotélico se apresenta como um esquema que envolve **natureza-hábito-instrução**. Cabe à educação formar, por bons hábitos, o bom cidadão, aquele que governa bem as coisas tanto no âmbito particular quanto no coletivo. A educação, além de formar esse cidadão, garante a unidade do Estado. Trata-se de uma unidade que deve ser orgânica²⁷, isto é, a unidade das partes com o todo sem o aniquilamento das partes.

Para Aristóteles a natureza humana não determina se o homem será bom ou mau cidadão, uma vez que, ela está aberta à uma lapidação, a um acréscimo, a um melhoramento. Deve-se agregar à natureza as virtudes, e essas, são oriundas do hábito – no caso das virtudes morais – ou do ensino – no caso das virtudes intelectuais. Não há virtudes inatas no homem, ou elas se agregam à natureza humana por meio do hábito,

²⁶ Cf. *Ibidem*, p.77.

²⁷ Para Aristóteles, o indivíduo não pode viver fora da comunidade, pois fora dela, ele se torna um degradado (Política, 1253a).” A sua concepção de Estado é uma concepção orgânica, onde o todo não absorve e funde em si mesmo as partes que o compõem, mas um todo que deixa às suas partes funções autônomas, que se vinculam ao fim geral da vida” (HOURDAKIS, 2001, p 21). Esta concepção orgânica do Estado é fundamental na fisiologia política de Aristóteles para compreendermos a necessidade vital da interação das partes com o todo. Trata-se de uma interação que promove a adequação de *télos*, isto é, o *télos* da vida do indivíduo deve se adequar ao *télos* da vida do Estado. Esta concepção orgânica propõe que a *eudaimonia* nunca poderá ser privada, mas coletiva.

ou por meio do ensino. Aristóteles expõe essa relação vital entre natureza-habito-instrução dizendo:

“Concluimos que as virtudes não nascem em nós nem por natureza, nem contrariamente à natureza, mas que nascemos com a capacidade de receber essas virtudes e aperfeiçoá-las em nós, esforçando-nos para isso, por meio do habito. De resto, todas as particularidades que nos são fornecidas pela natureza, nós as conservamos primeiramente como potencialidades, e as transformamos mais tarde em atos... As virtudes, entretanto, nós as possuímos após tê-las exercido, como é o caso das outras artes e ofícios. Com efeito, o que precisamos aprender fazer, nós aprendemos fazendo: por exemplo, tornamo-nos construtores, construindo, e citaristas, tocando citara. Do mesmo modo, nós nos tornamos justos, realizando atos justos, tornamo-nos sábios, realizando atos sábios, e corajosos, realizando atos corajosos.”²⁸

Ao afirmar que as “virtudes não nascem em nós nem por natureza nem contrariamente à natureza”, Aristóteles confere ao homem e ao Estado a missão de somar à natureza humana as virtudes necessárias para uma vida feliz. Há uma potencialidade na natureza humana para realizar as virtudes. Essa potencialidade é natural, porém, a virtude, em ato, é oriunda do desenvolvimento das potencialidades naturais. Assim, podemos dizer que, o *télos* da natureza humana é a felicidade social, esse *télos* só é possível de ser realizado por causa da capacidade natural do homem de aprender. Portanto, o homem, animal de *lógos*, aprende a ser aquilo que potencialmente ele pode ser, isto é, virtuoso. Dessa maneira, falamos de tempo, tempo de formação do indivíduo para transformar suas potencialidades naturais em atos virtuosos. Da potência ao ato, temos o tempo do cultivo, da formação, sem a qual, a potência não terá o movimento necessário para atualizar-se.

A vida virtuosa não se faz de uma hora para outra, pois, toda formação requer tempo, cuidado. Neste sentido, é imprescindível à formação do homem a experiência (*empeiria*). No livro II da *Ética a Nicômacos*, Aristóteles afirma que a gênese e o desenvolvimento da virtude dianoética devem-se ao ensinamento e exigem experiência e tempo. É no acúmulo do vivido, do praticado que, o homem se torna de fato virtuoso. Assim, é através da ação que existe a possibilidade de alguém tornar-se bom:

“Mas a maioria dos homens não procede assim. Refugiam-se na teoria e pensam que estão sendo filósofos e se tornarão bons dessa maneira. Nisso se portam como enfermos que

²⁸ EN II 1103a.

escutassem seus médicos, mas não fizessem nada do que estes lhe prescrevem.”²⁹

As potencialidades naturais são desenvolvidas na ação, já que, sem ação, sobretudo a educativa, não haverá uma virtude que seja a conjugação do prescrito (o que esta na natureza como potência) com o feito (o que está na natureza como potência atualizada), ou seja, não haverá uma potência atualizada em virtude. A virtude não pode ser apenas uma disposição cognitiva, mas também prática, pois “aprendemos o que é justiça sendo justos”. Dessa forma, precisamos aprender a realizar o que se aprendeu. A experiência que, traz em si a conotação de tempo, o tempo vivido, o tempo apreendido, não é uma voz sem ressonância na ação. Esse tempo permite o homem aprender a razão da ação, o seu fim; lhe possibilita encontrar, de forma mais segura, os melhores meios para se alcançar o fim mais elevado.

A experiência é para Aristóteles uma forma de conhecimento. Quando quis saber o que é o bem, recorreu aos homens que tinham experiência, que tinham vivo o tempo de modo virtuoso. Investigando a vida daqueles que eram considerados sábios que, Aristóteles elaborou sua doutrina sobre os bens humanos, os bens realizáveis. Esses bens, investigados no Livro I da *Ética a Nicômacos*, podem ser divididos em bens secundários e bem principal. O principal é a *eudaimonia*, os secundários são todos aqueles que estão na rota da *eudaimonia*. O sábio, homem de experiência, de *phronesis* (prudência) endereça a sua vida à *eudaimonia*, para tanto, aprende a fazer o que é necessário, e como fazer o necessário.³⁰ O sábio é o *prhronimos*, pois, ele realiza o *télos* da vida humana pelos melhores meios.

Sendo a experiência uma forma de conhecimento, é necessário algum tempo de vida para sabermos sobre ética e política - ciências práticas - por isso, o jovem não aproveita muito os ensinamentos da ética e nem da política, justamente, porque não teve ainda tempo de vida para se empenhar nas coisas práticas.

“Um homem ainda jovem não é a pessoa própria para ouvir aulas de ciência, pois ele inexperiente quanto aos fatos da vida e as discussões referentes à ciência política partem destes fatos e giram em torno deles; além disso, como os jovens tendem a deixar-se levar por suas paixões, seus estudos serão vãos e sem proveito, já que o fim almejado não é o conhecimento, mas a ação. Não será uma questão de tempo, mas depende da vida que a pessoa leva, e da circunstância de ela deixar-se levar pelas paixões, perseguindo cada objetivo que lhe

²⁹ EN II 1105b.

³⁰ Cf. EN II 1104 a 1109.

apresenta. Para tais pessoas o conhecimento não é proveitoso, tal como acontece com as pessoas incontinentes, mas para quem deseja e age segundo a razão o conhecimento de tais assuntos é altamente útil”.³¹

A passagem citada afirma que a deficiência não é uma questão de tempo, ou seja, não basta que o tempo passe, mas este deve passar no empenho de cultivar-se, pois quem deixa o tempo passar, sem preocupar-se com o próprio cultivo, degenera. Aubenque endossa a ideia da importância da experiência para o cultivo de si mesmo, dizendo:

“A experiência já é conhecimento, ela supõe a soma do particular e está, pois na rota do universal. Ela não é repetição indefinida do particular, mas já se introduz no elemento da permanência: é esse saber antes vivido do que aprendido, profundo, porque não reduzido, e que reconhecemos naqueles dos quais dizemos que têm experiência”³².

A noção de homem cultivado, de homem formado, em Aristóteles, é a de homem de boa ação. Este é oriundo de uma ação pedagógica que une política e ética. A ética que envolve esta ação não oferece princípios gerais e imutáveis, pois o que ela pretende é formar o indivíduo para bem **calcular** suas ações, para medir, para encontrar a boa medida nas situações particulares para o bem agir. Dessa maneira, o indivíduo não estará sendo direcionado por regras que aniquilam uma particularidade, ao contrário, o homem cultivado é o homem criativo, aquele que aprende em cada situação, e visa encontrar o melhor meio para fazer o que é bom, o que é belo, justo e honroso. A base política desta ação pedagógica refere-se ao fato de ser o homem um animal social e, por conseguinte, aquele que não inviabiliza o outro no seu processo de aquisição de vida feliz, o que confere à política o estabelecimento do *télos* da educação.

Segundo Morral, Aristóteles começa por insistir na indispensabilidade da filosofia para a vida cotidiana. Sendo a vida cotidiana uma *práxis*, ela necessita ser bem orientada para se tornar uma boa ação, uma ação fruto de um bom cálculo. Nesse sentido, a filosofia prática, ética e política, dão à vida do homem os princípios para a boa ação. Esta tem sua origem na escolha dos bens, pois, não se pode utilizar os bens externos da vida sem um preparo adequado, sem uma formação. Fazer escolhas é algo intransponível na vida humana e a felicidade está relacionada diretamente às escolhas, às boas escolhas. “A felicidade não é o simples processo de adquirir possessões

³¹ EN 1142a.

³² AUBENQUE, Pierre. **A Prudência em Aristóteles**, p.99.

materiais por si mesmas³³. Ser preparado para bem viver consiste em ser preparado para escolher os melhores bens, que devem ser harmonizados por um bem supremo (*summum bonum* ou *agathon*). A *práxis* será efetivamente o *lócus* (lugar) do somatório das escolhas de um determinado indivíduo, *locus* de atualização de suas potencias naturais.

A *práxis*, como Aristóteles compreendeu, é lugar da liberdade, lugar de revelação do homem que se tornou virtuoso, ou não; é lugar de afirmação do indivíduo em sua relação com o todo, é lugar de consolidação de uma boa educação. Falar de ética, de política, de educação em Aristóteles é, necessariamente, falar de *práxis*. A ética destina mostrar os indivíduos o como agir, a política mostrar em função do que agir, a educação formar a natureza para ter uma disposição para agir segundo uma determinada ética e uma determinada política. A educação unida à ética e à política prepara o indivíduo para subordinar as suas ações à reta razão (*ortós lógos*)³⁴.

A *práxis* aristotélica não é um ideal a ser perseguido, como pensava Platão em sua utopia, na República, ao contrário, para Aristóteles ela é uma atitude, é uma realização da própria vida, que deve ser boa para si, na medida em que é boa para o coletivo. Trata-se de uma ação construtiva da *eudaimonia*. Ela não é um conhecimento prévio, antecipado, metafísico, mas, Aristóteles como bom realista, fez de sua teoria sobre a *práxis* uma investigação de como ser feliz na vida privada e pública. A felicidade é algo final e auto-suficiente, é o fim a que visam as ações³⁵. A *eudaimonia* é o resultado do viver bem e do conduzir-se bem³⁶. Contudo, será a finalidade da Política difundir um certo caráter nos cidadãos, por exemplo, torná-los bons e capazes de praticar boas ações.³⁷ É nesse sentido que podemos afirmar que a *eudaimonia* depende inteiramente da ética e da política.

Aristóteles se interrogava, de maneira muito ampla, sobre as faculdades próprias do homem. Segundo ele, o espírito humano compreende não somente o pensamento, mas a percepção, as afecções, a vontade e o desejo. Se nos interrogarmos sobre a atividade do conhecimento, observamos que conhecer verdadeiramente é

³³ MORRALL, John B. *Aristóteles*, p.31.

³⁴ A reta razão é a razão voltada para os aspectos práticos da vida, é a razão orientada a algum fim, ela é o discernimento relativo à conduta. Ela não é um fim em si mesma, mas conduz a um fim.

³⁵ Cf. EN 1097b.

³⁶ Cf. EN 1098b.

³⁷ Cf. EN 1099b.

conhecer o porquê das coisas. Mas ainda, é poder agir em função daquilo que conhecemos³⁸. A *práxis* não é, assim, um puro agir, o agente no ato de decidir não é um puro empírico, mas é alguém que, por meio do *lógos*, avalia como se deve agir para alcançar o fim proposto. É, na verdade, uma *práxis* como resultado de um conhecimento do porquê se deve agir, bem como, para quê se deve agir. Reivindica-se, dessa maneira, para a *práxis* aristotélica, o *lógos* como princípio investigatório dos meios e, ao mesmo tempo, como aquele que visa um *télos*. Essa é a sabedoria prática proposta por Aristóteles.

Para Aristóteles tudo no homem pode ser educado e quando diz que toda ação humana nasce de um desejo, este, por sua vez, é capaz de ser educado. O *lógos*, por meio da educação, direciona o desejo na rota do bem agir. Da mesma maneira, as emoções e as paixões, que tanto influenciam o homem no ato de agir, também podem ser educadas. Sem dúvida, Aristóteles tinha o desafio de apresentar que o objetivo da educação, da ética e da política era fazer o homem agir em função de um fim bom. Tendo esse *télos*, educação-ética-política, o projeto aristotélico de cultivar o homem torna-se um projeto antropológico, pois, educa-se o homem, melhora a sua natureza em função do seu agir, da sua ação. Dessa maneira, a antropologia aristotélica apresenta o homem como aquele que carece de formação e como aquele se realiza, que se revela, na ação.

O humano deve ser tomado em todas as suas dimensões, para que, possa ser lapidado, por meio de uma educação que visa conduzir o homem do estado bruto, sem forma, ao estado de homem feliz. Para isso, é imprescindível que as dimensões públicas e privadas do homem sejam norteadas por uma educação que o conduza ao aprendizado dos bons *ethos* e, por conseguinte, à uma vida virtuosa. A verdadeira educação, não pode ter por *télos* primeiro as coisas úteis, ou o produzir, mas a vida feliz que se faz dentro da cidade.

Segundo Aristóteles é de suma importância saber o fim a que nos propomos no que fazemos e no que ensinamos.³⁹ Este fim conhecido só será verdadeiramente um bom fim se for a felicidade coletiva que, será alcançada graças ao exercício das virtudes. Assim, deve haver uma unidade entre o fim da vida individual e o fim da vida social.

³⁸ BERTEN, A. **Filosofia Política**, p.71.

³⁹ Cf. A Política, p. 79.

Esta unidade gera perfeição, harmonia, vida feliz. “Sendo o fim o mesmo tanto para a vida pública quanto para a vida privada, a perfeição dos Estados não pode definir-se de modo diferente da dos particulares (...)”.⁴⁰ Portanto, trata-se de uma felicidade coletiva, atualizada no corpo social, formado por cidadãos e legisladores virtuosos.

O homem feliz é o homem de prudência, é o homem dotado de discernimento. No momento deliberativo a *phronesis* – virtude dianoética - traz o conhecimento universal, o adquirido pela educação para as virtudes, para o caso particular. Essa arquitetura da boa ação salienta um novo intelectualismo inaugurado por Aristóteles, isto é, um intelectualismo prático, diferente do intelectualismo da ciência e da arte, pois ele não é apenas conhecimento, mas é ação. O protótipo de homem feliz para Aristóteles é Péricles, pois ele soube discernir o que é bom para si e para todos.

“É por esta razão que pensamos que homens como Péricles têm discernimento, porque podem ver o que é bom para si mesmos e para os homens em geral; consideramos que as pessoas capazes de fazer isto, são capazes de bem dirigir as suas casas e cidades”⁴¹.

Tendo Péricles como exemplo de homem prudente, Aristóteles nos permite compreender que a vida feliz (quer se trate da cidade ou da casa, assim como do indivíduo) é a totalidade que transcende os fins particulares. O bem encontrado por Péricles é o bem-viver, este é o bem econômico (bem na relação familiar), o bem político (bem na relação entre cidadãos); é o que se coloca como fim, como vida feliz.

Cabe à educação formar homens como Péricles, mas esta educação é uma exigência ética que, faz com que, o indivíduo instrua-se (forma-constrói) e, assim, se compreenda enquanto membro de uma comunidade, e que deve assumir uma responsabilidade solidária com o todo.

Em suma, os fundamentos éticos e políticos para o processo educativo em Aristóteles são de dois tipos: o que prepara os indivíduos para uma vida social harmônica e o que prepara os indivíduos para serem felizes nessa vida social. Esses fundamentos fazem da educação não um mero processo de acrescentar à natureza humana o conhecimento, mas um processo que molda a natureza de tal forma que, ela de amórfica se torna algo cuja forma será uma disposição adquirida, pelo hábito e pelo ensino, para bem agir. O que está presente no processo educativo de Aristóteles é o

⁴⁰ Ibidem, p.68.

⁴¹EN VI 11040a.

homem na condição de ser animal de *lógos* e animal social. Portanto, o processo educativo se endereça para formar o homem, de modo que, possa calcular bem suas escolhas. O homem cultivado não delibera acerca do melhor para si, mas do melhor para todos. Ética e política carecem da educação para dar à natureza humana a virtude da boa deliberação, isto é, da prudência.

6 - CONCLUSÕES

As duas ciências práticas – Ética e Política – são para Aristóteles ciências que visam apontar tudo aquilo que é necessário, para que, o homem seja feliz na vida coletiva. Estas duas ciências dependem de uma educação para poder nortear as relações humanas pelo caminho do melhor fim. A educação consiste em permitir que o homem realize, mediante as ações, suas potencialidades.

O processo educativo aristotélico demonstra a sua preocupação com a maneira e os meios que permitem ao homem alcançar a virtude. Trata-se de um processo de melhoramento da natureza, um processo que visa formar o homem para ser mais que um animal de *lógos*, pois, este processo visa colocar o homem na responsabilidade de atingir o alvo de sua vida, a felicidade. Não se trata de uma educação para um produzir, para fazer algo que não implica alteração no modo de ser, no modo de se portar na *pólis*.

Ao conferir uma singular importância à educação, Aristóteles aponta que ela não é uma tarefa individual, mas comunitária. Não se aprende sozinho, mas com o outro, com a história de outros, com as virtudes de outros, com o modo de ser de outros. Assim, a educação fomenta no homem a necessidade de educar-se, de formar-se, de cultivar-se como membro de uma comunidade. Esta comunidade por sua vez tem o seu *ethos* constituído na sua história de vida, um *ethos* que não pode ser para o homem que se forma algo desprezável, mas, algo que, nele o homem possa aprender a ser virtuoso. É papel do Estado fornecer aos indivíduos uma educação que aprimore a sua natureza, que o prepare para o bem viver. A máxima aristotélica é: formar os indivíduos para as virtudes para que o Estado seja virtuoso. Estado e indivíduos virtuosos geram a felicidade. E esta não é um ideal longínquo num estado virtuoso, ela se consolida em

cada ação particular dentro do Estado, pois, as ações são resultados de vidas que se empreenderam num processo de melhoramento por meio da educação.

É necessário à educação um teleologia política, isto é, uma teleologia do bem comum. Esta teleologia abarca tanto as partes constitutivas do Estado, como o próprio Estado; é uma teleologia que move indivíduos e Estados para serem protagonistas de uma vida feliz. Não haverá Estado feliz sem que a educação seja nele consolidada como aquela que é imprescindível a uma vida social harmônica. Portanto, o bom Estado elege para si, como primeira tarefa, formar bem seus cidadãos. Assim, o estado legislará de forma virtuosa e os indivíduos aplicarão as leis que, expressam as virtudes, às suas ações, fazendo-as ações boas belas e justas.

Há inúmeras formas de se educar, entretanto, para Aristóteles, a verdadeira educação consiste em ser um processo que está pautado numa ética e orientada por uma política do bem comum. É preciso formar os indivíduos para que sejam capazes de bem decidir, para que sejam capazes de ser sábios, isto é, ser homens de discernimento, homens capazes de em cada situação particular unir o que se deseja fazer com o que se deve fazer, assim como, com o como fazer. Esse homem cultivado vive o mundo das alternâncias, das variações, de forma sábia e feliz, pois, há na sua natureza uma disposição adquirida pelo hábito e pelo ensino que, se torna nele, uma segunda natureza, que o conduz a sempre agir de forma virtuosa.

Aristóteles propõe uma *catharsis* (restruturação da integridade e da autenticidade) na educação. Para tanto, chama para o Estado a sua responsabilidade inalienável – promover a boa educação – e aos indivíduos o empenhar-se na sua construção de homem virtuoso, de homem cívico. Qualquer educação que não tenha entrelaçadas essas duas responsabilidades, precisa de uma *catharsis* para ser aquilo que ela de fato de ser: ação imprescindível para a civilidade dos indivíduos e para consecução do bem viver, tanto no âmbito individual, como coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. (2002). **Ética a Nicômacos**. 3ª ed., Trad. Mario da Gama Kury. São Paulo. Ed. UnB.

_____ (1998). **Política**. Trad. De Antonio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Veja.

AUBENQUE, Pierre. (2003). **A prudência em Aristóteles**. Trad. Marisa Lopes. São Paulo: Ed. Discurso Editoria.

BERTEN, A. (2004). **Filosofia Política**. São Paulo: Paulus.

BERTI, ENRICO. (1998). **As Razões de Aristóteles**. Trad. Dion Davi Macedo. Coleção “Leituras Filosóficas.” São Paulo: Loyola.

FERRATER MORA, José. (2000). **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Loyola.

HADOT, Pierre. (1999). **O que é a Filosofia antiga?** São Paulo: Loyola.

HOURDAKIS, Antoine. (2001). **Aristóteles e a Educação**. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Loyola.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. (1998). **Escritos de Filosofia II: Ética e Cultura**: São Paulo: Editora Loyola.

_____ (1999). **Escritos de Filosofia IV- Introdução à Ética Filosófica I**. São Paulo: Loyola.

MORRALL, John B. (1981). **Aristóteles**. Trad. De Sérgio Duarte. Brasília: Editora UnB.

PERINE, Marcelo. (1993). “PHRONESIS: **Um conceito inoportuno?**” In *Kriterion*, vol. XXXIV, n. 87, jan/jul, p.31-35.

_____ (1982). “**Nas Origens da Ética Ocidental: A Ética a Nicômaco**”. In *Síntese- Nova Fase*, vol. IX, n. 25, ma/ago, p.21-38

_____ (2006). **Quatro lições sobre a ética de Aristóteles**. São Paulo: Loyola.

ROBIN, Léon . (1944). **Aristóteles**. Paris: PUF.

ROSS, David. (1987). **Aristóteles**. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

TUGENDHAT, Ernst. (2000). **Lições sobre Ética**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes.

VERGNIÈRES, Solange. (1998). **Ética e Política em Aristóteles**. São Paulo: Paulus.

VERNANT, Jean Pierre. (2002). **As origens do Pensamento Grego**. Rio de Janeiro: Difel.

WERNER, Jaeger. (2001). **Paidéia, a formação do homem grego**. São Paulo, Ed. Martins Fontes.

ZINGANO, Marco. (2008). **Aristóteles, Ética Nicomachea**. São Paulo: Odysseus Editora.

_____ (1996). **“Particularismo e universalismo na ética aristotélica”**. Analytica, Rio de Janeiro.

_____ (2007). **Estudo de ética antiga**. São Paulo: Discurso Editorial.

IDENTIDADE E MATABILIDADE

Tatiana Barboza Miranda

(doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito -PPGSD/UFF e pedagoga do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Contato:tatianabmiranda@hotmail.com)

Carlos Eduardo Machado Fialho

(doutor em comunicação social pela ECO/UFRJ, professor adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense -GSO/UFF -e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito -PPGSD/UFF. Contato: carlosfialho@uol.com.br)

Resumo

Identidade e matabilidade é um trabalho que, a partir do conceito de *matabilidade* na obra de Giorgio Agamben, visa estudar os mecanismos de construção identitária dos socialmente excluídos através dessa categoria. Embasando-se na obra de Zygmunt Bauman e Kathryn Woodward, que abordam o tema da elaboração de identidades, pretende-se analisar as formas através das quais esses atores assimilam e introjetam a sua representação na sociedade como personagens matáveis. Supõe-se que esses indivíduos se sabem e se reconhecem como aniquiláveis e fundam sua identidade e suas relações com a vida, assumindo, entre outros, o papel de matáveis.

Palavras- Chave: exclusão social, construção identitária e matabilidade.

Abstract

Identity and “matabilidade”, (something like “be annihilated”) is a work that, from the concept in the studies of Giorgio Agamben, leads us to study the mechanisms and forms of identity construction of people socially excluded through this category. Currently basing in the researches of Zygmunt Bauman and Kathryn Woodward, that address the theme of building of identities, intends to analyze the ways in which these social actors assimilate and take upon themselves their representation in society as characters as people who can “be annihilated”. We assume that these individuals recognize themselves as “matáveis” and founded its identity and its relations with the life, assuming, among others, the role of “matáveis”.

Key-Words: social exclusion, building of identity and “matabilidade”.

Introdução

O tema da exclusão social, apesar de debatido incessantemente ao longo da história das pesquisas acadêmicas, ainda inspira uma grande gama de teses, trabalhos e interpretações. Os avanços sociais, econômicos e políticos foram insuficientes na resolução do problema da exclusão. A expansão dos direitos trabalhistas, o crescimento econômico de países que compunham o terceiro mundo e o recente acesso ao consumo por camadas sociais menos abastadas, não conseguiram frear a crescente massa de pessoas à margem da cidadania e dos direitos fundamentais aos seres humanos. Por isso a temática da exclusão ainda, não só está em evidência, como é conteúdo de uma produção acadêmica intensa.

Desde Marx e seu *exército industrial de reserva* houve muitos avanços nos estudos sobre os excluídos. Se em Marx o excedente de pessoas frente aos postos de trabalho disponíveis formava um grupo de pessoas a serem aproveitadas futuramente como mão-de-obra na expansão da economia capitalista, o chamado *exército industrial de reserva*, o filósofo polonês Zygmunt Bauman, em um notável avanço na teoria de Marx, nomeou a massa excluída como *descartáveis*.

A modernização tecnológica dos sistemas industriais e a escassez de postos de trabalho gera uma população desnecessária para o crescimento econômico dos países. “Segundo o levantamento realizado pelos jornalistas Hans Peter Martin e Harald Schuman (da Der Spiegel), é possível projetar que não mais de 20% da força de trabalho serão suficientes para fazer a economia funcionar pela velocidade do desenvolvimento tecnológico” (BAUMAN apud FRIDMAN, 2000, 27).

Essa enorme fatia populacional torna-se inútil pelo sistema e é tratada como algo a ser descartado, *refugio humano*, nas palavras de Bauman. Pessoas que não colaboram para a manutenção do sistema. Não são consumidores nem trabalhadores. Não participam da produção dos bens de consumo e nem compram esses bens. Logo, sua serventia numa sociedade capitalista é nula. São pessoas que não servem mais e podem ser descartadas.

Em 1995 o filósofo italiano Giorgio Agamben avança ainda mais na análise do tema da exclusão. Com o lançamento da obra *Homo Sacer- O poder soberano e a vida nua*, Agamben ultrapassa os limites da categoria de *descartável* criada por Bauman e lança a categoria de *matável*. Agamben compara o excluído com o *Homo Sacer*, figura do direito da Grécia antiga que encerrava em si um paradoxo. O *Homo Sacer* podia ser assassinado sem que isso fosse considerado um crime, porém, essa morte não poderia ocorrer no formato de sacrifício aos Deuses. Matável e insacrificável o *Homo Sacer* carrega consigo a imagem da exclusão em seu maior nível.

As execuções de traficantes e moradores nas favelas do Rio de Janeiro, os judeus que ocupavam os campos de concentração comandados por Adolf Hitler durante o holocausto e o assassinato de soldados afegãos durante a guerra com os Estados Unidos são exemplos de mortes que

não são tidas como crimes em seus contextos ético-jurídicos.

Aproximando o conceito de matabilidade com o panorama social brasileiro reconhecemos uma população cujos membros, quando são vítimas de assassinatos, não despertam nenhum posicionamento mais enfático dos mecanismos punitivos nem da sociedade civil. As pessoas, que compõem essa fatia da sociedade, estão distantes do acesso aos bens de consumo, participação política e serviços básicos como educação, saúde, moradia e alimentação. São indivíduos que integram as legiões de excluídos. Agamben nos informa que esses atores figuram como indivíduos matáveis. Excluídos de qualquer tipo de contato com uma existência cidadã, o seu acesso ao mais fundamental dos direitos, o direito à vida, não é garantido. A sua representatividade para o sistema é de um ser matável.

Esse artigo pretende iniciar uma abordagem do tema: a construção identitária pelo viés da matabilidade. Como o indivíduo matável se vê? Ele se sabe matável e se reconhece como tal? Como é a elaboração de sua identidade face ao papel social de aniquilável designado para si? Partindo dos conceitos de matabilidade em Agamben e identidade em Bauman e Woodward, pretende-se realizar uma breve análise teórica sobre essa questão.

Zoé e Bíos

Agamben recorre à Grécia antiga para explicar o gênese do processo de exclusão social. Segundo o autor o âmago da questão está no uso de dois vocábulos para definir a palavra *vida*.

Os gregos não possuíam um único termo para exprimir o que nós queremos dizer com a palavra *vida*. Serviam-se de dois termos, semântica e morfologicamente distintos, ainda que reportáveis a um étimo comum: *zoé*, que exprimia o simples fato de viver comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses) e *bíos*, que indicava a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo. (Agamben, 2002, 09)

Havia duas categorias de vida. A *zoé*, vida comum a todos os seres viventes, a chamada vida nua. E a *bíos*, forma de vida elaborada por uma pessoa ou grupo. A *zoé* se referia a vida em seu sentido físico e biológico. Já a *bíos* era a existência construída, a vida política.

A *zoé*, como simples existência natural, e não um modo particular de vida, estava excluída da *pólis* no mundo clássico. *Zoé*, entendida como simples ato de existir, se diferenciava da *bíos*, que era o ato de viver segundo o bem. O ato de viver bem, praticado na *bíos*, estava ligado à “vida politicamente qualificada”.

Agamben cita a *Política* de Aristóteles para definir a diferença entre existir político e vida nua:

(...) em um trecho que deveria tornar-se canônico para a tradição política do Ocidente (1252b, 30), define a meta da comunidade perfeita, ele o faz justamente opondo o simples fato de viver (to zen) à vida politicamente qualificada (to eu zen) (...) nascida em vista do viver, mas existente essencialmente em vista do viver bem. (Agamben, *ibid*, 10)

Na antiguidade clássica a vida natural era separada do existir político. Com o correr dos séculos, essa relação sofreu profundas modificações. No começo da Idade Moderna a vida nua passou a ser alvo dos mecanismos de poder e ocorre uma inclusão da vida natural no âmbito político.

A politização da vida nua e a origem do poder soberano

Agamben cita Foucault para explicitar os caminhos da inserção da vida nua do campo político. Segundo os autores um dos cerne do desenvolvimento do sistema capitalista está nessa forma de condução da vida humana, uma vida que se insere na política através de sua *animalização*, acompanhada de uma política embasada na vida natural, a *biopolítica*.

Segundo Foucault, o “limiar de modernidade biológica” de uma sociedade situa-se no ponto em que a espécie e o indivíduo enquanto simples corpo vivente tornam-se a aposta do que está em jogo nas suas estratégias políticas. A partir de 1977, os cursos do *Collège de France* começam a focalizar a passagem do “Estado territorial” ao “Estado de população” e o conseqüente aumento vertiginosos da importância da vida biológica e da saúde da nação como problema do poder soberano, que se transforma então progressivamente em “governo dos homens” (Foucault, 1994, v. II, p.719). “Resulta daí uma espécie de animalização do homem posta em prática através das mais sofisticadas técnicas políticas. Surgem então na história seja o difundir-se das possibilidades das ciências humanas e sociais, seja a simultânea possibilidade de proteger a vida e de autorizar seu holocausto.” Em particular, o desenvolvimento e o triunfo do capitalismo não teria sido possível, nesta perspectiva, sem o controle disciplinar efetuado pelo novo biopoder, que criou para si, por assim dizer, através de uma série de tecnologias apropriadas, “os corpos dóceis” de que necessitava. (Agamben, *ibid*, 11)

Essa entrada da *zoé* no campo da *pólis* é para Agamben o grande marco da modernidade. Alterando essencialmente a relação entre vida nua e política no pensamento clássico, a inserção da

zoé inaugura uma nova forma de gerir a vida humana: a *biopolítica*.

Esse evento possui conexão com outra categoria relevante: o poder soberano. A inclusão da vida nua nos mecanismos políticos leva as estruturas de poder a penetrar de uma forma infinitamente mais íntima nos indivíduos. O poder se exerce sobre o próprio corpo das pessoas, sua abrangência não é apenas simbólica e sim material. O poder passa a atuar também sobre o âmbito físico e biológico das pessoas. É como se nada mais lhe escapasse. Nada mais pode manter-se distante de sua influência, pois a própria vida natural, a vida primordial está sob seu comando.

O debate sobre poder soberano importa para essa pesquisa no momento em que esse poder é entendido por Agamben como o fator base da exclusão soberana.

(...) a implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário, ainda que encoberto, do poder soberano. (...) A *biopolítica* é, nesse sentido, pelo menos tão antiga quanto a exceção soberana. Colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado moderno não faz mais, portanto, do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder à vida nua (Agamben, *ibid*, 14)

Exclusão Social e Estado de exceção

Um dos principais paradigmas da modernidade se refere ao formato de como se dá a exclusão social. Como foi visto, a inclusão da vida nua na esfera política é um marco na história das sociedades modernas. O que caracteriza essa entrada da vida nua é a sua própria exclusão. Paradoxo fundamental para a compreensão da exclusão social nos tempos atuais essa inclusão que exclui cria uma peculiar configuração para o problema da exclusão.

Agamben recorre à análise da relação entre voz e linguagem, efetuada por Aristóteles na já citada obra *Política*, para explicitar o modo como ocorre a *exclusão-inclusiva* da vida nua no espaço da *pólis*.

Só o homem entre os viventes possui a linguagem. A voz, de fato, é sinal de dor e prazer e, por isto, ela pertence também aos outros viventes (a natureza deles, de fato, chegou até a sensação da dor e do prazer a representá-los entre si), mas a linguagem serve para manifestar o conveniente e o inconveniente, assim como também o justo e o injusto; isto é próprio do homem com relação aos outros viventes, somente ele tem o sentimento do bem o do mal, do justo e do injusto e das outras coisas do mesmo gênero, e a comunidade destas coisas faz a habitação e a cidade (Aristóteles apud Agamben 1253a,10-

18).

A pergunta: “de que modo o vivente possui a linguagem?” corresponde exatamente àquela outra: “de que modo a vida nua habita a pólis?” O vivente possui o lógos [linguagem] tolhendo e conservando nele a própria voz, assim como ele habita a pólis deixando excluir dela a própria vida nua (Agamben, *ibid*, 15-16).

O homem aplica restrições à voz e, muitas vezes, a exclui para dar vez e elaborar a linguagem. A voz é comum a vários tipos de seres vivos porém a linguagem é exclusivamente humana. Nesse sentido para diferenciar-se dos demais seres o homem usa a linguagem mas, para tanto, deve restringir a voz sem deixar de utilizá-la. É por esse mesmo viés que a vida nua penetra na *pólis*. Os moldes *biopolíticos* exigem a inclusão da vida nua, entretanto, qualquer existência que se faz política, diferente da simples vida natural, exige a exclusão da *zoé*. “A política existe porque o homem é o vivente que, na linguagem, separa a opção a si a própria vida nua e, ao mesmo tempo, se mantém em relação com ela numa exclusão inclusiva.” (Agamben, *ibid*, 16).

Nesse debate se faz importante destacar a categoria da exceção como fator que acompanha o paradoxo da exclusão inclusiva vivenciada pela vida nua. Em um estudo que trata de exclusão e analisa atores que vivenciam o chamado estado de exceção, que é a exclusão soberana, faz-se importante realçar essa categoria.

Agamben define a exceção da seguinte forma:

A exceção é uma espécie da exclusão. Ela é um caso singular, que é excluído da norma geral. Mas o que caracteriza propriamente a exceção é que aquilo que está excluído não está, por causa disto, absolutamente fora de relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma da suspensão. *A norma se aplica à exceção desaplicando-a, retirando-se desta.* O estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta da sua suspensão. Neste sentido, a exceção é verdadeiramente, segundo o étimo, *capturada fora (ex-capere)* e não simplesmente excluída (Agamben, *ibid*, 25).

Um pensamento de Deleuze citado por Agamben explicita e esclarece essa relação que se baseia em uma captura fora. “a soberania não reina a não ser sobre aquilo que é capaz de interiorizar” (Deleuze apud Agamben, 1980, p.44). Os indivíduos que vivenciam o estado de exceção não estão fora do sistema, posto que a soberania não pode decidir sobre algo que está fora de seu controle. Porém o que define sua condição dentro do sistema é sua condição de excluído.

O que configura o excluído é o não acesso a direitos e bens comuns aos cidadãos. Pessoas que estão longe do consumo, participação política e serviços. Esses atores não são excluídos pura e simplesmente da sociedade, mas sim tem seus direitos suspensos dentro dessa sociedade. Voltando ao texto de Deleuze, a soberania não poderia definir os rumos da existência dos indivíduos que estariam fora, longe do alcance de seu controle. Portanto, esses cidadãos estão incluídos na sociedade. Porém a interrupção de seu acesso aos direitos fundamentais, à condição de cidadão (morador da cidade, da *pólis* grega) faz com que seja um excluído dentro do próprio sistema. Essa é a exceção definida por Agamben. “Chamemos de *relação de exceção* a esta forma extrema da relação que inclui alguma coisa unicamente através de sua exclusão” (Agamben, *ibid*, 26).

Os atores incluídos no estado de exceção vivem em um limiar entre exclusão e inclusão. O espaço em que vivem é ambíguo e paradoxal:

A situação, que vem a ser vivida na exceção, possui, portanto, este particular, o de não poder ser definida nem como uma situação de fato, nem como uma situação de direito, mas institui entre estas um paradoxal limiar de indiferença. Não é um fato, porque é criado apenas pela suspensão da norma; mas, pela mesma razão, não é nem ao menos um caso jurídico, ainda que abra a possibilidade de vigência da lei. (...) Na exceção soberana trata-se, na verdade, não tanto de controlar ou neutralizar o excesso, quanto, antes de tudo, de criar e definir o próprio espaço no qual a ordem jurídico-política pode ter valor. Ela é, neste sentido, a localização fundamental, que não se limita a distinguir o que está dentro e o que está fora, a situação normal e o caos, mas traça entre eles um limiar (o estado de exceção) a partir do qual interno e externo entram naquelas complexas relações topológicas que tornam possível a validade do ordenamento (Agamben, *ibid*, 26).

Esse limiar, onde circulam os atores que definimos como excluídos, os indivíduos que vivenciam o estado de exceção, é fundamental para essa pesquisa. Como construir sua identidade, caráter e forma de vida em um local tão incerto. Uma zona que absorve a expulsa, uma esfera que inclui somente através da inclusão? Que possibilidades esses indivíduos possuem para elaborar relações com o mundo vivenciando um papel tão paradoxal?

Uma das pistas para entender a configuração da identidade desse indivíduo, incluso e expulso num só tempo, é a figura de *homo Sacer*: personagem do antigo direito grego que circulava nessa mesma zona de exclusão inclusiva.

Homo Sacer

O *homo Sacer* personifica uma profunda contradição. Visto como homem sacro no antigo direito romano podia ser morto, sem que isso fosse passível de punição, mas, ao mesmo tempo, essa morte não poderia ocorrer em forma de sacrifício aos deuses.

Festo, no verbete *sacer mons* do seu tratado *Sobre o significado das palavras*, conservou-nos a memória de uma figura do direito romano arcaico na qual o caráter da sacralidade liga-se pela primeira vez a uma vida humana como tal.

Já Bennett, em seu ensaio de 1930, observa que a definição de Festo “parece negar a própria coisa implícita no termo” (Bennett, 1930, p.7), por que, enquanto sanciona a sacralidade de uma pessoa, autoriza (ou, mais precisamente, torna impunível) sua morte (...). A contradição é ainda acentuada pela circunstância de que aquele que qualquer um podia matar impunemente não devia, porém, ser levado à morte nas formas sancionadas pelo rito (Agamben, *ibid*, p. 79).

A contradição encerrada no *homo Sacer* é extrema. Um homem que é sacro e que pode ser morto impunemente porém, apesar de sua sacralidade, não poderia ser oferecido aos deuses como sacrifício. Um indivíduo que é, ao mesmo tempo, matável e insacrificável e abandonado por qualquer forma de direito. “O que é, então, a vida do *homo sacer*, se ela se situa no cruzamento entre uma matabilidade e uma insacribilidade, fora tanto do direito humano quanto daquele divino (Agamben, *ibid*, p.81)?”

Na tentativa de encontrar o lugar definido para o *homo sacer*, Agamben encontra uma íntima relação com o estado de exceção. No cerne do problema está a exclusão do *homo sacer* do direito humano, posto que seu assassinio não está previsto como ação punível no código jurídico da época, sem que isso signifique uma inclusão no direito divino, afinal o *homo sacer* não pode ser sacrificado aos deuses. Ele é duplamente excluído. “Assim como, na exceção soberana, a lei se aplica de fato ao caso excepcional desaplicando-se, retirando-se deste, do mesmo modo o *homo sacer* pertence ao Deus na forma da insacribilidade e é incluído na comunidade na forma da matabilidade (Agamben, *ibid*, p 90).”

Nesse sentido, o *homo sacer* é o indivíduo primordial do *bando* soberano¹. E sua relação com a configuração do poder soberano é íntima.

(...) restituído ao seu lugar próprio, além tanto do direito penal quanto do sacrifício, o *homo sacer* apresentaria a figura originária da vida presa no *bando* soberano e conservaria a

memória da exclusão originária através da qual se constituiu a dimensão política. O espaço político da soberania ter-se-ia constituído, portanto através de uma dupla exceção, como uma excrescência do profano no religioso e do religioso no profano, que configura uma zona de indiferença entre sacrifício e homicídio. *Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera* (Agamben, *ibid*, p.91).

Para compreender o lugar de elaboração da identidade do excluído, ponto-chave dessa pesquisa, é necessário não apenas analisar a zona de intercessão entre exclusão e inclusão, e sim, contrapor o conceito de matabilidade com as atuais populações deserdadas. Como dito anteriormente, indivíduos que estavam na reserva, segundo Marx, descartáveis, na fala de Bauman, agora são matáveis, na teoria de Agamben.

Pertencentes a uma zona de convivência dúbia e vistos como matáveis pela boa sociedade, como esses atores se elaboram como indivíduos? Se reconhecem como matáveis? Para traçar o caminho que leve na direção dessas respostas, faz-se necessário uma análise sobre o tema da construção das identidades.

Identidade na pós-modernidade

Zygmunt Bauman cunhou o termo “modernidade líquida” para definir a atual derrocada da permanência das instituições e relações sociais e pessoais. Segundo o autor, nos primórdios da modernidade as instituições e relações eram consistentes e duradouras, possuíam as características dos sólidos.

Os novos contornos da sociedade, elaborados com o advento da modernidade, exigiam que alguns *sólidos*, por serem obsoletos ou por impedirem o desenvolvimento e renovação social, fossem aniquilados. Entretanto, no início da era moderna, o que se pretendia não era a liquefação total dos sólidos. O principal intento era criar sólidos suficientemente perfeitos para que não carecessem de substituição. Estruturas bem formuladas e que fossem de utilidade duradoura, “solidez em que se pudesse confiar e que tornaria o mundo previsível e, portanto, administrável” (BAUMAN, *Ibid*, p. 10).

O objetivo inicial da substituição das antigas instituições por outras, mais sólidas e adaptadas ao novo cenário econômico, adquiriu contornos diferentes. O que ocorreu foi um processo radical de derretimento das estruturas sólidas que eram acusadas de limitar a liberdade de escolha dos indivíduos.

Foram elaboradas novas estruturas com outros moldes que exigiam prontidão na capacidade de adaptar-se. A liberdade de escolha era fundamental para que os atores escolhessem os locais mais apropriados. Os padrões comportamentais, diferentes em cada um desses espaços, também deveriam ser assimilados rapidamente pelos indivíduos.

De acordo com Bauman, essa constante mudança é o grande marco da instituição de identidades na pós-modernidade. Um dos fatores que ocasionam essa constante metamorfose é o que o autor chama de “marcha adiante”. O progresso deve acontecer, as inovações tecnológicas de hoje devem ser substituídas por outras em um breve espaço de tempo, não se pode parar. Assim, a identidade pessoal deve ser constantemente renovada para se adequar a uma sociedade que se modifica constantemente. A tão almejada identidade única, na verdade não existe concretamente, posto que é mutável. Os moldes de vida transformam-se, a todo instante, tornando a identidade individual inatingível. “A identidade individual torna-se portanto algo a ser ainda alcançado (e presumivelmente a ser criado) pelo indivíduo envolvido e nunca segura e definitivamente possuído – uma vez que é constantemente e desafiado e deve sempre ser negociado.” (Bauman, 1999, p. 211).

A construção da identidade

Outro fator relevante no tema das identidades é o que se refere aos seus mecanismos de construção. Os modos através dos quais essa identidade é elaborada. Kathrin Woodward em seu artigo *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*, traça diretrizes que conduzem ao entendimento da construção identitária. Esse caminho é marcado por dois pontos fundamentais: a representação e a subjetividade.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-os como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos.

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (Woodward, 2000, p 17).

As formas através das quais os indivíduos atribuem significados são o ponto chave para a elaboração de suas identidades. Se para determinado indivíduo há significado em determinado

elemento, haverá uma identificação e a tomada de uma posição de sujeito específica que se relaciona intimamente com o elemento, seja ele uma pessoa, idéia, obra de arte ou profissão. Essa tomada de posição está conectada com os mecanismos subjetivos dos indivíduos.

Segundo Woodward a subjetividade é o campo que engloba nossos desejos, sentimentos e pensamentos mais íntimos e pessoais. Porém, a subjetividade não nos guia isoladamente, ela está em constante interação com a linguagem e a cultura numa relação que envolve trocas e conflitos.

(...) vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a subjetividade dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades (Woodward, *ibid*, p. 55)

Envolvendo os conceitos de representação e subjetividade cria-se uma compreensão da construção identitária como algo que possui a participação tanto do indivíduo, através da subjetividade, como da cultura, pelos mecanismos de representação. Uma elaboração que se funda tanto no entendimento que o indivíduo tem de si próprio embasado em seus elementos pessoais quanto da compreensão que a sociedade tem desses atores.

Identidade e matabilidade

Em recente pesquisa feita nos anos de 2008 e 2009, estudamos os mecanismos de identificação entre os leitores de jornais populares, *Expresso e Meia-Hora*, e os conteúdos expostos nesses jornais. Esses jornais, voltados para as camadas populares, abordavam basicamente três campos: o futebol, o erotismo e a violência. Os principais conteúdos simbólicos que permeavam esses temas eram: o trágico, o grotesco e o deboche.

A principal pergunta sobre os leitores era: o que os atrai para a leitura dessas publicações? Teorias mais rígidas da comunicação facilmente responderiam que a atração seria gerada pela força que o emissor: no caso o jornal, tem para o receptor (os leitores). Comunicólogos como Marshall Mac Luhan, que defendem o papel passivo do receptor da mensagem, poderiam analisar a identificação dos leitores como simples resposta ao lugar social que o jornal designou para esses atores. Entretanto,

as entrevistas com os leitores indicaram um caminho diferente: os leitores elaboravam uma intensa comunicação com os conteúdos das capas dos jornais e justificavam seu interesse, em grande parte, pelo fato das notícias se passarem nos seus locais de moradia.

No decorrer desse estudo os jornais populares se mostraram como artefatos que colaboram na produção das identidades dos socialmente excluídos. Os jornais indicam o lugar social dos leitores, um local que abriga, de acordo com os jornais, exclusivamente a tragédia, violência e grotesco. As mediações entre os leitores e os jornais são exatamente o campo no qual as identidades se produzem. Não é o jornal como agente de transmissão para leitores passivos, nem leitores autônomos que rejeitam os conteúdos dos jornais. A dinâmica de interação entre jornais e leitores é o que molda o processo de construção identitária.

De acordo com Woodward o processo de elaboração das identidades engloba duas categorias: representação e subjetividade. Analisando a representatividade dos socialmente excluídos, aqui denominados como indivíduos matáveis, percebe-se que existem vários veículos e textos simbólicos que informam sua condição. O auge da inutilidade dessas pessoas, a matabilidade, possui bases que se fundam em vários campos. Um deles é a configuração da sociedade pós-moderna como basicamente de consumo. O acesso aos bens de consumo é o que delimitam a pertença ao todo social. Quem não pode consumir está fora do jogo. O panorama pós-moderno é tão marcado pela lógica do mercado e do consumo que a própria criação de agendas e códigos não está mais a cargo dos agentes do governo. “(...) O recuo ou autolimitação do Estado tem como efeito mais destacado uma maior exposição dos optantes tanto ao impacto coercitivo (agendador) como doutrinador (codificador) de forças essencialmente não políticas, primordialmente aquelas associadas aos mercados financeiros e de consumo” (Bauman, 2004, p 80).

O principal veículo de inserção na sociedade capitalista, o consumo de bens e mercadorias, não está disponível para esses atores, logo, que valor possuem para essa sociedade? Valor algum. Essa informação é transmitida para esses atores de diversas formas: a ausência de ação dos agentes políticos na garantia de direitos fundamentais dessas classes, a relação de medo, proteção e hostilidade que as classes altas e medianas constroem com os matáveis, a personificação dos miseráveis nas produções culturais de massa (como novelas e filmes) como pessoas perigosas ou mais próximas de uma existência mais animalizada que humana (abandono total da higiene e cuidado com o próprio corpo e saúde, gestos e modo de falar agressivo e arreadio), tratamento destinado à morte desse atores pelos veículos de comunicação de massa (não há nenhum tipo de questionamento ou comoção, o fato é tido, em grande parte das vezes, como algo naturalizado). Esses são apenas alguns

conteúdos que mostram aos socialmente excluídos a sua inutilidade para a sociedade.

Supomos que os conteúdos informativos e simbólicos que afirmam sua matabilidade são utilizados pelas camadas excluídas para elaboração de suas identidades. Alguns indícios de auto desvalorização e diminutas atitudes de preservação e manutenção da própria vida são algumas pistas para o início do estudo sobre essa categoria de construção identitária: deboche e ridicularização da figura do pobre realizada pelos próprios pobres, aclamação do extermínio de criminosos que ocupam o mesmo lugar social dos socialmente excluídos (como exemplo temos traficantes e outros bandidos moradores dos bairros periféricos), atitudes no trânsito cometidas por *moto boys* que revelam ausência de autoproteção.

Voltando às categorias propostas por Woodward, a representação dos excluídos na sociedade pós-moderna mostra indivíduos inúteis e aniquiláveis. Subjetivamente existem atitudes e sentimentos comuns às classes pobres que revelam uma auto desvalorização e, em alguns casos, como os *moto boys*, a adoção de formas perigosas e arriscadas de direção que afastam qualquer tipo de efetivo cuidado com a preservação da própria vida. Há, muito provavelmente, uma conexão entre essas duas esferas.

Conclusão

Os processos de construção de identidade na sociedade pós-moderna são múltiplos e, muitas vezes, contraditórios e ambivalentes. É um campo vastíssimo para a teoria social. O que pretendemos é estudar as formas como os socialmente excluídos lidam com sua representação na sociedade. Trata-se de estudar o fenômeno da exclusão e da identidade pelo outro lado. Desviar o foco das instituições, que promovem a exclusão e fornecem os conteúdos para a formação da identidade, para as atitudes que os socialmente excluídos tomam quando se deparam com essas categorias.

Jesus Martín-Barbero, que estuda a comunicação na América Latina através de produtos culturais voltados para as camadas populares, assume o mesmo caminho:

Não se trata de um acréscimo do saber em cifras e dados, mas de um primeiro deslocamento que re-situa o “lugar” do popular ao assumi-lo como parte da memória constituinte do processo histórico, presença de um sujeito-outro até há pouco negado por uma história para a qual o povo só podia ser pensado sob o rótulo do número e do anonimato (Martín-Barbero, 2003,p.320).

O que pretendemos com esse artigo é simplesmente um questionamento sobre as reações simbólicas e subjetivas das classes periféricas frente ao seu papel, instituído socialmente, de seres inúteis, elimináveis e matáveis. São críticos pois sabem que existe um código legal que garante o respeito à sua vida? São completamente passivos pois sabem que não podem recorrer a ninguém e agem como pacientes suicidas? Penso que qualquer explicação fechada em apenas uma suposição seria demasiado insuficiente para explicar um processo tão complexo como a construção identitária. Por isso proponho uma mudança de eixo. Olhar como a exclusão soberana, configurada como matabilidade, é percebida pelos excluídos e o que isso implica em sua vida cotidiana. Pensamos que de todos os caminhos possíveis, esse é, ao mesmo tempo, o mais seguro e estimulante.

Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.
 - _____ **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
 - _____ **Vida para Consumo: A Transformação das pessoas em Mercadoria**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
 - _____ **Em busca da política**.
- BOURDIEU, Pierre. O Mercado dos Bens Simbólicos e Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento. *In*: MICHELLI, Sergio. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Tradução de Sérgio Michelli. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- FRIDMAN, Luis Carlos. O Destino dos Descartáveis na Sociedade. *In*: MELLO, Marcelo Pereira de (Org.) **Sociologia e Direito: Explorando as Interseções**. Niterói: PPGSD (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito) -UFF (Universidade Federal Fluminense), 2007.
- _____ **Vertigens Pós-Modernas: Configurações Institucionais Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e

Guacira Lopes Louro. 11 ° Ed Rio de Janeiro: DP&A , 2006.

- KUMAR, Kristian. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna**: Novas Teorias sobre o Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
 - MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações*. Rj: Editora UFRJ, 2003.
- MIRANDA, Tatiana Barboza. **Primeira Página: Identidade e exclusão social em capas de jornais populares**. Dissertação de mestrado. Niterói: PPGSD (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito)- UFF (Universidade Federal Fluminense):2009.
- MIRANDA, Tatiana Barboza. FIALHO, Carlos Eduardo Machado. Primeira Página: jornais populares e identidade. *In: Revista Confluências*, nº 11. Niterói: PPGSD (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito)- UFF (Universidade Federal Fluminense), 2009, PP 153 a 165.
- SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**. Tradução de Marcos Santarrita. 11° ed Rio de Janeiro: Record, 2006.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2011. Os jovens do Brasil**. Brasília, Ministério da justiça, Instituto Sangari, 2011.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução conceitual e teórica. *In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tradução do próprio organizador. 7ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

MEDIAÇÃO: CONSCIENTIZAÇÃO DO TEMA NO CENTRO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – CAJUFF MACAÉ.

Autora: *Cibele Carneiro Da Cunha Macedo Santos*, Professora Assistente da Universidade Federal Fluminense, mestre em direito pela PUC/SP e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense PPGSD/UFF, e-mail.: cibele.carneiro@hotmail.com

Co-autora: *Marcia Valeria Rodrigues Ferreira*, graduanda do curso de direito da Universidade Federal Fluminense/Macaé, integrante do projeto de extensão desenvolvido em parceria com a FUNEMAC intitulado: “Meios alternativos de solução de conflitos no Centro de Assistência Judiciária – CAJUFF/Macaé”, e-mail.: marcia_marquiete@yahoo.com.br

RESUMO

A **mediação**, um dos meios alternativos de solução de conflitos, é expressão inerente da própria liberdade assegurada pela Constituição Federal da República Brasileira. O Estado ao atribuir direitos e garantias de **acesso à Justiça**, não quer com isso, impor o acesso ao Judiciário como única opção para solução de lides. No Brasil a mediação vem sendo aplicada como **meio alternativo ao Poder Judiciário**, sendo crescente a quantidade de projetos sobre o assunto mesmo diante de um ordenamento jurídico carente sobre normas regulamentadoras. Desta forma através de dois Projetos de Extensão¹ apoiados pela FUNEMAC – Fundação Educacional de Macaé colocou-se em prática a aplicação da política de conscientização da mediação como ação estratégica de democratização e facilitação do exercício do direito fundamental de acesso à justiça da população macaense.

¹ “Meios alternativos de solução de conflitos no Centro de Assistência Judiciária – CAJUFF/Macaé” e “Mediação na Assistência Jurídica: conscientizando-se a população sobre esta alternativa”.

PALAVRAS CHAVES: mediação; acesso à justiça; meio alternativo ao poder judiciário.

ABSTRACT

Mediation, an alternative means of conflict resolution is an expression of their own inherent freedom guaranteed by the Constitution of the Brazilian Republic. The State to assign rights and guarantees of access to justice, it does not want to impose access to the judiciary as the only option for solving labors. In Brazil the mediation has been applied as an alternative to the courts, and an increasing amount of projects on the subject in the face of a legal system devoid of regulatory standards. Thus through two projects supported by the Extension FUNEMAC - Educational Foundation Macaé put into practice the application of political awareness of mediation as a strategic action and facilitation of democratization of the exercise of fundamental right of access to justice Macanese population.

Keywords: mediation, access to justice, alternative means of conflict resolution.

1. INTRODUÇÃO

A ideia de apresentação deste tema surgiu a partir dos Projetos de Extensão “Meios alternativos de solução de conflitos no Centro de Assistência Judiciária – CAJUFF/Macaé” e “Mediação na Assistência Jurídica: conscientizando-se a população sobre esta alternativa”. Cabe ressaltar que o assunto causa interesse, sobretudo nos escritórios modelos das Faculdades de Direito, que lidam com a prática jurídica para complementar o ensino e a formação do profissional do Direito. No caso do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Federal Fluminense – CAJUFF/Macaé percebe-se a grande demanda de assistidos que nos procuram diariamente ao mesmo tempo em que nos conscientiza de que muitas lides podem ser mediadas sem a necessidade de se transformarem em processo litigioso. Assim pode-se levar ao Judiciário apenas o pedido de homologação, no caso da mediação extraprocessual ou, nos casos que já tramitam na via jurisdicional, ter a “longa duração do processo” abreviados com a mediação. Desta forma, não podemos desprezar que é possível garantir acesso à justiça

por outros meios que não seja unicamente através do acesso ao Judiciário ao mesmo tempo em que respeitamos e incentivamos uma justiça mais justa e célere.

Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ editou a Resolução 75 para regulamentar a solução de conflitos através da conciliação e mediação junto ao judiciário. O novo CPC (PL 8046/2010) também prevê em seu texto a conciliação e mediação nos artigos 144 a 152. Com esses novos textos normativos, inevitável constatar que a prática jurídica passa por uma transformação.

E sendo assim, as Universidades devem preparar seus alunos para isso. Os Núcleos de Prática não podem mais ser apenas Núcleos de Assistência Judiciária. Se os alunos vão estudar em um CPC que contempla tais formas, devem compreender e praticar que o judiciário é a *ultima ratio*. É importante que a mudança cultural de acesso ao judiciário aconteça também nas Universidades. Acesso à justiça não pode ser tomado como expressão sinônima de acesso ao judiciário.

A preparação do aluno deve acompanhar a evolução do profissional do direito. Hoje, a sociedade não quer mais profissionais que apenas apliquem os textos legais de forma restrita, mas pessoas com uma formação humanista, ampla.

2. METODOLOGIA

Trabalha-se com o conceito de mediação de Humberto Dalla Bernardina de Pinho, para quem a mediação é “*o processo por meio do qual os litigantes buscam o auxílio de um terceiro imparcial que irá contribuir na busca pela solução do conflito*”². Cuida-se de um método alternativo incluído nas três “Ondas Renovatórias” sistematizadas por Mauro Cappelletti, em cujo texto “*Problemas de Reforma do Processo nas Sociedades Contemporânea*” afirma ser muito importante a substituição da justiça contenciosa pela justiça baseada nas formas conciliatórias³.

² PINHO, Humberto Dalla Bernardino de. Teoria Geral do Processo Civil Contemporâneo, Capítulo 26. 2ª edição, 2008

³ CAPPELLETTI, *apud*, PINHO, Humberto Dalla Bernardino. Teoria Geral do Processo Civil Contemporâneo, página 407. 2ª edição, 2008.

Assim, trabalha-se com o método descritivo, mediante revisão da literatura especializada, além do trabalho de campo realizado nos projetos de extensão “Meios alternativos de solução de conflitos no Centro de Assistência Judiciária – CAJUFF/Macaé” e “Mediação na Assistência Jurídica: conscientizando-se a população sobre esta alternativa” com o apoio da FUNEMAC – Fundação Educacional de Macaé e da participação no estágio supervisionado do núcleo de prática jurídica da própria Universidade – CAJUFF, nos quais se colocou em prática a mediação para a solução dos conflitos.

3. MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Tradicionalmente, a solução dos conflitos ficou reservada ao Poder Judiciário. Para que o cidadão acredite que tem direito, ele precisa que o judiciário a sua disposição seja célere e eficaz, entretanto o excesso de demandas judiciais impede a efetivação da justiça dessa forma satisfatória. Várias medidas legislativas foram tomadas para tentar garantir essa rapidez, tomem-se como exemplo a lei 9.099/95 que regulamentou os Juizados Especiais, as reformas do Código de Processo Civil – CPC em 2005 e o projeto do novo CPC que pretende eliminar alguns recursos processuais. Além da celeridade, como destaca Boaventura de Sousa Santos⁴, precisamos de uma **justiça cidadã**.

Para ampliar o acesso à justiça, pode-se citar os meios alternativos de solução de conflitos, que são expressões inerentes da própria liberdade assegurada pela Constituição Federal da República Brasileira. O Estado ao atribuir direitos e garantias de acesso à Justiça, não quer com isso, impor o acesso ao Judiciário como única alternativa para solução das lides.

“O direito de acesso efetivo tem sido progressivamente reconhecido como sendo de importância capital entre os novos direitos individuais e sociais, uma vez que a titularidade de direitos é destituída de sentido, na ausência de mecanismos para sua efetiva reivindicação. O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar, os direitos de todos. (...) O acesso à justiça não é apenas um direito social fundamental, crescentemente reconhecido; ele é, também, necessariamente, o ponto central da moderna processualística. Seu estudo pressupõe um alargamento e aprofundamento dos objetivos e métodos da moderna ciência jurídica”. Marinho⁴ (2008, *apud* Mauro Cappelletti, 1988)

⁴ CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Fabris, 1988. pp. 11-13.

Na solução de conflitos, os litigantes podem utilizar qualquer meio que considerar mais adequado. Tanto a jurisdição estatal, quanto a via “alternativa” baseada em “formas conciliatórias”. Para estas, faz-se necessária a existência de sujeitos em situação de litígio, a contraposição de seus interesses e um terceiro neutro capacitado⁵. Desta forma, a mediação é uma forma de solução consensual, através da qual os litigantes buscam o auxílio de um mediador que ajudará na comunicação e equilíbrio entre as partes, atuando com neutralidade e equidistância dos envolvidos. Vista como um método baseado num complexo interdisciplinar de conhecimentos científicos extraídos da comunicação entre os sistemas da psicologia, antropologia, sociologia e do direito, depende também da habilidade, sensibilidade, criatividade e capacitação do mediador. Na mediação as partes atuam não como adversárias, mas como corresponsáveis na solução da controvérsia.

Atualmente, há uma grande preocupação em democratizar o processo judiciário defendendo a *comparticipação* dos atores envolvidos e o *policentrismo*⁶. Severas críticas são traçadas à figura do juiz solitário, único responsável pela decisão final acerca do conflito apresentado.

(...), se defende que o procedimento é constitutivo de todo o processo de decisão, de modo que, para o aqui defendido **processualismo constitucional democrático**, a participação e o policentrismo são institutivos de um processo normativamente disciplinado pelos direitos fundamentais, que garantirá uma formação adequada dos provimentos, sem que estes possuam conteúdos fixos predeterminados ao se aplicarem as normas (princípios e regras). Tal procedimento respeitará e fomentará a participação e contribuição de todos os envolvidos nas esferas decisórias.⁷

O que não podemos esquecer é que a utilização dos meios alternativos, em especial a conciliação e a mediação, privilegia, quase na totalidade, a participação dos envolvidos na decisão final do conflito. Destarte, apresenta-se esse trabalho como uma contribuição para essa democratização tão propagada pelos juristas da atualidade. *O que interessa é demonstrar como a participação ativa dos “consumidores” do direito pode desempenhar uma função relevante e de bons resultados na estratégia dos serviços legais inovadores*⁸.

Importante ressaltar que não se apresenta mais uma forma de garantir celeridade, mas, sobretudo, efetividade na solução dos conflitos. Diversas reformas processuais foram

⁵ PINHO, Humberto Dalla Bernardino de Pinho. Teoria Geral do Processo Civil Contemporâneo, 2ª edição, 2008.

⁶ Nesse sentido: NUNES, Dierle José Coelho. *Processo jurisdicional democrático – Uma análise crítica das reformas processuais*. Curitiba: Juruá, 2011.

⁷ NUNES, Dierle José Coelho. *Processo jurisdicional democrático – Uma análise crítica das reformas processuais*. Curitiba: Juruá, 2011, p. 147.

⁸ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *O Direito na Sociedade Complexa*. São Paulo: Max Limonad, 2000, p. 23.

realizadas para isso, até a possibilidade de decisões em massa como é o caso do procedimento para recursos repetitivos e o julgamento liminar de improcedência para conflitos que versem unicamente sobre questão de direito, quando já houver decisão nesse sentido. Se por um lado isso é bom para evitar decisões divergentes e garantir a justiça, por outro pode gerar exatamente o contrário. Assim, ao deixar para as partes a solução de seus conflitos pode-se garantir um procedimento mais dialético e mais democrático.

Conforme o professor Carlos Vasconcelos⁹, na mediação, o advogado pode atuar como mediador ou como assessor jurídico. Seus conhecimentos técnicos jurídicos serão de grande valia, haja vista a possibilidade de orientar as partes litigantes a agir em conformidade com a lei, evitando, assim, possíveis nulidades jurídicas.

Interessante lembrar o Professor Mauro Cappelletti que, observando vários países, desenvolveu um estudo sobre suas tentativas de atribuir à população o acesso à justiça e como se deu o aprimoramento desse acesso. Tal estudo recebeu a denominação de “ondas renovatórias¹⁰”.

A primeira onda denominada “assistência judiciária gratuita” iniciou-se em 1965, especialmente voltada aos hipossuficientes, haja vista fatores como elevado valor das custas processuais, falta de representação de um advogado e, até mesmo, falta de informação sobre o que é direito impediam o acesso dos menos esclarecidos ao sistema judiciário.

Assim primeiramente iniciou-se na Áustria, Inglaterra, Holanda, França e Alemanha Ocidental o que o mestre chamou de “sistema *judicare*” ao qual o Estado contrata advogados particulares para prestar assistência jurídica aos hipossuficientes, em certos tribunais. Com esta medida o Estado objetivava oferecer a mesma qualidade jurídica em relação àquele que poderia pagar a um advogado particular. Nesta primeira onda não havia preocupação com a formação de uma consciência dos direitos cabíveis às pessoas, que ficavam prejudicadas quando não sabiam identificá-los.

Ainda na primeira onda foi identificado um segundo modelo de assistência judiciária aos pobres, qual seja “o advogado remunerado pelos cofres públicos” que transcendiam o sistema anterior “*judicare*”, haja vista que o objetivo maior neste segundo modelo era o de formar

⁹ Vasconcelos, Carlos Eduardo de. *Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas*. Editora Método. 2008

¹⁰ Mauro Cappelletti e Bryan Garth. *Acesso à justiça*. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Editora S.A. Fabris. 1988

uma conscientização na comunidade a respeito de seus direitos, ampliando o rol dos direitos dela enquanto classe, por meio de casos-teste, *lobby* e tentativas de reformas legislativas.

Observa-se que alguns países como a Suécia e a Província Canadense de Quebeque optaram pela combinação dos dois modelos anteriores.

A segunda onda renovatória muda o eixo da proteção dos interesses individuais e passa a englobar a proteção dos interesses difusos e de grupos. Porém o despreparo tanto do Estado, quanto do Ministério Público em lidar com a nova questão de proteção dos direitos difusos enfrentou dificuldades, pois, o Estado era naquela época desprovido de legislação pertinente ao assunto e em seu turno o Ministério Público não possuía experiência necessária quando se tratava de enfrentar conflitos onde era necessário utilizar o caráter ampliativo da lei.

A terceira onda de acesso à justiça é uma resposta aos clamores da sociedade por um processo focado na simplificação dos procedimentos. Assim a representação em juízo transcende a uma concepção mais ampla tendo como um dos enfoques principais a proteção de todos os tipos de direitos, sejam eles individuais, coletivos, difusos, privados, públicos ou de tutelas de urgência. Para atender a estas novas demandas foram realizadas modificações nos procedimentos internos, nas estruturas dos tribunais e nos mecanismos processuais na tentativa de melhorar qualitativamente a prestação jurisdicional.

Não é com surpresa que atualmente sustenta-se o surgimento de uma possível quarta¹¹ onda renovatória. Nesta defendem a ideia de que os aplicadores do direito, haja vista serem verdadeiros liames entre os jurisdicionados e à justiça deve transcender a visão crítica que contornam o sistema abrindo novas perspectivas na definição da própria justiça.

Quanto aos estudantes de Direito, esta possível onda, sustenta que “a responsabilidade pela promoção e ampliação do acesso à educação jurídica, à lei e à justiça pode vir a ser mais um projeto de colaboração dos cursos de direito com o governo e os organismos profissionais. Quais são as responsabilidades das faculdades em equipar os futuros advogados para atenderem às necessidades legais do público, não apenas inculcando conhecimento, em termos do ensino do método e do ofício legais, mas comunicando algo do valor e do potencial da lei em termos de seu poder de transformar as relações sociais e melhorar a condição humana (...)”¹²,

¹¹ CIDADANIA, justiça e violência. Organizadores Dulce Pandolfi...[et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

¹² CIDADANIA, justiça e violência. Organizadores Dulce Pandolfi...[et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 76 p.

Nos Estados Unidos a partir da década de 1970 surge a mediação como uma forma de solução de lides entre vizinhos e com o passar do tempo passou a dirimir conflitos familiares e disputas públicas, sendo batizado pela nomenclatura “*ADR – Alternative Dispute Resolution*”, fortemente influenciada pela negociação e pela busca do acordo. Foi ao longo do tempo largamente difundido e hoje existe um mercado extrajudicial privado, formado por advogados, juízes especializados e até mesmo por mediadores profissionais naquele país¹³.

No Brasil, a mediação vem sendo aplicada como meio alternativo ao Poder Judiciário, sendo crescente a quantidade de projetos sobre o assunto. Assim, chegando-se a um acordo, este poderá ter eficácia de negócio jurídico depois de preenchidos os requisitos do artigo 57 da Lei 9099/95 e o artigo 584, inciso III do Código de Processo Civil e possuindo os requisitos: objeto lícito, forma prevista ou não defesa em lei, capacidade do agente e livre manifestação de vontade.

Apesar do crescente número de projetos sobre o assunto, efetivamente, permanece carente nosso ordenamento jurídico sobre normas que regulamentem o assunto. Tramitam no Congresso Nacional projetos que se propõem a disciplinar a matéria: I - Projeto de Lei nº 4.827/1998 de autoria da Deputada Zulaiê Cobra pretende institucionalizar e disciplinar a Mediação como Método de Prevenção e Solução Consensual de Conflitos de forma genérica, sendo aprovado pela Comissão de Justiça e pelo plenário da Câmara. Subiu para o Senado onde deu origem ao Substitutivo PLC 94/02. II – O Instituto Brasileiro de Direito Processual em 1999 apresentou um anteprojeto de lei dispendo sobre a mediação no Processo Civil. Como o projeto 4.827/98 já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados, o Ministério da Justiça convidou a todos para que elaborassem um novo texto a ser remetido ao Congresso Nacional com a finalidade de substituir o primeiro. Assim surgiu o Substitutivo PLC 94/02, apresentado pelo Senador Pedro Simon. O projeto substituto pretende instituir a Mediação como método de prevenção e solução consensual de conflitos na esfera civil instituindo e disponibilizando a Mediação nos Tribunais seja prévia ou incidentalmente. Em 2006 durante a reunião Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal o Senador Eduardo Suplicy apresentou um relatório substitutivo que recebeu voto favorável do relator. Desta forma o PLC 94/02 está aguardando parecer do Senado.

¹³ PINHO, Humberto Dalla Bernardino de Pinho. Teoria Geral do Processo Civil Contemporâneo, capítulo 25. 2ª edição, 2008.

O Manual de Mediação Judicial, publicado pelo Ministério da Justiça, autores diversos e organizado por André Gomma de Azevedo, 2009, afirma que o acesso à Justiça não se confunde com o acesso ao Judiciário.

“O acesso à Justiça não se confunde com acesso ao Judiciário, tendo em vista que não visa apenas a levar as demandas dos necessitados àquele Poder, mas realmente incluir os jurisdicionados que estão à margem do sistema, e, sob o prisma da autocomposição, estimular, difundir e educar seu usuário a melhor resolver conflitos por meio de ações comunicativas.

Passa-se a compreender o usuário do Poder Judiciário como não apenas aquele que, por um motivo ou outro, encontra-se em um dos polos de uma relação jurídica processual – o usuário do poder judiciário é também todo e qualquer ser humano que possa aprender a melhor resolver seus conflitos, por meio de comunicações eficientes – estimuladas por terceiros, como na mediação ou diretamente, como na negociação. O verdadeiro acesso à Justiça abrange não apenas a prevenção e reparação de direitos, mas a realização de soluções negociadas e o fomento da mobilização da sociedade para que possa participar ativamente dos procedimentos de resolução de disputas como de seus resultados.” Ministério da Justiça. Autores Diversos ¹⁴.”

O Ministério da Justiça através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, instituído pela Medida Provisória nº 384/2007, convertida na Lei nº 11.530/2007 passou a assegurar o acesso à justiça para as populações dos territórios em situação de “descoesão” social. Assim, sustenta que o estímulo das práticas de mediação comunitária e outras formas de resolução não violenta de conflitos funcionam como uma política de democratização do acesso à Justiça¹⁵.

Desta forma através do PRONASCI apresentou o seguinte projeto, in verbis:

“O Projeto Pacificar foi pensado a partir da necessidade de difundir práticas de resolução não violenta de conflitos, que objetivem a pacificação social, como alternativa à jurisdicionalização e à postura judicatória, bem como, a partir da necessidade da promoção de uma nova cultura nas Faculdades de Direito, que possa contribuir para uma formação cidadã dos estudantes, orientada pelos Direitos Humanos, uma cultura jurídica comprometida com os desejos da comunidade sob uma perspectiva da emancipação social e distinta da cultura jurídica difundida atualmente que dá pouca ou nenhuma atenção às demandas sociais e coletivas.

O Projeto pretende:

- a. Incentivar, no âmbito das faculdades de Direito, projetos de pesquisa e de extensão universitária que estimulem a prática da resolução pacífica de conflitos mediante a

¹⁴ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Manual de Mediação Judicial, autores diversos, organizado por André Gomma de Azevedo, 2009.

¹⁵ Página eletrônica do Ministério da Justiça. Fomento à Prática de Mediação nas Faculdades de Direito. <http://portal.mj.gov.br/endc/data/Pages/MJDA9EC2A8ITEMID6E99517B14514451AB562CBFBB12F702PTBRIE.htm>. Acesso em 17/06/2012.

- utilização de técnicas de mediação e composição de conflitos, inclusive através do lançamento de um Edital de fomento a esses projetos.
- b. Apresentar uma cartografia das experiências existentes, prioritariamente nas regiões do Pronasci, através de um diagnóstico dos projetos de extensão e práticas jurídicas de mediação comunitária realizadas nas Faculdades de Direito, que identifique as iniciativas e as instituições envolvidas e, sistematize as informações apuradas, verificando também os avanços obtidos a partir do apoio a esses projetos;
 - c. Mapear as entidades e organizações sociais, bem como, as instituições do sistema judiciário que dialogam e participam destes projetos;
 - d. Realizar um seminário nacional envolvendo juristas, profissionais das áreas afins à mediação, doutrinadores, Instituições de Ensino Superior, acadêmicos de direito, professores, ONGs e demais entidades da sociedade civil;
 - e. Elaborar um Manual de uso, contendo práticas de mediação sob uma perspectiva da transversalidade dos direitos humanos, da interdisciplinaridade e da inter-institucionalidade.

Objetivo

O Pacificar tem como objetivo principal implantar, fortalecer e divulgar a mediação, composição e outros meios alternativos de solução de conflitos, no âmbito das Faculdades de Direito, como instrumentos à ampliação do acesso e maior efetividade da Justiça, através do apoio a criação e fortalecimento de projetos nas áreas de ensino e extensão, que contribuam para difundir a cultura de resolução não violenta de conflitos.”

Em 2010, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ editou a Resolução 125 para regulamentar a solução de conflitos através da conciliação e mediação junto ao judiciário.

Também, o Projeto do novo Código de Processo Civil – PL 8.046/2010 prevê em seu texto a conciliação e mediação nos na Seção V, Cap. III, Livro I respectivamente nos artigos 144 a 152. Assim observa-se uma tentativa de inserção dos meios alternativos de resolução de conflitos dentro do âmbito judicial.

Com esses novos textos normativos, inevitável constatar que a prática jurídica passa por uma transformação. Cabe lembrar que a **Lei 11.441/2007** retirou do sistema processual brasileiro a exclusiva competência do Judiciário acrescentando à esfera administrativa como meio hábil para solução de alguns temas no Direito Civil. São exemplos, o inventário, a partilha, a dissolução do casamento, através da escritura pública, dispensados de qualquer homologação jurisdicional; concretizando as formas alternativas de solução de litígios.

Nas negociações coletivas de natureza trabalhista, a mediação foi recepcionada pelo Decreto nº 1.572/95 dando ao mediador um prazo de 30 dias para encerrar as negociações. Sendo o ato especificado pela portaria nº 817/95 de 30/08/1995 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual impõe critérios para a participação do mediador nos conflitos de negociação coletiva desta natureza.

Destarte, além do poder judiciário, existem outros meios adequados para a solução dos conflitos sociais. Cabe aos cidadãos escolher qual seria o melhor para o seu conflito.

4. NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Os Núcleos de Prática das Faculdades de Direito estão previstos na Portaria 1.886/94 do MEC para oferecerem as disciplinas de Estágio Supervisionado. Sua regulamentação está nos artigos 10 e 11 do referido texto normativo, a saber:

Art. 10. O estágio de prática jurídica, supervisionado pela instituição de ensino superior, será obrigatório e integrante do currículo pleno, em um total mínimo de 300 horas de atividades práticas simuladas e reais desenvolvidas pelo aluno sob controle e orientação do núcleo correspondente.

§ 1º o núcleo de prática jurídica, coordenado por professores do curso, disporá de instalações adequadas para treinamento das atividades profissionais de advocacia, magistratura, Ministério Público, demais profissões jurídicas e para atendimento ao público.

§ 2º As atividades de prática jurídica poderão ser complementadas mediante convênios com a Defensoria Pública e outras entidades públicas, judiciárias, empresariais, comunitárias e sindicais que possibilitem a participação dos alunos na prestação de serviços jurídicos e assistência jurídica, ou em juizados especiais que venham a ser instalados em dependência da própria instituição de ensino superior.

Art. 11. As atividades do estágio supervisionado serão exclusivamente práticas, incluindo redação de peças processuais e profissionais, rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, visitas a órgãos judiciários, prestação de serviços jurídicos e técnicas de negociações coletivas, arbitragens e **conciliação**, sob o controle, orientação e avaliação do núcleo de prática jurídica. (g.n.)

A Resolução CNE/CES n. 9 de 29 de setembro de 2004, para instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito dentre outras providências também faz referência ao NPJ, nos seguintes termos:

Art. 7º O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados próprios, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O Estágio de que trata este artigo será realizado na própria instituição, através do Núcleo de Prática Jurídica, que deverá estar estruturado e operacionalizado de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho competente, podendo, em parte, contemplar convênios com outras entidades ou instituições e escritórios de advocacia; em serviços de assistência judiciária implantados na instituição, nos

órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ou ainda em departamentos jurídicos oficiais, importando, em qualquer caso, na supervisão das atividades e na elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados à Coordenação de Estágio das IES, para a avaliação pertinente.

§ 2º As atividades de Estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, na forma definida na regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

Diante de tais diretrizes, aliadas às recentes regulamentações pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução 125, em especial) e o projeto do novo CPC, não se pode negar à formação do profissional do Direito, o estudo de disciplina teórica específica, desdobrada do Processo, voltada para a compreensão dos meios alternativos de solução de conflitos. Além disso, a implementação obrigatória e urgente nos Núcleos de Prática Jurídica dessa modalidade de pacificação social em todos os seus possíveis aspectos.

Atualmente, se torna insuficiente a formação dos estudantes dos cursos de direito preparados para enfrentar apenas os litígios judiciais, qualquer que seja o segmento escolhido. Se optar pela advocacia, deverá ser hábil o bastante para utilizar os melhores argumentos em prol de uma sentença favorável ao seu cliente. Se membro do Ministério Público deverá zelar pelo interesse público, como parte ou *custus legis* num processo judicial, se membro da magistratura deverá se preparar para ser o “boca da lei”. Essa perspectiva deve ser alterada para atender aos novos anseios sociais.

Hoje, não basta mais uma sentença que coloque fim a um litígio, mas muito mais que isso, busca-se a solução definitiva e eficaz da controvérsia. Para alcançar essa definitividade e eficácia. Daí o surgimento de meios mais adequados (ou alternativos) para resolver a lide. Requer-se do juiz mais proximidade com as partes e o conflito entre elas instaurado e do advogado mais habilidade para o diálogo e a convergência dos interesses. E quanto ao Ministério Público mais atuação nas suas funções institucionais de árbitro e mediador através de ajustamento de conduta.

O excesso de processos judiciais, a demora nas decisões, o excesso de formalismo cultuado pelos códigos, o número insuficiente de magistrados, dentre outros motivos, deu origem ao estrangulamento do sistema processual ao qual o Estado responde com um sistema ineficiente para a solução das controvérsias. Esta afirmativa advém não apenas das várias afirmações

doutrinárias já existentes¹⁶, mas também da prática vivenciada pelos advogados e estagiários do CAJUFF-Macaé, onde hoje, aguarda-se por longas horas, em decorrência de atrasos nos horários fixados, para as audiências na comarca.

A busca pelos equivalentes jurisdicionais, meios diante dos quais se podem compor a lide por obra própria dos litigantes ou de um particular desprovido de poder jurisdicional está diretamente relacionado à morosidade do Estado.

Assim inspirados pelos projetos “Meios alternativos de solução de conflitos no Centro de Assistência Judiciária – CAJUFF/Macaé” e “Mediação na Assistência Jurídica: conscientizando-se a população sobre esta alternativa” consubstancia-se a prática da mediação através dos advogados e estagiários do CAJUFF auxiliando as partes na busca de uma melhor solução a ser por eles encontrada, levando ao Juiz da causa apenas a homologação do acordo firmado. Desta maneira além de contribuir na amenização da lentidão do judiciário, ao mesmo tempo, demonstramos a população macaense que o judiciário deve ser a *ultima ratio* e ao mesmo tempo louvamos o Código de Ética e Disciplina da OAB, que destaca, no inciso VI, parágrafo único, do art. 2º, entre os deveres dos advogados, o de “estimular a conciliação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios”. Assim citamos alguns casos práticos¹⁷.

Desta maneira, faz-se importante que a mudança cultural de acesso ao judiciário aconteça também dentro das Universidades, as quais são responsáveis pelo preparo de seus graduandos, futuros bacharéis de direito. Os Núcleos de Prática não podem mais permanecer, apenas, como Núcleos de Assistência Judiciária. Se os alunos vão estudar um Código de Processo Civil que contempla outras formas não adversariais de solução de conflitos, devem compreender e praticá-las. É necessário conscientizar a população que acesso à justiça não é expressão sinônima de acesso ao judiciário¹⁸.

“A mediação tem de ser praticada como uma forma de pacificação da sociedade e não apenas como uma forma de solução de conflitos. Gostaria de deixar isso bem

¹⁶ Meirelles, Delton R. S; Netto, Fernando Gama de Miranda. Meios Alternativos De Resolução De Conflitos Envolvendo A Administração Pública – 6386 p.

¹⁷ VARA DE FAMÍLIA – PROCESSO NR 0008241-25.2010.0028 – Ação Obrigação de Alimentos distribuída em Julho de 2010, que tramita na Comarca de Macaé. As partes mediarão em relação aos alimentos que o cônjuge varão deverá prover. VARA FAMILIA – PROCESSO NR 0028777-91-2008.0028 - Ação Divorcio Litigioso distribuída em Julho de 2009, que tramita na Comarca de Macaé. As partes mediarão em relação aos alimentos que o cônjuge varão deverá prover.

¹⁸ Vasconcelos, Carlos Eduardo de. Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas. Editora Método. 2008.

destacado para os juízes, advogados, promotores, enfim, para os profissionais do Direito que ainda têm aversão ou preconceito por essas formas alternativas.

Hoje, depois de vinte anos de magistratura, é muito mais importante à atuação do juiz, do profissional do Direito na pacificação da sociedade do que na solução do conflito. É mais relevante para o juiz um acordo amigável, mediante uma conciliação das partes, do que uma sentença brilhante proferida e que venha a ser confirmada pelos tribunais superiores.

Os tribunais superiores precisam começar a aferir o mérito do juiz por uma atitude diferente diante da sua função judicante, que não consiste apenas em proferir sentença, dizendo qual a forma correta, se é preto ou branco, se é certo ou errado, solucionando apenas o conflito e não trabalhando para a pacificação da sociedade.

É importante haver uma mudança da mentalidade dos profissionais do Direito e da própria sociedade.” (Kazuo Watanabe¹⁹)

Ainda,

“O monopólio estatal da administração da Justiça preservado pelo Brasil caminha na contramão do progresso sócio-econômico dos países desenvolvidos. A tendência moderna é a democratização da Justiça através de instrumentos alternativos de solução de controvérsias, evitando que elas cheguem às portas do Poder Judiciário, ou, nas lúcidas palavras de Sua Excelência o Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel, possibilitando, em última análise, a participação do povo na administração da Justiça.

Para que a importância de mencionados instrumentos alternativos seja reconhecida e consagrada, é imperioso revermos o conceito de cidadania, uma vez que sem a conjugação dos esforços de todos os setores da sociedade, qualquer tentativa de modernização da administração da Justiça restará frustrada, pois consoante salientado pela insigne professora Ada Pellegrini Grinover, para que se atinja a real efetividade da prestação jurisdicional, é imprescindível que a cidadania seja entendida, também, como integração do indivíduo no exercício da jurisdição, atribuindo-lhe responsabilidades específicas na busca da Justiça e do consenso.

Por outro lado, incumbe ao Estado, através de seus órgãos competentes, "popularizar" o acesso à Justiça, compreendendo-se a expressão como "tornar popular, conhecido e estimado do povo", aproximando do cidadão os meios alternativos de composição de conflitos, informando-o de suas vantagens e garantias.” (Andrighi, 2011)²⁰.

5. RESULTADOS ALCANÇADOS

No primeiro semestre deste ano pesquisamos para mapear quais outras Instituições de Ensino Superiores Federais que já desenvolvem trabalho com Mediação em seus Núcleos de Prática Jurídica.

¹⁹ WATANABE, Kazuo. Série Cadernos do CEJ, 22. Disponível em http://processoemdebate.files.wordpress.com/2010/09/mediac3a7c3a3o_kazuo_watanabe.pdf. Acesso em 12/08/2012

²⁰ Fátima Nancy Andrighi. Perspectivas Brasileiras No Campo Da Solução Alternativa De Conflitos. Disponível em http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/25173/Perspectivas_Brasileiras_Campo.doc.pdf?sequence=1. Acesso em 12/08/2012

Através de leituras procuramos conceituar o tema “mediação”, com sua origem, aplicação em outros países, seu surgimento no Brasil, quais as normas que o regulamentam.

Com esse trabalho, no Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Federal Fluminense – CAJUUFF/Macaé teve a oportunidade de colocar em prática a aplicação da política de conscientização da mediação como ação estratégica de democratização e facilitação do exercício do direito fundamental de acesso à justiça da população obtendo no primeiro semestre de 2012 quatro casos concretos ao qual foi possível efetivar a prática mediativa extra e endoprocessual (dois na vara cível e dois vara de família).

Cite-se alguns desses casos:

Vara Cível - Processo nº 0014683-70.2011.8.19.0028, Ação Obrigação de Fazer distribuída em outubro de 2011, que tramita na Comarca de Macaé, em face da Casas Bahias. A mediação foi feita através do CAJUUFF e da representante das Casas Bahias, advogada da Ré Dra. Verônica Alves. Por falta de tempo hábil entre as negociações da mediação e data da audiência, o acordo foi homologado na Audiência de Instrução e Julgamento em 28 de junho de 2012.

Vara Cível - Processo nº 0011282-63.2011.8.19.0028, Ação Rescisão contratual, que tramita na Comarca de Macaé, em face da Casas Bahias. A mediação foi feita através do CAJUUFF e da representante das Casas Bahias, advogada da Ré Dra. Verônica Alves. Por falta de tempo hábil entre as negociações da mediação e data da audiência, o acordo foi homologado na Audiência de Instrução e Julgamento em 28 de junho de 2012.

Vara de Família - Processo nº 0010685-31.2010.8.19.0028, Ação de Divórcio litigioso, que tramita na Comarca de Macaé desde 2010, em face do Sr. Edson Correia. A mediação está sendo feita em relação à partilha do imóvel do casal entre e efetivada entre o representante do cônjuge varão Dr Frederico Azevedo e o CAJUUFF representante do cônjuge Virago, assim em maio de 2012 em decorrência da mediação, as partes resolveram por fim ao litígio.

Vara de Família - Processo nº 0033193-34-2011.8.19.0028, Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável distribuído em novembro de 2011, que tramita na Comarca de Macaé. O CAJUUFF coordenou a mediação pré processual em relação aos alimentos e a guarda dos filhos, dando prosseguimento ao acordo através de pedido de homologação ao judiciário em fevereiro de 2012.

Esta experiência trouxe para os estagiários do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Federal Fluminense – CAJUUFF/Macaé a conscientização de que o operador do direito não possui tão somente a via jurisdicional com seus parâmetros normativos para oferecer aos seus clientes. Podendo também valer-se de um novo paradigma na solução de conflitos inferidos com intuição, subjetividade e criatividade fazendo aflorar o inconsciente das partes, quiçá num acordo mais justo e mais célere para os litigantes.

Assim a população Macaense, gradativamente, está tendo a oportunidade de perceber a mediação como meio voluntário de pacificação social, como uma forma de desafogamento da jurisdição contenciosa e principalmente como meio de retoma do diálogo entre as partes e a conscientização de que a via jurisdicional deve ser a *ultima ratio*.

6. CONCLUSÃO

É claro que ao propor uma nova modalidade de solução de conflitos para as pessoas carentes, necessariamente deveremos passar por uma forma de difusão do conhecimento dos direitos dessas pessoas. Elas precisam saber, por exemplo, que comprar um produto “no crediário” é diferente de contratar um cartão de crédito de uma instituição financeira que está na loja fornecedora do produto ou serviço. Precisam saber também que nem sempre o direito fundamental de “acesso à justiça” estará apenas no Judiciário e em suas decisões. Só o conhecimento emancipa a sociedade. Com o conhecimento, os cidadãos poderão escolher melhor os serviços e produtos, bem como decidir qual o melhor caminho para a solução de um eventual litígio. Assim, não se falará mais em meios alternativos para resolução de conflitos, mas em meio adequado escolhido pelas partes.

Os Núcleos de Prática Jurídica das Faculdades de Direito exercem papel fundamental para que essa transformação social ocorra. Pois além de formarem profissionais melhor preparados para o mercado de trabalho, estarão contribuindo para a difusão do conhecimento e emancipação social.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, Neil. *O Moderno Processo Civil – formas judiciais e alternativas de resolução de conflitos na Inglaterra*. 2ª Ed. Editora RT: São Paulo, 2012.

CAMPILONGO, Celso Fernando. *Assistência Jurídica e Realidade Social: apontamentos para uma tipologia dos serviços legais*. Artigo disponível em <http://najup.files.wordpress.com/2008/08/2-nova-tipologia-dos-servic3beos-legais.pdf>.

Acesso em 26/07/2012.

CIDADANIA, justiça e violência. Organizadores Dulce Pandolfi...[et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Artigo disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/39.pdf. Acesso em 10/08/2012

CAPPELLETTI, Mauro e Bryan Garth. Acesso à justiça. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Editora S.A. Fabris. 1988

FUZ, Luiz. *O Novo Ensino Jurídico*. Revista da EMERJ: revista da Escola da Magistratura do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 174-179, 2000.

GAIO JUNIOR, Antônio Pereira e RIBEIRO, Weslley Carlos. *O Ensino Jurídico e os Meios Não Contenciosos de Solução de conflitos*. Revista Jurídica, n. 24, Temática n.8, p. 13-25, 2010-1.

MACHADO, Antônio Alberto. *Ensino Jurídico e Mudança Social*. 2ª Ed. Editora Altas: São Paulo, 2009.

MARTINEZ, Sérgio Rodrigo. *A Evolução do Ensino Jurídico no Brasil*. Artigo disponível em www.ensinojuridico.com.br, consultado em 26/07/2012.

_____. *Mediação para a Paz: Ensino Jurídico na era medialógica*. Artigo disponível em www.ensinojuridico.com.br, consultado em 26/07/2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Manual de Mediação Judicial, autores diversos, organizado por André Gomma de Azevedo, 2009.

MOTA, Ivan Dias da. STASIAK, Vladimir. *A Legislação Educacional Brasileira sobre o Estágio do Curso de Direito: em busca de novos paradigmas metodológicos*. Revista Jurídica CESUMAR – v. 4, n. 1 – 2004.

MORAIS, Jose Luis Bolzan de. *Mediação e Arbitragem - Alternativas À Jurisdição* - 3ª Ed. 2012

MORELLO, Augusto M. *La Justicia de frente a la realidad*. Buenos Aires: Rubinzal - Culzoni Ed., 2002.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de Pinho. *Teoria Geral do Processo Civil Contemporâneo*, 2ª Edição 2008.

MEDIAÇÃO PENAL – UM NOVO MODELO DE JUSTIÇA

Ana Paula Faria Felipe

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense – PPGSD/UFF. anapaulamlf@gmail.com

Letícia Veloso

Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense – PPGSD/UFF. lveloso.uff@gmail.com

Resumo:

A indiscutível falibilidade do sistema penitenciário e a Reforma do Judiciário – tema que se encontra na pauta dos atuais debates da sociedade – permitem-nos discutir sobre os caminhos a serem trilhados para a humanização da justiça penal. Diante dessa realidade, o presente artigo, parte de minha dissertação de mestrado, discorre o tema da Mediação Penal. Este instituto, considerado um instrumento de pacificação social, pode criar um novo acesso à justiça e atua como ferramenta na composição dos conflitos criminais. Abordamos, ainda, sobre a criação de um recém-criado Núcleo Preventivo de Mediação Penal, que tem por objeto a prevenção e resolução de conflitos sociais com histórico e/ou indícios de violência doméstica.

Palavras chave: Mediação Penal, Mediação de Conflitos, Justiça Penal.

Abstract:

The undeniable fallibility of the prison system and the Judicial Reform - a theme that is on the agenda of the current debates in society - let us discuss about the ways to be followed for the humanization of criminal justice. Given this reality, this article, part of my dissertation, discusses the topic of Criminal Mediation. This institute, considered an instrument of social pacification, can create a new access to justice and acts as a tool in the composition of criminal conflicts. We discuss also about creating a newly created Center for Preventive Mediation Criminal, which is engaged in the prevention and resolution of social conflicts with historical and / or evidence of domestic violence.

Key-words: Penal Mediation, Mediation of Conflicts, Criminal Justice.

1. INTRODUÇÃO

Diante do acelerado processo de globalização na sociedade democrática, o homem busca a adequação do Direito ao mundo contemporâneo, que não se limita à esfera propriamente política ou socioeconômica, mas vem alcançando a regulação das práticas sociais. Têm-se, assim, a regulação de novíssimas dimensões da experiência social, além de todo um conjunto de práticas e de normas pouco delimitados pelos sistemas jurídicos anteriores. Essa crescente invasão do direito na organização da vida social é chamada de “judicialização das relações sociais”.¹

No Brasil, o processo de judicialização das relações sociais teve, na criação dos Juizados de Pequenas Causas, um dos mais louváveis esforços para tornar a justiça acessível a todas as classes sociais. Posteriormente, com a criação dos Juizados Cíveis e Criminais (Lei 9.099/95), foram expostas, ao Judiciário, questões sociais em sua expressão bruta, que passou, então, a conhecer os dramas vividos pelo seguimento mais pobre da população, os seus clamores e expectativas em relação à justiça.

Reconhece-se que a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais foi um movimento em direção à criação de formas mais democráticas e rápidas de acesso à justiça. Entretanto, tais instrumentos foram insuficientes e ineficientes para aplacar as demandas da população para atendimento dos seus anseios por justiça, tanto de forma quantitativa quanto qualitativa. Assim, tende a se desenvolver procedimentos alternativos para dirimir os conflitos sociais, como a arbitragem, a conciliação, a negociação e, com especial destaque nesse momento, a mediação.

No contexto acima descrito, vivencia-se também a socialização do direito penal quando, então, novos esforços se fazem necessários para pleitear as promessas democráticas ainda não realizadas na modernidade. Nesse processo, tem-se a implantação de núcleos de justiça restaurativa e mediação penal como medida alternativa à solução de conflitos criminais. Contudo, esses núcleos ainda não possuem um arcabouço científico e tampouco são regulamentados por lei.

O presente trabalho é parte de minha pesquisa para dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal

¹ Sobre o tema, consultar a obra “Judicialização da política e das relações sociais no Brasil”; Luiz Werneck Vianna... [et al.]. Rio de Janeiro: Revan.

Fluminense PPGSD/UFF, linha de pesquisa: Direitos Humanos, Justiça Social e Cidadania. Visa o exame da eficácia e pertinência da utilização da Mediação Penal, na resolução dos conflitos criminais, como fator de legitimação de um “novo” modelo de justiça criminal abordando os limites e possibilidades de um recém-criado Núcleo Preventivo de Mediação Penal.

2. MEDIAÇÃO PENAL E JUSTIÇA RESTAURATIVA

2.1 Justiça Restaurativa

O paradigma restaurativo surgiu na década de setenta, principalmente na América do Norte devido aos movimentos descarcerizantes. Canadá e Nova Zelândia são considerados os berços desse movimento devido à valorização dos modelos de justiça dos povos indígenas que habitam aqueles territórios desde tempos antigos. Para eles,

O conflito é visto como uma ação que origina desequilíbrio do contexto social e, conseqüentemente, é gerido pela comunidade com o objetivo de reprimir a ordem abalada e de ressarcir o dano sofrido. O inevitável encontro entre tais práticas de resolução dos conflitos e o sistema de justiça estatal produziu, sobretudo no Canadá e Nova Zelândia, interessantes mesclas e adaptações, que podem ser lidas como uma adequação do sistema judiciário às práticas e ao sentido de justiça que emergem da coletividade. (SICA, 2007, p.24)

A terminologia ‘justiça restaurativa’ se sedimentou nos anos noventa como uma alternativa ao sistema penal tradicional – justiça retributiva – em que as partes do conflito participam ativamente na sua resolução. Na verdade, a Justiça Restaurativa se situa entre o modelo de justiça retributiva, voltada para o crime e para o castigo do autor, e o modelo de justiça reabilitadora, dirigida à recuperação e (res)socialização do delinquente.

A Organização das Nações Unidas – ONU recomenda, desde 1999, a adoção da Justiça Restaurativa pelos Estados Membros. Suas deliberações foram tomadas através do Conselho Econômico e Social, sendo formalizadas através de Resoluções: Resolução 1999/26 (de 26/07/1999), Resolução 2000/14 (de 27/07/2000) e a Resolução 2002/12 (24/07/2002).

No Brasil, verifica-se a implantação da Justiça Restaurativa a partir de 2004 com a Secretaria de Reforma do Judiciário, mas ainda são poucos os lugares onde ela se

desenvolve. Alguns projetos pilotos têm sido instaurados no Brasil e vêm obtendo grande êxito no âmbito dos Juizados Especiais Criminais (crimes de menor potencial ofensivo), da Infância e Juventude e, recentemente, no âmbito da violência doméstica.

Justiça Restaurativa é uma forma de reparar o dano causado às vítimas e à sociedade, deixando para segundo plano a punição. Conforme dispõe Leonardo Sica (2007),

a justiça restaurativa é uma prática ou, mais precisamente, um conjunto de práticas em busca de uma teoria. Sob a denominação de justiça restaurativa projeta-se a proposta de promover entre os protagonistas do conflito traduzido em um preceito penal (crime), iniciativas de solidariedade, de diálogo e, contextualmente, programas de reconciliação. Mais amplamente, qualquer ação que objetive fazer justiça por meio da reparação do dano causado pelo crime pode ser considerada “prática restaurativa”. (SICA, 2007, P.10)

O Departamento de Justiça do Ministério da Justiça do Canadá define *Justiça Restaurativa* como “uma abordagem do crime focada em curar as relações e reparar o dano causado pelo crime aos indivíduos e às comunidades”.

Segundo a Resolução² do Conselho Econômico e Social da ONU, Justiça Restaurativa é um processo através do qual todas as partes envolvidas em um ato que causou ofensa reúnem-se para decidir coletivamente como lidar com as circunstâncias decorrentes desse ato e suas implicações para o futuro.

Embora o novo movimento de justiça restaurativa tenha origens em correntes a favor das vítimas, atualmente, não se permite a sobreposição dos interesses desta aos do ofensor, nem mesmo a canalização de sentimentos como os da vingança ou retaliação. É pressuposto básico da justiça reparadora a transformação desses sentimentos e a neutralização do caráter retributivo do direito penal.

Dentre as formas de intervenção da justiça restaurativa, têm-se as conferências familiares, os círculos sentenciais, as reuniões de restauração e a mediação penal. Os citados modelos são fundamentados no intercâmbio entre as vítimas e os ofensores e tem como objetivo a pacificação social e a restauração do dano causado à vítima e à comunidade.

² Resolução nº 12/2002 (1).

2.2 Mediação Penal

A mediação penal, como ferramenta da justiça restaurativa, começou a ser praticada no Canadá e Estados Unidos, nas décadas de setenta e oitenta, desenvolvendo-se, posteriormente, na Austrália, Nova Zelândia e em um número considerável de países europeus.

A *mediação penal* consiste no processo informal e flexível, onde se insere a figura de um terceiro imparcial – mediador – que age com a finalidade de recompor um conflito originado de um ato delituoso. O mediador desenvolve seu trabalho de uma posição imparcial, tentando obter o melhor das partes, ou seja, buscar as possíveis qualidades de cada um dos mediados para que o olhar acusatório dê lugar ao olhar de compreensão e compaixão. O mediador conduz o processo na tentativa de ajudar as pessoas envolvidas a restabelecer o diálogo e lhes sugerindo que encontrem uma solução satisfatória para todos.

Segundo CERETTI e PISAPIA “*apud*” Leonardo Sica (2007, p.46),

A expressão mediação, do latim antigo *mediare* (dividir, abrir ao meio) é adaptada para indicar a finalidade de enfrentar dinamicamente uma situação problemática e abrir canais de comunicação bloqueados; refere-se a uma atividade em que uma parte terceira, neutra, ajuda dois ou mais sujeitos a compreender o motivo e a origem de um conflito, a confrontar os próprios pontos de vista e encontrar uma solução, sob a forma de reparação simbólica, mais do que material (CERETTI, 1997, PP.91-92). A mediação visa restabelecer o diálogo entre as partes para poder alcançar um objetivo concreto: a realização de um projeto de reorganização das relações, com resultado o mais satisfatório possível para todos (PISAPIA, 1997, p. 05).

A Recomendação do Conselho da Europa nº R (99) 19, define a mediação penal como qualquer processo por meio do qual são habilitados a vítima e o ofensor, se eles consentem livremente, a participar ativamente na resolução de assuntos que surgem do delito com a ajuda de um terceiro imparcial (mediador).³

2.3 Benefícios da Mediação Penal

³ Fonte: Recomendação do Conselho da Europa nº R (99) 19 disponível em [www.gral.mj.pt.](http://www.gral.mj.pt;);

Dentre os benefícios da mediação penal, podemos destacar:

a) Benefícios para a vítima

- Participar diretamente na resolução do conflito que a atingiu;
- Possibilidade de expressar seus sentimentos, bem como seu ponto de vista em relação ao conflito;
- Possibilidade de relatar, ao infrator e à comunidade, o impacto que a infração teve na sua vida, tanto no âmbito material quanto psicológico;
- A vítima pode ser reparada pelo dano sofrido, conforme seus interesses e expectativas;
- A mediação penal permite, à vítima, conhecer e perceber as motivações e circunstâncias que levaram o agente à prática do delito;
- Os supracitados benefícios podem contribuir para ultrapassar receios e apaziguar eventuais sentimentos de raiva.

b) Benefícios da Mediação Penal para o infrator:

- Conscientizar o infrator de suas ações e das consequências das mesmas sobre a vítima, a comunidade e sobre si mesmo;
- Reparar a vítima participando da solução do conflito;
- Permite a conscientização e o reconhecimento da dimensão e valor dos bens jurídicos ofendidos;
- (Re)valorização daquele que delinuiu a partir do momento que reconhece sua capacidade de se responsabilizar-se e lhe oportuniza participar da resolução do conflito e agir em conformidade com a lei;
- O processo de mediação penal reduz o tratamento discriminatório impingido pelo direito penal ao infrator, restabelecendo a dignidade humana e deixando de considerá-lo como “inimigo”, isto é, deixando de considerar o infrator como aquele responsável por todos os males da sociedade.

c) Benefícios para a comunidade:

- A mediação penal é um instrumento apto a produzir a transformação comunicativa, gerando relações com maior cunho de respeitabilidade nas comunidades em que são implantadas reduzindo, assim, o índice de violência;

- A mediação promove o envolvimento daqueles envolvidos, direta e indiretamente, no conflito promovendo o exercício da cidadania;
- A mediação penal promove a busca de interesses comuns que favoreçam a convivência e previnam a criminalidade, em vez de estigmatizar e reforçar as diferenças entre os membros da comunidade/sociedade.

3. A MEDIAÇÃO PENAL COMO INSTRUMENTO DE LEGITIMAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA

Os atuais movimentos sociais e jurídicos, alicerçados nos novos estudos de direitos humanos, vêm transformando a ordem social e buscam fornecer respostas efetivas às demandas sociais por justiça, seja pela carência de acesso à justiça ou pela consciência de que através do diálogo, da disponibilidade, da autonomia pode-se chegar a respostas mais satisfatórias e menos desgastantes.

O direito penal não pode se manter indiferente a situação de escalada de violência, pois, é impossível ignorar que a atual situação mundial constitui fator determinante do escândalo que parece atingir a discussão no campo penal e político criminal. Sobre o exercício real do poder punitivo e da legislação penal, no livro “O inimigo no direito penal”, Zaffaroni relata que o poder punitivo sempre discriminou os seres humanos, lhes conferindo um tratamento que não condiz com a condição de pessoa. O poder punitivo, inicialmente europeu, foi se ampliando para outros continentes sob a forma de colonialismo, em seguida, neocolonialismo e a partir do século XX se exerce como globalização. Essa ‘*globalização*’ foi precedida de uma revolução comunicacional onde permite que se espalhe pelo planeta um discurso único de características autoritárias às quais estimulam o exercício do poder punitivo muito mais repressivo e discriminatório, agora, porém, em escala mundial.

Ainda sob a análise de Zaffaroni (2007), o tratamento dado aos “inimigos” da sociedade é próprio do Estado absoluto e a Idade Média não terminou, pois, a vivenciamos no denominado ‘autoritarismo *cool*’, onde o inimigo é o mesmo de todo autoritarismo: aqueles que confrontam o discurso dos detentores do poder.

Em meio aos discursos constitucionalistas, tem-se, no direito penal, um flagrante desrespeito à dignidade da pessoa humana, cuja tutela constitui a espinha dorsal dos Direitos Humanos.

Segundo o supracitado autor:

Se, na realidade, o direito penal sempre aceitou o conceito de inimigo e este é incompatível com o Estado de direito, o que na verdade seria adequado a ele seria uma renovação da doutrina penal corretora dos componentes autoritários que a acompanharam ao longo de quase todo seu percurso ou, em outras palavras, um ajuste do direito penal que o compatibilize com a teoria política que corresponde ao Estado constitucional de direito, depurando-o dos componentes próprios do Estado de polícia, incompatíveis com seus princípios. (ZAFFARONI, p. 25-26)

Na visão de Norbert Rouland (2003, p.131),

(...) devem aplicar uma justiça mais “social” do que legal: tendem a descartar o formalismo, visam menos a aplicação do direito do que a restauração da paz social e a adesão das partes ao solucionamento do litígio, consideram o conflito mais como uma doença para curar do que um mal para reprimir. (...).

A falibilidade do sistema penitenciário, bem como a Reforma do Judiciário permitem-nos investigar novos caminhos para uma justiça mais individualizada, mais cidadã e democrática, enfim, mais humanitária e com o objetivo de inserir um “novo” paradigma de justiça penal no contexto sócio jurídico brasileiro.

Inúmeros estudos no âmbito do direito, da criminologia, antropologia, sociologia e psicologia já demonstraram que o “atual” modelo de justiça penal falhou tanto na missão de prevenir delitos quanto na de (re)socializar os condenados, pois, somente a previsão legal da sanção não inibe a prática de crimes e a maioria dos modelos de sistemas penitenciários existentes contribuem mais para o crescimento da violência que para a sua contenção.

Frente ao contexto acima descrito somado à crise do Judiciário e às ondas de acesso à Justiça, indispensável que a justiça penal busque novos “remédios” para que possa cumprir com a readaptação social ou, pelo menos, evite a não dessocialização do indivíduo. Nesse painel, se insere a Mediação Penal como instrumento de efetivação da Justiça Restaurativa.

Os projetos piloto implantados na área da Mediação Penal tentam superar desafios como recolocar a vítima no centro do debate do conflito em que se viu envolvida e permitir que ela participe das soluções sem dar lugar ao retorno da vingança privada. O processo de mediação penal partilha dos princípios humanistas, mostrando que é possível restaurar no lugar de punir. A mediação penal visa, ainda, reforçar os sentimentos de solidariedade social, pilar da modernidade.

Através do processo de mediação, rompem-se padrões de conduta, estereótipos e antigas concepções. Além disso, os mediados se conscientizam que abordar os conflitos através do diálogo e da tolerância produzem condições para relações harmoniosas.

A resposta à criminalidade tende a ser o aumento da violência legalizada, isto é, mais prisões, imposição de penas mais longas e com cumprimento mais rigoroso, imposição de mais sofrimento aos condenados etc. Ao passo que a mediação penal, como instrumento de uma Justiça Restauradora, é uma alternativa ao poder punitivo do Estado que, quando bem aplicada/desenvolvida, pode ajudar a diminuir o sofrimento das pessoas envolvidas no delito, reduzir a insegurança e o medo da sociedade.

Afirma Leonardo Sica (2009, p.315):

Enfim, revendo as experiências de justiça restaurativa – que é moldura conceitual que viabiliza a mediação em matéria penal – no Canadá e Nova Zelândia, Oxhorn e Slakmon sugerem que esta pode oferecer um lócus concreto para democratizar a justiça e construir cidadania civil de baixo para cima (*Idem*, p. 205); considerando-se que a mediação pode ser tida como a atividade que melhor realiza os princípios da justiça restaurativa, abre-se chance real para que a mediação assegure a continuidade democrática e integre a cidadania brasileira, preenchendo o vácuo democrático criado pelo atual sistema de justiça.

4. NÚCLEO PREVENTIVO DE MEDIAÇÃO PENAL

4.1 Projeto de Pesquisa para dissertação de mestrado no PPGSD/UFF

O desenvolvimento do projeto de pesquisa de mestrado apresentado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense – PPGSD/UFF, linha de pesquisa ‘Direitos Humanos, Justiça Social e Cidadania’, dividiu-se em duas fases:

1ª Fase – Teórica: iniciou-se com a leitura, estudo e análise de obras e textos pertinentes ao tema da Mediação Penal e Justiça Restaurativa. Num segundo momento, discutir-se-á os pontos cruciais das obras, bem como se a utilização do procedimento se justifica, uma vez que a abordagem inicial da bibliografia investigada possibilitará a compreensão das mensagens elaboradas pelos autores (análise temática), para em seguida utilizar uma atividade interpretativa, buscando uma análise do pesquisador.

2ª Fase – Empírica: trata-se de discutir, de um ponto de vista empírico, os limites e possibilidades de um recém-criado Núcleo Preventivo de Mediação Penal como forma alternativa de acesso a justiça, exercício da cidadania, instrumento de pacificação social e humanização da justiça penal.

4.2 Núcleo Preventivo de Mediação Penal da FNMCS

4.2.1 Criação do Núcleo

No ano de 2010, atuando como mediadora do Núcleo de Mediação da Fundação Nacional de Mediação de Conflitos Sociais – FNMCS diagnosticamos que muitos conflitos familiares e de vizinhança quando não resolvidos ou mal resolvidos evoluíam para a esfera criminal na condição de crimes de ameaça, lesão corporal, gênero, crimes contra a honra ou tinham, como consequência, os delitos mais gravosos.

Em meados de março de 2012, iniciamos os contatos com a Delegacia de Repressão a Crimes contra a Mulher da cidade Contagem/MG, região metropolitana de Belo Horizonte, com o fim de fecharmos uma parceria para a implantação do projeto de um Núcleo de Mediação Penal. A referida proposta foi levada à Diretoria da Fundação Nacional de Mediação de Conflitos Sociais e, após aceitação, começamos os trabalhos para concluir, formalmente, a parceria com a Delegacia bem como a delimitação dos atendimentos.

Através da supracitada parceria, foi possível a implantação do Núcleo Preventivo de Mediação Penal da FNMCS, que tem por objeto a prevenção e a resolução de conflitos sociais com histórico e/ou indícios de violência doméstica através da adoção do Processo de Mediação. Os casos a serem submetidos à mediação, no referido Núcleo, serão encaminhados, a pedido das próprias partes, pela Delegacia de Repressão a Crimes contra a Mulher de Contagem/MG.

Neste momento, definimos que a implantação do Núcleo Preventivo de Mediação Penal seria um lócus ideal para conduzir a parte empírica da dissertação de mestrado no PPGSD/UFF.

4.2.2 Metodologia da pesquisa

Através do método experimental, a pesquisa no Núcleo Preventivo de Mediação Penal, realizará coleta de dados, através de entrevistas e questionários, para registros a serem apresentados em gráficos, quadros ou tabelas. Para tanto, usaremos como referencial teórico as quatro escolas clássicas de mediação, quais sejam, a Escola Linear de Harvard, a Escola Transformativa, Escola Circular-Narrativa e a Escola Associativa. O procedimento metodológico analisará qual a teoria melhor se aplica à Mediação Penal, para que esta seja uma ferramenta eficaz da Justiça Restaurativa no Brasil. A pesquisa buscará, ainda, o aporte de outras ciências, tais como, a sociologia, antropologia, direito penal e psicologia, permitindo, assim, um caráter interdisciplinar.

Os resultados alcançados com a execução da Parceria realizada com a Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Mulher serão monitorados e avaliados, semestralmente, sendo emitidos relatórios sobre os resultados alcançados, de acordo com o Programa de Trabalho, com base nas informações recebidas ou colhidas.

A hipótese que orientará a pesquisa pauta-se na demonstração que o Instituto da Mediação Penal, como ferramenta da Justiça Restaurativa, amplia os propósitos do ordenamento jurídico na medida em que possibilita o exercício da cidadania, cria uma nova forma de acesso à justiça, instrumentaliza o princípio da dignidade humana, democratiza o Poder Judiciário, empenha-se na resolução individualizada para cada caso concreto, busca solucionar o delito na sua integralidade e humaniza a justiça penal.

4.2.3 Objetivos da pesquisa no Núcleo Preventivo de Mediação Penal

Objetivo Geral

Compreender a Mediação Penal como legítimo instrumento de: integração social, efetivação de direitos humanos, exercício da cidadania, democratização do Poder

Judiciário, nova forma de acesso à justiça e, principalmente, a humanização da justiça penal.

Objetivos específicos

- a) Demonstrar a eficácia da Mediação Penal através dos resultados apresentados no Núcleo Preventivo de Mediação Penal;
- b) Demonstrar a viabilidade de uma política que gere celeridade, efetividade e pacificação social, através de uma metodologia interdisciplinar capaz de compreender o ser humano, suas dores, e que tenha a preocupação em minimizá-las;
- c) Demonstrar que a Mediação Penal, como ferramenta da Justiça Restaurativa, é um instrumento apto a produzir a transformação do padrão comunicativo, gerando relações com maior cunho de respeitabilidade;
- d) Demonstrar que a Mediação Penal, como ferramenta da Justiça Restaurativa, reduz o tratamento discriminatório impingido pelo direito penal, restabelecendo a dignidade humana;
- e) Demonstrar que a Mediação Penal, como ferramenta da Justiça Restaurativa, legitima uma “nova” forma de resolver conflitos.

4.2.4 Supervisão e Operacionalização do Núcleo Preventivo de Mediação Penal

Conforme já mencionado acima, a eleição de casos para a mediação será realizada na Delegacia quando uma das partes envolvidas no conflito os procurarem. Os inspetores, levando em conta cada caso concreto, examinará se é adequado oferecer à ‘vítima’ a possibilidade de tentar resolver o conflito através da mediação. Oferecido à vítima e uma vez aceito por esta, a Delegacia preenche um Termo de Encaminhamento, a pedido da própria parte, a fim de participar do processo de mediação. Munida deste documento, o ‘ofendido’ procurará a sede da FNMCS para agendar o atendimento.

Inicialmente, os atendimentos ocorrerão uma vez por semana tendo em vista que serão realizados apenas pela Coordenadora-Mediadora⁴. Sendo os outros dias destinados ao desenvolvimento da pesquisa (teórica e empírica) e demais atividades profissionais.

No primeiro encontro com a parte encaminhada pela Delegacia de Repressão a Crimes contra a Mulher, o mediador explica a parceria realizada entre esta Delegacia e a FNMCS, bem como o que é mediação, quais são seus princípios, suas vantagens em relação à adjudicação e como se desenvolvem as sessões. Como a mediação é um procedimento voluntário, a parte assina o Termo de Anuência para dar início

Na primeira sessão conjunta, o mediador ressalta, mais uma vez, o significado e o funcionamento da Mediação, explicando, principalmente, a necessidade do respeito mútuo entre as partes e a imparcialidade do mediador em relação aos mediados.

Importante ficar atento para a qualidade ‘neutralidade/imparcialidade’ do mediador. Este deve atuar de forma imparcial, ou seja, não ser favorável a nenhum dos mediados e lembrando que cada um deles possui a sua ‘verdade’, pois, vivencia o problema de uma forma. Mas, não deve se ater à neutralidade absoluta porque precisa exercer a profissão comprometido com a realização da justiça cidadã e com a efetividade dos direitos humanistas.

O convite para participar da mediação é feito à outra parte através de conferência telefônica ou por uma carta-convite, onde informamos que o comparecimento à sessão de mediação é uma oportunidade especial na qual poderá resolver seu problema de forma pacífica e amigável. Informamos, ainda, que o comparecimento é voluntário.

Após o término do processo de mediação, sendo esta exitosa ou não, as partes responderão a um questionário relativo à sua satisfação na participação do procedimento.

5. CONCLUSÃO

⁴ Como Coordenadora e mediadora do Núcleo Preventivo de Mediação Penal, tenho que colher e catalogar dados para desenvolver relatórios, gráficos e tabelas, realizar os atendimentos da mediação e seus respectivos relatórios para registro dos dados relevantes e continuar com a pesquisa teórica, conjugando-a à fase empírica.

O desenvolvimento do projeto de pesquisa apresentado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense – PPGSD/UFF possibilitará uma análise da eficácia da Mediação Penal, como ferramenta da Justiça Restaurativa, por redimensionar o estudo do acesso à justiça; por ampliar um debate sobre o monopólio do Poder Judiciário na solução dos conflitos sociais; por maximizar o exercício da cidadania, por possibilitar maior efetivação do princípio da dignidade humana; por minimizar a discriminação dos seres humanos pelo poder punitivo; por buscar fornecer, dentre outras, uma resposta às demandas sociais por justiça; e por estimular e ampliar as técnicas extrajudiciais de solução dos conflitos.

A pesquisa pretende, ainda, demonstrar que o Instituto da Mediação como um “novo” modelo de justiça, aponta para uma ordem jurídica cooperativa, imprescindível para: o estudo do pluralismo jurídico, a compreensão do Direito na atualidade, a concepção de Democracia Contemporânea e o efetivo exercício da cidadania.

A perquirição empírica visa apresentar a criação de uma justiça cidadã, que trabalha com a perspectiva interdisciplinar na prevenção e resolução dos conflitos sociais, um *locus* ideal em que o direito é construído pelas próprias partes envolvidas no conflito. Por fim, deseja evidenciar que a Mediação Penal legitima uma “nova” forma de resolver delitos utilizando parâmetros da fraternidade com a aplicação da Regra Áurea do “faça ao outro o que gostaria que o outro lhe fizesse”. Assim, vítima e comunidade poderão compreender que os homens são mais frágeis do que maus e isso possibilitará a construção de uma nova via para o tratamento das consequências de um crime. Uma vez sedimentados os valores necessários para uma “nova” compreensão das causas do delito e de suas consequências, vítima e sociedade poderão ter suas dores diminuídas. Por outro lado, permite-se, ao ofensor, entender sobre as causas e efeitos de seu comportamento, reconhecer sua capacidade de responsabilizar-se e lhe é oportunizado participar da resolução do conflito e agir em conformidade com a lei através de um tratamento que restabelece a sua dignidade humana.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Carla Zamith Boin. *Mediação e Justiça Restaurativa: A Humanização do Sistema Processual como forma de Realização de Princípios Constitucionais*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

BUSH, Robert A. Baruch. FOGER, Joseph P. *La Promessa de Mediación*. Buenos Aires: Granica, 2008.

EIRAZ NORDENSTAHL, Ulf Christian. *¿ Donde está La víctima?: apuntes sobre victimología*. Buenos Aires: Librería Histórica, 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L.. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Tradução: Vera Ribeiro; apresentação e revisão técnica: Frederico Neiburg. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. *Como Chegar ao Sim: A negociação de acordos sem concessões*. 2º ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

JÚNIOR, Walsir Edson Rodrigues. *A Prática da Mediação e o Acesso à Justiça*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

LEAL, Jorge Pesqueira. AUB, Amalia Ortiz. *Mediación Asociativa Y Cambio Social*. Hemossilio: Universidad de sonora, 2010.

LEITE, André Lamas. *A Mediação Penal de Adultos: um novo « paradigma » de justiça?*. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

LIMA, Fernanda Maria Dias de Araújo; FAGUNDES, Rosane Maria Silva Vaz; PINTO, Vânia Maria Vaz Leite. *Manual de Mediação: Teoria e Prática*. Belo Horizonte, 2007.

MORAIS, José Luis Bolzan; SPENGLER, Fabiana Marion. *Mediação e Arbitragem: alternativas à jurisdição!*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

MOORE, Christopher. *El Proceso de Mediación: Métodos prácticos para La resolución de conflictos*. Buenos Aires: Granica, 2008.

ROMANI, Ana María. Saavedra, Víctor Abba. *Mediación: Por qué y para qué: Causas y efectos*. Buenos Aires: 2009.

ROULAND, Norbert. *Nos confins do direito: antropologia jurídica da modernidade*. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SALES, Lília Maia de Moraes. *Mediare: um guia prático para mediadores*. Rio de Janeiro: GZ ed., 3ª ed., ver., atual., e ampl., 2010.

SICA, Leonardo. *Justiça Restaurativa e Mediação Penal. O Novo Modelo de Justiça Criminal e de Gestão do Crime*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

SIX, Jean François. *Dinâmica da Mediação*. Tradução: Giselle Groeninga de Almeida, Águida Arruda Barbosa e Eliana Riberti Nazareth. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

URY, William. *O Poder do não positivo: como dizer não e chegar ao sim*. Tradução: Regina Lyra. 5º Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. *Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas*. São Paulo: Método, 2008.

VIANNA, Luiz Werneck ; CARVALHO, Maria Alice Rezende de ; MELO, Manuel Palacios Cunha ; BURGOS, Marcelo Baumann. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal*. Tradução: Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2ª ed., 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro*. Vol. 1: parte geral. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR

*Elsa Cristine Bevia*¹

*Selvino Assmann*²

RESUMO

O adoecimento dos trabalhadores, vítimas das constantes reestruturações, precarização dos processos e relações nos ambientes de trabalho, é objeto de estudo e reflexão no presente artigo. Trata-se de fenômeno que vem se agravando a cada dia, gerando preocupação, especialmente com o sofrimento gerado. O corpo que sofre, unindo a subjetividade do perceber e a objetividade do exprimir, que se sujeita, violentando seu desejo e seu querer, para sobreviver. Os trabalhadores, muitas vezes, não podem ser eles mesmos, humanos, precisam ser entes despersonalizados, coisas, objetos, seres sem emoção e razão - representam um personagem. Esta des-humanização do trabalho leva ao sofrimento patológico, através de doenças físicas e psíquicas. O sistema jurídico de proteção à saúde do trabalhador, funciona como biopoder e espécie de biopolítica. O poder produz verdades e sujeição. É possível ao corpo uma outra realidade, ser e fazer diferente? A prática da liberdade é colocar-se no limite e a verdade é tensão entre o limite e a possibilidade.

PALAVRAS CHAVE: Doenças Ocupacionais; Meio Ambiente do Trabalho; Saúde do Trabalhador.

ABSTRACT

The illness of workers, victims of constant restructuring, casualization of processes and relationships in the workplace, is the object of study and reflection in this article. This is a phenomenon that has been worsening every day, generating concern, especially with the suffering generated. The body suffers, combining subjectivity and objectivity of perceiving the express, which is subject, raping his desire and his will to survive. Workers often can not be themselves, human beings need to be depersonalized, things, objects, beings without reason and emotion – represent a character. This des-

¹ Acadêmica do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Docente do Departamento de Direito da Universidade Regional de Blumenau/SC (FURB) e leciona as disciplinas de Ética Geral e Profissional, Direito do Trabalho e Direito Coletivo do Trabalho. Realiza trabalhos de pesquisa e extensão envolvendo o tema Saúde do Trabalhador.

² Docente do Departamento de Filosofia da UFSC e Coordenador do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC.

humanization of work leads to pathological pain through physical and psychological diseases. The legal system to protect worker health, works as species of biopower and biopolitics. The power produces truths and subjection. It is possible the body another reality, being and doing different? The practice of freedom is put on the edge and the truth is tension between the limit and possibility.

KEY WORDS: Occupational Diseases; Environment Labour; Occupational Health.

1. A PESQUISA SOBRE DADOS DE ADOECIMENTO DOS TRABALHADORES NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO EM BLUMENAU

A preocupação com os trabalhadores vítimas das constantes mudanças e precarização dos processos e relações de trabalho, motivou a pesquisa ‘Desenvolvimento de um Banco de Dados em Saúde do Trabalhador em Blumenau’, proporcionando a análise dos dados do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST, Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, do Ministério Público do Trabalho - MPT, de vários Sindicatos de Trabalhadores e do Controle Social no Conselho Municipal de Saúde de Blumenau. Mesmo com os constantes avanços das políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador, especialmente impulsionadas pelos princípios inseridos na Constituição Federal de 1988, a implementação de uma visão epidemiológica encontra fortes obstáculos para se legitimar, enquanto ferramenta de análise para definição de estratégias. Ainda que o problema tenha causas múltiplas, o desenvolvimento de um banco de dados agrupando os diversos dados existentes em cada uma das entidades envolvidas no processo de vigilância à saúde do trabalhador é de fundamental importância, envolvendo-as na construção dos indicadores e socializando este conhecimento. A pesquisa permite visualizar de forma mais precisa a realidade que é enfrentada pelos trabalhadores, bem como o acesso a informações úteis à formulação de um diagnóstico e de estratégias para investir na qualidade de vida do trabalhador.

Nossa pesquisa é motivada pela constatação da realidade do adoecimento de percentual significativo de trabalhadores e contou especialmente com o trabalho da acadêmica do Curso de Direito da FURB, Débora Ferrazzo.

No trabalho de extensão que realizamos com a Associação dos Portadores de LER/DORT de Blumenau e Região - APLER, pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, percebemos que há um número elevado de trabalhadores com doenças ocupacionais, e pensamos que construindo um Banco de Dados em Saúde do

Trabalhador, podemos ter um diagnóstico mais preciso do problema e especialmente para qualificar os trabalhadores, representantes sindicais e comunidade, para exercerem o controle social da política pública de saúde do trabalhador.

Nas instituições citadas anteriormente, pesquisamos os cadastros, identificando o número de trabalhadores acidentados atendidos, classificando-os por categoria econômica das empresas, função exercida pelos referidos trabalhadores, tipo de acidente (típico ou atípico/doença ocupacional ou de trajeto), assim como parte do corpo afetada – se a lesão é física ou psíquica;

Ter consciência do seu ser e agir politicamente no mundo do trabalho, na sociedade capitalista globalizada não é tarefa fácil, prevalecendo, muitas vezes, a sujeição do trabalhador no lugar da resistência e da emancipação. Como afirma Mendes (2008, p.13), “a sobrevivência, a segurança, o poder como dimensões da condição humana, influenciam fortemente essa sujeição. Dessa condição também faz parte a busca pelo prazer e pelo reconhecimento, uma vez que esses fatores se articulam com a estruturação psíquica e social dos sujeitos.”

Para Mendes (2008, p.13), os trabalhadores vivenciam situações contraditórias, “quando entra em confronto o desejo do sujeito, expresso nas necessidades, aspirações e interesses e a realidade de trabalho, geralmente marcada pelo produtivismo, desempenho e excelência.” Essas contradições, segundo a autora, favorecem a rivalidade entre os colegas, a competição e o individualismo, principalmente influenciadas e incentivadas pelas estratégias de gestão utilizadas no mundo do trabalho.

Esta condição de sujeição do trabalhador no mundo do trabalho acaba gerando o seu adoecimento, através das chamadas “doenças ocupacionais”, reveladas especialmente através da LER – lesão por esforços repetitivos, a DORT – distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho e a depressão, enquadradas como acidentes do trabalho. Há muitos dados dispersos no município, distribuídos entre os entes públicos, dos quais as políticas emanam, entretanto, não há, em muitos entes, a sistematização das informações e não promove-se a comunicação entre os dados e informações existentes sobre a saúde do trabalhador em Blumenau.

A perspectiva primordial da pesquisa é que, com seus resultados até agora obtidos e com seus potenciais avanços, possa a Universidade contribuir com a

formulação de um diagnóstico epistemológico, e estratégias mais eficazes e humanizadas, aptas a diminuir o impacto das transformações econômicas no mundo do trabalho e dos agravos à saúde do trabalhador.

Blumenau, em 2010, contava com 119,5 mil trabalhadores no mercado formal, sendo o maior número na indústria têxtil e do vestuário (64%). A pesquisa realizada no CEREST, com dados de 01 de janeiro de 2005 a 31 de novembro de 2010, nos aponta um total de 31.682 atendimentos cadastrados como acidente do trabalho, em Blumenau. Do total, 10.533 vítimas são mulheres e 21.091 são homens - proporção de 2 por 1. A respeito do tempo de serviço, observamos que um percentual significativo de acidentes (16%) acontecem com trabalhadores, nos três primeiros meses de contratualidade; 25% entre 4 meses e um ano de contrato; 13% entre 1 ano e um mês a 2 anos de contrato. Somando-se estes três percentuais, verifica-se que 54% dos acidentes registrados no CEREST, acontecem nos dois primeiros anos de contrato de trabalho. Além destes, inúmeros outros dados foram pesquisados.

A análise dos dados recolhidos no INSS, no mesmo período, revela que, em média, 10% dos trabalhadores com emprego formal, em Blumenau, são afastados todos os anos devido à incapacidade para o trabalho, o que por si só exige uma atenção especial no sentido de apurar causas e propor soluções preventivas.

2. O CORPO E A ALMA SOFREM

Esta realidade demonstrada pelos números, nos faz questionar: por que o ser humano adoece? Por que adquire LER/DORT? Por que extrapola seus limites a ponto de machucar/sequelar o corpo?

“O ser humano se faz presente no mundo e marca seu lugar na natureza, age, interage, relaciona-se e se comunica, expressa seus sentimentos, percebe tudo o que existe, compreende o que está à sua volta por meio de seu corpo. O corpo é o eixo da relação com o mundo, o lugar e o tempo nos quais a existência toma forma através da fisionomia singular de um ator. Nele reside o processo natural da vida. É também o corpo que une a subjetividade do perceber e a objetividade do exprimir. [...] O corpo é o ponto de vista do sujeito sobre o mundo, meio pelo qual a pessoa pode viver e realizar seus projetos. O ser humano é(existe) em seu corpo, e é por meio deste que “transforma as idéias em coisas”. Se o corpo é considerado símbolo

da existência, é porque a realiza; o corpo é o espelho do ser de cada um. Somente por intermédio do corpo a pessoa humana se torna parte real do mundo e experimenta todas as sensações, ativas e passivas.[...]A existência humana, portanto, é corporal, assim como espiritual. O corpo não é apenas o invólucro da alma e do espírito humanos, mas parte indispensável da pessoa humana, de sua estrutura, que é espírito-corporal.”³

No trabalho, muitas vezes, os trabalhadores não podem ser eles mesmos, humanos; precisam ser entes despersonalizados, coisas, objetos, seres sem emoção e razão; representam um personagem, que é diferente do “eu”. Esta des-humanização do trabalho leva ao sofrimento patológico, através de doenças físicas e psíquicas, visíveis no sistema músculo-esquelético, na pele, no sistema digestivo, e inúmeros outros.

A iniciativa e a criatividade são cerceadas pela maneira como é organizado e controlado o trabalho. Os gestos exigidos pelo trabalho são vazios de sentido e ocultam a possibilidade de mudar a situação. “A gestão é desenhada de forma a evitar espaços de manifestação dos afetos e dos sentimentos, negando a função reguladora da subjetividade no ato de trabalhar.”⁴

O que fazer diante da realidade do adoecimento do trabalhador? Existe solução? Sistema capitalista, competitividade, globalização, metas, assédio moral, como sair dessa? Será que existem leis, ministério público, poder judiciário, poder executivo, sindicatos, que dêem conta da problemática? Será que a solução poderá brotar das instituições ou da resistência dos indivíduos? O que legitima o poder? Para os autores Hannah Arendt e Michael Foucault, necessitamos de uma nova economia das relações de poder. Vivenciamos ‘lutas transversais’, que são efeitos de poder de uns sobre os outros. Relações de resistência ou de aceitação. O poder produz verdades e sujeição e parte de uma instância individual para uma instância maior.

3. O CORPO E O PODER: ACEITAÇÃO OU RESISTÊNCIA?

³ VIEIRA, Monica Silveira. O corpo e o direito. Tese do PPGD/UFMG. Belo Horizonte, 2010, p.16.

⁴ ABRAHÃO, Julia Issy; SNELWAR, Laerte Idal. Entre a tarefa e a atividade. In MENDES, Ana Magnólia (Org.). Trabalho & saúde – o sujeito entre a emancipação e servidão./ Ana Magnólia Mendes (Org.)./ Curitiba: Juruá, 2008, p.112.

Foucault (1999, p.20-21) afirma que “o poder é aquele, concreto, que todo indivíduo detém e que viria a ceder, total ou parcialmente, para constituir um poder, uma soberania política.[...]O poder é o que essencialmente reprime. É o que reprime a natureza, os instintos, uma classe, indivíduos.” O poder, para o autor, circula, funciona em rede, transita pelos indivíduos e jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. As pessoas não são dominantes nem dominadas o tempo todo. Afirma, ainda, que “é preciso estudar o poder fora do modelo do Leviatã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição do Estado; trata-se de analisá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação.”(FOUCAULT, 1999, p.40)

A política, para Foucault(1999, p.23), seria “a guerra continuada por outros meios; isto é, a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra.” Para o autor, o direito – sendo fruto da política e do poder, não produz a paz, e a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder, mesmo os mais regulares.

O direito é, portanto, produto das contradições sociais, não é apenas produto das autoridades constituídas – operadores jurídicos, mas produto das práticas sociais. Direito não como *a priori*, mas *a posteriori*.

No texto ‘O Sujeito e o Poder’⁵, Foucault afirma que vivenciamos formas doentias de poder – o fascismo e o estalinismo, pelo fato de sermos governados, controlados demasiadamente. O que legitima o poder, enquanto institucionalidade?

As concepções de poder para Foucault são: 1) poder como propriedade, coisa que se tem e se impõe, troca com outro; Quem manda, aparece como ativo (responsável) e quem obedece, passivo (irresponsabilizável). Nesta concepção, poder é tido como violência, repressão, corrupção. Ética do cuidado do outro. Para contrapor, surge a revolução e a anarquia. O revolucionário aniquila a relação, pois somente sua verdade é que deve prevalecer; o anarquista afirma que nenhuma verdade deve prevalecer. 2) Poder como algo que alguém tem porque outros abdicam de seu poder. Ex.: servidão voluntária; pastor com suas ovelhas. 3) Poder como relação, como algo que acontece entre pessoas livres: um influenciando e sendo influenciado em sua ação pela ação de

⁵ FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995. P.232

outrem. Visto como exercício de liberdade. Quem manda é ativo e quem obedece é ativo (os dois são responsáveis). Há possibilidade de resistência.

Necessitamos de uma nova economia das relações de poder, que é mais empírica e que consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Vivenciamos “lutas transversais”, que são efeitos de poder de uns sobre os outros. Relações de resistência ou de aceitação. Partem de uma instância individual para uma instância maior.

O indivíduo não nasce como tal, se torna... não há natureza pré-estabelecida. O que o Estado quer não é diferente daquilo que os indivíduos são; o Estado não é separado do indivíduo. A obra ‘Microfísica do Poder’, de Foucault explica o Estado, como aquilo que acontece entre as pessoas. Poder é uma relação entre seres livres e sempre é possível haver mudança. Repressão é não ter saída senão fazer o que o outro manda. Se faço o que o outro pede, estou em estado de dominação.

O exercício da liberdade é constituído pelas relações de poder. Eu preciso dos outros para me constituir como indivíduo. Não nascemos indivíduos, sujeitos, nos tornamos livres na relação com os outros. Como se constitui a autonomia? É nisso que pode haver mudança – da minoridade para a maioridade, da heteronomia para a autonomia, segundo Kant. Lutar pela assunção da responsabilidade daquilo que sou, isto é ser ético. A amizade, considerada como “oásis no deserto” para Hannah Arendt, caracteriza-se pelo ato de instigar o outro a ser ele próprio, um convite para que o outro seja mais livre.

Nas obras ‘Microfísica do Poder’ e ‘Em Defesa da Sociedade’, Foucault toma algumas precauções metodológicas para análise do poder: 1º) Não buscar a forma regulamentada e legítima do poder, mas buscá-lo em suas extremidades, onde ele se torna capilar, instituições locais, regionais, etc; 2º) Não analisar o poder ao nível das intenções ou das decisões (instâncias decisórias), mas nas práticas efetivas, onde o poder produz os efeitos reais; 3º) Não tomar o poder como fenômeno de dominação massiva, mas como uma coisa que circula, que funciona em rede, na qual os indivíduos estão sempre em condições de submeter e de serem submetidos; 4º) O poder transita por nosso corpo, mas não se deve fazer a análise do centro (Estado - executivo, STF-judiciário, Congresso- legislativo) para a periferia (indivíduos), mas fazer uma análise

ascendente do poder, a partir dos mecanismos infinitesimais, pequenos, localizados), periféricos, onde as técnicas e mecanismos atuam e produzem seus efeitos. 5º) Não analisar o poder em termos de ideologia, mas seus instrumentos e técnicas efetivas, seus mecanismos finos e onde o poder mantém sua conexão com o saber.

A forma de relação entre as pessoas é que cria a forma de Estado; é o que vai decidir as instâncias superiores. O poder acontece de forma vertical - nos dois sentidos e horizontal. O poder produz verdades e sujeição. É preciso defender a sociedade dela mesma, de que maneira estou constituído, com análise da realidade, para poder pensar o novo. Essa normalidade não se trata de alienação. A pessoa é corpo, é poder, faz vigorar positivamente. É possível ao corpo uma outra realidade, ser e fazer diferente? A verdade é constituinte, está presente no discurso religioso, científico, institucional, etc. A verdade é um problema com o governo. Onde não há limite, não há liberdade. A prática da liberdade é eu sempre me colocar no limite. Vou me movendo para horizontes novos, para novas possibilidades. A verdade é tensão entre o limite e a possibilidade. A verdade dá-se com novas possibilidades.

As instâncias transformam os limites em novas possibilidades. Quanto menos autoritárias as instâncias de poder, maior a possibilidade de liberdade. Verdade e liberdade funcionam como enigmas, sempre em pólos opostos, mas se constituindo mutuamente. É um jogo, uma tensão entre as verdades. Sou fruto das tensões sociais. Qual verdade devo adotar para ser legítimo? Que fundamentos para ser legítimo ou verdadeiro? Querer a vontade de verdade e de potência.

O poder é a capacidade de influenciar a conduta dos outros. Isto põe a questão da governabilidade – como governar a si; como governar os outros? Como não ser governado desta forma? Como podemos nos empoderar? Talvez, como já afirmara Sócrates, começando com o conhecimento do nosso eu interior? Para Foucault, ter consciência da nossa condição social e da trama que nos envolve, nas redes de poder?

3. BIOPODER e BIOPOLÍTICA: CONCEITOS QUE FAZEM PENSAR

No seu Curso no *Collège de France*, intitulado ‘Em Defesa da Sociedade’, na aula de 17.09.1976, o filósofo Foucault se ocupou de um tema central, a Biopolítica.

Dissertou sobre este tema, pois, segundo o autor, um dos fenômenos fundamentais do século XIX, foi a assunção da vida pelo poder. “Uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico” (FOUCAULT, 1999, p.286).

Na teoria clássica de soberania, o direito de vida e de morte era um de seus atributos fundamentais, que ele pode fazer morrer e deixar viver. A vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos, de certo modo originais ou radicais, que se localizam fora do campo do poder político. [...] Em relação ao poder, o súdito não é, de pleno direito, nem vivo, nem morto. Ele é, do ponto de vista da vida e da morte, neutro, e é simplesmente por causa do soberano que o súdito tem direito de estar vivo ou estar morto. A vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana. [...] O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar. O direito de matar é que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida. É essencialmente um direito de espada. (FOUCAULT, 1999, p.286).

No Século XIX, segundo o autor,

uma das maciças transformações do direito político, consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de “fazer” viver e de “deixar” morrer. O direito de soberania passa a ser, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver, para o novo direito que se instala: o direito de fazer viver e deixar morrer. (FOUCAULT, 1999, p.287).

Segundo o autor, a transformação desse poder é um processo que inicia nos Séculos XVII e XVIII, pois o soberano foi constituído para proteger a vida. O autor deixa de analisar as implicações filosóficas da política no contrato social, para analisar o nível dos mecanismos, das técnicas, das tecnologias de poder.

Essa tecnologia do poder intitulada pelo autor como “biopolítica da espécie humana”, se instalou na segunda metade do Século XVIII, e trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a

fecundidade de uma população, etc. Estes dados somados com problemas econômicos e políticos da época, constituíram os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica – a fecundidade e a morbidade.

Na Idade Média, ocupava-se com as epidemias – dramas temporários da morte multiplicada.

No final do século XVIII, os poderes passaram a se ocupar de endemias – a forma, a natureza, a extensão, a duração, a intensidade das doenças reinantes numa população. Doenças mais ou menos difíceis de extirpar, e que não são encaradas como as epidemias, a título de causas de morte mais freqüente, mas como fatores permanentes – e é assim que as tratam – de subtração das forças, diminuição do tempo de trabalho, baixa de energias, custos econômicos, tanto por causa da produção não realizada quanto dos tratamentos que podem custar. A doença como fenômeno de população: não mais como a morte que se abate brutalmente sobre a vida, mas como a morte permanente, que se introduz sorrateiramente na vida, a corrói perpetuamente, a diminui e a enfraquece. (FOUCAULT, 1999, p.290-291).

Para Foucault(1999, p.291), “a biopolítica compreende todo um conjunto de fenômenos dos quais uns são universais e outros são acidentais, e que acarretam também consequências análogas de incapacidade, de pôr indivíduos fora de circuito, de neutralização, etc.” O Autor aponta o tema como muito importante, no início do século XIX, com a industrialização, em relação à velhice, em relação ao indivíduo que cai, em consequência, para fora do campo de capacidade, de atividade.

A biopolítica se ocupa do meio, na medida em que não é um meio natural e em que repercute na população; um meio que foi criado por ela – essencialmente o problema da cidade.

A biopolítica se constituiu a partir de alguns pontos, algumas de suas práticas e as primeiras das suas áreas de intervenção, de saber e de poder ao mesmo tempo: é da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder. (FOUCAULT, 1999, p.292).

Foucault trata dos mecanismos implantados pela biopolítica, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais.

Trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeóstase (a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos), assegurar compensações; instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar um estado de vida: mecanismos disciplinares, destinados em suma a maximizar forças e a extraí-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes. O indivíduo deve ser considerado mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (FOUCAULT, 1999, p.294).

Foucault elencou duas tecnologias de poder:

a **tecnologia regulamentadora da vida** – tecnologia que é centrada não no corpo, mas na vida, que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar e eventualmente modificar a probabilidade desses eventos, em todo caso, em compensar seus efeitos; e a **tecnologia disciplinar do corpo** – que manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo.(FOUCAULT, 1999, p.299).

As duas tecnologias, segundo o autor, podem ser aplicadas ao mesmo tempo, como por exemplo,

a medicina, que é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores. Outro elemento que circula entre uma e outra tecnologia, é a norma. A norma é o que tanto se aplica a um corpo que se quer disciplinar, quanto a uma população que se quer regulamentar. (FOUCAULT, 1999, p.302).

A questão da medicina, que tem estreita relação com a prevenção dos problemas de saúde e especialmente com os diagnósticos de saúde ocupacional, tem sido um problema muito sério, pois há médicos que têm resistência em aceitar que doenças decorrentes do trabalho realizado é uma realidade e muitas vezes a ignoram ou tentam associar as doenças ocupacionais a outras causas, problemas congênitos ou degenerativos. Também há problemas de resistência e não configuração do nexos técnico entre o trabalho e o problema de saúde, pelos médicos peritos, sejam judiciais ou do INSS. Toda a política de saúde do trabalhador caracteriza-se como biopoder e as suas tecnologias regulamentadoras, assim como as tecnologias disciplinares dos corpos, caracterizam-se como biopolítica, incluindo as inércias na aplicação da lei, as ineficácias e as interpretações legais intencionalmente modificadoras de uma realidade

Ter consciência crítica do direito é ter consciência da capacidade destrutiva do direito, e da incapacidade do direito de resolver certos problemas sociais. A liberdade, para os capitais, é a violência para os trabalhadores. Não existe prisão maior do que dizer que sanidade é controlar o que se fala, se pensa e se sente. Sempre pensamos no Estado como falta. O máximo de nossa sanidade é nos conformarmos em sermos prisioneiros. O Estado, através do seu ordenamento jurídico, não está conseguindo evitar injustiças sociais. O poder financeiro e econômico globalizado está definindo as regras do jogo. Nem os Estados, nem os organismos internacionais estão conseguindo segurar a exploração humana. A política, muito tímida, ainda é local. Os trabalhadores vivem em verdadeiro estado de exceção, parafraseando Benjamin e Agamben; e continuam adoecendo cada vez mais...

Não estamos vivenciando o fim da política, nem o fim da história, mas pensamos que vivemos um momento em que há necessidade de repensar nossos compromissos políticos, individuais e comunitários, se quisermos dar um outro rumo para a história.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agamben, em sua obra *Homo Sacer* (2002), utiliza como protagonista da sua obra, a ‘vida nua’, que equivaleria no Direito Romano ao ser exterminável, no sentido de que a vida do *homo sacer* podia ser eventualmente exterminada por qualquer um sem que se cometesse uma violação ao direito. Afirma que “a politização da ‘vida nua’ como

tal, constitui o evento decisivo da modernidade, que assinala uma transformação radical das categorias político-filosóficas do pensamento clássico.”(AGAMBEN, 2002, p.12)

O conceito de ‘vida nua’ aplica-se ao mundo do trabalho, pois os trabalhadores encontram-se nesta condição, sendo extremamente controlados, submetidos a regimes de trabalho extenuantes, com metas exorbitantes às suas limitações físicas e mentais; com fins de sua manutenção no emprego, em tempos de globalização, com mão de obra excedente e ainda com salários com baixo poder aquisitivo, acabam se sujeitando a este sistema, sem resistências e resultando, muitas vezes, adoecidos.

O capital atual - poder econômico e financeiro, não tem nação específica e move-se muito rapidamente entre os espaços/nações e não há uma regulamentação ou consenso mundial para equilibrar o mercado internacional. As organizações internacionais não estão conseguindo equilibrar as relações econômicas entre as nações e muito menos segurar a sede de lucro do sistema financeiro internacional. A Organização Internacional do Trabalho – OIT, limita-se a instituir Convenções Regulamentadoras do Trabalho, no entanto, os Estados, que se dizem “soberanos” por princípio constitucional, não são obrigados a ratificar estas Convenções, incorporando-as ao seu ordenamento jurídico. Como afirma Baumann,

Vivemos um lapso em que virtualmente tudo pode acontecer, mas nada pode realizar-se com plena segurança e certeza de sucesso. Uma das principais características desse interregno é o crescente divórcio entre o poder e a política. O poder se tornou global e a política não conseguiu transpor o local. O princípio trinitário território, estado e nação está em crise. (BAUMAN, 2009)

Foucault (1999, p.40) afirma que “é preciso estudar o poder fora do modelo do Leviatã, em Hobbes, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição do Estado; trata-se de analisá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação.” Para o autor, esse novo tipo de poder – o poder disciplinar, é uma das grandes invenções da sociedade burguesa e foi um dos instrumentos fundamentais da implantação do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correlativo.

O problema do adoecimento do trabalhador no meio ambiente de trabalho requer repensar a confiança em nossa capacidade para pensar e enfrentar os desafios da

vida. Confiar em nosso direito de ser feliz, na sensação de sermos merecedores, dignos, qualificados para expressar nossas necessidades e desejos e desfrutar os resultados de nossos esforços. Os trabalhadores precisam resgatar a autovalorização, fazer escolhas inteligentes – resgatar a auto-estima pelo corpo e pela sua alma. É uma questão de auto-respeito, perceber seus sentimentos e emoções e lutar contra toda e qualquer situação que desrespeite sua individualidade, contra a falta de reconhecimento.

Foucault afirma que liberdade e poder andam juntos e que, onde há poder, há possibilidade de mudança. Importa resistir para que cada um possa cuidar de si, governar a si, e não ser governado demais pelos outros. A liberdade é, assim, em si mesma, política. E, por isso, a luta pela ética, de cuja ausência tanto se reclama, é a luta pela liberdade, e não tanto a luta pelo cumprimento das normas que existem. Como se sabe, para Foucault, “ética é a prática refletida da liberdade” (2006, p.267). Para ele, por mais que não possamos viver sem que haja dispositivos de governança em que estamos inseridos inevitavelmente, importa que consigamos diminuir os estados de dominação, e possamos estabelecer novas formas de subjetividade, lutando pela ética: trata-se do “ponto de articulação entre a preocupação ética e a luta política pelo respeito dos direitos, entre a reflexão crítica contra as técnicas abusivas de governo e a investigação ética que permite instituir a liberdade individual.” (FOUCAULT, 2006, p.285)

Talvez, no futuro, a condição humana no meio ambiente de trabalho seja melhor, com menores índices de doenças ocupacionais e para que isto aconteça, é necessário que a vontade de potência e a vontade de poder possam renascer.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Julia Issy; SNELWAR, Laerte Idal. **Entre a tarefa e a atividade**, p.102-114 In MENDES, Ana Magnólia (Org.). Trabalho & saúde – o sujeito entre a emancipação e servidão./ Ana Magnólia Mendes (Org.)./ Curitiba: Juruá, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte, Edit. UFMG, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. Entrevista a Héctor Pavón do jornal Clarín, 18-07-2009. <http://www.rts.org.br/entrevistas/entrevistas-2009/zigmunt-bauman-sociologo>, consulta Em 01.08.09.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>;

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Ética, sexualidade, política.**/ Michel Foucault: organização e seleção de textos Manoel Barros de Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Microfísica do Poder.**/ Michel Foucault: organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **O sujeito e o poder.** In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

MENDES, Ana Magnólia (Org.). **Prazer, Reconhecimento e Transformação do sofrimento no trabalho.** In Trabalho & saúde – o sujeito entre a emancipação e servidão./ Ana Magnólia Mendes (Org.)/ Curitiba: Juruá, 2008.

VIEIRA, Monica Silveira. **O corpo e o direito.** Tese do PPGD/UFMG. Belo Horizonte, 2010.

O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA E A EXTENSÃO DA COISA JULGADA A TERCEIRO¹

Vânila Cardoso André de Moraes

RESUMO

Trata-se de estudo que comprovou a existência de um gravíssimo problema na prestação jurisdicional quando presente a Administração Pública em juízo, materializado na repetição de demandas. Constatou-se que essa massificação processual acarreta ofensa ao princípio da igualdade, pois são prolatadas decisões divergentes em lides idênticas. Trabalhar o princípio da igualdade numa sociedade plural é deveras complexo, pois há uma dificuldade no mundo moderno de configurar uma ideia uniforme acerca do bem que venha ser partilhada por todos. Demonstra-se a partir de três estudos de precedentes jurisprudenciais a ofensa ao princípio da igualdade. A partir desse ponto de ligação, será descrito um instituto jurídico utilizados pela Lei Espanhola para o tratamento dos processos oriundos do Direito Administrativo descrito como a possibilidade de extensão dos efeitos da sentença em fase de execução àqueles que se encontram na mesma situação fática e jurídica e não foram partes do processo.

ABSTRACT

It was a study that proved the existence of a serious problem in this adjudication when the Public Administration in court, embodied in the repetition of demands. It was found that this procedure entails mass offense to the principle of equality, because decisions are handed down divergent labors identical. Working the principle of equality in a plural society is quite complex because there is a difficulty in the modern world to set up a substantive idea about the good that will be shared by all. It is shown from three studies of the precedents undermining the principle of equality. From this point of connection is described a legal institution used by Spanish Law for handling cases from the Administrative Law described as the possibility of extending the effects of sentence under implementation to those who are in the same situation and legal and factual parts of the process are not.

Palavras chaves: jurisdição administrativa, princípio da igualdade, demandas repetitivas, extensão coisa julgada, terceiro.

¹ Texto apresentado na data de 06/07/2012, na Universidade Federal Fluminense, como requisito para aprovação na disciplina Seminário de Tese I, integrante do currículo do Doutorado Sociologia e Direito, ministrada pelos Professores Wilson Madeira Filho e Napoleão Miranda.

1 INTRODUÇÃO

Este texto faz parte dos estudos que compõe a tese que será defendida na Universidade Federal Fluminense - UFF no Curso de Doutorado em Sociologia e Direito e está atrelado a linha de pesquisa “Acesso à justiça e crítica das instituições político-jurídicas (Justiça Administrativa)”. Configura-se uma proposta de continuidade da análise iniciada quando da realização do Mestrado Profissional Justiça Administrativa na UFF², no qual foi possível comprovar a existência de um gravíssimo problema na prestação jurisdicional quando presente a Administração Pública em juízo, materializado na repetição de demandas. Constatou-se que essa massificação processual acarreta grave ofensa ao princípio da igualdade, pois são prolatadas decisões divergentes em lides idênticas³.

Considerando as conclusões alcançadas, entendemos pertinente apresentar como tema de pesquisa no âmbito do Doutorado uma análise aprofundada de um ponto específico abordado na dissertação: o princípio da igualdade na jurisdição administrativa.

A calculabilidade e a previsibilidade dos indivíduos em relação aos efeitos dos atos dos poderes públicos⁴ alcançam a prestação jurisdicional, a qual deve garantir

² Vários apontamentos constantes deste trabalho são oriundos da dissertação de Mestrado defendida perante a UFF em 16/12/2011, com o título **DEMANDAS REPETITIVAS DECORRENTES DE AÇÕES OU OMISSÕES DO PODER PÚBLICO: HIPÓTESES DE SOLUÇÕES A PARTIR DE UM PROCESSO JUDICIAL PÚBLICO FUNDAMENTADO NOS PRINCÍPIOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**. A dissertação teve como orientador o Prof.Dr. Ricardo Perlingeiro e coorientador o Prof. Dr. Herman Josefh Blanke.

³ A Exposição de Motivos do Projeto do Novo Código de Processo Civil Brasileiro bem descreve a problemática decorrente da divergência das decisões: “Todas as normas jurídicas devem tender a dar efetividade às garantias constitucionais, tornando ‘segura’ a vida dos jurisdicionados, de modo que estes sejam poupados de ‘surpresas’, podendo prever, em alto grau, as consequências jurídicas da sua conduta. [...] A dispersão excessiva da jurisprudência produz intranquilidade social e descrédito do Poder Judiciário [...]. A preocupação com essa realidade não é recente. Alfredo Buzaid já aludia a ela, advertindo que há uma grande diferença entre as decisões adaptadas ao contexto histórico em que foram proferidas e aquelas que prestigiam interpretações contraditórias da mesma disposição legal, apesar de iguais as situações concretas em que proferidas. Nesse sentido, ‘Na verdade, não repugna ao jurista que os tribunais, num louvável esforço de adaptação, sujeitem a mesma regra a entendimento diverso, desde que se alterem as condições econômicas, políticas e sociais; mas repugna-lhe que, sobre a mesma regra jurídica, deem os tribunais interpretação diversa e até contraditória, quando as condições em que ela foi editada continuam as mesmas. O dissídio resultante de tal exegese debilita a autoridade do Poder Judiciário, ao mesmo passo que causa profunda decepção às partes que postulam perante os Tribunais’ (Uniformização de Jurisprudência. Revista Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, 34/139, jul. 1985)”.

⁴ CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 2ª. ed. Coimbra: Editora Almedina, 1998, p. 256.

àqueles que se encontram em situação fática e jurídica idêntica uma igualdade de tratamento⁵.

A questão, apesar de complexa, é de extrema relevância, sobretudo considerando a necessidade urgente de se impedir um colapso do sistema judiciário brasileiro em decorrência da falta de uma prestação jurisdicional eficiente e isonômica para a solução dos conflitos decorrentes da atividade administrativa. Referida assertiva tem acarretado a perda de confiança⁶ no Poder Judiciário e o descrédito das instituições que compõem o Estado Democrático de Direito.

Para estudo do tema nos propomos a analisar a jurisdição administrativa no Brasil e o princípio da igualdade, apresentando uma análise da doutrina relacionada à questão e alguns precedentes jurisprudenciais, buscando contextualizar o estudo dentro dos fundamentos do Estado Democrático de Direito e sua materialização na complexa sociedade brasileira.

2 JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA: CONCEITO E EXTENSÃO

As expressões “justiça administrativa” e “jurisdição administrativa” indicam, respectivamente, os órgãos jurisdicionais destinados ao julgamento dos litígios de direito público ou de interesse da administração pública (justiça administrativa) e a natureza e o alcance da jurisdição prestada pelos mesmos (jurisdição administrativa)⁷.

2. PERLINGEIRO, Ricardo. **Tutela Judicial do Direito Público à Saúde**. In: III SEMINÁRIO DIREITO À SAÚDE, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, entre 31 de maio e 1º de junho de 2010. Texto inédito não publicado.

⁶ A preocupação com a ineficiência da Justiça se mostra presente em recentes pesquisas coordenadas pelo Conselho Nacional de Justiça, como o “Diagnóstico sobre as causas de aumento das demandas judiciais cíveis, mapeamento de demandas repetitivas e propositura de soluções pré-processuais e gerenciais à morosidade da Justiça”. Em mencionado estudo, constante no sítio <http://www.cnj.jus.br> (acesso em 26.01.2011), há um estudo de caso previdenciário esclarecendo que, dentre as causas internas para a morosidade, existem a oscilação e a demora na formação dos precedentes, operacionalização do contencioso de massa, carência de recursos humanos e julgamento padronizado por lote. Como mapeamento de soluções, são apresentados mecanismos processuais e gerenciais de racionalização de demandas repetitivas, uniformização de entendimentos jurisprudenciais (súmulas vinculantes, recursos repetitivos) etc.

⁷ Informações constantes do EDITAL DE SELEÇÃO TURMA 2012- Ingresso no Curso de Pós-Graduação Justiça Administrativa PPGJA (Mestrado Profissional), publicado no BOLETIM DE SERVIÇO, 18/05/2003, SEÇÃO IV, Pág. 023, disponível no sítio <http://www/nupej.uff.br/ppgja>, acesso em 04/01/2012

Ricardo Perlingeiro⁸ esclarece as razões que levam os juristas brasileiros e a sociedade em geral a não compreenderem o conceito e extensão da justiça administrativa:

A falsa compreensão dessas expressões no Brasil, vinculando-as unicamente a um contencioso administrativo extrajudicial, tem raízes históricas. O sentido da expressão “justiça administrativa” manteve-se o mesmo da época do Conselho de Estado do Império, que, apesar de inspirado no Conselho de Estado Napoleônico, não acompanhou a evolução deste para um órgão verdadeiramente jurisdicional, e acabara extinto com o advento da República. Na ocasião, realmente a “justiça administrativa” estava vinculada a idéia de um controle “retido” nas mãos do Imperador e, portanto, sem natureza judicial ou jurisdicional. Hoje, em sua real e moderna dimensão, a “justiça administrativa” deve ser associada, no Brasil, aos órgãos judiciais com competência para julgar a Fazenda Pública e ao denominado “direito processual público”.

Após a ditadura Vargas o Brasil se reconstitucionalizou em 1946 e o modelo do Estado de Direito que o país adotou foi ainda o do Estado-Providência, delineado na Europa no Primeiro Pós-Guerra e caracterizado pela absoluta supremacia do interesse público sobre os direitos individuais. Será nesta época que se estruturará o “direito administrativo brasileiro” que se caracterizará pela auto-executoriedade dos atos administrativos e pelas presunções de validade, legalidade e veracidade dos atos da Administração Pública. O Código de Processo Civil de 1973, inspirado na doutrina europeia do Direito Processual das causas entre particulares, não se preocupou em tratar de modo especial a litigiosidade entre aqueles e o Estado, a não ser em disposições esparsas que concederam certos privilégios à Administração Pública, como prazos especiais e o duplo grau de jurisdição obrigatório, ou em transposição de regras constitucionais, como regulação da execução contra a Administração Pública através do sistema de precatórios⁹.

“A partir do final do século XIX, admite-se no Brasil o denominado contencioso de jurisdição plena para proteção de direitos subjetivos, não obstante a tradição – nem sempre observada e hoje ignorada – de que somente esses litígios estavam sujeitos a

⁸ PERLINGEIRO, Ricardo. A execução no Código Modelo de Processo Coletivo para a Ibero-América e as causas de interesse público. **Revista Forense**. Rio de Janeiro: Editora Revista Forense, nov-dez. 2005, p. 199-205.

⁹ PERLINGEIRO, Ricardo in PERLINGEIRO, Ricardo; BLANKE, Hermann-Josef; SOMMERMANN, Karl-Peter. **Código de Jurisdição Administrativa: o modelo alemão**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2009.

uma legislação processual de direito privado, enquanto o controle judicial da validade do ato administrativo sujeitava-se a um procedimento diferenciado e específico de jurisdição administrativa”¹⁰. Não existe, pois, no Brasil uma justiça administrativa estruturada a partir do primeiro grau até a Corte Suprema, mas cabe ao Poder Judiciário exercer a jurisdição administrativa, dirimindo os conflitos em que há interesse do Poder Público, coerente com o sistema da jurisdição única, dentro de uma pluralidade de órgãos jurisdicionais competentes para análise das questões de direito administrativo. Pode-se apontar, entretanto, a Justiça Federal como um ramo do Judiciário que presta jurisdição materialmente administrativa¹¹, resultado de sua organização interna voltada em todos os níveis para o que se denomina contencioso administrativo na Europa.

Entretanto, é imprescindível uma jurisdição especial para a solução adequada das questões em que há presença do Estado. Conforme Siegfried Bross¹², “a formatação das normas processuais dessa jurisdição especial deve estar sujeita a regras

¹⁰ PERLINGEIRO, Ricardo, 2009. p. 53.

¹¹ Guilherme Fabiano Julien Rezende faz uma análise da existência da jurisdição materialmente administrativa no Brasil: “Reiteradamente se afirma que não há contencioso administrativo no Brasil. Aliás, esta é a concepção predominante na quase totalidade da doutrina. O fundamento principal é de que a jurisdição é uma e, portanto, o poder de dizer o direito em caráter definitivo pertence ao Estado [...] Infere-se desta última assertiva, a nítida concepção tradicional sobre contencioso administrativo, focada, ainda, na ideia centrada do direito francês de justiça administrativa dentro de um conceito orgânico”. E conclui: “Do que foi exposto, pode-se afirmar a existência de uma jurisdição materialmente administrativa no Brasil, coerente com o sistema da jurisdição única, dentro de um pluralismo de órgãos jurisdicionais, visto que há situações específicas regidas pelas relações jurídicas administrativas, fruto de aplicação de normas ao abrigo do direito administrativo. No mesmo, viu-se que a tendência no sistema judiciário brasileiro, mormente no federal, é o da especialização das matérias de direito público, ou seja, daquelas afetas à jurisdição materialmente administrativa, resultando em uma organização interna da justiça federal, em todos os níveis, voltada para o que se denomina de contencioso administrativo na Europa. O desenvolvimento da jurisdição materialmente administrativa no seio da justiça federal, que tem vocação para o julgamento das matérias de direito público, faz deste órgão uma especialização imperfeita da justiça administrativa especificadamente, sendo justiça comum, é o foro competente onde se desenvolvem com vigor as ações que se amoldam ao contencioso administrativo judicializado. Ademais, além da competência dos juízes federais, nos tribunais federais e no Superior Tribunal de Justiça são detectadas Turmas e Seções especializadas no contencioso administrativo, embora a feição genérica dos tribunais seja de justiça comum, surgindo essas especializações na sua estrutura orgânica. Consequentemente, pode-se aquilatar, mesmo organicamente, um esboço de uma justiça administrativa também no Brasil em comparação com a nova roupagem judicial que lhe foi dada na Europa. Há necessidade de melhor regramento do Direito Processual Administrativo, na ótica judicial, não vinculado ao conceito de processo administrativo no significado da parte graciosa exercida extrajudicialmente, mas como disciplina própria, já que, a rigor, está mal inserido no campo do Processo Civil, uma vez que a relação substantiva que visa tutelar é de Direito Administrativo, e não de Direito Civil, com o intuito de organizar melhor este ramo do direito processual em face de suas peculiaridades existentes” (grifo nosso). REZENDE, Guilherme Julien de. Há contencioso administrativo no Brasil? Uma análise comparativa com a justiça administrativa português. In: PEREIRA DA SIVLA, Vasco; SARLET, Ingo Wolfgang (Coord.). **Direito Público sem Fronteiras**. Lisboa: Alameda da Universidade de Lisboa, jun.2011, p- 563-650 (produzido no Instituto de Ciências Políticas e Jurídicas.

¹² BROSS, Siegfried. O Sistema de Controle Judicial da Administração Pública e a Codificação da Jurisdição Administrativa. Tradução de Martim Vicente Gottschalk. **Revista CEJ**, Brasília: CEJ, p. 35-42, set. 2006.

também especiais, as quais deverão respeitar o interesse público e os interesses individuais relativos à observância estrita da Constituição”.

Nesse contexto surgiu a idéia de um Código Modelo de Processos Administrativos, em novembro de 2008, em Niterói em evento acadêmico no âmbito do Núcleo de Ciências Judiciárias da Universidade Federal Fluminense (Nupej/UFF). A Comissão para elaborar a proposta de um Código foi criada pela Diretoria do Instituto Ibero-americano de Direito Processual em março de 2009 e chancelada nas XXII Jornadas Iberoamericanas de Derecho Procesal, realizadas em Santiago do Chile, em agosto de 2010, tendo ocorrido sua aprovação recente do Código Modelo de Processos Administrativos – Judicial e Extrajudicial para Ibero-américa pela Assembleia Geral do Instituto Ibero-americano de Direito Processual por ocasião das XXIII Jornadas Iberoamericanas de Direito Processual, ocorridas em Buenos Aires, no dia 8 de junho de 2012¹³. Constata-se na Exposição de Motivos do Código¹⁴ a referência expressa ao problema das demandas repetitivas decorrentes das ações ou omissões da Administração Pública:

Logo em seus primeiros artigos, o Código atenta para um dos maiores **desafios do direito administrativo: a falta de uniformidade das decisões em relação a interessados na mesma situação fática, alimentando a pluralidade de demandas repetitivas**, principalmente na esfera jurisdicional, com o potencial de abalar a segurança jurídica. A isonomia a que está vinculada a Administração foi regulada de modo que, quando “a questão de fundo de uma pretensão individual estiver relacionada com os efeitos jurídicos de um comportamento administrativo de alcance geral, o desfecho do conflito passará a ser do interesse da coletividade destinatária daquele comportamento e, portanto, a solução deverá advir de uma decisão administrativa, única e com efeitos erga omnes” (art. 5º). Reflexo direto dessa regra é a do art. 72, II, a respeito dos acordos judiciais que envolvam normas administrativas ou atuações de alcance geral, atingindo necessariamente todos aqueles que se encontrarem na mesma situação fática, ainda que desses acordos não tenham participado.(...) Trata da sentença que

¹³ O projeto foi concluído pela Comissão Revisora, composta pelos professores Ada Pellegrini Grinover, como presidente, e Ricardo Perlingeiro, como secretário-geral, sendo este também o Coordenador do Nupej; Abel Zamorano, Panamá; Adriáns Simons, Peru; Angel Landoni Sosa, Uruguai; Carlos Manuel Ferreira da Silva, Portugal; Eurípides Cuevas, Colômbia; Gumesindo García Morelos, México; Ignacio M. Soba Bracesco, Uruguai; Juan Antonio Robles Garzón, Espanha; Maria Rosa Gutiérrez Sanz, Espanha; Odete Medauar, Brasil; Ruth Stella Correa Palacio, Colômbia; Sergio Artavia Barrantes, dados constantes no site <<http://www.nupej.uff.br/ppgja>> acesso em 19/06/2012.

¹⁴ Exposição de Motivos do Código do Código Modelo de Processos Administrativos- Judicial e Extrajudicial para a Ibero-américa. Disponível no sítio <http://www//nupej.uff.br/ppgja>, acesso em 18/06/2012.

procede ao desfazimento de normas ou atos ter alcance geral (art. 57), o incidente de coletivização no caso de controle jurisdicional de políticas públicas (art. 25) e o processo piloto (art. 35). Nesse contexto, o Código prevê a legitimidade para iniciar o processo extrajudicial àqueles cujos direitos e interesses forem afetados direta ou indiretamente, compreendendo-se aí os interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos (art. 12, II), o que repercute no processo judicial quanto à legitimidade universal (art. 51, 3) e à intervenção de terceiros no caso de possibilidade de coisa julgada *erga omnes* ou *ultra partes* (art. 52). (grifo nosso)

Hoje, as causas originárias da relação jurídica de direito público, representam a maioria em tramitação no Poder Judiciário nacional, o que configura a necessidade de aperfeiçoamento dos procedimentos para uma diminuição desta espécie de litígios¹⁵. Estudo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ apontou a liderança do Setor Público no ranking dos 100 maiores litigantes do país, responsável por 51,5% de todas as demandas em tramitação, ultrapassando em larga escala o setor de telefonia e bancário. O impacto dessas questões resulta na emergência de um novo modelo processual a ser construído a partir da necessidade de oferecer respostas a um tipo de litígio diferenciado daqueles tradicionalmente tratados no processo civil.

É indispensável concluir que o tema da denominada justiça administrativa significa dizer a existência de um direito processual diferenciado para as causas de direito público e a criação de órgãos especializados para apreciar esta espécie de demanda constitui uma das peças fundamentais para a correta configuração do Estado de Direito.¹⁶

¹⁵ Referida afirmação pode ser comprovada em pesquisa realizada pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça para identificar os 100 maiores litigantes dos tribunais estaduais, regionais federais e do trabalho. Restou demonstrado que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) responde por mais de um quinto dos processos em relação ao *ranking* total. O Setor Público Federal lidera em questões de litigância, com um total de 38,5%, seguido do Setor Público Estadual, percentual de 7,8%, e Municipal, 5,2%, perfazendo, os entes da Administração Pública, um total de 51,5%. Significa dizer que União, Estados, Municípios, suas autarquias e fundações, num total aproximado de 20 entes, (três) pessoas jurídicas de direito público e 15 pessoas jurídicas da administração indireta alcançam um maior número de demandas que os demais 80 maiores litigantes do país, incluído, nestes, todo o setor bancário e de telefonia. Dados disponíveis no site: http://www.cnj.br/iagens/pesquisa-judiciarias/pesquisas_litigantes-pdf. Acesso em 03 e junho de 2011 (Informações constantes: DE MORAES, Vanila Cardoso Andre. **Demandas repetitivas decorrentes de ações ou omissões da Administração Pública: Hipóteses de soluções e a necessidade de um direito processual público fundamentado na Constituição.** Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Curso de Mestrado Justiça Administrativa, Universidade Federal Fluminense, 2011).

¹⁶ Conforme se depreende da exposição de motivos que justificaram a reforma da legislação espanhola aplicável ao contencioso administrativo (Ley 29/1998 reguladora de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa (Boletín Oficial del Estado nº 311 de 14.7.1998), percebe-se a clara interligação entre um procedimento adequado para o controle do Poder Público com elemento imprescindível para concretizar o

3 FUNDAMENTOS DO ESTADO DE DIREITO E A JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA

Considerando as informações do tópico anterior, é mister avaliar os fundamentos do Estado de Direito na atualidade e a sua ligação visceral com a jurisdição administrativa.

Historicamente observa-se que na segunda metade do século XIX, a noção de Estado de Direito tornou-se gradualmente um conceito formal, englobando elementos como legalidade, controle judicial e responsabilidade do Estado¹⁷. A esse entendimento formal, correspondia a finalidade segundo a qual o controle jurisdicional referia-se principalmente à proteção da integridade do ordenamento jurídico objetivo.

O Estado de Direito, que ostentava como principal fundamento o **princípio da legalidade**, perdeu o seu sentido garantista de controle do poder (Estado Legal) com o advento do Estado Democrático de Direito ou Estado Social de Direito, fundado não mais no princípio da legalidade, mas no princípio da constitucionalidade¹⁸.

Em suma: consagra-se, em nosso Direito Constitucional, a aplicação plena do chamado *princípio da legalidade*. E o controle jurisdicional da Administração reveste-se de suma importância, inscrevendo-se como tema primordial entre as grandes teses de Direito Público do mundo moderno¹⁹.

Acrescentou-se ao princípio da legalidade, que via na lei a razão primeira do Estado, um novo elemento: o princípio democrático. É claro que esse havia sido acolhido nas concepções anteriores; porém, agora, procura-se fixar a participação popular nas decisões governamentais e o **efetivo controle da Administração**²⁰.

Estado de Direito: “La Jurisdicción Contencioso-administrativa es una pieza capital de nuestro Estado de Derecho. Desde que fue instaurada en nuestro suelo por las Leyes de 2 de abril y 6 de julio de 1845, y a lo largo de muchas vicisitudes, ha dado sobrada muestra de sus virtualidades. Sobre todo desde que la ley de 27 de diciembre de 1956 la dotó de las características que hoy tiene y de las atribuciones imprescindibles para asumir la misión que le corresponde de controlar la legalidad de la actividad administrativa, garantizando los derechos e intereses legítimos de los ciudadanos frente a las extralimitaciones de la Administración”.

¹⁷ SOMMERMANN, Karl-Peter *in* SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes; BLANKE, Hermann-Josef; SOMMERMANN, Karl-Peter. **Código de Jurisdição Administrativa: o modelo alemão**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2009.

¹⁸ PALU, Oswaldo Luiz. **Controle dos Atos de Governo pela Jurisdição**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

¹⁹ JÚNIOR, José Cretella; GASPAR, Diógenes. **Curso de Direito Administrativo**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1986.

²⁰ PALU, 2004, p. 30.

O governo moderno depende de uma complexa série de relações de confiança entre as instituições e a população. “Os sistemas eleitorais que asseguram a realização dos anseios coletivos, podem ser vistos não apenas como meios de assegurar a representação dos interesses, mas como maneiras de institucionalizar pontos de acesso, conectando políticos com a massa da população”²¹.

Além da participação em pleitos eleitorais, os cidadãos têm poucas possibilidades de “controlar” o Estado. A legitimidade do Estado Democrático de Direito surge a partir da existência de um controle judicial da Administração por uma jurisdição independente e efetiva, que possa diminuir o fosso que separa os cidadãos da esfera abstrata do legislador, especialmente na nossa sociedade, onde existem grandes disparidades de bem-estar e diferenças muito grandes relativas à participação dos cidadãos na repartição da renda²².

Com efeito, o Estado Democrático de Direito está orientado não somente para a garantia da liberdade, mas também para a igualdade, e a “vontade popular representada pelo parlamento não tem validade absoluta e sem limites, mas é válida unicamente na medida em que não se choca com um direito de nível superior, a Constituição”²³.

Nos Estados Democráticos de Direito a diferenciação entre política e direito realiza-se mediante a Constituição²⁴. Esta compreendida, especificamente, como “aquisição evolutiva” da sociedade moderna²⁵.

²¹ GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 166.

²²A desigualdade é uma marca da sociedade brasileira. Em 2007, 28,1 milhões de famílias brasileiras contavam pelo menos com uma criança ou adolescente de até 14 anos de idade. Desse total de famílias, 46% vivem com rendimento mensal de até ½ salário mínimo *per capita*. Dentro desse percentual, 19,6% dos domicílios possuíam rendimento mensal de até ¼ do salário mínimo *per capita*. Ao mesmo tempo, o Brasil é a nona economia mundial. Numa avaliação empírica, constata-se que as riquezas produzidas pelo país não chegam para toda sua população, e os mais afetados são as famílias com crianças. Dados retirados do site IBGE, constante no sítio: < <http://www.ibge.gov.br>>, acessado em 1º/7/2011.

²³ BENDA, 1996 *apud* PALU, 2004, p. 77

²⁴ NEVES, Marcelo. **Entre Têmis e Leviatã**: uma relação difícil. Martins Fontes, São Paulo. 2008. O autor explicita em sua obra que “ na tradição ocidental, Leviatã apresenta-se como símbolo do poder expansivo do Estado. Têmis, antes de tudo, representa a justiça abstrata. p. 95.

²⁵ *Ibid.* 2008, p. 96. Marcelo Neves esclarece o sentido do texto: “ Envolve um uso lingüístico inovador vinculado as transformações revolucionárias ocorridas no início da era contemporânea. Esse novo sentido rompe com o paradigma semântico emergente na transição para a época moderna, no âmbito do qual a Constituição era conceituada como carta de liberdade ou pacto de poder. Em contraposição ao caráter apenas ‘modificador do poder’, ‘pontual’ ou ‘particular’ dos pactos do poder, surge, nos quadros das revoluções burguesas do século XVIII, o constitucionalismo moderno, cuja semântica aponta tanto para o sentido normativo quanto para a função ‘constituente do poder’, ‘abrangente’ e ‘universal’ da Constituição. Nesta acepção estritamente moderna, a Constituição pode ser apreendida como ‘uma limitação jurídica ao governo’, a antítese do regime arbitrário (constitucionalismo). Daí não decorre forçosamente que seja concebida como uma ‘declaração’ de valores ou princípio políticos-jurídicos fundamentais inerentes à pessoa humana ou conquistados historicament, isto é, não resulta

Marcelo Neves²⁶ acrescenta que o problema do Estado Democrático de Direito é exatamente o de conciliar poder eficiente com direito legitimador e explícita:

Na relação entre o jurídico e o político que caracteriza o Estado de Direito, inúmeros são os casos que manifestam interferências sistêmicas. Os procedimentos eleitorais, parlamentares, administrativos e jurisdicionais concretos implicam constantemente a presença simultânea e relevante de elementos e estruturas de ambos os sistemas. Discussões parlamentares envolvem problemas de adequação jurídico-constitucional de projetos legislativos; tribunais constitucionais enveredam por questões de conveniência política.

Conforme José Eduardo Faria²⁷, na Europa e nos Estados Unidos, filósofos, políticos e constitucionalista “têm conseguido estabelecer uma discussão sobre a estrutura normativa mais adequada ao ideal de uma sociedade justa no mundo contemporâneo, entre nós este diálogo interdisciplinar ainda continua incipiente.”

Para se dar efetividade ao Estado de Direito, na visão da atualidade, é necessária a criação de um marco legal propício a pleno desenvolvimento das forças dos particulares e da sociedade em seu conjunto, mas também é indispensável a criação de *instrumentos de implementação* que permitam aos particulares realizar seus direitos sociais, econômicos e culturais concretizados em lei²⁸. E isto realiza-se a partir da jurisdição administrativa que garanta com efetividade, observando o princípio da igualdade. Este é ponto específico deste trabalho, a garantia da igualdade via Estado por meio da jurisdição administrativa.

4 PRINCÍPIO DA IGUALDADE

O Estado Democrático de Direito é impensável sem a presença do princípio da igualdade. Este princípio surge exatamente como instituto destinado a neutralizar as desigualdades no âmbito dos direitos. Trata-se, pois, de uma igualdade jurídico-política,

necessariamente um ‘conceito ideal’. É possível também uma leitura no sentido de que a Constituição na acepção moderna é fator e produto da diferenciação funcional entre política e direito como subsistemas da sociedade”.

²⁶ Ibid, 2008, p. 93.

²⁷ FARIA, José Eduardo. Prefácio da obra **Pluralismo, Direito e Justiça Distribuíva**, 3ª. ed. Lúmen Juris: 2004.

²⁸ SOMMERMANN, 2009, p. 40..

referindo-se ao acesso igualitário aos procedimentos jurídico-políticos do Estado Democrático de Direito²⁹.

Conforme expõe Marcelo Neves ³⁰, não deve ser haver confusão entre o princípio constitucional da igualdade e a homogeneidade da sociedade:

Essa confusão relaciona-se com uma postura simplificadora em relação à caracterização da sociedade moderna e democracia. Ao contrário, a complexidade e a heterogeneidade social é que são pressupostas na emergência e concretização do princípio jurídico-político da igualdade. A “homogeneidade estratificada” pré-moderna é incompatível com o princípio da igualdade. A diversidade de valores, interesses, crenças e etnias o espaço social e político torna possível a implantação do princípio da igualdade. Diante das diferenças, pode-se assumir um modelo autocrático, seja este autoritário ou totalitário, desconhecendo-se e reprimindo-se a heterogeneidade e pluralidade da sociedade. Mas há também a alternativa de reconhecer e incorporar as diferenças sem privilégios. Nesse sentido, o princípio da igualdade só se realiza enquanto viabiliza nas diversas esferas autônomas de comunicação o respeito recíproco e simétrico das diferenças.

Rawls³¹ desenvolve um critério de justiça na desigualdade que é o assumido pela equidade: o tratamento desigual é justo quando é em benefício ao indivíduo carente. Entretanto, este não é especificamente o tema a ser enfrentado neste trabalho, merecendo tão-somente destaque a título de esclarecimento da diferenciação entre igualdade e equidade.

Trabalhar o princípio da igualdade numa sociedade plural é deveras complexo, pois há uma dificuldade no mundo moderno de configurar uma idéia substantiva acerca do bem que venha ser partilhada por todos³². Entretanto, não há dúvidas de que o debate da justiça adentra inevitavelmente no mundo do direito³³.

O princípio da igualdade representa a estrutura de todos os ramos do Direito, constando no art. 5º da CF, que, em seu *caput*, assegura que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros

²⁹ NEVES,2008, p. 166/167.

³⁰ Ibid, 2008, p. 167

³¹ Rawls, (1995, p. 68) apud MEDEIROS, Marcelo. Princípios de Justiça na alocação de recursos em saúde. Texto para Discussão n. 687 do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.

³² CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva:** Elementos da Filosofia Constitucional Contemporânea. Editora Lúmen Juris, Rio de Janeiro, 2004. p.1: “ O pluralismo é uma das marcas constitutivas das democracias contemporâneas. Quando Jürgen Habermas descreve a “*moralidade pós-convencional*” ou quando Claude Lefort menciona a dissolução dos “ *marcos de referência da certeza*”, ambos se referem ao fato de que no mundo moderno já não é possível configurar uma idéia substantiva acerca do bem a ser compartilhada por todos.”

³³ Ibidem, p. 2.

residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à **igualdade**, à segurança e à prosperidade (grifei).

Pelo princípio da igualdade, todos os indivíduos devem receber tratamento igual. Resta implícito nesse conceito a noção de que todos os indivíduos são iguais, têm os mesmos direitos e, portanto, merecem o mesmo tratamento. Trata-se de um princípio baseado em direitos adquiridos pela participação na coletividade, *os direitos de cidadania*.³⁴

Na concepção sistêmica de Luhmann³⁵, o princípio da igualdade, na sua dimensão jurídica “ exige que os casos sejam tratados igualmente”; em sua utilização política, exige “ que os homens sejam tratados igualmente”.

Forçoso concluir que no caso das demandas existentes na jurisdição administrativa, indispensável para a configuração do princípio da igualdade que os casos idênticos tenham igual tratamento³⁶.

Não pode o Poder Judiciário ser agente de estratificação social³⁷ pois a Administração Pública está vinculada aos princípios isonomia e da legalidade, sendo possível verificar, entretanto, que, por muitas vezes, esta vinculação acaba por ser afastada por determinação do próprio Poder Judiciário ao proferir decisões divergentes,

³⁴ Sérgio Víctor Tamer esclarece: “Relembre- na esteira de diversos autores que o ressurgimento dos direitos sociais começou com o desenvolvimento da educação primária pública, mas não foi senão no século 20 que eles atingiram um plano de igualdade com os outros elementos da cidadania. Marshall foi um dos primeiros teóricos a desenvolver a idéia de que, ao lado dos direitos civis e políticos, seria imprescindível o desfrute dos direitos sociais, base da cidadania. Conceituou o elemento social como sendo referente a tudo o que vai – desde o direito a um mínimo bem estar econômico e segurança, ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. Antes dele, Rousseau assinalou a importância daquilo que chamou de ‘liberdade moral’, isto é, a igualdade básica de posição e prestígio moral e civil seguido de uma igualdade básica em provisões materiais, o suficiente para garantir um meio de vida. Na Alemanha, a partir da Revolução Francesa, passou-se a exigir que o governo fizesse valer não apenas a justiça “ formal” mas também a justiça “substantiva” ou, em outras palavras, justiça “distributiva e social” TAMER, Sérgio Victor. *Atos Políticos e Direitos Sociais nas Democracias: Um estudo sobre o Controle dos Atos Políticos e a Garantia Judicial dos Direitos Sociais*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2005, p. 162.

³⁵ Luhmann, 1993 apud NEVES MARCELO, 2004, p. 169

³⁶ Ibid, p. 169. Neste sentido Luhmann reduz o princípio da igualdade à exigência da regularidade da aplicação normativa, ou no princípio da legalidade a partir da positivação do direito moderno.

³⁷ “No contexto neoliberal surgem os conflitos, pois a partir de um mecanismo de preços, tudo deve ser submetido a lei da oferta e da procura. Ao estado cabe o papel de garantir o funcionamento do livre mercado, pelo que deve subjugar os interesses políticos (os direitos sociais nele incluídos) aos interesses econômicos. É dentro desse quadro que se localiza o conflito do judiciário, nas suas demandas por justiça e nas suas respostas à sociedade, sobretudo quanto à garantia dos direitos sociais. O direito oficial estaria preparado para resolver questões inter-individuais, mas nunca as coletivas, razão pela qual considera difícil que alcance os setores mais desfavorecidos – pois par ele “ a marginalização jurídica a que foram condenados esses setores nada mais é do que subproduto de sua marginalização econômica e social”. TAMER, 2005, pag. 193.

acarretando que administrados, em situações fáticas idênticas, tenham tratamento diferenciado.

Observe-se que a Administração Pública está fortemente atrelada ao princípio da igualdade e da legalidade. Garay³⁸ formula uma assertiva atrelada as decisões proferidas na seara do procedimento administrativo (extrajudicial) pela Administração Pública no seguinte sentido: para que exista desmembramento da garantia constitucional da igualdade, é indispensável que a desigualdade resulte do texto da lei, e não das diferentes interpretações que tenham sido outorgadas pela autoridade administrativa na resolução de casos reputados similares.

Importante ressaltar que uma das qualidades básicas das leis, desde Montesquieu até os dias de hoje, é a necessidade de generalidade e abstração. Dessas qualidades, participam outras normas, atos gerais praticados pelo Poder Público, que não são tecnicamente leis, mas detêm conteúdo geral, pois regulam a conduta dos habitantes e representam, dentro da esfera de competência do ente estatal emissor, federal, estadual ou municipal, a exteriorização de uma vontade estatal. Forçoso concluir, de um ponto de vista lógico-pragmático, que esses atos têm a mesma capacidade de vulnerar a garantia da igualdade.

A partir dessa atuação da Administração Pública, são materializados *atos administrativos* que envolvem aplicação, por vezes automática, do mesmo dispositivo normativo a um amplo conjunto de pessoas. Nesse campo, quando a Administração incorre em ilegalidade, multiplicam-se os litígios.

Pertinente as observações de Paulo Roberto de Oliveira Lima³⁹ a respeito do tema:

No Brasil deste fim de século, onde se vive absoluta liberdade política, pontifica como valor máximo buscado pela sociedade o da isonomia. Nada magoa mais o brasileiro médio, ao menos aquele consciente de sua própria cidadania, do que receber tratamento discriminatório. Hoje se briga nas ruas quando alguém intenta postar-se fora de ordem nas filas (furar a fila). A Constituição de 1988, na esteira de forte pressão popular, rompeu com vários privilégios já tradicionais e a cada momento as pessoas se comparam com as demais para aferir eventuais discriminações. Até as crianças, nos lares e nos

³⁸ GARAY, Alberto F. **La igualdad ante la ley**: Decisiones administrativas contradictorias, decisiones judiciales contradictoria, desigualdad procesal. Buenos Aires: Lexis, 1989.

³⁹ LIMA, Paulo Roberto de Oliveira. **Contribuição a Coisa Julgada**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1997.

colégios, exigem tratamento isonômico. Trata-se seguramente do sentimento que mais concretamente fala ao home de hoje sobre Direito e Justiça. Nestas circunstâncias, o sistema jurídico não pode deixar sem remédio adequado casos de julgamento díspares que revoltam os protagonistas, deixam perplexa a sociedade e desorganizam o meio social. [...]

O elenco de casos poderia se estender por páginas a fio, mesmo que somente se desse atenção ao numerosos e de repercussão nacional. Em qualquer deles, porém, o direito ou era um ou era o outro. Metade das sentenças estava errada. Nestes casos, todos aqueles que perderam as suas demandas restaram descrentes da Justiça e certamente passaram a difundir entre os seus a notícia da falência do Judiciário. O potencial desagregador destes deslizes patrocinados pelo sistema jurídico é assombroso. **Não se agride impunemente a isonomia.** Trata-se de valor inestimável a ser preservado pelo Direito, ainda que por sentimento egoístico de autopreservação .

Rodolfo Mancuso⁴⁰ adverte a respeito da necessidade de uniformização das respostas judiciárias em casos absolutamente iguais, mormente em assuntos que empolgam milhares de cidadãos, como ocorre nas chamadas *demandas múltiplas*, ajuizadas em decorrência de interesses de massa, como os resultantes de programas governamentais, matérias tributárias ou questões previdenciárias.

O sistema federal brasileiro é detentor de uma pluralidade de órgãos judiciais, o que justificaria, num primeiro momento, o pluralismo na prestação jurisdicional, entretanto, a necessidade de aplicação do direito aos casos concretos e a igualdade de repercussão sob os litigantes, para situações idênticas, justificam a importância na busca de caminhos processuais que mantenham a uniformidade da decisão em casos semelhantes.

A aplicação de teses divergentes ou até opostas nestas situações provoca a permanente irrisignação dos prejudicados, semeando cetismo, imprevisibilidade (insegurança jurídica) e descrédito entre os membros da comunidade. Portanto, a intenção de homogeneização jurisprudencial não é a de embaraçar a evolução das teses jurídicas, mas de evitar que sejam proferidas, em iguais circunstâncias temporais, fáticas e materiais, decisões díspares de modo que o julgamento possa flutuar pela mera distribuição processual entre turmas ou câmaras de diferentes Tribunais. Ou mesmo entre Tribunais diferentes⁴¹.

⁴⁰ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Divergência jurisprudencial e súmula vinculante**. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001, p. 133.

⁴¹ MARINHO FILHO, Luciano. Paralelo Analítico entre Mecanismos de Uniformização de Jurisprudência no Direito Processual Pátrio. **Revista Dialética de Direito Processual Civil**. Nº. 90. São Paulo: Editora Dialética, 2010, p. 138.

Sabe-se que o princípio da isonomia vincula o legislador, impondo-lhe que edite normas cujos dispositivos não encerrem discriminação desarrazoada e deve nortear a atividade judiciária, pois incumbe ao juiz conferir tratamento igualitário às partes (art. 125, I) e também porque lhe cabe dar solução idêntica a casos iguais. Nesse ponto, destaca-se o princípio da legalidade⁴².

A lei deve tratar a todos de modo uniforme e correlatamente as decisões dos tribunais não podem aplicar a mesma lei de forma diferente a casos absolutamente idênticos, num mesmo momento histórico. De fato, de nada adiantaria a existência de um comando constitucional dirigido ao legislador se o Poder Judiciário não tivesse que seguir idêntica orientação, podendo decidir, com base na mesma lei, no mesmo momento histórico (ou seja, sem que fatores históricos possam influir no sentido que se deva dar à lei) em face de idênticos casos concretos, de modos diferentes⁴³.

Efetivamente, para que se possa garantir a supremacia da lei, é indispensável que sejam disponibilizados mecanismos processuais para a sua aplicação uniforme a todos que se encontrem na mesma situação, como sói acontecer a partir da edição dos atos administrativos, ações e omissões da Administração Pública. Ora, se o ordenamento jurídico deve manter unidade e coerência, forçoso concluir que questões fáticas idênticas merecem igual tratamento por parte do Estado que detém a função de prestar jurisdição. Daí, a razão pela qual Teresa Arruda Alvim Wambier⁴⁴ defende que os princípios da isonomia e da legalidade têm aplicação “engrenada”, funcionando ambos como pilares fundamentais da concepção moderna de Estado de Direito.

A coerência do sistema jurídico é uma necessidade, impondo que os casos idênticos sejam solucionados da mesma maneira, como forma de privilegiar os princípios da isonomia e da legalidade, conferindo maior previsibilidade e segurança para a própria vida social.

5 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE

A Constituição Brasileira, afastando-se do constitucionalismo liberal, marcado pelo individualismo racional, deve passar, para o chamado constitucionalismo

⁴² WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Sobre a Súmula 343. **RePro** 86/150. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, abr-jun. 1997.

⁴³ WAMBIER, 1997, p.134.

⁴⁴ *Ibdi*, 1997, p. 136.

societário ou comunitário, que confere prioridade aos valores da igualdade e da dignidades humanas⁴⁵.

O *constitucionalismo societário e comunitário*, de que fala Carlos Roberto S. Carvalho, toma a Constituição como uma estrutura normativa que envolve um conjunto de valores. Disto decorre uma conexão de sentido entre os valores compartilhados por uma determinada comunidade política e a ordenação jurídica fundamental representada pela constituição⁴⁶.

Neste sentido, não há outra forma de conferir efetividade as normas de direitos fundamentais do que garantir a participação jurídico-política a partir de instrumentos processuais-procedimentais. Significa dizer:

Importa esclarecer que ao definir uma série de institutos processuais asseguradores dos direitos fundamentais, os constitucionalistas “comunitários”, de vez que comprometidos tanto com o ideal igualdade-dignidade humanas, como com o processo de participação jurídico-política da comunidade, privilegiam menos os procedimentos que reclamam um comportamento negativo do poder público do que aqueles que exigem prestações positivas por parte do Estado. Afinal, lutam exatamente contra uma concepção de direitos subjetivos enquanto esfera que demanda proteção contra invasões indevidas por parte da autoridade estatal. Ao invés, conferem prioridade ao *dever de ação* e não ao dever de *abstenção* por parte do Estado⁴⁷.

O constitucionalismo comunitário brasileiro positiva o princípio da igualdade, referindo-se ao direito de ações positivas por parte do Estado⁴⁸

Observa-se como conseqüência destas previsões constantes na Constituição Federal, atreladas a falta de um direito processual voltado para as demandas de direito público, que as causas que possuem como demandante ou demandado o Poder Público, representam maioria absoluta dos processos em tramitação no Judiciário, conforme se depreende do estudo realizado pelo CNJ, *Justiça em Números*⁴⁹, o que desperta o

⁴⁵CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva**: Elementos da Filosofia Constitucional Contemporânea, 2004, p. 15, citando conceito utilizado por Carlos Roberto da Siqueira Castro, **A Constituição Aberta e Atualidades dos Direitos Fundamentais**.

⁴⁶ Ibid, 2004, p. 16.

⁴⁷ CITTADINO, 2004, p. 20.

⁴⁸ Ibid, 2004, p. 49.

⁴⁹ “Justiça em Números” é um sistema, conforme consta do sítio do CNJ <<http://www.cnj.jus.br/>>, que visa à ampliação do processo de conhecimento do Poder Judiciário por meio da coleta e da sistematização de dados estatísticos e do cálculo de indicadores capazes de retratar o desempenho dos tribunais. No caso específico deste estudo, importa saber o **perfil das demandas, buscando-se** levantar a participação governamental nas demandas judiciais e a **litigiosidade e a carga de trabalho**, com a observância do quantitativo dos casos novos, a carga de trabalho do magistrado, a taxa de congestionamento da justiça, a

interesse e a necessidade de adoção de procedimentos que levem à diminuição dos litígios.

Quando se constata que as decisões judiciais são divergentes mesmo que relacionadas a situações idênticas, bem como que existem camadas da população que não tem acesso ao Judiciário, deixando de receber bens reconhecidos judicialmente a outrem, os quais deveriam ser acessíveis a todos assegurados pela Constituição, ocorre o que O'Donnell caracteriza de *cidadania de baixa intensidade*, para referir às democracias cujos Estados são incapazes de tornar efetivas as suas próprias regulações⁵⁰.

No Brasil, por acreditar numa cidadania juridicamente participativa que os constitucionalistas 'comunitários' lutaram pela "pela incorporação no texto constitucional das garantias processuais que pudessem viabilizá-la. Ao conferir prioridade ao temas da igualdade e da dignidades humanas, eles rompem com a tradicional cultura jurídica brasileira, positivista e privatista, voltada mais para o universo microjurídico dos interesses individuais em conflito do que para projeções globais, que envolvem interesses públicos ou coletivos(...)"⁵¹

A grande questão que nos propomos a enfrentar é como tem sido elaborado o princípio da igualdade nas causas em que há presença da Administração Público contexto brasileiro considerando a inexistência de uma jurisdição material e formalmente administrativa, A partir deste ponto apresentaremos alguns precedentes jurisprudenciais como ponto de partida para estudo da questão.

taxa de recorribilidade externa e interna e a taxa de reforma da decisão. Conforme os dados colhidos pelo CNU no ano base de 2009, o Poder Público demandou na Justiça Federal, em 1º grau, um total de 3.458.831 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil e oitocentos e trinta e um) casos novos. Nesse universo, incluem-se os cinco tribunais regionais federais e as ações propostas por União, autarquias, fundações e empresas públicas federais, Estados, Distrito Federal, autarquias, fundações e empresas públicas estaduais e distritais, municípios, autarquias, fundações e empresas públicas municipais. O Poder Público foi demandado num total de 2.580.232 (dois milhões, quinhentos e oitenta mil, duzentas e trinta e duas) ações em 1º grau. Em 2º grau, demandou um total de 740.818 (setecentos e quarenta mil e oitocentos e dezoito ações) e foi demandado diretamente, em 2º grau, 676.966 (seiscentos e setenta e seis mil, novecentos e sessenta e seis) vezes. Na Justiça Estadual, o Poder Público, como demandante, alcançou o total de 4.126.159 ações, esclarecendo-se que, conforme consta no *site*, alguns Estados da Federação não possuíam os dados disponíveis, do que se conclui que o resultado real é superior ao afirmado. Nesse número, incluem-se 1º e 2º graus. Na Justiça Estadual, o total de 1.134.963 demandas foram ajuizadas contra o Poder Público no ano de 2009.

⁵⁰ CITTADINO, 2004, p. 11: "Guilherme O'Donnell utiliza o conceito de "*cidadania de baixa intensidade*" (*low intensity citizenship*) para referir às democracias cujos Estados são incapazes de tornar efetivas suas próprias regulações. Isto significa que se por um lado os direitos políticos são respeitados – ausência de coerção direta ao voto, livre capacidade de organização, manifestação da opinião- por outro lado, a cidadania é seriamente mutilada no que se refere à negação dos direitos liberais às camadas populares e outros setores estigmatizados – violência policial, impossibilidade de acesso aos tribunais etc. Ver Guilherme O'Donnell, **Sobre o Estado, a Democratização e Alguns Problemas Conceituais** – Uma Visão Latino-Americana com uma Rápida Olhada em Alguns Países Pós-Comunistas", in **Novos Estudos CEBRAP**, n. 36, julho de 1993.

⁵¹ CITTADINO, 2004, p. 72.

6 ANÁLISE DE PRECEDENTES JUDICIAIS E A INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE

6.1 Indeferimento de Aposentadoria especial: ato administrativo individual de efeitos coletivos⁵²

O caso trata de uma questão jurídica discutida há aproximadamente 12 anos na Justiça Federal e refere-se a impugnação de ato administrativo do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS consistente na negativa de concessão de aposentadoria especial decorrente de interpretação de lei federal. O ato administrativo individual de indeferimento tem efeitos coletivos pois há milhares de demandas fundadas na mesma situação de fato e de direito que tramitam nos tribunais.

Na hipótese, constata-se que o termo inicial da controvérsia iniciou-se em meados de 1998, quando houve alteração legal a respeito da possibilidade da conversão de tempo especial em comum. Como só foi possível na dissertação de mestrado colher dados estatísticos a partir de 2005, constatou-se que o número de ajuizamento de demandas tem crescido exponencialmente, ao ponto de, em 2005, terem sido ajuizadas 2.824 demandas e, em 2010, 4.826. Tal aumento se explica em decorrência do fato de que a aposentadoria é um direito que vai sendo adquirido no decorrer do tempo, portanto, enquanto a matéria não for pacificada e tiver efeito vinculante para o INSS, a tendência é o aumento de demandas repetitivas sobre a questão jurídica controvertida. Decorreram-se aproximadamente 12 anos de discussões judiciais a respeito da matéria, e, tendo sido objeto de julgamento de recurso repetitivo no STJ em 21/6/2010. O Recurso foi julgado em 23/3/2011 e o acórdão publicado em 05/4/2011⁵³. Sem dúvida, isso tem gerado decisões contraditórias, aumento de litígios e insegurança jurídica. Além disso, o tema é de extrema relevância, pois diretamente relacionado à prestação

⁵² Expressão cunhada do artigo desenvolvido pelo Professor Ricardo Perlingeiro: PERLINGEIRO, Ricardo. A impugnação Judicial de Atos Administrativos na Defesa de Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos. **Revista de Direito do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, jul-set. 2007, p. 255-277.

⁵³ Disponível em: < <http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 15/11/2011.

alimentar de pessoas que, em tese, teriam trabalhado sob condições insalubres e já possuem tempo suficiente para a percepção do benefício previdenciário⁵⁴.

6.2 Omissão da Administração: implementação de políticas públicas relacionadas ao direito à saúde- concessão de medicamentos de alto custo em ações individuais

Neste ponto, dois precedentes em sentido contrário do Superior Tribunal de Justiça demonstram a existência de fundamentos divergentes a respeito do tema:

6.2.1 Recurso ordinário em Mandado de Segurança n. 24197 relatado pelo Ministro Luiz Fux⁵⁵ no sentido de que ‘ o **alto custo** de um tratamento ou de um medicamento que tem registro na ANVISA não seria suficiente para impedir o seu fornecimento pelo poder público. A morosidade do trâmite burocrático não pode sobrepor-se ao **direito à vida** do impetrante, cujo risco de perecimento levou **à concessão da medida liminar às fls.79 (...)**”

6.2.2 Em sentido contrário decisão exarada no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n. 28962, Ministro Relator Benedito Gonçalves⁵⁶: ‘ Apenas **a** título de argumento obter dictum, **as** ações ajuizadas contra os entes públicos com escopo de obrigar-lhes indiscriminadamente ao fornecimento de medicamento de **alto custo** devem ser analisadas com muita prudência. O entendimento de que o Poder Público ostenta **a** condição de satisfazer todas **as** necessidades da coletividade ilimitadamente, seja na **saúde** ou em qualquer outro segmento, é utópico; pois o aparelhamento do Estado, ainda que satisfatório aos anseios da coletividade, não será capaz de suprir **as** infindáveis necessidades de todos os cidadãos. Esse cenário, como já era de se esperar, gera inúmeros conflitos de interesse que vão parar no Poder Judiciário, **a** fim de que

⁵⁴ Estudo apresentado na dissertação de Mestrado defendida perante a UFF em 16/12/2011, com o título **DEMANDAS REPETITIVAS DECORRENTES DE AÇÕES OU OMISSÕES DO PODER PÚBLICO: HIPÓTESES DE SOLUÇÕES A PARTIR DE UM PROCESSO JUDICIAL PÚBLICO FUNDAMENTADO NOS PRINCÍPIOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**. A dissertação teve como orientador o Prof.Dr. Ricardo Perlingeiro e coorientador o Prof. Dr. Herman Josephh Blanke.

⁵⁵ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Publicado no DJE em 24/08/2010

⁵⁶ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Publicado no DJE em 03.09.2009

decida se, nesse ou naquele caso, o ente público deve ser compelido a satisfazer a pretensão do cidadão. E o Poder Judiciário, certo de que atua no cumprimento da lei, ao imiscuir-se na esfera de alçada da Administração Pública, cria problemas de toda ordem, como desequilíbrio de contas públicas, o comprometimento de serviços públicos, dentre outros”.

6.2.3 Omissão da Administração: implementação de política pública relacionada ao direito à educação consistente na obrigação de fornecimento de creche pelo Estado de São Paulo em ação coletiva⁵⁷

Trata-se de decisão proferida monocraticamente pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, mantendo acórdão que obriga o Município do Estado de São Paulo⁵⁸, em ação civil pública, a matricular crianças em unidades de ensino infantil próximas de sua residência ou do endereço do trabalho de seus responsáveis, sob pena de multa diária por criança não atendida.

A decisão enumera os precedentes constante no Informativo STF n. 345/2004, sendo relevante a transcrição de parte da fundamentação do julgamento:

(...) É certo que não se inclui no âmbito das funções institucionais a atribuição de formular e implementar políticas públicas, pois, nesse domínio, o encargo reside, primariamente, nos Poderes Executivo e Legislativo. Impede assinalar, contudo, que tal incumbência poder atribuir-se, embora excepcionalmente, **ao Poder Judiciário**, se e quando os órgãos estatais competentes, por descumprirem os encargos políticos-jurídicos que sobre eles incidem em caráter mandatório, vierem a comprometer, com tal comportamento, **a eficácia e a integridade de direitos individuais e coletivos impregnados de estatura constitucional**.

(...) Isso significa, portanto, considerada a primazia reconhecida aos direitos das crianças e dos adolescentes, que ineficiência administrativa, o descaso governamental com direitos básicos do cidadão, a incapacidade de gerir os recursos públicos, a incompetência na adequada implementação da programação orçamentária em tema de

⁵⁷BRASIL.SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Relator Ministro Celso de Mello, Decisão prolatada em 21/06/2011, disponível no site do STF: <http://www.stf.jus.br>, acesso em 29/07/2011.

⁵⁸Para contextualizar os efeitos desta decisão é preciso considerar que São Paulo é o maior cidade do Brasil e possui atualmente No ranking mundial elaborado pela ONU é a 5ª. maior cidade do mundo com 10.886.518 habitantes. Dados obtidos no sítio eletrônico: <http://www.cidadedesapaulo.com>, acesso em 29/07/2011.

educação pública, a falta de visão política na justa percepção, pelo administrador, do enorme significado social de que se reveste a educação infantil, a inoperância funcional dos gestores públicos na concretização das imposições constitucionais estabelecidas em favor das pessoas carentes **não podem e não devem representar obstáculo à execução, pelo Poder Público,** da norma inscrita no art. 208, IV, da Constituição da República, que se traduz e impõe, ao Estado, um dever inafastável, sob pena de importar em grave vulneração a um direito fundamental da cidadania, o dever de fornecer creches públicas e de ensino pré-primário “ às crianças até 5 (cinco) anos de idade.

6.4 Observações finais relacionadas aos precedentes descritos

Quanto ao item 5.1, constata-se que foi trazido para apreciação uma espécie de demanda proposta individualmente e pela circunstância de estar atrelada a mesma situação de fato, acarreta o fenômeno da repetição processual. Sem dúvida, a lide tem acarretado ofensa ao princípio da igualdade, pois, conviveram decisões divergentes na seara do Judiciário a respeito do tema por vários anos. Apesar da solução alcançada via incidente de demanda repetitiva no Superior Tribunal de Justiça, ainda não há observância pela Autarquia Federal dos comandos exarados pelo Poder Judiciário em outros casos idênticos.

Quanto ao item 5.2 encontramos a postulação da prestação de um serviço público para manutenção da saúde, o que afasta a aplicação do conceito de direito subjetivo puro e simples, pois há uma co-titularidade social deste direito. “Ora, os serviços públicos caracterizadores dos direitos sociais não foram formulados para ser desfrutados isoladamente. Foram formulados para ser desfrutados por toda coletividade, não pela lógica da exclusão, mas pela lógica da inclusão”⁵⁹.

Basicamente, em uma sociedade em que os direitos são respeitados e todos têm acesso aos serviços públicos básicos, tais como saúde, moradia, estudo, dentre outros, todas as pessoas gozam das condições necessárias ao seu desenvolvimento como ser humano.

Lado outro, isto não legitima cada indivíduo a exigir do Estado condições sociais ao desenvolvimento individual. Tais direitos foram, de fato, desenvolvidos para atender a toda coletividade, respeitando-se os princípios que norteiam aos serviços

⁵⁹ LINS, Liane Cirne. Por uma compreensão da *Co-Titularidade Social* dos Direitos Fundamentais Sociais. *Revista da Faculdade de Direito de Caruaru*, 38: 181,207.

públicos, quais sejam, a *universalidade e a impessoalidade*.

A regra deve ser, portanto, de que a titularidade dos direitos sociais é efetivamente social, razão pela qual sua proteção deve ser realizada de forma coletiva, difusa ou individual homogênea, sem exclusão, por óbvio, da possibilidade de haver, residualmente, proteção individual nos casos de ameaça ao mínimo existencial⁶⁰.

Eduardo Appio⁶¹ escreve que “o direito à saúde não é um direito subjetivo público, o qual faz parte do patrimônio jurídico de cada cidadão brasileiro, mas sim um dever objetivo do Estado”.

Por outro lado, o Ministro Gilmar Mendes, em Agravo Regimental interposto pela União e após a realização de Audiência Pública – Saúde, realizada no STF em abril/maio de 2009⁶², entendeu que “a garantia judicial da prestação individual de saúde, ‘prima facie’, estaria condicionada ao não comprometimento do funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), o que, por certo, deve ser sempre demonstrado e fundamentado de forma clara e concreta, caso a caso”.

Finalmente, o item 5.3 da mesma forma que o anterior, trata da prestação de serviço público relacionado ao direito à educação, aplicando-lhes todas as ressalvas expostas no parágrafo anterior. Neste caso, porém, constata-se que tão-somente a observância do princípio da igualdade em sua plenitude, pois todas as crianças da cidade de São Paulo estariam protegidas pela decisão.

Forçoso concluir, que nos casos em que direitos coletivos e individuais homogêneos foram tratados individualmente pelo Poder Judiciário (itens 5.1 e 5.2) houve uma aparente quebra do princípio da igualdade.

7. EXTENSÃO DA COISA JULGADA A TERCEIRO

Este último capítulo consiste em descrever um instituo processual utilizado na Espanha para a solução das demandas oriundas do Direito Administrativo de acordo com os exemplos apresentados no tópico anterior.

⁶⁰ LINS, Liane Cirne. Por uma compreensão da *Co-Titularidade Social* dos Direitos Fundamentais Sociais. **Revista da Faculdade de Direito de Caruaru**, 38: 181,207.

_____A Tutela Inibitória Coletiva das Omissões Administrativas: Um enfoque processual sobre a justiciabilidade dos direitos fundamentais sociais. **Revista Direito do Estado** n 12, Rio de Janeiro: Renovar/Instituto Idéias, out-dez 2008, p. 223-261.

⁶¹ APPIO, Eduardo. **A Justiciabilidade dos Direitos Sociais no País: Populismo Judiciário no Brasil**. Disponível em: WWW.eduardoappio.com.br, acesso em 10/01/2010.

⁶² Disponível site <http://www.stf.jus.br>, acesso em 10/01/2011.

O estudo do direito comparado é um instrumento poderoso para o aperfeiçoamento das instituições nacionais; entretanto, não pode ser considerado isoladamente, sem as avaliações a respeito do contexto histórico em que foi criada a norma e do nível de amadurecimento das instituições nacionais para a adoção de determinado mecanismo processual.

Necessária a colocação de algumas premissas para a compreensão do instituto. Primeiramente, na Espanha foi adotado o sistema da separação entre a jurisdição civil e jurisdição administrativa e seu sistema é o da *civil Law*.

Noutra perspectiva é importante esclarecer que o instituto a ser apresentado esta inserido num sistema judicialista, caracterizado pelo “fato de atribuir a um poder judicial independente o conhecimento das causas em que o Estado, ou os Estados e as Províncias, segundo os diferentes modelos constitucionais, são partes no litígio”⁶³. Em contrapartida, o oposto ao sistema judicialista puro encontram-se os tribunais administrativos no âmbito da Administração.

Juan Carlos Cassagne ⁶⁴ expõe que a configuração de um sistema judicialista deve acumular os seguintes princípios prescritivos na própria Constituição do país:

- (a) a instituição de um poder judicial independente;
- (b) a garantia de defesa em juízo;
- (c) impedimento do exercício de funções jurisdicionais por parte do Poder Executivo;
- (d) a proteção da clássica garantia de defesa que se estende, em alguns países, na criação e regulamentação das ações judiciais (...).

A Espanha adota um processo judicial público e um sistema organizacional diferenciado para a solução das demandas em que há presença das causas oriundas do Direito Administrativo. Portanto, realizaremos uma análise descritiva dos dispositivos processuais relacionado a Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa Espanhola⁶⁵.

⁶³ CASSAGNE, Juan Carlos in ABERASTURY, Pedro; CASSAGNE, Juan Carlos; GOTTSCHAU, Evelyn Patrízia. La Ley de La Justicia Administrativa Alemana. In: ABERASTURY, Pedro (Org.). **Ley de la Justicia Administrativa Alemana**. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 2009, p. 41.

⁶⁴ Ibid, 2009, p.42.

⁶⁵ Ley 29/1998 reguladora de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa (Boletín Oficial del Estado nº 311 de 14/7/1998).

Karl-Peter Sommerman⁶⁶, ao desenvolver historicamente o surgimento da jurisdição administrativa na Alemanha, faz alusão expressa ao fato de que hoje é evidente o consenso sobre a necessidade de garantir uma tutela judicial efetiva⁶⁷, bem como a necessidade de sua implementação por meio de um direito processual adequado. Esse direito processual é que procuraremos buscar para lançar luzes nos complexos problemas da jurisdição brasileira quanto às demandas repetitivas em que há presença da Administração Pública, maioria de processos em tramitação no Poder Judiciário.

A evolução legislativa a respeito da matéria na Espanha merece uma breve digressão histórica, pois, na sua origem, como no Brasil, houve a clássica divisão de poderes entre executivo, legislativo e judiciário. No início, havia a lógica da proibição da ingerência entre os poderes, o que acarretou o surgimento dos problemas decorrentes da vulneração desse preceito, especificamente entre o executivo e o judiciário. Portanto, diante das dificuldades crescentes entre a administração pública e os administrados, a Espanha adotou, a *Ley de Santamaria Paredes de 1888*, considerada um sistema misto em que se criaram órgãos judiciais e administrativos aos quais foram atribuídas competência para a resolução dos conflitos contra a Administração Pública⁶⁸.

Posteriormente, adotou-se a *Ley de La Jurisdicción Contenciosa-Administrativa de 1956*, optando-se por um sistema judicial puro, excluída da sua composição a Administração, entretanto, na prática, o Executivo garantia, entre outros privilégios, o cumprimento das decisões tão somente pela Administração, não podendo o judiciário substituir-se no cumprimento de suas sentenças⁶⁹.

A judicialização plena, entretanto, para as demandas relacionadas à Administração Pública, só ocorreu com a Constituição Espanhola de 1978 (CE), que, em seu artigo 117.3, define a função jurisdicional como *de julgar e executar* os seus julgados.

Portanto, no caso da Espanha, a Constituição de 1978 deu estabilidade

⁶⁶ SOMMERMANN, Karl-Peter in PERLINGEIRO, Ricardo; BLANKE, Hermann-Josef; SOMMERMANN, Karl-Peter. **Código de Jurisdição Administrativa: o modelo alemão**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2009.

⁶⁷ Sommermann (2005, p. 18-19) credita à Convenção Europeia de Direitos Humanos o desenvolvimento da jurisdição administrativa, pois prevê garantias processuais e o direito a um recurso à proteção dos direitos convencionais. “A Carta Europeia dos Direitos Fundamentais, adotada no ano 2000 pelo Parlamento Europeu e pela Comissão Europeia, consagra em seu art. 47 o direito a uma tutela judicial efetiva. Essa Carta vem a ter força vinculante no âmbito do direito comunitário europeu a partir da entrada em vigor do Tratado de Lisboa de 13 de dezembro de 2007”.

⁶⁸ PORTÁLES, Leticia Fontestad. La jurisdicción contencioso-administrativa en España. **Revista CEJ**. Brasília: CEJ, n.º. 34, jul./set. 2006, p. 62-72.

⁶⁹ Ibid.2006, p. 62.

definitiva ao sistema do contencioso-administrativo, que havia perfilado com evidente acerto a Lei de Jurisdição do Contencioso-Administrativo de 27/12/1956, responsável por jurisdicionalizar o sistema. Significa dizer, a Constituição situou o contencioso-administrativo dentro do Poder Judiciário, inclusive com as correspondentes ações relacionadas ao princípio da *tutela jurisdiccional efetiva*, qualificada como direito fundamental. No sistema espanhol, portanto, resta expressamente assinalada a possibilidade de controle do poder de regulamentação e legalidade da atuação administrativa, assim como a submissão dessa aos fins a que se justificam.

A promulgação da Lei nº. 29, de 13 de julho de 1998, traduz e desenvolve, finalmente, para sua efetiva aplicação, todos os princípios constitucionais expressos. Essa lei de 1998, no seu art. 1.1, estabelece o seu objeto de abrangência relacionado ao conhecimento das pretensões que forem deduzidas em relação à atuação da Administração Pública⁷⁰. Leticia Fontestad Portalés explicita que referido artigo define o que vem o a ser o contencioso-administrativo ao relacioná-lo a uma forma ampla, não atrelada tão somente a ato administrativo, contrato público ou emissão de um regulamento, mas se refere também às atividades administrativas relacionadas a atividade prestacional, atuação material, inatividade ou omissão da Administração.

Leticia Fontestad Portalés afirmou, em Conferência proferida na Universidade Federal Fluminense- UFF, em Niterói, RJ :

A pesar de los esfuerzos, tanto doctrinales como jurisprudenciales, resulta evidente que dicha ley del 56 necesitaba una reforma, de tal modo que el proceso contencioso administrativo que resuelve el juez frente a la Administración cumpla efectivamente con las nuevas exigencias constitucionales. Tras dos intentos fallidos en la elaboración de la nueva Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa, el primero en 1986 y el segundo con el Proyecto de Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 30 de noviembre de 1995, los cuales preveían ya la creación de los juzgados de lo contencioso administrativo, el PLICA de 1997 tiene más éxito, convirtiéndose en la relativamente nueva Ley de la jurisdicción Contencioso –Administrativa, Ley 29/1998, de 13 de Julio (BOE, 14 de Julio de 1988).

A análise de alguns institutos processuais específicos da Ley 29/1998 está em

⁷⁰ Artículo 1.1. Los juzgados y Tribunales Del orden contencioso-administrativo conocerá de las pretensiones que se deduzcan en relación con la actuación de las Administraciones públicas sujeta AL Derecho Administrativo, con las disposiciones generales de rango inferior a la Ley com los Decretos legislativos cuando excedam los limites de la delegación.

absoluta sintonia com o objeto deste trabalho, ou seja, o princípio da igualdade na Jurisdição Administrativa. A partir desse ponto de ligação, será descrito um instituto jurídico utilizados pela Lei Espanhola para o tratamento dos processos oriundos do Direito Administrativo, quais sejam: a possibilidade de extensão dos efeitos da sentença em fase de execução àqueles que se encontram na mesma situação fática e jurídica e não foram partes do processo⁷¹.

A extensão dos efeitos da sentença no contencioso-administrativo a quem não for parte no processo encontra-se prevista no art. 110 da Lei 29, de 13 de julho de 1998:

1. En materia tributaria y de personal al servicio de la Administración pública, los efectos de una sentencia firme que hubiera reconocido una situación jurídica individualizada a favor de una o varias personas podrán extenderse a otras, en ejecución de la sentencia, cuando concurren las siguientes circunstancias:
2. La solicitud deberá dirigirse directamente al órgano jurisdiccional competente que hubiera dictado la resolución de la que se pretende que se extiendan los efectos.
3. La petición al órgano jurisdiccional se formulará en escrito razonado al que deberá acompañarse el documento o documentos que acrediten la identidad de situaciones o la no concurrencia de alguna de las circunstancias del apartado 5 de este artículo.
4. Antes de resolver, en los veinte días siguientes, el Secretario judicial recabará de la Administración los antecedentes que estime oportunos y, en todo caso, un informe detallado sobre la viabilidad de la extensión solicitada, poniendo de manifiesto el resultado de esas actuaciones a las partes para que aleguen por plazo común de cinco días, con emplazamiento en su caso de los interesados directamente afectados por los efectos de la extensión. Una vez evacuado el trámite, el Juez o Tribunal resolverá sin más por medio de auto, en el que no podrá reconocerse una situación jurídica distinta a la definida en la sentencia firme de que se trate.
5. El incidente se desestimarà, en todo caso, cuando concorra alguna de las siguientes circunstancias:
 - a. Si existiera cosa juzgada.
 - b. Cuando la doctrina determinante del fallo cuya extensión se postule fuere contraria a la jurisprudencia del Tribunal Supremo o a la doctrina sentada por los Tribunales Superiores de Justicia en el recurso a que se refiere el [artículo 99](#).
 - c. Si para el interesado se hubiere dictado resolución que, habiendo

⁷¹ Pertinente aos atos administrativos que geram demandas de massa, a exposição de motivos da Lei nº. 29/1998 expressa: “Dos novedades importantes completan este capítulo de la Ley. La primera se refiere a la posibilidad de extender los efectos de una sentencia firme en materia de personal y en materia tributaria a personas distintas de las partes que se encuentren en situación idéntica. Aun regulada con la necesaria cautela, la apertura puede ahorrar la reiteración de múltiples procesos innecesarios contra los llamados actos en masa. La segunda consiste en otorgar al acuerdo de conciliación judicial la misma fuerza que a la sentencia a efectos de ejecución forzosa, lo que refuerza el interés de la Ley por esta forma de terminación del procedimiento”.

causado estado en vía administrativa, fuere consentida y firme por no haber promovido recurso contencioso-administrativo.

6. Si se encuentra pendiente un recurso de revisión o un recurso de casación en interés de la Ley, quedará en suspenso la decisión del incidente hasta que se resuelva el citado recurso.

7. El régimen de recurso del auto dictado se ajustará a las reglas generales previstas en el [artículo 80](#).

Os requisitos para que ocorra a extensão, portanto, são os seguintes: que todos os interessados se encontrem em idêntica situação jurídica que a dos favorecidos pela omissão; que o juiz ou tribunal sentenciante seja também competente por razão de território, para conhecer das pretensões de reconhecimento de situação individualizada; que a extensão dos efeitos da sentença seja solicitada no prazo de um ano da última notificação a quem for parte no processo. Na hipótese da existência de recurso, esse prazo será contado desde a última notificação que colocou fim ao processo (Lei 29/1998, art. 110. 1)⁷².

A grande dificuldade encontrada na Espanha na seara das execuções de sentença conforme Pablo Gonzáles Mariñas⁷³, é a força da interpretação radical do princípio de separação de poderes, que traz efeitos e consequências perversas. Há uma fidelidade no sistema espanhol atrelado à execução administrativa dos comandos judiciais, entretanto a nova Lei 29/1998, regulou no Capítulo IV, Título IV, faculdades judiciais para o cumprimento dos julgados. Chega, inclusive, a prever a substituição por parte da autoridade judicial da execução por seus próprios meios com a requisição de colaboração por parte da autoridade administrativa. O propósito, pois, e com caráter geral, é garantir meios eficazes para realizar a tutela judicial efetiva prevista no art. 24 da Constituição Espanhola.

Os dispositivos transcritos possuem estreita ligação com o fenômeno dos processos repetitivos, pois prevê a extensão da coisa julgada a terceiros que não participaram da relação jurídica processual originária quando presentes pressupostos específicos. A extensão, todavia, só é possível em duas hipóteses: direito tributário e

⁷² Art.110.1. Que los interesados se encuentren en idéntica situación jurídica que los favorecidos por el fallo. Que el juez o tribunal sentenciador fuera también competente, por razón del territorio, para conocer de sus pretensiones de reconocimiento de dicha situación individualizada. Que soliciten la extensión de los efectos de la sentencia en el plazo de un año desde la última notificación de esta a quienes fueron parte en el proceso. Si se hubiere interpuesto recurso en interés de la Ley o de revisión, este plazo se contará desde la última notificación de la resolución que ponga fin a éste.

⁷³ MARIÑAS, Pablo Gonzáles. Ejecución de Sentencias Contencioso Administrativo en España. **Reforma do Contencioso Administrativo**. Coimbra: Editora Coimbra, vol. 1, 2003, p. 490.

matérias relacionadas a servidores públicos.

A lei é geral, e entende-se como matéria tributária qualquer questão litigiosa que tenha a ver com impostos, taxas e contribuições especiais e por *personal*, toda questão litigiosa que se refira a “funcionário de carreira, senão também ao interino, estatutário, eventual, os particulares imersos em processos seletivos, que todavia não tenham alcançado aquela condição reconhecida em sentença”⁷⁴.

Importante esclarecer que, na Espanha, a extensão da sentença é realizada de forma diferente daquela existente no Direito Português. Conforme Wladimir Brito (2008), a forma adotada pela Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa (Ley 29 de 13 de julho de 1998) é mais racional ao estabelecer a possibilidade de as partes afetadas com a suspensão dos seus processos, na hipótese de massificação processual poderem requerer a extensão a seus processos dos efeitos das sentenças prolatadas nos processos selecionados. Entretanto, esse pedido só deve ser feito, fulcro no art. 110 e 111 do mencionado diploma legal, após essa postulação ter sido realizada diretamente à Administração, em fase de cumprimento de sentença, e tão somente na hipótese de o requerimento administrativo ser negado é que há interesse processual na extensão dos efeitos da sentença.

7- CONCLUSÃO

A calculabilidade e a previsibilidade dos indivíduos em relação aos efeitos dos atos dos poderes públicos⁷⁵ alcançam a prestação jurisdicional, a qual deve garantir àqueles que se encontram em situação fática e jurídica idêntica uma igualdade de tratamento⁷⁶.

A questão, apesar de complexa, é de extrema relevância, sobretudo considerando a necessidade urgente de se impedir um colapso do sistema judiciário brasileiro em decorrência da falta de uma prestação jurisdicional eficiente e isonômica para a solução dos conflitos decorrentes da atividade administrativa.

⁷⁴ Ibid.2003, p. 512.

⁷⁵ CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional** e Teoria da Constituição. 2ª. ed. Coimbra: Editora Almedina, 1998, p. 256.
⁷⁶ PERLINGEIRO, Ricardo. **Tutela Judicial do Direito Público à Saúde**. In: III SEMINÁRIO DIREITO À SAÚDE, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, entre 31 de maio e 1º de junho de 2010. Texto inédito não publicado.

As demandas de direito público devem ser solucionadas por uma jurisdição especializada e a partir de um direito processual diferenciado: a jurisdição administrativa. É imprescindível, pois, uma jurisdição especial para a solução adequada das questões em que há presença do Estado.

As expressões “justiça administrativa” e “jurisdição administrativa” indicam, respectivamente, os órgãos jurisdicionais destinados ao julgamento dos litígios de direito público ou de interesse da administração pública (justiça administrativa) e a natureza e o alcance da jurisdição prestada pelos mesmos (jurisdição administrativa).

Nesse contexto surgiu a ideia de um Código Modelo de Processos Administrativos, em novembro de 2008, em Niterói em evento acadêmico no âmbito do Núcleo de Ciências Judiciárias da Universidade Federal Fluminense (Nupej/UFF). A Comissão para elaborar a proposta de um Código foi criada pela Diretoria do Instituto Ibero-americano de Direito Processual em março de 2009 e chancelada nas XXII Jornadas Iberoamericanas de Derecho Procesal, realizadas em Santiago do Chile, em agosto de 2010, tendo ocorrido sua aprovação recente do Código Modelo de Processos Administrativos – Judicial e Extrajudicial para Ibero-américa pela Assembleia Geral do Instituto Ibero-americano de Direito Processual por ocasião das XXIII Jornadas Iberoamericanas de Direito Processual, ocorridas em Buenos Aires, no dia 8 de junho de 2012⁷⁷.

É indispensável concluir que o tema da denominada justiça administrativa ou seja, a existência de um direito processual diferenciado para as causas de direito público e a criação de órgãos especializados para apreciar esta espécie de demanda constitui uma das peças fundamentais para a correta configuração do Estado de Direito.

Para se dar efetividade ao Estado de Direito, na visão da atualidade, é necessária a criação de um marco legal propício a pleno desenvolvimento das forças dos particulares e da sociedade em seu conjunto, mas também é indispensável a criação de

⁷⁷ O projeto foi concluído pela Comissão Revisora, composta pelos professores Ada Pellegrini Grinover, como presidente, e Ricardo Perlingeiro, como secretário-geral, sendo este também o Coordenador do Nupej; Abel Zamorano, Panamá; Adriáns Simons, Peru; Angel Landoni Sosa, Uruguai; Carlos Manuel Ferreira da Silva, Portugal; Eurípides Cuevas, Colômbia; Gumesindo García Morelos, México; Ignacio M. Soba Bracesco, Uruguai; Juan Antonio Robles Garzón, Espanha; Maria Rosa Gutiérrez Sanz, Espanha; Odete Medauar, Brasil; Ruth Stella Correa Palacio, Colômbia; Sergio Artavia Barrantes, dados constantes no site <<http://www.nupej.uff.br/ppgja>> acesso em 19/06/2012.

instrumentos de implementação que permitam aos particulares realizar seus direitos sociais, econômicos e culturais concretizados em lei⁷⁸. E isso se realiza a partir da jurisdição administrativa que garanta com efetividade, observando o princípio da igualdade.

O Estado Democrático de Direito é impensável sem a presença do princípio da igualdade. Este princípio surge exatamente como instituto destinado a neutralizar as desigualdades no âmbito dos direitos. Trata-se, pois, de uma igualdade jurídico-política, referindo-se ao acesso igualitário aos procedimentos jurídico-políticos do Estado Democrático de Direito⁷⁹.

Para demonstrar num primeiro momento a observância do princípio da igualdade na jurisdição materialmente administrativa brasileiro, foram apresentados três precedentes judiciais. O primeiro deles, um caso típico de demanda repetitiva, em que há discussão da interpretação da lei federal pela Administração Pública quando do indeferimento do benefício previdenciário denominado de aposentadoria especial. Neste, verifica-se que por aproximadamente 12 anos a matéria vem sendo discutida no Judiciário Federal com prolação de decisões divergentes e tão-somente em 2011 a questão jurídica foi pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça, entretanto não tem efeito vinculante para a Administração Pública.

No segundo precedente apresentado, demonstramos que na seara do tribunal responsável por unificar o alcance da lei federal (STJ) ocorrem interpretações divergentes quando à extensão do direito à saúde. Tal se dá pela própria característica coletiva do direito que acaba por ser julgado em ações individuais, sem dúvida com real ofensa ao princípio da igualdade.

O terceiro caso demonstra uma decisão exarada monocraticamente por ministro do Supremo Tribunal Federal em que há extensão para todas as crianças de até 5 anos do direito a utilização de creche paga pelo Município. Nesta terceira hipótese, sem dúvida, o princípio da igualdade foi observado.

A possibilidade de extensão da coisa julgada a terceiro prevista na Lei do Contencioso Administrativo Espanhol quando houver decisão favorável em matéria de direito administrativo é um instituto jurídico que poderia ser aproveitado para diminuir a desigualdade no tratamento jurisdicional de questões idênticas.

⁷⁸ SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes; BLANKE, Hermann-Josef; SOMMERMANN, Karl-Peter. **Código de Jurisdição Administrativa: o modelo alemão**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2009.

⁷⁹ NEVES, 2008, p. 166/167.

A questão da igualdade na seara da jurisdição administrativa é complexa, pois interceptada por questões políticas, sociais, econômica e ideológicas. Mas precisa ser enfrentada e descortinada para que não continue a assombrar aqueles que buscam os Tribunais na busca da solução dos seus conflitos.

Conforme Carmem Lúcia⁸⁰ tem-se afirmado que a dignidade da pessoa humana confunde-se com a igualdade jurídica. “ Se é da humanidade que emerge o fundamento daquele princípio é na humanidade igual de todas as pessoas que se põe a base desse último princípio. Dito de outra forma, a humanidade é idêntica em berço (o qual pode ser, contudo, dessemelhante) não altera a igualdade da pessoa, o que a sepultura testemunha igual em qualquer canto do mundo. A interpretação haverá de ser no sentido de que todos são igualmente dignos porque iguais em sua humanidade (...)”.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Gustavo. **Direito, Escassez e Escolha**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

APPIO, Eduardo. **A Justiciabilidade dos Direitos Sociais no País: Populismo Judiciário no Brasil**. Disponível em: WWW.eduardoappio.com.br, acesso em 10/01/2010.

BROSS, Siegfried. O Sistema de Controle Judicial da Administração Pública e a Codificação da Jurisdição Administrativa. Tradução de Martim Vicente Gottschalk. **Revista CEJ**, Brasília: CEJ, p. 35-42, set. 2006.

CASSAGNE, Juan Carlos in ABERASTURY, Pedro; CASSAGNE, Juan Carlos; GOTTSCHAU, Evelyn Patrícia. La Ley de La Justicia Administrativa Alemana. In: ABERASTURY, Pedro (Org.). **Ley de la Justicia Administrativa Alemana**. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 2009.

CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva: Elementos da Filosofia Constitucional Contemporânea**, 2004, p. 15, citando conceito utilizado por

⁸⁰ O princípio da dignidade da pessoa humana encontra-se no art. 1º, III, da Constituição Federal de 1988. “Ali, ele é posto como fundamento da própria organização política do Estado Democrático de Direito nos termos do qual se estrutura e se dá a desenvolver, legitimamente, a República Federativa do Brasil. A expressão daquele fundamento do Estado do Brasil quer significar, pois, que esse existe para o homem, para assegurar condições políticas, sociais, econômicas e jurídicas que permitam que ele atinja os seus fins; que o seu fim é o homem, como fim em si mesmo que é, quer dizer, como sujeito de dignidade, de razão digna e supremamente posta acima de todos os bens e coisas, inclusive do próprio Estado”. (Carmem Lúcia Antunes Rocha, O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social. **Revista Interesse Público**, n. 4. Editora 1999, p. 23 a 49.

Carlos Roberto da Siqueira Castro, **A Constituição Aberta e Atualidades dos Direitos Fundamentais**

DE MORAES, Vanila Cardoso Andre. **Demandas repetitivas decorrentes de ações ou omissões da Administração Pública:** Hipóteses de soluções e a necessidade de um direito processual público fundamentado na Constituição. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Curso de Mestrado Justiça Administrativa, Universidade Federal Fluminense, 2011).

FARIA, José Eduardo. Prefácio da obra **Pluralismo, Direito e Justiça Distribuíva**, 3ª. ed. Lúmen Juris: 2004.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **O poder constituinte**. 3 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

GARAY, Alberto F. **La igualdad ante la ley:** Decisiones administrativas contradictorias, decisiones judiciales contradictoria, desigualdad procesal. Buenos Aires: Lexis, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

JÚNIOR, José Cretella; GASPAR, Diógenes. **Curso de Direito Administrativo**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1986.

LIMA, Paulo Roberto de Oliveira. **Contribuição a Coisa Julgada**. São Paulo: Ed Revista dos Tribunais, 1997, p.

LINS, Liane Cirne. Por uma compreensão da *Co-Titularidade Social* dos Direitos Fundamentais Sociais. **Revista da Faculdade de Direito de Caruaru**, 38: 181,207.

_____A Tutela Inibitória Coletiva das Omissões Administrativas: Um enfoque processual sobre a justiciabilidade dos direitos fundamentais sociais. **Revista Direito do Estado** n 12, Rio de Janeiro: Renovar/Instituto Idéias, out-dez 2008, p. 223-261.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Divergência jurisprudencial e súmula vinculante**. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001, p. 133.

MARINHO FILHO, Luciano. Paralelo Analítico entre Mecanismos de Uniformização de Jurisprudência no Direito Processual Pátrio. **Revista Dialética de Direito Processual Civil**. Nº. 90. São Paulo: Editora Dialética, 2010, p. 138.

NEVES, Marcelo. **Entre Têmis e Leviatã:** uma relação difícil. Martins Fontes, São Paulo. 2008. O autor explicita em sua obra que “ na tradição ocidental, Leviatã apresenta-se como símbolo do poder expansivo do Estado. Têmis, antes de tudo, representa a justiça abstrata.

PALU, Oswaldo Luiz. **Controle dos Atos de Governo pela Jurisdição**. São Paulo:

Editora Revista dos Tribunais, 2004.

PERLINGEIRO, Ricardo. A execução no Código Modelo de Processo Coletivo para a Ibero-América e as causas de interesse público. **Revista Forense**. Rio de Janeiro: Editora Revista Forense, nov-dez. 2005, p. 199-205.

PERLINGEIRO, Ricardo; BLANKE, Hermann-Josef; SOMMERMANN, Karl-Peter. **Código de Jurisdição Administrativa: o modelo alemão**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2009.

PERLINGEIRO, Ricardo. **Tutela Judicial do Direito Público à Saúde**. In: III SEMINÁRIO DIREITO À SAÚDE, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, entre 31 de maio e 1º de junho de 2010. Texto inédito não publicado.

PERLINGEIRO, Ricardo Perlingeiro. A execução no Código Modelo de Processo Coletivo para a Ibero-América e as causas de interesse público. **Revista Forense**. Rio de Janeiro: Editora Revista Forense, nov-dez. 2005, p. 199-205.

PERLINGEIRO, Ricardo. A impugnação Judicial de Atos Administrativos na Defesa de Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos. **Revista de Direito do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, jul-set. 2007, p. 255-277.

TAMER, Sérgio Victor. *Atos Políticos e Direitos Sociais nas Democracias: Um estudo sobre o Controle dos Atos Políticos e a Garantia Judicial dos Direitos Sociais*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2005.

MEDEIROS, Marcelo. Princípios de Justiça na alocação de recursos em saúde. Texto para Discussão n. 687 do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Sobre a Súmula 343. **RePro 86/150**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, abr-jun. 1997.

O PROGRAMA PROJOVEM ADOLESCENTE EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - DESAFIO DA INSERÇÃO SOCIAL

PROJOVEM TEENAGER IN THE PROGRAM OF CACHOEIRO ITAPEMIRIM - CHALLENGE OF SOCIAL INCLUSION

PINHEIRO, Cláudia Aparecida Vieira¹

RESUMO

O presente artigo versa sobre implementação do Programa PROJOVEM Adolescente em Cachoeiro de Itapemirim, de modo a analisar se o funcionamento e as práticas adotadas vão de encontro às características apregoadas pelo governo federal, no tangente das ações de políticas públicas voltadas para adolescência e juventude no País. Este trabalho visa avaliar se o Projovem atende realmente as demandas sociais em relação à inserção social destes adolescentes em condições de vulnerabilidade social em contraposição ao exercício pleno de sua cidadania. Neste aspecto cabe compreender a realidade destes jovens e as dificuldades de inserção que se deparam às suas realidades, procurando evidenciar os desafios presentes quanto aos resultados esperados não só em relação aos beneficiários do Projovem, mas, na implementação do próprio programa no âmbito do município.

Palavras Chaves: Projovem Adolescente; Inserção Social; Cidadania.

ABSTRACT

This article focuses on a reflective implementation of the Program in Adolescent PROJOVEM Itapemirim, in order to analyze the functioning and practices adopted will meet the features touted by the federal government, the tangent of the actions of public policies aimed at teens and Youth in the Countr. This study aims to evaluate whether the Projovem actually meets social demands in relation to social inclusion of adolescents in conditions of social vulnerability as opposed to the full exercise of their citizenship. In this respect it is to understand the reality of these young people and integration difficulties encountered by their realities, seeking to highlight the challenges and present the expected results not only in relation to the beneficiaries of Projovem, but the implementation of the program itself within the municipality.

¹ Professora e Gestora Escolar, na Rede Municipal de Ensino de Cachoeiro de Itapemirim; Especialista em Gestão, Inspeção, Supervisão e Orientação Escolar; Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional; Especialista em Gestão Pública Municipal; Mestranda em Políticas Sociais: Educação, Política e Cidadania da Universidade Estadual Norte Fluminense - UENF. *Email:* claudiapinheiropgm@gmail.com ou claudiavieira1999@hotmail.com.

Keywords: Adolescent Projovem; Social Inclusio; Citizenship.

1. INTRODUÇÃO

Toda trajetória histórica em torno das políticas sociais no Brasil principalmente nas duas últimas décadas foi permeada por muitas transformações sociais e econômicas que acentuavam cada vez mais a pobreza latente do País. Estas transformações de certa forma sempre foram conflitantes com o discurso de cidadania e garantia de direitos iguais a todos. Com isso é notório a ênfase que tem se dispensado às políticas Públicas que visam garantir direitos mínimos à população que vive em situação de segregação socioeconômica. No âmbito das inovações nas/das políticas públicas de assistência social destinadas a adolescentes e jovens destacam-se alguns aspectos históricos e legais na atualidade, políticas essas que de modo geral se objetivam a garantir direitos e o exercício da cidadania, num contexto de incertezas nos quais está inserida a grande maioria dos jovens atendidos pelo projovem adolescente. Neste cenário tem se constituído todo o aparato legal que legitima a implementação das Políticas Públicas, desde a própria carta magna de 1988, às legislações criadas para regulamentar e garantir os direitos constitucionais principalmente quanto à assistência (LOAS), à saúde (SUS), o acesso a educação (LDBEN), às crianças e aos adolescentes (ECA). No entanto, ainda que diante de toda essa teia de regulamentações e aspectos legais que se entrelaçam em busca de soluções, há uma perpetuação do abismo da desigualdade socioeconômica no Brasil.

Diante de todo esse quadro, considerados um público propenso a vulnerabilidade e em risco social, os jovens pobres, pertencentes a classes sociais menos favorecidas são em sua maioria grandes vítimas das mazelas sociais, da exclusão no mercado capitalista, além de estarem relacionados aos problemas da violência e drogas e este número cada dia ganha mais proporção.

Um dos grandes desafios e demandas sociais hoje é criação de políticas públicas para a juventude, e no Município de Cachoeiro de Itapemirim, não diferente do restante do País, apesar de todo o discurso de diversidade em relação à temática da juventude tal debate não ganha menos destaque.

Dando início em 2004/2005, o Governo Federal inicia a construção de uma Política Nacional de Juventude com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho

Nacional de Juventude (Conjuve) e do Projovem - programa de atendimento aos jovens em situação de vulnerabilidade social.

O PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) acompanha as mais recentes tendências no âmbito das políticas públicas de assistência social destinadas aos jovens no Brasil e nos permite refletir sobre a amplitude em torno das políticas voltadas a adolescência e à juventude, a partir de determinantes e possibilidades histórico-sociais.

O PROJOVEM Adolescente, alvo principal deste trabalho, é um dos quatro eixos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, lançado em setembro de 2007 pela Presidência da República, para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos (BRASIL, 2008), e destina-se a promover a inclusão social dos jovens brasileiros. Seu foco principal é o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, a inserção e reinserção dos adolescentes à escola e sua permanência no sistema de ensino, bem como no mundo do trabalho.

Se considerarmos que a existência do programa possa ser meramente reprodutora de práticas assistencialistas e compensatórias, a própria maneira do programa se relacionar com os jovens/adolescente dificilmente leva em conta as particularidades e diversidade da juventude, como desejado pela instância federal, e assim, dificilmente promove práticas realmente transformadoras. Em caso contrário, como acontecem as práticas transformadoras e que particularidades supõem? São alguns pressupostos a serem explicitados nesse trabalho, cuja intenção não está em esvaziar e tampouco finalizar a discussão a respeito desse tema, mais trazer a tona inquietações que venham contribuir para estudos posteriores.

Neste sentido com propósito de contribuir para o entendimento é contemplado neste trabalho, abordagens teóricas acerca de questões conceituais sobre a juventude, bem como as características dos jovens e os novos arranjos no modo de se conceber e reconhecer a juventude no âmbito das políticas públicas e as preocupações recorrentes aos problemas da juventude especialmente das camadas pobres da sociedade.

Também se buscou explicitar um pouco do contexto socioeconômico do município de Cachoeiro de Itapemirim, como caracterização do campo de pesquisa de forma a compreender o contexto socioeconômico nos quais os jovens/adolescentes alvos dessa pesquisa encontram-se inseridos.

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL: EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES PARA OS JOVENS

2.1. CONCEITUANDO JUVENTUDE

Ao longo dos tempos o conceito de juventude foi sendo construído socialmente, foi se remodelando, ganhando novos contornos sociais e legais ao longo de uma história que perpassa por questões sociais, políticas e econômicas. Constituem-se pela cultura, pelas mudanças sociais, variando cronologicamente de acordo com os arranjos sociais.

Nas sociedades clássicas greco-romanas a juventude se referia a uma idade entre os 22 e os 40 anos. Cujo conceito está ligado à etimologia da palavra “Juvenis” que vem de “aeoum”, que etimologicamente é “aquele que está em plena força da idade”.

Hoje, não só no que dizem respeito à idade, mais ao biológico, ao psicológico, levando-se em conta como um período decisivo para a idade adulta. Um período também de transformações sociais e econômicas marcantes para sua independência e destas demandam principalmente sua inserção no mercado de trabalho, além de um período de formação da identidade juvenil para a adulta.

De modo geral o conceito de juventude refere-se ao período da vida entre a infância e a idade adulta - adolescência, mocidade (Rios, p.313, 2010), período considerado entre a transição da condição de dependência para a autonomia. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu art. 2º “considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade” e somente em casos excepcionais a lei se aplica de 18 a 21 anos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) classifica a juventude em dois períodos, o da adolescência – dos quinze aos dezenove anos - e o da juventude propriamente dita - após os dezenove anos. Considerando que somente a partir dos 16 anos os jovens podem legalmente serem inseridos no mercado de trabalho.

A juventude é compreendida como um período de construção de nova identidade, como uma etapa transitória de inserção na vida social.

Como a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajustes aos papéis adultos são as falhas nesse desenvolvimento e os ajustes que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como ‘problema’, como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; numa

perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social. (ABRAMO, 1997, p. 29)

2.2. POLÍTICA PÚBLICA PARA A JUVENTUDE

Na trajetória da sociedade contemporânea brasileira, é muito recente o enfoque dispensado acerca da juventude², que após um longo período histórico de negligência, passa a ser foco de reflexões e discussões tanto no cenário acadêmico quanto no político do Brasil, fazendo parte hoje das agendas para o desenvolvimento de políticas públicas para a juventude.

Apesar do crescimento da população jovem e do agravamento das questões sociais ligadas diretamente à juventude, durante muito tempo foi irrelevante a problematização dos direitos dos jovens, além do foco das mobilizações e preocupações terem sido centrados nas crianças e adolescentes e com isso durante um longo período, no âmbito das decisões nas políticas públicas a juventude esteve sem um espaço de discussão sem uma identidade própria, tendo sido durante um tempo desconsideradas na sociedade.

De acordo com Rua (2009), “Políticas Públicas referem-se à formulação de propostas, tomadas de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos”.

Somente a partir da última década é que se começam destacar rumores no campo das políticas públicas específicas para a juventude e nesse momento considera-se que o País dá um salto e fazem-se emergir ações voltadas para esse segmento da sociedade, através de políticas públicas compensatórias – que são políticas públicas criadas pelo Estado no intuito de reduzir as desigualdades e se definem como uma espécie de compensação do Estado à população mais segregada socioeconomicamente.

Todas as reflexões abarcando os jovens, como parte da sociedade civil, como sujeitos de direitos e de cidadania, nos reportam à Constituição Federal de 1988 que estabelece a garantia de direitos mínimos sociais e marca na história um passo importante no que trata à conquista dos direitos sociais e ainda amplia os debates em busca de condições cidadã para todos.

Os debates sociais cresceram e logo após a promulgação da Constituição Federal, aprovou-se o estatuto da criança e do adolescente (ECA), que veio traçar uma nova visão sobre esse

²Juventude, neste artigo, refere-se desde a adolescência à juventude adulta propriamente dita.

público, reconhecendo-os como sujeitos de direitos, porém, ainda que esse segmento da população tivesse seus direitos assegurados em constituição, isso não significou sua concretização, uma vez que apenas partes da categoria, os adolescentes, teriam através do Estatuto, seus direitos assegurados. Daí começa serem traçados novos conceitos de juventude, não apenas restritas a condição de ser jovem, mais de serem entendidos em sua totalidade e especificidade da idade. Para Groppo,

A juventude é construída, do século XIX ao início do século XX, através de instituições preocupadas com a proteção dos indivíduos ainda não maduros e diagnosticados em suas fragilidades ou através de instituições interessadas na potencialização das capacidades desses indivíduos, entre os quais as instituições escolares, as ciências modernas, o direito, o Estado e mundo do trabalho industrial. (GROPPO; 2000, P. 77).

Segundo Costa com base em Carvalho (2002, pág. 23), o aumento da pobreza ocorrido nas últimas décadas, aliada à redemocratização e mobilização da sociedade civil, recolocou na agenda política e social os temas do combate à pobreza, da reforma da assistência social e das políticas para infância e adolescência no Brasil, o que vem gerando importantes mudanças nas políticas sociais, além de suscitar novas questões e desafios. Um desses desafios passa pela questão da criação de políticas públicas para a juventude.

Ainda que, no início dos anos 1990, esse segmento da população tivesse seus direitos assegurados em constituição, isso não significou a pronta concretização destes. Rua (1998), citada por Spósito e Carrano *apud* Fávero (2007), afirma que naquela conjuntura as políticas de educação, saúde e trabalho não estavam contemplando ações especialmente voltadas para os jovens, sobretudo a nível federal.

Nos últimos dez anos, no entanto, começam a ocorrer mudanças no debate público acerca da juventude no Brasil, relacionados às condições de segregação socioeconômicas, a pobreza e concentração de renda presentes no Brasil, bem como, “os problemas na área da saúde, segurança pública, trabalho e emprego, deram a materialidade necessária para se começar a pensar em políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem evitados e combatidos” (SPÓSITO e CARRANO *apud* FÁVERO, 2007).

Por essas razões, o grande tema que ocupa a constituição de uma opinião pública em torno dos jovens no Brasil sempre teve suas origens na violência, sobretudo nos centros urbanos. A temática do desemprego, das condições subumanas, fortalecida no fim da década de 1990, não rompe de modo fundamental com o campo simbólico anterior, aparecendo como um problema

social por levar os jovens a uma ociosidade forçada, propiciadora de um tempo livre perigoso, que os aproximaria, inevitavelmente, das condutas criminosas, sobretudo aquelas ligadas ao tráfico de drogas ilícitas (cf. CORROCHANO E GOUVÊA, 2003).

Considerando a imensa população adolescente/jovem na atualidade, bem como as mazelas socioeconômicas nas quais a sua grande maioria estão inseridas, as necessidades advindas da situação de pobreza, a exclusão e vulnerabilidade social, associado às necessidades peculiares do desenvolvimento dos jovens em seu ciclo de vida e visando contribuir para a inclusão social destes, o Estado passa a direcionar mais o olhar para as questões da juventude, criando políticas públicas que visem à redução das condições de segregação social, de vulnerabilidade e risco social. Há nesse sentido a necessidade da criação de uma política pública mais específica e abrangente para a juventude, daí o surgimento da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), implementada em 2004 objetivando fazer um diagnóstico da juventude brasileira e dos programas do governo federal destinados a esse público.

A SNJ foi criada por sugestão de um grupo interministerial, e coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, que mais tarde recomenda a criação da Secretaria do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), instituídos em 30 de junho de 2005 através da lei 11.129.

O CONJUVE, criado sob a lei 11.129/2005, tem como atribuições formular e propor diretrizes para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre as condições socioeconômicas dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis.

O PROJOVEM, destinado aos jovens de quinze a 29 vinte e nove anos, com objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, a ser desenvolvido por meio das seguintes modalidades, de acordo com a Lei nº 11.692/2008: Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo (objeto deste artigo), Projovem Urbano, Projovem Campo - Saberes da Terra e o Projovem Trabalhador.

De acordo com SPÓSITO e CARROCHANO o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) foi um marco na história das políticas públicas voltadas para a população jovem no Brasil. É apresentado como um componente estratégico da Política Nacional da Juventude. Funciona sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tem como objetivo oferecer oportunidades de elevação da escolaridade, de qualificação profissional e de planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público (BRASIL, 2005). O Programa foi implantado simultaneamente a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude, o que, segundo o governo federal, representa um novo patamar de políticas públicas voltadas para a juventude do Brasil. Assim, segundo suas palavras:

Investir em uma política nacional com programas e ações voltadas para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro representa uma dupla aposta: criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil (BRASIL, 2005, pág.5).

2.3. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROJovem ADOLESCENTE

Projovem Adolescente – serviço sócioeducativo, uma das modalidades da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que se materializa por meio do SUAS Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destina-se a adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos pertencentes a famílias consideradas segregadas e marginalizadas socioeconomicamente, e àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social³, o público do Projovem Adolescente pode se dividir em duas grandes categorias: jovens de famílias do PBF, que por sua condição socioeconômica demandam do Estado ações de proteção social básica, conforme definidas na PNAS; e jovens que em algum momento de suas vidas tiveram direitos violados ou entraram em conflito com a lei, e demandam ou demandaram do Estado ações de proteção social especial. Nesse aspecto aos egressos de medidas socioeducativas e medidas de proteção, bem como egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou vinculados a programas de combate ao abuso e exploração sexual.

O Projovem adolescente é desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social, por meio das Secretarias de Desenvolvimento e Ação Social e tem como objetivo complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições pra inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. De acordo com o art. 19, do Decreto nº 6.629, de 2008, os jovens admitidos no

³ A respeito da condição de vulnerabilidade e risco social, ambos são sinônimos de pobreza, e a diferença é que uma é consequência da outra. É a vulnerabilidade (a condição de vulnerável, de pobreza, de excluídos) que coloca as pessoas em um risco social (nesse caso os adolescentes que diante da condição de excluídos acabam por entrar nas drogas, crimes, entre outros).

Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, será organizado em grupos e cada um deles constituirá um “coletivo”, “coletivos juvenis”.

O Projovem Adolescente trabalha com três eixos estruturantes: A “convivência social”, “participação cidadã” e “mundo do trabalho”. A essência Programa é traduzida pela convivência social, enquanto serviço socioeducativo de proteção social básica, voltado ao fortalecimento de vínculos relacionais e pertencimento.

A participação cidadã demanda mais do que a convivência social e reconhecimento de direitos, visa o desenvolvimento de potencialidades dos jovens que resultem na sua atuação crítica, protagônica e transformadora na vida pública e no exercício da cidadania ativa.

Já o eixo o mundo do trabalho, é condição vital que possibilita os jovens a sua existência autônoma, é o que estrutura sua identidade, cria um espaço de pertencimento social, é o espaço onde o cidadão se realiza enquanto produtor de si mesmo e de cultura.

Além dos eixos estruturantes o Projovem adolescente aborda seis temas transversais relacionados ao contexto social, político, cultural e econômico em que os jovens estão inseridos: Direitos Humanos e Socioassistenciais, Juventude e Trabalho, Cultura, Meio Ambiente, Saúde, Esporte e Lazer. E as ações socioeducativas são abordadas a partir de cada um desses temas.

3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este trabalho trata da análise em torno do funcionamento do PROJOVEM Adolescente no município de Cachoeiro de Itapemirim e o desafio da inserção social destes adolescentes considerados segregados socioeconomicamente. E na condução do referido estudo adotou-se em princípio a pesquisa bibliográfica a fim de dar sustentabilidade à base teórica e empírica do trabalho realizado. De igual forma, pesquisa documental, junto ao Conselho Municipal da Juventude e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por meio das legislações, ações e documentos que apontam avanços e/ou fragilidades envolvendo jovens das camadas mais pobres do município, além de documentos sobre quais as principais políticas públicas adotadas pelo município com intuito de minimizar as situações de vulnerabilidade e risco social nas quais estes jovens estão inseridos, permitiu a coleta de informações reais sobre o assunto e mais sustentabilidade ao conteúdo teórico abordado.

Através de pesquisa de campo foi possível conhecer todos os envolvidos no programa, bem como realizar um período de observação aos momentos de planejamentos de ações com toda a equipe técnica, neste foram realizadas três visitas e outras duas visitas com a coordenadora do Programa no Município, além das observações junto aos coletivos, visando compreender as múltiplas realidades no contexto destes jovens segregados socioeconomicamente e que muitas vezes encontra-se em situação de vulnerabilidade e risco social e como consequência, excluídos socialmente.

As abordagens e método utilizado se efetivaram por meio de estudo qualitativo e a coleta de dados se deu através de entrevista estruturada, com roteiro de 13 questões com perguntas qualitativas (abertas), destinadas integrantes da equipe técnica do programa, Fazem parte desta equipe 08 pessoas, destas 03 responderam o questionário e 07 questões abertas destinadas a adolescentes inseridos no programa, do total de 60 alunos foram aplicados 15 questionários. Os dados obtidos serviram de fundamentação para este trabalho.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

O município de Cachoeiro de Itapemirim, com seus 69 bairros e 10 distritos, está localizado ao sul do Estado do Espírito Santo, tem 145 anos de emancipação política. Atualmente possui uma população de aproximadamente 195.289 habitantes, ocupando a posição de quinta cidade mais populosa do Estado e com uma população jovem na idade de quinze a vinte e nove anos de aproximadamente 50.093 habitantes, de acordo com censo demográfico de 2010.

Considerado o município do Sul do Estado que possui a maior infra-estrutura em relação ao comércio, indústria, educação e prestação de serviços, além de ser considerada hoje, cidade industrial com projeção nacional e internacional, sendo responsável pela maior parte da extração e beneficiamento do mármore e granito do país, acrescentando-se as rochas ornamentais, sendo responsável pelo abastecimento de 80% do mercado brasileiro de mármore. Destacando-se ainda como polo de desenvolvimento econômico, com indústrias de produtos minerais não-metálicos, vestuário, calçados e Artefatos de Couro em geral, produtos metalúrgicos, alimentação, bebidas, madeiras e construção civil. Além disso, nas diferentes atividades econômicas do Município, destaca-se a agricultura com o cultivo do café; a pecuária, com o queijo tipo minas; a silvicultura e exploração florestal; a reparação de veículos automotores; o comércio de bens e serviços.

Apesar dos avanços citados, no que se refere a condições socioeconômicas da população, não diferente de outras cidades do Brasil, há um enorme abismo entre os dados relacionados ao crescimento econômico e as realidades que exclui as camadas menos favorecidas da população.

Durante a realização da pesquisa, verificou-se a existência de projetos realizados pelo município de atenção às questões relacionadas, com implementação de políticas de combate e de diminuição a exclusão social, quer seja através das políticas públicas propostas pelo governo federal, ou através das articulações com programas implementados por demais organizações da sociedade civil organizada. E estas políticas são aplicadas por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES).

A SEMDES trabalha na prestação de serviços sociais que conduzam ao desenvolvimento da cidadania, dos direitos humanos e das comunidades. É sua atribuição combater as conseqüências geradas pela pobreza, como a exclusão social, garantindo acesso a políticas públicas na área da educação, saúde, cultura, esporte e lazer. A ela compete organizar a rede de atendimento social do município, executar programas e projetos desenvolvidos pela prefeitura e acompanhar as ações da rede pública e filantrópica de assistência social, liberando recursos financeiros e humanos para que desenvolvam suas atividades. Algumas ações são destaque nesse campo como ações de proteção da família, maternidade, infância, adolescência, juventude e do idoso.

Neste sentido, o município vem oferecendo atendimento a pessoas em situação de risco social e desenvolvendo ações, serviços e projetos sociais nas áreas de trabalho, renda e economia solidária, de atenção às questões da pobreza, das desigualdades, especialmente com foco na adolescência e juventude, com implementação de políticas de combate e de diminuição a exclusão social, quer seja através das políticas públicas propostas pelo governo federal, ou através das articulações com programas implementados por demais organizações da sociedade civil organizada. Tais ações estão contidas no Plano Municipal de Assistência Social, elaborado pela Secretaria Municipal de ação Social. Porém, muitos são os percalços que se apresentam quanto sua efetivação e aplicabilidade destes projetos.

No intuito de limitar o escopo da pesquisa, este trabalho teve um recorte, detendo-se estudar os jovens adolescentes inseridos no programa Projovem adolescente no âmbito do município.

3.2. EVIDENCIANDO O PROJOVEM NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

O PROJOVEM adolescente em Cachoeiro de Itapemirim é um serviço sócio educativo que integra as ações de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Foi implementado no município tendo como local de funcionamento dos Coletivos Juvenis os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), dos bairros Jardim Itapemirim, Village e União, sendo que no Village o CRAS não tem sede, funcionando em um espaço cedido e que por hora encontra-se em péssimas condições de funcionamento, com muitas filtrações e sem energia.

O Projovem adolescente objetiva complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária, dando condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Este, conta incentivo do governo federal quanto ao repasse direto de verbas, obedecendo ao número de jovens atendidos. Tem sido gradativo o número de beneficiados do programa no município, já foram atendidos uma média de 120 adolescentes e hoje tem um atendimento a 60 Adolescentes com faixa etária de 15 a 18 anos.

Desta forma, a implementação desse programa no município leva algumas considerações que abrangem vários aspectos, como a inserção dos alunos, o modo e local de funcionamento do programa, entre outros. Principalmente se considerarmos que a constituição dos coletivos de jovens participantes é muito importante, pois é nesse espaço que estes se envolvem em sua comunidade de forma positiva, buscando e contribuindo em conjunto para superação das dificuldades ou deveriam se envolver, mais que diante de tantos empecilhos permanecem na condição de segregados.

O projovem adolescente se concretiza no município após o término do programa agente jovem, mais especificamente no ano de 2009. Os responsáveis diretos pelo programa no município são a Secretária municipal de desenvolvimento social e a coordenadora de atenção à juventude, tendo ainda outros cinco profissionais, que realizam os trabalhos nos CRAS do município.

Quanto à divulgação do programa, este acontece através de panfletagem, divulgação junto aos CRAS, a lideranças comunitárias, a escolas municipais e estaduais, por meio da secretaria de

comunicação. Porém os responsáveis pelo programa notam a falta de envolvimento e comprometimento por parte desses interlocutores no intuito de desmistificar para a sociedade o caráter de que o programa não passa apenas de mais uma “política compensatória”, que não traz soluções e benefícios e que de nada resolveriam.

Dos adolescentes já atendidos pelo programa não há por parte do programa um acompanhamento de sua vida social, não sendo possível um aprofundamento no âmbito do município sobre a influência do programa posteriormente na vida dos que aqui tiveram e se de fato estão inseridos socialmente.

Para os técnicos do programa as principais dificuldades quanto à realização dos trabalhos, está no envolvimento da comunidade, na precariedade quanto ao funcionamento, na estrutura física, na falta de envolvimento de parceiros.

Quanto aos adolescentes atendidos no projovem, todos se encontram em defasagem escolar, alguns são advindos de determinação judicial, para cumprimento de medidas sócio-educativas e todos estão na condição de vulnerabilidade e risco social. Para eles, os principais fatores que interferem no convívio social, é a exclusão social e estes vêm no projovem uma oportunidade de cidadania, um incentivo aos estudos, um lugar longe da violência, das drogas e da criminalidade, uma possibilidade de serem incluídos socialmente, mesmo diante de todas as dificuldades quanto ao funcionamento do programa.

As ações do projovem têm participação de todos os envolvidos, inclusive os adolescentes que participam no planejamento e execução dessas ações, estas são discutidas nos coletivos e somente após participação de todos se concretizam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho foi um desafio, que se concretizou a partir de uma inquietude em relação às dificuldades observadas no contexto que se inserem os jovens/adolescentes pobres das sociedades nos dias atuais, mais especificamente das realidades observadas na juventude dentro do contexto municipal. Cujas temáticas se objetivou antes de tudo fundamentar-se teoricamente sobre o Programa Projovem Adolescente e avaliar o referido programa no âmbito do município e de que modo estes vem contribuir para a inserção social destes jovens à sociedade. Percebeu-se que os esforços sociais em busca de mudanças são de fato urgentes e necessários no tangente ao atendimento às populações que se encontram em situação de

vulnerabilidade social e é justificável que busquem a garantia de direitos mínimos sociais de cidadania através de políticas públicas mais focadas às reais necessidades de dada população, nesse caso, dos adolescentes jovens. Porém logo de início percebeu-se que não basta apenas o governo federal criar programas e exigir a implementação por parte das instâncias municipais, e de igual forma não basta ao município apenas a sua implementação, se estas não estiverem totalmente entrelaçadas à participação da população.

Com o referido estudo foi possível examinar de que forma os problemas socioeconômicos dos jovens influem em suas aspirações na busca por melhores condições e conseqüentemente à busca de ascensão social e a influência dessas condições socioeconômicas, sobre a busca por escolarização, formação profissional e qualificação, considerando que na atual conjuntura socioeconômica brasileira muitas foram às transformações e que novas demandas se estruturaram no cenário econômico, vem influenciando diretamente entre outras coisas, as perspectivas dos jovens das camadas mais pobres da sociedade ao primeiro emprego por exemplo e a esperança no trabalho formal.

Hoje o grande desafio do Sistema único de assistência Social é desmistificar o caráter de simples assistencialismo, caridade, ou simples política compensatória, que ao logo dos tempos veio sendo impregnados aos programas lançados pelo governo.

Por fim, as iniciativas, de implementação de Políticas Públicas existentes são válidas, mais insuficientes para o enfrentamento dos desafios quanto à inserção social de adolescentes pobres, principalmente àqueles sob medida socioeducativa à sociedade e muitos são ainda os percalços que se apresentam no todo das ações e do programa no município de Cachoeiro de Itapemirim, quanto sua efetivação e aplicabilidade, apesar dos esforços por parte dos envolvidos diretamente com o programa o que se vê é que as características apregoadas e desejadas pelo governo federal nem sempre se efetivam, a exemplo disso, como se falar em inclusão dos jovens em situação de risco e desvantagem social, se um dos locais em que acontecem os momentos com esses jovens- os coletivos, é um espaço cedido e sem energia?

A intenção desta pesquisa não foi esvaziar e tampouco finalizar a discussão a respeito desse tema, mais trazer a tona inquietações que venham gerar estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.5-6, p.25-36, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 29/07/2012.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em 04/08/2012.

BRASIL. **Leis Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 03/08/2012.

BRASIL. **Projovem. Programa Nacional de inclusão de jovens:** Educação, qualificação e ação comunitária. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Diário Oficial da União:** Lei nº 11.692. Brasília, DF, 2008.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e cidades educadoras.** Petrópolis: Vozes, 2003.

CARVALHO, Alysson [et al.]. (Org.). **Políticas Públicas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, Proex, 2002. 142 p.

FAVERO, Osmar et al. **Juventude e Contemporaneidade.** Brasília: Unesco, MEC, ANPED 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A Política de Educação Profissional no Governo Lula:** Um Percurso Histórico Controvertido. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 92, p.1087-1113, out. 2005. Especial.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude:** ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de Pesquisa, Amostras e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, análise e Interpretação de dados.** 7ª São Paulo: Atlas, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **Diário Oficial do Município.** Disponível em: <
<http://www.cachoeiro.es.gov.br/transparencia/diario/2008/diario3180.pdf> > Acesso em 05/08/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **Diário Oficial do Município.** Disponível em:
 <<http://www.cachoeiro.es.gov.br/transparencia/diario/arq/Di%C3%A1rio4046-10.Pdf>>
 Acesso em 05/08/2012.

RUA, Maria Das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, (Brasília). CAPES 2009. 130 p.

SEGNINI, Lilliana Rolfsen Petirlli. **Educação e Trabalho: Uma Relação tão necessária quanto insuficiente.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 2, p.72-81, jun. 2000.
 Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392000000200011>.
 Acesso em: 13 maio 2012.

SOARES, Ignez Pinto; SOARES, Swamy de Paula Lima. **Emancipação, juventude e políticas públicas: o caso do Projovem.** ANPED, 2007.

SOLA, Lourdes. Juventude, Política e Sociedade Civil. In CNPD. **Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas.** Brasília: CNPD, 1998, p. 753-768.

SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Educação: Associação Nacional de Pesquisadores em educação, São Paulo, n. 24, p.16-39, dez. 2003.

SPÓSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. **A Face Oculta da Transferência de Renda para Jovens no Brasil.** Tempo Social, São Paulo, v. 17, n. 2, p.141-172, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES (Org.). **Programa Projovem Adolescente.** Disponível em: <http://www.cachoeiro.es.gov.br/site.php?id=notbusca>. Acesso em: 11 set. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Org.). **Programa Projovem: Projovem adolescente.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/proteçãobasica/serviços/projovem>. Acesso em: 11 set. 2011 e 18/05/2012.

OS INVISÍVEIS: NOVOS HIPPIES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Prof. Dr. Carlos Eduardo Fialho (PPGSD/UFF)

Silvia Valéria Borges Duarte (mestranda – PPGSD/UFF)

APRESENTAÇÃO

É importante informarmos que parte dos escritos foram compilados de artigos e trabalhos publicados na internet em razão da escassa oferta bibliográfica acerca do tema.

Há 50 anos atrás, na Inglaterra nascia o mais famoso símbolo da paz depois da pomba branca. O símbolo não foi criado originalmente para esse fim. O designer Gerald Holtom criou o símbolo para uma marcha a favor do desarmamento nuclear unindo dois símbolos, utilizados para comunicação por bandeiras, um para "N" (de nuclear) e outro para "D" (de desarmamento), e o círculo representando o planeta Terra.

O símbolo já foi interpretado como uma pata de galinha, uma runa que simboliza a morte, um símbolo satânico por lembrar uma cruz invertida e quebrada; e foi utilizado como símbolo de uma marca de cigarros. Hoje, ainda é utilizado em Inglaterra com o significado original de luta contra as armas nucleares.

Contudo, as raízes do movimento Híppie podem ser detectadas desde os anos 40, após o final da II Guerra Mundial: após um período de 30 anos com duas guerras altamente destrutivas e uma prolongada depressão econômica, começaram a despontar sinais de um forte movimento de contracultura, contestatória do sistema.

O poeta Allen Ginsberg pode ser considerado como um dos progenitores deste movimento. As palavras escritas foram usadas para exprimir a sua frustração, protestando contra aquilo que consideravam estar errado no mundo, tendo ficado conhecidos como a "Geração Beat".

Nos anos 50 o movimento crescera e expandira-se. Nos café e clubes de jazz

juntavam-se para conversar e declamar poesia. Foi destes espaços que emergiram os **"Beatniks"**, caracteristicamente vestidos com roupas informais, os homens de barba, usando óculos escuros a qualquer hora do dia. Usavam frequentemente a expressão "I'm hip". Dizia-se que o seu modo de se expressar era "hip", e havia quem lhe chamasse "Hipsters". A expressão ir-se-ia desenvolvendo até chegar a "Hippies".

Foram os hippies que trouxeram o movimento dos cafés para as universidades e a de Berkley tornou-se a mais conhecida e polemica. Em 1964, devido ao Movimento pela Liberdade de Expressão, os responsáveis por Berkley proibiram a distribuição de material de protesto fora dos portões da universidade. O estudantes recusaram a acatar a ordem e a polícia foi chamada: indignados por terem sido processados, decidiram ocupar o edificio principal da universidade. Em Março de 1965 os estudantes da Universidade de Michigan levaram a cabo a primeira acção com o objetivo de mostrar que a guerra do Vietnã era imoral e que os EUA a deveriam abandonar.

O movimento estudantil contestava injustiças sociais tais como o racismo, a pobreza, inferioridade direitos das mulheres, a falta de liberdade de expressão. A guerra do Vietname começou gradualmente a ser contestada. Os protestos e manifestações tornaram-se frequentes, por vezes em confrontação com a polícia.

Modo de Vida e objetivo do movimento Hippie

Os hippies adotavam um modo de vida comunitário tendendo a uma espécie de socialismo-anarquista ou estilo de vida nômade, em comunhão com a natureza, negavam o nacionalismo e a guerra do vietnã, bem como todas as guerras, abraçavam aspectos de religião como o budismo, hinduismo, e/ou as religiões das culturas nativas norte-americanas e estavam em desacordo com os valores tradicionais da classe média americana e das economias capitalistas. Eles abominavam o patriarcalismo, o militarismo, o poder governamental, as corporações industriais, massificação, o capitalismo e o autoritarismo. Nos anos 60, muitos jovens passaram a contestar a sociedade e a pôr em causa os valores tradicionais.

Esta é uma das características que a torna uma cultura peculiar: eles têm um ideal de uma sociedade, de paz e amor, que inovou, conquistando cada vez mais adeptos em todo o mundo. Os hippies começaram a fabricar objetos para obterem sustento: ganhar dinheiro fabricando a sua própria mercadoria que divulga a sua cultura. Por meio da

produção de objetos artesanais a cultura hippie mostra a sua arte, ganha o seu dinheiro e divulga a sua cultura para todos.

Os hippies também são viajantes que acompanham as suas bandas preferidas, ou por vezes nos intervalos da economia global.

Gostam de tocar músicas em casas de amigos ou em festas ao ar livre. “Espalham” o amor livre sem distinções, a liberdade e a não-violência. Alguns usam drogas e fazem culto pelo prazer livre, seja ele qual for. Demonstram pouco interesse pela política e fizeram várias manifestações contra a Guerra do Vietname e contra a política, são pacifistas, não ligam muito à tecnologia, logo preferem ficar em contacto com a Natureza.

Muitos hippies deixaram a cidade para seguirem em direcção ao campo para viver em comunidades auto-sustentáveis. E no que diz respeito à alimentação, os hippies são adeptos do consumo de comidas naturais como frutas, verduras e alimentos integrais.

Inicialmente, e ainda podemos observar hoje em dia, os hippies viviam no campo longe da confusão e poluição das cidades mas, em 2008 pudemos observar que muitos hippies deixaram para trás a vida do campo e, os neo-hippies, estão a começar a investir em casas e condomínios sustentáveis.

Woodstock, em 1969, arrastou mais de 450 mil pessoas para uma fazenda em Bethel, nos subúrbios de Nova Iorque. Nos três dias que se seguiram (15, 16 e 17 de Agosto), tudo era permitido: as drogas tornaram-se legais e a liberdade para o amor era total. Estávamos perante um verdadeiro movimento de contra cultura.

O conceito de Woodstock era comum nos Estados Unidos, contudo houve algo que tornou estes concertos no símbolo da contracultura hippie. Para além da adesão ter sido inesperada – as autoridades viram-se mesmo obrigadas a declarar “estado de emergência”, atraindo as atenções de todo o mundo, o Festival foi filmado e documentado. Michael Wadleigh deu origem ao documentário "Woodstock" que permitiu corporizar em imagens duradouras a iconografia hippie e a contra-cultura rock. “Woodstock” ganhou, em 1971, um Óscar para “Melhor Documentário”.

O evento incorporava diversos estilos musicais que de alguma forma se relacionavam com as propostas do movimento hippie: o folk, com seu pacifismo e sua contundente crítica social, o rock, que representava a contestação do conservadorismo dos valores tradicionais, o blues, com sua melancolia que havia décadas já mostrava as

contradições da sociedade norte-americana, a cítara de Ravi Shankar, representando a presença marcante da influência oriental na contracultura, entre outros.

O Festival de Woodstock representou um marco no movimento de contracultura dos anos 60 e foi o auge da era hippie. Para alguns, não foi somente o auge, mas também o fim do movimento, ou o início do fim.

The Summer of Love – Verão do Amor refere-se ao Verão de 1967, quando 100 mil pessoas se deslocaram até San Francisco, dando origem a um fenômeno cultural e a uma revolução política. Enquanto isto, outros hippies também se reuniam em cidades como Nova Iorque, Los Angeles, Atlanta, Philadelphia, Chicago, mas também em cidades europeias.

S. Francisco era o epicentro da revolução hippie, representava um melting pot de música, drogas, liberdade sexual e de expressão, criatividade e política.

Este movimento de contra-cultura não tinha precedentes: nunca tantos jovens se haviam juntado, dando origem a uma experiência revolucionária, criando novos estilos de vida e maneiras de a interpretar.

Os primeiros hippies eram oriundos da classe média, pacifistas, naturalistas, engançados politicamente, humanistas, adeptos de formas alternativas de viver, como por exemplo, a vida comunitária pautada na paz e no amor, sem anseios de consumo, indiferentes à competitividade do mercado de trabalho formal.

Algumas teorias explicam a motivação dos jovens em liderarem movimentos sociais em diferentes épocas como parte de um processo em que são convocados a atuar no mundo, chocando-se com valores antagônicos entre si, confrontando-se com eles e promovendo mudanças sociais que conduzem a sociedade a circunstâncias completamente novas (MANNHEIM, 1966).

Isso é o que observou-se nos grupos de jovens adolescentes nos grandes centros urbanos a partir da década de 50, na Europa e Estados Unidos, que deu origem a dois expressivos movimentos sociais. Sobre isso Morin (1981) nos informa:

[...] é a partir de 1955, com o surgimento do rock-and-roll, que tem início uma nova cultura juvenil. Na década de 60, surgem dois dos principais movimentos sociais contestatórios: o movimento *hippie* e os skinheads. Ambos surgiram num momento de grandes transformações culturais, de recusa à sociedade de consumo, da busca incansável de uma renovação

social, além do desejo de uma revolução cultural através da afirmação da não violência. Enquanto o primeiro surgiu, ligado a esses valores e vinculado a classe média, o segundo, em contrapartida, originou-se de grupos de jovens provenientes da classe operária, e que passaram a adotar um estilo oposto aos hippies, opondo-se ao seu pacifismo.

O grupo o qual entrevistamos no momento inicial da pesquisa, após uma análise mais bem cuidada, nos pareceu estar longe do que procurávamos. São homens e mulheres dissociados entre si, desprovidos de espírito de grupo, sem a menor pretensão de virem a constituir um sistema um de atitudes afetivas ou intelectuais, embora reúnam-se todos os dias no mesmo lugar a fim de comercializarem suas precárias produções artesanais. Outro fato que chamou a atenção foi o fato de demonstrarem total aversão à ideia de serem identificados como os novos *hippies*.

Revelaram-se deslocados social e politicamente, não têm ideologias, ou utopias. Num discurso contraditório, hesitam em afirmarem-se comerciantes, preferindo dizer que “*trocam arte por dinheiro*”, prá logo depois insistirem em nos vender alguma de suas mercadorias, admitindo com certa resistência, suas participações no mercado de consumo.

A maioria possui baixa escolaridade e, em algum momento, já estiveram empregados formalmente, mas por alguma razão distanciaram-se da possibilidade de uma reinserção.

Ao serem perguntados sobre suas moradias, todos foram evasivos ou negaram-se a responder, o que pode significar certo receio das autoridades municipais, que de tempos em tempos, reprimem o comércio informal nas ruas, como também algum constrangimento por não terem efetivamente onde morar.

As únicas coisas que nos pareceu comum ao grupo foi o fato de estarem vivendo à beira da indigência e marginalizados. Podem ter sido atingidos por alguma crise financeira, pelo desemprego e como consequência, vivem “excluídos” da sociedade da qual afirmam fazer parte apesar de sua quase invisibilidade.

Percebe-se que os *hippies*, ou os *neo hippies* trazem consigo o caráter contestatório, ainda que baseados na paz e no amor, estão longe de serem apáticos ou alienados sociais. Os *neo hippies* estão antenados com a pauta das discussões sobre

saúde, preservação do meio ambiente, reciclagem e novas formas e técnicas de produção artesanal.

Não pretendem ser herdeiros nostálgicos das ações dos anos 60, mas renovadores dos mesmos ideais, atentos às transformações da sociedade e prontos para influenciarem o futuro com o legado do passado.

O trabalho pretende contribuir para uma análise comparativa entre os *hippies* dos anos 60 e o que atualmente se denomina *neo-hippies*, levando-se em consideração suas afirmações de identidade, seus discursos, práticas, representações simbólicas e principalmente, suas inserções no espaço social.

Estudos anteriores já demonstraram que os primeiros *hippies* contestavam o sistema instituído politicamente, se recusavam a participar do sistema econômico de produção e consumo e desejavam um retorno à vida comunitária plenamente integrada à natureza. Através dessas atitudes, construíram a cultura hippie, uma cultura de confronto e de contestação, que ao mesmo tempo afirmava um tipo de existência mais humanitária.

Acredita-se que os neo-hippies surgiram nos anos 70 e 80 e esteticamente, muito se assemelham aos antigos *hippies*, entretanto, falta-lhes o comprometimento político e ideológico que os caracterizava nos anos 60.

Aparentemente há dois grupos de *neo-hippies* distintos estruturalmente: um cujos adeptos estudam, viajam, estão globalizados e com acesso às tecnologias de informação; e outro, que vive excluído do ambiente social. Observamos que esses são arredios a qualquer engajamento político, não possuem opinião formada acerca da sociedade em que vivem, estão fora do mercado de trabalho e de consumo, são andarilho, sem endereço certo e apresentam um certo nível de desagregação familiar.

Objetivando compreender melhor as diferenças entre esses dois segmentos, aparentemente originários de um mesmo fenômeno, tomamos por base os conceitos de exclusão social de Giddens, onde a noção de exclusão social caracteriza a “*existência de situações extremas de ruptura em vários níveis, como, por exemplo, as relações familiares e afetivas, o mercado de trabalho ou outras formas de socialização*”. De Buaman utilizamos o conceito que considera “*excluídos, principalmente os que estão fora da sociedade de consumo*” e de Xiberras, para o qual “*a exclusão é o resultado da dificuldade de integração ou de inserção, levando-se em conta as normas sociais que alguns indivíduos não conseguem alcançar, fazendo-os introjetar um sentimento de desvalor pessoal*”.

METODOLOGIA

Pretendemos estudar grupos de pessoas que se assemelham aos *hippies* das décadas de 60 e 70. Analisamos grupos *hippies* da década de 60/70 através da bibliografia, narrativas jornalísticas e imagens e confrontamos com alguns grupos contemporâneos. Algumas semelhanças foram escolhidas aleatoriamente para recortar esses grupos. Em primeiro lugar, a não inserção no mercado formal de trabalho, não ter o consumo e o acúmulo de bens como meta do trabalho rotineiro e não considerar as regras sociais - comuns a média das pessoas da grande sociedade na qual esses grupos estão inseridos – como parâmetros a serem seguidos. São pessoas que não estão inseridas no mercado formal de trabalho, não têm como meta o acúmulo de capital e propriedades, se vestem segundo um critério estético específico ao grupo, alheio a elementos ditados pela moda, seja nos adereços, nas roupas ou no corte de cabelo e barba.

A primeira opção foi realizar entrevistas utilizando duas técnicas de pesquisa. A entrevista aberta e a entrevista projetiva. A primeira nos aproximaria da *história de vida* do entrevistado, permitindo que discorressem sobre alguns temas sugeridos pelo entrevistador. Nas entrevistas abertas alguns tópicos referentes a hábitos, valores e práticas culturais são tratados em profundidade exigindo que o pesquisador interaja com o informante. Sua principal função é retratar as experiências vivenciadas pelos informantes.

A segunda técnica de pesquisa prevista é a entrevista projetiva, utilizando elementos visuais onde o entrevistador utiliza vários recursos imagéticos permitindo ao informante aprofundar e confrontar as informações prestadas nas entrevistas abertas.

DESENVOLVIMENTO

O movimento hippie surgiu nos EUA, através de uma espécie de coligação de grupos distintos, mas que desejavam as mesmas coisas: paz, amor e

liberdade. Na liderança estavam nomes como Jarry Rubin e Abbie Hoffman, que protagonizaram momentos emblemáticos.

Os hippies desejavam apenas expressar suas opiniões adversas ao capitalismo, que valorizava, e ainda valoriza, o consumismo e o individualismo, responsáveis, em parte, pela desigualdade social. Buscavam o prazer e assim, juntavam-se para concretizar suas vontades vivendo em comunidades. O uso de drogas era uma maneira de libertar-se das opressões sociais e políticas, “buscar a liberdade saindo da realidade”.

Em relação ao estilo hippie, vestiam-se com roupas leves, largas, coloridas, com desenhos psicodélicos, floridos ou com símbolos de paz e amor.

Para aquela época o que era ser *hippie*? O próprio Abbie Hoffman respondeu esta pergunta numa entrevista concedida à Ken Gordan, em 1989: “ *Ser hippie era vestir-se de um jeito diferente, ser intencionalmente de confronto, afirmar um novo espírito, uma arte e um tipo de existência mais humana*”. A ideia era de uma vida de mais cooperação e nenhuma competição, além de algumas utopias, como por exemplo, a abolição do dinheiro e do trabalho.

Espalhados em feiras de artesanato, nas ruas, em portas de bares, os herdeiros do movimento *hippie* norte-americano – que protestou contra a guerra do Vietnã e suplicou por paz e amor – dispensaram a ideologia e ficaram apenas com a sobrevivência através da arte. “Micróbios”, “Artesãos”, “Malucos” ou “BR”, como se intitulam; não possuem moradia fixa, viajam para todos os cantos do país e atestam que o “movimento *hippie* morreu”.

As influências permanecem: são contrários ao estilo de vida *yuppie*, que caracteriza jovens de 20 a 40 anos recém-formados em uma busca incessante pela ascensão na carreira e a bens de consumo. Não suportam hierarquias e regras do mercado de trabalho formal – principal motivo da escolha de um modo de vida alternativo.

Espalhados em feiras de artesanato, nas esquinas, nas ruas, em portas de bares e bazares, os herdeiros do movimento *hippie* norte-americano – que protestou contra a guerra do Vietnã e suplicou por paz e amor – dispensaram a ideologia e ficaram apenas com a sobrevivência através da arte. “Micróbios”, “Artesãos”, “Malucos” ou “BR”, como se intitulam; não possuem moradia fixa, viajam para todos os cantos do país e atestam que o “movimento *hippie* morreu”.

“O que sobrou do movimento *hippie* é isso: arte na veia”, explica o artesão Raul Andrade, 27 anos. Raul já vagou pelas ruas sem rumo, “dava uma de micróbio”, diz. Hoje tem endereço fixo, mas vive viajando. Quando perguntado sobre o que caracteriza o *hippie*, argumenta: “Alguns cultivam a arte. Tem cara que sobe em poste e pega cabo de telefone para fazer um colar. Esse eu considero *hippie*, agora tem gente que compra na Rua 25 de março e vem vender na Avenida Paulista”.

Maria Emília, 49 anos, é das antigas. Abandonou o curso de letras na Unicamp em 1979 e foi viver em uma comunidade rural no Mato Grosso. “Foi uma experiência interessante, mudei muito”. Maria hoje vive de vender artesanato na Angélica, avenida de classe alta em São Paulo. Sobre o movimento *hippie*, acredita que já passou, mas lembra conquistas. “O movimento já não cabe nesse sistema, mas muita coisa mudou. Não é mais um choque fumar na rua ou usar esse ou aquele tipo de roupa”.

Os atuais “*hippies*” passaram a ser divididos em categorias: o **micróbio** é o que mora nas ruas, é desencanado com a aparência e geralmente consome mais drogas que os demais; o **artesão** vive da sua própria arte, faz tudo com originalidade, mas é ligado à família e tem moradia fixa; os **malucos** são um misto de micróbio e artesão: têm casa, vivem da arte, mas de vez em quando não resistem à boemia; e o **BR** é o que fica nas estradas pedindo carona e viajando pelo país.

Raul chega a vender um colar por R\$150. “Demoro uma semana para confeccionar um colar desse”. Na banca, o ex-micróbio com carteirinha de artesão emitida pela prefeitura, tem outros artefatos interessantes, como dentes de javali e uma bolsa feita com a pele de uma cobra que encontrou na Serra da Cantareira, vendida por R\$50. Interrompido por uma artesã que pergunta se qualquer um pode expor, Raul demonstra a irmandade dos *hippies*: “É só chegar e arrumar um espaço livre”.

Alguns produtos comercializados causam problemas com a polícia como as *maricas*, espécie de cachimbo usado para tudo – inclusive para o consumo de *crack*. “Tem um monte de tabacaria que vende marica, mas como estamos na rua, os caras querem tomar nossa barraca e falam em apologia”, revela o artesão Pablo Alexandre, 25 anos. Sua companheira de trabalho, Andressa de Moraes, de 18 anos, já recebeu críticas de clientes. “Tem gente que fala se não é melhor pra mim que eu tenha um emprego fixo, mas eu prefiro fazer o meu próprio horário”.

Daniel dos Santos, Vidal Antônio, ambos com 21 anos, e Peterson Mendes, de 22 anos, consideram-se “micróbios”.

Membros de um grupo de aproximadamente sete pessoas, vão para onde querem na base da carona e do dinheiro que conseguem com a venda de artesanatos. Daniel tem um pai que é artesão e faz barcos de madeira dentro de garrafas de vidro. Apaixonado pelo ofício desde criança, caiu no mundo: “Faço tudo de coração. Pego o dinheiro que recebo, bebo uma cerveja, fico louco e é isso” diz, revelando nenhuma aspiração de consumo.

“Não somos hippies, o movimento ficou no passado, pertence a um grupo de um tempo específico, mas vivemos da nossa arte e estamos fazendo nossa própria vida”, revela Peterson, que se indigna com o tratamento que é dado ao trabalho do artesão no Brasil.

Eles podem ser chamados de undergrounds, ou os contra-cultura, bichos-grilo, ou mesmo hippies: são todos jovens manifestantes que se originaram nos Estados Unidos, nos anos 60, após a Segunda Guerra Mundial e que depois repercutiu em muitas outras culturas pelo mundo. Eles introduziram o espírito de liberdade, esperança de um mundo melhor, paz, felicidade, mudança e revolução. Em consequência dos prejuízos do pós Segunda Guerra Mundial, rebelaram-se contra a sociedade e seu modo de organização, o sistema capitalista. Essa revolta se denomina contracultura. Porém, suas manifestações eram executadas de maneiras pacíficas, contrariando qualquer tipo de guerra, daí a frase muito usada na época: “Faça amor, não faça a guerra”. Nos anos 60, houveram muitos protestos contra a Guerra do Vietinã, visando essa ideologia.

Os hippies desejavam apenas expressar suas opiniões e adversas ao capitalismo que valorizava, e ainda valoriza, o consumismo, a ambição, a ganância, o individualismo, a submissão das mulheres aos homens e à sociedade (questão em hoje em dia já foi bastante minimizada, com ajuda também de movimentos feministas que abriram, para as mulheres, uma nova perspectiva de vida), levando as sociedades à desigualdade social e a violência. Buscavam a aventura, o prazer e assim, juntavam-se para concretizar suas vontades vivendo em comunidades. O uso abusado das drogas LSD era uma maneira de libertar-se das opressões sociais e políticas, “buscar a liberdade saindo da realidade”, o que acabava desviando as reais preocupações ideológicas para o vício. Os hippies foram muito discriminados, principalmente por pessoas conservadoras e ricas, devido a este excessivo uso de drogas e também pela oposição ao capitalismo.

Tinham uma linguagem e literatura próprias, e não se importavam com o uso correto da língua, criando gírias e termos para se comunicarem. Em relação ao estilo

hippie, vestiam-se com roupas leves, largas, coloridas, com desenhos psicodélicos, floridos ou com símbolos de paz e amor. Queriam se sentir livres e confortáveis em suas roupas.

A religião era muito forte na cultura hippie. Acreditavam em astrologia, tarô, magia. Religiões como budismo, Hare Krishna tinham muitos adeptos. Também haviam aqueles que fundiam o cristianismo com idéias hippies de vida comunitária, paz e amor livre. A música foi muito importante, pois ela servia não só como entretenimento mas continha e simbolizava os ideais do movimento. Havia grandes festivais, principalmente de rock, que duravam em média três dias, e podem ser comparados a rituais onde o músico tomava o lugar do sacerdote, pregando a todos a sua ideologia e as suas crenças. O mais famoso dos festivais foi o Woodstock Music & Art Fair, que ocorreu, primeiramente, em 1969 nos Estados Unidos.

Como já mencionado antes, o movimento hippie repercutiu no mundo inteiro. No Brasil, ele influenciou muito a cultura do povo brasileiro, porém não como ocorreu, por exemplo, nos Estados Unidos. Aqui no Brasil foi impossível haver a idéia de “loucos e coloridos anos 60” que tinham os hippies, devido à repressão do governo. Até mesmo a formação de comunidades era algo complicado, pois havia a forte perseguição policial contra os cabeludos, os músicos e aqueles que se vestiam com roupas coloridas e desenhadas. Mas mesmo assim é possível se dizer que, os “hippies brasileiros” mudaram costumes e revolucionaram a história militar.

O movimento mais relacionado ao hippie que ocorreu no Brasil foi o chamado Tropicalismo. Foi um movimento cultural do fim da década de 60 que, usando deboche, irreverência e improvisação, revolucionou a música popular brasileira, que antes se restringia basicamente à bossa nova. Os tropicalistas criticavam a forma de governo ditador e buscavam a liberdade de expressão do brasileiro, a liberdade de obter informações e de estar ligado ao mundo. Além disso, os tropicalistas também transformaram os gostos da época, não só com relação à música e à política, mas também ao comportamento (como, por exemplo, os mais variados movimentos estudantis), à moral, ao sexo e ao modo de se vestir. Infelizmente a maioria dos praticantes do tropicalismo foi perseguida e alguns artistas, como Gilberto Gil e Caetano Veloso, foram exilados por apresentarem críticas contrárias ao modo de governo em suas músicas. A maioria dos verdadeiros hippies no Brasil foi fortemente reprimida e migrou para as desertas praias baianas e para o interior de Goiás, onde algumas se encontram até os dias atuais.

Infelizmente não foi só a ideologia de liberdade dos hippies que foi deixada para os brasileiros. Outros legados, não positivos, que eles nos deixaram foram o tráfico de drogas, já que foram os hippies que introduziram o uso em larga escala de entorpecentes no país, e também o sexo despreocupado em relação às doenças e à gravidez.

É importante ressaltar que, o movimento hippie não se concretizou fortemente no Brasil, porém deixou fortes marcas e influenciou muito a cultura jovem da época, o que pode ser observado até a atualidade, por exemplo, na maneira como alguns jovens falam, se vestem e , infelizmente, usam drogas excessivamente e fazem sexo sem precaução, alegando ser tudo pela liberdade, pela paz e pelo amor.

Após anos de críticas tropicalistas e movimentos estudantis ocorridos na época da ditadura, o movimento cessou, infelizmente não seguindo em frente, mas, como qualquer outro movimento, deixou suas marcas na cultura do povo brasileiro, marcas essas que foram adotadas, principalmente por jovens de ontem e de hoje.

Atualmente são poucos os jovens que seguem todos os ideais hippies que foram pregados nas décadas de 60 e 70. O movimento hippie foi transformado em “estilo”, estando muito relacionado com o uso excessivo de drogas por jovens que buscam uma certa sensação de prazer (que poderia ser ligada ao conceito de liberdade pregado pelos antigos hippies), porém voltados a si mesmos, querendo que sua vida fosse somente a alegria daquele momento de ilusão proporcionado pela droga. Outros jovens adotaram o modo de se vestir, o jeito mole e lento de se portar e até a vontade de mudar o sistema, como os hippies das outras décadas desejavam.

As manifestações contra o capitalismo diminuíram, mas ,mesmo assim, os hippies ou jovens que protestam contra o sistema e contra a guerra não desapareceram da sociedade brasileira. Não são só as pessoas com a mesma forma de se vestir e de viver em grupo que continuaram presentes, mas também há aqueles que se mostram firmes na luta contra, por exemplo, as batalhas entre os EUA e os grupos terroristas. Durante os primeiros ataques dos EUA ao Iraque após o dia 11 de setembro de 2001, houve o crescimento de trabalhos para ajudar aos iraquianos atacados e manifestações realizadas por pessoas que, com o ideal de manter a paz e buscar a harmonia entre os povos, pediam em fóruns ou em palestras a ajuda do povo e o fim da guerra e do terrorismo.

No entanto, não foi somente a ideologia dos hippies que foi preservada entre os jovens, mas também a sua cultura. É muito fácil encontrar, principalmente em praias ou em “feirinhas”, esculturas para se vender. Pessoas essas que levam a vida com

tranqüilidade, e que praticam atividades relaxantes, como yoga e a meditação. Algumas desses pessoas podem nem estar ligadas ao movimento em si, mas vivem a vida da mesma forma e passam adiante alguns dos traços culturais hippies.

Portanto, não se pode dizer que o movimento hippie tenha se extinguido para sempre do mundo e do Brasil. Há casa vez mais jovens que podem não ser hippies, mas que buscam o fim da guerra, a liberdade, a igualdade entre os povos e, no fim das contas, uma vida tranqüila e cheia de paz e amor. O Fórum Social Mundial é um exemplo de movimento em que a maioria dos participantes são jovens vindos de todas as partes do mundo, que podem ser os novos hippies ou não, se juntando com o mesmo ideal: “soluções para um mundo melhor”.

RESULTADOS ALCANÇADOS

“O que sobrou do movimento hippie é isso: arte na veia”, explica o artesão Raul Andrade, 27 anos. Raul já vagou pelas ruas sem rumo, *“dava uma de micróbio”*, diz. Hoje tem endereço fixo, mas vive viajando. Quando perguntado sobre o que caracteriza o hippie, argumenta: *“Alguns cultivam a arte. Tem cara que sobe em poste e pega cabo de telefone para fazer um colar. Esse eu considero hippie, agora tem gente que compra na Rua 25 de março e vem vender na Avenida Paulista”*.

Maria Emília, 49 anos, abandonou o curso de letras na Unicamp em 1979 e foi viver em uma comunidade rural no Mato Grosso. *“Foi uma experiência interessante, mudei muito”*. Maria hoje vive de vender artesanato na Angélica, avenida de classe alta em São Paulo.

Daniel, 31 anos, carioca, não considera sua atividade nas ruas uma comércio, mas sim, uma troca de sua arte por moedas: *“eu não vendo, eu troco, e se pudesse, daria”* já que precisa sobreviver. Diz que vive à margem da sociedade, mas não concorda com os que se refugiam dos centros urbanos, “os bichos-grilos”.

Xavier, 37 anos, é uruguaio e está sempre viajando pela América Latina, defende a venda do artesanato que produz como um comércio sim, mas reclama que as pessoas não os levam a sério. Atualmente, mora num quarto que paga mensalmente.

Raiane tem 19 anos, está grávida, e vive de vender seus *“trampos”*, andando de um lado pro outro com seu companheiro, Vitor, de 18 anos. Ambos são do interior de São Paulo; ela, já trabalhou num comércio formal e acha que eles são

rotulados pela sociedade que não os conhece; ele valoriza nesse estilo de vida, a possibilidade de poder conhecer o mundo.

Os atuais “*hippies*” passaram a ser divididos em categorias: o **micróbio** mora nas ruas, é desencanado com a aparência e geralmente consome mais drogas que os demais; o **artesão** vive da sua própria arte, faz tudo com originalidade, mas é ligado à família e tem moradia fixa; os **malucos** são um misto de micróbio e artesão: têm casa, vivem da arte, mas de vez em quando não resistem à boemia; e o **BR** é o que fica nas estradas pedindo carona e viajando pelo país.

Cronologia do Movimento Hippie nos Estados Unidos

1960

Janeiro - Bob Dylan, com 19 anos, toca no "Café Wha" em Greenwich Village e visita Woody Guthrie no Hospital Jan. - Manifestações pelos Direitos Civis em Atlanta Jul. - Teste médico de Sidney Cohen em 5 mil indivíduos conclui que LSD "é seguro". Ago. 9 - Timothy Leary, de 39 anos, experimenta cogumelos psilocybin em Cuernavaca Nov. - JFK é eleito presidente. Dez - As pílulas contraceptivas começam a ser vendidas nos EUA.

1961

Fev. 1 - Quatro estudantes negros presos num lanche "reservado a brancos" em Greensboro, Carolina do Sul Fev. 18 - Bertrand Russell, de 89 anos, dirige uma marcha de 20 mil pessoas contra o nuclear na Grã Bretanha e é preso por 7 dias Abr. 12 - Yuri Gagarin - 1º homem no espaço Maio 28 - Fundação da Amnistia Internacional Ago. 13 - Início da construção do Muro de Berlim Set. 15 - EUA iniciam testes nucleares subterrâneos

1962

Set. - Timothy Leary funda a "International Foundation for Internal Freedom" (IFIF) para promover a investigação do LSD;

1963

Jan. - Wallace faz o discurso "Segregação para Sempre" na tomada de posse como Governador do Alabama Jun. 11 - JFK propõe Lei dos Direitos Civis Jun. 12 - Líder dos Direitos Civis, Medgar Evers, assassinado. Ago. 28 - Martin Luther King faz o discurso "I Have a Dream" na marcha pelos Direitos Civis de Maço de 1963, perante 20 mil Out. 13 - Beatles na TV no London Palladium; audiência de 15 milhões para ouvir "She Loves You" e "Twist and Shout". Nov. 22 - Aldous Huxley morre por tomar LSD (intencionalmente!) Nov. 24 - LBJ promove escalada na Guerra do Vietname

1964

Fev. 9 - Os Beatles aparecem no Ed Sullivan Show (EUA), 74 milhões: a maior audiência na história da televisão. Maio - Primeira visita de Bob Dylan a Inglaterra, encontra os Beatles e os Rolling Stones; introduz os Beatles na marijuana. Jul. 2 - LBJ assina a Lei dos Direitos Civis: serviços públicos abertos a todos Jul. 18 - Motim racial no Harlem, NY Out. 14 - Martin Luther King ganha o Prémio Nobel da Paz

1965

Ago. 11 - Motim racial (6 dias) em Watts, 35 mortos Ago. 31 - Queimar cartões de recruta torna-se ilegal nos EUA Set. 5 - O escritor Michael Fallon de San Francisco aplica o termo "hippie" à contra-cultura de S. Francisco num artigo sobre o café Blue Unicorn. Nov. 22 - Bob Dylan muda a residência para Woodstock, N.Y.

1966

Jan. 21 - Primeiro concerto dos Grateful Dead em S. Francisco, para 10 mil pessoas. Mar. 25 - Protestos contra a guerra do Vietname em NY - 25 mil na 5ª Avenida Abr. - FBI divulga documento sobre o LSD; a droga começa a receber má reputação na imprensa Abr. 7 - Laboratório Sandoz interrompe o fornecimento de LSD a investigadores Maio 15 - Manifestação anti guerra em Washington - 10 mil participantes Ago. 5 - Lennon diz que os Beatles são mais populares que Jesus Set. - Timothy Leary dá uma conferência de imprensa em NY onde anuncia a formação de uma religião psicadélica: "League for Spiritual Discovery" (LSD) com a palavra de ordem "Turn on, tune in, drop out"

1967

Abr. 10 - Semana do Vietname; manifestações anti-guerra e queima de cartões de recrutamento
 Abr. 15 - Protesto contra a guerra do Vietname. 400 mil marcham desde Central Park até à ONU; discursos de Martin Luther King, Stokely Carmichael e Dr. Benjamin Spock
 Maio - Paul McCartney anuncia que todos os Beatles deixaram de "tomar ácido."
 Maio 20 - Dia do "Flower Power" em NY
 Jun. 25 - Beatles cantam "All You Need Is Love" na TV
 Jul. - "Summer of Love" em S. Francisco
 Jul. - Verão dos motins nos EUA; negros tomam as ruas em Chicago, Brooklyn, Cleveland e Baltimore
 Out. 21 - "Diggers" exorcisam o Pentágono; 35 mil manifestantes, 647 são presos
 Dez. 31 - Abbie Hoffman, Jerry Rubin, Paul Krassner, Dick Gregory e amigos declaram-se "Hippies"

1968

Jan. 16 - Fundada a Youth International Party (Hippies)
 Abr. 4 - Martin Luther King assassinado em Memphis
 Abr. - Na semana seguinte à morte de Martin Luther King motins em 125 cidades dos EUA
 Abr. 29 - O musical rock "Hair" estreia na Broadway
 Maio. - Revolta estudantil em Paris; os estudantes ocupam as ruas

1969

Fev. 11 - 200 estudantes destroem computadores à machadada na sequência de protesto contra o racismo no George Williams College de Montreal
 Maio 15 - Hippies no parque da Universidade de Berkeley atacados pela polícia e Guarda Nacional
 Jul. 14 - Estreia do filme "Easy Rider"
 Ago. 15 - 17 Festival de Woodstock - 500 mil presentes para 3 dias de música e paz
 Out. 21 - Morre Jack Kerouac, autor beat de "On the Road".
 Nov. 15 - Mais de 500 mil marcham em Washington pela paz. Maior manifestação anti-guerra dos EUA.

1970

Abr. 7 - Referindo-se aos protestos estudantis, o governador da Califórnia, Ronald Reagan, afirma: "Se for necessário um banho de sangue, vamos a isso."
 Abr. 10 - Paul McCartney anuncia o fim dos Beatles
 Set. 18 - Jimi Hendrix morre com 27 anos

1971

Abr. 19 - Mais de mil veteranos de guerra manifestam-se em Washington contra a

Guerra do Vietname, atirando as medalhas sobre a vedação do Capitólio Jul. 3 - Jim Morrison dos Doors morre em Paris Dez. - Fundação do Greenpeace em Vancouver, Canada

1973

Jan. 27 - Assinado o cessar fogo no Vietname, depois de 58 mil baixas americanas; termina o recrutamento obrigatório Mar. 29 - Saída da últimas tropas americanas do Vietname

Fatos Relevantes

1960

Janeiro - Bob Dylan, com 19 anos, toca no "Café Wha" em Greenwich Village e visita Woody Guthrie no Hospital

Jan. - Manifestações pelos Direitos Civis em Atlanta

Jul. - Teste médico de Sidney Cohen em 5 mil indivíduos conclui que LSD "é seguro".

Ago. 9 - Timothy Leary, de 39 anos, experimenta cogumelos psilocybin em Cuernavaca

Nov. - JFK é eleito presidente.

Nov. - Eisenhower alerta os americanos para o "Complexo Militar-Industrial" e o seu poder.

Nov. 9 - Brian Epstein encontra-se pela primeira vez com os Beatles.

Dez - As pílulas contraceptivas começam a ser vendidas nos EUA.

1961

Fev. 1 - Quatro estudantes negros presos num lanche "reservado a brancos" em Greensboro, Carolina do Sul

Fev. 18 - Bertrand Russell, de 89 anos, dirige uma marcha de 20 mil pessoas contra o nuclear na Grã Bretanha e é preso por 7 dias

Abr. 11 - Primeiro espetáculo pago de Bob Dylan no Gerde's Folk City

Abr. 12 - Yuri Gagarin - 1º homem no espaço

Mai 28 - Fundação da Amnistia Internacional

Jul. 19 - Primeira transmissão ao vivo de televisão através do Atlântico (Telstar)

Ago. 13 - Início da construção do Muro de Berlim

Set. 15 - EUA iniciam testes nucleares subterrâneos

Out. 6 - Presidente Kennedy aconselha os americanos a construir abrigos anti-nucleares

1962

Set. - Timothy Leary funda a "International Foundation for Internal Freedom" (IFIF) para promover a investigação do LSD; publica "The Psychedelic Review".

Out. 22 - Crise dos Mísseis em Cuba; Kennedy determina bloqueio naval da ilha

1963

Jan. - Wallace faz o discurso "Segregação para Sempre" na tomada de posse como Governador do Alabama

Jun. 11 - JFK propõe Lei dos Direitos Civis

Jun. 12 - Líder dos Direitos Civis, Medgar Evers, assassinado.

Jul. - Newport Folk Festival, Julho 26-28, inclui Bob Dylan, Joan Baez, Phil Ochs e Pete Seeger

Ago. 28 - Martin Luther King faz o discurso "I Have a Dream" na marcha pelos Direitos Civis de Maio de 1963, perante 20 mil

Out. 13 - Beatles na TV no London Palladium; audiência de 15 milhões para ouvir "She Loves You" e "Twist and Shout".

Nov. 22 - JFK assassinado em Dallas, Texas; LBJ toma posse

Nov. 22 - Aldous Huxley morre por tomar LSD (intencionalmente!)

Nov. 24 - LBJ promove escalada na Guerra do Vietname

1964

Fev. 9 - Os Beatles aparecem no Ed Sullivan Show (EUA), 74 milhões: a maior

audiência na história da televisão.

Maio - Primeira visita de Bob Dylan a Inglaterra, encontra os Beatles e os Rolling Stones; introduz os Beatles na marijuana.

Jul. 2 - LBJ assina a Lei dos Direitos Civis: serviços públicos abertos a todos

Jul. 18 - Motim racial no Harlem, NY

Out. 14 - Martin Luther King ganha o Prémio Nobel da Paz

1965

Fev. 8 - Início dos bombardeamentos americanos no Vietname do Norte

Jul. 10 - "I Can't Get No Satisfaction" dos Rolling Stones - nº 1

Jul. 24 - "Like A Rolling Stone" de Bob Dylan sobe nas tabelas

Jul. 25 - Dylan actua com grupo "eléctrico" no Newport Folk Festival

Ago. 11 - Motim racial (6 dias) em Watts, 35 mortos

Ago. 14 - Sonny and Cher lançam "I Got You Babe";

Ago. 31 - Queimar cartões de recruta torna-se ilegal nos EUA

Set. 5 - O escritor Michael Fallon de San Francisco aplica o termo hippie à contra-cultura de S. Francisco num artigo sobre o café Blue Unicorn.

Set. 25 - "Eve of Destruction", de Barry McGuire no topo das tabelas

Nov. 22 - Bob Dylan muda a residência para Woodstock, N.Y.

1966

Jan. 17 - Aviões B52 colidem e libertam 3 bombas H de 10 megatoneladas em território espanhol; nenhuma explode

Jan. 21 - Primeiro concerto dos Grateful Dead em S. Francisco, para 10 mil pessoas.

Fev. 19 - Jefferson Airplane e Big Brother e a Holding Company com Janis Joplin actuam no Fillmore

Mar. 25 - Protestos contra a guerra do Vietname em NY - 25 mil na 5ª Avenida

Abr. - FBI divulga documento sobre o LSD; a droga começa a receber má reputação na imprensa

Abr. 7 - Laboratório Sandoz interrompe o fornecimento de LSD a investigadores

Maio 15 - Manifestação anti guerra em Washington - 10 mil participantes

Jul. 29 - Acidente de mota de Bob Dylan

Ago. 5 - Lennon diz que os Beatles são mais populares que Jesus

Set. - George Harrison vai à Índia durante 6 semanas estudar cítara com Ravi Shankar.

Set. - Timothy Leary dá uma conferência de imprensa em NY onde anuncia a formação de uma religião psicadélica: League for Spiritual Discovery (LSD) com a palavra de ordem: Turn on, tune in, drop out;

1967

Fev. - Os Beatles editam Strawberry Fields Forever, Penny Lane, Michelle, Yesterday

Abr. 10 - Semana do Vietname; manifestações anti-guerra e queima de cartões de recrutamento

Abr. 15 - Protesto contra a guerra do Vietname. 400 mil marcham desde Central Park até à ONU; discursos de Martin Luther King, Stokely Carmichael e Dr. Benjamin Spock

Mai - Paul McCartney anuncia que todos os Beatles deixaram de tomar ácido.

Mai 20 - Dia do Flower Power em NY

Jun. 2 - Albúm Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band dos Beatles

Jun. 16 - Monterey Pop Festival

Jun. 25 - Beatles cantam All You Need Is Love na TV

Jul. - Summer of Love em S. Francisco

Jul. - Verão dos motins nos EUA; negros tomam as ruas em Chicago, Brooklyn, Cleveland e Baltimore

Jul. 1 - Sgt. Pepper's atinge o nº1

Jul. 24 - 43 morrem num motim em Detroit

Jul. 29 - Doors: Light My Fire e Procol Harum: Whiter Shade of Pale;

Ago. 26 - Jimi Hendrix: Are You Experienced

Ago. 27 - Beatles na Índia com Maharishi são informados da morte do seu agente, Brian Epstein

Out. 3 - Morre Woody Guthrie

Out. 8 - Che Guevarra morto na Bolívia

Out. 21 - Diggers exorcisam o Pentágono; 35 mil manifestantes, 647 são presos

Dez. - Beatles editam Magical Mystery Tour

Dez. - 486 mil tropas americana no Vietname; dos 15 mil mortos até esta data, 60% morreram em 1967

Dez. 8 - Otis Redding grava Dock of the Bay

Dez. 10 - Otis Redding morre em acidente aéreo

Dez. 31 - Abbie Hoffman, Jerry Rubin, Paul Krassner, Dick Gregory e amigos declaram-se Yippies

1968

Jan. 16 - Fundada a Youth International Party (Yippies)

Jan. 22 - Um B-52 com bomba H cai em Greenland

Jan. 31 - Vietcongue lança a Ofensiva do Tet

Mar. 16 - Massacre de My Lai; 200 a 500 camponeses vietnamitas mortos

Abr. 4 - Martin Luther King assassinado em Memphis

Abr. - Na semana seguinte à morte de Martin Luther King motins em 125 cidades dos EUA

Abr. 23 - SDS leva os estudantes a ocupar 5 edifícios da Universidade de Colombia durante uma semana; 700 presos

Abr. 29 - O musical rock Hair estreia na Broadway

Mai. - Revolta estudantil em Paris; os estudantes ocupam as ruas

Mai. 10 - Início das conversações de paz para o Vietnam em Paris

Jun. 14 - Dr. Benjamin Spock acusado de conspiração para promover a fuga à recruta

Ago. 20 - União Soviética invade a Checoslováquia

Ago. 25-29 - Demonstrações na Convenção dos Democratas em Chicago duramente reprimidas pela polícia

1969

Fev. 11 - 200 estudantes destroem computadores à machadada na sequência de protesto contra o racismo no George Williams College de Montreal

Mar. 20 - John e Yoko vão a Gibraltar, casam e seguem para Amsterdão para um lie-in; (protesto na cama) de uma semana pela Paz

Abr. 10 - Polícia chamada à Universidade de Harvard, 37 feridos, 200 presos

Mai. 15 - Hippies no parque da Universidade de Berkeley atacados pela polícia e Guarda Nacional

Jul. 3 - Morre Brian Jones dos Rolling Stones

Jul. 14 - Estreia do filme Easy Rider;

Jul. 20 - Homem na Lua

Ago. 15 - 17 Festival de Woodstock - 500 mil presentes para 3 dias de música e paz

Ago. 24 - Estreia do filme Alice's Restaurant com Arlo Guthrie

Out. 8-11 - The Weatherman - Days of Rage;

Out. 21 - Morre Jack Kerouac, autor beat de On the Road,;

Nov. 15 - Mais de 500 mil marcham em Washington pela paz. Maior manifestação anti-guerra dos EUA. Oradores: McCarthy, McGovern, Coretta King, Dick Gregory,

Leonard Bernstein. Cantores: Arlo Guthrie, Pete Seeger, Peter, Paul, & Mary, John Denver, Mitch Miller, actores do musical Hair

Nov. 20 - Uso de DDT banido das áreas residenciais

Dez. 24 - Violência no concerto dos Rolling Stones em Altamont, um espectador morto

1970

Abr. 7 - Referindo-se aos protestos estudantis, o governador da Califórnia, Ronald Reagan, afirma: Se for necessário um banho de sangue, vamos a isso.

Abr. 10 - Paul McCartney anuncia o fim dos Beatles

Mai 4 - 4 estudantes mortos pela Guarda Nacional na Universidade de Kent State, Ohio

Mai 14 - Police faz dois mortos durante manifestações estudantis em Jackson State

Set. 18 - Jimi Hendrix morre com 27 anos

Out. 4 - Janis Joplin morre

1971

Abr. 19 - Mais de mil veteranos de guerra manifestam-se em Washington contra a Guerra do Vietname, atirando as medalhas sobre a vedação do Capitólio

Jul. 3 - Jim Morrison dos Doors morre em Paris

Nov. - Inicia-se a retirada de tropas americanas do Vietname.

Dez. - Fundação do Greenpeace em Vancouver, Canada

1972

Mar. 30 - Vietname do Norte lança ataque massivo. EUA retomam os bombardeamentos

Mai 15 - Governador George Wallace atingido a tiro durante a campanha para as primárias em Maryland

1973

Jan. 27 - Assinado o cessar fogo no Vietname, depois de 58 mil baixas americanas; termina o recrutamento obrigatório

Mar. 29 - Saída da últimas tropas americanas do Vietname

BIBLIOGRAFIA

- BAUER, Martin W. & GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. Tradução de Marco Estevão. 3^a edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Tradução de Mateus S. Soares. 3^a edição. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GIDDENS, Anthony. *Combatendo o fenômeno dos sem-abrigo: Estratégias e políticas para apoiar a população sem abrigo na cidade de Lisboa*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 2008.
- GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar - como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1997.

- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5^a edição. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa*. 3^a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- MAIA, Maria Manuela Alves. Fragmentos de memória hippie no Rio de Janeiro: uma abordagem histórica oral: 1968-1974. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Centro de Ciência Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, 2000.
- XIBERRAS, Martini. As teorias da exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio. Ed. Instituto Piaget, 1996.

BIBLIOGRAFIA

MORIN, Edgar. Cultura de massa no século XX – o espírito do tempo v. 1, neurose.

MACHADO, Vitor. O conceito de juventude: uma discussão histórico e cultural dos primórdios aos dias de hoje. *Universitas*, ano 1, nº 1 - Julho/dezembro de 2008.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES

Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

OUVIDORIA: DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA.

Autor: *Callegari, José Antonio.*

Mestrando.

PPGSD – UFF

<http://lattes.cnpq.br/6315272077158811>

calegantonio@yahoo.com.br

Co-autor: *Mello, Marcelo Pereira de*

Professor do PPGSD – UFF.

Doutor.

Orientador.

<http://lattes.cnpq.br/4148158629155964>

mpmello@unisys.com.br

RESUMO.

Este artigo apresenta um estudo sobre ouvidoria judicial como forma de acesso do cidadão à Justiça. Nele, são analisados aspectos teóricos, estruturais e funcionais da ouvidoria judicial de um tribunal trabalhista. No plano teórico, almeja-se compreender o objeto de estudo segundo noções sistêmicas presentes na esfera pública participativa. Esta compreensão vem subsidiada pelo exame de normas de organização judiciária e relatórios estatísticos produzidos pela ouvidoria do TRT da 1ª Região e CNJ. O mapeamento estatístico das manifestações dos cidadãos fornece elementos importantes para a percepção do trabalho da ouvidoria e da relação que se estabelece entre eles e a instituição.

PALAVRAS-CHAVE: ouvidoria, acesso à justiça, defesa da cidadania.

ABSTRACT.

This article presents a study on judicial ombudsman as a form of citizen access to justice. In him are analyzed theoretical aspects, structural and functional of judicial ombudsman from labor court. Theoretically, the goal is to understand the object of study according systemic notions present in participatory public sphere. This understanding has been subsidized by the examination of judicial organization standards and statistical reports generated by the ombudsman of the 1st Region TRT and CNJ. The statistical mapping of the manifestations of citizens provides important elements for the realization work of the ombudsman and the relationship established between them and the institution.

KEYWORDS: Ombudsman, access to justice, citizenship defense

INTRODUÇÃO.

A política de facilitação de acesso à Justiça incorpora-se ao catálogo constitucional de valorização dos direitos humanos. Neste catálogo humanitário, destaca-se o direito de acesso à informação e a um serviço público eficiente com razoável prazo de duração do processo. O acesso à Justiça requer, por suposto, a criação de condições materiais de acessibilidade, conferindo força normativa a este princípio constitucional.

Uma breve leitura da Constituição Federal comprova a existência de um sistema normativo de proteção de direitos fundamentais, tais como: cidadania; dignidade da pessoa humana; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; prevalência dos direitos humanos. Há um título especialmente dedicado aos direitos e garantias fundamentais

que representa o núcleo social forte da constituição brasileira. Importante notar que a todos foi estendido o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvados os casos de sigilo indispensável para a segurança da sociedade e do Estado. Destaque-se que os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e princípios adotados ou dos tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte. Esta cláusula de abertura constitucional é muito importante para tornar mais elástico o sistema de proteção dos direitos humanos em razão da mudança constante dos paradigmas normativos, econômicos, financeiros e políticos de sociedades complexas como a nossa. Não houvesse esta elasticidade hermenêutica, o sistema de proteção e concretização de direitos fundamentais estaria seriamente comprometido como vem acontecendo com a aplicação do argumento da reserva do possível para justificar medidas restritivas de direitos sociais sob o argumento duvidoso de preservação da ordem econômica.

De toda sorte, os tratados e convenções internacionais sobre direito humanos, aprovados em cada Casa do Congresso Nacional com *quorum* específico de Emendas Constitucionais, a ela serão equiparados, superando disputa doutrinária e jurídica quanto à hierarquia normativa das normas internacionais de proteção dos direitos humanos.

Aproximando-se mais ainda do tema proposto, vê-se que a Constituição federal previu a participação do usuário na administração pública direta e indireta nas seguintes formas: com reclamações relativas à prestação de serviços públicos; manutenção de serviços de atendimento ao usuário e avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; acesso do usuário a registros administrativos e a informações governamentais.

Neste sentido, a Emenda Constitucional nº 19/98 inseriu no ordenamento jurídico brasileiro paradigmas da gestão pública participativa. Foi com este marco normativo que alguns setores da Administração Pública adotaram ouvidorias para estabelecer um canal de comunicação direta com o cidadão. Esta comunicação participativa vem concretizar princípios tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e celeridade. No entanto, foi com a Emenda Constitucional nº

45/04 que foi institucionalizado o controle externo no Poder Judiciário. Decorridos 08 de criação do Conselho Nacional de Justiça, nota-se intenso ativismo administrativo através da instalação de programas de padronização de rotinas e controle dos atos praticados nas diversas esferas do Poder Judiciário. Flagrante exemplo disto é a política de gestão baseada em metas e resultados através do acompanhamento em tempo real do trabalho efetivo das unidades judiciárias de todos os graus de jurisdição. Para auxiliar na gestão judiciária, o CNJ editou a Resolução 103/10. Com ela, implementou o sistema nacional de ouvidorias. A partir de então, as ouvidorias passaram a integrar grande parte dos tribunais brasileiros em ritmo cada vez mais crescente.

Completando o sistema de acesso dos usuários aos órgãos estatais, foi editada a chamada Lei de Acesso à Informação. A lei nº 12.527/11 dispõe sobre procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios com a finalidade de garantir o acesso às informações. Ela estabelece formas de acessibilidade segundo alguns parâmetros: publicidade como regra, sigilo como exceção; divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitação; utilização de meios de comunicação (TI); fomento da cultura da transparência; desenvolvimento do controle social da administração pública.

Pelo que se vê, o Brasil vem estruturando um sistema de acesso do usuário aos mais variados segmentos da administração pública com fundamento em normas constitucionais, legais e administrativas. É nesta perspectiva de concretização de direitos fundamentais, abertura cognitiva do sistema judiciário e controle das atividades nele desenvolvidas que será apresentada a ouvidoria como canal de acesso e defesa da cidadania.

GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA.

O preâmbulo da Constituição brasileira sinaliza que o Estado Democrático de Direito destina-se a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Esta sociedade estaria fundamentada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e

internacional, com a solução pacífica das controvérsias. Estes pontos iniciais marcam a nova esfera pública brasileira com a redemocratização do país. Os compromissos assumidos pelos constituintes, em nome do povo, indicam que as conquistas somente serão consolidadas através do amadurecimento da sociedade brasileira. Este amadurecimento democrático não dispensa a participação ativa dos cidadãos através da ação comunicativa (HABERMAS, 2003). Agindo comunicativamente, o cidadão legitima a ordem estabelecida por consensos políticos e fortalece os vínculos sociais entre os concernidos.

Por certo, a nova esfera pública brasileira tem como objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais e regionais; a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Os princípios que informam a República Federativa do Brasil valorizam a independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio do terrorismo e do racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão do asilo político. Note-se que a organização do Estado brasileiro vem sofrendo profundas mudanças de paradigmas normativos através da adoção e constitucionalização de princípios voltados para a defesa dos direitos humanos. O modelo discursivo em construção procura criar espaços sociais propícios para a superação de dissensos, seja pela via consensual, seja pela via interventiva socialmente legitimada. Desta forma, o modelo de gestão participativa no Estado Democrático de Direito produz efeitos diretos e imediatos na esfera pública de todos os Poderes da União: Executivo, Legislativo e Judiciário. Note-se que o artigo 5º da Constituição Federal garante ao cidadão a livre manifestação do pensamento, o direito de resposta, o acesso à informação, a defesa do consumidor, o direito de receber informações dos órgãos públicos e o direito de petição. Estas garantias constitucionais sinalizam para formatação de um modelo de gestão no qual o Estado assume o papel de prestador de serviços.

Este novo perfil do Estado brasileiro ganhou consistência com a edição da Emenda Constitucional nº 19 que tratou da reforma da Administração Pública. Logo no *caput* do artigo 37 da CRFB foi inserido o princípio da eficiência como requisito para implantação de melhorias na gestão pública. Com este propósito, o § 3º inseriu no texto constitucional o seguinte dispositivo: “A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta...”. Esta participação do usuário representa importante abertura sistêmica garantidora do pleno exercício da cidadania participativa. Para exemplificar, uma das formas de participação do usuário ocorre com a apresentação de reclamações relativas à prestação de serviços públicos em geral, onde podemos incluir os serviços judiciais. Fica assegurada ao usuário a manutenção de serviços de atendimento e avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços. É neste ponto que surge o embrião normativo para a criação do Sistema Nacional de Ouvidorias Judiciais. Outra forma de participação do usuário dá-se com a garantia de acesso a registros administrativos e informações sobre atos de governo, observando-se questões de sigilo de Estado. Aqui, a Administração Pública passa a prestar contas dos seus atos segundo critérios de transparência pública informados pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade. Sem contar que ele também pode representar contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. Como cidadão, tem legitimidade para atuar ao lado dos órgãos de controle externo da atividade estatal, exercitando na prática a gestão pública participativa.

MUDANÇA ESTRUTURAL NO PODER JUDICIÁRIO.

Com respeito à estrutura do Poder Judiciário, o legislador constituinte estabeleceu o sistema de jurisdição federal e estadual, vez que inexistia jurisdição municipal no Brasil. Desta forma, os órgãos que compõem o Poder Judiciário são: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, Tribunais e Juízes do Trabalho, Tribunais e Juízes Eleitorais, Tribunais e Juízes Militares e os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios. Importante notar que o sistema judiciário brasileiro é complexo, podendo ser dividido conforme o tipo de atuação de cada um de seus órgãos integrantes. Quanto à defesa dos direitos subjetivos, incumbe aos Juízes e Tribunais julgar as

pretensões deduzidas em Juízo conforme regras de competência originária e recursal estabelecidas nas Constituições Federal e Estaduais. Quanto ao direito objetivo, cabe aos Tribunais Superiores a defesa da ordem jurídica federal e ao Supremo Tribunal Federal a defesa da Constituição. Existe também a divisão dos tribunais segundo a matéria geral ou especial. Então, temos a jurisdição comum exercida pelos tribunais e juízes federais, bem como tribunais e juízes estaduais; e a jurisdição especial exercida pelos tribunais e juízes do trabalho, pelos tribunais e juízes eleitorais e pelos tribunais e juízes militares. Quanto aos Estados-Membros da Federação brasileira, a Constituição Federal garante a eles a prerrogativa de organizar sua Justiça, observados os princípios nela estabelecidos.

O Poder Judiciário nacional também se insere no atual modelo de gestão participativa. Por conta disto, as palavras correntes na administração judiciária são planejamento estratégico, metas e resultados. O foco da atuação judiciária deslocou-se significativamente. O atual modelo de gestão concentra sua atenção no ritmo do trabalho desenvolvido na “linha de produção”, onde fatores “mercadológicos”, tais como tempo e demanda, geram situações contraditórias do tipo: quantidade X qualidade ou segurança X celeridade. A propósito, quando se fala em controle de produção objetiva-se atender os interesses do usuário segundo as várias dimensões da cidadania: política, econômica e social. Politicamente, o cidadão é considerado como participante da esfera pública, vez que detém parcela do poder materializado na configuração institucional do Estado. Sob o aspecto econômico, o cidadão é considerado como consumidor de um serviço prestado ou posto à sua disposição. Na dimensão social, ele participa de um jogo dialético entre expectativas de interesses, devendo prevalecer atitudes de entendimento em função do bem comum. Este modelo de gestão permite ao cidadão participar do controle das atividades do Estado, como já foi dito.

No caso específico do Poder Judiciário, foi criado Conselho Nacional de Justiça através da Emenda Constitucional nº 45/04. Ele foi concebido para atuar como órgão de controle externo. No entanto, recebeu *status* constitucional de órgão do Poder a quem deve controlar. Esta aparente contradição permite indagar sobre a imparcialidade e eficiência deste sistema de controle institucional. O que se percebe é que a externalidade do Conselho Nacional de Justiça é determinada por sua composição. Os membros deste

conselho são nomeados para exercício temporário dos seus mandatos. Os Conselheiros têm as mais variadas origens na seguinte proporção: magistrados de carreira (09), membro do Ministério Público (02), membros da Ordem dos Advogados do Brasil (02) e cidadãos (02). Percebe-se que, majoritariamente, o CNJ é composto por membros do Poder Judiciário na proporção de 60%, o que demonstra força interna da magistratura e fragilidade externa da sociedade diante do modelo institucional deliberativo deste Conselho de Justiça. A dúvida que se coloca é saber se o CNJ não corre o risco de se transformar em um órgão de seletividade das irritações do meio ambiente, fechando-se operacionalmente para adequar-se às suas próprias necessidades e interesses corporativos. Esta dúvida torna-se mais contundente ao vermos que ele adotou o programa Justiça em Números, focado no controle quantitativo do trabalho judiciário, com base em dados estatísticos fornecidos pelas unidades que integram o sistema. E aí o dilema entre qualidade X quantidade que acompanha as pesquisas em ciências sociais retorna à cena.

Feitas estas ressalvas, é importante considerar que o Conselho Nacional de Justiça vem colaborando, de alguma forma, com a modificação do modelo jurídico brasileiro, através de planejamento estratégico nacional e alinhamento dos procedimentos de atuação das unidades judiciárias. As contradições apontadas não retiram o mérito a respeito de um profundo choque de ordem nas estruturas judiciárias estabelecidas em paradigmas tradicionalistas e, muitas das vezes, desligados da realidade cambiante.

SISTEMA NACIONAL DE OUVIDORIAS.

Antes de analisarmos o sistema nacional de ouvidorias, devemos compreender o que seja uma ouvidoria. Ela tem a função de defender os interesses do cidadão em face da instituição à qual está vinculada. Esta comunicação direta com o usuário (consumidor e cidadão) é importante para melhorar a imagem institucional e dar visibilidade ao processo de aprimoramento dos serviços prestados. Através da ouvidoria, a organização tem a oportunidade de transformar reclamações em oportunidades de melhoria.

Em razão dos seus objetivos, a ouvidoria não se confunde com a corregedoria, *call center* e SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor). Os objetivos de uma ouvidoria

são: melhorar o atendimento dos usuários; zelar pela imagem pública da organização; reduzir a possibilidade de litígios com os usuários e consumidores; promover a defesa da cidadania; assimilar críticas e sugestões (aprimorar processos, produtos e serviços); melhorar a comunicação interna e externa, mantendo o foco organizacional na produção de serviços de excelência.

Considerando que a ouvidoria lida diretamente com o processo de comunicação interna e externa, pode-se intuir sobre a responsabilidade ética e moral de seus integrantes. Uma ouvidoria bem estruturada funciona de forma eficiente quando existe um grau de comprometimento sincero na defesa da cidadania, no atendimento das expectativas dos usuários e no aprimoramento dos serviços judiciários.

Diante deste novo modelo estrutural da esfera judiciária, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 103, de 24 de fevereiro de 2010, dispondo sobre as atribuições da ouvidoria do CNJ e determinando a criação de ouvidorias no âmbito dos Tribunais. Alguns pontos foram considerados para fundamentar a criação deste sistema de ouvidorias judiciárias. Em primeiro lugar, a necessidade de regulamentar as atribuições da ouvidoria do CNJ, instituída pelo artigo 41 do seu Regimento Interno. Em segundo lugar, foram consideradas as informações levantadas sobre a inexistência de ouvidorias nos Tribunais. Diante deste cenário, mostrava-se necessário criar um mecanismo de comunicação entre os cidadãos e os órgãos do Poder Judiciário. Considerou-se também a necessidade de integração das ouvidorias judiciárias, possibilitando a troca de informações necessárias ao atendimento das demandas dos usuários e aperfeiçoamento dos serviços prestados.

Cabe à ouvidoria receber consultas, diligenciar junto aos setores administrativos competentes, prestar informações e esclarecimentos sobre atos, programas e projetos do Conselho Nacional de Justiça. Além disto, ela recebe informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios sobre as atividades do Conselho. Depois, encaminha tais manifestações aos setores administrativos competentes, mantendo o interessado informado sobre as providências adotadas. Possuindo estrutura permanente e autonomia funcional, a ouvidoria organiza o atendimento aos usuários, acompanhando e orientando o atendimento das demandas recebidas. Colaborando com a função de

controle das atividades judiciais, elabora estatística e relatórios para monitoramento das disfunções sistêmicas percebidas pelos usuários. Com estas atribuições, apresenta-se como um canal de acesso do cidadão que pode ser utilizado pessoalmente, por carta, ligação telefônica ou por meio de formulário eletrônico. Diante de imperativos éticos e da intangibilidade da esfera íntima das pessoas, não são aceitas manifestações anônimas, conforme disposto no artigo 5º da CRFB.

Quando acionada, a ouvidoria inicia um procedimento de busca por informações a respeito dos fatos narrados pelos usuários. Todo o procedimento é por ela monitorado. O que se percebe é que através da ouvidoria o cidadão aproxima-se do sistema judiciário exercendo também o controle externo de natureza popular. Este movimento de aproximação na prática revela o funcionamento do atual modelo de gestão pública participativa que será analisado agora sob a ótica da ouvidoria e institutos afins.

OUVIDORIA JUDICIÁRIA E INSTITUTOS AFINS.

Estabelecido que a ouvidoria é um canal de acesso e concretização de direitos fundamentais, passa-se a analisar elementos que caracterizem-na como instrumento de gestão e defesa da cidadania. De início, pode-se dizer que a ouvidoria não se confunde com o SAC. O serviço de atendimento ao consumidor cuida de relações de consumo, funcionando via e-mail, *chat* e telefone. Sua finalidade é melhorar o diálogo neste tipo particular de relação social, prestando assistência ao consumidor. Não se trata aqui de defesa dos interesses e direitos do cidadão no sentido mais amplo empregado pela ouvidoria. O que se tem em questão é uma relação de consumo potencial ou efetivamente concretizada. A boa imagem da empresa e a satisfação do consumidor são os objetivos imediatos do SAC, cujo marco normativo é o Código de Defesa do Consumidor.

A Lei nº 8078/90 estabeleceu a política nacional de relações de consumo que tem por objetivo atender as necessidades dos consumidores; o respeito à sua dignidade, saúde e segurança; a proteção de seus interesses econômicos; a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo. Para isto, previu a adoção de garantias dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade,

segurança, durabilidade e desempenho, harmonizando interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com as necessidades de desenvolvimento econômico e tecnológico. Neste sentido, previu a necessidade de desenvolver um sistema de educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo. Como um dos instrumentos para efetivação deste sistema de acesso do consumidor às informações e defesa dos seus direitos, a lei procurou incentivar a criação de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo.

Curioso notar que o SAC possui certa capacidade decisória na solução interna de conflitos de consumo. A ouvidoria, por sua vez, não possui capacidade decisória.

Também não se confunde a ouvidoria com o *call center*. Em verdade, este sistema de comunicação à distância é reconhecido juridicamente como uma forma de teletrabalho, muitas das vezes realizado no domicílio do empregado. Um caso típico de *call center* ocorre nas cooperativas de táxis. Na prática, o cliente telefona solicitando serviços ou apresentando outro tipo de manifestação. Mas, o *call center* não desempenha a função de defesa dos interesses dos cidadãos, quando muito pode atuar orientando o caminho a seguir, facilitando o contato do usuário com os setores administrativos das organizações à qual esteja vinculado. Também é possível encontrar as centrais de chamadas através dos seguintes canais de acesso: *web*, *chat* ou e-mail. Uma característica das centrais de atendimento é a utilização de tecnologia de informação (TI), facilitando a comunicação entre ausentes. Nas centrais, os operadores trabalham conectados a terminais (vídeos, telefones, computadores, etc.). Conectados ou “plugados”, submetem-se os trabalhadores a rigoroso controle de suas tarefas “*full time*”. Este acoplamento intenso pode gerar doenças ocupacionais, bem como implicar disfunções sistêmicas diante da sobrecarga física e mental a que estão submetidos na linha de frente de contato com os usuários. Neste modelo de controle total das tarefas dos operadores, registram-se comunicações em rede bem à cara de nosso modo de vida sistemicamente organizado ou de organização total à moda dos sistemas de domesticação da pessoa estudados por Foucault.

Guardadas as diferenças entre ouvidoria, SAC e *call Center*, existem pontos de contatos importantes entre eles, tais como: canal de acesso do usuário ao sistema organizacional; oralidade; desburocratização; acoplamento estrutural, abertura cognitiva, mudança na esfera pública, ação comunicativa, etc. A diferença fundamental, não sendo a única, é que a ouvidoria recebe, encaminha e acompanha manifestações dos usuários na perspectiva de defesa dos seus interesses perante a organização.

A corregedoria, por sua vez, desempenha funções corretivas da atuação funcional dos magistrados. A estrutura, os canais de acesso, a formalidade escrita e o caráter decisório das manifestações da corregedoria indicam profunda diferença com relação à ouvidoria. Para ilustrar, vejamos alguns pontos do Regimento Interno do TRT da 1ª Região. O corregedor regional exerce funções de inspeção e correição permanentes ou periódicas, ordinárias ou extraordinárias, gerais ou parciais, sobre os serviços judiciários de primeiro grau do Tribunal. O ouvidor não exerce funções desta natureza. No entanto, em relação às pessoas, a atuação do ouvidor é mais ampla, pois, não se restringe aos magistrados de primeiro grau. O corregedor decide reclamações contra atos atentatórios à boa ordem processual ou funcional, relativos a processos de primeiro grau. Se o ouvidor não possui competência decisória, atua em situações que impliquem disfunções sistêmicas também em segundo grau. Havendo situações que demandem abertura de sindicância ou tomada de providências, cabe ao corregedor adotar tais medidas corretivas, enquanto o ouvidor comunica os fatos ao presidente do tribunal para adoção de medidas cabíveis. Neste ponto, o que aproxima as duas funções é intenção de corrigir fatores que desestabilizem o funcionamento do sistema (LUHMANN, 2009), mediante atuação direta do corregedor e atuação indireta do ouvidor. Interessante notar que o corregedor detém poderes normativos, ausentes nas atribuições funcionais do ouvidor. No entanto, isto não impede que ele baixe atos normativos internos para disciplinar e aperfeiçoar o trabalho da ouvidoria, como gestor público que é.

Tanto a corregedoria como a ouvidoria são canais de abertura cognitiva do subsistema judiciário (LUHMANN, 2009) com função de receber irritações sistêmicas, selecionar e promover diretamente, ou mediante atuação de outro órgão, os aperfeiçoamentos que superem dissensos e desapontamentos desestabilizadores do bom funcionamento da organização. Enquanto o perfil funcional da corregedoria aproxima-se mais do modelo

teórico luhmaniano, aquele adotado pela ouvidoria tem aproximações com o modelo discursivo habermasiano focado na ação comunicativa.

O incremento do diálogo institucional com os usuários, na qualidade de cidadãos, representa avanço significativo do processo de concretização dos direitos fundamentais da pessoa humana. A gestão participativa em jogo amplia a inserção do indivíduo atenuando certa tendência objetivante das regras processuais. Ouvir o cidadão e dar voz aos concernidos é demonstração de amadurecimento civilizatório. Com cuidado, é preciso verificar se a estrutura comunicativa institucionalizada atende as expectativas cognitivas dos cidadãos. A opinião pública, com certo grau de acerto, tem sérias dúvidas quanto à eficiência do trabalho judiciário, seja pela sua estrutura burocrática complexa, seja pelo histórico de ineficiência dos serviços públicos prestados pelo Estado. Se o judiciário adotar um discurso de entendimento, mas no fundo atuar com uma racionalidade instrumental, pode gerar no indivíduo desapontamento e descrença tenaz como aquela apresentada pelo cético na rejeição sistemática dos argumentos em favor da ação comunicativa (HABERMAS, 2003)). Neste contexto, a manifestação do usuário deve ser tratada com seriedade. Se as manifestações dele implicam possibilidades reais de participação na gestão do serviço público de forma indireta, o propósito defendido por Habermas a respeito da ação comunicativa e a seletividade sistêmica e superação de dissensos defendidos por Luhmann restam contemplados. No entanto, se estas manifestações, mapeadas através de planilhas estatísticas, servirem para o aparato judicial identificar o perfil dos usuários desapontados, o tipo de reclamação recorrente e outros indícios que sirvam de subterfúgio para ações instrumentais objetivantes, o perigo para a ordem democrática é grande. A quebra da confiança diante de atos de má-fé ou o descaso no trato das pretensões dos cidadãos perturba de tal forma o sistema democrático a ponto de se poder chegar a estados graves de anomia como percebido por Durkheim. Tão grave quanto à má-prestação de serviço é a instituição de serviços auxiliares de atendimento do usuário deficientes. Tanto a corregedoria quanto a ouvidoria devem precaver-se em face deste risco.

A gestão participativa até agora examinada requer um abordagem a respeito do tipo de manifestação do usuário. Através dela, o cidadão atua comunicativamente na expectativa de que o sistema judiciário adote medidas efetivas para aperfeiçoamento dos

serviços prestados. Sabe-se que a ouvidoria é um dos canais de comunicação, necessitando de pontos de contato com os indivíduos. Estes pontos de contato são: telefone, carta, e-mail, manifestação pessoal e formulário eletrônico. No caso da ouvidoria do TRT da 1ª Região são produzidos relatórios estatísticos discriminando os tipos de manifestações, percentuais e algumas perguntas freqüentes. A ouvidoria do CNJ, por sua vez, apresenta um quadro estatístico que identifica também o tipo de usuário que se manifesta.

O relatório anual simplificado da ouvidoria do TRT da 1ª Região, ano 2009, adotou 06 categorias de manifestações: consulta, reclamação, informação, elogio, sugestão e denúncia. Num universo de 16.856 manifestações, as consultas representaram 41,96%, reclamações 30,36% e informações 25,56%. Elogios, sugestões e denúncias não passam de 2%. Não há identificação do tipo de usuário que se manifestou. Chama a atenção o baixo índice de sugestões, denúncias e elogios. Se o modelo de gestão participativa está funcionando, porque haveria tão baixo índice de sugestões para melhoramento do sistema? De outro lado, o grande percentual de consultas, reclamações e informações induzem a pensar que o usuário deseja conhecer mais o funcionamento do sistema judiciário onde suas pretensões são deduzidas e julgadas por um sistema perito (GIDDENS, 1991) hermeticamente organizado.

De 2009 para 2011, os relatórios anuais indicam que houve um crescimento de manifestações em todas as categorias, mantendo-se a diferença percentual entre elas. Prevaecem manifestações de consulta, pedido de informação e reclamação. Elogios, sugestões de aprimoramento e denúncias seguem com baixo percentual de manifestação. No ano de 2010 foi criado o item das manifestações não categorizadas.

Observando, desta vez, o 9º relatório trimestral da ouvidoria do CNJ, período janeiro-março de 2012, vemos que foram recebidas no trimestre 5.732 demandas. Em igual período, a ouvidoria do TRT da 1ª Região recebeu 4.916 manifestações. Considerando que a ouvidoria do CNJ recebe manifestações de todos os estados da federação e que a ouvidoria do TRT Rio recebe manifestações regionais, o volume de manifestações na ouvidoria fluminense é proporcionalmente maior.

A proporção de manifestações em ambas as ouvidorias é bem parecida, prevalecendo reclamações e pedidos de informações, sinalizando certa tendência de predominância destas duas categorias. O relatório do CNJ discrimina os canais de acesso utilizados pelos usuários na seguinte proporção: comunicação virtual (96,39%), correio eletrônico (1,88%), correspondência (1,08%), ofício (0,47%), ligações telefônicas (0,16%) e atendimento presencial (0,02%). A leitura que se extrai destes dados é que a comunicação virtual e por correio eletrônico predomina sobre formas de comunicação mais tradicionais. Em um primeiro momento se pode pensar que os números consolidam o processo de inclusão digital em andamento no Brasil. Os baixos índices de manifestações presencial, telefônica e por correspondência também podem ser atribuídos ao fato de a ouvidoria do CNJ funcionar em Brasília, dificultando a utilização destes canais de comunicação por quem reside longe da capital federal. Some-se a isto o custo elevado das ligações telefônicas pelo sistema de discagem à distância.

Outro detalhe que merece destaque é a predominância, na ouvidoria do CNJ, de manifestações enviadas por servidores públicos, advogados e aposentados. A participação de cada um deles respectivamente é de 19,54%, 16,56% e 11,60%. A primeira leitura destes números sugere que se trata de um grupo com significativo senso crítico, aliado ao nível de escolaridade, perfil social e profissional. Por outro lado, os agentes públicos que atuam dentro do núcleo duro das funções de Estado são os que menos se manifestam, na seguinte proporção: militares (2,13%), magistrado (0,44%), membro do Ministério Público (0,24%), delegado de polícia (0,19%) e defensor público (0,19%). Dado interessante: os presidiários representam 1,12% das manifestações. Da média nacional de manifestações São Paulo e Rio de Janeiro respondem com 22,24% e 15,88% respectivamente, o que pode justificar a forte proporção observada nos relatórios da ouvidoria do TRT Rio em igual trimestre de 2012.

Segundo o CNJ, o maior nível de manifestação dos usuários diz respeito a reclamações em face da morosidade processual num total de 1.547 acessos. Bem próximos estão os números de acessos referentes a: matéria jurisdicional, atuação do magistrado, decisão do CNJ, decisão judicial, demanda fora da competência do CNJ, administração de tribunal, funcionamento/procedimento de vara, todos em torno de 140 a 220 manifestações.

A respeito da atuação da ouvidoria do CNJ foi apresentada aos usuários, no período analisado, pesquisa de opinião. Os itens avaliados foram: atendimento, tempo e clareza das respostas e desfecho da manifestação solicitada. 39,90% manifestaram-se insatisfeitos e 60,10% disseram que estavam satisfeitos. O relatório notou que existe “certo grau de insatisfação, a indicar que a Ouvidoria precisa continuar a buscar o aprimoramento do seu trabalho”.

A comparação de dados entre a ouvidoria do TRT Rio e do CNJ é meramente exemplificativa, pois os documentos analisados são qualitativamente diferentes, na ausência de outro que melhor atendesse ao intuito da pesquisa. Isto porque os dados do TRT estão lançados em relatório simplificado e as informações do CNJ em relatório trimestral completo. Portanto, é possível que certas informações, não presentes no relatório simplificado do TRT, tenham sido produzidas e remetidas ao CNJ. Um exemplo está no canal de acesso à ouvidoria do TRT na internet. No formulário eletrônico, o usuário informa sua naturalidade, nacionalidade, profissão, etc.

De tudo que ficou exposto, pretende-se extrair o seguinte: existe um canal de comunicação com o usuário institucionalizado nacionalmente. Este canal de comunicação vem processando as manifestações destes cidadãos além de realizar acompanhamento qualitativo e quantitativo dos acessos, bem como certa autocrítica para melhorar o próprio funcionamento das ouvidorias.

CONCLUSÃO.

O roteiro até aqui percorrido sugere algumas considerações. O Estado brasileiro adotou um amplo catálogo de direitos humanos que reclamam proteção efetiva, dentre eles o direito de participação dos cidadãos na gestão pública e acesso às informações sobre direitos e interesses que não comprometam a segurança nacional e a intangibilidade da vida íntima de outrem. Para atender a estes propósitos, a esfera pública brasileira vem se adaptando progressivamente ao modo de vida democrático com destaque para a gestão pública participativa, na qual os usuários e consumidores dos serviços públicos são

tratados como cidadãos e legítimos detentores do poder politicamente organizado através do Estado.

A gestão pública participativa somente acontece na prática quando os concernidos, incluídos socialmente, tem acesso a canais de abertura sistêmica. Estes canais de acesso permitem o exercício em concreto das mais variadas dimensões sociais da cidadania política. Então o cidadão deixa de ser considerado somente um súdito do Estado para atuar também como partícipe da governança da coisa pública, legitimando e sendo legitimado para agir comunicativamente. Ações comunicativas precisam ser canalizadas através de canais de acesso adequados. No caso em estudo, focou-se o tema na ouvidoria judiciária como canal de acesso do cidadão aos serviços prestados pelo sistema judiciário nacional. Analisamos tanto o sistema nacional de ouvidoria quanto algumas ouvidorias em particular, confrontando-se este canal de acesso com outros similares tais como: corregedoria, SAC e *call Center*.

Do que foi analisado, com base em dados estatísticos, extrai-se que vem aumentando progressivamente o número de acessos dos usuários através das ouvidorias seja para reclamar, pedir informações ou realizar consultas. O crescente número de acessos indica que o sistema de ouvidoria vem desempenhando o seu papel fortalecendo laços de confiança no modelo de gestão participativa aberto ao controle popular da Administração Pública.

Sob a ótica da teoria sociológica, encontramos pontos de contato entre Habermas e Luhmann, tais como: abertura cognitiva, acoplamento estrutural e superação de dissensos. Se a corregedoria atua sob o enfoque luhmaniano, a ouvidoria desempenha seu papel numa perspectiva habermasiana, permitindo ilações sobre a possibilidade de observação sistêmica com aportes teóricos de ambos.

Concluindo, percebe-se na prática que a mudança estrutural na esfera pública judiciária é um processo contínuo e continuado. A observação que foi apresentada anteriormente merece ser destacada como argumento final. Cabe ao Poder Judiciário agir comunicativamente em relação às manifestações dos cidadãos, sob o risco de que ações fundamentadas em racionalidade instrumental provoquem desapontamentos

desestabilizadores da ordem social. A questão é grave diante da potencialidade destruidora de possível anomia provocada pela descrença geral nas instituições e na ordem jurídica estatuída. Numa palavra, a gestão pública participativa é um patrimônio coletivo e deve ser conduzida de forma a garantir o pleno acesso do cidadão a todo o tipo de serviço público voltado para o bem comum, legitimando a governança estatal como manifestação da vontade do povo como real titular do poder politicamente organizado.

REFERÊNCIAS.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. Atualização da 6ª edição por Jussara Simões. São Paulo: Paz e Terra. 2011.

CENTURIÃO, A. **Ombudsman: a face da empresa cidadã: como e porque instalar uma Ouvidoria**. São Paulo: Educator. 2003.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: EDIPRO. 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes. 1987.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Ficker. São Paulo: UNESP. 1991.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2003.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2003.

LUHMANN, N. **Introdução à teoria dos sistemas**. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VISMONA, E. L. (Org). **A ouvidoria brasileira: dez anos da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Associação Brasileira de Ouvidores Ombudsman. 2005.

<<http://portal2.trtrio.gov.br>>. Acesso em: 20 de ago. de 2012.

<<http://www.cnj.jus.br>>. Acesso em: 20 de ago. 2012.

PRESERVAÇÃO DIGITAL: GARANTIA DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO.

Lenora de Beaurepaire da Silva Schwaitzer

Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo CPDOC e mestrandia do programa de pós-graduação em Justiça Administrativa da UFF.

RESUMO

O presente trabalho estabelece a importância da preservação digital produzidos em codificação binária e destaca o papel da Administração Pública como órgão promotor da preservação, acesso e segurança das informações que armazena. O artigo apresenta diversas iniciativas existentes para enfrentar o problema gerado pela obsolescência tecnológica e enfatiza a dificuldade de estabelecimento de critérios para a efetiva preservação dos dados, ante à tensão existente entre autoridades que estabelecem normas administrativas e subordinados, encarregado do cumprimento das normas e por ainda não existir uma unanimidade mundial quanto à melhor forma de encarar o risco gerado pela obsolescência tecnológica.

Palavras-chave: Preservação digital. Processo eletrônico. Obsolescência tecnológica. Justiça Federal.

ABSTRACT

The present work establishes the importance of digital preservation produced in binary coding and the role of Public Administration as an agency promoting the preservation, access and security of the information stores. The article presents various initiatives in place to address the problem created by technological obsolescence and emphasizes the difficulty of establishing criteria for the effective preservation of data, compared to the tension between authorities that establish administrative rules and subordinate in charge of compliance and further there is no unanimity as to the world how best to face the threat posed by technological obsolescence.

Keywords: Digital Preservation. Electronic procedure. Technological obsolescence. Federal Court.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe destacar a importância em se estabelecer critérios para a preservação digital dos documentos produzidos em codificação binária pelo Poder Judiciário e ressaltar o papel da Administração Pública, em geral, na gestão dos documentos produzidos ou armazenados em seu poder para assegurar direitos e obrigações.

Cada vez mais se torna vital a discussão dos temas em comento, não apenas por conta da disseminação do uso das novas tecnologias para produção do conhecimento, mas porque constitui responsabilidade do Estado, prevista na Constituição Federal de 1988, assegurar a gestão dos documentos administrativos e assegurar o acesso à informação e a segurança de dados pessoais e das informações em geral. Desde o término da 2ª Guerra Mundial, o cenário

mundial vem sofrendo alterações e a informação adquiriu maior importância diária, não apenas para a tomada de decisões, mas para a própria vida individual e em sociedade. Ciente da mudança de paradigma que vem sendo promovida, pretende-se com o presente artigo, fomentar o debate sobre o papel da Administração Pública em geral e o do Poder Judiciário, de forma específica, como agentes promotores de mudanças e, ao mesmo tempo, como guardiões de informações de interesse público.

Destaca-se aqui as iniciativas normativas e políticas promovidas pelo Poder Judiciário e, particularmente, pela Justiça Federal para ingresso em uma realidade em que a produção de documentos e de armazenamento de dados se dão com o uso de ferramentas ainda em fase de desenvolvimento para que se possa compreender suas consequências. Busca-se, ainda, encontrar alternativas para o conflito entre duas formas distintas de atuação administrativa, uma tradicional, estabelecida a partir de rotinas que envolvem a circulação do papel e a outra, contemporânea e virtual, que se encontra de acordo com a realidade digital.

2 CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIDADE PARA A SOCIEDADE

É incontestável que as consequências do uso de novas ferramentas tecnológicas têm sido objeto de debate em praticamente todas as áreas de conhecimento e tais ferramentas são identificadas como características de uma “sociedade da informação”. Essa terminologia, cunhada após o término da 2ª Guerra Mundial, traduz um momento em que a criação, armazenagem, processamento, transmissão e disseminação da informação desempenham um papel central na vida dos cidadãos e no desenvolvimento global político, social e econômico. Ela remete a uma coletividade que incorporou as ferramentas tecnológicas em suas atividades diárias, sem que o abandono dos meios tradicionais se operasse por completo. É uma época em que “o tempo individual e coletivo é acelerado, impondo reajustamentos de valores e de comportamentos, devido à obsolescência de anteriores paradigmas elaborados sobre uma base tecnológica diferente” (PORTUGAL. 2010, p. 10).

Atualmente, a informação produzida circula instantaneamente e se avoluma nos bancos de dados que também passam a abrigar as reproduções digitais dos saberes de outrora, que estavam custodiados e acessíveis a poucos. Vivenciam-se alterações tão radicais na dinâmica social que impelem Delmas (2010, p. 1-2) a afirmar que nos deparamos com uma tripla ruptura, intrinsecamente conectada: a) mudança da escrita, de seus suportes e da conservação da escrita; b) mudança do uso social da escrita; c) mudança dos Estados e de seus papéis. Ressalta que no curso da história da humanidade operaram-se várias mudanças de

suporte que, por sua vez, promoveram alterações na escrita e na linguagem. Estas mudanças, porém, não são neutras, posto que acompanhadas do progresso e também de uma garantia de perda maciça da memória e do conhecimento. Para o autor, os três fenômenos – mudança de suporte, de grafia e de linguagem – possuem estreita ligação e são atualmente observados.

Um retrospecto histórico permite obter a mesma conclusão proporcionada pelas descobertas arqueológicas: que as tábuas de argila possuem ligação com a grafia cuneiforme e com a civilização da antiga Mesopotâmia, que as tábuas de madeira e os papiros guardam estreita relação com a escrita demótica, com a civilização egípcia e, ainda, com a greco-romana e que o papel, seja de trapo ou de lenho, amalgama-se à perfeição a uma civilização forjada na idade das trevas (Idade Média) e que experimentou seu apogeu na modernidade.

Bauman (2004, p. 15-17) leciona que, ainda que a chegada e avanço da modernidade possam ser aferidos por diversos marcadores, ela possui um atributo que, ao seu ver, revela-se crucial: “a modernidade começa quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si”. Para ele, “a velocidade do movimento e o acesso aos meios mais rápidos de mobilidade chegaram nos termos modernos à posição de principal fenômeno de poder e de dominação”. Segundo o autor (2004, p. 18), a idéia de que vivemos uma “pós-modernidade” resulta de uma percepção de que foi atingido um “limite natural” à velocidade de movimento, característico da modernidade. Esta “aceleração da história”, parafraseando Nora (1993, p. 7), enseja euforia, desassossego e promove atitudes distintas em segmentos variados.

Aqueles que perseguem as novidades e as versões que se sucedem, inicialmente no campo tecnológico, mas que acabam refletindo na dinâmica social, experimentam cada vez mais frequentemente a frustração diante da impossibilidade de inteirarem-se de todos os lançamentos, o que lhes confere a sensação de permanente defasagem que os impele a centrar suas atenções em segmentos que ainda lhes sejam acessíveis.

Os que as encaram como instrumentos que facilitam as tarefas diárias, fascinam-se com os benefícios que a revolução tecnológica proporciona e incorporam as funcionalidades úteis às suas realidades. Apenas quando experimentam as perdas irreparáveis a que os frágeis objetos digitais estão sujeitos é que manifestam saudosismo de uma época em que os registros eram mais robustos. Há ainda aqueles que resistem às novidades e se apegam aos processos que lhes são familiares. Estes indivíduos costumam verbalizar as vantagens dos procedimentos e objetos tradicionais que, embora não lhes propiciem nem os recursos e nem as flexibilidades das novas tecnologias, lhes conferem segurança. Nessa diversidade ambiental, inexistente ponto de contato que viabilize o diálogo entre perfis tão distintos: o primeiro grupo, os tradicionais, e o último, os inovadores, trafegam em universos díspares e

os membros do grupo intermediário se percebem como clientes (usuários) e, portanto, agentes passivos e alheios aos processos e às responsabilidades pelas mudanças operadas.

3 IMPACTOS DA MODERNIDADE NO PODER JUDICIÁRIO

O cenário acima descrito, que evidencia a ausência de referencial confluyente entre os indivíduos e denuncia uma completa falta de coesão social, requer a atuação do Estado como promotor de ações garantidoras da preservação da história da nação, papel este que está inserto na Constituição Federal. Com efeito, o art. 216, inciso IV, da Constituição Federal, atribui à Administração Pública a proteção, preservação e gestão dos documentos integrantes do patrimônio cultural brasileiro, cabendo-lhe promover medidas que assegurem a consulta daqueles documentos a quem deles necessitar. Por seu turno, o acesso à informação constitui um dos direitos e garantias fundamentais previsto no art. 5º, XXXIII, da Lei Maior.

Em sendo assim, é forçoso reconhecer que a Administração Pública deve ser capaz de lidar com as questões que envolvem a preservação dos documentos arquivísticos digitais, tanto para resguardar um patrimônio da nação, como também para assegurar o acesso às informações neles contidas. Ademais, consoante disposto no parágrafo 2º do artigo 216 da Constituição Federal de 1988, incumbe à Administração a gestão de seus documentos para franquear o acesso às informações neles contidos.

Assim como os demais organismos nacionais e mundiais, o Judiciário Federal já se inseriu no contexto digital e várias de suas atividades ocorrem atualmente apenas em sistema binário. No entanto, poucos têm sido os debates sobre a preservação dos documentos ali produzidos e sobre os personagens encarregados por esta atividade. É frequente se acreditar que medidas preventivas venham sendo adotadas pelo setor de informática em paralelo com a implantação de novidades tecnológicas. Porém, a realidade é que nada se tem feito efetivamente para resguardar dados e arquivos digitais da obsolescência tecnológica.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 07 de dezembro de 2010, durante o 4º Encontro Nacional do Judiciário, realizado na cidade do Rio de Janeiro, promoveu o lançamento das metas a serem atingidas durante o ano de 2011 que estavam centradas em nove itens com abrangência variada: algumas para serem observadas por todo o Judiciário e outras que afetam segmento específico.

Uma das metas, a de número 9, consiste em “implantar processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau até dezembro de 2011”, que está destinada especificamente à Justiça Federal. Em seus esclarecimentos, determina-se que

os sistemas de gerenciamento do processo eletrônico devem atender ao padrão de interoperabilidade do e-Ping, às normas de padronização do CNJ de numeração única, tabelas de classes e de movimentação processuais, tabelas de unidades organizacionais, além de observar “aspectos de segurança, autenticidade (assinatura digital), longevidade, validade legal e eficiência operacional e financeira” (CNJ, 2011, p. 22). Configura-se, desta forma, objetivo que imprime um novo marco histórico na trajetória da virtualização do judiciário iniciada em 1999 após a edição da Lei nº 9.800, de 26 de maio daquele ano. Tal diploma legal permitiu às partes recorrerem ao fac-símile para a prática dos atos processuais que dependessem de petição escrita, condicionada sua validade à entrega do original até cinco dias após o término do prazo.

3.1 DESAFIOS PARA A JUSTIÇA FEDERAL

Ao criar os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001 inaugurou outra etapa no processo de virtualização, ao facultar que, além do peticionamento eletrônico, a intimação poderia se operar pela mesma via. Com base em permissivo contido no art. 24 daquela Lei, o Conselho da Justiça Federal (CJF) se incumbiu de coordenar a criação e a implantação de programas que dessem suporte à instrução das causas submetidas aos Juizados Especiais Federais. Em 8 de julho de 2003, ocorreu o julgamento do primeiro processo eletrônico instaurado no Juizado Especial Federal de Londrina – SC e, paulatinamente, todos os Juizados Especiais Cíveis da Justiça Federal passaram a processar e julgar as causas a eles submetidas através da tecnologia digital.

A Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, ao regulamentar o uso de sistemas de informação digital para tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais, ampliou as práticas do Judiciário no ambiente digital, ao facultar-lhe a criação de diários eletrônicos para publicação de seus atos e de comunicações em geral.

Do que foi acima relatado, infere-se que o elevado percentual previsto na meta 9 do CNJ (70%) apenas evidencia que o trâmite de documentos em ambiente digital já é prática corrente na maioria das Seções Judiciárias da Justiça Federal. Este expressivo montante também permite concluir que o gerenciamento de seus documentos tem que ser tratado como prioridade da administração e que medidas deverão ser estabelecidas e implementadas para garantir a sua conservação ao longo do tempo.

Desde 1997, o CJF assumiu a coordenação da gestão documental do Judiciário Federal. Neste mister, criou normas, formulou planos de classificação e tabelas de

temporalidade, que abrange sua atividade primária e também as auxiliares. O CJF estabeleceu ainda as normas de referência para os processos informatizados de processos e documentos, que foram adotadas, inclusive, pelo CNJ, pela Resolução nº 91, de 29 de setembro de 2009. Todas estas iniciativas resultaram de trabalho conjunto com as cinco Regiões, que cooperaram para a concretização dos projetos de gestão contemplassem cada Região.

Porém, para que se possa garantir a longevidade dos documentos arquivísticos digitais e atender a meta 9, é imprescindível que se construa uma sólida compreensão e delimitação das fases desses documentos, desde sua criação até a sua preservação a longo prazo, identificando não apenas as características específicas do objeto a ser preservado, mas também as responsabilidades de cada setor participante. A proposição da aludida meta constitui um marco referencial de relevo, na medida em que aponta para uma otimização das atividades judiciais. É um direcionamento que apenas se inicia na Justiça Federal, mas que deve ser expandido para todos os segmentos do Poder Judiciário. Entretanto, a efetividade da diretriz depende de profissionais especializados, infra-estrutura material e tecnológica, conhecimento técnico e uma precisa visão de futuro, não apenas para decidir quanto aos esquemas e sistemas necessários para o processamento no ambiente digital, mas também quanto à escolha da estratégia de preservação a longo prazo dos documentos produzidos.

Entretanto, ainda que a meta 9 possua reflexo imediato administrativo, ela também estabelece política arquivística que requer a participação dos setores responsáveis pela gestão documental, uma vez que, conforme ressaltado por Jardim (2003, p. 39), “as ações resultantes das decisões que constituem as políticas públicas arquivísticas revestem-se, na maioria dos casos, de um caráter técnico-científico”. Importa destacar que o desafio de manter as características e propriedades de um documento digital vem sendo uma preocupação constante dos profissionais envolvidos naquela atividade e é tema recorrente de pesquisas e trabalhos acadêmicos.

No entanto, percebe-se que a carência de um conhecimento mais profundo dos princípios e das práticas arquivísticas resulta em direcionamentos que podem resultar na perda de elementos específicos do documento arquivístico digital.

4 A GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NA JUSTIÇA FEDERAL

Através do presente, objetiva-se identificar as ações já desenvolvidas e também as necessárias para que ocorra uma efetiva preservação a longo prazo dos documentos arquivísticos digitais da Justiça Federal. Entretanto, como questão introdutória, justifica-se

apontar a atuação do Judiciário Federal e sua importância no processo de construção da cidadania e de consolidação da nação brasileira.

Diversamente do que se imagina, a realidade da Justiça Federal não se reduz a casos que ensejam destaque em letras garrafais nas primeiras páginas dos jornais, como ocorre com o processo criminal que ficou conhecido como “propinoduto”, nem com escândalos financeiros ou com extradição de “Cacciolas”. O dia-a-dia está pautado em soluções de pequenos dramas anônimos, daqueles que vêm suas vidas subitamente afetadas por algo que não foi previsto ou pela inobservância de um direito que entendem ser devido e violado. Pelos corredores de suas instalações circulam, além dos esperados advogados, servidores, terceirizados e magistrados, pessoas que, com uma filipeta na mão, buscam notícias de seus processos.

São aposentados que objetivam reajustes em seus benefícios ou que tiveram seus benefícios suspensos por alguma irregularidade apurada em momento posterior; mutuários que desejam saber sobre o imóvel adquirido pelo sistema financeiro de habitação; jovens que sofreram acidentes durante a prestação do serviço militar, dentre outros. Alguns querem indenização por acidente provocado por veículos oficiais, como os dos correios ou das forças armadas. Outros amargam sequelas advindas de cirurgias efetuadas em hospitais federais ou foram vítimas de saques fraudulentos em suas contas correntes na Caixa Econômica Federal (CEF). Há ainda os servidores que pedem reajustes e equiparações diversas e jovens universitários que se insurgem contra aumentos que consideram abusivos. Todos, no entanto, buscam um amparo judicial que lhes garanta algum direito que entendem devido e que, se for assegurado, irá refletir em sua existência. Este acesso à Justiça Federal vem se intensificando nas últimas décadas. Com efeito, é importante ressaltar que, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Justiça Federal era uma entidade pouco conhecida e com um número reduzido de Varas. Nos últimos vinte anos, sua área geográfica de atuação foi ampliada e também aumentaram as demandas a tal ponto que justificou, inclusive, a criação dos Juizados Especiais Federais a fim de imprimir maior celeridade à prestação jurisdicional.

Porém, nem sempre este segmento do Judiciário Nacional contou com a mesma relevância, já que teve, desde a sua criação, sua atuação posta em dúvida.

4.1 A JUSTIÇA FEDERAL NO BRASIL REPUBLICANO

Com a proclamação da República e antes mesmo que tivesse sido promulgada a primeira Constituição republicana, a Justiça Federal foi criada nos moldes do modelo norte-

americano, por meio do Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, com o objetivo primordial de resguardar os preceitos que viriam a constar naquela Carta Magna. A partir daquele ato, instaurou-se no Brasil a dualidade de jurisdições, que viria a ser exercida pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal. A exposição de motivos do aludido diploma legal denuncia o intuito da criação da Justiça Federal e também qual seria a principal distinção entre ambos os segmentos do judiciário brasileiro:

Não se trata de tribunais ordinarios de justiça, com uma jurisdição pura e simplesmente restricta à applicação das leis nas multiplas relações do direito privado. A magistratura que agora se instala no paiz, graças ao regimen republicano, não é um instrumento cego ou mero interprete na execução dos actos do poder legislativo. Antes de applicar a lei cabe-lhe o direito de exame, podendo dar-lhe ou recusar-lhe sancção, si ella lhe parecer conforme ou contraria à lei orgânica (BRASIL, 1993, p. 32).

Porém, em 1937, a Justiça Federal foi extinta e, somente em 1965, por meio de dispositivo emanado por ato de exceção - o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro - é que a Justiça Federal foi recriada. Oportuna a descrição de Lima (2005, p. 39), para fins de contextualização:

Durante esse período histórico, caracterizado pela ausência de liberdade, pela tortura institucionalizada, pela censura na imprensa e pelas ameaças previstas no Ato Institucional nº 5, não se pode dizer que a atuação da Justiça Federal foi marcante. Na verdade, é forçoso reconhecer que o Poder Judiciário como um todo, salvo raras manifestações de coragem, ficou de mãos atadas diante das arbitrariedades cometidas pelos militares

A Constituição de 1988 ampliou a competência da Justiça Federal, tanto na esfera cível quanto na penal e previu a instalação de Tribunais Regionais Federais nas cinco regiões. Os artigos 106 a 110 da Carta Magna estabelecem que a ela incumbe a apreciação de casos em que a União Federal, suas Autarquias ou Empresas Públicas integrem como autoras ou rés ou naqueles em que se configure o seu interesse jurídico. Cabe ainda à Justiça Federal o processamento das ações que versem sobre crimes contra a organização do trabalho, o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira. Julga ainda os crimes políticos, praticados contra bens, serviços ou interesses da União, de uma de suas Autarquias ou Empresas Públicas, desde que não seja matéria da competência da Justiça Militar ou Eleitoral.

No que se refere à sua abrangência territorial, ela foi dividida em regiões, no total de cinco, cada uma contando com uma Corte recursal que se encarregaria de conferir maior celeridade às ações nela ajuizadas. A Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região é composta por dois órgãos de 1ª Instância, que são as Seções Judiciárias dos Estados do Rio de

Janeiro e do Espírito Santo, e pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), órgão de 2ª Instância, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A Jurisdição de 2º Grau é exercida por 27 Desembargadores Federais que compõem o TRF2, estruturado em 8 (oito) Turmas, 4 (quatro) Seções e o Plenário.

Anualmente, milhares de ações são ajuizadas em todo o Judiciário Federal. Em 2010¹, foram distribuídos apenas para o TRF2 50.640 novos processos, que se somaram aos 115.747 ali remanescentes. Durante aquele ano, foram proferidas 69.325 decisões que permitiram a redução dos processos em tramitação para 100.138. Atualmente, estes documentos tramitam em papel, pois até o momento o processo eletrônico, previsto na Lei nº 11.419, de 19 de setembro de 2006, só foi instalado na 1ª Instância, ou seja, nas Seções Judiciárias dos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Porém, várias de suas atividades já ocorrem em meio digital, dentre elas aponta-se a de atender a demanda do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), que já regulamentaram seus processos eletrônicos.

A Presidência do STF criou o e-STF por meio da Resolução nº 344, de 25 de maio de 2007, que regulamenta a tramitação de processos judiciais, a comunicação de atos e a transmissão de peças processuais. Por seu turno, o STJ, além de iniciar medidas para implantação de seu processo eletrônico, decidiu digitalizar os processos que se encontravam em seu poder para depois devolvê-los aos Tribunais de origem. Todas essas ações resultaram em mudanças significativas não apenas em relação ao modo de fazer, mas à forma de pensar e agir. O processo, associado simbolicamente a uma imagem de um grande volume de folhas de papel, furadas e costuradas, adquire uma nova feição e passa a ser um objeto intangível. Com o surgimento do processo eletrônico, os atos processuais, antes realizados obrigatoriamente com a presença física do jurisdicionado e por meio dos autos processuais, passam a ser representados por uma cadeia de bits.

Entretanto, novas abordagens não são exclusivas da atividade fim da Justiça e a mudança de ótica e de atitude também se operam no âmbito administrativo. Além da criação e adoção de sistemas informatizados de gerenciamento administrativo, o Judiciário Federal vem estudando e estabelecendo normas para a gestão e preservação de seus documentos.

4.2 A GESTÃO DE DOCUMENTOS DA JUSTIÇA FEDERAL

¹ Dados obtidos no portal do estatística do TRF2. Disponível em: < <http://www.trf2.jus.br/Paginas/conteudo.aspx?Content=626040F5178E0561491F6F26A80C23DE> > Acesso em: 01 ago. 2012.

Em breve retrospecto, reconhece-se que, antes de meados da década de 90, não eram expressivas as ações voltadas para a gestão documental dos documentos da Justiça Federal e que os arquivos judiciais podiam ser comparados a um local de depósito de documentos. Em 1997, surgiram as primeiras iniciativas decorrentes da realização de diagnóstico nos dois principais arquivos da Justiça Federal, das Seções Judiciárias de São Paulo e do Rio de Janeiro, no qual se apurou que os documentos arquivados, em sua maioria autos judiciais, se enfileirados, perfaziam um total de mais de 2.100 km, o que equivale a cinco vezes a distância entre ambas as cidades.

Diante deste cenário, o CJF, através da portaria nº 159, de 27 de outubro de 1998, constituiu a Comissão Técnica Interdisciplinar para a Gestão de Documentos da Justiça Federal (CT-GeD), que ficou incumbida de estabelecer normas e criar procedimentos para a autuação, tramitação, classificação, avaliação, transferência e guarda de documentos administrativos e judiciais no âmbito da Justiça Federal. Essa comissão organizou naquele mesmo ano o I Fórum Nacional sobre Arquivos do Poder Judiciário, com o intuito de ampliar os conhecimentos sobre os arquivos do Judiciário e buscar soluções e critérios técnicos e científicos capazes de viabilizar e reduzir os ônus decorrentes da conservação dos documentos produzidos e de contribuir para o resgate da memória da nação e da Justiça Federal.

Em 1999, o CJF editou a Resolução nº 217, de 22 de dezembro de 1999, criando o Programa de Gestão de Documentos da Administração da Justiça Federal. Tal programa fomentou várias iniciativas tendo como foco a gestão de documentos produzidos pelo Judiciário Federal, podendo-se destacar, dentre elas, o estudo sobre gestão de autos findos, a elaboração da Tabela Única de Assuntos (TUA), o estudo, construção e implantação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade dos documentos administrativos da Justiça Federal (PCTT), a uniformização e implantação da Tabela Única de Classes (TUC), da Tabela Única de Movimentação Processual (TUMP) e o desenvolvimento do Sistema Informatizado de Gestão de Tabelas Processuais (TUPi).

Em 2004, foi criada por meio da Resolução nº 359, de 29 de março de 2004, a Política de Gestão das Ações Judiciais Transitadas em Julgado e Arquivadas na Justiça Federal e, em 2006, o CJF propõe a criação do Projeto Memória da Justiça Federal a ser desenvolvido a nível nacional. Nesse mesmo ano, o Programa de Gestão Documental da Justiça Federal passa por importantes alterações a fim de serem delimitadas ações e responsabilidades pela gestão dos processos nas fases correntes e intermediárias e o CT-GeD, que promoveu a primeira revisão do PCTT.

A Lei nº. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, estabeleceu regras para a informatização do processo judicial civil, penal, trabalhista e de juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição, para as petições e atos processuais assinados digitalmente, para as citações e intimações eletrônicas e para a comunicação dos atos processuais por meio do Diário da Justiça eletrônico. Sua edição, no entanto, evidenciou a premência de existir a padronização e a integração dos sistemas judiciais, que auxiliassem no entendimento do jurisdicionado, na gestão processual e no aproveitamento das informações processuais das instâncias inferiores pelas superiores.

A necessidade do estabelecimento de diretrizes e políticas que orientassem a aquisição ou o desenvolvimento dos sistemas para a gestão de documentos ensejou a edição da Resolução nº 7, de 07 de abril de 2008, do CJF, que

institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos da Justiça Federal – MoReq-Jus e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento de novos sistemas informatizados para as atividades judiciárias e administrativas no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus (BRASIL, 2008, p. 1).

Esse modelo de requisitos, criado inicialmente para ser aplicado pela Justiça Federal, foi adotado em 2009 pelo CNJ, através da Resolução nº 91, de 29 de setembro daquele ano. Dando continuidade ao trabalho de estabelecer normas de gestão documental, o CJF editou a Resolução nº 23, de 19 de setembro de 2008, que consolida normas do Programa de Gestão Documental da Justiça Federal de 1ª e 2ª Instância. Este ato prevê, em seu artigo 8º a guarda, preservação e disponibilização dos documentos permanentes, que “constituem o fundo arquivístico e histórico da Justiça Federal” (2008, p. 3). O mesmo dispositivo discrimina quais documentos são destinados para a guarda permanente que devem ficar, consoante disposto em seu parágrafo 6º, “disponíveis para consulta local nas unidades de arquivo” (2008, p. 4). Quanto aos documentos eletrônicos, esta é a determinação do CJF, constante na mesma Resolução nº 23, em seu art. 19:

Art. 19. Os sistemas informatizados deverão possibilitar a transferência de processos e documentos digitais do arquivo corrente para os arquivos intermediário e permanente, ficando disponíveis para magistrados e servidores, de acordo com os seus níveis de responsabilidades e com as atividades que desenvolverem: Protocolo, Autuação, Classificação, Indexação, Processamento, Avaliação, Arquivamento, Eliminação, Guarda Permanente e Acesso.

§ 1º As unidades arquivísticas são responsáveis pela gestão documental, especialmente no que se refere ao recebimento, avaliação, destinação, guarda e acesso aos documentos digitais.

§ 2º A unidade de arquivo procederá ao exame de presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais recebidos baseando-se nos metadados relacionados a esses documentos.

§ 3o As unidades de tecnologia da informação são responsáveis pelo armazenamento adequado dos documentos digitais e pela disponibilização de ferramentas de gestão documental nos sistemas informatizados corporativos (2008, p. 6)

Vê-se, assim, que os arquivos judiciais são responsáveis pela “gestão documental, especialmente no que se refere ao recebimento, avaliação, destinação, guarda e acesso aos documentos digitais” (Res. 23, art. 19, § 2º, 2008, p. 19). Como entidades incumbidas da gestão documental, os arquivos devem analisar as condições de armazenagem, orientando quanto à preservação dos documentos digitais, que devem estar salvaguardados dos riscos oferecidos pela fragilidade que lhes é inerente e da obsolescência tecnológica, principais fatores que conduzem à perda das informações neles armazenadas.

Configura-se, portanto, responsabilidade e dever das unidades arquivísticas zelarem pela preservação de longo prazo dos documentos produzidos. Para que esta prática ocorra efetivamente, é preciso consolidar sólida base teórica arquivística, que venha a possibilitar o reconhecimento dos documentos que devem ser preservados e identificar suas particularidades.

Releva notar que antes do advento dos documentos digitais, havia uma identidade entre a informação e o suporte que, se por um lado facilitava a prática arquivística, se concentrava nos “aspectos pragmáticos vinculados às práticas burocráticas visando eficácia e eficiência na guarda e preservação de arquivos, notadamente os públicos” (Fonseca, 2005, p. 55). Porém, o uso sistemático de ferramentas tecnológicas promove o divórcio entre informação e suporte, exigindo que a arquivologia volte a pensar sobre seu mister secular para identificar, compreender e orientar suas atividades.

Não é este o foco do presente trabalho, até mesmo porque demandaria uma reflexão aprofundada da ciência arquivística, mas impõe-se destacar que a própria área de conhecimento está passando por uma série de questionamentos e debates motivados pela adoção das novas e fascinantes tecnologias. O intuito do artigo é, frise-se, discorrer sobre a importância de ações de preservação digital dos documentos produzidos em codificação binária pelo Poder Judiciário e dar destaque ao papel da Administração Pública na gestão dos documentos produzidos ou armazenados em seu poder para assegurar direitos e garantir a segurança dos dados nela custodiados. Neste sentido, deve-se reconhecer que pouco vem sendo feito.

O que se identifica, na prática, é que há urgência em se estabelecer novas rotinas procedimentais, principalmente com o uso sistemático de tecnologias avançadas, sem que

haja a preocupação em efetivamente organizar ou manter de forma acessível e segura as informações produzidas ou armazenadas no âmbito governamental. É importuno ressaltar que não há uma carência em normas e determinações, mas percebe-se que essas regras não precedem de abordagem sistemática dos problemas e possíveis soluções e que as determinações observam uma forma determinista e muitas vezes distante da realidade.

Bendix (1996, p. 142) enfatiza que “no moderno Estado-nação do tipo ocidental a administração governamental é caracterizada por uma orientação dirigida para regulamentações legais e administrativas”, mas que gera, ainda segundo o autor, uma “ordem de autoridade indiscutível” na qual todos os subordinados recebem as ordens de uma autoridade que possui conhecimento “limitado e circunscrito pelo fato de que seu alto posto dentro da organização afasta-o automaticamente da experiência do dia-a-dia com seus problemas operacionais”. Ressalta ainda que a hierarquia dos postos promove diversos níveis da informação e superiores e subordinados lidam diariamente com problemas de falta de informação e resolvem da melhor forma possível, mas que “o estudo e a pesquisa podem melhorar tais soluções, mas não podem, parece-me, eliminar os dilemas inerentes ao comportamento de aceitação do estatuto e das organizações hierárquicas” (BENDIX, 1996, p. 146).

5 O RISCO DA OBSOLESCÊNCIA DO DOCUMENTOS DIGITAIS

Conforme já ressaltado anteriormente, com o uso maciço de novas ferramentas tecnológicas, verifica-se uma mudança de parâmetros para a produção e guarda de dados e documentos individuais e governamentais. Diversos são os estudos ((MÁRDERO ARELLANO (2008); MARCONDES e SAYÃO (2002); LYNCH (2003); RIEGER (2008); WARNER (2001), dentre outros) que alertam para a necessidade de se criar repositórios confiáveis capazes de gerenciar de forma responsável as informações produzidas. Entretanto, ao longo deste artigo procurou-se enfatizar que poucas têm sido as ações governamentais que efetivamente protejam os dados armazenados, seja por falta de conhecimento ou porque existe uma grande distância entre superiores e subordinados que dificultam o enfrentamento de um fator de risco não mensurável por quaisquer desses segmentos: a rápida obsolescência das novas tecnologias.

Ferreira (1996) esclarece que a obsolescência atinge não apenas os suportes físicos, mas também as máquinas e aplicativos, o que dificulta a recuperação de documentos produzidos em período não superior a sete anos ou a duas versões anteriores do aplicativo. No

curso de sua obra, ele defende o uso de técnicas e de políticas que garantam o acesso a longo-prazo das informações existentes em documento digital e aponta diversos obstáculos a serem superados. Um dos desafios apontados pelo autor diz respeito à garantia de autenticidade do documento digital, que necessita mais do que a manutenção de seu suporte ou de sua sequência de bits (bit stream), para assegurar a preservação da acessibilidade, reutilização e autenticidade do documento.

No entanto, para que o documento digital possa ser considerado autêntico, é preciso definir para cada uma de suas classe, a sua essência, ou melhor, o conjunto de propriedades (propriedade significativa) que serão mantidas, através de políticas do órgão responsável pela sua guarda. Estes dados deverão ser detalhados e contar com descritores (metadados) dos processos e atividades desenvolvidos no interior de um repositório digital.

O autor (1996, p. 22-23), esclarece que, ao seu ver, objeto digital é todo aquele que pode ser representado através de uma sequência de dígitos binários, estruturada consoante determinada regra, e que, com o auxílio da tecnologia adequada, será convertida para sinais analógicos que chegarão ao receptor com o auxílio de um periférico de saída. Este objeto, nascido ou não num contexto tecnológico digital, possui um nível físico, ou seja, um “conjunto de símbolos ou sinais inscritos num suporte físico”, um nível lógico ou sintático, que se traduz no conjunto de regras ou estruturas de dados utilizados para produzi-lo e um nível conceitual, que nada mais é do que a imagem exibida ao ser humano. Segundo Ferreira (1996), é preciso garantir a comunicação entre aquele que produziu e aquele que recebe a informação, não apenas no espaço, mas também no tempo e a criação de estratégias de preservação só se torna possível quando há a dissecação do conceito de objeto digital em diferentes níveis de abstração.

Diversas são as técnicas e possibilidades de tratamento dos dados produzidos em codificação binária, dentre elas, a preservação da tecnologia, o refrescamento, a emulação, a migração/conversão, a normalização e o encapsulamento. A primeira estratégia visa manter o documento original, o que garante a sua fidedignidade, mas dificulta a gestão do espaço físico, além de provocar alto custo de manutenção e operação, tornando-a inadequada para longo prazo. O refrescamento, em sua visão, não constitui uma estratégia, mas um pré-requisito para o sucesso de qualquer prática de preservação, que impõe a transferência dos elementos contidos em um suporte físico para outro mais atual, antes de sua deterioração ou obsolescência. A emulação do sistema operacional ou do hardware baseia-se na utilização de um aplicativo capaz de atuar como se fosse o hardware ou software em que foi criado o documento, a fim de manter as suas características e funcionalidades originais. Trata-se de

estratégia focada na preservação do objeto lógico original, modalidade onerosa e complexa que demanda mão-de-obra especializada e que pode sofrer com especificações imprecisas ou incompletas, além de não evitar a obsolescência.

Por seu turno, a migração, em suas diversas modalidades, pretende manter acessível o objeto digital, ainda que se utilize a tecnologia mais recente e que, por isto, tal estratégia tende a ser a mais aplicada no momento, apesar de poder causar a perda de propriedades quando da transferência para o novo destino. A migração pode ocorrer para suportes analógicos, como o próprio papel e o microfilme, pode valer-se de conversores acessíveis na internet ou ser aplicada sobre o original. Muitas vezes ela se dá pela atualização de versões, pela conversão para um diverso ou pela eleição de um padrão conhecido, baseado em normas internacionais abertas e capaz de conservar características fundamentais de vários formatos, que deverão ser adotados no momento da produção ou à época da inclusão em repositório de guarda.

O encapsulamento, segundo Ferreira (1996, p. 44), se resume a uma atividade de preservar, junto a si, todas as características necessárias para o desenvolvimento futuro de conversores, visualizadores ou emuladores, independente da aplicação, do sistema operacional e do suporte que foi utilizado originalmente. Uma das possibilidades apontadas por muitos, é o uso do modelo de referencia OAIS, aprovado como norma internacional em 2003, que identifica os componentes funcionais, as interfaces internas e externas e os pacotes de informação, que serão manipulados no interior de um sistema voltado para a preservação digital. Para Ferreira (1996), tal modelo conceitual também pode ser um ponto de partida para viabilizar a criação de um conjunto de elementos capazes de dar suporte às tais atividades, por meio de reunião no material a ser custodiado, todos os dados sobre a proveniência, autenticidade, atividades de preservação, ambiente tecnológico e condicionantes legais que auxiliem a sua manutenção e recuperação.

Entretanto, nenhuma dessas estratégias é universalmente válida e aceita, ainda que dentro da esfera acadêmica, e diversas são as iniciativas, principalmente em nível acadêmico, de combinação de um conjunto de técnicas para atender a diversidade de propósitos. Isto se dá, segundo Ferreira (1996) porque os modelos de repositórios existentes na atualidade, apesar de possuírem capacidade de armazenar, organizar, descrever e disseminar documentos digitais, nenhuma proposta de repositório atual suporta esquemas de metadados de preservação ou facilita a implementação de políticas que englobem todas as facetas de um arquivo, nelas incluídas as que venham a assegurar não apenas a conservação dos diversos

níveis de abstração (físico, lógico e conceitual), mas também os níveis superiores como o social, econômico e organizacional do objeto digital.

Percebe-se, desta forma, que além da preocupação em se implementar novas iniciativas, deve existir uma preocupação maior em se buscar alternativas voltadas para a garantia dos documentos produzidos em formato digital para garantir seu acesso ao longo do tempo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se, nas últimas décadas, uma profunda alteração no curso da história da humanidade provocada pela adoção de inovações tecnológicas. Após anos de experimentos, percebe-se a inclusão maciça das instituições governamentais no ambiente digital, que disponibilizam seus serviços na web e criam sistemas de gestão de seus documentos administrativos com o intuito de conferir celeridade a seus atos administrativos. O Judiciário, de igual forma, integra este movimento e empenha-se em encontrar soluções que atendam seus jurisdicionados com a maior brevidade possível e com o máximo de efetividade. Desde a criação do CNJ, há uma busca por padronizações das atividades em todos os segmentos do Judiciário e um estímulo pela otimização e celeridade dos atos processuais valendo-se das tecnologias de informação. Se por um lado, essas iniciativas resultaram em visíveis benefícios imediatos à sociedade, por outro, elas trazem o risco de perda das informações contidas nos documentos produzidos em codificação binária, se não houver a previsão de rotinas de preservação e, conseqüentemente, em prejuízo para a mesma sociedade utilizando-se uma perspectiva de longo prazo.

A fragilidade dos objetos digitais e sua incerteza ante à rápida obsolescência tecnológica vêm sendo objeto de debates crescentes nos últimos anos no meio acadêmico, mas parece ser de pouca ressonância para as práticas diárias. Atualmente, já não há como negar que os objetos digitais podem ser mais facilmente alterados do que aqueles convencionais e se intensificam as rotinas de segurança que venham a garantir a exatidão dos dados inseridos de forma legítima na fase de produção. Porém, a preocupação com sua preservação ao longo do tempo ainda não é prioridade nas pautas de discussões administrativas.

Ao longo deste ensaio, buscou-se demonstrar que as ações de preservação devem ocorrer da forma mais célere possível, para que se possam superar as dificuldades técnicas que envolvem a preservação digital. Além disso, as atividades de preservação são variadas e

complexas, o que exige a atenção de um organismo especificamente designado para tal finalidade. No decorrer do trabalho, evidenciou-se que o Poder Judiciário está ciente de sua responsabilidade em proteger o patrimônio documental que retém em seus arquivos e que vem promovendo medidas que otimizem os procedimentos de guarda e preservação de seus documentos arquivísticos em suporte convencional. Reconhece-se que o § 1º, do art. 19, da Resolução no 23, de 07 de abril de 2008, estabeleceu a responsabilidade das unidades arquivísticas pela gestão documental, “especialmente no que se refere ao recebimento, avaliação, destinação, guarda e acesso aos documentos digitais” (CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, 2008, p. 8).

Tal determinação, entretanto, demanda regulamentação específica, expressa em política arquivística que atenda não apenas as particularidades dos documentos arquivísticos digitais da Justiça Federal, mas que observe parâmetros estabelecidos após anos de pesquisa efetuada no ambiente acadêmico. Jardim (2003) ressalta a necessidade de se identificar e analisar os problemas nos arquivos para formulação de políticas arquivísticas capazes de enfrentá-los. Para aquele autor, “as dimensões política e técnica encontram-se, portanto, visceralmente associadas desde a concepção à execução das suas diversas facetas” (JARDIM, 2003, p. 19) e uma política arquivística tende a “ser influenciada pelo sistema arquivístico, desde que este efetivamente funcione” (JARDIM, 2003, p. 19).

Partindo-se dessa visão, o presente trabalho se propõe a alertar quanto à necessidade de existirem políticas arquivísticas emanadas pelo Poder Judiciário que enfrentem o desafio da preservação dos documentos arquivísticos digitais de longa duração e também quanto à imperiosidade de se agir em prol da capacitação e valorização daqueles que deverão se incumbir das atividades de preservação digital, ou seja, os profissionais dos arquivos do Poder Judiciário. Evidencia-se, ainda, a premência da criação de um arquivo judicial digital que atue especificamente nas atividades de preservação dos documentos arquivísticos digitais do Poder Judiciário e que possa assegurar a autenticidade e longevidade daqueles documentos.

Estudos têm demonstrado que a vida útil de um documento digital gira em torno de 7 (sete) anos, pois o mesmo sofre com a obsolescência tecnológica de hardware e software. Esse curto prazo enseja um posicionamento claro das instituições governamentais, e particularmente do Judiciário Nacional, quanto às ações de preservação que pretendem implantar.

Como ressaltado por Delmas (2010, p. 2), nenhuma alteração é neutra e toda modificação enseja questionamentos quanto aos riscos a que os Estados e as sociedades modernas devem se submeter e quanto ao grau das perdas que podem ser suportadas. Por seu

turno, o advento da Lei de Acesso à Informação impele que a administração pública de uma forma geral, e o Poder Judiciário, especificamente, encontrem mecanismos que assegurem o acesso às informações contidas em documentos por eles produzidos ou acautelados aos interessados.

Demonstrada a exigência de se proceder a um controle rigoroso de todo o ciclo de vida dos documentos arquivísticos digitais de longa duração por entidade que possua sólidos conhecimentos de princípios e práticas arquivísticas, resta indagar se o Poder Judiciário está disposto correr o risco da impossibilidade de acesso às informações contidas em documentos arquivísticos produzidos apenas em codificação binária.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmund. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm >. Acesso em 3 jun. 2011.

_____. Controladoria Geral da União. **Cartilha “Acesso à informação pública”**. 2011a. Disponível em: < <http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/publicacoes/index.asp> >. Acesso em 10 maio 2012.

_____. Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890. In: **Justiça Federal**: legislação. Brasília: CJF, 1993.

_____. Lei nº 9800, de 26 de maio de 1999. Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9800.htm >. Acesso em: 3 fev. 2011.

_____. Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Disponível em: < <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2001/10259.htm> >. Acesso em: 3 fev. 2011.

_____. Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11419.htm >. Acesso em: 3 fev. 2011.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 2011b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/12527.htm > Acesso em: 25 nov. 2011.

CJF. Conselho da Justiça Federal. Resolução nº 217, de 22 de dezembro de 1999. Disciplina o Programa de Gestão de Documentos da Administração Judiciária da Justiça Federal. Disponível em: < <http://www2.cjf.jus.br/jspui/handle/1234/3176> > Acesso em 24.04.11.

_____. Resolução nº 359, de 29 de março de 2004. Trata da política de gestão das ações judiciais transitadas em julgado e arquivadas na Justiça Federal. Disponível em: < <http://www2.cjf.jus.br/jspui/handle/1234/3389> > Acesso em 24.04.11.

_____. Resolução nº 07, de 07 de abril de 2008. Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos da Justiça Federal - Mo-Req-Jus e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento de novos sistemas informatizados para as atividades judiciárias e administrativas no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau. Disponível em: < <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/handle/2011/16895> > Acesso em: 24.04.11.

_____. Resolução nº 23, de 19 de setembro de 2008. Estabelece a Consolidação Normativa do Programa de Gestão Documental da Justiça Federal de 1º e 2º grau. Disponível em: < <http://www2.cjf.jus.br/jspui/handle/1234/5373> > Acesso em 24.04.11.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital**. 2005. Disponível em: < <http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=64&sid=5> >. Acesso em 1 mar. 2011.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Presidência. Resolução nº 91, de 29 de setembro de 2009. Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciárias e administrativas no âmbito do Poder Judiciário. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/12206-resolucao-no-91-de-29-de-setembro-de-2009> >. Acesso em 5 ago. 2010.

_____. Secretaria-Geral. **Metas Nacionais de 2011**: glossário e esclarecimentos. Brasília, DF: CNJ, 2011.

DELMAS, Bruno. **Archives, États et sociétés**: les enjeux du XXIe siècle. 2010. Disponível em: < http://www.ifhc.org.br/index.php?module=conteudo&class=acervo&event=ver&id_conteudo=396 >. Acesso em 21 abr. 2011.

DURANTI, Luciana. Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do projeto InterPARES. **Revista Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 5, p. 5-18, jan./jun. 2005.

DURANTI, Luciana, SUDERMAN, Jim, TODD, Malcolm. **A Framework of principles for the development of policies, strategies and standards for the long-term preservation of Digital records**. 2008. Disponível em: < [http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip2\(pub\)policy_framework_document.pdf](http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip2(pub)policy_framework_document.pdf) >. Acesso em: 10 jun. 2011.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital**. Guimarães, PT: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.

INTERPARES 2. **Diretrizes do preservador**. 2009a. Disponível em: < http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip2_preserver_guidelines_booklet--portuguese.pdf >. Acesso em 1 mar. 2011.

INTERPARES 2. **Diretrizes do produtor**. 2009b. Disponível em: < http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip2_creator_guidelines_booklet--portuguese.pdf >. Acesso em 1 mar. 2011.

JARDIM, José Maria. O inferno das boas intenções: legislações e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana (org). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LIMA, George M. Papel social da Justiça Federal: Garantia da cidadania. **Revista Esmafe**: Escola de Magistratura Federal da 5ª Região, Recife, n. 9, p. 11-82, abr. 2005.

LYNCH, C. A. **Institutional repositories**: essential infrastructure for scholarship in the digital age. ARL, n. 226, p. 1-7, Feb. 2003, Disponível em: < <http://www.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir.shtml> >. Acesso em: 1 jul. 2011.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. Documentos digitais e novas formas de cooperação entre sistemas de informação em C&T. **Ciência da Informação**, v. 31, n.3, 2002. Disponível em: < <http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=182&layout=abstract> >. Acesso: em 10 nov. 2010.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. 2008. 356 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: < <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1518?mode=full> >. Acesso em 1 Jun. 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e História: A problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Koury. **PROJETO HISTÓRIA**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), São Paulo, n. 10., p.7-28, dez. 1993.

PORTUGAL. Ministério da Ciência e da Tecnologia. Missão para a Sociedade da Informação. **Livro verde para a Sociedade da Informação em Portugal**. 2010. Disponível em: < <http://www.aceso.unic.pt/docs/lverde.htm> >. Acesso em: 21 abr. 2011.

RIEGER, O. Y. Opening up institutional repositories: social construction of innovation in scholarly communication. **Journal of Electronic Publishing**, 2008. Disponível em < <http://quod.lib.umich.edu/j/jep/3336451.0011.301?rgn=main;view=fulltext> >. Acesso em: 6 jun. 2011.

WARNER, Simeon. Exposing and harvesting metadata using the OAI Metadata Harvesting Protocol: a tutorial. **High Energy Physics Libraries Webzine**, v. 4, June, 2001. Disponível em: < <http://library.web.cern.ch/library/Webzine/4/papers/3> >. Acesso em: 1 jun. 2011.

PRIMEIRAS LINHAS SOBRE A MEDIAÇÃO PÚBLICA DE CONFLITOS TRABALHISTAS NO BRASIL: descortinando as “Mesas Redondas”.

*Luiz Felipe Monsores de Assumpção**

RESUMO

Em tempos de debate acerca dos chamados meios alternativos de resolução de conflitos, no interior do qual a mediação vem assumindo posição de destaque, abrem-se espaços para o estudo da adequação desses institutos às mais diversas relações jurídicas, entre elas, as relações de trabalho. Ao menos no Brasil, a assimilação dos princípios que singularizam os direitos trabalhistas, entre eles a irrenunciabilidade e a indisponibilidade, estimula grande controvérsia acerca do desenvolvimento e sustentação de meios não estatais, ou não jurisdicionais, de composição de conflitos. O objetivo deste ensaio é analisar um desses institutos: as “Mesas Redondas”, nome dado à mediação pública realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, buscando compreender sua dinâmica, características, problemas e potencialidades.

Palavras-chave: Mediação pública. Ministério do Trabalho. Mesas redondas.

ABSTRACT

In these times of debate about the so-called alternative dispute resolution (ADR), in which mediation has taken a prominent position, open up spaces for the study of the adequacy of these institutes to several legal relations, including the labor relations. At least in Brazil, the assimilation of the principles which singularize labor rights, including the *unavailability* and *unbreakability* stimulates great controversy about the development and maintenance of non-state media, or non-jurisdictional compositional conflict. The purpose of this essay is to analyze one of these institutes: the "Round Table", name given to the public mediation conducted by the Brazilian Ministry of Labor, seeking to understand its dynamics, characteristics, problems and potential.

Keywords: Public mediation. Brazilian Ministry of Labor. Round Tables.

I- INTRODUÇÃO

* Luiz Felipe Monsores de Assumpção é especialista em Direito do Trabalho e mestrando em Direito e Sociologia pela Universidade Federal Fluminense. É professor das faculdades de Direito e Gestão de Recursos Humanos, do Centro Universitário Geraldo Di Biasi. E-mail: felipemonsores@ig.com.br.

A proposta deste artigo é realizar um breve panorama sobre a mediação de conflitos trabalhistas no Brasil. Para este fim, no entanto, é necessário enfrentar um primeiro dilema: estabelecer o sentido particularmente apropriado para o termo *mediação*, considerando seu caráter polissêmico, pois como salienta Águida Arruda Barbosa (2006): “a definição de mediação também se enquadra como espaço de criatividade pessoal e social”.

Convém, no entanto, circunscrever os limites deste sobrevoo sobre a mediação de conflitos trabalhistas, orientando-o para aquém do debate em torno das chamadas “formas alternativas de resolução de conflitos”, dominado, quase sempre, pela polêmica discussão acerca da aplicabilidade da arbitragem no âmbito relações do trabalho.

O objetivo, portanto, é centrar foco sobre um instituto relativamente obscuro, cuja importância se justifica pela capacidade de caracterizar e identificar as ações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tanto quanto o faz a Inspeção do Trabalho. Falar das Mesas Redondas (MR), agora sem aspas¹, significa apreciar a vocação mediadora do MTE, contemporânea mesmo aos primeiros momentos de existência deste órgão estatal, e que decerto definiu a direção e o sentido da evolução da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho, bem como de seus respectivos processos, conduzidos que são sob a égide da conciliabilidade (LEITE, 2007, p. 79).

Pode-se ir além.

Conforme observa Tânia Almeida (2009, p. 93), a inserção da mediação na cultura brasileira vem se dando de forma gradativa. No entanto, concordando, desde o início, que não se trata de um fenômeno essencialmente cultural, a mediação trabalhista no Brasil tem a idade da compreensão estatal das relações coletivas de trabalho, antes mesmo da formatação da nossa estrutura sindical de viés corporativo². Decerto que, neste caso, a mediação não era considerada, como hoje, a solução elegante para o conflito, mas o símbolo de sua negação, pois a greve, talvez a manifestação mais límpida do conflito trabalhista, era considerada uma medida antissocial³. Mas é inegável que da mesma forma que o reconhecimento e a ação dos grupos sociais (*corps intermédiaires*) fizeram com que o Direito do Trabalho se tornasse a ponta de lança dos direitos sociais, a conciliabilidade tornou-se, ao menos em tese, a grande alternativa ao exercício do poder de império, frente aos conflitos exurgentes na sociedade,

¹ As Mesas Redondas (MR) são, de fato, o *nomem juris*, da reunião administrativa de mediação de conflitos, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme dispõe a Portaria 3.122/88.

² O Decreto 1.637, de 05 de janeiro de 1.907 dispunha sobre a criação de Conselhos Permanentes de Conciliação e Arbitragem.

³ Conforme o art. 139, da Constituição de 1937.

algo que se revela no mesocosmo da jurisdição trabalhista, notadamente a alternância da ação judicante reveladora da verdade, pela orientada à paz social.

Do protagonismo estatal, através do órgão ministerial do trabalho, e da composição de conflitos trabalhistas, como exigência para a evolução das relações do trabalho, advém a pertinência do tema, e a necessidade de limitá-lo mais uma vez, excluindo do estudo outras manifestações estatais da ação conciliatória, tais como as insertas no processo judicial trabalhista e as audiências administrativas no âmbito do Ministério Público do Trabalho.

Este artigo está organizado em quatro tópicos. O primeiro, diz respeito ao conceito de mediação, considerando o que já foi adiantado acerca do problema da definição do seu sentido. O segundo abordará as origens do modelo brasileiro de relações do trabalho, caracterizado pela centralidade do Estado. Ainda neste tópico será tratada a questão da mediação privada de conflitos trabalhistas no Brasil, particularizando a situação das Comissões de Conciliação Prévia. No terceiro tópico se pretende traduzir verdadeiramente o objeto de atenção deste artigo: as Mesas Redondas, abordando sua normatização e perscrutando sua sistematização. O quarto e último tópico é dedicado à abordagem dos problemas que cercam as MR, e que de certa forma explicam o pouco conhecimento que se tem acerca deste instituto, mesmo no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Sem embargo, a conclusão não se aterá apenas ao resumo dos pontos mais relevantes deste texto, mas também ao apontamento de soluções para os problemas identificados, além das perspectivas que cercam esse promissor instrumento de composição de conflitos.

II- CIRCUNSCREVENDO O CONCEITO DE MEDIAÇÃO

Não há um consenso necessário em torno do significado do termo mediação. Emprega-se a designação muitas vezes para caracterizar uma modalidade ou técnica de composição de conflitos, distinguindo-a de outras que lhe estão emparelhadas, tais como a conciliação e a arbitragem. Em comum, a existência de um terceiro imparcial intermediando o conflito, e que, via de regra, exerce algum tipo de influência sobre o fluxo dialógico existente entre os polos do conflito, ou, em vez, atua como catalisador deste fluxo, buscando estabelecê-lo ou estabilizá-lo.

Dito isto, uma das formas mais comuns de definir a mediação é realizando uma distinção metodológica com a conciliação. Nesse diapasão, Petrônio Calmon (2009) observa que:

Quanto ao método, em poucas palavras pode-se afirmar que o conciliador assume posição mais participativa, podendo chegar a apresentar uma fórmula de

autocomposição, ou seja, pode sugerir às partes os termos em que o acordo poderia ser realizado, dialogando abertamente com elas a este respeito. Já o mediador jamais interfere nos termos do acordo, devendo abster-se de tomar qualquer iniciativa de proposição, procurando não se manifestar sobre as propostas apresentadas pelos envolvidos. O mediador apenas assiste as partes, facilitando sua comunicação, com o objetivo de favorecer a identificação de um acordo de recíproca satisfação.

Grosso modo, a partir do enfoque metodológico ou, noutros termos, observando-se a conduta do intermediador, tem-se que na mediação o grau de interferência é tênue, quicá inexistente. Defende-se, inclusive, que o esforço do mediador esteja canalizado para as partes, e não para o conflito, sendo certo que a preocupação com o acordo é somente mediata. Por seu turno, o conciliador assumiria um papel mais proativo, contrapondo os termos e definindo o escopo do debate, inclusive formulando propostas para a solução do conflito (LEVY, 2009).

Quanto à arbitragem não há, de fato, grandes disparidades metodológicas com a conciliação. Talvez de grau. A principal distinção entre as duas outras modalidades de composição de conflitos situa-se na legitimação do árbitro para decidir e, por certo, nos vínculos estabelecidos por estas decisões.

Costuma-se ainda fazer uma distinção teleológica entre mediação e conciliação. Retomando as observações de Calmon (2009):

Quanto à finalidade, observa-se que a mediação visa a resolver com abrangência o conflito entre os envolvidos, ou na linguagem de CARNELUTTI, visa a pôr fim à lide sociológica. Por seu turno, a conciliação possui escopo menos ambicioso, contentando-se em resolver o litígio conforme seus pontos elementares, ou seja, as posições apresentadas pelos envolvidos.

Esta distinção parece sugerir, no entanto, um conflito de fundo entre duas das principais escolas de mediação: a escola americana⁴ e a escola francesa⁵. Novamente a conduta do mediador irá revelar uma maior ou menor preocupação com a compreensão do conflito e, na mesma medida, com o acordo.

A escola francesa ou transformativa é, de fato, bastante sedutora, e vem reclamando para si o sentido essencial da mediação. Para esta corrente, mais que o acordo, o objetivo da mediação é o reconhecimento e a compreensão do conflito, e o empoderamento (*empowerment*) das partes para que juntas, sem negar a oposição de interesses, busquem o

⁴ Fundada a partir das técnicas desenvolvidas no âmbito do Projeto de Negociação da Universidade de Harvard por Roger Fischer e William Ury. Segundo esta corrente, também denominada tradicional-linear, há diversas formas de negociação, sendo as principais a negociação distributiva e a integrativa.

⁵ Modelo prescrito por Busch e Folger, também conhecida como corrente transformativa, concentra seus esforços na revalorização pessoal e no reconhecimento do outro, com a finalidade de ajudar as partes a obter o aumento da força do eu e a sensibilidade mútua, qualquer que seja o modo de resolver o problema.

consenso e restabeleçam a trama de suas relações sociais, cuja consequência mediata é a (re)composição de suas relações jurídicas.

A escola americana, por sua vez, fulcra-se na estrutura das tratativas e nos métodos de negociação. O objetivo da vez é, de fato, o acordo ou, em última análise, a pacificação estanque do conflito. Tais características permitiram que a corrente americana de mediação estabelecesse os vetores que atualmente caracterizam, por aqui, todos os ritos conciliatórios judiciais ou parajudiciais.

Outra forma de distinguir a mediação e a conciliação é pela estrutura regulatória e pela maior ou menor inserção do poder estatal na organização de seus formatos e procedimentos. Sob este ponto de vista, chega-se mesmo a definir conciliação como a etapa (in)formal do processo judicial, que se caracteriza pela autocomposição assistida⁶. No caso do processo trabalhista, por exemplo, esta etapa é absolutamente necessária, devendo ocorrer obrigatoriamente duas vezes durante a fase cognitiva⁷. Esse atrelamento ao rito processual confere à conciliação a autoexecutoriedade de seus pactos. Por outro lado, a mediação, ao menos no Brasil, não é regulamentada *de lege ferenda*, tampouco consiste em etapa necessária do rito processual judiciário⁸.

Ótimas e promissoras iniciativas de mediação de conflitos brotam, no mais das vezes, à margem da jurisdição estatal. Quando muito, há alguma interação institucional com o Ministério Público e o Judiciário, muito menos em razão de uma integração sistêmica entre a sociedade e os órgãos estatais, do que pelo esforço particularizado de seus membros. Nesse contexto, a mediação se mostra assistemática, mesmo no âmbito dos conflitos trabalhistas, onde a atuação do Estado sempre foi determinante. Este traço distintivo particulariza a mediação, cuja dinâmica tendente ao alheamento do poder jurisdicional a credencia como meio (realmente) alternativo de composição de conflitos.

Surlo e Dias (2010, p. 7) criticam, porém, essa tendência da mediação em ser tratada comumente como espécie alternativa ao modelo adjudicatório do Poder Judiciário. Sustentam as autoras que a mediação, fruto da ação espontânea dos atores sociais, tem precedentes históricos muito mais antigos que o modelo da adjudicação litigiosa. Águida Arruda Barbosa

⁶ Embora pareça controverso que a conciliação seja, de fato, um modelo autocompositivo de solução de conflitos. Para Maurício Godinho Delgado (2002), salvo a negociação direta, nenhuma das modalidades não jurisdicionais de composição de conflitos seria, de fato, autocompositiva, justamente pela presença de um terceiro, que mesmo no âmbito da mediação exerceria influência sobre a condução das tratativas e a formulação do consenso.

⁷ Conforme os arts. 846 e 850, da CLT.

⁸ Embora haja precedentes no processo administrativo federal, como no caso da autocomposição entre sindicatos litigantes, no âmbito dos processos de requerimento de registro sindical (Portaria MTE nº 186/2008).

(2007), por sua vez, reitera que a mediação prescinde de regulamentação, haja vista que a coerção sobre a conduta desses atores se dá no plano ético, e não no normativo.

Desse modo, chamar a mediação de meio alternativo de composição de conflitos é pô-la à sombra da ação jurisdicional do Estado, que só faz aumentar seu protagonismo como a primeira e definitiva forma de promoção da paz social (SANTOS, 2007), recrudescendo a tendência de judicialização dos conflitos, já observada pela unanimidade dos sociólogos e juristas (WATANABE, 2007).

Ainda nesse sentido, há um discurso recorrente, que invocando as ondas renovatórias de Cappelletti (1988), é facilmente cooptado pelo Estado, na medida em que o incorpore à busca da efetividade do processo judiciário⁹, subdimensionando o conceito de acesso à Justiça, e associando o instituto da mediação a um atributo que lhe é estranho: a celeridade.

A mediação ainda aparece como uma designação inespecífica, enfeixando ritos e modalidades diversas de composição de conflitos. É dessa forma, inclusive, que o MTE trata a questão¹⁰, ao arrolar diversas referências normativas abrangendo a mediação coletiva, individual, conciliação e arbitragem sob uma única designação: mediação. Este caráter polimórfico da estrutura e da dinâmica da mediação administrativa de conflitos trabalhistas parece justificar-se na busca de um ponto de equilíbrio, o baricentro do tripé de sistemas, sobre o qual se estrutura o MTE: emprego e salário, relações de trabalho e inspeção do trabalho. Trata-se, pois, de se estabelecer a equidistância ótima entre as dinâmicas da promoção do emprego e proteção no desemprego, da pacificação dos conflitos e aperfeiçoamento das relações de trabalho e da coerção estatal sobre os empregadores, coibindo-lhes a prática de infrações à legislação trabalhista. Desse modo, sob a designação “mediação”, o MTE alterna práticas de conciliação, de mediação propriamente dita e de arbitragem.

III- A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS TRABALHISTAS E O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE): um breve esboço histórico

Propõe-se a seguir uma cronologia da experiência brasileira¹¹, no que tange à evolução do sistema de dirimção de conflitos trabalhistas:

⁹ Ver Projeto de Lei nº 94 de 2002, de autoria da Deputada Federal Zulaiê Cobra.

¹⁰ Conforme se verifica no sítio do Ministério do Trabalho e Emprego na internet, no endereço <http://portal.mte.gov.br/mediacao/>.

¹¹ Tal como se mencionou de início, excluiu-se a apreciação das medidas conciliatórias levadas a cabo pelo Ministério Público do Trabalho. Há duas razões para isto. A primeira, de natureza metodológica, diz respeito ao foco mesmo deste estudo, que é o instituto das Mesas Redondas, privativo do MTE. A segunda se refere a uma

- 1830 – Leis imperiais que deram tratamento especial às demandas relativas à prestação de serviços, que deveriam ser apreciadas por rito sumaríssimo pelos juízes comuns;
- 1850 – Regulamento n. 737, estabelecendo o rito sumário aos conflitos trabalhistas urbanos, cuja competência era dos juízes comuns;
- 1879 – Decreto n. 2.827 restringindo o rito sumaríssimo aos conflitos trabalhistas no âmbito rural. A competência para a solução desses conflitos era dos juízes de paz;
- 1903 – Decreto n. 1.637: instituição dos Conselhos Permanentes de Conciliação e Arbitragem;
- 1911 – Instituição do Patronato Agrícola, inspirado nos *Conseils de Proud’hommes*, através da Lei Estadual n. 1.299-A, apenas para o Estado de São Paulo¹²;
- 1920 – Proposta por Augusto Viveiros de Castro, que veio a ser o primeiro presidente do Conselho Nacional do Trabalho, a criação de Juntas Industriais no interior das fábricas, formadas por representantes patronais e laborais;
- 1922 – Criação dos Tribunais Rurais pelo Presidente do Estado de São Paulo Washington Luiz Pereira de Souza;
- 1923 – Decreto n. 16.027: criação do Conselho Nacional do Trabalho, no âmbito do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio;
- 1930 – Decreto n. 19.433: criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio;
- 1931 – Decreto n. 19.667: criação do Departamento Nacional do Trabalho. O decreto n. 20.886 atribuiu à Procuradoria do DNT competência para opinar em matéria contenciosa e consultiva;
- 1932 – Decreto n. 21.396: criação das Comissões “Mixtas” de Conciliação, órgãos competentes para dirimir conflitos coletivos. Decreto n. 22.132: criação das Juntas de Conciliação e Julgamento, órgãos competentes para dirimir conflitos individuais;
- 1934 – Decreto 24.743: criação de Juntas de Conciliação e Julgamento anexas às Delegacias de Trabalho Marítimo, com competência para dirimir conflitos individuais e coletivos no âmbito portuário. Constituição Federal de 1934, art. 122: surgimento da Justiça do Trabalho de caráter administrativo;

opção pelo atributo voluntariedade, como inerente à mediação, algo que, de regra, não se vê no âmbito das audiências administrativas no MPT.

¹² Ainda sob a égide da Constituição de 1.891, cujo art. 34, XXVIII conferia competência legislativa plena aos Estados membros em matéria de trabalho.

- 1937 – Decreto n. 24.784: reestruturação da Justiça do Trabalho; designação do Conselho Nacional do Trabalho como órgão de cúpula do sistema judicante laboral. Constituição Federal de 1937, art. 139, previsão da Justiça do Trabalho;
- 1943 – Julgamento do Recurso Extraordinário n. 6.310, em que o STF reconhece o caráter jurisdicional da Justiça do Trabalho;
- 1946 – Incorporação da Justiça do Trabalho à estrutura do Poder Judiciário, conforme art. 94, V, da CF/46;
- 1965 – Decreto-lei n. 229: alterou a CLT, introduzindo um “sistema misto” (AROUCA, 2009) de conciliação e mediação, a cargo do Ministério do Trabalho;
- 1983 – Decreto nº 88.984, de 10 de novembro (DOU de 11.11.83): instituição do Sistema Nacional de Relações do Trabalho e a criação do Serviço Nacional de Mediação e Arbitragem – SNMA;
- 1988 – Portaria MTb nº 3.097, de 17 de maio de 1988 (DOU de 19.05.88): regulamentação do procedimento de Mediação Pública. Em 05 de julho de 1988, ocorreu alteração desta pela Portaria MTb nº 3.122 (DOU de 06.07.88), que ampliou o disciplinamento aos procedimentos para composição dos conflitos individuais e coletivos de trabalho;
- 1990 – Portaria n. 3.311, que estabeleceu os princípios norteadores do programa de desenvolvimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho, cujo artigo 5º, item VII, dispôs: “Otimização dos serviços de orientação e agilização das providências para o atendimento das reclamações formuladas pelos trabalhadores”;
- 1991 – Portaria nº 3.194, de 12 de abril de 1991, que aprovou o Regimento Interno do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, instituiu a Coordenação de Relações do Trabalho e a Divisão de Orientação Trabalhista voltada especificamente para as atividades relativas à orientação e acompanhamento dos conflitos individuais e coletivos, em fase administrativa;
- 1992 – Portaria nº 713, de 05 de agosto de 1992 – Regimento Interno das Delegacias Regionais do Trabalho – que instituiu a Seção de Conciliação dos Conflitos Individuais – SCCI, dispondo que a esta compete:
 - I. Compor os conflitos entre o trabalhador e empregador sobre direitos controversos denunciados;
 - II. Propor soluções para composição da controvérsia;
 - III. Colocar à disposição dos conflitantes os recursos técnicos disponíveis e informá-los sobre as consequências jurídicas, sem vinculação a ato administrativo punitivo;

IV. Orientar o trabalhador quanto ao direito pretendido, preservando os de natureza trabalhista quando líquidos e certos;

- 2004 – Decreto n. 5.063: reestruturação Regimental do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Cabe à Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) “planejar, coordenar, orientar e promover a prática da negociação coletiva, mediação e arbitragem” (art. 17, III);
- 2009 – Portaria 153: criação do Regimento Interno das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE). Criação das Seções de Relação do Trabalho (SERET), com competência para “coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar a execução dos serviços de mediação e arbitragem trabalhista e de assistência ao trabalhador na rescisão do contrato de trabalho” (art. 17, I). Criação dos Setores de Mediação (SEMED), com competência para:
 - I. Executar o serviço de mediação de conflitos individuais e coletivos de trabalho;
 - II. Estimular o diálogo entre as partes conflitantes para a resolução dos conflitos, esclarecendo fatos e sugerindo hipóteses aos interessados;
 - III. Receber e arquivar acordos e convenções decorrentes das negociações de conflitos coletivos;
 - IV. Prestar informações pertinentes ao acompanhamento de negociações coletivas e greves;
 - V. Processar e sistematizar as informações sobre greves e demissões em massa ocorridas na área de atuação da Superintendência;
 - VI. Atender às solicitações internas e externas sobre informações pertinentes ao acompanhamento da conciliação de conflitos coletivos;

A linha do tempo reproduzida acima dá conta de que tanto a Justiça do Trabalho, quanto o Ministério do Trabalho têm antecedentes comuns. Mais ainda, que entre 1930 e 1937 a atribuição de dirimir conflitos trabalhistas, individuais e coletivos, era do Ministério do Trabalho (Indústria e Comércio), não só através dos institutos de negociação, mas também através de ritos decisórios vinculantes. Somente a partir de 1937 é que se dá a ruptura desse sistema híbrido, cindindo mediação pública e jurisdição, esta cabendo à novel Justiça do Trabalho, cuja integração ao Poder Judiciário foi reconhecida pelo STF em 1943, e consolidada três anos mais tarde, na Constituição de 1946.

A partir daí, o Ministério do Trabalho encarnou com exclusividade a atribuição de mediação de conflitos trabalhistas, sempre com proeminência dos advindos das relações coletivas de trabalho. Os conflitos individuais, por sua vez, não foram excluídos desta seara. Exemplo disto pode ser encontrado na própria CLT, que reprisou tal competência, situando-a no âmbito dos litígios decorrentes da falta ou recusa de anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (arts. 36 a 39). Mais adiante, em 1988, a Portaria 3.122 tratou de

amplificar o escopo de atuação do MTE, fixando expressamente que a mediação e conciliação de conflitos trabalhistas pode se dar no âmbito de interesses individuais ou coletivos.

Como se viu, o MTE mantém uma estrutura regimental em que prevê um órgão consultivo/normativo – a Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) – que entre outras atribuições coordena, no plano nacional, as ações relacionadas à mediação e arbitragem. No âmbito das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE) há as Seções de Relações do Trabalho (SERET) e, modernamente, os Setores de Mediação (SEMED). As atribuições relacionadas à mediação e arbitragem também se irradiam para as unidades descentralizadas: as Gerências Regionais do Trabalho e Emprego (GRTE), através de seus respectivos Setores de Relações do Trabalho (SERT).

Note-se que as atribuições de mediação e arbitragem sempre estiveram a cargo do órgão ministerial do trabalho. Desse modo, quando se fala em mediação de conflitos trabalhistas está se falando, necessariamente, em mediação pública. Não que a mediação privada fosse condenada ou proibida; se era possível a negociação direta (sempre estimulada pelo Estado), também o era através da mediação de um terceiro escolhido livremente pelas partes em conflito. Contudo, o protagonismo estatal no campo da composição de conflitos trabalhistas se explica, na esfera dos direitos individuais, pela total adesão à plataforma principiológica centrada na proteção ao trabalhador, com destaque para o princípio da irrenunciabilidade/indisponibilidade de direitos (RODRIGUEZ, 2002). Por outro lado, no âmbito da tutela coletiva de direitos, tem-se que o modelo corporativo-autoritário (DELGADO, 2007) implantando no Brasil priorizou o que se pode chamar de dinâmica negocial heterônoma, na medida em que conferiu atribuição normativa à Justiça do Trabalho, em sede de dissídio coletivo. Até recentemente, mesmo após a CF/88, que implantou a “liberdade sindical” e a consequente desvinculação do Estado, ainda se mantinha a mediação administrativa como condição para a propositura do dissídio coletivo (IN 04/93, atualmente revogada).

Contudo, nos últimos anos exsurgiram dois regramentos que podem ser interpretados como um estímulo ou patrocínio estatal da mediação privada. O primeiro foi a Medida Provisória nº 1.035/95, convertida em Lei em 2001 (Lei nº 10.192/01) e regulada pelo Decreto nº 1.572/95, em que previa, no seu art. 4º, a formação de um cadastro de mediadores privados, organizado no âmbito das Delegacias Regionais do Trabalho. O “controle” sobre a qualificação desses mediadores visou a conferir uma espécie de “denominação de origem” aos mediadores, na medida em que eram “certificados” pelo MTE. A segunda medida, bem mais

alardeada, foi a Lei 9.958/2000, que alterou a CLT, incluindo o Título VI-A: Das Comissões de Conciliação Prévia.

O cadastro de mediadores não avançou. Cinco anos após a edição da Medida Provisória só havia dois mediadores cadastrados no Rio de Janeiro. Tais cadastros não foram renovados, de modo que praticamente inexistem mediadores privados credenciados pelo MTE. Isto se explicaria porque tanto empresas quanto sindicatos preferem a mediação pública, seja por conta da enorme quantidade de conflitos de direitos¹³, seja pelo fato de a mediação pública ser gratuita, ao contrário da mediação privada (art. 3º, *a*, do Dec. 1.572/95).

Quanto às Comissões de Conciliação Prévia, em razão da importância que tiveram nos primeiros anos deste século, merecem uma apreciação à parte.

III-a- Comissões de Conciliação Prévia: um modelo em crise

O estudo dos meios conciliatórios não jurisdicionais, especificamente no que tange às modalidades aplicáveis ao Direito do Trabalho, levam em conta os princípios que informam essa disciplina, notadamente o princípio da indisponibilidade ou irrenunciabilidade dos direitos. Por este motivo, se já são poucas as formas auto ou heterocompositivas não judiciais acolhidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, menos ainda são as admissíveis nos conflitos que tenham por base uma relação jurídica de natureza trabalhista. A rigor, a lei regulamenta satisfatoriamente apenas uma fórmula extrajudicial aplicável aos conflitos trabalhistas: as comissões de conciliação prévia (CCP).

A criação das CCP se deu através da Lei 9.958/2000, e foi cercada de grandes expectativas, principalmente no que tange à redução das demandas judiciais. Ressaltou-se também, à época, o caráter autocompositivo das CCP, que operariam ao largo do pressuposto da hipossuficiência do trabalhador. Por outro lado, as CCP também encarnaram um papel político, pois pretendiam demonstrar que a sociedade brasileira amadurecera, e que estava pronta para inverter a tendência à judicialização dos conflitos que brotam das relações (sociais) de trabalho. À exceção de algumas críticas formuladas, em grande medida, pelo

¹³ Conflitos de direitos são aqueles oriundos do descumprimento de preceito normativo, seja legal *stricto sensu*, seja convencional (acordos ou convenções coletivas). A preferência pela mesa redonda de conflitos de direitos se explica pela interação necessária (art. 18, VIII, da Portaria 153/2009) com a inspeção do trabalho, o que acaba por empoderar as entidades sindicais, na medida em que a fiscalização trabalhista sempre será um “trunfo”.

Ministério Público do Trabalho¹⁴, tanto o judiciário trabalhista, quanto o Ministério do Trabalho, deram total apoio à iniciativa.

Contudo, desde sua criação, o que se vê é uma perda sistemática de prestígio das CCP, fato que é demonstrável de forma muito clara através de diversas evidências, entre as quais se relacionam: a) as Comissões de Conciliação Prévia não produziram os resultados esperados, em termos de redução das demandas judiciais¹⁵; b) o número de CCP vem diminuindo sistematicamente desde 2002¹⁶; c) as condutas desviantes dessas Comissões exigem cada vez mais atenção e/ou regramento dos órgãos de fiscalização (Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público do Trabalho); d) a Justiça do Trabalho vem se sensibilizando com as demandas fulcradas na subversão da autonomia da vontade do trabalhador, e na supressão do seu direito à informação, pondo em xeque a definitividade da qual se revestem os termos de Conciliação; e) o próprio STF, em sede de ADIn (nº 2139 e 2160), deu liminarmente interpretação conforme ao dispositivo da Lei 9.958/2000, que condiciona a promoção da demanda judicial ao esgotamento dessa via conciliatória.

Parece demonstrável, portanto, que o instituto das CCP atravessa uma grave crise de legitimidade. Além do arrolamento das evidências que corroboram essa hipótese, há estudos que demonstram que as CCP atuam segundo uma lógica que não se sustenta a médio/longo prazo. Um desses estudos, elaborado por Sérgio André Castelani (2008), propõe que o modelo de CCP é economicamente ineficiente para os trabalhadores, haja vista que ele produz o que o economista chama de *miopia intertemporal*. Isto porque no médio ou longo prazo, trabalhadores ou seus representantes (advogados, sindicatos etc.) concluem que os retornos patrimoniais obtidos na Justiça do Trabalho são maiores que os proporcionados pela conciliação prévia. Na verdade, as CCP resultariam num custo extra do processo judicial, visto que, no mais das vezes, representam apenas uma etapa intermediária deste.

Foi visto que além dos indícios que revelam uma perda sistemática de prestígio e efetividade por parte das CCP, elas também não resistem a uma análise de sua eficiência econômica, o que no médio/longo prazo irá reduzir o nível de confiança do trabalhador nesse instituto, ainda que o apelo à celeridade seja estimulante. Em verdade, o estudo mostra que um modelo puramente transacional, como as CCP, é incapaz de dar conta das promessas de

¹⁴ Tais críticas se distribuem em três direções: 1) infringência ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional; 2) imprecisão quanto ao escopo de direitos materiais passíveis de conciliação prévia; 3) impossibilidade de transacionar direitos indisponíveis.

¹⁵ TST. Justiça do Trabalho. Varas do Trabalho. Movimentação processual por ano (desde 1941). Disponível em <http://www.tst.gov.br/Sseest/JT1941/VT1941/VT1941.htm>. Acesso em: 21 nov. 2009.

¹⁶ Dados extraídos dos relatórios mensais, encaminhados à Secretaria de Relações do Trabalho. Do sistema SIRACC e do sistema MEDIADOR, ambos do MTE.

redução das demandas trabalhistas e, em sentido mais amplo, de proporcionar justiça material aos trabalhadores brasileiros, ao menos em conformidade com os princípios constitucionais que garantem a realização dos direitos sociais trabalhistas. Por outro lado, tais conclusões permitem formular uma crítica à ideia de que o alinhamento das posições negociais, no interior de um modelo autocompositivo, como o das CCP, pode ser garantido – tão somente – através de uma mediação ou assistência sindical, isto é, sem a participação do Estado.

IV- O PROCESSO DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS NO ÂMBITO DO MTE: as Mesas Redondas

A Portaria nº 3.122/88 introduziu no âmbito normativo a figura da Mesa Redonda (MR). As MR não eram mais um apelido (AROUCA, p. 333) dado à reunião de mediação de conflitos de interesses, tal como se popularizou a partir da publicação do DL nº 229/65, mas o *nomem juris* da reunião administrativa, levada a cabo pelo MTE, destinada a dirimir conflitos de direitos e interesses.

Dizer que as MR foram regulamentadas pela Portaria 3.122/88 é, no mínimo, um exagero. Isto porque a diminuta norma (apenas nove artigos) estabelece apenas comandos gerais sobre a mediação de conflitos trabalhistas. No entanto, apesar de não se voltar para o esgotamento procedimental, como um código processual, a citada portaria é extremamente exitosa em alargar os horizontes de possibilidades de composição administrativa de conflitos trabalhistas, cujas modalidades, também aqui, são arroladas sob a designação “mediação”. De todo modo, credita-se à Portaria 3.122/88 o mérito de afirmar a existência de um processo administrativo de mediação de conflitos, tal como delineado por José dos Santos Carvalho Filho (2008). A competência legal do MTE para a dirimção dos conflitos coletivos já estava assegurada na própria CLT (art. 616). Quanto aos individuais, subsiste ainda o processo administrativo de anotação de CTPS, também previsto na Consolidação. Portanto, nada precisava ser feito, a não ser criar um processo específico, voltado para a composição genérica de conflitos trabalhistas, fixando-lhe um mínimo de atributos, a fim de que não se encarcerassem as possibilidades formais e materiais da mediação.

Apesar de diminuta, a Portaria 3.122/88 fixou atribuições, procedimentos e terminologias que permitem demarcar razoavelmente o escopo da atuação do MTE, no campo da mediação de conflitos.

De início, o preâmbulo da citada norma estabelece de forma clara que seus comandos dispõem sobre a “mediação de conflitos individuais e coletivos de trabalho”. Neste contexto,

entende-se por mediação de conflitos coletivos aquela cuja participação sindical é imprescindível, como representante classista de empregados e/ou empregadores. A mediação de conflitos individuais se caracteriza pela individuação do(s) trabalhador(es) alcançados pelo consenso, independentemente de haver, ou não, participação de entidades sindicais. Esta distinção é muito importante, porque ela irá (re)definir os pressupostos processuais, o escopo do objeto de conflito e o alcance da composição, sem falar dos efeitos do acordo.

No artigo 1º, parecendo corrigir a terminologia empregada no preâmbulo, a Portaria se reinventa, afirmando sua disposição em regular a “composição” de conflitos individuais e coletivos. Trata-se de um sinal óbvio de que por composição se aglutinam diversas modalidades de tratamento dos conflitos, algo que se confirma no artigo seguinte, bem como no 3º, ao dispor sobre as “funções mediadoras e conciliadoras” do MTb (atualmente MTE).

A Portaria 3.122/88 faz, portanto, uma necessária distinção entre mediação e conciliação. Como ambos os institutos se dão no mesmo contexto, fica claro que a conotação dada à mediação e à conciliação é a de modalidade ou técnica de composição de conflitos, distintas em razão da participação mais ou menos influente do mediador.

As funções de mediador podem ser exercidas por “servidor do Ministério do Trabalho”. Desse modo, a norma não especifica o cargo do servidor ministerial, muito menos vincula os efeitos das decisões tomadas pelo mediador ao *locus* ocupado na estrutura administrativa do MTE. Portanto, no processo de composição administrativa de conflitos trabalhistas o mediador não possui adjetivos, embora haja certo consenso em torno da tradição construída pelos Inspetores do Trabalho (atualmente Auditores-Fiscais do Trabalho - AFT) à frente das mediações. Nesse sentido, Regina Maria Coelho Michelin (1999, p. 159) afirma que:

Ninguém está em melhores condições para mediar que o Fiscal do Trabalho, com seu profundo conhecimento técnico e psicológico dos problemas, objeto dos litígios, e com a vantagem de conhecê-los no próprio local em que acontecem, ou seja, nas empresas; podendo ser acrescentado que as partes – os verdadeiros interessados – nunca questionaram a imparcialidade do Fiscal do Trabalho.

Sem embargo da reconhecida expertise dos AFT no trato das mediações, é fato que, Brasil afora, inúmeros trabalhos de relevo vêm sendo protagonizados por funcionários do quadro administrativo, que ao se verem despojados do halo de autoridade fiscal¹⁷, valem-se

¹⁷ O fato de um AFT, autoridade fiscal por excelência, exercer o papel de mediador pode resultar em alguns efeitos colaterais, sobretudo quando lhe for exigido uma equidistância entre as partes em litígio, como é característico aos conflitos de interesse. As próprias partes, no âmbito dos conflitos de direitos, costumam apresentar dificuldades em separar o “fiscal” do “mediador”, problema este que, como Jean-François Six (2001)

muitas das vezes de suas respectivas formações acadêmicas, de suas experiências profissionais fora do MTE ou de suas interações comunitárias, tendo em vista que, em regra, servidores administrativos residem na circunscrição de suas unidades administrativas. Tal fato acaba por dar um colorido diferente à mediação trabalhista no MTE, que aos poucos vem se caracterizando não só como polimórfica, mas também multidimensional.

A mediação em Mesa Redonda é conduzida sob a égide da voluntariedade, embora a norma disponha sobre a iniciativa de ofício, nos casos de greve (§ 3º, art. 4º). O art. 5º insinua que a legitimidade para a propositura de mesas redondas é do sindicato, através do presidente ou diretores, e das empresas, por seus titulares ou prepostos, devidamente qualificados e munidos de instrumentos que lhe deem poderes para negociar. Isto excluiria, em tese, os próprios trabalhadores, tomados individualmente. Contudo, considerando que a Portaria 3.122/88 dispõe de forma genérica sobre os marcos regulatórios das mediações em Mesas Redondas, e não especificamente sobre aos pressupostos de legitimidade processual e/ou procedimental administrativa, tem-se que a referência normativa, neste particular, deve ser outra, nomeadamente a Lei 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Sob esta referência normativa, legitimam-se como “interessados” as “pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem (o processo administrativo) como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação” (art. 9º, inc. I), além das “organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos” (inc. III). A simples leitura desses dois incisos já mostra que a Portaria 3.122/88 disse muito menos do que precisava dizer, no tocante à legitimação para a propositura das MR. Sob a referência da lei que trata especificamente do processo administrativo federal, não resta dúvida de que o trabalhador também está legitimado a requerer a mediação administrativa.

A Portaria confere uma designação curiosa para o mediador. A norma o chama de “presidente” (art. 7º). O texto parece reprisar a terminologia empregada no Decreto 22.132/1932, que criou as Juntas de Conciliação e Julgamento (ainda sem função jurisdicional), cujo art. 9º também designa como “presidente” o chefe desse órgão colegiado.

observa, pode influenciar além do razoável a condução da mediação. Por outro lado, especificamente quanto aos conflitos de direitos, parece haver consenso entre os AFT que o exercício da autoridade inerente ao cargo, e não no contexto das MR, costuma facilitar o entendimento entre as partes, uma vez que a consequência provável da ausência de acordo é justamente a conversão do feito em diligência fiscal, cujo objeto já teria sido previamente apreciado pelo AFT, o que reduziria a oportunidade de contestação por parte do empregador supostamente infrator, haja vista a cognição fática qualificada, tornada possível pela MR.

De todo modo, o presidente da MR possui poderes decisórios, exercendo autoridade¹⁸ no âmbito da condução do processo de mediação, podendo, inclusive, “determinar às partes que prestem as informações consideradas necessárias à elucidação dos fatos”. Desse modo, conclui-se que a estrutura das MR compreende uma etapa cognitiva, que nos casos de conflito de direitos pode resultar na conclusão pela existência de condutas infratoras.

Outras normas se seguiram à Portaria 3.122/88, mas todas elas estão voltadas ao conflito coletivo de interesses¹⁹. Nesse contexto, outra portaria se destaca por estabelecer critérios para participação do mediador nos conflitos de negociação coletiva de natureza trabalhista. Trata-se da Portaria 817/1995, cujo parágrafo único do art. 4º prevê a possibilidade de o mediador (leia-se presidente) inserir na ata de reunião detalhes sobre o comportamento ético dos negociantes. Portanto, tal dispositivo, se levado a efeito, sinaliza para o exercício da autoridade inclusive nos casos de conflitos de interesses coletivos. Se a citada norma realmente dispõe sobre o conteúdo da ata de reunião (art. 4º, *caput*), tem-se que o mediador possui autonomia com relação ao seu conteúdo, notadamente no que tange a um controle ético sobre a mediação.

As MR possuem uma estrutura procedimental extremamente rarefeita. Muitos dos dispositivos, inclusive, são inócuos²⁰, haja vista que a tônica do processo de mediação é a informalidade, além de uma disponibilidade relativamente ampla no que toca ao procedimento, compartilhada pelas partes e pela mediação. Quanto ao objeto das MR, nada há de regulado, ficando, na prática, a cargo da própria Administração Pública decidir, no caso concreto, se o objeto do conflito demanda mediação.

Não há regulamentação acerca dos limites materiais do acordo de interesses, ou de direitos. Especificamente quanto a estes, no entanto, o MTE orienta, através de seus manuais (Mediação de Conflitos Individuais, 1997 e Manual do Mediador, 2002) que em se tratando

¹⁸ Por autoridade, segundo a dicção da Lei 9.784/99, diz-se do servidor ou agente público dotado de poder de decisão (art. 1º, III).

¹⁹ É o caso do Dec. nº 1.572/95, que regulamenta a mediação na negociação coletiva de natureza trabalhista. Da Lei 10.190/2001, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real. Da Lei 10.101/2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa. Do Dec. nº 1.256/94, que promulga a Convenção nº 194 da OIT, sobre o incentivo à negociação coletiva.

²⁰ De fato, tanto a Lei 10.192/2001 quanto o Decreto 1.572/1995 tentam condicionar a propositura de MR, em razão de conflitos de interesses, restringindo aos casos em que haja impasse negocial. Contudo, as mesmas normas excepcionam tal condição, abrindo a possibilidade de propositura de MR quando uma das partes se sentir em posição de desequilíbrio. Indo além, a lei 9.784/99 dispõe que um dos princípios do processo administrativo federal é o do interesse público (art. 2º), justificando o emprego do critério do impulso de ofício, também previsto na citada norma (*idem*, parágrafo único, inciso XII). Quanto aos prazos, as normas que tratam dos procedimentos em MR restringem a trinta dias a duração do processo, salvo negociação com as partes interessadas (art. 5º do Dec. 1.572/95 e art. 11, § 3º, da Lei 10.192/2001).

de direitos indisponíveis incontroversos não haja transação²¹, sob pena de subverter o princípio da legalidade, inscrito no art. 37 da CF/88 e no art. 2º da lei geral do processo administrativo federal. Por seu turno, sendo o acordo firmado em sede de mediação de conflitos de interesse ratificado em instrumento normativo autônomo (acordos e convenções coletivas), o papel do presidente da MR é, no mais das vezes, a de um mediador *stricto sensu*, isto é, com pouca ou nenhuma influência sobre o conteúdo das tratativas. No entanto, mesmo neste caso fica evidente certo interesse do MTE no conteúdo dos acordos²², possibilitando algum “controle legal/constitucional administrativo”, cujo parâmetro seria o rol de direitos considerados indisponíveis elencados no art. 7º da Carta Política.

Ao analisar as características das MR, sua regulamentação e estrutura, nada parece revelar a existência de problemas que possam obstar a plena eficácia deste instituto. No entanto, o que se verá adiante é que, de fato, algumas das virtudes da mediação administrativa de conflitos trabalhistas são, ao mesmo tempo, suas maiores fragilidades.

V- OBSTÁCULOS À CONSAGRAÇÃO DAS MESAS REDONDAS E À CONCEPÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS TRABALHISTAS

O Manual do Mediador elaborado pelo MTE (2002)²³ fala de um modelo brasileiro de relações do trabalho, perceptível a partir de quatro perspectivas relacionadas à mediação. São elas: a) o grau de abertura para os mediadores privados; b) o caráter obrigatório ou facultativo da intervenção mediadora; c) a mediação tentada como condição para o ajuizamento do dissídio; d) a abrangência dos conflitos individuais além dos coletivos.

Essas quatro perspectivas devem ser analisadas *de per se*, a fim de se concluir se, de fato, existe realmente um modelo operante de relações do trabalho ou, em termos mais

²¹ Segundo lição de Orlando Gomes (2004), a transação é uma modalidade de contrato. Desta forma, um contrato terminativo de obrigações no interior de outro contrato (o de emprego), cuja proteção exercida pelo Estado o difere dos demais contratos civis, implicaria em novação, firmada provavelmente a partir de concessões recíprocas, o que no caso de direitos indisponíveis incontroversos iria de encontro ao princípio da legalidade.

²² Este interesse se acentuou após a revogação da Portaria 865/1995, que limitava a atuação da Inspeção do Trabalho no âmbito da fiscalização das condições de trabalho, quando reguladas por acordos ou convenções coletivas. A partir da edição da Portaria 143/2004, a Fiscalização Trabalhista voltou a exercer, ao menos em tese, o controle de legalidade/constitucionalidade administrativa dos dispositivos normativos autônomos, por meio do ato fiscal, excluindo a incidência de cláusula normativa quando manifestamente contrária à legislação. Demais disso, a própria estrutura do processo administrativo, segundo lição de José dos Santos Carvalho Filho (2008) não compartilha com o processo judicial a noção de “partes”, mas de “interessados”, entre os quais se inclui, por certo, a própria Administração Pública.

²³ O Manual do Mediador elaborado em 2002 foi retirado do sítio do MTE. Segundo a Secretaria de Relações do Trabalho, um novo manual está em fase de elaboração.

precisos, se o Brasil possui um sistema de mediação de conflitos trabalhistas realmente efetivo.

Já se viu que o grau de abertura para mediadores privados, disposto normativamente, sinaliza para a possibilidade de que a mediação trabalhista se realize fora do âmbito estatal, meio que resgatando a ideia de uma mediação como instrumento de transformação social, a partir da ação de seus próprios atores. Porém, também se viu que o cadastro de mediadores privados, como projeto, não vingou. Além do mais, é difícil conciliar a perspectiva de um arranjo autônomo dos sindicatos buscando a mediação privada, quando a tradição de intervenção estatal ou negociação direta, sem prejuízo do enfrentamento como etapa intermédia, é a que sempre caracterizou as ações sindicais no Brasil.

Falar do caráter obrigatório da mediação é praticamente uma *contraditio in terminis*. Se há algum consenso em torno do instituto da mediação, afora a presença de um terceiro imparcial, é o seu caráter voluntário (MOORE, 1998). Decerto que essa perspectiva estava sintonizada com a Instrução Normativa nº 4, do TST, que previa uma espécie de formalização da tentativa de negociação, como condição para instauração de instância em dissídio coletivo de natureza econômica, a partir das atas de reunião de mediação administrativa, no âmbito do MTE. Ocorre que esta norma do TST foi revogada. Pior, a simples comprovação da tentativa negocial já não basta para a propositura do dissídio coletivo de natureza econômica, pois a EC nº 45/2004, ao alterar o art. 114, da CF/88, impõe o mútuo acordo entre as partes em conflito (cf. § 2º). O próprio art. 616 da CLT, que dispõe sobre a indeclinabilidade da obrigação de negociar, é considerado hoje, ao menos naqueles termos, um dispositivo inconstitucional, pois já não é possível conceber a convocação compulsória dos sindicatos por parte do Estado (§ 1º, *in fine*), diante do conteúdo do art. 8º, da CF/88, vale dizer, na multifacetada liberdade sindical.

É ocioso falar da terceira perspectiva do modelo brasileiro de relações do trabalho, eis que fulcrada no condicionamento do dissídio coletivo à tentativa (comprovada) de negociação ou, mais propriamente, da mediação administrativa infrutífera, pois nenhum dos dispositivos que estabeleceram este condicionante está hoje em vigor.

Por fim, a quarta perspectiva é o caráter abrangente da mediação administrativa de conflitos trabalhistas, abarcando não só as contendas coletivas, como também as individuais. Contudo, o próprio MTE fez uma opção política de desestímulo às mediações de conflitos individuais, nem tanto (e nem poderia) por razões de competência legal ou previsão normativa, mas por critérios de conveniência, motivadas por uma tendência irradiada a partir do sistema de inspeção do trabalho, que é da coletivização das ações do MTE, como condição

para a eficácia administrativa. Em lugar da ampliação do sistema de relações do trabalho, optou-se pela mudança do perfil da fiscalização do trabalho²⁴, criando institutos de “negociação” no interior dos processos administrativos fiscais, com a possibilidade, inclusive, de participação sindical. Esta medida contribuiu para aumentar o isolamento da inspeção do trabalho, frente aos demais sistemas, uma vez que ela passou a ter a sua própria instância negocial, voltada justamente para o saneamento das irregularidades trabalhistas no interior das empresas.

Vê-se que as quatro perspectivas que caracterizam um suposto modelo de relações do trabalho não resistem à mais perfunctória análise. Mas o sistema de relações do trabalho está aí, sendo que o instituto da mediação de conflitos, mormente coletivos, não perdeu força, mesmo depois da EC 45/2004²⁵.

José Carlos Arouca (2009, p. 340) afirma que “não existe oficialmente um serviço organizado de mediação com pessoal especializado” no MTE. Tal afirmação não é totalmente verdadeira, mas nem totalmente falsa. Diga-se isto porque, de fato, a mediação trabalhista levada a cabo pelo MTE é assistemática. Seu polimorfismo procedimental é uma das grandes virtudes da mediação administrativa, mas também o seu calcanhar de Aquiles. Se por um lado a história da mediação trabalhista moderna (a partir do início da década de sessenta) foi construída grandemente a partir da ação de Inspectores do Trabalho (MANNRICH, 1991), atuando como mediadores, a autonomia que caracteriza a conduta funcional desta categoria permite que cada AFT adote seus próprios critérios de admissibilidade e legitimidade, além de definirem sob suas próprias perspectivas o escopo dos conflitos, o limite dos consensos e os parâmetros procedimentais.

Esta problemática se apresenta de forma bastante sutil, no caso das mediações de interesses coletivos. Mas ela ganha relevo no caso dos conflitos de direitos, haja vista que o paradigma de legalidade empunhado pelo corpo de mediadores, em grande parte Auditores-Fiscais do Trabalho, sofre forte influência do regulamento de inspeção. Os mediadores AFT têm, de fato, que fazer um esforço muito grande para se despirem dos trajes de autoridade fiscal, sendo certo que há, para este exercício, pelo menos dois obstáculos. O primeiro, como dito, das próprias partes em conflito. As empresas sempre temerão o terceiro imparcial, em

²⁴ Batizada de “Novo Perfil da Fiscalização do Trabalho”, cujo objetivo era o de estimular as ações recomendatórias e orientadoras da Inspeção do Trabalho, em consonância com a Convenção n° 81, da OIT, levou à criação de institutos de regularização conciliada dos atributos trabalhistas, como as Mesas de Entendimento (IN n° 23/2001). Há remansoso consenso no MTE de que as mesas de entendimento fracassaram, justamente porque o sistema de inspeção do trabalho não possui estrutura para acolher procedimentos negociais (de fato, cada reunião de mesa de entendimento poderia absorver até três auditores fiscais: o diligenciante, o supervisor e o coordenador).

²⁵ Conforme dados estatísticos da Secretaria de Relações do Trabalho.

razão da sua percepção da realidade como AFT. Os sindicatos e/ou trabalhadores, por sua vez, sempre enxergarão no mediador um aliado. O segundo obstáculo situa-se na *endocoerção* exercida pelo próprio sistema de inspeção do trabalho, seja de forma concentrada²⁶, seja difusa, criando uma tensão sistêmica e, na ponta, um sentimento compartilhado por grande parte dos mediadores de que “estão fazendo algo errado”²⁷. Não é à toa que as melhores experiências de mediação de conflitos trabalhistas não estão concentradas no âmbito das Superintendências Regionais, mas nas Gerências, onde esta tensão sistêmica costuma ser menor, permitindo uma melhor integração entre inspeção do trabalho e relações do trabalho.

Arouca, portanto, não está correto ao apontar a falta de um quadro especializado de mediadores no MTE, ainda que se tenha por procedente a afirmação de que a excelência da mediação dependa de qualificação específica, não sendo, pois, um processo fundamentalmente intuitivo (BUITONI, 2007). Mas está certo ao afirmar que não há um *sistema* de mediação de conflitos trabalhistas no âmbito administrativo, e sim um aglomerado de experiências isoladas, que nem de longe sugere uma ação coordenada, pois não há, na prática, vínculos sistêmicos perfeitamente definidos.

O debate sobre a questão da ausência de integração orgânica no interior das ações do MTE é um capítulo à parte, merecendo um estudo detalhado, o que foge ao escopo deste ensaio. O que é preciso assinalar é que, de fato, existe uma certa irracionalidade sistêmica no MTE, opondo a inspeção do trabalho aos demais sistemas: emprego e salário e relações do trabalho, tornando a plataforma triangular do MTE cada vez menos equilátera, e cada vez mais isósceles.

Por fim, há outra questão que se refere quase exclusivamente aos conflitos trabalhistas de direitos, que é o fastio institucional da Justiça do Trabalho em reconhecer as obrigações firmadas em mediação administrativa, bem como os direitos, muitas vezes confessados pelos próprios empregadores. Este problema faz com que se exija a renovação judicial da apreciação do pedido, através de um processo de conhecimento, ainda que em mediação já se tenha constatado ou reconhecido um painel de direitos indisponíveis e/ou incontroversos.

A ausência de perspectiva de autoexecutoriedade judicial das atas ou termos de acordo, conciliação ou compromisso, firmados em MR, não concorre em prol da garantia do crédito salarial, apontada por alguns autores com um dos aspectos mais sensíveis da garantia

²⁶ Como atualmente se nota, a partir da longa campanha da Secretaria de Inspeção do Trabalho de desestímulo à participação de AFT em mediação de conflitos, invocando a recomendação nº 81 de 1947, da OIT.

²⁷ Esta é uma percepção recorrente entre os mediadores, tanto por AFT quanto por Agentes Administrativos, e intensamente compartilhada em todos os cursos, seminários e encontros dos quais tive oportunidade de participar ou ministrar, pelo MTE.

do trabalho (ALEMÃO, 1997), que uma vez não tratado cristaliza, ainda mais, a posição de “credor fraco” do trabalhador.

Também aqui há muito que se debater. Há bons sinais de mudanças legislativas²⁸, mas não há dúvida que a mediação trabalhista de caráter administrativo, tradicionalmente conduzida pelo MTE, necessita, como sistema coordenado, criar vinculações internas e externas, sem prejuízo, por óbvio, da reapreciação material ou procedimental, em decorrência do simples princípio da autotutela, tão caro ao Direito Administrativo.

VI- CONCLUSÃO

Este ensaio procurou abordar alguns aspectos que se consideram relevantes no tocante à mediação de conflitos trabalhistas no Brasil. Procurou-se desviar do debate em torno dos meios ditos alternativos de solução de conflitos e, mesmo no âmbito das contendas trabalhistas, não se ocupou de abordar a polêmica acerca do manejo da arbitragem, neste particular. O objetivo era tratar de um instituto específico, sobre o qual muito pouco se fala, ao menos fora das publicações oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego.

Antes, porém, foi necessário pontuar cronologicamente a história brasileira da intervenção nos conflitos trabalhistas. Como conclusão, tem-se que tanto a ação jurisdicional especializada, quanto à mediação administrativa têm antecedentes comuns, nomeadamente um órgão administrativo de porte ministerial. O berço administrativo do sistema de composição e decisão das contendas trabalhistas garantiu ao atual Ministério do Trabalho e Emprego a manutenção da tradição mediadora no Brasil.

Por sua vez, a estrutura sindical de caráter autoritário-corporativo, aliada à adoção de uma plataforma de direitos indisponíveis garantidos por lei, inibiu a consolidação de modelos de mediação privada, embora tenha havido iniciativas de caráter normativo nesse sentido.

Viu-se que a denominação *ex lege* do processo de mediação trabalhista no âmbito do MTE se chama Mesa Redonda, conforme prevê a Portaria 3.122/88. A mediação administrativa de conflitos trabalhistas abarca não só os oriundos das relações coletivas, mas também das relações individuais de trabalho. O instituto das MR, no entanto, é pouco conhecido fora do campo de ação do MTE. Mesmo em seu interior, viu-se que há problemas de integração e vinculação internas, que obstam a consolidação de um modelo ou sistema

²⁸ Tramita no Senado um projeto de lei que modifica o rol de títulos executivos extrajudiciais, além dos Termos de Ajuste de Conduta e de Conciliação das CCP (art. 876, CLT), encaminhado àquela casa pelo TST. O projeto inclui os termos de compromisso firmados perante a fiscalização do trabalho e o próprio termo de rescisão do contrato de trabalho como dotados de força executiva.

realmente ativo e coordenado de mediação de conflitos trabalhistas. Fora do MTE a situação não é diferente, pois a mediação, ainda que conduzida no âmbito de órgãos estatais, continua sendo vista como incapaz de produzir resultados vinculantes, que permitam, por exemplo, a autoexecutoriedade de seus pactos junto à Justiça do Trabalho. Ao invés, se tais efeitos fossem reconhecidos, os trabalhadores teriam novos e ágeis instrumentos para a garantia do crédito salarial, pois não precisariam enfrentar um processo judicial de conhecimento para reprisar a cognição já levada a efeito em MR, sendo certo que, na prática, a maioria dos empregadores reconhece a obrigação incontroversa inadimplida e o crédito dela decorrente.

Tudo isto faz com que, na razão inversa de sua importância e potencialidade, as MR sejam ainda pouco conhecidas, e por isso mesmo merecem um amplo estudo e debate, dentro e fora do MTE, o que se espera estimular a partir destas primeiras linhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEMÃO, Ivan. **Garantia do Crédito Salarial**. São Paulo: LTr, 1997.

ALMEIDA, T. *et Al.* **Mediação e Conciliação duas práticas distintas, dois paradigmas diversos**. In: Paulo Borba Casella; Luciane Moessa de Souza. (Org.). *Mediação de Conflitos: novo paradigma de acesso à Justiça*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

AROUCA, José Carlos. **Curso Básico de Direito Sindical**. São Paulo: LTr, 2009.

BARBOSA, Águida Arruda. **Direito de Família: mediação**. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&autor=%C1guida%20Arruda%20Barbosa>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2012.

BORATTI, Larissa Verri; SIQUEIRA, Thaís Pereira. **A Experiência do Núcleo de Prática Jurídica em Mediação/SAJUIR/Uniritter/Campus Canoas e seus desdobramentos na Extensão Universitária**. Disponível em: www.uniritter.edu.br/eventos/sepesq/vi_sepesq/.../trabalho.pdf. Acesso em 07 de fevereiro de 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. MORAES, Peña Guilherme. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

BRASIL. **Consolidação das Leis Trabalhistas**. COSTA, Armando Casimiro; FERRARI, Irany; MARTINS, Melchiades Rodrigues.. 36ª Ed. São Paulo: LTr, 2011.

BUITONI, Ademir. **A Função da Intuição na Mediação**. Disponível em: www.usjt.br/cursos/direito/arquivos/intuicao.pdf. Acesso em: 08 de fevereiro de 2012.

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da Mediação e da Conciliação**. São Paulo: Forense, 2007.

CAMPOS, Ângelo da Costa. **A Composição de Conflitos Individuais Trabalhistas. Uma perspectiva tutelar**. Campos dos Goytacazes - RJ. 2006. 158 p. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro Universitário Fluminense. 2006.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1988.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 19ª Ed. Rev. Amp. e Atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CASTELANI, Sérgio André. **Reclamações Trabalhistas e Eficiência Econômica. 1ª Parte. Informações FIPE**, São Paulo, p. 11-16, outubro 2008.

CASTELANI, Sérgio André. **Reclamações Trabalhistas e Eficiência Econômica. 2ª Parte. Informações FIPE**, São Paulo, p. 20 -26, novembro 2008.

CASTELANI, Sérgio André. **Reclamações Trabalhistas e Eficiência Econômica. 3ª Parte. Informações FIPE**, São Paulo, p. 33 -40, janeiro 2009.

JUNGSTEDT, Luiz Oliveira Castro; JOGAIB, Tatiana. **Legislação Administrativa**. Niterói: Impetus, 2007.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2008.

LEVY, Maurício Rodrigo Tavares. **Mediação de Conflitos Trabalhistas e Promoção de Direitos Humanos**. São Paulo, 2009. 143 p. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de São Paulo. 2009.

MANNRICH, Nelson. **Inspeção do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1991.

MICHELON, Regina Maria Coelho. **Mediação: Métodos de Resolução de Controvérsias**. São Paulo: LTr, 1999.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Manual do Mediador**. Brasília, 2002. 100 p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Mediação de conflitos individuais: manual de orientação**. 2. ed. Brasília: MTb, SRT, 1997. 55p.

MOORE, Christopher W. **O processo de Mediação**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

RODRIGUEZ, Américo Plá. **Princípios de Direito do Trabalho**. 3ª Ed. Atual. São Paulo: LTr, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para uma Revolução Democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

SURLO, Gerlis Prata; DIAS, Maria Teresa Fonseca. **Mediação e Cidadania nos Núcleos de Prática Jurídica**: a experiência da Universidade Federal de Ouro Preto. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza – CE, nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010. Anais...COMPEDI, 2009.

WATANABE, Kazuo. A Mentalidade e os Meios Alternativos de Solução de Conflitos no Brasil. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano. **Mediação e Gerenciamento do Processo**. Revolução na Prestação Jurisdicional. Guia prático para a instalação do setor de conciliação e mediação. São Paulo: Atlas, 2007.

REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO E O PRIVADO: O INDIVIDUALISMO E AS QUESTÕES DE CIDADANIA

*Autores: Livia Serretti Azzi**
Regiane Oliveira Flauzino
Coautor: Rogério Rodrigues

Resumo: O artigo toma como objeto de estudo uma análise do sentido da cidadania como instrumento para realização de direitos do indivíduo nas interfaces entre o público e o privado. Busca-se compreender, no pensamento de Hannah Arendt, os pressupostos e fundamentos sobre a perda da liberdade política no mundo moderno, a construção figurativa do indivíduo e o papel do espaço público enquanto precursor da ação, garantia de direitos e liberdade. Articula-se ainda a crítica da modernidade apresentada por Olgária Matos diante da construção figurativa do indivíduo na lógica do mercado mundial, repercutindo nas questões de cidadania relativas às condições contemporâneas dos direitos sociais nas diferentes temporalidades do mercado e do Estado.

Palavras-chave: Cidadania, espaço público, espaço privado.

Abstract: This article focuses in analysing the sense of citizenship as means to achieve the individual's rights at the interfaces between the public and the private. Following the reflexions of Hannah Arendt, this article strains to comprehend the assumptions and foundations behind the loss of political freedom in the contemporary world, the figurative construction of the individual and the role of the public space as a forerunner of the action, assurance of the rights and freedom. It argues also the criticism of modernity presented by Olgária Matos against the figurative construction of the individual in the logic of the global market, reflecting on the issues of citizenship related to the contemporary conditions of social rights in distinct temporalities of the market and the State.

Keywords: Citizenship, public space, private space.

INTRODUÇÃO

Refletir o sentido da cidadania nas interfaces do espaço público e o espaço privado, no pensamento de Hannah Arendt, remete compreender como se deu tal distinção entre as esferas privada e pública na sociedade. Na experiência da *pólis* é que

* *Livia Serretti Azzi* – Mestranda Área Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade - DTecS - pelo Instituto de Engenharia de Produção e Gestão (IEPG/UNIFEI): <http://lattes.cnpq.br/4312726647342920>

Regiane Santos Flauzino de Oliveira – Mestranda Área Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade – DTecS - pelo Instituto de Engenharia de Produção e Gestão (IEPG/UNIFEI) – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5414991113254890/>

Rogério Rodrigues – Doutor Professor Adjunto IV do programa de pós-graduação Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade - DTecS - pelo Instituto de Engenharia de Produção e Gestão (IEPG/UNIFEI): <http://lattes.cnpq.br/3509356707584426>

se vivenciava a vida política, tomavam as decisões mediante as palavras e persuasão, e não pela força e violência. A ordem no lugar da persuasão e a força mediante a violência eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da *pólis*, característicos do lar e da vida em família. A *pólis* e a família representaram pólos importantes de distinção entre as esferas privada e pública nos quais família e política existiam como entidades distintas. Depois surgiu a esfera social, que não era nem privada nem pública, implicando em um fenômeno relativamente novo da era moderna, eclodindo em sua forma política no advento Estado-nação.

Tanto em “Entre o passado e o futuro” quanto em “A condição humana”, Hannah Arendt recorre à Grécia Antiga para caracterizar e distinguir o que chamamos hoje de esferas pública e privada da vida. Ela diz, em “Entre o passado e o futuro” (2011, p. 159): *o homem livre, o cidadão da pólis, não é coagido pelas necessidades físicas da vida nem tampouco sujeito à dominação artificial dos outros. Não apenas não deve ser um escravo, como deve possuir e governar escravos.* Na antiguidade, a *pólis* ateniense era por primazia o local político que funcionava sem uma divisão entre governantes e governados, cujos cidadãos, somente aqueles que possuísem tempo de lazer e faculdade de transitar entre o lar - espaço privado - e o espaço público, poderiam assumir uma conduta da vida pública enquanto mediadores da ação e do discurso. Crianças, mulheres e escravos não livres constituíam a família comandada pelo domínio absoluto do chefe no lar, onde desenvolviam as atividades do labor: necessidades vitais e básicas como alimentação, descanso e reprodução. Relativo a esse contexto, em “A condição humana” (2004, p.34), diz: *o que nos interessa é a extraordinária divisão decisiva entre os domínios público e privado, entre a esfera da pólis e a esfera do lar, da família, e, finalmente, entre as atividades relativas ao mundo comum e aquelas relativas à manutenção da vida.*

Para Hannah Arendt (2004, p. 34), o que chamamos de “sociedade” é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem uma forma política de organização denominada “nação”. É muito provável, diz a autora, que o surgimento da cidade-Estado e do domínio público tenha ocorrido à custa do domínio privado da família e do lar. O que conferia a participação do homem nos assuntos do mundo na *pólis* era o fato de ter um lugar propriamente seu, uma casa que impedia que a vida privada fosse violada. E salienta: os limites que cercava cada propriedade não eram os mesmos, tal como concebemos na propriedade privada, e sim no conceito dos antigos,

no qual os cidadãos dividiam suas colheitas nas cidades gregas por determinação da lei independente de cada um deles terem a propriedade incontestada de seu pedaço de terra.

Na esfera do lar, o que se fazia distintivo da esfera pública era o fato dos homens viverem juntos para suprirem suas necessidades e carências, além disso, o poder paterno só era limitado em caso de conflito com os interesses da cidade. O domínio da *pólis* era a esfera da liberdade, esfera em que se caracterizava como *locus* exclusivo da esfera política, onde se venciam a necessidade das atividades do lar: manutenção e sobrevivência individual, sendo então, um fenômeno pré-político:

(...) os seres humanos são sujeitos à necessidade, têm o direito de empregar a violência contra os outros; a violência é o ato pré-político de libertar-se da necessidade da vida para conquistar a liberdade no mundo. Essa liberdade é a condição essencial daquilo que os gregos chamam de felicidade, *eudamonia*, que era um estado objetivo dependente, em primeiro lugar, de riqueza e saúde. Ser pobre ou ter má saúde significava estar sujeito à necessidade física, e se um escravo significava estar sujeito, também, à violência praticada pelo homem (ARENDDT, 2004, p. 37).

A diferença mais marcante entre a *pólis* e o lar estava em se conhecer entre “iguais” no campo da liberdade, enquanto no campo da necessidade imperava a mais severa desigualdade. Ser livre era ter, significativamente, autonomia em relação ao outro e ao lar, poder deixar o lar para ingressar no domínio político, da igualdade, ao passo que no lar não existia liberdade. Eis uma diferenciação importante dos tempos modernos: a igualdade, longe de estar ligada a justiça, era a própria essência da liberdade, pois ser livre já significava estar isento da desigualdade presente no ato de governar, numa esfera que não existia governo nem governado.

Entendendo como era a vida na *pólis*, cabe salientar a nítida oposição e profunda diferença entre as concepções modernas e da antiga política: *no mundo moderno, os domínios social e político diferem muito menos entre si, a política é apenas uma função da sociedade - a ação, o discurso e o pensamento são, fundamentalmente, superestruturas assentadas no interesse social* (ARENDDT, 2004, p. 39). O caráter privativo da privacidade, na percepção dos antigos, indicava literalmente *um estado de encontrar-se privado de alguma coisa, até das mais altas e mais humanas capacidades do homem*. Viver uma vida unicamente privada, própria do indivíduo (*idion*), *fora do mundo do que é comum, é idiota por definição*.

Já a *privatividade* moderna, palavra utilizada por Arendt para enfatizar que não pensamos mais em privação quando a empregamos, houve um enorme enriquecimento da esfera privada por meio do individualismo moderno, fato histórico e decisivo cuja

função mais relevante é abrigar o que é íntimo, não como oposto da esfera política, mas da esfera social em que está mais autenticamente relacionada. A autora recorre à Rousseau, como o primeiro eloquente explorador da intimidade, numa rebelião contra a insuportável perversão do coração humano pela sociedade. E assim o faz para lembrar do surpreendente florescimento da poesia e da música, entre meados do século XVIII ao início do século XIX, acompanhado do romance como forma de arte inteiramente social, declínio das artes mais públicas, como a arquitetura, e representa a estreita relação entre o social e o íntimo. Foi essa mesma reação rebelde da sociedade que fez com que os românticos descobrissem a intimidade, dirigida contra as exigências niveladoras do social.

Após a moderna desintegração da família, houve uma absorção da unidade familiar por grupos sociais correspondentes, a igualdade desses grupos remetia, não a uma igualdade entre pares, mas sobretudo, a igualdade dos membros da família ante o poder do chefe do lar. Quer dizer, ao haver um único interesse comum e de opinião unânime, o poder efetivo se transferia para um único homem, que exercida poder efetivo e representava o interesse comum e opinião correta:

É verdade que o governo de um só homem, o governo monárquico, que os antigos diziam ser a forma organizacional da família, é transformado na sociedade (como hoje a conhecemos, quando o topo da ordem social já não é constituído pela casa real de um governo absoluto) em uma espécie de governo de ninguém. Mas esse ninguém, o suposto interesse único da sociedade como um todo em questões econômicas, assim como a suposta divisão da opinião única da sociedade educada dos salões, não deixa de governar por ter perdido sua personalidade. Como verificamos pela forma mais social de governo, isto é, pela burocracia (o último estágio do governo no Estado-nação, tal como o governo de um só homem constituía o primeiro estágio do despotismo benevolente e do absolutismo), o governo de ninguém não é necessariamente um não-governo; pode, de fato, em certas circunstâncias, vir a ser uma das mais cruéis e tirânicas versões (ARENDDT, 2004, p. 49).

Se, na antiguidade, a possibilidade de ação era excluída do lar doméstico, no estágio moderno dos salões da alta sociedade, ao invés de ação, esperava-se de cada um dos membros um certo tipo de comportamento que atendesse a inúmeras e variadas regras de modo a “normalizar” todos os membros. Com Rousseau, explica Arendt, entendemos que as convenções sempre equacionam o indivíduo com sua posição dentro da estrutura social. Com o surgimento da sociedade de massas, ao contrário, o domínio do social atingiu todos os membros de uma determinada comunidade, conquistando uma igualdade que é apenas o reconhecimento político e jurídico no mundo moderno,

cuja sociedade conquistou o domínio público e que a distinção e a diferença tornaram-se assuntos privados do indivíduo.

Na visão apresentada em “Entre o passado e o futuro”, há uma crise profunda no mundo contemporâneo: a época moderna representa um momento de ruptura do homem com os valores tradicionais da antiguidade e da religião, alterando a orientação dos homens no mundo e deixando-os sem referências supremas para seguir. Essa crise é política e seu sintoma mais significativo foi ter se espalhado para as áreas pré-políticas, remetendo à perda de autoridade na criação dos filhos e na educação.

O conceito de autoridade enfatizado pela autora é de origem platônica, definido em contraposição à coerção pela força, a favor da persuasão através de argumentos. Com a perda da autoridade, a dúvida geral da época moderna invadiu também o domínio político e, conseqüentemente, a sensação de permanência e de segurança no mundo. Se antes a ação característica da *vita activa* como expressão política através dos atos e palavras garantia ao homem a condição fundamental da natalidade e confirmava sua existência no mundo, com o advento da revolução industrial a vida pública se desfragmentou em prol de atividades fabris, do agir do homem sobre a natureza, fazendo do trabalho atividade imperiosa para a vida, onde se busca a satisfação das necessidades heterônomas, marcada pela crescente alienação do mundo na época moderna, o que nas palavras de Hannah Arendt (2011, p. 125), *conduziu a uma situação em que o homem, onde quer que vá, encontra apenas a si mesmo*. Trata-se de uma construção figurativa do indivíduo desinteressado de responsabilidade em conseqüência da ruptura com o mundo comum, no qual o outro passa a ser indiferente, não há mais diálogo nem debate de diferentes perspectivas, apenas um jogo de interesses individuais desprovido de importância coletiva.

Com o advento da sociedade na admissão das atividades domésticas e da administração do lar no domínio público, houve uma tendência a crescer e liquidar os domínios mais antigos do político e do privado. Sabe-se que há, em “A Condição Humana”, uma rígida distinção entre os domínios público e privado, enquanto a esfera social é caracterizada como um domínio híbrido que acaba por promover uma indistinção entre os mesmos. A esfera da intimidade, instituída nesta ordem, foi canalizada no próprio processo de vida para o domínio público: *o novo domínio social transformou todas as comunidades modernas em sociedades de trabalhadores e empregados; essas comunidades concentram-se imediatamente em torno da única atividade necessária para manter a vida* (ARENDRT, 2004, p. 56).

Desde o nascimento, o ser humano é condicionado pela vida biológica a trabalhar para atender suas necessidades. A atividade do trabalho, mesmo sendo promovida à estatura de coisa pública, permaneceu aprisionada ao processo vital de satisfazer as necessidades do homem. Todavia, após a Revolução Industrial, a circularidade do trabalho voltou-se para o consumo.

Voltando à antiguidade, Arendt lembra que a escravidão não foi um artifício para obter mão-de-obra barata, nem instrumento de exploração para fins lucrativos, e sim, a tentativa de excluir o trabalho das condições de vida do homem. Ao empregar o conceito: *animal laborens*, assim o faz para deixar claro que o homem é apenas mais uma das espécies da Terra, a mais desenvolvida, na melhor das hipóteses.

Não é surpreendente que a distinção entre trabalho e obra tenha sido ignorada na Antiguidade Clássica. A diferenciação entre a casa privada e o domínio político público, entre o doméstico que era um escravo e o chefe da casa que era um cidadão, entre as atividades que deveriam ser ocultadas na privacidade e aquelas que eram dignas de serem vistas, ouvidas e lembradas, obscureceu e predeterminou todas as outras distinções, até restar somente um critério: é em privado ou é em público que se gasta a maior parte do tempo e do esforço? (ARENDR, 2004, p. 104-105).

Sobre esta questão, é preciso compreender primeiro, a complexidade da condição humana e sua relação com o conceito do homem como trabalhador, utilizada por Arendt, ou seja, a vitória do *animal laborens* na era moderna. Aquele que torna possível a transformação da obra em trabalho, faz dos objetos de uso serem objetos de consumo. O trabalho é a atividade na qual o homem exerce suas funções vitais para garantir sua existência, sendo um exercício essencialmente solitário, ainda que possa ocorrer coletivamente, não há um convívio ativo com o mundo nem com os outros homens, o que há durante o trabalho é um movimento solitário do corpo para se manter vivo, mesmo na presença dos outros, o homem se mantém aprisionado ao trabalho, pois a pluralidade, própria da ação, não é experimentada.

O trabalho é, para Hannah Arendt, uma atividade de subsistência em que o homem exercita a benção da vida como um todo, mas não transcende a vida, o esforço e gratificação exercidos voltam-se para a produção e o consumo. Obra ou fabricação corresponde à condição humana na mundanidade, ou seja, constitui-se de um mundo humano formado por reificação e coisificação do *homo faber*.

O *homo faber* visa a troca de produtos, relaciona na comunidade dos homens apenas no mercado de trocas, enquanto fabricante das coisas, não estabelece um metabolismo com a natureza, mas a viola e extrai dela materiais para uma infinidade de coisas. Diferentemente, o *animal laborens*, já aqui dito, visa somente a responder ao estar vivo, incapaz de construir ou habitar o domínio público, mundano. A política surge, então, na vida do homem não nas atividades laborais, nem fabris, e sim no espaço que Arendt (2004, p. 287) define por primazia na relação *entre-os-homens*:

Em nosso mundo, a aparente eliminação do trabalho, como esforço doloroso ao qual toda vida humana está vinculada, teve, em primeiro lugar, a conseqüência de que a obra é agora executada à maneira do trabalho, enquanto os produtos da obra, objetos destinados ao uso, passaram a ser consumidos como se fossem meros bens de consumo. Analogamente, a tentativa de eliminar a ação em virtude de sua incerteza e de salvar de sua fragilidade os assuntos humanos, tratando-os como se fossem ou pudessem vir a ser produtos planejados da fabricação humana, resultou em primeiro lugar, na canalização da capacidade humana de agir, de iniciar processos novos e espontâneos, que jamais existiriam sem os homens, para uma atitude em relação à natureza que, até o último estágio da era moderna, se limitara a explorar as leis naturais e a fabricar objetos a partir de materiais naturais.

A era moderna na visão de Arendt é diferente do mundo moderno, este iniciou-se politicamente com as bombas atômicas, enquanto aquela iniciou-se com o pensamento científico (século XVII) e perdurou até o limiar do século XX. Nosso século combinou de maneira singular industrialismo e militarismo, expansão do capitalismo milionário e dissipação do Estado-Nação, racismo e patriotismo em um misto praticamente indiscernível entre Ciência e falsa consciência, entre conformismo científico e o político. Sua gênese encontra-se na racionalidade que constitui o mundo moderno. Neste sentido, Hannah Arendt (2004, p. 37) escreveu ter sido Galileu um dos primeiros a realizar um gesto de alienação do homem no mundo, ao transformar a observação a longa distância pela utilização do telescópio, alienação esta que provocou uma separação entre o homem e o universo. Diferentemente do saber medieval que pretendia preparar o homem para a santidade, e do Renascimento, que buscava a geometria cósmica, a ciência moderna é essencialmente mundana, dela derivam nossos bens úteis e materiais. A Ciência desenvolve-se em um universo que ignora o homem, enquanto o homem vive em um mundo que ignora o universo. Colocando-se acima da humanidade, a ciência constrói um sujeito abstrato, concebendo a natureza por

triângulos, retas e planos. O mundo natural passa a ser considerado segundo regularidades quantificáveis, enquanto o homem é incoerente e imprevisível.

As reflexões de Hannah Arendt, em *A Condição Humana*, relativas à era moderna, demonstram um resgate às origens da moderna alienação resultante da vitória do *animal laborens* ao alienar-se da Terra e do Mundo para a produção técnica da vida, inviabilidade da tradução das verdades científicas em discurso e separação do conhecimento técnico do pensamento. Todavia, o advento da automação também trouxe consigo uma sociedade de trabalhadores que nem sempre têm trabalho.

Para a autora, o espaço público só pode ser construído pela ação e pelo discurso, de modo que haja recordação e memória comum aos homens e atos capazes de movimentar o mundo em novo começo. É no campo da política que o homem pode exercer a cidadania e potencialidades da vida humana, isso só é possível através da liberdade. *Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado. A raison d'être da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação* (ARENDR, 2011, p. 192).

Na medida em que temos uma restrição da liberdade no mundo cultural e histórico, devido às determinações econômicas e do poder do mercado, é pertinente analisar o espaço público e o privado sob a ótica do individualismo e as questões de cidadania nas condições contemporâneas dos direitos sociais. Olgária Matos (2008) traz contribuições importantes sobre essas questões e lembra que nas diferentes temporalidades do mercado e do Estado ocorreram sucessivas flexibilizações dos direitos sociais, nas condições contemporâneas de reprodução e acréscimo do capital.

A lógica da rentabilidade em curto prazo nas privatizações, por exemplo, correspondem à transferência do público para o privado, remetendo a cidadania ao âmbito dos interesses individuais, já que com a associação do público ao privado ocorre flexibilização das leis trabalhistas, aumento do desemprego e, usando os termos de Matos, miséria material e espiritual.

A cultura capitalista correspondente à transformação da economia de mercado em sociedade de mercado, conduz uma simbiose econômica constituída pela dessublimação repressiva de desejos, consumo excessivo e produção permanente de carências e falta, determinada pela cultura do excesso, de forma que a sociedade de mercado se reduz à incivilidade.

A questão não é o mercado em si, mas a hegemonia do mercado e as conseqüências provocadas nas esferas da vida pública, privada e da intimidade, não há

mais uma autonomia do indivíduo, tudo passou a ser colonizado pelas determinações das leis da economia, ficando ao poder do mercado, do custo e benefício, ocorrendo, conseqüentemente, uma restrição na liberdade já que a vida social, a vida de cada um, passa a ser organizada pelas conveniências das razões mercadológicas. A desagregação do sentido da vida em comum, entendidas tanto por Arendt e Matos, é a alienação do homem em sentir-se estranho e supérfluo no mundo.

A obsessão e as rotinas de produção e do consumo liquidaram com a capacidade do homem para o exercício da autonomia e da criatividade. Os cidadãos alhearam-se da representação, sem no entanto terem desenvolvido participação política exercitáveis em políticas mais amplas. A lógica da rentabilidade em curto prazo nas privatizações, por exemplo, corresponde à transferência do público para o privado, remetendo a cidadania ao âmbito dos interesses individuais, já que com a associação do público ao privado ocorre flexibilização das leis trabalhistas, aumento do desemprego e vazio simbólico a ser preenchido pelas relações sociais de reprodução social (na família e nos espaços públicos).

Com o advento da revolução industrial, a vida pública se desfragmentou em prol das atividades fabris, a sensação de permanência e de segurança no mundo alterou para um mundo cheio de espaço e vazio de sentidos, imperativos econômicos impostos pelas multinacionais e transnacionais, estratégia simbólica do capitalismo em se integrar na lógica do consumo todas as classes populares do espaço mundial.

A todo momento é criado um novo produto, os pertences tendem a ficar ultrapassados a cada dia que passa, ocorre uma sensação de sempre faltar algo: a lógica do mercado cuja ordem é a lei esmagadora das sociedades, culturas e movimentos sociais. Neste sentido, em “Mal-Estar na Contemporaneidade”, Olgária Matos (2008) afirma que o capitalismo contemporâneo – que produziu a modernidade – é dominado pelo princípio do rendimento, do desempenho e das performances do empregado em seu trabalho. Nas palavras de Olgária Matos (2008), *no capitalismo contemporâneo domina o cada um por si*.

A obsessão de eliminar o concorrente na busca do lucro se duplica na vontade também aguerrida de eliminá-lo na conquista de postos. A cultura do ódio provoca eliminação em lugar da cooperação. As solidariedades de classe se desmancham em proveito da ferocidade supostamente favorecedora dos melhores (MATOS, 2008).

Isto significa *um ambiente de trabalho policiado por uma administração que dá conselhos, mas conselhos sem experiência e sem ligação nenhuma com a história do*

próprio trabalhador, diz Matos (2008). Ainda a autora afirma que neste contexto ignora-se a temporalidade da experiência, da felicidade e do conhecimento. E acrescenta: *a temporalidade é institucionalmente organizada constituindo o atributo mais eminente da dominação, pois corresponde a um encolhimento do espaço das experiências* na vida social e de liberdade. E continua a autora afirmando que *essa liberdade tem acesso ao passado e ao futuro e a uma construção de uma subjetividade democrática que representa a edificação de uma história e de uma identidade comum, na medida em que esta marca um ambiente de objetivos e de significações partilhadas*.

Desta forma, o mercado segue hegemônico com relação as esferas da vida, desta forma não mais independente no que se refere a esfera da intimidade ou individualidade. Tudo passa a ser tomado pelo mundo externo e as determinações econômicas. Assim, os sujeitos se adaptam as razões do mercado, que, por sua vez segue acelerado, e acelera também o presente tomando conta de espaços como trabalho e o estudo.

Matos (2008) afirma que o “presenteísmo”, é a aceleração do presente, este aderido à temporalidade apropria-se de todos os espaços de democracia, começando pela educação. Educação esta que deixa de ser para a liberdade, para direitos e deveres, e torna-se *educação para a adaptação, na ploriferação de direitos sem a lei pan-inclusiva que deveria presidi-los*, na expressão de Matos (2008).

O mercado assim, é o fator regulador e organizador da vida social e dos indivíduos. Prepara-se, portanto, os jovens para adaptar-se ao mundo tal como ele é dominado pelas palavras eficiência, eficácia, metas e outros jargões como: “é preciso estar na frente dos concorrentes”, “é preciso ser o melhor pois há poucas vagas no mercado”, frases estas constantemente pronunciadas em anúncios de escolas privadas.

Desta forma, conforme Matos (2008), *seus efeitos na educação se constituem no desaparecimento da noção da “cultura geral” pela “cultura comum”, cuja finalidade é preparar os jovens para entrar no mundo tal como ele é*. As metas de estudantes e trabalhadores giram em torno do *status quo*, que mantém acesa a chamada “motivação” para a realização das coisas. Os títulos acadêmicos não coroam o *status* de um intelectual, capaz de promover o crescimento de virtudes humanas, mas sim são necessários apenas para galgar novos “andares” ou postos de trabalho.

De tal modo, Matos (2008) afirma que essa adesão ao presente plano, caso permita algum sonho – este é paradoxal – sonha tão somente com o *status quo*, deseja que nada de novo venha abrir o tempo histórico e o futuro. Na expressão da autora: *o tempo na contemporaneidade é fatalizado pela ordem das urgências, que significa uma*

oscilação na razão instrumental, o culto do meio e o esquecimento dos fins. Ele é o reino das revoluções tecnológicas e do progresso.

A essa circunstância, Matos (2007) recorre a Weber, para distinguir o que antes de Adorno e Horkheimer denominou “razão instrumental”, e se constitui em cientificismo, o que significa adesão que não critica a ciência e suas práticas. Tem-se neste caso uma adesão ao conceito de progresso linear e contínuo, e neste caso, redimensiona-se a razão em sentido tecnológico. Isto envolve a política e a economia, e abandona-se como afirma a autora, *o ideal de reflexão, contemplação e liberdade de pensamento e, por fim, à exaltação do mercado como sucedâneo da busca da felicidade.*

Ainda hoje poucos têm acesso a este universo da reflexão e do saber visto que se estão muito ocupados em fazer uso do tempo para as urgências do mundo do trabalho, também no acadêmico, que deveria ter perpetuidade do conhecimento sua vocação. Matos (2007) afirma que o Iluminismo e a Revolução Francesa tinham na educação o robustecimento tanto político quanto espiritual da democracia. Através deste viés foram bem sucedidos em seu projeto civilizatório. Isto porque compreenderam que a educação, a cultura e as artes eram um bem a que todos tinham igualmente direito, e que previne que a miserabilidade se erigisse como política de Estado, que corresponde as políticas educacionais contemporâneas vigorantes, segundo as quais *é melhor dar pouco para muitos do que muito para poucos. Entenderam que um povo começa a existir por suas necessidades espirituais.*

Na atual política, vemos serem repassadas as responsabilidades da educação para o setor privado assim como outros serviços como saúde e transporte por exemplo. Em troca da suposta diminuição dos custos nos orçamentos públicos, transfere a responsabilidade do público para o privado, como afirma a autora:

Eis por que a privatização da educação, assim como de outros serviços públicos de cunho social, designa a renúncia a essa tarefa e repassa do público ao privado a segurança no futuro do povo. Os serviços de saúde, a rede de transporte, o correio, a educação são supostos a operar na duração, se não na permanência do tempo, para responder a necessidades sociais inscritas no tempo longo. O Estado transfere ao mercado sua capacidade de assegurar o futuro dos cidadãos. (MATOS, 2007)

Matos (2007) afirma que não há proteção para ideias que assegurem dignidade às “ciências do espírito”, por meio da universidade moderna ligadas ao projeto de formação de uma identidade da cultura. Segundo a autora a universidade cultural foi

substituída pela universidade da excelência *sem que se atribua a esta um conteúdo cultural*. Na expressão da autora, sob o *argumento do direito de escolha e da convivência entre os espaços público e privado*, entrega-se portando a continuidade ou os tesouros de uma cultura às mãos dos interesses privados. Pensa-se nos conteúdos educacionais a partir da ótica de mercado.

Desta forma, as *próprias humanidades* variam entre uma prestação de serviços ao consumidor e a prática da pesquisa, atuante aqui como valor de troca e até mesmo como forma de atrair investimentos das chamadas agências financiadoras. Assim, o mercado também é fator ou critério de transformação de programas educacionais e, por conseguinte, de comportamentos intelectuais. Assim afirma a autora que é na contramão da hegemonia do mercado, que na universidade pública: *o pensamento é trabalho não-produtivo, não deve procurar ser econômico, ele se inscreve melhor na economia do desperdício do que naquela restrita do cálculo*. (Matos, 2007)

Matos (2007) afirma que as ciências e as humanidades se desenvolveram, ambas, a partir da literatura e da filosofia, pois estas encontram-se duradouramente vinculadas a suas origens de laço social. Assim corrobora a autora os pensamentos da Academia platônica e do Liceu aristotélico, como padrões de universidades, onde se estabeleceu o auge do espaço de individuação e de cidadania política. Descreve a autora que a educação é portadora da *philia*, que significa *laço de afeição, ternura, admiração, sublimação e convivência: sem philia não há futuro político, isto é, paz social*.

O produto do mercado está no entorno do lucro, redução de custos – e isso inclui mão de obra “barata” e cortes de pessoal. Nisto não se observa essa relação de filiação ou paternidade. De acordo com Matos (2007), o mercado não pode produzir nenhum tipo de *philia* visto que seus objetivos são, por primeiro, calculáveis e sucessivamente descartáveis. Já os objetivos de *philia* não correspondem ao valor uso ou de troca, mas valores de puro afeto, o que não tem preço.

A costura simbólica entre o passado e o presente, entre as diversas idades da vida (a cultura como eixo de pesquisa, produção e irradiação de saberes), corresponde à universidade da cultura, a das “relações sociais e de *phylia* nacional”, que está sendo substituída pela “universidade do conhecimento” ou da “excelência”, pelas tecnologias de informação e comunicação, a formação pela performance, o sentido dos saberes pelo *know-how* técnico, produzindo incivilidade: a economia de mercado evolui para uma sociedade de mercado, para o desenvolvimento da “sociedade da informação”. Sociedade de mercado é, por isso, a da dissociação. Nesse sentido, o enfraquecimento do “prestígio nacional” e da idéia de constituir-se um povo – esse amor da nação por ela mesma – regride. (MATOS, 2007)

O mercado não reconhece direitos, pois vale a "lei do mais forte", semelhante ao descrito por Marx, como lembra Matos (2008) em *Formações Econômicas Pré-capitalistas, quando massas inteiras de servos da gleba foram arrancadas de seu modo de vida, crenças e tradições e violentamente lançadas na selva das cidades, vindo a constituir, na Inglaterra, o proletariado moderno*. Afirmar assim a autora que com o Estado mínimo em curso, e com a privatização sem um discernimento do que é público e a respectiva ligação do público com o privado, temos então a flexibilização das leis trabalhistas, desemprego crescente, miséria material e espiritual.

Olgária (2008) descreve que as novas massas, semelhantes às pertencentes ao século XIX, apontam a *ficção dos direitos civis*. Elas representam os *novos bárbaros*, são o *estrangeiro* de todas as sociedades, o *proletariado sem pátria, sem tradição*. Assim afirma que essa massa representa são todos os excluídos da modernidade. A autora afirma que direito, numa democracia, não o que depõe cidadãos, mas sim o que se exerce em seu benefício. Isto no sentido de sua permanente ampliação, àqueles dele desprovidos. Em seguida descreve que direito também significa *invenção permanente de novos direitos* e, principalmente, a significado do direito a ter direitos. A destituição de direitos trabalhistas visa a superconcentração e acúmulo do capital. Assim a economia *faz-se passar por um ciclo fechado de fenômenos objetivos*, melhor dizendo, *política econômica*. *Nela, os números se comportam como a oratória nos comícios: não são portadores de nenhuma objetividade irrefutável*.

Tem-se o futuro tendo como bússola norteadora os números, como forma unânime de se pensar. Reduz-se o pensamento às novas disponibilidades, as tendências, aos modismos. Retêm-se a ideias minizadas por temporalidades estatísticas. Assim corrobora Matos (2008) afirmando que a economia, por meio de estatísticas, porcentagens e números, como única maneira de pensar e de ser, é um poderoso redutor do pensamento. A autora descreve que o futuro é visto como previsível e controlável e só é evocado como justificativa do que se quer fazer no presente. Desta maneira no discurso oficial dos governantes não são reconhecidos os descontentes da civilização. Os conflitos sociais são considerados ilegais, e seus agentes, incompetentes sociais, de modo a *não haver mais separação entre a posição dos dirigentes e o Poder, nem entre o poder do Estado e a sociedade*.

A tendência à dissolução dos Estados nacionais pelo capital transnacional privatizante (cujos critérios de autoridade correspondem aos interesses dos conglomerados no poder) e a determinação de todas as esferas da vida pelas leis do

mercado apagam a separação entre o público e o privado, transformam o espaço público em imagem pública e o cidadão em cidadão-consumidor, como se observa no advento do marketing político. Com efeito, as atuais campanhas eleitorais inscrevem-se nas mudanças da esfera pública e no advento de práticas persuasivas ligadas à *peopelização*, segundo o modelo da imprensa tablóide inglesa das “celebridades” e do colunismo social. Dão-se no adotar técnicas do show business, os políticos imitando a vida de stars, sob a hegemonia das mídias de massa, da publicidade, do *talk show*, o conjunto atendendo à lógica comercial e recreativa. (MATOS, 2008)

Matos (2008) afirma que há pouco tempo atrás se diferenciavam propaganda e publicidade. A propaganda de ideias – no século XVIII europeu – correspondeu à composição de um espaço público nascido dos salões literários. A leitura consistia uma forma por excelência nobre da propagação dos valores de aprimoramento da convivência, da confiança, da solidariedade e da *philia social*. Já na propaganda moderna fazia parte às ideias iluministas para combater todos os tipos de preconceito e de obscurantismo, na política, na moral, na ciência, nas artes. *O espaço público foi a contrapartida da vida na corte, esta com seu culto da aparência e da imagem pública do valor de alguém.*

Atualmente, bem mais que produtos vendem-se votos por meio da propaganda, fundamentada no marketing político. São um *mix* de ferramentas de marketing aguerridos em conquistar eleitores. As disputas desenrolam em torno de uma guerra entre candidatos dispostos a pontuar situações peculiares e até mesmo fracassos particulares para derrubar o concorrente.

Olgária Mattos (2008) afirma que a política “*people*” liga propaganda e publicidade, advindo o marketing político, que se dirige aos consumidores de mídias, isto é, o corpo de eleitores. “*Revolução conservadora*”, uma vez que se assiste ao retorno do privado, da intimidade pessoal e da *personalização do poder*, de onde o tratamento cada vez mais agressivo nas campanhas eleitorais.

A mise-en-scène promocional da intimidade tem por corolário a imprensa sensacionalista e vedetizante, que a expõe e vive de escândalos, como denúncias de várias ordens e a curiosidade com respeito a preferências sexuais ou alimentares das celebridades. Os acontecimentos tomam a fórmula dos faits-divers. Não são estranhos à forma pós-moderna da política traços populistas, pautados pelo fetiche das pesquisas de opinião; tais pesquisas determinam a construção de uma imagem pública, destinada a se tornar objeto de ódio ou amor. (MATOS, 2008)

A política, portanto é como que personalizada de acordo com os intuitos parlamentares. Adequa-se o personagem à demanda de “mercado” e veste-se a máscara de um protótipo de herói ou no dito popular um “salvador da pátria”. Sem bases para

fazer uma crítica ao discurso, veem-se centenas de eleitores discutindo o que se quer que seja discutido.

De acordo com Matos (2008) essa personalização da política contradiz a concepção parlamentar das instituições republicanas. Assim, o debate nas eleições é guiado pela lógica da *conquista a qualquer preço dos cargos eletivos*, apelando para um sistema de preconceitos, suscitando o exercício sem escrúpulos de ressentimentos, fruto de uma *“rivalidade mimética”* com aquele que se ataca.

O cidadão, convertido em telespectador e “comentarista” político, confirma as carências e insuficiências do jogo político tradicional. Assim, também a sucessão de escândalos só pode ser mantida pelos procedimentos próprios à mídia, capaz de reunir, em um todo “coerente”, um conjunto de elementos desordenados de modo a impedir a reflexão, pois não há como distinguir o que é significativo e o que é insignificante nos noticiários. Cria-se um universo povoado de heróis e anti-heróis, de vítimas e de seus salvadores. (MATOS, 2008)

Além disso, nas palavras de Olgária (2008) *“politizar”* todas as dimensões da vida, incluindo a intimidade, é a expressão da *despolitização total*, pois são mobilizados aspectos *protofascistas e autoritários* de cada um, como bem o revelam as análises de Hannah Arendt sobre o *Totalitarismo*. Assim afirma a autora que o princípio dos discursos dos candidatos confirma a eliminação do debate de ideias pela política reduzida à *“prestação de serviços”*.

Que se pense na agenda midiática despolitizadora: cotas compensatórias que substituem o enfrentamento da exclusão econômica e cultural da maioria, quando deveriam ser apenas transitórias; indenizações para as vítimas do terrorismo de Estado e o silêncio sobre suas causas, com a consequente manutenção da prática da tortura no país. (MATOS, 2008)

Portanto, na visão de Matos (2008), as mazelas do cotidiano não são consideradas políticas para a agenda eleitoral: estes exigem e questionam reordenações do capitalismo contemporâneo baseado no descartável e seus resultados desagregadores na vida urbana, dos congestionamentos à desconsideração de atitudes elementares de convivência.

As perspectivas traçadas na abordagem teórica de Hannah Arendt e Olgária Matos contribuem para a reflexão sobre os direitos dos indivíduos no espaço público e demonstram um paradoxo na identidade do cidadão contemporâneo que vive num horizonte que se inscreve na experiência da “banalização do Mal”, volatilização da culpa e indiferença. A economia passa a determinar as esferas da vida do espírito, da

memória, do mundo cultural e histórico. Há, então, um reducionismo da esfera pública devido à perda do mundo comum, acessível a todos, compartilhado de significações e valores, limitando o exercício da cidadania, a liberdade de ação e o discurso do indivíduo no espaço público, acarretando assim o vazio de sentidos na esfera privada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

_____. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

MATOS, C. F. Olgária. *Cultura capitalista e Humanismo: educação, antipólis e incivilidade*. Revista USP, v. 74, p. 28-34, 2007.

_____. *O Mal-estar na contemporaneidade: performance e tempo*. In: Tempo e Performance, Revista Com Ciência nº 101, Set/2008.

_____. *Sociedade: Tolerância, confiança, amizade*. Revista USP: Dossiê Direitos Humanos no Limiar do Século XXI. n.37. abr/mai 1998.

**TRIBUNAIS DA (IR)RACIONALIDADE:
A INCOMPREENSÃO DAS EXPERIÊNCIAS NA CORTE DE TERRAS SUL-
AFRICANA¹**

Paula Monteiro

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF) e bolsista CAPES.

E-mail: paulamonteirorj@yahoo.com.br

RESUMO

Na África do Sul contemporânea, quando o assunto é direito, lei e justiça, não há conforto para o debate. Tudo isto esteve muito próximo ao apartheid, servindo-lhe de sustentáculo. No pós-apartheid, políticas públicas de reparação têm permitido uma reversão dessa relação, de maneira a desfazer a associação tida como natural entre negro e pobreza, negro e tradição, negro e atraso. Contudo, no âmbito do Poder Judiciário, o que se vê é um enorme descompasso entre as aspirações sociais, sobretudo negras, e as decisões judiciais. Neste artigo, buscamos compreender, a partir do modelo dos *tribunais da razão*, proposto por Bruno Latour, como têm sido realizados os julgamentos na Corte de Terras sul-africana.

Palavras-chave: África do Sul, acesso a terra, Corte de Terras.

ABSTRACT

In contemporary South Africa, when the subject is law and justice, there is no comfort for the debate. All this was very close to apartheid. In post-apartheid, public policies have allowed a reversal of this relationship in order to break the association seen as natural between black and poverty, black and tradition, black and overdue. However, within the judiciary, what is seen is a huge gap between social aspirations, especially black, and judicial decisions. In this article, we try to understand, from the model of the courts of reason, proposed by Bruno Latour, how the trials have been conducted in the Land Claims Court in South Africa.

Keywords: South Africa, access to land, Land Claims Court

¹ Este trabalho é fruto da pesquisa financiada pelo CNPq e pela fundação FORD, que possibilitou a realização de trabalho de campo, na província de Kwazulu-Natal, África do Sul, em fevereiro-março de 2009, sob a coordenação dos Professores Marcelo Carvalho Rosa e Antonádia Borges.

A transição política

O chamado *pós-apartheid* (pós-1994) é, em sua essência, um período de mudança. O que se quis – e o que se fez – neste passado ainda recente contrasta e, a todo tempo, se choca com aquilo que se busca hoje. As palavras de ordem giram em torno da *democracia racial*. Dentre os muitos significados que essa expressão traz, o mais evidente, talvez, seja o da recusa ao racismo. Se, por mais de meio século, o regime de segregação dos negros esteve institucionalizado e legalizado nas diversas esferas da vida cotidiana, nos dias que se seguiram à libertação de *Madiba* o discurso passou a ser outro, completamente distinto, embora com a preocupação constante de evitar o ódio e a vingança racial, razão pela qual a idéia de conciliação passou a dominar o cenário político.

Mas, se por um lado, a ascensão negra ao poder político finalmente se concretizou em 1994², por outro, os aparelhos econômicos do Estado, isto é, os inúmeros campos de atuação estatal não ressurgiram, de uma hora para outra, como lugares multirraciais. E um exemplo é justamente o Poder Judiciário do país. Na virada do apartheid para o pós-apartheid, a mudança sentida nos Poderes Executivo e Legislativo sequer se aproxima daquela experimentada pelo Poder Judiciário. Em parte por ser uma esfera não eleita pelo povo, os juízes que a compõe são, em grande parte, aqueles que a compunham no passado³. Assim como os advogados⁴ e promotores.

Acresce-se, neste debate, o complexo papel assumido pela figura da *lei civil* neste ainda recente Estado democrático. Durante o apartheid, a marginalização de não menos que 75% da população sul-africana se deu por força de lei; não foi o costume, nem as práticas corriqueiras, mas a *lei* que interiorizou, a nível governamental, as práticas segregacionistas, tornando-as legítimas, coercitivas e exigíveis perante as instâncias oficiais/formais. Contudo, o silêncio por parte da crítica (em geral eurocentrista) em relação a esse aspecto legalista do regime anterior explica-se, não exclusivamente, mas preponderantemente, pelo fato de ser este um elemento interno da

² Com as primeiras eleições multirraciais no país.

³ As Cortes criadas por atos legislativos, no pós-apartheid, já se apresentam de forma diferente, menos homogênea racialmente, porém, sobre as Cortes anteriores, não podemos fazer a mesma análise.

⁴ Composição racial do *general bar council* (corpo de advogados): enquanto há apenas 7 advogados negros indicados como *silk*, há 281 brancos. Isto se deve, em grande parte, à “educação bantu” que existiu durante o apartheid; as pessoas negras só poderiam estudar em determinadas universidades ou fazer cursos à distância, o que dificultava o acesso delas ao estudo universitário. Daí porque o número de advogados brancos é cerca de 40 vezes superior ao número de advogados negros.

própria cultura jurídica moderna ocidental. Ou seja, uma crítica à lei civil equivaleria a uma autocrítica.

O fato é que esse discurso único – defensor da legalidade e da razão moderna – foi fundamento do apartheid, regime responsável por associar os espaços negros (periferia urbana e reservas rurais) a “*fontes de perigo, como lugares de morada daqueles que não tem razão, apegados a tradições inócuas, cujas práticas de vendeta e de sexo polígamo colocam em risco a saúde de todo um país.*” (BORGES, 2008, p.5).

Assim, na África do Sul contemporânea, quando o assunto é direito, lei, justiça, não há conforto para o debate. Tudo isto esteve muito próximo ao apartheid, servindo-lhe de base e lhe dando sustento. No pós-apartheid, políticas de reparação têm permitido uma reversão dessa relação, de maneira a desfazer a associação tida como natural entre negro e pobreza; negro e tradição; negro e atraso. Contudo, no âmbito do Poder Judiciário, o que se vê é um enorme descompasso entre as aspirações sociais, sobretudo negras, e as decisões judiciais. Isto porque, muito do que existia antes ainda permanece no poder judiciário sul-africano. Porque o olhar de antes é, por vezes, o olhar de hoje, que só entende uma linguagem, uma forma de vida; e, por assim ser, separa o que lhe é inteligível do que não lhe é. Uma espécie de *rede*⁵, em que alguns que não fazem parte dela acabam caindo em sua malha e tendo suas *experiências incompreendidas*.

Quando inserimos, nesta análise acerca da transição política ocorrida na África do Sul, o debate sobre o acesso a terra, percebemos que há um verdadeiro elo entre o domínio da terra e a segregação racial. Desfazer este nó exige do atual governo um enorme esforço político, capaz de re-desenhar o espaço rural sul-africano, ainda fortemente marcado pelo regime anterior.

Em 1996, foi aprovado o Programa sul-africano de Reforma Agrária e da terra, composto por três vertentes que, em comum, possuem a característica de assegurar o direito a terra àquelas pessoas que foram vítimas das práticas segregacionistas do passado. No mesmo ano, a Corte de Terras (*Land Claims Court*) foi criada, com jurisdição específica para lidar com casos envolvendo disputas por terra, que ensejam aplicação das seguintes Leis: Restitution of Land Rights Act, Land Reform (Labour Tenants) Act e Extension of Security of Tenure Act.

⁵ Conceito de Latour, que será adiante explorado.

Desde então, conflitos envolvendo o direito a terra tem sido objeto de apreciação por esta Corte. Grande parte dos casos que, atualmente, chegam a essa esfera judicial referem-se às disputas entre proprietários e moradores de fazenda. Isto porque, desde o fim do apartheid, mais especificamente com a promulgação de dois diplomas legais⁶, restou assegurado o direito de posse (*tenure security*) aos moradores negros que, durante o apartheid, trabalhavam nas terras de proprietários brancos em troca de moradia.

O embate envolvendo, de um lado, o direito de posse destes sujeitos e, de outro, o direito de propriedade do fazendeiro é, portanto, objeto de apreciação pela Corte de Terras sul-africana desde a sua criação. Ocorre que, de acordo com dados estatísticos oficiais⁷, 75% das decisões proferidas pela Corte de Terras são favoráveis aos proprietários da terra e, portanto, apenas 25% das mesmas são favoráveis aos moradores da fazenda. Este dado estatístico nos aponta para uma prevalência entre um e outro direito, na medida em que, quando se chocam, o direito de posse da terra dos moradores de fazendas tem sido preterido face ao direito de propriedade dos fazendeiros.

Afinal, o que é racional?

Para tentar entender como têm sido realizados os julgamentos envolvendo a questão da terra na África do Sul de hoje, usaremos aqui o modelo dos *Tribunais da razão*, proposto por Latour,. No seu livro “A ciência em ação”, Latour tenta explicar como os *cientistas* julgam os *não cientistas* (que fazem parte do senso comum e que, portanto estão fora da rede) e vice-versa. Aqui, valendo-nos da mesma ferramenta teórica, tentaremos observar como os operados do direito (*cientistas*) julgam os moradores negros de fazenda (*não cientistas*) e os proprietários brancos (não necessariamente cientistas, mas vistos como pertencentes à *rede*).

Revela-se, pois, importante entender o conceito de *rede*. Latour faz uso dele para explicar como a ciência, apesar de poder ser descrita como “*um empreendimento demiúrgico, tão poderoso, apesar de tão pequeno*”; ela se faz tão presente, de tal modo

⁶ Land Reform (Labour Tenants) Act e Extension of Security of Tenure Act.

⁷ In: *Summary of Key Findings*; National Evictions Survey.

que parece “*cobrir o mundo*” (Latour, 2000; p. 294). Segundo o autor, a palavra *rede* “*indica que os recursos estão concentrados em poucos locais – nas laçadas e nos nós – interligados – fios e malhas*”.

A primeira questão que ele coloca – e que aqui nos interessa – diz respeito às pessoas que não fazem parte da rede (não cientistas) e que caem por entre suas malhas. Para explicar essa situação, o autor lança mão do exemplo da meteorologia. Em meio a uma multidão de opiniões/previsões sobre o tempo, apenas algumas opiniões esparsas emitidas pelos meteorologistas são levadas a sério por pequenos setores (empresas aéreas, agricultores). Por outro lado, para os demais milhares de pessoas no mundo (não pertencentes a esses pequenos setores), as previsões meteorológicas são, muitas vezes, motivos de piada, que, como dizem, ‘nunca estão certas’, o que leva a todos a formularem suas próprias previsões. Explica o autor que o fiel da balança pode pender para um lado ou para o outro, dependendo de se estar dentro ou fora da *rede* desenvolvida pelos *cientistas* (meteorologistas). Segundo ele (2000; p. 297):

“Um punhado de homens de ciência bem posicionados pode por em debandada bilhões de outros. Mas, isso só acontecerá enquanto eles estiverem dentro de suas próprias redes, porque, seja lá o que os meteorologistas pensem e façam, todos continuarão fazendo piadas sobre as previsões do tempo, que estavam ‘erradas como sempre’.”

Para os *cientistas*, a pergunta que deve ser feita é: “*como é que ainda há gente que acredita em todo tipo de absurdo sobre o tempo, quando é tão fácil aprender conosco aquilo que o tempo realmente é?*”. Ou, em outros termos, como é que pode haver pessoas que *acreditam* em coisas que, em lugar disso, poderiam *conhecer*. A resposta a essa pergunta perpassa por uma suposição: implicitamente, quando se faz esse questionamento (acerca da crença/conhecimento das pessoas), pressupõe-se que as pessoas deveriam ter seguido em uma só direção (a única racional), mas que, infelizmente, se extraviaram por algum motivo. E esses motivos, que levam as pessoas a sair do caminho certo, são considerados forças (ou acontecimentos) externas, tais como os *preconceitos, as diferenças culturais, as explicações sociais, etc.*

Então, o que se supõe é que haja uma linha reta (racional) que as pessoas deveriam seguir, mas, por forças externas, as pessoas acabam por desviar do caminho reto, seguindo uma linha curva (irracional). O importante deste raciocínio, segundo Latour, é que *esse apelo a forças externas só é necessário quando se aceita a posição*

dos cientistas, os quais consideram que aquilo que demanda explicação é apenas a parte curva da linha. O caminho reto não precisa de explicação alguma, pois representa o conhecimento racional que, como tal, fala apenas do fenômeno em si⁸ e não das pessoas que o descreve. O caminho torto é, por sua vez, explicado pelos fatores externos, dentre os quais, como mencionado, a cultura, o preconceito, a raça. Há, portanto, uma explicação assimétrica. Uma das formas de evitá-la – e essa é a segunda questão que nos importa – é inverter os acusadores. Explica Latour (2000; 303):

“Uma das maneiras de evitar a assimetria é considerar que ‘uma crença irracional’ ou um ‘comportamento irracional’ é sempre resultado de uma acusação. Em vez de ir correndo procurar explicações bizarras para crenças ainda mais bizarras, vamos simplesmente perguntar quem são os acusadores, quais são as suas provas, quem são suas testemunhas (...)”.

O autor propõe, então, um julgamento acerca da *racionalidade/irracionalidade* de determinado comportamento adotado por um grupo. Ele demonstra que a sentença dependerá de quem acusa. Esse é, para nós, o ponto chave do seu raciocínio; é nele que apoiaremos a análise que aqui propomos. Reproduziremos, então, duas, das seis situações descritas por Latour (2000; p. 304 e 308): a primeira diz respeito à sociedade azande; a segunda, à sociedade inglesa:

“Há uma norma de hereditariedade na sociedade azande segundo a qual uma bruxa ou um bruxo sempre transmite essa característica à sua descendência. Com isso, acusações de bruxaria atingiriam famílias inteiras e levariam a julgamento não só o primeiro bruxo, mas também seus filhos, netos e assim por diante. Mas, em vez de chegarem a essa conclusão lógica – observa o antropólogo inglês – os azandes simplesmente acham que há bruxos ‘frios’ e ‘quentes’; os primeiros são inocentes, não passíveis de acusação, já os segundos são perigosos e podem ser isolados do restante do clã. Então, os azandes aplicam duas regras opostas ao mesmo tempo, em uma clara infração às leis da racionalidade: (i) a bruxaria é hereditária; (ii) se um membro da família é acusado de bruxaria, isso não significa que o restante do clã seja constituído por bruxos. Em vez de verem essa contradição e tentar resolvê-la, os azandes simplesmente nem ligam.

Nas sociedades modernas, há uma lei que proíbe terminantemente o assassinato. Quem infringe essa lei é chamado de ‘assassino’. Também existe uma prática, nem tão freqüente, que consiste em despejar bombas, de aviões, sobre pessoas que são chamadas de inimigas. Os pilotos dessas aeronaves deveriam, portanto, ser considerados ‘assassinos’ e levados a julgamentos. Nada disso – observa o antropólogo azande. Em vez de chegar a essa conclusão lógica, os ingleses simplesmente acham que esses pilotos ‘matam no cumprimento do dever’ – são inocentes e não são levados a

⁸ Segundo Latour (2000; 302): “Bastaria um método perfeito e uma mente sã para seguir o caminho reto.”

juízo; os outros assassinos, os ‘intencionais’, são perigosos e devem ser julgados e presos. Os ingleses, então, aplicam duas regras opostas ao mesmo tempo: (i) matar é crime; (ii) matar não é crime. Em vez de verem essa contradição e tentar resolvê-la, os ingleses simplesmente nem ligam.”

Explica Latour que, à primeira vista, os casos estavam bem definidos⁹, pois não parecia haver dificuldade em se traçar uma linha divisória entre *crença*, de um lado, e *conhecimento*, de outro. Até então, nenhuma dificuldade em usar adjetivos cujo sentido é pejorativo – como *irracional, preconceituoso, absurdo, distorcido* – ou laudatório – como *racional, cético, fundamentado, lógico*. Porém, ao se contar outra história em torno da mesma estrutura, mas que, ao contrário, se aplique à sociedade de quem contou a história, a clareza da linha divisória foi ficando cada vez mais imprecisa.

Há, segundo o autor, apenas duas maneiras de sair dessa situação: uma é fazer uso de adjetivos pejorativos e laudatórios acompanhados dos devidos advérbios de acordo com o nosso interesse – *puramente racional, totalmente absurdo*, e por aí vai; a outra é reconhecer que esses adjetivos são tão pouco confiáveis que não produzem diferença alguma na natureza da afirmação e que cada um dos lados da linha divisória é tão racional e irracional quanto o outro.

Assim, defende Latour que ninguém pode ser acusado de se negar a extrair conclusões lógicas se as premissas do raciocínio estão na cabeça do *cientista*. O antropólogo azande, então, baseando-se em suas *premissas de raciocínio*, cometeu um erro com respeito à cultura ocidental ao supor que, quando os ingleses aplicam a regra ‘matar é crime’, estão incluindo, implicitamente, a situação de guerra na noção de matar. Da mesma forma, o antropólogo inglês não entendeu a definição azande de bruxaria; quando eles definem ‘bruxaria’, definem também bruxos ‘frios’ e ‘quentes’ e nunca consideraram, ao contrário do que supôs o antropólogo inglês, a possibilidade de contaminação de todo o clã na definição de transmissão da bruxaria.

A *falha na lógica*, de que as pessoas (e grupos inteiros) foram acusadas foi, então, substituída por uma *falta de conhecimento por parte de quem julga*. Como dito ainda no início, o que cria o problema é a criação da linha *reta e curva* e da pergunta que disto deriva: porque algumas pessoas agem de um jeito (*irracional*) e não de outro?

⁹ Latour idealiza um júri formado por público ocidental. Num primeiro momento, o júri não teve qualquer dúvida em condenar a sociedade azande por práticas irracionais; porém, com a exposição da situação inglesa, o júri não mais conseguiu identificar a linha reta e curva que separa a racionalidade da irracionalidade.

Isto só faz sentido quando se aceita a posição dos *cientistas* e quando a análise é feita dentro de suas *redes*.

Sobre as experiências dos beneficiários na Corte

Tudo isto é relevante quando pensamos os *casos judiciais* sul-africanos que envolvem disputa por terra. O que temos visto¹⁰ é a constante incompreensão das experiências contadas em juízo e disto conseqüentemente resulta a acusação de *irracionalidade* que vem sendo suportada pelos moradores das fazendas.

Fazendo uma analogia com os termos, diríamos que os *cientistas* (juízes da LCC) acusam os *não cientistas* (moradores de fazenda – *labour tenant e occupier*) de *práticas irracionais* (como exemplos: a reivindicação do direito de enterrar parentes próximos aos ancestrais em oposição ao direito de propriedade do fazendeiro; a luta pelo direito a terra baseado no *tempo* de moradia e não no *título de propriedade*). Essa leitura faz sentido dentro da *rede* (a corte em si), embora não o faça para aqueles que estão fora dela.

Muito do que vemos quando estudamos a questão refere-se exatamente à elaboração de sentenças baseadas em premissas que não são as mesmas da parte que busca o reconhecimento do direito à posse, mas que em muito coincidem com aquelas preconizadas pela parte que defende o seu direito de propriedade. O que aproxima o proprietário de terras do judiciário – na figura da maioria dos juízes e advogados – é, portanto, justamente aquilo que eles têm em comum: a *crença* na forma única – *racional* – de ser.

Irônico, porém coerente, seria a inversão da suposição inicial que os *cientistas* – quaisquer que sejam eles – insistem em fazer, isto é: como é possível que eles (*cientistas*) *acreditem* em coisas que poderiam *conhecer*? Fora de suas *redes*, os *cientistas* viram *não cientistas* e não haveria maiores problemas se aqueles que estão de dentro não se propusessem a julgar os que estão de fora. O problema surge justamente quando se pretende a imposição das *premissas próprias* de determinado grupo a outro.

¹⁰ Os professores Marcelo Rosa e Antonádia Borges realizam pesquisa de campo na região de KZN desde 2004.

O caso judicial LCC06/07, ouvido em 5 e 6 de Maio de 2008 e julgado em 4 de Junho de 2008 pelo juiz A. GILDENHUYS, é um dos muitos casos que nos evidencia, em algumas de suas passagens, como é singular a linguagem articulada por cada ator social que figura na disputa. Este caso, em particular, envolveu três autores¹¹ e quatro réus¹²; os autores reivindicam uma ordem de despejo, ao passo que os réus alegam possuir o direito de residir na terra em disputa. O juiz inicia o processo com a seguinte afirmação em relação ao testemunho de duas das partes ré (moradores):

“Na avaliação das evidências trazidas por essas duas testemunhas, levarei em consideração que *elas não são pessoas sofisticadas* e que poderiam ser advertidas pela Corte.”¹³

Por outro lado, em relação ao testemunho da parte autora (proprietário), o juiz ressalta:

“Considero o primeiro autor como uma *boa testemunha*, que apresentou uma recordação clara dos fatos e que ofereceu provas simples e sinceras.”¹⁴

Observa-se, nestas passagens, como o juiz – branco, que não fala Zulu - se vale de modelos de comportamento que lhe são próximos, os quais, no seu entendimento, devem ser observados; entretanto, ele não considera que a linguagem trazida pela parte ré, em Zulu e carregada de suas peculiaridades¹⁵, não lhe é inteligível. Mesmo com o uso de intérpretes, o próprio juiz destaca a dificuldade em entender as nuances dos testemunhos por conta da tradução¹⁶. No entanto, ele, ainda que na posição de magistrado, não pondera tal dificuldade, de forma que julga sem considerar aquilo que

¹¹ LAMBERTUS JOHANNES MÖLLER; L J MÖLLER TRUST; GERBIE STRYDOM FARMING ENTERPRISES (PTY) LTD t/a BALTIMORE RANCH

¹² SEBITHI FILIPOS NHATLADISHA; LIESBETH PHUTI SEBETHA; NKONE FRANS MOLOTO; ELISA SEBETHA

¹³ In evaluating the evidence of the two respondents, I will bear in mind that they are not sophisticated persons and might have been overawed by the Court proceedings.

¹⁴ The first applicant was a fine witness. He has a good recollection of the facts and gave straightforward and candid evidence.

¹⁵ A língua isiZulu é metafórica, cuja estrutura em muito se distingue das línguas saxônicas.

¹⁶ Their evidence was presented through an interpreter, which made it difficult to grasp the nuances thereof.

não lhe é familiar – segue dizendo que o comportamento não é “*sofisticado*”, não dando conta da distância cultural que os separa.

Quanto às provas, é interessante notar que o lugar do *enterro* é utilizado como evidência; os réus alegam que seus avôs foram enterrados naquelas terras¹⁷, o que comprova que, há gerações, a sua família lá reside. Em contraste, tem-se o título de propriedade apresentado pelo autor como prova indiscutível do seu direito. Para os negros, o elemento *tempo* aparece para fundamentar o seu direito a terra. Por outro lado, ao branco, vale o título de propriedade, documento que lhe confere o direito – absoluto, exclusivo e perpétuo – de propriedade, reconhecido constitucionalmente.

Neste caso, o juiz cita a *seção 25 (1) da Constituição*, a qual garante o direito de propriedade. A Corte entendeu que, diante das circunstâncias¹⁸, o direito dos réus de residir na terra em questão havia terminado e, portanto, era justo conceder uma ordem de despejo. Argumentou o magistrado *que o interesse do proprietário para a utilização plena das suas terras supera o interesse dos réus e suas famílias a permanecerem nas terras*. A sentença proferida concede a ordem de despejo em favor dos autores, obrigando os réus a desocupar a fazenda.

Este é um dos mais de quatrocentos e noventa e dois casos julgados pela Corte de Terras sul-africana, que demonstra como majoritariamente vem sendo decididos casos envolvendo proprietários e moradores de fazenda. Na prática, embora os textos das leis, ESTA e LTA, tenham suas respectivas previsões acerca dos direitos dos *não cientistas*, a interpretação e aplicação dos mesmos são, via de regra, feitas com base nas “*premissas de raciocínio* que estão na cabeça dos *cientistas*. Isso acaba resultando na criação de uma *linha reta e outra curva*, às quais, aos olhos do julgador, são compostas respectivamente por práticas racionais – de proprietários brancos – e irracionais – de moradores negros.

Porém, quisemos demonstrar aqui que é justamente a *não compreensão* dos sentidos das ações que acaba resultando na construção desta linha ilusória. Em termos

¹⁷ According to the Probation Officer (paragraph 4.1 of his report), the second and fourth respondents told him that the grandfather, Mr Jan Sebetha (who died in 1992), was buried at Slegverby.

¹⁸ The first respondent absconded from his work. The third respondent resigned. It is not unfair that, in these circumstances, the right of residence of the first and third respondents and their families (which include the second and fourth respondents) be terminated. The interest of the owner to the full use of his land outweighs the interest of the respondents and their families to remain on the land.

práticos, esta incompreensão tem resultado na sobreposição de um direito em detrimento de outro ou, melhor dizendo, na prevalência de um argumento sobre o outro. Isto porque, na verdade, o direito é o mesmo, qual seja: o direito a terra; porém, aquilo que o fundamenta diverge entre proprietário e morador.

Assim que, para os proprietários das fazendas - em regra, brancos - não há o que cogitar quando, por meio de um título legalmente reconhecido, tem-se formalizado o direito de propriedade da terra; terra aqui, já com uma conotação própria, que é a produtiva, isto é, terra como elemento gerador de riqueza, como meio de produção. Nestes termos, uma vez comprovado quem é *dono* da terra, a este lhe será assegurado o poder de dispor sobre sua propriedade, podendo, a qualquer tempo, pleitear uma ordem de expulsão na LCC contra os moradores – *não donos* – da terra em questão. O fundamento trazido pelo fazendeiro proprietário encontra forte respaldo no direito positivo, escrito em Lei.

Contudo, os moradores das fazendas, quando justificam seu direito de permanecer na terra, não discutem a propriedade – privada – da mesma. O que reivindicam é o direito de permanecer na terra na qual viveram seus ancestrais e na qual, há gerações, residem. A relação que possuem com a terra transcende, portanto, seu aspecto econômico e produtivo, tendo em vista que envolve outras questões, de ordem existencial – como a importância da consulta com os ancestrais, da casa redonda¹⁹, do lugar na terra para enterrar os familiares mortos próximo aos seus antepassados.

Não se trata, assim, exclusivamente de propriedade da terra, mas de direito a estar na terra. ROSA²⁰ explica que a noção de terra, na África do Sul, desnaturaliza a concepção ‘clássica’ de propriedade agrária, pois implica relações familiares e, sobretudo, sentimento de reparação das injustiças do passado. Neste mesmo sentido, JAMES (2007) esclarece que a importância que a terra adquiriu no pós-apartheid somente pode ser percebida quando se a concebe como um elemento gerador de esperança, de expectativas e de possibilidades quanto à ocorrência de mudanças na vida *negra* sul-africana. É por isso que se confere à terra um poder simbólico que ultrapassa sua dimensão material/econômica, qual seja: o poder de reparação dos danos causados no apartheid.

¹⁹ Lugar especial onde se realizam os rituais.

²⁰ A exposição destas idéias ocorreu na palestra realizada na Universidade de Pietermaritzburg, em Fevereiro de 2009.

De todo modo, quando esses dois mundos chegam à Corte e apresentam seus argumentos, eles se chocam, mas, ao mesmo tempo, se entrelaçam e se confundem. De um lado, com fundamento no “*direito positivo constitucional*”, a propriedade da terra é de quem possui o título que a comprove; em contrapartida, de outro, com base no “*direito cultural/histórico*” tem direito à posse da terra aquele que nela reside e cujos ancestrais residiram; e, mais: tem direito à posse aquele cujos direitos foram, por décadas, suprimidos – e aqui o mundo dos *direitos civis* mostra-se presente, tanto antes – negando direitos – quanto agora – garantindo-os, haja vista que o direito à posse, hoje, encontra respaldo também no direito positivo²¹, embora de maneira muito mais relativizada do que o direito de propriedade.

A leitura que fizemos deste *embate* – não apenas, mas também jurídico – nos revela que a posse se apresenta, na África do Sul de hoje, como uma resistência aos fatos passados; ela cumpre o papel de se insurgir contra a propriedade símbolo e arma da segregação. Contudo, a força que o argumento positivista/legalista da propriedade – invocado pelos proprietários brancos – tem encontrado nas Cortes nos leva de volta ao apartheid, regime que fez da *lei* a sua marca. Os *cientistas* da Corte se mostram cegos a outros fundamentos que não aqueles que estejam de acordo com a lei (suas *premissas*) e, desta forma, continuam presos aos limites de sua capacidade interpretativa *racional*.

Neste sentido, o que temos visto na Corte de Terras é, em síntese, uma identificação maior com o fundamento trazido pelo proprietário – tido como *racional* – em detrimento daquele argüido pelo morador – muitas vezes, visto como *irracional, atrasado, tradicional*. Não só os argumentos, mas a própria vida rural é, muitas vezes, associada àquilo visto como retrógrado e antidemocrático. Importantes obras de autores sul-africanos, com destaque para “*Citizen and Subject*” de Mamdani (1996), definem o espaço rural justamente por sua *inadequação aos processos ‘cívico-urbanos’* (ROSA, 2009, p. 89). ROSA (2009; 70) alerta para a necessidade de se incorporar “*uma perspectiva analítica na qual a vida política das zonas rurais seja tratada com base na experiência diferenciada que a socialização nessas zonas proporciona em relação aos modelos urbanos ocidentais que costumam orientar a reflexão sociológica na África e em outros países do chamado Sul*”.

²¹ Sobretudo nas Leis ESTA e LTA.

Isto nos faz refutar uma idéia dualista – ainda muito forte na Literatura²² e, como vimos, bastante presente na Corte – que sustenta a separação entre urbano e rural, caracterizando o primeiro como o mundo moderno dos direitos civis, enquanto que o segundo estaria atado à dominação dos colonialistas e chefes tradicionais, razão pela qual a linguagem das forças tradicionais e consuetudinárias teria se sobreposto à linguagem moderna dos direitos civis. Aqui, não partilhamos desta visão, uma vez que enxergamos na *linguagem cívica dos direitos* o grande sustentáculo do apartheid, que esteve presente não só no rural, mas também no urbano, negando e restringindo direitos.

Não nos parece coerente, portanto, que se engrandeça, no pós-apartheid, o mesmo modelo ‘bifurcado’ que permitiu a concretização do regime anterior. O ponto central talvez seja perceber que a base do apartheid, o seu grande sustentáculo, a sua *condição de possibilidade*, foi a *lei moderna*. E isto é um dado importante, comumente negligenciado. Os costumes são freqüentemente correlacionados ao atraso, à tradição, ao conservadorismo; as leis, por sua vez, são apresentadas como a faceta moderna e racional de uma sociedade. Por esta fala, tão difundida, parece até que o apartheid – enquanto Estado impositor de desigualdades, defensor de um ideário pautado na superioridade da raça branca e executor de práticas segregacionistas múltiplas – se constituiu por meio de costumes retrógrados, veiculadores de ideais conservadores, quando, na verdade, foi o uso da lei que serviu como meio de instituir a segregação racial e, conseqüentemente, outras segregações em cadeia – a econômica, a política, a social.

²² Conforme destaca ROSA, “Ntsebeza (2005), Commaroff e Commaroff (1999), Hart (2002), Moyo e Yeros (2005) e Neocosmos (2006) tomam a perspectiva de Mamdani como central para a discussão sobre a vida rural na África do Sul e em seus vizinhos.” In “ESPECTROS DE MAMDANI: desafios de uma sociologia da vida política rural na África do Sul contemporânea”(2009; pág. 75).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, A. (2006) *À Corte: notas etnográficas sobre conflitos fundiários na África do Sul*. Texto apresentado no âmbito do Seminário “Sistemas de Segurança Pública e Justiça Criminal”, realizado na Universidade Federal Fluminense.

_____. (2005). *Os seus problemas nos interessam ou, o que aprendemos com uma etnografia popular*.

_____. (2008). *Sem sombra para descansar: práticas, crenças, representações e outros males que acometem O Outro*.

COUSINS, B. (2008). *Land, Power and Custom. Controversies generated by South Africa's Communal Land Rights Act*. In: Contextualizing the controversies: dilemmas of communal tenure reform in post-apartheid South Africa. Cape Town: UCT Press.

Courts and Court Cases. Disponível em:

<<http://www.paralegaladvice.org.za/docs/chap05.html>>. Acesso em 02/04/10

JAMES, D. (2007). *Gaining Ground? Rights and property in South African land reform*. Johannesburg: Wits.

LATOUR, Bruno (2000). *Tribunais da razão*. In: A Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros mundo afora. São Paulo: Unesp.

MAMDANI, Mahmood. (1996) *Citizen and Subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. New Jersey: Princeton.

NTSEBEZA, L.; HALL, R. (2007) *The Land Question in South Africa: the challenge of transformation and redistribution*. Cape Town: HRSC Press.

ROSA, Marcelo. *ESPECTROS DE MAMDANI: desafios de uma sociologia da vida política rural na África do Sul contemporânea*. In: Estudos de Sociologia, Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 15, n. 2, p. 69 – 91.

TUTELA DO CONSUMIDOR SUPERENDIVIDADO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Pedro Paulo Vieira da Silva Junior

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF
pedropaulo_uff@yahoo.com.br

RESUMO

A situação jurídica do consumidor superendividado torna-se tema atual e latente, sobretudo após a promulgação da CRFB/88, que previu a tutela dos consumidores (artigo 5º, XXXII). Com efeito, diversas alternativas têm sido criadas para buscar solucionar os problemas enfrentados pelo indivíduo superendividado, inclusive no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, o que demonstra uma preocupação em se ter garantido o acesso à justiça dos consumidores nesta situação. Nesse trabalho, almeja-se a análise dos modelos de resoluções de controvérsias atinentes ao consumidor superendividado praticados no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, além de revisão literária sobre o assunto, objetivando a elaboração e estudo de uma proposta que contemple as peculiaridades do consumidor fluminense.

Palavras-chaves: Direito do Consumidor; Juizados Especiais Cíveis; Superendividamento.

ABSTRACT

The legal situation of over-indebted consumer becomes latent and current theme, especially after the promulgation of CRFB/88, who predicted the protection of consumers (Article 5, XXXII). Indeed, several alternatives have been created to seek resolve the problems faced by over-indebted individuals, including under the Small Claims Courts, which demonstrates a concern in having guaranteed access to justice for consumers in this situation. In this paper, aims to analyze the models resolutions of disputes relating to consumer over-indebted practiced at the Court of Rio de Janeiro, and review the literature on the subject, aiming at developing and studying a proposal that addresses the peculiarities of consumer the state.

Keywords: Consumer Law, Small Claims Courts; overindebtedness.

I. Introdução

A realidade socioeconômica brasileira apresenta, por um lado, uma situação de alarmante possibilidade de crédito fácil e, de outro, ausência de legislação específica sobre a figura do consumidor superendividado, a despeito de outros países que já a possui (EUA, Dinamarca, Suécia, França, Portugal etc.).

Tal fato ensejou, no âmbito de alguns tribunais brasileiros, a elaboração de soluções, para que o preceito constitucional da inafastabilidade da jurisdição (Art.5º, XXXV) não restasse prejudicado. É o que se observou com os projetos-pilotos implantados no Rio Grande do Sul (2007) e no Paraná (2010). Em ambos os casos, visou-se o tratamento das situações de superendividamento do consumidor.

A possibilidade de haver um tratamento jurídico para os casos em que o consumidor está superendividado torna-se urgente no contexto que se está aqui descrevendo. A oferta fácil de crédito vem acompanhada da oferta de felicidade, bem-estar, prestígio social, que, do ponto de vista da psicologia, são finalidades que muitos seres humanos colocam para suas vidas.

Nesse sentido, pode-se dizer que é no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e na Defesa do Consumidor, ambos constitucionais, que está a razão de haver um modo de tratamento específico para uma realidade igualmente específica.

Antes de tudo, vale destacar algo que está na base da Defesa do Consumidor, qual seja a sua vulnerabilidade. Está aqui a dizer que, mesmo sem considerar o superendividamento, o consumidor já merece tratamento específico, pudera àqueles que estão nessa situação.

II. O Consumidor e a sua latente vulnerabilidade

Para que a norma legal incida igualmente sobre determinada relação jurídica, necessário o equilíbrio entre as partes. Se for manifesto o desequilíbrio, o princípio da isonomia, segundo o qual todos são iguais perante a lei, consoante artigo 5º, inciso I da Carta Magna, mostra-se injusto, visto que a igualdade prevista na Constituição não é

absoluta, ou seja, não se limita à igualdade formal, exatamente para proteger certas finalidades acolhidas pelo Direito. Daí a necessidade da lei tratar de forma desigual os desiguais, na medida em que se desiguam para buscar a igualdade material entre as partes, sendo tal critério exigência do próprio conceito de justiça.

Preleciona Rizzatto Nunes (2004, 34-35) que se afere a adequação ou não ao princípio da isonomia material, verificando-se a harmonização dos seguintes elementos: a) a discriminação; b) correlação lógica da discriminação com o tratamento jurídico atribuído em face da desigualdade; c) afinidade entre essa correlação e os valores protegidos no ordenamento constitucional.

Destaca-se, contudo, que o constitucionalismo com relação ao princípio da igualdade não está limitado à igualdade perante a lei, mas em garantir a cada cidadão iguais oportunidades para a realização dos seus próprios objetivos. A igualdade material ou substancial vem, portanto, complementar a igualdade formal, conferindo aos cidadãos, além da igualdade em direitos e obrigações, a garantia que o Estado será um ente preocupado em efetivar a isonomia, proibindo aos administrados desigualações injustas e sem motivo (LEMOS, 2004).

A tutela do consumidor parte deste princípio constitucional, visto que é manifestamente a parte mais fraca da relação de consumo e, por esta razão, precisa ser tratado de forma desigual, na medida em que se desigual dos fornecedores, através de garantias previstas em lei. Dessa forma, as garantias dadas aos consumidores não servem para privilegiá-los, mas para igualar a relação jurídica.

Portanto, o reconhecimento da vulnerabilidade, nas palavras de Claudia Lima Marques, é o pilar que sustenta a tutela especial dos consumidores. Tanto é assim que a expressão “destinatário final” contida no art. 2º, caput, do CDC deve ser interpretada restritivamente, para alcançar apenas uma parcela dos consumidores considerada mais fraca (vulnerável). Tal interpretação é defendida pela corrente Finalista, segundo a qual a referida tutela especial “só existe porque o consumidor é a parte mais vulnerável nas relações contratuais no mercado, como define o CDC no art. 4º, I. Logo, convém delimitar claramente quem merece esta tutela e quem não a necessita, quem é consumidor e quem não é.” (MARQUES, 2002, 253-254). Ou seja, consumidor seria

aquele que apenas adquire ou utiliza produto ou serviço para satisfazer uma necessidade pessoal que lhe trará um benefício próprio ou para outrem e não para revendê-lo ou utilizá-lo como insumo, acrescentando-o a sua cadeia produtiva. Assim, “consumidor seria o não profissional, pois o fim do CDC é tutelar de maneira especial um grupo da sociedade que é mais vulnerável” (idem).

A vulnerabilidade está ligada ao próprio conceito de consumidor, pois vulnerável todo consumidor é, em face das publicidades, das técnicas de *marketing*, dos contratos de adesão, que frequentemente são impostos. (GUIMARÃES, 2001, 54). Isto se deve à perda de seu poder de barganha em função da atuação de monopólios e oligopólios compostos pelas grandes corporações, as quais detêm as técnicas de fabricação, de persuasão, de convencimento e as informações sobre qualidade, preço, crédito e outras características dos produtos e serviços.

Logo, em virtude do poderio econômico das grandes corporações e das informações que só os fornecedores detêm, os consumidores ficam sujeitos a toda sorte de abusividade, por mais que não sejam hipossuficientes.

Nesse diapasão, urge salientar que os termos vulnerabilidade e hipossuficiência não se confundem. A vulnerabilidade, como já tido alhures, pertence ao conceito de consumidor trazido pelo CDC, e, por esta razão, entendemos seja absoluta, inadmitindo prova em contrário. Já a hipossuficiência está ligada à falta de recursos econômicos. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira conceitua hipossuficiente como aquela pessoa que é economicamente fraca, que não é autossuficiente. Portanto a hipossuficiência sempre será econômica. Por óbvio que esta falta de recurso tornará o consumidor muito mais vulnerável.

José Geraldo Brito Filomeno (2004,23) ainda nos traz à colação a noção de hipossuficiência dada pelo parágrafo único do art. 2º da Lei 1.060, de 05.02.50, utilizada como sinônimo de necessidade, sendo hipossuficiente aquele que tem direito à gratuidade de justiça por não ter recursos econômicos para arcar com honorários e custas judiciárias.

Portanto, poderá haver um consumidor vulnerável, mas não hipossuficiente. Não pode ser outra a explicação, já que o inc. XIII do art. 6º do Código de Defesa do

Consumidor prevê a possibilidade de inversão do ônus da prova no caso de verossimilhança na alegação ou quando for o consumidor hipossuficiente. Ora, se o legislador utiliza a expressão ‘quando’, é porque, por óbvio, previu situações em que a hipossuficiência não existirá (GUIMARÃES, 2001, 55). Assim, pode-se dizer que a hipossuficiência é um *plus* em relação à vulnerabilidade.

Logo, para a conceituação de consumidor e a consequente aplicação do CDC à relação jurídica, necessário sabermos se ele é vulnerável, pois a hipossuficiência poderá ou não estar presente.

Há, no entanto, consumidores que são mais vulneráveis que outros, ou seja, cuja vulnerabilidade é superior à média. São os consumidores ignorantes e de pouco conhecimento, de idade pequena ou avançada, de saúde frágil, bem como aqueles cuja posição social não lhes permita avaliarem com adequação o produto ou serviço que estão adquirindo, além, é claro, do superendividado.

Assim, a utilização, pelo fornecedor, de técnicas mercadológicas que se aproveitam da fraqueza ou ignorância do consumidor tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social para impingir-lhe seus produtos ou serviços (art. 39, IV, CDC), é considerada prática abusiva.

III. O Superendividamento e o consumidor

Importa salientar que superendividamento, na conceituação de Cláudia Lima Marques (2006, 256), “é a impossibilidade global de o devedor pessoa física, consumidor, leigo e de boa-fé, pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo”.

Se o superendividamento - aquela situação brutal de insolvência em virtude da extrapolação da capacidade de consumo de crédito – é considerado consequência da falta de informações relevantes à tomada de decisão consciente, pode-se entendê-lo, sem dificuldades, como risco da atividade de concessão de crédito. Explica-se:

O superendividado é aquele que não consegue fazer frente a uma dívida assumida a qual ultrapassa seu ativo. E para análise do superendividamento, necessária

a aferição da boa-fé por parte do consumidor que acredita poder fazer frente à dívida assumida porque foi convencido das facilidades do crédito, concedido inexplicavelmente e sem nenhum critério pela instituição financeira quando o consumidor não tinha patrimônio para garantir à dívida. Ora, se se concede crédito nestas condições, o superendividamento só pode ser entendido como risco da atividade exercida pelas instituições financeiras. Tal é o fundamento da Teoria do Risco, adotada pelo CDC, ao impor a responsabilidade civil do fornecedor sem a necessidade de aferição de culpa porque este assumiria os riscos do exercício de sua atividade.

A concessão de crédito realizado sem critérios se observa nas peças publicitárias que incentivam o consumo de crédito aos aposentados e pensionistas do INSS. O atrativo destas linhas de crédito é exatamente a sua concessão sem a pesquisa necessária sobre a solvabilidade do consumidor interessado.

Márcio Mello Casado já atentava sobre a responsabilidade civil das instituições financeiras no fornecimento inadequado de crédito ao prelecionar que “O crédito é um produto nobre. A sua concessão, por isto, deve respeitar critérios altamente especializados. O próprio Banco Central do Brasil, atento a tal situação, editou a seguinte norma: É vedado ao banco comercial (...) b) realizar operações que não atendam aos princípios de seletividade, garantia, liquidez e diversificação de riscos; MNI-Bacen 16.7.2.2.'b' “. Assim, como garantir a liquidez da dívida contraída se não há seletividade? Há nítido abuso do direito de conceder crédito cujo excesso deve responder a instituição financeira.

Se há normas técnicas sobre métodos de concessão de crédito e dever imposto pelo CDC ao fornecedor de informar adequada e claramente acerca dos produtos e serviço que oferta, as consequências danosas ao consumidor advindas da ofensa a esses preceitos normativos fazem surgir o dever de indenizar da instituição financeira. Nesse caso, a consequência mais marcante, como já exposto, é o superendividamento do consumidor, que, seduzido pelas vantagens do crédito fácil através de técnicas de persuasão poderosas, acaba comprometendo seu próprio sustento e de sua família. E é por esta razão que o tema do superendividamento toma tamanha proporção.

O superendividamento obriga o consumidor a se desfazer de seu patrimônio para fazer frente à dívida em prejuízo de sua sobrevivência com o mínimo existencial, núcleo material elementar da dignidade da pessoa humana. A situação se agrava se a dívida assumida pelo consumidor é descontada diretamente em sua folha de pagamento, o que não lhe dá, como já salientado, nem a possibilidade de inadimplência, agravando-lhe muito mais os meios de sobrevivência dignos. Evidencia-se, portanto, a necessidade de tutela do consumidor superendividado elevada a direito fundamental, pois que imprescindível à proteção da própria dignidade da pessoa humana.

A análise da literatura jurídica versando sobre o tema do Superendividamento demonstra o quanto as pesquisas ainda precisam avançar nessa área, tendo em vista a escassez de dados empíricos correspondentes às distintas situações de consumidor superendividado possíveis de serem listadas.

A doutrina tem classificado o superendividamento em Ativo e Passivo. No primeiro caso, entende-se que o próprio consumidor colaborou para estar na situação de devedor, ou seja, pessoas que não tem controle de suas finanças. Já no segundo caso, considera-se que o consumidor está na situação de devedor não por vontade própria, mas por razões externas (desemprego, falecimento de parentes próximos, divórcio).

A necessidade de que haja um tratamento específico é ratificada por GIANCOLI (2008, 123), para quem o tratamento do superendividamento permite "a correção da assimetria de uma ou diversas relações jurídicas contraídas pelo consumidor, em razão da existência de um conjunto de dívidas estruturais ajustadas de boa-fé, capazes de ameaçar ou lesionar sua dignidade pessoal".

Com efeito, a qualificação "superendividado" coloca em xeque o modo como o consumidor nessa situação vem sendo tratado, uma vez que, para se ter protegida a Pessoa Humana em sua integralidade (na ótica do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e da Tutela do Consumidor), é preciso considerar um mecanismo que contemple um trabalho conjunto de profissionais de diversas áreas (juristas, economistas, administradores, psicólogos etc.).

Já não se pode mais desprezar os dados estatísticos que revelam os fatores que levam ao superendividamento e a proporção em que a renda dos indivíduos superendividados é comprometida.

Nesse sentido, a pesquisa realizada no Rio de Janeiro (2005), coordenada por Rosângela Cavallazzi, professora da UFRJ, e Heloísa Carpena, procuradora do MPE, demonstra que, entre 80 endividados selecionados, 39% comprometiam 60% da renda, ou mais, em dívidas. Em 50% dos casos, o desemprego é a causa para o desequilíbrio financeiro. Além disso, somente 37% receberam a cópia do contrato e em 88%, não se pediu sequer garantia para o empréstimo.

IV. O Consumidor Superendividado e os Juizados Especiais Cíveis

É verdade que os conflitos envolvendo consumidores superendividados não ficam à margem do Poder Judiciário, até mesmo considerando o Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição (Art. 5º,XXXV da CRFB/88 - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito).

Contudo, como asseveram Delton MEIRELLES e Marcelo de MELLO (2010, 255), em estudo feito sobre os juizados especiais e a tutela do consumidor,

“Diversamente do que se poderia supor, a absorção integral destes conflitos massificados e usuais pelos juizados especiais não significa garantia de pleno acesso à justiça, conceito este mascarado pela realidade de um demagógico acesso aos órgãos judiciários, cujo resultado é, muitas vezes, uma prestação jurisdicional deficiente e de baixa qualidade”.

Desde o Direito Romano até a Idade Média, o devedor insolvente tinha como destino tornar-se servo do seu credor, em razão de sua dívida. Em épocas mais remotas da Antiguidade e nos primeiros anos de Roma, admitiu-se até a execução pessoal do devedor. As Ordenações Manoelinas e filipinas chegaram a prever prisão civil por dívida (in DANEMBERG, 2010, 301).

A mesma condição já não é mais exposta os consumidores superendividados no Brasil. Com efeito, a partir da legislação consumerista, esse consumidor não precisa passar pelo ultrapassado processo de execução por quantia certa contra devedor

insolvente, como apontado no CPC, nos artigos 748 a 748-A. O consumidor pode, por exemplo, antecipar-se e propor uma ação revisional, ação de resolução contratual, entre outras, com fulcro no artigo 83 do Código de Defesa do Consumidor.

Apesar dessa possibilidade, o que se nota é a falta de utilização desses mecanismos, até pelos custos que eles impõem ao consumidor já superendividado. O Juizado Especial Civil seria uma saída para esse problema, se não fosse o fato de não atentar-se para essa característica de parte de sua clientela, o superendividamento.

Com efeito, as causas apresentadas perante os Juizados Especiais Cíveis pertinentes aos consumidores superendividados não são analisadas em sua singularidade como deveriam ser, o que pode significar, em última análise, uma prestação jurisdicional deficitária. Atualmente, no TJRJ, os Juizados Especiais não desenvolvem qualquer trabalho específico com este público, seja previamente às audiências ou no decorrer delas. Isto faz com que propostas conciliatórias plausíveis deixem de existir, visando superar a situação de superendividamento.

É certo que a ausência de legislação específica dificulta a realização de procedimentos especiais (tais como a mediação) para solucionar estes litígios. Entretanto, após o Código de Defesa do Consumidor, o consumidor não precisa mais ser compelido ao sistema de execução por quantia certa contra devedor insolvente. Com efeito, o artigo 83 do Código de Defesa do Consumidor prescreve que “para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este Código são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela”.

Nesse sentido, aponta DANEMBERG (2010, 302) que

“a partir do CDC é possível compreender que o superendividado não está condenado a enfrentar o arcaico sistema de execução por quantia certa contra devedor insolvente, presente nos arts. 748 a 786-A do Código de Processo Civil (CPC). É facultado ao consumidor antecipar-se judicialmente, propondo, por exemplo, ação revisional, ação de resolução contratual ou outras ações que julgar cabíveis, com fundamento no art. 83 do CDC”.

Em relação às vantagens e obstáculos encontrados nos JECs, para que haja tutela do consumidor superendividado no âmbito do Poder Judiciário, aponta-se que a desnecessidade de assistência por advogado nos processos instaurados perante os Juizados Especiais Cíveis, no importe de até 20 salários mínimos, representa uma

alternativa para o consumidor superendividado que, ao que se entende, não possui condições de arcar com os custos na contratação de um advogado.

Além disso, no que tange à competência, o consumidor superendividado deve ficar atento aos órgãos competente para julgar a lide, considerando quem é o seu credor, pois pode estar diante de uma ação a ser ajuizada no âmbito dos juizados especiais federais ou nos estaduais, a depender da condição jurídica do mesmo.

Outro ponto importante de se mencionar diz respeito ao valor da causa, uma vez que a tutela do superendividado nos juizados especiais cíveis ou federais não pode exceder ao montante previsto nas respectivas legislações (9.099/95 e 10.259/01).

Ainda, no que tange ao valor da causa, insta salientar que, nas lições de DANENBERG (2010, 306), “se o consumidor estiver discutindo apenas parte de uma dívida contratual, deverá o valor da causa corresponder a esta, que será o objeto da lide, e não o valor integral questionado”.

Objetiva-se com a presente pesquisa o aprofundamento teórico do instituto do superendividamento, bem como análise das jurisprudências obtidas dos juizados especiais cíveis do estado do Rio de Janeiro.

Alguns julgados do TJRJ trazem a questão do consumidor superendividado em seu bojo, como nesses abaixo selecionados:

Agravo de instrumento. Empréstimos bancários. Descontos em conta corrente. Superendividamento. Revisão de contratos. Antecipação de tutela determinando a limitação de tais descontos a 4,28% para cada credor, observando-se a margem consignável de 30% (trinta por cento) dos valores creditados na conta da parte autora. Irresignação por um dos credores. Se a consumidora incorreu em débitos contratuais, deve honrá-los, consoante se aferir no mérito da demanda. Mas em se considerando a natureza alimentar dos vencimentos da mesma, além da prodigalidade com que a instituição financeira oferece contratos de financiamento, correta a limitação dos descontos efetuados. Precedente do STJ. Decisão que se prestigia. Improvimento, liminar, do recurso nos termos do art. 557, caput, do CPC. 2009.002.14132 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - DES. PEDRO FREIRE RAGUENET - Julgamento: 14/04/2009 - DECIMA OITAVA CAMARA CIVEL

APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DESCONTO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. LIMITAÇÃO. SUPERENDIVIDAMENTO. Inteligência do art. 6º § 5º da Lei 10820/03. Apelante que se insurge contra a sentença que julgou improcedente o pedido

de nulidade de cláusulas contratuais cumulado com limitação dos descontos de débitos em sua conta bancária. Possibilidade da limitação pretendida. Preservação do mínimo existencial. Princípio constitucional da dignidade (art.1º, inciso III CF/88). Boa fé objetiva nas relações de consumo que impõe conduta de lealdade e cooperação com o hipossuficiente. Verbas de natureza alimentar que são impenhoráveis. Inteligência do art. 649 IV CPC. Lei do empréstimo consignado que aponta que os descontos e as retenções financeiras relativos aos titulares de aposentadoria e pensão não poderão ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do valor dos benefícios. Precedentes jurisprudenciais. Recurso a que se dá provimento, na forma do art. 557 § 1º-A CPC. 2009.001.19452 - APELACAO - DES. CRISTINA TEREZA GAULIA - Julgamento: 24/04/2009 - QUINTA CAMARA CIVEL¹

Tais julgados demonstram a possibilidade de que o consumidor superendividado pleiteie no âmbito dos JECs, seja renegociação das suas dívidas, proposição de novo parcelamento com maior prazo, ou obtendo um período de carência que lhe permita retomar o pagamento das dívidas, seja reduzindo os encargos. É claro que, em certos casos, o credor poderá até mesmo perdoar parte do débito (DANEMBERG, 2010, 309).

Assim, nesses projetos, só são incluídas dívidas resultantes da relação de consumo, não sendo atendidas dívidas de outra natureza. O que se objetiva é a mediação da renegociação de dívidas decorrentes de relação de consumo (não profissionais) do devedor que se vê impossibilitado de pagar todas as suas dívidas.

A par dessas considerações, surge o questionamento de como está sendo tratada a problemática do consumidor superendividado no contexto do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo porque, ainda que não haja legislação pertinente, a CRFB/88 e o CDC já possibilitam, de início, a tutela do consumidor nesta situação.

Nesse diapasão, torna-se muito importante investigar a forma como vem ocorrendo a tutela do consumidor superendividado nos Juizados Especiais Cíveis, levando-se em conta que este é um grande viabilizador do acesso à justiça, ao lado da tutela do consumidor.

Com efeito, a jurisprudência fluminense tem tratado do consumidor superendividado, sobretudo no que concerne aos empréstimos consignados e a limitação dos descontos. Contudo, algumas questões surgem quando se aprofunda o estudo do

¹ Disponível em: <<http://www.flaviocitro.com.br/v1/index.php/2009/05/17/superendividamento-jurisprudencia-tjrj-2009/>> Acesso em: 25 fev.2012

tema, tais como o a maneira como o judiciário entende o consumidor superendividado que possui diversos credores, ou ainda, os mecanismos adotados para resolução das controvérsias instauradas etc.

V. Conclusão

A vulnerabilidade do consumidor, como já extensivamente exposto, justifica a tutela especial conferida pelo Código de Defesa do Consumidor. É, por assim dizer, a razão mesma de sua existência.

Essa vulnerabilidade é mais evidente no consumidor superendividado que se apresenta, muitas vezes, abalado emocionalmente, tornando-o alvo de práticas comerciais que se beneficiam deste estado para incentivá-los ao consumo. Por ser uma categoria especial de consumidores, os superendividados merecem tutela específica do Direito, mormente haja algumas iniciativas no âmbito de determinados tribunais, para tratar da sua situação.

De fato, o “crédito se apresenta, de um lado, como motor do processo capitalista, financiando a atividade econômica; e por outro, como fonte de abusos por parte do fornecedor (...)” (CARPENA & CAVALAZZI, 2005, 134).

Grande é a responsabilidade do fornecedor de crédito que o concede, nessas condições, incentivando o consumo inconsciente, porque dependente de informações claras, capazes de fazer com que o consumidor compreenda os riscos a que se expõe ao adquirir crédito, ainda mais quando as parcelas do financiamento são descontadas em folha.

A necessidade de consumir, portanto, leva a aquisição de crédito por vezes irresponsável, porque incompatível com a capacidade econômica do consumidor. O resultado é um estado de superendividamento, comprometendo a possibilidade de se viver dignamente, porque o consumidor pode ser obrigado a fazer frente à dívida assumida, já que essa poderá ser descontada diretamente da sua folha.

Necessário, portanto, meios capazes de prevenir tais abusos. A doutrina brasileira já vem sinalizando para formas de tutela do consumidor superendividado, vítima de ofertas enganosas e abusivas de crédito fácil.

Quanto às publicidades, assim como ocorre com bebidas e cigarros, produtos estes nocivos e perigosos à saúde e segurança do consumidor, poder-se-ia exigir de seus patrocinadores a inclusão de advertência sobre o risco de superendividamento (“consume crédito com moderação”) e da importância do planejamento financeiro. Nesse sentido, poderíamos considerar o crédito produto nocivo à saúde e segurança do consumidor porque, se consumido de forma indevida, poderá levar à miséria, à fome e à falta de saúde, inviabilizando o acesso a níveis dignos de subsistência. Assim, impor-se-ia ao fornecedor de crédito os deveres previstos nos arts. 8º a 11 do Código de Defesa do Consumidor que tratam da proteção à saúde e segurança do consumidor, sob pena de responderem pelo fato do produto ou do serviço (arts. 12 e 14 do CDC).

Entende-se que, não obstante as dificuldades para se encontrar formas eficazes de tutela do consumidor superendividado, o caminho está na própria hermenêutica constitucional que sinaliza para a necessidade de interpretar todas as normas infraconstitucionais à luz da dignidade da pessoa humana, que elevada à norma jurídica de eficácia plena, impõe ao próprio Estado condutas positivas através de ações afirmativas para fazer cessar qualquer ameaça ou lesão aos direitos da personalidade.

VI. Referências Bibliográficas:

AMORIM, Eduardo Antonio Andrade. O superendividamento do consumidor. Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2658, 11 out. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/17597>>. Acesso em: 25 fev. 2012.

CASADO, Márcio Mello. A responsabilidade Civil das casas bancárias no fornecimento inadequado do crédito. *In* Revista do Consumidor. n. 22. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

CARPENA, Heloísa e Cavallazzi, Rosângela Lunardelli. Superendividamento: proposta para um estudo empírico e perspectiva de regulamentação. in Revista de Direito do Consumidor. n. 55. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2005.

CAVALLAZZI, Rosangela L, Direitos do Consumidor Endividado – O perfil do superendividado: referências no Brasil - Ed. Revista dos Tribunais Pg. 385.

DANEMBERG, Roberta Barcellos. Tutela do Consumidor Superendividado no Âmbito dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. In: MIRANDA NETTO, Fernando Gama de & ROCHA, Felipe Borring (orgs.). Juizados especiais cíveis: novos desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.281-317.

FILOMENO, José Geraldo Brito. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GIANCOLI, Brunno Pandori. O superendividamento do consumidor como hipótese de revisão dos contratos de crédito. Porto Alegre: Editora Verbo Jurídico, 2008.

GUIMARÃES, Paulo Jorge Scartezzini. A publicidade ilícita e a Responsabilidade Civil das celebridades que dela participam. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

Indicação Legislativa nº121/2011, ALERJ. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/02ac6f279b568e24832566ec0018d839/4da479015298de9f83257935006136a8?OpenDocument&Start=1.1.1&Count=200&Expand=1.1>> Acesso em: 25 fev.2012.

Jurisprudência TJRJ/2009. Disponível em: <http://www.flaviocitro.com.br/v1/index.php/2009/05/17/superendividamento-jurisprudencia-tjrj-2009/>> Acesso em: 25 fev.2012.

LEMONS, José Alexandre Silva. O princípio da igualdade e o Direito do Consumidor . Jus Navigandi, Teresina, a. 8, n. 306, 9 mai. 2004. Disponível em:<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5172>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

MARQUES, Cláudia Lima. Sugestões para uma lei sobre o tratamento do superendividamento de pessoas físicas em contratos de crédito ao consumo: proposições

com base em pesquisa empírica de 100 casos no Rio Grande do Sul. *In*: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI; Rosângela Lunardelli (Coord). Direitos do Consumidor Endividado: Superendividamento e crédito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. Contratos no Código de Defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MEIRELLES, Delton Ricardo Soares & MELLO, Marcelo Pereira de. Tutela do Consumidor: Por que os Juizados Especiais? *In*: MIRANDA NETTO, Fernando Gama de & ROCHA, Felipe Borring (orgs.). Juizados especiais cíveis: novos desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.247-280.

NUNES, Rizzato. Curso de direito do Consumidor: com exercícios. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. Curso de Direito do Consumidor. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Projeto Tratamento de situações de superendividamento do consumidor. Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/web/je/superendividamento>>. Acesso em: 25 de fev.2012.

CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES
Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X

VIOLENTAS MEMÓRIAS: DA EXPERIÊNCIA DE IMPOTÊNCIA À PRÁTICA DA VIOLÊNCIA

VIOLENT MEMORIES: THE EXPERIENCE OF IMPOTENCE TO PRACTICE OF VIOLENCE

Glaucia Regina Vianna (Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO – RJ Pesquisadora CNPQ) <http://lattes.cnpq.br/4494064730870886/> vianna.glaucia@uol.com.br

Francisco Ramos de Farias (Coordenador do Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO – RJ) frfarias@uol.com.br

RESUMO

Vivemos em um momento da história em que a violência salta aos olhos. A palavra é aplicada a situações contextuais extremamente variadas, mas todas marcadas pelas manifestações como o furor, os ataques de ira, o ódio, o massacre, a crueldade, as atrocidades coletivas e outras tantas formas que se revestem da condição de poderem ser vividas, pelo homem, como experiências traumáticas. Mas, condenado a viver em situação de cárcere, o sujeito está exposto, mais uma vez, a situações ostensivas, não só de restrição de liberdade, como também a vulnerabilidade diante da possibilidade de serem alvo constante de violência, tanto dos internos quanto dos agentes que exercem funções determinadas pela Lei. Com isso queremos situar o campo onde abordamos o agente praticante da violência que, em função das possíveis fraturas de memórias decorrentes da exposição a situações traumáticas, engaja-se em um tipo de funcionamento em que ocorre uma virada de posição: da condição de vítima à condição de algoz. Eis uma questão complexa que pretendemos refletir.

ABSTRACT

We live in a time in human history where violence is obvious. The word is applied to contextual situations extremely varied, but all marked by expressions like anger, attacks of rage, hatred, slaughter, cruelty, the mass atrocities and many other forms that are of the condition may be missed, by man, such as traumatic experiences. But, sentenced to life in prison situation, the subject is exposed, once again, the ostensible situations, not only restriction of freedom, but also the vulnerability facing the possibility of being a constant target of violence, both the internal and the agents performing duties specified by law by that we situate the field where the agent approached practitioner of violence that, due to potential fractures memories after exposure to traumatic situations, engages

in a type of operation in which a shift occurs from position: the status of victim to victimizer condition. Here is a complex issue that we intend to reflect.

INTRODUÇÃO

“Nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie” Walter Benjamim

Refletindo sobre a violência nos dias de hoje, é notável que seis mil anos de cultura, de ética e civilização não lograram tornar a criatura humana mais feliz, nem mais pacífica. Observamos que se mata hoje com a mesma naturalidade dos bárbaros, o que leva a crer que a humanidade embora tenha crescido aceleradamente em termos de ciência e tecnologia, não cresceu ou decresceu em sentimentos capazes de tornar uma sociedade mais justa, feliz e menos violenta. Uma questão axial se interpõe: o que ocorre no relacionamento do homem com seu semelhante que o faz torná-lo a condição de objeto e destituí-lo de sua subjetividade? No decorrer da história, o homem tem sido considerado como *homo sapiens*, ser do saber, da consciência, do pensamento, da razão. *Laborans*, ser completo pelo e para o trabalho. *Ludens*, o homem que joga. *Políticus*, o homem que é feito para viver em sociedade. *Religious*, homem religioso etc., privilegiando cada uma dessas definições, uma definição humana. Porém, Dadoun (1998) aponta para outra definição e nos convida a refletir sobre ela, ou seja, “o *homo violens*, o ser humano definido, estruturado, intrínseca e fundamentalmente pela violência”. (DADOUN, 1998:8)

Cheio de precedentes na história da humanidade, o século XX de forma peculiar, tornou-se conhecido como era das catástrofes e genocídios, em que o impacto violento de uma série de experiências de destruição em massa contribuiu para o aniquilamento de seres humanos de um modo nunca antes concebível. Diante de toda essa violência, surge então, uma atmosfera melancólica, enquanto uma reação a esse estado geral de perda, o que torna evidente a ligação entre a noção de tristeza e a perda propiciada pelo horror e pela barbárie decorrentes das tragédias mundiais, violências inenarráveis, cidades bombardeadas, campos de concentração... Tudo isso fruto da criação do *homo sapiens, politicus, laborans religious e violens...*

E o que seria esse *homo violens*? Dadoun (1998) formula uma hipótese onde a violência torna-se uma função estruturante e essencial, onde todos os aspectos da condição humana estão a ela interligados. Nesse contexto, a violência é considerada como uma característica inerente a constituição humana, não como uma violência repentina e imprevisível, que se coloca ao lado do absurdo e desvario, como encarnação do mal e do pecado. A violência também implica força, potência, energia, poder. O reino da violência instaura-se a partir do mito bíblico da Gênesis, que se trata de um texto determinante do Pentateuco em sua forma canônica, trazido por Moises com a idéia de um Deus vingativo. No começo, o ato amoroso do criador como vimos em (Genesis 1, 12,4) desvela um ato de violência contra o próprio Deus que cria um outro para si, outro esse que era pura violência, desafiando os frutos da sua criação. Primeiramente incita Eva a comer do fruto proibido, que por sua vez provoca a curiosidade de Adão, que instigados pelo apelo da mulher não resiste e realiza o mesmo gesto. Após comer o fruto de Maya- a árvore da ilusão- passam a ver dois poderes ao invés de um só que era Deus, o “poder do bem e do mal”. Como castigo divino, ambos são expulsos do paraíso, a mulher é amaldiçoada com as dores do “parto”, e o homem é condenado a” trabalhar” para garantir seu sustento. A serpente, animal escolhido para transfiguração de Satanás, inimigo de Deus, o qual a tentação, também recebe seu castigo, é pisada na cabeça e passa a rastejar. (E imaginemos que um dia ela andou de pé!)

O ato criador nos convoca a uma reflexão preñe de paradoxos, de antinomias, de contradições, que nos leva a refletir como a criação se deu através da violência. Como unir numa mesma sentença Deus, e a violência? Refletindo dessa forma, talvez possamos entender a violência que assola o mundo contemporâneo.

Violência que se desdobra contra o outro caoticamente violento, ordenando-o violentamente, estabelecendo-lhe com autoridade suprema um ritmo, uma forte harmonia, agudas diferenciações (luz e trevas, terra e mar, etc.) parcerias não democraticamente estabelecidas (água e terra) têm que participar da criação gerando seres vivos, animais recebendo a bênção de reproduzir a vida e encher a terra, bênção para o ser humano em que Adão e Eva, como representantes do criador, enchendo a terra, dominará o não Adão profusão de violências tal que os atos criadores desse novo mundo não mais caótico, pleno de ritmo e harmonia, culminam em um descanso, uma cessação da violência criadora.

É estranho pensar sobre essa violência a qual atribuímos a Deus a condição de sujeito, porém trata-se de uma violência que gera vida pluriforme, e cria alteridade, que possibilita criatividade, intersubjetividade e responsabilidade, fazendo Adão e Eva se responsabilizarem pelo seu próprio sustento. Querubins e anjos são convocados a proteger o Jardim e guardar o Jardim do Éden - violento paraíso sem violência- impedindo ao casal desobediente de voltar...

Dentre tantas histórias bíblicas sobre a violência, outra chama a atenção, pois se trata de uma guerra travada entre dois anjos prediletos a Deus: O Arcanjo São Miguel, aquele que era conhecido como mais forte e fiel a Deus, e Lúcifer, o mais belo anjo, cuja bondade extraordinária, fazia com que gotas de água que vertiam do ato de lavar as mãos, se transformassem em anjos. Seu nome também designa aquele que porta a luz. Num determinado dia, Lúcifer convencido de seus poderes os quais julgava a altura da própria divindade, decidiu ocupar o trono de Deus, São Miguel enfurecido não permite! Como resultado trava-se uma guerra, onde ocorre à queda de Lúcifer do céu, instaura-se assim o inferno, representado por suas chamas infinitas, fonte de horror e violência, lugar para todos que ousam desobedecer às leis estabelecidas.

Diante de sua finitude e responsabilidade, o ser humano se torna violento e oculta sua violência mediante a Religião, a Civilização e a Cultura. A violência está instalada em todos que fazem parte da sociedade e da cultura- enfim, em todas as realizações humanas, percepção que, embora fundada em outras fontes, é defendida por vários estudiosos da vida humana em sociedade, e nomeia as diferentes dimensões da violência- estrutural e sistêmica (embutida nos arranjos econômicos e políticos), simbólica (embutida nos arranjos linguajeiros, culturais e científicos) daí, violência objetiva- e violência subjetiva (praticada por sujeitos específicos). Ou como afirma o filósofo crítico: “todo monumento de cultura é também monumento de barbárie” (BENJAMIN, W. 2003:225)

Conforme esclarece Lages (2007), na ótica benjaminiana, a história da humanidade é marcada pela humilhação e pela morte de inúmeros seres humanos e, por isso mesmo, só pode ser avaliada melancolicamente, pois o passado atravessado por diferentes formas de violência constitutiva remete a perda, a qual se estende ao momento presente. Como resultado da percepção de episódios violentos que articularam toda história social, surge uma contemplação melancólica diante daquilo que é da ordem

do não elaborável. Como são o extermínio e o terrorismo. O extermínio obcecado pela quantidade apresenta-se sob a forma de guerra, massacre e genocídio. A guerra-violência institucionalizada, ritualizada- pressupõe a busca da paz e possui regras e leis, assim foi na Guerra Civil Americana, na Primeira Guerra Mundial, na Segunda Guerra Mundial, na Guerra do Vietnam e, mais recentemente, nos conflitos étnicos do Golfo Pérsico. Já o massacre traduz-se em estrondo selvagem do ódio, do desprezo, das pulsões destrutivas: mata-se, tortura-se, mutila-se. E o genocídio se trata de uma destruição deliberada sistemática e programada de uma coletividade inteira cujos membros são acusados e tratados como seres inferiores. Para exemplificar, basta lembrar os genocídios promovidos por Hitler e Stalim: o genocídio dos armênios e dos ciganos: o genocídio dos índios das Américas.

O terrorismo expressa-se no atentado, ato de violência que acontece em ponto limitado no tempo e no espaço, visando a um objetivo definido, mesmo que vitime inocentes. Como foi no atentado do dia 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center e ao Pentágono, e na produção de escombros no Afeganistão e no Iraque. O terrorismo não se percebe como agente de violência, mas como produto de uma violência antecedente: domínio político, exploração econômica, opressão social etc. Sempre uma violência anterior provoca e legitima uma violência posterior, e traumática.

Ressaltamos que consideramos traumática qualquer situação que represente uma espécie de transbordamento em termos de elaboração, os quais escapam do limiar de compreensão. Em sua teoria do trauma, Freud (1893/1976) explica a dinâmica psíquica diante de situações de vida nas quais o sujeito era acometido de inibições, limitações e outras formas de estancamento dos processos criativos. A concepção de trauma passou então a ser uma noção central na explicação das afecções psíquicas mórbidas, sendo esta a primeira acepção. Não obstante, pouco tempo depois houve uma virada no modo de entendimento do trauma, passando então a ser concebido na sua dimensão estrutural, ou seja, a experiência que mobiliza o sujeito para encontrar alternativas de solução diante dos impasses da vida e assim, construir uma história como um testamento de suas memórias. Salientamos que a princípio o trauma aparece como nexu explicativo das experiências psicológicas na infância, em termos de economia psíquica, ou seja, um excesso pulsional não integrado, que está fora do princípio de prazer ou marcas que não podem ser evocadas, que não são propriamente lembradas. (LEJARRAGA, 1996)

O traumatismo psíquico causado por graves eventos externos, observado naqueles que estiveram em combates na Primeira Guerra, propiciou uma nova compreensão à teoria do trauma, principalmente diante da constatação de que, esses sujeitos dificilmente conseguiam “se esquecer” das afrontas que viveram em situações que beiravam o insuportável. Estamos diante de uma situação traumática causada por um tipo de violência que apresenta inúmeras condições negativas, pois soldados austríacos que retornavam da Primeira Guerra, atormentados por suas lembranças, mostraram-se incapazes de formular sequer uma palavra sobre o que viram e certamente viveram. Considerando a dinâmica desse fato Freud (1920/1976) redefine a experiência traumática considerando-a como uma lembrança a qual o sujeito não se dá conta, por não se constituir como lembrança consciente ou inconsciente, mas se inscreve como uma marca que retorna alucinatoriamente, como um afluxo pulsional excessivo, sobrepondo-se à capacidade do psiquismo de ligá-lo e elaborá-lo. É essa incapacidade de elaboração que, muitas vezes, paralisa o homem na sua capacidade produtiva, devido ao fato de, encontrar-se irremediavelmente preso às experiências do passado.

Ao refletir sobre isso nos reportamos à literatura testemunhal, cuja narrativa de alguns autores que passaram por situações de cunho traumático, refletem a tentativa de um trabalho de luto que se mostra incompleto e muito difícil. Essas narrativas nascem de pessoas que buscam representar situações históricas determinadas, pelas quais elas ou outras pessoas passaram marcadas pela extrema violência. E ao mesmo tempo em que essas narrativas visam o esquecimento, ou seja, um afastamento da dor, também quer tornar-se um testemunho no sentido jurídico e histórico. Em se tratando de esquecimento, Ricouer (2010) assevera que o associa a uma “memória impedida”; e utiliza dois textos da obra freudiana como subsidio para suas idéias: “Recordar, repetir e elaborar” e “Luto e melancolia”, e afirma que:” a memória impedida trata-se de uma “memória esquecida”, ou seja, ela está lá, ela existe, encontra-se apenas impedida de vir à tona, mas está ali mesmo que esquecida.

Seligmann (2003) aponta que esse esquecimento surge diante do trauma sofrido por esses sobreviventes o qual originou uma impossibilidade de tirar partido simbólico da experiência vivida, o que corresponde à fala de muitos deles: “apesar de ter muitas coisas para dizer me faltam palavras”. Farias (2008) esclarece que o trauma é resultado de um excesso que fratura o aparelho psíquico, compreendido como aparelho de linguagem ou mesmo aparelho de memória. Uma determinada situação uma vez

considerada traumática faz surgir algo novo que se instala no sujeito na condição de exigir uma elaboração, o que requer que mecanismos de significação sejam constantemente reproduzidos.

Porém, quando Seligmann cita Saul Frielander, um dos maiores historiadores da Shoah ele afirma que passados três décadas do evento traumático (holocausto); e embora tenha ocorrido um aumento de conhecimento em torno dele em contrapartida não aumentou a compreensão. E postula que o trabalho de luto realizado com relação à Shoah é um trabalho dúbio, fadado sempre a recomeçar, muito mais “melancolia” que puramente luto. (SELIGMANN, 2003:50).

Não obstante, mediante as considerações freudianas, compreendemos que lutos mal elaborados descambam em sérios processos depressivos. Sendo necessária a retomada do contato com a lembrança de tais episódios, considerando-se que a dificuldade das formações imaginárias deve-se em parte, ao recalque da memória do episódio tão doloroso, que acabam por tornar o luto tão impossível quanto interminável. Kehl (2009) salienta: é como se o sobrevivente carregasse consigo a chamada “culpa do sobrevivente”, uma espécie de misto de vergonha e de culpa por ter sobrevivido e não ter impedido a morte dos outros. Sentem-se como um autômato, esvaziados de vida, e são as associações, muitas vezes desprezíveis, que os conduzem sem que eles esperem por isso, ao núcleo insuportável da dor, resultante de um luto sempre adiado.

Essas associações podem ser representadas por indicadores perceptivos que se traduzem através de uma palavra, notas de uma melodia esquecida, versos de um poema ouvido no passado, uma carícia, um cheiro que pudesse entrar em ressonância com as reminiscências e, por conseguinte, fazer advir o desejo do vivente, o qual se revela através de suas produções. Nos estados melancólicos, ocorre segundo Stein (1976), uma espécie de movimento pendular entre inércia e dinamismo, que transforma-se numa força paradoxal, cuja atmosfera gerada por esse antagonismo interno pode converter-se em lugar privilegiado para a experiência de finitude, sendo a inércia e resistência ligadas ao caráter positivo, e o finito o lugar privilegiado para transcendência.

O cria-dor e a cri- ação

O século passado foi palco de grandes catástrofes mediante a percepção de uma história trágica marcada por violência as quais abalam a estrutura do homem fazendo ruir-se sobre si mesma, e originando uma postura melancólica que, pela ação da bile negra, obscurece o olhar do observador diante desse cenário, indaga-se: o que se pode criar? Como a humanidade pode passar do estado de tantas perdas e ao estado da criação? Diante da atmosfera melancólica que paira no ar, e na tentativa de buscar uma resposta, nos reportamos a tempos remotos, antes da Era Cristã, onde Aristóteles expôs suas considerações e postula uma conexão entre melancolia e genialidade, ou seja, o humor melancólico serviria como um singular talento para criação. O *Problema XXX, I*, segundo Pigeaud (1998), é uma reflexão sobre o devaneio acerca da criação, ou melhor, sobre a criatividade, pois a criatividade é a propulsão do homem a ser e fazer diferente, quer dizer a incitação de tornar-se outro.

A grande contribuição aristotélica foi justamente situar a melancolia como inerente a natureza humana, através de sua famosa indagação: “Por que será que todo ser de exceção (perittoi) é melancólico”. Ele acreditava que todo “ser de exceção” valia-se de saídas criativas para atravessar os estados de ruínas. Nesse contexto focalizamos também o homem comum que diante dos impasses vividos em função dos estados melancólicos, busca produzir alternativas criativas. Tal como vemos na atualidade que o homem acossado pelo alto índice de violência, que já não se sabe mais de onde parte: da natureza, do trânsito, da escola, da religião, da homofobia, das guerras... “E, cujos efeitos do trauma experimentado decorrente da situação de violência, deixam nuances muito difíceis de ser elaboradas, conforme salienta Primo

Levi que ao relatar o horror vivido no campo de concentração afirma:” O melhor modo para defender-se da invasão de memórias difíceis e impedir seu ingresso, estender um cordão sanitário ao longo do limite. É mais fácil vetar o ingresso de uma recordação do que dela se livrar depois que foi registrada” (LEVI, 2004:25). Diante da situação de aniquilamento a que foi submetido, Primo Levi encontra forças e constrói uma escrita endereçada ao Outro social.

Ainda ao refletir sobre os processos de traumatismos profundo que assolou a humanidade, questionamos como o processo de criação trabalhou em termos da construção de uma memória social. Quanto a isso, Pollak (1989) esclarece como ganharam forma os movimentos populares que se organizam em torno do projeto de construção de um monumento a memória. Como exemplo, ele fala sobre as vítimas do terror stalinista¹. Ele assevera que a criação de monumentos de memória surgiu como uma irrupção de ressentimentos acumulados no tempo, revelando uma memória de dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente. Nas suas palavras:

“Essa memória “proibida” e, portanto “clandestina” ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica”. (POLLAK, 1989:5)

Desta forma compreende-se que toda a construção de monumentos e toda produção cinematográfica é também uma criação que traz a tona essa memória “proibida”. E uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa de memória. Porém essas lembranças traumatizantes parecem impor uma espécie de silêncio, como uma tentativa de não gerar mal-entendidos sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranqüila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos. Pollak questiona que a despeito da abundante literatura sobre o referido tema, ainda assim ele permanece um tabu nas histórias

individuais da Alemanha e na Áustria, e postula que as razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, ou seja, consiste em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais.

Tal como uma ferida que não cicatriza, existe nas “lembranças de uns e outros zonas de sombra, silencio, “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento” (Pollak, 1989:9). O que denota que a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. O que corresponde às palavras de Todorov, que na condição de testemunha de um regime totalitário faz a seguinte análise:

Do naufrágio do sujeito “autônomo”, da patologização do dissidente, da esquizofrenia social das pessoas obrigadas a reprimir toda manifestação crítica, da quebra das fronteiras entre o privado e o público e, muito pior, entre os carrascos e as vítimas:” cada um é ao mesmo tempo prisioneiro e carcereiro. A fronteira passa pelo interior de cada um”. Nada funciona nessas sociedades sem a política do terror. (SELIGMANN, 2005:146)

Não obstante, toda essa experiência de pobreza como a grande miséria que incidiu sobre o homem, faz da memória nas suas diversas modalidades ser objeto de uma profunda reflexão. Todos os crimes contra a humanidade principalmente em decorrência do aperfeiçoamento da técnica, não produz só um abalo na vitalidade do sujeito, obrigando-o a confinar-se, mas também pode ser um momento de mobilização para a construção de uma memória compartilhada no contexto das relações sociais, mesmo que seja a tentativa de erigir um monumento de cultura, cuja memória subterrânea represente um monumento de barbárie

Já era assim no começo, exemplo disso está na origem da civilização, onde se ergue um dos maiores monumentos, o qual se tornou patrimônio da humanidade, hoje em estado de ruínas: a Acrópole. Nela se reúne os templos sagrados que ajudaram a formar o berço da cultura ocidental e da democracia política. Lá encontramos o Pátemon, cuja marca maior é a liberdade de pensamento, e em contrapartida se caracteriza por várias formas de violência, guerras e saques. Por muitos anos a Acrópole representou o poder e a força de Atenas como cidade Estado, centro cultural e artístico do mundo antes de ser destruído pelos cristãos, romanos, otomanos e turcos. Em cada dominação o Parthenon foi descaracterizado: virou igreja, mesquita e, no século XVII, os britânicos saquearam e barbarizaram o monumento (GRECO, 2010).

Outrossim, é curioso refletir sobre a acepção da palavra ruína, a qual se trata de um cronotopo, ou seja, unidade de espaço tempo que desperta a imaginação. Considerada como um destroço, caco, resto, pedaço em decomposição de um todo que se desfaz, a ruína fala de um modo impressionante, sobre outros tempos, através de sua materialidade visível, mas, sobretudo invisível, mas que é imaginado, fantasiado, memorável, temido. Contendo a virtualidade do declínio, paradoxalmente dessa condição retira sua força, provocando a emoção e sensibilidade que permite a evasão do pensamento. No que tange a Atenas, podemos compreender que ao contrário dos objetos materiais a sua sabedoria não pode ser roubada: brilha acima dos conflitos humanos e permanece inabalável, como refletem suas ruínas, as quais despertam uma emoção inenarrável, fazendo-nos reviver as lições de vida fascinantes deixadas pelos filósofos de Atenas, no período glorioso que antecedeu o cristianismo.

ⁱ Nome que se dá aos métodos adotados por Joseph Stalin líder da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) entre 1929 e 1953. Baseado na doutrina do socialismo em um único país e do fortalecimento do Estado. A premissa era a eliminação de qualquer oposição ao regime. Stalin impôs aos soviéticos um governo totalitário, onde cerca de 20 milhões de soviéticos foram mortos nas perseguições políticas, ainda cerca de 20 milhões de pessoas teriam sido vítimas de prisões e exílios. Stalin é considerado um dos piores tiranos da história e alguém que destruiu ou mostrou a inviabilidade dos ideais da revolução Bolchevique. WWW.culturaerevolucao.wordpress.com/author/.../page/5/ Acessado em 28/07/2011.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES (384-322 a.C). **O homem de gênio e a melancolia: O problema** **XXX, 1**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1988.

DADOUN, R. **A violência**. Rio de Janeiro: Difel, 1993.

FARIAS F. R. **Acontecimento traumático: fraturas da memória e descontinuidade histórica**.

in: BARRENECHEA, M. (org.) **As dobras da memória**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

_____. **Por que a, afinal, matamos?** Rio de Janeiro: 7 letras, 2010.

FREUD, S. **Mecanismos psíquicos dos fenômenos históricos. (1893)**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. III.

GRECO, E. **Atênas**. Roma: Vision, 2010.

HERITIER, F. **De la violence**. Paris: Odile Jacob, 1996.

LAGES, S. K. **Walter Benjamin. Tradução e melancolia**. São Paulo: USP, 2007.

LEJARRAGA, A. L. **O trauma e seus destinos**. Rio de Janeiro: REVINTER, 1996.

LEVI, P. **Afogados e sobreviventes**. São Paulo: Paz e Terra, 2004 NESTROVSKI, A. e SELIGMANN-SILVA, M. **"História como Trauma"**, in: M. SELIGMANN-SILVA (org.)

Catástrofe e Representação, São Paulo: Escuta, 2000.

_____. **O local da diferença. Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução**. São Paulo: Editora 34, 2005.

PIGEAUD, J. **Apresentação e notas ao Problema XXX, 1 de Aristóteles**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1998.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora UNICAMP, 2010.